Negócios negreiros na antiga Comarca do Rio das Mortes: Minas Gerais, na segunda metade do século XIX.

Prof. Dr. Afonso de Alencastro Graça Filho (Universidade Federal de São João del Rei)

(alencastrog@uol.com.br)

1) Introdução historiográfica ao tema:

Os estudos sobre as redes mercantis no Antigo Regime português têm destacado o caráter itinerante dos negócios e a mobilidade dos agentes ligando pontos distantes do Império luso, tendo o Atlântico como unidade espacial relevante[1].

A organização dessas redes mercantis incluía associações temporárias entre negociantes coloniais e do Reino, agências diversas e a coexistência de variados tipos de intermediários, como o uso de correspondentes, capitães de navios ou parentes deslocados para os mercados transatlânticos.

A empresa do tráfico negreiro até Minas foi parte dessa teia que conectava as áreas de mineração ao mercado atlântico, particularmente pelos portos de Salvador e Rio de Janeiro, integrando também os sertões mineiros e nordestinos a essa economia[2].

O tráfico de escravos em Minas passou por conjunturas variadas. Estudos recentes procuraram estabelecer uma cronologia mais apurada das fases de alta das entradas de cativos em território mineiro e a possibilidade de taxas positivas para o crescimento endógeno da população escrava, particularmente nos momentos de queda das importações[3].

---

[1] Entre outros, COSTA, Leonor Freyre. "Entre o açúcar e o ouro: permanência e mudança na organização dos fluxos (séculos XVII e XVIII) in FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (orgs.). *Nas rotas do Império.* Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p. 97-134. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Cia. das Letras, 2000. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII).* Rio de Janeiro: Civilização Basileira, 2001. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

[2] Sobre as rotas entre Minas e Salvador, ver FURTADO, Júnia Ferreira. "Teias de negócios: conexões mercantis entre as Minas do Ouro e a Bahia durante o século XVIII" in FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (orgs.). *Nas rotas do Império.* Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p. 165-192. MARTINS, Maria do Carmo Salazar e SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. "Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759-1772". Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2006.

[3] LIBBY, Douglas Cole. "As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar" in RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as*

Essa cronologia, grosso modo, tem sido a do declínio das entradas de escravos após a crise da mineração[4]. Foi só no início da década de 1980 que se travou o debate a respeito da capacidade da província mineira em renovar suas escravarias ao longo do século XIX. A possibilidade de importações de escravos após a decadência do ciclo do ouro era um sucedâneo da revisão econômica sobre Minas nos Oitocentos, abandonando-se a interpretação do período como de involução à economia de subsistência e de extrema pobreza[5].

Na atualidade, algumas evidências foram acrescidas à discussão. A retomada do tráfico para Minas ficou visível nas informações oferecidas por João Fragoso e Roberto Guedes para as décadas de 1820 e 30, que através dos registros fiscais de despachos e passaportes de escravos da Polícia da Corte, comprovaram a grande participação mineira no comércio negreiro carioca. Entre 1825 e 1830, Minas absorveu cerca de 43% dos escravos distribuídos pelo porto do Rio de Janeiro, mais do que as levas de cativos destinadas ao Vale do Paraíba e o Norte Fluminense, que juntas expressaram 38,4% do

---

Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/ Cia. do Tempo, 2007, p. 407-438. LIBBY, Douglas Cole. "Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais" in SZMRENCSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral. *História econômica da Independência e do Império.* São Paulo: ABPHE/HUCITEC/FAPESP, 1996. Outros estudos também apontaram para a grande presença de crioulos em Minas, por exemplo, PAIVA, Clotilde Andrade & KLEIN, Herbert. "Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831" in *Estudos Econômicos.* São Paulo, v. 22, n. 1, jan/abr., p. 129-151.BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880.* Bauru: Edusc, 2004.

[4] GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico.* 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega,, 1975, p.170. Nessa obra clássica encontramos estimativas do autor sobre o fluxo de escravos para Minas através do recolhimento dos quintos sobre o ouro e dos direitos de saída recolhidos na Bahia, Rio e Pernambuco, que enviavam escravos para aquela capitania. De uma média de 6.000 escravos por ano entre 1739 e 1759, cairia para 4.000 em 1760 a 1780 e 2.000, até 1820. É evidente que essas estimativas estão determinadas pela economia do ouro, ignorando as outras atividades produtivas em Minas.

[5] Como exemplo da regressão profunda de Minas após o ciclo do ouro, ver FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.*18ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982 (primeira edição de 1959). O debate historiográfico sobre a revisão de Minas no século XIX pode ser visto em LIBBY, Douglas C. "O apelo de Maria Yedda e a história econômica das Minas setecentistas" in SILVA, Francisco Carlos T. da; MATTOS, Hebe M.; FRAGOSO, João. *Escritos sobre História e educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares.* Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, p. 445-459. Uma das primeiras a duvidar dessa simplificação do passado mineiro foi LINHARES, Maria Yedda. "O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência" in MINAS GERAIS. *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial.* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979, p. 147-171. As obras que marcaram essa mudança historiográfica foram as de MARTINS, Roberto B. *"Growing in Silence; the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil"*, tese de doutoramento apresentada à Vanderbilt University, 1980. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842.* São Paulo: Símbolo, 1979. SLENES, Robert W. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX" in *Cadernos IFCH/Unicamp*, n. 17, jun. 1983. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888).* São Paulo: Annablume, 2002.

total dos despachos cariocas de escravos[6]. Só no ano de 1830, esse ingresso, de 12.053 cativos, representaria cerca de 6 % daquela população residente em Minas.

Esses dados nos obrigam a considerar a importação de cativos como uma realidade nas Minas oitocentistas, isto sem descartarmos a hipótese da reprodução endógena, lançada por Wilson Cano e Francisco Luna[7] ainda na década de 1980, como parte do mecanismo de recomposição da força de trabalho servil.

Devemos também abandonar a ideia de que a economia cafeeira na província pode ser a explicação para a capacidade de reposição das escravarias nesse período. A difusão da cafeicultura mineira só se intensificaria a partir dos anos de 1840, ficando praticamente restrita à Zona da Mata. Ainda assim, somente na década de 1870, a participação mineira chegaria à média anual de 20% das exportações brasileiras de café[8].

Na realidade, a crise aurífera acelerou a conversão dos fatores de produção para a economia de abastecimento, já assentada desde os primórdios de sua ocupação territorial[9]. Essa economia voltada para o mercado interno se mostrou bastante diversificada, convivendo com a mineração e sendo capaz de amenizar o impacto do declínio de suas lavras em meados dos Setecentos.

Nas décadas de 1820 e 1830, a expansão do tráfico em Minas se beneficiaria da superação dos problemas que atingiram os embarques da África, como as guerras

[6]FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 91790-1830).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 146. FRAGOSO, João; FERREIRA, Roberto Guedes. "Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833" in BOTELHO, Tarcísio R. et al. (orgs.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço.* Goiânia: Anpuh-MG, 2001, p. 247.

[7] LUNA, Francisco V.; CANO, Wilson. "A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese" in *Cadernos IFCH- Unicamp*, n. 10, outubro de 1983.

[8]OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira - 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005. LIMA, João Heraldo. 1981. Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920). Petrópolis: Vozes. MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG.

[9]GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. 1986. "Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)", *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, UFMG, (2), junho. Esses autores, através das cartas de doações de sesmarias, demonstraram a presença antiga de roceiros e pequenos produtores de alimentos desde os primórdios da "economia do ouro". Ver tb. ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850.* Niterói: ICHF/UFF, dissertação de mestrado, 1994. ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII.* 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

napoleônicas e a abolição britânica do tráfico em 1808, acompanhada pelos Estados Unidos e por outros países europeus no Congresso de Viena de 1815, com a exceção da França e dos países ibéricos[10].

O tráfico transatlântico para as Américas conhecera seu ápice na década de 1780, com uma média anual de 80 mil seres. O Brasil foi o maior importador de escravos desse século também, com uma média anual de 15 mil africanos, crescendo para 20 mil nos últimos vinte anos, quando o porto do Rio de Janeiro já se tornara o centro das operações do tráfico no país[11].

Após o acordo de paz, o tráfico para as Américas movimentaria 60 mil escravos por ano na década de 1820, mantendo-se num ritmo semelhante na maior parte dos anos de 1830, para declinar na década de 1840, quando atingiu seu ponto culminante no Brasil, com desembarques anuais de 34 mil escravos. O colapso desse comércio na baía de Biafra na década de 1840 e o recrudescimento do bloqueio inglês na costa ocidental africana não só afetaram as exportações de cativos, como alteraram a sua organização geográfica, com a maior participação da região dos rios da Alta Guiné e do sudeste da África. Depois de 1850, com a perda do mercado brasileiro, o tráfico acabaria por cessar completamente nas décadas seguintes[12].

O destino da maioria dos escravos trazidos para o Novo Mundo no século XIX, após a proibição do tráfico para os Estados Unidos e ilhas britânicas, em 1808, foram os portos do Brasil e Cuba, para onde se dirigiram mais de 90% dessa migração forçada a

---

[10] Sobre o tráfico transatlântico de escravos, ver LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 221. KLEIN, Herbert S. *The atlantic slave trade.* Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Idem. *Escravidão Africana: América Latina e Caribe.* São Paulo: Brasiliense, 1987. Idem. *O tráfico de escravos no Atlântico.* Ribeiro Preto: Funpec, 2004. CURTIN, P. D. *The Atlantic Slave Trade: A Census.* Madison, University of Wisconsin Press, 1969; KLEIN, H. S. *The Middle Passage:Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade.* Princeton, Princeton University Press 1978.; VERGER, P.*Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987; ELTIS, D. *Economic Growth and the Ending of the Atlantic Slave Trade.* New York e Oxford, Oxford University Press, 1987; MILLER, J. C. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade. Madison*, University of Wisconsin Press, 1988. PANTOJA, Selma; SARAIVA, José F. Sombra (orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

[11] KLEIN, Herbert S. *Escravidão...*, op. cit., p. 168-169. FRAGOSO, João. "A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820" in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 321-338. FERREIRA, Roquinaldo. "Dinâmica do comércio intracolonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII) in FRAGOSO, op. cit., p. 341-378. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 324-325.

[12] LOVEJOY, op. cit, p. 221-227.

partir da segunda década do século XIX. Apesar dos preços dos cativos não caírem, elevando-se acima dos patamares atingidos no século XVIII, os escravistas mineiros puderam participar em grande escala das compras desses trabalhadores servis na Corte do Rio de Janeiro[13].

Em Minas, o fluxo do tráfico parece seguir essa tendência geral que descrevemos. A pesquisa de Bergad[14], com base num grande levantamento de escravos inventariados entre os bens de pessoas falecidas, propôs uma tipologia conjuntural marcada pela substituição das importações de cativos através da reprodução natural, especialmente a partir da crise da mineração aurífera em meados do século XVIII. Antes do final daquela centúria, os escravos crioulos, nascidos em território mineiro, predominariam na força de trabalho. Essa cronologia do tráfico para Minas não se harmoniza perfeitamente com outras evidências.

Laird Bergad indica o número de 1.002 escravos africanos (42,2% do total da população escrava), para os municípios de São João del Rei e São José, no quinquênio de 1795-1799, quando a proeminência da reprodução endógena na população escrava de Minas supostamente se consolida, enquanto o Rol dos confessados de São José del Rei, um censo eclesiástico, apresenta 3.147 africanos na composição das escravarias de seus paroquianos, ou seja, ainda representavam 60% dentre os cativos de São José[15]. Mesmo que tenhamos em consideração que esse rol da população da paróquia excluiu os infantes até a faixa dos seis anos de idade, essa diferença diminuiria muito pouco, ou seria irrelevante se nos detivéssemos na população efetivamente ativa. Ainda poderíamos acrescentar as notícias colhidas por Dauril Alden, da passagem para Minas de 3.456 escravos em 1756 e de 4.000 escravos por ano em 1780[16].

Outra forma de notarmos a capacidade de importação de escravos por Minas Gerais, ponderando a cronologia proposta por Bergad, foi testada por Douglas Libby

---

[13] ELTIS, David; RICHARDSON, David. "Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865" in *Topoi*, Rio de Janeiro, UFRJ, 2003, v.6, p. 9-46. FRAGOSO, João; FERREIRA, Roberto Guedes, op. cit.

[14] BERGAD, op. cit.

[15] BERGAD, op. cit. LIBBY, Douglas C. "Minas na mira dos brasilianistas...", op. cit.

[16] ALDEN, Dauril. "Late colonial Brazil, 1750-1808" in BETHELL, Leslie (org.). *Colonial Brazil.* Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 295. A informação de que entravam a cada ano cerca de 4.000 mil negros em Minas, pouco mais ou menos, é fornecida pelo desembargador José João Teixeira Coelho, que residiu onze anos naquela capitania. Ver COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 179.

através de registros paroquiais de batismos de escravos africanos adultos[17]. Nesse estudo, notamos a coincidência na flutuação dos batismos em municípios mineiros variados durante o período de 1717-1853. Uma queda acentuada se verifica a partir dos anos de 1750, chegando ao seu extremo na década de 1780, com uma recuperação em 1810 até os anos de 1830, em patamares inferiores ao do "período do ouro".

Se assim for, o intervalo de 1780 até a década de 1810 conviveu com o arrefecimento do tráfico, como também apontou Bergad[18], mas isso não significou a sua extinção ou superação. A reorganização da economia mineira com a chegada da Corte e da cafeicultura fluminense daria um novo ânimo a Minas na primeira metade do século XIX, retomando-se a procura por novos cativos num período de grande atividade do tráfico transatlântico, como vimos.

No caso da Comarca do Rio das Mortes, as informações sobre as escravarias inventariadas de São José podem subsidiar essa cronologia[19].

[17] LIBBY, Douglas C. "O tráfico negreiro e as populações escravas das Minas, c.1720- c.1850", comunicação apresentada no 2006 Meeting of the Latin American Studies Association, San Juan, Puerto Rico, março de 2006.

[18] Idem, p.247.

[19] O quadro abaixo foi reproduzido no artigo GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira e MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. "Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes" in *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jan/jun 2007, p. 200.

Quadro nº 1

Escravarias são-joseenses por faixas etárias e origem (1743-1850)

Faixas etária	Até 10 anos			11-15 anos			16-45 anos			>45 anos			Total*		
Períodos	AF	BR	∑	AF	BR	∑	AF	BR	∑	AF	BR	∑	AF	BR	∑
1743-1800	1	190	191	4	54	58	226	141	367	141	18	159	372	403	775
1801-1810	_	239	239	1	73	74	74	151	225	41	17	58	116	480	596
1811-1820	1	123	124	6	44	50	113	146	259	80	33	113	200	346	546
1821-1830	4	175	179	20	50	70	258	224	482	90	51	141	372	500	872
1831-1840	_	92	92	12	39	51	175	131	306	23	39	62	210	301	511
1841-1850	_	13	13	_	7	7	21	23	44	5	6	11	26	49	75
Total	6	832	838	43	267	310	867	816	1683	380	164	544	1296	2079	3375

Fonte: ARQUIVO DO IPHAN DE SÃO JOÃO DEL REI. *Inventários post-mortem de São José del Rei, 1743-1850.*

*Só foram considerados na tabela os escravos com idade declarada nos inventários.

Pelo quadro n. 1 repararemos que a presença africana na população escrava de São José até a idade ativa de 45 anos, diminui nos dois decênios de 1801 a 1820 em relação ao período de 1743 a 1800, quando passa de 37,5% para 20%. Nota-se uma participação maior de escravos idosos no limiar do século XIX. Nos dois decênios seguintes de 1821 a 1840, volta a se elevar para 39,7%. A população africana entre a faixa de escravos ativos, de 16 aos 45 anos, supera a crioula (dos nascidos no país) nos decênios de 1743-1800, 1821-1830 e 1831-1840. Desta maneira, não podemos de forma alguma desprezar as importações de africanos para São José nesses períodos. Acreditamos, pela sintonia das curvas de batismos, que isto tenha sido verdadeiro para outras regiões mineiras. No entanto, os batismos apresentam uma contradição nos registros, ao declinarem fortemente após o acordo de proibição do tráfico pela lei de 7 de novembro de 1831[20], ao ponto de desaparecerem na década de 1840. Sendo o destino de boa parte dos escravos da maior praça fornecedora do país, seria estranho que na década de maior volume de desembarques da primeira metade do século XIX, a província de Minas estivesse apartada do tráfico negreiro carioca[21]. Lembrando que o Centro-Sul, onde o porto do Rio de Janeiro não possuía competidores, o crescimento dos carregamentos de escravos foi de cerca de 16% entre a década de 1830 e a de 1840, respectivamente de 265.909 para 308.114 seres[22].

As informações sobre o tráfico interno ainda são muito restritas e desconhecemos quase por completo seu funcionamento. Manolo Florentino, que estudou o tráfico entre a África e a cidade carioca, só nos pôde fornecer um rápido esboço da redistribuição dos escravos desembarcados, onde os traficantes responsáveis pela travessia marítima dos africanos escravizados tiveram uma presença minoritária no repasse dessa mão-de-obra para o interior do país, apesar de se encarregarem de grandes partidas por tropas aos compradores interioranos. Em 1828, somente 3,8% dos responsáveis pelos embarques

[20] CONRAD, Robert E. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1985. Conrad considera que esta lei permitia uma forte argumentação legal em favor da libertação de africanos que entraram ilegalmente no país, após a lei de 1831. Seu principal artigo declarava livre todo africano que chegasse ao país, afora os que pertencessem a outras nações escravistas. Sabemos que isso não impediu a continuidade e até o crescimento dos desembarques de escravos em território nacional após 1831, mas parece ter causado preocupação aos senhores escravistas, já que algumas cargas de escravos foram apreendidas nos portos. Ver tb. RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio.* Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

[21] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira e MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. "Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento – o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850" in *Varia História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006, p.184-207.

[22] *The Trans-Atlantic Slave Trade Dataset*, disponível em http://www.slavevoyages.or, onde são informadas as regiões de desembarque de escravos no Brasil para o período de 1561-1856.

de escravos da África na Corte se envolveram na entrega de cativos aos mercados negreiros do interior. Em 1824 a situação era igual, de 310 traficantes atuantes na África, somente 4,5% operavam também nos mercados interioranos, mas apenas três deles haviam redistribuído 22,7% do total dos cativos com esse destino. Nessa intermediação do tráfico negreiro para o interior predominavam os comboieiros regionais, configurando-se um mercado permeado pelos pequenos capitais[23].

Já os despachos de escravos e passaportes da Intendência da Polícia da Corte, entre 1825 e 1830, possibilitaram ao João Fragoso e Roberto Guedes qualificar melhor os agentes desse comércio. Em linhas gerais, predominavam os mercadores eventuais, em cerca de dois terços dos vendedores, que apenas fizeram uma viagem de transporte, acompanhando de 1 a 10 cativos e movimentando somente 5,4% dos seres negociados. No topo, comerciando mais de 300 escravos no período, estavam 13 empresários que de fato controlavam um terço dos despachos de cativos, atuando em diversas regiões. A agregação dos traficantes com remessas acima de 51 escravos forma um grupo de 13,8% do total desses negociantes e responsável por quase 70% das vendas de cativos. Dessa forma, se esse comércio foi permeável aos pequenos negócios, não deixava de estar nas mãos dos grandes empresários negreiros. Entre eles, alguns dos grandes negociantes do tráfico transatlântico e envolvidos com outros ramos de atividades que caracterizaram o comércio de "grosso trato" do Rio de Janeiro, como o crédito e o abastecimento[24].

Um dos nomes em destaque era o do mineiro José Francisco de Mesquita, futuro marquês do Bonfim, que Alcir Lenharo considerou-o como um grande empresário do negócio de tropas e escravos. Fixado na Corte, negociava os gêneros descidos de Minas, convertia os bilhetes do Banco do Brasil para os tropeiros, numa operação que sugere a possibilidade do crédito também, e enviava muitos escravos para esta província[25].

Em relação a Minas Gerais, Fragoso e Guedes não identificaram todos os nomes envolvidos com o seu comércio negreiro, mas sabemos que quase 40% dos escravos vendidos na Corte pertenciam a comerciantes que faziam remessas de 51 a 300 escravos para o interior do Sul e Sudeste. Apesar da atuação destacada dos negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro nesse grupo, provavelmente seriam secundados pelos seus

[23] FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 145-146.
[24] FRAGOSO; FERREIRA, op. cit., p. 257-263.
[25] LENHARO, Alcir. op. cit., 102-103.

congêneres mineiros. No entanto, pouco sabemos a esse respeito, bem como sobre a dependência direta dos mineiros aos comerciantes do Rio no tráfico interno e o grau de endividamento com a praça carioca ao longo do período que desejamos estudar (c.1750-c.1850).

As carregações de negros para as Minas possuíam uma tipologia diversificada, com a presença de variados agentes volantes, comboieiros de escravos e tratantes de dívidas fazendo a ligação entre os grandes negociantes cariocas ou soteropolitanos e o mercado mineiro. Além dos grandes negociantes e seus agentes, que levavam as mercadorias encomendadas até os clientes mineiros, existiam os que se aventuravam a revender os escravos adquiridos desses negociantes negreiros por conta própria. [26].

Para muitos negociantes sediados no Rio, o comércio negreiro com as Minas nas primeiras décadas de sua colonização era feito de forma esporádica, já que apesar de ser extremamente lucrativo, embutia um risco elevado para quem participava do comércio transatlântico[27]. A atuação do fidalgo-mercador Francisco Pinheiro nos dá a noção dessa inconstância de alguns negociantes de grosso trato do Rio no comércio negreiro.

Capitaneando uma rede diversificada de negócios na Colônia a partir de Lisboa, Francisco Pinheiro se destacou no comércio com as Minas, especialmente no tocante ao crédito. Seu interesse pelos negócios negreiros só surge com a premência por braços em Minas, fazendo algumas incursões nesse ramo entre 1707 e 1726. Carlos Gabriel Guimarães estima em 4,9% a participação do tráfico de escravos no total de seus investimentos[28].

A forma de atuação de Francisco Pinheiro se assemelhava a de outros fidalgos mercadores, como Duarte Sodré Pereira, também negociante de escravos de Angola

[26] Júnia Furtado apresenta uma tipologia de designações dos comerciantes volantes de Minas em FURTADO, Júnia Ferreira. "Teias de negócios: conexões mercantis entre as Minas do Ouro e a Bahia, durante o século XVIII" in FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (orgs.). *Nas rotas do Império*, op. cit., p. 170.

[27] GUIMARÃES, Carlos Gabriel. "O fidalgo-mercador: Francisco Pinheiro e o 'negócio da carne humana': 1707-1715" in SOARES, Mariza de Carvalho (org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro.* Niterói: Eduff, 2007, p.35-64.

[28] GUIMARÃES, Carlos Gariel. "O fidalgo-mercador: Francisco Pinheiro e o 'negócio da carne humana': 1707-1715" in SOARES, Mariza de Carvalho (org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro.* Niterói: Eduff, 2007,op. cit., p. 40. A biografia de Francisco Pinheiro tem sido objeto de pesquisas, como as de DONOVAN, William Michael. *Commercial enterprise and luso-brazilian society during the brazilian gold rush: the mecantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil trade, 1695-1750.* (Ph.Thesis) – The Johns Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1990; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas.* São Paulo: Hucitec, 1999.

para o Rio de Janeiro, na segunda década do século XVIII. Governador da Ilha da Madeira, Duarte Sodré tecera rotas mercantis no eixo Londres-Lisboa e que se estendiam pelos portos do Atlântico, Estados Unidos e Caribe. O comércio negreiro também ocupara um papel secundário, mas apreciável em valor montante, entre suas operações diversificadas de tecidos, bebidas e farinhas[29].

Outras biografias de negociantes vinculados ao comércio com as Minas e residentes nas cidades de Salvador ou Rio de Janeiro também dão impressão de semelhante atuação, mesclando mercadorias diversificadas com a venda de escravos. É sabido que a característica do negociante de grosso trato do período fora a diversificação dos ramos de atuação e que o tráfico negreiro era hierarquizado por um grupo seleto de ricos negociantes e armadores, apesar de permeável aos especuladores e eventuais participantes, que eram a maioria [30].

Antonio Carlos Jucá de Sampaio encontrou, para a primeira metade do século XVIII, dez contratos de sociedades firmadas no Rio para a exploração do comércio interno, em geral das "minas do ouro", em que um dos membros para lá se deslocaria e onde receberia as mercadorias enviadas pelos seus sócios da praça carioca[31]. Outro exemplo desse tipo de arranjo, com base familiar, foi o dos três irmãos Pinto de Miranda, colocando em relacionamento uma empresa em Lisboa, outra no Rio e um representante na Vila Rica, para controle dos débitos dos clientes mineiros[32].

Essa forma de atuação parece ter sido mais representativa no período de formação dos centros urbanos nas Minas, declinando com a crise da mineração. A correspondência do negociante Antonio Pinto de Miranda descreve insistentemente a dependência da praça carioca com a chegada regular das tropas de Minas. O dinheiro dos mineiros animava a comércio carioca e Minas se subordinava aos negociantes do Rio pela longa cadeia de endividamento, com sua lenta liquidez e de difícil cobrança. A

---

[29] SILVA, Maria Júlia de Oliveira e. *Fidalgos-mercadores no século XVIII.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
[30] FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830.* 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto.* Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p.81-83.
[31] SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. "Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750)" in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 91.
[32] SANTOS, Eugênio dos. "Relações da cidade e região do Porto com o Rio de Janeiro e Minas Gerais no séc. XVIII" in I COLÓQUIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS BRASIL-PORTUGAL. *Anais.* Belo Horizonte: PUC-MG, 1994, p. 147-160.

crise aurífera faria o mesmo negociante lastimar que em Minas "não se encontra senão falta de pagamento e miséria"[33]. Por sua vez, o desembargador José João Teixeira Coelho, em suas Instruções de 1780, falaria da necessidade de diminuir o número de pequenos negociantes "que giram pelos caminhos de Minas", julgando-os uns enganadores, que estavam falindo e prejudicando "as casas de negócios estabelecidas no Rio de Janeiro e nas Minas"[34]. A impressão que temos é que a especulação nas Minas atraíra todo tipo de aventureiro para o seu comércio, que parecia estar se reestruturando ao final daquele século.

No ano anterior à vinda da Corte, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos consideraria o comércio de Minas Gerais desvantajoso, sendo deficitário na balança mercantil com o Rio[35]. Antes disso, em 1805, Basílio de Sá Vedra, em sua "Informação da Capitania das Minas Gerais", descreveria uma mudança no comportamento do comércio entre os negociantes portuários e os mineiros, causada pelas perdas com devedores falidos e a diminuição da prática da venda fiada como forma de evitar maiores prejuízos, acarretando uma diminuição dos negócios para as Minas[36].

Esse espaço temporal, da crise do ouro até inícios do século XIX, pode ser considerado como de reorganização da economia nas Minas ou de "acomodação" ao setor de abastecimento do mercado interno[37]. O tráfico negreiro para as Minas deve ter também sofrido modificações, com o fortalecimento da participação direta de seus maiores negociantes, como aponta os despachos de escravos do Rio com destino à província mineira[38], como veremos mais adiante.

Os negros desembarcados na Corte, nos tempos de demanda aquecida pela exploração aurífera, eram arrematados à vista com facilidade por sociedades ou negociantes mineiros para revenda. O desembargador Teixeira Coelho testemunhou essa

---

[3333] Idem, p. 158.
[34] COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 204
[35] VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 144.
[36] SÁ VEDRA, Basílio de. "Informação da Capitania das Minas Gerais", *Revista do Arquivo Público Mineiro,*v. II, p. 674.
[37] ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, *op. cit.* LIBBY, Douglas C., "O apelo de Maria Yedda...", *op. cit.*
[38] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. "Fragmentos de memórias: impressões sobre São João del-Rei" in VENÂNCIO, Renato Pinto e ARAÚJO, Maria Marta (orgs.). *São João del-Rey, uma cidade no Império.* Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2007, p. 62.

prática por uma sociedade de negociantes que rapidamente comprou carregações inteiras de dois navios negreiros no Rio , em 1779, regulando os preços. E aos mineiros eram aviados escravos a longos prazos para quitação das compras[39].

Nos caminhos para as Minas também ficaram conhecidos os comboieiros, que partiam dos portos da Bahia ou Rio de Janeiro para revender os escravos, por conta própria ou por encomenda, aos roceiros, mineradores e demais moradores delas. Joaquim Felício dos Santos narrou que as dívidas com os comboieiros atormentavam os mineiros, que geralmente adquiriam seus escravos por venda fiada em dois anos, sendo a única segurança que procuravam em troca era a informação se o comprador possuía outro escravo ou dois já quitados, que lhes seriam tomados caso o pagamento não fosse honrado[40].

A historiadora norte-americana, Mary Karasch, descreveu o tráfico interno de escravos como frequentado por uma "multidão de intermediários", desde ladrões até comissários abastados da Corte. No caso dos comissários ou agentes comerciais cariocas, que cuidavam da remessa de outras mercadorias, arrematavam cativos que enviavam na volta das tropas dos fazendeiros, sob a confiança de seus condutores.

Os que não possuíam esses agentes de ligação com a Praça do Rio, podiam comprar os escravos junto aos traficantes e comerciantes mineiros que recebiam pequenos lotes de escravos no Porto da Estrela, a principal ligação dos tropeiros de Minas com o Rio de Janeiro, através da Baía da Guanabara, e dali seguiam pelas estradas mineiras[41].

Alguns grandes fazendeiros também pediam a remessa de cativos aos seus correspondentes comerciais na Corte, que podiam despachá-los por tropas de terceiros. Por exemplo, a família Armonde, do visconde de Prados, mantinha correspondências entre a vila de Barbacena e a Corte, com casas comissárias de café, que providenciavam seus pedidos. Numa dessas correspondências é notificado o envio de uma escrava por

---

[39] COELHO, op. cit., p. 177. Sobre a rapidez das transações e a alta lucratividade do tráfico negreiro, ver GUIMARÃES, op. cit., p.53. ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII.* 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990, p. 152-154. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto,* op. cit.

[40] SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito Diamantino.* 5ª ed. Petrópolis: Vozes/MEC, 1978, p. 282-283.

[41] KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.* São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 93-98.

tropa de um compadre da família[42]. Os Armonde eram sócios da Mello & Armonde, criada na Corte pelo barão de Pitangui, em sociedade com Joaquim de Mello Franco, futuro genro do visconde de Prados.

O barão de Pitangui, Marcelino José Ferreira Armonde, fora bastante ativo no tráfico de escravos para Minas. Os registros de passagem entre 1809 e 1830 acusam que 239 escravos ingressaram em Minas por sua responsabilidade. Seu irmão Antonio José Ferreira Armonde, também um rico fazendeiro de Barbacena, da mesma forma participara do tráfico e aparecera no ano de 1830 com 106 escravos. Outro irmão, Honório José Ferreira Armond, tinha ligações comerciais com o negociante carioca Antonio J. M. Pinto, que em 1828 lhe propusera a participação na revenda de 461 cativos chegados de Cabinda[43].

Honório era um grande negociante, banqueiro e dono de lavras em Mariana. Seus carregamentos negreiros eram mais constantes e em pequenas levas de até 8 cativos, entre 1814 e 1829, com exceção do envio de 35 deles em 1828[44].

Parece que essa era uma distinção entre as remessas de cativos pelos grandes fazendeiros e os grandes negociantes mineiros, mais instados a fazer a travessia até a Corte ou ao Porto da Estrela, por concentrarem o comércio atacadista em Minas. Na viagem de retorno, traziam pequenas partidas de africanos. Pelo tráfico de escravos praticado pelos grandes fazendeiros de São João del Rei, na primeira metade do século XIX, podemos observar esse padrão concentrado dos comboios em poucas viagens, com a exceção de João José de Almeida, que além da fazenda, vivia de tropa e o capitão Francisco Carvalho Duarte:

---

[42] Ver ALBUQUERQUE, Antonio L. Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888.* Rio de Janeiro: Xerox, 1988, p. 85-86. Uma análise detalhada dos negócios da família Armonde pode ser encontrada em LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas. Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850).* Niterói: PPGH-UFF, tese de doutorado, 2010.

[43] Op. cit., p. 83-84.

[44] ARQUIVO NACIONAL. *Intendência de Polícia. Passaporte e despachos de escravos.Códices 411, 419, 421 e 424*. Banco de dados elaborado por João Fragoso e Roberto Guedes Ferreira para o IPEA, gentilmente cedido por Roberto Martins.

Quadro n. 2

Fazendeiros são-joanenses no tráfico terrestre de escravos para Minas Gerais

Nome	Posse de escravos no censo de 1831-32	Anos dos registros	Escravos comprados
Antonio Leite Ribeiro	97	1828/29/31	194
Floriano Leite Ribeiro	61	1826/27/28	117
Hipólito José da Silva Moura	74	1813	12
Antonio Joaquim de Andrade	92	1827/30	43
Diogo Garcia da Cruz	77	1814/20/29	24
Manoel Tomás de Carvalho	75	1813/14/16/17	32
Francisco José de Andrade	92	1827	4
José Joaquim Álvares	50	1809/11/30	75
João José de Almeida	50	1809/11/13/22/24/27	124
Francisco Carvalho Duarte	57	1816/17/18/28	15

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Listas nominativas de 1831-32*. Banco de dados cedido por Clotilde Paiva. ARQUIVO NACIONAL. *Intendência de Polícia. Passaporte e despachos de escravos.Códices 411, 419, 421 e 424*. Banco de dados elaborado por João Fragoso e Roberto Guedes Ferreira para o IPEA, gentilmente cedido por Roberto Martins.

No quadro seguinte poderemos reparar que os grandes negociantes de São João del Rei também tiveram uma participação direta nesses negócios. Porém, nota-se que as remessas de cativos eram de pequena monta e esporádicas, com a ressalva de que os códices da Intendência podem ocultar os carregamentos lançados com o nome incompleto do responsável e por homônimos de negociantes, que preferimos descartar no cruzamento dos dados. Também foram eliminados os registros duplicados de passagem, com a mesma data e número de escravos[45]. Mesmo diante das dificuldades apontadas, comprova-se o envolvimento dos negociantes são-joanenses no comércio de cativos, fato que não havia sido possível por meio de outras fontes.

[45] Para uma descrição crítica do uso desta fonte, ver FRAGOSO; FERREIRA, op.cit.

Quadro n. 3

Negociantes são-joanenses no tráfico terrestre de escravos para Minas Gerais

Nome	Ramo	Anos dos registros	Escravos
Antonio Gonçalves Liberal	loja de fazendas e molhados	1829	10
Batista Caetano de Almeida	armazém de molhados e produtos do Reino em sociedade (1819/28) com Francisco Magalhães	1826/24/28/29/30	98
Francisco de Paula Almeida Magalhães	armazém de molhados e produtos do Reino em sociedade (1819/28) com Batista Caetano	1820/22/32	3
Carlos Batista Machado	loja de fazendas e outros	1828	25
Francisco José Dias	loja fazendas, molhados e drogas	1816/17/18/19/28	78
Francisco José Alves de Santiago	armazém de molhados e loja de fazenda	1813/16/28/31	29
João Batista Machado & Cia.	loja de fazendas secas	1816/18/21/22	117
João Pereira Pimentel	loja de fazendas secas e outros	1819/29	9
José Dias de Oliveira	negócio de fazendas secas	1819/28/29/31	17
José Francisco Lopes	fazendas secas e molhados	1809/13/15/16/17/18/26/27 e 1829	62
José Maximiano Batista	armazém de fazendas secas	1822/28	6
Manoel Ferreira Pinho	loja de fazendas e molhados	1827/29/31	16
Antonio José Pacheco	negociante inventariado	1813/16/17/19/24/31	18
José Antonio das Neves	loja de fazendas secas, molhados e drogas	1817/20/30	6

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL REI. *Licenças municipais de negociantes e ofícios, 1830-32.* MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REI. *Inventário post-mortem de Antonio José Pacheco, 1837.* ARQUIVO NACIONAL. *Intendência de Polícia. Passaporte e despachos de escravos.Códices 411, 419, 421 e 424*. Banco de dados de autoria de Fragoso e Ferreira.

Os maiores negociantes são-joanenses desse período não estavam vinculados aos investimentos agrários significativos, com raras exceções. Seu comércio de escravos era feito em geral em pequenas partidas, provavelmente acompanhando o transporte de suas mercadorias. Lembramos ainda que boa parte dos fazendeiros mineiros também tinha

acesso aos fornecedores da Corte, através de seus representantes e tropas próprias. Mas isso não estava ao alcance dos pequenos produtores que não possuíam o capital necessário para a viagem e transporte de seus escravos.

O mercado consumidor em Minas se caracterizaria pelo grande número de pequenos produtores escravistas, comum a sua estrutura agrária, onde 66,7% dos domicílios da província não abrigavam escravos, conforme os dados censitários de quase 20.000 domicílios para os anos de 1831-40. Nesses fogos, apenas 163 eram habitados por escravarias superiores a trinta escravos e pouco mais de dois terços de 6.583 domicílios com escravos possuíam no máximo cinco cativos[46].

Esta distribuição da posse de escravos por pequenos proprietários sugere um mercado promissor para aqueles que podiam arcar com os custos do transporte de cativos até Minas, como o alto comércio mineiro e os grandes fazendeiros. Por conseguinte, o comércio de escravos em Minas teria uma procura pulverizada, diversamente das áreas de *plantation*, onde o fornecimento de agrupamentos maiores de cativos poderia encontrar um mercado mais propício.

2. O mercado de escravos pelos livros das meias-sisas das vendas de escravos ladinos da Câmara da Vila de S. João del Rei.

A cobrança da meia sisa sobre a venda de escravos, troca ou a dação *in solutum* (quitação de um contrato por meio da entrega de escravos), foi instituída pelo Alvará de 3 de junho de 1809, num momento em que a administração joanina buscava ampliar as suas receitas fiscais diante do aumento das despesas públicas. O mesmo Alvará criava a cobrança da sisa de 10% sobre o valor da venda ou arrematação de bens de raiz. Também, nessa mesma data, se estenderia a décima urbana para as capitanias do interior, imposto que no ano da chegada da Corte fora estabelecido somente para os imóveis das urbes litorâneas.

Com respeito à meia sisa, a taxa de 5% sobre o valor das transações com escravos ladinos seria cobrada sob aqueles cativos "que não são havidos por compra feita aos negociantes de negros novos, e que entram pela primeira vez no país, transportados da Costa de África"[47]. Por essa definição de escravo ladino não

[46] LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 97-98.
[47] Ver na íntegra o Alvará de 03 de junho de 1809 no site

escapavam do pagamento da meia sisa aqueles que eram revendidos no interior do país, ainda que não estivessem adaptados à língua e costumes das senzalas brasileiras.

O Alvará das sisas de bens de raiz e escravos ladinos estabelecia a forma de cobrança, seus agentes e as penalidades no caso de burla da lei. Caberia aos oficiais das câmaras das vilas e cidades indicarem "três pessoas das mais abonadas que houver" para que as juntas de administração e arrecadação escolhessem um deles como recebedor ou tesoureiro, se servindo dos escrivães das câmaras para a escrituração das sisas. Ambos receberiam 1% de cada certidão lavrada de bens de raiz. No caso das meias sisas de escravos ladinos, o serviço de arrecadação seria arrematado por quem se interessasse, mas se não fosse conveniente a concorrência pelo cargo, este ficaria à disposição do mesmo recebedor das sisas de bens de raiz e com os mesmos provimentos.

Embora a cobrança do tributo tenha continuado na segunda metade do século XIX, seu registro em livro fiscal próprio deixou de ser encontrado na documentação da Câmara de São João del Rei. Ela passa a ser mencionada nos livros de receitas e despesas da Câmara apenas pelo valor total arrecadado.

Restaram dois livros deles cobrindo todo o período de 01 de janeiro de 1810 até o mês de agosto de 1832[48]. Embora o segundo livro se intitule para os negros ladinos, conforme a legislação mencionada, os registros de ambos os livros alcançavam também jovens e crianças africanas, geralmente com a designação de *moleque*, seguido do grupo de origem.

A maior parte da arrecadação dessas sisas derivava das vendas de 1.331 escravos, num montante de 183:422$688 rs. Já as arrematações de 558 escravos por dívidas e liquidação de heranças alcançaram o valor de 67:711$865 rs. Pelo péssimo estado do segundo livro de sisas, algumas informações ficaram ilegíveis, sendo que 5 registros foram completamente apagados.

---

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimp-A3_20.pdf

[48] BIBLIOTECA MUNICIPAL BAPTISTA CAETANO DE ALMEIDA. *Arquivo da Câmara Municipial de São João del Rei*. Livro de Sisas de venda de escravos, 1809-1820, código SIZ-201 e Livro de Sisas de venda de escravos ladinos, 1821-1832, código SIZ-202.

Nesses livros de sisas podemos perceber certa informalidade na venda dos escravos e a morosidade com que alguns registros se faziam. Também fora comum o parcelamento das compras por alguns anos.

Uma das características que podemos apontar das informações coletadas nesses livros é a prática de arrematar a cobrança de impostos pela elite colonial e do Império. Quem ilustra essa forma de atuação fora um dos homens mais ricos de São João del Rei, o negociante e comendador João Batista Machado, que também atravessava escravos do Rio para Minas Gerais e que exercera de forma intermitente o cargo de tesoureiro das sisas durante todo o período de 1810 a 1824, vindo a falecer em 14 de janeiro de 1837[49].

O tesoureiro percebia um pequeno pagamento por seu trabalho, de 2% sobre a arrecadação total, que para os dois livros, de 1810 até agosto de 1832, somaria um valor acima de 13:482$437 rs, se pudéssemos adir os registros ilegíveis. Esse total geraria o pagamento de 269$649 rs ao tesoureiro e que ainda seria dividido com o escrivão, o que era uma remuneração irrisória para o cargo.

Mas o tesoureiro, além de receber pela cobrança das sisas de bens imóveis, poderia também se beneficiar das informações sobre os leilões feitos pelo Juízo de Órfãos e pela Recebedoria do Real Tesouro, no caso da execução de penhoras e dívidas. É usual encontrarmos os grandes negociantes como testamenteiros e executores de penhoras sobre dívidas e heranças.

A arrematação desses escravos leiloados era feita por um preço não muito discrepante dos das vendas. Não temos as informações completas de idades para podermos comparar corretamente os valores registrados entre as arrematações e as vendas de mercado. Porém, de 1.889 transações registradas nos livros de sisas, a média dos preços para 558 arrematações de escravos foi de 121$347 rs, enquanto nas 1.331 vendas comuns de cativos a média fora mais elevada, de 137$$808 rs. Nos registros que possuem indicação de sexo e preço unitário, 90 escravas foram arrematadas pela média de 115$259 rs e 350 delas vendidas na média de 121$191 rs. Enquanto para o grupo masculino, 282 escravos foram arrematados pela média de 137$505 rs e 660 vendidos pelo valor médio de 143$741 rs. Essas pequenas discrepâncias nos valores médios em

[49] Essa informação consta no Livro dos Termos da Irmandade de N. Sra. do Carmo da Vila de S. João del Rei existente no Arquivo Paroquial da Matriz de N.Sra. do Pilar de S. João del Rei. O comendador João Batista Machado entrou para a irmandade do Carmo em 25/11/1789 e também foi seu tesoureiro (1793-94) e provedor (1800-1 e 1815-16).

favor das vendas poderiam ser melhor entendidas se dispuséssemos de uma série maior de dados etários.

As informações das idades foram mais constantes para as crianças até 14 anos, sendo que consideramos nessa faixa todos os registros de "crioulinhos", "recém-nascidos", "moleques" e outros designativos para a infância. Assim obtivemos para crianças do sexo masculino, 96 registros de vendas pela média de 122$311 rs e 8 arrematações com valor médio de 147$413 rs. Nesse caso, a média das arrematações foi superior a das vendas, mas a base da amostragem para as idades nas arrematações é diminuta, pois dificilmente elas são fornecidas nesse tipo de registro. O mesmo acontece para as outras faixas etárias, como para os escravos em idade ativa, de 15 a 44 anos[50]. Nas vendas são registrados 61 cativos masculinos em idade ativa, com a média de 171$938 rs. Nas arrematações, somente 4 registros indicam essa faixa etária para os homens, na média de 190$050 rs. Novamente a base para a média das arrematações é muito estreita e possivelmente essas parcas informações etárias tivessem a intenção de justificar a melhor avaliação obtida por esses escravos.

Interessante notarmos que do cruzamento dos grandes negociantes são-joanenses que realizaram transportes de escravos do Rio para Minas, conforme o quadro nº 4, podemos perceber algumas características da atuação desse grupo econômico e a pouca representatividade das sisas na escrituração das vendas que efetivamente realizaram. Sem esquecermos que os anos de 1810 até 1832 foram de grande importação de escravos para Minas, conforme demonstramos anteriormente:

[50] Estamos seguindo os intervalos etários utilizados por SCHWARTZ, Stuart B. *Os segredos internos:engenhos e escravos na sociedade colonial.* São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 295-296.

Quadro n. 4

Negociantes são-joanenses, envolvidos com o tráfico de escravos e suas transações de escravos nos livros de sisas (1810-1832).

Nome	Arrematações	Compras	Execuções de dívidas	Vendas	Anos limites dos registros
João Batista Machado	10	5	16	4	1810-1831
Batista Caetano de Almeida	7	-	-	-	1819-1822
Francisco José Alves de Santiago	5	16	5	7	1813-1832
Heitor José Alves de Santiago	5	5	-	2	1816-1825
José Maximiano Batista Machado	1	3	-	-	1825-1831
Francisco de Paula de Almeida Magalhães	3	3	-	1	1818-1830
Antonio Gonçalves Liberal e Cia.	1	4	-	2	1822-1828
Carlos Batista Machado	-	-	-	1	1831
José Francisco Lopes	6	-	-	4	1814-1831
Francisco José Dias	-	-	6	-	1810-1832
João Pereira Pimentel	-	-	-	1	1817-1825
José Dias de Oliveira	3	1	-	-	1816-1821
Manoel Ferreira Pinho	1	-	-	-	1824
Antonio José Pacheco	4	8	1	1	1812-1831
José Antonio das Neves	2	6	1	4	1812-1825
Total	48	51	29	27	1810-1832

Fontes: BIBLIOTECA BATISTA CAETANO DE ALMEIDA. *Arquivoda Câmara Municipal de São João del Rei*. Livros de sisas de escravos (1809-1832).

ARQUIVO NACIONAL. *Intendência de Polícia. Passaporte e despachos de escravos.Códices 411, 419, 421 e 424*. Banco de dados de autoria de Fragoso e Ferreira.

Pelos dados acima, podemos ver que as arrematações de escravos foram interessantes aos negociantes negreiros[51] de São João del Rei, bem como as execuções de penhora, que muitos deles fizeram na condição de testamenteiros ou de cobradores de dívida garantidas com escravos. Para isso, ocupavam um papel de destaque na sociedade local, especialmente no controle do crédito.

Considerando-se que temos um total de 558 escravos arrematados por leilão de heranças ou execução de penhora de dívidas, 8,6% deles realizados por apenas 12 negociantes.

O caso do comendador e capitão João Batista Machado[52] é paradigmático dessa elite mercantil envolvida com o tráfico de escravos. Como era a maior fortuna da vila, atuante na câmara municipal e tesoureiro das sisas de escravos e bens imóveis, fora convidado para cuidar das testamentarias do cap. Gonçalo Ferreira de Freitas e do cap. Gregório José Ribeiro da Costa, cobrando a penhora de 12 escravos de devedores do primeiro e 4 arrematações de escravos da herança do segundo para alforriá-los. Foi cessionário do cap. José Ferreira da Silva na cobrança de uma dívida paga com um escravo e executou três penhoras de escravos contra o guarda-mor Manoel da Silva Mendes, Gregório José Ribeiro e o cap. José Alves Preto. Mas registra apenas 4 vendas de escravos, sendo um deles em sociedade com o sgt-mor João Rodrigues Silva.

Isso nos leva a considerar que os registros não cobrem todas as vendas de escravos e que havia uma contabilidade própria aos negócios realizados com escravos pelos traficantes, que bastava a escritura da venda ou dívida, guardada com o negociante ou lançada em seus livros, para que se reconhecesse uma transação efetivada quando da necessidade de sua cobrança, como às vezes aparecem descritas nos inventários *post-mortem*. Essa informalidade pode ser vista também na declaração de Floriana Maria de Jesus, viúva de Luís Ferreira da Rocha, que reconhecia no ano de 1819, no livro de sisas, que seu marido havia comprado três escravos ao José Maximiano Batista Machado, no valor de 440$000 rs, sem papel passado e pertencente ao seu arrolamento de bens, que só então fazia o pagamento das sisas devidas. Por isso mesmo, nem os livros de sisas de escravos e os livros cartoriais de compra e venda são dignos de crédito sobre a movimentação real dos negócios negreiros.

---

[51] Incluímos o tesoureiro interino Heitor José Alves de Santiago, irmão de Francisco José Alves de Santiago, seu herdeiro universal.

[52] É ignorado o paradeiro do inventário ou testamento do comendador João Batista Machado.

A busca da formalidade das transações nos livros de sisas obedecia a critérios muitas vezes extemporâneos ao momento da compra, como nos acertos de divisão de heranças ou a execução judicial de penhoras de escravos. Bem como, algumas vendas exigiram uma garantia na sua formalização pelos vendedores mais cautelosos, como os registros nos livros cartoriais de compra e venda, dos quais falaremos mais adiante. Isso nos leva a concluir que esse mercado não funcionava totalmente na base da informalidade, embora maior parcela das negociações de escravos não possa ser resgatada por meio destes fundos documentais.

3. Conclusões:

De qualquer forma, o que queríamos era mostrar algumas das formas de atuação de negociantes, que não ficavam restritas ao tráfico negreiro e nem a uma atividade somente. Eram intermediários também do comércio da região com a Corte e financiavam os produtores de larga área de Minas, particularmente na extensa antiga Comarca do Rio das Mortes.

A centralidade de algumas vilas para com as suas comarcas em Minas Gerais, cuja estrutura administrativa começou a ser oficializada a partir de 1714, constitui um exemplo visível de integração regional, perceptível na documentação cartorial dos negociantes de São João del Rei. Bem como Minas estava submetida aos circuitos mais distantes do crédito e escravos no século XVIII e XIX, especialmente às praças do Rio de Janeiro e Salvador[53].

Por exemplo, os clientes dos negociantes são-joanenses major Francisco José Alves de Santiago e o comendador Francisco de Paula de Almeida Magalhães se espalhavam por um largo território da província mineira. Além dos distritos dos municípios de S. João del Rei e S. José del Rei (atual Tiradentes), essa clientela alcançava moradores do Chapéu d'Uva, Rio Preto, Caetés, Rio das Pedras, Lavras, Carrancas, Tamanduá, Bom Sucesso, Japão e até vilas mais afastadas que também eram

[53]Sobre essas rotas entre Minas, Salvador e Rio de Janeiro, ver FURTADO, Júnia Ferreira. "Teias de negócios: conexões mercantis entre as Minas do Ouro e a Bahia durante o século XVIII" in FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (orgs.). *Nas rotas do Império.* Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p. 165-192. MARTINS, Maria do Carmo Salazar e SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. "Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759-1772". Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2006. MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *A cor negra do ouro: circuitos mercantis e hierarquias sociais na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 –c.1756.* Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2009 (tese de doutorado).

polos regionais, como Ouro Preto, Sta. Luzia do Sabará, Venda Nova e as localidades fluminenses de S. João de Meriti, Valença e Capivari[54].

A viúva de outro importante negociante de S. João del Rei, o comendador Carlos Baptista Machado, declarava durante a inventariação dos bens do casal que possuía "o finado marido, como todos sabem, avultados negócios e transações não só nesta província, como na Corte e províncias do Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso e São Paulo"[55].

Assim, as cidades coloniais mineiras podem ser vistas também através de suas ligações com o comércio extracapitania e com as localidades que gravitavam ao redor de suas praças, que aos poucos, foram formando as suas comunidades mercantis, agregadas em ruas dedicadas aos diversos ramos de negócios, nas irmandades religiosas e outras associações que a elite frequentava. O casamento endogâmico entre famílias do da elite mercantil fortaleceu ainda mais esses laços comunitários[56].

A vila de São João del Rei, que fora o centro jurídico e administrativo da comarca do Rio das Mortes, dessa maneira, estendia à órbita de atração de seu comércio uma vasta região de pequenos arraiais e distritos dos municípios vizinhos, como os de São José del Rei, com uma população estimada em mais de 24 mil pessoas no ano de 1808 ou 34 mil em 1835. Isto sem esquecermos que Minas Gerais foi a província mais populosa de todo o Império, representando assim um amplo mercado consumidor.

Na rota do transporte de escravos da Corte para as Minas, os grandes fazendeiros também tiveram sua participação, sem que deixemos de perceber que alguns uniam as duas atividades em suas unidades produtivas. Mas já ressaltamos, em trabalho anterior[57], que o alto comércio da Vila de São João del Rei se tornara cada vez mais

---

[54]ARQUIVO MUNICIPAL DO IPHAN DE S. JOÃO DEL REI. Inventários *post-mortem* do major Francisco José Alves de Santiago, cx. 229, 1869 e do comendador Francisco de Paula de Almeida Magalhães, cx. 400, 1849.

[55]ARQUIVO MUNICIPAL DO IPHAN DE S. JOÃO DEL REI. Inventário *post-mortem* do comendador Carlos Baptista Machado, cx. 145, 1854.

[56] FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)" in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F. *O antigo regime nos trópicos.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio.* Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1991. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*, op. cit.. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de Oliveira. *Negócios de famílias.* Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas.* São Paulo: Annablume, 1999.

[57] GRAÇA FILHO, op. cit.

afastado das lides agrárias. Podemos notar nos pagamentos das sisas sobre escravos que os grandes fazendeiros são-joanenses que trafegaram na rota da Corte não atuaram com importância nas arrematações ou execuções de penhoras, mas estiveram mais presentes como compradores de mão-de-obra. Se grandes fazendeiros são-joanenses trouxeram escravos da Corte para Minas, como demonstramos, não estavam fortemente vinculados ao comércio negreiro de fato, mas possuíam autonomia para a reposição de suas escravarias. Novamente o perfil desses agentes econômicos é bem distinto do grupo dos negociantes, visivelmente mais dedicados à intermediação dos negócios negreiros.

Teorias e práticas do desenvolvimento: a elite econômica do regime militar

Ailton Laurentino Caris Fagundes – USP

aailton@usp.br

Introdução

Até a década de 1950, os mais importantes cargos da área econômica no alto escalão do governo eram ocupados por empresários, banqueiros ou advogados, por políticos profissionais ou homens de confiança. Paulatinamente, entretanto, os técnicos e especialistas começam a ganhar um peso cada vez maior na estrutura burocrática do Estado e a dominar parcelas crescentes das decisões governamentais. Entre esses técnicos e especialistas, os economistas foram seguramente aqueles que conquistaram uma parcela mais significativa de poder político, o que por vezes os aproxima de um tipo poder decisório tido por alguns como quase tecnocrático, sustentado pelo conhecimento especializado e legitimador que guardavam e pela ampla participação que mantiveram no debate político acerca dos destinos da nação. Efetivamente, esse poder atribuído a esses técnicos da área econômica nada tem a ver com as ideias clássicas de tecnocracia[1]. Ainda que tenha havido uma evidente ênfase em critérios de competência na escolha das equipes e um discurso que frequentemente negava as intenções políticas para enfatizar os critérios técnicos das escolhas que diziam respeito aos rumos da economia, a intenção, se é que houve, não passou de peça de oratória ou retórica.

O termo tecnocracia pressupõe dois requisitos fundamentais: a competência técnica baseada no conhecimento científico especializado como atributo legitimador de autoridade e uma relativa neutralidade política e ideológica manifesta na adesão a princípios universais[2]. Sola[3] lembra que uma ampla literatura contribuiu para consolidar

[1] O termo tecnocracia é demasiado amplo e vago, abrangendo uma pluralidade de fenômenos e dimensões. Para Domenico Fisichella, por técnico se entende normalmente o especialista ou ator social dotado de competência num determinado setor que executa seu papel de acordo com um programa de eficiência. O tecnocrata, ao invés, não seria um especialista ou perito do particular, porém do geral, alguém caracterizado por um conhecimento global e pela polivalência de funções. Cf. FISICHELLA, D. "Tecnocracia". In. BOBBIO, Norberto *et alli*. ***Dicionário de política***. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

[2] Os mais diversos aspectos da tecnoburocracia e, especialmente, a sua influência sobre o Estado capitalista, os conceitos de técnicos e tecnocratas e a ideologia desses últimos, podem ser encontrados no trabalho de Luis Carlos Bresser Pereira: ***A sociedade estatal e a tecnoburocracia***. – São Paulo: Brasiliense, 1981.

[3] SOLA, Lourdes. ***Ideias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo***. – São Paulo: Edusp: FAPESP, 1998. (Pg. 46).

duas teses a respeito da atuação dos técnicos na formulação de políticas públicas no Brasil; a primeira ressalta a relativa autonomia desses técnicos em relação ao poder legislativo e a sua cooptação pelo executivo, pela dependência de decisões de política econômica[4]; a segunda enfatiza a influência decisiva desses técnicos na formação da cultura política das elites. As duas proposições contribuem para que se possa entender a formulação das políticas econômicas, em geral, e das de científicas e tecnológicas, em particular. Não é possível compreender os rumos dessas políticas simplesmente partindo dos seus pressupostos teóricos, deve-se, ao contrário, buscar as motivações políticas para compreender as trajetórias de decisões econômicas.

Debates sobre o desenvolvimento

O pensamento econômico predominante no início da década de sessenta, o nacional-desenvolvimentismo, acreditava que o país poderia continuar seu processo de modernização capitalista, pela via da industrialização, através da ampliação do mercado interno, ou seja, através da criação de novas demandas. Supunha-se que interferindo nos mecanismos de distribuição de renda, reformulando a estrutura agrária e selecionando as tecnologias de modo a que se desse menos apoio ao capital e mais apoio ao trabalho, se conseguiria reorientar a política econômica de modo a aumentar o número de consumidores e, com isso, induzir, pelo lado da procura, um crescimento econômico que fosse autossustentado[5]. Esse receituário trazia um conteúdo nacionalista ao propor um tipo de desenvolvimento que pudesse fortalecer a margem de autonomia do país, era popular e distributivista, por se basear na necessidade de ampliação na distribuição de renda, e era modernizador, na medida em que apostava suas fichas numa aliança formada pela burguesia, operariado e burocracias militar e civil, como força capaz de se contrapor aos interesses dos setores tradicionais, oligárquicos e pré-capitalistas[6].

Esse pensamento coadunava com algumas das ideias econômicas oriundas da Cepal, sobretudo aquelas vinculadas aos seus principais nomes como Raul Prebisch,

---

[4] Veja por exemplo, BENEVIDES, Maria. ***O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política***. – São Paulo: Brasiliense, 1976.

[5] Para uma análise mais detalhada do nacional-desenvolvimentismo, veja: BIELCHOWSKY, Ricardo. ***Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo***. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. Para um resumo dessas ideias: BIELCHOWSKY, Ricardo. "Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964". In: LOUREIRO, Maria R. (org.). ***50 anos de política econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos***. – Petrópolis: Vozes, 1997. Pg. 112 e ss.

[6] PEREIRA, José C. ***Formação industrial do Brasil e outros estudos***. – São Paulo: Hucitec, 1984. (cap.4). Para uma análise ampla do papel do empresariado nacional: MARTINS, Luciano. ***Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução à crise brasileira.*** – São Paulo: Brasiliense, 1968.

Celso Furtado e Aníbal Pinto, que vinculavam os problemas da estrutura produtiva aos empecilhos criados pela própria dinâmica do desenvolvimento das economias latino-americanas e seu modo de inserção no mercado mundial. Segundo essa concepção, a estrutura produtiva interna de países como o Brasil, baseada em setores tradicionais e com pouca tecnologia agregada, fatalmente sofreria desvantagens num comércio internacional dominado por países de industrialização avançada; para superar esse dilema seria necessário, portanto, reorientar o crescimento para o mercado interno. As teorias estruturalistas da Cepal questionavam o modelo neoclássico de crescimento em pontos fundamentais como na suposta difusão do progresso técnico, na questão das vantagens comparativas e nas teses, de Rostow, sobre as etapas do crescimento econômico[7]. Adaptado às preocupações dos países não desenvolvidos, o pensamento cepalino guiaria uma parcela expressiva do pensamento econômico latino-americano.

Tanto essa interpretação econômica organizada em torno da Cepal, quanto às ideias nacional-desenvolvimentistas, se é que há uma separação rígida entre elas, enxergam um risco elevado numa economia que, para crescer, para incremento da produção e elevação nos índices de emprego, depende da demanda por produtos com pouca ou nenhuma sofisticação tecnológica. No Brasil, essa preocupação seria especialmente relevante após as décadas em que o país teve sua economia fortemente vinculada à produção e exportação do café e, como tal, ficou sujeita às intempéries dos mercados externos. Nesse raciocínio, que expõe a fragilidade das economias em atreladas às exportações, avalia-se que como o mercado interno é dependente da demanda externa, o desenvolvimento se dará, quase sempre, nos setores que alcançarem maior capacidade de ofertar produtos com menores preços e menores custos de produção e, por esse motivo, a aquisição de tecnologia, através de máquinas e equipamentos, necessariamente estará ao lado e a serviço do capital.

A tecnologia importada para o funcionamento dessa lógica seria, então, inadequada[8] para a nação como um todo, pois gera e exige concentração de renda, determina uma baixa capacidade de absorção de mão de obra e capitaliza alguns setores em detrimento de outros possivelmente mais dinâmicos. Pelo caminho natural do

[7] Os trabalhos de Rostow não trazem uma teoria de fato, mas um conjunto de pressupostos e conclusões no qual se destaca a identificação de cinco estágios distintos de desenvolvimento das economias nacionais. O princípio da sua tese é a existência de uma inércia natural, que precisa ser superada pelos países mais atrasados. Essa superação se daria pelo acúmulo de investimentos em transporte, pela melhoria da produção agrícola e pelo aumento das importações, especialmente as de bens de capital.

[8] Para uma discussão conceitual da problemática da adequação das tecnologias para o desenvolvimento dos países, veja: STEWART, Frances. ***Technology and underdevelopment***. – London: Macmillan Press, 1977.

mercado não há solução viável, a questão do subdesenvolvimento requer e exige soluções políticas: desconcentração do sistema produtivo, criação de empregos e distribuição de renda, planejamento estatal, apoio aos setores industriais estratégicos, enfim, reformas sociais amplas e papel ativo dos governos. Embora fizessem um diagnóstico incisivo e trágico da questão do desenvolvimento, esse pensamento abria um caminho de soluções para o campo econômico e um rio de esperança para as políticas. A situação estrutural era difícil, mas pela política era possível mudá-la. Em grande medida essas ideias casavam com um outro pensamento que estava sendo construído no país, mais precisamente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. Ali alguns intelectuais formulavam uma ideologia[9] do desenvolvimento que teria profunda influência no pensamento político brasileiro, é onde efetivamente seria estruturado o componente nacionalista do desenvolvimentismo nacional[10].

As influências das ideias oriundas da Cepal e do nacional-desenvolvimentismo tendem a ser menosprezadas na análise da política econômica do regime militar. Tende-se a imaginar que havia entre essas e o pensamento dos militares um completo antagonismo e que esse, por questões concretas de poder, desapareceria ou se tornaria irrelevante após o golpe de 1964. Ocorre que, ainda que estivessem em campos políticos distintos, a direita e a esquerda compartilhavam ideias que muitas vezes eram mais próximas do que gostariam de assumir os seus representantes e, ainda que partissem de pressupostos econômicos e interesses políticos bastante distintos, havia um certo consenso em relação a algumas questões fundamentais pois ambos os lados compartilhavam um certo grau de nacionalismo e a obsessão pelo desenvolvimento.

O interesse mais pertinente talvez não seja, todavia, o de encontrar semelhanças, mas o de tentar compreender como e por que a radicalização política levou a determinados caminhos de política econômica. A começar faz-se necessário dizer que se a crença na necessidade de desenvolvimento era amplamente aceita e invocada por quase toda a sociedade muito embora as concepções do que é desenvolvimento fossem

---

[9] Numa crítica contundente, Maria Sylvia de Carvalho Franco denuncia que o pensamento construído no ISEB era marcado tanto pelo esvaziamento conceitual quanto pela falta de precisão teórica e cumpririam uma tarefa ideológica: encobrir as contradições de classe existente na sociedade brasileira, escamoteando o conflito inerente entre as classes fundamentais do capitalismo. Cf. FRANCO, Maria C. "O tempo das ilusões". In. CHAUÍ, Marilena e Maria S. Carvalho Franco. ***Ideologia e mobilização popular***. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

[10] Para uma análise minuciosa da instituição e das diversas concepções sobre o significado de nacionalismo que nela estavam presentes a maior referência é TOLEDO, Caio N. ***ISEB: fábrica de ideologias***. – São Paulo: Ática, 1982. Um trabalho menos conhecido, mas igualmente de grande valia é a tese de doutorado de DEBERT, Guita Grin. ***A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG).*** – São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

razoavelmente distintas e ideias sobre as trajetórias a serem percorridas fossem as mais diversas. Enquanto a expressão desenvolvimento sugeria, originalmente, uma ideia simples de progresso e um evolucionismo linear no qual não haveria oposição entre os países mas uma espécie de movimento progressivo contínuo mundial, onde cada um dos países estaria num estágio evolutivo diferente, a noção de terceiro mundo, adotada pela esquerda, trazia implícita a perspectiva de que as nações do planeta, assim como as sociedades, estariam divididas em classes com interesses conflitantes e antagônicos.

Uma e outra perspectiva exigiam um tipo distinto de política de promoção do crescimento. Para aqueles que acreditavam no processo natural e irreversível do desenvolvimento ou ainda aqueles que aceitavam as teorias do crescimento baseadas nas forças do livre mercado, não haveria maiores necessidades de planejamento e intervenção governamental. Para aqueles que, ao contrário, levavam em consideração as assimetrias do capitalismo internacional a questão política do desenvolvimento era extremamente relevante. No seio desse pensamento acerca das relações existentes entre os países centrais e periféricos do capitalismo estaria o pensamento crítico[11] de esquerda e a teoria da dependência, surgida na década de sessenta, que, embora deva muito às teorias econômicas, aos métodos e conceitos marxistas. Não é tarefa exatamente fácil compreender as origens e a expansão das correntes críticas dentro do pensamento político e econômico latino-americano; a começar, obviamente, pela própria definição do que é pensamento crítico. Tarefa menos árdua mas ainda assim penosa é encaixar todas as peças num único quadro que componha as diversas perspectivas da chamada teoria da dependência. Ainda na década de 70 alguns autores identificavam pelo menos três ou quatro correntes de pensamento dentre os teóricos da dependência, mas sem muito rigor podemos simplificar essas correntes entre aqueles que se aproximam e aqueles que se distanciam da Cepal ou entre aqueles que partem de teorias e problemas econômicos e aqueles que têm preocupações e fazem análises sociológicas.

Muito embora a maioria dos seus teóricos mais conhecidos tenha sido de brasileiros[12], as ideias centrais dessa teoria ganharam influência e foram incorporadas por autores de diversos países latino-americanos[13]. No geral, entende-se por

[11] O termo pensamento crítico é usado aqui num sentido *lato*, tem uma conotação muito mais política que teórica e referem-se a um conjunto de interpretações que visam redefinir algumas das ideias centrais que sustentam a organização das sociedades capitalistas.

[12] Quase todos eles exilados, entre os quais se destacam Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Vânia Bambirra, quase todos eles vivendo no Chile

[13] A lista é imensa, mas só para lembrar alguns podemos citar Enzo Faletto, Aníbal Quijano, Orlando Caputo, Amadeo Vasconi, Adalberto Torres Rivas, Jose Nun e Hector Malavé.

dependência a situação na qual a economia de determinados países se encontra condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia, mais desenvolvida, à qual esta se encontra submetida[14]. Dentre os aspectos mais importantes da teoria, destaca-se o conceito de extração de excedente que expressa a ideia fundamental segundo a qual o excedente produzido nos países subdesenvolvidos é apropriado pelos países mais avançados do capitalismo que ali investido converte-se em instrumento de dinamismo e desenvolvimento econômico. Esse tipo de relação reafirma as condições que as metrópoles impunham às suas respectivas colônias e que, no passado, havia sido a causa inicial do desenvolvimento de uns e do subdesenvolvimento de outros[15]. Essa relação dinâmica tende, em condições econômicas normais, a se perpetuar, pois cria um círculo vicioso.

Para Guido Mantega[16], embora crítica, essa teoria acaba por enfraquecer o projeto político da esquerda nacional-desenvolvimentista e de certo modo casava-se com o pensamento militar. Para aquela esquerda, os postulados dos teóricos da dependência traziam uma certa naturalização das relações de dominação ao passo que explicavam as assimetrias a partir da questão das trocas ou do comércio e não exatamente na da produção. Como complemento desses postulados estaria o pressuposto de que a divisão dos países entre ricos e pobres seria uma decorrência das relações comerciais entre os países e não dos conflitos entre as classes e das relações capitalistas de produção que elas expressavam. Por conta disso, a teoria do desenvolvimento não continha um projeto político capaz de se colocar como alternativa ao nacional-desenvolvimentismo ou ao projeto autoritário-desenvolvimentista dos militares. Ao não possibilitar uma via alternativa a teoria da dependência acaba por rejeitar as teses econômicas e as lutas dos nacional-desenvolvimentistas e reforçar as teorias que sustentavam que o melhor ou o único caminho para a economia nacional era o do desenvolvimento dependente e associado. Isso, evidentemente, não quer dizer que houvesse uma aproximação maior entre o pensamento dependentista e o pensamento da tecnoburocracia ligada ao regime. Para Campos[17], por exemplo, a tese da dependência

---

[14] Cf. SANTOS, Theotonio dos. "La estructura de la dependencia". In. ***Realidad Nacional y Latinoamericana: Lecturas***. – Lima: Instituto Nacional de Investigación y Desarrollo de La Educación, 1974.

[15] Veja por exemplo BARAN, Paul. The political economy of growth. AMIN, Samir. Unequal Development. FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. FRANK, Andre Gunder. Capitalism and underdevelopment.

[16] MANTEGA, Guido. "O pensamento econômico brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes". In: LOUREIRO, Maria R. (org.). ***50 anos de política econômica no Brasil (1946-1996)***. – Petrópolis: Vozes, 1997. (p.137).

[17] Os trechos aqui citados referem-se à entrevista concedida por Roberto Campos, In. BIDERMAN, Ciro, Luis Cozac e José M. Rego. ***Conversas com economistas brasileiros***. – São Paulo: Ed. 34, 1996. (p.59).

era uma construção sociológica mais que uma teoria econômica equivocada: *sempre achei equivocada essa incursão de sociólogos na economia. Para o economista, as questões são de muchmoreness. Quer dizer, tudo é questão de grau.*

Pelo menos nesse sentido, seu pensamento casava-se com a ideia de desenvolvimento linear, na qual não existe oposição entre desenvolvidos e subdesenvolvidos; para Campos, *do subdesenvolvimento ao desenvolvimento há apenas um espectro de variações quantitativas*; não haveria, portanto, uma questão política subjacente, mas um problema eminentemente econômico, o erro estaria no fato de que, ao contrário do economista, *o sociólogo gosta de criar categorias, e categorias estáticas no tempo. Assim, enquanto para os economistas o subdesenvolvimento é um mero estágio, ao longo de um processo, para os sociólogos em questão configurar-se-ia como uma categoria especial de desenvolvimento: o desenvolvimento associado e dependente*. Essa visão acerca do desenvolvimento é essencial para a compreensão da política econômica dos governos militares.

O pensamento econômico dos técnicos do regime

Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões foram os principais formuladores e condutores da política econômica dos primeiros anos do regime militar, Delfim Netto teria esse papel nos anos seguintes. Se todo o projeto político e econômico do regime militar pode ser resumido no lema segurança e desenvolvimento, certamente o coronel Golbery do Couto e Silva foi o principal mentor das ideias de segurança e Roberto Campos o maior foi, na área econômica, o mais brilhante e principal formulador dessa nova interpretação do Brasil.[18]

Dentro do amplo espectro do que se convencionou chamar de pensamento liberal é bem possível encontrar um espaço onde se possa encaixar Roberto Campos, de vários modos ao longo de sua trajetória ele foi efetivamente um economista liberal mas é um equívoco associá-lo ao campo ortodoxo radical, ao *laissez-faire* ou às ideias neoliberais de autores como Hayek e Von Mises. É certo que ao longo de sua vida intelectual ele foi se tornando cada vez mais um defensor ardoroso da iniciativa privada e crítico do intervencionismo estatal, contudo pelo menos nas décadas de 1950 e 60, é mais correto classificá-lo como desenvolvimentista, com suas peculiaridades e preocupações

[18] Bresser Pereira classifica os dois como os principais intérpretes da formulação autoritária-modernizante do Brasil que seria a base ideológica da aliança autoritária tecnoburocrática-capitalista que governaria o país durante o regime militar. Cf: PEREIRA, Luiz Bresser. "Interpretações sobre o Brasil". In. ***50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimento.*** – Petrópolis: Vozes, 1997. (p.26).

monetaristas, mas um defensor de uma forte atuação do Estado, da industrialização acelerada e do planejamento[19]. Ideias que não eram contrárias às suas posições políticas conservadoras nem com a sua defesa intransigente do capitalismo. Acreditava na livre iniciativa e eficiência das forças do mercado mas não no seu equilíbrio natural, daí suas posições quase sempre favoráveis às soluções privadas para o crescimento econômico embora apoiadas num forte respaldo de uma política econômica com intensa presença estatal. Nesse sentido é importante ressaltar que no governo Juscelino, no Banco Nacional de Desenvolvimento, foi articulador e responsável pelo Plano de Metas e que em sua trajetória conta ainda uma passagem formal, como fundador, pelo ISEB.

Para Celso Furtado, nos anos cinquenta, Campos era *um homem essencialmente preocupado com a modernização do país* e os seus interesses pelo planejamento decorriam *de uma preocupação quase obsessiva em reduzir o campo da 'irracionalidade' na política*[20]. A questão da racionalidade econômica, enquanto oposição à irracionalidade da política impõe às ideias de Campos uma quase exigência de bases tecnocráticas para a sustentação de políticas econômicas. Essa perspectiva, todavia, não é necessariamente contrária ao intervencionismo estatal, ela enxerga a irracionalidade da política como resultado dos interesses particulares de indivíduos, grupos ou classes mas também avalia que a ação estatal não precisa ser necessariamente conduzida por esses interesses. Esse pensamento casa-se perfeitamente com a postura autoritária do novo regime, que tenta impor os interesses de algumas classes em detrimento das vontades da maioria da população.

Essa racionalidade não se afasta do pensamento desenvolvimentista mas, ao contrário, se encaixa nele como um outro lado de uma mesma moeda; se o intervencionismo pode ser ruim enquanto princípio, é bom e necessário enquanto exigência da conjuntura e do quadro econômico do país; o próprio Campos diz que para *o economista preocupado com o aumento do capital produtivo da sociedade, a ideologia do desenvolvimento é quase tão axiomática quanto é para o militar a ideologia da defesa"*[21]. Não se trata, entretanto de questão meramente pragmática,

[19] Para uma maior compreensão do pensamento econômico de Roberto Campos e suas transformações ao longo de décadas, sempre no sentido de uma maior defesa do neoliberalismo, assim como a influência dessas ideias nos debates nacionais e sua atuação no setor público, veja: PEREZ, Reginaldo. ***O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-1995***. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, e GODOI, Bruno B. ***A influência de Roberto Campos na economia brasileira (1945-2001).*** – São Paulo: dissertação de mestrado em história econômica, FFLCH-USP, 2007.

[20] FURTADO, Celso. ***A fantasia organizada***. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (p.154-5).

[21] CAMPOS, Roberto. ***Observações sobre a teoria do desenvolvimento econômico***. – Escola Superior de Guerra, s/d. (p. 13).

Campos conhece e critica tanto a defesa do livre mercado quanto a teoria do crescimento espontâneo nos moldes concebidos por Schumpeter. Na Escola Superior de Guerra, ele havia defendido que a fase do desenvolvimento econômico espontâneo havia terminado e que os países subdesenvolvidos tinham *aguda necessidade de planificação*, mas observava, que devido à escassez de capacidade técnica e humana para planejar, o caminho para o desenvolvimento estaria num recurso intermediário, que seria *a seleção de pontos de germinação, consistentes num determinado número de investimentos básicos, que seriam objeto de cuidadoso planejamento, e sobre os quais se concentraria predominantemente a ação governamental*[22].

Como conferencista, Roberto Campos foi um homem influente dentro da ESG e por mais de dez anos pode expor e discutir suas ideias. Essa proximidade com os militares explica sua entrada no governo, Castello Branco o escolheu para ministro pelo o fato de tê-lo ouvido em suas conferências e, evidente, ter concordado com o pensamento político e econômico[23] e sobre suas ideias acerca da questão do poder nacional; aliás, bastante próximas daquelas desenvolvidas naquela Escola[24]. Suas ideias evidenciam o quanto o desenvolvimentismo da equipe econômica pós-64 era diferente daquele nacional-desenvolvimentismo baseado nas ideias da Cepal. Roberto Campos, Mario Henrique Simonsen, Octavio Gouveia Bulhões e, posteriormente, Delfim Netto e sua equipe, distinguiam-se do pensamento de Celso Furtado, Raul Prebish e outros em diversos aspectos, mas não deixavam de participar do mesmo campo de economistas, com fortes influências keynesianas,[25] que defendiam a intervenção estatal ampla e o planejamento como forma de acelerar o desenvolvimento econômico.

As crenças de Campos acerca do desenvolvimento em grande medida encaixam-se naquelas noções de progresso linear contínuo e sem antagonismos entre as nações. O problema do subdesenvolvimento poderia ser solucionado dentro do capitalismo, e isso se daria a partir dos esforços nacionais e de políticas econômicas adequadas. A

[22] CAMPOS, R. (s/d). *Op. cit*., p. 13.
[23] Cf. STEPAN, Alfred. ***Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira***. – Rio de Janeiro: Artenova, 1975. (p.136).
[24] Essa proximidade pode ser observada em duas conferências proferidas na Escola Superior de Guerra, ambas sobre o poder nacional e seus fundamentos econômicos; essas conferências foram publicadas e podem ser encontradas em CAMPOS, Roberto. ***Ensaios de história econômica e sociologia.*** – Rio de Janeiro: Apec, 1964.
[25] Desde o término da Segunda guerra o *mainstream* econômico era formado pelo pensamento keynesiano. Era ele quem, baseado no axioma do desequilíbrio, formulava e apresentava as condições ou restrições para o desenvolvimento, defendendo a necessidade uma intervenção exógena no mercado que possibilitasse o crescimento da demanda e a promoção do crescimento. Entre seus principais expoentes estavam Albert Hirschman, François Perroux e Gunnar Myrdal, para quem o jogo das forças de mercado tende a aumentar as desigualdades regionais, beneficiando os países mais desenvolvidos.

compreensão da questão passa pela teoria de Ragnar Nurkse, que propunha a existência de um círculo vicioso de pobreza que começava pela baixa produtividade, que acarretava uma renda baixa e uma capacidade de poupança irrisória e, portanto, incapaz de gerar tanto poupança quanto acumulação de capital, o que impede o investimento e, como consequência, mantém a produtividade estagnada[26]. Para sair desse ciclo faz-se necessário mexer nos seus pontos de barreira: aumentar a acumulação e a poupança internas para possibilitar investimentos e recorrer à poupança e investimentos externos.

Como em Nurske, boa parte da literatura econômica parte do princípio de que há um dilema entre equidade e eficiência ou, dito em outros termos, há uma incongruência entre distribuição de renda e crescimento econômico. Para os técnicos responsáveis pela condução da economia, estaria nessa incongruência a maior falha das ideias econômicas do nacional-desenvolvimentismo, que almejava alcançar o desenvolvimento apoiando a repartição da pouca riqueza que o país possuía. Nas palavras de Roberto Campos[27], distribuição e crescimento são dois cavalos que não marcham na mesma direção, e cada país deve estar preparado para tomar a dolorosa decisão sobre qual dos dois montará. Não havia, contudo, razão para dúvidas: crescimento é o objetivo fundamental, pois é ele que traz no seu bojo as condições para a resolução dos demais problemas. Assim, pensar numa possível distorção nas relações entre crescimento e distribuição não faz sentido, pois o crescimento rápido, *mais cedo ou mais tarde, e se houver consciência política, mais cedo que tarde, leva, também, a uma melhoria da distribuição. A recíproca não é verdadeira. Um sistema distributivo justo, porém de crescimento lento, não faz, outra coisa, na realidade, senão distribuir pobreza*.[28]

Podemos ampliar essa visão ou escolha para toda a política econômica do regime militar nas suas décadas. Ainda que tenha havido diferentes níveis de preocupação governamental e pressão da sociedade por uma maior igualdade social, o fato é que a preocupação primeira sempre foi o crescimento da riqueza, ainda que isso contribua para o aumento das desigualdades. Se há um preço a ser pago, que o seja. E nisso Delfim é a referência maior, com seu aforismo de que é preciso primeiro que o bolo cresça antes que seja possível dividi-lo. Na prática isso significa que não apenas deixa-se de privilegiar as políticas distributivas mas ainda que elas no longo prazo são

---

[26] Cf. NURKSE, Ragnar. ***Problems of capital formation in underdeveloped countries***. – Oxford: Blackwell, 1953.
[27] CAMPOS, Roberto. ***Ensaios de história econômica e sociologia***. – Rio de Janeiro: Apec, 1964. (p.115).
[28] Palavras proferidas no Fórum de Política Internacional, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, em seus comentários à palestra de Hans W. Singer. In. RATTNER, Henrique. ***A crise da ordem mundial.*** – São Paulo: Símbolo, 1978. (p.53).

ineficientes, inadequadas e deletérias, pois sendo a acumulação e a poupança pré-requisitos para o investimento faz mais sentido concentrar o pouco que se tem, buscando a sua maximização, do que dividi-lo em parcelas insignificantes. Concentrar recursos para investimentos significa aumentar ainda mais a concentração de renda.

Tirar dos pobres para dar aos ricos e elevar ainda mais as desigualdades sociais e econômicas certamente acarretaria medidas políticas impopulares. Assim, os técnicos da concordavam com a perspectiva militar de que a sociedade deveria ficar afastada das decisões, sobretudo na sua área. A nação não estaria preparada para assumir as rédeas de seu destino e, portanto, deveria ser tutelada já que a implementação de um sistema político liberal-democrático com alto grau de participação popular traria riscos à correta condução da política econômica necessária. Muito embora o discurso em favor da democracia seja recorrente, o é apenas como referência e ideal futuro, como meta para uma sociedade que no Brasil ainda estava por ser construída e o seria com educação e a devida racionalização de homens e instituições. O liberalismo é bom no papel, é bom para os outros; até seria aplicável no Brasil, mas só no futuro.

Companheiro de Campos na condução da economia durante o governo de Castello Branco, Bulhões divergia pouco dessa visão acerca dos problemas fundamentais do desenvolvimento nacional. Para o período anterior ao golpe, Bielschowsky[29], avalia que enquanto Roberto Campos pode e deve ser posto ao lado dos desenvolvimentistas, Bulhões seria um dos líderes do pensamento neoliberal brasileiro, ao lado de Eugenio Gudin. Se houvesse maiores divergências anteriores elas perdem força quando ambos estão no governo, seja diante do pragmatismo exigido pelas necessidades, seja pelas possíveis pressões de setores militares, seja pela inquestionável predominância das ideias de Campos. Diferentemente, Mantega classifica Bulhões como um desenvolvimentista autoritário, colocando-o lado de Campos, Mario Henrique Simonsen e outros membros da Consultec, responsáveis pela fermentação do projeto econômico da nova aliança de forças que assume o poder em 64[30]. Sola trabalha de modo a casar essas duas visões sobre um mesmo homem, embora veja Bulhões ao lado dos neoliberais, como um sujeito identificado com as ideias de Gudin, ela lembra que muito antes de chegar ao ministério ele já reconhecia como evidentes as diferenças estruturais que separavam o Brasil e os países centrais e, por

[29] BIELCHOWSKY, Ricardo. ***Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)***. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. (p. 38 e ss.).
[30] MANTEGA, G. (1997) *Op. cit*., p.112-3.

conta dessas diferenças e para superá-las, admitia a necessidade de intervenção estatal na coordenação da política de investimentos[31].

Bulhões de fato trabalhou com Gudin no Instituto Brasileiro de Economia, que funcionava como uma espécie de apêndice da Fundação Getúlio Vargas, e foi nesse contato que formulou boa parte das suas ideias econômicas, ideias essas, aliás, que são mais conhecidas pelo que ele fez e falou do que pelo que escreveu. Como economista não chegou a produzir trabalhos teóricos ou análises mais profundas e nesse item a diferença seria marcante, como assinala Francisco de Oliveira: comparado a Roberto Campos, faltava a Bulhões uma interpretação do Brasil[32]; ele carecia de uma explicação ampla e geral dos problemas fundamentais da sociedade brasileira e essa falta foi preenchida pelo pragmatismo; um pragmatismo que seria ancorado nos pressupostos de Campos e não nos de Gudin. Por mais que fosse inegável a influência do pensamento de Eugênio Gudin, para uma maior compreensão das ideias que guiaram a política econômica do regime militar, não se pode simplesmente confundir a defesa da ortodoxia e as preocupações monetaristas do governo Castello Branco com adoção de qualquer neoliberalismo. Ao assumir o Ministério do Planejamento, Campos buscaria pôr em prática algumas de suas crenças mas casando-as com as necessidades, os interesses e as ideias gerais do novo governo. O Programa de Ação Econômica do Governo, feito em parceria com Simonsen, seria a principal mostra desse casamento. Enquanto isso, Bulhões, no Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, seria encarregado de executar a reformulação da estrutura administrativa e produtiva do Estado e teria papel fundamental no processo de organização das políticas de modernização.

O que importa aqui não é exatamente a discussão sobre as posições econômicas desses técnicos, se eram ou não neoliberais, se eram ou não desenvolvimentistas. Mas como e porque essas ideias se encaixam com o projeto de governo gestado nas Forças Armadas. Dreyfuss[33] sugere que seria Eugênio Gudin o grande mentor intelectual de toda uma geração de técnicos que ocuparia os principais cargos da área econômica dos governos militares. Bulhões, Campos, Simonsen e Delfim teriam sofrido sua influência e teriam, como ele, compreendido a importância que as inovações técnicas e organizacionais, que estavam sendo introduzidas pelas empresas multinacionais, tinham

---

[31] SOLA, Lourdes. SOLA, Lourdes. ***Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo***. – São Paulo: Edusp: FAPESP, 1998. (p.88).

[32] Entrevista de Francisco de Oliveira. In. MANTEGA, Guido e José Marcio Rego. ***Conversas com economistas brasileiros II***. – São Paulo: Ed. 34, 1999. (p.95).

[33] DREYFUSS, René. ***A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe***. – Petrópolis: Vozes, 1981. (p.74).

para o processo de crescimento. Segundo ele, esses técnicos, enquanto intelectuais orgânicos, apurariam e disseminariam novos valores para as elites, através, por exemplo, de seminários e conferências em lugares como a ESG, associações comerciais e industriais e *através da criação de organizações de ação que se tornariam os focos de suas atividades ideológicas*. De fato os três primeiros da lista, Bulhões, Campos e Simonsen, ao lado outros importantes economistas como Alexandre Kafka, Lucas Lopes e Dênio Nogueira, fizeram parte de um mesmo grupo, a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas. A Consultec, como ficou conhecida, era, ainda segundo Dreyfuss, um importante e bem-sucedido escritório técnico, não apenas pela qualidade profissional de seus membros mas também pela capacidade política aliada e ampla penetração nos canais tecno-burocráticos e pela conexão que seus membros teriam com o grupo de poder formado pelos interesses multinacionais e associados[34].

Essas ideias, no entanto, não se encaixam facilmente em qualquer concepção ou conceituação de neoliberalismo. Para Mantega[35], o pensamento daquele grupo de técnicos gravitava em torno das ideias desenvolvidas por autores que tiveram forte relação com o surgimento e a evolução das ideias desenvolvimentistas, muitos deles sediados no Departamento Econômico e Social, órgão da Organização das Nações Unidas que desde o imediato pós-guerra abrigava importantes estudiosos do desenvolvimento de economias periféricas, como Gunnar Myrdal, Albert Hirshman, Ragnar Nurkse e Hans Singer. Nessa perspectiva, os economistas que viriam a ter posições chave no governo militar acreditavam na necessidade de se conseguir um nível de poupança interna capaz de impulsionar o crescimento e, seguindo a lógica das formulações de Hans Singer[36], isso só seria possível com a manutenção de uma acentuada desigualdade de renda capaz de permitir que as classes abastadas pudessem direcionar rendimentos para os investimentos necessários.

Se junta a essa ideia a Teoria do Desenvolvimento Equilibrado[37], segundo a qual as ondas de investimentos necessárias ao crescimento dos países periféricos não poderiam ser capitaneadas pelos empresários locais e, por conta disso, deveriam ser promovidas pelo Estado e dirigidas para alguns ramos produtivos capazes de dinamizar

[34] DREYFUSS, R. (1981). *Op. cit.*, p.86.
[35] MANTEGA, G. (1997). *Op. cit.*, p.113.
[36] SINGER, Hans. "O mecanismo do desenvolvimento econômico". In. AGARWALA, A. e S. Singh,. (org.). ***A Economia do subdesenvolvimento***. – Rio de Janeiro: Forense, 1969.
[37] Cf. NURKSE, Ragnar. ***Problems of capital formation in underdeveloped countries***. – New York: Oxford University Press, 1951. ROSENSTEIN-RODAN, Paul. "Problems of Industrialization of Eastern and South- Eastern Europe". In. ***Economic Journal*** v 53, nº 210/211, 1943.

o conjunto da economia e a contribuição dos estudos de Allyn Young[38] sobre a importância dos investimentos externos, segundo os quais a abertura dos países ao capital estrangeiro permitiria dinamizar os mercados internos mesmo num cenário de baixa poupança interna[39]. Para Mantega, não obstante fosse fortemente influenciado pelo pensamento econômico de Schumpeter, as linhas mestras do modelo autoritário de desenvolvimento adotado pelo regime militar levava em conta a fragilidade do empresariado brasileiro e, por conta disso, preconizava o papel do Estado como agente fundamental para a promoção das ondas de investimentos necessárias ao crescimento.

Para a equipe econômica, o fim do pacto populista e a instituição de um governo autoritário permitiriam que, longe das pressões populares, a tarefa de conduzir o país nos devidos trilhos do desenvolvimento pudesse ser levada adiante. Conter salários, aumentar tarifas públicas, refrear o consumo e concentrar renda são certamente políticas impopulares e que causam desgastes a qualquer governo, mas no ideário daqueles técnicos era uma necessidade da qual não se poderia fugir. Nos seus discursos, a visão imediatista dos agentes econômicos e dos indivíduos e a busca de lucro rápido e consumo imediato não eram condizentes com os interesses nacionais de médio e longo prazo, que sem dúvida eram mais importantes, e devia ser refreada. O dinamismo do mercado viria, como se supunha, dos investimentos estrangeiros, que naquele momento poderiam substituir os investimentos públicos e privados nacionais e, ao mesmo tempo, reduzir as pressões inflacionárias e de balanço de pagamento. Para tanto, técnicos e governo acreditavam e contavam que, no cenário da Guerra Fria, o Brasil surgiria quase que naturalmente como um parceiro estratégico importante para os Estados Unidos e, nessa condição, deveria ser e certamente seria beneficiado.

De fato uma análise das políticas adotadas dá credibilidade a essa interpretação acerca dos fundamentos teóricos dos principais economistas do governo, mas resta ainda saber o quanto essas ideias e quanto os interesses dos técnicos ligados à Consultec, ou de seus membros mais importantes, influenciariam as decisões políticas

[38] YOUNG, Allyn. "Increasing Returns and Economic Progress". In. ***Economic Journal***, dez, 1928. Uma edição do texto original foi publicada no Brasil, com apresentação de Antonio Barros de Castro, na ***Revista Brasileira de Inovação***, vol. 1, ano 1, janeiro/junho de 2002.

[39] Para uma maior compreensão de algumas das idéias mais importantes e de algumas das categorias centrais das análises e dos modelos teóricos do desenvolvimento econômico, particularmente dos conceitos de rendimentos crescentes, economias de escala e *big push*, desenvolvidas por autores como Allyn Young, Rosenstein-Rodan e Ragnar Nurkse, e suas influências sobre o modelo brasileiro de desenvolvimento, veja o trabalho de MANTEGA, Guido. "Modelos de crescimento e a teoria do desenvolvimento econômico". In. ***Relatório de Pesquisa***, nº3/1998. EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisa e Publicações.

dos governos a partir da década de 1950 e, sobretudo, durante os governos militares. Não temos muitos elementos para mais longe nessa questão, importa-nos, contudo, lembrar que o núcleo da Companhia geraria uma importante organização tecno-empresarial e político-burocrática, a Análise e Perspectiva Econômica (Apec), um grupo maior que incorporaria importantes empresários e administradores do governo. Com uma equipe que chegou a ser formada por mais de 150 técnicos, muitos deles recrutados entre importantes quadros da administração federal, e tendo vários de seus membros sustentando ligações entre a ESG e diversos outros grupos da elite econômica brasileira, a Apec seria uma importante base para a formulação das ideias econômicas que fundamentariam boa parte das críticas ao governo João Goulart e das ideias que mais tarde seriam colocadas em prática durante o regime militar[40].

Como vimos, o pensamento econômico de Campos e Bulhões, ainda que próximo do pensamento neoclássico, não compactua com a plena eficiência do livre mercado, com a teoria do equilíbrio geral, ou com a noção de competição perfeita. Essas ideias, heterodoxas ou não, baseadas mais em pragmatismo que em teorias, dariam as cartas para a condução da política econômica enquanto os dois permaneceram no comando de seus ministérios e continuariam tendo um peso considerável nas gestões seguintes, sobretudo nos dois governos posteriores. Com Costa e Silva no comando, o regime sofreria grandes mudanças nos seus quadros mais importantes. A equipe montada por Castello Branco foi quase toda destituída e o número de militares nos altos postos do governo cresceu consideravelmente, atendendo às pressões dos oficiais da linha-dura. Entre as principais áreas do governo praticamente só a econômica ficaria nas mãos de civis[41], para o ministério do Planejamento iria Hélio Beltrão e para a Fazenda Delfim Netto. O primeiro havia sido chefe do setor de planejamento do governo de Carlos Lacerda, na Guanabara e era figura respeitada entre empresários o segundo ainda era uma figura desconhecida para a maioria dos brasileiros, como economista estava muito longe de ter o brilho de Campos ou mesmo a habilidade de Bulhões.

Delfim Netto não era uma escolha previsível, como fora Roberto Campos, não vinha do grupo originado na Consultec, tampouco havia passado pela Apec, não possuía vínculos com a ESG nem com os militares em geral. Aos 38 anos chegara ao posto mais

[40] DREYFUSS, R. (1981). *Op. cit.*, p.90.

[41] Há apenas outras duas exceções importantes, a escolha do ex-governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, para o ministério das Relações Exteriores e, para o ministério da Justiça, o nome de Antonio Gama e Silva, professor de direito na Universidade de São Paulo.

importante na condução da economia do país sem ter que passar por estágios em cargos propriamente políticos. Dois anos antes havia sido secretário da Fazenda do estado de São Paulo e ali se destacara, embora possuísse tênues ligações com o mundo empresarial, mediante assessorias eventuais prestadas à Confederação Nacional das Indústrias e ao Ipes, sua grande marca era a de acadêmico. Como jovem professor universitário, oriundo do curso de economia da Universidade de São Paulo, havia formado em torno de si, no Instituto de Pesquisa Econômica, uma importante equipe de colaboradores formada por nomes que mais tarde ganhariam destaque como Affonso Celso Pastore, Eduardo Pereira Carvalho e Pedro Cippolari.

Enquanto acadêmico havia desenvolvido estudos sobre a agricultura brasileira, com destaque para o mercado de café, e suas relações com a acumulação primitiva de capital que daria impulso à industrialização do país. A obra que tem maior relevância para a compreensão da sua atuação na vida pública, entretanto, é de outra natureza, trata-se de um estudo de modelos de desenvolvimento, publicado em 1962 com o título *Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento*. Não é uma obra que proporcione maiores contribuições teóricas, mas uma espécie de resenha crítica da literatura *mainstream*[42] sobre o tema, o que, todavia, não deixava de ser uma importante contribuição no escasso mercado editorial brasileiro; ainda assim é um trabalho que oferece, nos contrastes, alguma nitidez sobre o seu pensamento econômico.

Nesta obra ele afirma, por exemplo, que *é ilusão pensar que existe a alternativa de planejar ou não planejar, pois a única alternativa que existe, na realidade, é planejar bem ou planejar mal*.[43] Nessa linha de raciocínio, cabe ao técnico do governo, ao *policy maker*, a tarefa de escolher, entre as variáveis ou possibilidades abertas, aquelas mais eficientes para se chegar ao fim almejado. Não se trata de tarefa fácil, mas tampouco de um caminho impossível, e nesse momento bastava a crença na possibilidade de desenvolver o país para diferenciá-lo de uma parcela importante de notáveis economistas, que sugeriam que as portas do desenvolvimento estariam

---

[42] Utilizo-me novamente das considerações de Colander, Holt e Rosser, segundo as quais o termo *mainstream* se refere ao conjunto de idéias consensualmente aceitas pela elite econômica dos principais centros de ensino de economia; lembrando mais uma vez que, esse sentido, o termo possui um sentido mais amplo do que o conceito de ortodoxia, que se referiria à qualquer linha de pensamento dominante em uma determinada época e que atualmente seria sinônimo de escola neoclássica. Cf. COLANDER, D., R. Holt & B. Rosser. ***The changing face of mainstream economics***. – Vermont: Middlebury College: Department of Economics, 2003.

[43] DELFIM NETTO, Antonio. ***Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento econômico***. – São Paulo: Universidade de São Paulo: Faculdade de Economia e Administração, 1962. (p.VII).

temporária ou irremediavelmente fechadas[44]. Numa equação difícil, é possível definir Delfim como um defensor do intervencionismo, mas também como um entusiasta de um liberalismo menos ortodoxo que acredita nas forças do mercado, mas acredita não sem antes ressaltar que *para que o sistema de preços possa funcionar adequadamente, impõe-se que as modificações estruturais mais importantes sejam previstas e superadas antes de se tornarem um fator impeditivo da aceleração do desenvolvimento econômico.*[45] É, portanto, nesse sentido que o Estado deve agir e é nessa linha que o planejamento deve operar.

A despeito da origem distinta, as ideias fundamentais não eram muito divergentes das dos seus antecessores. O ministro paulista também não professava grande fé na capacidade do livre mercado conduzir o desenvolvimento nacional sem o apoio do Estado e sem políticas de planejamento. Talvez o que o mais o diferenciasse da dupla Campos e Bulhões fosse a menor preocupação com a política monetária ou com o combate à inflação, pontos que para aqueles seriam cruciais dentro da problemática econômica nacional. Seus objetivos principais eram outros e isso ele deixava claro: *não vamos sacrificar a meta de desenvolvimento econômico apenas para passarmos à história como o homem que acabou com a inflação a qualquer custo*.[46] Por traz do discurso mais do que uma mudança de direção havia uma mudança de cenário, o novo ministro beneficiara-se das políticas adotadas no governo anterior e assumia o cargo com novos desafios e novas perspectivas.

A meta principal seria o desenvolvimento – ou pelo menos o crescimento econômico, mas essa não era uma busca fácil num país que não havia poupança capaz de patrocinar investimentos. Por acreditar que havia uma tendência do setor privado em consumir imediatamente os lucros que deveriam servir de poupança, Delfim era favorável a uma forte intervenção estatal no sentido de absorver parte desses lucros para empregá-los no setor produtivo via empresas estatais ou empréstimos através de bancos de investimentos. Segundo ele:

> *O conflito entre o consumir agora e o consumir no futuro faria com que a tentativa isolada de uma acumulação maior de capital resultasse em pressões inflacionárias bastante amplas para inibir o próprio processo. O impulso para a industrialização passa a ser, nesses termos, um dos fins do próprio Estado que, por uma adequada política monetária e fiscal, bem como uma*

[44] Nesse momento quem encamparia essa perspectiva mais pessimista era exatamente Celso Furtado, que não exatamente por conta disso, era um dos alvos de suas críticas no livro.
[45] DELFIM NETTO, A. (1962). *Op. cit*., p.VI.
[46] O Estado de S. Paulo, 30 de novembro de 1969. In: SKIDMORE, Thomas. ***Brasil: de castelo a Tancredo, 1964-1985***. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (p.142).

oportuna ação supletiva no campo da produção, cria as condições para uma atuação mais eficaz do setor privado[47].

Delfim que já vinha tratando do problema financeiro no governo Costa e Silva continuou essa tarefa com Médici, centralizou e trabalhou no sentido de gerar crescimento, sobretudo com crédito externo. Naquele período, entre meados da década de sessenta e início da década de setenta, o crédito externo estava barato, os juros baixos e as ofertas de recursos para o país eram grandes. Na falta de poupança doméstica Delfim trabalharia com a opção mais fácil e barata: o crédito externo. Anos mais tarde, Ernesto Geisel lembraria que ele o ministro alegava que na falta de poupança própria para aplicar no desenvolvimento do país, era preciso aproveitar a poupança dos outros países, que está disponível, e utilizá-la para o desenvolvimento nacional; *vamos trazer a poupança do estrangeiro para o Brasil e aplicá-la criteriosamente, para que ela tenha um efeito reprodutor. Depois poderemos pagá-la de volta*.[48] Para Geisel e para a maioria dos militares, em linhas gerais, a tese de Delfim parecia certa. Já no governo Costa e Silva e, de modo crescente, nos governos Médici e Geisel, se usaria bastante o crédito exterior. Como os bancos estrangeiros os bancos passaram a dispor de muito mais dinheiro, esse crédito foi se tornando ainda mais fácil na década de setenta, sobretudo após o primeiro choque do petróleo. Os árabes, que se encheram de dinheiro, colocaram os petrodólares nos bancos, e os bancos não tinham outra coisa a fazer a não ser emprestar. Então os juros eram realmente baixos[49].

Como expõe Elio Gaspari, o Ato Complementar nº40, promulgado poucos dias após o Ato Institucional nº5, em dezembro de 1968, foi o instrumento de funcionalidade do AI-5 nas relações econômicas do Estado brasileiro, *transmutando aquilo que poderia ser uma ditadura difusa, entregue a coronéis radicais e voluntaristas, num processo de reorganização do poder*. [50] Para ele os efeitos produzidos pelo AC-40, por um lado, reduziram os recursos a serem distribuídos e, por outro, centralizaram os mecanismos através dos quais seriam feitas as transferências. A grande centralização dos recursos, que ao mesmo tempo fragilizava e aumentava a dependência de estados e municípios, permitiria que o governo federal enquadrasse todos os setores que dele dependiam. Se o

[47] DELFIM NETTO, Antonio e Pereira de Carvalho. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In. ***Estudos Anpes***, nº 5. Pg. 3.
[48] D'ARAÚJO, Maria C. e Celso Castro. ***Ernesto Geisel***. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. (p.293).
[49] Reproduzo aqui quase que completamente as palavras de Geisel. Cf. D'ARAÚJO, M. e C. Castro. (1997). *Op.cit*., p. 293.
[50] GASPARI, Elio. ***A ditadura escancarada***. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (p.233).

AI-5 servira para dizer o que era proibido no campo da política, o AC-40 informava o caminho a ser seguido no campo econômico e dizia ainda onde estaria o dinheiro para que se fizesse o que era permitido. Com os dois atos juntos, Delfim e a equipe econômica do governo aproveitaram para fazer tudo o que queriam e acreditavam. Com o aumento da arrecadação, ainda em 1969 o governo bateria o seu recorde de gastos, consumindo 23,4% do PIB, e ainda assim fecharia o orçamento com superávit. A centralização de recursos ampliou imensamente os poderes do ministro, *num cálculo grosseiro, levando em conta outros instrumentos financeiros e tributários, Delfim Netto estimou que no final de 1970 os recursos controlados pelo governo federal eram quase o dobro do montante disponível em 1967, quando terminou o governo Castello*.[51]

O crescimento extraordinário do período do milagre não foi suficiente para que o principal nome da área econômica fosse mantido no governo. O estilo centralizador do ministro certamente foi um dos motivos para que Geisel não o quisesse em seu governo, já que para ele Delfim *era muito inteligente*, mas lhe *parecia muito personalista e absorvente*[52]. Esse estilo centralizador, já havia lhe proporcionado diversos inimigos dentro e fora do governo e as críticas contra ele eram habitualmente ácidas. A pouca amabilidade em relação ao ministro em parte decorria da percepção de alguns membros do governo acerca das suas ambições políticas. Em conversa com Geisel, Golbery do Couto e Silva afirmaria que *o gordo* teria vocação para ditador, era ditador enquanto ministro e, na possibilidade de que viesse a ser governador de São Paulo, poderia sê-lo também enquanto presidente da República. Tratava-se de um homem *que não tem escrúpulo em usar o poder, não tem ilusão para o bem ou para o mal, para proteger ou para massacrar*.[53] A volta de Delfim Netto, como homem forte da economia, durante o último governo militar vai se dar em condições completamente diversas daquelas experimentadas anteriormente, suas políticas serão outras suas prioridades serão outras, não se pode, contudo, concluir que tenha havido mudança fundamentais nas suas ideias mas uma tentativa de adequação dessas aos novos tempos.

O certo é que, levando ou não em conta as palavras de Golbery, Geisel decidiu pela mudança; senão por outra linha de condução para a política econômica, ao menos pelos seus condutores responsáveis. No quinquênio que vai de 1974 a 1979 a política

[51] GASPARI, E. (2002). *Op. cit*., p.233.
[52] D'ARAÚJO, M. e C. Castro. (1997). *Op.cit*., p.431.
[53] Conversa de Golbery com Geisel em novembro de 1973. APGCS/HF. In. GASPARI, Elio. ***A ditadura derrotada***. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (p.274).

econômica do regime militar teria sua direção compartilhada e dividida entre Reis Velloso, que continuaria no comando do Planejamento, e sem a sombra de Delfim ganharia maior destaque, e Mario Henrique Simonsen, no Ministério da Fazenda. Nesse período, diante dos novos desafios, o regime militar buscaria conjugar dois objetivos que pareciam irreconciliáveis: sustentar o ritmo de crescimento acelerado e, ao mesmo tempo, barrar o processo inflacionário e conter o déficit do balanço de pagamentos. As contingências políticas e as conjunturas econômicas contribuíram tanto para que Velloso tivesse um papel predominante nos dois primeiros anos de governo, implantando políticas com forte conteúdo desenvolvimentista, quanto para que Simonsen fosse o principal comandante da área econômica a partir de 1976, implementando políticas de contenção e importantes pacotes de estabilização[54].

Mario Henrique Simonsen era próximo de Roberto Campos, com quem havia trabalhado na Anpes e na Consultec, como seu sócio minoritário, e também de Octávio Bulhões, com quem havia formulado os projetos de criação do Sistema Financeiro da Habitação e do Banco Nacional da Habitação; havia, ainda, colaborado com ambos na formulação do PAEG durante o governo Castello Branco. Antes de assumir o ministério da fazenda, porém, se mantivera na vida acadêmica ainda que, paralelamente, exercesse atividades nos setores público e privado. Simonsen, assim como Campos e Delfim, assimila desenvolvimento a crescimento econômico como se não houvesse maiores diferenças entre uma e outra coisa, em suas palavras, *a única explicação inteligível de desenvolvimento econômico é essa, crescimento real per capita*[55], e na mesma linha que aqueles e pelos mesmos motivos não via sentido em priorizar políticas distributivas, que seriam, no caso brasileiro, necessariamente incompatíveis com o crescimento acelerado; mesmo porque para ele distribuição de renda é um problema político e não econômico. Para Simonsen, o Estado possui, acima de tudo, uma função econômica regulamentadora, além de ser insubstituível como provedor de bens públicos, todavia, na prática dos países subdesenvolvidos, ele pode ter um grande poder de impulsão para a economia desde que seja capaz de criar poupança. Pode-se dizer, sem medo de errar que, do mesmo modo que Roberto Campos, Simonsen estava ao lado daqueles que acreditavam que o mundo não poderia ser salvo pelos caridosos, mas, pelos eficientes.

---

[54] COUTINHO, Luciano e Luis G. Belluzzo. "Política econômica, inflexões e crise: 1974/1981". In: ***Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise.*** Vol.1 – Campinas: Unicamp: Instituto de economia, 1998. (p.185 e ss.).

[55] Entrevista concedida, in: BIDERMAN, Ciro; Luis Cozac e José M. Rego. ***Conversas com economistas brasileiros***. – São Paulo: Ed. 34, 1996. (p.198).

Em trabalho escrito na década de setenta, junto com Campos, Simonsen credita o crescimento acelerado do milagre econômico à política econômica restritiva do governo que permitiu o grau elevado de poupança necessário para viabilizar o crédito e os investimentos[56]. Essas ideias econômicas perdem força a partir do governo Geisel quando as necessidades mais urgentes de estabilização se sobrepõem sobre as perspectivas de desenvolvimento até chegar num nível de preponderância absoluta nos últimos anos do governo Figueiredo.

Campos, Bulhões, Delfim, Velloso e Simonsen, entre outros, tiveram nos governos militares não apenas o papel de cumpridores de tarefas ou de funcionários qualificados. Certamente são figuras que chegam aos postos máximos da área econômica pelas suas habilidades e capacidades e também pela identificação que os detentores do poder executivo encontravam neles, seja em termos de objetivos seja em termos de interesses. Pelo próprio fato de terem um domínio sobre conhecimentos técnicos que os militares não possuíam, esses economistas tiveram uma enorme influência na condução dos rumos do desenvolvimento, tendo possibilidade, ainda que veladamente, de se contraporem a objetivos mais prementes e relevantes para os militares que concentravam o poder.

Eram técnicos mas eram políticos também, mesmo porque sabiam que era impossível não sê-lo. Como ministros estavam lidando com interesses organizados, de dentro e de fora do governo, e embora adotassem discursos de neutralidade sabiam que não havia isolamento e que estavam trabalhando para determinados objetivos políticos. Para além disso esses ministros não estavam sozinhos, como mostra Schnaider[57], a cada novo governo ocorre uma profunda transformação na estrutura burocrática do país, são dezenas de milhares de cargos preenchidos por nomeação e indicação. Na área econômica não foi diferente, cada ministro teve seu quinhão de poder, suficiente para negociar ou escolher dirigentes de empresas e bancos multinacionais, cargos de confiança, subordinados diretos e indiretos. Os governos militares trouxeram uma nova

[56] SIMONSEN, Mario H. e Roberto Campos. ***A nova economia brasileira***. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. (cap.6).

[57] Schneider analisa o sistema burocrático brasileiro e argumenta a eficiência do sistema está relacionada com sua estruturação através de carreiras, as quais se realizam através de nomeações pessoais. Cada novo presidente da República abre cerca de 50 mil cargos para nomeação. É importante compreender a carreira do burocrata e como ela se realiza através de nomeações pois estas nomeações se tornam um fator estratégico para os burocratas que buscam definir suas carreiras e para os governos, que pretendem reorganizar o Estado. SCHNEIDER, Ben Ross. ***Burocracia pública e política industrial no Brasil***. – São Paulo: Editora Sumaré, 1994.

perspectiva de carreira para a tecnoburocracia, a carreira política. Se, como observa Edson Nunes, entre 1947 e 62 a grande maioria (70%) dos governadores eleitos era composta por homens com experiência legislativa, durante o governo militar haverá uma clara uma inversão de perfil.

> *Em 1970, no governo Médici e, em 1974, no governo Geisel, inúmeros tecnoburocratas foram escolhidos para governar os estados. O método de eleição indireta imposto naquela época permitiu de fato que o presidente controlasse o processo de escolha. Até 1964, quase 60% dos ministros civis tinham experiência legislativa anterior, enquanto 26% tinham origens mais técnicas. Este padrão inverteu-se claramente depois de 1964: apenas 21% das pastas civis foram ocupadas por homens com experiência parlamentar, enquanto a especialização tecnoburocrática passou a ser responsável pela ocupação de 55% das pastas.* [58].

O fato de ter como perspectiva a possibilidade de conquistar um alto posto no poder Executivo muito provavelmente serviu para seduzir alguns tecnoburocratas. A intenção de Delfim Netto de ocupar o cargo de governador de São Paulo talvez possa sugerir isso, mas ainda que essa intenção não existisse certamente existiria a tentação. A conquista e a permanência dos técnicos no governo dependiam não apenas das afinidades de pensamento e objetivos com o militares e da habilidade em colocar novos propósitos a eles mas também da lealdade que eles pudessem ter aos seus superiores.

A tecnoburocracia e o regime: os economistas do governo

Há uma forte relação entre o que ocorre no mundo da política e o que acontece na esfera da economia, isso é óbvio. A estabilidade dos regimes, a aprovação dos governos, a capacidade do Estado de prover benefícios aos cidadãos dependem de algum grau da estrutura econômica e do mesmo modo que crises políticas desestruturaram mercados, economias falidas derrubaram governos. Muito embora exista uma relação próxima e mesmo uma interdependência entre eles, Estados e mercados possuem fins distintos e por vezes divergentes. Ocorre que o mundo da política tem em si um interesse *ideal*, ou objetivos últimos, que se sobrepõe à simples coordenação, articulação ou gestão do mercado capitalista, que, ao contrário, não possui fins últimos senão a constante busca de consecução dos interesses individuais.

O horizonte da política necessita e pressupõe um espaço para vir a ser, que também pode ser individual mas que é sobretudo coletivo, um mundo ideal ou um projeto de futuro, e nisso a estrutura e a organização econômica entra como entrave ou suporte, como aliado ou obstáculo. Portanto, não apenas os fenômenos econômicos

[58] Cf. NUNES, Edson. ***A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático***. – Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1997. (p.83).

influenciam a maior parte dos fenômenos sociais e políticos, como acentua Marx, mas também o inverso, conforme frisa Weber. A relação entre política e economia, portanto, vai além das questões que dizem respeito ao Estado e ao mercado, percorrendo diversos aspectos das organizações humanas, decorre disso que não é viável aos governos simplesmente gerenciar situações em que as tomadas de decisão podem ser realizadas a partir de receitas prontas e cotidianas. Se essa relação entre a política presente e o ideal futuro nem sempre é clara e evidente nos governos democráticos contemporâneos, nos regimes autoritários ela tende a ser mais acentuada pois geralmente é uma de suas bases de sustentação. Se num caso a legitimidade está presente nos meios, no outro ela será buscada nos fins. Assim pretende-se trocar a falta de participação política pela esperança de uma condução de políticas que maximize as relações entre fins e meios. Sobre o Estado burocrático-autoritário, O'Donnell[59] destaca a necessária busca da "*despolitização*" das instituições que tratam de questões sociais que, no discurso oficial, deveriam ser tratadas a partir de critérios neutros e objetivos de racionalidade técnica, pois isso representaria uma necessidade para a "*normalização*" da economia e um antídoto contra as irracionalidades e exigências que as reivindicações populares trariam.

Para o grupo dominante, isto é para a elite do governo, essa atitude assegura a tomada de decisões impopulares e a substituição das reivindicações mais imediatas por políticas de longo prazo. Uma das ideias que sustentam esse tipo de Estado é a de que a tecno-burocracia teria a possibilidade de reorganizar o Estado a partir de soluções técnicas, neutras e racionais, capazes de colocar os interesses da nação acima dos demais. Na prática, entretanto, o que ocorre é que as estruturas burocráticas, ainda que baseadas em critérios técnicos, são montadas de acordo com os interesses grupo detentor do poder político, que também contaria com as vantagens da participação dentro da estrutura de poder. Os postos mais importantes da estrutura burocrática, portanto, precisam ser preenchidos por técnicos que, além de competência, possuam afinidades ideológicas com o governo.

Em estruturas suficientemente hierarquizadas, com regras formais e capacidade de impor sanções coercitivas não há necessidade de mudanças profundas nos quadros do funcionalismo público quando se é possível moldar comportamentos, impor diretrizes e, paulatinamente, inculcar novos valores. É razoável, ainda, pensar que através de prêmios e punições seja possível moldar o comportamento de uma parte significativa da

[59] O'DONNELL, Guillermo. ***Contrapontos: autoritarismo e democratização***. – São Paulo: Vértice, 1985. (p.22).

burocracia de modo a adequá-la aos objetivos buscados. Os técnicos alocados nos principais postos do governo, ministérios, órgãos do executivo, chefias de empresas estatais e cargos do escalão do governo, obviamente, possuem vantagens e interesses pessoais na continuidade do regime e do governo e, a menos que compreendam ter possibilidades de ganhos semelhantes ou maiores numa eventual mudança, tendem a defender o *status quo*[60]. Interessa, então, conhecer as afinidades que estabelecem a identificação de propósitos entre técnicos e governo. Nesse caso o governo identificado com os militares e os técnicos identificados com os economistas que possuiriam os postos chave da política econômica. Como vimos, a base ideológica que sustentou o governo e que tentaria legitimar o regime foi em grande parte desenvolvida na ESG, entre os militares, e, em menor grau, pela Consultec entre os civis. Embora houvesse nessas instituições uma perspectiva econômica autodenominada como liberal, em maior ou menor grau, elas defendiam um grande intervencionismo estatal e o caminho do planejamento econômico.

Bibliografia

AFONSO, Carlos e Herbet de Souza. ***O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a crise fiscal***. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BENEVIDES, Maria. ***O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política***. – São Paulo: Brasiliense, 1976.

BIDERMAN, Ciro, Luis Cozac e José M. Rego. ***Conversas com economistas brasileiros***. – São Paulo: Ed. 34, 1996.

BIELCHOWSKY, Ricardo. ***Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)***. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CAMPOS, Roberto. ***Ensaios de história econômica e sociologia.*** – Rio de Janeiro: Apec, 1964.

CAMPOS, Roberto. ***Observações sobre a teoria do desenvolvimento econômico***. – ESG, s/d.

CASTRO, Celso e Maria C. D'Araújo (org.s). ***Tempos modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento***. – Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COUTINHO, Luciano e Luis G. Belluzzo. ***Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise.*** Vol.1 – Campinas: Unicamp: Instituto de economia, 1998.

D'ARAÚJO, Maria C. e Celso Castro. ***Ernesto Geisel***. – Rio de Janeiro: FGV, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina; Gláucio Soares e Celso Castro. ***Visões do golpe: a memória militar de 1964***. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DELFIM NETTO, Antonio. ***Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento econômico***. – São Paulo: FEA-USP, 1962.

[60] Essas questões são discutidas e analisadas em MARTINS, Luciano. ***Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64***. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREYFUSS, René. ***A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe***. – Petrópolis: Vozes, 1981.

FURTADO, Celso. ***A fantasia organizada***. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GASPARI, Elio. ***A ditadura derrotada***. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. ***A ditadura escancarada***. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODOI, Bruno B. ***A influência de Roberto Campos na economia brasileira (1945-2001).*** – São Paulo: dissertação de mestrado em história econômica, FFLCH-USP, 2007.

LOUREIRO, Maria R. (org.). ***50 anos de política econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos***. – Petrópolis: Vozes, 1997.

MANTEGA, Guido e José Marcio Rego. ***Conversas com economistas brasileiros II***. – São Paulo: Ed. 34, 1999.

MANTEGA, Guido. "Modelos de crescimento e a teoria do desenvolvimento econômico". In. ***Relatório de Pesquisa***, nº3/1998. EAESP/FGV/NPP .

MANTEGA, Guido. ***A economia política brasileira***. – Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, Luciano. ***Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64***. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARTINS, Luciano. ***Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução à crise brasileira.*** – São Paulo: Brasiliense, 1968.

NUNES, Edson. ***A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático***. – Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NURKSE, Ragnar. ***Problems of capital formation in underdeveloped countries***. – Oxford: Blackwell, 1953.

O'DONNELL, Guillermo. ***Contrapontos: autoritarismo e democratização***. – São Paulo: Vértice, 1985.

PEREIRA, José C. ***Formação industrial do Brasil e outros estudos***. – São Paulo: Hucitec.

PEREIRA, Luiz Bresser. "Interpretações sobre o Brasil". In. ***50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimento.*** – Petrópolis: Vozes, 1997.

PEREZ, Reginaldo. ***O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-1995***. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RATTNER, Henrique. ***A crise da ordem mundial.*** – São Paulo: Símbolo, 1978.

SCHNEIDER, Ben Ross. ***Burocracia pública e política industrial no Brasil***. – São Paulo: Editora Sumaré, 1994.

SILVA, Golbery C. "Do planejamento para a segurança nacional". In: ***Cadernos Brasileiros***, nº1 (4), 1960.

SIMONSEN, Mario H. e Roberto Campos. ***A nova economia brasileira***. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

SINGER, Hans. "O mecanismo do desenvolvimento econômico". In. AGARWALA, A. e S. Singh,. (org.). ***A Economia do subdesenvolvimento***. – Rio de Janeiro: Forense, 1969.

SKIDMORE, Thomas. ***Brasil: de castelo a Tancredo, 1964-1985***. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOLA, Lourdes. ***Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo***. – São Paulo: Edusp: FAPESP, 1998. (Pg. 46).

STEPAN, Alfred. ***Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira***. – Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

Café e alimentos em Ribeirão Preto no primeiro quartel do século XX: Os contratos de trabalho agrícola

Renato Leite Marcondes [1]
Alcione Albuquerque Más [2]

RESUMO

Apesar do grande destaque do café em Ribeirão Preto, a produção de alimentos manteve-se como atividade importante desenvolvida no município. Sítios e trabalhadores envolveram-se nessa ocupação para o abastecimento dos habitantes da cidade. Analisamos, por meio de contratos de trabalho agrícola, a relação entre o plantio do café e de alimentos.

Palavras chaves: Café, produção de alimentos, Ribeirão Preto, Mercado Interno.

ABSTRACT

Despite the high profile of coffee in Ribeirão Preto, food production has remained as an important activity developed in the city. Sites remained a workers engaged in this occupation for the supply of city residents. We analyzed, by means of agricultural labor contracts, the relationship between planting, coffee and food.

Keywords: Coffee, food, Ribeirão Preto, Domestic Market.

Desde o início do processo de colonização, a produção de alimentos foi fundamental para a viabilização da economia exportadora, seja numa mesma unidade produtiva ou por meio de produtores independentes fazendo uso ou não de cativos. Em São Paulo nos primeiros séculos, em face da menor importância do mercado externo, o cultivo de alimentos destacou-se, especialmente por meio do braço indígena e comercializado mais localmente. A partir dos descobertos do ouro, esse comércio expandiu-se para atender a demandas das minas em várias áreas, como o comércio de gado a longas distâncias.

[1] Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP).
E-mail: rlmarcon@usp.br
[2] Professora de História. Pós graduanda em História, Cultura e Sociedade (CEUBM/RP).
E-mail: alcionemas@gmail.com

O avanço das atividades de produção do açúcar, da aguardente e principalmente do tabaco ao final do século XVIII em São Paulo não inviabilizou a coexistência com a produção de alimentos, como o milho, feijão, arroz e a farinha. A pecuária ganhou espaços mais específicos em função das dimensões das áreas necessárias à criação e ao próprio comércio de longa distância.

O rápido crescimento do café no início do século XIX em áreas paulistas não alterou esta associação entre o cultivo de exportação e de alimentos. A comercialização de bens de subsistência atendia a demanda por alimentos. [3]

Para o momento áureo do café no Oeste de São Paulo e, especialmente, em Ribeirão Preto no primeiro quartel do século XX, há poucos estudos específicos sobre a presença de uma agricultura de alimentos[4] e suas relações de trabalho atreladas ao desenvolvimento cafeeiro, principalmente por meio de contratos de trabalho.

Organizamos o trabalho em três seções distintas: a primeira refere-se à revisão da bibliografia específica ao tema; a segunda traça um panorama da produção de alimentos no município de Ribeirão Preto; a terceira analisa as escrituras de contratos de trabalho agrícola, depositados no 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto.

Esses contratos firmados entre proprietários de fazendas e sítios com os parceiros, empreiteiros ou arrendatários mostram como se estabeleceu essas relações de trabalho. Propomos, sobretudo, focalizar a importância da produção agrícola de alimentos no município associada às relações de trabalho atreladas ao café.

Os alimentos no caminho do café

A cafeicultura promoveu importante transformação social e econômica no Estado de São Paulo e atraiu grande contingente de trabalhadores no início do século XIX. Todavia, o cansaço dos solos das terras mais antigas provocou a fragmentação das grandes propriedades e a procura por regiões novas, favorecendo o desenvolvimento da figura do sitiante e das pequenas lavouras. A preferência do pequeno produtor era o plantio de alimentos, o tabaco, a criação de animais, a produção de aguardente, além do toucinho apreciado no consumo familiar. Todavia, conforme Luna & Klein, notava-se em São Paulo a presença expressiva de fazendas de criação em 1854, somando 532 fazendas com aproximadamente 35 mil cabeças de gado e 68% delas estava concentrado

[3] Muitas vezes o plantio ocorria entre as fileiras dos novos cafezais, de modo a "suplementar a renda dos produtores que faziam experiências com novas culturas, como o café." (LUNA & KLEIN, 2010, p. 22).
[4] Ver ALVARENGA, 2001; FALEIROS, R.N., 2008; HAFNER, C.C., 2009; LUNA, F V.; KLEIN, H. S., 2010; OLIVEIRA L. L., 2004.

no oeste paulista. Havia, também, o cultivo e a comercialização de alimentos nas propriedades voltadas à produção de exportação, açúcar e café.[5] Como Nice Lecoq Müller (1951) afirmou em seu estudo clássico, o termo sitiante tornou-se mais comum no século XVIII, significando aquele individuo que produzia diversas culturas, o policultor. Antes disso, havia apenas a referência a uma organização rural que envolvia os grandes proprietários, o agregado e o escravo.

Müller observou que o sitiante do século XX tinha relação com o antigo agregado que vivia da exploração da caça e do cultivo de cereais. Como não descendiam da elite, dificilmente recebiam doações de terras da Coroa. Os sítios atendiam aos viajantes em tropas de mulas que transitavam pelos caminhos. Esses pequenos lavradores plantavam alimentos que pudessem ser colhidos com rapidez, pois ocupavam terras de outrem e estavam sempre na iminência de serem expulsos.

Entretanto, essa situação mudou, no século XIX, não apenas pelo fim do sistema de sesmarias, mas por ocasião da fragmentação de terras, quando os cafeicultores optaram pelo arrendamento e os núcleos coloniais favoreceram as parcerias. A urbanização e a industrialização produziram as zonas periféricas às cidades que direcionaram a pequena agricultura policultora para a formação de um mercado interno. Müller define o sitiante como o produtor rural que é o responsável por todo o processo de trabalho, independente de ser o proprietário ou não, podendo contratar empregados e contar com auxílio da família. Todavia, há uma distinção entre o sitiante e o trabalhador rural chamado de colono ou camarada, ou ainda o empreiteiro que era contratado para a formação de plantações e se sujeitava à fiscalização do proprietário.[6]

Assim, havia os sitiantes proprietários e os que se instalavam em terras alheias. O posseiro, a sua maioria em propriedades do Estado, poderia usufruir o direito de usucapião; o arrendatário que utilizava a terra por determinado tempo, pagava pelo arrendamento e ficava livre para cultivar o que lhe aprouvesse ou trabalhava a terra já em processo produtivo; finalmente o parceiro que não possuía dinheiro e entrava no sistema de meação da produção com o proprietário da terra.[7]

Em alguns casos, o parceiro ficava com o produto de suas culturas de alimentos ou criação de animais. A preferência pelo cultivo de alimentos ocorreu não apenas para

[5] Cf. LUNA & KLEIN (2010, p. 22).
[6] Cf. MULLER (1951 p. 28).
[7] Cf. MULLER (1951 p. 51).

a sobrevivência dos produtores e suas famílias, mas também pelo seu valor comercial, como o café, a cana-de-açúcar e o algodão no período das entressafras.[8]

O trabalho na lavoura iniciava em setembro ou outubro, época propícia para cultivo e manutenção e o mês de julho se destinava às colheitas.[9]

Esse sitiante nacional ou estrangeiro inseriu-se na cultura cafeeira, já consolidada no início do século XX, mas conforme aponta Pierre Monbeig em seu estudo sobre os pioneiros e fazendeiros de São Paulo, o café entrou num processo de sucessivas crises. Primeiramente, a superprodução de 1907-08 que resistiu com a política de elevação de preços a partir de 1909, depois, por ocasião da Primeira Guerra, o fechamento dos mercados europeus. Mais tarde, a geada de 1918 acabou com cerca de 400 milhões de pés de café.[10]

Vale salientar que quando os preços do café eram mais remuneradores, mão de obra e capital convergiam para a cafeicultura, condicionando a diminuição na produção de alimentos.[11]

Conforme afirma Verena Stolcke (1986), o sistema de trabalho adotado pelos fazendeiros proporcionava aos cafeicultores, flexibilidade por ocasião das oscilações de preços do café. Isso porque este estava integrado ao cultivo de culturas de alimentos. Assim, os cafeicultores poderiam reduzir salários remunerados a dinheiro por ocasião da redução dos preços do café, sem comprometer a mão de obra.[12]

Assim, de acordo com Stolcke, a cultura cerealífera não foi ameaçada pela expansão do café, mas a acompanhou. No entanto, a mão de obra barata ainda que favorecesse a produção cafeeira, contribuiu com a dependência do Brasil à monocultura

---

[8] Há contribuição também ao patrimônio cultural a partir da inserção de técnicas, costumes, diferentes formas de ocupação do solo e a interferência na paisagem tradicional (Cf. MULLER, 1951 pp. 33 e 34).

[9] O Boletim da Lavoura (1906 p. 338) informava que: "o mês de julho era o das colheitas. Era a ocasião em que se colhiam o milho, a cana, o café, o algodão, o fumo, a mandioca. Além dos trabalhos da colheita, eram realizadas derrubadas de capoeiras, corte de madeira, cortes de postes para cercas, consertos de casas e currais. Castravam-se os animais domésticos e incubavam-se ovos. Todos esses trabalhos eram executados melhor em julho por ser um mês frio e seco, sem os inconvenientes dos meses de muita chuva e calor, quando os serviços eram mais exaustivos. Julho era o mês em que se arava a terra."

[10] Cf. MONBEIG (1984 p. 181).

[11] O próprio Anuário Estatístico de São Paulo descreveu a dinâmica da cultura cerealífera de acordo com os ciclos de preços do café: "Conquanto reputemos os números quantitativos e o seu respectivo valor total muito aquém da realidade pelos motivos já expostos, todavia é oportuno referir e deixar aqui constatado que esses números representam grande progresso na expansão cultural cerealífera comparados com os de épocas anteriores, justamente no período em que os preços do café eram tão remuneradores que só em benefício de sua cultura convergiam todos os braços, tempo e capitais disponíveis o que determinou grande diminuição na produção cerealífera e como consequência imediata, uma volumosa importação dos similares estrangeiros notadamente de arroz, cuja cultura chegou quase a ser abandonada." (1906, v. II, p. LXI).

[12] Ver Stolcke (1986 p. 54).

e à oscilação de preços em nível internacional.[13] Ainda assim, novas plantações foram realizadas para atender ao mercado intensificado pelo consumo norte-americano. Era o momento em que muitos proprietários de terras procuraram penetrar para além da terra roxa, próximos a regiões criadoras de gado. Ao lado de Araraquara e Jaboticabal as plantações se avizinhavam de áreas criadoras que avançavam até Mato Grosso.[14]

A capital de São Paulo viu sua população aumentar consideravelmente, passando de 250 mil habitantes em 1900 para 700 mil em 1920.[15] Havia demanda de consumo interno de carne, além dos pedidos de carne congelada dos aliados da Primeira Guerra. A crise cafeeira refletiu numa transformação e alguns proprietários de terras optaram pelo loteamento de suas fazendas. A maioria dessas pequenas propriedades ficava em áreas antigas, como Araras e Campinas, mas houve um desencadeamento para Araraquara e Jaboticabal e nos arredores de Ribeirão Preto, principalmente no Morro do Cipó, algumas propriedades pertenciam a imigrantes italianos.[16]

Na década de 1920, Ribeirão Preto observou um declínio da economia cafeeira, influenciado pela geada de 1918 e, posteriormente, a crise do final dos anos 20. Por outro lado, cresceu a produção para o mercado interno, especialmente do algodão.[17]

Com a crise de 1929, o Brasil precisou optar pela diversificação agrícola, tanto que nos anos de 1930 "mais de 60% dos estabelecimentos agropecuários da Alta Mogiana produziam arroz e tal produção correspondia a 10,6% do total estadual." (CAMPOS, 2010 p. 21).

Ao final da década de 1940 o café já havia cedido lugar às culturas de alimentos e de algodão e às atividades de comércio. Assim, a urbanização e a industrialização fortaleceram a policultura voltada ao mercado interno, em especial dos sitiantes no Estado de São Paulo.[18]

Um panorama da produção agrícola em Ribeirão Preto

As dificuldades no transporte das mercadorias limitavam o desenvolvimento agrícola de Ribeirão Preto, pois ainda se realizava pelas tropas de animais até a década

[13] Conf. Stolcke (1986 p. 54).
[14] Ver MONBEIG (1984 p. 182)
[15] Cf. MONBEIG (1984 p. 182).
[16] Cf. MONBEIG (1984 p. 183).
[17] MARCONDES; GARAVAZZO (2004 p. 11).
[18] Ver MULLER (1951).

de 1870. O advento da ferrovia promoveu transformações no município, estimulando o aumento da produção agrícola, especialmente cafeeira.[19]

Além de ter resolvido o problema de transporte, Ribeirão Preto dispunha de solo extremamente fértil e condições climáticas favoráveis ao cultivo da preciosa rubiácea. Isso alterou significativamente o perfil demográfico do município, chegando levas de novos trabalhadores estrangeiros e nacionais para suprir a crescente demanda de mão-de-obra. Dessa forma, o município ocupou lugar de destaque na produção de café e desenvolveu seu comércio no núcleo urbano.

Em 1890, mais da metade dos estabelecimentos urbanos dedicava-se às atividades comerciais, principalmente botequins, armarinhos, fazendas e secos e molhados. Estes últimos comercializavam desde alimentos e bebidas, como aguardente, açúcar, carne seca, toucinho e queijo até manufaturas não alimentares.[20] O cultivo de arroz, do feijão e do milho colocou o município em destaque entre 1900 e 1906.[21]

Como veremos a seguir, notamos a importância dada ao setor policultor nas escrituras de contratos de trabalho agrícola. No entanto, a produção de alimentos voltada ao mercado interno também se constituía como atividade de interesse aos próprios fazendeiros.[22]

Segundo informações obtidas no Anuário Estatístico de São Paulo de 1906, o município de Ribeirão Preto contava com 261 estabelecimentos que empregavam 21.522 trabalhadores, dos quais 16.805 eram estrangeiros e 4.717 nacionais nesse ano.[23]

A produção de alimentos desenvolveu-se para suprir a demanda interna. No longo prazo, a produção de café associou-se fortemente a de alimentos e vice-versa. Em momentos de crise do café, pode ocorrer diminuição da necessidade de importação de alimentos "até seu quase desaparecimento", como informa para 1906 o Anuário Estatístico de São Paulo.[24] Assim, haveria maior incentivo à produção de alimentos.

---

[19] Em 1875, a Mogiana inaugurou seu primeiro trecho de 35 quilômetros de Campinas a Jaguari e em 1889 atingiu 510 quilômetros, realizando o trajeto Casa Branca, Batatais, Ribeirão Preto, Franca até as margens do Rio Grande. (TOSI, 1998 p. 76). A estação de Ribeirão Preto foi inaugurada em 1883.
[20] MARCONDES; GARAVAZZO, (2004).
[21] Cf. HAFFNER (2009 p. 51).
[22] FALEIROS, R. N. (2008 p. 419).
[23] Anuário Estatístico de São Paulo (1906 p. 380).
[24] O Anuário Estatístico de São Paulo informou para o conjunto do Estado: "com a queda dos preços do café e a consequente necessidade de restringir o mais possível o custo de sua produção e todas as despesas que o seu elevado preço alimentava, sentiu-se que a volta à cultura cerealífera era o primeiro passo para a solução da crise cafeeira; ela se impôs tão premente à grande classe dos lavradores; novamente desenvolveu-se na proporção das necessidades do consumo interno, de modo a ir diminuindo gradualmente a importação do similar estrangeiro até o seu quase desaparecimento." (1906, vol. II, p. LXII).

Um retrato mais amplo da produção do município pode ser observado no censo para o ano agrícola de 1904-05. A Tabela 1 fornece as principais colheitas de Ribeirão Preto, até mesmo a plantação feita no cafezal:

Tabela 1. Produção agrícola em Ribeirão Preto (1904-05)

Produto Unid.	Açúcar arrobas	Aguardente litros	Arroz litros	Café arrobas	Feijão litros	Milho litros
Quantum	1.920	646.000	2.941.100	2.059.936	8.686.800	13.360.200
Valor em contos	3,84	-	294,11	9.269,712	868,68	1.336,02

Fonte: Censo agrícola para 1904-05. Para os preços dos cereais e do açúcar utilizamos a Estatística agrícola da Secretaria da Agricultura. Anuário Estatístico do Estado São Paulo, 1906, p. 8-9.

Obs: Utilizamos o preço médio de 4$500 réis para a arroba de café, como informado no censo. Contudo, para os cereais, utilizamos o preço médio de 100$ réis para o litro de arroz e feijão e no caso de milho 50$ réis o litro. O açúcar foi avaliado a 2$000 réis a arroba. A arroba equivale a 32 libras ou 14,3073 kg.

Nesse ano, observamos que o valor da produção de café superou a soma da de feijão, arroz e milho. Estas últimas representaram uma expressiva parcela da cafeeira: 27,0%. Ademais, a cana-de-açúcar já mantinha certa expressão no início do século XX, por meio do açúcar e da aguardente.

A cultura cerealífera em maior escala estava focalizada no milho, feijão e arroz, normalmente associado ao cultivo do café. Como base para a alimentação humana e animal, a cultura era feita em larga escala, comercializada com remuneração expressiva.[25] Os preços eram muitas vezes favoráveis ao cultivo dos cereais.

Além dos produtos agrícolas, a produção de gado também ocupava seu lugar em Ribeirão Preto, como pode ser visto na Tabela 2 abaixo para os anos de 1904-05 e 1920. Notamos um crescimento da presença de animais no município entre os dois anos, especialmente de bovinos e cavalares e muares.

Tabela 2. Número de animais por espécie em Ribeirão Preto (1904-05 e 1920)

Produto Unid.	Suíno cabeças	Bovino cabeças	Lanígero e Caprino Cabeças	Cavalar e Muar cabeças
1904-05	18.189	6.969	6.755	1.865
1920	29.251	19.256	7.439	8.018

Fonte: Censo agrícola para o biênio 1904-05.

[25] O Anuário Estatístico de São Paulo salientou o destino comercial da produção de cereais no Estado: "Base da alimentação popular e animal, a sua cultura é feita em larga escala, com remuneração não raro surpreendente, apesar dos processos rotineiros com que em geral ainda é feita." (1906, vol. II, p. LXI).

O Censo agrícola de 1904-05 aponta que Ribeirão Preto exportava além do café, cereais e aguardente, os couros, o toucinho e os "produtos de suas indústrias". De outro lado, o próprio censo informava: "Ribeirão Preto importa tudo; é um centro consumidor de 1.a ordem" (Estatística Agrícola e Zootécnica de 1904-05, 1907, p. 15). Na tabela 3 podemos observar a produção de laticínios e carnes para o referido período, apontando uma redução da produção de laticínios entre 1904-05 e 1920. Desse modo, provavelmente a importação de laticínios cresceu nesses anos.

Tabela 3. Produção de carnes e laticínios em Ribeirão Preto (1904-05 e 1920)

Produto/ Unid.	Carnes Quilos	Leite Litros	Manteiga quilos	Queijos quilos	Toucinho quilos
1904-05	163.246	943.780	200	46.330	309.080
1920		412.600	1.560	4.773	

Fonte: Censo agrícola para o ano agrícola de 1904-05.

Obs: Foram produzidas 11.410 arrobas de carne e 21.603 de toucinho no ano agrícola de 1904-05. Esta quantidade foi convertida em quilos. A arroba é a medida de peso utilizada pela Casa da Moeda do Brasil antes da adoção do Sistema Métrico Decimal e equivale a 32 libras ou 14,3073 kg.

De acordo com o Anuário Estatístico de São Paulo do período de 1903 a 1919, Ribeirão Preto abateu 130.458 cabeças de gado, entre bovinos, caprinos, ovinos e suínos, não apenas de produção local.[26] Verificamos que foram abatidas 6.362 cabeças de gado bovino, 243 caprinos, 29 ovinos e 3.278 suínos, totalizando 9.912 cabeças, conforme podemos observar na tabela 4.[27] Os estabelecimentos recenseados em 1920 informavam o abate de 2.557 suínos, 115 caprinos, 131 ovinos e apenas 114 bovinos. Assim, a oferta do próprio município representou uma parcela maior do abate de suínos, caprinos e ovinos do que de bovinos, dos quais dependia fortemente da importação de outros municípios e regiões.

[26] Conforme consta no Anuário Estatístico de São Paulo (1904 – 1923).
[27] Anuário Estatístico de São Paulo (1919 p. 6).

Tabela 4. Preço máximo por quilo da produção de carne verde em Ribeirão Preto (1919).

Produto Unid.	Gado bovino cabeças		Gado caprino cabeças	Gado ovino cabeças	Gado suíno cabeças	Total
	bois	vitelos				
Quantum	6.337	25	243	29	3.278	9.912
Valor em contos	1.300	1.500	1.900	1.200	1.800	7.700

Fonte: Anuário Estatístico de São Paulo. (1919).
Obs: Os valores verificados para esse ano referem-se ao preço máximo do quilo da carne verde.

Os valores dos animais abatidos somaram pouco mais de sete mil contos de réis. Se considerarmos o preço de 1,3 contos de réis por tonelada de café do censo de 1920, o valor da produção de Ribeirão Preto chegará a 14.451 contos. Este montante representaria cerca de duas vezes mais do que o valor dos animais abatidos nessa época no município, sem considerar a produção agrícola. Na Tabela 5, fornecemos a produção agrícola recenseada em 1920. Desse modo, a soma dos produtos de mercado interno chegou a 6.826,77, pouco menos da metade da colheita de café (47,2%). Se compararmos com a informação do início do século, verificamos um aumento bastante expressivo da produção de alimentos.

Tabela 5. Produção agrícola de Ribeirão Preto (1920).

Ano/produto 1920	Açúcar toneladas	Arroz toneladas	Feijão toneladas	Milho toneladas	Café toneladas
Estabelecimentos	3	158	150	175	141
Quantum	540,2	2.630,1	3.735,7	32.406,4	11.116,2
Área cultivada em hectares	328	1.461	3.114	14.730	36.028
Valor em contos de réis	540,2	1.052,04	373,57	4.860,96	14.451,06

Fonte: Censo agrícola para o ano de 1920.
Obs: Havia ainda a produção de 233.300 litros de aguardente em 8 unidades produtivas. Consideramos os preços dos cereais do Núcleo Colonial de Gavião Peixoto de 1920, fornecido pelo Anuário Estatístico de São Paulo, que eram os seguintes por quilo: 150 réis para o milho, 100 réis para o feijão, 400 réis para o arroz e 1$000 réis para o açúcar (cf. Anuário de 1920, 1922, v. II, p. 22).

Ademais, em 1920 o número de estabelecimentos produtores de arroz, milho e feijão superaram os de café. Em termos de área cultivada, a produção de alimentos ocupou 19.633 hectares, correspondendo a 54,5% dos terrenos de café. Destarte, a

participação no espaço dos alimentos relativamente ao café superou em pequena monta a parcela do valor.

Podemos corroborar a importância desse mercado de alimentos em Ribeirão Preto por meio de três transações comerciais de maior porte, sendo duas no início e outra no final do período de nossa pesquisa. Na primeira, Fratelli Messina firmou dois contratos com Horácio Mady para a venda total de duas mil sacas de feijão mulatinho, destinados à Cia. Fayad Maluf em São Paulo. [28] O preço por saca estipulado era 22$500 réis e 24$000 réis, respectivamente em cada contrato. Assim, o valor deles totalizou 46,5 contos.

A outra transação foi a venda de 200 sacas de arroz tipo agulha com destino a Igarapava em 22 de fevereiro de 1922, efetuada entre Anizio Mamar e João Miguel Jacob, pelo valor de 15$500 réis a saca, perfazendo o total de 3,1 contos. [29] Ao analisarmos o conjunto de escrituras do Primeiro Tabelião de Notas de Ribeirão Preto de 1900 a 1925, notamos apenas três escrituras de comercialização de alimentos, destinadas para fora do município. As transações internas não mereceram registro cartorário.

As evidências arroladas demonstram o destaque do cultivo de alimentos no município em paralelo ao próprio café. Mesmo em face da importância da agricultura de exportação, Ribeirão Preto manteve integrado à cultura de alimentos e à criação de animais, bem como alguns engenhos. Ao longo das primeiras décadas do século XX a produção de alimentos (cereais e açúcar) cresceu mais significativamente do que a de café, embora isto não ocorra para os animais. Precisamos agora entender as relações de trabalho estabelecidas nas duas atividades, muitas vezes vinculando uma a outra.

Sistema de trabalho: as escrituras de contratos agrícolas

O censo agrícola de 1904-05 ainda informou a existência de diversos sistemas de trabalho agrícola, prevalecendo os "contratos" em relação ao assalariamento e a parceria.[30] Os contratos informados no censo se referem aos trabalhadores contratados sob o regime de colonato, com caderneta de trabalho. Em nossa pesquisa concentramos a análise apenas nas escrituras de contrato, não considerando as cadernetas.

[28] Os contratos foram firmados em 23 de junho e 01 de julho de 1907.
[29] Livros de Notas 70 pp. 59 a 62 e 118 p. 260. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto, 1907 e 1922.
[30] Ver maiores informações no relatório: *A Imigração e as condições do trabalho em São Paulo* (1915 p. 30). De acordo com esta publicação, os trabalhadores recebiam uma caderneta rubricada na qual se registravam os salários e as despesas. As contratações agrícolas eram realizadas conforme determinações do Patronato Agrícola, setor subordinado à Secretaria da Agricultura.

As escrituras de contratos agrícolas constituem uma fonte que informa sobre as modalidades de contratação, as atividades realizadas pelos trabalhadores nas lavouras e a remuneração. Ademais, há também informações sobre tamanho dos cafezais, embora para os demais produtos, nossa análise levou em conta os aspectos qualitativos, uma vez que as contratações não determinam quantidade, mas a possibilidade de cultivo de alimentos ou da criação de animais.

Foram analisadas 199 escrituras de contratos agrícolas registradas no cartório entre 1900 e 1925, das quais 62 referiram-se a outros municípios.[31] Havia três formas de contratação, os arrendamentos, as empreitadas e as parcerias. Para Ribeirão Preto analisamos 91 arrendamentos, 33 parcerias e 13 empreitadas que diferiam na forma de contratação e remuneração.

a) Arrendamentos:

Nos arrendamentos, o sitiante podia dispor da propriedade para o que melhor lhe aprouvesse, uma vez que estava arrendando a terra. Era o responsável pelo tipo de produção e pela manutenção da propriedade, além de eventuais contratações de trabalhadores. Nesse tipo de contratação, o proprietário da terra transferia ao trabalhador arrendatário o direito de uso e exploração durante um período determinado em troca de pagamento a dinheiro, mas também em trabalho ou produto, ou até congregando duas ou três modalidades.

O prazo variava de um a seis anos e o pagamento era a dinheiro, geralmente, feito em parcelas mensais. Apesar da importância do café nessa época, dos 91 contratos apenas 34 mencionaram formação e trato de cafeeiros. Os demais contratos não trataram do cultivo do café, mas de culturas destinadas ao mercado interno.

Observamos que nos arrendamentos para formação e trato de café havia, também, o plantio de alimentos, como no arrendamento que o proprietário Lúcio Baptista da Silva faz em 1905, em que o arrendatário:

> pode plantar no cafezal todos os cereais, uma vez que estes não o embaracem no seu desenvolvimento e em quantidade tal que não o estrague.[32]

[31] Desse total, 137 foram firmadas para Ribeirão Preto e 62 para os municípios de Avanhandava, Brodowski, Catanduva, Cravinhos, Ibitinga, Jardinópolis, Monte Alto, Nuporanga, Rio Preto, Santa Cruz do Rio Pardo, São Simão, Taquaritinga, Viradouro e para o Estado de Minas Gerais.
[32] Livro de Notas 65, fl 24. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto. 1905.

O cultivo de milho, feijão e arroz era frequente nos arrendamentos para café. Mas, essas culturas, também, eram objeto nos contratos voltados a outros tipos de produção. Sobretudo, a roça de alimentos não se destinava apenas à subsistência do sitiante ou alimentação de animais, havia a possibilidade de comercialização desses produtos.

A menção sobre rendimento da produção está nas cláusulas contratuais. Alguns proprietários esclareciam que o rendimento sobre essas culturas pertencia ao arrendatário, como nesse contrato de 1904 do proprietário João Baptista Catapani em que os arrendatários deveriam tratar de

> [...] nove mil pés de café formados, mil videiras mais ou menos, [...] poderão plantar todos os mantimentos e cereais que entenderem uma vez que não seja em quantidade excessiva que danifique as árvores ou videiras. Todo o rendimento que produzirem pertencerá exclusivamente aos outorgados.[33]

Encontramos arrendamentos para verduras, frutas, abacaxis, mangas, bananas, hortaliças, videiras, cereais, mandioca, cana-de-açúcar, algodão, extração de madeira, fabricação de farinha de mandioca e fubá, criação de animais, produção de leite, toucinho e aguardente, invernada de gado e plantação de eucaliptos. Primeiramente, analisamos o número e o valor dos contratos de arrendamento destinados ao café ou não, conforme os dados da tabela 6.

Tabela 6. Número e valores dos contratos de arrendamento em Ribeirão Preto (1902 – 1925)

Ano	Nº total de contratos	Nº de contratos com valor	Valor contratos em réis	Nº contratos com café	Valor contratos com café em réis	% Café total contratos	% Café valor total dos contratos
1902	03	03	8.150.000	-	-	0	0
1903	02	02	7.200.000	-	-	0	0
1904	02	02	9.200.000	02	9.200.000	100	100
1905	07	07	15.850.000	02	3.400.000	28,6	21,4
1906	05	05	10.536.000	02	3.000.000	40	28,5
1907	07	07	15.040.000	03	7.100.000	42,8	47,2
1908	02	02	14.600.000	-	-	0	0

[33] Livro de Notas 60, fl. 50. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto. 1904.

1909	04	04	24.800.000	03	19.600.000	75	79
1910	08	08	40.200.000	05	19.560.000	62,5	48,6
1911	06	06	68.230.000	02	6.900.000	33,3	10,1
1912	05	05	27.145.000	03	20.245.000	60	74,5
1913	12	12	282.500.000	04	202.800.000	33	72
1914	01	01	3.600.000	-	-	0	0
1916	01	01	6.000.000	-	-	0	0
1917	02	02	4.800.000	-	4.800.000	100	100
1918	01	01	1.600.000	01	1.600.000	100	100
1919	04	04	28.480.000	04	28.480.000	100	100
1920	10	08	14.400.000	03	4.400.000	37,5	30,5
1921	01	01	3.000.000	-	-	0	0
1922	03	-	-	-	-	0	0
1923	01	-	-	-	-	0	0
1924	03	-	-	-	-	0	0
1925	01	01	4.500.000	-	-	0	0
Total	91	82	589.831.000	34	331.085.000	37	56

Fonte: Livros de Notas. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto.

Obs: Em 1913 foram firmados dois contratos, cujas remunerações são significativas. Um no valor de 90 contos de réis que se destinava à recuperação de cafeeiros danificados pela geada (Livro 89 p. 194) e outro no valor de 100 contos de réis que se destinava ao trato de cafeeiros, incluindo, além dos cereais, o cultivo do algodão. (Livro 88 p. 398). 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto.

Em Ribeirão Preto, firmaram-se 91 arrendamentos para o período de 1902 a 1925, dos quais 82 contratos informaram valor, atingindo 590 contos de réis. Do total de contratos, 34 se destinavam ao café, representando 37% do número total de contratações e somaram 331 contos de réis, assumindo uma participação no valor total dos contratos de 56%. Além disso, os arrendamentos destinados a outras culturas ultrapassam substancialmente as contratações para café no período, como pode ser observado em maior detalhe na Tabela 7.

Tabela 7. Número e valores dos contratos de arrendamento em Ribeirão Preto para demais produções (1902 – 1925)

Ano	Nº contratos demais produções	Nº contratos com valor	Valor contratos demais produções	Demais produções
1902	03	03	8.150.000	bananeiras, laranjeiras e abacaxis
1903	02	02	7.200.000	videiras e demais frutas
1905	05	05	12.450.000	cereais, mandioca, abacaxis, cana-de-açúcar, frutas
1906	03	03	7.536.000	cana-de-açúcar, abacaxis, mangas, frutas
1907	04	04	7.940.000	cereais, frutas, bananeiras, cana-de-açúcar, fubá
1908	02	02	14.600.000	cereais
1909	01	01	5.200.000	cereais, mandioca, bananas
1910	03	03	20.640.000	cereais, laranjas, verduras, leite
1911	04	01	3.950.000	cereais, frutas, mangas, bananas
1912	02	02	11.400.000	cereais, frutas, legumes, cana-de-açúcar, fubá, abacaxis, mandioca, bananas
1913	08	08	79.700.000	cereais, cana-de-açúcar, frutas, legumes, verduras, pastagens para animais, algodão
1914	01	01	3.600.000	cereais e criação de animais
1916	01	01	6.000.000	criação de gado
1917	02			porcos e pomar
1920	07	02	3.000.000	cereais, frutas, bananas, mandioca, cana-de-açúcar, arroz
1921	01	01	3.000.000	cereais, frutas, verduras
1922	03	-	-	cereais, bananas
1923	01	-	-	arroz
1924	03	-	-	cereais, arroz, algodão, cana-de-açúcar
1925	01	01	4.500.000	cana, cereais, pastos para criações
Total	57	40	198.866.000	-

Fonte: Livros de Notas. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto.

Foram firmados 57 contratos de arrendamento para outras culturas e 40 apresentaram valor, totalizando o montante de 199 contos de réis, abaixo do valor

investido na formação e trato do café. A cultura cerealífera permeia quase todo o período e notamos a presença do arroz e do algodão a partir de 1920.

b) Parcerias:

De forma semelhante aos arrendamentos, as parcerias eram firmadas para a formação e trato do café, mas poderiam se destinar a outras atividades produtivas.

Nesse tipo de associação o trabalhador pagava o aluguel da terra com a safra bruta da produção na proporção estipulada e de acordo com as normas contratuais, comumente a meação. Todavia, poderia ser estipulado um valor monetário para o contrato.

O prazo era em média de um a cinco anos e nos contratos para café, também estava prevista a policultura. Assim, como pode ser visto no contrato de parceria de José Dias de Oliveira para o ano de 1904, o parceiro tinha permissão para nos cafeeiros a ele entregue,

> plantar todos os cereais e mantimentos que entender, porém em quantidade que não estorve e nem prejudique o crescimento ou desenvolvimento dos cafezais e nem os aniquile.[34]

Além disso, o proprietário concorria com o mercado para a compra dessa produção, prevendo em cláusula que

> os cereais colhidos serão dos outorgados exclusivamente, podendo deles dispor como entender, sendo que em igualdade de preço terá a preferência o outorgante.[35]

A seguir, o número e os valores dos contratos de parceria destinados ao café e a outros tipos de produção. Dos 33 contratos analisados entre 1903 e 1925, 28 referem-se a café.

[34] Livro de Notas 60, fl.76. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto. 1904.
[35] Idem.

Tabela 8. Nº e valores dos contratos de parceria em Ribeirão Preto (1903 – 1925).

Ano	Nº total de contratos	Nº de contratos com valor	Valores dos contratos	Pés de café	Demais produções
1903	01	01	500.000	3.600	cereais
1904	02	02	9.840.000	30.000	cereais e frutas
1905	01	01	12.000.000	3.615	cereais
1906	01	01	30.000.000	-	cereais
1909	04	04	28.640.000	11.000	cereais, bananas, frutas, cana-de-açúcar
1910	03	03	17.510.000	13.500	cereais
1911	02	02	15.200.000	10.000	cereais e frutas
1913	02	02	141.200.000	9.000	pastos para criação de animais
1914	01	01	5.600.000	7.000	frutas
1916	01	01	3.600.000	4.500	eucaliptos e cereais
1917	01	01	3.360.000	10.000	cereais
1918	01	01	7.200.000	10.000	cereais
1919	05	03	129.500.000	79.000	cereais, arroz, eucaliptos, cana-de-açúcar
1920	02	02	4.700.000	-	cereais
1922	02	02	4.000.000	-	cereais e algodão
1923	] 02	01	10.000.000	30.000	criação e tratamento de animais
1924	01	-	-	20.000	cereais, animais e cana-de-açúcar
1925	01	-	-	5.000	cereais
Total	33	28	422.850.000	246.215	

Fonte: Livros de Notas. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto.

Foram contratadas 33 parcerias sendo que 28 apresentaram valor, totalizando 423 contos de réis. A maioria das contratações destinou-se à formação e trato de 246.215 pés de café no período de 1903 a 1925 sem deixar de lado o plantio de cereais e demais culturas. Apesar da maior importância do café nesses contratos ainda mencionam explicitamente a produção de alimentos em todos os casos.

c) Empreitadas:

Diferente do arrendamento em que o objetivo do proprietário era apenas receber uma renda da terra e da parceria na qual as partes contratadas tinham responsabilidades solidárias, a empreitada consistia na contratação remunerada dos serviços de um grupo de empreiteiros ou de um empreiteiro que ficaria responsável por formar uma equipe para o trabalho.

Assim sendo, esse tipo de contrato apresentava maior detalhamento quanto aos objetivos para entrega da empreitada que deveria ser concluída dentro do prazo de quatro anos, quando do início da produção do café. Dessa forma, a empreitada era repartida por um número determinado de enxadas, ou seja, por pessoas da família do empreiteiro ou as que fossem preciso contratar.

A remuneração era para a formação e trato dos cafeeiros, podendo ser por cova contendo de três a seis pés de café ou por mil pés. Os contratos obedeciam a um padrão, como podemos observar no contrato do ano de 1918 de Antonio Caleghari onde o proprietário paga aos empreiteiros,

> pelos cafezais formados de sua empreitada cem mil réis por ano, por cada mil pés, pagamento feito por trimestre vencido; pelas lavouras novas [...] a razão de quinhentos réis por cada pé de café que tenha pelo menos quatro anos.[36]

No caso dos frutos de lavouras novas, com três anos ou menos, o valor era menor. Na ocasião da entrega da empreitada os cafeeiros eram vistoriados e as falhas (covas com cafeeiros com menos de dois anos) descontadas. Nos contratos de Luiz Carlos Pinto para o ano de 1920, vimos que os empreiteiros recebiam, também, por cada saco de café colhido, normalmente com:

> cento e dez litros, entregues nos carreadores isentos de corpos estranhos a mil réis, sendo o pagamento pela formação dos cafezais novos feitos no fim dos quatro anos e depois de feita a classificação e o pagamento dos cafezais formados no fim de cada ano. [37]

As falhas encontradas que não fossem convenientemente feitas sofriam multas, descontadas ao final da empreitada em média a quinhentos réis cada uma. Os empreiteiros podiam criar animais confinados em mangueirões e comercializar os frutos do café que colhessem do terceiro para o quarto ano agrícola.

---

[36] Livro nº 104 fl. 86. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto. 1918.
[37] Livro nº 110 fl. 154; Livro nº 111 fl. 135 e Livro 109 fl. 127. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto. 1920.

Além disso, os empreiteiros trabalhavam para a fazenda a jornal com os funcionários efetivos, conforme mostram os contratos do Coronel Elisiário de Camargo para o ano de 1912 nas fazendas Bello Horizonte e São Manuel em que o empreiteiro receberia:

> quinze mil contos de réis para realizar a roçada da mata das duas fazendas. [...] abrir carreadores, sendo remunerado a 300 réis por braça e aproveitar toda a madeira de lei das matas, tendo o direito de receber 2.500 réis por cada torada.[38]

Todavia, as chamadas para extinção de incêndios, conservação de pastos e estradas não eram remuneradas.

Nos contratos para dez mil pés de café ou mais era cedido pasto para animais cavalares, muares e vacuns. Era permitido o plantio de cereais desde que obedecidos alguns critérios em relação à idade dos cafezais, como se percebe na empreitada de Jacintho Fraga para o ano de 1901 em que era permitido plantar

> no primeiro ano nas ruas de café duas carreiras de milho, no segundo ano uma ou duas, conforme o desenvolvimento do café, no terceiro e quarto anos uma carreira apenas, podendo plantar feijão sem cipó. [39]

A cultura de alimentos poderia, também, ser realizada fora dos locais de plantio do café. A possibilidade de comercialização estava presente, seja para o empreiteiro ou como preferência do proprietário.

Como dito, essa produção atrelada ao café, não se destinava apenas ao consumo dos empreiteiros. Observamos nesse contrato a preferência na compra dos mantimentos que os empreiteiros tivessem que vender

> do seguinte modo: cinco carros de milho a razão de trinta mil réis cada um e o restante pelo preço do mercado na ocasião [...] e vinte por cento de feijão à razão de sete mil réis por cem litros e o restante pelo preço de mercado na ocasião [...].[40]

Assim, os proprietários, ao cederem ruas de café ou pedaços de terra fora da lavoura cafeeira, o faziam com a intenção de usufruir da preferência de compra dessa produção, provavelmente, para comércio. Dos 13 casos analisados, oito deles informavam a preferência de compra dos alimentos. Na tabela 9, observam-se os

[38] Livro de Notas n. 83. Fls. 270. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto. 1912.
[39] Livro de Notas n. 55 Fl. 30. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto. 1901.
[40] Idem.

contratos de empreitada. A dedicação à cultura cerealífera se dava nos momentos de menos exigência para a manutenção dos cafeeiros.

Tabela 9. Número e valores dos contratos de empreitadas para Ribeirão Preto (1901 – 1923)

Ano	Nº total de contratos	Nº de contratos com valor	Valores dos contratos	Pés de café	Demais produções
1901	01	01	19.800.000	8.400	cana-de-açúcar
1912	01	01	7.680.000	250.000	Cereais
1913	01	01	25.200.000	10.000	invernada de gado
1914	01	01	9.000.000	8.000	cereais,capim gordura
1917	01	-	-	20.000	Cereais
1918	01	01	4.000.000	23.000	feijão e outros cereais
1919	01	01	2.000.000	60.000	milho, algodão e arroz
1920	03	03	5.000.000	16.000	milho e feijão
1922	02	01	4.200.000	8.000	cereais e algodão
1923	01	-	-	50.000	algodão e arroz
Total	13	10	76.880.000	453.400	-

Fonte: Livros de Notas. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto.

De treze contratos de empreitada analisados, o cultivo de alimentos estava previsto em doze. Nesse tipo de contrato, os empreiteiros entregavam ao proprietário, um valor em dinheiro ou em animais como garantia no início do trabalho, valor esse que era restituído, posteriormente.

As empreitadas para formação e trato abrangeram 453.400 pés de café, das quais dez apresentaram valor, totalizando 76,8 contos de réis. Na década de 1920 percebemos a presença do algodão.

Apesar da prevalência do café nas três modalidades de contratos, observamos que a produção cerealífera e de outros produtos, caminharam de forma integrada. Para além do melhor uso sazonal do trabalho na lavoura, da economia de custos de manutenção do trabalhador nas propriedades, ou da garantia de sua subsistência, a policultura permitiu a formação de um mercado interno representativo no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção cerealífera em Ribeirão Preto desenvolveu-se para suprir a demanda interna do município e ocorreu na maior parte dos estabelecimentos produtivos, assumindo a produção de alimentos (cereais e açúcar) papel crescente relativamente ao café nas primeiras décadas do século XX. O entrelaçamento das duas atividades também ocorreu nas relações de trabalho, que muitas vezes privilegiavam o café, mas não dispensavam consideração aos alimentos.

A análise de pouco mais de cem escrituras de contratos agrícolas entre 1900 e 1925 mostrou que o número dos arrendamentos para outras culturas ultrapassaram as contratações para café, até mesmo essas últimas não dispensavam os cereais. As parcerias mencionaram explicitamente a produção de alimentos em todos os casos e nas empreitadas, o plantio de cereais estava previsto em quase todos os contratos analisados, sendo que a maioria mencionou a preferência de compra desses alimentos.

Apesar das distinções entre os tipos de contratos, tanto no arrendamento como na parceria e até mesmo na empreitada, a produção de alimentos era referida constantemente. Assim, podemos supor que havia recorrência na sua comercialização, pois, apesar de sua menor importância econômica, havia uma unidade indissociável entre a produção de alimentos e o café.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, L. da S. *A vida no fio da enxada.* Agricultura de alimentos em Taubaté: 1798 – 1835. Dissertação de mestrado apresentada na Unesp – Araraquara, 2001.

CAMPOS. D. L. de. A cidade e a Ferrovia: considerações sobre a repercussão da Mogiana no município de Igarapava (1905-1940). *III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica*. Brasília, 2010.

FALEIROS, R. N. "Seguir em frente": colonos e fazendeiros nas fronteiras de expansão da cafeicultura brasileira (1917-1937). In: Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica. *Anais*, São Paulo, 2008.

HAFFNER, C. C. A. *Vida urbana, mercado interno e tributação na Região Mogiana (1898-1913).* Um estudo comparativo da evolução dos municípios Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Franca e Ribeirão Preto. Dissertação de mestrado apresentada na Unicamp, 2009.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Escravidão Africana na Produção de Alimentos. São Paulo no Século 19. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 295-317, abril-junho 2010.

MARCONDES, R. L.; GARAVAZZO, J. *Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto:* Um espelho de 100 anos. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004, p.211-222.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MÜLLER, N. L. *Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo*. Boletim 132. Geografia nº 7. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1951.

OLIVEIRA L .L. de. As práticas econômicas rurais e o perfil agrário do nordeste do Estado de São Paulo (Brasil) no início do século XX. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais*. Coimbra, 2004.

TESSARI. C. A. A rigidez da mão de obra, o trabalho temporário e flexibilização dos custos na empresa cafeeira (São Paulo, 1890-1915). *Seminário em História Econômica*, FEA-USP, 2011.

TOSI, P. G. *Capitais no interior*: Franca e a história da indústria coureiro-atacadista (1860 – 1945). Tese de doutoramento apresentada na Unicamp, 1998.

FONTES

A Imigração e as condições do trabalho em São Paulo. Tipografia Brasil, de Rothschild & Cia, 1915.

Boletim da Lavoura. Sociedade Nacional de Agricultura. 1906.

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. 1900 – 1925.

Censo agrícola do Estado de São Paulo. 1904-05 e 1920.

Escrituras de contratos agrícolas. 1901 – 1925. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto.

Escrituras de compra e venda de cereais. 1907 e 1922. 1º Tabelião de Notas de Ribeirão Preto.

De caixeiro a contratador: o caso do português Jorge Pinto de Azeredo.

Alexandra Maria Pereira
Doutoranda em História Econômica - FFLCH/USP
E-mail: alexandramaria@usp.br

Introdução

As descobertas de ouro e diamantes promoveram a consolidação de um espaço minerador na América portuguesa, em fins do século XVII e durante a primeira metade do século XVIII. Em consequência, atraiu um intenso fluxo populacional para a região, que por sua vez, conformava os núcleos junto a esta atividade mineratória, a formar suas vilas e arraiais. Nessas condições, Minas Gerais, como ficou conhecida, foi palco apropriado para pessoas procedentes de diversos lugares e estratos sociais do Império português, que para lá se deslocavam em busca de riqueza e projeção social.

Em grande medida, a relação entre a metrópole portuguesa e sua colônia na América foi significativamente alterada pela dinâmica articulada a partir da mineração, que passava a responder por um novo e destacado quadro econômico no eixo propulsor deste Império. Dada às condições de conformação das Gerais, a conjuntura na qual entrelaçaram a política administrativa, o evolver econômico e a estruturação social em conformação, para o período em tela, assumia, por assim dizer, certo grau de complexidade.

A historiografia, desenvolvida, sobretudo nas últimas décadas, ao alargar o campo de pesquisa e objetos de estudo de investigação histórica, cada vez mais, incorpora contributos relevantes para a consistência dos debates historiográficos e metodológicos acerca do processo de colonização porque passava o Brasil durante o seu período colonial, com destaque para existência de um vigoroso mercado interno frente à economia configurada no período. Nessa medida, alguns destes estudos assinalam a atividade mercantil assentada nas Minas setecentistas como importante setor nos quadros desse mercado interno[1].

Para tanto, a pesquisa aqui encetada, inicialmente em função do setor mercantil articulado com vistas a abastecer os núcleos mineradores das Minas, pretende versar

[1] Sobre essa abordagem, embora sob perspectivas distintas, ver, entre outros: Almeida (2001), Borrego (2006), Carrara (2007), Castro (1987), Chaves (1999), Fragoso (1998), Fragoso e Florentino (2001), Furtado (1999), Godoy (2004), Menezes (2000), Osório (1999), Sampaio (2003), Silveira (1997), Slenes (1988) e Zemella (1951).

sobre a trajetória do homem de negócios e contratador Jorge Pinto de Azeredo, em particular, uma análise da dinâmica de inclusão na elite mercantil do Império português, durante a primeira metade do século XVIII. Destacamos, ademais, a sua inserção no circuito mercantil das Minas setecentistas assim como sua participação no universo dos contratos régios. Desse modo, o êxito alcançado por este personagem sugere elementos profícuos para um estudo comparativo daquelas relações tecidas no âmbito familiar, político e mercantil no eixo da América portuguesa bem como no conjunto do Império luso.

De Minas à Corte: uma trajetória bem sucedida

Natural do lugar de Passos, Freguesia de Santa Marinha do Zêzere, Concelho de Baião e Bispado do Porto, Jorge Pinto de Azeredo era o segundo entre os seis filhos do casal Manoel Cardoso Pinto e Josefa Pinta, e nasceu no ano de 1708.[2] Provavelmente em meados de 1720, passou para as Minas juntamente com seu irmão Manoel Cardoso Pinto, e serviram como caixeiros da loja de seu primo, João da Costa Rezende, situada no Arraial da Itaubira (atual Itabirito), freguesia da Comarca de Vila Rica do Ouro Preto, como consta em processo de execução datado de 1736 e movido por ele contra Ana Gonçalves da Silva. Em embargo pela parte da Ré, o seguinte relato,

> (...) que o executante Jorge Pinto de Azeredo no tempo em que a contraiu a dívida alguns anos antes disso e seu irmão Manoel Cardoso Pinto eram primos caixeiros e sócios do dito João da Costa Rezende e por tais conhecidos tidos e havidos tanto na Freguesia da Itaubira donde (...) como no Serro do Frio e nesta vila [Vila Rica] aonde e em todos os lugares referidos fazia as cobranças a todos os mais negócios do dito seu primo sócio ou amo João da Costa Rezende [3].

Tendo em vista as informações contidas no referido processo, ao que tudo indica e em um curto espaço de tempo, Jorge Pinto de Azeredo e seu irmão Manoel firmaram sociedade por ele encabeçada, para estabelecimento de uma loja em Vila Rica. Pela projeção adquirida em função da atividade mercantil, ingressou já em fins da mesma década no universo dos contratos régios. Daí em diante, a consolidação de uma próspera carreira como homem de negócio, frente à administração de importantes contratos, o

[2] Registros Paroquiais do Porto – Batismo – Livro 03 – 1693/1711 – Fl. 103 verso. IANTT – Habilitações Incompletas do Santo Ofício – Mç 70 – Doc 2993.
[3] AHMI/CPOP – Execução (1736) – Códice 378 – Auto 7698 – 1º ofício – Fls. 34 e 34 verso.

que resultou em sua inserção na elite mercantil de Lisboa, com o seu retorno para Portugal, em 1737[4].

Na Corte, prosseguiu com suas atividades mercantis, e até o ano de seu falecimento (1747), além dos contratos régios, participou do comércio por grosso e permaneceu vinculado à sociedade da loja em Vila Rica. Ou seja, durante quase dez anos de atuação na praça mercantil de Lisboa, uma profícua projeção no universo dos contratos régios, direcionados, sobretudo, ao comércio e à Capitania de Minas Gerais. Quais sejam, 1º e 2º contratos dos Diamantes, a arrematação das Entradas e dos Dízimos para a Capitania de Minas Gerais, e a participação nos contratos da Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro e da Bahia[5]. Todos constam em data posterior a sua passagem pelo Brasil.

Antes do mais, cabe apresentar uma sucinta análise sobre a conjuntura na qual entrelaçaram os primeiros passos percorridos pelo homem de negócio Jorge Pinto de Azeredo, na sua atuação nos quadros do setor mercantil das Minas, durante a primeira metade do século XVIII, de modo particular, a década de 1730.

Durante o governo de Dom Lourenço de Almeida, principiado em 1721 e estendido até 1732, a exploração do ouro de aluvião apresentava sinais de escassez, e por sua vez, dava lugar às explorações das encostas e grupiaras. A mudança, segundo Costa teve um reflexo incisivo na consolidação dos núcleos de povoação da região mineradora, dando início a um processo de "estabilidade populacional" (COSTA, 1982, p. 15). No mesmo sentido, para Zemella, "Quanto mais complicados e custosos eram os processos de extração do metal, mais se sedentarizavam os mineradores, estabelecendo arraiais de caracter permanente, com construções sólidas, feitas para desafiarem os anos" (ZEMELLA, 1951, p. 35).

Junto a esse quadro de estabilidade populacional, a administração deste governador ficou reconhecida pela efetivação do processo de desarticulação das redes de poder local – ligadas aos potentados que para lá foram durante a descoberta do ouro – , assim como, pela implantação de Casas da Moeda e Fundição instaladas no ano de

[4] Em princípio do ano de 1738, consta em uma petição encaminhada por Jorge Pinto de Azeredo ao Tribunal do Santo Ofício, ser morador na cidade de Lisboa. IANTT – Habilitações Incompletas do Santo Ofício – Mç 70 – Doc 2993.

[5] Jorge Pinto de Azeredo foi contratador de todos os Dízimos da Capitania de Minas Gerais para o triênio de 1738 a 1741 e das Entradas da mesma Capitania para o triênio de 1744 a 1748. (REBELO, 1976). Sócio da Companhia que arrematou o 1º e o 2º contrato dos diamantes, de 1741 até o seu falecimento, em 1747, quando assumiu o lugar na sociedade seu testamenteiro José Ferreira da Veiga. Também atuou como sócio de algumas das companhias em que Estevão Martins Torres arrematou sobre os contratos da Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro e da Bahia. IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 239.

1725. Mais ainda, as relações engendradas durante sua permanência na Capitania, sugerem a articulação de "redes de clientela em favor de lucros pessoais e da Coroa" (CAMPOS, 2002, p.318)[6].

Em que pese o contributo dado por dom Lourenço de Almeida para o aumento das rendas régias e desarticulação dos potentados locais, o final da sua administração também esteve marcado pelas denúncias de envolvimento em negócios ilícitos e improbidade administrativa. Tais atos, assumiram uma dimensão significativa pelas deflagrações sobre a informação tardia da descoberta de diamantes no Serro Frio e pela delação do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, da existência de uma casa da moeda falsa em Paraopeba (CAMPOS, 2002)[7].

Assim, a década de 1730 principiava sob o auspício de novas medidas; pelas quais, a Coroa buscava resoluções para remediar o contrabando do ouro e diamantes, a falsificação das barras e moedas de ouro, bem como a sonegação do quinto. O substituto de dom Lourenço de Almeida no Governo da Capitania de Minas, o Conde de Galveias, André de Melo e Castro, assumiu em 1732, "em compasso de espera de uma resolução sobre a cobrança do quinto do ouro e melhor forma de administrar a extração dos diamantes" (CAMPOS, 2002, p. 321). Ao fim, o impasse quanto à extração de diamantes foi solucionado, temporariamente, pela publicação do bando de 17 de julho de 1734, proibindo a mineração de ouro e diamantes no Distrito Diamantino (CAMPOS, 2002, p. 332), que perdurou até o ano de 1740. Entretanto, a comutação do quinto para a capitação, só ocorrera durante o Governo de Gomes Freire de Andrade, mas, em vias de fato, exercido no governo interino de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença.

Cabe aventar, sobre o lançamento desse novo imposto, Charles Boxer ao analisar as razões que levaram a Coroa a impor a capitação como nova forma de taxação, considerou o fato de ser mais equitativa do que a cobrança dos quintos. Isto, porque enquanto a última incidia somente sobre os mineiros e faiscadores, a primeira, por seu regimento, estendia-se a um número maior de pessoas, como o grupo dos comerciantes e produtores rurais. (BOXER, 2000, p. 217). Verificou o autor, ademais, a taxa, que perdurara de 1735 a 1750, pela sua forma equitativa, igualmente assumiria um alto

[6] Maria Verônica Campos, em sua tese de doutoramento, traz uma importante contribuição acerca da administração de Dom Lourenço de Almeida (CAMPOS, 2002). Ver também: Romeiro (2001), Souza (2006) e Boxer (1969), entre outros.
[7] Sobre a Casa da Moeda falsa do Paraopeba ver o estudo realizado por Paula Regina Albertini Túlio. (TÚLIO, 2005).

índice de impopularidade. Se por um lado não deixava escapar os mais diversos estratos que movimentavam a economia na região mineradora, por outro, era inconsistente, pois não levava em consideração as variáveis sobre os rendimentos, lucros ou prejuízos que incidiam de forma desigual tanto sobre a população mais abastada quanto sobre aquela menos favorecida (2000, p.218).

Embora a cobrança desse imposto fosse destacadamente impopular, a permanência da capitação por 15 anos, "foi a maneira alarmante pela qual o contrabando e a falsificação do ouro floresceram durante a década de 1725-1735" (BOXER, 1969, p. 219). Consoante Zemella, "Assim, o extravio do ouro e a falsificação da moeda determinaram a proibição do giro do ouro amoedado e, mais do que isso, acarretaram a mudança radical do sistema de percepção dos impostos" (ZEMELLA, 1951, p.162). Campos, em sua avaliação verificou que "os trabalhos que abordam a implantação do sistema de capitação em Minas são quase unânimes em afirmar que a razão da mudança fora o grande contrabando e a falsificação de barras e moedas, e o volume crescente de ouro extraído[8]" [Grifo nosso] (CAMPOS, 2002, p. 339).

Nesse sentido, o quadro político e fiscal assumido pela Coroa portuguesa, em meados da década de 1730, resultava da necessidade de maior controle sobre o contrabando de ouro e diamantes, assim como pela falsificação desmedida das moedas e barras de ouro, em tempos que a exploração mineratória – ouro e diamantes – encontrava-se em pleno crescimento[9]. Todavia, as possibilidades de negociação com a população estabelecida nos núcleos mineradores tornaram-se viáveis porque estava emergindo uma nova elite local, favorável à Coroa, mais habituada à ideia de centralização monárquica, do que o grupo dos potentados, primeiros povoadores da região.

Nos meados do decênio de 1730, quando a mineração atingia os níveis mais elevados, a administração portuguesa nas Minas dava sinais de harmonização com a elite local. Com a desarticulação dos potentados, a política administrativa que aos poucos se constituía pela Coroa, a partir das décadas anteriores, começava a surtir os seus efeitos positivos. A concessão de patentes e privilégios, assim como o estabelecimento das redes relacionais e o funcionamento de um aparelho burocrático, já

[8] Para uma aproximação dos valores da produção aurífera, cf. Pinto (1979).
[9] No que se refere à crescente extração aurífera, João Antonio de Paula, apresentou um texto com um balanço sobre os dados apresentados por Virgílio Noya Pinto, no qual este último demonstra que entre o quinquênio de 1736 a 1740, a produção do ouro em Minas atingiu os níveis máximos de produção, com 10.637 quilos, seguidos do próximo quinquênio, com 10.047(PAULA, 2007, p. 294).

se fazia sentir, sobretudo, com a aceitação da nova tributação sobre a área, ou seja, a capitação.

Os mecanismos adotados pela Coroa para o reconhecimento de seus direitos naquele novo espaço da América portuguesa, que outrora havia se coadunado de forma desordenada, com uma população diversificada e, tendo o trabalho escravo como a principal fonte de exploração das riquezas ali encontradas – ocupando um contingente significativo daquela parcela populacional –, era também um espaço em que seus "empreendedores" amealhavam fortunas expressivas por meio dos lucros imediatos, que as próprias condições do ambiente permitiam. Por tudo isso, a Capitania de Minas era um espaço em que a conformação da sua sociedade assumiu particularidades. Segundo Souza,

> Dom Pedro de Almeida foi o primeiro governante a deixar um retrato, mesmo se eivado de preconceitos, da sociedade das Minas no seu momento formativo, o que reforça a importância do testemunho. Tudo quanto disse mostra que era sociedade em movimento, transformando-se a cada dia, encurtando o tempo e subvertendo normas. Convenções e códigos estamentais perdiam ali qualquer sentido. Num mundo de linhagens e parentelas, aqueles homens eram seres soltos, desenraizados, sem memória, a quem a riqueza permitia inventarem um passado e um nome (SOUZA, 2006, p.158/159).

Outrossim, a sociedade que então se conformara nos núcleos de exploração mineratória esteve pautada pela riqueza gerada no próprio espaço. Uma elite local, detentora de meios para negociação do seu reconhecimento e diferenciação social; espelhada em sua matriz metropolitana, que por sua vez, era sociedade estratificada, de Antigo Regime. Ali, a nobreza que para lá era designada, assumia, decerto, perplexidade perante as subvenções que a riqueza permitia inventar, para usar as palavras do Conde de Assumar. Mas além de tudo, uma sociedade ligada aos desígnios ditados pela escravidão. Foi assim, amparada pela riqueza, escravidão e falta de linhagem, que a sociedade mineradora reproduzia as estruturas estamentais da pátria mãe.

Em função da importância ímpar da riqueza produzida a partir da exploração do ouro e diamantes emergia um vigoroso comércio nas Minas setecentistas[10]. Destinado ao abastecimento da região, objetivava atender às necessidades básicas dos seus moradores, com o fornecimento de gêneros alimentícios, ferramentas para mineração e

[10] Cf. por exemplo: BOXER (1969);CARRARA(2007); CHAVES (1999); FURTADO (1999); SAMPAIO (2003); ZEMELLA (1951), entre outros.

mão de obra escrava; e igualmente, apetecia aos desejos supérfluos de uma sociedade emergente e abastada. Nas palavras de Antonil, nos primeiros anos de povoamento e exploração mineratória,

> (...) Tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar. E, a este respeito, de todas as partes do Brasil se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo (...) (ANTONIL, 1997, p. 169/170).

Setor de destaque dentro do quadro das atividades econômicas das Minas, o comércio também foi objeto de medidas políticas e administrativas empregadas pela Coroa portuguesa, na tentativa de auferir seus lucros e controlar a atividade mercantil, e, assim, minimizar o contrabando. Dentro dessa perspectiva, analisa, por exemplo, Junia Ferreira Furtado, "a organização de um mercado abastecedor, por meio de um comércio fixo e volante, aconteceu rapidamente e a Coroa tratou de estimulá-lo, ao mesmo tempo em que buscava mecanismos para efetivar seu controle" (FURTADO, 1999, p.202). O comércio, nesse sentido, era setor que possibilitava imbricar os interesses da Coroa naquele ambiente, além do mais, por sua pujança, foi importante para sustentar a ocupação da Capitania. (FURTADO, 1999, p. 202).

Por um viés semelhante, discorre Zemella ao analisar os lucros auferidos com a exploração do ouro pela Coroa portuguesa. Nas palavras da autora,

> Portugal locupletou-se com o ouro brasileiro, de três modos: com a cobrança dos quintos, com a venda de produtos de sua fabricação ou de sua importação aos ricos mineradores e como outras rendas e taxas diversas, como os direitos que cobrava sobre os escravos e mercadorias que entravam nas minas, os direitos de passagem de rios e tantos outros (ZEMELLA, 1951, p. 91).

Nesse sentido, a atividade mercantil esteve cerceada por uma legislação e fiscalização incisiva de Portugal, que via no comércio, uma fonte de recursos para o seu poder (FURTADO, 1999, p. 216). É, pois, na leitura e no entendimento da dinâmica interna dos elementos que compunham as atividades econômicas das Minas da primeira metade dos setecentos, a adoção, por parte da Coroa, de medidas administrativas e

fiscais, assim como uma análise da sociedade conformada naquele espaço, que correlacionamos desta forma, o papel assumido pelo setor mercantil.

A atividade mercantil da loja de Jorge Pinto de Azeredo e seu irmão Manoel Cardoso Pinto em Vila Rica foi objeto de um trabalho anterior (PEREIRA, 2008), de uma análise realizada em parte das informações da contabilidade da dita loja. De modo particular, a pesquisa se debruçou sobre a escrituração de um livro de contas correntes, intitulado "borrador[11] de loja de comerciante anônimo"[12], com registros para o período entre fevereiro de 1737 e agosto de 1738. O borrador estava destinado aos lançamentos da rotina daquela atividade mercantil, desse modo, um controle sobre as vendas a prazo e à vista, o balanço anual do estoque da loja, e por fim, o lançamento das livranças ou ordens de pagamento dos créditos emitidos pela sociedade.

Naquele momento, trabalhamos com parte da movimentação disponibilizada no borrador, sobretudo, com as informações que compõem a primeira parte do livro, ou seja, a venda a prazo. O tratamento dispensado aos dados permitiu que se procedesse a uma análise do perfil dos clientes, das mercadorias, seus valores e particularidades. É importante ressaltarmos que nenhuma atenção fora dada ao proprietário da loja, posto que fosse desconhecida a sua identidade[13].

As movimentações da venda a prazo, empréstimos de ouro e emissão dos créditos, somaram uma clientela total de 440 nomes. Desse dado observado com a escrituração da casa mercantil, o quadro era bastante favorável à visualização do perfil dessa mesma clientela, em particular, à proeminente diversidade social. Eram padres, comerciantes, mineiros, donos de patentes militares, advogados, licenciados, negros e negras, entre outros[14]. Todavia, da vasta clientela, algumas pessoas se destacaram, e a atuação de uma rede relacional com a atividade mercantil em questão transparece, sobretudo, com as operações avultadas de empréstimo de ouro, o abastecimento de outras atividades mercantis, assim como, o lançamento dos créditos emitidos pela empresa.

---

[11] Segundo Raphael Bluteau, "borrador, chamam os homens de negócio o livro em que assentam o que devem e o que hão de haver. Borrador de contas. É o livro em que se descreve a despesa, e receita de cada dia, ou outros gastos, e contas confusamente, que depois com melhor ordem se trasladam para outro livro, e se põem em limpo" (BLUTEAU,2000, p. 163, CD-ROM). Mauro ao estudar o Engenho Sergipe referiu à utilização de borradores, que na verdade eram 'Livros-diários', um por ano, com um balanço a cada fim de exercício – e um registro das letras de câmbio emitidas. (MAURO, 1973, p. 159).

[12] APM – Coleção Casa dos Contos – CC 2018.

[13] Somente com o levantamento das fontes para a feitura de nossa pesquisa de doutoramento, de modo particular, com o conhecimento de uma ação cível de execução movida contra Ana Gonçalves, por Jorge Pinto de Azeredo, foi possível identificar a propriedade do "borrador de comerciante anônimo".

[14] Para avaliação do perfil dessa clientela, ver Pereira (2008) e Pereira (2010).

Imediato ao perfil da clientela e atuação de uma rede relacional, a delimitação geográfica da atividade empreendida pelos irmãos Jorge e Manoel também se apresentou de maneira clara com a disposição dos dados. O alcance da atividade mercantil percorreu uma extensão geográfica concomitante à boa parte das regiões que compunham os núcleos da zona mineradora do período em questão, ou seja, o decênio de 1730[15]. Assim sendo, além da Comarca de Vila Rica, que por motivos óbvios, ocupou posição de destaque boa parte das suas freguesias e vilas, ocorreu uma interação com núcleos de outras Comarcas, como o Serro Frio, Pitangui, Sabará, a região do São Francisco e, muito provavelmente, as novas minas de Goiás[16].

Outro ponto chave para a avaliação da atividade mercantil conduzida pela sociedade e sua contextualização no universo mercantil da Capitania, emergia da movimentação numerária levantada pela casa e igualmente registrada em sua contabilidade. Durante pouco mais de um ano, entre fevereiro de 1737 e agosto de 1738, pela escrituração apresentada no balanço anual do borrador, alcançou a cifra de Rs.53:681$323 contos de réis, distribuídos entre o balanço anual da casa mercantil, suas movimentações com a venda a prazo e à vista e o empréstimo de ouro. De fato, um numerário muito significativo, fundamentalmente, quando comparado com valores indicativos das movimentações econômicas das Minas setecentistas, como o monte mor dos inventários *post mortem* da época e os valores das arrematações dos contratos régios.

É, no entanto, interessante enfatizar dessa análise o que se tornou de imediato possível mensurar. Ou seja, quando dispomos os registros arrolados no livro de contas correntes e os dados reunidos sobre o núcleo familiar de Jorge Pinto de Azeredo, acresce desse cruzamento informações que remetem à importância atribuída aos laços familiares para a estruturação daquela atividade mercantil, que de igual modo, se estendia às atividades encetadas pelos seus parentes.

---

[15] Localidades registradas no borrador: Antônio Pereira, Antônio Dias, Bento Rodrigues, Camargos, Caquende, Carijós, Catas Altas, Congonhas do Campo, Córrego Seco, Curralinhos, Furquim, Itatiaia, Itaubira (Itabirito), Mainarte, Morro das Lavras Novas, Morro Grande, Ouro Fino, Padre Faria, Passagem, Penteados, Pitangui, Ponte de São José, Sabará, Santa Bárbara, São Bartolomeu, rio São Francisco, São Gonçalo do Bação, São Sebastião, Serro Frio e Vila do Ribeirão do Carmo.

[16] No borrador, uma das principais operações registradas era uma compra efetivada pela sociedade entre José do Santos Freire e Antônio Pinto de Távora. Antônio era irmão mais novo de Jorge Pinto e Manoel Cardoso. No seu testamento, o relato de que fora morador em Vila Boa de Goiás, onde realizou atividades mercantis, além de ter sido caixa do contrato dos Dízimos da Comarca de Goiás para o triênio de 1742/1744. IANTT – RGT – Livro 258 – Fls. 138 a 142 verso. Além disso, junto ao processo cível de execução movido por Jorge Pinto de Azeredo contra Ana Gonçalves, à fl. 26, em uma procuração bastante do mesmo autor feita no ano de 1735, nomeia seu irmão Antônio como procurador nas Minas dos Goiases. AHMI/CPOP – Execução (1736) – Códice 378 – Auto 7698 – 1º ofício – Fl. 26.

Neste caso, cabe destacar o posicionamento da empresa verificado com as operações de abastecimento por grosso da atividade mercantil assumida por um de seus irmãos, Antônio Pinto de Távora, comerciante radicado nas Minas de Vila Boa de Goiás. Também ocorre o fato de dois primos, Manoel de Miranda Fraga e João Pinto de Miranda, trabalharem como caixeiros da loja[17]. Caso semelhante sucedeu com outro primo, que vivia em sua casa à época do seu falecimento, onde se lê no seu testamento, "Declaro que deixo a José Ribeiro da Fonseca irmão da sobredita que ao presente se acha em minha companhia dois mil cruzados se eu antes do meu falecimento lhe não tiver armado algum negócio com que trate da sua vida porque estiver feito se lhe não dará este legado"[18]. Da mesma forma, os créditos e cartas que trouxe Manoel Cardoso Pinto do Rio de Janeiro para as Minas em nome do primo João da Costa Rezende, igualmente ilustram a cumplicidade existente nas operações que envolviam as atividades mercantis dessa casa e as relações familiares[19].

A pujança dos negócios movimentados pela loja em Vila Rica, vistos pela escrituração de um borrador entre os anos de 1737 e 1738, nos remete à dimensão alcançada por essa atividade na Capitania de Minas, e em grande medida, fornece elementos que não deixam dúvidas sobre a supremacia da atividade no contexto a qual estava inserida. Além disso, da mesma análise, igualmente sobressaem aspectos sugestivos para o entendimento das estratégias precípuas ao acesso de Jorge Pinto de Azeredo no corpo dos homens de negócio da praça mercantil de Lisboa. Por exemplo, a movimentação financeira da loja, vista tanto pelo destacado papel assumido como centro abastecedor da capitania quanto pelo numerário levantado com a atividade, que em grande medida, explicam as bases de seu cabedal para inserção no referido grupo. Acresce ainda, ao descortinar a rede mercantil associada a esta casa, pela venda a prazo, abastecimento por grosso, empréstimo de ouro e lançamentos de créditos, de suas informações a articulação de uma rede relacional, a qual certamente contribuiu para a afirmação dos seus negócios, como a arrematação de contratos e a participação no comércio por grosso.

[17] A referência de serem os primos caixeiros da loja em Vila Rica foi retirada a partir da leitura das inquirições realizadas durante o andamento do processo de execução movido por Jorge Pinto de Azeredo contra Ana Gonçalves da Silva, em 1736. Manoel de Miranda Fraga e João Pinto de Miranda eram irmãos, filhos de Manoel de Miranda Fraga irmão de Manoel Cardoso Pinto, que por sua vez, era pai de Jorge Pinto de Azeredo e Manoel Cardoso Pinto. AHMI/CPOP – Execução (1736) – Códice 378 – Auto 7698 – 1º ofício.
[18] IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 239.
[19] Arquivo Público Mineiro – Coleção Casa dos Contos – Referência – CC 2018.

Portanto, sua trajetória como comerciante forneceu, certamente, subsídio necessário a reter em suas mãos poder aquisitivo e se sustentar como membro integrante em redes relacionais que se estendiam pelo universo mercantil, e nessa medida, a adoção de estratégias favoráveis à sua inserção nos contratos régios. Do bem sucedido negócio principiado nas Minas setecentistas, uma carreira como homem de negócio de proporções significativas no contexto dos contratos régios do Império português, especialmente, naqueles que envolviam a mesma Capitania, estreitados a partir do seu retorno para o Reino e atuação na praça mercantil de Lisboa.

A partir da leitura do seu testamento, Fernando Lamas destacou, além da importante atuação nos Contratos Régios, a titulação alcançada por Jorge Pinto de Azeredo. Nas palavras do autor, "Jorge Pinto de Azevedo era portador do destacado título de cidadão do Porto, honra cobiçada por muitas cidades e por muitas pessoas em todo o Império português, em função, principalmente, dos privilégios que as leis desta cidade proporcionavam àqueles que detinham este título". Mais adiante,

> Professo na prestigiada Ordem de Cristo e na Ordem Terceira de São Francisco, essa última estabelecida na cidade de Lisboa desde o ano de 1289, e considerada como uma das mais antigas e prestigiosas irmandades de Portugal, o contratador Jorge Pinto de Azevedo atuou como muitos de seus contemporâneos, ou seja, buscou referendar as distinções sociais através do pertencimento às irmandades (LAMAS, 2006, p. 67).

Ao pontuar aspectos presentes na trajetória de Jorge Pinto de Azeredo que, igualmente, assinalava a expressividade de uma carreira bem sucedida, percorrida por este homem de negócio, do mesmo modo, às aludidas informações não escapava estratégias empregadas por grande parte da elite mercantil lusitana, assentada por meio das relações tecidas no eixo mercantil deste Império em fins de Antigo Regime. Embora a pesquisa encetada compreenda um período antecedente àquele que fora avaliado por Jorge Pedreira, pelo estudo já percorrido em nossa pesquisa, podemos constatar que suas observações seguramente cabem a esse estudo. Vale destacar,

> (...) Alguns homens de negócio, como teremos oportunidade de verificar, eram efectivamente muito ricos. Porém, as suas fortunas tinham sido construídas por eles mesmos, quando muito pelos seus pais. Não estavam portanto em condições de beneficiar de um enobrecimento apenas pela sua opulência. O seu lugar na estrutura social era definido não só pela sua capacidade económica e financeira mas também pela possibilidade de conversão dos recursos assim acumulados em capital simbólico, isto é, era em grande parte determinado pela taxa de câmbio entre os recursos financeiros e as distinções simbólicas – tais como as insígnias de cavaleiros das ordens

> militares que conferiam o reconhecimento social de que careciam (PEDREIRA,1995, p. 102).

Temos, então, um espectro de discussão no qual se entrelaçam relações tecidas no Império português, especificamente, entre a América portuguesa, com um recorte em perspectiva individual, através da conformação de uma rede de interesses que teve por fundamentação precípua uma casa de comércio radicada em Vila Rica. Por conseguinte, uma investigação histórica com vistas à verificação das estratégias tecidas inicialmente na atividade mercantil, configurada por Jorge Pinto nas Minas setecentistas.

Entretanto, como já assinalado, o que se passava com esse homem de negócio estava eivado de significados, e suas escolhas e estratégias, embora individuais se incorporavam ao quadro daquelas assumidas no padrão de recrutamento dos homens de negócio da praça mercantil de Lisboa, analisado por Pedreira. E assim, torna-se relevante ter em atenção a discussão bibliográfica que trata da temática tanto quanto a mais específica, que versa sobre a América portuguesa, sobretudo da atividade decorrida no universo das Minas Gerais à época. É, pois, com a leitura da dinâmica dos agentes mercantis que conseguimos perceber elementos característicos da trajetória de Jorge Pinto de Azeredo em harmonização com os aspectos a compor a atividade.

Nessa trilha de avaliação voltada à composição do corpo mercantil, Junia Furtado apresenta sua avaliação sobre o perfil revelado com a análise do grupo atuante nas Minas setecentistas, e de suas postulações, destacamos,

> Os comerciantes compunham uma camada heterogênea. Em geral, provinham do Norte português, especialmente Minho e Douro. Eram, em sua maioria, solteiros, sem grandes vínculos familiares e deixavam numerosa prole bastarda, geralmente com negras, muitas delas alforriadas em testamento. Vários descendiam de famílias de cristãos-novos e encontravam no comércio, com o qual já estavam familiarizados, forma de se enriquecerem. Esta camada de portugueses brancos e livres procurava, uma vez nas Minas, assimilar os símbolos que a inseria na elite local. Daí, esses homens adquiriam terras, lavras, abriam lojas, compravam escravos e buscavam ter acesso aos cargos administrativos, para se notabilizarem (FURTADO, 1999, p. 275).

Numa outra perspectiva, voltada ao padrão verificado na praça mercantil de Lisboa, mais uma vez, Jorge Pedreira, de suas análises "poderemos reconstituir, ainda que de forma aproximada, a vasta gama de negócios que desenvolvia: participação em contratos, comércio de diferentes gêneros e para diferentes regiões, fornecimento da Marinha, operações cambiais e monetárias, entre as quais o empréstimo de dinheiro a juros, por grosso e a retalho" (1995, p. 322). Um padrão, para o historiador, adotado

pelos diferentes estratos do corpo mercantil, desde ao grupo que se reconhecia como a elite mercantil, a "negociantes de segunda ordem e de recursos medianos", um traço "seguido tanto em meados do século XVIII, como em pleno século XIX, o que poderá ser ilustrado por alguns exemplos" (PEDREIRA, 1995, p. 322).

Conclusão

> A profissão de negociante, apesar das exigências da matrícula, mantinha-se aberta a novos talentos, e os mais capazes, mais arrojados ou afortunados, podiam triunfar, adquirir notoriedade e enriquecer. Contudo, certas especulações – o grosso trato propriamente dito e, em particular, as operações de financiamento do Estado – não estavam ao alcance de todos, pelo contrário, eram reservadas a um círculo mais restrito, que podia depois redistribuir os benefícios. A Adjudicação dos grandes contratos de cobrança de direitos ou de exploração de monopólios públicos, para além de proporcionar consideráveis proveitos aos arrematantes, colocava-os numa posição central, pois os termos das concessões permitiam-lhes a nomeação de sócios ou a cedência de participações no negócio, que muitas faziam em pequenas quotas. A repartição dos contratos era portanto, decisiva para definir a hierarquia interna do meio comercial e para forjar uma verdadeira elite mercantil (PEDREIRA, 1995, p. 150).

O padrão atestado por Pedreira, cada vez mais, se apresenta na pauta dos pesquisadores comprometidos a descortinar as dinâmicas as quais estruturavam o vasto Império Português. Por sua vez, as relações engendradas com a atuação dos grupos e redes de negócios ao fornecer elementos elucidativos sobre o comércio por grosso, as movimentações do crédito e a administração dos contratos régios do Império e suas possessões ultramarinas, também se apresentam como análises favoráveis ao conhecimento dos mecanismos pelos quais as estruturas de funcionamento deste mesmo Império se reproduziam.

Ademais, depreende-se da reconstituição histórica voltada à trajetória do português Jorge Pinto de Azeredo, através de pesquisa direcionada, a verificação do uso de estratégias semelhantes ao processo de conformação e inserção articulado por aquele grupo de homens de negócio da praça mercantil de Lisboa, em um universo que o mesmo corpo mercantil assumia, como destacado por Pedreira, um caráter extremamente fluido.

Dispomos de informações sobre o funcionamento da loja dos irmãos Jorge e Manoel, desde 1734, de acordo com a escrituração do borrador. Nesta altura, Jorge

possuía apenas 26 anos de idade e já estava à frente de uma sociedade bem sucedida, radicada no principal núcleo minerador da Capitania de Minas, ou seja, Vila Rica. Aos 29 anos, em 1737, regressou para Portugal e estabeleceu residência na capital lusitana, inserindo-se na elite mercantil de Lisboa, com participação no comércio por grosso assim como na arrematação de contratos régios de fôlego, como os Dízimos e as Entradas de Minas Gerais, ou mesmo, participando nas companhias dos contratos da Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro e Bahia, arrematados por Estevão Martins Torres, e dos Diamantes, com João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva. Transcorridos quase dez anos, em maio de 1747, falecia aos 38 anos, Jorge Pinto de Azeredo. Embora jovem e com poucos anos contados de atuação enquanto homem de negócio alcançou trajetória notável dentro daquele universo, externalizado, por exemplo, com o prestigioso título de cidadão do Porto e como Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo.

Considerando, portanto, o embasamento historiográfico sobre a temática, o processo de constituição da trajetória de Jorge Pinto de Azeredo, vistos pelos desdobramentos da atividade e atuação da casa mercantil em Vila Rica (acrescidos pela magnitude dos valores apresentados com a movimentação financeira dessa casa de comércio), a rede relacional e teia mercantil a qual se inseria, bem como a sua participação em contratos régios de expressividade, cremos nós, fica uma ideia do papel destacado atribuído a este homem de negócios nos quadros do Império português.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla M. Carvalho. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822).* UFF, 2001, (tese de doutorado);

ARAÚJO, Luiz Antônio. *Contratos e tributos nas Minas setecentistas:* o estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765). Niterói: PPGH/UFF, 2002 (dissertação de mestrado);

BLAJ, IIana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721).* São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002;

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil:* Negócios e Poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo, FFLCH – USP, 2006. (Tese de doutorado);

BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil;* Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Trad. Nair Lacerda. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000;

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros:* "de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" (1693-1737). São Paulo: FFLCH – USP, 2002. (Tese de doutorado);

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais.* Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2007;

CARRARA, Ângelo Alves (Organizador). *À vista ou a prazo:* comércio e crédito nas Minas setecentistas. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2010;

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos comerciantes: Mercadores nas Minas setecentistas.* São Paulo: Annablume, 1999;

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura:* Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998;

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio:* a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999;

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Os contratadores e o Império colonial português:* um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva. Niterói: UFF, 2005 (Dissertação de mestrado);

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial:* Economia & Sociedade. São Paulo: FIPE, 1982;

MAURO, Frédéric. *Nova História e novo mundo.* 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1973;

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura da América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.* Niterói, UFF, 1999. (Tese de doutorado);

PAULA, João Antônio de. "A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII". In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (organizadores). *História de Minas Gerais.* As Minas setecentistas. Vol. I. Belo Horizonte: Autêntica, 2007;

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo* (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995. (tese de doutorado);

PEREIRA, Alexandra Maria. *Um mercador de Vila Rica:* atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738). Juiz de Fora, MG: UFJF, 2008 (dissertação de mestrado);

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português.* São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979;

REBELO, Francisco A. *Erário Régio de S.M.F de 1768.* Brasília: Escola de Administração Fazendária – ESAF, 1976;

ROCHA, Maria Manuela Ferreira Marques. *Crédito privado num contexto urbano.* Lisboa, 1770-1830. Florença: Instituto Universitário Europeu, 1996 (tese de doutoramento);

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império:* Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003;

SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto:* Estado e Sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: HUCITEC, 1997;

SLENES, Robert Wayne. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX.* Estudos Econômicos, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, set./dez. 1988;

SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra.* Política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006;

TÚLIO, Paula Regina Albertini. *Falsários d´el Rei:* Inácio de Souza Ferreira e a casa de moeda falsa do Paraopeba. Rio de Janeiro, RJ: UFF, 2005 (dissertação de mestrado);

ZEMELLA, Mafalda Pereira. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, USP, 1951. (tese de doutorado).

Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva? Uma Investigação sobre a "Macroeconomia" anterior a Keynes e Especulações sobre as Causas do Sucesso da Teoria Geral.

Alexandre F. S. Andrada
Doutorando em Economia (I&D) na Universidade de São Paulo (FEA-USP)
alexandreandrada@usp.br

Resumo – O artigo parte de duas visões conflitantes sobre o estado do debate "macroeconômico" anterior à publicação da Teoria Geral e as causas do sucesso dessa obra. Para Robert Lucas o esquema de Keynes caracterizou-se como um desvio na história das análises de flutuação, dado seu rompimento com a tradição equilibrista (e então hegemônica) dos economistas clássicos. E seu sucesso deveu-se inteiramente a fatores alheios à vontade e simpatias de Keynes. Olivier Blanchard, por outro lado, argumenta que havia uma grande diversidade de interpretações e ausência de um aparato comum àquela época, tal que o sucesso de Keynes deveu-se à sua superioridade em relação aos esquemas rivais. Tentamos, pois, verificar qual das duas interpretações é a mais robusta.

Palavras-Chave – Macroeconomia, Teorias do Business Cycles, Teoria Geral, Síntese Neoclássica e Keynes.

Abstract – This papers starts from two conflicting interpretations about the state of art of "Macroeconomics" before Keynes' General Theory publishing and the causes of its success. Robert Lucas argues that Macroeconomics as founded by Keynes can be characterized as a departure on the history of economic fluctuations analysis, because of its denial of so hegemonic classical equilibrium tradition. And its success is due to a set of facts exogenous of Keynes wants. Olivier Blanchard, on the other hand, argues that there was a great diversity of approaches and the lack of a common framework, such that Keynes's victory is due to the superiority of his theory in comparison with rivals ones. We try, thus, to check whose historical interpretation is sounder.

Keywords – Macroeconomics, Business Cycles Theories, General Theory, Neoclassical Synthesis and Keynes.

Jel Code: B10, B22.

I – Tese da Ancestralidade, Reinvenção da Tradição ou Superação Positiva?

O que chamamos de Tese da Ancestralidade diz respeito ao seguinte argumento recorrente nos artigos "doutrinários"[1] de Robert Lucas: *a Macroeconomia fundada por Keynes, entendida como um campo específico e particular da análise econômica caracterizou-se como um desvio na história das análises de flutuação*. Para Lucas (1980, p. 689), os economistas do século XX[2] anteriores a Keynes (1992[1936]) buscavam explicar as flutuações de curto prazo (o então chamado "*Trade"* ou "*Business Cycles"*) a partir de um esquema "equilibrista". Ocorre que a crise de 1929 teria sido um daqueles eventos capazes de alterar os rumos da Teoria Econômica[3]. A severidade e a longa duração da subutilização dos fatores produtivos teriam tornado os economistas algo céticos em relação à capacidade explicativa dessas teorias "tradicionais", abrindo espaço, assim, para o sucesso de Keynes.

> Economists prior to the 1930s did not recognize a need for a special branch of economics, with its own special postulates, designed to explain the business cycle. Keynes founded that subdiscipline, called *macroeconomics*, because he thought that it was impossible to explain the characteristics of business cycle within the discipline imposed by classical theory, a discipline imposed by its insistence on adherence to the two postulates: (a) that markets are assumed to clear, and (b) that agents be assumed to act in their own self-interest. [...] After freeing himself of the straightjacket (or discipline) imposed by the classical postulates, Keynes described a model in which rules of thumbs, such as the consumption function and liquidity preference schedule, took the place of decisions functions that a classical economist would insist be derived from the theory of choice. (LUCAS e SARGENT, 1979, p. 58).

Do excerto acima alguns pontos devem ser destacados; **(i)** Lucas e Sargent (1979) tratam *"economistas anteriores a 1930"* e *"economistas clássicos"* como sinônimos, negando, pois, a crítica de Hicks (1937) para o qual essa categoria era simplesmente um expediente retórico de Keynes[4]; **(ii)** Esses "*economistas clássicos*" definiam funções comportamentais implícita ou explicitamente a partir da teoria da escolha, entendida como a teoria comportamental na qual os agentes se comportam de acordo com uma dada hipótese de racionalidade, no caso a maximização de lucros e utilidade; **(iii)** Como os "*economistas clássicos*" não viam necessidade de uma subdisciplina

[1] Referimo-nos aos artigos polemistas de Lucas, preparados inicialmente para apresentações em conferências. Nesses artigos o autor abre mão de sua notável capacidade computacional na busca por um diálogo com um público mais amplo, como em Lucas (1977; 1980) e Lucas e Sargent (1979).

[2] "*Business cycle theory (as distinct from monetary economics) is mainly a twentieth century product. For the most part, the major nineteenth century economics set short-term fluctuations to one side in order to focus attention on other issues. The general underlying idea (one might call it a "natural rate hypothesis") must have been that one could understand the main determinants of the average levels and rates of growth in economic activity without understanding the fluctuations*". (LUCAS, 1980, Pp. 689)

[3] Lucas (1980) apresenta um esboço de teoria epistemológica, enfatizando duas fontes de evolução no pensamento econômico: (i) eventos econômicos que alteram as perguntas as quais os economistas buscam responder, e; (ii) ampliação de nossa capacidade computacional.

[4] Hicks (1937) é talvez a fonte mais conhecida dessa crítica dada a gigantesca popularidade desse artigo, mas ele não foi o único. KNIGHT (1937, p. 101), por exemplo, afirmava; "*In this chapter* ["The Postulates of the Classical Economics".] *and throughout the book, his references under this phrase are, in general, the sort of caricatures which are typically set up as straw men for purposes of attack in controversial writing*".

específica para estudar as flutuações somos levados a interpretar que eles as explicavam a partir do mesmo *framework* utilizado para tratar do comportamento agregado de longo prazo e/ou o comportamento individual ótimo; **(iv)** Em Keynes (1992[1936]) rejeitam-se os "*postulados*" **(a)** e **(b)**, de tal forma que os agentes não se comportam de forma egoísta – algo que iremos interpretar como sinônimo de comportamento em desacordo com a teoria neoclássica da escolha –, suas funções comportamentais são regras de bolso patentemente inferiores àquelas utilizadas pelos economistas "clássicos" e se afasta a possibilidade de ocorrência de *market clering*.

Sobre aquele último ponto, a afirmação "*markets are assumed to clear"* é significativamente vaga, o que deixa margem para uma série de interpretações. Na abordagem de equilíbrio geral walrasiano *market clearing* é sinônimo de excesso de demanda igual à zero em todos os *n* mercados da economia. Esse resultado é obtido a partir da utilização da hipótese de *tâtonnement* e/ou a existência de recontratos, de tal forma que não se observam trocas a preços distintos daqueles compatíveis com o equilíbrio (i.e., trocas falsas). Na abordagem marshalliana há expediente análogo; evita-se a complicação do desequilíbrio utilizando-se da hipótese de ajustamento instantâneo de preços. Podemos interpretá-la inicialmente como uma tentativa de Lucas e Sargent (1979) de transportarem para os primórdios da disciplina uma discussão então travada entre Novos-Clássicos e Keynesianos Desequilibristas (*Non-Market-Clearing Approach*). Esses últimos acreditavam que para se compreender a dinâmica econômica e fenômenos como o desemprego involuntário e o acúmulo indesejado de estoques era fundamental raciocinar em termos de desequilíbrio entre oferta e demanda, o que dá origem às considerações sobre rigidez de preços e salários, concorrência monopolística, esquemas de racionamento quantitativos, etc. Já os Novos-Clássicos acreditavam que todas as observações de uma série de tempo deveriam ser entendidas como realizações de um processo estocástico, explicáveis a partir das categorias fundamentais da microeconomia walrasiana (preferências, tecnologia, dotação de recursos), além da incompletude das informações. Aplicando-se o termo em seu sentido novo-clássico, *market clearing* seria sinônimo de *continuous market clearing*, hipótese demasiadamente forte. Em uma forma mais generalista podemos interpretar esse ponto como; (i) explicações para os ciclos que se baseassem apenas naquelas categorias walrasianas fundamentais*;* ou ainda; (ii) podemos interpretar o postulado (b) a partir da ideia de marcada *tendência endógena ao market clearing*, de tal forma que para Lucas os economistas "clássicos" seriam equilibristas, pois acreditavam que os desajustes eram temporários e auto-reversíveis, enquanto Keynes colocara em xeque essa suposta propriedade do sistema capitalista.

Mas há um fato: a Revolução Keynesiana saiu-se vitoriosa[5]. A *Teoria Geral* (TG daqui em diante) tornou-se referência seja na busca de verificação ou rejeição de hipóteses ou no refinamento de conceitos pelas três décadas seguintes. Como Lucas explica esse fenômeno? Além da

[5] Revolução Keynesiana aqui como sinônima de Síntese Neoclássica.

especificidade do momento histórico – o qual forjara uma plateia particularmente receptiva –, o sucesso deveu-se a uma série de eventos alheios à vontade de Keynes. Eventos estes que permitiram a transformação de seu aparato verbal em uma "economia artificial" (Lucas, 1980) com maior grau de refutabilidade que os esquemas alternativos e/ou rivais.

> The *General Theory* was [...] more successful than the *Treatise* not because of theoretical advances within monetary economics but because the event of the Great Depression permitted Keynes to restate the problem posed by business cycle into a form such that the theoretical methods at his disposal admitted genuine progress. It was a fortunate historical accident that at about the same time, and for reason unrelated to contemporaneous economic events, technical advances in statistical and economic theory occurred, which transformed "Keynesian economics" into something very different from, and much more fruitful than, anything Keynes himself had foreseen. (LUCAS, 1980, p. 700-1).

Ainda que Lucas (1980) não nos informe o que, afinal, *"Keynes previra"*, ele nos diz que as causas desse "*feliz acidente histórico*" foram basicamente; **(i)** A transformação do aparato verbal da TG em um sistema de gráficos e equações simultâneas – isto é, um conjunto de instruções para a construção de uma "economia artificial" – realizada por Hicks (1937) e Modigliani (1944)[6], e; **(ii)** O desenvolvimento da Econometria (e sua aplicabilidade àquela economia), graças principalmente aos trabalhos de Jan Tinbergen e Ragnar Frisch, que avançaram a ideia de "*descrever a economia como um sistema de equações em diferença estocasticamente perturbado, cujos parâmetros podiam ser estimados a partir das séries de tempos existentes*". (LUCAS, 1980, p. 701). Ambos os eventos são apresentados como opostos à metodologia de Keynes, o qual é caracterizado como uma espécie de obscurantista. Avesso às ferramentas fundamentais para o progresso da disciplina; rejeitara qualquer forma de economia matemática (aqui se utiliza a famosa passagem da TG sobre o "*labirinto de símbolos pretensioso e inúteis*"), como também do uso de métodos econométricos (vide a polêmica Keynes-Tinbergen)[7]. Note-se que mesmo que Lucas trate a TG como um "desvio" ele não é capaz de associar o Keynesianismo da Síntese Neoclássica a um episódio "improdutivo", talvez exatamente pelo fato de seus autores terem desobedecido a esses "dogmas" de Keynes.

Contrapomos essa interpretação com aquela defendida por Olivier Blanchard (2000), autor associado ao Novo Keynesianismo e simpático ao trabalho de Keynes. Sobre a "macroeconomia" anterior a TG, diz;

> Pre-1940. A period […] where confusion reigned, because of the lack of an integrated framework […]. Business Cycle Theory was not a theory at all, but rather a collection of explanations, each with its own rich dynamics. Most explanations focused on one factor at a time: real factors (weather, technological innovations), or expectations (optimistic or pessimistic firms), or money (banks or the central bank). When favorable, these

[6] Como também as contribuições de autores com Paul Samuelson e Don Patinkin, os quais teriam fornecidos as linhas mestras de uma teoria matemática explícita de equilíbrio geral macroeconômico dinâmico; "[...] *an artificial system in which households and firms jointly solve explicit, "static", maximum problems taking prices as parametrically given"* (LUCAS, 1980, p. 701)

[7] Sobre a Econometria, Lucas trata Keynes tanto como um inimigo da disciplina, como também responsável teórico pelas restrições *ad hoc* utilizadas na superação do problema de identificação da Econometria tipo *Cowles Commission*.

> factors led firms to invest more, banks to lend more, until things turned around, typically for endogenous reasons, and the boom turned into a slump. Even when cast as general equilibrium, the arguments, when read today, feel incomplete and partial equilibrium in nature […]. (BLANCHARD, 2000, p. 1376-7)

Já em relação às causas do sucesso da TG;

> […] the methodological contributions of the General Theory [1936] made a crucial difference. Keynes explicitly thought in terms of three markets (the goods, the financial, and the labor markets), and of the implications of equilibrium in each. […] A quote from Pigou's […] puts it well: "Nobody before him, so far as I know, had brought all the relevant factors, real and monetary at once, together in a single formal scheme, through which their interplay could be coherently investigated." (BLANCHARD, 2000, p. 1378-9).

O que Blanchard (2000) sugere é que, ao contrário do que afirma Lucas (e também Keynes), não se pode falar em "*economistas anteriores a 1930*" e "*economistas clássicos*" como sinônimos. O que havia àquela época era uma grande dispersão de interpretações e métodos, alguns inclusive em "moldes" de equilíbrio geral walrasiano, os quais, no entanto, não possuíam o rigor sugerido por Lucas. E a TG saiu-se vitoriosa não graças unicamente a fatores exógenos, mas principalmente por sua maior sofisticação em relação às principais explicações então existentes. Blanchard (2000) apresenta, em suma, um argumento do tipo "superação positiva".

As divergências entre as interpretações históricas de Lucas e Blanchard nos levam às seguintes questões; **(I)** Qual era o estado da arte em relação às investigações sobre os ciclos econômicos no período anterior à publicação da TG (e posterior ao século XIX)? A *Tese da Ancestralidade* de Lucas é uma reconstrução histórica bem fundamentada, ou, simplesmente, aquilo que Arida (1983) denomina de *reinvenção da tradição?* E a hipótese de *superação positiva* de Blanchard (2000) é procedente ou é também um expediente retórico e/ou simplificação do passado? **(II)** Quais as causas que explicam o sucesso da Teoria Geral? A verdade está mais próxima a Lucas – fatores alheios a Keynes – ou de Blanchard – superioridade do aparato analítico adiantado pela TG?

II – O Debate "Clássico" sobre as Causas do *Business Cycle*.

Determinar a origem de uma disciplina é sempre algo passível de controvérsias. A atitude rotineira é associá-la a data de publicação de uma obra inovadora (ou sintética, entre outras características). É o caso d'*A Riqueza das Naçõ*es para a Economia, e d'*A Teoria Geral* para a Macro. Do ponto de vista didático essa é uma ferramenta indispensável, mas possuidora de um viés desagradável para quem se interessa pela História das Ideias; passa-se a tomar a referência como norma, de forma que tudo o que lhe for anterior é desprezível, como sugere que o nascimento de uma disciplina deve-se exclusivamente ao gênio de um autor isolado.

Sowell (2006) caracteriza a Macroeconomia Clássica – no sentido da HPE – como baseada em duas teorias fundamentais; a Lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda. A primeira é uma ideia equilibrista, postulando que os desajustes entre oferta e demanda são endógena e rapidamente

superáveis, sustentando-se em um par de princípios secundários[8]. Sobre as flutuações econômicas podemos, pois, voltar ao debate ocorrido nas primeiras décadas do século XIX entre Ricardo-Say-Mill e Malthus-Sismodi sobre a possibilidade de ocorrência do chamado *general glut* – polêmica que envolve a defesa ou a rejeição total ou parcial dos princípios associados à Lei de Say – não só como ponto de origem da Macroeconomia[9] (*supply-side versus demand-side*) como e da disputa entre dedutivista e indutivistas[10].

Este evento – uma espécie de pré-história da disciplina – já nos parece suficiente para rejeitar a ideia de economistas do século XIX preocupados apenas com questões relacionadas à tendência de longo prazo. Além disso, crises econômicas de grande magnitude são eventos recorrentes na história do capitalismo, e seria bastante improvável que os economistas não voltassem sua atenção ao menos para essa face mais desagradável das flutuações. Será a partir da investigação desses "espetaculares cataclismos" – como define Persons (1925, p. 98) – que a teoria econômica irá começar a estruturar de forma mais sistemática uma análise sobre os ciclos. Mas para que as investigações sobre "*Commercial Crisis*" dessem origem ao que conhece como "*Business Cycle*" – isto é, a sucessão periódica de movimentos de expansão e contração na atividade econômica – era preciso que os investigadores se livrassem de três empecilhos metodológicos; as explicações exógenas (isto é, que apelavam para fatores para além do escopo da teoria econômica), as teorias dos ciclos de periodicidade determinística (geralmente associadas às teorias exógenas) e as abordagens "particularistas" (de tal forma que cada crise se devia a fatores únicos e específicos, sendo irredutíveis a uma causa – ou conjunto de fatores – comum). Essa superação não seguiu um processo linear.

Autores como Schumpeter (1935;1939), Spiethoff (1925) e Mitchell (1946[1927]) irão associar o nascimento do *Business Cycle* como campo independente de estudo ao lançamento do trabalho de Joseph Clèment Juglar – *Des Crises Commerciales et de leur Retour Périodique en France, en Angleterre et aux États-Unis* – em 1862. Juglar teria sido o pioneiro no uso concomitante de análise histórica, teoria econômica e dados estatísticos; pedras angulares para esse campo de estudo. A partir do escrutínio desses elementos ele pode enxergar para além das crises econômicas, percebendo-as como parte de um movimento ondulatório nas variáveis econômicas, que ocorriam de

[8] (i) Os pagamentos feitos aos fatores para a produção de um determinado nível de produto são necessariamente suficientes para a compra daquele mesmo produto; (ii) Não há perda de poder de compra na economia, as pessoas só entesouram dinheiro para fazer face às suas necessidades de transação no período (oferta e demanda se igual *ex ante* ou *ex post*) já que cada indivíduo só produz por causa e na medida de sua demanda pelos demais produtos; (iii) Uma maior taxa de poupança causa uma maior taxa de crescimento do produto, e; (iv) Os desequilíbrio observados na economia são setoriais e não generalizados, isto é, pode haver inconsistência na alocação dos fatores produtivos, mas esse fenômeno é frugal e superável a partir das variações nos preços e a livre mobilidade dos fatores. (SOWELL, 2006, p. 26-7).

[9] Commons, McCraken e Zeuch (1922), por exemplo, adotam esse procedimento, enquanto Sowell (1963) o rejeita veementemente, criticando inclusive a interpretação de Keynes sobre a teoria de Malthus.

[10] Ver Maclachlan (1999).

forma similar em todos os "países avançados" (França, Inglaterra, Estados Unidos e Prússia, por exemplo).

Da metade final do século XIX destacam-se ainda outros três autores: John Stuart Mill, John Mills e W. Stanley Jevons. As teorias de Juglar, Mills e Mill são bastante próximas, assentadas sobre o papel do crédito em uma economia monetária (ou de trocas indiretas) e seus impactos secundários sobre o nível de especulação e a "psicologia" da comunidade em cada uma das fases do ciclo (que na nomenclatura de John Mills (1868) são; o *pânico,* o *período pós-pânico,* o *"revival"* e o *período especulativo*). As teorias desses três autores já percebem as crises como endógenas, periódicas/recorrentes e não determinísticas[11]. O mesmo não ocorre em W. Stanley Jevons (1879). O fato de as crises se repetirem a cada dez anos (aproximadamente, entre 1701 e 1878) e dessas coincidirem com os ciclos solares (*sunspots*) calculados por Thorold Rogers (de 10.45 anos), pareceu- lhe evidência demasiadamente forte para ser tomada apenas como coincidência. Jevons irá determinar a causalidade do último para o primeiro. Mas incapaz de verificar ciclos tão perfeitamente sincronizados na produção agrícola europeia, irá associar as crises no velho continente aos ciclos agrícolas registrados na Índia e outros países (sub e) tropicais. Assim, a variabilidade na produção daqueles países – causada pelos *sunspots* – será o impulso sobre as trocas comerciais europeias que iniciarão as crises generalizadas. Essa "coincidência" [12] fez com que se desse um passo atrás, "obrigando" a partir daquele período que o autor se justificasse sobre sua posição em relação à existência ou não de ciclos determinísticos sobre as variáveis econômicas. (Besomi, 2005)

Será apenas no século XX que as explicações exógenas e/ou determinísticas e/ou particularistas irão deixarão de ser (gradualmente) levadas em conta, por isso a associação entre o novo século e o início dos estudos de *business cycle.* Mas note-se que desde pelo menos o último quarto do século XIX já havia um conjunto definido de explicações (monetárias e agrícolas) para as flutuações econômicas, cuja "*validação, rejeição, extensão e superação"* era objetivo dos cientistas, os quais dialogavam uns com os trabalhos dos outros. De forma que se usando os conceitos de Stigler (1983), já se tinha ali um campo científico (ou na fronteira entre um e outro estágio) da Economia[13]. O grau de refutabilidade das teorias era certamente prejudicado, dada a escassez/inexistência de dados estatísticos.

---

[11] Ainda que eles apresentem um intervalo médio de dez anos entre a ocorrência das crises, isso é resultado da simples observação da série histórica."*This particular division of time* [cycles of ten years] *we accept, of course, as a simple fact of observation. The numbers of years might have been five, fifteen or twenty* […]. *The one important matter is the successional order, as first suggested by the fact of periodicity; and that order is important chiefly as a guide to parallel inductions, forming gradus by which we may arrive at a true theory of cause*". (MILLS, 1868, p. 63).

[12] Coincidência que deixou de existir não só pelo comportamento errático das crises econômicas, como pelas sucessivas revisões feitas pelos astrônomos sobre a periodicidade dos ciclos solares. (Mitchell, 1946[1927]).

[13] "A science is an integrated body of knowledge, and it is pursued and developed by a group of interacting practitioners called scientists. The validation and extension of that body of knowledge is the intellectual goal of the scientists […] The prescientific stage is characterized in part by the incompleteness of the body of knowledge [...]. This prescientific stage is also characterized by absence of a set of interacting practitioners who are devoting a large part of their lives to the

Um marco certamente mais significativo para o início da transformação das abordagens de *business cycle* é a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). É a partir desse período que se observa um claro salto quantitativo e qualitativo na disciplina, com as teorias "exógenas" tornando-se meras curiosidades históricas. Os fatores determinantes nesse processo parecem ter sido o aumento e a sofisticação dos dados estatísticos[14] disponíveis nos países desenvolvidos, e o início da "revolução" da Contabilidade Nacional[15]. Eventos estes derivados do esforço de guerra e que gradualmente permitiram a verificação de teorias e hipóteses de forma cada vez mais sólida, e a consequente seleção de abordagens mais relevantes (ou mais operacionais) e/ou exclusão das menos robustas (ou menos operacionais), como também sentará as bases para o futuro desenvolvimento no campo da Econometria. Como afirma HAWTREY (1926, p. 169) "*The output of literature on the subject of trade cycle has increased beyond precedent since the war*".

Esse fenômeno de sofisticação das teorias também transparece na comparação entre as resenhas de Kershaw (1900) com a de Patterson (1915), e desta com as de Persons (1926) e Mitchell (1946[1927]).

Kershaw (1900) apresenta dois grupos de explicações para as flutuações; aquelas relacionadas às variações na produção agrícola (como a de W. S. Jevons), e aquelas baseadas no "*mental mood of capitalists and bankers"* (como a de John Mills). Sendo que ele próprio desenvolve uma análise estatística baseada no primeiro tipo de explicação. O que sinaliza que ainda às portas do século XX as explicações agrícolas para flutuações econômicas do capitalismo ainda eram um ramo relevante das teorias. Samuels (1976), a partir das anotações de um estudante, mostra que o curso de "*Commercial Crisis and Business Cycle*" na Universidade de Harvard entre 1905 e 1906 ainda apresentava as teorias sobre as flutuações em dois grupos; "*the one maintaining that cycles are generated by such a variety of causes as to preclude generalization, and the other holding that cycles are due to "permanent causes*"". (SAMUELS, 1976, p. 150).

A divisão de Harvard ecoa em E. M. Patterson (1915), o qual ainda distingue as teorias em dois blocos; exógenas e endógenas. No primeiro grupo estavam aquelas explicações que entendiam que o equilíbrio econômico era perturbado por eventos únicos, específicos e particulares, de forma que não haveria bases para um campo de estudo sobre as "flutuações típicas" (entre os autores destacados está Wilhelm G. F. Roscher, um dos fundadores e expoentes da Escola Histórica Alemã). E as tais "causas únicas" seriam, por exemplo; *falhas nas colheitas, descoberta de minas, invenções, abertura ou fechamento de rotas comerciais ou mercados consumidores, guerras e revoluções e a depreciação cambial*. (Patterson, 1915, p. 136-7). Já no segundo grupo estavam aquelas teorias

accumulation of knowledge, and hence it is characterized by the absence of cumulative progress. (STIGLER, 1983, p. 530).

[14] Ver Friedman (2009).

[15] Ver Kendrick (1970).

defendidas por "*most writers in recent years*" para os quais "*crises tend to recur and that prosperity, crisis, and depression succeed each another with such regularity as to warrant the use of word cycle"* (PATTERSON, 1915, p. 137). Havendo regularidade (ou um padrão) nos ciclos, era, pois, possível estipular uma "lei geral das flutuações". Essa última abordagem é subdividia em três categorias; **(i)** as **teorias psicológicas**, para as quais a explicação para os ciclos estava relacionada ao comportamento dos agentes econômicos (como em John Mills); **(ii)** as **teorias "agrícolas"** (determinísticas) – como em W. Jevons, e; **(iii)** as **teorias "estruturais"** ou **"institucionais"**, que explicavam as flutuações a partir de características endógenas do funcionamento das economias modernas – cujo expoente era W. C. Mitchell, em seu trabalho 1913.

Note-se que ainda em Patterson (1915) não só as teorias exógenas formam um bloco importante, como nas endógenas ainda constam teorias do tipo determinísticas. Nas resenhas de Persons (1926) e Mitchell (1946[1927]) esses dois "empecilhos" tornam-se pontos residuais, ou ainda, curiosidades históricas. Assim, o movimento de "depuração" que se iniciara na virada do século, ganha momento em 1915 e consolida-se em pouco mais de dez anos. Parte desse movimento será provocada exatamente pela obra de W.C. Mitchell; *Business Cycles* de 1913, graças ao minucioso levantamento de séries temporais.

Será de Mitchell (1946[1927]) e de Persons (1926), aliás, as resenhas representativas dos anos 1920. Warren M. Persons é uma figura fundamental nos estudos quantitativos (estatísticos) do *Business Cycle* no primeiro quarto do século XX nos Estados Unidos. Seu currículo; professor da Universidade de Harvard, presidente da *American Statistical Association* em 1923, primeiro editor do *Review of Economic Statistics* em 1919 e diretor do *Harvard Committee on Economic Research*, sendo o responsável pelo desenvolvimento do modelo de previsão econômica utilizado pela *Harvard Economic Service*[16], além de ter dado contribuições seminais para estatística econômica. Wesley C. Mitchell (1874–1948), apesar de associado ao "Velho Institucionalismo" sendo discípulo de Thorstein Veblen, é ainda hoje amplamente reverenciado pelos economistas americanos, tendo passado para a história graças aos seus trabalhos pioneiros sobre as flutuações econômicas[17], nos quais se utilizava de uma abordagem quantitativa/estatística (ou, para os críticos, ateórica[18]) em busca de padrões nas séries econômicas. Seus trabalhos como *Business Cycles* de 1913 – ao qual Patterson (1915) já se refere –, *Business Cycles The Problems and Its Setting* de 1927, *Measuring Business Cycle* de 1946 (em parceria com Arthur Burns) e *What Hapens during Business Cycle: A Progress Report* de 1951 são todos marcos na história da disciplina. Não bastasse isso, Mitchell foi ainda presidente da *American Statistical Association* em 1918, um dos fundadores do *National*

[16] Ver W. Friedman (2009).
[17] Ver Biddle (1996).
[18] Ver Koopmans (1947)

Bureau of Economic Research (NBER) em 1920 e presidente da e da *American Economic Association* em 1924.

Mitchell (1946[1927]) inicia sua exposição distinguindo as teorias em dez grandes blocos; **(i)** *The Weather*; **(ii)** *Uncertainty;* **(iii)** *The Emotional Factor in Business Decision*; **(iv)** *Innovations, Promotion, Progress*; **(v)** *The Process of Saving and Investing;* **(vi)** *Construction Work*; **(vii)** *Generalized Over-Production*; **(viii)** *Banking Operations*; **(ix)** *Production and the Flow of Money Income*, e; **(x)** *The Role Played by Profit Making*. Adiante, buscando simplificação, as divide em três grandes grupos; **(1) Teorias Físicas**; **(2) Teorias Emocionais** (*"Emotional"*), e; **(3) Teorias Institucionais**. As distinções de (i) a (x) não dizem respeito aos mecanismos de difusão dos choques responsáveis pelas flutuações, mas sim das próprias causas (ou impulsos). Taxonomia similar é utilizada por Persons (1926)

Mas ainda que Persons e Mitchell sejam figuras de primeira grandeza é certamente de Gottfried Harbeler (1900-1995) a resenha mais famosa sobre o assunto[19]; *Prosperity and Depression: A Theoretical Analysis of Cyclical Movements* de 1937, obra escrita a pedido da Liga das Nações com patrocínio da *Rockefeller Foundation*.

Haberler foi professor na Universidade de Viena (e membro da escola austríaca) antes de trabalhar para a Liga, da qual se desligou para tornar-se professor da Universidade de Harvard em 1936. Haberler (1946[1937]) distingue seis grandes grupos de teorias; **(i) As Teorias Puramente Monetárias** (*The Purely Monetary Theory*); **(ii) As Teorias de Sobre-Investimento** (*The Over-Investment Theory***)**; **(iii)** ***Changes in Costs, Horizontal Maladjustments, and Over-Indebtedness***; **(iv) Teorias de Subconsumo (***Under-Consumptions Theories***)**; **(v) Teorias Psicológicas** (*Psychological Theories***)**, e; **(vi) Teorias "Agrícolas"** (*Harvest Theories***)**. Para o autor apenas **(i)** e **(ii)** forneciam explicações endógenas e consistentes para cada uma das fases dos ciclos, enquanto as demais seriam excessivamente específicas, auxiliares, e muitas vezes capazes de serem incluídas nas explicações mais sofisticadas.

Apesar de as resenhas até aqui analisadas rejeitarem a ideia de homogeneidade e hegemonia de uma corrente "clássica", de tal forma que a caracterização feita por Lucas e por Keynes é no melhor dos casos, uma simplificação exagerada do passado, ainda não é possível verificar a hipótese de Lucas de que havia consenso em torno do método equilibrista e da teoria neoclássica da escolha. Para tal faremos uma análise do *framework* daqueles autores, seguindo a distinção feita por Haberler.

Comecemos com as teorias de **sobre-investimento**, cujas variantes partiam do já então "fato estilizado"; as indústrias produtoras de máquinas e equipamentos são mais fortemente afetadas pelos ciclos do que aquelas de bens de consumo corrente (fenômeno tratado como "*vertical maladjustment*").

[19] Ver Boianovsky (2000).

Esquema Simplificado de Haberler (1946[1937])

- **Teorias de Sobre-Investimento (*Over-Investment*)**
  - **Neo-Wicksellianos** (F. Hayek; L. Von Mises)
  - **Teorias "Reais" (Não-Monetárias de Sobre-Investimento)** (A.C. Pigou, G. Cassel, Hansen, A. Spiethoff e J. Schumpeter)
  - **"Princípio do Acelerador"** (J. M. Clark; R.G. Harrod; W. Mitchell, A. Spiethoff)
- **Teorias de Subconsumo**
  - **Sobre-Poupança ("Over-Saving")** J. A. Hobson, T. Foster e W. Catchings
  - **"Rigidez de Salário" (*The Failure of Wages do rise sufficiently*)** (E. Lederer e E. Preiser)
- **Teorias "Agrícolas" (*Harvest Theories*)**
  - **Ciclos Econômicos determinados por Ciclos Agrícolas Determinísticos e Exógenos** (W.S. Jevons, H.S. Jevons e H.L. Moore)
  - **Choques Agrícolas Estocásticos afetam (em algum grau) o Estado Geral da Economia,** (A.C. Pigou e Robertson)
- **Outras Teorias**
  - **Teoria Puramente Monetária (**R.G. Hawtrey)
  - "**Change in Costs"** (W.C. Mitchell)
  - **Horizontal Maladjustments** (F. Taussig, W. Beveridge; A.C. Pigou; T.M. Mitchell)
  - **Over-Indebetedness** (Irving Fisher)
  - **Teorias Psicológicas** (A.C. Pigou e J. M. Keynes)

Esquema Simplificado de Persons (1926)

- **Teorias que Enfatizavam Característica Instituições da Economia Capitalista**
  - **- Desenvolvimento do Capitalismo** (J. Schumpeter, G. Cassel e E.H. Vogel)
  - **- Sistema de Produção "*Roundabout*"** (A. Spiethoff, D.H. Robertson, T.W. Mitchell e J.M. Clark)
  - **- Excessiva Acumulação de Capital e Má Distribuição de Renda** (M.T. England, W.H. Beveridge, N. Johannsen e E.J. Rich)
  - **-Flutuações nos Lucros Monetários** (W.C. Mithcell e J. Lescure)
  - **- Movimentos na Moeda e no Crédito** (R.G. Hawtrey, Major C.H. Douglas, W.T. Foster e W. Catchings)
- **Teorias que Enfatizavam Fatores Outros**
  - **- Ciclos Agrícolas** (W.S. Jevons; H.S. Jevons e H.L. Moore)
  - **- Indústrias Orgânicas e Inorgânicas** (Werner Sombart)
  - **- Eventos Específicos** (T. Veblen e I. Fisher)
  - **- Variações no "Humor"** (A.C. Pigou)

Esquema Simplificado de Mitchell (1946[1927])

- **Teorias "Físicas"**
  - H. S. Jevons
  - Henry L. Moore
  - E. Huntington
  - W. Sombart
- **Teorias "Psicológicas"**
  - Charles O. Hardy
  - A. C. Pigou
  - M. B. Hexter
- **Teorias "Institucionais"**
  - E. H. Vogel
  - J. Schumpeter
  - T. Veblen
  - Simon S. Kuznet
  - T. W. Mitchell
  - R. E. May
  - Emil Lederer
  - W. Catchings
  - P. W. Martin
  - A. B. Adams
  - W. H. Beveridge
  - C. O. Hardy
  - Albert Aftalion
  - Tugan-Baranovski
  - John A. Hobson
  - George H. Hull
  - M. C. Rorty
  - Alvin H. Hansen
  - R.G. Hawtrey
- **Autores Multidisciplinares**
  - D. H. Robertson
  - F. Lavington
  - Gustav Cassel
  - J. M. Clark
  - Major Bellerby

E essa maior variância na produção de bens de capital se deve a má alocação dos recursos produtivos, a qual se engendra durante a fase de prosperidade, levando aquele setor para além das necessidades e capacidades exigidas pelo estágio corrente da economia. As crises seriam, assim, reflexo de um problema real na oferta agregada. Entre os chamados **Neo-Wicksellianos** tais problemas de alocação teriam origem monetária. Esse grupo é particularmente importante pelo fato de incluir a figura de **Friedrich Hayek**, do qual Lucas (1977) retira a seguinte passagem como forma de corroborar sua tese histórica;

> [T]he incorporation of cyclical phenomena into the system of economic equilibrium theory, with which they are in 'apparent contradiction, remains the crucial problem of Trade Cycle Theory;' By 'equilibrium theory' we here primarily understand the modern theory of the general interdependence of all economic quantities, which has been most perfectly expressed by the Lausanne School of theoretical economics. (HAYEK, 1933 *apud* LUCAS, 1977, p. 7).

Esse trecho é na verdade a junção de duas notas de rodapé do texto *Monetary Theory and Trade Cycle* de 1933. Necessário contextualizá-las. A primeira[20] surge quando HAYEK (1933, p. 33) trata dos limites da estatística para a construção de sistemas teóricos (argumentação também utilizada por Schumpeter (1939) e outros tantos autores). A ideia é que a verificação de correlações estatísticas, por exemplo, não seria capaz de refutar ou suplantar as teorias derivadas a partir do sistema teórico dedutivo da economia, cujo exemplo mais bem acabado era o equilíbrio geral walrasiano. De tal forma que "[…] *if* [...] *a theory is logically sound* [...] *then the best that statistical investigation can do is to show that there still remains an unexplained residue of process*. [...] *it could never prove that the determining relationships are different character from those maintained by the theory*" (HAYEK, 1933, p. 33)[21]. Pode-se interpretar tal postura como uma crítica à abordagem quantitativa-estatística de autores como W.C. Mitchell. Já a segunda[22] surge no seguinte contexto; Hayek divide as teorias de flutuação então vigentes em dois grupos: monetárias e não-monetárias[23]. Essas últimas

[20] "Cf. The analysis concerning "Argument der Wirklichkeitswidfrigkeit" in the recent book by E. Carrel, Sozialökonomische Theorie und Konjunkturproblem (Munich and Leipzig: Duncker & Humblot, 1929), for a very acute methodological argument. He opposes the thesis of Löwe (which remains, however, despite his analysis, the basis of my own work) that the incorporation of cyclical phenomena into the system of economic equilibrium theory, with which they are in apparent contradiction, remains the crucial problem of trade cycle theory". (HAYEK, 1933, p. 13)

[21] SCHUMPETER (1939, p. 24) apresenta crítica similar, diz: "No statistical finding can ever either prove or disprove a proposition which we have reason to believe by virtue of simpler and more fundamental facts. It cannot prove such a proposition, because one and the same behavior of a time series can analytically be accounted for in an indefinite number of ways. It cannot disprove the proposition, because a very real relation may be so overlaid by other influences acting on the statistical material under study as to become entirely lost in the numerical picture, without thereby losing its importance for our understanding of the case".

[22] By "equilibrium theory" we here primarily understand the modern theory of the general interdependence of all economic quantities, which has been most perfectly expressed by the Lausane School of theoretical economics. The significant basic concept of this theory was contained in James Mill's and J.B. Say's *Théorie des Débouchés*. […](HAYEK, 1933, p. 19)

[23] O autor também apresenta uma distinção similar – ainda que não equivalente – entre teorias endógenas (cuja validade poderia ser verificada através da teoria econômica "pura") e as exógenas (as quais são baseadas em hipóteses concretas – ou seja, empiristas – cuja validade deveria ser verificada caso a caso).

eram ainda divididas em três subgrupos: (i) as psicológicas; (ii) as que discutem a relação entre poupança e investimento, e; (iii) as que destacam as questões de técnicas produtivas.

Para Hayek (1933) as teorias daquele último subtipo (as únicas consistentes/coerentes em sua opinião, e que também se utilizavam do modelo walrasiano como base) tinham que apelar para causas exógenas (invenções, por exemplo) para explicar as perturbações ao equilíbrio. Para Hayek apenas a introdução da moeda (isto é, das trocas indiretas) seria compatível com as explicações endógena sobre as causas da divergência entre oferta e demanda no curto prazo (note-se, que *o market clearing* – como definido pelos Novos Clássicos – não fazia parte do instrumental analítico do autor**).** Essas variações seriam irrelevantes caso afetassem a todos os preços de maneira proporcional, mas não é isto o que acontece. Partindo da hipótese *wickselliana* de "taxa natural de juros" (ou "de equilíbrio"), Hayek (1933) postula que expansões (*retrações*) monetárias implicam em reduções (*aumentos*) na taxa de juros "de mercado", o que distorce o sistema de preços da economia, provocando uma produção excessiva (*insuficiente*) de bens de capital.

Ainda que a citação de Hayek (1933) seja algo deslocada, em linhas gerais, não seria forçoso associar o seu aparato analítico com aquele de Lucas (1975); um modelo de equilíbrio geral (simplificado) de fundamentos walrasiano que explica as flutuações a partir de perturbações monetárias. Mas há pelo menos dois problemas. Em primeiro lugar, ainda que o walrasianismo ronde o pensamento de Hayek, objetivamente sua utilização é ainda bastante rústica e pouco operacional. Não se apresenta um modelo explícito, de tal forma que não há qualquer "*instrução para a construção de uma economia artificial*". Além disso, a visão metodológica de Hayek não permaneceu inalterada ao longo de sua produção intelectual[24]. Em *Economics and Knowledge* de 1937, Hayek apresenta críticas severas ao método baseado no equilíbrio geral walrasiano, adiantando pontos que poderiam ser inclusive utilizados por adversários de Lucas como argumento de autoridade. Por exemplo; o autor é enfático ao afirmar que a teoria equilibrista era válida apenas quando se referia aos problemas de um único indivíduo, mas equivocada quando tratava de um conjunto heterogêneo de agentes[25]. Forçoso associar essa mudança às ideias avançadas pela TG.

Já as **teorias reais de sobre-investimento** relegavam as questões monetárias ao segundo plano. Os desajustes seriam provocados por fatores da esfera da produção como invenções, descobertas, abertura de novos mercados, etc. Entre os autores desta "escola" destaca-se Joseph Alois Schumpeter, provavelmente um dos maiores entusiastas do método walrasiano. Seu livro *Business Cycles. A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process* de 1939 – ainda que cronologicamente posterior à TG – parece-nos ser o melhor exemplo possível da tradição "equilibrista" sugerida por Lucas. Schumpeter (1939) afirma que o equilíbrio geral walrasiano não só

[24] Ver Soromenho (1998) para análise exaustiva sobre este ponto.
[25] Ver Hayek (1937, Pp. 37-8)

é a norma teórica (*theoretical norm*) a partir da qual se pode fazer análises rigorosas a respeito das flutuações econômicas[26], como também o expediente necessário para de determinar a própria Ciência Econômica como um campo independente de estudos. E mais, Schumpeter não só defende o método walrasiano como critica fortemente o marshalliano utilizado por Keynes no *Treatise on Money* (e, em grande medida, também na TG)[27]. A caracterização feita por Schumpeter (1939) sobre sua "economia artificial" é significativamente mais exaustiva e rigorosa do que aquela de Hayek (1933), mas em ambos os casos tem-se apenas uma descrição verbal (e virtualmente não operacional) do processo econômico, de modo que os autores cometem o mesmo pecado capital (segundo a epistemologia lucasiana) de Keynes.

No agrupamento "**princípio do acelerador**" estão aqueles autores para os quais variações na demanda/produção de bens de consumo têm um impacto significativamente amplificado sobre a demanda/produção de bens de capital. Destacam-se os nomes de Arthur Spiethoff e J.M. Clark. Em Spiethoff (1901) os argumentos (também puramente verbais) se desenvolvem sob um esquema implícito do tipo "fluxo circular da renda", o qual apenas forçosamente pode ser associado a uma tradição "equilibrista" baseada na teoria da escolha. Em Clark (1917) argumenta-se que a indústria produtora de bens de capital atende a duas espécies de demanda; (i) a de manutenção e reposição do equipamento existente – que chamaremos arbitrariamente de tipo *depreciação*, e; (ii) a de ampliação da capacidade produtiva – tipo *investimento.* E cada uma dessas demandas obedece a uma regra distinta; a do tipo *depreciação* varia com o montante da demanda por bens finais, enquanto a *depreciação* depende da taxa de variação nas vendas (isto é, a "aceleração" das vendas). Assim, não seria necessário se observar uma redução no volume da demanda por bens finais para que se perturbe o equilíbrio do setor de bens de capital, mas sim que simplesmente caia sua taxa de crescimento. Não há qualquer descrição sobre o comportamento dos agentes econômicos ou da interação entre os mercados, nem mesmo uma discussão sobre as causas da "desaceleração" das vendas. O modelo implícito utilizado é patentemente de equilíbrio parcial, levam-se em conta apenas as interações entre as indústrias produtoras de bens de consumo e de bens de investimento.

As **teorias de subconsumo** são das mais antigas da Economia, recuando até os trabalhos de Malthus e Sismondi. O ponto fundamental que une todos os seus subtipos é a ideia de insuficiência das rendas monetárias e/ou dos gastos em bens de consumo em relação à produção agregada de bens. Esses subtipos se caracterizam por se sustentarem em uma ou outra hipótese fundamental na

[26] "[...] that the theory of equilibrium of stationary flow, give us the bare bones of economic logic which, however, abstract or remote from real life it may be, yet renders indispensable service in clearing the ground for rigorous analysis" (SCHUMPETER, 1939, p. 60)

[27] "Whoever works with partial equilibria soon discover the necessity of an instrument that will enable him to handle the process going on in the system as a whole which escape his "partial" tools. He is then likely to complement his apparatus by a system of relations between social aggregates – such as total output, total income, net total profit […]. This is the equilibrium concept used, for example, in Mr. Keynes' Treatise on Money […]. Such reasoning is at the bottom of much faulty analysis of business cycle". (SCHUMPETER, 1939, p. 35-6).

explicação do descompasso entre produção e gastos; (i) é o progresso técnico, as invenções e o excessivo acúmulo de capital que provocam a tendência de que a produção supere a capacidade de consumo da sociedade; (ii) há perda de poder de compra em algum ponto da economia – via entesouramenteo; (iii) o excesso de poupança (*oversaving*) na mãos dos empresários acaba por provocar uma deficiência da demanda efetiva, e; (iv) **rigidez relativa de salários**, o que significa que os salários não variam *pari passu* com o aumento da produção, de forma que o subconsumo é derivado dos mecanismos concentradores de renda resultantes do livre funcionamento da economia. Esse grupo de autores rejeitava a Lei de Say, de forma que não é razoável associá-los a uma tradição equilibrista. No trabalho de J.A. Hobson, por exemplo, há sinais de um raciocínio do tipo "fluxo circular da renda", o qual não despreza a questão das preferências e tecnologias, mas estes fatores não são causadores em si mesmos dos desequilíbrios.

A **teoria puramente monetária** de R.G. Hawtrey baseia-se em dois princípios fundamentais; (i) "*that certain monetary or credit movements are* ***necessary*** *and* ***sufficient*** *conditions of the observed phenomena of the trade cycle*", e; (ii) "*that the periodicity of these phenomena can be explained by purely monetary tendencies, which cause the movements to take place in succession and to be spread over a considerable period of years*" (HAWTREY, 1926, p. 472). Difícil não associar essa abordagem àquela do Monetarismo. Talvez não por acaso FRIEDMAN e SCHWARTZ (1975, p. 32) nos apresentem outra leitura sobre a "macroeconomia clássica"; "*Before the Great Depression, it was widely accepted that the business cycle was a monetary phenomenon".* Mas seja em Hawtrey (1926; 1927) ou em Pigou e Hawtrey (1929) não se identifica qualquer traço de algo próximo à "tradição equilibrista", como tampouco de agentes racionais-maximizadores em um ambiente intertemporal.

Mesmo Arthur Cecil Pigou – o conhecido Professor Pigou – apresentado por Keynes como o economista "clássico" em seu estado mais puro, em termos de *business cycle* não pode ser caracterizado como um "equilibrista". Sua **teoria psicológica** apresentada no livro *Industrial Fluctuations* de 1927 é próxima daquilo que Keynes discute no capítulo XII da TG. A similaridade é de tal forma evidente, que em sua resenha à TG, publicada em maio de 1936, Pigou – apesar de todas as discordâncias e desconfortos óbvios com relação à obra – não se furta ao elogio dessas passagens. A ideia de que ondas de otimismo e pessimismo causam as flutuações não parece estar particularmente em consonância com as regras comportamentais "clássicas" apontadas por Lucas.

Irving Fisher, por seu turno, afirma; *"The* […]. *So-called cycle theory is merely one part of the study of economic disequilibrium.* (FISHER, 1933, p. 337). De modo que não parece apropriado associar sua teoria de sobre-endividamento (*over-indebetdness*) com os "clássicos".

As **teorias de maladjustments**, dizem respeito ao sobre-desenvolvimento de um determinado ramo da indústria provocado ou por mudanças na demanda, ou na oferta. Esse má

alocação de recursos deve-se a complexidade da economia, a impossibilidade de coordenação das ações dos *n* empresários (de *j* ramos) e dos *l* consumidores (fazendo parte daquilo que Haberler (1946[1937]) denomina de "*error theories of the business cycle*"). Seus defensores (F.W. Taussig, Arthur Pigou, W. Mitchell e W. Beveridge) acreditam que os erros de projeção são pró-cíclicos; durante as expansões mais investimentos são realizados, e quanto mais "distantes" (em termos temporais) a demanda estimada a ser atendida, maior a probabilidade de erro. Mitchell (1946[1927]) é um dos que destacam essa complexidade, seus "agentes representativos" são descritos a partir da ótica (velha) institucionalista, e não da neoclássica. O autor é também enfático ao afastar a utilidade do conceito de equilíbrio estático para as análises de flutuações. O equilíbrio só seria útil se alguém o definisse "em termos de inúmeras forças em constante mudança, mudando a taxas distintas e influenciando uma as outras à medida que mudam", algo não disponível àquela época (Mitchell, 1947[1927], p. 186).

O que podemos concluir neste ponto é que a Tese da Ancestralidade de Lucas é falsa no sentido de que não havia uma clara hegemonia das abordagens "equilibristas" (e cujos agentes se comportavam de acordo com a teoria neoclássica da escolha) nas discussões sobre flutuação econômica antes da TG ou da crise de 1929. Havia, de fato, uma linha walrasiana cujos exemplos maiores são Joseph Schumpeter, com sua teoria "real" dos ciclos, e F. Hayek, e sua teoria monetária. Schumpeter é significativamente mais exaustivo do ponto de vista metodológico do que Hayek o fora, mas em nenhum dos casos se tem um modelo matemático explícito ou estrutura com um grau de falseabilidade comparável àquela da TG. A ideia de equilíbrio contínuo dos mercados (*continuous market clearing*) é um expediente metodológico cuja aplicação às análises de flutuações econômicas (no agregado) se deve aos Novo-Clássicos, de forma que é anacrônico (ou exercício de mitologia da coerência) procurá-la em autores anteriores. Já a sugestão de Lucas de que os economistas "clássicos" derivavam regras comportamentais a partir da teoria da escolha neoclássica de forma rigorosa, com racionalidade intertemporal ou previsão perfeita, não corresponde à realidade (ao menos em termos de uma clara hegemonia).

As divisões de Lucas e Keynes sobre "economistas clássicos" tornam-se válida quando interpretadas em termos de *tendência* – rápida e inexorável – *ao market clearing* e suas implicações em termos de política econômica. Adágios keynesianos como "*no longo prazo estaremos todos mortos*" ou "*uma década é uma fração muito grande da vida humana*" fazem sentido particularmente quando opostos às ideias "liquidacionistas" como as de Schumpeter e Hayek, os quais, supondo uma tendência ao equilíbrio (de *market clearing*), acreditavam que a intervenção discricionária da política econômica mesmo em um ambiente de depressão era contraproducente[28].

[28] Ver De Long (1990).

A caracterização de Blanchard (2000) sobre a "macroeconomia" antes de 1940 é definitivamente mais apropriada que a de Lucas; grande diversidade de hipóteses explicativas, ausência de um *framework* unificador e as teorias de aparência de equilíbrio geral ainda eram bastante rústicas. E mais; havia tal diversidade de métodos, definições, hipóteses, etc., que é provável que qualquer escola do pensamento macroeconômico (existente ou vindoura) seja capaz de encontrar (com maior ou menor esforço) alguma forma de antecipação naquele período.

III – Especulações sobre as Causas do Sucesso d'*A Teoria Geral*.

Discutir as causas do sucesso da *Teoria Geral* e da Revolução Keynesiana implica em discutir umadas questões seminais da Filosofia da Ciência: como avança o conhecimento científico?[29]

O uso do termo "revolução" nos remete invariavelmente à teoria de Thomas Kuhn (2009[1962]), o qual divide a Ciência (e os cientistas) em dois tipos ideais. De um lado há a *ciência normal*, representada pelos manuais que compilam o "estado da arte"/"fronteira" da matéria em determinado instante do tempo. Neste caso os pesquisadores não se dedicam a questionar os fundamentos da disciplina, mas sim em utilizar os critérios hegemônicos da "boa prática científica" para solucionar problemas pontuais (*puzzles*). De outro, há os *paradigmas* e os cientistas dedicados à sua construção/desconstrução, isto é, trabalhos que questionam exatamente aqueles fundamentos, buscando redefinir àquelas "boas práticas". Para Kuhn as revoluções ocorrem quando um novo paradigma se mostrar mais bem sucedido que seus rivais na resolução de problemas conhecidos, na sugestão de outros novos, bem como em melhores métodos de solução e testes. Mas isso não significa a ocorrência de superação positiva no sentido estrito do termo; os paradigmas surgem como promessas de avanço, de forma que há sempre uma dose de "fé" na adoção de um ou outro. Sob esta ótica podemos considerar a TG como iniciadora de uma revolução; não havia um paradigma hegemônico nos anos 1930. Cada autor podia tentar construir a disciplina desde sua origem. Isso transparece, por exemplo, na ausência sequer de um vernáculo comum. O significado de termos como renda, poupança, investimento – hoje tão triviais – era ainda motivo para disputas e tratados. A TG fornecera esse paradigma, de maneira que no pós II Guerra tal diversidade de abordagens como apresentada por Persons, Mitchell e Haberler não mais existia. A Macroeconomia (no sentido convencional do termo) surgiu, pois, a partir dos esforços de validação ou refutação (de partes ou do todo) do sistema de Keynes. Sobre as matérias de "fé", o esquema de Kuhn também parece apropriado. Basta lembrar – como o fez Hansen (1936) – que Keynes não usara qualquer material estatístico na tentativa de corroborar seus pontos fundamentais, de forma que aqueles que abraçaram seu sistema o fizeram (ao menos a princípio) a partir da percepção que o método ali adiantado era potencialmente superior aos rivais.

[29] Uma revisão exaustiva sobre o tópico está além de nosso escopo, por isso nos atemos à análise dos três principais autores a influenciar a história das ideias em Economia; Kuhn, Popper e Lakatos.

Já a palavra "síntese" presente na denominação da escola dominante no pós II Guerra nos remete ao processo dialético de solução de controvérsias. Sob este ponto de vista – em uma forma esquemática – teria ocorrido o seguinte; havia uma **tese** "clássica" contra a qual se ergueu Keynes, formulando sua **antítese**. No processo de confronto entre as contradições de uma e outra emergiu uma **síntese** que abandona os pontos refutados e mantém os não refutados de uma e outra, superando-as em termos qualitativos. Neste caso a TG é apenas uma das faces da "revolução". Essa abordagem parece ser capaz de explicar o processo de "walras-nização" experimentado pelo Keynesianismo já através do modelo SI-LL (posteriormente IS-LM) de Hicks (1937). A tese "clássica" era válida para as considerações microeconômicas e de longo prazo (de tal forma que não era necessário abandonar por completo o edifício "clássico", i.e., walrasiano que passava a se tornar hegemônico), mas não para explicar as flutuações de curto prazo, cujo tratamento keynesiano mostrava-se superior. Sob a forma IS-LM a síntese era qualitativamente superior à soma das partes, dado que mais simples, coerente, consistente e testável que qualquer uma das duas abordagens originais tomadas isoladamente. Ainda que indissociável do pensamento marxista, a tese de evolução dialética é apoiada – com algumas considerações – por Karl Popper (2006), para o qual ela é apenas um subtipo do método de tentativa e erro (conjecturas e falsificações). O falsificacionismo de Popper traz embutida uma ideia mais imediata de superação positiva. No esquema popperiano dá-se ênfase às chamadas hipóteses ousadas (isto é, com baixa probabilidade de ocorrência) como também a ideia de que a nova teoria sujeitou-se a testes mais rigorosos, aos quais a velha teoria não resistira. Controverso determinar *a* hipótese ousada da TG, podemos, porém, elencar algumas que se aproximam dessa categoria; (i) o mercado de trabalho pode se equilibrar com desemprego involuntário; (ii) tese estagnacionista de longo prazo; (iii) investimento causa poupança; (iv) taxa de juros não é o preço que equilibra oferta e demanda de fundos emprestáveis; (v) reduções nos salários reais, em geral, não reduzem o desemprego, e; (vi) o aumento dos gastos públicos e uma política monetária expansionista reduzem a ociosidade dos fatores. Ainda que uma e outra tenham gerado investigações frutíferas, seja no campo da teoria pura, seja na verificação estatística, nenhuma parece ser exatamente uma hipótese "ousada". Sobre os testes que elas suportaram, pode-se dizer que por apresentar uma teoria mais operacional, a TG sujeitou-se a testes estatísticos superiores àqueles aplicados às teorias "clássicas". Mas são todas aproximações imperfeitas.

Imre Lakatos, por fim, argumenta que as revoluções científicas ocorrem quando um programa de pesquisa supera os demais em termos de progresso. Os programas de pesquisa são compostos por um núcleo duro de hipóteses temporariamente irrefutáveis e um cinturão protetor de hipóteses auxiliares (*positive heuristic*). Desta forma, falsificações (empíricas ou lógicas) no sentido popperiano não implicam e nem devem implicar necessariamente em abandono de um dado paradigma. Determina-se o progresso de um programa à medida que "*seu crescimento teórico*

antecipa seu crescimento empírico", isto é, continua a prever novos fatos com relativo sucesso. Já a estagnação dá-se quando "*seu crescimento teórico corre atrás do crescimento empírico*" de tal forma que novos fatos verificados ou descobertos por um programa rival só são explicados *ex post*. Então, se um programa explica progressivamente mais fatos que o programa rival, então esse último é "eliminado". (Lakatos, 1970, p. 100). A adesão a um ou outro programa de pesquisa tem também na teoria de Lakatos uma explicação de "fé", isto é, de expectativa de sucesso. Pode-se, assim, analisar o sucesso da TG como resultado de uma guerra de atrito entre o programa de pesquisa ricardiano/walrasiano (equilibrista, não intervencionista) e o malthusiano/sismondiano/marxiano (insuficiência de demanda efetiva, intervencionista). A "macroeconomia clássica", no sentido de *tendência edógena ao equilíbrio*, torna-se uma agenda de pesquisa degenerada a partir da longa duração da crise de 1929 e do sucesso das políticas intervencionistas praticadas mundo afora.

Mas esses esquemas, porém, foram desenhados na busca de explicação sobre os desenvolvimentos das Ciências de fato e de direito, e não daquelas disciplinas como a Economia. Por esse motivo, no início dos anos de 1980 alguns autores passam a destacar o papel da retórica na solução das controvérsias e no desenvolvimento de nossa disciplina. No Brasil o trabalho de Arida (1983) é ainda hoje a referência. O autor destaca alguns dos expedientes fundamentais da retórica, a partir dos quais se deve analisar as transformações observadas na disciplina; destacamos: (a) **simplicidade**, de tal modo que vale o princípio da navalha de Ockham; (b) **coerência**, que significa não fazer uso de hipóteses *ad hoc*, em linhas com a ideia de programa de pesquisa degenerado de Lakatos; (c) **abrangência**, de modo que a teoria deve ser capaz de explicar toda (ou o máximo) evidências empíricas disponíveis; (d) **generalidade**, o que significa que a teoria em disputa deve ser capaz de subsumir seus adversários como casos particulares, e; (e) **formalização**, ou seja, o argumento passível de formalização é visto como superior àquele apresentado literalmente. Essas categorias em conjunto aparentemente explicam a ascensão da Síntese Neoclássica, mas não da TG. E mais, simplicidade e generalidade, por exemplo, são conceito subjetivos (e ainda assim poucos foram aqueles que viram na TG um texto simples). E mesmo que a TG fosse mais formalizada que Hayek e Schumpeter (e, definitivamente, o era), ela era inferior – neste aspecto – às teorias de Kalecki e outras apresentadas na resenha de Tinbergen (1935), de forma que o formalismo não explica o sucesso de Keynes. O que aqui parece útil é notar que a retórica polemista de Keynes ter alcançado seus objetivos, quais sejam, o convencimento não do adversário, a partir da análise cuidadosa de premissas e conclusões, mas sim da "plateia". Isso transparece na resenha de Schumpeter (1936);

> Those who had the opportunity to witness the expectations of the best of our students, the impatience they displayed at the delay in getting hold of their copies, the eagerness with which they devoured them, and the interest manifested by all sectors of Anglo-American communities that are up to this kind of reading (and some that are not) must first of all congratulate the author on a signal personal success, a success not in the least

> smaller in the cases of negative reaction than in those in which the book elicited fervent admiration. The unfavorable reviews in a sense but testify to the reality of that success […]. (SCHUMPETER, 1936, p. 791).

Essa breve revisão sobre o problema da epistemologia já parece deixar claro que não há nenhuma explicação simples para esse tipo de fenômeno, de forma que só podemos aceitar (*ex ante*) as hipóteses de Lucas ou de Blanchard como aproximações imperfeitas da verdade.

A hipótese explicativa de Lucas (1980) baseia-se no seguinte contrafactual: *"não fossem a crise de 1929 e os trabalhos de Tinbergen, Hicks e Modigliani a TG não teria sido bem sucedida"*. Trata-se de uma hipótese histórica irrefutável. Uma investigação nela baseada, ainda que possa gerar exercícios mais ou menos interessantes, não permite uma conclusão convincente, já que deixa margem para qualquer tipo de considerações arbitrárias (dado que não existe o grupo de controle "*o mundo sem a crise de 1929, Tinbergen, Hicks e, Modigliani*"). E mais; como as Ciências são construções coletivas, seria bastante obscurantista acreditar que pode ou deve existir um autor cujo sistema de análise é autossuficiente, não requerendo esforços de seus pares com o objetivo de verificação, ampliação, sofisticação, simplificação ou refutação de partes ou do todo. Mas apesar dos vícios metodológicos, existem evidências capazes de "refutar" a hipótese de Lucas. Um primeiro ponto a ser destacado é o impacto da crise de 1929 sobre o pensamento (macro) econômico. Trata-se de uma questão controversa. Stigler é um dos que rejeitam a ideia de as teorias serem determinadas por conjunturas históricas; "*It may be (though I somewhat doubt) that Keynes's General Theory was the product of the Great Depression, but if so it is one of the very few great events that have affected the basic theory*" STIGLER (1965, p.7). Já Robert Solow (1997, p. 47) afirma que TG é "*indubitavelmente relacionada com a depressão dos anos 1930*". É certo que a crise de 1929 foi um momento sem precedentes na história do capitalismo, mas ao se afirmar que a TG é fruto daquela circunstância, permite-se também afirmar que não fosse a crise se estaria ainda hoje debatendo o significado de renda, poupança e investimento. Os eventos econômicos não são capazes por si mesmos de alterar os rumos da teoria, o que eles provocam é a mudança de interesse entre um ou outro ramo da disciplina. Esse interesse ampliado pode resultar apenas em um aumento na velocidade de refinamento da teoria hegemônica, e não necessariamente na mudança de paradigma. Se os fatos estão em patente contradição com os resultados da teoria aceita, cria-se um ambiente favorável para uma "revolução", mas ela ainda requer uma teoria (ao menos aparentemente) mais robusta. De nossa parte não conseguimos identificar nenhuma alteração significativa nos rumos da disciplina a partir de 1929. Outro ponto; a crise de 1929 não foi capaz sequer de alterar os rumos da política econômica em um primeiro momento (De Long, 1990).

Sobre o modelo IS-LM tem-se o seguinte. O artigo "*Mr. Keynes and the "Classicals": A Suggested Interpretation*" publicado em abril de 1937 na *Econometrica* é resultado de uma apresentação feita por John Hicks em uma reunião da *Econometric Society* realizada em setembro de

1936 na cidade de Oxford, na qual uma das sessões foi dedicada exclusivamente à análise do sistema de Keynes[30]. Ali outros dois autores apresentaram seus modelos simplificados da TG; John Meade e R.F. Harrod. A contribuição de Harrod apareceu como artigo na *Econometrica* em janeiro de 1937 sob o título de *Mr. Keynes and Traditional Theory*, enquanto o trabalho de John Meade – *A Simplified Model of Mr. Keynes' System* – foi publicado na *Review of Economic Studies* em fevereiro de 1937. E esses três não foram os únicos. Em junho de 1936 D.G. Champernowne publica artigo intitulado *Unemployment, Basic and Monetary: the Classical Analysis and the Keynesian*, no qual apresenta uma comparação entre o modelo clássico e o keynesiano a partir de sistemas de equações e de gráficos; e em junho de 1937 W.B. Reddaway apresenta uma resenha à TG na qual também há uma tradução matemática da obra. Ou seja, tem-se pelo menos cinco modelos matemáticos da TG apresentados no intervalo de pouco mais de um ano desde sua publicação. E alguns desses modelos – como o de Hicks e de Reddaway – eram virtualmente iguais e nenhum dos dois apresenta equações revolucionárias. São todas obtidas explícita (como a LM) (KEYNES, 1992[1936], p. 160) ou implicitamente (IS) no texto original da TG. O que esses autores parecem fazer é expor o "esqueleto" do sistema de Keynes (investimento é função simplesmente dos juros, e não da eficiência marginal do capital e do estado das expectativas; a poupança é função da renda; e a demanda por moeda é função apenas da renda e da taxa de juros). Uma evidência favorável a essa interpretação está no fato de Keynes jamais ter apresentado críticas ao modelo de Hicks. Se essa simplificação acabou por deturpar o esquema keynesiano é uma discussão que extrapola nosso escopo. Enfim, estamos afirmando que caso não tivesse sido Hicks outro autor teria desenvolvido o modelo IS-LM? É perigoso apoiar-se em qualquer forma de determinismo histórico, mas neste caso acreditamos que a resposta é positiva; não fosse Hicks outro autor teria desenvolvido algo bastante próximo. Em uma forma mais parcimoniosa podemos afirmar que é extremamente forçoso afirmar que "sem IS-LM, nada de Keynes", antes pelo contrário, o mais razoável é afirmar que "sem Keynes, nada de IS-LM"[31]. Solow (1997) parece reforçar essa tese;

> The General Theory was and is a very difficult book to read. It contains several distinct lines of thought that are never quite made mutually consistent. It was an extraordinarily influential book for my generation of students […], but we learned not as much from it? It was, as I said, almost unreadable as from a number of explanatory articles that appeared on all our graduate-school reading lists. These articles reduced one or two of those trains of thought to an intelligible model, which for us became "Keynesian economics." The most important of those

[30] "The sixth European meeting of the Econometric Society was held in New College, Oxford, England, from September 25th to 29th, 1936. The first session on Saturday morning the 26th, was devoted to a symposium on "Mr. Keynes' System." Mr. J. E. Meade (Hertford College, Oxford) presented "A Simplified Model of Mr. Keynes' System" […] Contributions to the symposium by R.F. Harrod (Christ Church, Oxford), and Dr. J. R. Hicks (Gonville and Caius College, Cambridge), have been published in Econometrica". (BROWN, 1937, p. 361-363).

[31] Isso não significa em hipótese alguma desmerecer as contribuições de John Hicks à Ciência Econômica. Na década de 1970 o próprio autor declara sua insatisfação com o aparato e julga-o superestimado.

> articles were by John Hicks and Oskar Lange, but there was a whole series of them, by Brian Reddaway, David Champernowne, and others. (SOLOW, 1997, p. 48)

Mas o que explica então o fato de o modelo de Hicks ainda hoje ser utilizado nos manuais introdutórios da disciplina, enquanto os demais se tornaram curiosidades históricas? Não há uma resposta trivial[32]. De Vroey e Hoover (2004) apontam os recursos gráficos de Hicks como fundamental em sua vitória. Achamos essa hipótese relevante (ainda que insuficiente); tratar o conjunto da economia em um gráfico bidimensional com duas curvas que se deslocam a partir de choques das mais variadas espécies ainda é uma ferramenta pedagógica (e retórica) poderosa. O recurso gráfico também amplificava uma característica ainda mais fundamental do modelo; sua flexibilidade. Através do modelo IS-LM pode-se discutir, por exemplo, a teoria "agrícola" (via deslocamentos na IS), as puramente monetárias (via deslocamentos na LM), aquelas que destacam a instabilidade dos investimentos (deslocamento da curva IS), as baseadas em aspecto psicológico (deslocamentos em ambas as curvas), etc. Além disso, a eficácia da política fiscal e monetária pode ser discutida em termos de elasticidade mensuráveis, de modo que o modelo não assume *ex ante* os resultados da intervenção governamental na economia.

Sobre a importância da Econometria não iremos nos alongar. Se Keynes era ou não um entusiasta dessa disciplina é um evento de segunda ordem[33], mas o fato de seu sistema de análise ser mais propenso a testes e refutações estatísticas – como o próprio Lucas admite – mostra que sua teoria tinha um grau de cientificidade maior (no sentido popperiano) que as rivais. E esses testes são anteriores (ou melhor, incialmente independentes) ao modelo de Hicks, como mostram os exercícios sobre o multiplicador, a propensão marginal a consumir, os movimentos dos salários, as elasticidades renda e juro das variáveis relevantes, etc.

Já a hipótese de Blanchard (2000) é certamente mais intuitiva que a de Lucas; *a TG saiu-se vitoriosa, pois era superior às teorias então existentes*. Mas ela também é falha; o autor não apresenta qualquer evidência de que o sistema de Keynes era superior aos demais, como também – excetuando-se a citação de Pigou – de que teria sido realmente Keynes o primeiro a raciocinar em termos de equilíbrio simultâneo nos três mercados (sobre este último ponto, ainda que tenha sido de fato Keynes o primeiro a fazê-lo, o pioneirismo nem sempre é garantia de sucesso ou reconhecimento). Além disso, as explicações baseadas puramente na hipótese de superação positiva são fortemente controversas.

Acreditamos que a TG deve seu sucesso ao fato de ser superior às teorias rivais em termos de operacionalidade. As relações de causas e efeitos ou são mais simples (no sentido de testáveis) ou mais sofisticadas (no sentido de não mecanicista). Essa característica acentuou-se – aos olhos dos

[32] Para uma discussão mais aprofundada sobre as causas do sucesso do modelo ver Heller (2002).
[33] A obra definitiva sobre este tema controverso nos parece ser a de Patinkin (1976).

economistas americanos, principalmente – a partir da construção e desenvolvimentos do modelo IS-LM. Sobre a crise de 1929 parece razoável imaginar que sua longa duração tenha, de fato, criado a impressão (independentemente se correta ou não) de que a ideia de tendência endógena ao equilíbrio fora refutada. A postura *laissez-faire* poderia ser contraproducente, enquanto a de Keynes de "economistas como dentistas" – i.e., capazes de resolver questões concretas de interesse imediato – deve também ter sido particularmente atraente para os jovens e futuros economistas, já que justifica a existência da profissão para além do interesse acadêmico ou empresarial. Como afirma FOURCADE (2006, p. 162-3). "[...] *the worldwide expansion of economics relied first and foremost on the idea, institutionalized broadly in the postwar period, that economic development and growth can be engineered, or that poorly performing economies can be fix*". Caso os ciclos não pudessem ser eliminados ou gerenciados, o papel e a importância do economista se reduzem.

Conclusão

Retomando; a caracterização da "Macroeconomia Clássica" feita por Lucas, sugerindo a existência de uma clara hegemonia do método neoclássico/walrasiano com regras comportamentais derivadas dos primeiros princípios da racionalidade microeconômica é notadamente equivocada. Ou seja, a "Tese da Ancestralidade" é uma "reinvenção da tradição". Neste ponto a interpretação de Blanchard (2000) é não só superior a de Lucas, como bastante apropriada. Sobre as causas do sucesso da TG as "hipóteses" de Lucas têm um claro objetivo polemista, e não com uma análise histórica rigorosa. Creditar o sucesso do keynesianismo ao modelo IS-LM é tomar a consequência como causa. O estudo da origem desse modelo mostra-o como apenas a faceta mais popular e longeva de um esforço de simplificação do sistema de Keynes, mas certamente não a única. E mais, a TG possuía um grau de formalização superior aos padrões médios da época. De forma que tratar Keynes como um inimigo da matemática *per se* é uma redução aborrecida de sua crítica ao formalismo. Sobre a econometria, se Keynes a considerava uma espécie de "alquimia", a crítica de Lucas veio "demonstrar" que talvez ele estivesse certo. Pelo menos em termos generalistas; aqueles exercícios não eram suficientemente robustos para atender suas ambições originais. E Keynes não está sozinho, mesmo Hayek e Schumpeter, como vimos, colocavam a estatística em segundo plano em relação à teoria econômica pura. Mas neste caso a hipótese de Blanchard de superação positiva estrita não é suficiente.

Quais então as causas para o sucesso do keynesianismo? Como vimos essa é uma questão que mesmo os filósofos da ciência, cujo objeto de estudo é exatamente esse, não têm uma resposta exata. Mas analisando esses eventos na Macroeconomia, da ascensão do keynesianismo e do novo-classicismo, especulamos que esses eventos requerem as seguintes propriedades; **(i)** É preciso que uma determinada escola (ou tradição) seja capaz de apresentar uma figura que seja não só um grande teórico, como também um importante metodologista e um talentoso polemista. Ainda que o papel de

grande teórico acabe se perpetuando sobre os demais, ele não é suficiente. Quantos grandes teóricos foram incapazes de arregimentar sequer um par de estudantes que o seguissem? O que dirá de revolucionar uma disciplina. Sobre o metodologista, goste-se ou não, é evidente que os grandes trabalhos sobre o tema – para o grande público dos economistas – são aqueles desenvolvidos por grandes teóricos (Keynes, Friedman e Lucas, por exemplo). A dimensão de polemista, destacada pelo aparato da Retórica, é também fundamental. A capacidade de despertar ódio e paixão e de ser capaz de se comunicar com o grande público (inclusive da "tribo" dos economistas, mas necessariamente apenas a ela) são fundamentais e estão presentes em Keynes, Friedman e Lucas. **(ii)** Do ponto de vista da teoria adiantada, a adoção de um ou outro paradigma tem uma porção de fé como destacam Kuhn e Lakatos, mas é fundamental que o programa de pesquisa/paradigma seja capaz de pelo menos gerar perguntas antes desconhecidas, abrindo um novo campo de investigação. O trabalho de Keynes desde sua publicação já despertou a reação de uma série de autores na busca de verificação ou rejeição de pontos ali apresentados. O mesmo ocorreu com Lucas; ainda que seu modelo equilibrista dos ciclos e a econometria (de fato) estrutural só tenham se tornado realidade anos depois de suas declarações de intenções, o estudo das consequências de *policies* na presença de agentes racionais no sentido muthiano, por exemplo, tornou-se realidade imediatamente. **(iii)** Por fim há que se destacar a importância da conjuntura histórica. E neste ponto é preciso cautela. A realidade objetiva não é capaz por si só de alterar as teorias científicas, nisso nos parecem corretas as colocações de Stigler. Assim, não é correto afirmar que a TG é "fruto da Grande Depressão" ou que a reação Novo-Clássica é "fruto da estagflação dos anos 1970". Os eventos históricos são importantes na medida em que falseiam (ao menos em aparência) a teoria vigente, mas é necessário que surja uma teoria alternativa capaz de explicar não só aquela circunstância como novos fatos e sugerir novos problemas. Nesse aspecto a ideia de programa de pesquisa progressivo e degenerado de Lakatos parece bastante apropriada.

Referências Bibliográficas

[1] ARIDA, P. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. **Texto para Discussão PUC-RJ** No 54, 1983.

[2] BESOMI, D. Clèment Juglar and the Transition from Crises Theory to Business Cycle Theories. **Paris 2**, Dezembro 2005.

[3] BIDDLE, J. A Citation Analysis of the Sources and Extent of Wesley Mitchell's Reputation. **History of Political Economy**, 28:2, pp. 137-169. (1996).

[4] BLANCHARD, O. What Do We Know about Macroeconomics that Fisher and Wicksell Did Not? **The Quarterly Journal of Economics** , Vol. 115, No. 4 (Nov., 2000), pp. 1375-1409

[5] BOIANOVSKY, M. In Search of a Canonical History of Macroeconomics in the Interwar Period: Haberler's Prosperity and Depression. **Revista Brasileira de Economia**, 54(3), pp. 303-331, Rio de Janeiro, (jul./set. 2000).

[6] BROWN, E. H. P. Report of the Oxford Meeting, September 25-29, 1936. **Econometrica**. Vol. 5, No 4, pp. 361-383. (Oct. 1937).

[7] CLARK, J. M. (1927) Business Acceleration and the Law of Demand: A Technical Factor in Economic Cycle. **Journal of Political Economy**, Vol. 25, No 3 (Mar., 1917), p. 217-235,

[8] COMMONS, J.R.; McCRACKEN, H.L.; ZEUCH, W.E. (1922) Secular Trends and Business Cycles: A Classification of Theories. **The Review of Economics and Statistics**, vol. 4, No 4 p. 244-263, (Oct. 1922),
[10] De VROYE, M; HOOVER, K. D. Introduction: Seven Decades of the IS-LM Model **HOPE**, 36, pp. 1-11. (2004)
[11]De LONG, J. B. "Liquidation" Cycles: Old-Fashioned Real Business Cycle Theory and the Great Depression. **NBER Working Paper** No. 3546. (1990)
[12] FISHER, I. The Debt-Deflation Theory of Great Depressions. **Econometrica**, Vol. 1, No. 4, pp. 337-357. (Oct., 1933)
[13] FOURCADE, M. The Construction of a Global Profession: The Transnationalization of Economics. **American Journal of Sociology**, Vol. 112, No. 1 (July 2006), pp. 145-194
[14] FRIEDMAN, W. A. (2009) The Harvard Economic Service and the Problems of Forecasting. **Journal of History of Political Economy**, 41: 1. P. 57-88.
[15] FRIEDMAN, M; SCHARTZ, A. J. Money and Business Cycles *apud* NBER (ed.) **The State of Monetary Economics**, pp. 32-78. 1975
[16] HABERLER, G. **Prosperity and Depression**. A Theoretical Analysis of Cyclical Movements. 3rd Edition, USA, 1946 [1937].
[17] HANSEN, A. H. Mr. Keynes on Underemployment Equilibrium. **Journal of Political Economy**, Vol. 44, No. 5 (Oct., 1936), pp. 667-686
[18] HAWTREY, R.G. (1926) The Trade Cycle, The Economist, 75, P. 169-85. *apud* HAGEMANN, H. (ed.) **Business Cycle Theory, Selected Texts 1860-1939**, Vol. III, Monetary Theories of the Business Cycle, Ed. Pickering & Chatto, London, 2002.
[19] HAWTREY, R.G. (1927) The Monetary Theory of the Trade Cycle and Its Statistical Test. **The Quarterly Journal of Economics**, vol. 41, No 3 (May, 1927), P. 471-486.
[20] HAYEK, F. **Monetary Theory and the Trade Cycle**. 1933.
[21]_____. Economics and Knowledge. **Economica, New Series**, Vol. 4, No. 13, p. 33-54. Feb., 1937)
[22] HELLER, C. (2002). "Notas sobre as razões do sucesso do modelo IS-LM". **Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política**, Curitiba, 24 p.
[23] HICKS, J.R. Mr. Keynes and the "Classics"; A Suggested Interpretation. **Econometrica**, Vol. 5, No. 2, pp. 147-159. (Apr., 1937)
[24] JEVONS, W.S. (1879) The Periodicity of Commercial Crises, and its Physical Explanation. **Statistical and Social Inquiry Society of Ireland**, Vol. VII, Part LIV, pp 334-342. Pp. 334-342, (August. 1879)
[25]KENDRICK, J. W. The Historical Developments of National-Income Accounts. **Journal of History of Political Economy**, Vol. 2, pp. 284-315, (1970).
[26]KERSHAW, J. B. C. An Investigation of the Causes of Trade Fluctuation. **The Economic Journal**, Vol. 10, No. 40 pp. 474-486. (Dec., 1900).
[27] KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 9ª Tiragem. Ed. Atlas S.A. São Paulo, SP. (1992).
[28]KNIGHT, F. H. Unemployment: And Mr. Keynes's Revolution in Economic Theory. **The Canadian Journal of Economics and Political Science**, Vol. 3, No. 1, pp. 100-123. (Feb., 1937)
[29] KOOPMANS, T. C. Measurement without Theory. **The Review of Economics and Statistics**, Vol. 29, No 3, pp. 161-172. (Aug. 1947)
[30] KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Ed. Perspectiva. São Paulo-SP, 2009[1962].
[31] LAKATOS, I. History of Science and Its Rational Reconstructions. **PSA: Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association**, Vol. 1970, pp. 91-136. (1970)
[32] LUCAS Jr., R. E. (1975) An Equilibrium Model of Business Cycle. **Journal of Political Economy**, Vol. 83, No. 6, pp. 1113-1144
[33] _____. Understanding Business Cycle. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy** 5, 7-29. (1977)

[34]_____ . Methods and Problems in Business Cycle Theory. **Journal of Money, Credit and Banking**, Vol. 12, No. 4, Part 2: Rational Expectations, pp. 696-715. (1980)
[35] LUCAS, Jr., R, SARGENT, T. After Keynesian economics in After the Phillips curve: persistence of high inflation and high unemployment. **Fed. Reserv. Bank Boston Conf**. (1979)
[36] MACLACHLAN, F. C. The Ricardo-Malthus Debate on Underconsumption: A Case Study in Economic Conversation. **Journal of History of Political Economy**, 3: 13, pp. 563-574. (1999)
[37] MILL, J. S. (1862) Influence of Credit on Prices apud HAGEMANN, H. (ed.) **Business Cycle Thoery. Selected Texts 1860-1939**. Pickering & Chatto, p. 29-54, (2002), London.
[38] MILLS, J. (1867) On Credit Cycles and the Origin of Commercial Panics. apud HAGEMANN, H. (ed.) **Business Cycle Thoery. Selected Texts 1860-1939**. Pickering & Chatto, p. 55-88, (2002), London.
[39] MITCHELL, W. C. **Business Cycles.** The Problem and Its Setting. National Bureau of Economic Research, Inc. 13th Priting, New York, (May 1949).
[40] MODIGLIANI, F. (1944) Liquidity Preference and the Theory of Interest and Money. **Econometrica**, vol. 12, Issue 1, 45-88. (Jan. 1944).
[41] PATINKIN, D. Keynes and Econometrics: On the Interaction between the Macroeconomic Revolutions of the Interwar Period. **Econometrica**, Vol. 44, No. 6, pp. 1091-1123. (Nov., 1976)
[42] PATTERSON, E. M. The Theories Advanced in Explanation of Economic Crises. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 59, pp. 133-147, (May 1915).
[43] PERSONS, W. M. Theories of Business Fluctuations. **The Quartely Journal of Economics**, Vol. 41, No 1, pp. 94-128. (Nov. 1926).
[44] PIGOU, A.C. Mr. J. M. Keynes' General Theory of Employment, Interest and Money. **Economica New Series**, Vol. 3, No 10, pp. 115-132. (May 1936).
[45] PIGOU, A. C.; HAWTREY, R. G. The Monetary Theory of the Trade Cycle. **The Economic Journal,** Vol. 39, No 156, p. 636-643, (Dec. 1929).
[46] POPPER, K. **Conjecturas e Refutações**. Ed. Almedina, Coimbra, Portugal. (2006[1963]).
[47] SAMUELS, W. J. The Teaching of Business Cycle in 1905-1906: Insight into the Development of Macroeconomic Theory. Vol. 4, No 1, pp. 140-162. (1972).
[48] SCHUMPETER, J. The Analysis of Economic Change. **The Review of Economics and Statistics**, Vol. 17, No 4, p. 2-10. (May, 1935)
[49]_____. **Business Cycles.** A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process. McGraw-Hill Book Company, New York Toronto London. 1939.
[50] SOLOW, R. How Did Economics Get That Way and What Way Did It Get? **Daedalus**, Vol. 126, No. 1, pp. 39-58, (Winter, 1997).
[51] SOROMENHO, J. E.C. Os Novos-Clássicos e a Teoria dos Ciclos de Hayek. *Revista de Economia Política*. Vol. 18, No 3 (71), julho-setembro 1998.
[52] SOWELL, T. The General Glut Controversy Reconsidered. Oxford Economic Papers, **New Series**, Vol. 15, No 3, pp. 193-203. (Nov. 1963).
[53]_____. **On Classical Economics**. Princeton University Press. 2006.
[54]SPIETHOFF, A. Preliminary Remarks to a Theory of Overproduction, 1901. *Apud* HAGEMANN, H. **Business Cycle Theory. Selected Texts 1860-1939**. Pickering & Chatto, London, 2002.
[55] STIGLER, G. **Essays in the History of Economics**. University of Chicago Press, Chicago-IL, 1965.
[56]_____. Nobel Lecture: The Process and Progress of Economics. **Journal of Political Economy**, Vol. 91, No. 4, pp. 529-545. (Aug., 1983)
[57] TINBERGEN, J. Annual Survey: Suggestions on Quantitative Business Cycle Theory. **Econometrica**. Vol. 3, No., pp. 241-308 3 (Jul., 1935)
[58] WICKSELL, K. **Interest and Price**. Sentry Press, New York, N.Y. (1962 [1936])
[59]_____. The Enigma of Business Cycle (1907) apud HAGEMANN, H. (ed.) **Business Cycle Thoery. Selected Texts 1860-1939**. Volume II, Structural Theories of the Business Cycle. Ed. Pickering & Chatto Limited London (2002).

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS (CAND): o trabalho dos migrantes e a intensificação da agricultura no antigo sul de Mato Grosso

Ana Paula Menezes (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados - PPGH/UFGD)
E-mail: annapaulahist@gmail.com

1-INTRODUÇÃO

O antigo sul de Mato Grosso (SMT) foi um dos principais alvos da *Marcha para Oeste*, política de colonização empreendida pelo Estado Novo brasileiro na primeira metade do século XX. A concretização dessa política na região se deu por meio da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND - que trouxe profundas transformações de ordem demográfica, econômica e cultural. Antes dessa colônia, a fronteira do SMT caracterizava-se por uma rarefação demográfica e um fraco vínculo econômico com o mercado nacional.

Esta condição, somada a outras particularidades fez com que o SMT se constituísse em uma área de extrema preocupação, uma vez que o entrosamento étnico e linguístico desenvolvido nestes espaços fronteiriços era visto como perigoso para a segurança do território nacional. Inserida na visão dos "espaços vazios", sobre a região ainda operava o estereótipo do sertão, lugar de mato, muito boi e de pouca gente. Além disso, conflitos históricos ocorridos no passado, como foi o caso da Guerra com o Paraguai, neste momento reforçavam as preocupações do governo nacionalista. Era significativa também a presença de estrangeiros, sobretudo paraguaios "de tal modo que, nessa região era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani" (QUEIROZ, 2008 p. 58).

Na esfera econômica, além da fraca ligação com o mercado nacional, o extremo sul se encontrava fortemente ligado ao mercado platino por meio da economia ervateira, monopolizada pela empresa Cia Mate Laranjeira, (empresa que desde a segunda metade do século XIX detinha a preponderância na extração dos ervais nativos, com exportação de erva cancheada, principalmente para a Argentina) (cf. JESUS, 2004 Queiroz, 2008 p. 41).

No tocante à exploração da erva, o monopólio ainda exercido pela Cia Mate Laranjeira era uma das preocupações do Estado Novo, uma vez que além de não contribuir com o desenvolvimento do mercado nacional, ainda era responsável pela

presença do grande número de paraguaios na fronteira, os quais constituía a base de sua mão de obra. Soma-se a estes fatores a extensa área de terra que a Cia. Mate possuía em seu poder, o que também não contribuía para a unidade política do país, fazendo com que a empresa se tornasse uma preocupação e até mesmo um empecilho para a implantação dos projetos estadonovistas no SMT, conforme, assinala Lenharo: "além de impedir a entrada de posseiros em seus domínios, a Cia. Mate-Laranjeira atuava como tampão para a subida de migrantes oriundos do sul do país" (1986, p. 64).

Neste contexto, além de estar inserida nos projetos do Estado Novo, a CAND fazia parte de um contexto maior, tratavam-se das chamadas "frentes pioneiras" - fenômeno diretamente relacionado ao rápido desenvolvimento industrial que então se verificava na região sudeste do Brasil, especialmente na cidade de São Paulo. Dessa forma, os objetivos políticos do Estado Novo se desenvolveram sob um pano de fundo econômico, calcando-se em medidas que resultassem no desenvolvimento da economia nacional. Nesse processo, no SMT a política da Marcha para Oeste se conjuga com os fatores de avanço das frentes pioneiras, sendo o revestimento desse processo, que segundo Paul Singer, na prática implicava em "abrir as regiões semi-isoladas, que viviam em economia de subsistência, e integrá-las na divisão inter-regional do trabalho, o que significava, ao mesmo tempo, ampliar o mercado para o capital industrial e, portanto a base para sua acumulação" (1984, p. 218).

Nesse sentido a CAND foi o reflexo desse processo no SMT. A colônia foi criada em 1943 passando a receber migrantes mais intensamente a partir de 1948 (SANTOS, 2007 p. 21), as migrações por sua vez se consolidaram durante a década de 1950 com a vinda de milhares de migrantes, que imbuídos da ideologia do Estado Novo iam à busca de oportunidades de trabalho ao mesmo tempo em que construiriam a nova nação. Assim, Gressler e Swensson destacaram que nesse momento a região "sofre uma nova e poderosa corrente povoadora", passando a comportar-se como uma frente pioneira (GRESSLER, SWENSSON, 1988 p. 31).

A CAND pertencia à Divisão de Terras e Colonização - órgão do Ministério da agricultura criado em 1938, passando posteriormente ao INIC – Instituto Nacional de Colonização, órgão criado em 1954 e cuja função era traçar e executar direta e indiretamente o programa nacional de Colonização (cf. NAGLIS, 2007, p. 30; VASCONCELOS, 1986, p. 10). A colônia possuía uma área de 267.000 ha que ficaram divididas em duas zonas separadas pelo rio Dourados, a primeira localizada à esquerda do rio com 68.000 ha e a segunda à direita daquele com uma área de 199.000 ha. A

referida colônia englobava o território dos atuais municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Deodápolis e Douradina (PONCIANO, 2006 NAGLIS, 2008). Dentre estas cidades Fátima do Sul foi a primeira a surgir a partir do núcleo colonizador. Ressalte-se que embora a criação da colônia esteja inserida no âmbito da política estadonovista e a imagem de Vargas esteja fortemente imbuída na memória regional, sua história perpassa um trajeto que extrapola esse governo, sendo implantada efetivamente durante o governo Dutra, observação já assinalada por outros pesquisadores (cf.: NAGLIS, 2007 p. 31), mas que frequentemente tem passado despercebida aos olhares de vários.

A área demarcada para a CAND foi dividida em lotes de 30 ha. Para candidatos a colonos a legislação exigia cidadãos maiores de 18 anos, reconhecidamente pobres e com qualificação agrícola. Embora sendo um projeto nacionalista a CAND aceitava estrangeiros com qualificação agrícola comprovada. Dentre eles se destacaram os japoneses.

Nesse sentido, pensando na subsistência dos colonos, bem como nas atividades econômicas desenvolvidas, o objetivo deste texto é analisar a agricultura praticada na CAND em seus mais variados aspectos. Identificar os gêneros cultivados, bem como seu consumo e comércio, identificar estímulos de determinadas culturas, analisar as implicações da precária infraestrutura para o desenvolvimento agrícola, identificar as dificuldades iniciais dos colonos.

O estudo parte de uma pesquisa de mestrado e está pautado em fontes documentais, como documentos administrativos da época, depoimentos de antigos colonos, bem como fontes bibliográficas como obras memorialistas, artigos afins e em uma bibliografia pertinente ao tema.

2 - Os colonos e o desenvolvimento da agricultura de toco

A expressão *Agricultura de toco* é usada para explicar a tecnologia rudimentar empregada durante a colonização de novas áreas agrícolas nas regiões de cerrados e Mata Atlântica (cf.: SANTOS, 1991 *apud* MENEGAT, 2002 p. 279). Dessa forma com técnicas bastante simples, os colonos da CAND desenvolveram a pequena propriedade policultora, cujos gêneros eram produzidos para a subsistência e principalmente para atender a demanda do mercado interno. Porém, inúmeras dificuldades implicaram no desenvolvimento e na venda da lavoura destes colonos.

No contexto de incentivo ao desenvolvimento do capitalismo interno, a colonização aparecia como a principal entre todas as políticas implantadas pelo Estado Novo, pois em sua concepção toda a transformação almejada para o país teria sua gênese na colonização. Só por meio desta se poderia de fato melhor distribuir demograficamente a população no território nacional; este uma vez ocupado possibilitaria a exploração de seu potencial no sentido de contribuir para a produção e desenvolvimento interno.

A agricultura na CAND organizou-se também no quadro e nas condições oferecidas pela natureza; o ecossistema no qual se inseriu a colônia era bastante propício para o desenvolvimento agrícola tão almejado pelos idealizadores do projeto de colonização. Em carta apresentando informações sobre a CAND um de seus administradores destacou suas qualidades, afirmando: "a colônia Federal de Dourados compõe-se de matas virgens, de terras planas, resistentes a erosão. São solos de rara fertilidade, que, pelo seu clima e altitude superior a 400 metros, se prestam a culturas variadas desde frutas europeias até o café"[1]. A riqueza e fertilidade das terras são destacadas por vários autores, Campos as destaca entre as melhores do mundo: "uma das maiores reservas de terras virgens de alto padrão, existentes atualmente no mundo" (CAMPOS, 1955, p. 24). Portanto, o alto padrão de qualidade destas terras "apropriadas especialmente para o café, algodão e cereais" (*O Progresso*, 21 ab. 1951 apud GRESSLER e SWENSSON, p. 96), explicam a grande produção a um baixo custo.

Se por um lado os colonos podiam contar com fatores naturais favoráveis, o mesmo não se pode dizer no tocante aos recursos materiais. Os migrantes eram oriundos de diversas partes do país, todavia se destacaram os nordestinos, como aponta Pebayle e Koechlin: "os 'sem terra' vindos do Nordeste foram os mais numerosos a procurar refúgio nesta região isolada do Sul de Mato Grosso" (1981, p. 11). Eram pessoas desprovidas de qualquer recurso e que, portanto, necessitavam de um auxílio inicial. No entanto, somente as primeiras levas de migrantes receberam esta ajuda, uma vez que a própria administração não possuía condições de subsidiar a todos diante do número inesperado de migrantes que recebia. Estes colonos receberam algumas ferramentas, como enxadas e também sementes das primeiras culturas[2].

[1] Carta do administrador da CAND ao Ilmo Sr. N.T.C. Chin, contendo informações sobre a colônia. 26/10/1951.
[2] Ofício n. 63 "Pedido de material". Do Sr. administrador da CAND ao Sr. Diretor da D.T.C. 11/06/1949. Telegrama de Tácito Pace, administrador da CAND a Sadalla, Campo Grande – MT. 19/01/1951

Outro agravante inicial foi a inexperiência do migrante. Embora viessem para se dedicar ao trabalho agrícola, como de fato ocorreu com a maioria deles, muitos migrantes não tinham na verdade, prática neste trabalho, conforme a fala do ex-colono Antônio: "eu não trabalhava na terra, eu era carpinteiro, mas eu sempre admirei a agricultura, então eu vim parar aqui" (depoimento de Antônio Vicente Rodrigues, coletado por Ponciano em 1999). A falta de qualificação agrícola somada aos poucos conhecimentos sobre as peculiaridades do lugar, implicava em certa queda da produção, conforme publicado em matéria do jornal *O Progresso*, onde a mesma apontava como um dos fatores negativos, "a falta de prática do agricultor de Dourados, que não usava os venenos adequados e acabava perdendo terreno, por não deixar a distância correta entre as plantas" (cf.: *O Progresso* 10 jun. 1951).

A agricultura na CAND por ser tradicional desenvolvida com um baixo nível técnico exigia mais experiência por parte do agricultor, ao contrário da agricultura mecanizada, onde as máquinas facilitam o trabalho fazendo aquilo que esses colonos tinham que fazer manualmente, como era o caso de medir as distâncias entre as plantas e semear a quantidade correta de sementes. No caso da região em estudo a agricultura só alcançou tal estágio na década de 1970, visto que tal método é utilizável na agricultura em grande escala (sendo justificável, neste novo período, pois nele tivemos a parcial substituição da policultura pela monocultura).

Diante desse quadro houve o desenvolvimento de uma diversificada produção de gêneros alimentícios e matérias primas industriais. Dentre os produtos cultivados, houve aqueles que tipicamente são conhecidos como gêneros de subsistência; tratam-se do arroz, do milho, da mandioca e do feijão. Por outro lado, os gêneros tipicamente comerciais, são aqueles que, supostamente, seriam plantados tendo em vista, prioritariamente, não o consumo próprio, mas a colocação no mercado. Trata-se, no caso, principalmente do *algodão* e do *amendoim* (matérias-primas demandadas pela indústria do sudeste), além do *café*, o qual segundo Queiroz, apesar da queda sofrida em 1929, desempenhava ainda um importante papel na economia brasileira (2008, p. 57). Outros diversos gêneros também foram produzidos em menor quantidade na CAND, trata-se da alfafa, do trigo, do alho e da cana.

Apesar da diversificação e capacidade de produção, entre as culturas dos colonos predominou os gêneros alimentícios, sendo aqueles exclusivamente comerciais, como o algodão, produzidos em menor quantidade em comparação com os alimentos, como registra Lima: "dentro de poucos anos, a produção agrícola aumentou de maneira

espetacular, principalmente em milho, arroz e feijão, em quantidade tamanha, que se tornou o maior celeiro deste e de outros estados, como São Paulo" (LIMA, 1982 p. 11).

A principal razão para a CAND não produzir os gêneros tipicamente comerciais, como o algodão e o amendoim, na mesma medida em que produzia alimentos, estava na sua localização, bem como na precariedade das vias de escoamento, visto que não havia mercado local para estas matérias primas industriais, as quais tinham no sudeste o seu principal mercado, aliás o principal estímulo para toda a produção da CAND era o mercado paulista. Aguirre, o primeiro administrador da colônia apontou que o sucesso da mesma estava em sua ligação com a região oeste do estado de São Paulo[3]. Embora criada para atender essa demanda os colonos enfrentaram grandes dificuldades em exportar sua produção, pois entre o SMT e a região de São Paulo a única ligação direta e em boas condições se dava por meio de um ramal da estrada de ferro Noroeste do Brasil, o qual se estendia até Itahum, distrito de Dourados. Estradas de rodagem, praticamente não existiam, senão estradas ainda muito precárias, conforme mostrou Inagaki: "no Estado de São Paulo elas eram razoavelmente conservadas, porém, após atravessar o Porto XV, no Estado de Mato Grosso, eram precárias ou, como se dizia na época, estavam sendo 'abertas no peito'. Eram estradas chamadas de carreteiras ou boiadeiras, sem qualquer sinalização ou avisos" (2002, p. 116).

Embora a estação de Itahum fosse a melhor alternativa no que toca ao escoamento da produção dos colonos, Queiroz explica que a cidade de Dourados ficou fora do traçado do ramal de Ponta Porã, de modo que a produção da CAND precisaria ser encaminhada à estação de Itahum, localizada cerca de 60 km a oeste da cidade de Dourados. Este ramal não foi construído para atender a objetivos econômicos imediatos (QUEIROZ, 2004, p.453), porem à medida que o SMT foi se desenvolvendo com a implantação de projetos governamentais e iniciativas particulares, a NOB acabou sendo destacada por se converter "em via de escoamento da produção do Mato Grosso" (CAMPOS, 1955, p. 111), uma vez que era a única ligação direta e mais rápida entre a região e o Sudeste do país. De fato, da mesma forma que por meio da NOB desembarcaram no SMT milhares de migrantes, a estação por relativamente pouco tempo acabou servindo como uma via de escoamento da volumosa produção da colônia.

No entanto, a NOB favoreceu o transporte da produção somente dos colonos da primeira zona, pois à medida que a colônia se desenvolvia aumentavam-se as distâncias

[3] Relatório do primeiro administrador da CAND - Jorge Coutinho Aguirre - apud GRESSLER, SWENSSON, 1988, p. 85

até Itahum, impossibilitando o transporte. É nesse sentido que Queiroz assinala a "situação relativamente desfavorável desse ramal, um tanto excêntrico em relação ao núcleo agrícola constituído pela CAND: essa colônia, de fato, estendeu-se a leste da cidade de Dourados, enquanto a estação de Itahum foi estabelecida cerca de 60 Km a oeste da cidade" (2004, p. 453). Dessa forma, à medida que a colônia se desenvolvia, aumentava-se a distância com relação a este ramal, impossibilitando assim o transporte da produção. Diversos fatores contribuíram para isso, dentre eles a precariedade dos caminhos do interior da colônia e o preço dos fretes cobrados até o local. A própria ligação entre as duas áreas da CAND, isto é, a primeira e a segunda zona, apresentava grandes dificuldades, sendo em parte caracterizada por várzea, chamada pejorativamente pelos colonos de *varjão*, dentre outras dificuldades, como registram os memorialistas da segunda zona: "a única e precaríssima ligação que tínhamos era com Dourados, através de caminho aberto a braços humanos onde havia terríveis atoleiros, dentre os quais, os famosos travessões da Onça, o do Guassu e o varjão de Vila Brasil" (AZEVEDO, 1994, p. 59).

Outra dificuldade que prejudicou os colonos foi a falta de condições para o armazenamento da produção, o que tornava o escoamento ainda mais urgente. Embora a colônia contasse com uma cooperativa oficial, a análise das fontes nos mostra que esta foi pouco atuante no sentido de auxiliar os colonos, pois constantemente afirmam que a falta de armazéns também acarretava perdas na safra: "ali eu via descarregar diversos caminhões de feijão, desamarrava o saco, carregavam na sacaria e despejava na beira da rua, na beira da estrada, lá o feijão ficava, jogavam porque o feijão não tinha preço" (depoimento de Antônio Vicente Rodrigues, coletado por Ponciano em 1999). Assim também muitas vezes acontecia com o milho, que era jogado por falta de compradores imediatos, impossibilidade de escoamento, devido muitas vezes ao tempo, chuvas constantes e por falta de armazéns onde se pudessem estocar os grãos até que fosse possível sua venda. Estas adversidades resultavam muitas vezes na perda de boa parte das safras de gêneros alimentícios dos colonos.

2.1 - Produção, consumo e comercialização

Embora a maioria dos produtos dos colonos fosse caracterizada por gêneros alimentícios, alguns produtos típicos de uma agricultura comercial tiveram presença significativa desde o início da década de 1950 na primeira zona da CAND e a partir da

década de 1960 na segunda zona da colônia. O que se explica pelas condições de escoamento já citadas acima, favoráveis aos colonos da primeira zona e dificultosa aos da segunda devido ao aumento das distâncias até o ramal da NOB, única via de escoamento até então. O café apesar de ter sido um dos produtos mais prejudicados com as geadas da década de 1950, foi um dos primeiros produtos cultivados com vistas ao comércio, conforme fala da ex-colona Lair: "ai então meu pai plantou café até uma época, quando ele perdeu todo o dinheirinho que ele trouxe, plantando esse café e a geada queimando, ai ele resolveu passar para outro plantio, deixou um pouquinho de café e ficou plantando milho e feijão" (depoimento de Lair Nunes, coletado por Ponciano em 1999).

A cultura do café se estendeu por toda a extensão da colônia e região. A existência da CAND, que era um projeto governamental, foi um estímulo para o surgimento de colonizações particulares voltadas à agricultura. Dentre estes empreendimentos se destaca um que muito investiu na cultura do café, trata-se do empreendedor Geremias Lunardelli, conhecido como o "rei do café", que também muito contribuiu para o fomento dessa cultura no SMT. Estudando a região do SMT, Campos afirma: "grandes blocos dessas matas são de terras apropriadas para a cultura do café. Vimos cafezais em produção no município de Dourados. Plantas com idade de três anos, mais ou menos, apresentam aspecto impressionante" (1955, p. 23). Dessa forma, estamos de acordo com os memorialistas, quando afirmam que a CAND veio *despertar a riqueza adormecida de Dourados*, atraindo diversos empreendimentos particulares que ajudavam a desenvolver a região. È importante também, frisar que nesta cultura se dedicaram especialmente os japoneses, conforme se constata na fala de seu Antônio:

> então veio aqueles japoneses que vieram para a terceira linha, que vieram diretamente do Japão para a terceira linha cuidar de umas terras e transformar em terras de café ali e aí formaram café. Aí na terceira linha, aquela japonezada que hoje ainda tem muitos lá, eles vieram do Japão, direto do Japão para cultivar o café (depoimento de seu Antônio Vicente Rodrigues, coletado por Ponciano em 1999).

Seu Antônio Vicente se refere aos colonos japoneses da colônia Matsubara, localizada na segunda zona da CAND. As geadas, que a julgar pelas fontes eram intensas durante a década de 1950, parecem ter sido um grande problema à cultura do

café, acarretando inúmeros prejuízos aos agricultores. De acordo com D. Lair: "a geada de 55 foi uma enorme geada e nós perdemos muito cafezal, e ai vem vindo, depois ele (pai da entrevistada) cansou de plantar café porque a geada vinha e queimava, porque não é igual agora que a gente vê a geada fica até assustado, aqui geava todo ano, maio e junho" (depoimento de Lair Nunes Araujo, coltado por Ponciano em 1999).

Concomitante ao café, o cultivo do algodão em Dourados alimentou boas expectativas nos colonos, o que fez com que estes se dedicassem a essa cultura. O jornal *O Progresso* trazia como manchete em 1951 a seguinte notícia "empolga Dourados a grande safra de algodão", acrescentando ainda: "a falta de combate às pragas impediu que a produção atingisse cifras ainda maiores" (cf.: O Progresso, 10 jun. 1951).

O mesmo jornal citado acima divulgava a existência na região de firmas compradoras do algodão, como era o caso da MERCANTIL DOURADOS Ltda que comprava grande quantidade de algodão "pagando um preço vantajoso" e ainda da Anderson e Clayton, conforme registrado na matéria: "indiscutivelmente a mais poderosa compradora da praça, que espera comprar mais 80.000 arrobas da presente safra" (idem).

Esse quadro relativamente favorável ao comércio estimulou o fomento desta cultura entre os colonos, os quais receberam gratuitamente da administração grandes quantidades de sementes. Em outubro do ano de 1951, o plantio já chegava a mil sacos de sementes[4]; dois meses depois, esta quantidade havia dobrado, conforme telegrama da época registrando 2.200 sacos de sementes plantadas de algodão campineiro[5].

Dessa forma, o grande estímulo representado por estas empresas, causava grandes expectativas nos colonos e na administração, que muito incentivava o cultivo do "ouro branco", como era chamado o algodão nesse momento. O transporte até Itahum, embora com uma distância relativamente pequena, não era feito sem dificuldades, uma vez que as condições da estrada até esta localidade era precária, o que encarecia o preço dos fretes. A colônia dispunha de alguns caminhões para auxiliar os colonos, todavia, não podia atender a todos. Mesmo assim, de acordo com as fontes foi intenso o trânsito entre Dourados e a estação de Itahum, na época da colheita do algodão: "caminhões viajam initerruptamente levando o produto até a estação de Itahum, a cerca de dez léguas" (cf.: 10 jun. 1951). No ano de 1951 foram necessárias

[4] ofício n. 238 "Máscaras contra tóxicos" do administrador da CAND, Lloyd Ubatuba ao Ministro da Agricultura 19/10/1951
[5] telegrama de Lloyd Ubatuba, administrador da CAND a AGRITERRAS, Rio 15/12/1951

"5.000 viagens só para o escoamento da safra de algodão"(O Progresso, 21 de ab. 1951 apud GRESSLER e SWENSSON p. 96).

Diante da falta de recursos da administração, das dificuldades para manter e escoar seus produtos, os colonos iam encontrando formas de driblar as dificuldades; nesse sentido uma alternativa era comercializar com as firmas locais citadas acima, as quais não só compravam a produção do colono, mas também acabavam impulsionando o desenvolvimento das lavouras ao financiar suas plantações de algodão.

Ainda que houvesse especulação por parte destas empresas, aceitar o financiamento era uma alternativa para que muitos colonos pudessem ter uma boa colheita e ainda com a garantia da venda de suas safras. Estas firmas atuavam à medida que a administração deixava a desejar no tocante ao auxílio aos colonos; a falta de assistência, por parte da administração abriu precedentes para que outros agentes investissem nos pequenos produtores. As fontes mostraram que o intercambio comercial entre colonos e estas firmas foi uma alternativa plausível para que os agricultores pobres, sem recursos pudessem garantir boas colheitas. Além de comprar o algodão dos colonos da CAND a Anderson e Clayton, em algumas situações auxiliou a própria administração fornecendo defensivos, como algumas inseticidas a um preço mais vantajoso que a D.T.C. (Divisão de Terras e Colonização)[6].

Apesar da grande expectativa alimentada pela lavoura do algodão, a produção deste produto, bem como do café foi pouco representativa se comparadas à produção dos gêneros alimentícios, isto porque de imediato, estas culturas exclusivamente comerciais ficaram restritas apenas à primeira zona da CAND, local mais próximo ao ramal da NOB. Ao mesmo tempo em que se produzia o algodão e o café, produzia-se também o arroz, o feijão, o milho e a mandioca, além de outras em menor quantidade. A cultura dos cereais exigia menos investimentos, uma vez que a do algodão exigia constantemente o emprego de vários inseticidas, fungicidas, contra diversas pragas comuns. Os alimentos ao contrário eram menos vulneráveis à infestação de pragas, o que explica a grande colheita mediante as técnicas mais simples de plantio.

As lavouras de alimentos também eram chamadas pelos colonos de lavoura branca, conforme cita D. Lair: "milho e feijão, a lavoura branca como o povo fala, milho, feijão, essas coisas assim" (depoimento de Lair Nunes, coletado por Ponciano em 1999). Essas lavouras eram cultivadas em proporções significativas e muito além

[6] ofício n. 257 administrador da CAND a D.T.C. "Aquisição de inseticidas" 06/11/1951

das necessidades de consumo dos colonos, conforme registram as fontes: "calculada em 6.000 sacas a safra de feijão" (cf. O Progresso, 4 maio 1952), isso na colheita de 1952; na safra de arroz e milho de 1953 registra-se em telegrama da época a colheita de "noventa e seis sacos de arroz com casca e cento e cinquenta mil sacos de milho"[7]. Nesse sentido também é revelador um documento da época registrando estatística que consta índice de produção vendida na primeira zona da CAND, no início da década de 1950: "milho: 4.440.000 kg; feijão: 690.000 kg; arroz: 750.000 kg e farinha de mandioca: 840.000 kg". Observando que estes valores excluem a produção consumida no local[8].

Todos esses gêneros, tanto as matérias primas industriais, quanto os alimentos eram cultivados concomitantemente pelos colonos da CAND. Em matéria intitulada: *Otimista a lavoura douradense neste ano,* foram expostas as boas expectativas para o ano de 1953, no tocante à toda a produção dos colonos: "Dourados terá uma ótima colheita, quer seja do arroz, do milho, do feijão, quer seja do algodão e já do prometedor Rei Café" (O Progresso, 3 marc. 1953).

Dessa, forma, a agricultura do excedente na CAND, representada, principalmente por gêneros alimentícios, pode ser caracterizada também como uma agricultura comercial, formada por estes mesmos alimentos, conforme registra Gressler e Swensson: "a queda dos preços do café em 1962 e a grande geada de 1965 forçam a erradicação de grande parte dos cafezais, proporcionando o desenvolvimento intensivo de uma agricultura comercial, representada principalmente pelo cultivo de arroz, milho, amendoim, feijão, algodão e mandioca, tendo em vista o abastecimento do mercado da região sudeste" (1988, p. 97).

Com relação ao comércio, os gêneros exclusivamente comerciais, como era o caso do algodão era enviado, até onde se sabe para o oeste paulista, enquanto a produção de alimentos circulou nos mercados locais e regionais, conforme fala do Sr. Abdias Lima da Silva, gerente da cooperativa da colônia: "acabo de regressar de Campo Grande, onde fui vender produtos da colônia tendo conseguido vender o feijão a Cr$ 210.00 a saca e o milho a razão de 95,00 a saca" (cf.: *O Progresso*, 09 mar 1952). Diante das inúmeras dificuldades, já mencionadas, era inviável o transporte destes produtos, uma vez que o estado de São Paulo poderia adquiri-los de outros estados mais próximos e que possuíam melhores sistemas viários, conforme sugere o depoimento de

[7] telegrama Radio para AGRITERRAS Rio. Lloyd Ubatuba, administrador da CAND. 11/02/1953
[8] Relatório sobre produção e comércio dos produtos da CAND. 1951.

Antônio: "daqui para São Paulo o frete ficava muito mais caro; São Paulo comprava o feijão que vinha do Paraná, que ficava mais perto, estradas melhor, daqui para chegar no Porto XV era um absurdo" (depoimento de Antônio Vicente Rodrigues, coletado por Ponciano em 1999).

Outro fator que prejudicava o comércio dos colonos era a sua dependência com relação aos intermediários, chamados também de atravessadores, eram as pessoas que ofereciam o serviço de transportar a produção até o seu destino. Diante da especulação dos intermediários, que lucravam sob os colonos, estes acabavam tendo muitos prejuízos, diante dos altos preços do frete e dos baixos valores das lavouras de alimentos. A produção de alimentos foi maior no interior da CAND, área que só começou a ser colonizada a partir de 1954 e que enfrentou problemas de escoamento, bem mais agravantes, uma vez que fora da NOB não havia muitas alternativas, pois todas as estradas apresentavam dificuldades. Esses fatores explicam a ausência, de imediato, de culturas exclusivamente comerciais e a grande frequência de gêneros alimentícios na segunda zona da colônia, que embora com poucos recursos, as colheitas surpreendiam pela quantidade e qualidade.

Mesmo possuindo mercado local para seus alimentos, este não abarcava toda a farta produção dos colonos, o que agravava a situação desses agricultores. A grande oferta, somada às dificuldades de escoamento implicou na desvalorização da produção dos gêneros alimentícios. Sobre o assunto, Azevedo comenta: "as lavouras que colhiam tinham pouco valor, principalmente pelas longas distâncias e dificuldades de escoamento, pois não havia estradas" (cf.: 1994 p. 32). O autor memorialista se refere à segunda zona da colônia. A superprodução no interior na CAND implicava na perda de grande parte destes produtos, conforme a fala do ex-colono Ivo: "precisavam jogar fora, estragava tudo, milho, você via aquele tanto de milho na roça, sem ninguém querer aquilo, ninguém comprava não, era uma fartura terrível, também não tinha estrada para vim para cá buscar nada".(depoimento de Ivo de Araújo, coletado por Ponciano, em 1999).

No interior da CAND, diante do quadro de maiores dificuldades enfrentadas pelos colonos, uma das instâncias que chama atenção e que constitui uma especificidade desta área está relacionada à sociabilidade dos colonos, os quais fizeram da reciprocidade característica marcante do seu modo de viver. Característica esta fundamental para a sobrevivência do grupo enquanto pequenos produtores rurais.

O baixo nível técnico adotado por esses agricultores tornou necessário certa

interdependência entre eles, principalmente diante dos momentos mais críticos, como a época das colheitas. Essa característica pôde ser apreendida, principalmente da observação e análise das fontes orais, as quais permitem visualizar certas subjetividades com relação ao modo de vida destes colonos. Essas qualidades do agricultor simples da pequena propriedade pode ser visualizada por meio da fala da ex-colona Lair Nunes, que relata a união da vizinhança em mutirão na época das colheitas:

> aí plantamos milho e feijão, o milho nós mesmo que batia ele, não é igual hoje com batedeira, o milho a gente quebrava todo o milho, na hora de bater tinha feito de madeira, chamava cabrita, feito de madeira, era duas forquilha, fechado de tábua de um lado e de outro, botava o milho ali dentro, descascado o milho, e ali batia de lá e de cá, batendo com um pau, e o milho descia para baixo, e o sabugo ficava dentro, e era assim. Nós fazia mutirão, reunia a vizinhança, cada um ajudava o outro sabe, na época da bateção do milho [...] Feijão também naquela época não tinha máquina de bater feijão (depoimento de Lair Nunes, coletado por Ponciano em 1999).

O sistema de mutirão, contando com a união de todos entorno de um objetivo comum era uma alternativa diante da necessidade da colheita, da falta de sistemas mecanizados e das inúmeras dificuldades para desenvolver a agricultura. Dessa forma, com muitas dificuldades os colonos foram desenvolvendo suas lavouras, até que houvesse melhores condições de escoamento. Além dos gêneros citados aqui, alguns outros produtos foram bastante cultivados no interior da CAND e tiveram grande importância na subsistência destes colonos, um deles foi a erva-mate que presente em muitos lotes, continuava a ser explorada pelos colonos e ervateiros remanescentes.

Outro produto cultivado em grande quantidade pelos colonos foi a mandioca que se fez presente em toda a colônia. Na primeira zona, em um total de 774 lotes recenseados, a mandioca se fazia presente em 60% deles. (MENEZES, 2008). Sabe-se que o cultivo deste produto se dava para a produção da farinha, que por ser um produto bastante consumido pela grande maioria dos colonos, possuía um pequeno, mas significativo comércio no interior da colônia, bem como na região. Na segunda zona da CAND houve diversas farinheiras, conforme relata Azevedo, memorialista do interior da colônia: “Assim, nos primeiros cinco anos, dentre outras culturas a da mandioca para o fabrico de farinha, foi umas das que mais se destacaram, com elevado número de produtores. Em todas as linhas haviam grande número de farinheiras” (AZEVEDO, 1994 p. 32).

Além da farta produção de gêneros alimentícios, os quais possuíam mercado local e regional, produtos exclusivamente comerciais como o algodão e o amendoim passaram a ser cultivados no interior da CAND, abrangendo toda a sua extensão, a partir da década de 1960 com a melhoria das estradas de rodagem, pois o transporte rodoviário assumiria o papel principal no que tange à economia da colônia enquanto a ferrovia perdia importância.

Nesse momento houve a abertura de uma estrada que ligava o interior da colônia diretamente ao estado de São Paulo, essa estrada ainda que inicialmente muito precária, representou um grande impulso à economia da CAND, possibilitando um menor custo no transporte da produção, uma vez que não mais compensava o transporte até Itahum, se poderiam fazê-lo por outra via mais curta e rápida (CASALI, 2002). Uma ligação com o oeste paulista possibilitou o fomento de produtos exclusivamente comerciais, dentre eles o algodão, conforme registra o autor memorialista: "na colheita de algodão de 1962, isto é no mês de março, iniciamos o transporte de algodão para São Paulo, por esta estrada, apesar das dificuldades de uma rudimentar balsa de madeira, para transpor o Rio Ivinhema" (AZEVEDO, 1994, p. 61). Complementando a fala de Azevedo, o pe. Amadeu relata: "primeiro eles plantavam feijão, milho, depois começou a plantar algodão, era muito algodão, que ia para São Paulo" (depoimento do padre Amadeu Amadori, coletado por Ponciano em 1999).

Além do algodão, com a melhoria das condições de escoamento, o amendoim também passou a ser mais cultivado no interior da CAND, conforme relata seu Antônio: "naquela época era plantado muito amendoim, naquela época ninguém sabia o que era soja, plantava muito amendoim" (depoimento de Antonio Vicente Rodrigues, coletado por Ponciano em 1999).

3 - Considerações finais

O início da agricultura na CAND foi marcado por grandes dificuldades, mas que não impediram o pequeno produtor rural de concretizar o seu sonho, pois o principal estímulo para estes colonos desprovidos de qualquer recurso era a terra, tão almejada e pela qual enfrentaram a epopeia da migração; uma vez nela fixados, o restante se ajeitava. E assim, se "ajeitando", contando com a pouca ajuda inicial por parte da administração, ganhando a semente ou comprando-a com a renda de outras atividades temporárias, as lavouras foram tomando corpo, se desenvolvendo de forma rápida

tomando o lugar outrora coberto por mata, concretizando os objetivos estadonovistas da inserção de novas áreas à economia de mercado.

Dessa forma, apesar de todas as dificuldades a agricultura na CAND foi caracterizada pela diversidade de gêneros agrícolas, possuindo grandes excedentes comercializáveis, os quais poderiam ao menos de imediato ter atendido a demanda do mercado do Sudeste, não fossem as comprometedoras dificuldades de escoamento. Por outro lado, mesmo que a maioria da produção da colônia não tenha sido destinada ao mercado interno do Sudeste, os problemas relativos à infraestrutura da colônia, não fizeram de sua produção mera agricultura de subsistência, uma vez que a colônia possuía um significativo mercado regional, especialmente para os gêneros alimentícios.

Ainda que sob muitas dificuldades, safras significativas de algodão foram transportadas para a região de Presidente Prudente no início da década de 1950 por meio dos trilhos da NOB. Embora se saiba que somente os gêneros tipicamente comerciais, em maior quantidade o algodão do que o amendoim foram transportados para o estado de São Paulo, uma agricultura comercial foi formada também por gêneros alimentícios, uma vez que a produção da colônia possuía apreciável excedente que encontrou mercado regional.

A CAND por algum tempo teve um papel significativo na produção de alimentos para a região, mesmo após sua emancipação em 1968. Na década de 1970 a região sofre nova onda migratória de gaúchos e paranaenses e passa por uma gradativa transformação de ordem agrária, momento em que houve certa concentração fundiária e a parcial substituição da policultura pela monocultura, especialmente da soja e do milho.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

AZEVEDO, José de. *Histórias que vivi*. Associação de Novos Escritores de MS, 1994

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de mato Grosso*. São Paulo, 1995.

CASALI, Rodrigo [2002]. *O transporte rodoviário nas relações comerciais da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1950-1970)*. 2002. 34f. Monografia (Iniciação Científica) – UFMS, Dourados.

GRESSLER, Lori Alice. SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato grosso do Sul* (destaque especial ao município de Dourados). Dag: Dourados. 1988

GRISA, Cátia, SCHNEIDER, Sérgio. *"Plantar pro o gasto"*: a importância do auto/consumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. Revista Econômica

de Sociologia Rural vol.46 n. 2 Brasília Apr./June 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032008000200008. Consultado em 18/02/2012.

INAGAKI, Edna Mtsue. *Dourádossu*: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados(1940 a 1960) 165 f. 2002. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal de Mato grosso do Sul. Dourados.

JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate – o outro lado*: a presença dos produtores Independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

LENHARO, Alcir. C*olonização e trabalho no Brasil:* Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campina: Ed. Unicamp, 1985.

LIMA, Alexandrino Ferreira de. *Glória de Dourados*: datas e fatos. [Glória de Dourados]: [s.n], [1982].

MENEZES, Ana Paula. *A Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND - nas décadas de 1950 e 1960*. 2008. Relatório (Iniciação científica). UFGD. Dourados.

MENEGAT, Alzira Salete. As mudanças no espaço agrário de Mato Grosso do Sul. In: Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul, 2002, p. 268-80

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *"Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto"*: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

PEBAYLE, Raymond. Koechlin, Jean. *As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul:* Abordagem geográfica e ecológica. Trad. Antônio de Pádua Danesi; ver. Por Aziz Nacib Ab'Saber e José Laerte Tetila. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Geografia, 1981. 42 p. (Espaço e Conjuntura 4).

PONCIANO, Nilton P.[2006] *Fronteira, religião, cidade:* o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965). 2006. Tese (Doutorado em História) – FCL/UNESP, Assis.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso* (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.): *transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Ed. UFGD. Dourados. 2008

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. *Uma ferrovia entre dois mundos:* a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato grosso (1918 – 1956). 1999 tese (Doutorado em História econômica) – FFLCH/USP, São Paulo.

SANTOS, Claudete Soares de Andrade. Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970). 2007. Dissertação (mestrado em História). UFGD. Dourados

SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil*: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: *HISTÒRIA geral da civilização brasileira*. Dirigida por Boris Fausto. V. 4, t. 3, p. 209-245. São Paulo: Difel, 1984.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso:* a implantação da Colônia Várzea Alegre(1957 – 1970). 1986. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Assis.

DOCUMENTOS

Depoimentos de antigos colonos, coletados por Nilton Ponciano em 1999. Disponíveis no Centro de Documentação Regional da UFGD – CDR/UFGD.

Ofícios, relatórios, cartas, telegramas e outros documentos referentes à Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul – APE/MS - Campo Grande. Acervo: CAND.

Redes comerciais cristãs novas no Brasil durante o reinado de Filipe III

Ana Hutz – ana.hutz@gmail.com
Doutoranda do departamento de História da USP
Docente do departamento de Economia da PUC-SP

> (...) Esta Junta no tiene noticia de la cantidad de dinero con que la gente de la na nacion servio a Vuestra Magestad por el perdon general, ny lo que se ha cobrado, ni en que se ha despendido.(...)"[1]

Introdução

Este artigo é fruto da pesquisa de doutorado em andamento, que trata das redes comerciais cristãs novas durante a União Ibérica. Aqui tratamos de um recorte temporal dentro do mesmo tema: o período de Filipe III. Os dois temas tratados neste artigo são, portanto, os cristãos novos portugueses e o reinado de Filipe III. Como se verá ao longo do texto, esses temas estão profundamente entrelaçados.

O texto parte do entendimento de que o período de Filipe III é singular no entendimento da própria história da Espanha e de Portugal, e singular também no que se refere à história dos cristãos novos. É bastante frequente que se atribua ao valido de Filipe IV, o conde-duque de Olivares, a tentativa parcialmente bem sucedida de priorizar os cristãos novos portugueses, dada sua percepção de que esses eram fundamentais para a saúde financeira da Coroa espanhola. Existem estudos, entretanto, mostrando que essa preocupação era anterior a Filipe IV, tendo sido o duque de Lerma, favorito de Filipe III, o responsável por buscar parte da solução dos problemas financeiros da Coroa no auxílio

[1] Trecho de carta datada de 1607 da Junta de Fazenda de Portugal ao rei Filipe III, solicitando esclarecimentos sobre o dinheiro pago pelos cristãos novos. Archivo General de Simancas. Secretarias Provinciales. Libro 1466. fol. 147. (foi mantida a grafia do documento)

dos cristãos novos, o que serviria de referência para o conde-duque nos anos subsequentes[2].

No que diz respeito aos cristãos novos, tratamos, de um modo geral, de um aspecto de sua atuação econômica: a organização em redes de comércio. Redes de comércio são frequentemente caracterizadas como a maneira de se comercializar em escala global entre os séculos XV e XVII. De uma maneira geral, as redes ibéricas eram compostas por diferentes membros de uma mesma família que, dispersos ao longo do globo, atuavam como agentes comerciais, representantes ou mesmo feitores do principal comerciante, que muitas vezes vivia e atuava nos grandes centros como Lisboa ou Sevilha, por exemplo. Embora o objeto de análise deste artigo seja as redes comerciais dos cristãos novos portugueses no final do século XVI e início do XVII, essa forma de atuação foi observada em outras localidades importantes da Europa, com outros grupos de atuação. Pode-se citar, por exemplo, as empresas italianas do século XIV, que tinham sucursais espalhadas pelo continente e que eram encabeçadas por parentes próximos dos sócios principais[3].

Considera-se, comumente, que a atuação dos cristãos novos portugueses é um excelente exemplo das redes comerciais. Sua relevância se dá inclusive pelo fato de que os cristãos novos teriam usado a própria rede também como forma de proteção das Inquisições portuguesa e espanhola, que tanto perseguiam suas famílias e seus bens.

O assunto não se esgota com facilidade e há controvérsias que aqui só deixamos indicadas. Existem estudos de caso que mostram a necessidade das redes de comércio se manterem no âmbito da família ao ponto de se criar parentesco onde antes não havia[4] e estudos que mostram que, muitas vezes, os laços das redes são dados de

---

[2] Jesús CARRASCO VÁSQUEZ. *El relevante papel económico de los conversos portugueses em la privanza del Duque de Lerma (1600-1606)*. Comunicação apresentada no XXV Encontro da APHE. Évora. 2005.

[3] J. LE GOFF. *Mercadores e Banqueiros da Idade Media*. Lisboa: Gradiva, 1982.

[4] Maria Manuel Ferraz TORRÃO DE OLIVEIRA COSTA. *Tráfico de escravos entre a costa da Guiné e a América espanhola: articulação dos impérios ultramarinos Ibéricos num espaço atlântico.* Instituto de Investigação Cientifica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Lisboa, 1999. pp. 30-35.

maneira puramente profissional, como se pode perceber quando se observa a presença de cristãos velhos em redes tipicamente de cristãos novos[5]. Esse segundo grupo de interpretação salienta as estratégias de diversificação dos agentes. A diversificação dos agentes serviria para minorar os riscos sobre o capital do mercador, além de poder aumentar o grau de competitividade entre os agentes, reduzindo seus custos.

O artigo se divide em três partes, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira parte, tratamos da especificidade de Filipe III como forma de traçar o panorama no qual se desenvolve a história dos cristãos novos portugueses e expomos a problematização da questão que nos propomos a estudar. Na segunda, é feito um retrato geral do Brasil cristão novo e suas implicações para a temática estudada. Na terceira parte, finalmente, descrevemos a história de uma dessas redes comerciais: a da família Milão.

A especificidade de Filipe III

Quando se considera os estereótipos do fim do século XVI e início do XVII e também a interpretação de alguns historiadores[6], Filipe III pode ser considerado como a antítese de seu pai, Filipe II. Enquanto esse último tem sido tomado ora por um rei extremamente duro, malévolo, capaz de sacrificar seu próprio filho (D. Carlos), ora por um rei efetivamente comprometido com sua atuação enquanto rei, que não teria deixado seus secretários e ministros tornarem-se demasiadamente atuantes, Filipe III tem sido tomado por um rei débil, que não governava de fato, mas que em realidade era governado por um valido oportunista e corrupto. O que se observa em estudos mais aprofundados sobre o assunto[7], é que essas avaliações excessivamente estereotipadas e simplistas não são suficientes para que se compreenda a complexidade do período, nem o fato de que o governo de Filipe III, embora tenha importantes continuidades quando se compara ao

---

5 Daniel STRUM. *Entre os embargos e a Inquisição: cristãos-novos e "framenguos" na rota do açúcar.* Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

6 Como por exemplo John Elliot e F. C. Spooner.

7 Antonio FEROS. *El Duque de Lerma: realeza y privanza en la España de Felipe III*. Madrid: Marcial Pons, 2002.

governo de Filipe II, tem também marcadas diferenças e especificidades. Esses dois aspectos são importantes quando se trata de entender e situar alguns temas específicos, como é o caso do tema dos cristãos novos portugueses.

Quando Filipe II assume o trono em 1556, a situação que encontra era bem diversa da situação vivida por seu pai, Carlos V. O mundo europeu vivia as tensões da Reforma e da Contra-Reforma e a Espanha, Castela em particular, era um importante ator no processo violento de repressão às chamadas heresias religiosas da época[8]. Do ponto de vista social, as hierarquias e a preocupação com a *limpeza de sangue* passam a permear um número maior de segmentos da sociedade[9].

Com a União das Coroas em 1580, passa a existir um novo problema no que diz respeito à questão sócio-religiosa em Castela: a penetração do elemento cristão novo português, geralmente via comércio. Se de um lado a ampliação do comércio pôde, em alguns casos, ser extremamente bem vinda, de outro lado fazia parte do próprio imaginário espanhol a ideia de que os cristãos novos portugueses[10] eram seguidores da lei de Moisés. A penetração dos comerciantes portugueses tendia a agradar sobretudo à própria Coroa, ciente de suas dificuldades financeiras e também da capacidade geradora de riqueza que essa ampliação comercial traria. Se quando se analisa sob o prisma individual de cada aspecto - o religioso e social ou o econômico e financeiro - não parece haver qualquer contradição, já que do ponto de vista dos primeiros, procurava-se defender a fé católica e, do ponto de vista dos últimos, procurava-se defender a sanidade financeira: quando se olha o retrato em conjunto tratava-se, evidentemente, de uma

---

[8] R. B. WERNHAM caracteriza o período que compreende 1559 e 1610 como um período extremamente brutal e intolerante, sobretudo no que diz respeito à religião.

[9] Toma-se como ponto de partida para a adoção dos estatutos de limpeza de sangue o Estatuto da Catedral de Toledo de 1547. Até então a assimilação de judeus convertidos, isso é, cristãos novos, criara pouca discriminação por parte dos cristãos velhos para aqueles que estavam efetivamente convertidos. Descendentes de judeus estavam presentes nas cortes dos Reis Católicos e de Carlos V e outros tantos tinham cargos eclesiásticos de peso.

[10] Em realidade havia mesmo uma sinonímia entre português e judeu. Como se todo português fosse cristão novo e como se todo cristão novo fosse judeu. *Cf* Yara Nogueira MONTEIRO. *A presença portuguesa no Peru em fins do século XVI e princípios do XVII*. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo.

contradição que gerava tensões nessa sociedade e cujas tensões ultrapassavam muito o espaço castelhano ou mesmo ibérico.

A contradição se mantém e se acirra com Filipe III a partir de 1598. Herdeiro de uma Monarquia, que em termos de extensão e poderio militar representava a maior potência do mundo[11], seu território se estendia pela península ibérica, pela Itália espanhola, por parte do norte da África, pelos Países Baixos, parte da França e pelo novo mundo, inclusive o Brasil, e herdeiro de uma enorme estrutura burocrática que objetivava dar suporte à administração de todo esse território, Filipe III herda também um Estado com grandes fontes de recursos, mas que acabara de passar por uma bancarrota financeira. Soma-se a isso o fato de que seu vasto território era constantemente ameaçado, e protegê-lo era uma tarefa para a qual eram necessários vultosos recursos. Uma nova bancarrota viria a seguir, em 1607.

A ascensão de Filipe III provocou, logo de início, uma série de incertezas em sua Corte, pelas prováveis mudanças que ela poderia acarretar nos atores do poder. Esse temor se demonstrou correto, pois tão logo falece Filipe II, ele demonstrou, inicialmente através de gestos simbólicos, em seguida, pela nomeação concreta de um conselheiro de Estado[12], que haveria um novo favorito real, o duque de Lerma.

Na linha de nossas considerações iniciais sobre Filipe II e Filipe III, deve-se salientar que a historiografia mais tradicional tem tratado tanto o reinado de Filipe III como o favoritismo do duque de Lerma como um momento de enfraquecimento do poder real, de corrupção sem limites por parte dos ministros reais e de consequente crise financeira e perda de território[13].

Embora a questão do enriquecimento pessoal dos ministros de Filipe III pareça ser um fato inconteste, ela dificilmente é suficiente tanto para explicar as crises como para caracterizar todo seu reinado. O historiador Antonio Feros, por exemplo, que se dedicou a analisar com profundidade a *privanza* do duque de Lerma, conclui pelo fato

---

11 John ELLIOT. *España y su mundo (1500-1700)* Madrid: Taurus, 2007.p. 151.

12 Antonio FEROS. El Duque de Lerma. Realeza y privanza en la España de Felipe III. Madrid: Marcial Pons, 2002.p. 110.111.

13 Ver John Elliot op cit. e F. C. Spooner.

que de o enfraquecimento do poder real era somente aparente e que, inclusive, a nomeação de um favorito estava totalmente de acordo com a cultura e prática de sua época e correspondia às expectativas de seus súditos[14].

Para que se compreenda qual a relação do duque de Lerma com a questão dos cristãos novos, é necessário que voltemos a relembrar a situação financeira da Monarquia espanhola em princípios do reinado de Filipe III. Estimava-se que havia um déficit de, ao menos, 1,6 milhões de ducados em 1598 e que todas as rendas da Coroa estavam hipotecadas[15].

Enquanto a Fazenda espanhola passa por toda a sorte de problemas, os cristãos novos portugueses, inicialmente ávidos pela possibilidade de comércio que a União das Coroas lhes poderia em teoria proporcionar, continuam a ter dificuldades em manter negócios num período em que, a qualquer momento, poderiam ser perseguidos pela Inquisição e ter seus bens confiscados. Tendo em vista essa situação, alguns comerciantes lisboetas tentaram, por algumas vezes, conseguir um Perdão Geral que os protegesse do Santo Ofício. Uma dessas tentativas que obteve relativo, ainda que, como das outras vezes, efêmero sucesso, foi a negociação para o Perdão de 1605, que se iniciou em 1598.

Representar ao conjunto dos cristãos novos não era, evidentemente, uma tarefa fácil. Os procuradores foram trocados por diversas vezes: Martín Álvarez de Castro foi o primeiro negociando entre 1598 e 1600; seguido por Rodrigo de Andrade e Jorge Rodrigues Solís que negociaram entre 1600 e 1603; Gerónimo Castaño, procurador de 1603 a1604 e Afonso Gomes em 1604. Do lado de Filipe III, durante a maior parte do tempo, a negociação se deu com Pedro Franqueza, homem de absoluta confiança do duque de Lerma[16].

---

14 Antonio FEROS. *Op cit* p. 473.

15 Jesús CARRASCO VAZQUES, *op cit.*

16 Juan I. PULIDO SERRANO, Las negociaciones con los cristianos nuevos en tiempos de Felipe III a la luz de algunos documentos inéditos (1598-1607) *in* **Sefarad** *(Sef)* Vol. 66: 2, julio-diciembre 2006, págs. 345-376. p. 347.

Após o fim das negociações, ficou ainda mais claro o problema da não representatividade dos cristãos novos ou ainda sobre a falta de homogeneidade entre os mesmos. Essa, aliás, é uma questão recorrente nas preocupações de quem estuda os cristãos novos. Nesse caso em especial, houve desde aqueles que disseram não ter o dever de pagar por serem tão somente bisnetos de cristãos novos, como aqueles que protestaram no próprio Santo Ofício para não ter que pagar pelo Perdão Geral[17]. Cerca de cinquenta cristãos novos, homens de negócio, chegaram a se organizar para solicitar ao rei essa isenção, já que não se consideravam representados pelos procuradores que foram à Castela[18].

Da parte dos cristãos velhos, o descontentamento foi ainda mais forte. Muitos receavam perder a preferência por cargos antes destinados somente àqueles que cumprissem os estatutos de limpeza de sangue, o que mostrava que havia muito desconhecimento sobre o que o Perdão Geral realmente concedia[19]. Quando o Perdão já era fato consumado, cristãos velhos foram às ruas queixar-se da soltura dos cristãos novos dos cárceres da Inquisição[20].

Ainda que não representasse a totalidade dos cristãos novos e ainda que a população cristã velha tivesse sido contrária à concessão do Perdão Geral, este acabou sendo concedido por Filipe III, apesar de seus efeitos terem durado pouco tempo. Essa concessão, entretanto, foi fruto de uma árdua tarefa dos atores envolvidos, como se pode perceber pelo tempo em que duraram as negociações (1598 – 1605). Já mencionamos aqueles que se opuseram ao Perdão geral depois de sua concessão. Mas durante a negociação, a maior oposição foi formada pela Igreja portuguesa e pelos governadores do reino português. Os argumentos de recusa foram os mesmos por muito tempo: os cristãos novos teriam continuado a judaizar desde o último perdão; eles queriam que o perdão se estendesse aos que ainda estavam presos (confirmando a ideia de que eram todos judaizantes); e aqueles que fugiram de Portugal seguiram praticando abertamente o

---

17 Archivo General de Simancas, Secretarias provinciales, libro 1466, f. 223 e seguintes.

18 Juan I. PULIDO SERRANO. o*p cit.* p. 367.

19 Ana LÓPEZ-SALAZAR CODES. *Inquisición Portuguesa y Monarquía Hispánica en tiempos del perdón general de 1605*.Lisboa: CIDEHUS, 2010.

20 Archivo General de Simancas, Secretarias provinciales, libro 1491, f. 122 v e seguintes.

judaísmo. Alertava-se ainda: mais do que a morte, os cristãos novos temiam a perda dos bens; de modo que a perseguição era um incentivo a não judaizar[21] .

Apesar desses argumentos, os motivos de Filipe III para conceder o Perdão falaram mais alto. Afinal, em troca dele, os cristãos novos pagariam 200.000 ducados, o que representava uma soma bastante razoável para a época.

Se essa foi uma questão na qual Filipe III claramente demonstra uma atitude particular em relação aos cristãos novos, há ainda outro problema que merece a nossa atenção. Mais recentemente alguns historiadores, e aqui se deve salientar os esforços de Leonor Freire Costa, tem se debruçado em analisar quais as razões pelas quais durante o reinado de Filipe III ocorre uma profunda renovação nas estruturas mercantis das redes de comércio que envolviam a Monarquia espanhola em uma escala global.

Para a autora, parte da singularidade do período de Filipe III tem sua origem na crise que a economia brasileira vivia na época. A crise do açúcar seria provocada, na visão de Costa, não por um problema do lado da oferta, como normalmente se afirma, mas devido a uma desvalorização de preços que encarecia o preço dos produtos essenciais e contraía a demanda dos supérfluos, como o açúcar[22]. Essa crise seria responsável por renovar o grupo mercantil do açúcar. Pouco a pouco os cristãos novos portugueses passam a penetrar no comércio asiático, de modo que, a partir de 1610, nenhum dos comerciantes - antes presentes no Brasil-, que também figuravam na Carreira das Índias, continuavam figurando nos contratos de viagem para o Brasil[23].

Vale observar, ainda, que esse é também o período em que aumenta consideravelmente o comércio dos cristãos novos portugueses para as Índias de Castela. Isso só foi possível com a permissão da Coroa para que esses "navegassem escravos africanos" para lá. Essa permissão relaciona-se com a necessidade de mão de obra, mas, sobretudo, com o rendimento que esse tráfico trazia não só para os comerciantes, mas

---

21 Ana LÓPEZ-SALAZAR CODES. *op cit*.

22 Leonor Freire COSTA. "El império portugues, estamentos y grupos mercantis"*in La monarquía de Felipe III. Vol IV, Los reinos/ directores José Martínez Millán, María Antonieta Visceglia*, Madrid : Fundación Mapfre, Instituto de Cultura, D.L. 2007-2008. p. 865.

23 Leonor Freire COSTA. *op cit.* p. 865.

sobretudo para a Coroa que concedia os *asientos*. James Boyajian afirma que boa parte do capital desses comerciantes foi adquirido mediante a operação de engenhos de açúcar na Bahia e em Pernambuco[24].

Se muitos comerciantes deixaram de comercializar açúcar brasileiro e passaram a ingressar na Carreira das Índias, Boyajian salienta ainda que outras importantes famílias, antes responsáveis pelos negócios na Ásia, passaram a se retirar desses contratos e a investir suas fortunas em títulos "seguros" do governo, isso é tornam-se banqueiros de Filipe III. Essa espécie de "dança das cadeiras" na estrutura mercantil da época mereceria ser melhor explorada por um trabalho que analisasse o conjunto desses capitais.

Dessa breve reflexão sobre o complexo pano de fundo político e econômico em que se desenvolve a história dos cristãos novos portugueses, inclusive daqueles que viveram no Brasil, conlcuiu-se que, mais do que um pano de fundo, o panorama descrito influenciou as políticas sobre os cristãos novos e foi, ao mesmo tempo, influenciado pela atuação dos mesmos.

O Brasil Cristão novo

Para compreender a presença cristã nova no Brasil, é necessário relembrar que, sobretudo após a conversão forçada dos judeus na Espanha, grande parte dos judeus se estabeleceu no reino vizinho, Portugal. Poucos anos depois foi a vez de Portugal promulgar um decreto de conversão forçada, mas dessa vez dificultou-se bastante a saída dessa população. Mesmo assim, muitos procuraram sair de Portugal enquanto ocorria a conversão e outros ainda no período que se seguiu a ela. Os judeus e os cristãos novos, ou seja, os judeus já convertidos, que conseguiram sair de Portugal, emigraram para diversas localidades durante os séculos XV e XVI. Entre elas podemos citar a Itália, França, os Países Baixos e diversas cidades do Império Turco. Muitos emigrariam para as Américas.

[24] James BOYAJIAN. *Portuguese bankers at the court of Spain* 1626-1640. New Brunswick. N. J. 1983.

Tão logo se inicia de fato a colonização na América portuguesa, o elemento cristão novo já começa a surgir na documentação. Há uma discussão que permeia toda história do povo judeu (e que também aqui se faz presente) que diz respeito justamente ao fato de que os judeus, e por consequência, os cristãos novos, seriam, em sua totalidade a população mais rica em qualquer país onde vivem. Essa discussão também vale para o Brasil, onde se discute se o cristão novo que chega ao país era de fato possuidor de um grande capital. A partir do que investigamos até o momento, podemos perceber que os cristãos novos figuram entre a elite do Brasil, mas que, comparativamente à totalidade de cristãos novos que aqui se estabeleceram, eles não são numericamente representativos, como não o foram em Portugal.

No que diz respeito à elite do país, que naquele momento significava basicamente os donos de engenhos do Brasil, se verifica a presença de cristão novos portugueses de importância em Portugal, como os Fernandes d'Elvas , Évora e Veiga[25]. Um dos cinco primeiros engenhos do Brasil era de propriedade do cristão novo Diogo Fernandes[26].

É com a ajuda da "raia miúda" dos cristãos novos, entretanto, que o Brasil será, pouco a pouco, povoado. Os cristãos novos, vindo de maneira legal ou ilegal para o Brasil, ou ainda, vindo como degredados[27], iriam exercer uma série de atividades ligadas tanto ao açúcar como ao pequeno e médio comércio. O que facilitava a situação para os cristãos novos era, sem dúvida, o fato de que, ao chegarem ao Brasil, já tinham, muitas vezes, parentes instalados, de modo que a mobilidade social entre esse grupo tendia a ser relativamente elevada.

A razão pela qual os cristãos novos vinham para o Brasil é também um assunto importante. Além dos negócios que se poderiam abrir na Colônia, a própria

---

25 Leonor Freire COSTA. *op cit.* p. 866

26 Costa PORTO. Os cinco primeiros engenhos pernambucanos. In: **Revista do Museu do Açúcar**. Nº 2, Recife, 1969.

27 Janaína Guimarães da FONSECA E SILVA. *MODOS DE PENSAR, MANEIRAS DE VIVER: Cristãos-novos em Pernambuco no século XVI.* Dissertação de Mestrado UFP. Recife, 2007.

distância de Portugal e Espanha era um fator que trazia algum conforto no que diz respeito à perseguição inquisitorial. Isso não significa dizer que todo cristão novo que vinha para o Brasil vinha com o objetivo de *judaizar*. É importante lembrar que a Inquisição perseguia cristãos novos *acusados* de judaísmo, não necessariamente judaizantes de fato. Significa, portanto, que ali eles estavam, em teoria, mais seguros de não cair nas malhas da Inquisição. Se as práticas judaizantes foram mais intensas no Brasil do que em Portugal, acreditamos que só um estudo sistemático, - ainda por fazer - dos processos nos dois lugares poderia comprovar.... ou refutar essa conclusão.

No que toca à integração dos cristãos novos na população brasileira, é bastante profícuo que recorramos à análise da pioneira historiadora Anita Novinsky. Os cristãos novos eram socialmente equiparados ao negro pelos Estatutos de Pureza de Sangue. Sua situação, de fato, foi muito diferente à do negro, pois o cristão novo, embora tivesse a mesma "impureza de sangue" e, portanto, nunca pudesse aceder a determinados cargos e funções, jamais foi escravo. Entretanto, na hipótese do escravo ser liberto, ele teria, em tese, igual estatuto que o cristão novo. Contudo, a realidade seria bem outra: ao ter a cor de pele negra, diferente, portanto, dos cristãos velhos, esse homem teria que se contentar com uma liberdade limitada e excludente, sem nunca alcançar privilégios que somente um cristão velho poderia alcançar. Com os cristãos novos, a situação era outra, e alguns entre eles puderam, efetivamente, alcançar alguns desses privilégios, vindo a figurar na classe dominante da sociedade colonial, a despeito do Estatuto[28]. Uma análise comparativa com o elemento negro na sociedade mereceria ser melhor aprofundada, mas aqui o objetivo é somente assinalar que o Estatuto de Pureza de Sangue tinha, de fato, exceções, e elas eram perfeitamente aplicadas aos cristãos novos quando convinha.

Para corroborar essa ideia, é interessante ainda relembrar a grande obra de Evaldo Cabral de Melo, *O nome e o sangue*, que trata justamente da tentativa - bem sucedida – de se escamotear as origens cristãs novas de importantes famílias da oligarquia pernambucana[29].

---

[28] Anita NOVINSKY. *Cristãos novos na Bahia*. São Paulo, Perspectiva, 1972. p. 59

[29] Evaldo Cabral de MELLO. *O nome e o sangue. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial.* São Paulo*:* Cia das Letras, 2009.

Com relação aos cristãos novos que se estabeleceram em Pernambuco, convém que se destaque que o período aqui descrito é anterior ao período holandês no Brasil. Esse alerta é importante, pois, durante o período holandês, "verdadeiros" judeus imigrarão para Pernambuco e a situação ganhará uma complexidade que ultrapassa os limites desse artigo.

Os primeiros cristãos novos chegaram à Pernambuco por volta de 1542. Os cálculos feitos por José Antônio Gonsalves de Mello, com base nos livros da Visitação do Santo Ofício de fins do século XVI e em crônicas da época, estimam cerca de 910 cristãos-novos para uma população de 7000 pessoas em Pernambuco em 1593. Ou seja, ao final do século XVI cerca de 14% da população que vivia em Pernambuco era composta por cristãos novos[30].

A família Milão

O caso da família Milão nos parece importante nessa representação dos cristãos novos portugueses que viviam no Brasil e que, como já se salientou anteriormente, mantinham relações de negócio em escala mundial. Para situar essa família é necessário voltar as atenções para um dos mais conhecidos mercadores cristãos novos que passou pelo Brasil no final do século XVI: João Nunes Correa.

A história de João Nunes Correa foi narrada diversas vezes e tem sido frequentemente retomada e reinterpretada. Nascido no bispado de Lamego, Portugal (entre 1543 e 1547, pois não se sabe ao certo), João Nunes vivia em Olinda desde 1582 e trabalhava diretamente para o irmão que vivia em Lisboa, Henrique Nunes Correa, importante negociante e dono do capital com o qual João Nunes iniciou seus negócios[31]. Em Olinda também havia outros parentes de João Nunes: seu irmão Diogo Nunes Correia e seu primo Anriques. É possível que tenham vindo ao Brasil fugidos da Inquisição de Lisboa. No entanto, o fato de seu irmão ter permanecido por lá e dele próprio ser

[30] José Antônio Gonsalves de MELLO. *Gente de Nação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1996. p. 21-23.

[31] José Antônio Gonsalves de MELLO. o*p cit.*

representante dos negócios do irmão no Brasil sugere que a principal razão tenha sido aumentar o alcance dos próprios negócios[32].

Os negócios da família no Brasil eram vultosos. Diogo Nunes, por exemplo, administrava dois engenhos na Paraíba, cuja propriedade dividia com o irmão Henrique. João e Diogo Nunes Correa foram ainda alguns dos financiadores da expulsão dos franceses da Paraíba[33]. João Nunes tinha ainda boas relações com o governador da Bahia - D. Francisco de Souza - com quem tratava de negócios diretamente.

João Nunes foi denunciado à Inquisição durante a Primeira Visitação do Santo Ofício (1591-95), preso na Bahia em 22 de fevereiro de 1592 e enviado à Lisboa em setembro do mesmo ano. Ainda que preso, João Nunes continuou poderoso e em diversos momentos conseguiu levar adiante seus negócios. Já em Lisboa, os inquisidores consideraram que sua prisão fora precipitada e que não havia provas o bastante naquele momento para prendê-lo e mandaram-no soltar mediante um acordo (o que também ocorreu com outros presos). Quando solto, conseguiu ainda uma licença para ir a Madrid tratar de negócios de interesse do rei espanhol. Perto de outros presos que ficaram anos encarcerados, a curta passagem de João Nunes Correa no Santo Ofício tem chamado a atenção de estudiosos. A história de João Nunes não acaba por aí e outros historiadores dedicaram-se a contá-la. Para nós, nesse momento, vale a pena explorar alguns aspectos na conexão dessa história com outras do mundo dos conversos.

Para que João Nunes fosse solto foi necessário que se fizesse um acordo e uma fiança como garantia de liberdade do preso. Nas palavras de José Antônio Gonsalves de Mello:

> "Essa escritura de fiança é importante, dado os nomes das pessoas que dela participaram. A escritura foi lavrada na casa de Rodrigo de Andrade nas proximidades da Igreja de São Mamede, na encosta do Castelo São Jorge (e não é a atual), na presença de Jerônimo Henriques,

---

[32] Silvia Carvalho RICARDO, *As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia*. São Paulo, 2006. p. 125.

[33] MELO, José Antônio Gonsalves op cit e RICADRO, Silvia Carvalho op cit.

> morador fora da cidade de Lisboa, em Alcântara , hipotecando aquele, com a assistência de sua mulher Ana de Milão, duas casas na rua das Mudas e mais todas as terras que tinha no termo da vila de Pombal e este a casa de sua residência com o pomar e mais dependências naquele arrebalde. Serviriam de abonadores aos dois fiadores e fiéis carcereiros Vasco Martins da Veiga, Henrique Dias Milão, Vasco Martins de Castro e Manuel Fernandes Anjo. (...)
>
> Quem eram essas pessoas que atenderam ao apelo do irmão de João Nunes? Rodrigo de Andrade, cristão novo, era descendente de um dos irmãos Rodrigues de Évora, riquíssimos homens de negócio de então e ele próprio grande proprietário em Leiria. Ana de Milão, sua mulher, era cunhada de Henrique Dias Milão (um dos abonadores), ambos cristãos novos, ela presa pela Inquisição e libertada em 1605. Tanto ela quando o marido vieram a falecer em Antuérpia, mas ela permaneceu fiel ao catolicismo até a morte em 1613, com cerca de 72 anos de idade. O cunhado veio a ser queimado aos 81 anos de idade, no auto-de-fé em Lisboa em 1609 e quatro de seus filhos e um genro viveram e comerciaram em Pernambuco (...).”[34]

De fato, as pessoas que correm ao auxílio de João Nunes eram não só poderosos negociantes, como muito importantes no mundo cristão novo. Como já foi mencionado, Rodrigo de Andrade foi, ao lado de Jorge Rodrigues Solis, um dos procuradores dos cristãos novos que, em 1600, saíram de Lisboa e foram a Madrid, chamados pelo mais antigo representante dos conversos, Martín Álvarez de Castro, a ajudar a melhorar as negociações com a Coroa, referentes a um Perdão Geral a ser concedido aos cristãos novos portugueses. Segundo a documentação da época, os dois novos procuradores eram considerados *“los hombres de la nación más ricos y más honrados”*[35]. Jorge Rodrigues Solis já era um dos mais importantes homens de negócio do ultramar e, durante as negociações do Perdão Geral, lhe foi exigido que tomasse um

---

[34] José Antônio Gonsalves de MELLO *op cit* p. 60-61.

[35] Archivo General de Simancas – Câmara de Castilla, leg. 2796. no. 9, fol. 137r. apud PULIDO SEERANO, Juan Ignacio: “*Las negociaciones con los cristianos nuevos portugueses en tiempos de Felipe III a la luz de algunos documentos inéditos (1598-1607)”,* in **Sefarad**, vol. 66 (julio-diciembre de 2006), pp. 345-376.

asiento para a construção de naus às Índias. Ficou decido que, a partir de 1602, durante nove anos, ele seria o responsável por construir sete navios por anos, enviá-las às Índias e de lá trazer pimentas e outras mercadorias orientais[36]. Jorge Rodrigues Solis era sogro de um outro importante homem de negócios cristão novo, Antonio Fernandes d' Elvas, fidalgo da Casa Real portuguesa, dono de *asientos* de escravos para as Índias de Castela e contratador de escravos de Guiné-Cabo Verde e de Angola. Antonio Fernandes d'Elvas tinha ainda importantes negócios no Brasil, cujas dimensões ainda estão por serem estudadas.

Os dois procuradores não foram muito felizes em seu intento e ainda demoraria algum tempo para que o Perdão Geral fosse concedido. Jorge Rodrigues Solis saiu de Madrid com muito trabalho para fazer com os *asientos* e Rodrigo de Andrade, por sua vez, parece ter sofrido uma forte retaliação por parte da Inquisição portuguesa, pois sua esposa, Ana de Milão, foi encarcerada por heresia e judaísmo. Rodrigo de Andrade buscaria auxílio junto ao rei Filipe III, para que intercedesse perante o Papa em busca da soltura de sua esposa.

Sabe-se que a intervenção de Rodrigo de Andrade para soltar Ana de Milão gerou problemas e discussões sobre a jurisdição do Santo Ofício, do Papa e do rei no que tange ao problema dos conversos. Entretanto, há documentação que atesta que a própria Ana de Milão havia buscado defender-se, talvez por um caminho que difere do caminho de seu marido, isto é, sem se utilizar do Perdão Geral.

> "Para o Bispo Vice Rey a 10 de mayo de 1607.
>
> Em conformidade do que me lembrais por carta vossa de 11 do mes passado tenho mandado escrever a dom Joseh de Mello, que de minha parte falle ao sancto Padre, e lhe faça particular instancia para que se não deffira ao requerimento que Rodrigo de Andrade tem sobre se retirar do Juizo ordinario da Inquisição dessa cidade de Lisboa o processo que se fez contra Ana de Milão sua molher por a culpa de

[36] Juan Ignacio PULIDO SERANO. *op cit*. p. 358. Em documentação do AGS, vimos que Jorge Rodrigues Solis precisou postergar o início desse contrato em um ano. *Cf* AGS – Secretarias Provinciales – Portugal Libro 1466.

> eresia e judaismo porque foy presa, antes a mande remeter ao ditto Juizo para nelle ser julgado, não querendo a ditta Ana de Milão usar do Perdão geral: e tendo por certo que sua (Santidade) o avera assy por bem, e a resposta que vier ver mandarey avissar para o saberes. Escrita em Valladolid."[37]

O já mencionado cunhado de Ana de Milão, Henrique Dias Milão (1528-1609), foi o patriarca dessa importante família de comerciantes, que veio a ter negócios em Olinda durante o fim do século XVI e início do século XVII. Henrique Dias Milão teve nove filhos com sua mulher (a irmã de Ana de Milão) Guiomar Gomes: Manuel Cardoso Milão; Gomes Rodrigues Milão; Fernão Lopes Milão; Antonio Dias Milão, Paulo de Milão, Ana de Milão (possivelmente em homenagem à sua cunhada), Beatriz Henriques Milão, Leonor Henriques e Isabel de Santiago[38]. Desses nove filhos, quatro viriam a residir em Pernambuco.

Manuel Cardoso Milão comandava os negócios de exportação de açúcar de seu pai diretamente de Pernambuco, tendo sido o primeiro dos filhos a chegar ao Brasil, em data incerta. Sua casa era frequentada por importantes cristãos novos da sociedade pernambucana, entre eles o mítico David Senor Coronel (1570-1650). Outros irmãos, Antônio Dias Milão e Paulo de Milão, também viveram aqui a serviço do pai. A irmã de Manuel, Ana de Milão, também vivia em Olinda, embora provavelmente não a serviço do pai, mas sim acompanhando seu marido, Manuel Nunes de Matos. [39]

A presença dessa família no Brasil é conhecida porque grande parte dela, incluindo alguns criados e agregados, foi processada pela Inquisição na mesma época em que Ana de Milão (a primeira). Esse processo levou o patriarca da família, Henrique, Dias Milão, com 81 anos, à fogueira (o que, a despeito do imaginário sobre a Inquisição, era bastante incomum). Esse processo também levou ao menos dois de seus filhos a buscar refúgios em outros países; levou também à fuga do filho de Ana de Milão com Rodrigo de Andrade, Francisco de Andrade, e após a soltura de Ana de Milão, ela mesma

---

37 AGS – Secretarias Provinciales. Portugal – Libro 1491 fol. 166 verso.

38 Paulo VALADARES. http://bestaesfolada.blogspot.com.br/2010/01/familia-milao-em-movimento-armado-ando.html. Acessado em 02 de fevereiro de 2012.

39 José Antônio Gonsalves de MELLO.*op cit.* p. 16-17.

e seu marido foram viver em Amsterdam[40]. Assim, a rede comercial intercontinental que envolvia os Dias Milão e Rodrigo de Andrade foi por fim desmantelada.

Considerações finais

Nesse artigo, procuramos relacionar a temática das redes comerciais de cristãos novos portugueses com o reinado de Filipe III (especialmente, sua decadência financeira), com as mudanças na política relacionada aos cristãos novos e com as tensões geradas por essas mudanças. No texto, partiu-se do entendimento de que o reinado de Filipe III apresenta diversas singularidades, algumas das quais relacionadas aos cristãos novos. Entre elas salientamos a concessão do Perdão Geral de 1605 e a mudança na estrutura mercantil de todo o império.

No que tange à temática do Brasil, salientamos que, embora o elemento cristão novo estivesse presente em todos os segmentos da população, importantes redes comerciais foram formadas por esse grupo. Entre essas redes podemos salientar a poderosa rede da família Milão, ligada ao bastante conhecido comerciante João Nunes Correa. Se, do ponto de vista econômico, essa família era bastante poderosa e tinha negócios no mundo todo, é importante salientar que isso não bastou para impedir a família de ser perseguida e desmantelada pela Inquisição de Lisboa no início do século XVII.

Algumas perguntas seguem presentes para investigação e reflexão futuras. Entre elas: teria sido a perseguição em cascata à família Milão uma retaliação pela participação de Rodrigo de Andrade na negociação do Perdão Geral? Quais as consequências do frequente desmantelamento de redes comerciais para o próprio desenvolvimento econômico de Portugal de da Espanha? Como podemos interpretá-las? Quais são as conexões entre o sentido econômico das perseguições e o sentido religioso das mesmas?

---

40 José Antônio Gonsalves de MELLO.op cit. p. 60-61.

Referências bibliográficas e documentação

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS. Secretarias provinciales. Libro 1466, diversas folhas.

BOYAJIAN, James. *Portuguese bankers at the court of Spain* 1626-1640. New Brunswick. N. J. 1983.

CARRASCO VÁSQUEZ, Jesús. *El relevante papel económico de los conversos portugueses em la privanza del Duque de Lerma (1600-1606)*. Comunicação apresentada no XXV Encontro da APHE. Évora. 2005.

COSTA, Leonor Freire. “"El império portugues, estamentos y grupos mercantis" *In La monarquía de Felipe III. Vol IV, Los reinos/ directores José Martínez Millán, María Antonieta Visceglia.* Madrid : Fundación Mapfre, Instituto de Cultura, D.L. 2007-2008.

ELLIOT, John. *España y su mundo (1500-1700)*Madrid: Taurus, 2007.

FEROS, Antonio. *El Duque de Lerma: realeza y privanza en la España de Felipe III*. Madrid: Marcial Pons, 2002.

FONSECA E SILVA, Janaína Guimarães da. *MODOS DE PENSAR, MANEIRAS DE VIVER: Cristãos-novos em Pernambuco no século XVI.* Dissertação de Mestrado UFP. Recife, 2007

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente de Nação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de . *O nome e o sangue. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial.* São Paulo*:* Cia das Letras, 2009.

LE GOFF, J.*Mercadores e Banqueiros da Idade Media.* Lisboa: Gradiva, 1982.

LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana. *Inquisición Portuguesa y Monarquía Hispánica en tiempos del perdón general de 1605.*Lisboa: CIDEHUS, 2010.

MONTEIRO, Yara Nogueira,. *A presença portuguesa no Peru em fins do século XVI e princípios do XVII*. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo.

NOVINSKY, Anita. Cristãos novos na Bahia. São Paulo, Perspectiva, 1972.

PORTO, Costa. Os cinco primeiros engenhos pernambucanos. In: **Revista do Museu do Açúcar**. Nº 2, Recife, 1969.

PULIDO SERRANO, Juan I. Las negociaciones con los cristianos nuevos en tiempos de Felipe III a la luz de algunos documentos inéditos (1598-1607) *in* **Sefarad** *(Sef)* Vol. 66: 2, julio-diciembre 2006, págs. 345-376.

RICARDO, Silvia Carvalho, As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia. São Paulo, 2006

STRUM, Daniel. *Entre os embargos e a Inquisição: cristãos-novos e "framenguos" na rota do açúcar*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

TORRÃO DE OLIVEIRA COSTA, Maria Manuel Ferraz . *Tráfico de escravos entre a costa da Guiné e a América espanhola: articulação dos impérios ultramarinos Ibéricos num espaço atlântico.* Instituto de Investigação Cientifica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Lisboa, 1999. pp. 30-35.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civ Brasileira, 2010.

VALADARES, Paulo. http://bestaesfolada.blogspot.com.br/2010/01/familia-milao-em-movimento-armado-ando.html. Acessado em 02 de fevereiro de 2012.

WERNAN, R. B. e F. C. Spooner *in New Cambridge Modern History*. Vol III. The Counter-Reformation and Price Revolution 1559-1610. 1968;

A indexação no Brasil pós-Real: uma abordagem de economia política

André Roncaglia de Carvalho[1]

Resumo

O presente ensaio faz uma apreciação histórica do processo de implementação do programa de estabilização iniciado no governo Itamar Franco, o Plano Real. O escopo é estreito por se tratar de um fenômeno situado na fronteira entre a ciência política e a economia. Neste sentido, serão analisadas evidências que demonstrem as dificuldades de se organizar um plano completo, particularmente no que respeita à desindexação da economia. Isto se deve a três ordens de causas: (1) o conflito distributivo entrincheirado na interação entre organização política e o modelo de desenvolvimento econômico do pós-Guerra; (2) as relações de caráter clientelista e corporativista entre Estado e sociedade exigindo concessões para a aprovação de medidas; e (3) o insulamento burocrático de um tecnocracia altamente especializada. Os três elementos combinados no contexto de uma iminente hiperinflação imprimiram sobre a sociedade um sentimento de ameaça e desconfiança que obstaram uma realização completa do plano. O anúncio do plano desencadeou reações defensivas, acirrando o conflito distributivo no período de vigência da URV, obrigando o governo a tomar medidas que de certa forma contrariavam as linhas gerais do plano, tais como a concessão de indexação salarial via IPC-r e indexação de receitas tributárias pela UFIR, ambas com prazo determinado de validade. Ademais, a "dallarização" dos preços e a concessão de indexadores diversos configuram algumas das emendas indicadoras das dificuldades resultantes de um plano tecnocrático que buscou uma reforma do Estado iniciando-se pela estabilização, mesmo que esta tenha aquela como pré-condição.

Introdução

A inflação é um dos traços mais profundos da realidade econômica brasileira[2] e resulta de um impasse social quanto à repartição do produto nacional (BACHA, 1987), o qual se transmuta em conflito distributivo. O fenômeno não é peculiar ao Brasil, e já foi amplamente abordado na literatura internacional. Todavia, a contribuição brasileira ao inventário de experiências inflacionárias reside nos mecanismos institucionais desenvolvidos para lidar com o impasse social, a chamada indexação de contratos.

[1] Doutorando em Economia do Desenvolvimento – IPE-USP.

[2] Em retrospecto, de 1980 a 1994, ano em que começa a ser implementado o Plano Real, o Brasil teve quatro moedas, cinco congelamentos de preços, nove planos de estabilização, 11 índices para medir a inflação, 16 políticas salariais diferentes, 21 propostas de pagamento da dívida externa e 54 mudanças na política de preços. No total, foram 30.000.000.000 % de inflação acumulada ao longo de 15 anos. (FRANCO, 2005).

Em 1964, quando da implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi criado o instituto jurídico da correção monetária, por meio das ORTN´s, que davam aos títulos públicos atratividade econômica no contexto de um ambiente inflacionário. Enquanto a prática permanecia localizada em alguns setores, bem como a política salarial mantinha os salários sob controle, a indexação se revelou um arrojado instrumento de convivência pacífica com a inflação. (SIMONSEN, 1970 e 1995). No entanto, no prazo mais longo, gestava-se o embrião da hiperinflação. A sequência de choques de oferta e de demanda ocorrida ao longo das décadas seguintes deflagrou o mecanismo potencializador que residia na prática indexatória, a qual perpetuava a memória inflacionária, estabilizando a velocidade de elevação de preços, tornando-os rígidos para baixo.

Neste sentido, a pedra de toque do plano Real consistia em eliminar essa memória inflacionária por meio do atrelamento total dos ativos e preços da economia a um indexador geral, a URV, seguido pela desindexação plena a partir da conversão total de todos os contratos para a nova moeda, proibindo-se a utilização de qualquer mecanismo de indexação para contratos de prazo inferior a um ano. Obteve-se, assim, um limite inferior para o prazo de reajuste de contratos, buscando neutralizar a componente inercial da inflação.

O sucesso do plano foi imediato. Celebrou-se o fim da inflação, muito embora o arranjo institucional da política econômica que dava suporte à estabilidade configurasse um equilíbrio muito delicado. A sensibilidade deste aparato exigiu dos formuladores de política econômica uma postura vigilante e flexível, de sorte a orquestrar respostas consistentes aos desafios criados por uma economia dotada de resiliente memória inflacionária. A taxa de inflação caiu de forma consistente, ao longo do tempo, a patamares de um dígito, sustentando-se em baixos níveis, com exceção feita a conjunturas específicas, em que choques de diferentes ordens levaram a temporárias acelerações dos índices de preços, na segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000.

Em 1999, já no segundo mandato de FHC, um novo arranjo de política econômica é apresentado à sociedade. O Programa de Estabilização Macroeconômica (PEM) consistia em um tripé formado pela busca de austeridade fiscal, um regime de câmbio flutuante e a adoção do sistema de metas de inflação. Formulado com o apoio do Fundo Monetário Internacional, sob os auspícios de um socorro cambial, o programa centralizou a gestão macroeconômica na taxa de juros, instrumento fundamental da política monetária, em lugar da taxa de câmbio que, até então, servira de variável-chave para o controle da inflação. (BOGDANSKI et al, 2000).

Destarte, a sintonia fina da política monetária obteve sucesso no controle do ritmo inflacionário, mantendo os índices de preços dentro das metas estipuladas na maior parte da década dos anos 2000. A controvérsia em torno do patamar das metas de inflação, na casa dos 4% ao ano, revela, entretanto, que se, por um lado, a inflação está sob controle há, por outro, uma resistência à redução de seu patamar balizador. Com efeito, a política monetária tem sido bem sucedida em estabilizar não a moeda, mas a taxa de inflação, o que poderia, intuitivamente, ser atribuído a algum resíduo de indexação. Mantido aparentemente em suspensão pelos mais de 15 anos, desde o início do plano Real, o comportamento indexatório que se generaliza indica que o adestramento da cultura inflacionária brasileira foi um objeto de desejo das sucessivas equipes econômicas que não se realizou em sua plenitude. Desta forma, é sugestiva a afirmação, ainda que preliminar, de que o arcabouço institucional que se formou a partir da implementação do Plano Real redefiniu as formas de manifestação e de conciliação do conflito distributivo e, como consequência, sedimentou as bases para a consolidação de uma trajetória da inflação com resistência à queda.

O problema passou recentemente a ocupar as atenções da imprensa especializada e das autoridades governamentais, surpresas com o comportamento altista dos índices de preços e sua resistência às medidas de controle monetário. Três são os argumentos apresentados para explicar a inflação no período pós-Real: (1) o **arranjo institucional** representado pela indexação residual deixada pelo Plano Real, adicionando um componente inercial; (2) **choques de oferta**, associados à resposta monetariamente expansionista dos países desenvolvidos para combater os efeitos da crise financeira norte-americana inaugurada em 2007, bem como à elevação espantosa dos preços dos bens primários no mercado internacional, refletindo os ajustes estruturais no cenário internacional que orbitam em torno da consolidação da China como novo pólo econômico; e (3) **choques de demanda** engendrados pela política econômica expansionista, ao longo dos dois mandatos do presidente Lula. (DELFIM NETTO, 2011).

O presente trabalho focará a causa institucional supracitada, a qual recoloca o problema da indexação de contratos na pauta da agenda pública nacional, assunto curiosamente deixado de lado paulatinamente nos anos seguintes ao Plano Real, e oferece um interessante tema à teoria econômica do desenvolvimento e à historiografia econômica brasileira. Neste sentido, busca-se aqui uma abordagem histórica ao problema da indexação, tentando-se delinear as condições de viabilidade política da estabilização. Adota-se a hipótese de que a visão de curto prazo subjugou as possibilidades de estabilidade de longo prazo, invertendo-se a ordem do receituário tradicional de estabilização defendido pelos órgãos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, qual seja, a máxima "*put the institutions right first"*. (SOLA, KUGELMAS e WHITEHEAD, 2002, p. 13).

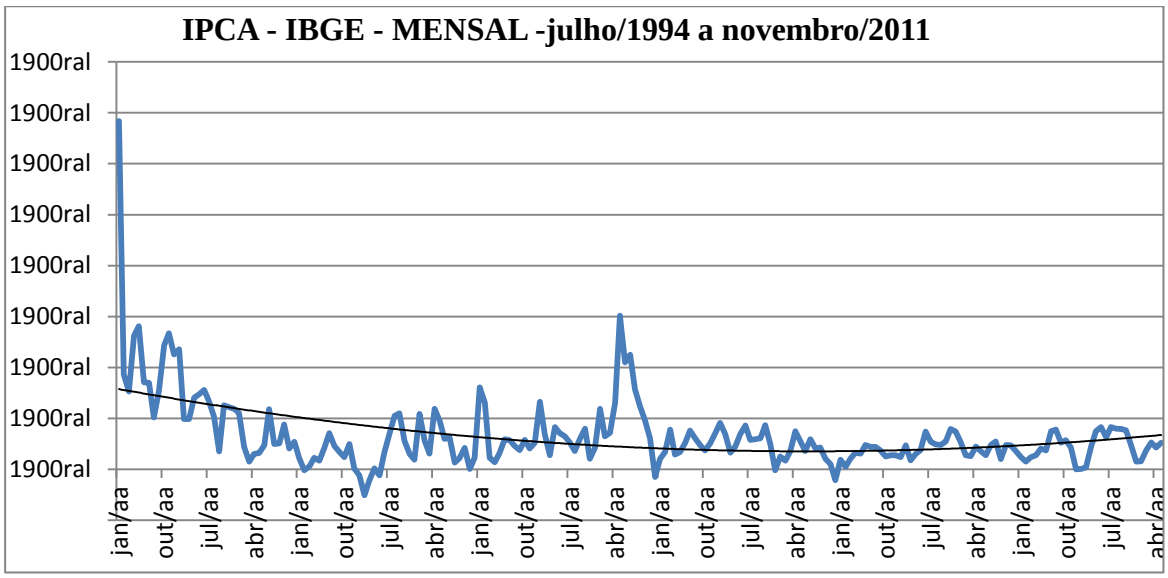
O caso brasileiro mostra que conjunturas sociais críticas se impõem sobre os receituários teóricos, reclamando destes uma ágil adaptação.

Aventa-se aqui a possibilidade de que os aspectos históricos e, por conseguinte, de ordem política impediram a completa extinção do mecanismo da indexação. O conflito distributivo enraizado na estrutura social brasileira, combinado com o modelo de desenvolvimento econômico adotado ao longo do século XX (até a década de 1990), criou uma cultura inflacionária que, na década de 1980, atingiu o paroxismo hiperinflacionário, ainda que represado pelos sucessivos planos de estabilização heterodoxos, tornando a estabilização dos preços pré-condição para as reformas estruturais. Observa-se, assim, um paradoxo: a credibilidade das instituições é crucial para a confiança na moeda, ao mesmo tempo em que as reformas que garantem tal credibilidade são obstadas pelo ambiente de instabilidade monetária. O resultado é, como se pretende evidenciar, uma reforma monetária deficiente e incompleta, uma vez que a completude da mesma exigiria reformas institucionais para as quais servia de condição. [3]

Indexação e Inércia Inflacionária no pós-Real

O plano Real logrou reduzir o patamar da inflação a níveis baixos, quando comparados aos historicamente observados no Brasil. Todavia, o nível da inflação permanece elevado quando cotejado aos níveis dos países desenvolvidos, além de apresentar forte resistência à queda – a qual se nota na constância das metas de inflação na casa dos 4,5% a.a., adotadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) –, justificando a cultura de celebração de contratos indexados a índices gerais de preços. Como em 1964, o mecanismo não ameaça a estabilidade econômica na ausência de choques temporários de oferta e demanda ou de alterações estruturais no funcionamento da economia. Fica dormente, mas não é extinto. É a imprevisibilidade dos choques e, como resposta a eles, a possível direção assumida pelo funcionamento da moeda em uma economia com diferentes graus de indexação que deve preocupar o analista econômico. A linha de tendência (polinomial) no gráfico abaixo indica uma suave ascensão ao final do período.

[3] A compreensão histórica deste "momento crítico" que é a implementação do Plano Real é crucial para validar o esforço subseqüente de pesquisa sobre o tema. Duas etapas auxiliares complementam o argumento apresentado neste trabalho e serão empreendidas posteriormente. A primeira diz respeito a uma adaptação do "modelo de realimentação inflacionária", como preconizado pelo Simonsen (1974), ao arranjo institucional prevalecente na economia pós-Real, apoiando-se em modelos de conflito distributivo dotados de limiares deflagradores do gatilho indexatório que da formalidade passam a abranger a informalidade do reajustamentos, reduzindo progressivamente a eficácia da política monetária. A segunda visa à análise quantitativa do período pós-Real, abarcando avaliações quantitativas dos limiares de indexação a partir de alguns fatores, tais como: nível de cobertura e organização da estrutura sindical, abrangência da indexação dos contratos públicos e da dívida pública, taxa de avanço da produtividade do trabalho (este elemento entra como uma variável de "hiato do produto"), inércia inflacionária, comportamento dos *markups* etc.



No modelo de decomposição do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - calculado pelo IBGE e que serve de indicador das metas de inflação – apresentado pelo Banco Central do Brasil em seu *Relatório de Inflação* (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011). São consideradas normalmente quatro variáveis explicativas, a saber: (1) variação cambial; (2) inércia inflacionária; (3) expectativas; e (4) inflação dos preços administrados. É interessante notar como o Banco Central tem captado esta inércia inflacionária em seus modelos macroeconômicos que guiam a política monetária. Sua metodologia de cálculo consiste em inferir o grau de persistência da inflação a partir da "parcela da inflação que excedeu a meta, acumulada a partir do último trimestre do ano anterior". (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011, p. 99). O modelo de cálculo da inércia adotado pelo Banco Central foi proposto Freitas, Minella e Riella (2002, p. 10).

$$I^{g}_{t} = (\pi_{t-1} - \pi^{*}_{t-1}) \,.\, C_{\text{inércia}} \,.\, W_{\text{grupo}} \qquad (1)$$

I^{g}_{t} sendo o efeito da inércia da inflação do ano anterior sobre a inflação do primeiro trimestre no ano corrente, estimado para um grupo *g*; π_{t-1} e π^{*}_{t-1} denotam, respectivamente, a inflação observada e a meta de inflação no ano anterior; W_{grupo} representa o peso do grupo (livres ou administrados) no IPCA; e $C_{\text{inércia}}$ representa o coeficiente de repasse da inflação do trimestre anterior sobre o trimestre corrente, tendo sua metodologia de cálculo omitida (o relatório apenas indica que seu valor é atribuído de acordo com as estimativas feitas pelo Banco Central). O efeito total da inércia é obtido, então, pelo produtório dos efeitos da inércia estimada em todos os grupos de preços (livres e administrados).

Esta medida de inércia representa tão somente um repasse da inflação que excedeu a meta para o trimestre seguinte, isto é, um ***carry over*** de inflação entre dois trimestres. A persistência dos efeitos da inflação do trimestre anterior pode ter tendência tanto declinante, uma vez extinta a

pressão sobre um grupo localizado de preços, quanto ascendente, no caso de uma mudança estrutural que implique, na visão do modelo, choques persistentes de oferta ou de demanda. Além disso, fica sem menção a arbitrariedade com que se define da meta a ser atingida. Este procedimento pode, por si só, transmitir ao presente a memória inflacionária acumulada em períodos anteriores (a chamada *prefixação*), conferindo um piso para a prática da indexação. (FRANCO, 2005, p. 283, nota 40). Assim, o que excede a meta é, em verdade, o que excede o piso estabelecido para a inflação. A metodologia expressa, portanto, uma autoregressividade embutida no modelo, na medida em que a meta estabelecida reflete o piso histórico da inflação recente, tornando o nível de inflação resistente à queda.

Uma série de trabalhos empírico com diferentes orientações teóricas vem tratando do problema da persistência inflacionária. Figueiredo e Marques (2009) corroboram a tese de existência de inércia inflacionária no Brasil. Na mesma linha, Tejada e Portugal (2001), Campêlo e Cribari-Neto (2003), Cribari-Neto e Cassiano (2005) e Araújo e Santos (2004) demonstram os efeitos permanentes de impulsos inflacionários (ou deflacionários) sobre a trajetória de longo prazo da inflação brasileira. Já Fasolo e Portugal (2003) constatam, a partir de uma Curva de Phillips não-linear para a economia brasileira, uma elevada persistência da inflação brasileira para o período 1990-2002, concluindo pela presença de uma componente inercial autônoma.

Convém notar, todavia, que a metodologia adotada pelo Banco Central, cujo parentesco se encontra na chamada "nova síntese neoclássica" (GOODFRIEND e KING, 1997), difere sobremaneira do conceito original de inércia inflacionária, apoiado no processo de realimentação, como desenvolvido por Simonsen (1974, 1995), Modiano (1983), Lopes (1985) e Resende (1985). Assim, é imperioso lançar-se a uma revisão do arcabouço teórico que dá suporte à reflexão sobre o tema.

Modelo formal do conflito distributivo e da inércia inflacionária

Na seara da Economia Política, temos o desenvolvimento do conceito de "conflito distributivo": o processo intertemporal de defesa da renda real por parte dos agentes econômicos. Taylor (1983) oferece o trabalho clássico da abordagem neo-estruturalista, partindo de premissas mais próximas à realidade dos países subdesenvolvidos. Na mesma linha de argumentação, o pensamento econômico brasileiro apresenta importantes contribuições. São trabalhos que combinam diferentes ponderações e ênfases dos conceitos de conflito distributivo, indexação e inércia inflacionária. André Lara Resende (1979, 1985) propõe uma teoria da inflação como resultado de um impasse social, tendo o conflito distributivo por causa motora da inflação, a partir de um "hiato de

incompatibilidade" entre as parcelas da renda nacional demandadas por capitalistas e trabalhadores. Ademais, são referências importantes os esforços de Lopes (1985), Modiano (1983, 1985, 1988), Arida e Resende (1986), Giambiagi (1988), Fraga Neto (1985), Kandir (1990) e Franco (1995). Mais recentemente, Lima e Setterfield (2008) oferecem uma abordagem pós-keynesiana ao problema do conflito distributivo.

A indexação é entendida, segundo estes trabalhos, como um mecanismo de conciliação do conflito distributivo, por meio do qual a inflação decorrida em um dado período, registrada por um índice de preços, é repassada para o preço presente, de forma a repor o poder de compra da moeda que a elevação geral dos preços corroeu. Trata-se da substituição da moeda legal como unidade de denominação do valor nominal dos contratos por outra unidade de conta, cujo valor, definido nos termos da moeda legal, vem a definir as condições de liquidação da obrigação. (CARVALHO, 1994, p. 109). Enfim, "a indexação institucionaliza a espiral preços-salários". (SIMONSEN, 1995, p. 5).

Quando este mecanismo se torna generalizado, os contratos passam a embutir em si uma memória inflacionária, de sorte que medidas antiinflacionárias convencionais de controle da demanda agregada (ditas "ortodoxas") perdem eficácia, além de acirrar as disputas distributivas entre grupos sociais.[4] Tomemos a contribuição de Mário Henrique Simonsen (1995, p. 129-130), considerado o formulador pioneiro[5] da teoria da inflação inercial, por meio do seu "modelo de realimentação inflacionária". Pode-se formalizar o comportamento inercial da inflação, supondo-se uma economia com indexação plena de salários. Resumidamente, temos uma relação entre a taxa de inflação π_t no período t e a variável k_t, a qual expressa a capacidade da economia de pagar o salário real de acordo com os parâmetros distributivos da estrutura social. A queda, manutenção ou aumento no valor desta variável conforma situações que podem levar, respectivamente, a aumentos, manutenção ou queda da inflação, segundo a relação

$$\pi_t = (\pi_{t-1} - k_t) / (1 + k_t) \qquad (2)$$

[4] Parece ter sido este o temor que levou o governo Castelo Branco a regulamentar a correção monetária apenas como cláusula de exceção, sujeita de análise caso a caso, de sorte a evitar a "multiplicação desordenada das células de indexação" evitando-se, assim, a aceleração da inflação. Todavia, nas palavras de Simonsen (1995, p. 4), o governo comete o pecado original da ciência política, ao legislar sobre aquilo que é tido apenas como exceção. Com efeito, ao incorporar explicitamente a correção monetária à política econômica, o governo envia um sinal a toda a sociedade, a qual passa a emulá-lo, alastrando-se, lentamente, o estatuto da correção monetária por toda a sociedade, uma vez que a incapacidade governamental de gerir suas próprias contas impunha severa imprevisibilidade sobre as futuras taxas de inflação, contra o que a indexação é o remédio indolor.

[5] Ramalho (2003) atribui a Simonsen a formulação seminal do conceito de inflação inercial, a qual sofreu sucessivos refinamentos até a década de 1990, quando apresenta a versão acabada do "modelo de realimentação inflacionária".

Supondo-se o equilíbrio distributivo neutro ($k_t = 0$), tem-se a manutenção do salário real ao longo do tempo, de sorte que a inflação presente seja dada pela inflação passada.[6] Em termos dinâmicos, seria plausível considerar que a inflação se inicie com um choque de oferta, tal como uma deterioração nos termos de troca no setor externo ou uma desvalorização real da taxa de câmbio. Os eventos desta ordem deprimem o salário real que a economia é capaz de pagar **($k_t < 0$)**, gerando demandas por reposição de renda, via aumentos nos salários nominais, os quais levam a uma inflação ainda maior. A inflação temporária se torna inflação permanente, uma vez que qualquer tentativa de manter o salário real por meio de indexação é automaticamente frustrada pela inflação que resulta do reajuste dos salários nominais. Por outro lado, deduz-se da relação supracitada a conclusão de que uma aceleração no crescimento do salário real tende a reduzir a inflação, como teria acontecido, também segundo Simonsen (1995, p. 130), entre 1968 e 1973, período do "milagre" econômico brasileiro.

Fica configurada neste modelo a indexação tão somente como mecanismo de transmissão da memória inflacionária, bem como a noção de que a capacidade de pagamento de salários reais crescentes por parte de uma economia insere-se no ambiente institucional e estrutural de uma sociedade, não conformando um fenômeno exclusivamente relacionado à oferta e demanda em mercados competitivos, uma vez que "não se pode falar de livre funcionamento dos mercados com indexação compulsória" (SIMONSEN, 1995, p. 7). Embora revele um traço importante do conflito distributivo, o modelo acima pode ser ampliado, incluindo mais variáveis que afetam a inflação presente; trata-se do famoso modelo de realimentação inflacionária (SIMONSEN, 1974), que se dá pela relação

$$\pi_t = \mathbf{a}_t + b\pi_{t-1} + \mathbf{g}_t \qquad (4)$$

onde $\mathbf{a}_t$ é a componente "inflação autônoma" - ou "componente de custos da inflação", ou ainda "componente de choques de oferta" – e representa alterações tanto institucionais (como reajuste do salário mínimo, desvalorização cambial, elevação de impostos ou de preços públicos) quanto acidentais, como choques agrícolas ou choque de petróleo. O parâmetro b denota o coeficiente de realimentação, qual seja, a influência da inflação do período anterior sobre a inflação presente, e geralmente é dado por $0 \leq b \leq 1$, exceção feita às hiperinflações, em que o parâmetro pode ser maior que a unidade. Por fim, $\mathbf{g}_t$ constitui a componente "excesso de demanda". Este modelo oferece, portanto, um resumo das principais forças-motrizes da inflação em contexto de indexação,

[6] A formulação é tautológica, uma vez que não demonstra a relação de causalidade entre as variáveis. Nas palavras Simonsen: "O modelo não explica se o que vem primeiro é a galinha ou o ovo, ou seja, se a inflação é causa ou consequência da indexação". (SIMONSEN, 1995, p. 130).

muito mais refinado e ajustado ao contexto brasileiro do que os famosos modelos de indexação de salários fundados sobre a hipótese de expectativas racionais de Stanley Fischer (1977) e Jo Anna Gray (1976).

Como se pode depreender da breve revisão acima, a despeito das mensurações de seu grau de significância, a presença da indexação e da inércia inflacionária persiste, sendo indiscutível a sua influência sobre os níveis de preços. Entretanto, o entendimento das causas e das consequências da indexação e da inércia inflacionária exige abordagens complementares, a saber: (1) histórica, para contextualizar a indexação às especificidades políticas e sociais do Brasil, bem como ao pensamento econômico brasileiro a respeito dos determinantes da inflação; (2) teórica, para explicar os mecanismos que tornam a indexação um relevante instrumento de defesa da renda e como sua existência altera o funcionamento da economia, particularmente no que se refere ao comportamento dos preços; e (3) empírica, com o intuito de quantificar a importância deste mecanismo no quadro geral da inflação brasileira no período pós-Real. A próxima seção tenta uma aproximação à primeira dimensão do problema, histórica.

Conflito Distributivo, *Statecraft* e a MP da Desindexação

O conflito distributivo emana de uma incompatibilidade entre as aspirações de renda dos indivíduos e o produto dos esforços produtivos acumulados em uma sociedade. Na medida em que a produção e as relações sociais que lhe servem de base estão apoiadas num complexo de normas e regulações salvaguardadas pelo Estado e produzidas pela dinâmica política, o conflito distributivo, como conceito, extrapola o terreno da análise econômica. Neste sentido, propõe-se aqui uma visão histórica acerca das "constrições habilitadoras" que o regime democrático, em meio a uma conjuntura crítica, impôs à equipe econômica do Plano Real, conferindo maior eficácia, coerência e durabilidade às reformas econômicas pretendidas. (SOLA, KUGELMAS e WHITEHEAD, 2002, p. 29). A proposta do método é evidenciar as interpenetrações que envolvem as esferas econômica, política e social, demonstrando, com isso, que o Plano Real não foi um transplante imediato sobre a sociedade das teorias de economistas insulados na burocracia estatal. (DINIZ, 2000, p. 90). Tentam-se abarcar, ainda que insuficientemente, as interações complexas que emanam das relações Estado-sociedade em diferentes contextos, de estabilidade ou de crise, conferem riqueza de detalhes, mesmo que com o sacrifício da limpidez da modelagem matemática.

O conceito de *statecraft* refere-se ao aproveitamento de janelas de oportunidade abertas por crises de governabilidade, em que um agente político, amparado por determinada coalizão de forças políticas, efetua um esforço de reconcentração de recursos de poder que abra caminho para as reformas desejadas. No entanto, este *statecrafting* apenas se torna possível por conta do "momento crítico" vivido pela sociedade brasileira de pré-anomia, combinado a transformações históricas que vinham efetuando mudanças no mapa cognitivo da sociedade brasileira, o que conduziu a alterações nos critérios de legitimação do poder que, a partir dos anos 1980, priorizavam a estabilização econômica. (SOLA e KUGELMAS, 2002, p. 100). A anomia a que se dirigia a sociedade brasileira, à beira do abismo hiperinflacionário, gerava incertezas quanto ao futuro da governabilidade, recolocando a estabilização não mais como subproduto das reformas estruturais de caráter liberalizante, mas, antes, como condição ao sucesso das mesmas.

É neste sentido que o Plano Real, a despeito de sua indiscutível genialidade técnica, é antes um instrumento político de apascentamento provisório do conflito distributivo por meio da restauração da credibilidade governamental, condição para o empreendimento de reformas institucionais que podem vir a consolidar um novo padrão de comportamento monetário[7]. Após numerosas tentativas de estabilização por meio de choques, o ambiente econômico era de profunda incerteza, a qual era gerada pelo próprio governo, de forma que a peça-chave do plano deveria residir na estratégia de comunicação com a sociedade. Mesmo não se valendo de congelamentos, de tablitas, de confiscos, a incerteza quanto ao sucesso do plano no combate a inflação exigia um "seguro" contra uma possível aceleração dos preços. (FRANCO, 1995, p. 149). A viabilidade política do plano passava pela permanência de algum mecanismo de indexação, particularmente por conta do temor de perdas salariais e de receita tributária na conversão para a nova moeda.

A Exposição de Motivos Interministerial sobre a Medida Provisória que implementa a reforma monetária não deixa dúvidas quanto à persistência da indexação, alegando que a eliminação do instituto da correção monetária "como também o demonstram sucessivas tentativas frustradas de estabilização, não pode dar-se de um só golpe, sob o risco de ampla desorganização das relações econômicas do país". (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1994, item 68). Por este motivo, a Medida Provisória restringe o "âmbito de aplicação" da correção monetária baseada em índices de preços, "***preservando-a somente ali onde sua manutenção parece ser necessária na***

[7] A exposição de motivos da MP da desindexação, analisada a seguir, não deixa dúvidas quanto à causalidade estabilização-governabilidade, ao afirmar, em seu ponto 116, que "A implementação firme e segura do Programa de Estabilização Econômica lança, assim, os pilares de uma sociedade mais equânime, capaz de conciliar, nos marcos do regime democrático, os legítimos anseios de desenvolvimento e justiça social". (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1994, item 116)

atual etapa de reorganização econômica do país, ou seja, ***no mercado de trabalho, no mercado financeiro e nos contratos de longo prazo***". (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1994, item 69 – ênfase nossa).

No que se refere ao mercado de trabalho, as normas de correção de salários foram estabelecidas no parágrafo 2º do art. 29 da Lei nº 8.880. Ali se assegura aos trabalhadores em geral, no mês da primeira data-base de cada categoria após a primeira emissão da nova moeda, um reajuste de salários em percentual correspondente à eventual variação do IPC-r entre o mês da primeira emissão do Real e o mês imediatamente anterior à data base. Na lei 8.880, de 27 de maio de 1994, fica claro em seu artigo 17 que

> "A partir da primeira emissão do Real, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE calculará e divulgará, até o último dia útil de cada mês, o Índice de Preços ao Consumidor, série r - IPC-r, que refletirá a variação mensal do custo de vida em Real para uma população objeto composta por famílias com renda até oito salários mínimos". (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1994)

A Tabela 1, abaixo, mostra que o IPC-r seguia de perto o IPCA, ambos calculados pelo IBGE, o que causava preocupações, uma vez que as incertezas dos agentes quanto ao êxito da URV em alinhar os preços gerou um virulento processo de remarcação nos dias que antecederam a conversão para a nova moeda.

Tabela 1 - Índices de Preços – IPC-r e IPCA - IBGE

Mês	IPC-r (1)	IPCA (2)	Diferencial (1-2)
jul/94	6,08	6,84	-0,76
ago/94	5,46	1,86	3,6
set/94	1,51	1,53	-0,02
out/94	1,86	2,62	-0,76
nov/94	3,27	2,81	0,46
dez/94	2,19	1,71	0,48
jan/95	1,67	1,7	-0,03
fev/95	0,99	1,02	-0,03
mar/95	1,41	1,55	-0,14
abr/95	1,92	2,43	-0,51
mai/95	2,57	2,67	-0,1
jun/95	1,82	2,26	-0,44
Total*	44,30%	49,90%	-0,056

Fonte: IBGE

* valor correspondente ao período compreendido entre jul/94 e jun/95

A ideia era restringir a proliferação de indexadores que, segundo Franco (1995, p. 149), "trazem informações confusas sobre a inflação que está acontecendo (dólar paralelo, mercados futuros etc.) e cometem erros com muito mais frequência". Os ganhos de capital e preços e salários "errados" que resultam da prática indexatória envolvem realinhamentos grandes que conduzem à aceleração da inflação.

Ficou permitida ademais a indexação, "entre as exceções admitidas", no item 74 da MP, dos contratos para entrega futura, ou de prestação de serviços a serem produzidos, "cujos preços poderão ser reajustados em função do custo de produção ou da variação nos preços dos insumos utilizados, desde que a periodicidade da aplicação desse reajuste seja anual".

É importante notar que o plano é incompleto também em pontos centrais da estratégia de estabilização. Sicsú (1996) traz ampla amostra de dados evidenciando que os méritos da URV não são aqueles que o plano previa. A "URVerização da economia" não se consolidou conforme o planejado, uma vez que os testes sobre as regras de precificação não evidenciaram "que os empresários consideravam as variações da URV como balizadoras dos reajustes de seus preços". (SICSÚ, 1996, p. 84). Como os preços mantiveram-se desequilibrados quando do transplante monetário, caberia à política econômica pós-estabilização conter as pressões por remarcação de preços, sendo a taxa de câmbio valorizada somada ao aprofundamento da abertura comercial o elemento-chave para a contenção dos preços sem qualquer tipo de controle coercitivo. (MOLLO e SAAD FILHO, 2001, p. 40).

Ademais, duas negociações da equipe econômica com a base parlamentar evidenciam os custos políticos do plano. A criação do IPC-r teria sido uma forma de compensar os trabalhadores pelo sucesso da URV em converter os salários pela média (talvez principal mérito deste mecanismo), bem como um "prêmio de risco" contra o fracasso da estabilização, uma vez que o referido índice de preços foi uma concessão à base parlamentar do governo para a aprovação da medida provisória que instituía a URV. A UFIR segue a mesma linha, de sendo negociados com a Secretaria da Receita Federal tanto o espaçamento de seu cálculo de semestral a anual quanto a sua posterior extinção (ocorrida no ano 2000). (BACHA, 1998, p. 41-44).

O "malabarismo político" que foi obrigada a fazer a equipe econômica alcançava o controle de preços dos principais grupos empresariais, oligopólios e monopólios, por meio da chamada "dallarização dos preços", em referência a José Milton Dallari, o principal negociador de preços do governo. Um outro aspecto que exigiu enorme desenvoltura da equipe dizia respeito às pressões por aumentos salariais oriundas do setor público, as quais contaram com a aprovação do presidente em exercício, Itamar Franco. Neste sentido, o plano padeceu de sérias deficiências em

sua implementação, porque socialmente situado nos quadros do conflito distributivo que emoldurava o jogo político naquele momento crítico da história brasileira.

À guisa de conclusão: a recente indexação de salários

Adotou-se aqui a hipótese de ser a economia brasileira cronicamente inflacionária. Este expediente se justifica por ter sido o Plano Real orientado por essa premissa, dada a capilaridade da indexação na economia. Assim, pretendeu-se mostrar por que o Plano Real não logrou desindexar a economia por completo, mas tão-somente reduzir a velocidade dos reajustes. Se, por um lado, preveniu-se, via legislação, o encurtamento dos intervalos de reajuste (SIMONSEN, 1995, p. 8), por outro, deu-se ensejo a uma nova modalidade de conflito distributivo, marcado por demandas reprimidas de reajuste com prazos mais dilatados (MOLLO e SAAD FILHO, 2001), bem como pelo crescente poder de barganha, a partir de 2004, das categorias de trabalhadores de diversos setores da economia, os quais vêm obtendo reajustes dos salários acima da inflação. Estudo do DIEESE mostra que, a partir de 2004, as negociações salariais obtiveram maior sucesso em repor a inflação passada, bem como avançar em seus ganhos reais, como mostra a marca próxima aos 90% das categorias com atualizações salariais acima da inflação. (DIEESE, 2011b, p. 3). [8]

TABELA 2

Percentual dos reajustes salariais acima, iguais ou abaixo do INPC-IBGE por setor econômico Brasil - 2008-2010

Variação	Setor econômico								
	Indústria			Comércio			Serviços		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Acima do INPC	86,4	83,5	90,5	87,8	87,0	95,7	61,1	70,3	82,8
Igual ao INPC	7,5	8,7	6,9	4,3	7,0	0,9	19,2	18,8	10,0
Abaixo do INPC	6,1	7,8	2,6	7,8	6,1	3,5	19,7	10,9	7,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Para efeitos comparativos, foram considerados em 2008, 2009 e 2010 somente os reajustes obtidos pelas mesmas 700 unidades de negociação analisadas em 2010

Quando se tomam os setores da economia, na tabela 2, os reajustes salariais acima da inflação demonstram generalização por toda a economia, sendo o setor de serviços aquele que obteve maiores índices de reajuste igual ou abaixo do INPC, sugerindo que, nos setores mais beneficiados

[8] Nos estudos realizados entre 1996 e 2008 foram considerados reajustes referentes a um conjunto de categorias profissionais que, ano a ano, formavam um painel diferente. A partir de 2009, o SAS-DIEESE passou a analisar informações de reajustes salariais de categorias pertencentes a um painel fixo, cujo ano base é 2008. No momento, este painel conta com 845 unidades de negociação dos setores do comércio, da indústria, de serviços e rural (este não analisado na série dos balanços dos reajustes salariais). Deste painel, foram obtidas informações de reajustes salariais de 800 unidades de negociação em 2008; 762 unidades de negociação em 2009; e 700 unidades de negociação em 2010. (DIEESE, 2011b, p. 3).

pela apreciação do câmbio, é reduzido poder de barganha dos trabalhadores, por conta da maior oferta de trabalho. (DIEESE, 2011b, p. 5).

Neste novo concerto de coisas, como se vê, cada grupo social permanece à espera de condições favoráveis para a reposição de perdas, como é comum em processos de conflito distributivo. Porém, a novidade se manifesta em certa assimetria dos instrumentos de reposição da renda real à disposição de cada grupo; ou seja, alguns setores são impedidos juridicamente de reajustar seus contratos em prazos inferiores a um ano, enquanto outros setores remarcam seus preços sem recurso ao balizamento por qualquer índice, a chamada indexação informal. Permitiu-se, por fim, a indexação de preços em contratos de serviços de utilidade pública, de salários na legislação trabalhista, dos títulos de dívida pública e, mais recentemente, a indexação do salário mínimo por um índice que resulta da soma da taxa de crescimento do PIB de dois anos anteriores (medida de produtividade) e da inflação do ano anterior, medida pelo IPCA-IBGE. Este resíduo de indexação persiste, ainda que domado pelo sistema de metas de inflação, provocando recorrentes alarmes quanto ao risco de retorno da inflação.

Em síntese, a desindexação da economia não foi concluída pelo Plano Real, a despeito do desaparecimento desta questão do debate público, em favor dos ajustes cambiais e do regime de metas de inflação. Viu-se que a meta de desindexar a economia sempre esteve constrita pelo jogo político, que aqui chamamos de *statecrafting*, o qual premiava a estabilização dos preços como critério de legitimação política, propiciando, assim, a reconcentração dos recursos de poder que permitissem o avanço nas reformas estruturais consentâneas às mudanças históricas na relação Estado-sociedade. Por não se tratar de um fim em si mesma a meta de desindexação da economia serviu como moeda de troca com o Congresso durante o processo de aprovação da medida provisória que regulamentava a segunda etapa da estabilização, a saber, a URV, obrigando a equipe econômica a fazer concessões à cultura inflacionária, permitindo a permanência de mecanismos indexatórios.

Referências Biliográficas

ARAÚJO, Eurilton, SANTOS, Tatiana Teles. *A dinâmica da Inflação Brasileira após o Plano Real* In: **Insper Working Paper,** WPE 054, IBMEC: São Paulo, 2004, p. 1-32

ARIDA, Persio; RESENDE, André Lara; ROZENWURCEL, Guillermo; BRUNO, Michael. **Inflação zero: Brasil, Argentina e Israel** - ARIDA, Persio (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BACHA, Edmar. **Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil**. Textos para discussão – PUC-RJ, n. 181, 1987.

_____. *O Plano Real: uma avaliação* In: MERCADANTE, Aloizio. **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998, p. 11-70.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inflação**. Brasília, v. 13, nº 1, mar. 2011, p. 1-151.

BOGDANSGI, J., TOMBINI, A.A. and WERLANG, S.R. *Implementing Inflation Targeting in Brazil* In: **Working Papers Series**, Banco Central do Brasil, July-2000, 1-29.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. *Reforma monetária, indexação generalizada e o plano de estabilização* In: **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 2(54), abril-junho/1994, p. 108-113.

CAMPÊLO, A. K.; CRIBARI-NETO, F. *Inflation inertia and 'inliers': the case of Brazil*. **Revista Brasileira de Economia**, v. 57, n.4, p. 713-719, 2003.

CHRISTIANO, L.; EICHENBAUM, M.; EVANS, C. *Nominal rigidities and the dynamic effects of a shock to monetary policy* In: **Journal of Political Economy**, 113, p.1-45, 2005.

CRIBARI-NETO, F.; CASSIANO, K. *Uma análise da dinâmica inflacionária brasileira*. **Revista Brasileira de Economia**, v.59, n. 4, p. 535-566, 2005.

DELFIM NETTO, A. *Voto de confiança* In: **Jornal Valor Econômico** – Suplemento Novos rumos da economia brasileira, 02 de maio de 2011, p. 4-5.

DIEESE (2011a). *Análise dos atuais componentes da inflação no Brasil***. Nota Técnica**, no. 98, maio de 2011. Disponível online: www.dieese.org.br . Acesso em 19.05.2011.

_____ (2011b). *Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2010* In: **Estudos e Pesquisas**, nº 55 – março de 2011. Disponível online: www.dieese.org.br . Acesso em 19.05.2011.

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**: **Brasil anos 1990**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FIGUEIREDO, Erik Alencar, MARQUES, André M.. *Inflação Inercial como um Processo de Longa Memória: Análise a partir de um Modelo Arfima-Figarch* In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 2, abril-junho de 2009, p. 437-458.

FISCHER, Stanley. *Wage indexation and macroeconomic stability* In: **Journal of Monetary Economics**, 1977.

FREITAS, P.S., MINELLA, A., RIELLA, G. *Metodologia de cálculo da inércia inflacionária e dos efeitos do choque dos preços administrados*. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**, Brasília, n. 22, jul-2002, p. 1-14.

FRAGA NETO, Armínio. *Indexation and inflation in Brazil*. Textos para discussão – PUC-RJ, n. 96, 1985.

FRANCO, Gustavo. **O Plano Real e outros ensaios**, Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Auge e declínio do inflacionismo no Brasil** In: Giambiagi, Fabio, André Villela, Lavinia Barros de Castro e Jennifer Hermann, *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004).* Elsevier Editora, 2005.

GIAMBIAGI, Fabio.*Salário, inflação e conflito distributivo: reflexões acerca da escala móvel*. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 3, julho-setembro/1988, p. 73-87.

GOODFRIEND, M., KING, R. (1997). *The New Neoclassical Synthesis and the Role of Monetary Policy*. In Bernanke, B., Rotemberg, J. (eds.), **NBER Macroeconomics Annual 1997**. Cambridge: MIT Press, págs. 231–283.

GRAY, Jo Anna. *Wage indexation: a macroeconomic approach* In: **Journal of Monetary Economics** (2), 1976.

LIMA, Gilberto Tadeu, SETTERFIELD, Mark. *Inflation targeting and macroeconomic stability in a Post Keynesian economy* In: **Journal of Post Keynesian Economics** – vol. 30, n. 3.435, 2008, p. 435-461.

LOPES, F. L. *Inflação inercial, hiperinflação e desinflação: notas e conjecturas*. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, p. 135-151, 1985.

MAIA, A.; CRIBARI NETO, F. *Dinâmica inflacionária brasileira: resultados de auto-regressão quantílica*. **Revista Brasileira de Economia**, v. 60, n. 2, p. 153-165, 2006.

MODIANO, E. *A dinâmica de salários e preços na economia brasileira: 1966-1981*. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 15, n. 1, p. 39-68, 1983.

_____. Salários, preços e *cambio*: os multiplicadores dos choques numa economia indexada.

Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 15, n.1, 1985.

_____. **Inflação: inércia e conflito**. São Paulo: Campus, 1988.

MOLLO, M. L., SAAD FILHO, Alfredo. *Reconhecimento social da moeda: observações sobre a inflação e a estabilização de preços no Brasil* In: **Revista de Economia Política**, v. 21, n.2 (82), abril-junho/2001, p. 24-42.

RAMALHO, Valdir. *Simonsen: pioneiro da visão inercial da inflação* In: **Revista Brasileira de economia**, 57(1), Rio de Janeiro: janeiro-março/2003, p. 223-238.

RESENDE, A. L.. *Incompatibilidade distributiva e inflação estrutural*. Textos para discussão – PUC-RJ, n. 1, 1979.

_____. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. *Revista de Economia Política*, v. 5, n.2, p. 130-134, 1985.

SIMONSEN, Mário Henrique. **30 anos de indexação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1995.

_____. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

SOLA, Lourdes, KUGELMAS, Eduardo, WHITEHEAD, Laurence. **Banco Central, autoridade política e democratização: um equilíbrio delicado.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____, KUGELMAS, Eduardo. *Estabilidade econômica e o Plano Real como construção política – statecraft, liberalização econômica e democratização* In: SOLA, Lourdes, KUGELMAS, Eduardo, WHITEHEAD, Laurence. **Banco Central, autoridade política e democratização: um equilíbrio delicado.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 79-109.

TAYLOR, Lance. **Structuralist macroeconomics**. Nova Iorque: Basic Books, 1983.

TEJADA, C.; PORTUGAL, M. *Credibilidade e inércia inflacionária no Brasil: 1986-1998*. **Estudos Econômicos**, v. 31, n. 3, p. 459-494, jul.-set. 2001.

Federalismo e Reforma Bancária: a Experiência Internacional na Análise de Rui Barbosa

André Schifnagel Avrichir
andre.avrichir@usp.br

1. Introdução

O presente artigo analisa o Relatório do Ministério da Fazenda de 1890 escrito pelo Ministro Rui Barbosa, nos quadros das influências internacionais que balizariam a elaboração do projeto a ser implementado nos primeiros meses da recém-proclamada República brasileira. Tal pesquisa decorre de uma constatação vastamente encontrada na literatura sobre o período de que o Decreto n° 165 de 17 de janeiro de 1890, referente à reforma bancária, teria se baseado nas experiências norte-americanas. Percebeu-se, no entanto, que essas afirmações não se aprofundaram sobre o tema, limitando-se a constatar a influência e sem detalhar onde estariam as imitações, as adaptações e as inovações.

Em seu Relatório Ministerial Rui Barbosa dedica um capítulo a sua interpretação das histórias monetárias dos Estados Unidos da América e da Suíça, países que melhor exemplificariam o ideal federalista adotado pela Revolução de XV de Novembro. A partir dessa construção, Barbosa delineia alguns princípios econômicos e políticos que o inspiraram na condução da sua administração a frente do Ministério.

Essa discussão sobre o pensamento e as políticas de Rui Barbosa integra o período da história do Brasil que se convencionou denominar de Encilhamento. Esse capítulo da história nacional foi marcado por uma forte emissão monetária, iniciada ainda nos últimos anos do Império. No entanto, analisaremos aqui exclusivamente esse Decreto de Rui Barbosa que criou três bancos emissores, cada um para uma região distinta do país – Norte, Centro (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina) e Sul (Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás) e redefiniu a estrutura bancária brasileira

O artigo esta organizado em seis partes, algumas com subdivisões temáticas. A primeira parte, Contextualização Histórica do Brasil, introduz a situação econômica e política com a qual Rui Barbosa se depara ao assumir o Ministério da Fazenda no primeiro governo republicano. A segunda seção, História e Historiografia Sobre a Reforma Bancária de 1890, discute a literatura nacional sobre o período do Encilhamento sob a ótica das influências estrangeiras sobre a política doméstica e examina a história monetária dos Estados Unidos da América no período independente. A terceira, O

Relatório Ministerial de 1890 de Rui Barbosa e o Brasil pós Revolução de XV de Novembro, subdivide-se em duas seções. A primeira analisa temas domésticos abordados por Rui Barbosa em seu Relatório relevantes para a posterior avaliação do Decreto nº165. A parte seguinte foca nas análises do Ministro sobre as experiências bancárias estrangeiras destacando as lições que Barbosa deriva para implementar em sua política. A quarta fração do texto, Comparação Entre as Situações Brasileira e Americana, aprofunda os paralelos entre as experiências internacionais e o contexto político e econômico vivido pelo Ministro Rui Barbosa. Por fim, a seção Como Era o Regime Monetário Criado por Rui Barbosa: Das Influências ao Projeto, examina aspectos relevantes da medida de 17 de janeiro e expõe suas motivações domésticas e nacionais. Finalmente, após todas essas análises apresenta-se considerações finais sobre a problemática apresentada.

2. Contextualização Histórica do Brasil

Para se compreender o período do Encilhamento, e o significado da política de emissão monetária adotado, é preciso entender a situação econômica que Rui Barbosa herdara. O financiamento da cafeicultura carioca era feito por um capital-comercial de grande porte, que havia ficado excessivamente concentrado após as crises de 1864 e 1875. Era esse o capital que permitia a expansão da atividade cafeeira e dada a decadência deste setor no Vale do Paraíba, precisou diversificar seus investimento para buscar retornos mais atraentes. "Uma das alternativas encontradas foi a da inversão financeira em títulos oficiais" [1] o que proporcionou ao governo uma sólida fonte de recursos. No entanto, embora o capital que alimentasse a dívida pública fosse carioca, era São Paulo quem recebia a maior parte desses recursos advindos do governo [2]. Assim agravava-se rapidamente o problema da falta de liquidez no Rio de Janeiro.

Apesar desse contexto aparentemente desfavorável, pode-se dizer que Ministro da Fazenda Ouro Preto assumiu o governo, já no ocaso do Império, com uma situação econômica favorável. O câmbio valorizado e um sentimento de prosperidade decorrente da proclamação da abolição sem um conflito armado garantiam boas perspectivas [3]. Além disso, o governo também aumentava sua captação de recursos externos através dos bancos ingleses que desfrutavam da sua posição favorável no mercado cambial e beneficiavam-se da falta de liquidez no Rio para aumentar sua posição no

[1] TANNURI, Luiz A.. *O Encilhamento, São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981, p. 27.
[2] Idem, p. 28.
[3] SCHULZ, John. *A Crise Financeira da Abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 77

mercado nacional [4]. Estes, "reconheciam as boas perspectivas do Brasil" e aumentavam suas diferentes linhas de crédito aumentando consideravelmente o volume de ouro em circulação [5].

O desafio com que o Visconde de Ouro Preto se deparava, no entanto, era essencialmente político. Após a abolição da escravatura era necessário reconquistar o principal pilar de apoio da monarquia, os agricultores paulistas. Para isso, no entanto, Ouro Preto, não podia executar reformas políticas, pois contrariaria os interesses dos monarcas. O plano adotado então para reconquistar esse setor dominante eram políticas econômicas expansionistas, como a imigração subsidiada e os empréstimos para a agricultura [6]. Por sua vez, para contornar definitivamente o problema da falta de liquidez da economia foi preciso adiantar uma vasta quantia de recursos sem juros aos bancos e obrigá-los a repassar o dobro desse valor à lavoura cobrando ágio. Tal medida, porém, incentivou a proliferação de novos bancos atraídos pela possibilidade de se favorecerem da iniciativa pública. Vale ressaltar que

> Os objetivos procurados pelo Governo através da aplicação dessa política não foram atingidos, no entanto [7].

Em busca de soluções alternativas o Gabinete decretou, como um dos últimos suspiros do Império, o "direito de emissão às companhias anônimas que se propusessem a fazer operações bancárias" [8]. Com alguns contratempos iniciais o decreto passou a funcionar eficientemente depois de julho de 1889. Esse decreto, porém, gerou "o mais espantoso jogo da Bolsa, com uma alta de preços nunca vista" [9]. Com o reconhecimento da impossibilidade de se conter a queda da taxa cambial "já surgira um princípio de 'corrida' bancária" [10] que levou os principais bancos emissores a conterem suas emissões. Em meio à crescente demanda por papel-moeda e a contração dessa oferta, o governo foi obrigado a emitir.

Foi nesse cenário de graves dificuldades para equilibrar o mercado de moeda que assumiu o Ministério da Fazenda o Ministro Rui Barbosa, agora como membro do novo governo republicano, que será o personagem central neste estudo. Como bem coloca Renato M. Perissinoto eram três as

---

[4] Para uma análise mais detalhada do crescimento do crédito estrangeiro no Brasil nos últimos anos do Império e primeiros da República ver Tannuri, Luiz.. O encilhamento e Perissinoto, P. M.. Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha
[5] Schulz, p. 77
[6] Idem, p. 77
[7] Tannuri, p. 41
[8] Idem, p. 42.
[9] CAVALCANTI, Amaro. *Política e finanças. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 401.
10 Tannuri, p. 49.

carências decorrentes desse contexto que as políticas de Barbosa visariam combater: a escassez de crédito para a agricultura, a falta de dinheiro em circulação e os seguidos déficits orçamentários [11].

3. História e Historiografia Sobre a Reforma Bancária de 1890

Na literatura específica sobre o Encilhamento a constatação sobre o paralelo entre o regime financeiro americano e o criado em janeiro de 1890 no Brasil não costuma especificar onde estão as semelhanças entre os dois modelos, nem qual dos diferentes modelos adotados ao longo da história dos Estados Unidos haveria motivado Rui Barbosa [12]. Dentre os autores que afirmam a existência dessa motivação estrangeira, alguns apontam especificamente para o modelo criado por Alexander Hamilton, primeiro Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, como sendo a inspiração de Barbosa. Vale lembrar, no entanto, que no momento em que Rui Barbosa aprova seu Decreto é o sistema criado nos Estados Unidos, durante a Guerra Civil, em 1863, que vigorava. Além disso, embora Rui Barbosa tenha lidado com um problema semelhante ao que tinha Hamilton ele não criou um banco nacional e sim três bancos regionais que respondiam ao governo federal, sendo que alguns bancos vieram a se fundir formando maiores conglomerados.

Uma das formas de compreender o projeto de Rui Barbosa é contrastando as influências e as originalidades de seu Decreto. Por essa linha argumentativa, predominante entre as décadas de 1920 e 1940, podemos entender a obra de Tannuri, nas palavras dele: "O sistema criado pelo ministro da Fazenda do Governo Provisório, não obstante ter sido idealizado nos moldes dos Bancos Nacionais Americanos, recebeu uma série de adendos que deram o toque de originalidade à experiência brasileira" [13]. Ele então desenvolve sua análise sobre os bancos criados pelo Decreto sem preocupar-se em sustentar nem especificar o paralelo verificado com os bancos estadunidenses. Mais adiante em sua análise quando aborda a questão da poliemissão regionalizada, ele cita o Relatório do Ministério da Fazenda, no qual Rui Barbosa explicita as inspirações federativas da recente República e a necessidade de fazer um gesto que mostre o ideal descentralizador do novo regime para as diferentes regiões que o compunham:

11 PERISSINOTO, Renato M. Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 55

12 Vale ressaltar que a literatura econômica sobre o Império destaca diversos indícios e evidências da influência no debate nacional das duas correntes principais do debate monetário britânico, do Princípio Monetário e do Princípio Bancário. Pronunciamentos de pensadores e políticos brasileiros como Torres Homem e Souza Franco são freqüentemente transcritos na literatura e deixam claro a influência externa no pensamento monetário brasileiro. No entanto, ao se abordar o período subseqüente, a República, o impacto do debate monetário estrangeiro sobre a constituição das idéias nacionais é deixado em segundo plano pela literatura especializada. SAES, Flávio A. M. de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

13 TANNURI, Luiz A. *O Encilhamento*, p. 52.

> ... não se podia fazer a monoemissão nos primeiros dias da República; já porque convinha dar às várias regiões arras dos sentimentos descentralizadores do governo... já porque ainda não havia na estabilidade da situação nascente bastante confiança, para lançar os fundamentos de uma reorganização bancária definitiva, apoiadas em sólidos pontos de ação central... Era preciso termos satisfeito o melindre das justas reivindicações locais, expondo a nação o nosso grande programa federativo [14].

Nesse trecho Rui Barbosa justifica a escolha do modelo de emissão regionalizado, mas tampouco fornece informações mais detalhadas sobre esse aparente paralelo internacional.

Maria Bárbara Levy é outra autora que explicita a relação entre o modelo brasileiro de poliemissão e o dos Estados Unidos: "As operações bancárias concedidas a esses bancos eram as mais amplas possíveis, assemelhando-os muito aos bancos de negócios norte-americanos" [15]. Note que a autora embora aponte para uma semelhança entre os bancos de emissão dos dois países, não afirma que houve uma influência explícita. Ela não se alonga na discussão sobre os dois modelos, deixando o modelo americano de lado e focando apenas no modelo adotado no Brasil. Por sua vez, Adalton Franciozo Diniz, , baseando-se nas obras de Aliomar Baleeiro - um dos autores símbolos do princípio da interpretação desenvolvimentista das políticas de Rui Barbosa - traça um paralelo um pouco mais detalhado entre os dois modelos de emissão:

> Ele [Rui Barbosa] conhecia a fundo a teoria financeira e as experiências em que se inspirou haviam sido bem sucedidas. Colocado diante dos mesmos problemas enfrentados pelo primeiro secretário do Tesouro norte-americano, Alexander Hamilton, Rui Barbosa nele se inspirou para criar um grande banco nacional, encorajar a indústria e amparar os portadores de apólices da dívida do Governo [16].

Ainda assim, a leitura do autor sobre esse aspecto da constituição dos bancos de emissão brasileiros é bastante superficial, não explicitando quais eram os "mesmos problemas", nem em quais aspectos a "inspiração" culminou em similaridades entre o banco criado por Hamilton e os criados por Barbosa.

Apesar de esses três autores constatarem a influência e a inspiração estadunidense do modelo criado no Brasil pelo decreto de janeiro de 1890, nenhum deles se aprofunda sobre tal fenômeno, deixando tal afirmação vulnerável a questionamentos. Embora em uma primeira leitura sobre o Decreto de 17 de janeiro de 1890 transpareça a semelhança entre os modelos no que tange a aparente descentralização da emissão monetária, na literatura, ela não é sustentada por uma argumentação mais extensa, deixando tal constatação superficial.

A verdade é que os Estados Unidos passaram ao longo do século XIX por diferentes modelos bancários, modelos estes que Rui Barbosa sabia bem identificar, mas que nem sempre são lembrados

---

[14] Relatório do Ministério da Fazenda de 1890, p. 81 e 82.
[15] LEVY, Maria B. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994, p. 125
[16] DINIZ, Adalton F. "O encilhamento e a ideologia nacional-desenvolvimentista". Niterói:*Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica*, 1997,, p. 187.

pelos autores que aproximam a experiência brasileira da norte-americana. Neste sentido, para complementar o conhecimento necessário para se fazer a análise de quais modelos estadunidenses influenciaram o Decreto de Barbosa e com qual intensidade o fizeram é preciso conhecer a história monetária americana sobre a qual se debruçara o Ministro em seu Relatório. Analisaremos, portanto, a história americana a partir da independência daquele país até os dias de Rui Barbosa no Brasil, mesmo período examinado no Relatório. .

Após a independência dos Estados Unidos, o país adotou o bimetalismo, já em 1786, com a Lei da Cunhagem, sob a liderança de Alexander Hamilton, embora somente em 1792 o país efetivamente tenha passado a cunhar moedas. Hamilton, embora tenha enfrentado oposição cerrada no Congresso, conseguiu o apoio do presidente George Washington para a criação do Primeiro Banco dos Estados Unidos em 1791. Tal instituição "exerceu certo controle sobre os demais [bancos estaduais], sobretudo ao refreá-los nas emissões de notas" [17]. No entanto, apesar dos sucessos do Banco, aquela mesma oposição que dificultara sua criação em 1791, liderada por Thomas Jefferson – agora presidente – impediria a renovação de sua licença e o extinguiria em 1811, sob os mesmos argumentos que opuseram a sua criação.

Dada a ausência de um órgão federal para supervisionar o trabalho dos bancos estaduais, o número destas instituições triplicou entre 1811 e 1816. A descontrolada proliferação de bancos estaduais e de suas emissões de notas "conduziram a uma inflação que era estimuladora das aventuras no mundo dos negócios" [18]. Esse cenário de descontrole macroeconômico "convenceram o povo da necessidade de um segundo banco nacional" [19]. Criou-se em 1816 o segundo Banco dos Estados Unidos com atribuições semelhantes as do primeiro. Entretanto, apesar de seus sucessos o segundo Banco dos Estados Unidos teve a renovação de sua licença deliberada sob a liderança de um presidente contrário a sua existência e foi fechado em 1836 – repetindo a saga de seu antecessor.

Os Estados Unidos atravessaram quase três décadas a partir do encerramento das atividades do segundo Banco dos Estados Unidos sem uma autoridade monetária federal que coordenasse a política bancária. Nesse período, apesar da inexatidão dos dados [20], há registros de que os bancos estaduais se proliferaram e passaram de 713 instituições em 1836 para 1.492 em 1862 [21] levando a uma situação caótica do papel circulante. Em 1860 cada banco emitia "em média, seis séries de notas, de modo que nada menos de 9000 tipos diferentes de notas estavam em circulação" [22].

[17] ROBERTSON, Ross M. *História da Economia Americana*. Rio de Janeiro: Record, 1964, p. 196.
[18] Idem, p. 198.
[19] Idem, p. 206.
[20] Idem, p. 213.
[21] Historical Statistics of the United States, Colonial Times to 1957, apud Ross M. Robertson
[22] ROBERTSON, Ross M. *História da Economia Americana*, p. 216.

Foi somente em 1863, dada a dificuldade do governo de captar recursos para a Guerra Civil Americana, que "o governo federal resolveu reassumir o controle sobre as operações bancárias" [23]. No entanto, "não havia muito apoio para a criação de um banco central nos moldes do antigo segundo banco dos Estados Unidos, pois o eleitorado americano continuava hostil às poderosas instituições financeiras" [24]. Em 1863 após algumas outras tentativas pouco efetivas o governo deu início à emissão dos *greenbacks* para honrar suas dívidas e forçou sua aceitação à população, mas ainda manteve a circulação de metais. Era a primeira vez em quase três décadas que os EUA tinham uma moeda aceita nacionalmente.

A preocupação de definir com qual projeto Rui Barbosa se aproxima é determinante para definir o próprio interesse do Ministro em sua reforma, tema que permeia a maioria dos estudos sobre o período. Como já mencionado, embora autores como Maria Bárbara Levy e Adalton Franciozo Diniz, partam de correntes de pensamento opostas, ela de uma desenvolvimentista e ele exatamente tecendo uma crítica a esta corrente, enunciam o mesmo argumento: Barbosa teria se inspirado em modelos estadunidenses. Já autores que focam nas influências pessoais do Ministro e nas classes que legitimavam o Governo Provisório, não mencionam essa possível influência das experiências americanas. Entretanto, mesmo autores com diferentes linhas de interpretação sobre o período concordam quanto à importância do Decreto n° 165 de 17 de janeiro de 1890, e, portanto, também que a fundação de "um sistema emissor regional" [25] foi um ponto decisivo desse período histórico. Gustavo Franco chega a introduzir o Decreto como "a principal medida de política econômica tomada por Rui Barbosa" [26]

Neste sentido, poderíamos colocar o debate sobre o papel da história monetária americana como sendo parte de uma argumentação sobre o pensamento industrializante ou não industrializante de Rui Barbosa. Essa função, no entanto, é irrelevante para aqueles que argumentam que o Ministro da Fazenda teria sido motivado apenas, ou fundamentalmente, pelo favorecimento de certas pessoas ou pela simpatia a determinadas frações da classe social dominante.

Para aqueles historiadores "contemporâneos", que predominaram até 1920 tais como Alfredo Taunay, sobressaia o caráter pessoal da medida de 1890. Para esses autores o Decreto era um "ato de escandaloso favoritismo" [27]. Esse grupo de estudiosos é reconhecido por sua visão crítica sobre as políticas de Rui Barbosa. Suas análises apontavam tais políticas como responsáveis pelo aumento da especulação financeira na Bolsa e não ressaltavam os benefícios decorrentes:

[23] CLOUGH, Shepard B. e MARBURG, Theodore F. *Economia e Sociedade nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1969, p. 175.
[24]ROBERTSON, Ross M. *História da Economia Americana*, p. 357.
[25] Levy, p. 124.
[26] FRANCO, Gustavo. "A primeira Década Republicana", p.21.
[27]Schulz, p. 84

> as emissões e a febre de negócios na Bolsa eram apontados pelos seus adversários [de Rui Barbosa] como sintomas de uma administração inepta; por outro lado, os partidários de Rui Barbosa, além dele próprio, esforçavam-se em encontrar justificativas que os isentassem da responsabilidade por esses fatos [28].

Na mesma linha argumentativa dos "contemporâneos", John Schulz expõe a relação pessoal de Rui Barbosa com banqueiros e não faz menção a uma possível inspiração estrangeira da política. Para ele, a presença de Francisco de Paula Mayrink – que viria a administrar o maior banco de emissão criado por Barbosa - nessa reunião é um dos pilares de sustentação para descrever o Decreto de Barbosa como um ato de favoritismo a alguns indivíduos representativos da classe financista brasileira. Teria sido Mayrink quem "convenceu Rui Barbosa a estabelecer bancos de emissão com lastro em bônus" [29]. O fato de o Ministro ter assumido diretorias nos negócios do banqueiro ainda corroboram o argumento [30].

Outros autores partem de uma visão classista para justificar o Decreto n° 165 e, da mesma forma que os que adotam uma argumentação personalista, ignoram a análise do Ministro sobre as experiências estrangeiras exposta em seu Relatório. Renato Perissinoto, por exemplo, busca dentro da sua leitura sobre as classes dominantes qual seria a fração hegemônica, isso é qual a fração da classe dominante que teria sido a mais beneficiada pelas políticas econômicas adotadas. Logo, o pensamento de Barbosa em si adquire papel secundário em seu texto, pois seria apenas uma reação ao resultado do jogo de poder entre as classes sociais e suas frações. As medidas do Governo Provisório e do Ministério da Fazenda seriam apenas reflexo desse embate. Caberia, então, questionar qual a classe hegemônica naquele momento, aquela para qual se voltariam as políticas econômicas e que integraria o bloco do governo.

Em sua avaliação, a burguesia agrário exportadora não satisfaria esse critério, pois sua principal preocupação era a taxa de câmbio a que seria vendida sua produção. Logo, embora tenha se beneficiado da desvalorização provocada pela política emissionista de Rui Barbosa, ela não foi o grupo alvo dessas políticas. Já o grande capital cafeeiro, teria sido prejudicado por esse mesmo movimento cambial, devido ao encarecimento das importações, não constituindo, portanto, o grupo hegemônico. Por sua vez, ambas as burguesias urbanas, industriais e bancárias, se beneficiaram com as políticas de Barbosa. Porém foi, na visão de Perissinoto, a burguesia bancária a principal favorecida pelo Decreto [31].

---

[28] DINIZ, p. 182.
[29] Schulz, p. 83
[30] Idem, p. 86
[31] Perissinoto, 55-58

Para sustentar sua tese de que a burguesia bancária era a hegemônica e não a industrial, o autor ainda expôs o fato de que não havia nenhum industrialista na reunião que decidiu instaurar o Decreto de 17 de janeiro de 1890, enquanto estiveram presentes diversos representantes dos financistas, entre eles o conselheiro Mayrink [32]. Além disso, a sucessão de Rui Barbosa pelo Barão de Lucena – nome reconhecidamente ligado a burguesia bancária - sob indicação do presidente Deodoro, reforçaria a tese do domínio dessa burguesia sobre o Governo Provisório e não apenas sobre o Ministro que promulgou o Decreto. Segundo a lógica do argumento e contrapondo-se a corrente desenvolvimentista, o Governo Provisório não teria adotado políticas primordialmente industrializantes, embora a burguesia industrial tenha se beneficiado dessas.

Por sua vez, Fernando Henrique Cardoso - outro autor que segue um argumento classista – diferentemente de Perissinoto, observa outras "duas correntes distintas" confrontadas nesse período, os industrialistas progressistas e os cafeicultores conservadores [33]. Para ele

> a expansão dos banco emissores, a enxurrada de papel moeda e de emissões de ações por parte de companhias que se formavam, confirmam que entre as forças que se beneficiaram imediatamente com a proclamação da República contavam-se setores industrial-financeiros urbanos [34].

Para Perissinoto e Cardoso o governo seria reativo a disposição das forças sociais, ficando o pensamento e as ideologias daqueles encarregados da administração pública com pouca influência sobre suas políticas públicas. Esses autores contrapõem-se aqueles, como Levy e Diniz, que travam o debate sobre a possível visão industrializante de Rui Barbosa. Para este grupo de autores, a questão da influência estadunidense no pensamento do Ministro parece relevante.

Este debate emergiu com maior veemência a partir do final da década de 1940, quando foi feita uma revisão com viés desenvolvimentista daqueles historiadores "contemporâneos". A política monetária de acelerada emissão monetária dos primeiros anos da República passa a ser retratada como um esforço modernizante pela industrialização do país. Exemplo dessa nova leitura são as palavras de Humberto Bastos, que considerou aquela a "grande hora do capitalismo brasileiro" [35].

A obra de Levy ilustra esse debate debruçando-se especialmente sobre as medidas políticas adotadas na legislação comercial e seu impacto sobre a bolsa de valores do Rio de Janeiro. Ela

---

[32] Idem, p. 57

[35] CARDOSO, Fernando H. "*Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales".* FAUSTO, B. (org) *História Geral da Civilização Brasileira*, 5 ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, T. III, V. I, p. 35

[34] Idem, p. 32

[35] BASTOS, Humberto. *Rui Barbosa*, *Ministro da Independência Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

atenua a responsabilidade de Barbosa pela bolha bursatil gerada no período alegando que o mercado financeiro carioca já estava em rápida expansão antes mesmo da proclamação da República [36].

Ainda que a autora descreva brevemente o cenário socioeconômico brasileiro dos anos finais do Império e iniciais da República e chegue a afirmar que "a única forma de expandir operações de empréstimo parecia ser o retorno à faculdade emissora do sistema bancário, sobre o lastro metálico acumulado" [37]- demanda que o visconde de Ouro Preto tentara satisfazer com as leis criadas que em 1888 - ela deixa essa perspectiva contextual em segundo plano e desenvolve seu estudo por uma interpretação desenvolvimentista. Levy constrói sua análise sobre o preceito de que em sua ideologia Rui Barbosa tinha "objetivos modernizantes e industrialistas" [38] que "já eram conhecidos antes mesmo que ele fosse chamado ao Ministério da Fazenda" [39].

Adalton Franciozo Diniz retoma o debate sobe a ideologia industrializante de Barbosa por outro ângulo e critica Levy - inclusive citando o mesmo trecho do texto de Rui Barbosa transcrito na obra dela. Para Diniz o emprego do termo "indústria" nas obras de Rui Barbosa poderia ter um significado diferente daquele predominante décadas depois, e que fôra empregado como o único significado do termo pela interpretação desenvolvimentista do Encilhamento. Diniz menciona diversos empregos contemporâneos a Rui Barbosa do termo "indústria" com significados distintos daquele adotado pela interpretação desenvolvimentista.

Além disso, Diniz faz outra ressalva à interpretação desenvolvimentista sem, no entanto, aprofundá-la: "Rui Barbosa tinha de fato intenção de cumprir o que prometia ou a afirmação seria apenas um recurso retórico igual a vários outros tão comuns em seus discursos?" [40]. Dessa forma, o autor questiona o quanto um discurso ou uma carta de intenções poderia ser usado como prova das reais ações de um indivíduo, apontando, portanto, para outra vulnerabilidade da interpretação desenvolvimentista sobre o Encilhamento.

O postulado, pouco detalhado, encontrado na literatura sobre a influência das experiências estadunidenses sobre o pensamento de Rui Barbosa é, portanto, presente nas obras daqueles autores que, preocupados sobre o debate proposto pela escola desenvolvimentista, tentam identificar os princípios do pensamento do Ministro. Essas afirmações provavelmente derivam do Relatório do

[36] Trabalhos mais recentes mostram como parte da crise do Encilhamento pode ser atribuída também ao resultado das oscilações do fluxo externo de capitais pela via dos bancos argentinos. Ver FRANCO, Gustavo. "A primeira Década Republicana"; ABREU, M. P. *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, Bastos, Pedro P. *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954).* Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Doutorado, 2001 e FILOMENO, Felipe Amin. "A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista". *Economia e Sociedade.* Campinas, v. 19, n. 1, 2010.
[37] Levy, p. 118
[38] Idem, p. 123
[39] Idem, p. 123
[40] DINIZ, p. 194

Ministério da Fazenda de 1890 no capítulo "Unificação Gradual do Meio Circulante e Resgate do Papel-Moeda", pois é nele que se encontra o raciocínio de Rui Barbosa descrito pelo próprio Ministro e no qual é apresentada a experiência americana como determinante de suas ações. Logo, será sobre esse Relatório que focará esse estudo a fim de verificar e aprofundar essas afirmações.

4. O Relatório Ministerial de 1890 de Rui Barbosa e o Brasil pós Revolução de XV de Novembro

No Relatório do Ministério da Fazenda de 1890, Barbosa se debruça sobre os objetivos do Governo Provisório, a situação monetária nacional, as experiências monetárias dos EUA e da Suíça e deriva algumas conclusões que ele incorporaria em seu Decreto. Uma vez analisado o Relatório pode-se comparar o contexto econômico e político vivido por Barbosa, Hamilton e outros secretários do tesouro americano, além das próprias reformas monetárias que eles implementaram.

a. Objetivos principais do governo: política econômica e legitimidade

No entendimento de Rui Barbosa o Governo Provisório tinha como um de seus principais objetivos assegurar as conquistas provenientes da Revolução que o conduzira ao poder. Isso fica claro quando ele descreve o único elo comum entre os ministros daquele governo:

> sustentar, pois, a Revolução, isto é, assegurar, durante o período intercallar, a paz, a ordem, e o crédito: eis até onde nos era possível a unidade colletiva nas intenções e nos actos [41].

Barbosa demonstra que da mesma forma que todo governo revolucionário tenta manter a população apoiando a sua causa através do aumento dos gastos públicos, o Governo Provisório brasileiro teria que aumentar as suas despesas com o mesmo objetivo [42]. Dessa forma, mantiveram os empréstimos para a agricultura e aumentaram os salários dos oficiais, ambos os grupos que apoiaram a tomada do poder [43].

No entanto, 1888 havia sido o primeiro ano em quinze em que o governo não havia sido deficitário, de maneira que seria pouco provável que se mantivesse tal desejável situação fiscal. Era necessário incorrer em déficit público para manter o apoio popular a revolução.

Outra questão que exigia do governo medidas urgentes era a legitimidade externa, relevante até para financiar o provável déficit. A repercussão da revolução brasileira no exterior não foi das melhores. Segundo Barbosa as praças estrangeiras haviam sido acometidas de um "assombro causado pela nossa revolução" [44], de modo que era necessário levar em consideração o resultado político das medidas que viriam a ser adotadas. Para o Ministro estava claro que os recentes eventos

[41] Relatório do Ministério da Fazenda, 1890, p. 19
[42] Idem, p. 12
[43] Schulz, p. 82
[44] Rui Barbosa, p. 78

políticos estavam repercutindo no exterior de maneira distorcida e manipulada [45] de modo que era delicada a tarefa de resgatar a confiança estrangeira no governo nacional. Na avaliação do Ministro "defender o curso forçado" da moeda, por exemplo, era "um expediente de duvidoso acerto político, senão de desastrosos resultados" [46]. Dado o tradicional déficit do governo brasileiro, era necessário dispor de crédito internacional e esse, para Barbosa, estava escasso constatada a desconfiança generalizada que a Revolução de XV de Novembro causara nos financiadores internacionais. Os Rothschilds, tradicionais financiadores do governo brasileiro, "recusaram-se a considerar empréstimos até as eleições e o restabelecimento do governo legítimo" [47]. É importante ressaltar também que esse temor contagiou até alguns comerciantes brasileiros que enviaram suas reservas de ouro para o exterior temendo a instabilidade política nacional.

Por outro lado, ao tratar do crescimento da economia e da base monetária posterior a abolição e, principalmente, pós Revolução de XV de Novembro, Barbosa afirma que em sua visão o espanto desse mesmo estrangeiro

> não decorre, pois, das emissões de 1890, mas da emancipação da nossa vida econômica pela suppressão do captiveiro civil, da tranqüillidade que derramou no animo do povo a solução calma desse problema, da confiança que inspiraram aos capitães retrahidos e foragidos os resultados immediatamente benéficos dessa reforma [48].

Rui Barbosa destaca ainda que para a continuidade da república, o maior risco seria a dissolução do próprio Governo Provisório por "hostilidades intestinas entre os seus membros" [49]. Apesar da aparente ideologia e identidade comum aos militares identificadas por Fernando Henrique Cardoso [50], para Rui Barbosa não havia solidariedade ministerial entre os membros do Governo [51]. Os Ministros não haviam sido eleitos por seu posicionamento político ou posição social, era um governo proveniente de uma revolução e seus membros tinham "educação política e tendências diferentes, sem plano de administração parecido e sem chefe preconizado" [52].

Esses conflitos internos do governo ficaram patentes quando outras pastas ministeriais aumentaram suas despesas, na contramão da contração fiscal adotada pela Fazenda, ilustrado por Barbosa pelo exemplo do Ministério da Agricultura.

---

[45] Idem, p.78
[46] Idem, p. 78
[47] Schulz, p. 82
[48] Barbosa, p. 108
[49] P.19
[50] Para um detalhamento sobre o pensamento e identidade militar nesse período consultar Cardoso, Fernando H. O Sistema Oligárquico nos Primeiros Anos da República
[51] Barbosa, p. 18
[52] Idem, p. 19

Segundo Rui Barbosa a agricultura nacional necessitava de investimentos para se recuperar da "crise cruciante da transformação da propriedade", enquanto por sua vez a própria nação precisava desses aportes "na lavoura, de fecundação profunda e imediata" [53] pois essa constituía parte principal da sua renda. Portanto, segundo ele, era lógico que o Ministro daquela pasta tivesse o anseio de despender largas quantias para impulsionar o crescimento econômico daquele setor e conseqüentemente do país [54]. Assim,

> esse ministerio [da Agricultura] não soube resignar-se á esterilidade de uma administração de expediente, acreditando que a dictadura devia servir-se da indefinida extensão dos seus poderes e da ausência das fórmas parlamentares, para dar á vida nacional impulso heróico [55].

Barbosa estimava em 40.500:000$000 a quantidade de dinheiro gasta por esse ministério até o fim de 1896 e em 94.500:000$000 o valor que seria desembolsado por esse em dez anos quando fossem encerradas as construções [56].

Por sua vez, o Ministro da Fazenda fazia um julgamento político de que não seria benéfico para o Governo Provisório e para o país criticar publicamente aquela pasta, pois a eventual renúncia daquele ministro

> privaria o Governo Provisorio de uma das suas forças essenciaes, crearia contra elle uma suspeição impossível talvez de vencer no espirito publico, e amorteceria, entre seus membros, a fé indispensável no meio dos trabalhos extenuantes que nos tem acabrunhado [57]

gerando, portanto mais males do que benesses ao Governo e ao país.

Na sua visão, alguns ministros daquela conjuntura não poderiam ser substituídos, pois não haviam chegado ali por força de eleições, mas pelo "conjuncto imperioso dos factos" [58], a exemplo do ministro da agricultura Demétrio Nunes Ribeiro. No entanto, os motivos que conferiam essa estabilidade a alguns ministros não se aplicariam ao Ministério da Fazenda. Essa pasta, não gozava da mesma estabilidade política, porém se Rui Barbosa saísse do governo

> além das consequencias, sempre perniciosas, da instabilidade ministerial, consequencias incomparavelmente mais graves no caso do Governo Provisorio, teria a Nação de experimentar os males inherentes de uma instantanea mudança na direcção financeira da Republica e á destruição das grandes reformas econômica já acceitas á opinião [59].

---

[53] Idem, p. 14
[54] Diversos autores argumentam que os principais beneficiados pelos empréstimos para a agricultura eram na verdade os burgueses bancários. Esses empréstimos na interpretação deles, teriam, na maior parte das vezes, sido usado para pagar dívidas de curto prazo trocando-as por dívidas mais longas a juros mais elevados. Ver Perissinoto, 1994
[55] Barbosa, p.14
[56] Idem, p. 16
[57] Idem, p. 17
[58] Idem, p. 18
[59] Idem, p. 18

Fica claro, portanto, que havia um delicado equilíbrio mantido pelo gabinete ministerial do Governo Provisório para que nenhum de seus ministros deixasse o governo.

Esse delicado equilíbrio foi colocado a prova pelo próprio Rui Barbosa quando promulgou o Decreto n° 165 com o aval do presidente Deodoro porem sem consultar nenhum dos outros ministros. Apesar das críticas e ameaças de três outros ministros, Rui Barbosa foi mantido no cargo apoiado pelo líder do governo e o conflito resultou apenas em uma renúncia, do ministro Demetrio Ribeiro [60].

Em sua análise, Rui Barbosa secciona a história econômica brasileira em três períodos, o primeiro termina na proclamação da Lei Áurea e a abolição da escravatura, o segundo é o intervalo entre a abolição e a Revolução de XV de Novembro, e o terceiro é o posterior aquela Revolução.

Apesar da população livre brasileira pré-abolição ser composta majoritariamente por homens que não eram nem senhores de engenho nem escravos – o Censo de 1872 mostra que 94,5% da população era livre [61] - para Rui Barbosa nesse período não haveria necessidade de nenhum regime de meio circulante, pois a necessidade de moeda pela sociedade era muito reduzida. Com um sistema escravista "em toda a serie de relações a necessidade de meio circulante era nulla, ou quase nulla" [62]. Barbosa ainda destaca que em sessenta anos de administração monarquista independente o desenvolvimento da indústria fora ínfimo "não existindo população industrial" e, portanto sendo irrelevante a dimensão da população assalariada.

Rui Barbosa demonstra através de evidências empíricas (i.e dinheiro despachado pelas ferrovias) o crescimento da circulação de moeda pós abolição, estimado nesse exemplo em 565% [63]. No entanto, reconhecendo a imprecisão dessa estimativa, faz um cálculo teórico baseando-se na renda média do trabalhador assalariado e no tamanho da população liberta, que embora ainda reconhecidamente falho é uma nova e mais acurada aproximação. A demanda adicional de moeda calculada por esse modelo seria "uma somma de 115.290.000$ em salário que não se pagava antes da abolição" [64].

Após estimativas do crescimento da demanda por moeda da indústria e da agricultura, Barbosa conclui que a "desproporção" entre o que fora emitido e o que se demandava era "incommensurável" [65]. Mesmo que se atribuísse

[60] Schulz, p. 85
[61] Cardoso, p. 17
[62] Barbosa, p. 86
[63] Idem, p. 89
[64] Idem, p. 89
[65] Idem, p. 101

> 50% desse desenvolvimento apparente à especulação, ainda assim teremos o progresso real na razão de 250 a 275% ao passo que o crescimento actual do meio circulante se cinge presentemente à porcentagem de 34,52, e, na sua maior extensão futura, nunca excederá 138% [66].

Além do já apresentado descompasso entre a demanda e a oferta de moeda daquela situação, Barbosa ainda acrescenta que seus cálculos apresentados no Relatório tratavam da demanda por moeda daquele momento comparados a oferta de moeda após cinco anos quando estaria completo seu plano de emissão:

> Nem se deixe de advertir em que estou comparando o nosso estado agrícola e industrial *apenas no pé em que já hoje se acha*, com a situação do meio circulante, *qual será daqui a cinco annos*, quando se houver remido inteiramente o papel-moeda, e a circulação bancaria tocar a sua plenitude [67].

A situação de escassez de meio circulante que Barbosa tinha diante de si, decorrente principalmente da abolição da escravatura, era, portanto, gravíssima.

Com o exame dos aspectos domésticos determinantes da leitura do Ministro da Fazenda sobre a situação econômica e política, podemos inferir as conclusões de Barbosa sobre as quais ele teria baseado seu Decreto. Em sua interpretação o Governo Provisório buscava primordialmente garantir a perenidade das ainda frágeis conquistas da Revolução de XV de Novembro. Para tanto, precisaria aumentar seus gastos a fim de manter o apoio ao novo regime, logo, muito provavelmente incorreria em déficit. Como este tradicionalmente era financiado por empréstimos estrangeiros, a retração deste tipo de crédito devido à desconfiança internacional da estabilidade política brasileira era obstáculo que precisava ser solucionado. Era preciso reconquistar a simpatia dos banqueiros estrangeiros e fazer fluir novamente o crédito internacional. No entanto, para atingir os objetivos do Governo Provisório, Rui Barbosa entende como principal ameaça a dissolução do próprio governo por problemas internos entre seus membros. Nesse contexto caberia ao Ministério da Fazenda lidar com a situação patente de falta de liquidez na praça, problema que afligia a economia como um todo de maneira gravíssima.Análise das experiências monetárias estrangeiras

A seção "Emissão e Federação", que ocupa boa parte do capítulo "Unificação Gradual do Meio Circulante e Resgate do Papel Moeda", é subdividida em duas partes, "Estados Unidos" e "Suissa". Nelas Rui Barbosa traça uma releitura histórica da evolução dos sistemas de circulação monetária nesses dois países que ele chama de "povos exemplares" do "ideal federativo" [68]·. Nesse segmento da análise a fim de lidar exclusivamente com as opiniões de Rui Barbosa evita-se utilizar outras fontes que não o próprio relatório do Ministro

[66] Idem, p. 101
[67] Idem, p. 101
[68] Idem, p. 57

É importante ressaltar que a Revolução de XV de Novembro havia instituído um regime federalista através do qual os governos locais ganharam alguns poderes e direitos antes centralizados na monarquia. Buscar modelos nesses dois países estrangeiros decorre da necessidade de um país que ainda buscava um caminho para seu desenvolvimento tem de seguir exemplos de sucesso. Embora sejam raras as comparações entre Brasil e Suíça, possivelmente por representarem países em estados tão diferentes de desenvolvimento econômico e por conterem situações geográficas distintas, Rui Barbosa analisa esse país, pois esse poderia ser considerado aquele no qual o federalismo está mais enraizado. Já os Estados Unidos, apresentava características mais próximas ao Brasil, por ser uma ex-colônia americana, ter dimensões territoriais continentais, e ter instaurado o regime federalista após sua independência. Além disso, desde sua independência e da proclamação de sua Constituição, os Estados Unidos da América havia se tornado inspiração política para muitas das ex-colônias americanas.

Ao longo de sua descrição e mais profundamente no restante do capítulo, Barbosa busca explicitar as lições e modelos que derivou de sua análise dessas experiências estrangeiras e a maneira como ele as adaptou a distinta realidade brasileira.

I. EUA

Barbosa inicia sua análise com "o primeiro ministro do Thesouro", Alexander Hamilton, que teria "fundando as finanças americanas" [69]. A criação do Primeiro Banco dos Estados Unidos da América "cujas notas possuíssem força liberatória em todo o território" [70] americano além de proporcionar um papel moeda nacional buscava "acautelar a circulação fiduciaria do paiz contra a praga das emissões livres e depreciadas" [71]. Logo, em seu pleito pela criação do Banco, Hamilton enfrentou oposição daqueles que, liderados por Thomas Jefferson, mais temiam a perda da autonomia local. No entanto, apesar da oposição, Hamilton recebeu o apoio do presidente George Washington que priorizou o respeito à recém instaurada constituição [72].

O Primeiro Banco dos Estados Unidos da América expirou em 1811, sem que sua existência fosse prolongada pelo governo. Com a segunda campanha com a Inglaterra "todos os bancos incorporados pelos Estados, excepto os da Nova Inglaterra, suspenderam o troco de suas notas" levando o país a "mais tremenda confusão em todos os negócios" [73]. Essa chegou a alterar o entendimento de Jefferson sobre o assunto:

[69] Idem, p. 57
[70] Idem, p. 57
[71] Idem, p. 59
[72] Idem, p. 58
[73] Idem, p. 59

> Os bancos suspenderam. Estamos agora sem meio circulante... Cumpre exhortar immediatamente as legislaturas dos Estados a renunciarem á attribuição de fundar bancos [74].

Barbosa analisa então o conflito constitucional exposto por Alexander J. Dallas, que então ocupava o cargo outrora de Hamilton, que não o impediu de propor a criação de um novo banco nacional nos moldes do anterior. Para Dallas estava claro que era necessário que o Congresso assegurasse o direito constitucional que somente ele detinha de cunhar moedas. "Após longos e porfiosos embates, restabeleceu-se, em 1816 a instituição de Hamilton, modelada estrictamente no seu plano, sob a designação de Banco dos Estados Unidos" [75].

No entanto, apesar do entendimento constitucional de Dallas, de juristas e de outras personalidades americanas citadas por Rui Barbosa, a Suprema Corte americana concedeu aos estados o direito de autorizar instituições particulares a emitirem moeda. As críticas a essa decisão que estão apresentadas no Relatório Ministerial se constroem sobre o mesmo argumento, de que seria ilógico que os estados pudessem conceder um direito a outrem sem que esses mesmos sequer o possuíssem. Logo, conclui Barbosa tentando explicar essa estranha situação:

> A anomalia dos bancos de Estados não existe, conseguintemente, alli senão por uma degenerescencia dos princípios constitucionaes, contra a qual ainda se não cessou de clamar na mais elevada esphera da intelligencia americana. Para essa corrupção da consciência constitucional, porém, contribuiu, acima de tudo, a mais poderosa das forças históricas: a do costume inveterado, secular; força sobre todas poderosa na raça saxônia [76].

A resultante proliferação de bancos privados de emissão foi generalizada:

> em 1836 o numero de institutos dessa espécie, creados nos sete anos anteriores, subia a 304, que, addicionados aos preexistentes, elevaram o total a 634 bancos [77]

Apesar da crise que gerou centenas de falências bancárias em 1839, essa propagação de bancos não cessou até 1860

> Em 1860 a situação não melhorara. Havia alli, segundo informações obtidas em dezoito Estados, 1230 bancos, dos quaes 140 fallidos, 234 fechados e 31 absolutamente inválidos. Corriam na circulação 3000 especies de notas alteradas, 1700 variedades de notas espúrias, 460 generos de imitações e mais de 700 outras especulações fraudulentas em grão mais ou menos grave. O numero de typos de notas autenticadas em gyro ascendia a 7000. Era necessário recorrer a detectores especiaes, para verificar a legitimidade das notas e a solvência, ou sequer a existência, dos bancos a que elas se filiavam. Calcula-se que, dentre 11 notas em circulação, apenas 6 eram verdadeiras [78].

---

[74] Carta de Jefferson para Mr. Cooper. Apud Rui Barbosa
[75] Barbosa, p.59
[76] Idem, p. 64
[77] W.G Sumner: A history of American currency, p. 123 (RB. P. 68). Apud Rui Barbosa
[78] Upton: Money in politics, p. 112-113 (RB P. 69). Apud Rui Barbosa

Referindo-se a essa situação fiduciária caótica o senador Sherman apresenta uma possível conjectura tamanha a disseminação de notas falsas e da desinformação da população sobre a credibilidade da moeda circulante

> Quando um desconhecido apresenta uma cédula de banco, mais fácil se affigura ao interlocutor sondar-lhe a honestidade atravez do semblante do que reconhecer a authenticidade da nota pelo seu aspecto [79].

A experiência dos EUA para Rui Barbosa teve como resultado "miséria, espoliação, bancarota" [80]. Para ele estava claro através do exemplo histórico americano que a descentralização do direito de emitir moeda era uma escolha prejudicial para o Brasil. Permitir a emissão de moedas aos Estados brasileiros que nunca haviam possuído o direito ou mesmo o anseio de emitir resultaria

> de um tal Pandemonio financeiro grandes portentos se poderiam extrahir, mas nunca a ordem, o trabalho, a riqueza ou o credito. E bastaria esse erro, para que a Republica descesse rapidamente a baixo das piores misérias da monarchia [81].

Foi somente em 1863, através da reforma financeira proposta por Salmon P. Chase - chamado de "grande ministro do Thesouro" [82] pelo Ministro brasileiro – que o governo federal conseguiu retomar o controle sobre a circulação monetária americana. Segundo o presidente Lincoln

> não havia outra forma de satisfazer ás urgências da situação financeira, a não ser uma lei de bancos nacionaes uniformemente organizados sob um regimen de origem federal [83].

No entanto, para suprimir a existência dos bancos privados de emissão não bastou o governo permitir sua conversão em bancos nacionais, foi necessário lançar mão de impostos que inviabilizassem sua lucratividade e sobrevivência.

Assim, quando Rui Barbosa escreve seu Relatório Ministerial de 1890, o governo federal dos Estados Unidos da América havia retomado a autoridade e a exclusividade sobre o direito de emissão monetária após anos de caos financeiro propiciado pela descentralização. Durante seu período pós-Independência, os EUA viveram um breve período de tempo sob o modelo centralizado de Dallas e Hamilton, interrompido por um longo intervalo sob um sistema de proliferação de bancos emissores privados que só foi encerrado em 1863 pelo modelo de bancos nacionais instaurado por Chase.

II. Suíça

Diferentemente dos Estados Unidos da América a Suíça não possuía uma longa tradição de bancos locais de emissão, pelo contrário, o fenômeno era relativamente recente. No entanto, em 1863 – mesmo ano da reforma americana de Lincoln e Chase nos EUA - existiam naquele país

[79] Sherman: Op. Cit. p. 41-3 (RB P. 70). Apud Rui Barbosa
[80] Barbosa, p, 70
[81] Idem, p. 71
[82] Idem, p. 71
[83] Idem, p. 72

> dezoito estabelecimentos emissores, entre os quaes onze de caracter cantonal, organizados com a participação mais ou menos directa do Estado e dotados do monopólio de emissão de notas [84]

e esses números seguiram aumentando nos anos subseqüentes. A ausência de uma coordenação por parte do governo levou os bancos a fundarem uma *Clearing House* em 1876 para o "serviço dos descontos para o reembolso reciproco de suas notas" [85].

Estava claro, porém, que seria necessário uma maior coordenação dos bancos locais que deveria ser feita por meio do governo. Assim, a constituição suíça de 1864 possibilitou que o governo federal desempenhasse esse papel. Em 1875 a Assembléia Federal adotou uma lei que submetia todos os bancos emissores a uma legislação comum nacional, subordinava a autorização do direito de emissão ao Conselho Federal e ainda incumbia esse órgão de outros direitos essenciais à emissão fiduciária. Essa lei, no entanto, não foi aprovada e não chegou a entrar em vigor. Foi somente em 1882 que uma nova lei nos mesmos moldes entrou em vigor.

Rui Barbosa descreve o funcionamento dos bancos suíços pós 1882:

> são as autoridades federaes que determinam a importância geral da emissão, que a repartem entre os bancos, que prescrevem a estes as condições de organização e actividade, que os autorizam a funccionar, que os destituem dessa faculdade, que lhes examinam, avaliam, e legalizam os depósitos, que lhes inspeccionam as operações, levando a sua fiscalização até o estado diário da caixa, que lhes julgam os litígios de direito privado, que lhes sanccionam as convenções de alliança [86].

Para o Ministro brasileiro, portanto, "a constituição dos bancos de emissão helvetivos é, portanto, hoje, essencialmente federal" [87].

Barbosa destaca ainda que ganhava vulto nos últimos anos a proposta de criação de um único banco nacional, sendo em 1889 objeto de atenção do relatório do Conselho Federal à Assembléa Federal. O desenvolvimento do modelo emissor corrente e a perspectiva de uma centralização ainda maior da emissão fiduciária suíça nas mãos do governo federal era um fenômeno surpreendente justamente por ocorrer no país considerado o mais avesso as idéias centralizadoras [88].

5. Comparação Entre as Situações Brasileira e Americana

Analisados esses dois exemplos históricos internacionais, fica claro que Barbosa focará suas construções sobre as experiências americanas. O contexto suíço era muito distinto daquele com o qual ele lidava no Brasil, de forma que sua análise daquele país lhe fora útil principalmente para

[84] Idem, p. 74
[85] Idem, p. 74
[86] Idem, p. 77
[87] Idem, p. 77
[88] Idem, p. 78

justificar que mesmo naquele país - exemplar do ideal federalista - ganhava vulto as tendências centralizadoras da emissão monetária. A substituição da emissão pulverizada na Suíça por uma emissão concentrada no governo central ilustrava para Barbosa que aquele modelo estava fracassado. Assim, apesar do caráter federativo da primeira república brasileira, a opção pela emissão monetária com uma coordenação difusa parecia algo contraditório a tendência histórica internacional.

Por sua vez, o exemplo histórico dos Estados Unidos da América era algo mais próximo da realidade brasileira. Ambos os países tinham experiências escravistas recentes e tinham um passado colonial comum. Além disso, a dimensão territorial e a diversidade econômica dos dois países geravam os mesmos obstáculos para a circulação monetária interna. A Constituição americana já havia inspirado diversos movimentos políticos no Brasil independente e seria lógico supor que a inspiração estadunidense seguisse permeando o pensamento político-econômico brasileiro.

A constituição americana foi escrita com um forte sentimento federalista que almejava garantir certas autonomias para os seus estados membros, como o próprio Rui Barbosa destaca, nos primeiros anos que se seguiram a sua instauração

> o estribilho consistia na defesa dos direitos dos Estados... Todas as questões se tratavam como referencia á soberania dos Estados. Quanto mais se consummava a consolidação legal da União, tanto mais crescia a reacção das tendências particularistas [89].

Em 1797, quando da sua implementação, todas as treze colônias americanas já possuíam bancos locais de emissão [90]. Eliminá-los poderia ser interpretado como uma violação da autonomia local, como pensou Thomas Jefferson que chegou a pressionar pelo veto presidencial à proposta de Hamilton para a criação do Primeiro Banco dos Estados Unidos [91]. Nas palavras do próprio Rui Barbosa em seu Relatório Ministerial de 1890 "bem análoga era a situação, naqueles dias [de Hamilton], a nossa, nos de hoje" [92], referindo-se ao contexto político dos dois países.

No Brasil, por outro lado, embora o Governo Provisório defendesse um regime federalista, os estados nunca haviam tido o poder de emitir moeda [93]. Dessa ausência histórica de um federalismo brasileiro mais amplo, Rui Barbosa postula que se fosse conferido aos estados membros da federação o direito de emitir autonomamente teríamos uma situação de descontrole financeiro que poderia fazer ruir a recém instaurada República [94].

Podemos inferir a partir da leitura do Relatório Ministerial que Barbosa considerava a situação enfrentada por ele e por Hamilton semelhante à medida que ambos precisavam estabelecer um

[89] The Constit. And Politic. History of the United States, vol 1, p.83. Apud Rui Barbosa
[90] Barbosa, p. 65
[91] Idem, p. 58
[92] Idem, p. 57
[93] Idem, p. 65
[94] Idem, p. 71

primeiro sistema monetário nacional sobre princípios federalistas e que o poder conferido a ambos advinha de revoluções. Logo, o objetivo principal dos governos a que ambos pertenciam era garantir a estabilidade financeira para que se evitasse uma contra-revolução e a instabilidade política.

Em toda sua análise Rui Barbosa enfatiza o que ele considerava ser o objetivo principal daquele governo provisório, garantir que a República fosse duradoura e evitar uma contra-revolução. Para tanto, fica claro no Relatório Ministerial que era necessário adotar medidas que respeitassem os ideais federalistas republicanos defendidos na revolução, garantir a estabilidade financeira nacional e manter o apoio popular ao governo.

Por sua vez, Washington buscava principalmente garantir a longevidade e o respeito a recém instaurada Constituição americana. Em suas decisões fica claro que o respeito por aquele código, nas palavras de Cabot Lodge:

> Não era Washington idolatra cego da Constituição em que tanto cooperára. Mas tinha a crença de que ella havia de surtir bons frutos; e cada dia se lhe firmava mais essa conviccção. Parecia-lhe, porém, que um dos elementos mais duráveis para o bom êxito de sua obra se adquiriria, creando entre o povo o sentimento sincero de respeito a Ella, sentimento impossível, si o exemplo de reverência não partisse do Governo [95].

Outra questão fundamental para o autor era referente as reservas metálicas, nesse sentido, Barbosa compara a situação enfrentada pelo governo americano em 1863 e a que ele enfrentava "no dia immediato á revolução de 15 de novembro" e as define como "notavelmente semelhante, a muitos respeitos" [96]. O Brasil viu-se diante de uma rarificação de suas reservas metálicas e conviveu com uma corrida aos bancos quando do rumor de uma revolução. Era preciso garantir a liquidez e isso só seria possível se a confiança externa fosse reconquistada pelo governo. Os Estados Unidos, por sua vez,

> estabelecendo, em 1863, a circulação bancária sobre títulos federaes, nutria o governo dos Estados Unidos, a braços então com a guerra separatista, o pensamento de, no meio da escassez de espécies metallicas, que os abusos dos banco locaes e as misérias da lucta civil afugentaram, reerguer o credito a nação, creando para os valores da sua divida um mercado vasto e seguro [97].

6. Como Era o Regime Monetário Criado por Rui Barbosa: Das Influências ao Projeto

a. Pressão federalista

A Revolução de XV de Novembro tinha um caráter federalista distribuidor do poder central para os governos locais. Como fica comprovado quando o governo central permite aos estados que

[95] Cabot Lodge: George Washington, v.II, p. 107. Apud Rui Barbosa
[96] Barbosa, p.78
[97] Idem, p. 78

esses contraíam empréstimos externos livremente [98]. Sendo assim, era razoável supor a emissão descentralizada no Brasil, não fossem as lições sobre esse modelo que Rui Barbosa derivara da experiência internacional. Para o Ministro estava claro que a autonomia local para emissão estava fadada ao fracasso, como se verifica quando ele analisa o período da história americana que se encerrou em 1863 com a criação do regime de bancos nacionais.

Logo o modelo adotado por Barbosa se equilibrava entre a ideologia federalista do Governo Provisório e as lições retiradas da história americana e suíça:

> E' o que não se podia fazer nos primeiros dias de Republica; já porque convinha dar ás varias regiões do paiz arrhas dos sentimentos descentralizadores do governo (o que se fez com a creação dos bancos regionaes, que na reforma actual, são respeitados; já porque ainda não havia na estabilidade da situação nascente bastante confiança, para lançar os fundamentos de uma reorganização bancaria definitiva apoiado em sólidos pontos de acção central [99].

b. Lastro

Dada a carência de reservas metálicas que pudesse suprir as necessidades de investimento do já deficitário governo e a demanda por mais vultosas emissões, era preciso um lastro alternativo ao ouro. Assim, Rui Barbosa optou pela emissão lastreada em títulos da dívida pública a exemplo de Chase nos Estados Unidos em 1863. Nas palavras de Barbosa:

> Em contigencias taes, tudo nos impunha á imitação o exemplo dos Estados Unidos: servimo-nos dos títulos do Estado, immobilizados e desvalorizados pela sua esterilidade econômica, para o transformar em moeda circulante, que viesse irrigar os canaes da circulação, da industria, do trabalho. Não se demoraram os fructos da experiência, promptos e semelhantes aos da pratica americana [100].

Rui Barbosa, no entanto, reconhece os "adendos" mencionados por Tannuri [101] quando da adaptação do modelo a realidade brasileira

> passando, porem, pela reforma brasileira, a idéa americana recebeu um typo differente, original, que lhe duplicava o merecimento em relação aos interesses do Estado [102].

Aqui, Barbosa se refere ao fato de a apólice resgatar-se a si mesma quando depositado pelos bancos. No modelo americano o título federal é apenas um lastro estático.

c. Moeda única de circulação nacional

Embora tenha criado bancos regionais de emissão, Rui Barbosa não hesitou em implementar uma moeda única de circulação nacional. Diferentemente da situação americana em 1863, o Ministro não teve que asfixiar bancos locais de emissão que produziam moedas regionais, mas sua

[98] Cardoso, Fernando, H. O Sistema Oligárquico nos Primeiros Anos da Republica, p. 38
[99] Barbosa, p. 81-82
[100] Idem, p. 79
[101] Ver referencia 36
[102] Barbosa, p. 80

preocupação era a mesma de Chase, que também se assemelhava a de Hamilton, criar um meio de circulação nacional. Sua segurança em seguir por esse caminho se baseava claramente na experiência Suíça e dos EUA

> Para firmar, portanto, uma situação de legallidade definitva, não hesitei em enveredar pela estrada real, por onde se vão dirigindo, em toda a parte, as idéas contemporâneas em matéria de bancos de circulação, isto é, em caminhar da multiciplicidade para a unidade. Eis o rumo, que nos impunha a experiência universal [103].

7. Conclusão

Através da análise do Relatório Ministerial de 1890 feito por Rui Barbosa temos diversos indícios de que o postulado apresentado na literatura nacional sobre o período denominado de Encilhamento, embora verdadeiro, apenas tangencia de maneira bastante superficial a questão das reais e efetivas influências das experiências estrangeiras sobre a formulação do Decreto nº 165 de 17 de janeiro de 1890. O conhecimento demonstrado por Rui Barbosa sobre as histórias monetárias dos dois países que ele escolhe como ilustrativos de nações federalistas – Estados Unidos e Suíça - e que adotaram modelos descentralizados de emissão, é bastante profundo, sendo que aquele período de tempo protagonizado por Alexander Hamilton, destacado por alguns autores como Adalton Franciozo Diniz, como o determinante do pensamento do Ministro da Fazenda, parece ter sido complementado por outros momentos e personagens da história mundial.

Embora pareça correto interpretar que Rui Barbosa não tenha seguido modelos suíços em suas políticas econômicas no Brasil, também não é irrelevante ele ter usado esse país como exemplo para fundamentar sua tese de que era necessário centralizar nas mãos do governo federal o direito de emissão, apesar dessa discussão ficar além do escopo desse estudo. Certamente, as experiências monetárias americanas desde a independência daquele país são as principais balizadoras do pensamento de Barbosa apresentado em seu Relatório. Rui Barbosa parece ter se inspirado em pelo menos três secretários do tesouro americano, Alexander Hamilton, Alexander J. Dallas e Salmon P. Chase.

Barbosa parece se identificar com Hamilton em diversos aspectos de sua administração, principalmente no tocante ao contexto econômico e político que os dois viveram como formuladores de políticas públicas de suas respectivas economias. Tanto o Secretário do Tesouro de George Washington quanto o Ministro da Fazenda do Marechal Deodoro da Fonseca tinham a responsabilidade de assentar as bases para a circulação monetária de seus países. Ambos os governos que integravam tinham por objetivo principal garantir a longevidade das recentes

[103] Idem, p. 81

conquistas obtidas pelos meios militares, fossem elas a independência e a constituição americana ou a revolução republicana brasileira. Outra semelhança entre os dois gestores está na criação de uma única moeda nacional que pudesse ser usada como meio de troca e reserva de valor em todo o território. Por outro lado, Hamilton implementou uma autoridade federal que coordenava a emissão de maneira centralizada, enquanto Barbosa concedeu o direito de emissão a três bancos públicos regionais sob a tutela direta do governo central.

Dallas, principal responsável pela criação do Segundo Banco dos Estados Unidos mencionado por Rui Barbosa, embora não tenha inovado no modelo de emissão, parece ter desempenhado papel significativo na construção do pensamento de Barbosa. Foi esse Secretário que alardeou a necessidade de se definir juridicamente a quem caberia o dever de emitir moeda, e ele foi taxativo ao defender que o Congresso nacional fosse o único responsável por essa atividade, sem que nenhum governo local partilhasse desse direito. Baseado na discussão jurídica proposta por Dallas e na necessidade que ele havia verificado de centralizar nas mãos do governo federal a produção do meio circulante, Rui Barbosa consolida sua convicção.

Por fim, o Relatório de Rui Barbosa sugere que o Ministro se identificava muito com o modelo implementado por Salmon P. Chase nos EUA em 1863. Ambos enfrentaram situações semelhantes de escassez de reservas metálicas e adotaram o lastro sobre títulos federais. Além disso, assim como Barbosa, Chase foi obrigado a conciliar a necessidade de criar uma autoridade monetária federal e uma moeda única nacional com os temores dos governos locais de perder suas autonomias. Dessa forma, tanto Chase quanto Barbosa não abandonaram a emissão local, porém submeteram-na, cada um a seu modo, a tutela do governo central. Chase teve muita dificuldade para asfixiar os bancos privados de emissão que haviam se proliferado durante as décadas em que os governos locais puderam conceder o direito de emissão a quem o desejasse, porém obteve êxito reduzindo sua lucratividade e convertendo-os em banco nacionais.

Dessa forma, fica claro que Rui Barbosa conhecia profundamente as experiências estrangeiras, e principalmente as estadunidenses, e que essas, de fato, como observa a literatura, influenciaram seu pensamento e seu Decreto de 17 de janeiro de 1890. As lições que ele deriva dos diferentes modelos bancários adotados ao longo história independente norte-americana balizaram sua medida e impediram que o Brasil repetisse mecanismos que estavam evidenciados como fracassados. Entretanto, devemos reconhecer também que o Ministro foi além da imitação desses modelos importados e fez adequações no modelo nacional para torná-lo condizente com a realidade brasileira da época.

Fontes

- Relatórios do Ministério da Fazenda de 1890 e 1891, encontrados no site http://www.crl.edu/brazilda Universidade de Chicago

Bibliografia

CARDOSO, Fernando, H. *Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales*. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. III. O Brasil Republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

CAVALCANTI, Amaro. *Política e finanças. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 401

CLOUGH, Shepard B. e MARBURG, Theodore F. *Economia e Sociedade nos Estados Unidos*, Rio de Janeiro, Forum Editora, 1969

DINIZ, Adalton F.. *O encilhamento e a ideologia nacional-desenvolvimentista*. Niterói, Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica, 1997

FAULKNER, Harold. *Historia económica de los Estados Unidos*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1954.

FAUSTO, Boris. *Expansão do café e política cafeeira*. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. III. O Brasil Republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

FILOMENO, Felipe Amin. "*A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista*". Economia e Sociedade. Campinas, v. 19, n. 1, 2010.

FRANCO, Gustavo. *A primeira Década Republicana*, em Abreu, M.P, A Ordem do Progresso, Editora Campus, 1990

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998. (primeira edição: 1959).

LEVY, Maria B.. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

NORTH, Douglass. *Industrialization in the United States*. POSTAN, M. & HABAKKUK, H. *The Cambridge Economic History of Europe.* Volume VI: The Industrial Revolution and After. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

NORTH, Douglass. *Una nueva historia econômica. Crescimento y bienestar en el pasado de los Estados Unidos.* Madrid: Editoral Tecnos, 1969.

PERISSINOTO, Renato, M. *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha*, Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

ROBERTSON, Ross M. *História da Economia Americana*, Rio de Janeiro, Record, 1964.

SAES, Flavio. A. M.. *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista: 1850-1930*. São Paulo: IPE-USP, 1986.

SCHULZ, John. A Crise Financeira da Abolição (1875-1901). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996

TANNURI, Luiz A.. *O Encilhamento*, São Paulo, Editora Hucitec, 1981

SUDESUL: SUAS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E SUAS ESTRATÉGIAS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO 1956-1989[1]

Alcides Goularti Filho/UNESC/Pesquisador Produtividade CNPq - agf@unesc.net
André Scholl de Almeida/UNESC/Bolsista PIBIC/CNPq - andre.scholl@hotmail.com
Marlon Acassio Casagrande Cardoso/UNESC/ Bolsista PIBIC/UNESC - marlon_acassio@hotmail.com

Resumo

Instituída a partir da lei n. 2976, de vinte e seis de novembro de 1956, a SPVERFSP — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País — fora criada para "elevar o padrão de vida das populações da região e a integrá-la na economia nacional". Sua área de abrangência era a região de fronteira dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso com os países vizinhos, além dos municípios de Pelotas e Rio Grande, do Estado do Rio Grande do Sul. Em geral, foi um organismo de atuacão apagada, o que contribuiu para que em 1967, cumprindo-se o Decreto-Lei n. 301, de vinte e oito de fevereiro, o organismo regional fosse incorporado pela SUDESUL — Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Embora inicialmente a SUDESUL tenha mantido a mesma área de atuação da SPVERFSP, ainda em 1967 a área sob sua responsabilidade foi modificada para a totalidade da Região Sul do Brasil. Estas mudanças ocorreram no seio de um movimento de potencialização dos organismos regionais, no início do período auge do desenvolvimento regional brasileiro pautado na presença do Estado como agente planejador. A SUDESUL atuou durante vinte e três anos na formulação, coordenação e orientação de diversos projetos que visavam o desenvolvimento econômico da Região Sul do Brasil. Foi durante fins da década de 1960 e durante boa parte do período do governo Médici que a autarquia realizou a maior parcela dos estudos à cerca da região superintendida e de formulação da sua política de planejamento. Na esfera política, durante esta década — de crescimento econômico e aprofundamento da industrialização — aumentava a repressão e endurecia a Ditadura Militar. Durante o governo Figueiredo, em razão da crise fiscal e financeira do Estado e da centralização, na esfera federal, do poder decisório do desenvolvimento regional, a autarquia perdeu poder político e capacidade de atuação, que vieram a ser recuperados por um breve momento após a redemocratização. Todavia, acabou sendo extinta pela Medida Provisória n. 151, de quinze de março de 1990, no governo Collor, com o ínicio do período hegemônico da ideologia neoliberal. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é estudar, no período de 1956 a 1989: i) o entendimento da SUDESUL sobre o papel da economia da Região Sul dentro da economia nacional; ii) quais eram as estratégias da autarquia no processo de planejamento; e iii) quais foram as suas concepções de desenvolvimento. O artigo está dividido em cinco tópicos: no primeiro, busca-se contextualizar a SUDESUL a partir da discussão das políticas regionais da década de 1950; em seguida, discute-se a criação da SPVERFSP e a tentativa do organismo federal de engendrar o planejamento, desde a sua criação, em 1956, até a sua extinção/incorporação à SUDESUL, em 1967; no terceiro, busca-se entender as concepções de desenvolvimento e estratégias meso-regionais da SUDESUL, entre os anos de 1967 e 1989; posteriormente, busca-se entender as suas estratégias micro-regionais, durante o mesmo período; e, por fim, realizamos as considerações finais.

Palavras-chave: Economia Regional e Urbana. História Econômica. SUDESUL.

1. Introdução

A partir da década de 1950, a literatura econômica passou a realizar discussões sobre a questão regional brasileira, em razão do entendimento de que não era mais possível pensar no desenvolvimento do país sem pensar no desenvolvimento das suas diferentes regiões e na integração produtiva. A proposta do Estado na busca pela solução do problema passou pela criação das autarquias de desenvolvimento regional. Foram criadas: a SUDENE,

[1] Pesquisa financiada pelo MCT/CNPq

a partir de recomendação do GTDN — Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, em 1959; a SUDESUL, em 1967, a partir da SPVERFSP; a SUDECO, a partir da Fundação Brasil Central e da CODECO, em 1967; e a SUDAM, em 1968, a partir da SPVEA. A partir desse momento, iniciou-se no Brasil o período auge do desenvolvimento regional pautado na presença do Estado como agente planejador.

A SPVERFSP, criada em 1956, foi o primeiro organismo de desenvolvimento regional cuja área de atuação cobria, ao menos parcialmente, a Região Sul do Brasil. Segundo sua lei de criação, os objetivos do organismo federal eram "elevar o padrão de vida das populações da região" e "integrá-la [a região Sudoeste do país] na economia nacional".

Organismo de tímida atuação, a SPVERFSP acabou por ser substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL. Esta autarquia, que foi instituída a partir do Decreto Lei nº 301, de vinte e oito de fevereiro de 1967, e extinta pela Medida Provisória nº 151, de quinze de março de 1990, atuou durante vinte e três anos na formulação, coordenação e orientação de diversos projetos que visavam o desenvolvimento econômico da Região Sul do Brasil (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011). Segundo sua lei de criação, os seus objetivos eram "planejar e promover a execução do desenvolvimento" da Região Sul e "coordenar e controlar a ação federal nesta região".

Em um dos primeiros documentos (de elaboração mais apurada) publicado pela autarquia, podemos encontrar um diagnóstico da economia da Região Sul: a região era a segunda maior economia mesorregional do país, ficando atrás somente da região Sudeste. O setor mais dinâmico da economia da área superintendida era o Setor Primário, que empregava, segundo a autarquia, cinquenta por cento da mão-de-obra regional (BRASIL, 1974a).

Entendemos que: i) o conhecimento da autarquia sobre a sua área de atuação é fundamental para compreendermos a concepção de desenvolvimento da autarquia e o seu entendimento sobre o seu próprio papel no desenvolvimento da área; e ii) o processo de planejamento depende de uma concepção de desenvolvimento, que norteie[2] as análises da área e a elaboração da estratégia mesorregional e das estratégias microrregionais. Neste artigo, o objetivo é estudar, no período de 1956 a 1989: i) o entendimento da SPVERFSP e da SUDESUL sobre o papel da economia da Região Sul dentro da economia nacional; ii) quais eram as estratégias destes organismos no processo de planejamento; e iii) quais foram as suas concepções de desenvolvimento.

Não podemos nos furtar a mencionar os benefícios sociais gerados pela presença planejadora do Estado. No entanto, é importante frisar que: i) as diferentes determinações são resultados da conjugação de diferentes ideias hegemônicas, e não do interesse das classes dirigentes propriamente ditas[3]; e ii) as determinações sociais e políticas estão subordinadas à infraestrutura da sociedade burguesa, ou seja, à lógica da valorização máxima do valor. Desta forma, apesar de algumas ideias hegemônicas favorecerem conquistas sociais expressivas — como o desenvolvimentismo e o progresso técnico-científico, por exemplo — a subordinação do social e do político ao econômico acaba por permitir apenas avanços sociais de menor vulto e, em alguns casos, retrocesos.

2. A SPVERFSP e o vácuo na experiência do planejamento

Originalmente, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País — SPVERFSP — fora criada através da Lei nº 2976, de 1956. Sua área de atuação era a região fronteiriça dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Apesar de ter sido criada três anos antes da SUDENE, somente em quinze de janeiro de 1960 a referida lei foi regulamentada pelo Poder Executivo, e somente em três de fevereiro de 1960 tomou posse do órgão o primeiro superintendente. Fora nesta gestão, dos anos de 1960 e 1961, que se iniciou a instalação e montagem da estrutura da superintendência (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011).

Ao longo dos seus sete anos de existência na década de 1960, estiveram à frente da autarquia nove superintendentes. A gestão mais longa perdurou pouco mais de um ano e meio. Até 1967, foi feito muito pouco: foram realizadas viagens de reconhecimento da área superintendida, contratação de técnicos, subdivisão da área superintendida em sub-regiões homogêneas e um Plano de Aplicação dos Recursos de 1965 e 1966. Durante este período, o

[3] Entendemos a SUDESUL como parte do aparelho de reprodução da hegemonia das classes dominantes (ou seja, como parte do aparato de reprodução do Estado). No seio de uma sociedade ditatorial que se dispõe a utilizar forte aparato repressivo, a classe dirigente necessita apenas articular em torno de si um bloco de alianças com frações da classe dominante e obter o concenso passivo das classes subalternas; por essas razões, as classes dominantes aliadas dos militares durante o período da Ditadura Militar não necessitavam abrir mão de seus interesses materiais no curto prazo para formar um bloco hegemônico, como aconteceria normalmente. Ainda assim, sempre que possível, buscaremos evidenciar os determinantes sociais e os benefícios gerados à sociedade pela presença da ação planejadora estatal na Região Sul — representada pela SUDESUL. É necessário ter-se em mente, no entanto, que os benefícios sociais foram gerados de forma indireta, como resultado da busca pela valorização do valor, e não alcançados de forma direta, como fins prioritários dos projetos. Ainda assim, os esparsos benefícios sociais alcançados por estes projetos não deixaram de servir como formas propagandísticas incorporadas pela classe militar como tentativa de conquistar a sua hegemonia enquanto classe dirigente ("este é um país que vai pra frente"). O desenvolvimento de atividades econômicas variadas e os benefícios sociais de pequeno vulto acabaram por desempenhar, portanto, um papel político-ideológico: o de criar um bloco hegemônico através da coligação de interesses de variadas frações da burguesia e de frações dos trabalhadores (estes últimos, de modo passivo) que acabou por garantir a hegemonia para a classe dominante e o poder para o sistema político ditatorial.

órgão atuou como um mero "organismo pagador de auxílios enumerados" (BRASIL, 1967), visto que as verbas previstas para o órgão eram pulverizadas por emendas na proposta orçamentária do Executivo, por parte do Congresso Nacional. Entre 1960 e 1964, toda a verba prevista para o órgão acabou sendo meramente repassada, e a partir de 1964, grande parte dela (BRASIL, 1967). As verbas com destino especificado por emendas não ocorrem em razão de uma análise previamente realizada ou em razão de um objetivo como o que possuem os órgãos de desenvolvimento regional. As verbas da autarquia não eram aplicadas em razão de critérios estabelecidos com vistas a uma estratégia definida em razão de uma concepção de desenvolvimento determinada e pensada especificamente para a região, como era a função do órgão.

O I Plano Diretor da Fronteira Sudoeste (1967-1969) foi apresentado após onze anos da criação da antiga SPVERFSP, em vinte de fevereiro de 1967. Apesar de se tratar de um Plano trienal, no primeiro ano com investimentos previstos — 1967, a autarquia planejou gastos muito abaixo do que considerava necessário para atuar sobre os pontos de estrangulamento da área superintendida, e muito abaixo dos gastos planejados para os anos de 1968 e 1969, visto que quando foi tomada a decisão de elaborar o Plano Diretor, já estava terminada a proposta orçamentária para 1967. Quando concluído o Plano, o orçamento já possuía caráter de lei e estava em execução (BRASIL, 1967).

No tocante aos investimentos, mais de 52% dos gastos previstos pelo Plano seriam destinados à infraestrutura (BRASIL, 1967). Entendida como principal ponto de estrangulamento ao desenvolvimento daquela região, esperava-se que, solucionado o problema da precariedade da infraestrutura produtiva daquela área, a iniciativa privada pudesse participar de forma mais ativa do processo de dinamização daquela economia.

No entanto, apenas oito dias após a apresentação do I Plano Diretor, o Decreto Lei nº 301 extinguiu a SPVERFSP e criou, no mesmo ato, a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste — SUDESUL, mantendo sua área de abrangência. E, no primeiro dia do mês de dezembro daquele mesmo ano, através da Lei nº 5.365, mais uma mudança ocorreu: a área de abrangência da SUDESUL foi alterada para a Região Sul do país, o que inclui inteiramente os estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Essa última alteração quase levou o I Plano Diretor à obsolescência, já que o mesmo cobria outra área (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011).

Todo o descrito acima evidencia que a SPVERFSP não possuía uma concepção de desenvolvimento que norteava[4] os trabalhos, e que não possuía algumas características necessárias a um órgão de desenvolvimento regional — como autonomia no processo de planejamento e verbas suficientes para planejar, ordenar a execução de projetos, fiscalizar os mesmos, etc.. Caracterizamos o período 1956-1967, portanto, como vácuo na experiência do planejamento na região sul.

3. A SUDESUL e o planejamento

A Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — foi criada a partir da Lei nº 5.365, de primeiro de dezembro de 1967, a partir da Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (que, como já vimos, já possuía a sigla SUDESUL). Instituída no seio de um movimento nacional de fortalecimento dos organismos regionais, a Superintendência fora potencializada, lhe sendo atribuídos objetivos mais ambiciosos, como "planejar e promover a execução do desenvolvimento da região" e "coordenar e controlar a ação federal na área".

Conforme o que fora discutido anteriormente, a nova superintendência, ao incorporar a SPVERFSP, herdou sua estrutura precária, seus problemas com relação ao quadro técnico e com as verbas, entre outros. Em razão disso, no período inicial de sua existência, a autarquia atravessou um período que autodenominou como "organização interna do sistema de planejamento" (BRASIL, 1989), que perdurou até o ano de 1969.

A década de 1970 marca o inicio de um novo momento no que respeita a operacionalidade da autarquia. Buscando superar outra de suas deficiências — desconhecimento da realidade socioeconômica da Região Sul — herdada da SPVERFSP, tanto em razão da fragilidade do organismo regional extinto quanto em razão da mudança da área superintendida, a SUDESUL atravessou o período que denominou como "conhecimento da realidade e formulação de política" (BRASIL, 1989). Foi a partir deste momento que o vácuo na experiência do planejamento na Região Sul começou a ser superado. A autarquia elaborou, em 1971, o Plano de Desenvolvimento Regional, necessário para a organização interna do planejamento da superintendência e para a elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento. A autarquia realizou, até meados de 1975, a maior parte dos seus estudos à cerca da área superintendida, e formulou a sua política mesorregional e suas estratégias

[4] Ver nota 2.

microrregionais. Além disto, "nesses anos, a SUDESUL criou seus principais projetos sub-regionais" (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011).

Após o período de conhecimento da área superintendida, a autarquia chegou ao momento "auge do planejamento/início da crise e centralização do planejamento" (BRASIL, 1989), entre os anos de 1976 e 1978. Nesses anos (durante o governo Geisel) a autarquia implementou obras físicas e outras recomendações acumuladas no período anterior. No entanto, não avançou no reconhecimento da região superintendida, dado que ocorreu um processo de centralização do planejamento. Em razão disso, a autarquia se tornou um órgão repassador de verbas, que eram destinadas a projetos definidos de forma centralizada por grupos de interesses políticos, sem passar por análises próprias a um organismo de desenvolvimento regional. Dessa forma, os recursos da autarquia foram invertidos de forma esparsa, e a autarquia passou a atuar passivamente.

A partir de 1979, e adentrando a década perdida, durante todo o governo Figueiredo, a autarquia percorreu um dos piores momentos para o planejamento durante a sua existência, momento que denominou de "desestruturação do sistema de planejamento: execução de projetos federais" (BRASIL, 1989). Este fora o momento no qual a SUDESUL passou a sentir os efeitos da crise fiscal e financeira do Estado. A autarquia perdeu o poder decisório — que foi centralizado pela esfera federal — e passou a intervir de forma passiva no processo de planejamento. A autarquia entrou em contradição, portanto, com um de seus dois objetivos definidos pela sua lei de criação: "coordenar e controlar a ação federal na área". Foi o período no qual o planejamento se desestruturou, e a autarquia passou a implementar projetos técnicos cuja decisão de implementação era tomada por segmentos políticos alheios ao papel da superintendência ou mesmo da Região Sul do país.

Após a redemocratização do país, no governo Sarney, mais precisamente entre os anos de 1986 e 1988, a autarquia atravessou um período de relativa euforia com relação ao futuro do planejamento. O período foi cunhado como "a retomada do planejamento" (BRASIL, 1989), e durante estes anos a autarquia se aproximou do BRDE, órgão de primeira importância no processo de planejamento da Região Sul. Juntos, os dois órgãos elaboraram as linhas prioritárias para a ação desenvolvimentista na Região Sul, que foram levadas ao público através de um documento intitulado "Estratégia de Desenvolvimento para a Região Sul". Todavia, o renovado fôlego do planejamento não tardou em se esvair. Em razão dos ajustes fiscais, a partir de fins de 1988, já havia iniciado a crise institucional da autarquia, que levaria à sua extinção, no ano de 1990.

4. O papel da economia da Região Sul e o Desenvolvimento mesorregional

Superadas as carências de caráter inicial da autarquia, a partir do início da década de 1970 iniciou-se o período auge de sua atuação. Desta forma, a autarquia realizou estudos mais sofisticados sobre a economia da Região Sul, além de iniciar a formulação de sua política e estratégias de atuação. Neste período, todavia, o poder decisório estava concentrado na esfera federal. Definidos os objetivos gerais e específicos da nação (de forma ditatorial, pelos militares), cabia às superintendências de desenvolvimento mesorregional a função de promover o desenvolvimento de suas respectivas mesorregiões, compatibilizando seus projetos com aquele decidido em escala nacional. Segundo a SUDESUL: "A estratégia de desenvolvimento preconizada no projeto brasileiro empresta especial ênfase aos problemas de integração regional, que estão assumindo preponderente papel no quadro da política econômica regional" (BRASIL, 1969). Cabia à SUDESUL, portanto, o papel de integrar a economia da Região Sul à economia nacional[5].

Com relação à característica da economia da região superintendida, segundo a autarquia, apesar de o Setor Terciário participar com 50% na formação do PIB regional (BRASIL, 1978a), o Setor Primário era o mais dinâmico da economia sulina. Além disso, este Setor empregava mais de 50% da mão-de-obra regional (BRASIL, 1976a): "Grande parte de sua economia está ligada ao Setor Primário (...). O Setor Primário gera 40% da renda e fornece insumos ao [Setor] Secundário que permitem a realização de mais da metade do produto industrial" (BRASIL, 1974a):

> No total da renda produzida pela agropecuária brasileira, destaca-se a Região Sul, com cerca de 30% de participação. Examinando-se mais detidamente o Setor Primário regional, observa-se que a agricultura é a atividade de maior rendimento. O gado bovino, o suíno e o ovino, por seu turno, constituem a pujança da agropecuária (BRASIL, 1974a).

Após esse entendimento inicial, a autarquia pôde elaborar sua estratégia para o desenvolvimento da região superintendida. Segundo a autarquia, o volume da produção agropecuária havia crescido, até aquele momento, em razão da expansão da fronteira agrícola (BRASIL, 1976a). Todavia, não seria mais possível, já no curto prazo, promover o crescimento da produção deste Setor — de forma substancial — desta mesma forma, dado que as terras mais produtivas já se encontravam ocupadas (BRASIL, 1978b). Assim, para que se pudesse alcançar os objetivos da autarquia para a mesorregião, o aumento da produção agropecuária deveria ser incentivado através da modernização do Setor Primário, o que a autarquia convencionou chamar de "reestruturação da base sócioeconômica regional"

[5] Leia-se "integrar a economia da Região Sul à economia da Região Sudeste".

(BRASIL, 1978b). Por consequência desse esforço modernizador, tendo-se em vista o estreito condicionamento do Setor de Transformação ao Setor Primário (BRASIL, 1978a) e utilizando-se de uma estratégia de integração inter-setorial, seria possível incentivar o crescimento da participação do Setor Secundário na formação da renda da mesorregião. Nas palavras da autarquia, tratava-se de "responsabilizar os setores agrícola e industrial pela manutenção do crescimento do produto regional, à taxa de 10% a.a. [ao ano]." (BRASIL, 1975)[6].

Segundo entendimento da SUDESUL, o papel da economia da Região Sul na economia nacional era o de complementar da economia do Sudeste. As funções que a autarquia frequentemente mencionava como funções da economia da Região Sul dentro do sistema nacional eram: i) produtora de produtos Primários; ii) produtora de divisas (para o sistema nacional); iii) consumidora de produtos da Região Sudeste; e iv) atratora de fluxos migratórios, que enxugassem o contingente populacional da Região Sudeste.

Conforme discutido anteriormente, a autarquia ressaltava a necessidade de fomentar as indústrias ligadas ao setor mais dinâmico da economia da Região Sul, ou seja, àquelas ligadas diretamente ao Setor Primário, como a agroindústria. Em raros momentos em que a superintendência tratou de possível competição entre as indústrias da Região Sul com daquelas do centro dinâmico da economia nacional, se referia a setores industriais ligados diretamente à atividade primária, e isto em razão da estratégia da autarquia de promover o desenvolvimento autossustentável economicamente da região através da integração inter-setorial. Não se tratava, portanto, de setores de ponta, com maior dinamismo e capacidade de espraiar desenvolvimento através de seu fator multiplicador. O desempenho desta função, na economia nacional, como se sabe, era reservado à Região Sudeste.

5. Estratégias localizadas

Faziam parte das estratégias localizadas da SUDESUL dois conjuntos distintos de atividades: a primeira, pensada para toda a mesorregião, referia-se ao desenvolvimento intrarregional; a segunda se trata de atividades desempenhadas em quatro áreas selecionadas pela autarquia, nas quais o processo de planejamento foi conduzido sob a forma de projetos sub-regionais. Como cada um destes conjuntos de atividades possuía estratégias distintas entre si, os analisaremos separadamente.

[6] Como se pode perceber, em diversos doocumentos distintos, ao longo de todo o período no qual a SUDESUL realizou a maior parte dos estudos à cerca da área superintendida, a análise sobre a economia sulina possui grande invariabilidade. Em razão disso, ocorre o mesmo com sua estratégia. Mesmo após a redemocratização, isso não se modifica muito: é o que discutiremos em trecho das considerações finais.

5.1 Desenvolvimento Intrarregional

Desde o ano de sua criação, 1967, a SUDESUL se empenhou em aglutinar diferentes municípios em microrregiões social e economicamente homogêneas. Este empenho, segundo a autarquia, relacionava-se ao problema de que a divisão política dos estados sulinos gerava problemas à capacidade de gestão da autarquia, em razão da baixa eficiência das gestões municipais. Segundo a SUDESUL:

> Extremamente difícil, ou mesmo impraticável, seria para a SUDESUL estabelecer contato direto com todos os 717 municípios que compõe a região. Além disso, tal relacionamento resultaria inoperante, em grande parte, devido à carência de capacidade administrativa de elevado número deles. Pode-se dizer até que a estrutura da maioria dos municípios é insipiente e desprovida de adequados padrões funcionais (BRASIL, 1972b).

No entanto, essa não era uma questão problematizada especialmente pela autarquia. Em vinte e cinco de fevereiro de 1967, através do Decreto Lei nº 200, foi definida nova função do Ministério do Interior: "o aperfeiçoamento das estruturas do governo local, não somente no plano administrativo como também na área dos serviços públicos essenciais, a partir de um esquema de planejamento básico em escalas municipal e regional" (VIZIOLI, 1998).

O Programa de Ação Concentrada — PAC, criado através da portaria 214, de onze de junho de 1969, possuía o objetivo de "promover, por etapas, o desenvolvimento local integrado de comunidades urbanas em todo o país, mediante a implantação de providências a serem adotadas, de forma coordenada, pelos órgãos do Ministério" (VIZIOLI, 1998). Ainda, segundo a mesma autora:

> Os objetivos fundamentais do PAC iam desde a implementação do processo de planejamento nos municípios selecionados, através da elaboração de instrumentos adequados e da ação comunitária, até a execução dos projetos setoriais indicados como prioritários nos Planos elaborados, dando-se ênfase maior para o financiamento, aos que se referiam a: saneamento básico, formulação do programa habitacional e organização dos serviços administrativos municipais (VIZIOLI, 1998).

Em razão disso, a partir de 1970, foi iniciado um processo de criação de associações de municípios[7]. O que se pretendia com a criação dessas associações era estreitar

[7] Para a divisão dos municípios em microrregiões homogêneas, o PAC utilizou as conclusões dos trabalhos "Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas" e "Subsídios à regionalização", do IBGE, de 1968, que continham uma proposta de subdivisão do país em municípios com certas semelhanças econômicas, sociais e físicas.

laços entre as administrações municipais, com o fim de fortalecer o poder decisório a nível microrregional e de possibilitar o diálogo entre a SUDESUL e as gestões localizadas. Boa parte da atuação da autarquia, neste sentido, foi realizada na forma de auxílio técnico aos municípios, para que pudessem ser criadas as associações de municípios.

Entre 1969 e 1974, a SUDESUL permaneceu firmando convênios com o SERFHAU — Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — organismo autárquico responsável pela gestão do Programa de Ação Concentrada (PAC) e do Plano de Desenvolvimento Local Integrado. O objetivo destes convênios era de que fossem elaborados Planos de Desenvolvimento Local Integrado, para que se pudessem definir estratégias localizadas para promover o desenvolvimento microrregional, e mesmo a nível municipal, da área superintendida. Para elaboração do Plano, a autarquia levou em consideração as demandas dos próprios municípios, apesar de subordiná-las ao entendimento da autarquia sobre as necessidades dessas áreas.

Foram concluídos, em 1973, os estudos sobre as dinâmicas urbanas da mesorregião (desenvolvidas pelas Universidades Federais de cada um dos estados sulinos). A partir daí, deveria iniciar a elaboração de um conjunto de projetos, dos quais a SUDESUL levou a cabo somente o Plano Diretor da Região Metropolitana de Porto Alegre (BRASIL, 1974a).

Em 1974, quando o SERFHAU foi extinto, a SUDESUL incorporou as funções técnicas desempenhadas pela Coordenação Regional Sul do órgão. Permaneceu realizando essa função até fins da década de 1970, em razão de seu objetivo de melhor articular-se com as unidades municipais (e microrregionais) de gestão. Em termos gerais, portanto, a atividade da SUDESUL no tocante ao desenvolvimento intrarregional foi realizada em termos de auxílio técnico às associações de municípios.

Tratando sobre a estratégia da autarquia propriamente dita, com relação ao desenvolvimento urbano, parece-nos que a lógica era, realmente, a da busca pela manutenção da hegemonia da classe dirigente. Como é sabido, o Golpe Militar de trinta e um de março de 1964 foi uma resposta, em grande medida, às tentativas do governo João Goulart de implementar reformas de base. As reformas de base acabaram por conquistar o apoio de determinados setores da sociedade, o que limitava a capacidade da elite militar de conquistar a hegemonia de seu regime político autoritário na ausência de um projeto reformista. Neste sentido, podemos perceber que os estudos a cerca do desenvolvimento urbano da SUDESUL estavam vinculados à estratégia dos militares para a conquista da hegemonia no período pós-golpe. O próprio SERFHAU, criado poucos dias antes do Golpe (vinte e um de março de

1964, através da Lei nº 4.380), acabou por ser utilizado como parte da estratégia militar, ao invés de ser simplesmente abandonado enquanto projeto. No entanto, como se viu acima, este organismo veio a ser extinto em 1974, o que remonta à ideia de falta de interesse da gestão militar em reformas urbanas (e sociais) de maior vulto[8].

5.2 Projetos sub-regionais

Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), em 1971, a autarquia procedeu com um estudo à cerca da realidade territorial da Região Sul, com a finalidade de detectar disparidades microrregionais. Segundo a autarquia:

> [O] objetivo era o de detectar, em sua área de atuação, espaços que revelassem maior carência relativa de infraestrutura econômica e social, para, em segunda etapa, tratar de investigar possíveis caminhos operacionais que permitissem minorar ou eliminar os problemas identificados, **sempre que** [quando[9]] **a área potencialmente pudesse exercer uma função importante do ponto de vista estadual e macrorregional** (BRASIL, 1973). [grifo nosso]

Desta forma, foram selecionados os três espaços prioritários. As microrregiões selecionadas foram: uma área de 72.000 km² no sudoeste do Rio Grande do Sul; uma área de 50.000 km² no noroeste do Paraná; e uma área de 9.500 km² no litoral sul de Santa Catarina (BRASIL, 1973). No mesmo ano, a SUDESUL absorveu a Secretaria Executiva e a Assessoria Jurídica da Sessão Brasileira da Comissão da Lagoa Mirim. A partir daí, o Projeto de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim passou a fazer parte importante do planejamento da autarquia, tornando-se um dos seus quatro grandes projetos sub-regionais (BRASIL, 1974b).

O objetivo da autarquia, nestes quatro projetos, era o de promover o surgimento de Polos de Desenvolvimento (PERROUX), a partir de Polos de Crescimento (PERROUX) já existentes nessas regiões, que se formaram em razão da proximidade com áreas produtoras de matérias primas. Para alcançar esse objetivo, a autarquia buscava a integração inter-setorial no interior dessas microrregiões.

Em relação à articulação do planejamento efetuado nestes projetos sub-regionais com as diretrizes decididas centralizadamente pelo governo ditatorial:

---

[8] Ver nota 3.

[9] Mesmo nos documentos da SUDESUL, como neste trecho, fica claro que na ausência de "potencialidades", por mais que uma determinada área fosse relativamente carente de infraestrutura econômica e social, a área não seria eleita como alvo da ação planejadora da autarquia. É a subordinação do social ao econômico.

> Os projetos foram articulados dadas as suas características estratégicas para um Estado com forte caráter militar, como era o caso do Brasil nessa época: Sudoeste do Rio Grande do Sul — por conta de ser uma região de fronteira; Noroeste do Paraná — devido à singular produtividade dos seus solos; Litoral Sul de Santa Catarina — em função da disponibilidade do carvão; e Lagoa Mirim — por conta da singular oportunidade de estreitar relações com o Uruguai (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011).

Em relação à citação acima, cabe uma ressalva: as determinações escolhidas pelos autores para tentar demonstrar as razões que levaram a SUDESUL a escolher estas áreas como alvo da ação planejadora — ao invés de outras — são na verdade as suas determinações mais relevantes. A escolha de uma determinada área para ser alvo da atuação estatal é resultado não de uma razão única que a determina, mas sim de um conjunto de razões que a determinam. Em razão disto, diferentemente dos autores citados, tentaremos demonstrar as múltiplas determinações, quais sejam, do ponto de vista econômico, político e social.

5.2.1 O Sudoeste-1 e o desenvolvimento do Setor Primário

Logo após a sua criação, mais especificamente no ano de 1968, a SUDESUL iniciou a elaboração de estudos na região Sudoeste do Rio Grande do Sul. Segundo análise da autarquia, a economia dessa microrregião se baseava na atividade primária. Todavia, em razão da formação geológica da área, a mesma sofria os efeitos da escassez de água durante os períodos de estiagem, enquanto que, durante os períodos de chuvas, a região sofria sequentes inundações, que a autarquia chegou a adjetivar como “calamitosas”.

Após o período de conhecimento das potencialidades e problemas da área, o projeto surgiu em 1969, com a finalidade de desenvolver os setores agrícola e pecuário. Segundo a SUDESUL, esta região era responsável por 30% da produção da pecuária do estado do Rio Grande do Sul e de 7% da produção agrícola (BRASIL, 1975).

A estratégia da autarquia era a de incentivar as unidades produtoras rurais através da realização de obras emergenciais (como no caso de abertura de poços, já que os problemas relacionados à estiagem seriam solucionados caso os produtores tivessem acesso à reserva aquífera) e da disponibilização do necessário auxílio técnico para a reformulação das técnicas produtivas. Desta forma, a SUDESUL esperava conseguir modernizar o Setor Primário da região, abrindo possibilidades, inclusive, de realizar investimentos na construção de agroindústrias.

Segundo GOULARTI FILHO, ALMEIDA e MESSIAS:

> Até 1974, essa era a principal frente de atuação da SUDESUL (BRASIL, 1974a), isto porque a autarquia se encontrava ainda na fase de “conhecimento da realidade” e de formulação de políticas regionais (BRASIL, 1989), ou seja, realizava estudos nas áreas onde seriam constituídos, mais tarde, os outros três grandes projetos sub-

> regionais da autarquia. Em um documento que faz uma análise retrospectiva da SUDESUL desde 1967, chamado "Relatório de Atividades", publicado em 1989, o projeto Sudoeste-1 já não é mais citado, demonstrando o seu abandono ao longo da década (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011).

Portanto, apesar de não terem sido implementadas muitas medidas, os fatores que condicionavam a autarquia a escolher essa área como alvo da sua ação planejadora, eram: do ponto de vista econômico, a necessidade de melhorar a infraestrutura produtiva e a possibilidade de promover o surgimento de indústrias relacionadas ao beneficiamento de produtos Primários na região; do ponto de vista político, em razão de se tratar de uma região de fronteira; e, do ponto de vista social, a população se beneficiaria com as soluções para os problemas da estiagem e das enchentes, da melhoria da infraestrutura e do projeto de eletrificação rural[10].

5.2.2 O Noroeste do Paraná e a preservação da produtividade dos solos

Neste projeto, a autarquia representou um papel Secundário. Os primeiros estudos à cerca da área foram efetuados entre os anos de 1970 e 1973. No primeiro momento, até o ano de 1972, competiu à SUDESUL somente mapear a microrregião. Posteriormente, em 1973, competiu à autarquia realizar os estudos necessários a possibilitar a reestruturação das atividades produtivas que utilizavam os solos daquela área (BRASIL, 1977). Já o mesmo processo, observado nas zonas urbanas fora iniciado pelo rápido crescimento populacional das comunidades e pelo processo de urbanização daí proveniente (BRASIL,1976b).

Em 1974, foi criado o Conselho Diretor do Projeto Noroeste do Paraná e, no ano de 1975, por conta da instalação da Secretaria Técnica do Conselho Diretor do projeto, o mesmo ingressou em uma fase de intensa implementação das recomendações acumuladas até aquele momento.

Segundo a autarquia, a degradação dos solos desta microrregião havia ocorrido em razão do processo de exploração predatório daqueles solos. A atividade agropecuária havia sido — até aquele momento — praticada de forma precária, com baixo grau de modernização das técnicas e dos instrumentos produtivos. Seria necessário, portanto, modernizar o setor agropecuário, o que acarretaria na contenção da degradação dos solos (BRASIL, 1974a).

Apesar de a SUDESUL contribuir com um terço dos recursos necessários à execução do projeto, a gestão administrativa do mesmo acabou por ficar a cargo da Secretaria

[10] Ver nota 3.

de Estado do Planejamento. Em razão disso, não é possível encontrar as estratégias da autarquia no processo de implementação das recomendações. No entanto, é possível encontrar uma estratégia com relação à seleção da área, já que claramente havia interesse da autarquia na execução deste projeto — afinal de contas, nesta região era produzida boa parte do total da produção do setor mais dinâmico da economia da mesorregião —, como se pode perceber na forma como a autarquia procedeu. Ainda que a autarquia não tenha feito a gestão do projeto como um todo, realizou estudos e fomentou um terço das atividades.

Neste contexto, eram fatores relevantes para a escolha dessa área como alvo da ação planejadora, por parte da SUDESUL: do ponto de vista econômico, em razão do expressivo dinamismo do Setor Primário da microrregião; do ponto de vista dos interesses políticos, por se tratar de uma região fronteiriça; do ponto de vista dos benefícios sociais, a população se beneficiaria dos efeitos multiplicadores gerados na economia da área, em razão da potencialização do Setor Primário que seria resultado do combate à erosão e da modernização das técnicas produtivas[11].

5.2.3 O Litoral Sul de Santa Catarina e o Polo de Desenvolvimento

A região carbonífera catarinense — única região do Brasil na qual existia exploração de carvão coqueificável — foi alvo da ação estatal e da iniciativa privada desde fins do século XIX. A partir do início da década de 1970, a SUDESUL passou a coordenar a ação estatal na área, através da criação do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina. Competia à autarquia a tarefa técnica de "coordenar, a nível federal, os demais órgãos envolvidos" (BRASIL, 1972). A estratégia da autarquia neste projeto era o de promover o surgimento de um Pólo de Desenvolvimento (PERROUX) a partir do Polo de Crescimento (PERROUX) que existia na região carbonífera catarinense. Segundo a autarquia:

> O projeto se propõe a promover o desenvolvimento integrado [do Litoral Sul de Santa Catarina] (...) por meio de instrumentos diversos, dentre os quais ressalta a implantação de um Complexo Industrial, com base nos recursos minerais existentes na área (...) (BRASIL, 1972).

Em documento elaborado pela SUDESUL, intitulado "Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina", a ação da autarquia nesta microrregião se justificava em razão do papel estratégico que a singular presença de carvão coqueificável conferia à região, e não em razão de seu atraso econômico. O objetivo do projeto era o de potencializar o poder desta microrregião para que ela fosse capaz de exercer seu papel singular no

[11] Ver nota 3.

crescimento mesorregional. Como o desenvolvimento econômico dessa área ficaria estagnado na ausência de incentivos exógenos (segundo leitura da própria autarquia), e dado que a função dessa microrregião era o de produtora de matérias-prima para setores produtivos estratégicos (siderurgia), fazia-se necessária a ação planejadora.

Segundo a autarquia, para que se pudesse diminuir as disparidades regionais, seria necessário criar nas áreas satélites algumas condições que existiam no polo (BRASIL, 1973). Isso seria alcançado, segundo a autarquia:

> Para isso, no caso da indústria, a viabilização de determinadas unidades produtivas nas áreas periféricas exige a montagem de complexos, definindo-se estes como um conjunto de empresas integradas horizontalmente e verticalmente a partir de um investimento motor, que se alicerce em um determinado tipo de vantagem locacional existente na periferia (BRASIL, 1973).

Algumas das "vantagens locacionais" que a autarquia encontrou nessa região eram a presença do carvão coqueificável, a excelente localização do porto de Imbituba, entre outras. Isto posto, faltava realizar o "investimento motor" na área. Segundo GOULARTI FILHO, ALMEIDA e MESSIAS:

> A implantação da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) constitui-se num investimento vertebral de todos os outros realizados no projeto, além de justificar a seleção dessa área para objeto da ação planejadora. A partir do mesmo, foram realizadas obras de melhoramento da infraestrutura social básica (viária, urbana, fornecedora de água potável). Além disto, também estavam no Projeto ações referentes ao abastecimento de produtos agropecuários, para suprir o esperado aumento da demanda que aconteceria dado o intenso processo de urbanização proveniente da instalação da indústria carboquímica; e qualificação da força de trabalho para atender à atividade que surgiria através do efeito multiplicador dos investimentos estatais (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011).

Neste contexto, entendemos que os fatores que condicionaram a autarquia à escolha dessa área como alvo da sua ação, foram: do ponto de vista econômico, a presença do carvão coqueificável e a oportunidade de engendrar um Polo de Desenvolvimento, a partir de um Polo de Crescimento já existente; e, do ponto de vista político, a questão do problema da Balança de Pagamentos — que foi ocasionada pelo I choque do petróleo, em 1973, e cuja solução passava pela mudança da composição da matriz energética nacional —, o que nos remete a uma questão de autonomia política nacional. Com relação às determinações sociais, apesar dos benefícios sociais que poderiam ter sido gerados a partir da instalação da ICC (conforme se pode ler na citação anterior), entendemos que o projeto causou também uma série de graves problemas socioambientais à região carbonífera catarinense.

5.2.4 A Lagoa Mirim e o estreitamento de relações com o Uruguai

Projeto antigo, de interesse dos governos do Brasil e do Uruguai, a área coberta pelo Projeto Lagoa Mirim cobria parte dos territórios de ambos os países. Para que ambos os governos pudessem melhor se articular para executá-lo, fora instituída a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim — CLM — em vinte e seis de abril de 1963. Para realizar os estudos à cerca da área, a CLM obteve colaboração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD — e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação — FAO (BRASIL, 1974b).

A relação da SUDESUL com este projeto teve início no dia vinte e nove de novembro de 1971. Através do Decreto nº 69.619, foi constituído na autarquia o Departamento da Lagoa Mirim. Como este era um projeto de grande interesse estratégico para a o governo militar, a partir de então este projeto passou a ser um dos quatro maiores da autarquia.

As principais atividades econômicas da região eram a pecuária e a cultura extensiva do arroz. No entanto, a lagoa sofria invasão de águas oceânicas, o que prejudicava as atividades ali desempenhadas. Buscando a potencialização do Setor Primário da região, o projeto previa a construção de uma barragem-eclusa no canal São Gonçalo, para evitar a entrada de águas oceânicas na lagoa. A construção do mesmo fora iniciada em 1972 (BRASIL, 1974b).

Existia, ainda, o Plano de Operações do Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Rio Jaguarão. Destes, destaca-se:

> (...) a construção de uma Usina Hidrelétrica de 40 MW em Passo do Centurião, que iria permitir interligação dos sistemas elétricos dos dois países através da Central Térmica Presidente Médici, em Candiota; b) irrigação de 91.000 hectares, aproximadamente, para desenvolvimento agrícola; c) desenvolvimento industrial, incluindo indústrias de processamento de produtos agropecuários, a serem abastecidas pelo desenvolvimento agrícola citado anteriormente; d) melhoramento da infraestrutura rural e urbana (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011)

Como se pode perceber, existia uma articulação entre os projetos dentro do Plano. A estratégia utilizada foi a de estabelecer na área a infraestrutura produtiva necessária ao desenvolvimento de outras atividades, como indústrias para beneficiamento de produtos Primários, por exemplo. Realizado isso, seria possível à região desenvolver-se de forma economicamente autossustentável.

Foram múltiplas as razões do governo ditatorial para a seleção desta área como alvo do planejamento. Em geral, os determinantes foram: do ponto de vista econômico, a

possibilidade de potencializar o Setor Primário daquela região e de estabelecer ali a agroindústria; do ponto de vista político, por se tratar de uma região de fronteira e em razão da singular oportunidade do governo brasileiro de estreitar laços com o Uruguai; e, do ponto de vista social, a população se beneficiaria com a geração de empregos e a melhoria da infraestrutura. Como nos outros projetos, é perceptível que os benefícios sociais, aqui, eram gerados indiretamente, apenas como consequência da ação estatal na área, cujos objetivos eram, antes, promover o desenvolvimento de certos setores econômicos e implementar algumas estratégias dos militares, de interesse político[12] — como demonstrar presença em regiões de fronteira.

6. A atuação da SUDESUL

É muito comum, nos documentos oficiais publicados pela autarquia entre os anos de 1967 — ano a partir do qual a autarquia iniciou sua atividade de forma mais eficiente — e 1976-1978 — anos entre os quais iniciaram, para a SUDESUL, problemas referentes às verbas e autonomia — encontrar Planos, projetos e programas, estabelecimento de roteiros de trabalho, de atividades a serem iniciadas posteriormente, etc.. No entanto, a partir de 1978, a autarquia entrou em um novo ciclo, por assim dizer, no qual caíram os seus volumes de verbas e a autarquia perdeu a principal característica de um organismo autárquico: a autonomia no processo decisório (se é que um dia o teve). Em razão disso, grande parte do que a autarquia planejou nos períodos que autodenominou como "conhecimento da realidade e formação de política" (1970-1975) e "auge do planejamento/início da crise e centralização do planejamento" (1976-1978) não foram efetivamente realizados, dado que a autarquia perdeu seu poder decisório e se tornou um organismo repassador de verbas.

Pudemos perceber a diferença existente, no que concerne à autonomia no processo de planejamento, entre a SUDESUL e as suas congêneres SUDECO, SUDAM e SUDENE. Conforme se pode ler na lei de criação da SUDENE (Lei nº 3.692, de quinze de dezembro de 1959), caso particular na história do desenvolvimento regional brasileiro pautado no Estado como agente planejador:

> Art. 2º: A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste tem por finalidades: a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste (...). (BRASIL, 1959).

[12] Ver nota 3.

Ainda, conforme se pode ler na lei de criação da SUDAM (Lei nº 5.173, de vinte e sete de Outubro de 1966):

> Art. 10º: São atribuições da SUDAM: (...) j) sugerir, relativamente à Amazônia, as providências necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos ou entidades, tendo em vista a sua capacidade ou eficiência e a sua adequação às respectivas finalidades (BRASIL, 1966).

Evidente, como se percebe acima, que SUDENE e SUDAM possuíam, desde a sua criação, maior autonomia no processo de planejamento. Não fazia parte da estrutura da SUDESUL a ideia de autonomia no processo de planejamento da mesma forma como a ideia se manifestava na SUDENE e na SUDAM, que podiam mesmo, respectivamente, "propor diretrizes para o desenvolvimento" de sua mesorregião e "sugerir, relativamente à Amazônia, as providências necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos ou entidades". As diretrizes que norteavam[13] os trabalhos da SUDESUL, antes disso, eram todas decididas de forma central, pelo governo federal.

Pudemos constatar que o entendimento da SUDESUL sobre o papel da economia da Região Sul na economia nacional era de que cabia à região superintendida a função de complementar da economia da Região Sudeste. Desta forma, partindo da análise de que o setor mais dinâmico da economia da Região Sul era o Primário e de que não seria mais possível aumentar o volume da produção deste setor através da expansão da fronteira agrícola, a autarquia desenvolveu sua estratégia mesorregional, que era a de modernizar o Setor Primário. Isso permitira a autarquia compatibilizar a sua ação planejadora às diretrizes decididas centralizadamente pelo governo federal.

Eram algumas estratégias localizadas da autarquia: i) a formação de Pólos de Desenvolvimento (a partir de Polos de Crescimento já existentes, que se formaram em razão da proximidade com áreas produtoras de matérias primas); ii) a integração intersetorial (principalmente àquela interligação entre o Setor Secundário e o Setor Primário, que favoreceria ao aquecimento e modernização do setor mais dinâmico da economia regional); iii) incentivo à criação de associações de municípios; e iv) desenvolvimento de projetos em quatro grandes áreas, consideradas prioritárias pela autarquia, em razão de seu papel estratégico para os governos militares.

Em relação à concepção de desenvolvimento, podemos perceber claramente que estes se adequaram à ótica da Ditadura Militar. A SUDESUL não foi um organismo que ofereceu resistência à Ditadura. Criada no seio da Ditadura Militar, foi largamente utilizada

[13] Ver nota 2.

para fins estratégicos militares, como o de ocupação de regiões de fronteira e aproveitamento de recursos naturais e para justificar a existência do sistema político, através de alguns poucos benefícios sociais que acabaram auxiliando a classe dirigente (os militares) na manutenção da hegemonia do sistema político ditatorial. Não fazia parte da intenção da autarquia a elaboração de um projeto de desenvolvimento capaz de propiciar conquistas sociais de maior vulto. Segundo Scherer:

> (...) a atividade de planejamento não pode em si responder pelas melhorias das condições de qualquer área caso se apoie na pura racionalidade instrumental, desvinculada da necessária visão de síntese e de um compromisso social explícito (SCHERER, 1987, p. 6).

Nosso entendimento sobre a concepção de desenvolvimento da SUDESUL é a de que o mesmo era aquele que se pode compreender a partir da racionalidade instrumental — o desenvolvimento era entendido pela autarquia a partir da lógica do progresso técnico científico. Partindo desta ideia, a autarquia acabou por coordenar um projeto de modernização conservadora na Região Sul. Mesmo após a redemocratização, como se pode perceber em documento publicado pela autarquia em 1987 e intitulado "Estratégia de desenvolvimento para a Região Sul", a concepção de desenvolvimento não era muito distinta daquela encontrada no período ditatorial[14]. Em relação ao modo de pensar da SUDESUL na década de 1970, pode-se perceber que se mantêm inalteradas algumas das ideias mais relevantes ao processo de planejamento, como: o papel da economia da Região Sul na economia nacional (que convencionamos chamar de "complementar da economia do Sudeste", nesse artigo); o entendimento sobre qual seria o setor mais dinâmico da economia da Região Sul (Primário); e a necessidade de modernizar a produção deste setor. No entanto, pode-se perceber uma alteração importante neste documento de 1987: apesar de ser apontada pela autarquia a necessidade de modernizar-se o Setor Primário, uma das consequências da mecanização do campo é vista como negativa: o êxodo rural (isto porque criava contingentes populacionais marginalizados no perímetro urbano e porque a taxa de modernização do Setor Primário, dada a taxa de redução da mão-de-obra rural, conduziria a pequenas elevações na taxa de crescimento do Setor Primário). Todavia, na impossibilidade de aliar o objetivo de melhorar o padrão de vida da população rural com o de modernizar o Setor Primário, a autarquia recorria a soluções, no mínimo, discutíveis: o aumento da produção do Setor Primário deveria ser

[14] Isto porque, como se sabe, a redemocratização do país foi uma revolução essencialmente burguesa, de cima para baixo (com eleições indiretas, inclusive, dada a derrota parcial do movimento "Diretas Já"); modificou-se o sistema político para que as elites pudessem se manter na condição de tais.

buscado ao mesmo tempo e na mesma intensidade em que deveriam ser buscados o aumento da quantidade de empregos urbanos e o direcionamento dos fluxos migratórios às regiões de expansão da fronteira agrícola em direção ao interior — Regiões Norte e Centro-Oeste (já que era função da Região Sul, no sistema nacional, atrair fluxos migratórios, e não expulsar contingentes populacionais para a Região Sudeste).

7. Considerações Finais

O discurso nacional desenvolvimentista, comum a pensadores de orientação política tanto de direita quanto de esquerda, abre a possibilidade — para a classe dirigente — de obscurecer os reais motivos de seu esforço modernizador (a modernização conservadora — necessária à formação de um bloco hegemônico em razão dos interesses da classe dominante), de sua busca pelo progresso técnico-científico. Nos documentos publicados pela SUDESUL é muito comum encontrar a argumentação de que o objetivo final do processo de planejamento seria a melhoria da qualidade de vida da população — algo que, conforme discutimos anteriormente, não condizia com as medidas tomadas pela autarquia. No entanto, esse discurso acabou por desempenhar a função de ocultar o conteúdo contraditório do processo de planejamento. Através de discursos como estes, e de *modus operandi*[15] semelhantes ao da SUDESUL, a Ditadura Militar pôde — enquanto a economia se beneficiava de altas taxas de crescimento — formar um bloco hegemônico nacional, reunindo todas as classes sociais em torno de seu projeto de sociedade, autoritário e burguês — antidemocrático e reacionário.

Neste sentido, vamos além de Rebeca Scherer no que respeita a postura cética com relação ao desenvolvimento econômico: o compreendemos como um processo essencialmente contraditório, em permanente devir, de substituição de relações e padrões de produção pré-capitalistas por aqueles mais sofisticados do ponto de vista da lógica do progresso técnico-científico. Ainda, entendemos que a lógica do progresso técnico-científico está subordinada à lógica sistêmica da valorização do valor. Desta forma, um processo de desenvolvimento desencadeado no seio da sociedade capitalista possuirá um viés socialmente comprometido se, e somente se, este viés for conveniente à lógica da valorização do valor (independentemente de qual seja a classe dirigente). Neste sentido, o desenvolvimento econômico — apesar de ter sido e permanecer sendo pensado a partir de correntes mais críticas (em economia, as heterodoxas) — trata-se, no fundo, de um processo essencialmente capitalista, o que nos leva a considerar inadequado não somente o modelo de planejamento da

[15] Do latim, “modo de operação”.

autarquia em questão, mas sim todo e qualquer projeto de reforma burguesa que obscureça o conteúdo contraditório do sistema capitalista.

Referências Bibliográficas

Documentos

BRASIL (1968). Ministério do Interior. **10 anos de atividades 1967-1977**. Porto Alegre, 1978a.

_____ (1972). Ministério do Interior. **A Integração, o Desenvolvimento da Região Sul e o Ministério do Interior**. Porto Alegre: SUDESUL, 1972b.

_____ (1974). Ministério do Interior. **A instituição e suas atividades**. Porto Alegre, 1974a.

_____ (1976). Ministério do Interior. **A instituição e suas atividades**. 4 ed. Porto Alegre, 1976a.

_____ (1974). Ministério do Interior. **As funções da região sul no âmbito do sistema nacional e a ação da SUDESUL**. Porto Alegre: SUDESUL, 1974c.

_____ (1972). Ministério do Interior. **Associações de municípios de Santa Catarina (Microrregiões programas)**. Porto Alegre: SUDESUL, 1972.

_____ (1978). Ministério do Interior. **Dinâmica e Diagnóstico da Região Sul.** Súmula Preliminar – Circulação Restrita. Porto Alegre, 1978b.

BRASIL (1987). Ministério do Interior. **Estratégia de desenvolvimento para a Região Sul**. Porto Alegre, 1987.

_____ (1975). Ministério do Interior. **II Plano Nacional de Desenvolvimento – Programa de ação do governo para a Região Sul 1975-79**. Versão preliminar. Porto Alegre, 1975.

_____ (1974). Ministério do Interior. **Plano de desenvolvimento da bacia da Lagoa Mirim**. Porto Alegre, 1974b.

_____ (1973). Ministério do Interior. **Plano de operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina**. Porto Alegre, 1973.

_____ (1967). Ministério do Interior. **Primeiro Plano Diretor 1967-1969**. Porto Alegre, 1967.

_____ (1976). Ministério do Interior. **Projeto Noroeste do Paraná — Documento informativo**. Porto Alegre, 1976b.

_____ (1977). Ministério do Interior. **Projeto Noroeste do Paraná — Série informativa nº 2**. 2. ed. Porto Alegre, 1977.

_____ (1969). Ministério do Interior. **Relatório das atividades da SUDESUL – mês de março de 1969**. Porto Alegre, 1969.

_____ (1989). Ministério do Interior. **Relatório de atividades -1989**. Porto Alegre, 1989.

Leis

BRASIL (1964). **Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. *Dispõe sôbre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.* Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em 25 de março de 2012.

_____ (1967). **Decreto Lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, aprova o Primeiro Plano Diretor, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, cria a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira

Sudoeste - SUDESUL - e dá outras providências. Disponível em <www.senado.gov.br>. Acesso em 05 de maio de 2012.

_____ (1956). **Lei nº 2.976, de 28 de novembro de 1956**. *Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País.Disponível em* <www.senado.gov.br>. Acesso em 05 de maio de 2012.

_____ (1959). **Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959**. *Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.* Disponível em <www.senado.gov.br>. Acesso em 05 de maio de 2012.

_____ (1964). **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964**. *Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interêsse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.* Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm>. Acesso em 25 de março de 2012.

_____ (1966). **Lei nº 5.173, de vinte e sete de Outubro de 1966**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em <www.senado.gov.br>. Acesso em 14 de março de 2012.

_____ (1967). **Lei nº 5.365, de 01 de dezembro de 1967**. *Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.* Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117830>. Acesso em 25 de março de 2012.

_____ (1990). **Medida Provisória nº 151, de 15 de março de 1990**. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Plano Brasil Novo). Disponível em <www.senado.gov.br>. Acesso em 05 de maio de 2012.

Livros, Artigos e Teses

BRANDÃO, Carlos Antônio (2007). **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

CAMPOS, M. D. (1999). **Nortear vs NORTEar: Representações e apropriações do espaço entre emoção, empiria e ideologia.** Rio de Janeiro: Documenta, VI, Nº 8, Programa de Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social & (EICOS)/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável/UFRJ.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

FERREIRA, Sylvio Mario Puga (1999). **"Planejamento e Políticas Públicas na Amazônia: As Experiências da Sudam e Suframa"**. In: KON, Anita. Planejamento no Brasil II. São Paulo: Editora Perspectiva.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1970). Departamento de Geografia. **Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas, 1968**. Rio de Janeiro: O departamento.

_____ (1968). Departamento de Geografia. **Subsídios à regionalização**. Rio de Janeiro: O departamento.

GOULARTI FILHO, Alcides; ALMEIDA, André Scholl; MESSIAS, Talita Alves de (2011). **A trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil 1967-1990**. In: V Encontro de Economia Catarinense, Sessão Temática: História Econômica, Florianópolis. Disponível em: <www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Hist%C3%B3ria%20Econ%C3%B4mica/A%20TRAJET%C3%93RIA%20DA%20SUDESUL%20E%20AS%20POL%C3%8DTICAS%20DE%20DESENVOLVIMENTO.pdf>. Acesso em 18 de março de 2012.

_____ (2011). **Instituições e Desenvolvimento: Uma análise comparativa das Superintendências de Desenvolvimento Regional no Brasil 1970-1990**. In: 5tas Jornadas de Historia Económica, Montevideo. Disponível em: <www.audhe.org.uy/images/stories/upload/pdf/instituies%20e%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em 18 de março de 2012.

GOULARTI FILHO, Alcides (2007). **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2. ed. rev., Ed. da UFSC. Florianópolis.

GRAMSCI, Antonio (1991). **Cartas do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1984). **Manifesto do Partido Comunista**. 4 ed. São Paulo: Editora Global.

MARX, Karl (1859). **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_15.pdf>. Acesso em 23 de março de 2012.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. (2009). **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. Cidade: Editora UNESP.

PERROUX, François. (1967). **A economia do século XX**; tradução José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder, 1967.

SCHERER, Rebeca (1987). **Descentralização e planejamento urbano no Município de São Paulo**. São Paulo: Editora da FAU/USP, 1987.

VIZIOLI, Simone Helena Tanoue (1998). **Planejamento Urbano no Brasil: A experiência do SERFHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal**. São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-16032011-101000/fr.php.> Acesso em 25 de março de 2012.

IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA & VI ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Capitalismo monopolista no Brasil e subimperialismo[1]

Angelita Matos Souza[2]

1. Introdução

Neste texto, pretendemos abordar a política econômica dos governos do PT - o neodesenvolvimentismo internacionalizado - iniciando com comentários breves sobre os governos FHC e Lula. Tem sido comum nas comparações entre os governos dos dois ex-presidentes o destaque à continuidade da política macroeconômica, que, só com a crise de 2008, no segundo mandato de Lula, seria revertida. Quer dizer, com a crise alguma autonomia política foi alcançada para se reverter um pouco a "ortodoxia" do Banco Central. Isto parece bem mais verdadeiro que o contrário: o governo Lula pôde driblar a adversidade externa graças, até ali, à manutenção da política macroeconômica dos governos FHC. Foi o afrouxamento de políticas que já tinham cumprido com o objetivo de conter a inflação e a expansão de gastos estatais na forma de incentivos à economia interna e ao expansionismo, que contribuíram para o efeito "marolinha" da crise internacional que estourou em 2008.

É certo que sem a alta nos preços internacionais das commodities seria difícil, todavia a especulação sobre os preços das commodities alimenta a tendência inflacionária da economia brasileira, já sob os efeitos das políticas distributivas à expansão do consumo. Num contexto muito favorável às exportações de produtos primários e importações de produtos manufaturados, no qual a China sai fortalecida no seu papel de grande exportador de manufaturas e importador de commodities, em negócios com empresas latino-americanas cada vez mais especializadas na exploração de recursos primários e com taxas de juros estimulantes à entrada de capitais contribuindo para com o Real valorizado e aos riscos de desindustrialização. Tudo em meio à luta política acirrada em torno da orientação principal da política macroeconômica do Estado brasileiro (finanças *versus* produção).

---

1. Este texto reúne passagens de textos anteriores (indicados na bibliografia), acrescido de dados e desenvolvimentos novos, e diz respeito a nossa pesquisa atual: Expansionismo, integração regional e o papel do BNDES. Porém, menos que o desenvolvimento de uma hipótese, apresentaremos indicativos à sua formulação, quando à demonstração/comprovação, a pesquisa ainda tem que avançar.
2. Angelita Matos Souza. Bacharel em Ciências Sociais com mestrado em Ciência Política pelo IFCH/UNICAMP. Doutora em Economia Aplicada pelo IE/UNICAMP e docente junto ao DEPLAN/UNESP de Rio Claro. (angelitams@uol.com.br)

Por uma série de razões políticas/ideológicas, representantes do setor produtivo nacional aumentaram a influência política especialmente no 2º governo Lula, sendo dimensão relevante o expansionismo e a "racionalização discursiva" em torno dos campeões nacionais e da integração regional. O problema, do ponto de vista do desenvolvimento, é que o apoio de representantes do setor produtivo (e bancário) aos governos do PT não se estende às reformas estruturais que possam questionar a propriedade, por meio, por exemplo, da maior tributação sobre grandes fortunas. E seria uma forma de alavancar recursos a fim de proporcionar um sentido "transformador" às políticas assistenciais, com investimentos maciços em educação pública de qualidade; assim como aos investimentos infraestruturais de monta e financiamento de políticas de integração regional sob a liderança do Brasil.

Mesmo assim, tudo se passa como se ao alvorecer do século XXI tivesse o Brasil condições de reproduzir experiências mais exitosas de capitalismo tardio, sem as reformas estruturais que as caracterizam. Especialmente a Coréia do Sul e a China têm sido evocadas como experiências a serem seguidas no que tange à formação de grandes grupos empresariais; contudo a Coréia do Sul é praticamente uma exceção entre os países de industrialização tardia pela via dependente-associada e a China passou por uma enorme revolução nacional popular que resultou na estatização da economia. Agora é certo que os dois países promoveram as mais bem sucedidas revoluções industriais do século XX, com reflexos positivos para o Brasil. O êxito relativo da política de estabilização econômica dos governos FHC deve ser compreendido articulado ao processo de abertura dos anos 1990, no qual produtos asiáticos contribuíram para com a deflação dos preços e à estabilização econômica; já nos governos Lula, sem o crescimento da economia chinesa, o bom desempenho político-econômico do 2º mandato seria improvável[3].

E apesar do passado não aconselhar entusiasmo por esse caminho preferencial (buscado pela ditadura militar), a conglomeração empresarial tem sido incentivada pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, são inúmeras as manifestações de representantes do governo (e/ou de economistas simpáticos) em favor da política de incentivo aos "campeões nacionais" internacionalizados, ainda que os financiamentos às

3. Aliás, recentemente a presidenta Dilma pediu à China que exportasse menos para o Brasil; em 2001, FHC em viagem pela Ásia pedia o mesmo à Coréia do Sul.

aquisições/fusões entre empresas tenham arrefecido neste 1º ano do governo Dilma, especialmente após o episódio em torno da fusão Pão de Açúcar/Carrefour. Episódio no qual o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, saiu mais uma vez em defesa deste tipo de investimento visando à geração de grandes multinacionais. Numa entrevista à revista *Veja*, afirmou:

> Estou bem convicto da relevância e da necessidade desse tipo de investimento. Ao financiarmos a criação de um gigante como o que resultaria da fusão Pão de Açúcar/Carrefour, estaríamos proporcionando o surgimento de um gênero de empresa com capacidade para competir globalmente e até se tornar líder em seu setor no cenário internacional. Todas as grandes economias em desenvolvimento têm suas grandes multinacionais. Os Estados Unidos formaram as suas nos anos 50; os países mais ricos da Europa, na década de 60; o Japão, nos anos 70; e a Coreia do Sul, nos 80. Para a China e a Índia, o mesmo ocorre desde os anos 90. De modo que no Brasil esse fenômeno é até tardio. É justamente esse processo que estamos tentando acelerar. (revista *Veja*, 27/07/2011)[4]

O "espírito animal" da parte do empresariado também tem sido demandado[5]; no caso do grupo JBS/Friboi é o que parece provocar entusiasmo, conforme o diretor de Planejamento do BNDES, João Carlos Ferraz: "Eles têm um gás [os irmãos Batista], uma disposição de crescimento impressionante". Para Ferraz, embora não dê para colocar o Joesley Batista para produzir chips, "a modernização do Friboi profissionaliza os fornecedores no Brasil, onde permanecem o centro de decisão da empresa e os empregos mais qualificados". Mesmo reconhecendo ser mais desejável múltis de produtos de maior valor agregado, defende a empresa: "Claro que produzir carne não é a mesma coisa que avião. Mas, se olharmos a trajetória do JBS, principalmente com a diversificação dessa última aquisição [a Pilgrim's], vemos que estão indo pela cadeia da proteína, agregando por unidade de produto. Há um movimento de sofisticação, dentro da indústria deles" (*Estado de São Paulo*, 15/02/2010).

Da nossa parte, acreditamos que o discurso recente em torno do "desenvolvimentismo internacionalizado" está mais para racionalização de políticas de "harmonização" de interesses financeiros e produtivos em disputa na cúpula do Estado brasileiro, do que decididamente norteado por um "plano estratégico" visando à inserção internacional

4. O economista Luiz Gonzaga Belluzzo tem defendido igualmente a política de incentivo aos campeões nacionais, ver o artigo "A Ásia do sucesso à crise de 1997", no jornal *Valor Econômico*, 07/02/2012.
5. Em reunião recente com representantes do empresariado brasileiro (em 22/03/2012), a presidente Dilma Rousseff teria evocado Keynes e demandado "espírito animal" aos presentes. http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/80120_PIB+A+MESA+COM+DILMA

mais vantajosa (à posição de semiperiferia). Assim, a conformação/fortalecimento de grandes grupos combinada à ampliação das políticas assistenciais deve ser o possível, na medida em que, politicamente, um plano de desenvolvimento baseado em reformas estruturais parece fora de questão. Seja como for, identificamos na racionalização discursiva em torno dos campeões nacionais uma visão do desenvolvimento que se enquadraria perfeitamente na citação de José Luís Fiori, ao resumir o legado da "escola da dependência", no item 3 em especial:

> Apesar de tudo, a "escola da dependência" deixou plantadas quatro ideias seminais, que abalaram o fundamento teórico do "desenvolvimentismo de esquerda", dos anos 50:
> i) o capital, a acumulação do capital e o desenvolvimento capitalista não tem uma lógica necessária, que aponte em todo lugar e de forma obrigatória, para o pleno desenvolvimento da indústria e da centralização do capital;
> ii) a burguesia industrial não tem um "interesse estratégico" homogêneo que contenha "em si", um projeto de desenvolvimento pleno das forças produtivas "propriamente capitalistas";
> iii) não basta conscientizar e civilizar a burguesia industrial e financiar a centralização do seu capital, para que ela se transforme num verdadeiro *condotieri* desenvolvimentista.
> iv) por fim, a simples expansão quantitativa do estado não garante um desenvolvimento capitalista industrial, autônomo e auto-sustentado.[6]

2. Capital monopolista no Brasil

Conforme já salientamos em outros textos, o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil não logrou a conformação de um capital financeiro a partir da fusão entre capital bancário e produtivo, segundo o modelo das economias centrais. Durante a ditadura militar, levaria à concentração/centralização do capital, tanto no setor produtivo como no bancário independentemente um do outro, com financiamentos de longo prazo para investimentos produtivos atrelados às agências estatais (situação praticamente inalterada). À época em que Delfim Neto conduzia o "milagre econômico", o apoio ao processo de centralização/concentração no setor era justificado pela expectativa de que estes evoluíssem para os conglomerados financeiro-industriais, todavia a economia brasileira não alcançaria tal patamar. No governo Geisel, podemos dizer que a ideia foi abandonada, o II PND concentrou-se nos investimentos infraestruturais e setor de bens de capitais, recorrendo ao financiamento externo responsável em grande parte pela crise da dívida dos anos 1980[7].

---

6. José Luís Fiori, Desenvolvimentismo e dependência. Disponível em http://cartamaior.com.br, 31/03/2012.
7. Como escreveram Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio Sérgio G. Almeida, em "A importância da Industria" (http://cartamaior.com.br, 04/04/2012): "Concentrados na expansão dos setores

As reformas dos anos 1990 também não levariam aos conglomerados financeiro-produtivos. O processo de privatizações de empresas públicas promoveu maior conglomeração no setor bancário e produtivo, mas não a conformação de um capital financeiro nacional. Sendo que não era impraticável levar os grandes bancos à incorporação das empresas públicas privatizadas, de forma a gerar um "núcleo duro" em torno das instituições financeiras maiores. E o país contava com uma estrutura produtiva capaz de garantir a expansão do mercado interno, evitando tornar a economia tão dependente das exportações como no caso sul-coreano ou transformá-la numa economia eminentemente financeirizada à maneira espanhola.

A "inconclusão" do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil não é produto de um obstáculo estrutural à periferia – não conformação do capital financeiro – e sequer sua conclusão implicaria em adentrar ao rol das economias centrais. A Espanha pode ser invocada como um caso de capitalismo periférico, "dependente-associado", onde as privatizações no setor infraestrutural levaram à consolidação do "núcleo duro" da economia, reunindo bancos e setores produtivos, organizado em torno de dois grandes grupos financeiros privados que lideraram a expansão internacional da economia espanhola a partir dos anos 1990 – expansionismo que tem sido útil às empresas espanholas na crise atual (mas indiferente à massa de desempregados). Portanto, correto parece apenas a dificuldade estrutural dos processos de desenvolvimento capitalista tardio em ascender à lista das economias centrais pela via dependente-associada.

O mais próximo deste "ideal" seria a Coréia do Sul, a experiência melhor sucedida de capitalismo tardio pela via dependente-associada, elevando o país à posição de periferia de 1ª classe. Entretanto, o país deve seu êxito à ajuda decisiva dos EUA no contexto da guerra fria, num processo de industrialização combinado à estatização dos bancos, reprivatizados no início dos anos 1980 e incorporados pelos *Chaebols* maiores, sendo provável que se encaminhasse à geração de um capital financeiro moderno não tivesse sido o país atropelado pela crise de 1997-1998. Segundo analistas, crise em grande parte

---

pesados, os investimentos do II PND em meados dos anos 70 deram impulso a um novo ciclo de exportação de manufaturados de tecnologia madura e de substituição de importações. No entanto, a estratégia escolhida não só provocou a crise da dívida do início dos anos 80, como descurou da incorporação dos setores da chamada Terceira Revolução Industrial, como a eletrônica de consumo, componentes eletrônicos, informatização dos processos produtivos, novos materiais e química fina. A crise da dívida externa e as políticas liberais que se seguiram à estabilização dos anos 90 encerraram uma longa trajetória de crescimento industrial e criaram as bases para o retrocesso da indústria de transformação".

detonada pelas reformas liberais praticadas na década, cujo enfrentamento obrigou à reafirmação da regulamentação e presença estatal no sistema financeiro[8].

Atualmente, a economia sul-coreana encontra-se bastante articulada à chinesa e, portanto, vai bem. Não obstante as parcerias/associações não eliminem a concorrência internacional entre os dois países e o diferencial entre qualidade/quantidade venha se reduzindo em prejuízo do produto coreano (quantidade chinesa *x* qualidade coreana). Se a associação com a China tem ajudado a Coréia do Sul, as relações entre os dois países são contraditórias, sendo provável que a segunda se torne cada vez mais dependente da primeira. Como quase todo o mundo, é verdade, mas as relações China-EUA podem ser caracterizadas como de interdependência complexa, na medida em que a forma nacional-estatal de desenvolvimento capitalista na China logrou escapar às relações de dependência tradicionais para com as potências capitalistas[9].

Isto é, a China não se enquadra ao modelo dependente-associado de desenvolvimento, que, até hoje, não elevou nenhum país à condição de potência econômica, sequer sua experiência de mais sucesso, a Coréia do Sul. E como escreveu Evans (1998) sobre o caso sul-coreano, a autonomia desfrutada pelo Estado desenvolvimentista (o "Estado como solução") é fruto da debilidade do capital local após 35 anos de colonialismo e guerra civil devastadora. Liderança estatal decisiva à geração de empresas industriais capazes de competir globalmente e, fortalecidas, escaparem à disciplina fiscalizadora do Estado, fazendo avançar o clientelismo e a corrupção. O êxito dos *chaebols* incrementou a influência destes sobre o Estado e como o setor privado passou a pagar melhores salários e atrair os profissionais mais talentosos, a qualidade/integridade da burocracia

8. Sobre o processo de industrialização sul-coreana: Alice H. Amsden, 1989; e Otaviano Canuto, 1994. Para um balanço breve do caso sul-coreano e a resposta à crise de 1997, ver Alexandre Queiroz Guimarães, 2010.
9. A expressão interdependência complexa foi extraída de Robert Keohane e Joseph Nye (1989), alterando um pouco o seu sentido. Os autores a utilizam no campo do debate realismo *versus* liberalismo, contrapondo política de poder (político-militar) e econômica (interesses econômicos comuns). Já nós queremos caracterizar as relações de interdependência, num mundo de poderes assimétricos, no qual a interdependência complexa definiria as relações entre as potências (marcadas tanto pela interdependência como pela competição intercapitalista); em se tratando dos interesses da semiperiferia, se confrontados com os das economias centrais, tende a predominar os interesses das últimas; o que normalmente acontece nas relações com a periferia. Claro que tudo depende da conjuntura concreta, dos negócios em jogo e das alianças realizadas; estamos nos referindo às tendências dominantes.

decaiu abrindo espaço à "ideologia" da ineficiência estatal que serviria de esteio às liberalizações dos anos 1990, na raiz da crise de 1997/1998.

> Este proceso trae a la memoria la visión de Marx de la burguesía «creando su propio enterrador»: el proletariado. Desde la perspectiva de Marx la burguesía necesitaba una clase trabajadora industrial para llevar a cabo su proyecto de acumulación. Por consiguiente, no tenía otra opción que producir un grupo cuyos intereses y agenda chocaban con los propios. Lo mismo podría decirse en el caso del Estado desarrollista y los grupos sociales que ayuda a nacer. Es precisamente el éxito de la transformación, y no su fracaso, lo que produce a los enterradores. Corea, como un Estado desarrollista exitoso, es más susceptible al problema del enterrador que un Estado predador estancado. Marx asumía que los enterradores y sus creadores eran un par único, pero los adversarios que enfrenta el Estado desarrollista son múltiples. Entre ellos se cuentan no solo los trabajadores, a los que se podría considerar como un producto accidental del proyecto transformador del Estado, sino también el capital industrial, cuyo fortalecimiento fue una de las metas principales de aquél. (Evans, 1998:02)[10]

No Brasil, onde a autonomia do Estado face ao grande empresariado é duvidosa, as experiências sul-coreana e chinesa, como dissemos, têm sido evocadas na defesa da política de incentivo aos campeões nacionais, prescindindo das reformas estruturais que particularizam os dois casos. E, se na década de 1990, oportunidades expansionistas foram desperdiçadas face aos processos de privatização no continente, nos últimos anos tem avançado a presença de empresas brasileiras sobre a América Latina em especial, levando alguns autores a identificarem uma disposição expansionista/subimperialista do Brasil cujo objetivo seria elevar o país à condição de semiperiferia.

Entretanto, afora a dificuldade de sustentar a existência de um "plano" baseado no expansionismo de empresas brasileiras pela região, o movimento é anterior aos governos Lula, orientado antes pela lógica da acumulação que pela do Estado[11]. Considerando apenas os investimentos diretos no estrangeiro, o expansionismo de empresas brasileiras como a Petrobras, Gerdau, Votorantin, Vale, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa remete à ditadura militar, porém é certo que foi incentivado

10. Opinião similar a de Evans (1998) é a de Vivek Chibber (2005:187): "Una clase capitalista excepcionalmente unida [familiar] había, hacia principios de los 90, superado su necesidad de apoyo estatal como condición para el éxito de las exportaciones. Por ende, la asociación que había sustentado al estado desarrollista se disolvió, y el chaebol comenzó a reclamar el desmantelamiento del aparato de planeamiento. El fin del estado desarrollista no fue provocado ni por el FMI ni por EUA en la secuela de la crisis de 1997. Ese fue sólo el desenlace de los eventos críticos. El viejo aparato había caído en el desconcierto mucho antes bajo la presión del chaebol, y en realidad fue su previo desmantelamiento el que ocasionó la crisis".
11. Sobre a relação contraditória e complementar entre as duas lógicas ver David Harvey (2004). Numa distinção inicial "a política do Estado e do império" seria o imperialismo capitalista "como projeto distintamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares"; enquanto nos "os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo", o domínio e o uso do capital assumem a primazia no imperialismo como "um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo" (p.31).

nos governos Lula - em alguns casos, produzido/alavancado pelo BNDES, tais como JBS, Marfrig, BRF Brasil Foods, Fibria. Por um lado, acompanhando a alta nos preços internacionais das commodities, tendo em vista a demanda do mercado asiático, as perspectivas de lucros por meio do controle de recursos estimularam a expansão especialmente em países vizinhos. De outro, a prestação de serviços no setor de construção/engenharia pelas grandes empreiteiras foi incentivada pelos empréstimos públicos[12].

O BNDES, ao financiar as exportações de bens e serviços de empresas brasileiras, está subsidiando uma prática que pode ser taxada de imperialista (financiamentos geram juros e vendas de serviços/equipamentos). No entanto, seria equivocada a equiparação do Banco ao capital financeiro, como fazem críticos do "subimperialismo" brasileiro, pois não se trata propriamente do "banqueiro" incorporador, controlando e direcionando investimentos. Mesmo quando é relevante sua participação acionária, o controle ou interferência do Banco é difícil e, entre a lógica dos negócios e a do Estado, a atuação da Instituição está sujeita a muita controversa. Além do diferencial das taxas de juros, críticos apontam para a falta de transparência (e/ou mesmo de planejamento adequado), à transferência de recursos para o setor privado segundo critérios "patrimoniais", aos financiamentos direcionados a poucas empresas, em setores de baixa inovação e valor agregado[13].

Sem falar na desconfiança quanto à capacidade do Estado brasileiro para manter em mãos nacionais empresas capitalizadas com recursos públicos. A empresa VALE, por exemplo, quase teria sido desnacionalizada, não fosse intervenção de Carlos Lessa à época em que presidia o BNDES. Conforme matéria sobre Luciano Coutinho da revista *Piauí,* O desenvolvimentista:

12. Conforme matéria da *Folha de São Paulo (*18/09/2011, caderno Mercado): "A exportação de obras de construtoras brasileiras explodiu nos últimos dez anos. O desembolso de financiamentos do BNDES para obras de empreiteiras brasileiras no exterior aumentaram 1.185% entre 2001 e 2010, passando de US$ 72, 897 milhões para US$ 937, 084 milhões. No governo Lula, que usou a diplomacia presidencial para abrir mercados para empresas brasileiras na África e América Latina, o crescimento foi de 544%. Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa tiram uma parcela cada vez maior de seu faturamento de obras feitas em países como Venezuela, Peru, Angola e Moçambique. (...) 'O banco financia obras de infraestrutura desde 1997 e jamais houve uma demanda tão grande para projetos no exterior', diz Luciene Machado, superintendente de comércio exterior do BNDES. 'Antes isso se restringia à Odebrecht, mas agora vemos todas as empreiteiras fazendo uma opção pela internacionalização', afirma."
13. Ver, por exemplo, textos da Plataforma BNDES, no site do IBASE (www.ibase.org); ou Blog do Mansueto de Almeida (http://mansueto.wordpress.com).

> A Vale do Rio Doce colocara um lote de ações à venda e Lessa comunicou a Furlan que o BNDES exerceria seu direito de comprá-las. Furlan avisou sua intenção ao presidente da Vale, Roger Agnelli, que se adiantou e vendeu as ações para os sócios japoneses da empresa. No segundo lote de ações colocado à venda, Lessa manteve silêncio. "Estava tudo combinado para que os japoneses comprassem mais essas ações, mas um estudo do banco indicou uma alternativa melhor", contou Lessa. "Vendi as ações que tínhamos da Votorantim, e, com o dinheiro, fomos lá e pagamos 500 milhões de dólares pelas ações da Vale. O Furlan, quando soube, queria me matar. Mas eu não podia deixar que as decisões sobre o patrimônio dos brasileiros fossem parar nas mãos dos japoneses."
> Ao saber da operação, Lula, que estava no exterior, ligou para Lessa. "A imprensa está me perguntando se nós estamos reestatizando a Vale", disse-lhe Lula. "Eu expliquei que não, que o banco estava apenas exercendo sua preferência de compra (...)." Dias depois, numa reunião em Brasília, Mantega e Furlan reclamaram da forma como o negócio tinha sido feito – de maneira autocrática, sem discussão nem comunicação aos ministros. "Se eu comunicasse, eles iam me passar para trás", explicou Lessa. (*Piauí*, outubro de 2010)

Entre as grandes empresas brasileiras, talvez seja justamente a Vale o mais próximo do "ideal" de conglomerado produtivo-financeiro, controlada por um consórcio de proprietários cujos dois acionistas diretos são o BNDESPAR (BNDES) e a Valepar – que reúne Bradespar (do Bradesco, com pequena participação de um grupo português), a multinacional japonesa Mitsui e mais duas empresas, a Eletron (firma de investimentos do banco Opportunity) e a Litel (um grupo de fundos de pensão de estatais, com destaque para Previ/BB). Além da complexa associação entre proprietários, o grupo tem investimentos em várias firmas, com destaque para o setor de logística. A compra, em 2006, da mineradora canadense INCO é considerada um marco no processo recente de internacionalização de empresas nacionais.

Segundo o Ranking das Transnacionais Brasileiras 2011, da Fundação Dom Cabral, a Vale é a transnacional brasileira com maior presença no exterior por meio de escritórios, operações, projetos, explorações e *joint ventures* em 37 países além do Brasil, com destaque à Ásia e África. Trata-se, portanto, de um grupo bastante internacionalizado, reunindo capital produtivo, capital bancário público e privado, fundos de pensão, com participação minoritária do capital estrangeiro, atuante em várias firmas e passível de acusações de imperialismo[14]. Não obstante, a Vale atua predominantemente no setor de minério bruto, com investimentos em logística subordinados ao ramo de atuação principal e participações pequenas em firmas variadas (algumas, teoricamente,

14. Atualmente enfrenta problemas com o fisco no Brasil e Europa e, recentemente, recebeu o título de pior empresa do mundo, em "premiação" criada pelo Greenpeace e a ONG Declaração de Berna, o "Public Eye People's", prêmio existente desde 2000 e também conhecido como o "Oscar da vergonha"; a escolha foi justificada pelo desrespeito aos direitos humanos, dos trabalhadores e danos ao meio ambiente, mas também se deve à compra pela Vale da participação no Consórcio Norte Energia, responsável pela usina de Belo Monte.

concorrentes). Não constituindo exceção dentre os grandes grupos econômicos privados com maior presença no exterior, no geral destacam-se num ramo de atividade e tendem à expansão em negócios relacionados ou atividades complementares ao carro-chefe[15].

É o caso do grupo mais internacionalizado, o JBS/Friboi, com 60% dos empregos gerados fora, que, apesar das relações com o BNDES (com participação acionária em torno de 30% na empresa), está longe de um caso de fusão entre o setor produtivo e o bancário sob a liderança do Banco – este que parece servir aos interesses dos acionistas majoritários (os irmãos Batista)[16].A empresa era pouco conhecida até ter início uma "parceria" com o BNDES entre as mais polêmicas sob a presidência de Coutinho, que tem financiado o expansionismo e a diversificação do grupo atuante prioritariamente no setor de carnes – as demais participações são ainda pouco relevantes: produtos de higiene/limpeza (marca Flora); negócios no segmento de couro, colágeno e lácteo (Vigor) e no setor de varejo bancário. No ano passado, o Banco aprovou financiamentos à diversificação mais ambiciosa, rumo ao setor de papel e celulose, o que não chegou a surpreender o mercado (*IstoÉDinheiro*,10/06/2011), mas teria causado estranheza o momento pouco oportuno, com o anúncio pela Suzano Papel e Celulose do adiamento da construção de duas fábricas programadas, na "mesma semana em que os Batista comemoravam a liberação do dinheiro do BNDES".

Como o JBS/Friboi, a Gerdau é bastante especializada (siderurgia), os dois grupos têm se expandido por meio do controle acionário das empresas adquiridas, com poucas

15. Utilizamos dados de Sergio G. Lazzarini, 2011. O autor traça o quadro da diversificação e dos "laços" entre os maiores grupos brasileiros (num emaranhado mundo pequeno), diversificação, segundo ele, ainda baixa, pois "(...) a maior parte dos grandes grupos parece se expandir em negócios relacionados, ao longo de cadeias verticais de produção ou atividades complementares ao carro-chefe (p. 64)".
16. Para Joesley Batista (um dos donos da JBS), eles é que ajudam o Banco: "(...) pagamos [o BNDES] com ações, ele recebeu ações. (...) As pessoas falam: 'Mas o BNDES investiu muito dinheiro'. O ponto é que nós fazemos coisas. (...) Eu, como investidor, ando atrás de um bom retorno. Por isso que eu defendo que nós ajudamos o BNDES. Nós estamos aí caçando oportunidade para ele investir o dinheiro dele". Disponível em www.pecuaria.com.br/info.php?ver=7755. Uma busca na internet e surpreende a quantidade de matérias críticas às relações BNDES-JBS. Júlio da Silveira Moreira, por exemplo, denuncia o fato dos empréstimos do Banco ao grupo equivalerem a todo o orçamento de 2011 para a Ciência e Tecnologia**:** "No dia 19 de maio, quando foi noticiada a conversão das dívidas do JBS em ações do BNDES, a comentarista Lúcia Hipólito, da Rádio CBN, questionou por que investir tanto num frigorífico? Não se poderia investir esses recursos em outras áreas, como Ciência e Tecnologia? Pois bem, (...) os empréstimos do BNDES ao frigorífico JBS equivalem a todo o investimento em Ciência e Tecnologia durante o ano de 2011. Disponível em: http://www.criticadodireito.com.br/todas-as-edicoes/numero-1-volume-7/estado-capitalista-bndes-e-frigorificos

experiências de *joint ventures*; e ambos abriram bancos próprios a fim de dispor de financiamento para clientes/fornecedores, atividade subordinada dentro dos grupos. Posição semelhante a do Banco Votorantim - do grupo atuante nos setores de minérios, siderurgia, cimentos, energia, agroindústria, celulose/papel -, salvo da falência recentemente graças à associação como o Banco do Brasil, que adquiriu quase metade da instituição. Nas grandes empresas de construção/engenharia - Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez –, internacionalizadas e apresentando alguma diversificação, não identificamos associações com o setor bancário (a Camargo Corrêa vendeu sua participação no Itaú). O grupo Itaú-Unibanco, o mais internacionalizado dos bancos privados, destaca-se menos que o Bradesco no financiamento/participação em empresas do setor produtivo, mas detém a Duratex (produtos de madeira e materiais sanitários), Elekeiroz (produtos químicos) e Itautec (computadores e serviços de tecnologia de informação).

A Odebrecht é considerada a maior e mais internacionalizada das empresas do setor da grande engenharia nacional, fundada em 1943 em Salvador, sua expansão encontra-se decididamente articulada às obras públicas no Brasil e alhures, sendo o BNDES o grande financiador da expansão do grupo, que também tem recorrido à captação externa[17]. Com forte presença na América Latina, em empreendimentos ligados à exploração de recursos primários e obras públicas em geral, a empresa tem sido apontada como a principal beneficiária do projeto de integração física sul-americana. A expansão da empresa começa a chamar atenção durante a ditadura militar, com certa especialização em serviços de engenharia prestados à Petrobrás e empreendimentos ligados às atividades petrolíferas (vem se destacando na produção de plásticos verdes). Atualmente, conforme Pedro Henrique P. Campos:

> "(...) as organizações Odebrecht incluem a famosa construtora e também uma empresa muito maior, a Braskem, conglomerado petroquímico que possui pólos no Sul e no Nordeste, líder na América Latina e o terceiro grupo petroquímico das Américas, atrás

17. O que leva Ceceña (2009) a pôr em duvida a nacionalidade da empresa: "El abigarramiento de intereses se ha acrecentado últimamente por la entrada de capitales extranjeros a empresas locales, las más de las veces relacionadas con las actividades extractivas, como es el caso de Vale do Río Doce. Estas empresas se potencian, aumentan su producción y, evidentemente, sus exportaciones; se vinculan más estrechamente al mercado mundial, pero siguen apareciendo como nacionales cuando en varios casos su capital es ya mayoritariamente extranjero. Quizá la empresa latinoamericana más favorecida por la IIRSA actualmente es la Odebrecht, que se anuncia como empresa brasileña". Entretanto, a despeito da participação do capital estrangeiro, tanto a Vale como a Odebrecht seguem majoritariamente em mãos nacionais.

> apenas das gigantes Exxon e Dow Chemical. A empresa foi criada a partir da privatização de empresas como a Salgema Indústrias Químicas, PPH e Poliolefinas, nas décadas de 80 e 90. O enorme tamanho da Braskem diminui o porte da construtora no grupo como demonstram os números: 68,85% das receitas das organizações Odebrecht em 2006 eram provenientes da química e petroquímica, enquanto 30,89% eram oriundos da construção e engenharia. Outros projetos da organização se situam nas concessões rodoviárias, concessões de energia e até no agronegócio, em que a empresa ETH, pertecente ao grupo, pretende investir R$ 5 bilhões no setor de açúcar e de álcool até 2014." (CAMPOS, 2009).

Não teríamos como seguir abordando outros grandes grupos privados, os parágrafos anteriores consistem apenas em apontamentos à hipótese de que, partindo da identificação do capital monopolista ao capital financeiro, o "estágio" da economia brasileira ainda tem o que avançar e, se estratégia houver na política do BNDES, parece ser a de acelerar o processo de monopolização da economia. Com foco nos setores nos quais o país seria competitivo, voltados às exportações de commodities (papel e celulose, alimentos, frigorífico, petroquímico, petróleo e mineração). O que é bem arriscado, a despeito da conjuntura favorável.

> "Estamos voltando a ser exportadores de commodities. É uma volta à Velha República", provocou Lessa. "Eu acho que a culpa não é do Luciano. Isso acontece porque não existe um projeto de desenvolvimento para o Brasil. O negócio do BNDES hoje é emprestar a quem pede." O economista Antônio Barros de Castro faz objeções semelhantes: "Estamos optando por fortalecer uma indústria do passado. A impressão é que há muito dinheiro para emprestar, mas faltam projetos. Não há um planejamento que nos permita pensar que o Brasil dará um grande salto industrial". (*Piauí*, out. 2010)

Barros de Castro, numa de suas últimas entrevistas afirmou que com a ascensão do leste asiático, capitaneada pela China, "países mais atrasados compram manufaturados baratos e exportam matérias-primas cada vez mais caras". E viria aí a "China 2", em busca de produtos menos poluentes, verdes. "A China 1 é a do "made in China", e eles deram uma surra baseada em trabalho barato e em imitação tecnológica". A nova China será a do "created in China". Tendo em vista este cenário novo, o autor propõe uma alternativa, diríamos "adaptada" à China, priorizando setores nos quais os chineses não estão nem estarão:

> Seriam setores protegidos pela especificidade dos nossos recursos naturais, por costumes, estrutura industrial e demanda. (...) Não proponho uma volta ao agrário. O agrário é uma trégua para você, por exemplo, construir uma indústria ligada ao pré-sal, de satélites, de novos materiais, de aços especiais. É aplicar os conhecimentos existentes para desenvolver coisas próprias e originais. A química do etanol permite desenvolver plásticos verdes. A indústria automobilística chinesa deseja vir para cá? Vamos fazer um acordo para em dez anos os plásticos serem todos verdes; nós garantimos a evolução do produto. É usar a China como mercado. É possível mudar os tratores para que eles se adaptem às necessidades do Brasil. Não é pegar o americano e fazer outro um pouco mais sofisticado. É fazer máquinas adaptadas às condições tropicais de solo, clima. (*Folha de São Paulo*,11/04/2011)

3. Projeto de integração regional e subimperialismo

Na falta um plano de desenvolvimento ao Brasil, a América do Sul tem o de integração física regional (IIRSA, agora COSIPLAN): um conjunto de obras organizado em torno de eixos de integração e desenvolvimento cujo objetivo seria criar/incrementar canais de intercâmbio e fluxo de mercadorias por meio de investimentos maciços em infraestrutura concentrados nos setores de transporte, energia e telecomunicações. Lançado em 2000 pelo presidente FHC, o projeto seria retomado em dezembro de 2004, já no governo Lula, com a aprovação da *"Agenda de Implementação Consensual 2005-2010"*, que definiu 31 projetos prioritários a serem concluídos até 2010 - dois na área de comunicações, um na área de energia e 28 na área de transportes[18].

A modéstia da agenda comparada ao projeto original pode ser atribuída à sua viabilidade, sendo priorizadas as obras que, com base nas informações disponíveis em dezembro de 2004, poderiam ser concluídos até 2010 (ARAÚJO JR., 2009). Mas o número de projetos seria maior, pois o Brasil executaria com o *Programa de Aceleração do Crescimento* 34 projetos previstos na IIRSA e nos demais países haveria outros projetos fora da AIC, porém articulados à Iniciativa. Não obstante, teria sido prejudicada uma das características centrais do plano original: a de complementaridade dos projetos de cada eixo e sua implantação simultânea a fim de evitar a geração de novas disparidades regionais (ARAÚJO JR., 2009). E de maneira geral, parece válida a avaliação de Raphael Padula (2011), para quem a IIRSA acabou enfatizando pequenos projetos de transporte e abandonando a possibilidade de levar adiante projetos mais estruturantes de integração regional.

Recentemente, a IIRSA foi transformada em Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN). A justificativa foi a de inversão de sentido, conforme João Mendes, do Itamaraty, o enfoque do COSIPLAN será diferente, ao invés de corredores de exportação de insumos "para fora" será privilegiado o "desenvolvimento interno" da região, com destaque à área de telecomunicações. (*Folha de São Paulo*, 30/11/2011, caderno Mercado). Em novembro de 2011, foi aprovada a *Agenda de Projetos Prioritários de Integração* do COSIPLAN para os próximos anos[19], documento que traz um balanço da IIRSA: dos 531 projetos do seu Portfólio, 159 projetos estavam em

18. Disponível no site do IIRSA (www.iirsa.org)
19. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/spi/111130_Cosiplan_API_Agenda_de_projetos_prioritarios_de_integracao.pdf

execução por um valor estimado de US$ 52, 047 bilhões (45% do Portfólio); 309 projetos em preparação por um valor estimado de 53, 665 bilhões (46% do Portfólio); e 63 projetos haviam sido concluídos por um valor de 10,409 bilhões (9% do Portfólio). Especificamente, sobre a *Agenda de Implementação Consensual*, reproduzia os dados de relatório de junho de 2010[20], *IIRSA 10 anos depois: suas conquistas e desafios*:

> Os 31 projetos que integravam a AIC significavam um investimento total estimado de US$ 14,023 bilhões nos setores de transporte, energia e comunicações, cujo avanço até julho de 2010 é resumido da seguinte maneira:
> - 2 projetos concluídos que representam um investimento estimado de US$ 22 milhões [as pontes sobre o Rio Acre e sobre o Rio Takutu].
> - 19 projetos em execução, vários deles próximos a serem concluídos, que representam um investimento estimado de US$ 7,6774 bilhões.
> - 8 projetos em fase de pré-execução por um investimento estimado de US$ 6,3208 bilhões.
> - 2 projetos em fase de perfil que representam um investimento estimado de US$ 2,8 milhões.
> No que tange aos prazos de execução e conforme a estimativa vigente no VI Relatório da AIC de 2010, em 2014, 77% dos projetos da Agenda estariam concluídos, com uma projeção de 14 projetos terminados no final de 2011 (sobre um total de 31), 19 no final de 2012, 21 no final de 2013 e 24 no final de 2014 (AIC, Relatório de Avaliação, 2010). Caso estas previsões se mantenham, e depois de 6 anos de trabalho contínuo, no final de 2011 terão se concretizado vários projetos que resultam críticos para a integração regional (p.15, grifo nosso).

Os 14 projetos da AIC com previsão para o final de 2011 agora seriam 12:

EIXO MERCOSUL-CHILE
1. Duplicação da Rodovia 14 entre Paso de los Libres e Gualeguaychú; AR (BR)*; 1º Semestre 2011
2. Adequação do Corredor Rio Branco-Montevidéu-Colônia-Nueva Palmira; UR (AR-BR); Dez 2011
3. Rodovia Internacional 60 CH (setor Valparaíso-Los Andes); CH (AR); Dez 2011
EIXO INTEROCEÂNICO CENTRAL
4. Construção da Rodovia Pailón-San José-Puerto Suárez; BO (BR-CH-PE); 2º Semestre 2011
5. Passo de Fronteira Infante Rivarola-Cañada Oruro; BO-PA; 1º Semestre 2011 (1º Fase)
6. Construção da Rodovia Cañada Oruro-Villamontes-Tarija-Estación Abaroa; BO(PA); Jan 2011 (1º Fase)
7. Rodovia Toledo-Pisiga; BO (CH); 2º Semestre 2011
8. Pavimentação e Melhoria da Rodovia Iquique-Colchane; CH (BO); Março 2011
9. Recuperação do Trecho El Sillar; BO (CH-PE); 2º Semestre 2011
EIXO PERU-BRASIL-BOLÍVIA
10. Pavimentação Iñapari-Porto Maldonado-Inambari, Inambari-Juliaca/Inambari-Cusco; PE(BR); Abril 2011
EIXO DO ESCUDO GUIANÊS
11. Rodovia Boa Vista-Bonfim-Lethem-Georgetown (1° Fase: Estudos); GU-BR; Fev 2011
TICs
12. Implementação de Acordo de *Roaming* na América do Sul Regional; Dez 2011 (1º Fase)

*País Investidor/beneficiário e entre parênteses país beneficiário sem investir

Como se pode observar, as obras relacionadas no quadro acima (à exceção do item 12) são de melhoramentos e construção de estradas de pouca contribuição, por exemplo, à saída para o pacífico. Obras do Eixo Interoceânico Central estão longe da meta de construção do corredor rodoviário de São Paulo ao Pacífico, atravessando Bolívia, Chile, Paraguai e Peru. A Rodovia Interoceânica Sul, conhecida como "estrada do

20. Disponível no site da IIRSA (http:// www.iirsa.org).

Pacífico" (item 10), cujos trechos construídos/pavimentados por empreiteiras brasileiras[21] já estão operando, seria pouco viável ao objetivo da saída para o pacífico por ser o transporte de grandes cargas em caminhões por terrenos com forte inclinação muito difícil, afirmou o coordenador da IIRSA no Brasil, Ariel Cecílio G. Pares. A abertura à Ásia para os produtos brasileiros através de países vizinhos, segundo Pares, só virá com a construção da via férrea até o mar, utilizando-se uma rota com variações de altitude bem menores (ou seja, se acontecer, vai demorar)[22].

Mesmo considerando que obras de longo prazo dificilmente são executadas conforme planejamentos e cronogramas originais, a conclusão é de que talvez a IIRSA tenha despertado críticas demais tendo em vista a modéstia dos objetivos e resultados (uma busca na internet e inúmeros trabalhos a respeito dão ideia da reação). Quanto às prioridades, pode-se dizer que o problema maior da IIRSA nestes dez anos de existência foi a pouca complementaridade entre os empreendimentos, combinada à "opção" pelas grandes obras rodoviárias ao invés de obras mais produtivas de integração regional – em telecomunicações, vias ferroviárias, energia limpa.

> Os setores de transportes, energético e de comunicações devem ser concebidos de forma conjunta, aproveitando sinergias e complementaridade potenciais. A IIRSA buscou facilitar e eleger projetos com capacidade de atrair o interesse privado e na sua concepção de planejamento não utilizou critérios para diferenciar (valorizar e priorizar) as obras com maiores impactos regionais. Concluímos que não fica claro qual foi a contribuição adicional da IIRSA à construção de obras de infraestrutura na região, visto que estas obras provavelmente já teriam suas motivações e viabilidade de financiamento e execução. Não foi estabelecida assim uma forma eficiente, dinâmica, sinérgica e indutora de transformação na infraestrutura de integração, na atividade diretamente produtiva, e nos espaços menos avançados, cuidando dos efeitos polarizadores. (PADULA, 2011: 25)

Com respeito à participação do BNDES, parece modesta ao financiamento das obras de infraestrutura visando à integração regional, sendo a maioria das obras financiadas pelo Banco não estratégicas à integração. Como se pode observar no quadro abaixo, que destaca os financiamentos mais relevantes entre cerca de 80 projetos de infraestrutura na

21. Por dois consórcios: o CONIRSA liderado pela Odebrecht e o INTERSUR formado pela Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão; empresas que obtiveram 25 anos de concessão à administração da estrada.
22. Assim, o objetivo principal da estrada do pacífico seria estimular o comércio dentro do continente, e não para fora dele; e comerciantes peruanos veem boas oportunidades de vendas para o norte do Brasil, cujas mercadorias do sudeste chegam muito caras. *Apud* BIDAMERICA, 15/06/2011 (www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=3775)

América do Sul, que foram ou estão sendo financiados pelo Brasil, totalizando cerca de US$ 10 bilhões em projetos já aprovados[23].

Argentina: Construção e ampliação da rede de gasodutos na Argentina, aprox. US$ 1,9 bilhão (Odebrecht, Confab); Exportação de 20 Aeronaves EMB 190 para Austral/Aerolineas, US$ 646 milhões (Embraer); Aqueduto do Chaco, US$ 180 milhões CNO /Techint / OAS / ISOLUX – a licitar).
Bolívia: Rodovia San Ignacio de Moxos-Villa Tunari, US$ 332 milhões (OAS – a licitar); Projeto Hacia el Norte - Rurrenabaque-El-Chorro, US$ 199 milhões; Rodovia Tarija-Bermejo, US$ 179 milhões (Queiroz Galvão).
Chile: Ampliação do metrô de Santiago, US$ 209 milhões (Alstom); Apoio ao Projeto Transantiago (exportação de ônibus), aprox. US$ 350 milhões (Mercedes-Benz). Colômbia: Exportação de 127 ônibus para transporte coletivo urbano, US$ 26,8 milhões (San Marino).
Guiana: Ponte sobre o rio Tacutu, US$ 17,1 milhões.
Paraguai: Construção da segunda ponte sobre o rio Paraná, US$ 200 milhões.
Peru: Ponte Assis Brasil-Iñapari, US$ 17,1 milhões.
Uruguai: Rede de Distribuição de Gás de Montevidéu, US$ 7 milhões (OAS).
Venezuela: Construção e ampliação do Metrô de Caracas, aprox. US$ 943 milhões (Odebrecht); Construção da Hidrelétrica La Vueltosa, US$ 121 milhões (Alstom).

Mas o fato é que obras de infraestrutura relacionadas ou não ao plano de integração regional vêm acrescentando lenha à fogueira das manifestações de descontentamento com o "imperialismo" brasileiro, expresso em movimentos sociais, meios acadêmicos e de comunicação latino-americanos. Em meio às acusações de imperialismo ao Brasil, tem chamado atenção certa retomada das ideias de Ruy Mauro Marini[24], que buscou apreender o expansionismo brasileiro à época da ditadura militar por meio da noção de subimperialismo. Para o autor, a forma que a economia dependente pode assumir na etapa monopolista, exercendo uma política expansionista em cooperação antagônica com as economias centrais:

> Hemos definido, en otra oportunidad, al subimperialismo como la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de lo monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica,

23. Disponível em **http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.1.6-america-do-sul-infraestrutura**

24. Não teríamos como reproduzir essa retomada do pensamento de Marini, uma boa experiência neste sentido é a de Mathias Luce (2007), propondo uma apropriação atualizada das contribuições da "teoria do subimperialismo" de Marini à análise dos governos Lula. Além do capítulo 1, as referências bibliográficas do autor dão conta da retomada mencionada. Vale anotar que um argumento contrário a essa retomada seria que o Brasil hoje é uma democracia, limitando a análise de Marini à ditadura militar, como se somente autocracias tivessem práticas imperialistas.

> un fenómeno de esta naturaleza. (...) A falta de dados más precisos, la composición orgánica de capital de una nación puede inferirse de la participación de su producto manufacturero en el producto interno bruto.(MARINI, 1977:17, grifo nosso)

A citação condensa o significado de subimperialismo para Marini, no qual as exportações de manufaturas, o consumo suntuário e a demanda estatal constituem elementos centrais à realização do valor tendo em vista as dificuldades impostas pelo subconsumo & superexploração da força de trabalho na economia dependente. Definição que tende à diferenciação por "graus", de difícil operação: no capitalismo monopolista dependente os limites ao consumo de massa decorrentes da exploração da força de trabalho seriam maiores, o consumo suntuário e a demanda estatal mais importantes e nem todo capitalismo dependente será subimperialista devido aos distintos "graus" de composição orgânica. Critério de distinção subjacente também à ideia da "política expansionista relativamente autônoma", bastante complicado à sustentação de uma teoria.

Por sua vez, o consumo de massa é muito bem vindo, porém não decisivo à capacidade de acumulação/reprodução da economia capitalista, por toda parte combinada ao acesso limitado das massas ao consumo (inclusive nas economias centrais). A limitação do consumo pode contribuir para acirrar contradições, dificultando a convivência entre capitalismo e democracia liberal e entre governantes (dependentes do "mercado de votos") e detentores da riqueza, mas não é a causa do imperialismo ou o central no entendimento das crises (a crise atual, por exemplo, pode ser compreendida melhor a partir do descolamento entre atividade financeira e economia real). E como escreveu Mazzucchelli:

> Supor que a baixa capacidade aquisitiva "das massas" é a razão imediata das crises [e/ou do imperialismo], significa admitir que o capitalismo produz, fundamentalmente, para "as massas", significa admitir que, mesmo se valorizando, o capital produz para atender às necessidades sociais, e não o contrário, ou seja, o fato de que no capitalismo as necessidades sociais e o consumo das massas não só estão subordinadas, como em realidade, têm muito pouco a ver com as necessidades do capital. (MAZZUCCHELLI, 1983: 65)

Para Marini, as exportações de manufaturas e capital seriam economicamente necessárias ao Brasil, como para seus seguidores atuais, que ainda identificam o BNDES ao capital financeiro. Não que não seja possível praticar o imperialismo com bancos públicos (a China o faz muito bem), mas ao menos teria que responder a um plano estatal e à direção/controle do Banco sobre os investimentos – condição cuja existência é duvidosa. Ademais, as contradições do imperialismo têm recebido pouca atenção nas análises atuais do subimperialismo brasileiro. Obras de infraestrutura em

países da região não deixam de ter efeitos positivos para a economia destes países, sendo mais fácil negociar com um país como o Brasil, sem grande poder de imposição (inclusive militar). E é curioso que se destaque, por exemplo, empreendimentos brasileiros na Bolívia ou Paraguai, mas sejam ignorados investimentos similares em Cuba ou mesmo Venezuela.

Em suma, a retomada de Marini pode resultar em trabalhos de pesquisa interessantes, mas a perspectiva carece de muitas revisões e atualizações (e não apenas devido ao destaque atual dos IED brasileiros), sendo o esquema explicativo do autor (superexploração & subconsumo → subimperialismo) demasiadamente centrado no peso dos fatores externos, além de ser a matriz "consumo" controversa em qualquer teoria do imperialismo, ainda mais na era da globalização financeira. Ainda, como escreveu Paulo Henrique P. Campos:

> As críticas que podem ser direcionadas a Marini se devem em boa escala à falta de uma ampla bibliografia citada, à falta de informações ilustrativas e a ausência de uma pesquisa com dados que comprovem suas hipóteses.
> (...) Ruy Mauro Marini faz uso, ainda, do famigerado modelo feudal, do PCB, para a economia brasileira apontando o "sistema misto de servidão e trabalho assalariado", criticado desde 1966 por Caio Prado Júnior, e também naquele momento, na tese de doutorado de Ciro Flamarion Cardoso e, em seguida, pela obra de Jacob Gorender.
> O conhecimento de história econômica brasileira e latino-americana presente em sua obra é frágil diante das pesquisas recentes da historiografia, bem como de uma abordagem mais cuidadosa mesmo com as informações tidas naquele momento (...) [e a partir de citações de Marini] se lê que a economia latino-americana não precisa do entendimento de suas condições internas e da sua relação com o conjunto da economia mundial para ser compreendida, mas que é explicada direta e unicamente a partir das economias mais avançadas do capitalismo global. (CAMPOS, 2010)

Portanto, se for para retomar perspectivas sociológicas ligadas à problemática da dependência, mais produtiva é a de Cardoso e Faletto (2004): a relação interna entre as classes, em suas relações com o Estado, é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência – e ao expansionismo das economias dependentes. Luta política interna e opções de política econômica articuladas às possibilidades abertas pelo funcionamento do sistema capitalista mundial. Desta ótica, o recente desenvolvimentismo internacionalizado parece mais fórmula possível de harmonização entre interesses financeiros e produtivos em disputa na cúpula do Estado que norteado por um plano de desenvolvimento baseado na liderança político-econômica regional do Brasil.

4. Conclusão

Por uma série de razões políticas/ideológicas, no 2º mandato Lula foi relativizado o domínio quase absoluto de interesses financeiros que marcou os 2º governo FHC e 1º Lula, num contexto no qual o setor da grande engenharia ganhou relevância na medida em que articula

uma frente ampla de interesses: frações do capital industrial nacional e estrangeiro, fornecedores de materiais e equipamentos e, pelo volume de emprego que gera direta e indiretamente, com a indústria de bens finais de consumo e a produção agrária (sem falar no mercado de votos)[25]. Eis um bom ponto de partida à investigação do tema do expansionismo brasileiro recente: as grandes obras de engenharia, dentro e fora do país, parecem responder à lógica do possível, num cenário em que as disputas no interior do bloco no poder, sobre a orientação principal da política econômica, abriram espaço aos representantes do setor produtivo, especialmente entre a alta tecnocracia do Estado.

Dessa forma, menos que a orientação segundo um plano estratégico de desenvolvimento nacional & regional, por enquanto predomina a racionalidade (ou irracionalidade) da luta política e parecem desproporcionais as acusações de imperialismo ao Brasil – sem poder militar, capital financeiro ou um plano estatal de desenvolvimento baseado no expansionismo e/ou na integração regional sob sua liderança. Daí que a "preferência" pelas grandes obras rodoviárias em detrimentos de projetos mais estruturantes e produtivos de desenvolvimento & integração regional, além de às dificuldades financeiras, encontra-se articulada à luta política local. Nossa hipótese é a de que o desenvolvimentismo expansionista veio ao encontro de certo rearranjo nas relações governo-empresariado - com representantes do setor produtivo ganhando espaço com os governos do PT -, sendo intensificado como política anticíclica face à crise de 2008.

Por sua vez, o BNDES, ao financiar as exportações de bens e serviços de empresas brasileiras, pratica uma política passível de ser taxada de imperialista (financiamentos geram juros e vendas de serviços/equipamentos), mas seria equivocada a equiparação do Banco ao capital financeiro, como fazem alguns analistas do subimperialismo brasileiro, pois práticas políticas denominadas imperialistas não implicam necessariamente na "etapa" do capital financeiro. Como o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil não resultou na conformação de um capital financeiro nacional a partir da fusão entre capital produtivo e bancário, o BNDES preencheria uma lacuna e a política de incentivos aos "campeões nacionais" parece ter no horizonte o capital financeiro nacional. O que, mais uma vez, é incerto que aconteça.

25. Vale observar que inspira-nos a análise de Carlos Lessa sobre o II PND.

Referências Bibliográficas:

AMSDEN, Alice H. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York:Oxford University Press, 1989.

ARAUJO Jr., José Tavares de. "Infra-Estrutura e Integração Regional. O papel da IIRSA", set. de 2009. (http://www.cindebrasil.org).

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. *III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica*. Brasília, setembro de 2010.

CANUTO, Otaviano. *Brasil e Coréia do Sul: os (des) caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Nobel, 1994.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CECEÑA, Ana Esther. Caminos y agentes del saqueo en America Latina, 2009. (http://www.rebelion.org/noticia.php?id=93827)

_____ et al. Territorialidad de la dominación: La Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA). Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.

CHIBBER, Vivek. ¿Reviviendo el estado desarrollista?: el mito de la "burguesía nacional". *In Socialist Register* 2005. (http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2005/socialist2005.pdf)

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. *In* Fiori, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

EVANS, Peter. Alternativas al Estado desarrollista. Lecciones de la crisis de Asia oriental. *Nueva Sociedad*, nº 155, mayo-junio 1998.

_____. O Estado como problema e solução. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, nº 28/29, 1993.

GUIMARAES, Alexandre Queiroz. Estado e economia na Coreia do Sul – do estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. *Revista de Economia Politica*, vol. 30, no 1 (117), pp. 45-62, janeiro-marco/2010.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de laços* – Os donos do Brasil e suas conexões. São Paulo: Campus, 2011.

LESSA, Carlos. *A estratégia do desenvolvimento, 1974-1976; sonho e fracasso*. 2ª Ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998. (coleção 30 anos de Economia-Unicamp, 5)

LUCE, Mathias. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007).* Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

MARINI, Ruy Mauro. "La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo". Cuadernos Politicos, n. 12, México, abr-jun 1977. (http://www.marini-escritos.unam.mx/)

_____"Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)". Revista Mexicana de Sociología, número especial, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1978. (http://www.marini-escritos.unam.mx/)

MAZZUCCHELLI, Frederico. *Capitalismo: tendência e crises* (uma reflexão a partir de Marx). Campinas: IE/UNICAMP, 1983. (Tese de Doutorado)

NYE, J. and KEOHANE, R. *Power and Interdependence*. 2 ed. Nova York: Harper Collins, 1989.

PADULA, Raphael. Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica à IIRSA. (http://leal-ufrj.blogspot.com.br/p/publicacoes.html)

SOUZA, Angelita Matos. Expansionismo brasileiro e subimperialismo. *Boletim Meridiano 47* vol. 13, n. 130, mar.-abr. 2012.

_____O Expansionismo nos governos Lula e o BNDES. *Boletim Meridiano 47* vol. 11, n. 120, jul.-ago 2010.

_____ Desenvolvimento, expansionismo e integração regional. *2º CODE/IPEA*, 2011 (cd-room).

VII SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA UNICAMP - CMU
Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades
13, 14 e 15 de fevereiro de 2012
UNICAMP

Campanha da Princesa na última década do escravismo

Alexandre Macchione Saes[1]
Antoniel Avelino Filho[2]

Resumo: A cidade de Campanha da Princesa, centro econômico e político do Sul de Minas dos oitocentos, foi ao longo da segunda metade do século XIX perdendo sua preponderância como centro regional. Sofreu desmembramentos, com a emancipação de cidades como Itajubá, Três Corações, Águas Virtuosas de Lambari, e ainda, ao que parece, diferentemente de cidades como Varginha e Alfenas, não avançou na produção de café. Conseqüentemente, na passagem para o século XX, a cidade não somente não ampliou sua população, como deixou de assumir atividades comerciais e bancárias que seriam instaladas em outros municípios. O presente artigo busca, desta forma, avaliar a estrutura econômica da sociedade campanhense na segunda metade do século XIX, especialmente na última década do escravismo, identificando como as transformações da economia brasileira interferiram na evolução dos grupos dominantes locais. Para apoiar a constituição da história de Campanha neste período, nos baseamos na análise das Atas da Câmara de Campanha (1830-1896) e nos 130 inventários que cobrem a década de 1880.

[1] Professor do Departamento de Economia da FEA/USP – Pesquisa Financiada pela FAPESP.
[2] Discente do curso de Economia da FEA/USP – Bolsista técnico da FAPESP.

Campanha da Princesa na última década do escravismo

> "Era Três Corações, por aquele tempo, uma simples freguesia do Município de Campanha. A penosa viagem a cavalo dali para esta cidade, com o percurso de vinte e quatro quilômetros, impedia que Suas Majestades pudessem pessoalmente visita-la".
> Alfredo Valladão, *Campanha da Princeza,* vol.2, p.251.

Alfredo Valladão, Ministro do Tribunal de Contas da União, autor do projeto do Código de Águas em 1907 e ilustre personagem campanhense, descreve em seu livro *Campanha da Princeza* não somente a chegada da ferrovia no Sul de Minas na década de 1880 como todas as festividades celebradas pela região naquele momento. Partindo do entroncamento com a Estrada de Ferro D. Pedro II na cidade de Cruzeiro, no Vale do Paraíba paulista, a ferrovia transpunha a Mantiqueira alcançando os rios Sapucaí e Verde já no Sul de Minas. Era uma novidade desejada e debatida na Assembleia Provincial a mais de uma década: seria a forma a ligar mais rapidamente a região com a capital do Império.

A Ferrovia Minas e Rio, na sua inauguração em 1884, teria sua estação terminal na freguesia campanhense de Três Corações, demarcando simbolicamente uma fase de rupturas na região. Uma semana após a abertura do tráfego da ferrovia, no dia 22 de junho, a família real partia da Corte para receber "todas as homenagens" junto à "multidão de povo que ao som da música e fogos saudavam com entusiasmo os ilustres visitantes". Contudo, tais homenagens ficariam circunscritas à cidade de Três Corações, pois "a penosa viagem a cavalo dali para esta cidade (de Campanha), com percurso de 24 quilômetros, impedia que Suas Majestades pudessem pessoalmente visitá-la".[3] A antiga sede da Comarca e berço de líderes políticos centrais do Sul de Minas, a cidade de Campanha distanciava-se, assim, tanto do poder político, como de sua posição de centro econômico regional. Jogando uma pá de cal sob a estagnação de Campanha, nos meses seguintes, Três Corações conquistaria sua emancipação.

[3] Alfredo Valladão, *Campanha da* Princeza, Vol.2. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1940, p.250-1.

Em suma, o século XIX – como período de intensas transformações econômicas no cenário internacional decorrente do avanço das revoluções industriais e a consequente integração dos mercados centrais e periféricos –, incitaria uma profunda reorganização da própria economia brasileira. Assim, recebendo fortes influências neste novo cenário de divisão internacional do trabalho e, especialmente a partir de meados dos oitocentos com a expansão da cafeicultura, o Brasil passaria por uma redefinição das hierarquias geográficas e produtivas internas. Ademais, neste meio século final dos oitocentos a escravidão seria liquidada e, com ela, importantes grupos econômicos; a Monarquia seria levada juntamente com a escravidão, ascendo então o governo republicano; a economia cafeeira tornar-se-ia motivo ora de alegria ora de apreensão econômica diante sua centralidade na composição da renda nacional; e, finalmente, a ainda dominante economia agrário-exportadora veria ascender nos seus interstícios um rol mais diversificado de atividades urbanas.

É neste cenário que pretendemos tratar da última década do escravismo na cidade de Campanha Princesa. Campanha, mais antigo centro econômico e político do Sul de Minas nos oitocentos, foi ao longo da segunda metade do século XIX perdendo sua preponderância como centro regional. Sofreu perda de território e população com a emancipação de cidades como Itajubá, Águas Virtuosas de Lambari e, como vimos, Três Corações. E ainda, como se não bastasse, diferentemente de cidades como Varginha e Alfenas, não avançou de maneira intensa na dinâmica produção de café. Consequentemente, na passagem para o século XX, a cidade não somente pouco ampliou sua população, como deixou de assumir atividades comerciais e bancárias que seriam instaladas em outros municípios.

Para apoiar a reconstituição da história de Campanha neste período, nos baseamos especialmente na análise das Atas da Câmara de Campanha (1880-1896) e nos 130 inventários existentes no Centro de Memória e Cultura do Sul de Minas que cobrem a década de 1880,[4] isto é, a década do ocaso da escravidão brasileira (tabela 1).

[4] Dentre os inúmeros trabalhos que se valem da análise de inventários, conferir: CARDOSO DE MELLO, Zélia M. *Metamorfoses da riqueza - São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985; MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira*: vale do Paraíba século XIX. Lorena: Stiliano, 1998; LOPES, Luciana

Tabela 1. Inventários pesquisados em Campanha

Anos	Inventários
1880	13
1881	19
1882	14
1883	12
1884	19
1885	17
1886	7
1887	12
1888	17

Fonte: Inventários post-mortem da cidade de Campanha.
CEMEC, Campanha, 1880-1888.

Não negamos os limites existentes na documentação cartorial, que por se tratar de um arrolamento de bens para fins de divisão destes entre os herdeiros, os inventários acabavam por representar apenas uma amostra da população, uma amostra possivelmente da parcela mais abastada da população. Seus valores são declarados, com possível variação de critérios usados entre os avaliadores. Ademais, o inventário é um retrato estático da vida dos inventariados; do momento de seu falecimento: nada garante que este tivesse sido o momento em que ele concentrou a maior parcela de sua riqueza, quanto muito de que foi o próprio inventariado que concentrou tal riqueza: a composição podia ser resultado do acúmulo de riquezas pretéritas. Finalmente, a existência de determinada atividade identificada não responde necessariamente ao que teria sido a principal atividade do indivíduo ao longo de sua vida.

Independente de tais limitações, a pesquisa da evolução econômica da sociedade campanhense por meio da composição da riqueza inventariada pode nos ajudar a construir este retrato das principais atividades existentes na região em fins do século XIX, assim como da estrutura social frente a uso do trabalho escravo e do consumo de bens móveis. O presente artigo busca, desta forma, avaliar a estrutura econômica da sociedade campanhense na segunda metade do século XIX, especialmente na última década do

Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 2005.

escravismo, momento emblemático no descolamento de Campanha do rumo econômico tomado pela região. Acreditamos, assim, que esta análise nos permitirá identificar como as transformações da economia brasileira interferiram na evolução dos grupos dominantes locais e, possivelmente, compreendendo as causas para a estagnação da cidade na transição para o século XX.

O Sul de Minas no ocaso do escravismo

A Província de Minas Gerais que se deitou na primeira metade do século XIX como o *lócus* das atividades de abastecimento da metrópole e a origem do capital mercantil para as atividades agrário-exportadoras do sudeste, acordou no fim do Império num novo e turbulento ambiente. A fase de transição para uma sociedade capitalista, como reforça Marcelo Godoy, foi o momento em que as elites mineiras, com a "impassibilidade diante da oportunidade histórica", perderiam a passada frente a modernização econômica.[5] Ao abrir os olhos para a nova realidade, os mineiros se deparavam com a descontinuidade da pujança das atividades mercantis oitocentistas para o que seria a fragmentação de sua economia e o ritmo desacelerado de crescimento econômico nas primeiras décadas do século XX.[6] Essa perda de substância, expressão de Francisco Iglésias,[7] parece ter sido mais intensa justamente nas cidades apegadas às atividades tradicionais.

Nesse sentido, as tradicionais tropas de mulas começavam a dividir espaço com as ferrovias; a imponente e diversificada fazenda mineira deixava de ser a residência exclusiva do produtor, que assumia atividades nos centros urbanos; os escravos como estrutura de sociabilização e de riqueza, ao ganhar sua liberdade, induzia que as rendas da elite fossem direcionadas para novas atividades; e, a expansão da exportação de café na Província permitia a efervescência de novos negócios.[8]

---

[5] GODOY, Marcelo Magalhães. "Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento." *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, vol. 11, no. 16, 2009.

[6] Integração que somente seria retomada com a "maturidade" da capital Belo Horizonte, depois da década de 1920. Cf. SINGER, Paul. *Desenvolvimento e evolução urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

[7] IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

[8] Para o caso das ferrovias em Minas Gerais, conferir: SANTOS, Welber Luiz. *A Estrada de Ferro Oeste de Minas: São João del Rei (1877-1898)*. Dissertação de Mestrado – UFOP – Mariana, 2009 e PAULA, Dilma

No Sul de Minas Gerais essa dinâmica não foi diferente. A construção política do Sul de Minas teve origem com a formação da cidade de Campanha da Princesa em 1789. Localizada originalmente na Comarca do Rio das Mortes, Campanha tornar-se-ia, então, a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir de 1833.[9] Região com papel secundário ao longo do período colonial, respondendo essencialmente como trajeto das tropas de abastecimento das cidades auríferas e da produção de aguardente,[10] quase que naturalmente, criou sua identidade por meio do comércio de víveres e mantimentos nas fronteiras da Comarca do Rio Sapucaí, delimitada no Norte pelo Rio Grande e no Sul e Sudeste pelos contrafortes da Mantiqueira. Assim, o berço do Sul de Minas é Campanha e seu papel econômico era o circuito de abastecimento.[11]

Era Campanha que capitaneava as principais transformações da região no período. Antigas freguesias começavam a se emancipar ainda na primeira metade do oitocentos: era formação de cidades como Baependy (1814), Jacuhy (1814), Pouso Alegre (1831), Lavras (1831), Jaguary (1840), Itajubá (1848). Cidades estas que se firmavam nas rotas de abastecimento para o Rio de Janeiro, consolidando um grupo político representativo com interesses e presença na política da corte.[12] Entretanto, com o alvorecer da cafeicultura fluminense, novos determinantes induziam a rearticulação destes grupos sul mineiros com a política Imperial.

Andrade de. *Fim de Linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina (1955-1974)*. Tese de Doutorado – UFF – Niterói, 2000. PIMENTA, Demerval, José; ELEUTÉRIO, Arysbure Batista; CARAMURU, Hugo*. As Ferrovias em Minas Gerais*. BH: SESC, 2003; LIMA, Vasco de Castro. *A Estrada de Ferro Sul de Minas (1884-1934).* SP: Copas, 1934. E para o caso do sistema bancário: COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)*. Dissertação de Mestrado – Unicamp - Campinas, 1978 e BASTOS, Claúdio de A. *Instituições financeiras de Minas 1819-1995*. Belo Horizonte: BDMG, 1997.

[9] ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

[10] RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884)*. Araraquara: dissertação de mestrado – Unesp, 2006 e GODOY, Marcelo Magalhães. "Civilizações da Cana de Açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no Novo Mundo, séculos XVI a XIX". *História econômica & história de empresas*. Vol. X (2), Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2007.

[11] LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2003 e ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

[12] LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

É neste sentido que o vigoroso crescimento populacional e urbano da região verificado cerca de cinqüenta anos mais tarde, não mais respondia apenas aos estímulos desta economia tradicional: o Sul de Minas ampliou seus centros urbanos, e ainda, pode fomentar um processo de modernização de algumas cidades.[13] Uma importante inflexão estava em curso. Isto é, não seria mais apenas o comércio de abastecimento que impulsionaria às atividades econômicas da região; a economia cafeeira também delineava nova dinâmica.[14] Uma nova integração regional aproveitava-se da chegada das ferrovias nas décadas finais do século XIX: da Estrada de Ferro Mogiana com os ramais para Sapucaí, Poços de Caldas, Guaxupé e Passos; da Estrada de Ferro Minas e Rio chegando até Três Corações, que ligava-se com outras duas ferrovias, a Estrada de Ferro Muzambinho e a Viação Férrea do Sapucaí.[15]

É inegável o papel da ligação das ferrovias na expansão da cafeicultura no Sul de Minas. Até 1888 a Zona da Mata, região tradicional da produção cafeeira em Minas Gerais, representava mais de oitenta e cinco por cento das exportações da Província. Em 1903/4 essa participação já recuava para cerca de sessenta por cento, atestando o crescimento da nova região produtora, o Sul de Minas.[16] Entretanto, contraditoriamente a direção que tomavam as cidades induzidas por essas mudanças, seria justamente neste momento que a cidade de Campanha parecia perder o pé da história.

A questão populacional parece ilustrativa. Com uma população de aproximadamente de 260 mil habitantes em 1872, o Sul de Minas em 1907 já apresentava

[13] SAES, Alexandre; GAMBI, Thiago & COSENTINO, Daniel. "Sul de Minas em transição: opção por uma regionalização como ponto de partida". SAES, Alexandre & MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição.* Bauru: Edusc, 2012 (prelo).

[14] WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982 e OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de & GRINBERG, Lúcia. *A saga dos cafeicultores no Sul de Minas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

[15] O próprio traçado das ferrovias seria tema de importantes disputas locais. Mais uma vez, a cidade de Campanha não conseguia se firmar neste espaço político. Enquanto Américo Werneck e Francisco Bressane, políticos de Lambari e Campanha respectivamente, exigiam a chegada da ferrovia Sapucaí em suas cidades, esta avançaria para Itajubá e Pouso Alegre, de grupos aparentemente cada vez mais influentes na região. CASTILHO, Fábio. *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918)*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado – UFJF, 2009, p.58.

[16] PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930.* Tese de Doutorado - USP. São Paulo, 2004. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. "Cafeicultura Mineira: Formação e Consolidação – 1809-1870". *IX Seminário sobre a Economia Mineira.* Cedeplar, 2000.

quase 730 mil habitantes e, finalmente, mais de 1 milhão em 1920. Isto é, passava de 19% para 21% da população de Minas Gerais. Essa expansão das atividades econômicas e da população no Sul de Minas já chamava atenção aos moradores locais na década de 1870: Bernardo Saturnino da Veiga em 1874, defensor da formação de uma Província autônoma na região, defendia: "é o Sul de Minas, a parte mais povoada da Província como é aquela que a lavoura mais se tem desenvolvido, apesar dos empecilhos que a cercam, é aqui que o povo há revelado mais força civilizadora..."[17]

Entretanto, diferentemente do crescimento populacional de outras regiões do país e, mesmo da Província de Minas, a característica do Sul de Minas foi de dispersão de sua população. As cidades ao sofrerem continuamente um processo de desmembramento não conseguiam fortalecer sua estrutura urbana. Duas ondas fortes de emancipação municipal ocorreriam no período em destaque: um primeiro entre as décadas de 1880 e 1890, quando o fim da escravidão e a Constituição Republicana ditariam novas determinações à sociedade. Uma segunda, pouco mais tarde, na década de 1910, seguia já indicativos do governo estadual da valorização do espaço urbano.[18] Campanha seria um dos mais emblemáticos exemplos neste sentido: apesar do crescimento populacional da região, a cidade teria reduzida sua população em decorrência da formação de novos municípios.

Tabela 2. População de cidades selecionadas do Sul de Minas, 1872-1920

Anos	Campanha	Três Corações	Varginha	Pouso Alegre	Alfenas
1872	20.771	*	*	17.929	21.135
1907	8.231	11.736	31.967	35.363	29.282
1912	8.867	10.515	25.359	18.594	22.660
1920	12.367	12.262	22.457	67.401	29.434

Fonte: Para 1872: IBGE. Recenseamento Geral do Brazil, 1872; Para 1907-1912: IBGE. Anuário estatístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927; Para 1920: Minas Gerais. Álbum Chorográfico do Estado de Minas Gerais. Serviço de Estatística Geral: Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura/Imprensa Oficial, 1927. Foi considerada a divisão política do Estado de Minas segundo o critério de áreas mínimas comparáveis, por meio de IBGE Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

[17] VEIGA, Bernardo Saturino da. *Almanach Sul-Mineiro.* Campanha: Typhographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874 e 1884.

[18] SAES, Alexandre; GAMBI, Thiago & COSENTINO, Daniel. "Sul de Minas em transição: opção por uma regionalização como ponto de partida". SAES, Alexandre & MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição.* Bauru: Edusc, 2012 (prelo).

Mas vale ressaltar que mesmo outros municípios que se tornariam referências regionais por conta da exportação de gado (Três Corações) ou produção de café (Varginha e Alfenas) mantiveram-se como municípios medianos para o período. Três Corações, que foi elevado a município em 1884, continuava com pouco mais do que dez mil habitantes. Varginha, por sua vez, que seria na década de 1910 um centro de beneficiamento de café regional, com 113 estabelecimentos,[19] com a emancipação de Eloy Mendes (antiga freguesia de Mutuca) em 1911, não passava dos vinte e cinco mil habitantes. Mesmo percurso de Alfenas, que com a emancipação de Vila Gomes, permanecia com pouco menos de trinta mil habitantes. O caso particular para o Sul de Minas é de Pouso Alegre, que mesmo com a redução de sua população em decorrência da formação do município de Silvanópolis em 1911, assumia o papel de maior cidade da região em 1920.[20]

Campanha na década de 1880: a escravidão

Na descrição de Marcos Ferreira de Andrade, em seu trabalho sobre Campanha da Princesa na primeira metade do século XIX, a cidade constitui-se por meio de sua elite fundada no trabalho escravos e nas grandes propriedades agrícolas. Nas palavras do autor: "Os personagens pertenciam à elite escravocrata daquela região. São histórias de sucesso, de famílias que fizeram fortuna, tendo como base as atividades agropastoris e a comercialização de gêneros voltados para o abastecimento interno".[21]

De certo essa caricatura manteve-se na segunda metade do século XIX: Campanha, em 1873, no que diz respeito a distribuição população segundo a condição social era o segundo maior município escravista do Sul de Minas em termos absolutos atrás de

[19] LEFORT, José do Patrocínio. *Varginha: monografia histórico-geográfica e estatístico-religiosa pelo centenário da paróquia a 1 de junho de 1950*. São Paulo: São José, 1950.
[20] É possível que Pouso Alegre estivesse se favorecendo de posição estratégica na ligação com São Paulo. A cidade, já no século XIX era uma das principais rotas. Para o comércio oitocentistas ver: RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884)*. Araraquara: dissertação de mestrado – Unesp, 2006.
[21] ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p.19.

Baependi e em termos relativos apenas atrás de Três Pontas.[22] Essa condição seria levada até os últimos dias de escravidão: dos 21 municípios existentes para o ano de 1885, Lavras e Campanha, eram os únicos com mais de cinco mil escravos entre seus habitantes, concentrando quase vinte por cento de todos os escravos do Sul de Minas.[23] Esta posição de Campanha era significativa, já que o Sul de Minas, por sua vez, era a segunda região com maior concentração de escravos na Província, com 21%, contra os 36% da Zona da Mata no ano de 1886.[24] Evidentemente que isso colocaria uma questão decisiva aos campanhenses em 1888: como responder a necessidade de superação do escravismo tão presente em sua estrutura social?

Essa seria a questão que se manifestava claramente na última década do escravismo em Campanha. A análise dos inventários da cidade, que minutam a evolução da riqueza durante o período de 1880-1888, evidencia duas tendências em relação aos escravos em meio à sua estrutura do monte mor total, a saber: 1) O número de famílias que possuíam escravos diminuiria de maneira muito reduzida com o passar do tempo, isto é, a quantidade de proprietários de escravos parecia manter uma proporção semelhante em 1880 como nas décadas anteriores; e, 2) O valor dos escravos, quando comparado a riqueza total das famílias, apesar de pequena queda frente às décadas anteriores, continuaria relativamente alto durante os anos 1880, mantendo-se em torno de 25/30% - desconsiderando o ano de 1888, quando a incidência de escravos nos inventários tornou-se bastante reduzida.

Na década de 1880, dos 130 inventários analisados, mais de 60% destes apresentavam escravos entre seus bens arrolados. [25] Curioso perceber como as maiores

[22] A população escrava de Campanha em 1873 era de 6.750, representando 24,5% de sua população total. Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol.

[23] DELFINO, Leonara Lacerda. Família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: Incursões em uma Demografia de Escravidão no Sul de Minas (1810-1873). Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado – UFJF, 2010, p.77.

[24] MARTINS, Roberto. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982, p.35.

[25] Essa é uma relação próxima, mas um pouco maior, daquela encontrada por Leonara Delfino para Pouso Alegre nos anos de 1820 até 1888, entre os 678 inventários arrolados: 55,6% dos inventários apresentavam escravos entre seus bens. DELFINO, Leonara Lacerda. *Família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos*

escravarias, aquelas com 20 ou mais escravos, concentravam cerca de 30% dos escravos, exatamente a mesma relação encontrada por Marcos Andrade para a primeira metade do século XIX. As pequenas escravarias, concentrando de 1 a 5 escravos, são dominantes no que diz respeito ao número de proprietários com escravos, 53%, mas totalizando apenas 18% dos escravos do município. Em suma, a concentração da propriedade escrava era representativa em Campanha, apesar de ser considerada como típica região produtora de abastecimento.[26]

Tabela 3. Estrutura de posse de escravos de Campanha, 1880-1888

Faixas da escravaria	Número de Escravos	%	Número de proprietários	%
1 a 5	103	18	42	53
6 a 19	277	48	31	39
20 ou mais	197	34	6	8
Total	577	100	79	100

Fonte: Inventários post-mortem da cidade de Campanha. CEMEC, Campanha, 1880-1888.

A tabela abaixo, por sua vez, valendo-se dos dados da pesquisa de Marcos Andrade, faz-se uma comparação no tocante à participação dos escravos na composição da riqueza da elite campanhense, isto é, aqueles com 20 ou mais escravos.[27] Na última década do escravismo em Campanha, dentre as maiores fortunas consideradas por meio de seus montes-mor, apenas um inventário com menos de vinte escravos estaria entre aqueles considerados como a elite: José Vicente da Silva Lemes, com inventário arrolado em 1883, mantinha uma escravaria de 16 almas, o que representava cerca de 20 por cento de sua riqueza, enquanto suas propriedades rurais perfaziam cerca de 50% e o dinheiro outros

Mártires: Incursões em uma Demografia de Escravidão no Sul de Minas (1810-1873). Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado – UFJF, 2010, p.27.

[26] Vale recuperar o debate entre Roberto Martins e Robert Slenes a respeito da manutenção da escravidão em Minas Gerais: resposta das atividades de abastecimento ou de exportação? Para o debate ver: MARTINS, Roberto. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982 e SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *In*: *Estudos Econômicos.* v.18 n.3 Set./Dez. 1988, p. 449-495.

[27] Marcos Andrade (2008) considera as maiores fortunas aquelas com escravarias com vinte escravos ou mais – seguindo critérios usados por Renato Leite Marcondes para análise de Lorena. MARCONDES, Renato. *A Arte de Acumular Na Economia Cafeeira: Vale do Paraíba (Século XIX).* Lorena: Stiliano, 1998.

15%.[28] É difícil afirmar categoricamente, mas é possível acreditar que a década de 1880 poderia apresentar já uma tendência de alguns antigos proprietários de substituir suas escravarias por outros bens, e mesmo para uma crescente importância das atividades urbanas, em que a quantidade de cativos possivelmente seria diminuta.

Para o período da década de 1880 encontramos apenas 6 inventários que se encaixam nesta definição de elite baseada pelo número de escravos; em torno de 4% dos inventários arrolados para essa pesquisa. Para os anos entre 1800-65, período de análise de Marcos Andrade, o percentual de inventários com essa característica era de 12%. Trata-se de uma evidência bastante clara: embora o valor dos cativos se mantenha relativamente alto na composição das maiores rendas campanhenses, a década de 1880 é aquele com menor participação. Manter grandes escravarias tornava-se mais difícil. É bom salientar que isto ocorre também em função da conjuntura histórica na qual o período 1880-1888 está inserido: passando por um processo gradual de superação da mão de obra negra, o custo da mão de obra tendeu a se elevar bastante nas duas décadas seguintes ao fim do tráfico, mas evidencia-se que estes valores tendem a cair de maneira representativa ao longo da década de 1880.[29]

Tabela 4. Composição da riqueza das maiores fortunas de campanha (em mil réis), 1803-1888

	1803-1831		**1832-1850**		**1851-1865**		**1880-1888**	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Monte mor	104:064$	100	1.501:043$	100	2.062:464$	100	**468:972$**	**100**
Escravos	36:116$	34,71	530:368$	35,34	819:445$	39,73	**139:239$**	**29,69**
Inventários	6		32		26		6	

Fonte: Andrade, 2008, p.73 e Inventários post-mortem da cidade de Campanha. CEMEC, Campanha, 1880-1888.[30]

[28] Inventário de José Vicente Lemes. Doc. 11, Caixa 60, CEMEC, 1883.

[29] Em média o valor dos escravos entre 1880 e 1887/8 havia sido reduzido à metade. Um escravo homem, com cerca de vinte anos, por exemplo, antes avaliado por 1:800$000 réis passava a valer não mais do que 800$000 réis nos anos anteriores a abolição.

[30] Caso façamos os cálculos com as 6 maiores fortunas, e não com o critério da elites escravista, isto é, aqueles com mais de 20 escravos, o resultado não altera muito. O valor do monte mor é ampliado para 555:342$364, mas a participação dos escravos na composição da renda também: 147:340$000. Assim, a relação se mantém próxima, com 26,5%. É curioso perceber que a participação dos escravos na renda é

Para a literatura local, a cidade de Campanha em fins do século XIX parecia aceitar bem o movimento de fim da escravidão. Casadei & Casadei consideram que a cidade teria acompanhado o movimento abolicionista, com importantes famílias locais, como Lemos, Vilhena Paiva, Araújo Lobato entre outros que aceitavam as políticas de emancipação dos cativos antes mesmo da abolição. Para os autores, mesmo antes da intensificação da campanha abolicionista, "muitas famílias campanhenses libertaram seus escravos...". Em agosto de 1887 a Câmara Municipal chegaria a criar um livro de Ouro, para arrecadação de doações para a libertação de escravos.[31]

Alfredo Valladão vai mais longe: "Já no período colonial, a Campanha está ligada, de modo brilhante, à causa da redenção dos cativos", por conta da obra de Alvarenga Peixoto.[32] Mais a frente o autor argumenta: "o movimento que conduziria ao 13 de maio, um centro abolicionista se institui na Campanha com forte irradiação pelo Sul de Minas, e em correspondência, principalmente, com o centro semelhante da capital de São Paulo".[33] O autor chega a considerar que em Abril de 1888 a cidade não contava com mais de 20 escravos, conforme dados de Julio Bueno no *Almanach de Campanha* de 1900. A cidade teria se tornado um centro abolicionista, com festas públicas, artigos na imprensa e políticas de libertação dos cativos.

Por outro lado, este sentimento de transformação da sociedade não parecia passar pelos órgãos oficiais da cidade. A Câmara Municipal em raros momentos se pronunciou a respeito da escravidão. Somente em 1884, ano da emancipação de Três Corações e da chegada da ferrovia, que uma circular da Presidência da Câmara recomendava que fossem feitos: "esforços perante os fazendeiros deste município para introduzirem em suas indústrias colonos procedentes da Ilha das Canárias e dos Açores a fim de reduzir o mal que muito breve terá de sofrer a agricultura e indústria desta Província visto como já

maior entre as maiores riquezas, mas isso deve ser resultado de que o sexto maior escravista, com um plantel de 20 escravos, foi inventariado em 1888, quando o valor dos escravos já estava bastante defasado.

[31] CASADEI, Thalita de Oliveira; CASADEI, Antônio em *Aspectos Históricos da Cidade da Campanha*, 1989.

[32] VALLADÃO, Alfredo. Campanha da Princesa. Vol. II. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1940, p.259.

[33] VALLADÃO, Alfredo. Campanha da Princesa. Vol. II. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1940, p.278.

escasseão (sic) os braços escravos e tendem a desaparecer".[34] Em suma, não era bem um ímpeto abolicionista que era relatado entre os vereadores, mas sim a percepção, talvez tardia, de que seria importante dar condições aos proprietários manterem suas produções.

Anos mais tarde, já próxima a liquidação da escravidão, a Câmara Municipal em fevereiro de 1888, colocava em prática a resolução nº 3542, que impunha um imposto de 500$000 sobre cada escravo do município, um imposto extremamente elevado para os proprietários.[35] Possivelmente o município não teria arrecadado praticamente nada com tal medida, pois três meses depois a Câmara, em Sessão Extraordinária, se reunia para dar "ampla publicidade", seguindo determinação de ofício provincial, a lei de 13 de maio.[36]

Por último, vale analisar, de forma mais detalhada, a composição da riqueza de uma família que se situava num patamar de destaque em termos da quantidade de escravos. A figura de Cândida Clara Branquinho, senhora falecida em 1880 e cujo monte mor não fora alcançado por nenhum outro inventário ao longo da década de nosso estudo, era também a maior escravista entre os inventários arrolados na década de 1888. Seu inventário somava o valor de 183:490$000. Todo esse poderio econômico, embora diversificado em termos de ativos e bens, tinha uma clara concentração no meio rural, principalmente em suas propriedades e fazendas (115:000$000), nas quais possivelmente fazia um uso importante de mão de obra de escravos, eram 57 no total, com uma proporção quase igual entre homens e mulheres. A escravaria representava cerca de 25% de sua composição de riqueza, enquanto a propriedade rural praticamente dois terços. Outro fator que salta aos olhos é sua elevada quantidade de animais presente no inventário: eram 597 animais, com relevância para a criação de bovinos e suínos.[37]

---

[34] 4ª. Sessão Ordinária de 11 de Janeiro de 1884. *Atas da Câmara Municipal de Campanha*. Campanha: CEMEC (CD-Room), p.79. O pedido da Câmara, entretanto, não deve ter se avançado. Nas colônias criadas para receber imigrantes no Sul de Minas foram: Francisco Sales, em Pouso Alegre; Nova Baden, em Lambari; Itajubá, na cidade de mesmo nome; Inconfidentes, em Ouro Fino; Joaquim Delfino, em Cristina e Padre José Bento, também em Pouso Alegre. MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1994.

[35] 4ª. Sessão Ordinária de 23 de Fevereiro de 1888. *Atas da Câmara Municipal de Campanha*. Campanha: CEMEC (CD-Room), p.70v-73.

[36] Sessão Extraordinária de 28 de Maio de 1888. *Atas da Câmara Municipal de Campanha*. Campanha: CEMEC (CD-Room), p.80v.

[37] Inventário de Cândida Clara Branquinho. Documento 4, Caixa 57. CEMEC, 1880.

É muito provável que Cândida Clara Branquinho tenha assumido parte dos bens do Alferes Luís Gonzaga Branquinho (falecido em 1851), cujo cultivo de cana de açúcar na freguesia do Rio Verde era uma de suas principais atividades.[38] Apesar da principal propriedade de Cândida, a fazenda Campo Belo em Vargem Grande, não coincidir com a fazenda da Serra, residência do Alferes, a inventariada mantinha residência na cidade de Três Corações (do Rio Verde). Ademais, a inventariada também mantinha um engenho, mas que certamente já não era mais sua atividade principal e, finalmente, entre seus herdeiros, encontramos membros de outras importantes famílias da cidade: Andrade e Junqueira. Isso não nos deixa dúvidas quanto ao peso das raízes escravistas na composição dos bens da inventariada, mas que como veremos a seguir, o que era característica bastante comum entre a elite campanhense.

Campanha e sua estrutura de riqueza

A cidade de Campanha na última década do escravismo, ao que parece, não se aproveitou muito das transformações que a região do Sul de Minas passava em fins do século XIX. A chegada das ferrovias para a região, da cultura do café e um maior entrelaçamento com a economia paulista, permitiu que determinadas cidades sul mineira pudessem se valer de um importante processo de urbanização e expansão de suas atividades econômicas.

A análise da composição da riqueza da cidade de Campanha não responde ao dinamismo que outras cidades do Sul de Minas teriam condições de se valer no mesmo período. As atividades fundamentais permaneciam as mesmas da primeira metade do século XIX, isto é, a agropecuária; enquanto isso, o mundo urbano ou mesmo as empresas não faziam parte da realidade econômica da elite campanhense. Um marco essencial que a cidade precisou responder foi como lidar com o fim da escravidão. A década de 1880 já mostrava para a sociedade, de maneira geral, que a manutenção de plantéis vinha se tornando cada vez mais custoso ou inviável e, por isso mesmo, a participação dos escravos na composição da renda dessa população declinaria para cerca de 20%.

[38] Conferir informações sobre o Alferes em Andrade, 2008, p.88.

Tabela 5. Composição da Riqueza da cidade de Campanha, 1880-1888[39]

Ativos	Valor (Réis)	%
Dinheiro	15:227$300	0,8
Bens Móveis	99:263$566	5,1
Cultura	55:925$656	2,9
Animais	127:314$011	6,6
Escravos	406:816$060	21,0
Imóveis Rurais	902:242$580	46,5
Imóveis Urbanos	77:819$741	4,0
Dívidas Ativas[40]	213$162:140	13,5
Total	1.947:604$054	100

Fonte: Inventários post-mortem da cidade de Campanha. CEMEC, Campanha, 1880-1888.

Com o declínio da participação dos escravos na renda campanhense, o que salta a frente como a fonte mais representativa de riqueza são as propriedades rurais, com 47,5% da renda total. É indicativo perceber como não há nenhum inventário que indica algum tipo de participação em companhias ou empresas tanto por meio de ações ou como proprietário de empreendimento. Dos moradores da cidade, apenas duas representativas fábricas teriam funcionado com registros anteriores a década de 1880: a fábrica de chapéus de João Antônio de Lemos, o Barão do Rio Verde, na freguesia de São Gonçalo do Sapucaí,[41] e outra fábrica de vinhos na própria cidade, do Tenente Coronel Adolfo Lion Teixeira.[42] Não podemos afirmar que em fins do Império inexistiam outras empresas em

[39] Para a coleta e sistematização das informações do quadro, consideramos o seguinte padrão: dinheiro foi considerado a parte; bens móveis eram utensílios, joias, móveis e ferramentas; para cultura levou-se em conta plantações e produções armazenadas; bens imóveis rurais e urbanos foram separados, e os urbanos eram as casas de morada em vila (ou localizadas em determinada rua) e rurais as terras, pastos, fazendas, casas de vivenda, engenhos e benfeitorias; escravos, animais (semoventes) e dívidas ativas e passivas como rubricas próprias. O total é a soma de todas as rubricas sem descontar as dívidas passivas, para seguir o quadro de Marcos Andrade, 2008, p.73.

40 A dívida passiva do estudo, no caso, era de R$ 328:083$227, o que representaria 16,8% do monte mor.

[41] ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p.78. Conforme relatos do *Almanach Sul-Mineiro*, de 1884, a fábrica fundada em 1825, mantinha suas atividades.

[42] Segundo Antonio Casadei, os vinhos de Campanha teriam tido bastante prestígio, recebendo a medalha de ouro na 5ª. Exposição Industrial Mineira de 1872 e, inclusive, a medalha de ouro na Exposição Universal de Paris de 1899. O proprietário, Adolfo Lion, faleceria somente em 1902, de maneira que seu inventário

Campanha, mas dos inventários analisados para o período, nenhum indicava esse tipo investimento do patrimônio. Mas é preciso lembrar que com a modernização dos transportes, isto é, a chegada das ferrovias à região, deve ter contribuído para a redução dos custos das mercadorias vindas de outras regiões, como São Paulo e Rio de Janeiro. Possivelmente, para pequenos produtores, poderia ficar mais difícil de concorrer com produtos mais baratos vindos dos centros urbano-industriais em formação.[43]

Isso nos leva ao estudo sobre a elite campanhense. Como ponto de partida, é importante trazer o que, neste estudo, foi usado como critério para averiguar as maiores riquezas. Ao contrário de outras abordagens como de Renato Marcondes e Marcos Andrade, o nosso entendimento a respeito desse conceito se baseou somente na questão econômico-financeira. Ao invés de considerar a elite como aquela que possuía plantéis com 20 ou mais escravos, para nosso estudo foi considerado os inventários que somados representavam um terço de toda a riqueza avaliada para o período. No caso, foram considerados 6 inventários cujos monte mor eram maiores do que 40 contos de réis. Isso se deve, especialmente, para não deixar de considerar aqueles inventários que estivessem diversificando sua riqueza, em que apesar de grandes fortunas, sua escravaria não seria um importante ativo. A verdade é que para o caso de Campanha entre 1880 e 1888, esse critério alterou pouco o grupo de análise. Como dissemos anteriormente apenas um inventário daquilo que consideramos como elite econômico-financeira não possuía vinte ou mais escravos. Entretanto, acreditamos que essa pode ser uma variável para outras cidades com potenciais para resultados diferentes.

Na avaliação feita para os seis inventários maiores do que 40 contos de réis tratavam-se, sem exceção, de riquezas diversificadas, que contemplavam as mais variadas posses: imóveis urbanos, imóveis rurais, culturas, bens móveis, entre outros. Isto, no entanto, não nos permite afirmar que esta elite não tivesse um viés em termos da

---

não consta neste trabalho, porém, sua empresa estaria em funcionamento no período. CASADEI, Antonio. *Notícias históricas da cidade da Campanha: Tradição e Cultura*. Niterói: Serviços Gráficos Impar, 1987, p.112.

[43] Para o argumento do desenvolvimento regional no período, conferir: CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* São Paulo: Difel, 1977. Para argumento semelhante sobre a sobrevivência das manufaturas têxteis mineiras até meados do século XIX: LIBBY, D. C. "Notas sobre a produção têxtil brasileira: novas evidências de Minas Gerais". *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas - USP, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 97-125, 1997.

composição de suas riquezas; ao contrário, todas elas estavam diretamente ligadas ao meio rural, com forte relevância de bens imóveis rurais, de escravos e de animais, o que nos indica que a elite de Campanha era composta, sobretudo, por agricultores, pecuaristas e agropecuaristas. Assim, vale o seguinte detalhamento:

Tabela 6. Estrutura da riqueza das maiores fortunas de Campanha, 1880-1888

Ativos	Valor (réis)	%
Dinheiro	11:770$000	2,1
Bens Móveis	7:497$500	1,4
Cultura	6:665$000	1,2
Animais	37:689$000	6,8
Escravos	147:340$000	26,5
Imóveis Rurais	282:488$712	50,9
Imóveis Urbanos	7:825$000	1,4
Dívidas Ativas	89:451$368	16,1
Total (não oficial)	555:342$364	100

Fonte: Inventários post-mortem da cidade de Campanha. CEMEC, Campanha, 1880-1888.

O que é possível perceber na tabela acima é o peso ainda maior que as propriedades rurais e os escravos representavam para essa elite frente ao restante da sociedade. As propriedades rurais representavam, na média, 47:081$452, o que, em termos percentuais, significa 50,9% do total da riqueza, sendo que, de forma geral, eram, sobretudo, fazendas ou porções de terras em fazendas. Os bens imóveis urbanos, para a elite, representam muito menos do que para a população como um todo, e mantém o padrão da elite escravista de Andrade em que estes representaram entre 1,45, 2,95 e 1,54% para os períodos 1803-1831, 1832-1850 e 1851-1865, respectivamente.

No tocante aos animais, estes representavam 6,8% dentro das maiores riquezas. A maior relevância em termos numéricos – e, consequentemente, em valores econômicos – se dava aos bovinos (52%) e, em seguida, aos suínos (31%). Para os bens móveis, estes teriam um peso muito maior para a sociedade de maneira geral, possivelmente porque quanto menor a riqueza do inventário maior será o custo para aquisição destes.

Entre alguns casos que merecem destaque, temos o inventário de Manoel Isidoro de Carvalho, falecido em 1881. Manoel Isidoro vivia na Freguesia das Águas Virtuosas de Lambari, e seu monte mor era auferido em 59.621$862,00. Deste valor, assim como no caso da senhora Branquinho, a predominância dos bens estava circunscrita ao meio rural: são casas de vivenda, benfeitorias, moinhos, paiol, além de terras em fazendas, em especial na fazenda do Jacu e na fazenda da Boa Vista do Alto da Serra. Em suas propriedades, Manoel Isidoro, pelo que consta no seu inventário, atuava como um agropecuarista: realizava tanto a criação de animais, com ênfase para bovinos (capados e bois) e muares (burros e bestas), quanto o plantio de diversas culturas, como, por exemplo, quatro cafezais, vinte e cinco alqueires de arroz e vinte e cinco alqueires de feijão. Com relação à mão de obra, Carvalho se valia de vinte e dois escravos, dos quais a maioria eram homens com até 40 anos, o que é explicável em função do tipo de trabalho a ser feito em suas propriedades. Entretanto, apesar de seus negócios, Manoel Isidoro de Carvalho possuía uma posição de devedor – as suas dívidas passivas constituíam um montante de 11.059$138,00, estando, inclusive, ligadas aos seus próprios herdeiros.[44]

Joaquim Pinto de Aguiar, também falecido em 1881, outro representante das maiores fortunas de Campanha mantinha como principal ativo suas propriedades rurais. Entre as culturas do inventariado estavam 100 alqueires de arroz, carros de milho no paiol, canaviais plantados, roça de milho, além de mandiocal e bananal. É mais um típico membro da "grande fazenda mineira"[45], produtor de bens de abastecimento. Entre os animais de sua fazenda, bois de carro, para o transporte, porcos e marrotes. Possivelmente em função de seus canaviais Joaquim Pinto de Aguiar mantinha grande quantidade de tachos – para manufaturar o açúcar. Mas é curioso ver o destaque dado no inventário para o tear e peças de couro. Com um plantel jovem (abaixo de 35 anos) e dominantemente feminino, a fazenda poderia sustentar algum tipo de produção têxtil

[44] Inventário de Manoel Isidoro de Carvalho. Doc. 12, Caixa 58. CEMEC, 1881.
[45] PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. "Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX". *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

com objetos de couro. O inventariado possuía elevada quantidade de dívidas ativas e dívidas passivas de menor valor e dispersas entre mais pessoas.[46]

Continuando com os casos das maiores riquezas, temos José Vicente da Silva Lemos, então morador de Freguesia da Cambuquira que faleceu em 1883. Tratava-se, assim como nos demais exemplos, de um homem ligado ao campo: seus bens rurais somavam 26:278$712 – o que representava em torno de 48% de todo o seu patrimônio - e estavam distribuídos entre senzalas, paiol e, principalmente, terras, como as do "Campos do Bacreico" e as do "Potreiro", e fazendas, como a Fazenda Palmital, além de um engenho. Outro ponto importante de sua riqueza arrolada eram os escravos: Silva Lemos possuía 16 negros, dentre os quais tínhamos principalmente homens com idade média em torno dos 30 anos. Com relação aos animais, Lemos detinha 47 bovinos, o que, a despeito de ser uma quantidade alta, não o configurava como um dos principais pecuaristas à época. Como complemento, vale, ainda, destacar o alto valor que José Vicente apresentava entre os bens móveis: eram cadeiras, relógios de parede, ferramentas, cômodas, marquesas, mesas, enfim, uma série de utensílios e móveis domésticos que formavam um montante de 1:287$500.[47]

Para finalizar a minúcia das maiores riquezas de Campanha, encontramos o caso de José Batista Flauzino de Carvalho, falecido em 1884, que possuía o segundo maior patrimônio arrolado à época: 151:368$611. Novamente, José Batista não foge à regra: homem do meio rural, configurava-se como um grande agropecuarista que se valia de uma extensa mão de obra negra – eram 48 escravos, principalmente homens. Em sua fazenda vale destacar a grande quantidade de bovinos (198) e de suínos (196), possivelmente direcionados à comercialização. Além disso, José detinha vários bens imóveis rurais, tais como a fazenda Pintagueiras, a fazenda Cônego Riso, um engenho para moer cana, moinhos e monjolos, que, juntos, representavam quase metade da sua riqueza (63:725$000). Por último, ressalta-se a posição de Flauzino enquanto um grande credor, isto é, suas dívidas ativas somavam 49:833$000 e estavam ligadas a inúmeros tomadores,

[46] Inventário de Joaquim Pinto de Aguiar. Doc. 7, Caixa 58. CEMEC, 1881.
[47] Inventário de José Vicente da Silva Lemos. Doc. 11, Caixa 60. CEMEC, 1883.

o que traz um indicativo das atividades de José Batista também estarem relacionadas ao comércio e financiamento das atividades locais.[48]

Desta maneira, é possível perceber que a estrutura da riqueza da elite campanhense mantinha-se com um padrão bastante comum para o período do Império brasileiro. Seus principais ativos eram, na maioria dos casos, imóveis rurais, escravarias e dívidas ativas, variando a ordem de grandeza destas rubricas conforme cada região.[49] Apesar das mudanças que vinham ocorrendo na região diante a chegada das ferrovias, a expansão do sistema bancário e mesmo a expansão da cultura cafeeira, a elite de Campanha parecia inerte aos novos tempos. Não há registros de inventariados com participações acionárias em empresas e negócios (a distância com o Rio de Janeiro parecia ter sido ampliada daquela participação imponente até por volta de 1840) e mesmo o mundo urbano, que conquistava cada vez mais os fazendeiros, não conseguia atrair os grupos locais. Essa escolha custaria caro para aquelas famílias que outrora ditaram parte das políticas regionais e, inclusive, nacionais.

Considerações finais

Na literatura de história econômica os trabalhos que se valem dos inventários como fonte de pesquisa tendem a considerar as grandes riquezas, os grandes proprietários de bens rurais, urbanos, escravos, como os personagens que fornecem a base material daquela sociedade. É inegável que este grupo detém sim um papel fundamental na dinâmica econômica e social. Entretanto, não somente para fomentar as condições de desenvolvimento de determinada sociedade, como também para sustentar permanências e barreiras para que as mudanças tenham espaço.[50]

Em suma, se Campanha da Princesa pode ser o exemplo do esplendor da economia do abastecimento nas primeiras décadas dos oitocentos, acreditamos que ela também

[48] Inventário de José Batista Flauzino de Carvalho. Doc. 8, Caixa, 61. CEMEC, 1884.
[49] CARDOSO DE MELLO, Zélia M. *Metamorfoses da riqueza - São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985, GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2003, ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008
[50] FRAGOSO, João Luís & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

pode materializar o exemplo de cidades que perderam o trem das mudanças históricas quase um século depois. Uma “cidade morta” no Sul de Minas?... para seguir o termo de Monteiro Lobato ao Vale do Paraíba. Possivelmente. Mas o que é possível de avaliar pela presente pesquisa, é que Campanha em fins do século XIX mantinha uma sociedade em que as permanências teriam sido muito fortes. A base produtiva era a mesma. A estrutura social, escravista, era a mesma. A preponderância rural se sustentava.

Campanha em 1888 era uma cidade que ainda vivia o escravismo – apesar da literatura local exaltar os ideais “modernos” republicanos e abolicionistas. Sua economia ainda se fundamentava na produção de alimentos para as redes mercantis imperiais. Assim, a força e a tradição da elite campanhense pode ter se tornado a fraqueza de sua sociedade no momento de transformações estruturais delineadas no Brasil típicas da última década do escravismo.

A TRAJETÓRIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E AS CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO DA UNIÃO SOVIÉTICA

Antonio Carneiro de Almeida Júnior
(Doutorando - PPGDE/UFPR)
antonioalmeida@ufpr.br

RESUMO

O presente trabalho constitui uma apreciação acerca do crescimento econômico da União Soviética, assim como uma caracterização do seu processo de desenvolvimento econômico no intuito de classificar as diferentes fases deste desenvolvimento, o que constitui o nosso objetivo. Este foi levado a cabo através da leitura crítica de bibliografia selecionada, por meio da qual coletamos descrições qualitativas, análises e dados secundários acerca da economia soviética. Na elaboração do trabalho, tivemos por base teórica a Economia Política Marxista, e a Teoria Marxista dos Modos de Produção foi o aspecto mais utilizado desta teoria. Além disso, o método dialético de análise foi peça fundamental para o cumprimento dos objetivos, pois tornou possível a identificação dos saltos qualitativos do processo de desenvolvimento. Do estudo do tema, constatou-se que o desenvolvimento econômico soviético deu-se com base na prioridade do investimento no setor produtor de meios de produção. Além disso, concluiu-se, por fim, que este desenvolvimento da economia soviética pode ser dividido em dois grandes períodos distintos: o período de crescimento acelerado (1928-1959) e o período de desaceleração econômica (1960-1991). Ao analisar tais períodos, concluiu-se que o último deles pode ser dividido em três subperíodos: desaceleração econômica inicial (1960-1974), crise estrutural (1975-1988) e estagnação econômica (1989-1991).

ABSTRACT

This paper is an examination of Soviet Union economic growth, as much as a characterization of its economic development, with the intent of classify its different development stages, which is our aim. This aim was done through critique reading of selected bibliography, through which we collected qualitative descriptions, analysis and soviet economy secondary data. During the work elaboration, our theoretical basis was Marxist Political Economy, and Marxist Theory of Modes of Production was its most used aspect. Furthermore, the dialectic analysis method was the key to reach our aims, because made possible to identify development process qualitative leaps. After appreciation, it was found that soviet economic development was done with priority on production goods sector investment. Furthermore, it was conclude that this soviet economy development can be categorize into two great periods: the accelerate growth period (1928-1959) and the economic slowdown period (1960-1991). By analyzing this periods, it was concluded that the later can be divided into three sub-periods: initial economic deceleration (1960-1974), structural crisis (1975-1988) and economic stagnation (1989-1991).

1 INTRODUÇÃO:

Em outubro de 1917, uma revolução política ocorre na Rússia. Estabeleceu-se ali o primeiro regime socialista, e, em 1922, é fundada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS.

Esta revolução foi uma consequência de que "se enfeixavam as mais profundas contradições econômicas e políticas do imperialismo" no "elo mais débil da cadeia imperialista" (DRAGUÍLEV, 1961, p. 14). Isto porque o país onde eclodiu a revolução socialista era extremamente atrasado do ponto de econômico e social.

No entanto, apesar da situação econômica inicial, o regime socialista mostrava grande capacidade de fazer evoluir as forças produtivas, que se desenvolveram a largos passos mais ou menos até a década de 1960, quando o processo começou a estagnar gradualmente.

A despeito das conquistas do regime, a derrocada do socialismo em 1991 tornou-se, para os ideólogos burgueses, a arma perfeita para desqualificá-lo. Prolifera-se cada vez mais a ideia de que a queda deste regime é a evidência da impossibilidade da sua implantação. A queda do socialismo, entretanto, pode ser encarada de outra forma.

Sabe-se que a cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas corresponde um tipo específico de relações de produção. Portanto, para qualquer tipo de relações de produção, chega o momento no qual este se torna um entrave ao desenvolvimento e, em virtude disto, deve ser substituído por outro.

Há mais de um século que as forças produtivas entraram em contradição com as relações de produção capitalistas. O surgimento desta contradição, por sua vez, deu início ao processo de revolução social de transformação do capitalismo em socialismo. Assim, visto que "o desenvolvimento das forças produtivas é cumulativo ou progressivo" (GERMER, 2009, p. 7), não haveria como esta contradição desfazer-se no ar, mesmo com a derrocada do regime socialista. Ela, ao contrário, vem agravando-se ao longo do tempo[1], uma vez que as forças produtivas, mesmo a passos mais lentos, continuam a desenvolver-se.

O conhecimento dos fatos aqui expostos nos leva, portanto, a concluir que a derrocada do socialismo, longe de significar a impossibilidade de implantação deste sistema, deve ser encarada apenas como um retrocesso político no processo de revolução social, atualmente em marcha. Se encararmos assim o fenômeno, torna-se evidente a importância, para a humanidade, da experiência da União Soviética na construção do socialismo, pois conhecer as leis que regem o desenvolvimento da sociedade significa ser capaz de acelerar tal processo. Estudar tal experiência torna possível conhecer os prováveis desafios que o processo de transição trará para sociedade.

[1] É preciso ter em mente que isto não implica que o fenômeno teve um processo de agravamento linear;

Diante do exposto, o presente artigo surge do desejo de contribuir para o referido estudo. Aqui, temos como objetivo caracterizar o processo de crescimento e desenvolvimento econômico da URSS, classificando as diferentes fases ou estágios deste processo. O propósito de desenvolvimento deste estudo é identificar e delinear fenômenos que devem ser analisados em estudos futuros.

Para levar a cabo o objetivo acima descrito, tivemos como base teórica a Economia Política Marxista. A Teoria Marxista dos Modos de Produção, por sua vez, foi o aspecto particular desta teoria mais utilizado por nós, pois esteve sempre implícito na nossa análise. Nossa pesquisa foi desenvolvida através de leitura crítica de bibiografia selecionada, através da qual coletamos descrições qualitativas, análises e dados secundários acerca da economia soviética. A análise de tal material, por sua vez, foi bastante criteriosa. Isto porque ter o Materialismo Dialético como ferramenta de análise tornou possível não só enxergar o processo de uma forma dinâmica, como também identificar as transformações de quantidade em qualidade, ou seja, os saltos qualitativos presentes no processo.

2 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA UNIÃO SOVIÉTICA:

Inúmeras eram as dificuldades nas quais a Rússia e, logo posteriormente, a URSS estavam imersas após a revolução de outubro de 1917. Não só o país no qual triunfou pela primeira vez uma revolução socialista era extremamente atrasado, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, como também enfrentou sérias dificuldades adicionais.

Durante o período inicial da revolução socialista, era praticamente impossível organizar a produção de forma planificada devido às guerras nas quais estava envolvida a Rússia. Primeiramente, foi necessário retirar o país da Primeira Guerra Mundial. Após isto, foi necessário combater, ao mesmo tempo, a guerra civil iniciada pelos *kulaks* (camponeses abastados) e a invasão de 14 potências imperialistas ao território russo. Depois de findado o período de guerras em 1921, iniciou-se a reconstrução da economia. Conforme demonstram os dados abaixo, este processo de reconstrução arrastou-se até 1927.

Tabela 1 – Índices da Produção Soviética em 1926 (1913 = 100):

Aço	Ferro Fundido	Carvão	Calçados	Sal	Querosene	Algodão	Tecidos em Geral	Açucar
75	60	95	103	109	98	87	81	77

Fonte: Alec Nove (1990, p. 43) apud Robério Paulino (2008, p. 81).

Tabela 2 – Incremento da Economia da URSS (1913 = 100)

Anos	**Produção da Indústria**	**Produção da Agricultura**	**Movimento de Cargas para Transporte Ferroviário**
1924-25	64	87	63
1926-27	103	107	127

Fonte: J. Stalin, Obras, t. 10, PP. 308-309, t. 12, pp. 275-276, Ed. Em espanhol, Moscou, 1954 apud M. S. Draguílev (1961, p. 102).

Portanto, tendo em vista a imensa desorganização da economia da URSS durante o período que vai do início da revolução socialista até 1927 e o fato de que foram fatores extraeconômicos que geraram esta desorganização, os quais, consequentemente, não tinha relação direta com o fato de a economia ter se transformado numa economia socialista, iremos iniciar nossa análise a partir de 1928, quando foi implantado o primeiro plano quinquenal.

Todavia, antes de analisar o processo de crescimento e desenvolvimento econômico da União Soviética, é necessário expor aqui a estratégia de desenvolvimento escolhida pelo poder revolucionário.

2.1 O DEBATE SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO:

Após a reconstrução da economia soviética, iniciou-se um extenso debate dentro do PCUS para decidir que rumo esta tomaria.

Era consenso geral que o Estado soviético deveria promover o desenvolvimento econômico, afinal, no regime socialista, o ser humano "põe sob seu domínio as condições de livre desenvolvimento" (MARX & ENGELS, 2004, p. 113). Além disso, visto que a revolução triunfara em um país pouco desenvolvimento, seria necessário desenvolver as forças produtivas até o limite de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo. Contudo, não havia consenso em duas questões principais: a primeira delas era quanto à velocidade desse desenvolvimento e a segunda delas era quando o meio de se promover este desenvolvimento.

Muitas contribuições foram dadas durante o debate. No entanto, duas propostas se destacavam das demais: uma era defendida por Preobrajensky e a outra era defendida por Bukharin.

A proposta de Preobrajensky tinha por intuito um rápido desenvolvimento da indústria. A hipótese inicial desta proposta, que, como veremos posteriormente, realmente estava presente na realidade soviética, era de que havia um grande desemprego "oculto" no campo. Um dos objetivos do desenvolvimento era, portanto, que a indústria absorvesse este exército industrial de reserva.

Partindo deste pressuposto, era sabido que, visto que a União Soviética tinha um território rico em recursos naturais, não havia empecilhos ao rápido desenvolvimento da indústria. Este, por sua vez, se daria através de investimentos maciços na indústria produtora de meios de produção, o

Setor I. Isto porque era este setor que geraria cada vez mais maquinaria para a expansão tanto da indústria produtora de bens de consumo, o Setor II, quanto para a mecanização da produção agrícola, beneficiando também este setor.

Os recursos necessários para levar a cabo estes investimentos, no entanto, deveriam vir de algum lugar. Allen (2003) afirma que:

> Preobrazhensky's investment strategy would strain the state budget, which would have to pay for the new plants and equipment. Where were the founds to come from? Preobrazhensky believed should be extracted from agriculture in a process of "socialist primitive accumulation" (ALLEN, 2003, p. 58).

Assim, com recursos extraídos da renda gerada no campo, o Estado financiaria os investimentos e a propriedade camponesa iria desaparecendo a medida que os camponeses fossem sendo transformados em operários assalariados. Contudo, seria necessário decidir que mecanismo seria utilizado pelo PCUS para "drenar" essa renda do campo.

Segundo Allen (2003, p. 58), Preobrajensky defende que a cobrança de impostos diretos deveria ser descartada, pois "The way of direct taxation is the most dangerous way, leading to a break with the peasants" (citação de Preobrajensky feita em ALLEN, 2003, p. 58). Ao invés disto,

> Preobrazhensky proposed that it raise the price of consumer goods and lower the price paid for grain in order to extract the agricultural surplus and pay for investment. Financing investment, recruiting a labor force, and expanding socialism at the expenses of peasants proprietorship could all be accomplished with one policy (ALLEN, 2003, p. 58).

Já a proposta de Bukharin caminhava no sentido contrário da de Preobrajensky. Bukharin defendia que o desenvolvimento deveria ser lento, gradual. Ele:

> […] advocated a pricing policy the reverse of Preobrazhensky's, namely, a reduction in the price of manufactures […] in order to increase peasants marketings as well as to increase their purchases of manufactured consumer goods above pre-1913 levels. Greater demand would stimulate production and industrial profits that could pay for investment. He also advocated measures to raise agricultural productivity. These included removing prohibitions on the use of hired labor in agriculture to encourage investment by the rich peasants (ALLEN, 2003, p. 59).

A proposta de Bukharin, no entanto, tinha falhas graves. A economia da URSS já havia sofrido um grande impacto negativo devido a destruição causada pela contrarrevolução levada a cabo por potências imperialistas e pelos kulaks. Segundo Gúrov e Guchanov, "V. I. Lenin señalaba que en el agro existían diferentes grupos de clase y sociales: proletarios y semiproletarios rurales; campesinos pobres, campesinos medios y campesinos ricos (kulaks)" (GÚROV & GONCHAROV, 1977, p. 116). Ainda segundo eles, Lênin afirmava que os proletários, semiproletários rurais e

camponeses pobres eram aliados do proletariado urbano na revolução socialista. Já os camponeses médios, "debido a su mentalidad de propietario privado, vacilan hacia el lado de la burguesía" (GÚROV, GONCHAROV, 1977, p. 117). Os autores explicam que esta camada às vezes apoiava os atos revolucionários e às vezes tendiam uma junção de força com os *kulaks*, pelas razões agora expostas. Por fim, os *kulaks* eram considerados, por Lênin, inimigos da revolução socialista. A orientação do PCUS era, portanto, de buscar o apoio das três primeiras camadas, oprimir os *kulaks* e neutralizar a influência destes para com os camponeses médios.

Mesmo diante deste quadro, Bukharin sugeria fortalecer justamente os inimigos da revolução, através de sua política de desenvolvimento. Além disso, esta política também almejava a reintrodução de relações de produção capitalistas que já haviam sido abolidas na União Soviética: a exploração, por parte de um indivíduo, de força de trabalho alheia.

Como uma forma de manifestação transitória para as forças produtivas, as relações de produção do regime socialista são compostas de elementos do antigo modo de produção, o Capitalismo, e do novo modo de produção, o Comunismo. A instabilidade desta contradição torna também incerto, o futuro, pois tanto existe a possibilidade de reconversão ao regime capitalista, como de transformação da sociedade em uma sociedade comunista. O que determinará o que ocorrerá será a intensidade de cada uma das forças em choque. Portanto, o papel do poder revolucionário era fortalecer os componentes desta forma transitória que correspondiam ao novo modo de produção e enfraquecer os demais. A proposta de Bukharin, todavia, caminhava no sentido contrário.

De acordo com Allen (2003, p. 59), Bukharin afirmava que esta crítica não tinha fundamento, pois a sociedade sem classes poderia ser alcançada através da concorrência. Em contrapartida ao enriquecimento dos kulaks, o Estado soviético deveria encorajar a formação de cooperativas, o que iria baratear os meios de produção comprados pelos cooperados e, consequentemente, reduzir os preços dos produtos. Ao final de tudo, os kulaks iriam ser arruinados pela concorrência e retirar-se-iam dos negócios, como se os capitalistas fossem derrotados no seu próprio "jogo" devido à superioridade do socialismo.

Ao que parece, portanto, ou não passava pela cabeça de Bukharin que, ao chegar o tempo disto ocorrer, os kulaks poderiam desencadear uma nova contrarrevolução, estando ainda mais fortes do que no período da guerra civil, ou Bukharin estava propondo uma estratégia de reconversão da economia soviética ao capitalismo, disfarçada de proposta de desenvolvimento da economia socialista.

A proposta de Preobrajensky, por sua vez, também tinha suas falhas. Ele propunha "turning the terms of trade against agriculture since it was a less visible method of surplus extraction than direct taxation. But the peasants were no fools and would know if the price structure

was manipulated to their disadvantage" (ALLEN, 2003, p. 58). Além disso, outra crítica feita à estratégia de Preobrajensky era que com um esforço muito grande para a industrialização, a quantidade de recursos destinada ao investimento faria com que o consumo da população fosse reduzido, o que seria perigoso em um período de consolidação da revolução socialista.

Para a primeira crítica, não houve resposta por parte dos defensores da proposta. Para a segunda, contudo, a resposta baseava-se no modelo do economista do GOSPLAN G. A. Fel'dman.

O referido economista publicou, em 1928, um artigo em duas partes no *Planovoe Khoziaistvo*. Este consistia em um modelo de crescimento para a União Soviética.

Primeiramente, Fel'dman dividiu a economia em dois setores, assim como nos esquemas de reprodução de Marx: o setor produtor de Meios de Produção, Setor I, e o setor produtor de Bens de Consumo, Setor II. Dada a situação da economia soviética na época, ou seja, largas possibilidades de expansão do emprego, o economista considerou a produção como função apenas do que, segundo Allen (2003, pp. 54-56), ele chamou de estoque de capital[2]. A produção de cada um dos setores é determinada, portanto, pelas seguintes equações[3]:

$$Y_t^I = aK_t^I \quad (1) \qquad\qquad Y_t^{II} = bK_t^{II} \quad (2)$$

O que determina o investimento no modelo de Fel'dman é a proporção na qual a produção do Setor I é dividida entre os dois setores. Se denotarmos por *e* a proporção na qual a produção de meios de produção é dividida (com seu valor, consequentemente variando entre 0 e 1), temos que o investimento nos dois setores será:

$$I_t^I = eY_t^I \quad (3) \qquad\qquad I_t^{II} = (1-e)Y_t^I \quad (4)$$

Uma vez que a produção em cada um dos setores cresce a medida que cresce o estoque de capital, é necessário determinar o montante deste no período t considerando o seu crescimento. Este montante é determinado pelas seguintes equações[4].

---

[2] Pressupondo que Allen expôs com rigorosidade o modelo de Fel'dman e que existe uma rigorosidade de conceitos neste modelo, vamos entender este estoque de capital como a soma entre o valor do capital fixo e a quantidade de recursos imobilizados na empresa para a reposição contínua das matérias-primas e materiais auxiliares da produção, ou seja, como o capital constante, os meios de produção. Este nosso entendimento é reforçado pelo fato de o investimento ser retirado representado pelo produto do setor produtor de meios de produção;

[3] Onde Y_t^I é a produção do Setor I no tempo t, K_t^I é o estoque de capital deste setor no tempo t e *a* é a constante que representa quanto do crescimento econômico pode ser explicado pelo aumento do estoque de capital. As variáveis com sobrescrito II e a constante *b* são as referidas variáveis para o Setor II;

[4] De acordo com o nosso entendimento da exposição de Allen do modelo de Fel'dman, deveremos considerar que, em ambas as equações, o *d* constitui a depreciação do capital como um todo. No entanto, sabemos que a parte constante circulante do capital não se deprecia: ela se transfere integralmente no ato da produção. Para a manutenção da rigorosidade de conceitos, devemos, portanto, entender que, por exemplo, se o capital fixo representa 50% do capital total da empresa e deprecia-se a uma taxa de 10% ao ano, a depreciação anual do estoque de capital será de 5%. Por fim, (1 – d)K é o estoque de capital que "sobreviveu" à depreciação no ano t – 1;

$$K_t^I = (1 - d)K_{t-1}^I + I_t^I \quad (5) \qquad K_t^{II} = (1 - d)K_{t-1}^{II} + I_t^{II} \quad (6)$$

Se substituirmos as equações 1, 2, 3 e 4 nas equações 5 e 6, obtemos as equações que denotam o montante de estoque de capital no período t para ambos os setores e em relação a todas as variáveis explicativas existentes.

$$K_t^I = \frac{(1-d)}{(1-ea)} K_{t-1}^I \quad (7) \qquad K_t^{II} = (1 - d)K_{t-1}^{II} + \frac{(1-e)(1-d)a}{(1-ea)} K_{t-1}^I \quad (8)$$

Analisando estas equações, vemos, primeiramente, que o estoque de capital do Setor I depende diretamente apenas do seu estoque de capital no ano anterior.

Na segunda equação, por sua vez, observamos que o estoque de capital do Setor II depende diretamente tanto do seu estoque de capital no ano anterior, quanto do estoque de capital existente no ano anterior no Setor I.

Disto, podemos concluir que o estoque de capital do Setor II cresce em conjunto com o do Setor I, ou seja, quanto maior for este último, maior será o primeiro. Assim, se o estoque de capital do Setor II também cresce com o do Setor I, o mesmo é válido para a sua produção, visto que a produção dos setores depende apenas do seu estoque de capital.

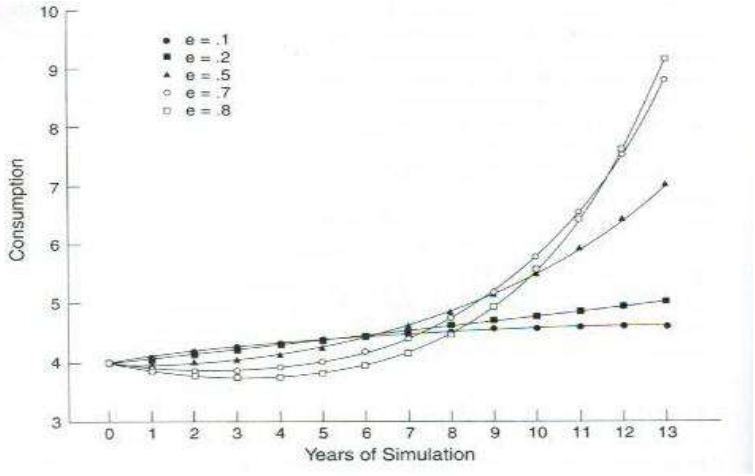
Um dos principais objetivos deste modelo é determinar a trajetória do consumo da economia (da produção da indústria de bens de consumo, o Setor II) ao longo do tempo. O que determinará isto, por sua vez, será o valor atribuído ao *e*, ou seja, a proporção de divisão do investimento.

Fazendo uma simulação de 13 anos com vários valores para o *e*, o resultado obtido por Allen (2003, p. 56) é apresentado na figura 3 a seguir[5]:

Disto se conclui que existem valores de *e* de alta magnitude que não necessariamente ocasionam uma queda no consumo no curto-prazo. O que ocorre é certa estagnação do consumo no período inicial que, no entanto, é seguida por um grande crescimento deste.

[5] É válido comentar que o autor não disponibiliza no seu livro os valores dos coeficientes que foram utilizados na simulação, apenas os valores de *e*;

Figura 1 – Consumo no Modelo de Fel'dman:



Fonte: Allen (2003, p. 56).

Diante do que foi exposto, uma vez que era necessário desenvolver as forças produtivas da União Soviética até o limite mais alto alcançado pelo capitalismo o mais rápido possível para garantir a consolidação do regime socialista, a escolha entre as duas principais estratégias de desenvolvimento era simples. O PCUS optou por utilizar a proposta de desenvolvimento de Preobrajensky com base nas idéias do modelo de Fel'dman que, segundo Allen (2003, p.57), "were key ones underlying Stalin's industrial revolution".

2.2 O ESFORÇO PARA O DESENVOLVIMENTO: PRIORIDADE AO SETOR PRODUTOR DE MEIOS DE PRODUÇÃO:

A partir de 1928, o PCUS passou a adotar o Planejamento Central para regrar o crescimento econômico soviético. O GOSPLAN (Comitê de Planejamento Estatal do Conselho de Ministros da URSS) era o órgão responsável por emitir as diretivas para orientar a produção das empresas. Já no fim do I Plano Quinquenal, 1933, a grande maioria da indústria era composta por empresas estatais (99,93%) e 65% das terras da agricultura havia sido coletivizada (FERNANDES, 1992, pp. 95 e 96). Assim, nesta época já era pequena a parcela da economia que não era orientada pelos planos.

De acordo com o modelo de Fel'dman e as teorias elaboradas por Preobrajensky, a melhor maneira de desenvolver as forças produtivas soviéticas era através de um investimento maciço no setor produtor de meios de produção. Com a maior parte da economia socializada, os planos econômicos do GOSPLAN, portanto, tornaram-se a ferramenta que levou a cabo esta estratégia. De acordo com Nove (1991, apud PAULINO, 2008, p. 97), os setores de indústria pesada, energia e infra-estrutura de transportes absorveram 78% dos investimentos totais, restando, portanto, 22% dos investimentos para ser dividido entre os demais ramos industriais e a agricultura.

Os dados apresentados na tabela 3 expressam o resultado da estratégia. Podemos ver que os índices de crescimento de toda a indústria da URSS mais do que dobram em um período de cinco anos. Os índices da Grande Indústria, por sua vez, quase triplicam:

Tabela 3 – Incremento do Volume da Produção Global da Indústria da URSS (1913 = 100):

Anos	1927	1928	1929	1930	1931	1932
Toda a Indústria	111	132	158	193	233	267
A Grande Indústria	122	152	190	249	307	352

Fonte: Naródnoie Rozidistvo SSSR, Statistitcheskii Sbórnik, p. 45 Gosstatizdat, 1956, apud Draguílev (1961, p. 117).

Os demais planos, seguiram a mesma lógica do primeiro e mantiveram a prioridade ao setor produtor de Meios de Produção. Em consequência disto, a cada ano, a produção de Meios de Produção constituía uma parte cada vez maior do produto total da indústria, conforme comprovam os dados da tabela seguinte:

Tabela 4 – Proporção da Produção de Meios de Produção E Bens de Consumo na Indústria da URSS (em porcentagem):

	1913	1927-28	1932	1937	1940
Meios de Produção	44,3%	32,8%	53,3%	57,8%	61,0%
Bens de Consumo	55,7%	67,2%	46,7%	42,2%	39,0%

Fonte: Dados oficiais soviéticos extraídos dos três primeiros planos quiquenais e publicados no livro de Tony Cliff, State Captalism in Rússia, Londres: Pluto Press, 1974, p. 35 apud Fernades (1992, p. 105).

Assim sendo, não se poderia esperar um resultado diferente. O desenvolvimento industrial da União Soviética deu um grande salto. Isto pode ser observado pela apreciação dos índices de incremento da produção global da indústria soviética apresentados a seguir:

Tabela 5 – Incremento da Produção Global da Indústria da URSS (1913 = 100):

Anos	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Índice	111,00	132,00	158,00	193,00	233,00	267,00	281,60	335,85	412,48	530,19	589,68	658,38

Fonte: Elaboração própria através de Noródnoie Rozidistvo SSSR, Statistitcheskii Sbórnik, p. 45 Gosstatizdat, 1956, apud M. S. Draguílev (1961, p. 117) e Noródnoie Rozidistvo SSSR, p. 46 apud M. S. Draguílev (1961, p. 126).

A estratégia de desenvolvimento das forças produtivas levada a cabo pelo PCUS teve um grande impacto positivo no crescimento industrial da URSS durante o período analisado, gerando uma aceleração deste crescimento. No entanto, não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que estes dados dizem respeito apenas ao desenvolvimento da indústria em geral. Segundo as teorias defendidas por Preobrajensky e Fel'dman, um investimento maciço no Setor I acabaria por

beneficiar a indústria produtora de bens de consumo e a agricultura com novas máquinas e equipamentos, que impulsionariam a produção.

No que tange a agricultura, obtivemos dados oficiais da evolução deste setor no período analisado. Estes dados estão apresentados na tabela 6 a seguir.

Tabela 6 – Produção Agropecuária na URSS (1913 = 100):

Anos	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940
Índice	124	121	117	114	107	101	106	119	109	134	120	121	141

Fonte: TsEntral'noe Statisticheskoe Upravlenie pri Sovete Ministrov SSSR (Administração Central de Estatísticas do Conselho de Ministros da URSS) Sel'skoe Khozyaistvo SSSR (A Agricultura da URSS: antologia estatística), Moscou: Gosstatizdar, 1961a. p. 605 apud Segrillo (2000b, p. 280).

Ao analisarmos esta tabela, podemos constatar, sem sombra de dúvidas, que o desempenho da agricultura esteve longe de se igualar ao desempenho industrial soviético no período analisado. Apontamos anteriormente que, no I Plano Qüinqüenal, o investimento feito na agricultura e na indústria de bens de consumo correspondia a 22% do total. Não obtivemos os dados acerca dos investimentos totais nos demais planos do período que analisamos agora. No entanto, obtivemos os dados oficiais acerca do investimento em capital fixo dividido por setores da economia. Este é apresentado na tabela 7 a seguir.

Tabela 7 – Estrutura do Investimento Soviético em Capital Fixo (médias anuais das porcentagens em relação ao total)[6]:

	1918-1928	1928-1932	1933-1937	1938-1941	1941-1945	1946-1950	1951-1955
Indústria	15,8%	39,1%	38,0%	35,5%	44,6%	41,0%	43,5%
Agricultura	3,1%	16,1%	12,6%	11,4%	9,7%	12,8%	15,5%
Transporte/Comunicação	9,7%	16,8%	19,3%	17,5%	14,7%	11,8%	8,6%
Construção de Moradias	67,5%	16,1%	13,1%	17,5%	16,0%	19,9%	19,8%
Outras Construções em setores não produtivos	3,9%	11,9%	17,0%	18,1%	15,0%	14,5%	12,6%

Fonte: Narkhoz, 1961, pp. 540 e 541 apud Segrillo (2000b, p. 283).

Ao analisarmos a tabela 7, observamos que em todos os períodos, a soma dos investimentos em capital fixo na indústria e nos transportes e comunicação ultrapassa mais da metade dos investimentos. O investimento em capital fixo na agricultura, no entanto, no I Plano Qüinqüenal, alcança 16,1%, e segue uma trajetória de queda até representar cerca de dois terços do que representava antes dos investimentos totais.

Em geral observamos que a lógica dos investimentos não muda muito do I Plano Quinquenal ao III Plano. Assim, supondo que os investimentos totais também sofram apenas

[6] 1918-1928 não inclui o quarto trimestre de 1928; 1928-1932 inicia-se no quarto trimestre de 1928, início efetivo do primeiro plano qüinqüenal; 1938-1941 incluí apenas a primeira metade de 1941, até a invasão alemã;

pequenas alterações, poderíamos afirmar que a parcela destinada a agricultura era realmente pequena. Diante do exposto, a questão que surge é a seguinte: podemos concluir que o fraco desempenho da agricultura no período deve-se a política de investimentos do PCUS? A resposta de Allen (2003) para esta pergunta é não.

Sua argumentação começa com uma crítica as avaliações comparativas da agricultura soviética existentes. Allen afirma:

> There is a long tradition of regarding Russian agriculture as technologically backward. The case usually rests on comparisons of grain yields in Russia and Ukraine with those in Western Europe, which were considerably higher. Such comparisons, however, are of the mark since, in countries such as Britain, soil and climate – and, consequently, the farming system – were so different. […] I compare Russian productivity in 1913 with productivity on Great Plains of North America[7]. […] As in Russian, the climate was cold and dry. While there was some livestock production in both regions, grain was the principal product (ALLEN, 2003, p. 66).

Deixando, em um primeiro momento, a análise da produtividade do trabalho de lado, Allen busca comparar a produtividade por hectare nas duas regiões e chega ao resultado exposto na tabela 08 abaixo:

Como vemos, a produção por hectare na Rússia era similar a da região das grandes planícies na América do Norte. Enquanto a Rússia apresentava alguma vantagem no que tange as plantações, as grandes planícies eram superiores na criação de animais.

Tabela 8 – Produção por Hectare: Rússia *versus* Grandes Planícies em 1913 (produto valorado em rublos):

	Canadá e EUA			**Rússia**		
	Cropped[8]	**Improved[9]**	**All**	**Cropped**	**Improved**	**All**
Crops	25,1	14,2	7,0	31,8	15,8	7,7
Livestock	16,6	9,4	4,6	15,8	7,8	3,8
Total	41,7	23,7	11,6	47,6	23,6	11,5

Fonte: Allen (2003, p. 74).

Prosseguindo na análise, Allen afirma que:

> The low level of yields on the Great Plains and Canadian prairies did not reflect a failure to conduct agricultural research. On the contrary, Olmstead and Rhode (2002) have emphasize that there was widespread experimentation with new seeds varieties to control pests and disease as well as to find varieties of wheat that would grow in the harsh conditions of the Great Plains. It is ironic that some of the leading varieties – for example, Kubanka and Kharkof – were imported from Russia. […] **North American farmers had no high-yield**

[7] Esta região inclui as províncias canadenses de Manitoba, Saskatchewan e Alberta, dominadas por pradarias, e os estados norte-americanos Dakota do Norte, Dakota do Sul, Montana e Wyoming;
[8] Exclui campinas, pastos e terras em descanso;
[9] Inclui as excluídas pelo conceito cropped, mas exclui terras improdutivas;

> **technology that would quickly increase the Russian food supply** (ALLEN, 2003, p.71).[10]

Do que dissemos até aqui sobre a agricultura soviética, portanto, sabe-se que havia poucas possibilidades de aumentar a produção por hectare com melhoramento do solo, das sementes com novos fertilizantes e etc. No entanto, o que dizer sobre o aumento da produção gerado pela mecanização da agricultura?

A análise feita por Allen (2003) da oferta de força de trabalho agrícola constitui uma base bastante forte para afirmarmos que, do ponto de vista de uma economia socialista, a mecanização acelerada da agricultura na URSS não traria impactos positivos à economia, e sim negativos.

Allen (2003, p. 74) afirma que, na década de 1920, o GOSPLAN estimava que, tendo em vista a tecnologia utilizada no campo na União Soviética, eram necessários 20,8 homens-dia[11] por hectare para a realização de todas as tarefas relativas à produção agrícola.

Assim,

> Applying the GOSPLAN norm of 20.8 man-days per hectare to Russian agriculture […] implies the need of 17.8 million years of work in the fifty provinces of European Russia. With 16 million peasant families in the region, there were about 39.7 million adult male equivalent years of labor available. By this reckoning, the peasant population was 2.2 times too large for the needs of farming, even without considering organization or mechanization (ALLEN, 2003, p. 76).

Mesmo na época das colheitas, período da produção agrícola no qual se apresenta a maior necessidade de mão de obra, Allen (2003, p. 76) afirma que 18,6 milhões de trabalhadores eram requeridos[12] (o que ainda fica bem acima dos 39,7 milhões disponíveis).

Assim, caso o Estado soviético resolvesse fazer um maciço investimento na mecanização da agricultura, o único resultado disto seria um desemprego maciço no país. Certamente consciente disto, o PCUS levou a cabo um processo de mecanização agrícola progressivo para que aos poucos este desemprego oculto existente no setor rural soviético fosse sendo absorvido pela indústria em rápida expansão nas cidades.

No que tange a indústria produtora de bens de consumo, mesmo sem a obtenção de dados acerca da sua produção, é possível inferir a evolução da sua produção através da análise do consumo *per capta* na URSS.

Um economista ocidental bastante famoso no campo da pesquisa acerca da URSS é Abram Bergson. Este é conhecido pela sua visão pessimista sobre a evolução soviética. Segundo ele, o

[10] Destaque acrescido por nós;
[11] Com o dia de trabalho correspondendo a 8 horas e considerando um trabalhador que Allen chama de "adult male equivalent";
[12] Considerando um tempo de colheita de 10 dias;

consumo per capta na URSS aumentou apenas 3% no período que vai de 1928 a 1937 (ALLEN, 2003, p. 137).

Ao revisar a metodologia de Bergson, no entanto, Allen encontra dois erros. O primeiro deles é que, ao retirar o aumento dos preços das suas estimativas, Bergson utiliza o índice de Pasche como base. O curioso é que, entre os índices de Pasche e Laspeyres, o primeiro gera um péssimo resultado para o crescimento do consumo, enquanto que o outro segue para o outro extremo. Em resposta a isto, Allen afirma:

> Modern theory of index numbers suggests a better procedure. Instead of using Pasche or Laspeyres indices, we should take some sort of average that uses the weight of both years. (Diewert 1976; Allen and Diewert 1981) The Fisher Ideal Index (the geometric average of the Pasche and Laspeyres) is a commmon[13] choice. In the case of multi-year comparisons, chain-linking the Fischer Ideal would solve Bergson's logical problem by allowing the weights to follow the change in consumption patterns over time. This procedure would also use more information in calculating inflation between successive dates and would not arbitrarily privilege the spending pattern in one year as does Bergson's choice of Pasche index or, indeed, as would a preference for the Laspeyres. […] After all, if the Pasche and the Laspeyres indices differ widely, doesn't it make more sense to use an average of the two rather than to rely on one to the exclusion of the other? (ALLEN, 2003, pp. 139 e 140).

O segundo erro da metodologia de Bergson diz respeito a um ajustamento nos preços de 1928 feito por Janet G. Chapman. Primeiramente ela pressupõe que, enquanto os preços de 1937 eram representativos para toda a economia, os de 1928 correspondiam apenas às vendas urbanas. Assim, baseada em uma afirmação solta nos documentos do I Plano Qüinqüenal que dizia que o poder de compra no campo era 35% maior do que na cidade, ela realizou um ajustamento nos preços de 1928 que os torna menores (ALLEN, 2003, p. 140). Este ajuste superestima o consumo deste ano, mas subestima o crescimento deste até o ano de 1937.

Allen (2003, p. 141), no entanto, aponta que não há como dizer ao certo o que o GOSPLAN queria dizer com tal afirmação e contra-argumenta com o fato de que, como havia excesso de demanda por produtos industrializados, havia inclusive pequenas firmas que compravam produtos nas lojas estatais para revendê-los mais caros no campo.

Assim após corrigir o índice utilizado por Bergson e o ajustamento feito por Chapman e após acrescentar mais dados a sua análise, Allen chega a um crescimento de 30% no consumo per capta da URSS no período que vai de 1928 a 1937 (ALLEN, 2003, pp. 142 e 143), ou seja, um aumento anual de 2,66%.

Ao ponderar o conjunto de informações que apresentamos aqui chegamos à conclusão, portanto, de que há indícios bastante fortes de que a estratégia de desenvolvimento das forças produtivas levada a cabo pelo PCUS não se deu em função de uma piora das condições de vida da

[13] Erro de digitação da edição original;

população soviética. Esta estratégia produziu, inclusive, resultados mais positivos do que os esperados pelo modelo de crescimento usado como base pelo GOSPLAN, o modelo de Fel'dman. Ela foi capaz de acelerar o desenvolvimento industrial sem uma estagnação inicial do consumo da população.

Através desta política econômica, o governo soviético transformava rapidamente as forças produtivas sociais da URSS. Este movimento, por sua vez, de acordo com a Teoria dos Modos de Produção, ia progressivamente tornando possível a transformação das Relações de Produção vigentes em Relações de Produção Comunistas, eliminando, a cada salto dado no desenvolvimento, elementos das Relações de Produção Capitalistas. Um grande avanço neste sentido foi a eliminação do mercado como regulador da quantidade produzida, e a passagem para a economia planificada. Foi precisamente após esta mudança que se deu um largo desenvolvimento na economia da URSS. Isto certamente se deve, em parte, à eliminação de alguma contradição existente entre as Forças Produtivas e as Relações de Produção, por mais diminuta que fosse.

2.3 A URSS APÓS A SEGUNDA GUERRA:

O impacto na economia soviética causado pela Segunda Guerra Mundial foi enorme. Segundo Aganbeguian (1988, p. 58), somente no começo dos anos 1950 conseguiu-se recuperar o nível de produção de antes da guerra. Contudo, após a recuperação, a economia soviética prosseguiu na sua estratégia de desenvolvimento.

O IV Plano Qüinqüenal (1946-1950) manteve a mesma lógica do primeiro, talvez concentrando ainda mais os investimentos no Setor I (produtor de meios de produção). A indústria metalúrgica pesada, de extração mineral (carvão, ferro e petróleo) e os setores de infra-estrutura de transportes, de comunicações e produtores de aço, armamentos e energia elétrica receberam 87,9% dos investimentos, restando apenas 12,1% para o setor II.

Os investimentos em capital fixo na indústria continuaram mais altos do que o período que precede a segunda guerra (ver tabela 9 a seguir), provavelmente devido à decisão de reconstruir rapidamente a estrutura produtiva destruída durante o período da guerra e ao aumento dos gastos militares[14] em razão do receio de outros ataques imperialistas.

[14] Somente de 1950 a 1952, estes aumentaram 45%, para um aumento de apenas 15% dos gastos estatais no mesmo período (REIS FILHO, 1997, p. 175 apud PAULINO, 2008, p. 130);

Tabela 9 – Estrutura do Investimento Soviético em Capital Fixo (médias anuais das porcentagens em relação ao total)[15]

	1941-1945	1946-1950	1951-1955
Indústria	44,6%	41,0%	43,5%
Agricultura	9,7%	12,8%	15,5%
Transporte/Comunicação	14,7%	11,8%	8,6%
Construção de Moradias	16,0%	19,9%	19,8%
Outras Construções em setores não produtivos	15,0%	14,5%	12,6%

Fonte: mesmas da tabela 7.

Com o agravante de que os gastos militares aumentavam a uma velocidade maior do que antes, através desta mesma estratégia, portanto, a URSS voltou a experimentar altas taxas de crescimento, como indicam os ritmos anuais de crescimento do Produto Material Líquido.

Tabela 10 - Taxa Anual de Crescimento Econômico do Produto Material Líquido da URSS (em porcentagem):

Anos	**1951**	**1952**	**1953**	**1954**	**1955**	**1956**	**1957**	**1958**	**1959**	**1960**
PML	12,2	10,9	9,8	12	11,9	11,4	6,7	12,6	7,4	7,7

Fonte: Narkhoz 1964. pp. 87 e 575 apud Segrillo 2000b. p. 254.

4.5 A CAMINHO DA ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA:

Na década de 1950, a indústria da União Soviética já se encontrava em um patamar completamente diferente do qual estava quando da revolução de 1917. Se tivermos como base o modelo de crescimento de Fel'dman, podemos concluir que, apesar de possuir uma fração menor dos investimentos, como os investimentos e, consequentemente, a produção do Setor II também depende do estoque de capital do Setor I, a magnitude do investimento no primeiro já era considerável.

No plenário do Comitê Central do PCUS de 1953, Nikita Kruschev apresenta seu relatório sobre a economia soviética e sugere reformas no modelo de crescimento da economia soviética.

Com a reforma, o abastecimento de produtos do campo nas cidades passa a ser feita através de compras com preços mais altos e impostos reduzidos. As relações monetárias e mercantis passam a estar cada vez mais presentes no campo, com os kolkhozianos possuindo um salário garantido em dinheiro e com o aumento das ajudas do estado. As EMT's (Estações de Máquinas e Tratores) são extintas e suas máquinas são vendidas aos kolkhozes, que foram reduzidos de 125 mil para 69 mil com o intuito de aumentar sua rentabilidade através do aumento da escala da produção (PAULINO, 2008, p. 138).

[15] 1941-1945 começa em julho de 1941;

O Estado entende que esta nova conjuntura torna viável a expansão da área cultivada e organiza uma expansão para terras virgens, principalmente para o cultivo de milho e trigo. Em paralelo, o estado viabiliza reformas de melhoramento das terras através de projetos de irrigação (FERNANDES, 1992, p. 126 e AGANBEGUIAN, 1988, p. 63).

As ações do governo surtem efeito no setor agrícola e sua produção aumentou em média 7% ao ano no período 1954-1959. Esta expansão impactou também a indústria alimentar e os ramos da indústria leve que transformavam matérias-primas agrícolas. Todo este contexto eleva a renda real por habitante em 37% no mesmo período (AGANBEGUIAN, 1988, p. 64). Referindo-se a este período, Aganbeguian declara:

> Se, após a guerra, haviam numerosos mendigos e famílias que não comiam à sua vontade, no fim dos anos 50 os pobres desapareceram praticamente, e a alimentação da população, nomeadamente das famílias pouco abastadas, melhorou nitidamente (AGANBEGUIAN, 1988, p. 64).

Às reformas na agricultura, seguiram-se reformas no setor industrial e no planejamento. Quanto ao primeiro, em 1955, deu-se início às reformas primeiro em um nível macroeconômico, ampliando-se os poderes dos governos das repúblicas. Depois, ampliaram os poderes dos dirigentes das empresas. As indústrias pesadas e de defesa foram utilizadas para a fabricação de bens de consumo duráveis, como televisores, geladeiras, automóveis de passeio e etc. (AGANBEGUIAN, 1988, p. 64 e PAULINO, 2008, p. 135).

Quanto ao planejamento, no entendimento do novo dirigente da União Soviética e da sua equipe, era preciso tornar mais "horizontais" as relações de produção. Em 1957, veio a reforma mais impactante: são abolidos os Ministérios Centrais (órgãos integrantes do GOSPLAN que abarcavam várias regiões) e criados 105 Conselhos Regionais, ou Sovnarkhozes. Primeiro se criaram os sovnarkhozes alargados, que abarcavam vários ramos industriais e de construção e várias regiões, posteriormente, os sovnarkhozes desmembrados, que abarcavam um território menor e não tratavam de assuntos dos ramos industriais e de construção em conjunto (FERNANDES, 1992, p. 126, AGANBEGUIAN, 1988, p. 66 e PAULINO, 2008, p. 137).

O planejamento Central também sofreu várias transformações: primeiramente o GOSPLAN foi dissolvido e criou-se um Conselho Científico, junto ao Conselho de Ministros e à Comissão Econômica do Estado, que passou a ser responsável pelos planos. Posteriormente, restabeleceu-se o GOSPLAN, com a função da elaboração de um planejamento apenas perspectivo, ficando a Comissão Econômica do Estado como responsável pela elaboração dos planos anuais. Após isto, a situação volta a ser como antes, com a supressão dos demais órgãos de planejamento, e a manutenção do GOSPLAN (AGANBEGUIAN, 1988, p. 66).

Se observamos os ritmos de crescimento da economia durante o período que precede as reformas através dos dados apresentados na tabela 16, observamos certa desaceleração. Enquanto a média do crescimento do período 1951-1954 é 11,2%, o crescimento médio do período 1955-1959 é 10%. Para Fernandes:

> Estas medidas não chegaram a gestar um 'modelo' alternativo de desenvolvimento para a economia soviética, mas removeram um elemento chave na cadeia de comando no modelo afirmado nos anos 30 (os ministérios centrais). O resultado foi uma 'febre' de localismo (**mestnichestvo)** na direção econômica, que impedia o desenvolvimento articulado da economia como um todo (FERNANDES, 1992, p. 126).

Além disso, os efeitos da política agrícola não foram sentidos por muito tempo. Se, em 1954-1959, o ritmo médio anual de crescimento agrícola estava na faixa dos 7%, na primeira metade da década de 1960, este passa à faixa de 1,5%-2% (Aganbeguian, 1988, pp. 67 e 68). O crescimento médio da renda nacional, por sua vez, calculado por nós através de Segrilo (2000, p. 254 apud Paulino, 2008, p. 156), passa para 6,7% na primeira metade da referida década. A década de 1960, pelo menos nos seus três primeiros anos, começou com taxas de crescimento mais baixas do que as taxas com as quais as autoridades soviéticas e o povo soviético estavam habituados.

Diante desta conjuntura econômica, as reformas que seguem a partir de 1965 têm o objetivo claro de reverter a desaceleração. No plano agrícola, como dantes, os preços foram novamente elevados. A diferença existente entre a primeira e a última reforma reside no fato de que, nas reformas promovidas por Kosseguin (integrante da equipe do Primeiro Secretário do Governo da URSS, Brejnev), as compras do estado eram programadas para um período de cinco anos e a produção que excedia o plano de compra do estado poderia ser vendida a um preço 50% mais elevado.

O governo Brejnev entendia que a aceleração do crescimento provocada pelas reformas de Kruschev tinha por base o estimulo à produção agrícola via variação dos termos de troca em favor do campo. Portanto, almejava, por estas vias, estimular a economia. É importante notar que nenhuma reforma estrutural foi proposta.

As medidas parecem elevar novamente o crescimento da agricultura, mas não tanto quanto antes. O crescimento agrícola para o quinquênio foi de 21% (AGANBEGUIAN, 1988, p. 69). Segundo nossos cálculos, uma taxa de crescimento de 21% em um período de cinco anos corresponde a um crescimento anual de 3,89%. Ou seja, apesar de o ritmo de crescimento agrícola ter duplicado, mal se compara ao crescimento anual deste setor durante o período das reformas de Kruschev. Isto porque não foram apenas os termos de troca os responsáveis pelo maior crescimento da produção agrícola nas reformas anteriores, mas, principalmente, a expansão das terras, a reorganização destas e as melhorias alcançadas através de projetos de irrigação e etc.

Na economia como um todo se trabalhou no sentido de simplificar os planos que deveriam ser elaborados pelo GOSPLAN. Embora os sovnarkhozes tenham sido abolidos e os Ministérios Centrais tenham sido recriados, os planos agora não traziam minúcias de como eles deveriam ser cumpridos. Aumentou-se a liberdade dos dirigentes das empresas para planejar a evolução da produtividade do trabalho, a redução dos custos e também se deu certa liberdade a estes para a fixação dos salários dos trabalhadores. Os índices de desempenho das empresas foram simplificados. A distribuição gratuita e centralizada dos meios de produção foi abolida e passou-se a um financiamento das compras e dos investimentos das empresas. Os preços foram reformulados para que refletisse melhor os custos de produção. Além disso, as empresas passaram a poder reter uma maior parte dos lucros para que pudessem reinvesti-los.

Atesta-se aqui que, cada vez mais, as reformas tendem para uma descentralização das decisões de produção e a instauração de mecanismos outros de orientação destas decisões que não o planejamento centralizado da economia. Estes mecanismos tornam-se cada vez mais parecidos com os mecanismos da economia capitalista. Se, até meados da década de 1950, as relações de produção presentes na economia soviética tendiam cada vez mais para um desenvolvimento planejado e se tornavam cada vez mais sociais, a partir daí elas passam a caminhar no sentido contrário. A instabilidade típica das formas de manifestação transitórias começa a se manifestar neste período.

Ao analisarmos as taxas de crescimento do Produto Material Líquido da URSS (ver tabela 11), constatamos que no período das reformas há certa elevação do crescimento econômico. Contudo, a apreciação dos dados mostra que esta elevação não durou muito e a situação não foi revertida.

Tabela 11 – Taxas de Crescimento do Produto Material Líquido da URSS (em porcentagem):

Anos	**1960**	**1961**	**1962**	**1963**	**1964**	**1965**	**1966**	**1967**	**1968**	**1969**
PML	7,7	6,9	5,6	4,1	9,4	6,8	8	8,7	8,3	4,7

Fonte: Narkhoz, 1964, p. 575 e Narkhoz 1972, p. 531 apud Segrillo (2000b, p. 254).

No começo da década de 1970, é possível observar a continuidade da redução das taxas de crescimento. Nos anos 1971-1975, o crescimento quinquenal da agricultura caiu para 13%, o da produção industrial caiu para 32% (havia aumentado 50% no quinquênio anterior) e o da renda nacional caiu, de 41% no quinquênio anterior, para 28% em 1971-1975 (AGANBEGUIAN, 1988, p. 75).

Durante os dois quinquênios seguintes, a desaceleração continua: a renda nacional durante o X e o XI quinquênios (1976-1980 e 1981-1985) cresce, respectivamente, 21% e 16,5% (AGANBEGUIAN, 1988, p. 92). Durante este período, continua o clima experimentação que dominava a União Soviética. Qualquer nova ideia de método de reversão do quadro imediatamente

era colocada em prática, em pequena escala, para teste de resultados. Contudo, nenhuma reforma mais expressiva foi colocada em prática, mantendo-se, portanto, a estrutura criada nas reformas de Kosseguin, exceto pelo retorno à distribuição centralizada dos meios de produção. Neste contexto de desaceleração e experimentalismo surge, pois, a *Perestroïka*.

Nas palavras de Segrillo, a análise de vários documentos do PCUS deixa claro que "duas das razões principais que levaram os líderes soviéticos a iniciar a *Perestroïka* foram a desaceleração econômica da URSS nas últimas décadas da sua existência e o crescente hiato tecnológico com o ocidente na mesma época." (SEGRILLO, 2000a, p. 10).

Mikhail Gorbachev, idealizador da *Perestroïka*, e sua equipe, consideravam que o problema mais emergencial na União Soviética era a desaceleração econômica. Para um combate temporário desta, propunha-se crescer através da eliminação dos desperdícios existentes na economia, que, segundo eles, poderia ser feito através de uma reorganização do sistema de gestão da economia soviética, eliminando os métodos "administrativos" de gestão (centralismo excessivo).

Prosseguindo com o raciocínio de Gorbachev e sua equipe, o crescimento resultante destas medidas, entretanto, tinha seus limites. Para continuar reduzindo o desperdício e continuar a crescer a ritmos elevados, a URSS necessitava aumentar seu ritmo de desenvolvimento tecnológico. Para tanto, era necessária a criação de um mecanismo de incentivo ao aumento da produtividade. Para eles, este incentivo tinha que ter um caráter econômico. Os incentivos de caráter econômico escolhidos foram mecanismos de mercado.

Ambas as idéias, eliminação de desperdícios e desenvolvimento tecnológico, estão ligadas ao eixo central da *Perestroika*: buscar ininterruptamente o crescimento intensivo em detrimento do extensivo. O foco no desenvolvimento intensivo era tamanho que o PCUS orientava as decisões de investimento para uma modernização de fábricas antigas, ao invés de construção de outras instalações modernas e a consequente desativação das demais. Isto porque, segundo o instrumental teórico do PCUS, economia de recursos e aumentos de produtividade aproximariam mais ainda o crescimento de um crescimento intensivo puro.

Com os olhos nos aumentos de produtividade gerados pela concorrência capitalista no ocidente, passo a passo os dirigentes soviéticos aplicaram mecanismos de mercado e alguns deles tornavam a economia soviética cada vez mais semelhante a uma economia capitalista.

São exemplos destes mecanismos: substituição da distribuição centralizada dos meios de produção pelo comércio grossista (as empresas passavam a comprar os meios de produção ao invés de receber-los do Estado), o sistema de autogestão e autofinanciamento (a direção da empresa passava a ter cada vez mais poderes e a empresa passava a se responsabilizar pelos seus lucros e prejuízos, com estes últimos não sendo mais cobertos pelo orçamento estatal), a legalização do

trabalho privado sem o envolvimento de trabalho assalariado, liberdade às empresas para a fixação dos preços, o sistema de brigadas de trabalho e etc.

O sistema de planejamento e seus órgãos, os ministérios e os sistemas bancário e financeiro também foram modificados para adaptarem-se à nova realidade. Os planos agora eram meramente indicativos, sem que as empresas tivessem qualquer obrigação de cumpri-los.

O que constitui, contudo, o salto qualitativo das reformas que demonstra que elas caminhavam no sentido de restabelecer uma economia capitalista na URSS foi o decreto de 13 de janeiro de 1987 do Comitê Central do PCUS e do Conselho de Ministros da URSS que tornou possível a criação de join-ventures com empresas estrangeiras, inclusive ocidentais, dentro do território soviético, desde que o Estado permanecesse com 51% do capital da empresa. Aqui o lucro das empresas deixa de ser única e exclusivamente uma forma de manifestação do excedente econômico de uma sociedade socialista e passa também a ser forma de manifestação da mais-valia extraída do trabalhador soviético por capitalistas estrangeiros. Em 26 de maio do ano seguinte, por sua vez, torna-se legal a exploração do trabalho de cidadãos soviéticos por outros cidadãos soviéticos com a aprovação da "lei sobre a cooperação na URSS" (SEGRILLO, 2000a, pp. 24 e 36).

A exploração da força de trabalho de outrem através do trabalho assalariado, relação fundamental do Modo de Produção Capitalista, está novamente presente no território soviético.

O resultado aparente destas medidas na economia foi que, conforme avançavam as medidas pró-mercado, aprofundava-se também a desaceleração econômica na URSS. A partir de 1989, atesta-se que a economia soviética encontra-se estagnada, com o PML tendendo ao decrescimento, como pode ser atestado a partir dos dados que seguem:

Tabela 12 – Taxas de Crescimento do Produto Material Líquido e Inflação da URSS (em porcentagem):

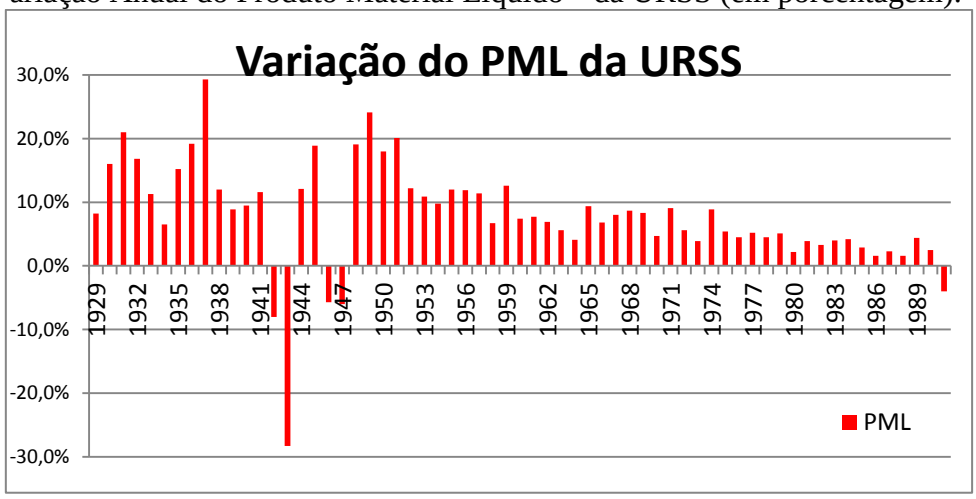
Anos	**1985**	**1986**	**1987**	**1988**	**1989**	**1990**	**1991**
PML	1,6	2,3	1,6	4,4	2,5	-4	-9
Inflação	-	-	-	-	2	14	150

Fonte: Norodnoe Khozyaistvo SSSR apud Segrilo (2000, p. 145).

4.6 UMA VISÃO GERAL DO CRESCIMENTO SOVIÉTICO:

Da apreciação feita por nós nas seções anteriores, desprende-se que a União Soviética passou por um rápido processo de desenvolvimento econômico, baseado numa prioridade de investimentos no Setor I que gerava altas taxas de crescimento econômico, mas o processo "perdeu o fôlego" a partir de 1960. Daí em diante, iniciou-se uma desaceleração econômica que, apesar das políticas levadas a cabo pelo PCUS, não pode ser revertida. Esta ideia fica ainda mais evidente quando observamos a evolução do Produto Material Líquido da URSS apresentada abaixo.

Figura 2 – Variação Anual do Produto Material Líquido[16] da URSS (em porcentagem):



Fonte: Segrillo (2000b, p. 254).

O processo de crescimento e desenvolvimento econômico soviético, portanto, pode ser dividido em dois grandes grupos: o período de crescimento acelerado (1928-1959) e o período de desaceleração econômica (1960-1991). Mas, se analisarmos com mais atenção, este processo de desaceleração econômica ao qual nos referimos dá dois saltos qualitativos, passando a patamares de crescimento cada vez mais baixos e podendo, portanto, ser subdividido em três subperíodos.

Na nossa pesquisa bibliográfica, não encontramos nenhum autor que identificasse e classificasse as diferentes etapas do processo de redução do crescimento econômico na União Soviética. Isto, portanto, foi feito por nós.

De acordo com dados oficiais soviéticos apresentados por Segrillo (2000b, pp. 249 e 250), as taxas anuais médias de crescimento do PML dos EUA foram de 2,2% em 1971-1975, 3,4% em 1976-1980 e 2,4% em 1981-1985. Já o PML do Japão, que crescia a ritmos mais rápidos do que os EUA tanto porque sua economia recuperava-se da guerra, quanto pelo maior crescimento da sua produtividade do trabalho, cresceu a taxas anuais médias de 6,12%[17] de 1950 a 1986. Comparando estes ritmos de crescimento com o crescimento experimentado pela URSS a partir de 1975, julgamos que, neste ano, instaura-se uma crise estrutural na União Soviética e explicaremos o porquê.

A maioria dos economistas concebe o conceito crise estrutural como uma perturbação na economia que se deve a um problema existente na própria estrutura produtiva ou até mesmo nas relações de produção do agregado econômico em questão. Ela, portanto, não é passageira; somente pode ser superada através de uma intervenção que modifique a estrutura. Tendo em vista que a

[16] Anos 1928-1938 calculados de BSE, 2 ed. v.29, p. 302; anos 1939 e 1940 calculados de Zaleski, 1980, p. 578-579; anos 1941-1945 calculados de Narkhoz za 70 lel, p. 43; anos 1946-1950 calculados de Narkhoz 1964, p. 87; anos 1950-1963 calculados de Narkhoz, 1964, p. 575; anos 1964-1971 calculados de Narkhoz, 1972, p. 531; anos 1972-1976 calculados de Narkhoz za 60 lel, p. 485; anos 1977-1984 calculados de Narkhoz za 70 lel, p. 58;
[17] Calculado por nós a partir de índices absolutos de crescimento apresentados por Segrillo;

teoria nos afirma que a transformação das relações capitalistas de produção em socialistas faz desaparecer todo e qualquer empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas, pressupõe-se que a capacidade de desenvolvimento das forças produtivas deste regime é maior do que a do Modo de Produção Capitalista. Assim, caracterizamos como crise estrutural o referido período, pois a URSS passa a crescer a ritmos semelhantes ao dos países capitalistas devido a um problema estrutural. A afirmação de que a desaceleração estava sendo desencadeada por um problema deste tipo deriva-se do fato de o processo persistir apesar das tentativas do governo de revertê-lo.

Deste conceito de crise estrutural deriva-se nosso conceito de desaceleração. Ao contrário da análise feita por meio da lógica formal, basear-se na lógica dialética implica que os fenômenos não surgem "milagrosamente", ou seja, eles não aparecem de uma só vez, em um determinado momento, já na sua forma mais desenvolvida. Ao contrário, eles surgem em forma de germe e evoluem gradativamente. Assim, para se chegar ao ponto de crise estrutural do crescimento econômico, este teve que iniciar um processo de desaceleração em algum momento. Classificamos, pois, como desaceleração o período que marca o início da redução do crescimento que leva a economia ao estágio de crise estrutural.

Pelos dados e pelas análises que apresentamos anteriormente, a desaceleração que leva a economia para o ponto de crise estrutural deflagra-se em 1960.

Por fim, Aganbeguian (1988, p. 78) indica que havia crescimento de rendimentos reais por habitante até 1985, com este indicador tendo crescido 11% no quinquênio 1981-1985. Segundo os dados apresentados na tabela 12, na seção anterior, no entanto, a partir de 1989, a economia soviética começa a apresentar uma inflação crescente, com a taxa do referindo ano já constituindo uma taxa significativa em relação ao crescimento econômico. O único dado que conseguimos acerca do crescimento populacional nesta época apresenta que, em 1990, a população soviética crescia a uma taxa anual de 0,7%[18]. Supondo que esta taxa fosse igual em 1989, não há crescimento real da renda nacional na URSS neste ano, fazendo deste início da estagnação econômica. Esta nossa classificação deriva-se simplesmente do fato de que o objetivo da produção de valores de uso no socialismo é satisfazer progressivamente as necessidades da população. Na medida em que novas necessidades vão sendo criadas quantitativa e qualitativamente e a capacidade de satisfazê-las não cresce o suficiente, o objetivo deixa de ser cumprido.

Diante dos dados aqui apresentados por nós, consideramos que, em 1960, iniciou-se uma desaceleração econômica na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e, em 1975, uma crise estrutural instaura-se nesta nação, levando-a a estagnação econômica em 1989.

[18] Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Sovi%C3%A9tica;

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em trabalhos como o presente, nos quais os autores se propõem a caracterizar determinado processo no intuito de identificar fenômenos que merecem uma apreciação mais detalhada, ou seja, que devem ser melhor estudados na intenção de descobrir suas causas, mais importante do que apontar as conclusões do trabalho, é destacar suas contribuições para o estudo do tema.

Primeiramente concluímos que a estratégia utilizada para desenvolver economicamente a União Soviética foi um investimento maciço no setor produtor de meios de produção, o Setor I. Esta estratégia teve como efeito um crescimento econômico acelerado. O fato de que ela não foi capaz de manter estes ritmos de crescimento após o início da década de 1960 implica que ela tem seus limites e/ou está condicionada a determinados fatores que devem se manter presentes. A primeira contribuição importante que se deriva do presente trabalho é, portanto, a necessidade de identificar os limites desta estratégia de desenvolvimento e/ou as condições nas quais ela é eficiente.

Em segundo lugar, concluímos, ao analisar a evolução da economia soviética, que esta pode ser subdividida em dois grandes períodos: o período de crescimento acelerado (1928-1959) e o período de desaceleração econômica (1960-1991), sendo este último subdividido em desaceleração inicial (1960-1974), crise estrutural (1975-1988) e estagnação econômica (1989-1991). Ao ligarmos esta nossa classificação, que afirma que o processo de desaceleração se deve a um problema estrutural, com o que foi dito no parágrafo anterior, surgem as seguintes questões que também devem ser respondidas: se a estratégia de desenvolvimento tinha seus limites, o que impediu a migração para um novo modelo mais eficaz? Este modelo de fato existia? E/ou, se o modelo funcionava apenas em determinadas condições, o que impediu a manutenção destas "condições-chave"? Em resumo: que problema estrutural desencadeou essa desaceleração econômica?

Chamamos a comunidade acadêmica à discussão de tais questões!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGANBEGUIAN, Abel G. A Revolução na Economia Soviética: a perestroïka. 2 ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1988;

ALLEN, Robert C. Farm to Factory: a reinterpretation of the soviet industrial revolution. 1 ed. Princeton: Princeton University Press, 2003;

DRAGUÍLEV, M. S. A Crise Geral do Capitalismo. Editora Alba, 1961;

FERNANDES, Luís. URSS: ascensão e queda. 2 ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992;

GERMER, Claus Magno. Marx e o Papel Determinante das Forças Produtivas na Evolução Social in Crítica Marxista. n 29. Campinas: IFCH Unicamp, 2009. pp. 75-95;

GÚROV, P.; GONCHAROV, A. La Politica Agraria Leninista. 1 ed. Moscow: Editorial Progreso, 1977;

MARX, Karl.; FRIEDRICH, Engels A Ideologia Alemã. São Paulo: Martin Claret, 2004;

PAULINO, Robério. Socialismo no Século XX: o que deu errado? Goiânia: Kelps, 2008;

SEGRILLO, Ângelo. O Declínio da URSS: um estudo das causas. 1 ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, 2000;

SEGRILLO, Ângelo. O Fim da URSS e a Nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin. Petrópolis: Editora Vozes, 2000;

A persistência da Divisão Internacional do Trabalho de 1994 a 2010.

Apoena C. Cosenza

Em uma entrevista concedida à Folha de São Paulo, no dia 12 de setembro de 2010, a renomada economista Conceição Tavares afirmou:

> "Na indústria, a parte de capital estrangeiro em geral não faz desenvolvimento tecnólogico, traz da matriz, o que é um problema. *Mas, como a divisão internacional do trabalho está mudando, também há a tendência de adaptar produtos a cada mercado em que as empresas estão instaladas.* (...) São situações muito díspares. *Não tem centro e periferia como antes. Tem países de desenvolvimento intermediário, entre os quais estamos.* A Rússia sim desmantelou a indústria toda. Só exporta gás e petróleo. Isso é que é uma situação ruim. Está lá no Bric [Brasil, Rússia, Índia e China] um pouco fora de propósito. "[1]

Da entrevista, destaca-se duas frases da autora: (a) "Não tem centro e periferia como antes. Tem países de desenvolvimento intermediário, entre os quais estamos." e (b) "Houve uma mudança radical da divisão internacional do trabalho, na qual nós estamos bem colocados porque a gente exporta para todo mundo". Segundo Tavares, a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) mudou nesta última década e não há mais centro e periferia como antes. Para sustentar essa ideia, ela usa o Brasil como exemplo, pressupondo que por este ter uma balança comercial positiva e por exportar matéria prima para o mundo inteiro, ele está bem colocado no mercado mundial[2].

Entretanto, ainda que, na entrevista, Tavares não tenha colocado dados para sustentar sua análise, ela apresentou uma idéia que faz parte de um debate corrente e de importância para o entendimento da história econômica. A pergunta que está no centro do debate é: Vivemos hoje uma nova Divisão Internacional do Trabalho que permite o surgimento de países intermediários e que quebra com a antiga lógica centro-periferia?

[1] [1] http://www1.folha.uol.com.br/mercado/797136-nao-tem-mais-centro-e-periferia-afirma-maria-da-conceicao.shtml , ultimo acesso em 25/04/2012. Grifo próprio.
[2] http://www1.folha.uol.com.br/mercado/797136-nao-tem-mais-centro-e-periferia-afirma-maria-da-conceicao.shtml , ultimo acesso em 25/04/2012

A discussão teórico/metodológica, a análise dedutiva e a apreciação de alguns dados estatísticos nos leva a entender que ainda há uma Divisão Internacional do Trabalho que funciona através da existência de alguns poucos países que recebem os bonuses do capital, enquanto a grande maioria dos países perde anualmente bilhões de dólares no processo de troca internacional. Houve, se analisarmos um período de tempo suficientemente grande, mudanças conjunturais, mas permaneceu a estrutura econômica pautada na relação centro-periferia.

Notas sobre a definição da Divisão Internacional do Trabalho

Antes de discutir se a DIT passou por uma mudança radical ou não, é necessário definir o que se entende por Divisão Internacional do Trabalho. A idéia de uma divisão internacional do trabalho que é desigual parte do ponto da negação da tese da existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos[3]. Portanto, quando Conceição Tavares afirma: "Não tem centro e periferia como antes. Tem países de desenvolvimento intermediário, entre os quais estamos", ela passa da teoria da divisão do mundo entre centro e periferia, para a teoria da divisão do mundo entre países em etapas de desenvolvimento diferentes.

Conforme explica Samir Amin[4], a divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos foi formulada sistematica e teoricamente por W.W. Rostow, entre outros autores. A teoria de Rostow estabelecia cinco momentos universais do desenvolvimento pelo qual toda sociedade deveria passar: (1) A etapa da sociedade tradicional; (2) a etapa das precondições do desenvolvimento; (3) a da 'decolagem'; (4) a do amadurecimento; e (5) a do consumo de massa.

A divisão dos países entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento) passou por mudanças, mas mantém o mesmo pressuposto teórico: os diferentes países do mundo podem (devem) passar por etapas similares de desenvolvimento. A diferença de riquezas é resultante da diferença do momento histórico em que cada país se encontra. É esse o pressuposto que Tavares abraçou na entrevista à Folha de São Paulo.

Por outro lado, diversos teóricos, como Samir Amin, Arghiri Emmanuel e Christian Palloix já apontaram a existência de estruturas de dominação que estabelecem

[3] AMIN, Samir. *L'impérialisme et le Développement inégal*. Les édition de minut, Paris: 1976. Pg74
[4] AMIN, Samir. *Laccumulation à l'échelle mundiale*. éditions anthropos, Paris: 1971. Pg 17

uma relação desigual entre os diferentes países. Os diferentes autores discordam pontualmente na origem da desigualdade, mas concordam, efetivamente, que não existe a possibilidade de desenvolvimento linear nos diferentes países. Existem, para tais autores, ferramentas de exploração que permitem a pilhagem das riquezas dos países pobres por parte dos países ricos. Em verdade, são justamente essas ferramentas de exploração que acirram a divisão do mundo entre alguns países ricos e diversos países pobres.

Assim, conforme as palavras de Samir Amin: "As desigualdades de produção são comuns e largamente espalhadas e, mesmo entre os países desenvolvidos, o progresso jamais é igual, mas sempre localizado nas indústrias (*ramos industriais*) novas" [5]. Em outras palavras: a desigualdade entre os diferentes países existe e pode ser vista facilmente em nosso mundo. Mesmo entre os países chamados desenvolvidos existem diferenças e são elas que expressam a existência de relações desiguais entre os diversos países, o que permite o acirramento da desigualdade mundial.

Essa é a essência da DIT, que pode passar por mudanças conjunturais de forma, sem mudar sua estrutura central. Samir Amin, Arghiri Emmanuel e Christian Palloix procuraram entender a essência por traz do funcionamento da DIT. Diferentes autores, como Folker Fröbel, Jürgen Kreye e Marcio Pochmann, analisaram mais recentemente as mudanças de forma ocorridas na Divisão Internacional do Trabalho.

Folker Fröbel e Jürgen Kreye apontaram que até 1970 houve três formas de divisão internacional do trabalho: (I) do século XVI ao XVIII, caracterizada por ter trabalhado livre, independente ou assalariado, na Europa ocidental para a produção de bens manufaturados e trabalho escravo na extração de metais e produção agrícola nas colônias; (II) Século XVIII e XIX, caracterizada por trabalho assalariado e industrial na Inglaterra e, posteriormente, em alguns outros países e trabalho escravo na produção de bens primários nas colônias; e (III) Primeira metade do século XX, caracterizada por trabalho assalariado como base da manufatura na Europa, USA e Japão, e forma de trabalho assalariada precária na periferia para a produção e extração de bens primários.[6]

A partir de então, segundo tais autores, teria surgido uma nova forma de DIT caracterizada pela tendência de: (i) superação da divisão do mundo entre poucos países industrializados e o restante dos países como exportadores de produtos primários; e (ii)

[5] AMIN, Samir. *Laccumulation à l'échelle mundiale*. éditions anthropos, Paris: 1971. Pg 25
[6] FRÖBEL, Folker; HEINRICHS, Jürgen; KREYE, Otto. *The New International Division of Labour*. Cambridge University Press, Cambridge: 2009. pg 11

o aumento da subdivisão do processo de manufatura em grande número de operações parciais que são realizadas em industrias espalhadas pelo mundo.[7]

Marcio Pochmann definiu essa nova divisão internacional do trabalho pelas características: (a) financeirização da economia[8]; (b) conformação de oligopólios mundiais, que dominam os principais mercados[9]; (c) aumento da importância do comércio intrafirmas, que superam as trocas realizadas pelas nações[10]; (d) a oposição entre países centrais, onde predomina o trabalho de pesquisa, desenvolvimento e administração, em relação a países periféricos que realizam a produção, em especial a primária e a de certa manufatura[11]; e (e) Realização de trabalho qualificado no centro e de trabalho desqualificado na periferia, havendo maior desemprego na periferia do que no centro[12].

Os autores citados deixam claro, no entanto, que a mudança das características da Divisão Internacional do Trabalho significa uma mudança de aparência. Conforme afirmam Fröbel e Kreye, a DIT não rompeu com o processo histórico que caracteriza a dependência dos países periféricos em relação aos países centrais. Pelo contrário, a aprofundou[13]. O colapso da economia de bem-estar pode ter contribuído para esse processo.

Portanto, a tese que o mundo está dividido entre países centrais e países periféricos no sistema econômico mundial, parte do princípio da relação desigual entre centro e periferia. Explica a divisão entre países pobres e países ricos pela exploração que os primeiros sofrem dos segundos. A exploração realizada pode tomar diferentes formas sem mudar ainda a essência. Essa é a tese que Conceição Tavares parece haver abandonado em sua entrevista à Folha de São Paulo.

---

[7] FRÖBEL, Folker; HEINRICHS, Jürgen; KREYE, Otto. *The New International Division of Labour*. Cambridge University Press, Cambridge: 2009. pg 45
[8] POCHMAN, Marcio. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Editora Boitempo, São Paulo:2007 pg 27
[9] POCHMAN, Marcio. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Editora Boitempo, São Paulo:2007 pg 27
[10] POCHMAN, Marcio. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Editora Boitempo, São Paulo:2007 pg 28
[11] POCHMAN, Marcio. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Editora Boitempo, São Paulo:2007 pg 34
[12] POCHMAN, Marcio. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Editora Boitempo, São Paulo:2007 pg 35
[13] FRÖBEL, Folker; HEINRICHS, Jürgen; KREYE, Otto. *The New International Division of Labour*. Cambridge University Press, Cambridge: 2009. pg 403

O Funcionamento da DIT, a análise dedutiva sobre o tema.

O argumento utilizado pela renomada economista para abandonar a teoria da divisão do mundo entre centro e periferia (ou como Samir Amin colocaria: 'da análise sobre a acumulação em escala mundial') para abraçar a tese dos diferentes momentos de desenvolvimento é que "houve uma mudança radical da divisão internacional do trabalho, na qual nós estamos bem colocados porque a gente exporta para todo mundo. E, em particular, no que diz respeito a matérias-primas, exportamos mais para a China do que para a Europa, por exemplo. Nunca exportamos matérias-primas para os EUA."[14]

O que está por trais desta afirmação é que (i) a Divisão Internacional do Trabalho desigual era sustentada por uma troca desigual vertical entre potências centrais (Europa e EUA) e países periféricos; (ii) que houve uma mudança no caráter das trocas, que deixaram de ser verticais e passaram a ser horizontais, perdendo seu caráter desigual; e (iii) mediante a possibilidade de trocas iguais os países podem ser divididos por sua etapa do desenvolvimento.

Antes de analisar os dados que permitem sustentar ou contrariar essa suposta mudança, é necessário retomar a literatura clássica. Samir Amin, Arghiri Emmanuel e Christian Palloix estudaram com profundidade a essência por trais da DIT. Utilizaram para isso alguns dados estatísticos e uma discussão teórica de alto nível. Para tais autores, os mecanismos de exploração não podiam ser inteiramente compreendidos apenas pela lógica indutiva através da análise estatística. Amin deixou claro em diversas passagens de suas obras *L'accumulation à l'echelle mondiale* e *L'Imperialisme et le developpement inégal,* que a as ferramentas utilizadas para a realização da pilhagem da periferia econômica por parte do centro só podem ser apreendidas inteiramente através do resultado das mesmas e pelo trabalho dedutivo sobre os mecanismos econômicos.

Em outras palavras, o processo analítico utilizado para estudar a desigualdade deve ser: (a) Parte-se da realidade existente, da desigualdade visível entre os diferentes países; (b) busca-se na análise dedutiva da economia e dos mecanismos econômicos a explicação possível para o processo de exploração que aprofunda a desigualdade; (c)

[14] http://www1.folha.uol.com.br/mercado/797136-nao-tem-mais-centro-e-periferia-afirma-maria-da-conceicao.shtml , ultimo acesso em 25/04/2012

busca-se os dados econômicos que sustentem a análise e elaboração de fórmulas deduzidas; e (d) se verifica se a realidade condiz com a explicação deduzida.

Para discorrer sobre o acerto ou equivoco da análise de Conceição Tavares sobre o momento histórico que vivemos, deve-se, segundo o método proposto, retomar a discussão conceitual sobre quais são as ferramentas de exploração que sustentam a divisão entre países ricos e países pobres.

Dos autores citados, Emmanuel Arghiri e Samir Amin representam uma linha diferente da proposta por Christian Palloix. A divergência dos autores se dá quanto à questão: 'qual é a principal ferramenta de exploração que permite a pilhagem das riquezas dos países pobres por parte dos países ricos?'. Emmanuel Arghiri e Samir Amin centram a análise nas trocas desiguais, enquanto Christian Palloix busca explicar o processo histórico em questão através dos monopólios. Para fins analíticos, a linha das trocas desiguais será tratada como ferramenta de exploração internacional de tipo (A) e a explicação com foco nos monopólios como ferramenta tipo (B). Buscar-se-á com isso reforçar que as ferramentas são complementares no jogo da exploração internacional, conforme Samir Amin deixou claro em diferentes passagens de suas obras.

Ferramenta tipo (A): As trocas desiguais

> "Desafiando a lei da oferta e da procura, os insumos e produtos comprados pelas metrópoles obtêm remunerações insignificantes, como o petróleo, o papel, os gêneros tropicais etc. No entanto, os seus produtos industriais, contendo cada vez matérias ou insumos mais pobres e menores quantidades de trabalho vivo, expressam preços relativos sempre mais elevados."[15]

O trecho acima, retirado do artigo *A Acumulação de Capital no Brasil*, de Wilson Barbosa, expressa o significado do termo subpreço. A idéia do subpreço é a base para a teoria de Emmanuel Arghiri das trocas desiguais. Arghiri estudou em sua obra *As Trocas Desiguais* os mecanismos econômicos por quais os chamados países desenvolvidos exploravam as riquezas dos países mais pobres utilizando a ferramenta do subpagamento nas trocas internacionais.

Emmanuel partiu da análise marxista da produção do valor, da exploração da mais-valia e da taxa de lucro[16]. Segundo tal teoria a única força capaz de gerar valor é a força de trabalho, isto é, apena o trabalho realizado pelo ser humano gera valor. Para

[15] BARBOSA, Wilson. *A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL*. DH – FFLCH – USP, 2003. Pg 11
[16] Para o melhor estudo de tais termos ver *O Capital*, de Karl Marx.

compreender a análise de Arghiri, se faz necessário retomar rapidamente o significado dos termos marxistas que ele utiliza. Tal explicação pode ser encontrada na obra de Emmanuel[17], ou originalmente no *O Capital*, de Karl Marx.

A produção do Valor da mercadoria no sistema capitalista é composta, segundo a teoria marxista, de: capital constante (maquinaria e matéria prima), capital variável (trabalho realizado pelos operários e pago em salário) e a mais-valia (trabalho realizado pelo operário, mas que não lhe é pago, sendo apropriado pelo capitalista). Por outro lado, o preço de produção é composto pela capital constante, capital variável e pelo lucro. A taxa de lucro média, dentro da análise marxista, é resultado da divisão da soma da mais-valia explorada por todos os ramos da produção industrial, dividido pelo somatório do capital constante mais o somatório do capital variável. Fica, portanto:

Valor = c (capital constante) + v (capital variável) + p (mais-valia)

g'(taxa de lucro) = $\sum p / (\sum c + \sum v)$

g= g'(c+v)

Preço de produção = c + v + g (lucro)

Aceita-se que a taxa de lucro tende a se igualar nos diferentes ramos de produção quando tomados em escala global, mas a mais-valia não se iguala. O que ocorre é uma diferença entre o Valor da mercadoria de um dado ramo em relação ao preço de produção e, com isso, um ramo tende a crescer mais que outro, mesmo com taxas de lucro iguais.

O que Arghiri aponta é que graças a condições diferentes na produção de diferentes países, o mesmo ocorre nas trocas internacionais, especialmente diante da especialização das produções nacionais. Ainda, Emmanuel lembra que o capital constante não é inteiramente gasto em um único ciclo de produção, ou seja, que as máquinas não precisam ser trocadas em curto período. Há, portanto uma diferença entre o capital comprometido e o capital constante consumido no ciclo de produção. Mais que isso, a taxa de lucro não é calculada pelo capital consumido naquele ciclo de rotação, mas pelo capital total comprometido na produção.[18]

Reproduzindo o exemplo utilizado por A. Emanuel:

[17] EMMANUEL, Arghiri. *El Intercambio desigual*. *Ensayo sobre los antagonismos em las relaciones económicas internacionales*. Ed Siglo ventiuno, Madrid: 1973 pg 94
[18] EMMANUEL, Arghiri. *El Intercambio desigual*. *Ensayo sobre los antagonismos em las relaciones económicas internacionales*. Ed Siglo ventiuno, Madrid: 1973 pg 98-100

País	Capital total comprometido (K)	Capital constante consumido ©	Capital variável (v)	Mais-valia (p)	Valor da mercadoria [V (c+v+p)]	Custo de produção [R (c+v)]	Taxa de lucro [g' (∑p/∑K)]	Lucro [g (g'K)]	Preço de produção [L (R+g)]
A	240	50	60	60	170	110	1/3	80	190
B	120	50	60	60	170	110		40	150
total	360	100	120	120	340	220		120	340

Arghiri demostrou com o exemplo acima que dois países que consomem em sua produção um capital igual, com o mesmo gasto com a força de trabalho geram, portanto, mercadorias de Valor igual. Mas, por conta de seu capital total comprometido e pela taxa de lucro, acabam gerando produtos de preço final diferentes. No exemplo, a troca que deveria ser igual torna-se desigual. Se o país A trocasse os produtos com o país B pelo seu Valor, a troca seria de 1 para 1, mas como a troca é feita de forma desigual, o país B precisa trocar 19 de seus produtos para comprar 15 produtos de A. Perde-se assim o equivalente a 4 produtos. Mais que isso, significa a perda de 40 horas de trabalho no termo de troca, visto que os valores expressos estão em termos de horas de trabalho.

O autor expande seu exemplo, considerando ainda que, em geral, os países do centro econômico têm como característica a melhor remuneração de seus trabalhadores. A diferença salarial proporcional significa também uma menor taxa de mais-valia, igualmente proporcional. Assim, um salário 5 vezes melhor gera uma mais-valia 5 vezes menor, sob uma mesma capacidade de produção. O cálculo é modificado para[19]:

País	Capital total comprometido (K)	Capital constante consumido (c)	Capital variável (v)	Mais-valia (p)	Valor da mercadoria [V (c+v+p)]	Custo de produção [R (c+v)]	Taxa de lucro [g' (∑p/∑K)]	Lucro [g (g'K)]	Preço de produção [L (R+g)]
A	240	50	100	20	170	150	1/3	80	220
B	120	50	20	100	170	70		40	110
total	360	100	120	120	340	220		120	340

[19] EMMANUEL, Arghiri. *El Intercambio desigual*. *Ensayo sobre los antagonismos em las relaciones económicas internacionales*. Ed Siglo ventiuno, Madrid: 1973 pg 102

Fica evidente com o exemplo de Emmanuel que os termos de troca são ainda mais desiguais, significando a perda de 110 horas de trabalho por parte do país B. O autor aponta também que devido aos salários desiguais, mesmo que o capital comprometido seja o mesmo, a capacidade produtiva a mesma, e a taxa de lucro a mesma, o país B continuará perdendo horas de trabalho. Mesmo que a taxa de lucro média no país B, onde o salário é menor, for maior do que a taxa de lucro média do país A, onde há maiores salários, a desigualdade continua. Para igualar os termos de troca, sob salários médios desiguais, seria necessário, conforme Arghiri, um cenário que componha: (i) capital comprometido igual; e (ii) taxas de lucro absolutamente desiguais. Reproduzindo mais um exemplo de Arghiri[20]:

País	Capital total comprometido (K)	Capital constante consumido (c)	Capital variável (v)	Mais-valia (p)	Valor da mercadoria [V (c+v+p)]	Custo de produção [R (c+v)]	Taxa de lucro [g' (∑p/∑K)]	Lucro [g (g'K)]	Preço de produção [L (R+g)]
A	240	50	100	20	170	150	8,333%	20	170
B	240	50	20	100	170	11070	41,666%	100	170
total	360	100	120	120	340	220		120	340

Ou seja, no exemplo hipotético, com um salário apenas cinco vezes maior, apenas diante de um capital comprometido igual e com taxas de lucro 5 vezes maior no país B, os termos de troca se igualariam. No entanto, o autor chama a atenção para o fato que a diferença salarial pode ser ainda maior. Mais que isso, não necessariamente o capital comprometido é igual. Assim, para igualar os termos de troca, seriam necessárias taxas de lucro ainda mais dispares.

No entanto, tal análise explica apenas as formas de exploração econômica dentro dos termos da lógica capitalista. A exploração internacional, e as trocas desiguais, podem ser asseguradas por métodos que não são puramente econômicos. Como bem salienta Samir Amin: O que explica a possibilidade de salários desiguais e as trocas desiguais são também as formações sociais distintas e os mecanismos de acumulação primitiva que são reproduzidos constantemente.

Mais precisamente, Samir afirmou:

[20] EMMANUEL, Arghiri. *El Intercambio desigual*. *Ensayo sobre los antagonismos em las relaciones económicas internacionales*. Ed Siglo ventiuno, Madrid: 1973 pg 122

> "As relações entre 'países desenvolvidos' e países 'subdesenvolvidos' não pode ser compreendida pela análise do modo de produção capitalista. Esta questão depende do estudo das relações entre as diferentes formações sociais; mais precisamente entre aquelas do centro capitalista e as da periferia do sistema. A análise dessas relações constituem a essência do estudo da acumulação à nível mundial; ela revela as formas contemporâneas dos mecanismos de acumulação primitiva: a troca desigual, isto é, a troca de produtos em valores desiguais, mais precisamente de preços de produção, em sentido marxista, desiguais, as formações sociais do centro (depois da aparição dos monopólios) e da periferia (a reserva de mão de obra da economia pré-capitalista) que permitem, à igual produtividade, as remunerações diferentes do trabalho. (...) A conquista e a imposição de condições à periferia de acordo com as exigências do centro são resultados da tendência inerente do capitalismo à alargar os mercados e a exportação de capital. (...) a teoria marxista não pode deixar de considerar esse movimento histórico que é o motivo de sair da análise estrita do modo de produção capitalista".[21]

O que Amin apresenta em sua obra é que a análise puramente econômica e puramente nos marcos da análise sobre o modo de produção capitalista não pode apreender a totalidade da exploração que é realizada pela parte dos países do centro econômico sobre a periferia. Diante da necessidade de continuar a expandir seus mercados e continuar a exportar seu capital, os países do centro continuam a incluir no sistema econômico países cuja forma social era outra, não voltada para o futuro. As diferentes formações sociais permitem salários desiguais.

O próprio processo de submissão dessas formações sociais significa a imposição de certas condições, entre a qual a desarticulação (parcial ou completa) das estruturas sociais até então vigentes naquele país, criando uma reserva de mão de obra. A desarticulação das sociedades serve, assim, ao interesse do centro da reprodução do sistema de salários menores na busca do aumento da exploração e da troca desigual.

Á exemplo das ferramentas de exploração Wilson Barbosa detecta:

> "As políticas sistemáticas de imiseração do operário, elaboradas e defendidas na ordem social e política pelos representantes patronais, faz-se acompanhar de medidas internacionais de espoliação, baseadas na: (1) troca desigual; (2) desequilíbrio dos fluxos de capital; e (3) terrorismo guerreiro e policial das metrópoles. Os inexplicados acontecimentos das "torres gêmeas" e outros episódios em torno do 11 de setembro, tem servido de pretexto para grosseiras agressões imperialistas, particularmente na esfera comercial, onde os interesses das metrópoles não podem ser contestados. Desafiando a lei da oferta e

[21] AMIN, Samir. *Laccumulation à l'échelle mundiale*. éditions anthropos, Paris: 1971. Pg 157-158; tradução minha.

> da procura, os insumos e produtos comprados pelas metrópoles obtém remunerações insignificantes, como o petróleo, o papel, os gêneros tropicais etc. No entanto, os seus produtos industriais, contendo cada vez matérias ou insumos mais pobres e menores quantidades de trabalho vivo, expressam preços relativos sempre mais elevados. A política oligopolista tem assim uma necessidade premente de violar o fundamento da lei da oferta e da procura."[22]

Chama a atenção o item (3) levantado por Barbosa: "terrorismo guerreiro e policial das metrópoles". As ferramentas de submissão das nações não são necessariamente econômicas. A guerra, a ameaça política ou policialesca são ferramentas comuns para garantir os interesses comerciais das metrópoles. Tal uso da guerra e das ameaças se faz abertamente ou de forma disfarçada. O resultado, no entanto, é em geral a desarticulação das sociedades, criando as condições para a espoliação aberta. Uma vez espoliado ou desorganizado economicamente o país periférico, as condições para a realização da política de baixos salários e, assim, de trocas desiguais se faz. Mais que isso, nada garante que mesmo sob uma base salarial igual, as trocas serão feitas de forma igualitária.

Ferramenta tipo (B): O monopólio.

O papel do monopólio na economia mundial foi apontado por Lenin de forma muito clara em sua obra *O Imperialismo, fase superior do Capitalismo*. A definição do que é e qual o papel dos monopólios, tal qual do Imperialismo, foi resumidamente definida por Lenin:

> "sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de

[22] BARBOSA, Wilson. *A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL*. DH – FFLCH – USP, 2003. Pg 11

> capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.”[23]

O monopólio é caracterizado assim por: (a) concentração da produção, e (b) fusão do capital bancário com o capital industrial. A organização das empresas por parte do capital financeiro contraria o princípio da concorrência e estabelece princípios planejados para a produção de acordo com os interesses do capital financeiro. A concentração da produção garante o maior poder das empresas em questão, que passam a controlar os mercados (tanto do produto final quanto o mercado da matéria prima).

A ação do monopólio permite: (i) a exportação de capitais em grande volume; e (ii) formação de associações capitalistas que dominam parcelas do mundo. A exportação de capitais pode se dar através de empréstimos às nações, empréstimos privados ou constituição de filiais das empresas monopolistas. Essa ação do monopólio é parte daquilo que Lenin chama de Imperialismo.

Christian Palloix abordou o monopólio, mais especificadamente as firmas multinacionais (FMNs), do ponto de vista da circulação das mercadorias, sem esquecer o papel do mercado financeiro. Buscou explicar como, através da ação dos monopólios, a burguesia internacional se enriquecia ainda mais:

> “A firma multinacional desenvolve-se no plano da articulação da circulação internacional das mercadorias com os processos de produção imediatos, processos implantados pelo capital financeiro internacional. A este título, a irrupção das firmas multinacionais está, na origem, estreitamente ligada ao papel desempenhado pelo capital financeiro”[24]

Para Palloix, o imperialismo tem como traço a ação das firmas multinacionais, que são resultado do papel do capital financeiro. Portanto, a análise da acumulação de riquezas não pode ser realizada apenas pelas relações de troca M-D-M (mercadoria-dienheiro-mercadoria). Acusou, dessa forma, Arghiri Emmanuel de ter restringido sua análise a uma etapa reduzida de todo o processo de troca[25].

A acumulação, para Palloix, se dá como resultado do processo completo de valorização do capital, descrito inicialmente por Marx no *O Capital*: D – Mt - ... P... –

[23] LENIN, V. *O Imperialismo, fase superior do Capitalismo*. In http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap7.htm , ultima visualização 26/04/2012
[24] Christian Palloix. *As firmas multinacionais e o processo de internacionalização*. Editorial estampa, Lisboa: 1974. Pg 110
[25] Christian Palloix. *As firmas multinacionais e o processo de internacionalização*. Editorial estampa, Lisboa: 1974. Pg 235

M'(a – D) – M (mt P ... ... P' .... M' – D' [26]. Os termos significam: D (dinheiro/ capital-dinheiro), Mt (mercadoria trabalho), P (capital produtivo). O circuito descrito portanto é: Capital dinheiro se torna força de trabalho, que através do processo de produção (uso do capital fixo e do capital variável) gera uma dada mercadoria agregada de valor produzido pela força de trabalho, que é trocada por mais dinheiro, que por sua vez é trocado por mais força de trabalho, reiniciando o processo.

A análise deve completar o ciclo, isso é, de D até D', visto que: "ao nível do ciclo do capital-dinheiro (*D*-M...P...M'-*D*'), ciclo de valorização do capital, pode-se ter diretamente uma idéia de valorização internacional do capital-dinheiro sob a forma do investimento internacional"[27]. Ou seja, o foco da análise deve ser, para Palloix, na exportação de capitais e nas remessas de lucros, e não nas trocas desiguais.

Mas, diante da análise das remessas de lucros, a exploração continua:

> "na verdade, a internacionalização do lucro capitalista é tão evidente que não há qualquer vantagem em nos demorarmos muito nesse assunto: é sabido que o lucro das filiais das firmas U.S. no exterior é superior que ao lucro destas firmas quando operam no interior dos E.U.A)"[28].

Ou seja, ao instalar firmas em países da periferia econômica, as multinacionais adquirem melhor taxa de mais-valia e de realização da mesma. Exploram de forma mais eficaz a população da periferia do que a população de seus países de origem.

O *Dicionário das teorias e mecanismos econômicos*, de Alain Gélédan e Janine Brémond, chama a atenção para os seguintes efeitos das firmas multinacionais (para além do envio das remessas de lucro):

> " – Na quase totalidade dos casos, a casa-mãe, situada no país de origem, reserva para si senão a totalidade pelo menos uma parte essencial das atividades de concepção (...) – As F.M.N. também podem contribuir para assegurar aos respectivos países de origem aprovisionamento em matérias primas, energia e outros intermediários de que carecem para produzir. – Por último, ao nível

[26] Christian Palloix. *As firmas multinacionais e o processo de internacionalização*. Editorial estampa, Lisboa: 1974. Pg 211
O termo D aparece aqui em substituição ao termo A, obedecendo a tradução tradicional da análise marxista, onde D é o capital dinheiro, em substituição do termo A (argent, que significa dinheiro em francês)
[27] Christian Palloix. *As firmas multinacionais e o processo de internacionalização*. Editorial estampa, Lisboa: 1974. Pg 211-212
[28] Christian Palloix. *As firmas multinacionais e o processo de internacionalização*. Editorial estampa, Lisboa: 1974. Pg 235

> político, a experiência mostrou que é possível utilizar politicamente as F.M.N de um país para exercer pressão sobre outros países (...)"[29].

Ou seja, as firmas multinacionais (e, portanto os monopólios) podem servir à dominação extra econômica, que aumenta a disparidade econômica existente.

Ou, nas palavras claras de Wilson Barbosa:

> "As remessas de lucros e dividendos constituem-se poderosa fonte de enriquecimento das empresas das metrópoles. Sob a rubrica da "exportação de capitais", os países metropolitanos colocam nas colônias e semicolônias enormes montantes de capital, que de outro modo seriam nas metrópoles remunerados a taxas mais baixas de juros. Através da compra de empresas e controle dos mercados locais, as empresas estrangeiras, pomposamente autodenominadas "multinacionais" ou "transnacionais", realizam manobras financeiras pelas quais multiplicam o valor de seu capital local nominal e arruínam ali a produção econômica".[30]

A divisão do mundo entre centro e periferia como resultado das duas ferramentas

Samir Amin, em sua obra *L'Acumulation A L'echelle Mondial* utiliza o fenômeno dos monopólios combinado às trocas desiguais como forma de explicar a exploração das riquezas de países da periferia econômica por parte dos países centrais do sistema[31]. O autor em questão deixou bem claro a necessidade de levar em conta as remessas de lucro para visualizar os efeitos da Divisão Internacional do Trabalho desigual[32]. Igualmente, Wilson Barbosa explicou o processo de acumulação de capital no Brasil levando em conta tanto as trocas desiguais como as ações dos monopólios[33].

Dedutivamente é possível afirmar que absolutamente nada impede que as trocas desiguais e a ação dos monopólios se combinem como ferramenta de exploração internacional, na constituição do imperialismo. Levando em conta a discussão até aqui apresentada, pode-se afirmar que a Divisão do Trabalho Internacional, e a consequente divisão do mundo entre centro e periferia, em essência, é resultado combinado de: (A) Trocas Desiguais; (B) Ação dos Monopólios; e (C) Relações de dominação extra econômicas.

---

[29] GÉLÉDAN, Alain; BRÉMOND, Janine. *Dicionário das teorias e mecanismos econômicos.* Livros Horizonte, Lisboa: 1988 pg 154
[30] BARBOSA, Wilson. *A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL.* DH – FFLCH – USP, 2003. Pg 28
[31] AMIN, Samir. *Laccumulation à l'échelle mundiale*. éditions anthropos, Paris: 1971. Pg 375
[32] AMIN, Samir. *Laccumulation à l'échelle mundiale*. éditions anthropos, Paris: 1971. Pg 535
[33] BARBOSA, Wilson. *A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL.* DH – FFLCH – USP, 2003

As (A) trocas desiguais podem surgir tanto como fenômeno puramente econômico (da forma explicada por Arghiri) como por fenômenos não econômicos. Os (B) monopólios podem realizar a exploração econômica ou se utilizar de ferramentas extra econômicas no processo de espoliação. A fórmula abstrata que se atinge para calcular o processo de exploração internacional (E), que configura a essência da Divisão Internacional do Trabalho, é: E=A+B+C.

O problema consiste em: (i) a exploração extra econômica não pode ser contabilizada facilmente; (ii) as trocas desiguais podem ser apreendidas através da dedução lógica, mas para serem encontradas quantitativamente se faz necessária uma extensão de dados sobre o capital investido em cada ramo, a massa salarial, produtividade média etc.; e (iii) soma-se às remessas de lucro legalmente enviadas pelo monopólio as quantias enviadas ilegalmente.

Como calcular, portanto, a exploração exercida pelos países centrais sobre os países periféricos? Para Amin Samir, a desigualdade se expressa na realidade concreta dos diferentes países. Isso é: independentemente do PIB per capita possuído pelos diferentes países, as condições de vida das populações e capacidade de troca dos países é desigual[34]. Um indicativo da exploração é o desequilíbrio endêmico das balanças de pagamento. As balanças de pagamento devem ser encontradas, segundo Amin, levando em conta: (I) Importação e exportação de mercadorias; (II) pagamento de serviços comerciais; (III) investimentos extrangeiros; (IV) remessas de lucro; (V) gastos dos turistas no estrangeiro; e (VI) empréstimo e pagamento de dívida externa. Excluem-se as movimentações bancárias cotidianas[35]. Caso a balança de pagamentos, composta dessa forma, for negativa em longo prazo, há um indício forte da existência do desequilíbrio internacional que caracteriza a divisão de países centrais e países da periferia.

Houve uma mudança radical na Divisão Internacional do Trabalho?

Compreendida a discussão teórica sobre a Divisão Internacional do Trabalho e a existência de um centro econômico e uma periferia, é possível agora discutir de uma forma um pouco mais embasada a tese a qual Conceição Tavares aderiu, isto é, que houve uma mudança profunda na Divisão Internacional do Trabalho.

[34] AMIN, Samir. *Laccumulation à l'échelle mundiale*. éditions anthropos, Paris: 1971. Pg 375
[35] AMIN, Samir. *Laccumulation à l'échelle mundiale*. éditions anthropos, Paris: 1971. Pg 535-538

Retomando, o que a tese apresentada pela conhecida economista tem como pontos fulcrais: (a) ”Não tem centro e periferia como antes. Tem países de desenvolvimento intermediário, entre os quais estamos.”; e (b) “Houve uma mudança radical da divisão internacional do trabalho, na qual nós estamos bem colocados porque a gente exporta para todo mundo”[36].

A afirmação (a) que a Divisão Internacional do Trabalho deixou de ser entre centro e periferia, e que passou a ser entre países em diferentes etapas de desenvolvimento está subordinada à afirmação (b) que por não haver mais relações verticais nas trocas internacionais as condições permitem trocas iguais.

Tal tese ignora completamente o papel dos monopólios e suas firmas multinacionais. Se a exploração exercida pelos países ricos (E) é encontrada pela formula: (E) = (A) trocas desiguais + (B) ação dos monopólios + (C) ação extra econômica, a tese defendida por Conceição Tavares leva em conta apenas as ferramentas de troca desigual. Mais que isso, presume que, pelas trocas serem feitas por dois países da periferia elas são necessariamente feitas horizontalmente.

No entanto, a lógica dedutiva aponta para a possibilidade de, considerando o papel do monopólio, as trocas continuarem a ser desiguais. Mais que isso, é possível que quem saia ganhando não seja nenhum dos dois países envolvidos na troca desigual, mas sim um terceiro país, que é sede do monopólio.

Dentro do seguinte cenário hipotético, é possível a permanência da divisão internacional do trabalho desigual:

País (2) vende 210 unidades do produto (f) ao país (1). O País (1) vende 130 unidades do produto (t) para o país (2). Dentro dos termos propostos por Arghiri, se consideramos a diferença salarial, sem diferença de capital comprometido no processo de produção, o país (2) perde, hipoteticamente 80 horas de trabalho. No entanto, se tanto o produto (f) quanto o produto (t) forem produzidos por multinacionais que possui sede em um país (3), as 80 horas não necessariamente irão para o país (1).[37]

[36] http://www1.folha.uol.com.br/mercado/797136-nao-tem-mais-centro-e-periferia-afirma-maria-da-conceicao.shtml , ultimo acesso em 25/04/2012

[37] Exemplo original de: EMMANUEL, Arghiri. *El Intercambio desigual*. *Ensayo sobre los antagonismos em las relaciones económicas internacionales*. Ed Siglo ventiuno, Madrid: 1973 pg 102

País	Capital total comprometido (K)	Capital constante consumido (c)	Capital variável (v)	Mais-valia (p)	Valor da mercadoria [V (c+v+p)]	Custo de produção [R (c+v)]	Taxa de lucro [g' (∑p/∑K)]	Lucro [g (g'K)]	Preço de produção [L (R+g)]
1	240	50	100	20	170	150	25%	60	210
2	240	50	20	100	170	70		60	130
total	360	100	120	120	340	220		120	340

Como afirmado, se tanto o produto (t) como o produto (f) forem produzidos tendo como capital proveniente do monopólio através de suas firmas internacionais de um país (3), quem ganhará com a troca desigual não será necessariamente o país (1). Se for considerado um repasse do lucro de 60%, tanto o país (1) quanto o país (2) enviarão o equivalente de 36h de trabalho, o que garante para o país (3) o total de 72 horas de trabalho. Assim, tal nação terá, sem nada ter produzido, adquirido mais do que os dois países envolvidos no processo de troca. Nesse cenário, o país (2) empobrecerá, o país (1) ganhará um pequeno montante de riquezas e o país (3) ganhará a maior parcela dos dividendos. Se a troca entre os países (1) e (2) forem horizontais, ambos os países empobrecerão ao passo que o país (3) enriquecerá.

Não há motivos para acreditar que o centro econômico tenha problema em ver um país da periferia enriquecer a custa de outro, se o centro estiver enriquecendo mais do que ambos. Aliás, hipoteticamente falando, o centro poderia assegurar as trocas desiguais entre os países da periferia subdividindo-a pelas etnias que compõe as nações, pela função estratégica militar de cada país ou qualquer outro critério de fundo estratégico ou ideológico.

Ainda, os intelectuais do país (1), ao ver seu país enriquecendo em relação ao restante das nações, poderiam até mesmo acreditar na possibilidade de um dia chegar a ser uma potencia central. Nesse caso, seria tentadora a idéia de abandonar a tese da Divisão Internacional do Trabalho desigual e aderir à tese da divisão do mundo entre países em diferentes etapas de desenvolvimento.

Mas se esse for o caso da situação atual, como verificar estatisticamente? Samir Amin apontou o caminho: a balança de pagamentos negativa no longo prazo é um indício da divisão internacional do trabalho desigual. O seguinte parágrafo da obra de Wilson Barbosa discorreu sobre a transferência de riquezas:

> "De acordo com dados do Departamento de Comércio dos EUA, as empresas norteamericanas na América Latina enviaram, entre 1990 e 2000, mais

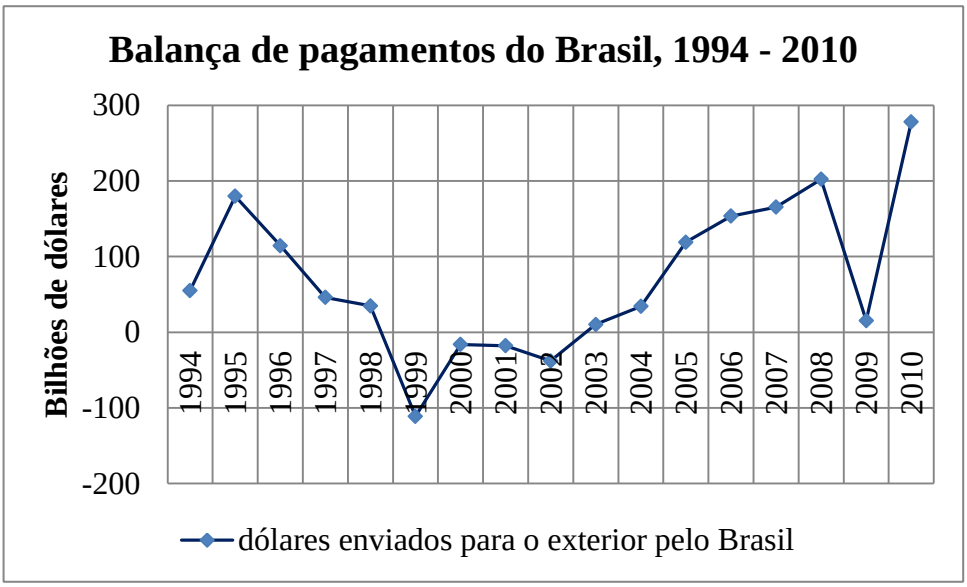
> de um trilhão de dólares para aquela metrópole. Os ganhos das empresas subsidiárias de outras norte-americanas decorre do controle de toda a sorte de mercadorias, desde salsichas, fogões e minérios, até equipamentos eletrônicos. Estes cálculos obviamente excluem as transferências ilegais procedidas pelas empresas externas que se calcula sejam de igual montante. Nos períodos de baixa de ganho do capital na metrópole, suas empresas no exterior devem ampliar as remessas feitas. Semelhantes "colheitas" de capital vão garantir o patrimônio líquido das empresas na metrópole. Só em 2002, o Brasil contribuiu com 24,2 bilhões de dólares sob a forma de dividendos, para o reforço de caixa de sua metrópole favorita."[38]

Wilson Barbosa detectou que a América Latina enviou entre 1990 e 2000 mais de um trilhão de dólares para os EUA. Nesse período o Brasil se portou como um membro efetivo da periferia. No entanto, será que ocorreu de 2000 até 2010 a inversão da situação, conforme Conceição Tavares propôs?

Para verificar se ocorreu, é necessário analisar a balança de pagamentos do Brasil composta da forma proposta por Samir Amin. Tal balança pode ser adquirida através do seguinte processo: Subtrai-se o PIB (Produto Interno Bruto) pelo PNB (Produto Nacional Bruto), e subtrai-se do montante encontrado o valor da balança comercial do país. O resultado será o montante de dinheiro enviado pelo país para o exterior.

O PIB é composto pela soma de tudo que é produzido no interior da fronteira do país[39]. O PNB é composto pelo PIB menos tudo aquilo que (a) foi enviado pelo país na forma de remessas de lucro, (b) mais o balanço do valor enviado e adquirido através da remessa de dinheiro por trabalhadores estrangeiros, mais o capital que o país recebeu na forma de investimento[40]. Logo ao se subtrair do PIB o PNB, e somar à esse número os dados da balança comercial do país, é adquirida a balança de pagamentos do país, com exceção da quantia gasta pelos turistas. O valor gasto pelos turistas brasileiros teve a média anual de 12 bilhões de dólares nos últimos 2 anos, quantia que não altera qualitativamente o resultado encontrado. A balança de pagamentos adquirida dessa forma bastante próxima daquilo que Samir Amin chamou de 'balança de pagamentos real'. Segue o gráfico de elaboração nossa:

[38] BARBOSA, Wilson. *A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL*. DH – FFLCH – USP, 2003. Pg 28-29
[39] Conforme a metodologia de cálculo do Banco Mundial
[40] Conforme a metodologia de cálculo do Banco Mundial



Fonte: World Bank Data. Grafico de elaboração própria

O gráfico acima é a representação do movimento realizado pela balança de pagamentos do Brasil durante os anos de 1994 e 2010. No eixo x está o ano referente. No eixo y o valor em bilhões de dólares perdido pelo país nas transações internacionais. O que se observa é que tirando o período entre 1999 e 2002, a balança de pagamentos do Brasil foi negativa. Isso é, perdeu-se durante todo o período mais do que se ganhou. O valor total perdido pelo país foi de aproximadamente 1 trilhão e 230 bilhões de dólares. O cálculo ignora completamente, entretanto, o valor perdido pelas trocas desiguais.

O cenário adquirido por essa dado estatístico em isolado é um indicio forte de que não houve uma mudança profunda nas relações internacionais a ponto de garantir trocas horizontais no mundo. É bem mais provável que o enriquecimento proporcional do Brasil em relação à outros países da periferia se dê por: (a) menor exploração sofrida pelo Brasil quando comparado à outros países da periferia; e (b) uma possível vantagem em trocas pontuais realizadas pelo Brasil que permitem, através de mecanismos econômicos, que fique com uma parcela das riquezas que são retiradas à subpreço de outros países da periferia.

Bibliografia

AMIN, Samir. *L'impérialisme et le Développement inégal*. Les édition de minut, Paris: 1976.

BARBOSA, Wilson. *A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL*. DH – FFLCH – USP, 2003

EMMANUEL, Arghiri. *El Intercambio desigual*. *Ensayo sobre los antagonismos em las relaciones económicas internacionales*. Ed Siglo ventiuno, Madrid: 1973

FRÖBEL, Folker; HEINRICHS, Jürgen; KREYE, Otto. *The New International Division of Labour*. Cambridge University Press, Cambridge: 2009

LENIN, V. *O Imperialismo, fase superior do Capitalismo*. In http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap7.htm , ultima visualização 26/04/2012

PALLOIX, Christian. *As firmas multinacionais e o processo de internacionalização*. Editorial estampa, Lisboa: 1974

POCHMAN, Marcio. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Editora Boitempo, São Paulo:2007

Entrevista de Conceição Tavares : http://www1.folha.uol.com.br/mercado/797136-nao-tem-mais-centro-e-periferia-afirma-maria-da-conceicao.shtml , ultimo acesso em 25/04/2012

Dados: world bank data; http://data.worldbank.org/ ultimo acesso em 25/04/2012

EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA DO OESTE PAULISTA PARA A AMAZÔNIA

A Trajetória dos Negócios da Família Ometto e seus desdobramentos no Mato Grosso

Armando Wilson Tafner Junior
Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA/UFPA
Email: armandowilson@hotmail.com

Fábio Carlos da Silva
Professor Associado do NAEA/UFPA
Email: fcsilva@ufpa.br

RESUMO

A expansão da fronteira agropecuária brasileira para a Amazônia, na segunda metade do século XX, ocorreu de forma direcionada, privilegiando os interesses do grande capital e deixando à margem uma população, de diferentes etnias, que já se encontrava instalada na Região. A política de incentivos fiscais implementada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, a partir de 1966, favoreceu a expansão dos negócios de famílias de fazendeiros e empresários rurais do Centro-Sul do Brasil, principalmente de São Paulo, que adquiriram milhares de hectares de terras devolutas estaduais, a preços irrisórios, principalmente nos estados cortados pelas rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-PortoVelho.

Dentre os projetos pioneiros aprovados pela SUDAM, o de maior magnitude fundiária foi o da Agropecuária Suiá-Missu S/A, até então o maior latifúndio da América Latina pertencente à família Ometto, residente no Estado de São Paulo. O artigo analisa a trajetória dos negócios da família Ometto do interior de São Paulo para o estado do Mato Grosso, e os principais efeitos e impactos sociais e econômicos dos negócios da família no Mato Grosso.

PALAVRAS CHAVE: Fronteira agropecuária; Amazônia; Família Ometto

Introdução

A expansão territorial em direção ao Oeste do Brasil teve início com os bandeirantes no fim do século XVI, que tinham por objetivo explorar novos horizontes em busca de metais preciosos. Com a chegada dos imigrantes europeus no final do século XIX, principalmente italianos, a expansão da fronteira econômica no Brasil

deveu-se às atividades agrícolas. O café e a cana-de-açúcar no período referido eram os principais produtos cultivados pelos proprietários de terra em São Paulo. À medida em que a necessidade de novas terras para o cultivo aumentava, as plantações iam se direcionando para o Oeste. A partir da década de 1960 a fronteira agropecuária atinge com intensidade a Amazônia. A "ocupação" do vazio demográfico e a busca pela integração econômica de regiões afastadas do centro industrial, fez com que o governo incentivasse os grandes capitalistas a expandir seus negócios para a região amazônica.

O estado do Mato Grosso foi o estado da Amazônia que obteve o maior número de projetos aprovados pelo governo federal, entre 1966 e 1979, para promover a agropecuária e a colonização da região.

Entre os capitalistas que submeteram projetos agropecuários com o intuito de receber incentivos fiscais fornecidos pelo governo federal, estava a família Ometto. Esta família, de origem italiana, é atualmente proprietária de usinas produtoras de açúcar e álcool no interior de São Paulo. Os patriarcas da família vieram para o interior de São Paulo para trabalharem nas fazendas de café, como tantos outros imigrantes italianos que abandonaram sua terra natal para viverem na América. Conseguiram se estabelecer no Brasil, montaram um grande patrimônio no estado de São Paulo e expandiram seus negócios para a Amazônia na década de 1960.

Este artigo procura mostrar os motivos que fizeram com que a família Ometto viesse para o Brasil, de que forma conseguiram se estabelecer no estado de São Paulo e ampliar os negócios para a Amazônia. Posteriormente explica como se deu a colonização no estado do Mato Grosso, e por fim, analisa as modificações sócio-econômicas que as empresas comandadas pelo Grupo Ometto provocaram na região.

1 Os Motivos que Originaram a Emigração Italiana

O continente europeu durante o século XIX sofreu uma grande aceleração do crescimento demográfico. Entre 1815 e 1914 a população européia duplicou (EMMI, 2008). Isso ocorreu devido às melhorias na saúde, condições de higiene minimamente satisfatórias, o surgimento da vacina e o aumento da conscientização da população. Com isso, houve uma diminuição significativa da taxa de mortalidade, ocasionando o crescimento natural da população. Esse fator, juntamente com a chegada da Segunda Revolução Industrial, fez com que o sistema capitalista passasse por uma mudança de paradigma, - do capitalismo concorrencial para o imperialismo - que, mesmo com os

avanços tecnológicos das indústrias, não foi capaz de absorver grande parte do excedente demográfico.

Com isso a Europa passava por dificuldades devido aos baixos salários, alto índice de desemprego, uma alta no preço dos alimentos e um pauperismo crônico. A intensificação das emigrações européias, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, foi o resultado das condições de vida da população que, na época, eram precárias. As migrações européias transoceânicas, direcionadas ao continente americano, tiveram em sua origem, a reestruturação do capitalismo que possibilitou uma possível concentração de renda, deixando um grande contingente populacional à margem do sistema (HOBSBAWN, 1977).

É certo que os europeus já estavam na América desde o século XVI devido à expansão marítima em busca de novas terras para promover a exploração, mas o movimento das emigrações européias transoceânicas a partir da segunda metade do século XIX aparece com grande magnitude.

Klein (2000) define as emigrações européias em quatro momentos: 1º) velha migração, que se estende do início do século XVI até a primeira metade do século XIX; 2º) o período que vai de 1850 até a Primeira Guerra Mundial; 3º) o período que tem início com o fim da Primeira Guerra Mundial até o início da Segunda Grande Guerra; e por fim, o último período que começa no pós-guerra e segue até os dias atuais. Para nós interessa o segundo período de Klein, no qual um grande contingente de europeus se deslocou para outros continentes, e que trouxe ao Brasil uma grande quantidade de imigrantes italianos, dentre estes a família Ometto, vinda da Itália para o Estado de São Paulo, no ano de 1887.

> A penúltima década do séc. XIX vai marcar um momento importante na migração européia. Nos fins do séc. XIX e, sobretudo nas duas primeiras décadas do séc.XX, assistiu-se uma intensificação do movimento migratório. Esse período ficou conhecido como o da Grande Migração, movimento populacional que teve como condicionante o avanço tecnológico (energia a vapor, cabo telegráfico transatlântico, ligações ferroviárias), possibilitando aos europeus informações sobre as condições de emprego e de acesso à terra nos países americanos. Nessa época, a terra na Europa era cara e a mão-de-obra barata. O inverso se dava nos países americanos, o que motivava a busca por essas terras (EMMI, 2008 p.60).

Neste período chegaram às Américas cerca de 31 milhões de imigrantes, tendo a maioria como destino os Estados Unidos e o Brasil. Dentre estes cerca de 14 milhões eram italianos (KLEIN, 2000).

Nessa época os governantes incentivaram a emigração, pois o crescimento demográfico foi intenso devido a pressão sobre a terra exercida pela oferta de mão-de-obra excedente, que cresceu sem que existisse qualquer tipo de planejamento direcionado a atender as necessidades desse excesso populacional.

A migração italiana torna-se maciça a partir de 1880. No início a maioria dos italianos que vieram para a América, mais precisamente para o Brasil, era originária do Sul da Itália, região mais pobre e onde a população não encontrava meios suficientes para sua sobrevivência. Conforme essas necessidades foram aumentando dentro do território italiano, os imigrantes que moravam no Norte da Itália também começaram a migrar.

Portanto, foram os problemas econômicos que desencadearam a emigração italiana para a América. O processo de unificação da Itália, após as guerras napoleônicas, deixou a agricultura em grandes dificuldades, e como a industrialização não conseguia empregar o mínimo de pessoas que fizesse com que a pressão demográfica diminuísse, e emigração foi a saída para que fosse possível alcançar uma melhoria no âmbito econômico e social da população em geral (IANNI, 1963).

> Miséria! Esta é a verdadeira e exclusiva causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial [...]. A fuga a pé em pleno inverno, para chegar ao porto de embarque – Gênova – envolvia aldeias inteiras e podia assumir aspectos de verdadeira libertação, como notava, não sem certo temor um observador da época, De Kiriaki "Vão para a América como iriam à aldeia vizinha na festa do padroeiro, e vão em procissão, às vezes até o som dos sinos, quando não levam consigo estes, como aconteceu em uma aldeia em Treviso" (TRENTO, 1989 p. 30-31).

A situação da Itália na época era crítica. A produtividade era baixa e devido a guerra de unificação iniciada em 1861, já não se dispunha mais de terras para cultivar, forçando os agricultores a arrendar terrenos de outros para poder plantar e vender o excedente para sobreviver (CONSTANTINO, 1999).

Além da pobreza, principalmente da população rural, juntava-se o fato da falta de educação (analfabetismo elevado) e as condições precárias de moradia. O governo

italiano, para diminuir as tensões sociais, recorreu à emigração, intensificando a propaganda para que a idéia da emigração atingisse a maior quantidade de pessoas possível. A esperança de "fazer a América" contagiava os italianos. Devido aos fortes laços familiares da cultura italiana, não viajava somente o chefe da família e assim, muitas famílias inteiras vieram para a América e para o Brasil.

Nesse mesmo período, o Brasil necessitava de imigrantes devido a diminuição do estoque de escravos ocasionados por leis abolicionistas como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, implementadas no último terço do século XIX. Foi a partir de 1870 que o Brasil passou a receber os imigrantes para trabalharem nas lavouras de café. Com a abolição da escravatura, em 1888, o fluxo de emigração foi intensificado. Dessa forma, com o governo italiano "expulsando a pobreza" e com os fazendeiros paulistas necessitando de mão-de-obra, os interesses se cruzaram e ambas as partes passaram a financiar essa migração.

O Brasil então, a partir da segunda metade do século XIX, aparecia na rota das imigrações européias. Os imigrantes europeus, portanto, vieram substituir a mão-de-obra escrava nas plantações de café localizadas, principalmente, em São Paulo. Vendendo a sua força de trabalho mantiveram a produção dos cafezais no Brasil. A maioria desses migrantes era de origem italiana e se fixaram como colonos nas fazendas de café no estado de São Paulo. Para se ter uma idéia, em 1920, dos cerca de 1,5 milhões de estrangeiros no Brasil, mais de 1/3 eram italianos (558, 4 mil), sendo que destes, mais de 70% (398,7 mil) residiam no estado de São Paulo (EMMI, 2008).

2 As Origens, a Chegada e a Instalação da Família Ometto no Brasil

Em 30 de setembro de 1853 nascia em Padova no Norte da Itália, Antônio Ometto, irmão mais novo de Girolamo Ometto, filhos de Marcário Ometto e Anna Marsari. Antônio morava com o irmão, que se tornou chefe da família após a morte dos pais. Viviam em uma casa no campo que media em torno 6.000m^2. Girolamo casou-se primeiro com uma moça chamada Pierina, e já tinha seis filhos quando Antônio Ometto casou-se com Caterina Biasio (FIGUEIREDO, 1998).

Apesar de proprietários de uma pequena porção de terra, a família era numerosa, a conjuntura da Itália não era boa, como já frisado, e a situação da família Ometto acompanhava o momento atual do país onde viviam. Em 1881 Pierina teve mais um filho e no dia 21 de julho desse mesmo ano nasceu Constante, primeiro filho de Antônio e Caterina.

O camponês italiano no final do século XIX tinha como preocupação somente o seu sustento e o de sua família. Cabia ao componente mais velho de cada família, normalmente o pai, comandar as ações da unidade de produção familiar, e sua decisão teria de ser acatada sem contestação (ALVIM, 1986). E assim, após o nascimento do segundo filho, uma menina que foi batizada com o nome de Carolina pelos pais Antônio e Caterina, em 1886, estes tiveram que sair da casa onde moravam com Girolamo. Havia muita gente para pouca terra. Antônio foi para Comuna de Mira, povoado localizado entre Padova e Veneza, e passou a trabalhar como mão-de-obra braçal. Vivendo em uma situação precária e com incontáveis propagandas incentivando a emigração, a decisão de viajar para o Brasil foi apenas questão de tempo.

Em 1887, Martinho Prado Junior, fazendeiro paulista, fez uma viagem para a Itália, e montou um escritório em Gênova para servir como um crivo de emigrantes, onde dava preferência a agricultores com famílias formadas. Nessa experiência, Martinho Prado Junior revelou sua preferência aos italianos do Norte, pois segundo ele os imigrantes dessa região tinham maior propensão ao trabalho e a economia[1] para que logo alcançassem a condição de proprietários de terra. A Sociedade Promotora de Migração, então presidida por Martinho Prado Junior, passou a contratar imigrantes italianos para trabalhar nas lavouras de café, pagando suas passagens e despesas de transportes desde a saída da Itália até as fazendas de café (GOMBINI, 2006).

Antônio da Silva Prado, então ministro de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e irmão de Martinho Prado Junior, fez um contrato com a Jácomo Nicolau de Vicenza & Filhos, uma companhia de navegação para transportar 20 mil italianos do Norte da Itália para o Brasil. Em uma das viagens desse contrato em 22 de agosto de 1887, Antônio, Caterina e os filhos Constante e Carolina embarcaram para o Brasil no navio *Roma*, tendo como destino o Rio de Janeiro (CINTRA,1986).

Chegaram no dia 17 de setembro de 1887 e foram encaminhados para a Hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. Permaneceram lá por quatro dias tendo seguido depois para a estação ferroviária onde embarcaram no trem da Companhia São Paulo & Rio de Janeiro que tinha São Paulo como destino. Se estabeleceram na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, local onde os contratantes escolhiam os futuros colonos para trabalharem em suas propriedades ou nas

[1] Vale ressaltar que Robert Putnam em 1993, mais de 100 anos depois, chegou a conclusões semelhantes em sua obra Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna.

propriedades que representavam. Receberam do governo um auxílio em dinheiro de 48$000 para cada adulto e 12$000 para cada criança (CINTRA, 1986).

Antônio Ometto e sua família foram contratados para trabalhar na Fazenda Salto Grande, de propriedade do Barão de Indaiatuba, José Bonifácio do Amaral, no município de Amparo. Na propriedade havia uma colônia onde moravam outros trabalhadores que labutavam nas imensas plantações de café. Nessa colônia, Antônio Ometto e sua família receberam uma casa destinada aos empregados pois todas as famílias que trabalhavam nessa fazenda possuíam a sua (FIGUEIREDO, 1998). Amparo era uma cidade repleta de fazendas de café e quando a família Ometto lá chegou já haviam muitos italianos morando na cidade.

Enquanto os Ometto permaneciam trabalhando e economizando na Fazenda Salto Grande, no dia 13 de maio de 1888, foi proclamada a abolição da escravatura no Brasil e o papel do imigrante passava a ser fundamental para o desenvolvimento do país por meio do seu trabalho nas plantações de café, principal produto de exportação do país. Após a libertação dos escravos, o processo da imigração de povos estrangeiros para trabalharem nas lavouras de café foi intensificado. Os italianos foram os imigrantes que desembarcaram no Brasil em maior quantidade e São Paulo era o principal destino (FURTADO, 1987).

Segundo Levy (1974), de 1872 a 1889 chegaram ao Brasil 322.591 imigrantes italianos. De 1890 a 1909 chegaram 690.365 imigrantes de mesma nacionalidade.

> Após a abolição, jamais houve falta de braços, seja nos cafezais de São Paulo, seja para a industrialização que ocorreu no Estado. Ao contrário, o rápido processo de expansão econômica sempre contou com larga oferta de braços, que veio, particularmente, pelo afluxo de imigrantes (KOWARICK 1994 p.15).

Com a intensificação da imigração para o Brasil, principalmente a de imigrantes vindos da Itália, Girolamo Ometto, irmão mais velho de Antônio Ometto, veio para o Brasil em novembro de 1889 com a esposa Pierina e mais oito filhos: Virgínia, Marco, Pietro, Sílvio, Macário, Maria, Anna e Regina. Com uma família numerosa, Girolamo recebeu 384$000 do governo, e juntando com o que já tinha trazido de sua terra natal, adquiriu uma parte da Fazenda Morro Grande, localizada em Piracicaba. Girolamo chamou para junto de si o irmão Antônio e sua família, que naquele ano já contava com

um novo membro: José Ometto, nascido em 15 de abril de 1889, primeiro filho brasileiro de Antônio e Caterina.

Em Piracicaba nasceram mais quatro filhos, todos homens: Pedro, Jerônimo João e Luís. Nas novas terras, Antônio e Girolamo plantaram cana-de-açúcar, cultura que Antônio havia aprendido a cultivar em Amparo por meio de outros colonos italianos. A plantação de cana-de-açúcar não exigia muito capital e tinha retorno rápido. Faziam pinga e açúcar mascavo, tipo de açúcar que se fazia na região. O açúcar branco ainda vinha do Nordeste. Com o dinheiro Girolamo resolveu adquirir mais terras em Piracicaba, e para obter maior liquidez para o novo negócio, hipotecou as terras que eram de sua propriedade. Em meados de 1901, Girolamo faleceu e logo depois, já em 1902, também faleceu Antônio, vítima de uma apendicite. As dívidas ficaram a cargo dos filhos e viúvas. Caterina estava viúva e com sete filhos (CINTRA, 1986).

Venderam tudo e saldaram as dívidas. Caterina e os filhos permaneceram em Piracicaba e foram trabalhar na Fazenda São José, de propriedade do Coronel Juca Barbosa. Na fazenda havia plantações de café e de cana-de-açúcar. Outros colonos italianos também trabalhavam nesta fazenda. Constante, filho mais velho de Caterina aprendia a ler com esses colonos e de noite repassava aos irmãos, o que ajudava na diminuição de custos da família. Tudo o que era ganho era economizado com o fim de adquirir uma nova terra (FIGUEIREDO, 1998).

Carolina casou-se com Felício Pavan e foi morar com ele nas dependências da *Société dês Sucréries Brésilienses,* maior engenho de Piracicaba, empresa de capital francês, onde Felício era um dos colonos.

Em 1906, depois de quase cinco anos trabalhando para o Coronel Juca Barbosa conseguiram juntar dinheiro suficiente para comprar seis alqueires de terra em Piracicaba na Fazenda Água Santa. Era uma fazenda de café e, conforme os pés iam ficando velhos, os irmãos os cortavam e no lugar plantavam cana-de-açúcar.

Nessa época, a diferença entre empregado e patrão era muito grande. Poder trabalhar para si e ter o lucro por inteiro no final da colheita era uma quantia monetária significativa se comparada com o que os trabalhadores ganhavam de salário trabalhando para outros. Assim, se poderia acumular uma quantia de capital de forma mais rápida e Caterina e seus filhos seriam capazes de investir em maiores quantidades de terras e assim, multiplicar os lucros.

Parte do que plantavam na fazenda tinha como destino a “Sucrérie”, que era um comprador certo e o restante era destinado à fabricação de aguardente. Os negócios iam

indo bem e Luís, o filho mais novo, e os netos foram designados a estudar. Luiz e Antoninho, filho de Constante, foram os primeiros a se formar; cursaram contabilidade. Os mais velhos ficaram ocupados pelo trabalho. Em 1911 a família comprou novas terras, vizinhas das que já possuíam, ampliando a fazenda. Com o aumento do patrimônio fundiário, os Ometto pararam de vender a cana para a *Sucrérie*, passando a destinar toda a produção para o alambique. As terras estavam somente no nome de Constante e José, e, por vontade de Caterina, elas foram divididas em seis partes iguais entre os irmãos (CINTRA, 1986). Nascia, assim, nesse momento, a empresa Irmãos Ometto &Cia., embora esta tenha sido oficializada somente em 1932.

As compras de terra aconteciam conforme as oportunidades surgiam. Em 1918 uma forte geada caiu sobre os cafezais no Estado de São Paulo, queimando inúmeros pés de café. Foi essa a ocasião que os irmãos Ometto aproveitaram para expandir seus negócios. Compraram quatorze alqueires na Fazenda Aparecida, onde hoje está localizado o município de Iracemápolis, então distrito de Limeira e para lá foram Constante e José, os outros irmãos ficaram com Caterina.

A partir de então, foram cada vez mais adquirindo terras vizinhas a essa propriedade, até que em 1924, houve a necessidade de todos os irmãos se fixarem na Fazenda Aparecida, para poderem arcar com compromissos assumidos tendo sido as terras em Piracicaba referentes a Fazenda Água Santa doadas para Felício Pavan e Caroline Ometto, pois o casal já possuía nove filhos e passava por grandes dificuldades (CINTRA, 1986).

Em 1932 os irmãos adquiriram a Fazenda Bela Vista, onde montaram a primeira usina de açúcar, ficando a mesma sob a administração de Pedro Ometto. Pedro, quando fazia tratativas para aquisição de equipamentos e máquinas para a usina, conheceu Mário Dedini, o primeiro fornecedor de máquinas para a Usina Bela Vista e para as demais que a família viria a adquirir.

Em 1935 foi adquirida a Fazenda São João, em Araras, cuja administração ficou por conta de José Ometto. Todavia um trágico acidente deixou José sem sua perna direita, fazendo com que o filho mais velho dele, Hermínio, tomasse a frente dos negócios da fazenda em Araras e implantasse a Usina São João.

Em 1937 a família comprou a fazenda Iracema, que possuía mais de 100 mil pés de café, e, na medida em que os mesmos foram envelhecendo, foram substituídos por plantação de cana-de-açúcar que viabilizou a implementação da Usina Iracema. Ainda

em 1937, também foi adquirida a Fazenda Costa Pinto, que deu origem a Usina Costa Pinto.

Poucos anos depois, no início dos anos 1940, os irmãos Ometto compraram a Fazenda Pau D'alho, em Jaú, e organizaram mais um empreendimento de álcool e açúcar, a Usina da Barra. Em 1950, montaram em Leme a Usina Santa Lúcia e em Pradópolis a Usina São Martinho. Um pouco antes em 1945, já haviam fundado em Américo Brasiliense a Usina Santa Cruz[2].

Os Ometto colaboraram muito para que o estado de São Paulo se tornasse o maior produtor de açúcar do país. O governo Vargas estimulou a produção de várias culturas diferentes da café, devido à crise de 1929, incentivando a diversificação. Para a cana-de-açúcar foi criado o Instituo do Açúcar e do Álcool (IAA), com o objetivo de controlar a qualidade do açúcar e incentivar a produção do álcool.

Dessa forma procurou evitar a superprodução de açúcar mantendo os preços em alta. Com a Segunda Guerra Mundial, houve um aumento na demanda de álcool devido à limitação da importação de petróleo ocasionada pela guerra. São Paulo, já naquela época, era o maior centro consumidor de petróleo do Brasil e naquele momento aumentou significativamente o consumo de álcool. Para suprir essa demanda a produção foi intensificada e o IAA teve que autorizar a instalação de novas usinas no estado. Em 1951, São Paulo superou o estado de Pernambuco na produção de álcool e açúcar (TÁVORA, 2011).

O expressivo patrimônio fundiário e industrial gerou significativo faturamento das empresas trazendo, por conseqüência, grande prestígio para a família. Os Ometto haviam formado um dos maiores conglomerados industriais do país e com isso passaram a desfrutar posição de destaque na sociedade e a ocupar cargos políticos – prefeitos e vereadores - na administração das cidades onde estavam estabelecidas as suas usinas.

Na década de 1960, o governo militar implementou o Planos de Integração Nacional que tinha como um dos objetivos ocupar o "vazio demográfico" da Amazônia, fazendo com que muitas empresas fossem atraídas pelos significativos incentivos fiscais, principalmente os investidores oriundos de São Paulo, maior centro econômico do país. O grupo empresarial dos irmãos Ometto foi um dos muitos empreendimentos do centro-sul atraídos por esses incentivos e, em 22 de setembro de 1966, teve aprovado

[2] Informações sobre as Usinas no sites: www.usinacostapinto.com.br; www.usinasantalucia.com.br; www.usinasantacruz.com.br; www.saomartinho.ind.br; e www.cosan.com.br .

pelo governo federal o projeto referente à instalação da Agropecuária Suiá-Missú S/A, localizada no estado do Mato Grosso.

Dentre os acionistas da empresa agropecuária amazônica da família figuravam Luiz Ometto, o mais novo dos irmãos, Orlando Chesini Ometto (filho de Pedro Ometto e Narcisa Chesini) e Hermínio Ometto (filho de José Ometto e Romana Belloni). As terras para formação da Agropecuária Suiá-Missu foram vendidas aos Ometto por intermediação de Ariosto da Riva, que ficaria depois conhecido como o último bandeirante, por sempre estar em busca de novas terras em direção ao Oeste brasileiro.

Após vender as terras localizadas em São Félix do Araguaia, então distrito do município de Barra do Garças, em Mato Grosso, Ariosto da Riva foi para Alta Floresta, ainda mais para o Oeste, onde estabeleceu uma espécie de "Reforma Agrária Privada".

3 A Ocupação do Estado do Mato Grosso

A busca incessante por minérios valiosos levada a cabo pelos bandeirantes a partir do último terço do século XVI, fez com que surgissem rotas que adentrassem a floresta rumo ao Oeste do Brasil. Cuiabá foi uma das cidades que surgiram por meio da busca incessante das riquezas minerais, sobretudo o ouro e a prata. Com o descobrimento em 1719 de minas na região do rios Coxipó e Cuiabá, dava-se início a "ocupação" do atual Estado do Mato Grosso.

Não demorou muito para que a curiosidade do governo português fosse aguçada e em 1748 a então Capitania do Mato Grosso passou a ser controlada mais efetivamente pelo governo português, pois, dois anos depois, com a ascensão do Marquez de Pombal, ficou diretamente subordinada ao novo Estado do Grão Pará e Maranhão sediado em Belém e comandado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do primeiro ministro português.

Assim teve início a formação latifundiária da então capitania do Mato Grosso. O governo português, para fazer valer a sua autoridade, ofereceu concessões de grandes porções de terras a alguns lavradores. Dava-se início a construção do poder local que comandava a capitania conforme as ordens do governo português. E assim foi até o fim do período colonial (SOARES, 1975).

No ano de 1956 a região passa a ter maior importância no cenário comercial devido a navegação no Rio Paraguai. Isso fez com que vários produtores do Oeste paulista e da parte Sul do Mato Grosso pudessem exportar seus produtos. A cana-de-açúcar, uma cultura de retorno relativamente rápido, e que requer poucos cuidados por

parte do agricultor, teve um aumento significativo e conseqüentemente houve o aumento da produção e da exportação de açúcar, rapadura e aguardente. Essa rápida, porém significativa expansão teve que ser estancada durante a guerra do Paraguai, que começou em 1864. Após o término da guerra em 1870, as navegações no rio Paraguai foram retomadas e definitivamente o estado do Mato Grosso foi integrado ao sistema financeiro nacional como uma rota de exportação de produtos, sendo naquele momento, o látex o principal produto de exportação. O aumento das exportações escoadas pela região fez com que houvesse uma valorização das terras aumentando o comércio de propriedades extensas, ratificando o modelo latifundiário na região (MORENO, 1993).

Com a diminuição da demanda pela borracha brasileira, o cultivo da erva-mate, iguaria muito consumida pela população indígena, se tornou a maior atividade econômica da parte Sul do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), fazendo com que a região recebesse uma população expressiva (SOARES, 1975). A parte Norte do Estado, atual Mato Grosso, era povoada por pequenos agricultores e por tribos indígenas. O território não estava desocupado, mas a densidade demográfica era baixa.

Getúlio Vargas, que assumiu em 1930 a presidência do Brasil, por meio de um golpe de estado, tinha o objetivo de promover a integração nacional. A política de Vargas ficou conhecida como "Marcha para o Oeste". Esta política de integração nacional atendia aos interesses do grande capital. A expansão da industrialização requeria uma quantidade maior de matérias-primas e expansão do mercado consumidor. Com o incentivo da migração do excedente populacional do Centro-Sul do país para o Oeste do Brasil, se aumentaria a produção de matérias-primas e o mercado consumidor, e ainda se diminuiria a pressão que era exercida pelo contingente populacional.

> As verdadeiras razões da Marcha para o Oeste eram a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a contenção dos conflitos sociais já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os vazios demográficos existentes (PESSOA, 1999 p.47).

Dessa forma, o governo incentivou a expansão do capitalismo para o Oeste, favorecendo os grandes capitalistas, fornecendo mão-de-obra, matéria-prima e mercado consumidor. Nos anos 1950 a Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso

(CODEMAT), passou a vender terras do estado para a iniciativa privada[3], o que possibilitou a formação de latifúndios ao Norte do Mato Grosso.

Com a chegada da ditadura após o golpe militar em 1964, a política não foi diferente, os privilégios ao grande capital e as facilidades do governo estadual para a formação de latifúndios e exploração de mão-de-obra barata continuaram.

> No governo militar, com a conjuntura econômica e política do Brasil na época, os planejamentos de "ocupação" e desenvolvimento do Estado do Mato Grosso passaram a abranger três âmbitos: o geopolítico, voltado para a distribuição de terras para efetivar a "ocupação"; o âmbito econômico, para fortalecer a economia nacional através da produção e consumo de bens; e o âmbito social no sentido de transferir o "excedente" populacional do Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro para aquela região. Nesse contexto, os diversos governos federais e estaduais estimularam a migração de gaúchos, catarinenses, paranaenses, paulistas, mineiros, capixabas e nordestinos para as regiões "desocupadas" do Estado do Mato Grosso (CAVALCANTE; FERNANDES, 2006 p.114).

Para atuar diretamente nas ações de expansão da fronteira agrícola em direção ao Oeste, o governo militar criou autarquias localizadas nas regiões atuantes, portanto, longe do centro político e econômico do país, para regulamentar a posse e incentivar os grandes capitalistas a investirem nas terras amazônicas e do Centro-oeste. Foram instituídas a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), criada para substituir a SPVEA[4] (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada pelo governo Vargas em 1953 e a SUDECO (Superintendência do Centro-Oeste), criada em 1967.

O governo militar, por intermédio da SUDAM, estabeleceu o decreto de nº58.895 de 20 de julho de 1966, que permitia e execução de uma política de incentivos fiscais, a qual determinava que o governo teria que arcar com 75% do orçamento do projeto para o estabelecimento da empresa e somente 25% ficaria a cargo do proprietário. O decreto ainda estabelecia que: 1) Os 25% referentes aos investimentos de recursos próprios do empresário poderiam ser contabilizados com a terra, ou seja, o Estado acabava por arcar com 100% da totalidade do projeto, pois quem propusesse um

[3] Essa foi a maior fonte de arrecadação do Estado do Mato Grosso na década de 50. Essa venda se estendeu até 1986.
[4] A SPVEA foi o órgão governamental responsável pela construção da Rodovia Belém-Brasília.

projeto agrícola teria que ter as terras para oferecer. 2) O capital investido pelo governo nas propriedades privadas era a fundo perdido, o empresário agrícola não teria que devolver o dinheiro ao cofres públicos.

> A "Operação Amazônica" – como é conhecido o elenco de leis, decretos e medidas que instrumentalizaram a política da ditadura para a fronteira amazônica – adicionou elementos fundamentais a esses instrumentos, a saber: a) a inclusão na Amazônia, da agropecuária entre os setores possíveis a serem incentivados; b) a possibilidade do valor das terras poder ser considerado recursos próprios dos titulares dos projetos agropecuários. Ambas as inovações, deveram-se à influência, já naquele momento, forte, de uma leva de novos proprietários que se atribuíam o controle de grandes extensões de terras no Sul e Sudeste do Pará e Norte no Mato Grosso e Goiás [atual Tocantins]. E deram nova características aos incentivos fiscais: eles são agora endereçados à fronteira agrícola na medida em que atrelam de forma indissociável o acesso ao filão dos incentivos fiscais à propriedade de terras (COSTA, 1998 p.49).

Nesse contexto foi instalada a Agropecuária Suiá-Missú S/A de propriedade da família Ometto, em São Félix do Araguaia, então distrito de Barra do Garça, constando como acionistas da empresa no momento da fundação: Luís Ometto (filho mais novo de Caterina), Orlando Chesini Ometto (filho de Pedro Ometto e Narcisa Chesini) e Hermínio Ometto (filho de José Ometto e Romana Belloni).

4 A Atuação da Família Ometto na Amazônia

A Agropecuária Suiá-Missú foi registrada na Inspetoria Comercial do Estado do Mato Grosso em 21 de novembro de 1962 e transformada em Sociedade Anônima em 16 de julho de 1965. Como as tentativas de plantação de café e cana-de-açúcar não se tornaram viáveis , o projeto encaminhado pela família Ometto para a SUDAM já visava a criação, recria e engorda de gado bovino de corte. Posteriormente seriam implementados abatedouros, câmaras frias e equipamentos para aproveitamento de resíduos dentro da própria fazenda.

O projeto compreendia a implantação e desenvolvimento de cinco núcleos: o núcleo sede, instalado em 1966, os núcleos Fontoura, União, Roncador e Xavantes, instalados em 1969, 1972, 1973 e 1975, respectivamente.

Para tanto o empreendimento contava com uma área de 646.824 hectares dos 800.000 hectares que a área da fazenda possuía[5]. Este chegou a ter o status de maior latifúndio da América Latina[6]. As obras de infra-estrutura previstas neste projeto eram: casa grande para gerência; casa grande para viajantes e hóspedes; casa grande para uso pessoal da administração e hóspedes; sete casas para o pessoal da administração; prédio para arquivo; prédio grande para: farmácia; escritório; armazém e almoxarifado; residência com 6 cômodos e mais quatro quartos com 12 camas e banheiros ao todo; barracão para abrigar máquinas e veículos; oficina mecânica; serraria; prédio para a Casa de Força; prédio para o alojamento de 50 pessoas (peões e vaqueiros); paiol; caixa d'água a 8 metros de altura para 15 mil litros; duas casas geminadas para trabalhadores; 16 currais; e por fim seis açudes.

Tudo foi previsto que ser construído até o fim de 1971 e seriam adquiridos, ainda no ano de 1966, para o início da criação de gado bovino: 186 touros, 2.000 vacas e 2.000 novilhas. Para tanto investimento, o repasse do governo ao Grupo Ometto foi de CR$7.878.000.000,00 (sete bilhões e oitocentos e setenta e oito milhões de cruzeiros). Um montante de dinheiro significativo que iria gerar apenas 80 empregos permanentes e um desmatamento de 108.mil hectares já no ano de 1966 para o estabelecimento do núcleo sede.

Em 29 de junho de 1971 o Grupo Ometto solicitou a SUDAM a aprovação de uma atualização financeira de seu projeto agropecuário, que, como mencionava o primeiro projeto, era de interesse da região devido a colaboração ao desenvolvimento econômico da Amazônia que o empreendimento proporcionava, e por esse motivo, estava "objetivando poder usufruir dos benefícios da legislação de Incentivos Fiscais para a Amazônia/71 " (SUDAM, 1971a, p.1)

Como de costume na família Ometto, as propriedades eram divididas entre os familiares e já em 1971, o quadro de acionistas que no projeto original constava de somente três nomes, havia aumentado para 28, sendo 50% do empreendimento controlado por duas pessoas jurídicas do Grupo e os demais 50% por vinte e seis membros da família Ometto, conforme quadro 1.

[5] Segundo a matéria da Rede Brasileira de Justiça Ambiental "Suiá-Missú, Mato Grosso: Sob ameaças, os Akwe-Xavante retornam ao seu território", a propriedade tinha cerca de 1,5 milhões de hectares conforme o demarcado na época, segundo a pesquisa.

[6] Otávio Ianni em sua obra Ditadura e Agricultura (1979), afirma que o maior latifúndio das Américas era o da Jarí Florestal Agropecuária, pertencente ao norte-americano Daniel Ludwig, proprietário da National Bulk Carriers, que estava localizada nos estado do Pará e do Amapá e tinha uma área de 3,5 milhões de hectares.

Quadro 1 - Quadro de acionistas da Agropecuária Suiá-Missú em 1971.

Acionista	%	Posição familiar
Cia Industrial e Agrícola Ometto	24,86	——
Usina Santa Lúcia S/A	24,86	——
Orlando Chesini Ometto	4,75	Filho de Pedro
João Ometto	4,02	6º irmão
João Guilherme Sabino Ometto	3,83	Filho de João
Hermínio Ometto	3,77	Filho de José
João Ometto Sobrinho	3,44	Filho de José
Virgíno Ometto	2,79	Filho de Constante
Dimas Cêra Ometto	2,47	Filho de Luiz
Luís Antônio Cera Ometto	2,47	Filho de Luiz
Ernesta Ometto Maurano	2,35	Filha de Luiz
Izaltina Ometto Silveira Mello	2,35	Filha de Luiz
Natalina Ometto Gonçalves	2,35	Filha de Luiz
Odete Ometto Altério	2,35	Filha de Luiz
Helena Ometto Moreno	2,21	Filho de Pedro
Homero Corrêa de Arruda	2,13	Genro de Constante
Luiz Ometto	1,99	7º irmão
Nélson Ometto	1,66	Neto de Constante
Orlando Ometto	1,51	Filho de Constante
Antônio Ometto	1,48	Filho de Constante
Olga Ometto de Toledo	0,69	Filha de José
Noemy Ometo Corrêa de Arruda Guedes Pereira	0,52	Neta de Constante
Homero Corrêa de Arruda Filho	0,52	Neto de Constante
Gilberto Rüegger Ometto	0,37	Neto de José
Luiz Carlos Moreno	0,08	Genro de Pedro
Fernando Manoel Ometto Moreno	0,08	Neto de Pedro
Ana Maria Ometto Moreno	0,07	Neta de Pedro
Narcisa Chesini Ometto	0,03	Esposa de Pedro

Fonte: SUDAM, 1971

Das obras mencionadas, que deveriam estar prontas em 1971, foram construídas apenas: a casa sede; o prédio para o alojamento de funcionários; duas casas geminadas; caixa d'água; almoxarifado; e por fim 22 currais. Nesse novo projeto o governo federal repassou ao Grupo Ometto uma verba de CR$390.000.000,00, mesmo com a Agropecuária Suiá-Missú já apresentando uma receita positiva com a venda de gado de corte.

Conforme o rebanho ia aumentando, crescia a necessidade de formação de novos pastos o que levou ao aumento da área desmatada e eclosão de conflitos. Ariosto da Riva, que se associou inicialmente aos Ometto, logo desistiu da sociedade e vendeu sua parte nas terras para o Grupo Ometto devido a conflitos com posseiros e índios.

Tabela 1 – Balanço Financeiro da Agropecuária Suiá-Missú S/A no ano de 1971.

Discriminação	Ano			
	1967	1968	1969	1970
RECEITAS TOTAIS	360.000.000	560.200.000	578.400.000	513.000.000
Déficit Estrutural	——	——	——	——
CUSTOS TOTAIS	328.551.000	420.004.000	439.921.000	474.187.000
Custos Fixos	222.872.000	224.282.000	224.962.000	228.422.000
Custos Variáveis	105.679.000	195.722.000	206.959.000	245.765.000
Rendimento Financeiro	**31.449.000**	**140.196.000**	**146.479.000**	**38.893.000**

Fonte: SUDAM, 1971

Esses conflitos passaram a incomodar o Grupo Ometto. Ariosto procurou novas terras desocupadas, mais ao Norte do Mato Grosso, onde hoje está localizado o município de Alta Floresta. O Grupo Ometto fez o mesmo, vendeu suas terras a empresa Liquifarm Brasil S/A, depois de entrar em litígio com os índios Xavantes quando foram iniciar as obras para estabelecer o núcleo que levava o nome da tribo.

A igreja católica interferiu junto aos índios que eram transportados para outras terras em aviões e helicópteros militares. O Grupo Ometto, após a venda de suas terras, adquiriu 200 mil hectares na Serra do Cachimbo, montando a Agropecuária do Cachimbo S/A.

A então Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A pertencia ao capital estrangeiro. A Liquifarm Brasil S/A, que detinha 99,99% das ações da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A, tinha como principal acionista a Liquipar S/A, que detinha 99,99% das ações da companhia. Esta última tinha como principais acionistas a Liquigás Holding Jersey Ltda. (51%) e a Capitalsin International Ltd. (49%), localizada em Nassau, Bahamas[7]. Consta no Processo SUDAM nº 06149/74 que a empresa apresentou certidão negativa de aldeamento indígena na área do empreendimento, emitida pela FUNAI, não havendo, conseqüentemente, restrição à utilização das mesmas e, também, que a Prefeitura Municipal de Barra do Garças certificou a inexistência de posseiros na área da fazenda. Francisco Matarazzo Sobrinho foi o primeiro presidente da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A.

[7] Em 1984 a Agip Petroli, que atualmente tem o Vaticano como maior acionista, se tornou acionista majoritária da Liquifarm do Brasil S/A, e em novembro de 2010, a Justiça deu como veredicto o direito de volta as terras aos índios Xavantes para a região. O Vaticano recorreu.

Já na Agropecuária do Cachimbo S/A., localizada no então distrito de Matupá, pertencente ao município da Chapada dos Guimarães, possuía uma área de 207 mil hectares e novamente recorreu a SUDAM para estabelecer um projeto de criação de gado, sendo aprovado em 20 de setembro de 1974, obtendo o beneficio do incentivo fiscal de Cr$76.837.510,00. O quadro acionário era formado por empresas pertencentes ao Grupo Ometto, conforme quadro 2.

Tabela 2 – Quadro Acionário da Agropecuária do Cachimbo S/A em 1964

Acionista	%
Cia. Industrial e Agrícola Ometto	30,0
Cia. Indsutrial e Agrícola São João	30,0
Usina Santa Lúcia S/A	16,5
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S/A	16,5
Usina Boa Vista S/A	7,0

Fonte: SUDAM, 1974b

Transformando o quadro acionário de nome de empresas para nome de pessoas temos como principais acionistas da Cia. Industrial e Agrícola Ometto: Luiz Ometto (7º filho), João Ometto (6º filho),Virgínio e Antônio Ometto (filhos de Constante). A Cia Industrial a Agrícola São João apresentava Hermínio Ometto e João Ometto Sobrinho (filhos de José) com principais acionistas. A Usina Santa Lúcia S/A, tinha como componentes do quadro acionário Inez Ometto Zancaner, Narciso Ometto, Almerinda Ometto Colombo e Maria Ometto Ferraz (filhos de Jerônimo). A Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S/A possuía como acionistas os quatro filhos de Jerônimo mencionados na última empresa, mais Celso Colombo, marido de Almerinda. Por último a Usina Boa Vista S/A possuía o mesmo quadro acionário da primeira empresa mencionada, a Cia. Industrial e Agrícola Ometto.

A área para formação de pastos já no primeiro ano foi de 39.950 hectares. O rebanho em 1981 atingiu a quantidade de 65.783 cabeças entre animais puros e mestiços. Em 1983, a Agropecuária do Cachimbo S/A se torna Colonizadora Agropecuária do Cachimbo e o Grupo Ometto passou a lotear as suas terras para a formação de um centro urbano, que deu origem ao atual município de Matupá, fundado em 14 de setembro de 1984 pela família Ometto.

Matupá foi elevada a categoria de município em 4 de julho de 1988, através da Lei estadual nº5.317 e o loteamento feito pelo Grupo Ometto foi protocolado no INCRA e foi previsto para ser implementado em três etapas que assentaria uma população de 300 mil habitantes na cidade sem edificações, sendo que, a partir desse contingente os prédios seriam liberados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família Ometto apresenta uma história de superação, tendo os pioneiros de sua família trabalhando nas lavouras de café e posteriormente em alambiques, origem do expressivo patrimônio material que conseguiram amealhar depois da chegada dos pioneiros da família no Brasil. Nessa trajetória há que se destacar o papel da matriarca Caterina Biasio, que ficou viúva com sete filhos e os criou repassando valores que contribuíram para o sucesso dos irmãos Ometto nos negócios agropecuários.

Na Amazônia a atuação do Grupo Ometto foi de intensa exploração da terra e de mão-de-obra. Adquiriram e reproduziram dezenas de milhares de cabeça de gado, e para tal desmataram centenas de hectares e, com a valorização das terras devido a expansão da fronteira agropecuária em direção da Amazônia nos últimos anos do século XX, motivou os Ometto a lotear suas terras. Atualmente o município de Matupá, no Norte do Mato Grosso, ainda está retalhado em lotes destinados a urbanização, esperando por possíveis investidores nas terras mato-grossenses.

O império do açúcar e do álcool continua em poder da família Ometto. A Usina São Martinho tem como presidente Nélson Ometto, filho de Antônio Ometto e neto de Constante Ometto, o filho mais velho dos irmãos Ometto e tem como acionistas as empresas João Ometto Participações S/A (sendo o quadro acionário formado por herdeiros de João Ometto) e Luiz Ometto Participações S/A (sendo o quadro acionário formado por herdeiros de Luiz Ometto).

A Usina São Martinho ainda comanda as Usinas Iracema, Boa Vista e Santa Cruz. A Cosan, empresa fundada para unir em um só patrimônio todas as outras empresas da família Ometto é presidida por Rubens Ometto Silveira Mello, filho de Celso Silveira Mello e Izaltina Ometto Silveira Mello, neto de Pedro Ometto. Esta é a maior produtora de etanol do mundo e sua origem está na antiga Usina Costa Pinto, fundada pelos irmãos Ometto e hoje trabalha com as marcas Móbil e União. Fazem parte da Cosan a Usina São João, a Usina da Barra e a Usina Santa Lúcia.

Curioso é que, tendo os negócios da família em São Paulo predominantemente sempre tendo sido focados em plantação e beneficiamento de cana-de-açúcar, a Fazenda São João em Araras, uma das mais expressivas do Grupo, parece ter assimilado a vocação das fazendas dos Ometto na Amazônia, também se dedicando atualmente à criação de gado de corte.

REFERÊNCIAS

ALVIM, L. **Brava Gente: Os Italianos em São Paulo.** Brasiliense. São Paulo, 1986.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. **Formação Territorial, Agronegócio e Atuais Mudanças na Estrutura Fundiária de Mato Grosso.** Revista NERA ano9, n.8. Presidente Prudente, 2006.

CINTRA, M. **João Ometto: Uma Trajetória de Vida**. Ed. Marca D'água. São Paulo, 1986.

CONSTANTINO, N. S. **O Italiano da Esquina: Imigrantes na Sociedade Porto-alegrense.** ESTEF. Porto Alegre, 1991.

COSTA, F. A. **Grande Empresa e Agricultura na Amazônia: Dois Momentos, Dois Fracassos.** Novos Cadernos do NAEA vol.1 nº1. Belém, 1998.

EMMI, M. **Italianos na Amazônia (1870-1950): Pioneirismo Econômico na Amazônia.** Edufpa. Belém, 2008.

FIGUEIREDO, M. **A Visão de Hermínio Ometto.** Comissão de Biblioteca de Araras-SP. Araras, 1998.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** Ed. Nacional. São Paulo, 1987.

GOMBINI, R. **Corações Partidos no Porto de Gênova.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade do Estado de São Paulo. São Paulo, 2006.

HOBSBAWN, E. **A Era das Revoluções.** Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.

IANNI, C**. Homens sem Paz: Conflitos e os Bastidores da Emigração Italiana.** Difel. São Paulo, 1963.
IANNI, O. **Ditadura e Agricultura.** Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.

KLEIN, H. S. **Migração Internacional na História da América.** In: BORIS, F. (org.) Fazer a América. Edusp. São Carlos, 2000.

KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem: A Origem do Trabalho Livre no Brasil.** Paz e Terra. São Paulo, 1994.

LEVY, M. S. F. **O Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira (1872 a 1972).**Revista Saúde Pública, São Paulo, 1974.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. **Suiá-Missu, Mato Grosso: sob ameaças, os akwe-xavante retornam ao seu território.** Acesso em 04 de Janeiro de 2010 <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/02/273552.shtml>.

MORENO, G. **Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso.** Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia , Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

PARECER Nº 295/66-AT-STO. **Projeto de investimento para ampliação de uma empresa pecuária, no Distrito de São Félix, Município e Comarca de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso.** SUDAM. Belém, 1966.

PESSOA, J. M. **A Revanche Camponesa.**Editora UFG. Goiânia, 1999.

SUDAM. PROCESSO Nº 02863/71. Colaboração Financeira dos Recursos oriundos do Artigo 1º alínea "b" do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969. Belém: SUDAM, 1971.

SUDAM. PROCESSO Nº 03374/74. Colaboração Financeira dos Recursos oriundos do Artigo 1º alínea "b" do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969. Belém, SUDAM, 1974a

SUDAM. PROCESSO Nº 06149/74. Colaboração Financeira dos Recursos oriundos do Artigo 1º alínea "b" do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969. Belém: SUDAM, 1974b.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna.** FGV Editora, 2005.

SOARES, A. **História da Formação das Fronteiras do Brasil.** Ed. Conquista. São Paulo, 1975.

TÁVORA, F. L. **História e Economia dos Biocombustíveis no Brasil**. Texto para Discussão 89. Centro de Estudos de Consultoria do Senado Federal. Brasília, 2011.

TRENTO, A. **Do Outro Lado do Atlântico.** Nobel. São Paulo, 1989.

OS CONTRATOS COLONIAIS E SEUS NEGOCIANTES: ARREMATAÇÃO DO CONTRATO DE ESCRAVOS (1720-1735)

BEATRIZ LÍBANO BASTOS AZEVEDO
Mestranda História Econômica FFLCH - USP

Resumo

Os contratos eram um dos meios pelos quais os negociantes exerciam suas atividades tanto no Reino como na colônia. A concessão de contratos era uma prática utilizada de forma a controlar as atividades fiscais ou comerciais. Estes faziam parte de uma rede comercial que extrapolava as fronteiras da colônia, em direção ao outro lado do Atlântico eassociavam seus capitais ao rentável comércio ultramarino. Era mediante o contrato, que a Coroa estabelecia a concessão a particulares para a exploração de uma atividade econômica. Tal pratica foi amplamente exercida, especialmente no que se refere ao trato de mercadorias dos domínios ultramarinos e adquiriram na sociedade colonial uma imensa importância econômica e política. Buscamos a análise dos contratos e suas respectivas redes comerciais no período marcado pelo aumento da exigência de braços na atividade mineradora. Nossa análise discute com as visões do Brasil colonial, bem como os laços mercantis entre metrópole e colônia e a relação da Coroa com esses particulares, os contratadores. Utilizaremos em especial a figura do contratador Jerônimo Lobo Guimarães, que arrematou os contratos de saída de escravos do Rio de Janeiro para Minas Gerais, em meados de 1720.

Introdução

Na busca do entendimento acerca dos contratos coloniais, torna-se fundamental o entendimento da relação existente entre a metrópole portuguesa e a colônia brasileira. Para tanto, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ciro Flamarion, Fernando Novais e João Fragoso nos acompanharam nessa tarefa de compreensão. Outras leituras foram e vem sendo realizadas afim de uma análise da questão específica das Minas e suas particularidades. A historiografia vem cada vez mais abordando o caráter privilegiado da região mineira para o estudo do sistema colonial, já que lá observamos a necessidade metropolitana em se fazer presente através de suas instituições e estratégias de

fiscalidade. Em nenhum outro momento até então, o Rei havia se deparado com as circunstâncias as quais estão ligadas a fundação da capitania mineira.

A importância da exploração aurífera no contexto mercantilista no qual o período está inserido fazia de Minas o centro das atenções metropolitanas. Por esse motivo, mais do que em qualquer outro ponto de seus domínios, o Estado português quis estar presente nas Minas. Em nenhum lugar as leis precederam a fixação da população com tanta intensidade como no caso mineiro. Mal se tinha certeza, por exemplo, da existência dos primeiros veios e já surgiram os regimentos (um em 1693 e outro em seguida, 1618) e ordens régias para organização e tributação nas minas e o estabelecimento de cargos para administração e fiscalização do cumprimento das normas.

A historiografia mineira tem se diversificado nos assuntos pertinentes a essa capitania. Pensando num local onde não existia organização política, explorada inicialmente por um pequeno grupo de bandeirantes e que, após o achamento dos primeiros veios, tornou-se desejada por todos os colonos, causando uma grande movimentação dentro da colônia e também um grande interesse por parte da metrópole. A opulência do ouro vindo das minas provocou que em cerca de vinte anos a máquina administrativa se implantasse em Minas Gerais a fim de estabelecer o controle e a fiscalidade na extração aurífera.

Essa preocupação deve-se fundamentalmente a um fator: o ouro mineiro não é apenas uma mercadoria[1] a circular pela colônia com a direção determinada aos portos brasileiros para embarque nas frotas que iam para Portugal. O ouro é a própria moeda e funciona amplamente dessa forma não só em Minas Gerais como no Brasil. Os comerciantes mineiros pagavam em ouro as mercadorias adquiridas nas áreas de mineração e era remetido pelo comércio local às praças portuguesas em pagamento das compras efetuadas.[2] Outra prática adotada era a prática de venda a crédito. O que sustentava a importação de produtos para as minas era o adiantamento dos credores, criando uma cadeia de crédito e endividamento que deveria ser ressarcida no período de

[1] Em documento de março de 1716 do Marques da Fronteira sobre as Casas da Moeda no Brasil, diz *"que no Brasil ele (o ouro) deve ser um gênero mercantil, como os outros gêneros"* e *"sendo mercadoria e não moeda"* critica a possibilidade do enriquecimento da colônia ser maior que o da metrópole *"ficando os homens do Brasil senhores de si e os comerciantes do reino a mercê deles*".

[2] Cf. CARRARA, Angelo Alves (org.). **Á vista ou a prazo: comércio e crédito nas minas setecentistas**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

maior produção aurífera, por exemplo. Pensar sobre a questão do crédito e endividamento nos aproxima de reflexões como a preocupação com o controle da riqueza e dos excedentes nas minas, isto é, de que forma os indivíduos e grupos sociais, no nosso caso os contratadores e suas redes de negócio, se posicionaram diante das estruturas políticas e econômicas em formação com o objeto de apropriar-se das riquezas que circulavam no mercado?[3]

O ouro passa a se confrontar com outras mercadorias, exercendo a função de dinheiro, apenas por se ter, antes, a elas anteposto na condição de mercadoria, isto é, o ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por ter antes se confrontado a elas como mercadoria. O ouro passou gradativamente a desempenhar o papel de equivalente geral. Ao conquistar o monopólio desse papel de expressar o valor do mundo das mercadorias, torna-se mercadoria-dinheiro. Podemos afirmar daí a proeminência do ouro, pelo menos por parte da Coroa portuguesa, quando do seu achamento frente às outras mercadorias, já falavam sobre uma mercadoria que seria a própria moeda em si.

Segundo Angelo Carrara[4], o que caracteriza a realidade econômica latino-americana colonial é a diversidade de instrumentos monetários que estão para além das estritas moedas nacionais. Para o autor, é a prática monetária de Minas Gerais até o início do século XIX que ampara a ideia de que o ouro extraído e colocado em circulação no interior da capitania, em pó ou mesmo em barras, funcionou como moeda. O mineiro pagava em ouro as mercadorias que adquiria nas áreas de mineração e que também era remetido pelo comércio local às praças portuguesas em pagamento das compras efetuadas. Dessa forma, a mineração teria sido a responsável pelo crescimento dos circuitos mercantis no interior do Brasil provocado pela inédita circulação monetária.

A economia colonial e a prática dos contratos

O debate acerca da economia colonial vem a tempos estando presente nas análises sobre a época moderna. Estudos recentes tem retornado e revisado as clássicas

[3] Essa reflexão foi proposta por Júnia Furtado em FURTADO, Junia. **Diálogos Oceânicos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 150.
[4] CARRARA, Angelo Alves. Op. Cit. p. 7-20

discussões acerca das relações econômicas existentes entre Portugal e Brasil, algumas vezes incorporando novas perspectivas analíticas. Até a década de 60, a maioria dos trabalhos publicados sobre a economia colonial a tratavam sob um aspecto conjuntural, dentro de análises globais da economia brasileira. Na maioria desses trabalhos a colônia não é vista de maneira positiva, demonstrando ser ela a origem de todos os problemas vivenciados por aqui. Na década de 40, por exemplo, Caio Prado afirmou que os problemas do Brasil na época já haviam sido desenhados 150 anos antes, pelos séculos de colonização.

Dentro dessa análise, Caio Prado veio definir que o "sentido" da colonização residiria no fornecimento de gêneros tropicais e minerais da colônia para o comércio europeu, estando a economia colonial subordinada a esse fim. Para o autor, a economia colonial possui três pilares fundamentais: a agricultura de grande propriedade, monocultora e escravista, a mineração e o extrativismo.

"É o comércio que os interessa" [5]. Assim justifica Caio Prado o desinteresse português em qualquer outra atividade que não estivesse de acordo com o ideal colonizador. Ele a compara com o estabelecimento de feitorias comerciais pelos italianos, isto é, uma atividade que visava tão somente o acúmulo para o país que a realizasse. No entanto, mesmo para esse fim mercantil tornou-se necessária a organização desse território visando sua administração e defesa e para tanto, sua ocupação era fundamental.

Para o autor o traço fundamental da economia colonial é, portanto, a sua organização para o mercado externo. A implicação dessa visão é a inexistência de um mercado interno bem como a impossibilidade de uma acumulação endógena já que não há nenhuma mudança estrutural nos três séculos de colonização. As transformações, segundo ele, surgiram apenas no fim do século XVIII, quando o sistema colonial entra em crise. Embora não fossem alterações qualitativas, elas seriam perceptíveis, pois surge aí um mercado interno em consequência do considerável crescimento populacional. Contudo, não se altera a orientação para uma economia exportadora, uma vez que o mercado interno apenas aparece estimulado por mercadorias destinadas à exportação ou por mercadorias importadas. Esse comércio, por sua vez, era destinado

[5] PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 15.

apenas aos centros urbanos, pois as populações rurais seriam autônomas e se auto abasteceriam.

Na leitura de Celso Furtado percebemos a mesma visão "negativa" com relação ao mercado interno, à exceção da pecuária e da criação de animais no sul do Brasil. Em *Formação Econômica do Brasil* privilegia as relações comerciais entre a metrópole e a colônia. A defesa do monopólio foi uma prática corrente desde os primórdios da colonização, com a extração do pau-brasil. A necessidade de defesa da atividade econômica exploratória fez com que Portugal se movimentasse em direção a efetiva ocupação e colonização do território. Para Celso Furtado, o objetivo da coroa portuguesa era criar mais um produtor para alimentar o comércio do reino.[6]

Porém, não se limita a seguir Caio Prado e se debruça sobre o comportamento dos diferentes seguimentos que constituíram a economia colonial. Apêndice de um sistema maior, a economia não possuiria ritmo próprio, estando submetida às flutuações do mercado internacional. As atividades voltadas para o mercado externo estariam caracterizadas pelo grande volume de exportação ao passo que as atividades internas conheceria limites impostos pela própria situação colonial.

Após os primeiros anos, surge a necessidade de organizar e dirigir a produção baseada no trabalho escravo. Enquanto nas Índias Orientais e na África se apropriavam de bens produzidos ou praticavam uma troca altamente lucrativa a produção da colônia não era consumida por ela mesma e nem sequer por Portugal, mas seguiria exportada para a Europa. Portanto, o objetivo, para Furtado, permaneceria o mesmo: alimentar o comércio do reino.

Como podemos observar, tanto Caio Prado como Celso Furtado dão ênfase nas relações comerciais externas, isso é, a relação entre Brasil e Portugal, colônia e metrópole, provavelmente influenciados pela ideia de que o processo de colonização justificaria o desenvolvimento econômico brasileiro e a conjuntura vivida em seu tempo, baseado numa visão de desenvolvimento econômico tardio.

Seguindo esse viés, Fernando Novais integra a economia colonial ao sistema econômico mercantilista europeu. Seus setores básicos da colônia seriam a plantation e a economia de subsistência, estando essa submetida à primeira. Em Novais, a ausência

[6] FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. p. 89.

de um mercado interno é justificada pela prioridade dada à agro exportação e pelo setor de subsistência suprir as necessidades básicas da colônia.[7] Os custos da agro exportação eram amenizados pela redução dos custos da manutenção da força de trabalho. Inserido na economia mercantil, este setor permaneceu assim à margem do mercado, inibindo qualquer desenvolvimento autônomo.

Novais vem tratar especificamente as relações comerciais entre a colônia e a metrópole dentro dos quadros do "Antigo Sistema Colonial" e não da história do desenvolvimento econômico do Brasil, como fizeram Caio Prado ou Celso Furtado. O Sistema Colonial compreenderia o conjunto das relações existentes entre a metrópole e suas respectivas colônias, sobre o corpo da política econômica mercantilista que visa o desenvolvimento metropolitano a todo o custo. Sua análise se enquadra, portanto, no modelo explicativo que enfatiza as relações mercantilistas, com base na transferência do excedente e nas relações centro-periferia, nas quais percebemos proximidade às análises dos dois autores acima citados.

O autor vem definir o Antigo Sistema Colonial como o sistema colonial do mercantilismo, o conjunto das relações entre metrópole e colônia na época do capitalismo comercial, ou o conjunto de mecanismos integradores e articuladores das áreas coloniais com as economias europeias, funcionando *como "realidade subjacente e imanente no processo completo de colonização"* [8]. A sua finalidade ou sentido está em propiciar a dinamização da vida econômica da metrópole através das atividades coloniais, constituindo-se como um instrumento para a acumulação primitiva de capitais dentro do processo de formação do capitalismo moderno.

O mecanismo que possibilita o cumprimento desse sentido é o exclusivo colonial. A burguesia comercial metropolitana podia apropriar-se do excedente gerado pela colônia devido ao monopólio, que lhe permitia vender o mais caro possível as mercadorias europeias na América e comprar pelos mínimos preços possíveis a produção colonial. O funcionamento do sistema também abre a exigência para uma forma de exploração do trabalho que permitisse a concentração da renda nas mãos da classe dominante colonial. Mesmo sendo a maior parte dos lucros da produção

[7] NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. **(1777-1808)**. São Paulo: Hucitec. p. 109.
[8] Idem. p. 70.

transferida para a metrópole, parte ficava na colônia com o objetivo de garantir a continuidade do processo produtivo.

O exclusivo metropolitano é percebido por Novais através da observação do comércio colonial e da exclusividade dos navios portugueses nessa tarefa, bem como a criação do Conselho Ultramarino e da Companhia Geral do Comércio com a função de superintender toda a atividade colonial. São citados como exemplos da preocupação portuguesa em controlar essa atividade alvarás e ordens régias que determinam a obrigatoriedade de navios portugueses em costas brasileiras aportarem somente em portos portugueses e também que fossem obedecidas as frotas oficiais.[9]

Ciro Flamarion Cardoso[10] vem criticar o que ele chama de "preocupação excessiva com o excedente". O acordo está na afirmação de que seria impossível compreender as sociedades coloniais sem considerá-las integrantes de um sistema mais vasto, já que surgem como anexos complementares da economia europeia e dependentes das áreas metropolitanas. Para o historiador, esse caráter deve ser levado em consideração em análises que pretendam descobrir a racionalidade das estruturas econômicos-sociais.

No entanto, admite que as atividades colonizadoras acabaram resultando no aparecimento de sociedades com lógicas estruturas internas que não estão reduzidas a sua relação com o mercado mundial em formação ou com a metrópole a que está submetida. Portanto, essa concepção de que a colônia seria um anexo complementar ou uma parte de uma estrutura mais ampla é insuficiente dentro da análise de Ciro Cardoso. Sem analisar as estruturas internas a visão estaria incompleta, principalmente por não explicar questões essenciais.

Para Ciro Cardoso é impossível reduzir as estruturas profundas das áreas coloniais da América a simples resultado da ação da máquina montada para extrair o excedente. O sistema colonial é tão importante para a compreensão do Brasil quanto as especificidades da colônia como as lutas internas na colônia ou o sincretismo cultural. A

[9] Novais cita a documentação contida em ANDRADE SILVA, J.J. Coleção chronológica de Legislação portuguesa. T. 1. 2º vol. P. 313 e Coleção Cronologica de Leis extravagantes, posteriores a nova compilação das Ordenações do Reino. Coimbra, 1819, t. II pp. 376-378.

[10] CARDOSO, Ciro Flamarion. *As concepções acerca do Sistema Econômico Mundial e do Antigo Sistema Colonial: a preocupação obsessiva com a extração do excedente*. In: LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Ed. Vozes.

análise deveria, portanto, abordar tanto os mecanismos coloniais como os modos de produção e a formação econômico-social.

Com alguns desses termos concordou Jacob Gorender[11], mas não podemos afirmar que há acordo em todas as colocações. Ambos discutem a questão de uma eventual economia camponesa do escravo. Gorender considera que a economia escravista seria inviável se tivesse que suprir a população cativa com gêneros alimentícios importados. Ficaria caro demais. Por isso, caracterizou-se a produção com pelo seu caráter mercantil, agroexportador, e subsistência. O ponto de discordância entre Ciro Cardoso e Jacob Gorender reside na questão do mercado interno. Enquanto o primeiro admite a existência desse mercado, defendendo uma economia própria do escravo, o segundo afirma que o mercado interno possibilitado pelo escravismo é *"estreito e inadequado para fins de produção mercantil"* [12]. Mesmo que posteriormente o autor admita existir uma produção de gêneros alimentícios comerciáveis, volta a enfatizar seu caráter secundário frente a agro exportação. [13]

A análise de João Fragoso apresenta-se como uma crítica aos trabalhos inspirados na vertente pensada por Caio Prado. Reconhecendo que a compreensão de que a instauração da economia colonial passa pelo entendimento da economia e sociedade lusitanas do Antigo Regime, e que a própria condição de colônia resultada da expansão metropolitana e do projeto português de colonização, Fragoso busca para além disso, uma visão acerca das questões relativas ao mercado interno e a constituição de uma elite senhorial. Em seu ponto de vista, para além das frações dominantes coloniais, a criação do projeto colonizador visou mais reproduzir uma continuidade da hierarquia altamente diferenciada[14] do que criar um sistema monocultor e exportador.

Fragoso diz que introduzir a questão do mercado interno significa compreender a economia colonial como uma formação econômica e social. Pensando este mercado em relação ao mercado internacional, Fragoso assim o caracteriza: a reprodução da agro exportação passa a se processar, parcialmente, no interior de um mercado interno, cujo

[11] GORENDER, Jacob. *O conceito de modo de produção e pesquisa histórica*. In: LAPA, José Roberto do Amaral. Op. Cit.
[12] Idem. p. 47.
[13] Cf. GORENDER, Jacob. **Escravidão reabilitada**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
[14] O autor desenvolve a ideia em FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 demonstrando que esse projeto tinha como objeto a manutenção de uma estrutura parasitária mantendo a hegemonia da aristocracia.

pano de fundo são formas não-capitalistas de produção. Para o autor, era justamente a existência de um mercado interno sustentado em formas não-capitalistas de produção e de acumulação endógena, derivada das operações localizadas no mercado sul-sudeste, que permitiam certa autonomia frente às flutuações externas. O caráter não-capitalista diz respeito às relações de produção do mercado interno e são elas práticas especulativas, monopolistas e usurárias.

Em um trabalho mais recente, Maria Fernanda Bicalho[15] traz a discussão a adoção do conceito de Império para a compreensão do conjunto de relações que deram vida à dinâmica ultramarina portuguesa. Esse conceito tem sido utilizado a partir da concepção de que a análise das relações entre metrópole e colônia não tem sido mais suficiente para explicar a complexidade das redes e conexões que ligam os diferentes domínios ultramarinos entre si e com o centro da monarquia. Para a autora, isso exigiu dos historiadores a inserção de seus respectivos objetos, no caso dessa pesquisa, o contrato de escravos, num contexto mais amplo e plural. Portanto, a dualidade Brasil-Portugal que presidiu parte da produção historiográfica pode agora ganhar outras dimensões e conectar-se a outras regiões do império.

A historiografia portuguesa tem atrelado a existência e a lógica da colonização ao movimento de expansão ultramarina europeia. Destaca-se Vitorino Godinho[16] que discute as sociedades ultramarinas enquanto espaços de atualização dos mecanismos que motivaram a expansão, privilegiando igualmente seus aspectos econômicos. Com sua noção de *viragem estrutural*, ocorrida no império depois de meados do século XVI, entendemos a volta progressiva de Portugal para o Atlântico. Dessa forma, podemos observar a dinâmica imperial em suas múltiplas dimensões.

Seria interessante pensar numa prática que contemplasse a centralidade do Rei e de Portugal e a prática de negociação que percebemos na documentação entre os negociantes e a Coroa portuguesa. Por mais que a teoria residisse em medidas centralizadoras e de controle, nem sempre esse controle ocorria a contento. Para Novais, mesmo com as variações e flutuações o que permanecia era o mesmo mecanismo fundamental, isso quer dizer que mesmo as tensões ou o contrabando eram elementos de

[15] SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (org.). **O governo dos povos.** São Paulo: Alameda, 2009. p. 91-105.

[16] GODINHO, Vitorino G. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Vol. I. Portugal: Editorial Presença, 1991.

um mesmo sistema, e não o contradizem. Para o autor, o conflito se dava exatamente em torno do usufruto de suas vantagens. [17]

No âmbito dos negócios e suas vantagens, retornamos a questão dos contratos. O sistema de contratos tem origem nos primórdios do Estado absolutista lusitano constituindo-se numa forma de suprir a carência de recursos da coroa. Os contratos, em geral, relativos às rendas e direitos reais, eram acordos temporários da Coroa com particulares. Eles possuíam prazos determinados e eram precedidos por arrematação e fixação do valor contratado. O Rei atuava como empresário e a Corte como *uma Casa de Negócio*[18], numa articulação que além de envolver a classe mercantil da praça de Lisboa, envolviam também os negociantes. Tais práticas partiam dos monopólios régios em torno dos quais giravam arrendamentos e contratos de diversos tipos integrantes das práticas mercantilistas típicas do Antigo Regime.

Em Portugal os contratos envolviam um grande leque de atividades e, entre essas, o comércio vinculado ao tráfico de escravos, o comércio de especiarias, a exploração do óleo de baleia[19], a exploração de diamantes e a arrecadação de tributos como, por exemplo, as Entradas nas áreas de extração aurífera no Brasil. Considerados "sócios temporários" da Coroa, os grandes negociantes atuavam como braços do aparelho estatal, Dentre sua prática, e em especial, as práticas monopolistas constituíram-se no principal mecanismo de transferência de capital da colônia para a metrópole, sendo os contratos das principais formas de articulação entre o Estado e os grandes negociantes no contexto das práticas fundadas no monopólio. Esta articulação entre o Estado e os contratadores, pressupõe portanto a prática do monopólio.

> ***"(...) Cabe lembrar que o monopólio do comércio das Colônias foi a essência do sistema colonial e a sua preservação, o principal objetivo da política colonial. À sombra do monopólio, e, apesar dele, é que as colônias se originaram e se desenvolveram".***[20]

A ação dos contratadores, vinculados à monarquia portuguesa, incluía entre os grandes financistas de Portugal aqueles identificados através da expressão *mercador de grosso trato*. Numa sociedade lusitana altamente hierarquizada e com as posições

[17] NOVAIS, Fernando. Op. Cit. p. 88.
[18] ELLIS, Myriam. **Comerciantes e contratadores do passado colonial**. São Paulo. *Revista do IEB.* USP, 1982. p. 98.
[19] Cf. ELLIS, Myriam. **A Baleia no Brasil Colonial.** São Paulo: Ed. Melhoramentos/EDUSP, 1969.
[20] ELLIS, M. Op. Cit., p. 98.

sociais identificadas por privilégios, a repartição dos contratos era decisiva na definição da hierarquia interna. Até mesmo porque a arrematação de contratos passava pelo jogo de influências nas instâncias de poder político em Portugal, em especial, o Conselho Ultramarino, onde esses contratos eram arrematados.

Enfim, o pau-brasil, o tabaco, a pesca da baleia, o sal, o comércio de escravos e as atividades consideradas monopólio régio quando arrendadas a comerciantes, lhes proporcionavam grande rentabilidade, além das riquezas direcionadas a Coroa. É também importante ressaltar a importância dos comerciantes luso-brasileiros, atuantes nas praças litorâneas, no sertão, nas áreas da mineração e de seus vinculos a comerciantes na Metrópole envolvendo os negócios na colônia.

Durante três séculos, uma complementaridade econômica aproxima a África e Brasil afastando a possibilidade de um desenvolvimento divergente entre os dois territórios portugueses. O impacto do tráfico negreiro foi sentido desde o século XV quando os portugueses chegaram ao litoral africano, tornando essa atividade extremamente lucrativa, motivada pela necessidade de mãos para o trabalho nas lavouras e, posteriormente, na mineração.

O comércio desses escravos era realizado através do tabaco. "*Os gêneros nas permutações com o gentio é e sempre foi o tabaco"*[21], e devido a sua qualidade, a Bahia sempre foi considerada como principal produtora de tabaco, logo, base do comércio de escravos. No entanto, com o início da atividade mineradora, o porto do Rio de Janeiro ganhou em importância, por causa da *"melhor comodidade para o suprimento das Minas."* [22]

Os estudos das últimas décadas sobre as Minas vêm retornando ao tema do comércio com trabalhos como o de Mafalda Zemella[23] e Myriam Ellis[24], sendo a segunda uma das primeiras historiadoras brasileiras a dedicar-se aoassunto dos contratos.Ao associar a circulação de mercadorias à tributação via contratos, destacou o caráter mercantil da economia mineira, importante para odesenvolvimento econômico e social daquela região. Os contratos dos monopólios régios firmados entre os

[21]*Discurso preliminar histórico introdutivo com natureza de descrição econômica da Comarca e cidade da Bahia.* In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Vol. XXVII. p. 339.
[22] Idem. p. 345.
[23] ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Edusp.
[24] ELLIS, Myrian. **Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII**. *Revista de História*. São Paulo, v. 17, nº 36, out./dez.

contratadores ea Coroa, para todo o mercado do Atlântico Sul, não ficaram restritos apenas ao sal, ou àaguardente da cana, ou ao óleo de baleia, masabrangeram, também,o comércio dos escravos.

Em outro trabalho, *Comerciantes e Contratadores do Passado Colonial*[25], Myriam Ellis volta-se para um estudo das articulações entre contratos, comerciantes e a realidade portuguesa. Para a autora, os comerciantes de Lisboa voltavam-se principalmente para o tráfico de escravos, o comércio com a região das minas, o comércio de especiarias e os contratos de arrematavam, assumindo estes um papel de destaque na ação dos comerciantes lusitanos.

Dentre os trabalhos que envolvem a temática do comércio e contratos relacionados ao Rio de Janeiro e Minas, dois devem ser destacados: o de Júnia Furtado, *Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas* e, o de Cláudia Chaves, *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas*. O trabalho de Júnia Furtado voltou-se para o estudo do comércio e dos comerciantes mineiros na primeira metade do século XVIII. Procurou definir as formas pelas quais o poder metropolitano se reproduziu na colônia. Após uma crítica à historiografia que analisou a colônia como sistema, em particular o trabalho de Fernando Novais, Júnia menciona o trabalho de Maria Odila Silva Dias[26], como referência para uma nova abordagem. A autora chama a atenção para a necessidade de se estudar as condições internas da colônia desvinculada *"da imagem tradicional da colônia em luta contra a metrópole."* [27]

Analisando as correspondências entre o negociante português Francisco Pinheiro, residente em Portugal, um cristão-novo e Cavaleiro da Ordem de Cristo, contratador do sal e pertencente à Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio, e seus agentes comerciais nas Minas Gerais, identifica a existência de uma "rede clientelar"[28], cujo papel dos comerciantes nas Minas Gerais pode ser entendido como uma cadeia de poder que se estendia desde o Reino, propiciando a interiorização dos interesses metropolitanos, mesclando-os com os dos colonos. O controle do mercado de

[25] ELLIS, Miriam. *Comerciantes e contratadores do passado colonial*. In: **Revista do IEB**. (24), 1982.
[26] DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822 Dimensões.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
[27] FURTADO, J. op. cit., p. 17.
[28] A respeito do conceito conferir HESPANHA, António M. e XAVIER, A.B. As Redes Clientelares. In MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)**, vol. 4, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

abastecimento, a cobrança de impostos sobre a atividade mercantil e o mecanismo de endividamento da população local foram estratégias de expansão dos interesses metropolitanos nas Minas.

Claudia Chaves faz uma análise da dinâmica do mercado interno em Minas Gerais durante o século XVIII, a partir da crise da mineração. Procurando compreender a rede comercial que girava em torno da capitania, a autora debruçou-se, principalmente, nos livros de registros de alguns principais postos fiscais da capitania, em especial em relação à segunda metade do século XVIII. Questiona a visão que prevaleceu na historiografia sobre Minas Gerais em relação à questão da decadência, afirmando ser

> ***"Este período, tradicionalmente conhecido como um período de decadência econômica, correspondente, na realidade, a uma fase de maior diversificação comercial a partir da crise na produção aurífera e a uma consolidação de atividades produtivas destinadas ao comércio de abastecimento".***[29]

Ao analisarmosas atividades dos negociantes neste período percebemos que os interesses mercantis dessa elite se caracterizavam pela participação nos diversos ramos do comércio, como comestíveis, artigos de luxo, equipamentos, instrumentos e, também, escravos, estruturando sua rede comercial em sociedades, que constituíam um instrumento importante de atuação dos homens de negócio.

A atuação dos contratadores aparece na historiografia brasileira em obras de conteúdo geral[30] ou em obras nas quais a temática central conduziu a um detalhamento da atuação de contratadores na colônia.[31] Poucos trabalharam o tema como eixo central. São referência ao estudo dos contratos no Brasil: Myriam Ellis, que trabalhou com os contratos para o conjunto da colônia e dos mais diversos tipos, principalmente aqueles ligados a atividades comerciai e Maria de Lourdes Viana Lyra, que voltou-se para a cobrança dos dízimos em São Paulo[32].

---

[29] CHAVES, op. cit., p. 19.

[30] Cf., entre outros, PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1988. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, 2° vol., livro quarto, capítulo VI, Metais e Pedras Preciosas. Difel, Rio de Janeiro, 1977. BOXER, Charles R.**A Idade de Ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

[31]OSÓRIO, Helen. **Comerciantes do Rio Grande de São Pedro**: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 20, nº 39, p. 115-134. 2000.

[32]ELLIS, Myriam. Op. Cit. pp. 97-122; _____. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1969;e LYRA, Maria de Lourdes Viana. **Os Dízimos Reais na Capitania de São**

Fernando Guadareto Lamas[33], ao inserir os contratadores no âmbitodas normas de conduta e sociabilidade próprias do Antigo Regime, percebeu queesses agentes sociais se organizaram em torno de sociedades formadas para a aquisiçãodos contratos. Assim, a hierarquia mercantil presente na arrematação desses contratosimplicou laços de subordinação entre os envolvidos. Nesse sentido, fazer parte do seleto "mundo dos contratos" resultou, por partedos participantes, em articulações pessoais, políticas e econômicas cujas análises estãolonge de serem esgotadas.

A análise realizada por Sofia Antezana[34] sobre as relações de sociabilidade esclarece os mecanismos pelos quais eram criadas as redes de clientelismo e sua dependência entre diferentes segmentos sociais. Uniões eram realizadas em nome de proteção e lucratividade, estabelecendo relações sociais assentadas em laços familiares, elemento este, segundo Antezana, bastante comuns entre contratadores.

Em sua dissertação de mestrado, Luiz Antônio Araújo[35]parte para o estudo dos contratadores de tributos régios em Minas Gerais do século XVIII. Sua pesquisa gira em torno dos contratos de entradas e dízimos e de um dos maiores contratadores residentes em Minas Gerais, João de Souza Lisboa. Esse negociante arrematou ao todo, segundo Luiz Antônio, 13 contratos,estando entre eles o de passagens, dízimos e entradas. Destes, 4 foram de dízimos o que lhe conferiu o controle da cobranças deste tributo. Para ele, a atuação dos contratadores, exercendo o controle de uma função pública, envolvia um processo de busca da lucratividade através de práticas usurárias, especulativas e de coerção sobre os produtores utilizando-se de mecanismos jurídicos-políticos que garantiam o negócio. Este quadro, inserido na fiscalidade lusitana tão marcante em Minas Gerais, gerava conflitos, sendo os contratadores alvo de diversas "queixas" da população.

Paulo: Contribuição à História Tributária do Brasil Colonial (1640-1750). São Paulo, 1970, 90 p. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH/USP. (Foi orientada pela Myriam Ellis)

[33]LAMAS, Fernando Gaudereto. **Os contratadores e o Império colonial português: um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2005.

[34] ANTEZANA, Sofia Lorena Vargas. **Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)**. – Belo Horizonte, 2006. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Minas Gerais.

[35]ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. **Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: O estudo de um caso: João de Souza Lisboa.** Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense, 2002.

Outro a pensar recentemente a questão dos contratos foi Laércio Honda[36]. Em sua dissertação de mestrado, ele apresenta Francisco Pinheiro, grande comerciante português que, sem nunca deixar Lisboa, controlou seus negócios na África e no Brasil através de correspondências trocadas com seus representantes comerciais instalados nesses locais. A partir da análise dessas correspondências, pode-se perceber o comércio colonial do ponto de vista do contratador, demonstrando que, apesar do objetivo final ser a exploração colonial e a captura do excedente pela metrópole, não era tão fácil executá-lo, principalmente quando esse objetivo entrava em desacordo com os interesses pessoais desses comerciantes e de sua rede de sociabilidade. Fosse através da tentativa de burlar o sistema de frotas ou mesmo por esconder o resultado das vendas, esses comerciantes acabavam se tornando beneficiários do comércio ultramarino.

Abordando rapidamente esse assunto, Marisa Soares[37] traz a arrematação dos contratos de escravos no início do século XVIII, afirmando que no tocante ao tráfico de escravos na cidade do Rio de Janeiro, o fato mais significativo do ano de 1725 é a assinatura de um novo contrato com a Costa da Mina. E entre 1725 e 1727 o nome de um novo contratador, Jerônimo Lobo Guimarães, povoa as fontes relativas ao tráfico, como beneficiário do "*contrato novo dos direitos que pagam os escravos que entram no Rio de Janeiro, vindos da Costa da Mina e Cabo Verde*", arrematado por três anos.[38]

No que diz respeito aos contratos de escravos, percebemos ser um assunto pouco abordado pela historiografia, possuindo trabalhos a respeito do tráfico e transporte de escravos, valores e demandas, mas não especificamente dos contratadores responsáveis por esse comércio e suas redes comerciais. Isso que evidencia o caráter relevante de um estudo capaz de compreender o trajeto da mão de obra escrava até as Minas e mapear os laços mercantis decorrentes.

---

[36]HONDA, Laércio. **Francisco Pinheiro: as atividades de um negociante de grosso trato na América portuguesa (1703-1749)**. Dissertação de Mestrado em História Econômica – Universidade Estadual de Campinas, 2005.

[37] SOARES, Marisa de Carvalho. **Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 81.

[38] *"Contrato novo de direitos que pagam os escravos que entram no Rio de Janeiro, vindos da Costa da Mina e Cabo Verde, arrematado a Jerônimo Lobo Guimarães por tempo de 3 anos e por preço em cada um deles de 50.00 cruzados. Lisboa, 9 de fevereiro de 1725. ABN, vol. XXXIX, doc. 5.325 (p.465);* Há também referencia a esse contratador no AHU-MG*: "Parecer do Conselho Ultramarino sobre a petição de agravo feita por Jerônimo Lobo Guimarães e do executor do Conselho, Antonio de Barros de não aceitar a fiança oferecida ao contrato de escravos que da Bahia, Pernambuco e do Rio de Janeiro vão para as Minas*". AHU-MG Cx. 6 Doc. 20 e *"Parecer do Conselho Ultramarino sobre a petição de agravo de Jeronimo Lobo Guimarães a respeito do executor Antonio de Barros não aceitar as fianças que ofereceu aos contratos de escravos que da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco vão para as Minas"* AHU-MG Cx. 7 Doc. 47.

Na tentativa de alcançar esse objetivo e no contato com as fontes, surge a figura de Jeronimo Lobo Guimarães, negociante residente em Lisboa, fiador de um navio negreiro em 1725 e que deteve os contratos de entrada e saída de escravos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, tendo eles e seus agentes a função de arrecadar os direitos sobre os escravos que entravam no Brasil. É plausível que este contratador tivesse sócios nas suas arrematações e empreendimentos do tráfico escravista, desta forma indo as benesses dessa atividade para outros comerciantes de Lisboa.

Ao que percebemos até agora, Jeronimo Lobo Guimarães já teria arrematado o contrato de saída de escravos para Pernambuco (1725-1728) e partiu para o contrato de direitos de escravos que vão para as minas do porto da Bahia (1725) e contrato de saída de escravos do Rio de Janeiro para as Minas.[39] Gustavo Acioli Lopes[40], em tese de doutoramento defendida em 2008 afirma através da observação do Livro de Registros dos Contratos Reais do Conselho Ultramarino a existência também do negociante Henrique Pedro Dauvergne que teria arrematado o contrato de saída de escravos do Rio de Janeiro para as Minas no período de 1728-1731.

Por tratarmos da questão do comércio de escravos também há a busca pela compreensão dessa atividade. Nas análises de Roberto Simosen, Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Fernando Novais encontramos as justificativas para a adoção desse tipo de mão de obra e da prática do tráfico. Simonsen[41] relacionou a instalação da escravidãono Brasil com as restrições demográficas européias e com a diferença climática entre os dois continentes. Para ele, a incompatibilidade do índio ao regime de plantation tornou o recurso ao trabalho africano um "imperativo econômico". Celso Furtado, além de levar em consideração o fator populacional europeu, criticava a possibilidade de uma empresa colonizadora baseada na mão de obra livre, pois tornaria "antieconômica" toda a atividade colonizadora já que as condições de trabalho eram tais que apenas com o pagamento de altos salários seria possível atrair mão de obra para a região.[42]

Caio Prado Jr. vê o trabalho africano como uma "exigência" da colonização européia, juntamente com a monocultura. O uso da escravidão e o tráfico de escravos

---

[39] Cf. CASTRO E ALMEIDA, Eduardo. **Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no conselho da marinha e ultramar.**

[40] LOPES, Gustavo Accioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco 1674-1760**. Tese de doutoramento apresentada a Universidade de São Paulo, 2008.

[41] SIMOSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957, pp. 126-133

[42] FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.p. 13.

justificam a sua idéia de "sentido da colonização"[43]. Fernando Novais veio aprofundar as análises de Caio Prado Jr., relacionando a escravidão e a atividade do tráfico ao processo de acumulação primitiva de capitais na Europa. Logo, o tráfico africano controlado pelo capital mercantil era um dos elementos fundamentais da acumulação pois garantia a transferência do excedente econômico produzido pelos escravos para a metrópole.[44]

Na necessidade da leitura de textos daqueles que se empenharam no estudo do tráfico, encontramo-nos como Russel Wood, Viana Filho, Manolo Florentino, Maximiliano Menz, Pierre Verger e Maurício Goulart. Segundo a historiografia, a escravidão teria chegado ao seu auge no século XVIII, período compreendido por essa pesquisa, justificado pela necessidade de braços para a atividade mineradora no Brasil. No mesmo momento houve também uma alteração na origem desses escravos. Até 1700 os escravos da Costa da Mina gozavam de baixa reputação e os colonos recusavam-se a adquiri-los, enquanto que a partir da década de 1730 o inverso tornou-se realidade e os da Costa da Mina tornaram-se preferidos[45]. Portanto, o fator decisivo dessa mudança seria a descoberta de ouro em Minas Gerais no fim do XVII.

A extração do ouro exigia mais escravos do que Angola poderia fornecer. Além disso, segundo Russel Wood[46], enquanto os bantos preferiam mercadorias asiáticas e européias nas trocas dos escravos, os sudaneses preferiam o tabaco e, em particular o produzido na Bahia[47]. Outro fator para a preferência por escravos vindos da Costa da Mina era o preparo para atividade final da extração de ouro. Portanto, teriam os sudaneses sido trazidos às Gerais em razão de possuírem conhecimento técnico relativamente avançado comparado ao dos bantos e estarem familiarizados com o trabalho extrativo mineral em suas nações de origem.

O tráfico pode ser considerado como um negócio. A escravidão, por ser mercantil e, portanto, reproduzir-se por meio do mercado, ampliaria todo um vasto e

[43]PRADO Jr., Caio. **Op. Cit.** p. 122.
[44]Cf. NOVAIS, Fernando. **Op. Cit..**
[45]Sobre a preferência de procedência dos escravos, é possível confirmar através da Carta do Governador do Rio de Janeiro ao Rei D. João V em 05/07/1726. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, vol. XCIV. p. 29-30.
[46]RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos do Brasil Colonial**. RJ: Civilização Brasileira, 2005. p. 54-55.
[47]Cf. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXVII. "Discurso preliminar histórico introdutivo, com natureza na descrição econômica da comarca e cidade da Bahia". p. 339, em que afirma "*Os gêneros nas permutações com o gentio he e sempre foi, o tabaco, e o da Bahia com preferência ao de todas as nações".*

lucrativo ramo do comercio. Daí o interesse dos grandes comerciantes na oportunidade da prática do comércio de escravos. A arrematação de contratos, e nesse caso, do contrato de escravos, possibilita ganhos não só para esses negociantes, mas também para a Coroa[48], principalmente devido aos ganhos dessa atividade. Ao passoque, se tratasse de escravidão indígena, os ganhos comerciais resultantes de seu translado permaneceriam na colônia, distorcendo o "sentido da colonização" evidenciado por Caio Prado Júnior. Desta forma, o tráfico atlântico, um dos ramos mais rentáveis do comércio colonial, determinaria não a escravidão em geral, mas sim a escravidão africana no Brasil.

Bibliografia e fontes

I. Fontes

No Brasil

Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate): Documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania do Rio de Janeiro - Catálogo Castro e Almeida e Arquivo Histórico Ultramarino: Documentos relativos às capitanias de Bahia. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 31, 32, 34, 36, 37, 39, 46 e 50.

BOSCHI, Caio C. (coord.). – **Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

ARRUDA, Jose Jobson de A. **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830)**. São Paulo: EDUSC; FAPESP; IMESP, 2000.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro:Acervo Vice-Reinado e Secretaria do Estado do Brasil

Biblioteca Nacional: Documentos Históricos – 1º Livro de Regimentos vol. 80 L.1

[48]Cf. SIMONSEN, Roberto. Op. Cit. Segundo Roberto Simonsen, o governo português auferia grandes lucros com o tráfico dos escravos. Cobrava direito de entrada, 3$000 por cabeça, depois elevados a 3$500. A fim de evitar que se diminuíssem os escravos dos engenhos, com dano passa estes, impôs o tributo de 4$500 para cada um que fosse despachado para as minas. p. 138.

LISANTI FILHO. Negócios Coloniais.

Em Portugal

ALFANDEGA DE LISBOA. Museu Histórico. 2ª Exposição Temporária Comemorativa do 5º centenário da Morte do Infante D. Henrique. Lisboa. 2 ed. 1960. 76p. – Documentos relativos ao Brasil (1516 – 1752): citadosno ítem VII, números 92 a 201. p. 25-53.

ANTUNES, Álvaro de Araújo; SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Índice do Fundo Manuscritos do Brasil.**

MADAHIL, Antonio Gomes da Rocha. **Documentos do Arquivo da Universidade de Coimbra para a História do Brasil.** Coimbra: Coimbra, 1942. 46p.

PAIXÃO, Judite Cavaleiro. **Fontes do Tribunal de Contas de Portugal para a História do Brasil Colônia**. Acervo, Rio de Janeiro, vol.10, no. 01, p. 57-70, jan-jun 1997.

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. **Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo; Primeira Parte: Instituições do Antigo Regime: volume I – Administração Central (1).** Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, 1998. 435p. (Col. Instrumentos de Descrição Documental

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. **Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo; Primeira Parte: Instituições do Antigo Regime: volume II – Administração Central (2)**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, 1999. 513p. (Col. Instrumentos de Descrição Documental

TREMOCEIRO, Paulo Manuel; MACHADO, Joaquim Abílio Ferreira. **Alfândegas de Lisboa: Inventário**. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Divisão de Publicações, 1995. 410p.

II. Livros e artigos

ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. **Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: O estudo de um caso: João de Souza Lisboa.** Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense, 2002.

ARRUDA, José Jobson de A. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo, Ática, 1980.

BOXER. Charles. **A Idade de Ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. **Modos de Governar: Idéias e práticas políticas no Império Português nos séculos XVI a XIX.** São Paulo: Alameda, 2005.

_____. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALÓGERAS, Pandiá. **As Minas do Brasil e sua legislação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Hector Perez. **Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARRARA, Angelo. **A vista ou a prazo: comércio e crédito nas minas setecentistas**. Juiz de Fora: UFJF Ed.

_____. **Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais**.

CHAVES, Claudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.

DIAS, Maria Odila Silva. *A interiorização da metrópole 1808-1853*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822 Dimensões.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ELLIS, Myrian. **Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII.***Revista de História*. São Paulo, v. 17, nº 36, out./dez.

_____. **Comerciantes e contratadores do passado colonial**. São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, USP, 1982.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida, e CAMPOS, Maria Verônica (org.) **Códice Costa Matoso**, vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FLORENTINO, Manolo.**Em costas negras - Uma história do tráfico de escravos entre a África.** Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1993.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos e CAMPOS, Adriana (org.). **Nas rotas do Império**. Lisboa: EDUFES, 2006.

FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVEA, Maria de Fátima. (org.) **O Antigo Regime dos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

_____; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (org.). **Conquistadores e Negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GODINHO, Vitorino G. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Vol. I. Portugal: Editorial Presença, 1991.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

_____. **Escravidão reabilitada**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

GOULART, Maurício. **Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o "negócio da carne humana", 1707-1715**. Actas do Congresso Internacional Atlântico *de Antigo Regime: poderes esociedade.*

_____; PASSAVENTO, Fábio. **Os contratadores e os contratos do Rio de Janeiro colonial, 1769-1779: estudo de uma sociedade mercantil.**

LAMAS, Fernando G. *Administração colonial na capitania do ouro: uma análise do contrato das entradas no final da primeira metade do setecentos*. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, nº 47, 2007.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Ed. Vozes.

_____. **A economia colonial.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1974.

MADEIRA, Mauro de Albuquerque. **Letrados, Fidalgos e contratadores de tributos no Brasil Colonial**. Brasília, 1993.

MENZ, Maximiliano M. **Entre Impérios**. São Paulo: Ed. Alameda, 2009.

NOVAIS, Fernando .**Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa - Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860).** Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2005.

ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500 – 1808.** In: *Revista Brasileira de História*, v. 18, no. 36, 1998.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil** (1500-1820). São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

SOARES, Marisa de Carvalho. **Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra. Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (org.). **O governo dos povos.** São Paulo: Alameda, 2009.

TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2000.

_____. SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. **Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX**. Niterói: Ed. UFF, 2006.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX**. 4ª edição revisada. Salvador: Corrupio, 2002.

VILLALTA, Luiz Carlos e RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **As minas setecentistas**. São Paulo: Ed. Autêntica, 2007.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec/Edusp.

III. Monografias, dissertações e teses

ANTEZANA, Sofia Lorena Vargas. **Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750).** – Belo Horizonte, 2006. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de Minas Gerais.

ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. **Contratos e Tributos nas Minas Setecentistas: O estudo de um caso João de Souza Lisboa (1745-1765)** – Niterói. Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal Fluminense, 2002.

HONDA, Laércio. **Francisco Pinheiro: as atividades de um negociante de grosso trato na América portuguesa (1703-1749)**. Dissertação de Mestrado em História Econômica – Universidade Estadual de Campinas, 2005.

LAMAS, Fernando G.**Os contratadores e o Império colonial português: um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva**. Niterói. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2005.

LOPES, Gustavo Accioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco 1674-1760**. Tese de doutoramento apresentada a Universidade de São Paulo, 2008.

A DIPLOMACIA ECONÔMICA BRASILEIRA NA UNCTAD I.

Bernardo Kocher [1]

INTRODUÇÃO

O objetivo desta comunicação é analisar a diplomacia econômica brasileira na fase inicial do regime militar (1964-1984)[2], abordando as negociações do Itamaraty para liberalizar e regulamentar o comércio internacional na primeira Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD I), ocorrida entre março e junho de 1964. A atuação do Itamaraty deu-se em ambiente politicamente conturbado, pois durante a realização da conferência ocorreu a mudança de regime político. O novo governo, não obstante a sua natureza ideológica diferenciada do deposto, não alterou a atuação da diplomacia econômica brasileira no processo de constituição e organização da Unctad, defendendo essencialmente as mesmas propostas e articulações de negociação contruídas pela diplomacia do regime anterior.

O Itamaraty interagiu com diversos governos e agências multilaterais no intuito de promover alterações nas normas comerciais internacionais, o que foi era visto como a criação meios para sustentar a industrialização brasileira, então em crise. Trataremos a atuação diplomacia econômica brasileira na Unctad como uma amostra bem acabada da dimensão intangível que é a diplomacia econômica: uma política pública que pode produzir efeitos sobre a economia sem que seja esta intervenção seja uma política econômica concreta. A sua formulação e execução não produz nenhum indicador macroeconômico, mas ela tornou-se - dadas as transformações da industrialização brasileira desde o fim do Plano de Metas e do cenário internacional com a descolonização e o aguçamento da

[1] Professor de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Email: bkoc@vm.uff.br.

[2] Esta comunicação é parte de pesquisa sobre a diplomacia econômica brasileira na Unctad e no Gatt durante o regime militar. A pesquisa é financiada pelo Edital do MCT/CNPq 14/2009 - Universal / Edital MCT/CNPq 14/2009 - Universal - Faixa A com o título: "O Brasil no Terceiro Mundo. Uma análise da relação entre a política externa brasileira e o desenvolvimento econômico durante o Regime Militar." Neste trabalho faremos uma análise da documentação pertinente à Unctad I, muito embora utilizaremos também o material de pesquisa coletado especificamente para analisar o Gatt. Neste temos como objetivo compreender a diplomacia econômica brasileira na Rodada de Tóquio (1973-1977), o que fecharia um ciclo de dois importantes processos de negociação da diplomacia econômica brasileira.

Guerra Fria -, numa expressiva atuação para a solução dos impasses econômicos do país.

Nossa intenção não é o estudo da política de incremento comercial que também foi praticada pelo Itamaraty, conforme ficará exposto a seguir, mas será a *gestão dos princípios para comércio externo como um todo* o objeto a ser considerado em nossa pesquisa. A intenção é a de tratar a temática da diplomacia econômica brasileira através da sua busca da normatividade das regras de comércio internacional aceitável para a economia brasileira, pois o acesso à divisas tornara-se empecilho à continuidade do desenvolvimento industrial[3].

Historicamente, conforme denota Paulo Roberto de Almeida[4], "o cenário internacional nem sempre foi favorável à plena integração do País no sistema econômico mundial e que, por circunstâncias alheias à nossa vontade, dele estivemos relativamente alijados durante o período mais intenso de crescimento econômico".[5] Rompendo com a típica "diplomacia do primário", e aderindo a um projeto econômico que a literatura especializada e o senso comum chama de "desenvolvimentismo", a diplomacia brasileira adotou, segundo o autor, a "diplomacia do secundário", expressão que significa o papel da diplomacia econômica no amparo à industrialização. Esta também foi designada de

[3] Dentre os fatores que apontamos para denotar a importância do papel do comércio externo para a economia brasileira na conjuntura de formação da Unctad está a relação das entradas através do comércio, variando ao longo do tempo, mas visivelmente insuficiente para fazer face aos contínuos e robustos déficits do Balanço de Pagamentos e ao aumento expressivo incremento da Dívida Externa do país.

TABELA 1 – BRASIL - BALANÇA COMERCIAL, BALANÇO DE PAGAMENTOS E DÍVIDA EXTERNA
Em Milhões de US$

	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Balança Comercial	65	72	-23	113	-89	112	344
Balanço de Pagamentos	-253	-154	-410	115	-346	-249	4
Dívida Externa Registrada	2044	2234	2372	2835	3005	3089	3160

IN: ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso. Cem anos de pollítica econômica republicana. Rio de Janeiro, Editora Campus, pp. 403-404.

[4] ALMEIDA, Paulo Roberto. "A economia da política externa: a ordem internacional e o progresso da Nação". IN: Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, vol. 39, n° 1, janeiro-julho 1996, p. 110-119.

[5] Idem, p. 111.

"diplomacia do desenvolvimento"[6]. O significado da especeficidade da diplomacia econômica desenvolvimentista brasileira é demarcado pelo autor da seguinte forma:

> "Apenas a partir da segunda metade do século XX, e com maior vigor a partir dos anos 1960, os acordos multilaterais começaram a suplantar os instrumentos bilaterais enquanto mecanismos reguladores da vida econômica das nações. Inaugurados timidamente no último terço do século XIX, (...), os instrumentos multilaterais passam a estar no centro da reconstrução da ordem econômica internacional, que começou a ser elaborada, sob a égide da ONU, em bases essencialmente contratuais e institucionalistas." [7]

A DIPLOMACIA ECONÔMICA COMO CAMPO DE ESTUDOS

São escassos, tanto no Brasil quanto no exterior, estudos referenciados especificamente na problemática da diplomacia econômica. Muito embora de escopo tradicional nas relações entre Estados, a problemática ganhou destaque na bibliografia somente com as transformações trazidas pela globalização e pelo final da Guerra Fria, o que faz com que sua existência enquanto um campo de conhecimento seja caudatária destas circunstâncias. É o que podemos concluir na introdução de obra recente sobre o assunto, que assim define a diplomacia econômica:

> "This is a book about how states conduct their international economic relations at the start of the twenty-first century: how the make decisions domestically; how the negotiate with each other internationally; and how these two processes interact."8

A citação acima demarca não uma definição inovadora, mas a constatação do tema apenas a partir de um novo cenário político internacional - de expectativa de instabilidade e imprevisibilidade da atividade econômica -, que transformaram os governos e suas políticas macroeconômicas em reféns de poderosas forças externas que definem a marcha da economia. Também foi central na formulação da proposta de investidura da diplomacia econômica com um novo status a irrupção de novos atores nas negociações econômicas internacionais. Tais situações fizeram da "nova" diplomacia econômica o batismo da diplomacia econômica tradicional. Mesmo reconhecendo que desde o final da 2ª. Guerra Mundial a diplomacia econômica apresentava as

---

[6] Idem, p. 117.
[7] Idem, ibidem.
[8] BAYNE, Nicholas e WOOLCOCK. "What is Economic Diplomacy?" IN: BAYNE, Nicholas e WOOLCOCK(eds.). The New Economic Diplomacy. Decision-Making and Negotiation in International Economic Relations. Hamphire, Ashgate, 2007, p. 1.

características básicas da atividade, Bayne e Woolcock atribuíram importância apenas ao contexto internacional dos noventa e da década seguinte para os estudos sobre o tema. Eles tratam a ruptura ocorrida nos dois decênios como a saída da visão tradicional dos estudos de diplomacia econômica em função deste conhecimento não pertencer mais parte à disciplina Economia Política Internacional. Tal saída deu vida a um campo de reflexão que passou a merecer atenção especial tanto de estudiosos quanto da própria prática diplomática. O que ocorre de novo é que a atividade já era desenvolvida na maior parte do período da Guerra Fria, mas "dominated by permanent officials from the governments of a limited number of coutries"[9]; a "nova" diplomacia econômica é entendida pelos autores apenas como produto do alargamento da participação social, intrínseco do desenvolvimento das relações internacionais ocorrida no período, inserindo um maior número de Estados Nacionais nos processos decisórios, além da ascensão de atores não-governamentais nos ambientes do "process of international economic decision-making"[10].

Da mesma forma, John S. Odell aponta para a vinculação do campo de conhecimento da diplomacia econômica com o do fim da Guerra Fria, confirmando a escassez de estudos. Segundo o autor:

> "Since the end of the Cold War many have said that economics has become as important as security in international relations. Yet enven though we embrace the cliché, we still have no general book devoted to the experience of the United States, the most influential player of all, in international economic negotiations." 11

Tal desatenção também foi constatada por Peter A. G. Van Bergeijk[12], que aponta a indiferença que diplomatas e economistas possuem tradicionalmente uns dos outros. O autor observa que os diplomatas, junto com os governantes, possuem uma parcela razoável de responsabilidade neste afatamento, pois colocaram as questões econômicas e comerciais ao nível da "low politics"[13]. Num ambiente de consideração da economia como uma subalterna da política – seguindo os

---

[9] Idem, ibidem.
[10] Idem, ibidem.
[11] ODELL, John S. Negotiating the World Economy. Cornell University Press, 2000, p. 1.
[12] BERGEIJK, Peter A. G van. Economic Diplomacy and the Geography of International Trade. Chgeltenham, Edward Elgar Publishing Limited, 2009.
[13] Idem, ibidem.

dizeres da expressão "Trade follow the flag"[14] -, o papel específico para os estudos sobre a relação da diplomacia com a atividade econômica ficaram obscurecidos. Também é apontado pelo autor para a existência deste distanciamento a predominância do pensamento neoclássico, inibidor de uma verdadeira atenção para a temática. Isto ocorre porque a receita conceitual desta ortodoxia conjuga a especialização das economias nacionais + livre mercado seguindo as "vantagens comparativas", o que levaria todas as economias nacionais auferirem automaticamente vantagens absolutas no comércio internacional. Tal percepção, critica o autor, levaria o comércio internacional ao esvaziamento da relação do "inherent political character of international economic exchange"[15].

O PAPEL DA DIPLOMACIA ECONÔMICA BRASILEIRA NA UNCTAD I

Apesar de o fim da Guerra Fria e a globalização serem referências centrais na produção intelectual sobre a diplomacia econômica, consideraramos que não foi no fim mas no começo da Guerra Fria onde ocorreu o início da diplomacia econômica com as características gerais que ela apresenta até os dias de hoje. A tendência apresentada acima, de se fixar o seu "surgimento" somente ao final do conflito bipolar reflete cabalmente as dificuldades e tensões oriundas dos países economicamente avançados, preocupados com o fato de "(t)he advance of globalisation makes heavy demands on governments in economic diplomacy".[16]

Uma percepção da mesma matéria no caso brasileiro deverá contar com uma historicidade específica para explicar a natureza da formação e atuação da sua diplomacia econômica, pois o fato de que as mesmas necessidades de se criarem novos elementos na diplomacia, especializando a tradicional área econômica da política externa, deu-se na nossa realidade em função do avanço da industrialização do pós-2ª. Guerra Mundial. Além disso, como ressalta Paulo Roberto de Almeida, que elabora uma metodologia para o tema pautada na evolução histórica do processo de inserção econômica internacional, a diplomacia econômica no interior da política externa brasileira existia desde a

[14] Idem, ibidem
[15] Idem, ibidem.
[16] BAYNE, N. E WOOLCOCK, S., p. 10.

formação do Brasil independente no século XIX e se constituiu na centúria seguinte em bases renovadas pela transformação tanto da economia brasileira quanto do cenário internacional que a cercava. Segundo o autor:

> "Mais importante ainda, uma fração crescente do "poder regulatório internacional" deixou a esfera puramente bilateral das relações entre Estados soberanos para concentrarse cada vez mais no seio de organizações inter-governamentais dotadas de staff técnico capacitado para lidar com os complexos problemas da agenda econômica internacional. É evidente que o poder real de propor, negociar e implementar medidas efetivas de acesso a mercados ou normas disciplinadoras das relações econômicas internacionais permanece e permanecerá com os Estados individuais, mormente com os mais poderosos dentre eles. Mas, não resta dúvida que a emergência do multilateralismo econômico representa um enorme avanço sobre a era dos "tratados desiguais" do século XIX."[17]

Foi neste ambiente multilateralizado (onde as certezas eram mais presentes do que as incertezas do pós-Guerra Fria), que se estabeleceu o instrumental teórico básico e fundamental para enfrentar as novas tarefas dos países que desejavam uma maior fatia do poder político e da riqueza econômica: uma análise macroeconômica que confrontou o pensamento neoclássico, pautada na teoria de **deterioração dos termos de troca**.[18] Além disto, o que nos interessa de perto, foi elaborada pela maioria das diplomacias destes novos países uma estratégia de ação conjunta em prol de reformas nas regras comerciais internacionais. Este aliancismo produziu sinceras esperanças de obtenção de bons resultados na Unctad I. Tais perspectivas foram dadas pelo contexto inaugurado pela descolonização, que agregou ao sistema internacional dezenas de novos países soberanos. Junto aos latino-americanos, já independentes há um século, os países asiáticos e africanos foram rotulados pela Sociologia, pela História e pela Economia de países *subdesenvolvidos*, ou em *desenvolvimento*. Mais além da importância terminológica, o expressivo nesta constatação foi o

---

[17] ALMEIDA, P. R., op. cit., p. 21

[18] Tese elaborada em resposta ao pensamento neoclássico num contexto de visível queda da participação no comércio internacional dos países exportadores de produtos primários nas décadas de 50 e 60. Raul Prebisch percebeu esta situação atribuindo-a "à diferença entre a elasticidade-renda dos produtos primários exportados pelos países em desenvolvimento e aquela de suas importações". (Cf.: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. "A ordem econômico-comerical internacional: uma análise da evolução do sistema multilateral de comércio e da participação da diplomacia econômica brasileira no cenário mundial". IN: Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 29, julho/dezembro 2007, p. 234.) A base conceitual destas idéias foram apresentadas como Relatório do Secretário-Geral no momento da abertura da Unctad I no documento intitulado "Toward a New Trade Policy for Development". Para uma análise do importante papel de Raul Prebisch como teórico econômico vinculado às causas dos países em desenvolvimento, além articulador e primeiro dirigente da Unctad ver DOSMAN, Edgar J. Raúl Prebisch. A construção da América Latina e do Terceiro Mundo.

surgimento de uma correlação de forças na vida política internacional: os subdesenvolvidos formaram uma folgada maioria no interior das principais instâncias decisórias dos organismos multilaterais. A atuação política do bloco visou transformar a sua maioria numérica em poder político de fato (pois as estruturas de poder estabelecidas não a acomodavam), para daí alterar a situação de desvantagem econômica que se entendiam injustamente envolvidos. Era senso comum entre dirigentes dos subdesenvolvidos que o colonialismo formal havia acabado mas o econômico não, o que caracterizaria o "neocolonialismo". A esperança do projeto político intitulado "Terceiro Mundo" foi no sentido da alteração substantiva das relações políticas internacionais, ressetando a ordem econômica constituída após o fim da 2ª. Guerra Mundial, quando a maioria destas jovens nações ainda não existia[19].

Para que o projeto de mudança nas regras comerciais internacionais ganhasse vida há de se notar da mesma forma que no contexto internacional motivações no cenário econômico interno em cada Estado Nacional. A industrialização era uma esperança dos jovens governantes, que para se firmarem enquanto Estados soberanos visavam oferecer padrões de vida para suas populações equivalentes ao "primeiro" e o "segundo" mundos. Foi esta avaliação o que viabilizou a produção de novas abordagens para tratar a questão comercial internacional, daí a formação de uma diplomacia econômica voltada para a temática do desenvolvimento. Seu objetivo básico e geral foi o de evitar que o comércio de produtos primários não ficasse exposto ao cenário melancólico de ofertar cada vez menos recursos em troca das exportações dos países produtores. O diagnóstico político elaborado indicava que a causa do problema eram as injustas normas econômicas e financeiras definidas pelo "sistema de Bretton Woods". As instituições criadas no pós-Guerra (Banco Mundial, FMI e Gatt) eram inadequadas, se consideradas as necessidades dos novos países que surgiram com a descolonização recente.

---

[19] Para uma análise do terceiro-mundismo enquanto um projeto político cf.: KOCHER, Bernardo. "O Brasil no Terceiro Mundo. Análise da política externa brasileira entre 1955 e 1964." IN: Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, Anpuh, 2008. http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215426824_ARQUIVO_KOCHER_ANPUH-RIO_2008.pdf.

A diplomacia brasileira percebeu com clareza esta situação. Diagnosticado o problema elaborou um um discurso e uma estratégia (ambos extremamente flexíveis e pragmáticos) para dar vida tanto ao próprios interesses nacionais quanto alentar a perspectiva dos recém descolonizados. Ressalte-se aqui a grande coerência interna das análises e propostas da diplomacia econômica brasileira para que o projeto desenvolvimentista nacional ganhasse fôlego em meio a uma complexa diferenciação de realidades econômicas dos países em desenvolvimento, muitos deles – conhecidos como LLDCs, "low low desevelopment coutries" ou "países com menor desenvolvimeto relativo" -, sem nenhum nível de diversificação para além da agrícola em suas economias.

A diplomacia econômica brasileira, podemos constatar na análise das fontes primárias, iniciou sua carreira de defensora de mudanças nas regras estabelecidas havia menos de vinte anos antes mesmo que a própria política externa brasileira como um todo se afastasse definitivamente do apoio (explícito ou velado) ao colonialismo português em África[20]. Lembremos aqui a pioneira posição do embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes, propositor da reorientação definitiva da política externa brasileira em direção a um relacionamento de respeito à soberania do "mundo ásio-africano", e que se dipôs a pensar um projeto político de confluência de interesses entre os "três" mundos[21].

---

[20] Para uma análise da complexa relação entre a política externa brasileira e seu suporte ao colonialismo português Cf. GONÇALVES, Williams da Silva. O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal. Do Tratado de Amizade ao caso Delgado. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

[21] Dentre as obras que o autor publico neste sentido citamos: MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. O Brasil e o Mundo Ásio-africano. Rio de Janeiro, GRD, 1960, 2ª. Ed.; MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. Ásia, África e a Política Independente do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1961; MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. Subdesenvolvimento e Política Internacional. Rio de Janeiro, GRD, 1963. O autor inicia a Introdução da 2ª. Edição de "O Brasil e o Mundo Ásio-Africano" afirmando: "Este livro foi idealizado em fins de 1954. Nessa época mais encarniçada ia a Guerra Fria e o Departamento de Estado se obsecava em por em prática, no continente asiático, uma política essencialmente militar de contenção comunista. No que tange à nossa política externa, viviamos no mais completo conformismo de uma posição eternamente apagada. O Brasil era acólito dócil, o ventríloquo fiel, o comparsa quase mudo. (...). Baseava-se o trabalho nas idéias seguintes: a) que era contraproducente a política adotada pelos Estados Unidos na Ásia; b) que, com a derrocada do colonialismo, os povos orientais e africanos viriam a pesar cada vez mais na balança internacional; c) que o Brasil necessitava de uma política externa mais independente e ativa; d) que nosso país tinha excelentes condições para buscar e conseguir uma liderança ásio-africana."(p. 8)

Um outro diplomata que analisou a evolução do sistema de comércio internacional com a ótica da diplomacia desenvolvimentista foi Paulo Roberto Barthel-Rosa, com grande engajamento na diplomacia econômica brasileira. Ele analisou a problemática da regulação comercial internacional[22] dos sessenta ao final da década seguinte, refletindo sobre a Unctad I com a experiência da participação nas negociações na Rodada de Tóquio. Para o autor há um problema específico que afeta o comércio internacional e que deve ser considerado na análise: este possui um impacto setorializado nas economias nacionais quando um acordo é firmado, diferentemente do que ocorre na área monetária e financeira, onde as resoluções tomadas pelo Estado possuem alcance abrangente e ensejam menos disputas e conflitos sobre os resultados a serem alcançados pelas normas fixadas. É por isto que o comércio internacional não foi regulamentado no momento da consolidação das novas regras econômicas do pós-guerra quando somente o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) propiciou alguma normatização[23]. Mas, dadas as características de exclusividade dos países desenvolvidos nas decisões tomadas e nos interesses defendidos no Gatt, o organismo a ser conhecido como um "clube" entre os diplomatas. O clima das decisões que eram tomadas parecia, na avaliação do Conselheiro Barthel-Rosa, uma espécie de "grande família", onde os representantes dos países com poder efetivo de decisão se conheciam ao nível pessoal e decidiam as questões em reuniões informais. Tal ambiente de exclusivismo nas decisões era devido ao fato de que nos primeiros anos de funcionamento do Gatt a predominância dos EUA sobre a dinâmica da instituição foi a tônica. Neste período o país mais importante na economia mundial defendia abertamente as "suas" teses de livre-comércio, "que visavam em última

[22] BARTHEL-ROSA, Paulo Roberto. O GATT após as Negociações de Tóquio. Um novo sistema nas relações comerciais internacionais. Brasília, MRE/IRB, Tese do Curso de Altos Estudos, 1981.

[23] Junto com o Fndo Monetário Internacional e o Banco Mundial a Organização Internacional do Comércio formaria um dos três pilares básicos do sistema de Bretton Woods. A inviabilização da sua constituição deu margem a que fosse estabelecido apenas um acordo sobre o tema por 33 países. O Acordo Geral de Comércio e Tarifas (Gatt) foi assinado por 23 países desenvolvidos que estavam se re-industrializando "e precisavam de uma organização para promover o comércio e solucionar controvérsias. Eles não estavam preocupados com as necessidades dos países em desenvolvimento e ainda controlavam a Ásia, a África e a América Latina. Em vez de ampla participação prevista na OIC, o GATT tratava dos interesses das potências avançadas: redução de barreiras comerciais para bens e serviços industriais, deixando de lado produtos agrícolas e têxteis, nos quais os países em desenvolvimento tinham vantagem". (Cf. DOSMAN, E. J., op. cit., p. 433)

análise a desmantelear barreiras à importação erigidas nos mercados europeus antes da Segunda Guerra Mundial, e abrir esses mercados à indústria e à agricultura norte-americana"[24]. Os interesses dos países não desenvolvidos eram desconsiderados e a "posição destes no comércio mundial era marginal, essencialmente limitada ao fornecimento de matérias primas e produtos de base"[25].

O Brasil foi, nos anos cinqüenta, um dos poucos países em desenvolvimento realmente ativos dentro do Gatt. Mas sua atuação era limitada, "beneficiando-se apenas da relativa segurança de acesso a certos mercados que lhe conferia a consolidação de tarifas sobre café e certos outros produtos de base e matérias primas de nosso interesse exportador"[26]. A postura brasileira era, segundo o autor, "defensiva"[27], visando a resguardar "suas políticas desenvolvimentistas e de proteção à sua indústria nascente contra as investidas "liberalizantes dos Estados Unidos e outras potências sócias do clube"[28].

A grande problemática que afetou o comércio internacional sob a égide do Gatt, advogou a diplomacia econômica brasileira, era o fato de **o desenvolvimento econômico** não ser uma questão considerada; se fosse seria sob a ótica das vantagens comparativas que cada Estado Nacional possuía intrinsecamente. Somente ao final da década de cinqüenta a situação começou, lentamente, a ser alterada com o surgimento de novos atores que se constituíram em expressivas forças econômicas: a CEE, o Japão e "a aglutinação dos países em desenvolvimento num bloco politicamente coeso, mesmo que ainda economicamente débil"[29]. Na década seguinte este último grupo de Estados passou a atuar politicamente coeso, o que afetou moderadamente a configuração do Gatt. O Brasil e o conjunto de países subdesenvolvidos, fortalecidos com o aumento de sua força e insatisfeitos com a pouca receptividade das suas teses sobre reformulação da regulação comercial internacional, passaram a proclamar

[24] BARTHEL-ROSA, P. R., op. cit., p. 17.
[25] Idem, ibidem.
[26] Idem, pp. 17-18.
[27] Idem, p. 18.
[28] Idem, p. 18.
[29] Idem, p. 18.

a extinção do "clube do GATT" e a defender uma nova instituição no âmbito da ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). A conferência (se perenizada) teria as funções de "suplantar o GATT nas relações do comércio mundial"[30] ao estabelecer "normas mandatórias sobre as relações do comércio e do desenvolvimento econômico, com capacidade de iniciativa e relativa autonomia"[31] . Tais linhas programáticas - um antiga reivindicação do Brasil -, acabou por se constituir em "uma das pedras-de-toque da unidade dos países em desenvolvimento naquele momento"[32].

A Unctad acabou por ficar muito aquém das perspectivas dos países em desenvolvimento, avalia o diplomata, mas foi um importante instrumento de reivindicação econômica, o "foro, por excelência, do Grupo dos 77"[33]. Tanto a Unctad quanto o G77 vieram a se constituir em formas efetivas de pressão sobre o Gatt, o que obrigou as pontências desenvolvidas a fazerem concessões. Sintomaticamente, às vésperas do início da Unctad I foi negociada no Gatt a inclusão de um novo instrumento, a **Parte IV** do Acordo Geral, "contendo princípios e cláusulas operativas sobre a cooperação no comércio para o desenvolvimento econômico"[34]. Apesar de ser "vazada de clausulas de escape, que lhe retiram toda a força normativa"[35], este mecanismo não deixou de formular num mecanismo conceitual importante, criando a conceito de ***tratamento diferenciado*** a ser dado aos países em desenvolvimento, que se transformou num dos aspectos mais densos nas negociações posteriores da Rodada de Toquio. Da mesma forma, foi criado o princípio de ***reciprocidade relativa***, que admitia, pela primeira vez, a "impossibilidade da existência de

[30] Idem, p. 21.
[31] Idem, ibidem.
[32] Idem, p. 22.
[33] Idem, ibidem. O G77 tornou-se no símbolo do associativismo dos países em desenvolvimento em contraposição aos países desenvolvidos. Formado em função da Unctad, foi uma espécie de partido político (ou sindicato) dos interesses terceiro-mundistas e sua existência foi marcada pela interpelação contínua aos desenvolvidos a partir de um discurso e uma ação razoavelmente homogêneos e dentre os seus membros. Para a diplomacia econômica brasileira, que acompanhou e apoiou a instituição desde os "75" ainda na organização da Unctad I até a participação posterior de mais de 120 países, o G77 foi um importante instrumento de intervenção. Lembremos aqui que o Ministro das Relações Exteriores do governo do presidente Ernesto Geisel, Antonio Azeredo da Silveira, foi chefe da delegação brasileira na Uncta II (Nova Déli, 1968), tendo sido escolhido ao seu final para ser presidente do G77.
[34] BARTHEL-ROSA, idem, p. 22.
[35] Idem, ibidem.

igualdade de direitos e obrigações entre parceiros desiguais"[36] num mercado absolutamente livre.

Assim, em termos de agenda, a Parte IV foi uma vitória dos países em desenvolvimento transmitida a partir da pressão da Unctad para o Gatt, que desta forma obteve sucesso em manter a sua existência e atribuições básicas preservadas em paralelo à efervescência política trazida pela realização da Unctad em Genebra. Como não houve nenhuma concessão de poder real à Unctad, o Gatt continuou a ser o mecanismo central por excelência do comércio internacional. O G77 que foi forte na Unctad não sustentou sua musculatura para atuar no Gatt, pois os "reflexos no GATT foram menores"[37].

Segundo a análise de Barthel-Rosa, países como Brasil, Índia, Iugoslávia, Argentina, entre outros, que possuíam poder de intervenção maior, acabaram por ajudar a manter uma coesão dos países não-desenvolvidos. Mesmo assim, o poder dos países não-desenvolvidos foi escasso na Rodada Kennedy (ocorrida pouco após a Unctad I). Desta forma, um dos principais interesses dos países em desenvolvimento, a abertura de mercados aos produtos agrícolas, foi postergada só iniciando a sua negociação efetiva nos anos oitenta, com a Rodada do Uruguai[38]. Contrariamente às expectativas dos subdesenvolvidos, o grande aumento do comércio mundial ainda nos anos sessenta "ampliou sua força institucional"[39], derivando seu aumento de importância ao papel do comércio na retomada do crescimento econômico das nações (mesmo sem a reformulação qualitativa das normas de seu funcionamento) e a entrada no organismo de quase todos os países do leste europeu, quanto o Gatt passou a abarcar quase 80% do comércio mundial. Estas situações contribuíram para o retardo do início efetivo de uma reforma nas regras do comércio internacional, o que se deu

[36] Idem, p. 23.
[37] Idem, ibidem.
[38] Segundo Nelson Giordano Delgado com exceção de restrições quantitativas às importações e limitação de subsídios às exportações, "a agricultura dos países industrializados foi mantida, no fundamental, à margem do Gatt, desde sua criação. Essa situação refletiu, na primeira década do Gatt, a determinação dos Estados Unidos de nào permitir que o Acordo Geral disciplinasse o manejo de sua política agrícola doméstica". (IN: DELGADO, N. G. O Regime de Bretton Woods para o Comércio Internacional. Origens, instituições e significados. Rio de Janeiro/Seropédica, Mauad/Edur, 2009, p. 248).
[39] Idem, p. 24.

apenas na década seguinte. Tais limitações do poder efetivo da Unctad em relação ao Gatt não foram considerados (ou percebidos) pela diplomacia econômica brasileira no momento em que a Unctad I ocorreu, pois ela se dedicou de corpo e alma a formar um discurso e um campo de negociação que desse àquela organização um poder de intervenção definitvo no comércio internacional. Esta esperança foi pautada, antes de tudo, por necessidades econômicas concretas, num momento em que a economia brasileira demandou que a sua diplomacia econômica viesse em apoio decisivo ao processo de industrialização, já que os investimentos privados e/ou públicos nacionais ou internacionais tanto quanto empréstimos não possuíam a capacidade de sustentar a contínua expansão da indústria. O comércio externo foi para o Brasil uma tentativa de manutenção da sua inserção na economia internacional em bases viáveis, o que produziu, como veremos abaixo, uma forte influência na política externa brasileira. A diminuição da dependência das divisas alcançadas pelas trocas internacionais realizadas em critérios pouco favoráveis (produtos de "base" dos países em desenvolvimento por produtos manufaturados dos países desenvolvidos) era a única forma concreta de obtenção de recursos naquele momento.

Imersa em uma crise econômica complexa, os dois regimes políticos envolvidos na formulação-execução das teses desenvolvimentistas na Unctad I (o democrático, com Goulart, e o militar, com Castelo Branco) agiram do mesmo modo e com os mesmos princípios, entendendo que a substituição de importações necessitava ser aperfeiçoada por novas regras no comércio internacional. Sem aderirmos à tese da substituição de importações como *leitmov* da industrialização brasileira, pois o escopo das importações aumenta justamente com as novas demandas do processo de industrialização, indicamos, acompanhando Heloisa Conceição Machado da Silva[40], que demonstra que a industrialização dos países subdesenvolvidos percorreria o processo de "substituição de exportações". A autora avalia que a própria substituição de importações criou condições para a criação de uma nova problemática (não

[40] SILVA, Heloisa Conceição Machado da. Da Substituição de Importações à Substituição de Exportações. A política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

antevista pela teoria inicial), já que as exportações de produtos primários não mais se constituiam no único gargalo para o processo de industrialização. Neste processo, como caracterizamos acima, não apenas a política comercial estava em jogo, mas um tipo de construção de uma política externa que contivesse em seu cerne a absorção pelos mercados dos países com os quais o Brasil mantinha (ou viria a ter) relações dos produtos industrializados. Relações políticas e relações comercias se mesclaram numa sinérgica atuação para a constituição do universalismo da política externa brasileira do período. Segundo a autora:

> "(...) o Itamaraty teve uma atuação crucial nesse sentido, por meio do universalismo de sua política exterior. Este universalismo avançava na medida em que a industrialização alcançava patamares mais elevados. Ou seja, na medida em que a industrialização avançava crescia a necessidade do estabelecimento de novas parcerias, independentemente de preocupações políticas e ideológicas. O viés universal da política externa brasileira promoveu a obtenção das realizações de seus interesses concretos que vinham desde a captação de recursos externos à conquista de mercados para os produtos manufaturados. A captação de recursos externos relacionava-se mais de perto aos contatos do Brasil com os países do Primeiro Mundo, e a conquista de mercados para os produtos manufaturados estava intimamente relacionada ao estreitamento das relações com os países do Terceiro Mundo. Assim, o Terceiro Mundo tornou-se a via para a implantação e consolidação do Modelo Substitutivo de Exportações. Daí a necessidade da implantação do viés universal na política externa brasileira. Este viés, promoveu ao Brasil um papel intermediário entre as velhas potencias capitalistas do Norte, com as quais aprofundava os vínculos econômicos e financeiros, e as nações em via de desenvolvimento do Sul, com as quais exportava manufaturas." [41]

Vinculando comércio exterior-captação de recursos-industrialização, a diplomacia econômica brasileira formulou novas formas de compreensão da realidade internacional e das possibilidades que se abriam para a continuidade do desenvolvimento brasileiro. Uma das mais significativas oportunidades surgidas nesta direção foi a *janela* de oportunidades multilaterais (em meio ao cenário amargo da bipolaridade) que foi a realização e institucionalização da Unctad. Desta forma, mais do que questionar a teoria da industrialização por substituição de importações, o importante é perceber a natureza diferenciada com que passava a se inserir as negociações brasileiras, em função da mudança do perfil exportador brasileiro. Aqui o que estava em jogo era a superação definitiva da pauta exportadora baseada exclusivamente em produtos agrícolas, substituída pela inserção de produtos industriais. Por este caminho, "o Terceiro Mundo tornou-se a via para aimplantação e consolidação do Modelo Substitutivo

[41] Idem, p. 30.

de Exportações"[42], pois as suas exportações de produtos primárias é que criariam as condições de exportações de produtos industrializados pelo Brasil. Tal situação, ressaltamos, é um diferencial a ser considerado na teoria de deterioração de trocas que foi esposada pela diplomacia econômica brasileira. Segundo a autora:

> "A partir de então (1961 – BK), o parque industrial implantado no Brasil já havia cumprido com sua função original e pressionava por mercados externos, permitindo uma maior flexibilização da política de comércio exterior. Assim, o aumento das exportações passou a ser visto como um mecanismo para dar continuidade ao processo de desenvolvimento, por meio da implantacão de um modelo complementar ao Modelo Substitutivo de Importações, ou seja, o Modelo Substitutivo de Exportações. Este novo Modelo concedeu ao comércio exterior um novo papel no processo de desenvolvimento, qual seja, promover uma maior arrecadação das exportações por meio de uma política de promoção dos manufaturados brasileiros no exterior." [43]

A diplomacia econômica brasileira defendeu a partir de início dos anos sessenta uma novíssima inserção nacional no interior da economia internacional. Ela continuou a pautar os cânones do desenvolvimentismo clássico, mas era obrigada a renovar, pois tinha que considerar novos elementos da economia nacional e internacional na sua diplomacia econômica.

A ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA ECONÔMICA BRASILEIRA NA UNCTAD I

A análise completa das questões enfrentadas pela diplomacia econômica brasileira, contendo as negociações realizadas antes, durante e depois da realização da conferência é, no momento, impraticável devido à escassez de espaço nesta comunicação. Abaixo apresentaremos apenas um elenco das questões que já mapeamos nas fontes primárias, indicando agora que faremos em seguida uma síntese das questões das letras "b" e "f". Os principais temas nos quais esteve envolvida a diplomacia econômica brasileira na Unctad I foram: a) a preparação do encontro: b) as negociações com países ou grupo de países em função do seu alinhamento na Guerra Fria; c) a busca de união com os demais países em desenvolvimento no G75 (depois G77), no GILA (Grupo Informal Latino-Americano) e com outros atores; d) a administração do conflito (ou, se se quer, diálogo) Norte – Sul; e) as divisões e convergências entre os países desenvolvidos; f) a análise final do encontro realizada pelo Embaixador

[42] Idem, ibidem.
[43] Idem, p. 27.

Edmundo Pena Barbosa Silva e enviada ao Ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha. g) a continuidade dos trabalhos da Unctad I, através da operacionalização de um órgão executivo - cuja missão era executar as propostas aprovadas no encontro de Genebra -, a Junta de Comércio e Desenvolvimento, que passou a se reunir a partir de 1965.

A realização da Unctad I transformou-se num cenário ímpar para as relações internacionais durante a Guerra Fria. A conferência deu ao bloco comunista a condição de ter assento igual aos demais países no conjunto das negociações sem maiores constrangimentos, pois estes foram percebidos como mais um dos grupos de interesses presentes na conferência. A problemática a que a Unctad I se dedicou foi tão ampla e expressiva politicamente que quase literalmente suspendeu os cânones do conflito bipolar. Por seu turno, a atuação do mundo comunista também era condicionada, na perspectiva econômica, a uma condição similar ao desenvolvimentismo que os países do Terceiro Mundo defendiam à época. Se estes possuíam um problema grave de deterioração dos termos de troca (conjunturalmente agravados por problemas macroeconômicos) a economia integrada do bloco soviético possuía carências básicas de máquinas, equipamentos e matérias-primas (aqui agravadas conjunturalmente por problemas climáticos, o que provocou escassez de alimentos e matérias-primas). Foi esta convergência de necessidades que deu vida a expectativa para os dois grupos em favor de uma consorciação política, que teria como alvo a mudança de posição dos países desenvolvidos. Mas o bloco de países da Europa oriental procurou inserir-se nas negociações com perspectivas próprias, já que grande parte do processo de industrialização já havia sido cumprido pelo "2º. Mundo". Sua reinserção nas relações de trocas comerciais com o mundo capitalista – a partir das reformas descentralizadoras de Nikita Kurschev -, propiciou que estes países participassem das negociações globais sem um questionamento político-ideológico das leis de valor das mercadorias do capitalismo. E esta situação não foi percebida necessariamente como fraqueza pelos adversários ideológicos pois, lembremos, pelo lado capitalista existia uma antípoda à esta nova posição soviética que era a intervenção do Estado na economia.

A interpretação sobre o que estava ocorrendo no bloco comunista foi vista cautelosamente pela diplomacia brasileira, que não descurou da consideração da necessidade de negociação com os países desenvolvidos junto com o bloco oriental ser a única convergência de posições dos dois blocos. A diplomacia percebeu e valorizou, antes de tudo, a compreensão destes interlocutores da proposta brasileira de criação de um novo órgão perene para a questão do comércio internacional, a Organização Internacional do Comércio. O leste europeu não foi, neste sentido, deslegitimado como aliado para (via qualquer mecanismo de votação democrática) criar um poder político pró-reformas nem tampouco como parceiro comercial. Sintomaticamente os países do leste europeu não são chamados na documentação consultada de "comunistas", mas de "socialistas" ou, o que é mais comum, de "economias centralmente planificadas".

Em termos de atuação do bloco, não se deve pensar que a predominância da URSS foi total ou que houvesse unidade absoluta entre os representantes comunistas presentes à conferência. As contradições e cisões deste grupo também compareceram ao encontro, ficando na documentação consultada claro que a Romênia, a Polônia e a Tchecoslováquia possuíam dinâmicas bem próprias para as negociações. A Romênia, por exemplo, país que manteve uma distância relativa dos demais membros comunistas da Europa oriental, apresentava uma problemática econômica próxima da dos países subdesenvolvidos. É o que podemos ver na citação abaixo, na qual o embaixador Carlos Jacyntho de Barros avalia a eventual posição do país em fevereiro de 1964. Esta análise foi elaborada em resposta a um questionário que o Itamaraty formulou e remeteu em janeiro de 1964 todas as embaixadas brasileiras avaliarem qual a possível posição dos governos em que as representações brasileiras estavam instaladas sobre as negociações que se estabeleceriam logo em seguida[44].

> "A Rumânia, talvez mais do que qualquer outro país socialista, está empenhada no desenvolvimento desse comércio com o Ocidente, pois dele depende, em grande parte, a industrialização do país, preocupação primordial dos dirigentes rumenos. Tal situação terá de ser levada em conta na próxima Conferência de Comércio e

[44] Ministério das Relações Exteriores. CONFIDENCIAL-URGENTE. CIRCULAR No. 4.995. DPC/800 (04). 300.12. Conferência das Nações unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Remessa de questionário. Em 17 de janeiro de 1964.

> Desenvolvimento, onde, segundo pensamos, a Rumânia não estará disposta este ano a ver comprometido seu comércio com países altamente industrializados em benefício da defesa das posições dos países subdesenvolvidos, embora, em princípio, apóia certas idéias que coincidem com o nosso ponto de vista." [45]

A análise da diplomacia brasileira da posição dos países da Europa Oriental em relação aos países em desenvolvimento constata, com cautela e perspicácia, que a diplomacia econômica dos países comunistas agia ambiguamente. De um lado o bloco foi solidário e próximo dos países em desenvolvimento, tanto por afinidade política quanto por interesses materiais. É o que podemos ver na avaliação que fez o Embaixador Maury Gurgel Valente, em informe onde reproduz audiência com representante polonês, também no mesmo processo de avaliação das posições acima aludido.

> "Retransmissão de telegrama recebido de Varsóvia informa que audiência com consultor do Ministério das Relações exteriores do país, responsável pela elaboração da estratégia de ação polonesa na CNUCD, fez explanação da posição brasileira. O representante polonês informou que posição brasileira é 90% afim com a de seu país, que dá muita importância aos países em desenvolvimento, cujo volume de comércio dos países socialistas elevou-se de 22% para 33% nos últimos dez anos. Informa que a posição polonesa é pragmática, buscando beneficiar-se das reduções tarifárias que porventura venham resultar da Rodada Kennedy. Avalia que o GATT tem posições incorrigíveis de origem, e que este não poderá constituir a base desse organismo. Informa que a Polônia não pactuará com soluções de aparência, que enfraqueçam a ONU no campo do comércio. "Se compromisso houver, deverá ser em torno de uma solução universal e permanente para o problema, e que constitua o núcleo de uma futura organização especializada e independente do GATT." Declarou-me que, nesse caso, seu Governo preferiria uma entidade menor, de alto nível, dentro da estrutura da ONU e subordinada diretamente à Assembléia Geral." [46]

Por outro lado, também ficou patente que o bloco comunista estava essencialmente preocupado em "desideologizar" os problemas que cercavam apenas o comércio do bloco com os países capitalistas desenvolvidos. Suas intenções eram a de retirada de barreiras discriminatórias para os produtos do bloco soviético, o que tornava sua aproximação com o Terceiro Mundo apenas instrumental. Na seqüência de sua análise o Embaixador Maury Gurgel Valente, avaliando a posição polonesa, afirma:

> "A ênfase dos países socialistas na cláusula de nação mais favorecida está ligada ao receio do Mercado Comum e às ameaças anuais, do Congresso norte-americano, de

---

[45] Ministério das Relações Exteriores. Da Legação em Bucareste - 24-25/II/64 - Intercâmbio comercial Leste-Oeste. Maço 800 (04) - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COMÉRCIO - 1964 - JAN-FEV.

[46] Ministério das Relações Exteriores. PARA A DELEGAÇÃO DO BRASIL EM GENEBRA – 27/II/64 – CNUND. Posição da Polônia. 800 (04) - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO COMÉRCIO - 1964 - JANEIRO-FEVEREIRO. Pasta numerada 9817.

> cortar-lhes aquele benefício. A questão é vital para a Polônia, que tem balanço deficitário de pagamentos, sendo exportadora de produtos agrícolas e matérias-primas para o Ocidente. Apesar das declarações de princípios em contrário, parece-me que o arrefecimento eventual do interesse socialista pela conferência decorrerá da importância do comércio Leste-Oeste na atual conjuntura negativa da Europa Oriental, após dois anos de colheitas desastrosas. Assim, não me surpreenderei se, fazendo das tripas coração, o bloco socialista no GATT tentasse em Genebra, pouco agressivo, a defesa das teses de sua paternidade, mas de alcance prático remoto. É minha impressão pessoal a de que, desarvorado embora temporariamente, com as dificuldades do momento, pouco terá o Leste europeu a oferecer, na primeira fase da conferência, como sugestões concretas para corrigir vícios estruturais das relações internacionais de troca. O objetivo estratégico de lograr um sistema mais justo e amplo de comércio mundial ficará, por motivos táticos, temporariamente sacrificado ao imperativo de não sofrer prejuízo imediato em conseqüência das negociações do "Kennedy round" dentro do GATT. Este organismo ainda é para a Polônia um mal necessário. Tudo isso faz com que, a meu ver, a posição socialista se torne fluida. Parece-me, outrossim, que, à parte os princípios gerais, os países do COMECON ainda não firmaram concretamente uma unidade de doutrina, pois não terminaram a tarefa de conciliar seus interesses, por vezes divergentes. Cumpre não esquecer que, ideologia à parte, o bloco socialista apresenta estágios diferentes de desenvolvimento."[47]

Durante as reuniões preparatórias e gestões que antecederam a conferência o Secretário Geral Adjunto do Itamaraty para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, embaixador Aluisio Regis Bittencourt, realizou uma viagem de consultas à Tchecoslováquia, Bulgária e Hungria. Em memorando enviado aos superiores o embaixador solicita avaliação sobre a posição brasileira e o envio de documentos, pois a negociações sobre os alinhamentos na Unctad I estava agendada de ser tratada com as autoridades dos países a serem visitados. O embaixador faz extensa análise, após as consultas, tanto da situação do mundo comunista no processo de negociação quanto sobre qual a posição que a diplomacia econômica brasileira deveria assumir diante deste. Para o embaixador o Brasil deveria considerar que todos os países comunistas que fazem parte do Conselho de Assistência Econômica Mutua (COMECON) (excetuando-se a Iugoslávia e a Albânia), possuem políticas comerciais coesas e monolíticas, muito embora possa haver no interior do bloco algum "policentrismo"[48] se formando. Mas mesmo se houver, não deverá existir nenhuma ação independente de seus participantes em nenhum fórum internacional. As motivações políticas e econômicas da participação destes na conferência não é ainda clara, senão impossível de ser detectada, pois sa

[47] Idem, ibidem.

[48] Ministério das Relações Exteriores. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Posição dos países socialistas. Missão do Embaixador Aluisio Regis Bittencourt.

continuas ambigüidades manifestadas pelas diplomacias do bloco comunista fez com que os países ocidentais considerassem ser a perspectiva dos comunistas na Unctad a sua utilização como uma "plataforma para a agitação de problemas da guerra fria"[49].

Para o embaixador brasileiro a adesão dos países socialistas à conferência é puramente econômica, pois em seguida às reformas econômicas iniciadas por Nikita Kruschev criou-se a perspectiva por parte dos dirigentes do leste europeu de que a manutenção de altas taxas de crescimento econômico são derivadas de uma maior participação do bloco nas trocas comerciais internacionais. É o que eles consideram ser a "exteriorização"[50] das suas economias, pautada na nova conjuntura de crescimento do comércio internacional, onde os países desenvolvidos possuem 67% do seu total, enquanto os subdesenvolvidos 21%, e os socialistas 11%. O primeiro passo para os países socialistas neste novo contexto, avalia o memorando, seria a criação de uma base institucional mais sólida, pois o GATT não se presta a tal. Eles também almejariam a remoção de barreiras puramente políticas, seja com os países desenvolvidos seja com os subdesenvolvidos. Para o embaixador Aluisio Regis Bittencourt o que os países comunistas procuram encontrar é "(um) pretexto legitimizador de seus interesses; mas a verdadeira profundidade da questão só ressalta da verificação de que existe, de fato, uma significativa coincidência de interesses dos países socialistas e subdesenvolvidos no campo do comércio"[51]. Na verdade, embora a identidade de propósitos não se estenderia necessariamente à nova estrutura de intercâmbio a ser eventualmente erigida, "ambos devem lutar conjuntamente pela revisão filosófico-normativa das "regras do jogo", contra os beneficiários do sistema vigente (e, por isso, defensores do status quo) - os países desenvolvidos de economia de mercado"[52].

Questões políticas e econômicas ficavam, assim, fundidas na dinâmica que se estabeleceu daí em diante entre a diplomacia econômica brasileira e os países

[49] Idem, ibidem.
[50] Idem, ibidem.
[51] Idem, ibidem.
[52] Idem, ibidem.

comunistas nas negociações sobre novas normas para o comércio internacional. Para o embaixador os problemas políticos (deterioração das relações Moscou-Pequim e acirramento das tensões leste-oeste) também influenciaram as motivações do bloco comunista quando da convocação da reunião em dezembro de 1962, que procuram ganhos políticos ao apoiar as reivindicações dos países subdesenvolvidos. Nesta orientação, os países desenvolvidos do Ocidente são chamados a arcar com a responsabilidade e "os ônus mais pesados se não contribuírem, na medida desejada, para a correção das tendências atuais do comércio"[53]. A análise enviada ao Itamaraty considerou que, densconstruindo a ambigüidade dos países comunistas, o objetivo deles seria a "normalização do intercâmbio Leste-Oeste"[54], e não simplesmente o aumento do seu volume com os países subdesenvolvidos. Esta posição não é, avalia o memorando, imutável, devido à extensa agenda política que os países do leste europeu têm como recurso para criarem condições para o atendimento de suas necessidades econômicas.

A fase preparatória da conferência seria, ainda, um termômetro do que estaria por vir e poderia demonstrar o que os países socialistas pretendiam. Estes apoiaram irrestritamente a convocação da conferência, atribuindo-lhe o escopo mais amplo possível, chegando a enfatizar sua paternidade pela iniciativa, confirmada por tentativas anteriores de "convocar uma conferência mundial sobre assuntos comerciais"[55]. Neste momento, o apoio dos países socialistas foi importante para os subdesenvolvidos. Os países desenvolvidos chegaram a votar contra a convocação da Unctad, mas quando a temática foi levada ao plenário da Assembléia Geral o apoio dos países socialistas foi fundamental, pois os desenvolvidos não quiseram assumir os custos políticos de "uma clivagem que lhes era sensivelmente desvantajosa"[56]. Na I Sessão do Comitê Preparatório (janeiro 1963) os ásperos debates entre socialistas e desenvolvidos fizeram com que aqueles insistissem na inclusão da pauta dos problemas comerciais referenciados ao seu comércio apenas com os últimos. Como produto desta

[53] Idem, ibidem.
[54] Idem, ibidem.
[55] Idem, ibidem.
[56] Idem, ibidem.

discussão foi introduzida na agenda a expressão "fluxos de comércio" para denotar a importância dos socialistas ao tema do comércio leste-oeste, sem os citar diretamente. Neste entrechoque os países em desenvolvimento construíram a sua ação em prol das reformas.

> "Enquanto se digladiavam os dois grandes blocos sobre essas matérias, os países subdesenvolvidos preencheram todos os seus objetivos básicos quanto à Agenda, vencendo as tentativas dos países industrializados em restringir à Conferência a um conclave sobre produtos de base e "abrindo o leque" de toda a problemática do intercâmbio mundial[57]."

O clima pesado que sobreviveu ao primeiro encontro foi radicalmente modificado no segundo encontro preparatório, finalmente viabilizando a conferência. Ressalte-se a expressão que o representante norte-americano utilizou para manifestar a aceitação das futuras negociações multilaterais: a promoção do "businesslike"[58]. Para que tal ocorresse, avalia o representante brasileiro, os países socialistas adotaram neste novo encontro preparatório uma posição cautelosa, que foi meticulosamente ensaiada: tornaram-se extremamente moderados e se esforçaram por demonstrar que existiam interesses concretos de sua parte na transformação das relações comerciais. Agora eram os países ocidentais os provocadores, ficando os socialistas sempre em condições de responder ao que lhes era interpelado. Os subdesenvolvidos deixaram os encontros e debates entre socialistas e desenvolvidos ocorrerem. Somente no último dia de reunião os socialistas voltaram a tratar de questões políticas que lhes interessavam, sob forma de emendas à Agenda Provisória (desarmamento, menção explícita à Organização Mundial do Comércio, etc.).

A diplomacia econômica brasileira avaliou que a estratégia adotada pelos países socialistas foi vitoriosa, pois evitaram o esvaziamento da futura conferência ao não permitirem a atuação protelatória dos desenvolvidos para a manutenção de uma situação injusta no comércio internacional criada ao longo de séculos, e que era mantida conscientemente ou não pelos governantes ocidentais. A prioridade brasileira deveria ser a de combater esta situação, e não os países socialistas. Estes, caso esta situação não se modificasse, também se beneficiariam da

[57] Idem, ibidem.
[58] Idem, ibidem.

inexistência de transformações, "mesmo que não pudessem ser por elas responsabilizados"[59], pois, tal como as economias desenvolvidas, se aproveitariam da deterioração dos termos de troca. Nesta ótica pragmática de análise, os subdesenvolvidos não deveriam se orientar por qualquer julgamento ideológico aos países socialistas. A posição brasileira também procurou instrumentalizar o papel do bloco comunista nas negociações comerciais, mas não a tendo como prioritária. De qualquer forma o Brasil, informa o representante do Itamaraty, suplantou qualquer percepção estritamente ideológica dos comunista, se colocando contra um "bilateralismo rígido"[60]. Os representantes brasileiros, por motivos táticos, não aceitaram "qualquer tentativa de rotulação política de nossas posições derivada do simples fato de manifestarmos, com relação a este ou aquele assunto, pontos-de-vista coincidentes com os dos países socialistas"[61]. Mas o embaixador alerta que o Brasil não deve se alinhar automaticamente com as posições política do mundo comunista, se as considerar que estas se constituem em provocação. A delegação brasileira foi orientada a não participar de posições que se enquadrem no âmbito da Guerra Fria[62]. Desta forma, politicamente o ônus de qualquer insucesso que porventura pudesse ocorrer na conferência que se anunciava não seria, no entender do embaixador Aluisio Regis Bittencourt, responsabilidade do Brasil ou dos países socialistas. Ambos convergiram enquanto propositores, confrontando-se com os países desenvolvidos, constantemente em oposição à quaisquer transformações.

Malgrado esta unificação de posições dos dois grupos (o bloco da Europa Oriental e a união política dos países do Terceiro Mundo), devemos analisar também a resiliência dos países desenvolvidos na defesa dos seus interesses. A atuação deste terceiro agrupamento apresentou ao longo de todo o processo

[59] Idem, ibidem.
[60] Idem, ibidem.
[61] Idem, ibidem.
[62] Na III Sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada entre 3 e 15 de fevereiro de 1964, a delegação soviética propuseram a) a eliminação de obstáculos artificiais (políticos) ao comércio internacional, b) analisar o significado do desarmamento para o comércio mundial, c) avaliar o impacto dos agrupamentos econômicos regionais para o comércio mundial e, d) a criação de uma organização mundial para o comércio. Neste contexto a delegação brasileira foi instruída a apoiar as propostas, desde que não fossem utilizadas como instrumento político dentro da Guerra Fria.

inúmeras fissuras, mas se manteve firme na defesa intransigente de uma visão econômica que não deu margem a que fosse questionada como sendo produto de privilégios injustos. Podemos citar como exemplo desta situação um encontro do diplomata brasileiro com o representante norte-americano ocorrido na reunião preparatória do grupo latino-americano ocorrido em Alta Gracia (Argentina) no início de março de 1964. Nesta ocasião foi informado a Isaiah Frank, observador oficial do governo norte-americano, que o Brasil considerava fundamental o papel dos EUA para o sucesso da conferência. Ainda foi explicado que o contato oficial do governo brasileiro com o seu, "tal como haviam reiteradamente solicitado seus representantes diplomáticos"[63] norte-americanos, não havia sido ainda realizado devido ao fato de que o Brasil estava trabalhando pela unidade de posições entre os países em desenvolvimento e os latino-americanos em particular. Além disso, ressalta a diplomacia econômica brasileira, o Brasil se ressentia da "quase absoluta indiferença do Governo norte-americano quanto aos meios concretos de garantir o êxito da Conferência, atitude acentuada pela insistência sobre soluções ao conclave, tais como as decorrentes das Negociações Kennedy"[64]. O diálogo entre as duas partes se estabeleceu através do confronto de posições, sendo que o representante norte-americano alegou que as idéias esposadas pelos subdesenvolvidos criavam dificuldades para o governo norte-americano e que considerava "contraproducente o tipo de "exercício"[65] que realizamos em Brasília e prosseguíamos em Alta Gracia, pois aumentava as reações do Congresso e provocava injustificado antagonismo entre as posições de países desenvolvidos e subdesenvolvidos"[66]. Ao final do memorandum, que reportava à Embaixada em Washington uma situação ocorrida na Argentina, há uma recomendação explícita à diplomacia econômica brasileira:

> "Diante da importância da posição dos Estados Unidos na Conferência e do caráter incisivo das declarações do Senhor Isaiah Frank, rogo a Vossa Excelência transmitir às autoridades norte-americanas competentes nosso desapontamento com as informações contidas no presente telegrama"[67].

---

[63] Ministério das Relações Exteriores. PARA A EMBAIXADA EM WASHINGTON. EM/1/III/64. CONFIDENCIAL. CNUCD. Reunião da CECLA. Manifestações do observador norte-americano.
[64] Idem, ibidem.
[65] Idem, ibidem.
[66] Idem, ibidem. A citação faz alusão ao encontro de técnicos governamentais latino-americanos especialistas em política comercial, realizado sob auspícios da Cepal, em Brasília, entre 20 e 26 de janeiro de 1964.
[67] Idem, ibidem. Isaiah Frank, especializado em questões comerciais com atuação na academia, compareceu à reunião de Alta Gracia como Deputy Assistant Secretary of State for Economic

Finalmente, realçando o saldo positivo obtido na conferência, malgrado a inexistência de resultados práticos imediatos, o embaixador Edmundo Pena Barbosa da Silva, que substituiu o embaixador Alfredo Teixeira Valadão em 9 de maio de 1964 na chefia da Delegação brasileira presente à conferência, elabora um relatório pormenorizado de vinte e três páginas que é enviado ao Ministro das Relações Exteriores Vasco Tristão Leitão da Cunha . Sua análise em relação ao papel dos comunistas na reunião confirmou as suspeitas da diplomacia econômica brasileira de que o bloco comunistas possuía uma agenda própria, vinculada especificamente aos seus problemas comerciais com os desenvolvidos. Eles realmente trabalharam junto aos subdesenvolvidos pela criação de uma organização internacional do comércio, mas ficou claro que o peso das suas demandas (eliminação da discriminação política contra seus produtos e obtenção de cláusula de nação mais favorecida pelos países ocidentais) sobrepujaram suas ações em prol de novas normas que beneficiassem os países em desenvolvimento, pois não consideraram alterar qualquer das suas práticas comerciais e nem se dispuseram a formar um fundo de financiamento aos países em desenvolvimento. Ao final, a união dos "75" é que prevaleceu na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento. A avaliação final do chefe da delegação brasileira presente à Unctad I dirigiu-se, também (tal como fizeram os países de economia centralmente planificada), à resolução dos seu problemas junto aos desenvolvidos. No seu discurso final o chefe da delegação brasileira proferiu um apelo em prol de novas normas comerciais internacionais.

> "E, nesse sentido, apelei através do Presidente da Conferência para que os Ministros e representantes dos países desenvolvidos, de regresso a seus respectivos países, levassem a seu povo, não uma visão distorcida das reivindicações dos subdesenvolvidos, mas a imagem a mensagem novas que surgiam da atmosfera de entendimento atingida em Genebra a despeito de atritos menores e incompreensões diversas."68

Affairs. Em janeiro de 1964 ele publicou um artigo na prestigiosa revista Foreign Affairs intitulado "Aid, Trade and Economic Development" (IN: Foreign Affairs, January 1964, Essay, 10p. http://pt.scribd.com/doc/50531793/Aid-Trade-and-Economic-Development, consultado em 23 de fevereiro de 2012). Não obstante sua posição institucional, o artigo foi divulgado em caráter pessoal. Em outubro do mesmo ano ele voltou a publicar um artigo na mesma revista, agora avaliando os seus resultados. (FRANK, Isaiah. "After the U.N. Trade Conference: Lessons and Portents. IN: Foreigna Affairs. October 1964

[68] A Sua Excelência o Senhor Embaixador Vasco Tristão Leitão da Cunha, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Genebra, em 23 de junho de 1964. CONFIDENCIAL. CNUCD. Relatório da Delegação do Brasil. Encaminhamento.

IV Conferência Internacional de História Econômica &
VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica

Economia e política nas relações comerciais entre Portugal e Estados Unidos (1783-1807)

Natalia Tammone

História Econômica- USP

Resumo

O trabalho pretende abordar as relações comerciais entre Portugal e os Estados Unidos da América, de 1783, data do reconhecimento da independência americana por Portugal, à 1807, ano das invasões francesas, com a subseqüente abertura dos portos, eventos que marcam a mudança do padrão de trocas do Império.

O estudo baseia-se na análise da documentação diplomática emitida pelos representantes lusitanos na ex-colônia inglesa e pelas balanças de comércio do reino de Portugal, para então, pensar como foi estabelecida e desenvolvida tal relação, bem como, seu peso nos quadros da economia portuguesa européia.

Portugal, desde sua expansão ultramarina, foi um dos principais fornecedores de mercadorias coloniais para toda a Europa. Através do mecanismo que se convencionou chamar "pacto colonial", exerceu um comércio em que comprava com exclusividade de suas colônias mercadorias que, ao serem vendidas na metrópole, atingiam grande valor comercial e revendia mercadorias na Europa através do monopólio na colônia, auferindo grandes lucros[1]. A partir de meados do século XVIII nota-se uma mudança nos parâmetros dessa relação, que começa a se reestruturar: a partir das ações do Marquês

1 PRADO JÚNIOR, Caio. "Sentido da Colonização",In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. 9. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1942, pp. 9-32 e NOVAIS, Fernando A. "O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial", In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva. 17 Ed.,* Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

de Pombal, ministro do rei D. José I, iniciou-se um processo de reformulação da economia portuguesa, com a tentativa de lançar bases para industrialização da metrópole, procurando romper ou minimizar os laços de dependência estabelecidos perante à Inglaterra[2].

É a partir dessa mudança que é possível notar em finais do século XVIII e início do XIX um novo paradigma nas relações metrópole-colônia. A colônia passou então a desempenhar a função de abastecimento de matérias primas, não só para a metrópole, mas também para o mercado europeu em expansão. Configurou-se, na expressão de Jobson Arruda, um novo padrão de colonização[3].

A independência dos Estados Unidos teve forte impacto econômico nesse panorama: a ruptura política gerou a busca de novos parceiros comerciais, tanto por parte da antiga colônia, que buscava novas relações para suprir o mercado perdido, quanto da Grã Bretanha, que necessitava de novos consumidores e fornecedores para abastecê-la com matérias primas necessárias e escoar a produção de mercadorias, cuja produção aumentou desde a Revolução Industrial[4]. Além do impacto econômico, a independência teve grande influência no campo das idéias e da política internacional. A partir de sua emancipação, a América do Norte abriu novas possibilidades de questionamentos sobre a exploração colonial, oferecendo-se como paradigma de revolução bem sucedida, servindo de exemplo e justificativa para diversas revoltas, revoluções independentistas, influenciando até mesmo a Revolução Francesa[5].

As relações entre Portugal e Estados Unidos assumiram nova dimensão depois

---

2 O Marquês de Pombal e as reformas econômicas propostas durante o tempo em que foi ministro em Portugal é tema que trás um grande debate entre os historiadores que defendem ter sido este um período de ruptura e inovação e os que entendem as reformas propostas em parâmetros de continuídade. Para a atuação de Pombal, principalmente em relação ao Brasil ver: AZEVEDO, João Lucio de. *O Marquês de Pombal e a sua época.* São Paulo: Alameda, 2004; MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal: Alguns aspectos*. Moraes Editores, 1982; MAXWELL, Kenneth. *Marques de Pombal: Paradoxo do iluminismo.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

3Cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou crise do Império Luso‑Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista da USP*, São Paulo, n. 50, 2000,pp. 66‑79 e FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765‑1822) . *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17. n.2., p. 237-250. jul.- dez. 2009.

4Para o tema da Revolução industrial e seus desdobramentos na produção de mercadorias ver o trabalho clássico de ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A grande Revolução Inglesa, 1640-1780: revolução inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna.* São Paulo: DH-FFLCH/ Hucitec, 1996, pp. 96-127.

5 BAILYN, Bernard. *As oriegens ideológicas da Revolução Americana.* Bauru: EDUSC, 2003 (principalmente os capítulos 5 "Transformação"e 6 "A propagação da liberdade".

da emancipação deste[6]. Se por um lado o comércio entre os dois Estados não atingia grande valor monetário, no período que vai da independência à guerra civil, a posição de Portugal como entreposto comercial de circulação de produtos entre a Europa e o ultramar teve grande importância estratégica para os americanos na fase de estabelecimento de redes mercantis próprias e de instabilidade em suas relações políticas e econômicas. Por sua vez, os gêneros fornecidos pelos Estados Unidos para Portugal (essencialmente cereais e produtos agrícolas de abastecimento) assumiram grande importância face aos conflitos europeus e a condição da agricultura portuguesa durante e posteriormente às guerras napoleônicas[7].

Com as invasões francesas e o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil, em 1808, as relações entre Portugal e Estados Unidos sofreram alterações significativas. Por um lado, mantiveram-se as relações com o território europeu ao mesmo tempo abaladas pela aliança americana com os franceses e pelos conflitos entre americanos e ingleses entre 1812-1815[8], mas fortalecidas pela posição estratégica dos portugueses no mediterrâneo, pelo alcance do comércio via Portugal como entreposto para contrabando com a Inglaterra e pela carestia geral de produtos de abastecimento enfrentadas pelo

---

[6] Portugal foi um dos primeiros países a reconhecer a independência política dos Estados Unidos, em fevereiro de 1783, num intrincado jogo de interesses com a Inglaterra, França e Espanha. MAGALHÃES, José Calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911).* Lisboa: Publicações Europa-América, 1991, pp.15-23; THEMIDO, João Hall. "Portugal e os Estados Unidos: dois países predispostos para um bom relacionamento", In: *Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América na Época das Luzes.* Lisboa: Instituto dos Arquivos nacionais/ Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, janeiro-março 1997. (Catálogo da exposição)

[7] As Balanças de Comércio do Reino de Portugal são um bom meio para apreender essa relação. Fonte seriada, compulsa os dados do Comércio de Portugal com seus domínios e nações estrangeiras. Os Estados Unidos figuram em balanços do comércio Português desde 1778 e sistematicamente no período de 1796 à 1831. *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Domínios e Nações Estrangeiras. Anos: 1796-1831*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (INE). Para uma visão geral das relações econômicas e diplomáticas entre os dois Estados ver: RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822).* Tese de doutorado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, 2v.

8 Trata-se da Guerra de 1812 entre os Estados Unidos e Inglaterra. Desde 1807 e durante todo o período em que duraram as hostilidades foram decretados diversas vezes os chamados *Embargo Acts*, que fechavam os portos americanos à importação e exportação. Durante o período de hostilidades com a Inglaterra, Portugal procurou manter a neutralidade, atuando muitas vezes como entreposto de mercadorias de comerciantes americanos com destino à Inglaterra. Para a Guerra de 1812 e os efeitos na economia americana ver: FALKNER, Harold Underwood. *Historia económica de los Estados Unidos.* Buenos Aires: Editorial Nova, 1956; ROBERTSON, Ross M. *História da Economia Americana*. Rio de Janeiro: Record, 1964, v.1; NORTH, Douglas C. *The economic growth of the United States: 1790-1860.* Nova York: Norton & Company, 1966.

território invadido pelas tropas francesas[9]. Por outro lado, a partir da abertura dos portos brasileiros ao comércio externo descortinaram-se novas possibilidades aos norte-americanos; a sede da monarquia portuguesa no Brasil significava ao mesmo tempo uma "ameaça" à política de não intervencionismo da Europa na América, adotada pelos Estados Unidos desde sua independência, mas ao mesmo tempo, um novo polo para o comércio inter-americano. Percebe-se assim a multiplicidade de interesses e conflitos em relação ao comércio entre os Estados Unidos, Portugal e a América Portuguesa e como a situação política européia com as invasões napoleônicas constituíram-se em um momento de mudança nas relações comerciais[10].

No momento da independência , processo iniciado em 1822, as relações entre os Estados Unidos e o Brasil já vinham de um processo iniciado com a vinda da Corte. Acreditamos que os Estados Unidos gradativamente tornaram-se uma alternativa para a exportação de grãos e produtos alimentícios e parceiro no tráfico de escravos, uma vez que o mesmo estava proibido nos Estados do norte e que havia fortes pressões para a supressão do tráfico e abolição da escravidão[11]. Na visão dos americanos, por sua vez, o Brasil era visto como a outra grande potência na América e, como tal, apto a uma parceria para as políticas estadunidenses de não-intervenção nos assuntos europeus e de predominância no cenário americano[12]. Foi nesse momento de estruturação das relações interamericanas que constitui-se a idéia de "desafio" à preponderância britânica no

9 RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. *Op. cit., pp. 153-282.*

10RIBEIRO, Jorge Martins. "Alguns aspectos das relações luso-americanas durante o primeiro lustro da estada da corte portuguesa no Rio de Janeiro", In: Silva, Francisco Ribeiro da; Cruz, Maria Antonieta; Ribeiro, Jorge Martins; Osswald, Helena (Orgs.). Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, 2004, pp. 905-915; MAGALHÃES, José Calvet.* Op. cit.*, pp. 59-94; BANDEIRA, Moniz.* Presença dos Estados Unidos no Brasil. Dois séculos de história. *Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, pp. 14-64.*

11O comércio de escravos para os Estados Unidos da América e a caracterização do envolvimento no tráfico como crime federal remonta à 1808. Após essa data, muitos empresários americanos investiram no negócio do tráfico ultramarino principalmente para Cuba e para o Brasil, aproveitando-se do fato de que o governo americano não permitia revistas da esquadra Britânica às suas embarcações. As décadas de 1830 e 1840 foram o ápice desse comércio, incentivado pelos problemas internos por que passava Cuba e pela expansão da produção de açúcar e café no Brasil. Após a aprovação da Lei Eusério de Queiróz, em 1850, esse comércio entra rapidamente em declínio. Cf. GRANDEN, Dale T. "O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858". *Revista Afro-Asia*, São Paulo, n. 35, 2007, pp. 9-35. Para uma visão mais geral sobre a escravidão no Império brasileiro ver: MARQUESE, Rafael B. *Feitores do corpo, Missionários da mente. Senhores, Letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860).* São Paulo: Companhia das Letras, 2004; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

12 CUMIFORD, William Lloyd. *Political ideology in United States- Brasilian relations, 1808-1894.* Tese de doutorado, Faculdade do Texas, 1977.

continente[13].

Após a independência, os conflitos envolvendo a região do Rio da Prata, o envolvimento de cidadãos americanos nos movimentos separatistas no interior do Império e as limitações ideológicas da relação entre o Império Brasileiro e a República Americana foram fatores que levaram a dificuldades e quase ruptura de relações diplomáticas entre os dois Estados[14].

Após os anos de definição, nas décadas de 1850, o papel dos Estados Unidos na economia e política do Império estão bem consolidados. O aumento das pressões interna e externa e a proibição do tráfico de escravos fez com que as relações entre os dois Estados consolidem-se no campo do comércio lícito: foi nesse momento que consolidou-se a posição do café como grande produto de exportação para os Estados Unidos, que figurava como o grande comprador de mercadorias exportadas pelo Brasil, a frente de Portugal, Inglaterra e França[15]. Com o início da guerra civil norte-americana, em 1861, o padrão da economia interna do país será profundamente alterado.

---

[13] WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida, *Desafio a preponderância Britânica no Brasil: 1808-1850.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978*;* MANCHESTER, Alan K."O início da revolta contra a predominância inglesa", *In: Preeminência Inglesa no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1973, *pp. 192-218.*

[14] CUMIFORD, William Lloyd. *Op. cit.*, p. 72 e BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, pp.59-64.

[15] *Collecção dos Mappas Estatísticos do Commercio de Navegação do Império do Brasil, exercido por meio d'importação, exportação, reexportação e Baldeação sob a inspecção e fiscalisação das alfandegas, e mesas de consulado no anno financeiro de 1841-1842*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1848.

Fontes

Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Domínios e Nações Estrangeiras. Anos: 1796-1831. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Collecção de mappas estatisticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de [1841-1860]. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848-1855.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e ensaiors de economia política-1808-1842*. Lisboa: Banco de Portugal, 1995.

FARINHA, Maria do Carmo. *Os documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo.* Lisboa: ANTT, 1990.

PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America: including also an account of Banks, Manufactures and international trade (...)*. New Haven: Durie & Pack, 1835, 2v.

SALES, Alberto Jacqueri de; SAVARY des Bruslons, Jacques. *Diccionario do commercio [Manuscrito]*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 4v.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentin. *Os Sentidos do Império*: *Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português.* Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial.* São Paulo: Ática, 1980.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A grande Revolução Inglesa, 1640-1780: revolução inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna.* São Paulo: DH-FFLCH/ Hucitec, 1996.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. "Decadência ou crise do Império Luso‑Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII". *Revista da USP*, São

Paulo, n. 50, p. 66‑79, 2000.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História.* Lisboa: Livraria clássica editora, 1978. (1ª Ed. 1929).

AZEVEDO, João Lucio de. *O Marquês de Pombal e a sua época.* São Paulo: Alameda, 2004.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana.* Bauru: EDUSC, 2003.

BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Dois séculos de história. *Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, pp. 14-64.*

BRITO, José Gabriel de Lemos, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

CUMIFORD, William Lloyd. *Political ideology in United States- Brasilian relations, 1808-1894.* Tese de doutorado, Faculdade do Texas, 1977.

FALCON, Francisco. *A Época Pombalina : política, economia e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982

FALKNER, Harold Underwood. *Historia económica de los Estados Unidos.* Buenos Aires: Editorial Nova, 1956.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765‑1822) . *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17. n.2., p. 237-250. jul.- dez 2009.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec,1976.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto*: *Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro 1790-1840.* Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil,* Brasilia: Editora da UNB, 1963.

GODINHO, Vitorino de Magalhães. *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa.* Lisboa: Arcádia, 1971.

GRANDEN, Dale T. “O envolvimento dos Estados Unidos no comércio

transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858". *Revista Afro-Asia*, São Paulo, n. 35, 2007, pp. 9-35.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A herança colonial". In. HOLANDA, S. Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª Edição. São Paulo: Disel,1985. Tomo 2, vol. 1.

HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal: Alguns aspectos*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

MACEDO, Jorge Borges de. *Problemas de História da indústria portuguesa no século XVIII.* Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1963.

MACEDO, Jorge Borges de. "Industria- Na Época Moderna *In:* SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal,* Porto: Livraria Figueirinhas, v. 3, pp. 304-311.

MAGALHÃES, José Calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911).* Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1973, *pp. 192-218.*

MARQUESE, Rafael B. *Feitores do corpo, Missionários da mente. Senhores, Letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860).* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões.* 2ª Edição 1986. São Paulo: Perspectiva.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva. 17 Ed.*, Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

MAXWELL, Kenneth. *Marques de Pombal: Paradoxo do iluminismo.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

NORTH, Douglas C. *The economic growth of the United States: 1790-1860.* Nova York: Norton & Company, 1966.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia.* São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1830)*,7ª ed., São Paulo: Hucitec, 1979.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* 9. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1942.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* 11 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins Ribeiro. *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822).* Tese de doutorado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, 2v.

RIBEIRO, Jorge Martins. "Alguns aspectos das relações luso-americanas durante o primeiro lustro da estada da corte portuguesa no Rio de Janeiro", In: Silva, Francisco Ribeiro da; Cruz, Maria Antonieta; Ribeiro, Jorge Martins; Osswald, Helena (Orgs.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos.* Porto: FLUP, 2004, pp. 905-915.

ROBERTSON, Ross M. *História da Economia Americana.* Rio de Janeiro: Record, 1964, 2v.

SIMONSEN, Roberto C., *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, 3 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal.* 2. ed. rev. e ampl. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, UNESP, Instituto Camões, 2001.

TORRES, Rui d`Abreu. "Erário Régio", *In:* SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, v.2, p. 441.

WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida, *Desafio a preponderância Britânica no Brasil: 1808-1850.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

Governar a Real Fazenda: composição e dinâmica da Junta da Fazenda de São Paulo, 1765-1808[1]

Bruno Aidar
Doutorando em História Econômica
FFLCH/USP - E-mail: baidar@usp.br

Ao abarcar as esferas governativas das finanças, da "polícia" e da economia, a criação do Erário Régio, da Intendência Geral de Polícia e da Junta do Comércio constituiu-se, segundo José Subtil, em um núcleo de "instituições charneiras" da reforma pombalina distinguindo-se do governo corporativo e polissinodal, que teria caracterizado o sistema político português desde a Restauração. No entanto, a política do marquês foi muito mais incerta, heterogênea e errática do que é geralmente apresentado pela historiografia. Assim como nem tudo era novo no governo do marquês, a começar pela própria figura de Pombal atuando como valido do rei, a criação das juntas representou a retomada de formas institucionais oriundas do governo corporativo e próprias ao Antigo Regime ibérico, dotando-as de um grande vigor na modernização administrativa do reino e seu império. Divergente tanto em sua temporalidade, quanto no espaço (cada capitania possuía regras próprias), o exemplo da criação das Juntas de Fazenda na América portuguesa indica justamente estes aspectos de *aprendizagem institucional* a partir do legado político corporativo.[2]

A estrutura colegiada das juntas apresentava novos dilemas no governo do ultramar, alterando de forma significativa a distribuição de poderes dentro das capitanias-gerais, além de trazer novos atores ao espaço de poder regional, especialmente aqueles vinculados às elites da América portuguesa. Ao agruparem governadores, burocratas e magistrados do reino e proeminentes da terra, as juntas criavam um campo de poder aberto tanto à negociação quanto ao conflito entre seus membros. Ademais, o enquadramento dos poderes do governador no âmbito da instituição mostrou-se matéria sujeita a controvérsias, sendo um ponto fulcral no

[1] Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da presente pesquisa, parte de minha tese de doutorado.

[2] SUBTIL, José (2006). *O terramoto político (1755-1759):* memória e poder. Lisboa, Editora da Universidade Autónoma de Lisboa. p. 99-100. MAGALHÃES, Joaquim Romero (2011). *Labirintos brasileiros*. São Paulo, Alameda. p. 173-198. MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2008). *D. José:* na sombra de Pombal. Lisboa, Temas e Debates. (Reis de Portugal). p. 286-309.

equilíbrio de poderes no funcionamento das juntas. Na análise aqui desenvolvida, utilizou-se a documentação da Junta da Fazenda da capitania de São Paulo, embora se tenha recorrido à bibliografia pertinente para outras capitanias, especialmente Minas Gerais, e mesmo aquela referente ao império espanhol, para a obtenção de um quadro mais completo.

Ainda que sem um plano regular e ordenado, a ascensão de d. José I representou uma nova inserção das elites mercantis da América portuguesa nos quadros do Estado imperial. As instituições criadas durante o reinado contavam com a participação crescente destas elites no processo decisório da administração colonial. Com relação aos períodos anteriores, podem ser observadas algumas diferenças marcantes. Em primeiro lugar, os cargos ocupados pelos colonos tiveram seu escopo ampliado. Se antes eram mais propriamente executores das ordens régias, com exceção obviamente da ampla malha institucional existente em Salvador, agora os colonos estavam envoltos diretamente na tomada de decisões institucionais e na produção de conhecimentos locais que, por vezes, seriam incorporados pelos órgãos do poder central em Lisboa. Em segundo lugar, a participação dos colonos passara a atingir também as formas regionais de poder, que permanecia vinculada particularmente às esferas locais das câmaras, milícias e misericórdias. Por fim, as instituições criadas contrapunham-se às juntas de governo anteriores por seu caráter regular e ordinário, ou seja, permitiam às elites coloniais participarem do cotidiano administrativo das capitanias-gerais. Desta forma, percebe-se como a participação dos colonos nas Juntas da Fazenda era parte de um conjunto mais amplo de inserção das elites mercantis nas lides do governo imperial.

Em diferentes graus, a criação das Intendências e Casas de Fundição, das Mesas de Inspeção e das companhias de comércio aponta claramente a participação renovada das elites coloniais nos quadros administrativos do império. No regimento das Intendências e Casas de Fundição (1751), nota-se que os cargos de fiscal e tesoureiro eram nomeados exclusivamente pelas câmaras. Quanto aos ofícios de escrivão da receita e despesa, escrivão da intendência e escrivão das fundições, procedia-se em cada cargo à listagem de três pretendentes pelas câmaras, sendo um deles escolhido pelo governador para ocupar o ofício. O fiscal deveria reunir-se diariamente com o intendente nas Casas de Fundição e "juntamente com ele visitar as oficinas, e cuidar no procedimento dos oficiais da dita Casa, e requerer as providências, que julgar necessárias a bem da Fazenda Real, dos povos, e da expedição das partes"(cap. IV, §3).

Portanto, cabia a um oficial escolhido pelo rei e outro pelas câmaras deliberar sobre a administração das Casas de Fundição.[3]

As Mesas de Inspeção (1751) criadas na Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão eram compostas por três inspetores. O primeiro era o intendente geral do ouro, na Bahia e no Rio de Janeiro, ou ouvidor, em Pernambuco e no Maranhão. Os dois inspetores restantes eram membros das elites coloniais, representando os interesses da produção agrícola e do comércio. Um deveria deles deveria ser senhor de engenho ou lavrador de tabaco, sendo eleito pelas câmaras da capitania por pluralidade de votos. Outro era escolhido entre os homens de negócio, segundo decisão da comunidade mercantil ("pelo corpo dos da sua profissão"). No entanto, enquanto o cargo de inspetor letrado era permanente, os outros inspetores podiam servir apenas por um ano, podendo ser reeleitos apenas após três anos. Além da supervisão da qualidade do açúcar e do tabaco, os inspetores reuniam-se duas vezes por semana "para ouvirem os requerimentos das partes, e para conferirem entre si o que lhes ocorrer sobre a agricultura, e comércio destes dois importantes gêneros". Na Bahia, estas reuniões possuíam votação na resolução dos tópicos, "sendo governada por maior número de votos", conforme escrevia o vice-rei em 1757. As representações dos inspetores eram posteriormente encaminhadas à Junta do Comércio em Lisboa.[4]

Os estatutos das companhias de comércio, criadas poucos anos depois, também indicam uma mudança na participação dos homens de negócios da colônia. Enquanto a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) foi criada sob a égide dos comerciantes de Lisboa, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759) abarcava "os homens de negócio das praças de Lisboa, do Porto *e de Pernambuco*". Na primeira, havia um corpo diretivo estabelecido em Lisboa composto por oito homens de negócio de Lisboa e um artífice da Casa dos Vinte e Quatro. Na segunda companhia, havia uma junta estabelecida em Lisboa, com um provedor, dez deputados, um secretário e três conselheiros, e duas direções formadas em Porto e Pernambuco, com um intendente e seis deputados cada uma. Os membros e conselheiros da junta e das direções deveriam ser comerciantes residentes nas cidades respectivas, diferindo, portanto, da primeira companhia que ficara restrita ao corpo mercantil lisboeta.[5]

Neste sentido, a criação das Juntas da Fazenda nas décadas de 1760 e 1770 ampliava a estrutura colegiada e consultiva observada nas Mesas de Inspeção para todas

---

3 *Col. Reg.*, v. 4, p. 503-516. "Regimento das Intendências e Casas de Fundição" (4 mar. 1751).

4 *Col. Reg.*, v. 4, p. 93-94. "Regimento das Casas de Inspeção" (1º ago. 1751). *ABNRJ*, v. 31, p. 171. Bahia, 24 ago. 1757. Ofício do vice-rei conde dos Arcos para Tomé Joaquim da Costa Corte Real.

5 *Instituição da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão.* Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1755. p. 3. *Instituição da Companhia Geral de Pernambuco, e Paraíba.* Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1759. p. 3-4. Grifos meus.

as capitanias da América portuguesa e reconhecia, como a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, a importância das elites mercantis da colônia na criação de novas instituições. Em suma, aplicava-se à dimensão fiscal do império as medidas articuladas à mineração, ao comércio e à produção na década de 1750.

Nos domínios americanos da Coroa espanhola, a prática de se realizar juntas ou acordos relativos à Real Fazenda, reunindo os oficiais régios e o governador, teve início muito cedo, desde 1510. Tendo sucesso no vice-reino do Peru, posteriormente foi difundida na Nova Espanha. Inicialmente as juntas possuíam caráter informal, em geral semanal, mas pouco depois passaram a se dividir entre assuntos ordinários e extraordinários da administração fazendária. Com a criação das audiências, o fiscal e ouvidor mais antigos também passaram a ser convocados. No Peru, na segunda metade do século XVII, a Junta era composta pelo vice-rei (presidente), 2 ou 3 ouvidores e um fiscal da audiência de Lima, 1 ou 2 contadores do Tribunal de Contas e 2 oficiais da Caixa da Real Fazenda de Lima.

Desta forma, nota-se como a autoridade do vice-rei escudava-se nos altos funcionários de justiça e fazenda, criando um campo difuso e colegiado de responsabilidades. Por esta razão, Céspedes de Castillo advoga que os vice-reis apoiaram a difusão das juntas para respaldar suas decisões e legitimar sua responsabilidade face à Coroa. Ressalta ainda o autor a amplitude e a imprecisão dos temas que poderiam ser discutidos nas juntas. Com relação às deliberações da junta, todos os membros possuíam voto decisivo, inclusive os oficiais régios. Escobedo Mansilla, apoiado em um observador coetâneo, afirma que os votos adquiriram legitimidade pelo costume e conveniência, sem que houvesse decreto real que indicasse serem consultivos e decisivos. Apesar da periodicidade regular, apenas os acordos de maior importância eram registrados em um livro próprio, sendo as opiniões discordantes expostas separadamente.[6]

No caso da Nova Espanha, com o primeiro regulamento das intendências, promulgada em 1786, as juntas de fazenda foram reorganizadas, adotando-se o nome de Junta Superior de Fazenda. A junta era composta pelo regente da Audiência, o fiscal da

[6] SANCHEZ BELLA, Ismael (1968). *La organización financiera de las Índias (siglo XVI).* Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla. p. 90-91, 201-204. CÉSPEDES DE CASTILLO, Guillermo (1953). "Reorganización de la Hacienda virreinal peruana en el siglo XVIII" em Anuario de Historia del Derecho Español, Madrid, v. 23, n. 1, p. 329-369, ver p. 335. ESCOBEDO MANSILLA, Ronald (1986). *Control fiscal en el virreinato peruano.* El Tribunal de Cuentas. Madrid, Alhambra. p. 16. Para exemplos de casos concretos destas juntas em Quito e Santo Domingo, ver: RUIGÓMEZ GÓMEZ, Carmen; RAMOS GÓMEZ, Luis (2009). "Rivalidades en la Junta de Real Hacienda de Quito ante la elaboración del quinquenio de 1727 a 1731" em Boletín Americanista, Barcelona, v. 59, p. 239-264. VEGA BOYRIE, Wenceslao (2003). "Junta de Hacienda del 1661 en Santo Domingo para el pago de los lanceros del 1655" em Clío, Santo Domingo, n. 165, p. 87-102, 2003.

Real Fazenda, o ministro mais antigo do Tribunal de Contas e o mais antigo da tesouraria-geral do exército e da Real Fazenda. Mantinha-se a periodicidade de dois encontros por semana. Talvez a maior diferença face aos regimentos anteriores seja a especificação das áreas de atuação da Junta. O controle sobre o departamento de guerra, as rendas dos municípios, os rendimentos dos *proprios y arbitrios* e dos bens das comunidades indígenas indicavam uma maior capilaridade da administração fazendária sobre os poderes locais no vice-reinado. Ademais, nestas matérias os outros tribunais não poderiam alterar as decisões da junta, configurando uma divisão de poderes que alterava os contornos difusos das jurisdições fiscais anteriores.[7]

Na América portuguesa, o estabelecimento das Juntas da Fazenda foi um processo pouco linear devido às criações sucessivas destas instituições nas mesmas capitanias e à ausência de um corpo regulatório homogêneo que empregasse práticas fiscais idênticas para todas as regiões do império. Em Minas Gerais, a Junta da Fazenda foi criada em 1765 e recebeu instruções apenas quatro anos depois, sendo finalmente constituída em 1771. Em São Paulo, uma junta foi estabelecida em 1761, sendo novamente criada em 1765 e recebeu instruções e composição efetiva somente em 1774/5. As juntas do Rio de Janeiro e Bahia sofreram o mesmo processo, sendo criadas em 1760 e 1761 e reorganizadas respectivamente em 1773 e 1770.[8]

Por sua vez, a lei de criação do Erário Régio (22 dez. 1761) não apresenta nenhuma menção à mudança institucional na administração fazendária das partes do império. O título V, sobre os contadores gerais, ainda faz menção expressa às "provedorias, tesourarias, recebedorias e contratos" de cada repartição. Portanto, a preocupação essencial do conde de Oeiras ao criar o Erário Régio era o aparelhamento da administração fazendária central do governo, não havendo quaisquer referências à criação das Juntas de Fazenda ou à extinção das Provedorias. A reforma fiscal das partes do império ocorreu como um projeto paralelo, ligeiramente anterior à criação do Erário Régio uma vez que as Juntas da Fazenda do Rio de Janeiro (16 ago. 1760), Bahia (21 abr. 1761), São Paulo (24 out. 1761) e Goiás (26 out. 1761) foram estabelecidas

---

7 JÁUREGUI, Luis (1999). *La Real Hacienda de Nueva España:* su administración en la época de los intendentes 1786-1821. México D.F., Universidad Autónoma de México. p. 87.

8 MAXWELL, Kenneth (2009). *A devassa da devassa.* A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal (1750-1808). 7. ed. São Paulo, Paz e Terra. ANRJ, cód. 456, fl. 2-2v. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 24 out. 1761. "Registro de um decreto de Sua Majestade de 24 de outubro de 1761 sobre o novo estabelecimento da Junta que mandou criar nesta praça". AHU-SP, cx. 5, doc. 35. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 6 mar. 1765. Ordem régia estabelecendo uma Junta da Fazenda Real na capitania de São Paulo. AHU-SP, Mendes Gouvêa, cx. 30, doc. 2672. *DI*, v. 43, p. 10-13. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 jul. 1774. Carta de D. José I para o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ordenando a criação de uma Junta de administração e arrecadação da Real Fazenda para a capitania. BRASIL. Ministério da Fazenda. Memória Receita Federal (s.d.). "Administração Fazendária. Juntas da Fazenda". http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/juntasrealfazenda.asp, 26 jun. 2009.

antes da lei de 22 de dezembro de 1761. Posteriormente, a coleta de informações sobre as provedorias do ultramar nos primeiros anos da década de 1760, devido à necessidade de colocar todos os registros fiscais em partidas dobradas, impulsionou a decisão de se proceder à extinção das provedorias e à criação de outras juntas. [9]

Se a relação entre a criação do Erário Régio e das juntas não se afirma de forma tão direta como apresentado regularmente, é preciso observar alguns aspectos negligenciados nesta mudança institucional. Em particular, a busca por um maior controle da miríade de oficiais da Real Fazenda, tanto no Reino, quanto no império, apresenta-se de forma emblemática na década de 1750. Em 1751, um decreto do Conselho de Fazenda reclamava do descuido e negligência da tomada de contas dos oficiais da Real Fazenda que serviam nos domínios ultramarinos, instituindo, para remediar tal prejuízo, uma mesa separada na Casa dos Contos privativa das contas do ultramar. Novamente, em 1756, desta vez por resolução do Conselho Ultramarino, pedia-se ao provedor da fazenda da capitania de São Paulo, e possivelmente para outras localidades, um censo anual das contas de receita e despesa cobradas pelos oficiais sob sua jurisdição. Os oficiais devedores que não honrassem suas dívidas seriam suspensos.[10]

No reino, extinguiu-se em 1751 os ofícios de depositários da corte e cidade de Lisboa, criando-se, em seu lugar, uma Junta de Administração dos Depósitos Públicos. Como as juntas da fazenda posteriores, ela possuía estrutura colegiada e empregava a contabilidade por partidas duplas. Alguns anos depois, outro grande número de depositários foi extinto, inclusive as tesourarias dos juízos dos órfãos. Com o terremoto, houve o colapso do registro de informações sobre contratos arrematados e pagamentos aos inúmeros dependentes das folhas militar, religiosa e administrativa. Na pior das hipóteses, emperrava-se toda a estrutura de governo, " a subsistência dos tribunais, e ministros empregados", além de causar descontentamento aos dependentes dos juros, tenças e ordinárias da monarquia. Golpear a Real Fazenda era prejudicar o próprio substrato da autoridade régia, por em risco seu poder. Assim, ordenou-se aos almoxarifes, tesoureiros, recebedores, rendeiros e administradores do reino que reunissem as folhas e títulos, comprovando as receitas e despesas pretéritas. Na falta de certidões, deveriam recorrer-se a testemunhas. Muitos oficiais da Fazenda justificavam

[9] MENDONÇA, Marcos Carneiro de (1968). *O Erário Régio no Brasil.* Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, Serviço de Documentação. p. 176-177. BRASIL. Ministério da Fazenda. Memória Receita Federal. "Administração Fazendária. Juntas da Fazenda". Para a data da Junta da Fazenda de São Paulo ver nota anterior.

[10] *CLP* (1750-1762), suplemento, p. 102-103. Lisboa, 13 jul. 1751. Decreto providenciando a se tomarem sem demora as contas dos oficiais de fazenda que servem no ultramar. *DH*, v. 2, p. 214-215. Lisboa, 13 fev. 1756. Ofício de d. José I ao provedor da fazenda da praça de Santos.

a ausência de prestação de contas pela incapacidade de cobrarem contratadores, rendeiros e outros devedores, que, por sua vez, muniam-se de moratórias e remissões para justificarem suas dívidas.[11]

Esta tendência à erradicação das inúmeras forças centrífugas que compunham a fiscalidade do Antigo Regime continuou com a criação do Erário Régio. Segundo um militar francês, contemporâneo das reformas de Pombal, destacava com cores fortes a redução da multidão de tesoureiros com a criação do Erário:

> « (...) vingt-deux mille écrivains, repartis en une quantité considérable de tribunaux, dévoroient les revenus, embrouilloient la comptabilité, engloutissoient le trésor : le Ministre, par une seule ordonnace du mois d'Octobre [sic, dezembro] 1761, a réduit ce nombre énorme de sang-sues à trente deux personnes, bien examinées, bien épluchées, & qui ne peuvent faire que peu de tort ».[12]

O próprio marquês de Pombal indica que antes da criação do Erário Régio as finanças reais corriam "por tão miúdos regatos, quantos eram os tesoureiros, e almoxarifes, que arrecadavam e distribuíam tão precariamente". Muitos destes oficiais estavam endividados, não possuíam cofre e "nenhum deles recebia vinte que não tivesse para despachar, e despender quarenta".[13]

Na criação da Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, em 1760, a crítica aos tesoureiros e recebedores da Real Fazenda aparece claramente como a motivação principal para a criação da junta. Segundo a carta régia de criação da junta, tais ofícios recaíam sobre pessoas "menos abonadas" que não podiam arcar com os custos da prestação de contas em Lisboa, resultando no acúmulo de dívidas nos domínios americanos e acarretando prejuízos àqueles que recebiam os pagamentos. Para remediar

---

[11] SUBTIL, José. Os poderes do centro: governo e administração. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 4, p. 173. *CLP* (1750-1762), p. 683-687. 14 jun. 1759. Decreto dando a forma para se tomarem as contas aos almoxarifes e tesoureiros embaraçadas por causa do terremoto.

[12] DUMOURIEZ, Charles-François (1775). *État présent du royaume de Portugal, en l'année MDCCLXVI*. Lausanne, François Grasset & Comp. p. 233. As palavras de John Smith possivelmente foram calcadas no comentário de Dumoriez: "Multitudinous collectors and receivers seized and appropriated the revenue, and while they impoverished the people, they plundered the treasury. At one stroke of the pen these devourers were annihilated". SMITH, John (1843). *Memoirs of the Marquis of Pombal*; with extracts from his writings, and from dispatches in the State Paper Office, never before published. London, Longman, Brown, Green, and Longmans. v. 1, p. 71-72.

[13] ACL, Série Vermelha, cód. 483, fl. 45-45v. s.l., s.d. "Método, que El Rei dom José Primeiro de gloriosa memória mandou praticar no exercício do Erário Régio para o seu governo econômico; e para estar sempre instruído no seu real gabinete das forças, e estado do mesmo Erário. Seu autor o marquês de Pombal Sebastião José de Carvalho, e Melo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino".

este mal, os tesoureiros e recebedores passariam a prestar contas na própria junta recém-criada na capitania ao final do período de três anos, período em que serviriam.[14]

No caso da capitania de São Paulo, as funções e objetivos da Junta da Fazenda seriam delineados de forma geral na década de 1760 e estabelecidos finalmente apenas em 1774/5. Segundo o decreto real de 1761, a fundação da junta decorria das desordens da provedoria da fazenda na arrecadação das receitas e realização das despesas, causa que se acreditava contribuir para o déficit anual da provedoria. A junta deveria reunir-se duas vezes por semana na boca do cofre para receber os rendimentos e pagar as despesas. A pontualidade e a exatidão das contas eram os objetivos principais dessa primeira fundação. Desta forma, a junta possuía pouca autonomia na tomada de decisões relativas ao fisco, cabendo-lhe uma função puramente supervisora. Ademais, não se previa a extinção da provedoria. A despeito disso, a arrematação pela junta de contratos anteriormente vendidos em leilão no Conselho Ultramarino ocorreu a partir de 1764.[15]

Outra ordem para constituir junta da fazenda, emitida em 1765, pouco alterava a situação anterior. Além das obrigações anteriores, o objetivo da nova junta era permitir que os tesoureiros e recebedores da Real Fazenda residentes na capitania fossem nomeados, servissem durante três anos e prestassem contas na instituição, posto que anteriormente fossem obrigados a fazê-lo em Lisboa. Criticava-se o atraso dos tesoureiros e recebedores que, sem fundos para realizarem a viagem à capital, atrasavam os pagamentos do fisco. Ademais, entre as atribuições, ao final do ano a junta deveria recensear as contas e ajustar as dívidas existentes com os devedores a cada triênio.[16] A medida era complementada com a ordem de lançar em um livro separado as receitas e despesas efetuadas durante o governo do morgado de Mateus, declarando-se o nome do rendeiro ou administrador e organizando as despesas entre folhas eclesiástica, civil e militar. As relações das finanças da capitania e das remessas da capitania para o Erário

[14] Segundo a mesma carta régia, os "homens abonados e de casa estabelecida" das capitanias não desejavam servir de tesoureiros e recebedores da Real Fazenda pelo incômodo em prestar contas em Lisboa. *ADF*, v. 4, p. 370-371. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 16 ago. 1760. Carta régia ao conde de Bobadela, governador e capitão-general das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, estabelecendo uma Junta da Fazenda no Rio de Janeiro.

[15] Palácio de N. Sra. da Ajuda, 24 out. 1761. "Registro de um decreto de Sua Majestade de 24 de outubro de 1761 sobre o novo estabelecimento da Junta que mandou criar nesta praça". *DH*, v. 2, p. 369-371. Santos, 15 out. 1764. "Auto de arrematação da passagem de Jacareí na qual se compreende a da Cachoeira arrematada por tempo de um ano a Miguel Martins de Siqueira e a seu sócio Pedro Martins de Siqueira por preço e quantia certa de 355$554 réis".

[16] AHU-SP, cx. 5, doc. 35. *DI*, v. 15, p. 34-36. *DI*, v. 23, p. 60-62. *DH*, v. 2, p. 333-335. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 6 mar. 1765. Ordem régia estabelecendo uma Junta da Fazenda Real na capitania de São Paulo.

Régio seriam encaminhadas diretamente ao conde de Oeiras, então inspetor-geral do Erário.[17]

Ao invés da questão dos tesoureiros e recebedores da Real Fazenda, a formação definitiva da junta em 1774 diferia das anteriores pela ênfase na arrematação dos contratos e na administração direta de tributos que não houvessem sido arrendados. Segundo a carta de formação, as obrigações da junta consistiam em:

> "*Primo*, em fazer legalmente as arrematações dos contratos e reger as administrações que mandar fazer por conta da mesma Fazenda; *Segundo*, em promover a arrecadação dos preços dos mesmos contratos, encargos deles e dos produtos de todos os rendimentos não contratados".[18]

Ao início do ano seguinte, a junta recebeu uma série de instruções relativas à administração e arrecadação da Real Fazenda. Assinadas pelo próprio marquês de Pombal, estas normativas apresentam uma espécie de modelo ideal governativo a respeito da fiscalidade colonial, indicando a hierarquia de questões que permeavam a mentalidade do estadista. Nas instruções, a "boa administração" Real da Fazenda é entendida como o aumento dos rendimentos e a correta arrecadação deles. O primeiro tópico é bastante breve, pois o crescimento das receitas dependia apenas do incentivo à produção e ao comércio, particularmente marítimo.[19]

Em que termos se compreendia a "boa" arrecadação da Real Fazenda? Em primeiro lugar, era um conhecimento exato dos rendimentos, expresso nos livros de contabilidade da junta. Sem estes saberes sobre o fisco, não seria possível avaliar a retidão da administração fazendária: se os lances ofertados pelos contratadores eram válidos, ou seja, se estavam acima da última arrematação; se havia a formação de conluios entre os contratadores, buscando rebaixar o valor final da arrematação; se havia "dolos e descaminhos" na cobrança dos rendimentos e, por fim, se as dívidas contratuais dos arrematantes estavam em atraso. Sem a escrituração correta das contas, "nascer[ia] logo a confusão não se atalhar[iam] os erros". Busca-se, sobretudo, arrematar os contratos por "seus justos preços". Neste sentido, o governador enquanto presidente da junta constituía os olhos do rei e do Erário Régio. O governador era

---

[17] *DI*, v. 15, p. 36-38. *DI*, v. 23, p. 63-64. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 mar. 1765. Ordem régia ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão.

[18] *DI*, v. 43, p. 11. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 jul. 1774. Carta régia sobre a formação da Junta de Fazenda de São Paulo.

[19] *DI*, v. 43, p. 17-23. AHTC, cód. 4061, fl. 120-126. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 jan. 1775. "Instruções, que El-Rei Meu Senhor manda dar pelo Real Erário ao Governador, e Capitão General da Capitania de São Paulo, a respeito da Administração e Arrecadação da Fazenda Real". Os parágrafos seguintes são baseados neste documento.

instruído a visitar regularmente a contadoria "com um decente ar de familiaridade" para averiguar a correta escrituração das contas da capitania.

Toda esta busca por informações completas era mais um indício da ignorância parcial das autoridades fazendárias acerca dos contratos do que mostras de um controle efetivo, revelando algumas contradições da política pombalina. Em particular, a avaliação do preço dos contratos era bastante incerta. A junta apenas saberia claramente o rendimento exato dos tributos se os colocasse sob administração direta da Real Fazenda. Este não era o caso da maior parte dos tributos, apenas os contratadores conheciam a diferença de valor entre o montante arrecadado e o preço pago pelo contrato. Desta forma, a junta podia apenas conjeturar o "justo" preço dos contratos, o que certamente escapava aos olhos do marquês de Pombal.

O segundo pilar do ideal pombalino de administração fazendária era a atração de bons contratadores, arrendando-se os tributos "às pessoas mais abonadas e mais industriosas", aos "melhores negociantes". A exaltação dos contratadores nas instruções do marquês, reiterando concepções fiscais de governos anteriores, é manifesta pela crítica à administração direta dos tributos pela Real Fazenda. No entender de Pombal, um administrador nunca faria tantos esforços em arrecadar rendimentos difíceis e sujeitos a extravios quanto um contratador "que multiplica as vigias e faz as despesas a seu arbítrio, trabalhando em causa própria, *impelido pelo desejo de lucro e receio da perda*" (grifos meus). Apenas em casos muito específicos relacionados a incidentes casuais, como desastres naturais, as rendas deveriam ser administradas diretamente. Mesmo neste caso, a medida deveria vigorar por pouco tempo, aconselhando-se um ano, até que sob melhores condições fossem arrematadas.

Nota-se pelas instruções, que os bons negociantes não eram aqueles que não deviam à Real Fazenda, mas sim aqueles que por motivos circunstanciais, como atrasos na circulação de mercadorias ("empates") e falta de cobranças, postergavam o pagamento das parcelas dos contratos à Junta da Fazenda. Neste caso, a junta não deveria afugentar os melhores negociantes com cobranças imprudentes, devendo "dissimular alguma prudente demora [na cobrança destas dívidas temporárias]". O inverso destes bons negociantes eram aqueles que, "levados da ambição", arrematavam contratos sem terem cabedal suficiente. Estes logo depois pediam o perdão de suas dívidas e, quando executados por seus débitos, acabavam atemorizando os outros negociantes. Além de não pagarem suas dívidas, os arrematantes ambiciosos administravam mal o contrato e contribuíam para o descrédito do tributo. Ora, a distância entre bons e maus negociantes, abonados e ambiciosos, previdentes e

imprudentes, era particularmente tênue e sujeita, como será visto, ao julgamento dos governadores enquanto presidentes da junta.

Apesar da carta régia de 1774 e das instruções de 1775, pode-se considerar que a formação completa da Junta ocorreu apenas com o decreto relativo à realização de despesas pela instituição. O decreto de 12 de junho de 1779 assegurava que o Erário Régio e as Juntas da Fazenda eram os únicos tribunais responsáveis pelos despachos e ordens referentes a despesas e pagamentos da Real Fazenda. A medida isolava a fiscalidade imperial de outras instituições do poder central (Conselho Ultramarino, Desembargo do Paço, Mesa de Consciência e Ordens etc.) que porventura tentassem obter alguma influência sobre a jurisdição do Erário. Apenas as despesas determinadas por carta régia não necessitavam ter o aval do Erário Régio. Consolidava-se desta forma a preponderância completa do Erário Régio sobre o Conselho Ultramarino, que estava agora destituído não apenas da arrematação dos contratos, como também do recurso aos dispêndios no ultramar.

Esta situação, por sua vez, criou tensões com outras instituições do poder central, impedindo, por exemplo, que a Secretaria da Marinha e dos Domínios Ultramarinos dispusesse de meios financeiros para ações efetivas da sua própria jurisdição. Ao final do século XVIII, d. Rodrigo de Souza Coutinho reclamava da "incoerência que houve em separar a administração da fazenda dos domínios ultramarinos da repartição que é encarregada de dirigir todas as outras partes de seu regime anterior". É verdade também que a secretaria expedia ordens de despesa sem passar pelo crivo do Erário, conforme observava o vice-rei d. Fernando José de Portugal, ao início do século XIX. Prova das resistências, em 1803, o decreto sobre as despesas foi reiterado pelo presidente do Erário, ironicamente o mesmo Souza Coutinho, havendo-se acrescido a penalidade de que os vogais que não cumprissem a ordem pagariam com seus próprios bens as despesas não autorizadas.[20]

A composição da junta da fazenda paulista variou de acordo com as instruções recebidas. Em 1761, era presidida pelo governador, tendo como membros deputados o provedor da fazenda, o almoxarife e o escrivão da provedoria. Portanto, aliava o poder do governador aos funcionários da Provedoria da Fazenda. Em 1765, permaneciam o governador e o provedor da fazenda, sendo acrescidos como membros o ouvidor da

[20] AHTC, cód. 4061, fl. 187-188. ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 80v-82. Lisboa, 12 jun. 1779. Provisão do marquês de Angeja, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo. "Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797/8)", em SILVA, Andrée Mansuy Diniz (Org.) (1993). *D. Rodrigo de Souza Coutinho.* Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811). Lisboa, Banco de Portugal, v. 2, p. 64. *DH*, v. 6, Regimento de Roque da Costa Barreto, p. 387. AHTC, cód. 4061, fl. 464. Lisboa, 17 ago. 1803. Provisão de d. Rodrigo de Souza Coutinho, inspetor geral do Erário Régio, a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo

capitania e o procurador da Coroa e Fazenda. Na Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, criada em 1760, mantinha-se a mesma organização com a diferença de que o chanceler do Tribunal da Relação assistia no lugar do ouvidor-geral. A Junta da Fazenda da Bahia, em 1766, era composta pelo governador, o chanceler do Tribunal da Relação, o Provedor-mor da Fazenda e o desembargador procurador régio. Nota-se que, ainda nesta época, já haviam sido criados os cargos de tesoureiro-geral e de contador-geral, mas sem voto nas deliberações da Junta da Fazenda da Bahia. A despeito das variações regionais, esta composição era a mais próxima à do Conselho da Fazenda do Estado do Brasil e também aquela que apresentava maior similitude ao modelo hispânico das juntas de fazenda. Deve-se observar que nesta composição todos os seus integrantes eram nomeados pelo rei, sendo em sua maioria reinóis. A exceção ficava por conta do cargo de provedor da fazenda, que amiúde pertenceu às elites locais da colônia. Sob a junta reuniam-se os poderes máximos das capitanias-gerais, fortalecendo a legitimidade dos seus representantes no campo militar (governador), fiscal (provedor da fazenda) e jurídico (ouvidor).[21]

Nesta configuração de poderes o Erário Régio não podia nomear nenhum dos membros da junta. Ademais, o posicionamento do provedor da fazenda como deputado da junta praticamente incorporava e extinguia a jurisdição das antigas provedorias, colocando sob responsabilidade de um corpo colegiado funções anteriores reunidas na figura isolada do provedor. Assim não era de estranhar os conflitos intensos observados em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia entre os governadores e os provedores da fazenda, que assistiram à redução dos seus poderes e à descoberta dos seus desfalques. Em Salvador, escreve o governador em 1766, o provedor da fazenda Manuel de Matos Pegado Serpa foi preso por descaminhos da Fazenda Real, como seu pai e avô, também provedores. Serpa controlava as informações que poderiam chegar às mãos da Junta, atrapalhando seus trabalhos. Segundo o conde de Azambuja, os provedores atuavam com "grande independência de governo", sendo praticamente senhores absolutos da Real Fazenda da capitania que impediam os oficiais da Provedoria de dirigirem

[21] O cargo do procurador da fazenda, no caso de São Paulo, não apresenta maiores qualificações. Há a hipótese de que o Tribunal da Relação, criado anos antes no Rio de Janeiro, designasse um procurador da fazenda geral, para todas as capitanias, ou um próprio para a capitania paulista. ANRJ, cód. 456, fl. 2-2v. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 24 out. 1761. "Registro de um decreto de Sua Majestade de 24 de outubro de 1761 sobre o novo estabelecimento da Junta que mandou criar nesta praça". AHU-SP, cx. 5, doc. 35. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 6 mar. 1765. Ordem régia estabelecendo uma Junta da Fazenda Real na capitania de São Paulo. *ADF*, v. 4, p. 370-371. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 16 ago. 1760. Carta régia ao conde de Bobadela, governador e capitão-general das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, estabelecendo uma Junta da Fazenda no Rio de Janeiro. *ABNRJ*, v. 32, p. 147. Bahia, 16 ago. 1766. Relatório do contador-geral Antônio Ferreira Cardoso.

representações a outras autoridades. Até mesmo a Junta da Fazenda estava à mercê dos provedores, pois "não ia petição alguma senão as que queria o provedor".[22]

A nova composição da Junta da Fazenda paulista formada em 1774 apresentava uma diferença crucial. Extinguia-se o cargo de provedor da fazenda (assim como a própria provedoria), nomeando-se mais dois membros da junta: um tesoureiro-geral (um membro não-letrado da elite local escolhido pela junta) e um escrivão (o contador-geral, nomeado pelo Erário Régio). Assim como o tesoureiro-geral, o procurador da fazenda também passava a ser eleito localmente entre os magistrados existentes. Ao contrário de São Paulo, em outras localidades, o cargo era exercido por ministros do Tribunal da Relação (Rio de Janeiro e Bahia), pelo ouvidor da capitania (Minas Gerais) ou pelo juiz de fora (Grão-Pará e Maranhão). Por último, deve-se notar que o ouvidor da capitania teve sua função melhor especificado do que na forma anterior da junta, atuando agora como juiz executor..[23]

Tabela 1. Composição da Junta da Fazenda de São Paulo

1761	1765	1774
Governador (presidente)	Governador (presidente)	Governador (presidente)
Provedor da fazenda	Provedor da fazenda	Tesoureiro-geral
Almoxarife	Ouvidor-geral	Contador-geral
Escrivão da provedoria	Procurador da Coroa e Fazenda	Ouvidor-geral (juiz executor)
		Procurador da Coroa e Fazenda

A nomeação para o cargo de tesoureiro-geral de membros da elite colonial foi claramente enfatizada na interpretação de Kenneth Maxwell sobre o impacto das reformas pombalinas na colônia. O fortalecimento da Junta da Fazenda aliava-se ao crescimento do poder da "plutocracia colonial" e dos governadores sobre o fisco. Sem contar com instituições rivais, a junta congregava os principais interesses econômicos

[22] MEDICCI, Ana Paula (2010). *Administrando conflitos:* o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 41-43. MAGALHÃES, *Labirintos brasileiros*, p. 185. *ABNRJ*, v. 32, p. 159-160. Bahia, 23 dez. 1766. Ofício do governador conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

[23] AHTC, cód. 4061, fl. 88-89. Lisboa, 6 jul. 1774. Provisão do marquês de Pombal, inspetor geral do Erário Régio, para a Junta da Fazenda da capitania de São Paulo. ALDEN, Dauril (1968). *Royal Government in Colonial Brazil* with Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779. Berkeley/Los Angeles, University of California Press. p. 281, nota 8. AHU, Conselho Ultramarino, cód. 337, fl. 1-4v. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 6 jul. 1771. Carta do rei d. José para João Pereira Caldas, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

da capitania. O autor nota ainda a maneira contraditória que fundava as relações entre os governadores e os homens locais. Segundo o autor:

> "Como a Real Fazenda, as Juntas da Fazenda das capitanias deviam recrutar funcionários entre os 'homens abastados e prudentes' locais, especialmente os mais ricos comerciantes, que deviam ser estimulados mediante a fixação de soldos atraentes a colocar sua perícia comercial a serviço dos negócios públicos (...) De fato, pela primeira vez um órgão colonial, sob a presidência de um governador *que limitava e apreciava a participação local*, tornava-se o único responsável pela tesouraria regional e por todas as despesas e arrecadações, salvo o quinto real. (...) O envolvimento dos membros da plutocracia colonial nos órgãos administrativos e fiscais do governo era característico das reformas de Pombal no Brasil".[24]

Ainda que a interpretação de Maxwell esteja correta em linhas gerais, é preciso algumas qualificações mais precisas. Em primeiro lugar, conforme foi visto no caso paulista, a incorporação de membros das elites coloniais nas juntas não ocorreu de imediato, mas em sua última organização durante a década de 1770 que lhes deu o formato final. Em segundo, é preciso analisar o peso dos outros membros na composição da junta, impedindo uma valorização excessiva da elite colonial nos quadros administrativos do fisco. Em terceiro lugar, cumpre verificar o processo decisório observado nas juntas, o que permitiria analisar o peso dos interesses dos membros da elite colonial nas deliberações da instituição. Por fim, a atuação dos procuradores da fazenda, ao menos no caso específico de São Paulo, também era uma via de acesso das elites coloniais à administração fazendária. Portanto, seria preciso aplicar os mesmos questionamentos feitos ao cargo de tesoureiro-geral.[25]

Contador-geral

Embora pouco enfatizado pela historiografia, o cargo de contador-geral trazia para o centro da junta uma nova modalidade de funcionário régio, mais próxima do burocrata moderno pela sua formação técnica e pela desvinculação entre o ofício e seu

[24] MAXWELL, *A devassa da devassa*, p. 83-84. Grifos meus.

[25] Em outras localidades, conforme a época, houve até mesma juntas compostas em sua maioria por membros da elite colonial. Por volta de 1806, com exceção do governador e presidente, todos os deputados da Junta da Fazenda de Minas Gerais eram nascidos na capitania. CUNHA, Alexandre Mendes (2007). *Minas Gerais, da capitania à província:* elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. p. 219.

servidor, abolindo a possibilidade de transmissão hereditária. Ao contrário dos funcionários enviados pela Coroa portuguesa ao ultramar nos períodos anteriores, os contadores não eram magistrados, nem militares, mas homens dotados de um saber técnico e pragmático, provavelmente aprendido na Aula do Comércio, inaugurada em 1759. Sua função era promover a racionalização das contas do Erário pela introdução de um novo método contábil, a escrituração por partidas duplas, ponto fulcral da reforma pombalina. O objetivo destes contadores era não apenas "estabelecer uma regular e metódica contadoria", como também ordenar as "contas antigas, e confusões da extinta Provedoria que nunca teve método, nem bons provedores", conforme afirmava o capitão-general de São Paulo, em 1776.[26]

Sob a direção do contador-geral estava a contadoria da Junta da Fazenda. Em 1779, havia apenas 3 escriturários na contadoria. Em 1799, o número elevou-se para 5 escriturários, mantendo-se até 1807. Neste último ano, indica-se que os escriturários eram auxiliados por 4 copistas e 1 cartorário.[27]

O primeiro contador-geral indicado para a Junta da Fazenda paulista foi Sebastião Francisco Betâmio. O próprio marquês de Pombal, então inspetor-geral do Erário, afirma que Betâmio já havia trabalhado no Erário Régio desde sua criação. Nomeado em 1767, ele fora responsável pela reforma contábil das finanças da capitania da Bahia. Em julho de 1774, foi designado para ocupar o mesmo cargo na junta recém-formada em São Paulo. Não chegou a exercer o ofício, uma vez que foi designado para ajudar na capital do vice-reinado com a criação de uma junta da fazenda no Rio Grande. Em 1784, encontrava-se em Luanda, servindo como auditor à contadoria.[28]

---

[26] *DI*, v. 28, p. 183. São Paulo, 18 fev. 1776. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao marquês de Pombal. No espírito da época, também os ofícios de justiça e fazenda passaram a ter caráter amovível e transitório, além de critérios de mérito e desempenho profissional na promoção dos funcionários, alterando a visão patrimonial que vigorava sobre tais cargos. Com a lei da Boa Razão (1769) estes ofícios não poderiam mais ser passados de pai para filho, conforme ocorria. SUBTIL, *O terramoto político (1755-1759)*, p. 102-103.

[27] Em 1779, além dos membros da junta e do corpo da contadoria, havia mais três cargos: porteiro e contínuo, almoxarife e escrivão do almoxarifado. *DI*, v. 43, p. 237-238. São Paulo, 6 abr. 1779. "Relação dos ordenados, propinas, emolumentos e rendimentos que percebem anualmente o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, secretário e oficiais da secretaria do governo, ministros e oficiais de justiça e fazenda da dita capitania". ANRJ, cód. 469, v. 2, s.f.. São Paulo, 2 jan. 1799. "Pertencente à folha civil. Ordens porque se pagam os respectivos ordenados...". ANRJ, cód. 474, v. 3, fl. 44v-45v. São Paulo, 14 ago. 1807. "Relação dos oficiais da Contadoria Geral da Junta da Real Fazenda desta capitania de São Paulo, em consequência da régia provisão de 18 de janeiro de 1805". *DI*, v. 43, p. 237-238. São Paulo, 6 abr. 1779. "Relação dos ordenados, propinas, emolumentos e rendimentos que percebem anualmente o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, secretário e oficiais da secretaria do governo, ministros e oficiais de justiça e fazenda da dita capitania".

[28] *DI*, v. 43, p. 9-10. AHTC, cód. 4061, fl. 174-175. ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 95. Lisboa, 4 jul. 1774. Ofício do marquês de Pombal ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha. ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, p. 314-315.

Na ausência de Betâmio, outro contador, Matias José Ferreira de Abreu, acabou servindo como contador-geral e escrivão deputado da junta. Em 1767, ele havia sido nomeado terceiro escriturário da Contadoria Geral dos territórios da relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, em Lisboa. Dois anos depois conseguiu o cargo de segundo-escriturário. Em 1774, foi designado para a Junta da Fazenda de São Paulo. O governador reclamava do pouco zelo e pontualidade em seu trabalho, pedindo a nomeação do contador da Junta da Fazenda fluminense. Talvez por conflitos com o capitão-general, Matias José retornou em 1779 para a mesma contadoria em Lisboa. Em 1800, ainda conservava-se no cargo da contadoria, servindo com "ciência e préstimo".[29]

O próximo contador a servir como escrivão deputado da junta foi Silvestre Henrique Aires da Cunha. Ele foi nomeado capitão de milícias do terço existente na vila de Santos em 1788, sendo anteriormente capitão do regimento de dragões auxiliares da freguesia de Santo Amaro, na capital. Em 1790, foi nomeado terceiro escriturário da Contadoria Geral da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia portuguesa, tendo oito anos depois alcançado o posto de segundo escriturário. Consta que fosse assíduo e que "d[ava] conta do que se lhe encarrega[va]" na repartição. Possivelmente um irmão de Silvestre, Joaquim, consta como praticante da contadoria da junta paulista, sendo elevado a escriturário em 1788. Outro provável irmão, Carlos Alberto, aparece como almoxarife da junta em 1804.[30]

Em 1789, tomou posse o escrivão João Vicente da Fonseca (1759-1827). Há registros de que serviria o cargo pelo menos até 1807. Em 1798, Fonseca, então com 39 anos, constava como coronel de milícia do regimento de sertanejos de Itu (nomeado em 1797), pai de dois filhos e senhor de três escravos na cidade de São Paulo. No ano de sua nomeação para a Junta, foi designado tenente-coronel agregado ao regimento dos dragões auxiliares da capitania. Também foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de

---

[29] *DI*, v. 28, p. 183-184. São Paulo, 18 fev. 1776. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao marquês de Pombal. ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 120. Lisboa, 7 jul. 1774. Ofício do marquês de Pombal a Junta da Fazenda de São Paulo. ANTT, Condes de Linhares, mç. 29, doc. 57. [Post. 29 jan. 1800]. "Relação de todos os oficiais e praticantes de que se compõe a Contadoria Geral dos territórios da relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia portuguesa com a declaração das suas antiguidades, ciência, préstimo, atividade e efetiva assistência de cada um deles". 4 fls. ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 148. Lisboa, 9 mai. 1788. Ofício do visconde de Vila Nova da Cerveira à Junta da Fazenda de São Paulo.

[30] LEONZO, Nanci (1979). *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo:* as milícias. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 77. ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 147. Lisboa, 8 mai. 1788. Ofício do visconde de Vila Nova da Cerveira à Junta da Fazenda de São Paulo. AESP, ordem 422, caixa 64, livro 175, fl. 93. Lisboa, 12 dez. 1804. Ofício do presidente do Erário Régio, Luís de Vasconcelos e Sousa, ao governador da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta. ANTT, Condes de Linhares, mç. 29, doc. 57. [Post. 29 jan. 1800]. "Relação de todos os oficiais e praticantes de que se compõe a Contadoria Geral dos territórios da relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia portuguesa com a declaração das suas antiguidades, ciência, préstimo, atividade e efetiva assistência de cada um deles". 4 fls.

São Paulo entre 1795 e 1797. Consta ainda que obteve o hábito da Ordem de Santiago. Em 1803, era apontado como o principal candidato para o cargo de contador-geral da Junta da Fazenda de Minas Gerais, mas foi preterido por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, protegido de d. Rodrigo de Sousa Coutinho. Entre as qualidades advogadas ao contador de São Paulo, estavam a inteligência, a atuação incorruptível e o zelo nas coisas da Real Fazenda. Consta que não desejava retornar ao reino, mas continuar na América, mesmo sem expectativas de melhores postos e ordenados em Lisboa.[31]

Os serviços prestados por Betâmio e Ferreira do Abreu em diferentes pontos do império apontam a importância da circulação dos funcionários régios na difusão de novos critérios de racionalidade na administração fiscal. Indicam ainda que esses "técnicos" eram, de início, funcionários do próprio Erário Régio, que participaram da sua primeira década de operações. Os serviços no ultramar traziam perspectivas de melhores posições na carreira, em geral na mesma repartição aonde haviam trabalhado, como nos casos de Ferreira de Abreu e Aires da Cunha, ou de algum engrandecimento honorífico na sociedade local, caso deste último funcionário e de João Vicente da Fonseca. Por outro lado, a longa permanência de Fonseca na junta indica uma maior estabilidade dos funcionários da fazenda após o período inicial de construção institucional do Erário Régio, a demandar a difusão de conhecimentos técnicos no império.

A obtenção de patentes nas milícias, a atuação como provedor da Misericórdia e a inserção de parentes em empregos da junta são outros fatores que atestam o enraizamento destes funcionários na capitania. O envolvimento destes servidores régios nas tramas dos poderes locais limitava amiúde a difusão na sociedade colonial de relações de cunho impessoal, da valorização de saberes técnicos e de vínculos desinteressados com o Estado. A difusão da racionalidade instrumental restringia-se às contas, o que afinal era o objetivo mesmo da reforma pombalina. Em seu entorno social

[31] Curiosamente, há a seguinte observação nos maços de população: "Vive de seu ordenado de escrivão da Junta da Real Fazenda, e presentemente não percebe ordenado algum do dito emprego". O ordenado de contador-geral da junta (1:200$000 rs.) não era diminuto, indicando que, talvez, o escrivão obtivesse seus rendimentos de outras fontes na capitania. *DI*, v. 45, p. 44. São Paulo, 29 jan. 1790. Ofício de Bernardo José de Lorena, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, à rainha d. Maria I. *DI*, v. 94, p. 240-241. São Paulo, 14 jun. 1807. Ofício de Antônio José de Franca e Horta, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, a Luís de Vasconcelos e Souza. AESP, Maços de População, São Paulo, 1798, fl. 51. LEONZO, *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo*, p. 188. *DI*, v. 45, p. 178. São Paulo, 11 abr. 1796. Certificado de João Vicente da Fonseca. CUNHA, *Minas Gerais, da capitania à província*, p. 274.

os contadores régios agiam como os antigos magistrados da colônia, adaptando-se aos costumes da terra.[32]

Procurador da Coroa e Fazenda

O cargo de procurador dos feitos da Coroa, Fazenda e Fisco foi criado com a instalação do Tribunal da Relação na Bahia, em 1609. O procurador deveria comparecer a todas as audiências feitas pelo juiz dos feitos da Coroa e Fazenda, servir de promotor da justiça, investigar os casos de usurpação da jurisdição régia e tomar residência aos oficiais de justiça e fazenda das capitanias, procedendo contra os culpados. Até a presente investigação, não se teve notícia da existência um procurador da Coroa e Fazenda para cada capitania-geral no período anterior à criação das Juntas da Fazenda.[33]

Na Junta da Fazenda, cabia ao procurador averiguar e organizar todas as ordens relativas à administração e à arrecadação da Real Fazenda recebidas nas capitanias. O procurador escreveria um catálogo com datas e origens, a fim de evitar a dubiedade de ordens e os abusos pelos oficiais da fazenda e governadores, que poderiam jogar com a contradição entre diferentes ordens ou mesmo mantê-las em segredo, usando-as quando lhes parecesse mais apropriado. Em suma, o procurador atuaria de forma semelhante ao do contador-geral, aplicando ao corpo "legislativo" da administração fiscal os mesmos princípios racionais das técnicas contábeis empregadas nas finanças da capitania. Outra função do procurador era autorizar todos os despachos relativos às despesas realizadas pela junta. O procurador deveria averiguar a conformidade das despesas com as leis e ordens recebidas.[34]

Na capitania de São Paulo, o cargo de procurador da Coroa e Fazenda foi ocupado inicialmente pelo bacharel português João de Sampaio Peixoto entre 1774 e 1788. Além da Junta da Fazenda, Peixoto também participava da Junta da Justiça

---

[32] Sobre o "abrasileiramento da burocracia", ver a análise clássica de Stuart Schwartz. SCHWARTZ, Stuart (1979). *Burocracia e sociedade no Brasil colonial:* a Suprema Corte na Bahia e seus juízes, 1609-1751. São Paulo, Perspectiva. p. 251-285.

[33] SALGADO, Graça (Coord.) (1985). *Fiscais e meirinhos:* a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro/Brasília, Nova Fronteira/INL. (Publicações históricas, v. 86). p. 190, 248. Nas ordenações filipinas, os cargos são separados em procurador dos feitos da Coroa e procurador dos feitos da Fazenda. O ocupante do primeiro cargo deveria "requerer aos desembargadores do Paço, vedores da Fazenda, contadores, juízes, almoxarifes e quaisquer outros oficiais, que lhe deem as informações, que houverem de nossos direitos, nos feitos, que se tratarem perante os juízes dos nossos feitos da Coroa, ou que se houverem de ordenar por razão de nossas jurisdições, bens e direitos". *Ord. Fil.*, liv. 1, tít. 12. Sobre o cargo de procurador dos feitos da Fazenda, há poucas informações sobre suas funções efetivas. Ver *Ord. Fil.*, liv. 1, tít. 13.

[34] ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 67-67v. Lisboa, 18 ago. 1770. Ofício do conde de Oeiras a Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 446, v. 1, fl. 68-68v. ANRJ, cód. 447, v. 1, fl. 47. Lisboa, 20 ago. 1770. Ofício do conde de Oeiras a Junta da Fazenda de São Paulo.

organizada na capitania. Estando Peixoto impossibilitado de exercer o ofício, e vindo a falecer logo em seguida, o então governador da capitania frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo indicou, ao início de 1788, o bacharel Miguel Carlos Aires de Carvalho para ocupar o cargo.[35]

Bacharel formado em Coimbra e natural do conselho de Cambra, comarca da Feira, Miguel Carlos (1746-?) logo após receber seu título estabelecera-se na cidade de São Paulo por volta de 1775, onde residia seu irmão José Vaz de Carvalho, também advogado. Todas as testemunhas de sua habilitação para a Ordem de Cristo atestam a nobreza de sua família (seu pai e avô paterno eram familiares do Santo Ofício) e a ausência de mácula de sangue. Em São Paulo, Miguel Carlos obtivera sucesso profissional, tendo na cidade "banca de letrado" e casara em 1778 com uma "mulher de distinto nascimento": Francisca Xavier de Castro, filha do negociante reinol André Álvares de Castro e de Maria Ângela Eufrásia da Silva, da família dos Buenos de Ribera estabelecidos em São Paulo desde o século XVI. Em 1779, foi designado ministro interino da Junta de Justiça da capitania. Em 1781, retornou para Lisboa a fim de obter despacho para a secretaria de governo de Goiás, mas não obteve sucesso em seu intento inicial, pois no ano seguinte foi designado para ocupar o mesmo cargo na capitania de São Paulo. Deve-se notar que este era ofício importantíssimo, tornando o bacharel praticamente o braço direito do capitão-general no governo da capitania.[36]

Aos trabalhos na secretaria de governo, somaram-se outros na Junta da Fazenda. Miguel Carlos ocupou interinamente o cargo de procurador na junta entre o final de 1786 e o início de 1789, quando teve sua nomeação confirmada pela rainha. O bacharel ocupou o posto durante duas décadas, tendo sido aposentado somente em 1808. Em seu lugar, foi indicado e nomeado no mesmo ano o bacharel de origem paulista José

[35] AHU-SP, Avulsos, cx. 6, doc. 13. São Paulo, 3 out. 1775. "Traslado dos autos da averiguação que se fez por testemunhas e documentos na Junta da Real Fazenda da capitania de São Paulo sobre a representação que fez o doutor ouvidor José Gomes Pinto de Moraes a respeito das nulidades com que se rematou o contrato dos dízimos; e de se dever ressarcir à Real Fazenda dos prejuízos que padeceu e dos lucros que lhe pertencem". *DI*, v. 84, p. 167. São Paulo, 12 out. 1779. "Para o doutor Miguel Carlos Aires de Carvalho ser um dos ministros da Junta de Justiça". *DI*, v. 31, p. 144-145. Ofício do frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, à rainha d. Maria I.

[36] O vale de Cambra situa-se na região atual do Entre Douro e Vouga, próxima à cidade do Porto. ANTT, HOC, letra M, mç. 30, n. 59. Miguel Carlos Aires de Carvalho. *Gen. Paul.*, v. 1, p. 430. ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 10. Lisboa, 8 mai. 1782. Ofício do marquês de Angeja à Junta da Fazenda de São Paulo. COUTINHO, Adolfo Tavares (2010). *Castelonenses ilustres*. Vale de Cambra, Edição do autor. v. 7, p. 57-59.

Arouche de Toledo Rendon (1756-1834)[37], que desde 1804 já ocupava interinamente o cargo devido às moléstias do procurador antecedente.[38]

Tesoureiro-geral

A função do tesoureiro-geral era receber e despender todas as rendas reais. Devido à importância das somas administrados, as despesas efetuadas pelo tesoureiro deveriam ser realizadas somente por despachos da Junta da Fazenda. O tesoureiro poderia nomear um fiel para auxiliá-lo, indicação que deveria ser aprovada pelo governador e pelo provedor da fazenda. [39]

O primeiro tesoureiro-geral da junta foi o bacharel Antônio Fernandes do Vale (?-1784), que exerceu o cargo entre 1775 e 1784, possivelmente pela experiência na lide com os contratos da capitania desde 1768. Era filho do capitão Antônio Fernandes do Vale e de Esperança Antônio de São José, ambos reinóis, mas não se sabe se o bacharel nasceu na capitania ou no reino. Vale foi o segundo marido da rica Francisca Xavier Maria de Matos, filha de Gaspar de Matos e Maria da Silva Leite, sendo que casaram em 1763. Ele aparece como homem de negócios em 1765, com cabedal de 5:600$000 rs. Foi ainda provedor da Santa Casa de Misericórdia em 1781-1782. Em 1768, Vale aparece como procurador em São Paulo dos contratadores da pesca da baleia. Em 1769, constava como caixa e administrador em São Paulo do contrato das entradas arrematado por importantes negociantes fluminenses (Manuel de Araújo Gomes, Bernardo Gomes da Costa e André Pereira de Meireles), além de ser procurador dos mesmos contratadores. Foi administrador das entradas do rio Pardo ao início da década de 1770. Arrematou junto com Costa e Meireles, o contrato dos meios direitos do registro de Curitiba para o triênio de 1772-1774 e para o ano avulso de 1775. Alguns tropeiros o acusaram de lhes cobrar indevidamente juros sobre a dívida dos meios direitos, após o

[37] Sobre Rendon, ver: LEONZO, *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo*, p. 88. MEDICCI, *Administrando conflitos*, p. 164-166.

[38] O ordenado anual do procurador da fazenda era de 240 mil réis e sua aposentadoria 150 mil. ANRJ, cód. 474, v. 3, fl. 67v-68. São Paulo, 6 jul. 1808. Ofício dos membros da Junta da Fazenda de São Paulo ao príncipe regente d. João. ANRJ, cód. 447, v. 2, fl. 168. Lisboa, 17 jan. 1789. Provisão do visconde de Vila Nova da Cerveira, inspetor geral do Erário Régio, para a Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 448, v. 14, fl. s.i. Rio de Janeiro, 26 set. 1808. Ofício de d. Fernando José de Portugal, presidente do Erário Régio, para a Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 448, v. 14, fl. s.i. Rio de Janeiro, 15 set. 1808. Ofício de d. Fernando José de Portugal, presidente do Erário Régio, para a Junta da Fazenda de São Paulo. ANRJ, cód. 473, fl. 43. São Paulo, 11 abr. 1804. Ata de sessão da Junta da Fazenda de São Paulo.

[39] *ABNRJ*, v. 32, p. 148. Bahia, 16 ago. 1766. Relatório do contador-geral Antônio Ferreira Cardoso. Na década de 1770, com a extinção do cargo de provedor, possivelmente a aprovação passou a depender de outro membro do corpo colegiado da junta. *DI*, v. 34, p. 283-284. São Paulo, 9 nov. 1770. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, para o vice-rei do Estado do Brasil, marquês do Lavradio.

prazo usual de seis meses para pagamento. Consta que emprestou dinheiro a Bartolomeu Bueno da Silva, contratador das passagens de Goiás.[40]

Após a morte de Vale em 1784, foi escolhido para ocupar o cargo um representante seleto da elite paulistana da época: Francisco Xavier dos Santos (c.1749/52-1822), filho do capitão e homem de negócio de grosso trato Lopo Santos Serra e de Inácia Maria Rodrigues. Em 1765, casou-se com Maria Teresa Vitória da Silva, filha de Manuel de Macedo e de Escolástica Maria de Matos. A esposa faleceu em 1769, sem deixar filhos. Com relação às atividades econômicas, Francisco seguia os passos do pai, era mercador de "fazendas atacadas, e de várias carregações para diversas partes". Há notícia de que viajava frequentemente para o Rio de Janeiro, além de ter negócios nas minas de Cuiabá. Também era alfabetizado e possuía cabedal de 2:000$000 a 2:400$000 rs. Em 1762, foi almotacé da câmara de São Paulo. A respeito de sua carreira militar, foi cadete (1771), capitão do regimento de dragões auxiliares da capitania (1772), mestre de campo do terço de infantaria auxiliar (1788), coronel de milícia do regimento de infantaria miliciana (1797) e brigadeiro reformado (1813).

O avô materno de Francisco, o capitão-mor Luís Rodrigues Vilares, natural de Braga e estabelecido em São Paulo, havia feito "muitos serviços a Sua Majestade com considerável despesa da sua fazenda, e isto nos caminhos, e incultos sertões do Cuiabá". No entanto, nas inquirições para a Ordem de Cristo, o passado de exercício mecânico condenava todos os outros familiares, uma vez que o pai e o avô paterno haviam sido pedreiros e canteiros e a avó paterna "se servia de porta fora", impedindo a habilitação do paulistano. Com relação aos serviços prestados à Coroa, Francisco contou com a doação daqueles realizados por seu pai, que lhe concedeu por escritura os serviços de capitão de ordenança, juiz ordinário, procurador do Conselho e tesoureiro do cofre dos órfãos na cidade de São Paulo. Contava-se apenas como serviço próprio de Francisco a condução, à sua custa e risco, dos quintos reais da capitania para o Rio de Janeiro em 1772, "o único que mostra[va] digno de atenção", segundo o parecer da Mesa de Consciência e Ordens. Por fim, em 1778, com dispensa e multa conseguiu obter o

[40] MESGRAVIS, Laima (1976). *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884):* contribuição ao estudo da assistência social no Brasil. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura. (Coleção Ciências Humanas, 3). p. 85. *Gen. Paul.*, v. 2, p. 493-494. *DI*, v. 19, p. 78. São Paulo, 10 jul. 1768. Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, dom Luís Antônio de Sousa, ao conde de Oeiras. *DI*, v. 11, p. 138-139. *DH*, v. 2, p. 360, 482-486, 531-535. ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 67. Lisboa, 16 mai. 1786. Ofício do marquês de Angeja à Junta da Fazenda de São Paulo. GIL, Tiago Luís (2009). *Coisas do caminho:* tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 147-152.

hábito da Ordem de Cristo. No entanto, devido à morte da esposa não se pode realizar as provanças para ser familiar do Santo Ofício.[41]

Nas outras capitanias, o cargo também foi ocupado por colonos, nascidos na própria América portuguesa ou imigrados desde cedo. Em Minas Gerais, o transmontano Afonso Dias Pereira, há muito estabelecido na capitania onde atuava no comércio de cativos e de fazendas secas, ocupou o ofício de tesoureiro-geral. Assim como o paulista Francisco Xavier dos Santos, Dias Pereira foi condecorado com um hábito da Ordem de Cristo, obtido com muita custa e esforço nas 12 arrobas de ouro que colocou na Casa de Fundição de Vila Rica. Também possuía patente militar, sendo capitão de ordenança.[42]

O governador como presidente da Junta

Na América portuguesa, a inserção dos governadores das capitanias como presidentes das juntas de fazenda alterava as recomendações da Coroa portuguesa desde 1673, que condenavam o envolvimento dos governadores e ministros da fazenda, justiça e guerra do Estado do Brasil no comércio e nas arrematações de contratos. Também procedia contra a tradicional separação de poderes da fazenda, justiça e defesa existente na organização inicial do Estado do Brasil. A gestão da Real Fazenda já era não mais jurisdição exclusiva dos provedores. Obviamente, na prática, os governadores envolveram-se em conluios tanto na arrematação de contratos, quanto na prática de descaminhos.[43]

---

41 A nomeação de Francisco Xavier recebeu chancela régia apenas dois anos depois. ANRJ, cód. 446, v. 3, fl. 67. AHTC, cód. 4061, fl. 249. Lisboa, 16 mai. 1786. Ofício do marquês de Angeja à Junta da Fazenda de São Paulo. Sobre a vida do tesoureiro foram consultadas a seguintes fontes: ANTT, HSO, mç. 109, doc. 1698. ANTT, HOC, letra F, mç. 20, doc. 4. Francisco Xavier dos Santos. *Gen. Paul*., v. 2, p. 488-489. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (2006). *A teia mercantil:* negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 138, 264. LEONZO, *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo*, p. 76.

42 CUNHA, *Minas Gerais, da capitania à província*, p. 257-258.

43 A provisão de 27 de fevereiro de 1673 proibia aos governadores e ministros do Estado do Brasil a prática do comércio em geral. Destacava-se na provisão, a condenação da interferência sobre o comércio dos navios, o frete do açúcar, o comércio de lojas abertas, o atravessamento de fazendas, a intromissão nos lanços dos contratos da Real Fazenda e os descaminhos donativos das câmaras. Por sua vez, a resolução de 26 de novembro de 1709 permitiu a atividade mercantil aos governadores das conquistas. Contudo, em 1720, houve a promulgação de uma ordem régia proibindo o envolvimento comercial de vice-reis, ministros ou oficial de fazenda ou justiça, além de oficiais militares com patentes superiores à de capitão. Entre as proibições constava a interdição de "intrometer-se em lanços de contratos de minhas [d'el-rei] reais fazendas e donativos das câmaras nem desencaminhar direitos". A medida mostrou-se claramente irreal. *CCLP* (1683-1700), suplemento, p. 481. *DH*, v. 80, p. 269-274. Lisboa Ocidental, 29 ago. 1720. Ordem régia de d. João V.

Também no âmbito do governo da justiça, houve o crescimento do poder dos governadores. Em 1775, ordenou-se a criação da Junta de Justiça na capitania de São Paulo. Ela era composta pelo governador, cinco juízes, que eram ministros letrados da cidade de São Paulo e arredores, e o ouvidor-geral de São Paulo, que atuava como juiz relator. Assim, como na Junta de Fazenda, o governador possuía voto de qualidade nas sentenças proferidas pela Junta de Justiça. A jurisdição desta junta abarcava uma grande quantidade de casos: desobediência formal aos superiores e deserção de soldados e oficiais; casos de sedição, rebelião e crimes de lesa majestade; crimes contra o direito natural e das gentes e resistências às justiças estabelecidas para a paz pública. A junta poderia processar e pronunciar os réus destes crimes. Ao que parece, tais julgamentos era bastante rápidos, pois versavam sobre ações sumaríssimas, nas quais predominavam processos verbais, com prazos menores e dispensa de formalidades, inclusive quanto ao número de testemunhas nas devassas.[44]

Com a criação das Juntas da Fazenda, a própria figura de governador era agora transpassada pela sobreposição de funções, que geravam ~~algumas~~ ambiguidades de jurisdição. Se houve um crescimento do poder dos governadores sobre as matérias fiscais, este poder somente poderia ser exercido no âmbito da corporação. O governador "separado da mesma Junta, nenhuma jurisdição tem nas dependências concernentes à Real Fazenda, mas sim nos negócios políticos, civis, e militares que são da sua competência, e nos quais se não deve intrometer a Junta", escreve o marquês Ponte de Lima, presidente do Erário Régio, em 1792. A importância das Juntas da Fazenda era tamanha nas capitanias que se lhes permitiu compartilhar o tratamento de "Majestade", antes utilizado somente pelos governadores. Também havia a ideia de que a junta possuía jurisdição própria, na qual os governadores não poderiam se intrometer, segundo a orientação do próprio Erário Régio. No entanto, o governador era simultaneamente o presidente da junta, indicando a ambiguidade jurisdicional existente nas representações das juntas contra os governadores, encaminhadas ao Real Erário.[45]

Até mesmo operações bastante simples, como abrir o saco de cartas recebido do Erário Régio, deveriam ser realizadas no âmbito da junta. Luís da Cunha Meneses, quando governador de Goiás, foi repreendido por descumprir esta ordem. O mesmo

---

[44] *DI*, v. 43, p. 27-29. Salvaterra de Magos, 14 jan. 1775. Carta régia sobre a criação de uma Junta de Justiça em São Paulo.

[45] ANRJ, cód. 446, v. 6, fl. 175-175v. Lisboa, 17 jul. 1792. Ofício do marquês de Ponte de Lima, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda do Maranhão. APARÍCIO, João Paulo da Silva (1998). *Governar no Brasil Colonial*: a administração de Luís da Cunha Meneses nas capitanias de Goiás (1778-1783) e de Minas Gerais (1783-1788). Dissertação (Mestrado em História e Cultura do Brasil) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa. p. 157. LEITÃO, Ruben Andresen (1972). *A importância do fundo do Real Erário para a história do Brasil.* Lisboa, Academia Portuguesa de História. (Subsídios para a história portuguesa, v. 11). p. 26.

capitão-general foi criticado por pagar os soldos vencidos de oficiais e militares com o dinheiro dos quintos, que sempre deveriam ser remetidos para Lisboa. Diante de tantos limites à sua ação, Meneses confessava-se ser, por vezes, "um inato espectador sem determinação alguma", o que deve ser visto com suspeita devido às suas ações na junta da fazenda mineira.[46]

Em alguns casos específicos, quando os governadores encarnavam suas figuras de generais, podiam se sobrepor às prerrogativas das juntas. Se por acaso os governadores recebessem instruções particulares, que eram dirigidas em segredo e geralmente relacionadas à defesa imperial, a junta somente poderia aquiescer a realização das despesas necessárias para as instruções recebidas. Despesas de caráter extraordinário exigiam medidas de caráter similar, tornando a junta mera executora de ordens. A dubiedade dos governadores no governo das armas e na Real Fazenda de certa forma espelhava, no plano das capitanias, as incongruências já apontadas entre a separação da Secretaria da Marinha e dos Domínios Ultramarinos e o Erário Régio.[47]

Como tais medidas fossem excepcionais, os governadores em seu cotidiano administrativo tentavam burlar os controles e limites das juntas. O capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha foi acusado de realizar pagamentos de despesas sem despacho da junta, apenas por portarias ao almoxarife e tesoureiro das despesas miúdas, que eram seus criados. O autor anônimo do libelo dizia que "o governador e seus criados eram senhores dos rendimentos da capitania, e que a Junta da Fazenda foi em seu tempo inútil".[48]

Não era raro, tampouco, que os governadores, mesmo no curto período em que residiam na América, tivessem seus apadrinhados, direcionando os leilões dos contratos de acordo com seus interesses. No mesmo panfleto citado anteriormente, o capitão-general era acusado de querer reservar o contrato da passagem do Cubatão, próximo à vila de Santos, para Joaquim Manuel de Castro, "seu amigo e sócio". A designação do contratador aponta laços de amizade e uma provável sociedade mercantil. Segundo a denúncia, Martim Lopes alterou as condições do contrato no dia do leilão, o que não foi

---

[46] Vila Rica, 19 abr. 1784. Ofício de Luís da Cunha Meneses à rainha d. Maria I. In: APARÍCIO, *Governar no Brasil Colonial*, p. 384-386.

[47] *DI*, v. 14, p. 298. Rio de Janeiro, 14 jun. 1771. "Método, que se pratica nesta Junta da Real Fazenda do Rio de Janeiro (...)". A medida foi reiterada em 1792: "(...) o referido governador quando tiver precisão de fazer alguma despesa extraordinária pela Fazenda Real em benefício da Coroa, ou do Estado, deverá representar em Junta essa precisão, para que a mesma Junta ordene ao respectivo tesoureiro que satisfaça a importância de tal despesa, fazendo-se os termos, ou assentos que forem necessários; e dano essa Junta a competente conta a este Real Erário". ANRJ, cód. 446, v. 4, fl. 44. Lisboa, 24 jul. 1792. Ofício do visconde de Vila Nova da Cerveira, presidente do Erário Régio, à Junta da Fazenda de São Paulo.

[48] BNRJ, Mss. I-29, 18, 12. São Paulo, 24 abr. 1782. "Comportamento de Martim Lopes Lobo de Saldanha, sendo governador de São Paulo". fl. 8.

aceito pela Junta da Fazenda, realizando-se a venda em outra ocasião. O arrematante final não era o protegido do governador, indicando seus limites na manipulação da junta.[49]

Os poderes dos governadores sobre os leilões de contratos dependiam inclusive de regalias obtidas por algumas capitanias, conforme a carta régia e as instruções que formavam a base jurídica das respectivas Juntas da Fazenda. Em Minas Gerais, por exemplo, o capitão-general poderia escolher um dos arrematantes conforme lhe parecesse "mais capaz de arrematar", ainda que por valor menor do que o obtido no contrato anterior. Em São Paulo, segundo as instruções de 1775, o presidente da junta poderia dar preferência a um negociante em detrimento de outro na arrematação de um contrato quando entendesse que o negociante preterido tivesse menos crédito e menos cabedais, ainda que tivesse oferecido um lance maior. A medida poderia ser empregada quando os lances já tivessem atingido o "justo preço". Se o presidente da junta concedesse o contrato ao negociante menos abonado, havia a possibilidade de que este administrasse mal e não pagasse suas dívidas para com a Real Fazenda.[50]

Percebe-se assim como presidente da junta atuava como um elemento central na organização das arrematações. Em primeiro lugar, definindo o que era o "justo preço" a ser alcançado nos lances dos contratos. O próprio encerramento do leilão pelo governador, uma vez obtido o que se entedia por "justo preço", poderia ocasionar a exclusão de outros comerciantes na obtenção de um contrato.[51] Em segundo lugar, mesmo após realizado o leilão, era permitido ao governador excluir arrematantes na concorrência dos contratos. Assim, a ideia de que os contratos deveriam atingir um valor máximo durante os leilões não corresponde à realidade do funcionamento institucional das juntas. Em última instância, a solvência dos contratadores, conforme avaliada pelo presidente da junta, era o critério definidor da escolha dos arrematantes.

---

[49] BNRJ, Mss. I-29, 18, 12. São Paulo, 24 abr. 1782. "Comportamento de Martim Lopes Lobo de Saldanha, sendo governador de São Paulo". fl. 9v. De fato, Joaquim Manuel da Silva e Castro, coronel das tropas auxiliares na cidade de São Paulo, aparece como arrematante do contrato da passagem dos Cubatões de Santos e Mogi do Pilar para o triênio de 1778 a 1780. No triênio seguinte (1781-1783), o contrato foi arrematado por Bonifácio José de Andrada, capitão da vila de Santos e pai dos irmãos Andrada.

[50] Vila Rica, 6 mar. 1788. Ofício de Luís da Cunha Meneses a Martinho de Melo e Castro. In: APARÍCIO, *Governar no Brasil Colonial*, p. 430. *DI*, v. 43, p. 19. Palácio de N. Sra. da Ajuda, 7 jan. 1775. "Instruções que El-Rei manda dar sobre a administração e arrecadação da Fazenda Real na capitania de São Paulo".

[51] Este exemplo ocorreu na própria capitania de São Paulo, com a exclusão de Manuel de Oliveira Cardoso no leilão do contrato dos dízimos para o triênio de 1774 a 1777. Mesmo com os lances maiores deste último contratador, d. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, então governador da capitania, encerrou o leilão, dando o contrato a Manuel José Gomes.

Abreviaturas

ABNRJ	*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*
ADF	*Archivo do Distrito Federal*
AESP	Arquivo do Estado de São Paulo (São Paulo)
AHTC	Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (Lisboa)
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Avulsos (Lisboa)
ANRJ	Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)
ANTT	Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa)
BNRJ	Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
CCLP	SILVA, José Justino de Andrade e (Comp.) (1854-1859). *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*. Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva.
CLP	SILVA, António Delgado da (Org.) (1828-1844). *Collecção da Legislação Portugueza desde a última Compilação das Ordenações.* Lisboa, Typografia Maigrense.
Col. Reg.	SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho (Comp.) (1783-1791). *Systema ou Collecção dos Regimentos Reais.* Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa.
DH	*Documentos Históricos*
DI	*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*
Gen. Paul.	LEME, Luiz Gonzaga da Silva e (1903-1905). *Genealogia Paulistana.* São Paulo, Duprat. 9v.
HOC	Habilitação da Ordem de Cristo
HSO	Habilitação do Santo Ofício
Ord. Fil.	ALMEIDA, Cândido Mendes de (Org.) (1870). *Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I.* 14. ed. Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Filomático.

IMIGRAÇÃO ALEMÃ E MERCADO DE TRABALHO NA CAFEICULTURA PAULISTA – UM ESTUDO QUANTITATIVO DOS CONTRATOS DE PARCERIA

Bruno Gabriel Witzel de Souza (bruno.witzel@gmail.com) - Ciências Econômicas; Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP)[1]

Resumo: este artigo pretende discutir o controverso tema das potencialidades do sistema de parceria, empregado na Província de São Paulo como forma de obtenção de trabalhadores livres nas fases iniciais da imigração – no caso específico, referente aos alemães e suíços, engajados por Vergueiro & Cia., para o trabalho nas lavouras cafeeiras paulistas nas décadas de 1840-1870. Na primeira seção do artigo, o fluxo imigratório de alemães e suíços para o interior de São Paulo é separado em quatro fases, que servem de base para o posterior estudo das alterações dos contratos utilizados no engajamento desses imigrantes – tema da segunda seção. Finalmente, utilizando os dados disponíveis para os pioneiros alemães de 1847, que iniciaram o sistema de parceria na Colônia Senador Vergueiro, são realizados modelos econométricos que visam testar algumas hipóteses subjacentes ao estudo do sistema de parceria; além disso, são calculados os saldos dos imigrantes em cenários diferenciados: baseando-se tanto nas percepções que os colonos tinham de seus contratos, quanto do ponto de vista dos fazendeiros.

Quanto às discussões historiográficas, o tema das potencialidades do sistema de parceria opõe essencialmente duas visões: (i) Emilia Viotti da Costa discute que a parceria possuía falhas sistêmicas e estava fadada ao fracasso desde seu início; (ii) Warren Dean aponta, por outro lado, que não foi o sistema em si que falhou, mas a maneira como foi aplicado, carecendo uma sociedade essencialmente escravista da habilidade em lidar com os requerimentos e as contestações de trabalhadores livres. O presente trabalho busca lançar luz nessa discussão por meio da apresentação de uma análise quantitativa envolvendo métodos econométricos, além de desenvolver cenários que tratam a parceria tanto do ponto de vista do colono, quanto do fazendeiro.

Palavras-chave: Sistema de Parceria, Imigração Alemã, Contratos.

Abstract: this paper intends to discuss the controversial theme of the potentialities of the "sharecropping system" (sistema de parceria), which was utilized in the Province of São Paulo as a way to obtain free workers in the initial phases of the immigration – in this specific case, with reference to the Germans and Swiss engaged by Vergueiro & Cia. to work in the coffee farming from São Paulo, from the second half of the 1840s until the 1870s. In the first section of the article, the immigrant influx of German and Swiss to the hinterlands of São Paulo is separated into four phases, on which are based the ulterior study of the modifications that had been made on the contracts utilized in the hiring of those immigrants – theme of the second section. Finally, based on the available data for the German pioneers of 1847, whom the "sharecropping system" (sistema de parceria) began with in the colony from Senator Vergueiro, there are econometric models, by which this paper intends to

[1] Agradecimentos ao Prof. Rodrigo José Marin pelo auxílio com a submissão do artigo, ao Prof. Dr. Renato Perim Colistete (FEA-USP) pela orientação em Trabalho de Conclusão de Curso e Iniciação Científica, além do amplo suporte para este artigo, e a Paula Beatriz Mian pelas sugestões e revisão crítica; agradeço ainda a Werner Paulo Oesterle (Email: poesterle@irapida.com.br) pela tradução do trabalho à língua alemã.

test some hypotheses underlying the study of the "sharecropping system" (sistema de parceria); in addition it is also calculated the balances of the immigrants in different scenarios: this is not made only under the perceptions that the colonists had of their contracts, but also from the view point of the farmers.

Regarding the historiography issues, the theme of the potentialities of the "sharecropping system" (sistema de parceria) essentially opposes two visions: (i) Emilia Viotti da Costa argues that the "sharecropping system" (sistema de parceria) had systemic failures and was faded to fail since its beginning; (ii) Warren Dean points out, on the other side, that it was not the system itself which has failed, but it did so because of the way in which it was applied, for a society based on enslaved labor force could not had the ability to deal with the requirements and challenges put forth by free workers. This paper intends to shed a light on that discussion by presenting a quantitative analysis, which involves econometric models; as well it develops scenarios which deal with the "sharecropping" (parceria) not only from the point of view of the colonist, but also from the farmer`s point of view.

Key words: Sharecropping system, German Immigration, Contracts.

1. Introdução

Em agosto de 1846 foi instituído o Livro de Abertura da Colônia Senador Vergueiro, Fazenda Ibicaba, na qual chegaram, poucos meses depois, em 1847, os primeiros 364 alemães para dar início à colônia (GENTIL, 1851, p. 62). Iniciou-se a partir daí um fluxo imigratório fundamental à constituição econômica, social e institucional do mercado de trabalho livre brasileiro: durante as décadas de 1850 e 1860 essa corrente imigratória se espraiaria por grande parte do território paulista ligado à produção cafeeira, para o qual imigrantes alemães, suíços e portugueses foram encaminhados para trabalhar sob o chamado sistema de parceria[2].

O presente trabalho busca discutir algumas das hipóteses levantadas na historiografia sobre as potencialidades do sistema de parceria e sobre o funcionamento dos mecanismos contratuais aplicados àqueles imigrantes. Utilizando dados de endividamento e de produção dos primeiros imigrantes alemães contratados sob o sistema de parceria, são propostos modelos que visam testar a relevância de variáveis como número de membros familiares, profissão do chefe da família, quantidade de cafeeiros cultivados e colheita ao longo do tempo para explicar o saldo dessas primeiras famílias.

Dado que os imigrantes assinavam os seus contratos ainda na Europa, muitas vezes sob a pesada influência da propaganda pró-emigração realizada pelas agências de emigração e companhias de navegação, frequentemente observam-se expectativas exageradas quanto às condições brasileiras. Além disso, embora as características essenciais do sistema de parceria

[2] Além dessas nacionalidades principais, também houve a entrada de holandeses e belgas. Não se deve desconsiderar, ademais, a presença significativa de brasileiros também empregados sob o sistema de parceria.

não tenham se alterado em seus pontos principais, os contratos assinados estão longe de serem homogêneos, tanto ao longo do tempo, quanto entre as fazendas. Frente a esses dois pontos, também é discutido como as diferentes percepções sobre os contratos podiam levar a situações conflituosas e como as alterações contratuais influíam nos mecanismos de incentivo e controle que atuavam sobre os trabalhadores.

Finalmente, no cerne da discussão sobre o sistema de parceria, duas perspectivas historiográficas se opõem. Uma delas busca demonstrar que tal forma de organização do trabalho estava fadada ao fracasso por conta de sua estruturação, já que não forneceria lucro ao fazendeiro e tendia apenas a aumentar a espiral de dívidas dos colonos. A visão oposta é a de que o sistema funcionava relativamente bem e poderia ter logrado sucesso; no entanto, impeditivos de caráter institucional, como a inaptidão de lidar com as demandas de trabalhadores livres em uma sociedade essencialmente escravista, teriam levado à não aplicação dos contratos e à incapacidade de alterar as relações estabelecidas de modo a dirimir ou evitar conflitos. A proposição deste artigo é contribuir com essa discussão por meio de uma análise quantitativa.

De modo a atender esses objetivos, o trabalho divide-se em três seções. A primeira fornece um panorama geral da imigração alemã e suíça para a Província de São Paulo. Na sequência, são tratadas as principais características do sistema de parceria e algumas alterações pelas quais passaram os contratos. A terceira seção traz a análise quantitativa separada em dois tópicos: de início, são propostos modelos econométricos para discutir algumas hipóteses levantadas na historiografia sobre o funcionamento do sistema de parceria; posteriormente, os saldos dos colonos são calculados em dois blocos – inicialmente consideram-se as diferentes interpretações de colonos e proprietários sobre seus contratos; depois é realizado um exercício hipotético, no qual se aplica para os contratos de 1847 as cláusulas da década de 1850, que elevaram os ônus sobre os imigrantes, com o objetivo de verificar se essas novas medidas de controle eram realmente efetivas.

2. O Sistema de Parceria e a Imigração Germânica

Já no início da década de 1840, a pressão da demanda por mão-de-obra nas áreas de expansão da lavoura cafeeira e a problemática da oferta de escravos por conta das questões sobre o tráfico negreiro começaram a requerer formas alternativas de obtenção de força de

trabalho para um setor econômico em expansão[3]. É nesse contexto que se inserem as primeiras tentativas de contratação de mão-de-obra livre, sobretudo imigrante. Em 1840, na Fazenda Ibicaba, o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro contratou cerca de 90 portugueses para trabalharem sob um regime que posteriormente se consolidou como base do sistema de parceria. Embora possam ter existido outras causas, as agitações políticas de 1842, com as quais o Senador possuía ligações, são comumente apontadas como um dos motivos do fracasso dessa tentativa inicial[4].

O Senador Vergueiro voltou a empreender uma tentativa de imigração, desta vez em 1846, focando-se no centro-norte da Europa. Naquele ano, o Senador havia fundado com seus filhos José e Joaquim, além de Antonio de Freitas Caldas, a Vergueiro & Cia., empresa que atuou decisivamente na imigração alemã e suíça para São Paulo e que esteve no foco das principais disputas com os colonos. Em função de uma autorização de 200.000 mil-réis concedidos pelo orçamento do Império a particulares que se envolvessem na contratação de estrangeiros para o trabalho na lavoura, em junho de 1847, chegaram a Santos 423 colonos, sendo 401 encaminhados à fazenda Ibicaba, para a recém-inaugurada Colônia Senador Vergueiro[5].

Estava dado o primeiro passo de uma longa jornada de relações entre os Estados alemães, os Cantões suíços e a Província de São Paulo.

Diferentemente da experiência inicial com os portugueses, esse empreendimento imigratório com os alemães logrou êxito, ao menos parcial. Se por um lado é verdade que as afirmações de pleno contentamento e de sucesso econômico dos imigrantes fossem basicamente propaganda nos jornais de emigração nos Estados alemães e na Suíça, por outro é também fato que a marcha imigratória cresceria aceleradamente na década seguinte.

A imigração tornou-se um negócio em si mesmo, envolvendo agências, engajadores, companhias de navegação, comissariado e meios de comunicação. Em 1852, Vergueiro & Cia. havia assinado um contrato com o Governo da Província de São Paulo para a introdução de mão-de-obra europeia, obtendo empréstimos livres de juros pelo prazo de três anos. Nesse

[3] CALÓGERAS (1998), p. 350 ss.
[4] Sobre a imigração portuguesa especificamente, conferir HEFLINGER (2007), p. 26-31.
[5] Carta de Nicolau de Campos Vergueiro ao Presidente da Província de São Paulo em 6 de Janeiro de 1852 – APESP: Lata C07212 – Colônias; Perret Gentil apresenta números um pouco diferentes para essa primeira leva de imigrantes. Segundo ele, 364 indivíduos foram reunidos em Mainz, prosseguindo até Arnheim e depois Amsterdã, para finalmente seguirem até Hamburgo, onde foram embarcados em dois navios (GENTIL, 1851, p. 62).

período, a Casa Vergueiro deveria importar 1500 colonos[6]. O sucesso do empreendimento justificou sua renovação já em 1854: o Governo Provincial requeria a introdução de mil colonos por ano na Província de São Paulo[7].

A primeira metade da década de 1850 marcou-se pela efervescência do processo imigratório de alemães e suíços para o interior paulista e pelo aumento significativo de unidades agrícolas empregando mão-de-obra estrangeira segundo o sistema de parceria ou sob sistemas de trabalho semelhantes e mistos, como o pagamento de jornais, estipulação de remunerações fixas etc. Em levantamento realizado para o período de 1847 a 1860, foi observada a existência de nada menos que 109 estabelecimentos reportando-se aos ofícios da Presidência da Província e que informavam empregarem o sistema de parceria (WITZEL SOUZA, 2011, p.12, 13).

No entanto, os anos de 1856 e 1857 foram decisivos justamente por reverteram a tendência de crescimento que se observava nas entradas de imigrantes. A Revolta dos Parceiros (na qual colonos suíços e alguns alemães levantaram-se contra o que consideravam descumprimentos de seus contratos) e sua repercussão internacional influíram grandemente sobre o processo de imigração dos povos de língua alemã em São Paulo e marcaram o início de uma nova fase. Por conta desse movimento, ocorreram duas inspeções internacionais de autoridades suíças e foi promulgado na Prússia o Rescrito de Heydt[8]. Este proibiu a propaganda de imigração para a Província de São Paulo na Prússia e, em 1871, foi estendido a todo o Império Alemão, além de tomar outras providências para dificultar o engajamento de alemães para trabalharem no Brasil (IOTTI, 2001, p.7).

Após esses episódios, inicia-se o que pode ser considerado como o período da imigração germânica tardia, que perdura do início da década de 1860 e estende-se até meados da década de 1870.

Não há dúvidas que, por conta das medidas restritivas, a imigração germânica para São Paulo diminuiu sensivelmente. Contudo, houve a permanência de alguns fluxos que merecem ser considerados. É notável que, enquanto entre 1847 e meados de 1850 tenha havido a quase hegemonia de Vergueiro & Cia., agora outros fazendeiros contratassem seus próprios colonos

[6] Relatório sobre Ofícios enviados ao Presidente da Província – APESP: Lata C07213 – Colônias; Nota: o termo "importar" foi empregado no corpo do texto da mesma maneira que era utilizado em diversos documentos à época.
[7] "O Inspector da Thesouraria Provincial transmite ao Senhor Contador Provincial o traslado do contracto entre o Governo da Província e a Caza Vergueiro e Companhia, relativamente à colonização para sua intelligencia", 12 de Outubro de 1854, Tesouraria – APESP: Lata C6045 – Contratos e Ordens de Serviço e Compras, 1852-1858.
[8] (DAVATZ, 1972) e (TSCHUDI, 1980) trazem os relatos contemporâneos dessas duas figuras envolvidas diretamente com os eventos relacionados à Revolta dos Parceiros.

(HEFLINGER, 2007, p. 87-92). Além disso, a Sociedade Auxiliadora da Imigração passou a atuar como a principal responsável pela entrada dos imigrantes oriundos da Alemanha, mas mantendo basicamente os mesmos pontos de engajamento anteriormente utilizados pelos particulares (WITZEL SOUZA, 2011, p.30-33).

Por esse panorama geral, é possível identificar quatro fases no processo de imigração germânica para o interior da Província de São Paulo. No período 1847-1852, Vergueiro & Cia. atuou como uma empresa de engajamento de trabalhadores apenas para suas próprias terras. A segunda fase, de 1852 a 1857, foi marcada pela expansão das atividades de engajamento, de modo que a companhia passou a obter mão-de-obra para outras unidades agrícolas, ocorrendo uma expansão dos estabelecimentos que empregavam o sistema de parceria. Devido aos distúrbios de 1856, inicia-se a terceira fase, marcada pelas inspeções internacionais e avaliações das potencialidades daquela forma de emprego do trabalho livre. Finalmente, o período tardio (a partir de 1860) caracteriza-se pela diminuição sensível das entradas dos imigrantes germânicos, passando a destacar-se agora a atuação da Sociedade Auxiliadora da Imigração.

3. Potencialidades do Sistema de Parceria

A importância da parceria como uma forma inicial de contornar a escassez crescente de mão-de-obra escrava nas lavouras cafeicultoras paulistas é inegável; igualmente relevantes foram os efeitos sociais, econômicos e institucionais da imigração realizada nessas décadas. De outro lado, no entanto, ainda existe uma questão não completamente resolvida, acerca das potencialidades do sistema de trabalho que se empregou com esses imigrantes: os mecanismos contratuais do sistema de parceria eram equilibrados, ou sua própria estruturação tendia a gerar conflitos entre proprietários e colonos?

Embora o sistema de parceria tenha sofrido alterações significativas em seus mecanismos ao longo do tempo, pode-se dizer que seu cerne permaneceu praticamente o mesmo ao longo das mais de três décadas em que foi empregado. Seus principais componentes referiam-se ao: (i) endividamento do imigrante por meio de pagamento de passagens e de adiantamentos para sua manutenção nos primeiros anos; (ii) divisão (meação) dos resultados econômicos entre o fazendeiro e o colono.

De outro lado, dentre as principais diferenças encontradas entre os contratos, destacam-se: (i) permissão para cultivar mantimentos; (ii) formas de divisão dos gêneros alimentícios cultivados pelos colonos; (iii) aplicação dos estatutos da fazenda; (iv) julgamentos de litígios

entre colonos e fazendeiros referentes aos contratos; (v) divisão dos custos de produção. Além disso, ocorreram alterações contratuais ao longo do tempo, das quais duas merecem destaque no presente trabalho. Já foi observado que, a partir de 1852, Vergueiro & Cia. passou a atuar como empresa de engajamento de mão-de-obra para outros proprietários. Por conta disso, foi instituída a cláusula que permitia que a firma transferisse os colonos para outros fazendeiros: com isso, a companhia também começou a cobrar uma comissão de dez mil réis por membros maiores de oito anos e de cinco mil para crianças entre um e oito anos; em diversos casos, tal cobrança foi realizada independentemente de os colonos as possuírem ou não em seus contratos. Foi também estabelecida uma cláusula pela qual os colonos se comprometiam a contribuir com quatrocentos réis por alqueire de café colhido até que pudessem beneficiar por si mesmos a própria produção. Tais alterações serão analisadas quantitativamente no próximo tópico.

No momento, é importante destacar as diferentes perspectivas relativas aos potenciais da parceria. Sob as condições apresentadas, surge o questionamento de se o sistema de parceria era viável, mas falhou por conta da aplicação enviesada das cláusulas dos contratos, em prol dos fazendeiros, ou se possuía características que o tornavam inviável em função de seus próprios mecanismos. Argumentando em favor da primeira hipótese, Warren Dean salienta que os débitos das famílias podiam ser saldados em um prazo razoável, mesmo quando sobre elas influíam anos de baixo rendimento das colheitas (DEAN, 1977, p. 108-111). De outro lado, Emilia Viotti da Costa salienta que já em 1857 a experiência da parceria demonstrara não lograr sucesso: o descontentamento de ambas as partes com os termos de seus contratos aponta falhas inerentes ao seu próprio funcionamento (VIOTTI DA COSTA, 1998, p. 126-130).

Os documentos primários também trazem uma cisão sobre o modo pelo qual o sistema de parceria era encarado. Assim se expressa, por exemplo, Cândido José da Silva Serra, proprietário da Fazenda do Tatu, em Limeira: "O systema que tenho adoptado he o de parceria, e he justamente este systema que na minha opinião o que melhor convém reciprocamente aos Fazendeiros e aos Colonos [...]"[9]. Antonio de Sousa Barros, proprietário da Fazenda S. Lourenço, em Constituição, vai além em sua argumentação: "[...] é tão grande o interesse que os colonos colhem por esse systema que muito duvido que outro qualquer lhes

[9] Resposta de Candido José da Silva Serra ao Ofício do Dr. F. D. P. de Vasconcellos, Limeira, 26.12.1856 – APESP: Lata C07213 – Colônias.

possa convir, em quanto ao menos se conservar o preço alto do café [...]"[10]. E para o proprietário: "[...] é também vantajoso o systema porque com elle obtém os braços tão necessários à sua lavoura, dando-lhe um interesse, senão igual ao obtido por braços escravos, ao menos mais moral"[11].

Em oposição, propositores de outras formas de imigração, como a promoção da entrada de estrangeiros pelo fornecimento de lotes públicos, forneceram os principais argumentos contrários à parceria. Defendendo um sistema de leilões de pequenos lotes, tal qual o modelo norte-americano, o Visconde de Abrantes argumentava que o sistema de parceria era negativo por duas razões, que em termos de teoria econômica podem ser colocadas como: (i) seleção adversa, pois instilaria apenas a vinda de indivíduos já propensos ao não pagamento das dívidas que assumiam; (ii) desincentivos: na medida em que uma família não conseguia saldar suas dívidas, seu estímulo à produção diminuía sensivelmente (ABRANTES, 1846, p. 14-16).

Conforme se buscará demonstrar no próximo tópico, os mecanismos de incentivo e controle do sistema de parceria funcionavam de maneira efetiva. De outro lado, as perspectivas diferenciadas sobre os termos dos contratos levavam a expectativas muito díspares entre colonos e proprietários sobre os ganhos potenciais da parceria.

Assim, um ponto levantado por este trabalho é o de que o sistema de parceria não era essencialmente falho, mas sua aplicação o foi em muitos sentidos. De um lado, concorda-se aqui com Viotti da Costa quando ela afirma que os sucessos e fracassos da parceria não devem particularizados, sendo imputados a esse ou aquele indivíduo (a Vergueiro & Cia, ao líder da Revolta dos Parceiros etc.) ou a essa ou aquela parte (fazendeiros, colonos alemães ou suíços etc.), mas avaliados de maneira mais geral, observando o sistema como um todo. Porém, discorda-se que fosse essencialmente falho: seus problemas decorrem de sua aplicação e da rigidez que não permitia que os mecanismos de incentivo e controle fossem alterados a tempo para dirimir ou evitar situações conflituosas e adequar corretamente as expectativas.

Outros três argumentos podem ser levantados em prol dessa perspectiva inicial.

As duas falhas principais apontadas por Viotti da Costa como evidência do fracasso do sistema de parceria referem-se a: (i) não geração de lucro, a partir desta forma de emprego do trabalho livre, ao fazendeiro e (ii) impossibilidade dos colonos saldarem suas dívidas em um prazo razoável.

[10] Resposta de Luiz Antonio de Sousa Barros ao Ofício do Presidente da Província de São Paulo, Josino do Nascimento Silva, São Paulo, 03.04.1854 – APESP: Lata C07213 – Colônias.
[11] Ibidem.

O primeiro argumento parece não se sustentar quando se considera a quantidade de colônias que se espalharam pelo Oeste Paulista em um intervalo realmente curto de tempo. É verdade que a grande maioria simplesmente desapareceu pouco tempo depois, mas é razoável supor que o sistema de parceria tenha sido adaptado para novas relações contratuais. Além disso, embora muitos relatos de fazendeiros demonstrem um quadro sombrio, assim como existam diversos documentos consulares alemães e suíços evidenciando a situação penosa de muitos de seus concidadãos, não faltam, por outro lado, relatos do sucesso da aplicação das cláusulas da parceria e o benefício mútuo daí advindo. Ademais, situações de conflito e descumprimento contratual podiam coexistir, em uma mesma fazenda, com bons relacionamentos e completa quitação das dívidas (WITZEL DE SOUZA, 2011, p. 52-60).

O segundo ponto, por sua vez, parece basear-se excessivamente nas alegações dos colonos de estarem submetidos a uma "escravidão branca", tendo por grilhões os seus contratos. Por mais eficiente que fosse esse argumento no sentido de tolher na Alemanha a emigração para o Brasil, o próprio J. J. von Tschudi reconheceu o exagero do termo e a inexistência de qualquer experiência que justificasse seu uso (TSCHUDI, 1980, p. 191). Não se quer dizer com isso que a situação fosse a ideal para os colonos: os abusos foram muitos e severos. No entanto, a condição de homem livre se expressava claramente quando faziam valer sua liberdade pelas representações, ofícios e reclamações que realizavam.

Finalmente, a utilização do sistema de parceria ainda na década de 1870 e a permanência de seus mecanismos contratuais fundamentais podem apontar a existência de um equilíbrio razoável, mas que falhava pelas dificuldades de sua aplicação efetiva.

4. Perspectivas Diferenciadas Sobre os Contratos: Um Estudo Quantitativo

Conforme abordado anteriormente, o cerne do sistema de parceria estava em dois princípios: (i) endividamento inicial, funcionando como uma forma de controle para que o colono fornecesse seu trabalho pelo máximo de tempo possível; (ii) meação das receitas da produção anual como forma de divisão dos resultados do trabalho. Tais princípios são encontrados tanto no contrato de 1847, quanto naqueles vigentes na década de 1870. Assim, justifica-se um estudo da composição das dívidas dos primeiros colonos alemães: os fundamentos empregados com eles são semelhantes àqueles que permaneceriam três décadas depois. Simultaneamente, a maximização, pelo proprietário, do tempo que o colono permanecia em sua fazenda estava claramente condicionada a que o colono não se

desinteressasse pela produção, daí a necessidade de incentivos que contrabalançassem os controles.

Duas alterações contratuais podem ser ressaltadas como as principais causas da piora relativa na situação dos colonos contratados nas levas posteriores a de 1847, justamente pela diminuição de seus incentivos: (i) cobrança de comissões por membros familiares; e (ii) instituição de uma cobrança de $400 rs. por arroba de café colhido, como contribuição do colono enquanto não fosse capaz de beneficiar seu próprio café. Outro ponto recorrente de atrito referia-se aos pesos e medidas com os quais eram computados os resultados das colheitas dos colonos (DAVATZ, 1972, p. 61-69, 198-199; PERRET-GENTIL, 1851, p. 99-101).

Na discussão que se segue, serão abordados cenários e modelos considerando esses três pontos de disputas.

Primeiramente, é realizado estudo econométrico que busca discutir alguns dos pressupostos vistos como relevantes pela literatura para o estudo do sistema de parceria. Em seguida, é realizado um estudo do saldo de cada uma das famílias alemãs pioneiras de 1847 utilizando tanto os pesos e medidas calculados com base na visão que os colonos tinham de seus contratos, quanto aqueles utilizados pela fazenda. Será possível observar, a partir daí, o diferencial entre as expectativas das famílias e o que efetivamente lhes cabia pelos cálculos da fazenda. Posteriormente, será elaborado um cenário hipotético, no qual é simulada a cobrança das comissões e da contribuição de $400 rs. por alqueire de café colhido sobre as famílias pioneiras de 1847: isso mostrará o ônus representado por essas cobranças, de modo a explicitar se os resultados econômicos dessas famílias teriam sido muito diferentes caso esses mecanismos de endividamento tivessem sido aplicados também sobre elas.

4.1. Dados

Em seu relatório sobre as condições da colônia Senador Vergueiro, o Vice-Cônsul Suíço, Carlos Perret-Gentil, elaborou uma tabela com dados econômicos de 72 famílias, a grande maioria delas pertencente à leva inicial de 1847 - embora houvesse ali também alguns portugueses, muito provavelmente remanescentes da experiência de 1842 – (PERRET-GENTIL, 1850, p. 88)[12]. Apesar do relatório do Vice-Cônsul possuir um viés claro em função de sua ligação com Vergueiro & Cia. – ligação econômica tal que o levou à diretoria da Ibicaba –, a tabela da situação econômica não parece ter sido alterada devido a esse viés: 52 das 72 famílias apresentavam um saldo negativo, e o saldo total, somados todos os créditos e

[12] Tabela in HEFLINGER (2009), p. 30-31.

débitos de todas as famílias, chegava a -6,364$325.00 rs. Assim, o inegável viés de Carlos Perret-Gentil parece estar em suas interpretações, não nos dados que apresenta.

O referido documento traz o nome dos chefes das famílias, total de membros, quantidade de filhos, profissão, dívida inicial em 1847, total de cafeeiros cultivados pela família, número de vacas e cavalos possuídos, colheitas de café (em alqueires) para 1847-1850, adiantamentos realizados em 15 de março de 1850 e, finalmente, o saldo em 1850.

Com esses dados, foi possível calcular anualmente os saldos das famílias imigrantes. Para tanto, foram realizadas as seguintes operações, para cada um dos quatro anos para os quais há dados de colheita. Inicialmente, fez-se a conversão dos alqueires de café colhido para libras de peso. Colonos e proprietários alegavam medidas de peso diferentes para cada alqueire de café colhido, o que leva a diferenças significativas em termos de produção anual. Obteve-se, então, o preço do café por quilo para os anos de 1847-1850, o qual foi convertido para o preço por libra[13]. Com a produção e os preços em libras, torna-se possível calcular as receitas totais de cada uma das famílias.

Uma vez calculada a receita total, é possível determinar a receita que cada família obtinha a partir da parceria. Para tanto, foram utilizados os dados fornecidos por Thomas Davatz com referência ao relatório do Dr. Heusser: a cada arroba de café, cobrava-se, em 1856: (i) 1$040 rs. para o custo de transporte; (ii) 3% sobre o preço da arroba para custear a comissão de venda; (iii) $030 rs. por arroba de imposto em Cubatão (DAVATZ, 1972, p. 65)[14]. Finalmente, um valor adicional de $400 rs. por arroba era cobrado com base no artigo 5º, parágrafo 4 do contrato de 1850, cláusula que inexistia em 1847; a última análise da seção 4.3 trata do ônus que esta cobrança, inexistente em 1847, poderia ter representado à época. Com esses custos deduzidos da receita total, basta dividir o resultado por dois (a meação), para obter a receita de cada família, para cada ano, a partir do sistema de parceria. O saldo de cada período final é computado como o saldo naquele ano somado ao saldo do período imediatamente anterior - para 1847, são deduzidas as dívidas iniciais da receita daquele ano.

Além desses pontos, o Artigo 3º, parágrafo 5, do contrato de 1847 obrigava o colono a "Pagar a Vergueiro a sobredita quantia de ... rs, que depois de dous annos vencerá a juro da lei na parte, que não estiver paga, e a importância das quantias adiantadas, conforme o artigo 2,

[13] Dados obtidos a partir da série "Preço médio - café - quilo - Réis - Outras fontes, inclusive compilação de vários autores - HIST_CAFEPM" – IPEA, in www.ipeadata.gov.br, acessado em 04.02.2011.
[14] Há aqui uma hipótese forte que deve ser explicitada e com a qual se deve ter cautela: os dados fornecidos pelo Dr. Heusser referem-se ao ano de 1856, mas foram utilizados como base de cálculo para o período 1847-1850. Embora os custos de transporte possam ter variado no período, de outro lado, é razoável a suposição de que a comissão e o imposto tenham se mantido relativamente constantes.

parágrafo 4, com o respectivo juro depois de um anno" (PERRET-GENTIL, 1851, p. 99-101). Isso significa que, para 1849-1850, deve-se acrescentar 6% sobre o débito. O contrato não informa sobre juros a crédito, no entanto, os colonos revoltosos de 1856 mencionaram esse direito; além disso, em relatório de 1858, os administradores da Ibicaba fazem referência a famílias com dinheiro a crédito na fazenda[15]. Portanto, a partir de 1849 o saldo é calculado como: $(Receita_Parceria)_t + (Saldo)_{t-1} + (Saldo)_{t-1} * 0.06, t = 1849{,}1850$.

Com base nisso, foi possível calcular a evolução das dívidas dos colonos ao longo desses quatro primeiros anos de experimentação da parceria, questionando se efetivamente o sistema estava fadado ao fracasso por seus próprios mecanismos, ou se falhou em função de fazendeiros e colonos não encontrarem, na prática das relações cotidianas, um equilíbrio potencialmente existente. Com isso é também possível traçar cenários alternativos para pensar como alterações de incentivos e controles modificavam as chances de fracasso e sucesso; isso é feito particularmente na seção 4.3, na qual o saldo das famílias é calculado pelo método acima, mas considerando diferentes perspectivas sobre os pesos e medidas a serem utilizados no cômputo dos resultados econômicos.

4.2. Colônia Senador Vergueiro, 1847-1850: Uma Análise Econométrica

Nesta seção, são utilizados exclusivamente os dados relatados na tabela de Perret-Gentil para o estabelecimento de modelos econométricos, que visam testar algumas hipóteses levantadas pela literatura acerca das condições do sistema de parceria e da influência dos imigrantes germânicos em São Paulo.

A primeira discussão refere-se à profissão dos chefes das famílias alemãs e o efeito disto sobre a produtividade das famílias no meio agrícola.

Sobre esta questão, é frequentemente salientado o problema do engajamento, na Europa, de indivíduos cujas profissões não estavam ligadas diretamente à agricultura, o que supostamente tornaria suas famílias menos aptas para o trabalho na lavoura cafeeira, diminuindo sua produtividade[16]. Tal argumento é utilizado principalmente nos documentos primários, em especial os comentários do próprio Senador Vergueiro acerca das primeiras experiências com a imigração alemã: nas palavras do Senador, entre os pioneiros de 1847

[15] "Annexo N. 1 – Relação dos Colonos entrados para a Colônia Senador Vergueiro desde a sua fundação, e que sahirão com saldo a favor, conforme a lista apresentada pelo empresário", in HEFLINGER (2009), p. 62.
[16] Sobre a relação entre produtividade dos colonos e sua origem não rural nos Estados alemães e Cantões suíços, vide especialmente BUARQUE DE HOLANDA, p. XV-XVIII e XXXIII in Davatz (1972); DEAN (1977), p. 98; PERRET-GENTIL (1851), p. 75-88; HEFLINGER (2009), pág. 40.

havia certo número de artífices, que desanimaram com o trabalho na lavoura. Foram então estabelecidas oficinas na própria fazenda, mas este não era o objetivo do processo de imigração e nem agradava por completo o colono (HEFLINGER, 2009, p. 40-41). Vale observar, por outro lado, que nem todos os fazendeiros ou colonos observavam essa diferença entre a profissão exercida na terra natal e aquela a que se dedicavam no Brasil como um problema. Luiz Antonio de Souza Barros, no ofício descritivo de sua Colônia S. Lourenço, assim se expressou: "[...] quanto aos officios, apesar de houverem muitos que são pedreiros, carpinteiros, ferreiros etc., nem um trabalha se não na lavoura do café, porque todos conhecem bem que nada lhes pode dar o lucro correspondente a esta lavoura" [17].

Na historiografia, esse ponto é levantado de maneira primordial por Sérgio Buarque de Holanda no prefácio à obra de Thomas Davatz. Seu principal argumento pode ser resumido quanto ao tipo de agricultura praticada na área de expansão cafeeira: com condições de produção completamente diferentes daquelas vigentes nos Estados alemães ou nos Cantões suíços, a origem rural de uma família teria pouco efeito sobre sua capacidade produtiva, afinal os colonos, mesmo que agricultores em suas regiões de origem, não podiam aplicar em São Paulo as mesmas técnicas que utilizavam na Europa[18].

O primeiro modelo para testar essa hipótese traz como variável explicada o saldo das famílias em 1850 e como explicativa, uma dummy de profissão não agrícola: a variável assume valor igual a um quando o chefe da família é mencionado em uma atividade não rural e valor zero caso contrário. Pela Tabela 1 (em anexo), observa-se que a profissão não possui qualquer efeito estatisticamente significante sobre o saldo. Por outro lado, ao se considerar a produção das famílias, obtém-se um cenário diferenciado: os modelos da Tabela 2 tomam como variáveis explicadas o número de cafeeiros e as colheitas, de 1847 a 1850. A variável explicativa é novamente a dummy de profissão, que passa a ser significante a alguns níveis razoáveis para as variáveis de colheita a partir de 1849.

Assim, a variação do saldo das famílias que possuíam chefes que exerciam atividades não agrícolas não diferia das demais famílias. No entanto, a sua produção em alqueires colhidos, em média, era menor. Esse diferencial só pode ser explicado, então, por outras formas de obtenção de renda por essas famílias, com a qual pudessem saldar seus débitos. E tal explicação está na possibilidade que lhes era dada, pelo Senador Vergueiro, de desenvolver

[17] Ofício de Luiz Antonio de Souza Barros ao Presidente da Província José Antonio Saraiva – São Paulo, 24.01.1855 – APESP: Lata C07213 – Colônias.
[18] TSCHUDI (1980), p. 154, observa, por exemplo, que a fazenda do Marquês de Monte Alegre, entre Piracicaba e Capivari, era uma das únicas em toda a Província de São Paulo a utilizar o arado, apesar da topografia muito propícia.

outras atividades na própria fazenda ou fora dela, que estivessem relacionadas às suas profissões de origem.

Para concluir, é necessário observar o efeito da profissão relativamente à produtividade das famílias, que pode ser medida em termos da razão ($Colheita_t/Cafeeiros_Cultivados$). Aqui, novamente, não se observa qualquer significância estatística. Portanto, o diferencial na colheita não se explica pela inaptidão do colono não rural às atividades agrícolas paulistas. Se assim o fosse, os mesmos diferenciais deveriam ser observados na produtividade da família, o que não ocorre (WITZEL DE SOUZA, 2011, p. 82, 83). Há aqui, portanto, uma corroboração da hipótese de Buarque de Holanda: o não diferencial no saldo não pode ser explicado pelo diferencial na produtividade, já que isto não se observava, mas tão somente pela possibilidade de obtenção de renda em outras atividades que não a agrícola.

Na sequência, serão estimados modelos relativos às variáveis de dívida e de produção, de modo a testar mais diretamente os mecanismos contratuais do sistema de parceria.

O modelo mais básico que se pode determinar aqui é uma regressão do saldo em 1850 contra a dívida inicial das famílias, reportada na Tabela 1.

O coeficiente da dívida inicial é economicamente muito relevante: 1$000 rs. adicionais de dívida inicial significariam um saldo menor em $677 rs. quatro anos depois, um ônus realmente significativo que mostra que o mecanismo de controle do sistema de parceria funcionava bem, dado que se está capturando aqui o efeito parcial da dívida inicial, sem levar em conta outro mecanismo fundamental de controle: o endividamento ao longo do tempo. Apenas como corroboração, um modelo nível-log reporta que uma dívida inicial 1% maior implica um variação em -103$717 rs. no saldo em 1850. O mesmo modelo foi repetido dividindo para cada família a sua dívida em 1847 e o seu saldo em 1850 pelo número de membros familiares, de modo a levar em consideração a influência dual de uma família maior (que representava mais braços para a lavoura, mas uma dívida inicial também maior); os resultados são apresentados na Tabela 3.

Observados os mecanismos de endividamento, é necessário considerar agora o segundo ponto fundamental do sistema de parceria: a meação. Na sequência, são feitas algumas considerações sobre a relação entre os resultados econômicos obtidos pelos colonos e a evolução de sua produção nos quatro primeiros anos de trabalho. Os resultados estão reportados nas Tabelas 4 e 5.

Ao especificar um modelo de colheita em alqueires de café contra o número total de cafeeiros cultivados - isto é, pés de café sob a responsabilidade de uma família -, observa-se

que os coeficientes são estatisticamente significantes e seguem a direção esperada: quanto mais cafeeiros, maior a colheita. No entanto, um fenômeno digno de nota ocorre quando ponderamos as variáveis pelo número de membros de uma família: assim, ao considerar a relação entre a ($Colheita_t$/Número de pessoas na família) e o (Número de Cafeeiros/ Número de pessoas na família), observa-se que para os dois primeiros anos os coeficientes são estatisticamente não significantes, mas que nos dois últimos anos disponíveis passam a sê-lo, da maneira esperada. Isso pode decorrer de dois aspectos: (i) o contrato de 1847 estipulava em seu artigo 2º, parágrafo 2, que Vergueiro & Cia. comprometia-se a "Entregar ao mesmo colono a porção de cafeseiros, que elle possa cultivar, colher, e beneficiar" (PERRET-GENTIL, 1850, pág. 99). É possível que o número de cafeeiros atribuído a cada família tenha se alterado ao longo desses quatro anos, ajustando-se à sua produtividade maior ou menor; (ii) tal ajustamento de cafeeiros cultivados por família pode estar relacionado à adaptação dessas às condições de trabalho agrícola nas lavouras paulistas. Por este motivo, apenas para os dois últimos anos da amostra é que se observa uma relação estatisticamente significante entre essas variáveis - trata-se, portanto, de uma questão de adaptação das famílias às condições de trabalho.

Ainda quanto ao tema da produção e meação, a Tabela 5 traz a relação entre o saldo em 1850 e os alqueires colhidos de café no período 1847-1850. Digno de nota é a não significância estatística da colheita de três anos (em quatro). Isso pode ser explicado em partes pela elevada autocorrelação existente entre as variáveis explicativas. No entanto, há também a influência de certos fatores conjunturais. Em primeiro lugar, a produção de 1847 deve ter se iniciado antes da chegada dos imigrantes, de modo que as famílias não tiveram tempo para cultivar adequadamente seus cafeeiros; já a produção de 1850 ainda não estava computada no saldo da fazenda, pois o saldo calculado por Perret-Gentil é de março e a apuração na fazenda ocorria apenas em agosto; finalmente, a não-significância estatística da colheita de 1849 explica-se pelos péssimos resultados daquele ano, em termos de produção real, comparativamente aos anos anteriores[19].

Este tipo de situação levanta a possibilidade de um problema na estrutura do sistema de parceria. Thomas Davatz já havia discutido com clareza as diversas incertezas às quais estava sujeita a produção anual de um cafezal, dependente de condições naturais complemente fora do controle das famílias imigrantes (DAVATZ, 1972, p. 17). Efetivamente, inexistiam nos

[19] A média para 1849, por exemplo, foi de apenas 177,75 alqueires, comparado a 207,52 para 1847, 303,54 para 1848 e 4447,74 para 1850. Além disso, o valor máximo para 1849 foi de apenas 923,75 alqueires, comparados aos valores máximos de 1116 em 1847, 2203 em 1848 e 2421,75 em 1850.

contratos quaisquer formas de proteção ao colono no caso de adversidades ou de baixa produção por conta de elementos alheios às suas capacidades. Anos semelhantes a 1849 poderiam voltar a repetir-se e implicar uma dívida crescente – ou, ao menos, uma incapacidade de diminuição dos débitos, o que, inevitavelmente, funcionava como um mecanismo de desincentivo.

Cabe agora uma avaliação de outros incentivos providos aos colonos, além da meação como meio para saldar os débitos. Existiam benefícios marginais que tinham como objetivo fazer interessar ao colono permanecer na fazenda, condicional a que tais incentivos não o desestimulassem à sua atividade fundamental, isto é, ao cultivo e colheita dos cafezais. Os artigos 2º, parágrafo 3, e o 5º do contrato da década de 1847 eram as principais fontes de incentivos marginais, pois permitiam ao colono cultivar determinada área, cuja produção seria utilizada para subsistência ou para venda, sendo que neste último caso deveria compartilhar metade do resultado com o proprietário[20]. Infelizmente, no relatório de Perret-Gentil não há dados sobre outras produções que não a de cafeeiros, mas há um indicador dos incentivos: o número de vacas e cavalos pertencentes a cada família alemã. Nos relatos enviados à Europa, era frequente a menção à compra de animais como prova de uma vida faustosa a ser encontrada no Brasil. Além disso, a posse de vacas significava a possibilidade de venda de leite e derivados, cuja indústria fora introduzida por esses imigrantes para o abastecimento de cidades como Rio Claro e Limeira (TSCHUDI, 1980, p. 193; DEAN, 1977, p. 98).

Para testar a efetividade deste mecanismo, foi proposto um modelo quadrático das variáveis "número de vacas" e "cavalos" e seu efeito sobre o número de cafeeiros cultivados. A ideia de um modelo quadrático como este é o de que a posse de mais animais estimularia os indivíduos a cultivarem mais cafeeiros, já que isso lhes daria maiores ganhos; no entanto, há um ponto de máximo, a partir do qual os indivíduos preferirão cuidar apenas de seus animais, diminuindo a produção. Os resultados encontram-se na Tabela 6. Nota-se que a partir da quarta vaca possuída, há um desincentivo à produção no cafezal[21]: nesse caso, poderia ser mais interessante à família alemã dedicar-se à pequena indústria doméstica de laticínios. É notável ainda a elevada significância estatística desses dois coeficientes. Para os cavalos, que poderiam ser apontados mais como status social que como um ativo de produção, vê-se que os coeficientes são estatisticamente não significantes.

[20] Correspondentes aos artigos 4º, parágrafo 4, e 7º do contrato da década de 1850. Na prática, eram raros os fazendeiros que faziam valer o direito sobre a metade do produto de subsistência vendido, seja pela dificuldade de computar os resultados, seja pelo pouco retorno que isso poderia prover. De fato, era frequente apontarem o não cumprimento desta cláusula como uma prova de sua benevolência para com os colonos.
[21] Na realidade, apenas 8 famílias possuíam duas vacas; 33 outras possuíam uma.

Para concluir, foi proposto um modelo amplo com o conjunto de todas as variáveis consideradas nos modelos anteriores. Assim, regrediu-se o saldo em 1850 contra as variáveis: número de membros familiares, quantidade de adultos, dummy de profissão, adiantamentos em 1850, colheitas para os anos de 1847 a 1850, número de vacas possuídas, quadrado do número de vacas, número de cavalos possuídos e termo quadrático da variável número de cavalos. Os resultados são apresentados na Tabela 7. Os coeficientes estatisticamente significantes a 5% são: (i) dívidas iniciais, cujo potencial aumentou relativamente ao modelo anterior; (ii) colheita em 1847, que anteriormente não era significante; (iii) colheita em 1848.

Pelo modelo geral, fica claro que o mecanismo fundamental de controle do sistema de parceria funcionava conforme o esperado. Além disso, quando são considerados os efeitos parciais das colheitas de 1847 e 1848, tem-se que os mecanismos de quitação dos débitos também eram minimamente adequados. Portanto, os dados apontam no sentido de que os contratos, ao menos aqueles vigentes em 1847, conseguiam cumprir seus objetivos, tanto em termos de controle, quanto de incentivos: um equilíbrio de interesses de ambas as partes, que ainda poderia ser aperfeiçoado, mas que apresentava os requisitos mínimos para manter-se.

4.3. Um Contrato, Duas Leituras: Expectativas Diferenciadas de Colonos e Fazendeiros

As disputas entre colonos e fazendeiros sobre seus contratos envolviam diretamente a questão dos pesos e medidas utilizados na averiguação dos resultados da produção das famílias. Uma das queixas mais extensamente discutidas por Thomas Davatz refere-se à interpretação do artigo 5º, parágrafo 4 (DAVATZ, 1972, p. 63-69, 198). Nele, é explicitado que os colonos deverão contribuir, para o beneficiamento, com $400 rs. por arroba de café colhido, que é igualada a três alqueires. Os colonos, por outro lado, alegavam que três alqueires correspondiam a uma quantidade maior que apenas uma arroba. Davatz diz ter realizado uma pesagem pela qual verificou que 1 alqueire de café seco correspondia a 23 libras; outro colono calculara o mesmo, mas com os cafés em cereja, para os quais 1 alqueire correspondia a 19,5 libras. Já para a administração da fazenda, que realizava o cômputo com base na cláusula acima, 1 arroba correspondia a 3 alqueires, o que significa, em termos de peso, que 3 alqueires corresponderiam a 32 libras (ou seja, 1 alqueire = 10,67 libras)[22].

[22] Davatz menciona ainda que os próprios colonos mais antigos – entre os quais possivelmente estavam alguns dos pioneiros de 1847 – também haviam realizado experiências análogas, chegando à conclusão de que um alqueire correspondia a uma média de 19 a 21 libras; Davatz (1972), p. 64.

Voltando aos métodos explicados na seção 4.1, é possível calcular os saldos das famílias com cada um desses pesos e medidas. A diferença entre os saldos calculados com essas medidas diversas é realmente notável. Antes de analisá-las, no entanto, uma ressalva: mesmo os cálculos tomando por base as medidas da fazenda diferem razoavelmente dos saldos efetivamente observados. Esse viés positivo do saldo calculado se deve a duas razões: (i) erros de cálculo; (ii) desconsideração dos adiantamentos que cada família recebeu ao longo dos anos 1847-1850, tanto em dinheiro, quanto em víveres. Os valores dos adiantamentos estão disponíveis nos dados apenas para o ano de 1850. No entanto, sua enorme variação entre as famílias e ao longo do tempo para uma mesma família torna inviável a extrapolação destes valores para os anos anteriores, por isso não foram considerados e daí decorrem as diferenças entre o valor calculado e o valor real dos saldos.

A Tabela 8 traz as estatísticas dos saldos calculados tanto a partir das medidas dos colonos, quanto aqueles que eram empregados pela administração da Ibicaba. O ponto fundamental que se pretende discutir refere-se à diferença entre os dois primeiros saldos calculados e o terceiro. Observa-se que, sob sua interpretação dos contratos, os colonos tinham a expectativa de livrarem-se de suas dívidas em um período muito mais curto do que aquele que poderia interessar ao proprietário.

A primeira parte da Tabela 9 informa quantas famílias, a partir de cada um dos sistemas de cálculo, estariam com saldos positivos nos anos referidos (excetuando aquelas famílias com saldo zero, em função de não terem adquirido uma dívida inicial e não terem produzido).

Decorrem desta análise duas conclusões fundamentais.

A primeira é a de que o mecanismo de controle por adiantamentos monetários e em gêneros funcionava de maneira efetiva, já que a diferença entre o saldo calculado com base nos dados da fazenda e o saldo efetivo deve-se em grande parte ao não cômputo desses adiantamentos.

A segunda é de que as expectativas dos colonos estavam, sob larga medida, em desacordo com a realidade: por seus cálculos, cerca de 85% das famílias estariam livres das dívidas em um prazo de quatro anos; na realidade, apenas 23% delas possuíam saldo positivo em 1850. De fato, isso confirma o que a literatura sobre este período da imigração enfoca frequentemente: os desincentivos sentidos por diversas famílias que não encontravam nas condições reais de trabalho a promissão que lhes era pintada na Europa.

Assim, é razoável a suposição de que não era o sistema de parceria propriamente a causa do descontentamento entre as partes. De um lado, o fato de praticamente ¼ das famílias

estar livre de dívidas em 4 anos é sinal de um potencial de sucesso para os imigrantes; de outro, o saldo efetivamente observado demonstra que os fazendeiros obtinham o trabalho da família imigrante por um prazo suficiente para justificar seus gastos de engajamento[23]. Havia, portanto, certo equilíbrio. No entanto, as percepções das partes eram conflitantes: os colonos tinham expectativas de verem-se livres em um prazo significativamente menor daquele que poderia interessar aos proprietários, ao mesmo tempo em que estes eram inaptos a lidarem com as insatisfações que estas percepções diferentes geravam.

O que se depreende daqui é uma adequação estrutural do sistema de parceria, mas uma falha em sua aplicação: os mecanismos encontravam-se relativamente equilibrados, mas as partes tinham dificuldades em estabelecer relações claras entre si. A não participação dos colonos nos cálculos dos resultados, a não revisão das expectativas por parte dos imigrantes e a inépcia dos fazendeiros em alterarem essas percepções de maneira que não se transformassem em desincentivos são apenas algumas daquelas dificuldades.

Embora tenha sido observado que o contrato de 1847 trazia mecanismos relativamente bem equilibrados, ocorreram alterações fundamentais nos contratos da década de 1850, período a partir do qual Vergueiro & Cia. passou a engajar trabalhadores para diversas fazendas.

O objetivo agora é discutir o ônus representado pelas novas medidas de endividamento que passaram a valer a partir de então: a cobrança da comissão por membro familiar e os quatrocentos réis pelo beneficiamento da arroba de café. Evidentemente, em 1847 ambas ainda não eram aplicadas, mas é possível refazer o exercício anterior com esses valores adicionais para observar como se alterariam os saldos se tais medidas fossem aplicadas já em 1847. Ou seja, deseja-se estudar quantitativamente a efetividade dessas novas medidas de controle que seriam estabelecidas sobre os imigrantes.

Infelizmente, não foram encontrados dados completos para as famílias em questão, de modo que não é possível determinar as idades de cada um dos membros familiares. Para contornar esse problema e calcular os valores das comissões, foi realizada a hipótese de que 50% dos filhos dos casais seriam maiores de 8 anos e os demais, menores[24]. Também deve ser notado que para o cálculo da contribuição foi sempre considerado que uma arroba corresponde a três alqueires, conforme o contrato – a queixa dos colonos não era que essa

[23] Note que isso corrobora os cálculos de Warren Dean em sua discussão sobre a viabilidade das hipóteses de Emilia Viotti da Costa. DEAN (1977), p. 108-110.
[24] Para famílias com um número ímpar de membros, o filho intermediário é sempre considerado como maior de 8 anos.

cláusula fosse aplicada no caso específico do beneficiamento, mas que o fosse no cômputo de sua produção.

A segunda parte da Tabela 9 reporta o número de indivíduos livres de dívida a partir dos três métodos e levando em consideração a comissão de engajamento e a contribuição ao beneficiamento do café. Comparativamente à primeira parte da tabela, observa-se que esses dois novos mecanismos possuíam efetividade, afinal as novas medidas contratuais, caso aplicadas aos contratos de 1847, teriam tido o efeito de fazer com que duas ou três famílias permanecessem por um período maior na fazenda; ou seja, o ônus era suficiente para garantir a permanência na fazenda por um prazo maior. O efeito disso sobre os imigrantes era certamente potencializado no momento em que muitos deles percebiam estar arcando com custos que não eram explicitados em seus contratos

5. Conclusões

O presente trabalho buscou ser uma primeira aproximação, a partir de modelos econométricos e análises quantitativas, das questões suscitadas pelo sistema de parceria e seus efeitos econômicos sobre a formação do mercado de trabalho livre.

Merecem destaque algumas evidências relativamente conclusivas acerca da efetividade dos mecanismos de incentivo e controle presentes nos contratos de parceria.

Em primeiro lugar, notou-se que os mecanismos de controle funcionavam adequadamente – sobretudo, que as dívidas iniciais eram fortemente significantes, tanto sob uma perspectiva estatística, quanto econômica. Além disso, o diferencial das dívidas calculadas pelos diversos métodos e a dívida real em 1850 sinaliza que os controles exercidos a partir do endividamento ao longo do tempo também possuíam efetividade. Finalmente as alterações contratuais pelas quais passou o sistema de parceria na década de 1850 geraram novos controles também efetivos.

Os mecanismos de incentivos, por sua vez, sobretudo aqueles relacionados ao cultivo de subsistência nas fazendas, reagiram exatamente como previa a teoria: existe um ponto ótimo de incentivos marginais, a partir do qual os colonos seriam instados a especializarem-se apenas no cultivo de gêneros de subsistência, diminuindo a produção principal, nos cafezais.

Também foi discutido que anos de baixa produção expunham os imigrantes a condições desvantajosas, em relação às quais não encontravam qualquer proteção em seus contratos. Isso realmente pode ser apontado como uma falha de caráter estrutural do sistema de parceria. No entanto, as discussões acima apontam que existia a possibilidade de alcançar-se um

equilíbrio nos mecanismos de incentivo/controle contratuais, caso houvesse a possibilidade de se levar adiante o sistema e condicional a que as relações trabalhistas com os colonos começassem a ser observadas de maneira diversa àquela vigente.

Finalmente, foram observadas as expectativas exageradas de grande parte dos colonos relativamente ao prazo em que permaneceriam nas fazendas, fruto das interpretações que faziam de seus contratos, as quais não eram corroboradas pelas administrações das fazendas.

Considerando o conjunto desses pontos, é razoável concluir que a experiência com o trabalho livre de alemães e suíços encontrou suas principais barreiras não nos mecanismos contratuais em si, mas, pelo contrário, na inaptidão de se criar relações trabalhistas que tivessem por base o fiel cumprimento daqueles contratos, ou que visassem esclarecê-los aos trabalhadores, adaptando-os quando necessário para que as incertezas não se transformassem em desconfiança mútua e culminassem em conflitos.

6. Referências

Documentos e Fontes de Dados

Lata C07212 - Colônias - **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**.

Lata C07213 - Colônias - **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**.

Lata C07214 - Colônias - **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**.

Lata C07755 - Ministério dos Negócios Estrangeiros - **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**.

Lata C6045 - Contratos e Ordens de Serviço e Compra- **Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)**.

Bibliografia

ABRANTES, Visconde de. **Memoria sobre meios de promover a colonisação**. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

Almanak de S. João do Rio Claro para 1873/ organizado por Thomaz Carlos de Molina e publicado por José Maria Lisboa. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1873. Ed. fac-similar: São Paulo: Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1981.

CALÓGERAS, Pandiá, **A Política Externa do Império: Da Regência à Queda de Rosas**, Vol. 3. Senado Federal: Biblioteca Básica Brasileira, 1998.

COSTA, Emília Viotti, 1994. **Colônias de Parceria na Lavoura de Café: Primeiras Experiências**, in *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos*, 6th ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, Emília Viotti, 1998. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DAVATZ, Thomas, **Memórias de um Colono no Brasil (1850).** São Paulo: Martins, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

DEAN, Warren, **Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HEFLINGER Jr., José Eduardo, 2007. **Ibicaba – O Berço da Imigração Européia de Cunho Particular (Die Wiege der Privat Organisierten Europäischen Einwanderung) - Portugiesisch/Deutsch.** Limeira: Editora Unigráfica, 2007.

HEFLINGER Jr., José Eduardo, 2009. **A Revolta dos Parceiros na Ibicaba A Revolta dos Parceiros na Ibicaba (The Rebellion of the Sharecroppers in Ibicaba) - Portugiesisch/Englisch.** Limeira: Unigráfica, 2009.

HOLANDA, Sergio Buarque de, **Prefácio do Tradutor**, in Thomas Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil (1850).* São Paulo: Martins, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Colonização:Legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

PERRET-GENTIL, Carlos, **A Colonia Senador Vergueiro. S**antos: Typographia Imparcial, 1851.

TSCHUDI, J.J. von, **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. Série Reconquista do Brasil, vol. 14.

WITTER, José Sebastião. **Ibicaba, uma Experiência Pioneira.** São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1982. Coleção Teses e Monografias, vol. 5.

WITZEL DE SOUZA, Bruno Gabriel, **Liberdade ou Grilhões? Um Estudo dos Contratos de Parceria à Luz da Imigração Germânica em São Paulo, 1840-1870.** TCC: FEA-USP, 2011.

7. Anexo - Tabelas: Modelos Econométricos e Análises Quantitativas

Tabela 1 - Modelos univariados em relação ao Saldo em 1850

Var. Dep.: **Saldo em 1850**		
Var. Ind.:	Coeficiente	P-valor
Profissão	-13893.58	0.800
Dívida em 1847	-0.676756	0.002

Nota 1: Cada entrada refere-se a um modelo univariado.

Tabela 2 - Modelos Univariados contra a Profissão

	Var. Dep. **Cafeeiros Cultiv.**		Var. Dep. **Colheita 1847**		Var. Dep. **Colheita 1848**		Var. Dep. **Colheita 1849**		Var. Dep. **Colheita 1850**	
Var. Ind.	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor
Profissão	-940.37	0.136	-69.164	0.19	-142.46	0.07	-90.587	0.05	-183.69	0.056
					*		*		*	

Nota 1: Cada entrada refere-se a um modelo univariado.

Nota 2: * Refere-se a modelos corrigidos para heteroscedasticidade (nível de significância a 5% para o teste de heteroscedasticidade).

Tabela 3 - Modelo Univariado: Saldo por Membro Familiar Relativamente à Dívida por Membro Familiar

Var. Dep.: **Saldo_1850/(Membros)i**		
Var. Ind.	Coeficiente	P-valor
$\boldsymbol{Dívida_{1847}/Membros_i}$	-0.372097	0.000

Nota: Neste modelo, as variáveis foram ponderadas pelo número de membros correspondentes.

Tabela 4 - Modelos Univariados: Variáveis de Produção Relativamente a Cafeeiros Cultivados

	Var. Dep.: **(Colheita)t**							
	t = 1847		**t = 1848**		**t = 1849**		**t = 1850**	
Var. Ind.:	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor
Cafeeiros Cultivados	0.039334	0.000	0.061672	0.000	0.037133	0.000	0.10079	0.0000
	*		*				*	
	Var. Dep.: **(Colheita)t/(Membros)i**							
	t= 1847		**t = 1848**		**t = 1849**		**t = 1850**	
Var. Ind.:	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor	Coeficiente	P-valor
(Cafeeiros)/(Membros)i	0.017122	0.262	0.025793	0.120	0.028513	0.010	0.057174	0.0000

* *

Nota 1:* Refere-se a modelos corrigidos para heteroscedasticidade (nível de significância a 5% para o teste de heteroscedasticidade).

Tabela 5 - Modelo Multivariado: Saldo em 1850 contra Colheitas 1847-1850

Var. Dep.: **Saldo_1850**		
Var. Ind.:	Coeficiente	P-Valor
Colheita_1847	70.78374	0.698
Colheita_1848	523.6122	0.000
Colheita_1849	-94.51738	0.535
Colheita_1850	-24.26909	0.813

Tabela 6 - Modelo Quadrático: Produção contra Propriedade de Animais

Var. Dep.: **Cafeeiros Cultivados**		
Var. Ind.:	Coeficiente	P-valor
Vacas	4697.367	0.000
Vacas²	-1375.217	0.015
Cavalos	604.2851	0.576
Cavalos²	41.77596	0.923

Tabela 7 - Regressão Múltipla: Saldo_1850 Contra Todas as Variáveis

Var. Dep.: **Saldo em 1850**		
Var. Ind.	Coeficiente	P-valor
Membros	-12884.97	0.120
Adultos	9197.459	0.815
Profissão	37851.2	0.173
Dívida_1847	-0.9015813	0.000
Adiantamentos_1850	0.1140374	0.609
Colheita 1847	265.1378	0.039
Colheita 1848	440.1732	0.000
Colheita 1849	78.50383	0.458
Colheita 1850	-9.021611	0.905
Vacas	717.574	0.991
Vacas²	16336.83	0.603
Cavalos	-66111.06	0.295
Cavalos²	22037.49	0.386

Tabela 8 - Estatísticas dos Saldos Calculados

Variável	Observações	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Saldo Colonos - 1	72	737394.5	919946.3	-179776	5454178
Saldo Colonos - 2	72	587715.4	781113.1	-179776	4624194
Saldo Fazenda	72	209953.8	439235.2	-275452.7	2529474
Saldo Efetivo	72	-88393.4	240164.2	-433145	1042320

Nota 1: Saldos Colonos – 1 e 2 são calculados de acordo com as duas medidas de Thomas Davatz. Saldo Fazenda é calculado tomando por base a cláusula contratual que estipula a equivalência entre 3 alqueires e 1 arroba. Finalmente, Saldo Efetivo refere-se aos valores realmente observados nos saldos em 1850.

Tabela 9 - Número de Famílias Livres de Dívidas: Cálculos para os Contratos de 1847 e Para as Alterações Ocorridas na Década de 1850

Contrato 1847					Contrato alterado - década de 1850			
Ano	Medida Colonos - 1	Medida Colonos - 2	Medida Fazenda	Efetivo	Ano	Medida Colonos - 1	Medida Colonos - 2	Medida Fazenda
1847	11	9	5	-	1847	10	8	4
1848	35	32	12	-	1848	34	25	7
1849	45	44	23	-	1849	45	40	19
1850	61	56	48	17	1850	58	55	45

Nota: Para o contrato de 1847, aplicaram-se os cálculos variando as medidas, observando-se, então, o número de famílias livres de dívidas e que haviam produzido no período. O mesmo exercício é repetido considerando-se as alterações ocorridas na década de 1850.

Tabela Resumo - Significados das Variáveis Utilizadas

Variável	Descrição
Saldo_1850	Saldo efetivo de cada família em 15 de Março de 1850.
Membros	Número de indivíduos compondo a família.
Profissão	Dummy: valor = 1 para famílias com chefes que exerciam profissão não agrícola.
Dívida_1847	Valor inicial da dívida da família de imigrantes.
Cafeeiros cultivados	Total de pés de café colhidos pela família.
(Colheita)t, t= 1847-1850	Colheita, em alqueires, para cada ano considerado.
(Saldo_1850)/(Membros)i	Razão entre o saldo e o número de membros familiares, com o objetivo de capturar a relação entre o saldo e a quantidade de membros.
(Dívida_1847)/(Membros)i	Razão entre a dívida inicial e o número de membros familiares; objetivo análogo ao da variável anterior.
(Colheita)t/(Membros)i	Razão entre a colheita em cada ano e o número de membros familiares; objetivo análogo ao da variável anterior.
Cafeeiros/(Membros)i	Razão entre o total de cafeeiros e o número de membros familiares; objetivo de demonstrar quantos cafeeiros podiam caber a cada um dos membros.
Vacas	Quantidade de vacas possuídas pela família.
Vacas²	Termo quadrático da variável anterior.
Cavalos	Quantidade de cavalos possuídos pela família.
Cavalos²	Termo quadrático da variável anterior.
Adultos	Mostra se a família era composta por um casal, por viúvos ou por indivíduos solteiros.

A INCORPORAÇÃO PRODUTIVA DO CAFÉ MINEIRO: ENTRE O VALE DO PARAHYBUNA E A ZONA DA MATA (1855 – 1870)[1]

Bruno Novelino Vittoretto

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: O presente trabalho analisa o processo de incorporação produtiva da cafeicultura mineira ao mercado mundial do produto entre os anos de 1855 e 1870. Mais especificamente, considera esse mesmo processo como o elemento fundante da região da Zona da Mata enquanto tal, uma vez que a rubiácea é a principal responsável pela constituição de seu espaço. Ou seja, fora a partir desse momento que homem e natureza se modificariam profundamente de maneira recíproca lançando as balizas de sua identidade em relação ao restante das regiões mineiras. Ainda, busca revelar o descompasso temporal de introdução do produto verificado no caso matense frente as outras regiões cafeicultoras do país, mais especificamente o Vale do Paraíba fluminense. As fontes consistem basicamente nos inventários *post-mortem* correspondentes ao período em foco, sob a guarda do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Palavras-chave: Zona da Mata, cafeicultura, incorporação produtiva

Abstract: This paper analyzes the process of incorporation into productive of Minas Gerais' coffee to the world market between the years 1855 and 1870. More specifically, consider the same process as the most important element of institution of the Zona da Mata as a region, since the Rubiaceae is primarily responsible for setting up its space. That is, from that point out that man and nature would change profoundly in a reciprocal way by launching the elements of its identity in relation to the rest of the Province. Still, seeks to reveal the time lag of introduction of the product found in the Zona da Mata region compared to other coffee-growing regions of the country, specifically the Rio Paraíba Valley. The sources consist primarily in postmortem inventories for the period in focus, in the custody of the Historical Archive of the Federal University of Juiz de Fora (AHUFJF).

Keywords: Zona da Mata, Coffee Culture, incorporation into productive

Meio ambiente e cafeicultura

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, *não há meios ambientes que sejam favoráveis ou desfavoráveis em si, de maneira absoluta* ao desenvolvimento de determinadas atividades agrícolas. Contudo, o mesmo autor afirma ser um erro comumente praticado dentre os historiadores considerar as forças naturais como elemento *puramente externo*.[2] Nesse sentido, as características geomorfológicas das regiões produtoras, em consonância com os elementos socialmente constituídos, são de extrema importância para a compreensão das especificidades da produção agrária existente. É propriamente o caráter, a natureza do *sistema extensivo* –

[1] Versão resumida do terceiro Capítulo da dissertação de mestrado "Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)", defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2012.

[2] CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, p.18-19.

anteriormente especificado – que permite essa análise conjunta dos fatores ambientais e sociais.

É, portanto, nesse sentido que as condições ambientais das regiões em que uma *commodity* agrícola é implantada devem ser aqui consideradas na análise sobre o desenvolvimento da cafeicultura regional. Pode-se compreender que o Vale do Parahybuna apresentava plenas condições físicas à incorporação produtiva da rubiácea na segunda metade do século XIX, uma vez que a adaptação da planta a fatores como o clima, o solo e a topografia local ocorreu de modo que sua produtividade não seria comprometida, a não ser que fatores extra-ambientais agissem de maneira contrária às especificidades de seu cultivo. E o ajustamento da *coffea arabica* no interior de Minas Gerais não diferiu, em seus aspectos físicos daqueles encontrados nas demais regiões cafeeiras da parte sudeste do país:

> *Na região centro meridional o cafeeiro vinha encontrar as características típicas do meio tropical. Estes se marcam pelos verões ardentes, com suas chuvas fortes concentradas principalmente nos meses de novembro a março, e invernos sempre secos, as noites relativamente frias. (...) Encontrava a pluviosidade média de 1000 mm, muitas vezes ideal, com 1200 a 1600 mm, o mês mais quente com temperatura acima de 22ºC, o mais frio acima de 18ºC, as médias anuais de 20ºC, reputadas excelentes.*[3]

A região que passa a constituir a parte sul do território da Zona da Mata apresenta um clima ameno durante boa parte do ano, com regimes regulares de chuva entre outubro e março. O território da Zona da Mata mineira também está constituído em altitudes médias de 800-900 metros acima do nível do mar, sendo que boa parte de onde se implantou a cultura do café, o relevo não supera 1200 metros, onde fatalmente ocorrem geadas que atrapalham o cultivo.[4] Já os solos de coloração alaranjada ou amarelada moderadamente férteis, eram compensados com o húmus produzido pelas abundantes florestas, que por sua vez diminuíam a acidez da terra, e geravam condições de maior produtividade para a planta[5] em um momento que as técnicas de cultivo não apresentavam nenhum tipo de tratamento para além dos próprios recursos oferecidos naturalmente, pelo próprio meio físico.[6]

Portanto, o café matense se incorpora produtivamente ao mercado de *commodities* no devido período também pelo caráter adaptativo da planta ao meio natural local. Embora seja

---

[3] CANABRAVA, Alice Piffer. *A Grande Lavoura*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (ORG.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, Tomo 2, Vol.4, 1974, p.94.

[4] SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929, p.149-150.

[5] VALVERDE, Orlando. *Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais.* **Revista Brasileira de Geografia.** 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro, 1958, p.3-25.

[6] BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1983, p.39-101.

uma planta de clima tropical, naturalmente surgida em áreas quentes, a rubiácea se desenvolveu de maneira extremamente ampla nas áreas de clima ameno. Por ser uma árvore de sub-bosque, o cafeeiro não possui nenhuma espécie de mecanismo de armazenamento de umidade, ao passo que em condições adversas, pode retirar a referida umidade a profundidades consideráveis, ultrapassando os três metros. Dessa forma, seu caráter mesial [7] – que faz com que não exija solos que não sejam nem secos, nem encharcados – demonstrou-se perfeitamente adaptável nas terras argilosas de topografia acidentada mais afastadas da costa marítima, em que as exigências botânicas do produto convergiram com a forma de organização da produção.

Os custos de montagem de uma empresa agrícola cafeeira, nessas condições, também não representam em si um empecilho ao seu desenvolvimento. A relativa facilidade de acesso aos elementos conformadores do sistema agrário, a terra e trabalho, foi fator determinante dessa dinâmica. Adicione-se a isso a iniciativa dos grupos que vão se estabelecendo na região, mormente ligados a atividades mercantis no interior da capitania/província de Minas Gerais, cujo cabedal necessário para investir na produção da rubiácea foi o suficiente para iniciar as atividades nas propriedades matenses.[8] Rafael Marquese aponta a importância do acesso à terra e ao trabalho ocorrido no Brasil durante a primeira metade do século XIX:

> *(...) os custos de implementação da cafeicultura no centro-sul eram relativamente baixos, se comparados com outras possibilidades de inversão existentes no período. As condições que tornavam reduzidas as necessidades de grandes investimentos para se formar uma fazenda cafeeira (...) deitavam raízes no baixo custo do fator terra (...) e na oferta elástica de mão-de-obra escrava, provida pelo crescente tráfico negreiro no primeiro quarto do oitocentos entre o litoral congo-angolano da África e a cidade do Rio de Janeiro.*[9]

Transportes e infraestrutura

Para além do meio físico e do acesso aos fatores de produção, outro elemento fundamental ao processo de incorporação produtiva do café mineiro diz respeito à transformação ocorrida no setor de transportes, vivenciada na segunda metade do oitocentos. Duas vias terrestres anteriores marcaram a dinâmica da produção e a conformação do espaço

[7] DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p.195-96.
[8] OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Juiz de Fora: Funalfa, 2005.
[9] MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660/1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.264.

que viria a se estabelecer como a Zona da Mata mineira. O primeiro deles, a existência do Caminho Novo, que servira como elo entre as áreas interioranas da capitania de Minas Gerais e o centro nevrálgico da colônia, o Rio de Janeiro, teve papel importante no fluxo de pessoas e mercadorias dentre duas das capitanias mais importantes economicamente nos séculos XVIII e início do XIX.

O outro, a criação da Estrada do Parahybuna, também representou um avanço nas comunicações entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. Empreendimento de menor vulto realizado já no período imperial pelo engenheiro alemão Fernando Henrique Halfeld em 1837, tratava-se de uma variante do Caminho Novo.[10] Ou seja, o objetivo da empresa realizada era encurtar o tempo de viagem para a capital das Minas Gerais, estabelecendo alguns trechos alternativos ao itinerário da via criada há mais de um século naquele momento. Dessa forma, parte da estrada acaba por cortar o antigo distrito de Santo Antonio do Parahybuna, onde exatamente se consolida o que viria a ser o centro da cidade de Juiz de Fora.

Em que pese a importância das duas vias supracitadas por mais de um século e meio, é a partir da criação da Estrada de Rodagem União & Indústria que a dinâmica regional aflora de maneira significativa. Trata-se, para boa parte da historiografia especializada no tema, de um marco importante para a história local,[11] ao passo que seu surgimento coincide com a ascensão do produto exportador escoado da Zona da Mata para o porto carioca. Em 1852, cria-se a companhia que dá início às obras da rodovia, capitalizada em boa parte por proprietários agrícolas exportadores estabelecidos na própria região, com garantias de juros e outros subsídios fornecidos pelo estado. Portanto, a criação da União & Indústria se deu predominantemente em *função do escoamento da produção de café, sendo um dos decorrentes da produção cafeeira da Mata de Minas Gerais*.[12]

Após quase dez anos de seu início, a Estrada de Rodagem União & Indústria é inaugurada em 1861, com a presença do então Imperador Dom Pedro II. Domingos Giroletti aponta alguns elementos da via terrestre que irá representar uma economia de 50% a 70% no custo do frete para o Rio de Janeiro:

---

[10] BASTOS, Wilson de Lima (ORG.). **Caminho Novo, Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1993, p.32.

[11] GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980. LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981. LANNA, Ana. **Transformação do Trabalho: A Passagem para o trabalho Livre em Minas Gerais, 1870/1920**. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1985. PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993.

[12] PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930**. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 2004, p.44.

> *(...) introduziu uma nova dinâmica no esquema de comercialização da produção local. A abertura da Rodovia União & Indústria vai transformar Juiz de Fora num entreposto comercial. Vai permitir o desenvolvimento do comércio local, tendo como conseqüência maior concentração de capital. Juiz de Fora se transforma, como ponto terminal da mais importante via de comunicação da Província, no local de passagem obrigatória entre minas e o Rio de Janeiro, no núcleo econômico mais dinâmico da Zona da Mata e polarizador de uma vasta região de Minas e parte de Goiás (...) Com a abertura da Rodovia, com seu leito macadamizado e com seu sistema de transportes – diligências e carroças – modificaram-se radicalmente as condições de transporte feito, até então, pelas tropas de burros, cuja quantidade por jumento não excedia 60 quilos de carga. A Rodovia União & Indústria introduziu maior "liquidez" no sistema: maior rapidez, maior quantidade e volume de carga exportada, maior segurança e continuidade no movimento de circulação de mercadorias em todas as épocas do ano e, conseqüentemente, barateamento do preço/arroba, por légua transportada.*[13]

Embora tenha sido inaugurada na década de 1860, a pauta de discussão sobre a construção da via terrestre começa no início da década de 1850. Além do barateamento dos custos de deslocamento da mercadoria exportadora, o advento da via terrestre também representou melhores condições de locomoção, que acabou por reduzir em muito o tempo de viagem entre a cidade de Juiz de Fora e o Rio de Janeiro, cujo percurso diminuíra para apenas em torno de 12 a 14 horas.[14] Ainda, a estrada não só integrou a região da Zona da Mata ao Rio de Janeiro enquanto porta de saída ao mercado mundial, mas também integrou a própria região matense no interior das Minas Gerais, tal como o setor ferroviário faria de maneira mais dinâmica na década seguinte.

A empresa fora pioneira, ao projetar uma estrada de rodagem, e não de ferro, que fosse tão moderna quanto suas similares europeias.[15] O trecho estabelecido entre Juiz de Fora e Petrópolis representava aquilo que de mais moderno havia em matéria de estradas: um trajeto de baixa inclinação, calçado pelo sistema de macadamização, cuja técnica traria maior trafegabilidade, e possuidor de uma linha de carros que fazia a ligação constante.[16] Portanto a Estrada de Rodagem União & Indústria foi um empreendimento de vulto significativo, seja pelas *condições do traçado da estrada e pelo seu acabamento, como pela sua importância econômica no período que precedeu as ferrovias*.[17] Portanto, há uma *causação circular entre a melhoria dos transportes, a abertura de vias de comunicação e o desenvolvimento da cafeicultura*, uma vez que o próprio capital cafeeiro financiou direta ou indiretamente a construção dessas vias, e estas, por sua vez, facilitaram o aumento da produção da rubiácea.[18]

---

[13] GIROLETTI, Domingos. *Op. Cit.*, 1980, p.41.
[14] *Idem*, p.35.
[15] MORAIS, Viviane Alves de. **Estradas Interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2010, p.144.
[16] *Idem*, p.201.
[17] MATOS, Odilon Nogueira de. *Vias de Comunicação*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (ORG.) *Op. Cit.*, 1974, p.46.
[18] GIROLETTI, Domingos. *Op. Cit.*, 1988, p.33.

Essa *causação circular* apontada por Giroletti trata-se em outros termos, da decorrência de um efeito de encadeamento retrospectivo.[19] O efeito de encadeamento retrospectivo é aquele que leva investimento em *setores que gravitam em torno do fornecimento de insumos, bens e serviços para o setor exportador*.[20] Portanto, o incremento alcançado no setor de transportes na década de 1860 resulta do próprio processo de ascensão do produto básico, uma vez que a Estrada de Rodagem União & Indústria surge como um elemento fundamental na infraestrutura cafeicultora regional, ao direcionar praticamente toda a produção da rubiácea em direção mercado internacional, via Rio de Janeiro (Quadro 01).

Quadro 01

Café Produzido por MG e Volume de Café Transportado pela Cia.União & Indústria (1858-1868)

Ano	*Café Exportado MG em @ - (A)*	*Café Transportado em @ - Cia. U & I - (B)*	*% A/B*
1858	889.766	503.418	56,5
1859	688.946	1.082.172	177,0
1860	1.593.808	1.362.190	88,4
1861	1.092.616	1.576.826	144,3
1862	647.707	771.598	119,1
1863	994.615	986.072	99,1
1864	1.476.017	887.200	60,1
1865	1.303.748	1.309.006	100,4
1866	2.150.304	1.326.797	61,7
1867	2.130.992	1.982.259	93,0
1868	2.793.555	1.673.622	59,0

Apud: GIROLETTI, Domingos. *Op. Cit.*, 1980, p.42.

Qualidade do Café

Mas não só o incremento do setor de transportes e as características ambientais da Zona da Mata foram fatores essenciais no processo de incorporação produtiva do café regional ao mercado mundial. A questão da qualidade do produto também pode ser elencada como fator de extrema importância nesse processo. Grande parte do café produzido no Brasil ao longo do século XIX se distinguiu por sua relativa baixa qualidade. E a distinção, nesse

[19] Para uma definição de Efeito de Encadeamento, ver: HIRSCHMAN, Albert. *Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada.* IN: SORJ, Bernardo. **Economia e Movimentos Sociais na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
[20] PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004, p.32.

caso, não representava um empecilho ao alcance que rubiácea aqui cultivada poderia representar ao redor do globo. Pelo contrário, fora justamente um dos fatores que facilitaram o processo de comercialização do café brasileiro nos mercados estrangeiros. Steven Topik chama a atenção para essa questão:

> *Os Estados Unidos não eram um mercado interessado na qualidade do café. O longo transporte em carros, trens e navios constantemente causavam danos aos grãos, que também não eram especificamente de boa qualidade por causa do sistema escravista do país, que enfatizava mais o volume do que a qualidade.*[21]

A tônica da cafeicultura brasileira, portanto, se conformou pela superexploração dos recursos naturais e do trabalho cativo para despejar uma quantidade enorme de café no mercado mundial. Embora o *sistema extensivo* fosse utilizado em outras áreas cafeicultoras situadas nos trópicos ao longo do século XIX, foi de fato no Brasil aonde ele se disseminou de maneira mais efetiva. A diferença da rubiácea nacional produzida no oitocentos, incluindo aqui o café matense, se consolidou não só pela forma de cultivo adotada, mas também e principalmente pelo trato pós-colheita dado ao grão. Ou seja, o beneficiamento do café foi um elemento chave na determinação da qualidade que unidades de produção e as regiões cafeeiras poderiam oferecer em relação aos seus produtos.

Das tentativas em agregar valor ao produto que se referiam aos processos de beneficiamento, destacam-se dois métodos distintos. O primeiro deles consiste no chamado "método molhado" ou beneficiamento por "via úmida". O método molhado consistia na imersão dos grãos de café em tanques com água por aproximadamente três dias, para que houvesse a separação dentre o café maduro e o café ainda verde. A diferença de peso dentre os grãos faz com que os primeiros, mais secos, sobrenadem, enquanto os outros submergem. O período é o suficiente para que a fermentação ocorrida destrua ou favoreça a extração da casca que envolve os grãos, que são lavados novamente, e uma vez amontoados são deixados a secar em terreiros sob a ação do sol, ou em aparelhos denominados secadores.[22]

Já o outro método de beneficiamento refere-se ao "método seco" ou beneficiamento por "via seca". Nele, o processo é bem mais simples, sendo que o produto era diretamente despejado em terreiros para a secagem sob o sol, e remexido de tempos em tempos, tentando-

---

[21] *The United States was not a market interested in quality coffee. The long transport in carts, trains, and ships often caused damage of beans that were often not especially good quality to being with because Brazil's slave system emphasized volume rather than quality.* TOPIK, Steven. *The Integration of the World Coffee Market*. IN: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG**). The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989**. New York: Cambridge University Press, 2003, p.40.

[22] CARVALHO, João. *A cultura do café no Oeste de Minas – Municipio de Lavras.* IN: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1927, p.463-64.

se evitar a absorção da umidade do solo por parte dos grãos. Antes de ser despolpado e moído mecanicamente, o café colhido sem qualquer seleção prévia que distinguisse os grãos mais dos menos maduros, permanecia por cerca de dez a trinta dias nesses pátios, dependendo justamente da porcentagem de café verde presente. Esse foi o método amplamente utilizado no Brasil, e em países outras regiões cafeeiras que buscavam alcançar os mercados estrangeiros pela quantidade de café produzido, como El Salvador ou Java.[23]

O método molhado foi predominantemente adotado em regiões da América Central e do Norte, como as áreas produtoras da Colômbia e da Guatemala. A Costa Rica se estabeleceu como sua principal representante. Particularmente, o café costa-riquenho produzido nas pequenas e médias propriedades rurais, era devidamente processado em unidades maiores ou mesmo em algumas zonas urbanas do país, que contavam com um sistema de transportes mais eficiente. Ao contrário do caso colombiano – embora sua produção fosse realizada em propriedades menores – cujo beneficiamento da rubiácea acontecia nas próprias unidades de produção.[24] A seleção dos grãos no momento da colheita também era característica primordial, ao passo que eram escolhidos apenas os frutos aptos à próxima fase do processo de produção, evitando o método pouco criterioso do derriçamento.

Em que pesem as diferenças dos métodos de beneficiamento na valorização do produto, acontece que com o decorrer do tempo há um processo de segmentação do mercado de café, quando em finais do XIX já possível estabelecer determinados nichos para cada tipo de produto. É nessa especificidade que o café costa-riquenho se destacou e buscou seu espaço dentro do mercado mundial. Contudo, a tendência da combinação baixo custo/baixa qualidade predominava de maneira a não comprometer, pelo contrário, pôs-se a expandir a produção em regiões com características parecidas com o Brasil, incluindo principalmente o próprio. Dois pontos explicam essa tendência: primeiro, a própria natureza do consumo do produto, difundido amplamente às classes emergentes do continente europeu e dos Estados Unidos. Segundo, os próprios avanços técnicos no setor de alimentos, que eximiam a necessidade de um produto de maior qualidade, a exemplo do café solúvel.[25]

---

[23] *Idem*, p.464-65. SAMPER, Mario. *The historical construction of quality and competitiveness: a preliminary discussion of Coffee Commodity Chains*. IN: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG). *Op. Cit.*, 2003, p.124-25. TOPIK, Steven & SAMPER, Mario. The *Latin American Coffee Commodity Chain: Brazil and Costa Rica*. IN: TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006, p.130-31.

[24] SAMPER, Mario. *The historical construction of quality and competitiveness: a preliminary discussion of Coffee Commodity Chains*. IN: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG). *Op. Cit.*, 2003, p.145.

[25] *Idem*, p.128.

Os padrões de qualidade vieram a se estabelecer de maneira mais rigorosa no final do XIX e início do XX. Vários eram os critérios adotados na distinção dos cafés, como a cor, densidade, composição química, umidade, aparência, dimensões, etc. Além dos aspectos referentes ao grão, ficava também estabelecido o tipo de café aquele que era originário de determinados portos.[26] No caso dos dois maiores produtores da rubiácea no Brasil, em terras paulistas o café alcançara o padrão de qualidade entre os níveis 7 e 8, enquanto que o café fluminense se estabeleceu entre os tipos 8 e 9.[27]

Já o café produzido na Zona da Mata mineira não diferiu muito em qualidade das características da rubiácea produzida nas regiões supracitadas, com maior diferença talvez para o caso do café do oeste paulista, cujo padrão demonstrou-se sensivelmente maior. Mas como visto anteriormente, a falta de qualidade da rubiácea cultivada não representou um empecilho para que o mercado internacional do café fosse acessível às regiões produtoras. Em que pesem as sensíveis diferenças dentre as regiões cafeeiras do centro-sul do Brasil em relação ao padrão de qualidade do produto nelas desenvolvido – alcançando em média um nível baixo – a maior distinção dentre elas vai se estabelecer com base na cronologia de seus ciclos. Quer dizer que a incorporação produtiva da região matense ao mercado mundial do produto se deu em um momento distinto do advento da cafeicultura nas outras regiões do sudeste brasileiro, principalmente o Rio de Janeiro e São Paulo.[28]

A incorporação produtiva do café regional

Segundo Antonio Barros de Castro, a produção do café nacional foi caracterizada ao longo do século XIX e início do XIX como uma *cultura itinerante*, que tanto na expansão quanto na crise, deveria ser pensada enquanto uma atividade em movimento que englobava simultaneamente três espaços e três tempos.[29] Significa dizer que existiam de maneira conjunta uma zona recente de produção, onde o café estaria penetrando; uma zona intermediária, onde a rubiácea já se encontraria consolidada e em pleno cultivo; e por fim, uma zona pioneira que se estabeleceria como a área de ocupação mais antiga, e por isso decadente. Das três regiões cafeeiras mais importantes do país, pode-se elencar na mesma

[26] SAMPER, Mario. *The historical construction of quality and competitiveness: a preliminary discussion of Coffee Commodity Chains*. IN: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG). *Op. Cit.*, 2003, p.126.
[27] MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Convênio de Taubaté e a agricultura Fluminense*. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Vol.4, Nº3, Ago (número especial), Taubaté, 2008, p.93-94.
[28] PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993.
[29] CASTRO, Antonio Barros de. **7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, Vol.2, 1971, p.60.

ordem o Vale do Paraíba fluminense, a Zona da Mata mineira e o Oeste paulista como os representantes dessa formulação elaborada por Barros de Castro.

Portanto, a cafeicultura não deve ser vista como um único processo que englobe todas as áreas envolvidas com o produto, uma vez que somente a abordagem regional é capaz de dar conta das especificidades históricas conformadoras da dinâmica de cada espaço econômico e a capacidade que cada um deles representou em determinadas conjunturas. Sônia Mendonça assim delineia como os estudos históricos devem abordar a questão do café no país:

> *A noção de "cafeicultura", tal como qualquer outra, consiste numa construção e, enquanto tal deve ser relativizada. Identificar um "setor cafeeiro nacional" consiste em uma violência simbólica das mais poderosas, posto pressupor homogeneidade, igualdade de condições produtivas e, sobretudo, união, ausência de conflitos. É impossível esquecer que a cafeicultura não implica em desenvolvimento regional homogêneo, posto englobar áreas em distintas condições de desempenho e baseadas em relações de trabalho totalmente diversas.*[30]

De acordo com essas considerações, pode-se afirmar que o café mineiro destacou-se no cenário nacional como um intermediário da grande produção brasileira da rubiácea, estabelecendo-se dentre as duas regiões mais importantes. Em outros termos, a incorporação produtiva do café em Minas Gerais tardou a ocorrer em relação ao caso fluminense, e se adiantou em relação ao caso do oeste paulista. Contudo, deve ser esclarecido, como é comum ocorrer mesmo entre os historiadores não especializados, que a mera a existência da planta na região da Zona da Mata, ou mesmo nas outras regiões cafeeiras do país, não revela por si só a dinâmica de mercado que a envolve. Ou seja, o cafeeiro foi introduzido no início do século XVIII no norte do país, e desde então foi sendo testado, adaptado naturalmente em direção às áreas mais ao sul. Sua presença fora elemento constante nas unidades rurais em diversas regiões, até que o pioneirismo do Vale do Paraíba fluminense incorporasse de maneira efetiva sua produção no segundo quartel do XIX:

> *Em 1731 era cultivado em quintais e sítios dos arredores de Belém (PA) e no Maranhão. (...) Durante o século XVIII, e mais especialmente no seu último quartel, a planta foi levada a vegetar por meio de sementes e mudas, em pontos do território brasileiro distantes em relação ao centro original de sua disseminação. (...) Penetrou em várias capitanias do Nordeste, como cultura experimental, no recinto de hortas ou quintais. É certo que foi cultivado no Ceará, desde 1747 ou 1763, sob o clima ameno da serra de Baturité. Na parte meridional da Bahia, pequenos plantios de cafeeiros vicejavam em 1780, os de Ilhéus mais florescentes. Introduzira-se também em Goiás, 1774, no município de Santa Luzia. Por iniciativa oficial plantou-se café em Santa Catarina em 1786, limite extremo de sua expansão meridional.*[31]

---

[30] MENDONÇA, Sônia Regina de. *Op. Cit.*, 2008, p.88-89.
[31] CANABRAVA, Alice Piffer. *A Grande Lavoura*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (ORG.) *Op. Cit.*, 1974, p.87.

No caso mineiro, é inegável a existência do cultivo de café na primeira metade do oitocentos. No entanto, a tônica da produção cafeeira da região que viria a se conformar como a Zona da Mata não foi capaz de estabelecê-lo de maneira efetiva no mercado cafeeiro. Embora houvesse a disponibilidade da terra e do trabalho nas unidades rurais do Vale do Parahybuna, a cafeicultura regional ainda não havia sequer iniciado a transformação da paisagem agrária. Portanto, é esse caráter de intercessão que vai configurar as especificidades do desenvolvimento gerado pelo produto básico no final do século XIX, delimitando a Zona da Mata como um espaço *periférico*, se comparado com as duas principais regiões produtoras de café do país.

De fato, não há meios de afirmar que a expansão da cafeicultura *se dá simultaneamente nos estados do Rio, de Minas e de São Paulo, configurando em um único processo*[32], ou ainda em uma comparação mais simplificada, de que o *café na Mata mineira inicia seu desenvolvimento concomitantemente com o Vale do Paraíba*.[33] Longe dessas afirmações, o advento da cafeicultura mineira emergiu com um atraso temporal em relação ao ciclo de produção cafeeiro fluminense, dada sua posição geográfica. Afastada da costa marítima em mais de uma centena de quilômetros por terrenos escarpados, somente a integração via setor de transportes – primeiro a estrada, depois a ferrovia – foi capaz de colocar a região da Zona da Mata de maneira efetiva no mercado internacional do produto. Portanto, a questão da fronteira demonstrou-se fundamental, ao passo que Mata se inseriu na produção da rubiácea quando o movimento de ocupação e expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba já havia se consolidado, e a região fluminense do café se destacava na primeira posição no mercado mundial da *commodity*.

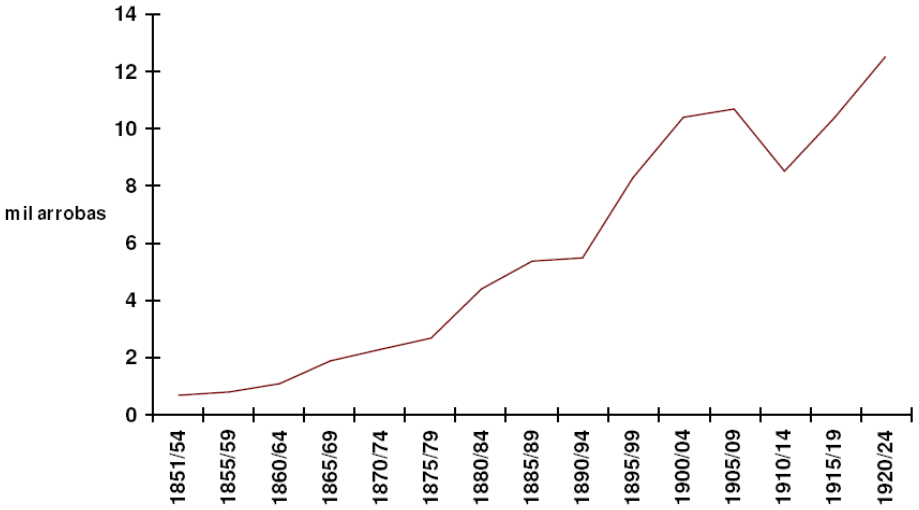
Ainda, o processo de consolidação da fronteira cafeeira no interior da região matense serviu como elemento de diferenciação no próprio território onde ela esteve alocada. Quer dizer que o surgimento da cafeicultura correspondeu à fundação da Zona da Mata enquanto tal, diferenciando-a das demais regiões da Província mineira. A acentuação dessas diferenças iria se concretizar ainda mais com o advento da República, na formação do que veio a ser chamado pelo pesquisador John Wirth como o *mosaico mineiro*.[34] Portanto, percebe-se que há uma dupla diferenciação que é especifica à Zona da Mata no que tange a sua dinâmica econômica após o processo de incorporação do café em seu território, em que sua estrutura

[32] LIMA, João Heraldo. *Op. Cit.*, 1981, p.4.
[33] LANNA, Ana. *Op. Cit.*, 1988, p.31.
[34] WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira, 1899-1937**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

destoa tanto das outras regiões – não exportadoras – mineiras, quanto das outras regiões exportadoras do café, Rio de Janeiro e São Paulo.

Gráfico 01

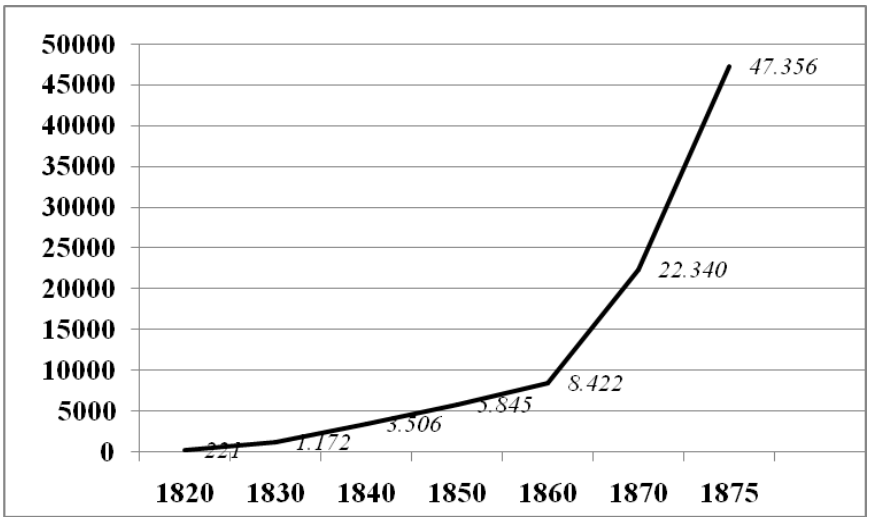
Médias Quinquenais da Produção de Café de Minas Gerais (1850/1924)



Apud: PIRES, Anderson. *Minas Gerais e a cadeia global da "commodity" cafeeira – 1850/1930*. **Revista Eletrônica de História do Brasil.** V. 9, n. 1, v.9 n.1, jan-jul., 2007, p.16.

Gráfico 02

Exportações de Café Mineiras em Toneladas (1820-1875)



Apud: BLASENHEIM, Peter. *Uma História Regional: a Zona da Mata Mineira, 1870/1906*. **V Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: UFMG/PROEP, 1982.

Com base nos dados fiscais da Província de Minas Gerais, nos levantamentos sobre o volume da produção, e principalmente nos inventários *post-mortem*, é possível determinar o

momento de incorporação produtiva do café regional, e diferenciá-lo dos demais ocorridos no agro fluminense e paulista. Os dados presentes nos Relatórios de Presidentes de Província, dentre outras séries fiscais de Minas Gerais trabalhados por Restitutti, obtém informações sobre a produção e comercialização do café mineiro durante o século XIX. Segundo os dados levantados pelo autor, o café alcança apenas 5% do valor total das exportações da Província no período compreendido entre 1818 e 1828; crescendo respectivamente para 19,2% e 27,9% nos períodos 1839-1849 e 1850-1860. Já na década de 1860, o produto alcança a cifra de 47,6%, chegando a 69,4% no período de 1870 a 1884.[35]

Quadro 02

Média Qüinqüenal de Produção de Café em Minas Gerais (1851-1874)

QUINQUÊNIO	*PRODUÇÃO MG (Em Arrobas)*	*PRODUÇÃO MG (Em Milhares de Toneladas)*
1851 – 1854	711.732	11,84
1855 – 1859	809.780	11,85
1860 – 1864	1.150.152	16,83
1865 – 1870	1.973.591	23,89
1871 – 1874	2.313.054	33,87

Apud: PIRES, Anderson. *Op. Cit*., 2007, p.20.

O momento de inflexão da cafeicultura local de fato ocorre nos primeiros anos da década de 1860. E esse movimento teve impacto direto na economia da Província, uma vez que o fluxo, e consequentemente a arrecadação sobre as mercadorias que saiam do território mineiro foram massivamente predominados pelo crescimento da cafeicultura. Quer dizer que a evolução das exportações não cafeeiras, marcadamente configuradas pela historiografia como elemento-chave do dinamismo da economia mineira durante os séculos XVIII e XIX, em que se destacam a comercialização do gado e de gêneros alimentícios,[36] pouco contribuiu para o comportamento das exportações totais a partir de 1860, pois se verificou que a tendência de crescimento do volume exportado no oitocentos *deve-se quase exclusivamente à expansão da produção de café* durante o período.[37]

[35] RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. Dissertação de Mestrado, UNESP, Araraquara, 2006, p.82.
[36] GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.
[37] RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Op. Cit.*, 2006, p.77.

> *O café constituiu atividade mais dinâmica de Minas provincial (...) Entre 1818-28 e 1839-50 sua participação nas exportações totais passou de 4,5% para 18% e nas agrícolas de reexportação de 20% para 73%. A partir da década de 1860 o café passa a predominar absolutamente na composição das exportações mineiras.*[38]

O efeito de encadeamento fiscal já é perceptível a partir desse período em sua modalidade de efeito *direto*, ou seja, aquele incidido sobre a exportação. Os fluxos de recursos que serão arrecadados por parte da Província mineira com a produção do café no espaço restrito da Zona da Mata, retornarão em formas de investimento por todo o território de Minas Gerais. A canalização *de recursos originados localmente para outros espaços econômicos de Minas*[39], ao mesmo tempo em que revela a dinâmica da produção cafeeira, e o peso que a mesma passa a assumir no conjunto da Província, à longo prazo torna-se um elemento delimitador de sua dinâmica. Quer dizer que a dispersão desses recursos – ainda que tenham sido também direcionados para o espaço matense na forma de financiamento da infraestrutura (as ferrovias são um bom exemplo) e da agricultura em geral – desenha a posição periférica Zona da Mata, se comparada com as cafeiculturas paulista e fluminense, onde os recursos por elas gerados ficaram retidos no mesmo espaço da produção da rubiácea.[40]

Quadro 03

Arrecadação da Província/Estado de Minas Gerais (1839-1920)

Exercícios	Arrecadação Geral	Arrecadação Especial do Café	Relação
1839-40	52:361$100	10:956$293	20,92
1859-60	297:129$534	159:778$083	53,77
1880-81	1.543:036$579	1.205:532$000	78,12
1900	10.475:053$798	7.916:202$270	58,10
1920	27.386:358$909	15.263:968$718	55,73

Apud: ALVIM, Aristóteles. *Confrontos e Deduções*. IN: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.90.

No decênio fiscal 1860-70 a exportação total média anual foi 38,7% superior à observada no decênio anterior (1850-60). Já o crescimento das exportações anuais da rubiácea nesse mesmo período, correspondeu a 137,0%, tendo aumentado sua participação no total de 27,9% para 47,6%. Percebe-se desse modo, que nos anos seguintes a 1860, as variações da safra cafeeira tendem a comandar o ritmo das exportações mineiras. Reflexo disso é a

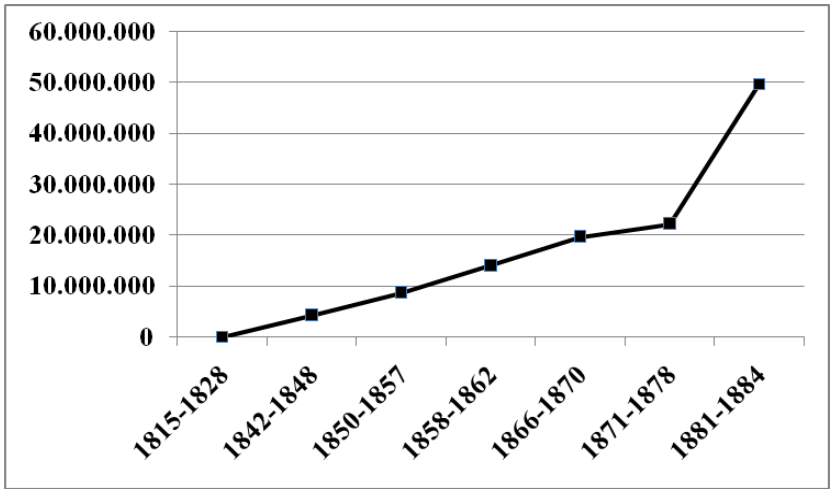
[38] RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Op. Cit.*, 2006, p.83.
[39] PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004, p.219.
[40] *Idem*, 219.

comparação da utilização da Estrada de Rodagem União & Indústria por Minas Gerais e pelo Rio de Janeiro. Apesar do maior trecho da rodovia ter sido constituído em território fluminense, é o café mineiro sua principal mercadoria em trânsito, pois se entre 1858 e 1861, a participação da rubiácea produzida em Minas Gerais girava em torno de um terço do total, nos períodos 1866/67 e 1868/69 chegam a ultrapassar 60% e 70%, respectivamente.[41]

Os dados fiscais são um bom contra-argumento em relação à afirmação atribuída a Martins de que *a grande lavoura exportadora ficou confinada a uma área reduzida e não teve praticamente nenhuma influência sobre a vida econômica do resto da província*. Segundo o autor, a região da Zona da Mata era de fato um enclave no interior das Minas Gerais, e se caracterizava como mera *extensão da cafeicultura fluminense*.[42] As cifras alcançadas pela arrecadação que incidia diretamente sobre o café na Província, revela que o advento da incorporação da rubiácea regional representa mais de 50% do total arrecadado nas Minas Gerais, alcançando o ápice de 78% (Quadro 03). Nesse sentido, a canalização dos recursos gerados pela cafeicultura na forma de impostos, por si só, gerava um enorme impacto positivo para as outras regiões da Província, que seriam teoricamente beneficiadas pela administração mineira na forma de investimentos, desconstruindo totalmente a assertiva de Martins.

Gráfico 03

Quantidade Média Anual em Quilos do Café Exportado, Zona da Mata (1815-1884)



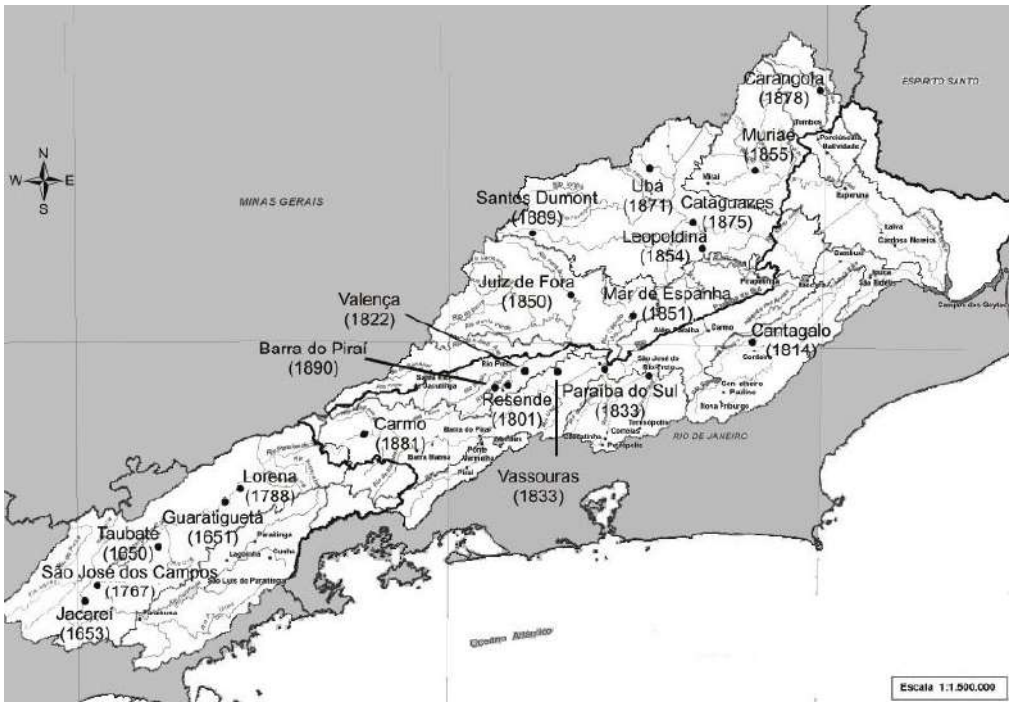
Apud: RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Op. Cit.*, 2006, p.280.

[41] RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Op. Cit.*, 2006, p.70-78; p.269.
[42] MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1980, p.39.

Percebe-se, portanto, que a incorporação produtiva da cafeicultura corresponde à própria conformação da região da Zona da Mata enquanto tal, uma vez que esta fora fundada longe dos ideais da tradição mineira arraigados ao século XVIII. Esse descompasso é típico da produção agrária cafeeira dentre as principais áreas a ela dedicadas no interior do país. A região mineira do café chega à cifra de um milhão de arrobas do produto exportado somente no ano de 1860.[43] Enquanto isso, o Rio de Janeiro já havia alcançado esse patamar quase trinta anos antes, em 1835.[44] Esse descompasso pode ser analisado não só pelo volume da produção, mas também pela própria marcha do café, que segundo Lessa, pode ser percebida no registro cronológico das datas de criação dos municípios.[45] Desconsiderando os dados referentes às localidades paulistas, de colonização mais antiga ligada às bandeiras, o mapa abaixo revela o descompasso entre as cafeiculturas fluminense e mineira (Mapa 01).

Mapa 01

Municípios do Vale do Paraíba fluminense e da Zona da Mata mineira por data de fundação (1801-1890)



Apud: SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893**. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2008, p.223.

[43] PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993, p.107. RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Op. Cit.*, 2006, p.324.
[44] CANO, Wilson. *Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras*. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 15(2): 291-306. mai/ago, 1985, IPE/USP, p.292. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993, p.107.
[45] LESSA, Carlos. **O Rio de todos os brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.118.

Percebe-se no mapa que os municípios situados no vale fluminense possuem datas de fundação mais antigas em relação aos municípios da Zona da Mata. Enquanto localidades como Vassouras, Resende e Paraíba do Sul são formadas ainda na primeira metade do século XIX, quando do momento coincidente à ascensão cafeeira na Província do Rio de Janeiro, não é possível afirmar o mesmo processo para o caso das Minas Gerais. Ou seja, tanto as localidades matenses mais antigas, como Juiz de Fora e Mar de Hespanha, quanto as mais recentes como Santos Dumont e Cataguazes, todas elas são fundadas somente na segunda metade do século. Reitera-se assim mais uma vez a questão do descompasso temporal entre as duas regiões através dessa diferença, em que as cidades vão ganhando maior projeção, e acabam por se desmembrarem, criando outras localidades, distritos, etc.

Para além dos dados sobre o volume exportado presentes nos registros fiscais, é possível buscar algumas informações sobre a cafeicultura nos inventários *post-mortem*. Dadas as especificidades do sistema agrário extensivo utilizado no período, vários autores dedicados à temática da cafeicultura se dispuseram de duas metodologias análogas que permitem analisar a dinâmica cafeeira em tempos e espaços delimitados. [46] A primeira delas trata-se do mapeamento das áreas dispostas em culturas, matas, capoeiras e pastos. A partir da diferenciação dessas quatro modalidades, percebe-se a proporção, ou o estágio da cafeicultura, que teoricamente, deixava áreas anteriormente utilizadas na forma de pastos, para incorporar novas áreas na forma de matas.

A segunda metodologia utilizada, diz respeito ao levantamento da idade dos cafezais, também descritas nas fontes de pesquisa. Até os quatro anos de idade, o cafeeiro encontra-se em formação e não gera produtividade. A partir do quinto ano a planta começa a produzir, e atinge seu grau máximo de produtividade em torno dos oito anos de idade. Daí até praticamente os vinte anos, mantém certa regularidade nas safras, que a partir de então tende a declinar lentamente até os trinta e cinco anos, quando a cultura já não é mais compensatória.[47] Portanto, através dessas três faixas de idade, é possível mais uma vez determinar o grau de comprometimento da cafeicultura em regiões ou até mesmo em propriedades isoladas. A primeira metodologia não foi possível de ser estabelecida, pela falta de unidade de dados.

---

[46] FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993. DESTRO, José Augusto de Souza. **A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora (1896/1930)**. Dissertação de mestrado, Niterói, UFF, 2006.

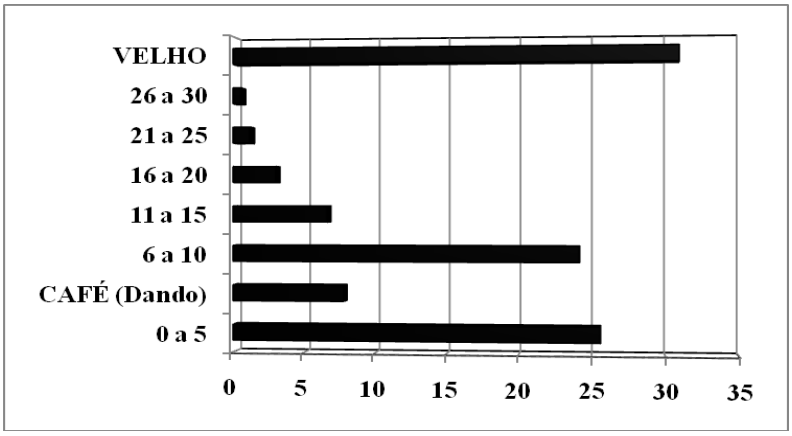
[47] PONTES, Hildebrando de Araujo. *A introducção do cafeeiro no Triangulo Mineiro e a sua cultura no municipio de Araxá (Memoria histórica e agricola)*. IN: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.422. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983, p.76.

Acontece que os inventários do período 1855/1870 não apresentaram de maneira clara uma distinção entre as áreas constantes das propriedades rurais. E quando o apresentavam, faziam de forma mais genérica, impossibilitando que os dados fossem devidamente agregados. Contudo, essa prática explique-se talvez pelo fato de que a distinção entre terras em culturas, matas, capoeiras e pastos não era ainda um elemento de preocupação por parte dos proprietários, dado o caráter incipiente da cafeicultura local e, por conseguinte, a disponibilidade de terras aptas à introdução da rubiácea. Já o segundo método foi um pouco mais fácil de estabelecer, pois esteve presente com maior recorrência na documentação pesquisada.

Com base nos dados do período 1855/1870, percebe-se que cerca de 50% dos cafezais não tiveram sua idade descrita na documentação. Mesmo assim, é possível visualizar que boa parte deles se configurou como plantios mais recentes, se retirados os inventários sem esse tipo de informação. Logo de início, pode-se notar que mais de um quarto da capacidade de produção na região matense ainda está ociosa, à medida que os cafezais com menos de cinco anos de idade perfazem exatos 25,61% do total de pés plantados nas unidades rurais. A segunda faixa cafezais, ou seja, aqueles que se encontram em plena produção, correspondem a 41,67% do total. Já os cafeeiros ainda produtivos, mas em curva descendente, estabelecidos entre 21 e 30 anos de idade, perfizeram apenas 1,74% do montante. Por fim, os pés da rubiácea denominados genericamente como "velhos" alcançaram o patamar de 30,95% (Gráfico 04).

Gráfico 04

Percentual de Idade dos Cafezais (1855-1870)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Mesmo com o significativo patamar alcançado por esse último agrupamento, em que pese a generalização do termo, é possível detectar a incipiência da cafeicultura local no

terceiro quartel do século XIX. Outra forma de considerar esses aspectos é fazer um levantamento do número de propriedades agrícolas dedicadas ao cultivo da planta, assim como o número de pés de café alcançado em cada uma delas. Se os dados de 1855/1870 forem comparados com o sub-período 1830/1854, percebe-se um aumento significativo na porcentagem de cafeicultores, assim como no volume de cafezais por unidade produtiva, revelando a participação crescente do café nas grandes, médias e pequenas propriedades da Zona da Mata mineira.

As parcelas com mais de 100.000 pés, consideradas grandes unidades cafeeiras segundo o padrão de propriedade da maior região produtora do mundo, o Vale do Paraíba fluminense[48], alcançaram apenas três unidades (nem mesmo 3% do total das unidades rurais e 7,68% do total das propriedades cafeeiras). Para o período correspondente ao processo de incorporação produtiva do café em Minas Gerais, os dados são bem diferentes. O número de proprietários com mais de 100.000 cafeeiros aumentou em dez vezes, chegando a 30, cuja representatividade alcançou 23,07% das unidades cafeeiras, ou cerca de 10,06% do total de propriedades (Gráfico 05; Quadro 05). Na mesma proporção, cerca de dez vezes, aumentou o número total de pés de café no primeiro para o segundo sub-período: 1.138.350 para 10.473.888 pés.

Ainda, entre 1830 e 1854 a grande maioria dos cafeicultores não ultrapassou os 25.000 pés. Esse mesmo patamar percentual foi encontrado no período seguinte (46,92%, a maioria), mas com uma significativa diferença em relação aos cafezais entre 25.000 e 100.000 pés. Enquanto no primeiro momento essa faixa de número de árvores não ultrapassa os 20%, entre 1855 e 1870 ela irá superar em mais de 30%. Portanto, se o número de pequenos cafezais tende a crescer na mesma proporção, isso não se verifica no caso dos médios e grandes cafezais, que aumentam em escala bem maior. Isso é possível de se perceber também através da média do número de pés que passa de 29.188 para 74.092 pés, duas vezes e meia a mais que o verificado no período anterior (Quadro 05).[49]

Uma vez que os cafezais considerados pequenos tendem ao mesmo patamar de crescimento, e os médios e grandes tendem a aumentar exponencialmente, percebe-se também um processo de concentração no interior das unidades cafeeiras. É possível constatar um alto nível de centralização da produção cafeeira, ao passo que 23,07% dos cafeicultores detinham 72,97% do número de pés. Por outro lado, os médios produtores, representados em 30%,

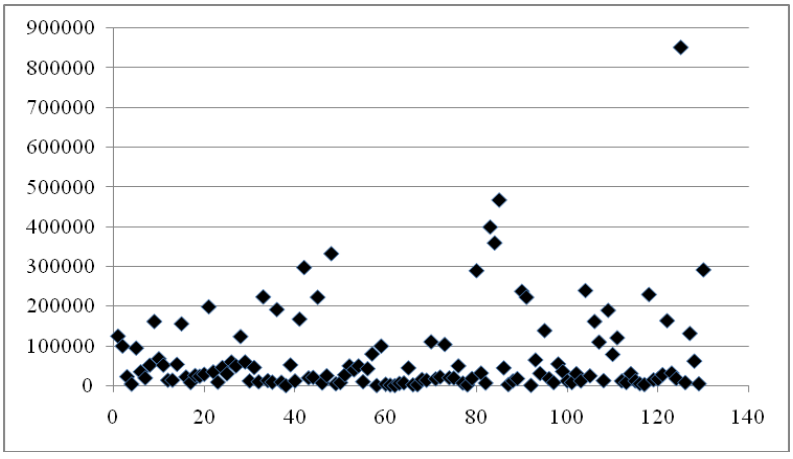
[48] STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983.
[49] ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata*. **Revista Brasileira de História**. Vol.11, Nº.22, Mar-Ago, p.93-131, 1991, p.97.

possuíam 20,26% do total de árvores da rubiácea. Já os pequenos cafeicultores, a maioria do número de proprietários, perfeitos em 46,92%, compartilhavam em números de pés, apenas 6,99% do total de cafezais na região da Zona da Mata (Quadro 05). Portanto, a formação da cafeicultura pelo advento das médias e grandes propriedades, endossada pela historiografia dedicada à região[50], só se faz confirmar nesse momento de ascensão do café local nos mercados.

E essa concentração se dá não só em relação ao número de pés, mas também ao número de escravos, com significativo aumento do primeiro em relação segundo. Quer dizer que a produtividade do trabalho cativo tende a crescer devido a incorporação de mais terras para o desenvolvimento da rubiácea. Entre os anos de 1835 e 1870, o número de cafeeiros por cada escravo sobe de 237,8 para 1.885,12 (Gráfico 06, Quadro 04). Mais uma vez, compreende-se que a superexploração do trabalho cativo foi um dos elementos cruciais ao crescimento da atividade agrária. Contudo, o nível de exploração da mão-de-obra servil na Zona da Mata demonstrou-se relativamente baixo, exatamente pelo grau de incipiência da cafeicultura local. Os dados demonstrados por Ricardo Salles para a localidade de Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense, acusam essa diferença, donde o ponto máximo de pés por escravo ultrapassou 3.800 no ano de 1876. Ainda entre 1821 e 1835, a proporção já era de quase 500 árvores por escravo.[51]

Gráfico 05

Nº e Proporção dos Cafezais (1855-1870)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

[50] BLASENHEIM, Peter. *Op. Cit.*, 1982. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993. ANDRADE, Rômulo Garcia. *Op. Cit.*,1991, p.97.
[51] SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, Século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.153-54.

Quadro 04

Pés de café (1830-1870)

Período	Nº Prop.	Nº Pés	Escravos	Pés/Prop.	Pés/Escravo
1830-1839	-	-	-	-	-
1835 - 1839	2	19.500	82	9.750	237,8
1840-1844	5	120.000	110	24.000	1.090,9
1845-1849	8	172.150	199	21.518,75	865,07
1850-1854	19	817.700	770	43.036,84	1.061,94
1855-1859	33	1.955.000	1.362	59.242,42	1.435,38
1860-1864	33	1.860.454	1.137	56.377,39	1.636,28
1865-1870	60	5.529.084	2.933	92.151,40	1.885,12
TOTAL	160	10.473.888	6.593	65.462	1.588,63

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Quadro 05

Proporção dos cafezais (1855-1870)

Nº PÉS	*Nº PROP.*	*%*	*TOTAL PÉS*	*%*	*MÉDIA PÉS*
Até 5.000	15	11,53	39.900	0,41	2.660
5.001 a 10.000	15	11,53	118.750	1,23	7.916,66
10.001 a 20.000	25	19,23	378.500	3,92	15.140
21.001 a 50.000	30	23,07	1.029.900	10,7	34.330
50.001 a 100.000	15	11,53	1.034.500	10,75	689.66,66
100.001 a 150.000	8	6,15	965.530	10,02	120.691,25
150.001 a 200.000	8	6,15	1.392.954	14,46	174.199,25
200.001 a 500.000	13	10,0	3.819.004	39,64	293.769,53
+ 500.000	1	0,77	853.000	8,85	853.000
TOTAL	130	100,0	9.632.038	100,0	74.092,6

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

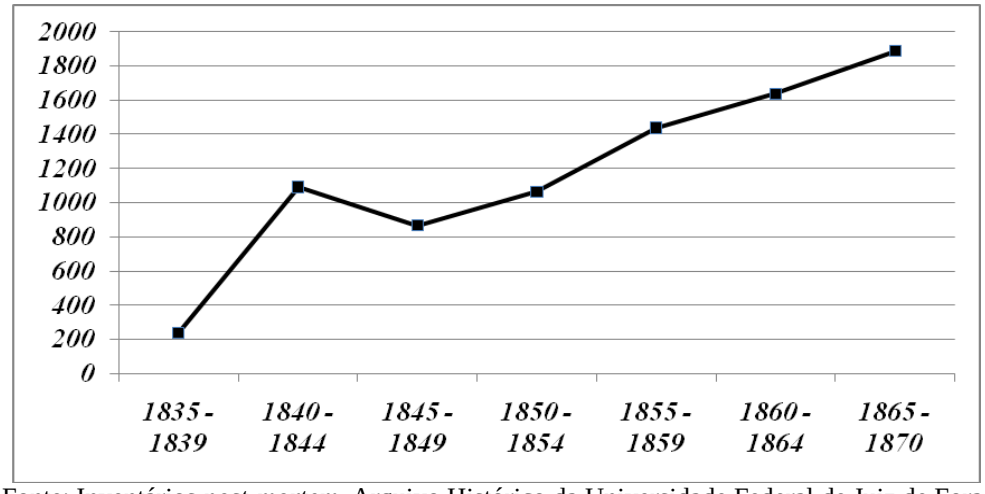
Há um descompasso exorbitante em relação ao volume produzido, mas também um descompasso temporal dentre os processos de expansão do café na Zona da Mata mineira e o Vale do Paraíba fluminense. Percebe-se claramente que o maior comprometimento das unidades rurais no cultivo da planta não ocorre antes do quinquênio 1855-1859, quando o número de pés duplica em relação ao período anterior (Quadro 04). De acordo com as especificações explicitadas anteriormente de que o cafeeiro demora cerca de cinco anos para gerar produtividade seria, portanto, na primeira metade da década de 1860 que essas mesmas árvores duplicadas no espaço de meia década começariam a adentrar no mercado. Acredita-se que a reunião dos dados fiscais elaborados por outros autores, em consonância com o

levantamento feito nos inventários *post-mortem* tenham sido suficientes para demonstrar que o processo de incorporação produtiva do café mineiro só ocorreu durante os anos 1860.

A conjuntura da produção agrária local muda profundamente entre os períodos selecionados de 1830/1854 e 1855/1870. E a grande diferença foi de fato a incorporação do café de maneira efetiva nas unidades rurais, que por sua vez, mantiveram de alguma forma a tônica da diversificação produtiva. Isso porque é da natureza do sistema agrário vigente a manutenção da produção dos gêneros como o milho, o feijão e o arroz, mesmo que as propriedades pareçam tender a uma espécie de especialização da produção.[52] Tendência essa que não se confirma na prática, face ao incremento quantitativo desses gêneros, ainda que os mesmos apresentassem baixos níveis de mercantilização em relação ao café. As mercadorias apresentarem os seguintes níveis de recorrência na documentação: milho (106), arroz (51), feijão (36) e a cana-de-açúcar (16).

Gráfico 06

Média Qüinqüenal de Pés de Café por Escravo (1835-1870)



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

De fato, a produção de alimentos no interior das propriedades cafeeiras não se desenvolvia propriamente com a finalidade de acesso aos mercados, mas primordialmente pela manutenção da própria fazenda, seja para a subsistência do contingente cativo ou mesmo do complexo de animais presentes nelas. As benfeitorias são representativas desse processo, onde se percebe que as principais delas referem-se ao beneficiamento dos gêneros mais recorrentes, como a existência dos moinhos, engenhos e monjolos. Fato interessante é ascensão dos engenhos de café, que alcançaram o número de 40, correspondendo a mais de

[52] FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983.

30% do valor em contos de réis das principais benfeitorias encontradas (Quadro 06). Enquanto isso, esse mesmo equipamento só fora encontrado apenas seis vezes no período anterior selecionado pela pesquisa (1830/1854).

Quadro 06

Principais Benfeitorias (1855-1870)

BENFEITORIA	*QTDE.*	*%*	*VALOR*	*%*
Moinho	191	26,86	18123094	8,90
Paiol	142	19,97	32587000	16,01
Engenho	109	15,33	54670000	26,86
Monjolo	95	13,36	1713190	0,84
Senzala	81	11,39	24994000	12,28
Rancho	53	7,45	10206000	5,01
Engenho de Café	40	5,62	61224000	30,08
TOTAL	711	100,0	203517284	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Portanto, pensando em uma lógica de mercados, o café mineiro, embora obtenha suas raízes na primeira metade do século XIX, só vai alcançar a importância aqui estabelecida por volta da década de 1860, quando possui os elementos necessários em relação ao volume de produção, rede de transportes, mão-de-obra, etc. suficientes para se incorporar produtivamente ao mercado mundial do produto. E esse processo se confunde com o próprio surgimento da região matense. Quer dizer que o café nasce no espaço do Vale do Parahybuna cujas semelhanças com o Vale do Paraíba fluminense são enormes – população indígena, demografia esparsa, grupos de famílias provenientes dos distritos da Comarca do Rio das Mortes, etc. No entanto, o produto só desenvolve a contento na esteira da própria formação da Zona da Mata, donde há a transformação da natureza pelos elementos historicamente constituídos.

Conclusão

A produção cafeeira pensada em um contexto de surgimento e ampliação de mercados, embora obtenha suas raízes na primeira metade do século XIX no caso da Zona da Mata, só vai alcançar a importância aqui estabelecida por volta da década de 1860, quando atingirá um volume de produção e uma estrutura mínima para o escoamento da mesma. É possível afirmar que esse processo de inserção do café é o próprio processo de formação da Zona da Mata. O

café nasce no espaço do Vale do Parahybuna, cujas semelhanças com o Vale do Paraíba fluminense são enormes – população indígena, demografia esparsa, grupos de famílias provenientes dos distritos da Comarca do Rio das Mortes, etc. No entanto, o produto só desenvolve a contento na esteira da própria formação da Zona da Mata, donde há a transformação da natureza pelos elementos historicamente constituídos.

FONTES

- Inventários post-mortem (1855-1870). Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF)

- Relatórios de Presidentes da Província de Minas Gerais (Universidade de Chicago):

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata*. **Revista Brasileira de História**. Vol.11, Nº.22, Mar-Ago, p.93-131, 1991.

BASTOS, Wilson de Lima (ORG.). **Caminho Novo, Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1993.

BLASENHEIM, Peter. *Uma História Regional: a Zona da Mata Mineira, 1870/1906*. **V Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: UFMG/PROEP, 1982.

BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CANO, Wilson. *Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras*. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 15(2): 291-306. mai/ago, 1985, IPE/USP.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTRO, Antonio Barros de. **7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, Vol.2, 1971.

CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG**). The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989**. New York: Cambridge University Press, 2003.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
_____ **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820 / 1920)**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

DESTRO, José Augusto de Souza. **A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora (1896/1930)**. Dissertação de mestrado, Niterói, UFF, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (ORG.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, Tomo 2, Vol.4, 1974.

LANNA, Ana. **Transformação do Trabalho: A Passagem para o trabalho Livre em Minas Gerais, 1870/1920**. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1985.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660/1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1980.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Convênio de Taubaté e a agricultura Fluminense*. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Vol.4, Nº3, Ago (número especial),Taubaté, 2008.

MORAIS, Viviane Alves de. **Estradas Interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2010.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930**. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 2004.
_____ **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993.
_____ *Minas Gerais e a cadeia global da "commodity" cafeeira – 1850/1930*. **Revista Eletrônica de História do Brasil.** V. 9, n. 1, v.9 n.1, jan-jul., 2007.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. Dissertação de Mestrado, UNESP, Araraquara, 2006, p.82.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, Século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893**. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2008.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006.

VALVERDE, Orlando. *Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais.* **Revista Brasileira de Geografia.** 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro, 1958.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira, 1899-1937**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

IV Conferência Internacional de História Econômica &
VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica

Crise e superação - o movimento dialético de emergência do capital

Bruno Miller Theodosio (Graduando em Economia na Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade)

(bruno.theodosio@usp.br)

Introdução

Iniciamos esta introdução apontando que o debate principal deste artigo é inacabado. A proposta, aqui, é discutir o modo de produção capitalista desde sua gênese histórica até o momento em que se apresenta como o modo de produção dominante para a reprodução material da vida social. Dizemos que o debate se coloca como inacabado porque é impossível debater toda complexidade da emergência do modo de produção capitalista a partir de uma única leitura do processo. Entretanto, para além de colocar a própria discussão central em pauta, este trabalho adota uma perspectiva, qual seja a de afirmar o marxismo como instrumento de estudo da história e do desenvolvimento das sociedades.

Essa perspectiva se justifica pela própria proposta temática. Contudo não há somente *um marxismo,* tanto Maurice Dobb, quanto Paul Sweezy, Ellen Wood, Robert Brenner, entre outros seguiram o marxismo para entender o mesmo processo que debateremos e, mesmo assim, chegaram a resultados distintos. Porém, seguimos uma indicação de Lukács que afirma ser o método o único ortodoxo quando falamos sobre marxismo. Por isso, nosso artigo se inicia com esse debate metodológico. O método colocado como a crítica da Economia Política pode ser utilizado em História Econômica porque seu concreto é rico e é a síntese de múltiplas determinações, por isso, as categorias cunhadas pelo pesquisador marxista ganham contornos gerais para o estudo do capitalismo. Exatamente por estudarmos a constituição do modo de produção capitalista todas suas categorias já estão pressupostas nesse processo de esfacelamento do mundo feudal e serão postas na realidade efetiva pelo desenvolvimento histórico das forças produtivas e das relações de produção, movimento este encenado pelos embates entre as classes.

Para que possamos contemplar nossa proposta de entender a gênese e o momento em que o capitalismo se afirma, escolhemos partir do esfacelamento do mundo feudal. Seguimos, portanto, o debate clássico entre os marxistas impondo o "rigor ortodoxo" do método. Maurice Dobb lançou, em 1946, seu livro *Studies in the*

Development of Capitalism, inaugurando uma grande controvérsia acerca do processo de desenvolvimento histórico das sociedades, notadamente, sobre a transição entre o feudalismo e o capitalismo. Em seu livro, Dobb destaca alguns dos aspectos centrais para a dissolução do modo de produção feudal e consequente inauguração do modo de produção capitalista. Sua interpretação foi criticada por Paul Sweezy, um também marxista e economista americano que coloca apontamentos distintos acerca do mesmo processo. Aberto o embate meta-teórico do marxismo, ambos os autores deram início ao famoso debate marxista da transição (1954); com aportes teóricos de Rodney Hilton, Kohachiro Takahashi e Christopher Hill o debate entre Dobb e Sweezy foi reproduzido em *The transition from feudalism to capitalism.* Este debate teórico é interessante porque tem implicações práticas. Debater a passagem entre o mundo feudal e o capitalismo e elaborar uma teoria de transição geral entre os modos de produção pode, no fundo, colocar uma possibilidade teórica de transição entre os modos de produção aplicável à transição entre capitalismo e o socialismo. Portanto, o debate da transição é um debate teórico com implicações na prática política.

Por isso, construiremos nosso entendimento particular acerca do método marxiano e sua correta aplicabilidade ao estudo do tema. Não adiantaremos, nessa introdução, os resultados gerais da pesquisa empreendida. Achamos nocivo colocar o resultado a que chegamos sem que o leitor nos acompanhe no percurso intelectual do qual nos utilizamos. Podemos dizer, no entanto, que o presente trabalho cobre, ainda que de maneira superficial, o que achamos ser o grande tema da História Econômica: quais os caminhos históricos até chegar à sociedade capitalista. Portanto, convidamos o leitor a que nos acompanhe nesse percurso intelectivo.

Ressaltamos, por fim, que este trabalho, de forma alguma, se apresenta como *a* verdade efetiva. Ele é somente nossa linha interpretativa dos fatos embasada em uma perspectiva metodológica e, por isso, não esperamos contribuir com nenhuma visão nova ou revolucionária acerca do processo. Apenas juntamos estudos há muito dissociados, a transição entre os modos de produção feudalista e capitalista a partir da *crise* feudal e a Primeira Revolução Industrial, *superação*, no sentido dialético, da sociedade mercantil simples pela sociedade capitalista.

1. Discussão Metodológica

O ponto central a ser abordado por este trabalho é a emergência do modo de produção capitalista. De onde ele surge como um modo determinado de produção e reprodução da vida social, e por que é o capitalismo que se apresenta, e não outra forma societária. Portanto, para entender como o modo de produção capitalista emerge como modo determinado de vida não se pode centrar a análise somente nas instâncias do próprio capitalismo como se ele fosse naturalmente posto aos homens (e não produto histórico), ou seja, como se fosse uma consequência natural do desenvolvimento

histórico. Como qualquer formação histórico-social, ele se coloca anteriormente como potencialidade engendrada pelos limites de desenvolvimento da tensão entre a dinâmica das forças produtivas com as relações de produção, no caso, da sociedade feudal. Ou seja, dados os limites de desenvolvimento do modo de produção feudal e, portanto, as tensões sociais postas como formas fenomênicas das contradições do feudalismo um processo de superação daqueles limites se impôs ao mundo feudal. A partir das contradições e antagonismos engendrados pela arquitetônica social do mundo feudal aquele modo determinado de vida passou por uma crise que o desestruturou. A superação da crise é a superação das amarras colocadas ao mundo feudal, ou seja, necessariamente são modificações que levarão à superação das contradições vigentes instaurando novas e diferentes contradições; bem como outra formação social. Veremos, adiante, que a Revolução Industrial inglesa, que ocorre após a crise feudal, em meados de 1700 até 1870 foi o momento chave para que o capitalismo se assumisse como o modo dominante de produção material da vida social superando efetivamente as contradições postas pelo feudalismo. Naquele período, modificações nas formas de produção material da vida conduziram a uma modificação estrutural na sociedade; a mudança na esfera da produção material modificou a estrutura de classes e a própria sociabilidade entre os homens, a lógica produtiva e a forma da acumulação.

Para esta discussão adotamos uma perspectiva de dinamicidade do processo histórico-social - a história é uma estrutura movente. Essa premissa nos parece completamente óbvia; a diferença que nos distingue de outras vertentes analíticas é exatamente a natureza dessa dinâmica. Nas obras de Karl Marx, nosso paradigma teórico, a dinamicidade é imanente e constitutiva do mundo histórico-social e aparece como sua própria essencialidade. Porém, para compreender o que de fato dá dinamicidade ao processo histórico é necessário compreender que ele é composto por **contradições e antagonismos**, necessariamente gestados nas instâncias constitutivas dessa realidade histórico-social, imanentes a ela. Não é conflito, nem tensão; não é oposição nem é diferença. O que lhe dá dinamicidade são suas contradições e antagonismos. É preciso apreender a natureza do movimento dessa realidade e suas leis de movimento mais gerais.

Para que possamos seguir o método cientificamente exato para a Economia Política será necessário caminhar pelo árido percurso metodológico de Marx. Seguiremos, basicamente, parte do trajeto de Marx em seu esclarecimento pessoal. Particularmente, em um de seus únicos textos no qual expõe sua crítica meta-teórica à Economia Política e ao Idealismo hegeliano. Entre o fim de novembro de 1845 e meados de 1846 Marx e Friedrich Engels, seu amigo e coautor em algumas obras, elaboram os manuscritos somente posteriormente publicados (1932) intitulados *A Ideologia Alemã.* Naqueles manuscritos, "abandonados à crítica roedora dos ratos", juntos elaboraram seu acerto de contas com sua anterior tradição filosófica, o hegelianismo. Colocaram, pela primeira vez, as bases nas quais assentam seu materialismo, em oposição tanto ao idealismo hegeliano quanto ao materialismo feuerbachiano.

As premissas assumidas por eles não são dogmas, baseiam-se na produção da vida efetiva, dos indivíduos efetivos, suas ações e condições materiais de vida, tanto as encontradas por eles, legadas por outras gerações, como as produzidas por sua ação de reprodução da vida social. Portanto, o primeiro pressuposto histórico é a própria existência de indivíduos humanos vivos, que produzirão os meios para satisfação de suas necessidades humanas. Para poder "fazer história" os homens têm de estar em condições de viver, de reproduzir sua vida. Distinguem-se dos animais pela sua consciência, religião, entre outros, mas começam a se distinguir quando começam a *produzir* os seus meios de vida, ação esta condicionada tanto por sua organização corporal (necessidades de reprodução) quanto pela formação social. Ao produzirem suas condições de vida produzem materialmente sua vida mesma. Este modo de produção [da vida material] é uma maneira determinada de atividade dos sujeitos, maneira de produzir e reproduzir sua vida, um *modo de vida* determinado, dialeticamente concebido na interação social dos homens e destes com seu meio sensível. O que eles ***são*** coincide com sua produção, tanto com ***o que*** quanto ***como*** produzem; ou seja, com seu modo determinado de vida, com o seu modo de produção material da vida social. E porque o modo de vida determinado é uma forma de produção material da vida social, deriva dela [forma de produção material da vida] a consciência dos homens. As formas de consciência não são dadas a priori, são momentos na produção material (social) da vida. Ou seja, as formas de produção material da vida engendram as formas de consciência. Resumimos as ideias centrais expostas acima na citação a seguir:

"Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente sua própria vida material. A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. [...] mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência." (MARX, 2007, p. 87-95)

Após apontar sobre quais bases se assentariam seu materialismo, em 1857, Marx reelabora seu método em um texto conhecido como *Para a Crítica da Economia Política*, o debate na Introdução do livro. Neste texto ele iniciou sua crítica à Economia Política e, em sua Introdução apontou alguns dos caminhos ulteriormente desenvolvidos em *O Capital*, de 1867. O autor nunca elaborou nenhum texto no qual discutisse estritamente o seu método nem o tratamento dialético de seu objeto. Porém, extraindo-se dos indicativos em seus livros e manuscritos podemos minimamente debater sua metodologia e seu modo de proceder para apreender o movimento do real.

O ponto central em seu método é sua operacionalidade e aplicabilidade para o estudo da realidade – e seu movimento. Seu núcleo duro consiste em elevar o abstrato

ao concreto por meio de operações racionais. O ponto de partida é o concreto. O concreto se apresenta como um fato ou um conjunto de fatos, uma base empírica; porém se apresenta caótico. Conhecer o objeto é negar sua empiria, é transcender sua forma de aparição, sua aparência e atingir sua essência:

"[...] toda a ciência seria supérflua, se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem imediatamente" (MARX, 1983 b, p. 271).

A aparência é, para Marx, um sinal de processos, os fatos são os indicadores de processos. Entretanto, a aparência não é um erro, uma falsa verdade; é uma das determinações do concreto, tanto quanto a essência. Cabe, portanto, à razão identificar, por meio de um processo de abstração, quais processos esses fatos exprimem – é preciso ir além da factualidade para a identificação desses processos que explicam a realidade. Essa negação da empiria consiste na identificação dos processos que ela [base empírica] é a aparência. Sem a abstração é impossível elaborar uma construção teórica. É pelo processo de abstração (descolar-se do imediato, do dado) que podemos identificar os processos que são sinalizados pela forma factual. Somente através do movimento da abstração do concreto é que se chega às relações abstratas e mais gerais daquele concreto caótico, para, assim, proceder ao que dá base e se constitui o essencial do método marxiano: elevar o abstrato ao concreto. Precisamente esse processo [abstração] é o que permite à razão superar o caráter caótico da expressão factual.

Em resumo, a primeira parte da viagem se dá pela abstração do concreto caótico. Quando da observação do concreto caótico, por meio do processo de análise o pesquisador chega a abstrações mais simples encontrando as determinações mais gerais e simples do seu objeto. Devemos nos apropriar das relações dos processos sinalizadas pelo concreto para conhecer a realidade e seu movimento. Esses processos identificados não estão perdidos na história, eles estão ligados a outros processos.

Portanto, após negar a empiria e transcender a aparência, atingindo determinações mais simples do concreto consegue-se identificar os processos que constituem o movimento daquele objeto; correlacionando-o a outros processos, o pesquisador retorna a seu objeto, à forma factual e empírica de onde outrora partiu; retorna ao concreto. A base empírica (concreto) é a mesma, o pensamento nada produz. O pensamento apenas reproduz idealmente o movimento de constituição do concreto[1]. A diferença é que nesse percurso de volta, aquele fato ou conjunto de fatos é agora tomado pelo pensamento em dimensões não apreendidas por ele quando observado o objeto na primeira vez - ou seja, na volta ao objeto ele não me aparece mais de forma imediata. No caminho de volta, encontradas as *determinações*[2] o pesquisador terá um

[1] "(...) enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo de gênese do concreto." (MARX, 1982, p.14)

[2] "A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por

objeto, antes caótico, agora cheio de determinações. Este concreto com múltiplas determinações, reproduzido pelo pensamento, Marx chama de "concreto pensado" – uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O concreto é a síntese de múltiplas determinações, é a unidade do diverso, do diferente[3].

Encontrar as determinações é, nessa volta ao fato, observá-lo não mais em sua imediaticidade. Após transcender o domínio da empiria e retornar ao objeto ele se apresenta não mais dado ou posto naturalmente, caótico e confuso. Portanto, encontrar as determinações e suas relações é buscar as **mediações**, é dissolver a imediaticidade do objeto, é transcender sua forma de aparição, sua aparência.

Resumindo o caminho do conhecimento para a Economia Política, Marx divide a viagem em duas etapas. O processo de abstração que consiste em observar o concreto caótico e pelo processo de análise encontrar as abstrações cada vez mais simples desse concreto chegando ao nível do abstrato. Chegado ao nível do abstrato o pesquisador deve procurar apreender as relações das categorias e conceitos para, então, elevá-lo ao nível do concreto novamente, chegando ao "concreto pensado" [4]. Parte da crítica meta-teórica de Marx à Economia Política, mais especificamente a Adam Smith e David Ricardo é porque só fizeram a primeira parte da viagem, aistoricizando os conceitos a que chegaram por meio da abstração. Esquecendo-se de voltar ao concreto novamente, os autores naturalizam as relações que nas quais chegaram. De outro lado, sua crítica a Hegel e ao idealismo desse autor e seus seguidores é sua confusão entre o ponto de partida e o ponto de chegada. O concreto aparece para o pensamento como ponto de chegada, mas, como vimos, é o ponto de partida efetivo, é a partir dele que o pesquisador procede. Por isso é que "Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo." (MARX, 1982, p.14)

---

exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas." (MARX, 1982, p.14).

[3] "O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também, da intuição e da representação." (MARX 1982, p.14)

[4] "No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento" (MARX, 1982, p.14)

Uma das maiores dificuldades aos leitores de Marx é que ele não opera com definições formais. No decurso das teorias científicas, como a Economia (vulgar, positiva, não a Economia Política), por exemplo, é comum se entender um conceito por sua definição formal. Na operação dialética, contudo, não há definições porque não existem *coisas* para ela [dialética]. Existe apenas *movimento*, a mudança, processos de desenvolvimento; sua substância é o processo de desenvolvimento histórico, o devir. Um exemplo bastante claro é uma árvore. Ela pode parecer ser aquilo que se vê em determinado instante: tronco, folhas, copa, raiz, etc. Mas a árvore não é isso, ela já existe em *potencial*, desde semente, até seu desenvolvimento, maturidade e morte. O que se vê no momento não ***é*** a árvore e sim uma imagem dela no tempo, porque a árvore é todo o processo. A árvore, então, não é definida como *algo*, num instante de tempo, e sim descrita como todo o desenvolvimento de um processo de existência. Para conhecer seu objeto, Marx opera pela *saturação de determinações*[5] - no caso da árvore, ela é o conjunto de toda sua existência, desde seu nascimento até sua morte, desde suas raízes até suas folhas.

A busca das determinações se faz importante porque elas exprimem traços constitutivos do movimento que constitui o concreto. Esses traços constitutivos do concreto são apreendidos como categorias. As categorias não são produtos ou criações do pesquisador, mas sim representações ideais de traços efetivos da realidade. Para Marx, movimento teórico é aquele em que o sujeito guarda, em face do objeto, a máxima fidelidade para apreender esses traços que se exprimem como categorias. É de suma importância ao pesquisador portar um arsenal categorial para que possa operacionalizar o estudo teórico. Por isso, dominar e conhecer as categorias é fundamental para a elaboração teórica, para poder apreender quais são os traços constitutivos do objeto que o pesquisador se coloca a pesquisar.

Quando há a volta ao objeto, dissolvida sua imediaticidade, a reprodução ideal dele, o "concreto pensado", está cheia de determinações. O conhecimento implica a saturação máxima de determinações porque conhecer algo é conhecer suas determinações, que são de múltiplas naturezas. No contato imediato do pesquisador com o objeto, com a evidência, com a empiria do objeto, as determinações não são visíveis – concreto se apresenta como caótico. Marx, quando toma as categorias, as toma em uma dupla perspectiva: a dimensão sincrônica e a diacrônica[6]. Ele quer entendê-las pelo que são agora, sua expressão contemporânea, porém quer apreender também sua gênese histórica; opera, assim, no corte horizontal e vertical de seu objeto. O ponto é que a sua

[5] "[...] conhecer teoricamente é (para usar uma expressão cara ao Professor Florestan Fernandes) saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas" (NETTO, 2009, p. 689)

[6] "Ambos, estrutura e função, podem apresentar características inexistentes ou atrofiadas no momento da sua emergência histórica. Assim, as condições da gênese histórica não determinam o ulterior desenvolvimento de uma categoria. Por isto mesmo, o estudo das categorias deve conjugar a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual)" (NETTO, 2009, p. 687)

gênese histórica não necessariamente coincide com sua função, os fenômenos podem ser os mesmo, mas podem adquirir funções distintas. Um exemplo é a escravidão: ela já se constitui como a base de reprodução material da sociedade, na Idade Antiga, e como forma de exploração, mas não a forma de reprodução da vida na Idade Moderna, apenas apareceu como mais uma forma lucrativa (tráfico negreiro) de acumulação de dinheiro.

Assim, operacionalizando o método, a realidade sócio-histórica para Marx constitui uma **totalidade**. A totalidade se apresenta como uma complexidade composta por conjuntos de complexidades menores. Entretanto, mesmo a menor delas é bastante complexa. O pesquisador só poderá entender esse complexo de totalidades, ou o movimento histórico, a partir do momento em que analisar o modo de produção material da vida social. Isso se deve ao fato de que o autor descobriu - como já elaborado em *A Ideologia Alemã* - que o momento ontologicamente determinante é aquele da produção material da vida social. É a produção material da vida social que determina qual instância é a que, em última instância, aparece como a central em cada época e sociedade.

Com isso, concluímos o caminho que nos coloca três das mais importantes e nucleares[7] categorias para Marx. A **totalidade** norteia a concepção de realidade complexa, movente mediante as suas **contradições** e, por fim, uma totalidade diferenciada pelas **mediações**. A totalidade é unitária, mas não identitária, é unidade do diverso.

Assumindo a tipologia clássica dos modos de produção[8] podemos entender como se organiza cada um desses modos determinados de vida durante a reprodução de cada etapa histórica[9]. Porém, Marx em seus estudos identificou - como já foi apontado - que são as contradições os motores, forças motrizes da história[10]. No Prefácio da obra já referida, *Para a Crítica da Economia Política*, o autor elabora sua célebre passagem na qual constam apontamentos que nos levam a interpretar a passagem como um indício de uma teoria da transição[11] dos modos de produção:

---

[7] "E é nesta conexão que encontramos plenamente articuladas três categorias – de novo: teórico-metodológicas – que nos parecem nuclear a concepção teórico-metodológica de Marx, tal como esta surge nas elaborações de e posteriores a 1857 (ainda que lastreadas em sua produção anterior). Trata-se das categorias de totalidade, de contradição e de mediação." (NETTO, 2009, p. 690)

[8] "Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno." (MARX, 1982, p.26)

[9] "A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco." (MARX, 1982, p. 17)

[10] "A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito." (MARX, 2010, p.40)

[11] Será tratada mais adiante.

“Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez.” (MARX, 1982, p. 25)

Portanto, para operar o método marxiano devemos apreender o movimento do de constituição do concreto portando um vasto arsenal categorial. Precisamos, ao olhar os fatos, entender sua gênese e desenvolvimento (diacronia), bem como sua função e organização atual (sincronia). Nessa operação racional de investigação empírica, por meio do processo de abstração e da volta ao concreto (elevação do abstrato ao concreto) podemos apreender o movimento de constituição do concreto. Na análise do concreto, apreendem-se suas determinações. As determinações só podem ser plenamente apreendidas dissolvendo-se a imediaticidade do objeto, do concreto, através da busca de suas mediações. Em sua volta, voltamos ao concreto saturado de determinações e relações diversas. Marx olhava o capitalismo, em pleno século XIX, como o instante de maior desenvolvimento da sociedade até o presente momento. Ele sabia que somente um concreto rico podia gerar abstrações gerais. E é exatamente por isso que poderemos abstrair essas determinações gerais para o estudo teórico da transição. É este o método pelo qual operaremos a emergência do capital. Será assim que passaremos da Crítica da Economia Política à História Econômica.

2. Tratamento Histórico

Em sua obra de 1946, *A Evolução Do Capitalismo*, Maurice Dobb debate a transição do feudalismo ao capitalismo. Ateremo-nos ao segundo capítulo da obra entendendo ser este o momento central do debate da transição. O que buscamos nos inserindo no debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy é a correta aplicabilidade do método marxista. Recuperaremos, portanto, os elementos centrais para entender a transição fazendo o debate entre os determinantes endógenos e exógenos e pretendemos, com isso, mostrar como o debate se articula a partir de Marx. Procuraremos não encerrar os argumentos de ambos os autores nem debater as obras em sua plenitude. Buscamos apenas um debate de qual o determinante em última instância opera a transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista para cada um deles recuperando a argumentação dos autores para efetuar a crítica.

Maurice Dobb

Maurice Dobb foi um economista marxista britânico com contribuições importantes acerca de planificação econômica e do debate da transição – o qual será debatido aqui.

Dobb inicia o texto discutindo como caracterizar o feudalismo porque o termo feudalismo tem usos contraditórios. Para um historiador constitucional, da posse da terra deriva o poder político; para um jurista, era o *status* determinado pela posse; para o historiador da economia, "o cultivo da terra pelo exercício de direitos sobre as pessoas". Porém, a influência marxista trouxe, para este debate, definições econômicas e não apenas definições jurídicas, segundo ele. Existiram algumas definições marxistas pressupondo ser a "economia natural" a definidora do sistema feudal, em contraposição a uma "economia de troca", entretanto, como bem pontua Dobb, há evidências o bastante para se afirmar a importância do mercado e da moeda, portanto, da troca, já na Idade Média. Dobb se posiciona e mostra que, para ele, "A ênfase dessa definição estará baseada não na relação jurídica entre vassalo e suserano, nem na relação entre produção e destinação do produto, mas na relação entre o produtor direito (seja ele artesão em alguma oficina ou camponês cultivador da terra) e seu superior imediato, ou senhor, e no teor sócio-econômico da obrigação que os liga entre si." (DOBB, 1983, p. 27).

Por vincular-se à tradição marxista, assume que se deve entender o feudalismo como um modo de produção, a essência de sua definição, segundo ele. Portanto, a definição de servidão é idêntica à do modo de produção feudal, sendo, pois, "uma obrigação imposta ao produtor pela força, e independentemente de sua vontade, para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor." (DOBB, 1983, p.27)**.**

Dobb nega a relação jurídica e a "economia natural" como definidores do feudalismo, classificando-o como um modo de produção com a servidão como marca fundamental de distinção, mas este modo de produção guarda alguns traços fundamentais: (i) Baixo nível de técnica; (ii) Divisão social do trabalho pouco desenvolvida; (iii) Descentralização política. Ele coloca também que a "economia natural" é um dos definidores históricos do feudalismo, não sendo, porém, (como a servidão) limítrofe para poder explicar este modo de produção.

Dobb trata da visão sobre o renascimento do comércio na Europa ocidental depois de 1100 como o poder de desagregação do modo de produção feudal pontuando que esta é uma história bem conhecida. Ele ressalta que com o comércio veio o comerciante e, portanto, a comunidade comercial; ambos tiveram influência bastante forte para o esfacelamento desde modo de produção porque constituíram relações novas e estranhas ao mundo feudal, mas tentará entender se isso foi o suficiente para acabar com o modo de produção feudal.

Os senhores feudais ambicionavam aumento de renda em dinheiro bem como o serviço dos servos. Com isso desenvolveu-se a tendência à prestação de serviços por um pagamento em dinheiro e ao arrendamento da propriedade senhorial também em troca de dinheiro ou o cultivo com mão-de-obra assalariada. Ou seja, o desenvolvimento do mercado aparece como necessidade dada o aumento do nível de trocas, a dúvida que paira para o autor é: seria uma condição *suficiente* para a transição do modo de produção feudal para o capitalista a simples ampliação do mercado? Caso seja, esta visão reduz a ele (mercado) a responsabilidade de ser o fator único ou decisivo para essa

transição. O que se discute é se, posto que exista uma "economia natural", caso surja o mercado e, consequentemente uma "economia de troca", seria esta responsável por desmantelar a primeira ordem societal? Dobb critica essa visão com base no desenvolvimento inglês. Diz que caso essa hipótese fosse verdadeira deveríamos esperar maior troca de serviços por dinheiro por volta do século XIV, próximo a Londres. Porém, foi o sudeste da Inglaterra quem presenciou seu maior aumento. Em segundo lugar Dobb assume que deveria haver correlação entre o desenvolvimento das relações comerciais com o declínio das relações servis. Há evidências de forte correlação, porém as exceções se mostram importantes o bastante para serem levadas em conta. Como exemplo cita a volta de relações servis associado ao crescimento da produção para o mercado, na Europa oriental, no fim do século XV - Engels chamou este fenômeno de "segunda servidão". Por fim, arroga que mesmo sendo a produção ao mercado associada ao fim das relações servis quando se olha o capitalismo desenvolvido não há evidências para correlacioná-los no momento da transição. Portanto, nega que a economia monetária crescente tenha, de fato, substituído a sociabilidade do mundo servil pela relação contratual de igualdade jurídica no capitalismo.

Portanto, Dobb proporá sua leitura acerca da transição do feudalismo ao capitalismo. Partindo da categoria conceitual de modo de produção ele aponta que as contradições internas do modo de produção feudal são os determinantes que o pesquisador deve repousar atenção; o faz afirmando que nesse processo transitório e de crise das relações feudais há também a interação e impacto externo do mercado, mas o determinante em última instância repousa nas contradições internas, segundo ele. Assim, a ineficiência do feudalismo frente à necessidade crescente de acúmulo de renda por parte da classe dominante apareceu como uma forte contradição interna no mundo feudal. A fonte da qual a classe dominante extraía sua renda, obviamente, advinha da exploração sobre o produtor [servo], mais especificamente sobre o *tempo* de trabalho excedente da classe servil. Vale lembrar que o baixo nível da técnica não colocava muitas perspectivas de ampliação da produção, portanto, para aumentar sua renda, o senhor forçava o servo a diminuir o tempo de trabalho em sua própria terra – assim, levando-o à sobrecarga de trabalho em quantidade desumana ou forçando-o a diminuir suas necessidades, levando a ter níveis de subsistência animal. Dobb também mostra como os vilões eram considerados meios de enriquecimento por parte dos senhores e que, em cima deles, mediante alta exploração os senhores obtinham suas rendas.

A necessidade de renda por parte da classe dominante advinha de alguns fatores centrais, quais sejam: (i) Subenfeudação (multiplicação de vassalos fortalecendo o poder de grandes senhores); (ii) Crescimento natural das famílias de nobres (classe parasita, sustentada com trabalho servil excedente); (iii) Guerras e banditismo (aumentavam os gastos); (iv) Bens de Luxo (aumento de pressão feudal para produção voltada ao comércio). Portanto, dado baixo nível da técnica e a pouca mobilidade da classe produtora – afinal a o produtor era produtor dada uma relação social com seu superior direto, não por uma relação contratual como no capitalismo – a única forma de extrair renda era a exploração servil. Sobre isso, Dobb diz:

"O resultado dessa pressão maior foi não só exaurir a galinha que punha ovos de ouro para o castelo, mas provocar, pelo desespero, um movimento de emigração ilegal das propriedades senhoriais: uma deserção *en masse* por parte dos produtores, que estava destinada a retirar do sistema seu sangue vital e a provocar a série de crises nas quais a economia feudal se acharia mergulhada nos séculos XIV e XV. Essa fuga de vilões da terra muitas vezes assumia proporções catastróficas tanto na Inglaterra como em outros lugares, e não apenas servia para aumentar a população das cidades em desenvolvimento, mas, principalmente no continente, contribuía para o predomínio das quadrilhas de proscritos, da vagabundagem e das *jacqueries* periódicas." (DOBB, 1983, p. 34)

Com base na necessidade de aumento de renda Dobb argumenta que houve crescimento da população a partir do ano 1000 até o ano 1300. Essa redução no contingente populacional a partir de então causou o efeito de ameaçar a reprodução da sociedade feudal. Houve retração na renda e o modo de produção feudal se encaminhou à crise do século XIV - fome, peste e guerras foram três dos componentes centrais nessa crise. A fome favorecia as mortes pela Peste Negra porque os homens estavam muito debilitados e não tinham víveres estocados. Além da Peste Negra e de a Grande Fome, diversas guerras ameaçaram a sociedade de então, tendo a Guerra dos Cem Anos como um evento dos mais marcantes à época.

Como mecanismo para tentar amenizar as fugas dos servos e reestruturar a reprodução nos marcos do modo de produção, os senhores feudais empreenderam diversos mecanismos distintos para atração de mão-de-obra de volta aos feudos – muitos se encaminhavam às cidades. Basicamente, dois mecanismos gerais foram utilizados: pagamento em dinheiro aos servos por prestação de serviços e arrendamento de suas terras aos servos. Como pré-requisito às medidas era necessário a existência de reserva de mão-de-obra e o nível de produtividade dos trabalhadores assalariados deveria ser maior do que o seus salários em *quantidade significativa*[12]. Sobre isso, Dobb escreve:

"Aconteceu que, na "reação feudal", o desejo de fixar de maneira mais firme o camponês à terra, privando-o de liberdade de movimento, e o de aumentar as obrigações que lhe eram impostas coincidiram na maioria dos casos com uma tendência à volta ao uso das prestações de serviço no cultivo de reserva senhorial, ao passo que, na Inglaterra dos últimos dias de servidão, a tendência à comutação parece ter marchado paralela a um abrandamento dos encargos feudais" (DOBB, 1983, p.49)

Por fim, Dobb debate quais são os determinantes para a saída pelo arrendamento ou pela prestação de serviços em cada país. Discutirá também a emergência do *locus* urbano. Ambos são importantíssimos para o argumento do autor, mas nada agregarão ao debate que propomos.

[12] "Essa "quantidade significativa" que o excedente disponível no novo modo de produção tinha de atingir era uma espécie de *minimum sensible* necessário para atrair os donos de propriedades para o seu uso" (DOBB, 1983, p. 41)

Paul Sweezy

Paul Sweezy, um economista marxista estadunidense, ao ler a obra de Dobb publicou um artigo intitulado *Uma crítica* no qual debate com as formulações de Maurice Dobb, que por sua vez respondeu-o com outro artigo. O debate desdobrou-se ainda em uma réplica de Dobb e uma tréplica de Sweezy, porém, traremos os aspectos centrais da crítica de Sweezy às formulações de Dobb. Principalmente centraremos atenção mais devida ao debate do elemento em última instância necessário e suficiente para operar a transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista.

Sweezy inicia seu texto dialogando com a definição de Dobb acerca de feudalismo e mostra que, para Dobb, feudalismo e servidão são praticamente intercambiáveis. Ele critica dizendo que há possiblidade de haver alguma forma de servidão em outros arranjos sociais, portanto, não é uma definição correta em sua visão. Acredita que Dobb está certo quando pontua características "clássicas" do feudalismo da Europa ocidental (i) Baixo nível técnico; (ii) Economia Natural; (iii) Agricultura dominial; (iv) Descentralização política; (v) Terra em troca de serviços; (vi) Senhor exercendo poder jurídico.

Para Sweezy, o feudalismo[13] pode ser definido como um sistema econômico em que a relação de produção predominante é a servidão e toda produção é arquitetada dentro e em torno da propriedade senhorial. Ele argumenta que esta definição não implica em "economia natural" ou ausência de cálculos em moedas. Apenas se está implícito que mercado é, na maioria das vezes, local; o comércio de longa distância não desempenha nenhum papel decisivo nem é objetivo da produção. Portanto, o feudalismo é um sistema de *produção para uso.* Argumenta, a partir de Marx, que em sociedades cuja produção se volta para a produção de valores de uso não haverá apetite para trabalho excedente, ou seja, em uma sociedade feudal não há pressão de melhoria dos métodos de produção como no capitalismo. Porém, não implica, segundo Sweezy, que o sistema feudal seja necessariamente estável ou estático. Ele observa elementos de instabilidade, quais sejam: (i) competição entre senhores pela posse de vassalos e terras, medida de prestígio e poder - isso gera um constante estado de guerra, mas, a competição apenas aperta mais os laços sociais ao invés de emancipar a sociedade de forma revolucionária; (ii) crescimento populacional – a estrutura senhorial limita o número de produtores que é capaz de empregar e o número de consumidores que consegue sustentar. Por isso, alguns filhos de servos acabam constituindo "população errante", aquela que viver de esmolas ou banditismo (matéria-prima dos exércitos mercenários).

A síntese da visão de Sweezy a partir de sua crítica a Dobb é evidente na seguinte passagem:

[13] Estamos tratando, como bem aponta Paul Sweezy, do feudalismo europeu ocidental.

"Podemos concluir, então, que o feudalismo europeu ocidental, apesar da instabilidade e insegurança crônicas, foi um sistema com forte tendência em favor da manutenção de certos métodos e relações de produção" (SWEEZY, 1977, p. 43)

Para poder criticar Dobb, Paul Sweezy retoma a argumentação presente no texto de Dobb tentando refutá-la. Inicia no ponto acerca da necessidade de aumento de renda pela classe dominante e reelabora seu argumento da consequente superexploração da classe servil e sua consequente fuga. Coloca como saída da classe dominante a adoção dos dois mecanismos, arrendamento de terras e prestação de serviços. Caminhando no mesmo terreno de Dobb, Sweezy assegura que para sustentar o argumento Dobb deveria ter sido repousada maior atenção na emergência das cidades para engajar esse processo dentro dos limites de desenvolvimento do próprio feudalismo, ou seja, deveria endogeneizar o processo para que pudesse ter êxito em sua empreitada de achar as causas internas para a transição[14]. Em resumo, sua crítica a Dobb é que se os determinantes endógenos não tem sustentação *per se* há que se buscar exogenamente causas à dissolução do feudalismo. Nas palavras do próprio autor:

"Resumindo as críticas da teoria de Dobb sobre o declínio do feudalismo: não tendo analisado as leis e tendências do feudalismo europeu ocidental, engana-se ao tomar como tendências imanentes certos desenvolvimentos históricos que de fato só podem ser explicados como produto de causas externas ao sistema."

Sweezy estudará a relação do comércio e da "economia monetária" como solvente das relações feudais. Coloca-se como crítico da dicotomia superficial entre "economia natural" e "economia monetária" dizendo que, no limite, a dicotomia é entre a produção para o uso e para o mercado; com isso, busca entender como o comércio engendrou um *sistema* de produção para o mercado e como isso abalou o sistema feudal.

Sobre o comércio, portanto, ele diz que qualquer economia que não a mais primitiva conheceu algum grau de comercialização. Dentro da ordem feudal sua magnitude era incipiente, a ponto de não afetar as relações econômicas feudais. As trocas, na Idade Média, serviam para suprir necessidades básicas, diferentemente de uma produção orientada ao mercado. Quando, no entanto, estabeleceram-se os centros de comércio e entrepostos locais, o comércio e a esfera das trocas passaram a se fazer presentes porque engendravam um arranjo de produção de mercadorias. As áreas rurais deveriam fornecer os produtos ao mercado e então isso começou a desenvolver a divisão do trabalho dentro dos feudos – produzia além do necessário ao consumo um excedente para a venda. Sendo assim, a troca à distância foi uma força criativa que

[14] "A teoria de Dobb sobre as causas internas do colapso do feudalismo ainda poderia ser salva se fosse possível comprovar que a ascensão das cidades foi um processo interno ao sistema feudal. Mas, se bem entendi, Dobb não o afirmou. (...) O comércio não pode de maneira alguma ser considerado uma forma de economia feudal; segue-se daí que Dobb dificilmente poderia sustentar que o desenvolvimento da vida urbana foi consequência de causas internas" (SWEEZY, 1977, p. 49)

suscitou um *sistema* de produção à troca concomitantemente ao sistema feudal que produzia apenas para uso.

Uma vez coexistindo ambos os sistemas[15], houve uma imbricação e eles se auto influenciaram. Por isso o autor recupera algumas correntes de influência que passaram da economia de troca para a de uso. São eles: (i) Ineficiência da organização senhorial de produção em contraste com um sistema racional de divisão do trabalho; (ii) Existência do valor de troca favorecia a busca de riqueza afetando a atividade dos produtores. Sweezy coloca este argumento como parte da resposta à crescente necessidade de renda pela classe dominante; (iii) Gostos da classe feudal dominante. Esta é a segunda parte da crescente necessidade de renda pela classe feudal; (iv) Cidades com perspectiva de vida melhor. Este argumento aparece como causa principal para a saída dos servos dos feudos.

No fim de sua crítica ao texto de Dobb, Sweezy estudará o momento intermediário entre o feudalismo e o capitalismo categorizando-o como um sistema no qual não houve predomínio *nem* de elementos capitalistas, *nem* feudais, intitula esse momento intermediário como sociedade de "produção pré-capitalista de mercadorias".

Poderíamos avançar tanto na obra completa de Dobb quando em sua réplica a Sweezy, porém centramos nesses elementos recuperados tanto de Maurice Dobb quanto de Paul Sweezy para nossa inserção crítica no debate marxista da transição.

3. Aplicação metodológica no debate marxista da transição

Iniciamos o processo de construção da transição recuperando o método[16] marxiano. Olhamos para a sociedade em seu movimento histórico-social como a totalidade. Esta totalidade é rica de determinações e o concreto se apresenta caótico. Entendê-lo (o movimento do concreto) passa, necessariamente, por apreender seu movimento de constituição - é essa a função do arsenal categorial. Entender o movimento dessa totalidade é entender que as contradições, imanentes à arquitetônica social, dão-lhe dinamicidade. A História como uma totalidade é um complexo de complexos sendo a produção material da vida social o momento ontologicamente

[15] Economia Natural e Economia Monetária, ou mais especificamente Economia que produzia para o uso e Economia que produzia à troca.

[16] "Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método."* (LUKÁCS, 2012, p.64)

determinante. Apreendemos o movimento histórico da produção material a partir do conceito de modo de produção[17].

Quando nos propomos a traçar a gênese histórica do capitalismo como modo de produção determinante precisamos partir de algum momento específico do desenvolvimento histórico. Partimos, pois, do esfacelamento do modo de produção feudal, ou feudalismo. Traçaremos aqui uma posição particular dentro do consolidado debate Dobb-Sweezy (1954) acerca da transição do feudalismo ao capitalismo, mas precisaremos nos ater a um ponto chave: o capitalismo não se ergue como o modo de produção determinante logo após a crise feudal. O que aparecerá, neste momento, será uma sociedade de transição, e por isso, será papel de a primeira Revolução Industrial inglesa colocar o capitalismo sobre suas bases de fato.

Primeiramente precisaremos discutir como entendemos e concebemos a transição. Em segundo lugar, particularizaremos os pressupostos que entendemos necessários para emergência do capitalismo e que serão construídos a partir o debate Dobb-Sweezy. Como já previamente apontado em nossa introdução, este debate fez-se importante porque entender como se deu a transição do mundo feudal à ordem do capital poderia (e pode) servir de indicativo para transição ao socialismo – Marx, em seus estudos, sempre tentou apreender as leis gerais de movimento das formações sociais e de desenvolvimento da sociedade.

3.1. Teoria da Transição

Para que entendamos a transição do feudalismo ao capitalismo teremos de avançar em nosso debate metodológico. Nosso entendimento sobre a transição se dá a partir de duas passagens de Marx já previamente abordadas. Recorramos a elas novamente:

i) "Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes

[17] Forma determinada de produção e reprodução material da vida composta pela base material, a infraestrutura (relações de produção e forças produtivas) e pela super-estrutura, ou seja, formas de consciência como a ideologia, instância jurídica e política.

ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez." (Marx, 1982, p. 25)

ii) "A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito." (Marx, 2010, p.40)

Para fugir do determinismo econômico, ou *economicismo* mecanicista, vulgar não podemos conceber a economia como uma esfera da vida social dissociada das demais (desdialectizada) e, além disso, determinante na dinâmica histórica. Contra isso assumimos a necessidade da leitura dialética de Marx. Nas duas passagens citadas acima fica claro que o movimento histórico se dá pelas contradições gestadas no seio da própria arquitetônica social. Marx as apresenta como um momento de *revolução social*, ou seja, as lutas de classes. Portanto, a transição se efetiva por uma luta no campo político e não estritamente por transformações econômicas. As formas de produção material da vida social são as formas determinadas de vida - os modos de produção. São formas de produção e reprodução da vida social, portanto, ligadas à construção da vida mesma. Sendo assim, as forças produtivas e as relações de produção aparecem como os *níveis constitutivos* da base material, da infraestrutura. De um lado, as forças produtivas congregam os meios de produção e a força de trabalho, seu desenvolvimento e nível da técnica, por exemplo, a produtividade do trabalho. De outro, as relações de produção balizam a propriedade econômica das forças produtivas[18]. Sua modificação [infra-estrutura] engendra a modificação de toda a superestrutura – a ideologia, instância política, instância jurídica e outras formas de consciência.

Entendemos que há uma construção dialética entre os níveis constitutivos da base material, não são momentos que se tangenciam, são, ao contrário, relações que se compõem uma pela outra. O que ocorre, porém, é que a dinâmica de desenvolvimento de cada uma delas é diferente. Essa é a contradição básica. Enquanto as forças produtivas se revolucionam constantemente as relações de produção asseguram sempre uma mesma forma de apropriação econômica – e é somente nesse sentido em que aceitamos que as forças produtivas tenham primazia, porque sua dinâmica é mais acelerada. Mesmo que, por exemplo, a produtividade do trabalho aumente e os

[18] Bottomore, 2001, p. 157, verbete: forças produtivas e relações de produção.

produtores diretos consigam produzir mais, aqueles que detêm os meios de produção são os que acabam por se apoderar do produto social. E é este embate por apropriação o que, no fundo, dá dinamicidade aos processos históricos. Como apontado por Marx na segunda citação, a história das sociedades tem sido marcada pela divisão entre classes e suas lutas sucessivas, ou seja, são elas que colocam a história em movimento. As lutas de classes aparecem como formas fenomênicas das contradições em cada um dos modos de produção. No capitalismo, entre trabalho e propriedade, ou produção e apropriação.

Portanto, como "Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (...) De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões." as formas de apropriação econômica de tal sociedade se tornam limites para o desenvolvimento do processo produtivo, i. e. maquinaria, ou seja, o desenvolvimento dos processos de trabalho ficam bloqueados pelas formas de apropriação postas àquela formação social. A massa de produto social, apesar de ser colocada em maior quantidade na sociedade continua sendo apropriada da mesma forma. Os explorados, portanto, tornam-se agentes ativos da construção de sua história e iniciam uma luta política, ou seja, uma luta de superação de relações postas à sociedade. Esta luta política aparece seja na figura de uma revolução, de uma luta institucionalizada, ou até na quebra paradigmática de dogmas sociais: "Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez.". Com a modificação no conjunto de forças produtivas e relações de produção (na infra-estrutura) se inicia a modificação na forma de produção material da vida, ou seja, no modo de produção material da vida social.

No momento selecionado por este estudo a contradição na base material será colocada pelo desenvolvimento das forças produtivas entrando em contradição com a sociabilidade feudal. O movimento histórico se dará pela luta política de uma classe[19] social contra outra, mas não no sentido de uma luta organizada ou consciente entre os servos e os senhores. Os servos não se organizavam conscientemente como classe, nem se reconheciam enquanto tal – não havia projeto político nem experiência de classe ou um projeto de poder entre eles, mas suas fugas e revoltas camponesas, as *jacqueries* constituem formas de revolta à formação social. Ou seja, os servos eram uma classe *em si*, mas não uma classe *para si.* A liberdade, à época feudal, era estabelecida pelo poder instituído do senhor feudal e pelas relações sociais daquela sociedade. Questioná-las, fugindo para as cidades ou se revoltando ante os poderes instituídos dos senhores feudais se configura, em nosso entendimento, em uma luta política capaz de operar a transição aqui debatida. Além disso, as relações servis *sobredeterminavam* a sociedade feudal[20], por isso, a luta movente naquela sociedade era a luta contra o a imobilidade social e os limites postos pela própria sociabilidade do mundo feudal.

[19] Na teoria marxista, classe se configura pela posição na reprodução material da vida social que cada indivíduo ocupa, portanto tratamos os servos como classe.

Portanto, complementamos a metodologia anteriormente descrita com nosso entendimento de como se opera a transição entre os modos de produção. A faceta econômica representada pela produção material da vida social apresenta e coloca as contradições, mas estas são superadas na luta, travada no campo da política, entre as classes, sempre uma luta por apropriação.

3.2 Elementos necessários à emergência do capitalismo

Para que possamos admitir que o capitalismo se apresente como modo de produção material da vida social de forma determinante, achamos necessários alguns pressupostos. Tais pressupostos são:

Será necessário que se opere (i) a separação entre o produtor direto e seus meios de produção; (ii) a propriedade privada precisará, necessariamente, regular a forma de apropriação do produto social; (iii) força de trabalho deverá ser encontrada unicamente em um mercado no qual seja comprada e vendida; em outras palavras, os homens deverão ser colocados em posições distintas na produção, ou seja, colocados através de uma relação jurídica como possuidores de mercadorias: de um lado, possuidores unicamente de sua força de trabalho, de outro, detentores dos meios de produção e detentores de sua força de trabalho deverão ser postos como classes antagônicas na produção e reprodução material da vida social; (iv) a forma mercadoria deverá ser a forma das relações sociais; ou seja, o mercado terá que, efetivamente, mediar a sociabilidade entre os homens através da troca generalizada de mercadorias[21]; (v) o

---

20 "Aproveito essa oportunidade para refutar, de forma breve, uma objeção que me foi feita, quando do aparecimento de meu escrito Zur Kritik der Pol. Oekonomie, 1859, por um jornal teuto-americano. Este dizia, minha opinião, que determinado sistema de produção e as relações de produção a ele correspondentes, de cada vez, em suma, "a estrutura econômica da sociedade seria a base real sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política e à qual corresponderiam determinadas formas sociais de consciência", que "o modo de produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e intelectual em geral" — tudo isso estaria até mesmo certo para o mundo atual, dominado pelos interesses materiais, mas não para a Idade Média, dominada pelo catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política. Em primeiro lugar, é estranhável que alguém prefira supor que esses lugares-comuns arquiconhecidos sobre a Idade Média e o mundo antigo sejam ignorados por alguma pessoa. Deve ser claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo nem o mundo antigo da política. A forma e o modo como eles ganhavam a vida explica, ao contrário, por que lá a política, aqui o catolicismo, desempenhava o papel principal. De resto basta pouco conhecimento, por exemplo, da história republicana de Roma, para saber que a história da propriedade fundiária constitui sua história secreta. Por outro lado, Dom Quixote já pagou pelo erro de presumir que a cavalaria andante seria igualmente compatível com todas as formas econômicas da sociedade." (MARX, 1983 a. p.77)

21 "O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse qüiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as

capital deverá se autonomizar e assumir o papel de sujeito[22] enquanto os homens passarão a ser seus meros apêndices.

Balizamos e sintetizamos nossa posição em uma passagem do próprio Marx, em *O Capital*, no debate da chamada Acumulação Primitiva:

"Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre

---

relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias." (MARX, 1983 a, p. 71)

[22] "As formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples mediam apenas o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no resultado final do movimento. Na circulação D – M – D, pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro como o seu modo geral, a mercadoria como o seu modo particular, por assim dizer camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma em sujeito automático. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações capital é dinheiro, capital é mercadoria. De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é o seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro." (Marx, 1983a, p. 130).

produtor e meio de produção. Ele aparece como "primitivo" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde." (MARX, 1984, p.262)

Portanto, colocamos como marco em nossa elaboração teórica a necessidade de que para que o capitalismo seja o modo de produção dominante e rompa todos os grilhões da sociedade feudal, ou seja, para que a "produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés" é necessário que se opere a criação da relação-capital, ou seja, "o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados.". Assim, todas as condições de trabalho bem como as condições da própria reprodução material da força de trabalho serão imediatamente colocadas no mercado, ou, como apontou Ellen Wood o mercado passou de *oportunidade* para *imperativo*.

Com base nesses cinco pressupostos entendemos que o capitalismo terá se colocado sobre suas próprias bases e a partir de então terá de se reproduzir expandindo suas fronteiras geográficas. O fará dominando outros modos de produção, que não produzem mercadorias, forçando-os orientar sua produção voltada ao mercado. Portanto, será este nosso ponto de chegada, o momento em que o capitalismo será o modo de produção dominante e o capital assumirá o papel de sujeito.

4. Proposta de leitura

O feudalismo foi um modo de produção de poder descentralizado em que cada senhor feudal era soberano e autônomo dentro de suas terras. Essa descentralização é marcada pelo Tratado de Verdun, de 843, que dividiu o Império Carolíngio entre os três netos de Carlos Magno, iniciando, assim, a descentralização política. Nosso recorte histórico, entretanto, se inicia por volta do ano 1100, tal qual Dobb delimitou em seu estudo. À época o feudalismo já se encontrava em sua forma típica na Inglaterra e reproduzia-se com base em sua própria lógica; como modo de produção a divisão social do trabalho estava pouco desenvolvida e havia baixo nível da técnica em uma economia natural. Na passagem do século XI ao século XII, o renascimento do comércio imprimiu maior volume de trocas à sociedade feudal, entretanto, o feudalismo compunha-se como uma sociedade onde as trocas eram eventuais e não fundantes para a reprodução material da sociedade e, por isso, a lógica mercantil colocava-se de forma contraditória ao mundo feudal. Foi, também, um modo de produção marcado por relações sociais estabelecidas, às vistas dos atores sociais, de forma naturalizada. O imobilismo social era uma das marcas distintivas daquela sociedade e não havia perspectiva alguma de ascensão social. A exploração entre classes na produção material da sociedade ocorria em decorrência da própria arquitetônica social, o servo sabia quem o explorava e o

senhor sabia a quem explorar[23], portanto, servo e senhor só existem e se compõem, dialeticamente, um pelo outro. Não há como se falar em uma classe sem colocá-la em contraposição à outra. A reprodução material daquela sociedade, portanto, assentava-se em relações consuetudinárias, nascidas em estatutos bárbaro-germânicos como o *comitatus* e o *beneficium* e reproduzia-se através das relações de suserania e vassalagem entre a classe dominante e nas relações servis para com os produtores diretos. Queremos pontuar, com isso, que não existiu possibilidade de relação social que não fosse mediada pelas relações desiguais de poder entre as classes.

Com a retomada de relações mercantis erigiu-se o estatuto da apropriação de quantias em forma de rendas por parte da classe dominante em meio ao mundo feudal. Seguindo as pistas que Dobb enunciou em sua obra, o desenvolvimento do comércio causou o aumento da busca por rendas pela classe dominante. Esta se viu impelida a aumentar a exploração dos produtores diretos para que pudessem se apropriar dessa renda necessária. Os senhores, por um lado, necessitavam do aumento da renda por elementos como a intenção de comprar bens de luxo e em parte pelo aumento populacional conhecido entre os anos 1000 e 1300. Por outro lado, para efetivar essa vontade da classe dominante os servos necessitavam aumentar o tempo de trabalho ou a produtividade quando produziam no manso senhorial. Porém, o baixo limite das técnicas colocava-os uma única saída, a redução de trabalho em suas terras e consequente redução dos parâmetros de reprodução da vida servil a limites muito baixos. Essa superexploração dos servos ao seu limite impeliu essa classe ao movimento – ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas ocorreu até seu limite sem que as relações de produção acompanhassem essa dinâmica ou fossem alteradas. Postos seus desenvolvimentos desiguais, as contradições se agudizaram e os questionamentos aos costumes e relações sociais engendrados pela sociabilidade feudal apareceram como as revoltas camponesas – *jacqueires* – e como fugas para as cidades. Não foi uma luta organizada em seu conjunto, afora algumas revoltas como a revolta camponesa de 1381, na Inglaterra. Entretanto, a fuga dos servos para as cidades aparecia como uma luta política, porque questionar os limites de sua exploração era questionar a própria estrutura social e arquitetônica do modo de produção feudal. Os servos romperam os laços de poder que os atavam aos senhores. Romperam ora fugindo, ora lutando, mas

[23] "Desloquemo-nos da ilha luminosa de Robinson à sombria Idade Média européia. Em vez do homem independente, encontramos aqui todos dependentes — servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as condições sociais da produção material quanto as esferas de vida estruturadas sobre ela. Mas, justamente porque relações de dependência pessoal constituem a base social dada, os trabalhos e produtos não precisam adquirir forma fantástica, diferente de sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e pagamentos em natura. A forma natural do trabalho, sua particularidade, e não, como na base da produção de mercadorias, a sua generalidade, é aqui sua forma diretamente social. A corvéia mede-se tanto pelo tempo quanto o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que é certa quantidade de sua força pessoal de trabalho que ele despende no serviço do seu senhor. O dízimo, a ser pago ao cura, é mais claro que a bênção do cura. Portanto, como quer que se julguem as máscaras que os homens, ao se defrontarem aqui, vestem, as relações sociais entre as pessoas em seus trabalhos aparecem em qualquer caso como suas próprias relações pessoais, e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, dos produtos de trabalho." (MARX, 1983 a, p. 74)

sempre, implicitamente, travando uma luta política contestatória de realidades sociais até então não questionadas. Aquela questão trabalhada anteriormente acerca das classes necessita ser retomada. Os servos configuravam uma classe *em si*, mas não uma classe *para si*. Ou seja, eram colocados em uma posição na reprodução material da vida social, por isso configuravam-se como classe, mas não se reconheciam enquanto tal. Portanto, adotamos que esta luta travada contra as imposições feudais era uma luta política entre classes distintas. Tal qual apontamos, a totalidade - o modo de produção - colocou no campo da reprodução material suas contradições devido à diferença de dinâmica de desenvolvimento entre as forças produtivas e as relações de produção. Estas contradições, operando, deram dinamicidade ao processo histórico colocando-o em movimento através de lutas políticas. O desenvolvimento histórico encenado pelas classes em disputa, ou seja, a luta de classes deu movimento a este momento transitório entre o mundo feudal e o início do capitalismo. Essa luta por maior apropriação, de um lado, e por maior liberdade, por outro, configurou a luta de classes do período em questão.

De um lado a exploração impelia os servos ao movimento, de outro, as relações mercantis, se reestruturando, principalmente nas cidades, faziam com que os centros urbanos aparecessem como polo agregador às populações errantes. Os servos, então, após suas revoltas e fugas estabeleceram-se nas cidades e a partir deles começa a se formar a classe burguesa, ainda em nascimento. "Dos servos da Idade Média nasceram os moradores dos primeiros burgos; desta população municipal saíram os primeiros elementos da burguesia. (...) A organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não satisfazia as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. *A manufatura a substituiu*." (MARX, 2010, p.41 o grifo é meu). Portanto, o momento de transição entre o mundo feudal e a sociedade capitalista é um interregno entre dois modos de produção em que o antigo servo irá, paulatinamente, tornar-se um artesão.

No modo de produção feudal o servo, apesar de subordinado ao senhor feudal, ainda detinha a posse dos meios de produção. Enquanto os servos se estabeleciam nas cidades, eles criavam, produziam e reproduziam as relações mercantis. Durante esse processo transitório entre o estatuto servil e a produção artesanal o grande processo de modificação cultural foi alicerçado pela modificação na estrutura produtiva, ou seja, as formas de produção material da vida social foram engendrando novas formas de consciência. Na produção executada pelos artesãos o caráter de posse dos meios de produção existia, ainda em parte, portanto não se operou uma ruptura na lógica social. Esse é um fator importante para perceber que não podemos afirmar que essa sociedade mercantil simples possa ser chamada efetivamente de capitalista; não há, ainda, a separação fundante do capitalismo entre o Capital e o Trabalho.

Com o desenvolvimento do mercado interno a produção individual, artesanal, não sustentava mais todas as necessidades crescentes de troca. A manufatura correspondia às pequenas produções e exigia um tempo de trabalho elevado para a

produção de poucas mercadorias. Era por isso que as forças produtivas necessitavam desenvolver-se para colocar maior quantidade de mercadorias (produtos produzidos à troca) no mercado. A produção artesanal encontrou na manufatura sua forma de superação, superação dos limites impostos pela estrutura de produção artesanal. Durante essa transição entre os regimes de trabalho o antigo produtor direto, dono dos meios de produção no regime artesanal, começava a sumir. A relação de posse dos meios de produção na produção artesanal foi sendo substituída através do aprofundamento da divisão do trabalho, ou seja, o início do desenvolvimento da especialização e do assalariamento dentro do *locus* produtivo (i)[24]. Nesse processo um artesão, então no cargo de mestre, empregava outros artesãos chamados de companheiros dentro da Oficina. O primeiro, agora proprietário dos meios de produção, estabelecia uma relação de trabalho em que cedia os meios de trabalho aos outros, e estes, em troca da venda de sua força de trabalho recebiam um salário pela sua produção.

Porém, para que o mercado interno pudesse efetivamente se consolidar era necessário que colocasse a apropriação privada como forma de mediação social, inclusive pela apropriação privada do trabalho de outrem. Somente quando esse estatuto[25] estivesse presente e disseminado efetivamente é que todas as condições de reprodução da sociedade seriam postas no mercado. O argumento de consolidação do mercado interno necessita de um pressuposto ainda não explicitado: os cercamentos. A população do campo foi expulsa de suas terras para que estas fossem cercadas. Os lotes de terra viraram propriedade privada e inseriram, de vez, a lógica da apropriação privada na sociedade em transição (ii).

Com a cessão entre produtor direto e os meios de produção e a formação do estatuto de propriedade privada a consolidação do mercado interno, nessa sociedade mercantil, colocava parte dos pressupostos necessários à emergência do capitalismo como modo de produção dominante. Como as condições de vida foram sendo, paulatinamente, colocadas no mercado a classe que emergia, à época, a burguesia, aparecia como a grande detentora de dinheiro – que viraria sinônimo de poder em pouco tempo. Todavia, a formação de um Estado[26], que em alguns lugares era composto por alianças entre nobreza e burguesia e em outros por instituições estritamente burguesas dava todo um sentido específico à própria formação dessa instituição de poder. Desde os tempos de formação do Absolutismo inglês, a burguesia ascendente, que já havia "enforcado seus reis", ocupava seu espaço no jogo político e, no limite, sobredeterminava o Estado através de seus interesses. Em sua política econômica [Mercantilista] o Estado Inglês teve um papel diferenciado em relação aos outros países.

[24] Listaremos as correspondências com aqueles pressupostos citados anteriormente.

[25] Havíamos dito que o estatuto da propriedade privada já existia na sociedade transitória, afinal a propriedade privada é pressuposto à troca, e que sua lógica era estranha ao mundo feudal. Porém, aqui, tratamos da propriedade privada dos meios de produção. Àquela etapa essa operação não havia se efetivado de fato porque as trocas não eram a forma determinante de acessar o trabalho de outros produtores.

[26] É importante lembrar que não existe "moeda sem Estado".

Diferentemente da França colbertista que defendia uma indústria específica (bens de luxo), os ingleses defendiam a ideia de lucro através da manutenção de uma balança comercial favorável. Portanto, já com seu mercado interno consolidado, para haver déficits e superávits comerciais havia necessidade do intercâmbio externo. Por isso era necessária, também, a consolidação do mercado externo porque o mercado interno não é onde recai a política econômica de um Estado em sua busca por uma balança comercial superavitária. Com um mercado interno já consolidado, a Inglaterra, na ânsia de manter o superávit comercial buscava como expandir seu comércio de longa distância.

Precisavam, entretanto, de algo que pudesse ser exportado para as colônias, que nesse momento eram grandes centros compradores dos produtos das metrópoles. Seria, pois, necessário, algo que fosse vendável a estas, situadas fora da Europa e rentável às metrópoles. Surgiu, então, o personagem da I Revolução Industrial, o algodão. Será ele o personagem principal da Revolução Industrial porque sua produção é quem dará o "tom" da transformação revolucionária na economia. Em linhas gerais, o processo de produção do algodão se resumia a três momentos específicos: cardar, fiar, tecer. O gargalo aparecia no segundo momento, em fiar o algodão. O processo de cardar era relativamente simples e rápido, entretanto, com as rocas de fiar não se conseguia fazer muitos fusos, havia muito algodão para fiar e após os fusos prontos era necessário tecer os tecidos. Esse gargalo aparecia de duas formas: ou como fusos que acabavam rápido demais antes de completar um único tecido ou como fusos insuficientes para o ritmo de trabalho dos tecelões.

As inovações revolucionárias que apareceram – ou, como preferimos, o desenvolvimento das forças produtivas - foram para balancear a dinâmica produtiva entre a fiação e a tecelagem, a saber*: o "filatório" (spinning Jenny),* de 1760, que permitia ao artesão trabalhar com vários fios de uma vez; o tear movido à força hidráulica *(water frame),* de 1768, que trazia a ideia de fiar com uma combinação de fusos; por fim, a *"mula" (spinning mule),* em meados de 1780, que era a fusão dos dois anteriores. Ao lado das grandes invenções e inovações no campo da indústria têxtil, surgiu outra grande invenção: a máquina a vapor, de James Watt, em 1763.

É exatamente a combinação da melhoria na produção da indústria têxtil com a possibilidade da interação dela e das máquinas movidas pela energia do vapor que mudará todo o sentido da indústria nos anos subsequentes de desenvolvimento do capitalismo. Este é o ponto, as modificações nas forças produtivas, no caso, na produção do algodão deram o tom de toda a forma da industrialização que se seguiu. É importante ressaltar que após consolidado o passo da industrialização não havia mais volta às antigas formas de sociabilidade. O empreendimento privado, alicerçado na compra e venda da força de trabalho aprofundava o mercado como mediador de todas as relações humanas. Os homens confrontavam-se como possuidores de mercadorias, entretanto, alguns deles tinham como sua única mercadoria a força de trabalho (iii). Operacionalizada e aprofundada essa separação radical entre os detentores dos meios de produção e os não detentores de nada além da força humana de trabalho a sociedade foi

colocada em dois grandes e distintos polos antagônicos na produção material da vida, Capital e Trabalho. A produção era a produção de mercadorias no sentido da *forma mercadoria*, a forma das relações sociais de então (iv).

A energia a vapor, primeiramente utilizada na produção de algodão foi estendida para diversos outros setores produtivos e, no limite, serviu inclusive para promover a integração territorial e urbana através das locomotivas a vapor e ferrovias, na segunda fase da Revolução Industrial (1820 – 1850). Esta segunda fase foi caracterizada por uma crescente industrialização mundial em que a concorrência de capitais com outros países fez com que a Inglaterra, ao invés de exportar produtos têxteis passasse a exportar bens de capital – máquinas. O desenvolvimento das forças produtivas começou a se alastrar por toda Europa, porém aquele país que fora o primeiro a modificar sua base produtiva, indiretamente, pela venda de máquinas, era quem dava as condições para criação de concorrência externa por parte de outros países. A justificativa para isso é a de que era necessário realizar o capital investido em novas formas de investimento. Durante os anos 1840 e 1860, com a expansão das ferrovias pela Europa, formou-se uma indústria de bens de capital. Exatamente pelo aprofundamento da esfera da produção houve, também, o aprofundamento da cisão da sociedade entre classes – e da organização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de trabalho. Fica evidente essa relação de desenvolvimento das forças produtivas caso comparemos a antiga esfera de produção artesanal com a grande indústria. Na primeira, para aumento o de produtividade era necessário aumento do capital variável; na segunda, o capital fixo o substitui. Bem como a forma de extração de mais-valia, extraída de forma absoluta na primeira e relativa na segunda. Para além do aprofundamento das relações de classe, a esfera financeira já emergiu como um potencial de ganhos para a burguesia. No esteio dessas relações, o capital financeiro – junção do capital bancário com o capital produtivo – se consolidou como mecanismo de acumulação pela burguesia. Por fim, é necessário pontuar que o processo de valorização do valor[27] substituiu completamente a antiga lógica de reprodução material da sociedade. O valor valorizar-se-á de forma que parecerá dispensar a esfera produtiva, passando a imagem de que dinheiro gera, *per se*, mais dinheiro [D – M – D']. Nesse processo de movimento aparentemente autônomo do capital mediando toda a esfera de produção material da vida social os homens se subordinarão aos movimentos do mercado, tendo-o como instância decisória da reprodução material de tal sociedade. (v)

As mudanças vistas no processo de desenvolvimento da produção material da sociedade, desde o início da manufatura até o momento limítrofe de superação do desenvolvimento das forças produtivas sob os limites impostos (o gargalo da fiação) pelo modelo vigente de produção não desembocaram em uma revolução, como

[27] "O valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo. D — D', dinheiro que gera dinheiro — *money which begets money* —, diz a descrição do capital na boca dos seus primeiros tradutores, os mercantilistas." (MARX, 1983 a, p. 131)

aparentemente colocamos acima[28]. É importante dizer que todo processo produtivo é, cedo ou tarde, superado por novas técnicas, desenvolvimento das forças produtivas. A diferença de um processo qualquer com a superação das técnicas da produção do algodão é que este processo levará a uma *lógica* produtiva nova e engendrará uma nova sociabilidade entre os homens, no limite, uma nova sociedade. É, portanto, agora que admitimos usar o termo capitalismo sem nenhum prejuízo teórico ou perda conceitual. O aprofundamento da indústria conduziu a antiga divisão social entre classes a uma separação radical, e sedimentou a cisão da sociedade entre duas classes antagônicas: Capital e Trabalho.

O processo de superação do gargalo da fiação se deu por um processo dialético de passagem das mudanças *quantitativas* para *qualitativas* – o número de fusos, antes reduzido, aumentou pela criação de novas máquinas (modificação *quantitativa*) e, no limite, o processo de aumento dos fusos, articulado à máquina movida a vapor conduziu a lógica produtiva para um novo paradigma, o da grande indústria, a produção capitalista. Essa mudança no próprio sentido da produção se apresenta como modificação *qualitativa* no caráter da produção - antes feita em uma pequena oficina, agora passará a ser feita em uma fábrica; antes produzindo produtos têxteis, depois produzindo de bens de capital; antes abastecendo preponderantemente a um mercado interno, agora exportando para o mercado externo; antes explorando um conjunto reduzido de artesãos, agora explorando o proletariado – uma classe *em si* e *para si*[29].

A Primeira Revolução Industrial, em suas duas fases, precisa ser entendida dentro desse processo de superação dos limites matérias de desenvolvimento das forças produtivas. Acima de tudo, é um processo, mas não um processo no sentido contraposto à revolução como categoria. Este processo foi sim um processo revolucionário porque rearticulou toda sociedade. Colocamos essa questão para afastar a leitura equivocada de que concebemos a Primeira Revolução Industrial como um longo e contínuo processo. Para nós ela foi sim um momento revolucionário. Foi o processo de limitação material da produção do algodão descrito anteriormente e sua superação. Essa superação é a superação efetivada pelo capitalismo sobre suas próprias amarras, é o que concebemos como uma "modernização conservadora", isto é, o próprio modo de produção capitalista se revolucionando para que possa continuar se aprofundando.

Quer dizer, a Revolução, enquanto categoria, nada mais é, do que um momento de *superação dialética*. Superação é um verbo [*aufheben*] com o sentido de *suspender* – que, em alemão, toma três acepções distintas. 1) levantar, sustentar, erguer; 2) anular,

[28] Havíamos afirmado que após o limite de desenvolvimento das forças produtivas colocar-se-ia, como contradição, a dinâmica distinta de desenvolvimento das relações de produção, o que, no limite, levaria à luta pela superação daquela realidade posta. Essa superação se expressaria como luta política, como luta de classes.

[29] Há profundas discussões acerca da *consciência de classe* do proletariado, o que queremos apontar é tão somente que por estarem completamente imersos na contradição capital/trabalho, têm, potencialmente, todos os pressupostos objetivos necessários à emergência de uma consciência revolucionária. Entretanto, para além das potencialidades, *essa* consciência só poderá se afirmar dadas algumas outras questões não discutidas por nós.

abolir, destruir, revogar, cancelar, suspender, superar; 3) conservar, poupar, preservar. Para exemplificar essa ideia de superação podemos recorrer a um exemplo. O trabalho e seu produto talvez expliquem bem isso: a matéria-prima é "negada" porque sua forma *natural* é destruída, mas ainda se conservam características essenciais para que ela assuma uma forma modificada, nova, "elevada" em sua qualidade. Ou seja, uma árvore, quando cortada para ser transformada em canoa deixa de ser árvore, mas continua mantendo suas propriedades naturais enquanto madeira. A partir do momento em que se transforma em canoa, por suprir uma necessidade especificamente humana, eleva em qualidade a madeira que estava antes imóvel, colocando-a a serviço do homem.

A *superação dialética* é, pois, a "negação" e consequente "conservação", seguidas de "elevação" daquilo a que se está observando, nesse caso, da própria lógica e estrutura do modo de produção capitalista, transformando-se de uma sociedade mercantil simples (a transição) para o capitalismo como modo de produção dominante. Essa passagem através desse processo de superação será a passagem entre uma sociedade de trocas eventuais e tangentes para uma sociedade fundada na troca e na propriedade privada. Portanto, a Revolução Industrial foi um processo que operou uma *superação dialética*, em quatro sentidos:

Do antigo modelo manufatureiro de produção para a nova sociedade industrial,

i) **A antiga esfera da produção material da vida social:** foi negada porque houve desenvolvimento das forças produtivas; foi conservada porque manteve uma estrutura de exploração do trabalho alheio; foi elevada porque pequenas oficinas deram condições à emergência da grande indústria;

ii) **A estrutura de classes:** foi negada a antiga estrutura entre mestre e companheiro; foi conservada porque se manteve a estrutura entre explorador e explorado; foi elevada no sentido de que a contradição é agora entre uma classe que é dona dos meios de produção e outra que nada tem além de sua força de trabalho para vender, burguesia e proletariado, respectivamente;

iii) **A lógica produtiva do modo de produção:** foi negada a produção estritamente para o mercado interno; foi conservada a produção de **não-valores de uso** para os que produzem; foi elevada porque o sentido de produção é de produção de mercadorias (Forma Mercadoria[30])

iv) **Forma de Acumulação:** foi negada a forma de acumulação como Acumulação Primitiva; foi conservada a acumulação mediante extração do sobretrabalho; foi elevada porque o sentido da acumulação é, agora, dado pelo mercado; uma efetiva acumulação capitalista;

[30] "Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante." (MARX, 1983 a, p.62).

Com essa síntese mostramos que a ideia de Revolução não é um estopim, uma faísca nem, muito menos, uma explosão espontânea. É, pelo contrário, um processo de luta entre os polos contraditórios da realidade concreta, a luta entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. No seio de cada realidade nasce, em potencial, sua negação, sua antítese. E, neste processo, de luta entre a produção de algodão[31] e sua negação, a "não produção" (mediante o desenvolvimento das forças produtivas), houve a superação dialética dos limites concretos e consequente rearticulação da sociedade entre classes novas e com uma lógica distinta; que suplantou, de vez, a antiga lógica feudal inaugurando o modo de produção capitalista. Isso quer dizer que, cedo ou tarde o modo de produção capitalista se desenvolverá "encontrando" lugares e modos de produção que não produzem à troca e os obrigará a produzir mercadorias, fazendo, assim, com que o trabalho sirva de reprodução das relações sociais burguesas de produção.

Com este artigo trazemos uma proposta de leitura alicerçada no método do materialismo histórico e sua aplicabilidade a partir da dialética. Após a inserção crítica no consolidado debate marxista da transição, no qual nos aproximamos criticamente de Dobb, fechamos nossa proposta com a ideia de que o capitalismo é a superação dialética dessa sociedade transitória, mercantil simples. Após a operação dessa superação – a revolução industrial – o capitalismo pode emergir como modo de produção dominante. Entendemos também ter avançado dentro do campo da História Econômica afirmando o marxismo como método correto para a leitura dos processos histórico-sociais.

Bibliografia

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política.* Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O capital – Crítica da Economia Política* – Vol. I Tomo I. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 a.

[31] Pontuamos o algodão como a personagem principal dessa revolução nas forças produtivas de uma forma mais geral porque foi dele o estopim de melhoria na esfera da produção. Essa melhoria não se encerrou somente na produção dos tecidos, acabou, então, disseminando-se por toda produção material à época dando condições para que o capitalismo se afirmasse como modo de produção dominante.

MARX, Karl. *O capital - Crítica da Economia Política* – Vol. I Tomo II. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. *O capital – Crítica da Economia Política* – Vol. III Tomo II. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 b.

MARX, Karl. *Manifesto Comunista.* São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846).* São Paulo: Boitempo, 2007.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo.* São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SWEEZY, Paul. *A Transição do feudalismo para o Capitalismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe.* São Paulo: Martins Fontes, 2012.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Necessidade e contingência em O Capital: contribuição à apreensão científica de um objeto histórico

Bruno Höfig[1]

RESUMO: A incapacidade de lidar com a relação entre necessidade e contingência tem impedido o pensamento científico tanto de satisfazer seu ideal (formar um sistema de ideias gerais que seja necessário, lógico, coerente, e em função do qual todos os elementos de nossa experiência possam ser interpretado) quanto de dar conta de uma concepção significativa de tempo. A partir das dialéticas do ser-posto e das categorias modais, veremos como Hegel buscou resolver esse problema. Isso nos permitirá iniciar uma discussão sobre o papel das categorias da necessidade e da contingência no pensamento marxiano e sobre o modo como a dialética materialista pretende dar conta de um objeto que existe no tempo – e é, portanto, histórico: o capital.

Palavras-chave: Metodologia, dialética, Hegel, Marx.

It must be a movement then, an actuality of the possible as possible.

James Joyce - Ulysses

A Ciência sempre teve problemas com o acaso. Por este modo de pensar que visa a formação de um sistema de ideias gerais que seja necessário, lógico, coerente, e em função do qual todos os elementos de nossa experiência possam ser interpretados - ou, em outras palavras, que objetiva estabelecer leis de determinação causal, universalmente válidas e sem lacunas –, a contingência foi por muito tempo encarada como nada mais do que um índice de ignorância.

E no entanto, a Ciência pareceu lograr êxito absoluto já no final do século XVII, quando Newton afirmou ser capaz de observar o estado do universo num dado instante e dele deduzir toda a evolução futura. Assim, a lei de Newton poderia determinar todo o desenvolvimento de um sistema a partir das tais leis gerais de determinação causal, *não fosse por um detalhe*: a condição inicial do sistema teria que ser aceita como dada, isto é, como não explicável a partir das próprias leis gerais. Doravante, a mácula da ignorância andaria de mãos dadas com o progresso do pensamento científico: tudo seria determinado – mas apenas depois que as condições iniciais fossem dadas.

O próprio Newton não se incomodava com isso. Cristão fervoroso, ele podia se confortar com a ideia de que as condições iniciais tinham sido determinadas soberanamente por Deus – *causa sui*. Na física newtoniana, portanto, o sobrenatural – por princípio inacessível a nossa experiência, e por conseguinte à Ciência – era, paradoxalmente, a garantia da validade geral do princípio da causalidade.

Ora, parece evidente que uma tal solução não pode ser aceita pela ciência pretensamente atéia

1 Economista pela FEA/USP, mestrando em História Econômica pela FFLCH/USP e bolsista Fapesp. E-mail: bruno.hofig@usp.br

de nosso tempo. E no entanto, a economia neoclássica continua precisando aceitar como dada a dotação inicial de riqueza para poder fazer sua mágica, enquanto a economia clássica, para o mesmo fim, não pode deixar de pressupor os níveis do produto e do salário (cf. Garegnani, 1990).

Note-se contudo que a incapacidade de apreender os fenômenos estritamente por meio de relações causais necessárias não decorre *apenas* da incompetência dessas teorias mesmas; pois a categoria da causalidade, sem a qual é impossível chegar das leis gerais aos fenômenos, é ela mesma marcada pela contingência. Como nota Taylor:

> [A] valid explanation must be one in which the explicandum can be deduced from the explicans; while at the same tame, Hume's dictum of the contingency of the relation between cause and effect[2] must be adhered. But these two requirements can be met by the standard form of explanation according to many writers in the philosophy of science, where we explain *B* by the combination of two premisses: that *A* occurred, and that *A* is followed by *B*. This satisfies both the condition of sufficiency, which here is interpreted as requiring a deductive relation between explicans e explicandum, and the condition is informativeness, that the cause and effect be contingently related. *The latter is satisfied in so far as the major premiss, the general law, is contingent*. (Taylor, 1977, p. 264)

Compreenda-se, ademais, que qualquer modo de apreensão dos fenômenos que elimine a noção de contingência deve abrir mão de uma noção significativa de tempo[3]. A lei de Newton, afinal, liga a força à aceleração não apenas para descrever deterministicamente o desenvolvimento futuro de um sistema dado: temporalmente simétrica, *ela também promete descrever todo o passado* do sistema em questão. Ora, um modo de pensar que descarta peremptoriamente a validade da categoria da contingência deve eliminar toda descontinuidade do desenvolvimento do real e identificar a irreversibilidade a "uma mera aparência que desapareceria se tivéssemos acesso a um conhecimento perfeito"[4] - com o que a flecha do tempo deve ser necessariamente relegada ao

2 A relação cotingente entre causa e efeito, Hume a proclama ao notar o caráter problemático da proposição: "*Toda mudança necessita de uma causa*." Diante dela, Hume se pergunta: "É realmente necessária esta proposição? Sim – responder-se-á – eu não sei, desde sempre, que uma bola de bilhar se acha em movimento deve ter recebido um impulso? O problema – replicava Hume – é que não é essa a questão: o que lhe pergunto é se a simples noção de 'movimento da bola' envolve já a de 'impulso' e se, *por mero raciocínio* envolve já a de 'impulso' e se, por mero raciocínio, antes de qualquer experiência, você poderia descobrir esta contida naquela." (Lebrun, 1993, p.9) Ora, a resposta é clara: a noção de "movimento" só envolve necessariamente a de impulso caso se parta do pressuposto – *exterior à relação causal aqui considerada, e portanto contingente* – de que se partiu de um estado estacionário. (Deixemos de lado aqui o problema da consideração dos termos 'movimento' e 'estado estacionário' como absolutos, algo que não pode ser aceito quando se compreende, com Einstein, a inexistência de um referencial inercial absoluto – o que implica na impossibilidade de diferenciar *estado estacionário* e *movimento uniforme*.) E no entanto essa contingência é necessária para que uma explicação causal seja informativa, já que, do contrário, *explicandum* e *explicans* seriam idênticos – com o que não se poderia distinguir causa e efeito. (Aproveitamos esta nota para deixar claro que os grifos em itálico são sempre nossos, e os em negrito, dos autores citados.)

3 Einstein, que, apesar de ter aberto, no que tange ao método, as portas para a mecânica probabilística, negou por toda a vida que explicações probabilísticas pudessem ser mais do que boas aproximações da realidade - daí sua querela com a teoria quântica, apesar do sucesso empírico desta -, afirmou várias vezes que "o tempo é ilusão" (Prigogine, 1996, p. 10). (Sobre a relação de Einstein com a teoria quântica, ver: Bernstein, J. *Einstein*. Fontana Press: London, 1987, pp. 141-166.)

4 Prigogine, op. cit., pp. 10-11

domínio da *fenomenologia.*[5]

Segue-se daí, paradoxalmente, que se a ciência quiser mesmo apreender coerentemente e através de leis gerais *necessárias* fenômenos ocorridos no *tempo*, ela deve não fugir da contingência, mas sim reconhecer que a necessidade por ela aspirada *não subsiste sem sua companhia*.

Contingência e necessidade em Hegel

A primeira grande resposta à aporia humeniana foi dada por Kant; segundo o filósofo de Königsberg, a necessidade da relação causal remete estritamente à ordem dos objetos constituídos pelo próprio sujeito, e não à das coisas em si – com o que Kant separava radicalmente o sujeito do mundo a sua volta[6]. Tal cisão no ceio do real Hegel não estava disposto a aceitar. Refutá-la, porém, exigiria mostrar, a um só tempo, que a necessidade existe – e que ela existe não apenas no mundo dos fenômenos, mas também *no cerne do próprio real*. Isso Hegel faria ao mostrar que o existente só pode ser adequadamente concebido como manifestação de uma rede sistemática e transversal de relações absolutamente necessárias, ou seja, como manifestação de uma necessidade absoluta, uma causalidade *não fundamentada em premissas contingentes*. Aqui, todavia, já não se trata de simplesmente relegar a contingência à esfera da ignorância: caso o filósofo queira concluir a tarefa com sucesso, será necessário antes mostrar que a contingência de fato existe – mas existe *por necessidade*. Dito de outra maneira: será preciso dar vazão a um duplo movimento no qual, ao mesmo tempo, a categoria da contingência nos remeterá à da necessidade, e esta, por seu turno, nos levará inelutavelmente à contingência.

A discussão sobre as *categorias modais*, Hegel a inicia, na *Ciência da Lógica*, com o conceito de *possibilidade*, de início entendida como possibilidade *pura* (algo formalmente não contraditório)[7]. Como porém essa categoria inclui praticamente tudo[8], Hegel logo parte para uma

5 "Le fait historique est, par essence, irréductible à l'ordre: le hasard es le fondement de la histoire" (Aron apud Koselleck, 1989, p. 155). Não à toa, a teoria da história foi um dos primeiros campos da ciência a defender a dignidade da contingência. Sobre isso, ver Koselleck, R. *Der Zufall als Motivationsrest der Geschichtsschreibung*, [O acaso como motivação residual da escrita da história], in Koselleck, op. cit.

6 A distinção entre objeto e coisa em si é complexa, tanto por fugir ao senso comum, quanto por não encontrar uma formulação única na obra kantiana (cf. Lebrun, op. cit., pp. 51-68.). Para nossos fins, basta o que segue: o termo objeto, que encontra sua origem no substantivo latino 'objectum" - oriundo do verbo "objicere" ("lançar ou pôr diante", também no sentido de "pôr um obstáculo") - remete a um sujeito ao qual algo é contraposto; refere-se, portanto, à coisa apenas enquanto "filtrada" pela consciência humana, isto é, enquanto já con-formada pelas formas do espaço e do tempo – ao contrário da coisa em si, a coisa em sua autonomia, sem relação com o sujeito cognoscente. Dizendo respeito unicamente aos fenômenos (aquilo que *aparece* ao sujeito), as relações causais podem então ser apreendidas como necessárias – mas desde que se tenha consciência de que elas nada têm que ver com as coisas em si mesmas. Cf. Lebrun, op. cit., pp. 9-13.

7 A exposição das considerações hegelianas sobre as categorias modais se baseará não apenas no segundo livro da *Ciência da Lógica* (Doutrina da Essência), mas também no capítulo XI do ótimo livro de Taylor sobre Hegel.

8 É possível, por exemplo, pensar na possibilidade de a Lua cair hoje sobre a Terra – embora, ao menos de acordo

noção mais interessante: a do *realmente possível*. Aqui já se trata de uma noção que só tem sentido quando em relação a algum *background*, i.e., uma realidade presumida; temos então que algo só é possível quando *fundamentado no real*.

Junto à *possibilidade real*, encontramos a noção aristotélica de *potencialidade*, com a qual se tem em vista o existente como *atualização*, ou seja: algo que *poderia não ter sido*; e no contexto da relação entre *realidade* e *possibilidade*, a categoria da *contingência* é justamente a primeira a vir à tona. Dessa perspectiva, o contingente se mostra como algo real, mas apenas quando considerado contra um campo de múltiplas possibilidades. Deve-se ter em mente porém que, em relação à possibilidade real, nem tudo é contingente: há afinal resultados que, *uma vez dadas certas condições*, são *inevitáveis*. À noção de possibilidade real já se encontra então inevitavelmente ligada a de *necessidade* – mas aqui ainda se trata de necessidades *reais*, intimamente ligadas à contingência – e isso porque as próprias condições que a fizeram real são-lhe exteriores.

Fica claro dessa maneira que a perspectiva de "diferentes realidades" que se condicionam, introduzida com a possibilidade real, inelutavelmente introduz as categorias da necessidade real (o atual que, em dadas condições, não poderia ter sido diferente) e da contingência (o atual que poderia ter sido de outro modo). Uma vez porém que ainda não fomos capazes de conceber uma realidade que a nada se relaciona como *dado* – isto é, uma vez que ainda concebemos a realidade como, a um só tempo, condicionante e condicionada -, a necessidade aqui proclamada ainda se encontra inseparavelmente ligada à contingência: ela é *relativa* ou *exterior*.

Por seu turno, "o pura e simplesmente necessário", o verdadeiramente visado pelo pensamento científico, "*é* apenas porque *é*" (Hegel, 2012): *ele é causa sui*. Este, todavia, só pode dizer respeito ao *todo*; pois, por definição, apenas o todo pode apreender como seu *momento* tudo o que existe. A ele nada pode escapar, e por isso ninguém além do todo pode conter em si todas as condições de sua existência (único modo de algo apresentar-se como *causa de si mesmo*). Daí Taylor afirmar que:

> contingent relations can be observed to hold between particular things and events whereby some can be picked out as grounds for others, but the whole system of which these form part is structured by necessary relations. (Taylor, op. cit., p. 265)

Somente neste último nível da realidade pode-se revelar uma necessidade *auto-suficiente*. Logo, uma Ciência que se queira digna desse nome só pode ter como objeto a totalidade: o idêntico-a-si-mesmo.

E no entanto, um todo que não tenha partes é algo patentemente contraditório. Como escreve Hegel: "O todo é de fato a condição das partes, mas (…) ele é somente na medida em que tenha as

---

com o que sabemos atualmente, isso seja materialmente impossível.

partes como pressuposto." (Hegel, 2012) Todo e parte subsistem numa relação de oposição dialética[9]: a um só tempo, cada um não pode existir sem o outro, nem deixar-se subsumir plenamente (caso contrário, deixaria de ser o que é); cada um é, portanto, *o que o outro não é*. Deduz-se daí que, na estrutura categorial da Ciência da Lógica, a necessidade enquanto tal diz respeito apenas ao todo – mas que, justamente por isso, as partes *necessariamente existem*. E se, como vimos, as relações contingentes são da esfera dos entes particulares – isto é, das partes relativamente independentes que se apresentam à experiência imediata do sujeito cognoscente –, então é possível dizer que *a contingência mesma existe por necessidade.*

Mas o que exatamente isso significa?

Voltemos à consideração da relação entre necessidade real e contingência. Sobre isso, Hegel nos apresenta, nas últimas considerações antes de chegar efetivamente à categoria da necessidade absoluta, uma formulação lapidar:

> O *realmente necessário* é (…) necessário segundo a forma [der Form nach], mas, segundo o conteúdo, ele é limitado [ein Beschränktes], e através dele [do conteúdo - BH] tem seu caráter contingente [Zufälligkeit]. (Hegel, idem)

Ora, como será dito na Enciclopédia, se o conteúdo é exterior à forma, então ele é exterior a si mesmo, i.e., contingente (apud Taylor, op. cit., p. 265). Assim, por exemplo, é imanente ao conceito de vida que haja morte, i.e., o conceito de morte segue necessariamente o de vida – é *deduzido* deste. A vida, contudo, não existe como entidade imediata, mas apenas nos seres vivos empíricos; assim, a própria categoria da vida só faz sentido quando há efetivamente indivíduos vivos. E no entanto, o modo preciso como um indivíduo morre não está determinado pelo conceito de vida: *o conteúdo é exterior à forma.* Dito de outra maneira: a vida não morre; apenas *indivíduos* vivos morrem – e todos eles morrerão, necessariamente, de um modo não determinada pelo conceito de vida enquanto tal – um modo que lhe é contingente. Conclusão: *a contingência é erigida pela própria estrutura necessária das coisas*; em outras palavras: *a contingência mesma é absolutamente necessária* – como queríamos demonstrar.

Assim, a *causa sui*, tenazmente buscada pela Ciência, se encontra apenas no nível da totalidade: absolutamente necessário é apenas o todo. E no entanto, como vimos:

> Part o what is shown to be necessary (…) is precisely reality which is *partes extra partes*, which is external to itself; where the links of all reality to all reality are no longer fully transparent, or transparently reflected. But if there is to be externality, it is not enough that these links be not visibly necessary, i.e., that they be fully necessary in fact, only just not transparently so. *They must also be real links which are less than fully conceptually necessary*. These are really links

9 "O todo e as partes condicionam-se reciprocamente". Ibidem.

> and hence necessary in a sense, *but this necessity are 'real', not absolute. It is dependent, and hence bound with contingency*. In other words, *there must be contingency* (…) And these contingent links will hold between entities [os elementos relativamente autônomos – BH] which are really independent of each other in the sense that *entering into these relations is not part of their concept.* (Taylor, op. cit., p. 291) [The category of absolute necessity – BH] shows how contingency must exist, it as it were produces it out of itself. But then the two do not just coexist. *Necessity has the higher place*. (…) Contingency is (…) the ornament borne by the necessary structure of things. (Ibidem, p. 285)

O ser-posto

Uma categoria com a qual Hegel busca dar conta dessa complexa relação – a um só tempo de independência e de subsunção – dos entes empíricos (chamados por Hegel *seres-aí*) com a totalidade (que diz respeito à essência da realidade) é a do ser-posto. Hegel a desenvolve pela primeira vez no segundo capítulo de sua *Ciência da Lógica*, dedicado à categoria do *ser-aí*, à qual o filósofo chega através da demonstração de que o *ser puro* (Sein), como indeterminado, é idêntico ao *nada*, o que significa que a categoria do *ser* (evidentemente necessária para uma apreensão racional da realidade) só teria sentido lógico caso o *ser* seja, em primeiro lugar, *ser determinado*. Unidade imediata do *ser* e do *nada* considerada unilateralmente a partir do momento do *ser*, o *ser-aí* é justamente a primeira figura do *ser determinado*[10]. Ele, porém, deverá também nos remeter a um *outro*, já que, em função de sua incapacidade de chegar a uma identidade positiva consigo, não constitui uma categoria lógica que se baste a si mesma. Compreendamos o porquê.

Como já dissemos, o *ser-aí* em sua primeira figura é unidade imediata simples do *ser* e do *nada* – unidade tomada unilateralmente em consideração sob a perspectiva do *ser*. "O não-ser apreendido assim no ser", por seu turno, "constitui [ausmacht] a **determinidade** enquanto tal" (Hegel, 1969, 116), e essa determinidade imediata, "isolada para si, como determinidade que é [seiende], é a **qualidade"** (ibidem, p. 118) - qualidade com a qual o *ser-aí* deixa de ser mero *ser-aí em geral* e se torna *ser-aí qualitativo*: *algo*. Em sua qualidade imediata, *algo* é, em primeiro lugar, algo em si – *ser-em-si* (Ansischsein). O mero *ser-em-si*, porém, é incapaz de sustentar positivamente sua identidade consigo mesmo, e isso porque, por um lado, suas qualidades não pertencem apenas a ele, já que são também qualidades de outros; e por outro, porque ele é sempre

10 O ser-aí é *unidade simples* do ser com o não-ser (a unidade complexa só se apresenta no Espírito Absoluto, isto é, não na esfera do mero ser-em-si, mas na do ser-para-si), "o não-ser apreendido assim no ser, de modo que o todo concreto está na forma do ser, da imediatez [Unmitellbarkeit]". (Hegel, 1969, p. 116). Em outras palavras: aquilo que imediatamente é tem em si o nada, na medida em que não é aquilo que não é (nas palavras de Spinoza: omnis determinatio est negatio), e é justamente por isso que o "Ser-aí é ser **determinado**". Ibidem, p. 115 e p. 117. Esse momento da negação é essencial para a ontologia hegeliana. Pois a Ideia só *é* enquanto *estiver sendo*: ela não existe sem o ente. Isso significa que o único regime verdadeiro de inifindade é o da superação do ente, não o da sua negação abstrata. A realidade [Realität] é portanto relação entre positivo e negativo, e não apenas positiva: "A negação confronta-se [gegenübersteht] imediatamente com a realidade; à frente, na esfera própria da determinação refletida, ela será contraposta ao positivo, que é a realidade que se reflete na negação." Ibidem, pp. 121-2.

mais do que essas qualidades mesmas[11]. Assim, sua identidade consigo mesmo pode ser obtida apenas a partir da *negação determinada* dessas mesmas qualidades[12] - e isso significa que, como *ser-em-si imediato*, o *ser-aí* só é capaz de chegar a uma identidade *negativa* consigo mesmo. Logo, como mero *algo,* o *ser-aí* não se esgota em sua determinação afirmativa, ou seja, não é o fundamento de si mesmo: ele é marcado por uma determinação negativa, é determinado *por outro*.

É nessa constatação da insuficiência do *ser-em-si*, ou melhor, de sua mera determinação afirmativa como *ser-aí*, que Hegel nos remete pela primeira vez à categoria do *ser-posto*, o qual deve ser distinguido daquilo que é apenas em si:

> Nos diferentes círculos da determinação e principalmente no progresso da exposição, ou mais especificamente no progresso do conceito a sua exposição, é central [Hauptsache] sempre diferenciar *o que ainda é em si e o que é posto, como as determinações são quando no conceito e como elas são quando postas ou sendo-para-outro (ibidem, p. 131)*[13].

Como ser determinado por um outro, *algo* se encontra em contato imediato com sua determinação negativa: ele é aquilo que o outro não é, ou seja, é um *ser-para-outro* (Sein-für-anders). Como *ser-para-outro*, *algo* está plenamente adequado às determinações da reflexão[14], as determinações advindas exclusivamente de sua relação com o outro: ele é aquilo que *completa* a relação, aquilo sem o que o outro não poderia ser o que é. O *ser-posto* é então o ser adequado a sua determinação negativa, reflexiva – ser cuja autonomia é imediatamente negada e que tem em si o sentido de ter seu ser num outro.

Neste ponto, chegamos a uma nova identidade do *ser-em-si* consigo mesmo, uma identidade que, infelizmente, é mais uma vez meramente negativa, e portanto também não basta para dar fim ao movimento dialético. Pois o *ser-para-outro* é ainda a negação da relação simples do *ser* a si mesmo, que deve em primeiro lugar ser *ser-aí* e *algo*; e este, enquanto está *em* um outro ou *para* um

11 Ou seja: ele não é uma somatória indiferente de suas qualidades, mas uma articulação determinada delas. Eis por que Hegel considera o juízo (Urteil) incapaz de expressar imediatamente verdades especulativas: "a frase, na **forma de um julgamento**, não está destinada a expressar verdades especulativas; a familiaridade com essa circunstância seria apropriada para eliminar muitos malentendidos da verdade especulativa. *O julgamento é uma relação [Beziehung]* ***idêntica*** *entre sujeito e predicado; é aqui então abstraído tanto que o sujeito tem ainda mais determinidades [isto é, qualidades – BH] do que a do predicado quanto que o predicado é mais [weiter] do que o sujeito. Mas se o conteúdo é agora especulativo, então o não-idêntico do sujeito e do predicado é também um momento essencial; isso porém não é expresso no julgamento*." Ibidem, p. 93.

12 "Algo é o ente como a negação da negação; é então a restauração da relação simples consigo; - mas *o algo é com isso também a* ***mediação de si consigo mesmo.***" Ibidem, p. 124.

13 Tal diferença, completa Hegel, "pertence unicamente ao desenvolvimento dialético, desconhecido pelo filosofar metafísico (…); as definições da metafísica, como suas pressuposições, diferenciações e inferências [Folgerungen] pretendem afirmar e produzir [hervorbringen] o ente, ou melhor, o ente-em-si [Ansichseiendes]." Ibidem, p. 131.

14 Lembremos que o verbo *refletir* refere-se ao ato de voltar-se sobre si mesmo, *voltar a si a partir de outro.* Marx nos fornece um exemplo bastante elucidativo do que é uma determinação da reflexão: "Em geral, essas determinações da reflexão são muito peculiares. Este homem, por exemplo, é rei apenas porque outros homens se relacionam a ele como súditos. Eles pensam, ao contrário, que são súditos porque ele é rei." (K, I, 72; C, I, 1,).

outro, carece de seu próprio ser. Deve-se notar, porém, que ele não é o *não-ser* como puro *nada*: ele é *não-ser*, mas um *não-ser* que no seu *ser-em-si* mesmo aponta para seu *ser-refletido-em-si*, assim como, ao contrário, o *ser-em-si* aponta para o *ser-para-outro*[15].

Assim, o *ser* como *ser-para-outr*o não é indiferente àquilo que ele é em si: o *que o algo é em-si, ele é para-outro; e, ao reverso, "o que ele é como ser-para-outro, ele também é em si – eis a identidade do ser-em-si e do ser-para-outro, de acordo com a determinação de que o algo mesmo é a um só tempo [ein und dasselbe] ambos os momentos"*(idem, ibidem). *Os dois momentos são nele, enfim, inseparáveis* – e "isso conduz a uma nova determinação. Ser-em-si e ser-para outro são inicialmente diferentes; mas o algo tem nele [no ser-para-outro – BH] também aquilo que ele é em si e, inversamente, o que ele é como ser-para-outro, ele também é em si – isso é a identidade do ser-em-si e do ser-para outro, segundo a determinação de que o algo mesmo é um e é o mesmo dos dois momentos[16]; eles [o ser-em-si e o ser-para-outro – BH] são nele [no algo – BH] inseparáveis" (idem, ibid.).

O *verdadeiro* em-si é portanto *algo em si em sua unidade com o seu ser-para-outro*. E isso significa que sua determinação fundamental é a determinidade (neste contexto: qualidade) refletida em si, ou seja: o ser como ser-posto, ser-aí qualitativo como forma-de-ser-aí (Daseinform) do ser puro (Sein); em outras palavras: o ser-aí na *identidade* de sua qualidade imediata com a determinação da reflexão, do ser-em-si com o ser-para-outro, da determinação afirmativa com a determinação negativa[17]. O ser-aí só se encontra portanto em seu próprio ser, só se relaciona positivamente consigo mesmo, em sua identidade com aquilo que ele é para outro. E é nessa identidade – e apenas nela, dirá Hegel – que ele se manifesta como *ser-posto* e se encontra em sua verdade: *em consonância com seu conceito*.[18]

---

15 "O ser-para-outro entretanto é primeiramente negação da relação [Beziehung] simples do ser a si, que antes de tudo deve ser ser-aí e algo; na medida em que algo está em um outro ou para um outro, falta-lhe seu próprio ser. Mas, em segundo lugar, ele não é o não-ser-aí [Nichtdasein] como puro nada; ele é o não-ser-aí que aponta para [hinweist auf] o ser-em-si como para seu ser refletido em si [in sich], assim como, ao contrário, o ser-em-si aponta para o ser-para-outro." Idem, p. 128-9.

16 Ou seja, é aquilo que há de comum nos dois momentos: "Ambos os momentos são determinações de uma e mesma coisa [Bestimmungen eines und des selben], a saber, do algo." Idem, p. 129.

17 Cf. Hegel, 1969, p. 131.

18 Ibidem, p. 128. "O que no entanto a coisa-em-si é na verdade, o que verdadeiramente é em si", é o que se obtém da "lógica da exposição, com o que porém por em-si se entende algo melhor do que a abstração, a saber, *o que algo* é *em seu conceito*; este porém é *concreto em si* [in sich], (…) em si reconhecível/discernível [in sich erkennbar] como determinado e como *conexão de suas determinações*. (…) O em-si, no qual o algo está refletido em si a partir [aus] de seu ser-para-outro, não é mais em-si abstrato, mas, como negação de seu ser-para-outro, que é assim seu momento, é por ele [i.e., seu ser-para-outro – BH] mediado. *Ele não é apenas a identidade imediata do algo consigo, mas sim aquela [identidade] através da qual o algo é em si também aquilo que ele é no outro* [an ihm]; o ser-para-outro está nele, pois o em-si é o superar [das Aufheben] dele [do ser-para-outro]; mas também porque ele é abstrato, ou seja, é afligido pela negação, pelo ser-para-outro. Existe aqui não apenas qualidade e realidade, determinidade que é [seiende Bestimmtheit], mas também *determinidade que é-em-si* [an-sich-seiende

Mas aqui é preciso fazer uma ressalva. Quando apresentamos acima o ser-posto como a categoria que expressa a identidade imediata entre as propriedades do ser-aí e as determinações que lhe eram impostas pela relação na qual ele se encontrava com seu outro, tratávamos apenas das considerações traçadas por Hegel no primeiro livro de sua Lógica: a *Doutrina do Ser*. Já foi dito entretanto que, na *Doutrina da Essência*, Hegel concebe a realidade efetiva como algo que se esgota não em uma relação, mas apenas num sistema de coisas interconectadas de modo *absolutamente necessário*, ou seja, numa *rede absolutamente necessária de relações.* Ora, na medida em que todas as relações se condicionam reciprocamente, formando um todo coerente, as determinações da reflexão não podem dizer respeito às relações isoladas na qual cada ente particular se encontra imediatamente: elas são a expressão de uma totalidade com uma logicidade própria, de um fundamento [Grund] que articula os diversos particulares num todo coerente, uma identidade fundamental que consiste justamente na *diferenciação articulada* dos seres-aí imediatos – numa palavra: elas são a forma de aparecimento [Erscheinungsform] de uma *essência*. Não é fortuita, portanto, a expressão *ser-posto*; pois, na identidade *ideal* entre suas propriedades e as determinações da reflexão, o ser-aí se revela como a manifestação *mediada* de uma necessidade subjacente que faz dele o que ele é – ou seja, como algo *posto* pela própria totalidade.

"O ser-posto se defronta [gegenübersteht], por um lado, com o ser-aí, e por-outro, com a essência, e deve ser considerado como o meio-termo [Mitte] que unifica/encadeia [zusammenschlieβt] o ser-aí com a essência e, ao reverso, a essência com o ser-aí" (Hegel, 1969a, pp. 32-3). Peculiar "unificação" esta levada a cabo por um meio-termo capaz de encadear os dois extremos sem suprimir sua autonomia. Como isso é possível? Ora, compreendendo a categoria do ser-posto como um *limite* imposto pela totalidade ao ser-aí, limite que estabelece o espaço lógico dentro do qual este último tem liberdade de se mover sem *entrar em contradição* com sua *função* – isto é, com a totalidade, e portanto consigo mesmo, já que a totalidade só existe *nos* diversos seres-aí, em sua *articulação determinada* –, Hegel mobiliza a noção acima desenvolvida de uma contingência que se reconcilia com a necessidade sistêmica, sem por isso deixar de lado seu caráter contingente.

Aqui é válido o uso de um exemplo. Na divisão do trabalho capitalista desenvolvida, um indivíduo deve possuir uma série de qualidades para poder exercer uma determinada função – por

---

Bestimmtheit], e *o desenvolvimento consiste em pô-la como esta determinidade refletida em si.*" Ibidem, pp. 130-2. O em-si concreto é então a superação do ser-para-outro, *a volta a si mediada pelo outro*, o em-si que tem no outro seu momento, pois o ser-para-outro está *nele*, e não *fora dele*. O em-si agora é concreto, então, porque é *determinado*. *A determinidade agora é em-si* (an-sich-seiende), e o desenvolvimento dialético consiste justamente em pô-la como essa determinidade refletida em si. Fica claro então que é imanente à exposição dialética a compreensão da coisa *em seu conceito*, e que a coisa como conceito é *concreta em si*: a coisa já apreendida como um *nó numa rede de relações*, como determinada, como momento no movimento do Conceito.

exemplo, a função de médico. Certas qualidades do indivíduo (numa sociedade capitalista ideal: cor, sexo, altura, etc.), contudo, são a princípio indiferentes a seu ofício; logo, há toda uma gama de indivíduos bastante diferentes igualmente capazes de se adequar à função, com o que se pode dizer que a função mesma é necessária, enquanto o indivíduo que a cumpre é contingente. Assim, a contingência existe – e, ao menos numa sociedade em que os indivíduos se defrontam como pessoas juridicamente autônomas, ela existe *por necessidade*[19] –, mas apenas na medida em que não entre em contradição com a necessidade sistêmica[20].

Note-se ademais que, uma vez que a função exista, a quantidade de indivíduos que a exercem no modo de produção atual depende muito mais da organização desta última, de sua demanda por determinada atividade, do que da quantidade de indivíduos pré-dispostos a exercê-la; pois, como sabe todo economista, na divisão contemporânea do trabalho os indivíduos tendem a se adaptar aos postos existentes. Tudo se passa então como se a função mesma (necessária, pois (im)posta pelo todo) precedesse logicamente o ser-aí que a realiza (contingente), e isso apesar de a primeira não poder existir sem o segundo (afinal, uma função sem funcionário é o mesmo que uma função inexistente[21]). Essência e ser-aí formam então uma unidade, mas uma unidade com uma hierarquia bem definida; pois aquilo no ser-aí que não é essencial, isto é, que contradiz sua posição na totalidade (sua *função*), *perece*, e apenas o "ser-refletido em si é seu subsistir [Bestehen]" (Hegel,

19 É claro que Hegel não pretende restringir a validade de sua concepção à divisão do trabalho em uma sociedade capitalista. O "conteúdo" da Ciência da Lógica, afinal, "é a exposição de Deus, como ele é em sua essência eterna" (*Wissenschaft der Logik. I.* Disponível em: http://www.gutenberg.org/cache/epub/6729/pg6729.html; acesso a 15/09/2011.) É portanto de uma perspectiva ontológica que Hegel afirma que o ser deve ser determinado; que deve, por conseguinte, haver ser-aí - e se a contingência é da ordem do ser-aí, então ela também deve existir (Taylor, op. cit., p. 266). Não é nosso papel discutir a validade dessa concepção hegeliana da relação entre necessidade e contingência num plano cosmológico. Mas é impossível não notar quão frutífera ela é na compreensão do funcionamento de uma economia de mercado, em que, por um lado, os indivíduos só entram em determinadas relações se isso estiver de acordo com sua vontade, mas, por outro, sua vontade só pode se realizar socialmente caso não entre em contradição com a forma geral de relacionamento imposta pelo todo da sociedade. Assim, para que as "coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. *O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma.*" Marx, K. *Das Kapital I. MEW (Marx und Engels Werke)* 23. Berlim: Dietz Verlag, 2008, p. 99. As referências ao capital terão doravante o seguinte formato: K (referência à obra), I/II/III (caso se trate dos livro I, II ou III), 99 (número da página).

20 "Contingent relations can be observed to hold between particular things and events whereby some can be picked out as ground for others, but the whole system of which these form part is structured by necessary. (…) Contingency might be thought to be real, but contained: the general furniture of the world, that there is matter, body, (…) *that human history takes the general lines that it does; all of this is so of necessity.* But particular facts: that there are islands half way across the Atlantic, (…) these matters of detail could be different". Assim, segundo a cosmologia hegeliana, "there are particular relations of ground to thing grounded which taken on their own are contingent, but underlaying them is the systemic necessity of the whole. (…) Hence, the only sufficiente explanantion which is based on thoroughgoing necessity is one which refers to the whole system". Taylor, op. cit, pp. 265-6.

21 Trata-se aqui então de uma precedência lógica, mas em hipótese alguma cronológica.

1969a, p. 35) - ou, como Hegel formula noutro lugar: "apenas em seu conceito algo tem realidade/efetividade [Wirklichkeit]; tão logo ele seja diferente de seu conceito, deixa de ser real-efetivo [wirkliche]" (Hegel, 2012).

Podemos agora compreender o que Hegel tem em mente quando afirma que, frente ao ser-aí, "o ser-posto é o mais elevado [das Hörere]" (ibidem, p. 33). Afinal, se o ser-posto reúne em si imediatamente as determinações da reflexão e do ser-aí enquanto tal, o ser-aí está para ele como a Lua está para Terra, ou seja, como um satélite que está ora aqui, ora ali, mas que não pode se *manter* fora do centro gravitacional imposto por aquele.

A relação posta

Surpreende-nos o fato de que, apesar de toda a atenção que já foi dada à relação de Marx com a dialética hegeliana, quase não se tenha visado alguns aspectos bastante disputados de *O Capital* a partir da riquíssima articulação de acaso e necessidade desenvolvida por Hegel. E isso particularmente quando se lê, da pena de Marx, que: "Todas as relações devem antes ser trabalhadas de maneira pura, *como postas pela sociedade*" (Grundrisse, 202)22 – ou ainda, que, em *O Capital*, "não se trata (…) de definições sob as quais as coisas são subsumidas. *Trata-se de funções, as quais são exprimidas em categorias determinadas.*" (K, II, 228) Tal terminologia deixa bastante evidente que as categorias desenvolvidas na *Crítica da Economia Política* dizem respeito às relações sociais (e às formas sociais que assumem as *coisas* quando enredadas por essas relações) apenas na medida em que estas se adequem à totalidade – um todo cuja logicidade é determinada pelo movimento do capital. E se, como vimos acima, a coisa empírica nunca se adequa *imediatamente* às determinações do todo (já que é absolutamente necessário que elas existam *qua* entes independente, e assim entrem em relações causais cujo conteúdo não é determinado por seu conceito), então deveria ser bastante claro que as categorias de *O Capital* não podem, de modo algum, ser aplicadas sem mediação ao real-empírico. Afinal, se "na teoria pressupõe-se que as leis do modo de produção capitalista se desenvolvem de maneira pura", "na realidade efetiva existe apenas a aproximação" (K, III, 184)[23].

22 Como consideramos importante a distinção entre os *Grundrisse e O Capital*, as referências às duas obras serão feitas de modo explícito no corpo do texto.

23 A incompreensão dessa questão não se deve a Marx. Ele "mesmo alertou em diversas ocasiões tanto para o perigo teórico quanto para o perigo político de um (…) procedimento que recorra a atalhos [Kurzschlussverfahrens] - por exemplo, da tendência a transformar os '**esboços** históricos do surgimento do capitalismo na **Europa ocidental**', contidos no vigésimo quarto capítulo do primeiro tomo do *Capital*, numa 'teoria **geral histórico-filosófica**' [allgemeine geschichtsphilosophische Theorie] cuja 'grande virtude consistiria em ser **supra-histórica** [übergeschichtlich]'. [K. Marx: Carta à redação de 'Otetschestwennyje Sapiski', (1877)]" (Sgro', 2009 , p. 214; os grifos são de Sgro'). (Sobre isso, veja-se também a famosa carta a Vera Sassulitsch (1881), disponível em: http://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1881/03/sassulitsch.htm - acesso a 20/09/2011.) (Quanto a isso, ver também Grundrisse, p. 405). Já em *O Capital*, Marx afirma categoricamente que ali se trata exclusivamente de "expor a organização interna [innre Organisation] do modo de produção capitalista em sua média ideal" - em sua

Acreditamos que essa relação complexa das formas "ideias" do valor com o modo de existência real, i.e., histórico do capital pode ser iluminada pelas categorias hegelianas desenvolvidas acima – e a isso nos dedicaremos à frente. Antes, porém, será necessário traçar algumas considerações sobre o método de *O Capital*. Grosso modo, pode-se dizer que o esforço teórico de Marx nesta obra consiste em problematizar pela primeira vez a reprodução material de uma sociedade em que "the private labor of separate individuals does not acquire the character of social labor in the concrete form in which it was expended in the process of production, but through exchange which represents an abstraction from the concrete properties of individual things and individual forms of labor" (Rubin, 2008, p. 70), isto é, uma sociedade cuja reprodução material – a produção e a distribuição dos *valores de uso* de que se necessita – se fundamenta na *lei do valor*[24], sociedade esta que terá que ser capaz de saciar suas necessidades materiais *apesar* de nela os indivíduos não produzirem visando imediatamente o consumo, mas sim a troca. Ora, para que uma tal sociedade possa se reproduzir, a contradição contida na mercadoria terá que ser ao mesmo tempo superada e conservada: superada, pois numa economia capitalista o valor de uso só se realiza quando se realiza o valor, e vice-versa[25]; conservada, porque uma sociedade em que tal contradição seja abolida não será uma sociedade capitalista. Por conseguinte, o *desenvolvimento* categorial que se vê em *O Capital* consiste numa *apresentação/exposição* cujo conteúdo será a derivação das formas sociais através das quais a lei do valor poderá se realizar[26], e portanto também das *relações sociais* específicas com as quais a oposição entre valor de uso e valor poderá *se mover*, i.e., resolver-se e desdobrar-se27. Trata-se então de um modo de exposição cujo motor é a contradição:

"estrutura nuclear [Kernstruktur]" (K, III, 278), na qual as relações são tomadas em consideração apenas na medida em que "coincidem com seu conceito, ou, o que é o mesmo, (…) só são apresentadas na medida em que expressam seu próprio tipo geral [allgemeine]" (K, III, 152). Ora, se de um tal "exame geral" deve ser peremptoriamente "excluído" aquilo que é "contingente" e "inessencial" (K, III, 152), então o "movimento efetivo da concorrência fica [necessariamente – BH] fora do plano" de *O Capital* (K, III, 839; C, III, 2, 280). Isso significa que é crucial distinguir explicitamente entre dois significados assumidos pelo substantivo concorrência: por um lado, tem-se o capital como conceito e sua superfície como unidade processante da essência com seu aparecimento, os quais são eles mesmo expressos na exposição conceitual; por outro, tem-se o capital como *realidade histórica*.

24 Como escreveu Backhaus (2011): "O próprio sentido da crítica das categorias econômicas consiste em revelar as *condições econômicas [isto é, o modo pelo qual a sociedade organiza sua reprodução material – BH] que tornam a existência da forma-valor necessária*."

25 "[A] mercadoria só se realiza como valor de uso, quando se realiza como valor de troca – ela só se realiza como valor de troca, quando se realiza como valor de uso". Reichelt,1973, p. 163.

26 "A exposição marxiana das categorias contém portanto (…) a derivação/dedução [Ableitung] daquelas formas, através das quais [durch die hindurch] a lei do valor pode, em geral [überhaupt], se realizar." Reichelt, op. cit., p. 178. Justamente por isso, é impossível definir sinteticamente a lei do valor e seu modo de efetivação/realização: "*A ciência*", diz Marx numa carta, "*consiste justamente em desenvolver **como** a lei do valor se impõe*" (apud Reichelt, op. cit., 173).

27 Esse desenvolvimento das formas é o avesso de um desenvolvimento dialético das relações sociais que compõem o modo de produção capitalista. Assim, Marx parte da forma-valor como forma geral assumida pelo trabalho na

um modo de exposição *dialético*[28]. Como escreve Wolf:

> *O caráter dialético da exposição desenvolve-se [erschließt sich] então fundamental e completamente [grundlegend und vollständig] apenas se é mostrado de modo firme e substancial [inhaltlich verbindlich], para os processos econômico-sociais expostos/apresentados e a cada nível de abstração, de que modo é neles tanto posta quanto resolvida [gelöst] a contradição das mercadorias entre o valor de uso e o valor, entre o caráter material [Stofflichkeit] e o caráter social [Gesellschaftlichkeit] do trabalho*. Da forma-valor simples na relação de duas mercadorias entre si, passando pela circulação de mercadoria caracterizada [gekennzeichnete] pela ligação [Beziehung] entre a mercadoria precificada e o dinheiro, até todas as formas que o capital assume através de seus diferentes ciclos [Kreisläufe] em seu 'processo vital' determinado, *trata-se de formas do valor que consistem em formas de movimento nas quais a contradição entre o valor de uso e o valor da mercadoria não apenas é resolvida, mas ao mesmo tempo se conserva* [erhalten bleiblt]. Com base no [caráter – BH] social-geral do trabalho que se exprime no valor e de seu lado material dado com o valor de uso, pode-se dizer sobre o significado da contradição entre o valor de uso e o valor da mercadoria o mesmo que sobre o duplo caráter do trabalho primeiramente descoberto por Marx. Ela é o 'nó górdio [Springpunkt] da Crítica à Economia Política'. (Wolf, D. 2011, p. 8)

A origem do movimento de exposição é então o fato de que, numa sociedade de produtores privados, o trabalho não é diretamente social *enquanto trabalho útil*[29], e portanto o produto não é diretamente social *enquanto valor de uso;* e a exposição mesma *será dialética* porque realizará o processo ideal de desenvolvimento das contradições do capital a partir de sua contradição fundamental[30]. Assim, "a mercadoria é uma contradição imediata", e "essa contradição precisa se

---

sociedade capitalista e mostra que tal forma *necessariamente "*pede" a forma-dinheiro. (Pois o valor só pode ser a forma geral assumida pelo trabalho quando o produto deste é trocado, e isto é impossível sem a forma-dinheiro. Logo, deixada a si mesma, a forma-valor entra em contradição consigo mesmas, e tal contradição só é resolvida com a entrada em cena do dinheiro enquanto uma forma mais concreta do valor.) Mas este mesmo movimento, que foi visto acima da perspectiva do produto do trabalho, pode também ser visado da perspectiva das relações sociais sob as quais tal produto é produzido, distribuído e consumido. E isso porque se deve exclusivamente ao modo como se relacionam seus produtores, e não a alguma de suas propriedades materiais, o fato de um produto do trabalho assuma tal ou qual forma: ele assume a forma-mercadoria – e o trabalho nele contido, a forma-valor – apenas se for resultado da atividade de produtores privados autônomos que os trocam no mercado. Desse novo ponto de vista, pode-se perceber que Marx parte da relação de troca (o modo geral de relacionamento na economia capitalista) e mostra que a relação de troca abstrata, deixada a si mesma, entra em contradição consigo mesma – pois ela não pode ser a relação social geral na forma da simples troca, isto é, do escambo. Essa contradição, por seu turno, só é resolvida com o desenvolvimento da relação de troca na relação de compra e venda: forma mais concreta assumida pela relação de troca. Fica claro,desse modo, que quando falamos de um desenvolvimento dialético das formas-valor (as formas que assume o produto do trabalho numa economia capitalista), estamos também falando do desenvolvimento das relações sociais (cuja forma mais geral é a troca) que dão origem àquelas formas.

28 Hegel, como se sabe, dizia que a contradição era a fonte de toda a dialética. Cf. Grespan, 2009, p. 32.

29 Nos demais modos de produção de que se teve notícia, ao contrário, "o trabalho [é] diretamente socializado", de modo que "a forma natural do trabalho, sua particularidade, e não, como na base da produção de mercadorias, a sua generalidade, é aqui sua *forma diretamente social*" (K, I, 91-2; C, I, 1, 203).

30 "Dialética significa *n'O Capital* primeiramente e, também, predominantemente, o 'método/modo de exposição' crítica das categorias da economia política, o método de 'desenvolvimento do conceito de capital' a partir do valor, presente na mercadoria, *enquanto ela é a categoria elementar da produção capitalista que contém o "germe" das categorias mais complexas*. (…) A dialética enquanto método caracteriza um procedimento que pretende expor construtivamente o "*desenvolvimento conceitual do capital*" (Grundrisse, 405) (…) *a partir de sua 'forma*

desenvolver" (Marx apud Reichelt, op. cit., p. 151) - desenvolvimento que levará em sua primeira etapa à gênese lógica da forma-dinheiro, que "produz uma *duplicação* da mercadoria em mercadoria e dinheiro, uma oposição externa, na qual ela [a mercadoria - BH] *apresenta* sua oposição imanente entre valor de uso e valor" (K, I, 119; C, I, 1, 228). A forma-dinheiro, contudo, "*não suprime/supera [aufhebt] essas contradições"*, mas apenas *"gera a forma dentro da qual elas podem mover-se*" (K, I, 118; C, I, 1, 227)[31]. Tem-se então, no dinheiro (ou melhor: o dinheiro enquanto *forma-valor*), uma forma em que a oposição imanente à mercadoria pode ser ao mesmo tempo *resolvida* e *desdobrada*, mas não *abolida*.

Se não abole a contradição, o dinheiro todavia a repõe num nível mais concreto, que reúne em si mais *determinações* do que aquele do qual o movimento partira. Vê-se então que o movimento dialético de exposição tem um sentido exato: parte da forma "mais geral e abstrata" em direção às "mais complexas e concretas". Assim, a exposição categorial deve "reconstituir a articulação entre os vários aspectos deste conceito como um desdobramento de etapas ou momentos – as 'determinidades formais econômicas' –, desdobramento através do qual a definição de 'capital' se enriquece progressivamente até alcançar seu conteúdo mais complexo, mais 'concreto', num movimento que tem como finalidade apreender a relação entre o 'nexo interno' do objeto e suas formas externas de manifestação como uma dedução de categorias" (Grespan, 1998, p. 40), nas quais se exprimirão as relações sociais imanentes ao modo de produção capitalista[32].

Assim, o movimento de derivação das formas do valor deve ser compreendido como um movimento lógico de derivação das formas sociais sem as quais a forma de que se partiu não seria possível, ou melhor, não seria consistente consigo mesma. Como vimos, a forma-dinheiro enquanto tal é *necessariamente* deduzida da forma-mercadoria quando esta já é a forma social dominante assumida pelo produto do trabalho; noutras palavras: sem a forma-dinheiro, a forma-mercadoria é logicamente inconsistente, i.e., *entra em contradição consigo mesma*.

> A forma-mercadoria simples é (…) o germe da forma-dinheiro (K, I, 85; C, I, 1, 70). O cristal monetário é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são, de fato, igualados entre si e, portanto, convertidos em mercadorias. A ampliação e aprofundamento históricos da troca desenvolvem a oposição entre valor de uso

---

elementar' (K, I, 49), a mercadoria (enquanto objeto imediato da circulação e forma econômica dos produtos do trabalho humano), e das determinações progressivas das formas de manifestação do valor, presente na mercadoria: forma-valor simples, forma-valor total, forma-valor universal, dinheiro em suas determinações fundamentais. *Ela reproduz, assim, idealmente, o movimento sistemático (lógico) através do qual o capital se constitui naquilo que é, autovalorização do valor.*" (Müller, 2011)

31 "Esse é, em geral, o método com o qual contradições reais-efetivas [wirkliche] se resolvem [lösen]. É uma contradição, por exemplo, que um corpo caia constantemente em outro e, com a mesma constância, fuja dele. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição tanto se realiza como se resolve". (K, I, 118; C, I, 1, 227)

32 "As categorias *exprimem* [ausdrücken] suas relações", isto é, as relações da "sociedade burguesa" (Grundrisse, 18).

> e valor latente na natureza da mercadoria. A necessidade de apresentar [darzustellen] exteriormente essa oposição para a circulação leva a uma forma independente do valor da mercadoria e não se detém nem descansa até tê-la alcançado definitivamente por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e em dinheiro. *Na mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro* (K, I, 101-2; C, I, 1, 211-2).

Lembremos agora que, de acordo com as considerações hegelianas, o ser-posto acaba por superar essa aparência de mero complemento de uma relação e se mostra como o ser-aí que é, em sua ipseidade mesma, idêntico àquilo que dele exige a relação na qual ele está enredado. Pois a determinação que se exprimia na forma deve ser *preenchida,* e é justamente isso que ocorre quando o ser-aí se apresenta como ser-posto[33]. Do ponto de vista da exposição dialética, portanto, o ser-aí deve ser apreendido, em seu ser-aí mesmo, como idêntico a seu ser-para-outro, ou seja, como o *preenchimento* de uma determinação imanente a sua relação com seu outro. Ora, é justamente na medida em que preenche essa determinação que a relação social pode ser compreendida como *posta*, dispondo, em *O Capital*, o conteúdo da *determinidade econômica formal* (Formbestimmheit) - categoria lógica que pretende expressar idealmente a adequação da relação social a seu conceito, seu *ponto de encontro* com seu papel dentro da rede de relações na qual ela se encontra – numa palavra: sua subsunção *plena* a sua *função*[34].

A "condução da empiria a sua verdade" e a inversão materialista

Sabíamos que o capital enquanto conceito deve ser distinguido do capital enquanto realidade empírica e que, portanto, as determinidades econômicas formais nunca coincidem plenamente com o modo de existência real das relações que configuram, em sua unidade, o modo de produção capitalista. Agora sabemos também o que Marx tinha em mente quando afirmava tomar as relações em consideração apenas na medida em que coincidam com seu conceito – isto é, o que exatamente significa considerá-las como fonte do conteúdo das *determinidades econômicas formais*. Resta

33 "Ele preenche sua determinação (…) A determinação implica [enthält] que o que algo é em si, ele também o seja no outro [an ihm]." Ibidem, p. 132.

34 Voltando ao exemplo da forma-dinheiro, cabe lembrar com Marx que se, por um lado, "a classe de mercadorias [a forma-dinheiro - BH] adere é, no início, algo ocasional", por outro, "na mesma medida em que a troca de mercadorias rompe seus laços apenas locais e, com isso, o valor das mercadorias se desenvolve para vir a ser materialização do trabalho humano em geral, a forma-dinheiro transpõe-se a mercadorias que por natureza são adequadas para a função social de equivalente geral, os metais preciosos. / Que 'ouro e prata, por natureza, não sejam dinheiro, embora dinheiro, por natureza, seja de ouro e prata', demonstra a congruência de suas propriedades naturais com suas *funções*" (K, I, 103-4; C, I, 1, 213-4). Sob a categoria da *determinidade econômica*, portanto, a coisa mesma está em consonância com a relação que faz dela o que ela é, já que as *determinações imediatas (materiais)* daquilo que "preenche" a forma estão adequadas às *determinações da forma enquanto tais*, que são *determinações da reflexão (funções)*. Tem-se aqui, *idealmente*, a adequação do conteúdo à forma, da materialidade à função, *do metabolismo da sociedade à metamorfose do valor*. Falaremos sobre isso à frente.

porém uma pergunta: como o desenvolvimento *lógico* das *determinidades econômicas formais* contribui para uma apreensão racional do movimento *real-empírico* do capital?

O problema central da teoria, já sabia o jovem Marx, não é o de refletir da melhor forma possível (como um espelho) a realidade que se apresenta imediatamente ao pesquisador, mas sim o de "conduzir a existência empírica a sua verdade", isto é, exprimir a *logicidade* do real[35]. Temos então diante de nós um regime de verdade no qual, por um lado, se admite que o o ser-aí nunca esteja plenamente adequado às determinações da reflexão, e por outro, se exige que ele só se encontre em sua verdade *nesta adequação*[36]. Regime peculiar, sem dúvida; mas, ao menos a princípio, não inédito. Pois se Hegel, como dizia Marx, apenas "conduzia a verdade [ontológica] a sua existência empírica" (1976, p. 241), isso não o impedia de afirmar, muito antes de Marx, que a "verdade" do ser-aí empírico "é sua relação", ou ainda melhor, o seu *ser na relação* – em suma, o ser como *ser-posto*.

Já foi visto que, segundo Hegel, o ser-aí está para o ser-posto como um satélite que está ora aqui, ora ali, mas não pode permanecer fora do centro gravitacional imposto por aquele. E não será outro – ao menos à primeira vista – o tipo de condicionamento que a relação social vista como *posta* parece exercer sobre a relação empírica (e, por extensão, o condicionamento das coisas encaradas como *determinidades formais* sobre as coisas empíricas). Pois não se encontram as relações reais, quando apreendidas no movimento conceitual do capital, em sua "média ideal"? E se é assim, por que então Marx afirma haver na dialética hegeliana uma "*necessária* reversão [Umschlagen] da empiria em especulação e da especulação em empiria" (idem, ibidem)? Por que afirma ele que Hegel, ao invés de conduzir a empiria a sua verdade, conduz sua verdade à empiria?

A resposta a essas questões passa pela compreensão de que, apesar das semelhanças, Hegel e Marx compreendiam de maneira radicalmente diferente aquilo que chamamos de desenvolvimento dialético. Para Hegel, sua *Lógica* tinha por conteúdo a "exposição de Deus, como ele é em sua essência eterna", e por isso expressava uma "verdade absoluta", que existe "em si e para si" (Hegel, 2012). Nesse sentido, o desenvolvimento dialético é concebido como desenvolvimento do real, i.e., do determinado *a partir* da Ideia Universal idêntica a si mesma[37], essência íntima e eterna do empírico, que é agora apreendido como *manifestação*; por conseguinte, o método dialético aparece

35 "A lei é o permanecer do desaparecer. [Das Gesetzt ist das Bleiben des Verschwindens.]" (Gadamer apud Reichelt, 2008, p. 316)

36 "Se Marx apresenta [darstellt] em *O Capital* as relações efetivas apenas conquanto elas 'coincidem com seu conceito', então também é expresso com isso que *o capitalismo existente não deve coincidir imediatamente com seu conceito, não deve ser 'adequado a si mesmo'; mas a forma na qual ele existe deve, apesar disso, ser concebida [begriffen] como modo de existência em que o movimento do valor se realiza* [hineintreibt]". Reichelt, op. cit., pp. 134-5.

37 Uma "abstração autonomizada", nas palavras do jovem Marx (1976, p. 213).

como "a forma auto-movente de seu conteúdo conceitual todo-abrangente, cujo sujeito é também ela [a forma mesma - BH]" (Fulda, 1974, p. 208).

Um tal modo de compreender o desenvolvimento dialético traz consigo duas importantes consequências no que tange à relação entre método dialético e apreensão racional do real-empírico - que é, afinal, o tema deste trabalho. Em primeiro lugar tem-se, como vimos, que embora sejam manifestação da Ideia idêntica-a-si-mesma, os diversos seres-aí empíricos não são imediatamente idênticos: eles têm a diferença como um momento de sua identidade, que aparece então como o *fundamento* daquela38. Além disso, dado que a Ideia, por um lado, é o fundamento de todo o existente, e por outro, é eterna e idêntica a si mesma, a história deve ser compreendida como um movimento em que a realidade empírica *se adequa a seu conceito39*, isto é, como auto-produção da Ideia, sua "biografia" (Marx, 1976, p. 207): um processo *teleológico*40. Como, porém, a identidade entre a Ideia e o ser-aí não suprime o momento contingente, tal processo, embora teleológico, tem em si algo de aberto, porque não é determinado em seus ínfimos detalhes41.

E quanto a Marx? Ora, o modo como ele concebe a relação entre relação empírica e

38 Não nos esqueçamos de que Hegel compreende a essência justamente como uma identidade fundamental que consiste na *diferenciação articulada* dos seres-aí imediatos.

39 Essa concepção de história traz consigo algo importante para nosso estudo. Se a história é compreendida como movimento de autoprodução do conceito, ela também pode ser compreendida como um processo que se inicia num ponto em que o ser-aí se encontra *em contradição* com seu ser-posto e cuja dinâmica é determinada pela supressão absolutamente necessária dessa contradição. (Que fique claro: a supressão dessa contradição significa a adequação do ser-aí imediato às determinações da reflexão – que dizem respeito ao ser enquanto ser-posto –, ou seja, a sua função na relação – adequação que, como vimos, *não pressupõe a identidade imediata entre ser-aí e ser-posto*, entre o ser-aí e seu conceito.)

40 "Temos que buscar um fim geral na história, o fim último [Endezweck] do mundo." Hegel, apud Koselleck, op. cit.,, p. 174.

41 É bem sabido que Hegel costumava comparar a história a uma Teodicéia, e que isso tem sido usado com frequência nos últimos dois séculos para acusar Hegel de um determinismo ralo. Aqui, porém, é necessário ser justo com o filósofo prussiano. Como vimos, Hegel insiste em não reduzir o ser-aí a uma manifestação imediata da essência, em não afogar completamente a contingência na necessidade. Isso significa que a teodicéia hegeliana, embora aponte para um destino pré-determinado, pouco tem a dizer sobre o modo como se chegará a ele. Em sua contingência, os indivíduos não são iguais ao boneco turco com o qual Benjamin simboliza o materialismo da Segunda Internacional, isto é, não são reduzidos a autômatos do Espírito Absoluto. Astuta, a razão não suprime a paixão nos homens – até porque, como já sabia Hegel, ela (a paixão) constitui o *impulso* por trás de tudo o que já houve e há de grandioso na Terra. A grande artimanha de Hegel consiste então em afirmar que, mesmo na paixão, há algo de racional, algo de condizente com o Conceito. Pois se, como já vimos, aquilo que não está de acordo com o Conceito deve perecer, então somente o elemento racional das ações *dura*, e com isso *pavimenta o caminho para a realização do Conceito na história.* (Sobre a relação entre duração e história, cf. Arantes, P. *Hegel: a ordem do tempo.* São Paulo: Hucitec, 2000, parte II.) É evidente, portanto, que um tal caminho terá muitos acidentes, e que ele mesmo não está plenamente determinado: determinados estão "apenas" seus *momentos* imanentes, inclusive seu *ponto de chegada*. E é por isso que, apreendido *abstratamente*, tal caminho pode ser desenvolvido como uma *Fenomenologia* – uma *Fenomenologia do Espírito*. Assim, se Hegel não afirma que a descontinuidade imanente ao tempo é uma ilusão (já que o tempo é necessariamente um contínuo-descontínuo), ele certamente acredita que o *momento da continuidade é o dominante na relação*. (Isso já ficara evidente acima quando concluímos, na dialética do todo e das partes, que, embora ambos os momentos guardem entre si uma independência, o momento do todo é, em última instância, dominante.) Em outras palavras: mesmo que sua fenomenologia seja, por assim dizer, mais sutil, ela ainda assim é uma fenomenologia, o que significa que mesmo Hegel não desenvolve uma noção "plena" do tempo.

determinidade da forma (-valor), apreendendo este último como "mais elevado", parece denunciar uma hierarquia na relação entre o ser-aí e a essência semelhante à proposta por Hegel. Para Marx, contudo, "*a existência de um 'idêntico' absoluto, isto é, de um coincidente consigo mesmo, [não pode] ser afirmada*" (Fulda, op. cit., p. 208), e portanto aquilo por ele chamado de *essência* não pode ser algo mais do que a expressão ideal da articulação determinada dos elementos que compõem materialmente um *sistema histórico*[42]. A essência é sempre essência *de* um sistema determinado, *contingente*[43]. Não nos é lícito então fazer como a "consciência filosófica", que confunde o "movimento das categorias" com seu "ato de produção efetivo", já que a exposição dialética das categorias tem por pressuposto a própria constituição histórica do sistema burguês[44]: o "sujeito real", afinal, "*continua a subsistir, agora como antes, fora da cabeça em sua autonomia"*:

> Do mesmo modo que em toda ciência histórica e social em geral é preciso ter sempre em conta, a propósito do curso das categorias econômicas, que o sujeito, neste caso, a sociedade burguesa moderna, está dado tanto na realidade efetiva quanto no cércebro; *que as categorias exprimem portanto formas de ser-aí [Daseinformen], determinações da existência [Existenzbestimmungen]*, frequentemente aspectos isolados dessa determinada sociedade, desse sujeito, e que, por conseguinte, essa sociedade de maneira nenhuma se inicia, **inclusive do ponto de vista científico** [wissenschaftlich], somente a partir do momento em que se trata dela **como tal** [wo nun von ihr **als solcher** die Rede ist] (Grundrisse, 40; Introdução, 21)

A dialética não consiste num "método (do) absoluto": ela é apenas o modo de exposição racional *de um sistema determinado* que teve antes de ser rastreado em seu "nexo interno [innres Band]" (K, I, 27; C, I, 1, 140) pela pesquisa[45]. Por isso, a dialética materialista não trata "da

42 Marx "não desenvolve um sistema da unidade de um pensamento que se forma continuamente [fortbildenden] até o ponto em que uma unidade todo-abrangente tenha recoberto todos os seus pressupostos e o começo tenha de algum modo sido derivado; mas sim desenvolve um sistema de contradições *até o ponto em que todas essas contradições 'vêm [kommen] a um processo' (Grundrisse, 139) que submete o sistema, como todo, a um fluxo radical que ocorre no tempo* [in der Zeit vonstatte gehenden]. *Ele não é um método da unidade sistemática, mas a forma de exposição de uma teoria da catástrofe.*". Fulda, op. cit., 209.

43 Para usar a terminologia do jovem Marx: os elementos articulados no sistema são o sujeito, e a essência, como essência *do sistema*, é o predicado. Ao pressupor a essência e conceber a história como movimento de adequação da realidade empírica a ela, Hegel inverte a relação entre sujeito e predicado.

44 O que Marx tem em vista na derivação das categorias é então o modo de produção capitalista *já estabelecido*, e não o movimento de sua gênese histórica (movimento do qual Marx só trata *depois* de derivar logicamente a forma em questão; cf, por exemplo, o capítulo dedicado à acumulação originária). Sobre isso, ver Wolf, op. cit., pp.3-4.

45 "Este método [o dialético – BH] já não é mais a forma auto-movente de seu conteúdo conceitual todo-abrangente, cujo sujeito é também ela. (…) a existência de um 'idêntico' absoluto, isto é, de um coincidente consigo mesmo [não pode] ser afirmada. (…) A dialética como método não pode ser algo mais que aquilo que em Hegel foi tomado por um ser-aí parasitário e consideravelmente subdesenvolvido do método: a **forma da exposição** racional [vernünftig] e portanto crítica [kritisch verfahrende] de um material que as ciências particulares prepararam, do qual o pesquisador não se deve apropriar senão de um modo dialético. (…) Marx faz [da noção subjetiva de método] o *hen kai pan* da dialética." Fulda, op. cit., pp. 208-9. Percebe-se com facilidade a enorme distância a que essa noção de dialética se encontra da concepção de um pensador que acredita que a "filosofia (…) *dá a visão conceitual sobre o que se passa efetivamente com a realidade do ser sensível e faz as etapas do sentimento*, da intuição, da consciência

relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade", "mas sim de sua organização/articulação [Gliederung] no interior da moderna sociedade burguesa"[46]. O método dialético de Marx traz de volta a diferença entre sujeito epistemológico e objeto, que Hegel tentara suprimir, destruindo assim o recurso a uma fórmula do "saber universal" - recurso que continuamente impede o pensamento científico de se tornar efetivamente ateu[47].

Tal sociedade, por seu turno, "tem, como totalidade, seus pressupostos [Voraussetzungen], e *seu desenvolvimento para a totalidade consiste precisamente em subordinar [unterzuordnen: sub-ordenar] todos os elementos da sociedade ou criar a partir de si os órgãos que ainda lhe faltam*" (Grundrisse, 203). Em sua materialidade, os elementos precedem cronologicamente o sistema; este, com efeito, só pode consistir empiricamente *nesses elementos mesmos*, na medida em que se encontram sob um modo de articulação determinado, ao qual correspondem funções determinadas. É claro então que as determinações da reflexão que caracterizam esse mesmo sistema não são indiferentes aos elementos que, a um só tempo, as produzem e a elas se subordinam (sub-ordenam); em outras palavras: os diversos elementos que constituem *materialmente* as funções não são a elas exteriores, e vice-versa. Consequentemente, o movimento de adequação entre ser-em-si e ser-para-outro deve, na dialética materialista, ser *bilateral*: ao longo da história, não apenas a realidade empírica se adequa à logicidade do sistema, mas a própria logicidade também se altera em função de mudanças no mundo do ser-aí – e esta é a condição mesma da existência de uma história real.

A dialética materialista sabe, ademais, que o sistema só se torna "*historicamente* uma totalidade", ou seja, "o tornar-se [das Werden] esta totalidade forma um momento de seu processo, de seu desenvolvimento" (Grundrisse, 203). Por isso, se ela toma a determinidade econômica formal, frente à relação real-empírica, como o "mais elevado", se ela considera as relações reais somente na medida em que se adequam às funções sem as quais seu objeto (o sistema) deixa de ser

---

sensível, etc., preceder ao entendimento, na medida em que elas são as condições do devir do conceito, mas são condições somente enquanto ele emerge da sua (delas) dialética e da sua nadidade [Nichtigkeit] como o fundamento delas, *mas não como se ele fosse condicionado pela realidade daquelas*." Hegel apud Müller, M., op. cit.

46 "Seria, pois, impraticável e errôneo deixar que as categorias econômicas se sigam na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada muito mais pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico" (Grundrisse, 41).

47 "Nao há ateísmo consequente sem destruição de todas as fórmulas de 'saber universal'." (Lebrun, op. cit., p. 13) "*As categorias da crítica ao sistema são ao mesmo tempo [zugleich] aquelas que concebem o particular*. O que um dia ultrapassou legitimamente o individual [Einzelne] no sistema tem seus sítios [Sttäte] fora do sistema. A visão, que interpretando *colhe no fenômeno mais do que ele meramente é [Der Blcik, der deutend am Phänomen mehr gewahrt, als es bloss ist], e, unicamente, por meio daí, o que ele é, seculariza a metafísica*. Só os *fragmentos* enquanto forma da filosofia seriam capazes de entregar às mônadas projetadas de maneira ilusória pelo idealismo o que lhes é devido. *Elas seriam representações no individual da totalidade irrepresentável enquanto tal*." (Adorno, 2009, 31-2)

o que é, ela o faz apenas porque tem por objetivo expressar idealmente a racionalidade própria do objeto em questão – e este objeto, este sistema só é o que é enquanto os elementos reais estiverem adaptados a suas funções dentro dessa totalidade determinada. Isso contudo não significa que a dialética materialista proclame que os diversos elementos encontram na determinação da reflexão a sua *verdade ontológica*. Pois, num sistema verdadeiramente histórico, os "membros de uma totalidade" não se afundam numa identidade todo-abrangente: sendo a um só tempo "mais e menos que sua determinação universal" (Adorno, op. cit., p. 132), eles constituem "*diferenças* dentro de uma *unidade*" (Grundrisse, 34), e não o modo de aparecimento de uma identidade fundamental. A totalidade que é histórica, portanto, é *aberta48*, e a dialética materialista, ao revelá-lo, "conduz (…) a pontos onde se esboça a superação [Aufhebung] da configuração [Gestalt] atual das relações de produção – portanto, a prefiguração [foreshadowing] do porvir [Zukunft], um movimento que vem-a-ser [werdende]" (Grundrisse, 373)49. Haveria então outras formas possíveis de articulação, "criações que dormitam como *possíveis* no seio" (Benjamin, 1965, p. 87) do real *atual*.

Para Marx, é impossível dizer que os termos que aparecem na *exposição* dialética em uma relação de oposição que esgota todas as determinações do ser em dado nível de abstração estejam, no plano do concreto real-empírico, em *plena* ob-posição; afinal, isso significaria que eles se encontram numa identidade dialética e, por conseguinte, que a totalidade por eles composta é *fechada50*. Deve-se ter isso em mente quando se lê, por exemplo, que: "O resultado a que se chega não é que produção, distribuição, troca e consumo sejam idênticos [isto é, idênticos na oposição, manifestação de uma identidade essencial – BH], mas sim que eles todos formam membros de uma totaliddade, diferenças dentro de um unidade [não de uma *identidade!* - BH]" (Grundrisse, 34). As coisas, aqui, não são emanação: são *membros de uma totalidade* – e de uma totalidade que é sempre *resultado histórico*51. Assim, não é possível em Marx ir tão longe quanto em Hegel: apenas no primeiro a totalidade é *fendida*, é um resultado (*contingente*), e é finita. Sob tal concepção de totalidade, só se pode dizer que o todo une identidade e oposição num sentido relativamente fraco: os opostos não são apenas opostos, isto é, as coisas são mais do que seu papel social deixa

48 Sobre a noção de totalidade aberta, ver Bensaïd, 1999, p. 337.

49 "D'abord there is a limit, not inherent to production generally, but to production founded on capital" (Grundrisse, 328).

50 Já na *Crítica da Filosofia do Direito* Marx demonstrava estar consciente dessa questão, que se enraíza no cerne da concepção de uma totalidade histórica. Veja-se, por exemplo, os parágrafos da *Crítica à filosofia...* em que ele procura fundamentar a noção de uma *oposição real-efetiva* [wirkliche Gegensatz], uma oposição que, ao contrário da hegeliana, não tem a identidade como fundamento (1976, pp. 291-5).

51 É claro que, se um conjunto de elementos pode ser visto como totalidade, isso significa que sua reprodução, sua história atual, é, em boa parte, resultado de sua própria racionalidade; *nesse sentido*, ele é pressuposto – embora nunca um pressuposto que encerre em si todas as condições da reprodução. (Pense-se, por exemplo, nos pressupostos naturais necessários à própria existência da civilização enquanto tal.)

entrever52; a identidade, na totalidade marxiana, nunca é plena: ela é antes unidade dos diferentes (um diferente que é quase um ob-posto, mas mantém em si a diferença), e com isso se pode deduzir a possibilidade de que a parte, o elemento que constitui a totalidade, vá além das determinações da reflexão (sistêmicas) às quais ele se adequa.

Possuímos agora elementos para apreender cientificamente o desenvolvimento de um sistema que é histórico. As determinações reflexivas, expressões abstratas das relações que caracterizam um dado sistema, e portanto da racionalidade imanente a ele, não podem existir antes ou além dos próprios seres-aí empíricos que se relacionam. Não há uma razão a-histórica que seja o fundamento último do desenvolvimento propriamente histórico; em outras palavras: tal desenvolvimento não pode consistir num processo de adequação da existência real-empírica a uma racionalidade dada de antemão. Na medida porém em que se toma teoricamente em consideração um sistema *existente*, e portanto uma rede de relações determinadas que possui uma lógica determinada, deve-se pressupor que aquilo que existe empiricamente esteja adequado às determinações sistêmicas, ou seja, que as determinações do ser-aí enquanto tal estão plenamente subsumidas às determinações da reflexão – numa palavra: que o ser real-empírico está completamente adequado a sua *função* neste dado sistema. Essa assunção, válida apenas para um nível bastante alto de abstração, não deve ser mantida quando se tem em vista o desenvolvimento histórico real, empírico; ela nos fornece, no entanto, as chaves de um modelo capaz de apreender cientificamente esse mesmo desenvolvimento. Pois a partir daqui nos é permitido pensar o desenvolvimento histórico como um jogo de reiteradas desadequações e readequações entre o ser-aí e a função, entre as determinações imediatas do ser e as determinações da reflexão, o conteúdo e a forma das relações sociais, um processo marcado por constantes extrapolações que podem, através da atualização de potencialidades já contidas no real, resultar num reordenamento das próprias relações, no surgimento de novas determinações sistêmicas, de novas funções – ou seja, na gênese de uma nova totalidade, com uma nova racionalidade53. Caso não seja este o resultado da desadequação, entretanto, aquilo no ser empírico que entra em contradição com a função apresenta-se como irracional; é inefetivo, irreal, e deve por

52 "[N]*ada particular é verdadeiro*, nenhum ente é ele mesmo tal como a sua particularidade o reivindica." (Adorno, op. cit., p. 132) Trata-se aqui então, como afirma Fausto, de uma "parte que fratura o todo, parte sem composição possível (…) *uma parte que não é parte*" (1987, p. 14)

53 "Gramsci está pensando nisso quando percebe 'em cada instante da história em devir' uma luta 'entre o racional e o irracional': 'Entendemos por irracional aquilo que, em última análise, não triunfará, o que nunca se tornará história efetiva, mas que na realidade é também racional porque está necessariamente ligado ao racional e do qual é um momento que devemos levar em conta; pois, se na história o geral triunfa sempre, **o particular também luta para impor-se na medida em que ele determina um certo desenvolvimento do geral e não um outro (…). Somente a luta, com o seu resultado, e não apenas com o seu resultado imediato, mas aquele que se exprime numa vitória permanente, dirá o que é racional ou irracional**, ou seja, o que é 'digno' de vencer, porque, à sua maneira, ele continua e ultrapassa o passado'." Bensaïd, op. cit., p. 60.

conseguinte perecer54.

Tomemos um exemplo. A sociedade por ações antiga, surgida antes do modo de produção capitalista, aparece a princípio como algo fortuito frente a este. Apesar disso, ela se coloca, diante da necessidade da socialização da riqueza (manifesta na própria batalha da concorrência) dentro dos limites da propriedade privada – uma necessidade posta pelo totalidade, mas que a própria totalidade ainda não pudera realizar –, como algo que, em dado momento, "acomoda", "aquieta" uma tensão sistêmica. Neste sentido, da perspectiva do modo de produção capitalista como totalidade aberta, ela é um acaso, mas *um acaso do qual uma necessidade posta pelo próprio sistema se apropriou*. Readaptada, ela é capaz de realizar determinações, ou melhor, funções postas como necessárias pelo próprio capitalismo. Note-se porém que, na Alemanha, foram os *Großbanken* que num primeiro momento realizaram a socialização da riqueza privada. Seria então o caso de se perguntar: em suas determinações mais abstratas (responsabilidade limitada, separação jurídica da associação e dos associados), há mesmo funções que somente a sociedade por ações pode cumprir? Será mesmo que apenas as sociedade por ações podem cumprir essa função necessária ao modo de produção capitalista? Os *Großbanken* alemães não deram certo: ali não se tratava de fato de uma socialização entre proprietários privados; como a associação e os indivíduos não se distinguiam juridicamente, o momento da socialização, por assim dizer, falava mais alto, e por isso o *Großbank* entra em contradição com os limites impostos pelo modo de produção capitalista: ele não é capaz de sobreviver num mundo onde as relações sociais assumam assintoticamente a forma da troca. Os bancos comerciais do pós-guerra, aliás, também não deram certo: a limitação às operações que eles podiam realizar era, evidentemente, um limite à própria propriedade privada, dentro da produção

54 Gostaríamos de oferecer uma hipótese, um esboço de teoria da transformação histórica. Haveria dois modos de desadequação, de "extrapolação", pelos elementos, de suas determinações enquanto momentos de uma totalidade: i) o do criminoso, o do louco. São aqueles que, ao ir além de suas funções, não afetam as determinações do todo enquanto tais, isto é, não "carregam" consigo o todo. Trata-se aqui, portanto, de uma "extrapolação" meramente negativa. ii) O do grande artista, do grande político, etc., que é uma extrapolação positiva, criadora. Neste caso, a extrapolação arrasta consigo a totalidade, pois dá origem a novas determinações. Como fica claro pelo próprio verbo extrapolar, este movimento não é um "idêntico-a-si-mesmo", ou seja, não se pode ver o gênio, por exemplo, como uma manifestação do absoluto: sua genialidade consiste justamente em explorar as tensões de uma totalidade fendida, de uma tênue unidade dos diferentes que se encontra num estado de ebulição. Seu próprio ir-além pressupõe tensões intensificadas: o gênio não pode surgir em qualquer época e lugar; o verdadeiro *acontecimento*, por assim dizer, não acontece em qualquer situação. Daí a tendência a dizer: "Se não fosse ele, seria outro; se não fosse agora, seria depois". Daí também a tendência a acreditar que ele (o gênio, o acontecimento) apenas "cumpre" determinações já pressupostas, e que não importa quem é o gênio ou quando e onde acontece o acontecimento. Isso é um erro, claro. O modo de extrapolação positivo que se realiza num momento de tensão *reconfigura o todo, e o modo dessa reconfiguração não está dado*. Por isso, nos momentos de crise das relações sistêmicas, algo que a princípio é fortuito da perspectiva do sistema pode acabar por produzir um resultado sistemicamente novo, ou ao menos *realizar uma necessidade sistêmica*; nas palavras de Koselleck: *o acaso pode assumir "uma dignidade [Rang] estrutural"* (op. cit., pp. 151-2) . "O antes e o depois de um acontecimento conservam sua própria qualidade temporal, que não pode ser reduzida à do todo [Ganze] por suas condições a mais longo prazo [längerfristigen]. Cada acontecimento produz mais e também menos quando está incluído em suas circunstâncias prévias: de onde sua novidade, em alguns casos surpreendente." (Koselleck, op. Cit., p. 151).

privada. Nada é mais legítimo no modo de produção contemporâneo do que o poupador dispor de sua riqueza como quiser; do que comprar com ela, portanto, os ativos que quiser, qualquer ativo que, *para ele*, *seja capital*. A fixação forçada daquilo que é capital da perspectiva individual naquilo que é capital do ponto de vista da totalidade (a eliminação premeditada do capital fictício) é absolutamente contrária às determinações do modo de produção capitalista, onde os indivíduos se defrontam como *pessoas* – onde, por conseguinte, devem poder exercer sua vontade sobre as coisas que lhe pertencem55. Aparentemente, portanto, a sociedade por ações é o modo mais adequado (à racionalidade capitalista) de socialização da riqueza privada *já encontrado*, isto é, o único até hoje criado que não entrou em contradição com a logicidade interna do capital – e, por conseguinte, não teve que perecer. Neste sentido, a sociedade por ações não poderia ser considerada como algo que reordena as relações sistêmicas, mas sim como algo que realiza da maneira razoavelmente adequada as determinações imanentes a um todo já existente.

Para usar uma expressão de Marx: do ponto de vista lógico-sistemático, ela aparece como um membro *criado pelo organismo mesmo*, quando este já se encontra forte o suficiente para isso (Grundrisse, 203)[56]. Consequentemente, a adequação da sociedade por ações real-empírica à determinidade econômica formal derivada no movimento conceitual de *O Capital* poderia ser assumida como necessária, não casual (desde, é claro, que se parta do pressuposto de que ainda se vive num modo de produção capitalista, algo que não é em si necessário); ou, *mais precisamente*, como uma *tendência* imanente à existência histórica do modo de produção capitalista.

Mas por que falar de tendências, e não de necessidades?

Ora, quem leva a história verdadeiramente a sério deve estar pronto a reconhecer que todo sistema contém, em sua necessidade, algo de contingente. Por isso, o materialista não ousa se referir a *necessidades* senão com muito receio. Se a dialética idealista, ao constatar que algo na realidade empírica *ainda* se encontrava em contradição com seu conceito, podia declarar sem mais delongas a necessidade absoluta do movimento de adequação (ainda que a adequação nunca seja *imediata*), era

55 Sobre isso, cf. Hegel, F. *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, Parte I; o segundo capítulo de *O Capital*; e Renner, K. *The institutions of private law and their social functions*. Londres: Hunt, Barnard & Co., 1949, capítulo I.

56 As relações que surgiram nas mais diferentes formações sociais – "a circulação de mercadorias, os capitais de comércio e de usura, ramos da produção orientados [ausgerichtete] para a valorização do valor, etc" – *são transformadas*, "na história contemporânea, como partes componentes do capital, em momentos – que se influenciam e condicionam mutuamente [wechselseitig] – de uma totalidade que se reproduz nas formas do valor, *totalidade que lhes 'designa sua dignidade [Rang] e sua influência'* (Marx). Todos os elementos componentes, *caracterizados em sua especificidade histórica através da relação de oposição entre a determinidade econômica formal e a materialidade, são reduzidos a estágios dos círculos do capital [Kapitalkreisläufe] que se diferenciam e se imbricam no processo de reprodução social, com o que a relação entre os componentes se distingue através da incessante mudança dos pressupostos em resultados e dos resultados em pressupostos*." Wolf, D. *Abstraktionen...*, pp. 5-6.

apenas porque a realidade empírica era vista como a *manifestação* de uma essência marcada primordialmente pela identidade, isto é, como algo que deve se adequar – embora não de modo imediato – a uma *estrutura imutável do mundo*. Quando porém a dialética concebe seu objeto como uma tênue "unidade na diferença", ela é forçada a reconhecer que não pode extrapolar sem mediações a necessidade *conceitual* para a realidade *empírica*: doravante, quando a realidade empírica contradisser as determinidades da forma-valor, só se poderá preencher a distância de uma a outra falando de *tendências*.

E isso por dois motivos: em primeiro lugar porque, embora o capital assintoticamente incorpore a si todas as relações sociais do mundo moderno, ele nunca o faz por completo, o que significa que ele não é capaz de *esgotar* em si as determinações da realidade. Consequentemente, mesmo aquilo que, da perspectiva *unilateral* do capital, aparece como a mais férrea necessidade, pode na realidade efetiva ser contrabalanceado por determinações *exteriores* a ele – o que teria variados efeitos sobre o modo como tal necessidade se realiza empiricamente57. Em segundo lugar, porque o modo de produção capitalista mesmo é, de uma perspectiva verdadeiramente histórica, *contingente*; logo, mesmo aquilo que lhe é mais necessário se mostra como uma necessidade fundada em algo em si e para si casual: a própria existência do modo de produção capitalista58- e, por extensão, as leis que lhe são imanentes. Isso significa que, se é mesmo possível dizer, *uma vez que se pressuponha a existência do modo de produção capitalista*, que a própria contingência existe por necessidade, também é necessário reconhecer que *a própria necessidade tem um caráter contingencial*: ela mesma *existe por acaso* (poderia não existir).

"As leis internas do capital – que aparecem no curso histórico de seu desenvolvimento apenas

57 *"Imanente, a 'necessidade histórica' enuncia o que deve e pode ser, não o que será". Bensaïd, op. cit., p. 88.* Pense-se, por exemplo, em como as políticas anti-cíclicas e o desenvolvimento tecnológico baseado no exército e em universidades públicas (instituições que não se adequam *imediatamente* ao impulso da valorização do valor) podem afetar as determinações, por assim dizer, *puras* do capital. Note-se ademais que as determinações imanentes ao capital estão em incessante *conflito* entre si. Assim, mesmo da perspectiva *unilateral* do capital (isto é, mesmo ignorando as determinações que lhe são exteriores), o termo *necessidade* só pode ser utilizado quando nuançado: deve ficar claro que se fala de uma necessidade *real* (relativa), não *absoluta*. "[O] conceito de 'necessidade' é complexo, não só porque dá ainda espaço para a contingência ou porque se manifesta nos fenômeno do quotidiano econômico enquanto 'possibilidade formal', mas principalmente porque se refere a determinações opostas que convivem sempre na *totalidade contraditória* formada pelo capital. Se esta totalidade não fosse permanentemente contraditória, uma das determinações poderia prevalecer sobre a outra e tornar-se a única de fato necessária, ou seja, uma 'necessidade absoluta'." (Grespan, 1998, p. 47)

58 Várias civilizações atingiram um alto grau de mercantilização, sem que por isso a própria força de trabalho fosse transformada massivamente em mercadoria. Marx não se cansa de ressaltar a importância dos acidentes no surgimento histórico do modo de produção capitalista: "Que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho no mercado, que o encontre [vorfindet] nos limites da circulação *como mercadoria*: esta pressuposição, da qual nós aqui partimos, e da qual a sociedade burguesa parte em seu processo de produção, é obviamente o resultado de um longo desenvolvimento histórico, o *resumé* de muitos cataclismas [Umwälzungen] (…) *Este nível de desenvolvimento histórico da produção econômica – cujo produto mesmo é* ***o trabalho livre*** *– é porém o pressuposto para o vir-a-ser [Werden] e ainda mais para o ser-aí do capital enquanto tal. Sua existência é o resultado de um demorado processo histórico nas configurações econômicas da sociedade." Marx apud Reichelt, op. cit., p. 132.* Ver também K, I, 183; C, I, 1, 287.

como tendências – são primeiramente *postas* como leis [erst als Gesetze gesetzt].” (Grundrisse, 550) Reconhecendo este fato, a dialética reconhece também que, *quando objetiva apreender o real-empírico*, já *não pode mais pressupor seu objeto*59, com o que faz justiça ao único modo adequado à apreensão racional de algo que existe *no tempo.*

> Em sua configuração racional, [a dialética contém], no entendimento positivo do existente, (…) ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua ruína inevitável; porque *apreende toda forma devinda [gewordne] no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório*; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária. (K, I, 28; C, I, 1, 141)

Justamente por isso, a dialética é, ainda hoje, “um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários” (K, I, 28) – sejam eles cientistas ou não.

ABSTRACT: The inability to cope with the relation between necessity and contingency has prevented science not only from performing what is expected from it, but also from conceiving time as something significant. This paper attempts to show how Hegel tried to solve this problem through the analysis of the dialectics of the posited being and of the modal categories. We shall also discuss the role of the categories of necessity and contingency in Marx's theory and the way his dialectics deals with an object which exists in time and, as such, is historical: the capital.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BENJAMIN, W. Geschichtsphilosophische Thesen. In: *Zur Kritik der Gewalt und andere Aufsätze*. Frankfurt: Surkhamp Verlag, 1965

BENSAÏD, D. *Marx, o Intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999

FULDA, H. These zur Dialektik als Darstellungsmethode (im “Kapital” von Marx), In: *Hegel-Jahrbuch*, Köln: Pahl-Rugenstain Verlag, 1974

FAUSTO, R. *Marx: Lógica e política*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GRESPAN, J. A dialética do avesso. Disponível em: http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/grespan06.html. (Acesso a 20/08/2009)

_____ *O Negativo do Capital*, São Paulo: Hucitec, 1998.

GAREGNANI, P. “Sraffa: Classical versus Marginalist Analysis”, in K. Bharadwaj and B. Schefold (eds), *Essays on Sraffa*. London: Unwin and Hyman. 1990.

HEGEL, F. *Wissenschaft der Logik. Erster Teil. Die objekive Logik.* Disponível em: http://www.gutenberg.org/cache/epub/6729/pg6729.html (Acesso a 05/03/2012)

_____. *Wissenschaft der Logik I. Erster Teil: Die objektive Logik. Erstes Buch*. Werke 5. Frankfurt: Surkamp, 1969.

_____. *Wissenschaft der Logik II*. Werke 5. Frankfurt: Surkamp, 1969a.,

KOSELLECK, R. *Vergangene Zukunft: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1989.

MARX, K. Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Kritik des Hegelschen Staatsrechts. *Marx und Engels Werke*, Band 1. Dietz Verlag, Berlin/DDR 1976.

_____. Das Kapital: I, II e III. *MEW (Marx und Engels Werke)* vol. 23, 24 e 25. Berlim: Dietz Verlag, 2008.

59 “*Nem se ele está lá, nem o que ele é estão garantidos de antemão para o pensamento*.” (Adorno, op. cit., p. 36)

_____. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie.* MEW (Marx und Engels Werke) vol. 42. Berlim: Dietz Verlag, 1983.

MÜLLER, M. *Exposição e Método Dialético em "O Capital"*. Disponível em: http://orientacaomarxista.blogspot.com/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html (acesso a 06/07/2011).

PRIGOGINE, I. *O fim das certezas.* São Paulo: Editora UNESP, 1996

RUBIN, I. *Essays on Marx's theory of value*, Delhi: Aakar Books, 2008

REICHELT, *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*. Frankfurt: Europäische Verlagsanstallt, 1973.

REICHELT, H. *Neue Marx-Lektüre. Zur Kritik sozialwissenschaftlicher Logik*. Hamburg: VSA-Verlag, 2008.

SGRO', *Die dialektisch-materialistische Methode der Marxschen Kritik der politischen Ökonomie. Stichworte zu einer unendlichen Geschichte,* in: Müller, S. *Probleme der Dialektik* heute. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2009.

TAYLOR, C. *Hegel*, Cambridge: University Press, 1977.

WOLF, D. *Abstraktionen in der ökonomisch-gesellschaftlichen Wirklichkeit und in der diese Wirklichkeit darstellenden Kritik der politischen Ökonomie*. Disponível em: http://www.dieterwolf.net/pdf/Abstraktion.pdf (acesso a 06/07/2011)

Capitalismo monopolista: de Baran e Sweezy ao debate brasileiro

Caio Rennó José[*]
Thiago F. R. Gambi[**]

Resumo:
O objetivo deste trabalho é analisar o conceito de capitalismo monopolista apresentado por Baran e Sweezy (1974) e sua influência sobre o pensamento econômico brasileiro. Inicialmente, captamos as concepções de autores de linhagem neomarxista e heterodoxo-burguesa, e os elementos que as caracterizam. Num segundo momento, analisamos a influência dessa obra sobre autores selecionados que constituem o pensamento econômico brasileiro. Verificamos que a teoria de Baran e Sweezy sobre o capitalismo monopolista foi importante para o desenvolvimento da teoria econômica contemporânea, pois trouxe, de modo pioneiro, contribuições que deram maior peso à crítica da teoria econômica convencional por meio da exposição de elementos concretos e dados reais que auxiliaram na construção de um modelo de análise mais condizente com realidade. No entanto, para o caso brasileiro, a utilização do conceito de capitalismo monopolista teve alcance limitado em sua época.

Abstract:
This paper aims to analyze the concept of monopoly capitalism presented by Baran and Sweezy (1974) and its influence on Brazilian economic thought. Initially, we capture the views of bourgeois, neo-Marxist and heterodox authors, and the elements that characterize them. Secondly, we analyze the influence of that concept on selected authors that make up the Brazilian economic thought. We found that the theory of Baran and Sweezy on monopoly capitalism was important for the development of contemporary economic theory. However, for the Brazilian case, the use of the concept of monopoly capitalism had limited reach in his time.

Classificação JEL: B14, B51

[*] Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG.
[**] Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

Capitalismo monopolista: de Baran e Sweezy ao debate brasileiro

Caio Rennó José[*]
Thiago F. R. Gambi[**]

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o conceito de Capitalismo Monopolista apresentado por Baran e Sweezy (1974) e sua influência sobre o pensamento econômico brasileiro. Ele está dividido em duas partes bem definidas e dependentes uma da outra. Na primeira, apresenta a discussão sobre a teoria do capitalismo monopolista formulada por Paul Baran e Paul Sweezy e também por outros autores como Lênin, Braverman e Galbraith. Na segunda, procura relacionar essa teoria ao pensamento econômico brasileiro, analisando em que medida essa teoria aparece nos trabalhos dos autores brasileiros que se enquadravam no que Mantega (1984), em seu trabalho clássico sobre a economia política nacional, chamou de modelo do subdesenvolvimento capitalista e no que Bielschowsky (2004) caracterizou, também em obra já clássica, como pensamento socialista.

A teoria do capitalismo monopolista foi desenvolvida na década de 1960, nos Estados Unidos, por Baran e Sweezy em seu conhecido livro Capitalismo Monopolista, publicado originalmente em 1966. Paul Alexander Baran, segundo Screpanti e Zamagni (2005, p.446), foi um economista de interessantes contribuições para o desenvolvimento da teoria marxista no período pós-segunda guerra. Nascido na Rússia e crescido num ambiente de intensos embates políticos, já que seu pai era um militante menchevique presente nos debates soviéticos dos anos 1920. Passou pela Alemanha e Inglaterra antes de se instalar, em 1939, nos Estados Unidos. Atuou na Universidade de Stanford, onde escreveu sua principal obra A economia política do desenvolvimento (1957), em que trata do subdesenvolvimento como fruto do imperialismo e do colonialismo.

O outro autor do livro usado como principal referência teórica deste trabalho, Paul Malor Sweezy, americano e filho de um banqueiro de Wall Street, estudou na London School of Economics (LSE) e em Harvard, onde foi orientando de Joseph Schumpeter. Antes de se tornar marxista, Sweezy foi influenciado por economistas tão distintos quanto Keynes e Hayek, principalmente pela formação em Harvard e na LSE. Sobre essa transição ideológica, Sweezy diz que a economia convencional ensinada nessas instituições por onde passou teria muito pouco para contribuir para a compreensão dos fatos e tendências econômicas do século XX. Por isso, fundou em 1939, juntamente com amigos marxistas, a revista "*The Monthly Review*", publicada até hoje e referência importante do pensamento marxista atual (NETO; OLIVEIRA, 2004; GUERRERO, 2004).

Uma das críticas feitas pelos autores em seu livro clássico se refere à falta de comprometimento das ciências sociais, especialmente da economia, com a realidade, pois estas distorciam e criavam cenários que não eram condizentes com ela. Isso era claro, por exemplo, nos modelos econômicos da década de 1960 em que a concorrência perfeita ainda era considerada o caso geral e a grande empresa capaz de controlar preços era simplesmente deixada de lado (BARAN e SWEEZY, 1974). Assim, a realidade da economia dos EUA passa a ser o palco de análise do capitalismo monopolista.

[*] Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG.
[**] Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

A expansão do monopólio nos EUA ocorre de maneira mais significativa ainda em meados do século XIX, no final da guerra de Secessão. Mais tarde, no contexto do fim da era dos impérios e do surgimento de duas superpotências no pós-Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995), a fronteira do desenvolvimento da economia capitalista é transferida da Inglaterra para os EUA. Por isso, recuperaremos alguns elementos que traçam a origem e o aparecimento mais representativo do capitalismo monopolista a partir de eventos da história econômica estadunidense (BARAN e SWEEZY, 1974).

O processo de concentração e centralização do capital, que resulta no monopólio (MARX, 1985, p.293), produz resultados contraditórios. Se por um lado revela o vigor da acumulação de capital que desembocará em empresas gigantes capazes de controlar preços, por outro significa o relaxamento da competição que induz o investimento que está na base daquela mesma acumulação. Sem estímulo e alternativas de investimento, o monopólio acaba debilitando a capacidade de funcionamento do sistema econômico (BARAN e SWEEZY, 1974).

Para Baran e Sweezy (1974), se fosse operado sem controles, os efeitos depressivos do monopólio teriam levado a economia estadunidense a um período de estagnação antes do fim do século XIX e acabado com as chances de sobrevivência do capitalismo na segunda metade do século XX. No entanto, graças a estímulos externos poderosos, tais efeitos depressivos foram apagados e a economia estadunidense experimentou um rápido crescimento econômico nas últimas décadas do século XIX.

Esses estímulos externos foram as invenções e as guerras. As invenções – como a máquina a vapor, o trem e o automóvel, têm grande capacidade de modificar a estrutura econômica, pois absorvem vultosos capitais e criam vastos mercados para investimentos. Historicamente, o efeito multiplicador e a absorção de excedentes derivados dessas invenções tiveram grande impacto econômico, servindo para contrabalançar os efeitos depressivos do monopólio. De acordo com Baran e Sweezy (1974, p.63):

> Cada um deles produziu uma alteração radical na geografia econômica, com as conseqüentes migrações internas e a formação de comunidades inteiramente novas; cada um deles exigiu ou, pelo menos, tornou possível, a produção de muitos bens e serviços novos; ampliou o mercado para uma vasta gama de produtos industriais.

O outro elemento que também foi capaz de alterar o quadro econômico estadunidense foram as guerras. Elas geram impactos importantes na economia em duas fases: na do combate e a na do pós-guerra. Na primeira, a procura militar cresce muito e os recursos são orientados para setores ligados a elas. Em contrapartida, a demanda civil é reduzida pelo aumento de preços e racionamento. Nas palavras de Baran e Sweezy (1974, p.68-69): "As fábricas existentes são convertidas para a produção de guerra, canalizando-se igualmente para ela a maior parte dos investimentos". Essas alterações na estrutura econômica da primeira fase determinam o plano de ação para a fase do pós-guerra. Até o fim do conflito, a indústria antes focada em esforços de guerra não atendia adequadamente às demandas civis. No pós-guerra, a explosão de procura origina grande acumulação de capital futura, pois as "fábricas de guerra" serão reconvertidas em fábricas de produtos para consumo civil. Desse modo "criam-se espaços para investimento que poderão absorver durante muitos anos quantidades imensas de excedentes". (BARAN e SWEEZY, 1974, p.69-70). Assim, as guerras são eventos determinantes na absorção de excedentes econômicos, seja por meio da enorme procura da máquina militar, seja por meio da acumulação da procura civil criada durante a da fase de combate (BARAN e SWEEZY, 1974, p.70).

Então, no contexto dos estímulos externos, invenções e guerras, a teoria de Baran e Sweezy – no capitalismo monopolista a economia tende a entrar em estagnação, pois os grandes excedentes criados não seriam mais absorvidos –, poderia ser desprezada. Porém, os autores querem investigar o quadro econômico dos Estados Unidos nas décadas anteriores e posteriores às grandes guerras e inventos, a fim de verificar a validade de sua teoria[1]. Segundo os autores, existem "sinais inequívocos de estagnação durante o período de 1907-1915", graças ao esgotamento dos investimentos ferroviários – observados nas estatísticas do período; e aquilo que consideram a "prova mais palpável", o aumento do desemprego e a queda relativa na utilização da capacidade produtiva, conforme os dados da tabela abaixo. (BARAN e SWEEZY, 1974, p.81-82).

Tabela 1 – EUA: Utilização da capacidade produtiva e desemprego, 1950-63

Ano	Utilização da Capacidade Produtiva (1950=100)	Desemprego (% da PEA)
1950	100	5
1951	103	3
1952	99	2,7
1953	98	2,5
1954	87	5
1955	92	4
1956	89	3,8
1957	85	4,3
1958	76	6,8
1959	81	5,5
1960	81	5,6
1961	80	6,7
1962	83	5,6
1963	83	5,7

Fonte: BARAN e SWEEZY, 1974, p.101

Desse modo, Baran e Sweezy sustentam que "se a Primeira Guerra Mundial não tivesse ocorrido, a década de 1910-1920 ficaria na história dos Estados Unidos como um período de uma extraordinária depressão". Mas a transformou a estagnação em boom ao alavancar as procuras por habitações e outros tipos de construção, por automóveis, e desse setor em particular, surgiram desdobramentos – efeitos secundários e indiretos – como a suburbanização, construção de rodovias, indústrias derivadas, etc. (BARAN e SWEEZY, 1974, p.83-84). Já nos anos posteriores à Primeira Guerra, a inevitável entrada em um estado de estagnação, só poderia ser remediada com esforços pontuais até receber novamente um grande impulso, a Segunda Guerra Mundial.

Na década de 30, ao observar as estatísticas da taxa de utilização da capacidade produtiva (tabela 1, acima), os autores afirmam que:

> por falta de um estímulo externo atuante, os mercados para investimentos eram praticamente inexistentes. Foi esta impossibilidade para encontrar novos mercados para um excedente em expansão que deteve o crescimento e precipitou

[1] Essa análise nos remete a Schumpeter, que queria estudar a instabilidade do capitalismo causada estritamente por fatores econômicos e não por fatores exógenos como guerras. Cf. SCHUMPETER (2010).

> a brusca recessão da segunda metade de 1937 (BARAN e SWEEZY, 1974, p.97).

E com o início da guerra no ano seguinte, as pessoas não contavam com poder aquisitivo e crédito para consumir, e nem com uma estrutura de oferta adequada. Assim, já no final da guerra, em 1945, a população pôde nesse período acumular grandes quantidades de poupança líquida e produzir uma onda de impulsos econômicos. Com todo o surto do pós-guerra, as alterações no padrão de vida estadunidense foram positivas para boa parte da população. Porém, no período de 1947-1962, "apesar da força e persistência desses estímulos, já começaram a aparecer os sintomas familiares de absorção inadequada do excedente – desemprego e subutilização da capacidade produtiva". (BARAN e SWEEZY, 1974, p.99).

Tabela 2 – EUA: Taxa de desemprego, 1900-63

Desemprego (% da PEA)

1900	5,0	1916	4,8	1932	23,6	1948	3,4
1901	2,4	1917	4,8	1933	24,9	1949	3,5
1902	2,7	1918	1,4	1934	21,7	1950	5,0
1903	2,6	1919	2,3	1935	20,1	1951	3,0
1904	4,8	1920	4,0	1936	16,9	1952	2,7
1905	3,1	1921	11,9	1937	14,3	1953	2,5
1906	0,8	1922	7,6	1938	19,0	1954	5,0
1907	1,8	1923	3,2	1939	17,2	1955	4,0
1908	8,5	1924	5,5	1940	14,6	1956	3,8
1909	5,2	1925	4,0	1941	9,9	1957	4,3
1910	5,9	1926	1,9	1942	4,7	1958	6,8
1911	6,2	1927	4,1	1943	1,9	1959	5,5
1912	5,2	1928	4,4	1944	1,2	1960	5,6
1913	4,4	1929	3,2	1945	1,9	1961	6,7
1914	8,0	1930	8,7	1946	3,9	1962	5,6
1915	9,7	1931	15,9	1947	3,6	1963	5,7

Fonte: BARAN e SWEEZY, 1974, p.81

A alta da taxa de desemprego observada em 1963, terceiro ano de expansão da utilização da capacidade produtiva, levou Baran e Sweezy (1974, p.102-103) a constatarem que

> uma economia em que o desemprego cresce, mesmo durante a fase de expansão do ciclo econômico, debate-se no fundo em graves problemas. (...) Progressos que, numa sociedade racional, tornariam possível um grande avanço em direção à abundância para todos, sob o capitalismo monopolista constituem uma ameaça para a mera subsistência de uma proporção cada vez maior da massa trabalhadora.

A contextualização histórica acima expõe o impacto do capitalismo monopolista sob a economia dos EUA desde o final do século XIX até meados de 1960. A partir desse breve histórico, seguiremos para a discussão das teorias do capitalismo monopolista. Ao tratar do tema, nosso objetivo consiste em captar as conceituações utilizadas por Baran e Sweezy e estabelecer as relações com outros autores estudados. Para isso, o trabalho será dividido em dois momentos: no primeiro, faremos a conceituação geral de capitalismo monopolista e, no segundo, procura-se identificar a influência e o aparecimento dessa conceituação no debate econômico brasileiro.

Iniciaremos o primeiro momento, a conceituação geral, com as concepções de capitalismo monopolista para diferentes correntes de pensamento, junto com os elementos que as caracterizam. Adiante, recuperaremos as implicações do sistema econômico que contém empresas monopolistas para a sociedade e os trabalhadores. Por fim, discutiremos a atuação do Estado em meio ao aparecimento e consolidação do capitalismo monopolista. No segundo momento do texto, apresentaremos as ideias dos autores socialistas brasileiros e, em seguida, as relacionaremos com a conceituação geral obtida do primeiro momento, a fim de identificar a influência do conceito no pensamento econômico brasileiro.

2.1. Conceituação geral de Capitalismo Monopolista

Os conceitos de capitalismo monopolista[2] divergem pontualmente entre diferentes autores, mas a definição geral, e mais simples, aceita é: um sistema em que há centralização e concentração de capital e em que uma empresa monopolista tem poder de influenciar e dominar o mercado. Mas as variações podem ser enquadradas em diferentes correntes. No livro *Teoria e História do Capitalismo Monopolista* (1974), Paul Sweezy distingue três correntes de pensamento para expor as diferentes concepções da teoria do capitalismo monopolista: 1) a burguesa heterodoxa; 2) a marxista tradicional; 3) a neomarxista.

2.2. Concepção Burguesa Heterodoxa

A concepção burguesa heterodoxa parte de uma análise econômica que aceita a estrutura básica do sistema capitalista, isto é, uma sociedade organizada pelo mercado e uma economia a ele subordinada. Entretanto, o que a distingue das concepções marxistas é o fato de tomar o monopólio, ou a concorrência imperfeita, como um caso excepcional e não como resultado típico do funcionamento do sistema capitalista (SWEEZY, 1974, pp.30-1).

O principal teórico da heterodoxia burguesa, J.K. Galbraith, em seu livro Capitalismo Americano, de 1952, apresenta a primeira tentativa de teorizar um sistema econômico dominado por gigantescas sociedades financeiras. Galbraith consegue enxergar a importância do "fato de as doutrinas da concorrência monopolista ou imperfeita terem aberto caminho para o desaparecimento da velha hipótese da concorrência sobre a qual o modelo concorrencial foi erigido" (GALBRAITH, 2008, p.42).

Para Galbraith (2008, p.43), a partir da conquista da autoridade, pelos vendedores, sobre os preços, estes não são mais reflexos dos movimentos da demanda do consumidor, pois os preços não evoluem naturalmente e a indústria deixa de produzir conforme as alterações de preço. Assim, um aumento de demanda pode elevar a produção e ser vendida a preços antigos; ou também pode levar ao aumento dos preços e lucros ao manter o nível de produção anterior. Segundo Sweezy (1974, p.39-40), o erro de Galbraith e das outras tentativas burguesas é que suas interpretações sempre ficam restritas em não questionar os resultados obtidos.

---

[2] Dos conceitos de capitalismo monopolista, podemos diferenciar o capitalismo monopolista e o capitalismo monopolista de Estado. O primeiro se insere no âmbito das grandes empresas que estão em constante processo de concentração e centralização de capital, e seus mecanismos de expansão; já o segundo, refere-se à colaboração do Estado nesse processo, pois este teve fundamental papel do no processo de acumulação das grandes empresas, em políticas deliberadas para conquistas de novos territórios seja para consumo ou fornecimento de matérias-primas e força de trabalho barata. Autores como Lênin (2008) classificam a participação do Estado na formação do capital monopolista como uma fase superior do capitalismo: o imperialismo (HARRIS, 1984).

2.3. Concepção Marxista Tradicional

A interpretação do capitalismo monopolista da abordagem marxista tradicional se baseia no principal livro de Marx, O Capital[3]. Neste livro, Marx (1985, p.295) lança as bases da teoria monopolista ao desenvolver os conceitos de concentração e centralização do capital. Afirma que "o que temos agora é a concentração dos capitais pequenos já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes". Já a centralização do capital, para Marx, é "acumular nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte", e pode ser atingida pela "via compulsória de anexação", que devido à poderosa força de atração consegue incorporar capitais menores; e também pela "fusão de capitais já formados ou em formação", constituindo sociedades anônimas, num processo mais "suave" (MARX, 2006, p.729-730).

A partir dessas ideias básicas, Hilferding (1985) escreveu sua principal obra, *O Capital Financeiro*, em que trata do imperialismo, do desenvolvimento capitalista e das tendências do capital. Embora não fosse o centro de sua atenção, Hilferding trouxe contribuições para a descrição do capital monopolista e influenciou a análise de Lênin. Em *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo* (2008)[4], Lênin faz uma análise empírica do capital monopolista ao reunir dados estatísticos que comprovam, em vários ramos da indústria, o aparecimento do monopólio e suas conseqüências históricas, geopolíticas e econômico-sociais. Constata, assim como os neomarxistas, que o monopólio tem caráter controlador e poderoso, consegue abrir "caminho em toda parte, valendo-se de todos os meios". Por isso, Lênin afirma que "é a transição do capitalismo para o regime superior" que intensifica todas as contradições do capitalismo. (LÊNIN, 2008, p.89, p.126) e concretiza a perspectiva revolucionária.

2.4. Concepção Neomarxista

O neomarxismo nasce de uma crítica ao marxismo ortodoxo que trouxe diferentes perspectivas de análise para o campo marxista. Uma corrente crítica pioneira, de influência hegeliana, é representada por Georg Lukács e Antonio Gramsci. Estes fazem a crítica mais diretamente ao campo da filosofia e sociologia do pensamento marxista, tratando de temas centrais como a dialética entre estruturas, a luta de classes e a reificação. Embora a definição de uma data de origem não seja nossa preocupação principal, podemos dizer que o neomarxismo se funda em 1923, no contexto da Escola de Frankfurt. O neomarxismo como teoria crítica apresentava-se como alternativa moderna ao determinismo econômico da ortodoxia marxista e, ao mesmo tempo, como atualização face às transformações do capitalismo contemporâneo.

De maneira geral, a concepção neomarxista considera: que Marx pensou a teoria econômica ainda sob a forma de capitalismo pré-monopolista; que é preciso manter, por essência, os ideais anticapitalistas; que se deve adotar uma postura articulada entre prática política, econômica, social e científica. O desenvolvimento e a projeção das ideias neomarxistas se dão numa permanente oposição crítica tanto do próprio marxismo, como também das correntes que defendem o capitalismo. Preocupadas com a renovação do marxismo, as ideias neomarxistas contribuíram para uma renovação e para

---

[3] A primeira edição de O Capital é datada de 1867. Foi publicado em alemão com o título *Das Kapital – Kritik der Politischen Okonomie*.

[4] O Imperialismo teve sua primeira edição em 1916, em francês, com o título L´Impérialisme. Nessa época, Lênin já era não só um dirigente destacado e reconhecido do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR), como de todo o movimento socialista internacional.

o enriquecimento dos princípios marxistas, adaptando-os à complexidade do atual mundo globalizado[5].

Para a corrente neomarxista, Kalecki é o pioneiro na tentativa de teorizar o capitalismo monopolista e, para Sweezy, o autor polonês dá "um dos primeiros grandes passos em direção a uma verdadeira teoria do capitalismo monopolista" (1974). Para Kalecki:

> o monopólio não só concentra a mais-valia, mas aumenta também a quantidade de mais-valia à custa dos salários. Não temos que interpretar isto como uma redução dos salários; pode significar um crescimento dos salários mais lento do que o que se verificaria na ausência do monopólio. E se não se apresentar o monopólio como um fator imutável que aparece subitamente, mas como uma força em crescimento há um século, então todo o processo de acumulação do capital poderá ser permanente e crescentemente infletido em direção à sobre-acumulação e à estagnação. (apud Sweezy, 1974, p.45)

Harry Braverman, outro autor neomarxista, quando cita Marx em seu livro *Trabalho e Capitalismo Monopolista* (1987)[6], aceita suas abstrações do processo de acumulação, mas toma como foco a exposição de elementos que uma organização pode adotar para expandir seu capital e o que isso acarretou para as relações sociais dos indivíduos. Braverman (1987) considera as últimas duas ou três décadas do século XIX como o início do que chamou capitalismo monopolista. Nele, a concentração e acumulação de capital funcionaram sob as primitivas formas de trustes, cartéis. Com o passar do tempo, foram desenvolvidas técnicas e estratégias de operações - por exemplo, a administração científica e a padronização dos processos - que concretizaram o lucro extraordinário que levou à expansão do poder e riqueza das organizações.

A organização monopolista ampliou também sua área de atuação no mercado, ou seja, empresas que antes ofertavam em nível nacional, tornaram-se internacionalizadas, aumentando seu mercado potencial e sua capacidade de influência política. Braverman (1987) chama esse processo de *mercadejamento*, o qual foi decisivo para a consolidação das empresas monopolistas mundiais.

Além destes elementos, Braverman recupera argumentos de Alfred Sloan, que foi presidente da General Motors entre 1923 e 1937, sobre os controles administrativos nas subdivisões da organização monopolista:

> cada operação em sua própria base... assumindo sua própria responsabilidade e dando sua contribuição para o resultado final. O resultado final, diz Braverman, é, naturalmente, a acumulação de capital. Cada seção "revela estatísticas corretamente refletindo a relação entre o retorno líquido e o capital investido de cada divisão operante – a verdadeira medida da eficiência...". Isto permite à empresa orientar a colocação do capital adicional onde ele resultará no maior benefício de toda a empresa (BRAVERMAN, 1987, p.226).

Com isso, a empresa monopolista consegue aumentar seu controle em cada área da empresa, diminuindo suas incertezas e forçando a concretização dos resultados. A empresa monopolista parece ser muito poderosa quando considerada individualmente, mas sua fragilidade aparece na análise sistêmica. Sweezy (1974) adverte que os lucros crescentes dos monopólios geram grandes condições de expansão, porém essa mesma expansão pode levar o mercado à ruína por esgotamento do investimento. Surge com isso, uma contradição entre a capacidade crescente de expansão e o esgotamento das

[5] Para uma leitura elogiosa do neomarxismo, cf. o texto El Neomarxismo, disponível em http://neo-marxismo.blogspot.com/2009/12/el-neo-marxismo.html.

[6] Braverman foi membro da classe operária e militante socialista nas fábricas dos Estados Unidos nos anos 40. Inspirado por experiências próprias, este livro é a tradução da primeira edição publicada em 1974 pela Monthly Review Press, de Nova York.

possibilidades de investimento. Para continuar seu processo de expansão, a empresa deve transcender sua história, ou seja, conquistar novos mercados através de novos produtos e/ou novas áreas, surgindo daí os conglomerados e as multinacionais. Empresas que diversificam suas ofertas acabam formando os conglomerados, enquanto aquelas que buscam novas áreas de expansão correspondem às multinacionais.

Baran e Sweezy (1974, p.48) discorreram juntos sobre o capitalismo monopolista e tinham como objetivo específico tratar da criação e absorção do excedente. Os autores tratam também dos nervos e músculos que dão força para a empresa expandir, seja por meio da expansão interna, da aquisição e da fusão com outras empresas. As grandes empresas tornam-se, enfim, empresas gigantes. A força e o poder dessas empresas são tão grandes que, pode-se dizer, sua iniciativa coloca a economia em movimento, seu poder a mantém em atividade, suas políticas podem criar dificuldades e crises econômicas: "Sob o capitalismo competitivo a empresa individual aceita os preços, ao passo que no capitalismo monopolista a grande empresa é quem faz o preço" (BARAN e SWEEZY, 1974, p.61).

Antes, como uma estratégia da livre concorrência, as empresas reduziam preços para conseguir maior parcela de mercado. Sob o capitalismo monopolista, a guerra de preços poderia levar a margens de lucro insustentáveis e a dificuldades de se cobrir o próprio preço de custo. Assim, diferentes empresas começaram a se afastar da competição de preços e a formar grupos de influência setoriais, com o propósito de estipular preços que estabelecessem lucros máximos de modo a favorecer todo o grupo. Porém, uma organização pode adotar uma guerra de preços quando possui maior poder de mercado, ou seja, possui mais capital e influência que outra a qual pretende atingir, o que poderá levar à incorporação ou exclusão da empresa menor pela empresa maior, e tornar o mercado ainda mais concentrado (BARAN e SWEEZY, 1974). Por isso, segundo Hilferding (apud SWEEZY, 2004), sob os imperativos monopolistas, os preços são indeterminados e instáveis.

No capitalismo monopolista, a principal arma de defesa contra o ataque de grandes empresas concorrentes, e também uma forma de obter maior margem de lucro, é a capacidade de reduzir os custos. Adam Smith chama esse fator de autodefesa e o considera crucial para o mundo dos negócios. Com esses elementos, Baran e Sweezy observam que dentro do sistema capitalista monopolista existe uma tendência decrescente dos custos de produção (1974, p.77-78):

> qualquer companhia que se atrasar na corrida para reduzir os custos enfrentará logo problemas. Seu poder de reagir ao ataque é solapado, sua liberdade de manobra é reduzida, sua capacidade de usar as armas normais da luta competitiva é enfraquecida. Não pode, portanto, haver dúvida quanto à tendência decrescente dos custos de produção sob o capitalismo monopolista.

Toda a motivação da redução de custo é o aumento dos lucros e a redução da concorrência, e a estrutura de mercado monopolizada permite às empresas a apropriação da maior produtividade. Embora o poderio econômico coletivo possa conseguir elevar o preço do trabalho, as potencialidades da redistribuição dos lucros são muito pequenas, enquanto os produtores continuarem tendo liberdade de ajustar seus preços, técnicas e emprego de modo a proteger sua posição de lucro (BARAN e SWEEZY, 1974, p.84).

Sob a influência de Baran, Sweezy e Braverman, Harris (1984) caracteriza o capitalismo monopolista pelo desenvolvimento de mecanismos capazes de absorver cada vez mais os excedentes de produção, mantendo seu ritmo de crescimento. Essas estratégias estão ligadas ao aumento dos gastos militares e do Estado, e também dos esforços de vendas para gerar um consumo de massa. O centro desse processo de concentração e centralização do capital são as classes exploradas, que perdem seu potencial de reação e

derrubada do sistema, já que os gastos realizados conseguem manter o impulso do capital monopolista. Assim, na perspectiva datada de Baran e Sweezy (apud HARRIS, 1984), caberia aos países de terceiro mundo o papel de conter a expansão imperialista e, por extensão, do capitalismo monopolista.

3.1. Influência de Baran e Sweezy no pensamento econômico brasileiro

Até o início do século XX, a principal fonte de riquezas do país era o setor primário-exportador, o que se refletia numa economia reflexa e dependente. A partir da década de 1930, foram criadas condições para a superação dessa estrutura e consolidação de um setor industrial no país. Iniciava-se um processo de substituição de importações e, na década de 1950, avançadas a produção de bens de consumo duráveis e de capital, o Plano de Metas promoveu maior integração do capital nacional e estrangeiro, via instalação multinacionais, sobretudo de montadoras de veículos (MANTEGA, 1984).

A consolidação do setor industrial no Brasil não foi capaz de mitigar satisfatoriamente o processo de concentração de riqueza e renda que atravessou séculos. Foi-se perdendo a força da perspectiva que encontrava na industrialização a solução para os graves problemas econômicos e sociais do país. Por isso, diz Mantega (1984, p.75): "tornava-se evidente que o principal efeito da industrialização capitalista era a valorização do capital e não exatamente o progresso". Nesse contexto, o capital estrangeiro e imperialista já representava a influência e a presença concreta dos monopólios estrangeiros em território brasileiro.

No campo intelectual, a formação do pensamento econômico brasileiro (PEB) acompanhou o processo de desenvolvimento da economia nacional. Para Bielschowsky (2004), o ciclo ideológico do desenvolvimentismo e, por extensão, a demarcação do início de um pensamento econômico nacional, por assim dizer, mais autônomo, está na década de 1930. Mantega (1984) vai além e aponta o livro de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, publicado em 1959, o marco inicial daquele pensamento. Se com a diversificação industrial vieram as multinacionais, no plano da teoria econômica, o PEB sempre dialogou com as teorias americanas e européias existentes.

Assim, toda produção teórico-analítica sobre a economia brasileira é baseada no arcabouço teórico disponível e se dá sob a perspectiva interpretativa, ou seja, ocorre somente a adaptação dessas teorias à condição de capitalismo periférico presente na América Latina. Exatamente por isso Mantega diz que a maioria dos autores do PEB partiu para a criação de "modelos originais, levando em conta as particularidades brasileiras" (MANTEGA, 1984, p.19). Quer dizer, assim, que a originalidade do pensamento econômico no Brasil estaria na adaptação das teorias de capitalismo dos países centrais à condição retardatária do capitalismo. O teor dessa originalidade é outra questão.

Buscaremos identificar no PEB a influência de Baran e Sweezy, num recorte compreendido após a publicação de Capitalismo Monopolista. Partimos da hipótese de que a influência desses autores chegou às correntes socialistas do PEB, mas o conceito de capital monopolista não alcançou a mesma abrangência dos conceitos de subdesenvolvimento e dependência, uma vez que essas questões faziam mais sentido num pensamento econômico de perspectiva mais autônoma. Vamos testar a nossa hipótese utilizando *A economia política brasileira*, de Mantega, como referência metodológica, isto é, como base para a seleção dos autores que serão analisados na próxima seção.

3.2. Identificação de referências à Baran e Sweezy e ao capitalismo monopolista

O PEB foi influenciado fortemente pelo pensamento econômico originário do exterior, notadamente da Europa e dos Estados Unidos. Ao realizar a busca de literatura que faz referência ao capitalismo monopolista de Baran e Sweezy, encontramos em obras de autores do modelo do subdesenvolvimento capitalista indicado acima ideias relacionadas mais à questão da dependência dos países subdesenvolvidos do que ao capitalismo monopolista propriamente. Os autores em que conseguimos identificar essa influência foram André Gunder Frank e Theotônio dos Santos.

No livro "Dependence and underdevelopment: Latin America's political economy" (1972), André Gunder Frank – co-autor do livro – cita o livro "Capitalismo Monopolista" (1966), mas refere-se ao capítulo sobre a dependência e o sistema internacional. Segundo Frank, as grandes empresas capitalistas operam sob um imperativo de crescer e, para assegurar a expansão da sua produção, utilizam matérias-primas e mão-de-obra do exterior, uma vez que possuem menores custos para se produzir (FRANK, COCKCROFT, JOHNSON, 1972, p.94). Já em "Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina" (1970), o autor se refere à obra "Economia Política do Crescimento" (1957), de Paul Baran, de quem possuía grande proximidade. Neste livro, Frank credita a situação de subdesenvolvimento e a recessão da economia brasileira que, a partir de 1962 enfrentava um declínio das taxas de crescimento e baixa renda per capita, à acentuada penetração do capital estrangeiro no Brasil.

Em outra edição do livro de Frank, "Capitalism and underdevelopment in Latin America: Historical studies of Chile and Brazil" (1969), podemos encontrar mais referências ao trabalho de Baran. Segundo Frank, Baran (1957) destacou em seu trabalho, o papel do excedente econômico na geração de desenvolvimento econômico e também de subdesenvolvimento. O que Baran chamou excedente econômico "real", é a parte da produção atual que é poupada e, de fato investido (sendo, portanto, apenas uma parte da mais-valia). Baran colocou maior ênfase no "potencial" ou potencialmente investíveis excedentes econômicos, que não estão disponíveis para a sociedade, já que sua estrutura de monopólio impede a sua produção e, caso for produzido, é apropriado e desperdiçado com o consumo de luxo. O diferencial de renda entre pessoas de alta e baixa renda, e grande parte do fracasso da primeira classe para canalizar o seu rendimento para o investimento produtivo, também pode ser atribuída ao monopólio. Portanto, a não-realização e a indisponibilidade para o investimento do excedente econômico "potencial" devia-se essencialmente à estrutura monopolista do capitalismo (FRANK, 1969, p.6).

Baran (1957) aparece novamente neste trabalho no capítulo em que disserta sobre a contradição da polarização metrópole-satélite. Segundo Frank, Baran notou que o funcionamento do capitalismo monopolista e imperialista nos países avançados, e o atraso econômico e social dos países subdesenvolvidos, estão intimamente ligados. Representam, assim, aspectos que pouco se diferenciam do que é na verdade um problema global (FRANK, 1969, p.8). Quando Frank trata da questão das publicações oficiais e de estudos econômicos sobre o comércio dos países satélites, feitos em países metrópoles, constata que freqüentemente se desviam das condições de subdesenvolvimento e pobreza daqueles.

Além disso, para Baran (apud FRANK, 1969, p.202), essas análises consideram que os países que têm grande parte de seu comércio em mãos estrangeiras, com a eventual queda nos preços de seus produtos de exportação, não necessariamente esses países são prejudicados, pois se os ganhos com o comércio, ainda que reduzidos, vão para as empresas da metrópole capitalista, então não se trata de um problema para essas análises provenientes das metrópoles. Quando comenta sobre a industrialização das metrópoles, Frank cita Baran (1957) e outros autores para embasar sua idéia:

> Throughout, the peripheral countries have been the tail which has been wagged by the metropolitan capitalist dog: They developed underdevelopment, particularly underdeveloped agriculture, while the metropolis developed industry (FRANK (1969, p.244).

O único momento em que a obra de Baran em conjunto com Sweezy aparece neste livro de Frank (1969) é numa nota de rodapé. Frank constata que o financiamento externo do capitalismo monopolista, que investe capital na América Latina na compra de empresas, o que torna o capital das empresas estrangeiras controlador dos lucros e, por isso, responsável pela remessa de lucros da América Latina para as metrópoles (FRANK, 1969, p.305). Para exemplificar esse funcionamento das remessas de lucro, Frank utiliza o "Capitalismo Monopolista"(1974) e também outras obras.

Ruy Mauro Marini, em seu livro "Subdesarrollo y revolucíon" (1971), faz somente uma citação de um dos autores que estamos apontando. Ao dissertar sobre a integração imperialista, Marini se apóia no trabalho de Baran (1958): "Crisis of Marxism?". Segundo Marini, o progresso da acumulação capitalista na economia norte-americana, juntamente com o processo de formação de trustes, teve como resultado uma crescente concentração de riquezas. E, se os investimentos em atividades produtivas fossem acompanhar a taxa de crescimento de excedentes obtidos, então a economia poderia entrar em crise, talvez em níveis mais violentos que 1929, em virtude do mesmo mecanismo que liga do ciclo de negócios para a variação de capital constante. Adotou-se uma política anti-inflacionária nos Estados Unidos que, de modo geral, depois da guerra, conseguiu conter o crescimento econômico e limitar os excedentes, sem, no entanto, impedir que os excedentes continuassem bem acima das possibilidades existentes para sua absorção. Resulta-se disso somas cada vez maiores para investimentos não rentáveis, principalmente na exportação de capitais, o que é um dos principais traços do imperialismo contemporâneo.

Finalmente, Theotônio dos Santos, em "Imperialismo y Dependencia" (1978), assim como Frank, faz referência ao trabalho de Baran, "Economia Política do Crescimento" (1957), onde o coloca como a contribuição que marcou época sobre a análise marxista do subdesenvolvimento, da dependência e do atraso. Nessa obra, segundo Santos, Baran estuda em detalhe a nova etapa do imperialismo internacional sob a hegemonia norte-americana, e o avanço do monopólio internacional – temas também encontrados posteriormente na obra em conjunto com Sweezy.

No capítulo "A nova dependência e as alternativas de mudança", ao analisar a nova divisão do trabalho e as transformações advindas dela, Santos utiliza o capitalismo monopolista de Baran e Sweezy para reforçar suas ideias. Segundo Santos, a expansão desproporcional entre os setores da economia provoca problemas como a necessidade de altos impostos para financiar essa expansão, déficit crescente na balança de pagamentos, o aumento da mais-valia relativa, que provoca uma desproporção crescente entre o excedente gerado e o consumo produtivo e improdutivo[7] (SANTOS, 1978, pp.440-441). No entanto, o conceito de capital monopolista não nos pareceu central na análise de Santos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

[7] Por consumo produtivo, relacionar ao que é utilizado diretamente no processo de trabalho, quer dizer, o que é gasto na manutenção e ampliação da produção; Já para consumo inprodutivo, é o que não é utilizado diretamente no processo de trabalho e pode dividir-se em: consumo improdutivo individual, que é aquele que é consumido individualmente: alimentos, roupas, utensílios domésticos, etc. e consumo improdutivo social, que é consumido a nível social: defesa, saúde, etc.

No capítulo "A absorção de excedente: militarismo e imperialismo", Baran e Sweezy abordam as questões da dependência e do subdesenvolvimento atreladas ao imperialismo. Para os autores, o sistema capitalista forma uma hierarquia entre as nações, configuradas sobre um complexo de relações de exploração. Os países da cúpula conseguem explorar todos os inferiores, os que se colocam em um nível intermediário da hierarquia, conseguem explorar aqueles de camada inferior, e assim até atingir a camada mais baixa. Assim, as nações em níveis equivalentes, lutam entre si para obter o maior número possível de explorados, formando uma rede de relações antagônicas. Pode-se denominar os países da cúpula como "metrópoles" e os de menor nível hierárquico como "colônias" (BARAN e SWEEZY, 1974, p.181).

A análise de Baran e Sweezy traz a complexidade que origina essa problemática, pois, como os autores apontam, não são os governos capitalistas que realizam as transações comerciais e sim as empresas privadas. As grandes empresas assumem a maior parcela dessas transações e se interessam, não pelo comércio em si, mas pelos lucros obtidos nas transações (BARAN e SWEEZY, 1974:194). Assim, às gigantescas empresas multinacionais que dominam a política americana, interessa

> o controle monopolísta das fontes estrangeiras de abastecimento e dos mercados estrangeiros, para que possam comprar e vender em condições privilegiadas, transferir encomendas de uma subsidiária para outra, favorecer este ou aquele país, dependendo de quem tiver políticas tributárias, trabalhistas e outras mais vantajosas – em outras palavras desejam transacionar dentro de suas próprias condições e onde preferirem. E para isso necessitam não de clientes comerciais, mas de "aliados" e clientes prontos a ajustar suas leis e políticas às exigências das grandes empresas americanas (BARAN e SWEEZY, 1974, p.202).

É esse interesse, característico do capitalismo monopolista, que é usado como pano de fundo para a explicação do subdesenvolvimento no Brasil. Ao realizar a pesquisa nas referências de livros dos autores indicados por Mantega (1984) como os que receberam influência do pensamento de Baran e Sweezy, pudemos encontrar trabalhos relacionados às ideias de imperialismo, dependência e subdesenvolvimento, sendo estes últimos os recortes centrais dos autores analisados.

Ao buscar as citações de Baran e Sweezy em suas obras, observamos pontuais menções ao "Capitalismo Monopolista"(1974). Os autores do PEB que mencionaram a obra foram Theotônio dos Santos e André Gunder Frank. Para Santos (1978) entender como a nova dependência e as alternativas de câmbio traziam uma nova divisão do trabalho, teve de procurar elementos que auxiliassem a esclarecer as transformações advindas pela sociedade do capitalismo monopolista. Frank (1969), quando escreve sobre funcionamento de investimentos de capital estrangeiros na América Latina, utiliza um exemplo de uma indústria americana retirado também de Baran e Sweezy. O conceito de capitalismo monopolista aparece como pano de fundo na análise desses autores.

Embora não tenhamos esgotado todas as obras dos autores do modelo do subdesenvolvimento capitalista, a amostra analisada permite dizer que o conceito de capitalismo monopolista aparece subsidiariamente nessas obras na medida em que ajuda a explicar uma nova configuração da divisão internacional do trabalho que reforça o caráter dependente e subdesenvolvido das economias latino-americanas, de maneira geral, e brasileira, em particular. O capitalismo monopolista entra na obra dos autores analisados, portanto, como pano de fundo para a análise da dependência e do subdesenvolvimento.

Uma explicação possível para esse uso subsidiário do conceito e para a relativamente baixa citação de Capitalismo Monopolista entre os autores analisados está na diferença de contexto econômico e social entre Brasil e Estados Unidos. Se lá a

preocupação se concentrava nas conseqüências de um capitalismo formado por empresas gigantes, no Brasil a questão principal era a liberação da estrutura econômica nacional das amarras do sistema capitalista no plano internacional.

Em síntese, é subsidiariamente que se nota a influência do conceito de capitalismo monopolista de Baran e Sweezy no pensamento dos autores analisados. A influência principal desses autores no pensamento econômico brasileiro é, de fato, aquela que se refere ao subdesenvolvimento.

5. REFERÊNCIAS

BARAN, Paul A. *The political economy of growth*. New York: Monthly Review Press, 1957.

_____. Crisis of Marxism? *Monthly Review*, Out, 1958.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1974.

_____. *Sobre a História do Capitalismo Monopolista*. In: MAGDOFF, Henry (Org.). *Teoria e História do Capitalismo Monopolista*. Porto: Firmeza, 1974.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro. Contraponto, 5ºed., 2004

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

El Neo Marxismo. Acesso em 14 de Out 2011, disponível em http://neo-marxismo.blogspot.com/2009/12/el-neo-marxismo.html

FRANK, A.G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: Historical studies of Chile and Brazil.* New York: Monthly Review Press, 1969

_____. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Texas: Editorial de Ciencias Sociales, 1970

FRANK, A.G.; COCKCROFT, J.D.; JOHNSON, D.L. *Dependence and underdevelopment: Latin America's political economy.* NewYork: Anchor Books, 1972.

GALBRAITH, J. Kenneth. *Capitalismo americano. O conceito do poder compensatório.* Tradução Clara A. Colotto. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2008.

GUERRERO, D. "Reflexiones sobre la vida y la obra de Paul Sweezy (I): Las contribuciones de Paul Sweezy a la economía", In: *Oikos, Revista de la Escuela de Administración y Economía de la Universidad Católica Raúl Silva Henríquez*, Chile, nº17, pp. 149-186, 2004

HARRIS, Laurence. Capitalismo Monopolista. In: Bottomore, Tom. *Diccionario del pensamiento marxista*. Madri: Tecnos, 1984

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991).* São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, *O imperialismo: fase superior do capitalismo.* 4° Ed. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 2ºed. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

MARINI, Ruy M. *Subdesarrolo y revolución.* 3ºed. México: Siglo Veintiuno, 1971.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. L. I: O processo de produção do Capital. t. II. São Paulo: Nova Cultural, 1985; 2006.

NETO, Antônio; OLIVEIRA, Tiago. Paul Sweezy: grande cientista social, pioneiro da economia política da comunicação. In: *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. São Cristovão, v. 6, n. 2, p. 82-83, mayo/ago. 2004. Disponível em: <http://www.eptic.com.br/arquivos/Revistas/Vol.VI,n.2,2004/AAntonio-Tiago.pdf>

SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y depencia.* Avena, México: Ediciones Era, 1978.
SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. *An outline of the history of economic thought*. 2ªed. Trad. ingl., New York: Oxford University Press, 2005
SWEEZY, Paul. *Sobre a Teoria do Capitalismo Monopolista*. In: MAGDOFF, Henry (Org.). *Teoria e História do Capitalismo Monopolista*. Porto: Firmeza, 1974.
_____. Capitalismo Monopolista. New York: Vol. 56, nº 5, *Monthly Review Press*, 2004.
TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José (1970). **Além da Estagnação**. In: TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaios sobre Economia Brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983 [1972].

A economia clássica entre o *laissez-faire* e o socialismo

Rogério Arthmar[*]
Carlos Leonardo Kulnig Cinelli[ζ]

RESUMO: O artigo examina as posições dos principais autores clássicos a respeito dos méritos e das limitações da concorrência e do socialismo. Na primeira seção, realiza-se breve resgate do percurso das idéias ligadas ao socialismo até a primeira metade do século dezenove na Inglaterra, com destaque para as teses de Owen. A seguir, as observações de Smith, Bentham, James Mill e Ricardo sobre a igualdade de rendas, a condição dos trabalhadores e a propriedade privada são apresentadas. Na terceira seção, recupera-se a formação intelectual e a posição do jovem Stuart Mill sobre o sistema cooperativo em seus debates com Thompson na sociedade owenita de Londres. A quarta seção cobre outras influências sobre o pensamento social de Stuart Mill em sua fase adulta, bem como suas reflexões mais moderadas no tocante aos pontos de conflito e de convergência entre o socialismo e a liberdade individual. Após este percurso, são elaboradas certas considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE: economia clássica, concorrência, socialismo, liberdade

ABSTRACT: This paper goes through the main classical authors' positions on the virtues and the limitations of both competition and socialism. The first section retrieves the evolution of socialistic ideas in England until the first half of the nineteenth century, highlighting Owen's thesis. After that, Smith, Bentham, James Mill and Ricardo's comments on the equality of incomes, the worker's condition and private property are presented. The third section rescues some elements in Stuart Mill's early intellectual formation along with his debate with Thompson over the cooperative system in the London based owenite society. The fourth section covers others influences on Stuart Mill's social thought, as well as his more moderate reflections on the possible points of conflict or convergence between socialism and individual liberty. Then, some final remarks are made.

KEY WORDS: classical economics, competition, socialism, liberty

Classificação JEL: B10; B12; B15.

Introdução

Em sua conhecida obra sobre as teorias clássicas da produção e da distribuição na primeira metade do século dezenove, Cannan (1953, cap. IX) declara que, apesar das deficiências analíticas de tais concepções, elas teriam se mostrado deveras funcionais aos objetivos práticos de seus formuladores. Mas se a abordagem dos problemas econômicos por parte de Smith, Ricardo e Stuart Mill mostrou-se bem sucedida em fortalecer a concorrência nos mercados, em suprimir as *Poor Laws* (1834) e em eliminar, adiante, as *Corn Laws* (1846), elas teriam revelado, segundo este estudioso, toda a sua debilidade no debate posterior com os autores socialistas, particularmente por conta da teoria dos lucros como apropriação do trabalho dos assalariados, bem como da renda fundiária como uma espécie de ganho parasitário da sociedade no seu conjunto. Para enfrentar tal discussão, conclui Cannan, qualquer autor clássico teria se visto mal

[*] Professor Associado do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da Universidade Federal do Espirito Santo. Endereço: Prédio Luis Flores Alves, CCJE, UFES, Avenida Fernando Ferrari 514, Bairro Goiabeiras, Vitória, 29075-910. E-mail: arthmar@npd.ufes.br.

[ζ] Mestrando em Economia pela Universidade de Brasília. Endereço: Departamento de Economia (ECO) - ICC / Entrada Norte, Campus Darcy Ribeiro - Asa Norte - Brasilia, DF, 70362-010. Email: carloslkcinelli@gmail.com.

equipado, restando-lhe unicamente "manter silêncio ou recorrer ao expediente de se pronunciar não como economista, mas como 'filósofo social" (1953, p. 311).

O presente artigo pretende evidenciar que a avaliação de Cannan carece de fundamento, porquanto uma revisão atenta das principais obras dos maiores representantes do pensamento clássico como Adam Smith, Jeremy Bentham, James Mill e David Ricardo, mostra quadro inteiramente diverso. Estes pensadores, com efeito, chegaram a se manifestar de forma incisiva e coerente sobre temas como a igualdade dos rendimentos, a pobreza, os efeitos da mecanização sobre o emprego e o fim da propriedade privada. Além disso, a contribuição de Stuart Mill, que sofreu forte influência dos nomes indicados, merece tratamento em separado por ser aquela que mais se aprofundou na discussão do assunto, tanto na etapa juvenil do pregador utilitarista quanto na fase adulta do filósofo reformista.

Para isso, a seção inicial retoma brevemente o percurso das teses socialistas na Inglaterra até a época áurea da escola clássica, seguida por uma compilação das posições dos economistas mencionados a respeito dos méritos relativos do arranjo capitalista de seu tempo *vis-à-vis* as propostas de criação de uma nova ordem social. Na terceira seção, recupera-se o debate entre o jovem Stuart Mill e os seguidores de Owen a respeito das virtudes relativas dos sistemas concorrencial e cooperativo, enquanto a quarta e última seção contempla as mudanças na posição do primeiro, em seu período de maturidade, a respeito das possibilidades de convivência entre o socialismo e a liberdade. As considerações finais retomam o ponto central do trabalho, qual seja, o de que os pensadores clássicos, embora reconhecessem os males da sociedade industrial, julgavam a resolução de tais problemas melhor encaminhada pela expansão natural dos capitais num regime de concorrência e de liberdade.

I. Aspectos do socialismo britânico no período clássico

Para se obter uma noção mais precisa do estado do pensamento socialista na Inglaterra ao longo das primeiras décadas do século dezenove, é interessante remontar rapidamente a um período anterior. O humanismo religioso dominante no país durante a idade medieval dividia-se, de um lado, entre os franciscanos, para os quais o voto de pobreza e o uso comum das coisas terrenas representariam o verdadeiro ideal cristão e, de outro, os dominicanos, que entendiam a perda do estado natural de vida comunitária consequência irremediável da corrupção do homem pelo pecado original, origem dos governos civis e de toda a propriedade. A influência crescente do racionalismo, contudo, viria a gerar propostas de mundos ideais como a *Utopia* de Thomes More ou a *New Atlantis* de Francis Bacon, concebidos com a finalidade de corrigir, por meio da razão, os efeitos perversos da queda do homem. O recuo progressivo da religião que ocorre conjuntamente abre espaço aos estudos de filosofia moral e de jurisprudência e, por essa via, às

interpretações conferindo a origem dos governos civis e da propriedade aos contratos sociais, a fim de superar o estado de luta de todos contra todos, como em Hobbes, ou para a preservação dos direitos e a imposição da justiça, como proposto por Locke. Este último autor, no livro *Second treatise on government* (1690), qualifica o trabalho a fonte de toda a propriedade, argumentando que se o mundo natural somente pode tomar feição útil por obra da ação humana, então o que se faz deveria estar associado com quem fez, tese que servirá de preceito basilar aos socialistas futuros.[1]

Um dos utopistas do século dezoito, o filósofo anarquista William Godwin, no livro *Enquiry concerning political justice* (1793), imaginava um porvir de absoluta felicidade para o ser humano, quando o indivíduo estivesse guiado unicamente pelo pensamento racional e liberto da opressão dos governos, da propriedade e das carências materiais. A sociedade regida pela apropriação particular das riquezas, que Godwin pretendia suprimir, seria a fonte da desigualdade de rendimentos, a qual alimentava a vaidade entre os ricos e corrompia a moral entre os pobres. Uma vez erradicados o governo, as leis e toda autoridade, os homens passariam a viver uma vida frugal entre pares, governados pelo progresso ininterrupto da razão. Essa visão otimista de um estágio final de perfeição da humanidade, porém, viria a descontentar sobremaneira o reverendo Thomas Malthus, que publicaria logo depois o seu *Essay on the principle of population* (1798), indicando que o ritmo exponencial de crescimento da população superaria a taxa de expansão linear dos alimentos, resultando daí condição perpétua de miséria e de sofrimento para a humanidade, tese que obteria profunda repercussão no pensamento clássico do século dezenove (Beer, 1923, p. 113-120; Nisbet, 1980, p. 212-220).

Após as Guerras Napoleônicas, a figura de maior projeção no movimento socialista britânico seria Robert Owen (1771-1858), crítico incansável do capitalismo e dos economistas clássicos. No interesse pessoal, personificado na busca do lucro e no uso intensivo da maquinaria, identificava Owen a causa última de todos os males sociais, de modo que a produção manufatureira, louvada por tantos, haveria resultado, de fato, em verdadeira tragédia para a sociedade. "Deste princípio do interesse individual originaram-se todas as divisões da humanidade, os erros sem fim e os conflitos de classe, de seitas, de partidos e de antipatias nacionais, criando a raiva e as paixões malevolentes, bem como todos os crimes e misérias com

[1] Locke articula os fundamentos da relação entre o homem e a propriedade nos seguintes termos: "O esforço de seu corpo e o manuseio de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente seus. Seja então o que for que ele remova do estado que a natureza lhe ofereceu e lhe deixou, ele misturou com seu trabalho e a isso adicionou algo de seu e, portanto, fez disso sua propriedade. Tendo a coisa sido extraída do estado comum que a natureza a colocou, ela possui, por intermédio do trabalho nela aplicado, algo que a exclui do direito comum dos outros" (Locke, [1690] 1764, p. 216-217).

os quais a espécie humana tem sido afligida até o presente" (Owen, [1821] 1949, p. 233). Os trabalhadores, a fim de superarem essa situação, deveriam se organizar em pequenas comunidades, estruturadas na forma de paralelogramos, onde cada pessoa viveria em acomodações confortáveis e exerceria uma diversidade de ocupações em oficinas coletivas ou no campo a fim de exercitar a plenitude de suas faculdades mentais.[2]

No panfleto *Observations on the effects of the manufacturing system* (1817), por exemplo, Owen ressalta as consequências perversas da expansão das instalações industriais de seu tempo em razão das modificações para pior no caráter dos indivíduos daí advindas. O apego ao luxo e ao ganho pecuniário prevaleceria entre os estratos superiores da sociedade, enquanto as ordens baixas do povo tinham seus hábitos deteriorados pelo acirramento da concorrência entre os produtores. O objetivo supremo de comprar barato e de vender caro, próprio ao mundo do comércio e das manufaturas, destruíra o lado bom do ser humano que ainda subsistia no período anterior à ordem industrial. Nesta nova sociedade, as crianças constituir-se-iam as maiores vítimas, lançadas ao trabalho fabril extenuante e insalubre, onde acabariam sendo tragadas pelo alcoolismo e pela prática de atos imorais. Além disso, a rotatividade no emprego gerava, num extremo, patrões insensíveis e, no outro, empregados brutos e raivosos, fomentando com isso o perigo de revoltas populares. Assim ocorreria de fato se os políticos não tentassem conter tais efeitos calamitosos por meio de legislação fabril direcionada aos seguintes aspectos: (i) limitação da jornada de trabalho para 12 horas, (ii) estabelecimento da idade mínima de dez anos e jornada de seis horas para o trabalho infantil; (iii) proibição do emprego de crianças iletradas.

Adiante, Owen viria a elaborar mais detidamente os determinantes últimos das agruras dos trabalhadores no capitalismo. Em verdade, o ambiente intelectual na década de 1820 na Inglaterra testemunharia intenso debate econômico no tocante à possibilidade de superprodução geral (*general glut*) de mercadorias. A tese era defendida por escritores como Malthus, William Blake e Thomas Chalmers, para quem as crises comerciais decorreriam de poupança excessiva que, ao ser convertida em novo capital, geraria oferta crescente cotejada com uma demanda de consumo em declínio (Sowell, 1963; Bleaney, 1976, p. 22-56). Owen, em carta aberta aos agricultores e operários industriais da Inglaterra, publicada no jornal *Sphynx*, em 1827, atribuía o desemprego e a penúria da época à competição das "operações artificiais", ou seja, à introdução ininterrupta da maquinaria na indústria que, de um lado, barateava o salário da mão-de-obra e, de outro, multiplicava exponencialmente a disponibilidade de mercadorias. Com isso, criava-se a miséria em meio à superabundância de bens materiais, asfixiando o mercado doméstico e forçando o país

[2] Como detalhado por Owen em seu *Report to the County of Lanarck* (1921): "Apartamentos confortáveis com vista para os jardins e o campo e salas de tamanho adequado, frontais ao gramado interior, proporcionarão toda a comodidade, a exemplo dos demais espaços públicos, que seja útil e desejada pelos cultivadores associados" (Owen, [1821] 1949, p. 236-237).

a buscar escoadouros externos para a oferta excedente. A preocupação malthusiana com a população, portanto, revelar-se-ia infundada, pois o incrível crescimento da riqueza na era moderna, graças ao aperfeiçoamento contínuo das técnicas e dos equipamentos industriais, fazia com que cada homem viesse ao mundo com capacidade produtiva muito superior ao seu consumo. Eis, numa breve passagem, como Owen descreve a situação:

> A maquinaria, após ter sido introduzida em certa medida, entra em competição direta com o trabalho; e ao passo que a maquinaria é utilizada nos vários departamentos de produção, o valor do trabalho deve diminuir; aí, portanto, encontra-se a razão das dificuldades vividas por vocês nestes últimos anos. As diferentes causas que tem sido apontadas para seus infortúnios nada mais eram do que a forma imediata pela qual a superabundância produzia os seus efeitos prejudiciais (Owen, 1927, p. 2).

Neste período, a publicação dos *Principles of political economy and taxation (*1817), por David Ricardo, viria a conferir prioridade ao tema da distribuição dos rendimentos e a reforçar a tese smithiana creditando ao trabalho a origem de todo o valor e, por consequência, também dos lucros e da renda fundiária. Estas categorias de ganhos compreenderiam apropriações sobre parte do produto que, num estado anterior à propriedade e ao capital, pertenceria originalmente aos trabalhadores. Embora escrevesse visando comprovar os óbices à acumulação decorrentes da legislação restritiva à importação de cereais, Ricardo, ao indicar a existência de oposição entre salários e lucros, terminaria por fornecer poderosa munição aos autores insatisfeitos com a ordem capitalista. No capítulo inicial dos *Principles*, onde analisa os fundamentos do valor, assim como em diversas instâncias do livro, refere-se ele a tal situação: "Não pode haver aumento no valor do trabalho sem uma queda nos lucros [...] Se, portanto, roupas ou tecidos devam ser divididos entre o trabalhador e seu patrão, quanto maior a proporção dada ao primeiro, menos restará para o segundo" (WCDR, [1817] 2004, p. 35).

As idéias de Ricardo relativamente à distribuição não demorariam a ser encampadas por autores como William Thompson (1783-1833) e Thomas Hodgskin (1787-1869), dentre outros, denominados "socialistas ricardianos". O primeiro, proprietário rural irlandês de existência reclusa, vivera algum tempo como hóspede de Jeremy Bentham, cujo cálculo hedônico inspirou-o a desenvolver a tese de que a igualdade dos rendimentos asseguraria a felicidade máxima dos indivíduos. Thompson, ademais, acreditava que a segurança no uso integral do produto do trabalho conferiria o maior dos estímulos à produção. As sociedades, para ele, poderiam ser divididas então entre as pertencentes ao "sistema de insegurança", como o prevalecente em sua época, no qual os trabalhadores seriam privados, por meio da força e da fraude, do acesso à riqueza por eles produzida. Já no caso do "sistema de segurança", cada qual disporia da totalidade do seu produto de acordo com as leis naturais, atuando de forma isolada e concorrencial. Mas, mesmo assim, a produção estaria sujeita aos desvios decorrentes do interesse próprio e da propriedade individual, sem garantias aos desafortunados, aos órfãos e aos inválidos. De acordo

com Thompson, o único arranjo social capaz de superar os males oriundos do domínio do capital e da propriedade privada seria aquele idealizado por Owen, e que o primeiro classificou como "sistema de igualdade", no qual os trabalhadores viveriam em pequenos agrupamentos e abririam mão voluntariamente de seu produto integral em benefício da coletividade. Hodgskin, por sua vez, oficial da marinha e, após, jornalista, acreditava num sistema de leis naturais e na semelhança entre os homens, condenando o lucro por se tratar de rendimento obtido unicamente por meio da apropriação indevida de riqueza alheia. Bastaria aos homens superarem a desigualdade artificial dos rendimentos nascida da propriedade privada para que a lei natural da repartição se impusesse por meio da concorrência entre trabalhadores livres e senhores de sua produção (Lowenthal, 1911, p. 15-46, 61-83; Beer, 1923, p. 218-228, 259-270).

Pode-se afirmar ainda que, durante a transição da Inglaterra de seu estado agrário para a nova ordem industrial, particularmente após as Guerras Napoleônicas (1803-1815), as idéias de cunho socialista começam a assumir novos contornos. Prevalece agora a visão da posse comum das coisas como condição natural do homem, de constituir-se o trabalho no único título legítimo de propriedade e de ser a Natureza regida por leis racionais. Daí concluía-se que a propriedade privada resultaria antinatural, devendo ser eliminada; que todas as deduções do produto do trabalho na forma de lucros, renda ou juros representariam usurpação do trabalho alheio e, que, por conseguinte, as transformações da sociedade deveriam conduzir a um retorno à vida comunal condizente com as leis naturais.[3] O movimento, em sua vertente prática, torna-se essencialmente urbano, assumindo a forma de associações de assalariados em defesa dos direitos do trabalho e do sufrágio universal (Beer, 1923, p. 19-99).

II. Os economistas clássicos e o socialismo

Breve incursão nos comentários dos pensadores clássicos sobre as ideias socialistas, apesar das diferenças inevitáveis no tratamento da questão por cada um deles, será oportuna para delimitar a posição geral prevalecente entre os mesmos no que tange a tópicos como a propriedade, o controle social da produção, a natureza dos lucros e a igualdade na repartição da renda. Vejamos, inicialmente, como Adam Smith se posicionava em relação a alguns destes temas. De acordo com o escocês, a condição de penúria dos trabalhadores decorreria da insuficiência de fundos para o

[3] Em que pesem as propostas bem intencionadas de transformação da sociedade, os socialistas britânicos do início do século dezenove seriam vistos como sonhadores não só pelos economistas clássicos, mas também por seus pósteros. Engels, adiante, classificaria como utópicos os planos dos reformadores sociais anteriores ao advento do materialismo histórico de Marx por descreverem o futuro mundo socialista apenas como uma projeção de suas próprias mentes. Para Sidney Webb, líder do movimento Fabiano na Inglaterra, a falha maior de tais projetos de regeneração social residiria na omissão em reconhecer que o caminho para a nova sociedade passaria pelo aprofundamento do regime democrático (Engels,[1880] 1947, cap. I; Webb, [1889] 1961, p. 46-83).

emprego da mão-de-obra disponível. A melhoria na condição econômica das classes inferiores estaria condicionada à ampliação da poupança em volume tal que a demanda por mão-de-obra viesse a crescer mais rapidamente do que a população. Disso resultaria uma combinação de lucros elevados, rápido avanço do capital e de aumentos nos salários reais, conformando as fases de prosperidade, situação mais propícia aos trabalhadores em geral. "Não é a grandeza efetiva da riqueza nacional, mas seu incremento contínuo, que ocasiona a alta nos salários do trabalho. Não é, portanto, nos países mais ricos, mas nos mais progressistas, ou naqueles que enriquecem mais rapidamente, que os salários são mais elevados" (Smith, 1976, I, p. 87). No longo prazo, contudo, a concorrência entre os capitais e a multiplicação dos trabalhadores ensejada pela melhoria em seus rendimentos redundariam em queda na taxa de lucro e nos salários reais, fase na qual a economia ingressaria em seu estado estacionário.

Quanto aos lucros, é sabido que Smith entendia ser tarefa de extrema complexidade não só avaliar o retorno obtido pelos capitais em seus mais diferentes empregos, mas também os ganhos efetivos gerados por um mesmo negócio no curso do tempo. Os lucros, no seu conjunto, sofreriam alteração em virtude do estado geral de declínio ou de progresso da riqueza, da mesma forma que os salários. Além disso, a rentabilidade das diversas aplicações do capital poderia variar em função do risco e da incerteza inerente a cada tipo de empreendimento. A ação mais intensa de tais fatores em certas atividades exigiria um ganho extraordinário acima da taxa normal, espécie de prêmio de seguro capaz de compensar as perdas regulares inerentes à operação. Fora dessas condições, lucros elevados assumiriam caráter eventual, tendendo a desaparecer após algum tempo por força da concorrência entre os homens de negócios. "Quando os capitais de comerciantes ricos são aplicados num mesmo ramo, a competição mútua entre eles tende naturalmente a reduzir os lucros aí auferidos; e quando ocorre aumento semelhante do capital em todas as diferentes atividades do país, a mesma competição produz resultado idêntico em todas elas" (Smith, [1776] 1976, I, p. 106).

De tais considerações nasceriam os obstáculos à imposição de tributos sobre os lucros do capital, pois em vista das flutuações contínuas das fortunas, o acompanhamento minucioso das condições financeiras dos indivíduos demandaria investigação sistemática da vida alheia, julgada por Smith insuportável em um país livre. Caso a tributação se revelasse demasiada perante a cobrança realizada por outras nações, os capitais evadir-se-iam do país, comprometendo o fundamento último da produção da riqueza. "O capital cultiva a terra; o capital emprega a mão-de-obra. Um imposto que tendesse a afastar o capital de um país em particular, tenderia na mesma medida a secar todas as fontes de receita, tanto do soberano quando da sociedade" (Smith, [1776] 1976, II, p. 849).

É de se mencionar aqui, a esse propósito, a crítica de Smith às idéias mercantilistas, quando ele procura comprovar a inutilidade das regulamentações comerciais, incapazes, segundo ele, de aumentar a quantidade de trabalho realizado pela sociedade além daquele montante que o capital existente teria condições de mobilizar. E caberia unicamente ao cidadão definir o melhor uso de seus recursos, pois apenas ele possuiria condições de descortinar as oportunidades mais vantajosas de aplicação de seu capital. Ou, como adverte Smith sobre a ineficácia das tentativas de controle da atividade econômica:

> O estadista que tentasse direcionar os particulares na melhor maneira de empregar seus capitais não somente se sobrecarregaria com uma preocupação totalmente desnecessária, como assumiria uma autoridade que não pode ser confiada com segurança nem a uma única pessoa, nem tampouco a qualquer conselho ou assembléia, e que em lugar algum seria tão perigosa como nas mãos de um indivíduo com insensatez e presunção suficientes para iludir-se estar apto a tanto (Smith, 1976, I, p. 456).

A posição de Jeremy Bentham a respeito das propostas socialistas, por ele denominadas *The Levelling System*, pode ser encontrada em seus *Principles of the Civil Code* (1802).[4] No livro, a propriedade está definida como a expectativa de se obter certas vantagens da posse de algo em virtude da relação mantida entre o indivíduo e objeto em seu poder. Mas essa expectativa, explica o autor, somente estaria assegurada pela ação da lei, única garantia contra a usurpação da coisa geradora de benefícios. Onde não existisse a lei, tampouco haveria propriedade. Os desvalidos, de sua parte, nada teriam a objetar, porquanto a pobreza seria a condição humana primitiva, marcada pelo embate permanente do homem com a Natureza. No mundo civilizado, se o trabalho do pobre é mais uniforme que o do selvagem, o pagamento, contudo, é mais regular. A rápida multiplicação da espécie no arranjo produtivo moderno, prossegue Bentham, comprovaria a superioridade do sistema social assentado na propriedade, o qual viabilizara uma acumulação de riqueza capaz de sustentar os pobres, além de lhes permitir o usufruto das vantagens decorrentes da civilização, especialmente a esperança de dias melhores. As investidas contra a propriedade contempladas por Bentham, como aquelas realizadas por governos tirânicos, por má legislação ou pelas disputas religiosas, seriam de todo nefastas por destruírem a união entre poder e vontade, móvel último da indústria humana. Eventuais danos à propriedade poderiam ser contornados com o tempo, mas caso assumissem caráter sistemático, resultaria a fuga dos empreendedores e o langor da população, convertendo em desertos os reinos da riqueza.

---

[4] Bentham chegou a ter participação no empreendimento têxtil modelo de *New Lanark*, adquirido por Owen em 1799, iniciativa que lhe rendeu ganhos financeiros. A opinião que mantinha a respeito do reformador gaulês, contudo, não parecia cordial. Em suas memórias, consta a seguinte nota: "Robert Owen começa no vapor e termina na fumaça. É um grande falastrão (*bragadoccio*). Sua mente é um emaranhado confuso, e ele evita entrar em detalhes. É sempre o mesmo, e repete sempre as mesmas coisas. Construiu algumas casas pequenas, e as pessoas sem habitação lá foram morar – e ele chamou isso sucesso" (WJB, 1962, X, p. 570-571).

Quando a segurança da propriedade e a busca pela igualdade entrassem em conflito, explica Bentham, a primeira deveria ser priorizada. Pois a supressão dos diferenciais de rendimentos, por meio de ataques ao direito de propriedade, engendraria novas desigualdades que, por sua vez, demandariam correção ulterior, e assim por diante, de sorte que toda a segurança e, com ela, todo esforço, pereceriam. O nivelamento forçado dos patrimônios redundaria apenas no aniquilamento da abundância e no retorno da sociedade ao estado de selvageria original. A manutenção da igualdade requereria um exército de fiscais imunes à corrupção e ao favoritismo, cuja vigilância permanente deveria, de um lado, agraciar os que, por desleixo, dissiparam a sua parte e, de outro, punir aqueles que, pelo esforço, lograram aumentar o seu quinhão. "Em tal estado de coisas", anota Bentham, "a prodigalidade resultaria sábia e ninguém, além de um insano, seria industrioso" (WJB, 1962, I, p. 312). Cada qual, no regime de igualdade, julgaria suas responsabilidades mais pesadas do que as do vizinho e buscaria descarregar em ombros de outrem o fardo de suas tarefas. As disputas proliferariam e, com elas, as leis, que precisariam se tornar cada vez mais duras, desembocando tudo num regime de escravidão como o experimentado pelos hilotas em Esparta ou pelos indígenas nas missões do Paraguai.

Num sistema de concorrência, todavia, a divisão da propriedade por meio da partilha das heranças, bem como pela pressão competitiva, garantiria, com o tempo, a repartição natural das fortunas. A riqueza, na ótica de Bentham, estimularia a prodigalidade e o desperdício, enquanto a pobreza fomentaria a parcimônia e o empenho, de modo que a ação simultânea de tais forças operaria de forma mais eficiente, ao longo do tempo, para compatibilizar os princípios aparentemente antagônicos da propriedade e da igualdade. Bentham comenta ainda a posse comunitária de bens, considerada por ele fonte de permanente discórdia entre as partes interessadas haja vista a impossibilidade de distribuição equitativa dos custos de preservação da propriedade quando as vantagens daí decorrentes fossem usufruídas por todos. Nos termos por ele formulados: "Esta propriedade comum sempre perde grande parte de seu valor para todos os co-proprietários, sujeita, de uma parte, a dilapidações de todo tipo, por não se encontrar sob a proteção do interesse individual, enquanto, de outra, não recebe quaisquer melhorias" (WJB, 1838, I, p. 341).

James Mill, por sua vez, como era próprio ao seu temperamento ríspido, demonstrava escassa paciência com qualquer insinuação de teor socialista. Em 25 de outubro de 1831, escreve ao amigo Francis Place informando-lhe encontrar-se preocupado com representantes dos trabalhadores próximos a John Black, editor do *The Morning Chronicle*[5], os quais estariam a

[5] O jornal foi, durante certo tempo, um dos canais de divulgação da doutrina utilitarista. A insatisfação de James Mill é explicada por Stuart Mill: "Black era visitante frequente de meu pai, e Mr. Grote costumava dizer que sempre sabia, pelo editorial da segunda-feira, se Black estivera com meu pai no domingo. Black foi um dos mais importantes

instruir este último em temas ligados ao comunismo: "As noções partilhadas por eles a respeito da propriedade são horríveis. Eles não apenas desejam que ela nada tenha a ver com a representação parlamentar, o que é correto, embora não no tempo presente, como eles deveriam ver, mas parecem pensar também que ela não deva sequer existir, e que a mesma é um perigo para eles" (*apud* Wallas, 1918, p. 274n). No ano seguinte, em carta a Lord Brougham, datada de 3 de setembro de 1832, James Mill lamenta a reprodução, novamente pelo *The Morning Chronicle*, de discurso de Thomas Attwood, proferido num sindicato de Birmingham, culpando o governo pela miséria dos trabalhadores. Mill entende que tais mensagens encontrariam inspiração nas teses dos socialistas ricardianos e que os periódicos, de resto, deveriam se abster por inteiro de divulgar idéias do gênero: "O absurdo ao qual Vossa Excelência alude no tocante aos direitos do trabalhador à totalidade do produto do país, salários, lucros e renda, tudo incluído, é o absurdo insano de nosso amigo Hodgkin [*sic*], publicado como um sistema e por ele propagado com uma espécie de fanatismo". A isso, James Mill acrescenta: "Tais opiniões, caso aceitas, representariam a subversão da sociedade civilizada, com efeitos piores do que a devastação geral causada pelos Hunos e Tártaros" (Bain, 1882, p. 364).[6]

Ricardo, de sua parte, discutiu apenas ocasionalmente as teses socialistas. A propriedade era considerada por ele sagrada, particularmente quando decorrente de poupança acumulada (WCDR, [1817] 2004, p. 204). Em junho de 1820, o deputado Maxwell solicitou a constituição de um comitê para analisar maneiras de aliviar a penúria dos trabalhadores têxteis, particularmente por meio de um imposto sobre a máquina de tear e pela aquisição de terras com dinheiro público para cedê-las aos desempregados. Ricardo, contrário à petição, argumentou ser favorável à ação do poder público em favor da indústria, mas unicamente via a liberalização do comércio e não mediante intervenção nas relações de classe, como ocorrera com o que considerava ele as desastradas *Poor Laws.* Além disso, as propostas do deputado violariam o sagrado direito de propriedade, base indispensável da segurança da sociedade (WCDR, 2004, V, p. 68-69).

No ano anterior, em 1819, o Duque de Kent, simpatizante de Owen, constituíra um Comitê de Sua Majestade, do qual Ricardo também faria parte, a fim de examinar os planos do reformador voltados à melhoria da condição dos pobres do país. Pouco antes, Owen redigira um relatório ao comitê parlamentar das *Poor Laws* onde acusara o conflito incessante entre o interesse privado e

---

veículos por meio dos quais as conversas e as influências pessoais de meu pai faziam as suas opiniões conhecidas pelo mundo" (CWJSM, [1853] 1981, I, p. 90).

[6] No artigo *Aristocracy*, publicado na *London Review* em 1836, James Mill declara que os Reformistas Radicais, dos quais se considerava mentor, não eram contrários às desigualdades nas fortunas, desde que nascidas naturalmente do processo de acumulação, opondo-se, contudo, ao patrimônio obtido por meio de heranças e que reverteria em poder político, como no caso da Câmara dos Lordes, onde os integrantes atuariam em benefício próprio em vez de legislarem visando o bem público (Bain, 1882, p. 309-403).

o bem-estar coletivo, materializado na mecanização intensiva da economia, como causa maior do desemprego e da miséria dos trabalhadores. Ricardo, discursando no Parlamento em de 16 de dezembro de 1819, declarou-se em guerra contra os esquemas visionários de Owen, explicando que a situação de dificuldade do país não seria resultante do uso da maquinaria, mas, sim, dos obstáculos ao comércio que reduziam a rentabilidade dos empreendimentos na Inglaterra, estimulando as exportações de capitais. Quando, em 26 de junho do mesmo ano, foi instituída a comissão para examinar as propostas de Owen, Ricardo congratulou o filantropo por seu espírito benevolente, ressaltando, porém, não acreditar numa melhoria na condição das classes trabalhadoras por obra exclusiva dos paralelogramos (WCDR, 2004, V, p. 30-35, 467-468).

De maneira geral, então, pode-se dizer que os economistas clássicos opunham-se às idéias socialistas por dois motivos principais. O primeiro, pelo fato de os reformadores sociais investirem contra preceitos caros ao corpo doutrinário da escola clássica e que compunham o núcleo daquilo que Robbins (1961, p. 11-19) indicou como o "sistema de liberdade econômica", no qual Smith, Bentham, James Mill e Ricardo depositavam inteira confiança, a saber, as noções de interesse próprio, de livre concorrência e de propriedade. A economia, de acordo com tais autores, somente poderia percorrer o caminho do desenvolvimento por obra da concorrência desimpedida entre produtores e consumidores que, movidos pelo interesse próprio num ambiente institucional de respeito à propriedade, assegurariam a maior provisão possível de bens a um custo mínimo. Como expresso por Grampp (1965, II, p. 39): "Os clássicos clamavam por liberdade econômica no mundo e, ao fazê-lo, sustentavam eles expressamente ou por implicação que todo o homem deveria ter o direito de buscar o seu bem-estar material à sua própria maneira".

Particularmente para Bentham e James Mill, o utilitarismo significava a erradicação dos "interesses sinistros" dos governantes, da aristocracia agrária e da Igreja por meio de uma legislação racional recompensadora da virtude e punitiva dos atos anti-sociais. Já a doutrina dos pregadores radicais, braço político do movimento utilitarista, traduzia-se no objetivo maior de subordinar os propósitos dos governantes aos de seus governados por meio de mandatos políticos temporários e da ampliação do eleitorado, enquanto a educação universal garantiria à comunidade, com o tempo, a compreensão de seus verdadeiros interesses (Stimson, Milgate, 1993; Crimmins, 1994). As melhorias daí decorrentes, contudo, jamais chegariam a conduzir a sociedade a um estado de felicidade plena, propósito final dos pensadores socialistas, como Bentham deixa claro na seguinte passagem em que analisa a possibilidade de existência de leis perenes:

> A felicidade perfeita pertence às regiões imaginárias da filosofia, e deve ser associada com o elixir universal e a pedra filosofal. [...] Nunca conseguiremos fazer deste mundo a morada da felicidade

> perfeita; quando alcançarmos tudo que pode ser feito, esse paraíso, de acordo com a ideia asiática, resultará ainda apenas num jardim; mas este jardim será a mais aprazível das moradas, comparada com a floresta selvagem na qual o homem vagou por tanto tempo (WJB, [1802] 1838, I, p. 194).[7]

O segundo motivo da oposição dos pensadores clássicos ao socialismo jazia na circunstância de que os problemas a serem resolvidos pela supressão da ordem econômica vigente, ou seja, a pobreza, as crises comerciais e a desigualdade de renda, não parecerem a tais autores frutos da ação do capitalismo. Ao contrário, insistiam eles que os trabalhadores teriam suas privações atenuadas apenas quando o capital estivesse em processo de franco crescimento, mas que esta fase de bonança reverteria em fenômeno temporário devido à tendência malthusiana de reprodução acelerada das famílias assalariadas nos tempos de fartura.[8] Além disso, os problemas de insuficiência de procura resultariam localizados e passageiros por falhas pontuais na previsão da demanda por parte dos produtores. A ação permanente da Lei de Say asseguraria a realocação contínua dos capitais, guiados pelos diferenciais nas taxas de lucro, restabelecendo a igualdade entre oferta e demanda no conjunto dos mercados (Baumol, 1977). O modo mais eficaz de combater a concentração de renda em mãos da aristocracia fundiária consistiria na liberalização das importações, como propunham Ricardo e seus seguidores, sujeitando a produção agrícola doméstica à competição estrangeira. No caso dos lucros extraordinários, os mesmos seriam neutralizados, no curto prazo, pela concorrência entre os capitalistas e, no longo prazo, pela própria acumulação de capital que, no seu limite, faria a economia convergir para um estado estacionário devido à queda inevitável na taxa de lucro (Robbins, 1961, p. 1-33; Schumpeter, 1963, p. 570-588; O'Brien, 1989, p. 285-329).

Passemos a seguir, então, a tratar a forma como tais questões seriam reelaboradas pelo mais sofisticado dos pensadores clássicos, John Stuart Mill, no contexto de uma economia caracterizada por grandes unidades fabris, pela erradicação das *Corn Laws*, pelo avanço dos movimentos dos trabalhadores e pelas influências doutrinárias e políticas continentais.

III. O jovem Mill e o socialismo britânico

[7] James Mill, de sua parte, também se mostrava céptico em relação a uma vida de plenitude material. De acordo com o relato de Stuart Mill, seu pai era um estóico, para quem a justiça, a verdade e a disposição para o trabalho pairavam acima de tudo: "Ele às vezes dizia que se a vida fosse o que deveria ser, por meio de um bom governo e de boa educação, ela valeria a pena; mas ele nunca falou sobre essa possibilidade com o menor entusiasmo. Ele jamais deixou de colocar as satisfações intelectuais acima de todas as outras [...]" (CWJSM, [1853] 1981, I, p. 49-50).

[8] Ricardo, como é sabido, reformulou sua posição original de que o uso de técnicas intensivas em capital não ocasionaria efeitos prejudiciais aos trabalhadores. No capítulo XXXI da terceira edição dos *Principles* (1821), ele admite a possibilidade de uma conversão de capital circulante em capital fixo aumentar o produto líquido, mas reduzir o produto bruto da sociedade e, por conseqüência, os meios de sustento dos trabalhadores. Seja como for, Ricardo permaneceu otimista ao considerar que a introdução de métodos intensivos em capital transcorreria de forma gradual e que os trabalhadores assim deslocados seriam adiante reabsorvidos na produção devido ao aumento na poupança real, ocasionado pelo barateamento das mercadorias, que aceleraria o processo de acumulação (WCDR, 2004, I, p. 390, 396; veja-se, também, Blaug, 1958, p. 64-74; Hollander, 1979, p. 347-375).

Dentre as principais influências no pensamento de Stuart Mill, particularmente aquelas oriundas de sua infância, deve-se mencionar o pai, James Mill, bem como os mais caros amigos de seu genitor, Jeremy Bentham e David Ricardo. Com o pai, o jovem Mill educou-se cedo na leitura dos clássicos da antiguidade, usufruindo ao mesmo tempo do convívio pessoal e da ampla biblioteca de Bentham, à qual tinha livre acesso. Quando o filho alcança treze anos, em 1819, James Mill inicia-o nos caminhos de economia política por meio de lições sobre os *Principles* de David Ricardo, recém publicados. Após, o garoto passa ao estudo de *The wealth of nations* de Adam Smith, discutindo com o pai as teses ali contidas à luz das críticas de Ricardo e realizando diversas anotações que viriam a servir de base, logo depois, para a redação dos *Elements of political economy* (1821) de James Mill. Aos quatorze anos, o jovem filósofo é enviado à França para uma temporada de mais de um ano sob os cuidados do General Samuel Bentham, período no qual trava contato com Jean-Baptiste Say e com o Conde de Saint-Simon. A estadia terá repercussão duradoura na formação do rapaz por lhe abrir as portas para um novo mundo de idéias e de costumes do qual não se afastaria jamais (Packe, 1954, p. 41-46; Mueller, 1968, p. 1-16). Após o seu retorno a Inglaterra, ele teria ainda a oportunidade de acompanhar o pai algumas vezes em visita à residência campestre de David Ricardo, com quem chegou a discutir temas variados de economia política.[9]

Em 1823, Stuart Mill, então com dezessete anos, juntamente com alguns amigos como William Ellis, Eyton Tooke e John Arthur Roebuck, cria a *Utilitarian Society*, cujas reuniões ocorriam regularmente na residência de Bentham para discutir temas filosóficos e políticos. Algum tempo depois, em 1825, Roebuck comparece a um evento da *Cooperative Society*, organização owenita que promovia debates públicos semanais em Londres a respeito das virtudes do socialismo. Stuart Mill e os colegas decidem promover uma confrontação retórica com os adeptos de Owen e agendam, com representantes da instituição, uma série de encontros nos quais se realizariam os embates. Os temas em discussão versaram, inicialmente, sobre a população e, após, sobre os méritos do sistema de Owen.[10] Afortunadamente, sentindo-se inapto para falar de improviso, Stuart Mill redigiu com antecedência seus argumentos, servindo-se de todos os recursos lógicos cultivados durante a sua educação precoce. Tais anotações revelam-se fundamentais por evidenciarem a primeira apreciação do jovem filósofo radical sobre o sistema socialista. Além

[9] Ainda, sobre Ricardo, escreve Stuart Mill em sua autobiografia: "O fato de ser eu prisioneiro habitual dos estudos de meu pai permitiu-me conhecer o mais caro de seus amigos, David Ricardo, que por sua fisionomia benevolente e gentileza de modos, exercia forte magnetismo sobre as pessoas jovens e que, após eu me tornar estudante de economia política, convidou-me para visitar a sua residência e para caminhar com ele a fim de conversarmos sobre o assunto" (CWJSM, [1853] 1981, I, p. 54)

[10] Os encontros duraram três meses, tendo sido, mais tarde, descritos nos seguintes termos por Stuart Mill: "Foi uma luta corpo-a-corpo entre os owenitas e os economistas políticos, a quem os primeiros consideravam seus mais renhidos opositores; mas tratou-se de uma disputa perfeitamente amigável" (CWJSM, [1853] 1981, I, p. 128).

disso, e ainda mais interessante, o confronto envolveu duas intervenções de Stuart Mill contra William Thompson, atuando como defensor das propostas de Owen (CWJSM, [1853] 1981, I, p. 126-128; Packe, 1954, p. 69-70).

Da primeira participação de Stuart Mill, apenas alguns apontamentos sobreviveram, centrados em torno da refutação da tese de ser o espírito competitivo a causa final das dificuldades econômicas da época. Segundo o esquema delineado para a locução, a única classe a enfrentar adversidades seria a dos trabalhadores, posto que a concorrência não possuiria capacidade de reduzir a renda fundiária ou os lucros, cabendo-lhe apenas a tarefa de nivelar a rentabilidade dos empreendimentos. Quanto aos trabalhadores, contudo, a competição recíproca entre eles comprimiria os salários, enquanto aquela promovida pelos capitais em busca de mão-de-obra faria por elevá-los. Se o primeiro tipo de concorrência fosse diminuído, a ação do segundo garantiria o aumento dos salários. Eventual limitação do avanço populacional, portanto, conforme o argumento de Stuart Mill, faria com que os lucros viessem a se situar em nível pouco superior a um salário elevado, enquanto a renda fundiária resultaria mínima, podendo ser apropriada pelo governo para a construção de pontes e estradas, para a educação ou para distribuição entre os próprios trabalhadores. Estes últimos, em tais circunstâncias, lograriam alcançar riqueza compatível com a de seus colegas norte-americanos. Em contraste com isso, Stuart Mill indaga como, então, o sistema de Owen poderia superar o cenário descrito. Nenhuma melhoria duradoura, responde ele, seria alcançada pelas comunidades owenitas sem um controle efetivo da população. Além disso, não resultaria difícil antecipar os problemas decorrentes da ausência de motivação para o trabalho. Um sistema nacional de educação, por sua vez, proporcionaria ganhos idênticos aos propugnados pelo método pedagógico de Owen[11] - centrado na sujeição do bem-estar dos particulares ao da coletividade -, mas sem privar o indivíduo de sua liberdade de ação ou afrontar o poderoso princípio do interesse individual (CWJSM, 1988, XXVI, p. 325-326).

O pronunciamento de Thompson não recebeu registro. O seu teor, contudo, pode ser parcialmente inferido por meio do livro *The principles of the distribution of wealth most conducive to human happiness* (1824), de sua autoria, onde são arrolados diversos aspectos negativos da concorrência. O capítulo pertinente registra, de início, a prevalência de um conflito permanente entre o interesse próprio e a benevolência em todas as esferas da vida humana, pois cada indivíduo, ao lutar por si mesmo, tenderia a considerar os interesses alheios como opostos aos seus. Em acréscimo, a organização isolada das unidades familiares faria com que as mulheres permanecessem

[11] Mill faz referência ao livro publicado pelo filho de Owen no ano anterior, intitulado *An outline of the system of education at New Lanark* (1824), no qual o sistema escolar ideal é descrito como estando composto por unidades com aproximadamente 600 alunos, educados em leitura, escrita, aritmética, história natural, geografia, religião etc. O ensino processar-se-ia sem o recurso a punições ou recompensas, tendo como fundamento a ideia de subordinação do interesse pessoal à felicidade coletiva (R. Dale Owen, 1824, p. 10-36).

subjugadas pelas lides domésticas improdutivas, em vez de realizarem tais atividades de forma coletiva de modo a liberá-las para propósitos mais úteis que lhes granjeassem respeito e igualdade de condições na sociedade. Além disso, a insegurança inerente ao regime competitivo redundaria em perdas constantes aos produtores por conta de seu conhecimento restrito da situação da procura nos diferentes mercados. Não fosse isso o bastante, a economia concorrencial revelara-se incapaz de prover meios de defesa contra a doença, a velhice, as deficiências e outros acidentes próprios à natureza humana. Por fim, como explica Thompson, esse mesmo sistema impediria o progresso educacional das novas gerações em razão do despotismo doméstico patriarcal associado à propriedade particular, bem como pelo bloqueio da difusão do conhecimento inovador, mantido em sigilo por seus descobridores visando a preservação dos lucros privados (Thompson, 1824, p. 368-380).

Já por meio do texto de apoio à réplica de Stuart Mill, sabe-se que Thompson, em sua fala, haveria atribuído às forças da concorrência os seguintes males: (i) a degradação dos trabalhadores e o escravismo; (ii) as dificuldades em coordenar oferta e demanda nos mercados; (iii) as guerras e a dívida do governo; (iv) o fato de todos se tornarem inimigos entre si, e (v) a adoção da maquinaria nas unidades industriais e o consequente aumento no desemprego. Nas comunidades owenitas, porém, conforme indicado pelo paladino socialista, existiria competição e comércio recíproco, mas não rivalidade, pois todos os trabalhadores teriam assegurada a subsistência.

Já o jovem Stuart Mill, em sua contestação, não nega os problemas mencionados por Thompson e se declara solidário na condenação de tais flagelos, embora insista em discordar do diagnóstico formulado por seu contendor. Como explica o impetuoso pregador utilitarista, homens de grande inteligência reconheciam que o sistema competitivo, aliado a um bom governo, a leis justas, a uma educação geral e ao controle populacional, conduziria a sociedade a uma posição invejável do ponto de vista da felicidade geral. O mesmo, contudo, não poderia ser dito do sistema cooperativo, porquanto esse arranjo social não eliminaria os impostos, os dízimos ou a renda da terra, e tampouco tornaria mais fácil a tarefa de obter um bom governo, uma educação de qualidade ou a contenção no contingente dos trabalhadores. Tudo o que o esforço cooperativo poderia fazer compreenderia a redistribuição dos lucros e da renda da terra que, por não ultrapassarem uma décima parte da produção anual do reino, pouco aduziria ao bem-estar dos demais membros da sociedade.[12]

[12] No primeiro esboço de sua palestra, que não chegou a ser utilizado, Stuart Mill planejara uma defesa incisiva do lucro servindo-se da tese pioneira de Locke, como segue: "O primeiro capitalista foi o homem que labutou mais duramente que seus vizinhos – o homem que trabalhou quando os outros descansavam, ou que poupou quando os outros gastavam. Esta foi a origem do capital. O primeiro capital foi produzido por trabalho, mas pelo trabalho do capitalista; e é ao capitalista, e a ele somente, que tal direito pertence" (CWSJM, 1998, XXVI, p. 310).

Ao rebater os argumentos pontuais de Thompson, Stuart Mill sustenta ser inverídica a pretensa incompatibilidade entre competição e benevolência, pois a satisfação pessoal não excluiria a preocupação com o outro, assim como a avareza não guardaria relação com o altruísmo. Já os desajustes entre oferta e demanda seriam intrínsecos ao comércio, de sorte que perdas ocasionais estariam compensadas por ganhos futuros. As guerras e o endividamento público, de sua parte, decorreriam, a rigor, das práticas de maus governos e não da concorrência. No tocante a introdução da maquinaria, a experiência histórica, particularmente no setor têxtil, já teria demonstrado que o efeito inicial de tal iniciativa consistiria numa ligeira redução dos salários, mas que o crescimento da produção daí decorrente faria por multiplicar as oportunidades de emprego. A mecanização somente deveria ser temida quando os trabalhadores, por obra de avanço populacional descontrolado, já estivessem recebendo um salário de subsistência, quando então o mais leve desemprego comprimiria seus rendimentos abaixo do nível de subsistência.

A grande questão, para Stuart Mill, não residiria em saber se a concorrência e a cooperação estariam isentas de males, pois todas as atividades humanas as possuiriam, mas em estabelecer uma comparação entre os prováveis efeitos nocivos dos dois sistemas. Assim, lista ele quatro problemas essenciais da sociedade cooperativa, a saber: (i) a produção ficaria aquém do possível, pois se no sistema vigente em que a subsistência dependia do trabalho individual, muitos preferiam permanecer ociosos, o que sucederia num regime em que todos tivessem o sustento assegurado, independentemente do esforço próprio? Cada um faria o estritamente necessário para permanecer na comunidade pelo motivo de prezar mais o interesse pessoal do que o coletivo. A educação resultaria impotente para reverter esta propensão humana e, ainda que o fizesse, a melhor ordem de coisas seria aquela com maior liberdade de ação para o indivíduo; (ii) os gestores da comunidade, da mesma forma que os seus subordinados, preocupar-se-iam prioritariamente com os seus interesses particulares, resultando daí má administração, pois o que fosse do interesse de todos seria responsabilidade de ninguém; (iii) o sistema de cooperação, devido ao seu princípio inescusável de regulação universal, exigiria um grau de controle dos assuntos comunitários e pessoais contrário à independência e a liberdade individual, e (iv) a construção dos paralelogramos custaria uma soma estimada em 900 milhões de libras, mais do que suficiente para prover a melhor educação possível a todos os britânicos (CWJSM, 1988, XXVI, p. 313-325).

O sistema cooperativo de Owen, prossegue Stuart Mill, apresentar-se-ia viável somente se lograsse oferecer estímulos suficientes ao trabalho, garantias contra os maus administradores, boa educação e controle da população, além da disponibilidade de largos recursos para a construção dos paralelogramos. Tudo isso seria mais fácil, pondera o jovem filósofo, se o dinheiro destinado

a poucos beneficiários das comunidades modelo a serem estabelecidas fosse utilizado na reforma das leis, na educação de todos e em campanhas esclarecedoras sobre a conveniência de se refrear a reprodução, permitindo a alta sustentada dos salários. O projeto de Owen, diz Stuart Mill a seus ouvintes, compartilharia da mesma preocupação que lhe movia, ou seja, promover o bem-estar efetivo da humanidade. A proposta cooperativa, no entanto, teria contra si o ônus de suprimir o grande dínamo da ação humana, o interesse próprio, o qual seria melhor ter a favor de seu objetivo do que contra. E, para reforçar o raciocínio, apresenta ele a analogia da muralha:

> Mas o sistema cooperativo – visto de seu melhor ângulo – considero apenas à luz sob a qual avalio o homem que, por meio de empenho prodigioso e arriscando o próprio pescoço, dedica-se a escalar uma parede de vinte pés quando, ao examinar a situação mais detidamente, teria percebido uma pequena entrada pela qual poderia ter passado sem perigo ou dificuldade (CWJSM, 1988, XXVI, p. 324).

Stuart Mill, portanto, em uma de suas primeiras incursões no debate econômico, ainda se apoia nos fundamentos que lhes foram transmitidos pelos luminares do pensamento clássico. De Smith, serve-se da crença no interesse individual como fator crucial de promoção da riqueza; de Bentham, recolhe a ênfase na necessidade de bons governos e de leis justas; de Ricardo, herda a teoria da população, da renda fundiária e do equilíbrio dos mercados e, por fim, do pai, apanha a idéia de que os confortos materiais seriam menos importantes do que o aprimoramento intelectual por meio da educação. Ao encerramento da palestra, ele se despede da platéia e reafirma compartilhar com todos os sentimentos de melhoria dos destinos da humanidade, assinalando que a economia política carregaria também uma chama de benevolência de natureza idêntica àquela disseminada por Owen.

IV. O filósofo maduro, o socialismo e a liberdade

Pouco tempo após os debates na *Cooperative Society*, Stuart Mill atravessaria grave crise psicológica em sua transição para a idade adulta. A depressão se instala no jovem filósofo, abalando as suas mais profundas convicções e tornando-o descrente no poder da mensagem utilitarista em reformar o mundo. “O propósito deixara de encantar, e como poderia novamente haver algum interesse nos meios? Parecia que nada restara para o quê valesse a pena viver” (CWJSM, [1853] 1981, I, p. 138). Ele não mais se contenta com o poder do raciocínio sistemático ao qual se acostumara em tenra idade, culpando a inclinação à análise rigorosa nele exaustivamente inculcada durante a infância como o grande agente corrosivo de sua capacidade de sentir e de se emocionar. A recuperação, algum meses depois, deste estado de amargura, revelaria o surgimento de um intelectual independente, menos simpático ao argumento lógico e mais receptivo a novas idéias estranhas ao núcleo doutrinário da escola clássica com o qual cedo se familiarizara (Packe, 1954, p. 74-86; Robson, 1968, p. 21-49; Mattos, 1998, p. 38).

Com efeito, desde 1829, Stuart Mill já desenvolvia intensa correspondência com Gustave d'Eichtal, então vinculado ao grupo dos seguidores de Saint-Simon. O interesse do britânico pela pregação do que se lhe afigurava uma seita religiosa radicava-se no seu abandono, à época, do princípio benthamita que baseava o clamor por reformas unicamente na natureza hedonista do homem. O século dezenove, para os saint-simonianos, estaria definido por um estado de desordem nas formas de pensamento, a ser substituído por uma nova era de confluência de interesses, quando a sociedade estivesse preparada para ser regida por uma elite intelectual, afinada com a nova realidade industrial do período. Embora os aspectos autocráticos de tal mensagem soassem excessivos ao espírito liberal e independente de Stuart Mill, ele entendia que, a despeito disso, a seita possuía idéias originais, notadamente no que respeita a intervenção estatal na sociedade e, por isso, merecia ser ouvida. Com a prisão e exílio dos principais lideres do movimento em 1832, porém, a relação do filósofo britânico com os saint-simonianos se desvanece (Hainds, 1946; Mueller, 1968, p. 48-91).

Adiante, Stuart Mill trava contato com Auguste Comte, cuja obra *Système de politique posivite* (1824) lhe fora apresentada por d'Eichtal. Em 1837, Stuart Mill ficará vivamente impressionado pela leitura do *Cours de philosophie positive* (1830-1842), deflagrando intensa troca de correspondência com o autor francês durante cinco anos. De início, o britânico revela-se entusiasmado pela visão evolutiva da história em três estágios, a saber, o teológico, no qual o sentido da vida é atribuído às divindades, seguido pelo metafísico, marcado pelo raciocínio apriorístico e pelo enunciado de "leis naturais" abstratas e, por fim, pelo estágio positivo, no qual o conhecimento nasceria da observação e da descoberta de relações entre os fenômenos. Stuart Mill viria a adotar várias teses de inspiração comtiana em seus escritos da época, como a relativização do uso do método dedutivo na investigação da sociedade, o reconhecimento do caráter histórico das instituições e a aceitação da complexidade dos fenômenos de natureza social (Mattos, 1998, p. 43-86).

De qualquer modo, as desavenças entre os dois pensadores ficariam evidenciadas, com o tempo, no papel destinado ao indivíduo na nova ciência do homem proposta por Comte. Para este último, tudo se resumiria aos fatos sociais, enquanto Stuart Mill se mostrava convencido da importância do comportamento individual na determinação dos rumos da coletividade. Ademais, a sugestão de Comte de que a sociedade do futuro guardaria uma hierarquia rígida na qual os estratos superiores, os empreendedores industriais, conduziriam necessariamente os estratos inferiores, parecia nada palatável ao seu correspondente do além-Mancha. Stuart Mill, a rigor, jamais se desfez da idéia paterna de que a educação poderia elevar as classes baixas a uma condição na qual a humanidade seria capaz de se organizar por si própria, em vez de obedecer passivamente aos "interesses sinistros" dos capitães da indústria (Mueller, 1969, p. 92-133; Lewisohn, 1972).

Como sentenciou ele, mais tarde, a respeito de sua relação com Comte: "O livro [*Système de politique positive*] permanece um alerta monumental aos que refletem sobre a sociedade e a política do que ocorre quando o homem perde de vista, em suas especulações, o valor da Liberdade e do Indivíduo" (CWJSM, [1853] 1981, I, p. 221).[13]

Dentre as principais influências sobre o pensamento adulto de Stuart Mill, não poderia faltar a pessoa que ele considerou a mais importante em sua vida, a amante e, posteriormente, esposa, Harriet Taylor. O envolvimento entre ambos iniciou-se em 1830, quando ela, então casada com o rico negociante John Taylor, frequentava a *Unitarian Church*, cujo ministro lhe apresentaria a Stuart Mill. O relacionamento logo se aprofundou e, em 1833, Harriet muda-se para uma residência distante do marido e frequentada regularmente por seu novo consorte, para escândalo dos amigos comuns. John Taylor falece em 1849, mas somente em 1851 os parceiros viriam a se unir oficialmente. Stuart Mill sempre se mostrou disposto a exaltar a contribuição intelectual da esposa em seus escritos da maturidade, designando-a a amizade mais valiosa de sua vida. "O que devo a ela, mesmo intelectualmente, é infinito nos seus detalhes [...] Nestes dois departamentos [dos objetivos e dos meios de alcançá-los] obtive de seus ensinamentos mais do que de todas outras fontes em conjunto" (CWJSM, [1853] 1981, I, p. 196). Apesar do arrebatamento de Stuart Mill em seu emotivo tributo à esposa, o que se reconhece como mais provável é que ela tenha lhe orientado no sentido de uma visão mais liberal de uma perspectiva filosófica e mais social do ponto de vista econômico, especialmente no tocante à viabilidade das propostas socialistas da época, como será visto a seguir (Robson, 1968, p. 50-68; Himmelfarb, 1995, p. 130-154).

Em virtude de suas novas leituras, do contato com os reformadores sociais franceses e da influência de Harriet Taylor, Stuart Mill viria a assumir atitude totalmente distinta daquela de sua juventude em relação aos pretensos males sociais do capitalismo e aos possíveis benefícios do socialismo. Inicialmente, em sua correspondência com d'Eichtal, ele declara grande entusiasmo pela pregação dos saint-simonianos, embora, cumpre notar, tal simpatia estivesse direcionada mais aos intentos do que aos meios para atingi-los. Conforme o relato constante em *Autobiography*: "Suas críticas às doutrinas comuns do Liberalismo pareciam-me repletas de verdades importantes; e foi devido aos seus escritos que minha visão, nalguma medida, se abriu ao valor limitado e temporário da antiga economia política, que assumia a propriedade privada e a herança como fatos incontestáveis" (CWJSM, [1853] 1981, I, p. 173-174). Assim, na primeira versão de sua obra econômica da maturidade, os *Principles of political economy* (2 vs., 1848), no

[13] Em 1844, Comte cai em desgraça na *École Polythechnique*, é demitido e mergulha em dificuldades financeiras. Julgando já haver logrado a constituição de uma escola positivista na Inglaterra, apela repetidamente a Stuart Mill e amigos por auxílio pecuniário, até o momento em que este último, irritado, lhe escreve informando que ninguém mais em Londres se dispunha a ampará-lo (Packe, 1954, p. 281-284).

capítulo referente à Propriedade (Livro II, cap. I), Stuart Mill ainda parece relutante em acolher o ideário socialista, mencionando o desestímulo às inovações provocado pelo nível limitado do trabalho industrial realizado em condições de propriedade coletiva, bem como as dificuldades ocasionadas por uma repartição igualitária do produto sem uma distribuição equitativa das ocupações.

Na terceira edição dos *Principles* (1852), contudo, a postura de Stuart Mill aparece mais consistente, constando já no Prefácio o anúncio das modificações realizadas no capítulo sobre a Propriedade, no qual as objeções ao socialismo surgem agora deveras atenuadas.[14] O desinteresse nas obrigações laborais, comumente atribuído a um sistema de propriedade comunitária, afirma ele, não poderia ser julgado tão decisivo como imaginado anteriormente, pois essa já seria a situação prevalecente na organização de trabalho assalariado. E, em que pese a supervisão infatigável do proprietário dos estabelecimentos privados, a coletividade poderia exercitar o mesmo poder em relação aos operários desinteressados. Ou, como escreve Stuart Mill, "é preciso lembrar que em uma propriedade rural ou em uma manufatura em regime socialista, cada trabalhador estaria supervisionado não por um único patrão, mas pela comunidade inteira" (Mill, [1848] 1996, I, p. 264). De outra parte, o incentivo à procriação por conta da melhoria nos padrões de vida num sistema socialista poderia ser neutralizado pela ação vigorosa da sociedade contra o prejuízo ao bem-estar comum causado pelo aumento descontrolado no contingente populacional: "Em tais circunstâncias alteradas, a opinião pública não poderia deixar de reprovar, e se a reprovação não fosse suficiente, reprimir com determinadas penalidades esta ou qualquer outra auto-satisfação às custas da comunidade" (Mill, [1848] 1996, I, p. 266). Nem mesmo as dificuldades de uma distribuição justa do trabalho entre os indivíduos representaria obstáculo intransponível no caminho para o socialismo, acreditava o esperançoso Stuart Mill, porquanto a inteligência humana, aliada ao senso de justiça e a um melhor entendimento da organização produtiva coletivista, haveria de elaborar uma forma mais eficiente de repartição das tarefas e das remunerações do que aquela vigente no capitalismo da época. Daí a célebre passagem do livro:

> Se, portanto, se devesse escolher entre o comunismo, com todas as suas chances, e o atual estado da sociedade, com todos os seus sofrimentos e injustiças; se a instituição da propriedade privada necessariamente tivesse como conseqüência que a produção do trabalho tem de ser distribuída segundo o esquema atual, quase em proporção inversa ao trabalho [...] se a alternativa fosse entre essa situação e o comunismo, todas as dificuldades inerentes ao comunismo, grandes ou pequenas, não passariam de pó na balança (Mill, [1848] 1996, I, p. 267).

O assunto recebe elaboração adicional no capítulo intitulado *O futuro provável das classes trabalhadoras* (Livro IV, cap. VII), escrito a quatro mãos com Harriet Taylor. Nele, os trabalhadores são vistos como estando progressivamente instruídos e atentos aos seus interesses,

[14] Para uma compilação minuciosa das alterações, correções e erros constantes nas nove edições dos *Principles* de Stuart Mill, veja-se Ellis (1906).

pouco inclinados a aceitarem soluções para os seus problemas concebidas por indivíduos estranhos ao seu meio. À medida então que a educação e a independência se enraizassem entre os assalariados, a previdência faria por se impor, reduzindo as taxas de expansão populacional aquém do crescimento do capital e das oportunidades de emprego. A autonomia feminina viria a ombrear a mulher com o homem nas lides industriais, eliminando progressivamente a função de gestora do lar. Com o avanço da pregação de igualdade entre os indivíduos, continua o argumento, resultaria impossível a manutenção de uma sociedade dividida entre empregadores e empregados. A alternativa futura de organização da produção residiria na associação cooperativista dos trabalhadores, na qual todos seriam sócios e responsáveis pelo empreendimento coletivo. A grande vantagem desse tipo de arranjo entre os cidadãos consistiria no aumento da produtividade do trabalho ocasionado pela participação direta dos interessados nos frutos de seu próprio esforço. "Dificilmente se pode exagerar esse benefício substancial que, no entanto, não é nada em comparação com revolução moral da sociedade que o acompanharia; a cura deste mal que é a hostilidade constante entre o capital e o trabalho" (Mill, [1848] 1996, II, p. 361).

É preciso ter presente, no entanto, que a defesa do socialismo envidada por Stuart Mill representava mais uma disposição de espírito do que uma convicção de princípios. Pois o tipo de socialismo que ele tem em mente é aquele idealizado por Charles Fourier, no qual os participantes reunir-se-iam em pequenas comunidades associativistas denominadas *phalanstères*. Mas a dificuldade de conciliar uma estrutura social dessa natureza com a forma de produção da indústria moderna não escaparia incólume à atilada mente de Stuart Mill. No capítulo IX do Livro I dos *Principles*, ele já apresentara lúcida exposição das vantagens associadas à produção em grande escala derivadas do aprofundamento da divisão do trabalho, da diluição das despesas administrativas, das economias de supervisão da produção, do amplo emprego da maquinaria e da possibilidade de mobilização de grandes capitais. Além disso, em momento algum admitiu ele a mais ínfima concessão à idéia de comprometimento da liberdade individual, a qual julgava estar acima das considerações de natureza econômica. Até porque, no referido capítulo sobre a Propriedade, em sua versão final, já constava a preocupação com este aspecto do problema: "Ainda não ficou claro se o esquema comunista se conciliaria com aquele desenvolvimento multiforme da natureza humana, aquela diversidade de gostos e talentos [que constitui] a mola mestra do progresso mental e moral" (Mill, [1848] 1996, I, p. 269-270).

As dificuldades indicadas surgiriam com toda a força nos *Chapters on socialism* (1879), publicados postumamente por Helen Taylor, filha de Harriet. Nestes escritos, Stuart Mill coloca em dúvida a capacidade de os socialistas revolucionários de seu tempo levarem a bom termo o gerenciamento centralizado de uma economia industrial, posto que fechado o campo da produção

ao exercício do interesse próprio, diminuiria a riqueza material da sociedade ao passo que a administração da economia, em vez de estar regulada pelo bem comum, ver-se-ia assolada pela discórdia por haver se convertido no único espaço disponível para a busca da gratificação pessoal. Além disso, como visto, se Stuart Mill já manifestara desconforto com a possibilidade de imposição da vontade da maioria sobre as minorias num regime democrático, a situação seria ainda mais dramática num sistema de orientação comunista no qual a vida privada viesse a cair sob a tutela absoluta do escrutínio público. "Já em todas as sociedades a compressão da individualidade pela maioria é um mal portentoso e crescente; ele seria ainda maior sob o Comunismo" (CWJSM, [1879] 1967, V, p. 746). Este ponto, em verdade, já fora longamente elaborado no ensaio *On liberty* (1859), escrito pelo casal Mill, no qual a tirania democrática é qualificada como pior que o despotismo por deixar o indivíduo desprovido de meios de defesa contra os comandos sociais injustos. Acima disto, enfatizam os Mill, reinaria o imperativo de respeito à diversidade como condição indispensável da mudança social:

> Disse ser importante proporcionar o maior escopo possível às coisas incomuns a fim de que, com o tempo, apareçam aquelas apropriadas a se converter em novos costumes [...] Não há razão para que toda a existência humana seja construída a partir de um reduzido número de padrões. Se a pessoa possui um grau tolerável de senso comum e de experiência, a forma particular de definir o seu estilo de vida é a melhor, não porque seja a melhor em si mesma, mas por ser de sua escolha pessoal (CWJSM, [1859] 1977, XVIII, p. 269-270).

Stuart Mill, antes de tudo, por conta da herança benthamita da qual nunca se desfez inteiramente, deve ser considerado um reformador da sociedade de seu tempo. Assim, quando ele demonstra simpatia pelo socialismo, o faz por conhecer e respeitar a literatura pertinente e por ter consciência das limitações do sistema capitalista industrial que tem diante de si. Mas, como ele ressalta nos *Principles*, a questão não se resumia apenas a contrastar uma organização socialista futura com as condições presentes da sociedade da época. A comparação correta, adverte ele, deveria ser estabelecida, antes, com aquilo que o capitalismo de seus dias poderia vir a ser. E, de fato, tanto em suas considerações sobre a propriedade quanto em suas reflexões finais sobre o socialismo, Stuart Mill não deixa de reconhecer os avanços possíveis e, inclusive, aqueles já alcançados por meio dos aperfeiçoamentos progressivos da ordem social assentada no capital privado e na indústria. Tanto que, no Livro Quinto dos *Principles*, tratando da esfera de ação do governo com vistas ao melhoramento da sociedade, é apontada a obrigação de o Estado assumir diversas responsabilidades além daquelas comumente aceitas pela aplicação rigorosa do princípio do *laissez-faire*, a saber: (i) a educação pública gratuita; (ii) a proteção da criança e dos incapazes; (iii) o reconhecimento dos direitos das mulheres; (iv) a proibição de contratos irrevogáveis; (v) o fornecimento de utilidades públicas como água e gás; (vi) a regulação do trabalho; (vii) a garantia da subsistência dos desamparados; (viii) o gerenciamento dos esquemas de colonização; (ix) o financiamento da pesquisa científica (x) a administração da justiça e, por

fim, (xi) a construção da infraestrutura básica ao desenvolvimento econômico como estaleiros, portos, estradas, hospitais etc. “O presente sistema”, conclui Stuart Mill em seu ensaio póstumo, “não se encontra, como muitos socialistas acreditam, empurrando-nos a um estado de indigência geral e de escravidão que somente o Socialismo pode nos salvar. Os males e injustiças infligidos pelo sistema atual são imensos, mas não estão aumentando; ao contrário, a tendência geral é de sua progressiva diminuição” (CWJSM, [1879] 1977, V, p. 736).

Considerações finais

Os grandes economistas clássicos como Smith, Bentham, James Mill e Ricardo, reconheceram as críticas socialistas quanto às imperfeições da sociedade de seu tempo; todavia, discordaram tanto do diagnóstico sobre suas origens quanto das suas propostas de solução. A penúria, o desemprego, as crises comerciais ou a desigualdade não se afiguravam a eles monopólio do sistema econômico vigente, enquanto as alternativas apresentadas lhes pareciam mais assentadas nas boas intenções do que na certeza de entrega dos fins prometidos. Assim, não pode ser considerada de todo incoerente a analogia da muralha do jovem Stuart Mill, pois na ânsia de resolver os problemas do *status quo*, os autores críticos da ordem capitalista subestimavam as próprias inconsistências e dificuldades do socialismo, bem como as possibilidades futuras de evolução do regime de liberdade.

Posteriormente, em sua etapa de pensador maduro, Stuart Mill passou a admitir a historicidade dos laços e das motivações humanas, que poderiam se combinar de maneira inteiramente diversa daquela observada nas sociedades mercantis. Inexistiria, entretanto, a possibilidade de livre manipulação das leis e dos costumes, como apregoado por certos reformadores sociais que entreviam sociedades ideais formadas não por indivíduos historicamente determinados, mas por homens futuros e imaginários, dotados de virtudes heróicas e estranhas aos tempos modernos. Na visão de Stuart Mill, portanto, como assinala Mattos (1998, p. 113), "os problemas observados em sua época decorreriam não da propriedade privada em si, mas da forma específica e histórica como essa instituição se apresentava". Este reconhecimento, se abria espaço à admissão de reformas sociais mais amplas, o fazia, contudo, no interior dos limites ditados pelo regime de propriedade privada e pela concorrência, restando descartada a possibilidade de abolição definitiva de tais instituições. Antes, como sentenciou o filósofo em suas reflexões derradeiras sobre o tema, “uma renovação completa do tecido social, como contemplada pelo Socialismo, estabelecendo a constituição da sociedade sobre bases inteiramente novas [...] apesar de valiosa como projeto ou profecia de possibilidades remotas, não se apresenta ainda como um recurso disponível” (CWJSM, [1879] 1977, V, p. 749-750).

Referências

BAIN, Alexander. **James Mill**. London: Longmans, Green, 1882.

BAUMOL, William. "Say's (at least) eight laws, or what Say and James Mill may really have meant". **Economica**, New Series, 44(174), p. 145-61, May 1977.

BEER, M. **History of British socialism**. London: London and Norwich Press, 1923.

BLAUG, Mark. **Ricardian economics**. New Haven: Yale University Press, 1958.

BLEANEY, Michael. **Underconsumption theories**. A history and critical analysis. New York: International Publishers, 1976.

BOWRING, John (Org.) **The works of Jeremy Bentham** [WJB]. New York: Russel & Russel, vs. I, X, 1838-1842.

CANNAN, Edwin. **A history of the theories of production and distribution from 1766 to 1848**. London: Staples, 1953.

CRIMMINS, James E. "Bentham's political radicalism reexamined". **Journal of the History of Ideas**, 55(2), p. 259-281, 1995.

GRAMPP, Wiliam D. **Economic liberalism**. New York: Ramdon House, v. II, 1965.

ELLIS, M. A. "Variations in the editions of J.S. Mill's *Principles of Political Economy*". **Economic Journal**, 16, p. 291-302, 1906.

ENGELS, Friedrich**. Socialism**: from utopia to science. New York: New York Labor News, [1880] 1947.

HAINDS, J. R. "Mill and the saint-simonians". **Journal of the History of Ideas,** 7(1), p. 103-112, 1946.

HOLLANDER, Samuel. **The economics of David Ricardo**. University of Toronto Press, Studies in Classical Political Economy II, 1979.

LEWISOHN, David. "Mill and Comte on the methods of social sciences". **Journal of the History of Ideas**, 33(2), p. 315-324, 1972.

LOCKE, John. **Two treatises of civil government**. London: A. Millar *et al*., 1764.

LOWENTHAL, Esther. **The Ricardian socialists**. New York: Columbia University Press, 1911.

MATTOS, Laura V. **Economia política e mudança social.** São Paulo: EDUSP, 1998.

MILL, John Stuart. **Journal and debating speeches**. In: ROBSON, John M. (Org.) **Collected works of John Stuart Mill** [CWJSM]. v. XXVI. University of Toronto Press, 1988.

MILL, John Stuart. **Essays on some unsettled questions of political economy** [1844]. In: ROBSON, J. M. (Org.) **Collected works of John Stuart Mill.** London: Routledge and Kegan, vol. IV, 1967.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 2 vls., Coleção "Os Economistas", [1848] 1996.

MILL, John Stuart. **Autobiography** [1853]. In: ROBSON, J. M. (Org.) **Collected works of John Stuart Mill.** London: Routledge and Kegan, vol. I, 1981.

MILL, John Stuart. **On liberty**. [1859] In: ROBSON, J. M. (Org.) **Collected works of John Stuart Mill.** London: Routledge and Kegan, vol. XVIII, 1977.

MILL, John Stuart. **Chapters on socialism**. [1879] In: ROBSON, J. M. (Org.) **Collected works of John Stuart Mill.** London: Routledge and Kegan, vol. V, 1967.

NISBET, Robert. **History of the idea of progress**. New York: Basic Books, 1980.

O'BRIEN, Dennis P. **Los economistas clásicos**. Madrid: Alianza, 1989.

OWEN, Robert. **Observations on the effects of the manufacturing system**. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1917.

OWEN, Robert. **Report to the County of Lanarck** [1821]. In: KAPP, K. W., KAAP, L. L. (Orgs.) **History of economic thought**. A book of readings. New York: Barnes & Noble, 1949.

OWEN, Robert. **Address of Mr. Owen to the agriculturists, mechanics, and manufacturers, both masters and operatives, of Great Britain and Ireland**. London: Richard Taylor, 1827.

OWEN, Robert Dale. **An outline of the system of education at New Lanark**. Glasgow: Wardlaw and Cunninghame, 1824.

PACKE, Michael St. John. **The life of John Stuart Mill**. New York: Macmillan, 1954.

RICARDO, David. **Principles of polical economy and taxation**. In: SRAFFA, Piero (Org.) **Works and correspondence of David Ricardo** [WCDR]. Indianopolis: Liberty Fund, [1817] 2004.

ROBBINS, Lionel. **The theory of economic policy in English classical political economy**. London: Macmillan, 1961.

ROBSON, John M. **The improvement of mankind**. The social and political thought of John Stuart Mill. London: Routledge & Kegan Paul, 1968.

SCHUMPETER, Joseph A. **History of economic analysis**. London: George Allen & Unwin, 1963.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Indianapolis: Liberty Classics, vs. I-II, 1976.

SRAFFA, Piero (Org.). **The works and correspondence of David Ricardo**. Indianapolis: Liberty Fund, vs. I,V, IX, 2004.

SOWELL, Thomas. The general glut controversy reconsidered. **Oxford Economic Papers**, v. 15, n. 3, p. 193-203, Nov 1963.

STIMSON, Shannon C., MILGATE, Murray. "Utility, property and political participation: James Mill on political reform". **The American Political Science Review**, 87(4), p. 901-911, 1993.

THOMPSON, William. **An inquiry into the principles of the distribution of wealth most conducive to human happiness**. London: Longman et al., 1824.

WALLAS, Graham. **The life of Francis Place 1771-1854**. London: George Allen and Unwin, 1818.

WEBB, Sidney. "Historic". In: SHAW, George B. (Org.). **Fabian essays on socialism**. New York: Dolphin Books, p. 46-83,[1889] 1961.

IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica

O Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin na Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Área Temática: História do Pensamento Econômico

Resumo

Este artigo tem como objetivo resgatar o debate ocorrido entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin no que ficou conhecido como *A Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico*. Sua importância decorre do fato de marcar uma tentativa do governo Getúlio Vargas de se fortalecer perante as classes produtoras; para tanto aceita a instauração do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, que fica responsável por elaborar um trabalho sobre nossos problemas econômicos e a melhor forma de solucioná-los. Este trabalho é elaborado por Roberto Simonsen e para sua apreciação o próprio presidente cria a Comissão de Planejamento Econômico, cujo objetivo é analisar as propostas do Conselheiro Simonsen. Essa análise fica a cargo de Eugênio Gudin, o qual questionará as propostas do Conselheiro e iniciará um intenso debate entre os dois, havendo inclusive réplica e tréplica. A Controvérsia exporá a visão de cada autor sobre os problemas brasileiros e, de acordo com suas vertentes teóricas assumidas, a melhor maneira de se resolver esses problemas e nos desenvolvermos.
Palavras-Chaves: protecionismo, liberalismo, intervencionismo, planejamento.

Abstract

This article aims to rescue the discussion between Roberto Simonsen and Eugênio Gudin so called *Economic Planning Controversy* in the Brazilian 30's. The importance of the Controversy is its role on the Vargas attempt to empower his influence among industrial class. During this time, the creation of the National Industrial and Commercial Policy Council (NICPC) is the main action to provide an economic diagnostic and a plan of actions to stimulate the industry and overcome supply necks. Simonsen was in charge of this duty.At the same time, Vargas conception of the Economic Planning Commission (EPC) has the intention of evaluating Simonsen's proposals. Eugênio Gudin was responsible for making the evaluation. This generates a strong and historical debate. The exposal of the Controversy will show both politic positions, theoretical framework and believes to overcome Brazilian economic problems in his development trajectory.
Keywords: protectionism, liberalism, interventionism, planning.

O Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin na Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico

Autor: Carlos Henrique Lopes Rodrigues[1]

Introdução

O Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin foi bastante intenso, tendo cada um, de acordo com seus escritos e atuação prática, influenciado toda uma vertente de pensadores e práticos. Aqueles que caminharam para uma direção intervencionista, industrialista e protecionista foram influenciados por Roberto Simonsen. Diferentemente, aqueles que seguiram uma opção liberal, na qual o Estado apenas atuasse em situação de exceção, pois as livres leis de mercado seriam as grandes estimuladoras do desenvolvimento e que cada país deveria seguir sua "vocação natural" se identificaram com o pensamento de Eugênio Gudin.

Neste artigo, trabalharemos com *A Controvérsia do Planejamento Econômico*. Esse episódio marca um momento privilegiado no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, pois ocorrem numa situação em que há o fim da hegemonia agrário-exportadora e cresce a participação da indústria na vida econômica brasileira. Os industriais estão melhores organizados e já conquistaram seu espaço. Em contrapartida, os defensores do agrarismo tentam recuperar sua hegemonia, embasados na teoria das vantagens comparativas.

Os maiores representantes dessas vertentes são, de um lado, Roberto Simonsen e, de outro, Eugênio Gudin. Simonsen morre em 1948, mesmo ano em que a CEPAL se organiza e, segundo Bielschowsky, "essa coincidência histórica teve sua importância na evolução do desenvolvimento da Cepal: a Cepal, organismo que ostentava a credibilidade da ONU, tornou-se o principal órgão a dar sequencia imediata ao trabalho de legitimação que Simonsen vinha realizando através da FIESP e da CNI"[2]. Gudin, que completou um centenário de vida, morreu em 1986, poucos anos antes de o Brasil assumir o ideário neoliberal, do qual Gudin é o maior expoente em nosso país. Evidenciando sua atualidade diz Belluzzo: "o governo FHC recusa-se a admitir que

[1] Mestre em História Econômica pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), graduado em Ciências Econômicas pela UNESP (Universidade Estadual Paulista) e Professor do Curso de Ciências Econômicas da UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri).

[2] Ricardo BIELSCHOWSKY. *Pensamento Econômico Brasileiro* - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo: 1930-1964. 4. Ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p.78.

tenha seguido, 50 anos depois, as recomendações de Eugênio Gudin, mas foi o que fez"[3].

Para apreendermos a realidade brasileira e compreendermos o processo histórico que atravessamos o debate travado entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin pode contribuir, pois apesar de ocorrido nas décadas de 30 e 40 parece extremamente atual, demonstrando que não conseguimos superar as discussões ocorridas naquele momento, isto é, ainda não temos claro qual o modelo econômico que queremos seguir.

No Brasil, em alguns momentos históricos pareceu que havíamos aderido às recomendações de Simonsen e em outros momentos, que havíamos compactuado com os pressupostos de Gudin. Hoje, nos parece que Gudin está bastante vivo e com seu ideário sendo em grande medida utilizado pelo governo, mesmo que sem referir-se a ele. O que não impede de, posteriormente, Simonsen ser recolocado em evidência e suas recomendações serem adotadas por parte do Estado brasileiro.

A *Controvérsia do Planejamento Econômico* demonstra uma clara preocupação em relação ao desenvolvimento brasileiro. Havia duas possibilidades evidentes: assumirmos que a industrialização era a melhor maneira de o Brasil superar sua situação de pobreza, de baixa renda nacional e, para isso, o governo tomar medidas intervencionistas e protecionistas, ou considerarmos que a industrialização viria de maneira natural, a partir do livre desenvolvimento da produtividade na agricultura.

O debate é instigante e nos faz compreender melhor a realidade brasileira e nos posicionarmos de maneira coerente e contundente frente às demandas atuais da sociedade para decidir qual o melhor caminho a ser seguido pelo nosso país, num momento em que muito se recomenda a política neoliberal, mas nem todos os países a seguem. O protecionismo continua a ser uma medida controvertida de política econômica, sujeito às críticas principalmente dos países desenvolvidos.

No Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e na Comissão de Planejamento Econômico, Simonsen defenderá uma política amplamente intervencionista por parte do Estado, onde este ampare a indústria e também a agricultura, pois vê a necessidade do desenvolvimento agrícola como um suporte para o desenvolvimento industrial. Em contrapartida, Gudin defenderá que o Estado já está participando demais da economia e, para justificar sua constatação utilizar-se-á inclusive de Hayek, o qual condena qualquer participação do Estado na economia;

[3] Luiz Gonzaga de Mello BELLUZZO. Revista *Carta Capital*. Ano VII, N.148, jun. de 2001, p.35.

defenderá que se deve proporcionar o desenvolvimento da agricultura como forma de o Brasil superar a situação de pobreza, atacará as indústrias, acreditando que elas utilizam-se demais do protecionismo e que, mesmo assim, não conseguem se desenvolver.

Apesar de as recomendações aprovadas no Congresso em sua maioria defenderem a industrialização como saída para o desenvolvimento nacional, possibilitando a elevação de nossa renda, isto não quer dizer que tenham sido postas em prática, mas marcam a posição de um setor que se encontrava organizado e que tinha clareza das novas demandas advindas como resultado da Segunda Guerra Mundial.

A Controvérsia sobre o Planejamento Econômico

A *Controvérsia sobre o Planejamento Econômico Brasileiro* iniciou-se com as pretensões da classe industrial representada por Roberto Simonsen, de criação de um Órgão Governamental que preparasse a transição da economia brasileira. De acordo com a ideia, Alexandre Marcondes Filho providenciou a instauração desse órgão com a anuência do presidente da República, Getúlio Vargas. De outro lado, Vargas providenciou também a implementação da Comissão de Planejamento Econômico. A partir da instauração desses dois Órgãos, temos o debate travado entre Simonsen e Gudin, sobre as formas de o Brasil consolidar seu desenvolvimento no pós-guerra.

O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) fora criado em 1943, pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho e a esse Ministério ficou subordinado.

O Brasil já contava, desde 1934, com um órgão de planejamento, o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), que atuou até 1949, cuja função era promover um "planejamento em sentido amplo na administração pública"[4].

Com o esboço do final da guerra, criou-se a possibilidade de substituir a Coordenação de Mobilização Econômica (CME)[5], que havia sido criada em setembro de

[4] DOELLINGER, Carlos Von. Introdução. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p.12. BALESTRIERO, Geraldo Élvio. *Gênese do Planejamento Econômico no Brasil*. São Paulo, 1996, mimeo. Tese (Doutorado), USP/FFLCH, p.22, em concordância com Doellinger, "durante todo o Governo Provisório, nenhuma repartição pública foi tão importante como precursora do aparelho planejador como o Conselho Federal de Comércio Exterior". O CFCE foi criado, de acordo com BIELSCHOWSKY, op. cit., pp.254-5, "para planejar a política de comércio exterior brasileiro. Em 1936, suas atribuições foram estendidas para incluir estudos e propostas de medidas de fomento a todos os setores da economia nacional, assumindo, assim, as funções que deveriam ser desempenhadas pelo Conselho da Economia Nacional (criado pela Constituinte de 1937 mas, de fato, inexistente). É longa a lista de decisões governamentais relativas não só ao comércio exterior, mas também à produção agrícola e, sobretudo, à produção industrial, que seguiram as recomendações desse órgão".

1942, para atuar durante o período da Segunda Guerra Mundial, por outro órgão cuja atuação seria a de promover a transição para o regime de paz e continuar, após a transição, sua atuação.

A proposta do Ministro, de criação do CNPIC, apesar de acatada pelo presidente, Getúlio Vargas, além de atender aos anseios da classe produtora, gerou atritos com os representantes do CFCE, principalmente de seu Diretor Geral, Ciro de Freitas Vale, o qual acusava o CNPIC de estar adentrando na seara do CFCE. O CFCE tinha como presidente, o próprio presidente da República, Getúlio Vargas, apesar de que quem o comandava, de fato, ser o seu Diretor Geral.

Em março de 1944 o CNPIC é instalado e seu primeiro trabalho fica a cargo de Roberto Simonsen, o qual já havia, durante o I Congresso de Economia, ressaltado a importância do CNPIC e delegado vários atributos a esse Conselho.

O trabalho de Roberto Simonsen, após apreciação do Conselho, foi enviado à recém-criada Comissão de Planejamento Econômico[6], que elegeu Eugênio Gudin para analisar o relatório. A criação da Comissão de Planejamento Econômico por Getúlio Vargas teria ocorrido nas palavras de Eugênio Gudin, pelo seguinte motivo:

> (...) ele [Getúlio] queria que os problemas econômicos brasileiros fossem estudados. Acho que sentiu que aquela comissão criada por Marcondes Filho era 100% controlada pelo Roberto Simonsen e quis outra comissão para anular aquela (...). Alguém deve ter informado a ele que aquilo era uma coisa dominada pelo Simonsen para a defesa dos interesses da Federação das Indústrias de São Paulo[7].

Apesar da rápida passagem, tanto do CNPIC quanto da CPE, suas ocorrências demonstram a transformação pela qual o capitalismo brasileiro estava passando, se, do ponto de vista político, significava a tentativa do governo de "salvar-se" das mudanças que estavam em curso, principalmente no pós-guerra, tentando se fortalecer com as

---

[5] O CME tinha como objetivo, promover "a orientação das atividades econômicas visando viabilizar a produção dos 'materiais e produtos mais necessários e urgentes'; o controle, através da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, da importação e exportação de matérias-primas, produtos semi-manufaturados e manufaturados, 'atendendo às conveniências e necessidades das forças armadas, do serviço público e do povo em geral'; a coordenação dos transportes no território nacional e para o exterior; o planejamento, direção e fiscalização do racionamento de combustíveis e energia etc". BIELSCHOWSKY, op. cit., p.255.

[6] "A Comissão de Planejamento Econômico foi criada em maio de 1944, instalada oficialmente em outubro de 1944 e deixaria de funcionar no ano seguinte, com a queda de Vargas. Fazia parte do Conselho de Segurança Nacional e tinha por finalidade executar o planejamento econômico e realizar estudos gerais sobre a economia nacional, levando em consideração os interesses militares". Sérgio Buarque de HOLLANDA FILHO, *um debate histórico entre intervencionismo e liberalismo econômico no Brasil: R. Simonsen x E. Gudin*. São Paulo: IPE/USP, Seminário nº22/99-29.10.1999, p.6.

[7] Eugênio GUDIN. *Eugênio Gudin (depoimento, 1979)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1980, p.153. De acordo com BALESTRIERO, op., cit., p.83. "não falta mesmo quem acredite, com base em indícios no mínimo consistente, que a CPE tenha sido criada com o objetivo específico de combater as propostas do CNPIC(...). É mesmo possível que o projeto de inserção corporativa de Vargas não fosse o mesmo de Simonsen".

várias entidades de classes; do ponto de vista econômico, demonstrava uma burguesia industrial que já se consolidara[8], se organizara e lutava para se fortalecer ainda mais, representada por Roberto Simonsen, enquanto os representantes da oligarquia agrária tentavam recuperar seu prestígio e encontravam na figura de Eugênio Gudin, seu maior baluarte em defesa da agricultura.

O debate havido entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, no que ficou conhecido como *A Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico*, marca uma discussão que não se encerra entre os dois, mas que deixou inúmeros seguidores, defensores de uma ou de outra vertente, que atuaram no cenário nacional tanto como intelectuais quanto políticos de prestígio, sempre invocando os exemplos de Simonsen ou Gudin.

O debate ocorreu num período privilegiado, no qual se discutia o caminho que deveria seguir o Brasil, isto é, qual o papel do Brasil perante o Mundo: deveria restringir-se a um país agrário-exportador, ou deveria se industrializar, desenvolver suas forças produtivas e atuar no cenário mundial de forma mais imponente?

A importância da *Controvérsia* se evidencia nos dias atuais, em que assistimos ao debate sobre o papel do Brasil na reprodução ampliada do capital no qual a divisão é evidente, entre os defensores do fortalecimento de nossa agricultura e os defensores da indústria. O debate das décadas de 30 e 40, entre Simonsen e Gudin, reencontra-se nas disputas atuais e se faz necessário recorrermos constantemente aos antecedentes dessa discussão para compreendermos a realidade concreta na qual estamos vivendo e propormos soluções para superarmos nossa situação de país subdesenvolvido e dependente.

É relevante ressaltarmos a importância de Georg Friedrich List e Mihail Manoilesco na formulação das propostas de Roberto Simonsen, nesse debate, através de seus exemplos históricos de desenvolvimento das nações por meio de medidas protecionistas; a necessidade de o Estado impor certas restrições à iniciativa privada; a importância da indústria se desenvolver próxima à agricultura, que também se beneficia com a industrialização; a superioridade da indústria em relação à agricultura, no que diz respeito à produtividade e mesmo a introdução de medidas protecionistas para

[8] O surto de industrialização "propiciou a ascensão dos representantes dos interesses da classe, passando os mesmos a ter peso crescente no centro das decisões políticas e econômicas. Seus representantes se destacavam em órgãos como o CFCE, a CNPIC, a CPE e exerciam influência direta junto ao próprio Presidente, como políticos ou conselheiros. Essas novas lideranças reivindicavam também o nacionalismo econômico e até mesmo a participação direta do governo nos setores de infra-estrutura e de indústrias básicas. Sua ideologia era o protecionismo à indústria nascente". DOELLINGER, op. cit., p.7.

determinados ramos industriais; ainda, a necessidade de se aumentar a renda nacional e o quanto a indústria contribui para esse aumento, além da relevância do mercado interno para o próprio desenvolvimento industrial e agrícola. Eugênio Gudin, assumirá alguns pressupostos de Friedrich List, mas contrapor-se-á completamente ao "cientificismo" de Mihail Manoilesco.

Roberto Simonsen e a Planificação da Economia Brasileira

Em 16 de agosto de 1944, Roberto Simonsen envia à Comissão Nacional de Planejamento Industrial e Comercial, seu parecer intitulado "A Planificação da Economia Brasileira", cujo objetivo é propor uma política econômica a ser seguida pelo Brasil no pós Guerra.

Inicialmente, Roberto Simonsen demonstra a necessidade do Brasil se industrializar, utilizando o trabalho do perito dos Estados Unidos, Lee Hagar, para elucidar as vantagens da indústria sobre a agricultura. Nesse trabalho, o perito discorre sobre os rendimentos individuais médios das pessoas que vivem em países industrializados como os Estados Unidos e em países de "economia vegetal", como a Índia e a China, chegando às seguintes conclusões:

> Conforme se deduz do exame de rendimentos individuais de vários países, o americano médio possui recursos para consumir duas vezes mais produtos básicos que um francês ou alemão, quatro vezes mais que um russo, seis vezes mais que um japonês e dezoito vezes mais que um chinês ou um nativo da Índia. Qualquer país com disponibilidades ilimitadas de energia, abundância de alimentos e fartos recursos em metais pode edificar uma economia muitíssimo superior, sob o aspecto material, à economia de civilizações 'vegetais, tais como as da Índia e da China, dependentes como ainda são, de energia animal. Como resultado dessa superioridade, as nações industriais serão inevitavelmente conduzidas à posição de domínio mundial, no campo da economia, finanças e política internacionais' [9].

A seguir embasa suas propostas em outro estudo elaborado por Howard, técnico da Comissão de Fomento Interamericano, que evidencia o "enriquecimento ilusório" de várias Repúblicas da América Latina durante a Guerra, pois nesse período, o aumento do preço dos produtos exportados é o principal causador do superávit das balanças comerciais desses países e não seu desenvolvimento industrial. Com o findar da Guerra, haveria o reajustamento desses preços e, consequentemente, uma mudança nos

[9] Roberto SIMONSEN. A Planificação da economia brasileira. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p.24.

resultados dessas balanças comerciais[10], por isso é imprescindível que o governo, de acordo com Simonsen, adote um planejamento e uma política protecionista para o reequipamento do país após a Segunda Guerra Mundial.

Outro trabalho bastante utilizado por Simonsen será o efetuado pela Missão Cooke, que esteve no Brasil no segundo semestre de 1942 e, nesse contexto de Guerra, preconizou uma política industrial, para que se a Guerra continuasse, durante muito tempo, tivesse o Brasil condições de ajudar os Aliados, de maneira mais intensa, nos esforços de Guerra. A Missão fez um diagnóstico dos problemas brasileiros e indicou os pontos a serem imediatamente sanados por constituírem as maiores fraquezas do Brasil industrial, sendo eles:

> 1) a dependência da importação de petróleo, que utilizamos em larga escala em motores industriais, nos automóveis e até para a iluminação; 2) a importação de carvão mineral para os transportes e motores industriais; 3) a carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes. Todas essas insuficiências foram motivos de agudas crises registradas na presente guerra [11].

O parecer de Roberto Simonsen está, em grande medida, pautado no Relatório da Missão Cooke, o qual é frequentemente citado; inclusive há uma discordância de Balestriero com a interpretação de Simonsen, no que diz respeito às formas de financiamento da industrialização brasileira. De acordo com Simonsen, "propugna a Missão a necessidade da criação de Bancos Industriais destinados ao financiamento de novos empreendimentos e ao propiciamento de uma assistência técnica mais intensa[12]". Para Balestriero, a Missão não defendia a criação de um Banco Industrial e sim, um Banco de Desenvolvimento, por ter "dúvidas" quanto às práticas intervencionistas do governo brasileiro[13].

---

[10] "Verifica-se que, em números globais, comparadas as cifras referentes aos anos de 1938 e 1942, diminui o volume de materiais e matérias-primas exportadas das Repúblicas ibero-americanas para os Estados Unidos. O que se registrou, realmente, foi um aumento na exportação de alguns artigos e um considerável acréscimo em muitos dos preços(...). Constitui, portanto, no após-guerra, gravíssimo problema para as nações americanas o reajustamento de preços às condições dos mercados internacionais, a fim de que, em épocas normais, possam manter suas exportações em regime de competição" Idem, op. cit., p.25.

[11] Idem, op. cit., p.26. Apesar da premissa de "substituições de importações", presente no relatório, "aparentemente a guerra não durou o bastante para que a idéia americana de uma industrialização substitutiva de importações visando ao esforço de guerra pudesse se consolidar. Terminada a guerra, terminaram os interesses norte-americanos pela 'industrialização' no Brasil, já que a industrialização européia era infinitamente mais importante para os interesses americanos". MALAN, Pedro. Et al. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/1952)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p.28.

[12] Idem, op. cit., p.28.

[13] Nas palavras de BALESTRIERO, "na verdade a Missão não 'propugnava' a necessidade da criação dos bancos industriais. Ela informava que estava em estudos, pelo governo brasileiro, a criação de um 'banco de desenvolvimento'. Os técnicos americanos da Missão Cooke, mesmo realizando estudos para viabilizar um esquema de economia de Guerra, com conversão rápida do aparelho produtivo pela ação do Estado, tinham uma evidente

Para Roberto Simonsen a renda nacional era muito baixa e precisava ser aumentada. Utilizando-se de dados elaborados pelo Ministério do Trabalho afirmava ser a Renda brasileira de 40 bilhões de cruzeiros e que esta renda deveria ser elevada para 160 bilhões, com o objetivo de fomentar o mercado interno e conter as possibilidades de intranquilidades sociais, devido ao baixo poder de compra da população brasileira.

Para aumentar a renda nacional, tornar-se-ia imprescindível a planificação da economia brasileira e, principalmente, o desenvolvimento das indústrias, através de uma proteção. Além do que, essas indústrias, devido às características brasileiras, deveriam estar intimamente ligadas às atividades extrativas e agropecuárias[14].

Roberto Simonsen defende no Brasil a adoção de Planos Quinquenais, semelhantes aos que existiam na União Soviética, onde o governo fazia uma programação para o desenvolvimento econômico do país a cada quinquênio, como forma de aumentar a renda nacional e acabar com o pauperismo. Para tanto, propõe prioridades nas inversões brasileiras:

> as maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, utilizadas na eletrificação do país, na mobilidade de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transporte, Abrangeria o programa a criação de moderna agricultura de alimentação e a promoção dos meios apropriados à intensificação da nossa produção agrícola em geral. Seriam criadas indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa autossuficiência ao nosso parque industrial e a sua necessária sobrevivência na competição internacional[15].

Torna-se também necessária a capacitação técnica da mão de obra brasileira para o desenvolvimento do país, com "a montagem de novas escolas de engenharia, a vulgarização de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas; a intensificação do ensino profissional"[16]. A preocupação de Simonsen com a capacitação dos profissionais se evidencia quando ele propõe a criação do SENAI (Serviço Nacional da Indústria), como forma de aperfeiçoar a mão de obra para as indústrias brasileiras.

---

desconfiança com relação às práticas intervencionistas do governo brasileiro em assuntos econômicos". Idem, op. cit., pp.89-90. De acordo com MALAN, et al, op. cit., p.28, "o próprio Cooke afirmou posteriormente(...) [que] a agricultura estava excluída de suas preocupações, assim como problemas financeiros, monetários, bancários e de comércio internacional. Cooke era explícito acerca de seus objetivos: 'O autofinanciamento no Brasil tem que se desenvolver rapidamente nos anos à frente, dado que a praça marítima de todos os tipos está sendo inadequada mesmo para as necessidades civis e militares mínimas".

[14] De acordo com Simonsen, "a parte nucleal de um programa dessa natureza, visando a elevação da renda em um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização. Essa industrialização não se separa, porém, da intensificação e do aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, a que ela está visceralmente vinculada" Idem, op. cit, pp.33-4.

[15] Idem, op. cit, p.34. Contudo, cabe frisar que Simonsen não compactua com um Socialismo de Estado, está, na verdade, longe disso.

[16] Idem, op. cit., p.35.

Havia, contudo, duas preocupações para levar adiante esse Plano de Desenvolvimento da Economia Brasileira: a primeira dizia respeito às formas de obtenção de financiamento, porque o Brasil não dispunha de capitais suficientes; a segunda refere-se ao grau de intervencionismo do Estado na economia, pois com o findar da Guerra tornava-se evidente que haveria um surto de liberalismo nas economias dos países do mundo todo.

As respostas a essas preocupações estavam nas reservas brasileiras no exterior obtidas através das exportações durante a Guerra. Roberto Simonsen acreditava que o governo brasileiro poderia disponibilizar parte desse crédito e a outra parte viria de um empréstimo adquirido nos Estados Unidos, de país a país. O valor do empréstimo, apesar de elevado, representaria uma pequena porcentagem da renda nacional daquele país[17]. A inovação estaria na forma de pagamento desse financiamento, pois "os juros seriam, inicialmente, substituídos pela participação, por determinado prazo, nos resultados das exportações industriais e, eventualmente, nos saldos de novas exportações, em geral, de forma a evitar-se a supercapitalização dos investimentos"[18].

A intensidade da interferência do governo brasileiro na economia seria "discutida" entre as "entidades de classe", com a preocupação de que a intervenção não prejudicasse as indústrias já instaladas e não permitisse a concorrência das nossas indústrias com as indústrias estrangeiras[19].

A Política Econômica segundo Eugênio Gudin

Eugênio Gudin no seu Parecer, intitulado "Rumos da Política Econômica", apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, no dia 23 de março de 1945, faz, inicialmente, um resumo das propostas de Roberto Simonsen, e conclui que as constatações do Conselheiro são corretas, entretanto, as propostas para as solucionarem são equivocadas. Nas palavras de Gudin:

[17] "O Brasil poderia empenhar pelo menos 50% de suas atuais disponibilidades no estrangeiro. Evitar-se-ia, dessa forma, uma deflação, tão prejudicial quanto a inflação a que ora assistimos". Ainda, "a obtenção do financiamento geral poderia ser negociado com os Estados Unidos. Os suprimentos anuais de que careceríamos – boa parte em aparelhamentos e equipamentos a serem importados – representariam menos de 0,2% da renda nacional norte-americana" Idem, op. cit, p.35.

[18] Idem, Ibidem.

[19] Com isso, "proporcionar-se-iam, ao mesmo tempo, os meios indispensáveis à renovação do aparelhamento já existente(...). Não seria concebível que, enquanto o país desenvolvesse um formidável esforço no sentido de montar o seu equipamento econômico, fosse ele, em pleno período construtivo, perturbado pela concorrência da produção em massa, de origem alienígena" Idem, op. cit., p.36.

> as considerações desenvolvidas pelo Conselheiro Roberto Simonsen em seu Relatório, no tocante à debilidade de nossa economia e ao pauperismo de nossas populações, salutar reação já agora firmada contra o espírito do 'porque-me-ufanismo', são irrefutáveis(...). Traçam bem o quadro de uma economia de pobreza. Não há tampouco como divergir dos objetivos gerais visados no Relatório(...). Não há, pois divergência quanto aos objetivos a colimar(...). No tocante, porém, aos métodos a adotar, à análise da conjuntura econômica que se quer remediar e aos princípios gerais a que deva obedecer a política econômica, não posso, como se verá deste parecer, acompanhar a orientação do ilustre Relator do plano econômico[20].

O cálculo da renda nacional realizado pelo Ministério da Fazenda e utilizado por Roberto Simonsen em seu Parecer será questionado por Gudin, cujo valor a seu ver está completamente equivocado, pois não computa a parcela paga com serviços, não inclui os juros, entre outros problemas[21]. Ao propor o aumento da renda racional, questiona Gudin qual renda nacional que Roberto Simonsen deseja quadruplicar, já que a utilizada por ele não tem "valor algum".

Eugênio Gudin questionará a intervenção do Estado na economia, por acreditar que a economia liberal não é a responsável pelos problemas ocorridos no início do século e sim equívocos de ordem política, que trouxeram a Primeira Guerra Mundial e posteriormente a Grande Depressão, outro problema identificado que também não tem relação com o liberalismo econômico é a mudança de direção da economia mundial, que passou da Inglaterra para o "inexperiente Estados Unidos". De acordo com Gudin:

> Não cabe assim à economia liberal a responsabilidade desses desastres. Originalmente, a Grande Depressão foi o resultado de um fenômeno político: a Guerra Mundial de 1914, que abalou profundamente o sistema que a economia liberal havia construído em um século. Subsidiariamente, incumbe a responsabilidade aos desacertos praticados pelo grande, mas ainda inexperiente, país que passara repentinamente, de país devedor à posição do maior credor do mundo e líder da economia mundial[22].

O planejamento econômico promovido pelo governo Roosevelt em 1933, para conter os impactos da Grande Depressão, denominado *New Deal* e elogiado por Simonsen, será avaliado por Gudin como maléfico, pois o governo estava entrando na

[20] Eugênio GUDIN. Rumos de política econômica. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, pp.53-4.

[21] Dentre os erros apontados pelo Relator, "o maior erro, porém, do cálculo feito pelo Ministério do Trabalho está em que ele inclui na renda nacional o valor das mercadorias importadas do estrangeiro (!) (que são renda nacional dos países que exportaram e não nossa) e subtrai o valor das mercadorias que exportamos (!) (que são legitimamente renda nacional brasileira)". Idem, op. cit, p.59.

[22] Idem, op. cit, p.67. Enquanto a Inglaterra era um grande importador, os Estados Unidos produziam 46% da produção mundial, o que alterou o comércio internacional e vários países começaram a encontrar dificuldades para vender seus produtos.

seara da iniciativa privada: "(...) vasta e desabusada intervenção do Estado, 'planificando' as atividades econômicas no domínio da ação e da iniciativa privada"[23].

Além de criticar o *New Deal*, o autor também condena a intervenção econômica adotada por outros governos, como Hitler na Alemanha, Salazar em Portugal e Stalin na União Soviética. Condena principalmente a proposta de Simonsen de realização de Planos Quinquenais. Para Gudin, "invocar o exemplo da Rússia para justificar planos econômicos no Brasil e em outros países é demonstrar completo desconhecimento do caso russo"[24].

A proposta do Conselheiro Roberto Simonsen levaria, na concepção de Gudin, a um intenso intervencionismo de Estado, fugindo do ideário liberal, que deveria ser o *desideratum* brasileiro, principalmente porque em sua opinião a diferença entre a ideologia liberal e a coletivista é bastante evidente, o que demonstra a necessidade de implementarmos a filosofia liberal, pois:

> para a filosofia liberal, o ideal é o mercado em livre concorrência e a mobilidade de fatores de produção; é a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto dos preços traduzindo a demanda efetiva de mercadorias e serviços. Para a filosofia coletivista, o ideal é um plano perfeito imposto por uma autoridade onipotente. Para a filosofia coletivista, é o Estado totalitário. A diferença entre as duas filosofias é radical e irreconciliável. O coletivismo serve-se do poder do Estado para administrar a produção e o consumo; o liberalismo utiliza esse poder para preservar e favorecer a liberdade das trocas, que é o princípio essencial de seu modo de produção[25].

No Brasil, em sua análise, evidencia-se uma participação muito grande do Estado na economia e, "se é para a Democracia e a Economia Liberal que desejamos caminhar, então urge mudar de rumo e ao invés de ainda mais ampliar o campo industrial do Estado, devemos ao contrário, fazer voltar à iniciativa privada as empresas industriais em mãos do Governo"[26]. Gudin discorda da argumentação de que a economia privada não dispõe de recursos suficientes para atuar em determinadas áreas da economia e que o Estado deveria atuar, discorda inclusive da formação de empresas mistas, com capital privado e capital Estatal, isto porque:

> a participação do Estado afugenta o capital privado, pelo justo receio da forçosa preponderância que o Estado exercerá na administração da empresa e na escolha de seus

[23] "O estadista democrático que se meter a planificar a vida econômica será logo defrontado pela alternativa de assumir poderes ditatoriais ou abandonar seus planos". Idem, op. cit, p.68.
[24] Idem, op. cit., p.71.
[25] Idem, op. cit, p.68.
[26] Idem, op. cit., p.81.

> dirigentes, feita, em regra, sob critérios políticos(...). O capital privado foge de colaborar com o capital do Estado porque não confia na capacidade e eficiência administrativas do Estado[27].

Eugênio Gudin criticará a forma de financiamento sugerida por Roberto Simonsen para a execução de seu programa econômico, para Gudin é preciso dar totais condições para que o capital estrangeiro se interesse em investir em nosso país, principalmente o dos Estados Unidos, mas "qual será o capital estrangeiro que para aqui afluirá, ao ver que o Governo realiza operações de crédito 'de Governo a Governo' para suprir capital e assim assumir a tutela de indústrias nacionais, 'evitando novas iniciativas concorrentes?"[28]. Inclusive os capitais nacionais não se arriscariam em empreendimentos industriais por virem as indústrias já instaladas protegidas pelo Estado[29].

O autor elenca a inflação como o maior desafio a ser solucionado na economia brasileira[30] e, para isso, propõe medidas para estancá-la e chamará a atenção da Comissão para três princípios, que julga fundamentais para se tomar medidas de política econômica.

1º Princípio – Uma vez atingido o 'emprego total', novos empreendimentos farão subir os preços, mas não farão crescer a produção.

2º Princípio – Para uma situação de inflação e de emprego total (como a atual) o remédio é estancar a inflação e não a de tentar estancar a produção.

3º Princípio – Porque se impõe a necessidade de moderar as 'obras novas'[31].

O aumento das atividades durante o período de Guerra, principalmente em função do setor de investimentos públicos, além do setor destinado à produção de artigos de consumo que não podiam mais ser importados, somados às convocações do serviço militar fizeram com se criasse, na visão de Gudin, "uma situação de hiperemprego e de hiperinvestimento, com o agravante de realizarmos os investimentos

[27] Idem, op. cit, p.82.
[28] Idem, op. cit., p.83.
[29] O papel do Estado liberal, na esfera das atividades privadas seria, nas palavras de Gudin "como dizem os ingleses, 'a de estabelecer as regras do jogo, mas não a de jogar'. Isso não importa, porém, de forma alguma, em dizer que o Estado se desinteresse da Economia, aqui ou em qualquer outro país. No Brasil nunca precisamos tanto de uma colaboração inteligente e eficaz do Estado para o progresso de nossa economia como na atual conjuntura, em que é premente a necessidade de uma série de medidas legislativas e administrativas capazes de *permitir* e *facilitar* a expansão e o progresso econômico do país" Idem, op. cit, p.84.
[30] De acordo com HOLLANDA FILHO, op. cit., p.5, "a receita básica implicava na busca do equilíbrio orçamentário que deveria ser obtido, principalmente, por meio da redução dos investimentos públicos, produtivos e improdutivos. Isto porque ele via nos elevados gastos do governo – na construção e modernização das estradas de ferro e rodovias, instalação (Cia Siderúrgica Nacional) e a ampliação (Cia Vale do Rio Doce) de empresas estatais em setores de insumos básicos etc – a principal fonte de pressões inflacionárias da época".
[31] Idem, op. cit., pp.95-9.

com material e mão de obra a preços de Guerra". A partir dessa constatação, necessário se faz,

> corrigir, quanto antes, o grave desequilíbrio de nossa Economia, reduzindo o nível de nossas atividades no setor de investimento ao limite dos fatores de produção e de transporte de que dispomos, depois de satisfeita a economia de consumo, aguardando que o término da Guerra nos permita obter novos elementos de produção(...). É de se esperar que então cessará também o fluxo ininterrupto das emissões de papel-moeda, causado pela carência de importações[32].

Para Gudin, no Brasil vive-se ainda o "espírito mercantilista", em que se deve exportar muito e importar pouco, para ele só exporta muito quem importa muito. No Comércio Internacional, o que deve ser levado em consideração é a "relação de trocas"[33]. No Brasil o que se deveria fazer é: "primeiro, controlar a inflação; segundo, promover e liderar a formação de organismos internacionais para a legítima defesa dos preços dos produtos primários (suprir créditos temporários em conjuntura de deficiência); terceiro, criar e manter as condições indispensáveis a atrair capital estrangeiro"[34]. Em relação à balança comercial, o governo não deveria se preocupar com ela, pois esta é "apenas uma das contas do balanço de pagamentos".

Para Gudin, no Brasil há um abuso das tarifas aduaneiras, que além de serem elevadas, se eternizam e para sustentar sua argumentação dá como exemplo o caso da indústria têxtil, a qual acusa de incorrer num elevado protecionismo e não conseguir se desenvolver; nessa situação o maior prejudicado seria o consumidor brasileiro que em sua visão tem de comprar produtos de qualidade questionável e com preços elevados.

Em um país como o Brasil, o grau de protecionismo deveria ser medido, de acordo com Eugênio Gudin, por dois componentes, a tarifa propriamente dita e a taxa cambial, pois a taxa cambial cadente faz com que aumente a proteção à mercadoria nacional. Em suas palavras:

> As mercadorias importadas encarecem desde logo proporcionalmente à queda da taxa cambial, enquanto o custo de produção das mercadorias produzidas no país só muito lentamente vai subindo. Daí a margem de proteção de que se beneficia a indústria

[32] Idem, op. cit, p.101.
[33] Porque "as transações do comércio internacional têm de ser encaradas em seu aspecto real de troca de mercadorias por outras mercadorias. E a maior ou menor vantagem que um país tira do comércio internacional depende da quantidade de mercadorias que ele entrega pela exportação em troca das que recebe por importações. Essa vantagem é expressa pela 'relação de trocas' (*terms of trade*), que é o quociente do índice de preços das mercadorias que se exportam. Assim, por exemplo, quando em 1927, o Brasil, dava uma saca e meia para receber uma tonelada de trilhos, sua 'relação de trocas', isto é, sua vantagem no comércio internacional, era muito maior do que quando, em 1937, tinha de dar 15 sacas para receber a mesma tonelada de trilhos" Idem, op. cit, pp.102-3.
[34] Idem, op. cit., p.105.

> nacional durante esse período. A mercadoria estrangeira encarece desde logo, ao passo que o custo de produção da mercadoria nacional só muito lentamente se vai agravando[35].

Reconhece Eugênio Gudin que na atual conjuntura, com a taxa cambial elevada, esta atua influenciando negativamente o grau de protecionismo, pois diminui o preço das mercadorias do estrangeiro e eleva o preço da mercadoria nacional, o que resulta numa desproteção à indústria nacional, o que torna necessário o reajustamento de nossa taxa cambial. Com isso, revela-nos o autor:

> Excepcionalmente – e pela primeira vez, creio eu, em nossa história econômica – verifica-se neste momento o fenômeno oposto. O poder de compra da moeda nacional decaiu consideravelmente; os salários são repetidamente elevados por lei e por força da inflação, ao passo que as taxas cambiais estão francamente acima das taxas naturais correspondentes à paridade do poder de compra. A indústria nacional sofre atualmente de uma desproteção. Sua margem de proteção em vez de ser igual à tarifa aduaneira *mais* o efeito do câmbio cadente é igual a esta tarifa *menos* o efetivo de um câmbio artificialmente mantido a taxa mais elevada que a real. No momento atual, está muito reduzida a importação de mercadorias estrangeiras concorrentes das nacionais, mas se, restabelecida a normalidade das trocas internacionais, se quiser assegurar à nossa indústria a margem protecionista que lhes dá a tarifa aduaneira, importa reajustar as taxas cambiais ao nível natural da paridade do poder de compra. Na atual situação, quem goza de proteção é a mercadoria estrangeira e não a nacional[36].

O regime de licença prévia, cuja argumentação para sua introdução é também precaver-se contra o *dumping*, será acusado por Gudin, de servir para proibir a concorrência com as indústrias já instaladas, pois para se resolver o problema do *dumping*, necessário se faz restabelecer a paridade do poder de compra do cruzeiro em relação ao dólar: enquanto o dólar pouco perdeu de seu poder de compra no período de Guerra, o cruzeiro perdeu 50% de seu valor e com o câmbio deslocado de sua taxa natural, as mercadorias nacionais encareciam. Para reverter esta situação, tem-se que reajustar a taxa cambial e não adotar o regime de licença prévia, em que as indústrias mais uma vez se protegem[37].

Eugênio Gudin questionará a argumentação utilizada por Simonsen de que os países industrializados são ricos e os países de economia agrícola ou extrativa são

[35] Idem, op. cit, p.111.
[36] Idem, op. cit, pp.111-2.
[37] "Só há um remédio que é o de encarar a realidade da considerável depreciação permanente do cruzeiro por força de nossa inflação e ir acertando as taxas de câmbio na paridade do poder de compra. Em vez disso, adotamos a 'licença prévia', isto é, a simples proibição das importações de tudo quanto puder concorrer com a indústria nacional. É uma medida extremamente perigosa, a meu ver; é o regime do monopólio integral da indústria nacional correspondente a uma tarifa aduaneira igual ao infinito. É, além do mais, uma medida de pura economia totalitária, em que o Estado é quem passa a decidir o que se pode e o que não se pode importar" Gudin, op. cit, p.113.

pobres, isto é, de que indústria significa riqueza. Para se contrapor a essa afirmação, Gudin utilizar-se-á do exemplo do desenvolvimento da Argentina, país de economia agrícola e possuidor de riquezas. De acordo com Gudin:

> Onde as terras são férteis e planas, onde se praticam a irrigação e a drenagem, onde se dispõe dos conhecimentos técnicos e dos elementos necessários à adubação, onde se faz uso das máquinas agrícolas para preparar o solo, para semear, para capinar e mesmo para colher, onde se disseminam a instrução e a técnica, a economia agrícola pode formar um país muito rico e de alto padrão de vida. Para nós brasileiros, basta que olhemos para a Argentina"[38].

O que se deve fazer, na concepção de Eugênio Gudin, é aumentar a produtividade na agricultura[39], pois no caso da indústria, o excesso de protecionismo cria um desestímulo ao aumento da produtividade, pois nenhum industrial vai querer incorrer em custos para elevar a produtividade de sua indústria se ela está protegida da concorrência e com seus lucros garantidos.

A Réplica de Roberto Simonsen

Em sua réplica a Eugênio Gudin, encaminhada à Comissão de Planejamento Econômico, em junho de 1945, Roberto Simonsen reitera a necessidade dos países no pós-guerra substituírem o planejamento que adotavam por outro, para evitar crises de grandes proporções. No Brasil, não seria admissível que se abrisse a economia à concorrência estrangeira, sob pena de comprometer o desenvolvimento alcançado no período[40].

Contestando a visão de Gudin sobre o intervencionismo estatal na economia russa[41], argumenta Simonsen que a experiência desse país no planejamento de sua economia, indubitavelmente, fará com que sua transição de uma economia de Guerra para uma economia de paz seja feita de forma mais competente do que em outros países como o Brasil, em que "a fraqueza e a instabilidade econômica nos levaram à adoção de

[38] Idem, op. cit, p.115.

[39] Torna-se imprescindível "aumentar a nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar. E se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sob a proteção das 'pesadas' tarifas aduaneiras e do câmbio cadente, continuaremos a ser um país de pobreza, ao lado do rico país que é a Argentina" Idem, op. cit, p.116.

[40] De acordo com Simonsen, "não seria concebível que enquanto o país desenvolvesse um formidável esforço no sentido de montar o seu equipamento econômico, fosse ele em pleno período construtivo perturbado pela concorrência da produção em massa, de origem alienígena" Roberto SIMONSEN. O Planejamento da economia brasileira. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p.148.

[41] Afirma Simonsen: "é de se acentuar que o sistema de governo, a coletivização da propriedade e o planejamento econômico desse país são três coisas diferentes, historicamente entrelaçadas, mas que não têm, lógica ou praticamente, dependência uma das outras" Idem, op. cit, pp.150-1.

uma série de planejamentos parciais e intervencionismos de Estado sempre reclamados pelos produtores em dificuldade e, quase sempre, mais tarde, por estes mesmos condenados"[42].

O planejamento econômico não está, de acordo com Simonsen, preso às escolas políticas ou a economias antidemocráticas[43]. Além do que não compreende o autor do parecer a relação existente entre o planejamento e a iniciativa privada, por isso o condena com tanto vigor. Para Simonsen, a relação entre o planejamento e a iniciativa privada é a seguinte:

> o planejamento econômico é uma técnica e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares. Pelo contrário. Cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito da produtividade(...). O planejamento econômico, sendo uma grande arma contra a instabilidade econômica, concorre para assegurar a sobrevivência das instituições políticas, das médias e pequenas empresas, propicia maiores facilidades para o controle e combate aos *trusts* e proporciona a melhor utilização da propriedade privada em benefício da coletividade[44].

Para Simonsen, Gudin não compreende o verdadeiro relacionamento que tem de haver entre a agricultura e a indústria em uma nação, por isso, defende entusiasticamente a agricultura e relega à indústria uma posição secundária, além de não reconhecer os progressos obtidos pela indústria nacional no período, por isso Gudin é contra a industrialização do país, pois:

> é partidário convicto da agricultura, mostrando não compreender, no seu alto, verdadeiro sentido, o curial entrosamento das duas atividades – rural e industrial(...). Julga um princípio errado supor-se que os países industrializados são ricos e os de economia agrícola ou extrativa são pobres. Nega que exista uma só indústria nacional que tenha atingido o 'grau de maturidade capaz, se não de exportar, ao menos de dispensar a proteção para o mercado interno'. É desconhecer o nosso parque industrial e fazer do brasileiro um juízo pouco lisonjeiro. É desconhecer que exportamos produtos industriais e que vários desses produtos têm sido bem recebidos no estrangeiro. É atacar a indústria nacional pelo simples prazer de criticar, pelo desejo de ver o Brasil um eterno dependente de outros povos[45].

[42] Idem, op. cit., p.151.
[43] Tanto é, que "o Estado liberal vem planejando, de há muito e progressivamente. Se a expressão é nova, a realidade é velha. O planejamento apresenta-se, hoje, como técnica de maior vulto, porque os problemas se tornaram muito complexos e enormes têm sido os progressos verificados nas ciências econômicas, sociais e na tecnologia em geral". Idem, op. cit, p.153.
[44] Idem, op. cit, pp.153-4.
[45] Idem, op. cit, p.151.

Não aceitará Simonsen, a crítica efetuada por Gudin sobre o cálculo da Renda Nacional brasileira, realizada pelo Ministério do Trabalho e utilizada por ele, pois em sua concepção, a questão relevante é a metodologia utilizada pelo Ministério e, de acordo com a metodologia utilizada, as contas se encontram corretas[46].

Com a evolução da sociedade, torna-se necessário um controle governamental sobre os interesses individuais, tanto em governos liberais, mesmo que mais restrito, quanto nos governos totalitários, pois:

> Acreditava-se no século XIX que a riqueza da comunidade era igual à soma total do bem-estar material dos indivíduos e que assim, cada um, desejando melhorar a sua própria condição econômica, contribuía, automaticamente, para a riqueza da comunidade em geral. Acreditava-se, ainda, que a atividade econômica era autorreguladora e que a iniciativa particular, no regime da concorrência dos interesses individuais, era controlada pelo jogo desses próprios interesses. Desnecessário era, portanto, o controle governamental no regime dos negócios. Mas a devastação das riquezas naturais, a ausência de defesa em relação a múltiplos fenômenos meteorológicos, as sucessivas crises econômicas, a existência da miséria em meio à abundância, a crescente concentração de riquezas em mãos de um pequeno número, a exploração do homem pelo homem, toda uma série de imensos problemas criados pelas grandes aglomerações urbanas, *a profunda diferenciação na evolução entre as nações ricas e as nações pobres*, a impossibilidade do sistema de preços refletir, num dado momento, as condições prováveis dos mercados futuros, tornaram evidente a insuficiência do primitivo automatismo social e econômico, admitido pelos economistas clássicos"[47].

Para se ter uma ideia, elucida o autor que os Estados Unidos utilizam-se de um controle governamental, através do protecionismo, há mais de um século, o que propiciou a eles transformarem-se em grande potência industrial. Em suas palavras:

> As tarifas protecionistas adotadas por mais de 120 anos nos Estados Unidos nada mais foram do que um instrumento de planejamento, almejando a larga intensificação da sua grandeza, transformando-o, durante o século XIX, de país agrícola em potência industrial. A regulamentação dos monopólios teve em mira encorajar e manter a concorrência entre as pequenas empresas, no interesse dos consumidores. A legislação trabalhista é uma intervenção para proporcionar uma melhor segurança na vida dos assalariados. A fiscalização dos gêneros alimentícios e dos medicamentos foi uma forma de intervenção, objetivando a proteção do consumidor. A defesa dos recursos naturais é planejada para garantir a sua conservação, a sua continuidade e o seu uso

[46] De acordo com Simonsen, "se o Ministério do Trabalho adotou, para o cálculo da renda nacional, o conceito do consumo, é evidente que teria de excluir do total da produção os valores exportados, que não foram consumidos pelos habitantes do país. Se esses valores que foram exportados já estavam incluídos no cálculo da produção, como acrescentá-los, novamente, somando a exportação, como quer o Sr. Gudin? Propondo acrescer ao cálculo da renda nacional brasileira o valor das exportações e diminuir o das importações revela o autor dessa proposição a sua incompreensão sobre o verdadeiro conceito de renda e movimento de capitais" Idem, op. cit, p.170.
[47] Idem, op. cit, p.181.

> inteligente e eficiente. Toda uma sucessão de serviços públicos foi criada em setores onde a ausência de probabilidades de lucros não despertava a iniciativa particular[48].

Mais recentemente, para conter a crise da Grande Depressão, utilizaram-se de uma política econômica amplamente intervencionista, o *New Deal* que, apesar de condenada por Eugênio Gudin, permitiu àquela nação sair da crise. Além do que, quando implementada essa política intervencionista por parte do presidente Roosevelt, já se sabia que ela seria temporária, até se arrefecer da crise, apesar de que algumas medidas continuaram a existir, principalmente as relacionadas "a política agrária e a legislação trabalhista".

Simonsen, contra a concepção liberal de Gudin, acusá-lo-á de não reconhecer que o liberalismo só é vantajoso para países de riqueza já consolidada e mesmo assim, para se desenvolverem, utilizaram-se em grande medida do protecionismo, para promover suas indústrias, sua agricultura e se tornarem grandes nações, como é o caso dos Estados Unidos que, "após haverem consolidado a sua indústria, com 120 anos de protecionismo *à outrance*, com reiteradas ascensões no valor de suas tarifas, desfraldam hoje a bandeira do liberalismo". Além da Inglaterra que sendo "campeã do liberalismo no comércio internacional, só o adotou depois de ter sua indústria montada e em condições de absoluta superioridade, precisando, além disso, viver de seus navios e dos seus entrepostos comerciais. Nenhum país ergueu um sistema industrial sem proteção"[49].

Para os países pobres, persistir no regime liberal seria, cada vez mais, ficar dependentes dos países desenvolvidos e não poderem se desenvolver, ou seja, não se industrializar. Indaga Simonsen: "se copiassem essa nova política como poderiam os países pobres, devedores e ainda não industrializados, evitar uma cristalização de sua inferioridade?". Além disso, "as medidas de policiamento, as simples 'regras do jogo', serão suficientes para assegurar a todos os indivíduos e todas as nações as mesmas oportunidades para alcançarem um razoável padrão de vida?"[50]. As respostas a essas indagações são negativas, pois um regime protecionista é a melhor maneira de um país se desenvolver, basta olhar para a história dos países de riqueza já consolidada, além do que, em muitos casos justifica-se um protecionismo duradouro e não "limitado e temporário" como propõe Gudin.

[48] Idem, op. cit, p.183.
[49] Idem, op. cit., pp.143-4.
[50] Idem, op. cit, p.193.

Para Roberto Simonsen, Gudin faz uma defesa do livre-cambismo em condições ideais, ou seja, inexistentes na realidade atual, principalmente para países como o Brasil. Caso o Brasil adotasse as propostas do Relator, voltaria ao estatuto de uma "Fazenda Ultramarina", pois Gudin não conhece nosso verdadeiro desenvolvimento, nas palavras de Simonsen:

> desconhece S.Sª. o estado quase colonial da nossa economia, a nossa posição demográfica, a insuficiência de 'empregadores' para o aumento e a diversificação de nossa produção e quer 'copiar' para o nosso país as 'regras do jogo' sugeridas para nações supercapitalizadas, em que se procuram evitar as depressões econômicas e harmonizar os vários fatores já existentes, para se conseguir, de fato, uma melhor e mais estável distribuição de renda nacional[51].

Há, de acordo com Simonsen, um desconhecimento do protecionismo aduaneiro adotado pelo Brasil, pois se analisarmos no período de 1934 a 1944, ou seja, 10 anos, perceber-se-á que a tarifa brasileira diminuiu de 33,4% em 1934, para 10,6% em 1944 e mesmo assim acusam-se as tarifas de estarem encarecendo o custo de vida no Brasil. Apesar de Gudin reconhecer que no momento atual quem goza de proteção é a mercadoria estrangeira, suas propostas para se resolver este problema são limitadas, pois:

Roberto Simonsen conclui sua réplica argumentando que somente a industrialização poderia aumentar o padrão de vida da população brasileira e esta industrialização deveria ocorrer com a intervenção direta do Estado na economia, planejando, promovendo um protecionismo às indústrias, não permitindo a concorrência estrangeira, pois só a partir do desenvolvimento dessas indústrias poderemos aumentar nossa renda nacional em níveis satisfatórios.

Tréplica de Eugênio Gudin (Carta à Comissão de Planejamento)

Em sua tréplica, enviada à Comissão de Planejamento Econômico, no dia 24 de agosto de 1945, Eugênio Gudin ressalta que atacou a classe à qual Simonsen representa que aufere lucros extraordinários, favorecida com a situação de Guerra e protegida pelo Estado brasileiro, à custa dos interesses do consumidor. Em suas palavras:

[51] Idem, op. cit, p.195.

O cálculo da renda nacional utilizado por Roberto Simonsen é mais uma vez criticado, justamente em sua metodologia, Gudin explicará, de forma contundente, quais as contas que estão inseridas no Balanço de Pagamentos[52].

Reconhece Gudin que numa economia de Guerra exige-se uma participação maior do Estado, principalmente no que diz respeito as mercadorias que devem ter prioridade na produção, o que não deve acontecer é o Estado continuar sua intervenção após as "circunstâncias excepcionais". Adverte o autor:

> em casos de grave comoção econômica, como a que atingiu o mundo ocidental em 1930 e que foi produto da primeira Guerra Mundial e dos graves erros econômicos e políticos que se seguiram, é claro que o Estado não pode ficar indiferente, como Roosevelt não ficou em 1933. *O perigo está em querer prosseguir o regime econômico de emergência*, ditado por circunstâncias excepcionais, da mesma forma que em matéria política governos procuram, não raro, prorrogar o estado de sítio mesmo depois de cessadas as justas causas que o motivaram[53].

Eugênio Gudin reitera os abusos cometidos pelo protecionismo brasileiro, apesar de concordar que algumas indústrias brasileiras merecem uma proteção do Estado, contudo, "ampare o Estado as indústrias merecedoras de proteção, incentive a formação de novas indústrias pela concessão de favores, indo até a garantia de juros ou à subvenção, se necessário, - mas não participe diretamente dos empreendimentos industriais"[54].

Gudin se defende da acusação de que é contra a indústria nacional, assumindo que é contra a forma pela qual a indústria está se estabelecendo, principalmente devido às barreiras alfandegárias. Argumenta:

> Eu não faço nem nunca fiz guerra à indústria nacional. Num país montanhoso, com terras pobres de húmus e ricas de erosão, seria um contrassenso não nos procurarmos industrializar. (...) O que eu tenho combatido são os abusos do protecionismo desatinado e propalado como 'científico', da 'licença prévia', da supressão de iniciativas concorrentes e dos lucros astronômicos[55].

---

[52] "As contas de um país referentes a todas as suas transações correntes com os outros países constituem o que se chama de 'balanço anual de pagamentos em conta corrente' ou 'balanço de rendimentos'. Esse balanço inclui todas as transações internacionais do país durante o ano, com exclusão do movimento de capitais e ouro. É clara a necessidade dessa exclusão dos capitais na conta corrente anual; se, por exemplo, um país realiza, em determinado ano, empréstimos externos, o valor desses empréstimos não constitui renda do país nesse ano, pela mesma razão por que um indivíduo não diz que ganhou mais em determinado ano porque nesse ano tomou capitais emprestados". Idem, op. cit, p.222.
[53] Idem, op. cit, p.228.
[54] Idem, Ibidem.
[55] Idem, op. cit, p.229.

Para Gudin, Roberto Simonsen não quer concorrência, quer um intenso protecionismo e para a modernização das indústrias alega tornar-se necessário um empréstimo por parte do Estado junto ao governo dos Estados Unidos. Gudin é contra essa orientação e defende a abertura da economia à concorrência, pois nessa situação as indústrias brasileiras por necessidade de se manterem no mercado irão procurar modernizar seu aparelhamento aumentando, com isso, a sua produtividade e só as empresas ineficientes irão ruir.

Considerações Finais

O debate ocorrido entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin demonstra uma distinção bastante evidente entre os setores da classe dominante[56], pois de um lado temos Simonsen, defensor incondicional do desenvolvimento econômico brasileiro, através da industrialização, como a única forma de se promover o aumento da renda nacional brasileira e fomentar uma demanda interna. As indústrias que haviam se desenvolvido no período de guerra precisavam de um apoio governamental, tanto para a reestruturação de seus equipamentos desgastados pela utilização intensa, quanto de uma proteção da concorrência estrangeira, através de medidas de planejamento por parte do Estado brasileiro. Simonsen elucida o exemplo do *New Deal* estadunidense, promovido por Roosevelt, como forma de conter a crise da década de trinta, através de uma intensa atuação do governo na economia, adotando medidas de planejamento e promovendo a proteção contra a concorrência estrangeira, além de elogiar o planejamento econômico adotado na União Soviética, através dos Planos Quinquenais. Dessa forma, ressalta a importância da participação ativa do Estado como ocorreu em outras nações.

Eugênio Gudin criticará os números utilizados por Roberto Simonsen sobre a renda nacional brasileira, elaborada pelo Ministério do Trabalho, a pedido de Simonsen. Contudo, apesar da renda nacional ser baixa e precisar ser elevada, a contundência da crítica de Gudin aos erros cometidos pelo Ministério fez com que o debate acerca da renda se restringisse ao acerto ou erro do cálculo. Gudin criticará qualquer participação do Estado na economia, argumentando que todas as experiências fracassaram inclusive o *New Deal*. Defenderá com muita ênfase a agricultura, discordando da argumentação

[56] Reiterando a importância do debate temos, de acordo com BALESTRIEIRO, op. cit., p.86, que "a controvérsia sobre o planejamento econômico foi, por um lado, um debate entre um líder industrialista da época com um economista liberal de grande expressão. Provavelmente, em nenhum dos dois lados havia alguém mais apto para representar suas posições". Para DOELLINGER, op. cit., p.4, "seus protagonistas foram Roberto Simonsen, intelectual renomado e um dos maiores líderes empresariais de todos os tempos, e Eugênio Gudin, homem público destacado, intelectual brilhante e hoje tido como pai do moderno pensamento econômico brasileiro".

de que agricultura é sinônimo de pobreza e indústria é sinônimo de riqueza. Utilizará a argumentação de que o Brasil vive uma situação de pleno emprego, o que o faz esquivar-se das orientações de Keynes. Contradiz-se um pouco em relação ao protecionismo, ao afirmar que naquele momento, devido à valorização cambial a indústria brasileira estava sofrendo de uma desproteção e, ao mesmo tempo, acusa os excessos cometidos pela indústria no que tange ao protecionismo.

Quando questionado sobre o principal motivo do debate, Eugênio Gudin em uma entrevista, de 1979 é claro: "se você me perguntar de onde brotou esse debate, qual foi o espírito que o inspirou, eu lhe responderei sinteticamente: o protecionismo excessivo que a indústria paulista exigia"[57]. Nem mesmo os exemplos citados por Simonsen do desenvolvimento de países como a Inglaterra, os Estados Unidos, entre outros, que só conseguiram se desenvolver através de uma política protecionista de desenvolvimento às indústrias, não levaram Gudin a admitir a promoção de uma política protecionista no Brasil. Exceto numa situação bastante específica, na qual não explicitou muito bem a sua posição e deu razão ao protecionismo segundo List, mantendo, entretanto, uma discordância radical com as proposições de Manoilesco.

Bibliografia

BALESTRIERO, Geraldo Élvio. *Gênese do Planejamento Econômico no Brasil*. São Paulo, 1996, mimeo. Tese (Doutorado), USP/FFLCH.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O Rei da vela: a crise de energia que abate o Brasil é apenas um capítulo das consequências econômicas de mr. Cardoso. *Revista Carta Capital*. ano VII, n. 148, jun. 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideologia e Desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. In:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: EDUC, 1996.

CORSI. Francisco Luiz. O I Congresso Brasileiro de Economia. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica*. São Paulo, 2 a 5 de Setembro de 2001.

CORSI, Francisco Luiz. *Os Rumos da Economia Brasileira no Final do Estado Novo (1942-45)*. Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, 1991, p.132.

DOELLINGER, Carlos Von. Introdução. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

[57] Eugênio GUDIN. *Eugênio Gudin (depoimento, 1979)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1980, p.145.

GUDIN, Eugênio. *Análise da Situação Econômica e Monetária do Brasil (depoimento prestado pelo Sr. Eugênio Gudin perante a Comissão de Inquérito Econômico e Social da Assembleia Constituinte)*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1946.

GUDIN, Eugênio. Carta à Comissão de Planejamento. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

GUDIN, Eugênio. *Eugênio Gudin (depoimento, 1979)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1980

GUDIN, Eugênio. *Para um Mundo Melhor: ensaio sobre problemas de após-guerra*. Rio de Janeiro – São Paulo: Civilização Brasileira. 1943.

GUDIN, Eugênio. Rumos de política econômica. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

HOLLANDA F°, Sérgio Buarque. *Um debate histórico entre intervencionismo e liberalismo econômico no Brasil: R. Simonsen x E. Gudin*. São Paulo: IPE/USP. Seminário nº 22/99-29.10.1999.

LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MALAN, Pedro. Et al. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/1952)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MANOILESCO, Mihail. *Theoria do proteccionismo e da permuta internacional*. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.

RODRIGUES, C. H. L. Eugênio Gudin e o Liberalismo para o Desenvolvimento Econômico. In: *Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica, IV Congresso de Pós-Graduação em História Econômica, IV Encontro de Pós Graduação em História Econômica e II Conferência Internacional de História Econômica*. São Paulo, 3 a 5 de Setembro de 2008.

RODRIGUES, C. H. L. Roberto C. Simonsen e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro. In: *I Conferência Internacional de História Econômica e III Encontro Nacional de Pós-Graduação em História Econômica*. Campinas, 6 e 7 de Setembro de 2006.

SIMONSEN, Roberto. Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial (Conferência Pronunciada a 8 de outubro de 1943 no Auditório dos Serviços Hollerith, no Rio de Janeiro). In: _____. *Simonsen e a Operação Pan-Americana*. São Paulo, Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: 1958.

SIMONSEN, Roberto. A Planificação da economia brasileira. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

SIMONSEN, Roberto. O Planejamento da economia brasileira. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

A estruturação da publicidade imobiliária no Brasil como uma das condições para a valorização da terra.

Carlos Rovaron

Introdução:

Em trabalhos clássicos de história econômica agrária como os de Vera Lucia do Amaral Ferlini[1], Lígia Osório Silva [2], Márcia Maria Mendes Motta[3], e outros, sempre são apontados as seguintes condições de valorização da terra: **a** - proximidade de mercados consumidores de peso, como o foi o Rio de Janeiro por muito tempo; **b** – desenvolvimento e proximidade de uma infraestrutura de caminhos e transportes que agilizasse a conexão das áreas produtoras com o mercado consumidor, como num primeiro momento as rotas de tropas de burros, os rios e barcos, e depois as ferrovias; **c** - condições naturais propícias para o desenvolvimento de gêneros valorizados no mercado, tais como fertilidade do solo, pluviosidade e características de relevo e clima e, **d** – as pressões inglesas para o fim da escravidão que promoveram a necessidade de valorizar a terra em relação ao escravo.

O que propomos neste artigo é enfileirar a estas condições de valorização mais uma: a publicidade imobiliária. Entretanto o que é publicidade imobiliária? A publicidade imobiliária é produzida por um conjunto de normas do *Direito Registral Imobiliário* [4]. Publicidade, nos dicionários jurídicos, tem a conotação de tornar público, divulgar, sentido bem diverso das estratégias de propaganda e marketing para vender produtos e serviços que nos vem à mente quando ouvimos essa palavra [5]. O termo envolve não apenas as normas que ditam a metodologia de ingresso de um título no registro e seus efeitos materiais e processuais, mas também o sistema cartorário que estas normas estruturam, o qual torna público os registros e títulos de imóveis e os dados neles contidos, ou seja, acessíveis a qualquer pessoa, com vista a permitir conhecer se alguém é de fato o titular de diretos de propriedade sobre um imóvel determinado, sejam eles plenos ou relativos, e se há incidência de ônus sobre a propriedade [6].

---

[1] FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Terra, trabalho e poder, o mundo dos engenhos no nordeste colonial***.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

[2] SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.SALLES, Venício. *Direito Registral Imobiliário*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

[3] MOTTA, Márcia Maria Mendes. Direito a terra no Brasil: a gestão do comflito, 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

[4] DIP, Ricardo. Do Conceito de direito registral imobiliário. In: *Registro de Imóveis (vários Estudos)*. Porto Alegre: Safe, 2005.

[5] SILVA, de Plácido. Vocabulário Jurídico. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Glaucia Carvalho – Rio de Janeiro, 2009.

[6] LACRUZ BERDEJO, José Luiz & SANCHO REBULLIDA, Francisco Assis. *Drecho Immobiliario Registral*. 2ª. Ed., Madrid, Bosch, 1984. Para cumprir o objetivo de tornar pública a legal e econômica de um imóvel a produção dos registros nos cartórios deve seguir os princípios básicos de *continuidade, especialidade, disponibilidade, publicidade, prioridade, instância, unitariedade da matrícula* e *legalidade.* O Detalhamento destes princípios pode ser encontrado em vários livros sobre Direito

Por ônus entende-se qualquer restrição sobre o imóvel que possa diminuir seu valor, cuja origem está num direito que um terceiro tenha sobre ele, que pode ser: direito de gozo e uso sobre coisa alheia, como, por exemplo, o usufruto, ou o direito real de garantia de uma dívida, como, por exemplo, a hipoteca. No primeiro caso a restrição recai sobre os direitos de uso, fruição e disposição da coisa (elementos do direito de propriedade plena), no segundo caso a restrição constitui-se no fato de uma dívida acompanhar o imóvel, sendo transferida para qualquer um que adquira o direito de propriedade sobre ele, quer por compra, herança ou doação. A possibilidade de averiguação da existência de ônus incidentes sobre um imóvel é uma das principais funções da publicidade e sua utilidade é claramente comercial e econômica.

Além da possibilidade legal de acesso aos registros imobiliários, a publicidade também requer a estruturação de um sistema físico, organizado e integrado de consulta que facilite a localização dos títulos por imóveis e proprietários nos cartórios, o que exige a elaboração de livros de títulos dos imóveis, onde as mutações por eles sofridas sejam registradas, e de livros índices alfabéticos e cronológicos por proprietário e imóvel que sirvam de índices remissivos de consulta.

Em resumo, a publicidade imobiliária visa a proteger interesses de terceiros, especialmente os eventuais credores e compradores do bem. Por isso atua no mercado de compras e vendas e no de crédito concedido como base de garantia imobiliária.

Cartórios sempre existiram no Brasil desde o século XVI, mas e a publicidade imobiliária? Quando começou a ser estruturada? E por que a estamos propondo como uma condição de valorização da terra ao lado das citadas? Estes questionamentos são os que abrem este artigo, cujo objetivo será os responder no seu desenvolvimento. Mas, para o segundo questionamento, podemos adiantar que o desenvolvimento legal e formal (a infraestrutura cartorial de consulta) do sistema de publicidade imobiliária permitiu tornar a terra uma garantia hipotecária de crédito mais segura por possibilitar ao credor averiguar se de fato a pessoa que estava lhe pedindo empréstimo tinha direito de propriedade sobre a terra oferecida em garantia, se já não o havia vendido, que direitos eram esses, e se sobre a propriedade recaia algum ônus que diminuísse seu valor, dentre os quais hipotecas anteriores. Embora no Brasil escravos também fossem hipotecados, a terra, como lembra Lígia Osório, era um bem imperecível, portanto garantia menos instável que o cativo [7].

Aos dois questionamentos anteriores podemos lançar mais um: o que o crédito tem a ver com a valorização da terra? Para começar a responder essa pergunta é importante situar o papel da garantia nas transações de crédito ao longo do tempo: a nosso ver, quanto mais a

---

Registral Imobiliário, dentre os quais podemos citar SALLES, Venício. *Direito Registral Imobiliário*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

[7] SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.SALLES, Venício. *Direito Registral Imobiliário*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

economia foi se capitalizando no Brasil e no mundo, mais seu sistema passou a exigir garantias para as transações de crédito e o desenvolvimento de mecanismos legais para o aumento da segurança e solidez dessas garantias. O desenvolvimento da publicidade imobiliária encaixa-se nesse processo. Quanto mais certeza o sistema legal gera sobre a solidez da garantia do empréstimo, mais essa passa a ter valor como tal e a significar o retorno do capital emprestado para as mãos do credor no caso de insolvência da dívida. Além disso, essa segurança, ao diminuir os riscos, permite baratear os juros. Como já indicamos, a publicidade imobiliária relaciona-se com a produção de segurança da garantia hipotecária: o bem imóvel. Paulatinamente a condenação moral do empréstimo a juros no ocidente foi se afrouxando, a palavra deixou de bastar e a sociedade se transformou em uma sociedade do contrato escrito e regulamentado por normas legais.

Entretanto isso ainda não esclarece a questão: o que o crédito tem a ver com a valorização da terra? O crédito foi um elemento importante na circulação de economias com "baixa monetização" como as do Brasil Colônia e Império e, quanto mais o desenvolvimento da publicidade imobiliária ao longo do tempo aumentou a segurança da terra como base de garantia de crédito, mais a terra - riqueza concreta – se converteu em riqueza abstrata: a possibilidade de aquisição de crédito. Em outras palavras, acreditamos que o fato de a publicidade imobiliária ter paulatinamente ampliado o seu significado de possibilidade de crédito lhe agregou valor juntamente com as outras condições de valorização anteriormente citadas: o valor de ter se tornado crédito em potencial, garantia segura e aceita pelos poucos detentores de capital, e o valor de ser uma possibilidade de acesso à moeda cunhada circulante nos mercados do Brasil, cuja escassez perdurou até fins do séc.XIX.

E com base em que estruturamos essa ideia? Esse raciocínio foi montado a partir de uma pesquisa que nos levou à interligação dos resultados de observações e análises das informações de dois corpos documentais principais: a) - Escrituras cartoriais de Caldas-MG no séc.XIX: observação das movimentações de compra e venda e de hipotecas de escravos e de terras; b) - Leis: levantamento cronológico de leis que aumentaram a publicidade dos títulos de hipoteca e terras e outros no Brasil.

Por ora adiaremos o detalhamento desta pesquisa e, para perseguir o objetivo de fazer raciocínio acima mais claro, propomos continuar na sua discussão obedecendo-se a estrutura expositiva dos quatro pontos que seguem, sendo que a abordaremos mais diretamente no quarto ponto:

1 – A importância do crédito para a circulação em economias ditas de baixa monetização como a do Brasil Colonial.

2 – A situação da circulação de moeda cunhada na economia do Brasil Império e o papel que crédito nela assume.

3 – Publicidade imobiliária e crédito no Brasil antes e depois da proclamação da independência:

3.1 - Como era a publicidade imobiliária e o crédito no Brasil Colônia:

3.2 - Como era a publicidade imobiliária e o crédito no século XIX:

4 – As relações possíveis da evolução da publicidade imobiliária na legislação do século XIX com a movimentação de transações hipotecária nos Cartórios de Caldas-MG.

1 – A importância do crédito para a circulação em economias ditas de baixa monetização como a do Brasil Colonial.

Para falar de economia e monetização no Brasil Colonial, escolhemos como exemplo o caso de Minas Gerais no séc.XVIII, onde se supõe que havia maior quantidade de moeda. Angelo Alves Carrara aponta como fértil para analisar a economia de Minas Gerais a hipótese elaborada por Carlos Sempart Assadorian a partir do caso da mineração de Potosi: a existência de uma relação entre o volume da produção mineral e a extensão das relações comerciais que permitiu o desenvolvimento da ideia de que a produção de metais preciosos foi responsável pela constituição de mercados internos que adquiriram autonomia posteriormente[8]. Trata-se do conhecido "efeito multiplicador" ou "cadeia de novos efeitos" da mineração que trabalha as relações entre o mercado consumidor, constituído pelos centros de mineração, com a criação zonas internas de abastecimento desses mercados, as quais se tornaram também espaços consumidores, mais a relação de ambos com o mercado externo. Essa hipótese fornece um bom modelo para pensar a formação dos circuitos comerciais e a circulação nos espaços mineradores que envolvem a especialização e regionalização da produção de três categorias de mercadorias – gêneros de exportação, de abastecimento interno e gêneros importados. Carrara aplica este modelo sistematicamente em seu trabalho *Minas e Currais* [9].

Mas que meios de troca possibilitavam essa circulação? O que se quer dizer com baixa monetização no Brasil Colonial, mesmo em regiões como Minas Gerais? A questão crucial nesse ponto é o que se define como moeda. Carrara sugere que a distinção entre "pseudo moedas" e "verdadeiras moedas" feita por Ruggiero Romano com base no caso de Potosi - segundo a qual as "verdadeiras moedas" se definem pela divisibilidade e homogeneidade, características que permitem contar - ofusca a importância dos meios de troca chamados de "pseudo-moedas" na circulação e estruturação de mercados internos, como foi o caso do ouro em pó e em barra, que eram pesados e não contados [10]. Na visão de Ruggiero Romano a

[8] CARRARA, Angelo Alves. A vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas ssetecentistas. In: *A vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas Setecentistas.* Angelo Alves Carrara (org.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. – PP.8-10

[9] CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1764-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFRJ, 2007.

[10] CARRARA, Angelo Alves. A vista ou a prazo:... – Op. Cit. – pp.7-12

escassez da "moeda verdadeira" comprometeria a possibilidade de surgimento de um mercado interno ao forçar as transações seguirem o modelo da economia natural pautado na troca de valores de uso [11]. Entretanto como se explicaria a estruturação de mercados internos complexos em Minas Gerais mesmo com a escassez das moedas consideradas "verdadeiras"?

Como melhor para resolver este impasse, Carrara aponta o trabalho de Guido Barona Becerra, no qual as trocas se davam por meio de quatro tipos simultâneos e diferentes de moedas relacionados com a divisão social do trabalho, com as relações de produção geradas a partir do espaço minerador e com as relações sociais existentes:

> 1º) moedas de ouro e prata de alta denominação e fracionadas, cunhadas pela administração colonial e monopolizadas pelos "hacendados", mineradores, comerciantes, clero e ordens religiosas, assim como pelos funcionários da Coroa e os integrantes dos cabildos; o resto da população só pôde aceder à moeda fracionária cunhada em muito pouca quantidade, quando exerceram certos ofícios menores como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, etc.;
> 2º) a "moeda de conta" (moeda escritural), empregada em geral por personagens pertencentes a grupos familiares proeminentes em cada localidade nas compras de escravos, fazendas, minas e casas, ou produtos de Castela; entre os setores socialmente subordinados, dava-se uma anotação em um papel, do **montante de sua dívida**;
> 3º) o ouro em pó ou em folhetas, cuja circulação como moeda foi circunstancial;
> 4º) as "moedas da terra", facilmente confundíveis com a troca, que podiam ser alguns produtos como coca, sal, cacau e carne, entre outros; o emprego destas "moedas"se fez geralmente, para pagar salários devidos aos setores sociais mais deprimidos social e economicamente [12].

Apesar de apontar a perspectiva de Barona Becerra como mais fértil para analisar a estruturação de mercados e a circulação em Minas do que a de Romano, há aí um dilema teórico acerca da definição do que é moeda[13]. Carrara indica a análise de exemplos contemporâneos nos estudos monetários de Jerônimo Blanc como "preciosa contribuição" para a solução desse dilema teórico: as situações da extensão do uso de bônus de compra (como tickets-refeição e vales transporte) e a dolarização na América Latina e na Europa central e oriental, que levaram Blanc a

> ....explorar a natureza dos **instrumentos monetários paralelos**, bem como sua articulação ao sistema monetário nacional e às condições nas quais as pessoas jurídicas ou físicas são levadas a empregá-las. Estas **moedas paralelas**, ou de modo mais amplo, estes **instrumentos de conta e de pagamento** são muito distintos da moeda nacional. Nesse sentido, o autor propõe-se a hipótese de que, para analisar em profundidade e de modo abrangente o que é a moeda, é necessário descer ao nível do que as pessoas (físicas ou jurídicas) fazem dela, isto é, convém analisar a moeda não tal como a lei a decreta mas tal como as pessoas a vivem: só importam suas práticas monetárias. Portanto, o autor propôs-se a abordar a moeda não mais pelos agregados macro-econômicos, mas pela micro-escala à qual se revelam os comportamentos monetários e sua incrustação social. É precisamente

[11] Op.cit. – pp.11-12
[12] Op.cit. – pp.10-11. Grifo nosso.
[13] O que Romano denomina moeda ("monnaie") corresponde, antes de tudo ao que os autores hispano-americanos denominam "dinheiro", isto é, a categoria econômica que funciona tanto como medida e reserva de valor, quanto como meio circulante e de pagamento ("Money"). No sentido estrito de meio de circulação, é o que denominamos moeda ("currency"), uma forma particular da existência do dinheiro - Op.cit. – p.12

> esta diversidade de instrumentos monetários, para além das estritas moedas nacionais, que caracteriza a realidade econômica latino-americana colonial[14].

Esse raciocínio fundamenta não só as divisões dos tipos de moeda feitas por Barona Becerra como a defesa de Carrara em *Minas e Currais* da relevância do ouro em pó como moeda na circulação em Minas Gerais no séc.XVIII, defesa que é reiterada em *À Vista ou a Prazo* da seguinte forma: "O volume documental (contábil) disponível já seria suficiente para provar o domínio da oitava de ouro como moeda,..."[15]. Ou seja, o ouro em pó pode ser considerado uma moeda dentro da Capitania de Minas Gerais pelo uso social que as pessoas faziam dele como tal. Para Carrara o ouro em pó não foi somente um produto colonial/mercadoria, produzido em Minas Gerais, mas, para além disso, foi uma moeda de uso corrente e habitual, de fundamental importância para a estruturação de um mercado interno [16]. Em 1750 a Coroa proibiu sua circulação fora da Capitania de Minas Gerais e a circulação de moeda cunhada em seu interior [17]. Sendo assim, todas as transações comerciais e fiscais dentro de Minas Gerais foram feitas com ouro em pó. As transações fora da capitania deveriam ser feitas em moeda cunhada: réis. Isso envolveu um sistema de conversão do ouro em pó, contabilizado por oitavas (3,486g) e suas frações, para réis [18]. O fim da utilização do ouro em pó como moeda em Minas só ocorreu em 1808, quando foi proibida por alvará régio [19]. Quer dizer, o ouro em pó foi usado como moeda paralela apenas em Minas, o resto do território colonial não pode contar com essa possibilidade. Por isso não é absurdo dizer que a "moeda escritural" foi uma possibilidade de meio de troca para circulação mais generalizada.

Talvez por esse motivo, o que chama a atenção de Carrara no estudo de Barona Becerra é a constatação de que a maioria das operações de compra e venda de imóveis rurais e de lavras mineiras de Potosi foram feitas através de "dinheiro de conta", ou "moeda escritural", em outras palavras, através do crédito, que neste caso equivale à circulação monetária nominal, e não real. Ou seja, o crédito funcionou como moeda paralela na circulação da riqueza patrimonial. Considerando as escrituras públicas e a importância da existência de escrituras particulares, não públicas, Carrara afirma que "Esta modalidade parece também ter tido existência em Minas Gerais"[20]. Neste sentido, na falta de moeda cunhada, instrumentos de crédito provavelmente tiveram importância como moedas paralelas ao lado do ouro em pó na

[14] Op.cit. –pp.12-13. Grifo nosso.
[15] Op.cit. – p13. Observação entre parênteses nossa.
[16] CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais:...Op.cit.* - Vide páginas: 73-75 e 274. Na página 85 o autor informa: "A constância do meio monetário expressa nessa forma de escrituração só confirma a descrição de José Joaquim da Rocha, segundo a qual em Minas não havia moeda corrente mais que ouro em pó". A fonte é informada na nota 134 de seu livro: COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais [1791]. *RAPM*, vol.2 [1897], p.503
[17] Idem. - p.85
[18] Idem. Sobre este sistema de conversão, vide pp. 73-75.
[19] Idem. Alvará Régio de primeiro de setembro de 1808.
[20] Idem. – p.11

circulação da riqueza. Mais do que isso, onde a circulação de ouro em pó era proibida o crédito poderia ser uma via de acesso à moeda cunhada.

Para tornar mais compreensível esse raciocínio convém despender o esforço refletir sobre o conceito de moeda escritural: a moeda escritural, também chamada de moeda de conta ou de moeda fiduciária, se funda no crédito e indica uma promessa de pagamento [21]. O termo fiduciário vem do latim *fidúcia*, de *fidere* (confiar), portanto indica uma moeda que se instituiu em confiança [22]. Pode ser definida da seguinte forma:

> Qualquer moeda que não se mostre *moeda real*, uma *peça metálica*, com um valor próprio ou equivalente ao que lhe é atribuído (valor intrínseco), é fiduciária, seja papel-moeda ou *moeda-papel*. Juridicamente, pois, tal como sucede economicamente, exibe-se sob a forma de um *título de crédito*, porque nele há a promessa de pagar a *soma em dinheiro* nela consignada [23].

Título de crédito é uma designação genérica para qualquer documento escrito em que se firme o direito de crédito sobre quantia pecuniária, mercadorias ou coisas em comércio [24]. Como exemplos de títulos de crédito podem ser citados as letras de câmbio e notas promissórias [25]. Também entram na categoria moeda escritural os bilhetes de banco, as moedas divisionárias, as cédulas emitidas pelo Estado (papel-moeda) [26].

Uma das principais características da moeda escritural é sua circulação, ela cumpre o papel de meio de troca diferindo-se do papel-moeda apenas por não ter curso forçado, é fiduciária porque seu valor é devido apenas à confiança depositada no seu banco emissor, que deve cercar suas emissões de garantias, de modo que conquiste a confiança pública. Hoje, para que a moeda escritural tenha valor ou poder liberatório, é necessário que tenha sido emitida pelo Estado ou com a sua autorização [27]. Contudo, o que dava confiança à moeda escritural no moento em que não existiam bancos?

O primeiro banco emissor em território brasiliero foi criado por D. João em 1808 como uma espécie de banco central misto e com a finalidade de finaciar as altas desepsas governamentais mais do que promover o crédito particular [28]. Surgiu assim o Banco do Brasil, o quarto banco emissor do mundo depois do Banco da Suécia (1868), do Banco da Inglaterra (1694) e do Banco da França (1800). A sua crise começada em 1821 agravou-se com a retirada

---

[21] SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009: no vocábulo moeda metálica, De Plácido diferencia moeda metálica de moeda escritural da seguinte forma: "É a moeda propriamente dita, pois que, em seu sentido técnico e originário, ela sempre se entende a *peça metálica*, com valor intríseco ou não, que é cunhado com um valor certo representativo ou indicativo do *dinheiro*. É a *moeda real* e se distingue, por essa razão, quando tem um valor intrínseco, da ***moeda fiduciária*, que se funda no *crédito*, indicando-se uma *promessa de pagamento***" – Grifo nosso.
[22] Op. Cit. – Vocábulo *moeda escritural*.
[23] Idem. Ibidem. – Itálico no próprio autor do dicionário.
[24] Idem. – vocábulo *título de crédito*.
[25] Idem. Ibeidem.
[26] Idem. – vocábulo *moeda fiduciária*.
[27] Idem. Ibidem.
[28] O Alvará de 12 de outubro de 1808 autoriza a criação do Banco do Brasil.

de joias e metais de seus cofres por D. João VI quando voltou para Portugal, o que desvalorizou os bilhetes emitidos pela instituição[29].

Diante destas informações perguntamos: quem cumpria o papel agente financiador do crédito no Brasil antes de 1808? Quem emitia moeda escritural e sob quais garantias? Antes dessa data o crédito era oferecido pelas instituições como a Arca dos Órfãos e irmandades religiosas[30] ou por particulares que desempenhavam um papel misto de agentes comerciais e agiotas. Na primeira metade do século XIX estes agentes podem ser identificados nos donos de casas comerciais no Rio de Janeiro que tinham fazendas de produção de gêneros de abastecimento no Sul de Minas, os quais desempenhavam as funções de produtores, atravessadores, comerciantes e credores [31]. Nos anos 60 do século XIX, com o aumento da importância do café no Vale do Paraíba, estes agentes, chamados de comissário, passaram a se ligar a essa atividade[32]. O Banco Comercial do Rio de Janeiro, mesmo depois do início de seu funcionamento em 1842, ainda era dependente das relações pessoais de um intermediário, um comissário ou outro comerciante ligado ao setor importador e exportador, porque estes, além de conhecerem os tomadores de empréstimo tinham interesses direto nesse tipo de operação, pois eram acionistas do Banco e recebiam dividendos [33].

Diferentemente de hoje, antes de 1808, não havia um banco emissor responsável pela credibilidade dos títulos de crédito então produzidos e na falta de mecanismos legais garantidores do credor mais eficazes, a palavra, através de testemunhas dignas de confiança, ainda tinha peso. Rafael F. Santos mostra o peso da palavra na confiança da moeda escritural do século XVIII estudando os bilhetes de crédito dentre as outras formas de "práticas de creditícias" por ele levantadas[34]. Ele também chama a atenção para o fato de o crédito, e por consequência a dívida, estar presente em escrituras de compra e venda em que o pagamento ao

---

[29] Após a proclamação da independência em 1822 o Banco do Brasil continuou funcionando precariamente até 1829, quando foi fechado pelo Parlamento. Na sequência surgiram a primeira Caixa Econômica em 1831 e o Banco Comercial do Rio de Janeiro em 1838, o qual teve sua carta patente aprovada só em 1842. – Todo o pequeno histórico sobre os bancos visto nesta nota e no texto acima foi extraído de; F. dos Santos Trigueiro. *Dinheiro no Brasil.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Léo Cristiano Editorial, 1987.

[30] Sobre a Arca dos Órfãos vide: SANTOS, Rafael Freitas. O ouro e a palavra:... Op. Cit. – p.78

[31] Sobre os fazendeiros/atravessadores intermediário/credores no sul de Minas, vide: LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação* (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842). 2ª. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

[32] Informações sobre o papel do comissários no mundo do café durante o segundo reinado podem ser encontradas em: Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.

[33] GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, economia e poder no segundo reinado: o caso do Banco Mauá e Cia (1854- 1875).* In: Cadernos do ICHF. N. 71. Niterói: UFF, 1997 – pg.40

[34] SANTOS, Rafael Freitas. O ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista. In: *A vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas Setecentistas.* Angelo Alves Carrara (org.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010: "adotei a expressão 'práticas creditícias' para referir o conjunto de atividades relacionadas à obtenção de dinheiro por empréstimo, a venda a prazo de produtos e serviços ou à abertura e manutenção de uma conta junto a casas comerciais e produtores rurais" - p73

vendedor foi parcelado, feito a prazo [35]. Com relação às transações de crédito em geral, o autor nota que os empréstimos mais avultados eram feitos por contratos que usavam garantia hipotecária real e que os menos avultados eram feitos por bilhetes de crédito que começavam com a fórmula "devo que pagarei", os quais normalmente tinham como garantia apenas a palavra do devedor, já que o autor não observa nestes bilhetes garantia pessoal, como, por exemplo, o aval[36]. Estes documentos assemelham-se bastante às notas promissórias[37], o que nos permite encaixa-los na categoria moeda escritural.

E as hipotecas, elas encaixam-se dentro da categoria dos títulos crédito e podem ser consideradas moeda escritural? Em última instancia a hipoteca é uma garantia da dívida dada para o credor constituída de bens imóveis [38]. Outra de suas características é que é "*um contrato acessório, pressupondo a existência de um contrato principal por ele garantido*" [39]. O contrato principal é o contrato de mútuo, ou empréstimo, a hipoteca é um contrato acessório dentro desse contrato principal que visa dar uma garantia para o credor do retorno do capital emprestado em caso de insolvência. Este contrato acessório produz um "*direito real sobre a coisa dada em garantia (jus in re)*" [40]. A questão é se, como a moeda escritural, a hipoteca pode circular como um meio de troca. Segundo De Plácido e Silva, "*o título de hipoteca, ou título hipotecário, tendo o caráter de um título de crédito, é suscetível, como tal, de transferência, ou cessão, podendo ainda servir de base a um penhor, ou melhor, a uma caução*" [41]. Seguindo a lógica das definições expostas até agora, como título de crédito a hipoteca poderia ser enquadrada como moeda escritural. Mas qual o alcace da circulação da dívida como moeda escritural proporcionado pela tranferência ou pela cessão? A circulação parece ser maior no caso das letras hipotecárias: hoje da simples hipoteca de segurança ou adjetiva retiram-se várias letras hipotecárias, também chamdas de cédulas hipotecárias, que perfazem juntas o mantante total do

[35] Idem. Ao todo, 80% dos das compras e vendas existentes dentre as 913 escrituras públicas dos cartórios de Sabará - 1713 e 1773 que analisou encontram-se dentro dessa categoria: vendas parceladas, feitas a prazo – p.79
[36] Idem. – pp.78-79.
[37] SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*; ... – Op. Cit. - Nota Promissória: "É a *promessa de pagamento*, emitida diretamente pelo devedor a seu credor, a ser realizada no vencimento que nela se fixa. É um *título de crédito* nos moldes da *letra de câmbio*. E está subordinada às mesmas regras e princípios jurídicos instituidos para esta. E somente se difere da *letra de câmbio* porque se revela uma promessa do devedor ao credor, enquanto a letra de câmbio é a *ordem de pagamento* do credor, sacada contra o devedor, a vavor de um terceiro (tomador). Incialmente, o devedor, que é o *emitente* da nota promissória, já assume o compromisso escrito e solene de pagar, o que confessa dever. Na letra de câmbio, ao contrário, *somente depois de aceitar*, está o devedor vinculado à obrigação, que na primissória, nasce desde logo, com a emissão de título, *que vai assinado pelo próprio devedor*. A promissória exsurge com o título líquido e certo, sem qualquer outra solenidade, que não sejam as que se determinam em lei, para sua emissão legal. (...) A nota primissória atribui a seu portador o dierito de cobrar a importância nela consignada, desde que não seja pontualmente paga, por ação executiva".
[38] Op. Cit. – Vocábulo *hipoteca*.
[39] Idem. Ibidem.
[40] Idem. Ibidem.
[41] Idem. – Vocábulo *título de hipoteca*.

emprestimo (mútio)[42]. Estas letras hipotecárias são verdadeiras hipotecas cirulantes em oposição à mera hipoteca de segurança de que se originou, assim adquire a mesma função de uma letra de câmbio emitida sob a garantia hipotecária: "*É um título emitido, tal como a debênture, que reveste o caráter de um papel-valor, incorporando no mesmo documento não somente o crédito, como a própria garantia hipotecária, em que o mesmo se privilegia*" [43]. Dessa forma "*a hipoteca se substantiva, passando a circular livremente pelo papel valor, representativo de um crédito negociável*" [44]. Se é difícil afirmar que a hipoteca encaixa-se na categoria de um título de crédito e, portanto, na categoria de moeda escritural, a letra hipotecária gerada a partir dela encaixa-se perfeitamente, a questão é saber quando letras hipotecárias foram criadas e quando começaram a ser usadas no Brasil. Importante não esquecer que por trás de cada hipoteca e de cada letra hipotecária exite um imóvel. Se o conceito de moeda escritural, que abarca os títulos de crédito, pode ser encarado como a circulação nominal da riqueza representada por moeda cunhada, no caso da hipoteca a terra constitui a outra face da riqueza representada pelo capital transacionado no contrato de empréstimo. O importante é que, seja considerada moeda escritural ou não, a hipoteca representa um elemento importante nas economias com baixa circulação de moeda cunhada no Brasil dos séculos XVIII e XIX: a facilitação da obtenção de crédito. Como observa Rafael F. Santos ela era usada para transacionar crédito de valores mais elevados. E onde há crédito, há dívida.

A análise que Rafael Santos fez sobre os inventários presentes dentro de sua mostra documental lhe permitiu ainda observar que as dividas fizeram parte da vida da população ao longo de todo o século XVIII, não sendo exclusivas do declínio da produção mineradora[45]. Comungamos da opinião de que longe de esse endividamento generalizado significar decadência econômica, significou que o crédito foi usado como uma das "moedas paralelas" possíveis na circulação econômica.

As reflexões acima ajudam a pensar mais cuidadosamente sobre a famosa escassez de moeda no Brasil Colonial [46]. Há pouca moeda, mas o que está sendo chamado de moeda? Isto limitou a estruturação de um mercado interno em que medida? E o papel dos outros meios de troca? Nosso objetivo aqui não é responder essas perguntas, o que autores como Carrara vêm trabalhando em fazer, mas apenas deixá-las indicadas para chamar a atenção para a importância do crédito na circulação da economia colonial, encarando-o como uma circulação nominal de moeda. Acreditamos que esta discussão ajuda a entender a importância do crédito nesta economia.

[42] Idem. Ibidem. – Vocábulo *letra hipotecária*.
[43] Idem. Ibidem. Itálicos do texto original.
[44] Idem. Ibidem. Itálicos do texto original.
[45] SANTOS, Rafael Freitas. *O ouro e a palavra:*...Op. cit. – pp.86-87
[46] Vários documentos de capitães generais a respeito e de presidentes de província podem ser encontrados na coleção *Documentos Interessantes*.

2 – A situação da circulação de moeda cunhada na economia do Brasil Império e o papel que crédito nela assume.

Continuando a discussão aberta anteriormente, poderíamos nos perguntar se o fato de o Brasil ter deixado de ser colônia em 1808 e de posteriormente ter se tornado independente teria propiciado estímulos a maior circulação de moeda cunhada. Além disso, poderíamos nos perguntar qual o papel do crédito nesse momento.

Como vimos anteriormente, o uso do ouro em pó como moeda paralela foi proibido em 1808 com a chegada do príncipe regente D. João por alvará régio. Minas não podia mais contar com essa possibilidade e o resto do território brasileiro nunca contou com ela. Poderíamos imaginar que, ao lado das aberturas de estradas ordenadas pelo príncipe regente para ligar as regiões produtoras do sul de Minas ao Rio de Janeiro e resolver os problemas de abastecimento e carestia de alimentos da cidade[47], também foram tomadas medidas para resolver o "problema" da falta de moeda cunhada circulante, como a criação do Banco do Brasil em 1808 e as medidas de 1812 para auxilia-lo sugerem [48]. Entretanto mesmo depois da independência, no final dos anos 30 do século XIX, a circulação de moeda cunhada ainda era escassa e o crédito ainda tinha um papel relevante nessa economia. A retirada de metais preciosos e joias do Banco do Brasil por D. João VI ao voltar para Portugal e sua falência e fechamento pelo Parlamento do então Brasil Independente em 1829, explica em parte a permanência dessa escassez. A Caixa Econômica fundada na Corte em 1831 por iniciativa privada e o Banco Comercial do Rio de Janeiro de 1838 também não resolveriam o problema.

Em 1837 a escassez é indicada pela afirmação do presidente da Província de Minas Antônio Costa Pinto de que a falta de moeda circulante era um dos pretextos usado pelos contribuintes para se esquivarem do pagamento dos impostos e aponta a necessidade de se realizar logo a operação do troco do cobre como forma de sanar o problema [49]. Outro indicativo dessa baixa monetização é sua posição de evitar a emissão de bilhetes de crédito, o que "*só com pesado sacrifício poderia ser levado á efeito; por quanto, não havendo excesso de numerário, teriam os Capitalistas de impor duras condições à administração, o que tornaria mais precária a sorte futura dos Cofres*" [50]. As "*duras condições*" desvantajosas a aos cofres da Província em longo prazo podem ser lidas como clausulas contratuais rígidas e juros altos.

---

[47] LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação* (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842). 2ª. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

[48] A título de exemplo podemos indicar as disposições do ALVARÁ DE 20 DE OUTUBRO DE 1812 Auxiliando o Banco do Brasil.

[49]MINAS GERAIS (Província) Vice-presidente Costa Pinto. *Fala Dirigida á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na Sessão Ordinária do Anno de 1837 pelo Presidente da Província Antonio Costa Pinto*. Ouro Preto: Typographia do Universal. 3 de fevereiro de 1837. - Pg.XLV.

[50]Idem. Ibidem.

Pelo jeito o troco do cobre não resolveu o problema: a Câmara de Formiga, ao informar ao Governo de Minas sobre a situação de sua produção e seu comércio em 1846[51], reclamava da falta de meio circulante para incrementar o comércio que se encontrava paralisado e também apontava a necessidade da criação de um banco provincial para financiar e fomentar a produção e fugir dos altos juros dos capitalistas, que "*produzem um efeito contrário, em vez de ajudarem a quem os paga, arruínam infalivelmente*" [52].

Nesse momento a demanda pela criação e estruturação de bancos começa a surgir esparsamente nos *Relatórios de Presidência de Província*. A crítica da Câmara recaía sobre o sistema financeiro informal de crédito[53] que na época era controlado por capitalistas que cobravam juros inviabilizadores da contração de dívidas para financiar atividades produtivas em uma economia de baixa circulação de moeda cunhada. A dominância da ação credora informal de particulares em relação aos bancos pode ser vista na fala do presidente Bernardo Jacintho da Veiga em 1840, quando discute as dificuldades de financiar a construção da estrada do Paraibuna. Nesta fala sinaliza a existência de uma economia "descapitalizada" ao reclamar que "*os possuidores dos poucos capitais disponíveis preferem o premio, que facilmente alcançam em mãos de particulares, aos lucros que possam provir de Empresas tentadas por Companhias, que lhes parecem contingentes*" [54]. Extraímos dai duas informações importantes: primeiro a de que quem estava emprestando eram pessoas físicas e não bancos; segundo a de que estes capitalistas preferiam emprestar para particulares.

Os bancos são citados no Relatório como instituições que tinham a mera função de gerenciar e dinamizar os pagamentos dos juros e amortização das dívidas contraídas pelo governo de particulares e não como grandes financiadores e credores. A questão que essa situação levanta, no caso dos empréstimos para particulares, é saber quais os instrumentos contratuais estavam sendo usados para a realização dessas operações de crédito e quais bens estavam sendo exigidos como garantia dos empréstimos. Como veremos adiante, as notações cartoriais de Caldas apontam o uso de hipotecas como meio facilitador da obtenção de crédito. Dependendo do valor do empréstimo sempre foi comum a exigência uma garantia real, isto é, um bem. E como já mencionamos, a transformação de um bem imóvel em garantia é feita através de hipoteca. De acordo com a tradição do Direito Romano transplantada para o Brasil, a

[51]Quitiliano José da Silva. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinária do anno de 1846, pelo presidente de província, Quitiliano José da Silva*. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1846 – pg.28

[52] Idem. – pp.53-54. Grifo nosso.

[53] Estamos usando informal aqui em oposição a institucional. Como transações informais de crédito entendemos transações entre particulares, em que o detentor do capital é uma pessoa a ser emprestado é uma pessoa. Como transações institucionais de crédito entendemos as em que o detentor do capital, que se converte em credor ao efetuar o empréstimo, é uma instituição financeira, como um Banco.

[54]MINAS GERAIS (Província). Presidente Jacintho da Veiga. *Fala Dirigida á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na Sessão Ordinária do Ano de 1840, pelo Presidente da Província Bernardo Jacintho da Veiga*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1840. - Pg. XXII.

garantia hipotecaria deve recair sobre bens imóveis ao passo que o penhor incide sobre os bens móveis, sendo que o credor hipotecário, diferentemente do credor pignoratício, não tem a posse do bem[55]. Apesar disso é muito comum encontrar nos cartórios a hipoteca de escravos, que são bens móveis e que, portanto, deveria se tornar garantia através do penhor.

Nesse sentido a hipoteca indica os bens que nessa sociedade adquiriram uma agregação de valor/riqueza significativo ao tomá-los como objeto garantia. O problema era a falta de publicidade imobiliária do sistema cartorial que garantisse credores e compradores ainda nos anos de 1840. A questão tanto para os agiotas/capitalistas quanto para os bancos era obter uma garantia segura de que conseguiriam resgatar o crédito. O Governo Imperial tentaria resolver essa falta de segurança das hipotecas com a Lei Orçamentária de 1843, que incluiu o início do esforço de organização e regulamentação dos mecanismos do sistema hipotecário através do registro e das informações que nele deveria haver. Mas sobre isso discutiremos mais adiante.

O importante neste momento é ressaltar que a escassez de moeda circulante na economia parece também ter persistido na segunda metade do séc.XIX. Mesmo o contexto político e econômico favorável em 1850 para uma nova reestruturação do sistema financeiro não resolveu o problema. Neste ano o Ministro do Império Brasileiro Eusébio de Queirós decidiu seguir os preceitos do *Bill* Aberdeen e aprovou em setembro a Lei 531 extinção do tráfico de escravos no Brasil, apesar da permanência da escravidão internamente, isso teria liberado os capitais destinados à compra de escravos africanos para outras atividades econômicas. No mesmo ano foi promulgado o Código Comercial[56] e a Lei de Terras[57], duas engrenagens jurídicas fundamentais para o funcionamento de bancos e empresas: a primeira reconhecia legalmente e regulamentava juridicamente a profissão de banqueiros, a organização de bancos e os contratos de financiamento, dentre os quais os garantidos por hipotecas, a segunda transformou a terra num ativo negociável. Apesar das imperfeições e problemas a Lei

[55]FRAGA, Affonso.*Direitos Reaes de Garantia - Penhor, Antichrese e Hypotheca*. São. Paulo-SP: Saraiva,1933. Sobre a hipoteca esse autor afirma: "A palavra hypotheca, que os romanos tomaram dos gregos e os luzos d'aquelles, serve para designar uma variedade dos contractos de segurança real quase em tudo similar ao penhor só com a diferença e vantagem sobre este de não exigir, para sua perfeição, a deslocação do bem que grava da posse do devedor e proprietário para a do credor. A hypotheca, extranha totalmente ao direito civil romano, só nelle penetrara ao tempo da republica, mercê da acolhida que lhe dispensara, como attesta Paulo, o direito honorário e o pretoriano; e Cícero, que exercera o consulado no anno de 689, depois da fundação de Roma, conforme os testemunhos de Tito Livio e Eutropio, confirma o seu uso em tal tempo" – pg. 396; "A hypotheca, tal como adoptara e organizara o direito romano, imperou, secularmente no direito patrio até o meiado do seculo passado, tempo em que soffrera a primeira e profunda reforma com as Leis n. 317 de 21 de Outubro de 1843 e n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, as quaesdespiram-n'a do caracter clandestino que tinha n'aquelle direito, para revestil-a da maior publicidade, e, desde então, os legisladores patrios, dominados pela ideia fixa de ser ella a fonte a mais fecunda do credito, o talisman que mais fascina e aguça a ambição do capitalismo, curaram de continuamente aperfeiçoal-a até lh'a dar a estructura definitiva que ostenta no Codigo ao lado dos demais direitos de garantia"– p. 398.

[56] Lei n.556 de 25 de junho de 1850..

[57] Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850.

de Terras e do Código Comercial, eles forneceram condições mais favoráveis para que um novo Banco do Brasil fosse criado em 1851 por iniciativa do Barão e Visconde de Mauá, dessa vez com o claro intuito de financiar a indústria e o comércio através da estruturação de um sistema de crédito [58]. Ainda assim a moeda cunhada continuaria escassa em várias praças comerciais do Brasil. Saindo do âmbito da administração do Estado e indo para o individual, uma transação de compra e venda realizada em 05/08/1884 no município de Caldas-MG demonstra a falta de moeda: os vendedores alienaram uma parte de terras de cafezais da Chácara Pirapitinga, região em que hoje é Andradas-MG, e declararam aceitar as seguintes condições de pagamento: 2:500$000 réis a serem pagos em parcelas de 500 reis no prazo de 5 anos...

> [...], em dinheiro ou em quaisquer gêneros que lhes convenha, como sejão – **animais de qualquer espécie**, e também **café em côco**, **mesmo antes de seco**, que elles vendedores receberão no **carriador**, a razão de cento e vinte e cinco litros por arroba e pello preço corrente no anno e do lugar [59].

O crédito também está presente nesta transação porque se trata de uma venda feita a prazo. Além de animais de qualquer espécie como forma de pagamento, estavam aceitando café em coco (o que significa café seco não descascado, mas estocável) e mesmo café em cereja (o que ainda não passou pelo processo de secagem). A ênfase no produto café como forma de pagamento dada pelos vendedores nesta escritura pode ser percebida no fato de aceitarem café em cereja, ou seja, em não esperarem o café passar pelo processo de secagem, trabalho que eles teriam que fazer, e mais, no fato de estarem dispostos a buscar o café ainda no carriador. Essa transação de compra e venda indica que nessa região animais e principalmente o café, durante a década de 80 do séc.XIX, eram bens de significativa capacidade de agregação de valor/riqueza e constituíam-se em moeda na falta de moeda corrente. No caso dessa transação de compra e venda o resgate do crédito presente no pagamento a ser feito parceladamente no prazo de cinco anos recai não sobre a moeda cunhada, mas sobre produtos em espécie: o café e o gado. Mas e quando não se aceitava produtos em espécie como pagamento? Nesse mundo em que sempre faltava o meio circulante amoedado, o empréstimo foi uma forma frequente do obtê-lo quando era exigido para negócios, investimentos e pagamentos. Tecnicamente o empréstimo é definido como um mecanismo de concessão de crédito mediante postergação e pagamento e cobrança de juros. Acreditamos que quanto mais incerto o pagamento da dívida na concessão do crédito, maiores os juros. Em outras palavras, dinheiro em espécie nesse mundo era difícil de conseguir e podia custar caro. A forma de tornar o crédito mais barato era ampliar a segurança da garantia do retorno do empréstimo feito, e esse é um dos principais objetivos do desenvolvimento da

[58] F. dos Santos Trigueiro. *Dinheiro no Brasil;* ... Op. Cit.
[59] Compra e Venda de partes de terras da Fazenda Pirapitinga – 05/03/1884, Livro de Notas N.º 7, folhas 45 e 46: Cartório do 2º. Ofício de Caldas-MG. – Grifo nosso.

publicidade imobiliária e da hipoteca. Somente nos anos de 1890 do séc.XIX as primeiras linhas de crédito rural do Banco do Brasil foram abertas [60]. Qual a garantia do empréstimo? A terra.

Podemos fechar esta parte dizendo que a circulação de moeda cunhada ainda era escassa no século XIX e que o crédito continuou tendo um papel relevante na circulação da riqueza.

3 – Publicidade imobiliária e crédito no Brasil antes e depois da proclamação da independência:

3.1 - Como era a publicidade imobiliária e o crédito no Brasil Colônia:

De 1603 até o século XIX, as Ordenações Filipinas podem ser consideradas a espinha dorsal das estruturas administrativas e jurídicas de Portugal e seu mundo colonial. Ao lado das Ordenações foi sendo criado um corpo normativo subsidiário composto por Portarias, Alvarás, Cartas Régias, Decretos, Provisões, Regimentos e Instruções. Portanto, se queremos saber sobre o quão precisa, acessível e pública era a consulta dos títulos dos tabelionatos da Coroa, é útil analisar alguns aspectos deste corpo legal. Para esta discussão nos restringiremos aos pontos das Ordenações que versam sobre os tabelionatos, tabeliães e seus registros, principalmente nos títulos que tratam da distinção entre os tabeliães de notas e do judicial, de como os registros deveriam ser feitos e das coisas em comum entre ambos os tipos de tabeliães [61].

Apesar de ser anacrônico, o que faremos será o exercício de analisar se as normas das Ordenações Filipinas atendem as exigências ditadas pelos princípios do Direito Registral Imobiliário Brasileiro, responsáveis hoje por gerar a publicidade imobiliária. Só a guisa de exemplo nós vamos nos deter na análise de dois dos setes destes princípios: o de *publicidade* e o de *disponibilidade*.

Publicidade é o princípio chave do funcionamento dos registros públicos hoje no Brasil e em vários lugares do mundo, sua função é tornar públicas as informações sobre os imóveis que foram geradas por todos os outros princípios registrais ao indicar o lugar certo para serem encontradas. Inclui a possibilidade de qualquer pessoa poder solicitar ao registro de imóveis as certidões que necessitar sem precisar apresentar motivo ou justificativa. Isto torna obrigatório aos terceiros (eventuais compradores e credores) conhecerem o estado jurídico do imóvel antes de comprá-lo ou aceita-lo como garantia de empréstimo e impossibilita que aleguem o desconhecimento de eventuais ônus que sobre ele pesavam.

A questão que se coloca quando olhamos para os tabelionatos/cartórios coloniais é saber qual a possibilidade de qualquer pessoa poder solicitar ao Oficio as certidões que necessitar sem precisar apresentar motivo ou justificativa. A esse respeito encontramos

[60] F. dos Santos Trigueiro. *Dinheiro no Brasil;* ... Op. Cit.
[61] Títulos LXXVIII, LXXIX e LXXX.

informações na parte das Ordenações que versa sobre os instrumentos (documentos) gerados pelos tabeliães nos Ofícios [62]: os tabeliães de notas ou os judiciais podiam dar cópias de documentos públicos, também chamados de instrumentos públicos apenas quando o "Julgador" permitia: "*...se o Julgador disser, que lhe seja dado instrumento, ou Carta com sua resposta...*" [63]. Os documentos deviam ser passados pelos tabeliães a outras pessoas apenas "*...nos casos, em que cada um deles o pode passar...*" [64]. O texto das Ordenações sugere que acesso a esses documentos somente se tornava possível quando havia uma querela jurídica e uma das partes pedia *instrumento de agravo*. O instrumento de agravo era, e ainda é, um recurso contra sentença ou despacho proferido por um Juiz e é formado com as peças (documentos/provas) que as partes indicam ou que a Lei indica. Na linguagem jurídica instrumento é qualquer papel onde se fixou por escrito o ato praticado ou o contrato, nesse sentido equivale a documento [65]. A função primária e fundamental do instrumento é fixar por escrito para documentar, produzir provas. Instrumentar é escrever contratos, elaborar escrituras ou formar os autos [66]. Uma vez deferida a formação do instrumento de agravo pelo judiciário, a parte recorrida era chamada para indicar as peças dos traslados (os documentos a serem copiados), bem como para juntar os documentos novos, e os tabeliães eram obrigados a fornecê-las. Esses pedidos de cópias podiam se estender em réplicas e tréplicas solicitadas pelas partes litigantes durante a "batalha jurídica". O texto das ordenações não faz nenhuma menção a outras possibilidades de consulta e obtenção cópias a não ser nesses casos; mais do que isso, sugere que o acesso aos documentos estava submetido a várias restrições e que não era possível a qualquer um solicitar ao tabelião as certidões que necessitasse sem precisar apresentar motivo ou justificativa, o que contraria o princípio da publicidade.

No caso do tabelionato de notas, a emissão de cópias só era permitida uma vez, somente no dia em que a escritura era feita e se uma das partes ou ambas a pedissem. Mesmo que somente uma parte pedisse a cópia, o tabelião deveria dar uma cópia para cada parte e era-lhe proibida a emissão de segundas vias, salvo por ordem superior. A infração dessa proibição poderia acarretar a pena de perda do ofício, além de eventuais outras punições contidas nas ordenações[67].

---

[62] *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, recopiladas por mandado D'El-Rey D. Philippe I. 14ª Ed. segundo a primeira de 1603 e a nona de Coimbra de 1824, por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. - **Titulo LXXX: Das coisas, que são comuns aos Tabeliães das notas e aos do Judicial** - M. – Liv.1 t.60 §33, t.50 §31, e t. 74 §3

[63] Idem, ibidem. O português dos textos deste documento, e os que se seguem, foi atualizado.

[64] Idem, ibidem.

[65] SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*; ... – Op. Cit. – Vocábulo *instrumento*.

[66] Idem. Ibidem.

[67] *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, recopiladas por mandado D'El-Rey D. Philippe I. 14ª Ed. segundo a primeira de 1603 e a nona de Coimbra de 1824, por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870. - Titulo LXVIII: Dos Tabeliães - M. – Liv.4 t.1 §13 – 17, M. – Liv.1 t.59 §4. – 18, M. – Liv.1 t.59 §7. - 19.

Outros pontos do corpo legal das Ordenações dizem respeito não só ao princípio da *publicidade* como ao da *disponibilidade*. O princípio da *disponibilidade* é extraído da máxima do Direito Romano que diz que nenhuma pessoa pode transmitir mais direitos do que possui [68]. Para um registro atender a esse princípio ele deve resolver os problemas de saber se o vendedor é de fato o proprietário, se o imóvel descrito é o que está sendo vendido, e se a totalidade da área descrita pertence de fato ao vendedor. É nesse ponto que se conecta com o princípio de publicidade. E no caso da venda do resto de uma área que foi fracionada por alienações anteriores, esse princípio força conhecer e identificar qual parcela da área original está sendo alienada e se esta corresponde a que está sendo transacionada na compra e venda. Quem trabalha com documentação do século XVIII e XIX sabe que conhecer a área de uma propriedade nos registros cartoriais é uma sorte e felicidade, a generalização da imprecisão da área nos registros é observada por autores como Lígia Osório.

Analisando o título *VII* (*Do que vende uma mesma coisa duas vezes a diversas pessoas*) do livro IV, é possível constatar as limitações do sistema cartorial da época para revelar a um eventual comprador se um imóvel já havia sido vendido ou não [69]. No mesmo livro o título VI (*Do que compra alguma coisa obrigada a outrem, e consigna o preço em juízo, por não ficar obrigado aos credores*) mostra a dificuldade de um comprador saber se havia uma dívida hipotecária incidindo sobre o imóvel. O texto descreve um complexo sistema para proteger os interesses do comprador do imóvel contra dívidas anteriores: envolvia a passagem do bem para as mãos de uma pessoa rica e de confiança, em seguida faziam-se pregões e anúncios em locais públicos chamando os eventuais credores para cobrarem sua dívida e informavam-se os prazos para o seu aparecimento, também mostra a possibilidade do aparecimento de vários credores e como se deve lhes deve pagar a dívida [70]. Transcorrido todo esse processo o bem era considerado desagravado de dívidas e poderia ser comprado com maior segurança. Mas e no caso de ônus como o usufruto, como o comprador ou credor poderia obter informações a respeito?

Como Carrara lembra, o Alvará de 30 de outubro de 1793 confirmou o valor das escrituras particulares (feitas fora dos tabelionatos públicos) e provas por testamento[71]. Portanto muitas escrituras de hipotecas e de compra e venda eram feitas particularmente e escapavam dos registros cartoriais, o que tornava ainda mais difícil saber sobre a situação de um imóvel, isso impossibilitava aos tabelionatos centralizar todas as informações sobre um bem.

Outro ponto das Ordenações que mostra essa limitação é o que fala sobre as testemunhas:

[68] Vide nota 7.
[69] Idem, Ibidem.
[70] Idem, ibidem.
[71] Idem. – pg.11

> E se os ditos Tabeliães não conhecerem algumas das partes, que os contratos querem firmar, não façam tais escrituras: salvo se as partes trouxerem duas testemunhas dignas de fé, que os ditos Tabeliães conheçam, que digam que as conhecem. E no fim da Nota, os Tabeliães façam menção, como as ditas testemunhas conhecem a parte, ou partes, as quais assim mesmo assinarão na Nota [72].

Podemos considerar que a necessidade de testemunhas conhecidas se deve, mais uma vez, as limitações do sistema cartorial da época em coletar todos os dados necessários para segurar transações de compra e venda e de credito e ampliar a sua publicidade. Poderíamos nos alongar mais ainda na discussão analisando cada um dos outros princípios, mas nosso objetivo aqui foi apenas ilustrar como era limitada a publicidade dos cartórios no Brasil Colonial. Estreitaremos ainda mais nosso foco na relação entre a publicidade e crédito.

Rafael Freitas Santos chama a atenção para o fato de que a hipoteca de bens era uma prática comum para requisitar empréstimos junto ao Juizado de Órfãos e Ausentes, um importante agente financiador na economia setecentista. Mas qual era a garantia hipotecária e como era segurada?

> Para obter um empréstimo da "arca dos órfãos" era necessário apresentar bens e fiadores como garantia. Além disso, era preciso confirmar se estes fiadores eram pessoas reconhecidamente abonadas. Para tanto, eram chamadas três pessoas de notória confiança para testemunharem se os fiadores eram mesmo abastados. Esses documentos denominados "justificação de abonação dos fiadores" podem ser encontrados nos arquivos cartorários mineiros. Nesse caso, apesar de toda proteção para que os órfãos não fossem lesados e que o dinheiro voltasse para as suas mãos, mesmo em caso de insolvência do devedor, é possível perceber que a confiança também era um elemento importante na operação. Isso, porque mesmo exigindo a nomeação de bens a serem hipotecados e de apresentar fiadores, era decisiva a palavra das testemunhas para o sucesso da transação[73].

E por que era decisiva a palavra das testemunhas para o sucesso da transação? Retorna aqui a questão das testemunhas, provavelmente pelo fato de não existir no sistema de cartorário daquela época um meio fácil e eficaz de averiguar se os bens oferecidos em garantia eram realmente pertencentes ao tomador do empréstimo, se esse bem já não havia sido vendido ou se havia algum ônus incidente sobre ele. Neste caso não sobrava outra garantia a não ser a palavra de testemunhas consideradas dignas de confiança. Em seu estudo Rafael F. Santos defende que a principal base de garantia por trás de todas as "práticas creditícias" existentes foi a palavra alicerçada na honra, o crédito fundado na palavra constituía uma forma de produzir laços sociais e redes clientelares. A essa perspectiva acrescentamos que a importância da palavra nessa sociedade também se deveu a falta de um sistema cartorário eficaz para produzir publicidade imobiliária.

É necessário esclarecer que não queremos aqui dizer que o sistema cartorial do Brasil Colônia, por ter uma publicidade limitada, era imperfeito e que essa sociedade era menos evoluída que a nossa por isso, como fazem muitos autores do direito, mas apenas sinalizamos

[72] Op. cit. - Livro I, Titulo LXVIII - M. – Liv.1 t.59 §1.
[73] SANTOS, Rafael Freitas. O ouro e a palavra:... Op. Cit. – p.78

que obedecia a lógica de sua época. Temos que considerar que o Brasil Colonial, apesar de suas peculiaridades econômicas do modo de produção escravista, se conectava com o mundo europeu do antigo regime.

Estudando a questão na França, Emanuel Besson argumenta que o ministro Colbert percebeu a necessidade de livrar a riqueza territorial dos ônus ocultos que tornavam seu valor questionável para ser garantia de crédito [74]. Para isso tentou assegurar a publicidade da hipoteca não só quando o bem era alienado, mas também quando a hipoteca era realizada no cartório. Em 1673 publicou um edito que, dentre outras coisas, ordenava instalação de cartórios de registro especializados para os credores hipotecários registrarem seus direitos, o que lhes dava prioridade para cobrar a dívida sobre os credores que assim não o fizessem. Os registros deveriam permitir a cada credor saber sobre o real estado do patrimônio de seus devedores. Isso visava a impedir aos proprietários endividados lucrarem com uma falsa aparência de fortuna. A eficácia do sistema dependia da formalidade da inscrição da hipoteca nos cartórios designados para isso. Os demais direitos reais limitados também seriam abarcados pelo registro e os compradores do bem deveriam comunicar aos credores hipotecários registrados. Os problemas eram que: 1 - escapavam desse sistema as hipotecas dos senhores feudais e de estado, menores e mulheres casadas. 2 - possibilitava a hipoteca geral sobre bens presentes e futuros. 3 – não incluía as compras e vendas ou transmissão de direitos reais sobre o bem por doação e herança, que deveriam ser registradas antes das hipotecas para o eventual credor saber se a pessoa que estava pedindo o crédito tinha ainda direito sobre o bem.

Entretanto uma facção da nobreza e parte dos parlamentares se opôs ao projeto de Colbert, que acabou revogado com o pretexto de dificuldades de sua execução. Besson explica sua revogação pelo fato de que a reforma arruinaria uma nobreza afundada em dívidas impagáveis e que sobrevivia de empréstimos e privilégios [75]. Não seria absurdo aventar a hipótese de que motivos muito semelhantes levaram a administração portuguesa a não se mobilizar para resolver esta questão. As Ordenações Filipinas praticamente não tiveram alteração enquanto vigoraram. Uma das lógicas do sistema do Antigo Regime que é apontada por muitos autores é a lógica dos privilégios. Os cartórios não seguiriam essa lógica? Quem tinha acesso às informações dos tabelionatos? Quem sabia ler?

---

[74] BESSON, Emanuel. *Les livres fonciers et La reforme hypothecaire – Étude historique et critique sur La publicité dês transmissions immobiliéres em France et a l'etranger depuis lês originis jusqu'a nos jours*. 1ª. Ed. Paris: J. Delamotte, 1891. - pp.79-82 & LAGO, Ivan Jacopetti do. *História da Publicidade Imobiliária no Brasil*. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2008.

[75] BESSON, Emanuel. *Les livres fonciers et La reforme hypothecaire – Étude historique et critique sur La publicité dês transmissions immobiliéres em France et a l'etranger depuis lês originis jusqu'a nos jours*. 1ª. Ed. Paris: J. Delamotte, 1891. - pp.79-82 & LAGO, Ivan Jacopetti do. *História da Publicidade Imobiliária no Brasil*. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2008. - Pg. - 36

Gilberto Freire toca nessa questão ao sugerir que as vantagens legais passaram das mãos dos senhores de terras para os comerciantes da cidade a partir do século XVIII, isso porque a lógica foi se tornando mais capitalista e menos do modo de produção escravista:

> A política econômica da metrópole portuguesa que, a partir do século XVIII, foi a de deixar a grande lavoura um tanto de lado, colocando sob seu melhor favor as cidades e os homens de comércio, e até a gente miúda, encontraria continuador em D. João VI, ou melhor: nos responsáveis pela sua orientação, antes burguesa do que rural, antes capitalista do que feudalista, de governo.
> Acentuou-se com D. João VI o desprestígio da aristocracia rural. Acabaram-se aquelas ternuras del-Rei com os devedores sempre em atraso. As Câmaras deixaram de ser privilégio dos grandes proprietários de terras. 'Impostos pesadíssimos' e 'juros despropositados', diria um cronista do meado do século XIX, vieram dificultar desde então a vida do dono de terras. Porque 'si o desfavorecido lavrador não pode acudir de prompto aos seus pagamentos, por lhe ter mal o anno', os produtos do seu trabalho não chegando para 'pagar os juros exorbitantes do valor dos gêneros comprados', devia considerar-se perdido.
> Com os ricos das cidades emprestando ao agricultar do século XIX a 9%, com 8% de amortização e com hipoteca no valor duplo da quantia emprestada, reformáveis as letras de seis em seis meses improrrogavelmente, os agricultores se sentiam sem nenhum apoio para a lavoura. Ao contrário: impunham-lhes os bancos prazos fatais para as suas dívidas enquanto o comércio, descansado de seu gozava agora a favor das moratórias. Entretanto era um comércio – dizia um apologista da agricultura – que ainda por cima 'recorria ao contrabando e à fraude.
> Bons tinham sido, para a lavoura, os primeiros tempos coloniais, com os privilégios concedidos aos senhores de engenho: privilégios – deve-se acentuar –que iam quase ao ponto de favorecer o calote, quando praticado por alguns grandes senhores de terras e de escravos [76].

Esse trecho de Freire nos fornece vários elementos para reflexão. Algo estava mudando e provavelmente esta mudança relaciona-se com a criação do registro hipotecário pela em 1843, o qual certamente foi inspirado no projeto de Colbert de que Besson dá notícia. Como vimos, o que existia no Brasil colonial era um sistema cartorial no qual aquilo que estamos chamando de publicidade era limitado, o que gerava insegurança ao credor de que a terra tomada como garantia lhe possibilitaria resgatar a dívida. Esse sistema favorecia aquele que pedia o crédito e deixava a descoberto quem lhe concedia e podia estar ligado ao favorecimento de uma aristocracia que vivia de empréstimos e aparência. Além disso, como defende Rafael F. Santos, o crédito no séc.XVIII relacionava-se a construção de laços clientelares e de favor que não se isolavam da dimensão econômica. Contudo quanto mais capitalista se torna uma economia menos o empréstimo para obrigar-se alguém pela concessão de um favor faz sentido. A pessoa passa a emprestar como um capitalista, cujos interesses são: 1º. – segurança no retorno do crédito; 2º. – o lucro dos juros que pode ser aumentado com a dinamização do sistema de crédito.

[76] FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcadoe desenvolvimento do urbano*./ Gilberto Freire: apresentação de Roberto DaMatta: biobibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas e índices autorizados por Gustavo Henrique Tuna. – 16ª. ed. – São Paulo: Global, 2006. (edição comemorativa de 70 anos: 1936-2006). – p.120.

3.2 - Como era a publicidade imobiliária e o crédito no século XIX:

Desde o início, o século XIX é marcado por uma série de mudanças, a começar pelo fim do colonialismo no Brasil com a vinda da Corte portuguesa para cá em fuga das invasões Napoleônicas. Quatorze anos depois é proclamada a independência e o primeiro reinado se inicia com a convocação da Assembleia Constituinte. Um dos primeiro atos da Assembleia foi a *Lei de 20 de outubro de 1823* que determinava que vigorasse no novo Império as Ordenações Filipinas e várias das Leis, Regimentos, Alvarás, Decretos e Resoluções que as acompanhavam (e pelas quais o Brasil havia sido governado até então) até que fossem alteradas na organização de um novo Código. Isto significa que as mudanças legais tiveram que esperar um pouco apesar do intenso processo de transformações políticas e econômicas que haviam se desencadeado.

Na segunda parte deste artigo vimos que entre 1837 e 1846 a questão da necessidade barateamento do crédito - que então era fornecido por particulares - e da constituição e difusão de bancos, se fazia sentir não só pelos governadores, mas pela representação de câmaras municipais. Certamente não é aleatório que em 1843 o artigo 35 da *Lei Orçamentária 317*, de 21 de outubro de 1843, regulamentado pelo *Decreto 482* de 14 de novembro de 1846, introduziu o registro de hipotecas na Brasil com o claro objetivo de tornar públicas as dívidas que incidiam sobre os imóveis.

Cartórios existiram no Brasil desde o século XVI, mas a publicidade imobiliária só começou a ser estruturada nos anos 40 do séc.XIX, inicialmente apenas para hipotecas. O registro da hipoteca na matrícula imobiliária, com vistas a tornar pública a incidência de ônus sobre a propriedade, antes de ter sido idealizado no Brasil para consolidar o direito real pleno (de propriedade plena), foi pensado para dinamizar o crédito [77]. Em pouco tempo a publicidade apenas das hipotecas mostrou-se insuficiente para segurar o credor contra a má-fé do devedor, porque inexistia um registro público de títulos sobre a terra que permitisse ao credor saber se o devedor de fato era titular de direitos sobre ela ou se já não havia vendido esses direitos para outrem. Nessa fase vivia-se em relação ao direito de propriedade uma espécie de limbo jurídico em razão do fim do sistema de sesmarias em 1822; havia especial dificuldade de se provar a posse, tornando o registro de hipotecas insuficiente para garantir o credor, o que levou à criação da propriedade plena pela Lei de Terras em 1850 e da tentativa de fazer o primeiro cadastro de terras com o registro do vigário.

Entretanto, todo este esforço para dinamizar o crédito só fazia sentido se a terra se valorizasse para se tornar base de garantia de crédito alternativa ao escravo. O escravo sempre foi apontado como um bem com maior capacidade de agregação de valor/riqueza do que a terra

[77] CARVALHO, Afrânio de. *Registro de Imóveis – Comentários ao sistema de registro em face da Lei No. 6.015, de 1975*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1982. – pp. 1-15

por vários autores respeitados pelos seguintes fatos: a) o número de braços significava a potência da capacidade de produção na agricultura rudimentar e predatória então praticada; e b) havia uma grande fronteira agrícola aberta. Por esse motivo o escravo pode ser considerado uma boa base de comparação para se estudar o processo de valorização da terra nesse período.

Para não nos perdermos em uma discussão interminável sobre cada uma das leis que buscaram ampliar a publicidade imobiliária no século XIX, elaboramos a tabela que segue apenas com o propósito ilustrativo de mostrar os esforços nesse sentido que o governo e a elite fizeram ao longo das décadas:

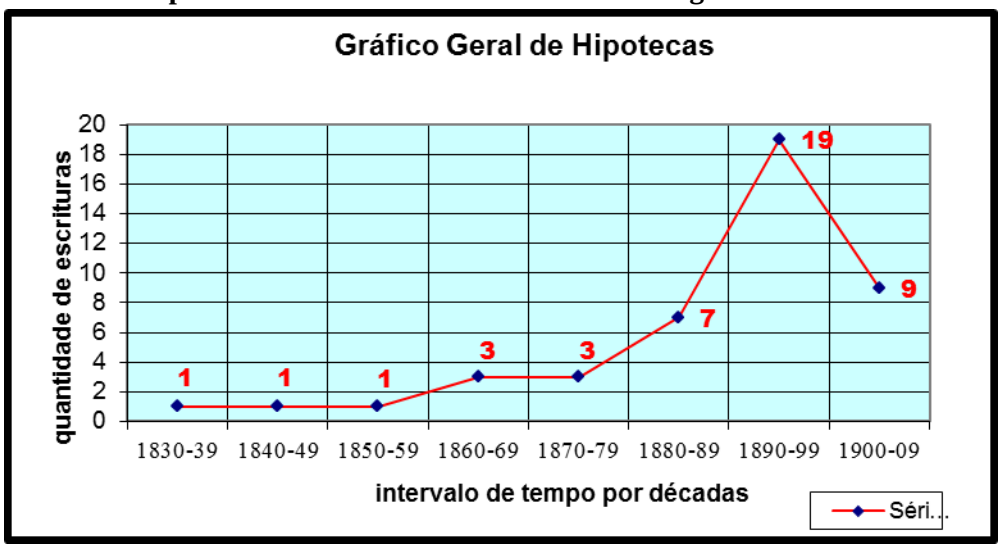
Anos	Leis.	Publicações de estudos e manuais.
40	**Lei N. 317 de 21 de Outubro de 1843** - Criação do Registro Hipotecário antes do da propriedade. Não obrigava a inscrição de hipotecas gerais e ocultas. **Decreto 482 de 14 de novembro de 1846** – Regulamentação da Lei 317. Organização do registro das hipotecas e do sistema de consulta.	
50	**Lei 601 de 1850.** **Seu regulamento 1.318 - 1854**	CORREIA TELLES, José Homem. **Manual do Tabelião ou Ensaios de Jurisprudência Eurematica Contendo a Coleção de Minutas dos Contratos e Instrumentos Mais Usuais, e das Cautelas Mais Precisas nos Contratos e Testamentos**. - 1859.
60	**Lei N. 1.237 de 24 de Setembro de 1864** - Leis Hipotecárias e Instalação do Registro Geral.	PERDIGÃO MALHEIROS, Agostinho Marques. **Repertório ou Índice Alphabetico da Reforma Hypothecaria e Sobre Sociedades de Crédito Real (L. n.o 1237 de 24 de Setembro de 1864; Reg. N.o 3741 de 3 de Junho de 1865) -** 1865. TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. **Consolidação das Leis Civis**. - 865.
70	**Decreto N. 2687 de 6 de Novembro de 1875**.	TRIGO DE LOUREIRO, Lourenço. **Instituições de Direito Civil Brasileiro**. - 1871. FURTADO DE MENDONÇA, José. **Direito Hypothecario do Brasil**. - 1875.
80	**Lei 3.272 de 1885** – proclamava que o contrato não transcrito apenas gerava direitos pessoais para os contratantes. – obrigava a inscrição das hipotecas gerais e ocultas.	JOSÉ DE ALENCAR. **A Propriedade**. - 1883. OLIVEIRA MACHADO, Joaquim de. **Manual do Official de Registro Geral e das Hypothecas – Tratado completo sobre a definição, criação, concurso, provimento, virtudes, direitos e deveres, permuta, graduações, férias, licenças, penalidades do cargo, bem como sobre a inscpção da hypotheca ou penhor e transcrição de transmissão de immoveis ou constituição de ônus reaes. Acompanhado de um formulário de instalação do registro, prenotação, especialisação, recursos, extractos, etc**. - 1888.

90	**Decretos 169-A e 370 de 1890** – Substituíram a Lei 1237 de 1890 – mantiveram o Registro Geral, determinaram a especialização de todas as hipotecas legais e proclamaram que o contrato não transcrito apenas gerava direitos pessoais para os contratantes.	ALVARENGA, Manoel Antonio de. **Consolidação das Leis Hypothecarias.** - 1899.

4 – As prováveis relações da evolução da publicidade imobiliária na legislação do século XIX com a movimentação de transações hipotecária nos Cartórios de Caldas-MG.

Autores como Afrânio de Carvalho afirmam que a instituição de registro de hipotecas em 1843 não surtiu o efeito necessário para dinamizar o crédito por focar apenas nas hipotecas e não se preocupar em registrar as transmissões imobiliárias, o que impedia ao credor saber se a pessoa para quem estava emprestando ainda era titular de direitos reais sobre o imóvel [78]. As medidas legais de 1843 e 1846 foram incluídas e reformadas na Lei 601 de 1850, a Lei de Terras, e em seu regulamento de 1854, mas o registro geral só foi instituído pela Lei 1.237 de 1864 depois de muita discussão [79]. A gradual sofisticação da publicidade imobiliária a partir dos anos 40 do século XIX sintetizada na tabela, se observada em paralelo com a movimentação de uma amostra da movimentação das transações hipotecárias nos Cartório de Caldas – MG, permite afirmar que a movimentação de negociações hipotecárias aumentou paralelamente a sofisticação da publicidade imobiliária das leis. Ou seja, quanto mais as leis e o sistema cartorial tornavam a terra uma garantia segura, mais ela passou significar uma possibilidade de aquisição de crédito ao lado do escravo.

Amostra de hipotecas no distrito de São Sebastião do Jaguari/Caldas-MG



[78] CARVALHO, Afrânio de. Registro de Imóveis ... – Op. Cit.
[79] Idem, ibidem.

A movimentação cai nos anos noventa apenas porque este distrito se desmembrou de Caldas em 1888 e o seu cartório provavelmente deixou de ser usado.

Para nós o fato do aumento da utilização da terra como base de garantia para aquisição de crédito seguir paralelamente à sofisticação da publicidade imobiliária nas leis indica o seu aumento de capacidade de agregação de valor/riqueza. Nenhum credor aceitaria um bem como garantia se esse não tivesse valor compatível com o crédito dado. Estamos finalizando um levantamento completo das hipotecas para todo o termo de Caldas e decidimos incluir para comparação também as hipotecas de escravos.

Embora o escravo fosse um bem valorizado, não era um bem seguro como garantia de crédito por ser perecível e, além disso, as crescentes pressões inglesas para a abolição tornavam os negócios jurídicos a ele relacionados ainda mais inseguros, fazendo com que a elite sentisse cada vez mais necessidade de conseguir uma alternativa para garantia creditícia. Numa sociedade rural e patrimonial como a brasileira de então a terra aparece como a segunda alternativa. Por outro lado, além da necessidade de forçar o ganho de valor da terra para torná-la uma alternativa de garantia de crédito, havia a necessidade de conseguir um meio de fazer segura essa garantia: a estruturação de um sistema de publicidade imobiliária foi esse meio.

É razoável dizer que a ativação e intensificação da circulação do crédito através desse sistema dependeram do ganho de valor do direito sobre a terra, da propriedade imobiliária rural em outras palavras - que sempre foi apontada como tendo valor irrisório em relação ao escravo - mas tal circulação de crédito com base de garantia na terra não seria possível de forma eficaz e segura se o sistema de publicidade imobiliária não tivesse começado a ser criado, continuaria sujeita aos mesmos riscos e problemas de antes de sua criação: a dificuldade de saber sobre a existência de ônus anteriores sobre o imóvel e de averiguar se a pessoa que estava requisitando o crédito era realmente titular de direitos sobre a terra dada em garantia. E conforme a terra foi ganhando valor e o sistema foi sendo ativado e intensificado, a possibilidade de aquisição de crédito, que ela passou a significar, se tornou mais um elemento de valorização. Em outras palavras, além de ser um meio de produção necessário para gerar riquezas, com a estruturação e aperfeiçoamento da publicidade imobiliária a terra gradativamente passou a significar cada vez mais a possibilidade de aquisição de crédito tão importante para a circulação em uma economia com baixa circulação de moeda cunhada como a brasileira do séc.XIX. Não é absurdo pensar que isso também lhe agregou valor. Por esse motivo acreditamos que a publicidade imobiliária deve ser colocada ao lado das condições tradicionais apontados como responsáveis pela valorização da terra.

BIBLIOGRAFIA:

BESSON, Emanuel. *Les livres fonciers et La reforme hypothecaire – Étude historique et critique sur La publicité dês transmissions immobiliéres em France et a l'etranger depuis lês originis jusqu'a nos jours*. 1ª. Ed. Paris: J. Delamotte, 1891.

CARRARA, Angelo Alves. A vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas ssetecentistas. In: *A vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas Setecentistas.* Angelo Alves Carrara (org.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

_____. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1764-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFRJ, 2007.

CARVALHO, Afrânio de. Registro de Imóveis – Comentários ao sistema de registro em face da Lei No. 6.015, de 1975, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CODIGO PHILIPINO ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recopiladas por mandado D'El-Rey D. Philippe I. 14ª Ed. segundo a primeira de 1603 e a nona de Coimbra de 1824, por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

DIP, Ricardo. Do Conceito de direito registral imobiliário. In: *Registro de Imóveis (vários Estudos)*. Porto Alegre: Safe, 2005.

FRAGA, Affonso *Direitos Reaes de Garantia - Penhor, Antichrese e Hypotheca*. São. Paulo-SP: Saraiva,1933.

FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*./ Gilberto Freire: apresentação de Roberto DaMatta: biobibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas e índices autorizados por Gustavo Henrique Tuna. – 16ª. ed. – São Paulo: Global, 2006. (edição comemorativa de 70 anos: 1936-2006).

LACRUZ BERDEJO, José Luiz & SANCHO REBULLIDA, Francisco Assis. *Drecho Immobiliario Registral*. 2ª. Ed., Madrid, Bosch, 1984.

LAGO, Ivan Jacopetti do. *História da Publicidade Imobiliária no Brasil*. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2008.

MINAS GERAIS (Província) Vice-presidente Costa Pinto. *Fala Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais na Sessão Ordinária do Anno de 1837 pelo Presidente da Província Antonio Costa Pinto*. Ouro Preto: Typographia do Universal. 3 de fevereiro de 1837.

MINAS GERAIS (Província). Presidente Jacintho da Veiga. *Fala Dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais na Sessão Ordinária do Ano de 1840, pelo Presidente da Província Bernardo Jacintho da Veiga*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1840.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. Direito a terra no Brasil: a gestão do comflito, 1795-1824. São Paulo: Alameda, 2009.

SANTOS, Rafael Freitas. O ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista. In: *A vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas Setecentistas.* Angelo Alves Carrara (org.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

SILVA, De Plácido. Vocabulário Jurídico. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Glaucia Carvalho – Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Quitiliano José da. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinária do anno de 1846, pelo presidente de província, Quitiliano José da Silva*. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1846.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.SALLES, Venício. *Direito Registral Imobiliário*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

ECONOMIA INSTITUCIONAL: AS TRÊS DIMENSÕES DAS INSTITUIÇÕES

Carolina Miranda Cavalcante*

Resumo

Esse artigo tem por objetivo discutir os diferentes sentidos conferidos ao termo "instituição". Apesar das definições de instituição terem encontrado certo consenso em torno da idéia de regras de comportamento, muito amiúde não é claro o objeto ao qual se referem os autores quando falam em instituições. Nesse sentido, destaco três dimensões institucionais, ou sentidos conferidos ao termo instituição, que são encontrados na literatura especializada, são elas: (i) instituições como regras do jogo; (ii) instituições como modelos mentais; (iii) instituições como organizações. Deste modo, uma distinção entre a velha e a nova economia institucional está cada vez mais difícil de ser realizada, justamente por conta da confusão dessas dimensões institucionais num único termo. Por fim, veremos que institucionalistas contemporâneos como Hodgson e Chang transitam de modo bastante fluido entre essas dimensões institucionais.

Introdução

Diariamente ouvimos falar em instituições – instituições sociais, instituições financeiras, instituições de ensino, instituição familiar e umas tantas outras instituições –, mas do que exatamente está se falando quando se usa o termo "instituição" de modo tão genérico? Poderíamos pensar que certa confusão quanto ao sentido de um termo não é incomum no uso cotidiano, afinal, as pessoas não precisam se ocupar com formalidades científicas em seu trato pessoal. Contudo, o fato curioso é que essa confusão quanto ao sentido do termo "instituição" também está presente no âmbito dos debates acadêmicos em economia institucional. Naturalmente, ao contrário do senso comum, os institucionalistas se preocuparam em definir o que é uma instituição, de modo que o dissenso explicita diversidade, mas não falta de uma, ou de muitas, definições para o termo "instituição".

O objetivo desse artigo é justamente explicitar esse dissenso no âmbito da economia institucional, buscando tornar claros os sentidos nos quais se usa o termo "instituição" na literatura especializada. Nesse sentido, convidamos o leitor a uma breve imersão nos textos de alguns institucionalistas, para que possamos traçar as diferenças e também as semelhanças conceituais referentes à definição do termo "instituição".

Esse artigo encontra-se estruturado em três itens, além dessa introdução e de uma conclusão ao final do trabalho. No primeiro item faremos uma breve exposição de alguns autores da velha economia institucional (VEI) – Veblen, Commons e Mitchell – e da nova economia institucional (NEI) – North, Coase e Williamson. No segundo item, veremos que

* Professora Adjunta (UERJ). Doutora em Economia (UFF). E-mail: cmcavalcante@gmail.com

institucionalistas contemporâneos como Hodgson e Chang transitam de modo fluido entre os conceitos de instituição enquanto regras do jogo, modelos mentais e organizações. No terceiro item discutiremos em que medida a perspectiva dos referidos autores se aproxima de uma ou mais dimensões institucionais, a saber, (i) instituições como regras do jogo; (ii) instituições como modelos mentais; (iii) instituições como organizações.

Os Institucionalistas: velhos e novos

A economia institucional conquistou seu lugar, enquanto programa de pesquisa, no pensamento econômico no final do século XIX com os escritos seminais de Thorstein Veblen, porquanto elementos institucionais possam ser identificados nos escritos de autores como Adam Smith, Karl Marx e Alfred Marshall (Hodgson, 1999). Contudo, nosso ponto de partida será a velha economia institucional de Veblen, Commons e Mitchell, que mais tarde seria oposta à nova economia institucional de North, Coase e Williamson[1].

A velha economia institucional tem início com o artigo seminal de Thorstein Veblen, *Why is Economics not an Evolutionary Science*, publicado em 1898, no qual o autor defende uma ciência econômica que reconheça o processo evolutivo das instituições, tendo como principais seguidores de seu pensamento, Wesley Mitchell e John Commons. Apesar dos primeiros escritos do incipiente programa de pesquisa institucionalista terem surgido no final do século XIX, apenas em 1919 foi sugerido o termo "economia institucional", cunhado por Walton Hamilton e que daria nome a essa nova disciplina no âmbito da Economia[2]. Já a demarcação entre a VEI e a NEI teria que esperar mais algumas décadas, até que Oliver Williamson se autodenominasse novo institucionalista ao lado de Douglass North e Ronald Coase, deixando clara a descontinuidade com o que chamou de velho institucionalismo (Coase, 1998, p.72).

Veblen (1961 [1898]) tinha como alvo de sua crítica os supostos da ortodoxia econômica de sua época, identificada com o pensamento de John Bates Clark (Rutherford,

[1] Naturalmente, existem mais autores associados ao velho institucionalismo, como Clarence Ayres, por exemplo, mas precisamos limitar um pouco os autores representativos de cada programa de pesquisa para fins de apresentação. Para mais sobre o velho institucionalismo ver Rutherford (1994), Hodgson (1994) e Ferrari; Conceição (2001). Théret (2003) aponta ainda três vertentes no âmbito da nova economia institucional, uma referente aos custos de transação – Coase e Williamson –, outra concernente à temática da história econômica e da mudança institucional – North e R. C. O. Matthews – e, por fim, uma envolvida no estudo do equilíbrio num contexto de interações estratégicas – Thomas Schelling, Andrew Schotter e Martin Shubik. Nesse artigo, no entanto, será adotada a tradicional demarcação entre velha e nova economia institucional. Para um trabalho bastante completo sobre o novo institucionalismo ver Furubotn; Richter (2005).

[2] Ver Hodgson (2000) e Rutherford (2001). Ver também Bueno (2004), Conceição (2002a; 2002b) e Medeiros (2001).

2001, p.18). O velho institucionalismo argumentava a favor de uma *ciência empírica*, diferente das formulações teóricas ortodoxas, baseadas em hipóteses irrealistas, fundamentadas em suposições psicológico-comportamentais que possuíam pouco contato com o funcionamento real da economia (Rutherford, 2001, p.177). No lugar dessas formulações teóricas excessivamente abstratas, Veblen sugeriu uma reformulação da teoria econômica que se sustentasse sobre os pilares de uma ciência evolucionária, que seria uma "teoria do processo, de uma seqüência que se desdobra" (Veblen, 1961, p. 58).

A ciência evolucionária sugerida por Veblen se opunha à teoria ortodoxa, propondo uma explicação envolvendo cadeias de causa e efeito, em lugar de uma teorização ortodoxa, não evolucionária, que explicaria os fenômenos econômicos em termos de algum propósito. Essa teleologia implicada na ciência não evolucionária foi denominada por Veblen como *animismo*. Esse modo de entender o mundo econômico levaria a outro problema da ciência não evolucionária, a *taxonomia*, que consistiria numa construção teórica baseada na dedução de fenômenos econômicos a partir de postulados gerais como "homem econômico" e "competição perfeita". Ligado a esses dois problemas está o que Veblen denominou como *hedonismo*, uma forma peculiar da ciência evolucionária entender o homem, o agente econômico, que o definiria como um sujeito capaz de realizar todos os cálculos necessários à maximização do prazer e/ou à minimização da dor, em termos veblenianos um "calculador instantâneo de dor e prazer" (Veblen, 1961 [1898], p.73).

Como contraponto à psicologia hedonista, Veblen sugeriu não apenas a idéia de um processo evolutivo, mas também uma teoria dos instintos. Segundo Veblen, os homens seriam movidos por três instintos: (i) instinto de artesanato (*wormanship*), que seria a tendência à implementação de incrementos tecnológicos; (ii) instinto familiar (*parental bent*), que inclinaria o sujeito a buscar a melhora do bem-estar da família e da sociedade; (iii) instinto de curiosidade (*idle curiosity*), que levaria o sujeito a produzir explicações coerentes do mundo (Rutherford, 1984, p.332). Contudo, mais importante que os instintos seriam as instituições que, segundo Veblen, ganhariam autonomia em relação aos instintos, mostrando-se até capazes de moldar esses instintos.

Em seu livro de 1899, *The Theory of the Leisure Class*, Veblen aplica sua concepção de instituição à evolução da vida social a partir de um processo contínuo de mudança nos hábitos mentais dos sujeitos. Assim chegamos à compreensão vebleniana de instituições como hábitos mentais, que seriam "métodos habituais de dar continuação ao modo de vida da comunidade em contato com o ambiente material no qual ela vive" (Veblen, 1988 [1899], p.89). Hábitos mentais são, segundo Veblen (1961 [1898]), formas de ser e de fazer as coisas

que se cristalizam em instituições, mantidas ou modificadas ao longo do tempo pela ação reprodutiva ou transformadora dos sujeitos. Destarte, as instituições comporiam o tecido social se alimentando das ações e decisões dos sujeitos e ao mesmo tempo as modificando ao longo do tempo.

Seguindo a linha vebleniana, Mitchell (1910a) também entendia instituições como hábitos mentais, como "hábitos de pensamento predominantes que ganharam aceitação geral como normas orientadoras da conduta" (Mitchell, 1910b, p.203). Mitchell descarta a fundamentação da ortodoxia de sua época em supostos acerca de uma natureza humana, sugerindo novas bases psicológicas para a ciência econômica, ratificando a definição de instituições como hábitos mentais, como "entidades psicológicas – hábitos mentais e de ação predominantes dentre as comunidades sob observação" (Mitchell, 1910a, p.112).

Apesar de ter adotado as idéias veblenianas, como a definição de instituições como hábitos mentais, a distinção entre a fase pecuniária e a fase tecnológica da vida econômica como responsáveis pelos distintos hábitos mentais, a idéia de um processo evolutivo da sociedade, bem como a crítica às teorias abstratas da economia ortodoxa de sua época, Mitchell não concordou com as concepções mais radicais de Veblen, como a rejeição completa da ciência econômica considerada ortodoxa[3]. Deste modo, apesar de discípulo de Veblen, Mitchell aproximou-se da economia ortodoxa, dela aproveitando o que julgou útil à construção de seu corpo teórico complexo.

Assim como Mitchell, Commons é considerado um discípulo de Veblen, tendo também se colocado como um crítico menos radical da economia ortodoxa de sua época. Ademais, ao basear seu argumento nos conceitos de escassez e de transação, Commons acabou por se tornar o mais importante institucionalista americano sob o ponto de vista dos novos institucionalistas (Furubotn; Richter, 2005, p.41). Segundo Commons (1931), a economia institucional remontaria à idéia de David Hume de que a escassez de recursos levaria ao conflito de interesses. De acordo com Veblen, e com Mitchell, o conflito emergiria de hábitos mentais distintos, não da escassez de recursos, como afirmara Commons. A noção de instituição de Commons surge do argumento de que a escassez de recursos seria resolvida unicamente com base na força física, caso não existissem restrições à ação individual. Essas restrições seriam postas pela ação coletiva no exercício do controle coletivo, que se tornaria operante através dos mecanismos institucionais. O autor então define uma instituição:

[3] Ver Rutherford (1998, 2001), Backhouse (1985), Mitchell (1914).

> Se nós queremos encontrar uma circunstância universal, comum a todo comportamento conhecido como institucional, devemos definir uma instituição como a ação coletiva em controle, liberação e expansão da ação individual. (Commons, 1931, s.p.)

As instituições são, para Commons, mecanismos através dos quais o controle coletivo é exercido, devendo desempenhar ainda a função de mecanismo de resolução de conflitos com base em regras e punições ao seu descumprimento. Esse controle coletivo, exercido através das instituições, pode advir de costumes desorganizados (*unorganized customs*) ou da ação organizada (*organized action*), que compreende o Estado, a família, a Igreja, as corporações, os sindicatos, etc. (Commons, 1931). As instituições componentes da ação organizada possuem um conjunto de regras de funcionamento (*working rules*), que definem "o que os indivíduos podem, não podem, devem, não devem, poderiam ou não poderiam fazer" (Commons, 1931, s.p.).

No esquema conceitual de Commons, as instituições possuiriam o papel instrumental de resolver conflitos sem recurso à força física, regulando as relações sociais – conflito, dependência e ordem – que, segundo o autor, estariam implícitas nas transações. Uma transação é entendida, pelo autor, como "a alienação e a aquisição, entre indivíduos, dos direitos de propriedade e liberdade criados pela sociedade" (Commons, 1931, s.p.). Nesse sentido, Commons acaba por identificar a transação com a relação de propriedade, entendendo a transação como uma espécie de "acordo", coletivo e inicial entre os indivíduos, que possibilitaria um sistema econômico capaz de produzir, distribuir e trocar mercadorias. Por conta disso Commons considerou a transação como a unidade básica de análise. Desta forma, num sistema no qual a escassez de recursos leva à resolução de conflitos através da força física, esse *acordo coletivo inicial* entre os indivíduos somente pode ocorrer de forma minimamente pacífica com recurso à ação coletiva, cristalizada em instituições.

O novo institucionalismo pode ser visto como uma reação da economia neoclássica à crítica quanto à falta de empiria e de um conceito de instituição no âmbito da teoria econômica ortodoxa, uma vez que North (1981, 1990), um dos novos institucionalistas mais referidos, deixa claro que seu objetivo é ampliar o conjunto de questões consideradas pelo programa de pesquisa neoclássico, não substituí-lo. O mesmo caminho é seguido por Coase e por Williamson.

Através da proposição do conceito de custos de transação, Coase teria lançado as bases da nova economia institucional, embora North e Williamson tenham utilizado tal conceito de forma diversa (North, 1992, p.6). Os custos de transação podem ser definidos como "o custo de usar o mecanismo de preços" ou "o custo de se levar uma transação adiante através de uma

troca no mercado" (Coase, 1998, p.6). Nesse sentido, os custos de transação são todos aqueles envolvidos numa transação econômica, como a pesquisa de preços, os contratos, bem como o próprio conhecimento do mercado. A idéia de que toda transação possui um custo surgiu no artigo de 1937 de Coase – *The Nature of the Firm* –, no qual o autor investiga o porquê da existência de firmas em economias reguladas unicamente pelo mercado, criticando a pouca atenção dispensada à firma pela teoria econômica tradicional. Mesmo a utilização do mercado enquanto mecanismo de alocação de recursos possuiria, segundo Coase (1990), seus custos de operação.

Deste modo, os custos de transação estariam por toda parte, cabendo aos indivíduos sua minimização através da escolha do mecanismo de alocação de recursos – firmas, mercado e Estado – no qual estivesse implicado o menor custo de transação (Coase, 1937; 1960). Coase identifica esses mecanismos de alocação de recursos com as instituições que, segundo o autor, seriam justamente a firma, o mercado e o Estado. Sendo assim, o papel de uma instituição no mundo econômico de Coase (1937; 1995) é o de redutor dos custos de transação existentes.

Assim como Coase, Williamson (1985, p.15) compreende instituições como firmas, mercados e relações contratuais. Williamson aceita a proposição de Commons da transação como unidade básica de análise, adotando ainda a idéia de custos de transação de Coase no âmbito de uma teoria da firma, bem como os conceitos de racionalidade limitada, desenvolvido por Simon (s.d.; 1979), e de oportunismo, entendido como "uma profunda condição de busca pelo auto-interesse que inclui a malícia" (Williamson, 1993, p.92).

O suposto comportamental de racionalidade limitada não implica que os indivíduos sejam irracionais, apenas sugere que estes possuem limitações computacionais e informações incompletas para realizar suas escolhas. Racionalidade limitada[4] seria o termo "usado para designar escolha racional que leva em consideração as limitações cognitivas do agente que toma decisões – limitações tanto do conhecimento quanto da capacidade computacional" (Simon, s.d., p.15). Destarte, num mundo econômico no qual os indivíduos possuem uma capacidade computacional limitada não podem existir resultados ótimos, uma vez que esses indivíduos não estão aptos a realizar todos os cálculos necessários à escolha ótima.

Ao não capturar o sistema econômico em sua completude, suas decisões necessitam de apoios, de regras existentes fora da mente dos indivíduos e ao menos relativamente independente deles, ou seja, o processo de decisão de indivíduos limitados cognitivamente se

[4] Rizzello (1993, p.43) aponta que o termo racionalidade limitada teria sido utilizado pela primeira vez por Simon em seu trabalho *Administrative Behaviour*, de 1947. Ver também Dequech (2001).

apóia em instituições. No mundo econômico de Williamson, os indivíduos são oportunistas e limitados cognitivamente, necessitando de instituições como as firmas, os mercados e as relações contratuais como formas de reprimir o comportamento oportunista e de apoiar as escolhas de indivíduos limitados cognitivamente, servindo de complemento computacional.

North também adota as idéias de custos de transação e de racionalidade limitada, mas no âmbito das modificações na matriz institucional e do Estado, numa abordagem mais voltada à temática do desenvolvimento econômico. Ademais, a definição de instituição mais referida e aceita talvez seja a de North, que entende instituições como as regras do jogo numa sociedade. O autor assim define as instituições:

> Instituições são restrições humanamente concebidas que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais. Elas consistem tanto em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições, e códigos de conduta), quanto em restrições formais (constituições, leis, direitos de propriedade). (North, 1991, p.97)

Deste modo, North identifica instituições com regras, formais e informais, de comportamento. Essas regras são criadas pelos indivíduos para servir de restrição à sua própria ação, permitindo a interação social. Nessa perspectiva, os indivíduos respeitam as regras porque existem sanções implicadas em seu descumprimento. Essa é uma visão que descreve o agente econômico como um indivíduo oportunista, que somente pode ter seu agir puramente auto-interessado freado pelas sanções postas em sua maior parte pelo Estado. Segundo o autor, o Estado pode impor sanções ao descumprimento das regras porque "é uma organização com vantagem comparativa em violência" (North, 1981, p.21). Importante notar que North não define o Estado como uma instituição, mas como uma organização, definindo instituição como um conjunto de regras.

Contudo, o autor reconhece que os indivíduos podem agir de forma não oportunista, ou seja, podem deixar de tirar proveito numa situação na qual sua punição seria improvável. Isso explicaria o porquê de um indivíduo devolver ao dono uma maleta repleta de dinheiro quando poderia, sem risco de punição, ficar com todo o dinheiro. Esse comportamento que respeita as regras, de propriedade nesse caso, mesmo na ausência de uma provável punição é explicado pela *ideologia*, que North assim define:

> Por ideologia entendo as percepções subjetivas (modelos, teorias) que todas as pessoas possuem para explicar o mundo à sua volta. Seja no nível micro dos relacionamentos individuais seja no nível macro das ideologias organizadas provedoras de explicações integradas do passado e do presente, como o comunismo ou as religiões, as teorias que os

> indivíduos constroem são coloridas por visões normativas de como o mundo deve ser organizado. (North, 1990, p.23)

A ideologia seria, para North, os modelos mentais que construímos acerca da realidade na qual vivemos, ou seja, é a visão que os indivíduos têm do mundo. Nesse sentido, os indivíduos internalizam algumas regras do jogo, as respeitando não porque podem ser punidos, mas simplesmente porque acham *adequado* respeitá-las. Aqui a adequação refere-se às regras internalizadas pelos indivíduos e que eles acreditam que devem seguir por princípio, em outras palavras, as regras internalizadas pelos agentes econômicos são regras impostas e policiadas pelo próprio indivíduo.

North adota ainda a idéia de racionalidade limitada, entendendo as instituições como complementos cognitivos para indivíduos incapazes de processar todas as informações necessárias à escolha ótima. Destarte, as regras postas pelo sistema social e as regras internalizadas servem de apoio para a tomada de decisão do indivíduo, fornecendo a noção do que deve e o que não deve ser feito, do certo e do errado, permitindo ao agente cognitivamente limitado fazer escolhas, tomar decisões e agir no mundo social. Em livro mais recente, North caminha um pouco mais em direção de uma abordagem mais psicológica das instituições:

> O foco da nossa atenção, portanto, deve ser o aprendizado humano – no que é aprendido e como este é compartilhado entre os membros da sociedade e no processo incremental através do qual as crenças e preferências mudam, e no modo pelo qual elas moldam a performance das economias ao longo do tempo. (North, 2005, p.viii)

Aqui o autor chama a atenção para o processo de aprendizado e como ele pode contribuir no desempenho, no desenvolvimento, das economias ao longo do tempo. A mudança institucional continua sendo importante, mas importa agora saber como, e em qual velocidade, os indivíduos processam essa mudança. North está tratando aqui da maleabilidade dos modelos mentais, ou das regras internalizadas, dos agentes econômicos. Quanto maior a capacidade dos indivíduos de uma economia em absorver modelos mentais positivos ao desenvolvimento, maior o potencial dessa economia para o desenvolvimento.

Institucionalistas Contemporâneos

O velho e o novo institucionalismo são novamente debatidos por institucionalistas contemporâneos como Geoffrey Hodgson e Ha-Joon Chang, que terão suas ideias

apresentadas nesse item. Uma característica do institucionalismo contemporâneo é a interdisciplinaridade e o aproveitamento de conceitos e idéias tanto do velho quanto do novo institucionalismo, dando pouca ênfase a uma mera oposição entre essas duas vertentes do pensamento institucionalista.

Embora diversos autores possam ser considerados institucionalistas contemporâneos, nesse artigo, elegemos para exposição apenas as contribuições de Hodgson e de Chang. Vamos iniciar com dois artigos de Hodgson, um de 2001, intitulado *A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura*, e outro de 2006, com o interrogativo título *What are institutions?*. Importante notar que esses dois artigos não esgotam as concepções institucionalistas de Hodgson, mas nos fornecem elementos para posicioná-lo nos debates no âmbito da Economia Institucional.

Hodgson é um autor que busca o diálogo com o institucionalismo de North sem, contudo, deixar de lado sua raiz vebleniana, o que nos permitiria denominá-lo como um pós-veblenian[5]. Hodgson (2001) assinala uma distinção metodológica entre a VEI e a NEI quanto ao papel dos sujeitos no que concerne às instituições. Enquanto os novos institucionalistas adotariam um "modelo de baixo para cima", no qual as instituições emergiriam de um estado de natureza povoado de indivíduos dotados de preferências exógenas, os velhos institucionalistas estariam comprometidos com um "modelo de causação reconstitutiva de cima para baixo", no qual a emergência de uma instituição sempre pressuporia a preexistência de outra instituição (Hodgson, 2000, p.12).

Contra a ideia de um estado de natureza livre de instituições, Hodgson sugere um indissolúvel círculo de determinação mútua entre indivíduos e instituições, ainda que sejam ontologicamente distintos. O autor aponta que a amplitude de vida de indivíduos e instituições é diferente, assim como seus mecanismos de reprodução (Hodgson, 2001, p.104). Assim sendo, Hodgson (2001) define instituições como regras, restrições, práticas e ideias que podem moldar as preferências dos indivíduos. Nesse ponto, o autor busca explicitamente conciliar a visão de instituição como regras do jogo de North com a concepção de instituição como modelos mentais de Veblen. Nas palavras do autor:

> Instituições são os tipos de estruturas que mais importam no domínio social: elas compõem o material da vida social. (...) nós devemos definir instituições como sistemas de regras sociais estabelecidas e prevalecentes que estruturam as interações sociais. Linguagem, dinheiro, lei, sistema de pesos e medidas, maneiras à mesa, firmas (e outras organizações) são, portanto, todas instituições. (Hodgson, 2006, p.2)

[5] Cavalcante, 2007, p.46.

No entanto, as instituições não apenas estruturam as interações sociais, são também reforçadas e mantidas pelo comportamento individual através do *hábito*. Hodgson toma o conceito de hábito do pensamento de Veblen e da filosofia pragmatista, em que os hábitos seriam formados a partir da repetição da ação ou do pensamento. Ainda segundo o autor, hábito não é sinônimo de comportamento, mas sim propensão a um determinado comportamento condicionado a uma dada situação (Hodgson, 2001, p.107). Além disso, "hábitos são mais que um meio de economizar no processo de tomada de decisão para os indivíduos; estes são um meio através do qual as convenções sociais e as instituições são formadas e preservadas" (Hodgson; Knudsen, 2004, p.36).

> Uma vez que hábitos se estabelecem, tornam-se uma base potencial para novas intenções e crenças. Como resultado, hábitos compartilhados são material constitutivo de instituições, dotando-as de acentuada durabilidade, de poder e de autoridade normativa. (Hodgson, 2001, p.108)

Numa clara referência ao pensamento de Veblen, Hodgson sustenta que os hábitos compartilhados seriam capazes de moldar e constituir as instituições, que se converteriam em regras sociais responsáveis pela estruturação das interações entre as pessoas. Essa é a essência do "modelo de causação reconstitutiva de cima para baixo" sugerido por Hodgson, no qual as instituições têm o papel de estruturar as interações individuais, ao mesmo tempo em que permanecem permeáveis às ações dos indivíduos.

Chang segue um caminho semelhante ao de Hodgson ao sugerir essa permeabilidade mútua entre instituições e indivíduos, sem, contudo, entrar em detalhes metodológicos. A proposta de Chang é a de uma economia política institucional, que o autor opõe ao que ele denominou como paradigma neoliberal, resultante da união entre o instrumental teórico neoclássico e a filosofia política e moral da escola austríaca (Chang, 2002, 540). Em especial, o autor questiona a definição de North de instituição como regras do jogo que restringem o comportamento humano. Segundo Chang, essa compreensão de instituições como restrições limitaria seu papel na sociedade, uma vez que as instituições possuiriam um papel mais amplo de restringir, constituir e possibilitar a ação humana (Chang; Evans, 2005, p.5). Dentre as instituições presentes no ambiente econômico, o autor menciona três instituições importantes, a saber, o mercado, as firmas e o Estado.

> O sistema capitalista é composto de uma cadeia de instituições, incluindo os mercados como instituições de troca, as firmas como instituições de produção, e o Estado como criador e

> regulador das instituições que governam suas conexões (enquanto instituição política), assim como outras instituições informais como as convenções sociais. (Chang, 2002, p.546)

Importante notar, nessa passagem, que Chang menciona justamente as três instituições consideradas por Coase, um novo institucionalista, como centrais ao funcionamento do sistema econômico. Naturalmente, Chang não entende essas instituições como meros mecanismos de alocação de recursos, conforme fizera Coase. Todavia, fica evidente que Chang considera que uma instituição pode ser tanto a regra, que restringe, constitui e possibilita as ações dos indivíduos, quanto um conjunto de regras componente de uma organização – firmas, Estado e mercado.

Deste modo, o autor sustenta que as instituições devem ser entendidas como "mecanismos que *possibilitam* o alcance de finalidades que requerem coordenação supra-individual e, ainda mais importante, que são *constitutivas* dos interesses e visões de mundo dos atores econômicos" (Chang; Evans, 2005, p.2). Ademais, as instituições são persistentes e estáveis, o que não implica sua imutabilidade, uma vez que "são os homens que modificam as instituições, mas não no contexto institucional de sua própria escolha" (Chang, 2005, p.18).

> (...) nossa abordagem difere daquela da NEI [nova economia institucional] ao postular uma causação de mão-dupla entre as motivações individuais e as instituições sociais, em lugar de uma causação de mão-única dos indivíduos para as instituições, embora acreditemos que em última análise as instituições sejam pelo menos 'temporariamente' anteriores aos indivíduos. (Chang; Evans, 2005, p.5)

Como podemos observar, a principal reação de Chang aos novos institucionalistas remete à colocação de instituições e indivíduos em campos opostos e impermeáveis, afirmando ainda que o sistema capitalista não deveria ser visto como um mero agrupamento de instituições que os indivíduos podem construir e descartar de acordo com seus objetivos de maximização. Contra essa visão, Chang afirma que uma instituição é um complexo de regras formais e informais, mantidas e/ou transformadas por agentes intencionais, em que firmas, Estado e mercado se inter-relacionam, moldando o sistema capitalista.

Por conseguinte, assim como Hodgson, Chang também identifica um "modelo de baixo para cima" no pensamento novo institucionalista. Os autores não discordam que instituições possuem um componente restritivo no que concerne às regras, mas chamam a atenção para o fato de que as instituições moldam ao mesmo tempo em que são moldadas pela ação individual. Dito de outro modo, a ação individual não pode ocorrer um vácuo institucional, da mesma maneira que as instituições não podem existir na ausência da ação

individual. Existe, portanto, uma mútua dependência ontológica entre instituições e ação humana, em que uma não pode existir sem a outra.

Deste modo, Hodgson e Chang reagem a uma definição estrita de instituição como regra restritiva ao comportamento individual, trazendo o pensamento vebleniano para o debate na tentativa de construir uma visão de instituição mais conectada à ação humana. Isso fica claro na ideia de Chang de que as instituições seriam mecanismos capazes de restringir, constituir e possibilitar a ação humana, ou seja, as instituições seriam capazes de moldar a visão de mundo dos indivíduos. Essa ideia de instituição é compatível com a proposição de Hodgson de um "modelo reconstitutivo de cima para baixo", em que o hábito cumpre um importante papel de reforçar padrões de comportamento cristalizados em instituições.

Dimensões Institucionais

Como foi possível observar nos itens anteriores, principalmente no item referente aos autores da VEI e da NEI, o termo instituição é tratado e definido de forma distinta. Contudo, em vez de buscar demarcar as fronteiras da VEI e da NEI, veremos que é possível identificar três dimensões institucionais, ou três formas de se entender e definir uma instituição: (i) instituições como regras do jogo; (ii) instituições como modelos mentais; (iii) instituições como organizações (RODAPE: Ver Cavalcante, 2010).

Quando falamos em instituições como regras do jogo, podemos mencionar as ideias de North, que fornece a definição de instituição mais citada atualmente. Na concepção de North, as instituições seriam as regras do jogo na sociedade, representando para os indivíduos um conjunto de restrições à sua ação. Essas restrições podem ser formais, como as leis e as constituições, ou podem ser informais, postas pelos costumes e tradições de uma sociedade. O autor afirma ainda que pode ser feita uma analogia do conceito de instituições com as regras formais e informais de um esporte coletivo como o futebol, em que existem as regras por todos conhecidas, as regras formais, bem como aquelas que dependem das tradições e do bom-senso dos participantes do jogo, as regras informais. As instituições, nessa perspectiva, dizem aos indivíduos o que eles podem ou não podem fazer, ou seja, fornece os limites para a ação humana. Essas restrições são postas pela própria sociedade ou por organizações, como o Estado. North trata o Estado como uma organização, que pode ser entendida como uma entidade capaz de criar, destruir e manter as regras do jogo, em que essa organização mesma possui suas regras constituintes.

A ideia de organizações como um conjunto de regras que definem o que os indivíduos podem ou não podem fazer é compatível com a compreensão de Commons acerca de instituições como organizações. Vimos que o autor entende as instituições como os mecanismos através dos quais o controle coletivo é exercido, servindo ainda como mecanismos de resolução de conflitos. Ou seja, quando deixados à sua própria sorte, sem regras, sem instituições, os indivíduos tenderiam a resolver seus conflitos com base na força física. Esse controle coletivo pode ser exercido de forma não organizada, o que seria análogo às regras informais em North, ou de forma organizada, representada na figura do Estado, da família, da Igreja, dos sindicatos, das corporações, dentre outras organizações. Deste modo, Commons entende instituição como um conjunto de regras advindas de alguma forma de controle coletivo, seja ele proveniente de costumes não organizados, seja ele originado da ação organizada, que se apresenta sob a forma de organizações como o Estado.

Enquanto North coloca as instituições enquanto regras do jogo (formais e informais) de um lado e organizações como um conjunto de regras do outro (Estado), essa demarcação não é tão evidente no pensamento de Commons. Contudo, podemos inferir a partir da definição de instituição fornecida por Commons que o autor entende uma instituição como um conjunto de regras que regula e fornece limites ao comportamento humano. Outro autor que não deixa explícita essa demarcação entre instituição e organização é Coase, que centra sua análise no tratamento dos custos de transação. Segundo o autor, firmas, Estado e mercado seriam mecanismos de alocação de recursos alternativos, em que os indivíduos escolheriam um dos três de acordo com os custos de transação envolvidos em cada um deles. Naturalmente, os indivíduos racionais escolheriam o mecanismo de alocação com menores custos de transação. Destarte, podemos entender esses mecanismos de alocação como regras de alocação, que, enquanto regras podem ser entendidas como instituições. No pensamento de Coase, as instituições são vistas, assim como em Commons, como as regras que emanam de organizações como o Estado e as firmas, mas também podem ser entendidas como as próprias organizações.

Williamson, assim como Coase, identifica instituições com organizações como firmas, mercados e relações contratuais. Ao adotar o suposto de racionalidade limitada e de oportunismo como constituintes da modalidade de ação dos indivíduos, as instituições corporificadas em organizações tornam-se necessárias como complementos cognitivos para os indivíduos. Essa ideia de instituição como complemento cognitivo à racionalidade limitada dos indivíduos também aparece na argumentação de North, o que permite ao autor se colocar próximo a Veblen no concerne à definição de instituição como modelos mentais.

A ideia de racionalidade limitada, originalmente desenvolvida por Simon, permite a North fornecer os fundamentos para a ideia de instituição como regras complementares, existentes fora da mente do indivíduo. Se existem regras fora da mente dos indivíduos, existem também as regras internalizadas pelos indivíduos, ou modelos mentais. Uma das formas que essas regras assumem na mente do indivíduo consiste, segundo North, na ideologia, ou na visão que as pessoas possuem da realidade na qual vivem. Outra forma de internalização das regras do jogo remete ao aprendizado, principal motor do desenvolvimento econômico segundo North. De acordo com o autor, o tipo de aprendizado e a velocidade com que os indivíduos o adquirem ou o modificam reflete o grau de desenvolvimento econômico de uma sociedade. Deste modo, North entende instituições como regras fora da mente dos indivíduos, que são as regras formais e informais de uma sociedade, mas também admite que essas instituições podem estar internalizadas pelos indivíduos, constituindo seus modelos mentais ou a forma como entendem a realidade a sua volta.

Veblen define instituição como hábitos mentais, ou seja, como formas de ser e de fazer as coisas, que são mantidas ou modificadas ao longo do tempo pela ação das pessoas. Mitchell também entende instituição como hábitos mentais, ou hábitos de pensamento que adquiriram ao longo do tempo uma aceitação geral como normas que orientam a conduta das pessoas. Nessa perspectiva, as instituições são ao mesmo tempo formas de agir e de entender o mundo e os padrões, ou normas, que emergem de uma compreensão e de uma ação que obtiveram aceitação generalizada. Contudo, a ideia de instituição de Veblen parece permanecer num patamar mais abstrato que as regras do jogo de North, uma vez que os hábitos mentais e Veblen não se restringem a estrutura mental de um indivíduo específico, mas de um conjunto de pessoas pensando e fazendo a mesma coisa. Talvez essa divergência no pensamento dos autores seja originária das diferentes bases psicológicas adotadas pelos autores. Enquanto Veblen parte de uma ideia de sujeitos movidos por instintos, North entende os indivíduos como dotados de uma racionalidade limitada.

Já os institucionalistas contemporâneos transitam de modo mais fluido no âmbito dessas três formas de se entender e definir as instituições, o que reflete a tentativa, ao menos no caso de Hodgson, de conciliar a VEI e a NEI. Ao mesmo tempo em que Hodgson sugere uma definição de instituição como regras, restrições e práticas que podem moldar as preferências dos indivíduos, o autor também sustenta que esse conjunto de regras é reforçado e mantido pelo *hábito*. O *hábito* seria formado a partir da repetição da ação ou do pensamento, não sendo, contudo, sinônimo de comportamento, mas sim uma propensão a um determinado comportamento dada uma situação. Ou seja, Hodgson entende instituições como

regras mantidas por hábitos, que nada mais são que uma propensão à determinada ação ou comportamento. Assim sendo, podemos perceber no esquema conceitual de Hodgson elementos do pensamento de Veblen e de North.

Chang sugere uma economia política institucional como alternativa ao que ele denominou como paradigma neoliberal, em que o principal alvo de sua crítica é o pensamento de North. Segundo Chang, as instituições deveriam ser entendidas como mecanismos que possibilitam, constituem e restringem a ação humana, podendo ainda ser identificadas com entidades como o Estado, as firmas e os mercados. Nesse sentido, Chang define instituições como regras do jogo, mas também as entende como organizações.

Conclusão

Talvez pelo caráter total da crítica vebleniana à ortodoxia de sua época, as ideias de Veblen tenham sido ignoradas pelos novos institucionalistas, que de certa forma pertenciam à ortodoxia neoclássica, ainda que se apresentem como críticos desta. Além de se distanciar da definição vebleniana de instituição, Commons parte da escassez de recursos como origem dos conflitos sociais, não de hábitos mentais distintos, como queria Veblen. Tanto a idéia de escassez de recursos quanto o conceito de transações e de instituições fez de Commons o único velho institucionalista reconhecido pela NEI de Coase, North e Williamson. Contudo, verificamos que embora os autores referidos pertençam a escolas institucionalistas específicas, isso não garante uma unidade quanto ao conceito de instituição, nem no âmbito da VEI nem no da NEI.

Enquanto Veblen e Mitchell compartilham uma ideia de instituição como hábito mental, adquirido nas atividades cotidianas das pessoas, Commons possui uma compreensão de instituição como regras balizadoras do comportamento humano, que caso seja deixado livre produzirá conflitos solucionados com base na força física. Já Coase e Williamson entendem instituição como regras internas às organizações – como as firmas, por exemplo – responsáveis pela alocação dos recursos escassos. Essa ideia de regra é distinta, e mais restrita, daquela sugerida por Commons e até por North, que vê as instituições como regras do jogo – formais e informais – de uma sociedade. North se aproxima da ideia vebleniana de hábito mental quando fala em ideologia, em seus escritos da década de 1990, se aprofundando no tema em seus escritos da década de 2000, quando o autor fala explicitamente em hábitos mentais como as regras do jogo internalizadas pelo indivíduo.

Vimos que Hodgson busca uma conciliação entre a VEI e a NEI, principalmente entre os pensamento de Veblen e o pensamento de North. Contudo, distinções metodológicas importantes ainda distanciam uma completa conciliação entre o pensamento de North e Veblen (RODAPE: Ver Cavalcante, 2007). Já Chang se coloca como crítica da NEI, em que seu alvo principal é o pensamento de North. Segundo Chang, North teria focado excessivamente a ideia de instituição como regra restritiva, não reconhecendo seu papel de habilitadora e constituinte da ação individual.

Assim sendo, apesar da VEI e da NEI serem comumente posicionadas em lados opostos, quando se destaca a compreensão de instituição dos autores dessas escolas institucionalistas, o que se observa são algumas interseções entre a VEI e a NEI, bem como algumas divergências internas quanto à perspectiva de análise no âmbito de cada uma dessas escolas. Por fim, essa confusão em torno do conceito de instituição poderia ser desfeita, ou ao menos começar a se apontar uma solução, caso fossem considerados alguns aspectos metodológicos envolvidos na relação entre estruturas sociais e sujeitos. Uma análise metodológica completa da economia institucional não faz parte do objetivo desse artigo, de modo que aqui somente podemos apontar um possível caminho para o encaminhamento da questão relativa à definição de instituição, permanecendo seu tratamento efetivo objeto para um artigo futuro.

Referências

BACKHOUSE, Roger. *A History of Modern Economic Analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

BUENO, Newton Paulo. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional. *Revista EconomiA*, v.5, n.2, p.361-420, jul.-dez., 2004.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. Análise Metodológica da Economia Institucional. Dissertação de Mestrado. Niterói: [s.n.], 2007.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. TITULO. Tese de Doutorado. Niterói: [s.n.], 2010.

CHANG, Ha-Joon. Breaking the mould: an institutionalist political economy alternative to neo-liberal theory of the market and the state. *Cambridge Journal of Economics*, vol.26, n.5, set., p.539-559, 2002.

_____. Understanding the relationship between institutions and economic development – some key theoretical issues. WIDER JUBILEE CONFERENCE, Helsinki, 2005. (Mimeo)

CHANG, Ha-Joon; EVANS, Peter. The Role of Institutions in Economics. In: DYMSKI, G.; PAUL, S. (eds.) *Re-imagining Growth*. London: Zed Press, 2005. (Mimeo)

COASE, Ronald. The Nature of The Firm. *Economica*, November 1937, pp. 386-495. Disponível em: http://people.bu.edu/vaguirre/courses/bu332/nature_firm.pdf (acesso em: 01.08.2005).

_____. *The firm, the market and the law*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

_____. The New Institutional Economics. *The American Economic Review*, vol.88, n.2, mai., p.72-74, 1998.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista. *Teses FEE nº 1*. Porto Alegre, março de 2002a.

_____. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, vol.6, n.2, p.119-146, jul.-dez, 2002b.

COMMONS, John. Institutional Economics. *American Economic Review*, vol.21, p.648-657, 1931.

DEQUECH, David. Bounded rationality, institutions, and uncertainty. *Journal of Economic Issues*, vol.35, n.4, p.911-928, jun., 2001.

FERRARI, Fernando; CONCEIÇÃO, Otavio Augusto Camargo. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? In: ECONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., Salvador, 2001.

FURUBOTN, Eirik; RICHTER, Rudolf. *Institutions and Economic Theory:* the contribution of the new institutional economics. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005, 2ª ed.

HODGSON, Geoffey. The Return of Institutional Economics. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. (eds.) *The Handbook of Economic Sociology*. New York: Princeton University Press, 1994.

_____. *Evolution and Institutions*: on evolutionary economics and the evolution of economics. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

_____. What is the essence of institutional economics? *Journal of Economic Issues*, vol.34, n.2, jun., p.317-329, 2000.

_____. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. *Revista Econômica*, v.3, n.1, p.97-125, jun., 2001.

_____. What are Institutions? *Journal of Economic Issues*, vol.40, n.1, mar., 2006.

HODGSON, Geoffrey; KNUDSEN, Thorbjørn. The complex evolution of a simple traffic convention: the functions and implications of habit. *Journal of Economic Behavior & Organization*, vol.54, p.19-47, 2004.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Instituições, Estado e Mercado no Processo do Desenvolvimento Econômico. *Revista de Economia Política*, v.5(1), p.49-76, jan.-jun., 2001.

MITCHELL, Wesley. The Rationality of Economic Activity: I. *The Journal of Political Economy*, vol.18, n.2, fev., p.97-113, 1910a.

_____. The Rationality of Economic Activity: II. *The Journal of Political Economy*, vol.18, n.3, mar., p.197-216, 1910b.

_____. Human Behaviour and Economics: a survey of recent literature. *The Quarterly Journal of Economies*, vol.29, n.1, nov., p.1-47, 1914.

NORTH, Douglass. *Structure and Change in Economic History*. New York: Norton, 1981.

_____. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives (1986-1998)*, vol.5, n.1, 1991.

_____. Institutions and Economic Theory. *American Economist*, vol.36, n.1, 1992.

_____. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University Press, 2005a.

RUTHERFORD, Malcolm. Thorstein Veblen and the process of institutional change. *History of Political Economy*, 16(3), p.331-348, 1984.

_____. *Institutions in economics:* the old and the new institutionalism (Historical perspectives on modern economics). Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 225 p.

_____. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. *Cambridge Journal of Economics*, 22, p.463-477, 1998.

_____. Institutional Economics: then and now. *Journal of Economic Perspectives*,15(3), p.173-194, 2001.

RIZZELO, Salvatore. Bounded Rationality. In: RIZZELLO, Salvatore. *The Economics of the Mind*. Cheltenham: Edward Elgar, 1997.

SIMON, Herbert. *Bounded Rationality*, s.d. (Mimeo)

_____. From Substantive to Procedural Rationality. In: HAHN, Frank; HOLLIS, Martin (eds.). *Philosophy and Economic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova*, n.58, p.225-254, 2003.

VEBLEN, Thorstein. Why is Economics not na Evolutionary Science. In: VEBLEN, Thorstein. *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*. New York: Russel & Russel, 1961 [1898].

_____. *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*. New York: Russel & Russel, 1961.

_____. *A Teoria da Classe Ociosa*: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1899].

WILLIAMSON, Oliver. Transaction Cost Economics. In: WILLIAMSON, Oliver. *The Economic Institution of Capitalism*. London: The Free Press, 1985.

_____. Introduction. In: WILLIAMSON, Oliver; WINTER, Sidney (eds.). *The Nature of the Firm*: origins, evolution, and development. Oxford: Oxford University Press, p.3-17, 1993.

_____. The Logic of Economic Organization. In: WILLIAMSON, Oliver; WINTER, Sidney (eds.). *The Nature of the Firm*: origins, evolution, and development. Oxford: Oxford University Press, p.90-116, 1993.

O PROJETO DO GOVERNO GOULART E O II PND: UM COTEJO

Cássio Silva Moreira[1]

Pedro Cezar Dutra Fonseca[2]

Resumo: O artigo mostra que, embora em contextos econômicos distintos e com marcantes diferenças políticas e ideológicas, há notáveis semelhanças entre o projeto econômico do governo Goulart e o Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Ernesto Geisel. Para tanto, utiliza como fontes primárias os documentos oficiais sobre o Plano Trienal e o II PND, além das mensagens presidenciais ao Congresso Nacional de ambos os períodos, onde os mesmos são expostos e justificados. O artigo sugere que uma racionalidade histórica parece se impor ao constatar que, uma década depois de interrompidas pelo golpe militar, muitas propostas, como o avanço da industrialização para os bens de capital e intermediários e os investimentos na área de energia, são retomadas e consideradas imprescindíveis diante da fragilidade que o país se encontrava após o choque do petróleo.

Palavras-chave: economia brasileira, Plano Trienal, II PND, governo Goulart, governo Geisel

The Goulart Administration's Project and 2nd NDP: a Comparison

Abstract: The paper shows that there are remarkable similarities between the economic project of the Goulart administration and the National Development Plan (2nd Plan) of the Geisel administration, despite the different economic contexts and political and ideological differences. In order to demonstrate this, primary sources – the official documents regarding the Triennial Plan and 2nd NDP – are used, as well as presidential messages to the National Congress in both periods, when they are exposed and justified. The paper assumes a historical rationality by verifying that, a decade after being suspended by the military coup d'état, many proposals are resumed as the country faced a weakness after the oil debacle. Such proposals include the advancement of industrialization of capital goods and investments in energy.

Keywords: Brazilian economy, Triennial plan, development, 2nd NDP, Goulart administration, Geisel administration.

[1] Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Doutor em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. E-mail: cassio.moreira@poa.ifrs.edu.br Site: www.cassiomoreira.com.br

[2] Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS e Pesquisador do CNPq. E-mail: pedro.fonseca@ufrgs.br

Introdução

Uma das proposições mais marcantes e radicalmente iluminista do pensamento de Hegel, e ainda demarcadora de *approaches* nos estudos epistemológicos, é o entendimento da história como um processo racional. Com o idealismo que lhe era peculiar, assumia que na história o espírito é uno e idêntico à natureza, o que lhe confere o caráter racional e necessário de seu processo (Hegel, 1969, p. 39-40). A máxima "o que é racional é real e o que é real é racional" impõe a necessidade da identidade entre razão e realidade e desconfia do contingente e das "coincidências históricas": "Os fatos constitutivos desta história não são aventuras, do mesmo modo que a história do mundo não é uma história romanesca; não é uma coleção de fatos contingentes", assevera na *Introdução à História da Filosofia* (Hegel, 1980, p. 334). Todavia, o espírito se exterioriza e, como tal, resulta em história; daí podermos captá-lo, mesmo por tortuosos caminhos, empiricamente: "o que deve ser verdade deve estar na realidade e conhecer-se por meio da percepção". Se a história como processo racional para o filósofo tratava-se de uma convicção, para o historiador era uma hipótese. O problema do empirismo não era em si afirmar a existência de uma realidade empírica ou factual, mas negar o suprassensível, ou fazer uma separação radical entre o conceito e matéria.

Marx, mesmo rejeitando o idealismo, manteve em parte essas asserções da reflexão hegeliana sobre a racionalidade histórica. Mas as mesmas impressionaram negativamente autores como Marcuse, para quem, segundo Arantes (*in* Hegel, 1980, p. XX), tal prevalência do espírito "revela os traços sombrios de um mundo controlado pelas forças da história, em lugar de as controlar". Já Lukács adverte que é preciso lembrar a tese de Marx, segundo a qual compreender o desenvolvimento da sociedade não consiste em "reconhecer por toda parte as determinações do conceito lógico, mas em *apreender a lógica específica do objeto específico*" (Lukács, p. 77; grifos nossos). Assim, pode-se interpretar que para Marx a necessidade histórica não se impunha como força intransponível; a autoconsciência se exteriorizava e, através da práxis, assumiria caráter transformador. Destarte, mais que a lógica do conceito, sua preocupação consistia em buscar os nexos dos processos reais e, por isso, mesmo que de outra forma e circunscrito ao materialismo, o marxismo compreende a história como um processo racional e também propõe que coincidências ou contingências, ainda que possíveis, na maior parte das vezes são fatos cuja conexão não é imediatamente perceptível. Trata-se da *racionalidade do processo histórico*, que se manifesta como imposição, muitas vezes contrariando o senso comum e surpreendendo mesmo o analista experiente.

As ponderações de ordem filosófica dos parágrafos anteriores retomam uma prática comum na produção acadêmica de História Econômica, ora em desuso, que consistia em preceder o trabalho factual inerente aos estudos históricos pela definição do marco epistemológico no qual o material empírico seria analisado. Com a pós-modernidade, tal procedimento, mais que criticado, tornou-se desnecessário, sob o entendimento da validade da história como relato e da legitimidade da diversidade de leituras associado à crítica aos assim chamados "paradigmas totalizantes", nestes incluídos o marxismo e o estruturalismo. Todavia, o objetivo deste trabalho torna o procedimento absolutamente necessário, pois auxilia ao mostrar como as considerações anteriores, associadas à tradição epistemológica hegeliano-marxista, resistem e se revelam mesmo em conjunturas históricas bem específicas. No caso, propõe-se fazer uma análise comparativa entre um conjunto de propostas do governo de João Goulart (1961-1964), ao qual identificamos como seu "projeto econômico", e as medidas propostas e parcialmente implementadas, dez anos depois de sua interrupção pelo golpe civil-militar de 1964, pelo II PND do governo Geisel (1974-1979).

Fundamentalmente, o que se pretende assinalar é a semelhança dos objetivos do II PND com os explanados principalmente no Plano Trienal e na Mensagem ao Congresso Nacional de 1964 do governo Goulart. Esses alicerçam a afirmação segundo a qual Goulart pretendia aprofundar o processo de substituição de importações, na direção dos bens de capital e intermediários, com ênfase no setor energético, e mediante a descentralização espacial desses investimentos. Dez anos depois, na conjuntura adversa marcada pelo do choque do petróleo e pelo fim do ciclo do "milagre" (1968-1973), o II PND foi lançado como um audacioso programa de investimentos em infraestrutura focado exatamente nesses setores, inclusive com a mesma prioridade nos bens de capital e na busca de fontes alternativas de energia. Em ambos os casos, ademais, previa-se a presença do Estado como indispensável para levar adiante os investimentos, seja diretamente por empresas estatais seja pela indução, por mecanismos diversos, ao setor privado.

O artigo possui três seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresenta-se uma breve análise do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social e das mensagens ao Congresso Nacional de Goulart, principalmente a de 1964. Esta consiste o mais rico material empírico para evidenciar a intencionalidade do governo em continuar o processo de substituição de importações e a descentralização espacial dos investimentos, os quais são tratados como "necessidade histórica" no discurso presidencial. Já na segunda seção apresentam-se os objetivos do II PND, com destaque nos bens de capital, na matriz energética e na correção dos desequilíbrios regionais. Essas duas seções servirão como base para a análise comparativa que será desenvolvida na

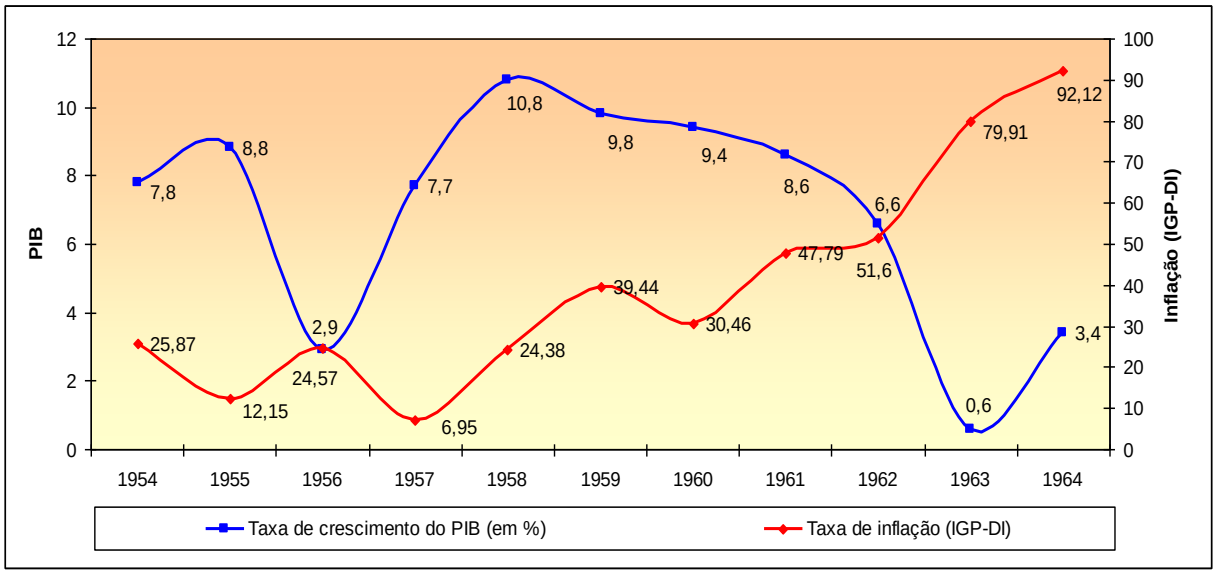
seguinte, quando as semelhanças são expostas de forma mais detalhada. O artigo encerra com uma conclusão.

1 – O Plano Trienal e da Mensagem ao Congresso Nacional de 1964

No dia 7 de setembro de 1961, depois de conturbada crise política, assumiu como Presidente da República o então Vice-Presidente constitucional João Goulart. O contexto político, com o veto militar a sua posse, ensejou a Campanha da Legalidade liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, cujo desfecho impediu que tal veto se consumasse. A solução política encontrada foi a adoção do sistema parlamentarista, que durou até janeiro de 1963, quando um plebiscito determinou, por ampla margem, o retorno ao presidencialismo. Durante aquele período, o país foi governado por primeiros-ministros indicados pelo presidente Goulart e aprovados pelo Congresso Nacional.

Em relação à conjuntura da economia brasileira no início da década de 1960, destacam-se o arrefecimento do crescimento e a aceleração inflacionária. Essa combinação pode ser identificada como típico fenômeno de estagflação, conforme ilustra o gráfico 1:

Gráfico 1: Inflação e Taxa de Crescimento do PIB, 1954 - 1964



Fonte: BACEN

Diante desse quadro adverso, ainda sob a vigência do parlamentarismo, mas com a perspectiva de que o mesmo seria superado, foi lançado, no final de 1962, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo futuro ministro Celso Furtado. Esse plano propunha como metas o controle da inflação e a manutenção de elevada taxa de crescimento

econômico. Todavia, ao lado dessas medidas que podemos denominar como de "curto prazo", posto que imposições da conjuntura, o plano também propunha um projeto econômico de envergadura, composto por um conjunto de reformas estruturais voltadas a dar novo direcionamento de longo prazo à economia.

Em relação às análises sobre a política econômica adotada na conjuntura, pesquisas mais recentes têm contribuído para a formulação de novas interpretações sobre a mesma. Em especial, os trabalhos de Monteiro (1999), Fonseca (2004), Fonseca e Monteiro (2005), Moreira (2011) e Loureiro (2012) resgatam as ações implementadas e as tentativas do governo de enfrentar os problemas como inflação e crise do balanço de pagamentos, salientando suas dificuldades políticas, contrariando a visão tradicional, a qual geralmente assinalava que política econômica era "ambígua", ou até mesmo "irracional" e "aleatória". Esses autores[3] exploravam o fato que o governo avançava e depois recuava em muitos momentos: exemplo disso foi o fim e a volta dos subsídios de derivados do petróleo e do trigo que estavam nas medidas de combate à inflação do Plano Trienal. O recurso ao modelo de credibilidade usado por Monteiro (1999) contribuiu para mostrar o desfecho da condução da política econômica do período, contrapondo-se à tese da aleatoriedade. Posteriormente, os dois últimos trabalhos arrolados, de Fonseca e de Loureiro, associam a aparente hesitação e ambiguidade às dificuldades de compor um pacto político capaz de dar sustentação às reformas pretendidas, diante da pressão de inúmeros segmentos sociais, a qual configura uma crise de legitimidade.

As análises sobre o Plano Trienal geralmente enfocam o dilema entre crescimento econômico e a estabilidade monetária. Costuma-se atribuir que o mesmo fracassou ou foi abandonado sob a evidência de que as tentativas de estabilização não lograram êxito. Como já se mencionou, o plano arrolava objetivos conjunturais e estruturais; todavia, não os entendia como autônomos. Ao contrário, aliava medidas de curto prazo necessárias para enfrentar a inflação e os gargalos nas contas externas a um modelo dependente, cuja superação exigia mudanças estruturais que visavam romper com a dependência externa (financeira, produtiva e tecnológica), as chamadas reformas de base. Conforme o seu principal elaborador, e consoante à tradição do estruturalismo latino-americano, o Estado deveria assumir o papel determinante de regulador e de promotor do desenvolvimento, com o afã de dar continuidade ao processo de substituição de importações de bens intermediários e de capital, passo entendido como necessário, junto com outras reformas, como a agrária e a bancária, para a superação da dependência tecnológica e financeira. Por outro lado, cabe lembrar que, mesmo com as dificuldades

[3] Ver Abreu (1989); Leff (1977); Lessa (1982); Macedo (1975); Simonsen (1962); Welss (1977).

na execução das políticas de estabilização, o plano não foi abandonado no que tange às reformas e à política industrial. Ao contrário, justamente quanto mais avançava o tempo mais as reformas estruturais firmavam-se na ordem do dia e radicalizava-se a retórica presidencial no sentido de levá-las adiante, fomentando um clima de radicalização crescente a culminar na deposição de Goulart.

Mesmo sem ter sido executado, o plano é documento importante para a análise histórica, pois mostra a direção proposta pelo governo João Goulart, a qual ele intitulou "Caminho Brasileiro", tendo como ponto seminal as reformas institucionais (Goulart, 1964). Em sua Introdução, o documento resume seus principais objetivos, posteriormente detalhados ao longo do texto.

O primeiro objetivo era manter uma elevada taxa de crescimento do produto. Esse crescimento seria puxado pela indústria por meio de modificações estruturais que visassem a uma maior participação da produção de bens intermediários e, principalmente, de bens de capital. Conforme uma meta do plano, "a indústria do país estará contribuindo com mais de 70% dos bens de capital de que necessita a economia nacional para manter sua elevada taxa de crescimento" (Brasil, 1962, p.9).

O segundo objetivo pode ser analisado conjuntamente com o terceiro. O plano apontava a necessidade de criar condições de financiamento, por meio de políticas fiscal, monetária e cambial adequadas, para garantir os investimentos planejados e, assim, a estabilidade monetária. A idéia associada a isso leva a duas interpretações complementares. A primeira era que os descontrole do setor público era importante fator de pressão inflacionária. O segundo, no que se afastava da ortodoxia, é que esta deveria ser controlada sem abrir mão do crescimento econômico. A questão-chave para essa dualidade estava na forma de financiamento, a qual deveria permitir uma diminuição do déficit público em conjunto com os investimentos pretendidos pelo governo. Mais uma vez, percebe-se a importância das mudanças estruturais, especialmente por meio do desenvolvimento de um sistema financeiro capaz de promover os investimentos produtivos privados e financiar o Estado para dispensá-lo do recurso de emissão monetária.

A análise da documentação oficial permite antever que o plano, mesmo que apontasse o déficit público como uma das causas da inflação, não via como dilema intransponível o aparente conflito entre crescimento versus estabilidade monetária. Em outra passagem, registra-se a menção de que o crédito ao setor privado deveria crescer em montante corresponde à elevação de preços mais o crescimento real do PIB (Brasil, 1962, p. 10). Da mesma forma, embora houvesse preocupação com a expansão monetária, e certamente com vistas na base sindical do governo, importante inclusive por ocasião de sua posse, afora um período inicial de estabilização não via como regra necessária para atingir a estabilidade o decréscimo dos salários. Propunha que os mesmos devessem crescer a taxas

“pelo menos idêntica a do aumento da produtividade do conjunto da economia, demais dos ajustamentos decorrentes da elevação do custo de vida” (Brasil, 1962, p. 7). Acreditava que, por meio das mudanças estruturais, a distribuição dos frutos do crescimento econômico seria mais equânime. Esse entendimento já aparece em Goulart antes mesmo de chegar à presidência: “a elevação do salário mínimo faz subir o custo de vida? Faz sim, mas também é uma conseqüência de encarecimentos anteriores” (TEJO, 1957, p. 116).

Os objetivos seguintes reafirmam o papel do Estado na condução de reformas. Para o cotejo com o II PND, ressalta-se o enumerado em quinto lugar, já que este mais tarde também associará a exploração dos recursos naturais com a descentralização espacial dos investimentos, e proporá que o Estado promova uma série de investimentos em exploração e ampliação na extração de recursos naturais, mas descentralizando-os, como forma de diminuir as disparidades regionais. Já o sexto objetivo mostra claramente a intenção de mudar a ordem institucional do país, como forma de revitalizar a formação de capital e qualificar a mão-de-obra, assim como melhorar a assimilação de novas técnicas. Nesse ponto, pode-se especular a intenção do governo em transferir tecnologia, visto que se percebe no plano a intenção de desenvolver o departamento de bens de capital. Outra preocupação institucional é com a questão da concentração da propriedade da terra no Brasil. O plano sinaliza a necessidade inadiável de uma reforma agrária. No sétimo objetivo, percebem-se dois pré-requisitos fundamentais para a realização do plano. O primeiro é a necessidade de refinanciar a dívida externa com vencimento no curto e médio prazo, a qual impunha restrições ao balanço de pagamentos. O segundo seria formas sustentáveis de financiamento do setor público. Em outra passagem, o plano explicita essas duas pré-condições: “Os dois objetivos básicos indicados: captação adicional de recursos para o setor público, por meios não inflacionários e manutenção do nível das importações mediante refinanciamento da dívida externa são componentes necessários de todo planejamento da economia brasileira que vise a manter uma elevada taxa de crescimento e a recuperar progressivamente a estabilidade” (Brasil, 1962, p. 22).

Finalmente, o último objetivo arrolado aponta para uma mudança institucional e ao mesmo tempo instrumental, visando à construção de um novo desenho organizacional para o aparelho governamental, e com forte conteúdo político, pois propunha aumentar a centralização das decisões com vistas a enquadrar todos os órgãos do governo num só objetivo, ou seja, na consecução de um mesmo projeto para o país. Este seria implantado por meio das reformas e da planificação da economia brasileira. Em suma, nesse contexto a ação do governo seria exercida por meio de um conjunto de medidas orientado para dois objetivos: (a) assegurar a realização do montante de investimentos

requeridos para que fosse alcançada a taxa de crescimento prevista; e (b) orientar esses investimentos para que a estrutura da produção se ajustasse, com mínimo desperdício de recursos, à evolução da demanda e, em particular, às necessidades de substituição de importações determinadas pelas limitações da capacidade para importar (Brasil, 1962, p. 8).

A análise do Plano Trienal com enfoque principalmente em suas diretrizes de longo prazo e voltadas ao desenvolvimento mostra que estas dependiam de condições políticas difíceis de serem viabilizadas na conjuntura, frente o aguçamento tanto do conflito e das pressões de diferentes grupos sociais internos como também na área internacional, principalmente com a política norte-americana para a América Latina principalmente após a Revolução Cubana (Bandeira, 2001; Bastos, 2011; Loureiro, 2012). Todavia, para nosso propósito neste artigo, que é menos avaliar resultados e mais resgatar percepções e intenções, já que estas permitem antever projetos que mais tarde serão retomados, interessa-nos sobretudo assinalar o diagnóstico do qual partia e as mudanças estruturais propostas. Podemos organizar os objetivos estruturais de longo prazo do Plano Trienal em cinco: (a) institucionalizar a planificação econômica, mas mantendo a livre iniciativa; (b) fortalecer o papel do Estado, especialmente em setores estratégicos; (c) continuar o processo de substituição de importações, focado no setor de bens intermediários e de capital; (d) corrigir os desequilíbrios regionais; e (e) implementar reformas institucionais para melhorar o uso dos fatores de produção e gerar crescimento econômico com melhor distribuição de renda.

O objetivo da planificação da economia brasileira como instrumento de Estado para melhorar o uso da alocação dos fatores de produção está estreitamente interligado com as propostas das reformas vistas como necessárias pelo governo: ”A planificação econômica não é um objetivo que possa ser alcançado de uma vez. Constitui, em última instância, uma técnica de governar e administrar, e como tal deve ser introduzida progressivamente, à medida que o quadro político, institucional e administrativo o comportasse” (Brasil, 1962, p. 16). Era entendida, ainda, como instrumento para direcionar a formação de capital e a distribuição de renda (p. 13). Como ponto mais importante de seu diagnóstico, o plano entendia como inconcluso o processo de industrialização por substituição de importações e atribui os desequilíbrios existentes à ausência de um planejamento que fosse capaz de antecipar as modificações estruturais. Conforme a passagem abaixo, percebe-se o caráter de modificar a estrutura de oferta da economia, com teor semelhante ao enunciado (e realizado, pelo menos parcialmente) pelo II PND:

> "As modificações estruturais implícitas na substituição de importações podem, igualmente, ser observadas de outro ângulo. Para uma economia subdesenvolvida, o aumento das exportações significa um impulso de crescimento vindo de fora. Se inexiste esse impulso, substituí-lo por outro, interno, é particularmente difícil, pois qualquer expansão da renda monetária logo se traduzirá em maior demanda de importações, que não pode ser satisfeita. Persistindo o impulso interno durante algum tempo, se a pressão inflacionária daí resultante não acarretar maiores transtornos à economia, iniciam-se modificações na estrutura da produção que, combinadas com alterações na composição das importações, permitirão aumento da oferta global capaz de satisfazer ao incremento da demanda monetária. Mas esse processo de substituição de importações, inseparável do desenvolvimento atual da economia brasileira, não se pode realizar sem pressão inflacionária, a menos que a economia seja submetida a um planejamento que permitisse antecipar as modificações estruturais" (Brasil, 1962, p. 31 e 32).

Macedo (1975), entretanto, questiona se havia consciência de que o processo de substituição de importações estivesse esgotado e, caso isso fosse verdadeiro, seria um equívoco do governo insistir em tal modelo de industrialização. Entretanto, há evidências que comprovam ser esta a percepção do plano mesmo coetâneo de teses que defendiam o esgotamento do referido, como é o caso do artigo de Maria da Conceição Tavares "Auge e Declínio do Processo de Substituições de Importações", de 1963. Entretanto, enquanto predominava nas análises de cunho cepalino a causa da estagnação na estreiteza dos mercados e na demanda de consumo, o plano, sem afastar-se desse entendimento, enfatizava a necessidade de aumentar a produção dos bens de capital, inclusive na tentativa de retomar o rápido crescimento da indústria nos últimos anos anteriores a ele. A produção de equipamentos com densidade tecnológica cada vez maior exigia mais volume de capital, o que trazia à tona a questão do financiamento - cuja intenção manifesta é que fosse preferencialmente interno. Essas modificações estavam intrinsecamente ligadas às reformas de base, tais como na área fiscal e no setor financeiro, pois a produção interna de parcela crescente dos bens de capital necessitava de elevado esforço de financiamento. Isso induzia à necessidade de se substituir poupança externa por interna, o que demonstra a pretensão de certa autonomia quanto ao financiamento externo, o que o diferencia em relação à forma de financiamento do II PND. Em adição, havia a preocupação de, por meio da planificação do desenvolvimento, assegurar um fluxo de recursos capaz de manter a formação de capital dentro das dimensões requeridas e com a composição adequada. A ideia consistia em direcionar o padrão de consumo, por meio de distribuição de renda, para assim tentar orientar o investimento

privado. Diferentemente da visão subconsumista, o plano permite perceber que o fator impulsionador do crescimento econômico é o investimento; entretanto, tenta direcioná-lo, por meio da elevação do consumo, em determinados setores. Na seguinte passagem esse ponto é mencionado:

> "O crescimento do consumo decorre, necessariamente, da elevação do nível da renda pessoal e da forma como esta se distribui. É necessário projetar o crescimento do consumo afim de que os investimentos diretamente relacionados com a satisfação desse consumo possam ser orientados, obtendo-se uma utilização ótima da capacidade produtiva. Essa análise setorial mais refinada constitui, entretanto, etapa avançada do trabalho de planejamento, que a própria execução do plano permitirá aperfeiçoar, e requer discussão direta e permanente com os dirigentes de cada ramo de atividade produtiva" (Brasil, 1962, p. 47).

Enfim, o planejamento visava orientar o processo de formação de capital a fim de direcionar o fluxo necessário de recursos para os setores estratégicos. Dessa forma, pretendia-se atacar o principal entrave ao processo de substituição de importações: os pontos de estrangulamento. Assim, facilitar-se-iam as adaptações da estrutura produtiva às transformações da procura decorrentes do próprio crescimento, sendo que essas modificações deveriam germinar a partir dos bens de produção. Outra passagem do plano assevera tal entendimento:

> "Não obstante o progresso realizado nos últimos anos, o processo de industrialização da economia brasileira ainda está longe de atingir sua plena maturidade, existindo larga margem para o prosseguimento do processo com ênfase na substituição de importações. Especialmente no que se refere às indústrias de base, metalurgia dos não ferrosos, siderurgia, indústrias químicas, mecânicas e de material elétrico, a dependência de importação ainda é elevada e o país tem base de recursos para reduzi-la ainda mais" (Brasil, 1962, p. 174).

Esse programa de fomentar a indústria nacional de bens de capital dependia basicamente de quatro fatores. O primeiro seria a disponibilidade de maior número de profissionais qualificados, diferentemente da fase inicial da industrialização, intensiva em mão de obra de mais baixa qualificação. Para isso, o programa remetia diretamente à reforma educacional que propunha implementar. O segundo era criar linhas de fomento para a aquisição de equipamentos em unidades da indústria mecânica. O terceiro, a ampliação e implantação de novas unidades produtivas e, por fim, a

criação de facilidades para o financiamento da fabricação e da venda de bens de capital, cuja execução estava diretamente relacionada com a reforma fiscal e financeira. O Governo Federal adotaria medidas para viabilizar as condições acima delineadas, principalmente o aperfeiçoamento de formas de crédito para o financiamento da fabricação e das vendas de bens de capital (Brasil, 1962). *Há plena consciência, nas palavras de Goulart, que não se esgotara o modelo de substituição de importações, mas uma fase do mesmo, o que exigia a alavancagem para outro ciclo*: "agora desenvolvidos os setores da indústria leve e lançadas as bases para o desenvolvimento de nossa infraestrutura, inicia-se um processo mais intensivo de substituição de importações no setor de produção de equipamentos. Nesse processo, é peça estratégica a adoção de critérios inflexíveis para a aprovação de importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial como investimento de capital estrangeiro, ou com financiamento, e que possam ser supridos satisfatoriamente pela indústria nacional" (Goulart, 1964, p. 40).

Independentemente da controvérsia se o processo substitutivo de importações esgotara-se ou não com o bloco de investimentos superior à demanda corrente do Plano de Metas[4], parece-nos claro que esse entendimento exposto por Goulart vai ao encontro da afirmação de Bandeira: "Goulart procurou, desse modo, recuperar o projeto de Vargas, retomar-lhe o caminho e reorientar o processo de industrialização, distorcido pela Instrução 113, para os setores de base, para a produção de bens de capital, com o objetivo de viabilizar um desenvolvimento mais equilibrado e autônomo do capitalismo brasileiro" (Bandeira, 2001, p. 121). Assim, uma ação que vai além do plano das intenções foi a Instrução nº 242 da SUMOC, de 28/06/1963, que subordinava a normas especiais o registro de operações referentes à importação de máquinas ou equipamentos, antes sem cobertura cambial e financiadas no exterior. Goulart entende que as decisões integrantes da instrução vinculam-se "à evolução natural do processo de substituição de importações de equipamentos pelos de produção nacional" (Goulart, 1964, p. 41). Dentro dessa orientação, o Governo adotou, por meio da instrução citada, o princípio de que não seriam admitidas importações de máquinas e equipamentos que pudessem ser supridos, satisfatoriamente, pela indústria nacional, e que para as importações cobertas por financiamentos externos seria exigido prazo não inferior a sete anos, iniciando-se a amortização a partir do terceiro ano.

[4] Dentre as análises "clássicas", Tavares (1986, p. 101) tem esse entendimento, enquanto Castro e Souza (1985) defendem que o II PND foi um programa de substituição de importações, pois até o início dos anos 70 do século XX o processo de industrialização carecia de segmentos significativos da indústria de bens de capital e insumos básicos.

Em relação à política de correção dos desequilíbrios regionais, que também aparecerá mais tarde no II PND, visava-se evitar que a concentração de investimentos em certas áreas ocasionasse a convergência dos dispêndios públicos, o que ocasionaria um círculo vicioso. Nas palavras de Goulart em visita aos Estados Unidos: "Estamos procurando estabelecer um desenvolvimento harmônico do país para corrigir desequilíbrios regionais e evitar o pauperismo de certas áreas" (Goulart, 1962, p. 18). Essa desconcentração teria com um dos instrumentos a adoção de medidas fiscais e financeiras que incentivassem investimentos em outras regiões do país, a qual seria objeto da reforma tributária. Por meio da chamada "política de favores diferenciais", o governo visava estimular os investimentos privados, economicamente viáveis, em benefício daquelas áreas com maior excedente estrutural de mão-de-obra. Ainda nessa direção mais duas medidas constantes no plano devem ser mencionadas. A primeira trata da intensificação dos investimentos relacionados com o levantamento e a avaliação dos recursos naturais. Para tanto previa, durante sua execução, um trabalho de zoneamento do país para embasar a política de incentivos diferenciais, orientadora da localização das atividades econômicas no território nacional. A segunda seria intensificar os investimentos ligados ao "aperfeiçoamento do fator humano", beneficiando de preferência as regiões de mais baixo índice de desenvolvimento. Setorialmente, assim se distribuiriam os investimentos de capital fixo: os sistemas de transporte absorveriam 29%; as indústrias de transformação, 18,6%; a indústria de energia elétrica, 13,7%; a de construção residencial, 12,4%; a agricultura, 8,4%; a indústria do petróleo, 7,6% e os demais setores, 10,3% (Goulart, 1963).

O mapeamento dos recursos naturais estabelecia como prioridade a pesquisa naqueles minerais cujas crescentes importações contribuíam para o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Em relação às importações, estava previsto o mapeamento das reservas e elevação na produção de cobre, carvão, amianto, zinco, enxofre, níquel, estanho, alumínio, dentre outros. Nota-se que tal preocupação também apareceu no II PND, bem como o fomento das exportações com a exploração de minérios, em especial o ferro e manganês (Brasil, 1962). Ainda em tom nacionalista, o governo assumia como prioridade a pesquisa e o "tombamento dos recursos naturais do país" (Goulart, 1963, p. 26). Esses eram considerados matérias-primas necessárias para o desenvolvimento das atividades industriais, e se propunha, tal como acontecerá no governo Geisel, a elevação da produção nacional e das exportações dos seguintes segmentos: siderurgia, metalurgia dos não ferrosos, indústrias químicas, indústrias de bens de capital e indústria extrativa mineral (minério de ferro).

Quanto aos investimentos em infraestrutura, o plano arrola os referentes às áreas de transportes e comunicações, energia elétrica, energia nuclear, petróleo e carvão mineral, os quais, por suas características, eram vistos como necessários para permitir o desenvolvimento adequado dos demais setores. Pela importância estratégica do setor de transportes, incluíram-se diretrizes que permitissem obter a maximização da produtividade econômica e social e assegurar a interligação das regiões com grande potencial econômico. Assim, esse setor era estratégico para corrigir as distorções resultantes da orientação anterior dos investimentos públicos no sistema viário brasileiro. Isto permitiria não só adequar os esquemas ferroviários à nova realidade estrutural da economia brasileira, como atender às necessidades de maiores inversões em portos e marinha mercante.

Na área de energia elétrica e nuclear, havia a previsão de criação de fundos voltados ao financiamento, assim como para a expansão da capacidade de geração de energia com o uso de componentes nacionais, incentivando a indústria doméstica. Especificadamente em relação à energia elétrica, os programas a serem executados objetivavam: (a) expansão da capacidade das usinas geradoras, mediante a conclusão das obras já iniciadas e a construção ou instalação de novas unidades; a capacidade deveria ser expandida de cerca de 4,8 para 7,4 milhões de kW; e (b) extensão das linhas de tensão igual ou superior a 66 kWL com vistas, fundamentalmente, à integração dos sistemas. Complementarmente, seriam construídas as subestações necessárias. Quanto ao petróleo, ocupava lugar estratégico no plano a elevação da participação da produção nacional na oferta do produto, haja vista seu expressivo peso na pauta de importações. Como futuramente no II PND, ele era visto como prioritário para a substituição de importações. E, tal como neste, o Plano Trienal também previa o fortalecimento da indústria nacional de equipamentos agrícolas com a substituição dessas importações. Como exemplo, podemos mencionar a fabricação de tratores, setor então predominantemente de capital nacional, cuja produção se expandira de 1.678 unidades em 1961 para 9.908 em 1963, com perspectiva de em 1964 alcançar 14 mil unidades (Goulart, 1964, p. 124).

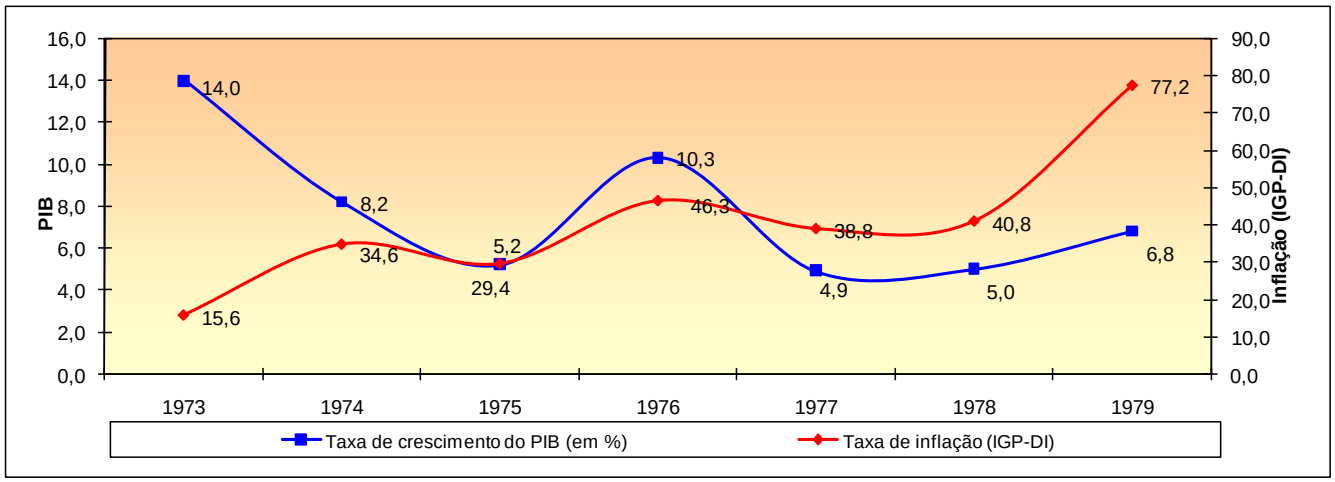
Finalmente, em relação à elevação e à diversificação das exportações, o Plano Trienal, assim como Goulart em sucessivos pronunciamentos, as defende como forma de permitir o ingresso de divisas para fazer frente ao estrangulamento externo. Na Mensagem ao Congresso Nacional do ano de 1964, discorre que, por meio da "Política Externa Independente", o governo promoveria a diversificação de mercados para as exportações (África, Ásia, Europa Oriental), assim como a diversificação de produtos (incluindo os industriais com maior valor agregado). Desse modo, acreditava que o país poderia diminuir a dependência tecnológica e agregar valor às exportações, permitindo compatibilizar a capacidade de importar ao estilo de desenvolvimento proposto. Ademais, a

necessidade crescente de recursos externos, inerente ao processo de industrialização, ocasionava uma relação direta entre a receita de exportações e a capacidade de importar do país (GOULART, 1963, p. 152). Goulart assume a tese cepalina de deterioração dos termos de intercâmbio e argumentava que a solução para enfrentá-la dependeria "sobretudo de medidas de política comercial, que devem ser tomadas pelos próprios países em desenvolvimento, tais como o estímulo à substituição de importações e à diversificação de exportações, e decisões conducentes à abertura de novos mercados. Tais [são], precisamente, as diretrizes que têm orientado e continuarão a orientar a ação do meu Governo (...). O Brasil, bem como os demais países em desenvolvimento, tem plena consciência das medidas que precisam ser adotadas " (Goulart, 1964, p. 216).

2 - O II PND e suas prioridades

Ernesto Geisel foi eleito, por via indireta, no dia em 15 de janeiro de 1974. Duas ações marcaram o seu governo. A primeira, no âmbito político, consistiu no processo de distensão, que, embora devesse ser lenta e gradual, encontrou resistência em segmentos das forças armadas. A segunda foi um audacioso plano de investimentos, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado pela Lei n°. 6.151, de 1974. A proposta de distensão aparecera quando ainda Geisel era candidato, ao contrário do plano, que foi elaborado às pressas, sob pressão da reversão da conjuntura: o preço do barril do petróleo quadriplicou no último trimestre de 1973 e a taxa de crescimento do PIB caiu de 14,0% para 8,2% de 1973 para 1974, enquanto a inflação, medida pelo IGP/FGV, dobrava, indo de 15,6% para 34,6% no mesmo período (ver Gráfico 2). Esclarecem Fonseca e Monteiro (2008, p. 37): "Pesquisas em jornais (*Folha de São Paulo* e *Correio do Povo*, de Porto Alegre) e revistas da época (*Veja* e *Visão*) não permitem detectar [antes da posse] qualquer menção ao II PND, ou a um projeto de crescimento acelerado como proposta do grupo que ascendia ao poder – e, muito menos, de um aprofundamento da substituição de importações sob a égide do Estado".

Gráfico 2: Inflação e Taxa de Crescimento do PIB, 1973 - 1979



Fonte: BACEN

A equipe econômica era chefiada pelo ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, e por João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento, a quem coube liderar a elaboração do plano. Este, embora estabelecesse metas de desempenho esperadas, pouco menciona sobre as fontes de recursos para viabilizá-las, possivelmente devido às dificuldades visíveis da conjuntura. Todavia, estabelece como seu propósito "consolidar um modelo brasileiro de capitalismo industrial" (Brasil, 1974, p. 37), com crescimento de 10 % ao ano do PIB, 12% na indústria e 7 % na agricultura. Diante da crise do balanço de pagamentos, propunha o aumento de 2,5 vezes o quantum das exportações entre 1974 e 1979, o qual seria obtido pelo desenvolvimento de projetos de exportação de matérias-primas – notadamente, celulose, ferro, alumínio e aço, ao lado de investimentos na cadeia do setor primário, como no transporte ferroviário e no sistema de telecomunicações, além da realização de programas de eletrificação rural, irrigação, construção de armazéns e centrais de abastecimento. A diminuição das importações viria com um programa de substituição de importações nos setores de bens de capital e insumos básicos – notadamente, química pesada, siderurgia, metais não ferrosos e minerais não metálicos, ao lado de elevação da produção interna de petróleo, além da ampliação de geração de energia hidrelétrica.

Há uma controvérsia muito grande entre economistas sobre a elaboração, execução e os resultados do II PND[5]. Entretanto, há certa tendência na literatura em reconhecê-lo como a mais ampla experiência de planejamento econômico no Brasil depois do Plano de Metas. Ademais, se

[5] Para análises da política econômica do governo Geisel, ver Bonelli e Malan (1976); Velloso (1977; 1986; 1998); Lessa (1978); Balassa (1979); Coutinho e Belluzzo (1983); Cruz (1984), Castro e Souza (1985); Fishlow (1986); Carneiro (2002); Hermann (2005). Entre os trabalhos dedicados especificamente ao II PND, ver: Batista (1987); Aguirre e Saddi (1997); Gremaud e Pires (1999); Boarati (2003; 2005); Fonseca e Monteiro (2008).

entendermos, em consonância com o diagnóstico do Plano Trienal, que o processo de substituição de importações não se encerrara ao final da década de 1950, pois ainda carecia alcançar inúmeros segmentos de bens de capital e intermediários, pode-se dizer, como o fazem Castro e Souza (1985, p. 76), que com os investimentos do II PND, "dali por diante, em marcha forçada, a economia subiria rampa das indústrias capital-intensivas e tecnológico-intensivas". A lógica implícita no plano firmava que a crise decorria do desequilíbrio intersetorial – a prioridade aos bens de consumo duráveis estabelecida desde o Plano de Metas sobredimensionara o setor, enquanto outros segmentos não acompanharam sua evolução quantitativa e qualitativa – e acenava para a diminuição da dependência externa em vários itens para enfrentar o desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Pode-se perceber um viés desenvolvimentista aos moldes da CEPAL no plano, pois seguia a tradicional tese de que o estrangulamento externo incitava à continuidade ao processo substituição de importações e, se necessário, por meio dos investimentos públicos. As dificuldades de financiamento consistiam seu principal gargalo. Diferentemente do Plano Trienal, proporá com mais ênfase recorrer às fontes internacionais e ao endividamento externo, contando internamente com a expansão do sistema financeiro nacional que ganhara impulso com a reforma monetário-financeira do período de Castelo Branco e com a concentração bancária estimulada por Delfim Neto na época do "milagre".

As áreas prioritárias dos investimentos do II PND foram: (a) insumos básicos: metais nãoferrosos, exploração de minérios, petroquímica, fertilizantes e defensivos agrícolas, papel e celulose; (b) infraestrutura e energia: ampliação da prospecção e produção de petróleo, energia nuclear, ampliação da capacidade hidrelétrica (Itaipu) e substituição dos derivados de petróleo por energia elétrica e pelo álcool (Pró-Álcool), expansão das ferrovias e a utilização de carvão; (c) bens de capital: mediante garantias de demanda, incentivos fiscais e creditícios, reservas de mercado (lei de informática) e política de preços. Os investimentos estatais adquiriram inclusive uma dimensão regional, com a distribuição espacial dos principais projetos (Almeida, 2004, p. 23). Além disso, Batista (1987) assinala como ponto a favor do plano sua determinação em avançar o processo de industrialização no Brasil por meio da implantação de um programa de substituição de importações no setor energético e de expansão da capacidade de produção de bens intermediários, incluindo a implantação de indústrias de tecnologia naval, equipamento ferroviário, aeronáutica, petroquímica e farmacêutica. Assim como no governo Goulart, o papel das empresas estatais seria fundamental, elas seriam os agentes impulsionadores do capital nacional e da indústria de bens de capital.

Em relação à diversificação das exportações, há outra semelhança entre o plano e a "Política Externa Independente" do governo Goulart, pois a associa à busca de mercados terceiro-mundistas e de

países socialistas, contrariando o discurso oficial anticomunista e alinhado com os Estados Unidos dominante nos governos militares desde 1964. No capítulo VII, "Integração com a Economia Internacional", arrola a proposta de diversificação das exportações e ampliação dos mercados por meio do comércio com a África, Japão e América e, surpreendentemente, a URSS e a China (II PND, 1974, p.78). Nas palavras de Geisel: "a maior aproximação dos EUA com a União Soviética e a reaproximação daquele país com a China Continental têm levado a perspectivas concretas de cooperação entre Leste e Oeste, com certo recesso da ideologia" (Brasil, 1974, p. 25). Essa guinada na política externa, denominada "pragmatismo responsável", para autores como Froelich (2007) pode ser entendida, por sua envergadura, como integrante do conceito de distensão política.

3 – Análise comparativa

Como já foi mencionado, a principal semelhança entre os planos Trienal e II PND reside justamente no diagnóstico de fundo que os alicerça e do qual decorrem suas propostas de intervenção: a necessidade de aprofundar o processo substitutivo de importações. Ambos tratam essa decorrência do diagnóstico como uma imposição dos acontecimentos, a qual exigia uma mudança estrutural da economia brasileira cujo impulso não adviria das decisões descentralizadas do mercado, por isso fazia-se mister a mão do governo. Da mesma forma, podemos perceber semelhanças na programação setorial de ambos, já que estabelecem como foco da substituição de importações os bens de capital e intermediários, bem como a busca de fontes alternativas de energia, e a descentralização espacial dos investimentos.

O diagnóstico tanto da origem da crise como de sua solução com vínculos a um discurso recorrente à dependência externa já podemos perceber no conteúdo da Mensagem ao Congresso Nacional de 1963 e 1964 do governo Goulart. Conforme esta, a substituição da importação de bens de capital permitiria a "contração, prevista nas importações, [a qual] obedece à diretriz do Plano Trienal, cabe dizer, ao esperado reforço da produção interna substitutiva, máxima de bens de capital" (Goulart, 1963, p. 115). Da mesma forma, o II PND estabelecia como medida central para combater a crise e a dependência externa a substituição de importações de bens de capital (incluindo aviões, navios e computadores), insumos básicos e combustíveis (Velloso, 1977). Ambos tinham no Estado o propulsor do desenvolvimento econômico, seja por meio das empresas estatais que implantariam e desenvolveriam os ramos de bens de capital, bens intermediários e insumos básicos, como siderurgia, petroquímica, energia, seja por intermédio do BNDE, que financiaria as empresas nacionais para desenvolverem os ramos de máquinas e equipamentos. Essa aliança entre Estado e capital privado

nacional “de ponta” por intermédio do BNDE também aparece nos dois governos, posto que este era entendido como a única instituição nacional com escopo para o financiamento de longo prazo. Já as empresas estatais, como Petrobras e Eletrobrás, atuariam em áreas prioritárias, como infraestrutura.

Quanto à distribuição espacial dos investimentos, já foi visto que a mesma aparece tanto no Plano Trienal e, com mais ênfase, na Mensagem ao Congresso de 1964. O II PND apresenta a estratégia de desconcentração industrial, contando para sua viabilidade o fato de que os novos segmentos a serem estimulados dependiam, como fatores locacionais determinantes, de fontes de matérias-primas, recursos minerais e hídricos. Estes são por natureza “descentralizados”, ou seja, disseminados pelo território nacional. São os casos de minérios de ferro de Carajás (Pará), Itaipu (Paraná), carvão (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), petróleo (bacias do nordeste e Rio de Janeiro), fertilizantes potássicos (Sergipe), soda de cloro/sal-gema (Alagoas) e fosfato (Minas Gerais), dentre outros. Já a desconcentração pessoal e funcional da renda, mais enfatizada por Goulart e por certo um dos aspectos de seu discurso que mais enfrentava resistência das elites civis e militares desde a época de Ministro do Trabalho de Vargas, quando ensejou o “manifesto dos coronéis”, aparece com menos ênfase no II PND. Todavia, não se pode deixar de registrar que o fato mais importante simplesmente é a menção à concentração de renda num documento oficial, pois implicitamente ia ao encontro da principal palavra de ordem da oposição aos governos militares: o “milagre” concentrara renda e fora uma fase de crescimento com exclusão social, como mostravam os primeiros dados tabulados do censo de 1970. Além disso, o governo, embora com parecer contrário de Simonsen, por temer seu efeito inflacionário, alterou a lei salarial prevendo reajuste semestral e com indexação através de índices acima da inflação para as faixas de mais baixa renda.

Por fim, ambos os planos consideram o problema energético do país como o mais sério ponto de estrangulamento e apontam alternativas semelhantes para superá-lo. Em relação à energia nuclear, em 1962 o governo Goulart criou a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), propondo formar uma estrutura governamental para a defesa e promoção de um programa nuclear, à semelhança do que seria feito mais tarde no governo Geisel, quando foi criada a Nuclebras - Empresa Nuclear Brasileira S.A.). O objetivo seria o desenvolvimento de tecnologias básicas destinadas a capacitar plenamente a indústria nacional para projetar e construir centrais nucleares. Em 1963, começou-se a construção de um reator de pesquisas, com 93% de componentes fabricados pela indústria nacional, que entraria em pleno funcionamento nos próximos anos no Instituto de Engenharia Nuclear, no Rio de Janeiro. E outro reator, para fins de ensino, totalmente projetado e construído no país, com previsão de ser instalado em 1964 na Universidade de Recife. Em 1965, os pesquisadores brasileiros lograriam sucesso na

construção de um reator nacional com a utilização de alguns desses minerais. Goulart recomendava: "o início, sem perda de tempo, da construção da nossa primeira central nuclear, decisão já adotada e anunciada a 31 de dezembro de 1963, como meta governamental para o ano seguinte. Essa central utilizará como combustível o urânio natural, para o qual conta o País com suprimento próprio; ao mesmo tempo, será gerado plutônio necessário ao início de uma segunda linha de reatores no ciclo tório-plutônio e tório-urânio 233, o que permitirá o aproveitamento de incalculável potencialidade energética" (Goulart, 1964, p. 69).

Por fim, o governo Goulart pretendia construir uma hidrelétrica que aproveitasse o potencial energético do Salto de Sete Quedas (trecho do Rio Paraná desde e inclusive o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu), no rio Paraná, próxima de onde foi construída mais adiante a hidrelétrica de Itaipu pelo governo Geisel. Goulart, para o aproveitamento de Sete Quedas, solicitou ao engenheiro Otávio Marcondes Ferraz a elaboração dos estudos para a construção da usina, com uma capacidade instalada de 10 milhões de kW (cerca de 150% de todo o potencial então existente no Brasil). Para a "concretização do projeto, para o qual se elegeria a localidade de Itaipu, o Itamaraty, já àquela época, iniciou os entendimentos com o governo do Paraguai (Bandeira, 2001, p.120). Previa-se o prazo de 55 meses para início da produção e 100 meses para o término obra (Goulart, 1964, p. XLII). Afirmava Goulart: "o empreendimento terá significativas implicações internacionais, pois reforçará os liames entre o Brasil e o Paraguai, bem como entre o nosso País e a Argentina e o Uruguai. Dentro dos próximos trinta dias terei a oportunidade de inaugurar na região do Guaíra o campo de pouso, primeiro passo para a instalação do canteiro de obras da barragem de Sete Quedas" (Goulart, 1964, p.51). Interessante é notar que, pelos prazos previstos pela Mensagem Presidencial, a usina deveria ficar pronta aproximadamente na época em que ocorreu o primeiro choque do petróleo.

A seguir, apresentamos um quadro-resumo comparativo entre ações propostas no governo João Goulart e as ações executadas no II PND do governo Geisel:

Quadro I - Comparativo entre Ações Propostas no Plano Trienal e na Mensagem ao Congresso Nacional de 1964 e no II PND

Propostas	**Plano Trienal e Mensagem ao Congresso Nacional de 1964**	**II PND**
	João Goulart (1961-1964)	**Ernesto Geisel (1974-1979)**
Taxa de crescimento econômico programada	7% ao ano	10% ao ano

Objetivos de longo prazo	Ajuste na estrutura de oferta, simultaneamente à manutenção do crescimento econômico aliado ao financiamento interno	Ajuste na estrutura de oferta, simultaneamente à manutenção do crescimento econômico aliado ao financiamento externo
Prioridade da industrialização	Continuar o processo de substituição em bens de capital e insumos básicos	Continuar o processo de substituição em bens de capital e insumos básicos
	Redução na participação das importações no setor de bens de capital e gerar excedente exportável	Redução na participação das importações no setor de bens de capital de 52% para 40%, além de gerar excedente exportável em torno de US$ 200 milhões.
Recursos Naturais	Aumentar a produção de aço de 3 para 5 milhões de ton.	Aumentar a produção de aço de 7 para 8 milhões de ton.
	Autossuficiência na produção de alumínio;	Triplicar a produção de alumínio;
	Aumentar a produção de zinco de 15 mil ton. para 100 mil ton.	Aumentar a produção de zinco de 15 mil ton. para 100 mil
	Investimentos na Vale do Rio Doce e na região da Paraopeba (minério de ferro)	Projeto Carajás (minério de ferro)
Hidrelétrica	Aumentar da capacidade hidroelétrica no Rio Paraná (Projeto Sete Quedas)	Aumentar da capacidade hidroelétrica no Rio Paraná (Projeto Itaipu)
Energia Nuclear	Energia nuclear (Central Nuclear do Centro Sul, posteriormente nas demais regiões)	Energia nuclear (NUCLEBRAS)
Petróleo	Ampliar a prospecção e produção de petróleo	Ampliar a prospecção e produção de petróleo
	Prospecção de petróleo na plataforma litorânea	Prospecção de petróleo na plataforma litorânea do Nordeste
Transportes	Incentivos para ferrovias, rodovias, transporte aéreo e construção de aeroportos e hidrovias	Incentivos para ferrovias, rodovias e hidrovias
Incentivos	Incentivos seriam dados ao setor privado por meio do BNDE	Incentivos foram dados ao setor privado por meio do CDE e do BNDE
	Instrução nº 242 da SUMOC, com barreiras à importação de bens de capital	Crédito do IPI sobre a compra de equipamentos, depreciação acelerada como incentivo fiscal, isenção do imposto de importação,
	Reserva de mercado para novos empreendimentos (similar nacional)	Reserva de mercado para novos empreendimentos (ex: lei da Informática)
Descentralização espacial dos investimentos	Atender à pressão pela modernização das regiões não industrializadas por meio de projetos de investimento para a correção dos desequilíbrios regionais	Atender à pressão pela modernização das regiões não industrializadas por meio da descentralização espacial dos projetos de investimento.
Siderurgia	Ampliação da capacidade das empresas de siderurgia: Cia Siderúrgica Nacional, Belga-Mineira e ACESITA e novos projetos como COSIPA e USIMINAS;	Construção de uma siderúrgica em Itaqui (MA);
Sada de Cloro	Soda de cloro na Região Nordeste via empresas privadas e investimentos da Cia Nacional de Álcalis	Soda de cloro em Alagoas;
Química e Petroquímica	Forte ampliação na indústria química: soda cáustica, celulose e papel, e fertilizantes; petroquímica na Bahia e Rio Grande do Sul	Substituição de importações de celulose, papel e fertilizantes; fertilizantes potássicos em Sergipe e fosfato em Minas Gerais

Petroquímica	Polos na Bahia e Rio Grande do Sul	Polos na Bahia e Rio Grande do Sul
Financiamento	As empresas estatais buscariam financiamento no sistema financeiro interno e em recursos do BNDE; dependia das reformas de base, em especial a fiscal e a bancária	As empresas estatais sofreram restrição ao crédito interno e contenção tarifária, forçando-as ao endividamento externo; captação no sistema financeiro privado (endividamento interno)
Papel das Estatais	Agente principal das transformações estruturais	Agente principal das transformações estruturais
Empresa Nacional Privada	Fortalecimento da empresa privada nacional em associação com o Estado, principalmente de bens de capital	Fortalecimento da empresa privada nacional em associação com o Estado, principalmente de bens de capital
Capital Estrangeiro	Favorável desde que direcionados para setores não considerados estratégicos pelo governo; limitação à remessa de lucros	Favorável

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Moreira (2011, p. 365).

Considerações Finais

Se na história a manifestação da razão era uma hipótese a ser testada, conforme a asserção citada na introdução deste artigo, o material anteriormente exposto e, principalmente, no Quadro I, sugerem que há elevada semelhança entre as propostas do governo Goulart e as formuladas e implantadas no governo Geisel. Resulta difícil atribuí-la a mera coincidência, ou pelo menos não se procurar entender suas razões, ou decifrar o possível nexo que uniria ambos os governos para apresentarem tantos traços comuns. Surpreende o analista, por exemplo, discursos como este de Goulart, cujos termos poderiam constar sem nenhuma alteração do II PND: "O Plano Trienal, que pretende sustentar o ritmo elevado de crescimento do produto, exigirá, para ter êxito, a consolidação e integração da indústria nacional de bens de produção [...] a efetivação dos investimentos previstos no Plano Trienal estará condicionada pela possibilidade de apoiá-la, de forma crescente, na oferta interna de bens de produção. Será fundamental, pois, dar prosseguimento e aprofundar o processo de substituição de importações nos setores econômicos estratégicos. A expansão adequada das indústrias receberá, em consequência, todo o apoio governamental" (GOULART, 1963, p. 23 e 24).

Nota-se que tais semelhanças não ocorrem em aspectos superficiais ou de menor importância, mas em aspectos centrais do diagnóstico de ambos e das propostas deles decorrentes para a economia brasileira, mesmo transcorrida uma década entre um e outro. Nesse ínterim, o país passou por reformas institucionais de vulto, como no período do PAEG, e por uma fase de crescimento após 1968, também marcada por alterações econômicas significativas. *Entretanto, algo permaneceu*: por mais diferentes que fossem as condições históricas em que Goulart e Geisel assumiram, e por mais diferenças os

separem no jogo político (o presidente deposto e um dos líderes da conspiração civil-militar responsável pela deposição), nada disso impediu a semelhança de diagnóstico e de propostas. Claro que, caso se queira, tais semelhanças podem ser interpretadas como coincidências, ou mesmo fruto de contingências. Não obstante, a reflexão apoiada em Hegel do primeiro parágrafo deste artigo convida-nos a outro tipo de interpretação, pois a mesma sugere haver na história algo que perpassa como imposição, que se põe como necessário, mesmo que de imediato imperceptível. Se admitirmos, nestes termos, a racionalidade do processo histórico, essa concepção força-nos a considerar que parte significativa das propostas de longo prazo e de reformas estruturais de Goulart, muitas vezes tidas como esdrúxulas, demagógicas ou populistas, impuseram-se historicamente: a crise dos anos 70, na conjuntura em que Geisel assumiu, forçou retomá-las, como se aguardassem o momento para sua concreção. O caráter estrutural do estrangulamento externo e a situação de dependência presentes no Plano Trienal e nas mensagens de Goulart foram enfaticamente rejeitados por seus opositores, inclusive na academia; para quem vê a história como um exercício de lógica formal, fere o bom senso serem "apropriadas" por governo ideologicamente tão diferente, autoritário e "antipopulista".

Que possível "espírito" empresta racionalidade a essa semelhança? Possivelmente um mesmo projeto de país, que já vinha das primeiras décadas do século XX, e que propunha a industrialização como forma de superar o "atraso" ou o subdesenvolvimento, e que tanto empolgou vários "intérpretes" do Brasil e da elite de vários países latino-americanos. O desenvolvimentismo, mesmo sem a retórica nacionalista ou com acenos à redistribuição de renda de antes de 1964, permanecia. Não por acaso assim se manifesta Lessa (1988, p. 53): "A colocação das indústrias básicas como setor líder da industrialização; o fortalecimento da grande empresa nacional restabelecendo o 'equilíbrio' da organização industrial; e o aprofundamento das relações externas com as retificações necessárias para aumentar o 'grau de independência da economia nacional com relação a fatores externos, no quadro de uma política mundial interdependente, em suas articulações recíprocas, compõem o projeto de Nação-Potência do governo Geisel. Este projeto guarda grande semelhança com o projeto nacional desenvolvimentista da década de cinquenta e, em parte, apresenta conotações ideológicas assemelhadas". Nota-se que o plano lembra a Lessa possivelmente o segundo governo de Vargas, na década de 1950, projeto que Goulart explicitou de forma mais acabada, embora sem poder realizá-lo, na década seguinte. Mas se pode acrescentar que o governo Geisel lembra também a postura do governo Vargas já antes, na década de 1930, e os difere da maior parte dos países latino-americanos em suas respectivas épocas, que preferiu se ajustar à crise por meio de medidas ortodoxas: diante de uma crise internacional que expunha a fragilidade do país ao estrangulamento externo, ambos os governos

entenderam que a saída deveria ser uma mudança estrutural da economia – o aprofundamento da industrialização -, e que esta só seria possível com a presença do Estado, ou seja, por uma decisão política. A "irracionalidade" da opção pelo crescimento num quadro de escassez de divisas e de crise internacional sempre foi alvo de ataque da ortodoxia. Por isso Castro e Souza (1985, p. 73) argumentam que grandes blocos de investimentos, em situações como essas, podem, à primeira vista, parecer irracionais, "inadequados, sobredimensionados, ou mesmo extravagantes". Entretanto, sua implementação desencadeia reações, inicialmente adaptativas e posteriormente criativas, com efeito acelerador no conjunto da economia: a consequência é uma mudança estrutural. A análise do processo histórico sugere que essa, antevista pelo Plano Trienal, se impunha; e talvez por isso medidas propostas por ele, inviabilizadas com a deposição de Goulart, acabaram retornando à ordem do dia.

As semelhanças são marcantes, todavia não apagam as diferenças. Estas são mais visíveis, de um lado, no que tange ao financiamento e, portanto, aos cruciais papeis reservados ao Estado e ao capital estrangeiro. E, de outro, à redistribuição de renda, que aparece com ênfase em Goulart nas várias reformas de base, como a agrária, a bancária e a fiscal (impostos progressivos), não ocorrendo da mesma forma no período do II PND. Essas diferenças ficaram na memória histórica como as faces mais visíveis de ambos os governos - o "reformista" e o "autoritário" -, como são costumeiramente conhecidos e reconhecidos, mas entendê-las exige que tragamos à liça também as semelhanças, à primeira vista não tão evidentes e até contrárias ao senso comum.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias:

BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79).* Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

BRASIL. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Imprensa Oficial, Brasília. República Federativa do Brasil, 1962.

GEISEL, Ernesto. *Discursos.* Brasília, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, 4.v, 1975, 1976, 1977, 1978.

GOULART, João. *Viagem do presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México*. Ministério das Relações Exteriores, 1962.

GOULART, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*, Diário do Congresso Nacional, 16 de março de 1963.

GOULART, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*, Diário do Congresso Nacional, 16 de março de 1964.

Outras referências:

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso; cem anos de política republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

AGUIRRE, Basília M. B.; SADDI, Fabiana. Uma alternativa de interpretação do II PND. *Revista de Economia Política*, n.66, out./dez, p. 78-98, 1997.

BALASSA, Bela. Incentive policies in Brazil. *World Development*, 7(11/12), p. 1023-1042, 1979.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O Plano Trienal e sua economia política. In: *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento*. Rio de janeiro: Contraponto, 2011. PP. 441-449.

BATISTA, Jorge Chami. A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, 7(2), abril/junho 1987, p. 66-80.

BOARATI, Vanessa. *A discussão entre economistas na década de 1970 sobre a estratégia de desenvolvimento econômico II PND: motivações, custos e resultados*. Tese (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/USP – São Paulo, 2003.

_____ A defesa da estratégia desenvolvimentista – II PND. *História Econômica e História de Empresas*. São Paulo: v. VIII-I, p.163-193, 2005.

BOLETIM MENSAL DA SUMOC. Brasília, 1961-1964.

BONELLI, Régis; MALAN, Pedro. Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. *Pesquisa e Planejamento Econômico*: 6(2), agosto, p. 353-406, 1976.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNESP, 2002.

CASTRO, Antonio Barros; SOUZA, Francisco Pires. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.17-47.

COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luis Gonzaga de Melo. Política Econômica, Inflexões e Crise: 1974-81. In BELLUZZO, Luis Gonzaga de Melo; COUTINHO, Luciano. *Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983, vol. 1, pp.159/65.

CRUZ, Paulo Davidoff. *Dívida Externa e Política Econômica: A Experiência Brasileira dos Anos 70*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FISHLOW, Albert. Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964. In: *Estudos Cebrap 7*, jan-mar/71, p. 7-24.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart". *Estudos econômicos*, São Paulo, USP, v. 34, n. 1(93), 2004, p. 587-622.

FONSECA, P. C. D. e MONTEIRO, Sérgio M. "Credibilidade e populismo: a política econômica dos governos Vargas e Goulart". In: *Revista brasileira de economia*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 59, abr/jun 2005, p. 215-243.

_____ O Estado e suas razões: o II PND. *Revista de Economia Política*: vol. 28, n.1, jan/mar, p. 28-46, 2008.

FROELICH, Gilval Mosca. *As matrizes ideológicas do II PND (1975-1979)*. São Paulo: PUC/SP, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick; PIRES, Julio Manuel. (1999) "II Plano nacional de desenvolvimento". In: KON, A. HEGEL, G. W. F. *Textos Dialéticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____ *Fenomenologia do espírito*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. In: GIAMBIAGI, Fábio et al. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
LEFF, Nathaniel. *Política econômica e desenvolvimento no Brasil: 1947-1964*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
_____ *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Tese para concurso de Professor Titular. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a política econômica nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese (Doutorado em História Econômica) - FFLCH/USP, São Paulo, 2012.
LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
MACEDO, Roberto B. M. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963 - 1965). In: *Planejamento no Brasil*. LAFER, Betty Mindlin (Org). São Paulo: Perspectiva, 1975.
MESQUITA, Mário Magalhães. *1961-1964: a política econômica sob Quadros e Goulart*. Tese (Mestrado em Economia) – PUC/RJ - Rio de Janeiro, 1992.
MONTEIRO, Sérgio Marley Monteiro. *Política econômica e credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart.* Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 1999.
MOREIRA, Cássio Silva. *O projeto de nação do Governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964).* Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 2011.
SIMONSEN, Mário Henrique. A indústria e o Plano Trienal. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v.16, n.4, p. 131-138, dez. 1962.
SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, Maria Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
_____ . *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas, UNICAMP, 1986.
TEJO, Limeira. *Jango: debate sobre a crise dos nossos tempos*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
VELLOSO, João Paulo Reis. *Brasil: a solução positiva*. São Paulo: Abril-Tec, 1977.
_____ . *O último trem pra Paris*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
_____ A fantasia política: a nova alternativa de interpretação do II PND. *Revista de Economia Política*. 18 (2), abril/junho, p. 133-144, 1998.
WELLS, Erick Olin. Growth and fluctuations in the Brazilian manufacturing sector during the 1960s and early 1970s. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Cambridge, Cambridge, 1977.

Dinâmica recente da indústria brasileira: do ajuste defensivo nos anos 1990 à redefinição da política industrial nos anos 2000

Christiane Luci Bezerra Alves[1]
Evânio Mascarenhas Paulo[2]
Valéria Feitosa Pinheiro[3]
Karen Nayara Pereira Sobreira[4]
Cícera Samara Rodrigues[2]

RESUMO
Com a reforma da política comercial dos anos 1990, a indústria brasileira iniciou um processo de transformação estrutural, no qual o setor produtivo teve de engendrar uma reação defensiva para se adaptar ao um ambiente de mudanças e acirrada competição. Na segunda da metade década, o controle da inflação, ancorado na sobrevalorização do câmbio e a manutenção dos juros elevados, visando atrair capitais estrangeiros, contribuíram, para alguns autores, com a "desindustrialização" da economia. Nos anos 2000, a manutenção de uma política econômica no Governo Lula que combina câmbio apreciado e juros altos, comprometendo os investimentos privados e os gastos públicos, limitaram os resultados da política industrial, já que a mesma não é consonante com a estrutura macroeconômica. Dado esse contexto, o trabalho pretende identificar o padrão de comportamento da indústria brasileira frente aos "dilemas" do crescimento econômico os anos 2000. O baixo dinamismo da economia persiste nos anos 2000, refletido em taxas incipientes de crescimento do PIB, o que também se manifesta na restrição do crescimento da indústria. Após um ajuste no início da década, a taxa de investimento recupera-se após 2004, porém, permanece ainda em patamares reduzidos, considerada a trajetória histórica nacional e o investimento de outros países igualmente emergentes.
Palavras-Chave: Indústria brasileira; Política Industrial; Governo Lula

ABSTRACT
With the trade policy reform in the 1990s, the Brazilian industry has begun a process of structural transformation in which the productive sector had to devise a defensive reaction to adapt to a changing environment and fierce competition. In the second half of the decade, inflation control, anchored in the overvaluation of the exchange and maintenance of high interest rates, to attract foreign capital, contributed to some authors, with the "deindustrialization" of the economy. In the 2000s, the maintenance of an economic policy in Lula's government that combines an appreciated exchange rate and high interest rates, undermining private investment and public spending, limited the results of industrial policy, since it is not in line with the macroeconomic framework. Given this context, the paper aims to identify the behavior patterns of the Brazilian industry in the face of "dilemmas" of economic growth the year 2000. The dynamism of the economy remains low in the 2000s, reflected in incipient growth rates of GDP, which is also manifested in restricting industry growth. After an adjustment at the beginning of the decade, the investment rate recovers after 2004, however, remains in low levels, considered a national historical trajectory and investment from other countries also emerging.
Key words: Brazilian Industry, Industrial Policy, the Lula government

[1]Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente - DDMA (UFC), Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA); [2]Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA); [3]Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA); [4]Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq, acadêmica do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA).
[2] Bacharel em Economia Universidade Regional do Cariri (URCA).

1 Introdução

O quadro de desequilíbrios macroeconômicos, experimentados pela economia brasileira nos anos 1980, somado ao esgotamento do modelo de desenvolvimento vigente, marcado por forte atuação do Estado como condutor do processo de desenvolvimento econômico e pelo elevado grau de proteção da economia doméstica frente à concorrência internacional, determina novos caminhos para a indústria nacional. No cenário de crise fiscal da década, o esvaziamento das políticas setoriais contribui para a perda de dinamismo do setor industrial, que diante da ausência de uma estratégia global de desenvolvimento industrial e tecnológico, é marcado pelo aumento do hiato tecnológico e gerencial, baixa produtividade, produtos defasados e escalas pouco competitivas. As tímidas tentativas de sistematização de estratégias para a alavancagem do setor, como a Nova Política Industrial, de 1985-87, esbarram, portanto, nos determinantes macroeconômicos e nas restrições de ordem fiscal.

No cenário de ruptura com a orientação protecionista, característico das reformas implementadas nos anos 1990, o setor produtivo local teve de engendrar uma reação defensiva para se adaptar e sobreviver em um ambiente de bruscas mudanças e acirrada competição, na qual se busca a modernização do parque industrial doméstico, com a introdução de novos modelos de produção e gestão econômica.

Nos anos 2000, a orientação da política econômica do governo Lula aponta para a continuidade do viés ortodoxo, característico do período anterior, e a combinação regime de metas inflacionárias, câmbio flutuante e superávit primário, que materializam a política praticada na segunda fase do governo FHC (1999-2002), dão o 'tom' do receituário macroeconômico do novo governo. A política fiscal, portanto, consolida a perda de seu caráter anticíclico, sugerindo a continuidade do padrão "stop and go", típico da economia pós esgotamento do Processo de Substituição de Importações - PSI. A manutenção de uma política econômica no Governo Lula que mantém câmbio apreciado e elevadas taxas de juros, acaba por novamente comprometer os níveis de investimento privado e gastos públicos no Brasil.

A despeito da liberação do constrangimento fiscal, no segundo mandato do presidente Lula, onde se observam fundamentos caracteristicamente expansionistas e da retomada explícita de política industrial no Brasil, os impactos sobre os indicadores parecem novamente ser arrefecidos; o baixo dinamismo da economia brasileira persiste nos anos 2000, refletido em baixas taxas de crescimento do PIB, o que também se manifesta na restrição do crescimento da indústria de transformação. Esse cenário de restrições ocorre a despeito do contexto internacional favorável no mercado de bens, que manteve a expansão do comércio mundial, valorização do preço internacional das commodities e momentos de expansão da liquidez.

Desta forma, o trabalho em questão pretende identificar o padrão de comportamento da indústria brasileira frente aos "dilemas" do crescimento econômico nos anos 2000. São discutidos, inicialmente, na seção dois, o cenário macroeconômico dos anos 1990 e o ajuste defensivo da indústria no período e na seção três, aspectos gerais na política industrial do Governo Lula. A dinâmica da indústria brasileira é explorada na seção quatro e indicadores de comércio exterior são apresentados na seção seguinte. Por fim, são feitas as considerações finais deste trabalho.

2 O ajuste defensivo nos anos 1990

O esgotamento do processo de substituição de importações, que vinha ocorrendo desde o final dos anos 1970, expõe as fragilidades de uma economia com características fortemente protecionistas: escalas produtivas ineficientes, custos e preços elevados, produtos tecnologicamente defasados, contrastando com margens de lucro bastante elásticas. As altas taxas de lucro desestimulavam as empresas a investirem na minimização de custos e na modernização da estrutura produtiva, o que prejudicava não só os consumidores, mas também, atrofiava o desenvolvimento do país (ALVES; EVANGELISTA, 2008), na medida em que impunha restrições ao desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a generalização de um hiato tecnológico que se torna explícito no momento de implementação das reformas institucionais do início dos anos 1990.

No cenário mundial, nas décadas de 1980 e 1990, consolidavam-se os processos de globalização (produtiva, financeira, dos mercados, do consumo, da cultura etc.), fusões, aquisições e integração econômica e financeira entre países, regiões e continentes. No campo tecnológico, consolidava-se, nos países desenvolvidos, a terceira revolução industrial (informatização, automação, robotização, biotecnologia) com reflexos em toda cadeia produtiva, contribuindo para o alargamento do "gap" tecnológico apresentado por economias em desenvolvimento, particularmente por aquelas que apresentaram, ao longo de seu processo de desenvolvimento, tendências protecionistas, como a economia nacional.

No caso brasileiro, soma-se a estes elementos, o período de desaceleração no crescimento e de acúmulo de desequilíbrios macroeconômicos (inflação explosiva, completa desestruturação do setor público, que acumula desajuste das contas do governo, crescente dívida interna pública, dívida externa, estagnação econômica) característicos da "década perdida". A crise da dívida externa, agravada no início da década de 1980, e a reversão nas condições de financiamento internacional, impuseram ao governo a adoção de medidas de cunho protecionistas, visando obtenção de crescentes superávits comerciais para fazer frente ao serviço da dívida, que se refletiram em forte retração da demanda agregada e resultados nulos em termos de estabilização monetária. A prioridade de política econômica, que se segue na segunda metade dos anos 1980, contempla

sucessivas tentativas de cunho heterodoxo de estabilização, sem sucesso no combate à inflação. A crise fiscal, portanto, desmonta as possibilidades de intervenção do estado brasileiro, característica do modelo de desenvolvimento anterior, limitando não só os níveis de investimento público, mas a atuação do estado através de políticas setoriais, refletindo-se no esvaziamento das mesmas nos campos regional e setorial (particularmente no campo industrial, objeto de estudo deste trabalho).

A adesão do Brasil à agenda neoliberal, no final da década de 1980, estendendo-se e aprofundando-se durante a década seguinte, quando são implementadas as reformas de "primeira geração" (desregulamentação da economia, privatizações, aberturas comercial e financeira, estabilização monetária) impõe forte processo de ajuste à indústria doméstica, que já sofrera com a política recessiva dos anos 1980. O cenário macroeconômico adverso, onde se acumulam desequilíbrios e instabilidade econômica e política, combinado principalmente com a abertura da economia, forçam uma rápida reestruturação da indústria local, com ajustes significativos na esfera produtiva, orientação externa, mercado de trabalho, padrões de investimento etc. Assim:

> a velocidade e profundidade da abertura, aliadas a administração de uma política cambial desfavorável, amplificaram, consideravelmente, os efeitos da reforma, provocando demissões, falências e expondo a fragilidade da indústria doméstica frente à concorrência externa. De outra parte, a mudança de regime contribuiu substancialmente com o ajuste interno e com o aumento generalizado da produtividade industrial e da diversidade de bens e serviços, produzidos com melhores tecnologias, implicando em reduções importantes nos preços (ALVES; EVANGELISTA, 2008, p.5-6).

De acordo com Filgueiras e Pinto (2004), a estabilidade econômica do país pós implantação do Plano Real, em 1994, ocorreu à custa de uma grande instabilidade macroeconômica, que se reflete na vulnerabilidade do balanço de pagamentos, na deterioração das finanças públicas, e em reduzidas taxas de crescimento. A abertura da economia, no 1º governo FHC, acabou por ocasionar déficits vultosos na balança comercial e no saldo de transações correntes. Para Alves e Lima (2009, p.3):

> Somado a esses fatores, a manutenção da taxa de juros em patamares elevados, visando atração de capitais estrangeiros, aumenta significativamente a dívida pública brasileira, fragilizando e comprometendo o setor público. Os crescentes déficits comerciais dificultaram os pagamentos com juros e remessas de lucros e de dividendos ao exterior, levando a uma trajetória de desequilíbrios em conta corrente que se tornou progressivamente insustentável entre 1994 e 1998. O acúmulo dos déficits em conta corrente e o aumento nas necessidades externas de financiamento conduziram a um aumento significativo do passivo externo do País, o qual, por sua vez, leva a uma elevação significativa no déficit com serviços, agravando a trajetória deficitária em conta corrente.

Adicionalmente, na segunda metade dos anos 1990, o controle da inflação, ancorado na sobrevalorização do câmbio teria contribuído, para muitos autores, para um processo de "desindustrialização" da economia brasileira (COUTINHO; BALTAR; CAMARGO, 1999; IEDI, 2005; 2007). A "desindustrialização" estaria ocorrendo desde a implementação das reformas neoliberais, fortemente induzida pelo processo de abertura comercial. Assim, a indústria doméstica,

particularmente a indústria de transformação, em meio ao cenário desfavorável de crise na economia brasileira e desequilíbrios e deficiências de sua estrutura, sente fortemente o impacto da maior exposição à concorrência internacional. Os reflexos da liberalização comercial não foram uniformes em todos os setores da indústria local, de modo que alguns segmentos foram atingidos de forma mais dura e efetiva, como os casos das indústrias de bens de capital, automobilística e têxtil.

3 Breves Registros sobre Política Industrial no Governo Lula

Uma política industrial sólida e bem sucedida tem como efeito a superação de entraves ao crescimento econômico e confere novas possibilidades à economia ao promover o "adensamento da atividade produtiva", não apenas industrial, mas também dos demais segmentos econômicos, dado o processo de encadeamento que são características das atividades industriais.

Como conclui Ferraz (2009, p. 229), "um dos temas de política econômica muito presente na pauta de discussões da economia brasileira desde a década de 1930, mas com especial destaque a partir dos anos 1950, diz respeito à política industrial". Orientados por uma lógica de industrialização por meio da substituição das importações industriais, com forte participação do Estado, o Brasil conseguiu formar um parque industrial, até o final dos anos de 1970, relativamente diversificado. Esse processo envolveu uma série de incentivos que abarcavam desde generosos subsídios a setores considerados como estratégicos, até o controle quantitativo de importações, através de um amplo cardápio de barreiras tarifárias e não tarifárias.

Durante a década de 1980, quando o foco das políticas econômicas estava voltado para a estabilidade de preços, a política industrial perdeu espaço na agenda política brasileira, sendo um instrumento pouco explorado. Essa conjuntura acaba por se manter durante a década de 1990, contabilizando os efeitos do câmbio apreciado, dos juros altos e da abertura comercial e financeira que marcaram as reformas de primeira geração.

Apesar de manutenção da orientação ortodoxa, já no primeiro mandato do Governo Lula pode-se identificar a "suspensão do veto à política industrial", com a formulação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Anunciada em 2004, a PITCE pode ser considerada um instrumento que rege as ações do governo e das instituições públicas e privadas em relação às questões que envolvem a atividade industrial no país. Sua coordenação e operação estão a cargo de grupos de trabalho de natureza interministerial que têm a função de acompanhar e monitorar mercados, empresas, setores, cadeias, arranjos produtivos, redes de empresas e firmas no cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito dos programas (BRASIL, 2003, p. 22). Assim, a nova política industrial tem como objetivo "o aumento da eficiência econômica e do

desenvolvimento e difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição no comércio internacional" (BRASIL, 2003, p. 2).

Nota-se que as novas diretrizes industriais sugeridas ao país, nos anos 2000, estão baseadas na tríade: inovações tecnológicas, inserção externa e estratégia produtiva, conforme quadro 1. No entanto, elementos da política macroeconômica desse período acabam por limitar os resultados da política industrial.

Quadro 1

Linhas de ação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

CARÁTER	DESCRIÇÃO
Inovação Tecnológica	Inovação e Desenvolvimento Tecnológico: as orientações da PITCE em relação a esse componente visam estruturar um Sistema Nacional de Inovação que permita a articulação de agentes voltados ao processo de inovação do setor produtivo, em especial: empresas, centros de pesquisa públicos e privados, instituições de fomento e financiamento ao desenvolvimento tecnológico, instituições de apoio à metrologia, propriedade intelectual, gestão tecnológica e gestão do conhecimento, instituições de apoio à difusão tecnológica.
	Modernização Industrial: A inovação industrial passa a ser vista de forma abrangente, incluindo financiamento para aumento de capacidade, modernização de equipamentos, programas de modernização de gestão, de melhoria de design, de apoio ao registro de patentes e de extensão tecnológica. Destaca-se nesse as ações articuladas, mediante programas setoriais, o enfoque dado ao dimensionamento regional e desincentivo ao trabalho atomizado, passando as ações serem de forma globalizadas.
Inserção externa	Inserção externa: as ações, nessa área, voltam-se para a expansão sustentada das exportações e ampliação da base exportadora pela incorporação de novos produtos, empresas e negócios. Inclui: i) apoio às exportações, com financiamento, simplificação de procedimentos e desoneração tributária; ii) promoção comercial e prospecção de mercados; iii) estímulo à criação de centros de distribuição de empresas brasileiras no exterior e à sua internacionalização; iv) apoio à inserção em cadeias internacionais de suprimentos; v) apoio à consolidação da imagem do Brasil e de marcas brasileiras no exterior.
Estratégia Produtiva	Capacidade e escala produtiva: as iniciativas em termos de capacidade e escala produtiva estão voltadas para a correção de desequilíbrios no setor de bens intermediários, ao considerar que o mesmo é um segmento chave para garantir o atendimento das demandas dos mercados externos, em virtude do aumento as exportações, e do mercado interno, dado o crescimento econômico planejado.
	Opções estratégicas: Visam opções estratégicas em atividades que: i) apresentam dinamismo crescente e sustentável; ii) são responsáveis por parcelas expressivas dos investimentos internacionais em Pesquisa e Desenvolvimento; iii) abrem novas oportunidades de negócios; iv) relacionam-se diretamente com a inovação de processos, produtos e formas de uso; v) promovem o adensamento do tecido produtivo f) são importantes para o futuro do país e apresentam potencial para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas. Enquadram-se nesses requisitos semicondutores, software, fármacos e medicamentos e bens de capital. Logo, a PITCE planeja para esse itens iniciativas que envolvesse a articulação desses segmentos no Brasil.

Fonte: BRASIL (2003, p. 11-22).

A motivação para a escolha dos elementos que compõe o tripé, segundo Carleial (2004, p. 26), deriva da observação de que tais atividades

> apresentam dinamismo crescente, são responsáveis por parcelas expressivas dos investimentos internacionais em P&D, abrem novas oportunidades de negócios, promovem o adensamento do tecido produtivo, relacionam-se diretamente com a inovação de processos, produtos e formas de uso; e finalmente, apresentam potencial para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas.

Em linhas gerais, as novas diretrizes industriais colocam a necessidade de articulação de medidas e instrumentos, no sentido, de estimular os ganhos de eficiência das empresas brasileiras, buscando criar, desse modo, um tecido produtivo mais moderno e competitivo, onde as condições para o crescimento industrial, as inovação tecnológica e a inserção no mercado externo sejam facilitadas.

A PITCE teve uma importante atuação em articular medidas e instrumentos horizontais de promoção da eficiência e do bom desempenho da atividade produtiva com ações seletivas que concentrem esforços, posto que há ações e instrumentos verticais para desenvolver cadeias produtivas, redes de empresas, arranjos produtivos locais, setores e segmentos (BRASIL, 2003, p. 1).

Outro importante elemento de atuação das diretrizes industriais foi no sentido de aumentar a taxa de investimento, ao aprimorar os marcos regulatórios dos setores de infra-estrutura, de modo a garantir instituições e políticas estáveis, capazes de estimular o investimento privado e implementar medidas para a isonomia competitiva, como no caso da desoneração das exportações. Nesse sentido, foi aprovada a isenção da contribuição para PIS/Pasep e Cofins para a compra de máquinas e equipamentos por empresas exportadoras que exportassem pelo menos 80% de sua produção. Por outro lado, a despeito de contemplados na PITCE para serem foco de políticas setoriais de estímulo, os setores de semicondutores, fármacos, *software* e bens de capital não foram objeto de ações de fomento em grande escala, embora tenham sido objeto de programas específicos do BNDES (MODERMAQ, PROSOFT E PROFARMA). As ações mais articuladas, entretanto, foram na área de promoção de exportações, apoiadas em instrumentos que estavam nas mãos do MDIC.

Por conseguinte, dada a necessidade de crescimento sustentado da economia brasileira, a PITCE trás os seguintes elementos centrais

> *a*) visando estabelecer condições propícias à promoção da inovação no Brasil, instituiu-se um marco legal, constituído pela Lei de Inovação,6 a Lei do Bem,7 a Lei de Biossegurança 8 e pela Política de Desenvolvimento da Biotecnologia; *b*) com a criação do CNDI e da ABDI, buscou-se organizar uma engenharia institucional capaz de dar coerência às ações propostas e encorajar a comunicação entre o setor público e o setor privado; *c*) o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) foi reestruturado com o objetivo de aperfeiçoar os processos referentes ao registro de propriedade intelectual; *d*) foram introduzidos programas de financiamento específicos para alguns setores estratégicos definidos pela PITCE, a exemplo do setor de fármacos (PROFARMA) e de *software* (PROSOFT), mediante a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (FERAZ, 2009, p. 243).

No segundo mandato do governo Lula (2006 – 2010) tem-se uma ação mais efetiva em relação à continuidade da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, dessa vez no sentido de promover uma ação pró-ativa que procura articular mais firmemente a política industrial

aos outros programas de governo, visando aprofundar a trajetória de recuperação da capacidade do Estado de formular e gerenciar políticas.

Em 2008, um novo programa de promoção da indústria brasileira é lançado pelo governo federal, com maiores pretensões no sentido de sua abrangência, profundidade, articulações, controles e metas, ampliando o número de setores e os instrumentos de incentivo. Entre os avanços, há a preocupação em definir objetivos e estabelecer metas, fortalecer a coordenação entre diferentes instituições do governo e o diálogo com o setor privado, dentro de uma visão sistêmica voltada à construção da competitividade de longo prazo dos mais diversos setores da economia brasileira. As ações do governo brasileiro em relação ao desenvolvimento industrial foram configuradas na Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, apoiando-se em diversos tipos de medidas; a nova política tem como objetivo a sustentação de um longo ciclo de desenvolvimento produtivo, centrado no investimento, na inovação, na competitividade das empresas e na ampliação das exportações. Entre outros instrumentos, o novo programa propõe a desoneração de diversos setores produtivos correspondente a uma renúncia fiscal de R$ 21,4 bilhões entre 2008 e 2011 (CANO; SILVA, 2010).

Os principais desafios que o programa se propõe, segundo documento oficial da PDP, é ampliar a capacidade de produção e serviços ofertados no país, preservar a robustez do balanço de pagamentos, elevar a capacidade de inovação tecnológica e fortalecer e desenvolver as médias e pequenas empresas brasileiras. O programa propõe políticas em três níveis: i) ações sistêmicas orientadas para a geração de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva; ii) destaques estratégicos orientados para temas importantes para o desenvolvimento do Brasil no longo prazo; iii) programas estruturantes orientados para sistemas produtivos, considerando a diversidade da estrutura produtiva brasileira.

Desse modo, os primeiros anos do século XXI transcorreram sob intenso debate acerca da viabilidade do modelo de inserção internacional escolhido para a economia brasileira. Elevado passivo externo e crescente dívida interna reforçavam a necessidade de coordenação e articulação de uma política de desenvolvimento nacional, incluindo o resgate de uma política industrial efetiva, conforme sinalizam Cano e Silva (2010), desse modo, têm-se uma suspensão do veto à política industrial no Brasil, possibilitando a retomada de certo dinamismo, ainda que incipiente, porém contínuo e sustentado.

No entanto, um importante elemento teve seus efeitos subestimados pelas autoridades econômicas, a persistência de uma política macroeconômica, que envolve juros elevados e câmbio apreciado, em um ambiente de liberdade comercial e financeira, acaba por interferir negativamente na atividade industrial. Assim, uma política industrial carece, como condição necessária, de uma política macroeconômica consonante com os objetivos da primeira, condições que não foram

plenamente satisfeitas para a economia brasileira nos anos 2000. Logo, acaba-se criando uma "armadilha macroeconômica" que impede a efetivação da nova política industrial.

4 Indústria brasileira nos anos 2000

Com base nos dados apresentados na tabela 1, nota-se que a média de crescimento da atividade industrial (2,98%) é menor que a média dos demais setores (3,73% e 3,77% para serviços e agropecuária, respectivamente) e do produto da economia de modo geral (3,67%), ressaltando que o atual cenário da economia brasileira é, sobretudo, prejudicial à atividade industrial, haja vista a necessidade de manutenção de uma taxa de juros em um patamar demasiadamente elevado, bem como um câmbio apreciado, que imprime um contexto adverso ao desenvolvimento industrial.

TABELA 1
Taxa de Crescimento do PIB e dos Setores de Atividade a Preços de Mercado: Ótica da Oferta [em % a.a.]

Ano	Agropecuária	Indústria					Serviços	PIB
		Ext. Mineral	Transformação	Construção	SIUP	Total		
2000	2,72	9,09	5,69	1,99	4,16	4,83	3,58	4,31
2001	6,06	2,22	0,70	-2,08	-6,22	-0,62	1,90	1,31
2002	6,58	11,58	2,44	-2,16	2,86	2,08	3,21	2,66
2003	5,81	4,68	1,85	-3,28	3,95	1,28	0,76	1,15
2004	2,32	4,29	8,47	6,58	8,44	7,89	5,00	5,71
2005	0,30	9,32	1,25	1,78	3,04	2,08	3,68	3,16
2006	4,80	4,40	0,97	4,68	3,51	2,21	4,24	3,96
2007	4,84	3,65	5,60	4,88	5,44	5,27	6,14	6,09
2008	6,12	3,54	2,97	7,92	4,45	4,07	4,93	5,16
2009	-4,56	-1,06	-8,23	-6,28	-2,55	-6,42	2,19	-0,64
2010	6,46	15,68	9,69	11,63	7,81	10,12	5,42	7,49

Fonte: IBGE.

Com exceção do ano 2000, que apresenta um forte crescimento da economia, liderado pelo setor industrial, conjugado com a evolução favorável dos fundamentos macroeconômicos internos, a atividade econômica no Brasil mergulha em um período de crescimento bastante limitado (2001, 2002 e 2003), com média de expansão de 1,7%, e com a indústria sentindo ainda mais a perda de dinamismo da economia, com uma média de expansão de apenas 0,9%. Há que se ressaltar que o início da década é marcado pelas incertezas que envolvem as economias americana e mundial, pós ataques terroristas, pelo quadro de instabilidade no oriente médio e perda de dinamismo da economia dos EUA, que se refletem em incertezas no mercado financeiro internacional, derrubando bolsas de valores e reduzindo o nível mundial de investimentos. A economia nacional é afetada, ainda, por fatores internos, como a crise energética de 2001, que obriga o governo a iniciar o

programa de racionamento, refletindo-se na desaceleração do investimento e consumo. Desta forma, a indústria chega a apresentar taxa negativa de crescimento (-0,6%, em 2001).

Internamente, a partir de 2003, conseguindo mitigar os temores internacionais em relação ao governo petista, a política econômica aponta para a continuidade do viés ortodoxo, característico do período anterior, onde se destaca a obtenção de superávit primário governamental, a contração da oferta monetária e um processo de ajuste nas contas externas.

No entanto, a partir de 2004, inicia-se um período de crescimento moderado, onde as taxas de expansão são melhores que no sub-período anterior, reflexo do aumento sistemático do consumo, sobretudo o das famílias, bem como uma política econômica mais consonante com o crescimento econômico. O governo consolida, também, o processo de ajuste das contas externas, e a economia brasileira é influenciada pela recuperação americana e pelo aumento da demanda mundial. O nível de investimento tem recuperação em 2004, favorecido pelo aquecimento do mercado interno e elevação extraordinária dos níveis de exportação (ALVES; LIMA, 2009). A manutenção da política de contração monetária traz reflexos positivos para a redução nas taxas de inflação, o que permite a manutenção das taxas de juros (17,5%) num patamar bem abaixo do apresentado em 2002 (23%). Desta forma, o PIB brasileiro alcança um crescimento de 5,7%, em 2004, liderado principalmente pelo comportamento do setor industrial.

Assim, como destacam Fligenspan, Cunha e Lélis (2011, p.3), a partir de 2004 "emergiu um período de elevado crescimento do consumo e dos investimentos, o que garantiu a elevação da produção, em um contexto de inflação moderada, redução dos desequilíbrios fiscais e externos e melhorias persistentes nos indicadores sociais e distributivos".

Até 2006, "o governo continua mantendo uma política de equilíbrio fiscal, conseguindo manter superávit primário e restrição monetária, temendo uma aceleração inflacionária devido à demanda interna superaquecida" (ALVES; LIMA, 2009, p. 15). A expansão da indústria e da economia mostram-se mais sincronizadas, porém, o setor industrial ainda detém menores médias de crescimento, induzindo que a dinâmica da economia brasileira era determinada, sobretudo, pelos demais setores, com destaque para o setor de serviços.

O segundo mandato do governo Lula (2007 – 2010), guarda, no entanto, as maiores taxas de crescimento econômico dos últimos vinte anos. A atividade industrial, nesse período, é marcada por fortes oscilações e mais uma vez, apresenta-se com uma dinâmica inferior à economia de modo geral. O destaque nesse período é o ano de 2009, com significativa contração da atividade industrial (-6,42% para a indústria e -8,23% para a indústria de transformação, Tabela 1). Nesse caso, pode-se inferir que a queda das exportações associada à limitação de crédito no mercado, devido à crise financeira de 2008, causou a redução da produção, o que resultou no aumento do nível de estoque e na redução da capacidade instalada.

Entre os segmentos industriais, destaque especial deve ser dado ao setor de transformação que apresenta uma dinâmica abaixo dos demais setores, visto que o mesmo foi notoriamente mais afetado pelas transformações e crises dos anos 2000.

A lógica do processo de baixo dinamismo da economia brasileira, e da indústria, está associada às decisões de investimento, que passaram a refletir às altas taxas de juros praticadas na economia doméstica. Esse processo é potencializado para o setor industrial, largamente afetado pelo ajuste da década de 1990. Em suma

> pela ótica macroeconômica, o processo de abertura nos anos 1990 tornou a economia brasileira suscetível a choques externos, característica que só em 2004/2005 começou a ser removida. A vulnerabilidade, por sua vez, impôs forte pressão sobre a taxa de juros doméstica, que se manteve elevada ao longo de todo o período, com consequências muito negativas para a expansão do crescimento econômico e do emprego, os quais evoluíram pouco, especialmente na área industrial, e para o déficit e o endividamento do setor público (IEDE, 2005, p.10).

Com isso, a atividade industrial brasileira só apresenta um esboço de recuperação a partir de 2004, com médias de expansão superiores aos anos iniciais da série, entretanto, esse maior crescimento ainda se mostra muito incipiente e limitado.

Um outro fator que está associado ao enfraquecimento da indústria nos anos 1990 e 2000 é a valorização da taxa de câmbio, há que se destacar que a mesma se mantêm em níveis elevados desde a implementação do Plano Real, tendo em vista que o mecanismo da âncora cambial, para manter os preços domésticos sob controle, na primeira fase do plano de estabilização (1994/1998), induziu uma forte valorização do câmbio, situação que se manteve nos anos 2000.

As conclusões do IEDE (2005, p. 2) implicam que: "no caso brasileiro, os dados sugerem uma associação próxima entre câmbio e dinâmica da indústria: sobrevalorizações e desvalorizações da moeda nacional são decisivas como determinantes, respectivamente, de dinâmicas industriais negativas ou positivas". Desse modo, a valorização cambial, fenômeno recente da economia brasileira, induz a substituição de produção doméstica por importações. Essa excessiva apreciação cambial e aquecimento no mercado de *commodities* desestimulam a exportação de outros produtos que perdem competitividade. Dentro dessa ótica, os setores mais vulneráveis são aqueles com menor capacidade competitiva devido a fatores como insuficiência tecnológica e maior necessidade de proteção.

Na análise por setores, destaca-se a indústria de transformação, segmento largamente afetado pelo arcabouço econômico dos últimos anos e que apresenta crescimento bastante limitado, o que preocupa já que a mesma, conforme IEDE (2007), tem como características o encadeamento de demandas ao longo das cadeias produtivas dentro e fora da indústria, exercendo um importante efeito de liderar a taxa de crescimento agregada. Com isso, o ambiente de política econômica,

pouco propício ao crescimento, não tem estimulado o investimento privado, mesmo com o câmbio favorável à importação de máquinas e equipamentos.

Percebe-se, com isso, que o baixo crescimento da economia brasileira, e da indústria, está fortemente correlacionado ao quadro econômico vigente.

Nos anos 2000, há uma redução na necessidade de capitais externos para corrigir desequilíbrios nas contas externas devido à maior estabilidade da economia. No entanto, a taxa de inflação ainda apresenta uma alta correlação com os juros, diminuindo a autonomia das autoridades econômicas em relação à fixação dos juros básicos, mantendo os mesmos em níveis elevados. Os juros altos, além dos efeitos sobre os investimentos e sobre o consumo, também favorecem a entrada de capitais externos, e conjugado à estabilidade econômica recente, ajudam a manter a taxa de câmbio valorizada; esta, por sua vez, eleva a competitividade dos produtos estrangeiros no mercado nacional, com efeitos negativos sobre a economia e a indústria.

Internamente, o crescimento da indústria tem sido menor que o dos demais setores e, dentro desse segmento, setores tradicionais perderam peso, sendo compensado por setores intensivos em recursos naturais. Destaca-se a significativa expansão da indústria extrativa mineral que apresentou média de crescimento anual de 6,1%, bem superior a dos demais setores industriais (Tabela 1); esse comportamento, juntamente com a expansão do consumo, a partir de 2004, ajudou a aliviar os resultados da atividade industrial. Desse modo, como conclui IEDE (2007, p. 7):

> as mudanças na estrutura produtiva provocadas em grande parte pela abertura econômica, levaram a uma concentração maior da produção em setores com vantagens competitivas na exploração de recursos naturais em detrimento de setores mais tradicionais e mais empregadores de mão de obra e de setores de alta tecnologia, com vantagens competitivas dinâmicas no comércio internacional. Essa tendência à especialização em recursos naturais torna as exportações industriais do país mais vulneráveis às flutuações de preços no mercado internacional, com consequências negativas para a balança comercial a longo prazo.

Em termos de participação no PIB, é notória a perda acumulada da indústria no produto da economia, que reduz sua participação de 27,73%, em 2000, para 26,82%, no ano de 2010, em favor, principalmente, do setor de serviços, que amplia a sua participação de 66,67%, para 67,41%, no período em destaque, conforme dados da tabela 2.

Internamente a indústria de transformação é segmento que mais perdeu importância na composição do PIB (de 17,22%, para 15,75%, entre 2000 e 2010), o que corresponde a quase totalidade da perda de participação da indústria. A construção, que sente de forma mais intensa a desaceleração do crescimento entre 2001 e 2003 (Tabela 1), apresenta certa recuperação a partir de 2004, mantendo, de forma relativamente estável, sua participação no PIB. Para o IEDE (2005, p. 6):

a perda de importância de segmentos industriais relevantes e a ruptura de elos em cadeias produtivas foram fatos que ocorreram no Brasil como decorrência das políticas macroeconômicas adotadas desde os anos 1990. Mas, como cabe notar, esses são casos de mudanças na estrutura industrial e não no peso da indústria no PIB, devendo, portanto, ser consideradas como exemplos de desindustrialização relativa.

Num balanço setorial, registra-se, em termos de crescimento anual, que os setores de bens de capital (6,91%) e bens de consumo duráveis (6,04%) tiveram resultados bem superiores aos demais (2,42% e 1,82%, respectivamente para bens intermediários, bens de consumo semi e não duráveis). O desempenho desses segmentos impulsionou a recuperação da atividade industrial brasileira. A expansão do consumo, o aumento expressivo nos preços de *commodities* minerais e o crescimento da economia de países emergentes, são alguns dos fatores que estão associados ao desempenho apresentado por essas classes de indústria.

TABELA 2
Composição do PIB a Preços de Mercado: Ótica da Oferta
[em % do PIB]

Ano	Agropecuária	Indústria					Serviços	PIB
		Ext. Mineral	Transformação	Construção	SIUP	Total		
2000	5,60	1,59	17,22	5,52	3,40	27,73	66,67	100
2001	5,97	1,47	17,13	5,32	3,00	26,92	67,10	100
2002	6,62	1,60	16,85	5,28	3,32	27,05	66,33	100
2003	7,39	1,72	18,02	4,69	3,42	27,85	64,77	100
2004	6,91	1,92	19,22	5,09	3,88	30,11	62,97	100
2005	5,71	2,46	18,09	4,90	3,82	29,27	65,02	100
2006	5,48	2,89	17,37	4,73	3,76	28,75	65,76	100
2007	5,56	2,35	17,03	4,86	3,58	27,81	66,63	100
2008	5,90	3,24	16,63	4,90	3,13	27,91	66,19	100
2009	6,08	1,28	15,81	4,93	3,40	25,42	68,50	100
2010	5,77	2,51	15,75	5,27	3,29	26,82	67,41	100

Fonte: IBGE.

Particularmente, no que diz respeito à industria de bens de capital, a mesma passou por um forte processo de ajuste nos anos 1990, em função da necessidade de reestruturação e modernização, que forçaram a desverticalização da produção e a busca por uma maior especialização. Esse processo se refletiu no aumento da demanda por peças e componentes importados, determinando significativos níveis de capacidade ociosa para o setor. As altas taxas de juros do período inibem a demanda por crédito, encarecendo o preço de máquinas e equipamentos, elevando, portanto, o valor dos produtos, afetando a demanda por bens de capital, na medida em que as vendas dependem da capacidade de financiamento desta economia. Nos anos 2000, identifica-se uma atitude mais pró-ativa referente a esse segmento, o qual aparece como prioridade da política industrial do Governo Lula, sendo beneficiado pela redução de IPI, devolução antecipada do IR e PIS/COFINS, e programas de modernização do parque industrial e de financiamento, com expansão do crédito via BNDES. A política setorial acaba por influenciar na

trajetória de recuperação nos anos 2000, que também reflete a economia internacional favorável, a melhora na situação do balanço de pagamentos, o crescimento moderado pós 2004 e a melhora de expectativas em relação ao mercado interno (SANTOS; PICCININI, 2009). Apesar de sentir duramente os impactos da crise internacional de fins de 2008, com uma retração de 17,43% em 2009, o setor de bens de capital apresenta uma recuperação extraordinária no ano seguinte, ao apresentar crescimento de 20,85%.

O setor de bens de consumo duráveis acaba se beneficiando com a recuperação da massa real de rendimentos e com a ampliação dos canais de crédito ao consumidor, performance que não é repetida para o setor de bens de consumo semi e não duráveis, o qual parece ser mais influenciado pela valorização cambial, que dificulta a concorrência de produtos brasileiros com similares importados no mercado doméstico. Nota-se que a indústria de bens intermediários apresentou uma dinâmica instável, fruto das flutuações econômicas dos anos 2000, não conseguindo imprimir um ritmo de crescimento mais robusto, estando mais atrelada ao comportamento do nível de atividade econômica do período.

TABELA 3
Indicadores Industriais – Produção Física por Categoria de Uso e Capacidade Instalada
(Base: média 2002 = 100)

Ano	Bens de capital	Bens intermediários	Bens de consumo duráveis	Bens de consumo semi e não-duráveis	Utilização da Capacidade Instalada
2000	93,552	96,098	96,050	97,278	80,7
2001	106,150	95,968	95,475	98,883	80,4
2002	99,993	99,995	99,995	99,995	81,0
2003	102,160	102,023	102,962	96,136	78,8
2004	122,288	109,553	125,452	100,013	81,5
2005	126,656	110,591	139,779	104,573	80,8
2006	133,935	112,870	147,840	107,352	80,7
2007	160,034	118,345	161,261	110,956	82,5
2008	182,921	120,164	167,363	112,458	82,6
2009	151,031	109,582	156,687	110,730	79,9
2010	182,528	122,088	172,769	116,546	82,3

Fonte: Conjuntura Econômica (FGV).

Em termos de capacidade instalada, verifica-se que a mesma registrou uma média 81%, variando de 78,8%, menor nível do período, em 2003, e 82,6%, no maior nível, observado em 2008. O crescimento percentual da capacidade instalada industrial foi de apenas 1,6% (Tabela 3). Nota-se que apesar de melhora no nível de atividade econômica a partir de 2004, não são sentidas alterações consistentes no grau de utilização da capacidade instalada que se mostra instável, e cuja recuperação é interrompida pelo cenário externo desfavorável no final dos anos 2000. Esses resultados mostram que a capacidade ociosa na indústria ainda é expressiva, mesmo diante de políticas industriais pró-ativas.

A formação bruta de capital fixo, ou investimento fixo, teve nos anos 2000 dois momentos bem distintos; o primeiro, de 2001 a 2003, é marcado por forte retração da taxa de investimento fixo, com média de -3,1%, resultado inferior à performance do PIB. Essa dinâmica é reflexo da forte instabilidade do crescimento agregado e das restrições de ordem macroeconômicas, que combinam valorização cambial e elevadas taxas de juros. O segundo momento é registrado de 2004 a 2008, período de recuperação do nível de investimento da economia, passado o cenário de incertezas políticas e restrições da política econômica. A retomada do investimento obedece ao maior dinamismo do mercado de capitais e à expansão do crédito, mas a FBKF permanece ainda em patamares reduzidos, considerada a trajetória histórica nacional e o investimento de outros países igualmente emergentes, bem como a necessidade de crescimento do período. No final da década, as decisões de investimento passam a ser fortemente condicionadas pelos choques externos, apresentando uma postura extremante recessiva, refletida na retração de 10,3% no montante de investimentos. Porém, a recuperação desse quadro se dá em 2010, com uma expansão de 21,8%, ainda assim, não suficiente para retornar ao nível de 2008.

TABELA 4
Taxa de Crescimento e Participação no PIB da Formação Bruta de Capital
[em % do PIB] e [em % a. a.]

Ano	Formação bruta de capital [em % do PIB]			Formação bruta de capital [em % a. a.]		
	Total	Variação de estoques	Fixo	Total	Variação de estoques	Fixo
2000	18,3	1,5	16,8	1,4	-77,0	5,0
2001	18,0	1,0	17,0	-10,1	-132,3	0,4
2002	16,2	-0,2	16,4	-18,2	-239,7	-5,2
2003	15,8	0,5	15,3	-10,3	478,3	-4,6
2004	17,1	1,0	16,1	3,4	-173,1	9,1
2005	16,2	0,3	15,9	-10,5	-233,0	3,6
2006	16,8	0,3	16,4	1,5	-490,8	9,8
2007	18,3	0,9	17,4	7,9	-294,1	13,9
2008	20,7	1,6	19,1	8,8	-85,3	13,6
2009	16,5	-0,4	16,9	-25,4	-209,4	-10,3
2010	19,2	0,8	18,4	31,4	-338,6	21,8

Fonte: IBGE e IPEADATA.

Nota-se que a relação FBKF/PIB entre 1971/80 registra 23,5% e na recessão de 1981/83 atinge 19,1% (BIESCHOWSKY, 1999), valores bem superiores à media dos anos 2000, que fica em torno de 16,9%. Em termos gerais, a formação bruta de capital, que engloba não só os investimentos fixos, mais a variação dos estoques, ou seja, representa a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos e estoques, teve um resultado bastante inexpressível. Desse modo, dos onze anos em estudo, em cinco destes a formação bruta de capital apresentou resultado negativo, sendo que a participação da mesma no PIB se ampliou em

apenas 0,9%. Os baixos níveis de investimentos não têm sido suficientes para o atendimento crescente da demanda, implicando em "corrosão" dos estoques anteriores, expressos pelas constantes e expressivas variações negativas dos estoques.

De modo geral, pode-se inferir, conforme IEDI (2005), que a modesta taxa de expansão da indústria brasileira, especialmente a de transformação, não permitiu que ela liderasse o crescimento do PIB. Outros setores assumiram esta liderança, os quais, no entanto, não tendo a mesma força e os mesmos impactos que a indústria tem sobre a sua própria dinâmica e sobre a dinâmica de outros setores, não abriram caminho senão para um crescimento apenas modesto da economia.

Vale ressaltar, ainda, de acordo com Cano e Silva (2010), que estando governo limitado em mover os instrumentos clássicos do câmbio, dos juros e do gasto público (por conta da manutenção da política macroeconômica), acaba por ter pouco espaço de manobra para soltar as amarras da política industrial. Assim, para os autores, as estratégias de desenvolvimento industrial não se fazem apenas com políticas industriais explícitas. Por melhor que seja seu desenho, deve-se contar com políticas macroeconômicas compatíveis, do contrário, a política industrial implícita nestas últimas anula ou distorce as primeiras. Logo, a manutenção do chamado "tripé macroeconômico" teria limitado os resultados da indústria, porém, a suspensão do veto à política industrial mostrou-se como um elemento fundamentalmente importante para recuperação da atividade industrial no Brasil, mesmo que essa recuperação tenha possibilidades limitadas.

5 Indicadores do comércio exterior

Numa economia com fortes indícios de vulnerabilidade externa e com forte participação do componente cambial na determinação dos níveis de produção da economia, os indicadores do comércio exterior fornecem elementos fundamentalmente importantes para a explicação dos fenômenos econômicos recentes esboçados pela economia brasileira. O processo de "desindustrialização" manifestado no baixo dinamismo da indústria e sua perda de participação na economia nacional, podem em parte ser explicados por componentes do comércio exterior.

Conforme IEDI (2007), a política de manutenção em níveis elevados da taxa de juros básica da economia brasileira tem trazido como consequência um baixo ritmo de crescimento econômico, mesmo em um contexto internacional de expansão do comércio e de alta liquidez. Podem ser destacados pelo menos três efeitos negativos da taxa de juros sobre os componentes da demanda agregada. Taxa de juros nominais e reais elevadas inibem o investimento produtivo, que apresenta importante efeito multiplicador de renda e emprego sobre a economia. Os juros altos também encarecem a dívida pública, levando a políticas de contenção de gastos públicos correntes e de capital, que também geram renda e emprego. Por fim, outro efeito importante é sobre a apreciação

do câmbio, pois altas taxas de juros atraem capital especulativo, valorizando a moeda doméstica e prejudicando as exportações.

Desse modo, uma taxa de juros elevada, com vista ao controle da inflação, por meio do encarecimento dos financiamentos e desestímulo ao consumo, imprime à economia possibilidades reduzidas de expansão, mesmo em um cenário externo favorável, além do comprometimento da competitividade da economia.

TABELA 5
Balança Comercial Brasileira: Exportações por Fator Agregado
[em US$ milhões]

Ano	Exportações					
	Total	Produtos Básicos	Industrializados (A) +(B)	Produtos Semimanufaturados (A)	Produtos Manufaturados (B)	Op. Esp.
2000	55.119	12.561	41.027	8.499	32.559	1.498
2001	58.287	15.342	41.144	8.244	32.957	1.737
2002	60.439	16.951	41.965	8.965	33.068	1.445
2003	73.203	21.179	50.596	10.945	39.764	1.309
2004	96.678	28.520	66.373	13.433	53.137	1.585
2005	118.529	34.721	81.105	15.963	65.361	2.482
2006	137.807	40.281	94.473	19.523	75.023	2.981
2007	160.649	51.594	105.745	21.800	83.943	3.309
2008	197.942	73.029	119.754	27.073	92.683	5.158
2009	152.995	61.957	87.836	20.499	67.349	3.188
2010	201.915	90.005	107.773	28.207	79.563	4.138

Fonte: Secex.Elaboração: IPEA.

A tendência a uma valorização do câmbio, resultado da política de elevado nível das taxas de juros domésticas, é reforçada pela valorização internacional do preço das *commodities*; assim, de acordo com o IEDI (2007), a apreciação cambial e o aquecimento no mercado de *commodities* (expresso pela tendência de valorização dos preços dos bens básicos) desestimulam as exportações de outros produtos, que perdem competitividade, especialmente aqueles industrializados[3]. Sendo assim, percebe-se na tabela 5 que o ritmo de crescimento das exportações de produtos industrializados é bem menor que as exportações de bens básicos e as operações especiais. Enquanto as vendas ao setor externo de bens primários cresceram em média 21,4%, suas correspondentes industriais cresceram apenas 11,8%. O desempenho superior dos produtos básicos está ligado ao aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional, que mesmo com um câmbio apreciado, que diminui o lucro dos produtores agrícolas em moeda nacional, consegue manter estimuladas as exportações de bens primários. Essa situação não é verificada na indústria

[3] Esse fenômeno em que a apreciação do câmbio induzida por superávits na balança comercial oriundos da valorização de algumas poucas mercadorias desestimula a exportação de outros produtos, em especial os industriais, em outras palavras a melhora internacional dos termos de troca provoca desindustrialização é identificado na literatura econômica pelo terno “doença holandesa”.

que se mostra mais vulnerável, tendo suas exportações refletindo sempre de maneira mais acentuada as flutuações econômicas e sempre apresentando desempenho inferior aos demais setores.

Desse modo, a perda de participação nas exportações brasileiras dos produtos industrializados é significativa, pois segundo dados da tabela 5, as exportações desse tipo recuaram de um patamar de 74,4% para 53,4% no período em estudo, contrariando uma das diretrizes da política industrial dos anos 2000, que era sustentada em um tripé que envolvia a promoção de iniciativas, afim de facilitar a inserção dos produtos industriais brasileiros no mercado internacional. Isso mostra que a manutenção de uma política macroeconômica não consonante com as novas diretrizes industriais acaba por inibir um maior desenvolvimento da indústria brasileira, os resultados em ternos de exportações é um exemplo disso.

A economia brasileira acaba por reproduzir, nos anos 2000, o que já era sinalizado na década de 1990, a superioridade na performance dos produtos agrícolas, caracterizando a chamada "reprimarização" da economia brasileira. A preocupação da forte dependência da pauta exportadora brasileira das *commodities* preocupa pelo conjunto de elementos próprios das mesmas, conforme salienta Gonçalves (2011, p.10):

> baixa elasticidade-renda da demanda; elasticidade-preço da demanda desfavorável; pequena absorção dos benefícios do progresso técnico; reforço de estruturas de produção retrógradas baseadas nas grandes propriedades, que gera concentração do excedente e do poder econômico; concentração da riqueza e da renda, que causa vazamento de renda e pouco dinamismo do mercado interno; restrição externa, visto que commodities se caracterizam por alta volatilidade de preços, e instabilidade da receita de exportação; rápida e profunda transmissão internacional dos ciclos econômicos; maiores barreiras de acesso ao mercado internacional; escalada tarifária; menor valor agregado; dumping ambiental com redução do nível de bem-estar social e riscos crescentes de litígios comerciais.

A tabela 6 é importante ao mostrar o crescimento das importações de produtos industrializados, possibilitando a identificação dos setores mais suscetíveis ao processo de substituição de produção doméstica por importações. Nesse sentido, nota-se que o baixo crescimento do setor de bens de consumo, associado ao aumento significativo das importações desse gênero (15,63% a.a.), o coloca em uma posição de destaque nesse processo. Dentro do setor de bens de consumo, o segmento de bens de consumo não-duráveis é largamente afetado, tendo em vista que as importações de produtos desse tipo cresceram 12,56% a.a., e o mesmo teve taxas de crescimento limitadas ao longo dos anos em estudo.

As importações de bens duráveis (18,43% a.a.) tiveram crescimento superior aos bens não-duráveis, porém, no caso desse segmento a resposta em ternos de expansão da produção doméstica foi mais satisfatória. De modo geral, o crescimento anual da indústria (3,0% a. a.) é significativamente inferior à expansão das importações (14,8% a. a.), colocando a atividade

industrial brasileira em uma posição desconfortável em relação às suas trocas comerciais com o exterior.

TABELA 6
Balança Comercial Brasileira: Importações por Categoria de Uso
[em US$ milhões]

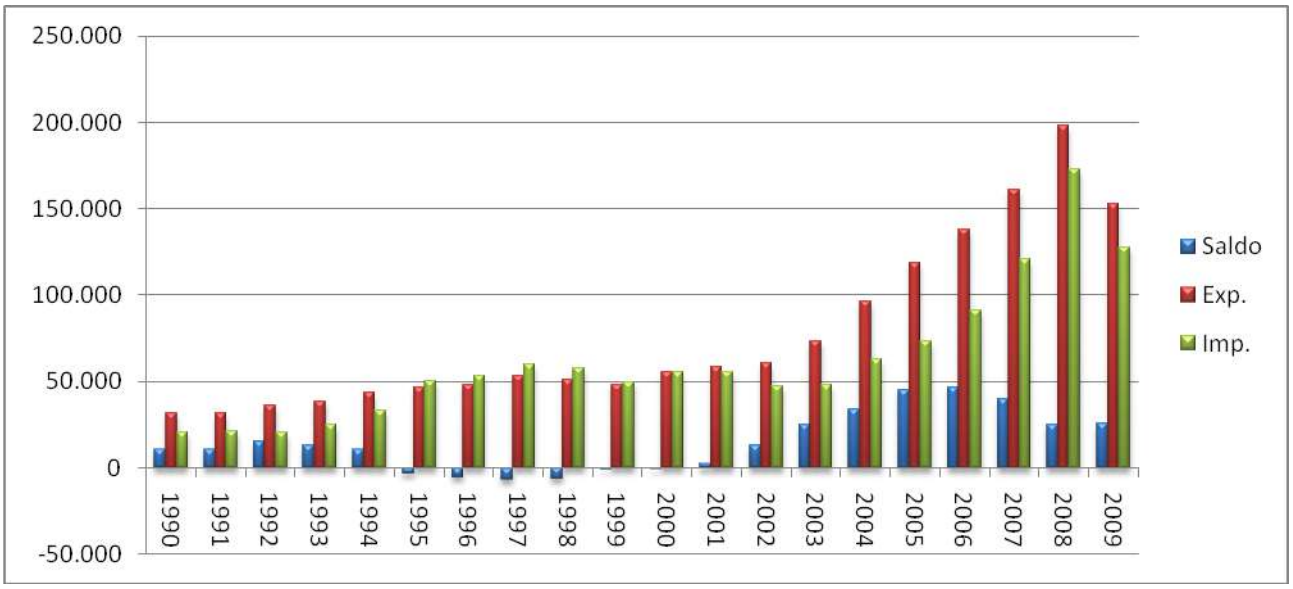
Ano	Matérias primas e produtos intermediários	Combustíveis e lubrificantes	Bens de capital	Bens de consumo			Total
				Não-duráveis	Duráveis	Total	
2000	28.509	6.359	13.600	3.934	3.423	7.356	55.851
2001	27.361	6.277	14.806	3.618	3.516	7.134	55.602
2002	23.452	6.238	11.642	3.400	2.508	5.908	47.243
2003	25.824	6.578	10.349	3.122	2.417	5.539	48.326
2004	33.503	10.315	12.132	3.673	3.188	6.861	62.836
2005	37.804	11.925	15.387	4.556	3.928	8.484	73.600
2006	45.260	15.178	18.921	5.893	6.076	11.970	91.351
2007	59.386	20.085	25.125	7.776	8.251	16.027	120.617
2008	83.056	31.462	35.931	9.816	12.710	22.526	172.985
2009	59.753	16.746	29.696	9.910	11.614	21.524	127.722
2010	83.869	25.337	40.968	12.847	18.577	31.424	181.732

Fonte: Secex. Elaboração: IPEA.

O gráfico 1 mostra o resultado da balança comercial brasileira do início da década de 1990 até 2009, onde podemos observar o importante papel desempenhado pelas exportações na manutenção de superávits comerciais, especialmente nos anos 2000. Mesmo com uma taxa de câmbio apreciada, as exportações conseguiram se expandir consideravelmente, estimuladas, principalmente pela recuperação dos preços das *commodities* agrícolas e da indústria extrativa mineral, setores mais intensivos em recursos naturais e com menor efeito encadeador sobre o restante da economia. Explica, ainda, a performance das exportações brasileiras, o diferencial de crescimento doméstico/internacional, refletido na ampliação da demanda externa, o sistema de câmbio flutuante e o estímulo e desburocratização da atividade exportadora. Os expressivos saldos comerciais ajudam a manter a moeda nacional em uma posição de valorização frente ao dólar, o que por sua vez explica o descompasso entre o crescimento da indústria brasileira e demais economias com mesmo padrão de industrialização, já que um câmbio valorizado possui efeitos desestimuladores sobre a competitividade de atividades industriais, desestimulando as exportações, e induzindo a substituição de produção doméstica por importações, tendo em vista o barateamento dos produtos importados no mercado nacional, resultando em perda de vantagens competitivas.

Assim, em um contexto de baixo crescimento econômico e de câmbio apreciado, têm-se importantes indícios de que está ocorrendo na economia nacional uma substituição de produção doméstica por similares importados; esse processo, somado aos demais efeitos da política macroeconômica adotada no Brasil nas últimas décadas tem contribuído para acelerar o processo de

desindustrialização da economia, inibindo também as possibilidades de maiores taxas de crescimento, colocando o Brasil em uma situação pouco privilegiada em relação a outras economias emergentes (CANO; SILVA, 2010).



Fonte: Banco Central

GRÁFICO 1: Exportações e Importações FOB e Saldo da Balança Comercial 1990-2009 em USS Milhões.

6 Considerações Finais

A economia brasileira, durante a sua fase de estabilização, foi aos poucos institucionalizando um quadro, que logo reclamou as condições para um crescimento econômico mais ousado. As características mais marcantes desse quadro certamente são as taxas de juros elevadas e o câmbio apreciado, que inibem as possibilidades de expansão da taxa de investimento, limitam os gastos do governo e desestimulam as exportações, componentes da demanda agregada que impulsionam o dinamismo da economia.

A indústria brasileira, setor historicamente mais vulnerável e carente de maior proteção, parece ter sido o mais afetado pelo quadro macroeconômico brasileiro nos últimos anos. Os resultados alcançados na pesquisa apontam para um caminho nesse sentido, dada perda sistemática de participação da indústria no PIB e o seu baixo dinamismo, além da sua fragilidade frente às crises que marcam o final dos anos 2000.

Podemos concluir que os formuladores da política econômica brasileira têm em suas mãos um *trade-off* no sentido de que a manipulação de mecanismos clássicos de juros e câmbio em direção ao crescimento de setores como o industrial, certamente leva a instabilidade econômica.

As tentativas de implementação de uma agenda de fortalecimento da atividade industrial no Brasil certamente esbarram na impossibilidade de remoção dos mecanismos que, embora limitem o crescimento econômico, garantem a estabilidade de preços. Esse parece ser o caso da política industrial do governo Lula, que embora tenha apresentado avanços importantes, mantém em termos macroeconômicos, uma situação não consonante com as metas da política industrial.

O baixo dinamismo da economia brasileira, expresso pela taxas apenas moderadas de crescimento do PIB, constitui-se em um dos principais problemas macroeconômicos da atualidade. O crescimento da indústria de transformação, setor que por suas características de encadeamento de demanda ao longo das cadeias produtivas dentro e fora da indústria exerce um importante efeito de liderar a taxa de crescimento agregada, também tem sido pouco expressivo.

No entanto, depois de 20 anos de baixo crescimento, o esforço dos dois governos Lula no sentido de implementar uma Política Industrial, ainda que com todos os entraves apontados, contribuiu para que o Brasil avançasse no sentido de recuperar a perspectiva de construção de um caminho de desenvolvimento. Esta trajetória foi fortalecida, em um primeiro momento, pelas condições internacionais, que em seguida, no entanto, atuaram em sentido contrário, acentuando a relevância do debate sobre o projeto de desenvolvimento que se deseja para o país, colocando novos e difíceis desafios à política industrial.

7 Referências

ALVES, Christiane Luci Bezerra; EVANGELISTA, Jones Rocha. A indústria brasileira de bens de capital: considerações sobre a dinâmica recente. In: IV Colóquio SEPLA -Sociedade de Economia Política Latino-Americana. **Anais**...Buenos Aires: SEPLA, 2008.

ALVES, Christiane Luci Bezerra; LIMA, Cícero Cleyton Soares de. Dinâmica do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil: evidências recentes de um fenômeno econômico consolidado. In: XIV Encontro Nacional de Economia Política, 2009, São Paulo. **Anais**... São Paulo: SEP/PUC-SP, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Investimentos na indústria brasileira depois da abertura e do Real: mini-ciclo de modernizações. 1995-97.** Santiago do Chile: CEPAL. Série reformas econômicas. Nº 44, 1999.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da Republica. **Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**. Brasília, 2003.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. **Política industrial do governo Lula**. Campinas, IE/UNICAMP, 2010 (Texto para Discussão nº 181).

CARLEIAL, Liana. **Subdesenvolvimento globalizado e a política industrial do Governo Lula**. Curitiba, CORECON - PR, 2004 (Texto para Discussão nº 2).

CONJUNTURA ECONÔMICA. Conjuntura Estatística. Rio de Janeiro: FGV, v. 65, n. 8, 2011.

COUTINHO, Luciano; BALTAR, Paulo; CAMARGO, Fernando. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: **OIT**. Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Editora 34. 1999.

FERRAZ, Max Benjoino. Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula. **Planejamento e Políticas Públicas.** Brasília, v. 1, n. 32, p. 227-264, 24/6/2009.

FILGUEIRAS, Luiz; PINTO, Eduardo Costa. Governo Lula: contradições e impasses da política econômica. In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, Uberlândia. **Anais**... Uberlândia: SEP, 2004.

FLIGENSPAN, Flavio Benevett; CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi. O Desempenho da Indústria de Transformação nos anos 2000. In: XXXIX Encontro Nacional da ANPEC, 2011, Foz do Iguaçu/PR. **Anais**... Foz do Iguaçu/PR: ANPEC, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo.Opinião Econômica. Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às avessas. In: Economistas, Brasília, COFECON, ano III, n. 8, out-nov, 2011.

IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** Rio de Janeiro: IEDI, 2005.

_____. **Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente.** Rio de Janeiro: IEDI, 2007.

SANTOS, M. dos; PICCININI, M. S. A indústria brasileira de bens de capital mecânicos – Comércio internacional. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, vol. 12, n.29, p. 177-234, jun, 2008.

A vulnerabilidade das empresas aéreas diante do novo cenário mundial: O caso brasileiro

Claudia Musa Fay (PUCRS)
cmusafay@puc.br

Geneci Guimarães de Oliveira (PUCRS)
geneci@engefack.com.br

No Brasil, devido suas características de território com dimensões continentais, teve no incremento da aviação o componente essencial que possibilitou interligar, com mais eficiência e rapidez, as diversas regiões do país. O deslocamento de bens e pessoas, através do transporte aéreo remete a uma nova dinâmica instituída no território nacional, aproximando-o da economia mundial.

As sucessivas crises que ainda hoje afetam a aviação comercial brasileira precisam ser analisadas e compreendidas. Os governos Sarney, Collor, Fernando Henrique e Lula trataram de se omitir da questão. O resultado foi que em menos de dez anos perdemos empresas experientes, pessoal treinado e muito investimento.

Ao fechar as portas de Transbrasil, Vasp e Varig, o setor tornou-se um duopólio em que as empresas sobreviventes, ao ampliar sua participação no mercado, aumentaram o lucro causando prejuízos aos usuários, além de desemprego para uma parcela significativa dos aeronautas e insegurança para o sistema como um todo.

Observa-se, portanto, que a complicada situação em que se encontra o setor aéreo no Brasil, não é uma constatação recente. São diversos os fatores que vem produzindo *"quebras de empresas"* há algumas décadas. A falência da principal companhia aérea brasileira, entretanto, não é um caso isolado no contexto mundial.

Nos últimos anos grandes e tradicionais empresas aéreas têm enfrentado dificuldades e muitas fecharam suas portas. Qual é a razão para isto? O que está ocorrendo com o transporte aéreo mundial? O que levou empresas como a Pan American, TWA e Swissair deixarem de operar? E a *"nossa"* Varig? Símbolo de arrojo e modernidade. Como conseguiu *"quebrar"*? Ela que já esteve entre as maiores do setor, sempre apresentou um excelente padrão de qualidade, um patrimônio humano altamente qualificado, uma manutenção primorosa, mostrando sempre a imagem de um país próspero e exuberante, tanto no Brasil quanto no exterior. Ela que enfrentou tantas dificuldades, ultrapassou tantos obstáculos, foi pouco a pouco definhando até terminar

de forma melancólica quando foi vendida em 2006, um ano antes de completar 80 anos.[1]

Cabe ao historiador tratar das questões históricas das empresas, debruçar-se sobre este objeto que pode fornecer os subsídios para uma melhor compreensão dos processos econômicos delas mesmas e da economia em geral. É necessário que se aprofunde estas discussões, pois de acordo com Frédéric Mauro[2]

> "o historiador tem necessidade de escrever a história das empresas porque a microeconomia representa a metade da ciência econômica. Uma história estudada apenas sob o aspecto macroeconômico não é uma história completa. Ademais, a história das empresas só pode ser feita a partir dos seus arquivos (...) podem proporcionar informações valiosas a respeito do setor econômico a que pertence a empresa, e até mesmo acerca da economia global do país, do continente e até mesmo do próprio mundo, seja do ponto de vista das estruturas como do ponto de vista da conjuntura."

Destaca-se que estes arquivos que fornecem dados contábeis e balanços para análise da gestão financeira da empresa e todos os demais registros necessários a determinados seguimentos empresariais, por si só, não satisfazem. É possível complementar esta análise calcada na documentação escrita, através dos depoimentos dos sujeitos partícipes do processo que trazem nas suas narrativas fatos que as fichas cadastrais, balancetes, diários de caixa, livros-ponto, não conseguem captar as sensibilidades que permeiam o cotidiano das empresas.

O pesquisador atento às transformações e, principalmente, aos novos rumos e ferramentas que pode utilizar, se vale não só de fontes documentais escritas, mas de uma gama de outros registros, sobretudo os da memória. A história oral é uma valiosa fonte com a qual podemos contar para restabelecer os elos que nos ligam ao passado, numa tentativa de responder às inquietações do presente, incorporando à História outros pontos de vista e contribuindo para a integração dos diversos sujeitos da mesma.

Antônio Torres Montenegro[3] coloca na utilização da história oral como técnica de pesquisa, uma outra forma de ver os acontecimentos, possível de ser recuperada através da memória. Reflete a respeito do significado que os conceitos adquirem na diversidade dos atores, tempo e lugar e de que forma este pensar articula o passado ao presente.

---

[1] A Varig foi fundada em 07 de maio de 1927, portanto, completaria 80 anos em 2007.
[2] MAURO, Frédéric. **O Empresário Moderno e a História Econômica**. IN: Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro-jul/ago.1974. p. 64.
[3] MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: **a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2003.

Com os avanços da ciência e da tecnologia temos a possibilidade de compreender o processo histórico como construção do historiador, ou seja, da fonte documental escrita, oral ou virtual, não emana documento pronto, acabado, mas algo que é produzido pela indução e pela intuição, ferramentas necessárias ao historiador que deseja construir uma narrativa histórica, que privilegie as pessoas comuns, como afirma Constantino[4]:

> "Os historiadores lembrados como exemplos de tendências do atual debate teórico-metodológico, procuram descobrir a realidade do que aconteceu, sem buscar o testemunho do passado de modo seletivo ou dogmático; são conscientes de que a narrativa deste passado será sempre fragmentária e que será objeto de discussão e revisão". (CONSTANTINO, 2004: 51)

A partir das considerações e das propostas paradigmáticas oferecidas por autores[5] como Alfred Chandler, François Caron, Louis Galambos, entre outros, observa-se o desenvolvimento, ainda que recente da História de Empresas. Aos poucos os reducionismos vão sendo superados, e desta forma a História de Empresas vai-se abrindo para abordagens multidisciplinares, devido à importância que *"olhares"* de outras ciências trazem na construção deste objeto da investigação histórica. Sistemas culturais e familiares, rotinas sociais e comportamentos, reinados, clãs e clientelas, lobbies políticos e partidários, instituições, legislação e jurisprudência; todos esses elementos são fatores que modelam a maneira pela qual as empresas se desenvolvem e interagem com a sociedade.

Analisando historicamente observa-se que para compreender a questão é necessário (re) pensar as políticas adotadas pelo Estado para o transporte aéreo comercial, bem como, os efeitos provocados pelas sucessivas crises do capitalismo durante o século XX. O desenvolvimento da aviação brasileira ocorreu num momento

---

[4]CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa história e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. IN: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v.XXVIII, nº 1, junho 2002.

[5] Retrospectivamente, cabe destacar conforme Eulália Lobo, as abordagens de Jean Baptiste Say: "*(...) é geralmente aceito como um dos pioneiros, ao defini o empresário como um organizador e coordenador de fatores de produção que compra, combina e vende"; Joseph Schumpeter, em 1912, "atribuía ao empresário o papel inovador, de produtor do progresso técnico, de motor das transformações"; Henri Pirenne refere que "a cada período da história econômica corresponde um grupo diferente de capitalistas (...)"*. Em 1962, Alfred Chandler lança as estruturas para a investigação e pesquisa das empresas norte-americanas, com ênfase nas grandes corporações. Este paradigma torna-se conhecido como "síntese organizacional". No sentido oposto, encontra-se nas pesquisas de Louis Galambos sobre o desenvolvimento empresarial, não o estudo da grande organização como figura principal, mas procura valorizar o papel das instituições e dos empreendedores, utiliza-se da interdisciplinaridade para propor uma ampla reinterpretação dos negócios, da política e da sociedade nos Estados Unidos. Para François Caron, "pretender escrever a história de uma nação, num dado período, sem colocar no seu centro a das empresas é uma obra de mutilação voluntária, uma caricatura de história".

de profundas mudanças nas diversas esferas de poder internacional. Antes mesmo do término da Segunda Guerra Mundial o setor encontrou diferentes maneiras para se inserir na nova ordem que surgia. Recebendo o apoio do Estado e organizando-se em associações[6], as empresas de transporte aéreo puderam encontrar uma forma jurídica para respeitar os direitos de soberania, ao mesmo tempo regular e proteger este setor da competição excessiva.

Até a Primeira Guerra Mundial, as relações internacionais se regiam pela noção de *"equilíbrio de poder"*; a regulação dessas relações era feita pelos vários sistemas de poder europeus, gerando múltiplas rivalidades decorrentes da própria expansão imperialista. No momento da implantação do transporte aéreo[7], a situação internacional revelava uma intensa disputa entre as potências pela implantação de uma nova ordem mundial.

Durante a Segunda Guerra a importância do avião como um instrumento de poder político torna-se mais clara. Tanto pelo prestigio e projeção que os aparelhos levavam ao redor do mundo como pela presença da bandeira na fuselagem dos aviões servindo aos Estados nacionais como um vetor nas suas relações culturais e comerciais com outras nações.

O avião, ao reduzir as distâncias entre os continentes, não só acelerou a circulação de riquezas, mas também promoveu um maior intercâmbio de idéias e culturas. Ao mesmo tempo, a aviação passou a ser vista pelo seu potencial estratégico na defesa, na observação e no ataque. A aviação passou a representar um risco e uma necessidade para os Estados controlarem seu espaço aéreo e por outro lado, no caso da aviação comercial, por prestar um serviço público, havia a necessidade de garantir a segurança dos passageiros.

Com toda essa complexidade torna-se necessário mostrar como as mudanças foram acontecendo ao longo do tempo. É importante ressaltar que a regulamentação do

---

[6] Dois organismos foram criados para regular o tráfego aéreo: A primeira delas é a IATA (International Air Traffic Association, de 1919 composta das cinco companhias aéreas existentes na época. Terminada a Guerra em 1945 o número de empresas reunidas passa a ser de 42 companhias, possui sua sede em Montreal, onde funcionam os cinco comitês: Jurídico, Postal, Radiotelegráfico e o de Tráfego. A segunda associação formada é a ICAO (International Civil Aviation Organization) criada em 1944, com sua sede em Montreal. Esta agência do sistema da ONU é o fórum mundial que trata das questões da aviação civil. Tem como objetivo desenvolver normas de segurança, confiabilidade, proteção do meio ambiente, eficácia e continuidade, através dos princípios do direito que regem a aviação internacional, acordados entre os diversos Estados membros.

[7] As primeiras companhias aéreas foram estabelecidas na Europa, na América do Norte e na América do Sul a partir de 1919.

setor não foi feita de uma só vez: ela foi sendo construída, negociada entre as nações e as empresas através da IATA e da ICAO.

A partir de 1960, houve mudanças tecnológicas significativas: a introdução das aeronaves a jato voltadas especialmente para o tráfego internacional que representava para as empresas um maior número de assentos, gastando menos tempo para vencer as distâncias, no entanto, necessitavam de maior infra-estrutura dos aeroportos. No Brasil os aviões do tipo convencional foram transferidos para as linhas domésticas, reforçando o agravamento do problema da super-oferta. Diante dos efeitos da política adotada que resultou numa séria crise na aviação brasileira, era necessário encontrar as causas, dada a importância do setor.

O Ministro Lúcio Meira[8], da pasta de Viação e Obras Públicas, em palestra no Fórum *"Téofilo Otoni"*, em 1957, havia esboçado sua visão a respeito dos transportes no Brasil. Ele percebia o grave problema que ameaçava os planos de desenvolvimento, pois, o país não dispunha de meios de transporte à altura das suas necessidades. A referência a respeito do transporte aéreo foi clara no seu discurso:

> "Face à grande superfície territorial e à segurança que oferecia, [a aviação] desempenhava um papel essencial no país, carente de transportes. Apesar de seu elevado custo, diluído entre o usuário e o contribuinte de tal forma que foi instituído um sistema de subvenções diretas e indiretas aos serviços, sendo responsável pela expansão. O poder público instalava e mantinha a infra-estrutura. Realizava os serviços de segurança nos vôos, formava alta percentagem de pessoal, e ainda concedia câmbio favorecido para as importações de aeronaves, subvencionava a aquisição destas, isentava do pagamento de impostos as importações de aviões, peças e combustíveis e ainda o tráfego, pagando subvenções por quilômetro percorrido para as rotas de penetração e nas internacionais".Lúcio Meira ressaltou ainda em sua exposição que,"A posição conquistada pelo Brasil era fruto essencial da atuação do Estado, que o amparava e incentivava em maior escala que qualquer outro meio de transporte".

Nos anos que se seguiram, o Estado continuou fornecendo ajuda e, mesmo assim, os problemas se agravavam. Importante mencionar que houve historicamente uma estreita relação entre empresa e governo. O Estado permitia que determinadas empresas obtivessem a concessão[9] de linhas aéreas, por outro lado, as companhias beneficiadas se encarregavam de transportar funcionários e dirigentes estatais.

Alguns episódios conhecidos podem ilustrar essa proximidade desde os primeiros vôos comerciais. Getúlio Vargas, quando ainda era governador do Rio Grande

[8] OBSERVADOR ECONÔMICO. Novembro/1957. IN: FAY, Cláudia Musa. **CRISE NAS ALTURAS**: A questão da aviação civil (1927-1975). Tese de doutorado pelo PPGH-UFRGS, junho de 2001. p. 144.

[9] A concessão do transporte aéreo que estava vinculada ao governo, portanto, podia ser retirada ao vencer o contrato. O Estado brasileiro não possuía aviões para o deslocamento de seus funcionários, e mesmo os presidentes voavam em aviões cedidos pelas empresas.

do Sul, voava nos aviões da Varig; a viagem de Juscelino Kubitschek à Europa, a retirada de Jânio Quadros de Brasília depois da renúncia e a viagem de volta de João Goulart da China, em todas elas houve a participação das empresas aéreas comerciais brasileiras.

Entre 1957 e 1960, as companhias de aviação resolveram suprimir escalas deficitárias nas suas rotas e mais de 100 destas desapareceram, apesar das subvenções. A interiorização da aviação foi sendo reduzida ano a ano, de forma que das 350 cidades atendidas em 1957 reduziram-se a 260 em 1960.

As empresas aéreas deixaram de atender cidades do interior, mesmo cobrando tarifas altas. Além disso, não apresentavam serviços eficientes, nem índices aceitáveis de segurança. Apesar disso, recebiam o auxílio e ainda deixavam angustiados os passageiros, que também eram o contribuinte.

No gráfico **1** [10] pode-se perceber que a partir de 1960, com a introdução de equipamentos mais modernos, como foi o caso do avião a jato, muitas cidades deixam de ser atendidas, pois são rotas deficitárias e carentes de infra-estrutura para pousos e decolagens de grandes aeronaves, somado ao número de assentos oferecidos não compatíveis com a demanda.

Gráfico 1 - Evolução do número de cidades servidas

FONTE: **O GLOBO**

O desequilíbrio causado pelo excesso de concorrência provocou intensa disputa e terminou afetando também os níveis de segurança dos vôos, aumentando significativamente, o número de acidentes. As empresas, frente ao problema de

[10] Pesquisado no site: http://oglobo.com/economia em 24/03/08

sobrevivência que se impunha, se uniram e enviaram uma solicitação ao Ministro da Aeronáutica, no qual pediram medidas para a recuperação do setor. O apoio do governo não tardou e veio através do reajuste das tarifas que, se por um lado aumentava o faturamento das empresas, por outro afastava ainda mais o passageiro.

Apesar da ajuda do governo, a situação em que se encontravam as empresas aéreas não melhorou, ao contrário, piorou, uma vez que nem o gasto com combustível e com Previdência Social vinha sendo coberto. Segundo foi apurado pela CPI[11] de 1961, em dados fornecidos pela Presidência da República, através do Conselho de Desenvolvimento Econômico, *"(...) enquanto o capital próprio de todas as empresas é pouco superior a 2 bilhões de cruzeiros, o capital alheio ascende, no Passivo, a 10 bilhões e 300 "milhões"* , portanto, elas encontravam-se extremamente endividadas.

O Estado, na tentativa de solucionar a questão convocou os representantes das empresas que se reuniram através das Conferências Nacionais de Aviação Comercial (CONAC) realizadas em 1962, 1963 e 1968. A partir destas conferências foi incentivada a redução do número de assentos, resultando na concentração das empresas do setor. A grande favorecida com o monopólio do setor foi a Varig, que cresceu com a aquisição da Real Aerovias em 1961, e com a incorporação das rotas da Panair do Brasil em 1965. A conquista efetiva do monopólio internacional, somente aconteceu em 1975, quando a Varig compra as ações da Cruzeiro do Sul, depois de uma intensa disputa com a Vasp e a Transbrasil.

Para resolver a questão das cidades não atendidas pelo transporte aéreo, em 1975 foi criado o Sistema Integrado de Transporte Aéreo (SITAR), sendo oferecidas facilidades para as empresas aéreas regionais adquirirem o avião bandeirante resultando em um efeito positivo. Desta forma o Estado promovia a integração nacional e estimulava o desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira (EMBRAER).

A Varig passa a obter resultados positivos nas suas operações, mesmo enfrentando o processo inflacionário dos anos 1980, enquanto, as demais companhias enfrentaram dificuldades financeiras. A explicação para o fato está na exclusividade dos vôos internacionais, cuja receita é auferida em dólar. A conseqüência é um melhor enfrentamento dos impactos causados pela desvalorização cambial de 1983.

[11] DIÁRIO DO CONGRESSO. Publicação em 16 de maio de 1962. A Comissão Parlamenta de Inquérito (CPI) foi criada pela resolução nº38-1960, para investigar as causas dos desastres aéreos ocorridos no país.

Neste intervalo a empresa utiliza estratégias inovadoras como a venda de bilhetes pelo crediário e as reservas via computador, serviço de bordo requintado e conforme reportagem de Zero Hora, lança o Cartão de Crédito Varig que proporcionava ao usuário várias facilidades de atendimento, tais como, pagamento e financiamento de tarifas aéreas e, para uso na rede Tropical de Hotéis e nas locações de automóveis realizadas na Interlocadora.

Neste mesmo cenário do transporte aéreo, o empresário Rolim Adolfo Amaro em sociedade com o grupo Ometto criou a *TAM Transportes Aéreos Regionais* (1976), inicialmente operando com seis aviões *Embraer EMB-11-C Bandeirante*, atendendo o interior de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Finalmente assumiu a totalidade das ações da empresa (1979) e entrou na década de sua consolidação com a chegada dos *Fokker F-27* (1980). Numa breve análise histórica do desenvolvimento da regional TAM, percebe-se que o seu crescimento e mais tarde a expansão de suas rotas para o exterior provocam uma competição acirrada com a líder, Varig.

No mercado da aviação brasileira a acirrada competitividade é um elemento que está presente na ordem do dia das empresas. Nas obras de Michael Porter[12] encontram-se discussões a respeito da rivalidade estabelecida entre as concorrentes do setor e as diferentes estratégias adotadas para garantir seu espaço no mercado. O autor aponta que

> "(...) o caso extremo da intensidade competitiva é a indústria em concorrência perfeita, na definição dos economistas, em que a entrada é livre, as empresas existentes não tem poder de negociação em relação a fornecedores e clientes, e a rivalidade é desenfreada porque todas as empresas e produtos são semelhantes".

De acordo com periódicos da época, as reportagens estampam que a situação crítica da Varig inicia no governo João Baptista Figueiredo (1979-85). Apesar da crise mundial do petróleo[13] afetar seriamente as empresas aéreas, devido a forte concorrência internacional e as pressões dos fabricantes a Varig compra aviões[14] de grande porte,

---

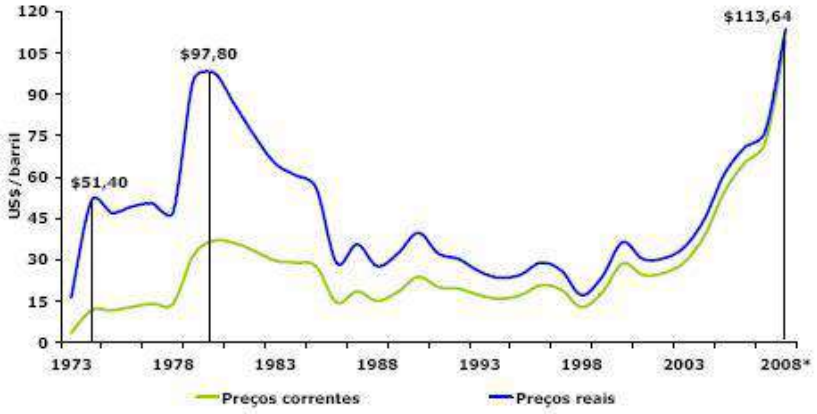
[12] PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Trad. Elizabeth Maria de Pinho Braga. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p.6.

[13] BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34. 2003, p.229. Para o autor "em 1983, a crise do sistema econômico brasileiro iniciada em 1979 agravou-se e contribuiu para que o processo de transição democrática se completasse. Na verdade, o segundo choque de preços do petróleo, a recessão norte-amercicana e a elevação violenta das taxas de juros internacionais, que acontecem em1979, dão início à mais grave crise econômica da história independente do Brasil."

[14] PEREIRA, Aldo. **A breve história da aviação comercial brasileira**. Rio de Janeiro: Europa. 1987. p.69 "em junho de 1980 a Varig anunciava o investimento de US$480 milhões na compra de seis DC-10; em dezembro/80 incorpora três 747-200B e em junho de 1981 recebia o primeiro AIRBUS. Em 13 de

sabidamente, com altos investimentos para uma empresa que já esboçava dificuldades financeiras.

Gráfico 2 : Comportamento do preço do petróleo de 1970 a 2008, preços reais em junho/2008



FONTE: O **GLOBO**

As variações do preço do petróleo que aparecem no gráfico **2**[15] demonstram que a segunda elevação significativa ocorre entre 1978 e 1980. O combustível de aviação representa 30% dos insumos que incide sobre os custos de uma empresa aérea, acrescidos do número de assentos ofertados pela aquisição de aeronaves de grande porte, provoca uma maior perda de rentabilidade, portanto, agravando seu endividamento.

As aeronaves, cinco 747-300 foram compradas da fabricante Boeing, com financiamento japonês. O fato se explica pela falta de credibilidade dos bancos internacionais em relação ao Brasil devido a declaração de moratória solicitada pelo México em setembro de 1982. As reservas externas brasileiras que eram de US$3 bilhões são zeradas dois meses depois. De acordo com Bresser-Pereira, das duas alternativas possíveis, o governo brasileiro adotou no final de 1982, a *"moratória branca"* do principal e continuava a pagar os juros e dividendos enquanto negociava com o FMI e os principais credores.

Para Harro Fouquet[16], o *"elevado endividamento da companhia resultou das perdas acumuladas em sucessivos exercícios"* causadas em sua maior parte *"por uma*

janeiro de 1983 arrenda três aviões 747-215B por US$186 milhões. Ao mesmo tempo ampliava seus serviços para rotas deficitárias com a linha RIO-LUANDA e uma outra que levava à capital de Moçambique, Maputo, estendendo seus serviços na África.

[15] Pesquisado no site: http://oglobo.com/economia em 24/03/08

[16] Harro Fouquet , ex-diretor de Planejamento da Varig, com 55 anos de atividade na indústria, dos quais 41 no Grupo Varig. http://www.aeroconsult.com.br - pesquisado em 24/03/09.

série de fatores adversos, inclusive de caráter conjuntural". Na referência feita pelo ex-dirigente da companhia transparece que outros ingredientes ligados a própria Varig também contribuíram para a situação, reforçados pelas palavras de Geraldo Knippling[17], quando menciona que *"aos pequenos esbanjamentos, somaram-se os erros estratégicos"*, para ele traduzido por:

> (...) estojo com perfume e kit de higiene para todos os passageiros (...) se o avião tinha 200 lugares, eles previam 250 para distribuir de presente entre o pessoal de terra dos aeroportos. As companhias americanas voavam com cinco comissários. A Varig voava com nove. (...) quando surgia uma voz dissonante, pedindo mais equilíbrio nos gastos, era abafado ou o funcionário era trocado de cargo.

Na assinatura da carta de intenções com o FMI, o Brasil se comprometia a realizar diversos ajustes na sua política econômica, entre estes, a maxidesvalorização do cruzeiro em 30%. O resultado foi a elevação do patamar de inflação de 100% no inicio de 1983, para aproximar-se dos 180%, ainda no primeiro quadrimestre do ano. A dívida da Varig com o Japão, na valorização do iene, foi duplicada em dólar, sendo que em 1999, quando as aeronaves foram desativadas e devolvidas a empresa devia US$ 250 milhões.

No balanço da Varig relativo ao exercício de 1983-84 consta um conglomerado de empresas, de variados seguimentos que vão desde redes hoteleiras e empreendimentos agropecuários até a manutenção e serviços de transporte aéreo. A constatação poderia ser encarada como uma salutar diversificação dos negócios, não fossem as aquisições com altos investimentos, feitas anteriormente, de companhias que apresentavam situação falimentar, como foi o caso da Cruzeiro do Sul[18] (1975), que era administrada de forma independente.

Entre 1984 e 1985, com a chegada dos 747-300, a Varig, é a única empresa brasileira, com a concessão de rotas para o exterior, fomentando nas demais companhias, Vasp e Transbrasil, a inconformidade com este monopólio. Todavia, seguindo as diretrizes diplomáticas do governo brasileiro, além da África, expande suas rotas para o Canadá, apesar da guerra tarifária com a Aerolineas Argentina.

---

[17] ZERO HORA, 16 de abril de 2006, p.27. Reportagem no caderno Economia com Geraldo Knippling que foi comandante da VARIG por 40 anos.

[18] PEREIRA, Aldo. **A breve história da aviação comercial brasileira**. Rio de Janeiro: Europa. 1987, p.129. O autor nesta obra faz a seguinte indagação: "por que a Varig comprou por bom dinheiro uma empresa falida e insiste em mantê-la apesar de deficitária?"

A crise nas grandes empresas como a Vasp, a Transbrasil e a Varig se agrava em 28 de fevereiro de 1986, quando a inflação atingia o patamar de 350% a.a. A equipe econômica do governo Sarney, na tentativa de estancar o processo inflacionário, pratica o chamado *"choque heterodoxo"* que consistiu no congelamento geral dos preços, salários e da taxa de câmbio. Estas medidas surtiriam efeitos positivos, não fosse o fato de a Varig estar operando com baixas tarifas.

O aumento do tráfego de passageiros não se refletia em lucro, mas falseava uma situação lucrativa, na medida em que as aeronaves voavam lotadas. Os responsáveis pela gestão empresarial pareciam não perceber as drásticas mudanças na economia do país. Os prejuízos[19] pela defasagem tarifária estavam na ordem de US$1,6 bilhão, quantia até hoje discutida judicialmente.

No inicio da década de 1990 com o governo Collor acentuou-se a política de flexibilização que produziu efeitos nocivos às empresas[20] ao atingir as tarifas e as rotas de concessão.

Porter assinala as implicações do papel desempenhado pelo Estado[21] como o de uma *"Força na Concorrência na Indústria"*, apontando para os principais impactos na estrutura das indústrias em que,

> "(...) muitas vezes o papel do governo como fornecedor ou comprador é determinado mais por fatores políticos do que por circunstâncias econômicas; e isso é, provavelmente, um fato da vida. Atos regulatórios do governo também podem colocar limites no comportamento das empresas como fornecedoras ou compradoras. O governo pode, também, afetar a posição de uma indústria com substitutos a partir de regulamentações, subsídios, ou outros meios.

Pode-se também elencar a abertura do mercado brasileiro para empresas dos Estados Unidos, permitindo que as gigantes americanas competissem com a Varig, com a redução significativa de taxas: eram isentas do pagamento do PIS/COFINS de 6,7% sobre o combustível, cuja representação nos custos da empresa aérea é de 30%; o custo do capital de giro era de 8% a.a. para as estrangeiras e ultrapassava os 100% a.a. para a Varig; em relação ao bilhetes há diferenças assustadoras, pois nos EUA são taxados em 7,5%, na Europa em 14% e no Brasil, 34,7%.

---

[19] OLIVEIRA, Darcio; SÁ, Luiz Fernando; GOLDBERG, Simone. **UNIÃO TURBINADA**. IN: REVISTA DINHEIRO. Nº 102 de 11 de agosto de 1999.

[20] A Varig, a partir de 1973, foi a única companhia aérea de bandeira brasileira, a obter exclusividade, na operação das linhas internacionais de longo curso. Na prática, já realizava essas atividades desde 1965 quando absorve as rotas da Panair do Brasil. A exclusividade vigorou até 1987 quando o Ministério da Aeronáutica contemplou com rotas internacionais a Vasp e a Transbrasil. No entanto, devido as dificuldades financeiras destas empresas, somente em 1991 elas passam a operar os vôos para o exterior.

[21] PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Trad. Elizabeth Maria de Pinho Braga. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p.30-31.

A compra de componentes para a manutenção também provoca reflexões, visto que, a importação destes bens por empresas brasileiras enfrenta a máquina burocrática enquanto que as estrangeiras adquirem diretamente dos fabricantes, nos seus países de origem. Apesar do esforço das companhias aéreas brasileiras, a situação se complicava, na medida em que, os impostos cobrados pelo governo brasileiro das empresas nacionais se tornavam muito pesados em comparação com os tributos que companhias estrangeiras pagavam nos seus países. Estavam ambas, no mesmo campo, porém numa competição muito desigual.

No ano seguinte em 1992, durante a recessão provocada pela Guerra do Golfo, a empresa foi obrigada a vender parte da frota e passou alugar aviões de empresas de leasing. A Varig precisou desfazer-se do seu patrimônio e mesmo assim apresentava prejuízo em seu balanço financeiro.

Em 1994, inicia o primeiro processo de reestruturação da companhia diminuindo os custos, terminou com a dispensa de mais de três mil funcionários, a suspensão de pagamentos por sessenta dias e o fechamento de trinta escritórios exterior. Mas, com a crise financeira internacional de 1997-98, a empresa foi obrigada a cancelar várias rotas no exterior. Impunha-se um corte de pessoal ou de salários e benefícios - o que foi impedido pela ação dos sindicatos e da associação de funcionários.

A Varig que durante os anos 1990 a 2000 obteve resultados positivos somente em 1994 e 1997 atinge o passivo de US$ 1,5 bilhão em 2001. Com toda a turbulência do setor aéreo, a empresa ainda enfrenta questões de gestão interna, seguida de uma sucessiva troca de presidentes, contabilizando oito mudanças no cargo nos últimos dez anos.

No período de 1998 a 2002 as decisões tomadas pela equipe de FHC agravaram a situação do transporte aéreo através das medidas liberalizantes; na Era Lula ampliam-se estas diretrizes, assim como, ocorre a substituição do Departamento de Aviação Civil (DAC) pela Agencia Nacional de Aviação Civil (ANAC), sem que, os instrumentos de fiscalização e controle tenham sido ampliados, a fim de garantir à aviação comercial brasileira os meios eficazes para seu desenvolvimento, inibindo desta forma as sucessivas perdas das empresas deste setor. Ocorre uma seqüência de medidas predatórias para o transporte aéreo, incluindo a desvalorização do real em relação ao dólar, praticada em janeiro de 1999. O fato acarreta a queda do fluxo de passageiros, em que as empresas para enfrentar esta situação praticam a chamada *"guerra tarifária"*, ou seja, lançam as tarifas promocionais com até 60% de desconto. A solução não surtiu o

efeito desejado, pois a ocupação das aeronaves continuava em baixa. A Varig e a imensa família variguiana continuavam sendo arrastadas pela avalanche de decisões nefastas.

Cabe acrescentar que em 2001, após os atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos, o setor aéreo sofreu uma acentuada retração. A consequência imediata destes atos de terrorismo foi uma elevação vertiginosa dos preços dos seguros, fazendo com que a procura por viagens internacionais despencasse, justamente o mercado que a Varig dominava, pela alta nos preços das passagens conjugada com o temor de novos ataques que afugentava os passageiros. Sem seguro, uma aeronave não pode aterrissar em vários aeroportos ao redor do planeta, o que exigiu mais dinheiro dos cofres vazios da companhia.

As empresas precisavam encontrar novas alternativas para manter a sustentabilidade dos seus negócios. Entretanto, a Varig que continuava numa complicada gestão administrativa, não se ateve nas concorrentes, GOL e TAM que cresciam e dividiam cada vez mais com ela os mesmos espaços, até perder a liderança do mercado de voos domésticos para a TAM em 2003 e em seguida para a GOL.

Em 2003, VARIG e TAM chegaram a esboçar uma fusão, mas o plano não prosperou devido às recomendações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), inclusive, assinando um protocolo de entendimento para a criação conjunta de uma nova empresa aérea que reuniria as frotas das duas companhias.

A Varig em vista da situação em que se encontrava apresenta em 2005, um plano de recuperação judicial que levou à venda das subsidiárias VEM e Varig-Log. Enquanto isso a GOL vai ganhando mercado e, assume o segundo lugar nas rotas nacionais.

Em meados de 2006, nas últimas semanas, funcionários se mobilizaram para pedir ajuda ao governo. No dia 11 de julho, no entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não era papel do Estado salvar empresas privadas da falência. A assembleia de credores da Varig aprovou em maio a venda da companhia em leilão marcado para o mês de julho. Com a intenção de atrair investidores a empresa é dividida em Varig Operacional, isenta de dívidas, e Varig Relacionamento, que ficaria com os débitos e continuaria em recuperação judicial. Até o desfecho final enfrentou muitos entraves, mas finalmente, em 28 de março de 2007, a Gol Linhas Aéreas, a segunda maior companhia aérea brasileira, anunciou a compra da Varig por US$ 320 milhões. A partir daí, mesclava-se ao laranja da GOL, a cor azul da estrela brasileira de norte a sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto a crise na aviação brasileira foi gerada por múltiplos fatores. A compreensão destes se torna muito importante, mas discutir qual o papel do Estado nas políticas governamentais em relação ao transporte aéreo passa a ter maior relevância na medida em que temos neste setor, envolvimentos com os interesses estratégicos de uma nação, a necessidade de proteção ao usuário e a própria manutenção de uma salutar concorrência entre as empresas deste seguimento. Pelo exposto, a aviação comercial, por si só, requer políticas e estratégias exercidas com determinação e controle do Estado, inclusive com uma efetiva fiscalização sobre o mesmo.

A forma como o gestor estrutura e organiza sua empresa para fazer frente às demandas e turbulências do mercado podem resultar em sucesso ou fracasso da mesma, levando-se em conta as especificidades de cada segmento empresarial.

As discussões a respeito da *"quebra"* da Varig apontam causas que se segmentam em várias direções. O Estado que sempre fora o parceiro que a amparava nas dificuldades do passado, agora estava ausente. Os inúmeros planos econômicos, as instabilidades cambiais, a desregulamentação do setor aéreo mundial, somaram-se aos problemas ocorridos na condução dos destinos da Varig pela Fundação Ruben Berta.

É importante lembrar que, as demonstrações financeiras do setor aéreo mundial nos últimos dez anos, vinham apresentando resultados preocupantes, mesmo assim, a Varig não conseguiu perceber que o cenário estava mudando. Nas cinco décadas iniciais da companhia houve uma continuidade de princípios e valores adquiridos dos seus primeiros gestores na administração organizacional da empresa, seguindo a rota traçada por Ruben Berta. As mudanças conjunturais e estruturais que se configuraram na década de 1990, principalmente no governo Collor, colocam à mostra o tamanho da sua máquina administrativa e a diversificação das atividades comerciais. Ressalta-se a expansão para seguimentos diferentes, do transporte aéreo à hotelaria e turismo, passando pela agropecuária, pela área financeira e pelos setores de comunicação e serviços, constituindo-se o Grupo Varig de 23 empresas.

Nas administrações de Hélio Smidt, de Rubel Thomas e Carlos Willy Engels foram tentadas algumas medidas para conter o processo de endividamento, mas no jogo do transporte aéreo mundial estavam as grandes empresas, numa dura competição em que somente sobreviveriam aquelas que conseguissem manterem-se capitalizadas, eficientes e com menores custos.

Outra constatação que deve ser apreciada é a forma como o modelo gerencial da companhia, idealizada através da Fundação Ruben Berta, em que a Varig pertencia aos seus funcionários, serviu de entrave às futuras mudanças. Dificultou a implantação de uma Varig mais enxuta com redução de funcionários e benefícios, resultado da forma corporativa instalada na empresa. As palavras pronunciadas por Ruben Berta em dezembro de 1965, retratam o grau de envolvimento do funcionário com a companhia, *"deixar de ser uma empresa de província para ser uma família unida, de braços abertos para que todos possam trabalhar aqui sem olhar nacionalidade, cor ou religião*", ou seja, o crescimento da Varig significava melhores condições para cada membro da família variguiana.

Administração ineficiente, transformações econômicas mundiais, acirramento na competição tarifária entre as empresas congêneres, ausência de políticas públicas claras para esta que é uma concessão estatal, falta de fiscalização, desigualdade nos valores dos impostos pagos pelas empresas nacionais, em relação ao pagamento efetuado pelas estrangeiras nos seus países de origem, entre outras, contribuíram para a queda da Varig.

A empresa que vinha de um passivo de US$2 bilhões em 1995, chega em 2006 com uma dívida de US$8,4 bilhões, das quais 65% com o governo brasileiro. Apesar das diversas tentativas para *"salvá-la"*, incluindo-se manifestações públicas dos seus funcionários tanto no Brasil como no exterior, realizado o seu desmembramento em várias empresas, nada surtiu o efeito desejado, pois, parte dela foi negociada com a Gol em 2007. De maneira melancólica a Varig encerrou oito décadas de serviços prestados à aviação mundial e nacional. Apagou-se a estrela brasileira, mas a *"caixa preta"* com o seu legado ainda será tema para os pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula.São Paulo: Editora 34, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 19ª impresão.

ERRO, Carmen. **Historia Empresarial**: Pasado, Presente y Retos de Futuro. Barcelona: Ariel, 2003.

FAY, Claúdia Musa. **Aviação comercial na América do Sul (1920-1941)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 1990.

_____. **Crise nas alturas**: a questão da aviação civil (1927-1975). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),Porto Alegre, junho de 2001.

KIRCHNER, Ana Maria e Outros. **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará:Faperj, 2002.

McCRAW. Thomas K. (Org.) **Alfred Chandler: ensaios para uma teoria histórica da grande empresa.** Rio de Janeiro: Editora fundação Getúlio Vargas, 1998.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Geneci Guimarães de. **VARIG DE 1986 A 2006: Reflexões sobre a ascensão e a queda da empresa símbolo do transporte aéreo nacional.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2011.

PEREIRA, Aldo. **A breve história da aviação comercial brasileira**. Rio de Janeiro: Europa. 1987.
PORTER, Michael. **Vantagem Competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

PORTER, Michael; MONTEGOMERY, Cyntia A. (orgs) **ESTRATÉGIA: A busca da vantagem competitiva.**Tradução de Bazan tecnologia e lingüística. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998-16ª impressão.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Trad. Elizabeth Maria de Pinho Braga. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

SZMECSÁNYI, Tamás & MARANHÃO , Ricardo (orgs.). **História de empresas e desenvolvimento econômico.** São Paulo: Hucitec/Associação brasileira de pesquisadores em história econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

JORNAIS, REVISTAS e SITES

ZERO HORA - 16/ABRIL/2006

GAZETA MERCANTIL, vol. I. AGOSTO DE 1998.

DIÁRIO DO CONGRESSO, 16 DE MAIO DE 1962.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, JUL/AGO, 1974.

REVISTA DINHEIRO N° 102, 11 DE AGOSTO DE 1999.

REVISTA DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS-PUCRS, v.XXVIII, Nº1, JUN/02

http://www.oglobo.com/economia

http://www.aeroconsult.com.br

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DA ESCRAVIDÃO: VIOLÊNCIA, TRABALHO, MAGIA E IDENTIDADE – RIO CLARO (1862-1895).

Cleyton Rodrigues dos Santos[1]

RESUMO

Este artigo busca enfocar, o processo de transformação, especialmente no plano econômico e das relações de trabalho na cidade de Rio Claro, na segunda metade do século XIX, bem como a economia e o processo de alocação de força de trabalho escrava naquela localidade. Nesse período, buscar-se-á, também, através das narrativas do descendente de escravos Paulino da Mata, ilustrar a sua experiência *in loco* da escravidão. O objetivo principal é observar as dificuldades de se consolidar a sobrevivência dos indivíduos egressos do cativeiro aos padrões impostos pela elite cafeicultora rio-clarense durante a segunda metade do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Escravidão, Trabalho, Experiência Escrava.

MEMORY AND HISTORY OF SLAVERY: VIOLENCE, WORK, SORCERY AND IDENTITY – RIO CLARO (1862-1895).

ABSTRACT

This article seeks to focus on the transformation process, especially in the economic and labor relations in the city of Rio Claro, in the second half of the nineteenth century, as well as the economy and the process of allocation of slave labor force in that locality. During this period, it will get, also, through the narratives of the descendant of slaves Paulino da Mata, illustrate the experience of slavery in place. The main objective is to observe the difficulties in consolidating the survival of individuals discharged from captivity to the standards imposed by the coffee elite rio-clarense river during the second half of the nineteenth century.

[1] Doutorando em História Econômica pela FFLCH/USP, tendo como orientador o Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda. Bolsista do CNPq.

KEY WORDS: Memory, Slavery, Experience Slave.

A HISTÓRIA, O CONTEXTO...

> Aquela fruta foi o maior pecado que Deus deixou em cima da Terra. (...) é o café. O café foi a maior maldição que já existiu. Que no Brasil... Que no Mundo inteiro... Desse Mundo acho né[2].

O depoimento acima citado é de um filho de escravo, Paulino da Mata. Foi retirado de uma entrevista concedida no ano de 1973, ao jornalista Paulo Rodrigues, permanecendo inédita até o presente momento. Mostra um grande rancor de um descendente de escravos em relação ao café. Segundo ele os males da escravidão se devem, principalmente, à economia cafeeira.

Foi a partir de 1862 que o café começou a suplantar o açúcar em Rio Claro. Desde essa data o ciclo da cana-de-açúcar em Rio Claro foi claramente sendo subcapitalizado e tornando-se especulativo. De acordo com o historiador Warren Dean os fazendeiros de Rio Claro financiavam a produção local com o que ganhavam nas propriedades de Campinas e Itu. A exaustão das florestas e do solo em regiões mais antigas teria, com o tempo, transformaria a região numa área canavieira importante, mas então já o café substituíra a cana[3].

Certamente, os males advindos do sistema escravo, principalmente para os indivíduos que vivenciaram o sistema na condição de cativos, não se devem necessariamente ao café. Porém, foi uma maneira desse indivíduo que viveu a escravidão expressar a sua experiência. A ascensão do café em Rio Claro coincidiu com o aumento do número de escravos na cidade, conforme mostra a tabela a seguir:

População Escrava em Rio Claro, 1856-1888.

Ano	Número de escravos	Porcentagem da população

[2] PAULINO DA MATA. Entrevista ao jornalista Paulo Rodrigues. 1973.
[3] DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 41.

		total
1856	1.426	-
1872	3.935	26,2
1874	4.182	-
1875	4.429	-
1876	4.467	-
1882	4.852	-
1883	4.866	-
1884	4.980	-
1885 (Junho)	4.709	20,5
1887 (Março)	3.304	14,7
1888 (Março)	1.663	-

FONTE: 1856: PESTANA, Paulo. *O café em São Paulo*, p. 13. 1872: Recenseamento. 1876: Brazil, Directoria Geral de Estatística, *Relatório*, 1878. 1874-88: Escravos 1, 2 e SP (P), Presidente da Província, *Relatório*, 1883-89. Apud. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 63.

Concomitante ao aumento significativo de escravos, a produção de café dá um salto entre os anos 1835 e 1857-59. Enquanto que nesse primeiro ano a produção de café era ínfima chegando a 0,5 tonelada métrica com apenas 2 plantadores, em 1857-59 alcança uma produção de 1.764 toneladas métricas com 44 plantadores. Esse avanço continua, chegando a 2.557 toneladas métricas em 1862 e 6.000 em 1876 com 91 plantadores[4]. Enquanto isso, em 1862, a produção açucareira apresentava um declínio absoluto com uma produção de 264 toneladas métricas e uma produção de 145 quilolitros de aguardente com o total de 8

[4] DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 52.

plantadores de cana-de-açúcar e 6 usinas em funcionamento, chegando, Rio Claro, em 1873, a ponto de não produzir nem para suas próprias necessidades[5].

Foi na esteira dos cafezais que as ferrovias paulistas emergiram e se ampliaram, em completa dependência dos interesses dos produtores, administradores e comerciantes de café[6]. Em 11 de agosto de 1876 foi inaugurada a estação ferroviária de Rio Claro, que mudou o panorama econômico e social da cidade. Porém, como nos mostra Dean:

> A Companhia Paulista de Estradas de Ferro não estava disposta a continuar a linha até Campinas e Rio Claro, um grupo de fazendeiros assumiu o encargo. Entre eles haviam 22 com lavouras em Rio Claro, inclusive o Conde de Três Rios, a família Vergueiro e o Visconde do Rio Claro. O levantamento do capital foi atrasado pela Guerra do Paraguai, mas a Companhia Paulista de Estradas de Ferro trouxe a linha até Campinas em 1872. Forte pressão de políticos de Rio Claro e Limeira forçaram a Companhia a estender seus trilhos até Rio Claro, e a seção completou-se em agosto de 1876, ao custo de 5,8 milhões de mil-réis[7].

Rio Claro nas últimas décadas do século XIX respirava progresso e modernidade. Tentara-se implantar em 1887 uma linha de bondes que circularia até a divisa de Piracicaba, porém o projeto não se concretizou.

Nessas últimas décadas, as autoridades se preocupavam com questões envolvendo o abastecimento de água, - que teve seu primeiro contrato firmado no dia 11 de novembro de 1884 -, e com o estabelecimento de normas para o arruamento da cidade. Mas, após a inauguração da via férrea, o fato de maior importância para a cidade de São João Baptista do Rio Claro, posteriormente apenas Rio Claro, foi a concretização de um dos maiores empreendimentos da época: Rio Claro foi a primeira cidade na Província de São Paulo a receber luz elétrica, que foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1885. Nas bases do contrato constava:

> Os contractantes Real e Portela se obrigam pelo prezente contracto nesta cidade nos lugares designados pela Camara, reprezentada pelo

[5] Idem, p. 41.
[6] SAES, Flavio A. Marques. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 63.
[7] DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 54.

> seo Presidente em questão ... dez focos de luz do Systema de arco Weston, collocados sobre postes de madeira de dez metros de altura;
>
> Estes focos serão accesos durante as noites em que não houver lua cheia, das seis horas da tarde ás cinco da manhã nos meses de abril a setembro das sete horas ás cinco da manhã dos meses de outubro á março;
>
> Cada foco de luz custará anualmente a Camara a quantia de sete centos e trinta mil reis, pagos em prestações mensais;
>
> Os contractantes se obrigarão a assentar os machinismos para funccionar a iluminação até o dia sete de setembro de mil oitocentos e oitenta e cinco;
>
> A Camara prestará parte da Caza do mercado para o ajuntamento das machinas e apparelhos da iluminação e depósito de combustível, se os contractantes não encontrarem outra caza que mais conveniente seja ao estabelecimento da planta electrica;
>
> A Camara se obriga a solicitar da Assembleia Provincial um privilégio por vinte annos em favor do contractante para que se tenham estes direitos exclusivo de contracto a illuminação por meio de luz electrica nas cazas particulares desta cidade, pelo systema incandescente de arco[8].

Casarões erguiam-se do chão, fruto da opulência gerada pelo café. Era uma terra de contrastes, como todas as importantes cidades do Brasil em fins de Império e do sistema de trabalho escravista. As construções eram, de início, erguidas por mão-de-obra escrava e depois pelos imigrantes. A "modernização" começou a surgir a partir de sua antítese, o "antigo". Assim Rio Claro irrompeu a década de 1870 como a terceira cidade da Província de São Paulo.

Essas transformações ocorridas na cidade coincidiram com as transformações a nível global. O mundo estava vivendo o impacto da Revolução Científico-Tecnológica que alterou, consideravelmente, tanto os hábitos e costumes do cotidiano, quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicação e, também, do trabalho[9].

A idéia de progresso já era, então, urbana, porém apoiada pelos recursos advindos do campo. Sergio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil*, observa que o desenvolvimento das comunicações, sobretudo das vias férreas, que procuravam de preferência as zonas produtoras de café, acentuaram e facilitaram a relação de dependência

[8] Livro nº 1 de Contractos e Arrematações da Prefeitura de Rio Claro: 55 a 58. 1890.
[9] SEVCENKO, Nicolau. Introdução. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. IN. SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada – vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 11.

entre essas áreas rurais e as cidades[10]. As regiões cafeeiras começaram a ter feições típicas daqueles centros industriais onde, o fazendeiro tornou-se um tipo citadino, mais do que rural, e um indivíduo para quem a propriedade agrícola constituía, em primeiro plano, meio de vida e só ocasionalmente local de residência ou recreio[11].

A imigração de trabalhadores estrangeiros, a partir de 1870, teve um fluxo contínuo. É bem verdade que, em 1845, o Senador Nicolau de Campos Vergueiro antevendo o gradual declínio de abastecimento da força de trabalho escrava, se a proibição do tráfico de escravos africanos se confirmasse[12], decidiu importar trabalhadores livres europeus. Segundo o historiador norte-americano Warren Dean, a primeira leva, formada por 64 famílias alemãs, num total de 432 pessoas, vindas da Prússia, Baviera e Holstein, chegaram à fazenda Ibicaba, em Limeira, em 1847, juntamente quando sua plantação de café estava começando a produzir[13]. Porém, ainda em 1852, ele não eliminara o trabalho escravo: uma força de 250 escravos continuava a tratar de outros lotes em Ibicaba[14]

A partir da década de 1880, os imigrantes, que começavam a chegar em grande quantidade, já vinham sendo favorecidos por contratos que os beneficiavam. É importante salientar, que, em muitas fazendas os ex-escravos foram perdendo espaço no mercado de trabalho em Rio Claro, em razão do privilégio que tiveram os trabalhadores europeus, uma vez que a elite brasileira achava-se imbuída do projeto de branqueamento do povo e modernização do país, pela construção de uma "nação branca"[15].

Após 1890, ocorreu um "*boom*" na entrada de imigrantes no Brasil, principalmente em São Paulo, onde, como nos mostra o historiador Thomas Holloway, somente entre os anos de 1893 e 1895 as entradas na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo chegaram a 202.409[16]. Sabe-se, perfeitamente que grande parte desse contingente de pessoas seria aproveitada nas lavouras cafeeiras; tal fato coincidiu com a introdução, a partir de 1870 e ganhando maior

[10] HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 175.
[11] Idem, p. 175.
[12] Como de fato ocorreu com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz que proibiu definitivamente o tráfico de escravos provenientes do mercado africano.
[13] DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 95.
[14] Idem, p. 99.
[15] Para uma melhor reflexão sobre o tema ver, principalmente: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
[16] HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 90.

fôlego da década de 1880 em diante, de teorias de pensamento até então pouco conhecidas no cenário pensante brasileiro, como o positivismo, o darwinismo e o evolucionismo.

Assim, libertos, emancipados, trabalhadores nacionais ou quaisquer outras categorias sociais cujos referenciais estavam associados a cor ou raça ficaram excluídos do mercado de trabalho e dos projetos do governo brasileiro da pequena propriedade familiar, destinada à imigração branca e ao trabalho livre, devido aos critérios de civilização dos adeptos da seleção natural de Darwin[17].

Porém, como argumentou a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, no momento da passagem da escravidão para o trabalho livre, se desencadeou um processo de formação das classes trabalhadoras nas diferentes regiões do país, que representou um impasse para as classes dominantes, provocando processos políticos para fortalecer a hegemonia das classes dominantes[18].

Dentro da desigualdade do processo de crescimento econômico se faz necessário realçar a resistência que ofereceram os grupos sociais não determinantes à política de dominação dos grupos no poder. Trata-se de observar que os indivíduos pertencentes a grupos sociais não hegemônicos tinham suas funções bem determinadas dentro da sociedade brasileira oitocentista, tipicamente agrária e escravista.

Até a abolição não havia lavouras de homens plenamente livres em Rio Claro. Para conseguir a manutenção da produção de café, que se encontrava em seu auge, a utilização da força de trabalho do cativo se fazia necessária. De acordo com Warren Dean, em 1885 a população escrava em Rio Claro era da ordem de 4.709 cativos, equivalente a 20,5% da população total do município, decrescendo nos anos subseqüentes, sendo 3.304 o número de escravos no ano de 1887 e 1.663 para o ano de 1888 até o mês de março, respectivamente equivalente a 14,7% e 7,4% da população total, dois meses antes da abolição[19].

Rio Claro – que se localiza na chamada região do Oeste Histórico Paulista, que tem seu início em Campinas, chegando até o município de Ribeirão Preto – foi caracterizado

---

[17] SEYFERTH, Giralda. *Imigração, ocupação territorial e cidadania: o Vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República*. IN: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flavio dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 79. Mas, como argumenta Seyferth, o privilégio concedido aos imigrantes europeus no contexto da colonização não teve a contrapartida de seu reconhecimento como cidadãos plenos, dada a sua categorização como alienígenas ou estrangeiros, nem sempre coerente com os dispositivos legais.

[18] DIAS, Maria Odila L. S. *Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881*. In. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2001.

[19] DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 63.

como um município no qual a utilização da força de trabalho cativa foi fundamental para a economia local.

A população de São João Baptista do Rio Claro cresceu vertiginosamente após 11 de agosto de 1876, data da inauguração da linha férrea. Segundo Warren Dean, em 1872 a população total de São João Baptista do Rio Claro era da ordem de 15.035 almas, crescendo para 20.133 em 1886 e 24.584 no ano de 1890[20].

A ferrovia transformou consideravelmente a vida das pessoas na cidade, além de acelerar o processo de urbanização. A cidade apresentava um aspecto bastante agradável, com as casas bem construídas e mais juntas umas das outras, do que em Campinas, onde as ruas poeirentas deixavam os transeuntes bastante incomodados[21].

Durante esse período, de acordo com Fábio Alexandre dos Santos:

> A primeira impressão que ressalta no cenário urbano são as novas construções, que quebram a monotonia da paisagem urbana, como o prédio da Cadeia e da Câmara, construídos em meados da década de 1870, abrigando a Cadeia no térreo e a Câmara no andar superior; o prédio do Teatro São João; e os diversos casarões construídos pelos fazendeiros-negociantes na cidade, como o sobrado de José Luiz Borges, o Barão de Dourados[22].

A chegada da ferrovia não mudou apenas a paisagem urbana, mas também o cenário econômico. A ferrovia também era mesclada quanto ao seu uso. A poderosa linha férrea não transportava apenas o valioso café, que antes era escoado para o Porto de Santos no lombo de mulas e burros, enfrentando longos percursos de estradas esburacadas. Transportava, também, pessoas dos mais diferentes grupos sociais. Escravos fujões chegavam a utilizarem-se dos seus serviços para se refugiarem em Santos ou na Capital. Também as informações passaram a circular com maior rapidez.

Observando Rio Claro a partir, principalmente, das três ultimas décadas do século XIX, particularmente as décadas de 1870 e 1880, percebe-se uma cidade multifacetada, onde concomitantemente ao processo de modernização de alguns setores da economia local, outros setores continuavam a operar com precariedade e rusticidade, afirmando o que alguns

[20] Idem, p. 155.
[21] SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. Campinas: Dissertação (mestrado em História Econômica). IE-UNICAMP, 2000, p. 59.
[22] Idem, p. 59.

economistas chamaram de dualismo econômico no desenvolvimento do Brasil. Rio Claro, certamente, não fugiu a essa regra.

Paulino da Mata nasceu e viveu dentro desse ambiente de transformações econômicas e sociais por quais passavam a cidade de Rio Claro.

Como fonte de pesquisa para a análise das relações sociais durante o período da escravidão no município de Rio Claro utilizamo-nos de narrativas de Paulino da Mata que descrevem as tensões, conflitos e solidariedades na rede de relações sociais escravistas, abordando essas mesmas relações como conseqüência das ações de senhores e de escravos enquanto sujeitos históricos.

Reconstituir a história não chega a ser algo tão simples assim. O historiador passa por um calvário quando têm em mãos determinadas fontes, considerando-se que, ainda hoje, a cultura e as tradições das classes subalternas são predominantemente orais.

Na maioria das vezes, os historiadores precisam servir-se, sobretudo de fontes escritas que são duplamente indiretas: por serem *escritas* e, em geral, por serem de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante[23]. Dessa forma, informações referentes aos indivíduos mais abastados chegam até nós deformadas, uma vez que passam por intermediários que as filtram. Assim acontece com as informações necessárias para uma reconstituição mais abrangente do modo de vida de escravos, forros e ex-escravos que vagaram por nossa história.

Dessa forma, além dos meandros que cercam o trabalho de pesquisa do historiador, deve-se ficar atento para esse campo minado que cercam as fontes. Dar vida à um personagem que circulou pela história em um tempo e espaço específico requer cuidado e responsabilidade, a fim de investigar a estrutura dessa rede de relações pessoais de dominação na qual esses homens estão imersos e se articulam entre si.

... E AS MEMÓRIAS.

No início da década de 1970, mais precisamente em 1973, o Professor Paulo Rodrigues, jornalista na cidade de Rio Claro produziu um vídeo em que entrevistou

[23] GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 13.

descendentes de escravos daquela cidade. Foram duas as entrevistas de pouco mais de nove minutos cada uma, onde tratou principalmente da questão da terra que os envolvia e a qual não é meu propósito tratar aqui neste artigo.

O vídeo que foi a nós disponibilizado pelo Professor Paulo Rodrigues não é o original gravado na década de 1970. O que utilizamos foi uma cópia produzida para divulgação na década de 1990, já digitalizada e que, portanto, sofreu influência tecnológica. O objetivo da gravação do vídeo era documentar o longo processo envolvendo as terras que foram doadas aos escravos por Dona Maria Tereza de Jesus, viúva do Senhor Ubaldino Leite Penteado, e que foram subtraídas por políticos e empresários locais em meados do século XX.

Paulino da Mata era filho de João da Mata escravo de Ubaldino Leite Penteado. Não foi mencionado, durante a entrevista, a sua idade, nem o local de seu nascimento. Segundo seu depoimento seu pai "conduzia os escravos". Acreditamos que João da Mata tinha alguns privilégios e trabalhava como feitor na fazenda de Ubaldino Leite Penteado.

A violência e o sofrimento são recorrentes nas narrativas do entrevistado e, a partir disso, ele formula uma hipótese genérica em que todos os senhores seriam maus. Paulino da Mata tenta mostrar o caráter cruel que teve a escravidão, sendo os castigos físicos e o trabalho um fardo que o escravo carregou até o fim do cativeiro.

> Entrevistador: O Senhor lembra-se dos fazendeiros baterem nos escravos?
>
> Paulino da Mata: Batia. Na roça, na roça, metia a cabada de enxada. Meu avô [uuu] chorava.
>
> Entrevistador: Como o Senhor lembra disso? Tinha lugar para amarrar, pra bater, alguma coisa assim?
>
> Paulino da Mata: Tinha lugar sim, tinha a cheringa. Amarrava e metia o coro. Cabada de enxada.
>
> Entrevistador: Eles batiam nos escravos então?
>
> Paulino da Mata: [ooo]. Eles batia. Os escravos foi a classe de gente mais ordinária que já existiu nessa terra. Isso é um povo que não tá vigorando muito bem devido a judiação que fizeram com os escravos. O Senhor precisava ver. O Senhor precisava ver o que o tal dos escravos... Que nem eu falei um dia desses: não era preciso escravo. Pra que fazê essa judiação. Metia o pau. Cabada de enxada[24].

[24] PAULINO DA MATA. Entrevista ao jornalista Paulo Rodrigues. 1973.

Paulino da Mata à medida que relata sua vida e sua experiência do período em que viveu o ambiente do cativeiro, mesmo não sendo cativo – pois acreditamos que tenha nascido após a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 -, projeta sua leitura e seu conhecimento do passado através da história oral que, de acordo com Paul Thompson, é uma história construída em torno de pessoas[25].

Paulino da Mata projeta, na memória individual, a memória coletiva, uma vez que as lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos que envolveram somente um indivíduo e objetos que somente esse indivíduo viu. Maurice Halbwachs lembra que não é preciso que os outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós, certa quantidade de pessoas que não se confundem[26].

Há, portanto, nas narrativas de Paulino da Mata a construção da memória coletiva a partir da memória individual. Contribui para essa construção o fato de Paulino ter vivido e presenciado determinados fatos que marcaram suas lembranças – como os castigos físicos aos escravos. Na sua identificação entre escravidão e violência, a vertente que mais se nota é a que o relaciona aos castigos impostos e à violência física e moral. Ao contrário daqueles descendentes que não tiveram a "oportunidade" de presenciar esses mesmos fatos.

Hebe Mattos e Ana Rios argumentam que

> A recorrente informação de que o avô ou a avó, ex-escravos, simplesmente se recusavam a falar do tempo do cativeiro configura-se, de fato, como mais uma coincidência narrativa a ser considerada. A ausência da memória genealógica da escravidão da maioria das famílias negras brasileiras e os silêncios voluntários, relatados por muitos daqueles que se referiram diretamente a um antepassado escravo, possuem um significado óbvio que não pode ser negligenciado – evidenciam as dificuldades de construir uma identidade positiva com base na vivência da escravidão[27].

Nas narrativas de Paulino da Mata o trabalho vem, genericamente, associado a castigos físicos e às revoltas.

---

[25] THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 44.
[26] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 30.
[27] RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 54.

> Entrevistador: Trabalhavam de que hora a que hora?
>
> Paulino da Mata: Não tinha hora não.
>
> Entrevistador: o dia inteiro, de sol a sol.
>
> Paulino da Mata: O dia inteiro. Não tinha regra, não tinha nada.
>
> Entrevistador: Não tinha as folgas? Domingo?
>
> Paulino da Mata: Nada, nada. Domingo, vai descascar milho pro porco. Domingo, vai fazer tal coisa. E cala a boca. Psiu, psiu. Sem vergonha.
>
> Entrevistador: alguns se revoltavam ou não?
>
> Paulino da Mata: Se revoltava... mas morria.
>
> Entrevistador: Eles matavam.
>
> Paulino da Mata: [ooo] se matava? Matava sim. Quantos deles não morreu aí[28].

Mesmo sendo levado pelas perguntas do entrevistador, Paulino da Mata toca em um ponto crucial: a questão do tempo do trabalho. Muitos dos escravos que estavam, não só em Rio Claro, mas em toda a Província de São Paulo, eram provenientes do tráfico interprovincial, principalmente das províncias do Nordeste[29], onde já tinham adquirido determinados "direitos", como a utilização dos domingos e feriados religiosos para descanso, ou, os escravos poderiam utilizar esses dias para suplementar a dieta com a produção de suas

[28] PAULINO DA MATA. Entrevista ao jornalista Paulo Rodrigues. 1973.

[29] Importante lembrar que os mercados, tanto interno como externo, influíam na demanda por mão-de-obra entre grandes proprietários. As condições climáticas também tinham impacto significativo na economia de determinadas regiões do País. Barickman revela que a seca de 1857-61 coincidiu com a queda de mais de 50% das exportações de açúcar da Província da Bahia, coincidiu, também com o início do ciclo do café em Rio Claro. O esvaziamento de mão-de-obra escrava se deu, principalmente, nas áreas mais afetadas por fatores responsáveis pelo declínio econômico. Muitos proprietários do sertão nordestino tinham como única mercadoria para comercializar o próprio escravo, e principalmente dessas áreas o fluxo de saída de mão-de-obra escrava foi mais intenso. Em outras áreas como o Recôncavo e a Zona da Mata, menos afetadas pelas secas, o trabalho escravo insistia em permanecer. Segundo Barickman, numa análise retrospectiva, os senhores de engenho baianos, por continuarem a empregar a mão-de-obra escrava e por não se prepararem para o fim inevitável da escravidão, talvez pareçam irracionais, ou totalmente míopes. Mas um juízo desse tipo feito a partir da perspectiva do presente, deixa de levar em conta que, mesmo na década de 1870 e início de 1880, os senhores da zona canavieira tradicional do Recôncavo ainda contavam com um número significativo de trabalhadores escravizados. Tal juízo também deixa de levar em conta aquilo que os senhores de engenho baianos não podiam prever: a seca de 1888-91, a queda forte dos preços internacionais do açúcar, a partir de mais ou menos 1880, e a perda do mercado norte-americano no final da década de 1890. Nem tampouco podiam antecipar a rapidez com que as condições políticas no Brasil sofreriam mudanças na década de 1870 e mais ainda na de 1880 - mudanças essas que permitiram a abolição imediata da escravidão em 1888. Na verdade, ainda em 1881**,** os proprietários de escravos, não só na Bahia, tinham motivos racionais para esperar que o regime servil ainda se mantivesse no Brasil até o fim do século e talvez, até 1910. Ou seja, erraram em seu cálculo da longevidade política da escravidão. Mas seu erro não demonstra sua irracionalidade; atesta, antes, sua incapacidade de prever o futuro com certeza absoluta. BARICKMAN, B. J. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano. (1850-1881).* Afro-Ásia, v. 21-22, 1998-99, p. 177-237, p. 229.

próprias hortas das quais podiam vender o excedente nos mercados locais ou ao proprietário, e guardar o dinheiro para fazer compras ou poupar para acabar comprando a sua liberdade ou a de um ente querido[30]. Talvez muitas das revoltas ocorridas nas fazendas em São Paulo se devessem, principalmente, ao tempo de trabalho e às reivindicações dos escravos buscando garantir algum dia de descanso semanal.

O pólo a partir do qual se definiam os ritmos do trabalho e do descanso, o sistema de exploração do trabalho, com suas cadências transitórias, determinava as margens de tempo livre e, por conseguinte, as atividades autônomas dos escravos[31]. De acordo com Maria Helena Toledo Machado,

> O sistema de exploração do trabalho com seus ritmos alternativos e as margens da autonomia escrava estiveram fortemente entrelaçados, levando para o dia-a-dia das fazendas os mais ferozes conflitos entre os escravos e seus senhores[32].

Ainda segundo essa historiadora

> O sistema disciplinar das fazendas, na medida em que exigia ritmos de trabalho cada vez mais concentrados, sobretudo nas áreas em que a cafeicultura expandia-se, como as novas regiões à Oeste, tendia a engolir as margens de autonomia dos plantéis. De outro, porém, os grupos de escravos passavam a reivindicar, mais e mais abertamente, o cumprimento daquilo que se percebia como obrigações senhoriais. Um ritmo de trabalho próprio ao grupo, a injustiça dos castigos, os direitos à folga semanal, a alimentação e o vestuário, o recebimento de estipêndios pelo trabalho realizado a mais e a manutenção de uma economia independente na forma das roças e do pequeno comércio foram, muitas vezes, os argumentos que em seu conjunto justificavam os ataques violentos dos plantéis contra senhores e seus feitores[33].

As fugas, os suicídios e a feitiçaria aparecem nas narrativas de Paulino dentro de um mesmo contexto: eram estratégias de resistência, ou para se livrarem do sofrimento do cativeiro, ou pelo menos, amenizar aquele sofrimento.

---

[30] SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 99.
[31] MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da UFRJ/EDUSP, 1994, p. 21.
[32] Idem, p. 22.
[33] Ibidem, p. 25

> Entrevistador: E os escravos fugiam ou não?
>
> Paulino da Mata: Alguns fugia, alguns se matava.
>
> Entrevistador: Se matavam?
>
> Paulino da Mata: É. Alguns se matava.
>
> Entrevistador: Se matavam com o que?
>
> Paulino da Mata: É, com, com... enforcava... outros...
>
> (...)
>
> Entrevistador: E o Senhor lembra de alguma dessas feitiçarias?
>
> Paulino da Mata: Feitiçaria? Claro que me lembro. Queimava pórva [pólvora]. Tratava de queimar pórva [pólvora].
>
> Entrevistador: Aonde queimava pólvora?
>
> Paulino da Mata: Qualquer lugar assim. Dentro de casa. Na sexta-feira maior. Na sexta-feira maior assim.
>
> Entrevistador: Mas queimava para que a pólvora?
>
> Paulino da Mata: Rebatendo, rebatendo pra vê se acalmava aquela judiação[34].

O suicídio e as fugas encontram-se aqui como mecanismo de resistência e negociação utilizado por vários escravos para obter alguma autonomia ou até mesmo a liberdade; optavam pelo suicídio, mesmo que os benefícios não fossem para si, que fossem para seus pares, além de deixar a vida e o sofrimento causado pelos males do cativeiro.

As feitiçarias e as mandingas estavam presentes durante o período colonial e imperial; tinham fortes relações com as tentativas dos escravos se protegerem contra a violência excessiva dos senhores e tantas outras humilhações da escravidão[35].

A forma de feitiçaria mais comum no Brasil, durante o período colonial era a bolsa de mandinga, ou simplesmente mandinga, ou patuá[36]. Essas feitiçarias ou mandingas, segundo Gabriela dos Reis Sampaio,

---

[34] PAULINO DA MATA. Entrevista ao jornalista Paulo Rodrigues. 1973.
[35] SAMPAIO. Gabriela dos Reis. *Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial*. IN: CHALHOUB, Sidney; et al. (org.) *Artes e ofício de curar no Brasil: capítulos de história social.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 402.
[36] SOUZA. Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

> Eram quase sempre feitas de pano branco e continham as mais variadas combinações de elementos, como orações escritas em pedaços de papel, lascas de pedra d'ara e outros tipos de pedra, raízes, ervas, enxofre, pólvora, balas de chumbo, ossos de defunto, cabelos, unhas, grãos, hóstias. Os motivos alegados para o uso das bolsas de mandinga eram, em geral, a proteção contra os malefícios, ou garantia do "corpo fechado", isto é, protegido contra doenças e acidentes[37].

O suicídio e as feitiçarias passam, necessariamente, por questões que permeiam a cultura africana. Uma melhor compreensão do suicídio praticado por escravos se beneficia não apenas das novas discussões sobre a escravidão, mas, também, dos estudos sobre temas correlatos, tais como as atitudes diante da morte e as concepções culturais africanas[38]. As mandingas, assim como os calundus foram os predecessores do candomblé no Brasil[39]. Gabriela dos Reis Sampaio lembra que

> Para melhor entender a formação dessa religião no Brasil, deve-se investigar a importância de certas orientações tradicionais africanas, que permaneceram em grande medida com os cativos, apesar das diferenças e especificidades dessas orientações em cada contexto e das transformações que ocorreram com a mudança forçada para as Américas. [...] A presença dessas orientações de origem africana nas bolsas de mandinga tinham um sentido muito especifico, no contexto da escravidão colonial, ligados às tentativas dos negros de sobreviver em um ambiente hostil e violento como o que enfrentavam no Brasil[40].

A África aparece nas narrativas de Paulino da Mata não apenas como referência de ancestralidade, mas também de identidade. Ele busca, através de novas tecnologias – como o cinema -, saber/conhecer resquícios de seu passado africano. Ao final da entrevista Paulino da Mata relata com tristeza o não conhecimento de seu passado africano.

---

[37] SAMPAIO. Gabriela dos Reis. *Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial*. IN: CHALHOUB, Sidney; et al. (org.) *Artes e ofício de curar no Brasil: capítulos de história social.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 401-402.

[38] Ver, entre outros, FERREIRA, Jackson. *Por hoje se acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850-1888).* Salvador: Afro-Ásia, v. 31, 2004, p. 197-234. Também: VENÂNCIO, Renato Pinto. *A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888).* In: *Revista de História*, nº 1, 1990, p. 80-89. GOULART, José Olimpio, *Da fuga ao suicídio: aspecto de rebeldia dos escravos no Brasil.* Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

[39] SAMPAIO. Gabriela dos Reis. *Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial*. IN: CHALHOUB, Sidney; et al. (org.) *Artes e ofício de curar no Brasil: capítulos de história social.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 402.

[40] Idem, p. 402.

> Já tive no cinema. Nunca pude conseguir pra saber o mundo da África mais direito. Todo sábado ia no cinema. Todo sábado ia no cinema. Mas a África é uma coisa, um lado perdido pra mim[41].

Não sabemos a data do falecimento de Paulino da Mata. Mas ele deixou para nós uma "imagem" que poderia representar muitos descendentes de escravos no Brasil que viveram e tiveram a experiência *in loco* de ser um "observador" da sociedade e sistema de trabalho baseado no escravismo. Quanto ao passado africano dele? Ele morreu com a frustração de não ter conhecido parte de si. Uma identidade perdida e jamais alcançada. Um brasileiro morreu, vítima da escravidão, sem ter o direito de reconhecer-se como cidadão, muito menos conhecer a si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O progresso e a modernidade trazidos para Rio Claro pelo café foram, indubitavelmente, fruto da opulência desse produto que transformou não só a economia local, mas o cenário urbano da cidade.

A inauguração da estação ferroviária em 11 de agosto de 1876 veio a beneficiar e dar impulso à economia e a acumulação cafeeira; onde antes se escoava o café para a Capital da Província de São Paulo e para o Porto de Santos através de mulas, durando cerca de três dias, reduziu-se esse tempo drasticamente com a substituição das mulas pelo trem. O cenário urbano transformava-se. Casarões que se erguiam do chão eram mostras da riqueza dos fazendeiros cafeicultores rioclarenses.

Mas, os pilares dessa riqueza foram erguidos por mãos escravas, que com os mercados favoráveis ao café o seu número, na cidade, aumentava a cada ano; mesmo com a elite, política e letrada da época, associando as idéias de progresso, modernização e civilização às transformações urbanas e populacionais, permanecia o silêncio sobre questões étnicas ante os trabalhadores. Silenciamento, que se fazia, por vezes, de forma politizada.

Tentou-se, portanto, nas ultimas décadas do século XIX, impor uma nova ordem social a partir dos projetos de modernização e civilização idealizados pelas elites urbanas da cidade de Rio Claro, onde estavam no centro das atenções as reformas urbanísticas, o

[41] PAULINO DA MATA. Entrevista ao jornalista Paulo Rodrigues. 1973.

desenvolvimento econômico e a inserção de trabalhadores estrangeiros provenientes da Europa. Paralelamente a isso, houve a tentativa de se resistir a essa imposição a partir da articulação dos mais diversos grupos sociais; particularmente, os escravos, os forros e os ex-escravos.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro do imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AZEVEDO, Elciene. *O direto dos escravos: lutas jurídicas e abolicionistas na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Campinas: UNICAMP, Tese [doutorado em História Social], 2003.

BARICKMAN, B. J. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano. (1850-1881)*. Afro-Ásia, v. 21-22, 1998-99, p. 177-237.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

CHALHOUB, Sidney; et al. (org.) *Artes e ofício de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Sociabilidades sem história: votantes pobres no império, 1824-1881*. IN. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2001.

FERREIRA, Jackson. *Por hoje se acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850-1888)*. Salvador: Afro-Ásia, v. 31, 2004.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flavio dos Santos; CUNHA, Olivia Maria Gomes da. *Que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença* IN: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flavio dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOULART, José Olimpio, *Da fuga ao suicídio: aspecto de rebeldia dos escravos no Brasil.* Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil.* IN. Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História da PUC/SP. São Paulo: nº 16, fev. 1998.

_____. *Blowin'in the Wind*: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. IN: Revista Projeto História. São Paulo, nº 12, out. 1995.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da UFRJ/EDUSP, 1994.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição. IN: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flavio dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO. Gabriela dos Reis. *Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial*. IN: CHALHOUB, Sidney; et al. (org.) *Artes e ofício de curar no Brasil: capítulos de história social.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. Campinas: Dissertação (mestrado em História Econômica). IE-UNICAMP, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. IN. SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada – vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração, ocupação territorial e cidadania: o Vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República*. IN: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flavio dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SHARPE, Jim. *A História vista de baixo*. In. BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SOUZA. Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 volumes, 1987.

_____. *Costumes em comum.* Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As redes de solidariedade da cor: o caso dos compadres Manoel e Laurindo*. In. Revista História, São Paulo, v. 25, nº1, p. 147-169, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *A última fuga: suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888)*. In: *Revista de História*, nº 1, 1990, p. 80-89.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. In: *História da Vida Privada no Brasil*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEMÓRIA RESPEITADA EM ARQUIVO ORGANIZADO: JOVENS TRABALHADORES SINDICALIZADOS (1951-1973) DA FÁBRICA DE LOUÇAS "SANTO EUGÊNIO", EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

PEREIRA, Cristiano José(*)

RESUMO: A Fábrica de Louças "Santo Eugênio", primeira fábrica considerada de "porte" em São José dos Campos-SP, funcionou de 1921 a 1973. O Sindicato que mediava as relações entre os trabalhadores e o capital, o *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Cerâmica, da Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro de São José dos Campos,* mantinha fichas com os nomes dos trabalhadores sindicalizados. Com o fim das últimas fábricas de cerâmica de "porte" em São José dos Campos e também em outras cidades do Vale do Paraíba, o Sindicato definhou, mas ainda sobrevive. As fichas de funcionários sindicalizados da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" foram retiradas das dependências do Sindicato joseense através de uma doação, receberam tratamento arquivístico adequado e hoje servem de fontes para verificarmos várias condições inerentes aos jovens trabalhadores de 12 a 17 anos entre os anos de 1951 e 1973 que eram funcionários da Fábrica e possuíam registros em fichas no Sindicato.

PALAVRAS CHAVES: fábrica, arquivo, juventude, trabalhadores.

ABSTRACT: The Factory of Dishware "Santo Eugênio", first considered factory of "charge" in São José dos Campos-SP, it worked from 1921 to 1973. The Labor Union that mediated the relationships between the workers and the capital, the Labor Union of the Workers in the Industry of the Ceramic, of the Dishes of Powder of Stone, of the Porcelain and of the Dishes of Mud of São José dos Campos, it maintained records with the unionized workers' names. In order to the last ceramic factories of "charge" in São José dos Campos and also in another cities of the it is "Vale do Paraíba", the Labor Union to debilitate, but he still survives. The unionized employees' of the Factory of Dishware "Santo Eugênio" records were removed of the dependences of the Labor Union "joseense" through a donation, they received treatment appropriate in filing department and today they serve as sources for we verify several inherent conditions to the youths workers of 12 to 17 years among the years of

1951 and 1973 that were employees of the Factory and they possessed registrations in records in the Labor Union.

KEYWORDS: factory, archive, youth, workers.

INTRODUÇÃO

> Estabelecem-se (...) relações de causa e efeito, que criam um círculo vicioso: a indústria atrai a indústria; a industrialização leva ao crescimento demográfico; o aumento de população faz com que apareçam novas indústrias para atender às suas necessidades e, por outro lado, cria um mercado de mão-de-obra que, por sua vez, poderá constituir elemento de atração para novas organizações industriais. (MÜLLER, 1969, p. 122)

Fundada em 1921 pela família Bonadio, a Fábrica de Louças "Santo Eugênio" foi a primeira fábrica de "porte", para os padrões da época, da cidade de São José dos Campos, situada no Vale do Paraíba paulista. A fábrica dedicava-se à fabricação de artefatos cerâmicos, principalmente relacionados à louça de mesa, de uso cotidiano. São José dos Campos, no início do século XX, era benquista por fimatosos, que possuíam a esperança de curarem-se da tuberculose sorvendo os ares supostamente benéficos da cidade. Em 1935 a cidade foi considerada pelo Decreto n.º 7007 de 12.03.1935 como "Estância Climática e Hidromineral Natural", (PEREIRA, 2009, p. 44) o que não impediu que a cidade, ao longo da segunda metade do século XX, tivesse um grande desenvolvimento demográfico e industrial.

Em 1973 a Fábrica de Louças "Santo Eugênio" encerrou suas atividades, um golpe para o setor de minerais não-metálicos na cidade. Em 1977, através da Lei Estadual n.º 1402, São José dos Campos deixava de ser, oficialmente, uma "Estância", para assumir de fato o caráter de ser uma das cidades mais industrializadas do Estado de São Paulo. (PEREIRA, 2009, p. 76)

Depois de mais de cinquenta anos de funcionamento ininterrupto, a documentação existente sobre a mão-de-obra da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" encontra-se parcialmente preservada no Arquivo Público Municipal de São José dos Campos (APM-SJC), perfazendo cerca de 4500 fichas com dados de trabalhadores. Tivemos a oportunidade de pesquisar o acervo destes trabalhadores para escrever nossa Dissertação de Mestrado

denominada *"A cidade, a fábrica e a juventude: a mão-de-obra juvenil na Fábrica de Louças "Santo Eugênio" e o contexto industrial de São José dos Campos-SP (1921-1973)"*, entre os anos de 2005 e 2009, cuja orientação foi realizada pela Prof.ª Dr.ª Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura.

Entretanto, durante o período de levantamento bibliográfico (2005-2006) que encetamos para a posterior análise histórica e escrita de nossa Dissertação, tivemos a oportunidade de conhecermos a então diretora do *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Cerâmica da Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro de São José dos Campos*, Sr.ª Luci Antunes, que gentilmente mostrou-nos fichas de trabalhadores sindicalizados da Fábrica de Louças "Santo Eugênio". Na ocasião, as fichas estavam destinadas ao descarte.

Frente a esta afirmação, perguntamos se poderíamos recolher as fichas para efetuarmos uma pesquisa, no que fomos gentilmente atendidos. A documentação recolhida estava em razoável estado de conservação. Em março de 2010, começamos a realizar tratamento arquivístico adequado em relação às fichas. Procedemos à retirada de grampos de metal, procedemos à higienização dos documentos, colamos dezenas de fotografias quase soltas, confeccionamos envelopes com papel alcalino, devidamente numerados (de 001 a 804) e individuais para cada ficha, e organizamos por ordem alfabética os documentos, acondicionando-os em quatro caixas "arquivo-morto" de polionda.

Todas as fichas foram cadastradas em uma planilha com os nomes de cada trabalhador, além do número da caixa e do envelope, para facilitar posterior pesquisa, além da redação de um texto historiográfico que continha detalhes do acervo organizado, para complementar a planilha com os dados dos trabalhadores, com o fim de realizar a doação do acervo, devidamente organizado, ao Arquivo Público de São José dos Campos.

A pesquisa historiográfica sobre a mão-de-obra composta por menores no ambiente fabril é um ramo de pesquisa que necessita de uma maior quantidade de trabalhos. Existem obstáculos diversos, tais como o acesso à documentação original. Porém, o historiador deve, também, criar condições para que tais pesquisas consigam atingir o público, tais como o trabalho que realizamos. O acervo das fichas de trabalhadores sindicalizados que recebeu o devido tratamento arquivístico foi entregue à Direção do Arquivo Público Municipal de São José dos Campos (APM-SJC) no dia 31 de Janeiro de 2011, segundo o Termo de Doação n.º 02/APM-SJC/2011.

Estudar particularidades da mão-de-obra de trabalhadores menores sindicalizados na Fábrica de Louças “Santo Eugênio”, primeira indústria considerada de “porte” em São José dos Campos é o objetivo do presente trabalho.

DEFINIÇÃO E ALGUNS CONFLITOS CAPITAL-TRABALHO NO BRASIL DO SÉCULO XX

Sobre a definição de Organização Sindical, José Albertino Rodrigues (1968) comenta:

> Organização sindical corresponde a uma tentativa formal e de cunho oficial, no sentido de levar uma ordem e um instituto à classe trabalhadora. (...) (RODRIGUES, 1968, pp. 4-5)

As questões de princípio de manter a “ordem” através de uma relação institucionalizada para os trabalhadores, através de uma Organização Sindical, não encontrava eco em boa parte do empresariado nacional no século XX. Fernando Henrique Cardoso (1971), em pesquisa realizada entre os anos de 1961 e 1962, aponta uma opinião anônima de um empresário sobre os sindicatos:

> Os sindicatos têm errado tal como os políticos erram. Há nos sindicatos a maior exploração demagógica possível. Os sindicatos nunca procuraram os industriais para resolver certos problemas relacionados com a valorização da pessoa humana, para discutir problemas que podem ser resolvidos em comum entre empregadores e empregados. Estão todos controlados por minorias, movidas por objetivos políticos que fazem do sindicato fonte de promoção e de luta de classes suicida. Os sindicatos nunca discutiram com os empresários uma série de questões que os industriais estão resolvendo sozinhos. (CARDOSO, 1971, p. 164)

Ao longo do século XX, os sindicatos procuraram fazer com que os trabalhadores fossem valorizados como "pessoa humana", pois vários deles, através do diálogo e de medidas, tais como a greve, provocaram aversão e desprezo por parte de muitos detentores do capital. No Brasil, a constituição legal de sindicatos foi possível após o advento do Decreto 979, de janeiro de 1903, para os trabalhadores rurais, e da aprovação do Decreto Legislativo n.º 1637, de 05.01.1907, que ampliou esse direito para todas as classes laborais. (CHIARELLI, 1974, p. 44)

Após sucessivos protestos e greves, os trabalhadores tiveram parte de suas reivindicações atendidas pelo Estado brasileiro para disciplinar em diversos aspectos a relação capital-trabalho, o que culminou, em plena ditadura varguista, na criação do Decreto-Lei n.º 5452, de 01.05.1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), cujas leis, segundo Rodrigues, "são mais conhecidas [pelos brasileiros] que a Constituição". (RODRIGUES, 1968, p. 95)

Entre 1947 a 1951, o período de desenvolvimento dos Sindicatos foi, segundo Rodrigues, relativamente estagnado, por causa de perseguições políticas pós-1945 e também por sucessivas intervenções governamentais, embora o salário mínimo tenha sido aumentado no final de 1951 de 360 para 1200 cruzeiros. O que deveria constituir-se como elevação de salários apreciável apenas tentava compensar o aumento do custo de vida do brasileiro, que se elevara em aproximadamente duas vezes. (RODRIGUES, 1968, pp. 130-131)

Em 1952, segundo o mesmo autor, inicia-se a "fase áurea" do sindicalismo brasileiro, pois os efetivos dos sindicatos sofreram "sensível incremento", possibilitando greves de grande envergadura nos anos de 1953, 1954 e 1957. (RODRIGUES, 1968, pp. 160-161), gerando um perceptível aumento do salário mínimo real, durante o período dos governos de Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1955-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) de aproximadamente cem por cento. (RODRIGUES, 1968, p. 178) Após

o Movimento Militar de 1964, foram criadas legislações para impedir greves e manifestações diversas dos Sindicatos, além da perseguição direta a trabalhadores sindicalizados, alguns deles acusados de subversão.

Dentro ou fora dos períodos de exceção dentro do Estado brasileiro, os sindicatos possuem o importante papel de ater-se às leis existentes, defendendo-as como guardiãs dos direitos dos trabalhadores, (RODRIGUES, 1968, p. 170) portanto, servindo de contraponto às vontades de seus empregadores, nem sempre interessados nos problemas da "pessoa humana", tal como afirmavam de forma aparentemente generosa na década de 60 do século passado.

O número médio de associados em um Sindicato na região Sudeste no período 1955-1963, segundo Rodrigues, era de 1200 trabalhadores. (RODRIGUES, 1968, p. 137). Portanto, a amostragem de 804 fichas de trabalhadores do Sindicato de São José dos Campos corresponde a 67% do total da média nacional do período apontado. Dessas 804 fichas, 108 correspondem a jovens entre 14 e 17 anos, correspondendo a 13,43%, uma média que julgamos apropriada como amostragem para o presente artigo.

ELEMENTOS DE TRABALHADORES MENORES SINDICALIZADOS

A Fábrica de Louças "Santo Eugênio", desde a sua fundação (1921), contou com trabalhadores menores dentre seus quadros. Após a feitura do trabalho de limpeza e organização do acervo, verificamos que ele contava 804 (oitocentas e quatro) fichas, sendo que 108 referiam-se a menores de idade, 13,43% do total, no período 1954-1973.

O *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Cerâmica, da Louça de Pó de Pedra, da Porcelana e da Louça de Barro de São José dos Campos*, também conhecido de forma popular como "Sindicato dos Ceramistas" foi fundado em 12 de junho de 1951, conforme informação de seu próprio brasão, e sua base territorial abrangia as cidades de São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá. Sua sede estava a menos de cinco minutos a pé da portaria

principal da Fábrica de Louças “Santo Eugênio”, na região central de São José dos Campos. Portanto, entre a fundação do Sindicato (1951) e a primeira baliza cronológica da documentação disponível (1954), existe uma lacuna de três anos:

Tabela 1 – Amostragem de Fichas de Jovens (1954-1973)

Fichas do Sindicato dos Ceramistas de São José dos Campos-SP (1954-1973) – por ano

1954	**2**	1955	**-**	1956	**0**	1957	**0**	1958	**0**	1959	**1**	1960	**0**	1961	**2**	1962	**-**	1963	**-**
1964	**-**	1965	**1**	1966	**1**	1967	**1**	1968	**3**	1969	**5**	1970	**16**	1971	**15**	1972	**38**	1973	**23**
Total	**108**																		

Na década de 60, os trabalhadores ligados ao ramo de minerais não-metálicos eram, na cidade de São José dos Campos, o terceiro grupo mais volumoso em relação à mão-de-obra. (MÜLLER, 1969, p. 137) Dos 108 menores de nossa pesquisa, 68 são do sexo feminino (62,96%) e 40 são do sexo masculino (37,04%). A maior incidência de menores do sexo feminino na Fábrica de Louças “Santo Eugênio” encontra correspondência em uma pesquisa efetuada por Esmeralda B. B. de Moura no final da década de 80 do século passado, na qual a autora aponta que aproximadamente 65% da mão-de-obra de algumas fábricas era composta de operárias. (MOURA, 1989, p. 84).

A média de idade dos menores contratados pela fábrica que tiveram suas fichas no Sindicato dos Ceramistas é de 16 anos e 209 dias. Apenas uma ficha indicou o jovem como “casado”, José F. C. S., de 15 anos (APM-SJC, caixa 1, env. 79) A porcentagem de jovens solteiros era, portanto, de 98,14%. Das 108 fichas, 96 indicaram que o jovem era alfabetizado; 12 não apresentaram quaisquer informações. Nenhum jovem trabalhador foi fichado como “não alfabetizado” ou “analfabeto”. Se considerarmos tão somente as 96 fichas que possuíram a informação “alfabetizado”, a porcentagem é de 88,88% do total, o que indica, no período 1954-1973, que os jovens joseenses possuíam acesso mínimo à escolarização básica oferecida na cidade.

A idade preferida para a contratação dos menores encontra-se a seguir:

Tabela 2 – Idade preferida para contratação (1954-1973)
Fichas do Sindicato dos Ceramistas de São José dos Campos-SP (1954-1973)

Anos	Quantidade de Jovens	% TOTAL
12	1	0,92
13	1	0,92
14	17	15,74
15	26	24,07
16	36	33,33
17	27	25,00
TOTAL	108	100,00

Também identificamos a faixa etária preferida para a contratação de jovens trabalhadores:

Tabela 3 – Idade preferida para contratação (1954-1973)
Fichas do Sindicato dos Ceramistas de São José dos Campos-SP (1954-1973) – por faixa etária

Faixa etária	Quantidade de Jovens	% TOTAL
12-13 anos	2	1,85
14-15 anos	43	39,82
16-17 anos	63	58,33
TOTAL	108	100,00

Portanto, a idade de 16 anos e a faixa etária de 16-17 anos constituíam-se nas preferidas da Fábrica de Louças Santo Eugênio para a contratação de jovens trabalhadores menores. Embora empregar menores da faixa etária de 12-13 anos fosse permitido tão somente quando o menor fosse um aprendiz, conforme o Decreto n.º 31.546, de 06.10.1952, (CAMPANHOLE & CAMPANHOLE, 1974, p. 126) as fichas do Sindicato não continham quaisquer informações de que os dois menores fossem mesmo aprendizes na Fábrica.

A contratação de menores como trabalhadores da Fábrica de Louças “Santo Eugênio” sofreu um *boom* na década de 70, justamente na década em que a fábrica não conseguiu manter-se em funcionamento, com 85,18% de presença na amostragem realizada:

Tabela 4 – Anos de maior incidência de contratações (1954-1973)
Fichas do Sindicato dos Ceramistas de São José dos Campos-SP (1954-1973)

Por décadas	Quantidade de Jovens	% TOTAL
Década de 50	3	2,77
Década de 60	13	12,03
Década de 70	92	85,18
TOTAL	108	100,00

Na década de 70, o ano em que menores foram contratados pela fábrica em maior quantidade, sendo posteriormente sindicalizados, foi 1972, com 38 trabalhadores. Isso encontra correspondência no clima otimista da economia brasileira em pleno "Milagre Econômico" ocorrido no período militar:

Tabela 5 – Incidência de contratações (1970-1973)
Fichas do Sindicato dos Ceramistas de São José dos Campos-SP (1954-1973)

Anos	Quantidade de Jovens	% TOTAL
1970	16	17,39
1971	15	16,30
1972	38	41,30
1973	23	25,00
TOTAL:	92	100,00

Os ritmos de produção da Fábrica de Louças "Santo Eugênio" podem ser identificados pela incidência de contratação de menores em determinados meses. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 6 – Meses de maiores quantidades de admissão de menores na fábrica (1954-1973)
Fichas do Sindicato dos Ceramistas de São José dos Campos-SP

Meses	Número de admitidos	% TOTAL
Janeiro	12	11,11
Fevereiro	6	5,55
Março	6	5,55
Abril	7	6,48
Maio	10	9,25
Junho	20	18,51
Julho	6	5,55
Agosto	4	3,70
Setembro	6	5,55
Outubro	15	13,88
Novembro	7	6,48
Dezembro	9	8,33
TOTAL	108	100,00

Existem três picos de admissão de menores à fábrica, e, portanto, de sindicalização dos mesmos: em janeiro, com 12 trabalhadores, em maio/junho, com 30, e em Outubro/Novembro/Dezembro, com 31 trabalhadores. Se a Fábrica desejasse manter os trabalhadores tão somente como empregados durante o chamado "período de experiência" – três meses – haveria uma reserva de mão-de-obra composta de menores disponível na fábrica durante o início, meados e o final do ano, portanto, condizente com a organização fabril de sempre disponibilizar a mão-de-obra durante os períodos de maior demanda do mercado consumidor.

Os locais de nascimento da mão-de-obra menor sindicalizada consta na tabela a seguir:

Tabela 7 – Locais de nascimento dos jovens trabalhadores (1954-1973)
Fichas do Sindicato dos Ceramistas de São José dos Campos-SP

Posição	Cidade	Número de jovens	% TOTAL
1	São José dos Campos	59	54,62
2	São Paulo	3	2,77
	Natividade da Serra	3	2,77
	Paraisópolis	3	2,77
3	Brasópolis	2	1,85
	Caçapava	2	1,85
	Paraibuna	2	1,85
	Outros	34	31,48
	Total	108	100,00

Tanto em nossa Dissertação de Mestrado defendida em 2009, tanto no presente artigo, o número de menores joseenses possui uma porcentagem bem maior do que de outras cidades, com uma porcentagem apreciável de jovens oriundos do Sul de Minas Gerais, sendo que os dados recolhidos anteriormente em nossa Dissertação indicam que 52,66% do total de trabalhadores era oriunda de São José dos Campos, uma diferença muito pequena ao da amostragem das fichas relacionadas ao Sindicato (54,62%).

Por outro lado, a historiografia que trata da industrialização em São José dos Campos trabalha com a noção de que a maioria da mão-de-obra fabril joseense era composta por migrantes. Acreditamos que tais afirmativas têm relação com a faixa etária adotada nos trabalhos de outros pesquisadores, os quais quase sempre não levam em consideração a mão-de-obra fabril composta por menores. Um exemplo desta concepção é a existência de uma pesquisa de Nice Lecocq Müller efetuada no início da década de 60:

> "(...) São José dos Campos se destaca acentuando-se seu caráter de 'cosmopolitismo', evidente pelo fato inicial de apenas 27% do total [da mão-de-obra] ser proveniente do próprio município". (MÜLLER, 1969, p. 101)

Segundo Müller, a cidade de São José dos Campos, de tão cosmopolita, chegava a ter bairros inteiros povoados por afluxos de migrantes, tais como os mineiros do bairro do Alto

da Ponte e os nordestinos da "Linha Velha" (MÜLLER, 1969, p. 289), que foi a primeira favela de São José dos Campos. (BONDESAN in PEREIRA, 2009, p. 116)

Outro exemplo deste alegado "cosmopolitismo" é a que encontramos na Dissertação de Mestrado de Léa Francesconi (1978), em dados obtidos por pesquisas realizadas em fábricas em Jacareí e São José dos Campos no ano de 1974:

> A participação da mão-de-obra migrante é sempre majoritária em todos os setores das indústrias de São José dos Campos e Jacareí. Sempre mais de 60% de pessoal de outros municípios participa da mão-de-obra, seja em indústrias "tradicionais", "intermediárias", "diversas". (FRANCESCONI, 1978, p. 63)

Por outro lado, a porcentagem superior a cinquenta por cento que encontramos da mão-de-obra local utilizada na Fábrica de Louças "Santo Eugênio" pode ser explicada pela grande quantidade de famílias de migrantes que vieram estabelecer-se em São José dos Campos a partir da década de 40 do século passado, devido ao incremento progressivo da industrialização na cidade, que acabaram gerando filhos que se tornaram joseenses. Também acrescentamos o fato de que possuímos acesso privilegiado a dados que não foram possíveis de serem pesquisados por Francesconi. Portanto, nem sempre as fábricas de São José dos Campos possuíram a sua mão-de-obra composta majoritariamente por migrantes, pois existe a exceção composta pelos menores trabalhadores.

Dentro da cidade de São José dos Campos, que se desenvolvia de forma desordenada na década de 70 como uma das conseqüências da massiva industrialização, verificamos quais os bairros que mais sediavam as moradias dos jovens trabalhadores:

Tabela 8 – Locais de moradia dos jovens trabalhadores (1954-1973) – São José dos Campos-SP
Fichas do Sindicato dos Ceramistas de São José dos Campos-SP

Posição	Bairro	Número de moradias	% TOTAL
1	Centro	10	9,25
	Jardim Paulista	10	9,25
2	Vila Maria	5	4,62
	Vila Piratininga	5	4,62
3	Vila Bandeirante	4	3,70
	Jardim da Granja	4	3,70
	Vila Progresso	4	3,70
4	Outros	55	50,95
5	Não especificado	11	10,21
	Total	108	100,00

A Fábrica de Louças "Santo Eugênio", como afirmado anteriormente, instalara-se no que é considerado o "Centro" de São José dos Campos, portanto, boa parte dos jovens, na ocasião, poderia ir trabalhar a pé ou de bicicleta sem quaisquer problemas. Os bairros do Jardim Paulista, Vila Maria, Vila Piratininga, Vila Bandeirante e Vila Progresso são próximos ao centro da cidade, portanto, também não apresentariam dificuldades de acesso dos jovens à fábrica. A única exceção a estas afirmativas é a presença de quatro jovens trabalhadores do Jardim da Granja, um bairro um pouco mais distante do Centro joseense, próximo à Rodovia Presidente Dutra, sentido Rio de Janeiro.

Os setores que os jovens mais eram requisitados para a utilização de sua mão-de-obra dentro da fábrica encontram-se abaixo:

Tabela 9 – Setores em que os jovens trabalhavam (1954-1973)
Fichas do Sindicato dos Ceramistas de São José dos Campos-SP

Setor	Quantidade de Jovens	% TOTAL
Pintura de louças	30	27,77
Serviços de escritório	17	15,74
Fabricação de louças	12	11,11
Mecânica em geral	3	2,77
Manufatura em madeira	2	1,85
Termos genéricos	2	1,85
Não especificado	42	38,89
TOTAL	66	61,11
TOTAL GERAL	108	100,00

Quarenta e dois jovens não tiveram a sua função especificada nas fichas do Sindicato, o que indica uma despersonalização do trabalhador, pois ter função específica na fábrica acrescenta valor, ainda que simbólico, ao trabalhador como profissional. Outros menores já eram registrados com suas funções específicas, tais como trabalhar em setores delicados na pintura de louças, ou em outros em que a força física era amplamente necessária, tais como empurrar carros repletos de matéria-prima pelos galpões da fábrica. (PEREIRA, 2009, p. 148) Esta questão entra em consonância com os escritos de Esmeralda B. B. de Moura, pois, segundo a autora, as menores do sexo feminino também eram destinadas a exercerem funções que exigiam força física, tais como a fabricação de louças, tarefas tipicamente masculinas. (MOURA, 1989, p. 91)

Portanto, sabermos quais as características do trabalho de menores em uma fábrica contribui para um maior conhecimento da dinâmica da mão-de-obra dentro de uma fábrica de produção tradicional, que era responsável por produzir bens de consumo dentro de uma cidade que deixava de ser considerada meramente uma "estância hidromineral" para transformar-se em uma das cidades mais industrializadas do Estado de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as anotações da Secretaria do Sindicato não primassem por registrar minudências, ou mesmo informações básicas como o salário inicial dos trabalhadores da Fábrica de Louças "Santo Eugênio", alguns elementos de quando os jovens trabalhadores foram demitidos puderam ser recuperados, inclusive ignorâncias quanto à geografia dos países vizinhos ao Brasil, em relação à menor Ana M. R. (APM-SJC, caixa 3, env. 489), a qual seria natural de "La Paz – Peru" [sic], a qual trabalhava no setor de "cobrança".

Em contraste a não registrar minudências, uma informação que possuía cuidadosos registros era o número de dependentes menores dos trabalhadores, tais como a família de A.

D. Coelho, que possuía nove filhos, nascidos entre 1954 e 1971, (APM-SJC, caixa 1, env. 105) ou se o trabalhador maior já havia completado de 10 anos de serviço à fábrica, o que, antes da Lei n.º 5107, de 13.09.1967, garantia-lhe a estabilidade por tempo de serviço, como foi o caso de Roberto A., que foi "admitido em 01 [de] Fevereiro de 1962, [sendo que] até 01 de Fevereiro de 1972 completou 10 anos." (APM-SJC, caixa 1, env. 29)

O laconismo era comum nas fichas que descreviam a demissão do jovem trabalhador, como nos casos de José F. C. S., "Demit.[ido] 30-6-72." (APM-SJC, caixa 1, env. 79), e de Julio C. R., "saiu em Maio de 1972", (APM-SJC, caixa 3, env. 461).

As fábricas de louças de São José dos Campos, fundadas principalmente a partir da iniciativa de membros da família de Eugênio Bonadio, foram fechadas ao longo da segunda metade do século XX, sendo que a última remanescente, a Cerâmica Weiss, encerrou as suas atividades em 1995. O Sindicato, apesar de possuir a partir de então poucos trabalhadores sindicalizados, não extinguiu-se: após reorganizações, mudou a sua denominação para *SINTRALOUÇAS – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerâmica, de Louça, de Pó de Pedra, de Porcelana, de Louça de Barro e da Louça Sanitária de São José dos Campos,* continuando a exercer as suas funções no mesmo endereço, tendo aumentado a sua base territorial para várias cidades paulistas situadas fora do Vale do Paraíba. (http://www.depacom.org.br/editais/dou/2009/dou_03_01_09_09.pdf. Acesso em 22.05.2011).

Nosso trabalho revelou-se proficiente, pois recuperamos do descarte uma documentação que estava destinada ao esquecimento, sendo que produzimos conhecimento histórico útil para entendermos as relações entre o Sindicato, a Fábrica e a dinâmica laboral de jovens trabalhadores em um estabelecimento industrial. Dessa forma, utilizando recursos de seu ofício, tais como a organização, sistematização e análise de dados, o historiador conseguirá, com o necessário comprometimento, trazer à luz elementos de um relevante passado esmaecido, agora redivivo.

(*) Doutorando em História Econômica (FFLCH-USP), sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDESAN, A. *São José de ontem e de hoje.* São José dos Campos : JAC Editora, 1996.

CAMPANHOLE, A. & CAMPANHOLE, H. L. *Manual trabalhista.* 8. ed. São Paulo : Editora Atlas, 1974.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil.* 2. ed. São Paulo : DIFEL, 1971.

CHIARELLI, C. A. G. *Teoria e prática do sindicalismo brasileiro.* São Paulo : Edições LTR, 1974.

FRANCESCONI, L. *A mão-de-obra ocupada na atividade industrial de São José dos Campos e Jacareí: movimentos migratórios e movimentos pendulares.* 1978. Dissertação de Mestrado (Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

MOURA, E. B. B. de. *"Além da indústria têxtil: o trabalho feminino em atividades 'masculinas' "*. In: Revista Brasileira de História, v. 9, n. 18, ago-set/1989.

MULLER, N. L. *O fato urbano na bacia do Paraíba – São Paulo*. Rio de Janeiro : Fundação IBGE, 1969.

PEREIRA, C. J. *A cidade, a fábrica e a juventude: a mão-de-obra juvenil na Fábrica de Louças "Santo Eugênio" e o contexto industrial de São José dos Campos-SP (1921-1973).* 2009. Dissertação de Mestrado (História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

RODRIGUES, J. A. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo : DIFEL, 1968.

O papel da estrutura produtiva e instituições no desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais: uma revisão teórica e crítica da literatura

Cristina Fróes de Borja Reis, doutoranda em Economia IE-UFRJ, titi.reis@ie.ufrj.br

Introdução

Durante a década de noventa, o processo de internacionalização produtiva e financeira engendrou novos arranjos econômicos e políticos no sistema capitalista internacional. Muitos países em desenvolvimento, devido ao crescimento da demanda por matérias-primas e alimentos e ao aumento dos preços relativos, passam por reestruturação produtiva e de inserção internacional, direcionando-as para setores primários. Este movimento se faz sentir também na economia brasileira – e tende a crescer com a produção de petróleo do Pré-Sal. Diante deste contexto, houve o retorno do antigo e extenso debate sobre as relações entre desenvolvimento econômico e recursos naturais (RN).

Revisões deste debate são habituais em teses, livros e artigos sobre o tema,[1] mas apesar da variedade de abordagens, heterodoxas ou ortodoxas, propõe-se que nelas se distinguem duas esferas mais importantes para explicar as diferenças nos caminhos do desenvolvimento liderado por RN: 1) regime macroeconômico e estrutura produtiva; 2) instituições e economia política. O primeiro grupo compreende os trabalhos que enfatizam o regime cambial, destacando a doença holandesa[2], políticas monetárias e fiscais destacam aspectos do regime macroeconômico para compreender a trajetória de desenvolvimento. Explicações baseadas no tipo de especialização produtiva, seus efeitos de encadeamento, custos afundados, inovações e ganhos de produtividade e modernização agrícola estão incluídas no grupo que enfatiza a mudança estrutural. O segundo grupo inclui os estudos sobre instituições – tanto os que as tomam como um fenômeno constituído no plano individual, quanto social - destacam a importância dos direitos de propriedade, aspectos educacionais e culturais de uma sociedade. Por fim, a discussão sobre economia política contempla os textos que focam o conflito de interesses entre o setor de RN e os outros setores da economia, as relações políticas nos e entre Estados, as lutas de classes derivadas da estrutura produtiva, e problemas de *rent-seeking* e governança. Como essas esferas estão inter-relacionadas, em geral são tratadas em conjunto, recebendo maior ou menor ênfase de acordo com a metodologia de análise seguida por cada autor.

[1] O expediente mais comum é dividir a literatura em subtópicos, seguindo diferentes lógicas de classificação. Por exemplo, Lederman e Maloney (2008) classificam a literatura por tipo de razão explicativa para a maldição de RN: a) declínio dos termos de troca; b) baixa acumulação de capital físico e humano, baixo crescimento da produtividade e efeitos colaterais da produção no setor de recursos naturais, c) doença holandesa; d) fraqueza institucional relacionada ao fato de os detentores dos meios de produção no setor de recursos naturais dominarem o cenário político. Rocha (2011) opta por dividir a literatura pelo tipo de canal de transmissão, separando em a) taxa de câmbio real, b) instituições, c) capital humano, d) especialização das exportações. Di John (2009) classifica a literatura em teorias: a) estruturalista; b) dependência; c) teorias Marxistas do imperialismo; d) doença holandesa; e) miopia dos tomadores de decisão do Estado; f) falhas nas políticas/instituições.

[2] "A síndrome da "doença holandesa" deriva do fato de que a descoberta de uma fonte extraordinária e súbita de recurso natural leva a um excedente em transações correntes e a uma taxa de câmbio real incompatível com a preservação da estrutura produtiva pré-existente."(MEDEIROS, 2008, p.3).

A partir da análise crítica das abordagens dos dois grupos supracitados, defende-se uma abordagem heterodoxa, dinâmica e complexa, histórica e estruturalista, enfatizando o ponto de vista da produção para investigar o desenvolvimento baseado em recursos naturais. Partindo da perspectiva de poder e riqueza, admite-se que as diferentes rotas de desenvolvimento são processos em que as instituições e a estrutura produtiva se inter-relacionam continuamente. Essa relação é impactada pelas condições materiais e espaciais, pelas capacidades tecnológicas e pelos interesses externos, formatando, assim, a distribuição de renda, a economia política e as políticas econômicas e industriais do país.

A revisão crítica do pensamento econômico sobre desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais é realizada em três seções. Na primeira, introduzem-se as diferentes escolas do pensamento econômico sobre especialização em RN anteriores a II Guerra Mundial: teoria clássica, teoria "protecionista", teoria do imperialismo e *staple theory*. Rever estas escolas é interessante porque vários de seus elementos são recuperados no debate posterior sobre o tema. Na segunda seção, examina-se a literatura sobre instituições e economia política, contrastando a visão individualista da Nova Economia Institucional com a abordagem que analisa as instituições como uma construção social. Finalmente, a terceira seção apresenta a teoria do desenvolvimento, a teoria "matério-espacial" e as abordagens heterodoxas mais recentes sobre as relações entre estrutura produtiva e desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais.

Seção 1. As diferentes abordagens sobre o papel das dotações iniciais no pensamento econômico do pré-guerra

Desde o surgimento da Economia Política, existe a ideia de que as dotações iniciais de recursos formatam as economias locais – sua estrutura produtiva e relações sociais. Em *"A Riqueza das Nações",* Smith (1983 [1776]) afirma que as vantagens absolutas em dotações de recursos – terra, capital e trabalho – podem levar a um "caminho natural" de desenvolvimento, que seria destinar a maior parte do capital primeiramente à agricultura, em seguida à manufatura e finalmente ao comércio internacional. No entanto, o autor também aponta que nos Estados modernos da Europa este caminho tinha sido revertido, pois o comércio internacional introduziu as manufaturas, e ambos levaram à modernização agrícola. Nos dois casos, o processo de mudança estrutural e modernização do conjunto da economia estão presentes, mas em direções opostas, condicionadas à história econômica de cada região.

No caso do "caminho natural", a dotação de recursos naturais (RN) relacionada ao fator "terra" dos países é uma das principais razões explicativas para o padrão de comércio internacional e, consequentemente, para a riqueza e desenvolvimento econômico de uma região ou país. Na "hipótese clássica" os termos de comércio das atividades manufatureiras se elevariam *vis-à-vis* aos dos produtos primários no longo prazo, sob a premissa de rendimentos decrescentes na produção primária e crescentes na de manufaturas. A alocação de recursos através do livre mercado (*laissez faire*) levaria a um estado estacionário no qual os ganhos do progresso tecnológico na atividade manufatureira seriam distribuídos para

os países especializados em RN, que não teriam, portanto, necessidade de se industrializar (OCAMPO & PARRA, 2006).

Ricardo (1817) introduziu o conceito de vantagens comparativas, que apresenta, dadas as quantidades de fatores, "como até mesmo um país sem vantagem no custo absoluto internacional em qualquer indústria pode se beneficiar do comércio internacional pela especialização em indústrias em que é menos ruim".[3] Após o trabalho de Ricardo, o conceito de vantagens comparativas vem sendo lapidado, constituindo-se em um dos marcos da teoria neoclássica, sendo que o modelo neoclássico Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS) é o arcabouço teórico adotado como principal referência na teoria do comércio internacional. Por detrás de suas fortes premissas sobre o funcionamento dos mercados, tal como a mobilidade perfeita dos fatores e a transferência de tecnologia, reside o princípio de escassez e da substituição (direta e indireta). O primeiro assume que os fatores produtivos são escassos, e o segundo sustenta a existência de uma relação inversa entre o preço relativo e a quantidade relativa demandada de um fator produtivo. O modelo HOS também assume uma natureza exógena de dotações e da disponibilidade de múltiplos métodos de produção com rendimentos constantes à escala. Estas suposições implicam que a economia está produzindo com produtos marginais decrescentes em relação a cada fator. Os preços dos fatores são proporcionais à sua produtividade marginal e há uma tendência para utilização plena das dotações (CESARATTO & SERRANO, 2002). A conclusão geral do HOS é que o equilíbrio eficiente surge quando as regiões e/ ou países se especializam na atividade em que têm vantagens comparativas relativas em termos de custos de fatores produtivos. Então, quando um país é abundante em RN, e tem vantagem comparativa em relação a parceiros comerciais, o melhor resultado econômico é a especialização no produto relacionado àquela vantagem. E a recomendação normativa dos modelos HOS é o livre comércio.

Ainda no século XIX, outros teóricos de economia política como Alexander Hamilton e Friedrich List recomendavam algo bem diferente para o desenvolvimento das economias retardatárias. Na opinião deles, escalar a escada do desenvolvimento requer o progresso industrial. Estes conselheiros de governo exerceram influência, respectivamente, nos Estados em ascensão EUA e Alemanha, nações que naquele momento estavam ascendendo para o grupo das grandes potências no mundo. Favoráveis à proteção da indústria nascente nacional (e, logo, avessos à teoria das vantagens comparativas), consideravam que o livre comércio não era uma opção adequada em caso de competição internacional entre economias em diferentes etapas do desenvolvimento. Por considerar a indústria manufatureira como a fonte da riqueza e poder de uma nação, defendiam seu estímulo e proteção por meio das políticas comerciais e industriais do Estado. Paralelamente, a teoria do imperialismo atentou para as diferenças no desenvolvimento de países centrais e periféricos determinadas pela divisão internacional do trabalho desde um ponto de vista marxista. Entre seus principais autores, Hilferding (1985) e Bukharin (1984) incorporaram a importância das novas relações entre os estados para a acumulação de capital, destacando o protecionismo e a dinâmica do capital financeiro, que se refletiam na expansão das potências europeias para novos países (FIORI, 1999). Tal expansão motivava-

[3] CHANG, 2009, p. 489.

se pela busca de mercados consumidores dos bens, tecnologia e capitais que alavancavam o crescimento real das economias centrais, mas muito mais pela busca de mercados fornecedores de RN que garantissem a reprodução de seus sistemas produtivos, afinal a teoria e práxis do imperialismo se tratava do controle sobre matérias primas e não do mercado de consumo raquítico de países latinos ou africanos daquele tempo.

Mais tarde, muitos estudos sobre o desenvolvimento de ex-colônias ou domínios surgiram, dentre os quais a *staple theory*, que investiga as economias primárias focando três aspectos. Primeiro, os atributos materiais da natureza da região que levaram à produção de determinado RN; segundo, o espaço entre o local de extração e o de consumo; e terceiro, a natureza e o propósito das tecnologias de produção, transporte e militar da economia que criam demanda para o recurso extraído (BUNKER & CICCANTELL, 2004, p. 36). Por exemplo, Innis (1933) argumenta que o caminho do desenvolvimento canadense esteve profundamente relacionado à natureza de suas *commodities* (produtos agrícolas, peixes, minerais, couro), e a forma em que serviram aos interesses do comércio internacional. O autor demonstrou que a integração do Canadá na economia mundial foi formada pelas necessidades materiais das grandes potências enquanto elas lutavam pela própria expansão econômica e militar.

Portanto, os quatro diferentes raciocínios sobre a importância das dotações iniciais de recursos naturais na literatura anterior à II Guerra Mundial se deram em diferentes contextos analíticos e premissas, chegando assim a distintas conclusões positivas e normativas. Simplificadamente, a "teoria das vantagens comparativas" defende que a especialização em recursos naturais leva ao desenvolvimento; a "teoria protecionista" acredita que esta especialização perpetua o atraso, somente superável por políticas de proteção industrial; a "teoria do imperialismo" conclui que a especialização serve aos interesses das nações industriais e bloqueia o desenvolvimento; finalmente, a "teoria dos staples" toma a especialização como uma possível oportunidade para o desenvolvimento, dependendo do tipo do bem, do ambiente institucional, dos efeitos de encadeamento, das relações exteriores etc.

Seção 2. Instituições e economia política

Atualmente, a abordagem predominante no debate sobre o papel de instituições em desenvolvimento econômico liderado por RN está enraizada na nova economia institucional (NEI). A NEI revisita a teoria neoclássica, incluindo o modelo HOS de vantagens comparativas, mas reconhece a existência de custos de transação (ausente no quadro neoclássico tradicional). Sendo assim, entende que as instituições e a abordagem histórica são de grande importância para determinar o comportamento dos agentes.[4] Define-se instituições como "as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, as restrições elaboradas pelos agentes que formatam a interação humana" (NORTH, 1990, p. 3). Este conceito, por um lado, assume que instituições são criadas pelos agentes - sendo, portanto, dependentes da racionalidade individual dos mesmos. Por outro lado, assume que as instituições são restrições ao comportamento humano e que seus efeitos na economia se dão através de incentivos. Para essa abordagem, as instituições diferem de uma

[4] Ver ACEMOGLU & ROBINSON (2008), ACEMOGLU, JOHNSON E ROBINSON (2001), SEN (2000) etc.

sociedade para outra devido a três razões principais. Em primeiro lugar, devido às diferenças nos processos de tomada de decisões coletivas. Em segundo lugar, as instituições variam entre sociedades devido a aspectos econômicos relacionados à garantia de direitos de propriedade, barreiras à entrada, e o conjunto dos contratos disponíveis para empresários. Finalmente, as instituições funcionam diferentemente em cada ambiente (ACEMOGLU & ROBINSON, 2008).

A instituição mais importante relacionada ao desenvolvimento econômico, ainda de acordo com a NEI, são os direitos de propriedade. Este argumento está baseado no dilema da "tragédia dos comuns" (HARDIN, 1968). O dilema afirma que, numa dada situação, decisões de interesse pessoal de diferentes indivíduos vão, por fim, levar à redução de um recurso limitado compartilhado, mesmo se isso não for desejado por ninguém da comunidade. Logo, são necessários direitos de propriedade bem definidos para evitar externalidades negativas em atividades econômicas. E a intervenção do Estado deve abranger estruturas legais e judiciais para reparação de danos decorrentes de externalidades. Para entender a caracterização que a NEI realiza do Estado em economias especializadas em recursos naturais, é importante compreender a sua noção de renda, tomada como os ganhos extras sobre atividades não produtivas.[5] Um rentista é um agente que não participa na produção, mas tira proveito desta. Logo, Estado rentista[6] é aquele que se constitui no principal destinatário da renda auferida em forma de receitas externas à produção da economia. Segundo essa visão, o fluxo monetário da economia de um Estado rentista é dominado pelas rendas – ou pelo aluguel ou concessão do acesso a recursos naturais -, em vez de por empresas produtivas. Estados rentistas surgem nas economias de recursos naturais abundantes porque suas receitas constroem uma base fiscal suficiente que reduz a necessidade de tributar cidadãos, reduzindo seu poder de barganha política, e fortalecendo as elites que controlam RN.[7] Em estados minerais esta tendência é mais aguda porque em geral suas rendas advêm de RN do tipo "ponto" – concentrados em grandes propriedades. Logo, a base fiscal do governo está apoiada em uma pequena porção da sociedade, que pode exercer influência

[5] Na Economia Política clássica, em poucas palavras, a renda era definida como o excedente que sobrava após todos os custos de produção terem sido remunerados, portanto advém da atividade produtiva. A definição de Smith para renda diz respeito à produtividade absoluta da terra, enquanto Ricardo define renda como ''that portion of the produce of the earth, which is paid to the landlord for the use of the original and indestructible powers of the soil'' (RICARDO, 1817, p. 91 *apud* CICANTELL & SMITH, 2004, p. 3). Na análise marxista, há três formas de renda apropriada pela classe dos proprietários. A primeira é a renda diferencial (equivalente à concepção inicial de Ricardo sobre aluguel – RDI) é o excedente dos lucros advindos dos meios de produção arrendados. A segunda renda diferencial (RDII) é a quantidade daquele resultado de investimentos por arrendatários capitalistas que surge de aumentos na produtividade. A terceira é a renda absoluta, que tem dois componentes. O primeiro é determinado, em menor grau, pela disposição dos compradores e capacidade de pagar – e não pelo preço de produção ou pelo valor da *commodity*. Em maior grau, pela renda absoluta advinda da menor composição orgânica do capital na agricultura em relação à indústria: ''rent, then, forms a portion of the value, or, more specifically, surplus-value, of commodities, and instead of falling into the lap of the capitalists, who have extracted it from their labourers, it falls to the share of the landlords, who extract it from the capitalists'' (MARX, 1967, p. 771 *apud* CICANTELL & SMITH, 2004, p. 6).

[6] O conceito de Estado rentista foi popularizado por Mahdavy (1970) ao discutir sobre a revolução iraniana. "Rent-seeking broadly can be interpreted as activities that seek to create, maintain, or change the rights and institutions on which particular rents are based. Rents refers to excess incomes", or the "proportion of earnings in excess of the minimum amount needed to attract a worker to accept a particular job or a firm to enter a particular industry" (MILGROM E ROBERTS, 1992, p. 269, *apud* DI JOHN, 2009, p. 90).

[7] Estados fracos podem ser derivados da dependência à rendas externas devido a três principais razões: custos de transação (é mais difícil mudar coisas e políticas relacionadas ao setor), poder de barganha (dos agentes que controlam o setor de RN) e taxas de desconto (elas são muito altas e impedem investimentos de longo prazo que provocariam conflito social).

assimétrica sobre ele. Além disso, as receitas governamentais tendem depender cada vez mais das receitas de RN, de modo que as políticas públicas se tornam tendenciosas para manter o sistema produtivo real operando o modelo e vigor. Consequentemente, novas atividades econômicas são impedidas.

O grau de dependência às rendas dos RN de países especializados na produção primária depende dos preços e da demanda internacionais pelas *commodities*. Karl (1997) argumenta que preços internacionais favoráveis incentivam mais exportações de RN, iniciando um processo de crescimento conduzido pela *commodity* em que se especializa a estrutura produtiva e as instituições, sendo que progressivamente as receitas do setor exportador passam a ser mais reguladas pelo governo. Assim, nessa visão, confiar em fontes externas de reservas promove fracos arranjos institucionais, gerando Estados rentistas e ineficientes na formulação de políticas econômicas e industriais (AUTY, 2001). A consequência geral da especialização em RN é induzir a consolidação de uma autoridade pública centralizada com excessivo intervencionismo estatal e políticas discricionárias, que levam a corrupção[8] e ao *rent-seeking*, restringindo o crescimento. Esse argumento é chamado "paradoxo da abundância" (KARL, 1997). Além disso, as fracas instituições e as disputas pela propriedade de RN aumentam a propensão ao conflito nesses países (COLLIER, 2008, e outros).

A perspectiva neoclássica sobre instituições merece várias críticas. Em primeiro lugar, há o problema da medida. Embora tratado como um conceito homogêneo e tangível, na verdade, direito de propriedade inclui diversas formas de instituições.[9] Aliás, não há consenso sobre a definição de instituições, que se distinguem em formas [10] e funções.[11] Uma instituição pode realizar várias funções; e diversas instituições podem realizar a mesma função. E ainda, cada país pode utilizar as instituições em diferentes funções. Ressalta-se que instituições não somente mudam, mas também adquirem distintos graus de importância em cada tempo e espaço (CHANG, 2006).

Em segundo lugar, a metodologia da NEI é baseada em abordagens simples para analisar combinações complexas de instituições (EVANS, 2006). A NEI não considera muitos aspectos estruturais devido ao seu individualismo metodológico, no qual as instituições são vistas principalmente como formas de especificação dos incentivos perante os quais indivíduos se deparam (e realizam suas escolhas maximizadoras, considerando que o método se baseia na racionalidade instrumental). Portanto, tal como Di John (2009) ressalta, o processo de interação social é modelado como um processo de barganha de poder entre indivíduos, excluindo qualquer forma de poder organizacional ou coletivo da análise. Afinal, as instituições não apenas especificam incentivos, também configuram "uma distribuição historicamente

[8] "Corruption is commonly defined as the violation of formal rules of governing the allocation of public resources by officials in response to offers of financial gain or political support (DI JOHN, 2009, pp. 91-92).
[9] Tal como "land law, urban planning law, tax law, inheritance law, contract law, company law, bankruptcy law, intellectual property rights law, and customs regarding common property, to name only the most important ones" (CHANG, 2007, p. 43).
[10] "E.g., democracy, independent judiciary, absence of state ownership" (CHANG, 2006, p. 3).
[11] "E.g., rule of law, respect for private property, enforceability of contracts, maintenance of price stability, the restraint on corruption" (CHANG, 2006, p. 3).

específica de controle e autoridade sobre ativos".[12] Essa natureza política da determinação de direitos e da criação de rendas[13] é crucial para a compreensão do processo de desenvolvimento, considerando a afirmação de Chang (2006) de que três funções de instituições são mais importantes na promoção de desenvolvimento econômico: coordenação e administração, aprendizagem e inovação, redistribuição de renda e coesão social.

A terceira crítica se dirige a ideia da NEI de que direitos de propriedade devem ser claros e bem definidos para estruturar incentivos para investimentos - o "mistério do capital" nas palavras de De Soto (2000). A relação positiva entre direitos de propriedade e desenvolvimento econômico não é clara na História, muitas vezes revelando-se negativa. Marx defendeu que o sistema capitalista se move desrespeitando os direitos de propriedade (acumulação primitiva).[14] Além do mais, a noção de propriedade da NEI assume a existência de um partido legal – o Estado – para fazer valer e garantir o direito de propriedade. No entanto, no plano normativo a escola defende um Estado mínimo e regulatório, pois assume que a acumulação desejável é apenas privada, estabelecendo uma associação abstrata entre a livre iniciativa e o progresso econômico.[15] A regra não vale apenas para casos de falhas de mercado que levam o setor privado a não se apresentar, como certas atividades de exploração de RN.[16] Empresas estatais (EE)[17] são aceitas somente em caso de falhas de mercado tal como monopólios naturais; mercado financeiro incipiente ou incompleto (que não seria capaz de financiar/financiamento de operações de alto risco e/ou retornos de investimentos de longo prazo), externalidades positivas de bens públicos (em consumo e produção); distribuição de renda e promoção do bem-estar (CHANG, 2007). Critica-se esta recomendação de diversas formas. Primeiramente, a decisão de privatizar os recursos naturais envolve um julgamento ético-social, pois além de estar relacionada à apropriação das rendas de um bem proveniente da natureza, a propriedade dos mesmos interfere na distribuição de riqueza e poder da sociedade. Segundo, essa atividade pode significar um importante marco na trajetória de desenvolvimento de um país, com benefícios para todos os cidadãos, como a exploração de cobre no Chile. Terceiro, há muitas questões ambientais relacionadas à exploração de

[12] DAHLMAN, 1980, 213-214, *apud* DI JOHN, 2009, p. 140.

[13] A definição de Smith para renda diz respeito à produtividade absoluta da terra, enquanto Ricardo define renda como ''that portion of the produce of the earth, which is paid to the landlord for the use of the original and indestructible powers of the soil'' (RICARDO, 1817, p. 91 *apud* CICANTELL & SMITH, 2004, p. 3).

[14] Medeiros (2001) elucida que as visões da teoria marxista e da NEI sobre instituições diferem no sentido de que para a primeira elas surgem em relações produtivas, e para a última, em relações de mercado.

[15] "[R]eduzir a ação positiva do Estado à defesa e promoção dos contratos e propriedade privada é não apenas extraordinariamente limitante como obscurece as relações centrais". (MEDEIROS, 2001, p. 91).

[16] Devido à "heavy exploration and development costs, heavy capital investment, market swings in commodity prices, competitive pressures from other producers, availability of experts and skilled services" (Chang, 2007, pp. 40).

[17] Argumentos neoclássicos contra empresas estatais são: a) efeitos *crowding-out* entre investimento público e privado, b) políticas industriais podem impedir competição e formar oligopólios do Estado (protecionismo estatal gerou encerramento industrial, concentração, e esgotamento do modelo de ISI) levando a muitos tipos de ineficiências, c) problemas de *rent-seeking* e má governaça, d) excedente no orçamento público é necessário para evitar dívidas e inflação. Críticas heterodoxas usuais a esses argumentos são, em primeiro lugar (para a)), na verdade *crowding in* é mais propenso a acontecer do que *crowding out* (REIS, 2011). Em segundo lugar (para b) e c)), normas regulamentares são mais centrais para desempenho de empresas do que de propriedade, de modo que se o governo é corrupto o Estado mínimo não vai impedir as questões de *rent-seeking* e má governação. Como Chang (2007) argumenta, se auto-interesse fosse a única motivação na ação humana, ambas empresas privadas e públicas enfrentariam muitos problemas comportamentais. Em terceiro lugar (para d)) é importante reconhecer que a seriedade da restrição orçamentária depende de regulação estatal (isto é, pode-se gerar alternativas como colocar investimentos fora de resultados orçamentários primários). Além disso, déficits não necessariamente aceleram a inflação e os problemas da dívida podem se resolver, em longo prazo.

RN, principalmente a qualidade do meio-ambiente no longo prazo. Finalmente, a forma como a produção e as vendas do setor estão estruturadas tem efeitos profundos sobre o regime macroeconômico (via taxa de câmbio), sobre a estrutura produtiva e distribuição de renda da economia (CHANG, 2007).

Resumido a questão dos direitos de propriedade, aqui se privilegia uma visão em que a constituição dos direitos deriva de uma interação de economia e política, considerando que a forma de definição e aplicação de um direito de propriedade influencia o desempenho econômico em dois sentidos principais. Por um lado, um direito de propriedade atribui direitos de posse a ativos valiosos e designa quem arca com seus custos e benefícios, estruturando os incentivos para o comportamento econômico. Por outro lado, determina os atores, a distribuição de posições nas relações de poder e controle de recursos da economia. O Estado é parte do conjunto de instituições que definem direitos; instituições privadas e públicas podem mediar essas questões a fim de reduzir a incerteza e subsidiar investimentos de altos custos afundados (BARHAM & COOMES, 2005). Em muitos países em desenvolvimento, "o Estado passa a investir pesadamente nestas indústrias extrativas, tanto diretamente através de agências estatais como indiretamente através da provisão de fundos e apoio especial para empresas quase-estatais".[18] As instituições públicas e privadas, incluindo financeiras, podem operar conjuntamente para produzir externalidades e efeitos de encadeamento e transbordamento positivos nas indústrias de RN rumo a uma mudança estrutural benéfica na economia.[19]

A quarta crítica destacada é em relação a concepção de Estado adotada na teoria neoclássica – tomado apenas como um resultado, desconsiderando seu caráter de agente de coalizões entre grupos de interesses. A visão do Estado rentista em economias minerais considera que a formação de privilégios é resultado das rendas extraordinárias do setor exportador, sendo que esta relação é mais complexa e reflexiva do que isso. Muitos grupos estão competindo por poder no Estado: trabalhadores *versus* proprietários de ativos privilegiados, diferentes facções de capital e grupos empresariais (DI JOHN, 2009); burocracia estatal *versus* novas coalizões; interesses capitalistas nacionais *versus* internacionais (BUKHARIN, 1917). Apesar de não se negar que problemas de *rent-seeking* e corrupção podem surgir em alguns países especializados em RN, este argumento não é o mecanismo causal mais significativo para compreender o atraso econômico. Além disso, não é verdade que economias especializadas em RN sempre estabelecem instituições fracas. Afinal houve situações históricas de descoberta de RN em que as instituições do Estado já estavam bem estabelecidas, como por exemplo, Austrália e Noruega. E ainda, a proteção do Estado a certos privilégios do setor exportador nacional pode ser útil para promover inovação e progresso técnico domésticos, gerando efeitos de transbordamento sobre a produtividade geral da economia, embora seja difícil encontrar o equilíbrio ideal entre ganhos e danos para o restante da população (KAHN, 2000).[20] No plano normativo, para economistas conservadores, o Estado deve desempenhar um papel facilitador de contribuir para o

[18] BARHAM & COOMES, 2005, p. 176.
[19] Há muitos exemplos de eficientes EEs, como Singapore Airlines, transporte Bombay, Embraer, Renault, POSCO.
[20] Wright & Czelusta (2003) mostram que a exploração mineral nos EUA foi importante para gerar desenvolvimento, principalmente devido a seus efeitos positivos em capacidades tecnológicas e aprendizado coletivo. Di John (2009) argumenta que as políticas do Estado venezuelano foram tão variadas ao longo da história que não é possível afirmar que abundância em petróleo leva a específico tipo de desenvolvimento/ estratégia industrial.

aumento da produtividade do setor privado, eventualmente promovendo redução da pobreza e distribuição de renda. Diferentemente, na visão progressista, o Estado deve projetar e implementar investimentos e políticas tecnológicas, produtivas e institucionais que dão centralidade para assuntos ocupacionais, abrindo possibilidades de distribuição por meio de aumentos de salários e produtividade, superação de subemprego, e elevação do nível educacional (MYRDAL, 1960).

Finalmente, a quinta crítica geral à abordagem da NEI para instituições é o estabelecimento de uma relação unívoca entre instituições e desenvolvimento econômico: boas instituições geram desenvolvimento. Porém, a causalidade entre eles não é determinável; são processos que se retroalimentam. As instituições estão continuamente mudando, assim como a estrutura produtiva. O desenvolvimento econômico pode ocasionar mudança institucional porque aumenta a demanda por instituições melhores, amplia a capacidade de custeá-las e destaca novos agentes/ grupos sociais transformadores na economia.

Considerando todas essas críticas, sustenta-se que o papel de instituições em desenvolvimento econômico deve considerar a reciprocidade na causalidade entre evolução material e mudanças institucionais dinâmicas. É importante examinar como as instituições evoluem e para qual direção interferem no funcionamento da economia, desde o ponto de partida de que a ação humana cria instituições, portanto elas são mais uma construção social, do que individual. A natureza entrelaçada da ação individual econômica gera estruturas que, embora sigam certas tendências ditadas por relações de poder,[21] não satisfazem os planos iniciais de uma dada pessoa (MEDEIROS, 2001). Alguns autores de abordagem estruturalista conciliam a análise de estrutura produtiva com o quadro institucional conforme dessa maneira, utilizando uma abordagem com método histórico para apontar como a formação das instituições está relacionada às esferas produtivas e distributivas da sociedade. Essa tradição, influenciada pela teoria do imperialismo, pela teoria do protecionismo e pela velha economia institucional, "difere da NEI em uma série de aspectos importantes (ver Rutherford, 1996; e Hodgson, 2000), destacando o fato de tomar as instituições não apenas como restrições sobre o comportamento pré-formado e imutável do indivíduo, mas por toma-las também como meios de formação dos próprios indivíduos" (CHANG, 2011, p. 14, tradução da autora).

Uma obra seminal é *A formação econômica da América Latina* (de Furtado, 2007 [1976]), que através de um método histórico e econômico investiga as estruturas criadas para atender os interesses dos conquistadores do continente - sua inserção na divisão internacional do trabalho como exportador de recursos naturais. Furtado examina mudanças estruturais, particularmente reformas agrárias, mostrando a evolução paralela da estrutura e instituições relacionadas à distribuição e produção de renda social. Outro exemplo é Thorp & Bertram (1978), que foca no desempenho do setor de recursos naturais, o papel do investimento externo, a autonomia do Estado para o lançamento de políticas econômicas, as relações entre eventos econômicos e políticas econômicas e, finalmente, as forças de industrialização, seus obstáculos e a distribuição de renda no desenvolvimento peruano. Da mesma forma que Furtado, os autores demostram

[21] Segundo Wright Mills (1956) as mais importantes instituições de poder são a econômica, a política e a militar – e depois destas, vêm educação, religião e família.

como a evolução do sistema produtivo baseado na produção primária condicionou e foi condicionada pelos movimentos nacionalistas, o surgimento de novas classes sociais e seus interesses, o processo de urbanização e outros fatores que moldam o ambiente institucional de uma sociedade. Por sua vez, Senghaas (1985) realça que em trajetórias de sucesso de desenvolvimento econômico liderado por RN, a distribuição *a priori* de ativos foi um mecanismo-chave para distribuir poder, o que implicou em uma configuração de poder que elegeu políticas públicas interessantes para o progresso da estrutura produtiva desses países.

Esses autores estão mais interessados na dinâmica complexa entre as instituições e estruturas da economia política ao longo do tempo. Demonstram que as instituições impactam relações Estado-sociedade, o comportamento burocrático e a formação do Estado. A oferta de instituições, em geral, depende de como elites nacionais e internacionais cooperam e/ou competem para formar o Estado de um país especializado em RN. Mais ainda, os interesses de poder e riqueza nos mercados internacionais têm um grande peso sobre as decisões sobre o regime macroeconômico e sobre a estrutura produtiva da economia abundante e/ ou especializada em RN devido à natureza estratégica dos produtos alimentares e matérias-primas.[22] Essa é uma das principais razões por que a economia política de RN deve investigar as relações estratégicas entre centros de poder, processos internos de formação de poder e lutas de interesses em sua base, especialmente relacionadas à alocação de receitas. A pressão de grandes empresas nacionais e multinacionais que exploram recursos de um dado país e seu poder de mercado são fatores que configuram as instituições e a coalizão de poder que sustenta o Estado e sua burocracia. Trata-se de reconhecer que a economia global é realizada localmente através de estruturas sociais e comportamentos de agência que se desenrolam no seu interior e são moldadas pelas particularidades materiais. Assim, uma análise da periferia exige atenção aos processos de realização global em esferas locais.

Na próxima seção se explora o debate sobre o processo de mudança estrutural e regime macroeconômico, procurando destacar como está imbricado com o processo de mudança institucional e a economia política nas trajetórias de desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais.

Seção 3. Regime macroeconômico e estrutura produtiva.

A literatura estruturalista sobre desenvolvimento econômico em geral está assentada no conceito chave de mudança estrutural: um processo que reconfigura a estrutura produtiva da economia, apoiado por transformações tecnológicas, institucionais e políticas, como as reformas agrárias, comerciais e industriais, e também pelo regime macroeconômico.[23] Podem-se destacar alguns aspectos mais relevantes para compreender a dinâmica produtiva e de mudança estrutural relacionada ao desenvolvimento econômico:

[22] Em todo o mundo, a *commodity* mais importante é o petróleo, devido a seus usos militares e industriais. Petróleo é um bem publico com um caráter estratégico de proporcionar segurança energética, de modo que dominar a produção e distribuição de petróleo é uma preocupação chave das maiores potências do mundo (PUYANA, 2011).

[23] "This definition is strictly economic in the sense it sees the accumulation of productive forces as the motor of economic development because it enables the raise of the wages level, which would enable social and political development of people" (REIS, 2011, p.78).

ciclos, inovações e efeitos de encadeamento; custos afundados; e modernização agrícola e elevação da produtividade no setor exportador e não-exportador.

O conceito "dinâmica da estrutura produtiva" se refere ao funcionamento e evolução dos setores que constituem a produção total, suas inter e intra-relações, estruturas de mercado, mercados de fatores e instituições que sustentam toda a estrutura produtiva (OCAMPO, 2007). Segundo Kaldor (1966) a industrialização direcionada aos setores intensivos em capital e tecnologia[24] é o motor central da dinâmica de uma economia. Os longos ciclos capitalistas internacionais[25] envolvem novas dinâmicas financeiras e tecnológicas ensejadas por economias líderes, que desafiam as outras a reproduzir a mudança estrutural ou promover integração ao sistema para não ficar à margem. Para Senghaas (1985), as reações de cada economia estão condicionadas ao seu grau de desenvolvimento corrente em dado momento (especialmente em termos de modernização na agricultura), ao tamanho de sua população, e às suas estratégias econômicas – associativas ou dissociativas.[26]

O cerne da mudança estrutural tecnológica está relacionado à criação e difusão de inovações em certas indústrias, que implementam novos processos produtivos de maior produtividade, podendo incorrer em efeitos de encadeamento (*linkages*) e processos de aprendizado que dinamizam o restante da estrutura produtiva. Define-se efeito de encadeamento como o desenvolvimento de cadeias de fornecimento de bens e serviços especializados, canais de mercado, organizações, e instituições que disseminam informação e proporcionam a comunicação entre agentes (OCAMPO, 2007, p. 19). Ao longo deste processo, instituições emergem para reduzir custos de transação e resolver falhas de coordenação. Os setores de recursos naturais apresentam quatro categorias de efeitos de encadeamento de produção em relação ao resto da economia (CICANTELL & SMITH, 2004): 1) produtiva para frente (*forward linkage*) relacionada à utilização de produtos de certo setor como insumos em outros setores; 2) produtiva para trás (*backward linkage*) relacionada à demanda por insumos; 3) fiscal; 4) demanda final – efeito multiplicador.

A exploração de RN em uma nação atrasada pode se revelar o ponto de partida para a criação de setores de tecnologia de ponta domésticos através principalmente dos efeitos de encadeamento, conforme afirmou Hirschman (1958). A recomendação geral desta visão é a criação de oportunidades para atividades empresariais em setores de vanguarda através de incentivos à iniciativa privada e de investimento estatal. De acordo com essa linha de pensamento, o Estado deve focar seus esforços de investimento e desenvolvimento em setores que potencializam os efeitos de encadeamento, estimulando a criação e a produção de outras indústrias e aumentando o consumo de produtos interno. A *staple theory* é talvez a escola de pensamento

[24] Muitos exemplos na história confirmam isso, como Finlândia, Malásia ou Coréia. "[W]hile the potential for related diversification should be exploited to the full, in the longer run there has to be a shift to unrelated diversification into technologically dynamic areas. Moreover, unrelated diversification is often necessary to maximize the scope for related diversification" (CHANG, 2007, p. 34).

[25] PEREZ, 2002.

[26] "An associative response means openly accepting the challenge and adapting to the superior economy through division of labour. This amounts to the free-trade position. (…) A dissociative strategy accepts he challenge by attempting to develop the domestic economic potential in the shelter of more or less far-reaching protectionist measures, international competitiveness not being the guiding criterion for development promotion" (SENGHAAS, 1985, p. 27).

econômico sobre o desenvolvimento que mais incorporou a noção de efeitos de encadeamento na análise.[27] Nesta perspectiva, a relação entre as condições naturais e o desenvolvimento da estrutura social e econômica dos países analisados – destacando o Canadá -, dependeu das particularidades das atividades extrativa, de processamento e consumo dos RN. A localização de um recurso impacta a aglomeração social e a logística do país, não se esquecendo de que a natureza e tamanho do mercado mundial para um dado RN é em última instância o árbitro para a decisão de "se, onde, e quando um determinado recurso natural é extraído" (CICANTELL & SMITH, 2004, p.8).

Todavia, algumas críticas à teoria dos efeitos de encadeamento devem ser colocadas, tanto como construção teórica, quanto prática – empenhada como base para o planejamento do desenvolvimento. Em primeiro lugar, como Bunker (1989) argumenta, indústrias encadeadas tendem a aglomerar-se geograficamente em volta do setor de ponta, gerando discrepâncias espaciais em um país. Isto porque poucas *linkages* emergem entre regiões em face de altos custos de transporte, de infraestrutura, e outros custos associados à dispersão geográfica das indústrias. Em segundo lugar, há casos nos quais as características específicas das matérias-primas impedem efeitos de transbordamento significativos. Em terceiro lugar, projetos econômicos para incentivar efeitos de encadeamento específicos podem ser superficiais, ignorando as peculiaridades da indústria e do mercado mundial, especialmente em termos de sua estrutura, economia, e política. Em quarto lugar, a teoria de Hirschman assume a existência de um Estado política e economicamente forte que em geral não se comprova em países em desenvolvimento.[28] Além disso, assume a racionalidade técnica de planejamento de desenvolvimento e de ação do Estado para executar esses planos, baseada na existência de um grupo de tecnocratas qualificados - o que não é confirmado na prática, denotando uma certa ingenuidade ao aspecto normativo das políticas relacionadas aos efeitos de encadeamento (CINCANTELL & SMITH, 2004).

Outro gênero de crítica é quanto aos fracos efeitos de encadeamento da produção primária. Rocha (2010) demonstra que em alguns casos (i) o setor de exportação de RN tem maior produtividade do que o setor voltado para o mercado interno; (ii) as exportações de RN proporcionam efeitos de transbordamento positivos para o setor doméstico; e (iii) sua produtividade e encadeamento para a economia são pelo menos tão elevados quanto aqueles fornecidos pelo setor de exportação de manufaturas. Isso contradiz o argumento comum na literatura ortodoxa e heterodoxa de que a especialização de RN é uma maldição para o desenvolvimento porque apresenta exíguas externalidades positivas.[29] Contudo, tanto autores heterodoxos quanto ortodoxos frequentemente assumem *a priori* que o setor primário tem baixos efeitos de encadeamento – ainda que não utilizasse necessariamente este termo. Furtado (1957) apontava tais baixos

[27] "The central concept of a staple theory, therefore, is the spread effects of the export sector – that is, the impact of export activity on the domestic economy and society" (Senghaas, 1985, p. 153).

[28] A respeito desse ponto, presume-se que o Estado tem "a considerable degree of relative autonomy of action from domestic social classes and class fractions and from transnational corporations, core states, and the capitalist world economy as a whole. The various state agencies and domestic classes and class fractions involved in development planning and implementation are also assumed to share some set of goals about the purpose of and means for these efforts" (CICANTELL & SMITH, 2004, p. 12).

[29] Por exemplo, de um lado os trabalhos estruturalistas de SINGER (1950) e HIRSCHMANN (1958), de outro a teoria da Nova Economia Institucional, como em SACHS & WARNER (1995).

efeitos como uma das razões para a heterogeneidade estrutural das economias latinas ricas em RN. Já a teoria neoclássica (revisitada, que assume custos de transação) considera que as exportações de RN geram poucas "externalidades positivas" para o restante da economia. No entanto, a história demonstra que há países que se desenvolveram com base em RN, como os EUA - onde inovações tecnológicas geradas em setores de RN promoveram efeitos de encadeamento e transbordamento positivos para o resto da economia. Mais além, Wright & Czelusta (2003) demonstra que nos EUA a abundância de recursos *per se* foi mais um resultado das capacidades tecnológicas do que de dotações iniciais. Ou seja, "abundância" e "especialização" são fenômenos que podem ter um significativo componente causal endógeno.

Além dos efeitos de transbordamento e das inovações, um dos mecanismos principais de mudança estrutural são os custos irrecuperáveis ou afundados.[30] Estes custos influenciam o comportamento do investimento das empresas, a organização, e o desempenho de indústrias extrativas de várias maneiras. Uma vez que geralmente os investimentos em indústrias extrativas são irreversíveis, eles marcam profundamente a trajetória de evolução da estrutura produtiva. Este fato já havia sido captado por Innis (1956), mas na abordagem materio-espacial as consequências dos custos afundados são mais enfatizados do que na *staple theory* ou nos modelos neoclássicos de mercados competitivos com mobilidade dos recursos. Assume-se que todos os quatro estágios básicos da atividade extrativa - descoberta e apropriação da matéria-prima, extração, processamento, e transporte - incorrem em custos afundados. Em primeiro lugar, as características físicas do investimento envolvem altos custos de instalação, especialmente nos setores de mineração e energia, em decorrência da elevada escala mínima de eficiência. Em segundo lugar, o investimento é específico e muitas vezes remoto, o que pode acrescentar mais custos afundados, até mesmo referentes à contratação de recursos humanos. Terceiro, os custos de transação são grandes; a transferência de um investimento implica certos custos que reduzem sua valorização líquida potencial. Finalmente, também é cara a manutenção de uma instalação, e, portanto, a preservação dos investimentos irrecuperáveis (BARHAM & COOMES, 2005).

Somando-se a essas interpretações de microeconomia estática, Barham & Coomes (2005) apontam elementos estratégicos dos custos irrecuperáveis na economia extrativa. Ao empreender custos irrecuperáveis as empresas incumbentes afirmam o compromisso de permanecer na indústria, constituindo assim barreiras à entrada e muitas vezes garantindo maior poder de mercado (habilitando-as a marcar preços mais altos e auferir lucros acima dos níveis competitivos). Tais custos também geram vantagens do tipo "primeiro a se mover", limitando ou detendo os futuros aderentes. Por fim, quando combinados com a incerteza sobre o futuro de fluxos de receita, custos irrecuperáveis podem levar a resultados de investimentos socialmente ineficientes. Em termos práticos, aqueles estão relacionados ao desenvolvimento

[30] "Sunk costs refer to those investments that, once undertaken, cannot be fully recovered through their transfer or sale. The ''irreversibility'' of investments is frequently viewed as resulting from their firm- or industry specific nature (Dixit, 1980; Spence, 1977). However, sunk costs can arise even when investments are transferable to other economic activities or sectors; such is the case where transfer costs make a certain portion of the value of the original investment essentially unrecoverable" (BARHAM & COOMES, 2005, p. 162).

da estrutura produtiva e à capacidade estratégica de indústrias extrativas dependerem de vários fatores competitivos, como quem domina as reservas principais, as vantagens das empresas multinacionais,[31] a dificuldade para permanecer competitivo (em tecnologias de descoberta, extração, e transporte, desenvolvimento de produtos, e marketing e distribuição) e a localização ou a jurisdição da empresa.

Os custos irrecuperáveis estão, também, bastante relacionados ao regime macroeconômico, principalmente à questão da doença holandesa nas economias exportadoras de produtos primários. Um *boom* (por aumento no preço ou na demanda) no setor exportador de RN atrai fluxos de capital e trabalho, que tende a apresentar maior discrepância entre o custo e o preço de seus produtos quanto maior forem as reservas dos recursos e mais inelástica a demanda. Os custos afundados incorridos na expansão da produção para novas áreas em geral são altos demais e demoram para se concretizar – conferindo maior vantagem para os produtores já estabelecidos no mercado. A tendência é de que a economia torne-se mais dependente do setor exportador de RN, e o efeito de seu crescimento sobre os outros setores é bastante desigual.[32] O aumento da renda do setor em geral leva a maiores gastos domésticos em bens e serviços não-transacionáveis – de cujos preços provavelmente se elevam, que passa m também a ser alternativas de reinvestimento do setor exportador. Por fim, a elevação dos preços do capital e trabalho tende a prejudicar os outros setores de bens comercializáveis. Se a taxa de crescimento das exportações não for mantida, o consumo crescente de importados e de produtos do setor não exportador doméstico não têm como se sustentar. Quanto maior o tempo de *boom*, mais profunda será a dependência da dinâmica da economia em relação ao setor de RN. E também, quanto maiores os custos irrecuperáveis, mais rígida é a estrutura da economia – e consequentemente mais vulnerável. Um exemplo perfeito para este processo é ascensão e queda do ciclo da borracha amazônica na Amazônia.

Por fim, destaca-se que as trajetórias bem-sucedidas de desenvolvimento econômico liderado por RN têm em comum um aumento notável na produtividade do setor de exportações. Tal aumento na produtividade gerou efeitos de encadeamento para outros setores da economia, extinguindo a dualidade tradicional. A modernização agrícola, sustentada por crescimento contínuo da produtividade, propiciou altos salários no setor de RN na Austrália, Canadá e Nova Zelândia, em contraste com Argentina, Brasil e África do Sul, por exemplo (SENGHAAS, 1985). Contudo, o crescimento da produtividade agrícola não é nem uma condição necessária, nem suficiente para industrializar; igualmente, o potencial favorável de efeitos de encadeamento no setor exportador de RN sobre outros setores não é uma condição necessária ou suficiente para desenvolvimento econômico. Afinal, aumentos na produtividade não necessariamente são originados por mais técnicas intensivas em capital, podem ser simplesmente um resultado do uso extensivo de fatores. Mais do que aumentar a produtividade, a modernização agrícola é um processo complexo que transforma as

[31] As vantagens se dão em termos de assimetrias de informações sobre mercados, tecnologias, e recursos; estabelecer posições iniciais de monopólio nas principais economias consumidoras; e passar a perna em Estados fracos para controlar regiões remotas, ás vezes com a ajuda de seu país de origem e instituições internacionais (BARHAM & COOMES, 2005, p. 172).
[32] BARHAM & COOMES, 2005, FURTADO, 2007.

estruturas sociais no campo, que estão relacionadas a contextos geográficos, institucionais e demográficos específicos.

O estudo de Senghaas (1985) sobre o desenvolvimento da Europa mostra que no caso dos países europeus pequenos e populosos, a modernização começou com as transformações nas relações feudais que desencadeou processos de aumento na produtividade agrícola rumo a técnicas intensivas em capital e elevação dos salários reais. Aqueles movimentos propiciaram o desenvolvimento do mercado interno e mais disponibilidade da força de trabalho para o setor de manufatura. Já no caso dos países europeus grandes e não populosos, houve mecanização inicial na agricultura com aumento da produtividade e dos salários reais, porque havia um limite para expandir a força de trabalho no campo. Essas limitações não aconteceram em muitas colônias europeias, onde a produtividade não verificou crescimento significativo. O autor realça que muitos casos bem sucedidos de desenvolvimento econômico contaram com uma distribuição *ex ante* de ativos – notadamente, reforma agrária - que foi crucial para permitir alto nível de salários, como é rapidamente revisado nos casos mencionados a seguir.

Na primeira metade do século XX, Finlândia, Noruega, Suécia e Dinamarca apresentavam as características de uma economia periférica. O desenvolvimento econômico teve raízes em dois elementos-chave: a distribuição equitativa de recursos naturais e o processo de industrialização. O primeiro elemento se traduziu na distribuição mais equitativa dos rendimentos das exportações de RN, permitindo uma dinâmica coesa de crescimento. A industrialização foi dirigida rumo à diversificação motivada pela demanda russa, alemã ou britânica. A modernização agrícola, o protecionismo tarifário e a provisão de infraestrutura pesada pelo Estado incentivaram a ISI. Posteriormente, os países escandinavos começaram a se especializar em nichos tecnológicos.[33] Em contraste, na mesma época Uruguai, Brasil e Argentina tiveram sistemas fundiários bem menos democráticos. Os grupos políticos principais, os comerciantes importadores e os proprietários de grandes fazendas compartilhavam dos interesses britânicos e, assim, as políticas estatais foram menos nacionalistas, não incorrendo na formação do investimento em infraestrutura e incentivos para a indústria como houve nos domínios temperados britânicos. Além do mais, as receitas de exportações dos países latinos foram redirecionadas para o consumo da elite de bens de luxo importados em vez de investimentos em atividades intensivas em capital (FURTADO, 1959). As economias latino-americanas viveram um modelo de *desarollo hacia fuera*, no qual setores intensivos em capital e tecnologia não tinham se fortalecido.[34] Na Escandinávia, a reorganização da propriedade propiciou um tipo de dinâmica econômica

[33] Notadamente, embora as principais exportações norueguesas fossem ferro, peixe e madeira, o país era tradicionalmente avançado em transporte marítimo, sendo o terceiro país mais importante no setor depois de Inglaterra e dos Estados Unidos às vésperas da I Guerra Mundial (SENGHAAS, 1985, p. 80).

[34] "[L]ocal capital tended to flow into the buying of land, the acquisition of large estates, and into British Banks. Long-term investment was discouraged in view of the opportunities for reaping short-term 'windfall-profits' through the import-export business. The industries were favoured by British capital. For example meat processing, remained a sort of *enclave* without broad-based linkage effects. Even the processing of by-products from abattoirs – potentially a local activity – took place initially not in Uruguay but Britain. Hides for example, were dried in Uruguay in order to be shipped to Europe. They were not processed into shoes in Uruguay, and all remaining leather processing was done also in Europe". (SENGHAAS, 1985, grifos do autor, p. 109)

e uma correspondente estratégia estatal que resultou em diversificação produtiva. Algumas décadas depois esses países mostraram níveis contrastantes de renda per capita, exportações e perfis produtivos.[35]

A análise institucional-estruturalista de Senghaas (1985) se combina com o argumento matério-espacial sobre desenvolvimento liderado por RN exatamente na questão da mudança estrutural – substituição da estrutura de crescimento liderado pelas exportações pelo desenvolvimento de mercados locais assentados em novos nichos tecnológicos, em geral através da intervenção do Estado. Na visão matério-espacial a chave que diferencia a transformação estrutural está na solução da contradição entre o aumento da escala produtiva e a elevação dos custos, especialmente relacionados à questão do espaço físico de produção. Investimentos em infraestrutura e para gerar ganhos de produtividade, associados a inovações tecnológicas, estão na raiz da solução a ser tomada pelo grupo de capitalistas/ empresários envolvidos e o Estado. Mas esta solução depende muito das instituições e dos interesses envolvidos, principalmente no que se refere à propriedade dos fatores no setor exportador e à apropriação de seu excedente.

Essas possibilidades de transformação são escassas no jogo de competição capitalista inter-estatal,[36] dependendo da resiliência dos parceiros comerciais e financeiros – em geral as potências do núcleo do sistema capitalista inter-estatal. A expansão material no ciclo de acumulação capitalista no pós guerra, centrada em investimentos diretos dos EUA, constituiu novas estruturas produtivas empresariais com base num processo de internacionalização dos custos de transação através de revoluções organizacionais em hierarquias gerenciais, incluindo a integração vertical. Economias de escala reduziram o custo da unidade de produção, uma condição importante para manter a competitividade e que implicou operar perto da capacidade produtiva total. A modernização de máquinas, equipamentos e infraestrutura exigiu acesso a fontes baratas e estáveis de matérias-primas, um dos elementos importantes de concorrência geopolítica entre os Estados avançados. Assim, a integração vertical, os processos de outsourcing e a construção das chamadas cadeia produtivas globais visaram não somente expandir o mercado para bens domésticos, mas especialmente reduzir os custos de transação da cadeia fornecedora, propiciando maior acumulação (O'HEARN, 2005). Ou seja, a expansão material verificada no novo ciclo de acumulação desde os anos cinquenta, com núcleo nos investimentos externos das multinacionais norte-americanas em manufaturas, constituíram a nova divisão internacional do trabalho preservando uma velha fórmula: estabelecer fontes diretas de matérias-primas e semi-fabricados que possibilitam economias de escala, ganhos de produtividade e aumento de excedentes.

[35] Além disso, Senghaas (1985) destaca que o desenvolvimento conduzido por RN é um projeto político fortemente relacionado ao grau de soberania nacional. Noruega, Luxemburgo, Austrália, Canadá e Nova Zelândia não se tornaram periferias no sistema devido a decisões políticas para estabelecer "national control over domestic resources and the demand for the mainly local processing of raw materials in order to secure for the national economy a larger share in the value added" (SENGHAAS, 1985, p. 42). No entanto, o autor omite o fato de que resposta doméstica para interesses externos não é simplesmente um assunto de comportamento nacionalista da elite. No caso dos países Escandinavos, a região é estratégica na placa geopolítica, de modo que esses países tiveram algum tipo de "poder de barganha" extra com seus fortes parceiros comerciais – Inglaterra e Rússia. E uma necessidade urgente das elites em cunhar força nacional a fim de garantir a sobrevivência desses países populosamente pequenos e rodeados por vizinhos fortes e muitas vezes hostis.

[36] FIORI, 2004.

Diante do novo cenário de globalização produtiva, a importância do regime macroeconômico[37] do país tornou-se ainda maior para compreender as trajetórias de desenvolvimento econômico liderado por RN. As exportações de recursos naturais (RN) afetam a taxa de câmbio e a entrada de moeda estrangeira, impactando o desenvolvimento econômico no longo prazo, o nível de emprego e a riqueza dos indivíduos. Em geral, economias exportadoras de RN enfrentam dependência externa e são vulneráveis à instabilidade no preço das *commodities* e na demanda de mercado. Esse resultado está muito relacionado ao tipo de regime macroeconômico seguido por cada país, que afeta direta e indiretamente a demanda agregada. No caso de economias muito dependentes do setor exportador, a demanda agregada se condiciona à volatilidade dos preços internacionais e dos fluxos de capitais internacionais. Os impactos dos mesmos sobre a dinâmica da economia dependem do regime cambial e do programa de gastos públicos. Em geral, em países pobres, o investimento público é pró-cíclico e o câmbio tende a se valorizar na medida em que aumentam as exportações e a entrada de divisas para o setor exportador de RN. Um elemento fundamental nesse cenário é a taxa de câmbio real, que afeta, entre outros, a estrutura produtiva e de salários da economia.

O regime macroeconômico é aqui analisado considerando as nuances de dois diferentes casos. Por um lado, o das economias relativamente diversificadas que sofrem mudanças na matriz produtiva após a descoberta ou disponibilidade de uma nova fonte de RN que se torna um produto importante das exportações. Por outro lado, o caso das economias de subsistência dependentes da exportação de produtos primários, que se encontram num estágio mais atrasado de diversificação produtiva. Conclui-se que tanto nos países que possuem uma base industrial prévia, quanto naqueles que não a possuem, a taxa de câmbio desempenha papel fundamental para o desenvolvimento da economia e diversificação da matriz produtiva. O câmbio real valorizado pode atuar como inibidor de atividades não exportadoras de recursos naturais, principalmente através de seus efeitos sobre a demanda agregada e o emprego. Independentemente do grau de diversificação da estrutura produtiva país, é preciso adotar um conjunto de políticas para promover a acumulação de capital e diversificação da estrutura produtiva com o intuito de aumentar a renda média e reduzir a vulnerabilidade ao ciclo das commodities.

No caso de especialização súbita em RN em uma economia diversificada, há a possibilidade de que a economia passe por processos de desindustrialização[38] e doença holandesa[39]. Quando se descobre subitamente uma nova fonte de recursos naturais em um país, que progressivamente passa a ter maior importância nas exportações e geração de produto e renda do país, a tendência inicial da taxa de câmbio é de, considerando a maior entrada de divisas, valorização. A "doença holandesa" (DH) constitui-se, assim, numa síndrome em que exportações sustentadas de produtos primários podem gerar, de um lado, superávit

[37] Entende-se regime macroeconômico como o conjunto de medidas, instituições e políticas do Estado relacionadas às variáveis agregadas da economia (por exemplo, produção nacional total, renda, desemprego, balança de pagamentos e inflação).

[38] O termo desindustrialização é comumente empregado segundo a definição de Rowthorn: "the drop in manufacturing employment that takes place from when countries reach a certain level of per capita income" (ROWTHORN, 1997, *apud* PALMA, 2004, p. 10).

[39] O termo "doença holandesa" nasceu para designar o fenômeno consequente da súbita descoberta de gás natural na Holanda nos anos sessenta/ setenta, que elevou as exportações de gênero primário, apreciando o câmbio do país e levando à desindustrialização.

na balança de transações correntes e, de outro, a apreciação sistemática da TCR. Conforme sublinha Bresser-Pereira (2008) esta sobre-apreciação crônica não viabiliza a competitividade exportadora das demais indústrias domésticas de bens comercializáveis e pode inclusive não se compatibilizar com a manutenção da estrutura produtiva (devido à concorrência dos importados), desencadeando a desindustrialização. Em economias que já possuem certo grau de diversificação, a velocidade e o alcance da desindustrialização causada pela doença holandesa dependem das respostas da política macroeconômica. Palma (2004) afirma que ser exportador de RN é uma condição necessária, mas não suficiente para DH; a "maldição"[40] dos RN é mais provável no caso de um regime macroeconômico que não promova mecanismo algum para gerar mudanças estruturais. Afinal, existem países especializados em RN que neutralizaram os efeitos da DH, como a Finlândia, Suécia, Noruega, Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas. Estes países aprofundaram o processamento de produtos primários e desenvolveram outros setores industriais altamente intensivos em tecnologia. Mais ainda, reinvestiram as receitas de RN estrategicamente e adotaram políticas econômicas para aumentar o conteúdo tecnológico das exportações. Os países latino-americanos e africanos, em sua maioria, tomaram o caminho oposto, muitas vezes agravando a primarização dos seus perfis de exportação.

Modelos tradicionais de DH a analisam do ponto de vista da oferta, assumindo pleno emprego, preços flexíveis, tecnologia estática exógena, e que qualquer aumento na demanda de trabalho no setor de RN aumenta os salários reais. Supõem também que a conta de transações correntes é equilibrada e a produtividade é dada. O estado estacionário de uma economia mineral é o mesmo de uma economia regular, mas seus altos níveis de renda permitem níveis anormalmente elevados de consumo de importados durante o período de *boom* do setor exportador. Quando as exportações desse produto perdem fôlego ou se o preço internacional do mesmo se retrai, pode se desencadear um processo de crise com restrição externa na balança de pagamentos. Dessa forma, os modelos concluem (como em Corden & Neary, 1982) que em uma economia de três setores (de recursos naturais comercializáveis, de manufaturas comercializáveis e de bens não comercializáveis) o choque de riqueza no setor de RN gera excesso de demanda no de bens não comercializáveis, alterando preços relativos e a taxa de câmbio a favor do setor de bens não comercializáveis (Bresser-Pereira, 2008). Em geral, autores da linha tradicional não estendem a análise para o regime macroeconômico. Assumem que o regime de câmbio flexível e o livre comércio, de forma a garantir o bom funcionamento da teoria das vantagens comparativas, é o modelo mais eficiente. Suas recomendações em geral recaem contra falhas de mercado, como instituições que perpetuam comportamento rentista na esfera do Estado e definição imprópria dos direitos de propriedade.

Critica-se esta visão tradicional de doença holandesa através de diversos enfoques. Em primeiro lugar, questionam-se as premissas dos modelos neoclássicos em geral: na maioria das economias em desenvolvimento não há pleno emprego nem flexibilidade perfeita de preços e salários, a conta de transações correntes não necessariamente é equilibrada – nem tampouco o balanço de pagamentos - e o processo de desenvolvimento tecnológico não é absolutamente estático nem exógeno. Em segundo lugar, questiona-se a

[40] AUTY (2001), SACHS & WARNER (2001).

ideia de que a formação dos preços internacionais das *commodities* se faz meramente em função do esquema tradicional de equilíbrio geral entre demanda e oferta dos mercados. Do lado da oferta, seu crescimento ou redução na visão tradicional é atribuído a variações nos custos de produção e nos mercados de fatores. Além disso, os choques decorrem da descoberta ou extinção de fontes de *commodities*, das condições climáticas ou desastres naturais especiais, ou qualquer outro fator que pode ampliar ou reduzir o número de concorrentes no mercado. Do lado da demanda, a visão tradicional considera o desenvolvimento de novas tecnologias de produção e comercialização, mudanças no padrão de consumo ou o (des)aquecimento de grandes economias (i.e. China e Índia recentemente) como causas das variações na procura por RN. Porém, a maioria das análises negligencia as relações de poder e o comportamento oligopolista neste mercado. Muitas indústrias, especialmente conglomerados de petróleo, são dominadas por poucos produtores que estão aptos a regular estoques e ditar o preço de seus produtos, angariando altos lucros. Analogamente, do lado da demanda, os monopsônios têm habilidade para administrar sua demanda conforme lhes convêm, subordinando produtores de RN. E ainda, durante a última década a bolha em commodities foi gerada por investimentos e especulação com derivativos via fundos de cobertura (*hedge*). O preço aumentou embora os micro-fundamentos dos correspondentes mercados não apontassem para a mesma direção (VENEROSO, 2007). A terceira crítica aos modelos tradicionais de DH é a ausência de economias externas dinâmicas geradas pelo setor de exportação de RN, que podem alavancar o setor manufatureiro. Sob algumas condições especiais, a produção de RN deflagra o crescimento do produto e da produtividade no setor não exportador. O desenvolvimento da estrutura industrial para atividades mais intensivas em capital e em tecnologia protege a economia contra instabilidades no preço da *commodity* exportada, caso diversifique-se a pauta de exportação e promova-se industrialização por substituição de importações (ISI). Destarte, a diversificação da estrutura produtiva suaviza a contração que eventuais choques adversos no setor exportador de RN causariam na economia doméstica até os preços se recuperarem ou a TCR desvalorizar. A quarta crítica se relaciona a não consideração da taxa de juros e também dos movimentos de capitais para compreender a apreciação do câmbio. Todo o regime macroeconômico precisa ser considerado para compreender os motivos da valorização da taxa de câmbio, que no curto e médio prazo podem estar mais relacionados a diferenciais de juros, que atraem altos fluxos de capitais para o país, do que ao incremento de divisa na balança comercial e de serviços.

Já no caso de economias de subsistência dependentes da exportação de produtos primários, há basicamente dois setores de atividade produtiva: um setor exportador de RN e um de subsistência. Neste caso, a mudança estrutural envolveria dois processos principais a serem investigados: a) se e como emergem setores manufatureiros, b) se e como se eleva a produtividade em setores manufatureiros. Um grupo de modelos de desenvolvimento liderado por RN argumenta que tais processos dependem principalmente de aspectos políticos.[41] Nesta visão, relacionada à armadilha da pobreza, a estagnação de produtividade em setores não-RN resulta do comportamento curto-prazista nos investimentos das empresas do setor

[41]Para uma completa apresentação destes modelos, ver Di John (2009).

exportador (públicas ou privadas) e nas políticas econômicas. O imediatismo pode ser uma inércia causada pelas benesses de grandes influxos de divisas durante o período de boom das exportações - oriundas do crescimento dos preços de RN, da baixa capacidade de absorção da economia e das receitas auferidas arbitrariamente pelos funcionários (oportunidade para corrupção e gastos desnecessários). Além do mais, uma vez incorridos os custos irrecuperáveis, unidades extras na produção de recursos naturais podem ter custo extremamente baixo, facilitando a propensão ao investimento imprudente e à especulação. Alguns outros modelos sugerem que os altos salários na indústria de RN detêm a indústria manufatureira porque os custos unitários do trabalho são muito elevados. Quando a urbanização se acelera, novos grupos de interesses se fortalecem e pressionam politicamente a favor da desvalorização para reduzir salários reais. Portanto, o regime macroeconômico é enquadrado por um conflito crescente entre os setores exportador e não exportador ou entre interesses urbanos e rurais de modo mais geral. A taxa de câmbio, que tende a flutuar conforme a volatilidade dos preços e da demanda do RN exportado, é também subordinada à pressão dos interesses dos grandes investidores e parceiros comerciais internacionais, em geral a favor de um regime macro de abertura comercial e câmbio valorizado, melhorando os termos de troca a seu favor.

A abordagem estruturalista de Furtado (1957, 1974) sobre as economias subdesenvolvidas que estão crescendo com abundância de divisas e câmbio valorizado traz uma contribuição importante para entender o papel do regime macroeconômico, principalmente da taxa de câmbio, no desenvolvimento econômico liderado por RN. O autor analisou a Venezuela nos anos quarenta e cinquenta, e posteriormente até os anos setenta concluindo que este país não conseguiu se desenvolver de forma sustentável, com mudança estrutural e elevação da renda per capita, por causa da "baixa absorção da força de trabalho no setor petróleo e o impacto negativo do câmbio valorizado sobre o emprego nos demais setores".[42] Furtado afirma que o sucesso de trajetórias de desenvolvimento liderado por RN, como o Canadá e a Austrália, foi viável porque o setor exportador de RN se integrou ao industrial, absorvendo toda a mão-de-obra.

Na compreensão desse processo de crescimento com abundância de divisas e câmbio valorizado se distinguem duas situações: a de protecionismo da produção manufatureira interna ou de abertura comercial. Em um regime protecionista, a TCR sobrevalorizada promove altos níveis de preço e de salários nominais em dólares no setor de RN. Paralelamente, o setor de bens de consumo para o mercado interno, especialmente de alimentos, mantém-se com baixa produtividade. Se as rendas do setor exportador de RN ou se as políticas de gastos públicos forem centradas no setor de RN e não incentivarem a diversificação da economia, a heterogeneidade estrutural se mantém. Além disso, na Venezuela e em outros países pobres especializados em RN, os salários médios tendem a apresentar baixo poder de compra devido aos altos preços dos alimentos (causados pelas altas tarifas sobre os importados e/ ou pela insuficiente oferta interna), agravando o problema da desigualdade de renda. Já em um regime sem protecionismo, a demanda interna por bens de consumo é substancialmente redirecionada para importações, exacerbando a inibição de atividades industriais domésticas. E ainda, os altos salários em dólar e o câmbio valorizado estimulam

[42]MEDEIROS, 2008, p. 4.

técnicas intensivas em capital no setor exportador de RN, reduzindo a sua absorção de trabalho. Portanto, a maior parte da população economicamente ativa é empregada em setores de baixa produtividade, e a renda nacional permanece altamente concentrada no setor de RN. Adicionalmente, a elite que controla o setor de RN frequentemente redireciona a riqueza acumulada para fundos externos, não contribuindo para promover a acumulação interna de capital (MEDEIROS, 2008). E ainda, se o setor exportador é dominado por empresas/ investidores estrangeiros, os vazamentos de capital da economia interna são agravados (THORP & BERTRAM, 1978)

Assim, a análise demonstra que o desenvolvimento econômico em um país especializado em RN está relacionado à mudança estrutural para indústrias intensivas em capital e tecnologia, aumentando a produtividade geral de setores não exportadores e outros setores (não-RN) de exportação.[43] Conclui-se que tanto nos países que possuem uma base industrial prévia, quanto naqueles que não a possuem, a taxa de câmbio desempenha papel fundamental para o desenvolvimento da economia e diversificação da matriz produtiva. O câmbio real valorizado pode atuar como inibidor de atividades não exportadoras de recursos naturais, principalmente através de seus efeitos sobre a demanda agregada e o emprego. Os mecanismos centrais para haver mudança na estrutura de emprego de um país no longo prazo são, conforme visto, o aumento na produtividade agrícola e a absorção e manutenção de trabalhadores principalmente nos setores de bens de consumo e de capital. Além do mais, direcionar gastos e incentivos tributários para aumentar a produtividade das empresas em geral, especialmente do setor agrícola para o mercado interno, se revela um meio importante para promover desenvolvimento econômico.

Há que se destacar que as economias dependentes de recursos naturais estão sujeitas a ciclos de liquidez internacional e dos preços das matérias primas, que não permitem que a taxa de câmbio se mantenha apreciada indefinidamente. E ainda, os recursos naturais também podem esgotar-se, ou tornarem-se tão caro de se extrair a ponto de sua produção ser onerosa e ineficiente. Em ambas as situações, tanto para os países com estrutura produtiva mais diversificada, quanto para aqueles totalmente especializados no RN, à reversão no quadro de *boom* dos RNs pode provocar efeitos dramáticos sobre a economia na ausência de medidas prévias de redução da vulnerabilidade externa ou de medidas contra-cíclicas efetivas para a manutenção do emprego e renda do setor exportador, em primeira instância, e de toda a economia consequentemente. Conforme ressalta Medeiros (2008), "a volatilidade dos preços de RN e endividamento externo podem introduzir um componente altamente instável e pró-cíclico aos gastos públicos (...). Ao mesmo tempo, a maior dependência aos fluxos financeiros utilizados como forma de estabilização do câmbio nominal leva[ou] um viés altista sobre a taxa de juros" (p. 16).

Para evitar efeitos recessivos, seria necessário que o regime macroeconômico optasse por uma TCR desvalorizada e taxas de juros reduzidas. Mais além, para evitar a dolarização da riqueza privada e garantir o grau de manobra da política econômica necessária à consecução de uma estratégia nacional de desenvolvimento seria interessante controlar fluxos de capitais e estabelecer uma política de manutenção de

[43] REIS, 2012.

reservas. Contemporaneamente, alguns países criaram fundos de aplicação das rendas do setor de RN que permitem ao Estado controlar gastos públicos durante os *booms* dos preços e evitar dívidas em períodos de recessão, tal como o fundo do petróleo norueguês. Investir receitas em fundos externos é interessante para países pobres no curto prazo por duas razões, de acordo com Chang (2007). Em primeiro lugar, porque alguns países não têm mercados financeiros fortes, rentáveis e confiáveis. Em segundo lugar, porque eles contribuem para evitar apreciação cambial, e, portanto, a doença holandesa.

O planejamento de longo prazo envolve a escolha de uma combinação estratégica de políticas para aplicar as receitas de RN, de acordo com o estágio de desenvolvimento da estrutura produtiva de cada país, a dotação e distribuição de fatores e os objetivos almejados. Por exemplo, em estágios iniciais de desenvolvimento da estrutura produtiva o investimento em construção de capacidade produtiva é mais urgente, enquanto o investimento em diversificação (correlata ou não ao setor de RN) se torna mais importante à medida que a economia evolui. Basicamente, distinguem-se dois caminhos para promover a intensificação de capital e tecnologia na estrutura produtiva: aproveitando os efeitos de encadeamento e multiplicadores do setor de RN (como a Suécia) ou redirecionando recursos para indústrias mais dinâmicas não relacionadas ao setor exportador (como a Finlândia) (CHANG, 2007). Além disso, as receitas do setor exportador de RN podem ser diretamente aplicadas para reduzir a desigualdade e a pobreza através de políticas distributivas e do fornecimento de bens públicos como educação, saúde, infraestrutura, seguro-desemprego, programas para complementar renda etc. (PUYANA, 2011).

Conclusão

Considera-se que para compreender o "desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais" pode ser frutífera uma abordagem que combine elementos estruturalistas e institucionais, de caráter heterodoxo, dinâmico e complexo, histórico e estruturalista, enfatizando o ponto de vista da produção. Partindo da perspectiva de poder e riqueza, propõe-se que as diferentes rotas de desenvolvimento são processos em que as instituições e a estrutura produtiva se inter-relacionam continuamente. Elas são influenciadas pelas condições materiais e espaciais, pelas capacidades tecnológicas e pelos interesses externos, formatando, assim, a distribuição de renda, a economia política e as políticas econômicas e industriais. Instituições e dotações iniciais realmente consolidam interesses, como enfatiza a NEI; porém, seu processo de formação depende do processo de formação da estrutura de produção – que tem íntima relação com as dotações iniciais de RN. Esta visão aproveita-se da mensagem mesclada da *staple theory* com a teoria matério-espacial, aproveitando-se também de argumentos da teoria clássica, teoria do imperialismo, protecionista e do desenvolvimento – ou seja, todas aquelas que enfatizam as dotações iniciais de RN sob uma perspectiva mais estrutural, observando como as condições naturais – aspectos microeconômicos da cadeia de produção do RN e o espaço – moldaram a estrutura produtiva e as relações de classes, internas e externas de um país ou região.

Ao aprofundar a investigação sobre o processo de mudança estrutural, destacou-se a importância das inovações e dos efeitos de encadeamento, dos ganhos de produtividade e modernização agrícola, e de aspectos microeconômicos da cadeia de valor – especialmente custos afundados, na superação da heterogeneidade estrutural. A ideia geral é a de que países que obtiveram sucesso na trajetória de desenvolvimento liderado por recursos naturais contaram com inovações e investimento tecnológico no mesmo, propiciando fortes efeitos de encadeamento sobre o restante da economia e gerando elevação da produtividade do setor e em geral. O desempenho das inovações e dos efeitos de encadeamento dependem dos aspectos microeconômicos (e relacionados a estratégia geopolítica dos Estados e das multinacionais) da cadeia produtiva do RN, principalmente dos custos afundados relacionados à sua produção. E os ganhos tecnológicos e de produtividade, ainda em países de sucesso, envolveu necessariamente a modernização agrícola.

Referências

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James (2001) "The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation". *American Economic Review*, 91: 1369-1401.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James (2008) "The Role of Institutions in Growth and Developmen". *Growth Commission Working paper*, n. 10, World Bank.

AUTY, Richard (2001). *Resource Abundance and Economic Development*. NewYork: Oxford Univ. Press.

BARHAM, Bradford; COOMES, Oliver (2005) "Sunk costs, resource extractive industries, and development outcomes". In CICCANTELL, Paul S.; SMITH, David A.; SEIDMAN, G. *Nature, raw materials, and political economy.* Londres: Elsevier Inc., 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2008) "Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana" em BRESSER-PEREIRA, L.C. (ed.) *Doença Holandesa e indústria.* São Paulo: Editora FGV.

BUKHARIN, Nikolai. A economia mundial e o imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BUNKER, S. G. (1989). "Staples, links, and poles in the construction of regional development theories". *Sociological Forum*, 4(4), 589–610.

BUNKER, Stephen; CICCANTELL, Paul. "Matter, space, time, and technology: how local process drives global systems". In CICCANTELL, Paul S.; SMITH, David A.; SEIDMAN, G. *Nature, raw materials, and political economy.* Londres: Elsevier Inc., 2005.

CESARATTO, Sergio; SERRANO, Franklin. "As Leis de Rendimento nas Teorias Neoclassicas do Crescimento: Uma Crítica Sraffiana". *Ensaios FEE*, v. 23, n. 2, 2002.

CHANG, Ha-Joon (2007) "State-owned enterprise reform". *National Development Strategies - Policy Notes*. United Nations, Department for Economic and Social Affairs (UNDESA).

CHANG, Ha-Joon. "Hamlet without the prince of Denmark: how development has disappeared from today's 'development' discourse". In: KHAN, S.; CHRISTIANSEN, J. (eds.) *Towards new developmentalism*: market as means rather than master. Abingdon: Routledge, 2009.

CHANG, Ha-Joon. How important were the 'Initial Conditions' for economic development? East Asia vs. Sub-Saharan Africa. In: CHANG, H-J. *The East Asian development experience:* the miracle, the crisis, and the future. London: Zed Press, 2006.

CICANTELL, Paul; SMITH, David. "Nature, raw materials, and political economy: an introduction". In CICCANTELL, Paul S.; SMITH, David A.; SEIDMAN, G. *Nature, raw materials, and political economy.* Londres: Elsevier Inc., 2005.

COLLIER, Paul. *The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

CORDEN, W. M.; NEARY, J. P. (1982) "Booming sector and de-industrialization in a small open economy". *Economic journal*, v. 92, n. 368, p. 825-848.

DE SOTO, Hernando (2000) *The mystery of capital*. Basic Books.

DI JOHN, Jonathan. *From Windfall to curse? Oil and industrialization in Venezuela, 1920 to the present.* Pennsylvania: Pens State University Press, 2009.

EVANS, Peter (2006) "Extending the 'Institutional' Turn: Property, Politics and Development Trajectories". *Working Papers RP2006/113*, World Institute for Development Economic Research (UNU-WIDER).

FIORI, José. Luis. (2004). "Formação, expansão e limites do poder global" in J.L Fiori (org), *O Poder Americano*, Editora Vozes, Petrópolis.

FIORI, José Luis. "De volta à questão da riqueza de algumas nações" in J.L Fiori (org), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

FURTADO, Celso (1976, [2007]) A Economia latino-americana - formação histórica e problemas contemporâneos. Sao Paulo: Companhia das Letras.

FURTADO, Celso. (1957) "El Desarrollo reciente de la economia venezolana". *Borrador Preliminar*, Caracas, mimeo.

FURTADO, Celso. (1959) *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2001.

FURTADO, Celso. (1974) "Os Ares do Mundo" em IGLESI, Francisco (ed.) *Celso Furtado, Obra Autobiográfica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Tomo III, 1992;

HARDIN, Gerald (1968) "The Tragedy of the Commons". *Science* 162 (3859), pp. 1243–1248.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Nova Cultural, São Paulo, 1985.

HIRSCHMAN, Albert. *The strategy of economic development.* New Haven: Yale University Press, 1958.

INNIS, Harold. *Problems in Canadian economic history*. Toronto: University of Toronto Press, 1956.

INNIS, Harold. *Problems of staple production in Canada*. Toronto: Ryerson Press, 1933.

KALDOR, Nicholas. *Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom: an Inaugural Lecture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

Khan, M. H. "Corruption and governance" in Jomo, K. S. & Reinert, E. S. (edit), *The origins of developmental economics.* Zed Books, 2006.

KARL, Terry. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. Los Angeles: University of California Press, 1997.

LEDERMAN, Daniel; MALONEY, William. In search of the missing resource curse. *Policy Research Working Paper 4766*, The World Bank - Development Research Group Trade Team & Latin America and the Caribbean Region Office of the Chief Economist, Nov. 2008.

Mahdavi, Hussein. "The Patterns and Problems of Economic Development in Rentier States: the Case of Iran," in M. Cook, ed., *Studies in Economic History of the Middle East*, Oxford, 1970.

MEDEIROS, Carlos. "Celso Furtado na Venezuela". In: FURTADO, Celso. *Ensaios sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

MEDEIROS, Carlos. Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Orgs), *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas*. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos: Rio de Janeiro, 1960.

NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge:* Cambridge University Press, 1990.

O'HEARN, Denis (2005) "Cycles of accumulation, crisis, materials, and space: can different theories of change be reconciled? In CICCANTELL, Paul S.; SMITH, David A.; SEIDMAN, G. *Nature, raw materials, and political economy.* Londres: Elsevier Inc., 2005.

OCAMPO, José Antonio. "Structural dynamics and economic growth in developing countries" In: FITZGERALD (ed.) *Social Institutions and Economic Development*. Holanda: Kluwer Academic, 2007.

OCAMPO, José Antonio; PARRA, María Angela. "The Dual Divergence: Growth Successes and Collapses in the Developing World since 1980". DESA Working Paper n. 24, June 2006.

PALMA, Gabriel (2004) "Four sources of 'de-industrialization' and a new concept of Dutch Disease". In José Antonio Ocampo, ed. (2005) *Beyond reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability.* Stanford: Stanford University Press and World Bank.

PEREZ, C. (2002) *Technological Revolutions and Financial Capital.* Edward Elgar: Chalteham, UK, 2002.

PUYANA, Alicia (2011) "La economía política del petróleo - consideraciones a los sesenta años de la creación de ECOPETROL" in BENAVIDES, Juan (ed.) *Ecopetrol Energía limpia para el future.* Bogotá: Villegas Editores.

REIS, Cristina F. B. (2011) "Public Investment for Economic Development and Poverty Reduction: Theoretical and Empirical Analysis" in Alicia Puyana Mutis; Samwel Ong'wen Okuro *Strategies against Poverty: Designs from the North and Alternatives from the South*. CLACSO-CROP: Buenos Aires.

REIS, Cristina F. B. (2012) "Desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais: uma discussão teórica e crítica. Parte 1 – Introdução". *Boletim de Informações da FIPE,* n. 377, p. 33-39, 27 fev. 2012.

RICARDO, David. *Principles of political economy and taxation*. Harmondsworth: Pelican, 1971.

ROCHA, Carlos Frederico. "Natural resouces growth and externalities from natural resource exports". Textos para discussão 2903, IE-UFRJ, 2010.

SACHS, Jeffey; WARNER, Andrew (2001) "The curse of natural resources". *European Economic Review,* Volume 45, Issues 4-6, May 2001, Pages 827-838.

SACHS, Jeffrey; WARNER, Andrew. Economic convergence and economic policies. *NBER Working Paper Series*, n. 5039, Cambridge MA, 1995.

SEN, Amartya. *Development as freedom*. New York: Anchor books, 2000.

SENGHAAS, D. *The European experience* – A historical critique of development theory. New Hampshire: Berg Publishers, 1985.

SINGER, H. (1950) "The distribution of trade between investing and borrowing countries". American Economic Review, 40, 473–485.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações, investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

THORP, Rosemary; BERTRAM, G. (1978) *Peru 1890-1977: growth and policy in an open economy*. London: Macmillan Press LTDA.

VENEROSO, Frank (2007) "The commodity Bubble, The Metals Manipulation, The Contagion Risk To Gold And The Threat Of The Great Hedge Fund Unwind To Spread Product". *Executive Forum*, Reserve Management to Global Central Bankers at the World Bank.

WRIGHT, Gavin; CZELUSTA, Jesse. *Mineral resources and economic development*. In: Conference on sector reform in Latin America, Stanford Center for International Development, Stanford University, November 13-15, 2003.

WRIGHT MILLS, C. (1956) *A elite do poder*. Zahar editores, Rio de Janeiro.

Família escrava em Palmas Província do Paraná

Daniele Weigert
Mestre em História-UFPR
danieleweigert@hotmail.com

Nas últimas décadas a historiografia tem focalizado o tema família escrava localizando estratégias senhoriais e conquistas dos escravos ao estabelecer uniões conjugais. Dessa produção historiográfica no Brasil, podemos citar pontualmente três exemplos bem conhecidos, *A paz das senzalas* de Manolo Florentino e José Roberto Góes, *Das cores do silêncio* de Hebe Mattos e *Na senzala uma flor* de Robert Slenes.

Manolo Florentino e José Roberto Góes, estudando as propriedades escravistas do Rio de Janeiro, observaram que os senhores durante o século XIX mudaram suas preferências na aquisição de cativos, conforme as tendências do tráfico atlântico. Em períodos de crise, como em 1830, os grandes escravistas passaram a adquirir mais mulheres pelo mercado interno, buscando equilibrar os sexos para promover o crescimento do plantel por meio do ventre. Verificaram que durante os períodos de estabilidade do tráfico os arranjos matrimoniais ocorriam mais entre pessoas do mesmo grupo étnico, e nas épocas de grande desembarque a relação se invertia, ou seja, as uniões ocorriam entre cativos de etnias diferentes[1]. Para esses autores, as uniões eram estratégias políticas para amenizar os conflitos, e a criação e recriação do parentesco produziam o escravo, funcionando como elemento de estabilização social, o que permitia ao senhor auferir uma renda política[2].

Em seu trabalho sobre o Sudeste brasileiro, Hebe Mattos afirma que os senhores investiam na diferenciação interna do cativeiro, mediante algumas funções desempenhadas nos plantéis pelos escravos e o acesso à família, o que lhes dava privilégios em relação aos demais cativos. Por meio desse mecanismo criava-se uma hierarquia que atendia aos interesses senhoriais e garantia a eficiência dos serviços dos escravos[3].

Robert Slenes descreveu dois casos referentes às propriedades escravistas de Campinas, que se contrapuseram e exemplificaram a possível utilidade da família escrava para os senhores. A primeira propriedade que caracteriza era formada por muitos homens e poucas mulheres e

[1] FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 150.
[2] Op. Cit. p. p. 37,175.
[3] MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio:* Os significados da liberdade no Sudeste Escravista Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. p. 131-132.

crianças, com nenhum cativo casado e com um expressivo número de escravos ausentes pela fuga. Em contraste, a segunda propriedade possuía um pequeno desequilíbrio entre os sexos em relação aos padrões das fazendas campineiras, o que favoreceu o estabelecimento de famílias e uma proporção relativamente alta de crianças; como resultado, nessa fazenda apenas um escravo africano sem parentes era descrito como ausente na avaliação da propriedade. Slenes concluiu que a família transformava os escravos em "reféns", pois estavam ligados à propriedade pelos parentes que tinham no cativeiro e receosos de uma eventual separação[4].

Por estratégia senhorial entendemos a ação dos senhores a fim de beneficiar o seu plantel, não apenas direcionado a lucros econômicos, mas também à manutenção de sua situação social como classe senhorial. Essas estratégias ocorreram, entretanto, em uma trama de conformações entre interesses dos senhores e cativos, em que os primeiros buscaram assegurar o domínio senhorial e os últimos, melhores condições de cativeiro e a tão esperada liberdade. Assim a aceitação dos cativos às prerrogativas de seus senhores não era simples sujeição, contendo expectativas que seus amos não deveriam de todo desprezar. Nesse sentido, o casamento dos cativos poderia se constituir em estratégia senhorial levando em conta, entretanto, os interesses dos escravos diretamente envolvidos.

Entendemos que o casamento dos escravos não poderia estar fora do controle dos senhores dos contraentes; as uniões provavelmente estavam condicionadas à prévia aceitação dos senhores. Em Palmas, sugestiva foi a anotação do Vigário no assento do matrimônio dos pretos Roza e Simeão que "este casamento tem a licença da Dona da Contrahente, por ser escrava"[5]. Pensamos que a família senhorial também pode ter arquitetado uniões entre seus escravos, entretanto tanto senhores quanto escravos deveriam concordar com esses arranjos matrimoniais.

Maria Sylvia de Carvalho Franco discorrendo sobre a família de padrão patriarcal inferiu que o casamento "decidia-se conforme ponderações impessoais e de acordo com os interesses da família enquanto grupo"[6]. Transpondo essa consideração ao casamento de escravos pensamos que as uniões deveriam atender aos interesses senhoriais e da parentela escrava, caso tivessem laços dentro da escravaria.

Estudando o casamento dos cativos em São José dos Pinhais, Cacilda Machado inferiu que nesse vilarejo, onde praticamente todos os cativos ali nasceram e tinham parentes, parte dos casamentos só se realizava se os escravos, suas famílias e seus proprietários assim o quisessem. Se

[4] SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*: Esperanças e Recordações da Família Escrava –Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. p. 112-114.
[5] CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro Paroquiais de Casamentos n. 1*, 1843-1885, fl. 87 verso.
[6] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983, p. 42.

familiares ou o senhor de um escravo podia impedir um matrimônio que não atendia aos seus interesses, "a Igreja preconizava que o escravo não poderia ser obrigado a casar-se contra a vontade"[7]. Possivelmente foi nessa trama que em Palmas Luis e Dominga, cativos de Alípio José do Nascimento Souza, contraíram núpcias.

Esses escravos casaram-se em 1885; ela, filha dos ex-escravos de Antonio de Oliveira Ribas; ele, filho de antigos cativos de Estevão Ribeiro do Nascimento. Ambos os noivos eram filhos legítimos de pai africano e mãe crioula[8], e tanto a mãe de Luiz quanto a de Dominga receberam a liberdade antes do casamento de seus filhos[9]. Por meio desses fatos deduzimos, em um primeiro momento, que a união desses cativos representava a aliança entre escravos que possuíam características semelhantes. O cruzamento com os inventários de bens, entretanto, nos revela que o casamento de Luiz e Dominga foi, possivelmente, a conformação de interesses senhoriais e cativos.

No assento de casamento de Luiz e Dominga, ambos são identificados como cativos do senhor Alípio José do Nascimento Souza. Em 1874, foi produzido o inventário do pai desse senhor, no qual entre os escravos, Luiz foi identificado como tendo19 anos, solteiro e domador[10]. Nesse ano Alípio era ainda solteiro; não sabemos com precisão a data de seu casamento, mas em 1886 já era casado com Querubina de Sá Ribas[11], e provavelmente lhes foi concedida, por ocasião do enlace do casal, a escrava Dominga, que era posse dos pais de Querubina.

Esse arranjo matrimonial envolveu dois cativos que faziam parte das escravarias de duas casas: a da família de Estevão Ribeiro do Nascimento e a de Antonio de Oliveira Ribas. O casamento dos filhos desses senhores consolidou a união dessas famílias senhoriais. Tendo em vista que a escrava Dominga cresceu nessa propriedade, pode-se imaginar que ela tivesse uma relação amistosa com Querubina e, por isso, quando essa jovem contraiu matrimônio, a cativa foi transferida ao novo casal senhorial e ali estabeleceu laços pelo matrimônio com o cativo nascido na escravaria do esposo de Querubina.

---

[7] MACHADO, Cacilda. Casamento de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico atlântico (São José dos Pinhais-Pr, passagem do XVIII para o XIX). IN: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antonio Carlos; CAMPOS, Adriana (org.) [et. al.]. *Nas rotas do Império.* Vitória: Edufes, 2006, p. 502.

[8] CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro Paroquiais de Casamentos n. 1*, 1843-1885, fl. 10 verso.

[9] A mãe de Luiz, Vicencia, recebeu a liberdade em 1871. TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n. 2.* fl. 44. Jacynta, mãe de Dominga, foi liberta em 1872. TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n. 3.* fl. 13 verso.

[10] Inventário de Estevão Ribeiro do Nascimento (1874). NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA DE PALMAS (NDPH-UNICS). *Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas* (1859-1903), s/a.

[11] Informação obtida pelo inventário de Rufina Mauricia de Sá, mãe de Querubina, este inventário foi feito em 1886. Inventário de Rufina Mauricio de Sá (1886) NÚCLEO... Op. Cit.

Então, a união pelo matrimônio dos filhos das referidas famílias possibilitou o enlace desses cativos. A conveniência, nesse caso, não residia apenas na simples união pelo matrimônio dos escravos, mas no ajustamento dos recursos que eles possuíam para consolidar uma união igualitária entre os cativos. Podemos sugerir que, ao se casarem, esses escravos também entrelaçavam as antigas escravarias das quais fizeram parte, tendo em vista que os noivos nasceram e cresceram nas referidas propriedades. De qualquer maneira, a comunicação das escravarias poderia favorecer relações entre os cativos, e potencializar uniões conjugais legítimas ou ilegítimas.

Discorrendo sobre a diferença entre escravidão e outras formas de trabalho compulsório na Antiguidade, Moses Finley salienta que os direitos do proprietário eram facilitados pelo fato de o escravo sempre ser um estrangeiro desenraizado. Estrangeiro, primeiro no sentido de ser de fora da sociedade em que era introduzido como escravo e, segundo, porque lhe era negado o mais elementar dos laços sociais, o parentesco[12].

A posição do escravo como propriedade, a totalidade do poder sobre ele e a falta de laços de parentesco davam ao proprietário vantagens em relação a outras formas de trabalho involuntário: mais controle e flexibilidade da força de trabalho e maior liberdade na disposição do trabalho indesejado[13]. Segundo o autor, isso não quer dizer que famílias escravas não existissem, mas eram privilégios concedidos por um senhor, e da mesma forma retirados[14].

Durante meados do século XIX, com o fim do tráfico internacional de escravos no Brasil, a manutenção da mão de obra cativa passou a depender do crescimento vegetativo da população escrava, e os senhores certamente contabilizaram a família escrava com um meio, mesmo limitado, de obter braços. Os escravos que tinham laços de família nas propriedades dispunham de recursos que poderiam lhes render melhores condições no cativeiro, mas da mesma forma estava aberta a possibilidade de os senhores utilizarem esses laços a seu favor, como afirmou Robert Slenes:

> Dentro de certo limite, os senhores estimulam a formação de laços de parentesco entre seus escravos e instituem junto com a ameaça e a coação, um sistema diferencial de incentivos – no intuito de tornar os cativos dependentes de suas próprias solidariedades e projetos domésticos[15].

[12] FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Grall, 1991, p.77.
[13] Op. Cit. p. 79.
[14] Op. Cit. p.78.
[15] SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. IN: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org). *História da Vida Privada no Brasil:* Império. São Paulo: Companhia, 1997, p. 236.

Os cativos com família eram menos propensos à fuga e à rebelião e possivelmente tinham mais receios de uma eventual separação dos parentes pela venda ou divisão dos bens.

Escravidão e ilegitimidade

Os Campos de Palmas foram ocupados por estancieiros vindos principalmente de Palmeira e Guarapuava em fins da década de 1830 e, durante os primeiros anos de ocupação, se constituiu em área de fronteira, com um número expressivo de homens se dirigindo ao local que estabeleceram fazendas ligadas a criação de gado que utilizavam a mão de obra escrava. No principio da ocupação, a maior parte das pessoas que se dirigiam para Palmas, tanto livres quanto escravos, eram homens o que provavelmente dificultou possíveis arranjos matrimoniais no local, a fim de investigar como os arranjos conjugais se davam com a população escrava do lugar analisamos os registros paroquiais.

Nos anos de 1843 a 1888 ocorreram em Palmas apenas 24 matrimônios envolvendo cativos (Tabela 1). O perfil das propriedades da localidade deve ter interferido nesse diminuto número de casamentos; caracterizado por pequenas escravarias, as uniões eram dificultadas pelas poucas alternativas de arranjos matrimoniais dentro do próprio plantel. Acrescentemos que a grande quantidade de famílias senhoriais aparentadas entre si deve ter favorecido as relações entre cativos de diferentes plantéis, mas o casamento desses escravos não era comum, tanto é que localizamos apenas um matrimônio em que os noivos eram cativos de distintas escravarias[16].

Tabela 1. Casamento de escravos em Palmas (1843-1888)

Condição jurídica dos noivos	1843/1849		1850/1859		1860/1869		1870/1879		1880/1888		1843/1888	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Escravos	2	8	2	8	-	-	5	21	8	34	17	71
Escravo com mulher livre	-	-	-	-	1	4	-	-	2	8	3	12
Escrava com homem livre	-	-	-	-	-	-	1	4	3	13	4	17
Total*	2	8	2	8	1	4	6	25	13	55	24	100

Fonte: Registros Paróquias de Casamento - Cúria Diocesana de Palmas-PR.
* Foram contabilizados o total de matrimônios. O número absoluto de contraentes escravos foi de 41.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, produzidas com a finalidade de adequar a doutrina católica e seus procedimentos às especificidades coloniais, disciplinavam a prática do casamento entre os escravos desde o século XVIII. Segundo as Constituições, os escravos poderiam casar com pessoas cativas ou livres sem que os senhores impedissem a união,

[16] Refere-se ao casal "José Pica Flôr" e "Maria Francellina" ele escravo de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão ela cativa de Amalio Boaventura da Silva, nos registros de batismo dos filhos desse casal ambos são identificados como escravos de Francisco Ignácio. CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registro Paroquiais de Casamentos n. 1*, 1843-1885, fl. 40.

não podendo castigá-los com maus-tratos por esse motivo ou vender um dos cônjuges sem que o outro pudesse acompanhá-lo; se os senhores assim procedessem incorreriam em pecado mortal[17]. Os senhores, entretanto, possivelmente interferiram não permitindo uniões consagradas entre escravos de plantéis diferentes, o que explicaria o pequeno número de casamentos entre os cativos. Cabe salientar que o próprio celibato pode ter sido uma escolha dos escravizados, tendo em vista que não poderiam ser obrigados a contrair matrimônio indesejado.

Ronaldo Vainfas teceu algumas considerações sobre as dificuldades de se casar entre os livres pobres no Brasil colonial, que podem nos servir de reflexão sobre o casamento dos escravos. Para o autor, a população pobre deixava de se casar não porque fossem intransponíveis os obstáculos financeiros e burocráticos exigidos pelo matrimônio oficial, tampouco por terem escolhido outra forma de união oposta ao sacramento católico. Esse estrato da população era composto por pessoas despossuídas que migravam com frequência buscando melhorar sua situação; para esse autor, essas instáveis condições dificultaram o estabelecimento de relações conjugais minimamente alicerçadas segundo os costumes sociais, tornando frequente o concubinato[18]. Vale notar que o casamento católico era um laço praticamente indissolúvel, rompendo-se apenas com a morte de um dos cônjuges.

Nesse sentido, a constante ameaça de venda e de compor a divisão de bens, pode ter dificultado a ocorrência de casamentos para os escravos que acabavam por estabelecer uniões ilegítimas. Possivelmente o casamento consagrado e a formação de famílias estáveis eram valores sociais almejados não só entre a população livre, mas também pelos escravos.

Por meio dos dados estatísticos, procuramos investigar o perfil quanto ao sexo e estado civil da população de Palmas. O Mapa Estatístico da Província do Paraná para o ano de 1854 contido no Relatório do Presidente da Província (1854), e o Recenseamento Geral de 1872 marcaram para Palmas a maior presença de solteiros entre a população, sem que fosse considerada a faixa etária dos habitantes.

Em 1854 a população era formada por 734 indivíduos, sendo 72,2% solteiros, 25,2% casados e 2,6% viúvos; quanto ao sexo, 60,9% eram homens e 39,1% mulheres. Os escravos somavam 158 indivíduos, equivalendo a 21,5% da população. Para todo o Paraná, 69% (43.007) dos habitantes eram solteiros, 26% (16.140) eram casados e apenas 0,5% (3.111) eram viúvos; quanto ao sexo, 50,1% (31.219) eram homens e 49,9% (31.039) eram mulheres, ou seja, existia

[17] *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro do Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Coimbra, 1720, Liv. 1, tít. 61, §303.
[18] VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados.* 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 94.

equilíbrio entre os sexos. Quanto à condição jurídica, 16,4% (10.189) dos habitantes eram escravos[19]. Dessa forma, constata-se que a estrutura da população de Palmas em relação ao estado civil teve uma média relativamente semelhante ao quadro geral do Paraná em 1854, possuindo, entretanto, uma razão de masculinidade bastante elevada em relação aos padrões gerais, o que deve ter contribuído para o baixo percentual de pessoas casadas em Palmas, cujas características eram ainda as de região de fronteira.

Tabela 2. População de Palmas: estado civil, cor e nacionalidade (1872)

Escravos						
Descrição	Homens		Mulheres		Total	
	#	%	#	%	#	%
Casados	8	6,8	6	3,9	14	5,1
Solteiros	107	90,7	146	94,2	253	92,7
Viúvos	3	2,5	3	1,9	6	2,2
Total	118	100	155	100	273	100
Pardos	44	37,3	35	22,6	79	29
Pretos	74	62,7	120	77,4	194	71
Total	118	100	155	100	273	100
Estrangeiros	25	21,2	21	13,5	46	16,8
Brasileiros	93	78,8	134	86,5	227	83,2
Total	118	100	155	100	273	100
Livres						
Descrição	Homens		Mulheres		Total	
	#	%	#	%	#	%
Casados	457	28,3	379	26,8	836	27,6
Solteiros	1104	68,5	981	69,3	2085	68,9
Viúvos	51	3,2	56	3,9	107	3,5
Total	1612	100	1416	100	3028	100
Pardos	316	19,6	299	21,1	615	20,3
Pretos	92	5,7	64	4,5	156	5,1
Brancos	806	50	765	54	1571	51,9
Caboclos	398	24,7	288	20,4	686	22,7
Total	1612	100	1416	100	3028	100
Estrangeiros	12	0,7	7	0,5	19	0,6
Brasileiros	1600	99,3	1409	99,5	3009	99,4
Total	1612	100	1416	100	3028	100

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil 1872 – Império do Brazil.

Quanto ao estado civil, em 1872 a população palmense era formada por uma maioria de solteiros, alcançando entre os livres 68,9% da população e entre os cativos 92,7%. O percentual de viúvos era baixo, sendo entre os livres 3,5% e os escravos 2,2% dos habitantes, apontando para a

[19] Os números da população de Palmas, quanto o estado civil, foram de 733 não correspondendo ao total da população marcada 734. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província 1854*. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1854_a_p.pdf. Acesso em: 12 jun. 2009, Anexo n.14.

possibilidade de as relações legítimas[20] serem relativamente baixas no quadro da população, e por conseguinte, as relações consensuais mais frequentes. Ressaltamos, entretanto, que os índices de casados entre os livres eram bem mais expressivos do que entre os escravos, isso provavelmente se deve a menor disponibilidade de pessoas cativas no mercado matrimonial, comungada com as restrições sociais de uniões legitimas entre pessoas livres e escravas. Assim sendo, mesmo que a população fosse, em sua maioria, formada por solteiros, os livres estabeleciam mais uniões legítimas que os cativos, o que se evidenciará posteriormente (Tabela 2).

Como não constavam as faixas de idade dos habitantes, deduzimos que o índice de casados entre a população livre adulta poderia ser relativamente maior que os percentuais apresentados acima. A razão de sexo ficou para eles em 113, apontando para o equilíbrio entre total de homens e mulheres; esse índice também pode estar relacionado com o crescimento vegetativo da população, que alterou as taxas de masculinidade, mas acreditamos que a tendência de certo equilíbrio entre os sexos estava ligada, principalmente, à migração de mulheres e à estabilidade do local.

Quanto à nacionalidade dos escravos, o Recenseamento de 1872 mostrou que a maior parte dos cativos era brasileira, compondo mais de 80% da população cativa. Cabe salientar que os africanos compunham um percentual de 16,8%, um valor bastante significativo, que entre os homens equivaleu a 21,2% entre as mulheres 13,5%, com razão de masculinidade (119) apresentando certo equilíbrio entre os sexos.

Quanto ao estado civil dos escravos, os Inventários de Bens evidenciam a mesma tendência de haver mais solteiros do que casados. Nos anos de 1859 a 1888 mais de 90% dos homens e 83% das mulheres foram registrados como solteiros. Para eles a razão de sexo tendeu a um equilíbrio ao longo dos anos, porém no censo de 1872, para Palmas, na população escrava as mulheres superaram os homens. Para investigar se essa mudança no quadro da população influiu no número de casados entre os escravos, contabilizamos o estado civil dos cativos apresentados nos inventários, dividindo as propriedades conforme o número de escravos presentes nos plantéis e por períodos (Tabela 3).

Tabela 3. Estado Civil dos escravos nos Inventários de Bens
Palmas (1859-1888)

Períodos	**Estado Civil**	**N. de escravos nas propriedades**						Total*
		1 a 4		5 a 9		10 a 21		
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	

[20] Relação legítima seria aquela sancionada pelo casamento católico, assim o filho de mãe solteira era marcado como ilegítimo e o nascido com os pais casados, era identificado como filho legítimo nos registros de batismo.

		#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1859/69	Solteiro	5	100	2	100	2	50	3	60	3	19	2	17	17	39
	Casado	-	-	-	-	-	-	1	20	3	19	3	25	7	16
	I D	-	-	-	-	2	50	1	20	10	62	7	58	20	45
	Sub-Total	5	100	2	100	4	100	5	100	16	100	12	100	44	26
1871/81	Solteiro	6	75	8	73	2	100	1	50	27	93	16	11	60	86
	Casado	-	-	1	9	-	-	1	50	2	7	2	89	6	8
	I D	2	25	2	18	-	-	-	-	-	-	-	-	4	6
	Sub-Total	8	100	11	100	2	100	2	100	29	100	18	100	70	41
1882/88	Solteiro	4	100	-	-	9	90	7	87	17	94	15	88	52	91
	Casado	-	-	-	-	1	10	1	12	1	6	2	12	5	9
	I D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total	4	100	-	-	10	100	8	100	18	100	17	100	57	33,3
Total		17	10	13	7	16	9	15	9	63	37	47	28	171	100

1859/88**

Estado Civil	**N. de Escravos nas propriedades**															
	1 a 4				5 a 9				10 a 21				Total*			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Solteiro	15	100	10	91	13	92,9	11	79	47	89	33	83	75	92	54	83
Casado	-	-	1	9	1	7,1	3	21	6	11	7	17	7	8,	11	17
I D	2	-	2	-	2	-	1	-	10	-	7	-	14	-	10	-
Total	18	100	11	100	14	100	14	100	53	100	40	100	82	100	65	100

Fonte: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS).

I D = Indeterminado

* Foram retirados da soma 73 cativos. Nas escravarias de 1 a 4 foram retirados 7 casos de menores de 14 anos sendo 4 meninas e 3 meninos para o segundo período. Para as propriedades de 5 a 9 foram retirados 18 cativos arrolados sendo 9 meninos e 4 meninas para o primeiro período, 2 meninos e 2 menina para o segundo e 1 menina para o terceiro período. Nas Propriedades de 10 a 21 foram desconsiderados 47 casos de menores, sendo 12 meninos e 10 meninas no primeiro período, 16 meninos e 8 meninas para o segundo período e 1 menina para o terceiro período. Também foi retirado da contagem um escravo para as propriedades com 10 ou mais escravos do segundo período.

** Na contagem para todo o período não contabilizamos nas porcentagens e nos totais os casos sem referencia ao estado civil dos cativos marcados em I D.

Na Tabela 3, sobre o estado civil dos cativos dos inventários, observamos as variações nos períodos nas pequenas, médias e grandes propriedades de Palmas e por sexo. Em relação ao sexo, verificamos que os índices percentuais de casados foram mais altos entre as mulheres que entre os homens, nas pequenas e médias escravarias, no entanto, em alguns períodos encontramos apenas mulheres casadas; ainda assim em uma parcela diminuta, apenas quatro escravas.

Nas propriedades com até quatro cativos para todo o período, os solteiros eram a maioria. O mesmo se evidenciou nas propriedades de 5 a 9 escravos. Nos plantéis de mais de nove cativos, os percentuais de solteiros apresentaram grandes diferenças, corresponderam a 18%, 91% e o mesmo percentual para os períodos de 1859/69, 1871/81 e 1882/88, respectivamente. Ressaltamos, entretanto, que no primeiro período 17 cativos arrolados nos grandes plantéis palmenses não

tiveram o estado civil identificado. Desconsiderados esses casos, ter-se-ia no primeiro período um percentual de 45% de solteiros superados pelo percentual de casados; contudo, se incluído certamente esse percentual sofreria significativa alteração[21]. Em todo caso, nas grandes propriedades palmenses os cativos casados eram numericamente mais expressivos do que em outro tipo de propriedade registrada nos inventários.

As possibilidades de uniões legítimas, como a historiografia confirmou, eram mais concretas nas grandes propriedades, pois ofereciam maiores possibilidades de uniões internas. Para Bananal e Lorena, José Flávio Motta encontrou uma concentração maior de casais endogâmicos (ambos os cônjuges escravos) nos plantéis formados por 10 ou mais cativos, correspondendo a 90,9% em Bananal e 63,8% em Lorena. Os percentuais mais altos em Bananal estavam relacionados à grande presença das propriedades com esse perfil (com 10 ou mais escravos) ao contrário do que ocorreu em Lorena. Os casais exogâmicos (com um cônjuge cativo e outro livre) foram a maioria em propriedades com 5 a 9 cativos em Lorena; já em Bananal não foi registrada essa formação. Assim, nos locais onde as propriedades escravistas eram maiores, as possibilidades de formações endogâmicas foram mais expressivas que em lugares caracterizados por plantéis menores[22].

As propriedades escravistas de Palmas que identificamos nos inventários tiveram um número muito reduzido de escravos casados ao longo do tempo. Mesmo as propriedades com 10 ou mais cativos eram formadas basicamente por solteiros. Dos casados, 72% estavam nessas propriedades, mas equivaleram a 13 indivíduos entre homens e mulheres.

No ano de 1829, para localidades da Província de São Paulo, incluindo Curitiba, Francisco Vidal Luna, ao examinar a relação entre tamanho dos plantéis e estado civil dos cativos, estimou um maior peso relativo de casados e viúvos nas propriedades com mais de vinte escravos. Luna constata ainda que, nos maiores plantéis, mesmo sendo elevada a razão de masculinidade, os cativos tiveram mais oportunidades de estabelecer relações conjugais estáveis. Salienta que não encontrou uma relação entre tamanho de plantel e participação de crianças, sendo que as médias propriedades (6 a 20 cativos) apresentavam mais crianças do que as pequenas e grandes propriedades[23].

---

[21] Os casos de cativos onde não constava estado civil parece corresponder a solteiros já que em alguns inventários alguns casos onde há cativos sem identificação de estado civil as pessoas casadas são identificadas.

[22] MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres*: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume, 1999, p. p. 251-253.

[23] LUNA, Francisco Vidal. Observações sobre casamento de escravos em São Paulo (1829). IN: *Anais do VI Encontro de Estudos Populacionais Olinda*,1988, v.3, p. 226.

Para o período de 1850-1888 em Mariana, Heloísa Maria Teixeira constatou que as relações de parentesco cresciam à medida que aumentavam as faixas de tamanho dos plantéis. Segundo essa autora, os maiores índices de masculinidade, conjugados com a dificuldade de estabelecer relações legítimas entre escravos de propriedades distintas, devem ser vistos como causa de menor incidência de vínculos de família nos menores plantéis[24].

Em Guarapuava nos anos de 1835 e 1840 as propriedades que possuíam de 1 a 4 escravos eram as que tinham o maior percentual de casados. Por constatar, entretanto, um baixo número de casados entre os escravos, Fernando Franco Netto afirmou que a população escrava de Guarapuava era formada por escravos solteiros e que as propriedades tenderam a limitar a união formal dos cativos[25].

Os plantéis de Palmas localizados em inventários eram pequenas propriedades, com um número absoluto reduzido de cativos casados e viúvos. Cabe salientar, entretanto que, diferente de Guarapuava, os poucos cativos casados em Palmas estavam em propriedades maiores, evidenciando que o tamanho do plantel teve influência no número de casados em Palmas, padrão que a historiografia confirma para diversas localidades.

Apesar de haver médias baixas de casados entre os cativos, encontramos um número relativamente alto de crianças com até 13 anos de idade nas propriedades. Os cativos menores registrados nos inventários corresponderam a um total de 72, sendo que nas escravarias de 1 a 4 foram arroladas sete crianças (1871/81) e nas propriedades de 5 a 9 foram registradas 18 (13 para 1859/69, 4 para 1871/81 e 1 para 1882/88). Nas propriedades de 10 a 21 foram encontrados 47 menores (22 para 1859/69, 24 para 1871/81 e um para 1882/88). As médias de crianças corresponderam a 0,4 para as pequenas, 2,6 para as médias e 4,3 para as grandes propriedades escravistas de Palmas, para todo o período[26].

Heloísa Maria Teixeira, diante de sua constatação em Mariana de uma menor participação de crianças nas pequenas propriedades, lança três razões que poderiam explicar essa tendência: a dificuldade de enlaces entre os escravos de propriedades distintas, por isso menos propícios à formação de famílias e à reprodução; a venda de crianças pela dificuldade dos pequenos escravistas em mantê-las até alcançarem idade produtiva; e a participação das crianças tornando as pequenas propriedades em médias. Teixeira ainda encontrou uma alta porcentagem de crianças

[24] TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001, p. 111.
[25] FRANCO NETTO, Fernando. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2005, p. 276.
[26] Essa média corresponde ao total de crianças cativas com até 13 anos, dividido pelo total de propriedades.

presentes nos maiores plantéis (com mais de 20 cativos), inclusive para o decênio de 1870, e afirmou que esse tipo de propriedade se tornava mais propício à estabilidade familiar e, em consequência, registrava os maiores índices de reprodução natural[27].

Em Palmas, da mesma forma, o número de crianças nas escravarias poderia estar relacionado ao tamanho do plantel. Os escravistas com mais cativos concentraram o maior número de crianças, o que pode estar ligado à representatividade do crescimento interno nesse tipo de propriedade, relativamente maior que nos pequenos e médios plantéis palmenses, apontando para um crescimento proporcional ao tamanho do plantel.

As maiores propriedades também concentraram boa parte das mulheres escravas de Palmas; esse fator possivelmente facilitou o crescimento interno. Cabe salientar que a razão de sexo foi relativamente alta nas grandes propriedades; entretanto, possuir algumas escravas em idade fértil no plantel pode ter rendido aos escravistas, de forma geral, a possibilidade de crescimento via reprodução. Como exemplo, podemos citar os casos de José Ferreira dos Santos, um grande escravista e Cesarina Antonina de Jesus, com um pequeno plantel[28]. Em 1868 a propriedade de José Ferreira dos Santos foi inventariada: esse senhor era um grande escravista com 21 escravos. Em seu plantel havia cinco mulheres em idade fértil e nove crianças entre 8 a 13 anos, as crianças; portanto, corresponderam a quase 43% do plantel.

Ainda mais surpreendente é o caso de Cesarina Antonina de Jesus. O inventário dessa senhora foi produzido em 1876 e seu plantel era composto basicamente por uma escrava e seus três filhos, com idade entre nove a seis anos[29]. Podemos deduzir daí que possuir mulheres em idade fértil significou para os escravistas a reposição e mesmo o crescimento de suas escravarias.

A fim de verificar se o estado civil dos escravos refletia no número de crianças presentes nos plantéis, classificamos as propriedades que possuíam pelo menos um escravo casado, e as com todos os cativos solteiros, e obtivemos que o percentual de crianças guarda diferença ínfima nessas escravarias. Nas propriedades onde havia casados, as crianças equivaleram a quase 30% (28) dos escravos; nas propriedades com todos os cativos sendo identificados como solteiros, as crianças atingiram 29,3% (44) do total dos escravos. Esses números nos permitem reiterar o que afirmamos até agora, ou seja, um crescimento endógeno dos plantéis, não necessariamente ligado a relações firmadas pelo casamento católico que poderiam decorrer de uniões interpropriedades.

---

[27] TEIXEIRA, Heloísa Maria. Meninos-dos-olhos do senhor: crianças escravas nos plantéis de Mariana (1850-1888). *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. [CD ROM]. Caxambu: ABEP, 2004, p. p. 5-6.
[28] Inventário de José Ferreira dos Santos (1868). NÚCLEO... Op. Cit.
[29] Inventário de Cesarina Antonina de Jesus (1876). NÚCLEO... Op. Cit.

Nos registros de batismo, a maior parte dos filhos de cativos registrados era fruto de relações ilegítimas, ou seja, filhos de mães solteiras ou que mantiveram uma união consensual, não firmada pelo casamento católico. Nos Livros de Batismo da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas, de 1843 até a abolição da escravidão, identificamos um total de 302 registros de batismo de escravos e ingênuos, correspondendo de 1843 a 1857 a 16% dos assentos e de 1870 a 1888 a pouco mais de 70% dos registros com escravos (Tabela 4).

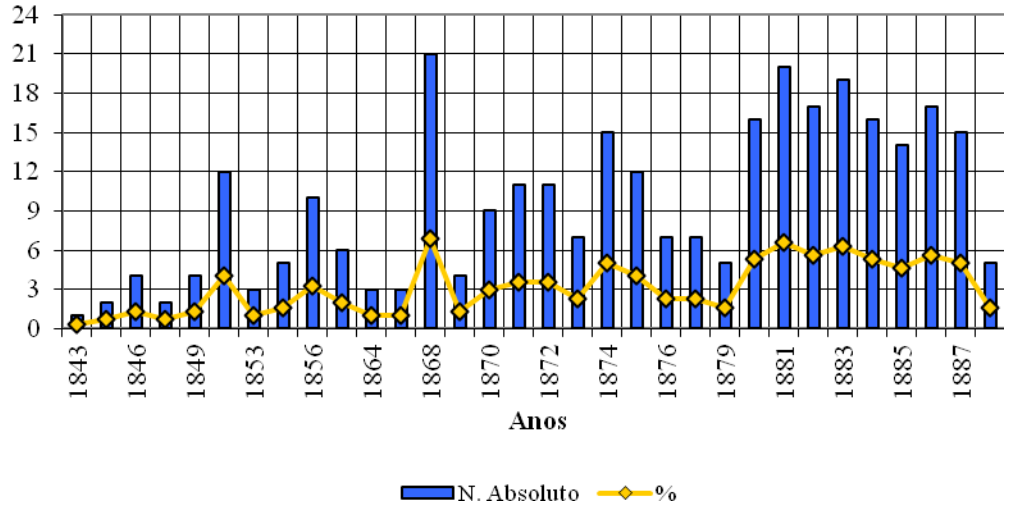
A década de 1880 concentrou o maior número de registro em relação aos outros decênios; nos anos que vão de 1880 a 1888 foi produzido pouco mais de 47% do total de registros (Gráfico 1), essa concentração se deve a presença de um vigário permanente na paróquia, o qual passou a realizar e registrar com mais frequência os batismos ocorridos na Vila.

Tabela 4. Total de Batismos de filhos de escravos
Palmas (1843-1888)

Períodos										Total	
1843-1849		1852-1857		1864-1869		1870-1879		1880-1888		1843-1888	
#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
12	4	36	12	32	10,6	83	27,4	139	46	302	100

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR.

Gráfico 1. Total de Batismos de filhos de escravos e cativos
Palmas (1843-1888)



Nos Registros Paroquiais de Batismo de Palmas, foram identificados 96 senhores de escravos, com uma média de mais de três registros por senhor. Dentre os proprietários de escravos, quase 45% deles apareceram apenas uma vez, pouco mais de 20% duas vezes e quase 14% três vezes em registros envolvendo seus cativos. Os escravistas que apareceram nos assentos quatro ou cinco vezes equivaleram a 3% dos senhores e concentraram apenas 4,6% dos registros de batismo;

aqueles com até cinco registros concentraram 45% dos batismos que envolveram cativos ou seus filhos. Dos escravistas identificados seis ou mais vezes nos assentos, contabilizamos um total de 17 senhores que concentraram 55% dos registros de batismo, números que apontam uma relativa concentração de batismos por senhor (Tabela 5).

Em Guarapuava foram identificados poucos proprietários que concentraram um número expressivo de batismos. Segundo Franco Netto, essa concentração dos batismos fortalece a hipótese de que a família escrava estava se desenvolvendo dentro dessas propriedades com o consentimento dos proprietários[30]. Pensamos que para Palmas as maiores propriedades, por possuírem mais crianças nos inventários, poderiam ser também as que mais vezes apareceram nos registros paroquiais, o que evidenciaria, de certa forma, a aceitação e mesmo o incentivo por parte desses senhores à reprodução interna e à formação de famílias.

Tabela 5. Concentração de batismos conforme senhor identificado – Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas (1843-1888)

	N. de Senhores		N. de Batizados	
Total de Batismos por senhor	#	%	#	%
1	43	44,8	43	14,2
2	20	20,8	40	13,2
3	13	13,5	39	13
4	1	1	4	1,3
5	2	2,1	10	3,3
6	3	3,2	18	6
7	4	4,3	28	9,2
8	2	2,1	16	5,3
9	2	2,1	18	6
10	1	1	10	3,3
11	2	2,1	22	7,3
14	1	1	14	4,6
15	1	1	15	5
25	1	1	25	8,3
Total	96	100	302	100

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR.

A fim de verificar se existia relação entre tamanho do plantel e total de registros produzidos, cruzamos as informações dos assentos Paroquiais com os inventários. Encontramos 22 inventários de senhores que foram também identificados em registros de batismo, somando 108

[30] FRANCO NETTO, 2005, Op. Cit. p. 307.

assentos envolvendo seus cativos. Dez desses senhores eram grandes escravistas, cinco eram médios e sete eram pequenos proprietários de escravos. Os senhores de grandes plantéis foram identificados em 81 registros, os médios em 16 e os pequenos escravistas em apenas onze registros.

O número médio de batismo de escravo para as faixas de tamanho dos plantéis foi de 8,1 para as grandes escravarias, 3,2 para as médias e 1,6 para as pequenas propriedades. Nesse quadro, constatamos que o número de batismo de filhos de escravos estava relacionado ao número de cativos nas propriedades. Tendo em conta que, dos 36 inventários pesquisados, onze eram de grandes escravistas, e desses, dez tiveram seus cativos registrados nos assentos, temos quase a totalidade dos grandes escravistas dos inventários aparecendo nos registros paroquiais. Isso nos leva a pensar que, nas maiores escravarias palmenses, o crescimento interno e a presença de famílias foram mais expressivos do que em outros tipos de propriedades.

Para todo o período pesquisado, cerca de 16% dos registros de batismo corresponderam a filhos de cativos casados, mais de 80% de relações ilegítimas e 3% de adultos africanos (Tabela 6). Observando os percentuais de filhos legítimos por período, salta à vista o índice de legitimidade para o primeiro período (1843-1849), correspondendo a mais de 30% do total, mais que o dobro do percentual para o último período. A possibilidade de se casar nos primeiros decênios da ocupação de Palmas deve ter sido dificultada pelas altas taxas de masculinidade mas, de certa forma, acreditamos que o número reduzido de mulheres no mercado matrimonial tornava as uniões legítimas mais atrativas. Nesse período de grande movimentação da população, o casamento garantia aos escravos homens a formação de família e, para os senhores, as uniões poderiam ser vistas como uma oportunidade, ainda que limitada, de crescimento interno.

De forma geral, o grande percentual de filhos ilegítimos estava relacionado com o maior número de solteiros entre os escravos. Os períodos em que foram registrados os maiores índices de casados arrolados em inventários corresponderam a uma porcentagem mais significativa de crianças que tinham pai e mãe identificados nos registros paroquiais de batismo.

Tabela 6. Legitimidade dos filhos de cativos batizados na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas (1843-1888)

	1843-1849		1852-1857		1864-1869		1870-1879		1880-1888		1843-1888	
	#	%	#	%			#	%	#	%	#	%
Legítimo	4	33	6	17	9	28	10	12	19	13,7	48	15,9
Ilegítimo/natural	8	67	21	58	23	72	73	88	120	86,3	245	81,1
Adulto/africano	-	-	9	25	-	-	-	-	-	-	9	3
Total	12	100	36	100	32	100	83	100	139	100	302	100

Fonte: Registros Paroquiais de Batismo - Cúria Diocesana de Palmas-PR.

Ao relacionar a Tabela 3 (sobre o estado civil dos escravos registrados nos inventários) com a Tabela 6, verificamos que nos anos de 1859 a 1869 foi registrado o maior percentual de casados em inventários; abarcando esse período constatamos também que os percentuais de crianças identificadas como filhos legítimos foram mais expressivos que para outros anos. Assim, houve correspondência entre estado civil e legitimidade; por isso nos períodos em que a representatividade dos casados foi maior a paternidade foi mais vezes anotada.

Nos registros de batismo localizamos apenas 19 proprietários que tinham escravos casados que haviam batizado seus filhos. Esses escravistas apareceram em 132 registros e os seus cativos casados em apenas 44, ou seja, em 33% dos assentos produzidos para seus senhores. A média de batismo ficou em 6,9, mais que o dobro da média geral, 3,1 registros para cada senhor.

Cruzamos informações dos inventários, para investigar o tamanho dos plantéis desses senhores. Constatamos que cinco eram grandes escravistas, três eram médios proprietários de escravos[31], seis eram aparentados com grandes escravistas (filho, esposa e genro) e em cinco casos não localizamos nenhuma informação. Nesses assentos, encontramos 43 pais e(ou) mães cativos. Desse total, os grandes proprietários, ou membros de sua família, concentraram 55,8% (24) dos cativos, os médios escravistas 16,2% (7) e os 28% (12) restantes corresponderam a senhores sobre os quais não encontramos informações em inventários (Tabela 7). Dessa forma, evidencia-se que as maiores propriedades eram as que concentraram os cativos casados legalmente.

Mesmo possuindo escravos casados, os índices de filhos legítimos foram relativamente baixos. Considerando os 19 escravistas relacionados, constata-se que dos 132 batismos envolvendo filhos de seus cativos, apenas 44 eram legítimos, ou seja mais da metade das crianças não tiveram a paternidade registrada (Tabela 7).

Assim sendo, os altos índices de ilegitimidade estavam relacionados com uma população cativa formada por solteiros; as crianças identificadas como filhos naturais e de pai incógnito nos registros paroquiais poderiam ser de uniões consensuais, que, mesmo não sendo anotado pelo Vigário, possivelmente existiram. De certa forma, a ilegitimidade dos filhos de cativos sugere que os escravos estavam se relacionando com outras pessoas, cativos de outros plantéis ou livres.

Tabela 7. Total de batismo nas propriedades com escravos casados e características dos plantéis nos Inventário de Bens

Proprietário	Cativos Casados*	Filhos legítimos	Total de batismos	Informações em Inventários
José Caetano de Oliveira Ribas	2	2	5	-
João Lustosa	1	1	1	-

[31] Nesse caso consideramos os inventários das esposas dos médios escravistas que produziram inventário.

Antonio de Oliveira Ribas	4	2	3	Média escravaria
Francisco Ignácio de Araújo Pimpão	2	2	8	Grande escravaria
Theodoro Ferreira Maciel	2	3	3	-
João Carneiro Marcondes	4	5	25	Grande escravaria
Pedro Siqueira Cortes	1	1	7	-
Antonio Ferreira dos Santos	2	2	8	Grande escravaria
Estevão Ribeiro do Nascimento	2	3	10	Grande escravaria
Núncia Maria Ferreira	4	4	5	Esposa e viúva de José Ferreira dos Santos grande escravista
Fermino Teixeira Baptista	2	5	9	Média escravaria
Lucio Irias de Araújo Gavião	1	1	14	Grande escravaria
José Joaquim de Almeida	6	5	15	-
Francisco de Assis de Araújo Pimpão	2	1	9	Filho de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão grande escravista
Gertrudes Maria de Almeida de Sá	2	1	2	Esposa e viúva de Estevão Ribeiro do Nascimento grande escravista
Antonio Joaquim do Amaral Cruz	2	2	2	Casado com filha de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão grande escravista
João Antonio de Araújo Pimpão	2	2	2	Filho de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão grande escravista
Maria Josepha de França	1	1	3	Esposa de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão grande escravista
Joaquim Mendes de Souza	1	1	1	Média escravaria
Totais	43	44	132	

Fonte: Relação de Inventários de Bens e Testamentos de Palmas (1859-1903), s/a. Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Palmas (NDPH-UNICS). Registros Paroquiais de Batismo-Cúria Diocesana de Palmas-PR.
*Nos casos onde constam apenas 1 escravo casado refere-se a casais mistos onde ou o pai ou a mãe eram identificados como livres, corresponderam a 4 casais.

Para diversas localidades a historiografia constatou índices elevados de ilegitimidade entre os escravos. Em Guarapuava, para o período de 1850-1870, foi de 83,3% e para 1871-1888 ficou em 94,1%[32]. Comparando esses percentuais com os estimados para Palmas, constatamos que em Guarapuava os índices de ilegitimidade foram maiores do que os de Palmas e, provavelmente, isso se deve a maior representatividade dos casados neste local do que em Guarapuava.

Cabe salientar, entretanto, que os índices de ilegitimidade reforçam a tendência de relações entre pessoas solteiras e estão ligadas à dificuldade em manter casamentos legítimos nos pequenos plantéis.

[32] FRANCO NETTO, 2005, Op. Cit. p. p. 292-293.

Tabela 8. Legitimidade dos filhos de livres batizados na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas (1843-1890)

	1840-1859		1860-1879		1880-1899		1840-1899	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Legitimo	137	52,7	713	78,3	5888	85	6738	83,1
Ilegítimo	62	23,8	142	15,6	919	13,2	1123	13,9
Indígena	61	23,5	56	6,1	128	1,8	245	3
Total	260	100	911	100	6935	100	8106	100

Fonte: Tabela construída a partir de dados disponíveis em: LAGO, Lourdes Stefanello. Origem e evolução da população de Palmas – 1840-1899. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987, p. 150.

Os índices de legitimidade dos filhos de pessoas livres em Palmas indicam a maior presença de casados legalmente nesse estrato da população; de 1843 a 1899, mais de 80% dos filhos de pessoas livres provinham de relações legítimas, sendo que o índice de ilegitimidade foi inferior a 15% (Tabela 8). Segundo Lourdes Stefanello Lago, apesar da impossibilidade de precisar com clareza a categoria social a que os filhos ilegítimos pertenciam, pode-se conjeturar que, pela forma como os registros foram preenchidos, os casos de filhos identificados como naturais ou ilegítimos dos livres se referiam à população negra, mulata e indígena de Palmas[33].

Ao comparar os índices de legitimidade entre livres e escravos, percebemos que a população livre foi marcada por altos índices de legitimidade apontando para a maior presença de uniões consagradas pela Igreja; em contraposição, a cativa se caracterizou por maiores índices de ilegitimidade relacionados à menor incidência de casamentos entre os escravos. Assim, na sociedade escravista palmense a ilegitimidade foi um dos contrastes da população cativa do local, o que pode sugerir que o contrair matrimônio era um elemento de distinção entre os escravos, ao estabelecer esses laços os cativos poderiam fazer do casamento um fator de mobilidade nas hierarquias formadas dentro do cativeiro.

A falta de registros indicando a paternidade das crianças em Palmas nos impede de traçar com precisão as estratégias de uniões tecidas por senhores e escravos, mas a frequência dos assentos de batismo indica que as uniões não sancionadas pela Igreja eram comuns, e que os escravistas não impediram sua ocorrência. Para os senhores, uniões consensuais ou simplesmente casuais de seus escravos poderiam ser vistas como vantajosas, afinal, não havia impedimentos legais ou de caráter religioso quanto a esse tipo de relação ilegítima no momento da divisão dos bens ou da venda dos cativos que mantinham essas relações.

[33] LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987, p. 143.

Negociação de escravos

Francisco Antonio de Araújo, fazendeiro e senhor de escravos em Palmas, morreu em 1875. Em seu inventário (1876) foram arrolados, entre seus bens, 19 cativos, assim distribuídos quanto à faixa etária: onze tinham entre 14 a 49 anos e oito eram menores de 14 anos de idade. Dos escravos adultos, sete eram homens e quatro mulheres, ou seja, a razão de sexo ficou em 175, bastante alta, embora se aproxime da razão para o período nas grandes propriedades[34]. Por meio dos registros cartoriais de compra, identificamos que alguns de seus escravos foram obtidos dessa forma, como é o caso de Antonia e Luiza, a primeira com 26 e a segunda com nove anos de idade, ambas compradas no ano de 1867 e do mesmo senhor, e Efigenia, natural da Província de Santa Catarina, comprada em 1874[35].

A compra de escravos para essa escravaria diminuiu a razão de sexo, que tendeu a um equilíbrio entre as crianças, sendo identificados no inventário quatro meninos e quatro meninas. Quanto ao estado civil, todos os escravos foram identificados como solteiros, e não havia informação sobre parentesco entre os cativos; com o objetivo de verificar se existia essa relação, procedemos ao cruzamento das informações dos inventários com as dos de batismo.

Nos livros paroquiais, foram produzidos seis assentos de batismo de filhos de cativas de Francisco, um para o ano de 1856, três no ano de 1868 e dois para o ano de 1871, filhos de Romana, Lina, Sipriana e Maria[36]. A escrava Romana não é identificada no inventário e, possivelmente, seu filho Benedicto seja o escravo com o mesmo nome, com vinte anos, listado no documento[37]. A cativa Maria batizou Tereza e Magdalena no mesmo ano (1871) e todas são listadas nessa fonte[38]. Também encontramos o registro de batismo de José, escravo adulto, batizado em 1856 que provavelmente foi adquirido pelo mesmo senhor[39].

Após a morte de Francisco, foram feitos quatro assentos de batismo de filhos de suas escravas, um da escrava Luiza, dois de Lina e um de Theresa; as cativas foram identificadas como escravas da viúva, Ana Ferreira de Jesus[40]. Disso se depreende que, embora os escravos fossem,

---

[34] Inventário de Francisco Antonio de Araújo (1876). NÚCLEO... Op. Cit. Esses índices foram obtidos através dos inventários, correspondendo a uma amostra e não a tendências precisas das escravarias de Palmas. A razão para o período de 1871/81 nas propriedades com 10 a 21 cativos foi de 173 (Ver: Tabela 6).
[35] TABELIONATO LEINIG. *Livro de Notas n. 2.* fls. 16, 17, 25-27.
[36] CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fls. 33 e verso, 44 verso, 47 verso.129, 130.
[37] Inventário de Francisco Antonio de Araújo. NÚCLEO... Op. Cit.
[38] CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 1*, 1843 – 1871, fls. 44 verso, 47 verso.
[39] Quanto a José o senhor pode também ter obtido pela divisão de bens, mas por ter sido batizado adulto e sendo africano possivelmente foi comprado por Francisco Antonio de Araújo.
[40] CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo de Ingênuos*, 1871-1888, fls. 7, 13 verso. CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. *Livro de Registros Paroquiais de Batismo n. 2*, 1872-1890, fl. 58.

em sua maioria, solteiros, os senhores não impediram as uniões entre os cativos, provavelmente com o intuito de favorecer o crescimento do plantel. Poderiam também aumentar as possibilidades de reprodução interna, equilibrando os sexos pela aquisição.

Os registros de compra e venda de escravos em Palmas iniciaram no ano de 1862 e foram até 1879. Com a finalidade de analisar as tendências das negociações, estabelecemos quatro períodos tendo em vista o contexto regional e escravista. O primeiro (1862-1864) e segundo (1866-1869) correspondem à década de 1860, abarcando os anos em que as famílias escravas poderiam ser separadas pela venda; ainda refere-se ao período marcado pelo contexto de fronteira. O terceiro (1870-1874) e quarto (1875-1888) períodos marcaram o auge das negociações de escravos em Palmas, e nesses anos houve a promulgação da Lei do Ventre Livre. Também classificamos os cativos negociados em faixas de idade, tendo em vista as fases de maior e menor disposição para o trabalho e para a reprodução. Ao longo dos anos foram produzidas 59 escrituras de compra e venda, sendo negociados 72 cativos, entre os quais 24 eram membros de famílias vendidos juntos e foram registrados na mesma escritura de venda[41]. Durante a década de 1860 foram negociados 17 cativos que compuseram 24%, correspondendo na década de 1870 a 76% das negociações para todo o período.

Quanto ao sexo, 55% eram escravos e 45% escravas; as vendas tenderam a um equilíbrio ao longo dos anos entre total de homens e mulheres negociados. Nos três primeiros períodos aqui definidos, o total de cativos do sexo masculino negociado foi relativamente maior que o número de escravas, mas as negociações não corresponderam a um percentual tão elevado de vendas de homens em relação às mulheres. Para os dois primeiros períodos, o volume de vendas foi 59% de homens e 41% de mulheres. Nos dois últimos períodos, quando o número de vendas foi maior, correspondeu a 53% de cativos e 47% de escravas, o que comprova a tendência, de certa forma, de um quase equilíbrio em relação ao sexo nas negociações (Tabela 9).

Tabela 9. Negociações de escravos em Palmas (1862-1879)

Sexo	Períodos									
	1862-1864		1866-1869		1870-1874		1875-1879		1862-1879*	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Masculino	5	7	5	7	14	20	15	21	39	55
Feminino	3	4	4	5	11	15	15	21	33	45
Total	8	11	9	12	25	35	30	42	72	100

Fonte: Livros de Notas - Registros de Vendas de Escravos - Tabelionato Leining.
*Para o sexo Feminino no período de 1870-1874 não foi contabilizada uma escritura que tinha sido cancelada.

[41] Entre as escrituras um caso foi anulado por não ter sido apresentada a matrícula de escravos pelo vendedor, este caso foi considerado na soma das escrituras, mas a cativa negociada foi desconsiderada na soma dos escravos negociados.

Nos dois primeiros períodos, a maior parte dos cativos do sexo masculino negociados estava na faixa dos 16 a 30 anos de idade, sendo negociadas apenas três crianças com até 15 anos e dois adultos na faixa dos 31 a 45. Nos dois últimos períodos, verificamos um número mais elevado de crianças sendo negociadas: com até 15 anos foram 10 e com 16 para mais houve 16 casos de venda. Das escravas do sexo feminino, nos dois primeiros períodos foram negociadas apenas sete cativas, seis na faixa dos 16 a 30 anos e uma com até 10 anos de idade. Nos dois últimos períodos, foram negociados 13 escravos com até 15 anos e na faixa dos 16 até 45 anos, a um número absoluto de 13 negociações (Tabela 10).

A média aritmética de idade sempre foi mais alta para os escravos do sexo masculino negociados, mas tendeu a ser maior nos dois primeiros períodos, correspondendo para homens a 27,4 (1862-1864) e 24 anos (1866-1869), e para as mulheres a 24 (1862-1864) e 22,3 anos (1866-1869). No terceiro e quarto períodos, foi de 22,4 (1870-1874) e 22,6 (1875-1879) para os cativos do sexo masculino e 18,2 (1870-1874) e 21,7 anos (1875-1879) para o sexo feminino. Nesse aspecto, constata-se que os compradores adquiriam cativos jovens, de maneira geral na casa dos 20 anos, para ambos os sexos. Provavelmente a Lei Rio Branco (Lei do Ventre Livre) acirrou a preferência dos senhores por cativos em idade mais jovem; com isso talvez estivessem se prevenindo de uma possível escassez de trabalhadores, mas também, pela compra de mulheres moças, ao que parece, buscavam lograr para si a oportunidade de usar a mão de obra compulsória que as cativas poderiam possibilitar pela reprodução.

Tabela 10. Faixa etária dos cativos negociados em Palmas (1862-1879)

Sexo Masculino

Período	Até 10 #	11 a 15 #	16 a 30 #	31 a 45 #	46 ou + #	M I	Total* #
1862-1864	1	-	3	1	-	27,4	5
1866-1869	1	1	2	1	-	24	5
1870-1874	5	1	4	2	2	22,4	14
1875-1879	3	1	7	3		22,6	14
Total	10	3	16	7	2	23,3	38

Sexo Feminino

Período	Até 10 #	11 a 15 #	16 a 30 #	31 a 45 #	46 ou + #	M I	Total* #
1862-1864	-	-	3	-	-	24	3
1866-1869	1	-	3	-	-	22,3	4
1870-1874	6	1	1	3	-	18,2	11
1875-1879	2	4	5	4	-	21,7	15
Total	9	5	12	7	-	20,8	33

Fonte: Livros de Notas - Registros de Vendas de Escravos - Tabelionato Leining.
M I = Média de Idade

* Para o sexo masculino um caso não constava à idade para o período de 1875-1879. Para o sexo Feminino no período de 1870-1874 não foi contabilizada uma escritura que tinha sido cancelada.

Outro fator que pode ter favorecido a média de idade mais baixa para as mulheres em relação aos homens nos últimos períodos, foi a maior compra de cativas com até 15 anos, o que pode estar relacionado com uma possível estratégia dos compradores para a manutenção futura da mão de obra, pois, quando o trabalhador escravo se tornasse cada vez mais escasso, elas poderiam ainda gerar filhos para lhe servir. Entretanto, as meninas com até 15 anos corresponderam a 18% (13) de todas as negociações de cativos (72), e a lei de 1869, que proibia a separação de membros de família pela venda e divisão dos bens, pode ter favorecido o aumento do volume de negociações de crianças de forma geral. Em todo caso, 38% das meninas foram negociadas com seus pais e 62% não tinham referência de parentes sendo negociados com elas[42]. Dos meninos, 62% foram vendidos com os pais e(ou) irmãos, e 38% foram negociados sem constar referência de parentes, ou seja, o inverso dos percentuais marcados para as meninas.

De maneira geral, a intenção dos compradores ao adquirir um cativo, criança ou adulto, homem ou mulher, estava direcionada a suprir a demanda por trabalhadores e, possivelmente, os senhores planejavam usufruir por um longo tempo dessa mão de obra, por isso a aquisição de escravos jovens. Essa tendência foi mais aparente na década de 1870 e se estabilizou nos anos de 1878 e 1879; – vale notar que a partir de 1880 já não encontramos mais escrituras de vendas de cativos (Gráfico 2).

Por meio do Gráfico 2 constatamos que o maior volume de compra e venda de escravos se concentrou na década de 1870. A média de preços nas negociações teve variações de acordo com o sexo: para os homens foi de 1:357$500 (um conto trezentos e cinquenta e sete mil e quinhentos réis) e para as mulheres foi de 1:752$353 (um conto setecentos e cinquenta e dois mil e trezentos e cinquenta e três réis). A menor e maior média de preço se registraram para as cativas no período de 1870-1874 (1:143$333) e no de 1862-1864 (1:900$000) e para os escravos no período de 1866-1869 (600$000) e no de 1875-1879 (1:522$222), respectivamente. Entretanto, para todas as negociações, a maior média de preço foi estimada nos anos de 1862-1864 e a menor ficou para o período de 1870-1874 (Tabela 11). Dessa forma, constata-se que os menores preços se deram no período que abarca os anos que seguiram a proibição da separação das famílias escravas pela venda e a Lei do Ventre Livre. Esses fatos, evidentemente, contribuíram para a redução imediata nos preços dos cativos; entretanto, nos anos posteriores, a média de preço tendeu a um aumento.

[42] Retiramos dessa soma uma escrava que foi identificada com 13 anos e casada.

Gráfico 2. Negociações de escravos em Palmas (1862-1879)

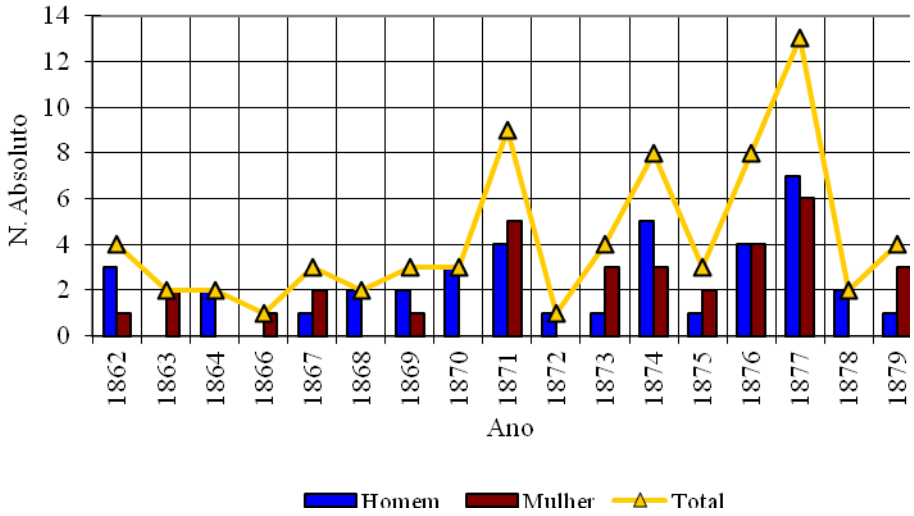


Tabela 11. Preços Médios dos escravos na faixa etária dos 15 aos 39 anos e dos menores de 15 anos em Palmas (1862-1879)

	Homens		Mulheres	
Períodos	Número	Média de Preços*	Número	Média de Preços*
1862-1864	4	1:445$000	3	1:900$000
1866-1869	3	600$000	4	1:717$500
1870-1874	8	1:412$500	3	1:143$333
1875-1879	9	1:522$222	7	1:534$286
1862/79	24	1:357$500	17	1:752$353

Menores de 15 anos		
Períodos	Número	Média de Preços
1862-1864	1	1:700$000
1866-1869	3	800$000
1870-1874	7	744$600
1875-1879	2	750$000
1862/79	13	1:493$554

Fonte: Livros de Notas - Registros de Vendas de Escravos - Tabelionato Leining.
* Foram contabilizados nas Médias de Preços o valor da negociação; por exemplo, em casos onde o casal e seus filhos eram negociados, e não constava o valor de cada escravo vendido, computamos para cada sexo o valor total da negociação da família. Essas médias correspondem à soma dos preços dividida pelo número de negociações.

Comparando as médias de preços dos escravos negociados com o valor das avaliações nos inventários, o preço dos escravos nos registros de compra e venda era bem mais elevado que dos inventários de bens. Cabe ressaltar que, se a avaliação em inventários não acompanhava o valor de

mercado do cativo, ao menos era orientado por ele[43]. Constatamos, entretanto, que os senhores conseguiam vender e também compravam escravos com preços acima dos valores atribuídos pelos avaliadores em inventários aos cativos na mesma faixa de idade (15 a 39 anos). Pensamos que o preço dos cativos negociados em Palmas provavelmente dependeu da condição e função do escravo negociado, das relações sociais dos envolvidos na compra e venda e da oferta desse tipo de mão de obra no local (que pode ter diminuído e(ou) elevado o preço dos cativos que estavam sendo negociados).

Em 1871 a Lei do Ventre Livre reforçou em seu texto a proibição da separação de famílias cativas em casos de alienação ou transmissão de escravos. Com pena de nulidade, era proibido separar cônjuges ou mãe e seus filhos menores de doze anos[44]. Dessa forma, esse dispositivo da lei favoreceu na maior ocorrência de cativos com família no número de negociações.

Os aspectos legais interferiram nas tendências das negociações de escravos com família. Com o fim do tráfico de africanos em 1850, o mercado de cativos começou a depender da reposição interna da mão-de-obra escrava; com isso a venda de escravos com família deve ter aumentado, tendo em vista que já não dispunham de africanos desarraigados. Assim, para Palmas sugerimos que antes da proibição da separação pela venda possivelmente membros de família eram separados sem a preocupação do escrivão em assinalar algum vínculo de parentesco com outros escravos. Outro fator que favorece essa hipótese são as matrículas de escravos criadas pela Lei do Ventre Livre e que eram apresentadas ao escrivão a partir de 1872.

Nesse ano os escravistas foram obrigados a registrarem seus escravos nas coletorias dos municípios onde moravam. Nesse documento constavam várias informações referentes aos escravos: cor, profissão, estado civil, aptidão para o trabalho, filiação etc. Desse ano em diante a matrícula se constituía na principal base legal para a propriedade de escravos, e o senhor que não matriculasse um escravo perdia o título a sua propriedade[45]. Cabe repetir, nesse documento constava estado civil e filiação, portanto, dados relativos à presença de famílias.

De 1872 em diante, evidenciamos nas escrituras de compra e venda de escravos a referência à matrícula, reforçando que os escrivães estavam anotando as informações referentes a esses escravos com base nesse documento, e por isso com maior precisão quanto ao estado civil e

[43] PESSI, Bruno Stelmach. *O trabalho escravo no contexto do fim do tráfico*: Organização e especialização do trabalho nas charqueadas pelotenses. Disponível em: http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/banners/BrunoPessi.pdf. Acesso em: 02 fev. 2010.
[44] VEIGA, 1876, Op. Cit.
[45] SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. IN: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 13 (01): 117-149, jan.-abr., 1983, p. p. 168-169.

filiação que em outros períodos, quando apenas o comprovante de pagamento da "meia-siza"[46] e as informações fornecidas pelos vendedores e compradores era seu referencial.

Se levarmos em conta, entretanto, que a totalidade dos escravos negociados em Palmas era proveniente da mesma Província do Paraná e que a maior parte das negociações foi realizada por senhores locais, algumas vezes aparentados entre si, pode-se sugerir que a venda não representasse necessariamente o desate definitivo das relações que os escravos mantiveram com o antigo cativeiro[47]. Infelizmente a falta de informações nos impede de apontar com precisão se as famílias foram ou não separadas pela venda; nos limitamos a conjeturar essas possibilidades.

Voltando especificamente aos dados para Palmas, verificamos que a Lei não interferiu no volume de escravas mulheres sendo negociadas, mas provavelmente os escravistas mais abonados eram os principais compradores[48]. A interrupção dos registros a partir de 1880, cabe ressaltar, é uma prova de que os senhores não estavam mais dispostos a correr o risco de perder seus investimentos com escravos.

Tabela 12. Características de Cativos negociados com algum parente em Palmas (1862-1877)

Ano e Nome	Idade	Profissão	Cor	Preço	Relação de parentesco
1871					
Emiliana	28	-	-	2:320$000	Mãe
Maria	10	-	-		Filha escrava
Manuel	58	Roceiro	Preto	2:500$000	Marido e pai
Anna	40	Cozinheira	Preta		Esposa e Mãe
Martinho	1	-	Crioula		Filho escravo
Matheus	4	-	Crioula		Filho escravo
Policena	38	Cozinheira	Preta	1:250$000	Mãe
Theodora	30 meses	Cozinheira	Preta		Filha escrava
1873					
Felisbina	40	Cozinheira	Preta	800$000	Mãe

[46] A "meia-siza" era um imposto sobre as transações mercantis envolvendo cativos. Ver: FERNANDES, Guilherme Vilela. Tributação e escravidão: o imposto de meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo. IN: *Almanack braziliense*. São Paulo: USP, n. 2, nov. 2005, p. p. 102-113.

[47] Observamos, entretanto, que as negociações envolveram mais cativos de outros lugares, sendo que apenas 6 dos cativos negociados eram naturais de Palmas. Dos escravos onde foi identificado a naturalidade 33 eram da Província do Paraná (com destaque a Palmeira com 17 cativos que lá nasceram, salientamos que não contamos com os 6 cativos de Palmas), 7 de Santa Catarina, 5 de São Paulo, 2 de Minas, 3 escravos que eram naturais do Rio de Janeiro, Rio Grande e Bahia, 3 africanos e, em 14 registros não era identificado a naturalidade.

[48] Dos compradores encontramos 11 que possuíam inventário, destes 7 eram grandes escravistas e negociaram 10 cativos, 1 era médio e comprou 8 cativos, e 3 eram pequenos escravistas e compararam 6 cativos. Entre os vendedores encontramos apenas 6 que tiveram inventários produzidos, entre eles dois eram de grandes escravistas que venderam 2 escravos, 1 era médio escravista que vendeu apenas um cativo e 3 eram pequenos escravistas que venderam 4 cativos. Dos pequenos escravistas encontramos Benedito Vieira da Silva que era comerciante, provavelmente esta profissão deve ter favorecido para que tivesse participado como comprador em 4 e como vendedor em 1 negociação envolvendo cativos, além disso apareceu como procurador dos vendedores em dois casos.

Joaquina	6	-	Parda		Filha escrava
1875					
Victalina	33	Cozinheira	Preta	1:100$000	Mãe
Luiza	5	-	Preta		Filha escrava
1876					
Hygino	23	-	Fula	2:200$000	Marido e pai
Romana	13	-	Preta		Esposa e Mãe
Pacifica	2 meses	-	-		Filha ingênua
1877					
Estelina	24	-	Preta	4:800$000	Mãe
Marcos	8	-	Parda		Filho escravo
Lucia	10	-	-		Filho escravo
Salomão	13	-	Parda		Filho escravo
Candido	2	-	-		Filho ingênuo
Hygino	27	-	Fula	1:700$000	Marido e pai
Romana	17	Serviços de casa	Preta		Esposa e Mãe
Pacifica	6 meses	-	-		Filha ingênua
Maria	30	Cozinheira	Preta	1:200$000	Mãe
Ignácio	8	-	Preta		Filho escravo
Maria	23	Cozinheira	Preta	1:000$000	Mãe
Romão	10	Campeiro	Fula		Filho

Fonte: Livros de Notas - Registros de Vendas de Escravos - Tabelionato Leining.

Em relação aos preços das famílias negociadas observamos que os valores, se contarmos cada membro, correspondeu, em quase todos os casos, a um preço acima das médias gerais para Palmas. Por exemplo, Emiliana e sua filha Maria foram negociadas pela quantia de 2:320$000[49], o preço médio das cativas na faixa de idade de Emiliana foi de 1:143$333 e na faixa de sua filha foi de 744$600; somando essas médias teríamos um valor médio de 1:887$933 (Tabela 18 e Tabela 19).

No que diz respeito aos filhos ingênuos que acompanhavam suas mães quando essas eram vendidas a outros senhores, pode-se dizer que eles também tiveram um preço que fez parte das negociações. A cativa Estelina com seus três filhos escravos e um ingênuo foi negociada pela quantia de 4:800$000[50]; fazendo uma média a partir da Tabela 18, essa cativa e seus filhos escravos seriam negociados pelo valor total médio de 3:784$286, com acréscimo de mais de um conto de réis, pode-se afirmar que o ingênuo teve um preço que foi incluso nessa negociação.

[49] TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n.2*, fls. 45-46.
[50] TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n.5*, fls. 27 verso-29.

A idade dos pais parece ter interferido no valor dessas famílias. A escrava Felisbina de 40 anos e sua filha de seis, por exemplo, foram vendidas pela quantia de 800$000[51], já Victalina com 33 e sua filha com cinco foram negociadas por 1:100$000[52]. Essa disparidade dos preços, de uma e outra cativa, se devia, provavelmente, à idade das escravas negociadas, afinal elas desempenhavam a mesma função. Provavelmente, os senhores que compravam essas mulheres e seus filhos, além da função que a cativa iria desempenhar nas propriedades, procuravam aumentar sua escravaria adquirindo escravas que pudessem gerar filhos também cativos.

De qualquer forma, os percentuais salientam que os senhores palmenses estavam preocupados com a reposição da mão de obra cativa nas propriedades, principalmente a partir de 1871, ano em que encontramos as primeiras escrituras de venda envolvendo famílias e as negociações dos cativos mais jovens. Cabe ressaltar que a negociação de escravos com família pode ter sido uma imposição da própria conjuntura escravista. Os senhores não poderiam mais separar famílias pela venda e tampouco o mercado de cativos dispunha de escravos desarraigados devido à proibição do tráfico de africanos.

Bibliografia

FERNANDES, Guilherme Vilela. Tributação e escravidão: o imposto de meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo. IN: *Almanack braziliense*. São Paulo: USP, n. 2, nov. 2005.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Grall, 1991.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FRANCO NETTO, Fernando. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2005.

LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987.

LUNA, Francisco Vidal. Observações sobre casamento de escravos em São Paulo (1829). IN: *Anais do VI Encontro de Estudos Populacionais Olinda*,1988, v.3.

MACHADO, Cacilda. Casamento de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico atlântico (São José dos Pinhais-Pr, passagem do XVIII para o XIX).

[51] TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n.3*, fls. 38-40 verso.
[52] TABELIONATO LEINIG. *Livro de Nota n.4*, fls. 58-59 verso.

IN: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antonio Carlos; CAMPOS, Adriana (org.) [et. al.]. *Nas rotas do Império.* Vitória: Edufes, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio:* Os significados da liberdade no Sudeste Escravista Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres*: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume, 1999.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*: Esperanças e Recordações da Família Escrava –Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. IN: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 13 (01): 117-149, jan.-abr, 1983.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. IN: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org). *História da Vida Privada no Brasil:* Império. São Paulo: Companhia, 1997.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. Meninos-dos-olhos do senhor: crianças escravas nos plantéis de Mariana (1850-1888). *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. [CD ROM]. Caxambu: ABEP, 2004.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados.* 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

O ELEMENTO PÓS-MODERNO DO DISCURSO KEYNESIANO: NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A INCERTEZA

DANIELLE CRISTINA GUIZZO
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPPP/UFPR)
Universidade Federal do Paraná
danielleguizzo@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fornecer uma análise crítica do discurso proposto por Keynes com relação à incerteza, elemento-chave de obras como *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* e *Treatise on Probability*. Busca-se investigar o teor pós-moderno das proposições keynesianas a partir da discussão metolodógica fornecida por Jack Amariglio, David Ruccio, Sheila Dow e Arjo Klamer, que sugerem uma antecipação da *épistémè* pós-moderna ao Keynes se posicionar como anti-modernista, rejeitando o classicismo econômico. Para isso, o texto transita pelos argumentos filosóficos de autores como Jean-François Lyotard e Michel Foucault, que sugerem o pós-modernismo como *épistémè*, junto à teoria keynesiana e pós-keynesiana na tentativa de compreender quais elementos presentes na incerteza de Keynes podem ser assumidos como verdadeiramente pós-modernos.

Palavras-Chave: Pós-Modernismo; *Épistémè*; Keynesianismo; Incerteza.

ABSTRACT

This paper aims to furnish a critical analysis on Keynes' discourse towards uncertainty, a central figure of his works as *The General Theory of Unemployment, Interest and Money* and *Treatise on Probability*. An endeavour to investigate the post-modern element of Keynesians propositions will be made focusing a methodological discussion provided by Jack Amariglio, David Ruccio, Sheila Dow and Arjo Klamer, whom suggest an anticipation of the post-modern *épistémè* when Keynes ideas reveal an anti-modernist position, where he rejects most of the economic classicism. For that, the text dwells on Jean Lyotard and Michel Foucault's philosophical arguments, which indicate the post-modernism as a new *épistémè*, along with the Keynesian and post-Keynesian theory in an attempt to understand which main elements located in Keynes' uncertainty could be truly assumed as post-modern.

Key words: Post-Modernism; *Épistémè*; Keynesianism; Uncertainty.

1. INTRODUÇÃO

O discurso econômico convencional neoclássico, caracterizado como moderno, tem sido alvo constante de críticos que rejeitam as premissas modernas de racionalidade, universalismo e fundacionalismo em favor do pluralismo discursivo, relativismo, desequilíbrio e incerteza encontrados em novas vertentes do pensamento econômico, como as abordagens heterodoxas. Sob esta perspectiva, o pós-modernismo emerge como uma alternativa epistemológica plausível à teoria econômica ao incorporar novos valores de natureza discursiva específica.

A *épistémè*[1] pós-moderna é uma realidade emergente nas décadas de 1950 e 1960 sugerida por filósofos como Jean-François Lyotard e Michel Foucault para definir o período de mudanças significativas na ordem da sociedade moderna pós-industrial, no qual a modernidade seria finita e limitada. Neste sentido, o pós-modernismo não é um conceito que se define por si, mas implica numa definição por diferença em relação ao conceito de moderno, criticando-o e negando-o.

Inserido nesta nova abordagem, o discurso keynesiano se mostra um fator útil à análise da incorporação do pós-modernismo na teoria econômica. Os estudos de Keynes sobre a incerteza podem contribuir ricamente com esta investigação na medida em que a incerteza se combina a elementos presentes nas relações de poder e na natureza discursiva do conhecimento, do homem e da verdade, trazendo à tona uma nova interpretação da complexidade que circunda a visão pós-moderna e suas possíveis aplicações à teoria econômica.

Assim, o objetivo deste trabalho é verificar o teor pós-moderno do discurso keynesiano no que diz respeito à incerteza, que desempenha um papel central nos estudos do autor. Para isso, o texto está estruturado da seguinte forma: introdução do referencial filosófico pós-moderno com ênfase na emergência e disseminação de suas principais ideias a partir da crítica ao modernismo feita por Lyotard e Foucault; apresentação dos estudos propostos por Keynes e pelos pós-keynesianos acerca da incerteza e seus impactos na formação comportamental do indivíduo junto às convenções sociais; investigação sobre uma possível antecipação do pensamento pós-moderno feita por Keynes em seus estudos sobre racionalidade, subjetivismo e incerteza a partir de argumentos propostos por Amariglio,

[1] Compreende-se por *épistémè* um conjunto de relações que une as práticas discursivas e suas condições de possibilidade dos saberes. Ela é determinada temporal e geograficamente, além de abranger os códigos fundamentais de uma cultura que regem sua linguagem, percepção, técnica, valores, teorias e formas de ordem (CASTRO, 2009).

Ruccio, Dow e Klamer; e, finalmente, as considerações conclusivas pertinentes ao tema proposto.

2. DA FINITUDE DO PENSAMENTO MODERNO AO PÓS-MODERNISMO COMO *ÉPISTÉMÈ*

A análise das mutações do pensamento moderno do século XIX e início do XX ao pós-modernismo das décadas de 1950 e 1960 requer, para Foucault (2007, p. 298) uma arqueologia destes saberes, que indicará como as configurações próprias de cada positividade se modificaram e se deslocaram cronologicamente. Coube à modernidade se desprender das raízes do pensamento clássico do início do século XVIII e implementar um discurso metafísico transcendental com novos campos empíricos fundados na formalização (FOUCAULT, 2007). Foucault argumenta:

> As consequências mais longínquas e, para nós, as mais difíceis de circunscrever, do acontecimento fundamental que sobreveio à é*pistémè* ocidental por volta do fim do século XVIII, podem assim se resumir: negativamente, o domínio das formas puras do conhecimento se isola, assumindo ao mesmo tempo autonomia e soberania em relação a todo saber empírico, fazendo nascer e renascer indefinidamente o projeto de formalizar o concreto e de construir, a despeito de tudo, ciências puras; positivamente, os domínios empíricos se ligam a reflexões sobre a subjetividade, o ser humano e a finitude, assumindo valor e função de filosofia, tanto quanto da redução da filosofia ou contrafilosofia. (FOUCAULT, 2007, p. 342)

A nova forma de discurso materializada pela modernidade assume, primordialmente, um caráter racional, universalizante e subjetivo. Para Habermas (2002, p. 03-04), estas características se referem à ascensão das ciências empíricas, das artes autônomas e das teorias morais e jurídicas que possibilitaram a emergência de s*ociedades* modernas, tornando o modo de vida racionalizado e dotado de uma universalização das normas de ação, generalizando os valores sociais. O subjetivismo se dá pela simultânea superioridade e tendência à crise do mundo moderno, em que a modernidade se insere como problema filosófico ao nível da crítica, ou, conforme Habermas (2002, p. 25) argumenta, "(...) [o mundo moderno] faz a experiência de si mesmo como o mundo do progresso e ao mesmo tempo do espírito alienado.".

A positividade do princípio subjetivo da modernidade está, dessa forma, no fato de se elucidar novas formas de liberdade e de reflexão (HEGEL *apud* HABERMAS, 2002). Assim, a subjetividade assume um teor individualista, com direito à crítica, autonomia de ação e

baseado em uma filosofia idealista, que irá determinar as manifestações da cultura moderna, bem como seus conceitos morais e na liberdade dos indivíduos (HABERMAS, 2002).

Entretanto, Habermas (2002, p. 05) fala de uma teoria da modernização, que separa a modernidade de suas origens para moldá-la em um padrão neutralizado no tempo e no espaço; é no estado final evolutivo desta teoria da modernização que os pós-modernos se localizariam. Para o filósofo (2002, p. 124-125), Nietzsche é o primeiro responsável por renunciar à visão moderna do conceito de razão e implementar uma razão fundada na história que reconduza às origens, inaugurando o pensamento pós-moderno.

Segundo Foucault (2007, p. 425) a modernidade marca o início da existência do homem; não como uma espécie ou um gênero, mas como consciência epistemológica do homem como tal. A partir do século XIX, o ser passa a ter uma história e transita de simples objeto para um saber e um sujeito que conhece, abandonando as antigas formas de representação utilizadas na *épistémè* clássica, em que os seres não manifestam sua identidade, mas a relação exterior que estabelecem (FOUCAULT, 2007). Assim, o homem concebido pela modernidade – um ser dotado de história, trabalho, vida e linguagem – toma consciência da sua relação com estas forças exteriores e adquire uma identidade finita, ou, segundo Foucault (2007, p. 438), "A cultura moderna só pode pensar o homem porque ela pensa o finito a partir dele próprio.".

Uma vez que o homem adquire a perspectiva finita, ele se associa a um teor empírico-transcendental[2] característico do discurso moderno, que coloca o ser humano no centro do campo do saber. Neste sentido, o positivismo behaviorista e a dialética hegeliana associam formas transcendentais a conteúdos empíricos, seja da natureza ou da história, exemplificando as condições de possibilidade do saber que funda a *épistémè* moderna do século XIX. É sob esta visão que Foucault argumenta:

> Na experiência moderna, a possibilidade de instaurar o homem num saber, o simples aparecimento dessa figura nova no campo da *épistémè*, implicam um imperativo que importuna interiormente o pensamento; pouco importa que ele seja cunhado sob as formas de uma moral, de uma política, de um humanismo, de um dever de se incumbir do destino ocidental, ou da pura e simples consciência de realizar na história uma tarefa de funcionário; o essencial é que o pensamento seja por si mesmo e na espessura de seu trabalho, ao mesmo tempo saber e modificação do que ele sabe, reflexão e transformação do modo de ser daquilo sobre o que ele reflete.

[2] Compreende-se aqui por *empírico-transcendental* a dimensão que envolve o homem no saber do século XIX: desde seu nascimento ele é um ser ambíguo: nasce como ser finito e limitado entre os saberes empíricos, mas em seguida seus limites são pensados além da própria empiricidade. Ao mesmo tempo, ele é um objeto do saber e sujeito do conhecimento, detendo, portanto, um conteúdo empírico e uma forma transcendental (CANDIOTTO, 2006).

> [...] Para o pensamento moderno, não há moral possível; pois, desde o século XIX, o pensamento já "saiu" de si mesmo em seu ser próprio, não é mais teoria; desde que ele pensa, fere ou reconcilia, aproxima ou afasta, rompe, dissocia, ata ou reata, não pode impedir-se de liberar e de submeter. (FOUCAULT, 2007, p. 451-453)

Nota-se que a instauração de uma filosofia transcendental representa a positividade do pensamento moderno, que deixa de lado elementos morais, políticos e humanistas para valorizar um universalismo e uma racionalidade dignos de um metadiscurso. Ainda, a ascensão do homem finito como figura do saber coloca o sujeito como essência da verdade, fato que será criticado desde Nietzsche até os pensadores denominados pós-modernos.

A legitimação da corrente pós-moderna, emergente nas décadas de 1950 e 1960, se dá essencialmente pelo seu caráter crítico à modernidade e seus atributos de fundacionalismo[3], objetivismo, controle do tempo e do espaço, universalismo e racionalidade (WENDT, 1990). Contudo, não há um consenso entre os filósofos sobre uma definição precisa do pós-modernismo, que parte inicialmente de uma reação ao moderno (HARVEY, 1989). Lyotard (1979, p.03) trabalha com a hipótese de que o estado do conhecimento foi alterado no momento em que as sociedades adentraram a era pós-industrial, e as culturas – ciência, literatura e arte – foram submetidas a um processo de transição desde o final do século XIX até a década de 1950, culminando no pós-modernismo.

A *épistémè* pós-moderna, então, constitui-se em uma parte do moderno, mas que o nega; é, dessa forma, modernista em seu estado nascente mas não em seu fim, e assim o permanece (LYOTARD, 1979). Diferentemente do modernismo, a fase pós-moderna não se consolida a partir de um processo histórico específico, mas a partir de uma conjuntura, condição, estilo e crítica existencial, em que ele pode ser visto como um estágio particular na história da vida do capitalismo moderno (RUCCIO E AMARIGLIO, 2003). Lyotard define a posição do filósofo pós-moderno:

> A postmodern artist or writer is in the position of a philosopher: the text he writes, the work he produces are not in principle governed by preestablished rules, and they cannot be judged according to a determining judgment, by applying familiar categories to the text or the work. Those rules and categories are what the work of art itself is looking for. (LYOTARD, 1979, p. 81)

[3] De acordo com Abbagnano (2007, p. 560), o fundacionalismo é vastamente encontrado na filosofia moderna do século XX, e se refere a uma determinada doutrina que persegue um ideal de "fundamento último" e de "saber primeiro", tanto em sentido metafísico-ontológico quanto em sentido gnosiológico-epistemológico.

Compreende-se, assim, que o pós-modernismo procura se desfazer de regras e gestos totalizadores de um metadiscurso moderno, que busca expressar o poder imanente do homem de transcender barreiras na conquista pelo tempo e espaço com o auxílio da razão. As metanarrativas criticadas pelo pós-modernismo incluem, ainda, as que defendem os benefícios do conhecimento científico e do progresso social trazido por este, e as que apresentam uma visão totalizadora de independência política e liberação humana por meio da democracia representativa, abrangendo, por exemplo, o liberalismo e o Marxismo (RUCCIO E AMARIGLIO, 2003).

O estilo de escrita, pensamento, atuação e criação é apresentado pelos pós-modernos por meio da desconstrução e auto-reflexividade; contudo, não prevalece na *épistémè* pós-moderna um método monista assim como no pensamento moderno. Dow (2001, p. 66-67) defende a negação de uma metodologia pelos pós-modernos ou, ainda, a incorporação de uma metodologia pluralista que reflete a ideia desconstrutivista de autores como Jacques Derrida, que visa destacar as contradições, ambiguidades e multiplicidade dos signos e significados, indo de encontro aos objetivos modernos de eliminação destes atributos em um discurso (RUCCIO E AMARIGLIO, 2003).

Dadas as diversas concepções e críticas sobre a modernidade, por vezes o pós-modernismo é frequentemente assumido como *antimodernismo* e *não-modernismo*. Wendt (1990, p. 52) define e isola as diferentes posições intelectuais, evitando assim interpretações errôneas: o *não-modernismo* compreende todos os movimentos outros que não se caracterizam como modernos; já o a*ntimodernismo* se define pela rejeição crítica e deliberada aos elementos defendidos pelo modernismo. Sob esta perspectiva, o *não-modernismo* inclui, necessariamente, o *antimodernismo*, mas pode ou não incluir outros não-modernismos como o próprio pós-modernismo. Wendt (1990, p. 53) pontua as principais características do pós-modernismo:

1. Envolve múltiplos saberes ou discursos com incomensurabilidade e diferenças persistentes ou irredutíveis entre eles;
2. Envolve a produção discursiva dos sujeitos com a descentralização do indivíduo;
3. Envolve a produção discursiva do conhecimento, determinado historicamente e socialmente constituído;
4. É, em todos os aspectos, *antimoderno*;
5. Envolve narrativa;
6. Envolve os seguintes de tópicos da matemática e da ciência natural do século XX: *catástrofe, descontinuidade, caos* e *relatividade*;

7. Rejeita a intenção individual, deliberação e poder de escolha;
8. Envolve a fragmentação do sujeito ou do indivíduo;
9. Envolve irracionalidade, contradição, arbitrariedade, jogo e surpresa;
10. Envolve o saber e o discurso como instáveis e mutáveis;
11. Envolve o não-mensurável, o desconhecido e a dúvida. Rejeita o sistemático;
12. Desconstroi o discurso modernista e destroi a teoria econômica e sua racionalidade.

Sendo assim, alguns economistas como Marx, Veblen, Schumpeter, Mises, Hayek e Galbraith são *não-modernistas*, enquanto Keynes é um *não-moderno* e, possivelmente, um pós-moderno (WENDT, 1990). A discussão que envolve o caráter pós-moderno do discurso proposto por Keynes requer uma análise crítica de seus escritos para, posteriormente, avaliar suas contribuições para a nova *épistémè*.

3. O DISCURSO KEYNESIANO SOBRE A INCERTEZA: PARA UMA CRÍTICA DO MODERNISMO ECONÔMICO

Os estudos de Keynes sobre incerteza envolvem, conjuntamente, uma análise também da racionalidade humana e do subjetivismo, que atribui a fonte da verdade ao próprio sujeito. Sob esta perspectiva, novas interpretações do comportamento individual e coletivo são apresentadas quando estes sujeitos estão inseridos em um ambiente incerto.

A abordagem proposta por Keynes foca uma economia monetária de produção, como argumenta o autor:

> The theory which I desiderate would deal […] with an economy in which money plays a part of its own and affects motives and decisions and is, in short, the operative factors in the situation, so that the course of events cannot be predicted, either in the long period or in the sort, without a knowledge of the behavior of money between the first state and the last. And it is this which we ought to mean when we speak of a *monetary economy*. (KEYNES, 1972, p. 408-409, grifo do autor)

Esta economia monetária de produção enfatiza novos princípios que correntes teóricas clássicas focadas na economia das trocas[4] não lida. Com a primeira se busca analisar o papel não-neutro da moeda dentro da dinâmica econômica das trocas e decisões de investimento desde seu comportamento na entrada da moeda no fluxo econômico até seu último estado.

[4] Uma economia que utiliza a moeda meramente como uma ligação neutra entre transações de bens e ativos reais e não a permite entrar nas decisões e nos motivos é denominada *real-exchange economy* (KEYNES, 1972).

Keynes (1972, p. 409) ainda destaca que este rumo tomado pela moeda não pode ser previsto tanto no longo quanto no curto prazo, o que a torna um elemento inerente da análise da incerteza e das expectativas.

O fator tempo se mostra um elemento essencial dentro da esfera das expectativas, em que a tomada de decisão sobre os investimentos futuros é unidirecional. Carvalho (1989, p. 185) assume que a obra keynesiana dá importante peso à temporalidade da ação, uma vez que não há reversão de planos e processos sem custos na economia monetária. Sob esta perspectiva, o investidor não detém informações a respeito de um determinado fato que pode influenciar sua decisão, mas apenas conjecturas correntes. A falta de informações se dá pela inexistência de dados confiáveis que permitem aos agentes tomar uma decisão que vá ao encontro de seus interesses, ao mesmo tempo em que seja consistente com as decisões de investir dos outros indivíduos presentes na economia.

Assim, a definição keynesiana da incerteza diverge de cálculos probabilísticos de risco, uma vez que ela está além da simples matematização dos fatos futuros. Ela se refere à impossibilidade de determinar, *a priori*, o conjunto de influências que atuarão entre a decisão de investir e a obtenção de seu retorno, dificultando a previsão que se mostraria como a base para uma decisão racional (CARVALHO, 1989).

Para Lawson (1985, p. 913-914), a falta de conhecimento sobre um determinado fato futuro que Keynes menciona em sua obra é de um tipo específico; neste sentido, as evidências disponíveis dentro da realidade que podem auxiliar os indivíduos na tomada de decisão futura são numericamente imensuráveis e indeterminadas, anulando a possibilidade de existência de relações de probabilidade. Sob esta perspectiva, um fato *incerto* tem uma natureza distinta de um fato *improvável*[5].

A incerteza, dessa forma, representa uma crítica à racionalidade perfeita adotada por economistas modernos, como os descendentes de Bentham. Contudo, Keynes não adota uma posição antirracional; o comportamento econômico pode ser racional se existem fatos ou razões que fundamentam este tipo de posição. Fitzgibbons (2002, p. 07) afirma existir um paradigma keynesiano de *incerteza e julgamento*, que aloca os tomadores de decisão do mercado e do governo juntos em um ambiente de incerteza; mesmo que o comportamento

[5] Em *Treatise on Probability* (1921, p. 03 e p. 21), Keynes afirma que relações de probabilidade demostram possibilidade ou certeza quanto à crença racional em alguma proposição. Ao contrário, em ocasiões nas quais não se pode afirmar nada concreto sobre os resultados de uma determinada probabilidade, tem-se uma situação de *incerteza*.

tenha intenções racionais, seu poder de julgamento estará afetado pelo contexto incerto, e as decisões deverão ser guiadas por fatos outros além dos presentes no ambiente racional.

É, neste sentido, que a incerteza possui um caráter ao mesmo tempo epistemológico e ontológico, mesclando suas relações com o conhecimento e a realidade. Seu conteúdo epistemológico, traduzido na falta de algum tipo de conhecimento confiável, está associado diretamente à sua ontologia, que se refere ao estudo da natureza da realidade; no caso da incerteza, esta é caracterizada por sua não-ergodicidade: há a possibilidade de mudanças estruturais, e isto se reflete na baixa confiabilidade nas informações disponíveis aos agentes para a tomada de decisão (DEQUECH, 1999).

Em *Treatise on Probability* (1921, p. 06), Keynes se mostra contra a ideia de a pura probabilidade matemática ser um guia das decisões individuais, uma vez que outros elementos igualmente relevantes devem ser considerados. De maneira análoga, na *Teoria Geral* (2009, p. 124) defende-se o papel dos fatos atuais na formação das expectativas individuais e coletivas, como a observação da prática dos mercados e da psicologia dos negócios. Entretanto, o estado da expectativa a longo prazo, que constroi as visões futuras do estoque de bens de capital, preferências dos consumidores, volume dos investimentos e variações nominais na taxa de salário depende, primordialmente, do *estado de confiança* com que se faz estes prognósticos futuros. Este estado representa, portanto, a curva da demanda por investimento ao determinar a escala de eficiência marginal do capital.

Keynes (2009, p. 125) reflete sobre a complexidade da natureza humana[6] e como ela afeta diretamente a tomada de decisão dos investimentos. O exemplo do *animal spirit* (2009, p. 125) personifica a necessidade humana de arriscar a sorte na tentativa de viabilizar novos investimentos. Uma vez que as escolhas humanas não dependem apenas das expectativas matemáticas e frequentemente as informações que fomentam as decisões não são constituídas por uma base confiável, certas *convenções* – formas discursivas socialmente criadas em um dado momento histórico – também desempenham uma função relevante na tentativa de reduzir a incerteza e não são, para Keynes, fundadas em argumentos essencialmente racionais.

Keynes afirma:

> Na prática, concordamos, geralmente, em recorrer a um método que é, na verdade, uma *convenção*. A essência desta convenção – embora ela nem sempre funcione de

[6] Mini (2002, p. 21) argumenta que o homem econômico abordado por Keynes vai além do indivíduo isolado dotado de plena racionalidade; ele é constituído por uma mescla de paixões (propensões, instintos, medos, esperanças) que, acima de tudo, depende da interação social e do julgamento do outro na tentativa de reduzir sua incerteza.

> uma forma tão simples – reside em se supor que a situação existente dos negócios continuará por tempo indefinido, a não ser que tenhamos razões concretas para esperar uma mudança. Isto não quer dizer que, na realidade, acreditemos na duração indefinida do estado atual dos negócios. A vasta experiência ensina que tal hipótese é muito improvável. Os resultados atuais de um investimento, no decorrer de vários anos, raras vezes coincidem com as previsões originais. [...] Podemos facilmente demostrar que a hipótese de probabilidades aritimeticamente iguais, baseada em um estado de ignorância, conduz a absurdos. (KEYNES, 2009, p. 126-127, grifo do autor)

O julgamento *convencional* deriva do conhecimento direto que obtemos pelo contato (experiência, compreensão e concepção) com fatos e objetos; os indivíduos, neste sentido, se tornam familiarizados com determinadas práticas sociais inseridas em certos períodos de tempo. Dentro deste grupo de práticas, as convenções recebem a participação coletiva e passam a ser aceitas de forma socialmente consensual, tornando-se uma forma de saber para os indivíduos. Apesar destes enfrentarem a incerteza e serem incapazes de prever os resultados futuros de todas as ações correntes, os indivíduos possuem um conhecimento extenso das práticas sociais, obtido por meio de sua própria participação e envolvimento, que, portanto, pode fornecer a base para prováveis decisões (LAWSON, 1985).

Segundo Lawson (1985, p. 918), Keynes classifica um comportamento econômico como racional se, dado o conhecimento direto disponível, existem boas razões para se confiar na postura adotada. Contudo, uma vez que o estado de confiança dos agentes em um ambiente incerto está fundado essencialmente em convenções sociais, não apenas a racionalidade individual e coletiva é colocada em xeque, mas acreditar na perpetuidade das convenções fornece avaliações erradas sobre os investimentos, podendo, inclusive, caracterizá-los como "seguros" no curto prazo quando, na realidade, não o são.

A preferência pela liquidez[7] é um dos efeitos práticos proporcionados pela tomada de decisão sob incerteza e pela crença dos agentes nas convenções sociais. Vercelli (2002, p. 102) defende que a preferência pela liquidez é vista por Keynes como uma expressão do comportamento racional sob incerteza, e não sob risco. Dar preferência a ativos mais líquidos é independente da aversão individual ao risco, e deter o ativo mais líquido, a moeda, fornece ao agente maior poder de manobra quanto às suas futuras decisões estratégicas em um ambiente tomado pela incerteza.

Os principais motivos que levam à preferência pela liquidez são (KEYNES, 2009):

[7] A preferência pela liquidez não deve ser compreendida como equivalente à demanda por moeda, mas, ao contrário, representa quanto de seus recursos o indivíduo deseja manter em forma de moeda dados os principais motivos para esta atitude – transação, especulação e precaução.

1. Motivo transação, dado pela necessidade de moeda para as operações correntes de trocas pessoais e comerciais;
2. Motivo especulação, que representa o propósito de obter lucros por saber melhor o que o mercado trará no futuro;
3. Motivo precaução, ou seja, o desejo de segurança com relação ao equivalente do valor monetário futuro de certa parte dos recursos totais.

O motivo precaucional é afetado diretamente pela incerteza quanto ao futuro da taxa de juros, que influencia os indivíduos a abrirem mão de possíveis rendimentos futuros para deterem ativos mais líquidos na forma de moeda. É, neste sentido, que Keynes (2009, p. 137) assume a taxa de juros como "(...) a recompensa da renúncia à liquidez por um período determinado, pois a taxa de juros não é, em si, outra coisa senão o inverso da relação existente entre uma soma de dinheiro e o que se pode obter desistindo, por um período determinado, do poder de comando da moeda em troca de uma dívida."

Nota-se que a retenção de moeda por parte dos agentes, ou ainda, seu entesouramento, representa o comportamento convencional de se utilizar a moeda criada pelo Estado como um instrumento de poder. Uma vez que, para Chick (2003, p. 12), Keynes se baseia em um modo de pensamento[8] fundado no organicismo, que compreende a realidade como uma totalidade orgânica complexa em que as partes separadas interagem de forma distinta do todo, as relações estabelecidas entre os agentes econômicos passam a ser fundadas no combate à incerteza, que representam esferas de poder nas quais os indivíduos, separadamente, buscam realizar investimentos mais rentáveis antes da maioria.

É, sob esta perspectiva, que a abordagem keynesiana detém um método de pensamento crítico aos argumentos universalmente utilizados pelos economistas clássicos e seus descendentes. A classificação do pensamento econômico convencional como *moderno* dá margem a novas reflexões sobre o conteúdo proposto por Keynes, que em diversos momentos de seu discurso introduz novos estudos sobre a complexidade humana e sua interação com o mundo econômico. Sendo assim, a próxima seção dará ênfase a novas interpretações sobre a possível inserção do modo de pensamento keynesiano na *épistémè* pós-moderna a partir da análise do elemento da incerteza, fortemente associado ao organicismo e à crítica à racionalidade.

[8] Chick (2003, p. 02) segue a linha de Sheila Dow ao definir o modo de pensamento como a forma com que os argumentos ou teorias são construídos e apresentados na busca pelo convencimento dos outros sobre a validade ou verdade dos argumentos.

4. PARA UMA *ÉPISTÉMÈ* PÓS-MODERNA A PARTIR DO KEYNESIANISMO: A INCERTEZA COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE DO SABER

Dentro do discurso econômico convencional, a modernidade exerce grande influência na elevação da economia como "ciência". Segundo Klamer (2001, p. 81), o modernismo tem como característica essencial uma tendência à abstração, formalismo, reducionismo e representações axiomáticas baseadas em uma estrutura invariável que transcendem o meio histórico e cultural para buscarem validade universal, como é exposto, por exemplo, nos trabalhos de Paul Samuelson. Muitas formas teóricas atuais, como as defendidas pelos novos clássicos e neo-keynesianos são elevadas à categoria de *modernismo tardio* para Klamer (2001, p. 84), pois estes perderam a fé nos modernos tradicionais mas ainda compartilham algumas das visões modernas.

Neste aspecto, as ideias pós-modernas são responsáveis por grande parte das mudanças heterogêneas sofridas pela economia até então denominada *moderna*. Correntes institucionalistas, marxistas, feministas, keynesianas e pós-keynesianas refletem a influência da nova *épistémè* fundada em uma natureza fragmentada, descentralizada, pluralista e historicamente determinada na qual a incerteza tratada por Keynes exerce um papel ontológico central.

A partir de uma crítica já no início da *Teoria Geral* (2009, p. 23), Keynes se refere a sua obra como uma abordagem fiel à real sociedade econômica, e não restrita a casos especiais assim como a denominada economia c*lássica*, cujo discurso é fiel aos pressupostos modernos, defende:

> Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação a que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio. Ademais, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as suas conclusões aos fatos da experiência. (KEYNES, 2009, p. 23)

Sob esta perspectiva, Keynes não busca, diferentemente dos modernos, retratar modelos formais, abstratos e reducionistas a partir de axiomas universais, mas utiliza uma perspectiva organicista que aborda tanto as ações individuais como também o comportamento coletivo sob determinadas situações de tomada de decisão. Unido a isto está sua crítica à racionalidade, que Lawson (1985, p. 918) denomina como *racionalidade limitada*: Keynes não busca desqualificar a racionalidade econômica e adotar posturas irracionais, mas toma

uma posição crítica na medida em que assume diferentes e complexas racionalidades dos agentes econômicos que são diretamente influenciadas pelo momento histórico-cultural que experienciam (RUCCIO E AMARIGLIO, 2003).

O tratamento da incerteza como construção discursiva pelo pós-modernismo dá a ela um poder de repensar a racionalidade e a subjetividade tanto dos agentes econômicos quanto dos cientistas econômicos, desconstruindo o discurso econômico transcendental moderno. Para Ruccio e Amariglio (2003, p. 59), permitir um ambiente incerto implica em deslocamentos das noções tradicionais de racionalidade e subjetivismo, tornando-as descentralizadas e direcionadas às concepções pós-modernas. Assim, a incerteza de Keynes assume sujeitos que agem com saberes e racionalidades múltiplas e incomensuráveis, e dá a eles a possibilidade de escapar de certos determinismos na medida em que os agentes são condicionados a rever suas decisões periodicamente.

Keynes (2009, p. 126) ilustra essa mescla de racionalidade e subjetivismo quando afirma que os indivíduos tem o poder de reavaliar seus investimentos periodicamente; entretanto, conforme afirma Lawson (1985, p. 919), isto não pressupõe que toda ação individual é autônoma, uma vez que parte do conhecimento adquirido pelos sujeitos derivam da interação social e política entre eles. É, neste sentido, que a incerteza tem o poder de desconstruir qualquer discurso econômico que se inicia com os tópicos tradicionalmente defendidos pelo modernismo de racionalidade plena, objetivismo e individualismo, já que exige a interação das ações dos agentes tomadas sob convenções e diferentes racionalidades.

A tomada da incerteza de Keynes como pré-condição de um saber pós-moderno se insere na arqueologia foucaultiana como elemento estratégico para a formação da nova *épistémè*. Foucault (2008, p. 111 e 112) delimita as condições de possibilidade de um determinado saber:

> Sob a denominação geral de ‘condições de possibilidade’ de uma ciência é preciso, portanto, distinguir dois sistemas heteromorfos. Um define as condições da ciência como ciência: é relativo ao seu domínio de objetos, ao tipo de linguagem que ela utiliza, aos conceitos de que ela dispõe ou busca estabelecer; ele define as regras formais e semânticas exigidas para que um enunciado possa pertencer a essa ciência; é instituído seja pela ciência em questão, na medida em que ela coloca para si suas próprias normas, seja por uma outra ciência, na medida em que esta se impõe à primeira como modelo de formalização: de qualquer forma, essas condições de cientificidade são interiores ao discurso científico em geral e só podem ser definidas por ele. O outro sistema concerne à possibilidade de uma ciência em sua existência histórica. Ele é exterior a ela e não passível de ser sobreposto. É constituído por um campo de conjuntos discursivos que não têm o mesmo estatuto, o mesmo recorte, a mesma organização, nem o mesmo funcionamento das ciências às quais eles dão origem. [...] De fato, trata-se de figuras que têm sua consistência própria, suas leis de formação e sua disposição autônoma. (FOUCAULT, 2008, p. 111-112)

O exposto por Foucault reúne duas esferas principais sobre as quais o saber deve se fundar: uma, de origem epistemológica que define as regras formais da ciência em questão, e outra, de caráter histórico, que determina a existência de um dado saber a partir de suas condições externas, constituídas, muitas vezes, por fatores não-relacionados diretamente a ele.

Sob esta perspectiva, a *épistémè* pós-moderna tem a incerteza como condição epistemológica e ontológica de possibilidade de existência, unida ao fator histórico proporcionado pelo discurso crítico ao modernismo em voga, principalmente, nas décadas de 1950 e 1960. A união do elemento histórico de rompimento com o padrão epistêmico moderno com o fator epistemológico – a incerteza como falta de conhecimento – dá origem a um novo objeto do saber que, além de questionar o monismo, objetivismo e racionalidade plena do momento moderno, apresenta novas fronteiras de pensamento fundadas, principalmente, na desconstrução discursiva e na multiplicidade de saberes.

Assumir a incerteza também como condição ontológica fundamental para que a nova *épistémè* se torne possível significa, portanto, romper com as premissas estabelecidas pelo modernismo e estabelecer outras formas de pensamento cuja ênfase está na crítica. Isto é possível a partir da própria genealogia da incerteza, na qual fontes diversas e difusas podem originá-la; dentre elas, mudanças históricas, culturais ou políticas imprevisíveis; mudanças no comportamento humano; inovações tecnológicas ou gerenciais que materializam novos conhecimentos e a interdependência entre os atores econômicos (DEQUECH, 1999).

Assim, a abordagem keynesiana viola a estrutura da economia moderna e aponta para uma direção alternativa, em que Ruccio e Amariglio (2003, p. 71-73) destacam quatro pontos principais sobre o teor pós-moderno do discurso de Keynes com relação à incerteza.

Em primeiro lugar, a definição de incerteza como proposta por Keynes se refere a uma "ignorância", mostrando a impossibilidade de se romper as barreiras do conhecimento ao mesmo tempo em que aceita uma realidade na qual o conhecimento objetivo se mescla ao subjetivo. A interação destes dois tipos de saberes resulta na eliminação da diferença entre o conhecimento científico dos economistas e o conhecimento cotidiano dos agentes. Seguindo a tradição pós-moderna, isso significa que os agentes que fazem parte dos modelos pensados pelos cientistas econômicos podem elevar seu conhecimento a um limite além do proposto pelos próprios modelos, desqualificando o conhecimento dos expertos.

Em segundo lugar, ao aceitar que existem barreiras impenetráveis do conhecimento e, portanto, que há a impossibilidade de se executar cálculos racionais, Keynes passa a separar a conexão entre o saber e a ação. Enquanto os indivíduos seguem com suas ações de consumo, investimento, trabalho e troca, estas não são precedidas por nenhum tipo de cálculo racional

ou convencional, mas são uma resposta do corpo e dos *animal spirits* [9]. Keynes não rejeita a existência de consciência e comportamento racional na tomada de decisão, mas, diferentemente do pensamento modernista, não exclui o elemento humano em favor de uma racionalidade universal.

Terceiro, a existência de desejos e sentimentos pode dificultar a tentativa dos economistas modernos de estabelecer uma conexão das ações dos agentes com um grupo de intenções e antecipações que, presumidamente, determinam suas ações. Ao Keynes mencionar a participação destes elementos na tomada de decisão, tem-se uma dificuldade em prever as ações dos agentes em situações de incerteza. Por exemplo, se pesquisas ou questionários são capazes de fornecer informações sobre o "estado da mente" de um indivíduo, um grupo social ou instituição, estes dados oferecem pouco conhecimento sobre as reais ações dos indivíduos no futuro ou do porquê estes agiram de determinadas formas no passado. Deve-se, então, levar em consideração outras relações causais e contextos sociais nos quais as ações tomaram lugar.

Em último lugar, ao Keynes colocar a incerteza no centro de suas investigações sobre o emprego ele chama a atenção para a utilidade de metáforas e ferramentas que são normalmente utilizadas para garantir a certeza, a cientificidade e o rigor na economia moderna. A ideia de equilíbrio, por exemplo, perde seu sentido quando as ações individuais ou determinados estados da economia não podem ser reduzidos à escolha racional dos agentes. Sob esta perspectiva, questiona-se a utilidade do formalismo matemático e da noção de equilíbrio em situações onde o elemento humano está presente.

É, neste sentido, que a incerteza presente no discurso keynesiano se coloca como um elemento fundamental para a emergência e consolidação da *épistémè* pós-moderna, questionanado e, frequentemente, desqualificando o uso de ferramentas defendidas pelos economistas modernos. A elevação do fator da incerteza como condição epistemológica e ontológica fundamental do novo saber reitera a crítica que impulsiona o movimento pós-moderno, e em especial o papel de Keynes se mostra igualmente importante pelo fato de o autor já se antecipar em alguns dos questionamentos feitos por filósofos apenas nas décadas de 1950 e 1960.

[9] Koppl (a*pud* Amariglio, 2003) insere a noção do termo a*nimal spirits* de Keynes em uma tradição histórica da medicina e da filosofia com ênfase para a argumentação de Descartes: para ele, há um conflito dentro do próprio corpo do homem entre os "espíritos animais", que levam os indivíduos a agirem independentemente da razão e, muitas vezes, do julgamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A materialização da crítica ao discurso moderno, essencialmente fundado em uma metafísica empírico-transcendental baseada na formalização, emerge com o movimento pós-moderno nas décadas de 1950 e 1960, em que se constroi uma proposta de um novo saber com base na multiplicidade de discursos e em sua possibilidade de existência histórica, na qual elementos sociais e culturais são determinantes na tomada do saber como ciência. Neste aspecto, rejeita-se a racionalidade e o universalismo dignos do modernismo e se priorizam conhecimentos baseados em relações de poder, formas de racionalidade não-convencionais e em indivíduos concebidos a partir de suas especificidades complexas de sentimentos, desejos e valores morais.

Os estudos construídos por Keynes que envolvem tanto análises sobre a probabilidade quanto sobre o sistema econômico que circunda e determina o emprego, o juro e a moeda, dão ênfase a um elemento central: a incerteza, ou a falta de conhecimento com que os agentes econômicos se deparam e, frequentemente, tomam suas decisões com base em informações precárias unidas às *convenções* determinadas cultural, social e historicamente. Há o abandono e a diferenciação do conhecimento certo, universal, probabilístico e mensurável e se dá lugar a um tipo de conhecimento pontual e não-mensurável, cujo núcleo está fundado na crítica à economia racional e axiomática proposta pela vertente clássica. Ainda, propõe-se uma reconsideração das noções de subjetividade e racionalidade, que com Keynes passam a adquirir um teor distinto do comumente apresentado pelos modernistas – em que a subjetividade é singularizada, e a racionalidade é igualada à razão – .

A inserção do fator da incerteza no discurso econômico mostra a antecipação por parte de Keynes quanto a um movimento que apenas iria emergir décadas depois. Ao agregar o elemento humano, histórico e temporal em suas investigações, o autor inicia o processo de ruptura com a tradição moderna em direção a tendências pós-modernas, que posteriormente iriam abrir as possibilidades de pesquisa dentro do campo econômico. Pode-se afirmar, portanto, que a noção de incerteza representa um momento verdadeiramente pós-moderno dentro da tradição moderna herdada – e parcialmente rejeitada – por Keynes.

Finalmente, o reconhecimento da emergência da *épistémè* pós-moderna não deve ser interpretado como um abandono do rigor e e formalismo discursivo. Assumir elementos como desconstrução, descentralização, fragmentação, relativismo e incerteza significa adotar uma postura organizada e crítica do metadiscurso moderno, já que estas características representam uma consequência da identidade científica em voga, principalmente, na tradição econômica.

Posturas não-modernistas e antimodernistas requerem uma metodologia pluralista que favoreça não apenas o convencional mas, também, vertentes heterodoxas de modo a enriquecer o debate acerca da teoria econômica.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AMARIGLIO, J. Economics as a Postmodern Discourse. In: SAMUELS, W.J. **Economics as a Discourse:** An Analysis of the Language of Economists. Norwell: Kluwer Academic Publishers Group, 1990. p. 15-46.

CANDIOTTO, C. Michel Foucault e o Problema da Antropologia. **Revista Philosophica**, Valparaíso, v. 29, 2006. p. 183-197.

CARVALHO, F. J. C. de. Fundamentos da Escola Pós-Keynesiana: A Teoria de Uma Economia Monetária. In: **Ensaios sobre Economia Política Moderna.** São Paulo: Marco Zero, 1989.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHICK, V. Theory, Method and Mode of Thought in Keynes' General Theory. **Journal of Economic Methodology,** v. 10, 2003. p. 307-327.

DEQUECH, D. Incerteza Num Sentido Forte: Significado e Fontes. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de. (org). **Macroeconomia Moderna:** Keynes e a Economia Contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 88-105.

DOW, S. Modernism and Postmodernism: A Dialectical Analysis. In: CULLEMBERG, S.; AMARIGLIO, J.; RUCCIO, D. **Postmodernism, Economics and Knowledge.** London: Routledge, 2001. p. 61-76.

FITZGIBBONS, A. The Microeconomic Foundations of Keynesian Economics. In: DOW, S.; HILLARD, J. **Keynes, Uncertainty and Global Economy.** Cheltenham: Biddles, 2002. p. 06-18.

FOUCAULT, M. **As Palavras e As Coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Ditos e Escritos II.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HARVEY, D. **The Condition of Postmodernity.** Cambridge: Blackwell Publishers, 1989.

KEYNES, J. M. **A Treatise on Probability.** London: MacMillan, 1921.

KEYNES, J. M. **A Monetary Theory of Production.** London: MacMillan, 1972.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Atlas, 2009.

KLAMER, A. Late Modernism and The Loss of Character in Economics. In: CULLEMBERG, S.; AMARIGLIO, J.; RUCCIO, D. **Postmodernism, Economics and Knowledge.** London: Routledge, 2001. p. 77-101.

LAWSON, T. Uncertainty And Economic Analysis. **The Economic Journal**, London, v. 95, 1985. p. 909-927.

LYOTARD, J. F. **The Postmodern Condition:** A Report on Knowledge. Minneapolis: University of Minnesota, 1979.

MINI, P. V. Keynes' 'Microeconomics': Some Lessons. In: DOW, S.; HILLARD, J. **Keynes, Uncertainty and Global Economy.** Cheltenham: Biddles, 2002. p. 19-44.

RUCCIO, D.; AMARIGLIO, J. **Postmodern Moments in Modern Economics.** Princeton: Princeton University Press, 2003.

VERCELLI, A. Uncertainty, Rationality and Learning: A Keynesian Perspective. In: DOW, S.; HILLARD, J. **Keynes, Uncertainty and Global Economy.** Cheltenham: Biddles, 2002. p. 88-105.

WENDT, P. Comment on Economics as a Postmodern Discourse. In: SAMUELS, W.J. **Economics as a Discourse:** An Analysis of the Language of Economists. Norwell: Kluwer Academic Publishers Group, 1990. p. 47-64.

A Hegemonia como Processo: Elite burocrática, idéias econômicas e a conformação de grupos de interesse no debate sobre o Tratado de Comércio Brasil – EUA (1935)

Danilo Barolo Martins de Lima

Mestrando em Historia Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)
e-mail: danilo.lima@usp.br

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a conformação de grupos de interesse que se posicionaram no debate acerca da ratificação do Tratado de Comércio entre Brasil e EUA, em 1935. Observamos, na historiografia acerca do episódio, os grupos em disputa foram designados como os "representantes da indústria" (contrários ao tratado) versus os da "agro-exportação" (favoráveis ao tratado). Contudo, não há uma definição mais precisa para o segundo grupo mencionado. Foi possível verificar, a partir da documentação, que quase nenhuma das manifestações em defesa do tratado foi encaminhada por representantes diretos das frações de classe ligadas às atividades agroexportadoras. Assim, buscamos averiguar a conformação concreta de tais grupos. Além disso, buscamos avaliar a pertinência da tese da intencionalidade da promoção da industrialização pelo Estado para a compreensão do caso em questão. Propusemos, assim, a hipótese de que os defensores do tratado fariam parte de uma elite formada e educada em um período de hegemonia do pensamento liberal, segundo o qual o caráter da economia brasileira seria essencialmente agrário e a indústria ocuparia papel secundário. Finalmente, concluímos que a defesa do tratado foi feita por membros da burocracia estatal e da elite política, em nome de uma ideologia particular, afinada em vários aspectos com os interesses das elites agrárias, mas não diretamente motivada pela defesa destes. Uma lógica própria, ligada aos interesses de auto reprodução da burocracia estatal, teria sido a matriz ideológica que norteou sua ação política, no caso particular estudado, e não o objetivo de promoção ativa da indústria nacional pelo Estado.

ABSTRACT

This study aims to analyze the formation of interest groups that participated in the debate over the ratification of the Treaty of Trade between Brazil and the USA in 1935. We observed in the historiography about the episode, that the opposing groups were there designated as the "industry representatives" (contrary to the treaty) versus the representatives of the interests of "agricultural export" (favorable to the treaty). However, there is a lack of a more precise definition for the second group mentioned. It was verified in the documentation, that almost none of the demonstrations in defense of the Treaty were referred by direct representatives of the class fractions related to agricultural export activities. Thus, we sought to determine the actual conformation of these groups. In addition, we intended to evaluate the relevance of the theory of the "intentionality in the promotion of industrialization by the State" to understand the case. We proposed, therefore, the hypothesis that the proponents of the treaty would be part of an elite trained and educated in a period of hegemony of liberal thought, according to which the character of the Brazilian economy was essentially agrarian and industry occupied a secondary role. Finally, we conclude that the defense of the treaty was made by members of the state bureaucracy and political elite in the name of a particular ideology, tuned in many ways with the interests of the agrarian elites, but not directly motivated by their defense. A peculiar logic, tied to the interests of self-reproduction of the state bureaucracy, was the ideological matrix that guided their political action, rather than the goal of active promotion of domestic industry by the state, in this particular case.

Introdução

O Tratado de Comércio firmado entre Brasil e os Estados Unidos, assinado em Washington, em dois de fevereiro de 1935, foi um acordo comercial bilateral, pautado na cláusula de nação mais favorecida (CNMF) [1] e na liberalização das trocas comerciais entre os dois países. Foi um entre trinta e dois acordos comerciais semelhantes, celebrados pelo Brasil, entre 1930 e 1935, mas é talvez o mais relevante deles.

Além da evidente importância econômica que carregava, uma vez que os EUA eram então o maior mercado consumidor das exportações brasileiras e o maior fornecedor de importados, a importância do tratado deve ser avaliada pela gravidade da conjuntura histórica na qual se inscreveu. A crise econômica mundial e a Depressão da década de 1930 coincidiram ainda com uma crise interna da produção cafeeira, patente desde a década anterior. Houve então substancial declínio da renda nacional, ainda que relativamente atenuado pelos efeitos das políticas de defesa do setor cafeeiro e pelo importante crescimento da emergente indústria nacional[2].

Tal desarranjo econômico ocorreu em paralelo com mudanças políticas importantes, que não se restringiram ao Brasil, sendo antes fenômenos globais[3]. A crise também alterou as relações de força na economia mundial. Países antes dominantes, como a Inglaterra, experimentaram um declínio relativo, enquanto outros, como a Alemanha que se recuperava de uma grave crise no pós-Guerra, começavam a despontar como importantes atores do comércio mundial. Este último país, em particular, passou a disputar mercados, buscando a obtenção de acordos bilaterais de comércio compensado[4]. Esta política foi contraposta veementemente pelos esforços da política

---

[1] Cláusula comum aos tratados comerciais de cunho liberalizante, estabelece que cada país signatário deve dispensar ao outro tratamento não menos favorável do que aquele reservado aos produtos de qualquer outro país com que mantenha relações comerciais, independentemente de ter ou vir a ter outros tratados vigentes com outra nação.

[2] Cf. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Ed. Nacional, 1985. (20ª edição), principalmente os capítulos XXXI e XXXII, pp. 186-203.

[3] Houve no período mudanças de regime em vários países, tais como a ascensão do fascismo na Europa e de regimes autoritários na América Latina. Para uma análise do quadro político e econômico geral do período do "entre Guerras", ver HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991).* São Paulo: Cia. das Letras, 1995, pp. 90-143.

[4] O comércio de compensação se caracteriza pela supressão da utilização de divisas nas relações comerciais. Cria-se em ambos os países envolvidos "caixas de compensação". Os importadores de um país, ao comprarem do outro, transferem suas dívidas para esta "caixa", em moeda de seu país. Os exportadores, por sua vez, ao venderem, são

externa dos EUA, os quais, nesse contexto, procuraram obter a assinatura de acordos CNMF com o Brasil e vários outros países, a fim de assegurar sua predominância econômica e política em mercados estratégicos.

Mas além da importância econômica, os eventos que cercaram a negociação, a assinatura e, principalmente, a ratificação do tratado são relevantes para a compreensão de mudanças socioeconômicas e também transformações no caráter da política nacional, que viriam a ter grande impacto na História do Brasil no século XX. A intensificação do processo de industrialização por substituição de importações, a formação de uma elite industrial mais atuante em face de um Estado que assumia um papel cada vez mais ativo na esfera econômica e social são alguns desses processos. A compreensão mais detalhada do episódio particular examinado pode contribuir para iluminar alguns aspectos importantes da participação política de diversos grupos das elites brasileiras e para o esclarecimento da economia política desse período tão crucial.

De acordo com a Constituição Federal então vigente, uma vez assinado, o tratado deveria ser ratificado pelo Congresso Nacional para entrar em vigor. Negociado em sigilo pelas autoridades diplomáticas, sob pressão do Departamento de Estado dos EUA para que fosse rapidamente aprovado, o tratado teve então que ser revelado publicamente. O encaminhamento parlamentar para a ratificação acabou por suscitar um amplo e acalorado debate público, na imprensa, na Câmara dos Deputados, nas associações de classe e até no seio do Estado e de órgãos estatais.

Tal debate, que será o objeto do presente estudo, contrapôs os defensores da liberalização do comércio e os defensores de políticas de caráter protecionista e assistiu à articulação de grupos de interesse, que se posicionaram em função de objetivos "de classe", ou de outra ordem, definidos com maior clareza no decurso do próprio debate. Propiciou também a formulação e apresentação pública de projetos nacionais divergentes e antagônicos.

Alguns autores nas áreas de História e de Ciências Sociais elegeram o episódio para estudo, ainda que o tenham feito de maneira localizada e direcionada para outras questões e em geral na forma de capítulos de teses e de livros sobre temas mais amplos. Esta literatura faz constante referência aos representantes e líderes industriais que teriam se apresentado contra a assinatura do tratado, tomando parte no debate, em nome da defesa do "ponto de vista" e dos "interesses da indústria nacional". Nota-se, porém, que

---

pagos em moeda nacional pela caixa de seu país. Como se pode perceber é uma modalidade de comércio que tende a vincular os parceiros em trocas bilaterais.

quando se trata do lado oposto (o dos defensores do tratado), quase sempre muito pouco é dito além de referências vagas e gerais à suposta associação desse grupo com os interesses das "elites agroexportadoras". Este aspecto será tratado na próxima seção do presente trabalho.

Uma análise dos documentos produzidos no debate enfocado, principalmente no âmbito parlamentar, mas também nos conselhos técnicos e no meio diplomático, pode ser muito interessante para o estudo dos grupos que então se conformaram, bem como das ideias e ideologias que orientavam os projetos para o futuro da inserção do país na economia mundial.

Algumas questões então surgem no confronto com a documentação: Qual foi concretamente a conformação dos grupos que se opuseram no debate, particularmente o dos defensores do tratado? Os participantes do debate podem ser considerados representantes diretos de classes ou frações de classe específicas? É possível identificar o caráter de algumas das idéias defendidas? O objetivo deste estudo foi a análise do debate, a fim de sugerir possíveis respostas para as questões acima apresentadas. Também procuramos discutir a pertinência ou não, para o entendimento do episódio em questão, da chamada "tese da intencionalidade da promoção da industrialização pelo Estado", a qual nos remete a um amplo debate historiográfico.

A partir da análise documental realizada, constatamos que quase não houve a participação direta de representantes classistas da lavoura e pecuária no debate. Ao invés disso, os defensores mais ativos do tratado eram membros da burocracia estatal e da elite política. Além disso, a partir da análise do teor dos discursos dos defensores do tratado e também de seus opositores, pudemos identificar algumas das idéias políticas e econômicas centrais, que orientavam suas proposições. Ao final, propusemos uma interpretação alternativa para qualificar as visões tradicionais: a defesa do tratado foi feita por membros da burocracia estatal e da elite política, em nome de uma ideologia particular, afinada em vários aspectos com os interesses das elites agrárias, mas não diretamente motivada pela defesa destes. Uma lógica própria, ligada aos interesses de auto-reprodução da burocracia estatal, seria a matriz ideológica que orientou sua ação política.

Interpretações sobre o Tratado de 1935 na historiografia

A literatura que lida diretamente com o Tratado de 1935 é constituída por obras propriamente historiográficas, mas também por estudos na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Para uma sumária apresentação das principais interpretações sobre o tratado, tomamos como ponto de partida o artigo original de D'Araújo e Moura (1978), o qual é citado como referência central por várias das obras que tratam do episódio. Partindo também da documentação sobre o debate parlamentar, o enfoque explícito de sua análise é a atuação do empresariado industrial, identificada como frontalmente contrária ao tratado, a partir dos discursos de alguns de seus líderes reconhecidos, como Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen[5].

A tese central defendida pelos autores é a de que o tratado teria servido como "(...) um instrumento para se denunciarem as arbitrariedades do governo e o controle excessivo de Vargas sobre as informações e deliberações que eram tomadas" [6]. Além disso, teria sido um episódio que caracterizou a articulação política dos industriais em torno de seus interesses de classe específicos, agregados a posições nacionalistas. No mesmo sentido, para Leopoldi (2000), o tratado teria visado essencialmente aos interesses do café. Contudo, tal "derrota de curto prazo" dos interesses da indústria teria servido para consolidar as posições dos líderes industriais no Congresso, amadurecendo seu discurso, seu envolvimento com o comércio exterior e melhor articulando seu "nacionalismo"[7].

Segundo Moura (1980), o tratado de 1935 aparece como um dos acontecimentos que puseram em teste o princípio da "eqüidistância pragmática" na condução da política externa do Brasil[8]. A oposição de interesses internos (lavoura e comércio agroexportador de um lado, versus os industriais de outro) e externos (EUA e

[5] D´ARAÚJO, Maria Celina; MOURA, Gerson. O tratado comercial Brasil-EUA de 1935 e os interesses industriais brasileiros. In: *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 55-73, jan./mar. 1978.

[6] Idem, p. 70.

[7] LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado.* São Paulo: Paz e Terra, 2000. pp. 93-152.

[8] Tal princípio, que para Moura orientou a política externa de Vargas, é definido como o aproveitamento deliberado da conjuntura de indefinição do poder global, bem como de uma "ameaça" de aproximação política e econômica mais estreita com a Alemanha, para a obtenção de vantagens e de uma maior autonomia relativa frente aos EUA, ainda que nos limites ditados pela dependência.

Alemanha) aqui se traduziu em dois grupos fundamentais de políticas comerciais, o chamado "comércio protegido" e o "livre comércio", que se tornaram pólos de uma polêmica geral[9]. Para ele, a maior parte dos mentores da política econômica federal, bem como os defensores da economia agroexportadora, tinham um pensamento liberal clássico.

Já Fonseca (2003) vê a assinatura do tratado de 1935 como um exemplo do apoio governamental dado à indústria, no sentido de favorecer a importação de bens de capital. Este autor reconhece o fato de que "alguns líderes industriais tenham se mostrado críticos ao tratado, pois este também permitia a importação de certos bens de consumo"[10]. Contudo, para Fonseca, o tratado "não deixa de demonstrar a intenção governamental de romper com o antigo papel de importador destes bens, ao incluir os bens de capital intermediários necessários à indústria" [11].

Para Fonseca, enquanto os industriais já estabelecidos teriam preferido incentivos para a utilização da capacidade existente, ao invés de um aumento na importação de equipamentos, que poderia facilitar a entrada de novos concorrentes, o comportamento do governo seria uma mostra do "interesse em modificar a pauta de importações, aprofundando o crescimento industrial e em coerência com o modelo substitutivo, ou seja, mudando-a, qualitativamente, através da perda da posição relativa dos bens de consumo frente à elevação dos bens de capital, intermediários e insumos industriais" [12].

Importa ressaltar que em todos os estudos mencionados, os grupos que se formaram no decorrer do debate são definidos como tendo sido compostos essencialmente por, de um lado, representantes dos interesses da indústria nacional, aos quais em geral se conferiu maior enfoque na historiografia, e de outro, fala-se de forma difusa em "representantes dos interesses da agro-exportação", ou alguma expressão correlata. No presente trabalho, objetivamos verificar e melhor qualificar essa definição.

---

[9] MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: A política externa brasileira de 1930-1942.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 69.

[10] FONSECA, Pedro C. D. "Sobre a intencionalidade da política econômica industrializante do Brasil na década de 1930". *Revista de Economia Política*. 23 (1), janeiro/março 2003, p. 141.

[11] Idem.

[12] Idem.

Além disso, as interpretações acima expostas mostram claras divergências. Acreditamos que tais oposições se devem em parte a um posicionamento interpretativo subjacente, que se remete a concepções divergentes acerca da caracterização da natureza do Estado brasileiro, em relação às mudanças político-institucionais trazidas pela Revolução de 1930 e no que se refere mais especificamente à atuação do Estado em relação à indústria nacional. Tal debate gira em torno das vertentes interpretativas que se posicionam contra ou a favor ao que aqui denominamos a "tese da intencionalidade na promoção da industrialização pelo Estado". Esta será objeto de breve exposição na seguinte seção.

O debate sobre a tese da intencionalidade na promoção da industrialização pelo Estado

A História Econômica que trata do período do Primeiro Governo Vargas apresentou um debate interessante (ainda que nem sempre bem colocado) sobre a natureza do Estado e de sua atuação na esfera econômica e, mais diretamente, sobre o papel do Estado no processo de industrialização.

O debate parte de uma tradição interpretativa inaugurada por Furtado (1985)[13], o qual atribui o crescimento da indústria brasileira na década de 1930 às políticas governamentais adotadas frente ao "choque externo adverso" da crise mundial para a defesa da economia cafeeira. Porém, segundo sua tese, tais políticas teriam sido postas em prática sem qualquer intenção prévia de promover a industrialização, ou seja, as políticas que favoreceram a industrialização teriam sido um subproduto da defesa do café.

Dean (1977) representa uma vertente interpretativa, segundo a qual, no início de seu governo, a atitude de Vargas era "decididamente hostil aos industriais", pois "nada em sua educação econômica lhe dera a entender que a industrialização do Brasil fosse assunto urgente"[14]. Dean parece, portanto, corroborar a tese de Furtado, mas vai além, ao afirmar que as opções políticas de Vargas no início de seu governo se opunham abertamente à promoção da indústria nacional.

[13] Cf. FURTADO, op. cit., cap. XXXI.

[14] DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo, 1880-1945*. 3a ed., São Paulo: Difel, 1971, p. 195.

Ainda segundo Dean, entre 1932 e 1937, "Vargas baseou sua política econômica numa expectativa de que o livre comércio internacional viesse a restaurar-se de uma forma qualquer"[15]. Dessa forma, teria conduzido a política comercial externa tendo em vista, prioritariamente, os interesses da agroexportação. O que, segundo Dean, impedia a reorientação da política oficial era, entre outras coisas, "a atitude dos industriais, incapazes de convencer os fazendeiros, a classe média, ou a burocracia de que, zelando pelos seus interesses particulares, eles estariam zelando pelos interesses do Brasil"[16].

Contrariamente, Hilton (1975) afirma que "Vargas esteve comprometido com uma política de crescimento balanceado e que a industrialização, conseqüentemente tinha alta prioridade em sua lista de objetivos nacionais desde o inicio"[17]. Hilton ainda discorda de Dean, com relação aos princípios orientadores da política econômica: "durante o período chave de 1930-1937, as idéias econômicas e as políticas da administração Vargas de forma alguma se centraram na manutenção da divisão de trabalho internacional pré Primeira Guerra Mundial"[18]. A tese defendida por Hilton, assim como no caso de Dean, se apóia fundamentalmente em elementos discursivos[19].

Já Fonseca (2003) defende que há evidências empíricas da intencionalidade na promoção da industrialização. Porém, tais evidências não deveriam ser buscadas na análise dos discursos oficiais, ou das políticas econômicas instrumentais, visto que nem sempre são reveladoras das intenções que as motivaram, e sim no exame das instituições criadas e alteradas no período. Estas representariam mecanismos, regras e arenas de disputa dentro do aparelho de Estado, onde grupos foram capazes de reorientar a economia, definindo uma nova relação entre Estado, empresários, trabalhadores e o mercado. A criação dos conselhos técnicos federais, institutos como o do café e da borracha e outras instituições, que contaram com a participação ampla de industriais e pautaram sua atuação em conformidade com seus interesses, seria evidência clara dessa orientação a favor da indústria[20].

---

[15] Idem, p. 209.

[16] Idem, p. 220.

[17] HILTON, Stanley. "Vargas and Brazilian economic development, 1930-1945. A reappraisal of his attitude toward industrialization and planning". *Journal of Economic History*. 35, Dez 1975, p. 756. A tradução é nossa.

[18] Idem, p.756.

[19] Idem, p. 771.

[20] FONSECA, op. cit., pp. 134-5.

Um dos objetivos do presente estudo, além da definição mais clara acerca dos grupos conformados em função do debate sobre o tratado, será por em questão a validade da tese acima apresentada para o caso concreto em questão.

O outro lado do debate: elites burocráticas e os interesses da "agro-exportação"

Como mencionado anteriormente, o tratado foi negociado em sigilo - prática não muito incomum na época -, porém teve que ser revelado publicamente, para ratificação pelo Congresso Nacional, em março de 1935. De acordo com a Constituição promulgada em 1934, dos 254 deputados eleitos, 50 deveriam ser representantes classistas ("deputados das profissões"), eleitos pelos sindicatos ou associações profissionais de empregados e também empregadores, classificados nas categorias: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes; profissões liberais e funcionários públicos[21].

Ao tomar conhecimento do tratado, os representantes classistas dos empregadores industriais, tais como Roberto Simonsen[22] e Euvaldo Lodi[23], iniciaram um debate acirrado[24] no Congresso, articulando-se com outros membros da Câmara a fim de evitar ou ao menos protelar a ratificação do tratado. Obtiveram sucesso neste último intento, o que foi sentido como uma ameaça pela embaixada americana. Após vários meses de atraso, o próprio presidente Vargas se envolveu diretamente na questão, pressionando de forma decisiva em favor da ratificação, a qual ocorreu em 24 de dezembro de 1935.

[21] *Navegando Pela História: a Era Vargas,* site CPDOC, URL: http://cpdoc.fgv.br; BRASIL. *Constituição*, de 16.07.34, URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao34.htm, aceso em 21/12/2011.

[22] Importante liderança industrial, presidente da FIESP, era também destacado intelectual e historiador. Foi escolhido deputado classista pelos empregadores industriais em 1935, enquanto vice-presidente da Confederação Industrial do Brasil (CIB). Integrou também a Comissão de Diplomacia e Tratados. Nesse período, fazia parte do círculo de empresários e técnicos ligados a Vargas. Fonte: ABREU, Alzira A. et al. (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.* 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível on-line. URL: http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb. Acessado em 21/12/2011.

[23] Formado em engenharia, destacou-se como líder industrial de Juiz de Fora; Eleito como deputado classista representante dos empregadores industriais em 1935, Sua afinidade com o governo fez com que, a partir de 1935, participasse de um círculo ligado ao presidente, sendo membro nomeado por Vargas para o CFCE. Fonte: Abreu et. al., op. cit.

[24] O teor combativo dos discursos é especialmente claro na sessão parlamentar nº 107, de nove de setembro de 1935.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), representada na Câmara por seu presidente Roberto Simonsen, assumiu uma posição clara e inequívoca contra o tratado. Além da tradicional defesa do protecionismo para a salvaguarda e promoção da indústria nacional, argumentou em favor de uma política independente dos ditames das grandes potências: "Temos que orientar a nossa política externa partindo dos nossos próprios índices econômicos e sociais, isto é, de dentro para fora, e não copiar diretrizes políticas internacionais que não se ajustam às nossas realidades e necessidades"[25].

Na Câmara, Simonsen declarava que o acordo não venderia nenhuma saca de café a mais, porém arruinaria diversos industriais[26]. Para ele, o Brasil não tinha então uma política comercial definida "adotando o liberalismo pregado para uso externo, combatendo nossas atividades econômicas, promovendo a luta de classes". Após as críticas, Simonsen se declara "protecionista convicto"[27].

Vicente Galliez[28] também foi ativo participante dos debates no Congresso. Numa de suas intervenções afirmou: "[o tratado] não poderá, com os golpes mortais nele contidos contra o trabalho nacional, ser aprovado pela Câmara dos Deputados. Numerosas seriam as fábricas condenadas à paralisação, milhares serão os operários que ficaram ameaçados de desemprego. (...) Negando nosso apoio ao projeto que ratifica este tratado, temos absoluta convicção de que estamos prestando um relevante serviço aos interesses do Brasil" [29]. Galliez ainda se manifestou contra ao que denominou a "interpretação alfandegária das leis tarifarias", que seria "sempre contraria aos interesses dos produtores"[30].

O Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) foi também um dos palcos privilegiados no debate, contudo, nele falaram mais alto os críticos do tratado, com destaque para a atuação do industrial Euvaldo Lodi. O CFCE era composto por

[25] SIMONSEN, R. "Níveis de Vida e Economia Nacional", Discurso proferido na FIESP. São Paulo, 1940. Apud. DINIZ (1986), op. cit.

[26] Anais da Câmara dos Deputados, 1935, apud. DEAN, op. cit., p. 211.

[27] Anais da Câmara dos Deputados, 1935, v. 16, p. 298.

[28] *Vicente de Paulo Galliez*, nascido no RJ, Advogado, comerciante, industrial e segurador, um dos fundadores da Confederação Industrial do Brasil (CIB), também foi secretário-geral da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 1935, foi eleito deputado federal classista, como representante dos industriais. Fonte: Abreu et al., op. cit.

[29] Anais da Câmara dos Deputados, 1935, v. 16, p. 215.

[30] Anais, op. cit., v. 16, p. 136.

representantes dos ministérios das Relações Exteriores, Fazenda, Agricultura, Trabalho, Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas, por representantes do Banco do Brasil e da Associação Comercial, designados todos pelo presidente da República[31]. Em reunião registrada em ata, Lodi afirmou estar na posse de várias reclamações contra as alterações tarifárias constantes do tratado assinado com os Estados Unidos por parte de empresários. Aproveitou para criticar o sigilo da negociação do acordo: "os interessados têm tido conhecimento por intermédio de telegrammas particulares e de publicações nos jornaes de Nova York"[32].

Lodi ainda manifestou sua intenção de propor alterações no tratado e até de retardar a ratificação na Câmara. Justificou essa atitude pelo fato de então haver um ambiente desfavorável ao acordo, principalmente por este ter favorecido artigos de consumo feitos nos EUA que teriam similares produzidos por fábricas nacionais, algumas das quais já em estado de superprodução[33].

O debate foi em seguida tornado público e chegou à imprensa. Diniz (1978) afirma que a maioria dos jornais da época teria se posicionado contrariamente ao tratado ou pelo menos à forma velada de sua negociação. Já os jornais favoráveis ao projeto, como *O Correio da Manhã* e *O Jornal*, teriam utilizado argumentação semelhante à dos parlamentares situacionistas, afirmando que "o Brasil, mais do que qualquer outro país, necessitava da cooperação norte-americana e que a posição privilegiada de nossos produtos nos Estados Unidos merecia uma contrapartida por parte do Brasil na defesa de interesses recíprocos" [34].

A defesa do tratado ficou a cargo dos Ministros da Fazenda e das Relações Exteriores, do embaixador Oswaldo Aranha e, na Câmara, foi assumida por deputados ligados ao Estado – boa parte deles funcionários de carreira ou assessores designados. Chama atenção a ausência quase completa de manifestações dos deputados classistas representantes dos empregadores de lavoura e pecuária. Se o tratado, como afirmam vários dos autores citados na historiografia, servia aos interesses da agroexportação, isto nos parece um fato ao menos curioso.

---

[31] SILVA, Salomão L. Quadros da. A Era Vargas e a economia. In: D'ARAUJO, Maria Celina. (org.). *As instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 149-53.

[32] Arquivo Nacional (RJ), CFCE – lata 4, 1935, Ata da 29ª. Sessão, 25/02/1935.

[33] Arquivo Nacional, op. cit. – Ata da 44ª. Sessão, 17/06/1935.

[34] "O Jornal", Rio de Janeiro, 13/09/1935, apud. DINIZ (1986), op. cit., p. 129.

Em correspondência endereçada ao presidente, o embaixador brasileiro em Washington, Oswaldo Aranha, fez uma crítica à protelação da votação do tratado, dirigida diretamente aos líderes industriais paulistas: "As últimas notícias dos jornais (...) dizem que a aprovação do tratado está perigando, porque o lobbysmo, palavra que expressa a corrupção de congressistas, está sendo feito junto aos nossos deputados pelos industriais de São Paulo" [35].

Para Aranha, o tratado deveria ser aprovado rapidamente e ratificado, o que abriria o comércio dos EUA, pois era naquele país que se encontravam "os elementos básicos das novas indústrias, máquinas e engenhos." Aranha, em carta pessoal endereçada ao Ministro da Fazenda, Souza Costa, fala das críticas ao tratado: "(...) são improcedentes e, algumas, criminosas. Essa gente ahi quer demais. (...) Tens condição capacidades e conhecimentos para enfrentar essa malta de ignorantes e assanhados". Prossegue mais adiante, na mesma carta, referindo-se aos opositores do tratado que haviam se manifestado em reunião do CFCE: "Acho graça nesses enlutados com bolsos cheios, comendo e bebendo a custa do Brasil..." [36]. Já em carta endereçada a Valentim Bouças, Aranha fundamenta sua crítica aos industriais, afirmando que estes "não teriam uma visão dos problemas econômicos identificada com os interesses nacionais, preocupando-se apenas com os interesses de classe"[37].

Outro participante do debate, Valentim Fernandes Bouças, seguiu carreira na área privada, chegando a ser representante da IBM no Brasil. Em sua trajetória pública, foi membro da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, subordinada ao Ministério da Fazenda e a partir de 1935, passou a fazer parte de um círculo de representantes da área econômica, ligados a Vargas, de quem se tornou orientador financeiro pessoal. Em mais de um episódio se indispôs com representantes da elite cafeeira, como no caso do "Relatório Bouças", de 1935, no qual afirmava que a valorização e o financiamento do café haviam sido os responsáveis pelo aumento da dívida externa, uma injustificada "aventura financeira"[38].

Em uma correspondência pessoal, endereçada a Osvaldo Aranha, Valentim Bouças discute a exposição dos motivos da assinatura do tratado no congresso, realizada

[35] GV 35.07.23 - rolo 13 – Correspondência pessoal – s/d.

[36] OD 35.01 – rolo 13 – Correspondência pessoal – 18/06/1935.

[37] AO 35/07/29/1 – Correspondência pessoal – s/d.

[38] Fonte: Abreu et. alii., op. cit.

pelo Ministro da Fazenda, Souza Costa. Afirma que havia então na casa legislativa uma "pregação de doutrinas desmoralizantes e destruidoras", referindo-se à oposição dos industriais ao tratado.

Afirma ainda tratar-se de uma minoria que se empenhava em uma campanha propagandística contra o tratado. Em um momento, pergunta a Aranha se este teria recebido os jornais que, pagos pelos "Senhores da Indústria", estariam atacando o próprio embaixador e o tratado. Afirma ter iniciado uma decisiva campanha de "contrapropaganda", com veiculação de anúncios em jornais, folhetos e correspondências (cerca de cinco mil)[39].

Paulo Martins, outro ativo participante do debate e um dos principais defensores do tratado (certamente o mais prolixo), ao tomar a palavra no plenário, se identifica como um funcionário público que agia "com independência" [40]. Nascido no Ceará, de uma família ligada de longa data à burocracia estatal, seguiu carreira pública como funcionário do Ministério da Fazenda. Em 1934, elegeu-se representante dos funcionários públicos, tornando-se deputado federal classista. Assumiu o mandato em maio de 1935 e passou a defender na Câmara os "interesses dos servidores"[41].

Demonstrando claramente sua matriz teórica liberal, Martins afirma que: "a política econômica do nosso País não tem se orientado pelo caminho aconselhado pelas nossas condições naturais (...). Defendo os princípios da economia clássica, os quais nunca falharam". E partindo da teoria ricardiana das vantagens comparativas, completava: "O problema agrícola, no caso brasileiro, deve ter preeminência"[42]

Martins ainda criticou veementemente a postura protecionista e defendeu a necessidade de concessões aos EUA. Segundo ele, o Brasil era um "país essencialmente agrícola" e, portanto, a economia brasileira e a norte-americana seriam "complementares", dentro de um sistema internacional[43]. Seu argumento central para atacar o protecionismo defendido por Galliez, girava em torno da idéia de que não se deve considerar similar um produto cujo preço seja superior ao estrangeiro importado.

[39] OD 35.01 – rolo 12 – Correspondência pessoal – 28/06/1935.

[40] Anais, op. cit., v. 16, p. 130.

[41] Abreu et alii, op. cit.

[42] Anais, op. cit., v. 16, pp. 121-123.

[43] Anais, op. cit., v. 16, p. 118.

Também alude à qualidade inferior dos produtos nacionais. Para ele, as indústrias de qualidade eram as de sedas, calçados e chapéus, que não necessitariam de proteção[44].

Martins se declara abertamente favorável à liberdade de comércio e de câmbio, demonstrando possuir uma visão liberal clássica em várias passagens, tais como: "(...) só as leis naturais poderão reajustar os fenômenos econômicos" [45]. Mas o que talvez seja mais instigante e sugestivo é a apropriação que faz, em seu discurso, do pensamento de renomados economistas e intelectuais associados a posturas antiliberais, de tal forma que corroborassem seus argumentos. Por exemplo, respondendo às objeções de Simonsen, faz uma defesa da cláusula de nação mais favorecida, citando o economista alemão Georg Friedrich List, notório defensor de políticas protecionistas[46]. Noutra passagem, em debate com Galliez, emprega ideias do romeno Mihail Manoilescu, importante teórico do corporativismo e também notório protecionista, para afirmar: "(...) uma indústria artificial não pode merecer nosso apoio (...) mesmo Manoilesco acha que não se deve proteger demasiadamente"[47].

Diniz, secundando Leopoldi e Moura, afirma que "os *círculos cafeeiros* aplaudiram a medida [o tratado]" [48]. Contudo, não apresenta no texto, qualquer citação ou referência a fontes que corroborem esta afirmação. Ainda aponta em sua análise que o CFCE teria optado "pela adoção de uma nova linha de comércio externo (...), apoiada pelos produtores rurais, adeptos da redução do controle governamental sobre a economia". E que, "preconizando a restauração do livre comércio, a *elite tradicional* enfrentaria os grupos industriais (...)"[49]. Mais uma vez, porém, não se faz referencia a nenhum documento que suporte essa associação direta entre os participantes do debate que se posicionaram a favor do tratado e a elite agrária.

Conclusões

A análise dos documentos apresentados nos permite propor questões para a compreensão da História Econômica do Primeiro Governo Vargas. Primeiramente,

[44] Anais, op. cit., v. 16, p. 144.

[45] Anais, op. cit., v. 16, p137.

[46] Anais, op. cit., v. 16, p138.

[47] Anais, op. cit., v. 16, p. 142.

[48] DINIZ (1978), op. cit. p. 127.

[49] Idem, p. 132.

porém, é preciso ressaltar que o presente trabalho é um estudo limitado, circunscrito a um episódio singular, ainda que representativo. Além disso, optamos por utilizar um corpo documental mais restrito e que privilegiou o debate no âmbito da Câmara dos Deputados. Assim, as interpretações aqui sugeridas não se pretendem definitivas, sendo antes proposições de hipóteses de trabalho para investigações futuras.

Com estas ressalvas em mente, pensamos que é possível encontrar nos documentos elementos que podem servir para problematizar ou qualificar algumas das interpretações presentes na historiografia. Entre elas, figuram em destaque a visão sobre a conformação de grupos de interesse e a tese da intencionalidade da promoção da industrialização pelo Estado.

O mapeamento dos grupos que se enfrentaram no debate na Câmara foi realizado pelos autores, em geral nos seguintes moldes: aponta-se para um quadro político que se configura de um lado, pela representação classista industrial junto à "oposição" ao governo (minoria parlamentar), e do outro, a "situação". Contudo, este último grupo é vagamente definido e diretamente associado aos "interesses das elites agrárias" ou "elites tradicionais", ainda que isto seja feito sem grande respaldo em evidência documental.

É interessante então notar que, nos documentos analisados, quase nenhuma das manifestações em defesa do tratado foi encaminhada por qualquer um dos deputados da bancada classista representante da "lavoura e pecuária". De fato, os principais defensores foram essencialmente deputados classistas representantes do funcionalismo público e outros burocratas de carreira, tais como Paulo Martins, Valentim Bouças e Fernandes Távora. Ao considerarmos suas trajetórias biográficas, não encontramos evidências de uma relação direta destes personagens com as ditas "elites agrárias". Este simples fato já nos parece suficiente para que seja necessário qualificar as afirmações da literatura quanto aos grupos constituintes do debate. Ao invés da oposição "indústria versus agroexportação", talvez fosse mais correta a alternativa "indústria versus burocracia estatal".

Mas resta a questão de se estariam estas figuras públicas representando ou defendendo, direta ou indiretamente, os interesses das elites agrárias e, particularmente, da elite cafeeira. Se partirmos de um referencial teórico que recusa um determinismo simples dos interesses das classes economicamente dominantes sobre o Estado e seus

agentes, torna-se possível e até necessário colocar tal questão para a investigação histórica concreta. Não acreditamos que o modo pelo qual economia e política se relacionam seja dado *a priori*: a articulação entre as duas esferas, o maior ou menor poder de determinação em sua ação recíproca, dependem do tipo específico da formação social em questão, sendo, portanto, um fenômeno historicamente mutável.[50]

A documentação analisada ainda não permite um desenvolvimento maior nesse sentido. Contudo, o que é possível identificar a partir da análise dos discursos dos defensores do tratado é a presença de visões sobre a natureza da economia e da sociedade brasileiras, além de concepções de política econômica, que podemos associar ao pensamento que fora predominante no período de clara hegemonia das elites agroexportadoras[51]. Uma política comercial fundamentada no liberalismo econômico de viés clássico, a defesa do caráter essencialmente agrário do Brasil e o postulado da complementaridade entre a economia brasileira e a dos centros industriais são exemplos dessas visões. Seria este um indício de que os defensores do tratado de fato representavam interesses agrários?

Apesar de nos parecer uma hipótese viável, ainda que não verificada, sugerimos, contrariamente, outra possibilidade interpretativa: estes indivíduos faziam parte de uma elite política e burocrática formada e educada em um período de forte hegemonia do pensamento liberal, segundo o qual o caráter da economia brasileira era essencialmente agrário (devido às vantagens comparativas) e a indústria– vale dizer, aquela "natural" e não as "artificiais"[52]– ocupava papel relevante, porém, claramente secundário.

Tais concepções eram então ainda muito fortes– talvez predominantes– no seio da elite política e da burocracia estatal, contribuindo para configurar uma formação ideológica particular, de uma parcela dos agentes do Estado, que não poderíamos caracterizar como "industrialista". Não seria também pura e simplesmente "liberal", tendo em vista os aportes de ideias positivistas e outras de origens diversas. Além disso, tendo em vista a natureza das fontes das receitas fiscais do Estado, o incentivo às

[50] Para uma clara exposição do denso debate teórico, em torno da tese da "autonomia relativa" da política, ver: JESSOP, Bob. *State Theory: Putting the capitalist state in its place.* Cambridge: Polity Press, 1996. especialmente pp. 79-104.

[51] ARRUDA, Pedro Fassoni. **"**Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930)". in: *Revista ponto-e-vírgula*, 1: 161-188, São Paulo, 2007.

[52] Era considerada "indústria artificial" aquela cujas matérias primas e insumos só pudessem ser obtidos por meio de importações.

exportações– e o café era de longe o principal produto da pauta brasileira– era sem dúvida de grande interesse para a sustentação política da burocracia estatal.

Um elemento bastante interessante, extraído da análise das fontes, refere-se à maneira como cada lado da disputa procurou estabelecer uma analogia entre o "interesse nacional" e o projeto que defendiam. Nesse sentido, enfaticamente se pronunciou o industrialista Paulo Assumpção, ao declarar que se deveria buscar "uma política externa voltada para os *interesses nacionais*, vale dizer, para os *interesses industriais*". Já o burocrata Paulo Martins diria, ao contrário, que considerava "mais importante sacrificar cem operários [caso a assinatura do tratado ocasionasse falências industriais] em favor dos *interesses do país*" [53], colocados como potencialmente opostos aos da indústria nacional. A construção dessa analogia entre o interesse particular de determinado grupo e o interesse geral da "Nação" faz parte da disputa pela construção da hegemonia.

Ainda que seja correto afirmar que o período considerado coincide com a crise da hegemonia das antigas elites agrárias e, portanto, uma crise do consenso construído fundamentalmente a partir de suas ideias, concepções e valores, isto não significa necessariamente que estes tivessem sido suplantados, de forma rápida, definitiva, ou inequívoca, por outro consenso hegemônico de caráter industrialista. A hegemonia de uma classe ou fração e a conquista da supremacia política, tal como propõe Gramsci, é construída historicamente, podendo ser compreendida, portanto, como um processo e não como mero evento de imediata ruptura[54].

Finalmente, no que se refere à tese da intencionalidade da promoção da industrialização brasileira, longe de nos posicionarmos em plena consonância com a vertente interpretativa que aponta para uma postura hostil do Estado e de sua burocracia – tendo em vista que se verificou de fato medidas favoráveis à indústria no período –, colocamos em questão a tese contrária, a qual postula uma clara e consciente promoção dos interesses industriais. Acreditamos que a documentação analisada neste trabalho não permite sustentar esta última tese - certamente não no que se refere ao episódio em questão.

Nesse sentido, nos posicionaremos diferentemente da interpretação de Fonseca (2003), que tende a ver o tratado como evidência de apoio governamental à indústria, uma vez que fica claro que a assinatura do acordo desagradou aos representantes

[53] Apud. DINIZ (1978), op. cit., p.130.

[54] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Trad. e Ed. C. N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, em especial o vol.3.

industriais envolvidos, que não viram nela qualquer vantagem. Além disso, apesar de suas cláusulas incluírem a redução de tarifas para certos bens de capital, tais como máquinas de costura e para amolar ferramentas, e certos bens intermediários, na lista de produtos constante do apêndice do tratado, verifica-se que a vasta maioria dos produtos norte-americanos que obtiveram redução tarifária eram de fato bens de consumo acabados, desde tecidos de diversos tipos até automóveis [55], produtos estes que tinham maior relevância na pauta de exportações e que poderiam vir a concorrer com os produtos nacionais.

Contudo aqui não procuramos por em questão a tese da intencionalidade da promoção da industrialização pelo Estado em seu sentido mais amplo. De fato houve durante o primeiro período de Getúlio Vargas um conjunto de medidas governamentais que beneficiaram a indústria nacional, tais como a criação de instituições que favoreceram a aplicação futura de políticas de caráter desenvolvimentista, o que já foi bem demonstrado por Fonseca (2003). Apenas acreditamos que a tese referida não seria a hipótese explicativa mais adequada para a análise do episódio em questão, uma vez que, além do exposto acerca dos termos do próprio tratado, não há indícios, na documentação estudada, de que o objetivo de promover a industrialização tenha sido expressamente perseguido, nesse caso, pelos defensores do tratado.

Muito ainda resta a ser investigado no campo da História Econômica desse período tão rico de projetos diversos, disputas políticas e possibilidades em aberto. O estudo dos processos de construção da hegemonia, bem como o estudo da formulação de projetos alternativos de desenvolvimento e de inserção na economia mundial para o Brasil é um campo fértil a ser explorado. Futuras contribuições devem levar em conta as dimensões de temporalidade e conflito, que são inseparáveis destes processos.

[55] Cf. Decreto N. 542, de 24 de dezembro de 1935. URL: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-542-24-dezembro-1935-555656-publicacaooriginal-74987-pe.html, acessado em 20/12/2011.

Referencias Bibliográficas

ABREU, Alzira A. et al. (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.* 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível on-line - URL: http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb. Acessado em 21/12/2011.

ABREU, Marcelo de Paiva. "Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945", in ABREU, M. de P. (org.). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. *O Brasil e a Economia Mundial: 1930-1945.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **"**Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930)". in: *Revista ponto-e-vírgula*, 1: 161-188, São Paulo, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina. (org.) *As instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo, 1880-1945*. 3a ed., São Paulo: Difel, 1971.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo No Brasil: 1930/1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. "O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe", in FAUSTO, Boris (ed.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano*. 3ª ed., São Paulo: Difel, 1986, tomo III, vol. 3.

FAUSTO, B. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Pedro C. D. "Sobre a intencionalidade da política econômica industrializante do Brasil na década de 1930". *Revista de Economia Política*. 23 (1), jan/mar 2003, p. 133-148.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 22a ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HILTON, Stanley. "Vargas and Brazilian economic development, 1930-1945. A reappraisal of his attitude toward industrialization and planning". *Journal of Economic History*. 35 (4), den /1975, p. 754-778.

JESSOP, Bob. *State Theory: Putting the capitalist state in its place.* Cambridge: Polity Press, 1996.

LEOPOLDI, M. A. P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: As associações dos industriais, a política econômica e o Estado*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979

WIRTH, John D. *A política do desenvolvimento na era Vargas.* Rio de Janeiro, FGV, 1973.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

O comércio transatlântico de escravos: condução da mão-de-obra negra para Pernambuco entre os séculos XVI e XIX[1]

Débora de Souza Leão Albuquerque[2]

Resumo

Dados apurados na última década mostram que Recife foi o quinto maior centro mundial de tráfico escravista. No entanto, o tráfico para Recife é ainda pouco pesquisado. Em 2007, a divulgação dos novos dados sobre o tráfico atlântico ampliou muito as informações sobre o tráfico escravista brasileiro, especialmente no Norte e Nordeste, o que permitiu um mapeamento do tráfico pernambucano muito mais pormenorizado do que antes possível. Houve, por exemplo, um incremento de 1.282% no número de desembarcados em Pernambuco o que possibilitou uma melhor investigação de questões como os portos de embarque de escravos, na África; a duração média das viagens; o tamanho médio das embarcações utilizadas; a mortalidade média durante as viagens, etc. A relação desses pontos com as atividades econômicas desenvolvidas na capitania é evidente no trabalho.

Palavras-chave: Mão-de-obra, Tráfico, Escravismo, Nordeste, Brasil.

[1] A pesquisa de que decorre o trabalho teve o apoio do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[2] Assistente de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea. Graduada em economia pela Universidade de Brasília. E-mail: de.albuquerque@yahoo.com.br. A autora agradece ao professor Flávio Rabelo Versiani, seu orientador na monografia de graduação.

Introdução

O comércio Atlântico de escravos foi um dos mais complexos negócios conhecidos e envolveu a maior migração transoceânica na história até aquele momento (Klein, 1999). Ao todo, embarcaram em navios negreiros mais de 12 milhões e meio de africanos e, com destino o Brasil, foram mais de 5 milhões e meio de embarcados. Esse tráfico movimentava, entre outras atividades, a indústria naval, o sistema financeiro e de crédito europeu além da indústria armamentista francesa que, segundo Williams (1994), fora completamente dependente do comércio africano durante épocas de paz na Europa.

Nesse contexto, é evidente a importância de Recife como centro de tráfico de escravos. Como ressaltado por Silva & Eltis (2008:122) Recife foi o quinto ou sexto maior centro organizado de tráfico transatlântico de escravos do mundo. Os novos dados disponíveis na nova base de dados proporcionaram uma reavaliação dessa importância; é uma novidade, no contexto da literatura sobre o tráfico de escravos africanos para as Américas.

A base de dados mais atualizada e completa até 2007 foi patrocinada pela Universidade de Harvard e coligia grande volume de dados de diversas fontes sobre o tráfico total de africanos para as Américas, essa base de dados foi lançada em 1999 e trazia como informação que, para todo o período do tráfico de escravos para Pernambuco, desembarcaram nessa região 61.800 escravos em 183 viagens realizadas para tal capitania. Já a nova base de dados, disponibilizada em 2007, patrocinada pela Universidade Emory, dos Estados Unidos, Instituto Du Bois e pela Fundação Nacional para as Humanidades (NEH) e disponível no site www.slavevoyages.org, informa que, para todo o período do tráfico para Pernambuco, houve um desembarque de 853.833 africanos nessa região conduzidos em 1.376 viagens realizadas para tal capitania.

Dessa forma, percebemos um incremento de 1.282% no número de desembarcados em Pernambuco e de 651% no número de viagens, permitidos pelos dados da nova base de dados: “Voyages Database”. Assim, não é difícil concluir que a nova base de dados bem como sua análise são de extrema importância no estudo recente do tráfico de escravos para Pernambuco.

Apesar da nova base de dados estar disponível na internet, sua utilização por pesquisadores brasileiros não tem sido muito ampla. Nesse sentido, Eltis e Richardson, no artigo introdutório do livro Extending the Frontiers (2008), falam na expectativa de que a literatura sobre o tráfico africano possa se expandir amplamente, com a divulgação dos novos dados. É visando essa expansão e uma continuidade ao trabalho

da autora apresentado na Paraíba (2010) que o presente trabalho analisa o porto de embarque dos cativos que se dirigiam para Pernambuco, a mortalidade dentro dos navios, a quantidade média de escravos desembarcados por navio, a duração média das viagens e a quantidade de escravos desembarcados por ano, sempre contextualizando esses pontos com aos acontecimentos políticos e econômicos da época.

O emprego da mão-de-obra

Em Pernambuco a mão-de-obra negra era utilizada no cultivo da cana, mais comum na Zona da Mata, extensa área próxima da costa com clima quente e úmido, e também nas fazendas de criação de animais no Sertão, região mais a oeste em Pernambuco e de clima semi-árido que abastecia com essa criação a área açucareira. Também era utilizada no Agreste, região intermediária entre Zona da Mata e Sertão. No Agreste foi explorada tanto a pecuária como diversas culturas alimentares, o algodão também se fez crescentemente presente nessa região a partir da segunda metade do século XVIII (Versiani & Vergulino, 2003). Além disso, as áreas urbanas também alocavam os imigrantes na execução de variados serviços como carpintaria e alfaiataria, por exemplo.

Apesar de a mão-de-obra negra ter sido empregada em todas essas regiões de Pernambuco, a literatura clássica tende a concentrar o emprego dessa mão-de-obra na Zona da Mata. Nas palavras de Versiani & Vergolino (2003: 360):

> A literatura freqüentemente transmite a impressão de que o uso da mão-de-obra escrava na região, ao longo do século XIX, estava fundamentalmente concentrado na Zona da Mata, o que é reforçado pelos conhecidos relatos de viajantes estrangeiros que estiveram nessa parte do País no século XIX, como Henry Koster (1942[1816])- tão citado por Gilberto Freyre-, e que se referem, preponderantemente, à sociedade e economia litorâneas, e à escravidão do açúcar.

Segundo esses autores, 30 a 40% da mão-de-obra cativa em Pernambuco não estava alocada na Zona da Mata, portanto não estavam ligados à indústria açucareira.

Apesar dessas constatações, o tráfico de escravos para Pernambuco decorreu basicamente das necessidades de mão-de-obra da lavoura de açúcar. Em 1542, Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco, solicitou ao Rei autorização para importação de africanos e foi justamente nessa mesma capitania que o primeiro

navio negreiro desembarcou no Brasil, em 1560. O tráfico para Pernambuco terminaria em 1851 e para o Brasil apenas em 1856.

Porto de Embarque

Como afirma Klein (1989:17),

> Apesar de uns 2.2 milhões de escravos terem sido embarcados antes de 1700, foi apenas no início do século XVIII, que os escravos se tornaram a principal exportação da África. Foi no século XVIII e na primeira metade do XIX, que quatro quintos de todos os escravos foram transportados para América.

Os números da nova base de dados mostram que 62,73% do número total de escravos desembarcados em Pernambuco, para todo o período do tráfico, embarcaram em Luanda, atualmente capital de Angola. Dessa forma, podemos afirmar que a maior parte dos escravos desembarcados em Pernambuco teve sua compra efetuada em Luanda.

O segundo maior porto de embarque de escravos foi a Costa da Mina, definida por Verger como o trecho da Baía de Benim do Rio Volta até Cotonu, no Daomé (hoje Benim), ou seja, cerca de metade daquela baía. Na Costa da Mina foram comprados 9,46% dos escravos desembarcados em Pernambuco. Porém, é importante ressaltar que em alguns momentos a Costa da Mina foi mais influente na oferta de escravos para Pernambuco que Luanda. Por exemplo, durante o primeiro terço do século XVIII Costa da Mina chegou a ser responsável por 25,37% da oferta de escravos enquanto que Luanda era responsável por apenas 11,57%. O destaque nessa época era de Elmina na Costa do Ouro, responsável, no mesmo período, por 33,56% da oferta de mão-de-obra escrava.

O ano de 1758 foi o último em que houve mais de mil escravos desembarcados em Pernambuco cuja origem havia sido Costa da Mina, ou seja, Costa da Mina deixava definitivamente de ser uma região de expressiva importância para a oferta de mão-de-obra para essa capitania do Brasil. Segundo Miller (1988), os traficantes da Bahia excluíram os traficantes de Pernambuco da região de embarque na Costa da Mina, processo ocorrido aproximadamente em 1750. Dado que Recife não poderia competir com a dominação de Benguela exercida pelos traficantes do Rio de Janeiro, a alternativa viável seria a importação a partir de Luanda. Nas palavras desse autor: “Pernambuco´s

commercial weakness forced its traders to seek slaves where the strong and autonomous slavers of Bahia and Rio de Janeiro left openings for them." Miller (1988:487).

Para o período de 1788 a 1815, dos cativos desembarcados na região em questão, 69,22% haviam embarcado em Luanda e apenas 2,06% haviam embarcado na Costa da Mina. No tratado de 1815 entre Portugal e Inglaterra, houve a supressão do tráfico ao norte do Equador. Os números do novo banco de dados indicam que de 1816 a 1851, o total de escravos desembarcados provenientes da Costa da Mina representa menos de 1% do total, já os de Luanda representam mais de 71%. Essa queda na contribuição de mão-de-obra da Costa da Mina pode estar relacionada tanto ao fato de o tráfico ao norte do Equador ter se tornado mais arriscado e por isso seria menos atrativo aos traficantes comprarem escravos em regiões como Costa da Mina, quanto ao viés na amostra devido à falta de registros de viagens provenientes do norte do Equador nesse período dado que os traficantes não registravam, por precaução, onde compravam a mão-de-obra posteriormente transportada em decorrência da proibição do Tratado. Ou registravam falsamente a origem como tendo se dado ao sul do Equador, como mostrou Verger, no caso do tráfico para a Bahia.

Os traficantes baianos, segundo Miller (1988:462) trocavam tabaco produzido na própria Bahia por escravos na África, o fumo baiano era muito apreciado pela população local. Já para o tráfico de Pernambuco, a mercadoria que era trocada pelos escravos na áfrica, ainda é uma incógnita que precisa ser melhor investigada. Talvez a cachaça, confeccionada a partir do açúcar produzido nessa região, foi o bem de troca por escravos.

Mortalidade

Eram significativos os altos índices de mortalidade dos africanos capturados tanto a caminho do porto de embarque quanto a caminho do Brasil. Segundo Miller (1988), esses facilmente adoeciam por não serem imunes às novas doenças trazidas pelo branco europeu, pela mudança em seus hábitos alimentares, pela falta de vegetais e frutas frescas durante a viagem e pela ingestão insuficiente de água. Juntamente com a insalubridade dos porões e constantes contaminações da água para beber, os cativos frequentemente sofriam de diarreia, escorbuto, gripe, doenças causadas por parasitas entre outras. Como nota Miller (1988:384),

> One experienced Luanda merchant reported that slavers toward the second half of the eighteenth century expected to lose about 40 percent of

> their captives to flight and death between the time they purchased them in the interior and the time they put them aboard the ships in Luanda.

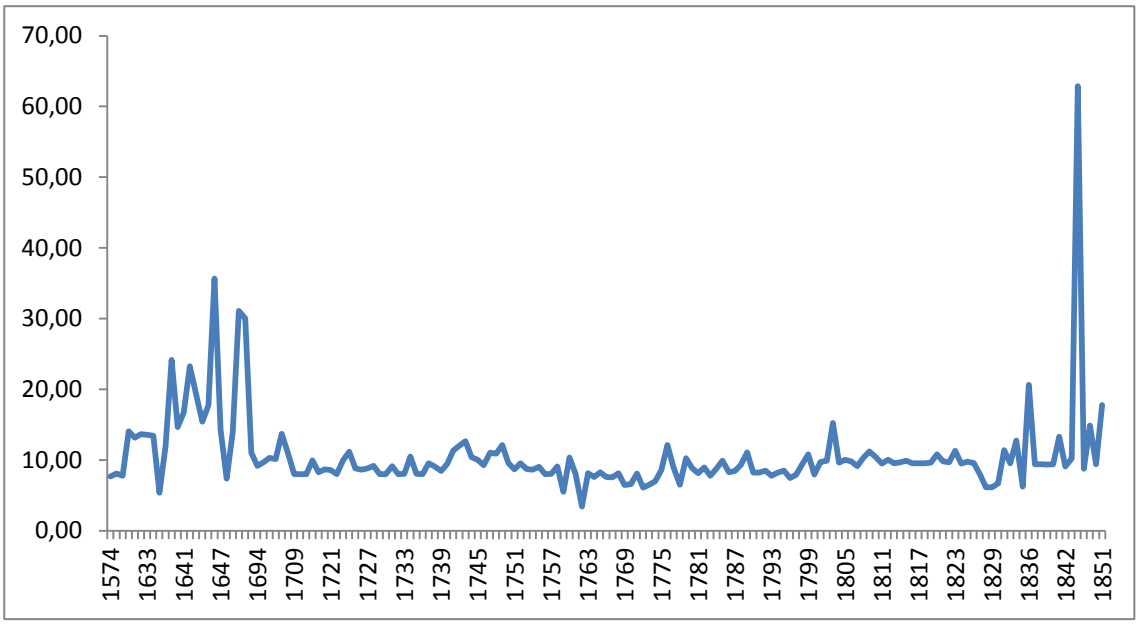
Manuel Correia de Andrade (1973) menciona que assim que chegavam ao Recife os escravos eram expostos à venda no mercado de escravos e vendidos na maior parte das vezes a prazo. Segundo o mesmo, as companhias obtinham grandes lucros oriundos da diferença de preço de compra e venda dos escravos.

Algumas normas foram elaboradas visando uma melhora no tratamento dado aos escravos durante as viagens no Atlântico. No Alvará de 1813, assinado por D. João, foram fixadas regras sobre alimentação e o fornecimento mais adequado de água. Fixaram-se ainda prêmios, a serem pagos ao Mestre e Cirurgião do navio, caso a mortalidade durante a viagem fosse inferior a 2%. Segundo Versiani (2008), tais medidas adotadas seriam antes uma resposta às pressões abolicionistas da Inglaterra do que uma proposta de redução do sofrimento dos cativos.

Terão produzido algum efeito os prêmios oferecidos, no Alvará de 1813, para taxas de mortalidade menores? Analisando os números da nova base de dados poderíamos afirmar que não. Isso porque a média das taxas de mortalidade observadas no período anterior ao Alvará, em navios escravistas desembarcados em Pernambuco entre 1800 e 1813, foi de 9,9% (com desvio padrão de 1,4%). Comparando essa média com a referente ao período posterior ao Alvará, entre 1814 e 1823, vê-se que neste último período a mortalidade foi maior do que antes: 17% (desvio padrão: 10,67%).

A média percentual de escravos embarcados que morreram durante a viagem com destino Pernambuco foi de 12,6%. A variação dessa média ao longo do tempo pode ser observada na figura abaixo.

Figura 1. Mortalidade percentual dos escravos nas viagens



Fonte: Voyages Database.

O gráfico sofre uma distorção em 1844 porque houve apenas uma viagem registrada nesse ano e nessa viagem 350 escravos embarcaram e apenas 130 desembarcaram, portanto o percentual de mortos foi de 62,86%. Provavelmente uma epidemia se fez presente nessa viagem. Nas palavras de Klein (1989):

> As astronômicas taxas de mortalidade alcançadas em algumas viagens deviam-se a surtos de varíola, sarampo e outras doenças altamente contagiosas, que não estavam relacionadas com o tempo de permanência no mar, nem com as condições de estoques de alimento e de água, e nem com a higiene ou as práticas sanitárias. Era a própria casualidade destas doenças epidêmicas que impedia capitães experientes e eficientes de eliminar as altas taxas de mortalidade de algumas viagens.

Exceções como nenhuma morte registrada durante a viagem da África ao Brasil também aconteceram. Em 15 de outubro de 1789, por exemplo, o brigue "Netuno pequeno" foi visitado por agentes médicos em Salvador após um mês de viagem da Costa da Mina, com uma pequena escala em Recife. Nenhuma morte foi registrada nessa viagem e seu capitão e dono, Pedro Gomes Ferreira, informou aos burocratas do porto que dois novos escravos nasceram a bordo (Ribeiro, 2008). Essa foi uma ocorrência incomum no tráfico de negros. Durante a travessia os africanos estavam muito mais sujeitos à morte que ao nascimento.

Além de epidemias, tempestades e atrasos podiam aumentar o índice de mortalidade a bordo. Eram comuns também mortes causadas pelo "banzo", designado,

em 1799 na Academia Real de Ciências de Lisboa, como doença aguda e crônica que freqüentemente acometia os negros recém-tirados da África. Os sintomas mais notáveis eram tristeza, falta de vontade de falar e de se alimentar.

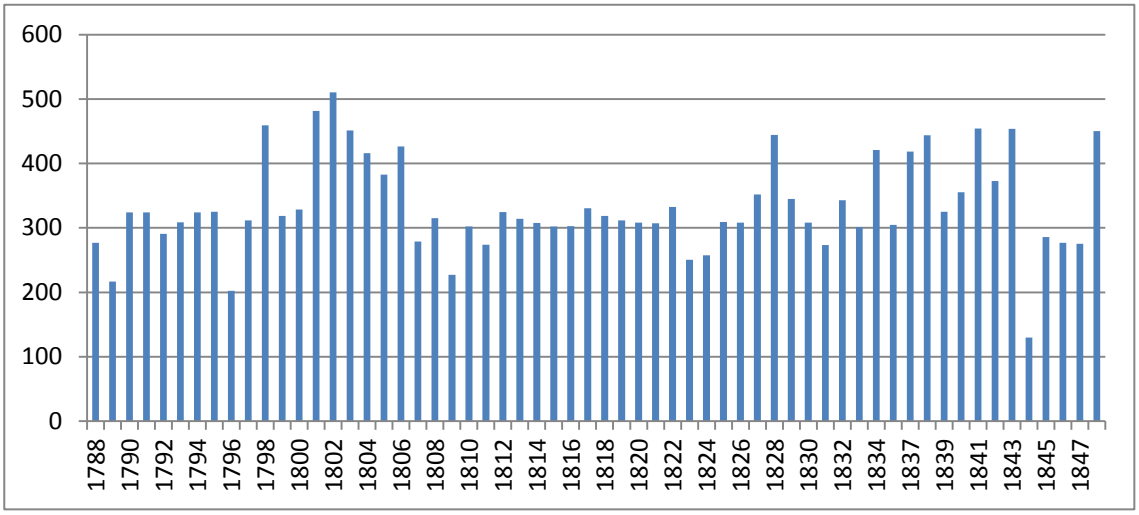
É importante lembrar que enfermidades não só atingiam os escravos do navio, mas também afetavam a tripulação. Além disso, as populações das cidades cujos portos recebiam desembarques de navios negreiros sofriam constantemente de doenças introduzidas pelos desembarcados (Ribeiro, 2008).

A mortalidade claramente não terminava com o desembarque dos cativos. Muitos africanos sobreviventes da travessia do atlântico chegavam tão fracos e doentes que tinham que ficar de quarentena por um longo período após o desembarque. Escravos nessas condições davam perdas aos traficantes, e mesmo depois de vendidos, africanos doentes tinham que receber um cuidado especial (Ribeiro, 2008).

Quantidade Média de Escravos Desembarcados por Navio, entre 1788 e 1851

Ao longo de todo o período do tráfico para Pernambuco, a média de escravos desembarcados por navio girou em torno de 312. Já para o período de 1788 a 1851, classificado por Furtado (1959) como o período do declínio do açúcar e início do café, a média foi um pouco maior: 327,12 escravos por navio. A Figura 2 mostra a média de desembarques para esse último período.

Figura 2. Média de escravos desembarcados por navio (1788-1851)



Fonte: Voyages Database.

Através da observação do gráfico acima, é possível discordar do que afirma Marcus Carvalho (2002:132) acerca do tamanho dos navios. De acordo com esse autor, os navios que desembarcavam em Pernambuco, foram diminuindo de tamanho e a década de quarenta teria sido o apogeu das pequenas embarcações. Segundo o mesmo, no período do tráfico ilegal para o Brasil, houve um declínio na utilização de navios enormes, comuns no século XVIII, com mais de mil escravos a bordo. A estratégia de utilização de navios menores estaria ligada a vantagem de aproximação da costa no momento de desembarque, uma operação, na época, de risco. Além disso, o autor argumenta que o tempo de viagem seria menor com embarcações diminutas dado que o tempo de espera nos portos africanos para que a carga ficasse completa para a travessia seria reduzido.

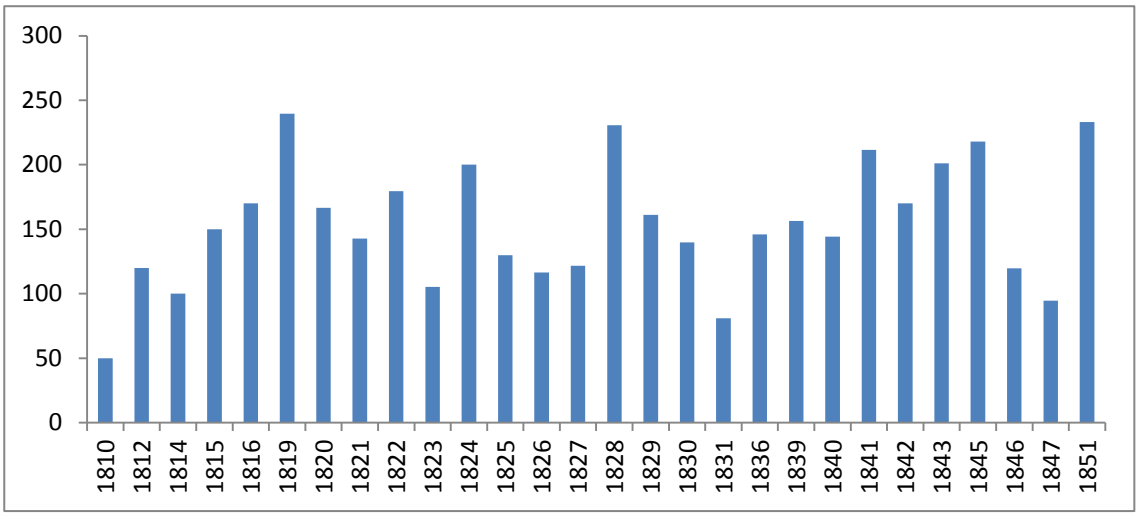
Manolo Florentino (1997:147) também faz afirmativas nessa direção: "o incremento da participação de pequenas naus, em princípio mais velozes [...] pode ter sido a causa maior do encurtamento das viagens e, portanto, da queda da mortalidade a bordo". Dessa forma, Florentino e Carvalho defendem a ideia de que o tamanho dos navios negreiros estava diminuindo com o tempo, afirmativa não respaldada pela análise dos novos dados.

Analisando os dados da nova base percebemos que as médias de escravos desembarcados nas décadas de 20, 30 e 40 do século XIX foram, respectivamente, de 315,09; 328,46; 362,87 por navio. A análise dessas informações nos leva a conclusão de que os tamanhos dos navios estavam aumentando e não diminuindo.

Há indícios de que a tonelagem[3] média dos navios foi crescente no século XIX, o que reforça a ideia discorrida acima. Segue abaixo o gráfico da tonelagem média dos navios ao longo dos anos no período de 1788 a 1851.

Figura 3. Tonelagem média dos navios, que desembarcaram em Pernambuco, por ano (1788-1851)

[3] De acordo com o glossário do site www.slavevoyages.org, "Tonnage: The amount of cargo a vessel is able to carry expressed in imperial tons. Slaving vessels were typically smaller in tonnage than their non-slaving".



Fonte: Voyages Database.

As tonelagens médias dos navios nas décadas de 20, 30 e 40 foram de 143; 148,37 e 166,52. Klein (1999:143) já tinha percebido esse aumento no número de escravos desembarcados por navio e já havia relacionado isso a um aumento na tonelagem e tamanho dos mesmos: "there was a progressive increase of slaves carried per ship as average tonnage increased […]" (p. 143); e, com referência específica a navios portugueses: "the average number of slaves carried per trip was constantly on the increase over the course of [the 18th century]" provavelmente pelo uso de "larger vessels, rather than changes in crowding slaves" (Klein,1999:148).

O porquê do crescimento, em média, do número de escravos transportados e da tonelagem das embarcações, no século XIX, poderá ser desvendado a partir de pesquisas mais detalhadas sobre o tráfico nesse período. Porém, a expectativa dos traficantes em terem lucros maiores com a venda posterior ao desembarque de um volume maior de mão-de-obra escrava nos portos, parece ser uma explicação plausível para essa indagação. Além disso, a expectativa do fim do tráfico pode ter funcionado como estímulo ao desembarque de um volume maior de escravos nos portos. Nos estudos de Versiani & Vergulino (2002:9), obtemos a informação de que houve um aumento significativo do preço dos escravos em Pernambuco em 1830-1845 e, mais especialmente, durante a década de 1850. Ora, o fato dos escravos estarem valendo mais, estimula os traficantes a desembarcarem mais escravos por viagem realizada.

Duração Média das Viagens

Segundo Eltis (1977), as mortes de escravos nas viagens variavam de forma direta com o número de dias no mar. As rotas eram muitas vezes determinadas pelos ventos e correntes marítimas que ajudavam o tempo de viagem encurtar. Devido à vulnerabilidade da vida dos escravos aos atrasos, os traficantes compartilhavam um interesse em comum: a redução do tempo das viagens. O custo da viagem também variava diretamente com esse tempo, como os salários dos tripulantes e capitães a bordo e fundos emprestados para a viagem (Miller, 1988). Dessa forma, era importante otimizar o tempo desde a saída do navio do porto de origem até sua chegada ao porto de desembarque.

Apesar da redução do tempo de travessia do Atlântico ser importante para os traficantes da época, o tempo despendido nos portos africanos até o momento de embarque de cativos era a fonte maior de preocupação dos donos de navios. Os atrasos nos portos de embarque eram rotineiros, muitas vezes provocados por rivais já que havia disputa pelos escravos que seriam embarcados. Nas palavras de Miller (1988:318), "The economics of slaving voyages on the swiftness of the turnaround Atlantic, reduced to their most abstract terms, hinged on the swiftness of the turnaround in Angola, and all these pressures therefore converged on the hectic rough-and-tumble of the colony´s port."

Segundo Jaime Pinsky (1994), as feitorias existentes ao longo da costa da África serviam para aglomerar os cativos que chegavam de diversas partes do continente até o momento da chegada de um navio que os transportariam para o Brasil. Ocorria também a espera dos navios no porto até haver número suficiente de escravos para tornar a expedição lucrativa.

A nova base de dados revela o seguinte: para todo o período do tráfico, o tempo médio da viagem era de 240,88 dias, ou seja, da saída do porto de origem até a chegada ao porto de desembarque, levava-se 8 meses e 27 dias em média.

Das 1.376 viagens com destino Pernambuco de que se tem registro na nova base de dados, 74 indicam o tempo de travessia do oceano Atlântico. O tempo médio dessa travessia para todo o período do tráfico foi de 47,8 dias.

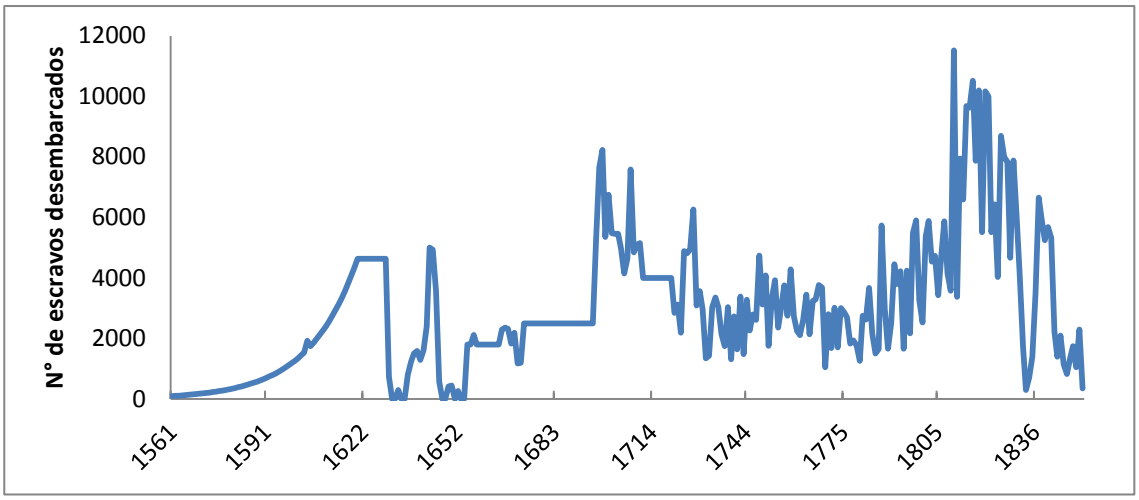
De 1564 a 1777 a média de dias gastos na travessia do Atlântico era de 52,43. Já para o período de 1788 a 1851, o tempo médio da travessia passou a ser 50,30 dias, isso está de acordo com argumentos expostos na literatura que afirmam ter o tempo das viagens regredido na medida em que se avançava a tecnologia, os navios ficavam mais

velozes e as correntes marítimas juntamente com os ventos eram melhor estudados e aproveitados.

Quantidade de escravos desembarcados por ano

A quantidade de escravos desembarcados por ano em Pernambuco não foi homogênea para todo o período do tráfico. O ano de 1810 foi o ano de maior movimentação no porto do Recife: nesse ano desembarcaram 11.518 escravos. Já os anos de 1.631, 1632, 1.634, 1.635, 1.648, 1.651, 1.653 e 1.654 são os anos em que não houve nenhum escravo desembarcado. É interessante notar que essas últimas datas se situam no período da invasão holandesa em Pernambuco (1630-1654). Observe gráfico abaixo.

Figura 4. Número total de escravos desembarcados em Pernambuco por ano



Fonte: Voyages Database.

Nota-se uma queda brusca no número de desembarcados no inicio da ocupação holandesa de Pernambuco. Após a expulsão desses, em 1654, o número de desembarcados eleva-se substancialmente.

As exportações de açúcar do nordeste holandês foram significativas durante apenas 8 anos, de 1638 a 1645, já a partir de 1645 essas declinam bruscamente (Silva & Eltis, 2008). É justo no período de maior exportação que se verifica o expressivo volume de cativos desembarcados no período holandês. Entre 1636 e 1645, chegaram ao Brasil 90% dos escravos trazidos por esse povo.

O pico no gráfico de 1642 a 1645 ocorre provavelmente porque, nesse período, os holandeses obtinham o acesso à maior parte dos mercados de escravos africanos na

África, inclusive Angola. Entre essas datas, o desembarque estimado de escravos se aproxima do volume estimado para o tráfico do período anterior a invasão holandesa. Dessa forma, observa-se que a invasão e expulsão holandesa impactaram profundamente a dinâmica do tráfico de escravos para a região em foco. Veja a tabela a seguir.

Figura 5. Quantidade de desembarcados em Pernambuco, por quinquênio

Período	N° de escravos desembarcados
1561-1565	573
1566-1570	792
1571-1575	1.096
1576-1580	1.516
1581-1585	2.099
1586-1590	2.906
1591-1595	4.022
1596-1600	5.567
1601-1605	7.993
1606-1610	10.665
1611-1615	14.763
1616-1620	20.439
1621-1625	23.200
1626-1630	19.294
1631-1635	300
1636-1640	6.421
1641-1645	17.526
1646-1650	1.438
1651-1655	2.069
1656-1660	9.323
1661-1665	9.000
1666-1670	10.992
1671-1675	9.879
1676-1680	12.500
1681-1685	12.500

1686-1690	12.500
1691-1695	12.500
1696-1700	33.221
1701-1705	25.539
1706-1710	27.322
1711-1715	20.000
1716-1720	20.000
1721-1725	17.887
1726-1730	20.827
1731-1735	12.203
1736-1740	10.973
1741-1745	12.066
1746-1750	17.361
1751-1755	14.427
1756-1760	15.780
1761-1765	13.567
1766-1770	14.599
1771-1775	12.280
1776-1780	9.519
1781-1785	12.720
1786-1790	14.536
1791-1795	18.382
1796-1800	19.348
1801-1805	23.965
1806-1810	29.904
1811-1815	37.213
1816-1820	44.246
1821-1825	34.687
1826-1830	34.405
1831-1835	8.125
1836-1840	27.033
1841-1845	12.202
1846-1850	7.273

1851	350
Total	853.833

Fonte: Voyages Database.

A lei portuguesa de 18 de março de 1684, conhecida como lei da "arqueação dos navios negreiros" estabeleceu a proporção da quantidade de negros a serem embarcados com a capacidade, em tonelada, da embarcação e também com as características dos cômodos (Florentino, 1997). Ao que parece, essa lei não trouxe muitos efeitos sobre a quantidade de negros conduzidos por ano a Pernambuco, visto que a quantidade de desembarcados foi de 2.500 nos 10 anos antecedentes e nos 10 anos posteriores a lei.

A bibliografia recente sobre o tráfico atlântico destaca que no final da segunda década do século XIX houve um aumento na importação de escravos na América portuguesa, motivada pela capacidade de aquisição dos produtores do sudeste e pela perspectiva de proibição da atividade negreira. Esta conjuntura foi classificada como "crise de oferta africana", segundo a periodização proposta por Manolo Florentino (1997), com base nas entradas de navios negreiros no porto do Rio de Janeiro. Em Pernambuco, com base na tabela e gráfico acima, podemos perceber um aumento no número de desembarcados nos anos próximos ao fim do tráfico. Possivelmente, a expectativa da proibição do tráfico pode ter causado esse aumento.

A partir de 1810, a Coroa portuguesa assinou uma série de tratados com a Grã-Bretanha visando à abolição do tráfico atlântico de escravos. Em 23 de novembro de 1826, foi assinado um tratado que estipulava um prazo de três anos para o Império do Brasil decretar a extinção do tráfico atlântico. Tal resolução foi adotada a partir de 13 de março de 1830 e através da Lei de 7 de novembro de 1831[4] foram declarados livres todos os escravos que entrassem no território e portos do Brasil e o tráfico foi designado como pirataria devendo, portanto, ser combatido. A Lei anti-tráfico de 1831, foi invocada nos tribunais brasileiros e apropriada pelos escravos, seus representantes e por juízes abolicionistas para sustentar ações de liberdade e constituiu-se em tema central de uma série de debates no Senado do Império quanto a sua vigência ou não a partir das décadas de 1850 e 1860 (ZUBARAN, 2006). Contudo, ela teve pouca ou nenhuma efetividade no combate à importação de escravos africanos: o tráfico negreiro

[4] CARTA DE LEI de 7 de novembro de 1831: disponível em:http://www.icmc.usp.br/ambiente/saocarlos/?historia/o-processo-de-abolicao-e-a-vinda-dos-imigranteseuropeus/lei-de-1831, consultado em 04.02.2011.

permaneceu ativo e foi definitivamente encerrado apenas em 1850, através da chamada "Lei Eusébio de Queiroz"[5].

Pela figura 5 podemos perceber que a partir de 1831 há uma queda acentuada no número de escravos desembarcados, isso provavelmente está associado ao fato dos traficantes tentarem não deixar vestígios dessa atividade, que passara a ser ilegal a partir dessa data. Também há um declínio no número de viagens realizadas para Pernambuco a partir de 1831. Dessa forma, podemos supor que não apenas os traficantes passaram a maquiar a quantidade de escravos conduzidos em seus navios, mas também a não mais registrar suas viagens.

Já o preço dos escravos em Pernambuco é crescente na década de 30, e é de supor que os obstáculos ao tráfico, após sua proibição legal em 1831, aumentasse o custo das importações de africanos. Nas palavras de Versiani & Vergolino (2002:4):

> Os números (...) indicam, até o final da década de 1820, um aumento médio de preços da ordem de 15% por quinquênio. Esse ritmo de incremento de preços mais do que dobra, nos anos trinta, de tal forma que o nível preços ao redor de 1840 é cerca de duas vezes o de dez anos antes; na primeira metade da década de 1840, os preços aumentam ainda cerca de 20%.

Por último, seria importante destacar que no período de vigência do tráfico no Brasil (1560-1856) desembarcaram aproximadamente 4 milhões e 800 mil africanos no país e 850 mil africanos em Pernambuco. No Brasil, 2 milhões, ou 40%, desembarcaram no período de 1801 a 1850. Em Pernambuco, 260 mil, ou 30%, desembarcaram entre 1801 e 1850, perfazendo uma média de 5 mil desembarcados por ano. Comparativamente, nos séculos XVIII e XVII a média era de 3.300 e 2.500 ao ano, respectivamente. O fato de o volume de importação de escravos no século XIX ser bem mais expressivo que o volume de importação de escravos nos séculos anteriores em Pernambuco, sugere que as atividades econômicas nessa região estavam aquecidas visto que o aumento no número de desembarcados não pode ser explicado pelo tráfico interno de escravos, que só ganha importância depois de 1870, como Slenes (1975) mostrou em sua tese.

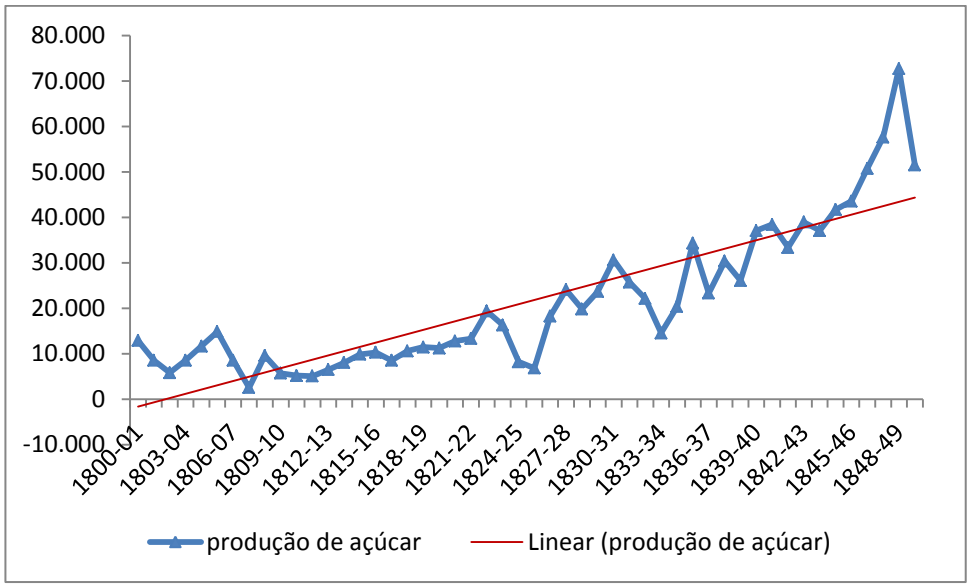
De fato, a produção de açúcar estava aquecida e se expandiu durante a maior parte do século XIX e, segundo Luna & Klein (2010):

---

[5] LEI Nº. 581 de 4 de setembro de 1850: disponível em: http://www.icmc.usp.br/ambiente/saocarlos/?historia/o-processo-de-abolicao-e-a-vinda-dos-imigranteseuropeus/lei-eusebio-de-queiroz, consultado em 04.02.2011.

O fabuloso crescimento de Pernambuco no século XIX teve origem na revitalização da economia local ocorrida em fins do século XVIII. O trabalho da companhia monopolista pombalina na capitania fora eficaz, deixando-a em posição vantajosa para aproveitar o boom pós-1791 nos preços do açúcar. Expandiram-se os engenhos tanto nas áreas tradicionais como nas de fronteira; ao mesmo tempo, o tráfico de escravos intensificou-se, e a população cativa local aumentou para quase 100 mil pessoas na segunda década do século XIX. A produção de açúcar cresceu a cada década, e em meados do século Pernambuco já ultrapassava a Bahia.

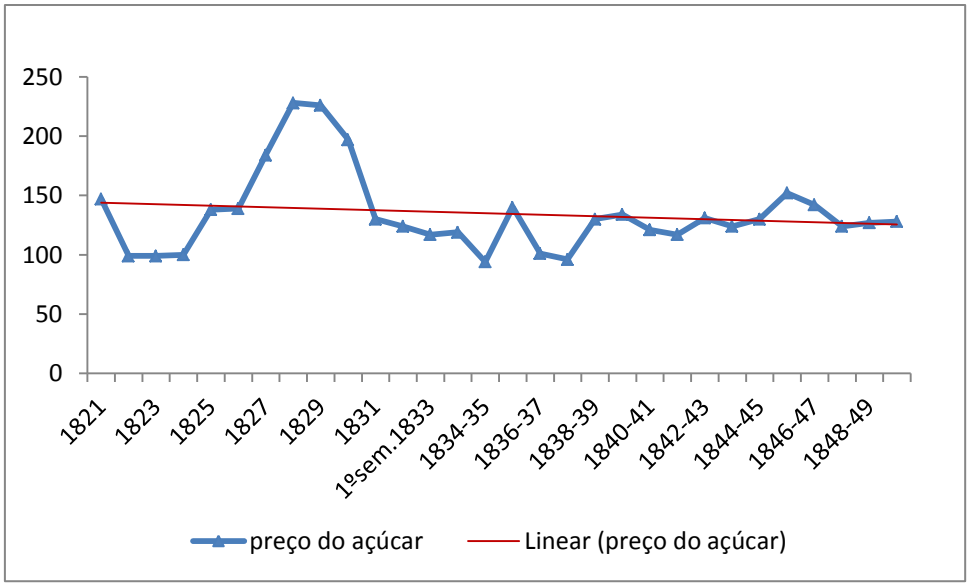
Figura 6. Produção de açúcar em Pernambuco (em toneladas) por ano-safra e tendência linear, 1800 a 1850



Fonte: Denslow Jr. (1974).

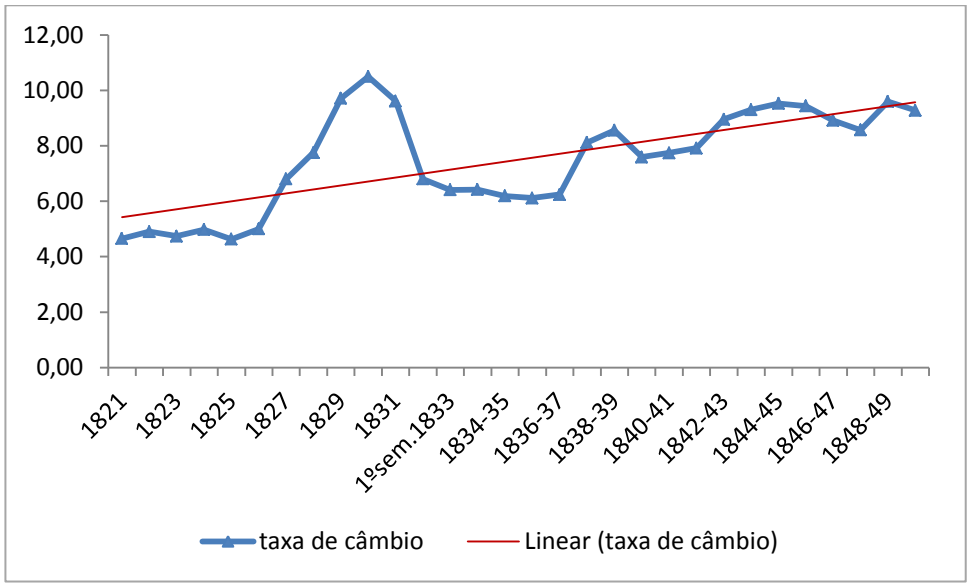
A produção de açúcar é crescente não só em Pernambuco no século XIX, mas em todo o território nacional. Como afirmam os mesmos autores, em 1805 o Brasil era responsável por 15% da produção mundial de açúcar e essa commodity permaneceu até 1830 como a principal cultura de exportação brasileira em valor de produção. Nesse mesmo ano, o Brasil tornou-se o segundo maior produtor da América. Com relação ao preço desse insumo agrícola, podemos verificar seu comportamento na figura 7.

Figura 7. Preço de exportação do açúcar brasileiro (mil-réis/tonelada) e tendência linear, 1821 a 1850



Fonte: IBGE (1986).

Figura 8. Taxa de câmbio média do comércio exterior (mil-réis/ £) e tendência linear, 1821 a 1850

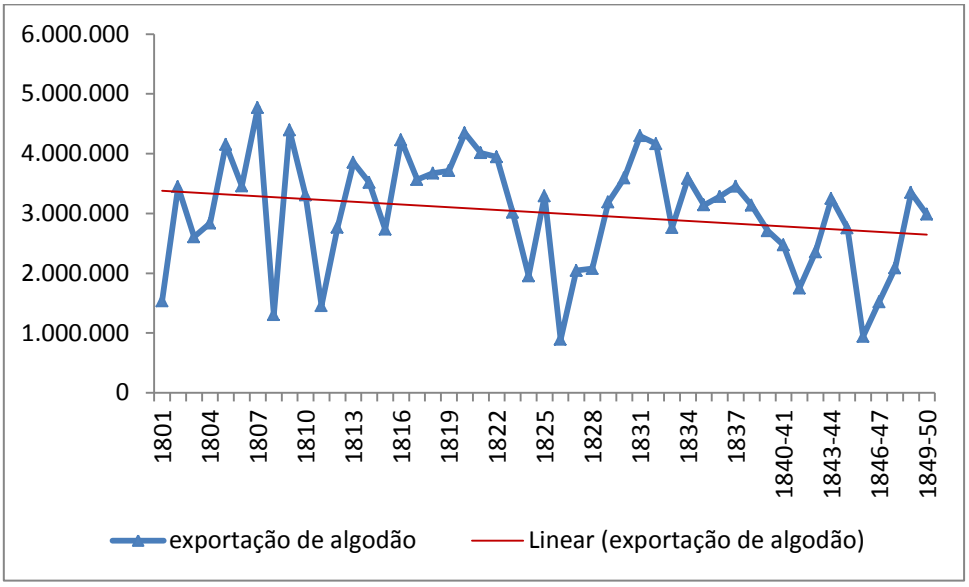


Fonte: IBGE (1986).

Conforme a linha de tendência linear da figura 7, o preço de exportação do açúcar brasileiro é suavemente decrescente no período destacado. Porém, a moeda nacional estava sofrendo desvalorização como mostra a figura 8. Dessa forma, pode-se supor que o câmbio desvalorizado justificaria a produção agrícola mesmo com os preços internacionais em queda.

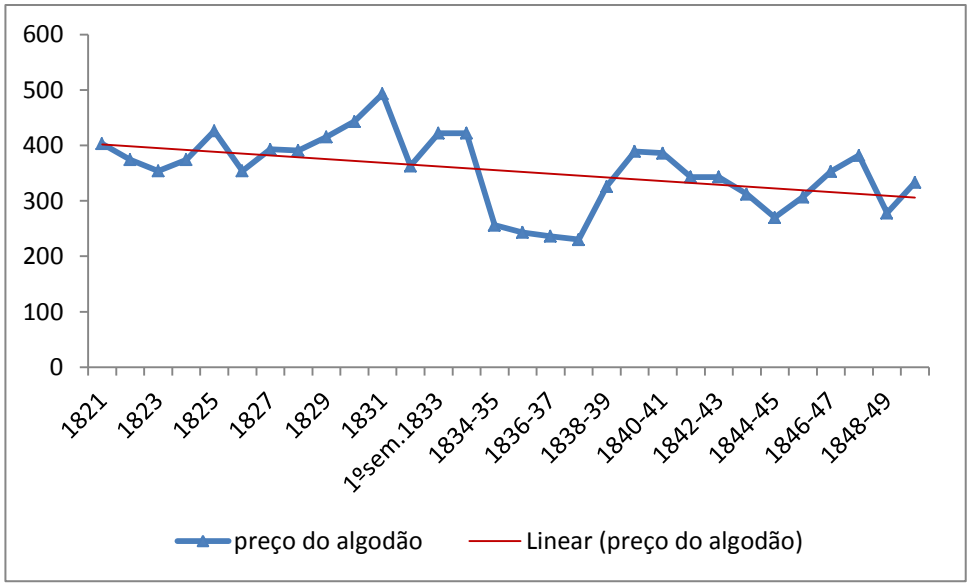
Sobre a produção de algodão que, segundo Manuel Correia de Andrade (1973:151), foi um dos principais produtos nordestinos e único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito na disputa às terras e aos braços, sua quantidade exportada pela alfândega de Pernambuco decresce de forma suave na primeira metade do século XIX conforme a tendência linear da figura 8. Já o preço de exportação do algodão brasileiro (mil-réis/tonelada) também tem tendência linear levemente decrescente, conforme a figura 9. Mais uma vez, a taxa de câmbio ascendente parece ter justificado a produção do insumo, mesmo estando os preços internacionais em queda.

Figura 8. Quantidade exportada de algodão pela alfândega de Pernambuco e tendência linear, 1801 a 1850 (inclui a produção das províncias vizinhas)



Fontes: De 1801 a 1830 e 1840/41 a 1849/50: SOARES (1977). De 1831 a 1839: dados interpolados proporcionalmente à variação das exportações totais de algodão do país retiradas de IBGE (1986).

Figura 9. Preço de exportação do algodão brasileiro (mil-réis/tonelada) e tendência linear, 1821 a 1850



Fonte: IBGE (1986).

Somando-se ao fato do número de escravos desembarcados em Pernambuco ser crescente na primeira metade do século XIX o fato do preço dos cativos também sofrer crescimento nesse período, concluímos que as atividades econômicas em Pernambuco estavam aquecidas. Conforme relatado acima, a produção de açúcar estava em vertiginosa ascensão, apesar dos preços dessa commodity apresentar leve declínio. A taxa de câmbio, por sua vez, foi crescente no período, o que encorajou as exportações de insumo agrícola. A produção de algodão, bem como seu preço no mercado internacional, também não apresenta queda brusca, sendo, inclusive, justificada pela desvalorização da moeda nacional. Todo esse quadro não condiz com a "etapa de dificuldades econômicas que se iniciara com a decadência do ouro" nem com a afirmação de que na primeira metade do século XIX "As províncias do norte- Bahia, Pernambuco e Maranhão- atravessaram uma etapa de sérias dificuldades econômicas(...) Na Bahia e em Pernambuco, e ainda mais no Maranhão, a renda per capita deve haver declinado substancialmente nesse período." Furtado (1959: 93 e 96).

A tese da estagnação econômica do país entre o fim da prosperidade da mineração, ao redor de 1870, e o início da fase de maior lucratividade da lavoura cafeeira, a partir de 1850 tem lugar de relevo no quadro geral da evolução da economia brasileira traçado por Furtado em Formação Econômica do Brasil. O autor baseou-se essencialmente em dados de exportação (disponíveis desde 1821) e, relativamente ao fluxo de tráfico negreiro, em apenas alguns dados e estimativas gerais, sem citar a fonte, para afirmar que o atraso relativo da economia brasileira em relação aos países mais

desenvolvidos, no momento em que escrevia, tinha origem "não no ritmo de desenvolvimento dos últimos cem anos [ou seja, desde 1850], o qual parece haver sido razoavelmente intenso, mas no retrocesso ocorrido nos três quartos de século anteriores." (p. 150). Porém, segundo Versiani (2009:15),

> Implícita nessa argumentação está a hipótese de que o crescimento da economia brasileira dependia, no período, basicamente da produção para exportação. O atraso relativo do Brasil decorreria de o País não ter conseguido "integrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial durante [a] etapa de rápida transformação das estruturas econômicas dos países mais avançados" — ou seja, durante a Revolução Industrial (p. 150). Em contraste, os Estados Unidos haviam logrado tal integração, quando se tornaram grandes fornecedores da matéria-prima fundamental do crescimento industrial inglês do período, o algodão.

Além disso, o autor não teve acesso a estudos que mostrassem a importância das correntes de comércio interno para o escoamento da produção do país, como, por exemplo, Brown (1986), Barickman (1998), Libby (1997), que mostram tal dinâmica em Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais respectivamente. Porém, é significativo que não haja estudos detalhando a dinâmica do mercado interno em Pernambuco nesse período e a inserção do imigrante africano nesse contexto. Essa é uma área ainda pouco explorada onde novas pesquisas poderão ampliar significativamente nosso entendimento da evolução da economia no século XIX nessa região. De tal ampliação resultará, possivelmente, uma diminuição da ênfase na atividade exportadora como o "centro dinâmico" da economia e um destaque maior dos agentes nacionais como dinamizadores da produtividade e da renda.

Conclusão

As consequências da migração forçada de mão-de-obra da África para Pernambuco são, ainda hoje, evidentes na sociedade desse Estado. A cor da pele de muitos dos residentes dessa região é escura devido à miscigenação ocorrida ao longo dos anos. Além de aspectos visíveis como esse, as consequências da migração dos negros são latentes na cultura do povo pernambucano e nordestino. Muito da dança, da culinária, do folclore, da poesia e da música do povo pernambucano é resultado da mistura de povos, inclusive dos povos africanos que se dirigiram para lá. O maracatu, o manguebeat, a cachaça, acarajé, caruru, moqueca de crustáceo e de peixe, lombo de porco assado, mocotó, vatapá, munguzá, são exemplos de expressões culturais regionais

que receberam influência desses imigrantes (Cavalcanti, 2010). Além disso, nas palavras de Gilberto Freyre (1987):

> Sem escravidão não se explica o desenvolvimento, no Brasil, de uma arte de doce, de uma técnica de confeitaria, de uma estética de mesa, de sobremesa e de tabuleiro tão cheias de complicações e até de sutilezas, e exigindo tanto vagar, tanto lazer, tanta demora, tanto trabalho no preparo e no enfeite dos doces, dos bolos dos pratos, das toalhas e das mesas

Apesar de todo o impacto social, cultural, econômico e político da imigração africana no Brasil, proporcionada pelo tráfico negreiro, esse tema ainda é pouco estudado e carece de mais investigações. Como relata Klein (1999:XVII):

> Despite its central importance in the economic and social history of Western expansion, its fundamental role in the history of America, and its profound impact on African society, the Atlantic slave trade remained one of the least studied areas in modern Western historiography (…)

Dessa forma, esse trabalho vem com a proposta de esclarecer algumas questões relativas ao funcionamento do tráfico que levava a mão-de-obra da África à Pernambuco e de chamar atenção à importância da continuidade da investigação científica nesse tema de estudo.

Com relação à origem dos cativos que desembarcavam na localidade em questão, a nova base de dados apontou Benguela como o principal porto de embarque para todo o período do tráfico. A média percentual de escravos embarcados que morreram durante a viagem com destino Pernambuco foi de 12,6%. A quantidade média de escravos desembarcados por navio, sugerida nas análises acima, era de 312. Nos dados examinados acima, não se observou uma diminuição do tamanho dos navios, como apontado na literatura atual. O tempo médio de travessia no atlântico parece ter sido de 47,8 dias, porém foi observada uma queda na quantidade de dias ao longo do tempo, possivelmente consequência do avanço tecnológico.

Com relação à média de escravos desembarcados por ano, para todo o período do tráfico, essa foi de 2.934,13 com desvio padrão igual a 2.208,75 apesar de terem existido 8 anos em que nenhum escravo desembarcou nessa região e, por outro lado, um ano em que desembarcaram 11.518 cativos. Dessa forma, vemos que a quantidade de africanos conduzidos a Pernambuco ao longo dos anos de vigência do tráfico foi bem heterogênea. Conforme relatado acima, 30% dos africanos que vieram de forma forçada

para Pernambuco, nos quase 300 anos de vigência do tráfico, chegaram na primeira metade do século XIX, isso, entre outros indícios, sugere que as atividades econômicas estavam aquecidas nessa região.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, D. S. L.; VERSIANI, F. R. ; VERGOLINO, J. R. O. Tráfico de escravos para Pernambuco, 1788-1851: volume rota e organização. In: **II Encontro de História do Império Brasileiro**, 2010, João Pessoa- PB. PDF 4.35, CD-ROM.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

BARICKMAN, B .J. **A Bahian Counterpoint; Sugar, Tobacco, Cassava, and Slavery in the Recôncavo, 1780–1860**. Stanford: Stanford University Press, 1998.

BROWN, Larissa V. **Internal Commerce in a Colonial Economy : Rio de Janeiro and Its Hinterland, 1790-1822**. Ann Arbor: UMI, 1986.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850**. 1 ed. Recife: Ed. da UFPE, 2002.

CAVALCANTI, Maria Lectícia Monteiro. **História dos Sabores Pernambucanos**. 4 ed. Fundação Gilberto Freire. Recife, 2010.

DENSLOW JR., David A. **Sugar Production in Cuba dna Northwest Brazil, 1858-1908**. Ph.D. Dissertation. Yale University, 1974 (p.8-10).

ELTIS, David. "The Export of Slaves from Africa, 1821-1843". **The Journal of Economic History** 37(2), 409-433, Jun. 1977.

ELTIS, David e RICHARDSON, David (Ed.). **Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database**. New Haven: Yale University Press, 2008.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Cia. das Letras, Rio de Janeiro, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar**. 3ed. Recife: Fundaj/ Editora Massangana, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 14 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976 (first published 1959).

IBGE. Séries Estatísticas Retrospectivas. V.1: Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, v. 5, 1939/1940). Ed. fac-similar (original publicado em 1941). Rio de Janeiro, 1986 (pp. 68-69 e 86-88).

KLEIN, Herbert S. **Atlantic slave trade**. Cambridge: Cambridge Univ Press, 1999.

KLEIN, Herbert S. "Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico". **Rev. História** (120), 1989.

LIBBY, Douglas C. "Reconsidering Textile Production in Late Colonial Brazil: New Evidence from Minas Gerais." **Latin American Research Review** 32(1):88–108, 1997.

MILLER, J.C. **Way of Death; Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1780**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 13 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. "The Transatlantic Slave Trade to Bahia, 1582-1851". In: ELTIS, David e RICHARDSON, David (Ed.). **Extending the Frontiers: Essays o Trade Database**. New Haven: Yale University Press, 2008.

SILVA, Daniel B. Domingues da & ELTIS, David. "The Slave Trade to Pernambuco, 1561- 1851". In: ELTIS, David e RICHARDSON, David (Ed.). **Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database**. New Haven: Yale University Press, 2008.

SLENES, Robert W. **The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1988**. Ph.D. dissertation. Stanford University, 1976.

SOARES, Sebastião F. **Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e a Carestia dos Gêneros Alimentícios no Brasil.** Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977. (Publicação original em 1860). (p. 266-67).

VERSIANI, Flávio Rabelo. "Rodeios e artifícios: D. João VI e a (não) abolição do tráfico de escravos para o Brasil". **XIII Seminário sobre a Economia Mineira**, 2008.

VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo O. Preços de Escravos em Pernambuco no século XIX. Universidade de Brasília, Departamento de Economia. Texto para Discussão nº 252, 2002.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Trabalho livre, trabalho escravo, trabalho excedente: mão-de-obra na Formação Econômica do Brasil. In: Coelho, Francisco. S e Rui G. Granziera (orgs.). **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil; Edição Comemorativa dos 50 Anos de Publicação (1959–2009)**. São Paulo: Ed. Atlas / Ordem dos Economistas do Brasil, 2009.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism and Slavery**. Chapel Hill, 1944.

ZUBARAN, Maria Angélica. Escravidão e liberdade nas fronteiras do Rio Grande do Sul (1860-1880): o caso da Lei de 1831. **Estudos Ibero-Americanos. PUCRS**, v. XXXII, n. 2, dezembro 2006, p.123-24;130.

A ECONOMIA PORTUGUESA E O TRÁFICO EQUATORIAL DE ESCRAVOS.

Diego de Cambraia Martins[1]

Resumo: O presente artigo tem por objetivo estabelecer uma discussão teórica e historiográfica dos aspectos políticos e econômicos de Portugal, de Bissau e do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Dessa forma, entendem-se quais as especificidades que favoreceram o estabelecimento de uma rota comercial negreira, entre o continente africano e as porções setentrionais da colônia portuguesa na América, desde os anos finais do século XVII.

Palavras-chave: Expansão Ultramarina – Economia Atlântica – Tráfico de Escravos

Abstract: This article aims to establish a theoretical discussion of the historiographical and political and economic aspects of Portugal, in Bissau and the rule of Grand Para and Maranhao. Thus, to understand the specificities that favored the establishment of a slaver trade route between Africa and the northern portions of the Portuguese colony in America, since the final years of the seventeenth century.

Keywords: Overseas Expansion - Atlantic Economy - Slave Trade

Para que haja uma organização política que mantenha um território unificado, é necessário que haja antes de tudo uma organização financeira: sem ela não existe o Estado. Para que o rei pudesse governar, era necessário que se soubesse a quantidade de recursos, os quais poderiam contar para manter as despesas régias, o aparelho burocrático, a sociedade hierarquizada das Cortes e o exército para a proteção das fronteiras de um território a pouco consolidado. Era fundamental, portanto, que

[1] Graduado bacharel e licenciado em História, na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Aluno de pós-graduação – nível mestrado – do Programa de História Econômica do Departamento de História da FFLCH / USP.

houvesse receitas fixas que permitisse o funcionamento do Estado, sendo necessário que se estruturasse a Fazenda e um sistema tributário que garantisse a entrada de recursos.[2]

Desde as primeiras décadas do século XIV, institui-se a preocupação com as finanças e a aparelhagem de um sistema tributário em Portugal. No entanto, somente com o fim do *Interregno* é que se generalizou uma cobrança regular de um imposto, denominado sisa, a qual a partir de 1387 não isentava mais a ninguém: seria a primeira vez que um sistema tributário não levava em conta a condição pessoal de todos que estavam no Reino. A sisa incidia sobre trocas comerciais de toda espécie, sendo a principal fonte de receita do Estado português. Porém o período é marcado pelas disputas entre os primeiros mercadores e a nobreza; some-se a instabilidade causada por essa tensão, a pandemia ocorrida devido a Peste Negra em meados do século, dizimando boa parte da população – não só portuguesa, mas européia: o resultado desse contexto é uma contração econômica a partir de uma queda dos preços e diminuição da mão de obra. [3]

O setor comercial se viu forçado a buscar novos mercados e metais preciosos que pudessem ser transformados em moedas. O Estado português se tornou um agente econômico ativo, e a empreitada atlântica surgiu como uma resposta econômica à crise interna e também ao expansionismo otomano na porção oriental da Europa, que imprimiu dificuldades ao comércio terrestre com o levante. Desse modo, as primeiras décadas do século XV foram a gênese do protagonismo das receitas alfandegárias, sobretudo as atlânticas, que vão se ratificar como alicerce da economia portuguesa no último quartel deste mesmo século.[4]

Logo, percebe-se que a ocupação e a colonização do território americano ocorreram em um contexto de reordenação da civilização ocidental, após a crise do século XIV. A expansão marítima permitiu uma ampliação da dimensão geográfica do mundo e pela primeira vez, territórios como os da América, a África e a Ásia passaram a integrar o sistema econômico europeu. Desse modo, a empresa colonial lusitana não é um fato isolado, mas fruto de todo um processo pelo qual passava a Europa. Sendo

[2] MAGALHÃES, Joaquim Romero. *A Fazenda.* In: MATTOSO, José. *História de Portugal: no alvorecer da Modernidade.* Estampa: Lisboa, . Volume 3.
[3] GODINHO, Vitorino M. *Finanças e Estrutura do Estado.* In: ____. *Ensaios: Sobre a História de Portugal.* Lisboa: Sá da Costa, 1968. (48-62). O Interregno foi um período de crise e guerra civil, entre os anos de 1383-85, devido a sucessão de D. Fernando de Portugal. O resultado após toda turbulência foi a Revolução de Avis e a ascensão de D. João I, o primeiro da dinastia.
[4] GODINHO, Vitorino M. *Finanças e Estrutura do Estado.Op. cit.* (48-62)

assim, desde o início da empreitada marítima, Portugal teve sua economia fundamentada em três espaços geográficos distintos, porém interdependentes: o espaço metropolitano, o ultramar e o europeu. Nesse sentido, o fato de a expansão marítima lusitana ter se dado de maneira precoce, fez com que o Reino criasse uma maior dependência em relação à economia ultramarina, tornando-se, *"assim, naquilo que poderíamos definir como uma economia de base colonial, complementada pela actividade económica metropolitana."* [5]

Portugal necessitava expandir seus territórios por um rol de motivos. As necessidades eram muitas, e iam desde problemas com abastecimento de cereais, passando pela pouca oferta de mão de obra, que de certa forma se viabilizariam a partir de um comércio marítimo português, a chave para atender as demandas do Reino. O empreendimento marítimo propiciou ainda uma nova rota para o Oriente e para as especiarias, o que garantiu certo controle lusitano do importante comércio de artigos de luxo com o levante. No entanto, a concorrência com os holandeses e ingleses freou o expansionismo de Portugal que perdeu quase todas suas possessões no Índico, suas feitorias em África e ainda o nordeste de sua colônia na América, na maioria dos casos para os holandeses. [6]

Assim sendo, pode-se afirmar que durante o século XVII, a economia portuguesa se encontrava novamente em uma conjuntura de crise, intensificada pela Guerra de Restauração e a mobilização para a expulsão dos holandeses do complexo açucareiro e de Angola, então principal mercado fornecedor de escravos aos portugueses. Some-se ao fato a evasão de metais preciosos e moedas, arrolada a dependência da importação de cereais. Em 1641 D. João IV, em uma tentativa de contornar a crise, abriu os portos portugueses para comerciantes de qualquer nacionalidade, a fim de reforçar o comércio com o exterior. [7]

Contudo, não foi apenas o expansionismo marítimo a única medida a ser tomada para contornar a crise. Um bom exemplo disso foi o fomento à política manufatureira dos anos 1670, que teve em Duarte Ribeiro Macedo o seu principal entusiasta[8]. Mas o acontecimento marcante para a saída do momento de depressão foi a descoberta das minas na colônia e o influxo de ouro para metrópole, o que acabou por

[5] MATTOSO, José. *História de Portugal: no alvorecer da Modernidade.* Estampa: Lisboa. (68).
[6] GODINHO, Vitorino M. *Teses de História da Expansão.* In: *Op. Cit.* (84-5).
[7] NOYA PINTO, Virgílio. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português.* São Paulo: Ed. Nacional, 1979. (p.10)
[8] GODINHO, Vitorino M. *Teses de História da Expansão. Op. Cit.* (133).

sufocar o ímpeto manufatureiro em Portugal. O período foi marcado pela queda dos rendimentos da Casa da Índia, enquanto os brasileiro tendiam a crescer, devido, *"sobretudo a um aumento espetacular das rendas dos diamantes e do ouro"*[9]. Nesse sentido, com a virada do século XVII para o XVIII

> Numa análise puramente sincrônica, o conjunto das rendas é dominado pelas brasileiras, a que haveria que juntar as do tabaco, de idêntica proveniência. O Brasil é agora, definitivamente, a jóia da Coroa [...] No Reino, alfândegas e tabaco (isto é, receitas do exterior) quase se equilibram, ao passo que as sisas, as cobradas na Casas de Lisboa e as dos almoxarifados, equivalem às décimas e tudo somado e acrescido das outras rendas do interior do Reino, não chegam aos montantes das receitas aduaneiras.[10]

Logo, se vê que os efeitos da mineração foram extremamente positivos para a economia portuguesa, dinamizando a atividade mercantil, já que as outras nações européias estreitam sua relação com Portugal, atraídos pelo ouro brasileiro. Neste sentido, Ângelo Carrara sugere que os Estados europeus passam a ser "*mutuamente dependentes"*[11], fomentando a formação de redes *transimperiais* que permitiam o desenvolvimento econômico recíproco, mas não de maneira igualitária. Viabilizavam, assim, uma circulação cada vez maior de produtos e créditos entre os diferentes Estados. Mais do que apenas concorrência, o que podemos observar é um intercâmbio além das fronteiras. Melhor dizendo, no próprio Atlântico.

Essas relações foram mais próximas entre Portugal e Inglaterra, já que desde a provisão régia de 1641, os comerciantes ingleses eram aqueles de maior importância, estabelecidos em Lisboa e nas outras praças comerciais lusitanas. Além disso, não se alinhar com a Coroa britânica, significava não só desorganizar totalmente a estrutura econômica lusitana, como correr o risco de perder suas colônias. A pressão das outras metrópoles européias sob Portugal intensificou-se ainda mais com a Guerra de Sucessão ao trono espanhol. Dentro de todo esse imbróglio diplomático, a Inglaterra alcançou

[9] MATTOSO, José. *Op. Cit.*. (212)
[10] Ibidem.
[11] CARRARA, Ângelo Alves. *Por entre Impérios: negócios e negociantes numa inflexão estrutural.* (working paper) (07).

seus interesses a partir do Tratado de Utrech, que garantiu a soberania britânica sob o comércio Atlântico e posição de protetora e aliada de Portugal.[12]

O Tratado de Methuen, de 1703, ratificou essa relação anglo-portuguesa, ao mesmo tempo em que contemplava ambas as aspirações econômicas: Portugal encontrava um importante mercado para seus vinhos – o principal produto de exportação lusitano – o qual não sofria praticamente nenhuma concorrência, devido aos privilégios concedidos pelo Tratado; enquanto isso a Inglaterra garantia um pertinente mercado consumidor para sua produção manufatureira. Além disso, cada vez mais comerciantes ingleses se estabeleciam em Portugal, controlando uma fatia considerável do comércio português. [13]

Desde o início do século XVIII, Portugal se colocou como um dos mercados importadores da Inglaterra que mais crescia, pelo menos até 1750. Como exportador sua influência era bem reduzida, se restringindo a exportação de produtos com demanda inelástica como o vinho. Como Portugal não possuía uma produção manufatureira relevante, era forçado a importar cada vez mais da própria Inglaterra que oferecia facilidade de crédito e toda a variedade de manufaturas demandadas. O fato das manufaturas inglesas inundarem o mercado português, fez com que boa parte da produção aurífera escoasse para a Inglaterra como maneira de estabilizar a balança comercial, cobrindo seus déficits. [14]

Como visto anteriormente, houve uma crescente participação estrangeira no comércio lusitano, sobretudo no que diz respeito ao crédito: os lisboetas arrematavam os contratos, enquanto os estrangeiros – principalmente os ingleses – financiavam as mercadorias necessárias para o comércio no ultramar. Naturalmente, todos comerciantes se beneficiavam do negócio, ainda que o poder real lusitano pudesse sair enfraquecido [15]. Ao que parece, o contrabando era organizado por essas mesmas redes *transimperiais* que se baseavam em relações pessoais e extrapolavam as regras impostas pelas normas régias. Apesar da busca incessante de meios para controlar o comércio ilegal, este nunca deixou de existir, muitas vezes mantido pelos próprios súditos portugueses. O fato é que o contrabando de ouro tinha um efeito positivo sobre as manufaturas das metrópoles europeias, ao mesmo tempo em que consolidava Portugal na posição de semi-periferia,

[12] NOYA PINTO, Virgílio. *Op. Cit.* (p. 31-4)
[13] Ibidem. (36-7).
[14] Ibidem. (260-6)
[15] CARRARA, Ângelo. *Op. Cit.* (12)

ou seja, uma área que representava uma antiga região central e que estava em declínio e, sendo assim, acabava por não se beneficiarem economicamente da mesma forma que o centro econômico[16].

Em meados do século XVIII, começa-se a sentir a diminuição na produção das jazidas auríferas na região das Minas Gerais e os efeitos positivos sobre a balança de comércio tendem a diminuir. A crise da produção aurífera modificou completamente as relações comerciais anglo-portuguesas. As exportações inglesas sofreram uma retração, e a tendência geral foi de aumento de preço dos manufaturados, sobretudo os têxteis. A economia portuguesa voltou a uma conjuntura de crise, intensificada pelo caos decorrente do terremoto de 1755, a entrada de Portugal na Guerra dos Sete Anos em 1762 e a depreciação dos preços pagos pelo açúcar com o restabelecimento mercado açucareiro, por volta de1764. [17]

Outro fato importante, da metade do século XVIII, é a sucessão de D. João V por D. José I no trono português, em meio às discussões acerca do Tratado de Madri. Nesse ínterim Sebastião José de Carvalho e Mello – futuro Marquês de Pombal – assumia como Ministro de Assuntos Exteriores e da Guerra. No campo econômico destacou-se por seu reformismo, sempre focado em políticas mercantilistas e fiscalistas, com esforço voltado ao reforço do exclusivo comercial com a colônia: *"ou seja, o sistema colonial português fechou-se mais sobre si próprio, através de uma maior articulação entre a economia metropolitana e a economia colonial."*[18]

Pombal sofreu oposição entre os membros das velhas aristocracias. Suas políticas contrariavam os privilégios da nobreza, em favor de todo tipo de investidor. A nobreza portuguesa já sofria com uma divisão não estatutária, entre um setor mais conservador, defensor das linhagens de sangue e que era composto pelos senhores de terra; e por outro lado, encontravam-se o setor não tão conservador e que admitia a ascensão à nobreza de homens de negócio, entre outros como acadêmicos e burocratas. Pombal se alinhou com esse segundo setor, promovendo um processo de renovação e *"durante os 27 anos de governo de Pombal, 23 novos títulos foram concedidos e 23*

[16] Cf: LOPES, Gustavo A. *Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial.* Tese de Doutoramento. São Paulo: USP, 2008; WALLERSTEIN, Immanuel. *El Moderno Sistema Mundial.* Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2003.
[17] FISCHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770.* Lisboa: Gradiva,, 1971. (77-9)
[18] Cf. MATTOSO, José. In: *Op. Cit.* (69); FALCON, Francisco Calazans. *Pombal e o Brasil.* In: TENGARRINHA, José. *História de Portugal.* São Paulo: EDUSC / Ed. UNESP, 2001. p. 232

foram extintos. Desse modo, cerca de um terço da nobreza se compunha de sangue novo, por volta de 1777". [19]

É claro que todo o processo foi muito conturbado. No entanto, o ápice foi o atentado a D. José I em 1758, que levou a julgamento uma série de pessoas, inclusive da própria aristocracia opositora a Pombal. A condenação dos Távora e do Conde de Aveiro foi o ponto de partida para o Ministro de Estado procurar acabar de vez com o problema da oposição por parte da nobreza, bem como dos jesuítas e de pequenos comerciantes acusados de conspirar contra o poder régio. A partir de então Pombal teve a possibilidade de consolidar-se como homem forte da Coroa portuguesa, a partir da supressão de seus opositores, sejam eles nobres, clérigos ou homens de negócio.[20]

O discurso pombalino fora no sentido de proteger os interesses nacionais, buscando apoiar os comerciantes lusitanos que se encontravam nas praças comerciais metropolitanas e combatendo os que agiam na clandestinidade – sejam eles estrangeiros ou portugueses – e prejudicavam o comércio regular. Procurava na relação com a colônia, viabilizar a riqueza a uma nova classe comercial lusitana, através de arrendamentos e contratos reais. Sua política protecionista também abrangeu as principais mercadorias coloniais e a fiscalizar de maneira mais efetiva a produção do ouro.

Ao utilizar das técnicas e discursos mercantilistas, Pombal pretendia favorecer homens de negócio portugueses, buscando fortalecer o poder de negociação lusitano no mercado atlântico. Penso que o exemplo cabal da política fomentista de Pombal é a retomada das Companhias de Comércio. Estas estavam longe de ser uma novidade, já que no início do século XVII os Países Baixos já haviam organizado a Companhia das Índias Orientais. Apesar de serem vistas como prejudiciais a países com manufaturas já estabelecidas, as companhias monopolistas eram tidas como fundamentais em países como Portugal.

As empresas tinham um caráter de estimular os esforços manufatureiros, a partir do momento em que não concorriam com nenhuma outra empresa nos mercados coloniais, tais qual o Grão-Pará, o Maranhão e também em Cabo Verde e Bissau. Ao mesmo tempo, detinham o controle sobre o tráfico de escravos e do comércio de

[19] Cf MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (79); MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O poder senhorial, o estatuto nobiliárquico e aristocracia.* In: MATTOSO, José. *Op. Cit.*(333-79)
[20] AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época.* São Paulo: Alameda, 2004.(148-9)

gêneros. Ao que parece, as companhias de comércio tiveram efeitos positivos sobre as manufaturas do Reino e também no que se refere ao desenvolvimento de uma produção colonial mais diversificada e constante.[21]

Nesse sentido, o sucesso do empreendimento escravista no Estado do Brasil passou a ser utilizado como argumento para fomentar o tráfico para o Maranhão. Desde o último quartel do século XVII, o Maranhão – principalmente o centro-sul da capitania – vinha se estabelecendo como uma região anexa ao complexo açucareiro, desenvolvendo nela a cultura de arroz, algodão e também a pecuária. Enquanto isso o Grão-Pará apresentava uma economia exportadora frágil, controlada pelos missionários da Companhia de Jesus: era uma região subocupada e pouco desenvolvida. Entretanto, a foz do rio Amazonas na região de Belém era estratégica pela possibilidade de adentrar o continente via rio Amazonas, sendo um polo de disputas entre portugueses, espanhóis, franceses e holandeses desde meados do século XVII. Não foram à toa os esforços do gabinete josefino em ocupar e colonizar a região e penso que por ser uma região de disputa, Portugal demorou mais em se estabelecer ali; vale lembrar que os esforços, até pouco tempo antes, estavam voltados em retomar o complexo açucareiro nordestino dos holandeses.

Como dito anteriormente, para ocupar e desenvolver a região o tráfico de escravos foi visto como a principal alternativa. A importação de escravos africanos fora pensada em duas diretrizes pela Coroa: a primeira se deu a partir de 1680, quando D. Pedro II sancionou a lei que proibia a escravização do indígena. Para suprir a demanda por mão-de-obra no Estado do Maranhão, a Coroa autorizava uma série de *asientos* com comerciantes metropolitanos – como Pedralves Caldas, José Ardevicus, Manuel Preto - que visavam programar o tráfico com a região de Angola. Porém, a ingerência dos governadores em Luanda prejudicou e inviabilizou esses *asientos*.[22]

---

[21] MENZ, Maximiliano Mac. *Capitalismo e Colonização na Longa Duração do Atlântico Português.* (artigo inédito)

[22]CHAMBOULEYRON, Rafael. *Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII).* in: *Revista Brasileira de História.* vol. 26, nº 52. ANPUH: São Paulo, 2006; LOPES, Gustavo A. *Op.cit.;* ALENCASTRO, Luis Felipe. *O Trato dos Vivente: a formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Cia das Letras, 2000. *"(...) a acumulação proporcionada pelo trato de escravos índios se mostrava incompatível com o sistema colonial. Esbarrava na esfera mais dinâmica do capital mercantil (investido no negócio negreiro), na rede fiscal da Coroa (acoplada ao tráfico atlântico africano), na política imperial metropolitana (fundada na exploração complementar da América e da África portuguesa) e no aparelho ideológico de Estado (que privilegiava a evangelização dos índios)"* (126-7)

Na tentativa de resolver esse imbróglio comercial, em 1682 foi criada a Companhia do Comércio do Maranhão que, no entanto, funcionou por apenas três anos[23]. Mesmo assim teve papel fundamental, pois a Companhia estabeleceu a rota de tráfico entre o Maranhão com a região de Bissau e Cacheu, reafirmando a possessão portuguesa do território africano visto que Holanda, França e Inglaterra tinham interesse na região. Estabeleceu-se então o que pode se denominar de uma conexão no Atlântico Equatorial.[24]

Mesmo assim, o tráfico de escravos só iria prosperar na região com a criação da outra Companhia, a do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1755. Ela se enquadrou então na política ultramarina do governo português, que tinha como um dos objetivos a ocupação e colonização da Região Norte da colônia[25]. A Companhia tinha o intuito de fomentar o tráfico de escravos, abastecendo a região de mão-de-obra suficiente para o seu desenvolvimento, além de desenvolver o comércio de mercadorias africanas e também da Região Amazônica. Ressalta-se que para o período compreendido entre 1766 e 1808 foram introduzidos mais de 70 mil escravos na região.[26]

A formação das companhias monopolistas é então, um *"fenômeno fundamental para a compreensão da economia atlântica luso-brasileira na segunda metade do século XVIII"*[27]. O fato da Coroa não possuir recursos suficiente para garantir a exploração mercantil da América e, ainda por cima, colonizar áreas até então ermas da colônia, fez com que estimulasse a criação das companhias, a partir de capital privado de seus súditos. E mesmo com a extinção da Companhia, em 1778, pode-se supor por meio das leituras e do trabalho com as fontes, que a organização mercantil continua a existir de maneira parecida, com o capital privado lisboeta controlando o mercado de escravos e gêneros.

---

[23]Vemos que Portugal já procurava meios de garantir o monopólio, desde o final do século XVII. No entanto, a má administração gerou contestações que culminaram na Revolta dos Beckman. Dentre os fatores, podemos citar os preços baixos pagos pelos gêneros coloniais, em detrimento dos altos valores cobrados pelos manufaturados e escravos; além disso, não conseguiu fomentar um fluxo razoável de escravos.

[24] CHAMBOULEYRON, Rafael. *Op. Cit.* (91-5).

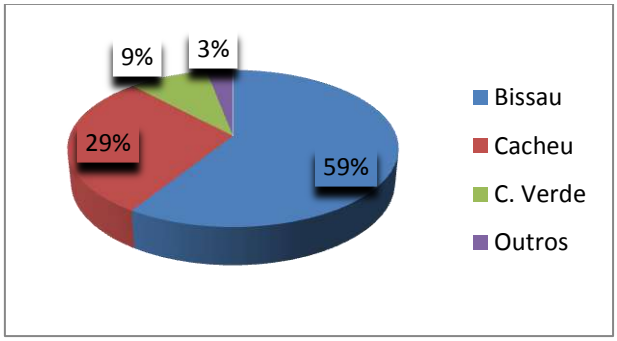
[25] SILVA, José Manuel A. *O modelo pombalino de colonização da Amazônia.* Disponível em http://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino. Preocupação como vimos, que vem desde meados do século XVII.

[26] Fonte: Trans-Atlantic SlaveTrade Database, disponível em http://www.slavevoyages.org

[27] DIAS, Manuel Nunes *Fomento e Mercantilismo: a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778).* Belém: Ed. da UFPA, 1970. p.19

Está claro que para a região foram estabelecidos dois ramais do tráfico: Angola e a região de Bissau. Este trabalho analisa o segundo, estudando as embarcações que privilegiavam as rotas de navegação no trajeto Lisboa, Bissau, Estado do Grão-Pará e Maranhão e novamente Lisboa, e que introduziram a terça parte da mão de obra africana na região. Esta viagem se completava, em média, em dez meses em condições normais[28]. No que diz respeito aos portos africanos, as paradas para o tráfico seguem o padrão do gráfico abaixo: [29]

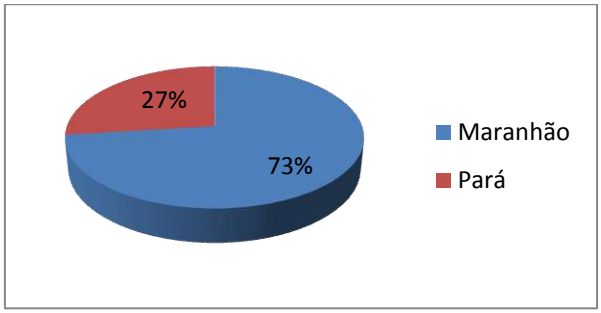
Gráfico 1. Portos Africanos de Tráfico



Percebe-se então, uma predominância da feitoria de Bissau no tráfico de escravos, com significativa participação da praça de Cacheu. Cabo Verde tem uma participação pequena na oferta de escravos; como o arquipélago não era habitado antes da chegada dos portugueses, acredito que os escravos oriundos das ilhas eram, na verdade, frutos de revenda. Outros portos seriam aqueles que se encontram nos atuais países do Senegal, Gâmbia e Serra Leoa. Já no que tange os portos brasileiros de desembarque de escravos, vemos que o Maranhão é o principal mercado de escravos, por ser a região pouco mais desenvolvida e ocupada, conforme demonstra o gráfico abaixo. [30]

[28] Condições normais no sentido do não ocorrimento de acidentes no percurso, como sinistro nas embarcações, assaltos de piratas e etc.
[29] Fonte: Trans-Atlantic SlaveTrade Database, disponível em www.slavevoyages.org; os filtros utilizados respeitaram a seguinte ordem: voyages date > 1756 a 1808; place where voyage began: Europe > Portugal; principal place of slave purchase: Senegambia and offshore Atlantic > Bissau, Cacheu, Portuguese Guinea and Cape Verde Islands; flag: Portugal.
[30] Fonte: Trans-Atlantic SlaveTrade Database. Ibidem a nota anterior.

Gráfico 2. Portos Coloniais de Desembarque de Escravos



Uma pergunta que fica é o porquê da escolha dessa rota de navegação e são vários os fatores. A escravidão já estava instituída em África, bem antes da chegada dos europeus e a violência esteve em sua gênese. Boa parte da historiografia é unânime em apontar a guerra como principal meio de preação, transformando prisioneiros em escravos. Inicialmente a escravidão era um elemento secundário das sociedades, possuindo um caráter mais sócio-político do que propriamente econômico. É somente quando o escravo se torna um dos pilares do sistema econômico mercantil que a escravidão iria se transformar em uma instituição, sobrepujando a heterogeneidade de situações de dominação social e política que caracterizavam o cativeiro na África. [31]

O contato com os portugueses ocorreu no início do século XVI, com a chegada destes no Reino do Senegal. Estabeleceu-se o comércio local a partir da troca de escravos por mercadorias como cavalos e armamentos, o que aumentava o poderio bélico das nações africanas traficantes e estimulava o mercado de escravos local, com o aumento da oferta. Tanto Paul Lovejoy, quanto Antônio Carreira sugerem inclusive, uma parceria entre os reinos africanos e portugueses, os quais ofereciam além do material bélico, soldados para as incursões contra os reinos inimigos: o intuito da parceria acabava atendendo aos interesses locais, aumentando a força de combate, ao mesmo tempo em que aumentava a oferta de escravos para os portugueses. [32]

Como se pode observar, o tráfico de escravos em Bissau e Cacheu estava diretamente relacionado com a guerra. No entanto, até a primeira metade do século XVIII, o tráfico de escravos era incipiente sendo intensificando a partir da década de 1750; para explicar o fato, podemos elencar dois motivos principais, um endógeno e

[31] Cf: FINLEY, Moses. *A Economia Antiga.* Porto: Afrontamento, 1980; AUSTIN, Michel & VIDAL-NAQUET, Pierre. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga.* Lisboa: Edições 70, 1986.
[32] Cf. LOVEJOY, Paul. *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002 (p. 106-7); CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Op. Cit.*

outro exógeno ao continente africano: o primeiro relacionado com a segunda fase da *jihad* que consolidara o estado muçulmano de Futa Jalon na região; o segundo, relacionado à criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que passou a explorar comercialmente a região, a partir do arquipélago de Cabo Verde, onde já havia uma colonização.[33]

Entre as décadas de 1750 e 1780 o comércio de almas na região é crescente, encontrando justamente seu ápice em meados de 1780. Apesar do volume do tráfico não poder ser comparado com as outras rotas do Atlântico, a dinâmica econômica oceânica modificou a estrutura das redes comerciais africanas. Até o final do século XVII o tráfico de escravos na região era fundamentalmente para abastecer a região do Sahel e do Saara. Com a viragem da economia do Índico para o Atlântico, as redes comerciais oceânicas começaram a subjugar as redes continentais, esvaziando – de certa maneira – o mercado interior. [34]

Some-se isso ao fato a própria necessidade lusitana em encontrar novos entrepostos de escravos na África, tendo em vista a concorrência com as outras metrópoles, que passaram a disputar o controle desses mercados de escravos com Portugal[35]. Esse fato tem início, segundo Alencastro, no começo do século XVII com a expansão da empresa colonial holandesa de maneira que *"os portos comerciais do Atlântico português se apresentavam como alvos conjugados"* [36]. No ano de 1637 capturaram São Jorge da Mina – importante entreposto lusitano – onde permaneceram até o século XIX; dali foi expandido até ao sul da desembocadura do Congo. Por isso, foi necessário a Portugal encontrar alternativas e a região de Bissau acabou servindo bem ao propósito de abastecer o norte da colônia com mão de obra.

Mas o ponto fundamental de viabilização da rota de Bissau foi a colonização do arquipélago de Cabo Verde. As ilhas, por serem desabitadas, possibilitaram aos portugueses um local seguro para se estabelecerem próximo a costa africana, facilitando o trânsito e o comércio das embarcações vindas do Reino. A ocupação passou a ser estimulada pela Coroa, já em meados do século XV, com a cessão de privilégios e o monopólio do comércio da Guiné. Mais do que um simples

[33] LOVEJOY, Paul. *Op.cit.*
[34] Ibidem.
[35] Outro fator que pode ter favorecido a escolha dessa rota são as próprias correntes oceânicas: a corrente South Equatorial sai da costa ocidental da África e passa exatamente pela região norte do Brasil, favorecendo assim a travessia atlântica. Ver Mapa II nos Apêndices, p.
[36] ALENCASTRO, Luiz Felipe. .*Op. cit.* (.209).

entreposto, a colonização empreendeu também outras atividades além do comércio: a pecuária, a extração de urzela, mas principalmente a produção de algodão. [37]

Até meados do século XVI, a produção algodoeira era praticamente exportada *in natura* tanto para a costa africana, quanto para a metrópole. [38] Os meados do século XVI podem ser considerados um divisor de águas para a economia caboverdiana e do próprio ramal do tráfico português com a introdução do tear manual. Instalou-se nas ilhas uma pequena manufatura, normalmente no quintal de um pequeno lavrador, onde o trabalho escravo era empregado na tecelagem para uso familiar e para o negócio na costa. Em decorrência da falta de uma moeda corrente e das especificidades do mercado de Bissau, estes têxteis produzidos em Cabo Verde eram fundamentais na compra de cativos: era um elemento indispensável nas transações comerciais e não sofria concorrência com os têxteis vindo da Europa. [39]

O monopólio comercial lusitano cerceava a concorrência de outras nações traficantes em Bissau, assim como em Angola , já que a Coroa portuguesa detinha o controle da produção têxtil caboverdiana, ora pela Companhia de Comércio, e após a extinção desta pelos contratadores do dízimo. Pode-se sugerir que esse foi um fator que contribuiu no estabelecimento deste novo entreposto, e conseqüentemente da nova rota.

Em Angola os agentes metropolitanos competiam com os mercadores brasílicos que enviavam cargas de jeribita e produtos contrabandeados pela rota bilateral; enquanto que na Costa da Mina a concorrência com as outras metrópoles traficantes dificultava o negócio para os produtos lusitanos, mas permitia o negócio de

---

[37] Cf. CARREIRA, António, *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460 - 1878)*. Praia: IPC, 2000; CORREIA E SILVA, António. *Espaço, ecologia e economia interna.* MADEIRA SANTOS, Maria Emília. *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1995 (Volume I); CORREIA E SILVA, António. *Cabo Verde e a geopolítica do Atlântico*. In: MADEIRA SANTOS, Maria Emília. *Op. Cit.* (Volume II); RIBEIRO, Francisco Aimara C. *Cabo Verde na montagem do circuito Atlântico de escravos.* Disponível em http://www.rj.anpuh.org/conteudo.

[38] Ressalto que para a costa africana, além do algodão também se exportava cavalos e gado em geral; já para a metrópole se exportava urzela, cera, frutas entre outros gêneros.

[39] Os têxteis europeus tinham pouco valor na costa, pois o padrão – como bem demonstra Carreira – não atendia aos anseios da demanda e também por serem mais caros, tanto pela qualidade da tecelagem, quanto pelo custo do transporte. A questão da qualidade pode ser discutida, a partir do momento que os têxteis europeus eram mais grossos, enquanto a região por suas condições climáticas – semelhantes a do arquipélago – demandavam tecidos mais finos, o que pode dar a falsa sensação de má qualidade.Cf. CARREIRA, Antônio. *Panaria Cabo-Verdiana-Guineense: aspectos históricos e sócio-econômicos.* Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1968; BRITO, Bertelina Maria do Rosário. *O sistema tributário de Cabo Verde (1700-1736).* Disponível em http://www.fcsh.unl.pt/investigacao/publicacoes-cientificas.

tabaco e de ouro, que não tinham concorrência. [40] Destacam-se assim as particularidades do ramal Bissau-Cabo Verde-Cacheu: de um lado, a oferta de escravos pela retomada dos conflitos locais; do outro lado, a demanda por têxteis produzidos pela protoindústria caboverdiana e controlada monopolisticamente pela Companhia de Comércio e pelos contratadores de dízimos.

A Companhia foi fundamental para determinar a nova rota e foi a principal beneficiária dela, pois mantinha administradores em Cabo Verde, com o intuito de fornecer aos capitães dos navios, as fazendas manufaturadas nas ilhas para o tráfico em Bissau e Cacheu, ou seja: lucrava duplamente com o comércio têxtil e de almas. As instruções, para os capitães dos navios negreiros deixam clara a importância dos têxteis para o fomento do negócio de almas. As primeiras instruções são sempre em relação aos panos e sobre como servir-se deles tanto no arquipélago, quanto nas feitorias de Bissau e Cacheu. Essa importância fez com que o governador de Cabo Verde, Marcelino António Basto, elaborasse um plano econômico para os têxteis por sugestão do então ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Nele, estipula que *"na Costa de África, nas Praças de Cacheo e Bissao, estes mesmos panos formem a base do comércio da escravatura que se transporta para o Maranhão e Pará, e mais estimados que a moeda corrente*, [...] [e] *ali recebem um valor dobrado."* [41]

A importância no que se refere às instruções para o tráfico evidencia que os próprios capitães eram responsáveis pela negociação, o que resultou em uma documentação bastante interessante, que direcionava as ações do capitão, as necessidades de agilidade na negociação e na compra de cativos, o cuidado com a vestimenta e com a alimentação da escravaria, o monitoramento contra levantes e a contratação da equipe de viagem. Todas as orientações baseavam-se em experiências anteriores, ressaltando também a importância da panaria de Cabo Verde no escambo como mercadoria básica para o resgate.[42]

Os Extratos de Carregações da Companhia revelam um baixo custo dos escravos de Angola em relação aos resgatados na área da Guiné. O que causa

[40] LOPES, Gustavo Acioli & MENZ, Maximiliano M. *Resgate e Mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina.*

[41] Plano Econômico do Comércio de panos com a Guiné, ofício nº 15, de 31 de agosto de 1798. Tive acesso ao ofício nº 15 de 31 de agosto de 1798, através de obra de CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas: de Grão Pará e Maranhão.* Lisboa: Nacional, 1988.

[42]Vale dizer que não tratei das instruções para o tráfico, pois toda essa documentação se encontra nos arquivos portugueses, as quais não pude ter acesso.

estranhamento em um primeiro momento é que com preços mais baixos em Angola, a Companhia poderia auferir maiores lucros, pois os escravos seriam vendidos ao mesmo preço dos de Guiné. No entanto, o comércio com Angola é deixado de lado, preterido por Bissau. E a pergunta que fica é: por quê? A resposta mais aceita é de que a Companhia abandonou intencionalmente o mercado angolano, deixando-o livre para a sua associada – a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e da Paraíba – que os vendia a preços maiores no Recife e auferia mais lucros, pois não se pode esquecer que muitos desses escravos eram repassados para a região das minas. A compensação, para ambas, seria mais vantajosa. [43]

Sendo assim, podemos argumentar que a junção de todos esses fatores proporcionou o estabelecimento da rota entre Bissau e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Este ramal propiciou uma viagem mais rápida do que as que partiam de Angola e da Costa da Mina, que além de estarem mais distantes dos portos de Belém e São Luís, eram mais demoradas, pois normalmente atracavam em outros portos coloniais ao sul. Além disso, a viagem entre o norte da colônia e Lisboa era bem mais rápida. Isso facilitava a circulação de mercadorias que, atrelada à conjuntura de crescimento econômico, permitiu cada vez mais a entrada de mão de obra escrava e consequentemente o aumento da produção agrícola.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luis Felipe. *O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Cia das Letras, 2000

AUSTIN, Michel & VIDAL-NAQUET, Pierre. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga.* Lisboa: Edições 70, 1986.

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época.* São Paulo: Alameda, 2004.

[43]Cf CARREIRA. *As Companhias Pombalinas: de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba.* Lisboa: Presença, 1983.

BRITO, Bertelina Maria do Rosário. *O sistema tributário de Cabo Verde (1700-1736).* Disponível em http://www.fcsh.unl.pt/investigacao/publicacoes-cientificas.

CARRARA, Ângelo Alves. *Por entre Impérios: negócios e negociantes numa inflexão estrutural.* (working paper)

CARREIRA, Antônio. *Panaria Cabo-Verdiana-Guineense: aspectos históricos e sócio-econômicos.* Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1968

CARREIRA, António *As Companhias Pombalinas: de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba.* Lisboa: Presença, 1983.

CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas: de Grão Pará e Maranhão.* Lisboa: Nacional, 1988.

CARREIRA, António, *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460 -1878).* Praia: IPC, 2000

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII).* in: *Revista Brasileira de História.* vol. 26, nº 52. ANPUH: São Paulo, 2006.

DIAS, Manuel Nunes *Fomento e Mercantilismo: a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778).* Belém: Ed. da UFPA, 1970.

FINLEY, Moses. *A Economia Antiga.* Porto: Afrontamento, 1980.

FISCHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770.* Lisboa: Gradiva, 1971.

GODINHO, Vitorino M. *Ensaios: Sobre a História de Portugal.* Lisboa: Sá da Costa, 1968.

LOVEJOY, Paul. *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002

LOPES, Gustavo Acioli & MENZ, Maximiliano M. *Resgate e Mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina.*

LOPES, Gustavo A. *Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial.* Tese de Doutoramento. São Paulo: USP, 2008.

MADEIRA SANTOS, Maria Emília. *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa; Praia: IICT; INCCV, 1995 (Volume I e II).

MATTOSO, José. *História de Portugal: no alvorecer da Modernidade.* Estampa: Lisboa. Volume 3.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

MENZ, Maximiliano Mac. *Capitalismo e Colonização na Longa Duração do Atlântico Português.* (artigo inédito)

NOYA PINTO, Virgílio. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português.* São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

RIBEIRO, Francisco Aimara C. *Cabo Verde na montagem do circuito Atlântico de escravos.* Disponível em http://www.rj.anpuh.org/conteudo.

SILVA, José Manuel A. *O modelo pombalino de colonização da Amazônia.* Disponível em http://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino

TENGARRINHA, José. *História de Portugal.* São Paulo: EDUSC / Ed. UNESP, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El Moderno Sistema Mundial*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2003.

A Influência da Religião no Desenvolvimento dos Países

Ednaldo Michellon[1]
Reinaldo Guedes dos Santos[2]
William Oura Suzuki[3]

Resumo

O presente estudo tem como principal objetivo verificar a influência da religião no processo de desenvolvimento de determinados países, conforme a tese formulada por Max Weber em sua celebre obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Para cumprir tal objetivo foram feitas, além de uma revisão histórica acerca de diversos grupos religiosos, uma análise econométrica com base em dados do relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do ano de 2010, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A partir desses dados foram elaboradas classificações entre grupos de nações de acordo com a influência religiosa sofrida por elas ao longo de sua história. Através dos resultados obtidos nas análises histórica e econométrica, a percepção é a de que países ou regiões que passaram pela Reforma Protestante, ou foram influenciados pelo protestantismo no passado, possuem maiores índices de desenvolvimento humano no presente, em comparação com as nações de origens predominantemente católicas, por exemplo. No entanto, apesar de o protestantismo ter aparentemente sido um dos responsáveis pelo maior nível de desenvolvimento desses países, não se pode afirmar que a religião foi o fator determinante para justificar a situação de desenvolvimento atual de todas as nações analisadas. Como exemplo contraditório, pode-se citar o budismo, religião que influenciou países como Japão e Mianmar no passado enquanto que, atualmente, o primeiro é altamente desenvolvido e o segundo subdesenvolvido. Outro caso especial é o da religião ortodoxa, em que não se pode afirmar se ela foi ou não de fato um dos fatores que justificam o nível de desenvolvimento atual das nações por ela influenciada, devido ao baixo número de observações de países de religião ortodoxa com relação à amostra total de nações utilizada para a análise
Palavras-chaves: Crenças; Fé; Tradições Étnicas.

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo identificar a relação quantitativa entre as diversas religiões que, historicamente, influenciaram uma nação e o grau de desenvolvimento presente na mesma, tomando-se por base a obra original de Max Weber de 1904/05: "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo". Para cumprir tal objetivo, foram coletados

[1] Prof. Associado da Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PCE/UEM). Email: emichellon@uem.br
[2] Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM). Email: reinaldo_guedes_@hotmail.com
[3] Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM). Email: w.suzuki@hotmail.com

dados acerca da formação religiosa de diversas nações e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das mesmas, elaborado e publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para obter-se um parâmetro de desenvolvimento destas nações.

Por meio destes dados, foram montados dois modelos econométricos com base em variáveis binárias para representar cada religião. Tendo como variável explicativa o IDH de cada nação, pretende-se estimar os parâmetros de cada variável binária e concluir quais religiões influenciam ou não o desenvolvimento de uma determinada nação e de que grau é essa influência.

A estimação foi divida em dois casos: o primeiro, das nações que foram definitivamente influenciadas historicamente pelas religiões especificadas no modelo; e o segundo, de nações influenciadas majoritariamente por outros tipos de religião, mas que também receberam certa influência de um dos blocos religiosos listados no primeiro caso.

2. OS GRUPOS DE PAÍSES E AS ORIGENS RELIGIOSAS

O relatório do IDH do ano de 2010 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aborda um conjunto de fatores que os países apresentam, tais como expectativa de vida, nível de escolaridade e rendimento nacional bruto per capita. Depois disso, os países são divididos em quatro grupos em termos de IDH: os muito elevados, elevados, médio e baixo. A Tabela 1 mostra os 50 países com melhor colocação pelo IDH.

Pode-se perceber na Tabela 1 que, deste grupo de nações com maiores índices, boa parte está localizado na Europa. Além disso, historicamente, uma parcela considerável teve o protestantismo como origem religiosa. Porém, o fato de a religião influenciar no desenvolvimento das nações é um tema já abordado anteriormente por Max Weber no início do século XX, com a obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, em que o autor utiliza a tese de que o capitalismo foi desenvolvido através da influência da ética e de ideias puritanas.

Cabe destacar aqui que Weber se refere ao capitalismo moderno, ou seja, das empresas, desenvolvido a partir do século XVIII, ignorando outros tipos de capitalismo

existentes. Em sua obra, o autor percebe que as pessoas mais bem sucedidas em termos empresariais e aqueles que possuem maior poder econômico, em sua maioria, praticam algum tipo de religião protestante, como o luteranismo e o calvinismo, sendo o primeiro mais forte na Alemanha e nos países escandinavos e o segundo na Suíça, Países Baixos e França, todos eles englobados no grupo de maior IDH.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano (2010)

Desenvolvimento Humano Alto e Muito Alto	
1. Noruega	26. Reino Unido
2. Austrália	27. Cingapura
3. Nova Zelândia	28. República Tcheca
4. Estados Unidos	29. Eslovênia
5. Irlanda	30. Andorra
6. Liechtenstein	31. Eslováquia
7. Países Baixos	32. Emirados Árabes Unidos
8. Canadá	33. Malta
9. Suécia	34. Estônia
10. Alemanha	35. Chipre
11. Japão	36. Hungria
12. Coréia do Sul	37. Brunei Darussalam
13. Suíça	38. Qatar
14. França	39. Bahrein
15. Israel	40. Portugal
16. Finlândia	41. Polônia
17. Islândia	42. Barbados
18. Bélgica	43. Bahamas
19. Dinamarca	44. Lituânia
20. Espanha	45. Chile
21. Hong Kong, China	46. Argentina
22. Grécia	47. Kuwait
23. Itália	48. Letônia
24. Luxemburgo	49. Montenegro
25. Áustria	50. Romênia

Fonte: PNUD, 2011.

2.1. AS REFORMAS RELIGIOSAS

Antes de dar continuidade à análise da obra de Max Weber, cabe aqui fazer uma breve análise histórica sobre a Reforma Protestante. O luteranismo e o calvinismo surgiram

na época renascentista (final da Idade Média e início da Idade Moderna), quando a Igreja Católica perdia seu poder desde o final da Idade Média, sendo contestada pela população, devido a alguns fatores como: luxo por parte da Igreja; a ideia de que o lucro era pecado, prejudicando a burguesia; e, a venda de indulgências, entre outros.

Este movimento contra a Igreja ficou conhecido como Reforma Protestante e teve início na Alemanha no século XVI, liderado por Martinho Lutero, que traduziu para o alemão a versão da Bíblia, até então disponível somente em latim, idioma lido por poucas pessoas, fazendo com que toda a população tivesse acesso à leitura original.

O calvinismo, por sua vez, teve início na Suíça e marcou a segunda fase da Reforma Protestante. Movimento liderado por João Calvino, o calvinismo utiliza, entre outros, o conceito da predestinação, afirmando que Deus já elege aqueles que serão salvos. Em suma, o indivíduo existe para servir a Deus e deve utilizar o seu trabalho como vocação profissional, o que agrada ao Criador, e essa devoção, aliada há uma vida regrada, sem gastos nos vícios, por exemplo, acaba gerando riquezas, fazendo com que, assim, sustente a sua família e faça reinvestimentos com os excedentes, em obediência a Deus.

No entanto, havia algumas diferenças entre o calvinismo e o luteranismo. Enquanto o primeiro acreditava na predestinação e era mais objetivo, o segundo era mais subjetivo e, além disso, afirmava que a salvação se dava pelo exercício da fé em Deus e que somente Ele seria capaz de conceder ao indivíduo a salvação. Já na visão do catolicismo, a salvação era obtida por meio da prática da fé, porém, além disso, era necessário pagamento por parte do indivíduo à Igreja.

Além destas reformas, existiram outras, como a anglicana, ocorrida na Inglaterra, sob a liderança de Henrique VIII, que divulgou uma obra contrária às ideias de Lutero, visando manter a tradição católica; e a presbiteriana, na Escócia, que, através de John Knox, que estudou com João Calvino, acabou fazendo com que o Parlamento escocês passasse também por uma Reforma Protestante, em 1560. Mas, o presbiterianismo é um dos principais grupos calvinistas e, pela obra de Knox, foi, em grande medida, o responsável pelo surgimento do sistema republicano, que segue a idéia dos conselhos existentes na igreja presbiteriana.

2.2. A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

Com base nas reformas citadas anteriormente, Weber faz a seguinte questão em sua obra: "Por que razão as regiões de maior desenvolvimento econômico foram, ao mesmo tempo, particularmente favoráveis a uma revolução na Igreja"? (WEBER, 1983, p.20). Segundo o próprio autor, a resposta para esta questão não é tão simples e pode-se atribuir uma série de fatores para explicar, tais como a poupança e o capital que os países já possuíam anteriormente, além da forma como é direcionada a educação no ensino superior.

No primeiro capítulo de sua obra, o autor fala sobre a tendência ao racionalismo econômico por parte do protestante, o que não se encontra no católico. Com isso, Weber afirma o seguinte:

> [...] impõe-se o fato de os protestantes (especialmente em alguns de seus ramos que serão discutidos mais adiante), tanto como classe dirigente, quanto como classe dirigida, seja como maioria, seja como minoria, terem demonstrado tendência específica para o racionalismo econômico, que não pôde ser observada entre os católicos em qualquer uma dessas situações (WEBER 1983, p. 23).

Devido a estes fatores, Weber (1983, p. 23) cita o provérbio "coma ou durma bem", atribuindo aos protestantes e aos católicos, respectivamente, afirmando que "o protestante prefere saciar-se, e o católico dormir sem ser perturbado". Offenbach, autor citado por Weber em sua obra, diz que o católico possui menor impulso aquisitivo do que o protestante. Para explicar este fenômeno, o católico possui um ensino mais humanista, justificando menor participação no sistema capitalista do que o protestante. Assim, o autor observa que os católicos tendem a atuar no ramo de artesanato, tornando-se mestres-artesãos, enquanto o protestante é atraído pela fábrica, ocupando altos cargos.

No segundo capítulo da obra, o autor tenta explicar o espírito do capitalismo, mas antes trata da forma exagerada como o dinheiro é endeusado. É importante destacar que este espírito já existia antes mesmo do surgimento do sistema capitalista. Max Weber destaca o espírito pré-capitalista que existia e era praticado pelo povo holandês. A diferença deste para o capitalista consiste no uso da razão para a poupança, observado nas empresas, em que o povo holandês somente se preocupava em somar riquezas, sem atentar-se às reservas.

Neste capítulo, Benjamin Franklin é citado por diversas vezes, com alguns mandamentos econômicos como "tempo é dinheiro" e "o dinheiro pode gerar dinheiro", além de afirmar que o indivíduo possui sim um espírito capitalista, porém, não sabe como ganhar dinheiro.

Weber (1983, p.32) utiliza o termo "fé do yankee" por causa de tal conteúdo e diz que "todas as atitudes morais de Franklin são coloridas pelo utilitarismo", afirmando, com isto, que a honestidade, por exemplo, é útil por gerar crédito e cita como exemplo a pontualidade no ato do pagamento.

Apesar de tais citações de Franklin por parte de Weber, o autor cita em sua obra que:

> [...] a obtenção de mais e mais dinheiro, combinada com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida é, acima de tudo, completamente destituída de qualquer caráter eudemonista ou mesmo hedonista, pois é pensado tão puramente como uma finalidade em si, que chega a parecer algo de superior à "felicidade" ou "utilidade" do indivíduo. (WEBER 1983, p.33)

Com isto, Weber afirma que o indivíduo, apesar de "ser tomado pela produção de dinheiro", há um sentimento relacionado às ideias religiosas. No sistema moderno do capitalismo, as pessoas são apresentadas às empresas e obrigadas a seguir as regras do mercado. Caso não sigam tais normas estipuladas, os indivíduos são excluídos do sistema econômico.

Porém, como inimigo do espírito do capitalismo, o autor cita o tradicionalismo, em que Weber (1983, p.38) usa como exemplo o fato do indivíduo preferir trabalhar menos a ganhar mais e afirma que "o homem não deseja "por natureza" ganhar cada vez mais dinheiro, mas simplesmente viver como estava acostumado a viver, e ganhar o necessário para este fim".

De forma geral, no espírito do capitalismo não basta, apenas, acumular riquezas, mas também é necessária a presença de pessoas empreendedoras que façam o uso racional do capital para melhorar a eficiência na produção da empresa, aumentando o lucro e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida do indivíduo. Na época, a burguesia e o proletariado atuavam em conjunto para sustentar o sistema capitalista, sendo a primeira a classe dominante que era responsável pela aplicação salarial à segunda classe.

O trabalho era visto como uma "vocação" e, para que houvesse aumento na produtividade e, assim, uma melhora no modo de vida, era necessária a educação econômica. Trata-se da raiz educacional do protestantismo, tornando-se um grande aliado do capitalismo. Portanto, o trio educação, religião e economia estão relacionados e tendem a formar profissionais mais produtivos. Desta forma, trabalhando de maneira árdua, o indivíduo busca se aproximar de Deus.

O termo "vocação" tem como sentido a "valorização do cumprimento do dever dentro das profissões" (WEBER, 1983, p.53) e tal concepção ocorre com a reforma de Lutero, citado no terceiro capítulo da obra de Weber. Na visão luterana, a vocação é uma ordem divina e cada um deve se adaptar a ela.

No quarto capítulo da obra, Weber cita quatro representantes do protestantismo: calvinismo, pietismo, metodismo e seitas batistas. Porém, o objetivo do autor não é apontar o que, teoricamente, cada um representa e sim, procura explicar o impacto psicológico causado pela religião, em termos de crença e prática, na conduta do indivíduo.

Assim como no calvinismo, o pietismo adota a doutrina da predestinação, sendo este o ponto de partida deste movimento religioso que influenciou o surgimento de outras, como o pentecostalismo e o neopentecostalismo. Além do calvinismo, também combina com o puritanismo, movimento este que tinha como objetivo aproximar-se do calvinismo eliminando os resíduos do catolicismo, purificando a Igreja Anglicana.

O metodismo, por sua vez, é praticado por pessoas que acreditam que boas obras devem ser feitas somente para agradar a Deus e, como sugere o próprio nome, apresenta caráter metódico (sistemático). As seitas batistas, por fim, "desenvolveram a mais radical desvalorização de todos os sacramentos como meios de salvação e realizaram assim, [...] a "desmistificação" religiosa do mundo" (WEBER, 1983, p. 104).

Já no quinto e último capítulo da obra, o autor cita sobre alguns pecados, sendo a principal a perda de tempo. Como exemplos, Weber cita a conversa ociosa e as horas de sono excessivas. Além disso, o homem deve servir a Deus, segundo o autor. Quando Ele indica que há alguma oportunidade de lucrar, é preciso aproveitar tal chance; caso haja a recusa, a interpretação é de que a pessoa está recusando ser um servo de Deus (WEBER, 1983, p. 116) e, consequentemente, caminha para o pecado.

Outro pecado citado é a riqueza. Porém, só é considerado um pecado caso o valor acumulado pelo indivíduo for utilizado para a vadiagem, conforme afirma Weber. Por parte do empreendedor, não se trata de algo pecaminoso e sim um dever vocacional e altamente recomendado. Mas, esse acumulo de riquezas acabou se transformando numa jaula de ferro, conforme o próprio Weber aponta no final do livro, tema que foi aprofundado em Michellon (2006).

Com isto, pode-se dizer que a religião também foi responsável pelo desenvolvimento de vários países de uma forma geral, pois, conforme, apontado

anteriormente, acabou influenciando o método de ensino, variando de uma religião para outra. Grosso modo, o ensino por parte dos protestantes e dos católicos possui direções distintas, sendo o do primeiro grupo voltado para o lado econômico e o do segundo voltado para o lado humanista. Isto faz com que cause certo impacto no comportamento do indivíduo no sistema capitalista atual, fato já observado por Weber em sua obra.

Entretanto, não se pode afirmar que a religião foi o único fator que influenciou o desenvolvimento econômico ao longo da história. Por exemplo, as regiões com altos índices de desenvolvimento também foram favorecidos pela posse de capital e de recursos já acumulados em períodos anteriores à Reforma Protestante.

3. METODOLOGIA

Para a classificação do percentual de habitantes por religião, dos diferentes países, tomou-se por base, principalmente, a obra "Intercessão mundial" (JOHNSTONE e MANDRYK, 2003).

Assim, para dar conta desta tarefa, no que tange às estimações, além das questões já apontadas, lançou-se mão da econometria (GUJARATI, 2000), e o modelo econométrico utilizado neste trabalho para a primeira regressão realizada é:

$$\mathbf{IDH = CONST + \beta_1(X_1) + \beta_2(X_2) + \beta_3(X_3) + \beta_4(X_4) + \varepsilon;}\ \text{onde:}$$

IDH = Índice de Desenvolvimento Humano;

CONST = Termo de intercepto. Representa a variável binária base (religião Muçulmana);

β = Parâmetros;

X_1 = Religião Católica;

X_2 = Religião Protestante e/ou Anglicana;

X_3 = Religião Oriental;

X_4 = Religião Ortodoxa;

ε = Termo residual.

É importante fazer algumas observações sobre o modelo econométrico. Primeiramente, as variáveis "X"(X_1, X_2, X_3 e X_4) são binárias, ou seja, deverão,

obrigatoriamente, assumir valores de 0 ou 1, se a nação foi ou não influenciada pela religião que determinada variável representa, sendo cada nação influenciada apenas por um bloco religioso. Deste modo, por exemplo, o IDH esperado de uma nação que teve influência de religiões orientais teria o seguinte valor:

$$IDH = CONST + \beta_3 + \varepsilon$$

Visto que as demais variáveis assumiriam o valor nulo e X_3 assumiria o valor unitário. O mesmo ocorre considerando-se os outros blocos religiosos, sendo o valor atribuído ao IDH esperado atribuído ao bloco das religiões muçulmanas igual apenas ao valor da constante mais o termo residual (ε).

O termo de erro (ε), ou residual, é uma variável aleatória e que deverá ser, espera-se, nula ($E[\varepsilon] = 0$) no modelo estimado, devido ao fato de querer-se parâmetros não viesados e de variância mínima ($E[\varepsilon^2] = \sigma^2$ e $E[\varepsilon_t , \varepsilon_{t-1}] = 0$).

A estimação do modelo será feita através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários.

O IDH, índice escolhido como *proxy* de desenvolvimento das nações, estimado deverá assumir valores entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país.

Os dados utilizados para obter as estimativas dos parâmetros β para o primeiro caso podem ser verificados no Anexo A. A amostra possui 111 observações de variadas nações que foram classificadas em cinco diferentes blocos religiosos:

- Religião Muçulmana: engloba basicamente o Islamismo;
- Religião Católica: somente a Igreja Católica;
- Protestantes e Anglicanos: os protestantes incluem as Igrejas Luterana, Batista, Metodista, Adventista, Presbiteriana, Pentecostal, entre outras. A Igreja Anglicana foi englobada com o bloco protestante devido ao fato de, praticamente, todas as nações que sofreram influência anglicana também sofreram forte influência dos grupos protestantes;
- Ortodoxos: engloba basicamente a Igreja Ortodoxa Russa e Grega;
- Religiões Orientais: engloba principalmente religiões chinesas e Budismo.

A classificação dada às nações entre blocos se deu em grande parte de forma arbitrária pelos autores do trabalho. Deste modo, só foram classificadas as nações em cada

grupo se as mesmas definitivamente sofreram grande influência da determinada religião, cujo bloco pertence, desde o início do século XX até os dias atuais. Assim, países como a Hungria, que foram afetadas pela Reforma Protestante e que possuem até hoje considerável influência do protestantismo, foram incluídos junto ao bloco de nações protestantes e anglicanas. O mesmo se deu com as nações pertencentes a outros blocos religiosos, sempre seguindo uma linha lógica. Países que não se encaixavam em nenhum dos blocos acima citados foram excluídos da amostra, como Israel (Judaísmo), Índia, Tibete (Hinduísmo), entre outras.

Ainda existem certas nações que sofreram pequena ou moderada influência de religiões englobadas no estudo, mas que apresentam outras formas de crenças e hábitos, como tradições étnicas e religiões animistas, em maioria ou grande parte de sua população. Um bom exemplo deste caso é a África do Sul, que sofreu grande influência do protestantismo e do anglicanismo (e um pouco do catolicismo em certas regiões do país), mas que sempre teve, e ainda possui as tradições étnicas tribais como crença da maioria da população (mesmo que parte desta população se considere de uma religião especificada no estudo). Outros casos seriam de algumas nações caribenhas, como Jamaica e Haiti, grande parte das nações africanas e alguns microestados da Oceania.

Desta forma, estas nações foram agrupadas e postas como um segundo caso, no qual o modelo se assemelha muito ao do primeiro caso, com a exceção de que só três blocos são considerados (muçulmanos, católicos e protestantes e anglicanos), ou seja:

$$\mathbf{IDH = CONST + \beta_1(X_1) + \beta_2(X_2) + \varepsilon}\ ; \text{ onde:}$$

CONST = Termo de intercepto. Representa a variável binária base (religião Muçulmana);

β = Parâmetros;

X_1 = Religião Católica;

X_2 = Religião Protestante e/ou Anglicana;

ε = Termo residual.

Assim, neste segundo caso, uma nação englobada no bloco muçulmano não é uma nação que sofreu forte influência exclusivamente de religiões muçulmanas (como seria no primeiro caso), mas que sofreu apenas certa influência muçulmana e ainda apresenta outras formas de crenças e cultos em parcela majoritária ou muito expressiva de sua população.

A amostra utilizada no segundo caso possui 51 observações e se encontra no anexo B. O modelo tem, basicamente, as mesmas especificações do primeiro caso.

Por último, para realizar as estimativas estatísticas para ambos os casos é utilizado o programa: ”**MICROFIT FOR WINDOWS 4.0** *by Professor M. Hashem Peasaran and Dr. Bahram Peasaran*”.

4. TESTES EMPÍRICOS

A partir das informações especificadas na sessão metodológica do modelo, parte-se para o processo de estimação do mesmo. Os resultados para o primeiro caso estudado estão na Tabela 2.

Tabela 2 – Resultados da regressão para o primeiro caso

Variável	Coeficiente	Estatística t calculada	Estatística t crítica*	Estatística F calculada	Estatística F crítica**	R^2
CONST	0,65710	35,5657	±1,984			
X_1	0,097819	3,9345	±1,984			
X_2	0,19532	6,5831	±1,984	12,3097	2,61	0,31718
X_3	0,016233	0,46965	±1,984			
X_4	0,078054	2,3229	±1,984			

* Para um nível de significância de 5% e 106 graus de liberdade.
****** Para um nível de significância de 5% e (4, 106) graus de liberdade.
Fonte: Anexo C.

Conforme se observa na Tabela 2, a regressão apresentou os resultados esperados que se ajustam à teoria, pois os coeficientes β estimados são positivos, entre 0 e 1, e estatisticamente significativos, com exceção do parâmetro de X_3 que apresenta um valor calculado t inferior ao valor crítico e, portanto, não se rejeita a hipótese nula (β=0), sendo, então, estatisticamente não significativo.

O teste em bloco F também é significativo, logo, rejeita-se a hipótese nula e o modelo é estatisticamente significativo. O R^2 é de, aproximadamente, 32%, o que pode ser considerado suficientemente alto. Quanto a outros testes de diagnósticos estão na Tabela 3.

Tabela 3 – Testes de diagnóstico do modelo, primeiro caso

Teste	Estatística χ^2 calculada	Estatística χ^2 crítica *	Estatística F calculada	Estatística F crítica **
Correlação serial	64,0039	3,84	142,9995	4,08
Forma funcional	0,000	3,84	0,000	4,08
Normalidade	3,2111	5,99	-	-
Heteroscedasticidade	8,8647	3,84	9,4605	4,08

* Para um nível de significância de 5% e 1 grau de liberdade (para teste de normalidade utiliza-se 2).
****** Para um nível de significância de 5% e (1, 105) graus de liberdade.
Fonte: Anexo C.

Nota-se que os testes de correlação serial e heteroscedasticidade caem na área de rejeição da hipótese nula, portanto, apontam para a presença desses problemas estatísticos. Os testes em bloco também dizem o mesmo, já que, como visto acima, o valor calculado para a estatística F supera os críticos, caindo na área de rejeição da hipótese nula para estes casos.

Devido à presença de heteroscedasticidade e correlação serial nos modelos, foi utilizado o estimador de Newey-West para obter parâmetros não viesados, tendo como resultados finais os dados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultados da regressão para o primeiro caso, ajustados

Variável	Coeficiente	Estatística t calculada	Estatística t crítica*	Estatística F calculada	Estatística F crítica**	R^2
CONST	0,65710	10,9127	±1,984			
X_1	0,097819	2,0832	±1,984			
X_2	0,19532	2,9374	±1,984	12,3097	2,61	0,31718
X_3	0,016233	0,28378	±1,984			
X_4	0,078054	1,5415	±1,984			

* Para um nível de significância de 5% e 106 graus de liberdade.
****** Para um nível de significância de 5% e (4, 106) graus de liberdade.
Fonte: Anexo D.

Os resultados ajustados são os mesmos que os preliminares, com diferenças nas estatísticas t calculadas. Desse modo, observa-se que os parâmetros das variáveis X_3 e X_4 caem na área da aceitação da hipótese nula ($\beta=0$), ou seja, são não significativos para o modelo.

Esses resultados demonstram que os blocos religiosos representados por essas duas variáveis (oriental e ortodoxa, respectivamente) não servem para explicar o IDH das nações influenciadas por eles. Esse resultado é bastante lógico se observar que, para o caso das religiões orientais, existem nações extremamente desenvolvidas com alto IDH, como Japão e Coréia do Sul, e outras muito subdesenvolvidas com baixos índices como Mianmar e Camboja. Por essa discrepância, não seria lógico dizer que as religiões orientais afetaram definitivamente o desenvolvimento das nações por elas influenciadas, cabendo inferir que foram ocasionadas por outros fatores que fogem ao escopo deste trabalho. Pois, no caso japonês, por exemplo, o boom desenvolvimentista se deu principalmente após a Segunda Guerra Mundial, contando com o auxilio dos EUA, à semelhança da Coréia do Sul, na qual os evangélicos tiveram um *boom* espetacular, e já são mais de 50% da população, segundo o *World Christian Database* (VEJA ON LINE, 2012).

O caso da religião ortodoxa é especial, pois nos resultados preliminares ela apresentava parâmetros significativos, porém no modelo ajustado apresentou esses mesmos resultados não significativos, mas por uma pequena margem. O que provavelmente ocorreu foi um engodo estatístico, pois o número de observações para o caso ortodoxo é muito pequeno em relação ao total da amostra (apenas 13 em 111 nações). Portanto, não é seguro dizer com base em tão poucas observações que a religião ortodoxa realmente teve influência no desenvolvimento dessas nações, ao menos não estatisticamente.

O que realmente chama a atenção são os resultados obtidos pelo bloco protestante e anglicano, que são condizentes com o referencial teórico deste trabalho, visto que o coeficiente que se apresenta para o bloco (0,19532) é, de fato, superior aos demais, legitimando que as nações afetadas pelo protestantismo e anglicanismo tenderam a obter um nível de IDH elevado e consideravelmente superior às nações que foram mais influenciadas pelo catolicismo e por religiões muçulmanas como o islamismo.

Finalizando, o modelo estimado para a primeira amostra pode ser expresso da seguinte forma:

$$\mathbf{IDH = 0{,}6571 + 0{,}097819(X1) + 0{,}19532(X2) + \varepsilon}$$

Para o segundo caso estudado os resultados foram bem sucintos, a regressão obtida a partir dos dados se encontra no Anexo E. Pode-se verificar que também ocorre o

problema de correlação serial no segundo caso. Então, foi utilizado o método de Cochrane-Orcutt para o ajustamento, cujos resultados finais encontram-se na Tabela 5.

Tabela 5 – Resultados da regressão para o segundo caso, ajustados

Variável	Coeficiente	Estatística t calculada	Estatística t crítica	Estatística F calculada	Estatística F crítica	R^2
CONST	0,12367	0,69684	±2,0221			
X_1	0,0019031	0,64917	±2,0221	1018,9	2,61	0,98932
X_2	0,0027367	0,92609	±2,0221			

* Para um nível de significância de 5% e 44 graus de liberdade.
****** Para um nível de significância de 5% e (4, 44) graus de liberdade.
Fonte: Anexo F.

Assim, de acordo com os resultados, nenhum parâmetro no segundo caso rejeita a hipótese nula, ou seja, são todos estatisticamente não significativos. O fato do teste F dar muito significativo e o R^2 ser extremamente alto só reforçam a hipótese que o modelo é falho.

Estes resultados não fogem da realidade, visto que os países do segundo caso são todos com baixos índices de desenvolvimento e é errôneo apontar apenas a religião predominante dessas nações como responsável por esses baixos níveis, pois existem outras questões socioculturais e históricas muito mais complexas para se concluir a causa do empobrecimento destas neste *paper*..

5. CONCLUSÃO E DISCUSSÕES

Por meio das análises histórica e econométrica, pode-se dizer que a religião acabou sendo um dos fatores determinantes para o desenvolvimento de certas nações afetadas pela reforma protestante, juntamente com a posse já existente de capital em períodos anteriores.

Os países que passaram pela Reforma Protestante, seja o calvinismo, luteranismo, metodismo ou anglicanismo, possuem alto IDH na atualidade. Cabe destacar aqui o método de ensino protestante, direcionado para o lado econômico, enquanto o ensino católico é mais voltado ao lado humanista, explicando-se a maior participação do protestante no sistema capitalista.

Com relação às nações que tiveram influências religiosas orientais, tais como xintoísmo e budismo, pode-se dizer que, em geral, não houve interferência por parte dessas em seus respectivos níveis de desenvolvimento. Pois, conforme os relatórios do IDH de 2010, do PNUD, existem países com altíssimo IDH, como Japão e Coréia do Sul, e, por outro lado, também existem países de religiões orientais que se encontram em uma posição desfavorável na classificação, como Camboja e Mianmar.

Além destes fatores, alguns países apresentaram no passado influência de mais de uma religião, além de outras que tinham certa religião nos seus primórdios, mas que, nos diais atuais, deixaram de ser a predominante na nação. Como exemplos, pode-se citar a Coréia do Sul e a África do Sul. No caso do primeiro país, seu surgimento ocorre em 1945, quando o Japão, país que ocupava a região na época, acaba derrotado na Segunda Guerra Mundial. A religião de origem deste país é o budismo, porém, após o fim da Guerra da Coréia, década de 1950, houve um crescimento vertiginoso do protestantismo na região, enquanto uma parcela dos habitantes afirma não possuir religião.

Já quanto à África do Sul, existem diversas religiões no país, em uma mesma proporção. Além do protestantismo e do catolicismo, há também a combinação entre as crenças cristãs com as crenças da própria região, no caso, as tradições étnicas, citadas anteriormente.

Apesar de alguns países apresentarem mudanças religiosas ao longo dos anos e outros possuírem mais de uma religião de influência no passado, pode-se dizer que a Reforma Protestante acabou sendo um dos principais movimentos responsáveis pelo desenvolvimento das nações que passaram por tal reforma. Prova disto são os altos IDH dos países que passaram por este movimento no passado, como aqueles já citados anteriormente.

Por último, recomenda-se o aprofundamento em estudos nesta linha proposta neste artigo, pois, ao que parece, existem muitos outros fatores que contribuem para explicar o desenvolvimento além da nossa vã filosofia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 3ª edição. São Paulo: Makron Books, 2000.

JOHNSTONE, P.; MANDRYK, J. **Intercessão mundial:** Edição Século XXI, Camanducaia: Missão Horizontes, 2003.

MICHELLON, E. **O dinheiro e a natureza humana:** como chegamos ao moneycentrismo? Rio de Janeiro: MK Editora, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010**. Disponível em: <http://www.undp.org/>. Acesso em: 26 mar. 2011.

VEJA ON LINE. **Em profundidade evangélicos.** Disponível em < http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/evangelicos/em_resumo.html> Acesso em: 21 abr. 2012.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 3ª edição. São Paulo: Pioneira, 1983.

7. ANEXOS

7.1 Anexo A – Dados utilizados neste trabalho relativos ao primeiro caso estudado

País	Católicos	Protestantes e/ou Anglicanos	Oriental	Ortodoxos	IDH
Noruega	0	1	0	0	0,938
Austrália	0	1	0	0	0,937
Nova Zelândia	0	1	0	0	0,907
EUA	0	1	0	0	0,902
Irlanda	1	0	0	0	0,895
Liechtenstein	1	0	0	0	0,891
Holanda*	0	1	0	0	0,89
Canadá	0	1	0	0	0,888
Suécia	0	1	0	0	0,885
Alemanha*	0	1	0	0	0,885
Japão	0	0	1	0	0,884
Coréia do Sul	0	0	1	0	0,877
Suíça*	0	1	0	0	0,874
França	1	0	0	0	0,872
Finlândia	0	1	0	0	0,871
Islândia	0	1	0	0	0,869
Bélgica	1	0	0	0	0,867
Dinamarca	0	1	0	0	0,866
Espanha	1	0	0	0	0,863
Hong Kong, China	0	0	1	0	0,862
Grécia	0	0	0	1	0,855
Itália	1	0	0	0	0,854
Luxemburgo	1	0	0	0	0,852
Áustria*	1	0	0	0	0,851
Reino Unido	0	1	0	0	0,849
Cingapura	0	0	1	0	0,846
República Tcheca*	1	0	0	0	0,841
Eslovênia	1	0	0	0	0,828
Andorra	1	0	0	0	0,824
Eslováquia*	1	0	0	0	0,818
Emirados Árabes	0	0	0	0	0,815
Malta	1	0	0	0	0,815
Estônia	0	1	0	0	0,812
Chipre	0	0	0	1	0,81
Hungria*	0	1	0	0	0,805
Brunei	0	0	0	0	0,805
Qatar	0	0	0	0	0,803
Bahrein	0	0	0	0	0,801

País	Católicos	Protestantes e/ou Anglicanos	Oriental	Ortodoxos	IDH
Portugal	1	0	0	0	0,795
Polônia	1	0	0	0	0,795
Barbados	0	1	0	0	0,788
Bahamas	0	1	0	0	0,784
Lituânia	1	0	0	0	0,783
Chile	1	0	0	0	0,783
Argentina	1	0	0	0	0,775
Kuwait	0	0	0	0	0,771
Letônia	0	1	0	0	0,769
Montenegro	0	0	0	1	0,769
Romênia	0	0	0	1	0,767
Croácia	1	0	0	0	0,767
Uruguai	1	0	0	0	0,765
Líbia	0	0	0	0	0,755
Panamá	1	0	0	0	0,755
Arábia Saudita	0	0	0	0	0,752
México	1	0	0	0	0,75
Malásia	0	0	0	0	0,744
Bulgária	0	0	0	1	0,743
Sérvia	0	0	0	1	0,735
Belarus	0	0	0	1	0,732
Costa Rica	1	0	0	0	0,725
Peru	1	0	0	0	0,723
Albânia	0	0	0	0	0,719
Federação Russa	0	0	0	1	0,719
Cazaquistão	0	0	0	0	0,714
Azerbaijão	0	0	0	0	0,713
Bósnia e Herzegovina	0	0	0	0	0,71
Ucrânia	0	0	0	1	0,71
Irã	0	0	0	0	0,702
Macedônia	0	0	0	1	0,701
Brasil	1	0	0	0	0,699
Geórgia	0	0	0	1	0,698
Venezuela	1	0	0	0	0,696
Armênia	0	0	0	1	0,695
Equador	1	0	0	0	0,695
Belize	1	0	0	0	0,694
Colômbia	1	0	0	0	0,689
Tunísia	0	0	0	0	0,683
Jordânia	0	0	0	0	0,681
Turquia	0	0	0	0	0,679
Argélia	0	0	0	0	0,677

País	Católicos	Protestantes e/ou Anglicanos	Oriental	Ortodoxos	IDH
Tonga	0	1	0	0	0,677
Turcomenistão	0	0	0	0	0,669
República Dominicana	1	0	0	0	0,663
China	0	0	1	0	0,663
El Salvador	1	0	0	0	0,659
Sri Lanka	0	0	1	0	0,658
Tailândia	0	0	1	0	0,654
Bolívia	1	0	0	0	0,643
Paraguai	1	0	0	0	0,64
Filipinas	1	0	0	0	0,638
Moldávia	0	0	0	1	0,623
Mongólia	0	0	1	0	0,622
Egito	0	0	0	0	0,62
Uzbequistão	0	0	0	0	0,617
Honduras	1	0	0	0	0,604
Maldivas	0	0	0	0	0,602
Indonésia	0	0	0	0	0,6
Quirguistão	0	0	0	0	0,598
República Árabe da Síria	0	0	0	0	0,589
Tajiquistão	0	0	0	0	0,58
Vietnam	0	0	1	0	0,572
Marrocos	0	0	0	0	0,567
Nicarágua	1	0	0	0	0,565
Guatemala	1	0	0	0	0,56
Laos	0	0	1	0	0,497
Camboja	0	0	1	0	0,494
Paquistão	0	0	0	0	0,49
Bangladesh	0	0	0	0	0,469
Mianmar	0	0	1	0	0,451
Iêmen	0	0	0	0	0,439
Afeganistão	0	0	0	0	0,349

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados retirados de United Nations Development Programme (UNDP) e **Intercessão mundial:** Edição Século XXI.

7.2 Anexo B - Dados utilizados para estimação do segundo caso estudado

País	Católicos	Protestantes e/ou Anglicanos	IDH
Jamaica	0	1	0,688
Fiji	0	1	0,669
Gabão	1	0	0,648
Suriname	0	1	0,646
Botsuana	0	1	0,633
Micronésia	0	1	0,614
Guiana	0	1	0,611
Namíbia	0	1	0,606
África do Sul	0	1	0,597
Guiné Equatorial	0	0	0,538
Cape Verde	1	0	0,534
Suazilândia	0	1	0,498
Ilhas Salomão	0	1	0,494
Congo	1	0	0,489
São Tomé e Príncipe	1	0	0,488
Quênia	0	1	0,47
Gana	0	0	0,467
Camarões	0	0	0,46
Benin	0	0	0,435
Madagascar	0	1	0,435
Mauritânia	0	0	0,433
Papua Nova Guiné	0	1	0,431
Togo	0	0	0,428
Comores	0	0	0,428
Lesoto	0	1	0,427
Nigéria	0	0	0,423
Uganda	0	1	0,422
Senegal	0	0	0,411
Haiti	1	0	0,404
Angola	1	0	0,403
Djibuti	0	0	0,402
Tanzânia	0	0	0,398
Costa do Marfim	0	0	0,397
Zâmbia	1	0	0,395
Gâmbia	0	0	0,39
Ruanda	1	0	0,385
Malawi	0	0	0,385
Sudão	0	0	0,379
Guiné	0	0	0,34
Etiópia	1	0	0,328
Serra Leoa	0	0	0,317

País	Católicos	Protestantes e/ou Anglicanos	IDH
Mali	0	0	0,309
Burkina Faso	0	0	0,305
Libéria	0	1	0,3
Chade	0	0	0,295
Guiné Bissau	0	0	0,289
Moçambique	1	0	0,284
Burundi	1	0	0,282
Níger	0	0	0,261
Congo	1	0	0,239

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados retirados de United Nations Development Programme (UNDP) e **Intercessão mundial:** Edição Século XXI.

7.3 Anexo C – *Output* da regressão referente ao primeiro caso

```
Ordinary Least Squares Estimation
*******************************************************************************
 Dependent variable is IDH
 111 observations used for estimation from    1 to  111
*******************************************************************************
 Regressor              Coefficient       Standard Error         T-Ratio[Prob]
 CONST                      .65710            .018476            35.5657[.000]
 X1                        .097819            .024862             3.9345[.000]
 X2                         .19532            .029670             6.5831[.000]
 X3                        .016233            .034565             .46965[.640]
 X4                        .078054            .033602             2.3229[.022]
*******************************************************************************
 R-Squared                    .31718   R-Bar-Squared                   .29141
 S.E. of Regression           .10120   F-stat.    F(  4, 106)   12.3097[.000]
 Mean of Dependent Variable   .73404   S.D. of Dependent Variable      .12022
 Residual Sum of Squares     1.0855    Equation Log-likelihood        99.3239
 Akaike Info. Criterion     94.3239    Schwarz Bayesian Criterion     87.5501
 DW-statistic                 .58774
*******************************************************************************
                              Diagnostic Tests
*******************************************************************************
*    Test Statistics  *        LM Version        *         F Version          *
*******************************************************************************
*                     *                          *                            *
* A:Serial Correlation*CHSQ(   1)=  64.0039[.000]*F(   1, 105)= 142.9995[.000]*
*                     *                          *                            *
* B:Functional Form   *CHSQ(   1)=    .0000[1.00]*F(   1, 105)=    .0000[1.00]*
*                     *                          *                            *
* C:Normality         *CHSQ(   2)=   3.2111[.201]*       Not applicable       *
*                     *                          *                            *
* D:Heteroscedasticity*CHSQ(   1)=   8.8647[.003]*F(   1, 109)=   9.4605[.003]*
*******************************************************************************
   A:Lagrange multiplier test of residual serial correlation
   B:Ramsey's RESET test using the square of the fitted values
   C:Based on a test of skewness and kurtosis of residuals
```

7.4 Anexo D – *Output* da regressão referente ao primeiro caso ajustado a partir do estimador Newey-West

```
Ordinary Least Squares Estimation
     Based on Newey-West adjusted S.E.'s Equal weights, truncation lag= 35
*******************************************************************************
 Dependent variable is IDH
 111 observations used for estimation from    1 to  111
*******************************************************************************
 Regressor              Coefficient       Standard Error         T-Ratio[Prob]
 CONST                      .65710            .060214           10.9127[.000]
 X1                        .097819            .046957            2.0832[.040]
 X2                         .19532            .066494            2.9374[.004]
 X3                        .016233            .057203            .28378[.777]
 X4                        .078054            .050634            1.5415[.126]
*******************************************************************************
```

7.5 Anexo E – *Output* da regressão referente ao segundo caso

```
Ordinary Least Squares Estimation
*******************************************************************************
 Dependent variable is IDH
 51 observations used for estimation from    1 to   51
*******************************************************************************
 Regressor              Coefficient       Standard Error         T-Ratio[Prob]
 CONST                      .38591            .020679           18.6619[.000]
 X1                        .013629            .033931            .40168[.690]
 X2                         .14790            .031868            4.6411[.000]
*******************************************************************************
 R-Squared                  .33311   R-Bar-Squared                    .30532
 S.E. of Regression        .096993   F-stat.    F(  2,  48)   11.9880[.000]
 Mean of Dependent Variable  .43578   S.D. of Dependent Variable      .11637
 Residual Sum of Squares    .45157   Equation Log-likelihood        48.1690
 Akaike Info. Criterion    45.1690   Schwarz Bayesian Criterion     42.2712
 DW-statistic               .77759
*******************************************************************************
                          Diagnostic Tests
*******************************************************************************
*    Test Statistics  *        LM Version        *         F Version          *
*******************************************************************************
*                     *                          *                            *
* A:Serial Correlation*CHSQ(   1)=  22.9977[.000]*F(   1,  47)=  38.6002[.000]*
*                     *                          *                            *
* B:Functional Form   *CHSQ(   1)=   *NONE*      *F(   1,  47)=   *NONE*      *
*                     *                          *                            *
* C:Normality         *CHSQ(   2)=   .11234[.945]*       Not applicable       *
*                     *                          *                            *
* D:Heteroscedasticity*CHSQ(   1)=   1.9537[.162]*F(   1,  49)=   1.9518[.169]*
*******************************************************************************
   A:Lagrange multiplier test of residual serial correlation
   B:Ramsey's RESET test using the square of the fitted values
   C:Based on a test of skewness and kurtosis of residuals
   D:Based on the regression of squared residuals on squared fitted values
```

7.6 Anexo F – *Output* da regressão referente ao segundo caso ajustado a partir do método de Cochrane-Orcutt

```
Cochrane-Orcutt Method AR(2) converged after 10 iterations
********************************************************************************
 Dependent variable is IDH
 51 observations used for estimation from    1 to   51
********************************************************************************
 Regressor              Coefficient       Standard Error         T-Ratio[Prob]
 CONST                      .12367            .17747             .69684[.489]
 X1                       .0019031          .0029316             .64917[.519]
 X2                       .0027367          .0029552             .92609[.359]
********************************************************************************
 R-Squared                    .98932   R-Bar-Squared                    .98835
 S.E. of Regression          .011600   F-stat.     F(  4,  44)    1018.9[.000]
 Mean of Dependent Variable   .43578   S.D. of Dependent Variable      .11637
 Residual Sum of Squares     .0059205   Equation Log-likelihood       151.4904
 Akaike Info. Criterion      146.4904   Schwarz Bayesian Criterion    141.6608
 DW-statistic                 1.9373
********************************************************************************
             Parameters of the Autoregressive Error Specification
********************************************************************************
 U=     .98666*U(-1)+   -.014541*U(-2)+E
   (    6.0104)[.000] (  -.090950)[.928]
 T-ratio(s) based on asymptotic standard errors in brackets
********************************************************************************
```

Edneila Rodrigues Chaves

Universidade Federal Fluminense

Relações econômicas em uma sociedade agrária da província de Minas Gerais (Rio Pardo, século XIX)

Resumo

Relações econômicas da sociedade de Rio Pardo (1833-1872) são identificadas com base nos setores econômicos e em elementos da riqueza local. Constata-se uma economia de base agrária, caracterizada por relações de produção não capitalistas, com regime trabalho escravo. As atividades artesanais e de comércio associavam-se às atividades agropecuárias. O setor mercantil, menos representativo, era caracterizado pelo comércio e pelo crédito. São observadas conjunturas locais, regional, provincial e em âmbito do Império do Brasil que auxiliam na compreensão da conformação das relações econômicas desta sociedade, bem como das alterações ocorridas, sem, contudo, sinalizarem mudanças estruturais na economia para o período.

Palavras-chave: relações econômicas – sistema escravista – Rio Pardo/Minas Gerais – Brasil Monárquico

E.mail. edneila21@hotmail.com

Relações econômicas em uma sociedade agrária da província de Minas Gerais (Rio Pardo, século XIX)

Edneila Chaves[1]

O termo da vila de Rio Pardo se localizava na região Norte da província de Minas Gerais. Essa província no século XIX era assinalada pela diferenciação regional, resultado de processos demográficos, econômicos e sociais, bem como políticos que transcorreram de formas distintas pelo território desde fins do século XVII. No oitocentos, sua população passou por um expressivo crescimento, até mesmo agregando a maior concentração de escravos do País. As regiões Centro e Sul agregavam maior densidade populacional e estavam inseridas na economia de abastecimento interno, em conexão comercial com áreas escravistas e agroexportadoras do Centro-Sul do Império. A região Norte tinha também uma densidade populacional considerável, com formas de produção predominantemente voltadas para o autoconsumo, que caracterizavam a sociedade de Rio Pardo (FIG. 1).

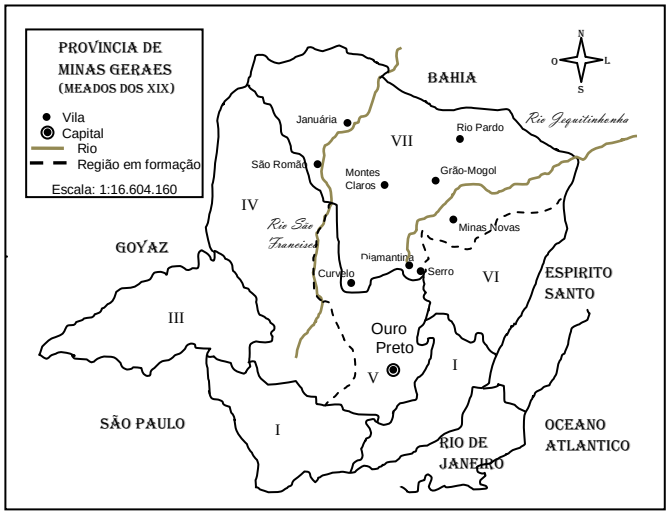


FIGURA 1 – Mapa da província de Minas Gerais por regiões – meados do século XIX
O mapa foi elaborado com base no mapa "Províncias de Minas Geraes e do Espírito Santo – 1882". A divisão regional é proposta por Saraiva, com três agrupamentos. Regiões "estáveis" (V – Centro, I – Sul e VII – Norte), regiões "em formação" (III – Triângulo e II – Mata), regiões de formação "incompletas" (VI – Leste e IV – Oeste).
Fonte: Acervo do APM. PP 009 (01); SARAIVA. *O Império nas Minas Gerais*, p. 85.

Neste artigo, aborda-se as relações econômicas da sociedade de Rio Pardo (1831-1872), com base nos setores econômicos e nos bens principais que compunham a riqueza local.[2] A análise se ancora em conjunturas locais, regional, provincial, bem como conjunturas gerais para o Império do Brasil. Primeiramente, verificam-se os setores que conformavam a estrutura econômica. Eles foram classificados com base nos meios de produção das unidades

[1] Doutora em História. Este artigo é parte da tese de doutoramento, defendida em janeiro de 2012 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E.mail: edneila21@hotmail.com.

[2] Em termos de fontes e de metodologia, foi utilizada uma série de 401 processos de inventário *post mortem* e a análise foi feita por unidade doméstica, baseada no patrimônio que a integrou. PROCESSOS de inventário *post mortem* do termo de Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM (Arquivo do Fórum da Comarca de Rio Pardo de Minas).

domésticas (terras, animais, instrumentos agrícolas e instrumentos de atividade artesanal), os quais constituíam em elementos importantes para o entendimento do sistema em questão, constituindo a base das relações de produção.[3] Foram observados também estoque de produtos, presença de animais de carga e produção agrícola. Nestes termos, são identificados quatro setores: agrário, de ofícios artesanais, de comércio e de sem meios de produção (GRAF. 1).

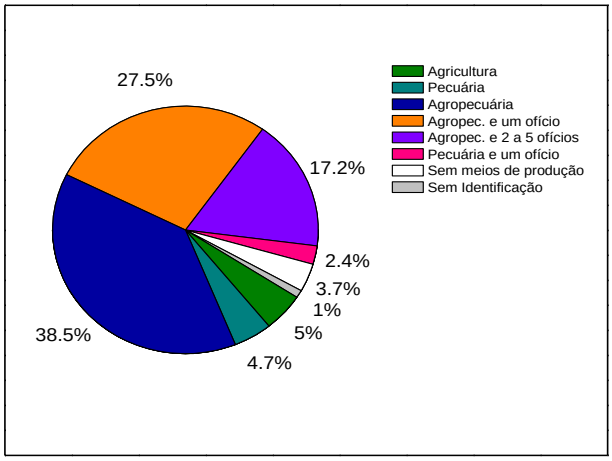


GRÁFICO 1 – Distribuição de unidades domésticas por categorias econômicas, Rio Pardo (1833-1872)
O número de unidades domésticas é 401.
Fonte: PROCESSO de inventário *post mortem*. Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Constata-se a expressiva predominância do setor agrário (95%), indicando a conformação de uma sociedade agrária em Rio Pardo. O setor de ofícios artesanais estava vinculado às atividades agrárias, indicando uma diversificação de atividades econômicas nas unidades domésticas. Ele teve representação menor (47%). Quanto ao setor de comércio, ele estava também associado ao setor agrário e de representação pouco expressiva (5%). Dentre os proprietários que atuavam no comércio, predominaram os que tinham suas unidades inseridas na agropecuária, associadas aos ofícios artesanais (70%). Eles possuíam as unidades que tinham maior diversificação econômica, destacando-se entre os proprietários mais ricos. Por fim o setor de sem meios de produção. Ele se refere às unidades que não possuíam nenhum dos meios de produção relacionados (3%). Quanto à omissão de bens no inventário, o fato comprometeu a identificação de 1% das unidades.[4] Uma vez a identificada o caráter agrário desta sociedade, seus principais referenciais de riqueza caracterizam o sistema econômico local no aspecto de sua fundamentação.

[3] Sobre sistemas agrários e meios de produção, cf. CARDOSO, C. F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 39-42.
[4] Verifica-se coerência desses dados quando confrontados com os de outras fontes (Lista nominativa/1840 e Recenseamento/1872) referentes a dados de ocupação de grupo social mais amplo (cf. CHAVES, E. *Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012).

1 Elementos econômicos na riqueza local

1.1 Composição da riqueza e bens principais

Na composição do patrimônio de proprietários de unidades domésticas, as três categorias de maior expressão eram escravos, animais, bens de raiz e dívidas ativas (GRAF. 2).[5] Escravos, animais e terras como principais riquezas reiteram que em Rio Pardo vigorava um sistema de produção de base agrária, cujo regime de trabalho incluía a mão de obra escrava. Constituía-se em um sistema agrário fundado em relações de produção não capitalistas.[6] O sistema agrário, em seu conceito, refere-se às formas históricas de produção agrária, considerando que as relações de produção correspondem a determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas.[7]

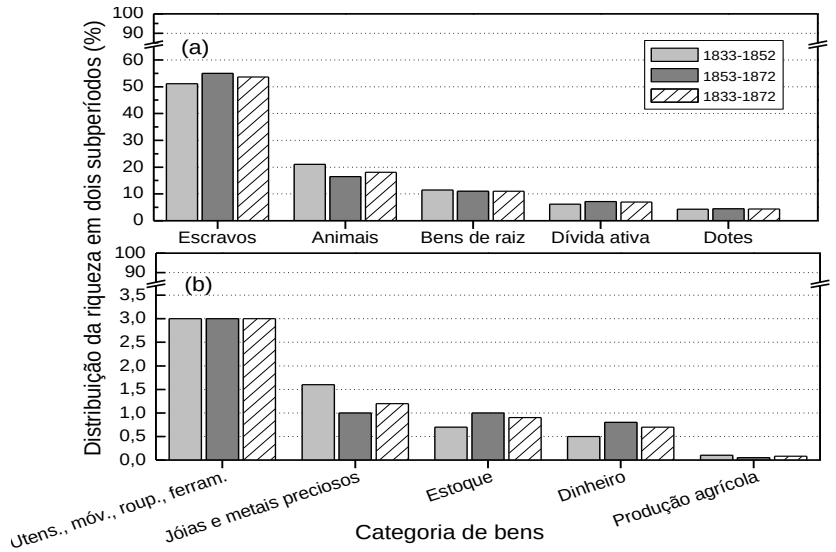


GRÁFICO 2 – Distribuição da riqueza, por categoria de bens em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)
Valores em réis: a) 1833-1852: 446:590$881; b) 1853-1872: 853:778$270; c) 1833-1872: 1.300:369$151
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

No Brasil da primeira metade do século XIX, o sistema agrário estava fundado em formas históricas de produção. Os processos de produção da agricultura de alimentos e de desenvolvimento da pecuária eram caracterizados por baixa densidade demográfica e disponibilidade de matas virgens. Isso favorecia o sistema de exploração de solo extensivo, substituindo o emprego de um trabalho adicional na sua recuperação. Os principais meios de produção consistiam na mão de obra e na terra, figurando em segundo plano as técnicas e os instrumentos de trabalho (Fragoso, 1983, p. 15-16). Constata-se duplo processo de expansão da fronteira agrícola, sob a vigência do trabalho escravo. Um foi constituído pela agricultura

[5] Os valores dos bens são tratados como valor nominal e correlacionados em valores percentuais, a fim de não comprometê-los com um eventual processo inflacionário que pode ter ocorrido ao longo do tempo
[6] CARDOSO DE MELLO, J. M. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
[7] FRAGOSO, J. L. *Sistema agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*: um estudo de relações não-capitalistas de produção. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983, p. 2-4.

comercial especulativa e exportadora (expansão da fronteira econômica). O outro, vinculado à produção para o autoconsumo (expansão de fronteira demográfica).[8]

Os traços gerais desse sistema agrário que se constituiu historicamente em largas áreas do Brasil são observados também em Rio Pardo. O sistema de produção que lá vigorava tinha como principais meios de produção a terra e a mão de obra, com recurso ao trabalho escravo. Seu território foi ocupado, inicialmente, pelo movimento da expansão da fronteira pecuária e de buscas por riquezas minerais. Depois, o crescimento demográfico foi promovido pela expansão da fronteira agrícola, com fins de produção para o consumo doméstico. Em Minas Gerais, ocorreu maior índice de crescimento demográfico entre o período de 1833-1872 na região ao norte da província, onde circunscrevia Rio Pardo. Isso se deveu à existência de terras devolutas para a criação de animais e para o desenvolvimento da agricultura. O fato atraía migrantes de outras partes da província, onde a aquisição da terra já era limitada.[9]

O recurso à mão de obra escrava assinalou de forma expressiva o nível de produção das unidades domésticas em Rio Pardo. Dada essa proposição, foram definidos dois subperíodos para balizar a análise da estrutura econômica local: o primeiro, 1833-1852, que se inicia com a instalação da vila e indo até o fim do tráfico internacional; e o subsequente, 1853-1872, que assinalou a transição gradual do regime de trabalho escravista para o livre. Neste intervalo de tempo, o sistema escravista teve seus dois pilares principais destituídos: primeiro, o tráfico internacional, abolido em 1850; depois, o princípio da perpetuidade, com Lei do Ventre Livre (1871). A partir do início da década de 1870, inaugurou-se outra conjuntura de desfecho para o fim da escravidão.[10]

A periodização definida teve em vista o acesso à propriedade escrava por parte dos proprietários em Rio Pardo, marcada pela elevação de preços em nível nacional, cujos efeitos foram verificados localmente também, ainda que em uma economia sem grande dependência do trabalho escravo e menos ainda do tráfico internacional. Quanto à conjuntura de preços de escravos, o primeiro subperíodo, 1833-1852, tem seu início marcado pela pressão inglesa pelo fim do tráfico internacional de escravos. Isso teve papel importante na elevação do preço da mão de obra escrava e na entrada de cativos.[11] Já o segundo subperíodo, 1853-1872, insere-se

[8] CASTRO, Hebe M. *Ao Sul da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, FAPERJ, 2009, p. 21-22.
[9] BERGAD, L. *Escravidão e história econômica*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 170-171.
[10] Cf. GEBARA, A. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 11-25; PIÑEIRO, Théo L. *Crise e resistência no escravismo colonial*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 21-26, 75-79.
[11] FLORENTINO, M. *Em costas negras*. São Paulo: São Paulo Cia. das Letras, 1997, p. 43-44; MAMIGONIAN, B. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, p. 207-233.

em um contexto após o fim do tráfico internacional em 1850, quando os preços dos escravos alcançaram preços mais elevados.

Para este período, o interstício de maior aumento dos preços dos escravos em idade produtiva foi entre 1851 e 1861, correspondendo à década seguinte ao fim do tráfico internacional. Entretanto, os preços dos escravos aumentaram em todos os mercados escravos nas Américas, independentemente da presença do tráfico. Tal foi o caso dos Estados Unidos e de Cuba, verificando-se tendências de aumento de preços na década de 1850 para os três maiores sistemas escravistas das Américas. No entanto, as relações entre importações e mercados internos de escravos eram diferentes para os três (Bergad, 2004, p. 249-251).

O aumento de preços de escravos nesta década no Brasil e em Minas, em particular, foi resultado do encerramento do tráfico internacional. Mas as tendências paralelas de aumento desses preços observadas em outros mercados americanos indicam que havia outras razões para a elevação de preços no Brasil. É provável que os preços tenham se elevado em razão da demanda europeia por produtos básicos do Novo Mundo e do aumento na produtividade e na lucratividade da mão de obra escrava. A elevação da demanda por essa mão de obra provocou-lhe o aumento do preço, que se refletia no aumento das demandas da produtividade e das mercadorias (Bergad, 2004, p. 252-258). Logo, no Brasil, o tráfico internacional foi interrompido em uma conjuntura de demanda maior pela mão de obra escrava para a produção direcionada ao mercado internacional, como ao mercado interno. Os dois fatores, juntos, contribuíram para o aumento expressivo dos preços de escravos.

Os preços de escravos subiram e o comércio no mercado interno passou a atender atividades mais produtivas e rentáveis, como a cafeeira. As áreas de cafeicultura se concentravam nas regiões Centro e Sul e passaram a absorver grande quantidade de cativos de outras regiões do País, em redistribuição interna dessa mão de obra cativa. No caso de Minas Gerais, a região cafeeira da Mata recebeu mais cativos do comércio interno da própria província do que originários de outras províncias.[12] Em Montes Claros, ocorreu comércio de escravos intraprovincial, de onde comerciantes conduziam escravos para a Mata.[13]

Os efeitos dessa conjuntura nacional e inter-regional de elevação de preços e de redistribuição da mão de obra escrava provocaram também elevação de preços em Rio Pardo. Os preços de escravos sofreram aumento bastante expressivo em todas as faixas de idade, considerando os dois subperíodos. Na década de 1850, o mesmo movimento de aumento de

[12] LIBBY, D; PAIVA, E. F. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Moderna, 2000, p. 62-63.
[13] BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994, p. 76-78.

preços de escravos constatado em nível nacional, e mesmo internacional, é observado para lá, com a ocorrência de elevação contínua dos preços nas quatro décadas (GRAF. 3). Assim, essa conjuntura mais ampla de elevação de preços teve desdobramentos imediatos em Rio Pardo. Tratava-se de um processo em cadeia, constatando-se sua grande abrangência ao agregar localidades distantes dos centros mais diretamente ligados ao tráfico internacional e de menor dependência por esse regime de trabalho, como era o caso de Rio Pardo.

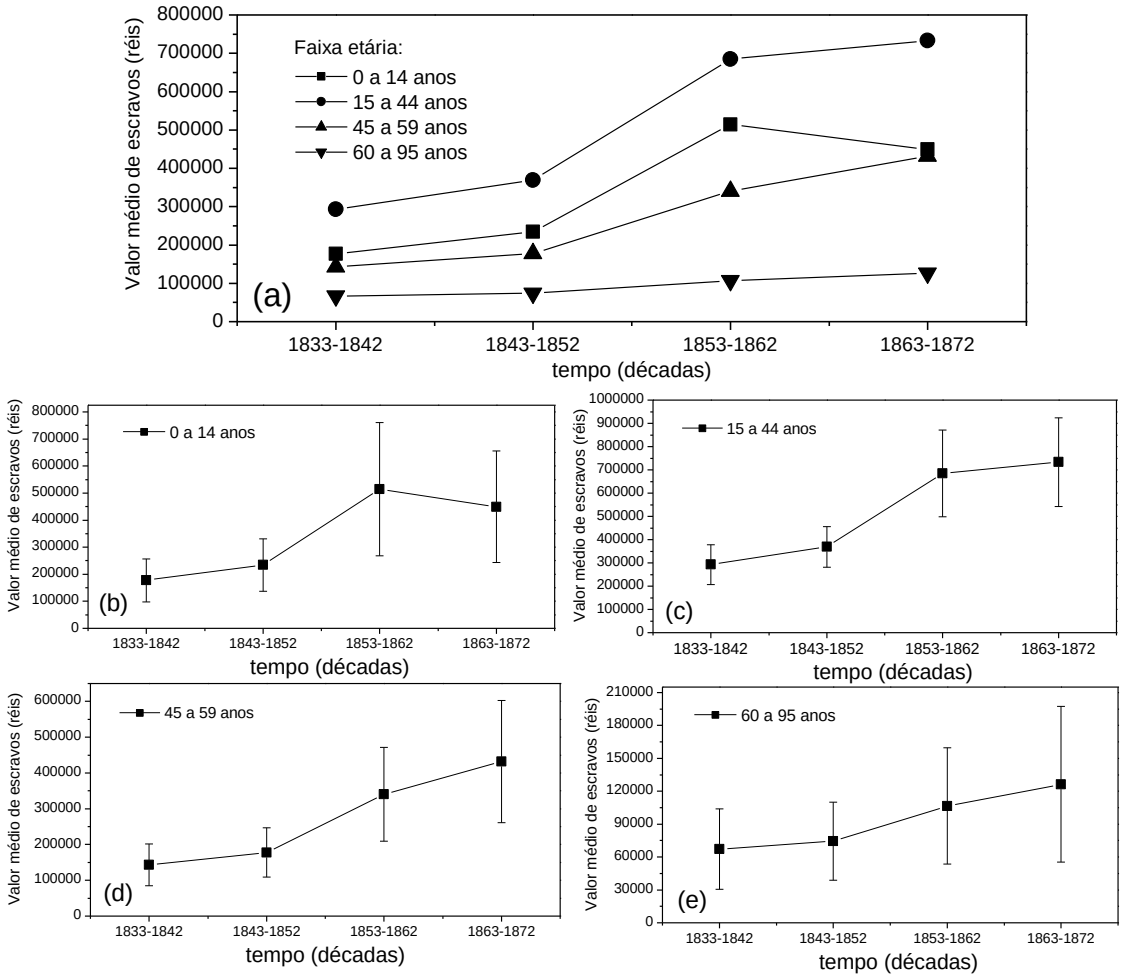


GRÁFICO 3 – Valor médio de escravos ao longo do tempo, segundo faixa etária, Rio Pardo (1833-1872)
O gráfico A apresenta o comportamento dos preços em quatro faixas etárias. Os gráficos B, C, D e E mostram a variação do valor médio de escravos em uma única faixa etária, acompanhada das barras de desvios dos preços.
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Retomando a composição da riqueza local, as três principais categorias de bens (escravos, animais e bens de raiz) mantiveram a mesma ordem de importância nos dois subperíodos, bem como a quarta categoria (dívidas ativas). Isso indica que ao longo do período analisado não houve mudanças econômicas significativas que provocassem alteração na alocação de recursos por parte dos proprietários. Observa-se que ocorreu elevação da taxa de participação de escravos no segundo subperíodo, e diminuição do peso dos animais. ((GRAF. 2). O peso maior da propriedade escrava na composição das fortunas no segundo subperíodo assinalava a elevação do preço do escravo. Para Campanha (1832-1865), situada

ao sul da província, o aumento do valor percentual dos escravos na composição das fortunas de 4% é semelhante ao verificado para Rio Pardo, de economia distinta.[14]

Quanto a animais, a redução de participação da categoria pode estar relacionada com o aumento da taxa de escravos, em decorrência da redistribuição da riqueza nas outras categorias. Mas há outro dado a esclarecer essa diminuição: no tempo, a produção pecuária, tratada adiante, reduziu 9,4%, influindo diretamente na queda da taxa de animais.

Já os bens de raiz sofreram ligeira diminuição de participação na composição da riqueza. Para o segundo subperíodo, o processo comum seria o aumento de participação da categoria, dado o movimento mais geral de elevação dos preços de terras com a Lei de Terras de 1850, que determinou a ocupação da terra devoluta somente por meio de compra. Ao desagregar bens de raiz em imóveis rurais (terras e as respectivas casas de morada) e casas nos arraiais e na vila, ocorreu a valorização dos imóveis rurais, ainda que não tenha ocorrido aumento de participação da categoria.[15]

Observa-se elevação de investimento em casas em arraiais e na vila e a consequente redução de aplicação de recursos em imóveis rurais. Isso se deveu ao crescimento populacional verificado para o termo de Rio Pardo, com o aumento de casas de morada nas sedes dos distritos e da vila, que promoveu, também, a valorização desses imóveis. Se os investimentos em imóveis rurais decaíram 3,3% em favor de casas em arraiais e na vila, que subiram igual número percentual no conjunto dos bens de raiz, outro movimento se constatou no que refere à riqueza total: Enquanto os imóveis rurais decaíram 0,9% na participação da riqueza, as casas subiram 0,4%. Como a participação das casas subiu menos em relação à redução de participação dos imóveis rurais, os números apontam para maior valorização destes últimos (TAB. 1).

TABELA 1: Bens de raiz, por participação na composição da riqueza e por subperíodo (em réis) – Rio Pardo (1833-1872)

BENS DE RAIZ	1833-1852			1853-1872		
	Bens de raiz	Bens de raiz	Riqueza total	Bens de raiz	Bens de raiz	Riqueza total
	N. ab	N. %	N. %	N. ab	N. %	N. %
Imóveis rurais	46:371$055	90,3	10,4	80:258$632	87	9,5
Casas – arraiais/vila	4:960$749	9,7	1,1	12:525$801	13	1,5
Total	**51:331$804**	**100**	**11,5**	**92:784$433**	**100**	**11**

Fonte: PROCESSO de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

A elevação dos preços dos imóveis rurais e o aumento da taxa de representação das casas no conjunto dos bens de raiz foram pouco expressivos. O indicativo disso é que o

[14] ANDRADE, M. F. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 73-74.
[15] Para a vila, constataram-se também edificações do tipo sobrado.

quesito bens de raiz não sofreu alteração na opção de investimentos que compunham a riqueza, permanecendo na mesma posição. Não se verifica valorização fundiária em níveis consideráveis por algumas razões. Primeiro por causa do processo de apropriação fundiária, decorrente da expansão espontânea da fronteira agrícola. Segundo e em decorrência do primeiro, pelo acesso estável à terra, inclusive com desconcentração fundiária ao longo do tempo considerado. Terceiro, um dos fatores mais importantes, porque se tratava de uma economia de baixo grau de mercantilização, não promovendo o aumento do preço das terras. Isso não quer dizer que não existisse a comercialização de terras após 1850. De fato, o que não houve foi a maior valorização fundiária, decorrente desse processo. Para as unidades produtivas em Rio Pardo, não foi a terra que constituiu o elemento principal para a obtenção de maiores níveis de produção, e sim a propriedade escrava.[16] Para esta, diferentemente da terra, verifica-se significativa elevação de preços em nível nacional, com desdobramentos semelhantes na esfera local.

A propriedade fundiária, entretanto, tinha sua expressão como segundo meio de produção mais importante no sistema produtivo. Os proprietários que tinham maiores níveis de produção, em suas unidades, disponibilizavam maior volume de mão de obra escrava e eram os que tinham também mais terras. Quanto ao aumento da representatividade das casas nos bens de raiz, ainda que se observe crescimento populacional, o termo de Rio Pardo tinha baixos níveis de urbanização, tal como sua região Norte. Isso quando se compara a regiões mais urbanizadas, como as regiões Centro e Sul. Mesmo tendo ocorrido aumento na taxa de participação das casas, a expressiva predominância em bens de raiz era de imóveis rurais, que para o todo o período equivalia a 88%. Esses fatores ponderados auxiliam a compreender a permanência de bens de raiz na mesma posição de importância no segundo subperíodo em relação às outras categorias que compunham a riqueza.

Por fim dívidas ativas, que era a quarta categoria de maior representatividade. No primeiro subperíodo, ele correspondeu a 6% e no segundo, a 7%, evidenciando pequeno crescimento do setor mercantil. O fornecimento de crédito, juntamente com o comércio, compunha este setor, que era pouco representativo na estrutura econômica. Isto porque as formas de produção da sociedade eram predominantemente voltadas para o autoconsumo. Suas práticas creditícias eram caracterizadas por formas mais antigas de relações econômicas, fundadas em relações pessoais, constitutivas de sociedades não capitalistas.

[16] Hebe Mattos faz essa constatação para Capivary, mesmo tratando-se de uma economia comercial escravista. Conforme a autora, a propriedade da terra, por si só, não diferenciava socialmente os proprietários, e sim a dimensão da exploração agrícola e da escravaria, no período após o fim do tráfico internacional de escravos, de encarecimento da mão de obra. (Cf. CASTRO. *Ao sul da história*, p. 40).

Ainda que de crescimento pouco expressivo, o aumento da taxa de participação das dívidas ativas é compreensível à luz de conjunturas locais, bem como nacional. No primeiro caso, insere-se crescimento da população, crescimento do comércio e aumento de níveis de urbanização,[17] com mais oferta de serviços. No segundo, a regulamentação das relações comerciais com o Código Comercial de 1850.[18] Este Código regulou as relações de créditos mercantis, garantido legalmente sua existência, com base em elementos de comprovação, (art. 122), bem como garantindo as condições cobrança (art. 376 e 377). Assim, instituiu-se garantias de caráter legal para os credores. Isso se somou às garantias já asseguradas pelas relações interpessoais em mecanismos informais, inaugurando um elemento novo e externo a este caráter de relações sociais.

Logo, com algumas variações internas, as quatro categorias de bens mais representativas na riqueza local permaneceram com a mesma posição no período em questão. Bens que, por sua vez, eram elementos constitutivos da economia local. Se não foram constatadas mudanças de âmbito estrutural no tempo para a configuração desta economia, observam-se, por sua vez, alterações âmbito da disponibilidade de mão de obra escrava, da produção pecuária e do fornecimento de crédito, entendidas à luz de conjunturas quer circunscritas, que mais amplas. A caracterização destes elementos, por sua vez, evidencia melhor a configuração das relações econômicas desta sociedade.

1.1.1 Propriedade escrava

No que se refere à propriedade escrava, ela era a principal categoria de bem na composição da riqueza local. As características do sistema escravista e a conformação demográfica do segmento escravo estavam diretamente relacionadas com o recurso que se fazia da mão de obra compulsória localmente, como com sua reposição. Rio Pardo se inseria na região Norte da província cujas características econômicas de produção apresentavam a menor demanda por mão de obra escrava em relação a outras regiões e a localidade seguia essa tendência regional. Na população da década de 1830, o segmento escravo correspondia a 24% e, em 1872, 13%. Esse segmento reduziu sua taxa de participação na população total, mas houve crescimento de 219% (Chaves, 2012, p. 121-128). A taxa de participação do

[17] RODARTE; PAULA; SIMÕES. Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. *História econômica & História de Empresas*, São Paulo, v.7, n. 1, 2004, p. 16-37. Os autores analisam a estrutura urbana da província na década de 1830 e em 1872, definindo três níveis de centralidade. Verificam-se o número e as categorias de ocupações para 143 localidades, com base nas informações das listas nominativas da década de 1830 e do recenseamento de 1872. Dada a estrutura ocupacional de Rio Pardo da década de 1830, o termo não se inseriu em nenhum nível urbanização. Já em 1872, as categorias ocupacionais existentes habilitaram o termo para o nível médio de urbanização em âmbito provincial.

[18] BRASIL. Lei de 25 de junho de 1850. *Coleção das leis do Imperio do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 57- 239. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa>.

segmento escravo na população total é, portanto, o primeiro elemento a caracterizar o sistema escravista que lá vigorava.

Um segundo elemento nessa caracterização era a estrutura da posse de escravos. Tratando-se de uma sociedade nacional de sistema escravista, a propriedade escrava em Rio Pardo encontrava-se bastante difundida localmente. Verificou-se que 79% dos indivíduos tinham escravos entre os bens inventariados.[19] No que se refere ao perfil dos proprietários, a maioria (63%) possuía pequenas posses, seguida de um grupo menor, um terço aproximadamente, detentores de posses médias (6-20). Um número reduzido deles contava com posses grandes e muito grandes em suas unidades (GRAF. 4).

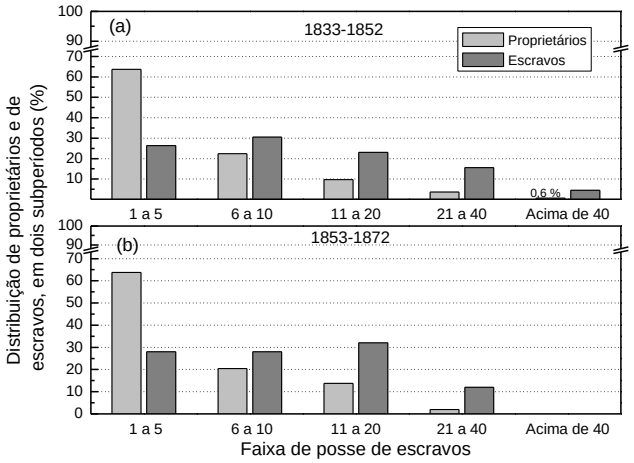


GRÁFICO 4 – Distribuição de proprietários e de escravos, por faixas de posses de escravos em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)
No primeiro subperíodo, 38 indivíduos com bens inventariados (18,7%) não tinham escravos. Para o segundo, o número correspondente é 46 (23,2%). Números nos subperíodos: a) 1833-1852: 165 proprietários e 980 escravos; b) 1853-1872: 152 proprietários e 881 escravos
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Ao longo do tempo, o número percentual de proprietários de pequenas posses se manteve (63%). A alteração é constatada entre os que possuíam posses médias e posses grandes e muito grandes. O subgrupo de proprietários de posses médias tornou-se ligeiramente maior e o de posses grandes reduziu. Já a posse muito grande, que configurava uma exceção, existiu apenas no primeiro subperíodo. A mudança no perfil de proprietários está relacionada com a retração da mão de obra, refletindo na concentração de escravos por faixas de posse. A tendência foi de diminuição do número de proprietários e do tamanho das posses. Em primeiro nível, ocorreu um leve aumento do número percentual de escravos nas pequenas posses e sua diminuição nas posses médias inferiores (6-10). Em segundo, houve aumento do número deles nas posses médias superiores (11-20) e redução nas posses grandes (21-40), não existindo mais posses muito grandes.

[19]A distribuição dessa propriedade é observada na classificação das posses em cinco faixas: posses menores (1-5), posses médias inferiores (6-10), médias superiores (11-20), grandes (21-40) e muito grandes (acima de 40).

Não obstante a redução do tamanho das posses, a tendência foi de concentração social da propriedade. Se no primeiro subperíodo a maior parte dos escravos estava na faixa de 6-10 (30,5%), no segundo, a maior concentração deles se verifica na faixa de 11-20 (32%). Logo, no que se refere à distribuição dos proprietários por tamanho de posses, o sistema escravista em Rio Pardo fundava nas pequenas posses e nas médias inferiores (1-5 e 6-10), indicando uma estrutura de posses desconcentrada. Já quanto à distribuição dos escravos por tamanho de posses, observa-se que ao longo do tempo ocorreu ligeira concentração da propriedade em posses maiores. Um dos fatores que provocaram essa concentração foi o preço dos escravos, que estava mais alto no segundo subperíodo. Em decorrência disso, diminuiu-se o poder de compra dessa mão de obra por parte de proprietários menos abastados.

No que se refere aos padrões de posse de escravos, trabalhos historiográficos pioneiros relativizam a antiga tese da predominância de grandes propriedades no regime escravista brasileiro, apontando para a difusão da propriedade escrava.[20] Em na região aurífera em Minas no início do século XIX, observa-se a predominância de proprietários de escravos com pequenas.[21] Já para Minas, na década de 1830, constata-se que o maior subgrupo de proprietários (28%) possuía pequenas posses e que as grandes posses (50-100) eram raras. Os padrões de posse em Minas na década de 1830 assemelhavam-se aos verificados para a Bahia, entre 1816 e 1817, e para São Paulo, em 1804. Assim, as grandes posses de escravos eram exceção no Brasil, cujos padrões de posses se assemelhavam mais aos das regiões não açucareiras do sul dos Estados Unidos, caracterizadas por uma diversificação econômica, tal como em Minas, do que aos padrões estabelecidos no Caribe, cuja economia era marcada pela monocultura especializada (Libby, 1988, p. 97-104).[22]

Ainda que as pequenas e médias posses configurassem o padrão da estrutura de posses em Minas, elas eram proporcionalmente mais numerosas em regiões e localidades com economias sem expressão provincial e, consequentemente, com menor demanda pelo trabalho escravo, como em Rio Pardo. Em regiões e localidades com economias direcionadas para mercados de abastecimento, eram maiores os números percentuais de proprietários e de escravos em posses grandes e muito grandes, reduzindo a razão entre as pequenas e médias posses e as grandes posses. Isso se deveu ao fato de maior número de unidades produtivas

[20] SCHWARTZ, S. *Segredos internos*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 356-376; CASTRO. *Ao Sul da História*, p. 35.
[21] LUNA, F. Estrutura da posse de escravos. In: LUNA, F; COSTA, I. *Minas colonial*: economia e sociedade. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982, p. 31-56.
[22] Sobre os dados para a Bahia, cf. SCHWARTZ. Padrões de propriedade de escravos nas Américas. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983. Para São Paulo, cf. LUNA, F.; COSTA, I. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983.

desenvolverem atividades econômicas em níveis expressivos que dependiam de maior número de escravos.[23]

Além da estrutura das posses de escravos, a conformação demográfica do segmento cativo estava diretamente relacionada com a estrutura econômica produtiva e com a demanda de utilização da mão de obra compulsória de determinada economia. Para a província de Minas, constatou-se heterogeneidade na estrutura demográfica do segmento, que refletia a diferenciação econômica regional.[24] Em Rio Pardo, como verificado, era baixa a taxa de participação do segmento escravo na população em relação a outras localidades de características econômicas distintas.

No que se refere aos aspectos demográficos deste segmento, observam-se os quesitos sexo, idade e origem para uma caracterização em linhas gerais. Quanto à sua composição segundo o sexo, verifica-se uma razão de sexos ligeiramente equilibrada (1,11). A desproporção entre os sexos a favor dos homens indicava a capacidade de uma dada sociedade de importar escravos africanos, evidenciando seu nível de inserção no tráfico internacional (Libby, 1988, p. 56-57). Não era o caso de Rio Pardo. A expressiva maioria dos escravos de lá era de origem brasileira, com apenas 8,9% de africanos.

Localidades inseridas em regiões com produção mercantil de expressividade provincial dependiam, em maior grau, da mão de obra escrava, principalmente via comércio internacional, ao contrário do que se observa em Rio Pardo. Era o caso, por exemplo, do termo de Mariana, inserida na região central. Lá havia uma produção mercantil de artigos de diversificados, com demanda maior para a mão de obra escrava. Na década de 1830, seu segmento escravo correspondia a 35% da população.[25] Entre 1830 e 1840, os escravos africanos representavam 36% do segmento.[26] Uma participação de africanos, portanto, três vezes maior que em Rio Pardo para o período.

A participação de escravos africanos, que já era pequena, decaiu ao longo do tempo. O segmento era composto com a predominância de escravos nascidos no Brasil, os crioulos, e os mestiços (GRAF. 5) Com o decréscimo da participação de africanos, por consequência, a

---

[23] Sobre a diferenciação regional na estrutura de posses, cf. PAIVA, C. A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, p. 136-138; PAIVA, C.; GODOY, M. Território de contrastes. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002, p. 50-53.

[24] Dentre outros trabalhos, cf. LIBBY, D. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988*;* PAIVA. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, PAIVA; GODOY. *Anais...*

[25] SARAIVA, L. F. *O Império nas Minas Gerais*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 98.

[26] ALMEIDA, C. M. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994, p. 114.

participação de crioulos reduziu-se e aumentou a participação de escravos miscigenados. A enorme presença de escravos brasileiros no segmento cativo, a pequena participação de escravos africanos, seguida de sua redução, o decréscimo da taxa de razão de sexos e a grande proporção de crianças indicam que a reposição dessa mão de obra ocorreu quase exclusivamente via reprodução interna (GRAF. 6).

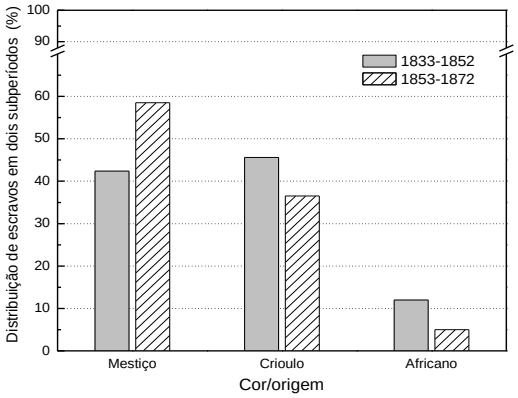


GRÁFICO 5 – Distribuição de escravos, por cor/origem em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)
Nº de escravos: a) 1833-1852: 348 mestiços, 373 crioulos e 98 africanos; b) 1853-1872: 393 mestiços, 246 crioulos e 34 africanos.
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

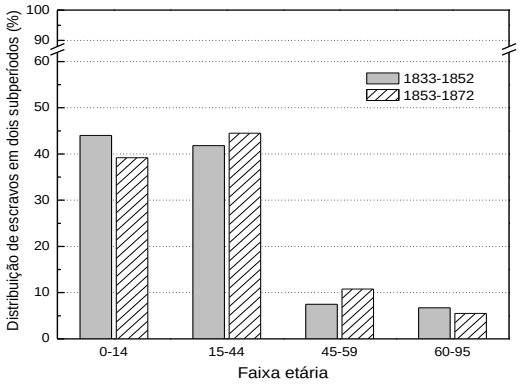


GRÁFICO 6 – Distribuição de escravos, por faixa etária em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)
Nº de escravos: a) 1833-1852: 935; b) 1853-1872: 857.
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

As evidências de que Minas durante o século XIX possuiu elevada população escrava, em torno de 15% a 25% do segmento em âmbito nacional entre 1819 e 1872, fundamentam diferentes proposições sobre os mecanismos de reposição ou ampliação da mão de obra escrava. Uma argumentação é que o crescimento do segmento ocorreu essencialmente por meio do tráfico internacional até 1850.[27] Outra proposição defende que a reprodução endógena respondia pela maior parte da reposição ou crescimento desse segmento.[28] Ambas as formas diferenciadas de repor ou ampliar a mão de obra escrava na província são "estritamente corretas, embora incompletas de compreender uma mesma realidade" (Paiva; Godoy, 2002, p. 55).

O regime de trabalho escravista em Minas foi marcado pela diferenciação econômica regional, que delineou configurações distintas para o segmento, inclusive no quesito de sua reposição ou ampliação. Tal como em Rio Pardo, para Montes Claros, termo também da região Norte, as evidências são de que a reprodução interna teve expressiva importância no crescimento da mão de obra cativa (Botelho, 1994, p. 84-124). Já para o termo de Barbacena, região da Mata, a importação de escravos via porto do Rio de Janeiro foi importante para a

[27] MARTINS, R. B. *Minas e o tráfico de escravos o século XIX, outra vez*. Texto para discussão n. 70. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1994.
[28] LUNA; CANO. *Cadernos IFCH*; BERGAD. *Escravidão e história econômica*.

formação de grandes posses de escravos lá verificadas (Saraiva, 2008, p. 91, 242-243). Dados para Paracatu, no entanto, possibilitam afirmar que lá coexistiram as duas formas de manutenção da mão de obra escrava.[29]

1.1.2 Animais

Os animais tinham o segundo maior peso na composição da riqueza, difundido em 90% das unidades (GRAF. 1). Isso confirma a significativa atividade pastoril no território, iniciada com a expansão da fronteira pecuarista. Em Rio Pardo, seguiu-se a tendência da sua região pecuarista, os sertões do norte,[30] com a criação predominante do gado bovino para o abastecimento da população e com um processo de reprodução de forma extensiva.

Em nível geral, o rebanho reduziu em 9,4%, reiterando a queda de participação da categoria animais na composição da riqueza local no segundo tempo (GRAF. 2). Apontamentos em fins dos anos de 1820 e de 1830 informavam sobre um tempo de "continuadas secas", provocando diminuição do rebanho bovino.[31] A falta de chuva, marcando longos períodos de seca, levou à do gado nas propriedades, diminuindo o número de fazendas com grandes quantidades de cabeças e, consequentemente, a concentração do rebanho, como se verificou no período em questão.

Quanto à distribuição dos três maiores rebanhos, apenas para o gado muar registrou-se crescimento (GRAF. 7). Ainda que a participação desse gado fosse reduzida, seu crescimento aponta maior difusão dos animais de carga utilizados para transporte de produtos para comercialização. Para o setor de comércio, constatou-se crescimento por meio da das categorias de bens que compunham a riqueza a ele associadas. O crescimento do gado muar reafirma a expressão maior do setor comercial no segundo subperíodo.

Para o gado bovino, verifica-se o nível de concentração nas propriedades, que é elemento indicativo do grau de mercantilização da produção, em quatro faixas de tamanho.[32] Sua distribuição nos dois subperíodos não apresenta grandes alterações para a concentração nas propriedades nem para o tipo de proprietário. Verificando juntas as faixas grandes e muito grandes, os números são os mesmos: 83% do rebanho se concentrava nelas, correspondendo a 37% dos proprietários. O rebanho era mais concentrado no primeiro subperíodo e era também maior (GRAF. 8).

---

[29] PAIVA, Clotilde; LIBBY, D. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, n. 2, 1995, p. 203-233.
[30] PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 192-198.
[31] OFÍCIO do fiscal do distrito do Rio Pardo. Rio Pardo, 29 dez. 1829. Acervo do ACMMN; OFÍCIO da câmara municipal de Rio Pardo. Rio Pardo, 11 jan. 1837. Acervo do APM. PP 1.33, cx. 222, doc. 30.
[32] São as seguintes faixas: 1 a 10 (pequena), 11 a 30 (média), 31 a 100 (grande) e acima de 100 (muito grande).

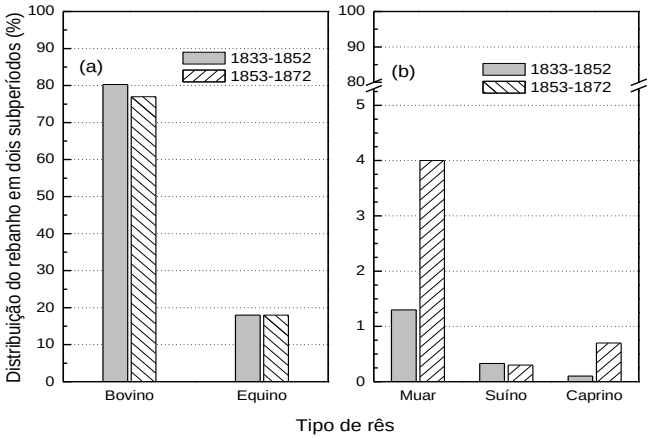


GRÁFICO 7 – Distribuição do rebanho, por tipo de rês em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)
Nº de cabeças: a) 1833-1852: 9.872; b) 1853-1872: 8.943
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

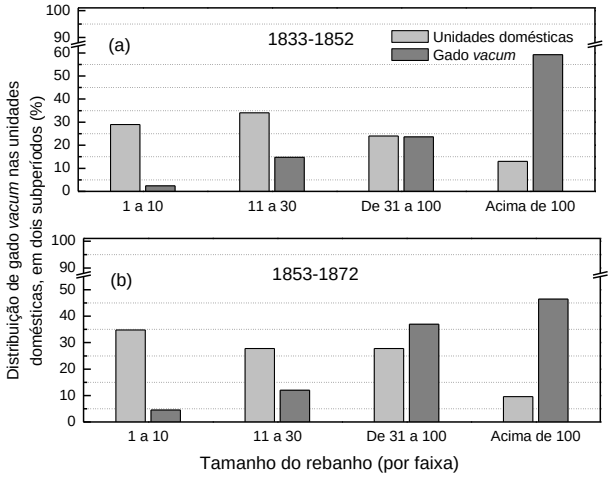


GRÁFICO 8 – Distribuição de gado *vacum* nas unidades domésticas, por faixa de tamanho em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)
Nº de unidades e de cabeças: a) 1833-1852: 159 unidades e 7933 cabeças; b) 1853-1872: 158 unidades e 6895 cabeças.
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Boa parte deste gado estava reunida nos grandes rebanhos e concentrado nas mãos de menor número de proprietários. A concentração do gado nos rebanhos grandes e muito grandes indica que parte considerável da produção era direcionada à comercialização. Vendia-se tanto para o comércio local de abate, como para boiadeiros forasteiros.[33] Os criadores de grandes quantidades de cabeças buscavam um mercado externo, já que demanda local poderia ser atendida pelos criadores de rebanhos mais modestos.

O gado bovino de Rio Pardo, tal como das regiões ao norte e ao nordeste da província, era direcionado ao mercado do centro provincial e ao da Bahia. Este gado incluía entre as principais exportações pela recebedoria de Rio Pardo.[34] Nessas regiões, o comércio de gado gerava baixos rendimentos aos criadores, já que no comércio intermediado boa fatia do lucro era embolsada pelos atravessadores.[35] Já comarca do Rio das Mortes, que tinha seu setor agropecuário destinado ao mercado de abastecimento, atendia ao mercado da corte e às áreas cafeeiras, fluminense e paulista.[36] A pecuária era uma das atividades que inseria a região na pujante economia mercantil de abastecimento e o gado bovino foi um dos principais gêneros exportados ao longo do século XIX (Restitutti, 2006, p. 82).

[33] OFÍCIO do fiscal do distrito do Rio Pardo Salvador Cardoso de Sá. Rio Pardo, 2 jul. 1831. Acervo do ACMMN.
[34] RESTITUTTI, Cristiano C. *As fronteiras da província*: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2006, p. 170. Sobre exportações mineiras pelas recebedorias nas fronteiras, ver a mesma obra.
[35] PAIVA. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, p. 118- 120.
[36] Além dos autores já citados que tratam do assunto, cf. FURTADO, J. F. *Homens de negócio*s. São Paulo: Hucitec, 1999; CHAVES, Cláudia M. *Perfeitos negociantes*. São Paulo: Annablume, 1999.

Os maiores lucros do comércio pecuarista provinham do Rio de Janeiro. Os bovinos das fazendas mineiras conduzidos ao Rio de Janeiro eram das bacias dos rios Grande e São Francisco, do oeste, do noroeste, do Triângulo. O preço do gado *vacum* nas feiras dos sertões chegava a quadruplicar nas feiras fluminenses. Parte pouco significativa do gado bovino mineiro também era destinada ao comércio na Bahia, via postos fiscais de Rio Pardo, ao norte, e São Sebastião do Salto Grande, ao nordeste (Restitutti, 2006, p. 124-126). No caso da região ao norte, a criação do gado *vacum* era comercializada, principalmente, com a Bahia, cuja atividade era considerada de baixos rendimentos e sem expressividade na pauta de exportações da província (Paiva, 1996, p. 117-120; Restitutti, 2006, p. 124).

Se comparados os números médios de animais de criadores de Rio Pardo com os de criadores de São João Del Rei, verificam-se criadores de maior porte em Rio Pardo. Considerando os proprietários rio-pardenses que possuíam acima de cem cabeças de gado *vacum* (1833-1852), o número médio de animais era de 223. Já para São João (1831-1850), considerando também os maiores proprietários de gado *vacum*, o número médio era de 146.[37] Em Baependi (1859), o barão Gabriel Junqueira possuía um rebanho de 358 cabeças de gado *vacum*, o que o qualificava como grande pecuarista. O tamanho desse rebanho se aproximava do padrão das propriedades de porte semelhante no termo de Campanha (Andrade, 2008, p. 124, 222-223). Em Rio Pardo (1859), o proprietário Ribeiro tinha nas suas terras 551 animais, sendo 405 cabeças de gado bovino.[38] Assim, constata-se tamanho aproximado de rebanhos de dois grandes pecuaristas de regiões distintas.

Embora Rio Pardo não tivesse uma pecuária inserida em circuito comercial em proporção à de outras localidades da região Centro-Sul, os dados para Rio Pardo demonstram a importância expressiva da atividade. O padrão dos grandes pecuaristas de Rio Pardo não diferia dos padrões dos de São João Del Rei e dos de Campanha, superando-os. Entretanto, a produção era escoada por boiadeiros sertanejos, que a encaminhava, principalmente, para o mercado da Bahia, que não tinha expressividade provincial. Diferentemente, localidades da região ao sul estavam inseridas nos dois processos: de criação e de comercialização do gado. O comércio interprovincial de gado bovino era desenvolvido, principalmente, com o Rio de Janeiro e com São Paulo. Foi na região ao sul da província que se articulou o comércio externo e localidades tornaram-se entrepostos de outras regiões da província, concentrando parte do lucro da produção gerada nas demais regiões produtoras (Restitutti, p. 244).

---

[37] GRAÇA FILHO, A. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 146.

[38] PROCESSO de inventário *post mortem* João Lourenço Ribeiro. Rio Pardo, 2 maio 1859. Acervo do AFCRPM. Inventários – maço 22.

1.1.3 Terra e produção agrícola

Os bens de raiz correspondiam à terceira categoria mais importante na composição da riqueza. Nele estão relacionados os imóveis (terras e casas). Os imóveis rurais, incluindo as terras e as respectivas casas de morada, constituíam a maioria desses bens (88%). No grupo, 78% dos proprietários das unidades possuíam terras (GRAF. 9). No caso, era pequena a parcela que estava destituída do principal meio de produção em uma sociedade eminentemente agrária. Assim, era garantido o acesso estável à terra.

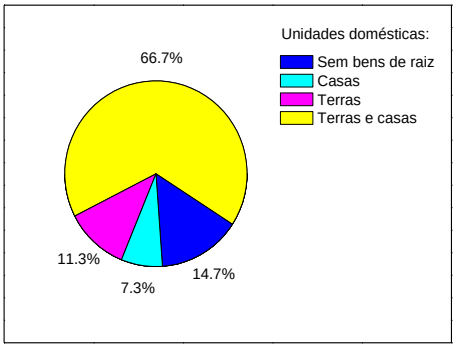


GRÁFICO 9 – Distribuição de unidades domésticas, por bens de raiz, Rio Pardo (1833-1872)
O número de unidades é 401.
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Verificou-se estabilidade do acesso à terra para Rio Pardo e para a província mineira também. No período de 1831-1840, apenas 7% da força de trabalho livre masculina era de assalariados (Libbi, 1988, p. 91). Ainda assim, havia disponibilidade de terras para a maioria dos trabalhadores. Isso por se tratar de uma província cuja forma de produção predominante era a agricultura para o autoconsumo. A presença de uma fronteira aberta, caracterizada pela abundância de terras, e a mobilidade espacial permitiam acesso estável das famílias à terra e à sua reprodução. Este processo verificado em Minas se inseriu no processo de expansão da fronteira agrícola, já referido, e resultou em uma expansão demográfica espontânea, em busca da reprodução das condições de vida material.

Se a criação de gado bovino em boa medida era comercializada, o mesmo não ocorria com a agricultura. A inexpressiva participação das plantações na riqueza demonstra que a produção de alimentos era predominantemente para o consumo doméstico (GRAF. 2). Como a pecuária, a agricultura era uma atividade largamente difundida, presente em 88% das unidades.[39] A agricultura e a pecuária eram também as principais atividades econômicas para a maioria das localidades da província.[40] Tratava-se de uma economia com um proeminente

[39] Consideram-se unidades produtivas que atuavam na agricultura não somente as que tinham terra, mas, também, aquelas que mesmo sem terra tinham instrumentos de trabalho agrícola. Daí a diferença de percentual entre as unidades que possuíam terra (78%) e as que desenvolviam agricultura (88%).
[40] RELATÓRIO do presidente da província de Minas Gerais, 1854 *apud* FRAGOSO, J. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 106-107.

setor mercantil de abastecimento. No entanto, o setor predominante era o da produção de autoconsumo, com excedentes comercializados em pequena escala.

Partindo das informações fornecidas para um terço das unidades produtivas, plantavam-se grãos, tubérculos, frutas, cana-de-açúcar e algodão. A mandioca foi o cultivo mais frequente nas propriedades. Isso indica o tubérculo como base da alimentação local. A farinha de mandioca era beneficiada em tenda, com roda de ralar mandioca, prensa e forno. A roda de ralar mandioca era um dos instrumentos de beneficiamento agrícola mais difundido nas unidades produtivas, seguida do engenho e do alambique. A cana-de-açúcar aparece, também, como um dos produtos mais cultivados. Como a mandioca, era um gênero que se beneficiava nas casas de engenho, com a fabricação de rapadura e açúcar (GRAF. 10). O engenho era utilizado, ainda, na produção de aguardente. Estes instrumentos de beneficiamento se concentravam nas unidades domésticas que desenvolviam agropecuária, bem como agropecuária e ofícios artesanais. O indicativo é de diversificação de atividades ainda maior nessas unidades com a presença de instrumentos de beneficiamento agrícola.

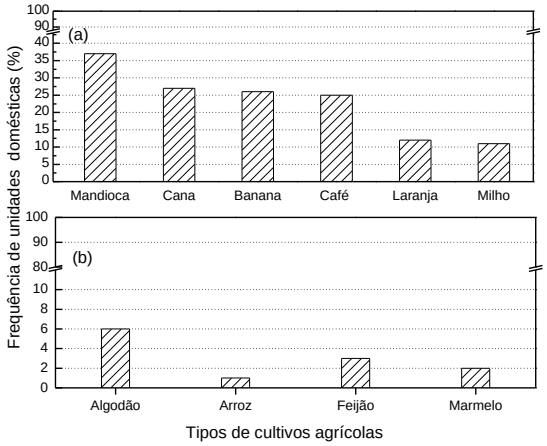


GRÁFICO 10 – Frequência de unidades domésticas, por cultivos agrícolas, Rio Pardo (1833-1872)
O número de frequência é 114.
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Além dos gêneros alimentícios, outro produto cultivado era o algodão, matéria-prima utilizada nos ofícios do setor têxtil, como fiação, tecelagem, renda e costura. Os ofícios relacionados às atividades têxteis eram os mais expressivos entre os correlatos. Os instrumentos de beneficiamento do algodão eram descaroçador de algodão, roda de fiar, pente de tecer e tear, tendo sido a roda de fiar o instrumento mais difundido. Além do cultivo do algodão para o beneficiamento doméstico, o produto era também comercializado. A

comercialização do algodão já ocorria em tempos mais antigos. Em Rio Pardo, ainda arraial, havia muitas plantações de algodão, que era conduzido para a Bahia.[41]

A agricultura de alimentos era quase exclusivamente destinada ao consumo doméstico das unidades. Entre os produtos identificados para comercialização – sal, fumo, rapadura, algodão, tecido, ferragens, aguardente, cachaça, café, capim – não constam mantimentos. De gênero alimentício, aparecem apenas rapadura e café, cujo comércio é registrado para apenas uma unidade doméstica.[42] Não há informação para o tamanho da área cultivada. A referência era a "uma roça", "uma plantação" ou "um quintal". Pelos baixos valores que elas recebiam, certamente eram de dimensões modestas e limitava-se a atender ao autoconsumo. Contudo, é identificada produção agrícola excedente em unidades produtivas de maior porte, em cômodos de armazenamento de alimentos, cuja parcela excedente era certamente comercializada localmente ou em outros mercados, por meio de tropeiros.

Os instrumentos de trabalho agrícola eram rústicos e de baixo custo, sendo utilizados em unidades de pequeno porte de produção ou de grande porte, diferenciando-se apenas na variação e na quantidade (machado, cavador, cavadeira, alavanca, foice, enxada).[43] A prática agrícola consistia em derrubar matas e capoeiras e atear fogo à área desmatada depois de seca. No tempo das chuvas, preparava-se a terra para receber sementes. Do período do plantio até a colheita, eram poucos os cuidados dispensados à plantação. Ocorria apenas a capina de matos rasteiros.[44] A forma de produção agrícola era extensiva, com recursos técnicos rudimentares, que não se figuravam como meios de produção principais.

Um traço característico deste sistema de produção era a baixa densidade demográfica e a disponibilidade de matas virgens, que favoreciam o sistema de exploração de solo extensivo. Com técnica rudimentar, o fomento da agricultura dependia de novas aquisições de mão de obra e de terras. As unidades que dispunham de mais mão de obra escrava tinham porte de produção maior. A mão de obra escrava e a terra correspondiam, respectivamente, à primeira e à terceira categorias mais importantes, enquanto os instrumentos de trabalho tinham participação inexpressiva na composição da riqueza GRAF. 2).

Logo, as atividades produtivas de agricultura e de pecuária eram basilares neste sistema agrário. Elas estavam associadas a outras atividades econômicas, como os ofícios

[41] MATOS R. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v. 1, p. 196.
[42] PROCESSO de inventário *post mortem* de Joaquim Mendes de Oliveira. Rio Pardo, 13 ago. 1867. Acervo do AFCRPM – maço 28.
[43] No estudo sobre o sistema agrário de Paraíba do Sul, João Fragoso identifica esses mesmos instrumentos de trabalho agrícola, com exceção da alavanca. (Cf. FRAGOSO, 1983, p. 28).
[44] Essa prática agrícola, que remete desde aos tempos de colônia, era comum também em Portugal. (Cf. MAGALHÃES, J. R. *O Algarve económico*: 1600-1773. Lisboa: Estampa, 1993, p. 135-136)

artesanais e o comércio. A agricultura era destinada ao autoconsumo das unidades domésticas, com eventual comercialização de excedentes. Era reduzido o número de unidades com vinculação permanente ao mercado. Quanto à pecuária, o nível de comercialização era muito maior do que o da agricultura. Mas, eram mais comuns unidades que possuíam pequenos e médios rebanhos de gado bovino, cuja criação era quase exclusivamente destinada às necessidades domésticas. As unidades com rebanhos grandes e muito grandes, com produção destinada à comercialização, não eram predominantes (GRAF. 8).

1.1.4 Dívidas ativas

As dívidas ativas ocuparam a quarta posição na ordem de alocação de recursos, indicando uma expressão menor do crédito em relação a outras localidades de maior acumulação mercantil, nas quais a categoria estava entre as três principais.[45] Ainda que na quarta posição, a participação das dívidas ativas era pequena, dado o peso bastante expressivo da principal categoria, escravos, que correspondia a mais da metade de toda a riqueza (53%), seguida da categoria dos animais (18%). A participação menor do crédito reafirma o setor mercantil local de pouca expressão, que era movimentado por ele e pelo comércio.

A participação das dívidas ativas na composição dos bens cresceu de 6% para 7%, mantendo-se na quarta posição. O crédito se concentrou no segundo subperíodo para além do crescimento registrado. Mas ele decresceu em relação ao número de proprietários credores. Mais crédito ao longo do tempo com redução do número de credores indica um movimento de maior concentração. O maior número de dívidas também foi registrado para o segundo subperíodo. No entanto, a concentração das dívidas era bem menor em relação ao valor. Isso quer dizer que os valores das dívidas foram mais altos no segundo subperíodo (GRAF. 11). O aumento do crédito e sua concentração observados são indicativos de um gradativo crescimento do comércio, ainda que pouco expressivo. Boa parte das transações financeiras que deram origem aos créditos (47%) era relativa ao setor comercial. Somado a isso, verifica-se, também, um crescimento da participação de animais de carga no rebanho de gado de 1% para 4%, sugestivo de maior movimentação de tropeiros.

No que se referem aos valores das dívidas ativas, verifica-se a expressiva predominância de pequenas dívidas com valores abaixo de 50$000. No tempo, essa predominância permaneceu, mas as mesmas diminuiu sua representatividade. Isso refletiu o aumento das dívidas com valores entre 100$000 e 499$000. Já as dívidas das duas faixas de valores mais altos dobraram sua participação, mas tinham pouca expressividade no conjunto.

[45] Cf. os trabalhos já citados: ANDRADE, 2008; ALMEIDA, 2002; FRAGOSO, 1992; e MATTOSO, K. *Bahia, século XIX* . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

Isso retrata o próprio processo de fornecimento do crédito. A participação do crédito cresceu na composição da riqueza e ele se concentrou mais no segundo subperíodo. Assim, a tendência foi diminuir o número das dívidas de pequenos valores, subindo a participação das dívidas das três maiores faixas. (GRAF. 12). Como referido, essas alterações na configuração do crédito evidenciavam conjunturas locais de crescimento da população e do setor de comércio, de aumento na oferta de serviços, bem como conjuntura nacional de regulamentação das relações comerciais com o Código Comercial (1850).

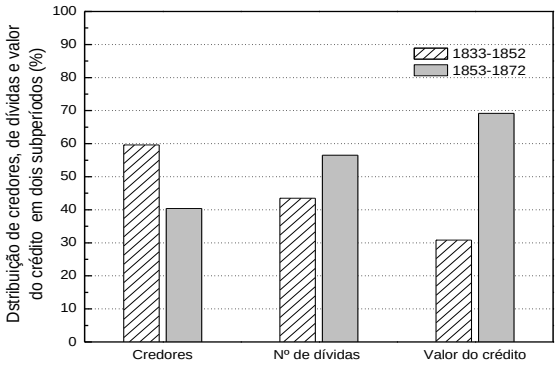


GRÁFICO 8 – Distribuição de credores, de dívidas ativas e valor do crédito em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)
O nº de credores é 151, de dívidas, 1431 e o valor do crédito, 90:148$386. Valor médio do crédito: a) 1833-1852: 44$587; b) 1853-1872: 66$808
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

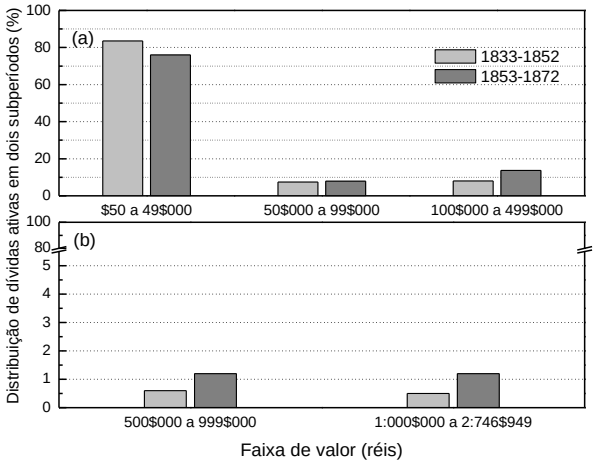


GRÁFICO 9 – Distribuição de dívidas ativas, por faixas de valor em dois subperíodos, Rio Pardo (1833-1872)
O número de dívidas é 1430.
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Há informação sobre as transações que originaram esses créditos para 6% das dívidas. Considerando o predomínio de pequenas dívidas, certamente elas procediam de várias práticas creditícias, que se encontravam difundidas entre a população, como recurso para atender às suas necessidades cotidianas.[46] O indicativo é de que o uso do pagamento a prazo era comum. O ouro era ainda moeda corrente, mas, predominava a moeda em cobre na circulação monetária. Entre os créditos com transações identificadas, a maior parte era relativa ao adiantamento de produtos, em operações de financiamento ao consumo, e à produção. Os créditos que financiavam o consumo eram relativos ao comércio de fazenda seca e fazenda molhada, quer em vendas, lojas, quer por pessoas que não possuíam um ponto

[46] Santos demonstra para a comarca do Rio das Velhas (século XVIII), o predomínio de pequenas dívidas ativas, registradas nos inventários *post mortem*. Do total das dívidas, 73% eram referentes a valores abaixo de 100$000. Ainda que se tratasse de uma temporalidade anterior e de localidades de economias distintas da de Rio Pardo, verificou-se em Minas a permanência no tempo do recurso ao crédito predominantemente para atender às necessidades cotidianas da população (Cf. SANTOS, R. F. *"Devo que pagarei"*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005, p. 102-104; SANTOS, R. F. O ouro e a palavra. In: CARRARA, A. A. *À vista ou a prazo*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, p. 81).

de comércio, que era o caso, por exemplo, da venda de víveres. Comerciantes e pessoas envolvidas com transações comerciais financiavam a venda de produtos de consumo, como gêneros alimentícios, aguardente, ferragens, vestuário e acessórios (GRAF. 13).[47]

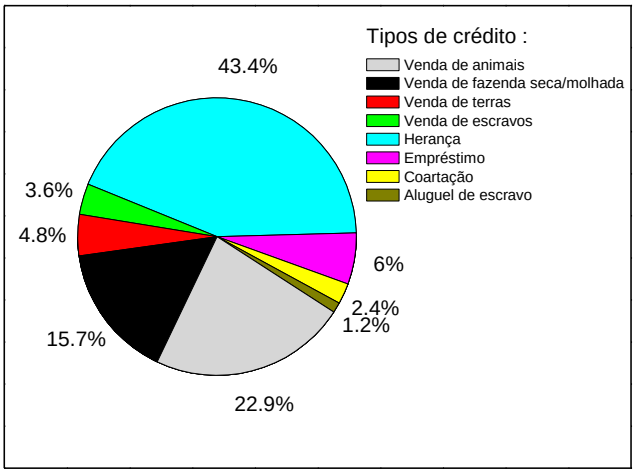


GRÁFICO 10 – Distribuição de dívidas ativas, por tipos de crédito, Rio Pardo (1833-1872)
O número de créditos é 83. Os créditos de relativos à venda de bens ou de produtos representam 47% do total.
Fonte: PROCESSOS de inventário *post mortem*, Rio Pardo (1833-1872). Acervo do AFCRPM.

Já os créditos relativos ao financiamento da produção incluíam as transações com venda de meios de produção, como terras e mão de obra escrava. Tratando-se de uma sociedade de sistema de produção de base agrária, com utilização da mão de obra escrava, os proprietários faziam novas aquisições de terra e de escravos por meio do crédito, ampliando seus empreendimentos agrícolas. Comprar terra em um sistema que funcionava com a exploração do solo de forma extensiva, bem como adquirir escravos cuja mão de obra elevava o nível da produção, significava ampliar os principais meios de produção desse sistema e, por conseguinte, fomentar a produção. Já o financiamento à venda de gado, a aquisição do bem poderia ser destinada ao consumo ou à produção. A comercialização de animais se destacou dentre os outros produtos e bens relacionados. No total das transações com o gado muar, equino e bovino, as referentes ao gado bovino corresponderam a 74%. Assim, mesmo com uma amostragem reduzida de transações creditícias, os dados são coerentes com as conclusões acima apresentadas. A pecuária tinha a principal produção local comercializada, cujo destaque era para o gado bovino.

Outra boa parte dos créditos tinha origem nos processos de partilha de bens entre herdeiros. Na partilha da herança, ocorria de um herdeiro receber determinado valor em bens que ultrapassava o valor que teria direito. Ele se tornava devedor relativo ao valor excedente, que complementava a parte de outro herdeiro, que se tornava credor do herdeiro que recebeu a

[47] Esses produtos são identificados em processos de inventário *post mortem* de indivíduos, cujo estoque indicava comercialização.

mais. Em menor medida, o empréstimo em dinheiro era também uma forma de fornecer crédito em Rio Pardo. As operações envolvendo empréstimos pessoais correspondiam a uma participação pequena no conjunto das dívidas. Essa representatividade dos empréstimos era coerente em uma economia de baixa monetização. Entre os bens dos proprietários, a moeda correspondeu a apenas 0,7% do total da riqueza possuída (GRAF. 2). Assim, poucos indivíduos possuíam dinheiro em condições de fazer empréstimos, cuja capacidade financeira contribuía para a liquidez da economia local.

Duas outras práticas creditícias de menor expressividade referiam-se à coartação e a aluguel de escravos. A coartação consistia em uma modalidade de alforria recorrida por escravos, que tinham condições de pagar pela sua liberdade com rendimentos próprios. Com a ascensão econômica, eles almejavam a ascensão social: da condição de escravos para a de libertos. Na coartação, eles compravam sua carta de manumissão, tendo seus senhores como credores. Em Rio Pardo, a coartação era uma forma de alforria menos comum.[48] Quanto ao aluguel de escravos, o proprietário alugava escravo e recebia o "jornal" correspondente ao trabalho realizado por ele. Em Minas, a prática de alugar cativos remonta ao século XVIII, quando a atividade mineradora exigia mobilidade da mão de obra, devido ao constante surgimento de novas áreas de extração. A prática permaneceu no século XIX. Os dados do censo da década de 1830 e do recenseamento de 1872 indicam que o sistema de aluguel de cativos expandiu ao longo do século. E foi o setor agrícola o mais beneficiado com a transferência temporária da mão de obra escrava (Libby, 1988, p. 94-96).

Logo, as modalidades de práticas creditícias e o perfil das dívidas verificadas para Rio Pardo indicam que elas se encontravam difundidas entre a população. Os pequenos créditos em Rio Pardo e, em menor medida, créditos maiores, financiavam, principalmente, o comércio em âmbito do consumo e da produção. Havia também financiamento de empréstimos pessoais, de carta de liberdade de escravos e de serviços prestados por escravos alugados. Além de financiar o adiantamento de produtos, bens e serviços, os créditos tinham origem na partilha de herança.

A prática creditícia já era presente nas Minas setecentistas em transações comerciais e financeiras estabelecidas pela população no dia a dia, principalmente nas regiões mais urbanizadas. Em âmbito da colônia, uma característica marcante da economia era a precária circulação monetária. De traços pré-industriais, a economia colonial gerava um mercado

[48] CHAVES, E. *O sertão de Rio Pardo*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 61-62. Sobre as práticas de alforria em Minas Gerais, cf. PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

restrito e, por consequência, escassez de moeda circulante, com predomínio do capital mercantil. O crédito era usado com regularidade, marcando a economia e sociedade coloniais.[49] O importante papel que a praça do Rio de Janeiro desempenhou na reprodução da economia colonial via mercado interno possibilitou acumulação mercantil e concentração de riqueza pelos já afortunados segmentos mercantis. As operações com o crédito constituíram um dos mecanismos que promoveram essa acumulação, reservando ao capital mercantil residente papel importante na reprodução dessa economia. O segmento mais rico na hierarquia econômica correspondia a um grupo restrito de negociantes de grosso trato, que exercia práticas monopolistas nos segmentos do mercado e que tinha supremacia sobre a aristocracia fundiária e escravista (Fragoso, 1992, p. 253-273).

Nas Minas, as transações mercantis eram marcadas pela dependência do crédito e pelo alto grau de endividamento. A escassez da moeda circulante (dinheiro de cobre e de prata) e a proibição da circulação do ouro em pó, que também circulava como moeda, proporcionou difusão do sistema de crédito e de endividamento da população. Havia uma rede de endividamento, que era controlada pelos comerciantes. Os grandes atacadistas estabelecidos em Minas criaram importantes linhas de crédito interno, que foram utilizadas pelo pequeno comércio. O capital comercial era importante fonte de financiamento de pessoas e de comerciantes.[50] Dada a circulação restrita de moedas, o recurso ao crédito era uma forma comum de se adquirir um produto ou bem e de pagar por um serviço. Para a comarca do Rio das Velhas, por exemplo, verificaram-se várias práticas creditícias desenvolvidas pela população em suas atividades cotidianas.[51]

O setor mercantil, constituído pelas dívidas ativas e pelo comércio, destacou-se na economia colonial e também na economia da primeira metade do século XIX. Isso porque essas economias tinham traços pré-industriais que geravam um mercado restrito e, por consequência, circulação restrita de moeda (Fragoso, 1992, p. 212). No século XIX, esse setor se destacou em localidades que estavam inseridas na economia de agroexportação e de

---

[49] Sobre a questão do crédito e da circulação monetária na economia colonial, cf. ARRUDA, J. J. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980; RUSSELL-WOOD. *Fidalgos e filantropos.* Brasília: UNB, 1981. FRAGOSO, 1992; SAMPAIO, A. Crédito e circulação monetária na colônia. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE, Caxambu, 2003.

[50] FURTADO. *Homens de negócio*, p.120-122; SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto*.. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 99-100; CHAVES, 1999, p. 33-45; PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII.* São Paulo: Annablume, 1995, p. 176-184; BOXER. *A idade de ouro do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 218; FERNANDES, Neusa. *A inquisição em Minas no século XVIII*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p.135; SANTOS, R. F. Dívida e endividamento. In: ROMEIRO; BOTELHO. *Dicionário histórico das Minas Gerais:* período colonial. Belo Horizonte, Autêntica, 2004, p. 113-115.

[51] SANTOS, R. F. *"Devo que pagarei"*, p. 109-156; SANTOS, R. F. *À vista ou a prazo*, p. 71-89.

abastecimento interno. Assim, o crédito adquiria maior importância em sociedades, cujas atividades econômicas proporcionavam maior acumulação mercantil.[52] Como referido, o crédito em Rio Pardo teve pequena participação na composição da riqueza, visto que as atividades econômicas lá desenvolvidas não favoreciam acumulação mercantil em níveis consideráveis. As dívidas ativas ocuparam uma não desprezível quarta posição na ordem dos investimentos. Ao se comparar os percentuais de representatividade da categoria com o de outras localidades de economias distintas, porém, verifica-se que o crédito em Rio Pardo era reduzido e, por consequência, era baixo o grau de endividamento local. Em Vila Rica, por exemplo, as dívidas ativas correspondiam à terceira posição e representavam 24% da riqueza (Almeida, 2002, p. 181). Já em Rio Pardo, a categoria ocupou uma posição a menos, mas equivalia a um percentual três vezes menor (7%). Lá, portanto, não se configurou a acumulação mercantil, dado o caráter das atividades desenvolvidas, predominantemente direcionadas ao autoconsumo.

Logo, a conformação de uma sociedade agrária em Rio Pardo foi decorrente do processo de expansão da fronteira da agricultura de autoconsumo, que se constituiu, no Brasil, em uma expansão demográfica espontânea, ao lado da expansão da fronteira da agricultura especulativa e exportadora. O sistema de produção local, com regime de trabalho livre e escravo, baseava-se na agricultura de alimentos direcionada ao consumo doméstico e na pecuária, parcialmente comercializada. As atividades de ofícios artesanais e de comércio associavam-se, de forma complementar, às atividades principais. O setor mercantil era menos representativo, caracterizado pelo comércio e pelo fornecimento de crédito, em relações econômicas próprias de sociedades não capitalistas. No período analisado, as relações econômicas desta sociedade não passou por mudanças estruturais, permanecendo com uma configuração semelhante no tempo. Mas, em termos conjunturais, alterações são verificadas, promovidas por processos históricos circunscritos local, regional, provincial e em nível do Império do Brasil.

[52] Dentre outros estudos, cf. para Minas: ALMEIDA, 2002; GRAÇA FILHO, 2002; ANDRADE, 2008; ALMICO, R. C. *Dívida e obrigação*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Para Rio de Janeiro: FRAGOSO, 1992. Para a Bahia: MATTOSO, *Bahia, século XIX*.

Financiamento Educacional no Estado de São Paulo: *Análise quantitativa das despesas das Unidades Orçamentárias da Secretaria da Educação – 1986-1995.* [1]

Eduardo Januário
Mestrando em História Econômica no Departamento de História da FFLCH-USP
edujanuario@usp.br / edujanuario@yahoo.com.br

1. Introdução

1.1 O ponto de partida.

Recém implantado em 2007, o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – substitui o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - implementado em 1996. Ambos os fundos representam avanços em relação ao mecanismo constitucional de financiamento e ao atendimento universal do ensino básico. Entretanto, em termos qualitativos, os resultados não são bons. Segundo a avaliação constatada pelo SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica)[2], em um balanço de avaliação da proficiência dos alunos de escolas urbanas, demonstrou-se que houve uma piora, por exemplo, no ensino das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, dentro dos dez anos de funcionamento do FUNDEF.

O Brasil, atualmente, tem sido elogiado pelos órgãos econômicos internacionais por seu crescimento na atual conjuntura mundial. Contudo, os resultados educacionais em nível de escola pública, são sofríveis. Na nova etapa do capitalismo global, na perspectiva do capital humano, em tese, dever-se-ia investir e valorizar a mão-de-obra qualificada. No entanto, as informações constatadas no estudo referido acima requerem um olhar atento.

A observação corrente indica que na solicitação de vagas às gerências de recursos humanos, os currículos de profissionais que passaram pela escola pública – em sua maioria – não são sequer avaliados. Isto indica que a luta por posições no mercado de trabalho já se decide nas primeiras

[1] O texto a seguir exprime, de certa forma, parte da pesquisa em andamento com o título *Capital Humano – Financiamento Educacional no Estado de São Paulo (1990 -2000)* no Departamento de História da FFLCH-USP. A pesquisa em curso tem como objetivo principal mensurar o financiamento educacional público e privado correlacionando o montante de investimento e a qualidade do ensino público tentando identificar as características da influência da teoria do capital humano nas decisões da política econômica do Estado, considerando como contraponto os diversos agentes do processo educacional.

[2] CALLEGARI, César. (organização). *O FUNDEB e financiamento público no Estado de São Paulo*. São Paulo: Aquariana: IBSA: APEOESP, 2009. Conforme relata o estudo em 1995 a média de Português e Matemática para os alunos de 8ª série estava em 256,1 e 253,2; em 2005 respectivamente 231,9 e 239,5. A média do mínimo satisfatório para ambos prosseguirem ao ensino médio era de 300 pontos.

instâncias do processo educativo, em detrimento da formação da escola pública. Cada família vê-se assim pressionada a investir na formação dos filhos muito mais do que seria lógico fazer, caracterizando uma enorme massa de investimentos públicos e privados, sob a forma do chamado capital humano. Dados do IBGE indicam que 1,3% do PIB em 2009 foi gasto com educação privada. Comparando a posição do Brasil com dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a média similar dos países desenvolvidos gasta 0,9%.

Atualmente, a teoria do capital humano se faz presente no ideal da sociedade do conhecimento, que por sua vez é intimamente ligado às questões da política sócio-educacional. Na medida em que a qualificação, em termos públicos, provém de avaliações da educação formal definidas pelo Estado, tal teoria busca tratar a competência do trabalhador como um bem de capital por ele absorvido ou criado, capaz de ser aferido por uma dada medição e aplicado como elemento plástico aos impactos da função de produção. Assim, uma política sócio-educacional também se caracterizaria como uma política econômica, pois planejaria, regulamentaria e distribuiria recursos e financiamentos que haveriam de interferir diretamente nos setores da economia, com intervenções positivas nas relações do processo produtivo[3].

1.2. O fio condutor

Pensando na problemática exposta acima, voltar o olhar para o período de 1986 a 1995 no Estado de São Paulo, na perspectiva de mensurar os gastos públicos em educação pública, faz-se necessário. A distribuição de recurso por parte do governo às determinadas repartições públicas demonstra sua intenção na prática deliberada de sua política pública. O Estado de São Paulo representa o maior PIB entre os estados brasileiros, sendo também o estado que possui o maior valor em despesas com ensino. Assim, uma a análise sobre a economia da educação em São Paulo pode revelar importantes informações sobre as características de financiamento educacional no Brasil, e propor, portanto caminhos para a melhoria das condições sociais. Pois, como afirma Castro:

[3] Na década de 70 o Ministério da Educação foi submetido à USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional) determinando condições técnicas para o desenvolvimento econômico. Arapiraca ao tratar da relação MEC-USAID afirma: "Nesse sentido, a educação é utilizada para legitimar a dimensão ideológica do capital, na forma dissimulada de capital humano. Por esta noção todo indivíduo é um *capitalista* em potencial". (grifos do autor). Além disso, tratando a relação educação e economia, Pires argumenta que devido ao caráter de intervenção direta na relação de trabalho, as questões voltadas a educação, necessariamente, também são assunto da política econômica. ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir da abordagem crítica da teoria do capital humano.* São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982. PIRES, Valdemir. *Economia da Educação – para além do capital humano*. São Paulo: Cortez, 2005.

> Dimensionar os gastos do governo em áreas sociais é um meio importante para medir o esforço estatal na provisão de recursos para o atendimento das necessidades sociais e, com isso, aferir a adequação do suporte financeiro à consecução de um conjunto de diretrizes e ações destinadas a proporcionar satisfação social.[4]

No período de análise, (1986-1995), o contexto histórico econômico revela em São Paulo uma época de ajuste fiscal ocasionado pelo processo de dívida – fruto da crise de 1981-1983, acarretando, inclusive, em um movimento de importante deterioração das empresas públicas estatais. Neste mesmo contexto o Banespa – Banco do Estado de São Paulo – teve importante papel como provedor dos compromissos financeiros internos do Tesouro Paulista. Aliás, em 1990 o Banespa estava com 308% de seu patrimônio líquido comprometido em empréstimo ao setor público do Estado de São Paulo[5]. Verifica-se neste momento, conforme afirma Marcio Percival Pinto, uma tentativa de política fiscal anticíclica com intensificação dos gastos públicos e desequilíbrio financeiro[6].

A partir de 1990 com as medidas econômicas recessivas do Plano Collor, quando se iniciou a restrição ao endividamento para financiar novos gastos, houve uma significativa diminuição nas despesas. Posteriormente, tal redução de gastos se encadearia no chamado "ajuste estrutural" delineado pelo "Consenso de Washington". Desta forma, segundo a mesma análise de Marcio Percival Pinto, dois períodos podem ser considerados: período anterior e posterior a 1990. Vale salientar que as definições deliberadas pelo acordo do "Consenso de Washington" também incluem as perspectivas do Banco Mundial para as questões ligadas diretamente ao investimento em educação. Tal modelo encontrava-se respaldado na teoria do capital humano, como afirma Corragio:

> Neste modelo, uma correlação histórica positiva entre as taxas de crescimento econômico e certos indicadores de variação no estoque de capital humano é interpretada como sinal de que o investimento em educação é uma via para o desenvolvimento, por que –segundo os

[4] CASTRO, Jorge Abrahão de (coord.) et tal,. *Gastos Social Federal em uma Dimensão Macroeconômica: 1995-2001*. In ALVES PINTO e BIASOTTO JR. (org.). *Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p. 137.

[5] PINTO, Marcio Percival Alves.CAVALCANTI Carlos Eduardo G. e CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Crise e "ajuste" das Finanças do Estado de São Paulo (1980-2005). In ALVES PINTO e BIASOTTO JR. (org.). *Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p 459.

[6] Idem, p. 462.

> documentos – (do Banco Mundial) o gasto em educação equivale a investir no capital humano, gerando assim um aumento de renda.[7] (parênteses do autor)

Portanto, o presente artigo tem por objetivo apresentar dados quantitativos referente a despesas públicas em educação a partir da execução orçamentária do Governo do Estado de São Paulo entre 1986-1995. A ideia é verificar se a dinâmica das despesas da Secretaria da Educação corresponde às análises de Marcio Percival Pinto para o período, onde afirma que houve um "aumento significativo da oferta de serviços públicos" [8]. Para tanto, serão apresentadas as distribuições destas despesas às unidades orçamentárias da Secretaria da Educação.

O orçamento público é um importante instrumento da política de estabilização, pois ao planejar as despesas provoca um impacto nas compras do governo sobre a demanda agregada. Da mesma maneira, potencializa o poder de gastos do funcionalismo público que pode ser considerado expressivo no montante da própria arrecadação e do consumo[9]. Em relação ao orçamento do setor de Ensino, que inclui a Secretaria da Educação e a Secretaria de Ciência e Tecnologia, os valores mínimos são previamente determinados pela Constituição Federal. Os valores destinados ao setor de Ensino provem do montante de 18% sobre os impostos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, sobre responsabilidade da União, e 25% sob responsabilidade dos Estados, tendo como maior fonte, entre outras, o ICMS[10]. No entanto, houve diversas variações durante o período entre as variáveis estudadas, sobretudo quando se trata das despesas internas da Secretaria da Educação. Tais variações serão apresentadas neste artigo.

No campo do orçamento público há dois tipos de classificação verificáveis: classificação por categoria – órgãos e unidades orçamentárias, autarquias, empresas públicas, sociedade de economias mistas, fundações, estruturas administrativas e secretarias; e classificação funcional – função e subfunções, como por exemplo, educação e cultura, saúde, administração geral etc. Neste artigo utilizaremos a classificação por categorias, analisando as unidades orçamentárias.

---

[7] CORAGGIO, José Luis. *Proposta do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?* In: De TOMMASI, Lívia. HADDAD, Sérgio. WARDE, Mirian Jorge. *O Banco mundial e as políticas educacionais.* São Paulo: Cortez. 2003.

[8] PINTO, Marcio Percival Alves.CAVALCANTI Carlos Eduardo G. e CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Crise e "ajuste" das Finanças do Estado de São Paulo (1980-2005). In ALVES PINTO e BIASOTTO JR. (org.). *Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p 467.

[9] GIACOMONI, James. *Orçamento Público.* São Paulo: Editora Atlas, 13ª edição, 2006. p.38.

[10] Para informações sobre os recursos de financiamentos educacionais ver: FARENZENA, Nalú. *A política de Financiamento da Educação Básica: rumos da legislação brasileira.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. DUARTE, Marisa R. T. *Recursos públicos para as escolas públicas: as políticas de financiamento da Educação Básica no Brasil e a regulamentação do sistema educacional federativo.* BH: RHJ / FE da UFMG, 2010.

Foram utilizadas informações dos "Balanços Gerais do Estado de São Paulo" em vários volumes, pesquisados na Biblioteca da Secretaria da Fazenda. Para se trabalhar com séries estatisticamente verificáveis foi necessário utilizar os dados da seção das "despesas consolidadas às unidades orçamentárias", sendo utilizada a medida de porcentagem sobre a despesa total nominal, permitindo medir a importância concedida às unidades específicas. Neste sentido, a porcentagem pode desvelar informações importantes, como afirma Castro:

> O dimensionamento do gasto mostra o dispêndio de recursos orçamentários e financeiros entre os diversos setores de atuação governamental, e quando comparado ao gasto público total, permite medir a importância dada a cada área social e indicar a direção da ação estatal, bem como os ajustes realizados no conjunto da política social, quando detalhadas por áreas.[11]

Assim, é possível identificar a proporcionalidade de recursos alocados em cada subprograma, revelando também a intencionalidade da política educacional dos referidos governos – Orestes Quércia (1987-1990) e Antonio Fleury Filho (1991-1994). Os anos de 1986 e 1995 foram incluídos na série estatística analisada para o período pelo fato de que os orçamentos são aprovados no ano subseqüente, geralmente até 15 de abril, portanto o ano de 1986 tem preponderância no ano de 1987 e assim por diante.

2. **A proporcionalidade das despesas da Secretaria da Educação às Unidades Orçamentárias**

As unidades orçamentárias são as subsecretarias responsáveis diretamente pela ação deliberada pela Secretaria da Educação estabelecida no seu campo estrutural, funcional e com atribuições específicas conforme o Decreto Estadual nº 7.510 de 29/01/1976[12]. A princípio será demonstrada a relação percentual entre todas as unidades orçamentárias e adiante a mensuração comparativa. Antes da apresentação dos dados quantitativos de cada unidade há uma síntese[13] sobre suas atribuições e logo em seguida uma interpretação dos dados.

Vejamos os dados gerais:

---

[11] CASTRO, Jorge Abrahão de (coord.), et tal. *Gastos Social Federal em uma Dimensão Macroeconômica: 1995-2001.* In ALVES PINTO e BIASOTTO JR. (org.). *Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p. 137.

[12] É importante observar que há significativas mudanças ao longo do tempo em relação às atribuições sobre as subsecretarias, contudo o decreto de 1979 contempla o período estudado.

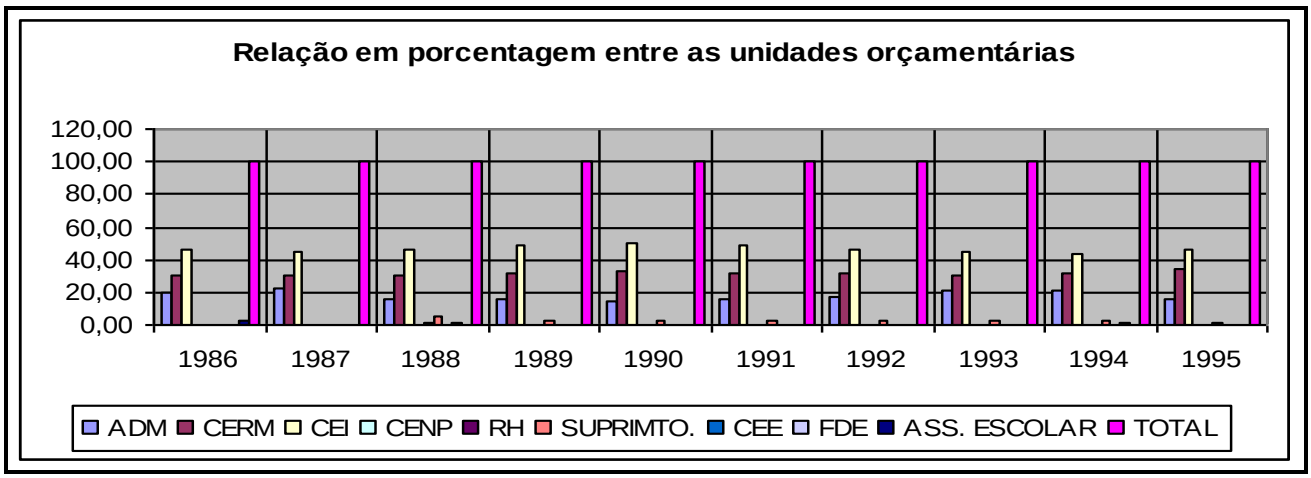
[13] As informações definidas neste artigo são uma síntese das competências de cada unidade conforme as especificidades na lei. Apud: SILVA, Edival Freitas da. *Perfil da administração pública paulista.* 8ª edição, São Paulo: FUNDAP, 2003.

Quadro 1 – Relação do percentual entre as unidades orçamentárias relativas ao total nominal das despesas da Secretaria da Educação – 1986-1995.

Despesas da Unidade Orçamentária da Secretaria da Educação por Categoria de Programação Relação entre as unidades orçamentárias por porcentagem relativa ao gasto total da S. E.										
Ano	ADM.	CERM	CEI	CENP	RH	Suprimto.	CEE	FDE	Ass. Escolar	Soma
1986	20,18	30,45	46,81	0,11	0,40	0,00	0,06	0,01	1,98	100,00
1987	22,47	30,28	45,34	0,55	0,39	0,63	0,06	0,01	0,55	100,00
1988	16,22	29,95	46,71	0,42	0,68	5,13	0,07	0,89		100,00
1989	15,70	31,94	48,60	0,20	0,37	2,82	0,05	0,52		100,00
1990	14,03	32,47	50,02	0,23	0,27	2,71	0,05	0,22		100,00
1991	16,04	31,74	49,27	0,28	0,34	2,22	0,04	0,07		100,00
1992	17,41	31,73	46,81	0,24	0,24	3,26	0,03	0,28		100,00
1993	20,70	30,38	45,24	0,22	0,21	2,95	0,03	0,42		100,00
1994	21,13	31,23	43,16	0,25	0,19	3,26	0,03	0,87		100,00
1995	15,78	34,88	46,62	0,09	0,10	1,95	0,03	0,56		100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

Gráfico 1 – Relação do percentual entre as unidades orçamentárias relativas ao total nominal das despesas da Secretaria da Educação – 1986-1995.



Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

ADM: Administração e Sede; CERM: Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana; CEI: Coordenadoria de Ensino do Interior; CENP: Coordenadoria de Estudos de Normas Pedagógicas; RH: Departamento de Recursos Humanos; SUPRIMTO.: Departamento de Suprimento Escolar; CEE: Conselho Estadual de Educação; FDE: Fundo de Desenvolvimento da Educação. ASS. ESCOLAR: Departamento de Assistência Escolar (A variável Departamento de Assistência Escolar aparece apenas nos anos de 1986 e 1987, portanto não serão contempladas nas análises individuais).

A apresentação dos dados, relacionando as unidades orçamentárias do período em questão, revela a significativa importância de três subsecretarias: a Administração e Sede; Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana e Coordenadoria de Ensino do Interior. Juntas representam uma

média total de 93,60% dos gastos da Secretaria da Educação no período. No entanto, todas as unidades orçamentárias, tomadas como variáveis, possuem características de variações diferentes. Para que possamos analisar as relações entre elas dividiremos em dois grupos: *unidades centrais* e *unidades marginais*[14].

3. Unidades Centrais

3.1. Administração e Sede: Gabinete do Secretário, Assessoria de Planejamento e Controle Educacional

Atribuições: responder pelo expediente da Secretaria da Educação; exercer a coordenação do relacionamento entre a Secretaria de Educação e os demais órgãos da pasta e as subsecretarias e entidades descentralizadas; acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos; planejar e orientar toda a equipe técnica administrativa.

A variação média do período foi de 18% das despesas totais da Secretaria da Educação alocadas na Administração e Sede com um pico de 22,47 % em 1987 no valor 874,21 milhões de reais constantes no início da gestão do governo Quércia e por 14,03% (o valor percentual mais baixo representado) em 1990 em 726,63[15] milhões de reais constantes no último ano da referida gestão. Em relação ao período de governo, temos uma média de 17,10 % na administração Quércia e 18,82 % na administração Fleury. Conforme demonstra o quadro abaixo:

[14] Tal classificação não obedece a nenhuma epistemologia determinada. A divisão se deu devido à quantidade de verbas destinadas às secretarias que, de certa forma, criam posições centrais e marginais.
[15] Todos os valores em milhões são corridos por meio do deflator implícito da RDB relativos aos valores constante de 1999 conforme explicitado no "Quadro 2".

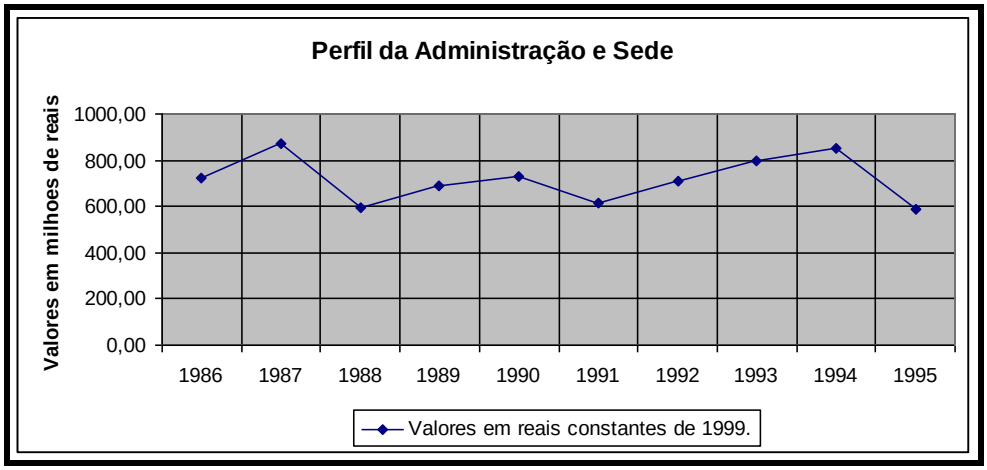
Quadro 2[16] – Valores de despesas da unidade orçamentária relativa ao total nominal das despesas da Secretaria da Educação à Administração e Sede - 1986-1995. Os valores corrigidos estão em milhões de reais constantes de 1999. O índice de correção utilizado para correção: deflator implícito da RDB (Renda Disponível Bruta).

Administração Superior e Sede

Despesas da Unidade Orçamentária da Secretaria da Educação por Categoria de Programação Administração Superior da Secretária e Sede					
Ano	Total nominal enviado a Secretaria de Administração e Sede	Deflator implícito da RDB	Total corrigido enviado a Secretaria de Administração e Sede	Total corrigido das despesas da Secretaria da Educação	% da Secretaria de Administração e Sede sobre o total da Secretaria da Educação
1986	3314000000,00	4,60	720,43	3572,61	20,16
1987	11627000000,00	13,30	874,21	3889,70	22,47
1988	55581000000,00	93,05	597,32	3682,58	16,22
1989	931197000,00	1,35	689,78	4390,98	15,70
1990	25701000000,00	35,37	726,63	5178,50	14,03
1991	118479000000,00	192,91	614,17	3826,78	16,04
1992	1436860300000,00	2020,30	711,21	4083,15	17,41
1993	35643000000,00	44,65	798,28	3855,73	20,70
1994	322300000,00	0,38	848,16	4012,63	21,13
1995	432149000,00	0,73	589,56	4727,15	12,4

Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

Gráfico 2 – Perfil das despesas da Secretaria da Educação enviada à Secretaria e Sede.



3.2.Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana

Atribuições: implementar o Plano de Educação proposto pela Secretaria da Educação; coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de ensino nos diferentes níveis administrativo do

[16] Para demonstrar os caminhos utilizados para definir os valores corrigidos, neste "Quadro 2" o valor do deflator da Renda Disponível Bruta (RDB) é apresentado juntamente com os valores nominais da Secretaria de Administração e Sede. Nos próximos quadros de dados os valores apresentados serão os valores corrigidos em milhões de reais.

sistema; supervisionar; atualização do pessoal docente; diagnosticar permanentemente as necessidades e fornecer subsídio para o planejamento dos recursos humanos, materiais e financeiros para o sistema escolar; colaborar na determinação das especificações relativas à construção, ao equipamento e ao mobiliário das escolas do sistema escolar.

A variação média é de 27,73% das despesas totais da Secretaria da Educação alocadas na Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana. O valor de maior despesa foi de 32,48 % em 1990, equivalente a 1681,70 milhões de reais constantes e o valor mais baixo 29,95% em 1988 que equivale a 1103,08 milhões de reais constantes. Em relação aos governos temos uma média de 31,10% para o governo Quércia e 31,27% no período de Fleury. Segundo o quadro abaixo:

Quadro 3 – Valores de despesas da unidade orçamentária relativa ao total corrigido das despesas da Secretaria da Educação à Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana - 1986-1995. Os valores corrigidos estão em milhões de reais constantes de 1999. O índice de correção utilizado para correção: deflator implícito da RDB (Renda Disponível Bruta).

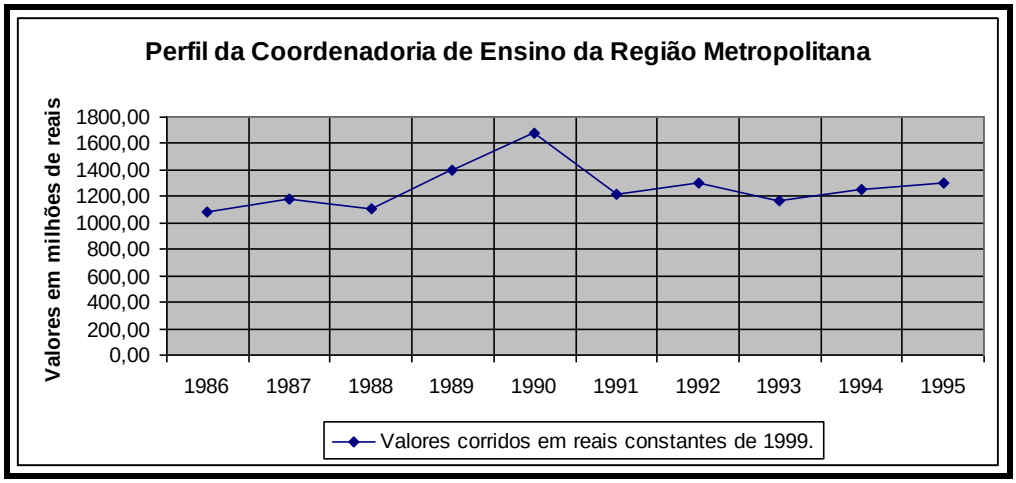
Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana

Despesas da Unidade Orçamentária Secretaria da Educação por Categoria de Programação
Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana

Ano	Total corrigido enviado à Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana	Total corrigido das despesas da Secretaria da Educação	% da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana sobre o total da Secretaria da Educação
1986	1087,61	3572,61	30,44
1987	1178,05	3889,70	30,28
1988	1103,08	3682,58	29,95
1989	1393,57	4390,98	31,74
1990	1681,70	5178,50	32,47
1991	1214,69	3826,78	31,74
1992	1295,71	4083,15	31,73
1993	1171,64	3855,73	30,39
1994	1253,16	4012,63	31,23
1995	1302,84	4727,15	34,89

Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

Gráfico 3 – Perfil das despesas da Secretaria da Educação enviada à Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana.



2.3. Coordenadoria de Ensino do Interior

Atribuições: As mesmas atribuições da Secretaria de Ensino da Região Metropolitana, contudo suas ações estão voltadas para as escolas do interior do Estado de São Paulo.

A média do período é de 47,90 % das despesas totais da Secretaria da Educação alocadas na Coordenadoria de Ensino do Interior. O valor de maior despesa foi de 2590,79 milhões de reais constantes no percentual de 50,02% em 1990 e o valor mais baixo em 1994 foi de R$ 1732,11 milhões de reais constantes, representando 43,16% da despesa total. Em relação aos governos temos uma média de 47,71% no governo Quércia e 46,12% no período Fleury. Conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 4 - Valores de despesas da unidade orçamentária relativa ao total corrigidos das despesas da Secretaria da Educação enviados à Coordenadoria de Ensino do Interior - 1986-1995. Os valores corrigidos estão em milhões de reais constantes de 1999. O índice de correção utilizado para correção: deflator implícito da RDB (Renda Disponível Bruta).

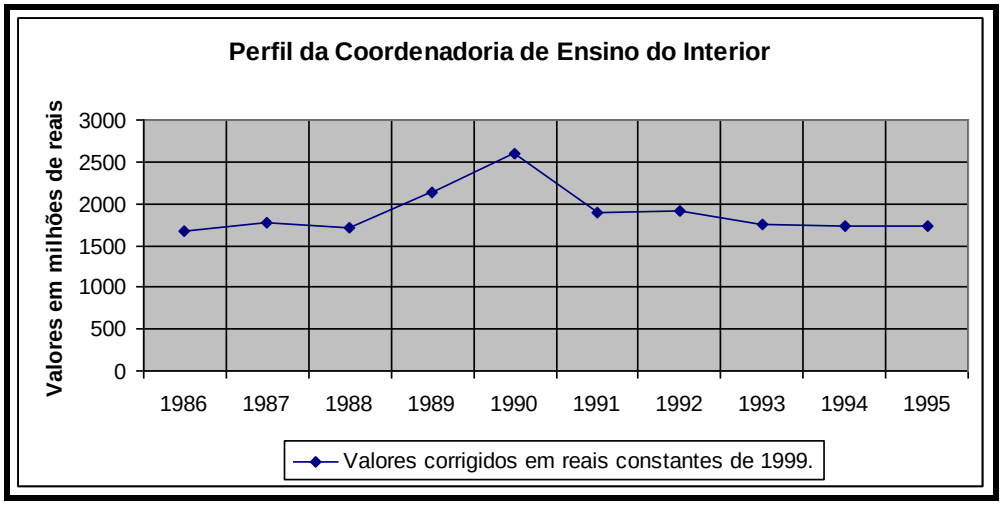
Coordenadoria de Ensino do Interior

Despesas da Unidade Orçamentária Secretaria da Educação por Categoria de Programação
Coordenadoria de Ensino do Interior

Ano	Total corrigido enviado à Coordenadoria de Ensino do Interior	Total corrigido das despesas da Secretaria da Educação	% da Coordenadoria de Ensino do Interior sobre o total da Secretaria da Educação
1986	1672,39	3572,61	46,81
1987	1770,30	3889,70	45,51
1988	1720,36	3682,58	46,71
1989	2134,18	4390,98	48,60
1990	2590,79	5178,50	50,02
1991	1885,63	3826,78	49,27
1992	1911,63	4083,15	46,82
1993	1744,52	3855,73	45,24
1994	1732,11	4012,63	43,16
1995	1740,96	4727,15	36,82

Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

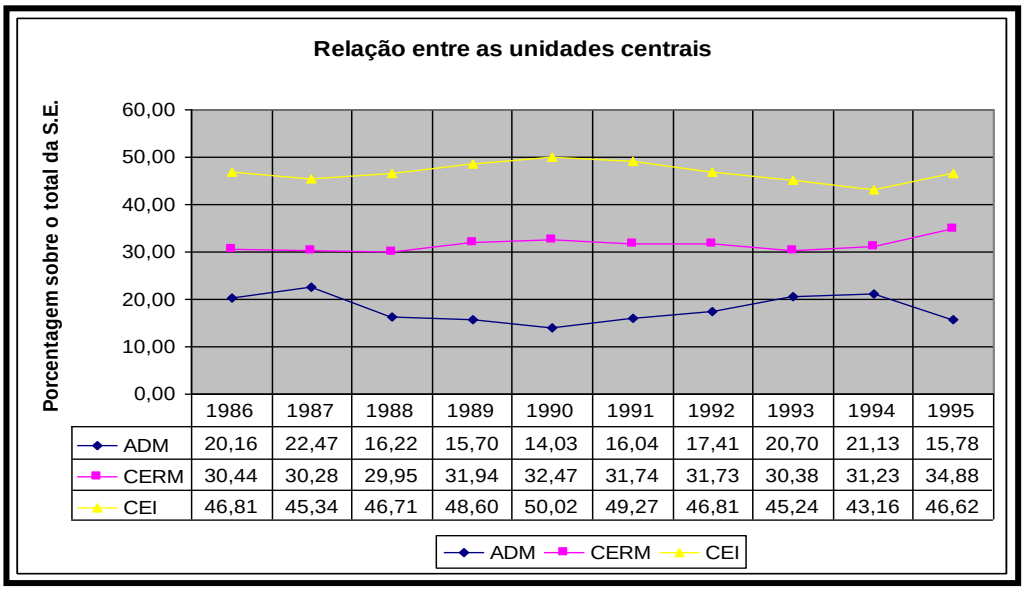
Gráfico 4 – Perfil das despesas da Secretaria da Educação enviada à Coordenadoria de Ensino do Interior.



3.4. Análise conjunta das unidades centrais.

Para analisar as *unidades centrais* de forma conjunta utilizaremos gráficos que demonstram o percentual das despesas destinadas a cada unidade. Vejamos o quadro abaixo:

Gráfico 4 – Valores em percentuais das despesas da unidade orçamentária – *unidades centrais* – relativa ao total das despesas da Secretaria da Educação (1986-1995)



	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
ADM	20,16	22,47	16,22	15,70	14,03	16,04	17,41	20,70	21,13	15,78
CERM	30,44	30,28	29,95	31,94	32,47	31,74	31,73	30,38	31,23	34,88
CEI	46,81	45,34	46,71	48,60	50,02	49,27	46,81	45,24	43,16	46,62

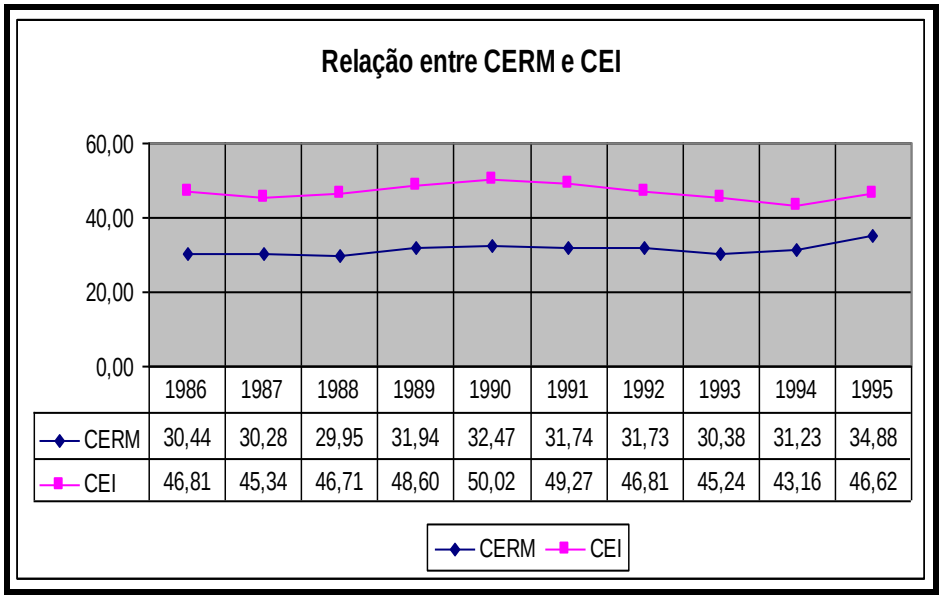
Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

ADM: Administração e Sede; CERM: Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana; CEI: Coordenadoria de Ensino do Interior.

O gráfico 4 demonstra um período conjuntural de 1987-1993, cuja relação se estabelece por uma queda em 1990 de 14,03% na unidade da Secretaria e Sede e um crescimento significativo tanto na Coordenadoria do Interior de 50,02 % o maior do período, quanto na Coordenadoria da Região Metropolitana de 32,47%. Pode-se concluir por meio da análise conjuntural deste gráfico, levando em consideração a variação conjunta de ambas as variáveis, que a diminuição da despesa da Administração e Sede aumentou o percentual enviado às duas Coordenadorias. E, ambas Coordenadorias, de fato, tiveram um aumento significativo no período conjuntural estudado, seguindo a lógica de aumento dos gastos públicos no período.

Outra percepção possível na análise conjunta entre as *unidades centrais* para o período é a diferença de despesas entre a Coordenadoria da Região Metropolitana e Coordenadoria do Interior:

Gráfico 5 – Valores em percentuais de despesas da unidade orçamentária – *CERM e CEI* – relativa ao total das despesas da Secretaria da Educação (1986-1995).

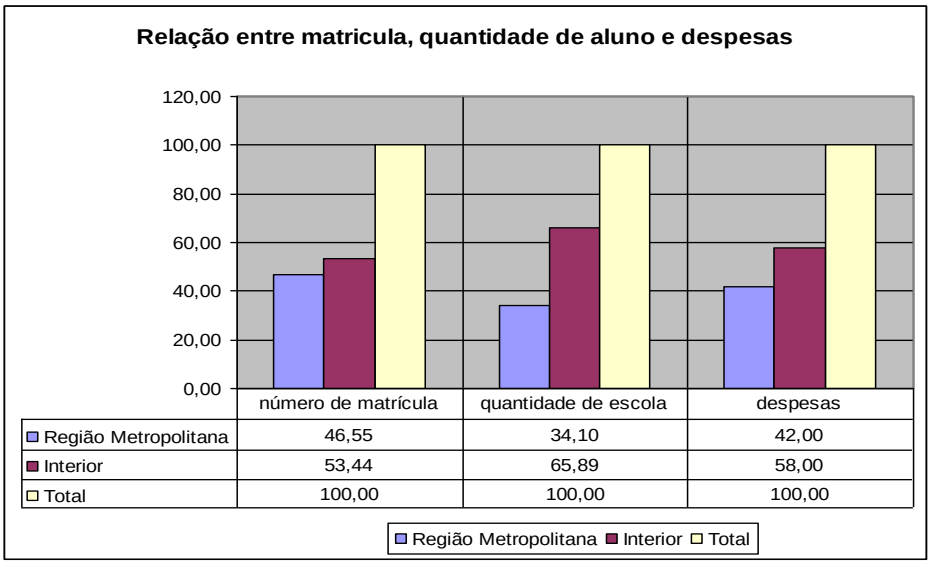


	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
CERM	30,44	30,28	29,95	31,94	32,47	31,74	31,73	30,38	31,23	34,88
CEI	46,81	45,34	46,71	48,60	50,02	49,27	46,81	45,24	43,16	46,62

Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.
CERM: Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana; CEI: Coordenadoria de Ensino do Interior.

Enquanto a média do período para a Coordenadoria do Interior é de 47,90% a da Coordenadoria da Região Metropolitana é de 31,79% relativo às despesas totais nominais da Secretaria da Educação. A diferença relativa de maior quantidade de verba pública destinada ao interior torna-se mais perceptível quando comparamos a relação da quantidade de escola e alunos. Atentemos a um exemplo do ano de 1994:

Gráfico 6 – Relação entre matricula, quantidade de aluno e despesas da Região Metropolitana e Interior, levando em consideração as categorias de Ensino Fundamental e Médio para o ano de 1994. As despesas representam os valores percentuais relativos a despesas da Secretaria da Educação destinada às determinadas unidades orçamentárias.



	número de matrícula	quantidade de escola	despesas
Região Metropolitana	46,55	34,10	42,00
Interior	53,44	65,89	58,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação SEADE-SP. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo.

.

O gráfico acima demonstra que o número de matrículas da Região Metropolitana correspondia a 3.011.890 alunos relativo a 46,55 % das matrículas de todo o Estado de São Paulo que chegava a 6.469.401 alunos em 1994. Contudo, as despesas enviadas a esta Coordenadoria ficaram apenas no percentual de 42%. Demonstrando um déficit de percentual relativo a 4,55%. Tratando da relação entre as *unidades centrais* tal percentual de perda foi destinado ao Interior que possuía 3.457.160 alunos representando 53,44% da oferta de matrícula. Ou seja, sendo o percentual de despesa 58% para atender a 53,44% da oferta de matricula, existiu, portanto uma relação comparativa de ganho de 4,66% das despesas totais da Secretaria da Educação para 1994 ao Interior. Equacionado os dados temos uma diferença de 20,31% a mais de investimento da receita na Coordenadoria do Interior, conforme calculo abaixo:

RM= 42 / 3011,890 = 0,0139447

RI = 58 /3457,160 = 0,0167767

Portanto: RI / RM = 1,2030879

Percentualmente: RI = 120,31 e RM =100

Diferença: 20,31%

Todavia, a relação de maior desigualdade se dá na comparação do número de escolas. A Coordenadoria da Região Metropolitana encontrava-se com 2.316 escolas de Ensino Fundamental e Médio, representando 34,10% do total para o ano que era de 6.790 escolas. Deste total o Interior detinha 65,89 % com 4.474 escolas. Dividindo o número de escolas por alunos temos, portanto uma média de 772 alunos por escola no interior e 1.300 por escola para a região metropolitana.

Este estudo não dará conta de mensurar os outros anos da série nem como se deu esta distribuição de alunos por cada escola, reconhecendo inclusive que a distribuição escolar é determinada pela questão geográfica de cada região específica. Porém, o que se pretende é demonstrar através de dados empíricos o direcionamento das políticas públicas educacionais através das unidades orçamentárias. E, neste caso, comparando as duas unidades orçamentárias em questão, no período uma oferta menor que a demanda de verbas públicas destinada à Coordenadoria da Região Metropolitana. Outra questão é que no caso das verbas destinadas a esta Coordenadoria comparada com a do Interior, o ano analisado de 1994 é o que mais se aproxima em relação a quantidade de despesas (ver Gráfico 5). Ou seja, nos anos anteriores a disparidade analisada entre as duas Coordenadorias é ainda maior. Então, com base nos dados empíricos analisados podemos afirmar que as despesas com educação, sobretudo a porcentagem de escolas, à região metropolitana quando comparada ao interior, não obedeceu à lógica de "aumento significativo da oferta de serviços públicos e de equipamento sociais" no período entre 1986 e 1990 como afirma as análises de Márcio Percival Pinto[17].

4. Unidades Marginais

4.1.Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

Atribuições: formular diretrizes para a elaboração, execução, coordenação, controle e avaliação do plano escolar; desenvolver estudos e elaborar modelos de referência de primeiro e segundo grau, bem como o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de materiais didáticos de novas metodologias de ensino e de supervisão; elaborar normas de funcionamento e supervisionar as unidades escolares que tenham por objetivo a experimentação pedagógica e o desenvolvimento de novas metodologias de ensino; desenvolver estudos para a fixação de diretrizes das atividades relacionadas à orientação

[17]PINTO, Marcio Percival Alves.CAVALCANTI Carlos Eduardo G. e CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Crise e "ajuste" das Finanças do Estado de São Paulo (1980-2005). In ALVES PINTO e BIASOTTO JR. (org.). *Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p 467.

educacional nas unidades de ensino; diagnosticar juntamente com o departamento de recursos humanos e as Coordenadorias a necessidade de aperfeiçoamento e atualização do corpo docente.

A variação média é de 0,23% das despesas totais da Secretaria da Educação alocadas na Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. O valor de maior despesa foi de R$ 15,35 milhões, 0,41% do total para 1988 e o valor mais baixo R$ 2,16 milhões, o que representa 0,05% em 1987. No governo Quércia a média é de 0,22% e no governo Fleury de 0,24%. Conforme quadro abaixo:

Quadro 5 - Valores de despesas da unidade orçamentária relativa ao total das despesas da Secretaria da Educação à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - 1986-1995. Os valores corrigidos estão em milhões de reais constantes de 1999. O índice de correção utilizado para correção: deflator implícito da RDB (Renda Disponível Bruta).

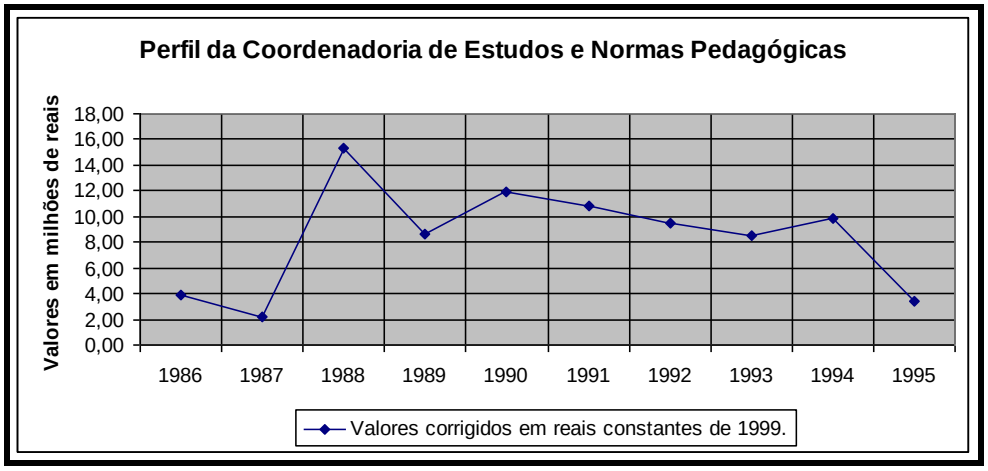
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

Despesas da Unidade Orçamentária Secretaria da Educação por Categoria de Programação
Coordenadoria de Estudos de Normas Pedagógicas

Ano	Total corrigido enviado à Coordenadoria de Estudos de Normas Pedagógicas	Total corrigido das despesas da Secretaria da Educação	% da Coordenadoria de Estudos de Normas Pedagógicas sobre o total da Secretaria da Educação
1986	3,91	3572,61	0,10
1987	2,15	3889,70	0,05
1988	15,35	3682,58	0,41
1989	8,62	4390,98	0,19
1990	11,93	5178,50	0,23
1991	10,79	3826,78	0,28
1992	9,46	4083,15	0,23
1993	8,55	3855,73	0,22
1994	9,86	4012,63	0,24
1995	3,43	4727,15	0,07

Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

Gráfico 7 – Perfil das despesas da Secretaria da Educação enviada à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas.



4.2. Departamento de Recursos Humanos.

Atribuições: Assistir as autoridades da Secretaria da Educação nos assuntos relacionados com o Sistema de Administração de Pessoal; planejar e executar as políticas e normas do órgão central deste Sistema; coordenar, prestar orientação técnica, controlar e quando for o caso, executar, em consonância com a Secretaria da Educação as atividades de administração de pessoal civil da Secretaria, inclusive dos estagiários e do pessoal contratado para prestação de serviços; manter a Secretaria permanentemente informada sobre a situação dos recursos humanos.

A variação média é de 0,31% das despesas totais da Secretaria da Educação alocadas no Departamento de Recursos Humanos. O valor de maior despesa foi de 22,41 milhões de reais constantes, 0,60% do percentual total das despesas da Secretaria da Educação para 1988 e o valor mais baixo representado por 0,10%, com 3,88 milhões de reais constantes em 1995. Para o governo Quércia temos uma média de 0,40% e para o governo Fleury 0,24%. Conforme demonstra o quadro abaixo:

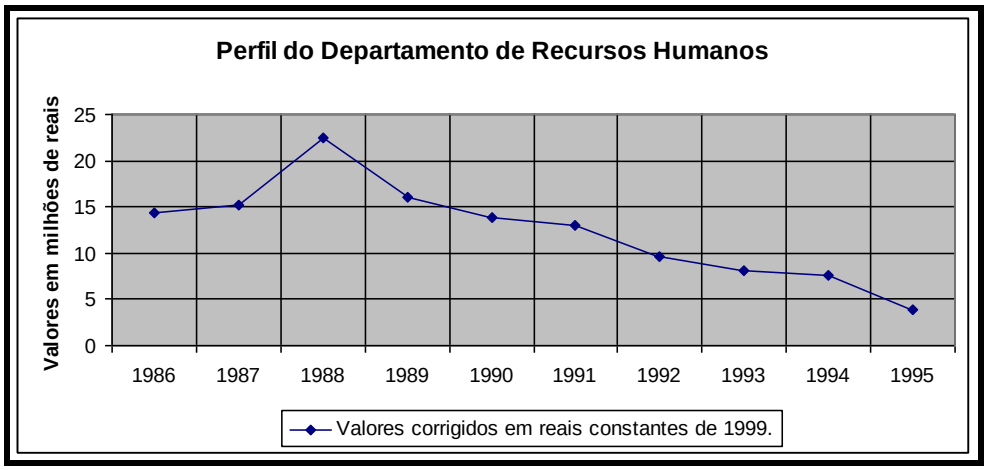
Quadro 6 - Valores de despesas da unidade orçamentária relativa ao total das despesas da Secretaria da Educação ao Departamento de Recursos Humanos - 1986-1995. Os valores corrigidos estão em milhões de reais constantes de 1999. O índice de correção utilizado para correção: deflator implícito da RDB (Renda Disponível Bruta).

Departamento de Recursos Humanos

Despesas da Unidade Orçamentária Secretaria da Educação por Categoria de Programação Departamento de Recursos Humanos			
Ano	Total corrigido enviado ao Departamento de Recursos Humanos	Total corrigido das despesas da Secretaria da Educação	% do Departamento de Recursos Humanos sobre o total da Secretaria da Educação
1986	14,37	3572,61	0,40
1987	15,21	3889,70	0,39
1988	22,42	3682,58	0,61
1989	16,08	4390,98	0,36
1990	13,82	5178,50	0,26
1991	13,08	3826,78	0,34
1992	9,60	4083,15	0,23
1993	8,11	3855,73	0,21
1994	7,61	4012,63	0,19
1995	3,88	4727,15	0,08

Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

Gráfico 8 – Perfil das despesas da Secretaria da Educação enviada ao Departamento de Recursos Humanos



4.3. Departamento de Suprimento Escolar

Atribuições: planejar, organizar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar os serviços de merenda escolar, visando assegurar aos alunos condições nutricionais que propiciem eficiência escolar e a distribuição de equipamento e materiais escolares permanentes, visando a equipar as unidades escolares dentro de normas que garantam a eficiência escolar; promover convênios com prefeituras municipais e entidades privadas, objetivando a realização de atividades relacionadas com a área de atuação do Departamento.

A variação média é de 2,76% das despesas totais da Secretaria da Educação alocadas no Departamento de Suprimento Escolar. O valor de maior despesa foi 188,73 milhões de reais constantes com um percentual de 5,12 % para 1988 e o percentual mais baixo representado por 1,94% das despesas totais da Secretaria da Educação em 1995 no valor de 72,63 milhões de reais constantes. O governo Quércia destinou a média de 2,81% em relação ao total de gastos e o governo Fleury a média de 2,95% do total das despesas da Secretaria da Educação. Como segue o quadro:

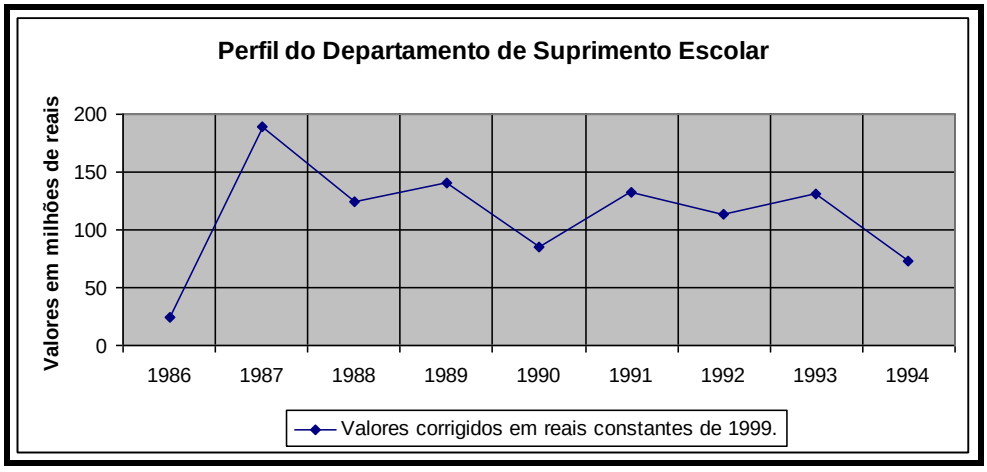
Quadro 7 - Valores de despesas da unidade orçamentária relativa ao total das despesas da Secretaria da Educação ao Departamento de Suprimento Escolar - 1986-1995. Os valores corrigidos estão em milhões de reais constantes de 1999. O índice de correção utilizado para correção: deflator implícito da RDB (Renda Disponível Bruta).

Departamento de Suprimento Escolar

Despesas da Unidade Orçamentária Secretaria da Educação por Categoria de Programação Departamento de Suprimento Escolar			
Ano	Total corrigido enviado ao Departamento de Suprimento Escolar	Total corrigido das despesas da Secretaria da Educação	% do Departamento de Suprimento Escolar sobre o total da Secretaria da Educação
1986	A variável não aparece no Balanço de 1986	3572,61	0
1987	24,31097744	3889,70	0,62
1988	188,737238	3682,58	5,12
1989	123,8185185	4390,98	2,81
1990	140,1251343	5178,50	2,70
1991	84,95671557	3826,78	2,22
1992	132,9305549	4083,15	3,25
1993	113,7245241	3855,73	2,94
1994	130,7894737	4012,63	3,25
1995	72,64392906	4727,15	1,53

Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

Gráfico 9 – Perfil das despesas da Secretaria da Educação enviada ao Departamento de Suprimento Escolar



4.4. Conselho Estadual de Educação

Atribuições: formular os objetivos e traçar normas para a organização do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo; elaborar e manter atualizado o Plano Estadual de Educação com aprovação do governador; fixar critérios de emprego dos recursos destinados à educação, provenientes do Estado, da União, dos municípios ou de outra fonte, assegurando-lhes aplicação harmônica, bem como se pronunciar sobre convênios e ações interadministrativas; fixar, autorizar e fiscalizar as normas de

funcionamento, estabelecimento e manutenção do Ensino público; fixar normas de admissão de docentes; fixar normas de aprendizagem.

A variação média é de 0,04% das despesas totais da Secretaria da Educação alocadas no Conselho Estadual de Educação. O percentual de maior despesa foi de 0,06% em 1988 no valor de R$ 2,43 milhões e o valor mais baixo é de R$ 946 mil, representando por % 0,02 do total de despesas da Secretaria da Educação em 1995. A média de despesas sobre os o total de gastos do governo Quércia foi de 0,05% e do governo Fleury foi de 0,02%. Conforme o quadro abaixo:

Quadro 8 - Valores de despesas da unidade orçamentária relativa ao total das despesas da Secretaria da Educação ao Conselho Estadual de Educação - 1986-1995. Os valores corrigidos estão em milhões de reais constantes de 1999. O índice de correção utilizado para correção: deflator implícito da RDB (Renda Disponível Bruta).

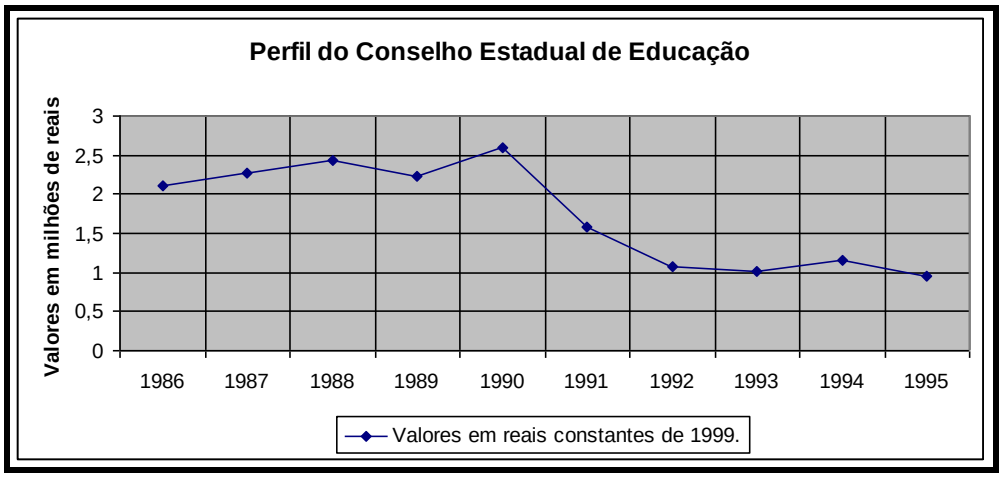
Conselho Estadual de Educação

Despesas da Unidade Orçamentária Secretaria da Educação por Categoria de Programação
Conselho Estadual de Educação

Ano	Total corrigido enviados ao Conselho Estadual de Educação	Total corrigido das despesas da Secretaria da Educação	% do Conselho Estadual de Educação sobre o total da Secretaria da Educação
1986	2,10	3572,61	0,05
1987	2,26	3889,70	0,05
1988	2,43	3682,58	0,06
1989	2,22	4390,98	0,05
1990	2,59	5178,50	0,05
1991	1,58	3826,78	0,04
1992	1,08	4083,15	0,02
1993	1,00	3855,73	0,02
1994	1,16	4012,63	0,02
1995	0,94	4727,15	0,02

Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

Gráfico 9 – Perfil das despesas da Secretaria da Educação enviada ao Conselho Estadual de Educação.



4.5. Entidades Supervisionadas - FDE

Atribuições: atender aos encargos resultantes do desenvolvimento das atividades necessárias ao adequado suprimento de recursos destinado à educação no Estado, a saber: planejamento, projeto, construção, reforma e ampliação dos prédios de ensino público, bem como seu mobiliário e equipamento; melhoria das condições socioeconômicas e escolares dos alunos carentes, mediante o fornecimento de merenda escolar, livros didáticos e material escolar, assim como desenvolvimento de estudos, projetos e atividades destinadas à obtenção dessa melhoria; transporte de alunos; subvenção a escolas sem fins lucrativos que proporcionem ensino gratuito em parte ou na sua totalidade e despesas decorrentes de convenio com o FDE; treinamento de recursos humanos, projetos de melhorias do processo ensino-aprendizagem e despesas decorrente, resultantes de convênio com o Ministério da Educação.

A variação média é de 0,38% das despesas totais da Secretaria da Educação alocadas no Conselho Estadual de Educação. O valor de maior despesa foi em 1988 de 32,84 milhões de reais constantes, 0,89% do total de despesas e o valor mais baixo representado pelo percentual de 0,01% do total de despesas da Secretaria da Educação no valor de 0,409 milhões de reais constantes em 1986. O governo Quércia obteve uma média de 0,40 % e o governo Fleury de 0,39%:

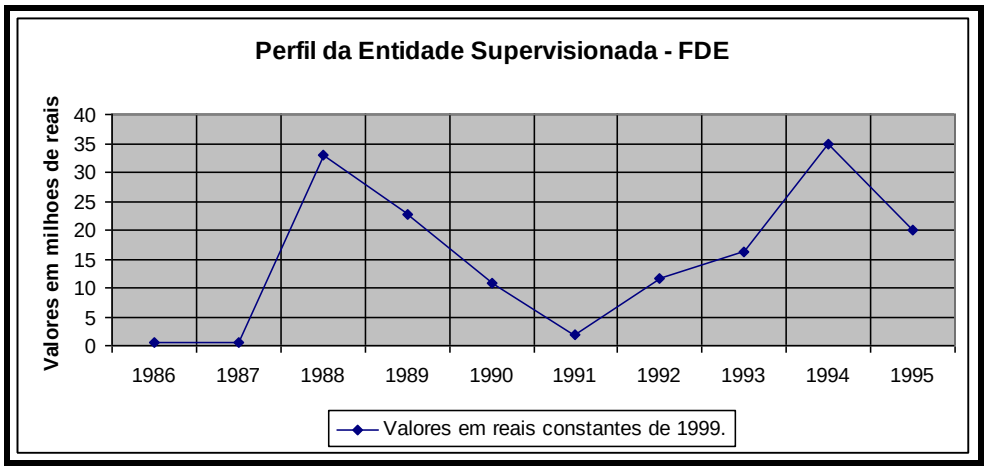
Quadro 9 - Valores de despesas da unidade orçamentária relativa ao total das despesas da Secretaria da Educação à Entidades Supervisionadas – FDE - 1986-1995. Os valores corrigidos estão em milhões de reais constantes de 1999. O índice de correção utilizado para correção: deflator implícito da RDB (Renda Disponível Bruta).

Entidades Supervisionadas - FDE

Despesas da Unidade Orçamentária Secretaria da Educação por Categoria de Programação Entidades Supervisionadas – FDE			
Ano	Total corrigido enviado à Entidade Supervisionada - FDE	Total corrigido das despesas da Secretaria da Educação	% da Entidade Supervisionada- FDE sobre o total da Secretaria da Educação
1986	0,41	3572,61	0,01
1987	0,52	3889,70	0,01
1988	32,84	3682,58	0,89
1989	22,62	4390,98	0,51
1990	10,90	5178,50	0,21
1991	1,87	3826,78	0,04
1992	11,52	4083,15	0,28
1993	16,17	3855,73	0,42
1994	34,81	4012,63	0,86
1995	19,92	4727,15	0,42

Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

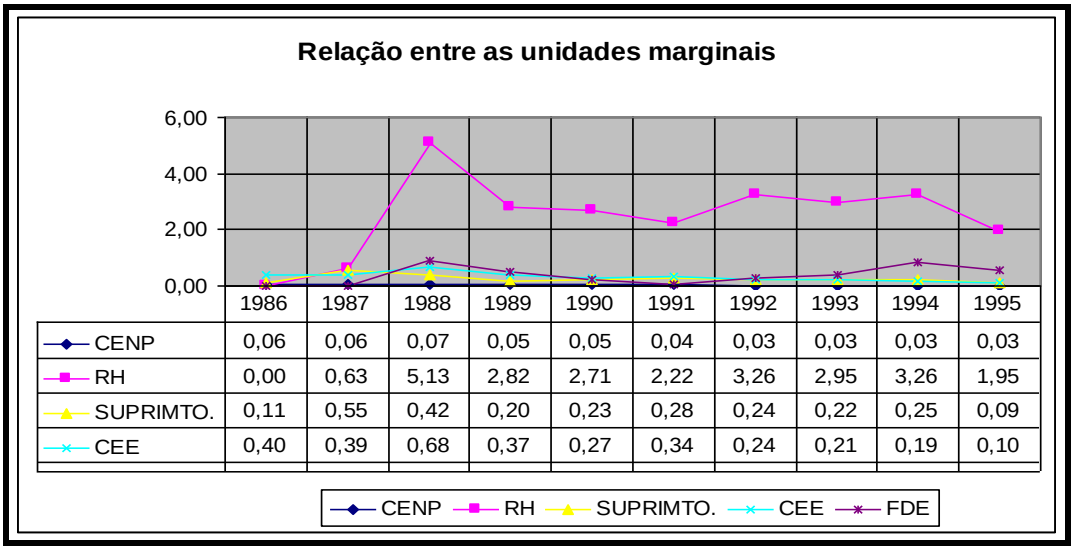
Gráfico 10 – Perfil das despesas da Secretaria da Educação enviada à Entidades Supervisionada - FDE.



4.6. Análise conjunta das unidades marginais

Para analisar as *unidades marginais* de forma conjunta utilizaremos um gráfico que demonstra o percentual das despesas destinadas a cada unidade. Vejamos o gráfico:

Gráfico 11 – Valores em percentuais de despesas da unidade orçamentária – *unidades marginais* – relativa ao total nominal das despesas da Secretaria da Educação.



	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
CENP	0,06	0,06	0,07	0,05	0,05	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03
RH	0,00	0,63	5,13	2,82	2,71	2,22	3,26	2,95	3,26	1,95
SUPRIMTO.	0,11	0,55	0,42	0,20	0,23	0,28	0,24	0,22	0,25	0,09
CEE	0,40	0,39	0,68	0,37	0,27	0,34	0,24	0,21	0,19	0,10

Fonte: Balanço Geral do Estado de São Paulo – Biblioteca da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, vários anos.

CENP: Coordenadoria de Normas Pedagógicas; RH: Departamento de Recursos Humanos; SUPREMTO.: Departamento de Suprimento Escolar; CEE: Conselho Estadual de Educação; FDE: Entidades Supervisionada – Fundo de Desenvolvimento da Educação.

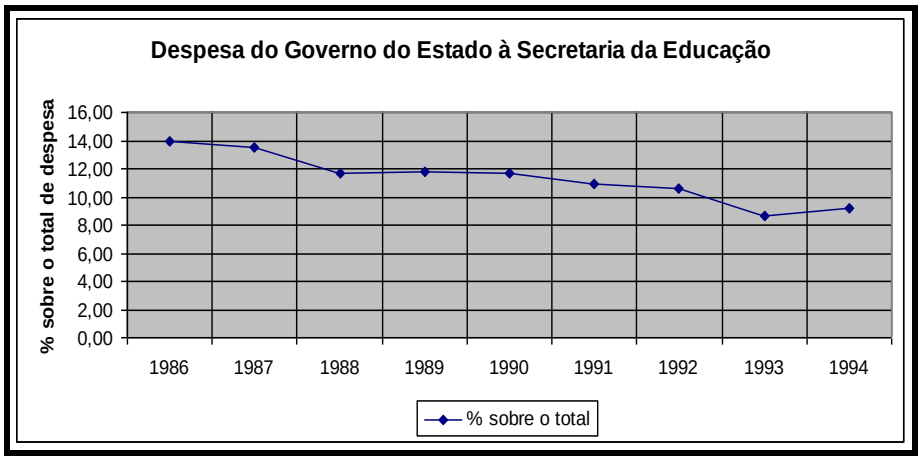
É possível verificar por meio da análise do gráfico 11 que o período conjuntural de 1988 - 1994 se mantém comparado com a análise das *unidades centrais* (ver gráfico 4). Contudo, os dados

apresentam um declínio relativo de todas as variáveis para o período. A peculiaridade se dá ao Departamento de Recursos Humanos que tem um aumento exponencial em 1988 de 5,13% e segue na média de 2,5% com uma leve oscilação em 1992 e 1994, mas volta a cair expressivamente em 1995 para 1,95 %. Mais uma vez, as oscilações negativas no período conjuntural demonstram que os gastos da Secretaria da Educação às unidades orçamentárias, pelo menos para as *unidades marginais*, não seguiram a lógica do aumento de gastos.

5. Considerações Finais

A apresentação dos dados das despesas enviadas pelo Governo do Estado à Secretaria da Educação na série analisada (1986-1995) demonstra o percentual de regressão dos valores. Vejamos o gráfico:

Gráfico 12 – Valores em percentuais das despesas do Governo do Estado de São Paulo enviado à Secretaria da Educação 1986-1995.



A média para o período das despesas dos Governos à Secretaria da Educação para o período foi de 11,24%. O menor percentual destinado foi em 1993, com 8,66 %; e o maior 13,97% das despesas totais em 1986. Em relação ao período político o governo Quércia obteve a maior média com 12,20% e o governo Fleury com 9,84%.

Portanto, conforme nos confirma o gráfico 12 o percentual de despesas à Secretaria de Educação possui um valor relativamente maior no período de 1986 a 1990 do que no período de 1991 a 1994. Sendo que o comportamento dos percentuais se deu de forma regressiva. Neste caso, é possível considerar que a educação básica não pode ser incluída entre os bens e serviços que obtiveram, no período da série analisada, uma melhora mensurável.

6. Biblbiografia

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir da abordagem crítica da teoria do capital humano.* São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *A História Econômica como disciplina independente.* Seminário de Pós-graduação. Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo: 05 de Setembro de 1988.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *Ainda uma vez a crise.* Palestra proferida na Universidade de São Paulo. Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo: 22 de março de 2010.

CALLEGARI, César. (organização). *O FUNDEB e financiamento público no Estado de São Paulo*. São Paulo: Aquariana: IBSA: APEOESP, 2009.

CASTRO, Jorge Abrahão de (coord.), et tal. *Gastos Social Federal em uma Dimensão Macroeconômica: 1995-2001*. In: ALVES PINTO e BIASOTTO JR. (org.). *Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

CORAGGIO, José Luis. *Proposta do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?* In: De TOMMASI, Lívia. HADDAD, Sérgio. WARDE, Mirian Jorge. *O Banco mundial e as políticas educacionais.* São Paulo: Cortez. 2003.

DUARTE, Marisa R. T. *Recursos públicos para as escolas públicas: as políticas de financiamento da Educação Básica no Brasil e a regulamentação do sistema educacional federativo.* BH: RHJ / FE da UFMG, 2010.

FARENZENA, Nalú. *A política de Financiamento da Educação Básica: rumos da legislação brasileira.*

GIACOMONI, James. *Orçamento Público.* São Paulo: Editora Atlas, 13ª edição, 2006.
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PINTO, Marcio Percival Alves.CAVALCANTI Carlos Eduardo G. e CINTRA, Marcos Antonio Macedo. *Crise e "ajuste" das Finanças do Estado de São Paulo (1980-2005).* In ALVES PINTO e BIASOTTO JR. (org.). *Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

PIRES, Valdemir. *Economia da Educação – para além do capital humano*. São Paulo: Cortez, 2005.

RUS PEREZ, Jose Roberto. *A política Educacional do Estado de São Paulo 1967-1990.* Tese de doutoramento. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 1994.

SILVA, Edival Freitas da. *Perfil da administração pública paulista.* 8ª edição, São Paulo: FUNDAP, 2003.
.

A Economia do Município de Lavras-MG nas Décadas Finais do Regime Escravista (1870-1879)

Eduardo José Vieira[1]

Resumo: O Trabalho apresenta os resultados preliminares da pesquisa realizada no programa de pós graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo. Trata do perfil econômico do Município de Lavras-MG nas décadas finais do sistema escravista brasileiro. A fontes pesquisadas são processos de inventário do referido município. A pesquisa busca identificar em que atividades estava ocupada a mão de obra escrava da localidade, verificando assim como se estruturava a riqueza da população no período. O município apresenta grande importância no contexto sul mineiro e os primeiros levantamentos apontam para uma produção diversificada e a maior população escrava dentre os municípios da região durante o período estudado. A partir do estudo da riqueza da população, o trabalho permitirá verificar de que forma Lavras se insere no cenário econômico Mineiro e sul mineiro.

Palavras-chave: Economia. Escravidão. Lavras-MG.

The Economics of Lavras-MG in the Final Decades of the slave regime (1870-1879)

Abstract: Work presents the preliminary results of the survey in graduate programin Economic History, University of Sao Paulo. This is the economic profile ofLavras-MG in the final decades of the Brazilian slave system. The sourcesstudied are probate proceedings of that municipality. The research seeks toidentify which activities were busy slave labor of the locality, as well as checking ifstructured the wealth of the population in the period. The city has great importance in the southern mining and the first surveys point to a diversified production and the largest slave population among the municipalities in the region during the study period. From the study of the wealth of the population, the work willdetermine how Lavras falls in the economic and southern Minas Gerais Minas Gerais.

Keywords: Economics. Slavery. Lavras-MG.

[1] Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Alfenas. Aluno do Mestrado em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-FFLCH, da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes. E-mail: eduardojosevieira@hotmail.com

A Economia do Município de Lavras-MG nas Décadas Finais do Regime Escravista (1870-1888)

Lavras foi elevada a categoria de cidade em 1868, já com o nome atual, após tornar-se vila em 1831 e ser constituído o município em 1832. Em 1870 era termo da comarca do Sapucahy. Embora neste momento estivesse ligado a esta comarca, até 1882, quando se cria a comarca de Lavras, a localidade pertenceu a diferentes comarcas. O "Almanach Sul-Mineiro"[2] de 1874, traz a trajetória das transferências ocorridas. De 1841 até 1850, esteve ligada à comarca do Rio das Mortes, de 1850 até 1852 pertenceu a comarca do Rio Verde. De 1852 até 1855 voltou a integrar a comarca do Rio das Mortes. Em 1855 volta para a comarca do Rio Verde juntamente com os termos de Campanha e Três Pontas, onde permanece até a dissolução de tal comarca em 1865 quando Lavras volta a compor a comarca do Rio das Mortes. Em 1870, Lavras voltaria à comarca do Rio Verde, mas uma redistribuição das comarcas de Minas, promovida no mesmo ano, criou a comarca do Sapucahy que a cidade passou a integrar. O "Almanak Sul-Mineiro"[3] de 1884, acrescenta que em 1882 a comarca do Sapucahy "passa a denominar-se Lavras, sendo constituída apenas pelo termo deste nome". Os livros não entram no mérito da discussão sobre o que motivou tantas mudanças em curto espaço de tempo, se foram razões políticas, econômicas ou mesmo geográficas. Provavelmente, todos esses fatores tiveram influência no processo, mas o desfecho com somente o termo de Lavras compondo a comarca indica que certamente a cidade teve importância crescente no contexto mineiro.

Desde o início do processo de povoamento, ainda no século XVIII, quando ainda pertencente à freguesia de Carrancas, na comarca do Rio das Mortes, a região de Lavras já sofria a influência de fatores político-econômicos relacionados à província de Minas ou à colônia como um todo. Os primeiros a povoar a localidade foram atraídos pela exploração aurífera que logo daria sinais de fraqueza, mas que daria o primeiro impulso para o desenvolvimento de uma economia de abastecimento na região.

Como indicadores do desenvolvimento desse mercado temos os números divulgados no almanaque do ano de 1874. Este indica a produção de volume considerável de gêneros para exportação nas freguesias ligadas ao município de Lavras. Aponta uma exportação anual,

[2] VEIGA, Bernardo Saturnino da . *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1874. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1874, pag. 184.
[3] Veiga, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1884. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1884, pag. 582.

somente da freguesia de Carmo da Cachoeira, de "6000 bois e vacas, 15000 arrobas de toucinho, 1000 ditas de fumo, e algum queijo para os municípios vizinhos"[4]. Para a freguesia de Perdões, também pertencente ao município, "de 8 a 10 mil arrobas de fumo, 4 a 6 mil ditas de assucar, 3 a 4 mil ditas de toucinho, cerca de 70 arrobas de cêra em velas, e grande porção de aguardente, rapaduras, etc..."[5]. Apesar de não constar a produção detalhada da cidade de Lavras, a indicação da ocupação dos cidadãos indicam que a produção da sede do município pode superar as das demais freguesias. Enquanto indica que existam 18 fazendeiros em Carmo da Cachoeira e 25 em Perdões, em Lavras esse número é de 41. Da mesma forma aponta um número superior de pessoas ligadas ao comércio e à indústria. A essas informações acrescente-se a ideia de que a partir das cotas do Fundo de Emancipação de Escravos, durante as décadas de 1870 e 1880, é possível observar que Lavras se manteve com o maior plantel de escravos da região Sul de Minas por todo o período.

O objetivo do presente artigo é verificar, a partir da análise dos processos de inventário disponíveis para a década de 1870, como se estruturava a riqueza da população e se organizava a produção local.

Tabela 1: Processos de Inventário para o município de Lavras na década de 1870

Ano	**Número de Processos**
1870	35
1871	35
1872	22
1873	38
1874	27
1875	29
1876	29
1877	20
1878	19
1979	19
Total	**273**

Fonte: Inventários post-mortem do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1870 – 1879.

Para o período estão disponíveis no Centro de Memória do Sul de Minas – CEMEC/, na cidade de Campanha – MG, 300 processos de inventário do município de Lavras. Devido a inconsistências que impediram o tratamento dos dados foram excluídos da amostra 27

[4] Veiga, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*...1874, pag. 196.
[5] Veiga, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*...1874, pag. 199.

processos por estarem incompletos ou ilegíveis. O restante está distribuído conforme a tabela 1.

A análise preliminar buscou observar o valor do Monte Mor[6] dos Inventários e o número de escravos que constam em cada processo. Com esse levantamento buscamos perceber de que forma estava distribuída a riqueza da população inventariada e a posse dos escravos. Com a finalidade de identificar a estrutura das grandes fortunas do município no período, a proposta era a de analisar a estrutura dos cinco processos com Monte Mor de maior valor. Ao fazer a seleção foi verificado que as cinco maiores fortunas não representavam os cinco maiores planteis de escravos, o que nos levou a proceder a mais esse recorte. Como existiam dois processos empatados em quinto lugar em número de escravos, ambos foram analisados. Da combinação das cinco maiores fortunas e cinco maiores planteis, considerando a ocorrência supra citada chegamos ao total de oito inventários analisados em toda sua estrutura.

A partir dessa análise observaremos como Lavras se enquadra no contexto econômico mineiro e se aproxima dos modelos explicativos propostos pela historiografia.

O Contexto Mineiro

A análise das décadas finais do regime escravista é um exercício bastante complexo para quem se propõe a estudar uma cidade ou região brasileira específica no período. Para tal faz-se necessário o reconhecimento das profundas transformações por que passa o Brasil do século dezenove que desencadearão no fim do escravismo e na mudança da forma de governo. Os fatos geradores dessas transformações e as formas como vão sendo assimiladas pelos grupos sociais nos revelam que em cada região, a estrutura social define um tipo de reação específica. Em Minas essas transformações se dão de forma especial devido a sua importância política e econômica, seja como geradora de divisas através da exploração do ouro, ainda no século XVIII, como abastecedora do mercado da corte após 1808, ou, posteriormente, com a cultura do café, esta também visando o mercado externo. Buscaremos observar como existem propostas diferenciadas de explicação para o desenvolvimento desse processo.

Marcelo Godoy[7], em estudo sobre Minas Gerais na primeira República, nos apresenta uma análise sobre a economia mineira desde a sua inserção no cenário econômico colonial,

[6] O Monte Mor em um processo de inventário é a soma dos valores de todos os bens do inventariado, móveis, imóveis, animais, escravos e dívidas ativas.

[7] GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais na República: atraso econômico, estado e planejamento. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009.

com a "economia do ouro", ainda no século XVIII. Caracteriza esse período pela dinâmica do sistema escravista e a orientação para o mercado externo, característica do sistema colonial. Nesse contexto Minas Gerais se estabelece como o principal centro consumidor do mercado interno colonial. A partir da crise desse sistema, em fins do século XVIII, Godoy apresenta o que seria a primeira transição por que passa a economia mineira, no período de 1775 a 1825, em que a economia assumiria um caráter pré-capitalista, que para o autor se caracteriza fundamentalmente por "uma reestruturação produtiva, que significa o alargamento da fronteira de ocupação" com o aprofundamento do processo de diferenciação espacial, o que provocará "uma redefinição do padrão integrativo de Minas Gerais com as outras economias regionais do Brasil"[8]. De 1825 a 1875 se daria a formação e o auge do sistema gerado pela transição, "um sistema escravista, com uma economia de subsistência mercantil". Desse processo, que parte ainda da segunda metade do século XVIII, resulta a formação e consolidação de sistemas regionais distintos, uma diversidade interna que é característica de Minas Gerais para o período. Na medida em que a região mineradora perde sua capacidade centralizadora, a desconcentração espacial e demográfica se acelera, já que não existe outro centro com a mesma capacidade integradora. Essa fragmentação prevaleceria até meados do século XX.

Já na segunda metade do século XIX, no contexto de outra transição, a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre em uma formação econômica capitalista, o Brasil se propõe a modernizar-se a partir das chamadas "reformas liberais", que significam o estabelecimento do Brasil em uma posição periférica na divisão internacional do trabalho, produzindo alimentos e matéria-prima para a exportação e importando gêneros manufaturados, sendo, portanto, nada mais que a adequação do país às exigências dos grandes centros exportadores. Sobre o caráter modernizador das reformas, Godoy enumera quatro processos fundamentais:

> "Destacam-se quatro processos que integram nossa modernização. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre é o primeiro. O segundo é o estabelecimento da propriedade privada juridicamente plena, a partir de 1850, com a Lei de Terras. O terceiro processo é a modernização das relações comerciais e financeiras, particularmente a progressiva constituição do sistema bancário. O quarto é a transição da rede de transportes nacionais para um sistema de transportes moderno e integrado. (…) São processos de longo prazo, portanto se estendem por um intervalo de tempo largo e, no caso de países periféricos, em especial os países de tradição colonial, são

[8] GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais...jan./jun. 2009, p. 91.

processos marcados pela incompletude e ritmo relativamente lento"[9]

No Brasil, e em Minas particularmente, a baixa integração das regiões e seus respectivos mercados faz com que esses processos sejam sentidos em tempos diferentes. A conjuntura proporcionada pelas transformações da segunda metade do século XIX, em especial as décadas de 1870 e 1880, é considerada por Godoy uma oportunidade histórica, sendo que na medida em que soubesse aproveitar essa oportunidade, as regiões estariam se inserindo no processo de modernização de sua economia em direção a uma economia capitalista fundada em padrões superiores. Para este autor, Minas não teria aproveitado tal oportunidade, o que teria provocado o atraso relativo do Estado. Resultam do não aproveitamento de tal oportunidade questões como a concentração da propriedade da terra, a transição da mão de obra escrava para outra não capitalista, a meação ou parceria, e o reflexo relativamente baixo dos resultados do café na indústria. John Wirth considera que "a meação e outras formas de parceria amorteceram o impacto da depressão durante 1897-1909, mas restringiram o poder aquisitivo e a produtividade dos bons tempos"[10]. Godoy afirma que em Minas a indústria "é muito disseminada e espacialmente desconcentrada, opera em pequena escala de produção, (…) e apresenta nível técnico baixo".[11]

Clélio Campolina Diniz, em estudo sobre a industrialização mineira observa que esta tem seus primeiros impulsos ainda na primeira metade do século XIX, com experiências na área da siderurgia, mas uma experiência diversificada acontecerá apenas na segunda metade do século XIX com indústrias têxteis, alimentares e siderurgia de alto forno. Ele afirma que, embora nascida precocemente, a indústria mineira sofre um "não desenvolvimento" ou mesmo "atrofiamento"[12]. Na tentativa de explicar essa situação, o autor começa pelo setor agrário que por condições várias não cumpriu seu "papel" de prover o desenvolvimento capitalista. Entre essas condições estaria a geografia mineira, que não possibilitaria a "aplicação de métodos de cultivo mais racionais e equipamentos agrícolas"[13] e ainda, a oferta de mão de obra escrava remanescente das regiões mineradoras que comprometeu a procura por trabalho livre, condição de primeira importância para a acumulação capitalista, e, após a abolição, por muito tempo predominou o regime de meação. Aliado a essa situação é

[9] GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais...jan./jun. 2009, p. 94.
[10] WIRTH, John D. O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 81.
[11] GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais...jan./jun. 2009, p. 99.
[12] DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.* Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1981.
[13] DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro*.... 1981. p. 102.

observado que Minas não desenvolveu seu setor exportador, vendendo sua produção na própria fazenda ou na estação ferroviária mais próxima, canalizando para o Rio de Janeiro os efeitos das economias de aglomeração exportadora. Nas palavras do autor:

> "Em Minas Gerais, do ponto de vista da atividade cafeeira, várias questões impediram o fortalecimento das bases capitalistas de acumulação. Falta de um centro comercial exportador que articulasse as atividades econômicas; relações de produção não assalariadas, impedindo a criação de um mercado de trabalho e de consumo(…). Minas não retinha os frutos do processo de comercialização do café e de outros produtos de exportação; não se beneficiava das economias de aglomeração exportadora; não conseguiu ou não lhe interessou a vinda de imigrantes e atrasou sua transição para o trabalho assalariado"[14]

Outra importante referência sobre a economia mineira é o estudo feito por Roberto Borges Martins[15] em que nega o perfil exportador atribuído à economia mineira e afirma seu caráter escravista por todo o século XIX. Não considera que o café explique a direção tomada pela escravidão em Minas Gerais, defende a orientação para o mercado interno, diversificação e auto-suficiência como as características essenciais da economia mineira.

> "Minas tinha o mais baixo nível de exportações per capta no país, e, fora da região cafeeira, este nível declinou em termos reais no decorrer do século. A grande lavoura exportadora ficou confinada a uma área reduzida e não teve praticamente nenhuma influência sobre a vida econômica do resto da província. A economia da província era formada basicamente por unidades agrícolas diversificadas internamente – fazendas, sítios e roças – produzindo para o auto-consumo e para venda nos mercados locais."[16]

Sobre a predominância do trabalho escravo, Martins considera que a explicação passa pela facilidade de acesso à terra. Nessas condições o trabalhador livre conseguiria sua subsistência pela produção direta e não teria razões para vender sua força de trabalho. Mesmo fazendo essa observação, o autor não considera que haja em Minas uma menor concentração da propriedade da terra, explica que embora a grande propriedade seja comum, abrangia apenas uma fração das terras. Para este autor, "As fazendas mineiras eram unidades auto-suficientes. (...) Ela incluía freqüentemente produtos 'coloniais', do tipo tradicionalmente associado a plantation exportadora como açúcar e algodão, mas, em Minas, esses artigos eram

[14] DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro*.... 1981. p. 104.
[15] MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980a.
[16] MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista*.... 1980a. p.4.

produzidos quase exclusivamente para consumo local."[17] Martins justifica sua afirmação com uma tabela onde aponta o valor percentual exportado por tipo de produto. Apenas porcos, bois e algodão apresentam valores relevantes de exportação por todo o século XIX. Outros produtos como aguardente, arroz, feijão, milho, farinha de mandioca e óleo de mamona não ultrapassam 1% de produto exportado em todo o século. O açúcar, que em 1819 tinha 31,3% da produção exportada, em 1840 e 1845 tem esse valor reduzido para menos de 10%, chegando em 1868 a apenas 4,73% do produto exportado. O algodão também sofre variação considerável, partindo de 76,7% de produto exportado em 1819 e chegando em 1882 com menos de 5% da produção exportada.[18]

Outro autor que se dedica a analisar a economia mineira é Robert Slenes[19]. Ele discorda da posição citada de Martins quanto a pouca expressividade do café na economia mineira. Defende que o desenvolvimento dessa cultura em São Paulo, Rio de Janeiro e Zona da Mata influenciou a estrutura da produção de outras áreas. Para Slenes, Minas exportava gado vacum e suíno, queijo, toucinho, algodão. Aí justifica a grande concentração de escravos na província.

> "a produção de Minas para mercados externos (...) gerava uma renda monetária significativa, que teria incentivado não só a procura de escravos na economia de exportação, mas teria criado também uma forte demanda dentro da província por mantimentos, bens de consumo e matérias primas utilizadas pelo setor exportador e pelas atividades internas ligadas e esse setor."[20]

Assim, o autor afirma a ligação da economia mineira ao sistema de plantation, atuando de forma subsidiária, no abastecimento das regiões produtoras.

Apesar da produção historiográfica específica sobre a cidade de Lavras-MG para o período ser apenas residual, ocorrendo referências em estudos sobre outras localidades da região, a partir destes estudos, como no caso da indústria no referido trabalhado feito por Campolina, podemos identificar o que se aproximaria à realidade da cidade no período. Para isso devemos especificar o contexto regional em que Lavras se insere. Delimitar uma região

---

[17] MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista....* 1980a. p.37.
[18] Os valores apontados pelo autor, por produto, para os anos de 1819, 1840, 1845, 1868 e 1882 podem ser vistos em: MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980a, p. 44.
[19] SLENES, Robert W. *Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. In: Estudos Econômicos. São Paulo, v.18, nº3, 1988.
[20] SLENES, Robert W. *Os Múltiplos de Porcos e Diamantes...*, 1988, 480-481.

não é tarefa simples. Alexandre Cunha, Rodrigo Simões e João Antônio de Paula[21] consideram "a necessidade de se ultrapassar a ideia de regiões como puras "paisagens naturais" dado que são, "a um só tempo, espaços sociais, econômicos, políticos naturais e culturais"[22]. Juliano Custódio Sobrinho também considera que "a noção de "região" transcende as delimitações geográficas e as subdivisões jurídico-administrativas das comarcas e parte para uma realidade mais complexa, que engloba outros fatores, como o fator mercantil que rompia coma as barreiras do que se considerava como sul mineiro."[23] Apesar de apresentado em um trabalho proposto para período anterior a nossa proposta, tal observação acerca da regionalização não perde a importância. Considerar um município/localidade pertencente a uma região não exclui nem deve excluir da observação possíveis e prováveis relações que esta tenha com localidades de regiões diversas. Cunha, Simões e Antônio de Paula dizem que "numa concepção econômica de região, a dimensão das trocas, efetivamente as relações mercantis, assume o papel de eixo fundante"[24]. Assim, a análise das regiões produtoras com as respectivas rotas de escoamento da produção e seus mercados consumidores são importantes e não se submetem a divisões políticas fundamentadas em razões que extrapolam o campo da economia.

Para o estudo de Minas no período de 1889-1937 John Wirth[25] considera o estado dividido em sete regiões, recorrendo ao "uso corrente" para fundamentar a escolha desta regionalização. Posteriormente, autores como Clotilde Paiva e Marcelo Godoy[26] revisitam a temática da regionalização e propõem outra regionalização para Minas. Com base nos relatos de viajantes estrangeiros, consideram a região dividida em dezoito regiões. Para Wirth, Lavras aparece como pertencente a região Sul do estado, já na regionalização proposta por Paiva e Godoy a cidade estaria localizada no Sul Central, perto da divisão com a região intermediária de Pitangui-Tamanduá. Entendemos que as regiões possuem histórias específicas e problemas particulares, aos quais não cabem modelos prontos de análise que não estejam livres para se adaptarem às dinâmicas próprias de cada região. A região Sul, para Wirth, seria uma extensão

[21] CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira e PAULA, João Antônio de. *História Econômica e Regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico.* Est. Econ., São Paulo. V. 38, N. 3, P. 493-524, julho-setembro, 2008.

[22] CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira e PAULA, João Antônio de. *História Econômica e Regionalização...* 2008. p. 494.

[23] CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. Produção mercantil e diversificação econômica: um desafio para o sul mineiro. Freguesia de Itajubá, 1785-1850.

[24] CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira e PAULA, João Antônio de. *História Econômica e Regionalização...*, 2008, p. 510.

[25] WIRTH, John D. *O Fiel da Balança...* 1982.

[26] GODOY, Marcelo M. e PAIVA, Clotilde Andrade. Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: História e Educação, homenagem à Maria Yeda Linhares. Rio de Janeiro: Mauad e Faperj, 2001.

natural do interior paulista. A partir de estudos como de Lenharo[27], Andrade[28] e Restituti[29] percebemos que a região possui importantes rotas de comunicação com a corte, o que inviabiliza a visão de extensão natural.

Para a primeira metade do século XIX, Custódio Sobrinho[30] aponta a predominância de atividades consorciadas principalmente na região Sul do estado de Minas Gerais. Tais atividades visavam prover o abastecimento das unidades produtivas com produtos básicos de consumo. O consórcio de atividades visava além do abastecimento, a geração de excedentes comercializáveis, visando o aumento da renda da unidade produtiva.

Martins caracteriza o Sul de Minas "durante quase todo o império" como "uma região esparsamente povoada, isolada da costa por uma formidável barreira natural e destituída de qualquer via exportadora de importância[31]". Com essa afirmação este autor considera que embora haja produtos de exportação na região como gado e porcos, estes não apresentavam vulto suficiente para fazer frente à quantidade consumida internamente.

Em artigo sobre a organização do trabalho livre na zona da mata mineira, para o período de 1870 a 1920, Ana Lanna[32] observa que o bom momento vivido pela economia do café em fins do século XIX, desestimula a produção de gêneros de abastecimento interno e exportação e proporciona um impulso monocultor para a cultura do café. Ela afirma que:

> "Em fins do século XIX, a cultura do café se revigora na Zona da Mata, tendo em vista a alta dos preços alcançada no mercado internacional. Com isto abandona-se muitas lavouras de cereais e as atividades pecuárias. A diversificação das atividades produtivas cede lugar ao monopólio da cultura do café. Com a impossibilidade de expansão da fronteira dada pelos limites naturais já explicitados, ocupam-se gradativamente todas as terras no interior das fazendas. (…) Em consequência, são abandonadas as outras atividades econômicas que conviviam com a expansão da cafeicultura até então, exceção feita à cultura de cereais desenvolvida pelos parceiros. Desta forma Minas Gerais passa a importar produtos básicos de alimentação que tradicionalmente exportava ou produzia em quantidade suficiente para atender às suas necessidades."[33]

Embora a autora faça referência à produção de cereais pelos parceiros, ela não

[27] LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação – o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. São Paulo: Edições Símbolo. 1979.
[28] ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a Formação do estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008.
[29] RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província:* rotas de comércio interprovincial, minas gerais, 1839-1884. Araraquara, 2006.
[30] CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. Produção mercantil e diversificação econômica....2010.
[31] MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista....* 1980a. p.17.
[32] LANNA, Ana. *A organização do trabalho livre na Zona da Mata mineira: 1870-1920.* 1985.
[33] LANNA, Ana. *A organização do trabalho.....* 1985.

estabelece a dimensão da importação de produtos básicos, qual proporção do consumo seria importada ou coberta pela produção interna e de onde viriam tais produtos. A proposta de investigação feita pela autora não abrange tais questionamentos, mas a origem desses produtos de abastecimento é para nós de primeira importância. Wirth aponta em seu trabalho que "salvo o breve período do 'boom' do café na década de 1890, o estado era autossuficiente em alimentação"[34]. Lavras, por um vasto período, teve importante função no abastecimento do mercado regional mineiro. Cristiano Restitutti, para o período de 1839 a 1884, aponta Lavras como produtora de

> "gêneros variados da agropecuária, com baixo índice de preços de exportação. Café e queijos para o abastecimento local, cereais, farinhas e fumo para o mercado regional, suínos e toucinho para o mercado inter-regional e interprovincial. (...) Deixou de constituir produção subsidiária do setor exportador para tornar-se abastecedora de mercados regionais, característica da estrutura agrária sul – mineira que se desligou da mineração."[35]

Feitos esses apontamentos sobre o plano provincial e regional, passemos à análise específica de Lavras. Buscaremos verificar de que forma a economia local se relaciona com os modelos explicativos aqui expostos, evidenciando a partir da análise das fontes, os pontos de proximidade ou distanciamento.

O Caso de Lavras/MG

Como apresentado na introdução, o primeiro recurso utilizado no trato dos processos de inventário foi a exclusão dos incompletos ou ilegíveis. Depois passamos ao levantamento do número de escravos e do valor do Monte Mor de cada riqueza inventariada. O valor total dos Montes Mor alcançou a quantia de Rs 7.299:424$071 e o número de escravos chegou a 3094. A distribuição da posse de escravos e a distribuição do valor da riqueza mostram uma forte concentração da propriedade. A tabela 2 mostra como se dá a concentração da posse de escravos e das maiores riquezas do local. Dos 272 processos analisados, 52 não possuíam escravos arrolados entre os bens. Trata-se de processos com valor médio de 2.617$346. Valor baixo se comparados aos processos selecionados para análise detalhada. Ainda mais baixos se

[34] WIRTH, John D. *O Fiel da Balança*... 1982, p. 46.
[35] RESTITUTTI, Cristiano Corte. A*s fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, minas gerais, 1839-1884. Araraquara, 2006, p 122.*

forem retirados dois processos que se desviam do restante por possuir mais de vinte contos de réis no monte mor, feito isso o valor médio cai para 1:766$560.

Tabela 2: Distribuição da posse de escravos e acumulação da riqueza em Lavras/MG na década de 1870

Faixa de Escravaria	Nº de Ocorrências	Nº de Escravos	Total do Monte Mor
0	52	Não se aplica	136:116$102
Até 5 escravos[36]	87	242	604:696$761
6 a 10 escravos	54	418	679:524$720
11 a 20 escravos	35	522	967:355$284
21 a 50 escravos	33	1130	2.431:794$962
Acima de 51	11	782	2.479:936$242
Total	**272**	**3094**	**7.299:424$071**

Fonte: Inventários post-mortem do município de Lavras. CEMEC, Campanha – MG. 1870 – 1879.

Para os inventários com até cinco escravos foram encontrados 87 processos. Acumulam juntos 242 escravos e tem um valor médio de riqueza no valor de 6:950$537. O valor médio dos inventários para a faixa de 6 a 10 escravos fica em 12:583$791, praticamente o dobro do valor da faixa anterior. A concentração já dá sinais de intensificação nos inventários com escravos entre 11 e 20, eles são 35 e mostram a média de 27:638$722 como valor total dos bens. Mas o verdadeiro perfil da concentração pode ser visto quando passamos à faixa de escravaria entre 21 e 50. São apenas 33 inventariados, aproximadamente 12% do total e concentram a propriedade de mais de um terço dos escravos arrolados e também aproximadamente um terço do valor total dos bens inventariados. Mais característica desse painel é a faixa com plantel acima de 50 almas. São 11 proprietários que concentram 25,2% do total de escravos e outro terço do valor total dos inventários, com uma média de 71 escravos por propriedade inventariada. Em suma, 16,1% dos inventariados concentram 61,7% dos escravos e 67,2% do monte mor total. Os dados da concentração da propriedade ainda podem ser vais evidentes, se forem consideradas as 20 maiores fortunas arroladas, ou seja,

[36] Nessa faixa não estão sendo considerados o Monte Mor e a escrava de propriedade do Capitão Silvestre Alves de Azevedo. Tal opção se baseia em dois pontos. Por um lado, o fato de possuir uma escrava está longe de caracterizar a riqueza do inventariado como escravista, já que o valor da escrava é irrelevante no conjunto dos bens. Por outro lado, e talvez mais importante, a inclusão do valor referente ao Monte Mor provocaria uma distorção no que entenderíamos como a propriedade típica com essa faixa de escravaria.

pouco mais de 7% do total, possuem 34,6% dos escravos e 52,3% da riqueza total. É interessante observar que embora a concentração de riqueza se reforce com esse último recorte proposto, a média de escravos por proprietário cai para 53 por processo. Isso aponta para uma maior diversificação da propriedade nas grandes riquezas. Poderemos observar exemplos dessa diversificação quando passarmos a análise da amostra selecionada.

Essa primeira abordagem nos permite verificar que, embora haja inventariados sem posse de escravos, salvo poucas exceções, isso não era uma opção, era por falta de condições que a maioria deles não possuíam escravos entre seus bens. Outro ponto interessante verificado a partir do primeiro contato com os documentos é que os 50 inventários que contavam com mais de vinte escravos estão distribuídos pela década sem grande concentração em um ano específico. O mesmo acontece com os 82 processos com fortunas superiores a vinte contos de réis. Daí podemos considerar que não houve grandes transformações na distribuição básica da riqueza no decorrer da década de 1870. Registre-se que a referência é à distribuição da propriedade e não da alocação dos recursos dessa propriedade. Para verificarmos como se estruturava a propriedade do município, analisaremos oito processos que foram selecionados conforme critérios já observados.

Passaremos à análise dos referidos processos, primeiro em conjunto, de forma a verificar a existência de um padrão de alocação dos recursos da propriedade. Em seguida mostraremos as particularidades de cada riqueza observando como estas organizam sua produção. A tabela 3 mostra como estão distribuídos os bens das oito maiores riquezas inventariadas, utilizando como parâmetro os maiores valores do monte mor e a maior concentração de escravos. A primeira observação a fazer é a grande diferença estrutural observada para a localidade. Ao contrário do observado por Alexandre Saes e Antoniel Avelino Filho[37] para o município de Campanha-MG, onde a maior parcela dos bens estão aplicados em imóveis, o principal montante aplicado em Lavras está nas dívidas ativas, somando 38,5% do total dos montes mor selecionados. A predominância dos bens imóveis no valor dos inventários também foi observada por Luciana Suarez Lopez[38] em estudo sobre Ribeirão Preto. No caso de Lavras, os imóveis representam 31,3% do valor total.

O grande peso das dívidas ativas se deve principalmente aos inventários de Antônio

[37] SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, Antoniel. *Campanha da Princesa na última década do escravismo*. VII Seminário Nacional do Centro de Memória UNICAMP – CMU. Campinas, 2012.
[38] LOPES, Luciana Suarez. *Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888).* Disponível em http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/i14riqueza.pdf , acesso em 02/04/2012.

Caetano de Andrade[39] e do Capitão Silvestre Alves de Azevedo[40]. Os demais processos da amostra também apresentam quantias aplicadas em dívidas ativas, não com o mesmo vulto desses últimos, mas o fato é que existem e indicam a existência de uma oferta de crédito local, seja de pequeno vulto, principalmente nos casos de contas correntes em casas de comércio, seja de mais peso, emprestado a prêmio pré-fixado. Infelizmente, a listagem dos devedores dos dois inventários citados não tem detalhes suficientes para identificarmos a natureza dos créditos, mas há registros de empréstimos a pessoas jurídicas como o "que deve Andrade, Azevedo e Compahia, setenta contos, duzentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cincoenta (sic) réis"[41]. E também há empréstimos pessoais, como "o que deve Antônio da Rocha Leão, por crédito a prêmio, até hoje, na importância de trinta e quatro contos, setecentos e dezoito mil e quatrocentos réis"[42]. O mecanismo de garantia desses créditos são, primeiramente os bens do solicitante, e como acessório, aparecem os abonos, que são garantias dadas por terceiros ao crédito efetuado. Quanto ao custo do crédito, o inventário do Capitão Flávio Antônio da Silva traz em suas dívidas passivas o registro de dívidas por crédito a prêmio de 8 e 10% ao ano[43]. Os passivos do Alferes Manoel Correa Affonso registram créditos efetuados a custo de 6 e 8% ao ano[44]. Se compararmos com as taxas apresentadas por Luciana Suarez Lopes no estudo citado, estas estão extremamente acessíveis, já que a autora aponta o caso do comerciante Jacinto José de Souza, da década de 1870, que "além das contas de livro(...) também emprestava dinheiro a juros, que variavam de 1,5% a 2,0% **ao mês**"[45](Grifo nosso). O dinheiro em espécie, que ocupa a quarta posição em valor, deve-se quase exclusivamente ao inventário do Capitão Silvestre de Azevedo. É um importante indicador de que além do montante já aplicado em dívidas ativas, havia ainda capital disponível para aplicação imediata.

[39] Inventário de Antônio Caetano de Andrade, caixa 168, CEMEC, 1871.
[40] Inventário do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, caixa 206, CEMEC, 1879.
[41] Inventário de Antônio Caetano de Andrade, caixa 168, CEMEC, 1871. p. 18.
[42] Inventário do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, caixa 206, CEMEC, 1879, p. 29.
[43] Inventário do Capitão Flávio Antônio da Silva, caixa 177, CEMEC, 1873.
[44] Inventário do Alferes Manoel Correa Affonso, caixa 193, CEMEC, 1876.
[45] LOPES, Luciana Suarez. *Um estudo sobre a composição da riqueza* ... , p.15.

Tabela 3: Composição das maiores riquezas, tendo como referência o Monte Mor e a quantidade de escravos dos Inventários

Ano	Inventariado	Monte Mor	Bens de Raiz	%[46]	Escravos[47]	%	Animais	%	Bens Móveis	%	Dívidas Ativas	%	Dívidas Passivas	%	Dinheiro	%
1871	Antônio Caetano de Andrade	767:326$931	74:160$000	9,6	51:450$000	6,7	14:480$000	1,8	425$000[48]	-	502:611$245	65,5	8:784$445	1,1	0	-
1879	Capitão Silvestre Alves de Azevedo	530:555$380	61:131$500	11,5	250$000	-	260$000	-	4:737$780	0,8	371:392$850	70	40:681$303	7,6	88:283$251	16,6
1873	Domingos Marcelino dos Reis	373:935$940	201:755$000	53,9	66:135$000	17,6	21:713$000	5,7	32:405$740	8,6	48:954$500	13	0	-	1:050$000	0,2
1876	Alferes Manoel Correia Affonso	244:637$800	174:675$000	71,4	44:340$000	18,1	9:146$000	3,7	3:330$860	1,3	12:990$940	5,3	37:422$686	15,2	0	-
1873	Dona Maria Cândida Ribeiro	168:728$700	75:933$000	45	50:520$000	29,9	14:000$000	8,2	4:844$900	2,8	7:930$800	4,7	0	-	0	-
1873	Capitão Francisco Teodoro de Andrade Mendonça	123:379$000	59:600$000	48,3	34:760$000	28,1	19:782$000	16	5:075$655	4,1	0	-	0	-	0	-
1873	Capitão Flávio Antônio da Silva	90:312$640	32:135$000	35,5	43:280$000	47,9	5:437$000	6	4:202$140	4,6	527$400	0,5	12:926$000	14,3	0	-
1875	Gabriel Flávio da Costa	147:203$200	88:200$000	59,9	50:610$000	34,3	6:617$000	4,4	1:776$200	1,2	0	-	0	-	0	-
	Total	2.448:079$591	767:589$500	31,3	341:345$000	13,9	91:435$000	3,7	56:798$275	2,3	944:407$735	38,5	99:814$430	4,0	89:333$251	3,6

Fonte: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas, Campanha-MG. Processos de Inventário do município de Lavras, década de 1870, caixas 168, 206, 177, 193, 180, 178, 187 e 177, respectivamente.

[46] Valores percentuais referentes ao Monte Mor dos inventários. Os valores não informados não chegaram a 0,1% do valor do processo.
[47] Para esse levantamento não foram considerados os ingênuos, que apesar de terem sua força de trabalho avaliada e somada ao Monte Mor, não podem mais ser considerados cativos.
[48] O baixo valor declarado dos bens móveis do inventariado se deve ao fato de terem sido somados parte dos móveis em conjunto com os imóveis, estando estes arrolados junto aos bens de raiz.

Os passivos somam apenas 4,0% do valor dos inventários sendo a maior fração representada pela dívida do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, com seu herdeiro Evaristo Alves de Azevedo, pela legítima materna não entregue em tempo[49]. Registre-se tratar do único passivo desse inventário. O maior valor relativo de dívida encontrado foi do Alferes Manoel Correa Affonso, com 15,2% do patrimônio comprometido, e se compõe principalmente de seis empréstimos solicitados a José da Costa Ribeiro pelo custo médio acima informado. No caso do Capitão Flávio Antônio da Silva, a maior parte da dívida resulta de um crédito a prêmio de 8% a.a. solicitado a José Alves Garcia no valor de 10:719$962. No espaço desse trabalho, não nos é possível mensurar o peso da oferta de crédito local na economia do município e região, mas a julgar pelos dados apontados, esta não deve ser desprezada já que, mesmo de forma residual, onde o crédito oficial não chegava, atendia a demanda imediata da população.

Os "bens de raiz", imóveis urbanos e rurais, aparecem como segundo maior valor. Embora o Capitão Silvestre de Azevedo possua exclusivamente imóveis urbanos, trata-se de uma exceção, o que predomina nesse campo são as propriedades rurais junto com suas "benfeitorias". Três dos inventariados apresentam uma expressiva concentração da riqueza nos bens de raiz. O Capitão Francisco Teodoro de Andrade Mendonça, o Alferes Manoel Correa Affonso e Domingos Marcelino dos Reis com 48,3%, 53,9% e 71,4% da propriedade imobilizada em bens de raiz, respectivamente. Da parte do Capitão, a fazenda do Angaby, com suas benfeitorias somam 57:000$000, sendo "terras de culturas e campos de criar com diversos pastos e apartadores"[50]. Para o citado Alferes, a maior parte deste valor está em "uma fazenda no lugar denominado 'Cachoeirinha', sita na freguesia da cidade de Lavras"[51], avaliada pela expressiva quantia de 160:000$000. Apresenta também uma casa na cidade de Lavras, sendo seu único bem urbano, avaliado em 2:600$000. Domingos Marcelino também apresenta caso análogo, sendo a "Fazenda da Serra" avaliada em 170:000$000. A parcela urbana dos seus imóveis está no "arraial de Varginha, termo de Três Pontas" e é composto por "uma casa", "um rancho nos fundos da dita" e "um terreno contíguo", avaliados todos a 2.285$000. Como já observado somente predomina a propriedade urbana entre os bens do Capitão Silvestre Alves de Azevedo. Cabe salientar neste caso, que dos 61:131$500 referentes aos bens de raiz, 44:000$000 representam duas casas e um terreno situado no Rio de Janeiro. O restante são casas em Lavras, parte na "casa que se fez para o colégio junto a casa de

[49] Inventário do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, caixa 206, CEMEC, 1879.
[50] Inventário do Capitão Francisco Teodoro de Andrade Mendonça, caixa 178, CEMEC, 1873.
[51] Inventário do Alferes Manoel Correa Affonso, caixa 193, CEMEC, 1876.

instrução" e "parte no theatro desta cidade"[52].

O terceiro maior peso, representando 13,9% do valor total dos processos, com o valor total de 341:345$000, é referente a 506 escravos. Destes 294 são homens e 212 são mulheres. Entre os homens 50%, 147 indivíduos, tem idade entre 15 e 49 anos. As crianças somam 67 indivíduos, 22,7%, e os idosos 80, ou 27,2%[53]. Calculamos o valor médio dos escravos por sexo e por faixa etária utilizando como base o ano de 1873. A escolha deste ano foi por ser possível considerar os valores de quatro processos, com quatro avaliadores diferentes, assim esperamos corrigir possíveis distorções e aproximar ao máximo do valor real dos cativos no mercado da época.

Tabela 4: Valor médio dos escravos por faixa de idade e sexo – Lavras 1873[54]

Idade/sexo	Preço Médio
Criança/masculino	592:857$142
Criança/feminino	366:666$666
Adulto/masculino	1:145$783
Adulto/feminino	599$253
Idoso/masculino	401$875
Idoso/feminino	192$941

Fonte: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas, Campanha-MG. Processos de Inventário do município de Lavras, década de 1870, caixas 168, 206, 177, 193, 180, 178, 187 e 177.

Todos os proprietários selecionados tinham entre seus escravos especialistas em determinadas atividades como pedreiros, carpinteiros, ferreiros, tecedeiras, costureiras, tropeiros e carreiros. Embora apresentados os valores médios acima, cabe registrar que, a depender de sua especialidade, o escravo poderia apresentar um valor acima da média, como é o caso dos sapateiros, com valor médio de 1:400$000, oficiais de ferreiro a 1:700$000 e o caso mais expressivo, o escravo Francisco, de 34 anos, um carpinteiro avaliado em 2:500$000. Dente os inventários selecionados, o que concentra maior valor relativo em escravos é o do Capitão Flávio Antônio da Costa, que imobiliza 47,9% de sua riqueza em

[52] Inventário do Capitão Silvestre Alves de Azevedo, caixa 206, CEMEC, 1879, p. 26 e verso.
[53] O critério para classificação etária é dado por José Flávio Motta e considera como crianças indivíduos de até 5 anos e idosos os escravos com 50 ou mais anos de idade. As ponderações que levaram à eleição desse recorte pelo autor podem ser vistas em: MOTTA, José Flávio. *Velhos no Cativeiro: posse e comercialização de escravos idosos.* XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais de Caxambu-MG, 2008.
[54] Para esse levantamento foram excluídos da amostra todos os escravos cujas enfermidades pudessem alterar seu valor. Assim foram desconsiderados escravos, aleijados, cegos, reumáticos, além dos classificados genericamente como "doentes" ou "quebrados".

escravos. Com um plantel de 71 almas, o alto valor do plantel pode ser explicado pela concentração de escravos na idade adulta, do sexo masculino, e com várias especialidades declaradas como ferreiro, costureira, pedreiro, carpinteiro e carreiro. O maior valor absoluto em escravos é o de Domingos Marcelino dos Reis e se deve claramente ao tamanho do seu plantel que conta com 89 cativos. Nos inventários foram listados 25 ingênuos, já sob as determinações da Lei nº 2040, de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre. Eles tiveram seus serviços futuros avaliados no total de 785$000.

Considerando que a propriedade de fazendas e escravos não se sustenta por si e não é geradora de divisas de forma independente, qual seria então a atividade produtiva típica do município de Lavras? Tal constatação se dará a partir da relação dos bens móveis relacionados aos bens de raiz, já que entre estes bens estão basicamente o mobiliário das casas e os instrumentos de trabalho nas propriedades rurais. Os animais também ocupam fração expressiva nessa função e serão analisados em detalhes.

Veremos que os inventários trazem bastante similaridade entre os tipos de bens arrolados salvo poucas exceções. Com exceção do Capitão Silvestre de Azevedo e do Capitão Flávio Antônio da Silva[55], todos os inventariados possuíam a maior parte do valor de seus bens de raiz imobilizado em uma fazenda "principal". A estrutura dessas fazendas principais é quase idêntica, variando apenas a dimensão da propriedade e alguns detalhes na descrição. Veja como exemplo a Fazenda da Serra, de propriedade de Domingos Marcelino dos Reis que tem "casa de vivenda, engenho de pilões, dois moinhos, dois paióis, casa de despejo, senzalas, tenda de ferreiro, monjolo, curraes(...)"[56] e a fazenda da Cachoeirinha, de propriedade do Alferes Manoel Correa Affonso que conta com "casa de vivenda, dois paióis, casa de despejo, tenda de ferreiro, moinho, monjolos, ranchos para carro(...) engenhos de cana(...)"[57]. Dessa definição das fazendas típicas, se tira o sentido para a posse de grande quantidade de tachos de cobre, encontrados em todas as propriedades. São comuns também quantidades de "ferro velho" que seriam aproveitados com a estrutura da própria fazenda. A presença de teares e rodas de fiar também é comum. Nenhuma propriedade apresentou mais do que dois teares, mas a quantidade de rodas de fiar sofre bastante variação. Enquanto Gabriel Flávio da Costa[58] apresenta 12 rodas de fiar, o supra citado Domingos Marcelino contava com 26 ditas entre seus bens. Entre os bens móveis ainda são arrolados alambiques, pipas de tamanhos variados, carros de boi. São também listados estoques e plantações de milho, feijão, arroz, mamona,

[55] Nesse caso, a propriedade rural era composta por seis frações de terra em fazendas distintas.
[56] Inventário de Domingos Marcelino dos Reis, caixa 177, CEMEC, 1873, p. 26 verso.
[57] Inventário do Alferes Manoel Correia Affonso, caixa 193, CEMEC, 1876, p. 27 e verso.
[58] Inventário de Gabriel Flávio da Costa, caixa 187, CEMEC, 1875.

cana, fumo e algodão, sendo mais recorrentes o milho, o feijão e a cana. É interessante registrar que o café só aparece como parte de uma chácara, em consórcio com mandioca e um bananal, sem mais informações sobre extensão ou quantidade de pés plantados.

Passemos a análise dos animais. A tabela 5 traz a distribuição dos animais por tipo e finalidade. A razão dessa divisão é a diferenciação dos animais de trabalho nas fazendas dos animais criados para corte e comercialização.

Tabela 5: distribuição do valor dos animais por tipo e finalidade

Tipo de Animal	Quantidade	Valor
Bois de Carro	337	16:991$000
Bestas de Carga	62	3:335$000
Muares	124	4:709$000
Equinos	282	7:189$000
Bovinos	1578	50:593$000
Suinos	839	7:897$000
Ovinos	357	721$000
Total	**3579**	**91:435$000**

Fonte: Centro de Memória Cultural do Sul de Minas, Campanha-MG. Processos de Inventário do município de Lavras, década de 1870, caixas 168, 206, 177, 193, 180, 178, 187 e 177.

A importância da diferenciação se mostra nos valores da tabela acima. Considerando como animais de trabalho os bois de carro e os muares, estes incluindo as bestas de carga, temos 29% do valor total dos animais dedicado à própria fazenda. Chama atenção a quantidade de bois de carro por fazenda. No caso de Antônio Caetano de Andrade, são 75 animais dessa qualidade. Dona Maria Cândida Ribeiro possui 64 exemplares e Domingos Marcelino dos Reis outros 57. Além desses, se considerarmos que boa parte dos eqüinos também é dedicada ao trabalho nas propriedades esse valor aumenta consideravelmente, mas como não havia essa diferenciação nas descrições dos processos, não sabemos exatamente qual parcela desses animais era destinada à venda ou utilizada no trabalho. Dentre os animais criados para comércio e corte temos a predominância do gado bovino com amplo valor acima das demais categorias. O número de cabeças também supera em muito as outras criações. Dentre os proprietários destacamos o Coronel Francisco Teodoro de Andrade Mendonça, com 401 cabeças de bovinos e Domingos Marcelino dos Reis, com 356 cabeças. Esses dois criadores concentram quase metade desse gado. Os suínos também mostram grande importância apresentando um número de cabeças que ultrapassa os 20% do total da criação. Os principais criadores desses animais são Domingos Marcelino dos Reis, com 293 cabeças e o Capitão Flávio Antônio da Silva, com 212. Esses dois criadores concentram juntos 60% do

rebanho suíno da amostra. Entre os criadores o que mostra maior investimento relativo na criação de animais é o Capitão Francisco Teodoro de Andrade Mendonça, com 16% do monte mor alocado na criação. Embora com valor relativo baixo, os ovinos estão presentes entre todos os criadores e seu número é um indicador do caráter de auto abastecimento das unidades produtivas dos mais variados itens, neste caso de lã.

Apesar do valor investido não alcançar grande vulto, nos chamou atenção a existência de dois registros de investimento em valores mobiliários. O Capitão Silvestre Alves de Azevedo possuía 23 apólices da Companhia Locomotora, no valor de 4:500$000. Mais uma vez a diminuta descrição do bem nos privou de maiores informações sobre a empresa em questão. Também há o registro de "uma ação da Casa Social de Lima, Pimenta e Companhia", no inventário do Capitão Francisco Teodoro de Andrade Mendonça, com valor de 2:500$000. No caso do Capitão Silvestre de Azevedo, não se trata de desvio no padrão da propriedade, já que, como vimos, a estrutura de seus bens é totalmente urbana. Mas no caso do Capitão Francisco Teodoro, embora não haja a descrição detalhada dessa companhia, percebemos a inserção de práticas econômicas modernas em uma economia com caráter visivelmente tradicional, predominantemente rural.

Considerações Finais

Após a apresentação da estrutura da propriedade Lavrense para a década de 1870, nos parece razoável a visão de Roberto Martins sobre a produção para o auto consumo e comercialização do excedente. A propriedade rural típica produz praticamente todos os itens necessários a sua manutenção. Também foi verificada a produção de todos os produtos indicados pelo Almanach Sul Mineiro[59] e por Restitutti[60] como típicos da localidade. Queijos, cereais, aguardente, farinha, fumo, algodão e principalmente animais constituíam o produto local.

Ao verificar que a expansão cafeeira verificada por Ana Lanna[61] para a Zona da Mata não pode ser aplicada a região de Lavras, entendemos, por outro lado, que a especialização dessa região na produção de café a torna um potencial consumidor de produtos de abastecimento produzidos em outras regiões de Minas. Isso nos aproxima da visão de

[59] Veiga, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro...*1874.
[60] RESTITUTTI, Cristiano Corte. A*s fronteiras da província rotas: ...* 2006.
[61] LANNA, Ana. *A organização do trabalho.....* 1985.

Slenes[62], em que atesta a diversificação da produção, mas a vincula ao abastecimento de regiões produtoras com orientação ao mercado externo.

Em linhas gerais podemos concluir que a economia de Lavras era predominantemente escravista, diversificada, e com unidades produtivas praticamente auto suficientes. O principal limite que encontramos foi a impossibilidade de mensurar o peso desses produtos no consumo local e a quantidade dedicada ao comércio intra e interprovincial. Isso impede que concluamos pela versão da introspecção defendida por Martins ou pela orientação ao abastecimento de regiões produtoras para o mercado externo, como dito por Slenes. Fato é que o município apresenta valores representativos de uma importância considerável no contexto regional. Esperamos que o desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa nos permita mensurar a participação de Lavras no contexto mineiro.

[62] SLENES, Robert W. *Os Múltiplos de Porcos e Diamantes...*, 1988.

Fontes e Referências Bibliográficas

CENTRO DE MEMÓRIA CULTURAL DO SUL DE MINAS, Campanha-MG. Processos de Inventário do município de Lavras, década de 1870, caixas 168, 206, 177, 193, 180, 178, 187 e 177.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a Formação do estado Imperial Brasileiro:* Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2008.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira e PAULA, João Antônio de. *História Econômica e Regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico.* Est. Econ., São Paulo. V. 38, N. 3, P. 493-524, julho-setembro, 2008.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios Internos:* estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFVJF, 2009.

_____. *Produção mercantil e diversificação econômica: um desafio para o sul mineiro. Freguesia de Itajubá, 1785-1850.*

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.* Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1981.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo. Cia. Ed. Nacional, 1982.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Minas Gerais na República*: atraso econômico, estado e planejamento. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009.

LANNA, Ana. *A organização do trabalho livre na Zona da Mata mineira*: 1870-1920. 1985.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação – o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842.* São Paulo: Edições Símbolo. 1979.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1988.

LOPES, Luciana Suarez. *Um estudo sobre a composição da riqueza de Ribeirão Preto com base nos inventários post mortem (1866-1888).* Disponível em http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/i14riqueza.pdf , acesso em 02/04/2012.

MARTINS, Roberto Borges. *A Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996. (Tese de doutorado)

RESTITUTTI, Cristiano Corte. A*s fronteiras da província:* rotas de comércio interprovincial, minas gerais, 1839-1884. Araraquara, 2006.

SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, Antoniel. *Campanha da Princesa na última década do escravismo*. VII Seminário Nacional do Centro de Memória UNICAMP – CMU. Campinas, 2012.

SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes*: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFCH-UNICAMP. Campinas. N 17. 1985.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1874. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1874.

_____. *Almanach Sul Mineiro*. Para o ano de 1884. Campanha: Thypographia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TÍTULO: "A ontologia neomaterialista de Deleuze e Guattari como fundamento para a nova economia evolucionária"

AUTOR: Emmanoel de Oliveira Boff (emmanoelb@gmail.com)

FILIAÇÃO: Universidade Federal Fluminense (UFF)

PALAVRAS-CHAVE: Deleuze e Guattari; Economia Evolucionária; Eric Beinhocker; Ontologia Social.

RESUMO:

O artigo tem como **objetivo principal** verificar se a abordagem da economia evolucionária tal como proposta por Eric Beinhocker, no livro "The Origin of Wealth" (2006) pode ser fundamentada na ontologia neomaterialista de Deleuze e Guattari. Mais precisamente, o artigo focará na ontologia social de Deleuze e Guattari tal como apresentada no projeto "Capitalismo e Esquizofrenia", que abarca duas partes: "O Anti-Édipo" (1972) e "Mil Platôs" (1980).

Delimita-se ainda o **objeto** deste artigo ao livro supracitado de Beinhocker, pois ele faz um apanhado abrangente e recente de diferentes autores que trabalham com economia evolucionária.

A **hipótese** de que há compatibilidade da ontologia de Deleuze e Guattari com a abordagem da economia evolucionária se baseia na ênfase de ambos em: 1. A heterogeneidade dos entes existentes no mundo (inclusive os entes econômicos); 2. A importância da história para entender a transformação destes entes; e 3. O compromisso central com a existência material e concreta destes entes.

O artigo **conclui** que há dois pontos de *compatibilidade* entre a visão de Beinhocker e a de Deleuze e Guattari: 1. a noção deleuzo-guattariana de plano de imanência *vis-à-vis* a "Biblioteca de Borges" proposta por Beinhocker; e 2. a visão da economia como sistema que se autotransforma. Por outro lado, há três pontos de *divergência* entre suas visões: 1. Seus modos de analisar a subjetividade do agente; 2. a noção evolucionária de *informação vis-à-vis* a noção de *sentido* de Deleuze e Guattari; e 3. a ênfase nas leis gerais evolucionárias *vis-à-vis* o rastreamento de padrões imanentes de transformação dos entes concretos proposto por Deleuze e Guattari.

A ontologia neomaterialista de Deleuze e Guattari como fundamento para a nova economia evolucionária

Emmanoel de Oliveira Boff (UFF)*

1. Introdução

Desde o estouro da crise financeira de 2008 a ciência econômica *mainstream* vem sendo duramente criticada com relação à capacidade de seus modelos preverem e explicarem empiricamente os movimentos dos mercados financeiros globais. Dentro deste contexto, alguns autores e formuladores de políticas vêm sugerindo uma mudança de abordagem por parte dos grandes bancos centrais do mundo. Esta nova abordagem deveria abandonar o tradicional modelo de equilíbrio geral dinâmico estocástico e adotar uma abordagem com base em agentes (ver a revista *The Economist*, 22.07.2010).

Esta mudança de foco no estudo da economia sublinha a heterogeneidade dos agentes que atuam nos mercados bem como o caráter complexo e instável das economias de mercado modernas. Um livro que já antes da crise propunha esta mudança de foco é "The Origin of Wealth", de Eric Beinhocker (2006). Nesse livro, o autor critica a abordagem de equilíbrio do *mainstream*, apontando para a necessidade de se estudar a economia de forma evolucionária e complexa.

A ideia de que a economia deve ser estudada como ciência evolucionária não é nova (vide os trabalhos de Marshall, Veblen e toda linha de pesquisa evolucionária iniciada a partir de Nelson e Winter). No entanto, poucas discussões têm sido realizadas até hoje quanto à compatibilidade desta abordagem evolucionária com as ontologias neomaterialistas desenvolvidas por filósofos continentais europeus do século XX.

Tentando preencher esta lacuna, este trabalho tem como objetivo principal verificar se a abordagem da economia evolucionária tal como proposta por Beinhocker pode ser fundamentada na ontologia neomaterialista de Deleuze e Guattari. Como a ontologia *social* neomaterialista de Deleuze e Guattari se encontra no projeto "Capitalismo e Esquizofrenia"

* O autor é economista (UFRJ), com mestrado em Comunicação e Cultura (UFRJ) e doutorado em economia (UFF). É professor adjunto da área de Pensamento Econômico do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: emmanoelb@gmail.com

(que contempla dois volumes: "O Anti-Édipo" (1972) e "Mil Platôs" (1980)), nosso trabalho se baseará principalmente nestes dois volumes.

Dado o espaço limitado deste trabalho, delimita-se o objeto deste artigo ao livro de Beinhocker, pois ele faz um apanhado abrangente e recente de diferentes autores que trabalham com economia evolucionária. Deve-se deixar claro que a discussão neste artigo tem caráter metateórico. Logo, não serão analisados hipóteses ou modelos específicos, visando avaliar sua compatibilidade com as economias concretas. O próprio livro de Beinhocker não traz nenhum novo modelo, objetivando principalmente definir e caracterizar a economia evolucionária moderna. A hipótese de que há compatibilidade da ontologia de Deleuze e Guattari com a abordagem da economia evolucionária se baseia na ênfase de ambos em: 1. A heterogeneidade dos entes existentes no mundo; 2. A importância de processos temporais para entender a transformação destes entes; e 3. O compromisso central com a existência material e concreta dos entes.

Se verificada, esta compatibilidade apontará para a possibilidade de fundamentar a ciência econômica na heterogeneidade concreta dos agentes e em seu devir na história.

Desta forma, o trabalho está dividido em 5 partes, incluindo esta Introdução e as Considerações Finais. Na segunda seção, apresenta-se a ideia de evolução em economia para Beinhocker, bem como os agentes são modelados e as implicações em termos de política econômica desta nova visão de economia. Na terceira seção, a ontologia neomaterialista de Deleuze e Guattari é apresentada. Na quarta seção verifica-se a compatibilidade entre os conceitos levantados dentro da ontologia deleuzo-guattariana e os conceitos de agente e evolução da economia evolucionária. A seção cinco conclui o trabalho.

2. A Economia Evolucionária Retratada por Beinhocker (2006)

Os modelos de equilíbrio geral inspirados no modelo de Arrow-Debreu parecem se encaixar em uma ontologia platônica: os mercados concretos podem ser compreendidos como cópias imperfeitas do ideal de mercado perfeitamente competitivo. Ao mesmo tempo, apenas choques exógenos estocásticos podem alterar a trajetória de equilíbrio das variáveis que compõem o modelo. Ou seja, a economia do modelo de equilíbrio geral de Arrow-Debreu se comporta como um sistema fechado de equilíbrio, ainda que dinâmico.

Em que a economia evolucionária difere desta visão? Primeiramente, segundo Beinhocker, a economia é um *sistema adaptativo complexo*, e não um sistema fechado de

equilíbrio (2006: 18). Sistemas adaptativos complexos são caracterizados pela presença de agentes heterogêneos que processam informação e interagem entre si gerando um padrão emergente macro distinto do comportamento individual. Em particular, o sistema econômico é compreendido como um *sistema aberto* cuja dinâmica é dada internamente (e não através de choques exógenos, como no modelo de equilíbrio geral). A "fórmula" interna que guia esta dinâmica é dada pelo algoritmo da evolução: Primeiro, temos a *diferenciação* dos entes que compõem o sistema; em seguida, *seleção* dos mais aptos para dado ambiente; e, por fim, *reprodução* destes últimos.

Beinhocker aponta que o algoritmo da evolução deve ser entendido como um algoritmo geral para que compreende processos tanto no campo biológico como no campo social. Ou seja, ele parece aceitar ser possível aplicar um "darwinismo generalizado" a todos os sistemas adaptativos complexos, como a formação de uma língua, uma espécie ou uma economia. Não nos cabe aqui analisar a validade ou não da ideia de um "darwinismo generalizado" aplicado a todos os sistemas adaptativos complexos[1]. Todavia, dado que a ontologia social de Deleuze e Guattari, que apresentaremos na seção 3, é materialista, cabe perguntar em que medida este algoritmo geral da evolução pode se aplicar aos entes econômicos concretos. Primeiramente, contudo, vamos verificar como Beinhocker compreende a ideia de evolução e sua aplicação à economia. Faremos esta verificação de modo a poder, na seção 4, comparar com o que dizem Deleuze e Guattari. Assim, primeiramente definiremos o algoritmo da evolução para depois aplica-lo à economia. Em seguida verificaremos como o modelo analisa o agente econômico e como vê o papel do Estado. Apenas depois dessa compreensão poderemos fazer a comparação com a ontologia social de Deleuze e Guattari apresentada na seção anterior.

2.1 Os Passos Básicos da Evolução segundo Beinhocker

Logo no começo de seu livro, Beinhocker (2006:12) observa que não se deve usar a ideia de evolução como se fosse uma "metáfora" aplicada da biologia à economia. O que ocorre é que "sistemas biológicos e econômicos são subclasses de uma classe mais geral e universal de sistemas evolucionários" (tradução do autor). Logo, haveria leis gerais dos sistemas *evolucionários* (o que nos levaria a leis gerais da economia e da biologia), mas as leis da biologia não necessariamente se aplicariam à economia.

[1] O artigo de Vromen (2008) esclarece o debate entre a hipótese ontológica de Hodgson e Knudsen e a hipóteses de continuidade de Ulrich Witt.

E quais seriam as características dos sistemas evolucionários gerais? Descrevamos as condições necessárias para que tenhamos sistemas evolucionários complexos (como, por exemplo, a economia do Brasil, o bioma do cerrado brasileiro, o sistema imunológico humano): primeiro, podemos imaginar que temos um espaço abstrato onde todos os planos *(designs)* possíveis para um dado sistema evolucionário. Podemos chamá-lo de *espaço de planos (design space).*

Todos os planos que fazem parte deste espaço podem ser codificados em um sistema que armazena os *esquemas* para realização dos diversos planos do espaço de planos. Também deve haver um *leitor de esquemas* que possa decodificar a informação dos esquemas nos entes concretos de determinado sistema evolucionário complexo.

Esta decodificação permite que se montem "interadores" *(interactors).* Estes *interactors* possuem a capacidade de se reproduzir no ambiente através de um mecanismo de *replicação*. Desta forma, os *interactors* são colocados em um ambiente que impõe restrições a eles. As restrições do ambiente formam a função de aptidão *(fitness function)* que os *interactors* devem enfrentar para se reproduzir. Devemos também observar que os esquemas sofrem variação no tempo, de modo que as informações contidas em um esquema podem se misturar às de outro.

Dadas estas condições, temos que a decodificação de um esquema produz uma população de *interactors* que, então, sofre a pressão das restrições do ambiente. A partir desta seleção, os *interactors* que possuem os replicadores com maior aptidão reproduzem-se com mais facilidade na população. Deste modo, os *interactors* que possuem tais replicadores acabam ganhando espaço frente a outros *interactors*, realimentando assim o ciclo dinâmico do sistema.

2.2 ***A Aplicação da Evolução à Economia, segundo Beinhocker***

O modelo apresentado acima é o modelo geral de evolução. Contudo, se é verdade que a economia é uma subclasse deste modelo geral, devemos ter correspondências entre os pontos delineados acima e a economia. Beinhocker faz este trabalho de correspondências nos capítulos 10, 11 e 12 do livro:

volução em Geral	**volução na Economia**
paço de planos (chamado de "Biblioteca rges")	paço de planos de negócios ("Biblioteca nith" – seção da "Biblioteca de Borges)

quemas	formações codificadas sobre os planos gócios da "Biblioteca de Smith"
squematas"	tudos, textos, discussões, ideias memorand . onde constam os planos de negócios pendem do contexto de implementação
itores dos Planos	uipes Administrativas das Empresas
teractors	egócios (não necessariamente firmas)
plicadores	ódulos, definidos como possíveis tecnologi ciais e físicas capazes de gerar diferenciaç s negócios
mposição dos *interactors*	cnologias Físicas + Tecnologias Sociais unid lo compromisso com uma estratég terminada
nbiente onde ocorre a diferenciação, seleçã pliação dos *interactors*	ercado

Tabela 1: Analogias entre o algoritmo geral de evolução e a economia.

Como podemos aplicar este modelo à economia concreta? Podemos compreender a economia concreta como populações de indivíduos e de negócios heterogêneos que interagem entre si. "Negócios" são definidos por Beinhocker como "uma pessoa ou grupo organizado de pessoas que transformam matéria, energia e informação com o objetivo de lucro" (2006: 280). Os negócios possuem equipes administrativas que atualizam negócios abstratos do espaço do plano de negócios (chamados de "Biblioteca de Smith" por Beinhocker), os decodificam e implementam. Observe-se, no entanto, que uma firma pode possuir vários negócios (como ocorre, por exemplo, com uma firma que possui vários produtos) e, por isso, um negócio não necessariamente é idêntico a uma firma.

Os negócios, além disso, são compostos de tecnologias físicas ("métodos e planos para transformar matéria e energia de um estado a outro com um objetivo") e de tecnologias sociais ("métodos e planos para organizar pessoas com um objetivo"). Uma vez escolhida certa tecnologia social e certa tecnologia física, o negócio adota uma estratégia que vai unir estas duas tecnologias. Com esta estratégia, o negócio tenta enfrentar o processo de seleção imposto pelo mercado, tentando comandar cada vez mais recursos frente a outros negócios – o que caracterizaria, no campo da economia, o processo de *amplificação* do negócio (análogo à reprodução biológica).

Um problema na definição de Beinhocker é com os replicadores no mundo econômico. Enquanto na biologia os replicadores são identificados aos genes, não há consenso sobre qual seria sua definição na economia (VROMEN, 2008). Deste modo, Beinhocker cria o conceito de *módulo.* Entretanto, seu conceito também não é preciso: ele define módulo abstratamente ora como "um componente do plano de negócios que pode prover uma base para diferenciação para os negócios", ora como as tecnologias sociais e físicas que podem comandar mais recursos com o passar do tempo.

É interessante observar que noções como tecnologias sociais e físicas vêm substituir conceitos tradicionais usados em economia, como trabalho e capital. Estas noções novas parecem enfatizar o lado processual e heterogêneo dos conceitos de capital e trabalho, pois tratam de planos e métodos múltiplos de organizar pessoas e a produção com vistas a um objetivo. Deve-se observar, contudo, que estes conceitos são abstratos. Ou seja, de um ponto de vista de uma ontologia materialista, Beinhocker deveria ser capaz de relacionar tais conceitos com entes concretos do mundo econômico.

Por fim, a adoção de uma estratégia envolve uma decisão irreversível que terá impactos no desempenho futuro do negócio. Dependendo do desempenho da firma no tempo, as expectativas e crenças dos agentes podem mudar. Como os agentes são "peças" básicas da tecnologia social do negócio, esta mudança pode afetar seu desempenho. Deste modo, cabe entender como podemos modelar os agentes e como isto impacta no desempenho das firmas em geral.

3.3. *Os Agentes Econômicos sob Uma Perspectiva Evolucionária*

A Economia Evolucionária não faz uso dos pressupostos de informação e racionalidade perfeitas, como na Economia Tradicional. No capítulo 6 de seu livro, Beinhocker aponta que na economia evolucionária as decisões são tomadas indutivamente por regras práticas ("*rules of thumb*"). Além disso, os agentes cometem erros sistemáticos e possuem vieses, mudando e adaptando seu comportamento com o tempo. Beinhocker faz uso da psicologia evolucionária para tentar entender como os agentes agem.

Outra característica que diz respeito aos agentes é com relação à sua psicologia. Fazendo uso dos achados da economia experimental, Beinhocker observa, no capítulo 15, que seres humanos são caracterizados por *reciprocidade forte.* Isto significa que humanos possuiriam uma predisposição inata para cooperar com outros humanos e de punir aqueles que

violam regras de cooperação (mesmo que isto acarrete custo pessoal). Ou seja, a hipótese de que os agentes cooperariam sempre em virtude de seu próprio auto-interesse não vale sempre.

No capítulo 14 do livro, Beinhocker trata das preferências dos agentes, compreendendo-as como sendo também formadas por um processo evolucionário universal. É este processo que seria responsável pelo gosto que humanos, no mundo inteiro, teriam por gorduras e açúcares, por exemplo, e pela sua predisposição em cooperar. A razão para a suposta universalidade destas preferências está na probabilidade maior de seus detentores vencerem o processo evolucionário de seleção – afinal, gorduras e açúcares são alimentos que possuem maior poder calórico, ao passo que a cooperação promove o crescimento do excedente, como mostrou Adam Smith.

As características propostas por Beinhocker mudam, portanto, a maneira de modelar o agente econômico da Economia Tradicional. Na verdade, pode-se afirmar, de acordo com a argumentação de Mirowski (2002), que os agentes da economia evolucionária são como *processadores de informações*. Dado um conjunto total de informações sobre planos de negócios, o processo evolucionário opera e seleciona apenas as informações úteis – que Beinhocker denomina *conhecimento*. Este conhecimento é o substrato das crenças que os agentes formam e, a partir das quais, eles agirão de acordo com suas preferências. É deste modo que equipes administrativas das empresas escolhem, montam e implementam planos de negócios da "Biblioteca de Smith".

Nada assegura, todavia, que o processo de seleção das informações do meio pelos agentes seja perfeito: como se mencionou, há erros e vieses no processo de tomada de decisão dos agentes. Beinhocker sugere, então, no capítulo 16, que as firmas internalizem o processo de evolução que ocorre no mercado, formando uma arquitetura social que minimize tais erros e vieses. São três os modos de realizar esta internalização: 1. uso de hierarquia para diminuir o processo de tomada de decisões; 2. montagem de planos de negócios flexíveis que permitam a realocação de recursos dentro da organização; e 3. Fomento de uma cultura que adote normas de desempenho, cooperação e inovação. Desta forma, a coevolução entre o montante de recursos controlado pelo negócio, as preferências dos agentes e sua estratégia garantirão uma maior probabilidade de amplificação do negócio.

3.4 O Papel do Estado na Economia Evolucionária de Beinhocker

Dadas todas as diferenças entre a Economia Tradicional e a Economia Evolucionária, cabe-nos perguntar ainda qual é o papel do Estado neste novo modelo. Este papel é analisado no capítulo 18 do livro de Beinhocker. Neste capítulo, o autor critica tanto as concepções de esquerda e direita quanto ao papel do Estado. Da perspectiva evolucionária, a diferença entre uma economia capitalista e socialista diz respeito ao último árbitro da aptidão econômica: capitalistas apostariam no mercado como último árbitro, enquanto socialistas apostariam no poder central do Estado.

Ambas as perspectivas são errôneas, segundo Beinhocker: a esquerda não levaria em conta o "problema de coordenação da informação" apontado por Hayek. Ou seja, o Estado não teria como coordenar, processar e julgar a aptidão *(fitness)* de toda a informação usada e espalhada pelo tecido social. Por seu turno, a direita não admite que os mercados podem ser ineficientes – embora a Economia Evolucionária tenha mostrado os mercados operam com agentes imperfeitos, em condições imperfeitas e sempre fora do equilíbrio. Além do mais, a direita não levaria em conta que seres humanos são caracterizados por reciprocidade forte e que, portanto, deveria haver um equilíbrio entre a competição e cooperação entre os agentes nos mercados. Para cumprir estes papeis, a presença do Estado seria necessária na economia.

A postura de Beinhocker é de que o Estado não deveria intervir diretamente no processo de diferenciação, seleção e amplificação das empresas no mercado. Ou seja, o mercado competitivo continua sendo o melhor mecanismo para gerar inovações que aumentem a riqueza das nações.

Entretanto, o Estado teria o papel central de modelador do ambiente de mercado *(environment fitness shaper*). Ou seja, caberia ao Estado criar um conjunto de instituições que permita aos mercados operarem, provendo incentivos para a inovação nos planos de negócios. Além disso, o Estado deve garantir um equilíbrio entre competição e cooperação entre os agentes econômicos, garantindo igualdade de oportunidades a todos e protegendo aqueles que não conseguem se sustentar neste sistema. Não faria, portanto, sentido em separar, de um lado, Estado, do outro mercado e, por fim, agentes com suas preferências: o importante seria compreender como as ações dos três se mesclam nas economias concretas.

3. A Ontologia Neomaterialista de Deleuze e Guattari

3.1 Os Princípios Fundamentais do Sistema de Deleuze

Antes de introduzir os princípios fundamentais do sistema de pensamento de Deleuze, algumas ressalvas devem ser feitas. Primeiramente, deve-se deixar claro que o estilo de escrita de Deleuze é um empecilho para sua compreensão. O próprio papel da linguagem dentro de sua filosofia é maior do que descrever uma realidade externa objetiva para um sujeito do tipo cartesiano ou kantiano. Desta forma, nossa leitura de Deleuze (e de Guattari) teve de ser mediada por uma série de intérpretes de sua obra.[2]

Em segundo lugar, o que apresentaremos aqui é uma versão resumida e parcial (mas, espera-se, não distorcida) de pontos-chave do sistema filosófico de Deleuze. A razão para este resumo e parcialidade é centrar fogo nos pontos relevantes da ontologia de Deleuze para nosso objeto de estudo – a economia evolucionária.

Por fim, além das dificuldades apontadas acima, o trabalho de pesquisa que se apresenta aqui têm um caráter experimental – não há ainda estudos que se propuseram a aplicar a ontologia de Deleuze e Guattari à economia em geral, e à economia evolucionária em particular. Isto implica em dizer que as conclusões que serão tiradas serão parciais e sujeitas à discussão e revisão.

Para compreender a ontologia *social* proposta por Deleuze e Guattari no projeto "Capitalismo e Esquizofrenia", é necessário antes compreender os dois princípios que sustentam a ontologia *geral* de Gilles Deleuze. Estes princípios são o da Univocidade do Ser e o de Devir (GUALANDI, 2003: 18). Embora esta explicação pareça, em princípio, muito distante de discussões sobre a ontologia da economia, veremos que, no correr do artigo, ela será importante.

O primeiro princípio, da Univocidade do Ser, diz respeito à realidade última daquilo que existe. Em que, afinal, consiste nossa realidade última? Para Deleuze, nossa realidade última consiste *em uma única e mesma substância, e isto é o que caracteriza o princípio da univocidade do Ser*. Embora única, esta substância pode se expressar de diversas formas: na forma de ideias, de estrelas, de palavras, de homens etc.

O segundo princípio que rege a ontologia de Deleuze diz respeito ao modo de ser desta substância única multiforme: ela é Devir, ou seja, mudança permanente – daí o fato de ela se apresentar sempre na forma de entes distintos (como cavalos, homens, plantas, livros etc).

[2] Foram usados os seguintes livros: Due (2007), Badiou (1999), Zourabichvili (2009), DeLanda (2002, 2006, 2010), Zizek (2003), Hardt (1996), Stivale (2005) e Gualandi (2003).

Seria errôneo, todavia, afirmar que a substância única é simplesmente a composição dos entes particulares dela derivados. Antes disso, a substância única é a própria *força* que causa mudanças, composições, recomposições e decomposições entre os entes particulares. Todas estas mudanças são realizadas com graus diferentes de *intensidade* – umas mais rápidas e outras mais lentas que outras.

Duas consequências emergem dos dois princípios que acabamos de apresentar: A primeira nos diz que, como vimos no parágrafo anterior, esta substância única é caracterizada por um *princípio diferenciador*. Este princípio promove a transformação de tudo que existe. Deleuze associa o conceito de *força* à velocidade com que as formas desta substância única se diferenciam tanto de si mesmas quanto umas das outras. Quanto mais *intensa* a força, mais rápida a transformação da forma.

A segunda consequência é que a filosofia de Deleuze tenta fazer do pensamento algo que está no mesmo plano de existência de tudo mais que existe – ou seja, sua filosofia é *imanente*. Em outras palavras, como consequência da univocidade do Ser, não há privilégio ontológico entre as diversas formas da substância única: ideias (tanto as que vêm da arte, como da ciência e da filosofia), objetos, seres vivos – todos têm o mesmo status ontológico. Seria um equívoco, portanto, pensar a multiplicidade das formas que existem como subordinadas a ideias platônicas ou essências aristotélicas: estas teriam um status ontológico *superior* ao das demais coisas do mundo, já que ou o mundo concreto é cópia de ideias perfeitas (Platão) ou ele é categorizado segundo gêneros e espécies que comporiam a essência dos indivíduos concretos (Aristóteles).

Para Deleuze, o próprio pensamento – que faz igualmente parte da substância única – deveria ser uma atividade diferenciadora e identificadora. Mas diferenciadora e identificadora de que? Ora, de processos e forças que, por sua vez, caracterizam a substância única em suas formas múltiplas combinantes. Ou seja, a atividade própria do pensamento é mais ampla do que a tentativa de um sujeito representar uma realidade que lhe é externa. Antes, o pensamento é uma prática concreta *interna* à realidade. Ele ocorre *nos* sujeitos, mas é autônomo em relação a eles. Sua principal missão é rastrear na realidade as forças que operam o Devir do Ser Unívoco. Ou, em termos mais simples: o pensamento tem como missão rastrear *pontos singulares* de força onde a transformação – o Devir – da substância única ocorre. E, já que também faz parte da substância única, *o próprio pensamento* se transforma neste rastreamento diferenciador e identificador de forças. Assim, o pensamento será tanto mais intenso e forte

quanto mais for capaz de rastrear as singularidades que marcam os pontos de mudança (os devires) das formas através das quais a substância única se apresenta.

3.2 A Ontologia Social De Deleuze e Guattari

Quais seriam as implicações da visão de mundo brevemente delimitada acima para o estudo das sociedades humanas?

Para nosso objetivo aqui, será suficiente tomar a ideia atrás da teoria dos agenciamentos ou das montagens. Deleuze e Guattari já falavam de montagens em "O Anti Édipo" (1972), mas elaboram com mais rigor uma definição no segundo volume de "Mil Platôs" (1980).

Como poderíamos analisar as sociedades humanas na forma de montagens ou agenciamentos? De modo geral, o quadro abaixo pode explicar o que se trata:

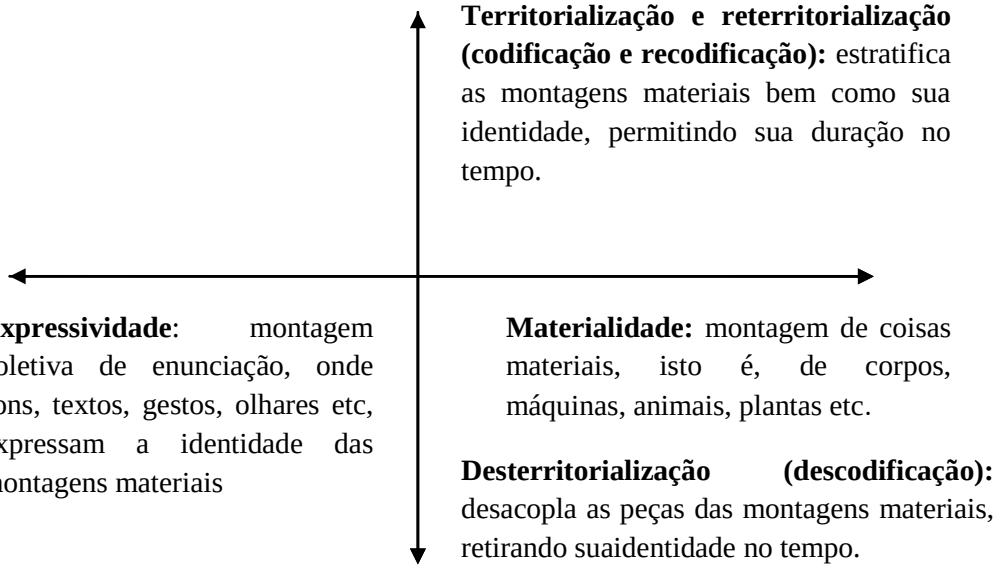


Figura 1: A teoria dos agenciamentos (ou montagens)

Como podemos entender a figura acima? Primeiramente, observamos que temos dois eixos, cada um deles com dois polos. No eixo horizontal, temos montagens (materiais e de enunciação), e no eixo vertical, temos processos de territorialização e desterritorialização. *Cada um desses eixos se relaciona a um princípio fundamental da ontologia geral de Deleuze: o eixo horizontal trata da multiplicidade de formas em que se apresenta o Ser Unívoco e o eixo vertical do Devir da Ser Unívoco.*

Vamos tratar primeiro do eixo horizontal. Lembremos que a substância única que existe – o Ser Unívoco -- se apresenta na forma de vários entes distintos que podem se combinar e recombinar de diversos modos. Já que são "partes" desta mesma única substância existente, estas formas particulares podem se combinar e recombinar para formar entes mais complexos. Ao mesmo tempo, cada ente complexo é também composto por entes mais simples. É exatamente esta combinação de "peças" que formam os entes materiais que Deleuze e Guattari chamam de *montagem (ou agenciamento) maquínico*.

No entanto, o que significaria uma montagem maquínica aplicada à ontologia social? Em linhas gerais, as "peças" materiais que formam o que entendemos por sociedade são os seres humanos e suas relações, tanto entre si como com o meio em que vivem. No entanto, esta base material -- este agenciamento maquínico-- *não é o único que deve ser levando em conta na ontologia social*. No reino social há também a esfera do *sentido,* e é preciso entender seu papel dentro da montagem maquínica da sociedade. O pensamento de Deleuze e Guattari não pressupõe que conceitos como "sociedade", "sujeito", "natureza" ou "cultura" tenham um sentido imediato. Isto não significa que não haja seres humanos concretos no mundo, nem que estes seres humanos concretos não se relacionem entre si e com o meio que os cerca. Muito pelo contrário: como vimos acima, estas relações materiais que os homens estabelecem entre si e com o meio formam, segundo Deleuze e Guattari, um agenciamento ou montagem maquínica social. Ela está exposta no polo direito do eixo horizontal da figura 1 acima. Estas montagens maquínicas formam um dos blocos básicos da ontologia social deleuzo-guattariana.

No entanto, para que estas montagens adquiram uma identidade e possam ser expressas em conceitos como os que usamos – "sociedade", "sujeito" etc., elas devem possuir certa estabilidade. Esta estabilidade é garantida por uma determinada estrutura de poder que codifica os tipos de relações que é permitido aos homens travarem entre si e com o meio circundante. Esta codificação é realizada através de *regimes discursivos*: estes não apenas regularizam e estabilizam o escopo possível de ações das montagens materiais como também mostram como um *sentido coletivo* pode ser atribuído a elas. O conjunto de enunciados (mais do que proposições) de um determinado regime discursivo forma uma *montagem coletiva de enunciação*. Esta montagem constitui um segundo bloco básico da ontologia social deleuzo-guattariana: coladas às montagens materiais há regimes discursivos concretos que codificam e dão sentido aos gestos, ações, sons, objetos materiais e relações que os homens engendram entre si e o mundo. Esta montagem coletiva de enunciação constitui o polo esquerdo do eixo horizontal da figura 1 acima.

Temos aí então um primeiro modo como a ontologia *geral* de Deleuze se relaciona com a ontologia *social* de Deleuze e Guattari: a sociedade é um modo específico de a substância única se apresentar. Neste modo particular de apresentação, a substância única surge na forma de seres humanos e das relações que eles possuem entre si e o meio. No mesmo nível da montagem maquínica social, há uma montagem coletiva de enunciação. Esta última montagem dá sentido à própria existência concreta dos seres humanos, aos objetos que eles produzem e às relações que eles entretêm entre si e o meio. Podemos assim compreender o significado do eixo horizontal na figura 1.

Cabe agora explicar o segundo modo como a ontologia geral de Deleuze se relaciona com a ontologia social de Deleuze e Guattari. Este segundo modo diz respeito ao Devir do Ser Unívoco, e é representado pelo eixo vertical da figura 1.

Ora, se é verdade que a característica central do Ser Unívoco é a força do Devir, então deve-se levar em conta também como as montagens maquínicas ou as montagens coletivas de enunciação se modificam no tempo. Algumas destas montagens possuem certa estabilidade (por exemplo, o Estado brasileiro, as regras gramaticais da língua portuguesa, a Cia. Vale etc.). Na terminologia de Deleuze e Guattari, podemos dizer que estas montagens estáveis estão *segmentarizadas.* Por estarem segmentarizadas, elas podem adquirir uma identidade específica, ganhar um sentido social dominante e durar no tempo em um processo de *territorialização*. A velocidade de mudança é baixa nestas montagens e sua identidade se mantém no tempo.

No entanto, outras montagens possuem velocidade de mudança alta. De fato, a mudança pode ser veloz a ponto de minar a identidade da montagem. O exemplo dado por Deleuze e Guattari, no Volume 2 de "Mil Platôs" é incidentalmente econômico: no dia 20.11.1923 o velho *reichmark*, totalmente desterritorializado pela alta inflação, foi expulso do corpo monetário da Alemanha e substituído pelo *rentenmark.* Neste caso, houve um *processo* de *desterritorialização*que vinha durando já cinco anos eque provocou a decomposição das diversas partes que compunham o sistema monetário alemão. Na linguagem de Deleuze e Guattari, a *segmentaridade* que caracterizava o sistema monetário alemão foi tomada por uma *linha de fuga* que o *desterritorializou*. A partir daí, as "peças" decompostas do sistema – os banqueiros, o Banco Central Alemão, a população alemã em geral -- puderam ser recompostas de modo distinto para formar novos entes (no caso, o *rentenmark*e um novo sistema monetário).

É importante perceber que os regimes discursivos que formam montagens coletivas de enunciação estão *no mesmo eixo das montagens materiais e, assim como elas, também são coletivos.* Ou seja, a esfera de sentido que atribuímos às coisas materiais tem o mesmo status ontológico das próprias coisas materiais, embora sejam entes de qualidades diferentes. Aqui se atesta a importância da doutrina da univocidade do Ser em Deleuze: *a esfera de sentido não se encontra num plano ontológico superior* que serve como formas para as coisas materiais (como na teoria das ideias de Platão). A esfera de sentido também não comporta gêneros ou espécies universais e imutáveis capazes de categorizar os entes concretos (como em Aristóteles). Ela tampouco é similar ao "Verbo Divino" que criou as criaturas, como para os filósofos/padres medievais. A esfera de sentido faz parte da substância única, e teve um processo de origem e devir como todas as demais coisas que estão no mundo. Este processo se origina nas características biológicas e físicas dos seres humanos que os permitem criar e manipular símbolos através de palavras, signos, gestos etc.

É importante reforçar mais uma vez que *a esfera do sentido não é constituída propriamente de proposições, mas de enunciados*. Diferentemente das proposições, os enunciados *não estão em um nível acima do mundo concreto visando representa-lo adequadamente*. Como colocado acima, os enunciados são produtos sociais dos seres humanos e se mesclam, influenciam e coordenam as demais práticas sociais.

Ou seja, estudar a esfera de sentido não consiste em verificar quão logicamente corretas são as proposições produzidas dentro de certa sociedade. Também não consiste em verificar se tal representação é adequada ou não ao mundo externo. Estudar a esfera de sentido significa antes estudar o processo que permitiu que certos enunciados fossem usados, em determinada época e lugar, para recortar a realidade material de certa maneira.

2.3 Desejo e Poder

Esta descrição da ontologia social deleuzo-guattariana estaria incompleta se não mencionássemos ao menos como poder e desejo entram no tecido social. Na verdade, um dos objetivos de "O Anti-Édipo" é mostrar como desejo e poder entram na constituição do sujeito edipiano que veio a popular as sociedades industriais avançadas da Europa Ocidental e dos EUA a partir do fim do século XVIII.

Até agora, pouco falamos sobre a força que faz as pessoas transformarem o meio em que vivem, a si mesmas e os relacionamentos em que elas entram. Ora, se os seres humanos

são manifestações particulares da substância única, eles também são caracterizados pela força do devir que os perpassa. Como podemos explicar a atuação desta força nos humanos?

Seguindo a tradição de Hume e Spinoza (mas também Adam Smith), Deleuze e Guattari supõem que a energia que move as pessoas são as *paixões*. Mais especificamente, na linguagem psicanalítica dos autores, os seres humanos são movidos por energias libidinais inconscientes presentes em sua psique. Estas energias *perpassam* os seres humanos, mas não pertencem a eles – analogamente a uma corrente elétrica que produz calor e luz em um fio de tungstênio, mas não pertence a ele. Neste sentido específico, pode-se afirmar que, para Deleuze e Guattari, o desejo é propriamente *social*. Isto significa que o desejo só é ativado em nossos corpos individuais tendo por base as relações sociais que travamos e o meio em que crescemos: é só quando olhamos, tocamos, cheiramos e ouvimos os outros que o desejo aparece. Na infância, estas energias libidinais não tem um objeto específico que as satisfaça. Deste modo, nada indicaria que as paixões que movem os seres humanos devessem atravessá-los e organiza-los primariamente na forma social de família nuclear (pai, mãe e filhos): esta seria apenas *uma* possibilidade de territorializar socialmente o desejo que é produzido e circula pela psique dos seres humanos. Deste modo, deve haver uma razão que explique a predominância desta forma moderna de organização dos seres humanos e da produção e circulação sociais segmentarizadas de suas energias libidinais. Como Deleuze e Guattari explicam isto?

Seguindo uma linha de pensamento que visava unir as ideias de Freud e Marx[3] Deleuze e Guattari explicam que o fluxo livre do desejo presente no bebê é bloqueado na medida em que a criança se desenvolve. Este bloqueio, contudo, não ocorre hoje como no passado: por exemplo, nas sociedades absolutistas europeias, havia uma série de proscrições sobre quais objetos e comportamentos seriam dignos de valor, e era isto que regulava o desejo (ver HOLLAND, E. (2007)). Ou seja, era possível a um poder central *codificar* certos objetos e comportamentos, de modo a regular a produção e circulação social de desejo. Ora, não é isto que viam Deleuze e Guattari nas sociedades capitalistas americanas e europeias ocidentais ao fim dos anos 1960. Seguindo Freud, era necessário que a autoridade repressora fosse internalizada pela criança quando crescia, gerando, desta forma, o complexo de Édipo. Isto era necessário devido à especificidade da montagem maquínica capitalista.

[3] Pode-se dizer que Deleuze e Guattari são herdeiros do Freudo-Marxismo, movimento intelectual surgido na Alemanha nos anos 1920 e que visava unir a teoria psicológica de Freud à análise da economia política e alienação em Marx. Seus principais representantes foram Wilhelm Reich, Herbert Marcuse e Erich Fromm.

Mais precisamente, o que há de especial no capitalismo é que sua instituição central – o mercado, acompanhado da circulação monetária –*produz fluxos desterritorializados de desejo, mercadorias e pessoas*. Estes fluxos desterritorializadosnão proíbem nem restringem a circulação ou produção deste ou daquele bem, como nas sociedades absolutistas. Como consequência, a sociedade capitalista é aquela que, sob o signo abstrato da forma-dinheiro, libera o desejo de uma repressão externa explícita que antes o impedia de circular livremente. No limite, a produção de desejo nas sociedades capitalistas não poderia ser codificada, gerando o que Deleuze e Guattari conceituam como "esquizofrenia". Em tal situação, a produção e consumo de mercadorias seria veloz a ponto de desacoplar a própria montagem maquínica capitalista. Nos termos da figura 1, podemos dizer que é necessário manter a estabilidade das "peças" que compõem as sociedades capitalistas (no polo direito do eixo horizontal), embora não tenhamos mais uma autoridade central que possa codificar e dar sentido a estas "peças" (no polo esquerdo do eixo horizontal).

É para se contrapor ao risco de desmontagem do agenciamento maquínico capitalista que surge o sujeito edipiano. Através de instituições como a família nuclear, a escola, a fábrica, o Estado e o mercado, o sujeito internaliza a autoridade bloqueadora do livre fluxo do desejo. Em outras palavras, estas instituições são exemplos de instâncias de poder que permitem recodificar os fluxos de desejo, produção e consumo desterritorializados pelo capital. Isto permite que a montagem capitalista perdure no tempo, apesar de seu caráter desterritorializante.

Por fim, é deste modo que o desejo humano (que originalmente, como vimos, não possui um objeto definido), é canalizado para a produção, o consumo e a manutenção de uma família nuclear. Com a internalização da autoridade pelas instituições mencionadas acima, não é mais necessária a interdição de um poder central absoluto: o "sujeito edipiano" impede em si mesmo o livre fluxo do desejo. Atente-se aqui que o "sujeito edipiano" é fruto de um processo e de uma conjuntura social e histórica específica – a Europa Ocidental e os EUA a partir do fim do século XVIII. Deste modo, o estudo da formação deste sujeito é coerente com a ontologia social de Deleuze: ele surge dentro de uma montagem maquínica historicamente formada (o capitalismo) e só pode ganhar sentido dentro de uma determinada montagem coletiva de enunciação. Nesta montagem coletiva de enunciação a psicanálise cumpre papel central, pois permitiria a liberação do desejo retido dos sujeitos, ao mesmo tempo em que visaria adaptá-los à montagem maquínica capitalista. Por fim, devemos lembrar mais uma vez que os conceitos de "sujeito edipiano" e "sociedade capitalista" não correspondem a essências ou ideias usadas

para compreender ou categorizar determinados entes do mundo concreto. Antes disso, estes conceitos são também entes do mundo concreto produzidos historicamente, fazendo parte de uma montagem coletiva de enunciação específica. Esta última, por sua vez, é igualmente formada historicamente e é sancionada por certa estrutura de poder.

Em resumo: uma das novidades do trabalho de Deleuze e Guattari em "O Anti-Édipo" consistiu em mostrar, através de uma teoria das montagens, como subjetividade, economia e poder político coevoluem no tempo. Seu objetivo era mostrar como os discursos que dão sentido às montagens maquínicas que compõem a sociedade capitalista – a economia e a psicanálise – não captam adequadamente o processo em que poder político, economia e subjetividade se unem para produzir a realidade social. O estilo de escrita do projeto "Capitalismo e Esquizofrenia" visa igualmente produzir uma desterritorialização no modo como conceitualizamos a economia, o poder político e a subjetividade. Esta característica é, ao mesmo tempo, sua dificuldade e sua inovação: as fronteiras entre as disciplinas são menos importantes do que captar e fazer mudar, através das palavras, a força que anima as sociedades capitalistas contemporâneas.

2.4. O Virtual e o Atual

Dado o que vimos na subseção anterior, cabe-nos perguntar: se o desejo não precisa ser canalizado para o consumo, a produção e a manutenção de uma família nuclear, como podemos liberar seus fluxos sem desterritorializar as montagens que compõem nossos corpos físicos e nosso psiquismo? Da mesma forma, como podemos realizar uma montagem maquínica diferente daquela que caracteriza as sociedades capitalistas? E como podemos criar sentidos distintos para estes novos desejos e montagens maquínicas?

Deleuze e Guattari imaginam que há inúmeros modos de fazer fluiro desejo, de "montar" uma sociedade, de criar sentido. Como pensar nesses modos alternativos de desejar, produzir, criar sentido? Isto é, como podemos criar, a partir da realidade concreta em que nos inserimos, outros modos de fazer circular o desejo, a produção e o sentido?

Um modo possível para pensar estas alternativas é o materialismo aristotélico: embora o que exista de fato sejam os entes materiais que povoam o mundo, a *inteligibilidade* destes entes materiais depende do conhecimento de sua *essência*. O conhecimento da essência é feito descobrindo o que há de comum na multiplicidade dos entes concretos, podendo assim

categorizá-los em gêneros e espécies estáticos que se encontram em um nível diferente de existência – o nível de inteligibilidade -- que os entes concretos.

Como vimos, a doutrina da Univocidade do Ser nega que haja um status ontológico distinto para gêneros e espécies. Para Deleuze, gêneros e espécies não são estáticos e imutáveis, mas são também parte da substância única – ou seja, como tudo o mais que existe, eles são também formados historicamente por processos dinâmicos de diferenciação.

Para dar conta da mulitiplicidade e mudança no tempo dos entes concretos, o materialismo aristotélico faz uso da ideia de causa final, de um *télos*. Para explicar as possibilidades de mudança por que podem passar os entes no mundo, Aristóteles faz uso de um deus, que, agindo à distância, levaria a mudança aos seres concretos, fazendo com que eles se aproximassem cada vez mais de sua essência imutável.

Deleuze também tenta se livrar da ideia de que há uma causa final que "puxa" os entes concretos do mundo rumo à sua essência imutável. Ora, se o Ser Unívoco é caracterizado pela força do Devir, o que caracteriza sua essência *não é* o que há de comum e imutável na diversidade dos entes, *mas a própria dinâmica imanente que gera a diversidade dos entes.*

Para manter a coerência da doutrina da Univocidade do Ser, Deleuze precisa eliminar a ideia de um campo transcendente superior onde estariam as essências dos entes concretos do mundo. Para isto, Deleuze cria a ideia do *plano de imanência.*[4] Assim como o campo transcendental (onde podemos encontrar ideias platônicas, essências aristotélicas, o Deus cristão, o *cogito* cartesiano, o sujeito transcendental kantiano etc.) este plano não é empírico. Contudo esta é a única semelhança entre os dois: a diferença do plano de imanência para o campo transcendental é que o primeiro não é composto de nenhuma espécie de essência imutável, mas *da totalidade variável de processos dinâmicos que compõem a realidade concreta em que estão os entes empíricos*. Este plano é dito *virtual*, pois ele carrega em seu bojo o conjunto de processos de mudança por que podem passar os entes concretos. É importante ressaltar que este conjunto de processos, embora limitado, *não é imutável* – se o

[4] O plano de imanência ganha vários nomes na obra de Deleuze (e Guattari): quando falam do desejo, ele é chamado de "Corpo sem Órgãos (CsO)"; no campo da filosofia, é o *plano de consistência*; na ciência, é chamado de *plano de referência*; e, finalmente, em se tratando de arte, é o *plano de composição*. Ver HOLLAND, D. (2005: 60). DeLanda, entretanto, define o plano de referência como aquele composto de entes concretos (2009: 104) ao qual a ciência pode referir. Badiou (1999: 46) aponta que a ciência tem a missão de ordenar os entes segundo funções, o que é compatível com a própria definição que Deleuze dá de ciência em "O Que é a Filosofia?" (1991).

fosse, estaríamos lidando apenas com uma versão distinta de um campo transcendental, e este não é o objetivo de Deleuze.

Ou seja, embora o plano de imanência não nos seja dado empiricamente, ele é – como seu próprio nome diz --imanente ao mundo concreto. Mas como? Ora, isto é possível porque os próprios entes concretos *são processos dinâmicos de atualização e de virtualização*. Tomemos, por exemplo, um corpo físico humano adulto: pelas marcas deixadas pelo tempo em seus órgãos é possível compreender os *processos*passados que o levaram a assumir, desde sua infância, sua forma*atual*. Por outro lado, a partir de sua forma *atual*, este corpo pode atravessar, no futuro, inúmeros *processos* de *virtualização*: ele pode perder massa até se decompor, ou ganhar massa a ponto de seus órgãos não mais funcionarem; pode sofrer intervenções cirúrgicas que o modifiquem, ou pode simplesmente envelhecer e falecer. Logo, os entes concretos são atualizações de processos dinâmicos específicos entre os inúmeros processos dinâmicos que perfazem o plano de imanência, assim como $x = 1$ e $y = 2$ é uma solução concreta para a equação indeterminada $x + y = 3$. Do mesmo modo, a solução concreta $x = 1$ pode reentrar o espaço virtual de equações indeterminadas, modificando, por exemplo, a equação $x + w + z = 8$ (que se transforma em $w + z = 7$, depois que $x = 1$ se virtualiza). Não há, portanto, diferença ontológica entre o plano de imanência e os entes concretos, e isto é coerente com a doutrina da Univocidade do Ser.

Deste modo, compreende-se porque a ontologia de Deleuze e Guattari é dita *neo*materialista: ao enfatizar a diferença, a multiplicidade e os processos de mudança que afetam os entes concretos, esta ontologia evita fazer referência a um plano de inteligibilidade ontologicamente superior ao dos entes concretos. Ao mesmo tempo, ela funciona como uma crítica aos pressupostos básicos da metafísica ocidental, pois deixa de valorizar a busca de uma identidade estática para a multiplicidade dos entes concretos – "o Um nos Muitos, e os Muitos no Um", como diria o economista inglês Alfred Marshall. Não há necessidade de ideias ou categorias imutáveis e transcendentais para compreender os entes concretos. Em vez disso, a ontologia neomaterialista de Deleuze busca compreender a identidade como fruto da dinâmica imanente das diferenças que caracterizam a multiplicidade dos entes concretos.

4. A Compatibilidade entre a ontologia social de Deleuze e Guattari e a Economia Evolucionária definida por Beinhocker

Tendo apresentado a ontologia social de Deleuze e Guattari na seção 2 e a Economia Evolucionária de Beinhocker na seção 3, cabe-nos agora verificar sua compatibilidade,

segundo o objetivo central deste artigo. Dado que a ontologia de Deleuze e Guattari é materialista, esta compatibilidade poderia fornecer credenciais materialistas à economia evolucionária.

4.1 Pontos Compatíveis: A analogia entre a "Biblioteca de Borges" e o Plano de Imanência

O primeiro ponto compatível entre a economia evolucionária e a ontologia de Deleuze e Guattari diz respeito à analogia entre a "Biblioteca de Borges" e o plano de imanência. Da mesma forma que o plano de imanência, a "Biblioteca de Borges" traz em si possibilidades limitadas e mutáveis de planos (de negócios ou outro qualquer) que podem ser codificados e depois transformados em entes concretos. Não se trata, portanto, de algo como um reino das ideias platônico ou essências aristotélicas. Trata-se de um plano abstrato mas imanente, que fornece um espaço de possíveis atualizações para os entes concretos.

4.2 A ênfase no caráter processual e mutável da realidade econômica

No projeto "Capitalismo e Esquizofrenia", Deleuze e Guattari analisam não apenas a economia como mesclada à política e à subjetividade como fazem (em "O Anti-Édipo") uma "história universal" de como os três coevoluem. Desta forma, é provável que Deleuze e Guattari aprovassem o caráter processual e mutável com que a economia evolucionária compreende a economia. Particularmente, a ideia de que o próprio sistema econômico gera diferenciações internas a partir de sua própria dinâmica é coerente com a ideia de Devir do Ser Unívoco. A coevolução de Estado, mercado e das preferências dos agentes pode ser também entendida como compatível com a abordagem de Deleuze e Guattari.

4.3 Pontos Incompatíveis: A esfera do sentido versus a esfera da informação

Um ponto de incompatibilidade entre a abordagem de Deleuze e Guattari e a economia evolucionária tal como definida por Beinhocker parece estar na diferença entre o conceito de *informação* e de *sentido*. Enquanto o primeiro parece estar desvinculado do poder político e ter conexão apenas *instrumental* com outras práticas sociais, o segundo é abertamente político e tem uma ligação *ontológica* com outras práticas sociais. Em outros termos, a informação, segundo Beinhocker, parece ser apenas um instrumento que possibilita a aplicação do algoritmo da evolução na economia, gerando conhecimento, crenças e ideias usadas pelos agentes.

Por outro lado, o sentido em Deleuze e Guattari é desde o início vinculado a certa estrutura de poder. O sentido, além do mais, é parte da realidade humana tanto quanto os entes materiais (lembremos que as montagens maquínicas e as montagens coletivas de enunciação se encontram sobre o mesmo eixo horizontal na figura 1). Ou seja, o sentido *não se resume* a um instrumento que agentes usam visando amplificar negócios ou replicar seu genoma: ele é uma esfera da realidade humana que, embora dependente de um substrato material, possui um caráter próprio não redutível a esta esfera nem ao algoritmo da evolução.

4.4 A subjetividade do agente: desejos, crenças, preferências

Beinhocker menciona Freud apenas incidentalmente quando discorre sobre as preferências dos indivíduos (2006: 309), descartando uma possível contribuição do criador da psicanálise à economia evolucionária. Em comparação, hipóteses sobre o psiquismo sendo constituído por desejos inconscientes de natureza sexual e sua repressão por internalização de autoridade são centrais em "O Anti-Édipo". Este ponto representa uma das maiores incompatibilidades entre a ontologia social de Deleuze e Guattari e as ideias de Beinhocker. Enquanto as preferências são dadas universalmente pela evolução, o desejo é social, inconsciente e não obedece necessariamente ao mecanismo da evolução (o desejo humano não se vincula necessariamente à reprodução).

De um ponto de vista evolucionário/informacional, as crenças que um indivíduo constrói podem ser erradas ou viesadas, ou seja, podem não contribuir para fazer rodar o algoritmo da evolução. Contudo, isto pode não ocorrer do ponto de vista do sentido: certas crenças podem ser compatíveis com uma estrutura de poder e uma montagem maquínica, sem necessariamente serem "erradas" ou "viesadas".

Por fim, enquanto a subjetividade em Deleuze e Guattari possui um caráter processual e histórico (o "sujeito edipiano" é formado especificamente dentro do capitalismo), para Beinhocker o sujeito parece se constituir a partir de uma função de utilidade universal e da capacidade de processar informações. Como esta capacidade não é perfeita, Beinhocker sugere, como vimos, que as firmas internalizem o algoritmo da evolução, criando uma hierarquia e uma cultura empresarial, de forma a formar uma "sociedade de mentes".

4.5 Seleção e Amplificação na Economia?

Embora Deleuze e Guattari provavelmente aprovassem a ideia de estudar economia como um sistema que se autotransforma, não há razões claras para que eles cressem que há

mecanismos de seleção e amplificação atuando de forma imanente e integral na economia. Por exemplo, há inúmeras comunidades tradicionais em todo mundo que não promoveram a ampliação de seus "negócios" nos últimos séculos. Por outro lado, os seres humanos podem criar um meio que seja hostil ao aumento da aptidão da sua própria espécie (gerando problemas como a poluição ou a obesidade).

Para explicar estes fatos, Deleuze e Guattari poderiam argumentar que há montagens maquínicas específicas que, uma vez territorializadas, não permitem a acumulação de excedente (como nas comunidades tradicionais). Por outro lado, como seu conceito de "esquizofrenia" deixou claro, é uma tendência do modo de produção capitalista a desterritorialização constante do desejo, das pessoas e objetos. Como foi visto, esta tendência desterritorializante tende a desestabilizar a própria montagem maquínica capitalista.

Desta forma, Deleuze e Guattari não apelam para leis gerais da evolução, nem leis gerais da economia ou da biologia. O trabalho da ciência, na sua visão, é investigar *padrões imanentes de transformação*: em que ponto específico da história de certo grupo humano começa a haver acumulação de excedente? Qual é o nível de poluição em uma determinada área e clima a partir do qual pode haver comprometimento da capacidade respiratória humana? E qual o nível de ingestão calórica diária associada a qual estilo de vida leva à probabilidade de obesidade?

Desta forma, o último ponto de discordância da ontologia deleuzo-guattariana com relação à economia evolucionária diz respeito ao caráter geral das leis da evolução e também a alguns conceitos como "tecnologia social" e "tecnologia física". Certamente há fenômenos econômicos que obedecem aos princípios de seleção, diferenciação e ampliação. Certamente há planos e métodos de organizar pessoas e coisas com algum objetivo. Estes fenômenos, contudo, devem ser estudados sempre de forma imanente, sem fazer apelo a leis gerais que podem ter caráter transcendental.

5. Considerações Finais

O que podemos afirmar, por fim, sobre a possibilidade de a ontologia neomaterialista de Deleuze e Guattari servir de base para a economia evolucionária delineada por Beinhocker?

Pelo que vimos na seção 4, ela poderia servir de base, sim. No entanto, ela pode servir de base apenas na medida em que a economia evolucionária substitua a idéia de que há leis gerais da evolução operando integralmente na economia pela idéia de rastrear padrões

imanentes de seleção, diferenciação e amplificação específicos entre os entes concretos da economia. Estes padrões devem existir, e deve-se compreender os processos históricos que os levam a operar em certos entes econômicos e não em outros. Neste sentido, a vertente de economia evolucionária defendida por Witt (2004) pode ser de grande valia, pois admite que a evolução cultural não obedece aos princípios da evolução biológica.

Deve-se observar aqui que a reticência de Deleuze e Guattari quanto a leis gerais não leva à ideia de que as leis científicas seriam contingentes. Ou seja, se a ciência descobre que a água muda de estado físico a 100º C, nas condições normais de temperatura e pressão (CNTP), isto valeria globalmente. No entanto, deve-se observar exatamente que este é um *padrão imanente de transformação* da natureza, e que este padrão pode ser captado (ou não) de diferentes modos por diferentes culturas. Em outras palavras, Deleuze e Guattari provavelmente aceitariam um *relativismo conceitual.* Deve-se relembrar que o eixo horizontal da figura 1 é composto tanto por um polo material quanto por um polo expressivo. No polo expressivo pode-se expressar a mudança no estado físico da água como "lei geral", ou como "incorporação do deus-fogo", dependendo do agenciamento coletivo de enunciação em que se encontre. Não significa dizer que a fervura da água depende da cultura em que se está, mas antes de que a cultura em que se está organiza e coordena signos de diferentes modos. Pode-se, assim, expressar a mudança de estado físico da água igualmente de diferentes formas.

Tendo estas observações em mente, controvérsias na economia evolucionária (como achar a unidade de replicação na economia) poderiam ser recolocadas de outra forma: quais seriam as montagens materiais historicamente determinadas que, em conjunto com outras montagens maiores, são capazes de serem codificadas e durar no tempo por certas sociedades em certas épocas? Este seria um modo de colocar o problema da amplificação de negócios no tempo sem apelar para leis gerais da evolução.

Por fim, sendo uma ontologia materialista, Deleuze e Guattari provavelmente insistiriam na investigação empírica dos limites em que os fenômenos econômicos podem ser explicados pelo algoritmo da evolução. Consoante sua teoria das montagens, os autores entenderiam que a própria ideia de "evolução" visa dar sentido a uma série de fenômenos materiais concretos. Como bons materialistas, Deleuze e Guattari provavelmente apoiariam a economia evolucionária na medida em que ela fosse capaz de identificar os padrões imanentes de transformação que ocorrem nas relações econômicas. Ou seja, que ela fosse capaz de identificar como mudam no tempo os padrões de relação entre os seres humanos e o meio em

que vivem quando produzem, distribuem e consomem objetos que surgem a partir destes padrões de relação.

6. Referências:

BADIOU, A. *Deleuze: The Clamor of Being*. Minnesota: University of Minnesota Pres, 1999.

BEINHOCKER, E. *The Origin of Wealth: Evolution, Complexity and The Radical Remaking of Economics*. Harvard: Harvard Business School Press, 2006.

BRESLAU, D. *The Real and the Imaginary in Economic Methodology*. In: STEINMETZ, G. *The Politics of Method in the Human Sciences: Positivism and Its Epistemological Others*. Durham: Duke University Press, 2005.

DELANDA, M. *Intensive Science and Virtual Philosophy*. New York: Continuum Press, 2002.

_____. *A New Philosophy of Society*. New York: Continuum, 2006.

_____. *Deleuze: History and Science*. New York: Átropos Press, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O *Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

_____. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia.* São Paulo: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, G. *O Que É a Filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 1992.

DUE, R. *Deleuze*. Malden: Polity Press, 2007.

GUALANDI, A. *Deleuze*. Série Figuras do Saber. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

HARDT, M. *Gilles Deleuze: Um Aprendizado em Filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

HOLLAND, D. *Desire.* In: STIVALE, C. *Deleuze: Key Concepts*. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2005.

MIROWSKI, P. *Machine Dreams*: Economics Becomes a Cyborg Science. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

STIVALE, C. *Deleuze: Key Concepts*. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2005.

THE ECONOMIST. *Agents of Change*. Edição de 22.07.2010, disponível em: http://www.economist.com/node/16636121.

VROMEN, J. *Ontological issues in evolutionary economics: The debate between Generalized Darwinism and the Continuity Hypothesis*. Papers on Economics and Evolution. Jena: Max Planck Institute, 2008.

ZIZEK, S. *Órgãos sem Corpos: Deleuze e Conseqüências*. São Paulo: Cia. De Freud, 2011.

ZOURABICHVILI, F. *O Vocabulário de Deleuze.* 2ª Edição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2009.

Territórios da produção industrial: considerações sobre política de desenvolvimento e dinâmica setorial no Ceará

Evânio Mascarenhas Paulo[1]
Christiane Luci Bezerra Alves[2]

RESUMO - Após uma mudança no modo de regulação do executivo e implantação de uma política de isenção fiscal para atrair investimentos industriais, o Ceará vive um novo padrão industrial, ao apresentar proeminentes taxas de crescimento econômico com base nesse setor. Nesse contexto, a pesquisa analisou as condições em que estão inseridas a atividade industrial no Ceará, procurando identificar padrões de localização/especialização. Para tal, se fez uso de um marco metodológico que consiste no calculo dos índices de Gini Locacional – para identificar classes de indústrias com elevado grau de concentração geográfica da produção – e o Quociente Locacional – para a identificação de sistemas locacionais de produção. Observa-se que a indústria cearense encontra-se bastante concentrada espacialmente, além disso, as regiões do Cariri e Fortaleza se destacam por apresentarem uma estrutura regional diversificada com um QL elevado para várias classes de indústrias.

Palavras-Chaves: Mercado de trabalho; Localização Industrial; Economia Cearense.

ABSTRACT - After a change in the regulation manner at management provincial and fiscal immunity policy for attract industrial investments, Ceará live a new industrial stencil, exhibiting prominent taxes of economic development based in that department. In that context, inquiry analyzed the conditions that judge the industrial activity in Ceará's space, searching to identify localization/specialization stencil. The methodology privies the calculation of Gini's index – for to identify industrial category with elevated grade of geographic concentration – and the Locacional quotient – for indentify production locacional systems. Observe that Ceará's industry is centralized in space term and Cariri and Fortaleza regions detach by exhibit a regional structure very diversified with LQ elevated for many industrial category.

Key Words: employment market, industrial specialization, Ceará's economy

1 Introdução

O estudo acerca dos padrões de localização/especialização industrial tem ganhado cada vez mais espaço na literatura econômica nacional, ao passo que se constitui num importante instrumento na promoção do planejamento das políticas públicas de estimulo à atividade econômica. Principalmente depois das mudanças sócio-econômicas do mundo no contexto do pós-guerra.

Vale destaca ainda o peso dos ganhos de economias de escalas decorrentes da formação de aglomerações industriais devido à articulação entre os agentes possibilitando o surgimento de externalidades positivas que se traduzem em redução de custos, vantagens na formação de preços, difusão de novas tecnologias, dentre outros.

Este trabalho tem como ponto de partida as transformações na economia brasileira na

[1] [2]Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA).
[2] Aluna do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – DDMA/ Universidade Federal do Ceará – UFC; Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA; chrisluci@gmail.com

última década do século passado e suas implicações em níveis regionais e locais. Destaca-se que a economia brasileira adotou como modelo de desenvolvimento uma estratégia, onde se produzia localmente aquilo que antes era importando, o modelo de substituição de importação, sustentado através da consolidação do tripé estado, capital nacional e capital estrangeiro, no entanto, sem o importante componente tecnológico, sendo assim o país dependia quase sempre da importação de tecnologia afim de viabilizar sua produção de bens. Logo, essa dependência tecnológica gerou dificuldades e desequilíbrios, como enfatiza Silva (2008).

Os desequilíbrios gerados pelas falhas do modelo de substituição de importações impõem à economia brasileira um processo de abertura econômica que envolve diversos elementos de ajustes. Logo, o padrão de produção industrial, bem como o nível e estrutura do investimento, e postura econômica em relação ao comércio exterior refletiu pesadamente ao abrupto processo de abertura comercial dos anos 1990.

Embora as alterações no mercado de trabalho nacional também tivessem associadas ao contexto de mudanças estruturais sentidas pela economia brasileira, estas se relacionaram diretamente com as consequências geradas pela rápida e profunda liberalização comercial. Apesar da dificuldade de se evidenciar de forma consensual e objetiva o efeito de reformas institucionais sobre variáveis como emprego e salário, segundo Soares, Servo e Arbache (2001), esse processo teria implicações não negligenciáveis sobre o mercado de trabalho.

Observou-se, na economia nacional, uma consistente heterogeneidade em nível estadual, os quais apresentaram assimetrias em seus padrões de desenvolvimento e integração às economias nacional e internacional. Isso se dá em virtude de que o mercado de trabalho é atingido de forma diferenciada, tendo seus efeitos, portanto, se revelado de modo distinto em níveis setoriais, regionais, estaduais etc. É de conhecimento geral, que o estado do Ceará se destacou no cenário de "estagnação nacional" dos anos de 1990, esboçando dinamismo econômico em contramão das tendências nacional e regional.

Um importante fator contribui para esse destaque da economia do Ceará no cenário nacional, que foi a quebra no padrão de administração pública do estado, fato que possibilitou a introdução de uma nova classe de políticos com vistas ao desenvolvimento do estado e à interiorização das atividades econômicas (sobretudo industriais). A quebra no modo de regulação do executivo estadual se torna, portanto, decisiva para formação de forças desconcentradoras (centrífugas) que pressionam a atividade industrial brasileira, no sentido de desconcentrá-la. Tais forças se constituíam num programa de medidas para atrair investimentos industriais, cuja correia de atração era baseada num pacote de isenções fiscais que priorizavam a indústria e a interiorização do crescimento econômico.

Diante dos anseios dos governos mudancistas, a necessidade de um processo de ajuste fiscal praticamente se impunha diante de tais objetivos. Logo, o novo paradigma de administração pública envolvia elementos com vista ao ajuste das contas públicas do estado. O processo de saneamento das contas públicas se constitui em um dos elementos centrais para o sucesso do programa de atração de indústrias, ao ampliar a possibilidade do socorro à poupança pública, dado o caráter limitado dos capitais emprestáveis privados no Ceará.

Essa política, executada pelo governo cearense, logrou efeitos consideráveis, concebidos, sobretudo a partir dos anos 1990. Houve ascensão do número de indústrias que procuraram se instalar no estado, diversificando a atividade produtiva e conferindo à economia cearense, novos mecanismos de inserção nos mercados nacional e internacional. Porém, os resultados são limitados na tentativa de direcionar o crescimento industrial para o interior. As medidas de estímulo à interiorização não foram suficientes para motivar as indústrias a se espalharem pelos vários municípios e regiões do Ceará, seguindo a mesma tendência dos outros estados do país, logo o desenvolvimento ficou concentrado na capital ou região metropolitana. Segundo Rosa e Alves (2001), evidencia uma acentuada resistência à

descentralização industrial, justificado pela existência de um abundante contingente de trabalhadores capazes de suprir a carência das empresas segundo suas necessidades.

Para Madeira e Alves (2009), cabe destacar que

> mais recentemente, particularmente a partir de 2002, a concessão de incentivos no estado do Ceará passou a ser orientada pela visão de cadeias produtivas, com o objetivo de que os investimentos possam integrar e aumentar a competitividade de pólos produtivos, diminuindo a necessidade de novos incentivos. Assim, as políticas de desenvolvimento local implementadas no estado, como os Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), no tocante às economias de aglomeração estão diretamente associadas ao conjunto de facilidades proporcionadas por uma determinada localização em termos de infra-estrutura, redução de custos e de transporte, localização, entre outros elementos responsáveis por um grande dinamismo do setor de serviços.

Muito embora, essa resistência à desconcentração também tivesse associada a outros motivos, a seguir: a) tamanho da população residente, um indicativo da escala da economia e/ou do mercado local; b) participação na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) ressaltando a importância da localização e dos custos com transportes, conforme IPECE (2007).

Desse modo, transposto o período de ajuste requerido pelas reformas institucionais da economia nacional e estadual e em virtude dos resultados limitados relativos à interiorização do desenvolvimento planejado pelo governo, é que se torna necessário verificar como se configuram os padrões de localização/especialização industrial no Ceará no período recente. Porém, levam-se em apreço, aqui, os subespaços estaduais, em nível micro ou mesorregional, afim de identificar padrões de especialização na indústria cearense.

2 Aspectos metodológicos

A pesquisa em questão, em um primeiro momento, tem o caráter historiográfico orientada pelo paradigma da história tradicional da qual se podem abstrair argumentos para explicar a mudança no modo de regulação da política cearense. Noutra etapa, o estudo se orienta por um pólo metodológico descritivo-explicativo; descritivo por que tem como premissa a descrição das características e fenômenos da economia cearense, em especial do mercado de trabalho, por meio de observações, análises e descrições objetivas dos elementos que levaram a atividade econômica do Ceará ao seu contexto atual; e explicativo porque tem a preocupação de identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência daqueles fenômenos, com destaques para a evolução e especialização do trabalho na indústria estadual, que é o foco deste trabalho. A esse tipo de pesquisa, Andrade (1997 p16) se refere como:

> Um tipo de pesquisa mais complexo, pois além de registra, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, procurar identificar seus fatores condicionantes. A pesquisa explicativa tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o "porque" das coisas e por esse motivo está mais sujeitas a erros. São os resultados das pesquisas explicativas que fundamentam o conhecimento científico.

A primeira etapa da pesquisa pressupõe uma revisão bibliográfica – haja vista que se faz necessária para a condução de qualquer pesquisa científica, já que busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. Além, de se constituir num meio de formação científica, ao permitir a construção de uma plataforma

teórica do estudo – dos principais dos aspectos que envolvem as transformações recentes no mundo trabalho. O levantamento e a revisão bibliográfica também devem envolver a literatura que dispõe sobre as evidências empíricas para o caso brasileiro e sobre a dinâmica econômica recente apresentada pelo estado do Ceará.

O universo da pesquisa é o período de análise (1996 – 2006) que abrange o cenário de transformações da economia nacional, com seus respectivos rebatimentos em níveis regionais e com os consequentes ajustes observados sobre o mercado de trabalho numa fase pós - reestruturação produtiva.

Como enfatizado, o objetivo de análise é a indústria, vista ser este setor largamente atingido pelas modificações estruturais recentes ocorridas na economia brasileira, as quais forçam um processo de ajuste e reestruturação nos processos produtivos e na força de trabalho. Trabalhar-se-á, para efeito deste estudo, apenas as indústrias extrativa mineral e de transformação, dado que as mesma contribuem com a grande maioria do emprego gerado pelo setor.

A pesquisa em questão utilizará essencialmente dados secundários, obtidos juntos aos principais institutos de pesquisa, nacionais e estaduais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) etc.), que trabalhem com dados sobre o comportamento da economia cearense e sobre o mercado de trabalho de forma geral. O tratamento analítico utilizado para a análise do mercado de trabalho tem foco o setor industrial, considerado aqui a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que se constitui em um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o qual fornece informações sobre o emprego formal em 31 de dezembro de cada ano.

2.1 Considerações sobre as Bases de Dados

Como identifica Suzigan *et al* (2003), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), cuja coleta e tabulação são realizadas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), constitui uma base de dados que, para os desígnios deste trabalho, oferece dados sobre o número de estabelecimentos e o volume de emprego. Ela tem sido largamente empregada por múltiplos autores para a identificação de movimentos e tendências de deslocamento regional da atividade econômica e também para a identificação e análise de aglomerações de empresas. Sua principal vantagem é prover uma alta desagregação geográfica que possibilita, sem necessidade de recursos à tabulações especiais, obter e processar diretamente os dados de forma muito detalhada: em termos espaciais, até o nível de desagregação municipal, e em termos setoriais, até o nível de quatro dígitos da Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE). Além disso, a RAIS apresenta um grau relativamente elevado de uniformidade, que permite comparar a distribuição dos setores da atividade econômica ao longo do tempo.

Essas vantagens da RAIS são contrapesadas por algumas insuficiências, que já foram distinguidas por diversos autores. A primeira insuficiência da RAIS é seu alcance, já que o Cadastro, apesar de cobertura nacional, inclui apenas relações contratuais formalizadas por meio da “carteira assinada”, este problema só será mais preocupante em regiões pobres ou onde o estado não se faz presente, já que em regiões desenvolvidas existe um maior número de empresas de grande porte e sindicatos atuantes. Segundo, a RAIS utiliza a técnica da autoclassificação na coleta das informações primárias, sem qualquer exame de consistência por parte do Ministério, o que pode distorcer os resultados e colocar diversas dificuldades em relação às possibilidades da análise. Adicionalmente, a empresa declarante pode optar por respostas únicas em nível de empresa, distanciando o resultado da realidade em dois aspectos.

Em primeiro lugar, classificando o conjunto das unidades produtivas de uma empresa diversificada coexistentes num mesmo endereço num único setor da CNAE. Em segundo lugar, que pode adicionar-se ao anterior, a empresa pode reunir todas as unidades produtivas dispersas numa mesma declaração. Isto tem efeitos consideráveis, especialmente quando as empresas são multiplanta (que podem declarar todo o volume de emprego na mesma unidade produtiva, geralmente na matriz) e firmas multiproduto (que muitas vezes enquadram-se apenas na atividade correspondente ao seu produto principal). A terceira deficiência da RAIS é a de que, como essa base de dados utiliza o emprego como a variável-base, ela deixa de captar diferenças interregionais de produtividade e tecnologia, o que vai se refletir em, por exemplo, diferentes regiões com volume de emprego semelhante, que possuem na verdade produção física ou em valor distintas. Quarto e último, o fato de ser declaratória pode provocar distorções na análise de pequenas empresas ou de regiões menos desenvolvidas, em virtude da mais elevada ocorrência de empresas não-declarantes (SUZIGAN *el al* , 2003).

Uma outra base de dados utilizada nessa monografia é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio (PNAD), que é feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade como educação, trabalho, rendimento, dentre outras. Além de ser uma amostra dos domicílios brasileiros feita em todas as regiões do país, incluindo áreas rurais.

Os dados da PNAD devem ser analisados com cautela, tendo em vista que se trata de uma pesquisa por amostra domiciliar, e que revela tendências, mas não se tem valor absoluto sobre toda a população. Além disso, seu caráter autodeclaratório pode distorcer algumas estatísticas, em virtude do fato de que as respostas ficam a critério do autoconhecimento dos entrevistados.

2.2 Indicadores de Concentração e Localização

A pesquisa também utilizará uma técnica de análise com o uso de métodos matemáticos num contexto mais operacional, afim de se mensurar quantitativamente os fenômenos de localização/ especialização da atividade manufatureira no estado do Ceará, bem como seus níveis de concentração, considerando que o uso da matemática permite eliminar relações teóricas indefinidas e inexatas e desenvolver cálculos econômicos de sentido mais preciso. Tais métodos matemáticos envolvem o cálculo de indicadores como o Gini Locacional, que se constitui em uma escala numérica intervalar ($0 \leq IG \leq 1$), de forma a indicar a concentração espacial da atividade econômica industrial regional, de modo que quanto maior seu valor (mais próximo de 1), mais espacialmente concentrada estará a indústria em determinada região[3].

Assim, o Índice de Gini é calculado da seguinte forma:

$$\text{ÍNDICE DE GINI} = \left[\frac{N+1}{N}\right] - \frac{2(NL_1 + (N-1)L_2 + \cdots + Li)}{N^2 L} \qquad \text{(Eq. 1)}$$

Onde: **N** é número de setores; L_1, L_2 ,... , L_i é número de empregados em cada setor i, sendo que os setores são ordenados de forma que $L_1 < L_2 <$,..., $< L_i$ e **L** é número médio de trabalhadores para cada setor.

[3] É importante notar que para Scherer (1980) a interpretação deste indicador é, portanto, diferente daqueles do estudo de organização industrial, os quais medem a concentração econômica dentro de uma determinada indústria, visando identificar o grau de concorrência e a performance econômica dessa indústria.

Destaca ainda que para o cálculo do índice de Gini setorial, **N** é o número de regiões, $\mathbf{L_1}$, $\mathbf{L_2}$, ... , $\mathbf{L_i}$, é o número de empregados do setor em cada região i, sendo que as regiões são ordenadas de forma que $\mathbf{L_1 < L_2 <}$,..., $\mathbf{< L_i}$; **e L** é o número médio de trabalhadores do setor para cada região.

Outro indicador a ser usado pela pesquisa será o Quociente Locacional (QL), que mostra a especialização produtiva da região em cada uma das classes de indústrias e é dado pela seguinte expressão:

$$QL_{ij} = \frac{\left(\frac{E_{jj}}{E_j}\right)}{\left(\frac{E_{je}}{E_e}\right)} \qquad \text{(Eq. 2)}$$

Onde: $\mathbf{E_{ij}}$ é emprego no setor (ou subsetor) i da região (ou microrregião) j; $\mathbf{E_j}$ é emprego no setor (ou subsetor) i de todas as regiões; $\mathbf{E_{ie}}$ é emprego em todos os setores da região j; $\mathbf{E_e}$ é emprego em todos os setores e de todas as regiões; **i** são setores da indústria de transformação e extrativa mineral: extrativa mineral; minerais não-metálicos; metalurgia; mecânica; material elétrico e de comunicação; material de transporte; madeira e mobiliário; papel e gráfica; borracha; couro e fumo; química têxtil; calçados; alimentos e bebidas. (i = 1,..., 13); **j** são microrregiões do estado do Ceará (**j** = 1,..., 33).

A apreciação dos dados da pesquisa será feita através de tabelas e gráficos, os quais passam a ser assinados, tendo como referência os objetivos propostos pela pesquisa.

3 Mudança no modo de regulação cearense: um breve registro

O histórico político cearense é marcado por um sistema oligárquico de poder que se prolonga durante todo o regime militar, sustentado economicamente pelo tripé gado – algodão - cultura de subsistência que, conforme Lima (2004, p 47), caracteriza-se por fatores como:

> [...] partidos políticos regionais e oligárquicos, forte clientelismo rural, ausências de camadas médias organizadas politicamente acabaram por inviabilizar a institucionalização de formas de participação política e social oriundas da sociedade civil.

Pode-se afirmar que o alicerce de tal regime era o privilégio exclusivo de grande parte da propriedade rural, e a maneira de funcionamento ditada pelo capital comercial, com a existência de troca de favores e interferência estadual, consequentes com os objetivos instantâneos dos coronéis.

Uma nova percepção desenvolvimentista para a região Nordeste começa a ser implantada ainda na década de 1950, que representou um impulso no processo de acumulação industrial no Ceará, a qual se consolida com o próprio capital comercial urbano, que financiava o sistema agropecuário e era familiarizado com o comércio de algodão, possibilitando, posteriormente, o surgimento do setor têxtil e de confecções. Assim, estes segmentos, nos anos 1960, 1970 e 1980 tiveram um importante impulso da política implementada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no sentido de potencializar e modernizar essa indústria, o que contribuiu para a geração de uma classe de empresários industriais locais.

O ciclo coronelista começa a se descaracterizar ainda em 1963, no governo de Virgílio Távora, que junto com Adauto Bezerra e César Cals ficam conhecidos como os "*Três*

coronéis". Virgílio chegou ao poder tendo como bandeira principal o PLAMEG, Plano de Metas Governamentais, que privilegiava a industrialização, eletrificação e infra-estrutura e pode ser considerado uma das primeiras experimentações de aplicação de um projeto governamental em um estado nordestino. O objetivo a ser alcançado com o PLAMEG era tornar o Ceará atraente para investimentos públicos e privados, principalmente no que se refere a investimento industrial.

Apesar de Virgílio Távora ter implantado políticas de caráter modernista, durante o período militar a administração cearense fora caracterizada pela alternância do poder nas mãos dos três coronéis (Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra). A estrutura baseada na divisão do poder a partir de três bases políticas distintas irá gerar fortes tensões no cenário político estadual, o que provocará crises institucionais, que somadas ao atraso econômico e social e falência do estado, acabam por culminar com a ascensão de Gonzaga Mota ao governo entre 1983-1987. Porém, o novo governo encontrava-se ainda intimamente vinculado às antigas práticas patrimonialistas, apadrinhamento e clientelismo. A ruptura no paradigma de administração pública só adviria quando as concepções dos empresários do Centro Industrial do Ceará - CIC começaram a ganhar conotação política.

Percebe-se que à medida que o estado perdia a capacidade de dar respostas aos dilemas de uma elite burguesa, esta se propõe, por suas próprias mãos, a fazer a sua "revolução" no Ceará.

3.1 O processo de ajuste fiscal

Haja vista o anseio dos "governos das mudanças" em transformar o estado do Ceará num terreno adequado para receber investimentos, a necessidade da promoção de um consistente processo de ajustamento fiscal praticamente se impunha diante do executivo estadual. Nesse sentido, foi concebida uma estratégia global de desenvolvimento para o estado que corroborava com a necessidade de um ajuste fiscal condizente com os objetivos de longo prazo, então delineados.

Em 1987, dá-se início ao procedimento de ajuste das contas públicas do Ceará, que seguindo Lima (2004), envolveu as seguintes ações:

→ Redução do prazo de transferências dos recursos recolhidos em nome do estado pelo setor privado de 10 para 1 dia útil;
→ Modernização do sistema de arrecadação introduzindo procedimentos informatizados e maior rigor na fiscalização;
→ Introdução do Sistema Integrado de Contabilidade (SIC), para o controle de todas as etapas da produção do gasto público;
→ Renegociação da dívida fundada, ampliando os prazos de amortização e distribuição de desembolso de encargos no tempo, de forma a não se concentrarem em determinados períodos;
→ Significativa redução dos gastos com pessoal através da demissão de funcionários que acumularam cargos irregulares e drástico controle dos salários.

É importante notar que o ajuste fiscal das contas públicas cearenses colocou o Ceará em uma posição de exceção entre as demais unidades da federação, pois conforme a promulgação da constituição de 1988, recursos da União foram redistribuídos aos estados e se destinaram, praticamente em sua totalidade, à ampliação das despesas correntes. Posteriormente, dentro do quadro de crise fiscal do Estado, pós esgotamento do Processo de Substituição de Importações – PSI e insucessos nas tentativas de estabilização dos anos 1980, impõem-se severas restrições às relações entre União e estados da federação no que diz

respeito à continuidade de políticas de desenvolvimento e, consequentemente, políticas setoriais, o que cria severas dificuldades às finanças estaduais. Logo, os estados que não se ajustaram rapidamente à nova situação econômica – financeira do país comprometeram sua capacidade de investir, pondo em risco um valioso utensílio na promoção do desenvolvimento. Nesse contexto, o Ceará se constitui numa exceção, muito embora a Bahia, no âmbito específico da região Nordeste, tenha logrado bom desempenho em suas finanças públicas, porém somente em finais da década de 1990.

Como efeito do programa de austeridade fiscal que passou o Ceará no período de 1987-91, ocorre uma reversão de um grande déficit orçamentário, verificado no balanço geral de 1986, para um superávit em 1990, sendo verificado o adequado controle fiscal, já entre 1991 e 1996. Conseguia-se, desse modo, estancar parcelas do déficit público estadual e reestabelecer a confiança do estado junto às entidades financeiras nacionais e internacionais. Isso significou uma disponibilidade financeira para investimentos em obras de infra-estrutura econômica, capazes de alavancar o crescimento econômico-industrial do Ceará.

O enxugamento do quadro de funcionários públicos com o intuito de eliminar as tão comuns ocorrências de acumulação de cargos, também ajudou a reduzir a pressão quanto às contas do estado. Segundo ABU-EL-HAJ (2002), a partir de 1989, a adequação das contas do setor público produziu os primeiros efeitos: em 1991, os gastos com pessoal reduziram de 87,1% das Receitas Correntes Líquidas - RCL, para 65,73% e, em seguida para 45,29%, permitindo um incremento expressivo da poupança bruta de investimento. De 1991 a 1994, esses gastos com pessoal se conservaram estáveis; mas, a partir de 1995, iniciaram uma nova tendência crescente.

Não se pode deixar de notar que o ajuste fiscal promovido nas contas públicas do Ceará não era sustentado, pois logo após o equilíbrio nas contas verificado entre 1991-96 constata-se uma espantosa expansão das dívidas interna e externa do estado, como mostra a tabela 1.

TABELA 1
Composição da dívida estadual (R$)

Ano	Dívida Interna	Dívida Externa	Total A	Receita Líquida Real (B)	Relação A/B*
1997	1.444.197.468,02	329.643.797,49	1.773.841.265,51	1.908.387.000,00	0,93
1998	1.568.133.289,55	511.061.142,75	2.079.194.432,30	2.258.972.072,76	0,92
1999	2.477.005.736,99	837.529.302,41	3.314.535.039,40	2.511.421.830,85	1,32
2000	2.613.472.134,00	947.189.522,00	3.560.661.656,00	2.595.804.403,81	1,37

Fonte: (BRUNO, *et al* 2002 p 116)
* A receita líquida real é resultante da receita total realizada, excluindo as despesas de operação de crédito, de alienação de bens, de transferências de capital, transferências constitucionais a municípios e os aportes para o Fundef

A situação da dívida estadual torna-se novamente inquietante. A dívida interna aumentou mais de 2/3 entre 1998-2000 e a externa quase que dobrou no mesmo período. A relação entre a receita líquida real e o total das dívidas denota o superendividamento do Ceará a partir de 1999.

3.2 A política de atração dos investimentos

Mesmo diante da crise fiscal brasileira na década de 1990 e dentro do contexto do Plano Real, que impunha um controle do déficit público, impedindo o socorro financeiro por parte da união aos estados, o Ceará consegue consolidar o seu processo de ajuste fiscal, mostrando-se preparado para receber investimentos.

A consciência do atraso e subdesenvolvimento cearense e a necessidade de não só manter, mas ampliar, os ganhos obtidos com planos anteriores, levaram os *governos mudancistas* em 1995-98, a traçar e implantar uma estratégia de fomento à atração de investimentos, sobretudo industrial, afim de promover o desenvolvimento sustentável do estado. Nessa nova concepção de desenvolvimento, como mostra Vasconcelos *et al* (1999), tinha com o objetivo básico transformar o Ceará num estado desenvolvido, dentro de uma ótica de longo prazo, consociada com uma melhora da qualidade de vida da população a curto prazo.

Como já citado, um dos pilares do êxito do programa de atração de investimentos residiu na eficiência como foi conduzida a política de controle das finanças públicas, bem como as condições de credibilidade do governo e suas perspectivas de continuidade do crescimento.

Há que se observar, no entanto, que políticas de promoção do desenvolvimento do Nordeste, via industrialização, foram adotadas pela primeira vez no início da década de 1960, a partir da criação da SUDENE e o principal mecanismo para instigar a industrialização eram os incentivos fiscais, como sinalizam Almeida e Silva (1998). Esse novo paradigma irá influenciar a políticas de incentivos complementares aos concedidos pela SUDENE, como o PLAMEG, Plano de Metas Governamentais, no contexto específico do Ceará. Mesmo com essa iniciativa, as empresas optaram, num primeiro momento, por se instalarem nos estados da Bahia e Pernambuco tornando mais agrave as desigualdades intra-regionais, forçando o governo federal a lançar o III pólo industrial do Nordeste no estado do Ceará. Tem-se, portanto, uma tentativa de desenvolver o estado. A política econômica adotada pelos administradores estaduais, a partir de então, será intensamente influenciada por essa tentativa de desenvolvimento industrial. Pode-se citar com fruto dessa influência a criação do FDI, Fundo de Desenvolvimento Industrial, em 1979 e do PROVIN, Programa de Atração de Investimentos Industriais, no início da década de 1980 que concorreram positivamente para o progresso industrial do Ceará.

O FDI concedia recursos para empresas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do estado, como indústrias de refino de petróleo, metal-mecânica, têxtil e de confecções. Além de estabelecer a normatização para a atração de investimentos e suas principais fontes de recursos, como mostram Almeida e Silva (1998), eram o orçamento estadual (limitados a 10% das receitas do ICM), empréstimos ou recursos a fundos perdidos e receitas provenientes da aplicação dos recursos (juros, dividendos, etc.), além de outras receitas como contribuições e doações.

Durante a década de 1980, o FDI é marcado por duas paralisações que limitam os seus resultados práticos. Somente com a ascensão dos *governos mudancistas* é que o sistema FDI/PROVIN ganha fôlego ao passar por reformulações que garantem um novo impulso à atração de investimentos para o estado.

A primeira grande reformulação no FDI/PROVIN data de 1993, durante a gestão de Ciro Gomes. A partir de então, o desenvolvimento do interior foi considerado prioritário, o que levou a uma redeterminação da extensão dos incentivos concedidos, conforme a tabela 2.

TABELA 2
Incentivos no PROVIN/FDI – 1993

Distância quanto à RMF	Fin. do ICMS	Prazo	Carência	Retorno	Correção e Juros
Implementação de ind. fora da RMF	75%	120	36	100%	30% IGP-M
Ind. pioneira fora da RMF	75%	120	36	100%	Sem correção
Implementação de ind. na RMF	60%	72	36	100%	60% IGP-M
Relocalização no interior	80%*	120	36	100%	30% IGP-M
Ampliação de ind. no interior	75%**	120	36	100%	30% IGP-M
Ampliação de ind. na RMF	60%**	72	36	100%	60% IGP-M

Fontes: (ALMEIDA,; SILVA, 1996)
*70% a cargo do estado e o restante do município
**sobre o que exceder a produção original

A implementação ou ampliação de indústrias fora da Região Metropolitana de Fortaleza contava com 75% de financiamento do ICMS e com prazos de 120 meses com 36 de carência, ao passo, que indústrias que se instalassem ou se ampliassem na RMF contavam com 60% de financiamento e 72 meses de prazo com 36 meses de carência. Quanto ao retorno dos empréstimos, o percentual de reembolso das empresas ao estado era de 100%. A renúncia fiscal nesse caso era implícita, tendo em vista a correção parcial com base no IGP-M de 30% para as indústrias que se instalassem, se ampliassem ou se recolocassem no interior e de 60% para a RMF.

Apesar do esforço em promover a industrialização do interior, o que se observa é concentração dos investimentos na RMF, conforme Almeida e Silva (1998), o que provavelmente levou a novas alterações em 1995, conforme tabela 3, em que foram alterados os valores do retorno e o estabelecimento da correção monetária plena.

TABELA 3
Alterações FDI-PROVIN – 1995

distância quanto à RMF	Fin. do ICMS	Prazo	Carência	Retorno	Correção e Juros
Na RMF	60%	72	36	60%	100% IGP-M
Até 300Km de RMF	75%	120	36	25%	100% IGP-M
Entre 300Km e 500Km da RMF	75%	156	36	25%	100% IGP-M
Superior a 500Km da RMF	75%	180	36	25%	100% IGP-M

Fontes: (ALMEIDA; SILVA, 1996)

Agora as indústrias localizadas no interior precisavam reembolsar o estado em 25% e na RMF em 60%. Nesse caso, a renúncia fiscal era explícita, já que as empresas não precisavam reembolsar o estado em 100% do financiamento. Essa reformulação evidenciava as vantagens concedidas às empresas que se localizassem no interior do estado, o que mostra a preocupação da administração estadual em promover a distribuição espacial da indústria cearense.

Apesar do esforço nítido em direcionar o desenvolvimento para o interior, o Ceará não conseguiu lograr êxito nessa tentativa e o estado seguiu a mesma tendência dos demais estados brasileiros tendo o seu desenvolvimento concentrado na capital ou região metropolitana.

Em 2002 o sistema FDI/PROVIN passou por novas reformulações em que se procurou estimular a industrialização de municípios onde foram identificadas economias de aglomeração em potencial afim de otimizar a eficiência na produção e distribuição dos produtos, conforme tabela 4. Desse modo conforme, Madeira e Alves (2009), um grande destaque está para o setor de estruturantes com financiamento através do ICMS de 75% e 3 anos de carência além de 20 anos de prazo, direcionados exclusivamente para a região do porto Pecém, o setor de coureiro – calçadista, móveis e de confecções (fora de RMF) contavam com 60% de financiamento do ICMS com 3 anos de carência e diferentes prazos. Os demais setores seriam beneficiados com 60% do ICMS com diferentes prazos de carência e retorno.

Mais uma vez havia renúncia fiscal por parte do governo devido a não exigibilidade de retorno pleno, já que as empresas eram obrigadas a reembolsar o estado em no máximo 25% do valor emprestado.

TABELA 4
Alterações FDI/PROVIN 2002

Indústria	Fin. ICMS	Retorno	Carência (anos)	Prazo (anos)	Obs.
Estruturantes	75%	10%	3	20	Somente para a região do Pecém
Coureiro-Calçadista	60%	10%	3	8 10 13 15	Mais de 80 km do centro De 61 a 80 km do centro De 31 a 60 km do centro De até 30 Km do centro
Móveis	60%	10%	3	8 10 13 15	Mais de 80 km do centro De 61 a 80 km do centro De 31 a 60 km do centro De até 30 Km do centro
Confecções	60% 39%	10% 10%	3	15 15	Fora da RMF Na RMF
Têxtil	60%	25%	3	10	Somente para RMF
Eletro-Eletrônicos	60%	25%	3	8 10 13 15	Mais de 80 km do centro De 61 a 80 km do centro De 31 a 60 km do centro De até 30 Km do centro
Metal-Mecânica	60%	25%	3	8 10 13 15	Mais de 80 km do centro De 61 a 80 km do centro De 31 a 60 km do centro De até 30 Km do centro
Base tecnológica e indústria de reciclagem	60%	25%	3	15	Localização Livre
Alimentos, bebidas e minerais não metálicos	60%	25%	3	10	Localização Livre
Agroindústrias	60%	25%	3	10	Localizados nos agropólos

Fontes: (ALMEIDA; SILVA, 1996).

4 Resultados e discussões

Para a identificação das aglomerações de empresas foi utilizado o quociente locacional calculado com base na variável emprego da base de dados da RAIS. O QL, Quociente Locacional, indica a(s) atividade(s) na qual(is) determinada região se destaca quando comparada à estrutura industrial do estado; de outro modo, revela em qual setor a região tem

maior importância para o estado. Valores do indicador superiores à unidade (QL>1) revelam os setores de destaque, básicos para a região analisada e valores inferiores a um (QL<1) indicam o oposto.

Como identifica Suzigan *el* (2003 p16):

> "A análise com base nos quocientes locacionais merece cuidado redobrado quando se tratam de regiões muito pouco importantes em termos industriais, o que significa que têm uma estrutura produtiva bastante simples, com poucas empresas. Nestas regiões, o QL tende a superestimar qualquer concentração (por menos relevante que seja)."

Para contorna esta falha e visando maior rigor na identificação de possíveis aglomerações industriais, os dados do QL, este trabalho, foram intercalados com o peso relativo da microrregião no total do emprego da classe de indústria no estado e o número de estabelecimentos. Neste sentido, podem ser considerados sistemas produtivos locais importantes aqueles localizados em regiões que apresentam simultaneamente QL's elevados e alta participação relativa no emprego da respectiva classe de indústria no estado do Ceará.

Os resultados estão contidos no apêndice A, que apresenta os dados do QL para as microrregiões mais importantes da indústria cearense. Os dados foram ordenados pela participação de cada microrregião no total do emprego em cada classe. Verifica-se que duas microrregiões se destacam: Fortaleza e Cariri já que apresentam simultaneamente um QL elevado e considerável participação no total do emprego para várias classes de indústrias. A região metropolitana da capital se destaca nas seguintes classes de indústrias: metalúrgica, mecânica, elétrica e comunicação, material de transporte, papel e gráfica, química, têxtil e alimentos e bebidas. O elevado QL, conjugado ao número de empregos formais e de estabelecimentos nesta microrregião, fornecem indícios inegáveis que permite afirmar que se configura como a mais importante aglomeração industrial do estado. Pelos mesmos motivos a microrregião do Cariri se destaca nos seguintes subsetores: extrativa mineral, mineral não metálico, metalúrgica, mecânica, borracha, fumo e couro, química e calçado. Esses resultados fazem com que a região de Cariri, assim como a RMF, se destaque no setor BCND, Bens de Consumo Não Duráveis, muito embora, a região conte com uma participação considerável do setor de bens intermediários que absorve 45,2% de sua mão-de-obra industrial[4].

Outras classes de indústrias se destacam em outras áreas do estado como é caso do subsetor de madeira e mobiliário que apresenta-se mais importante para microrregiões de Iguatu e o Litoral de Camocim e Acaraú. Um outro destaque é a região do Baixo Jaguaribe, onde ao apresentar um QL de 5,12 e uma participação de 17,6% se configura como um pólo da indústria de minerais não metálicos. Já a região de Sobral apresenta-se como um importante arranjo no setor calçadista ao apresentar uma participação de 32,4% do emprego no total do estado para esse subsetor e um QL de 3,37.

Outra forma de apresentação dos dados é como a que está contida no anexo B. Os resultados para a economia cearense são apresentados para as principais áreas industriais do estado. A região de Fortaleza apresenta o indicador superior a um (QL>1) para vários setores, com destaque para produção de material elétrico e comunicação (1,64), para indústria mecânica (1,15) e indústria têxtil (1,48). A avaliação do indicador revela uma estrutura diversificada para a capital cearense e seu entorno.

[4] Quando se organiza a atividade industrial cearense de acordo com a categoria de uso dos bens produzidos a economia local é marcada pelo predomínio de setores produtores de Bens de Consumo Não-Duráveis (BCND), compostos pela indústria têxtil, de calçados, e pela indústria de alimentos e bebidas. O setor BCND responde por 71,01% da atividade industrial do estado, liberando 23,7% para o setor de Bens Intermediários (BI) e 5,2% para o setor de Bens de Consumo Duráveis (BCD), em 2006.

Entretanto, conforme observa Paiva (2008 p.7), algumas considerações devem se feitas para o caso de Fortaleza:

> "a) os maiores *QL* para atividades com menor relevância para a indústria cearense são explicados pela concentração quase que total desses setores na região de Fortaleza; b) o valor do indicador maior que um para vários setores é reflexo de uma estrutura regional diversificada, o que pode mascarar a importância dos setores."

Essas observações ajudam a entender o fato de a indústria de material elétrico e comunicação apresentar o maior QL para a região metropolitana de Fortaleza, sendo que essa classe industrial não se configura como um das mais importantes do estado e a indústria de têxtil com apenas o segundo maior QL apesar de responder por 39,3% do emprego na capital cearense.

Com relação à região de Sobral, a indústria de calçados é a única a apresentar QL superior a um, (3,37), o que revela uma especialização local na produção de calçados.

O Cariri, assim como Fortaleza, apresenta uma estrutura industrial relativamente diversificada, já que se mostra com um QL>1 para vários subsetores da indústria, com destaque para a indústria de borracha, fumo, couro, peles e similares com um QL de 4,24. A indústria de calçados mesmo se apresentando como a atividade mais importante para a região, ao absorver 40,3% da mão-de-obra industrial, só apresenta o quarto maior QL (1,64) fato explicado, dentre outros, pela concentração desta atividade em outras regiões do estado, como Sobral e Pacajus. Ressalta-se ainda que os mesmos comentários feitos acerca da indústria de Fortaleza servem para a microrregião do Cariri.

Outro índice utilizado pela pesquisa é o índice de Gini locacional, que mede a concentração geográfica da produção no espaço físico do estado e que se constitui num importante instrumento na análise da concentração geográfica de determinada atividade econômica. Tal índice varia entre zero e um e quanto mais próximo da unidade mais concentrada se encontra a atividade pesquisada.

Nesse trabalho, o índice de Gini foi calculado para classes das indústrias extrativa mineral e de transformação no estado do Ceará. Os resultados são apresentados na tabela 5, segundo a qual, os elevados valores dos coeficientes GL indicam que há forte concentração espacial da produção industrial no Ceará, notadamente em Fortaleza e região metropolitana, o que para Rosa e Alves (2001) denota uma resistência à desconcentração, justificada pela existência de um abundante contingente de trabalhadores capazes de suprir a carência das empresas segundo suas necessidades e uma maior possibilidade de encontrar mão de obra qualificada na RMF, fato pouco provável no interior.

Todos os setores pesquisados revelaram um índice altíssimo, sendo que em 2006 a indústria de material elétrico e de comunicação era a mais espacialmente concentrada com um GL de 0,968 e a menos concentrada era a indústria de produtos minerais não metálicos com um Gini de 0,786. Setores tradicionais da economia cearense como as indústrias têxtil, calçadista e de alimentos e bebidas se mostraram bastantes concentradas ao apresentarem um GL de (0, 942), (0,808) e (0,863) respectivamente no ano de 2006.

Ainda sobre a tabela 5, verifica-se que há uma tendência à desconcentração em todos os setores, todavia ainda muito lenta, sendo que a indústria de calçados demonstra-se mais propensa a desconcentra-se espacialmente pelas regiões do estado, pois tem a característica de ser um subsetor que exige menos investimentos em unidades produtivas. Todavia é um dos setores industriais que mais utiliza mão de obra no acabamento, considerado o gargalo da produção. As exigências com relação à escolarização e qualificação dessa mão de obra são mínimas, o que favorece, sem grandes custos, o deslocamento espacial de unidades produtivas, fato que permitiu que a indústria calçadista explorasse mais os benefícios fiscais concedidos no interior. Isso explica por que o setor calçadista é um dos que mais se distribui

espacialmente pelo Ceará, tendo 88,7% de sua mão de obra residente no interior. Dessa forma, essa indústria passou a buscar além de isenções fiscais, níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, combinados com uma força de trabalho abundante, sem experiência sindical e política e carente de qualquer trabalho.

Tabela 5:
Coeficiente de Gini locacional (GL)

Setores	Índice de Gini 1996	Índice de Gini 2006	Variação Percentual
EXTR MINERAL	0, 884	0, 838	-5,15
MIN NAO MET	0, 827	0, 786	-4,96
IND METALURG	0, 952	0, 947	-0,59
IND MECANICA	0, 946	0, 943	-0,36
ELET E COMUM	0, 968	0, 968	-0,03
MAT TRANSP	0, 958	0, 947	-1,15
MAD E MOBIL	0, 926	0, 858	-7,35
PAPEL E GRAF	0, 948	0, 926	-2,28
BOR FUM COUR	0, 945	0, 903	-4,49
IND QUIMICA	0, 952	0, 939	-1,29
IND TEXTIL	0, 946	0, 942	-0,43
IND CALCADOS	0, 917	0, 808	-11,82
ALIM E BEB	0, 898	0, 863	-3,92

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

5 Considerações finais

Este trabalho procurou identificar padrões de localização/especialização nos subespaços geográficos do Ceará, aplicando-se uma metodologia específica para delimitar geograficamente os sistemas locais de produção para classes das indústrias extrativa mineral e de transformação. A elaboração do índice de Gini, com base nos dados da RAIS/MTE, evidenciou o alto nível de concentração geográfica da indústria no Ceará, o que vai de encontro com os macro-objetivos dos *governos mudancistas* de atenuar os desequilíbrios entre a capital e o interior do estado, muito embora, essa relação tenha se atenuado no período de análise da pesquisa, ainda que num ritmo muito lento. As microrregiões do Cariri e Fortaleza se destacam como concentradoras de mão-de-obra industrial no estado, já que revelam um QL elevado para várias classes de indústrias.

6 Referências

ABU-EL-HAJM, Jawdat. **Classe, poder e administração pública no Ceará.** In: ARRUDA, José Maria; PARENTE, Josênio (Org). A era Jereissati: Modernidade e Mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ALMEIDA, Manoel Bosco de; SILVA, Almir Bittencourt da. **Estado do Ceará: uma análise do desempenho econômico-financeiro recente 1990-1996.** Fortaleza: CAEN, 1998 (Texto para Discussão nº 176).

ALVES, Christiane Luci Bezerra. **Considerações sobre a abertura comercial e seus rebatimentos na indústria brasileira nos anos 90.** João Pessoa: PPGE/UFPB, 2003 (dissertação de Mestrado).

ANDRADE, Maria M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós – graduação: noções práticas.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas. 1997.

ARBACHE, Jorge Saba; CORSUEIL, Carlos Henrique. **Liberalização comercial e estruturas de emprego e salário.** IPEA, Texto para Discussão, nº 801. Brasília. 2001.

BRUNO, Rafael Sales, *et al*. **Os pecados da Geração Cambeba**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do nordeste.** Recife: FUNDAJ/Massangana. 1989.

IPECE. **Localização Industrial:** Evidências para a Economia Cearense**.** *Texto para discussão*, Dezembro de 2007: 1/50.

LIMA, Cláudio Ferreira. **Reforma do Estado e desenvolvimento econômico e social no Ceará: notas para debate.** In: Reforma do Estado e outros estudos. Fortaleza: Fundação Conrad Adenauer, 2004.

MADEIRA, S. A; ALVES, C. L. B. **Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Ceará nos anos 1996 e 2006.** Relatório Técnico – científico do projeto de iniciação científica voluntária/ Economia/ Crato: URCA, 2009.

PAIVA; Witalo de Lima. et al. **Padrão Locacional da Indústria Cearense:** Algumas Evidências. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 606-618, jul./set. 2009.

ROSA, Antônio Lisboa Teles da; ALVES, Francisco Ferreira. **Efeitos da globalização sobre a economia cearense**. Fortaleza: Edição IPLANCE, 2001.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** EDITORA BEST SELLER São Paulo, SP 1999.

SHERER, F. M. **Industrial Market Structure and Economic Performance.** 2ª Edição Houghton Mifflin Company: Boston, 1980.

SILVA; Walter Franco Lopes da. **Economia Brasileira Contemporânea**. 1 ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.

SOARES, Sergei; SERVO, Luciana M. S.; ARBACHE, Jorge Saba. **O que (não) sabemos sobre a relação abertura comercial e mercado de Trabalho no Brasil**. IPEA. 2001 (Texto para Discussão nº 843).

SUZIGAN, W. *et al.* Coeficientes de Gini Locacionais: Aplicação à Indústria de Calçados do Estado de São Paulo. **Nova Economia (UFMG**). Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 39-60, jul./dez. 2003.

VALOIS, Isabela da Silva; ALVES, Christiane Luci B. **Caracterização do mercado de trabalho formal na indústria cearense durante a década de 90.** In: O Mercado de Trabalho Formal no Brasil. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO, Rudnei Junior. **Economia Brasileira Contemporânea.** São Paulo: Editora Atlas, 7ª ed. 2007. Capítulos. 15 e 16.

APÊNDICES A

Microrregiões geográficas mais importantes em cada classe de indústria, ordenadas pela participação no total do emprego na respectiva classe da indústria no Estado do Ceará – RAIS – 2006

Setores das indústrias extr. Min. e de Transfor.	Categoria de uso	Região com maior participação no emprego	Quociente Locacional QL	Emprego	Participação relativa na classe (%)	Número de estab.
EXTR. MINERAL	BI	Fortaleza	0,84	1.194	50,6	43
		Cariri	**2,51**	**396**	**16,8**	**35**
		Sobral	0,59	133	5,6	11
MIN. NÃO MET.	BI	Fortaleza	0,66	3.433	39,7	181
		Baixo Jaguaribe	**5,12**	**1.517**	**17,6**	**111**
		Cariri	**1,47**	**852**	**9,9**	**44**
IND. METALÚRG.	BI	**Fortaleza**	**1,45**	**7.953**	**87,0**	**387**
		Cariri	**1,02**	**624**	**6,8**	**67**
		Baixo Curu	1,98	134	1,5	2
IND. MECÂNICA	BI	**Fortaleza**	**1,15**	**2.569**	**69,4**	**130**
		Cariri	**3,88**	**963**	**26,0**	**7**
		Baixo Jaguaribe	0,33	42	1,1	7
ELÉT. E COMUM.	BCD	**Fortaleza**	**1,64**	**1.717**	**98,8**	**44**
		Pacajus	0,06	7	0,4	1
		Quixeramobim	0,50	5	0,3	1
MAT. TRANSP.	BCD	**Fortaleza**	**1,23**	**1.714**	**74,2**	**78**
		Pacajus	**3,01**	**447**	**19,4**	**2**
		Baixo Jaguaribe	1,29	102	4,4	1
MAD. E MOBIL.	BCD	Fortaleza	0,97	3.681	58,4	374
		Camocim-Acaraú	**10,89**	**581**	**9,2**	**21**
		Iguatu	**7,19**	**556**	**8,8**	**23**
PAPEL E GRÁF.	BI	**Fortaleza**	**1,33**	**5.011**	**80,3**	**412**
		Cariri	0,72	299	4,8	21
		Pacajus	0,68	271	4,3	4
. BOR. FUM. COUR	BI	Fortaleza	0,75	2.831	45,4	229
		Cariri	**4,24**	**1.772**	**28,4**	**64**
		Cascavel	**7,48**	**979**	**15,7**	**2**
IND. QUÍMICA	BI	**Fortaleza**	**1,36**	**8.610**	**81,8**	**340**
		Cariri	**1,53**	**1.079**	**10,3**	**47**
		Pacajus	0,27	185	1,8	9
IND. TÊXTIL	BCND	**Fortaleza**	**1,48**	**46.746**	**88,9**	**2.152**
		Pacajus	0,74	2.514	4,8	22
		Cariri	0,17	593	1,1	93
IND. CALÇADOS	BCND	**Sobral**	**3,37**	**15.703**	**32,4**	**3**
		Pacajus	2,69	8.380	17,3	1
		Fortaleza	0,19	5.479	11,3	91
		Cariri	**1,64**	**5.332**	**11,0**	**120**
ALIM. E BEB.	BCND	**Fortaleza**	**1,18**	**28.090**	**71,4**	**1.065**
		Cascavel	**1,99**	**1.647**	**4,2**	**28**
		Sobral	0,34	1.290	3,3	49

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE.
Nota: as áreas sombreadas denotam microrregiões consideradas um arranjo produtivo local para a classe de indústria pesquisada.

Uma reflexão normativa do processo de desenvolvimento. Uma aproximação entre as concepções de Amartya Sen e de Celso Furtado

Fabian Scholze Domingues[‡]
Pedro Cezar Dutra Fonseca[†]

‡ Doutorando em economia PPGE/UFRGS. Professor nas Faculdades Rio-Grandenses (FARGS). Contato: fabiandomingues@gmai.com
† Professor titular de Economia Brasileira PPGE/UFRGS. Contato: pedro.fonseca@ufrgs.br

Palavras-chave: desenvolvimento; abordagem das capacitações; estruturalismo latino-americano, metodologia da economia.

Keywords: development; capabilities approach; Latin-american structuralism; economics methodology.

ABSTRACT

Amartya Sen (2000) states the importance of an explicit normative analysis to evaluate the development process. His approach emphasizes the development process as a multidimensional phenomenon. Health, education, democracy are some alternative dimensions besides income that must be taken in account in the analysis of the nations development process. However, the capabilities approach is not a theory of the historical development process. In similar way as the Sen's approach, a Brazilian economist Celso Furtado proposed a historical evaluative analysis of the development process based on the economics and the non-economics variables. He called the non-economics variables of "structural parameters". His theory is a structuralist theory of the historical process of development/underdevelopment. The goal of this paper is approach Sen's human development and the Furtado's structuralist theory to enrich the analysis of the development process in a historical perspective.

RESUMO

Amartya Sen (2000) afirma a importância de uma análise normativa explícita para avaliar o processo de desenvolvimento. Sua proposta enfatiza esse processo como um fenômeno multidimensional, que tem outras métricas além da renda. Saúde, educação, democracia são algumas dimensões alternativas que devem ser levadas em conta na análise do processo de desenvolvimento das nações. No entanto, a abordagem das capacitações não é uma teoria sobre o processo de desenvolvimento histórico. Cada região e país tem um caminho peculiar e original do subdesenvolvimento / desenvolvimento. Celso Furtado foi um economista e cientista social brasileiro, que propôs uma análise histórica original do processo de desenvolvimento / subdesenvolvimento. De maneira semelhante, como a abordagem de Sen, Furtado propôs uma metodologia de avaliação deste processo baseado em variáveis econômicas e em variáveis não-econômicas, chamando as variáveis não-econômicas de "parâmetros estruturais". Furtado identifica neles as causas estruturais do processo histórico do subdesenvolvimento e da concentração de renda em alguns países periféricos. Em particular, a má distribuição de terras e a cópia dos padrões de consumo dos países do centro por parte das elites locais distorceu os parâmetros estruturais, causando um funcionamento peculiar da tecnologia e do mercado de trabalho ao longo do tempo. Assim, a aproximação entre o desenvolvimento humano de Sen e a teoria estruturalista de Furtado pode contribuir para enriquecer a análise do processo histórico do subdesenvolvimento, em uma perspectiva multidimensional.

1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo os economistas buscaram medir o sucesso do desenvolvimento econômico somente através da métrica da renda, encontrando no crescimento do PIB seu principal indicador. Embora a renda continue sendo um parâmetro fundamental para a avaliação econômica, a abordagem das capacitações mostra a importância de se incluir outras variáveis além da renda nos procedimentos de avaliação do desenvolvimento. A adequação do espaço informacional e a distinção entre fins e meios, com ênfase na expansão das capacitações e no "florescimento"

humano, organizam normativamente o espaço de reflexão sobre o desenvolvimento econômico nesta abordagem. Assim como Celso Furtado já percebia uma nítida distinção entre as variáveis econômicas e as não econômicas, denominando as últimas de "parâmetros estruturais", a abordagem das capacitações utiliza uma metodologia que leva em consideração outras dimensões além da renda nos processos de avaliação do desenvolvimento. O seu principal indicador é o IDH, que busca fazer uma comparação da qualidade de vida entre diferentes países. Contudo, as séries históricas do IDH não possuem uma explicação histórica para as trajetórias observadas de suas variáveis não-econômicas. Gostaríamos de sugerir neste trabalho que a teoria estruturalista de Furtado fornece elementos metodológicos para uma explicação histórica das trajetórias dessas variáveis compatível com a abordagem geral de Sen e com um dos principais indicadores do desenvolvimento humano, o IDH. De outra parte, a abordagem das capacitações se organiza teoricamente a partir de uma teoria acerca do "bem do homem" que confere maior amplitude e alcance ao conceito de desenvolvimento, ao mesmo tempo que viabiliza a operacionalização do humanismo de Furtado, embora abrindo mão de conceitos importantes ao último, como são os de processo e de classes sociais. A aproximação do desenvolvimento humano de Sen da teoria estruturalista de Furtado contribui para o estabelecimento de uma metodologia mais completa para a avaliação normativa dos processos históricos de desenvolvimento, com um enriquecimento da dimensão normativa necessária à condução e à avaliação dos processos de desenvolvimento historicamente constituídos. Desse modo, há uma atualização do pensamento de Furtado que pode contribuir para interpretações estruturalistas com enfoque histórico e comparativo do desenvolvimento numa perspectiva multidimensional.

2. AS MÉTRICAS DO DESENVOLVIMENTO: PIB E IDH

No *ranking* de desenvolvimento humano de 2011 organizado pelo PNUD, o Brasil foi classificado na 84ª posição numa comparação que envolvia 187 países[1]; apesar de inúmeras discussões técnicas que esta classificação ensejou[2], para todos efeitos, ela pode ser considerada uma baixa colocação mesmo se o país estivesse 10 posições à frente, *vis-à-vis* ser atualmente o 6º melhor classificado no *ranking* internacional do principal indicador de renda, o Produto Interno Bruto

1 Dados disponíveis em: <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/BRA.html> Acessado em 02/02/2012.

2 Entre as inúmeras declarações das autoridades brasileiras, a do presidente do IPEA, Marcio Pochman é emblemática: "Queremos apenas tornar público nosso incômodo com a falta de clareza dos dados usados e da metodologia. Se não, se faz um uso político inadequado, mas nosso ponto de vista é técnico." Nota técnica nº 4 de 10 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/111110_notatecnicapresi4.pdf>. Acessado em 12/11/2011.

(PIB)[3], fato que, por si, coloca o país entre as nações mais ricas quando se mede o total agregado da renda.[4] Assim, embora a renda seja alta, este fato não colocou o Brasil entre os países mais desenvolvidos em termos de desenvolvimento social e de distribuição justa da riqueza. Ao contrário, o subdesenvolvimento persiste, pois é o resultado de um processo histórico que distorceu e ainda distorce as relações sociais e culturais, as variáveis qualitativas e os parâmetros estruturais da economia brasileira.[5] A concepção de desenvolvimento convencional[6] identifica somente nas medidas de renda, financeiras e monetárias, os indicadores a serem perseguidos pela política econômica.[7] Dessa forma, na análise histórica, aspectos importantes do desenvolvimento são deixados de lado ao se analisar o êxito das políticas públicas pela economia convencional quando somente aquelas questões atinentes à métrica da renda estão sujeitas à análise econômica. Neste trabalho procuramos aproximar o pensamento de Furtado da abordagem das capacitações, com o objetivo de expandir metodologicamente o conceito de desenvolvimento, para incluir em seu escopo não apenas as variáveis qualitativas de que falava Furtado, como também para realizar um estudo informacionalmente mais rico, utilizando indicadores de desenvolvimento humano que levam em conta outras dimensões além da renda na análise dos processos de desenvolvimento historicamente constituídos.

A concepção de desenvolvimento convencional pouco tem a dizer sobre direitos políticos, democracia e qualidade de vida; tendo sido defendida especialmente por governos de vários países subdesenvolvidos durante o século XX que enxergavam nessas questões um "luxo" ao qual suas populações não teriam acesso até alcançarem uma renda suficientemente alta.[8] Em nome de maior

---

3 Dados do Banco Mundial de 2009. disponíveis em : <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countriesorder=wbapi_data_value_2010%20wbapi_data_value%20wbapi_data_value-last&sort=desc&display=default>. Acessado em 02/02/2012.

4 A renda *per capita* de U$11.289 PCC classifica o Brasil na 64ª posição, segundo dados do Banco Mundial de 2009.

5 Conforme Furtado (1969): "O desenvolvimento, demais de ser o fenômeno de aumento de produtividade do fator trabalho que interessa ao economista, é um processo de adaptação das estruturas sociais a um horizonte em expansão de possibilidades abertas ao homem. As duas dimensões do desenvolvimento – a econômica e a cultural – não podem ser captadas senão em conjunto". p. 178.

6 Usamos aqui a terminologia de Furtado (1962): "A política de desenvolvimento que se requer em um país subdesenvolvido é, principalmente, de natureza qualitativa: exige um conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise econômica convencional." p. 147.

7 Para uma formulação ilustrativa desta posição cf. Bresser-Pereira (2006): "O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou autossustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos."p. 1.

8 Conforme Sen (2000): "Por que se preocupar com a sutileza das liberdades políticas diante da esmagadora brutalidade das necessidades econômicas intensas? Essa questão como outras afins que refletem dúvidas quanto à urgência da liberdade política e direitos civis, tomou vulto na conferência de Viena sobre direitos humanos, realizada em meados de 1993, e delegados de vários países argumentaram contra a aprovação de direitos políticos e

crescimento econômico, de um processo de emparelhamento, de *catch up,* os governos e as elites de países tão díspares quanto Taiwan e Brasil negligenciaram em diversos momentos as liberdades políticas e civis e melhorias na qualidade de vida que permitem não apenas afirmar o crescimento, como, sobretudo, o desenvolvimento. Já na década de 60 Furtado percebia a falácia deste raciocínio afirmando: "A suposta alternativa – liberdade *versus* desenvolvimento rápido – pode resultar perigosa para a liberdade como aspiração coletiva (…) pois não se trata apenas do sacrifício de pessoas mas também de valores, e não podemos estar seguros de que os valores destruídos hoje possam ser reconstruídos amanhã."[9]

Nos países latinos americanos, políticas voltadas ao bem-estar das populações, especialmente das classes trabalhadoras, rurais e urbanas, passaram a ser acusadas de populistas já na década de 50[10] por um amplo conjunto de autores.[11] Contudo, além da renda, outros parâmetros também constituem o espaço informacional[12] no qual o processo de desenvolvimento deve ser avaliado, porque todo indicador é uma representação necessariamente limitada deste fenômeno. A adequada avaliação das políticas públicas, especialmente quando se trata de um fenômeno complexo como é o desenvolvimento, deve ser realizada por um conjunto suficientemente amplo de variáveis, sejam elas econômicas, economicamente importantes e economicamente condicionadas. Além disso, é preciso que dê conta dos seus múltiplos aspectos (sobre a presente tipologia, cf. seção 5). Assim, ao buscar estabelecer uma abordagem normativa do desenvolvimento mais adequada à sua complexidade, é preciso utilizar variáveis de análise comparativa que capturem esses outros aspectos do desenvolvimento.

---

civis básicos em todo o planeta, particularmente no Terceiro Mundo. Em vez disso, afirmou-se o enfoque teria de ser sobre "direitos econômicos" relacionados a importantes necessidades materiais"p.174.

9 FURTADO, Celso. *Celso Furtado* [org. Francisco de Oliveira]; São Paulo: Ática, 1983). p. 138.

10 Conforme Fonseca: "Vargas é tradicionalmente considerado (junto com Goulart, seu "sucessor") o exemplo mais típico do populismo brasileiro, colocado ao lado de latino-americanos como Cárdenas (México, 1934-40), Perón (Argen-tina, 1946-45), Allende (Chile, 1971-73) e Alan Garcia (Peru, 1985-88), dentre outros."

11 A controvérsia sobre o populismo pode ser encontrada em autores como Gino Germani, Torcuato di Tella e Ernesto Laclau, que exploram sua dimensão política. Também devem ser registradas as contribuições de Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni sobre a história política brasileira de 30 a 64. Já sobre o uso do termo populismo no Brasil, conferir Gomes e Ferreira em Ferreira (2001). Sobre o a controvérsia acerca do populismo econômico, cf. Bresser-Pereira (2006) e Fonseca (2009 e 2011).

12 Conforme Sen (2008): "A pluralidade de variáveis que podemos focalizar para avaliar a desigualdade interpessoal faz com que seja necessário enfrentar, em um nível bem elementar, uma difícil decisão com respeito à perspectiva a ser adotada. Este problema da escolha do "espaço de avaliação" (quer dizer a seleção das variáveis focais relevantes) é crucial para analisar a desigualdade. As diferenças de foco são particularmente importantes devido à diversidade humana generalizada (…) Uma [de suas] consequências é que a igualdade num espaço tende a andar, de fato, junto com a desigualdade noutro." p. 51.

3. A VISÃO DE SEN DO DESENVOLVIMENTO

Segundo Sen (2000, 2008a e 2008b), os seres humanos são os agentes, beneficiários e juízes do progresso, mas ocorre também que eles são - direta ou indiretamente – as fontes primárias de toda produção. Esse duplo papel dos seres humanos fornece um amplo campo para confusão entre meios e fins no planejamento e na formulação de políticas, ao enfatizar a produção e a prosperidade como fundamento do progresso e ao tratar as pessoas como os meios através dos quais o progresso produtivo se torna possível. Um país pode ser muito rico em termos econômicos convencionais (PIB) e, mesmo assim, ser muito pobre quanto à qualidade de vida humana (IDH[13]), como, por exemplo, a África do Sul e o Brasil.[14] Para evitar que o planejamento para o desenvolvimento e a formulação geral de políticas sejam perturbados pela confusão entre fins e meios, Sen propõe considerar a identificação dos fins, em termos dos quais a efetividade dos meios pode ser sistematicamente confirmada.[15] Este é o objetivo da análise conceitual da abordagem das capacitações.

Essa abordagem considera a vida humana como um conjunto de "fazeres e seres" – chamados de funcionamentos - e relaciona a avaliação da qualidade de vida ao acesso à capacidade de os indivíduos funcionarem como seres humanos, isto é, em termos da sua realização de atividades cujos valores sejam legítimos e da capacidade de realização daquilo que legitimamente desejam. Sen distingue funcionamentos elementares como evitar a morbidade e a mortalidade precoce, estar adequadamente nutrido, poder realizar os movimentos usuais etc., de funcionamentos complexos, como a obtenção de autorrespeito, tomar parte na vida da comunidade e aparecer em público sem inibição. Os funcionamentos são constitutivos de uma pessoa e uma avaliação do bem-estar tem que tomar a forma de um monitoramento desses elementos constituintes. Um funcionamento é uma conquista pessoal: o que cada um procura fazer ou ser. Já a capacitação de uma pessoa é uma noção derivada e reflete as várias combinações de funcionamentos que uma

13 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano". A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos a nível nacional.

14 Furtado (1962) não comete este erro, como podemos ler: "Como prevenir que a luta por objetivos intermediários ou secundários nos faça perder de vista os fins verdadeiros? (…) Quantos milhões de vidas são ceifadas, anualmente, num país como o Brasil, pelo subdesenvolvimento? Quantos milhões de vidas são consumidas, pela fome e pelo desgaste físico provocado por formas primitivas de trabalho, antes de alcançarem a plena maturidade? Quantos milhões de seres humanos por aí estão sem que tenham acesso a alfabetização ou a qualquer outra oportunidade de participar nas manifestações médias e superiores da cultura? Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento." pp. 137-8.

15 Em outros termos, Furtado (1962) expressa a mesma ideia: "Somos, acima de tudo, humanistas. Esse objetivo somente poderá ser alcançado se nos organizarmos socialmente para atingir e manter um elevado ritmo de desenvolvimento econômico, e se esse desenvolvimento for conduzido com verdadeiro critério social." p.142. Uma das vantagens da abordagem das capacitações é tornar explícito os critérios sociais sob os quais se julga o processo de desenvolvimento.

pessoa tem ou que pode atingir. Assim, a capacitação refere-se à liberdade de uma pessoa para escolher entre diferentes formas de vida e a pobreza é vista como a privação dessa liberdade.

A pobreza constitui-se como privação tanto dos funcionamentos quanto das capacitações. Os principais indicadores de pobreza são construídos a partir da privação dos funcionamentos, concepção que leva à distinção importante entre pobreza relativa e absoluta. A primeira compara o grau de privação dos mais pobres em relação aos mais ricos e frequentemente é medida como o percentual de pobres numa população. Já a pobreza absoluta é a expressão da privação de um bem ou valor que impossibilita fatos da vida social. Sen resgata o exemplo da camisa de linho de Adam Smith: os trabalhadores que não possuíam uma sentiam vergonha e, portanto, se abstinham de frequentar certos lugares, porque sua ausência era expressão de sua pobreza e, portanto, razão absoluta de vergonha e de exclusão social.

A liberdade, por sua vez, é de dois tipos: liberdade instrumental e liberdade substantiva. A liberdade instrumental se refere ao melhor meio, a melhor escolha, para se atingir um fim determinado. A liberdade substantiva é a liberdade de se viver o tipo de vida que se gostaria de viver, isto é, conforme valores pessoais e poder realizá-los. Enfatizar os valores que uma pessoa legitimamente busca realizar é enfatizar a finalidade do desenvolvimento, o seu objetivo supremo.

A distinção entre funcionamentos e capacitações coloca ênfase na importância da liberdade de escolha de um tipo de vida ou de outro. Esta é uma ênfase que distingue a abordagem das capacitações de qualquer avaliação que considera apenas conquistas realizadas, pois o processo de aquisição e de utilização da liberdade é fundamental para a avaliação pretendida. Contudo, a habilidade de exercer a liberdade pode estar, em grande medida, dependente da educação e da saúde que recebemos. Desse modo, uma avaliação esclarecida e inteligente tanto sobre o estilo de vida que somos obrigados a levar quanto sobre aquele que seríamos capazes de escolher, através das mudanças sociais, é o que propõe a abordagem de Sen do desenvolvimento. Sua principal crítica às teorias do desenvolvimento convencional reside no fato de que boa parte da vasta literatura sobre o tema utiliza uma base informacional utilitarista,[16] o que limita o alcance dos argumentos e a percepção acerca dos reais problemas do desenvolvimento, mesmo que haja grandes divergências entre elas. Neste aspecto, a abordagem das capacitações parece-nos superior às avaliações

16 A noção utilitarista de valor considera, em última análise, como utilidade individual uma determinada condição mental, como satisfação, alegria e atendimento de desejos. Conforme Sen (2000), ela é enganosa, pois pode falhar na indicação das privações reais de uma pessoa. Uma pessoa miserável pode não parecer em más condições pela métrica utilitarista, se ela estiver resignada com a vida que leva. Em situações de longa privação, as vítimas não sentem o sofrimento todo tempo, fazendo grandes esforços para encontrar prazer em pequenas coisas, para reduzir seus desejos a proporções modestas, "realistas". A privação individual, dessa forma, pode não aparecer nas medidas de prazer, atendimento de desejos, etc. mesmo quando a pessoa está impossibilitada de ser adequadamente nutrida, vestida, educada etc.

tradicionais, pois a perspectiva da vida humana como combinação de vários funcionamentos e capacitações e a análise da liberdade humana como aspecto central da existência fornecem uma base sólida para o exercício avaliativo que ela propõe.

A expansão das capacitações e dos funcionamentos elementares, a qual passa a incorporar direitos como direitos humanos, saúde, educação e democracia como indicadores de bem-estar, torna-os objetivos últimos do desenvolvimento. Esses direitos, como já vimos, foram frequentemente vistos como "luxos" que não poderiam ser concedidos à população enquanto o almejado crescimento não tivesse sido obtido. A conhecida retórica de aumentar o bolo para depois dividir foi defendida em muitos lugares onde se preteriu a democracia em favor de um pretenso crescimento acelerado.[17]

Assim, a posição de Sen é de que a discussão sobre o desenvolvimento deve ser iniciada necessariamente com uma discussão normativa explícita sobre os objetivos do desenvolvimento e suas variáveis mais importantes. Para isso, o espaço avaliatório do desenvolvimento deve contemplar o "bem do homem"[18] em diferentes dimensões, que, embora imperfeitas, permitem compor um quadro geral mais completo do mesmo. Nesse sentido, a renda é um indicador imperfeito da riqueza porque limitado, constituindo-se como um indicador imperfeito para avaliação do desenvolvimento.[19]

A abordagem das capacitações é considerada antes uma abordagem (*approach*) do que uma teoria. Como reconhece Sen (2010), esta abordagem é compatível com inúmeras formulações teóricas que estejam preocupadas em considerar a expansão das liberdades substantivas. Nesta abordagem, a liberdade é vista não como um meio, mas, sobretudo, como um fim a ser perseguido pelo desenvolvimento. Do ponto de vista político, as liberdades substantivas se expressam não apenas num conjunto mínimo de direitos formais como a liberdade de voto, de expressão, de locomoção, entre outros direitos consagrados pelo liberalismo político clássico. Ela também exige que os cidadãos possam ter liberdades baseadas nos funcionamentos adequados e que, com isso,

---

17 Sen (2000) observa que as formas democráticas e participativas de governo, a despeito de terem uma longa história na tradição ocidental, não são produtos exclusivos do ocidente, estando presentes na Índia na época em que Péricles discursava em Atenas.

18 A origem da expressão usada por Sen remonta diretamente à filosofia prática de Aristóteles e aos seus estudos éticos. O termo original é *eudaimonia*, palavra com diferentes traduções para o português, como "vida boa", "bem do homem" e "felicidade". A influência do pensamento aristotélico na abordagem das capacitações é imensa, sendo reconhecida por Sen em suas obras de filosofia política e por Martha Nussbaum em livros como *Creating Capabilities*, *Frontiers of Justice*, entre outros.

19 Conforme Sen (2000): "Para resgatar a antiga (e correta) perspectiva de superação do subdesenvolvimento, o ideário desenvolvimentista tem de estar acompanhado de um sentido normativo explícito (qual desenvolvimento), que pode ser construído a partir de um processo de formação de uma vontade coletiva nacional. Uma referência preliminar e óbvia para tal sentido normativo é a ideia de um desenvolvimento que sirva à emancipação humana, à expansão da liberdade, no sentido da extensão dos direitos e ampliação das capacidades e qualidades humanas."p. 18.

possam desenvolver suas capacitações de modo a serem livres para viver as vidas que, com razão, valorizam. Para tanto, os funcionamentos elementares, como ser salvo de morte e doenças evitáveis, ter acesso básico à educação e poder escolher o local de trabalho, estar adequadamente nutrido, ter respeito próprio, entre outros, devem estar incluídos no espaço informacional das análises do desenvolvimento. Por isso, embora o IDH seja um indicador imperfeito e bruto, como o próprio Sen admitiu[20], ele busca atingir outras dimensões do desenvolvimento, que incluem de forma sucinta as variáveis não-econômicas das quais falava Furtado.

A utilização da abordagem das capacitações fornece um marco conceitual amplo, tanto do ponto de vista teórico, quanto empírico, para se avaliar o desenvolvimento. Em outro trabalho, argumentamos que há grandes vantagens do ponto de vista da análise do desenvolvimento em reconstruir séries históricas do IDH para um conjunto de países selecionados. Contudo, a mera análise de uma série e a posse de uma abordagem normativa que privilegia a expansão das liberdades ainda não nos permite identificar as causas que regem o comportamento das variáveis do IDH sob análise. Neste sentido, a abordagem exige uma teoria. Em particular, de uma teoria do processo histórico de desenvolvimento, que, sendo compatível com os marcos gerais da abordagem das capacitações, isto é, sensível a outras variáveis que não as meramente econômicas, possa comparar e explicar as trajetórias de desenvolvimento humano ao longo do tempo e contribuir para o debate sobre questões ainda em aberto na historiografia brasileira. Nesse sentido, apresentaremos a seguir evidências que mostram uma proximidade fundamental entre o pensamento de Furtado e a abordagem das capacitações, em particular a concepção informacionalmente mais rica do processo de desenvolvimento que ambos compartilham.[21]

---

20 "Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano." Relatório de Desenvolvimento Humano, 1999. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/> Acessado em 06/02/2012.

21 Basta reparar em passagens de Furtado (1969), que apesar das diferenças de vocabulário, expressam noções muito semelhantes às de Sen discutidas acima: "As duas dimensões do desenvolvimento – a econômica e a cultural – não podem ser captadas senão em conjunto. Por uma questão de facilidade metodológica, o economista concentra a sua atenção nos aspectos mensuráveis do desenvolvimento. (….) a interação do econômico e do não-econômico, que é seguramente o mais importante no processo de desenvolvimento, desaparece do campo de observação do economista. O que no começo era uma simplificação metodológica necessária, tende a transformar-se em obstáculo à própria percepção da natureza do problema."

4. A VISÃO DE FURTADO DO DESENVOLVIMENTO

Em *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*, Furtado reconhece explicitamente as limitações do método keynesiano na explicação do desenvolvimento,[22] bem como dos diversos modelos de crescimento, pela "incapacidade de apreensão das transformações estruturais, quer dizer, a interação do *econômico* com o *não-econômico"*. Gostaríamos de sugerir que a abordagem das capacitações, ao explicitar as questões valorativas do desenvolvimento, confere ferramentas analíticas compatíveis com a teoria de Furtado, permitindo tratar aquilo que este denominava do *não-econômico* de uma maneira mais sistemática. De outra parte, a aproximação pretendida permite construir uma visão teórica de desenvolvimento que contenha referências valorativas explícitas à dinâmica do subdesenvolvimento com as particularidades que ocorrem no Brasil, isto é, à explicação histórica do processo de subdesenvolvimento.

Como teórico, Furtado traçou relações entre variáveis econômicas e relacionou a economia a questões políticas mais amplas, em especial sobre o tipo de regime de governo compatível com um país que almeja o desenvolvimento. Furtado foi um dos poucos intérpretes do Brasil que explicitamente reconheceu a importância da democracia[23] e do debate público[24] para o desenvolvimento brasileiro. Conforme Cêpeda (2003):

> "[Furtado] valorizava a democracia enquanto parte constitutiva e desejável do projeto de futuro para o país em oposição a uma hegemonia quase absoluta do centralismo autoritário e da desvalorização do conflito político organizado (marco legal da democracia) e da participação da classe trabalhadora e da população; outra finalidade para a conjugação entre democracia, legalidade e Estado: a constituição da *res* pública e da nação moderna e autônoma; e, a valorização do pensamento racional e orientado como parte da vida pública."

Essas questões foram tratadas sistematicamente por Furtado em obras tais como *Perspectivas da economia brasileira* (1957), *A pré-revolução brasileira* (1962) e *A dialética do desenvolvimento* (1964), num momento em que amplos setores da sociedade se mostravam cada vez mais contrários às formas democráticas e participativas de alocação dos recursos públicos[25], como o planejamento

---

22 "O aumento da eficácia do sistema de produção - comumente apresentada como indicador principal do desenvolvimento - não é condição suficiente para que sejam melhor satisfeitas as necessidades elementares da população. Tem-se mesmo observado a degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência da introdução de técnicas mais sofisticadas."

23 Sobre a posição de Furtado acerca da democracia cf. também: Cêpeda (2011), Costa (2011) e Marreca (2011).

24 Neste ponto, há um interessante diálogo com o pensamento político de John Rawls. Pois, Furtado, contrariamente a Rawls, não era um liberal. Entre as razões, o subdesenvolvimento encontrava na imprensa parcial e na razão pública pouco esclarecida obstáculos que só poderiam ser transpostos através do Estado. Cf. Furtado (1962): "Creio que a tarefa mais imediata é organizar a opinião pública para que ela se manifeste organicamente. Cabe aos estudantes, aos operários, aos empresários, aos intelectuais, quiçá ao camponeses,(...), iniciar o debate franco daquilo que esperam dos órgãos políticos do país." p. 143. A ação de 'organizar' evidentemente cabe ao Estado neste contexto.

25 Conforme Cêpeda (2003), ao se referir aos textos de Furtado do período: " Nestes textos, fica claro que, sem reformas políticas, não haveria qualquer chance para o desenvolvimento e para o progresso. As teses contidas nestes trabalhos colocam a democracia como um instrumento fundamental na solução dos impasses do subdesenvolvimento, construindo um projeto de sociedade e de Nação." p. 2.

de longo prazo e as reformas de base. Nadando contra a corrente, defendia a democracia como a via necessária ao desenvolvimento social, sem o qual o mero crescimento econômico se torna *nonsense*.[26]

A cópia dos padrões de consumo dos países do centro, uma das causas mais profundas do subdesenvolvimento no diagnóstico de Furtado, é uma tese que se coaduna com a questão das preferências adaptativas do pensamento de Sen. Esta questão permite tratar as variáveis econômicas não do ponto de vista da representação subjetiva (utilidade), como quer a economia convencional, mas objetivamente, a partir dos funcionamentos que as pessoas efetivamente realizam e que são apresentados em indicadores como escolaridade e expectativa de vida[27]. No caso brasileiro, tais adaptações de preferências permitem explicar do ponto de vista teórico, pelo menos em parte, a grande desigualdade social: os pobres têm suas preferências adaptadas à escassez em que vivem; os ricos, aos modelos de consumo do centro e isto leva a um funcionamento peculiar dos parâmetros estruturais da economia, com consequências de longo prazo para o processo de desenvolvimento.

A teoria estruturalista de Furtado permite uma explicação dinâmica da economia brasileira que não é tratada pela abordagem das capacitações. Como o subdesenvolvimento coexiste com o desenvolvimento, fazendo parte de um mesmo processo histórico, os países subdesenvolvidos copiam padrões de consumo do centro, o que leva a um funcionamento peculiar do papel da tecnologia. Num primeiro momento, apenas as elites dos países em desenvolvimento podem ter acesso aos produtos de consumo importados. Assim, a concentração de renda é funcional para que as elites copiem os padrões de consumo dos países centrais. Num segundo momento, os produtos importados passam a ser produzidos localmente com tecnologias de ponta, quando ocorre o processo de substituição de importações. Essas novas tecnologias importadas, poupadoras de mão de obra e intensivas em capital, subutilizam o fator abundante, o fator trabalho, vis-à-vis o fator escasso, o capital. Este seria um dos fatores, segundo o diagnóstico teórico de Furtado, para explicar o fraco desempenho da economia brasileira no início da década de 1960. Embora tenha sido contestado em suas previsões de conjuntura, seu modelo teórico permite explicar aspectos importantes da realidade social que permanecem atuais.

Como forma de resolver os problemas de subconsumo gerados pelas características de economia dependente e periférica, Furtado propunha reformas estruturais que aumentassem o tamanho do mercado interno, defendendo medidas voltadas à redistribuição de renda, como reforma

26 Evidentemente que a dimensão econômica é crucial para entender alguns dilemas do período, como a estrutura tributária (Bordin; Lageman, 2006) e o pacto federativo (Afonso; Silva, 1995)

27 Sobre a saúde como dimensão do desenvolvimento, Furtado (1962) é especialmente enfático: "Aí estão cidades-capitais com dez por cento da população registrados nos hospitais como tuberculosos. E sabemos que tudo isso pode ser remediado, que já desapareceu de grande parte do mundo." p. 136.

agrária, aumentos reais de salário e reforma educacional. Ou seja, um conjunto articulado de ações em variáveis econômicas e não-econômicas que seria a forma de enfrentar a crise de subconsumo e, ao mesmo tempo, provocar no longo prazo alterações nos parâmetros estruturais da economia brasileira em busca da superação da desigualdade social e do desperdício de recursos que acompanha o subdesenvolvimento.

5. CONCLUSÃO

Há importantes pontos de convergência entre a abordagem das capacitações de Sen e a teoria estruturalista de Furtado apesar de partirem de fundamentos metodológicos distintos. Em particular, a abordagem das capacitações compartilha com o pensamento estruturalista a visão de que estudos históricos e estatísticos constituem-se como instrumentos indispensáveis para evitar generalizações apressadas e sem fundamentação empírica dos processos de desenvolvimento. Embora as referências ao método sejam poucas na obra de Furtado, é possível encontrá-las elaboradas no *Anexo Metodológico* ao capítulo 6 de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* ([1967] 1983). Nesta obra, Furtado se reconhece como estruturalista – diferente do estruturalismo francês de Levy Strauss – mas tributário do método sociológico de Max Weber, reconhecendo a similitude entre a formulação sobre tipos ideais e a construção de modelos da forma como o economista trabalha (Fonseca 2009). Furtado enfatiza tratarem-se ambos os casos "de representações (que o economista procura sejam formalizadas) de elementos simples ou complexos da realidade social, nas quais todos os aspectos dos elementos representados são definidos com exatidão, isto é, possuem uma significação lógica precisa" (Furtado ([1967] 1983), p. 72.

No artigo de Weber (2003) citado por Furtado no referido no *Anexo Metodológico* sobre o método de análise das ciências sociais é apresentada uma tipologia de classificação das relações entre variáveis: o "Tipo 1" trata dos fenômenos estritamente econômicos e seu significado reside no aspecto econômico da sociedade; o "Tipo 2" trata de fenômenos economicamente importantes, como os religiosos (a publicação da *Ética Protestante* tem a mesma data do artigo em tela); o "Tipo 3", que trata de fenômenos economicamente condicionados, estabelecendo relações entre variáveis não-econômicas como endógenas, mas influenciada por variáveis econômicas. Segundo Fonseca (2009), Furtado reconhece que a concepção estruturalista da CEPAL aproxima o estudo da economia do "Tipo 2", enquanto a economia convencional se aproxima do "Tipo 1". Aquilo que é constante segundo a teoria neoclássica convencional da época, via a cláusula *ceteris paribus*, é incorporado como variável no longo prazo no pensamento de Furtado. A história e as relações sociais concretas são vistas assim como inseparáveis dos diagnósticos econômicos, levando Fonseca (2009, p.876) a afirmar: "não só o estruturalismo cepalino assume como sua a pretensão de abarcar

variáveis não-econômicas em seus modelos e teorias, mas faz desta justamente a sua razão de ser, marca ou diferencial com relação a outras escolas econômicas, em questões de metodologia."

Agregando a essas considerações metodológicas do pensamento de Furtado o quadro teórico da abordagem das capacitações, é possível compreender essas dimensões de maneira mais sistemática, cujo principal indicador, o IDH, é uma mostra exemplar desta tentativa de aproximar as variáveis do "Tipo 1" às variáveis do "Tipo 2", e, também, do "Tipo 3". Isto é, do ponto de vista da explicação estrutural, a abordagem das capacitações desenvolve uma análise das variáveis não-econômicas compatível com o pensamento estruturalista latino-americano. Neste sentido, há uma importante aproximação metodológica entre a abordagem das capacitações e o pensamento de Furtado conforme destacamos[28]:

i) a realidade histórica e os dados empíricos são cruciais para a compreensão dos fenômenos econômicos, diferentemente do método hipotético-dedutivo da teoria neoclássica convencional;
ii) os fenômenos econômicos se inserem dentro de uma realidade social que os condiciona e os influencia diretamente (as variáveis não econômicas);
iii) O fim último do desenvolvimento não é o mero crescimento econômico, mas é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função dos objetivos que se propõe alcançar essa sociedade. Assim como para Sen (2000), também para Furtado (1969) o primeiro problema do desenvolvimento é definir o campo de opções que se abre à coletividade, os seres e fazeres que as pessoas, com razão valorizam.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L. C.. *O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico*. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *As três interpretações da dependência*. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/>

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Método e paixão em Celso Furtado.* Artigo a ser publicado em Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rego, [org.]. *A Grande Esperança em Celso Furtado.* São Paulo: Editora 34. Disponível em: <http://www.gv.br/economia/sec_pd/textos/texto105.pdf> Acessado em 07/02/2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (org.), *Populismo Econômico: Ortodoxia, Desenvolvimentismo e Populismo na América Latina*, São Paulo, Nobel, 1991.

28 Ao criticar o método da economia convencional, Furtado (1969) afirma: "Em síntese: a interação do econômico com o não-econômico, que é seguramente o mais importante no processo de desenvolvimento desaparece do campo de observação do economista. O que no começo era uma simplificação metodológica necessária, tende a transformar-se em obstáculo à própria percepção da natureza do problema." p. 179.

CÊPEDA, V. A. *Revendo o lugar da democracia no processo de modernização: as matrizes da teoria furtadiana do desenvolvimento.* Disponível em <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/150/114>

CÊPEDA, V. *A.* (2003) *O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia.* Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/>

CÊPEDA, V. A. (2011) *Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento*. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/> .

COSTA, H. *O. Democracia e participação na teoria pluralista*. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cronos/pdf/8.1/a2.pdf> Acesso em 08 jun. 2011

ESCOSURA L. *Improving Human Development: A Long-Run View.* Journal of Economic Surveys (2010) Vol. 24, No. 5, pp. 841–894

FONSECA, P. C. D. *A Política e seu Lugar no Estruturalismo: Celso Furtado e o Impacto da Grande Depressão no Brasil.* Brasília:Economia, v. 10, p. 703-721, 2009.

FONSECA, P. C. D.; *Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda*. In: Salvo, M.; Porto Jr., S. S. (Org.). Uma Nova Relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil Santa Cruz do Sul, RS: Unisc, 2994. pp. 269-29

FONSECA, P. C. D.; *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*. Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), 2004. pp. 225-256.

FRANCO, G. *Auge e declínio do inflacionismo no Brasil.* Texto para discussão nº487. PUC-Rio, 2004. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td487.pdf> Acessado em 06/02/2012.

FUKUDA-PARR, Sakiko e KUMAR, A. K. Shiva. *Readings in Human Development.* Oxford University Press, 2003.

FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira* . Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. M. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento.* [s.ed.], [s.l], 1961.

FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964

FURTADO, C. *Fantasia Desfeita*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 178.

FURTADO, C. M. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Nacional, 1981.

FURTADO, C. M. *Perspectivas da economia brasileira.* Ciclo de palestras, 1957. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311541490.CEPEDA_O_pensamento_político_de_CF.pdf> Acessado em 02/02/2012.

FURTADO, C. M. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, C. M. *Um projeto para o Brasil*. 1969. Em: Celso Furtado. [Org.] Francisco de Oliveira; São Paulo: Ática, 1983

IBGE. *Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil*, Departamento da População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/evolucao_perspectivas_mortalidade/evolucao_mortalidade.pdf". Acessado em 24/01/2012

KANG, T. *Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen*. Revista de Economia Política, vol., 31, nº 3 (123), pp 352-369, julho-setembro/2011

MARRECA, P. *Celso Furtado*: *Desenvolvimento e Democracia no Brasil pré-revolucionário.* Monografia de conclusão de curso. Curso de história. [Orientador: Professor Luís Reznik]. PUC-Rio, 2011. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/>

MEDICI, André. *Autonomia, democracia e reformas estruturais, como indutores do processo de desenvolvimento no Brasil, na obra de Furtado*. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/>

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano,* 1999, 2004 e 2011. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/> Acessado em 06/02/2012.

RICUPERO, Bernardo. *Celso Furtado e o pensamento social brasileiro*. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/>

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. Coimbra: Almedina, 2009.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como expansão de capacitações*. In: PNUD. Desenvolvimento humano: leituras selecionadas. Belo Horizonte: IDHS-PUC Minas, PNUD, 2008a. (traduzido de Jornal of Development Planning, 1989, nº 19, pp.41-58).

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada.* São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2008b.

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia.* São Paulo: Cia das Letras, 1999.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas ciências e nas políticas sociais.* In Ensaios Sobre a Teoria das Ciências Sociais. Centauro, São Paulo. [1904], 2003.

ECONOMIA SUL-MINEIRA: ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Fábio Francisco de Almeida Castilho
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Franca
Bolsista Fapesp
fabiofacastilho@hotmail.com

Resumo:

No presente artigo buscamos assinalar algumas características da economia sul-mineira, região que se destacou como produtora cafeeira na passagem para o XX. Ao abordamos o Sul de Minas no final do século XIX nos deparamos com uma demografia dinâmica e em transformação, marcada pela grande concentração de mão-de-obra cativa. Ao voltarmos nossos olhos para esta última característica nos questionamos o que proporcionou tal condição demográfica, ou melhor, qual o elemento de produção que atraia e fixava esta abundante massa trabalhadora? A resposta desta questão está alicerçada na tradicional produção de alimentos e criação de animais que existiu na região e era responsável pelo abastecimento do mercado intra e interprovincial desde meados do século XVIII e exigia uma volumosa mão-de-obra.

No entanto, mudanças significativas ocorreram no país ao longo da segunda metade do século XIX, principalmente devido à expansão cafeeira que se espalhava pelo sudeste, chegando ao Sul de Minas na virada do século e provocando profundas modificações na economia regional. O Sul de Minas incrementou sua produção cafeeira decorrente da expansão da rubiácea no Oeste de São Paulo e investiu no melhoramento de seu transporte ferroviário. Assim, a cafeicultura foi decisiva na dinamização da vida econômica da região e acelerou mudanças que vinham se operando no território mineiro nas últimas décadas do século.

O Sul de Minas era uma área de fronteira, rica em terras férteis e baratas e passou a ser procurado como terreno adequado para abrirem fazendas de café em seu território. Nosso intuito é desvelar a chegada e propagação do café pelo Sul de Minas. Na data baliza de nossa pesquisa, 1870, a produção de café ainda não era a principal da região, mas ao longo do período em evidência, 1870 a 1930, o café ganhou forças e o Sul de Minas se tornou uma das principais regiões produtoras do estado.

Palavras-chave: Sul de Minas; Café; Economia.

Introdução

No Brasil da segunda metade do século XIX um vasto cenário de mudanças se apresentava, o país precisava adequar-se a uma série de "ideias novas" que já haviam assolado a Europa e os Estados Unidos e espalhava-se agora para o restante do ocidente. Trata-se da expansão do liberalismo e do capitalismo que traziam consigo aspectos modernizantes para o país, como: a abolição da escravidão, o republicanismo, a urbanização, a expansão cafeeira, a ampliação de linhas férreas, etc. Uma série de alterações sociais, culturais, econômicas e políticas que se alastravam por todo território nacional.[1]

Conforme Ângela Alonso considera, a partir de 1870, o Brasil aparecia em meio aos impasses e dilemas de uma *crise de transição*: "da economia escravista ao trabalho livre, de um regime político aristocrático a outro mais democrático, de uma monarquia católica a um estado laico e representativo".[2] Todos esses elementos convergiam em uma aceleração do ritmo natural das mudanças na economia, na estrutura social e no sistema de representação política.

No âmbito econômico, de acordo com Boris Fausto, nos últimos decênios do século XIX importantes modificações nas bases da economia brasileira estavam em desenvolvimento. Destaca-se a expansão da lavoura cafeeira na região do Centro-Sul, caracterizando um período de intensa atividade mercantil/financeira que permitiu um surto de prosperidade urbano-industrial. De fato, iniciava-se uma nova fase expansiva do ciclo de acumulação no país ativada pelo Estado e diretamente ligado ao financiamento externo, com consequente penetração do controle estrangeiro da economia, especialmente do capitalismo inglês, propiciando, por um lado, o avanço das instalações de infra-estrutura da economia agroexportadora, pela expansão da rede ferroviária e melhoria dos portos e, por outro lado, permitindo a instalação de fábricas de produtos consumidos internamente (alimentação e tecelagem) e certa expansão nos setores urbanos de serviços.[3]

Como consequência, a sociedade brasileira da época dinamizou-se grandemente. No plano estrutural, os processos que mais refletiram esta dinamização foram o crescimento das cidades e as migrações. Tomando-se o período de 1872 a 1920, a

[1] HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**: Do Império à República. v. 7. t. 2. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006
[2] ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra; 2002.
[3] FAUSTO, Boris. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). V.8. t.3. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006.

evolução do grau de urbanização do Brasil transformava-se profundamente, conforme tabela 1.

Tabela 1: Grau de urbanização do Brasil (1872-1920)

Censo	População total	Cidades de 50 mil habitantes ou mais		Cidades de 100 mil habitantes ou mais		Cidades de 500 mil habitantes ou mais		População urbana ou mais		
		N	População	N	População	N	População	50 mil	100 mil	500 mil
1872	9.930.478	4	582.749	3	520.752	-	-	5,9	5,6	-
1890	14.333.915	6	976.038	3	808.619	-	-	6,8	5,6	-
1900	17.438.434	8	1.644.149	4	1.370.182	-	-	9,4	7,9	-
1920	30.635.605	15	3.287.448	6	2.674.836	1	1.157.873	10,7	8,7	3,8

Fonte: LOPES, Juarez Brandão. **Desenvolvimento e mudança social**. São Paulo: Ed. Nacional. 1972. Apud FAUSTO, Boris. op.cit. p.23.

Por esta senda, Maria Isaura Pereira Queiroz destaca que a partir da segunda metade do século XIX e durante todo o período da República Velha, teve lugar no Sul do país, principalmente nas regiões enriquecidas pelo café, um importante surto de urbanização juntamente com um crescimento demográfico rápido, processos que procederam de muito no Brasil à industrialização. [4]

De acordo com Alonso, a acumulação interna mais os vultosos empréstimos ingleses financiaram a urbanização e atraíram a população para as maiores cidades. A população do país, estimada em sete milhões em 1850, tinha crescido, somando cerca de nove milhões em 1872, e estava dividida equitativamente entre norte e sul, sinalizando o crescimento de áreas como São Paulo, que ganhavam contingente, seja pelo tráfico interprovincial, seja pela imigração. Por razões contrárias, a crise dos engenhos de açúcar acentuara a urbanização ao norte.

A modernização da infra-estrutura trouxe, ainda, consequências políticas inadvertidas. As estradas de ferro e o telégrafo implicaram uma verdadeira revolução na lógica da atividade econômica, do deslocamento de pessoas e da divulgação de informações. Alteraram as relações econômicas e políticas das províncias entre si e com o centro. A queda do preço das passagens e a diminuição do tempo de viagem democratizaram relativamente a mobilidade física do Império. Novos processos técnicos

[4] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In.: FAUSTO, Boris. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). V.8. t.3. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006.

permitiram a disseminação de tipografias e da imprensa, nivelando o acesso a temáticas políticas e culturais, nacionais e estrangeiras, a todos os grupos sociais alfabetizados.[5]

Assim, os diversos processos identificados como modernizantes não ficaram restritos aos grandes centros, mas espalharam-se por todos os rincões do país, embora apresentasse variações específicas de caso a caso. Ultimamente este mote tem sido visitado com maior frequência, destacando-se os estudos sobre a província paulista. Enquanto as pesquisas realizadas sobre a modernização do interior mineiro privilegiaram apenas a região da Zona da Mata. [6]

Nosso recorte espacial, o "Sul de Minas", a princípio, pode parecer pouco objetivo devido às inúmeras alterações geográficas administrativas que Minas Gerais sofreu ao longo do século XIX. A historiografia aponta para o constante "desmembramento, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas",[7] ocorridos devido à extrema maleabilidade da política administrativa mineira. Em linhas gerais, nos referimos ao quinhão mineiro demarcado pelo rio Grande e que se confronta com os estados do Rio de Janeiro e São Paulo através da Serra da Mantiqueira. Geograficamente corresponde a uma vasta área entrecortada por vários caminhos que garantiram o acesso e possibilitaram a interconexão comercial das principais áreas do Centro-Sul.[8] Apenas para melhor visualização do espaço do qual tratamos ver **Mapas 1.**

---

[5] Alonso, A. Op.cit.

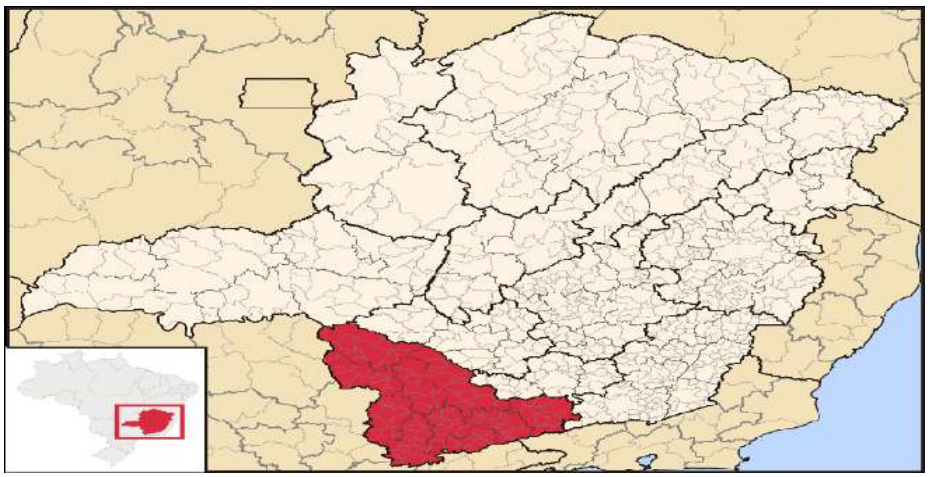
[6] A Bibliografia sobre a província paulista é um pouco mais extensa, destacando-se os trabalhos de COSTA, Emília Viotti da. "Urbanização no Brasil no século XIX". **Da monarquia à República:** momentos decisivos. São Paulo: Editora Unesp, 1999. DEVESCOVI, Regina. **Urbanização e acumulação.** Um estudo sobre a cidade de São Carlos. São Carlos: Ufscar, 1987. DOIN, José Evaldo. et ali. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852- 1930) – a proposta do CEMUMC. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 27, nº 563, pp. 91-122. 2007. LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição. Santos***:* 1870-1913. São Paulo: Hucitec, 1995. PAZIANI, Rodrigo. **Construindo a 'Petit Paris'***:* Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). Franca: tese de doutorado – Unesp, 2004. PEREIRA, Robson Mendonça. **O municipalismo em Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900)***: aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha*. Franca: dissertação de mestrado – Unesp, 1999. VARGAS, Claudia Regina. **As várias faces da cidade:** Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916). Franca: dissertação de mestrado – Unesp, 2000. Para Minas Gerais as pesquisas desenvolvidas até o momento abordam apenas o caso da Zona da Mata. Cf. LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho:** a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira. Campinas: Editora da Unicamp. 1988. PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos:** Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Tese de Doutorado. São Paulo. USP. 2004.

[7] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais.** São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume. 2002.

[8] ANDRADE, Marcos Ferreira**. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro:** Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

Em uma análise preliminar das fontes, percebemos referências contínuas a setores da elite política como provenientes do "Sul de Minas", o que comprova que esta divisão interna fazia parte da identidade cotidiana nas relações intra-elitistas. Como nosso objeto de análise contempla prioritariamente tais relações, esta delimitação interna ao estado de Minas foi o recorte espacial adotado.[9] Dois pontos corroboram com nossa decisão: primeiramente a divisão eleitoral de Minas Gerais, que por todo o século XIX teve seu território dividido em distritos que escolhiam seus representantes localmente. A região que apontamos como Sul de Minas esteve sempre compreendida dentro da mesma divisão distrital e seus habitantes se identificavam e eram identificados como sul-mineiros, escolhendo entre si seus representantes na região.[10] Em segundo lugar, a circulação de inúmeros periódicos que carregavam já em seus títulos a designação do local a qual pertenciam, a exemplo de *O Monitor Sul-Mineiro*, *A Gazeta Sul-Mineira*, *O Minas do Sul*, *O Cruzeiro do Sul* e muitos outros. Estas folhas defendiam em seus editoriais o desenvolvimento da região e discutiam temas regionais, enquanto as questões nacionais sempre eram tratadas de acordo com o prisma regional, ou "sul-mineiro".

Mapa 1: Mapa geográfico do Sul de Minas



Fonte: imagens.google.com.br/upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/tumb/3/MinasGerais-Meso-regiao.

Evidentemente, o Sul de Minas não estava alheio às transformações que se observavam no país e também apresentava números de crescimento populacional e

[9] VISCARDI, C. M. R. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Lócus:** revista de História, 1997, v 3, n 1.
[10] ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Vila de Campanha da Princesa**: urbanidade e civilidade em Minas Gerais no século XIX (1798-1840). Tese de doutorado. Campinas: Unicamp. 2008.

urbano, expansão das linhas férreas, instalação de diversos Núcleos Coloniais de imigrantes e recebia as primeiras plantações de café. A historiografia percebe esta passagem dentro do amplo quadro da constituição do capitalismo no Brasil, ressaltando as transformações socioeconômicas e a transição de relações sociais do tipo "senhorial-escravista" para relações do tipo "burguês-capitalista".[11]

Durante este período o Sul de Minas passava por transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social. E, aos poucos, se inseria a nova ordem capitalista. Embora não exista um trabalho que descortine a questão, com a apresentação de números exatos da demografia sul-mineira, trabalhos seminais, como o de Douglas Libby, David Fleisher e Ana Lúcia Duarte Lanna,[12] indicam que a migração de libertos da zona rural para a urbana, as melhorias nas condições de saneamento e a intensificação da imigração impulsionada pelo Estado, estimularam o crescimento populacional regional.

Neste momento o Sul de Minas incrementava sua produção cafeeira decorrente da expansão da rubiácea no Oeste de São Paulo e investiu no melhoramento de seu transporte ferroviário.[13] Assim, a cafeicultura foi decisiva na dinamização da vida econômica da região e acelerou mudanças que vinham se operando no território mineiro há muito tempo. A invasão cafeeira deslocou a vida econômica da província em direção ao Sul do estado, segundo Maria Efigênia Lage de Resende, "o Sul e a Mata mineira, combinando-se com o estado do Rio, e a seguir, com São Paulo e Espírito Santo, iriam integrar um extenso bolsão agrícola, fundamentado na lavoura cafeeira".[14]

O Sul de Minas era uma área de fronteira, rica em terras férteis e baratas e passou a ser procurado como terreno adequado para abrirem fazendas de café em seu território. Segundo Oliveira e Grinberg, "terras férteis em abundância e quase a custo zero, mão-de-obra ociosa, expansão das linhas ferroviárias e, principalmente, um longo

[11] CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

[12] Ver: LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista:** Minas Gerais no século XIX. Editora Brasiliense.1988. FLEISHER, David D. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: **V Seminário de Estudos Mineiros:** A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982. LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho:** a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira. Campinas: Editora da Unicamp. 1988.

[13] As principais linhas férreas que cortaram o Sul de Minas no período em evidência foram: Estrada de Ferro Minas e Rio, Estrada de Ferro Sapucaí, Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e a Estrada de Ferro Muzambinho. Ver: LIMA, Vasco de Castro. **A Estrada de Ferro Sul de Minas. 1884-1932.** São Paulo: Copas. 1934. PIMENTA, Dermeval José, ELEUTÉRIO, Arysbure Batista e CARAMURU, Hugo. **As Ferrovias em Minas Gerais.** Belo Horizonte: SESC/MG, 2003.

[14] RESENDE, M. E. Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**: o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.

período de preços atraentes do café explicam a rápida expansão cafeicultora no Sul de Minas".[15]

De acordo com Queiroz, sendo a terra muito abundante, só se tornou fonte de poder para quem possuía capitais para explorá-la ou para quem conseguia reunir gente que, em troca de uma parcela de terra, se obrigasse a servir e a defender o proprietário. Por isso, as ricas regiões de monocultura de exportação – tipo de agricultura que exigia muito capital para se organizar e produzir – constituíram no país, desde a época colonial, as sedes efetivas do poder político. As regiões que se voltaram para o pastoreio rudimentar, ou as regiões em que só eram encontrados sitiantes trabalhando a terra com o braço familiar, foram quase sempre regiões pobres e por isso sem maior expressão no quadro político nacional, muito embora a extensão da propriedade fosse também ali, via de regra, desmesurada.[16] Mas, no Sul de Minas encontramos a existência concomitante dos dois modelos, isto é, grandes proprietários com extensas porções de terra e capital para investimento, como também existiam sitiantes e arrendatários com quantidades menores de terra. Na passagem do século XIX para o XX todos esses produtores mostravam-se entusiasmados com a expansão cafeeira e estavam dispostos a investir na produção da rubiácea. Nosso questionamento é sobre a organização dessas propriedades, sua produção e relação com o mercado nacional.

Embora o Sul de Minas tenha sido uma das regiões mais dinâmicas da província/estado, até então poucos trabalhos foram produzidos a fim de esclarecer como os processos históricos debatidos pela historiografia nacional se apresentaram na região. Recentemente alguns trabalhos têm contribuído para suprir estas lacunas, como o de Marcos Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*, obra em que o autor desvenda o povoamento e mapeia a produção sul-mineira voltada para o abastecimento interno, além de apontar as estratégias da elite local para controlar a população escrava na primeira metade do século XIX. Em *A saga dos cafeicultores no Sul de Minas,*[17] de José Oliveira e Lúcia Grinberg, temos informações sobre a origem e expansão cafeeira na região e a formação das primeiras famílias voltadas para a produção da rubiácea.

---

[15] OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de & GRINBERG, Lúcia. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
[16] QUEIROZ, M. I. op.cit. Cf. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2005.
[17] OLIVEIRA, J. G. R. & GRINBERG, L. op.cit. Sobre a dicotomia entre a produção voltada para a exportação e para o mercado interno Cf. FURTADO, C. op.cit.FRAGOSO, J.L. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul** – 1890-1920. Dissertação de mestrado, UFRJ, Niterói. 1983. LENHARO, A. op.cit.

No esteio destes dois trabalhos novos pesquisadores desenvolveram outros temas, sempre enfatizando a dinâmica e importância do estudo do Sul de Minas, como eu mesmo, que em minha dissertação de mestrado questionei as propostas para a transição da mão-de-obra na região aventadas pelos periódicos locais, com destaque para o alvitre imigrantista como solução modernizante e tributária do paradigma paulista[18] e no doutorado discuti o republicanismo e as estratégias da oligarquia local para perpetuar-se no poder do Estado.[19] Patrícia Vargas Lopes Araújo,[20] em sua tese de doutoramento defendida na Universidade de Campinas, historiciou a fundação da Vila de Campanha da Princesa, em acurada pesquisa a autora estudou o ordenamento urbano da vila destacando a preocupação das autoridades estaduais com relação à urbanidade e à civilidade de sua população tendo como pano de fundo as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no Brasil na segunda metade do século XVIII. Antônio Theodoro Grilo,[21] em sua tese de doutoramento *Tocaia do Fórum*, defendida na Unesp-Franca, retomou a discussão da violência nos primeiros tempos da Primeira República, discutindo e teorizando a continuidade do jaguncismo, das oligarquias, do coronelismo e do mandonismo na região.

Esses e outros trabalhos[22] buscam elucidar temas obscuros da historiografia sul-mineira, que, evidentemente, dialogam com os temas discutidos no âmbito nacional. Contudo, ainda não foi realizado nenhum trabalho historiográfico sobre a expansão cafeeira e o desenvolvimento urbano dentro do quadro de transição para o capitalismo.

As novas pesquisas devem tentar desvelar a chegada e propagação do café pelo Sul de Minas, assim como o funcionamento da cafeicultura na região, como o tamanho

[18] CASTILHO, Fábio F. A. **Entre a locomotiva e o fiel da balança**: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: UFJF. 2009.
[19] CASTILHO, Fábio F. A. Republicanismo em Minas Gerais: as oligarquias sul-mineira em finais do Império e Primeira República. Tese de doutorado, Franca: UNESP. 2012.
[20] ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Vila de Campanha da Princesa**: urbanidade e civilidade em Minas Gerais no século XIX (1798-1840). Tese de doutorado. Campinas: Unicamp. 2008.
[21] GRILO, A. T. **Tocaia no Fórum**: violência e modernidade. Tese de doutorado. Franca: UNESP. 2009.
[22] Recentemente outros pesquisadores se debruçaram sobre a história regional do Sul de Minas. Cf. LAGE, A. C. P. **A instalação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha**: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX.Campinas: Unicamp, 2007. CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. **Negócios internos:** estrutura produtiva, hierarquização social e posse de cativos em freguesia sul-mineira (1780-1850).Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: UFJF. 2008. DELFINO, L. L. **Entre "Muros" e "Mosaicos":** trajetórias familiares de cativos e libertos de pequenas e médias posses (Pouso Alegre, MG, 1845-1869). Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: UFJF. 2010. CASTRO, Pérola Maria Goldfeder. "Imprensa, história e separatismo: o movimento separatista de 1892 através das páginas do monitor sul-mineiro". **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v. VI, ano 3, n.2. 2008.

das propriedades, a quantidade exata da produção anual, qual a proporção da mão-de-obra utilizada, ou ainda, se existiam plantações de alimento dentro das fazendas de café.

A economia sul-mineira na virada do século

Ao abordamos a região do Sul de Minas no final do século XIX nos deparamos com uma demografia dinâmica e em transformação, marcada pela grande concentração de mão-de-obra cativa.[23] Ao voltarmos nossos olhos para esta última característica da região nos questionamos o que proporcionou tal condição demográfica, ou melhor, qual o elemento de produção que atraia e fixava esta abundante massa trabalhadora? A resposta desta questão está alicerçada na tradicional produção de alimentos e criação de animais da região que abastecia o mercado intra e interprovincial desde meados do século XVIII e exigia uma volumosa mão-de-obra.

Os números encontrados pela bibliografia especializada indicam a importância da mão-de-obra escrava nas fazendas do Sul de Minas, cifras que se aproximavam dos índices das áreas agro-exportadoras.[24] Diante desta constatação, Marcos Andrade procurou caracterizar as fazendas sul-mineiras e buscou desvendar as atividades econômicas mais comuns na região que demandavam uma mão-de-obra tão volumosa. Com este escopo o autor mapeou a economia local através da análise de centenas de inventários, a fim de identificar a atividade produtiva da região na primeira metade do século XIX.

Segundo Andrade, as famílias fazendeiras e proprietárias de escravos fizeram fortuna no Sul de Minas tendo como principais atividades econômicas o agro pastoreio e a comercialização de gêneros voltados para o abastecimento interno – gado, porcos, carneiros e produtos como queijo, toucinho e a produção de fumo. Para trabalhar nestes empreendimentos a mão-de-obra escrava foi largamente utilizada. Nas palavras do autor, "o cenário que se vislumbra é caracterizado por grandes propriedades e, logicamente, por grandes escravarias". Em sua pesquisa Andrade pôde constatar que:

[23] O Sul de Minas contava com uma população escrava de 61.270 pessoas em 1886, representando 21,4% de sua população total. Anteriormente, em 1873, eram 81. 511, representando 21,3% da população total. Cf. COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fontes para a História Social do Sul de Minas:** Os trabalhos de Paraguaçu e Machado (1850-1900). Fundação 18 de março. 2002. p. 33.

[24] Cf. LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979. ANDRADE, Marcos Ferreira**. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro:** Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.
GRAÇA FILHO, op.cit.

> A economia sul-mineira esteve assentada em um leque diversificado de atividades, com especial atenção para as agropastoris e a comercialização em praças regionais e interprovinciais. Um grande proprietário escravista poderia ser dono de engenho, pecuarista, produtor de alimentos, dono de lavra e comercializar parte de sua produção nas vilas e nos distritos mais próximos e, em especial, na Corte. A origem da riqueza estava relacionada ao consórcio de várias atividades e, quase sempre, um grande fazendeiro também era negociante.[25]

Este era o quadro econômico que se apresentava na primeira metade dos oitocentos, no entanto, mudanças significativas ocorreram no país ao longo da segunda metade do século, principalmente devido à expansão cafeeira que chegou a região por volta de 1870, provocando profundas modificações na economia sul-mineira.

Segundo Cláudia Viscardi, em finais do século XIX, com o café passando a ser produzido no Sul e Mata mineiros, com uma percentagem mínima de aproximadamente 30% e 70% respectivamente, a dedicação ao mercado interno, que englobava a produção de alimentos para a sustentação da cafeicultura e para subsistência, diminuiu. De acordo com a autora, "esta economia tinha peso insignificante para a receita do estado no final do século XIX e início do XX, principalmente se comparada à receita fiscal oriunda do café". Viscardi também assinala a importância da rubiácea para Minas Gerais:

> O café tinha uma importância fundamental para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Ele era responsável pela quase totalidade da receita fiscal do estado. Os excedentes dele provenientes foram responsáveis pela diversificação econômica de sua região de origem, que veio a ser a mais industrializada de Minas no período. Os estudos que comprovam a existência de uma forte economia cafeicultora no estado com base na grande concentração de terras e na relativa monetização da economia se contrapõem a todos os outros até então realizados em torno da economia mineira. [26]

De acordo com Viscardi, mesmo sendo o estado de Minas composto de grande diversidade econômica interna, sua base de sustentação econômica era o café (Cf. Tabela 2). E este era produzido em larga escala em latifúndios escravistas em moldes semelhantes, porém em menor escala, aos paulistas.

[25] ANDRADE, M. op.cit. p. 42.
[26] VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995. p. 62.

Tabela 2: Percentual do Valor da Produção do Café no Conjunto das Exportações Mineiras (1899-1924)

Períodos	Valor exportado (contos)	Valor do Café (contos)	Percentual do café sobre o total
1889/1893	99.982,450	71.628,535	71,64
1894/1898	186.687,546	128.164,206	68,65
1899/1903	156.343,563	93.228,506	59,63
1904/1908	136.043,725	64.619,539	47,49
1909/1913	191.802,771	84.682,079	44,15
1914/1918	282.952,735	84.909,415	30,00
1919/1923	550.796,920	241.233,057	43,79
1924/1926	939.768,502	505.095,723	53,74
Médias	318.047,277	159.195,133	52,39

FONTE: PIRES, 2004; 80.

A história da cafeicultura no Sul de Minas é uma história recente se comparada aos demais modelos destinados a agroexportação de café que conhecemos no país. Ao longo da segunda metade do século XIX a cafeicultura começou a deixar o Vale Paraíba e se expandir pelas regiões paulistas do Oeste Velho (Campinas) e poucos anos depois invadiria o Oeste Novo (Ribeirão Preto) com grandes plantações. Havia largas extensões de terras férteis e de boa topografia. Na província de São Paulo a mão-de-obra escrava vinha sendo substituída pela corrente imigratória européia, composta principalmente de italianos, devido a Lei do Ventre Livre e os constantes movimentos abolicionistas. A rápida expansão da rede ferroviária facilitava enormemente o escoamento das produções.[27]

A expansão dos cafezais não parou nas divisas de São Paulo. As plantações avançaram pelos municípios do Sul de Minas, embora em escala menor se comparada às novas regiões paulistas. Conforme Oliveira e Grinberg, a região Sul sempre foi muito ligada ao estado de São Paulo, pois desde a metade do Século XIX "levava sua produção em carros de boi até as estações ferroviárias no interior paulista, rumo ao Porto de Santos".[28] A produção de café nestas localidades se ampliou com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estadas de Ferro, em 1890.

A cafeicultura no Sul de Minas se expandiu pelos municípios de Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no Vale do Rio Sapucaí.[29] Na segunda metade do século XIX, o café ganharia espaço mais para o norte e o oeste, alcançando Lavras, Nepomuceno, Perdões,

[27] SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à indústria:** Uma cidade e seu tempo**.** Campinas: Editora da Unicamp. 1991.
[28] OLIVEIRA & GRIMBERG, op.cit. p. 18.
[29] FILLETO, Ferdinando e ALENCAR, Edgar. "Introdução e expansão do café na região Sul de Minas". **Revista de administração da UFLA**, v.3.n.I, jan.-jun. 2001.

Bom Sucesso e Campo Belo. Ao Leste, as fazendas de café avançariam pelas localidades de Monte Santo de Minas, São João da Fortaleza (hoje Arceburgo), Santa Bárbara das Canoas (Guaranésia) e Cabo Verde. Todas estabelecidas como extensão da expansão do Oeste paulista.[30]

A rubiácea segue sua expansão pelo Sul de Minas na Freguesia de Dores de Guaxupé, em 1875, quando alguns fazendeiros dessa freguesia firmaram contratos com prestadores de serviço para o plantio de lavouras de café. Embora já existissem cafeeiros em algumas propriedades da região, destinados ao consumo de famílias, lavouras maiores e com interesse econômico foram plantadas somente a partir daquele ano. Pois foi neste momento, que pela primeira vez, os produtores locais fecharam contratos detalhados sobre o sistema em que as lavouras deveriam ser formadas, assim como as obrigações, os direitos e os valores de pagamento ajustados com os trabalhadores. [31]

Inicialmente os fazendeiros do Sul de Minas possuíam atividades econômicas diversificadas: investiam na lavoura do café, mas continuavam criando gado – um negócio rendoso e com mercado menos instável, no final do século XIX. Além disso, em todas as fazendas, os trabalhadores, empregados a partir do sistema de colonato, cultivavam suas roças de alimentos e criavam porcos destinados ao consumo doméstico.[32]

No texto *A Saga dos cafeicultores no Sul de Minas* encontramos diversos depoimentos que confirmam a assertiva acima e corroboram com a ideia de que no interior das fazendas voltadas para a produção de café para exportação também existiam espaços para a produção de alimentos para a subsistência, em especial dos colonos:

> Lá na Santa Maria (fazenda da família) viviam muitos italianos. Lembro que havia um que cuidava da horta de verduras, um italiano desses caprichosos. Tinha tudo quanto era espécie de verdura, fruta – o pomar era excelente.
> Naquela época – estou falando de 1930 para trás (...) -, os pagamentos eram feitos anualmente. Os colonos tinham sua roça de milho, feijão, arroz, seus porcos, suas vacas, os cavalos e a agricultura de subsistência. O toucinho, normalmente, eram eles que produziam.[33]

[30] OLIVEIRA & GRIMBERG. Op.cit.
[31] OLIVEIRA & GRIMBERG, op.cit.
[32] OLIVEIRA & GRIMBERG, op.cit.
[33] OLIVEIRA & GRIMBERG. Op.cit. pp 80-82.

O Sul de Minas era uma área rica em terras férteis e baratas e passou a ser procurado como terreno adequado para abrirem fazendas de café em seu território. Segundo Oliveira e Grinberg:

> Em alguns casos, eram famílias de agricultores apenas em busca de terras novas. Em outros, eram familiares de proprietários de casas comissárias ou de casas bancárias. Como as terras eram baratas, alguns imigrantes italianos que trabalhavam originalmente como colonos, depois de guardarem algum capital e recorrerem ainda a parentes, conseguiram se tornar proprietários. Outros fazendeiros começaram como tropeiros ou carroceiros, transportando sacas de café em lombo de burros. Posteriormente, investiram em terras, transformaram-se em produtores, mas alguns não deixaram de comercializar, justamente para financiar a sua própria atividade agrícola. Da mesma forma, funcionários de casas comissárias, encarregados de comprar o café diretamente dos fazendeiros, poupavam e investiam em terras, e se tornavam produtores.[34]

Diferentemente da produção paulista, que se manteve em escala ascendente, e da produção fluminense, em escala descendente, a produção mineira vivenciou as diversas crises do café, mantendo a estabilidade percentual no conjunto da exportação cafeicultora brasileira.

As regiões clássicas do café

Para determinarmos a extensão e os limites da produção cafeeira do Sul de Minas se fez necessário entender a produção da Zona da Mata, maior produtora da rubiácea na província e com uma vasta bibliografia produzida acerca do tema. Assim desvelamos qual região era responsável por qual quinhão da produção total do café em Minas Gerais, ver tabela 3:

Tabela 3: Participação da produção cafeeira da zona da mata na produção do estado de Minas Gerais (períodos selecionados)

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

PIRES, 2004.

O desenvolvimento da produção da Mata pode ser resumido da seguinte forma:

[34] OLIVEIRA & GRIMBERG. Op.cit. p. 20.

> Em meados de XIX, a Mata era responsável por 99% da produção mineira de café. Principal região cafeicultora do estado até 1920, com uma produção de 81.000 arrobas em 1829/1830, essa região terá um crescimento de produção para aproximadamente 2,5 milhões de arrobas em 1870/1871. Em 1890, 75% da receita de todo o estado advinha de suas taxas pela produção cafeeira. Entre 1870 e 1930, o café vai participar em cerca de 60% do total do valor das exportações de Minas Gerais. Essa região e o Sul, maiores produtores de café da província desde o final do século XIX, serão responsáveis por 86% do total da produção de Minas. A região matense sofreu uma queda em relação ao sul da província no final do século passado, quando da expansão da lavoura desse produto para essa região, embora a Mata continuasse tendo a maior produção até o início desse século, com cerca de 60% do total do estado [35]

Na tabela 3 existe um lapso entre 1851 e 1886 e neste período a Zona da Mata mineira deixou de responder por 99,76% da produção do estado caindo para 74,71%. Esta queda implica na emergência de uma nova região produtora de café, O Sul de Minas. Anderson Pires faz referência ao surgimento da produção sul-mineira e a sua relevância comparada à produção da Zona da Mata, que somadas nos dão a produção total mineira:

> Nos anos 70, a produção mineira era a segunda do país. Suas exportações representavam 27% das nacionais. Até aquela data, a quase totalidade do café exportado era produzido na zona da Mata. A partir do final da década de 80 o café passou a ser cultivado com maior intensidade no Sul de Minas (...); com isto, aumentou o peso do produto sul mineiro no cômputo total das exportações. Até o final do Império, a maior parte do café exportado vinha da zona da Mata. De uma participação de cerca de 20% das exportações no início da década de 90, **o café sul mineiro passou a 30% do valor total exportado nos primeiros anos do século XX, mantendo-se nesta posição até 1930.** A zona da Mata continuou como a região produtora principal.[36] (grifo nosso).

Todos os autores consultados são unânimes em afirmar que a Zona da Mata foi responsável por toda produção mineira por um longo período. Estes autores também comungam com a ideia de que a partir de 1880, Mata e Sul se tornam as maiores produtoras de café do estado, para não dizer únicas em toda Minas Gerais. E que somente a partir de 1893, quando o Sul de Minas se torna responsável pela produção de um oitavo do café exportado do estado, é que começa a ameaçar a posição de produtora hegemônica da Zona da Mata.[37] Também salientamos que existiram distinções entre os interesses da Zona da Mata e do Sul quanto à expansão cafeeira, pois o próprio

[35] ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento:** um estudo obre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914). Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp, 2001.
[36] PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos:** Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Tese de Doutorado. São Paulo. USP. 2004.
[37] BLASENHEIN, Peter. Uma história regional: a Zona da Mata Mineira. In.: MONTEIRO, Norma de Góes. **V Seminário de Estudos Mineiros:** A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

surgimento do café na região sulista não era resultado da expansão do café da Zona da Mata, ao contrário, o fluxo de comércio das duas regiões era diferente: O Sul vinculava-se ao porto de Santos e a Mata ao porto do Rio de Janeiro. Este dado é importante porque refuta a tese de que as duas regiões, por produzirem o mesmo produto, eram aliadas nas disputas políticas internas do estado, mas ao contrário, por vezes estiveram em lados opostos disputando a hegemonia estadual.

A produção cafeeira traria consigo transformações profundas no interior do país. Conforme a análise de Ana Lúcia Duarte Lanna, a partir de 1870, destacam-se mudanças qualitativas na atividade cafeeira. Como o incremento na construção de ferrovias, que visava reduzir os altos custos com transportes. A partir daí, as cidades desenvolvem-se, caracterizando o fenômeno da urbanização. [38]

Evaldo Doin atribui à produção cafeeira o fenômeno de crescimento das cidades médias brasileiras, em especial aquelas localizadas no interior de São Paulo e Minas.[39] O fenômeno da urbanização, "responsável por transfigurar vilarejos em concentrações consideráveis de gentes e casas", vinha se acentuando no país desde meados do Império. Este processo ocorreu concomitantemente à abolição efetiva do tráfico de escravos e graças a fatores vários, entre eles a libertação de capitais comprometidos com o comércio de cativos e a hegemonia alcançada pela produção cafeeira, iniciava-se o desenvolvimento das cidades situadas no "Brasil caipira".

> Vilazinhas e lugarejos localizados na porção interiorana do país eram tomados por uma avalanche de transformações. O que poucos anos antes eram apenas parcos aglomerados de casebres, anônimos, insignificantes, entregues à modorra sonolenta da rotina, num repente acordavam, tomados de pressa ingente para entrar no bonde da história e atingir a *benesses do progresso*, acordados que foram pelo aroma forte e instigante de uma bebida dadivosa como o café e atingidos pelo imaginário alimentado em torno do moderno.[40]

Conforme o autor, o café trazia consigo a eletricidade, o automóvel e o telefone, os tecidos finos, o calçamento das ruas e a construção de teatros e outras "novidades". A

[38] LANNA, A.L.D. op.cit.
[39] DOIN, J.E. op.cit. Na literatura sobre a industrialização e urbanização de São Paulo foi formulado o conceito do grande capital cafeeiro, aquele formado na origem pelos grandes fazendeiros que diversificavam seus investimentos em ferrovias, bancos e empresas de serviços públicos. Aqui neste trabalho estendemos o conceito acreditando que diferentes elites regionais, oriundas de diferentes negócios, seguiram os mesmos percursos de investimentos dos fazendeiros paulistas. Para informações sobre o grande capital cafeeiro em São Paulo: SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira.** São Paulo: Hucitec, 1986. KUGELMAS, Eduardo. **A difícil hegemonia.** São Paulo: tese de doutorado – USP, 1986.
[40] DOIN, J. E. Op.cit

economia do sudeste brasileiro, marcada pela expansão cafeeira, acompanhada por uma ideologia progressista de modelo francês que determinaria os caminhos do *progresso e civilização.*

Segundo Alexandre Macchione Saes, aproveitando a abundância de recursos internos e a entrada de empresas e capitais externos, as cidades na segunda metade do século XIX procuravam vias para fomentar a modernização. A tentativa de introduzir as novidades dos padrões de consumo e das melhorias da infra-estrutura urbana existentes na Europa tinha maior êxito conforme a riqueza das elites locais. O mundo agrário, que perduraria décadas como o mais populoso no Brasil, perderia parte de sua população com a rápida expansão da formação de municípios na transição para o século XX. Conforme dados do autor o número de municípios recenseados no Brasil entre 1872 e 1920 saltaram de 642 para 1.304.[41] Ressaltamos que a região do Sul de Minas não esteve alheia a esse processo. De 1870 a 1930 seu número de municípios saltou de 21 para 67, apresentando um crescimento aproximado de 320%.

Por isso é possível afirmar que a transição para o século XX foi o momento em que a urbanização tornou-se um projeto político da elite brasileira.[42] A partir de 1898 se iniciou um projeto de modernização do país, preponderante nas duas primeiras décadas do século XX, quando o cenário econômico austero auxiliaria os administradores municipais na realização dos projetos de modernização das cidades. As cidades possuíam maiores recursos financeiros e autonomia para recorrer aos empréstimos estrangeiros, como fez o Prefeito Pereira Passos para o Distrito Federal em 1906 ou Presidente de Estado Júlio Bueno Brandão para Minas Gerais em 1910.

Caso emblemático foram os melhoramento realizados nas estâncias balneárias do Sul de Minas. No alvorecer do século XX grande importância era conferida às águas minerais e seu poder medicinal esteve presente no discurso dos Presidentes de Estado, que enfatizaram a necessidade de realizar investimentos nas cidades que possuíam águas em exploração e transformá-las em suntuosas estâncias balneárias, capazes de receber veranistas e atender todas as imposições de conforto e higiene à época. Para empreender tal planejamento estas cidades do Sul de Minas receberam considerável investimento do governo do estado para seu melhoramento e embelezamento.[43]

---

[41] SAES, Alexandre Marcchione. O moderno mundo urbano e a formação do capitalismo no Brasil. In.: **XXVI Simpósio Nacional de História**: Anpuh 50 anos. São Paulo: USP. 2011.
[42] SAES, A.M. op.cit
[43] Cf. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Américo Werneck: o Haussman de Águas Virtuosas. In.: **XXVI Simpósio Nacional de História**: Anpuh 50 anos. São Paulo: USP. 2011.

Conclusão

No período aqui em evidência o estado de Minas Gerais, embora configurasse uma unidade político-administrativa com contornos geográficos delimitados, era na verdade uma soma pouco integrada de diversas regiões com características sociais e econômicas significativamente diferenciadas entre si, não existia nenhuma força "unificadora" com potência suficiente para integrar economicamente o território mineiro num conjunto que lhe conferisse identidade completa.[44] O resultado dessa situação, o *mosaico mineiro*, assinalado por Wirth, guarda duas características principais: primeiramente o desenvolvimento de cada região se constituiu numa "linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos", e, em segundo lugar, aquelas regiões que fariam parte daquele "todo", se articularam muito mais com as outras unidades federais com as quais possuíam vizinhança do que com a unidade política e administrativa que integravam (o Sul e o Triângulo com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Mata com o Rio de Janeiro). [45]

Com base nesse complexo quadro José Murilo de Carvalho apontou a existência de muitas "vozes" em Minas. "O Triangulo tem sua própria voz, o Centro, o Sul, o Norte, a Mata também têm a sua". Estas vozes conferiam ao estado uma polifonia, ou uma cacofonia regional. O autor considera que ao longo da história diferentes tipos de economia e sociedade se formaram, conferindo dinamicidade à economia do estado e marcando a sua sociedade em diferentes momentos e com variado grau de intensidade.[46]

Num contexto histórico como este qualquer generalização conclusiva, principalmente no âmbito da análise da história econômica, não deve ser realizada e o recorte regional, mais que uma mera opção metodológica, se coloca quase como uma imposição, fundamental para que se alcance uma aproximação entre o universo de análise e a realidade histórica que se pretende investigar.

A realidade histórica de Minas Gerais é bem mais complexa que algumas generalizações parecem considerar e, supomos apenas as análises regionais podem dar conta desta complexidade.

A região aqui em evidência, o Sul de Minas, se coloca particularmente nesta situação. Se define por um conjunto de elementos determinados pela forma como se dá

[44] PIRES, A. op.cit.
[45] WIRTH, J. D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
[46] CARVALHO, José Murilo de. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In.:GOMES, Ângela de Castro (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2005.

sua inserção no contexto histórico-social do qual faz parte e, de uma maneira geral, indica a presença de constantes rupturas e descontinuidades históricas que, ao se estabelecerem e predominarem em seu espaço próprio, fundamentam a sua homogeneidade interna e, portanto, fornecem as bases de sua diferenciação como objeto de estudo.

Frente à unidade político-administrativa da qual fazia parte (a província e futuro estado de Minas Gerais) é o próprio desenvolvimento e expansão de uma economia agrária voltada para produção de alimentos que marcou a diferenciação da região do Sul de Minas. No correr do século XIX, sob o impacto do declínio da economia aurífera, as principais regiões da província passam por um processo de reestruturação sócio-econômica, fundamentada numa significativa realocação dos fatores de produção, que acaba por resultar em uma economia agrária de alimentos, com maiores ou menores vínculos com vários focos de mercado interno existentes e cujo dinamismo econômico, mesmo que significativo, está longe daquele que caracterizou o século XVIII mineiro.[47]

Ao longo desse texto buscamos fazer apontamentos sobre o complexo quadro de transformações que se passavam no país, privilegiando os aspectos dessas mudanças num rincão específico do interior de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento e nossos primeiros resultados apontam para um desenvolvimento dinâmico catalisado pelo processo de expansão da cafeicultura, mas o estudo do interior do país ainda precisa responder muitas perguntas: como os rincões do Brasil adaptaram-se aos diversos processos de transformação política, econômica, social e cultural que se alastravam pelo país? Como adaptaram-se aos processos de urbanização, abolição, expansão de estradas de ferro, desenvolvimento da cafeicultura e demais avanços? Dentro dessa miríade de transformações assinalamos o papel da produção cafeeira de finais do XIX e início do XX no Sul de Minas, que catalisou a expansão das estradas de ferro e o processo de urbanização a região.

Bibliografia

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento:** um estudo obre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914). Dissertação de Mestrado. Campinas. Unicamp, 2001.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra; 2002.

[47] SLENES, Robert. **O múltiplo de porcos e diamantes**: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. IFCH. Unicamp. Campinas. 1985.

ANDRADE, Marcos Ferreira**. Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro:** Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Vila de Campanha da Princesa**: urbanidade e civilidade em Minas Gerais no século XIX (1798-1840). Tese de doutorado. Campinas: Unicamp. 2008.

BLASENHEIN, Peter. Uma história regional: a Zona da Mata Mineira. In.: MONTEIRO, Norma de Góes. **V Seminário de Estudos Mineiros:** A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

BLOCH, Marc. **Introdução à história.** Publicações Europa-América. 4ª edição. S.d.

CARVALHO, José Murilo de. Ouro, terra e ferro: vozes de Minas. In.:GOMES, Ângela de Castro (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2005.

CASTILHO, Fábio F. A. **Entre a locomotiva e o fiel da balança**: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: UFJF. 2009.

_____. Como Esaú e Jacó: as oligarquias sul-mineira em finais do Império e Primeira República. Tese de doutorado, Franca: UNESP. 2012.

_____. Américo Werneck: o Haussman de Águas Virtuosas. In.: **XXVI Simpósio Nacional de História**: Anpuh 50 anos. São Paulo: USP. 2011.

CASTRO, Pérola M. G. "Imprensa, história e separatismo: o movimento separatista de 1892 através das páginas do monitor sul-mineiro". **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v. VI, ano 3, n.2. 2008.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. "Urbanização no Brasil no século XIX". **Da monarquia à República:** momentos decisivos. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

COSTA, Maria Lúcia Prado. **Fontes para a História Social do Sul de Minas:** Os trabalhos de Paraguaçu e Machado (1850-1900). Fundação 18 de março. 2002.

CUSTÓDIO SOBRINHO, J. **Negócios internos:** estrutura produtiva, hierarquização social e posse de cativos em freguesia sul-mineira (1780-1850).Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: UFJF. 2008.

DELFINO, L. L. **Entre "Muros" e "Mosaicos":** trajetórias familiares de cativos e libertos de pequenas e médias posses (Pouso Alegre, MG, 1845-1869). Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: UFJF. 2010.

DEVESCOVI, Regina. **Urbanização e acumulação.** Um estudo sobre a cidade de São Carlos. São Carlos: Ufscar, 1987.

DOIN, José Evaldo. et ali. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852- 1930) – a proposta do CEMUMC. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 27, nº 563, PP. 91-122. 2007.

FAUSTO, Boris. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). V.8. t.3. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006.

FILLETO, Ferdinando e ALENCAR, Edgar. "Introdução e expansão do café na região Sul de Minas". **Revista de administração da UFLA**, v.3.n.I, jan.-jun. 2001.

FLEISHER, David D. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: **V Seminário de Estudos Mineiros:** A República Velha em Minas. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.

FRAGOSO, J.L.**Sistemas agrários em Paraíba do Sul** – 1890-1920. Dissertação de mestrado, UFRJ, Niterói. 1983.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2005.
GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais.** São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume. 2002.
GRILO, A. T. **Tocaia no Fórum**: violência e modernidade. Tese de doutorado. Franca: UNESP. 2009.
KUGELMAS, Eduardo. **A difícil hegemonia.** São Paulo: tese de doutorado – USP, 1986.
LAGE, A. C. P. **A instalação do Colégio Nossa Senhora do Sion em Campanha**: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX.Campinas: Unicamp, 2007.
LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho:** a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira. Campinas: Editora da Unicamp. 1988.
_____. **Uma cidade na transição. Santos***:* 1870-1913. São Paulo: Hucitec, 1995.
PAZIANI, Rodrigo. **Construindo a 'Petit Paris'***:* Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). Franca: tese de doutorado – Unesp, 2004.
LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.
LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista:** Minas Gerais no século XIX. Editora Brasiliense.1988.
LIMA, Vasco de Castro. **A Estrada de Ferro Sul de Minas. 1884-1932.** São Paulo: Copas. 1934.
MATTOS, I. **Tempo saquarema**: a formação do estado imperial, 2ed, São Paulo: Hucitec, 1990.
OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de & GRINBERG, Lúcia. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
PEREIRA, Robson Mendonça. **O municipalismo em Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900***): aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha*. Franca: dissertação de mestrado – Unesp, 1999.
PIMENTA, Dermeval José, ELEUTÉRIO, Arysbure Batista e CARAMURU, Hugo. **As Ferrovias em Minas Gerais.** Belo Horizonte: SESC/MG, 2003.
PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos:** Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Tese de Doutorado. São Paulo. USP. 2004.
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In.: FAUSTO, Boris. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). V.8. t.3. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand. 2006.
RESENDE, M. E. Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**: o novo PRM – 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.
SAES, Alexandre Marcchione. O moderno mundo urbano e a formação do capitalismo no Brasil. In.: **XXVI Simpósio Nacional de História**: Anpuh 50 anos. São Paulo: USP. 2011.
SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira.** São Paulo: Hucitec, 1986.
SEMEGHINI, U. C. **Do café à indústria:** Uma cidade e seu tempo**.** Campinas: Ed. da Unicamp. 1991.
SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
SLENES, Robert. **O múltiplo de porcos e diamantes**: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. IFCH. Unicamp. Campinas. 1985.

VARGAS, Claudia Regina. **As várias faces da cidade:** Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916). Franca: dissertação de mestrado – Unesp, 2000.

VISCARDI, C. M. R. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Lócus:** revista de História. v 3, n 1.1997.

_____. Elites políticas em Minas Gerais na primeira república. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995.

WIRTH, J. D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)

Fábio Rogério Cassimiro Correa[1]
E-mail: fabio.correa@usp.br

Introdução

A cafeicultura brasileira atraiu grande interesse por parte de estudiosos ao longo do século XX e ocasionou importantes estudos sociais, políticos e econômicos. Mesmo assim, o financiamento das fazendas paulistas na Primeira República foi muito pouco explorado. Entretanto, trabalhos que abordaram o tema com maior atenção mostraram que os bancos paulistas atuaram muito pouco no financiamento agrícola, sendo que comissários, casas exportadoras e prestamistas locais teriam se constituído como a principal fonte de credito a qual os fazendeiros recorreram[2]. Nossa pesquisa busca abordar uma pequena parte desse problema ao reconstituir a criação, organização e falência de uma instituição que visava prover a cafeicultura de uma fonte de crédito bancário, os Bancos de Custeio Rural.

No que toca a produção historiográfica sobre o período monárquico a questão do crédito mereceu maior atenção por parte de alguns estudiosos[3]. Lembremos da clássica obra de Stanley Stein, *Grandeza e Decadência do Café no vale do Paraíba*. Este trabalho, embora abordasse o vale do Paraíba fluminense teve grande repercussão sobre os autores que trataram da cafeicultura paulista. Nesse livro o autor descreve de forma minuciosa a atuação dos comissários de café como credores privilegiados da cafeicultura, ao conceder adiantamentos em mercadorias e em dinheiro sobre o café que tomariam em consignação para vender no Rio de Janeiro. Além dos comissários, prestamistas locais, os chamados "capitalistas" e grandes fazendeiros também faziam empréstimos que eram garantidos principalmente pela hipoteca dos escravos, enquanto que os bancos tendiam a não emprestar diretamente aos fazendeiros, mas o faziam indiretamente através desses intermediários[4].

No estudo *Homens livres na ordem escravocrata,* de Maria S. De Carvalho Franco, a

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo sob a orientação da Profa. Dra. Marisa Midori Deaecto. Pesquisa que conta com financiamento da FAPESP.

[2] *Cf.* FONTANARI, R. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914).* Franca: Unesp (Dissertação de Mestrado, 2001 e TEODORO, R. S. *O Crédito no Mundo dos Senhores do Café: Franca 1885-1914.* Campinas (Dissertação de Mestrado), 2006.

[3] Sobre o financiamento da cafeicultura escravista ver ALMICO, Rita de C., *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870-1914*. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado), 2001; FRANCO, Maria S. de C., *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Atica, 1974; MARCONDES, R. L. M., *A arte de Acumular na economia cafeeira: Vale do paraíba século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998; *Idem*, "O financiamento hipotecário da cafeicultura do Vale do Paraíba Paulista (1865-1887)". *Revista Brasielira de Economia*, v. 56, n. 1, p. 147-170, JAN-MAR, 2002 p. 165 e STEIN, Stanley J., *Grandeza e Decadência do Café no vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

[4] STEIN, 1961, *op. cit.*, pp. 31-6

atividade dos comissários mereceu considerações relevantes. Para autora, a atuação desses negociantes no financiamento fora um arranjo particular de uma economia ainda pouco desenvolvida onde, de um lado, o fazendeiro dependia do crédito fornecido por seu agente comercial e, por outro, os comissários se beneficiavam desta situação que lhes garantia a fidelidade no fornecimento de café[5].

Renato Leite Marcondes, que estudou a cafeicultura nos municípios de Lorena e Guaratinguetá (Vale do Paraíba paulista), mapeou a origem e o destino do crédito por meio de inventários *post mortem*[6]. Em seu estudo, o comissariado do Rio de Janeiro teve importância menor do que fora verificado nas obras citadas anteriormente, mas em contrapartida, ele observou a predominância de prestamistas locais no fornecimento de crédito[7]. Em outro trabalho, o mesmo autor estudou os empréstimos hipotecários concedidos nesta região, entre 1865 e 1887, e observou que os poucos créditos bancários ali concedidos foram realizados em condições de prazo e juros sem paralelo na praça local, mas que, entretanto, atendiam a um grupo muito reduzido de grandes fazendeiros da localidade[8].

Para Stanley Stein, assim como para Renato Marcondes, o pequeno interesse do sistema bancário pelo financiamento da cafeicultura estava relacionado à legislação hipotecária vigente, a qual inviabilizava, na prática, a liquidação judicial das propriedades, fazendo com que os credores preferissem a hipoteca dos escravos e, por isso, na medida em que se identificava a proximidade da libertação o crédito hipotecário se contraia[9]. Para Marcondes, a ausência dos bancos no financiamento agrícola estaria relacionada ao fraco desenvolvimento capitalista no período, sendo que a supremacia do comissário e do prestamista individual tenderia a ser superada em breve com o avanço do capitalismo. Mais adiante o autor pondera que tal transformação não ocorrera no vale do Paraíba por conta da crise que a atingiu a região na década de 1870[10].

Por outro lado, Flávio Saes apresentou importantes questionamentos a respeito do afastamento do sistema bancário da agricultura ao demonstrar que os bancos paulistas estavam voltados para atividades comerciais e urbanas. Além disso, segundo o autor, em toda a Primeira República o financiamento agrícola não foi incorporado pelo sistema bancário[11]e

---

[5] FRANCO, 1974, *op. cit.*, pp. 162-4
[6] *Cf.* MARCONDES, 1998, *op. cit.*, cap. v.
[7] MARCONDES, 2002, *op. cit.*, p. 165
[8] *Idem*, p. 148
[9] STEIN, o*p. cit.*, 294-6
[10] MARCONDES, 2002, *op. cit*. p. 148
[11] SAES, Flávio A. M. de., *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850 - 1930.* São Paulo: IPE/USP, 1986, p. 191

sugere que já no início do período reproduzira-se um modelo de financiamento similar ao adotado no Império, baseado no crédito pessoal e comercial. Porém, a introdução do trabalho livre somada ao aumento do volume de produção e a queda nos preços após 1896 teriam abalado tal sistema, principalmente quando empresas exportadoras passaram a comprar café diretamente no interior, deslocando os comissários da intermediação mercantil. Assim, o sistema de financiamento teria entrado em crise, o que levou uma parcela dos fazendeiros a pressionar o Estado no sentido de intervir instituindo mecanismos especiais de financiamento[12]. Por outro lado, o autor demonstrou ser recorrente em São Paulo a constituição de bancos auxiliados pelo governo tendo como objetivo financiar a lavoura, mas que acabavam por desviar suas atividades para o meio urbano. Este foi o caso, por exemplo, do *Banco de Crédito Real de São Paulo* (1882-1906), instituição planejada para fornecer crédito agrícola, mas que atuava na concessão de empréstimos em uma carteira comercial e sobre hipotecas urbanas[13].

No entanto, se a constituição de bancos hipotecários não significava necessariamente empréstimos à lavoura – como muitos contemporâneos acreditavam, era preciso compreender porque bancos como o de Crédito Real, criados com a finalidade de financiar a lavoura, acabaram por aplicar seus recursos em empréstimos de caráter comercial e urbano. Em 2010, Renato Marcondes e Anne Hanley analisaram a repercussão das reformas bancária e hipotecária de 1890 e "desemaranharam" os dispositivos que permitiam a esses agir de tal modo. Eles demonstraram que ao mesmo tempo em que a nova lei hipotecária avançara no sentido de garantir a liquidação das terras – o que em outras obras aparecia como uma reivindicação dos credores, a reforma bancária conferiu a esse tipo de banco a possibilidade de atuar como "bancos universais", ou seja, tendo múltiplas funções de crédito. Desse modo, o Banco de Crédito Real de São Paulo, que mantinha uma carteira agrícola com fundos governamentais para auxiliar a lavoura, pôde adquirir uma carteira comercial onde concedia empréstimos de curto prazo, enquanto que a concessão de crédito hipotecário se concentrou no meio urbano[14].

Como veremos mais adiante, a formulação de um modelo de financiamento que atendesse aos anseios dos fazendeiros seria alvo de muita atenção dos contemporâneos e ao mesmo tempo gerou controvérsias infindáveis. É certo que não podemos tomar as reclamações dos fazendeiros sobre falta de crédito como uma evidência direta, mas ela nos

[12] SAES, 1986. *op. cit.*

[13] SAES, 1986. *op. cit.* p. 66-73

[14]HANLEY, Anne G. e MARCONDES, R. L. "Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901)". *Est. econ., São Paulo, v. 40, n. 1, p. ,103-131 Jan-Mar 2010*, op. cit., p. 113

chama a atenção para um debate. Por outro lado, a constatação de que houve um significativo desenvolvimento de um sistema bancário que não atua no financiamento da principal atividade desta economia é um fato por si relevante.

Expansão e crise da cafeicultura

É preciso não perder de vista que a falta de mecanismos institucionais de financiamento não impediu a expansão da produção cafeeira na Primeira República. Pelo contrário, muitos autores inclusive creditaram à política monetária da década de 1890 a responsabilidade pela expansão, principalmente porque a política "emissionista" pressionou a baixa do câmbio, o que por sua vez permitia aos fazendeiros compensar o recuo nos preços internacionais pelo aumento nos preços em mil-réis desvalorizado[15]. Esta seria a chamada "socialização dos prejuízos" enfatizada por Celso Furtado como um mecanismo de preservação da renda exportadora em detrimento do restante da sociedade[16].

Além disso, ao mesmo tempo em que a baixa cambial disfarçava a queda nos preços, a expansão monetária disponibilizava quantidade significativa de recursos para a expansão cafeeira. Neste período, a produção paulista saltou de 2,9 milhões de sacas em 1890 para 6,1 milhões em 1897[17].

No entanto, o aumento da exportação de café não tardou a repercutir negativamente sobre os preços, que no final do século caíram bruscamente e se mantiveram num nível muito baixo até 1906. Configurava-se uma situação de crise que perdurou de 1896 a 1906[18]. Após 1898, além da aguda baixa nos preços em mil-réis, o governo de Campos Salles aplicou uma política de restrição monetária visando impedir a queda do câmbio que inverteu completamente a situação do início da década. No entanto, em que pese os reclamos contundentes dos fazendeiros[19] a cafeicultura continuaria a se expandir em São Paulo[20].

A reação dos fazendeiros à crise da cafeicultura

Nesse momento, os fazendeiros paulistas, mineiros e fluminenses exerciam forte pressão sobre os governos para que eles interviessem tanto no crédito como nos preços do café. Segundo Flávio Saes, embora a crise se devesse muito mais ao desequilíbrio causado

[15] Cf. TAUNAY e DELFIN NETTO,

[16] FURTADO, Celso., *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo:Cia Ed. Nac./Publifolha, 2000, pp-166-169

[17] ARAUJO FILHO, José R. de., *Santos, o Porto do Café*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969 pp 171-5

[18] SAES, 1981, *op. cit.*, p. 250

[19] SAES, 1986. *op. cit.*, , p. 66-73

[20] Rodrigo da S. Teodoro estudou o desenvolvimento da cafeicultura em Franca durante este período de crise e mostrou como as condições de crédito alteravam a organização das fazendas, mas não impediram a expansão. TEODORO, *op. cit, passim*

pela superprodução os fazendeiros elegeram a falta de crédito e a especulação baixista dos exportadores como causadora da crise[21].

Segundo Renato Perissinotto, entre 1896 e 1906 a insatisfação de uma parte dos fazendeiros com a política econômica aumentou a ponto de colocar em risco a própria hegemonia local do Partido Republicano Paulista[22]. Nesse mesmo sentido, José Ênio Casalechi afirmara que nunca os paulistas tiveram tanto controle sobre o governo federal – entre e 1898 e 1906, porém, até este momento o PRP não conhecera tamanha oposição dentro do próprio estado de São Paulo[23]. Em 1896, o descontentamento interno por pouco não ocasionou um racha no Partido, com a tentativa de criação do Partido da Lavoura. Para Perissinoto, diante da pressão dos fazendeiros o Estado tentou dissuadi-los através de um processo não linear de negociações, que incluía a aprovação de leis que contemplavam suas reivindicações, mas que muitas vezes não chegavam a ser cumpridas[24].

Flávio Saes interpretou as disputas em torno da política econômica no período como um embate entre o grande e o médio capital cafeeiro onde, de um lado, encontravam-se indivíduos que, mesmo sendo fazendeiros, possuíam investimentos em companhias, bancos e firmas comerciais e, de outro lado, indivíduos que mantinham seus interesses mais restritos à produção de café. Desse modo é possível desmontar a idéia que se construiu da Primeira República simplesmente como espaço de domínio da "oligarquia cafeeira", pois esta oligarquia tinha interesses distintos quanto aos rumos da política econômica. Desse modo, enquanto uma parcela dos fazendeiros cobrava crédito subsidiado e valorização do café eles esbarravam nos interesses de elites político-econômicas de outros estados, interesse de credores internacionais e até mesmo desse "grande capital paulista".

Em seu relatório de 1896, Bernardino de Campos, o ministro da Fazenda de Prudente de Morais confirmava os reclamos da lavoura sobre o atendimento dos bancos hipotecários e prometia e avaliava que falta de crédito contribuíra para a crise[25]. Já em 1898, Joaquim Murtinho assumiu o Ministério da Fazenda no governo Campos Salles e demonstrava ter

---

[21]SAES, 1981, *op. cit.*, p. 250

[22]Sobre a reação dos fazendeiros às políticas econômicas dos governos paulista e federal durante a Primeira República ver SAES, 1986, *op. cit.*, pp. 172-180; PERISSINOTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, pp. 17-45 e TORELLI, L. S. *A Defesa do Café e a Política Cambial: Os Interesses da Elite Paulista na Primeira República (1898-1920)*. Campinas: IE/Unicamp, 2004 (dissertação de mestrado).

[23] CASALECCHI, José Ê., *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo-SP : Editora Brasiliense, 1987.

[24] *Idem, ibdem.*

[25]BRASIL. Ministério da Fazenda. *Relatório apresentado [...] pelo Ministro de Negocios da Fazenda Bernardino de Campos, No anno de 1897*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1897 p. 180

opinião bem diferente a de seu antecessor. No seu relatório de 1898 ele acusou a abundância de crédito no inicio da década como responsável pela crise, visto que aquela seria uma crise de superprodução e sendo assim o aumento do crédito contribuiria para o aumento da produção, exercendo pressão negativa sobre os preços. Ele acreditava também que o excesso de crédito teria proporcionado aos fazendeiros "mais débeis" condições artificiais em sua luta contra os "mais fortes" no processo de seleção natural[26]. Além disso, ao refutar aquelas opiniões favoráveis a intervenção estatal no mercado de café, ele afirmava que a verdadeira valorização não seria aplicada pelo governo, mas viria como "resultado da luta, da concorrência entre os diversos lavradores, produzindo por meio de liquidações e seleção natural, manifestada pelo desaparecimento dos inferiores e pela permanência dos superiores"[27].

O crédito associativo como solução para a crise cafeeira

No relatório de 1896, o ministro da Fazenda Bernardino de Campos desenhou o quadro da crise que se iniciava e ao mesmo tempo respondia aos reclamos dos fazendeiros afirmando não ser pertinente a formação de um banco que atuasse exclusivamente com o crédito agrícola e que fosse auxiliado pelo Estado, como era reivindicado. Ele defendia, no entanto, a criação de um modelo de financiamento "paralelo" ao mercado de crédito e que, ao mesmo tempo, fosse independente do Estado. A sua proposta era a formação de cooperativas de crédito que captariam os depósitos no interior e, munidos dessa poupança e de empréstimos levantados na rede bancária, emprestariam aos fazendeiros. Esses diversos "bancos populares" de atuação regional seriam interligados por entidades centrais, formando redes ou federações de cooperativas. No mesmo relatório, o ministro discorreu longamente sobre o crédito agrícola na Europa e demonstrou que, exceto na Inglaterra e na Escócia, os bancos tradicionais também não emprestavam à lavoura. Como conseqüência, em países como França, Alemanha, Itália e Bélgica formou-se extensas redes de bancos populares que se organizavam como cooperativas e que seguiam o modelo das caixas Reiffeisen, Schulze-Delitzsch e dos Bancos Luzatti[28].

Na Europa, cooperativas, caixas de crédito e associações de auxílio mutuo haviam se

[26]BRASIL. Ministério da fazenda. *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda Joaquim Murtiho, no anno de 1899*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899

[27]*Ibidem.*, p. XXIV

[28]BRASIL, Ministério da Fazenda. *Relatório apresentado [...] pelo Ministro de Negocios da Fazenda Bernardino de Campos, No anno de 1897*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1897 p. 180-210

disseminado em meados do século XIX. Originalmente elas provinham de inúmeras vertentes doutrinárias antiliberais, principalmente cristãs e socialistas que tinham objetivo de formar poupanças e socorrer operários ou financiar artesãos e camponeses. No entanto, elas adquiriram grande importância econômica e, em finais do século XIX, eram responsáveis por grande parte do financiamento da agricultura, tanto de pequeno como de grandes proprietários[29].

No Brasil, pelo que pudemos constatar, o debate sobre a formação de cooperativas de crédito não parte dos fazendeiros e sim do próprio governo, que viu nelas uma forma de regularizar o crédito agrícola sem arcar com o ônus de garantir bancos que via de regra quebravam e eram socorridos pelo Estado. Em Janeiro de 1903 foi aprovado o primeiro regulamento brasileiro sobre cooperativas – o Decreto Legislativo n. 979, um texto vago que apenas autorizava "aos profissionaes da agricultura e industrias ruraes de qualquer genero organisarem entre si syndicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses", sendo lhes permitido a "organisação de caixas ruraes de credito agricola e de cooperativa de producção ou de consumo, de sociedade de seguros, assistência, etc". Esses sindicatos teriam responsabilidade limitada e não seriam regidos pela lei das sociedades anônimas[30].

É interessante notar que o regulamento não contemplava outras entidades associativas não ligadas à agricultura, ressalta-se que nesta época já se disseminava no Brasil associações operárias sindicais e de auxilio mútuo.

Esse Decreto, muito provavelmente fora uma resposta à pressão exercida sobre o governo pelos fazendeiros alarmados com a crise cafeeira, este também não era um fenômeno restrito a São Paulo, pois no mesmo ano o governo de Minas Gerais realizou o *Congresso agrícola, comercial e industrial* onde o tema das caixas Raiffeisen aparecia entre as teses formuladas para o debate.

No mesmo ano os fazendeiros paulistas exerceram grande pressão sobre o então presidente do estado, Bernardino de Campos, que em sua mensagem ao Congresso em 1904 afirmava que "attendendo ás representaçoes de uma delegação de lavradores, o Governo convocou o Congresso para uma sessão extraordinária que se abriu em 5 de Março de 1903" com a finalidade de "tomar conhecimento dos assumptos concernentes á lavoura e resolver como julgasse acertado quanto ao seu provimento[31]. No ano anterior o Congresso havia nomeado uma comissão incumbida de

[29] KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986, pp. 108-118

[30]BRASIL. "Portal de Legislação." *Senado Federal.* 6 de Janeiro de 1903. http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58693&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB (acesso em 6 de Março de 2012)

[31] São Paulo. *Mensagem enviada ao Congresso do Estado a 7 de Abril de 1904 por Bernardino de Campos,*

propor “medidas destinadas a minorar os efeitos da crise da lavoura de café”. Esta comissão realizou uma enquete e ouviu as Câmaras Municipais do interior e apresentou como resultado um projeto que foi transformado na Lei n. 866, de 7 de abril de 1903. Entre as medidas instituídas por esta lei para reduzir os efeitos da crise estavam a sobretaxa sobre os cafés de menor qualidade (que exerciam uma pressão baixista), autorização para que o governo entrasse em acordo com os demais estados para promover a valorização do café, “auxiliar a fundação de syndicatos e cooperativas agricolas que se organizem sobre bases approvadas pelo Governo” e a subscrição de até 50% das ações de um banco de crédito agrícola a ser criado. Nesta mesma lei previa-se ainda um socorro de 25.000:00$000 para à lavoura que seria fornecido através do futuro banco agrícola e das cooperativas que se formassem[32].

Um ano depois, apenas o imposto sobre os cafés baixos havia sido aplicado. Entretanto, nesse ínterim o governo socorreu o Banco de Crédito Real, um banco de emissão que desde 1882 tinha garantia de 7% sobre o seu capital para conceder empréstimos hipotecários[33], mas que recebia intensas críticas por parte dos fazendeiros que o acusavam de apenas emprestar sob hipotecas urbanas e em sua carteira comercial. Enquanto isso, as providências para a formação de um banco estritamente agrícola e o auxilio às cooperativas permaneceriam sem aplicação.

Em nossa pesquisa de Iniciação Científica, percebemos que entre 1899 e 1904 várias leis aprovadas e não aplicadas acabaram sendo reeditadas ou postas em prática quando a crise se intensificou em 1906[34]. Neste mesmo ano, diante de uma safra recorde os interesses contrários à intervenção governamental cederam e um plano de valorização foi aprovado a contra gosto do governo federal.

No mesmo ano o governo paulista, então liderado por Jorge Tibiriça, viabilizou a criação das Companhias de Armazéns Gerais - que recebiam oposição de negociantes de café, além iniciar as negociações com o capital francês para a efetivação do banco agrícola proposto pelo Congresso em 1903. No mesmo ano seria aprovada a lei estadual nº 1.062 que possibilitava a atuação dos Bancos de Custeio Rural. O projeto desta lei fora proposto em

---

Presidente do Estado. São Paulo: Typografia do Diário Official, 1904, p. 21

[32]SÃO PAULO. “Legislação Do Estado De São Paulo.” *ALESP.* http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1903/lei%20n.866,%20de%2007.04.1903.htm (acesso em 12 de Março de 2012)

[33]São Paulo. *Mensagem enviada ao Congresso do Estado a 7 de Abril de 1904 por Bernardino de Campos, Presidente do Estado*. São Paulo: Typografia do Diário Official, 1904, pp. 27-8

[34]Constatamos que em 1906 deu-se início às negociações com o capital francês para aplicação da lei nº 923 de 1904, que criaria o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo e que iniciou suas operações em 1909; em 19 de Outubro de 1906 seria aprovada a Lei n.° 1.017 que regulamentava as companhias de armazéns gerais no estado. No tocante ao governo federal, em Janeiro de 1907, seria publicado o Decreto federal nº 1.637 com a regulamentação das cooperativas.

1903, mas permaneceu parado para avaliação da Comissão de Fazenda e Contas até Novembro de 1906, quando voltou a ser discutido e foi aprovado em menos de um mês. Esses bancos começaram a operar já no início de 1907 e o temos como objeto de estudo[35].

O desenvolvimento dos Bancos de Custeio Rural entre 1906 e 1914

Em 29 de Dezembro de 1906 era aprovada a lei estadual nº 1.062 que estabelecia as exigências estatutárias para se constituir um Banco de Custeio Rural e autorizava um auxílio de 500 contos de réis aos primeiros dez bancos que se formassem segundo as diretrizes dessa lei e que fossem organizados por uma entidade chamada Sociedade Incorporadora. Apesar de regidos pela lei das sociedades anônimas eles deveriam atuar como cooperativas através de limitações impostas nos estatutos e estavam restrito ao âmbito dos fazendeiros locais.

Para dar lastro às atividades desses bancos criou-se uma nova modalidade de título mobiliário, a *Apólice de Auxilio Agrícola* que tinha o valor de um conto de reis, cinqüenta delas seriam emprestadas aos primeiros dez bancos por um período de cinco anos para servir de garantia em empréstimos levantados junto ao sistema bancário. O auxilio não deveria ser permanente e destinava-se a dar-lhes um impulso e garantir as primeiras operações, pois, regularmente, os bancos deveriam arrecadar fundos através de depósitos e por empréstimos garantidos pelos títulos de penhor dos fazendeiros acionistas[36].

Os Bancos de Custeio só poderiam emprestar aos fazendeiros associados o valor estritamente necessário ao custeio anual da produção, o necessariamente seria feito sob a garantia do penhor da safra. Eles deveriam cumprir uma função bastante específica que é a manutenção do fluxo de caixa das fazendas, o que até então coubera, principalmente, aos comissários de café. Para se evitar que tais empreendimentos se desviassem do objetivo de amparar a lavoura, como amargamente se acusava aos bancos hipotecários, eles só poderiam realizar empréstimos aos acionistas.

Já a Incorporadora era uma sociedade formada em 25 de Agosto de 1906 e tinha como função funcionar como banco dos Bancos de Custeio ao contrair empréstimos na rede bancária e redistribuindo-os aos bancos associados, mesmo tempo ela atuaria como multiplicadora dos meios de pagamentos dos mutuários, centralizando suas operações bancárias e diminuindo a demanda por moeda. Por outro lado, a Incorporadora não poderia

[35]SÃO PAULO, CONGRESSO LEGISLATIVO. *Synopse dos trabalhos da sessão de 1906*. São Paulo: Typ. Correio Paulistano, 1907

[36] Lei 1.062, de 29 de Dezembro de 1906

fazer qualquer concessão de crédito fora desta federação[37].

Cada banco deveria ser organizado com um capital de 100 contos de réis, dividido em cem ações de um conto cada. Destas cem ações, a Incorporadora subscrevia dez e a Câmara Municipal da localidade mais vinte. Assim, para se constituir um banco desse tipo os fundadores deveriam contar com o aval da Incorporadora e do poder político local. O restante das ações seria subscrito estritamente por fazendeiros residentes no mesmo município, ou então, em localidades vizinhas onde não houvesse banco do mesmo tipo.

Apesar de se constituírem como sociedades anônimas, seus estatutos forçavam-nos a atuar como cooperativas, visto que o número de ações em poder dos sócios não proporcionava maior direito dentro da sociedade, apenas limitava o valor do empréstimo concedido. Além disso, elas não poderiam ser negociadas livremente, mas apenas entre os sócios já admitidos. A princípio, esses bancos não visavam o lucro empresarial e os dividendos estavam limitados em 6% ao ano, enquanto que o restante do lucro líquido deveria ser aplicado no abatimento dos juros dos empréstimos de mutuários ou ser aplicado na realização do capital social. Desse modo, as ações deveriam funcionar não como partícula de propriedade de uma determinada empresa, mas como uma espécie de cota de participação num bem coletivo.

No ano de 1907 o governo autorizou o funcionamento de sete desses bancos nas cidades de Jaboticabal: Ribeirão Preto, Ribeirão Bonito, Serra Negra, Sertãozinho, Jaú, Taubaté e São José do Rio Pardo que receberam 50 contos de reis em apólices de auxilio agrícola [38]. No mesmo ano a Lei n. 1.112 permitia a emissão de mais 500 contos de réis em apólices, aumentando o número de instituições auxiliadas assim para vinte. Assim, até o fim de 1908 surgiram os bancos de Botucatu, Pindamonhangaba, Pirassununga, Descalvado, Jacareí, Lorena, Limeira, Sta. Cruz do Rio Pardo e Itapira[39]. Em 1909, foram aprovados os estatutos de bancos em Taquaritinga, São Manoel do Paraíso e Santa Rita do Passa Quatro[40]. Esses vinte primeiros bancos criados até 1909 foram beneficiados pelo auxílio em apólices e, por isso, estariam submetidos à fiscalização da Secretaria de Fazenda[41].

Porém, mesmo sem emitir novas apólices, mais dezesseis bancos foram criados em 1911 nas seguintes localidades de: Agudos, Araraquara, Bauru, Caçapava, Caconde,

[37] Diario Official do Estado de São Paulo, 22/9/1906 "Estatutos da Sociedade Incorporadora", p. 2197

[38] SÃO PAULO. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado a 14 de Julho de 1908 pelo Dr. M. J; Albuquerque Lins, Presidente do Estado*.

[39] SÃO PAULO. Secretaria de Fazenda e do Thesouro do Estado de S. Paulo, Directoria de Fiscalização. *Indice de Leis e Decretos da Secretaria da Fazenda de 1889 a 1933*. São Paulo: Typ. Bancaria, 1934

[40] SÃO PAULO. Congresso Legislativo do Estado de São Paulo. *Coleção de leis e decretos do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

[41] SÃO PAULO. Repartição de Estatística e do Arquivo Público. *Annuario Estatistico do Estado de São Paulo. 1913*. Estatistica Econômica e Moral. Vol. II, São Paulo: Typ. Do Diario Official, 1915.

Campinas, Casa Branca, Franca, Ibitinga, Itatinga, Palmeiras, Piracaia, Piracicaba, Rio Claro, São Carlos e São Simão[42] e até 1914 surgiram os Bancos de Custeio em Amparo, Dois Córregos, Dourado, Espírito Santo do Pinhal, Igarapava, Monte Alto, Orlândia, Penteado, Pitangueiras, Salto Grande do Paranapanema, São João da Boa Vista e São José do Rio Preto, totalizando quarenta e oito instituições, das quais vinte eram auxiliadas pelo governo.

Os Bancos de Custeio organizavam-se estritamente como uma associação de fazendeiros com uma finalidade de apenas prover crédito aos seus associados e no máximo receber depósitos e fazer cobrança a terceiros[43]. A Sociedade Incorporadora, por seu turno, deveria apenas atuar como centralizadora das operações desses bancos com o restante do sistema bancário, repartindo os recursos que eles acumulavam em conjunto, como uma espécie de cooperativa central. A Incorporadora era acionista de todos os bancos e estes, por sua vez, seriam também seus acionistas.

No entanto, à Incorporadora não se impunha a mesma regra que cabia aos Bancos de Custeio de apenas aceitar como sócios os fazendeiros interessados em empréstimos. Vários deputados, comissários, negociantes e grandes fazendeiros eram acionistas e faziam parte de sua diretoria desde sua criação em Agosto de 1906, muitos desses acionistas nada tinham a ver com os Bancos de Custeio[44]. Além disso, a entidade não estava prevista no projeto de lei apresentado em 1903, ela foi incluída como "centro dos Bancos de Custeio" num substitutivo ao projeto original que foi proposto em 1906. O mais interessante é que vários políticos envolvidos na aprovação desta lei constavam como seus acionistas e até diretores[45].

Assim, a Incorporadora não era simplesmente uma "cooperativa" central, como se chegou a argumentar os fundadores, mas uma empresa a parte. Sua direção não refletia e nem poderia pressupor a mesma doutrina com a qual se pretendia fosse aplicada aos Bancos de Custeio, onde, pelo menos em tese, buscava-se a identidade de interesse que os sócios tinham em regularizar o financiamento. Veremos mais adiante a implicação que esta entidade terá no desempenho dos Bancos de Custeio Rural.

Forma de captação e concessão do financiamento

O crédito concedido pelos Bancos de Custeio era feito mediante um contrato de penhor e tal contrato era inscrito no registro de hipotecas da Comarca. Este é um tipo de

[42]SÃO PAULO. Repartição de Estatística e Arquivo do Estado. *Annuario Estatístico de São Paulo*, 1911. Estatísticas Econômicas e Financeiras. Vol. II, São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild, 1913.
[43] Diario Official do E. de S. Paulo. 1/2/1907 *Estatutos do Banco de Custeio Rural de Jaboticabal*.
[44]Diario Official do E. de S. Paulo. 22/9/1906. Acta da Assemblea constituinte da Sociedade Incorporadora, p. 2197
[45] Assembléia Legislativa de São Paulo. Acervo Histórico. Projeto nº 40 de 1903 cx 229, pp. 4-8

financiamento que proporcionava ao fazendeiro os recursos para custeio do cafezal ao longo do ano. O penhor agrícola fora instituído em 1885 para permitir aos proprietários contar com uma forma de garantia adicional à hipoteca. Enquanto a hipoteca dizia respeito à propriedade, o penhor versava sobre o seu fruto, moveis e ferramentas. Por outro lado, enquanto a garantia hipotecária era destinada a um crédito de valor substancial e, por isso, de longo prazo o crédito sobre penhor permitia quantias menores e, no caso do penhor do café, ele se limitava pela safra[46].

O empréstimo hipotecário teve grande importância no período escravista, pois parte substancial do investimento ocorria na forma da compra de escravos, cujo plantel precisava ser reposto com certa regularidade e, assim, a compra de escravos significava uma inversão realizada antes de se iniciar a exploração do trabalho. Daí a importância que o crédito, sobretudo o crédito hipotecário, adquiriu no período[47]. Quando ocorreu a abolição, essa necessidade de inversão inicial desapareceu, mas, ao mesmo tempo, surgia o pagamento dos trabalhadores – mesmo que só uma parte dele ocorresse através de moeda, isto significava que o volume de recursos demandados ao longo do ano aumentava em relação ao período escravista.

Desse modo, o penhor surge em 1885 como um complemento à hipoteca dos imóveis. Pois, uma mesma propriedade poderia estar onerada por uma hipoteca, como numa dívida contraída para formar o cafezal e, ao mesmo tempo, poderia ser onerada por uma dívida de penhor, isto desde que os frutos pendentes e os bens móveis já não estivessem descritos na hipoteca. Assim, o proprietário poderia contrair uma dívida para formar o cafezal e outra para financiar os seus gastos de custeio, aliás, este é termo utilizado pelos contemporâneos para definir este financiamento anual.

Nas discussões que surgem no congresso legislativo de São Paulo desde 1899 sobre a formação de bancos agrícolas, as propostas evoluíram em 1903 para dois tipos de bancos que teriam funções bastante específicas: um banco que operaria sobre hipoteca e que emprestasse a longo prazo e um banco que operasse sobre penhor agrícola em prazo mais curto[48]. Houve algumas controvérsias no Congresso porque alguns parlamentares eram favoráveis que eles formassem um banco apenas, enquanto outros defendiam que eles deveriam ser bancos distintos, porque se ocupavam de operações distintas – talvez de riscos distintos. O resultado dessa discussão foi a criação dos Bancos de Custeio Rural, em 1906, e o

[46] ALBUQUERQUE, Diogo V. C. de. *Regimen Hypothecario*, 1918 e GAMA, Affonso D. *Penhor: civil, mercantil e agricola***.** Sao Paulo: Saraiva, 1919.
[47] Cf. MARTINS, José de S. O cativeiro da terra. São Paulo: LECH, 1981pp. 26-7
[48] Anais da Câmara para os anos de 1901 a 1903

Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, cujos estatutos foram aprovados em 1908. Além disso, quando os Bancos de Custeio faliram em 1914 o secretario de fazenda preocupou-se em garantir aos fazendeiros que o BCHAESP passaria também a fazer empréstimos sobre penhor[49].

Tendo definido o penhor, voltemos agora ao contrato entre fazendeiro e Banco de Custeio local. Este contrato tinha uma abrangência de três anos, ou seja, três safras consecutivas de café. Para se entender este financiamento é preciso compreender ele era feito através da emissão e desconto de letras de câmbio, pois o fazendeiro emitia uma letra em favor do Banco de Custeio e este, por sua vez, descontada esta letra a uma taxa de 6%. No entanto, o banco não pagava ao fazendeiro imediatamente, mas em doze parcelas mensais[*50*]. Ao final do ano o fazendeiro havia recebido para custeio o valor total da letra emitida. Tendo vencido o prazo da letra, o fazendeiro saldava a sua dívida e retomava a sua letra antiga e emitia uma nova para ano seguinte. Cada letra que o fazendeiro emitia estava garantia por uma quantia de café a ser colhida. Ao final do terceiro ano o contrato poderia ser renovado por mais três e assim por diante.

Tomemos como exemplo um contrato que em 15 de Janeiro de 1912 o fazendeiro Joaquim Antonio Leite de Oliveira e o Banco de Custeio Rural de Campinas estabeleceram entre si. Este contrato dizia respeito a um financiamento de 10 contos de réis anuais por três anos. Assim, a cada ano o fazendeiro emitia uma letra no valor 10 contos que o banco descontava e lhe colocava à disposição 833,333 mil-réis mensalmente em uma conta corrente. Neste caso, pelo menos, os pagamentos não eram feitos em dinheiro, mas em cheques cujo valor não deveria ultrapassar o valor da parcela. Esta operação estava garantida pelo penhor de seis mil arrobas de café, duas mil de cada safra dos anos de 1912, 1913 e 1914. Em 31 de Dezembro de cada ano vencia a letra de câmbio e o fazendeiro deveria saldar a dívida de 10 contos de réis mais os juros de 6%[51].

Comparando-se os dados dos balanços que os Bancos de Custeio publicaram no Anuário Estatístico e os dados compulsados por Flávio Saes sobre o volume de crédito que o sistema bancário emprestava no mesmo ano de 1912, verificamos que os 46 bancos existentes haviam emprestado pouco mais de 11 mil contos[52], enquanto que os bancos de capital

---

[49] SÃO PAULO. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves pelo Dr. Raphael de Abreu Sampaio Vidal, Secretário da Fazenda: exercício de 1914. São Paulo, Typ. Casa Garraux, 1916. pp. 112-4

[50] Diario Official do Estado de S. Paulo. 1/2/1907 *Estatutos do Banco de Custeio Rural de Jaboticabal*

[51] Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Arquivo Geral. "2º oficial da 1ª Vara Commercial de São Paulo", *Processo de Fallencia, Sociedade Incorporadora (v. 1),* n. 12.504 cx 431, pp. 111-114.

[52] SÃO PAULO. Repartição de Estatistica e Arquivo do Estado. Annuario Estatistico do Estado de São Paulo, 1912. Estatísticas Economica e Financeira. Vol. II, São Paulo: Typ. Do Diario Official, 1914. Bancos nacionais

nacional emprestaram 141 mil contos. Ou seja, os Bancos de Custeio representavam neste ano quase 8% dos empréstimos com capital nacional[53]. Enquanto isso, os Bancos de Custeio possuíam pouco mais de um mil contos de réis em depósitos contra 110 mil do restante dos bancos nacionais. Dessa comparação percebe-se que os Bancos de Custeio chagaram a ter uma participação expressiva no mercado de crédito muito embora não conseguissem captar uma quantia equivalente em depósitos.

Saber quanto esses bancos captavam em depósito é importante porque, pretendia-se que parte dos valores financiados fosse levantada dessa forma, esta era a única operação permitida aos não sócios do banco. O seu objetivo manifesto nos estatutos era atrair a poupança dos colonos e recolocar esse dinheiro em circulação através de empréstimos a fazendeiros.

Entremos agora num segundo circuito de operações dessa rede de crédito que, desta vez, se estabelecia entre os Bancos de Custeios e a Sociedade Incorporadora e desta com a rede bancária. Neste outro circuito as letras de câmbio garantidas pelos contratos de penhor eram repassadas à Sociedade Incorporadora para que tomasse empréstimos junto aos bancos da capital. Além dessas letras os bancos entregavam as suas apólices do auxilio agrícola que o governo do estado lhes havia emprestado. Assim, munida desses títulos a Incorporadora contratava com instituições como o London and Brazilian Bank, Britsh Bank, Banque Bresilienne Italo-Belge, Caixa Filial do Banco do Brasil e o Banco de Crédito Hipotecário e Agricola do Estado de São Paulo um empréstimos em conta corrente com garantia desses títulos[54]. De acordo com as cobranças realizadas pelos credores da massa falida da Incorporadora estes empréstimos foram captados com juros entre 8% e 12%, eram estes valores que ela deveria fazer retornar aos bancos para financiar os fazendeiros.

A falência da Sociedade Incorporadora e o fracasso dos Bancos de Custeio Rural

Em 1914 a Sociedade Incorporadora faliu abruptamente revelando um escândalo que recebeu ampla cobertura nos jornais: o motivo da falência era a insolvência de vários comissários de café de Santos, que deviam a Incorporadora e entraram em bancarrota durante a crise financeira de 1913. O *Commercio de São Paulo* publicou várias colunas em defesa da diretoria e fazia apelos para que o governo socorresse os Bancos de Custeio Rural, este jornal

com sede na capital, mais bancos nacionais com sede no interior, mais Bancos de Custeio.

[53] SAES, op. cit., p. 222

[54]Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Arquivo Geral. "2º Oficial da 1ª Vara Commercial de São Paulo", *Processo de Fallencia, Sociedade Incorporadora (v. 2)*, n. 12.659 cx 431, pp. 420-437 (2a Vara Cível, 6 de Janeiro de 1914).

publicou uma entrevista onde os advogados da Incorporadora tentaram explicar que a dívida dos comissários para com a entidade era legal, fruto de letras dos comissários em favor dos fazendeiros que, por sua vez, pagaram com elas as suas dívidas com os Bancos de Custeio[55]. Versão esta que não foi confirmada pelos síndicos da falência em seu relatório, como veremos adiante.

Por outro lado, o jornal *O Estado de S. Paulo* deu notável repercussão ao relatório dos síndicos que acusava a diretoria da Incorporadora de haver descontando letras de comissários, inclusive a descoberto, além várias fraudes como lucro fictício e beneficiamento de devedores específicos[56]. Quando o governo se recusou a salvar os Bancos de Custeio, um colunista do Jornal o Commercio de São Paulo argumentou que ele era co-responsável pela poupança dos colonos ali depositada porque havia dado aos "incultos" as garantias para que confiassem suas popanças àqueles bancos. O mesmo colunista alertava ao governo que a sua recusa acarretava em sério risco a paz social no interior[57], durante três meses este jornal publicou matéria apaixonadas em defesa da Incorporadora e solicitando apoio do governo.

O relatório dos síndicos, veio a publico em Março e os jornais publicaram partes do texto. Síndicos acusavam a entidade de ter se desviado de seus próprios princípios ao não respeitar o artigo 14º de seus estatutos, o dizia o seguinte: "não é permitido fazer empréstimos e abrir crédito senão aos bancos e sociedades da federação", além disso, eles demonstraram uma série de irregularidades cometidas pela diretoria.

No atual estado da pesquisa estamos analisando o processo de falência e além da compreensão dos motivos que levaram a entidade à falência, ele também nos mostra os como os fundos repassados aos Bancos de Custeio eram arrecadados. Ao que tudo indica os Bancos de Custeio Rural mantiveram suas atividades restritas ao âmbito que lhes fora atribuído, emprestando apenas aos fazendeiros. Mas a Incorporadora atuava de maneira muito diversa como veremos agora.

Uma de suas principais atividades era a cobrança de títulos de terceiros, este tipo de operação ocorria porque bancos da capital paulista e de Santos como o London and Brazilian Bank, Britsh Bank e o Banque Brésilienne Italo-Belge tinham letras diversas a receber no interior paulista onde não possuíam agências e por isso encarregavam tal cobrança a terceiros. A Incorporadora como entidade central de uma federação de bancos presentes em 48 cidades encontrava-se então em condições de cobrar esses títulos recebendo por isso um determinado

[55] *O Comércio de São Paulo*, 1/1/1914 a 5/3/1914
[56] *O Estado de São Paulo*, 5/3/1914
[57] O Comércio de S. Paulo, 09/01/1914

valor. Esta não era uma operação de crédito e não era proibida pelos estatutos. Provavelmente esta se constituiu numa importante fonte de receita para Incorporadora, haja vista o numero expressivo de bancos e empresas importadoras que reivindicaram a devolução dessas letras durante a falência[58].

Havia, entretanto, outras operações que contrariavam os princípios iniciais da sociedade como é o caso do desconto títulos de terceiros. Lembremos que a sua principal função era concentrar as garantias dos bancos e com elas arrecadar recursos e os reverter aos bancos associados. No entanto, entre a aquisição desse dinheiro na capital paulista e a sua remetida aos Bancos de Custeio, havia um intervalo no qual ela aplicava tais recursos em descontos de títulos, principalmente de casas comissárias de Santos e, por sua vez, os redescontava nos bancos citados acima.

Inclusive, a falência da Incorporadora deu-se quando a casa comissária Uchoa & Cintra, para qual ela havia descontado títulos quebrou e não pagou seus compromissos no final de 1913. Essas letras foram endossadas (afiançadas) pela Incorporadora e redescontadas em bancos como na Caixa Filial do Banco do Brasil que, por sua vez, protestou a dívida. Como o endosso tornara a Incorporadora co-responsável pela dívida ela teve de arcar com o pagamento, nesse momento atravessava-se uma crise financeira e ela não possuía caixa suficiente para dar conta dos pagamentos e teve de pedir falência no dia 2 de Janeiro de 1914.

Nos cinco bancos citados anteriormente a Incorporadora havia realizado o mesmo tipo de operação. Ela solicitava um empréstimo em conta corrente e ao mesmo tempo redescontava títulos de terceiros por ela endossados. Estas operações eram, por sua vez, garantidas pelos títulos de penhor de fazendeiros e apólices pertencentes aos Bancos de Custeio. Como, por exemplo, ela fez junto ao The Britsh Bank of South America onde descontou letras um total de 300:200$000 e contratou um empréstimo em conta corrente no valor de 277:939$820 a taxa de 11% ao ano, como garantia desta operação ela entregou ao banco 623:100$000 em títulos de penhor e 300:000$000 em apólices do auxilio agrícola[59].

Agora, tendo analisado como os Bancos de Custeio realizavam os empréstimos aos fazendeiros e como eles levantavam esses recursos na rede bancária, falta ainda saber como tal sistema poderia funcionar se os empréstimos eram concedidos aos fazendeiros a taxa de 6% ao ano enquanto que os recursos para tal eram captados a uma taxa que variava entre 8% e 12%.

---

[58] Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Arquivo Geral. "2º Oficial da 1ª Vara Commercial de São Paulo", *Reclamação Reivindicatória* de vários embargantes, caixas 431-7

[59] Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Arquivo Geral. "2º Oficial da 1ª Vara Commercial de São Paulo", *Processo de Fallencia, Sociedade Incorporadora (v. 2).* n. 12.659 cx 431, p. 423

A hipótese que nós trabalhamos é a de a Incorporadora pôs em operação um mecanismo de desconto e redesconto de títulos comerciais que tinham como base a garantia fornecida pelas apólices do auxilio agrícola e os títulos de penhor dos fazendeiros. Lembremos que os Bancos de Custeio descontavam as letras pignoratícias dos fazendeiros, mas não pagavam imediatamente, fornecendo apenas a décima segunda parte a partir do primeiro mês. Esses títulos, no entanto, eram endossados por eles e colocados a disposição da Incorporadora. Assim, entre a captação dos recursos na capital paulista e a sua total remetida aos Bancos de Custeio havia um intervalo no qual a Incorporadora aplicava esse dinheiro em desconto de letras de comerciantes. Como as letras comerciais eram emitidas a curto prazo dava tempo de repetir esta operação duas ou três vezes até o final do ano, quando todo o dinheiro já teria sido remetido. Assim, é possível que o resultado da operação da Incorporadora com títulos comerciais tenha permitido compensar a diferença entre a taxa de juros paga na captação (entre 8% e 12%) e a taxa cobrada pelos Bancos de Custeio aos fazendeiros que era de 6%.

Acreditamos que esta operação se manteve sem oposição dos fazendeiros acionistas porque era ela que lhes garantia o financiamento a uma taxa inferior a do mercado, ao mesmo tempo em que distribuía dividendos. Segundo o anuário estatístico os bancos distribuíam 6% e, de acordo com o relatório da falência, a Incorporadora distribuiu dividendos de 10% aos acionistas nos últimos cinco anos.

O relatório da falência aponta ainda uma série de fraudes cometidas pelos diretores da Incorporadora, como saques e descontos realizados a descoberto - sem garantia - favorecendo diretores e firmas que faliram e que resultaram num prejuízo de 2.000 contos de réis. Somente sobre a firma Delfino Martins & Cia, de Santos, ela descontou títulos num total de 1.132:785$000, totalmente a descoberto. No final de 1913 esta firma pediu concordata e anunciou que só pagaria 60% das dívidas num prazo de 18 meses[60]. Em Janeiro de 1914 a Incorporadora faliu levando com ela os Bancos de Custeio Rural.

Conclusão

A constituição dos Bancos de Custeio Rural é fruto de um intenso debate que ocorreu no momento da crise de 1896-1906, onde se debatia uma forma de financiamento que regularizasse o financiamento agrícola bancário e livrasse os fazendeiros da intermediação mercantil e financeira dos comissários de café. Assim, a criação dos Bancos de Custeio deve

[60] *Processo de Fallencia, Sociedade Incorporadora (v. 1).* n. 12.504 cx 431, pp. 209-211

ser entendida dentro de um processo mais amplo de disputa em torno das políticas econômicas adotadas pelo governo estadual e federal no início da Primeira República.

O objeto principal em disputa era o Plano de Valorização do Café, porém, num segundo plano havia outros projetos como a instituição do credito agrícola e a criação de armazéns gerais, este último recebia frontal oposição dos comissários de café.

A crítica que os fazendeiros faziam ao sistema de crédito era a de que os bancos preferiam o investimento em atividades não agrícolas, fosse através de compra de títulos, ações ou empréstimos à comerciantes e "capitalistas". Outro problema apontado muitas vezes era o de que o crédito desaparecia nos momentos de crise, obrigando os fazendeiros a vender seu produto com deságio em troca de adiantamentos.

Assim, surgem vários projetos para criação de bancos apartados das atividades não agrícolas e que mantivessem a regularidade do financiamento. Para os fazendeiros isso se traduzia na criação de um banco hipotecário que fosse dirigido ou auxiliado pelo Estado. No entanto, as tentativas de auxiliar bancos hipotecários em São Paulo foram onerosas e não surtiram o efeito esperado. Assim, em 1896 o ministro Bernardino de Campos sugeria que se adotassem as cooperativas de crédito como forma de estabelecer o crédito agrícola, como se fizera na Europa. No entanto, naquele continente essas instituições surgiam como iniciativa dos próprios interessados e não recebiam auxilio governamental, no Brasil ocorre o oposto, era o próprio governo quem as propusera e sob auxílios.

Da análise dessas instituições percebemos que a sua criação foi propiciada pelo clima político do Convênio de Taubaté e que, além disso, contribuiu a participação de figuras eminentes na vida econômica e política do estado que estavam entre os acionistas da Sociedade Incorporadora. O objetivo dos Bancos de Custeio era prover a lavoura de um meio de financiamento constante e, ao mesmo tempo, independente das especulações no mercado de crédito. Eles chegaram a emprestar 11 mil contos de réis a fazendeiros, uma quantia admirável visto se tratar de 8% dos empréstimos concedidos pelos bancos nacionais em 1912.

Porém, a falência da Sociedade Incorporadora demonstrou como o sistema de crédito era determinado por operações de curto prazo e alto risco. Ela própria estava envolvida nesse tipo de atividade que não era apenas acessória, pois que sustentava as operações com o penhor agrícola. Por outro lado, o período de funcionamento dos Bancos de Custeio foi de grande estabilidade nos preços do café, proporcionada pela valorização, no entanto, eles faliram na primeira crise financeira que enfrentaram justo no momento em que mais se poderiam fazer necessários.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Diogo Velho C. de. Regimen Hypothecario, 1918

ARAUJO FILHO, José Ribeiro de. *Santos, o Porto do Café*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969

_____ "O café, riqueza paulista". São Paulo: *Boletim Paulista de Geografia*. v. 01, n. 23, p. 78-114, 1956.

BARROS, Jacintto. *Credito Agropecuario*. São Paulo: Salesiano, 1917

CASALECCHI, José Ê. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo-SP : Editora Brasiliense, 1987.

CARONE, Edgard. *A República velha*. São Paulo: Difel, 1972 (1ª ed. 1970), v.2 (A evolução política)

CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial de S. Paulo.* São Paulo: Queiroz, 1981.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DELFIM NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil.* São Paulo: IPE/USP, 1981.

FRANCO, A. de Lacerda. *Estudos sobre a Aplicação da mutualidade ao credito rural e agrícola no Brasil*. São Paulo: Ed. Spindola, 1900

FRANCO, Maria Sylvia de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974

FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914).* Franca: Unesp (Dissertação de Mestrado, 2001

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional/Publifolha, 2000

GAMA, Affonso D. *Penhor: civil, mercantil e agricola*. Sao Paulo: Saraiva, 1919.

GUIMARÃES, Carlos G. "O Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e o Pós-Guerra do Paraguai, 1871-1875". *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas ABPHE*. Caxambu, 2003

HANLEY, Anne G. e MARCONDES, Renato L. "Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901)". *Estudos Econômicos, São Paulo, v. 40, n. 1, p. ,103-131 JANEIRO-MARÇO 2010*

HOLLOWAY, Thomas. *Vida e Morte do Convenio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986

MARCONDES, Renato L. *A arte de Acumular na economia cafeeira: Vale do paraíba século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.

_____"O financiamento hipotecário da cafeicultura do Vale do Paraíba Paulista (1865-1887)". *Revista Brasielira de Economia*, v. 56, n. 1, p. 147-170, JAN-MAR, 2002.

_____ "A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do vale do Paraíba". *Locus*, n. 4, v 2, p. 35–54. JAN-ABR. 1998.

MORAES, Maria L. Paiva Melo. Atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil, 1844-1918. São Paulo: FFLCH, 1988 (Tese de Doutorado)

PAZ FONTENLA, Vicente. *Bancos (teoría e realidade).* Rio de Janeiro: Atlas, 1944.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. *Cooperativas de Crédito História da evolução normativa no Brasil.* Brasília: Banco Central do Brasil, 2008

PIRES, Anderson e ALMICO, Rita de C. "Crédito e finanças em uma sociedade cafeeira". *História e Economia: revista interdisciplinar*. São Paulo: BBS, V. 4 n. 2, 2008

PERISSINOTO, Renato M. Classes dominantes e hegemonia na República Velha. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

ROCHA, Alfredo. *Caixas economicas e o credito agrícola*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905

SAES, Flávio A. M. de. "Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1896-1906)". *Revista Brasileira de História*, v.01, nº02, 1981.

_____"A questão do crédito na economia paulista da primeira república". SAES et Alli. *História Econômica: ensaios*. São Paulo: IPE-USP, 1983 pp. 121-152

_____ *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____*Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850 - 1930.* São Paulo: IPE/USP, 1986.

_____*"Credito e desenvolvimento em economias agroexportadoras: o caso de São Paulo (1850-1930).*In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: IEB, 1988 n29 pp. 29-48

SOARES, José Julio. *Idéas cooperatistas*. Belo Horizonte: Salesiano, 1914

STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no vale do Paraíba*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961.

TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil.* Rio de Janeiro: Inst. Nacional do Café, 1941 v. 11

TEODORO, R. S. *O Crédito no Mundo dos Senhores do Café: Franca 1885-1914.* Campinas (Dissertação de Mestrado), 2006.

TORELLI, L. S. *A Defesa do Café e a Política Cambial: Os Interesses da Elite Paulista na Primeira República (1898-1920).* Campinas: IE/Unicamp, 2004 (dissertação de mestrado).

Mercado de capitais e desenvolvimento econômico
Juiz de Fora (1889-1930)

Felipe Marinho Duarte
Universidade Federal de Juiz de Fora
fduarte85@hotmail.com

O presente artigo busca apresentar algumas observações historiográficas sobre o processo de modernização capitalista na Zona da Mata mineira, em particular de Juiz de Fora. Esta cidade tornou-se ao longo do século XIX um centro de referência urbana para a região, condição que é preservada até os dias de hoje. O desenvolvimento econômico regional proporcionou a institucionalização do mercado de capital local, que se relaciona diretamente com a formação de uma "sociedade urbana".

Henri Lefebvre observar o quanto é ambíguo o termo "sociedade urbana", podendo ser empregando para designar qualquer cidade, independentemente das suas orientações culturais, políticas ou econômicas, nem mesmo sendo mensurado seu tamanho ou ritmo de crescimento. Contudo, a utilização do termo "sociedade urbana" nesta pesquisa é decorrente da própria ambigüidade sobre o qual ele é apresentado, pois desta maneira torna-se mais precisa a compreensão do processo inflexão do agrário para o urbano[1].

Minas Gerais possui um caso exemplar a este respeito. O movimento de organização dos seus núcleos urbanos, tomando-se a relação campo-cidade, tem sentido oposto nos séculos XVIII e XIX. Nas regiões centrais da Província onde a atividade mineradora foi economicamente predominante a urbanização antecedeu a "criação" da rural, já no século Dezenove, em especial na Zona da Mata, o desenvolvimento da produção cafeeira foi o impulso econômico que possibilitou a formação de várias cidades na região durante a segunda metade do século XIX e início do XX[2].

Não obstante, a dinâmica financeira assumida pelas relações creditícias urbanas na Zona Mata podem ser entendidas como resultados dos efeitos em cadeia

[1] LEVEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.15.
[2] CUNHA, Alexandre; SIMÕES, Rodrigo; PAULA, João. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. p. 10.

proporcionados pela produção extensiva de um produto primário (*staple*)[3]. Neste sentido, a produção cafeeira foi em grande parte responsáveis pelo desenvolvimento dos setores de serviços públicos e privados e posteriormente das indústrias que existiram em Juiz de Fora.

As observações contidas no presente artigo foram desenvolvidas com o propósito de apresentar algumas possíveis relações econômicas entre o Crédito Público municipal e a expansão urbana de Juiz de Fora, consolidada através da institucionalização mercado financeiro regional. Segundo parte da historiografia sobre Juiz de Fora, que estuda o processo de desenvolvimento urbano-industrial da cidade, observa que sua modernização capitalista começa a ser delineada a partir de meados do século XIX e está intimamente relacionada com o cultivo do café. A produção desta *commodity* permitiu uma significativa acumulação de capital, gerando condições materiais para realização de obras infraestruturais. Dentre elas se destaca a integração ferroviária do município a uma das principais ferrovias do país[4], responsável por escoar quase que a totalidade da produção cafeeira da região.

> Concluído o movimento de expansão e aperfeiçoamento do sistema de transporte estavam criados os principais instrumentos para que o desenvolvimento e a dinâmica do núcleo agroexportador da Mata viesse a se desdobrar num vigoroso processo de diversificação urbano-industrial. Mais que isso, a forma como este movimento se deu (colocando o município de Juiz de Fora como o principal **eixo de entroncamento do sistema viário** e sua transformação em **capital regional da Zona da Mata**), acabou por permitir que boa parte do processo geral de indução a investimentos em setores e atividades relacionadas ao núcleo agroexportador fosse **internalizada no espaço definido pela região**.[5]

Desta forma, o grande capital cafeeiro foi decisivo para integração ferroviária da região, diminuindo significativamente o custo de transação implícito nas trocas comerciais de natureza exportadora. A interiorização deste moderno sistema de transporte, a partir de 1876, permitiu maior agilidade e segurança no translado do produto primário para o porto do Rio de Janeiro, porta de saída do café mineiro para o mundo.

---

[3] HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por efeito em cadeia: uma abordagem generalizada. In SORJ et alii. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 36.

[4] A cidade de Juiz de Fora a partir do ano 1876 estava integrada a Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Estrada de Ferro Central do Brasil.

[5] PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. p. 72.

A grande aplicação de recursos financeiros, ligados a economia cafeeira, na expansão da ferroviária de Minas Gerais permitiu elevados índices de crescimento. Podendo ser comparado, tanto em média da progressão anual quanto em estradas em trânsito, aos de São Paulo (TABELA 1). Havia na época, ocasionalmente, relações acerca da concentração das ferrovias na Zona da Mata por parte dos representantes políticos da região do Centro ou do Sul de Minas.

TABELA 01

Crescimento das Vias Férreas Mineiras Comparado ao de Outros Estados da União

ESTADOS	ESTRADAS DE FERRO EM TRÂNSITO	DATA DO INÍCIO DAS CONSTRUÇÕES	MÉDIA DA PROGRESSÃO ANUAL
Rio Janeiro	2.422.185	1854	43,2
São Paulo	4.724.000	1867	109,8
Minas Gerais	4.496.795	1869	109,6
Bahia	1.391.574	1860	28,5
Rio Grande do Sul	1.962.408	1882	70,0

FONTE: JACOB, R. **Minas Gerais no XXº Século**. p. 442. apud *Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993.p. 100. Tabela 28.

Na Zona da Mata mineira, assim como em outras regiões do sudeste do país, o investimento de capital privado foi responsável pela construção das estradas de ferro, *"mas o governo provincial estimulou o crescimento garantido aos investidores um retorno de 7% no seu capital ou subsídios a companhias baseados em quilometragem"* [6]. Decorrente da atmosfera especulativa do final do século XIX, os investimentos financeiros em ferrovias e títulos públicos eram considerados como os mais seguros para a época[7].

> Resta, de tudo isso, a impressão de que o capital mercantil, com centro no Rio de Janeiro, o investimento em ferrovia aparecia apenas como uma nova aplicação financeira da qual se esperavam lucros imediatos e compensadores. Diante da não ocorrência dessa esperança, parece ter sido aceita sem maior oposição a troca compulsória das ações da empresa por apólices do Governo de 6% de juros ao ano e com os valores ao par para

[6] BLASENHEIM, Peter. *As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove*. LOCUS: revista de História. Juiz de Fora, v. 2. n° 2. 1996. p. 83.
[7] SOBEL, Robert. *Wall Street*: a História da Bolsa de New York. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1967. p.p. 145-168.

> cada título. O discurso de C.B Ottoni, na assembléia-geral de encerramento da Companhia Estrada de Ferro de D. Pedro II.[8]

Nas origens da formação desta "sociedade urbana" podemos observar a necessidade de aceleração das relações de troca de mercadorias, ou seja, bens e serviços, que por sua vez estavam cada vez mais submetidas às relações modernas de mercado. Mas pode-se perguntar: o que constitui um mercado? "Definiremos um mercado como qualquer sistema organizado de troca, seja centralizado ou descentralizado, formal ou informal. Um mercado pode alocar recursos baseado em preço, informação ou em uma combinação de ambos"[9]. Sem perder de vista que os "(...) mercados são instituições que existem para facilitar a troca, ou seja, eles existem de maneira a reduzir os custos de transação implícitos em qualquer operação de troca"[10].

O mercado também pode entendido como um lugar físico onde as pessoas se encontram para desenvolver suas relações de troca e em que não existe necessariamente o mecanismo de oferta e demanda como fatores responsáveis pela regulação do preço. Logo, a troca é realizada num duplo movimento, permitindo que os interesses na troca sejam os principais responsáveis pela aceitação ou não a opção oferecida[11].

Não obstante o mercado financeiro também pode ser compreendido segundo os conceitos propostos pela antropologia econômica, tendo Karl Polanyi e Walter Neale como principais referências teóricas. Estes autores consideram que nenhuma instituição social responde perfeitamente ao modelo ideal, logo a compreensão de mercado regulado apenas por leis próprias (oferta e demanda) torna-se um axioma sem validade[12].

Neste sentido, acreditar que as relações de troca seguem fundamentalmente as leis de oferta e demanda, conduziria a uma abordagem estritamente econômica, pela qual os mercados (principalmente o de capitais) só existem em economias capitalistas em que há mercados formais. De outro modo, se trata de uma visão reducionista que

---

[8] SAES, Flávio. A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira. Op. Cit. p. 37.
[9] HOFFMAM; POSTEL-VINAY; ROSENTHAL apud PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Op. Cit. p. 23.
[10] COASE, R.H. *The Firm, the Market and the Law*. Chicago: University of Chicago Press 1988. p. 07.
[11] NEALE, Walter. *El mercado en la teoría y la história.* In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. Comercio y mercado en los Imperio Antiguos. Barcelona: Editorial Labor, 1976. pp. 414 – 420.
[12] POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. pp. 62-63.

despreza toda a subjetividade humana implícita nas relações pessoais que levam à manifestação objetiva do fato econômico[13].

O geógrafo brasileiro Milton Santos afirma que a economia espacial permanece freqüentemente muda, a propósito das questões atinentes ao desenvolvimento das tecnologias relacionadas às comunicações à distância, estejam elas referentes ao transporte de pessoas e mercadorias ou à circulação de informações. A maneira como a sociedade explora a natureza define as transformações na forma da produção econômica, reorientando a organização do território[14].

A modernidade financeira que começa a se consolidar em Juiz de Fora, a partir de meados de século XIX, traz consigo um enorme poder de transformação da paisagem, rural e urbana, levando a significativas mudanças físicas do território, fundamentais não só à formação do espaço econômico, mas também à sua organização socioeconômica segundo as características de uma produção agroexportadora. Como observou Sônia Miranda:

> O final do século XIX correspondeu, a nível mundial, a um momento de redefinição da divisão internacional do trabalho, com a emergência de novos centros hegemônicos, e a nível de America Latina, a um novo modo de ordenação da economia e da sociedade local, no qual redefiniram-se relações político-econômicas tanto a nível externo como a nível interno. Isso significa dizer, entre outras coisas que, se por um lado o Brasil participou da economia mundial através da exportação de produtos primários e importação de capitais e produtos industrializados, por outro lado iniciava-se internamente um aprofundamento de atividades ligadas ao mercado interno pré-existente e portanto não restritas à agro-exportação. Tal situação possui implicações diretas na dinamização das **economias urbanas** e portanto na redefinição das funções e aparência das cidades.[15]

Existe um longo debate historiográfico acerca da natureza da economia de Minas Gerais, em que um considerável número de autores afirma que a produção agrícola da Província foi desenvolvida, quase que exclusivamente, com a finalidade de atender às demandas geradas pelo mercado de abastecimento interno. Entretanto, este argumento desconsidera que a natureza da economia da Zona da Mata mineira, cuja

---

[13] "*E é da soma, conjugação e composição de tais ações individuais que resultam os "fatos". Não é possível por isso isolar a esfera objetiva da subjetiva. Qualquer indivíduo, pela simples circunstância de constituir um ser pensante, estará agindo e contribuindo assim para o fato econômico de que participa, com seu pensamento.*" PRADO Jr., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasilense, 1966. p. 19.

[14] SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 32.

[15] MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990. p.p. 109-110.

produção era voltada para exportação, submetendo-se, às flutuações do mercado mundial capitalista.

Dada a importância dos estudos que refletem a economia regional através da formação do mercado viveres na Zona da Mata. O presente trabalho não atribui a esta atividade econômica interna a responsabilidade pela consolidação regional das práticas mercantis próprias de um sistema capitalista internacional. Além disso, anteriormente a 1850, torna-se difícil afirmar que houve uma política econômica racional para o desenvolvimento contínuo da região, se é que isso ocorreu em algum momento da história, pois qualquer estratégia organizada em prol de uma política urbana esbarrava na ausência de artifícios legais e na falta de uma autonomia político-administrativa para a tomada de decisões estruturais.

A partir da década 1850, com a criação do Código Comercial, houve uma maior formalização das relações creditícias que passaram a ser reguladas legalmente, conduzindo a uma crescente formalização do sistema financeiro[16]. A modernização das relações capitalistas que se dá principalmente no espaço urbano conduz à proliferação de grupos de investidores, que faziam das aplicações financeiras uma maneira de acumular riqueza e obter renda (liquidez) a partir dos rendimentos gerados pelos juros, desta forma acabavam dando uma dinâmica própria à economia[17].

O geógrafo David Harvey chama a atenção para as dimensões espaciais referentes à teoria da acumulação, que de certa maneira se aproxima das análises realizadas por Karl Marx nas suas mais diversas obras[18]. Harvey tem como objeto central analisar a produção capitalista do espaço, que por sua vez é dependente da acumulação de capitais para a efetivação das transformações do meio, gerando significativas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

> De fato, a lógica do caso é quase o oposto do que subentende a doutrina clássica. O ensino ortodoxo da propensão do indivíduo à permuta; deduziu daí a necessidade de mercados locais, bem como a divisão de trabalho; inferiu, finalmente, a necessidade do comércio, eventualmente do comércio exterior, incluindo até mesmo o comércio de longa distância. À luz do nosso conhecimento atual, poderíamos quase que reverter a seqüência do argumento: o verdadeiro ponto de partida é o comércio de longa distância,

[16] LEVY, Maria Bárbara. *A industrialização do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. pp. 51-53.
[17] COUTINHO, Carlos Sidnei. *Rentismo e Capitalismo*. 1997. 166 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1997. p. 8.
[18] HARVEY. David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 43.

> um resultado da localização geográfica das mercadorias, e da "divisão do trabalho" dada pela localização.[19]

Neste sentido, pode-se perceber o desenvolvimento comercial, tanto local quanto à longa distância. No caso da Zona da Mata, as estruturas produtivas de subsistência são fundamentais à reprodução de uma economia voltada a atender as demandas do mercado externo. Numa percepção clássica da história econômica, no século XIX houve uma acentuação da divisão mundial do trabalho, em que os países tidos como periféricos assumiram o papel de produtores primários, enquanto os países centrais já desenvolviam outras formas mais modernas de organização da produção.

A produção brasileira de café, com significativa participação de Minas, foi responsável pela popularização do consumo deste gênero alimentício, que até o primeiro quarto do século XIX apresentava acesso restrito apenas às classes mais abastadas, configurando-se como um artigo de luxo.

A boa adaptação da planta na região sudeste do país permitiu o desenvolvimento de uma produção em larga escala, que era exportada para diversos países através de uma eficiente infraestrutura de transporte. Não obstante, o café é visto por alguns autores como a bebida do século XIX, que devido à sua característica estimulante, foi amplamente utilizado pelos trabalhadores fabris contemporâneos ao processo de industrialização da Europa e América do Norte.

TABELA 02

Produção exportável de café das principais regiões produtoras
(1.000 sacas)

MÉDIA ANUAL DO PERÍ	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS		ESPÍRITO SANTO		SOMA	
	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%
1876-1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
1881-1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
1891-1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
1901-1910	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
1911-1920	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,0
1921-1930	11.131	66,5	945	5.6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,0

FONTE: (SP, RJ E MG) TAUNAY, A. de E. e FRAGA, C.C. (Dados ajustados aos de Taunay); (E.S.) ROCHA E COSSETTI. Apud CANO, W. Padrões... Op. cit. p.293. Tabela 1. apud PIRES, Anderson. *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora***.** Op. Cit. p. 90 Tabela 24.

A produção cafeeira de Minas Gerais estava quase que na sua totalidade concentrada na Zona da Mata, logo a região passa a ser especialmente importante para as finanças do Estado. De modo que uma significativa parcela da arrecadação

[19] POLANY, Karl. *A grande transformação*. Op. Cit. p. 79.

do Estado mineiro era realizada através do pagamento de impostos pelos produtores sobre o café exportado.

TABELA 04

Participação da Produção Cafeeira da zona da Mata na Produção do Estado de Minas Gerais
(períodos selecionados)

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

FONTES: **1.** para 1847/48, 1850/51 E 1903/04 - GIROLETTI, D. *A Industrialização em Juiz de Fora*. p. 152 e 156.

Historicamente, a produção cafeeira com características agroexportadora teve início no Vale do Paraíba fluminense, mas devido ao processo natural de desgaste do solo causado pelo cultivo da rubiácea e a crescente demanda internacional pelo produto. O café começa um gradual movimento de interiorização, avançando suas fronteiras agrícolas em direção a Minas Gerais e São Paulo, seguindo o curso do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes[20].

O sul da Zona da Mata é uma região de fronteira pela qual o café foi introduzido tardiamente em Minas Gerais se comparado a produção cafeeira fluminense. Logo, a região sofre forte influência do Rio de Janeiro, devido principalmente a dependência do porto para o escoamento da sua produção agrícola. Entretanto ao observar a história da modernização capitalista de Juiz de Fora a dependência da infraestrutura portuária do Rio de Janeiro é notória, porém ela não impede desenvolvimento urbano-industrial da cidade.

Visto que as regiões mineiras sofrem muito influência das Províncias vizinhas – Sul e Triângulo com São Paulo, o norte com a Bahia e a Zona da Mata com o Rio de Janeiro – do que com a unidade política e administrativa da qual fazem parte. Isso gera uma esterilização dos capitais produzidos endogenamente e que teoricamente deveriam

[20] MARQUESE, Rafael; TOMICH; Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 25-30.

ser invertidos no desenvolvimento de Minas Gerais. Sendo assim, torna-se notório um processo de crescimento desarticulado e descontínuo do Estado mineiro[21].

O crescimento econômico experimentado pela Zona da Mata está relacionado diretamente com a produção cafeeira, como já foi demonstrado, este processo conduziu não somente outra lógica de utilização do solo, a partir de uma produção agrícola extensiva, como também foi capaz de criar um circuito financeiro local responsável pela inversão econômica, principalmente através do desenvolvimento da infraestrutura que em certa medida evitava a esterilização dos recursos financeiros para regiões de influência.

No entanto, percebe-se que muitos outros elementos do processo de consolidação capitalista local não foram considerados, dentre eles se destacam os aspectos financeiros, principalmente aqueles a cargo da prefeitura de Juiz de Fora, uma vez que os realizados por empresas particulares (como a Companhia Mineira de Eletricidade) já possuem alguma referência na historiografia[22].

A consolidação desta sociedade urbana reorienta espacialmente a dinâmica das relações econômicas, tanto na acumulação de capitais como na inversão dos mesmos em investimentos financeiros, principalmente no que tange o desenvolvimento do setor industrial e de serviços públicos. Desta forma, ocorreram significativas mudanças de ordem econômica, política, social e cultural, que conduziram esta sociedade a superação das estruturas tidas tradicionais – no nosso caso de base agrária – criando novas formas de produção, novos padrões de consumo e comportamento.

Os recursos acumulados pelas poupanças locais, possibilitam a diversificação de investimentos na região, destacando-se aqueles que representam a transferência de recursos financeiros entre os setores "tradicionais" (agrícolas) e aqueles "modernos" (urbano-industriais), cuja dinâmica decorre do próprio processo de consolidação do capitalismo.

A intensificação das atividades urbano-industriais torna atrativa a migração da mão-de-obra do campo para a cidade, decorrente das inúmeras oportunidades oferecidas, em que pese a diversificação das atividades produtivas e o surgimento de novas camadas sociais. Logo, o capital ocioso representado através das poupanças se

[21] WIRTH, John. *O fiel da balança*. São Paulo: Paz e Terra, 1982. p. 41.
[22] OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969. MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. Op. Cit.

transforma em recurso financeiro, aplicado em algumas ocasiões no pagamento de salários, produzindo a liquidez monetária necessária a reprodução social do capitalismo.

O súbito crescimento demográfico resultando destes movimentos migratórios pressiona as autoridades locais a formularem políticas públicas de desenvolvimento da infraestrutura urbana. Visando principalmente a prestação de serviços referentes ao abastecimento de água e ao saneamento da cidade, que eram pouco rentável a curto e médio prazo devido o alto custo de implantação.

Não obstante, o poder público local mediante a necessidade de prestação deste serviço propõe no ano de 1893, um grandioso projeto de saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora, conhecido como *Plano Howyan*, que previa a execução de inúmeras obras de infraestrutura urbana. Dentre as obras se destacam: a construção de reservatórios de água de para o abastecimento da cidade, ampliação da rede de esgoto doméstico e pluvial, drenagem de áreas alagadas e a retificação dos principais rios que cortam a área urbana do município, tendo por finalidade evitar a ocorrência das constantes enchentes que assolavam a cidade[23].

Neste sentido a Câmara Municipal de Juiz de Fora se mobilizou politicamente para criar condições financeiras para execução das obras melhorias urbanas, a forma de capitação de recursos encontrada pelos Vereadores da cidade foi a realização de uma subscrição de títulos da dívida pública municipal, aprovada através da resolução municipal de 13 de outubro de 1892.

Desta maneira, a Câmara de Vereadores arrecadou recursos financeiros de forma extraordinária, fazendo uso do mercado de capitais local e que de alguma forma seguiu a tendência de algumas empresas privadas que lançavam títulos financeiros no mercado, promovendo novas oportunidades de investimento.

As discussões historiográficas mais recentes sobre Juiz de Fora têm dado especial atenção às distintas interpretações acerca das experiências que envolvem o processo de formação da modernização regional nos seus mais amplos aspectos. Este processo também é entendido por um grupo de historiadores, como o período de consolidação das instituições capitalistas regionais responsáveis por regularem a "tardia" sociedade de mercado.

[23] HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

> Designarei esse conjunto de experiências como "modernidade". Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventuras, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo que sabemos, tudo que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade, ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição de ambigüidade e angustia.[24]

Neste sentido foram desenvolvidas inúmeras pesquisas abordando temas como a industrialização, urbanização, modernização financeira pelas instituições bancárias, transição de mão-de-obra, higienismo, desenvolvimento do setor de serviços privados, entre outros[25]

Os estudos sobre a modernização da cidade e região a partir da análise das atividades financeiras, em especial aquelas destinadas aos projetos de expansão da infra-estrutura e serviços públicos urbanos, tentam de certa forma contribuir para a elucidação deste tema ainda pouco estudado no país, limitando-se praticamente às suas principais capitais, mas ainda muito pouco conhecido em centros urbanos de referência regional no interior.

Mantidas as condições da produção cafeeira na região, é mister perceber que em municípios como Juiz de Fora (capital regional da Zona da Mata no período) se formou um grupo social de investidores, composto por fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, entre outros agentes, que realizavam aplicações no mercado financeiro local e foram responsáveis (de forma indireta) pelo financiamento do desenvolvimento dos serviços públicos e obras de infra-estrutura tão importantes que implicaram no surgimento de energia elétrica, telefonia, transportes urbanos, ferrovias, etc.

Este trabalho procura, portanto, contribuir para ampliar os estudos sobre os títulos da dívida pública, principalmente os municipais, ainda muito pouco estudados

---

[24] BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 15.

[25] GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988. MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990. CHRISTO, Maraliz de Castro. *A "europa dos pobres"*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2001. BARROSO, Elaine. *Modernização e Higienismo*. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008. BARROS, Cleyton. *Eletricidade em Juiz de Fora*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008. CROCE, Marcus. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. GOODWIN Jr., James William. *A "Princeza de Minas"*. 1996. 226 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 1996.

por pesquisadores brasileiros. Esta escassez de referências bibliográficas também se estende a análise historiográfica dos títulos públicos estaduais e federais, que apresentam maior importância financeira em razão de sua liquidez e negociação regular nas Bolsas de Valores.

Ainda assim, predomina nestes trabalhos a visão de que os investimentos em títulos públicos constituem meros mecanismos financeiros responsáveis pela transferência e esterilização dos recursos gerados em uma região, privando-a de investimentos mais significativos e de maiores condições para o desenvolvimento econômico.

Contrapondo a uma visão excessivamente centralizadora, a presente pesquisa, ao estudar os lançamentos de títulos públicos municipais, busca valorizar os aspectos regionais e locais da história financeira do país demonstrando a existência de um circuito financeiro local responsável não só pelo conhecido processo de industrialização do município, como também de toda dinâmica de urbanização que o secundou.

Desta forma, um dos aspectos que tem sido ressaltado por esta bibliografia mais atual é a consolidação do mercado de capitais local, delineado a partir da retenção e reaplicação de recursos financeiros auferidos através da produção cafeeira regional. Dada a existência da oferta e demanda por crédito no mesmo espaço econômico, o capital cafeeiro criou um circuito que possibilitou o financiamento agrário, comercial, industrial e da infraestrutura, fundamentais ao processo de modernização capitalista da cidade.

Aqui se encontra uma das principais questões presentes neste trabalho, a importância dos recursos gerados na cafeicultura local para o processo de urbanização e modernização do município, em especial na provisão de recursos e financiamento das obras de serviços públicos realizadas pelo poder executivo municipal utilizando o mercado de capitais local para levantar os recursos financeiros necessários.

Num país sem um sistema de finanças amplamente organizado, o mercado informal de crédito tornou-se um instrumento fundamental para o financiamento das lavouras de café, assim como para os setores urbanos da economia, tais como as indústrias e as melhorias dos serviços públicos urbanos. É nesta direção que caminha o presente trabalho de pesquisa.

No ano de 1861, Juiz de Fora se configurava como a terceira maior arrecadação do Estado de Minas Gerais, somando uma quantia de 9:417$167, estando à sua frente apenas Ouro Preto e São João Del-Rei, arrecadando 16:590$575 o primeiro e

15:590$563 o segundo. Pouco tempo depois, antes de 1870, nenhum outro município mineiro se equiparava em termos de arrecadação a Juiz de Fora[26].

Dada a limitação financeira dos municípios brasileiros no Império e durante a Primeira República, a arrecadação ordinária obtida através das taxações sobre imóveis e impostos como o de indústria e profissões se mostrava insuficiente para a realização de obras públicas demandadas pela dinamização urbana das cidades.

Neste sentido, os lançamentos de títulos da dívida municipal se mostraram um importante mecanismo de arrecadação de recursos financeiros com a finalidade de serem aplicados em obras urbanas específicas.

> As operações financeiras devem ser analisadas a partir desta época, tendo em vista os agentes da reprodução do produto social e não apenas os agentes da circulação de mercadoria. Há um fluxo constante do capital produtivo reconvertido em capital financeiro, num contínuo processo de financiamento da reprodução do sistema. O capital financeiro passa a constituir uma parcela do capital total, funcionando de maneira autônoma e assegurando o financiamento das operações econômicas. As disponibilidades monetárias não são mais vendidas ou alugadas como mercadoria e escapam às determinações de equivalência para vincularem-se à produção social, da qual participam através da determinação da taxa de juros. As unidades poupadoras transferem recursos às unidades investidoras através dos intermediários financeiros. Essas relações se estabelecem por meio de obrigações diretas ou indiretas, com as unidades deficitárias colocando seus títulos junto aos intermediários financeiros. Esses, por sua vez, lhe transferem os fundos obtidos, através da venda de suas próprias obrigações às unidades superavitárias.[27]

Grandes capitais, como o Rio de Janeiro e São Paulo, não apenas lançavam títulos, como os mantinham cotados e negociados regularmente nas Bolsas de Valores[28].Torna-se necessário dizer que alguns investidores chegaram a negociar títulos públicos de Juiz de Fora na Bolsa de Valores do Rio de Janeira. Portanto, se tratando de municípios de menor porte as subscrições de títulos municipais são entendidas como uma forma complementação ou adiantamento de sua dotação orçamentária.

A prefeitura de Juiz de Fora também realizou a subscrição de títulos da dívida municipal em algumas oportunidades. Além do referido lançamento de títulos públicos em 1892, foram detectadas subscrições (novas ou de consolidação de antigos empréstimos) nos anos de 1870, 1884, 1887, 1896 e 1899, quase todos referentes à

[26] OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. p. 93.
[27] LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. p. 4.
[28] Idib. p. 73.

construção de obras públicas e com características típicas que envolvem os títulos de dívida pública: longo prazo, negociabilidade e juros fixos, para o que nos interessa de mais imediato.

O investimento capitalista em títulos financeiros dos mais variados tipos é uma prática econômica moderna, embora os títulos públicos sejam especialmente vistos como "tradicionais", dada a sua natureza de remuneração fixa e baixo risco. Não obstante os títulos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais, se configurem em uma opção mais segura para a diversificação de investimentos e composição de *portfólios*.

Considerando os dados levantados, os títulos públicos de Juiz de Fora estão presentes de forma relativamente regular no patrimônio de fazendeiros de café (entre outros) na devida proporção, conjuntamente com outros ativos financeiros, quase todos indicando a presença de um mercado financeiro local e a transferência intersetorial de recursos[29].

Conclusões:

A historiografia internacional tem dado maior atenção aos estudos relacionados a institucionalização e formalização das relações econômicas através no mercado financeiro, entendida por muitos autores como parte da modernização capitalista. Sendo possível encontrar trabalhos que tratam quase que exclusivamente das dinâmicas econômicas assumidas pelas subscrições de títulos públicos, dada importância deste tipo de arrecadação para o desenvolvimento das finanças públicas, especialmente no que se refere à captação de recursos em momentos de guerra, a instituição de um mercado financeiro internacional e o desenvolvimento econômico regional a partir da consolidação do moderno mercado de capitais. Estes tipos de estudos quase inexistem na historiografia brasileira.

No que tange as colaborações deste trabalho para o entendimento histórico da Zona da Mata, em especial de Juiz de Fora, pode se dizer que o desenvolvimento regional é conseqüência da organização de um complexo cafeeiro, onde o mercado financeiro pode ser visto como instituição responsável insprotagonista das cumpriu um

[29] PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Op. Cit. pp. 358-361.

importante papel instituição responsável pelo crescimento e diversificação dos mais distintos setores da economia.

Referências

BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLASENHEIM, Peter. *As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove*. LOCUS: revista de História. Juiz de Fora, v. 2. n° 2. 1996. pp. 81-110.

COASE, R.H. *The Firm, the Market and the Law*. Chicago: University of Chicago Press 1988.

COUTINHO, Carlos Sidnei. *Rentismo e Capitalismo*. 1997. 166 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1997.

CUNHA, Alexandre; SIMÕES, Rodrigo; PAULA, João. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

HARVEY. David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por efeito em cadeia: uma abordagem generalizada. In SORJ et alii. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HOBSBAWN, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

LEVEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEVY, Maria Bárbara. *A industrialização do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

MARQUESE, Rafael; TOMICH; Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990.

NEALE, Walter. *El mercado en la teoría y la história.* In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. Comercio y mercado en los Imperio Antiguos. Barcelona: Editorial Labor, 1976.

OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969.

_____. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO Jr., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasilense, 1966.

SAES, Flávio. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.

SOBEL, Robert. *Wall Street*: a História da Bolsa de New York. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1967.

WIRTH, John. *O fiel da balança*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Conflitos agrários e produção econômica na área Central da Mata mineira (1767-1800)

Fernando Gaudereto Lamas[1]

Resumo: A intenção desse trabalho é discutir os conflitos agrários que envolveram colonizadores e indígenas na área Central da Zona da Mata de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. A criação do aldeamento de São Manoel às margens do rio Pomba em 1767 desencadeou um processo migratório oriundo da região mineradora para a área Central da Mata, produzindo, desta feita, conflitos com os antigos donos e habitantes daquela terra, os indígenas coroados, coropós e puris. A análise das fontes revelou-nos que os conflitos envolveram desde questões relativas à posse da terra até questões que englobavam a utilização de trabalho escravo indígena pelos colonizadores. Em ambos os casos a terra, enquanto meio de produção, ocupa lugar de destaque para o entendimento da história da região.

Palavras-chaves: Área Central da Mata de Minas; Século XVIII; Indígenas; Escravidão; Conflitos agrários; Produção econômica.

1 – Terras indígenas ou terra de ninguém? O papel do aldeamento de São Manoel no processo de conquista da terra da área Central da Mata de Minas

A Freguesia de São Manoel do Rio da Pomba foi criada em 1765, após a aprovação real dos gastos relativos a mesma,[2] mas ainda não havia sido efetivada pois nenhum pároco se dispunha a entrar nos ditos sertões para catequizar e civilizar os indígenas locais que possuíam a fama de serem violentos e antropófagos. O esgotamento das jazidas auríferas na segunda metade do século XVIII, apesar de constantemente negado pela administração colonial, gerava preocupações e a possibilidade de se encontrar o vil metal nos sertões até então fechados da região por nós estudada, abria a possibilidade de se encerrar com a crise econômica definitivamente. Em uma carta o Governador Luís Diogo Lobo da Silva faz menção aos indígenas que chegaram a Ouro Preto para serem batizados. Na carta em questão, dirigida ao rei D. José I, o Governador menciona que o estabelecimento de vilas com os indígenas poderia diminuir os descaminhos do ouro e do diamante.[3] Essa carta nos lembra que desde os primeiros contatos com os indígenas oriundos dos sertões do rio Pomba o Governador Luís Diogo Lobo da Silva manteve a Coroa alerta acerca da

[1] Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista da CAPES e professor do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), fernando.lamas@ufjf.edu.br

[2] APM. Secretaria de Governo da Capitania. SC. 141. Registro de ordens régias, cartas e avisos (1764-1768), rolo 31-Gav, G- 03, fl. 10

[3] AHU-MG. 1764/03/01. Cx.83, doc. 10. Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, Governador das Minas Gerais, informando como vieram os cinqüenta índios para serem batizados na fé católica, e outros assuntos relacionados, fl. 03.

situação dos mesmos, o que indica uma intenção inicial de estabelecer contatos com eles visando conhecer melhor a área aonde eles viviam.[4]

Dentro desse contexto, a criação da Freguesia de São Manoel pelo Governador Luís Diogo Lobo da Silva e sua efetivação com a chegada do padre Manoel de Jesus Maria e dos Diretores dos índios Francisco e Manoel Pires Farinho (1767) representou um importante passo para o processo de pacificação dos indígenas, especialmente dos coroados e dos coropós. A ação colonizadora teve como base para sua efetivação o Diretório Pombalino, uma lei que pretendia restabelecer a liberdade dos índios na região Norte do Brasil e que, em 1757 foi estendida a todo o território da colônia. O texto que deu origem ao diretório, produzido pelo rei D. José e assinado por ele e por seu mais importante ministro, o Marques de Pombal, em 1755 veio acompanhado de um alvará que retirava toda e qualquer infâmia sobre os descendentes daqueles que se casassem com índias.[5] A intenção de ambos os textos era reverter a situação pela qual passavam os indígena brasileiros e torná-los súditos do Rei, favorecendo, desta forma, a proteção das fronteiras da colônia. Até aquele momento, a realidade dos indígenas que foram conviver nas aldeias, ao invés de servir de estímulo para os demais fazerem o mesmo e prosperarem entre os civilizados e cristãos, atuou no sentido de justificar a barbárie, uma vez que a liberdade dos mesmos não foi respeitada pelos colonizadores, apesar de promulgada em várias leis anteriores, notadamente naquelas editadas nos anos de 1570, 1587, 1595, 1609, 1611, 1647 e 1685. [6]

Apesar das boas intenções das leis, alvarás e ordens régias, as relações entre colonizadores e indígenas não melhorou com a instituição do Diretório Pombalino. No caso do aldeamento de São Manoel do Rio Pomba isso fica bastante claro quando analisamos a documentação referente aos conflitos entre ambos os lados. Não demoraram a aparecer os primeiros sinais de desentendimento entre os indígenas e os colonizadores da área Central da Zona da Mata de Minas, pois tanto a administração

[4] APM. Secretaria de Governo da Capitania. SC. 141. Registro de ordens régias, cartas e avisos (1764-1768), rolo 31-Gav, G- 03, fl. 09.

[5] Alvará de Ley, por que V. Magestade he servido declarar, que os vassallos deste Reino, e da America, que casarem com indias della, não ficaõ com infamia alguma, antes se faraõ dignos da sua Real attençaõ, e faraõ preferidos nas terras, em que se estabelecerem, para os lugares, e occupações, que couberem na graduaçaõ de suas pessoas; e seus filhos, e descendentes seraõ habeis, e capazes de qualquer emprego, honra, ou dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma, em razaõ destas alianças, em que se comprehendem as que já se achaõ feitas antes desta resoluçaõ; e que o mesmo se praticará com os portuguezes, que casarem com indios, e os seus filhos, e descendentes, como assima se declara : para V. Magestade ver. In: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1901 acessado em 28 de abril de 2012 às 13 horas e 49 minutos.

[6] Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lei restituindo aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas, bens e comércio. Leis e Ordenações (LO) -3- maço 4, nº 156, fl. 01

colonial quanto os próprios colonizadores tinham interesses econômicos e político-administrativos em jogo na área em questão e a presença indígena obstaculizava tais empreendimentos. A terra indígena era entendida como terra de ninguém e o aldeamento de São Manoel cumpria um papel estratégico, a saber: esvaziar as terras concentrando os indígenas em um só local, permitindo, desta forma, a colonização daquelas pelos migrantes oriundos especialmente de Guarapiranga. Aos olhos destes, ganhava-se terras agricultáveis enquanto para a administração colonial abria-se a possibilidade de arrecadação de dízimos com a futura produção agrícola.

Foi nesse contexto que surgiram os primeiros conflitos em torno da terra na área Central da Zona da Mata. Em um requerimento assinado por Luiz Brandão de Menezes Castelo Branco, Capitão e índio coropó, associado a outro chamado Leonardo Francisco, índio coroado, solicitavam a elevação da Freguesia de São Manoel à condição de vila justificando-se tanto por estarem já civilizados quando pela qualidade indígena dos mesmos, ressaltando que não havia ainda nas Gerais nenhuma vila indígena. No requerimento em questão os indígenas frisavam que pelo Diretório dos Índios, *se faça vila nas povoações de índios para nelas serem eles juízes, vereadores e principais de suas terras.* É interessante pensar esse documento como uma forma de reação à arbitrariedades que vinham ocorrendo em relação à invasão das terras indígenas. Ao solicitarem a elevação de Rio Pomba à condição de vila, os indígenas apresentaram argumentos reveladores dos problemas que vinham ocorrendo, pois mostraram desejo de serem *juízes, vereadores e principais de suas terras*, indicando desta maneira que pretendiam retomar o controle sobre a região que entendiam, ainda, ser sua. Outro aspecto que deve ser levado em consideração a respeito desse documento é o fato de que os indígenas pretendiam retomar o controle da situação por meios legais, ou seja, através dos meios estabelecidos pelos próprios colonizadores. Logo, esperavam que agindo dentro dos parâmetros estabelecidos pelos colonizadores, já que o Diretório dos Índios era mencionado no documento, [7] pudessem restabelecer a ordem anteriormente vigente.

Segundo Adriano Toledo Paiva, a solicitação de elevação à condição de vila do aldeamento de Rio Pomba também trazia em seu bojo um desejo do padre Manoel de Jesus Maria. Nas palavras deste autor:

[7] AHU-MG. A785/07/06. Cx. 123, doc. 62. Requerimento de Luiz Brandão de Meneses Castelo Branco, capitão e índio cropó, e de Leonardo Francisco, índio croata, e demais índios, solicitando a Rainha a mercê de elevar a vila a sua aldeia, na Freguesia do Mártir São Manoel dos sertões dos rios da Pomba e Peixe dos índios cropos e croatas, fl. 02-03.

> (...) *o pedido de elevação da comunidade paroquial à condição de Vila revela a tentativa do sacerdote e do Diretor em impedir a ação dos colonos estabelecidos na fronteira e que se tornavam empecilhos para a sua atuação.*[8]

Paiva localiza no requerimento em questão não somente uma requisição dos indígenas em relação aos problemas com os novos colonos, mas também uma requisição, mesmo que indireta, do padre Manoel de Jesus Maria e dos Diretores dos Índios, Manoel e Francisco Pires Farinho, na mesma direção. Em outros termos, a análise de Paiva caminha na direção de uma tentativa de controle dos indígenas ou ao menos de colocá-los como anteparo de conflitos entre colonos.

Independentemente da utilização das necessidades indígenas para encobrir ações dos colonos, inclusive do padre, o que nos importa no momento é a questão das invasões das terras dos indígenas e as reações destes às mesmas. Em carta escrita em 27 de agosto de 1799 o padre Manoel de Jesus Maria menciona os prejuízos que os índios estavam sofrendo com as constantes invasões de suas terras por colonos e o quanto a sistemática doação de sesmarias na área estava atrapalhando o respeito às terras indígenas, doadas, segundo o próprio padre pelo Governador Luís Diogo Lobo da Silva. O padre solicitou ainda que os artigos 19 e 81 do Diretório dos Índios fossem respeitados e que as terras situadas na área que englobava desde o aldeamento de São Manoel (Atual cidade de Rio Pomba) até o Presídio de São João Batista (atual cidade de Visconde do Rio Branco) fossem preservadas da doação de sesmarias. [9]O padre mostrou-se crítico à política da administração colonial ao frisar, em outro momento, que suas denúncias não estavam surtindo efeito e que a administração da Capitania não dava o devido valor às terras dos índios uma vez que as consideravam terras inúteis, pois não dão utilidade ao rei. [10] O fato de que a ocupação das terras indígenas se dava dentro da legalidade da época, isto é, obedecendo às normas das doações de sesmarias é indicativo da profundidade dos problemas que envolviam a questão indígena na área Central da Mata de Minas.

---

[8] PAIVA, Adriano Toledo. **O domínio dos índios**: Catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813). (Dissertação de Mestrado). Belo horizonte: UFMG, 2009., p. 83.

[9] AHU-MG. 1799/08/27. Cx. 149, doc. 62. Carta de Manoel de Jesus Maria, vigário dos índios cropos e croatos, para D. Rodrigo de Souza Coutinho, expondo sobre o prejuízo para os índios na concessão de sesmarias pelo Governador das Minas, fl. 02.

[10] AHU-MG. 1800/10/24. Cx. 154, doc. 63. Carta de Manoel de Jesus Maria, vigário da Freguesia do Mártir São Manoel dos sertões do rio Pomba e Peixe, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, expondo as razões das vendas de terras que fez, para o que pede a compreensão do Governador daquela Capitania, fl. 02.

O padre Manoel de Jesus Maria, apesar de aparecer constantemente como defensor dos interesses indígenas, referenda a idéia de que as terras dos mesmos deveriam ser ocupadas por colonos. Em um requerimento enviado ao Rei solicitando que a Real Fazenda arcasse com os custos da construção de uma nova capela no Presídio de São João Batista, Manoel de Jesus Maria destaca que aquela região já se encontrava ocupada de *muitas fazendas que os habitadores de toda qualidade não são índios e possuidores de muitas terras boas que foram de índios*. [11] Mesmo destacando no restante do documento que a intenção era atrair os indígenas para a catequese, fica claro que o padre não via nenhum problema em se tomar as terras daqueles, desde que os mesmos fossem cristianizados.

Entretanto, os problemas entre colonos e indígenas não se resumiam à ocupação de terras legalizada pelas autoridades régias. Em um requerimento, Manoel de Jesus Maria solicitava providências contra os Alferes Eugênio José da Silva e João de Almeida Lima pela invasão e incêndio nas terras indígenas e fabricação de cachaça para os índios. O padre acusou aos dois Alferes de tirarem as criações dos indígenas das terras de capoeiras, queimarem as plantações dos indígenas e de, por fim, tomarem as terras visando, no caso de João de Almeida Lima, levantar um engenho de cana com o intuito de fabricar cachaça. Essa bebida o padre alega ser muito perniciosa, além de proibida entre os indígenas pelo Diretório dos Índios. [12]

Em outros termos, seja através de meios legais, ou de métodos escusos, os colonizadores avançavam sobre os direitos indígenas estabelecidos pela própria administração metropolitana. Tal fato indica-nos que a realidade jurídica, ou seja, que a legislação, não vivenciava a realidade concreta dos fatos, isto é, a constante necessidade de novas terras produzindo e pagando tributos. Existia, portanto, um vácuo entre o que era legislado e o que realmente acontecia na prática. Tal diferença era fruto de uma percepção da propriedade da terra essencialmente pragmática, que no caso em questão referia-se à produção agrária voltada para o mercado, ou seja, aquela que poderia/deveria pagar tributos (Dízimos) e desta forma sustentar a administração colonial. Nesse sentido, o entendimento da questão jurídica da propriedade não deve ser

[11] Biblioteca Nacional. Coleção Casa dos Contos. Documento 101, I-26, 27, 101. Maria, Manoel de Jesus. Requerimento solicitando a Vossa Alteza Real verba para custear as despesas da construção de uma capela no lugar do presídio de são João Batista na Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba, fl. 01.

[12] APM. Casa dos Contos. Cx. 35, doc. 30054, rolo 511. Requerimento do Padre Manuel de Jesus Maria, freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões e Rio da Pomba e Peixe, sobre as providências com relação ao alferes Eugênio José da Silva e João de Almeida Lima pela invasão e incêndio nas terras indígenas e fabricação de cachaça para os índios, fl. 01-02.

procurado propriamente no arcabouço jurídico da época, pois tal fato ocasionaria uma confusão intelectual, na medida em que o dito arcabouço propugnava justamente a proibição das práticas encontradas na área Central da Mata. Em outros termos, os movimentos sociais, no sentido de questionamento social daqueles que viviam na região, especialmente os indígenas, explicam muito mais a questão da posse da terra do que a análise do aparato jurídico da época.

A ocupação da terra indígena é uma questão fundamentalmente grave para aqueles povos, pois, como eles não conhecem a lógica privada da terra estabelecida pela cultura ocidental, a terra significa mais do que uma mercadoria. Nesse sentido, *a terra não é um dado pré-religioso, neutro ou solto. A terra é infra-estrutura do sistema religioso. Terra e religião são a pedra angular e a armação de todas as questões parciais*.[13] A terra para os povos indígenas é entendida como um pré-requisito natural de si mesmo, um prolongamento de seu próprio corpo e neste sentido, a sua relação com a terra possui um duplo caráter, a saber: a propriedade comunal da terra em simultaneidade com a possessão individual dos frutos dela extraídos.[14] Jean de Lery, ao descrever os hábitos dos indígenas do litoral do Rio de Janeiro no século XVI, fez a seguinte observação em relação à terra:

> *No que diz respeito à propriedade das terras e campos, cada chefe escolhe em verdade algumas jeiras onde lhe apraz, a fim de fazer suas roças e plantar mandioca e outras raízes, mas quanto a heranças e pleitos divisórios deixam aos herdeiros avarentos e demandistas cá da Europa tais cuidados*. [15]

A observação feita pelo visitante francês no século XVI serve de base para o entendimento que os indígenas coroados e coropós tinham a respeito da posse da terra, uma vez que estes últimos migraram do Rio de Janeiro para as Minas Gerais fugindo da colonização portuguesa. Apesar das diferenças que classificam os Tupis dos Macro-Gês e da possibilidade de que estes últimos tenham fugido não somente dos portugueses, mas também dos próprios Tupis, além da distância temporal que existe entre o relato do francês e o momento histórico por nós analisados, as observações feitas por Jean de Léry ainda nos parecem válidas.

---

[13] SUESS, Paulo. Terra para viver: os povos indígenas e a realidade da terra. In: LENZ, Matias (org.) **A igreja e a propriedade da terra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1980, p. 51.
[14] MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 5º ed. Tradução: João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 85.
[15] LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução: Sérgio Millet.São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP: Itatiaia, 1980, p. 230.

Logo, a tomada da terra significa para o indígena mais do que uma questão econômica, significa um ataque a seu modo de vida incluindo seus costumes religiosos, a seus hábitos culturais no sentido mais amplo. Apesar da desigualdade de posições e de condições de manterem e defenderem suas terras, os indígenas não se entregaram facilmente. Nas palavras de Maria Leônia Chaves de Resende:

> *A apropriação de territórios indígenas, por ocupação ou compra, especialmente os destinados aos aldeamentos, não calou seus legítimos donos. Nem com toda a opressão, os índios se intimidaram e deixaram de sustentar uma verdadeira resistência, seja pela guerra ou pela quizila judicial*. [16]

Isso fica explícito na documentação coeva; em um requerimento, cujo título nada deixa a enganar, os indígenas coroados e coropós reclamam acerca da perda da paz e do sossego após a chegada dos europeus (colonos). No documento em questão faz-se referência à ganância dos europeus (colonizadores) em relação às terras e acusam ainda aos homens ricos de outras paróquias de tirarem três ou quatro sesmarias *e deste modo ficaram os suplentes sem as terras de que necessitam para plantar, caçar e pescar*. Neste mesmo documento faz-se referência à solicitação feita à Rainha para elevar à condição de vila Rio Pomba, sob o argumento de que *os europeus são muito ambiciosos de terra* e que além disso, *os homens ricos de outras paróquias* [tiram] *cada um três ou quatro sesmarias e deste modo ficaram os suplentes sem suas terras* indicando que o principal desejo para a elevação à condição de vila era justamente a questão da terra.

Nesse mesmo documento, os indígenas fazem uma proposta inusitada do ponto de vista da administração colonial: que para a distribuição de sesmarias nos sertões do rio Pomba não fossem ouvidas apenas as Câmaras Municipais de Mariana e São João Del Rei, mas também os Capitães índios, o diretor dos mesmos, Francisco Pires Farinho e o padre Manoel de Jesus Maria.[17] O texto faz referência à Luiz Brandão de Meneses Castelo Branco, índio cropó que possuía a patente de Capitão. [18]Para Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur, a situação desses índios, incorporados, ao menos em

[16] RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos**: índios coloniais em Minas Gerais setecentista. (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2003, p. 133.
[17] AHU-MG. A789/09/02. Cx. 132, doc. 32. Requerimento dos índios crapos e croatos, moradores na freguesia do Mártir São Manuel dos sertões dos rios da Pomba e do Peixe, solicitando a paz e o sossego perdidos com a presença dos europeus. (Como vem no documento.), fl. 02.
[18] AHU-MG. A795/11/13. Cx. 141, doc. 19. Requerimento de Luís Brandão de Menezes Castelo Branco solicitando a confirmação da carta patente do posto de capitão da Companhia de Ordenanças de Pé dos Homens Índios, no distrito da Freguesia do Mártir São Manoel dos sertões dos rios da Pomba e Peixe do termo e cidade de Mariana, fl. 02.

parte, à sociedade colonial, era de índios colônias. Nas palavras dos autores, os índios coloniais eram:

> *(...) aqueles índios e/ou seus descendentes, destribalizados por diversas razões, de várias origens étnicas e/ou geográficas, trazidos ou nascidos na sociedade colonial, que foram incorporados à vida sociocultural da Minas Gerais setecentista. Apesar da adscrição nitidamente indígena – porque assim se identificavam e eram também reconhecidos como tal pelos outros –, experimentaram um contato intenso com os colonos e foram integrados à sociedade colonial, na maioria das vezes na condição de"mestiços", compondo, assim, um cenário de uma Minas mestiça*.[19]

Os indígenas locais mostraram, portanto, que era possível a defesa de seus interesses fazendo uso dos mesmos mecanismos que os oprimiam. Contudo, a visão dos colonizadores a respeito dos povos ameríndios continuava respaldada no preconceito. Apesar da preocupação legítima do ponto de vista cristão em batizar os indígenas, a percepção acerca da inferioridade daqueles não arrefeceu, indicando que o principal objetivo era mesmo amansar, como se dizia à época, os ameríndios para conquistar a terra. Em outros termos, não havia, nem da parte dos colonizadores e nem da administração colonial, a mais remota intenção de permitir que os indígenas dirigissem o aldeamento a parir de seus interesses e de sua visão de mundo. Os indígenas não eram encarados como sujeitos autônomos, mas na melhor das hipóteses, como auxiliares de um processo do qual não exerciam o papel principal.

2 – Escravidão indígena na área Central da Mata

A lógica da escravidão além de frisar a diferença entre o senhor e o escravo, necessita muitas vezes referendar a ideia de ajuda ao povo escravizado. No caso dos indígenas, esse discurso apareceu como maneira de encobrir as práticas de sujeição dos ameríndios aos interesses econômicos dos colonizadores. Nem mesmo os padres, responsáveis diretos pela catequese e pela defesa dos interesses indígenas os viam com bons olhos. O padre Manoel de Jesus Maria, ao justificar a venda que fez de suas sesmarias, destacou que precisou operar a venda em função da necessidade de dinheiro para efetuar a catequese dos índios coroados e coropós. Nesse requerimento Manoel de

[19] RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas Del Rei. In: **Revista Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Nº 23, Rio de Janeiro: Sette Letras, 2008, p. 18

Jesus Maria deixou subentendido que os indígenas eram preguiçosos e que ele tinha que prover todas as necessidades daqueles, daí ter procedido as vendas das terras. Segundo as palavras do padre, os índios tudo pedem e *ele tem toda a obrigação lhes dar o de comer*. [20] Manoel de Jesus Maria deixa claro, portanto, que os índios, na opinião dele, não sabiam trabalhar e tinham que ser sustentados. Essa visão era típica dos colonizadores e arrastou-se por todo o período colonial brasileiro e evidentemente não esteve ausente na área Central da Mata de Minas no século XVIII. Tal fato também fica evidente nas palavras do padre Francisco da Silva Campos a respeito da melhor forma de civilizar os indígenas da região:

> *(...) o tapuia do Brasil é talvez de todo o selvagem conhecido o mais estúpido e rude: nascido em um clima doce (...) achando-se facílima subsistência nos frutos e pomares da natureza, na caça e pesca a sua indústria perece (...) é impossível reduzi-lo ao trabalho.* [21]

O padre Francisco da Silva Campos termina sua exposição defendendo a utilização do trabalho indígena como única forma de realmente beneficiar aqueles povos. Nas palavras do padre Campos:

> *(...) para que sendo do agrado de V. A. R. ele apresentará ao Ministro da Repartição o seu plano da administração e educação que compreenda as pessoas a empregar os ofícios de cada um, o trabalho dos índios, o seu ensino de artes e os ofícios respectivos à agricultura do país e civilização deles, fundado tudo sobre a probidade e boa fé (...).* [22]

Em outro documento o padre Francisco da Silva Campos volta a frisar a importância do trabalho como forma de civilizar os indígenas. Nomeado em 1794 para o Presídio de São João Batista na função de catequizar os indígenas ali localizados, o padre Francisco da Silva Campos insiste em que será impossível transformar os indígenas em bons cristãos e bons cidadãos sem que os obriguem a trabalhar a terra em

[20] AHU-MG. A805/03/14. Cx. 175, doc. 18. Requerimento do pe. Manuel de Jesus Maria, vigário colado da nova freguesia do Mártir São Manuel dos sertões do rio da Pomba e Peixe, solicitando que sejam consideradas válidas as vendas de terras que efetuou e a posse daquelas em que planta, sem embargo de não possuir as respectivas cartas de sesmaria, por ser tudo em função do seu trabalho, fl. 05.

[21] AHU-MG. A801/09/26. Cx. 159, doc. 37. Requerimento do padre Francisco da Silva Campos, pedindo aviso para que a Junta da Real Fazenda dc Vila Rica informe sobre os vários assuntos: dentre eles, o requerimento e plano (que junta) relativos a catequização dos índios e as despesas feitas com as conquistas de São João Batista dos Coroados e dos índios coropós de São Manuel do rio da Pomba e Peixe, fl. 03.

[22] AHU-MG. A801/09/26. Cx. 159, doc. 37. Requerimento do padre Francisco da Silva Campos, pedindo aviso para que a Junta da Real Fazenda dc Vila Rica informe sobre os vários assuntos: dentre eles, o requerimento e plano (que junta) relativos a catequização dos índios e as despesas feitas com as conquistas de São João Batista dos Coroados e dos índios coropós de São Manuel do rio da Pomba e Peixe, fl. 05.

que moram. Para o referido padre, portanto, o trabalho era a melhor maneira de catequizar os indígenas da área Central da Mata de Minas, uma vez que, ele volta a frisar o indígena brasileiro era naturalmente preguiçoso e ignorante. [23] A idéia de que o índio era incapacitado para o trabalho não era uma novidade. Há uma farta documentação a respeito da prática de sustentação dos indígenas que, de certa forma, referenda a idéia de que o mesmo seria incapaz de se sustentar. [24] O documento apresentado à Rainha D. Maria I argumenta que:

> *(...) sendo fertilíssimas as terras que habitam estes índios nelas se poderiam utilmente empregar os serviços de alguns escravos ocupados na plantação de cinqüenta até sessenta alqueires de milho, vinte de feijão, dez de arroz, e a suficiente quantia de algodão que evitasse a grande despesa de Vossa Majestade faz em prol destes mesmos gêneros, que delas se poderia extrair assim a farinha, toucinho, azeite e haveria com que se sustentassem os pequenos índios da escola e todos os mais que se fizessem instruir-se na doutrina; pois concorrendo eles de cinco, seis e mais léguas não podem certamente trazer mantimentos bastante para o tempo de sua instrução e demora, e nem mesmo há de onde possa sair o seu sustento. Estes mesmos índios aproveitando as suas horas suspensas da instrução, poderiam ajudar aos escravos no trabalho: não só por evitarem a ociosidade a que são propensos e as suas terríveis conseqüências, como a embriagues, mas para que familiarizando-se com o mesmo trabalho, possam de alguma forma compensar os seus respectivos gastos.e ensinados pela própria experiência de quanto custa ganhar o vestuário eles cuidarão mais em conservá-lo não sendo depois tão fáceis em permutá-los por qualquer coisa de pouco valor.* [25]

Francisco da Silva Campos argumenta que a civilização dos índios locais (coroados e cropós) seria útil no sentido de trazer segurança aos colonos. [26] Em outros termos, civilizar os indígenas implicava em tê-los como aliados contra possíveis

[23] AHU-MG. A800/01/29. Cx. 152, doc. 20. Representações (2) e requerimento do padre Francisco da Silva Campos, natural do Bispado de Mariana, capelão dos índios croatos, expondo um método fácil de evangelizar os ditos índios, fl. 05.
[24] APM. Secretaria Geral da Capitania. SC. 152. Registro de portarias (1766-1769). Rolo 33 – Gav. G-3, fl. 03.
[25] AHU-MG. A800/01/29. Cx. 152, doc. 20. Representações (2) e requerimento do padre Francisco da Silva Campos, natural do Bispado de Mariana, capelão dos índios croatos, expondo um método fácil de evangelizar os ditos índios, fl. 07.
[26] AHU-MG. A801/09/26. Cx. 159, doc. 37. Requerimento do padre Francisco da Silva Campos, pedindo aviso para que a Junta da Real Fazenda dc Vila Rica informe sobre os vários assuntos: dentre eles, o requerimento e plano (que junta) relativos a catequização dos índios e as despesas feitas com as conquistas de São João Batista dos Coroados e dos índios coropós de São Manuel do rio da Pomba e Peixe, fl. 4

combates contra outros indígenas inimigos, no caso em questão, os temíveis puris.[27] A percepção negativa a respeito dos indígenas não se restringia às palavras do padre Francisco da Silva Campos; em verdade, constituía-se como uma regra entre os colonos da região, como fica explícito na posição dos moradores de Santa Rita (atual Viçosa) a respeito da necessidade de ser erguer uma capela naquela localidade, em função da distância que tinham que percorrer até as capelas mais próximas, São Manoel do Rio Pomba, classificada pelos ditos requerentes como distante, ou Vila rica, distante aproximadamente 10 léguas,[28] e também pelo fato do caminho ser *habitado de índios, dos quais ainda que de paz, sempre os povoadores temem sua inconstância e fidelidade*.[29]

Se, por um lado, havia a necessidade de se manter cristão, mesmo em terras longínquas, como frisou Sônia Siqueira,[30] o que explicaria a necessidade de uma nova igreja, por outro lado, a frase remete-nos a uma desumanização dos indígenas, percebidos como incapazes de manterem sua palavra em relação à paz estabelecida com os colonos. Entretanto, o que o documento não diz é que os mesmos colonos que demonstravam tamanha desconfiança em relação à capacidade indígena em manter a palavra, avançavam inescrupulosamente e com respaldo da administração colonial sobre as terras indígenas, entendidas geralmente como *terra de ninguém*.

Em 1797, em um documento no qual se pretendia estabelecer as distâncias entre as sesmarias na divisa com a Capitania do Rio de Janeiro, destacou-se, em relação à atual região cortada pelo rio Muriaé que já se encontravam lá engenhos (12) com sesmarias, mas frisava também que a região era povoada pelos índios puris e que os mesmos se achavam pacificados, ou seja, cristianizados, e haviam inclusive *tem deixados alguns filhos a criar pelos engenhos*.[31] O trabalho de catequese do padre

[27] AHU-MG. A800/01/29. Cx. 152, doc. 20. Representações (2) e requerimento do padre Francisco da Silva Campos, natural do Bispado de Mariana, capelão dos índios croatos, expondo um método fácil de evangelizar os ditos índios, fl. 08

[28] Arquivo Público Mineiro. Casa dos Contos. Cx. 17 – 10349, Rolo: 506. Carta de José de Deus Lopes sobre o relato das explorações feitas no rio Pomba e rio [Burusse]. Nota: Consta em anexo distâncias e sesmarias medidas nas explorações, fl. 01.

[29] AHU-MG. A789/02/03. Cx. 132, doc., 25. Requerimento do padre Manoel de Jesus Maria, vigário colado na nova Freguesia do Mártir São Manoel dos sertões dos rios da Pomba e do Peixe dos índios cropós e croatas, solicitando à Rainha a mercê de autorizar se transforme a ermida da Gloriosa Santa Rita, filial da referida Freguesia, em capela, por ser mais conveniente à cristianização dos índios, fll. 02-03.

[30] SIQUEIRA, Sônia. **A inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978, p. 99

[31] Arquivo Público Mineiro. Casa dos Contos. Cx. 17 – 10349, Rolo: 506. Carta de José de Deus Lopes sobre o relato das explorações feitas no rio Pomba e rio [Burusse]. Nota: Consta em anexo distâncias e sesmarias medidas nas explorações, fl. 02.

Manoel de Jesus Maria já pressupunha, desde seu início, certa tolerância com a escravidão indígena. Na certidão que autoriza sua descida aos sertões, destaca-se que:

> *Ordeno, não só ao Capitão José Gonçalves Vieira, que dos índios, que tem civilizado, lhe dê os precisos, mas aos mais comandantes dos distritos imediatos, que igualmente lhe assistam (...).*[32]

Apesar de criticar e proibir a presença de bandeiras com o objetivo de apresamento de índios, o teor do documento não deixa dúvida a respeito da presença da referida escravidão indígena, já que faz referência aos índios civilizados do Capitão José Gonçalves Vieira. Em outro momento, os moradores da Freguesia de São Manoel do Rio Pomba, atestando o bom trabalho que o padre Manoel de Jesus Maria executava entre os indígenas, frisaram que era *necessária cautela para habitar entre a gentilidade pelo que a experiência tem mostrado*.[33] Este documento datado de 24 de julho de 1778 traz a assinatura de pessoas que moravam na Freguesia já há bastante tempo e que mantinham relações de apadrinhamento com os indígenas como os casos de Francisco Pires Farinho, que entre 30 de janeiro de 1768 e sete de agosto de 1771 apadrinhou dois indígenas, Bernardo e Mariana (ambos em 1768); [34] Manoel Durões Bastos, que apadrinhou três indígenas entre nove de outubro de 1768 e cinco de dezembro de 1769 (Escolástica e Luís em 1768 e Tereza em 1769);[35] Tal fato indica-nos que mesmo aqueles que estabeleceram relações sociais próximas com os indígenas mostravam-se desconfiados dos mesmos. O batismo, como foi falado anteriormente, era não só uma forma de inserção social, mas também uma forma de ampliação da família. Isso, claro, ao menos em tese, pois os argumentos levantados pelos antigos moradores e pelo próprio padre Manoel de Jesus Maria indicam que esses novos familiares, os afilhados indígenas, não mereciam ser tratados de maneira idêntica aos demais colonos.

Mesmo reconhecendo que o batismo exercia uma importante função na sociedade colonial de Antigo Regime, a saber, a de inclusão social e religiosa no universo dominante português, não podemos também deixar de lado a idéia de que, do ponto de vista da época, no caso dos indígenas, o batismo estava estreitamente associado à servidão, uma vez que tornava o padrinho "responsável" por inserir o índio

[32] CERTIDÃO. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano 2, fascículo 2. Direção e redação: J. P. Xavier da Veiga. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897, p, 358.
[33] AHU-MG. A805/03/14. Cx. 175, doc. 09. Requerimento do padre Manoel de Jesus Maria, vigário colado na freguesia do Mártir São Manoel dos sertões dos rios da Pomba e Peixe dos índios croatos, solicitando a mercê de lhe isentar do pagamento de dízimos pelas suas plantações e criações, fl. 10.
[34] Arquivo Eclesiástico da Igreja Matriz de São Manoel. Livro de registro de batismos, nº 1, fl. 01 e 02.
[35] Arquivo Eclesiástico da Igreja Matriz de São Manoel. Livro de registro de batismos, nº 1, fl. 03, 04 e 05.

no universo europeu.[36] Essa inserção muitas vezes era feita através da utilização do trabalho escravo dos indígenas nas propriedades dos padrinhos. Maria Leônia chaves de Resende destacou a presença de escravidão indígena ao longo de todo o século XVIII na Capitania de Minas Gerais, inclusive de coroados e coropós. [37] O padre Manoel de Jesus Maria denunciou o abandono das autoridades e destacou que o trabalho de catequese e civilização dos indígenas estava se perdendo, pois os indígenas estavam entrando pelas matas atrás de poaia junto aos negociantes dessa erva.[38] No mesmo documento, o referido padre frisou as tensões entre indígenas e colonos ao afirmar que:

> *(...) muitos do povo o que desejam é que se destruam os índios, e se lhes repartam as suas terras, e desejam que Vossa Alteza Real os declare cativos e porque o suplicante, em toda ocasião defende os índios na conformidade das Reais ordens causa bastante para não ser o suplicante bem visto dos que são de diferente parecer.*[39]

Em uma região ainda carente de mão-de-obra escrava africana a utilização de indígenas era não somente aceita, mas inevitável. A escravidão indígena, portanto, estava intimamente associada ao processo de conquista da terra na área Central da Mata mineira. A idéia de conquistar terras e os conflitos que ela produz não pode ser entendida sem que se pense a respeito das formas de trabalho, principalmente o compulsório, que serão utilizados após a conquista. Nesse sentido, o aldeamento pombalino reproduziu o *descimento dos grupos indígenas de sua aldeia tradicional para o aldeamento cristão*, que caracterizou a atuação dos padres da Companhia de Jesus.[40] Agindo desta maneira, liberava terras e ao mesmo tempo concentrava a mão-de-obra que posteriormente poderia ser conduzida para as propriedades que se estabeleceram dentro das antigas terras indígenas.

Os comerciantes de poaia oriundos principalmente da Capitania do Rio de Janeiro, mais precisamente de Campos dos Goytacases, faziam ampla utilização da

[36] HOORNAERT, Eduardo. A instituição eclesiástica. In: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der & BROD, Benno (orgs.). **História da igreja no Brasil vol. 2**. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 306.
[37] RESENDE, Maria Leônia Chaves de. "Brasis coloniales": índios e mestiços nas Minas Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). **História de Minas Gerais**: As Minas Setecentistas. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 225
[38] ÍNDIOS e sertões do Pomba. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Direção e redação: Ano III, fascículos III e IV, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898, p. 762.
[39] ÍNDIOS e sertões do Pomba. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Direção e redação: Ano III, fascículos III e IV, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898, p. 764.
[40] HOORNAERT, Eduardo. A instituição eclesiástica. In: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der & BROD, Benno (orgs.). **História da igreja no Brasil vol. 2**. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 303.

mão-de-obra indígena para a localização e extração dessa raiz. Segundo José Otávio Aguiar, a utilização de indígenas em trabalhos como a derrubada de matas e a extração da poaia era comum, especialmente na região próxima do Presídio de São João Batista.[41] Segundo Harri Lorenzi e Francisco José de Matos Abreu, a poaia:

> *(...) já era conhecida como ipekaaguene ou cipó que faz vomitar; nome dado pelos índios brasileiros antes mesmo da descoberta das Américas; chegou ao conhecimento dos portugueses em 1601 através de um jesuíta e setenta anos depois foi levada para a Europa por Lê Oras, mas somente a partir de 1690 passou a ser usada pela medicina oficial. (...) são usadas para tratamento da disemetria e do abcesso hepático provocado por protozoário e, como expectorante no tratamento auxiliar da bronquite e da coqueluche. Sua ação emética é aproveitada na cura-condicionada do alcoolismo e também como vomitivo, no tratamento d urgência do envenenamento por ingestão de substâncias tóxicas.*[42]

A raiz em questão era, portanto, relativamente importante em termos medicinais, o que a tornava comercialmente valiosa. Raphael Bluteau destaca que a poaia, também chamada de ipecacuanha era uma *célebre planta da América e hoje muito conhecida na Europa, pela sua notável eficácia contra as desinteiras*.[43] Em outros termos, essa raiz já era muito conhecida [44] e consequentemente muito procurada. No litoral Norte da Capitania do Rio de Janeira ela já era extraída desde o século XVII, quando foi introduzida na terapêutica por Pison,[45] e sua comercialização adentrou pelos séculos XVIII e XIX ligando a área Central da Mata ao Norte Fluminense.[46] A forma mais usual de localizar e extrair essa raiz era através da utilização de mão-de-obra indígena, pois estes não só sabiam aonde achá-las como também foram os mesmos que ensinaram aos colonizadores o uso medicinal desta. Em troca da realização do trabalho os colonizadores (fluminenses e mineiros) pagavam com cachaça. Essa era uma das

[41] AGUIAR, José Otávio. Revisitando o tema da guerra entre os índios puri-coroado da Mata Central de Minas Gerais nos oitocentos: relações com o estado, subdiferenciações étnicas, transculturações e relações tensivas no vale do Rio Pomba (1813-1836). In: **Mnemosine Revista**. Volume 1, Nº 2, jul/dez 2010, p. 108.
[42] LORENZI, Harri & MATOS, Francisco José de Abreu. **Plantas medicinais no Brasil**: nativas e exóticas. São Paulo: Instituto Plantarum, 2002, pp. 411-412.
[43] BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Colégio de Artes da Companhia de Jesus, 1728, p. 196.
[44] Pertencente à família Rubiaceae, a ipecacuanha, ou poaia, possuía variedades que, muito provavelmente, eram conhecidas na Europa também, já que as plantas pertencentes a essa grande família *estão distribuídas em todo o mundo, ocorrendo tanto nas regiões frígidas como nas zonas temperadas e tropicais*. Cf. JOLY, Aylthon Brandão. **Botânica**: introdução à taxonomia vegetal. São Paulo: Nacional, 1985, p. 570.
[45] BASTOS, José Moreira. **Da ipecacuanha; sua ação fisiológica e terapêutica**. Rio de Janeiro: Tipografia Moderna, 1878, p. 2.
[46] LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950, p. 226.

práticas de trabalho escravo em que os indígenas eram utilizados à época fato que os dois naturalistas alemães (Joahnn Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius) presenciaram, ao relatarem o "vício" dos indígenas em relação á essa bebida. Em outros termos, a ausência de indígenas em São João Batista do Presídio, quando por lá passaram em 1819, se devia, em grande parte, à utilização de mão-de-obra escrava indígena na extração dessa raiz que era comercializada no Rio de Janeiro.

O padre Manoel de Jesus Maria se queixou dessa prática exercida pelos comerciantes de poaia. Segundo o padre, o vício em cachaça entre os indígenas estava aumentando significativamente e perturbando sensivelmente seu trabalho de catequese. A reclamação do padre não se referia apenas ao consumo da bebida entre os índios, mas também se referia ao fato dos mesmos passarem tempo em demasia nos matos fechados atrás da raiz, dificultando a civilização deles.

Outro documento, provavelmente do início do século XIX, referenda a idéia da utilização da mão de obra indígena em trabalho escravo. Segundo este documento, depois da guerra contra os botocudos *alguns dentre eles [indígenas] ficaram cativos dos comandantes, seus parentes, amigos e apaniguados*. Mais adiante, o mesmo documento faz duras críticas aos Diretores dos índios coroados e coropós. Segundo o autor anônimo:

> *(...) Os Diretores se enriquecem com estabelecimento de fazendas à custa dos braços daqueles [índios] aos quais enganam com algumas peças de lenços de chita à troca de imensos quintais de poaia extraída pelos mesmos,, que depois de tantos suores ficam iludidos com algumas porções de aguardente (...).* [47]

3 – Considerações finais

Invariavelmente, como ressaltaram Resende e Langfur, as autoridades encontravam pretexto para o uso da força.[48] Tal foi o caso ocorrido nas proximidades da área Central, mais precisamente na Serra dos Arrepiados e expresso em correspondência ao Governador datada de 23 de novembro de 1781. Por esta ficamos sabendo de um conflito entre soldados e indígenas (na missiva denominados como bugres). O documento em questão realça o perigo que os índios Botocudos representam para a

[47] Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arq. I, gav. 4, pasta 24. Índios Pataxós em Ponte Nova. Escrita da Cúria Metropolitana. Livro de Manuscritos de D. Bartolomeu Mendes dos Reis (1773-1779), fl. 01-02.
[48] RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas Del Rei. In: op. cit, p. 11.

colonização, pois encontraram uma fazenda abandonada por ter sofrido ataques dos mesmos. A respeito dessa ameaça, ressalta o mesmo documento que:

> *Em todo espaço de terreno não há uma só casa, nem quem pretenda ali estabelecer-se, porque dois poderosos inimigos se opõem a ser habitado: um é o sobredito gentio Botocudo, errante por aqueles matos, e outro as cezões inevitáveis que ali atacam e que eu e quase toda a grande comitiva que me acompanhava fomos a infeliz vítima, com a felicidade, porém, de não morrer pessoa alguma (...).*[49]

No mesmo documento, encontra-se a solução para a questão da violência dos Botocudos. Segundo seu autor:

> *Não acham sejam invencíveis um ou outro inimigo, porque contra os primitivos um bom número de gente armada pode rebater as suas forças, pela vantajosa diferença que há entre as nossas armas e as daquele gentio (...).* [50]

Foi justamente nessa direção que caminhou a relação entre indígenas e colonizadores: para a Guerra aos Botocudos em 1808.

[49] APM. Secretaria Geral da Capitania. SC.224. Registro de Ofícios do Governador à Secretaria de Estado. Rolo 46 – Gav.G-3, fl. 81.
[50] APM. Secretaria Geral da Capitania. SC.224. Registro de Ofícios do Governador à Secretaria de Estado. Rolo 46 – Gav.G-3, fl. 81.

4 - Fontes e Bibliografia:

Arquivo Público Mineiro (Secretaria Geral da Capitania)

SC.224. Registro de Ofícios do Governador à Secretaria de Estado. Rolo 46 – Gav.G-3.

SC. 152. Registro de portarias (1766-1769). Rolo 33 – Gav. G-3.

SC. 141. Registro de ordens régias, cartas e avisos (1764-1768), rolo 31-Gav, G- 3.

Arquivo Público Mineiro (Casa dos Contos)

Cx. 35, doc. 30054, rolo 511. Cx. 17 – 10349, Rolo: 506.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

Arq. I, gav. 4, pasta 24. Índios Pataxós em Ponte Nova. Escrita da Cúria Metropolitana. Livro de Manuscritos de D. Bartolomeu Mendes dos Reis (1773-1779)

Arquivo Eclesiástico da Igreja Matriz de São Manoel

Livro de registro de batismos, nº 1

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Lei restituindo aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas, bens e comércio. Leis e Ordenações (LO) -3- maço 4, nº 156.

Biblioteca Nacional (Casa dos Contos)

Coleção Casa dos Contos. Documento 101, I-26, 27, 101.

Arquivo Histórico Ultramarino (Minas Gerais)

Cx. 175, doc. 09. Cx. 132, doc., 25. . Cx. 152, doc. 20. Cx. 159, doc. 37.

Cx. 175, doc. 18. Cx. 141, doc. 19. Cx. 132, doc. 32. Cx. 154, doc. 63.

Cx. 149, doc. 62. Cx. 123, doc. 62.

Fontes Primárias Impresas

BASTOS, José Moreira. **Da ipecacuanha; sua ação fisiológica e terapêutica**. Rio de Janeiro: Tipografia Moderna, 1878.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Colégio de Artes da Companhia de Jesus, 1728.

CERTIDÃO. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano 2, fascículo 2. Direção e redação: J. P. Xavier da Veiga. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897.

ÍNDIOS e sertões do Pomba. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Direção e redação: Ano III, fascículos III e IV, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução: Sérgio Millet.São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP: Itatiaia, 1980.

Fontes Secundárias

AGUIAR, José Otávio. Revisitando o tema da guerra entre os índios puri-coroado da Mata Central de Minas Gerais nos oitocentos: relações com o estado, subdiferenciações étnicas, transculturações e relações tensivas no vale do Rio Pomba (1813-1836). In: **Mnemosine Revista**. Volume 1, Nº 2, jul/dez 2010.

HOORNAERT, Eduardo. A instituição eclesiástica. In: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der & BROD, Benno (orgs.). **História da igreja no Brasil vol. 2**. Petrópolis: Vozes, 1992

JOLY, Aylthon Brandão. **Botânica**: introdução à taxonomia vegetal. São Paulo: Nacional, 1985.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

LORENZI, Harri & MATOS, Francisco José de Abreu. **Plantas medicinais no Brasil**: nativas e exóticas. São Paulo: Instituto Plantarum, 2002.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 5º ed. Tradução: João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PAIVA, Adriano Toledo. **O domínio dos índios**: Catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813). (Dissertação de Mestrado). Belo horizonte: UFMG, 2009.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. "Brasis coloniales": índios e mestiços nas Minas Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). **História de Minas Gerais**: As Minas Setecentistas. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de & LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas Del Rei. In: **Revista Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Nº 23, Rio de Janeiro: Sette Letras, 2008.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos**: índios coloniais em Minas Gerais setecentista. (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2003.

SIQUEIRA, Sônia. **A inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

SUESS, Paulo. Terra para viver: os povos indígenas e a realidade da terra. In: LENZ, Matias (org.) **A igreja e a propriedade da terra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1980.

Fernando Sarti Ferreira

Mestrando em História Econômica pelo Departamento de História FFLCH-USP

fernandosartiferreira@yahoo.com.br

A onda de greves em Buenos Aires, 1917-1921.

Introdução

A cessão do fluxo de capitais destinados à Argentina em 1913 já havia iniciado uma recessão que, com o início da Primeira Guerra Mundial, adveio em depressão. As incertezas decorrentes da crise nos Balcãs já haviam colocado um freio na expansão que o país experimentou desde a recuperação da crise de 1890 e, por fim, a interrupção do comércio internacional decorrente do conflito mundial terminou por aprofundar tal cenário. Com a redução abrupta das importações de mercadorias e capitais, extremamente necessários para o financiamento da produção agropecuária e para o equilíbrio da balança de pagamentos do país, as consequências da crise começaram a se espalhar por toda a economia argentina.

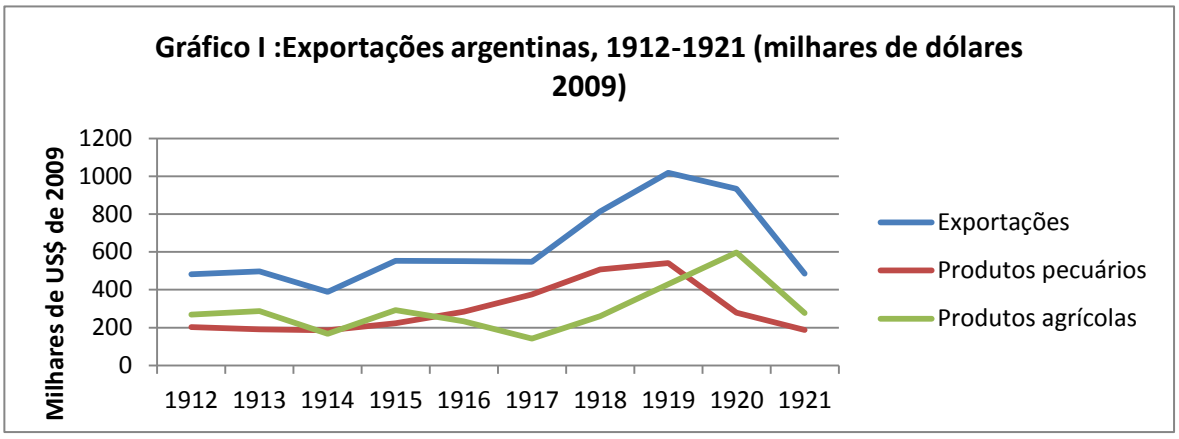
O ponto máximo desta crise foi o ano de 1917. Apesar da recuperação dos preços dos produtos agrícolas, em decorrência das péssimas colheitas de 1916-1917 e do desaparecimento do fornecimento de trigo do além Danúbio, os altos fretes decorrentes da guerra submarina acabaram por colocar o principal produto argentino de exportação em extrema desvantagem com relação aos EUA e Canadá. Porém, já no fim de 1917, os índices econômicos do país apontavam para uma reversão e, ao cessar o conflito em 1918, começou um período de recuperação em decorrência do restabelecimento do comércio internacional e do fluxo de capitais, acompanhados do crescimento dos preços agrícolas, fruto da desorganização econômica da Europa.

Este período de recuperação foi também o de crescentes conflitos sociais, principalmente entre operários e industriais, cujo ápice ocorreu na primeira semana de janeiro de 1919 na cidade de Buenos Aires. Este artigo pretende trabalhar as relações entre a onda de greves que atingiu a capital argentina e os desequilíbrios econômicos promovidos pela deflagração do conflito mundial

1. Conflito Mundial e conflito social: comércio exterior e indústria durante a guerra.

O conflito mundial aprofunda a depressão iniciada no ano de 1913 na Argentina. Naquele ano, o PIB argentino cresceu somente 1,04% e em 1914 retraiu-se em 10,36%. O ano de 1915 é de estagnação, novas

quedas em 1916 e 1917 – de 2,8% e 8,10%, respectivamente-, voltando a crescer 18,33% em 1918[1]. As exportações – principalmente de cereais - têm relação direta com o desempenho da economia argentina no período como podemos ver no gráfico I[2]:



A queda do PIB durante os anos de 1916-17 não foi maior devido ao aumento das exportações pecuárias em detrimento da acentuada queda da exportação dos produtos agrícolas, assim como a recuperação partir de 1918 está relacionada com a retomada do crescimento das exportações de cereais.

Mesmo com esta perturbação de seu comércio exterior, a Argentina acumulou durante o conflito vultosos saldos comerciais positivos devido à diminuição de suas importações[3]. De 1910 a 1913, o país teve saldos negativos na balança comercial com Reino Unido e Estados Unidos e até 1914 com Itália e França. Com o Reino Unido, a República Argentina obteve saldos comerciais positivos de 1914 até 1921, chegando a aumentar o valor comercializado com as ilhas britânicas em mais de três vezes e meia em comparação ao ano de 1910. Com os Estados Unidos, o saldo positivo vai de 1914 até 1918, período em que o valor exportado da Argentina para América do Norte cresceu mais de seis vezes. O saldo comercial com a França no período que vai de 1915 até 1922 – com exceção de 1921 – é positivo e cresceu quase três vezes. Mais irregular em relação aos resultados positivos é o comércio com a Itália, mas que mesmo assim, ao fim do conflito, chegou a crescer mais de três vezes em relação a 1910. A Alemanha, que tinha resultados favoráveis em relação à Argentina, a partir de 1914 vê seu comércio com o país sul-americano ser reduzido a volumes insignificantes. O comércio com a potência centro-europeia é retomado em 1919, voltando a produzir saldos negativos na balança comercial argentina em 1920. Apesar da retomada dos negócios entre os dois países haver produzido também um aumento do volume comercial, este foi bem menor que o dos outros países, ficando apenas 30% acima do volume anterior ao conflito[4].

[1] CORTES CONDE, Roberto, *Estimaciones del Producto Interno de la Argentina, 1875-1935*, Documento de Trabajo Nº 3, 1994 e Comisión Económica para América Latina (CEPAL), *El Desarrollo Económico Argentino* in FERRERES, Orlando J. (Dir.), , pg. 305.

[2] Dirección Nacional de Estadísticas y Censos (DNEC), Boletín Nº235, in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pp. 692-694.
[3] GERCHUNOFF, Pablo, *Estadísticos*, in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pg. 692
[4] *Anuario Estadístico de la República Argentina*, 1921-1923, pp. LIX-LXV. A partir de aqui A.R.A.

O desempenho comercial do país é o responsável pela balança de pagamentos positiva durante a guerra, quando os empréstimos e financiamentos estrangeiros minguaram:

Balança de pagamentos, 1912-1921 (em milhares de dólares de 2009)[5]

ANO	CC*	CK**	BP
1912	-207,54	241,35	33,81
1913	-234,54	238,03	3,49
1914	-70,71	124,45	53,74
1915	105	-32,93	72,07
1916	-19	29,55	10,55
1917	91	-59,18	31,82
1918	119	-60,53	58,47
1919	79	-66,81	12,9
1920	99	-99,96	0,96
1921	-171	67,65	-103,5

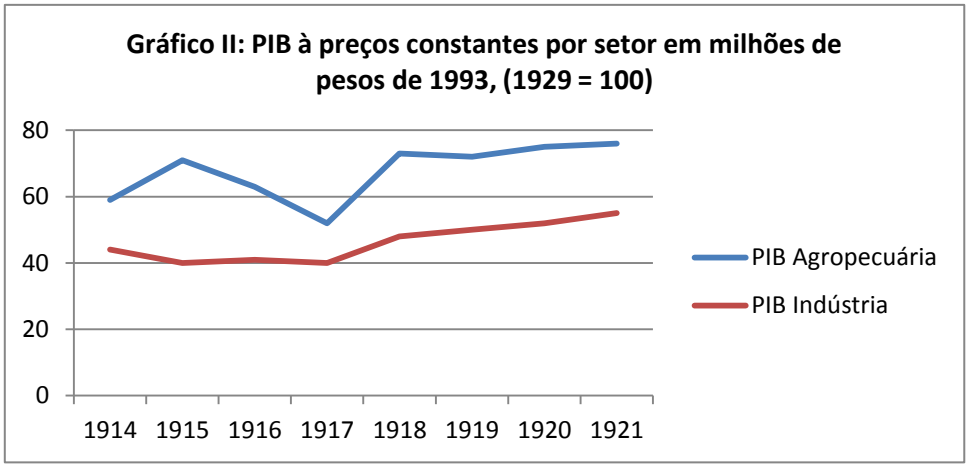
*Conta Corrente, ** Conta Capital.

Em meio ao pânico promovido pela crise de 1913, o governo decreta o abandono do padrão ouro e é autorizado a emitir moedas respaldadas por títulos comerciais, caso as reservas metálicas não chegassem a 40% dos bilhetes circulantes – o limite anterior era de 44%[6]. Porém, a redução das importações e a manutenção de certo nível das exportações fez com que tal medida fosse desnecessária. Se a crise de 1913, quando ao menos 72% dos bilhetes em circulação eram respaldados pelas reservas de ouro, provocou uma fuga de metálicos, diminuindo as garantias legais para 63% no ano seguinte, em 1918, ao fim do conflito, 76% da moeda circulante tinha respaldo em ouro[7]. Mesmo assim, a queda na arrecadação de impostos, cujo principal objeto de tributação era as importações, veio complicar ainda mais as finanças do Estado já afetadas pela diminuição dos investimentos externos diretos e indiretos. O resultado foi a paralização das obras públicas e a redução de gastos com o emprego público, além de um aumento de quase três vezes da

[5] BEVERAGGI ALLENDE, Walter, *El servicio del capital extranjero y el control de cambio: la experiencia argentina de 1900 a 1943*, México DF, Fondo de Cultura Económica, 1954 e GERCHUNOFF, Pablo e LLACH, Lucas, *El ciclo de la ilusión y el desencanto. Un siglo de políticas económicas argentinas*, Buenos Aires, Ariel, 1998, in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pp. 734-739.
[6] Cf. DI TELLA, Guido e ZYMELMAN, Manuel, Los ciclos económicos argentinos, Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973, pp.150-151.
[7] Fonte: "Movimiento Economico de la República", *Revista de Economia Argentina*, 1921, Tomo IV, pg. 250.

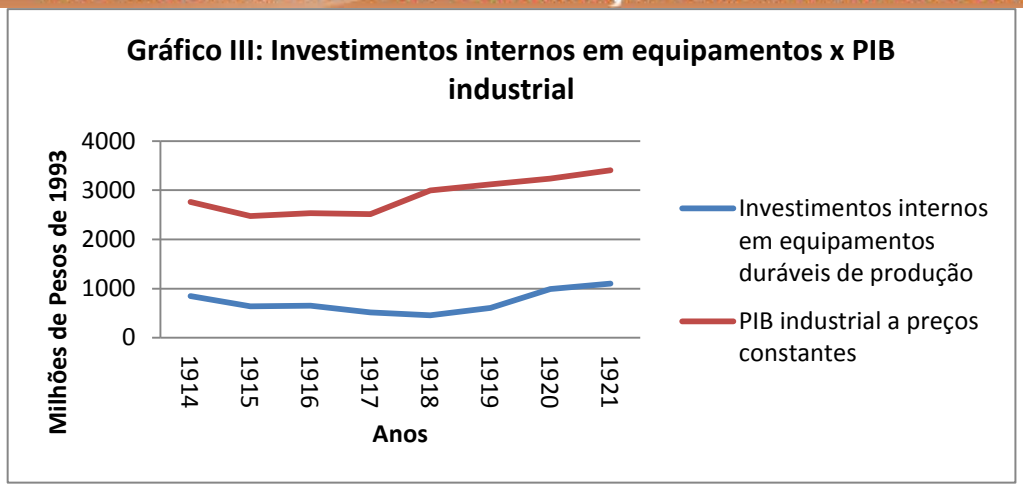
dívida pública – principalmente através de empréstimos com bancos estadunidenses e da emissão de obrigações internas[8].

Em relação à indústria argentina, o crescimento posterior a 1890 até o conflito mundial é interrompido somente nos anos de 1897-1898 e 1909. Os reflexos da depressão, seguida da recessão decorrentes da guerra são claros: o PIB industrial[9], em seu pior ano, 1915, retraiu-se a níveis anteriores a 1910, somente superando o ano de 1913 em 1919. Acompanhando o movimento da indústria durante o período de guerra, o investimento interno em equipamentos de produção atingiu níveis inferiores aos de 1905 no ano de 1918, alcançado o patamar de 1913 somente em 1922. O PIB industrial, apesar da depressão geral da economia e da dificuldade de importar seus principais insumos (como maquinaria, combustível e matéria prima), sofreu bem menos que a agropecuária com a guerra e também começou a esboçar uma recuperação a partir de 1918.



O total de importações de bens de capitais, a partir de 1914, reduz-se a níveis anteriores aos da década de 1910. As importações destes bens voltam a crescer timidamente em 1917 – porém, como veremos adiante, estes dados não discriminam bens de capital agrícolas e industriais -, superando o ano de 1912 somente em 1920. Observando o gráfico abaixo[10], identifica-se a retomada dos investimentos em equipamentos em um ritmo muito mais tímido que o do crescimento da produção industrial no pós-guerra.

[8] Cf. PALACIO, Juan Manuel, "La antesala de lo peor: La economía argentina entre 1914 y 1930", in *Nueva Historia Argentina: Democracia, Conflicto Social y Renovación de Ideas (1916-1930)*, Tomo VI, Dir. Ricardo Falcón, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000., pg. 110.
[9] Para o PIB setorial do período, ver CEPAL, *El desarrollo económico argentino*, 1958 in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pp. 308-309
[10] Para o PIB setorial e os invenstimentos internos em equipamentos, ver CORTES CONDE, Roberto, *Estimaciones del Producto Interno de la Argentina, 1875-1935*, Documento de Trabajo Nº 3, 1994 e Comisión Económica para América Latina (CEPAL), *El Desarrollo Económico Argentino* in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pg. 299 e 309.



Em relação ao PIB total, os investimentos internos em equipamentos duráveis de produção, que em 1913 chegavam a 4,8% do PIB, no ano de 1918 chegam a pífios 1,8%, ultrapassando novamente a marca dos 3% somente em 1920.

No informe elaborado pelo Departamento de Estatísticas do Ministério da Agricultura e publicado no *Anuario Estadístico de la República Argentina* de 1921-1923, existem informações mais precisas sobre a importação de bens de capital para o país. Divididos em: **A) Locomoção** (trilhos, locomotivas, vagões de trem e materiais para bondes); **B) Eletricidade** (fios e cabos para condução de eletricidade, dínamos, medidores, acessórios e outros); **C) Agricultura** (Máquinas e implementos agrícolas, arame para cercas, etc.); **D) Construção** (areia, madeiras, mármores, cimento, etc); **E) máquinas em geral**; **F) Ferros e outros metais** (colunas, vigas, canos de cobre e bronze, etc.), o valor em pesos-ouro das importações dos chamados "bens de capitalização e reprodução" são os seguintes (1910 = 100)[11]:

Importações de bens de capitalização e reprodução (1910 = 100)

	1914	***1915***	***1916***	***1917***	***1918***	***1919***	***1920***	***1921***	***1922***	***1923***
A	69,2	19	17,9	15,5	**11,3**	26,3	41,2	55,1	79,43	49,3
B	70,5	37,4	32,3	24,7	**18,7**	34,1	44,1	69,2	47	83,3
C	39,6	39,9	47	**23,7**	38,8	55,4	72,5	78	53,5	108,2
D	49,4	35	26,3	13,8	**12,8**	22,6	40	35,1	48,9	61,3
E	59,4	30,25	25,5	22,5	**18,7**	34,6	83,1	85,8	67,24	66,9
F	81,2	35,8	8,1	4,6	**3**	6,8	22,5	18,6	41,5	36,5
Total	59,2	30,8	24,7	15,9	**14,8**	27,2	45,3	49,8	58,5	62,3

Em negrito se encontram os menores valores do período. Somente os bens de capital relativos à agricultura apresentam algumas diferenças em relação ao conjunto: em primeiro lugar, seu ponto mais baixo em termos de valor de importação e a recuperação deste ocorrem nos anos de 1917-1918, respectivamente; em segundo lugar, é o único ramo cujos valores ao fim do período se encontram acima dos valores de 1910.

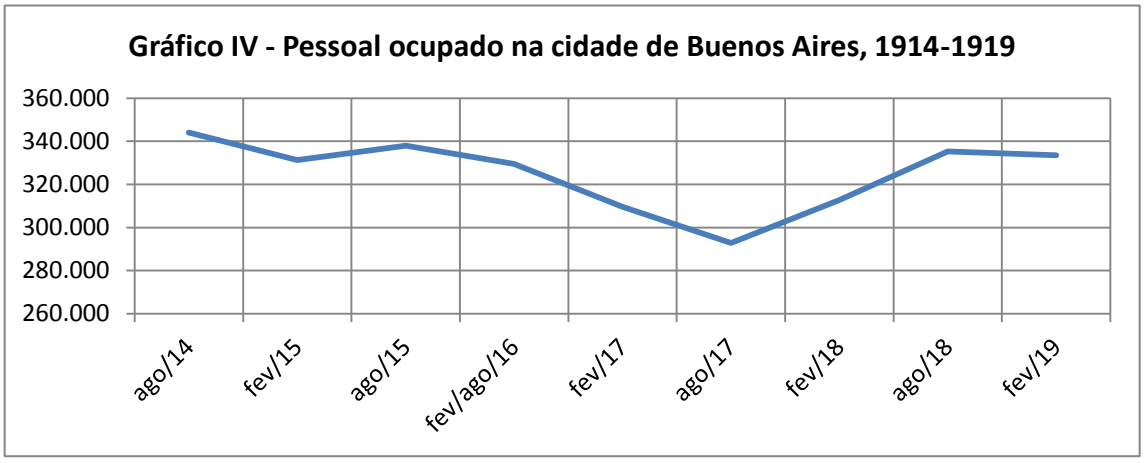
[11] Cf. A.R.A., 1921-1923, pp. XXXII-XLI

Em todos os outros ramos, o pior ano para as importações é 1918 e a recuperação se dá mais timidamente a partir de 1919.

Podemos concluir que a reversão da depressão e o maior crescimento do PIB do setor manufatureiro no período de 1914 a 1921 – 19% em 1918 - ocorre justamente no ano dos menores investimentos em bens de capital industrial que, por sua vez, estão diretamente ligados ao desempenho do setor exportador, tendo em vista que a retomada dos investimentos acompanha o crescimento do PIB agropecuário. O crescimento da produção industrial, ao não corresponder a um incremento na porção fixa de capital, deve, portanto, necessariamente estar vinculado a uma maior incorporação de força de trabalho à produção.

2. Conflito Mundial e conflito social: a situação da classe trabalhadora durante a guerra.

A crise provocou um aumento significativo do desemprego no país. Os dados são um pouco dispersos, porém a preocupação sobre o tema que atinge alguns setores da sociedade argentina é notável. Em um desses levantamentos, cálculos realizados na época por Alejandro Bunge baseados principalmente nos dados do senso de 1914, a desocupação, que em agosto de 1913 chegava a 6,7% da população economicamente ativa, chegou a atingir 19,20% em 1917[12]. O gráfico abaixo nos fornece dados e estimativas fornecidos semestralmente pelo *Departamento Nacional del Trabajo* sobre a ocupação na indústria e comércio da Capital Federal, baseado em 3.520 estabelecimentos recenseados entre Agosto de 1914 e Fevereiro de 1919[13]:



Depois de atingir o ponto mínimo em agosto de 1917, o grande aumento da ocupação operária já a partir de fevereiro de 1918 – segundo Bunge em março de 1918 a porcentagem de desemprego da população economicamente ativa havia regredido para 11% - nos indicam que a recuperação da produção industrial tenha se utilizado da reincorporação de trabalhadores desempregados à produção, como por exemplo, ocupando capacidade ociosa ou criando mais turnos de trabalho, já que os fluxos imigratórios haviam

[12] Fonte: "Movimiento Economico de la República", *Revista de Economia Argentina*, Ano 1, Tomo I, Junho de 1918, pg. 84

[13] Cef. *Cronica Mensual del Departamento del Trabajo*, Nº 40, Abril de 1921, pg. 651. A partir daqui iremos nos referir a este órgão como D.N.T e sua publicação mensal como CMDNT.

praticamente cessado durante o conflito – entre 1914 e 1918 o saldo migratório aponta para a saída do país de quase 210 mil pessoas[14] - e, como visto anteriormente, os investimentos em bens de capitais atingiam a pior performance do período[15].

Em que condições se deram essa incorporação? A chamada *carestia de la vida* é outro tema recorrente nos debates políticos, na imprensa, tanto na comercial como na operária, como entre os especialistas. Novamente, o economista e diretor do Departamento de Estatísticas nos fornece um detalhado estudo em relação aos preços dos principais gastos da classe trabalhadora argentina, a saber, comida, aluguel e vestimenta. Segundo a pesquisa[16], os gastos relativos à comida na Argentina – que compõe cerca de 50% do orçamento da família operária – podem ser decompostos da seguinte maneira: 35% gasto com carne, 25% com pão e 40% com outros produtos (como arroz, batata, farinha, azeite, banha para cozinhar, etc.). Outros 20% do orçamento familiar são gastos em aluguel e o restante em vestimenta e outros produtos.

O principal aumento no período é dos produtos classificados como "Vestidos e outros" que em 1918 chega a 300% em relação a 1910. Os alimentos têm um crescimento sustentado entre 1914 e 1919, chegando a ficar 60% mais caros no último ano do que estavam em 1910. O preço das peças bovinas, que em 1914 estavam por volta de 35% mais caros que em 1910, chegam aumentar 93% em 1919 com relação a 1910. Já o quilo do pão, do açúcar e do tabaco, em 1919, custa o dobro que em 1910; café, lenha para cozinhar, chá, batata, farinha de trigo, gordura animal têm aumentos superiores aos 30% no período[17]. O consumo anual de carne bovina per capita[18] era de 62,70 Kg em 1914, continua diminuindo até atingir 46,9 Kg em 1920 e recupera-se acima da quantidade de 1916 em 1921 chegando aos 53,7 Kg.

O aluguel, que durante o conflito chega a ficar 10% mais barato que em 1910, a partir de 1918 dispara chegando em 1919 a um aumento de 52% em relação à data-base. O índice de preços ao consumidor (IPC) salta no ano de 1918, chegando ao máximo em 1920. Este movimento fica claro, tanto se observarmos os índices tendo como ano base 1910 ou 1929:

Índice de preços ao consumidor[19]		
Ano	**IPC (1910=100)**	**IPC (1929=100)**
1914	105	76
1915	114	82

[14] Cf. BUNGE, Alejandro, "La inmigración en la Argentina durante la guerra (1914-1918)", *Revista de Economía Argentina*, Ano 2, Tomo II, 1919, pp. 42-45.
[15] Alejandro Bunge credita o enorme desemprego como resultado de questões mais estruturais: "Acredito haver demonstrado que o país não pode assimilar, nem incorporar os imensos saldos imigratórios posteriores a 1905. Sua presença foi tolerável nos anos de abundância; porém frente a menor dificuldade econômica e financeira, resulta simplesmente insustentável. E isto sem que a área cultivada houvesse diminuído e sem que a atividade industrial seja em conjunto inferior ao que foi em 1914". Cf. BUNGE, Alejandro, Op. Cit., pp. 46.
[16] Fonte: "Movimiento economico de la República", *Revista de Economía Argentina*, Ano 5, Tomo V, 1922 pp. 363-364.
[17] Cf. BUNGE, Alejandro, FERRARI, Ludovico A. e VALLE, Juan Carlos, "Costo de la vida en la Argentina de 1910 a 1919", *Revista de Economía Argentina*, Ano 4, Tomo IV, 1920, pp. 253-260.
[18] Cf. Junta Nacional de Carnes (JNC), *Estadísticas básicas 1967* in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pg. 411.
[19] Para o índice geral de 1914 a 1921, ver *Anuario Geográfico Argentino*, Comité Nacional de Geografia, 1941 e Boletín Informativo Techint, Nº 233, Techint in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pg. 563.

1916	122	88
1917	143	103
1918	180	130
1919	169	122
1920	198	143
1921	176	127

Em relação aos salários dos trabalhadores industriais no período, duas séries estatísticas, calculadas em Pesos argentinos de 2004 e transformadas em números índice tomando como base o ano de 1910, apresentam os seguintes resultados:

	Salário Industrial real em Pesos de 2004 (1910 = 100)							
	1914	**1915**	**1916**	**1917**	**1918**	**1919**	**1920**	**1921**
Índice Ferreres[20]	117	105	98	84	72	98	101	125
Índice[21] **Iñigo Carrera**	91	81	76	65	56	76	79	97

Apesar de disparidades não sem importância – como em que patamar se encontravam os salários reais em 1914 em comparação com 1910 ou com que vigor se recuperam até 1921 - e que mereceriam uma análise crítica das fontes utilizadas, podemos concluir pelas duas séries que os salários reais pagos pela indústria mais baixos se encontram em 1918. Se tomarmos como base o ano de 1929, os cálculos realizados pelas equipes de Ferreres e Iñigo Carrera transformados em números índice se aproximam mais e novamente realçam 1918 como o pior momento da remuneração da mão-de-obra industrial no período e 1919 como o início de uma recuperação que em 1921 já coloca os salários reais da indústria acima de 1914.

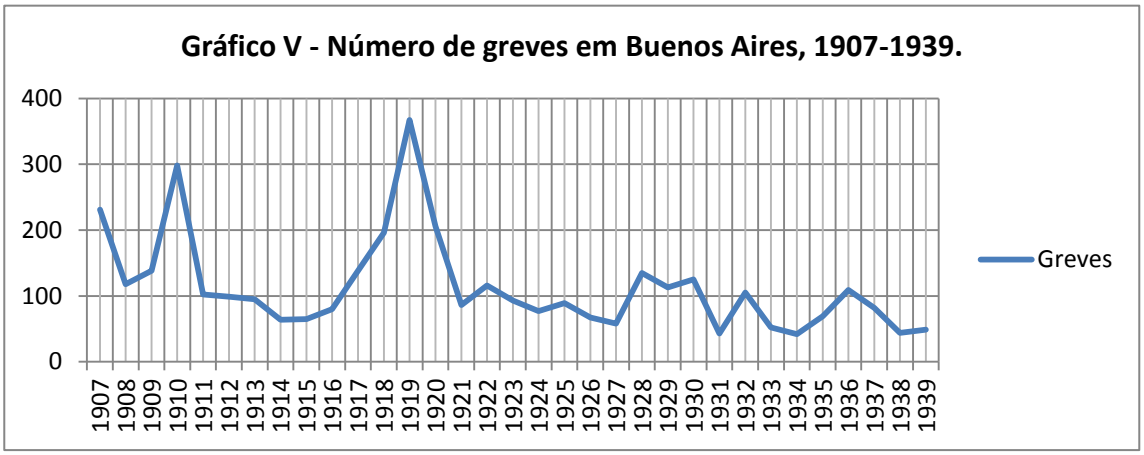
No ano de 1918 encontramos o seguinte panorama: por um lado, a redução substantiva da compra de bens de capital, o aumento do índice de preços ao consumidor, a compressão do mercado de trabalho com a suspensão da imigração e a redução dos salários; por outro, a diminuição do desemprego e o crescimento da produção industrial. Guarda este cenário relação com a agitação operária durante o período?

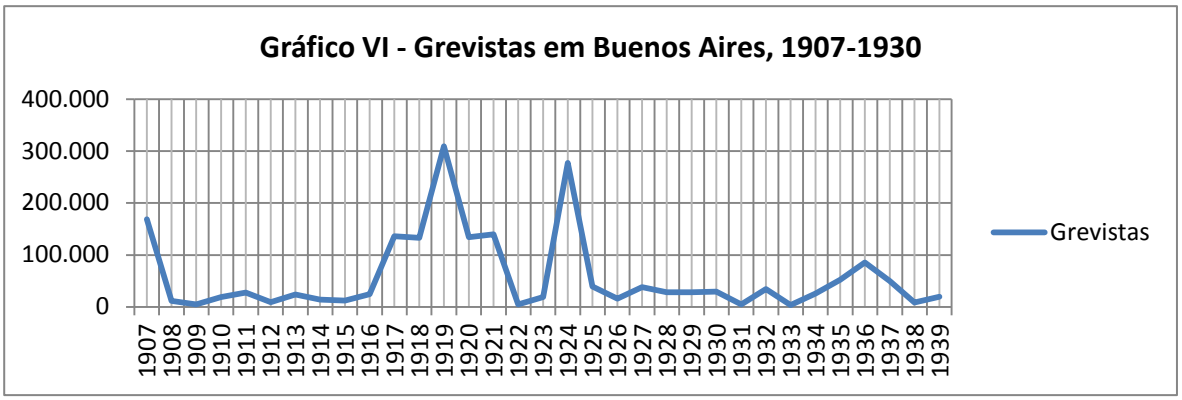
3. Conflito mundial e conflito social: a onda de greves de 1917 a 1921.

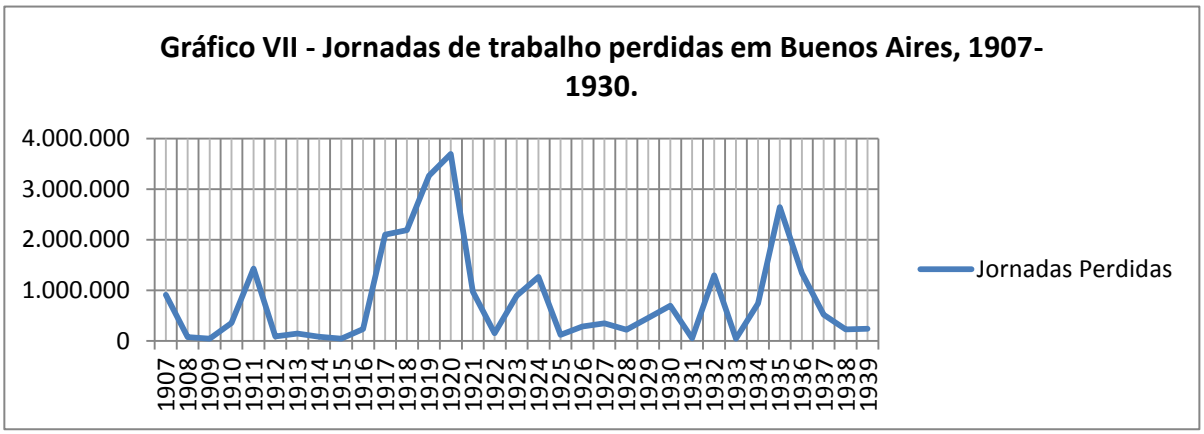
[20] Salário nominal retirado de CORTES CONDE, Roberto, "Tendencia de la evolucion de los salários reales en Argentina, 1880-1910. Resultados preliminares", *Económica*, Nº 2-3, Maio dezembro de 1976 e Sítntesis Estadísticas de la República Argentina, e deflacionado pelo IPC in FERRERES, Orlando J. (Dir.), op. Cit., pg. 581.

[21] Índice de salários para varões adultos registrados na Capital Federal, Dirección de Estadística Social, "Investigaciones Sociales 1943-1945", pg. 258, elaborados e deflacionados in IÑIGO CARRERA, Juan, *La Formación Económica de la Sociedad Argentina: Renta agraria, ganancia industrial y deuda externa. 1882-2004*, Vol. I, Buenos Aires: Imago Mundi, 2007, pg. 142.

O D.N.T., criado em 1907 para monitorar, controlar e propor soluções para os chamados conflitos entre "o capital e o trabalho", coletou, desde sua fundação, uma série estatística sobre as greves na cidade de Buenos Aires, com informações como: número de greves, número de grevistas, jornadas de trabalho perdidas, etc.[22].







Uma simples observação da expressão gráfica dos dados evidencia a importância dos conflitos ao fim da década de 1910 e começo de 1920 em termos de números de greves, de grevistas e quantidade de jornadas de trabalho perdidas. Depois de um pico do número de jornadas perdidas e de greves em 1910,

[22] Para elaboração dos gráficos, foram consultados: *Crónica Mensual del Departamento Nacional del Trabajo* (Nº19, Vol. II, Julho de 1919, pp. 290-294; Nº 20, Vol. II, Agosto de 1919, pp. 305-310; Nº 29, Vol. III, Maio de 1920, pp. 457-462; Nº 53, Vol. V, Maio de 1922, pp. 861-866; Nº 88, Vol. VIII, Abril de 1925, pp. 1564-1566; Nº 127, Vol. XI, Setembro de 1928, pp. 2505-2510), "Anuario Estadístico del Departamento Nacional del Trabajo: Año 1914", *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo*, Buenos Aires: D.N.T., Nº 33, Vol. X, Janeiro de 1916, pp. 5-316 e *Estadísticas de las huelgas*, Buenos Aires: DNT, 1940.

mas com uma participação de trabalhadores já declinante se comparado a 1907, as três variáveis retraem e voltam a crescer, atingindo proporções inéditas no ano de 1917.

Sobre os números relativos ao ano de 1910, devemos chamar atenção para o fato de mais de 90% dos dados sobre grevistas, greves e jornadas perdidas serem relativos aos primeiros quatro meses do ano. A total paralização do movimento durante o resto do ano e seu arrefecimento nos anos seguintes é um desdobramento da conhecida "Greve do Centenário", quando as vésperas das faustosas comemorações do centenário da independência argentina, uma greve convocada pelas duas principais centrais sindicais do país é brutalmente reprimida com a declaração do Estado de Sítio, deportações e a destruição de jornais e sedes de sindicatos[23].

Voltando ao período do conflito mundial, podemos observar que o crescimento entre 1916 e 1917 da participação de trabalhadores é notável – de 24.321 para 136.062 grevistas – e talvez ainda mais notável por ocorrer no momento em que a taxa de desemprego atingia 19,20% da população economicamente ativa. As greves de 1917 vão ser marcantes também pela intensidade: ao redor de 15.219 jornadas perdidas e 985 grevistas por greve, a maior participação de trabalhadores por greve do período que vai de 1907 a 1922 e a segunda maior perda de jornadas, ficando apenas atrás do ano de 1920. O pico, em número de greves e grevistas, ocorre em 1919 com uma notável retração no ano de 1922.

Ao aumento de greves, grevistas e de jornadas perdidas devemos agregar outro dado para nossa análise: o aumento da organização dos trabalhadores. O crescimento das greves é acompanhado por um aumento substancial da filiação de trabalhadores aos sindicatos. A F.O.R.A. IXª, de orientação Sindicalista Revolucionária, de 21.332 cotistas em 1915, atinge 158.796 em 1917, 476.203 em 1919 e atinge seu ponto máximo em 1920 com 749.519 cotistas. Com dados mais impreciso, porém que refletem o acréscimo de trabalhadores sindicalizados, a *Federación Obrera Local de Buenos Aires*, seção portenha da F.O.R.A. Vº, central de orientação anarquista, salta de 14.811 cotistas em 1918 para 81.702 em 1920. Por fim, o sindicatos dos maquinistas e foguistas ferroviários, *La Fraternidad*, sem vinculação com nenhuma das duas centrais e hegemonizada em grande medida pelo Partido Socialista, em 1904 tem 2.555 cotistas, 6.274 em 1910 e 19.000 em 1920[24].

Podemos concluir que ao fim da Primeira Guerra Mundial Buenos Aires foi atingida por uma onda de greves que começou a se propagar em 1917, atingiu seu ápice em 1919, declinou suavemente nos dois próximos anos e se interrompeu bruscamente, atingindo um dos níveis mais baixos do período de 1907-1939 no ano de 1922. O crescimento das mobilizações foi acompanhado de um notável crescimento da

[23] Cf. "Huelgas durante el año de 1910 en la ciudad de Buenos Aires", *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo*, Março de 1911, Nº 16, Vol. 5, pp. 219-224. Sobre a "Greve do Centenário" e seus desdobramentos, ver Cf. SANTILLÁN, Dario Abad, *La F.O.R.A.: ideologia y trayectoria*, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2005 (1933), pp. 185-210.
[24] Cf. BILSKY, Edgardo J., *La Semana Trágica*, Buenos Aires:CEAL, 1984, pp. 24-30.

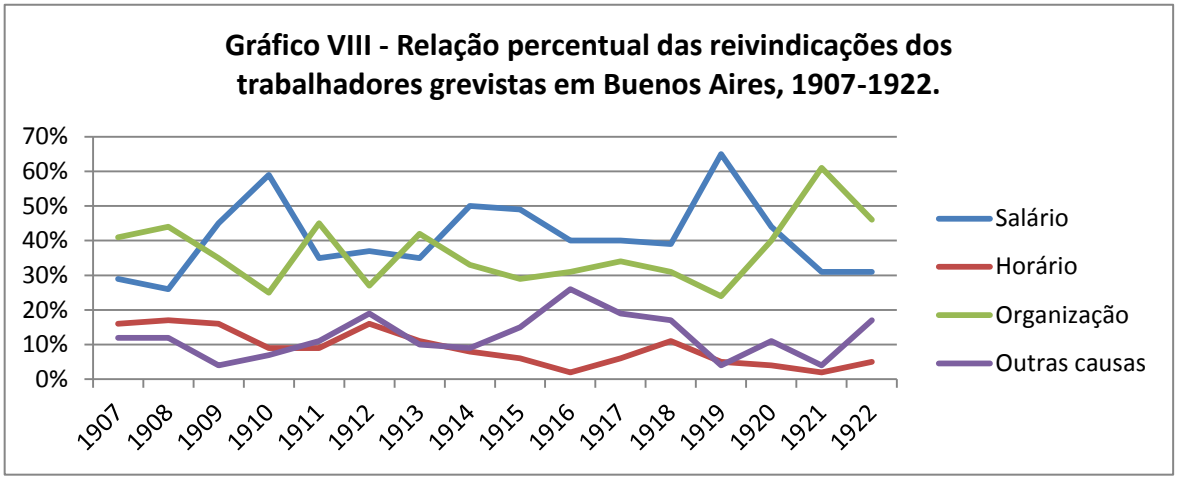
organização do proletariado, aumentando a adesão de sindicatos e trabalhadores, não só às duas principais centrais do país, mas também a diversos sindicatos autônomos.

Á exemplo do ocorrido em 1910, mobilização e organização parecem estar tão intimamente ligadas que ao declínio dos movimentos grevistas depois da guerra corresponde ao da organização operária: a F.O.R.A. IXª, que em 1920 contava com um total de 749.519 cotistas anuais (média mensal de 68.138), entre março e dezembro de 1921 totaliza 644.999 cotistas anuais (média mensal de 53.570). Já em 1922, ano de sua dissolução e da formação de um novo organismo central, a *Unión Sindical Argentina*, entre janeiro e março o número de cotistas chegou a somente 125.383, com uma média mensal de 41.794.

Feita essas observações, levantados os dados, poderíamos formular mais diretamente uma questão que percorre nossa investigação até o momento: o que motivou a classe operária argentina a se engajar em um movimento massivo de greves no período de 1917-1922?

4. Conflito mundial e conflito social: a motivação econômica é suficiente?

Segundo os dados que observamos, o componente econômico parece ter um papel crucial: crescimento industrial em meio a baixos salários e aumento dos preços. Observemos os dados em relação às reivindicações dos operários coletados pelo D.N.T. e expressados no gráfico abaixo:



As greves classificadas pelo D.N.T. como "Salário", basicamente, são aquelas que reivindicam aumentos para os trabalhadores – ou seja, de cunho econômico. Já as classificadas como "Organização" são aquelas declaradas pela readmissão de companheiros, pela demissão de algum funcionário (um capataz, por exemplo), em solidariedade à outros sindicatos ou como forma de pressionar os patrões para o reconhecimento das organizações gremiais como representantes dos interesses dos trabalhadores[25].

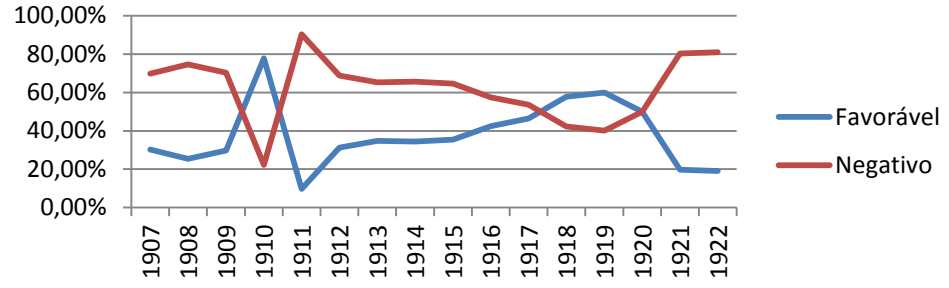
[25] De maneira nenhuma descartamos a existência de greves cujas reivindicações sejam tanto salariais como organizacionais. O fato é que os dados fornecidos pelas publicações do D.N.T. não nos possibilitam identificar essa possibilidade, assim como na historiografia argentina é escasso o material sobre a história desse departamento e ainda mais sobre as doutrinas e técnicas estatísticas que guiavam estes estudos.

Apesar da proeminência das reivindicações salariais, com estes dados podemos observar que uma análise que se limite aos fatores econômicos como propulsores das mobilizações pode não ser suficiente. Chama atenção que as reivindicações relativas à organização e salários se revezam como as principais, sendo os picos das reivindicações organizacionais (1911, 1913 e 1921-1922) precedidos por picos de reivindicações salariais (1909-1910, 1912, 1919). Podemos observar também que, durante a primeira metade da década de 1910, as reivindicações agrupadas pelo D.N.T. sob o rótulo de "horário" e que dizem respeito à jornada de trabalho, sofrem uma redução e voltam a crescer justamente nos anos de 1917 e 1918. Destaca-se, durante o período do conflito mundial, o aumento das reivindicações classificadas pelo órgão como outras causas e que incluem reclamos contra o trabalho a domicílio e trabalho por peças.

A onda de greves aqui analisada inicia-se com um aumento das reivindicações salariais em 1917 (pico em 1919), seguido de um período de transição com um aumento vertiginoso das reivindicações organizacionais que atingem seu ápice em 1921.

Para tentar aprofundar a análise relativa a essa oscilação entre picos de reivindicações salariais e organizacionais, devemos nos debruçar sobre os números fornecidos pelo D.N.T. relativos à quantidade de movimentos grevistas e de trabalhadores que conseguiram ou não serem atendidos. No próximo gráfico apresentamos os dados sobre as greves segundo seu resultado favorável (aqui incluímos as reivindicações atendidas parcialmente neste grupo) e negativo.

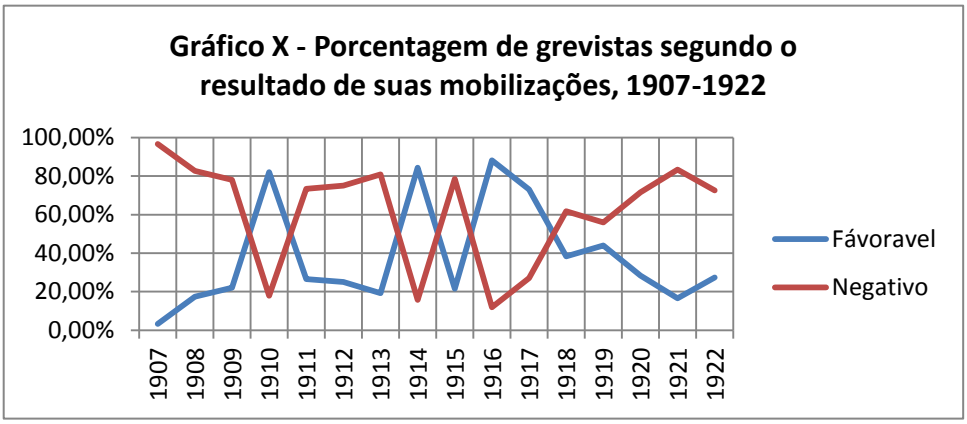
Gráfico IX - Resultados das greves em Buenos Aires, 1907-1922.



A relação entre greves cujo resultado foi favorável para os trabalhadores e a predominância de reclamos salariais é evidente: os picos em 1910 e 1919 demonstram que o êxito dos movimentos guarda alguma relação com as reivindicações. Ao mesmo tempo, o maior número de derrotas é correlato aos anos em que os movimentos pleiteavam questões organizacionais, ou seja, 1911 e 1921-1922 – em 1920 a divisão quase igual entre reivindicações salariais e organizacionais reflete-se nas intersecções entre as linhas salário/organização e favorável/negativo que podem ser observadas nos gráficos VIII e IX.

Se restringirmos a análise ao número de greves, e mesmo aos números relativos aos seus resultados, podemos incorrer em alguns sérios problemas. Por exemplo: uma greve contabilizada com resultado

favorável em uma fábrica com 50 operários, conta tanto quanto uma derrota de um movimento que envolva mais de 1.000 trabalhadores. Por outro lado, os dados relativos à quantidade de trabalhadores cujas reivindicações tiveram uma resolução favorável ou negativa não especificam qual a motivação os levaram à greve. Abaixo, os dados sobre a porcentagem de operários contemplados ou não em suas reivindicações:



Mesmo com todos os problemas levantados acima, podemos observar que os anos em que os trabalhadores têm significativas resoluções favoráveis (mais de 40%) correspondem aos anos em que as reivindicações salariais dominaram o cenário (1910, 1914, 1916, 1917 e 1919); já os com soluções negativas, basicamente os anos onde a maioria das reivindicações eram organizacionais (1907,1913, 1921 e 1922). Isso não significa que não houve anos em que as principais reivindicações eram salariais e cujo resultado tenha sido esmagadoramente negativo (mais de 70%) para os trabalhadores (como em 1912, 1913 e 1915). Precedido por um incremento de reivindicações salariais e vitórias, o crescimento das pautas organizacionais em 1911 e 1921-1922 também guardam outra semelhança: foram antecedidas por mobilizações massivas, de forte caráter político, cujo resultado foi a escalada da repressão aos sindicatos por parte dos agentes de Estado e grupos paramilitares.

Informações que relacionem mais detalhadamente os dados sobre a quantidade de operários com resultado favorável ou contrário as suas mobilizações e os motivos destas aparecem unicamente na *Cronica Mensual del Departamento Nacional del Trabajo* de abril de 1920. Nesta edição, são apresentados dados relativos sobre as greves do ano de 1919 e o número de trabalhadores cujas greves tiveram resultados positivos ou negativos segundo suas reivindicações. O informe exclui cerca de 150.000 grevistas que tomaram parte na "(...) greve revolucionária" de janeiro de 1919[26]. Com certeza, trata-se de um ano atípico. Porém as informações parecem referendar nossa análise sobre a correlação entre reivindicações salariais e maior número de vitórias, reivindicações organizacionais e maior número de derrotas. Os números são os seguintes:

	Número de	Porcentagem

[26] Cf. CMDNT, Ano III, Nº 28, Abril de 1920, pg. 459. É interessante notar como em um número anterior - ao divulgar parcialmente os dados relativos ao ano de 1919- a greve é excluída também, mas, diferentemente, porque "(...) somente se tratou de demonstrar o espírito de classe em um grandioso ato de solidariedade", Cf. CMDNT, Ano II, Nº 20, Agosto de 1919, pg. 306.

	Grevistas			
Causas	*Positivo*	*Negativo*	*Positivo*	*Negativo*
Salário	57.582	23.296	71,20%	28,80%
Organização	6.152	40.615	13%	87%
Horário	3.778	491	89%	11%
Diversas	728	17.590	4,00%	96,00%

5. Conflito mundial e conflito social: o começo da onda de greves.

Em um primeiro momento, como já afirmado acima, poderíamos inferir que a insatisfação econômica e a carestia de vida foram o *leitmotiv* da onda de greves de 1917-1922[27]. Porém, caso fosse assim, porque o movimento não cedeu ao avanço dos salários e da diminuição abrupta do desemprego a partir de 1919?

Poderia se argumentar, ao contrário, que justamente com a melhoria do desempenho econômico e com altos níveis de ocupação – depois de um longo período de penúria -, cria-se um ambiente em que as insatisfações econômicas se combinam com uma melhor posição de negociação, tanto pelo fato dos patrões terem maiores dificuldades de encontrar mão-de-obra, como pelos trabalhadores conseguirem encontrar outro emprego facilmente – ou mesmo empregos temporários que possam os financiar durante as mobilizações. Seguindo este raciocínio, também os patrões estariam menos dispostos de ver sua produção paralisada em momento de grande atividade e enormes lucros, o que os levaria aceitar mais facilmente as exigências dos operários.

Mas então, porque o início em 1917 e não em 1918 quando a combinação entre o ponto máximo da pauperização e do crescimento econômico ocorrem? O ano de 1917 é o ponto máximo da crise enfrentada pelo país no período; o menor desempenho tanto para o PIB agropecuário como Industrial; é o ague do desemprego, penúltimo degrau antes de atingir o cenotáfio do salário e o zênite dos preços.

Como anunciado na introdução deste capítulo, Di Tella e Zymelman confirmam este panorama ao afirmar que "A crise de 1917 foi excepcionalmente aguda, de intensidade comparável à crise de 1929, mesmo que com um caráter totalmente distinto". Porém, no último trimestre de 1917 "(...) o país já havia passado pela pior parte de sua depressão e se achava definitivamente em uma fase de recuperação (...) A recuperação argentina se produziu como consequência dos melhores preços dos produtos agrícolas e pecuários"[28].

Foi a recuperação de fins de 1917 que propiciou imediatamente uma melhor posição para os trabalhadores na negociação por salários com os patrões? Para tanto, teríamos que aceitar que as condições e

[27] Edgardo Bilsky afirma: "(...) A classe operária que suportou a crise e uma importante redução de seu nível de vida sob a justificativa da guerra, vê relegadas ao último plano suas reivindicações no momento em que tudo parecia indicar que devia coletar os frutos do melhoramento geral da situação", Cf. BILSKY, op. Cit., pg. 33.
[28] DI TELLA e ZYMELMAN, op. Cit., pp. 156-157.

projeções econômicas fossem informações compartilhadas abertamente pelas partes em pugna. Outra possibilidade seria a de que a maturação dos novos investimentos responsáveis pelo aumento de produção produzisse um efeito imediato, ou fossem anunciados aos quatro ventos pelos patrões. Se assim fosse, no campo de batalha entre salário e lucro, o chamado conflito distributivo, porque uma das partes se pronunciaria em alto e bom som sua desvantagem momentânea para o conflito?

Se nos debruçarmos sobre a estatística setorial das greves, ou seja, ramos da indústria e comércio e o respectivo número de greves e grevistas, podemos encontrar um caminho para a resolução dos problemas relativos às greves de 1917. Dos 136.062 trabalhadores que tomaram parte nas 138 greves daquele ano, 100.284 eram trabalhadores do ramo classificado pelo D.N.T. como transportes e foram responsáveis por 27 greves.

A amplitude da categoria "transportes" traz uma série de problemas. Englobam duas categorias muito distintas – ferroviários e trabalhadores portuários. Os primeiros desempenham majoritariamente funções qualificadas, estavam dispersos pelos mais de 30.000 quilômetros de ferrovias, têm um dos sindicatos mais antigos que nunca se interessou em se filiar as centrais sindicais – *La Fraternidad* - e era muito próximo ao Partido Socialista, principal inimigo eleitoral do governo da *Union Civica Radical* em Buenos Aires. Já os trabalhadores do porto, em sua grande maioria, desempenhavam funções de baixa qualificação, em Buenos Aires estavam muito concentrados, sua jovem organização, a *Ferderación Obrera Maritima*, F.O.M., filiada a F.O.R.A. IX[ª], eram extremamente combativos, além de serem o alvo preferido pelo governo radical para sua política trabalhista.

Por outro lado, são as categorias mais sensíveis ao desempenho econômico do país, visto que os ciclos econômicos se traduzem imediatamente no aumento ou diminuição de horas de trabalho, salários e emprego para estes trabalhadores. Portanto, além de possuírem o privilégio de serem ligados à atividade econômica mais dinâmica do país, estes contavam com os ciclos agrários – época das colheitas, por exemplo – como vantagem para se posicionar frente aos patrões.

É o que ocorre na greve dos pilotos de rebocadores em novembro de 1916 e que Edgardo Bilsky e David Rock apontam como o princípio da onda de greves que assolou o país a partir de 1917[29]. A greve, que reivindicava melhores salários, foi declarada na primeira semana dos embarques da colheita, impedindo que os grandes navios transatlânticos pudessem entrar nos portos. Foi o primeiro movimento relevante no porto desde 1912 – ainda sobre a influência da repressão desencadeada depois de 1910 – e o primeiro realizado pela recém-criada F.O.M., que na época do início da greve já havia conseguido filiar um quarto dos trabalhadores marítimos qualificados.

[29] Cf. BILSKY, op. Cit., pp. 33 e 34 e Cf. ROCK, David, *El Radicalismo argentino, 1890-1930*, Buenos Aires: Amorrortu editores, 1977, 142-143.

Outra novidade relativa a esta grevev é a estratégia do governo de Hipólito Yrigoyen (*Unión Cívica Radical*) em relação ao movimento grevista. Pela primeira vez, o Estado argentino interviu em uma greve a favor dos trabalhadores. O chefe de polícia formulou os termos do acordo, assim como uma delegação de trabalhadores foi recebida na Casa Rosada pelo presidente. Em março de 1917, um novo movimento no porto, também respaldado pelo Poder Executivo, terminou em uma significativa vitória para os trabalhadores, agora relativa à organização: a F.O.M. nomearia os trabalhadores que formariam as tripulações dos barcos.

A partir desse movimento da F.O.M., inúmeras greves começam a ser declaradas. Também em março daquele ano, os lixeiros entram em greve reivindicando aumento de salários. A greve é brutalmente reprimida, e apesar de demonstrar a "outra face" da política trabalhista do governo radical, deve-se notar que a intervenção da F.O.R.A. IXª, que em reunião com o presidente no dia 28 daquele mês ameaça declarar greve geral caso o governo não solucionasse o conflito, termina por garantir a reincorporação dos grevistas demitidos, assim como a realocação de muitos trabalhadores nos planos de obras públicas que à época vinham sendo elaborados[30].

Em junho se iniciam as greves parciais de ferroviários que em setembro se torna geral, englobando também os telegrafistas e os trabalhadores das oficinas mecânicas reunidos na F.O.F. – *Federacion Obrera Ferroviaria*. As companhias ferroviárias foram enormemente afetadas pela diminuição da atividade econômica. A arrecadação bruta das companhias reduziu-se de 140 milhões de pesos ouro em 1913 para 118 milhões em 1917. A tonelagem transportada despencou, assim como os dividendos pagos pelas companhias sobre suas ações ordinárias. A redução de pessoal foi acompanhada pela redução de salários já a partir de 1913[31].

O crescimento da F.O.F. e sua aproximação da *La Fraternidad* durante todo ano, possibilitou que em 22 de setembro, também se utilizando da estratégia de declarar greve quando se aproximavam as colheitas, fosse declarada a greve geral que paralisou o sistema ferroviário do país por três semanas. A ameaça do governo de intervir militarmente – lembremos que os ferroviários eram hegemonizados pelo Partido Socialista e não pela F.O.R.A. IXª – terminou por empurrar a F.O.M. para a greve e obrigou o governo a negociar com os ferroviários[32].

Em novembro é a vez dos trabalhadores dos frigoríficos estadunidenses se lançarem em greve. Brutalmente reprimidos e abandonados pela F.O.R.A. IXª, estes trabalhadores estavam começando a se organizar, eram em sua grande maioria imigrantes recém chegados dos Balcãs, sem direitos políticos e com

[30] Cf. ROCK, op. Cit. pp.145-146.
[31] Ibidem, pp. 147-149.
[32] Ibidem, pp. 155-160 e Cf. BILSKY, op. Cit., pg. 34.

pouca influência sobre as federações sindicais. Em 1918, o descontentamento se espalha por todos os setores da classe operária[33].

5. Considerações finais: afinal, o que está por detrás da onda de greves de 1917-1922?

A onda de greves que atinge a Argentina e mais especificamente Buenos Aires ao fim da Primeira Guerra Mundial tem início com a retomada da atividade econômica no ano de 1917. Depois de um período de constantes perdas salariais, desemprego e depressão econômica, o início da reversão deste quadro, impulsionada pela retomada das exportações de cereais, é sentida imediatamente pelos trabalhadores do transporte que durante o ano de 1917 – e até mesmo em 1916 – iniciam uma série de mobilizações.

Derivada da posição privilegiada destes trabalhadores na cadeia produtiva, cujo reflexo pode ser visto em sua estratégia ao começarem suas greves no momento de maior atividade no ramo durante os meses de setembro e novembro, estes trabalhadores puderam iniciar suas mobilizações em um momento em que a economia ainda não apresentava claros sinais de recuperação.

Outro ramo que toma parte nas mobilizações já no ano de 1917 é o dos trabalhadores dos frigoríficos, indústria cujo desempenho durante o conflito foi na contramão do resto da economia argentina. Diferentemente dos trabalhadores dos outros ramos de produção, os trabalhadores do frigorífico não observaram durante o período a depressão econômica, senão que o crescimento e consolidação deste ramo produtivo. Com a retomada geral do crescimento em 1918, ocorre uma redução abrupta do desemprego, criando as condições que possibilitam que o movimento se generalize.

Porém, devemos ir ao cerne da questão: as condições de trabalho, as insatisfações econômicas seguidas de uma melhora na situação dos trabalhadores, enfim, o desempenho da economia é suficiente para acender o pavio da revolta operária[34]? Duas questões devem ser levadas em conta: é de extrema importância o processo de reorganização dos sindicatos empregado pela F.O.R.A. IXª, principalmente depois da onda repressiva que desarticulou o movimento operário a partir de 1910. Tal reorganização, como vimos, não se limitou aos sindicatos criados ou filiados a essa central, senão que foi um movimento generalizado. Em segundo lugar, a mudança da estratégia do Estado argentino em reconhecer e dar alento às organizações operárias e aos movimentos grevistas, mesmo que somente para algumas mobilizações e setores da classe operária específicos, deve ser entendido como uma modificação da posição política – com todas as suas limitações - desta classe dentro da sociedade argentina. Os sindicatos, ao imporem ao governo o reconhecimento *de facto* como legítimos representantes do interesse operário e conseguirem importantes

[33] Cf. ROCK, pp. 162-163 e Cf. BILSKY, op. Cit., pp. 36-37.

[34] A formulação dessa questão nos foi fornecida primeiramente por Hobsbawm, Cf. HOBSBAWM, Eric, "Economic flutuations and some social movements since 1800", in *The Economic History Review*, New Series, Vol. 5, Nº 1, pg. 15. Friedhelm Boll a formula da seguinte maneira: "O ciclo econômico é a influência mais forte sobre a *decisão* de entrar em greve, mas todas as outras questões, tais como a forma de participação, organização, duração, região e ramo de produção, dependem de fatores nacionais e outros", Cf. BOLL, Friedhelm, "Economic cycles and labor conflicts in germany during the first quarter of the twentieth century", in *Strike, wars and revolution in na international perspective: Strike waves in the çate nineteenth and early twentieth centuries*, Dir. Leopold H. Haimson e Charles Tilly Cambrigde: Cambrigde University Press, 1989, pp. 449-450.

vitórias, estimulam enormemente e de maneira generalizada a filiação a estes. Por outro lado, essa institucionalização *ad hoc* deixa-os a mercê dos caprichos do Poder Executivo. O reconhecimento político e organizacional dos sindicatos figura assim como uma motivação tão importante quanto às questões econômicas.

Outra coisa devemos ter em conta para compreender o fenômeno da onda de greves em sua complexidade: que papel desempenham os outros setores involucrados nesses conflitos? Como as reivindicações dos trabalhadores se relacionam com o comportamento de patrões e Estado[35]? Se nos limitarmos apenas aos aspectos econômicos, como explicar a transição dos períodos de reivindicações salariais para os de reclamos organizacionais, mudança de expectativas que se traduz em uma inversão de resultados?

A organização e reconhecimento dos sindicatos foi o grande problema e combustível que alimentou, depois da ignição provocada pela pauperização durante os primeiros anos da guerra, a mobilização operária. Porém, a relutância em reconhecer os sindicatos – mesmo para a negociação de salários – parece chegar ao limite no auge do período analisado. O fio da coesão social é estirado de tal maneira na semana entre os dias 7 e 14 de janeiro de 1919 que setores da própria burguesia argentina impulsionaram projetos de leis que dessem conta de regularizar e reconhecer juridicamente – com uma série de condicionantes - as associações gremiais[36].

Os projetos pressupunham um ferrenho controle do governo sobre as organizações. Só seriam reconhecidas caso cumprissem uma série de medidas como, por exemplo, formulassem um estatuto que seria previamente aprovado pelo D.N.T. e fornecessem informações completas sobre seus membros. O poder do Ministério do Interior de dissolver os sindicatos era total: bastasse a inobservância de qualquer termo da lei, a discordância sobre qualquer sentença relativa à arbitragem ou a participação em qualquer ato que constituísse violação da ordem pública[37]. O despacho da Comissão de deputados – composta em sua maioria por conservadores e radicais - ia mais longe que o do Poder Executivo: limitava o exercício de greve,

[35] Roberto Franzosi aponta que uma das principais dificuldades em analisar os conflitos industriais é justamente a eliminação do discurso de classe dos dados, mas principalmente dos atores envolvido. Lembra, citando a E.P. Thompson e Charles Tilly, que "As greves emergiram no século XIX na maioria dos países ocidentais como expressão das reivindicações de uma classe gerada pelo capitalismo industrial. Elas surgiram a partir da interação contínua entre os principais grupos envolvidos – trabalhadores, empregadores e o Estado – e foram essas interações que em último caso definiram as regras e as formas aceitáveis de protesto. Não é possível compreender o que os trabalhadores fazem sem, ao mesmo tempo, entender o que os empregadores e o Estado fazem", Cf. FRANZOSI, Roberto, *The puzzle of strikes: class and state strategies in postwar Italy*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pg. 15.

[36] Projeto enviado à câmara de deputados pelo Poder Executivo de "Regulamentação das associações profissionais" de 30 de Maio de 1919 e o projeto elaborado pela Comissão de legislação social de 6 de Junho de 1919. Cf. *Diario de Sesiones de la Camara de Diputados de la Republica Argentina*, 1919, Tomo I, 2ª reunião, 3ª sessão ordinária, 30 de maio de 1919, pp. 257-259 e 8ª reunião, 6ª sessão ordinária, 6 de junho de 1919, pp. 384-392.

[37] Sobre a violação da ordem pública, lembremos que estava em vigência a "Lei de Defesa Social" que, por exemplo, em seu Capítulo II, artigos 7º e 8º, proibia a propaganda anarquista (deve-se levar em conta o quão amplo era a noção "de anarquista" no período), restringia qualquer reunião pública e obrigava a prévia autorização das autoridades para sua realização; o artigo 10º proibia que em reuniões públicas fossem utilizados emblemas, bandeiras ou estandartes das associações proibidas pelo artigo 7º; no Capítulo III, artigo 12, punia com um ou dois anos de prisão quem fizesse apologia verbal ou escrita de algum feito ou personagem punido pelas disposições desta lei. Cf. *Diario de Sesiones de la Camara de Diputados de la Republica Argentina*, 1910, 18ª reunião, continuação da 9ª sessão ordinária, 27 de junho de 1910, pp. 359-361.

dificultava a participação de estrangeiros nas direções de sindicato e praticamente impedia a formação de centrais sindicais. Além disso, o projeto privilegiava o contrato individual de trabalho em detrimento do coletivo e deixava terminantemente proibidos as greves por solidariedade e os boicotes a fábricas e empresas – sempre punível com a dissolução das centrais e a proibição de seus membros de se filiarem a outra por mais de um ano. A revogação da "Lei de Residência" – que facultava ao poder executivo a possibilidade de deportar estrangeiros sem julgamento – e da "Lei de Defesa Social", outra pauta das reivindicações dos grevistas, nem sequer é mencionada.

Tradicionalmente, as classes dominantes argentinas negaram a própria existência da questão social. Um ótimo exemplo deste pensamento nos fornece o jurista, político e decano da Faculdade de Direito, Estanislao Zeballos, em palestra ministrada no *Instituto Popular de Conferencias* no dia 27 de Junho de 1919 e intitulada como "*Cuestiones y Legislación Social"*. Comentando os projetos de lei em discussão na câmara de deputados, a conferência é um bom compêndio das objeções que certos setores da classe dominante argentina, predominantemente identificadas ao liberalismo, levantavam sobre os projetos em trâmite na câmara.

A chamada questão social, segundo nosso palestrante, inexistia no pastoril país. São problemas europeus, já que os chamados "direitos sociais" são contemplados na Argentina por sua constituição. A Europa é assombrada pelas "questões sociais", pois suas instituições não evoluíram em direção à democracia, senão de uma maneira gradual, de transição ainda incompleta. O direito dos trabalhadores é, de certa maneira, social, mas apenas pelo fato do Estado ter por fundamento a sociedade. Porém, em termos jurídicos, os direitos operários são constitucionais e civis: "(...) Nossos códigos os consagram, as leis gerais afiançam e a magistratura os defende, de tal modo que não há necessidade de tal legislação operária ou social"[38].

Tal questão – necessidade de uma legislação que abarcasse os conflitos entre o capital e o trabalho – era fomentada por uma série de preconceitos, entre eles o de que o trabalhador argentino vivia em piores condições que o europeu[39]. O reconhecimento da personalidade jurídica dos sindicatos era combatido por Zeballos, já que os sindicatos já se impuseram *de facto* perante a nação. A personalidade jurídica seria a legalização da violência cometida por essas organizações[40].

O contrato coletivo de trabalho, outra reivindicação dos trabalhadores relativa à sua organização e presente nos projetos em trâmite na câmara, era outra questão que o jurista se opunha ferozmente. Muitas vezes, os casos de Alemanha e França foram utilizados como exemplos para a eficácia de tal medida. Porém,

[38] Cf., ZEBALLOS, Estanislao, "Cuestiones y legislación social", in *Anuario del Instituto de Conferencias Populares*, Segunda sessão ordinária de 27 de junho de 1919, Tomo V, pp. 18-21.
[39] Ibidem, pg. 23.
[40] Ibidem, pp. 27-28.

segundo Zeballos, a adoção do contrato coletivo nestes países apenas havia obedecido à necessidade de regimes recentes angariarem apoio político dos socialistas[41].

Na Inglaterra e nos E.U.A., onde a estabilidade institucional era uma característica marcante, nunca existiu o contrato coletivo. O palestrante afirma que nesses países "(...) o contratar é uma função privada do direito civil, que sob seu regime, o mesmo [patrão] pode contratar uma entidade coletiva ou indivíduo; porém se é possível contratar voluntariamente, nenhuma lei deve mesclar-se nestas relações de direito privado apoiando os que buscam impor a força das coletividades". Assim, a aprovação de uma lei de contratos coletivos de trabalho seria inconstitucional por ferir o código civil que já estabelecia as regras comuns a todos os contratos tendentes a assegurar a clara vontade das partes ao celebrá-lo, as formas ou autenticação e as interpretações em caso de dúvida. O contrato coletivo nada mais é que uma estratégia dos socialista europeus que "(...) fundam no contrato coletivo o poder de uma dupla dominação: sobre os operários que dirigem e sobre os patrões, a quem se impõe com a contratação coletiva de braços, igualmente onerosa para patrões e trabalhadores"[42].

Zeballos passa ainda por temáticas como a limitação da jornada de trabalho em oito horas – "(...) E se o trabalhador quer trabalhar mais? Para terminar de pagar suas dívidas?"[43]- e a legalização do direito de greve - "(...) toda a pressão sobre o ânimo de outrem é um fato que afeta a liberdade individual, é procedimento inconstitucional"[44]. Para o decano, o projeto continha um aspecto negativo e outro positivo: o negativo é que os conflitos aumentariam substancialmente ao se legalizar as organizações e o direito de greve. O positivo seria a intenção por detrás destas medidas, que para os mais "inocentes" iriam pacificar as disputas. A nação, segundo o palestrante, "(...) necessita que se realize o segundo aspecto da legislação, a que assegure o desarmamento dos lutadores e serene o espírito dos trabalhadores (...)" e isso seria possível através da educação ao inculcar nos trabalhadores o patriotismo, a moral e a religião, assim como ensinar aos patrões que capital e trabalho são sócios e, portanto, que o bom trato material e moral do trabalhador são os meios mais eficazes de se fazer fortuna[45].

Por outro lado, alguns setores não negavam por completo a questão social. É Alejandro Bunge que nos oferece outro ponto de vista em relação ao movimento operário. Devemos lembrar que Bunge não era apenas um economista ou funcionário do Estado argentino, mas também era oriundo de uma família que era dona de um dos maiores conglomerados econômicos do país, a Bunge & Born. Em um artigo chamado "As aspirações gremiais e as reivindicações", publicado na edição de 23 de Abril de 1919 no jornal *La Prensa*, afirma:

[41] Ibidem, pg. 39.
[42] Ibidem, pg. 43.
[43] Ibidem, pg. 58.
[44] Ibidem, pg. 67.
[45] Ibidem, pp. 78-81.

> "Nossos industriais e comerciantes reconhecem lealmente e sem ambivalências, e desejam sinceramente arbitrar os meios para fazer possível o aumento de salários (...) É indispensável que os grêmios se organizem melhor e estudem mais detidamente seus problemas; que não compliquem as reivindicações ou demandas com reclamações de toda a ordem; que não apressem nem precipitem as soluções e, sobretudo, **que tenham em conta que hoje o essencial é o salário**."[46]

Mais adiante, em um texto escrito especificamente para este livro, Bunge comenta a participação das centrais sindicais nos movimentos grevistas, chamando os seus membros de "procuradores" que podiam pertencer ou não ao grêmio envolvido no conflito. Em consequência, para o autor:

> "O resultado [da participação de membros das centrais nas greves] era desastroso; em poucas partes do mundo foram maiores que na República argentina os fracassos das greves e tudo isso se devia, entre outras, a estas circunstâncias: 1º Os procuradores das greves seguiam sempre procedimentos anárquicos no sentido de passar para um plano secundário as questões originais e colocar as questões sindicalistas, tão arbitrárias como improvisadas e sem base real, em primeiro plano. 2º Os gestores das greves não entendiam absolutamente nada de organização sindical, nem de interesses gremiais, nem do tecnicismo das reivindicações [ou seja, das consequências econômicas que poderiam acarretar]. Seu zelo não podia sanar sua lamentável ignorância das questões econômicas e operárias."[47].

O economista estava longe de recusar a existência por completo dos sindicatos de trabalhadores. Pelo contrário, acreditava serem estes resultados do "instinto de associação humana"[48]. Porém, fica claro que as reivindicações que ultrapassem o marco das questões econômicas, não passavam da obra de "minorias estrangeiras", não por serem provenientes de outros países, mas por serem "moralmente estranhos ao país"[49].

Assim, se as motivações econômicas aparecem como disparador da onda de greves iniciadas pelos trabalhadores em 1917 – e até mesmo toleradas pela classe dominante argentina-, o passo seguinte será a luta destes pelo reconhecimento de suas organizações como mecanismo político na disputa pela distribuição de recursos. Este é o ponto que separa as reivindicações "responsáveis" e aquelas que, segundo Bunge, demonstram "o mais completo desconhecimento das repercussões e incidentes que a coordenação e o encadeamento dos distintos fatores econômicos produzem em seu próprio prejuízo"[50]. Outros temas que fogem ao mero ajuste dos salários não têm como serem resolvidos da forma como são colocados pelos sindicatos: existe, nesse ponto, um nervosismo e uma inquietude muito prejudicial[51].

O cerne dos conflitos sociais iniciados em 1917 se desloca das questões econômicas para as organizacionais, tanto para operários como para patrões. Localizamos o ponto de passagem na greve geral

[46] Cf. "Las aspiraciones gremiales y los pliegos de condiciones", *La Prensa*, 23 de Abril de 1919 in Cf. BUNGE (1920) op. Cit., pp. 140-141. O grifo é nosso.
[47] Ibidem, pp. 150-151.
[48] Ibidem, pg. 148.
[49] Ibidem, pg. 153.
[50] Ibidem, pg. 141.
[51] Ibidem, pg. 142.

de janeiro de 1919 e segundo os dados relativos à atividade grevista e das organizações sindicais, os resultados da luta travada de 1919 a 1921 resultou em derrotas e na desmobilização do movimento operário argentino. A luta pelo reconhecimento dos sindicatos irá ressurgir com grande força ao fim da década de 1930 e será essencial para a ascensão do General Juan Domingo Perón ao poder em 1946. Acreditamos que a reflexão sobre o período de 1919 a 1921 seja de grande contribuição para a compreensão, mesmo com todas as diferenças relativas as conjunturas econômicas, para o surgimento do peronismo, tanto pelo apoio que este recebe de setores da classe trabalhadora, como do empresariado.

Bibliografia:

BEVERAGGI ALLENDE, Walter, *El servicio del capital extranjero y el control de cambio: la experiencia argentina de 1900 a 1943*, México DF, Fondo de Cultura Económica, 1954.

BILSKY, Edgardo J., *La Semana Trágica*, Buenos Aires: CEAL, 1984

BOLL, Friedhelm, "Economic cycles and labor conflicts in germany during the first quarter of the twentieth century", in *Strike, wars and revolution in na international perspective: Strike waves in the çate nineteenth and early twentieth centuries*, Dir. Leopold H. Haimson e Charles Tilly Cambrigde: Cambrigde University Press, 1989.

BUNGE, Alejandro, "La inmigración en la Argentina durante la guerra (1914-1918)", *Revista de Economía Argentina*, Ano 2, Tomo II, 1919.

CORTES CONDE, Roberto, *Estimaciones del Producto Interno de la Argentina, 1875-1935*, Documento de Trabajo Nº 3, 1994 e Comisión Económica para América Latina (CEPAL), *El Desarrollo Económico Argentino.*

CORTES CONDE, Roberto, "Tendencia de la evolucion de los salários reales en Argentina, 1880-1910. Resultados preliminares", *Económica*, Nº 2-3, Maio dezembro de 1976

DI TELLA, Guido e ZYMELMAN, Manuel, Los ciclos económicos argentinos, Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973.

FERRERES, Orlando J. (Dir.), *Dos siglos de economía argentina – Edición Bicentenario*, Buenos Aires: El Ateneo, 2010.

FRANZOSI, Roberto, *The puzzle of strikes: class and state strategies in postwar Italy*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995

GERCHUNOFF, Pablo e LLACH, Lucas, *El ciclo de la ilusión y el desencanto. Un siglo de políticas económicas argentinas*, Buenos Aires, Ariel, 1998.

HOBSBAWM, Eric, "Economic flutuations and some social movements since 1800", in *The Economic History Review*, New Series, Vol. 5, Nº 1

IÑIGO CARRERA, Juan, *La Formación Económica de la Sociedad Argentina: Renta agraria, ganancia industrial y deuda externa*

ROCK, David, *El Radicalismo argentino, 1890-1930*, Buenos Aires: Amorrortu editores, 1977.

PALACIO, Juan Manuel, "La antesala de lo peor: La economía argentina entre 1914 y 1930", in *Nueva Historia Argentina: Democracia, Conflicto Social y Renovación de Ideas (1916-1930)*, Tomo VI, Dir. Ricardo Falcón, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

ZEBALLOS, Estanislao, "Cuestiones y legislación social", in *Anuario del Instituto de Conferencias Populares*, Segunda sessão ordinária de 27 de junho de 1919, Tomo V

Documentos:

"Anuario Estadístico del Departamento Nacional del Trabajo: Año 1914", *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo*, Buenos Aires: D.N.T., Nº 33, Vol. X, Janeiro de 1916

Anuario Estadístico de la República Argentina, 1913-1923

"Huelgas durante el año de 1910 en la ciudad de Buenos Aires", *Boletín del Departamento Nacional del Trabajo*, Março de 1911, Nº 16, Vol. 5

Crónica Mensual del Departamento Nacional del Trabajo, 1919-1925

Diario de Sesiones de la Camara de Diputados de la Republica Argentina, 1910

Diario de Sesiones de la Camara de Diputados de la Republica Argentina, 1919

Dirección Nacional de Estadísticas y Censos (DNEC), Boletín Nº235

Estadísticas de las huelgas, Buenos Aires: DNT, 1940.

"Movimiento Económico de la República", *Revista de Economía Argentina*, Ano 1, Tomo I, 1918.

“Movimiento Económico de la República", *Revista de Economía Argentina*, Ano 3, Tomo III 1921.

"Movimiento Económico de la República", *Revista de Economía Argentina*, Ano 5, Tomo V, 1922.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

FLÁVIO BENEDITO[1]

VENEZUELA/BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GOVERNOS PROGRESSISTAS E A GLOBALIZAÇÃO

SÃO PAULO

2012

[1] *Doutorando do PPGHE-USP. Pesquisador-bolsista do CNPq. EMAIL: flaviobenedito@usp.br*

> "*Talvez a característica mais impressionante do fim do século XX seja a tensão entre esse processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele."*
>
> *(*Eric Hobsbawm*, Era dos extremos*, 1994*)*

Nossa exposição pretende discutir algumas das relações entre globalização e os governos progressistas latino-americanos ─ em especial o de Hugo Chávez, na Venezuela ─ nos marcos das noções de hegemonia e contra-hegemonia como as que propõe Emir Sader[2] ─ partindo-se de uma advertência teórica importante, feita por Daniel Mato em *Cultura, comunicación y transformaciones sociales en tiempos de globalización**:***

> ***"*** *La mayoría de quienes "demonizan" la globalización, como la mayoría de quienes hacen su apología, comparten un error de base: fetichizan aquello que llaman "globalización". Vale decir, lo representan como si se tratara de una suerte de fuerza suprahumana, de dios demiurgo, que actuaría con independencia de las prácticas de los actores sociales. Por ello, no se detienen a analizar cómo participan diversos actores sociales*

---

[2] Vejam-se estas noções em SADER, Emir. ***Hegemonia e contra-hegemonia.*** In: Hegemonias e emancipações no século XXI. CECEÑA, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005, texto que discute a crise do modelo hegemônico norte-americano, a ascensão de outras potências concorrentes e a necessidade de seu estudo em termos mais abrangentes do que a da mera dominação econômica: *" É neste sentido que o conceito de hegemonia ganha todo o seu significado. Não se reduz à dominação militar ou à superioridade econômica, mas articula o conjunto de fatores que levam uma potência a ser dominante e dirigente. Wallerstein, em particular, afirma que não se pode dizer que exista hegemonia reduzindo-a à simples dominação, isto é, à coerção. Arrighi fala de "dominação sem hegemonia". Este nos parece um raciocínio igualmente unilateral, que subestima os fatores ideológicos, com toda a força que a penetração do* American way of life *segue tendo, da China à América Latina, da Europa do leste ao sudeste asiático, da Índia à Rússia, da Europa ocidental ao Japão. E subestima o papel de dirigente do bloco político e econômico das grandes potências capitalistas, diante da incapacidade de outras potências, ou grupo delas, tomarem iniciativas próprias, apenas reagindo diante das iniciativas norte-americanas, mesmo quando as rejeitam. Reduzir a predominância norte-americana à coerção é uma visão economicista, que desconhece os outros fatores que compõem a hegemonia, com a capacidade de persuasão que os valores ideológicos e os mecanismos de sua difusão pelas distintas formas de expressão que os norte-americanos conseguiram produzir e multiplicar."(p. 17)*

> *en la producción de formas específicas de globalización. (...)Así, se representan aquello que llaman globalización como um montón de acuerdos económicos orientados por la idea de liberalización de los movimientos de capitales y comerciales –sumados a los propios movimientos de capitales y comerciales que se dan en tal marco jurídico de inspiración liberal y sus consecuencias macroeconómicas– y lo que, a su vez, consideran las consecuencias sociales de las tendências macroeconómicas. El carácter hegemónico de las interpretaciones económicas del mundo y la vida social es un rasgo saliente de la vida contemporánea. Sin embargo, ello no significa que globalización sea sinónimo de "neoliberalismo". Por el contrario, necesitamos uma aproximación teórica a la interpretación de los procesos de globalización contemporáneos, que nos permita comprender cómo los discursos economicistas –y, en particular, el discurso que se ha calificado como "neoliberal"– se convirtieron en hegemónicos."* [3]

As considerações que fazemos a seguir, embora valorizem predominantemente as análises de aspectos econômicos, buscam tanto quanto possível fugir a esta fetichização do termo "globalização", sem, no entanto, suprimi-lo ou substituí-lo. Nosso propósito aqui se resumirá a contrapor alguns argumentos de teóricos apologistas e de detratores da globalização, destacando destes últimos os que se referem aos movimentos sociais "antiglobalizadores". O destaque recairá sobre o caso venezuelano, com o qual se procura evidenciar a dimensão "contra-hegemônica" do movimento bolivariano atual, além dos fatores sociais que podem ser encontrados em sua origem, bem como do papel que ele atribui ao Estado no processo dito *revolucionário* do chavismo.

* * *

Eric Hobsbawm chama a atenção para a necessidade de considerar o fenômeno da globalização como algo além de um processo puramente econômico, lançando a ênfase sobre seus aspectos técnicos e, sobretudo, sobre os aspectos sociais da *reorganização global do trabalho*:

> *"Não acho que seja possível identificar a globalização apenas com a criação de uma economia global, embora este seja seu ponto focal e sua característica mais óbvia. Precisamos olhar para além da economia.*

---

[3] MATO, Daniel. ***Cultura, comunicación y transformaciones sociales en tiempos de globalización.*** *In*: MATO, Daniel; MALDONADO FERMÍN, Alejandro. *Cultura y Transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Perspectivas latinoamericanas. *Abril 2007.*

> *Antes de tudo, a globalização depende da eliminação de obstáculos técnicos, não de obstáculos econômicos. Ela resulta da abolição da distância e do tempo. (...) Para todas as finalidades práticas, a produção não é mais organizada no interior dos limites políticos do Estado onde se encontra a sede da empresa. (...) enquanto a divisão global do trabalho estava antes confinada à troca de produtos entre regiões específicas, hoje é possível produzir independentemente das fronteiras nacionais e continentais. Este é o elemento fundamental do processo".* [4]

A estas constatações fundamentais, que buscam mostrar como secundários os princípios "neoliberais" de supressão das barreiras alfandegárias e de liberalização dos mercados e fluxos de capitais, seguem-se duas outras, de ordem ideológica e social, ambas ligadas à "idolatria dos valores de mercado": primeiro, a de que as mudanças recentes pelas quais passa o capitalismo carregam em si o efeito danoso do abandono progressivo das motivações tradicionais da economia e das sociedades (como a família e a valorização do trabalho), abandono esse cujas consequências se devem sentir no funcionamento da própria estrutura capitalista.[5] Segundo, a de que o princípio de liberdade de mercado esconde a falácia da relação direta entre o crescimento econômico (por ela promovido) e da distribuição social da riqueza. Segundo esse princípio, toda ingerência estatal de controle ou regulação do mercado tende a restringir o volume de lucros gerado pelo capital. [6] Essa "idolatria do mercado" se patenteia como a *fetichização* a que se refere Daniel Mato.

Vejamos alguns argumentos de autores que, de pontos de vista diferentes, encaram *grosso modo* a globalização como um processo *necessário e irreversível*, um processo com aspectos inevitavelmente falhos, mas, no

---

[4] HOBSBAWN, Eric. *O novo século*. Entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 71-72.

[5] *"(...) Não há dúvida, porém, de que este será um dos grandes problemas do século XXI. Hoje, tendemos a considerar que não mais necessitamos das motivações tradicionais que, no passado, não só mantinham unidas as sociedades humanas como também faziam funcionar a economia. (...) Estas atitudes, que são os próprios fundamentos da nossa sociedade, foram completamente abaladas pela revolução econômica, social e cultural da última parte do século XX.* " (Ibidem, p. 139).

[6] "(...) *os argumentos de que os recursos são distribuídos de uma maneira ótima pelo máximo crescimento capitalista nunca foram convincentes.* (...) *Há muitos outros modos pelos quais pode avançar a globalização; não é preciso que ela se restrinja à eliminação dos obstáculos aos lucros. Na verdade, quando buscamos na história as razões da evolução equilibrada da indústria em âmbito mundial, vemos que esse equilíbrio não foi resultante da liberdade de comércio, e sim do protecionismo.*" (Ibidem, p. 79).

conjunto, *positivos*. Para alguns deles, tratar-se-ia a globalização de um novo momento histórico, uma "Terceira Revolução Industrial", a exigir novos paradigmas para sua compreensão. Segundo afirma um deles *"*(...) *convivemos, temos de conviver, com a Terceira Revolução Industrial, que veio para ficar, podemos gostar ou não gostar, mas temos de admitir que estamos entrando em uma nova era.*"[7] Outros, ainda, enfrentaram a tarefa de elucidar e defender abertamente o novo processo, como o fez J. Bhagwati (*Em defesa da globalização*) ao apontar, entre outras coisas, a possibilidade de um sucesso compartilhado, de países ricos e pobres, sob a condição de haver *um gerenciamento adequado dos mecanismos da globalização*:

> "*Talvez a observação mais relevante quanto ao perfil de gerenciamento hoje em dia resulte da percepção de que as duas grandes forças do século XXI são a globalização econômica e o enorme crescimento da sociedade civil na maioria dos países, ricos e pobres, bem como a possibilidade de ambas serem convocadas para a causa do gerenciamento adequado a administrar a globalização de maneira a gerar o que chamo de sucesso compartilhado. A sociedade civil, na esfera doméstica e como reflexo da mobilização nacional, dos valores, da cultura e suscetibilidades políticas, oferece oportunidades para um gerenciamento melhor da globalização nas sociedades democráticas, cada vez mais numerosas no mundo todo e nas quais as ONGs vêm proliferando enormemente. Os governos, principalmente os dos países pobres, com frequência adotam leis, como a aprovação do princípio de 'pagar por poluir', mas não possuem os meios para monitorar o seu cumprimento. É aí que as ONGs adquirem importância como os olhos e os ouvidos da legislação. Por exemplo, até as ONGs indianas entrarem com ações sobre os efeitos colaterais ambientais decorrentes das fazendas costeiras de camarão, o Ministério do Meio Ambiente desconhecia o fato. O mesmo é válido para compridos rosários de leis em muitos países pobres: elas existem, mas não produzem grande impacto, pois a informação não se dissemina.*" [8]

Outros estudiosos, no entanto, matizam essa certa euforia frente à globalização com observações de maior cautela, como Ulrich Bech (*O que é globalização?*), para quem : "(...) *[o] choque da globalização, traço marcante da transição para a segunda modernidade, tem ao seu final um efeito politizante, pois <u>todos</u> os atores e organizações, em <u>todos</u> os domínios da sociedade, <u>precisam</u> lidar com os paradoxos e as exigências da globalização e com a sua*

---

[7] MOURÃO, F. A. A. *ALCA-MERCOSUL: um discurso desfocado. In:* CASELLA, P.B. & SANCHEZ. *Quem tem medo da ALCA?.* Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 361.

dinâmica que altera todos os antigos fundamentos. Esta necessidade extrapola, de modo bastante curioso, o esquematismo esquerda-direita. Há uma nostalgia de esquerda e uma de direita. A primeira se remete ao Estado social, a segunda ao Estado nacional. Ambas estão de acordo quanto à defesa do status quo ante contra a 'invasão do mercado mundial' ".[9] Segundo este autor, por exemplo, o grande desafio da globalização está em transformar, em encontrar respostas a questões como: de que forma deve-se realizar a cooperação internacional? Como empreender as ações conjuntas dos Estados Nacionais? Como impedir que empresas transnacionais favoreçam ou apoiem regimes antidemocráticos? Como não concentrar a riqueza, globalizando de fato a miséria? (Veja-se a parte IV, deste livro).

Mais condizente com a posição teórica que adotamos, a globalização deve ser compreendida não como um processo histórico novo, de um caráter progressivo inexorável, mas apenas como uma nova etapa do imperialismo capitalista, que, segundo alguns, revela mesmo um estado geral de crise deste modo de produção (Veja-se, por exemplo, István Meszaros, *Para além do capital,* Parte III). Apesar do que se tem alegado sobre o estreitamento das funções do Estado nacional no âmbito do processo de globalização das economias mundiais ─ que a bem dizer pode ser mais bem descrito como um processo de transnacionalização dos capitais ─, é possível afirmar-se que, o que de fato vem ocorrendo é algo diferente desse estreitamento: a definição da política nacional e internacional dos países, em geral, é hoje estreitamente vinculada aos centros hegemônicos no sistema financeiro internacional. As pressões que as instituições financeiras supranacionais (BM, FMI) exercem sobre as economias (dependentes de empréstimos e investimentos internacionais) aparecem como o aspecto fundamental do quadro de sujeição das economias periféricas às centrais, e, por conseguinte, atestam, nos respectivos cenários nacionais desses países sujeitados, o alto grau de intervenção do Estado nas questões econômicas. Afinal, se deixadas ao sabor apenas das "leis de mercado", essas economias periféricas ver-se-iam inevitavelmente perturbadas por agitações sociais crescentemente

---

[8] BHAGWATI, J. *Em defesa da globalização*. RJ, Elsevier, 2004, p. 251.
[9] BECH, Ulrich. *O que é globalização?.*SP: Paz e Terra, 1999, p. 227.

reivindicativas. Nesse sentido, esses Estados nacionais, ao contrário do que se afirma, precisam ampliar sua função diretora e repressora nos assuntos econômicos e sociais, a custa, no entanto, de perda clara de popularidade dos partidos, sobretudo os de "mais claro compromisso popular".

Em relação aos centros hegemônicos, é visível a ampliação do Estado na esfera da economia se considerarmos ainda a participação nela dos crescentes gastos militares, exponencialmente maiores que durante a Guerra Fria, e ─ mais significativos ainda ─ os investimentos em reconstrução e as garantias de controle do fornecimento de petróleo das regiões em conflito. Vejam-se, neste sentido, as últimas campanhas militares levadas a cabo pelo EUA e seus aliados europeus: as guerras no Golfo Pérsico, a invasão do Afeganistão e a guerra contra o Iraque. As suspeitas que se lançam sobre uma possível guerra contra o Irã devem ser compreendidas neste contexto.

Na literatura marxista (e não só nela), esses traços do cenário mundial ─ isto é, a ingerência aguda das potências centrais nas políticas internas das economias dependentes, a política belicista em áreas de importância estratégica quanto a matérias primas e recursos energéticos, e, deve-se acrescentar, a concentração de capitais em poucos centros financeiros ─ são descritos, como se sabe, como elementos constituintes do imperialismo moderno, que Lênin, descreveu nos termos de uma **etapa superior do capitalismo**, e Hilferding identificou como resultado direto da **hegemonia do capital financeiro**.

Se aceitarmos o fato de que, no plano econômico mundial, vem consolidando-se desde alguns anos um movimento de transnacionalização do capital, e que isto constitui o aspecto mais importante da evolução do capitalismo nos dias presentes, será necessário reconhecer que essa transnacionalização reforça as relações tipicamente capitalistas e as transfere para as economias dependentes na forma de relações de sujeição político-econômico-militar claramente imperialistas. As alterações da geopolítica em conseqüência do desmoronamento do império soviético traduziram a substituição do antagonismo ideológico liberalismo-socialismo da Guerra Fria pelo belicismo unilateralista da superpotência única. Na América Latina, as

vitórias eleitorais recentes de líderes populares (como no Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela, Nicarágua) tiveram invariavelmente por mote a luta contra a militarização das relações internacionais no continente, a par de projetos de integração regional em contraposição aos interesses imperialistas. [10]

Outra mudança fundamental neste "processo de globalização" reside na substituição da hegemonia do capital produtivo pela do capital financeiro. De um ponto de vista amplo, essa financeirização da economia mundial parece indicar **uma crise abrangente nos mecanismos de circulação ampliada do capital via realização da mercadoria num cenário de crise dos processos tradicionais de exploração da força de trabalho e de expropriação da mais-valia**. Como observa um autor a respeito dessa crise e suas consequências sobre as economias dependentes, a

> "(...) *hegemonia sistêmica da macroestrutura financeira internacional, cujas políticas econômicas se pautam na desregulamentação financeira e liberalização cambial, garante ao capital, uma mobilidade internacional sem precedentes na história, gerando, como consequência, uma interdependência do mercado de moedas e de finanças, causando dificuldades às gestões monetárias por parte dos Bancos Centrais. Tal fato implicou em que a estabilidade monetário-financeira e cambial das economias nacionais fosse condicionada pelo sistema financeiro internacional, o que reproduz, em novos termos, uma situação de consequente assimetria se relacionarmos o desenvolvimento econômico das nações hegemônicas com as "em desenvolvimento" ou as "subdesenvolvidas". Ou seja, à medida que estas são inseridas na divisão internacional do trabalho, o são em condição desigual."*[11]

---

[10] Veja-se, a propósito a observação de R Zibechi: " *En paralelo, la exitosa resistencia al modelo creó una nueva relación de fuerzas, particularmente en Sudamérica, que puso en primer plano a cuestión de la integración regional –con dos proyectos en disputa– ante la que numerosos movimientos encuentran dificultades a la hora de fijar posición. Parece evidente que Estados Unidos no juega solo en una Sudamérica que ya no puede ser considerada su "patio trasero", y que se consolida un cierto multilateralismo impulsado, entre otros, por la activa presencia de un país como Brasil, que viene exhibiendo capacidad de ejercer un peso determinante en la región. Por último, aparece un tema nuevo y complejo que ha generado conflictos y divisiones: las relaciones gobiernos-movimientos en aquellos países dirigidos por fuerzas progresistas y de izquierda. Los movimientos sociales no siempre supieron advertir la profundidad de los cambios en marcha y ubicarse ante escenarios mucho más complejos y contradictorios que no admiten lecturas simplistas ".* (ZIBECHI, R. Movimientos sociales: nuevos escenarios y desafíos inéditos. In: Observatório Social de América Latina 21, Buenos aires, CLACSO, p.222)

[11] ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. *Globalização*., p. 12.

Dessas observações gerais, inferem-se duas ideias, ambas de certa relevância: primeiramente, a profunda mudança representada pelo movimento de transnacionalização econômica, longe de significar uma nova reordenação das relações entre as economias mundiais que pudesse superar os desequilíbrios gritantes entre nações pobres e nações ricas, tende antes a acentuar progressivamente esses desequilíbrios, tornando a pauperização aguda das populações dos países pobres um efeito inevitável da sujeição econômico-política deles em relação aos centros hegemônicos, agravando, por um lado, a instabilidade social de uns, enquanto, por outro lado, promove a concentração da riqueza num círculo reduzido de economias poderosas; em segundo lugar, a própria noção de "globalização", enquanto expressão de uso corrente nos meios de comunicação e nos discursos institucionais e políticos, sempre numa acepção valorativa (quando não ufanista), acaba por revelar-se mais um recurso retórico de propaganda de seus apologistas do que propriamente um recurso teórico de análise da realidade histórica presente, tornando a promessa de desenvolvimento das economias mundiais pela via da globalização uma mistificação grosseira, a esconder da humanidade um futuro tão sinistro quanto o foi o passado da formação das economias imperialistas, no qual o mundo conheceu a tragédia de duas grandes guerras.

Com efeito, a conjuntura política mundial presente revela aos observadores um quadro em que alguns elementos parecem constituir importantes óbices à desejada construção de um cenário de livre comércio global. Esta esbarra, segundo compreendemos, em alguns fatos, mais ou menos evidentes, que tendem a distorcer aquele modelo ideal imaginado pelos entusiastas da globalização. Em primeiro lugar, a atenção deve-se voltar para os desequilíbrios no interior de cada um dos blocos econômicos que se ergueram nas últimas décadas, e que necessitam ser corrigidos para que haja um funcionamento equânime e imparcial das vantagens comerciais entre os membros de cada grupo. Dois exemplos patentes desta distorção ocorrem: 1) no Mercosul, em que o poder de decisão sobre liberalizações de tarifas por parte de Brasil e Argentina (e mesmo daquele sobre esta) é imensamente maior e mais favorável a eles mesmos do que aos outros países membros. Na prática, a capacidade de desenvolvimento da produção industrial de países

como o Paraguai e Uruguai pode ser restringida pela concorrência de indústrias mais poderosas dos dois maiores parceiros. O setor automobilístico e de autopeças parece ser um exemplo disso. Neste caso, não há propriamente concorrência, mas oligopolização. 2) No NAFTA, a instalação de indústrias estadunidenses nas áreas fronteiriças ao México representa uma outra forma de desequilíbrio entre membros de um mesmo bloco. Neste caso, o emprego de mão de obra mais barata (mexicana, no caso) por fábricas do outro lado da fronteira resulta em efeitos negativos diversos, como o enfraquecimento da organização política dos operários (de ambos os lados da fronteira, pela forte concorrência pelas vagas de trabalho), o que significa esperar uma precarização das condições de trabalho e um aumento da informalidade, sobretudo dos trabalhadores mexicanos. De caráter mais social que econômico, mas igualmente preocupante, é de esperar o fato de haver uma crescente animosidade da população da região das plantas em relação aos trabalhadores estrangeiros. Creio que esses exemplos poderiam ser multiplicados ainda.

Um segundo obstáculo ao plano ideal de um sistema de livre comércio global, e que constitui hoje um dos temas mais polêmicos em voga na grande imprensa sobre o tema, diz respeito à intransigência de algumas potências em renunciar à política protecionista de produtos em relação aos quais temem perder a concorrência a similares estrangeiros na ausência de medidas de proteção. A renúncia ao protecionismo quase certamente afetaria profundamente a condição de comércio desses produtos, em razão da óbvia vantagem competitiva dos produtos estrangeiros. É o caso da produção agrícola europeia, subsidiada pelos respectivos governos, e que afeta as condições de competitividade com, por exemplo, os produtos brasileiros. O Brasil, como se sabe, vem lutando junto à OMC para que se corrija essa política de subsídios à produção agrícola europeia. Mas o caso não é isolado: os subsídios de Estado são polêmicos também no caso dos EUA, grande arauto, vale lembrar, da liberalização comercial. Neste país, o anseio por um livre comércio internacional sofre restrições com a política de subsídios à produção, por exemplo, de cereais. Igualmente, com a política de fixação de cotas de importação, como no caso, dos cítricos e do aço. Há certo grau de hipocrisia nos discursos oficiais quando se apregoa a liberalização

internacional enquanto domesticamente se impõem restrições. A questão, ademais, ganhou um novo ingrediente com a polêmica em torno da produção de biocombustíveis, sobre que se lança a culpa pelo aumento dos preços dos alimentos. A questão continua em aberto, naturalmente, mas a hipocrisia referida acima é, inegavelmente, um importante ingrediente.

Um terceiro entrave: um sistema global eficiente de livre comércio pressupõe uma condição básica, sem a qual toda tentativa de efetivá-lo será parcial ou totalmente frustrada. Refiro-me a um estado geral, nas relações internacionais, de relativa ausência de conflitos militares entre os países. Infelizmente, o fim da Guerra Fria não concretizou a esperada situação de paz mundial, em que existissem apenas conflitos regionais (historicamente antigos e de amplitude local). Ao contrário, o novo milênio inaugurou-se com uma sucessão de conflitos, longe ainda de serem concluídos (Afeganistão, Iraque, e possivelmente, Irã...). Esses conflitos, e a forma como foram justificados (uma "cruzada civilizadora do ocidente democrático contra as ditaduras fundamentalistas do oriente), dão a medida das dificuldades de se alcançar um "livre comércio global" que não traduza, em realidade, a expansão imperialista de grandes potências (EUA e Europa) sobre a riqueza de nações, militar e economicamente, mais fracas. A conjuntura internacional recente trazia alguns elementos de complicação a esse quadro: a permanência do grupo mais conservador do Partido Republicano na presidência dos EUA, de forte espírito belicista, adicionava uma nota de cautela nas políticas de desenvolvimento, por exemplo, na América Latina. O caso da Venezuela é ilustrativo. Embora permaneçam como bons parceiros comerciais no caso do petróleo, e grande parte das declarações de desafeto recíproco entre Chávez e Bush não passasse de retórica vazia, um estado de desconfiança permanente era e continua sendo pouco desejável para relações comerciais estáveis. A questão, pois, está em, em termos diretos, em não transformar a OTAN na salvaguarda da "liberdade comercial" das nações de capitalismo avançado (no caso dos Estados Unidos, esteja o país sob governo republicano ou democrata).

O comércio de um país não é uma esfera que possa se desligar de sua função social. O comércio global, por conseguinte, deve atrelar-se a uma ética que supere o prosaísmo do puro ganho mercantil, que vença essa como estéril "usura moderna". Dizer isto significa que a constituição de um sistema de livre

comércio global não pode prescindir de discutir o problema dos países cujo comércio é incipiente e precário, em virtude da própria miséria interna, fruto de um passado de colonização. O que quero dizer é que o sistema precisa integrar as nações cujo comércio pouco tem de peso no plano mundial, mas que teriam muito a ganhar com a inserção no sistema mundial: a formação de um mercado consumidor interno não elitista, nem excludente, pode representar uma ascensão do nível de vida geral da população do país. Os melhores exemplos disso podem ser encontrados nos países africanos. Tome-se em consideração um país como Ruanda, devastado pela miséria e pelo autoritarismo político, duas causas determinantes da grande tragédia que varreu o país em 1994, e para a qual o mundo vergonhosamente fechou os olhos. Creio que muito se ganharia com a ideia de integração das nações miseráveis ao grande sistema comercial ideado, e capaz de ir além dos resultados que consegue a política de ajuda humanitária para esses casos. A ideia presente neste parágrafo decerto pode ser encarada como ingênua ou simplista, ou então eivada de um utopismo, impróprio da pesquisa científica; contudo, ela seria uma excelente ferramenta na tarefa de tirar ao capitalismo a sua face desumana e reificadora, que mesmo os defensores do sistema são obrigados, em algum grau, a reconhecer.

Afastar as questões culturais das discussões em torno da melhor maneira de se organizar o comércio mundial é deixar de lado uma condição de existência do comércio, ou seja, a estabilidade de um mercado consumidor amplo, constituído por populações diversas. A questão que desejo enfatizar é a do etnocentrismo que acaba por se traduzir em expressões de deculturação ou intolerância cultural: a imposição de hábitos de consumo — em geral por meio da publicidade massiva — e nem sempre escrupulosa ou eticamente orientada, a povos de hábitos diferentes dos do país de origem dos produtos pode conduzir a situações de desagregação de laços sociais fundados no costume. Penso nas pequenas comunidades rurais, de países como o Brasil ou a Índia, comunidades até há pouco desligadas dos grandes centros urbanos, mas que subitamente passam a ser alvo de produtos da chamada "indústria cultural", que promovem estilos de vida e comportamentos sociais (como o individualismo exacerbado e o consumismo de ostentação) cujos efeitos tem sido percebidos na fragilização dos laços interpessoais das comunidades.

Por fim, há a questão da mão de obra. Se o valor da força de trabalho é uma variável tão importante na composição do valor das mercadorias, quanto o é o valor das tarifas aduaneiras, e se considerarmos que as teses liberalizantes propugnam a liberdade de fluxo de capitais e de mercadorias entre os países, será lícito esperar ser igualmente válida a *liberdade de fluxo de mão de obra.* Contudo, o contrário é o que se vê: o vergonhoso muro que se levanta na linha de fronteira entre os EUA e o México constitui um exemplo escandaloso dos limites éticos e políticos da liberalização econômica. Ademais disso, a rejeição, por vezes animosamente cruel, de trabalhadores imigrantes africanos e latino-americanos na Europa representa outro exemplo. Lá, o recrudescimento de movimentos políticos xenófobos e a adoção de uma política severa de restrição aos fluxos migratórios de trabalhadores dão o tom de um estado de coisas em países que — esquecidos da História recente — há menos de um século, empurravam parte de sua população para lugares distantes das antigas colônias na América e Ásia. Se tudo isso não for efetivamente objeto de consideração séria, as discussões em torno das liberalizações do comércio mundial correm o risco de permanecer um jogo de palavras de uma retórica vazia.

Vejamos agora, em linhas gerais, a emergência, neste contexto mundial, de um fenômeno para o qual intelectuais de todo o mundo têm voltado sua atenção. O atual cenário político venezuelano tem merecido, justificadamente, uma atenção particular nos estudos acadêmicos e nas discussões políticas que se travam hoje na América Latina. A razão disso reside, em grande medida, nas interpretações — notavelmente polêmicas — que se têm esboçado para explicar o "fenômeno Chávez". Oscilando entre avaliações que, por um lado, o estigmatizam como uma mera reedição do populismo típico latino-americano e, por outro, o exaltam como uma alternativa promissora e poderosa de reorganização do Estado contra o "Estado mínimo" e o processo de globalização econômica, o chavismo, a bem dizer, coroa um processo político de décadas, que, por muitos motivos, guarda certa peculiaridade na história latino-americana. Embora a Venezuela se integre perfeitamente ao conjunto dos países latino-americanos — considerados em sua formação histórica própria, de secular dependência econômica, de autoritarismo político e de miséria social — o país conheceu na década de 1970 (e primeiros anos da de

1980) um período tradicionalmente relembrado como de abastança econômica e de paz social ─ traços bastante peculiares numa época em que o restante do continente se agitava, convulso, em meio a ditaduras militares e movimentos armados da esquerda radical. Entre os estudiosos, não poucos encararam as instituições políticas venezuelanas desses anos como as mais democráticas da América Latina, sustentadas, ademais, por um progresso material fundado na exploração da riqueza petrolífera do país. Desta perspectiva, ainda, alguns aspectos da vida político-partidária viriam reforçar a sensação de otimismo que então tomou conta da sociedade venezuelana: um sistema político de dois partidos (AD e COPEI), de exígua diferença ideológica, e que permitia, desde 1958, certo estado de equilíbrio através de um "pacto de governabilidade" (puntofijismo), combinado com a firme exclusão de grupos políticos radicais (como o PCV); a forte institucionalização dos partidos e sua composição multiclassista, o que desencorajava o aparecimento de lideranças individuais, e, ao mesmo tempo, permitia a formação de coalizões com partidos menores; e o controle que, na prática, pôde exercer a AD sobre importantes setores do movimento operário (organizados na Confederação dos Trabalhadores da Venezuela - CTV).

O cenário econômico mundial de inícios de 1970, por sua vez, revelou-se auspicioso para a Venezuela: em 1973, por força da OPEP (da qual o país era membro preeminente), o barril de petróleo atingiu um valor quatro vezes maior do que nos anos anteriores, numa tendência que se manteria por toda a década, e mesmo se acentuaria com a Revolução Iraniana de 1979.[12] O progresso econômico podia ser visto, em termos numéricos, nas exportações ─ que ascenderam de 3,1 bilhões de dólares (1972) para 11, 3 bilhões (1974) ─ e no aumento da receita interna disponível. O quadro interno venezuelano desses anos é assim resumido por Daniel Hellinger :

> "*The influx of petrodollars during the OPEC boom (1973-1983) far exceeded the capacity of the country to absorb capital. The institutions of democracy, especially the judiciary, seemed incapable of coping with the competition for rents. Certainly the wealthy profited the most, but the corruption was prolific, embracing toll takers on the highway, military*

[12] HOBSBAWN, Eric*. Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991).* (Trad. de Marcos Santarrita). 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

> *contractors, social service providers, presidents, and their mistresses. Thus the corruption was "democratic" in a sense.* ***Puntofijismo*** *ensured that some rents percolated down to all social strata, and there was optimism that the country was advancing. It was measurable in daily life and in opportunities for the children of urban migrants and workers. After the devaluation of 1983, however, the distributive capability of the system waned, and with it confidence that this democracy would spur development and opportunity.*"[13]

No entanto, nos anos 1980, o modelo econômico venezuelano dava sinais de esgotamento: entre 1980 e 1986 registrou-se ─ apesar do aumento das exportações de petróleo em razão da queda das exportações iranianas ─ uma curva descendente do crescimento interno. Referindo-se aos anos de 1979 e 1980, resume Héctor Malavé Mata o movimento de queda ─ que se agravaria nos anos seguintes e que culminaria com a brutal desvalorização do bolívar, em 1983, e com os altos índices de inflação no fim da década (81% em 1989) : "(...) *En esos dos años la economía del país, con desequilibrios básicos acentuados por factores internos y externos que limitaron el desarrollo de las actividades productivas, mostró signos de estancamiento relativo, a juzgar por el ritmo de crecimiento anual del PTB que a precios constantes ni siquiera llegó a 1% en promedio, lo cual significó una ostensible contracción. Ello fue resultado de una política económica restrictiva aplicada, hasta límites de una desaceleración excesiva, por el gobierno de Luis Herrera Campins en sus dos primeros años de gobierno*".[14]

A par do descenso econômico, delineava-se uma gravíssima crise social, que culminaria na violenta revolta popular de 1989 (conhecida como *Caracazo*): patenteavam-se, com ainda maior veemência, as fraquezas e limitações históricas do "modelo" venezuelano". Mais do que uma explosão momentânea e irracional da população pobre, o movimento (que se estendeu até 5 de março, e se espalhou por várias outras cidades além da capital) trouxe a marca iniludível da falência da "política distributiva", proporcionada pela expansão petroleira, e do "consenso político", forjado em Punto Fijo. Muitos

---

[13] HELLINGER, Daniel. *"Political overview: the breakdown of* puntofijismo *and the rise of* chavismo. In: ELLNER, Steve & HELLINGER, Daniel (Ed.). Op. cit., p. 30.

[14] MATA, H. M. *"Venezuela: La economía en el periodo 1974-1980", In:* MÉNDEZ V., Sofía (Org.)*. La crisis internacional y la América Latina.* México: Centro de investigación y docencia económicas, p. 631.

estudiosos tentaram estabelecer uma relação entre a agitação social e o desgaste das instituições políticas, após décadas em vigor.[15] Mas, em verdade, essa crise social se traduzia num fenômeno mais importante (e mais duradouro) de polarização social, provocada por fatores econômicos. Seu paroxismo, manifestado no *Caracaço*, coincidiu com os piores indicativos econômicos e sociais dos últimos trinta anos (e alguns entre os piores do conjunto dos países latino-americanos): índice de produção anual negativo, índices crescentes de inflação e de desemprego urbano. E sobretudo revelava o grau de dependência que a economia do país tinha em relação ao petróleo e às oscilações do produto no mercado internacional. A crescente animosidade social desses anos representava, segundo S. Ellner[16], uma ruptura com o passado de uma nação que fora uma das mais prósperas do continente, mas que experimentaria nos anos 1990 um processo severíssimo de agravamento da desigualdade social. A polarização social, ainda segundo esse autor, encontrou expressão também na ampliação do número de trabalhadores na economia informal, e no ressentimento mútuo entre os setores mais pobres e os mais abastados da sociedade. Foi nesse ambiente, por conseguinte, que surgiram os partidos (como o de Chávez) que voltaram seu discurso quase exclusivamente para os segmentos mais baixos, rompendo assim a tradição de partidos multiclassistas.

Apesar da momentânea recuperação econômica, graças ao aumento do preço internacional do petróleo que se seguiu ao ataque norte-americano ao Iraque, entre agosto de 1990 e março de 1991, o fim deste ano veria novos protestos populares contra a carestia, e que acabaria por computar duas dezenas de mortos. O governo de Carlos Andrés Pérez, eleito euforicamente em dezembro de 1988 com a promessa de retorno aos anos de prosperidade, chegava ao início de 1992, como alvo de um golpe de Estado, liderado pelo então tenente-coronel Hugo Chávez, que embora malogrado, prenunciava as agruras que o país enfrentaria nos anos seguintes.

---

[15] Cf. ELLNER, Steve. Introduction. *In:* ELLNER, Steve & HELLINGER, Daniel (Ed.). Op. cit., *p.18.*
[16] *Idem, p. 21.*

A adoção do "receituário neoliberal" na Venezuela, nos primeiros meses do governo Pérez, pouco diferiu das que ocorriam e ocorreriam no restante da América Latina, de Ménem a Fujimori, de FHC a Losadas. O fracasso das políticas sociais — proclamadas por esses governos como combinadas às reformas financeiras e econômicas liberalizantes — conduziria ao fortalecimento dos partidos oposicionistas em quase todos os países latino-americanos e, em fins dos anos 1990, levaria ao poder figuras políticas da esquerda histórica destes países. Na Venezuela, essa ruptura assumiu, no entanto, certa peculiaridade: a ascensão de Chávez coincidiu, naquela conjuntura, com a chegada à presidência dos Estados Unidos de representantes diretos das corporações norte-americanas — sobretudo as empresas petroleiras — que, como nota um estudioso,

> "(...) *en lugar de promover los ajustes que parecían aconsejables en la arquitectura financiera internacional para asegurar su estabilidad, han acelerado a fondo la lucha por alcanzar un mundo hecho a la medida de las recomendaciones de las corporaciones transnacionales y, en particular, de las petroleras y financieras, al mismo tiempo imprimiéndole a esta lucha una dimensión militar con implicaciones políticamente explosivas. El impulso decisivo que el atentado del 11 de septiembre de 2001 le dio a la política "imperial" de Bush ha estado acompañado por una agresiva política doméstica de reducción de impuestos (sobre todo a las corporaciones), mientras que se prolonga la recesión económica que siguió al dramático colapso de la llamada "nueva economía". De manera que tanto el entorno internacional como las perspectivas futuras para la economía norteamericana ofrecen elementos de incertidumbre mayores que los acostumbrados, lo que aconseja prudencia en el empeño por definir derroteros alternos.*"[17]

Esta circunstância daria a Chávez um importante mote em seu discurso contra o "capitalismo selvagem" e o "imperialismo de Mr. Death", cujo tom pouco mudou até recentemente. Este mote — a defesa intransigente da exploração estatal da riqueza petrolífera através do controle efetivo pelo Estado da PDVSA, como base material para as reformas sociais de grande abrangência na sociedade venezuelana, em especial nos estratos mais pobres— este mote, todavia, traz algum fundamento histórico: é possível asseverar-se que o chavismo irrompe, no cenário político latino-americano,

---

[17] PARKER, Dick. *¿Representa Chávez una alternativa al neoliberalismo?* Revista Venezolana de Economía y 102 Ciencias Sociales. p. 95.

como a mais expressiva forma de oposição institucional ao vendaval de reformas neoliberais que tomou conta do continente em seguida ao fim de regimes militares que avassalara a região (e de que, como vimos, curiosamente, a Venezuela, fora uma exceção). No chavismo, pois, a "revolução bolivariana" ganha a forma (a despeito do adjetivo "socialista" que quase sempre acompanha essa expressão) de um nacionalismo radical, que alguns politólogos erroneamente insistem em chamar de populista (ou, segundo outros ainda, neopopulista[18]).

Quatro medidas da política de Chávez, ao longo desses doze anos de governo, permitem caracterizar o chavismo como uma alternativa histórica ao modelo neoliberal[19]: a) a reforma da economia petroleira: esta reforma baseou-se em ao menos duas medidas de grande impacto, a saber, 1) a interrupção do processo de privatização da PDVSA, transferindo para o Executivo a definição da política de gerenciamento da estatal, e 2) o fortalecimento das relações entre os países membros da OPEP para a imposição de uma política mundial de preços mais favorável ao conjunto dos países exportadores do produto, a par do reconhecimento de que a economia venezuelana se fundaria ainda por muito tempo na exportação do produto; b) o desenvolvimento endógeno: a oposição que o governo sofre de parte do empresariado nacional (Fedecámaras), de certo modo impeliu Chávez a uma posição de relativa

---

[18] Um exemplo dessa adjetivação se encontra em FOLZ, Olivier. *Hugo Chavez : le renouveau du populisme vénézuélien ?* Revue de Civilisation Contemporaine de l'Université de Bretagne Occidentale, EUROPES / AMÉRIQUES. Disponível em http://www.univ-brest.fr/amnis/. Tratando da construção da imagem de Chávez, diz o autor: **"***Cette étude aura démontré que Hugo Chavez est incontestablement un grand leader charismatique. Elle nous aura aussi permis d'établir qu'il possède plusieurs caractéristiques connexes au populisme latino-américain des années trente et soixante. À l'instar des grands leaders populistes et du protopopulisme vénézuélien, il apparaît dans un contexte de crise généralisée. Il se présente aussi sous un aspect protestataire, nationaliste et en appelle au peuple pour légitimer son action. Toutefois, nous conviendrons que des éléments novateurs viennent s'y ajouter. En effet, Hugo Chavez se situe hors du système des partis et intervient dans un contexte de désillusion démocratique. Il est le fruit d'une société anomique, désarticulée et encline aux peurs de la mondialisation. Par ailleurs, il est étranger à la tradition politique. À la différence des partis politiques traditionnels, son mouvement fait montre d'une carence idéologique patente qui donne l'impression d'une improvisation constante. En effet, les médias l'ont propulsé sur le devant de la scène politique et entretiennent ce rapport de proximité entre le leader et les masses, créant ainsi un phénomène d'hyperpersonnalisation de l'exécutif*[53]*. L'enchâssement de toutes ces nouveautés conceptuelles nous amène à parler non plus de populisme mais de néo-populisme. Hugo Chavez est-il un leader néo-populiste ? Sans hésiter, nous répondrons par l'affirmative."*(p.10).

[19] *Veja-se PARKER, Dick. Op. Cit., p.98 et seq.*

simpatia com os investidores estrangeiros; o traço de nacionalismo da política de desenvolvimento industrial interno, de cujo sucesso depende o plano de diversificação da base produtiva da economia do país, reside na preocupação estatal em incentivar o pequeno e médio empresariado, estimulando a concorrência interna ao passo que coíbe a formação de oligopólios nacionais e internacionais; c) a autonomia frente ao capital estrangeiro: este ponto constitui o grande desafio a ser vencido pelo bolivarianismo chavista: impedir o avanço das negociações em torno de um mercado comum das Américas (ALCA) que permitiria a refortalecimento da hegemonia comercial e financeira norte-americana sobre todo o continente. O desafio está numa alternativa (ALBA) que promovesse a integração das economias latino-americanas de forma mais efetiva, com a constituição de um banco de recursos financeiros para a região; d) aplicação de políticas sociais efetivas: de inegável vantagem política (e aqui se baseiam os que caracterizam o chavismo como uma reedição do populismo), os programas sociais voltam-se para a efetivação de uma "economia social", na qual a produção material do país traduza-se em melhorias substantivas das condições elementares de vida. O desemprego e o subemprego, bem como educação e saúde, aparecem como metas prioritárias do governo. Neste plano, a aproximação com Cuba significou mais do que uma suposta afinidade ideológica e de estratégias, pois pôde contar com a importação de profissionais das áreas de saúde e de educação. Um marco fundamental desta posição deu-se em 2002, com a Lei de Seguridade Social. Sobre ele diz Parker: " (...) *que marca una ruptura radical con la postura neoliberal que, en mayor o menor medida, había inspirado las medidas adoptadas en el resto del continente. después de interminables (e imperdonables) demoras, se introdujo un marco para este aspecto fundamental de la política social que es claramente la antítesis del neoliberalismo. La cobertura es universal y no selectiva. El sistema de financiamiento es colectivo y no individual. Y, finalmente, es manejado por el Estado y no dominado por el sector privado. Aunque el sector privado no está excluido, su participación está limitada a aquellas instituciones que funcionan "sin fines de lucro". Con esta medida, se establece, de una vez, que la responsabilidad por la seguridad*

social de los ciudadanos queda en manos del Estado y no se somete a la lógica mercantil."[20] Somadas, essas estratégias têm levado a Venezuela a uma situação merecedora da atenção dos que esperam honestamente que o *dinamismo histórico* da América Latina a conduza a um estado efetivo e duradouro de democracia social, mais do que de mera democracia formal. Por isso, Edgardo Lander pôde apontar duas características da história presente venezuelana às quais se espera os cientistas políticos e sociais devam ater-se, e com as quais encerramos esta exposição:

> *"(...) A primeira refere-se às consequências de se ter optado por uma política internacional autônoma e suas implicações nas difíceis relações que têm sido mantidas com o governo dos Estados Unidos, assim como as formas de articulação do projeto político e de desenvolvimento nacional com as posições que o governo veio assumindo nas negociações comerciais internacionais. Depois de uma primeira fase na qual havia pouca correspondência entre as indicações geopolíticas de caráter geral enunciadas pelo Presidente nos foros internacionais e as posturas que assumiam os representantes da Venezuela nas diferentes negociações internacionais,durante o ano de 2003 alcançaram-se níveis crescentes tanto de coerência como de capacidade propositiva e negociadora. A segunda refere-se ao que com certeza constitui a mudança mais importante ocorrida na Venezuela ao longo dos últimos cinco anos: as transformações na cultura política e nos processos de inclusão, a incorporação como sujeitos da ação política e organizativa das maiorias pobres do país que se encontravam excluídas, não só historicamente como cada vez mais, nos últimos tempos. Foi esta a mais importante conquista em direção a uma sociedade mais democrática. O significado destas transformações expressou-se com contundência na resposta dos setores populares ao golpe de Estado que os partidos de oposição, as organizações empresariais, a mídia, a hierarquia eclesiástica e alguns militares de alto escalão levaram a cabo em 11 de abril de 2002.*"[21]

---

[20] *Idem, Ibidem, p. 106.*

[21] LANDER, Edgardo. *Venezuela: a busca de um projeto contra-hegemônico***.** *Hegemonias e emancipações no século XXI*. CECEÑA, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Julio 2005, p. 215.

BIBLIOGRAFIA

BETHELL, Leslie (Org.). A América Latina após 1930: Economia e sociedade. (série História da América Latina, v. 6). Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

BORON, Atilio A. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. (Org.) Nova hegemonia mundial: Alternativas de mudança e movimentos sociais. São Paulo: CLACSO, 2005.

CASANOVA, Pablo González (Org.). América Latina: História de meio século.

Brasília: editora UnB, 1977.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). América Latina: Encruzilhadas da história contemporânea. São Paulo: Xamã, 2003.

DIJOHN, Jonathan. The political economy of economic liberalisation in Venezuela. London: Development research centre, June 2004.

DOMINGO, Carlos et alii. Viejos y nuevos modelos de Venezuela. Grupo interdisciplinario de modelos socioeconómicos de Venezuela. Caracas: Universidad de los Andes (Revista de Economía, nº 9), s/d.

ELLNER, Steve & HELLINGER, Daniel (Ed.). Venezuelan politics in the Chávez era: Class, polarization, and conflict. London: Lynne Rienner Publishers, 2003.

GOTT, Richard. Hugo Chávez and the bolivarian revolution. London: Verso, 2005.

HARDY, José Toro. Venezuela: 55 años de política económica, 1936-1991. Caracas: Editorial Panapo, 1992.

HOBSBAWN, Eric. Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991). (Trad. de Marcos Santarrita). 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LÓPEZ-MAYA, Margarita. Venezuela, la rebelión popular del 27 de febrero de 1989, ¿resistencia a la modernidad?. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, nº 5., Caracas, abr.-set. 1999, p. 177-199.

MARINGONI, Gilberto. A Venezuela que se inventa: Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MÉNDEZ V., Sofía (Org.). La crisis internacional y la América Latina. México: Centro de investigación y docencia económicas – Fondo de cultura económica (Serie Lecturas, v. 55), 1986.

OURIQUES, Nildo (Org.). Raízes no Libertador: Bolivarianismo e poder popular na Venezuela. Florianópolis: Insular, 2005.

PARKER, Dick. ¿Representa Chávez una alternativa al neoliberalismo? Caracas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, 2003, vol. 9, nº 3 (mayo-agosto), pp. 83-110.

Cristãos novos negociantes em Minas Gerais na primeira metade dos setecentos.

Franciany Cordeiro Gomes[1]

Introdução

Com o objetivo de apreender um pouco mais sobre a atuação dos negociantes que viveram em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XVIII, a pesquisa aqui apresentada identifica algumas das principais características comuns encontradas em um grupo específico que compunha a rede de negociantes mineiros, os cristãos novos. Valendo das informações constantes nos inventários de quatro indivíduos identificados em seu estatuto social como cristãos novos, a pesquisa faz um esforço em contribuir com algumas reflexões sobre o seu comportamento, dentro dos limites que essa fonte nos restringe.

A pesquisa partiu da análise dos processos inquisitoriais de quatro indivíduos denominados cristãos novos, que foram presos e processados entre 1728 e 1730. [2] Diante das informações contidas nesses processos, a pesquisa se voltou para os dados dos inventários. A escolha destes quatro sujeitos partiu de três pré-requisitos observados: a ligação do indivíduo com as atividades negociantes, estarem inseridos no recorte temporal e espacial aqui proposto, e apresentarem um inventário mais completo.

Frente aos dados apresentados pelos inventários, inicialmente, tomei como referência de análise a própria organização do documento, que mesmo sendo estruturado em uma escrita corrente, sem subdivisões evidentes, a disposição das informações nos mostra que possuem três áreas principais: os bens móveis e imóveis, incluindo os escravos; as dívidas que o réu tem a receber; e por fim as dívidas que confidente tem a cumprir. Dentro dessa perspectiva de organização, vi por bem dividir

---

[1] Mestranda do curso de Pós-graduação em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora, orientada do professor doutor Ângelo Alves Carrara, franfran_cordeiro@hotmail.com. Este trabalho foi financiado pela UFJF e APG.

[2] Deve-se ressaltar que apesar do objetivo do trabalho ser a análise da atuação de negociantes cristãos novos, dois dos quatro inventários aqui utilizados são de indivíduos que não foram denominados como praticantes de atividades negociantes em sua ficha de identificação no processo, mas que apresentam a prática de uma atividade negociadora subalternas a uma atividade principal. No caso de Francisco Ferreira Isidoro, tido como mineiro, vamos aqui considerá-lo como negociante de imóveis. E Marcos Mendes Sanches, denominado lavrador, como negociante de produtos agrícolas.

este trabalho em três grandes áreas, a que trabalha com os bens móveis e imóveis, num segundo momento com a atividade creditícia[3], e num terceiro com as dívidas contraídas pelo cristão novo.

Dentro da divisão das informações dos inventários em três grandes grupos, cada sujeito recebeu uma tabela individual para cada uma das três áreas, por considerar que este tipo de organização das informações deixaria a singularidade de cada caso evidente, apesar deste trabalho propor sua comparação.

Posteriormente defini os dados para cada grupo da seguinte forma: no que chamei de "bens gerais" se agrupam os objetos pessoais – como vestuário e mobiliário - , os imóveis, roças, escravos, animais de cria – como vacas e cavalos -, armamentos, e fazendas – como milho e feijão. No grupo referente à atividade creditícia dos sujeitos, agrupei em outra tabela os nomes dos denominados devedores do cristão novo, da mesma forma foi feito com o setor das dívidas, em que foram listados os seguintes credores dos mesmos.

Os valores contidos nos inventários, naturalmente, passaram por alguns ajustes para a melhor compreensão das informações. Estes tiveram que ser convertidos em uma única tipologia, no caso as oitavas de ouro foram aqui avaliadas em 1$200 réis, os valores em cruzados também foram convertidos, valendo aqui 400 réis. Alguns bens trouxeram sua avaliação em moedas de ouro, que foram transformadas em 4$800 réis cada. Os ajustes aqui apresentados se basearam nos valores considerados pelo autor Ângelo Carrara. [4]

Como já foi dito, um dos principais objetivos desta pesquisa é conhecer melhor a atividade negociadora e seus agentes, que vem sendo alvo de estudos cada vez mais complexos e elaborados. A historiografia que trata do assunto negociante busca inserir estes indivíduos no cenário histórico, já que participaram ativamente da sociedade. Estudos exaustivos como o de João Luís Fragoso, em seu livro *Homens de grossa aventura*, mesmo não se referindo ao contexto mineiro – pois se dedica nos estudos dos grandes negociantes da praça comercial do Rio de Janeiro, no período de 1790 a 1830 - vem abordando o tema e identificando o papel que os homens de grosso trato exerceram na relação colônia-metrópole, bem como a ligação que estabeleciam entre as várias partes da colônia.

---

[3] Considerei aqui como atividade creditícia todas as menções de empréstimos que o processado alega ter concedido.

[4] CARRARA, Ângelo Alves. *Amoedação e oferta monetária em Minas Gerais: as casas de fundição e moeda de Vila Rica*. Belo Horizonte*:* Varia História, *vol. 26, nº 43: p.217-239, jan/jun 2010.*

O autor discute os debates historiográficos recentes sobre o lugar da colônia em relação à metrópole, dialogando com a historiografia considerada tradicional, que tem Caio Prado Júnior como principal representante. Fragoso vai contra a perspectiva tradicional de que existe uma transferência de excedentes para Portugal, e que uma acumulação de capital interna seria improvável por a colônia estar inserida em um sistema denominado *Antigo Sistema Colonial*, em que era sujeitada ao monopólio das transações econômicas e ao total controle pela coroa das diversas instâncias da economia colonial, além dos diversos instrumentos de arrecadação que a metrópole se utilizou.

Através de seu estudo sobre a circulação de capital e a atuação dos negociantes, Fragoso demonstra a possibilidade da acumulação de capital na colônia, que acontecia por meio de um mercado interno ativo. Fragoso também estabelece outros pontos de contato com a historiografia que não iremos abordar por fugir de nossos objetivos.

Ainda sobre a historiografia e sua busca pela inclusão dos negociantes no cenário colonial, temos a obra primorosa de Júnia Furtado, nomeada como *Homens de Negócio*, que vem discutir a participação dos comerciantes mineiros, durante o século XVIII, na reprodução do poder metropolitano por meio de seu papel social nas diversas regiões da província. Júnia contribui efetivamente no conhecimento sobre o perfil e comportamento dos negociantes que atuaram nas minas durante a produção aurífera.

Ao identificar as diversas formas de controle sobre o comércio e os comerciantes – seja através de tributos ou legislações específicas – que afetavam diretamente o restante da população, já que estes eram responsáveis pelo abastecimento interno das minas, a autora identifica os artifícios utilizados pela coroa que se servia dos comerciantes como veículo de ligação e aproximação social, fazendo sua presença se tornar efetiva nas mais longínquas áreas sob seu domínio.

Um trabalho anterior ao de Júnia e que também nos esclarece sobre a atuação dos negociantes na colônia, mais especificamente em Minas Gerais, foi a pesquisa de Cláudia Maria das Graças Chaves. Em seu livro *Perfeitos Negociantes*, a autora disserta sobre os diversos "escalões" de negociantes presentes nas minas, durante o século XVIII, e suas características para com a atividade econômica, servindo como manual para elucidações das diversas atividades comerciais do período colonial.

A autora tem o objetivo de analisar a dinâmica do mercado interno mineiro, mas não foge da compreensão do papel negociante dentro da economia mineira, bem como da economia colonial como um todo. Outros trabalhos mais recentes também

complementam essa busca da historiografia atual em entender os negociantes frente à economia colonial, como podemos citar o trabalho de Alexandra Maria Pereira chamado *Lojas e vendas*. Ao acompanhar a distribuição dos estabelecimentos comerciais nas diversas localidades das comarcas de Serro Frio e Vila Rica, nos anos de 1736 e 1746, a autora contribui significativamente montando um perfil desses negociantes nessa região, além de constatar as características da atividade comercial na região.

Após este percurso pouco alongado frente às diversas possibilidades que a historiografia nos oferece, pois esse não é nosso objetivo principal, a abordagem do tema que trata do perfil dos negociantes como um todo, e seu papel diante da economia colonial, comunica aqui com os objetivos dessa pesquisa, reconhecendo nestes agentes sociais traços fundamentais para se compreender o contexto aqui proposto.

Mais do que entender os negociantes na esfera econômica este trabalho busca também identificá-los e inseri-los como indivíduos pertencentes a uma sociedade colonial, em suas várias instâncias e características, que a torna peculiar.

Cristãos novos e as minas

Para elucidar um pouco mais sobre os objetivos desta pesquisa, se faz necessário a compreensão dos personagens aqui trabalhados e o contexto em que estavam inseridos, a fim de que as possíveis dúvidas que surjam no decorrer desta apresentação sejam minimizadas.

Os cristãos novos foram os descendentes dos judeus obrigados à conversão ao cristianismo, em 1497, pelo rei de Portugal Dom Manoel. Espalhados pelas diversas partes do Império Português, os cristãos novos participaram ativamente de todo o desenvolvimento social que Portugal apresentou. Inseridos em quase todas as atividades econômicas desenvolvidas pelos portugueses, como a autora Anita Novinsky enfatiza, os judeus contribuíram com suas riquezas, seus saberes e suas experiências para a expansão marítima do século XVI. [5]

Disseminado entre a população, este grupo integrava o cotidiano da sociedade portuguesa, compondo as principais esferas da mesma, exercendo as mais diversas funções e atividades. Na sociedade colonial não foi diferente, a historiografia que

[5] NOVINSKY, Anita W. *Marranos e a Inquisição: sobre a Rota do Ouro em Minas Gerais*. In:*Os Judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade/*Keila Grimberg. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 164.

trabalha o assunto cristão novo já os identificou nas mais diversas etapas do desenvolvimento da colônia brasileira. Autoras como Lina Gorenstein e Anita Novinsky identificam a atuação desses personagens desde os primórdios da história colonial brasileira, inseridos na expansão territorial com os bandeirantes até a ocupação de cargos fidedignos nas esferas de poder colonial.

Estes sujeitos ocuparam as terras brasileiras nas mais longínquas localidades, mas sem dúvida, Minas Gerais foi um dos redutos preferidos dos cristãos novos na colônia. Após a notícia dos minerais preciosos brasileiros exaltarem os ânimos de todos os indivíduos - pois ali estava disponível "a fortuna ao alcance de quantos tivessem coragem e forças físicas para escalar as montanhas que vedavam o acesso ao solo mineiro" [6] -, milhares de pessoas passaram para a região mineradora, dentre elas vários cristãos novos, que viram na colônia portuguesa uma chance de ascensão econômica e social.

O cristão novo foi constantemente o principal objetivo da perseguição inquisitorial. Mesmo vivendo de acordo com as "regras sociais" e cumprindo rigorosamente as demandas da religião católica, aquela sociedade dispunha de outros instrumentos de perseguição, que eram legalmente utilizados – como os estatutos de pureza de sangue (que rastreavam seu passado para encontrar uma origem herege), as habilitações de *genere*, e etc. [7] Estes instrumentos de perseguição e discriminação foram amplamente usados contra os cristãos novos em terras brasileiras, apesar da inquisição não ter instaurado um tribunal na colônia portuguesa.

A inquisição atuou no Brasil através das visitações feitas por eclesiásticos da própria colônia, apoiados por familiares aqui estabelecidos, nas quais aconteciam as denunciações e posteriormente as devassas, que se comprovada a heresia do indivíduo, este era encaminhado aos tribunais metropolitanos, onde eram presos e sentenciados.

Apesar das "barreiras" enfrentadas por esses sujeitos, sua influência na vida colonial foi fundamental em alguns aspectos, dos quais podemos destacar como o principal deles, o desenvolvimento dos negócios ultramarinos e internos. Podemos então justificar a escolha desse grupo em especial como objeto de pesquisa, por seu papel fundamental no mundo dos negócios coloniais.

---

[6] ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII.* São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 40.

[7] Salvo a exceção de alguns casos que mesmo cumprindo as obrigações do catolicismo, secretamente praticavam as cerimônias judaicas.

A grande participação dos cristãos novos nas atividades negociadoras provocou sua identificação com essa área econômica, "os termos 'cristão novo', 'mercador' e 'homem de negócio' eram praticamente sinônimos, tanto na terminologia popular como nos documentos oficiais". [8] Sua efetiva ligação com o mundo dos negócios proporcionou a eles uma ascensão econômica e social na colônia, em que usufruíam de suas posses como elos para se conectarem aos contextos sociais em que conviviam.

O tema cristão novo vem ganhando cada vez mais espaço na historiografia, tanto brasileira como mundial. Autores de reconhecimento inegável discutem, mesmo que de forma subordinada ao seu tema principal, a participação e o papel dos cristãos novos na sociedade colonial. Autores como Júnia Furtado, Charles Boxer, Arnold Wiznitzer, Lina Gorenstein, Anita Novinsky e etc., demonstram em suas obras a efetiva inserção destes indivíduos nos diversos setores do mundo colonial brasileiro.

Grande parte das obras hoje relacionadas ao assunto cristão novo procura analisá-los em decorrência de sua ligação com a Inquisição portuguesa. De fato, não há como desligá-los desse contexto, por serem, na maioria das vezes, reconhecidos como tal através dos registros dessa instituição. Neste trabalho, a noção religiosa da designação "cristão novo" será levado em conta, já que a fonte principal aqui utilizada consiste em processos inquisitoriais, mas o olhar aqui dedicado os considerará como agentes sociais inseridos numa sociedade em que convivem, grande parte das vezes, normalmente. A escolha dessa delimitação sócio-religiosa derivou de sua grande participação no mundo dos negócios, como já foi falado anteriormente.

Nas primeiras décadas dos setecentos, minas vivia uma grande expansão econômica devido à extração aurífera. De acordo com a idéia de que o ouro é, em sua essência, uma moeda circulante e amplamente aceita, [9] a implantação de trocas comerciais nesse ambiente se torna favorável em todas as suas escalas, pois neste contexto os obstáculos do câmbio de valores e variações de inflação são quase inúteis por ser o ouro uma moeda universal. Não podemos desconsiderar as variações dos valores do metal durante o período em questão, mas ao analisarmos amplamente o

[8] BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825).* Lisboa, 1981, p. 314. *apud* PEDREIRA, Jorge Miguel. *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII:* padrões de recrutamento e percursos sociais. Análise Social, vol. XXVII (116-117), 1992 (2.°-3.°), 407-440.

[9] A noção de que o ouro é essencialmente uma moeda de troca, e circula em Minas Gerais como tal é discutida e defendida pelo autor Ângelo Alves Carrara em seu artigo nomeado *"À vista ou a prazo*: *comércio e crédito nas Minas Setecentistas",* publicado no livro que leva o mesmo nome, que o teve como organizador. Neste artigo o autor discute a relação entre a produção do ouro com o desenvolvimento mercantil nas minas ao apresentar as propostas de Ruggiero Romano e Carlos Sempat Assadourian.

contexto, temos a noção da estabilidade do preço do ouro diante de outros instrumentos monetários. [10]

Esse contexto favorável às trocas comerciais possibilitou a estabilização de uma rede comercial que atravessava desde os homens de negócios até os tendeiros, a fim de abastecer uma sociedade que aumentava a cada ano e dependia do abastecimento externo para se manter. Desde viveres básicos, presentes na alimentação dos escravos, até os artigos de grande luxo eram consumidos por uma população afoita por gastar o dinheiro volumoso que a cada dia brotava da terra a baixo custo de produção.

De acordo com Mafalda Zemella, os principais mercados abastecedores das minas foram os de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, a região onde hoje é o Uruguai, a Europa e a África. Pelo menos os três primeiros mercados podemos perceber a ligação deles com os comerciantes mineiros. Os cristãos novos aqui citados, por sua vez apresentam passagem por estes lugares durante seus relatos nos cárceres da inquisição que foram registrados nos processos. Para fazermos mais algumas ligações com esses indivíduos, vamos fazer um breve panorama sobre suas trajetórias.

David Mendes da Silva foi um homem de negócio, mas também se declarou tratante. Filho de Gregório da Silva nascido em vila Nova de Fôscoa, bispado de Lamego, que ainda em tenra idade passou para o Brasil, com uma breve estadia na Bahia, e posteriormente se fixou nas Minas do Serro Frio, era solteiro. Preso em doze de outubro de 1730, em Lisboa, com seqüestro de bens, foi condenado ao cárcere, hábito penitencial perpétuo, penitências espirituais e excomunhão, foi levado ao auto de fé do dia dezessete de junho de 1731.

Francisco Ferreira Isidoro foi um mineiro, filho de Luiz Vaz de Oliveira, tratante, era natural da vila de Freixo de Nemão bispado de Lamego, e passou para o Brasil, inicialmente se estabelecendo na Bahia e passando para as Minas na Vila do Carmo num momento seguinte. Foi preso no dia seis de outubro de 1726, em Lisboa, com seqüestro de bens, foi condenado ao cárcere, hábito penitencial perpétuo, penitências espirituais e excomunhão, sendo levado a auto de fé em vinte e cinco de julho de 1728.

João Rodrigues da Costa era mercador, solteiro, filho de João Rodrigues da Costa, homem de negócio, nasceu na cidade de Leiria, e morava naquele tempo nas Minas do Rio das Mortes. Preso em vinte e dois de novembro de 1728, em Lisboa, com

[10] CARRARA, Ângelo Alves. op. cit.

seqüestro de bens, foi condenado ao cárcere e hábito penitencial perpétuo, penitências espirituais e excomunhão maior. Foi levado a auto de fé dia oito de outubro de 1729.

Marcos Mendes Sanches foi um lavrador de roça, solteiro, filho de Manoel Nunes Sanches, médico. Natural da Vila de Idanha, a nova, veio ao Brasil e se fixou nas Minas do Rio das Mortes, bispado do Rio de Janeiro. Foi preso em doze de outubro de 1730 com seqüestro de bens, pela inquisição de Lisboa, foi condenado ao cárcere, hábito penitencial perpétuo, penitências espirituais e excomunhão maior. Levado ao auto de fé no dia seis de junho de 1732, onde esteve presente o rei D. João V.

Sob uma primeira impressão tirada da leitura dessa pequena trajetória, podemos fazer um perfil inicial desses indivíduos. Os quatro personagens apresentaram origem na Europa, sendo ela no reino de Portugal ou no da Espanha, passando lá a maior parte de sua infância. Vieram para o Brasil durante a adolescência, dos quais, dois deles passaram por outras regiões da colônia antes de se fixarem na província mineira. Foram levados aos cárceres secretos da inquisição e passaram em média um ano e meio presos. Todos tiveram seus bens seqüestrados pela inquisição, e estando presente durante a narrativa dos seus inventários a distribuição desses bens entre autoridades locais, membros da inquisição, pessoas de convívio do réu, e a própria instituição – como podemos observar no relato de João Rodrigues da Costa que diz o seguinte: "... e que os demais devedores estavam constando em seu livro de controle que estava de posse do juiz do fisco, como também algumas dívidas que tinha feito."

Bens e individualidades: o perfil cristão novo

Ao observarmos inicialmente os bens móveis e imóveis desses sujeitos, podemos formular algumas perguntas. Como era a vida destes indivíduos? Usufruíam de grandes confortos? Quais os objetos de preferência? Estes objetos podiam demonstrar suas intenções sociais? Os objetos de luxo estavam entre suas escolhas?

Jean Delumeau, em seu livro *A civilização do Renascimento,* discute no capítulo nove a mobilidade social existente na Europa pós-renascimento, mostrando a constante busca da distinção social. [11]Dentre as diversas formas de se diferenciar dos pobres, a classe média urbana passou a utilizar artifícios característicos da nobreza.

[11] DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento.*v.1. Lisboa: Estampa, 1994.

A migração para outras regiões do mundo, como é o caso da América portuguesa, gerou a ascensão de parcelas da sociedade, que utilizando principalmente das atividades comerciais para enriquecimento, passou a buscar outras formas de destaque social, já que as verdadeiras insígnias de enobrecimento não estavam disponíveis a todos.

Dentro dessa perspectiva, Delumeau cita algumas das formas de diferenciação social, que essa classe média ascendente se valeu para alcançar um lugar de destaque na sociedade em que vivia. As vestimentas, as festividades, e a alimentação foram alguns pontos trabalhados pelo autor demonstrando essa busca por distinção social.

Trazendo essa noção para a realidade colonial portuguesa, cada vez mais essa sociedade adquire novos detentores de fortunas que demandam de produtos de luxos importados para adquirir status. A autora Alexandra Pereira ilustra essa situação com a análise dos artigos mais vendidos em uma loja de Vila Rica. Em seu trabalho a autora constata a grande demanda por panos finos, chapéus, brincos e outros acessórios, estes "gastos aplicados em artigos voltados para o 'bom tratamento' denunciam a importância da boa aparência dentro da estrutura hierárquica daquela sociedade". [12]

Júnia Furtado, por sua vez, também trata dessa mentalidade social de Antigo Regime, que tinha como premissa o valor pessoal exteriorizado pelos cargos que ocupavam, privilégios que tinham e ornamentos que usavam. A autora aborda o assunto da seguinte forma:

> Numa sociedade hierarquizada, todos os sinais exteriores enunciavam o papel que cada um ocupava nela. Havia uma preocupação com o tipo de roupa, tecidos e adereços que cada estamento podia portar e, de tempos em tempos, o Rei editava novas regulamentações a este respeito. [13]

Ao observarmos e compararmos os inventários, dentre os bens móveis e imóveis citados durante a documentação (tabelas 1, 2, 3 e 4), podemos fazer algumas relações com os argumentos expostos à cima. Dentre os quatro sujeitos aqui analisados, encontramos em pelo menos três deles alguns artigos de luxo, como cabeleiras, roupas luxuosas – como a de Francisco Ferreira Isidoro que possuía uma véstia em seda, com ramos de ouro (olhar tabela 4) – e etc.

---

[12] PEREIRA, Alexandra Maria. *Uma Loja em Vila Rica.* In: *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*/ Ângelo Alves Carrara (org.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, p. 47.
[13] FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio:* a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas/ 2. ed.. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 31.

A presença desses artigos dentre os pertences dos sujeitos nos leva a levantar a hipótese que faziam parte dessa sociedade ávida por distinção pessoal, compartilhando de sua mentalidade e hábitos, apesar de viverem em um contexto diferente – devido aos costumes da religião judaica que, de certa forma, ainda os influenciava, e os obstáculos que essa herança os proporcionava, devido à perseguição e preconceito que alguns enfrentaram. [14]

Por serem indivíduos incluídos em um meio que os influencia - meio este que possui características próprias socialmente compartilhadas - mesmo que se servisse de pontos singulares advindos de sua personalidade, estes sujeitos partilhariam dos mesmos costumes e pensamentos que norteiam a "cultura" daquele povo. Seguindo essa perspectiva de análise, nos confrontamos com a "história das mentalidades", que nos auxilia no entendimento dos comportamentos sociais destas personagens, mas que nos desviaria do objetivo do trabalho, por isso não vamos nos aprofundar nessa questão.

Continuando na observação dos bens móveis e imóveis dos cristãos novos, identificamos outros instrumentos que proporcionavam essa diferenciação social: um deles são os escravos, que, recorrendo novamente a Delumeau, às atividades mecânicas eram desprezadas por serem relacionadas com pessoas menos favorecidas. Os cristãos novos, então, partindo de uma mesma mentalidade social que valoriza sinais de distinção, se utilizavam de seu patrimônio, que muitas vezes se mostrava restrito, para valorizar esse tipo de utensílio dignificante.

Mas não podemos classificar o investimento desses sujeitos em escravos somente pelo víeis do artefato de distinção. O principal objetivo da compra de negros neste período era usufruir da mão de obra que estes proporcionavam. Nos casos aqui estudados, podemos identificar pelo menos dois objetivos para o uso desses escravos. João Rodrigues da Costa possuía uma loja que comercializava azeite, açúcares, e outros gêneros alimentícios que era cuidada por uma de suas escravas - essa mesma loja posteriormente seria presa pelo fisco.

Um segundo tipo de uso da mão de obra escrava por estes sujeitos foi o de Francisco Ferreira Isidoro, que empenhava em suas roças 25 escravos, possivelmente nos trabalhos de extração aurífera, já que Francisco era mineiro. Nos dois casos, os

[14] Quando nos referimos ao contexto vivido pelo cristão novo de obstáculos e preconceitos, juntamente com as crenças judaicas que poderiam afetar seu tipo de comportamento, relativizamos estes efeitos, pois como já é de conhecimento da historiografia referente aos cristãos novos, muitos dos que poderiam ter sido denominados assim, passaram despercebidos, convivendo naturalmente com os costumes sociais católicos, não reconhecendo em si distinção frente aquela sociedade que os levasse a um comportamento diferenciado.

escravos eram dirigidos para sua razão de existência, geração de capital excedente. Mesmo assim, não podemos deixar de levantar a hipótese de serem também usados como instrumentos de distinção.

Dentre os itens encontrados descritos na documentação, a mobília nos chama a atenção para algumas reflexões. Ao analisarmos os itens de mobília verificamos uma média aproximada de 11 objetos para cada cristão novo, o que consideramos um número baixo frente ao total de bens listados. A posse de poucos artigos de mobília pode nos levar a duas hipóteses: primeiramente podemos relacionar o pequeno número desses itens com as trajetórias de constante migração desses sujeitos, que é exemplificada durante a leitura das confissões e na própria trajetória de vida presentes no processo inquisitorial, em que os cristãos novos aqui trabalhados relatam o seu constante deslocamento entre diversas províncias da colônia em curtos espaços de tempo.

Frente a essa informação, os cristãos novos mineiros negociantes, então, podem ser caracterizados por sua migração, que favorecia suas trocas comerciais por manterem contatos com as áreas produtoras, estabelecerem relação direta com outros "amigos da mesma nação", que praticavam as mesmas atividades econômicas ou que possuíam alguma ligação.

Uma segunda hipótese para essa escassez de mobiliário pode se referir a pouca importância dada ao investimento nestes objetos, que mesmo sendo considerados de valor – já que são listados em um inventário – não era o foco das intenções de compra desses indivíduos. Mesmo existindo mobílias valorosas, como camas de madeira nobre, louças e utensílios de prata, enxovais de panos finos e etc., observam-se a pouca atenção dada a este tipo de bem, levando em conta que dois dos quatro indivíduos apresentam um ou nenhum desses artigos.

Os dados, na verdade, nos indicam que os cristãos novos possuem alguns investimentos em artigos de luxo, mas seus bens se focam em itens de utilidade para com suas atividades econômicas, que produzem algum retorno financeiro, como é o caso dos instrumentos de trabalho, os escravos, os animais de criação, imóveis, gêneros alimentícios, e etc., bens estes que denominei como bens produtivos. Os bens distintos deste perfil, foram denominados como bens improdutivos, como nos mostra a tabela 5.

Prosseguindo com as observações, um item em específico presente na maior parte dos inventários aqui analisados foram os armamentos. Pistolas, espingardas e escopetas estão entre os itens avaliados na documentação. A necessidade de portar um

item letal como a arma nos leva a pensar em algumas possibilidades. Inicialmente, como desencadeamento lógico da posse deste tipo de bem, pensamos na violência que esta sociedade era sujeita em um contexto que levava os indivíduos a uma busca por instrumentos de proteção. Num segundo momento podemos pensar no uso das armas como meio de manter os indivíduos circundantes sob domínio, utilizando a força como agente de sujeição. A utilização destas armas pelos cristãos novos também pode ter sido motivada pela necessidade durante as constantes migrações que faziam devido aos perigos (como animais e roubos) a que estes eram expostos.

Fora desse contexto de violência que as armas estão relacionadas, podemos pensá-las como instrumentos de distinção pessoal. De acordo com José Eudes Gomes, "além de serem utilizadas como instrumentos de prestígio e distinção, as armas marcavam e reproduziam as diferenças sociais existentes." [15]

Os cristãos novos também são conhecidos pela diversificação de atividades econômicas que exerciam. Anita Novinsky coloca que os cristãos novos, em geral, estavam envolvidos com as mais diversas áreas da economia colonial, mas se destacaram economicamente aqueles que se envolveram com mais de uma área produtiva.[16] Podemos verificar esse tipo de comportamento em dois casos dos cristãos novos aqui trabalhados.

Francisco Ferreira Isidoro, em seu processo, aparece como mineiro, mas dentro de seu inventário consta a negociação de "moradas de casas", além de ter um sobrinho chamado Luis, que é identificado como seu caixeiro durante suas confissões, dando a idéia de que vendia casas e algum produto mais, e que seu sobrinho fazia a comercialização.

Outro caso de que consta uma diversificação nas atividades econômicas é o de Marcos Mendes Sanches. Apesar de aparecer descrito em seu processo como roceiro, Marcos cita em seu inventário a venda de produtos de suas roças, e um "estoque" desses produtos avaliado em 600$000 réis (tabela 3), o que nos leva a pensar a comercialização desses artigos como atividade corriqueira, subalterna a de roceiro.

Diante das informações acima expostas, podemos concluir que os cristãos novos mineiros eram indivíduos totalmente integrados a sociedade em que viviam, compartilhando de seus costumes e hábitos. Possuem a característica comum ao grupo

[15] GOMES, José Eudes. *Na mira da lei:* no Brasil a legislação que regulamenta o porte de armas remete ao período colonial. Revista de História, 23/05/2011, http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/na-mira-da-lei
[16] NOVINSKY, Anita, op. cit., p. 169.

cristão novo de migrações constantes, que influenciavam diretamente sobre seu modo de vida e bens que adquiriam. Também identificamos sua diversificação econômica, como fator de enriquecimento, em que praticavam a atividade negociadora como uma segunda opção em renda para sua atividade principal.

Os cristãos novos e a prática creditícia

Na sociedade colonial, a prática creditícia é vista como uma atividade amplamente difundida em todas as esferas sociais. Desde os mais abastados aos menos favorecidos, se endividar era fato corriqueiro e promovia certa liquidez monetária. Comprar fiado era quase lei entre as trocas comerciais neste contexto, que apesar de lidar com uma moeda universalmente aceita, o ouro, o uso de empréstimos ou compras fiadas com longo prazo para pagamento se tornava peça fundamental para os indivíduos.

Júnia Furtado explora até mesmo a utilização desta prática creditícia pelas instituições de poder instauradas na colônia. Em suas palavras: "O sistema de endividamento tornava-se útil para a própria administração, que muitas vezes buscava financiamento com os grandes comerciantes." [17]

Para qualquer tipo de transação, a utilização do "crédito" estava presente. Desde a venda de terras, até mesmo a compra de meios de subsistência no comércio local, o uso do nome como moeda de troca era predominante, essa situação demonstra o tipo de relação entre vendedores e clientes. Raphael Freitas Santos identifica nessa atividade creditícia um valor moral embutido na transação, pois "Esta confiança na capacidade do devedor vir a pagar sua dívida era acompanhada, é claro, por constrangimentos de ordem social que pesavam sobre os devedores." [18]

Entre os cristãos novos, as práticas creditícias também existiam. Podemos dizer que a vinculação de cristãos novos com créditos e dívidas era mais intensa do que em meio ao restante da sociedade por estarem envolvidos diretamente com os negócios, que eram os veículos mais comuns para essa atividade.

Para visualizarmos a inserção das quatro personagens trabalhadas nesta pesquisa, dividimos as informações de seus inventários referentes aos empréstimos

[17] FURTADO, Júnia Ferreira. Op. cit. P. 120.
[18] SANTOS, Raphael Freitas. *O ouro e a palavra:* endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista. In: *À vista ou a prazo:* comércio e crédito nas Minas setecentistas/ Ângelo Alves Carrara (org.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

concedidos e as dívidas contraídas em tabelas diferentes, uma para cada sujeito, permitindo assim a melhor compreensão das proporções que cada um possuía. Então, ao analisarmos as tabelas 6 à 14, chegamos á algumas hipóteses.

Os quatro indivíduos aqui estudados apresentam no decorrer de seu inventário diversas dívidas que contraiu e empréstimos que concedeu. Como nos mostra a tabela 6, ser ao mesmo tempo credor e devedor era normal, até mesmo em casos extremos como o de David Mendes da Silva, que apresenta uma dívida três vezes maior que o seu patrimônio – no caso sua dívida é 303,44% maior que a junção dos empréstimos e seus bens –, emprestar dinheiro a terceiros também era uma área favorável para investimentos, já que destinou 51, 91% de seu patrimônio para essa finalidade.

Outro ponto observado durante a leitura dos inventários foi a utilização das dívidas como moeda de troca para a compra e venda de outros bens. Encontramos esse tipo de troca comercial em um caso citado no inventário de Francisco Ferreira Isidoro, que diz: "E tinha o Capitão João Lourenço Ramalhosa, morador no bairro de São Sebastião na Vila do Ribeirão, lhe é devedor de cem mil réis, a conta do qual lhe mandou ele declarante dar 50 mil a Domingos Carvalho."

Apesar de contarem com grandes somas investidas em bens adquiridos, estes sujeitos contraiam dívidas de grande valor, como podemos observar nas tabelas referentes às dividas dos cristãos novos (tabelas 7 a 14). Francisco Ferreira Isidoro, por várias vezes cita entre seus devedores a venda de casas que mandava construir, mas dentre suas dívidas encontramos a que ele contraiu com Manoel Martins, um carpinteiro, procedente das ditas casas que mandara construir. Podemos observar que mesmo antes de pagar as custas das casas que mandou construir, já havia vendido algumas delas, transformando um débito inicial em lucros posteriores.

As dívidas desses sujeitos também estavam ligadas aos impostos reais. João Rodrigues da Costa, por exemplo, perdeu uma loja em que sua escrava trabalhava, por não pagar os impostos devidos, por esse motivo à loja foi tomada pelo fisco por aproximadamente 50 oitavas de ouro. Francisco Ferreira Isidoro também teve alguns problemas com os impostos cobrados para a Coroa, devia 450 oitavas de ouro à Sebastião Barbosa do Prado e Diogo Nunes, que também era um cristão novo,

procedido da cobrança dos dízimos reais, já que estes foram os contratadores na Região da Vila do Carmo. [19]

Os empréstimos concedidos por esses cristãos novos alcançavam as diversas esferas dessa sociedade. Por serem indivíduos conhecidos, ou por suas posses, ou pelo comércio, homens de toda sorte recorriam ao dinheiro que destinavam aos empréstimos. Alferes, capitães, médicos, padres, alfaiates, e tantos outros tipos viam neles uma fonte quase inesgotável de dinheiro, sendo este usado para o pagamento de outras dívidas ou para novos investimentos.

Os indivíduos de profissão mais destacada aparecem nos inventários ou como devedores de grandes somas ou como credores dos cristãos novos. Já os vinculados à profissões mais humildes aparecem ou como devedores, ou como credores procedido na maioria das vezes de serviços prestados que não foram pagos.

De modo geral, reconhecemos nos indivíduos aqui trabalhados a constante busca pelo enriquecimento, seja através dos empréstimos à juros, seja ao contrair dívidas para o re-investimento. As praticas creditícias são instrumentos fundamentais tanto para o progresso econômico como para a inserção social destas personagens, que buscam fugir de suas "limitações religiosas" para integrar realmente o meio em que vivia.

Conclusão

Diante das informações dos inventários aqui trabalhados, podemos retirar algumas conclusões sobre as práticas desses indivíduos, tomando-as como amostragem do contexto geral dos cristãos novos negociantes da primeira metade do século XVIII. Os dados aqui apresentados apresentaram várias hipóteses importantes para o entendimento mais refinado desse grupo em questão.

Os resultados obtidos nos mostram que os cristãos novos, no geral, possuem comportamentos tanto em sua atividade econômica, como em sua vida privada, condizentes aos hábitos comuns identificados na sociedade colonial de Antigo Regime. Com a constante busca por destaque social, seus bens se tornaram um reflexo dessa mentalidade que despreza as atividades mecânicas e procura adquirir cada vez mais instrumentos que proporcionem distinção pessoal frente a população em geral.

[19] Consta no Arquivo Histórico Ultramarino um parecer sobre os contratadores Sebastião Barbosa Prado, Diogo Nunes e seu sócio Silvério Marques da Cunha, de 1723, período anterior da prisão de Francisco Ferreira Isidoro. AHU/MG – Cx.: 4, Doc.: 22.

Como os cristãos novos, normalmente pertencem a famílias que não possuem insígnias de nobreza, quando estes sujeitos se deparam com o contexto social colonial, que valoriza os nativos do reino, sejam eles de origem humilde ou abastada, estes sujeitos buscam no destaque econômico um meio de alcançar status diferenciado do restante da população desfavorecida.

Destacando-se nas atividades comerciais, os cristãos novos fazem parte do circuito negociante que abastece e sustenta a região mineradora. Favorecidos por sua aptidão para as atividades negociantes, muitos enriqueceram e buscavam multiplicar cada vez mais esse patrimônio, com a execução de mais de uma atividade econômica ao mesmo tempo.

Como as atividades negociadoras, normalmente, proporcionavam grandes lucros, estes indivíduos acumulavam consideráveis somas que normalmente eram reinvestidas nas atividades que praticavam, bem como em bens que poderiam ser vendidos com altos lucros posteriores, como terras, imóveis, escravos e etc.

Ao mesmo tempo em que investiam em suas atividades econômicas principais, estes cristãos novos dirigiam parte de suas posses para as práticas creditícias, destinando grandes somas aos empréstimos tomados em espécie, ou a partir da venda à credito de algum bem. Apesar de terem investimentos significativos tanto em posses rentáveis quanto em créditos sob juros, estes indivíduos contraíam dívidas de grandes vultos na compra de novos itens com longos prazos para pagamento e em valores reais, mas que os inventários não deixam claro as áreas em que reinvestiam esse dinheiro.

Os cristãos novos mineiros apresentam um histórico de constantes migrações pelas várias regiões da colônia, principalmente entre os dois eixos econômicos existentes no período, Rio de Janeiro e Bahia. Suas confissões relatam essa trajetória, desde a vinda da Europa para o Brasil, até as diversas viagens que fazia nas diversas vilas e caminhos que a região das minas abarcava.

A relação desses sujeitos com indivíduos possuidores de certo destaque social, fora do grupo dos também cristãos novos, aparece durante os empréstimos concedidos e contraídos por eles. Essa “troca de favores” entre os indivíduos demonstra a inserção social que eles alcançavam. Mas não só com os mais abastados os cristãos novos travaram trocas econômicas, os menos favorecidos, aparecem, na maior parte das vezes, como prestadores de serviços que não foram pagos.

Apesar de serem vistos sempre sob o determinante religioso, aspecto que gerou a formação desse grupo social diferenciado, os cristãos novos permeiam a sociedade

colonial da mesma forma que qualquer outro cristão velho. A diferença que estes negociante possuíam eram as limitações à que foram sujeitos, e a própria prisão pela inquisição, que retirou estes negociantes precocemente dos mercados que formaram, mas, apesar do contexto desfavorável, alguns não alcançados pelas pesadas mãos dos tribunais inquisitoriais alçaram grande valor na sociedade mineira da primeira metade do século XVIII, o que não foi o caso das personagens aqui trabalhadas.

Tabelas

Tabela 1

Bens inventariados de David Mendes da Silva

Descrição dos bens	Quantidade	Valor de compra	Valor atual estimado
Bancos, mesa e rede	1	13$200	9$600
Colheres e garfos de prata	4		7$000
Pratos e caldeirinha de estanho	1		3$000
Espingardas	2		24$000
Pistolas	2		14$400
Bichas engajadas(?)			3$600
Véstea e calção	3		
Cabeleira	1	14$400	8$000
Negros	2	480$000	440$000
Negra	1	264$000	264$000
Cavalos	3	108$000	108$000
		Total	881$600

Tabela 2

Bens inventariados de João Rodrigues da Costa

Descrição dos Bens	Quantidade	Valor de compra	Valor atual estimado
Casas			280$000
Negro	1		44$000
Negra	1		240$000
Negro(criança)	1		210$000
Loja	1		60$000
Louças e colheres de prata			
Negra	1	96$000	96$000
Baú	1		4$800
Cabeleira	1		12$000
Cobertor	1		2$000
Colchão	1		4$800
		Total	953$600

Tabela 3

Bens inventariados de Marcos Mendes Sanches

Descrição dos Bens	Quantidade	Valor de compra	Valor atual estimado
Roça	3		1:618$000
Negro	4		1:200$000
Milho, feijão e mamona			600$000
Vacas prenha e touro	4		75$000
Porcos	20		70$000
Espingarda	1		10$000
Cavalo	3		75$000
Pistola	2		15$000
Ferramentas de roça			30$000
Tachos de cobre, espadas, cabana, milho e feijão	4 (?)		50$000
		Total	3:743$000

Tabela 4

Bens inventariados de Francisco Ferreira Isidoro

Descrição dos Bens	Quantidade	Valor de Compra	Valor atual estimado
Casas			160:000$000
Roça, com 2 casas de telha	1		160:000$000
Escravos	25		7:600$000
Salva de prata	1		8$000
Caldeira de prata	1		8$000
Mesa de jacarandá inglesa	1		16$000
Mesa de jacarandá	1		7$000
Espelho de moldura dourada	1		12$000
Guarda roupa de jacarandá com molduras de pau branco	1		40$000
Cadeiras e tamboretes	9		10$000
Catre de jacarandá	2		8$000
Cortinado de cama, de linho	1		6$000
Cortinado de lã com fita de seda amarela	1		18$000
Colheres e garfos de prata	8		7$000
Cavalo selado	1		70$000
Cavalo velho	1		8$000
Vaca com cria	1		25$000
Boi de Carro	2		60$000
Escopeta	3		24$000
Côvado de pano inglês	25		30$000
Véstea de seda, com ramos de ouro	1		25$000
		Total	327:982$000

Tabela 5 [20]

Porcentagens dos bens produtivos dos cristãos novos

	Bens Produtivos	Bens improdutivos	Bens totais
David Mendes da Silva	92,10%	7, 9%	100%
João Rodrigues da Costa	97,52%	2,48%	100%
Marcos Mendes Sanches	97,99%	2,01%	100%
Francisco Ferreira Isidoro	99,93%	0,07%	100%

Tabela 6

Porcentagens referente aos créditos e dívidas dos cristãos novos

	David Mendes da Silva	João Rodrigues da Costa	Marcos Mendes Sanches	Francisco Ferreira Isidoro
Bens/Total	48,08%	87,55%	82,79%	97,11%
Crédito/Total	51,91%	12,44%	17,20%	2,88%
Dívidas/Total	303,44%	19,28%	7,22%	0,56%

Tabela 7

Relação da atividade creditícia de David Mendes da Silva

Devedor	Valor
Manoel da Fonseca (?)	192$000
Antônio Rois Garcia	400$000
Antônio (?)	360$000
Total	952$000

[20] O que foi denominado como bem produtivo, foram as posses vinculadas de alguma forma com as atividades econômicas desenvolvidas pelos cristãos novos, bem como os artigos que pudessem proporcionar algum lucro posterior, como é o caso dos animais domesticados, escravos, roças, imóveis e etc. Os bens denominados improdutivos são os objetos que não se vinculavam as atividades econômicas dos indivíduos e, mesmo possuindo valor de revenda, não eram adquiridos com esse intuito, como é o caso dos mobiliários e artigos de luxo. Os bens totais são todas as posses constantes no inventário, exceto as dívidas e os créditos concedidos pelo cristão novo.

Tabela 8

Relação das dívidas de David Mendes da Silva

Credor	Valor
Manoel Guedes dos Santos	264$000
José Cardoso de Almeida	3:200$000
João Rois da Silva	700$000
Bernardo Vieira	600$000
Manoel Barbosa	600$000
Pedro de Miranda	200$000
Total	5:564$000

Tabela 9

Relação da atividade creditícia de João Rodrigues da Costa

Devedor	Valor
Guilherme Rodrigues	14$400
Diogo D'Àvila	96$000
João Antunes Torres	18$000
João Nunes de Viseu	7$200
Total	135$600

Tabela 10

Relação de dívidas de João Rodrigues da Costa

Credor	Valor
Estevão Rodrigues de Carvalho	210$000
Total	210$000

Tabela 11

Relação da atividade creditícia de Marcos Mendes Sanches

Devedor	Valor
João Alves	400$000
Manoel Carvalho Lima	200$000
Atanásio Pereira	78$000
Jerônimo Martins dos Santos	100$000
Total	778$000

Tabela 12
Relação de dívidas de Marcos Mendes Sanches

Credor	**Valor**
Pedro Bernardes Caminha	118$000
Manoel Bernardes dos Santos	33$000
Francisco (?) da Cunha	19$200
Manoel da Silva	4$800
Manoel de Oliveira de Magalhães	26$800
Antônio da Silva	8$400
Manoel Albuquerque de Aguilar	116$400
Total	326$600

Tabela 13
Relação da atividade creditícia de Francisco Ferreira Isidoro

Devedor	**Valor**
Antônio Lobato da Silva	525$000
João Lourenço Ramalhosa	100$000
Lourenço da Costa	60$000
Paulista (?)	12$000
Geraldo de Castro	60$000
João Loureiro Ramalho	4:200$000
Padre Manoel Pires de Carvalho	4:800$000
total	9:757$000

Tabela 14
Relação das dívidas de Francisco Ferreira Isidoro

Credor	**Valor**
Manoel Martins	270$000
Sebastião Barbosa do Prado e Diogo Nunes	720$000
Ignácio Cardoso e Rodrigo Nunes	480$000
Manoel Gonçalves	35$000
Manoel Alves	80$000
Francisco Moutinho	320$000
Total	1:905$000

Fontes primárias

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

PT-TT-TSO/IL/28/2134 – David Mendes da Silva
PT-TT-TSO/IL/28/6846 – João Rodrigues da Costa
PT-TT-TSO/IL/28/2141 – Marcos Mendes Sanches
PT-TT-TSO/IL/28/11965 – Francisco Ferreira Isidoro

- Arquivo Histórico Ultramarino

AHU/MG – Cx.: 4, Doc.: 22. – Diogo Nunes Henriques e Sebastião Barbosa Prado.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais:* produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas/ Ângelo Alves Carrara (org.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições:* Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOXER, Charles. *A Idade de ouro do Brasil:* dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais***.** Revista de historia da USP, nº62, v. XXX, 1965.

CAROLLO, Denise Helena M. de B. *Homens de negócio cristãos novos portugueses e a transformação do antigo regime.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (Tese)

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais:* produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

_____. *Receitas e Despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII:* Minas, Bahia, Pernambuco. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.

Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII/ João Luís Ribeiro Fragoso; Carla Maria Carvalho de Almeida; Antonio Carlos Jucá de Sampaio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*.v.1. Lisboa: Estampa, 1994.

Exercícios de micro-história/ Mônica Ribeiro de Oliveira; Carla Maria Carvalho de Almeida (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.

FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência:* Igreja e inquisição no Brasil/Nordeste 1640-1750. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa aventura:* acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)/ 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio:* a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

GOMES, José Eudes. *Na mira da lei:* no Brasil a legislação que regulamenta o porte de armas remete ao período colonial. Revista de História, 23/05/2011, http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/na-mira-da-lei

NOVINSKY, Anita Waingort. *A inquisição.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Cristãos novos na Bahia:* 1624-1654. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. *Gabinete de investigação:* uma "caça aos judeus" sem precedentes. São Paulo: Humanitas Editorial/Fapesp, 2007.

_____. *Inquisição: Rol dos Culpados:* fontes para a historia do Brasil (século XVIII). Rio de Janeiro: expressão e Cultura, 1992.

_____. Marranos e a Inquisição: sobre a Rota do Ouro em Minas Gerais. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os Judeus no Brasil:* inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 165.

OMEGNA, Nelson. *Diabolização dos judeus***,** martírio e presença dos sefardins no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Record, 1969.

O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)/ João Fragoso; Maria Fernanda Baptista Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa, (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEDREIRA, Jorge Miguel. *Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII:* padrões de recrutamento e percursos sociais. Análise Social, vol. XXVII (116-117), 1992 (2.°-3.°).

PEREIRA, Alexandra Maria. *Um mercador de Vila Rica:* atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738)

SIQUEIRA, Sônia Aparecida de. *A inquisição portuguesa e a sociedade colonial.* São Paulo: Àtica, 1978.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a terra de Santa Cruz:* feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O sol e a sombra:* política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados:* moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil colonial*. São Paulo: Pioneira, 1966.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/EdUSP, 2º ed., 1990.

FRANCISCO ROBERTO FUENTES TAVARES DE LIRA[1]

OS PROCESSOS DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO DO BRASIL E DA TÚRQUIA (1923-1945): A EFETIVIDADE DA INTERVENÇÃO ESTATAL

RESUMO: Este artigo compara o começo do processo de industrialização do Brasil com a de uma nação oriental que também trilhou a estratégia de substituição de importações, a Turquia. Essa comparação é feita com o intuito de verificar se a Turquia logrou melhores resultados em sua industrialização do que o Brasil, por esta ter feito uso do planejamento estatal desde o começo. A percepção da efetividade da intervenção estatal na industrialização entre os dois países será atestada por meio da composição das contas nacionais da época. Conclui-se que o alto grau de intervenção estatal na Turquia não foi tão efetivo em seu processo de industrialização devido à prematura formação de seu mercado interno, que dependia de fatores endógenos cruciais e de mais tempo.

Palavras-chave: Turquia, Brasil, industrialização, intervenção estatal.

ABSTRACT: This article compares the beginning of the industrialization of Brazil with an oriental nation which also trailed the strategy of import substitution, Turkey. This comparison is done in order to verify if Turkey has succeeded in its industrialization better than Brazil, for having made use of state planning since the beginning. The perception of the effectiveness of state intervention on industrialization between the two countries will be attested by the composition of national accounts at that time. It is concluded that the high degree of state intervention in Turkey was not so effective in its industrialization process due to the premature formation of its domestic market, which depended on endogenous crucial factors and more time.

Key words: Turkey, Brazil, industrialization, state intervention.

ÁREA TEMÁTICA: Brasil República.

[1] Mestrando em ciências econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

E-mail: francisco.tavares.lira@gmail.com

INTRODUÇÃO

O processo de substituição de importações (PSI) foi um caminho nas quais diversas nações subdesenvolvidas buscaram percorrer para construir uma economia baseada mais na indústria do que nas atividades primárias. Em meio a essa diversidade, destaca-se na América Latina o caso brasileiro, cuja economia incorporou intensamente tal processo, mas outra nação fora do continente americano também notabilizou-se por ter seguido o PSI: a Turquia. O Brasil e a Turquia são nações com valores e culturas distintas, isto é, o Ocidente contrapondo-se ao Oriente, e apesar disso, guardam a similaridade de terem perseguido a industrialização de sua economia por meio do PSI.

O objetivo desse artigo é relatar os acontecimentos e transformações dessas duas economias entre 1920 e 1945, a fim de perceber se a substituição de importações implica em diferenças importantes na forma como foi processada. A hipótese que permeia esse estudo é que os resultados do PSI podem mais rápidos na transformação estrutural se for visto o grau de intervenção estatal na economia, ou seja, um planejamento estatal tem maior efetividade na promoção da indústria.

A metodologia será essencialmente bibliográfica e exploratória, e buscará comparar os dados das Turquia e do Brasil referente às contas nacionais para corroborar alguns argumentos do trabalho. O artigo será estruturado em três partes: na primeira será apresentada a situação sócio-econômica do Brasil e Turquia entre 1923 e 1930; no segundo segmento do texto será abrangido o período de 1930 a 1945; e por último serão feitas as interpretações sobre as diferenças no desenvolvimento do PSI entre os dois países.

1. O DOMÍNIO DO PENSAMENTO LIBERAL ECONÔMICO (1920 -1930)

1.1 BRASIL

O Brasil na década de 1920, apesar de ter dados os primeiros passos no PSI graças ao arrefecimento do comércio internacional decorrente da 1º Guerra, ainda estava inserido profundamente na dinâmica primário-exportadora. Em síntese, a economia brasileira concentrava-se nas exportações de artigos primários, no qual se configurava o café como principal produto, e dessa forma, conseguia divisas necessárias para adquirir manufaturas dos países centrais.

Porém, conforme ressaltou TAVARES (1964), a expansão da renda oriunda das exportações induzia num determinado desenvolvimento industrial ao estimular a produção interna de bens de consumo leve (tecido, calçados, móveis), mas tal processo era frágil e condicionado à demanda externa. Cabe ressaltar que essa produção iniciava-se no setor de manufaturas mais simples devido às baixas barreiras para novos entrantes e ao menor volume de capital físico requerido. Além disso, havia significativos tributos sobre importados, os quais de alguma forma favoreciam a formação dessa espécie de atividade industrial, no entanto, afirma-se que na época, tais alíquotas de importação constituíam-se na principal forma de arrecadação de impostos do governo.

> "(...) com uma estrutura burocrática pouco desenvolvida, o comércio internacional era a mais fácil fonte de tributos, já que os impostos sobre exportações e importações requeriam apenas o estabelecimento de alfândegas nos portos e nas fronteiras terrestres (MARICHAL, TOPIK, 2003, p. 15)"

Esse incipiente processo de industrialização que agia sobre o Brasil e em alguns países da América Latina (Argentina, Uruguai, Chile), convivia com a predominância do pensamento liberal da época: liberdade comercial e ausência de intervenção econômica estatal. Porém, apesar desse pensamento predominante, o Estado brasileiro intervinha na economia por meio de obras públicas (construção de estradas), e principalmente, buscava amenizar os ciclos econômicos inerentes à grande dependência externa, através da política de valorização do café.

Essa política, cuja prática ocorria desde 1906, representava a principal forma de intervenção do Estado na economia, na qual consistia em estabilizar em altos níveis a cotação do preço do café ao elevar a demanda do produto por meio de compras

governamentais, e assim, criava-se resistência na redução do preço diante da crescente oferta de café (FURTADO, 2006). A manutenção desse esquema de proteção da renda do cafeicultor[2] somente era possível devido ao grande poder de mercado que o Brasil tinha na produção de café, já que as exportações brasileiras desse artigo representavam mais da metade mundial. "(...) o Governo Federal e os governos estaduais do Brasil chegaram a financiar a maior parte do comércio mundial do café e a manter a maior parte dos estoques visíveis" (MARICHAL, TOPIK, 2003, p. 13).

Cabe comentar que para instituir tais medidas econômicas, o poder político era dominado pela oligarquia cafeeira que não tinha nenhum interesse na produção manufatureira endógena (apesar das exportações de café terem influenciado indiretamente isso), e tampouco na industrialização. A manutenção no poder por parte dessa elite[3] passou a ser cada vez mais contestado por diversos segmentos da sociedade, o que incluía a burocracia militar (o tenentismo), cujas famílias estavam situadas na classe média, e essa instabilidade política culminou com a Revolução de 1930, que levaria Getúlio Vargas ao poder.

1.2 TURQUIA

Quanto à Turquia, esta era um pedaço importante do antigo e enorme Império Turco-Otomano, o qual foi fragmentado durante a 1º Guerra Mundial, e diante disso, era um país jovem que estava pondo em marcha a construção de sua soberania e identidade nacional. Em 1923, nascia um país que se recompunha de um grande conflito mundial e da invasão grega de 1919, cuja economia estava aleijada por possuir uma infra-estrutura destruída, por ter que comprometer-se com compensações de guerra (isto é, destinar divisas à França e Inglaterra)[4], e ainda sofria com a escassez de capital humano.

Tal escassez referia-se pela falta de profissionais liberais e empreendedores que haviam desaparecido com a guerra e a repressão turca aos armênios e gregos, e deixava debilitada a iniciativa privada (principalmente no segmento comercial). "*The most serious cost of the war was a human one. The flight and the massacre of the Greeks and*

[2] Dado que o sistema bancário doméstico não possuía recursos capazes de financiar a aquisição dos enormes volumes de estoque de café, destaca-se que tal política somente era viável por meio de financiamento externo (FRITSCH, 1990).

[3] Por meio da política "café-com-leite", um acordo de alternância de poder (presidência) entre políticos mineiros e paulistas, os cafeicultores mantiveram o poder por décadas.

[4] Ressalta-se que as compensações de guerra não atrapalharam tanto a Turquia, tanto que foi considerado um dos débitos mais baixos entre os perdedores da 1º Grande Guerra (HALE, 1981).

Armenians removed Turkey's most experienced source of business and technical talent" (HALE, 1981, p. 38).

Os reflexos dessa restrição populacional também afetaram a mão-de-obra simples, em especial na agricultura, na qual se presenciava um fenômeno distinto da América Latina: havia bastante terra e pouca gente para trabalhar nela, e mesmo assim, havia concentração fundiária devido aos altos preços das terras comercializáveis (havia poucas terras férteis como resultado das invasões e guerras). Ou seja, não existia a questão social clássica da terra que se traduzia na propriedade rural na mão de poucos numa grande população (AHMAD, 1933). "*The real problem of agrarian Turkey was not the shortage of land but the shortage of labour aggravated by the constant warfare and the loss of population*"(AHMAD, 1993, p. 74).

Isso evidência uma característica importante da Turquia daquela época, o qual era a natureza essencialmente rural da economia, cujos artigos agrícolas mais produzidos no país eram cereais como trigo e cevada, que também constituíam nos principais bens da pauta de exportação. A indústria existente resumia-se no processamento de tabaco (que era monopólio estatal) e em têxteis (ESFAHANI, 1995).

Logo, é deduzido que a economia turca guardava traços da dinâmica primário-exportadora, já que as exportações de artigos básicos financiavam o consumo de manufaturas vindas dos países centrais. E ao contrário do Brasil, que vivenciava um tímido processo de industrialização, a Turquia não possuía condições de ter uma expansão da produção interna de manufaturas leves devido ao Tratado de Lausanne, que impunha a manutenção de baixas tarifas de importação para a Turquia (ESFAHANI, 1995). Não havia incentivos para que a recém-nascida burguesia turca se envolvesse com investimentos no setor manufatureiro, e assim, esta ficava confinada no comércio derivado da importação de bens europeus.

Mesmo diante de tantas limitações (falta de capital humano, infra-estrutura débil, pagamento de dívidas, respeito a cláusulas que inibiam o protecionismo), o novo país (ou melhor, os seus dirigentes) estava determinado a construir uma economia forte, o que implicava na formação de um parque industrial. "*The Kemalist elite viewed industry as a vital component in the creation of the new Turkey*" (AHMAD, 1993, p. 93). Isto revelava um contraste significativo em relação ao pensamento econômico vigente da época, pois os turcos somente trilharam um modelo liberal (ausência de barreiras comerciais, seguir as vantagens comparativas), devido às imposições das potências estrangeiras.

Então, a economia turca naquela época buscou fazer o melhor que pôde para desenvolver-se, ou seja, tratou de equilibrar sua balança de pagamentos na medida do possível, o que incluía aceitar a entrada de capital estrangeiro e estimular a geração de receitas cambiais (oriundas basicamente da agricultura).

Neste sentido, em 1925, o governo turco tratou de estimular a criação de excedentes na agricultura ao abolir um dízimo[5] sobre a terra, cujo propósito era na época dos conflitos e invasões financiar os gastos bélicos. Isto foi positivo no sentido de incorporar ao mercado interno parte do campesinato, cuja produção agrícola ainda seguia a lógica de subsistência; e outro ponto importante foi o governo promover baixas tarifas de transporte ferroviário aos grãos (BIRTEK, KEIDER, 1975). Portanto, um importante esforço do Estado durante os anos 1920 foi modernizar essa massa de pequenos agricultores, no sentido de permitir que estes passassem a produzir excedentes agrícolas, os quais seriam comercializados. É importante destacar que essas medidas miravam a balança de pagamentos ao reduzir a dependência de importação de alimentos, como o próprio trigo, o qual chegou a determinados momentos ser mais barato importá-lo dos Estados Unidos do que comprá-lo internamente (HALE, 1981). Em relação à expansão das receitas cambiais, os grandes agricultores, responsáveis pelas exportações de grãos, tiveram uma melhora na produção devido a essas medidas governamentais.

Além disso, o governo turco preocupou-se com a reconstrução e incremento da infra-estrutura logística (primordialmente ferrovias), e foram criadas instituições destinadas a amparar setores importantes da economia, como bancos públicos[6].

Em relação à organização política, o país, assim como o Brasil, era constituído como uma república, porém, esta dominada somente por um único partido, o RPP (Republican People's Party)[7], no qual se reunia ex-militares, parte da nascente burguesia, e a oligarquia rural. Esta centralização em torno de um partido possibilitou uma relativa estabilidade política para um país que tinha passado por diversas turbulências anteriormente e, além disso, facilitaria uma sistemática intervenção estatal que viria após 1929.

[5] Tal dízimo representava aproximadamente um terço da receita do governo.

[6] Entre os bancos de maior destaque ficava o Bank for Industry and Mining, que buscava financiar a indústria doméstica privada emergente, e o Agricultural Bank, que supria crédito aos agricultores (HALE, 1981).

[7] O Partido Popular da República foi criado por Mustafa Kemal 'Atatürk', um militar nacionalista que liderou a resistência contra a ocupação da Turquia pelos estrangeiros (gregos e ingleses). Esta figura importante da Turquia foi o primeiro presidente do país, e aqueles que seguiam seus ideais eram intitulados de "kemalistas".

2. RESISTÊNCIA À CRISE DE 1929: INTERVENÇÃO ESTATAL (1930-1945)

Com a eclosão da crise econômica nos Estados Unidos, diversos países periféricos tiveram a oportunidade de romper com a dinâmica primário-exportadora ao presenciar o colapso do comércio internacional, o qual trouxe diversas dificuldades em primeiro momento. Naturalmente, a transmissão dos efeitos da crise de 1929 nas economias subdesenvolvidas da época deu-se por meio da queda dos preços dos principais produtos de exportação, no qual se referia ao café no Brasil, e ao trigo na Turquia.

2.1 BRASIL

No Brasil, a drástica redução das exportações cafeeiras teve como conseqüência a escassez de divisas, situação que foi agravada pela fuga de capitais, impossibilitando assim, a continuidade da dinâmica primário-exportadora. No entanto, tal situação transformou-se em uma oportunidade para a ainda incipiente burguesia industrial brasileira, já que as manufaturas nacionais viram-se beneficiadas pela depreciação cambial resultante da escassez de moeda estrangeira, isto é, a desvalorização da moeda doméstica inibiu a competição com os artigos importados.

Além disso, a indústria nacional deslumbrava com a possibilidade de renovar o capital físico existente ao adquirir dos países desenvolvidos máquinas e equipamentos que estavam com preços baixos devido à depressão e à própria obsolência (FURTADO, 2006).

Apesar do destaque dado à indústria, é necessário destacar que a intervenção do novo governo na agricultura permitiu a existência de demanda pelas manufaturas nacionais, já que o prosseguimento da produção cafeeira possibilitou a continuidade da renda monetária que alimentaria tal demanda (FURTADO, 2006). O café passou a ter sua produção controlada pelo Estado, e foi realizado um forte ajuste em sua oferta, sendo emblemática a compra e eliminação dos estoques de café, a fim do produto adquirir preços melhores. “As conseqüências relativamente suaves da crise sobre a economia brasileira têm sido tradicionalmente creditadas às políticas econômicas do Governo Provisório, especialmente em relação ao café” (ABREU, 1990, p. 78).

Ressalta-se que durante esse período, a economia brasileira aprofundou o processo de industrialização ao realizar não somente a substituição de manufaturas leves, mas a de insumos industriais.

> "O desempenho medíocre da agricultura contrasta com o dos demais setores, em particular com o da indústria. (...) Os gêneros não-tradicionais (borracha, papel, cimento, metalurgia, química) bem como a indústria têxtil, expandiram-se a taxas superiores à média industrial" (ABREU, 1990, p. 85).

E é interessante notar que nesse período o processo não foi condicionado a nenhum planejamento estatal (o qual seria somente adotado durante a gestão JK), e o Estado brasileiro se fez presente a fim reverter os efeitos recessivos da crise por meio da manutenção da taxa de câmbio e do preço do café. Uma inserção mais incisiva do Estado somente seria feita a partir dos anos 1940, o que seria confirmada pelos esforços do governo em fazer a industrialização avançar em áreas que exigia maior progresso técnico e maiores volumes de capital, ou seja, começou a haver uma intervenção estatal mais focada na produção do que na normatização.

No aspecto político brasileiro, pode-se afirmar de forma sintética que o período foi caracterizado por um breve respiro de democracia liderado por Getúlio Vargas (apesar de episódios como o levante paulista de 1932 e a Intentona Comunista de 1935), mas este terminou por instaurar uma ditadura em 1937 (o Estado Novo). Vargas comandou o país até o final da 2º Guerra, e durante esse período, ele tratou de pôr em marcha o desenvolvimento do parque industrial brasileiro; e com esse intuito, tratou de negociar com os Estados Unidos a participação brasileira na guerra[8] ao condicioná-la com a obtenção de capital e tecnologia para a construção de uma siderúrgica nacional, o qual se concretizou com a usina de Volta Redonda.

2.2 TURQUIA

Em 1929, a Turquia confrontava grandes desafios com a crise internacional, mas sua economia deparava-se também com muitas oportunidades, cuja primeira era romper com o já inválido Tratado de Lausanne, permitindo assim, o governo possuir a autonomia de impor tarifas de importações. Entretanto, o país, assim como o Brasil,

[8] A participação do Brasil na 2º Guerra Mundial não se limitou ao envio de tropas à Europa, mas a autorizar os norte-americanos a usar parte do território brasileiro (no caso, a base aérea de Natal) para efetuar a ponte aérea entre os Estados Unidos e a África.

sofreu com a escassez de divisas, o qual não foi resultante somente da saída de capital estrangeiro, mas também da "euforia" do setor importador, que realizou um volume considerável de compras ao antever o encarecimento das importações decorrente da quebra do dito tratado.

A fim de conter os efeitos desastrosos da crise de 1929, o Estado turco interveio pesadamente na economia ao incorporar o planejamento estatal por meio dos planos quinquenais, o qual era a principal ferramenta econômica da União Soviética. O país socialista forneceu capital e ajuda técnica aos turcos para a implantação de tais planos, os quais consistiram na construção de parques industriais, mas adverte-se que o RPP (destarte o nome) não possuía qualquer vínculo ideológico com a União Soviética, fora os ideais de estatismo[9]. O governo da época era pragmático o suficiente em atingir seus objetivos a ponto de não se limitar a receber a ajuda dos soviéticos, mas também a dos americanos (HALE, 1981). "Essentially, the plan provided for the establishment of a series of industrial plants designed to reduce Turkey's needs for imported consumer and intermediate goods using domestic raw materials" (HALE, 1981, p. 56).

A partir do primeiro plano quinquenal (1934-1938), o governo aprofundou o processo de industrialização turco ao instalar fábricas por todo país, mas a região da Anatólia era privilegiada por ser extremamente subdesenvolvida. O plano junto com a proteção da indústria nacional à competição estrangeira trouxe a substituição de diversos bens que abrangiam de têxteis a aço.

> The main industries affected were the manufacture of cotton and wool textiles, paper, ceramics, glass, cement, semicoke and some chemical products (notably sulphur and sulphuric acid, superphosphates, chlorine and caustic soda) besides iron and steel (HALE, 1981, p. 56).

A realização de tal empreendimento foi levada a cabo pelas SEE's (State Economic Enterprises), o Sumerian Bank e o Hittite Bank[10], criados respectivamente em 1933 e 1935, no qual o primeiro cuidava da produção industrial, enquanto o segundo, das atividades mineradoras. Essas instituições detinham a propriedade das empresas criadas pelo plano quinquenal, e forneciam crédito abundante e barato que

[9] A "filosofia do estatismo" apesar de ser heterogênea, especialmente no caso turco, consiste nas atribuições do Estado não serem limitadas à regulação da economia, mas a ter um grande papel na produção e investimento (AHMAD, 1993).

[10] Apesar de portarem nomes de banco, as SEE's são possuíam atividades adequadas ao funcionamento de uma instituição bancária, pois os depósitos que recebiam representavam uma porção diminuta do capital e dos passivos que dispunham (HALE, 1981).

garantiam o prosseguimento das atividades de tais companhias (AHMAD, 1993). Com o fim do primeiro plano quinquenal, o governo lançou o segundo (1939-1943) que, devido à 2º Guerra, foi quase abortado e limitou-se à expansão e prosseguimento da produção das fábricas que foram lançadas no primeiro plano.

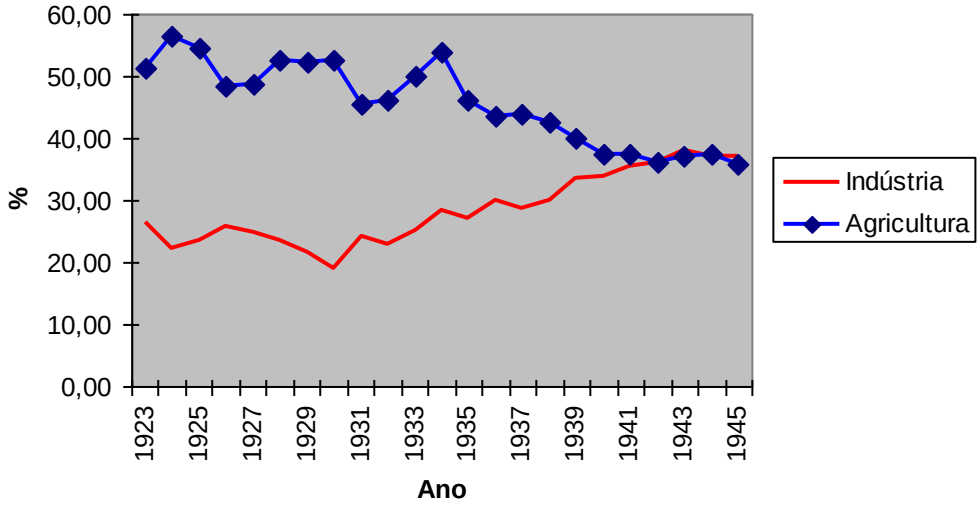
Mas uma importante intervenção estatal fora o planejamento econômico foi a manutenção dos preços de grãos, como trigo, a fim de evitar o colapso da agricultura turca. "The farmers benefited when the state intervened in 1932 to rescue them from plummeting world prices; the price index for wheat, one of Turkey's principal exports, fell from 100 in 1929 to 32 in 1931" (AHMAD, 1993, p. 99). As compras governamentais de grãos na Turquia conseguiram sustentar a renda de muitos camponeses, que durante os anos 1920, integraram-se ao mercado interno (isto é, abandonaram a cultura de subsistência) e ao presenciar a deterioração da agricultura, não viam mais incentivos em cultivar diante da queda dos preços.

Em relação ao período anterior à crise, a Turquia não apresentava muitas diferenças em seu sistema político, pois ainda continuava a gestão confinada a um único partido, e apesar da morte do presidente e líder Atartürk em 1938, Ismet Inönü continuava a mesma linha de pensamento de seu antecessor. Quanto à eclosão da 2º Guerra Mundial, a Turquia buscou resistir ao conflito ao sustentar o *status* de neutralidade, pois o envolvimento bélico direto (independente do lado) poderia ser desastroso devido à proximidade com a Europa e ao estágio de desenvolvimento que estava. Por isso, preparou-se belicamente para sustentar tal *status* (ESFAHANI, 1995), o que explica o porquê do 2º plano quinquenal não ter sido tão bem sucedido quanto o primeiro. No fim do conflito, quando o destino da Alemanha estava selado, o governo declarou guerra ao Eixo somente para fazer parte da ONU.

3. TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL

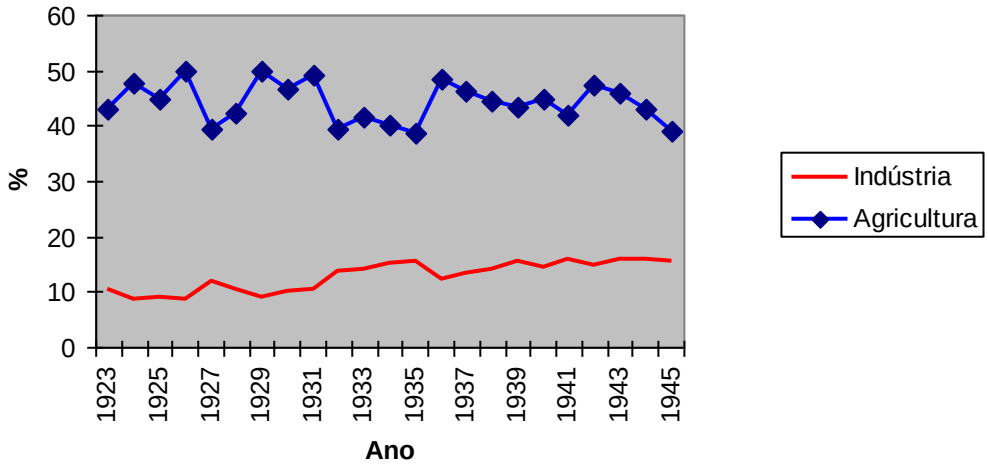
Relatada a trajetória dessas duas nações, principalmente no que se refere à indústria, podemos atestar os avanços dos dois países no processo de desenvolvimento econômico (de passar para uma economia agrária para uma industrial) ao observar a composição do PIB do Brasil e da Turquia entre 1923 e 1945:

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO PIB BRASILEIRO – 1923-1945



FONTE: IPEADATA, 2012.

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO PIB TURCO – 1923-1945.



FONTE: TURKISH STATISTICAL INSTITUTE, 2012.

Os dois gráficos revelam três fatos importantes relacionados às atividades econômicas desempenhadas pelos dois países. Primeiro, antes de 1930, a agricultura possuía uma influência muito grande nos países, enquanto que a indústria desempenhava um papel secundário. Segundo, anteriormente à crise, a participação da produção manufatureira era mais expressiva na composição do PIB brasileiro (representando, por volta de 23%) do que no PIB turco (que ficava ao redor de 10%). Por último, após a crise, o Brasil foi o único a realizar a primeira fase da transformação estrutural, isto é, a agricultura caiu e a indústria cresceu como parte das atividades econômicas, enquanto que a condição da Turquia continuou a mesma.

Claramente, pode-se descartar a validade da hipótese de que a intensidade da intervenção econômica do Estado tem efeitos no ritmo de industrialização de uma economia, pois no Brasil, o qual não se exerceu nenhum planejamento estatal, obteve melhores resultados em relação à industrialização. Entretanto, descartada a hipótese, fica suspensa a seguinte pergunta: por que a Turquia, destarte o esforço colossal do Estado em industrializar o país, não teve uma mudança estrutural no sentido das atividades industriais superarem as agrícolas? Em busca da resposta, serão analisados quatro argumentos.

O primeiro concerne ao fato do planejamento estatal ter construído fábricas que eram ineficientes, conforme atesta a siderúrgica de Karabük (na Anatólia), cuja localização era longe das fontes de matérias-primas, como ferro e carvão, e a sua gestão era problemática devido à falta de coordenação entre as diversas etapas de confecção do aço (HALE, 1981). No entanto, o argumento da eficiência se mostra limitado para responder a pergunta, pois é uma situação normal para uma economia protegida da competição estrangeira, que embarca no processo de industrialização, ter algumas fábricas que estão no começo da curva de aprendizagem.

A segunda explicação refere-se à afirmação de que o investimento público destinado à indústria foi baixo em comparação àquele alocado na agricultura e ferrovias (25% contra 50%), colocando assim, que na época, a preocupação do governo nunca fora a indústria (HANSEN, 1992, apud, ESFAHANI, 1996). Essa ótica traz alguns problemas se for visto que parte do investimento público aplicado em ferrovias não atendia somente a necessidade de escoar a produção agrícola, mas também a industrial. Além disso, é preciso notar que na Turquia parte desse gasto na agricultura trouxe retornos para o desenvolvimento industrial:

> But the recovery of world prices in 1936, the government, now the principal buyer of agriculture produce was able to buy at prices below those established by the market. As result, it made huge profits which were used to finance its industrial projects (AHMAD, 1993, p. 100).

Outra interpretação a ser feita sobre o porquê da Turquia não ter se transformado estruturalmente nos anos 1930 refere-se a esta ter perdido uma grande oportunidade com a crise ao não importar por preços baratos as máquinas e equipamentos dos países desenvolvidos, os quais naturalmente eram mais avançados (HALE, 1981). É uma

explicação plausível e importante para responder tal questão, mas ainda assim, mostra-se incompleta.

Neste caso, é importante notar alguns fatos referentes ao Brasil e o pensamento de Celso Furtado sobre o processo de industrialização. No caso do Brasil, percebe-se que o processo de industrialização já possuía antecedentes desde o séc. XIX através dos surtos de industrialização os quais ocorriam como resultados de diversos fatores (proteção tarifária, emissão de moeda, 1º Guerra). O ponto é que a economia brasileira teve mais tempo para formar um mercado interno que pudesse absorver a produção nacional manufatureira, enquanto que a Turquia não teve tal oportunidade, já que o país nasceu em 1923 e com vários obstáculos.

E Celso Furtado afirmava que o processo de industrialização para ser levado adiante por uma economia subdesenvolvida, esta deveria considerar os seguintes fatores: a natureza da atividade exportadora, a taxa de salário da atividade exportadora, e o tipo de infra-estrutura, (FURTADO, 2007). A natureza da atividade exportadora referia-se ao fato desta utilizar a mão de obra de forma intensiva; por exemplo, a agricultura tende a usar um volume de trabalho maior que a mineração (FURTADO, 2007). A taxa de salário (em conjunto com o fator anterior) deveria ser alta a fim de formar um mercado interno robusto. E a infra-estrutura deveria ser aproveitada por outras atividades fora a exportadora a fim de dinamizar a economia. Estes elementos serão analisados dentro da economia turca da época.

A natureza da principal atividade exportadora da Turquia, o qual se configurava o cultivo de trigo, permitia empregar de forma intensiva a mão de obra, o que deduziria uma vantagem no processo de industrialização, pois significativa parte da população poderia desfrutar dos ganhos de produtividade da exportação de trigo. Além disso, ao levar em consideração que na agricultura faltava mão de obra como decorrência das guerras, poder-se-ia imaginar que os poucos trabalhadores agrícolas aufeririam altos salários. Ou seja, haveria incentivos para a construção de um mercado capaz de sustentar a industrialização.

Porém, estas conjecturas superficiais não refletem alguns aspectos e fatos inerentes à estrutura agrária da época. Entre 1923 a 1927, o problema da falta de trabalhadores na agricultura levou o governo turco a subsidiar a importação de aproximadamente 2.000 tratores e máquinas agrícolas para os grandes proprietários de terra, os quais eram consideravelmente prejudicados por essa escassez (BIRTEK, KEIDER, 1975). Ou seja, o potencial de englobar uma potencial massa de empregados

no setor mais produtivo da economia estaria possivelmente descartado. Quanto ao nível dos salários, parece pouco provável que numa economia baseada em atividades primárias, cuja grande parte da população agrícola, os camponeses, estava realizando a transição de um sistema de subsistência para um integrado ao mercado interno (o qual ocorreu nos anos 1920 e 1930), os salários fossem significativamente altos.

Outro aspecto refere-se à infra-estrutura logística que, a princípio, poderia ser aproveitada por outras atividades fora à exportadora, mas no caso turco isso não podia ser levado em conta, já que a infra-estrutura do país era extremamente debilitada e em fase de (re) construção. Para ter uma idéia dessa deficiência, a região da Anatólia[11], responsável pela maior parte da produção de grãos do país, somente foi integrada ao resto do país pelas ferrovias e rodovias durante os anos 1950 e 1960 (AHMAD, 1993).

Enfim, antes de 1945, a Turquia não possuía as condições necessárias para alavancar o processo de desenvolvimento devido às limitações inerentes ao nascimento dela; e um processo de industrialização mais concreto viria somente a partir de 1960, quando o país desenvolveu melhor sua agricultura (mais estável e moderna), e já tinha formado um mercado interno significativo. Dessa forma, supõe-se que a mão do Estado teria efetividade na promoção da indústria.

[11] Situada no interior da Turquia e longe do litoral.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou realizar um paralelo entre a economia brasileira e turca no período de 1923 a 1945, a fim de verificar se o emprego do planejamento estatal tem maiores efeitos na promoção da indústria da economia, especialmente na fase inicial de transição de uma economia agrária para industrial. Constatou-se que o planejamento estatal não é tão efetivo quanto se esperava ao observar a evolução da composição das contas nacionais dos dois países naquela época, já que no Brasil presenciou-se o crescimento proporcional da indústria frente à agricultura, enquanto na Turquia, não.

No entanto, a negação de tal hipótese foi acompanhada de uma questão mais pertinente referente às razões para a Turquia não ter se transformado estruturalmente, destarte os esforços do Estado em fazer isso. Foram analisadas diversas interpretações sobre essa questão, cuja abrangência atingia desde o argumento da ineficiência até o destino do investimento público, mas parece que o pensamento de Celso Furtado sobre o processo de industrialização, além do tempo de maturação do mercado interno, fornece respostas para tal questão. De fato, a Turquia teve pouco tempo para construir um mercado interno que fornecesse suporte ao desenvolvimento industrial em comparação ao Brasil; e os aspectos referentes às características da atividade exportadora turca, como os prováveis baixos salários dos trabalhadores agrícolas, e a infra-estrutura débil, dificultaram a transição de uma economia primária para uma industrial.

Portanto, naquela época, deduz-se que a intervenção do governo turco, por meio do planejamento estatal, não surtiu efeitos concretos no processo de substituição de importações de forma que ocorresse a transformação estrutural da economia; devido à formação débil do mercado interno, cuja melhor formação estaria condicionada às atividades primárias.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. ln: ABREU, M. P (org). **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. ed. 23. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 73-104.

AHMAD, F. **The Making of Modern Turkey**. London: Routledge, 1993.

BARLAS, D. **Etatism and diplomacy in Turkey:** economic and foreign policy strategies in an Uncertain World, 1929-1939. New York: Brill, 1998.

BIRTEK, F., KEIDER, C. **Agriculture and the state:** an inquiry into agricultural differentiation and political alliances: The case of Turkey. Journal of Peasant Studies. 1975. v. 2, n.4, p. 446-467.

ESFAHANI, H. S. **Institutional Structure, Government Policy & Economic Performance in Turkey.** University of Illinois, 2005

FRITSCH, W. Apogeu e Crise na Primeira república: 1990-1930. ln: ABREU, M. P. (org). **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. ed. 23. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 31-72.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** ed. 34. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FURTADO, C. **Economia latino-americana:** formação histórica e problemas contemporâneos. ed. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALE, W. **The Political and Economic Development of Modern Turkey.** London: Croom Helm Ltda, 1981.

MARICHAL, C., TOPIK, S. **O Estado e o crescimento econômico na América Latina:** Brasil e México, 1880-1920. História econômica & história de empresas, v.1. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003, p. 7-34.

OKYAR, O. **Development background of the Turkish economy, 1923 – 1973**. International Journal of Middle East Studies, v. 10, n. 3, ago 1979, p. 325-344.

IPEADATA. 2012. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 18 jan 2012.

TAVARES, M. C. **Auge y declinación del proceso de substitución de importaciones en el Brasil**. Boletín Económico da América Latina, v. IX, n.1. Nova York: CEPAL, 1964, p. 1-62.

TURKISH STATISTICAL INSTITUTE. 2012. Disponível em: <www.turkstat.gov.tr> Acesso em: 18 jan 2012.

Desenvolvimento Regional no Brasil: as contribuições de Rômulo de Almeida e Celso Furtado

Francisco Monticeli Valias Neto

Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas, discente do curso de Ciências Econômicas e Bolsista do Programa PET da mesma Universidade. Email: francisco.mvn12@hotmail.com

Daniel do Val Cosentino

Professor do ICSA da Universidade Federal de Alfenas e Doutorando em História Econômica pela USP. Email: dcosentino@terra.com.br

RESUMO

Colocada já na década de 1930, a questão regional no Brasil sob perspectiva política e social ganharia importância a partir dos anos 1950. Os rumos das políticas de desenvolvimento regional no Brasil passariam inexoravelmente pela visão de dois intelectuais célebres que se tornaram referência obrigatória neste assunto: Rômulo de Almeida e Celso Furtado. A incansável luta pela inserção do Nordeste na dinâmica econômica nacional, nas perspectivas teórica e política, foi o grande marco na carreira desses dois brasileiros. Tanto Rômulo de Almeida como Celso Furtado ocuparam importantes cargos em órgãos públicos que determinariam as diretrizes de políticas regionais para o Nordeste. Deste modo, o caminho trilhado por estes órgãos representavam, em boa medida, as diferentes proposições de políticas que cada autor diagnosticava correta. O trabalho e as ideias de Almeida nem sempre mereceram atenção proporcional ao tamanho papel ocupado por ele como idealizador de projetos e políticas publicas nacionais e regionais entre as décadas de 1950 e 1970. O presente trabalho consiste em uma análise das ideias de Rômulo Almeida acerca do desenvolvimento regional, bem como uma tentativa de paralelo e comparação entre a sua visão e a de Celso Furtado.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; Rômulo Almeida; Celso Furtado.

ABSTRACT

Discussed already in the 1930s, the regional issue in Brazil had acquired political importance during 1950s. The directions of regional development policies in Brazil is closely linked to vision of two famous intellectuals who became obligatory reference on this subject: Romulo de Almeida and Celso Furtado. Both Romulo de Almeida as Celso Furtado occupied important positions in public agencies that will determine the policy guidelines for the Northeast regional. The work of Almeida are not always received attention proportional to the size role played by him as the founder of projects and national and regional public policies between the 1950s and 1970s. This paper is an analysis of the ideas of Romulus Almeida on regional development, as well as an attempt to parallel and comparing their vision and Celso Furtado.

Keywords: regional development; Rômulo Almeida; Celso Furtado.

Desenvolvimento Regional no Brasil: as contribuições de Rômulo de Almeida e Celso Furtado

Introdução

Tratar a problemática do desenvolvimento regional como questão pertinente às preocupações de um economista é aproximar, de certo modo, a grande lacuna existente entre a ciência econômica e realidade das economias capitalistas. Contudo, mesmo que o problema da desigualdade regional fosse tão explícito desde a formação do capitalismo, até a segunda guerra mundial praticamente não se falava de políticas regionais; estas ainda eram tratadas como "uma matéria de localização das atividades agrícolas e industriais" (DINIZ, 1999). Esse silêncio talvez possa ser atribuído à questão urbana, que ainda não havia emergido como um problema social e político, fazendo com que as políticas regionais perdessem respaldo social, e, do ponto de vista da teoria econômica, ao viés crítico implícito na própria idéia de desenvolvimento regional. Em outras palavras, falar de desenvolvimento regional é questionar a eficiência alocativa do mercado, ou seja, negar os pressupostos da teoria liberal *mainstream* das práticas econômicas até então.

Historicamente, encontramos os primórdios da preocupação regional no Plano de Eletrificação Nacional, elaborado pela União Soviética em 1925. Este plano tinha o objetivo de construir várias usinas hidrelétricas, prevendo seu aproveitamento como base para o desenvolvimento regional e sua integração futura. Posteriormente, em 1928, a Comissão Nacional de Planejamento ratificaria a preocupação regional da União Soviética, ao considerar a dimensão regional e a preocupação geopolítica da Sibéria (DINIZ, 1999).

Pouco tempo depois, a preocupação regional ganharia respaldo no mundo com a grande crise de 1929, pois esta expôs claramente os problemas regionais da maioria dos países capitalistas e industrializados. Neste momento, os pressupostos de harmonia econômica do sistema capitalista seriam colocados em *xeque*, mais do que isto, a concepção sobre a participação mínima do Estado na economia cairia ao chão.

Como se sabe, depois da crise veio o Estado. Roosevelt, eleito presidente em 1932, implementou o New Deal, um programa de recuperação econômica, que previa a expansão do gasto público para reduzir a capacidade ociosa das empresas e, com isso, aumentar a renda agregada e o emprego nos Estados Unidos. Esse tipo de intervenção do Estado não era óbvio na época e representava um desafio à concepção dominante, mas em declínio. Prevaleciam ainda as idéias liberais e Keynes ainda não era Keynes. No contexto da agudização das desigualdades regionais no país, o sul era muito menos desenvolvido que o norte, e daquele programa de recuperação econômica, em 1933, foi criado o Tennessee Valley Authority (TVA), uma agência governamental cujo objetivo era promover o desenvolvimento econômico na região do vale do Tennessee,

especialmente afetada pela grande depressão.[1] Reflexo indireto da teoria keynesiana que se firmava, esta foi a primeira experiência de planejamento regional concretizada num país de economia capitalista.

A teoria econômica agora seria guiada pelos conceitos advindos da revolução Keynesiana, que promoveria a criação de políticas de redução das desigualdades regionais e do reordenamento territorial de vários países, através do avanço das técnicas e práticas de planejamento econômico. Também nasceriam instituições específicas para o fomento das políticas regionais, tais como o TVA. No fundo, estava se construindo uma teoria que daria conta de resolver os problemas da realidade, e o problema regional era uma parte significativa desta.

No Brasil, o longo período de economia primário-exportadora fez com que nosso território se transformasse naquilo que Francisco de Oliveira chamou de "arquipélago de regiões" (OLIVEIRA, 1990). O termo enfático traduz a experiência de um pais que viveu por mais de quatro séculos sob a dependência do mercado externo, nos diferentes ciclos (que vão desde o cultivo de cana-de-açúcar, passando pela mineração até chegar no café) sempre prevaleceu o nexo externo. O desenho regional do Brasil não poderia ser diferente: uma região de dinâmica externa, apoiada no cultivo da monocultura desvinculado com o resto da economia que se preocuparia com o abastecimento externo. Assim "as economias regionais se articulavam muito mais para fora do que para dentro do espaço nacional" (BACELAR, 2000).

O problema regional, por conseguinte, dependia quase exclusivamente do desempenho externo, ou seja, o que garantia o desempenho de certa região era, em primeiro lugar, sua articulação com o estrangeiro, e, em segundo lugar, um cenário favorável de comércio internacional, ou seja, se o açúcar (cultivado no século *XVII)* estava valorizado internacionalmente, a região Nordeste iria bem. Neste prisma, enquanto o nexo da economia brasileira estivesse voltado para o exterior, os problemas que depois viriam a ser encarados como inerentes de cada região não fariam sentido se levássemos em conta a dinâmica econômica nacional. Assim, paradoxalmente, a discussão específica da questão econômica regional surge com maior clareza quando a discussão econômica do país se volta para o plano nacional.

Por isso, a questão regional nasce no Brasil a partir do momento em que o país passa de uma economia primário-exportadora para uma economia de base industrial[2]. Essa mudança tão profunda vivida na economia brasileira no século *XX*, garantiria uma nova dinâmica econômica: neste momento, ao internalizar o comando da acumulação, o mercado interno atua como determinante na lógica econômica, pois passa a configurar a articulação da economia nacional. No fundo, o processo

[1] O fotógrafo Walker Evans captou em imagens os efeitos da grande depressão no interior dos Estados Unidos.
[2] Furtado, Celso. "Formação Econômica do Brasil", São Paulo: Cia das Letras, 2009.

de industrialização rompe com a lógica externa e a complexidade da economia passa a ser representada pela articulação das diversas regiões entre si. Nas palavras de Tânia Bacelar:

> Neste momento, as diversas ilhas do Brasil começavam a articular entre si, a estabelecer relações cada vez mais intensas entre elas mesmas, e é quando começa a surgir a chamada questão regional brasileira. No momento em que estas articulações se montam é que a sociedade brasileira vai perceber que estava diante deste processo de construção, que é um processo de construção nacional, mas que há diferenciações regionais muito importantes, e evidencia-se que determinadas regiões tem uma dinâmica diferente de outras. (Bacelar, 2000, p.73)

Colocada já na década de 1930, a questão regional sob perspectiva política e social ganharia importância a partir dos anos 1950. Os rumos das políticas de desenvolvimento regional no Brasil passariam inexoravelmente pela visão de dois intelectuais célebres que se tornaram referência obrigatória neste assunto: Rômulo de Almeida e Celso Furtado. A incansável luta pela inserção do Nordeste na dinâmica econômica nacional, nas perspectivas teórica e política, foi o grande marco na carreira desses dois brasileiros que ocuparam importantes cargos em órgãos públicos que determinariam as diretrizes de políticas regionais para a região. O presente trabalho consiste em uma análise do pensamento de Rômulo Almeida a respeito do desenvolvimento regional bem como um paralelo de sua visão, utilizando o exemplo do processo de criação e implementação do Banco do Nordeste, com a de Celso Furtado sobre a questão regional, utilizando o exemplo da SUDENE.

Rômulo Almeida e o desenvolvimento regional

Rômulo Almeida é daqueles personagens até certo ponto injustiçados quando o assunto é o pensamento econômico brasileiro. São poucos os trabalhos a respeito de suas ideias econômicas se comparado à importância de sua atuação em momentos importantes da vida política e econômica brasileira[3].

[3] Neste sentido dois dos trabalhos mais importantes a respeito do pensamento econômico brasileiro praticamente não retratam ou abordam as suas contribuições. Ver Bielschowsky, Ricardo. "Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento". 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. E Mantega, Guido. "A economia política brasileira", São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985. Alguns dos trabalhos a seu respeito, ver Almeida, Aristeu Barreto de. (org.) "Rômulo Almeida o Construtor de Sonhos", Salvador: CORECON, 1995; Souza, Aristeu & Assis, J. Carlos de. "A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida", Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006; Furtado, André Tosi. "Rômulo Almeida (1914-88) e suas contribuições para o pensamento econômico regional brasileiro", In: Szmrecsányi, Tamás & Coelho, Francisco da Silva (Orgs.). "Ensaios de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo", São Paulo: Atlas, 2007; Silva, Sylvio Bandeira de Mello e. "Rômulo Almeida e o Sonho do Planejamento Regional" In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvado, Julho de 2001.

São poucos os textos do próprio Rômulo, o que certamente dificulta o estudo de suas ideias. Além de alguns artigos e relatórios técnicos espalhados em diversas publicações[4], há um livro reunindo alguns de seus mais importantes escritos, bem como três publicações que reúnem depoimentos do mesmo sobre sua vida, obra e atuação política.[5]

O fato é que Rômulo Almeida é um personagem importantíssimo por sua atuação e participação nos mais importantes projetos políticos e econômicos brasileiros durante, principalmente a década de 1950, período marcado, sobretudo, pela atuação explícita do Estado brasileiro no processo de industrialização do país. Coube ao personagem em questão um papel decisivo ao idealizar diversos projetos e transformações da estrutura econômica brasileira e participar ativamente da formação das organizações e instituições do Brasil contemporâneo. Sua atuação no âmbito do Estado foi marca fundamental na organização e criação de uma tecnocracia estatal, que passaria a fornecer o conhecimento e apoio técnico à industrialização da economia brasileira. Como aponta André Tosi Furtado,

> "mais do que um membro da tecnocracia que estava emergindo no aparelho do Estado no período do pós-Guerra, tratava-se de um técnico de grande competência, fortemente motivado em torno do interesse nacional e contratado por concurso público. Coube-lhe assim a oportunidade de estar involucrado num intenso processo de transformação da administração pública e da economia brasileira." (Furtado, 2007, p.336)

Rômulo participou de projetos importantes como a criação da Petrobrás, Eletrobrás e da CAPES. Além disso, como pretende explorar mais a fundo este trabalho, teve uma atuação importante na discussão a respeito do desenvolvimento regional no país. Além de trabalhar em planos para o desenvolvimento do Nordeste, idealizou, participou da criação e foi o primeiro presidente do Banco do Nordeste. Esta atuação e suas ideias em torno deste tema serão objetos largamente explorados nas paginas que se seguem.

Nascido em Salvador, Rômulo Almeida começou carreira como tecnocrata na Bahia no final da década de 1930. Nos anos de 1940 trabalhou no Acre e teve experiência de consultoria no escritório de Santiago Dantas no Rio e como professor substituto de economia na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Atuou ainda como assessor econômico no Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1945 fez concurso para o DASP (Departamento

[4] Ver por exemplo Almeida, Rômulo. "Planejamento Regional", In: In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvado, Julho de 2001; Almeida, Rômulo. "Traços da História Econômica da Bahia no ultimo século e meio" In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano XI, Nº 19, Salvador, Janeiro de 2009.

[5] Almeida, Rômulo. "Nordeste desenvolvimento social e industrialização", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Almeida, Rômulo. "Rômulo: voltado para o futuro", Fortaleza: BNB, 1986; Almeida, Rômulo. "O Nordeste no Segundo Governo Vargas", Fortaleza: BNB, 1985; Almeida, Rômulo. "Romulo Almeida (depoimento; 1988)", Rio de Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988.

Administrativo do Serviço Público), tendo sido um dos primeiros funcionários públicos alçados à posição por mérito próprio. Trabalho também como chefe do departamento de econômico da CNI, a convite de Roberto Simonsen.

No início dos anos de 1950, convidado por Vargas, foi designado oficial-de-gabinete do Gabinete Civil da Presidência da República. Ao mesmo tempo foi incumbido pelo presidente de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República. A Assessoria foi concebida também como órgão técnico planejador complementar à Missão Abbink. Seria ela responsável pela formulação da política de desenvolvimento do país. Havia, portanto, uma relação de confiança de Vargas em Rômulo Almeida[6], que seria um dos responsáveis pela elaboração do projeto nacionalista que passava pela montagem de um arcabouço institucional. Podemos dizer que este momento foi o auge da carreira de Rômulo como tecnocrata[7].

Na Assessoria participou de projetos fundamentais do período em questão. No campo energético, essencial à industrialização naquele momento, participou da idealização e criação da Petrobrás, na idealização da Eletrobrás (que viria a ser criada de fato nos anos de 1960) além do Plano Nacional do Carvão. Não podemos esquecer também de sua contribuição no campo da educação, com a criação da CAPES[8]. Além disso, evidentemente, participou ativamente da criação do Banco do Nordeste, do qual foi presidente no ano de 1954.

Neste mesmo ano, com o suicídio de Vargas e por diferenças ideológicas com o governo organizado por Café Filho, se afastou das questões nacionais, direcionando suas preocupações maiores e atuação para a questão regional. Foi Secretário da Fazenda na Bahia e elegeu-se deputado federal pelo estado. A atuação em sua terra natal inclui a participação na primeira Comissão de Planejamento Econômico do estado baiano, bem como no Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia. Além disso, foi secretário sem pasta para Assuntos do Nordeste, tendo representado a Bahia, também, na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Teve, portanto, uma carreira importante no sérvio publico do estado.

Ademais, teve uma atuação internacional de destaque na Associação Latino-Americana de Livre Comércio no Uruguai e como represente do Brasil no Comitê dos Nove da Aliança para o

[6] Depoimentos do próprio Rômulo dão conta de que Vargas poderia ter pra ele um projeto de ascensão política na Bahia que, não fosse o seu suicídio bem como a estrutura política local, poderia ter o alçado como governador da Bahia.
[7] Mais sobre o segundo governo Vargas, bem como o papel e a importância da Assessoria Econômica da Presidência da República, ver o importante livro de Maria Celina D'Araujo prefaciado por Rômulo Almeida. D'Araujo, Maria Celina. "O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política", 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
[8] A questão educacional e sua relação com o processo de desenvolvimento sempre foi um tema muita caro ao autor, que tem um texto muito interessante sobre o assunto. Ver Almeida, Rômulo. "Programação Educacional Num Pais em Processo Inicial de Desenvolvimento" In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Nº 105 - Jan/mar 1967.

Progresso - OEA. Pode-se dizer que sua carreira como tecnocrata e homem público se encerrou com a ditadura militar.

Nesse momento organizou na Bahia a Clan S.A. Consultoria e Planejamento. A empresa teve participação em empreendimentos importantes no estado como no Polo Petroquímico de Camaçari. A atuação de Rômulo Almeida na consultoria expressa a sua preocupação com desenvolvimento regional e com projetos que aproveitassem os recursos naturais da região em torno de um projeto de criação e fortalecimento de um mercado interno regional no Nordeste que pudesse alavancar o desenvolvimento da região.

Portanto, parece clara e evidente a importância deste personagem para o pensamento econômico brasileiro. A melhor compreensão de suas ideias nos ajuda a melhor entender um importante período da história nacional, bem como laçam luz sobre questões ainda muito atuais como o problema do desenvolvimento regional.

Aliás, o estudo da vida e da obra do autor deixa claro como o mesmo vai direcionando suas preocupações para a questão regional e do Nordeste ao longo de sua vida pública. Sobre isso, em depoimento de 1988 ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rômulo Almeida ilustra bem a sua personalidade e atitude em relação ao desenvolvimento regional e especificamente ao desenvolvimento do Nordeste. Questionado sobre o fato de nunca ter deixado de ser um homem do Nordeste apesar de sua atuação nacional, sua resposta é esclarecedora: "Não, eu me transformei. Eu fui federal, depois passei a ser regional pela consciência de que era preciso enfrentar esse problema." (Almeida, 1988, p. 166)

Em seguida ao ser questionado se a região teria solução, expressa brilhantemente sua visão a respeito do Nordeste, bem como do desenvolvimento regional:

> "Tem solução. A solução é combinar uma estratégia de transformação com uma estratégia de sobrevivência. Quer dizer, na medida em que a estratégia de transformação ainda não atingir toda a área, você atuar com uma estratégia de sobrevivência. O que é a estratégia de transformação? Isso é um pensamento meu, não é? Estratégia de transformação é basicamente a descentralização do processo de acumulação capitalista. Mas que exige pioneiramente a ação do Estado. Daí, a meu ver, o furo da política industrial e da estratégia de integração competitiva, na medida em que induzem a um desarmamento do Estado brasileiro. Então, isso significa você desenvolver atividades no setor secundário, do tipo pólo petroquímico, pólo cloroquímico de Alagoas, a indústria de aço e de alumínio no Maranhão, quer dizer, indústrias de base. E, ao lado disso, todas as outras indústrias de transformação que sejam possíveis - por exemplo, dar preferência à indústria têxtil de confecção, que tem condições excelentes de localização no Nordeste. Ao lado disso, também, os investimentos na agricultura moderna, sobretudo irrigação, e nos serviços. Por que é que você bota tudo no Rio e em São Paulo, em termos de pesquisa, quando você podia descentralizar? Como outros países fizeram, como os Estados Unidos mesmo fizeram? Quer dizer, pode-se

> descentralizar. Se você tiver um mínimo de escala, você pode botar a Fundação Getúlio Vargas no Recife ou na Paraíba. Não tem que botar tudo no Rio e em São Paulo" (Almeida, 1988, p.166-167)

A passagem acima é das mais interessantes. Para o autor a solução dos problemas do Nordeste passa necessariamente por uma estratégia que transforma a região sem, contudo, esquecer de seus problemas mais urgentes, o que ele chama de estratégia de sobrevivência. Nesse sentido, começa a ficar clara aqui a visão que compôs e esteve por trás da criação do Banco do Nordeste, cujo papel idealizado em seu projeto, visava combater, através do crédito a pequenos projetos, os efeitos mais nefastos das secas que se abatiam sobre a região. Era uma estratégia de sobrevivência que não iria solucionar os problemas mais complexos da região, nem diminuir a desigualdade e dependência em relação às regiões mais ricas do país, mas que funcionaria como elemento importante de combate e prevenção aos problemas mais urgentes causados pelas secas. Evidente, e como explicita bem o autor, a solução geral para os problemas da região passaria, necessariamente, por projetos que desconcentrassem e descentralizassem investimentos industriais, de pesquisa, inovação e capacitação, bem como aproveitassem os recursos naturais disponíveis.

Em interessante texto, apresentado em um Congresso sobre Planejamento, Rômulo Almeida discute o Planejamento Regional e sintetiza bem seu ponto de vista sobre a questão. Para ele, escrevendo na década de 1970, o desenvolvimento nacional tradicionalmente incorpora o argumento de que os esforços econômicos devem ter determinada concentração espacial para assegurar a expansão econômica, territorial e o desenvolvimento da nação e só depois assegurar distribuição regional dos benefícios gerados. Assim, esse processo tende a criar um circulo vicioso, onde as áreas privilegiadas tendem a não admitir a desconcentração do processo. Dessa forma , para o autor, o discurso e a mobilização regional assumem um papel de luta pela melhor distribuição da renda nacional e dos recursos disponíveis na busca por melhor equalização, bem como uma maior apropriação regional dos mesmos. Em plena década de 1970 sua visão significava também uma crítica ao modelo de desenvolvimento/crescimento econômico adotado no regime militar e à ideia de crescimento concentrador de renda. Em suas próprias palavras, "A idéia de crescer o bolo e depois dividir. Uma idéia equivocada, porque o bolo cresce incessantemente sem dividir". (Almeida, 1988, p.145)

Para ele, uma política de desenvolvimento regional deveria ser ancorada na concepção de uma melhor e mais justa alocação espacial dos recursos, ou, nas palavras do próprio autor, "inspirada na ideia de justiça e no interesse de assegurar melhor a solidariedade nacional através de maior satisfação das populações periféricas" (Almeida, 2001, p.6). Dessa forma, tal objetivo seria inviável politicamente sem a consciência de que tal processo incorpora um objetivo de

desenvolvimento nacional. Assim, Rômulo alerta "que dificilmente pode haver desenvolvimento regional no sistema de preços. Há que haver intervenção deliberada para descentralizar." (Almeida, 2001, p.10) Portanto, trata-se de valorizar as políticas públicas integrando planejamento nacional ao planejamento regional.

> O fato é que você já tem uma área bastante desenvolvida, e supõe-se que nessa área as coisas têm rentabilidade, os esforços têm resposta, e na região periférica não têm. Então, existe uma oposição ao esforço de descentralização. Oposição às vezes surda, mas efetiva. (...) Se não houver correção através do Estado, isso é inexorável. (Almeida, 1988, p.144)

Falando mais especificamente do processo de desenvolvimento regional, o autor argumenta que o mesmo deve se valer da desconcentração concentrada de recursos que visem desenvolver as regiões com base em polos de desenvolvimentos (em uma clara referência a François Perroux e a ideia de polos de crescimento[9]) que integrem planejamento econômico, social e espacial. Fica claro aqui a valorização das especificidades regionais e o papel central que as mesmas devem assumir no processo de planejamento regional.

> "Não creio que haja uma receita absoluta. As condições de cada estrutura econômica, geográfica e institucional, é que definem o tipo de planejamento mais adequado em cada área e em cada momento. Porém parece-me que já se tem elementos para concluir que, ao lado de normas e critérios gerais de política regional e compensação de desequilíbrios mais chocantes, o desenvolvimento regional intensivo deve basear-se num modelo de desconcentração concentrada . Este modelo conduz a desenvolver as regiões na base de pólos e áreas metropolitanas, modelo no qual se integra o planejamento econômico-social e o espacial, embora os limites do espaço geográficos sejam, só convencionalmente fixáveis. Na prática, certamente, esse modelo será condicionado pelos limites de regiões-programa estabelecidos por condições institucionais de difícil ou desnecessária correção." (Almeida, 2001, p.10)

Ademais, convém ressaltar a importância e pioneirismo de sua abordagem ao relacionar a questão regional à questão da integração latino-americano. Negando a ideia de que o planejamento e o desenvolvimento regional seriam limitadores de uma maior integração continental, Rômulo Almeida sustenta a ideia de que tal combinação poderia ser benéfica ao processo de desenvolvimento ao reduzir os desequilíbrios regionais uma vez que "se reduziria o efeito da dominação única, ou seja, haveria sobre as áreas inevitavelmente periféricas (em termos econômicos) e, inclusive limítrofes, geograficamente, a competição de maior número de pólos e áreas metropolitanas." (Almeida, 2001, p.11).

[9] Ver Perroux, François. "A economia do século XX". Porto: Herder, 1967.

Assim, conseguimos perceber que Rômulo Almeida elenca os principais pontos a respeito do que acredita ser uma política nacional de desenvolvimento regional. Neste sentido, sua experiência técnica e prática como membro da burocracia estatal (como nos casos dos vários relatórios sobre as condições do Nordeste ou no projeto de criação e a atuação como presidente do Banco do Nordeste ou nos inúmeros trabalhos frente ao Governo da Bahia), bem como consultor em grandes projetos econômicos no Nordeste (como o Polo Petroquímico de Camaçari na Bahia) através da CLAN, ilustram bem as ideias discutidas e apresentadas. Pretendemos a partir de agora explorar um pouco melhor essas experiências utilizando o exemplo do Banco do Nordeste para ilustrar as suas ideias a repeito do desenvolvimento regional.

A preocupação regional com o Nordeste nasceu com o diagnóstico de que todos os problemas sociais e econômicos da região advinham dos problemas causados pela intermitente seca que a assolava. A primeira medida com o propósito de combater a seca foi a criação da Comissão Imperial, em 1877, cujo objetivo era analisar e propor soluções para o problema. Aquela comissão sugeriu o desenvolvimento dos transportes, a construção de barragens e a transposição do rio São Francisco, ou seja, grandes obras de engenharia. Porém essas ações foram limitadas e lentas, enquanto se agravava o problema social da região (DINIZ, 1999).

Desde então, diversos órgãos e departamentos seriam criados sempre com diagnóstico semelhante: IOCS (inspetoria de obras contra a seca) transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1906, e em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945. De outro aspecto, havia sido criada a Caixa Especial de Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste do Brasil com 2% do orçamento da União. Em 1923, a Constituição Federal fixou em 4% do orçamento Federal para o controle das secas, e neste mesmo sentido o congresso, em 1950, aprova a Lei Sarazate, que previa uma intervenção do governo para financiar os proprietários e até mesmo agências públicas da região em pequenas obras de combate à seca (aguadas, poços e forragens resistentes à seca). Esse posicionamento do Estado deixava muito claro que todos os problemas do Nordeste eram derivados de uma geografia desfavorável, que esporadicamente castigava a região com fortes secas, e, portanto, a partir desse diagnóstico, quaisquer soluções plausíveis encontravam-se no campo da engenharia contra a seca.

Neste contexto, Rômulo de Almeida emerge como um dos principais técnicos ligados ao então governo de Getúlio Vargas destinado à preocupação regional do Nordeste. Ocupando o cargo mais importante da Assessoria da Presidência da Republica durante o segundo governo Vargas, Rômulo elaboraria o documento intitulado “Planejamento do Combate às secas”, onde explicaria as causas do atraso da região Nordeste. Encontrava-se aí uma tese importante, posteriormente retomada em numerosos trabalhos sobre os problemas da região, na qual se explicava de que forma

o processo de industrialização por substituição de importações levou à concentração da atividade econômica no Brasil.

Rômulo mostrou neste relatório que o processo de industrialização por substituição de importações fez com que a atividade econômica se concentrasse no Centro-Sul do país, gerando dinâmica e desenvolvimento nesta região, ao passo em que se aumentavam os desequilíbrios regionais. O Nordeste que exportava produtos para o exterior sofria com a política cambial (de valorização artificial do Cruzeiro) em benefício da indústria nascente na região Centro-Sul. Nas palavras de Rômulo de Almeida:

> Sobretudo na medida em que vendem fora dos preços de compensação ou do câmbio livre, o efeito econômico é um desequilíbrio nos termos de troca e uma descapitalização pelo fato de venderem a preços de competição internacional, e de comparem (mesmo no caso de não haver defasagem entre o cambio oficial e o cambio livre) a preços que são os preços de escassez ou os preços de inevitável proteção do mercado interno (venda a 18,50 compra ao Sul, digamos, a 40,00 com a sobrecarga do alto custo dos transportes internos, sobretudo da nossa onerosa navegação de cabotagem, que constitui um problema para o Nordeste. (Almeida, 1985, p. 228)

Ou ainda:

> O Nordeste pagava por isso, porque recebia pelo Dólar uma quantia muito pequena e não podia importar os produtos do exterior, tinha que importar de São Paulo, então importava muito mais caro, quer dizer, vendia por muito menos e comprava por muito mais. Isso provocou um desequilíbrio (Almeida, 1986, p.78)

O relatório estava evidenciando que o Nordeste era uma região que exportava produtos primários e gerava divisas, ao passo que tinha que importar produtos manufaturados da região Centro-Sul, a custos superiores aos dos produtos importados. Concluindo-se assim, que a região Nordeste estava de certa forma, financiando a industrialização do Centro-Sul. Esta ideia foi posteriormente retomada pelo relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) que formou as bases pra a construção da SUDENE anos depois.

O documento ainda enfatizava a existência de capitais no Nordeste, mas o "marasmo" vigente na região conduzia tais capitais para a região Centro-Sul, onde se encontravam as melhores condições de valorização. Este conceito espelha a influência teórica de Alfred Marshall, cuja obra fora traduzida no Brasil pelo próprio Rômulo de Almeida. Essa influência consiste no conceito de "economias externas", que explica esse deslocamento de capitais, através da maior lucratividade provocada pelo efeito de complementaridade e densidade de mercado característico da zona de concentração. Dessa forma, fica evidente que o Nordeste deixado a mercê das leis de mercado, cada

vez mais se distanciaria, do ponto de vista econômico, do centro dinâmico da economia. Logo, justifica-se então, a intervenção do Estado para amenizar esses desequilíbrios regionais.

> "Esse problema do desequilíbrio e da descapitalização, porém, não pode ter solução suficiente por esses meios [leis de mercado] : deve ser sobretudo enfrentado por um programa de inversões federais compensatórias, destinadas a restituir ao Nordeste, de modo geral, o desfalque resultante dessa descapitalização e, diretamente, a aumentar-lhe a demanda de importações, em concorrência com o Sul, dentro dos critérios gerais de prioridade". (Almeida, 1985, p.230)

Colocados os principais problemas da região Nordeste, tal documento serviu como embrião para elaboração do projeto do Banco do Nordeste do Brasil, em 1951, pela Assessoria Técnica da Presidência da República, onde Rômulo de Almeida atuou com destaque. O Banco do Nordeste surgiu para aplicar a grande quantidade de recursos destinados ao combate às secas, pois as obras até então do DNOCS, não resolveram os problemas da região. Em suas palavras:

> (...) nós examinávamos a experiência de combate aos efeitos da seca, e mostrávamos que a solução de engenharia era uma solução insuficiente, que era preciso pensar em termos econômicos, sociais e agronômicos e que não se devia cuidar somente da seca e do polígono das secas, mas da região que era afetada por ele, ou seja, de todo o Nordeste. Era preciso pensar em termos econômicos. (Almeida, 1986, p. 77)

O Banco teria então a preocupação de melhorar as condições de vida da população do Nordeste para garantir o funcionamento de sua economia. Rômulo pretendia junto à iniciativa privada capitalizar ações eficazes de combate às secas: obras hidráulicas, de silos e armazéns, de equipamentos e materiais agrícolas e custeio.

> "É preciso educar para a manutenção de reservas de alimentos, forragens e sementes; o trabalho cooperativo permanente; a preservação de recursos naturais; o aproveitamento das plantas xerófitas; a irrigação, a maior eficiência agrícola em áreas irrigadas ou não; a defesa contra as pragas; a difusão de hábitos de higiene, inclusive alimentar; a criação de pequenas indústrias caseiras, etc". (Almeida, 1985, p.238)

A ideia era conciliar uma política que combatesse os problemas imediatos que a seca proporcionava, com projetos que visavam a modernização/aperfeiçoamento das atividades já existentes. Neste sentido, havia projetos específicos para alcançar estes objetivos, tais como: A) um programa de aproveitamento racional dos rios perenes da região, principalmente o São Francisco, o Parnaíba, o Paraguaçu, o rio do Contas, o Itapicuru e o Vaza-Barris; B) no levantamento e na programação das obras de açudagem, para tornar perenes ou regularizar rios temporários e torrenciais e acumular água em grandes barragens, especialmente com fins de irrigação e C) num programa ampliado de cooperação para projeto e construção de pequenos açudes (Almeida, 1985,

p.241). No fundo, todos esses projetos visam maximizar o aproveitamento/armazenagem da água para corrigir as possíveis irregularidades das precipitações, e com isso amenizar os problemas decorrentes da seca.

No que tange a modernização/aperfeiçoamento da agricultura, os projetos convergiam para o constante estudo técnico da geografia da região, de forma a desenvolver as potencialidades e corrigir as deficiências das atividades agrícolas no semi-árido, visava-se aumentar a produtividade da chamada "agricultura seca". Concomitantemente, o BNB atuava na concessão de credito rural e projetos de redescontos rurais, consolidando a base econômica de financiamentos para o desenvolvimento da agricultura. Com este panorama, o BNB incentivou o desenvolvimento dos seguintes setores: A) de produtos minerais, florestais e agropecuários da região; B) as indústrias de alimentação, que industrializem produtos regionais e contribuam para melhorar o padrão alimentar do Nordeste. Assume especial importância a racionalização da atividade nos matadouros, para o máximo aproveitamento dos produtos; e C) a pequena industria artesanal e doméstica, incluindo oficinas mecânicas. Levar-se-á em conta o fator humano: os pendores do nordestino, criador de variada atividade artesanal. (Almeida, 1985, p.247)

O fato é que no campo de atuação delimitado pelo BNB não se pensava o Nordeste com uma visão de inserção desta região no mercado interno através de atividades dinâmicas, não se pretendia romper com a lógica histórica de dependência com o Sul, pelo contrario, pensava-se em desenvolver atividades em harmonia com este esquema. Estava clara a preocupação assistencialista e a vocação ruralista do BNB pela escolha da alternativa de atuação através de medidas que atenuassem os desequilíbrios regionais. Cabe ressaltar que, de certa forma, Rômulo de Almeida, neste momento, concordava com o diagnóstico de que o grande problema do Nordeste era a seca, e toda atuação neste prisma consistia em prover medidas que visassem amenizar tal problema a curto prazo. Em resumo:

> O projeto de desenvolvimento da região era ainda basicamente autocentrado, já que as atividades a serem apoiadas a orientavam-se fundamentalmente aos mercados locais ou regionais, ou se apoiavam ainda nas atividades tradicionais da região. Tratava de uma estratégia de desenvolvimento equilibrado, à La Nurkse, em que haveria um crescimento harmonioso de todas atividades produtivas, inclusive daquela de mais baixa produtividade, que iriam ser modernizadas gradualmente por meio da intervenção do Estado (Furtado, A. T. 2007, p. 344)

Contudo, estaríamos cometendo um grande equívoco se considerássemos que a problemática do desenvolvimento regional, na vida e obra de Rômulo de Almeida, se resume à sua experiência como Presidente do Banco do Nordeste e ao campo de atuação desta instituição. Pelo contrário, após o suicídio de Vargas e, consequentemente seu desligamento do BNB, é que o problema da região Nordeste fará parte de sua vida, seja na atuação no governo baiano após a

segunda metade da década de 1950, ou então nas atividades de consultorias que prestava a partir da metade da década de 1960. Foram essas novas experiências que fizeram com que Rômulo de Almeida repensasse o desenvolvimento regional e os verdadeiros impasses da região Nordeste.

Depois de passar alguns anos em Washington desenvolvendo trabalhos diplomáticos Rômulo volta para a Bahia em 1966 e contribui na elaboração do Plano Diretor do CIA(Centro Industrial de Aratu). O fato era que o novo contexto da região nordestina exigia certa reinserção na problemática regional, pois existiam pontos de estrangulamentos como falta de infra-estatura energética e de transporte que impediam o desenvolvimento da indústria neste local, essa observação fez com que Rômulo escrevesse um capítulo sobre seu embasamento econômico para este Plano Diretor.

Mais do que a contribuição específica dada para a elaboração do Plano Diretor do CIA, o que interessa para nós é que naquele momento a idéia de desenvolvimento regional para Rômulo de Almeida ganha novas concepções. Sua nova visão estaria sintetizada no livro publicado em 1985 com a colaboração do CNPq: trata-se de quinze artigos que vão mostrar o novo papel da industrialização para o desenvolvimento econômico-social no Nordeste (Almeida, 1985).

O ponto de inflexão na obra consiste em superar o "mito do desenvolvimento equilibrado", pois agora para o novo entendimento do autor o processo de industrialização, nas condições conjunturais em que se desenvolve no âmbito nacional, caminha inexoravelmente para um desenvolvimento desequilibrado. Em suas palavras:

> Não se parte do mito do desenvolvimento equilibrado. As limitações quanto à antecipação perfeita dos mercados para todos os produtos e para todos os insumos (sobretudo nos sistemas de mercado e iniciativa livre), a impossibilidade de controle do comércio exterior (ao menos de mecanismos compensativos) e até mesmo da política econômica e da conjuntura no Sul do país, a impossibilidade de flexibilizar e substituir os fatores e, afinal, as implacáveis indivisibilidades, tornam o processo de desenvolvimento forçosamente desequilibrado (Almeida, 1985, p. 26)

O ápice desta nova visão de desenvolvimento regional residiria em suas contribuições para o desenvolvimento da indústria petroquímica no estado da Bahia, pois havia neste estado um enorme potencial de recursos naturais para o desenvolvimento desta atividade. Por outro lado, havia uma vantagem geográfica da Bahia em relação aos outros estados mais ao Norte (como Pernambuco, Paraíba e Ceará) no que se refere à proximidade ao mercado do Centro-Sul. Desta forma, haveria uma redução considerável nos custos de transporte, tão importantes à teoria da localização industrial. De fato, estavam postas assim as potencialidades que existiam para o desenvolvimento industrial no estado da Bahia.

Rômulo de Almeida atribuía a essa indústria que se desenvolveria no estado da Bahia, o poder de "Indústria Motriz". Consiste num conceito criado por Perroux de indústrias "que exerciam papel de dominação sobre as demais atividades econômicas regionais" (Furtado, 2007). Pensava-se numa indústria que produzisse bens intermediários de uso geral nas atividades secundárias, primárias e terciárias, para que assim pudesse ter um papel indutor de desenvolvimento no conjunto de todas essas atividades. Seria a base de um desenvolvimento polarizado. Citando as próprias palavras do autor:

> O sucessivo aparelhamento de pólos de desenvolvimento, não no sentido apenas de indústrias ou complexos industriais isolados, mas de áreas de alta densidade urbano-rurais, na base normalmente de grandes complexos ou conglomerados industriais, com capacidade polarizadora, irradiadora, metropolitana. (Almeida, 1985, p. 41)

Essas idéias à cerca do papel das indústrias para o desenvolvimento regional serviriam de base para a defesa da instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari.

> "O projeto do Pólo Petroquímico veio trazer uma mudança revolucionária no padrão empresarial do Nordeste. A primeira razão está na dimensão e na complexidade tecnológica, caracterizando a firma ou a indústria motriz, conforme o conceito perrouxviano. Mais importante a acentuar são dois outros aspectos, no particular: o *modelo tripartito*, com a presença do Governo Federal como iniciador, assumindo o comando de um processo integrado e riscos pioneiros; a propria operação, em condições inéditas inclusive no Brasil, de um grande processo produtivo *grass root"* (Almeida, 1985, p. 108)

Em síntese, o plano de construção do Pólo Petroquímico de Camaçari baseava-se no poder indutor desta indústria, era uma tentativa de dinamizar a região Nordeste constituindo nela uma região micro-polarizada ligada a região Centro-Sul. Na interpretação de André Tosi Furtado:

> (...) o efeito indutor não deveria limitar-se à petroquímica de segunda geração. Esses efeitos dinâmicos seriam de diversas ordens: os encadeamentos de indústrias fornecedoras, como as de bens de capital e de serviço de alto valor agregado; os encadeamentos a jusante dos compradores de insumos petroquímicos, principalmente a agricultura, que seria beneficiada pela localização da região Nordeste de produtos de fertilizantes; e os encadeamentos derivados do aumento da demanda de consumo final e dos gastos públicos (Furtado, 2007, p. 350).

Por fim, os encadeamentos desejados por Rômulo de Almeida não alcançaram a proporção desejada, ele reconheceu também que os investimentos foram carentes de multiplicadores de renda e de emprego, fazendo com que o projeto inicial não surtisse os efeitos tão desejáveis. Mas o que temos que considerar foi a grande influência prática e teórica de Rômulo de Almeida no debate, tão carente na época e até mesmo em nossa atualidade, sobre o desenvolvimento regional.

A Sudene de Celso Furtado e a crítica de Rômulo Almeida

Com a grave seca de 1958, o governo de Juscelino Kubitschek assumiria a verdadeira responsabilidade de resolver o problema da região, para isto criou no mesmo ano o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento para o Nordeste) para realizar um novo diagnostico de seus problemas. Este grupo seria comandado por Celso Furtado, que ate então era um economista experiente e muito respeitado no Brasil. Caberia a ele dar rumo às diretrizes da política regional do Brasil para o Nordeste.

Furtado usaria sua experiência adquirida nos quase 10 anos de trabalho na Cepal e sua enorme capacidade de analise teórica (através de seu método histórico-estrutural) para realizar o diagnóstico da região Nordeste. Verificaria na historia que o pais se formou ao longo de um processo de integração política de várias regiões desarticuladas, seria até o século *XIX* "uma constelação de pequenos sistemas econômicos isolados ligados à economia internacional" (Furtado, 1959b). O Nordeste desde o século *XVI* constituiria parte desta economia voltada para a exportação, e como qualquer economia deste porte, estimulava a produção de gêneros secundários em regiões marginais subsidiarias. No caso do Nordeste, a criação de gado. Tal economia teria características iguais às de uma economia de subsistência, de certo modo desligada do setor exportador, e com dinâmicas próprias de funcionamento. Esta economia marginal garantia o crescimento da população mesmo em momentos de crise do setor exportador.

As características desta economia nordestina, fundada na monocultura e no latifúndio, garantiam cada vez mais a condição de uma renda altamente concentrada, com inibição da dinamização do mercado interno. Por apresentar esta dinâmica, a economia nordestina não conseguia absorver o alto excedente populacional, devido à insuficiência da demanda externa, conseqüentemente, a população era forçadamente empurrada para o agreste nordestino, criando ali uma economia de subsistência. Essas áreas geograficamente não suportavam este excedente populacional (caatinga) desenvolvendo ali uma enorme inoperância do meio, tal fator somado à concentração da renda (falta de mercado interno) seriam os grandes impasses da economia regional nordestina. Furtado (1959b, p.23) dizia que "*O mínimo que se pode dizer, portanto, é que se criou na região um sistema econômico estruturalmente vulnerável e instável inadaptado ao meio".*

Neste momento o diagnóstico feito por Celso Furtado batia de frente com qualquer diagnóstico feito até então: o problema do Nordeste não consistia nas graves secas que atingiam a região, mas na formação histórica da região, com problemas específicos. A afirmativa além de ir contra a oligarquia exportadora do Nordeste (que tanto se beneficiava com as "obras contra a seca") possuía tons dramáticos ao observar que um dos problemas do Nordeste era o excesso populacional.

Seria criada então em 1959 a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) onde Celso Furtado guiaria suas diretrizes sendo seu Superintendente chefe. A solução para o Nordeste partiria da mesma visão do problema em escala macroeconômica. A superação do Nordeste seria a mesma concedida para os países que compunham a "periferia": industrializar-se. Neste momento, Furtado estava trazendo para dentro do espaço nacional os argumentos que a Cepal teorizava em escala global, havia sido feita uma alusão ao Centro-Sul (seria o "centro"da analise cepalina) e ao Nordeste (que seria a "periferia" da analise cepalina).

A industrialização mediante permanente estudo do meio desenvolveria técnicas agrícolas adaptadas às regiões tropicais, de forma a utilizar racionalmente este espaço, aumentando a produtividade da economia nordestina; por outro lado, devido à dinâmica desta, absorveria o excedente populacional criando empregos e renda para a região. Estariam solucionados, dessa maneira, os problemas relacionados à falta de dinâmica do mercado interno e os problemas geográficos que afetavam a região.

No fundo, o plano era extremamente crítico às políticas desempenhadas pelo BNB, pois Furtado acreditava que as transferências públicas para o Nordeste tinham caráter assistencialista, portanto destinadas ao consumo pessoal, e as transferências mediantes mecanismos comerciais destinavam-se ao financiamento de investimentos produtivos no Centro-Sul. A consequência desta dinâmica era cada vez mais o distanciamento entre o Nordeste e o Centro-Sul.

Rômulo de Almeida apresenta algumas criticas à SUDENE, principalmente a falta de perspectiva integralista da analise de Furtado, para Rômulo a analise cepalina "centro-periferia" era coerente em escala macroeconômica, porém não se poderia considerar o Nordeste desvinculado da visão nacional, este é parte de um todo econômico, com funções que determinam o aspecto integral da economia brasileira. Assim, a abordagem cepalina traduzida para dentro do espaço nacional, como a experiência proposta pela SUDENE, seria errada para Rômulo de Almeida.

> "o Nordeste estava inserido, como está, numa unidade nacional. Não se podia pensar em mercado consumidor nordestino. Um dos erros da Sudene foi exatamente pensar em substituição de importações em nível regional." (Almeida, 1988, p.164)

Ainda criticando a SUDENE, o autor articula suas criticas à sua visão de desenvolvimento regional e a importância a centralidade da questão dos polos de desenvolvimento e crescimento. Nesse sentido, tais polos teriam um papel central no processo de desenvolvimento ao aproveitar os recursos naturais disponíveis na região, criando mercado interno e possibilitando efeitos encadeadores em toda a economia.

> "qualquer indústria no Nordeste só podia resistir se fosse competitiva, seja vendendo para o mercado local, seja vendendo para o mercado do Sul. O erro da

> Sudene, como eu disse, foi exatamente pensar nos projetos na escala do mercado regional. Porque o Nordeste estava aberto para receber, mas não se preparava para vender fora." (Almeida, 1988, p. 165).

Apesar das críticas, Rômulo Almeida sempre reconheceu o papel importante rerpresentado pela SUDENE, seja nos diagnósticos da situação do Nordeste, bem como a realização de importantes projetos e a formação de novos quadros para o país. Em suas palavras, "mesmo com todos os problemas, o papel da SUDENE no Nordeste foi extremamente decisivo para evitar uma catástrofe" (Almeida, 1988, p.147).

Considerações finais

Entre diferentes diagnósticos e projeções de políticas economias, o certo é que esses dois economistas sempre se preocuparam com a questão regional, com a superação do atraso de uma região onde pessoas vivem em condições desumanas. Sempre tomaram como perspectiva a função da economia como resolver os problemas inerentes da realidade, fazendo jus aos verdadeiros anseios de um economista. Em tempos de extrema "ignorância" econômica, devemos recordar a figura e as ideias de Rômulo Almeida, bem como retomar o debate a cerca do desenvolvimento regional, tão esquecido nas abstrações das análises dos economistas formados na teoria ortodoxa.

Referências Bibliográficas

Almeida, Aristeu Barreto de. (org.) "Rômulo Almeida o Construtor de Sonhos", Salvador: CORECON, 1995.

Almeida, Rômulo. "Nordeste desenvolvimento social e industrialização", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. "Rômulo Almeida (depoimento; 1988)", Rio de Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988.

_____. "Rômulo: voltado para o futuro", Fortaleza: BNB, 1986.

_____. "O Nordeste no Segundo Governo Vargas", Fortaleza: BNB, 1985.

_____. “Planejamento Regional”, In: In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvado, Julho de 2001.

_____. “Programação Educacional Num Pais em Processo Inicial de Desenvolvimento” In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Nº 105 - Jan/mar 1967.

_____. “Traços da História Econômica da Bahia no ultimo século e meio” In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano XI, Nº 19, Salvador, Janeiro de 2009.

Bacelar, Tânia. “A questão regional e a questão Nordestina” In: Tavares, M. C. “Celso Furtado e o Brasil”, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

Bielschowsky, Ricardo. “Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento”. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

D'Araujo, Maria Celina. "O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política", 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

Diniz, Clélio Campolina. “Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional” In: Nova econ. vol.19 no.2 Belo Horizonte May/Sept. 2009

Furtado, André Tosi. “Rômulo Almeida (1914-88) e suas contribuições para o pensamento econômico regional brasileiro”, In: Szmrecsányi, Tamás & Coelho, Francisco da Silva (Orgs.). “Ensaios de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo”, São Paulo: Atlas, 2007.

Furtado, Celso. “A operação Nordeste”, Ministério da Educação e Cultura, 1959.

_____. “Formação Econômica do Brasil”, São Paulo: Cia das Letras, 2009.

_____. “Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento”, Revista de Economia Política, São Paulo, v. 4, 1984.

_____. “Uma política de desenvolvimento para o nordeste”, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

Mantega, Guido. “A economia política brasileira”, São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.

Oliveira, Francisco. “A metamorfose da arribaçã : fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste . In Novos Estudos CEBRAP, São Paulo n.27, 1990.

Perroux, François. “A economia do século XX”. Porto: Herder, 1967.

Silva, Sylvio Bandeira de Mello e. "Rômulo Almeida e o Sonho do Planejamento Regional" In: RDE - REVISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Ano III, Nº 4, Salvado, Julho de 2001.

Souza, Aristeu & Assis, J. Carlos de. “A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida”, Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006.

Apreciações acerca do tráfico interno de escravos no oeste da Província de São Paulo (Rio Claro, 1861-1869).

Gabriel Almeida Antunes Rossini[1]

Cantagalo é um inferno, / Onde negro vai pena, / Não me venda meu sinhô, / Não me venda para lá.
Catarina minha negra, / Teu senhor quer te vender, / Para o Rio de Janeiro, / Para nunca mais te ver.
Coletado por Afonso d'E. Taunay, que ouviu estes versos de D. Beatriz Taques Horta.

E a cativa desgraçada / Deita seu filho, calada, / E põe-se triste a beijá-lo, / Talvez temendo que o dono / Não viesse, em meio do sono, / De seus braços arrancá-lo!
A canção do africano - Castro Alves.

Resumo:

Este artigo aborda aspectos da dinâmica do comércio interno de escravos ao longo dos anos que perpassam o intervalo 1861-1869. Empreendemos esta investigação a partir da análise de 320 Escrituras que registraram a compra-venda de 575 cativos em Rio Claro, município pertencente ao oeste da província de São Paulo que, naquele período, vivenciou os momentos iniciais da expansão 'leste-oeste' dos cafeeiros na chamada zona paulista. Com base no referido núcleo documental, realizamos apreciações econômicas e demográficas dos indivíduos que sofreram o fado das diferentes modalidades deste comércio. Além da introdução e das considerações finais, o texto é formado por outras quatro partes, quais sejam: no segundo e terceiro itens discutimos, respectivamente, o recorte espacial e temporal; em seguida, abordamos as fontes primárias que tivemos acesso nos arquivos cartoriais da cidade em apreço; por fim, tratamos, mais detidamente, das diferentes informações constantes nestas Escrituras. Em última instância, como diria Machado de Assis, aqui cometemos uma iniquidade crassa, pois "o maior pecado, depois do pecado, é a publicação do pecado".

I. Introdução

A produção de café no Brasil se firma a partir dos anos vinte do século XIX. A partir da década de 1870 e, sobretudo, a partir de 1880, quando a produção média ultrapassa os 5 milhões de sacas por ano, o café torna-se o centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil[2].

Inicialmente, as plantações de café estenderam-se pelo vale do Paraíba fluminense e paulista, assim sendo, ocuparam a porção ocidental da província do Rio de Janeiro e, em seguida, o chamado norte paulista. Continuando a sua marcha ascendente, fundada na incorporação de amplos espaços vazios, houve expansão dos cafezais na província de Minas Gerais (zona da mata e sul do Estado) e Espírito Santo, ao mesmo tempo em que a produção consolidou-se no interior de São Paulo. Nos anos iniciais da década de 1860, os cafezais avançaram pela Mantiqueira paulista (Mococa, Pardo, Atibaia e Bragança Paulista) e estabeleceram contato com os arbustos que vinham do sul de Minas Gerais[3]. Os últimos vinte anos do Império marcaram a crise da cafeicultura em toda a extensão do vale do Paraíba – em virtude do empobrecimento do solo e queda da produtividade, consequência de uma exploração descuidada e

[1] Doutorando IE-UNICAMP. E-MAIL: gaarossini@gmail.com
[2] Silva, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Omega, 1986, pág. 43.
[3] Cf. PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006 ; COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998; FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1991.

extensiva[4] – e um acentuado desenvolvimento da lavoura cafeeira no chamado oeste paulista[5], até então uma região quase deserta cujas terras devolutas foram rapidamente invadidas pela nova cultura. Sem dúvida, a expansão agrícola de São Paulo, a partir do início da segunda metade do século XIX, é um dos mais expressivos acontecimentos da história econômica do Brasil. Podemos acompanhar este processo, em grandes traços, em uma marcante passagem de *O Brasil, Suas Riquezas Naturais, Suas Indústrias* de 1907.

> Ate hoje, porem, a regra tem sido a lucta, sem tregoas, entre o cafezal e a floresta. Para cada cafezal que se pretende formar, penetram, desapiedados, o machado e o fogo na verdejante floresta, por sobre as ruinas da qual surge aquelle, em seguida, contrastando o seu viço e belleza com os despojos encarquilhados desta, symbolos sinistros da irnprevidencia humana. E assim, graças a este processo, inevitável, sem duvida, a principio, mas hoje nem sempre justificado, vai a lavoura cafeeira cumprindo um triste fadario: para a frente levando a destruição e a morte a essas riquezas marivilhosas, que são o orgulho das regiões tropicaes; para traz, deixando a pobresa e a desolação nessas velhas lavouras exhaustas, onde os arbustos remanescentes mostram nos troncos carcomidos, nos ramos semi-nús, nas folhas amarellecidas, a miseria physiologica, a fome dos alimentos que o esgotado terreno não mais pode lhes dar[6].

Diagnóstico que também foi posto em primeiro plano pela contundente pena de Monteiro Lobato ao escrever sobre o 'nosso' progresso nômade, cigano, sujeito a paralisias súbitas que deixa atrás de si um rastilho de taperas. Segundo este escritor:

> A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia (...) [decorrente do esvaziamento da] uberdade nativa do solo. Mal a uberdade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital – e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas.
>
> Em São Paulo ternos perfeito exemplo disso na depressão profunda que entorpece boa parte do chamado Norte.
>
> Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.
>
> Umas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrepito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes[7].

---

[4] Vangelista chama a atenção para os resultados desastrosos deste processo: "não demorou à decadência se impor de forma plena; temos aí: rendimentos decrescentes, enfraquecimento das plantas, aparecimento de pragas destruidoras, abandono sucessivo das culturas e rarefação demográfica". VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e caipiras na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec/Instituto Italiano de Cultura, 1991. Pág. 23. Ou tal como Lobato nos diz: "Por ela passou o Café, como um Atila. Toda a seiva foi bebida e, sob forma de grão, ensacada e mandada para fora. Mas do ouro que veio em troca nem uma onça permaneceu ali, empregada em restaurar a torrão. Transfiltrou-se para o Oeste, na avidez de novos assaltos a virgindade da terra nova; ou se transfez nos palacetes em ruína; ou reentrou na circulação europeia par moa de herdeiros dissipados". Lobato, M. Cidades Mortas, em *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 23.

[5] Emília Viotti da Costa identifica como "zonas relativamente novas" do oeste paulista, municípios: "Rio Claro, Araras, Jabuticabal, Araraquara, Descalvado, Limeira, São Carlos (...) cujo desenvolvimento fora posterior a 1850". Esses municípios mantinham, em 1886, um índice de população escrava (12,9%), superior ao das zonas mais antigas, como o Vale do Paraíba e o oeste paulista mais antigo [região de Campinas] que, nessa época, apresentavam, respectivamente 8,5 e 10,5%". Costa, E. V. *Da senzala a colônia*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p. 195.

[6] IBGE, *Series Estatísticas Retrospectivas.* O Brasil, Suas Riquezas Naturais, Suas Indústrias. Vol 2. Rio de Janeiro, 1986. Original publicado em 1908.

[7] E, mais a frente, Lobato continua a montar este cenário decrépito: "Léguas a fio se sucedem de morraria ásperas, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sape e a samambaia". Lobato, M. Op. Cit. p. 21.

A província de São Paulo, que fora um território relativamente marginalizado, com escassas vias de comunicação adequadas e com parca população economicamente ativa – empenhada, até então, em plantações de cana de açúcar pouco competitivas em relação às do nordeste[8] – transformou-se no centro dinâmico da economia brasileira[9] ao assumir o primeiro lugar na produção brasileira de café, superando Minas Gerais (1881) e a Província do Rio de Janeiro (1889). Neste momento, o espaço geográfico "que se abre em leque desde Campinas para o Noroeste, alcançando Rio Claro e estendendo-se até Bauru e Ribeirão Preto"[10] ganhou novos contornos e características tornando-se uma das principais bases geoeconômicas da sociedade brasileira de então, o ritmo desta ascensão foi dado pela expansão da fronteira do café. Tal como nos diz Monbeig, nesta área, já na fase final do império, tudo era alvoroço, tudo era confusão, tudo era dinamismo.

> Mesmo que fechasse os olhos à paisagem, ao viajante não escaparia à impressão de nova zona: seus companheiros se comprazem em citar cifras prestigiosas, que testemunham o surto das cidades atravessadas, a evocar o heroico nascimento delas, ou a narrar os bons negócios que nelas se fizeram, os golpes de especulação bem sucedidos. Noutros vagões, outros viajantes, em andrajos, carregando pobres trouxas e arrastando crianças de olhos fundos, contemplam atemorizados essas paisagens estranhas; vêm da Bahia, de Pernambuco, ou do Ceará, atraídos pela fama lendária da região pioneira paulista. Ouvia-se falar português, mas com o zetacismo do japonês ou o sotaque do alemão. Os corredores dos trens ficam abarrotados. Nas estações, numerosa multidão se comprime sobre as plataformas e as jardineiras com os estribos já apinhados de passageiros esperam a chegada do trem de São Paulo, para conduzir novos recém-chegados até as terras de que esperam mil maravilhas. [...] Sempre a mesma impressão, quer se desembarque no término da Araraquarense, quer nas últimas estações paulistas da Noroeste que se embrenham nas terras de criação de Mato Grosso, quer em Tupã, estação final da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que ruma para o rio Paraná, onde também vai dar a Sorocabana, quer em Londrina, a capital do Norte do Paraná[11].

O dinamismo do café em São Paulo mostrou, já no último quarto do século XIX, que outra economia se formara no país: a do complexo cafeeiro capitalista paulista.[12]

Grosso modo, durante as décadas de 1860-1880, o planalto paulista foi transformado de uma hinterlândia esparsamente organizada, com elevado potencial inexplorado, no centro dinâmico da economia

[8] Segundo, a profa. Alice Canabrava: temos na atividade açucareira a formação histórica que marcou e condicionou o início das plantações cafeeiras. A economia cafeeira não apenas se apropriou das características estruturais e de funcionamento herdadas da açucareira assim como as superou. Pode-se dizer que a transição da cultura da cana para a do café, iniciada nos anos 1830, consolidou-se nas décadas de 1850 e 1860. Cf. CANABRAVA, Alice P., "Esboço da história econômica de São Paulo". In: BRUNO, Ernani Silva (org.), *São Paulo Terra e Povo*. Porto Alegre: Globo, 1967. Ver também: PETRONE, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968. João Manuel Cardoso de Mello enfatiza que: "Inúmeras fazendas de café foram organizadas com capitais transferidos diretamente do setor mercantil (comércio de mulas, capital usurário urbano, tráfico de escravos etc.)" MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pg. 54.

[9] Cf. LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Antes da proclamação da República, São Paulo assumiu o primeiro lugar na produção brasileira de café, superando Minas Gerais (1881) e a Província do Rio de Janeiro (1889). Ao longo dos anos, o Estado do Rio ficaria em posição cada vez mais secundária, sendo ultrapassado por Minas, em 1896 e pelo Espírito Santo, em 1928. SIMONSEN, Roberto. Aspectos da História Econômica do café. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1973. Pág. 190.

[10] DEAN, Warren, *Rio Claro, um sistema de grande lavoura: 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Pág. 13.

[11] Cf. MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis. 1984. Pág. 22-23.

[12] CANO, Wilson. "Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)". *Estudos Econômicos*. São Paulo IPE/USP, v. 15, n. 2, maio/agosto, 1985:291-306. Pág. 294. João Manuel C. Mello, na mesma linha, indica que "o capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, agrário, industrial e mercantil, e que convém pensar num complexo exportador cafeeiro, integrado por um núcleo produtivo, que inclui as atividades de beneficiamento, e por um segmento urbano, que acolhe os serviços de transportes (estradas de ferro, portos, etc.), as atividades comerciais (casas importadoras e exportadoras) e financeiras (bancos). Deste ponto de vista, a acumulação cafeeira é, em grande medida, acumulação urbana, que absorveu boa parte da força de trabalho imigrante e exigiu a importação de meios de produção (trilhos, materiais de construção, equipamentos ferroviário, portuário etc.). MELLO, J.M.C. Op. Cit. pág. 128-129. Ver também: SILVA, Sergio, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

brasileira. Os fatores que fizeram tal transformação possível foram vários: a abundância de terras aráveis, ideais para o cultivo do café, possibilitado pela expansão da rede de ferrovias que deslocou continuamente a fronteira produtiva paulista; a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a entrada de trabalhadores imigrantes; o estabelecimento de contratos que favoreceram a expansão dos cafeeiros; a simultânea elevação na demanda mundial por café (enquanto em 1840 foram exportadas cerca de 10 milhões de sacas de 60 Kg, em 1860, exportou-se pouco menos de 30 e 1890 perto de 50[13]); a capacidade das elites econômica e política paulistas para desenhar e implementar políticas para manter o preço do café durante períodos de flutuações extremas nos mercados[14] etc. Com relação a este penúltimo aspecto, vejamos alguns dados contundentes.

Destarte, observamos em terras paulistas, na segunda metade do XIX, a conformação de um intrincado mosaico de acontecimentos, muitos dos quais já largamente tratados pela literatura conexa, que deixam às claras a amplitude das transformações ocorridas. Hoje, dispomos de um bom conhecimento acerca do desenho multifacetado resultante da história do café no Brasil – e, em particular, em São Paulo, aí, não se compreende este sem aquele, o grão lhe deu sentido e o ajudou a definir durante muitos e muitos decênios – pois muito já foi escrito e reescrito sobre os seus mais variados aspectos. Deste modo, temos boas informações disponíveis sobre as feições de sua economia e geografia, da sociedade peculiar que criou, do exercício do poder político por parte daqueles que dispunham dos meios de produção, comercialização e financiamento vinculados ao café, da cultura popular e erudita que nele se inspirou etc. Talvez, sobre nenhuma outra mercadoria brasileira tenha sido derramada tanta tinta.

*

No âmbito desta multiplicidade de elementos que perpassam o assunto café e sua expansão, o mote do comércio interno de cativos, pós-1850, constitui ponto essencial e ainda insuficientemente explorado[15]. O presente trabalho inscreve-se nesta linha de investigação. Deste modo, aqui, nós nos debruçamos sobre o contexto configurado pela impossibilidade da continuação do tráfico atlântico (África-Brasil), em virtude da enérgica perseguição inglesa aos "nautas de todas as plagas[16]" a proa de seus tumbeiros, que se intensificou em 1849 e 1851[17].

[13] Cf. Martins e Johntson. *150 anos de café*. São Paulo: Salamandra Consultoria Editorial, 1992. p. 324.
[14] Cf. HOLLOWAY, T. Condições do Mercado de trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações na Economia Cafeeira de São Paulo, 1885-1915. In. Estudos Econômicos, IPE - São Paulo. V.2, N. 6, 1972.
[15] O tráfico interno de escravos – como afirmou o professor José Flávio Motta – tornou-se um dos principais temas de nossas pesquisas acadêmicas desde meados dos anos de 1990. Porém, ainda são escassas as localidades nas quais os documentos "[d]esse mercado de carne humana (...) esse foco de corrupção", como falou Joaquim Nabuco, foram investigados detidamente, "ainda [que os - GR] registros cartoriais são mais acessíveis do que os historiadores anteriormente pensavam" (Graham, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Asia*, Salvador, n. 27, p 121-160, 2002, p. 141). Elencamos na bibliografia deste texto alguns trabalhos acerca deste tema. Motta, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além.* Tese de Livre Docência – FEA-USP. 2010, p. 2. Joaquim Nabuco, Discurso, 04/09/1880, in Brazil, Congresso, Câmara dos Deputados, *Anais*, 1880, 5, p. 36.
[16] Alves, Castro. O Navio Negreiro.
[17] Stanley J. Stein usando alguns dados de Maurício Goulart (*Escravidão africana no Brasil*) afirma que "a crescente atividade das patrulhas inglesas, que capturaram 90 embarcações carregadas de escravos, entre 1849 e 1851, e a consequente perda do capital investido pelos comerciantes frustraram o tráfico. O governo imperial adotou medidas efetivas para detê-lo". Stein, Stanley J. *Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Ver também: Abaeté, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de *Protesto contra o acto do Parlamento britânico, que sujeitou os navios brazileiros que fizerem o trafico de escravos ao Tribunal do Almirantado e a qualquer Tribunal de Vice-Almirantado dentro dos domínios de Sua Magestade Britannica*. Rio de Janeiro : Typ. Imperial e Constitucional de Villeneuve 1845.

Mais especificamente, objetivamos investigar algumas características do tráfico interno de escravos, tendo como contexto "o problema da mão-de-obra[18]" ocasionado, em grande medida, pela marcha ascendente da rubiácea que procuramos, em grandes traços, delinear nos parágrafos acima. Um comércio que se reveste de importância impar, pois: (i) abasteceu continuamente o oeste da província de São Paulo, que teve como fator de produção preponderante até meados dos anos 1880, o trabalho compulsório; (ii) teve caráter específico, não se configurando "mero substituto" do tráfico atlântico, mas "sua continuação[19]; (iii) "contribuiu fortemente para acelerar a abolição da escravidão no Brasil" – como afirmou, de forma contundente, Richard Graham[20] – e; (iv) foi apontado como fundamental para a manutenção do caráter centralizado do império brasileiro[21].

*

Uma vez que o governo brasileiro, acossado pelos ingleses, suprimiu esta mercância ultramarina no começo dos anos 1850, os escravistas passaram a disputar somente os cativos disponíveis nas várias regiões do território nacional. Cenário que acentuou largamente o fluxo de escravos das regiões menos prósperas ou decadentes em direção à região mais próspera, ou seja, às áreas cafeeiras em expansão. Deste modo, eles foram transferidos, predominantemente, da menos lucrativa produção açucareira nordestina – sobretudo, das pequenas e médias propriedades agrícolas[22] e, também, das vilas e cidades[23] – ou do sul, onde a atividade do charque estava em declínio, para os portos do Rio de Janeiro e Santos[24] e daí, crescentemente, para o oeste da província de São Paulo.

[18] Ver dentre outros (Cf. Furtado, *Formação econômica do Brasil*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2009, pág. 185-213).
[19] Robert E. Conrad, Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil, São Paulo, Brasiliense, b1985, p. 205.
[20] Este raciocínio se baseia no papel particularmente importante dos próprios escravos: o crescimento da resistência daqueles escravos que tinham sido arrancados de seus contextos familiares e antigos laços sociais minou a autoridade dos senhores e encorajou-os a forçar sua própria libertação através da ação direta. (Graham, Richard. 2002, Op. Cit. p. 122). Tal proposição pode ser, parcialmente, corroborada por acontecimentos tais como o narrado por Chalhoub, vejamos: Analisando os negócios da escravidão no Rio de Janeiro, este autor descreve uma sublevação numa casa de comissões, em 1872, onde escravos aguardavam tensamente o momento de serem revendidos para o Vale do Paraíba ou interior de Minas Gerais. "Dos 24 que prestaram depoimento no inquérito policial, (...) 21 eram provenientes de províncias do norte e nordeste", dos quais 14 eram baianos e os demais do Maranhão, Ceará e Piauí. Apenas dois do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais". Chalhoub, Op. Cit. p. 43.
[21] Décio Saes nos diz: "A centralização do Estado escravista não apenas evitou as abolições regionais da escravidão, como também garantiu o funcionamento do tráfico interprovincial de escravos, conveniente aos interesses das diferentes classes de proprietários de escravos: traficantes internos de escravos, senhores escravistas das áreas em declínio, plantadores escravistas das áreas em expansão". Saes, D. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 50.
[22] Os escravos enviados do Nordeste para o Sul não vinham das plantações de cana de açúcar. Pelo fato de que a exportação nordestina de açúcar não estava mais em expansão, há a falsa convicção de que eram os senhores de engenho que vendiam seus escravos para o Sul, mas não foi usualmente este o caso. Cf. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, Discurso, 03/07/1877, in Brazil, Congresso, Câmara dos Deputados, Anais, 1877, 2, p. 23; Stanley J. Stein, Op. Cit. 95.
[23] Alguns dados da província da Bahia, relativos a 1854, por exemplo, demonstram que 60% dos escravos exportados desta província vinham das vilas e cidades. Slenes, Citado por Idem. p. 134.
[24] Os registros policiais existentes acerca da chegada de escravos na cidade do Rio de Janeiro, em 1852, mostram que três quartos dos navios que os carregavam vinham de portos a norte do Rio, e 83% dos escravos brasileiros, cujos registros informam a província de nascimento, tinham nascido no Nordeste. Evidências de períodos posteriores confirmam esta região como a fonte da maioria dos escravos enviados para o Rio de Janeiro de todas as partes do Brasil embora, em proporção aos escravos existentes, o Rio Grande do Sul tenha exportado mais que o Nordeste. Dos escravos existentes no Rio Grande do Sul em 1874, 14,53% foram exportados da província até 1884, enquanto o dado equivalente para o Nordeste como um todo seria só 6,43%. (Graham, Richard. 2002, Op Cit. p. 127). Gorender corrobora esta proposição por meio da compilação dos dados de diferentes fontes, vejamos: Segundo Tavares Bastos, de janeiro de 1850 a abril de 1862, chegaram das províncias à cidade do Rio de Janeiro (entreposto redistribuidor para as regiões cafeeiras) 37.408 escravos. De acordo com informação colhida por Ferreira Soares, de 1852 a 1859, somente o Nordeste enviou, por vias legais, 26.622 escravos ao Rio, aos quais se poderia acrescentar mais 50% encaminhados por vias ilegais. O Ministro Christie, representante inglês no Brasil, forneceu as seguintes cifras de escravos importados pelo Rio de Janeiro de 1852 a 1862: do Norte, 31.264; do Sul, 3.404; o que perfaz um total de 34.668. Segundo Perdigão Malheiro, de 1850 a 1865, as províncias do Norte (da Bahia para cima) remeteram 43 mil escravos. De 1854 a 1863, somente da Bahia vieram ao Rio 9.326 escravos. Do Ceará, entre 1854 e 1865, saíram 3.652 escravos. A pequenina província de Sergipe, segundo pesquisa de Ariosvaldo de Figueiredo, exportou, de 1858 a 1861, um total de 1.113 escravos. Aparentemente, pelo que se infere de pesquisa de Soares de Galliza, maior resistência, demonstrou o escravismo da Paraíba, pois, de

Os dados quantitativos existentes sobre o conjunto do tráfico interno pós 1850, são ambíguos. Não obstante, é consensual que o seu volume é menor, do que o do anterior tráfico que fazia sob o "estalar de açoite legiões de homens negros como a noite"[25] dançar nos tombadilhos (cerca de 24 mil escravos foram, por ano, trazidos da África para todos os portos do Brasil, durante 1830-40).

Sebastião Ferreira Soares calculou, no ano de 1860, o número médio de escravos traficados anualmente do nordeste para o Rio de Janeiro nos anos 1850 como sendo de 3.439, e estimava em mais ou menos outros 1.500, os que chegaram com seus proprietários ou vieram da região sul do país. O Herbert Klein, por sua vez, concluiu que se forem somados, aos dados de Soares, os embarques de escravos para o porto de Santos é admissível que, nas décadas de 1850 e 1860, o número de escravos vindos do Nordeste chegasse, em média, a 5 ou 6 mil por ano[26].

Outra estimativa disponível nos foi oferecida por Robert Slenes. Sobre ela, Robert Conrad nos diz que "(...) em seu detalhado estudo demográfico da população escrava do Brasil, Robert Slenes estimou que cerca de 200.000 escravos foram transportados no tráfico interprovincial entre 1850 e 1881, mas que um número muito maior foi movimentado intra-regionalmente. Se Slenes estiver certo, mais de 400.000 escravos foram vítimas desse tráfico durante aquelas três décadas"[27]. Estes números, por sua vez, são próximos do montante estimado por Jacob Gorender. Este autor avaliou que, os municípios cafeeiros absorveram cerca 450 mil escravos decorrentes do comércio interprovincial e intraprovincial[28].

O tráfico interno de cativos envolveu, pois, número expressivo de indivíduos, essencialmente enviados para as áreas integradas à economia exportadora do sudeste. Este deslocamento humano apresentou diferenças significativas com relação à travessia atlântica com destino ao Brasil – por exemplo: as possibilidades de sobrevivência nesse trajeto foram maiores em comparação à travessia atlântica etc.[29]. Sem embargo, houve características análogas. Em especial, no que diz respeito ao sexo e à idade das pessoas negociadas. Estes aspectos perpetuaram, grosso modo, a mesma desproporção que marcou os contingentes provenientes das diversas localidades africanas. Esta desproporção alavancou o balanço negativo entre mortalidade e natalidade[30] e patenteou, por um lado, o envelhecimento e a preponderância

---

maneira legal, somente 292 escravos foram exportados por esta província entre 1856 e 1864. Gorender, J. Op. Cit. p. 327. Vale salientar que tais cifras registram o trafico legal, submetido a taxas provinciais. Estas taxas eram burladas por meio do contrabando reconhecidamente volumoso e, também, por práticas lícitas. Essas últimas eram empregadas por comerciantes para burlar o fisco imperial, não pagando a meia cisa das transações comerciais determinada pela legislação. Para tanto, os traficantes transferiram escravos apenas com procurações dos vendedores, outorgando-lhes poderes para comercializá-los, podendo substabelecerem em sucessivos negócios. Por fim, a cisa, era um imposto de transmissão de propriedade que correspondia a 10% do valor da operação comercial. No caso do escravo pagava-se meia cisa ou 5% do seu preço. Cf. Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história dos últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990. Ver também: Rômulo Andrade, "Havia um mercado de famílias escravaq? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão)", Locus: Revistu de História, no 4 (1998), pp. 93-104.

[25] Alves, Castro. O Navio Negreiro.

[26] Sidney Chalhoub. Op. Cit. p. 129.

[27] Conrad, Robert. Citado por Motta, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além.* Op. Cit. p. 51.

[28] Gorender, Jocob. 1985. p. 326. Já o professor José Flávio Motta, por seu turno, em sua tese de Livre Docência, no tocante a essas distintas estimativas da quantidade de cativos comercializados internamente, após 1850, adotou as avaliações de Robert Slenes para aquele tráfico.

[29] Cf. Conrad, Op. Cit. p. 194-195.

[30] Para Rio Claro, concluiu Dean, com base no Censo de 1872, que a proporção de crianças sobreviventes de 3 a 15 anos em relação a mulheres em idade fértil era mais de três vezes maior para as mulheres livres do que para as escravas. Dean, W. Op. Cit. 72-73. Frisemos que o crescimento vegetativo da população escrava não deve ser tornado sempre, a priori, como negativo. Por exemplo, no período 1831-32, tomando um conjunto de localidades nas quais viviam provavelmente cerca de 80% da população total da província de Minas Gerais, e não obstante a presença do tráfico negreiro internacional, Paiva & Libby (1995) corroboraram a hipótese de que a população escrava mineira se sustentava, parcialmente, mediante a reprodução natural. Por sua vez, Cano e Luna, ao criticarem as hipóteses apresentadas no

de escravas nas zonas que enfrentavam dificuldades e a concentração de homens jovens nas áreas mais prósperas. Estas ocorrências, aliadas ao movimento de manumissões[31] acarretou acelerada queda no estoque nacional destas pessoas. Vejamos, a seguir, o percentual masculino na composição da população escrava do nordeste e centro-sul.

Percentual masculino na composição da população escrava do nordeste, centro-sul, Bahia e São Paulo.

Ano	Nordeste*	Centro-Sul**	Bahia	São Paulo
1872	51,5	54,5	52,9	56
1884	49	54,5	48,8	57,7
1888	48,8	53	49,3	58,3

* Inclui Piauí, Ceara, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.
** Inclui Minas Gerais, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Município Neutro (atual capital do Estado do Rio de Janeiro) e São Paulo.
Fonte: Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil.* Apendice I.

Deste modo, enquanto em 1850[32] havia, aproximadamente, 2.500.000 de escravos no Brasil, em 1870 – de acordo com o recenseamento geral do Império realizado na primeira metade desta década – o contingente de cativos era de 1.555.000, número que caiu para cerca de 700.000, por volta de 1887.

Por fim, o fato de os escravos existentes serem largamente disputados entre os fazendeiros do sudeste deu origem ao fantasma de uma nação potencialmente dividida entre um sul escravocrata e um norte sem escravos. O Conselheiro J. J. Teixeira Junior advertiu seus companheiros parlamentares, em 1877, que os escravos existentes em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais perfaziam mais do que a metade do contingente total. Três anos mais tarde, foi revelado que as 10 províncias ao sul do Espírito Santo tinham o dobro do número das 11 províncias ao norte da Bahia, aproximadamente uma relação de 920.921 para 498.268[33]. Após relatar estes dados J. J. Teixeira lembrou aos seus leitores que:

---

trabalho de Roberto B. Martins, afirmam que tais conjecturas pecam por tentar conciliar uma estimação de enormes importações de escravos para uma economia que, no dizer do próprio autor (Martins), era escassamente mercantilizada. Os autores elaboram um pergunta e a respondem com uma nova hipótese. Vejamos a pergunta e a resposta-hipótese (que direciona a discussão para o crescimento vegetativo da população escrava). Pergunta: Se realmente a economia mineira era pouco mercantilizada, como foi possível uma volumosa importação de escravos? Resposta-hipótese: Justamente no baixo grau de mercantilização, reside a explicação para o imenso plantel. Não restava outra hipótese senão a do rebaixamento da taxa de exploração, do relaxamento da repressão e dos costumes, e, consequentemente, de uma alta taxa de reprodução natural. Cano & Luna, A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. Em: *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. Este argumento foi corroborado, de forma geral, pelo seguinte argumento elaborado por Jacob Gorender: O impacto da extinção do tráfico de africanos foi atenuado, por dois fatores. Um, de curto prazo: a momentânea abundância de escravos disponíveis. O segundo, de longo prazo: o aumento da vida útil dos escravos, provavelmente de dez para quinze a vinte anos. O aumento da vida útil se deveu a melhora do tratamento material, imposta pela brusca elevação do preço dos escravos, e, também, a cessação do fenômeno da aclimatação, que exterminava cerca de um terço dos africanos recém-chegados no prazo de três anos. Gorender, Op. Cit. p. 326.

[31] A alforria servia aos senhores para os seguintes objetivos principais: permitia-lhes livrar-se de escravos imprestáveis, concedida como prêmio, estimulava a fidelidade de certo tipo de escravos, a exemplo dos domésticos, diante dos quais os senhores eram mais vulneráveis; constituía uma fonte de renda suplementar derivada do pecúlio dos escravos. Como é evidente, a alforria foi um fator de decréscimo da população escrava. Segundo Gorender, o padrão das alforrias no Brasil pode ser sintetizado nas seguintes características: a) maioria de alforrias onerosas e gratuitas condicionais; b) proporção relevante de alforrias gratuitas incondicionais; c) maior incidência das alforrias na escravidão urbana do que na escravidão rural; d) alforrias mais frequentes nas fases de depressão e menos frequentes nas fases de prosperidade; e) maioria de mulheres entre os alforriados, embora elas fossem minoria entre os escravos; f) elevado percentual de domésticos entre os alforriados; g) maior incidência proporcional de alforrias entre os pardos do que entre os pretos; h) elevado percentual de velhos e inválidos em geral entre os alforriados. Idem. p. 352-355.

[32] Já pressentindo o fim do tráfico, os negreiros estabelecidos no Brasil tomaram a precaução de introduzir no país, somente no quadriênio 1846-1849, 220 mil africanos. Repetiam a prática da intensificação da atividade dos navios tumbeiros em 1827-1830, às vésperas da aprovação da lei que pos o tráfico africano na ilegalidade total, em 1831. Cf. Bethell, L. págs. 70-75.

[33] Stein, Op. Cit. p. 96.

> (...) o conflito de interesses havia colocado os grupos sem escravos no Norte dos Estados Unidos contra os fazendeiros do Sul e conduzido a imposição da emancipação, Rafael P. de Barros advertiu que, por limitações opostas no tráfico de escravos interprovincial, os representantes do Norte do Brasil na Assembleia Geral de 1880 justificavam os temores do Sul de que, uma vez que a venda dos escravos do Norte era lucrativa, eles seriam indiferentes a emancipação. Por mais forçoso que possa ter sido tal argumento, quando a assembleia provincial do Rio votou restrições ao trafico em 1881, o medo de insurreição — não emancipação inesperada — era a explicação oficia[34].

Portanto, no final de 1880 e começo de 1881, foi criado – na província do Rio de Janeiro e, também, nas províncias de São Paulo e Minas Gerais – impostos de tal monta que, potencialmente, proibiam a importação de escravos de outras províncias, assim pondo fim ao tráfico interprovincial de seres humanos, no início dos anos 1980 – tendo, a sua possibilidade, sido proibido definitivamente com a Lei do Sexagenário, em 1885. Logo, no decorrer da década de 1880, tal comércio limitou-se ao deslocamento intraprovincial de cativos[35].

*

A seguir, discorreremos, sucintamente, sobre: (i) o recorte espacial escolhido: Rio Claro; (ii) o corte temporal utilizado: 1861-1869; (ii) o núcleo documental que perpassa a investigação aqui empreendida: Escrituras de compra e venda de escravos que registraram os negócios envolvendo 575 cativos; (iii) além disso, faremos apontamentos mais detalhados acerca dos dados levantados.

II. Recorte espacial: Rio Claro.

> Foi o caso que estando já a terra assaz povoada de filhos, filhos de filhos e filhos de netos da nossa primeira mãe e do nosso primeiro pai, uns quantos desses [...] Puseram-se a traçar uns riscos no chão, a espetar umas estacas, a levantar uns muros de pedra, depois do que anunciaram que, a partir desse momento, estava proibida (palavra nova) a entrada nos terrenos que assim ficavam delimitados sob pena de um castigo, que segundo os tempos e os costumes, poderia via a ser de morte, ou de prisão, ou de multa, ou novamente de morte. / (José Saramago, em: Sebastião Salgado, *Terra*).

A presente análise irá deter-se em um dos mais proeminentes centros cafeicultores do oeste paulista. O nosso estudo sobre o tráfico interno de cativos terá como locus privilegiado o município de Rio Claro. Cidade que pertence ao que José Francisco de Camargo chamou de Região da Baixa Paulista[36] e que foi, definitivamente, integrada a franja da economia exportadora paulista com sua ligação à Campinas, feita, em 1876, pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

---

[34] Idem. p. 96. Mesmo recorrentes, estes temores devem ser ponderados diante de o fato de que "na década de 1870, todos os 643 municípios do império dos quais havia estatísticas ainda continham escravos". Conrad, 1985, Citado por Motta, J. F. Op. Cit. p. 55.

[35] Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, São Paulo, Difel, 1966, pp. 208-210;

[36] Cf. CAMARGO J. F. de, *Crescimento Populacional no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*. Ensaio Sobre a Relação Entre Demografia e Economia. Boletim N. 153 Economia Política e História das Doutrinas Econômicas. São Paulo USP – 1952. A composição municipal adotada por J. F. de Camargo – e por extensão a do presente projeto de investigação – é a que vigorava até o recenseamento de 1940. As regiões do interior de São Paulo, de acordo com Sérgio MILLIET (*Roteiro do Café*. São Paulo: Hucitec, 1939) e J. F. CAMARGO (1952) foram tradicionalmente definidas e batizadas pelo nome das estradas de ferro que as talhavam, em virtude do sincronismo existente entre impulso demográfico, desenvolvimento econômico e expansão da via férrea. Esta definição persiste até os dias atuais no imaginário paulista. Ao longo deste projeto, mantivemos a nomenclatura regional pautada nas estradas de ferro. Cabe salientar que outras formas de divisão regional são possíveis. Por exemplo, em trabalho elaborado por César Mucio Silva, que versa sobre a distribuição orçamentária em São Paulo, o autor propõe de forma subsidiária ao objeto de estudo, uma regionalização baseada nos chamados distritos eleitorais, dez ao todo. A regionalização proposta por este autor não se adaptaria muito bem a nossa problemática central, pois congregaria na mesma região (ou distrito), municípios que vivenciaram situações muito distintas dentro do

Em virtude dos dados por nós levantados acerca do tráfico de escravos e, também, dos subsídios oferecidos por Camargo, Milliet e Dean[37] – acerca do número de cafeeiros, das unidades produtoras, da quantidade de arrobas produzidas, do paralelismo entre o avanço dos trilhos e a conquista de novas regiões pelo café, da entrada de trabalhadores nacionais (escravos e livres) e estrangeiros etc. – entendemos que este município configura uma amostra adequada para vislumbrarmos, no período proposto, a relação entre: a marcha ascendente da cafeicultura e a dinâmica do comércio de cativos no "oeste" de São Paulo.

Além disso, Rio Claro tornou-se atrativo por seus fazendeiros encontrarem-se entre os de maior influência na política provincial e mesmo nacional e, também, por sua sede municipal, por ter adquirido significativa importância como centro urbano, ferroviário, industrial e de serviços e, inclusive, devido a circunstâncias geográficas,.

Por fim, o estudo de municípios é relevante, pois: estes são a unidade política básica do Brasil; no século XIX e início do XX, os municípios eram, em geral, bastante extensos[38]; os registros históricos referentes ao tráfico de escravos, ao regime de trabalho livre na lavoura e alusivos ao mercado de terras foram feitos por tabeliões e servidores públicos pertencentes aos quadros da burocracia dos municípios; no Arquivo do Estado de São Paulo, volumosa correspondência é classificada segundo o município e também, no Museu Paulista, o material avulso sobre Rio Claro está indexado pelo município. Portanto, além dos motivos já apontados, aqui elegemos mais um que convalida o estudo da cidade: por razões de ordem prática, além do que, a pesquisa de um ou alguns municípios possibilita um sentido de atilamentos e coloca em primeiro plano elementos que se dissolveriam com recortes mais amplos os quais, muitas vezes, apresentam o inconveniente de forçar o confronto de séries de dados decorrentes de médias gerais e, muitas vezes frouxas, que aplainam os acontecimentos e apegam-lhes os aspectos peculiares.

Deste modo, ao contrário do que sugeriu Lucien Febvre certa feita, "números falsos, curva verdadeira" aqui pretendemos, o máximo possível, 'números verdadeiros, curva verdadeira', o que em virtude do recorte espacial, temporal e dos dados por nós levantados é factível.

*

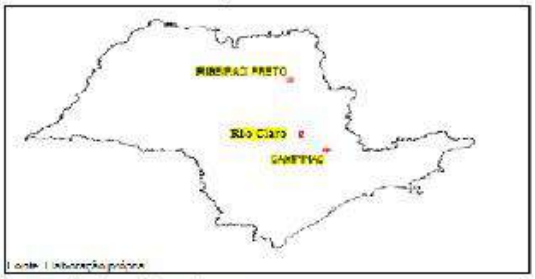
complexo cafeeiro. Cf. SILVA, César Mucio. Poder político e distribuição orçamentária em São Paulo na Primeira República – 1890-1920. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, p. 69. Tese de doutoramento.

[37] Todos já anteriormente citados.

[38] Algumas informações importantes sobre o município de Rio Claro: Distrito criado com a denominação de São João Batista de Rio Claro, pelo decreto imperial, de 09-12-1830, subordinado ao município de Piracicaba. Pela lei nº 25, de 08-03-1842, transfere o distrito de São João Batista de Rio Claro do município de Piracicaba para Limeira. Elevado à categoria de vila com a denominação de São João do Rio Claro, pela lei provincial nº 13 de 07-03-1845, desmembrado dos municípios de Limeira e Mogi Mirim. Pela lei provincial nº 5, de 05-07-1852, e por decreto estadual nº 9, de 08-01-1890, é criado distrito de Itarapina e anexado a vila São João Batista de Rio Claro. Elevado à condição de cidade com a denominação de São João do Rio Claro, pela lei provincial nº 44, de 30-04-1857. Pelo decreto estadual nº 105, de 17-12-1890, é criado o distrito de Anápolis (ex-povoado), e anexado ao município de São João do Rio Claro. Pela lei estadual nº 505, de 21-06-1897, desmembra de São João do Rio Claro o distrito de Anápolis. Elevado à categoria de município. Pela lei nº 262, de 30-04-1894, é criado o distrito de Santa Cruz da Boa Vista, pela lei nº 262, de 30-04- 1894, e anexado ao município de Rio Claro. Pela lei estadual nº 884, de 31-10-1903, é criado o distrito de Itaqueri da Serra e anexado ao município de Rio Claro. Pela lei estadual nº 975, de 20-12-1905, o município de São João do Rio Claro tomou a denominação de Rio Claro. IBGE, Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/ painel.php?codmun=354390#. Acesso em: 9/02/2012.

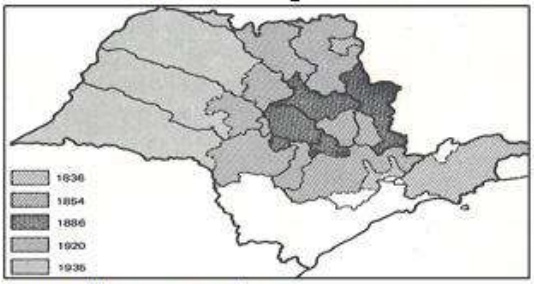
Com os mapas abaixo, podemos visualizar o recorte espacial proposto de forma mais adequada. O primeiro, posiciona Rio Claro no meio de dois outros importantes centros cafeeiros paulistas e, o segundo, evidencia a marcha cronológica do café tal como desenhada por Sérgio Milliet.

Municípios estudados



Fonte: Elaboração própria.

Marcha cronológica do café



Fonte: Milliet, S. Op. Cit. Pág. 23.

III. Recorte temporal: 1861-1869

Com relação ao recorte temporal, o período compreendido entre o fim do tráfico Atlântico e a abolição da escravatura contém importantes diferenças no que diz respeito ao comércio interprovincial e intraprovincial de escravos. Jacob Gorender, por exemplo, apresentou uma periodização dividindo-o em três fases: "nos anos cinquenta – intensa; nos anos sessenta – moderada; nos anos setenta – muito intensa"[39].

Segundo o autor, a dinâmica deste tráfico nos anos 1850 se explica em virtude da grande prosperidade europeia que suscitou ampla demanda dos produtos de exportação dos países escravistas remanescentes (Brasil, Cuba e Estados Unidos).

Os anos sessenta foram distinguidos pela concomitância de dois movimentos contrários. A Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865) abriu o mercado inglês ao algodão brasileiro, o que beneficiou os plantadores nordestinos – a produção de algodão, durante o decénio, mais do que duplicou em volume e o seu valor exportado aumentou mais do que cinco vezes. Ao mesmo tempo, a produção cafeeira do sudeste diminuiu o ritmo de crescimento, segundo o autor, em virtude da crise bancária de 1864 e por baixas recorrentes nas cotações internacionais. Frente a este cenário, os plantadores nordestinos desfrutaram de uma melhor correlação de forças para manter os cativos em suas regiões.

Nos anos setenta, a expansão algodoeira esmoreceu e a produção cafeeira prosseguiu, vigorosamente, a sua marcha leste-oeste, retomando a feitura de um avanço perambulante e sujeito a paralisias bruscas, criando, reiteradamente, cidades mortas nas quais os remanescentes "gabam a passada prosperidade, lamuriam do presente e pitam – pitam longos cigarros de palha, matadores do tempo"[40]. Aliado a esta dinâmica, a Lei do Ventre Livre (setembro de 1871) esfriou o movimento

[39] Gorender, J. Op. Cit. p. 326
[40] Lobato, M. A vida em Oblivion. Em Op. Cit. p. 26.

abolicionista e deu ao regime escravocrata renovada estabilidade política. Tal cenário fez com que o preço dos escravos homens com idade entre 20 e 25 anos, nos municípios cafeeiros, alcançasse mais de 2:000$000 no final desta década, ponto mais alto do século XIX[41].

Não obstante estes comentários pontuais, nós não objetivamos realizar, neste trabalho, uma análise circunstanciada do comportamento/intensidade do tráfico interno de escravos nas décadas de 1850 e 1870, conforme a periodização proposta por Gorender. Não faremos isto, pois este artigo se deterá no exame dos dados que coletamos para o período compreendido entre 1861 e 1869, ou seja, para o período no qual o tráfico interno de cativos foi qualificado por Gorender como moderado. Portanto, aqui, vale salientarmos, nós não inquiriremos acontecimentos transcorridos nos *flashes* do tempo curto, nervoso. Com este intervalo, propomos a narrativa e análise das curvas e oscilações que formaram um ciclo, que perpassa um intervalo de tempo à altura de uma explicação em que a história pode se inscrever[42]. Ou seja, aqui alvitramos uma história do movimento, da variação da estrutura ondulante da economia.

Além de seguirmos a periodização proposta pelo autor de *O escravismo colonial*, o nosso recorte temporal ainda justifica-se pela maior disponibilidade de Escrituras de compra e venda de escravos a partir de 1861. Esse maior número de registros, ao que parece, decorreu da vigência do decreto imperial que previa o lançamento das Escrituras de negócios com escravos de valor superior a duzentos mil-réis em livros de notas específicos para essa finalidade. Sobre esse registro, o Decreto n° 2.699, de 28 de novembro de 1860, dispunha o seguinte: "Art. 3° A Escritura pública é da substância de todo e qualquer contrato de compra e venda, troca e dação *in solutum* de escravos, cujo valor ou preço exceder de 200$000, qualquer que for o lugar em que tais contratos se celebrarem ou efetuarem"[43].

Tal assertiva é corroborada pelos termos de abertura dos livros cartoriais destinados a registrar a compra e venda de escravos. Em um dos livros que examinamos em Rio Claro – cronologicamente o primeiro livro pertencente ao acervo do Segundo Cartório de Notas e Protestos deste município –, lemos, em sua primeira página, o seguinte escrito: "Servirá este livro para o segundo tabelião Thomas Carlos de Mollina lançar as Escrituras de compra e venda de escravos em conformidade do decreto número 2.699 de 28 de novembro de 1860, art. 3º, § 1°, o qual vai por mim numerado e rubricado".

[41] Gorender, J. p. 328 O mesmo argumento é usado por Graham, vejamos: "(...) o tráfico de escravos interprovincial se tornou muito mais intenso nos anos 1870, quando os preços internacionais do algodão e do açúcar declinaram precipitadamente enquanto que o do café disparou". Graham, R. Op. Cit. p. 126. Robert W. Slenes, por sua vez, estimou em 10 mil por ano o número de escravos comercializados nesta década, isto é, quase o dobro do nível anterior. Robert W. Slenes, "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888", em Iraci del Nero da Costa (org.), *Brasil: História econômica e demográfica* (São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas), 1986, pp. 110-33. Esta periodização é parcialmente corroborada por Neves, que estudou a dinâmica do comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. Este autor nos diz: "logo após o fim do tráfico externo, o número de cartas de liberdade de Caetité declinou 12,4% comparativamente aos 10 anos anteriores, aumentando 13,3% no período seguinte e novamente diminuindo 3,3% no decênio de 1870, quando se intensificou o tráfico interno". Neves, Op. Cit. p. 105.

[42] Cf. BRAUDEL, F. A História e as Ciências Sociais: A Longa Duração. In: Novais, F. e Silva, R. (Orgs.) *Nova História em Perspectiva*. Cosacnaify: São Paulo, 2010. Pág. 93.

[43] No § 1° deste artigo lemos: "As Escrituras serão lavradas por ordem cronológica em livro especial de notas, aberto, numerado, rubricado e encerrado na forma da Legislação em vigor, por Tabelião de notas legitimamente constituído (...), e conterão (...) os nomes e moradas dos contraentes, o nome, sexo, cor, officio, ou profissão, estado, idade e naturalidade do escravo e quaisquer outras qualidades ou sinais que o possam distinguir". Coleção de Leis do Império do Brasil, citado por Motta, J. F. Op. Cit. p. 63.

Com relação ao decênio para o qual compulsamos os documentos que pautam a última parte deste trabalho alguns dos aspectos que, de acordo com Gorender, justificam a ocorrência de um tráfico interno de escravos de intensidade moderada foram corroborados por outros autores.

Richard Grahan afirmou que o número dos envolvidos no tráfico interno de escravos declinou um pouco nos anos 1860 "porque a Guerra Civil nos Estados Unidos encorajou a produção de algodão para compensar a escassez das exportações americanas para a Inglaterra, e os produtores do Nordeste por esta razão, uma vez mais, puseram alto preço nos seus escravos"[44]. O mesmo argumento foi usado por Maria José de Souza Andrade em *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860.*

Finalmente, é importante notarmos – tal como faz o professor José Flávio Motta para o trabalho de Gorender e Andrade – que Graham (assim como os outros dois autores) não sugeriu ter havido efeitos da Guerra do Paraguai sobre o tráfico interno de escravos no Brasil. Não obstante, o impacto da guerra foi significativo. Francisco Doratioto, após examinar correspondências de altos funcionários do governo espanhol afirmou que "o aumento da demanda por escravos [ocasionada pela Guerra do Paraguai – GR] elevou seu preço, e cada individuo era vendido por dois cantos de réis no início de 1868, quando poucos meses antes o valor de venda não era superior a 900 mil réis"[45]. Segundo este mesmo autor, o Governo Imperial não apenas concedeu a liberdade aos escravos da nação que servissem na guerra, como também interferiu no mercado comprando e desapropriando cativos mediante o pagamento de indenizações aos seus proprietários. Além disso, "o envio de substitutos para cumprir o serviço militar era, à época, prática comum (...). No Brasil, particulares foram contratados para substituir convocados e escravos foram enviados para lutar em nome de seus proprietários[46]".

Por sua vez, o jornal a *Semana Ilustrada* corrobora, de forma indireta, a importância da guerra quando colocou na boca dos escravos comentário acerca da partida de um batalhão de voluntários para o Prata:

> Eh! Sê moço!... Eu tá 'spantado
> Neste Lio de Zanero:
> (...)
> Governo fica zangado:
> Agora Lope, marvado,
> Leva di pau, si siô;
> Fica pleto vencedô[47].

[44] Graham, R. Op. Cit. p. 129. O mesmo argumento foi usado por Maria José de Souza Andrade, *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860.*São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988. p. 125.

[45] Doratioto, F. F. M. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai.* Citado por Motta, J. F. Op. Cit. p. 65. Tal proposição, em parte, é corroborada por algumas Escrituras que analisamos no município de Rio Claro. Assim, por exemplo, o escravo Benedito, crioulo de 17 anos, de serviços de roça, foi vendido, em agosto de 1868, por José Manoel Pinto, por 2:000$000, para Thomas Teixeira Pinto, ambos residentes em Rio Claro. Já em setembro de 1868, o escravo Januário, preto de 17 anos, solteiro e com experiência em lavoura foi vendido por José T. Siqueira para José Maria S. também por 2:000$000. Por sua vez, o cativo Pedro – 21 anos, crioulo, pardo, solteiro, natural de Pirassununga, roceiro – foi negociado entre Antonio C. Lobo e Albinio A. Cardoso, por intermédio do tráfico intraprovincial, em setembro de 1868, por 1:900$000. Escrituras preservadas pelo 2º cartório de Notas de Rio Claro, em ordem cronológica, primeiro livro dedicado aos negócios com escravos.

[46] Idem. p. 65.

[47] A *Semana Ilustrada* foi um jornal carioca fundado em 1860, por Henrique Fleiuss e que teve no seu quadro de colaboradores, personalidades como: Machado de Assis, Quintino Bocaiuva, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães e outros. Cf. Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, Mauad Editora Ltda, 1998, p. 205.

IV. Núcleo documental

A pergunta que esteve presente quando buscávamos eleger o núcleo documental desta pesquisa foi: quais documentos podem fornecer o maior número de informações e, posteriormente, com o desenrolar de nossas investigações, nos permitir comparar a dinâmica do tráfico interno de cativos entre diferentes municípios?

Tendo esta pergunta em vista, percorremos parte da bibliografia que perpassa o nosso tema procurando referências que nos pudessem ajudar. Após concluirmos algumas leituras, o que de fato nos ajudou foi a percepção de que são escassos os trabalhos que examinaram, detidamente, um relevante núcleo documental existente e disponível ao público. Referimo-nos aos distintos arquivos cartoriais existentes nos diferentes municípios.

A partir desta constatação, optamos pela compilação e análise dos diversos dados presentes em parte das Escrituras cartoriais, que conformam os livros de notas, preservados no Primeiro e Segundo Cartório de Notas e Protestos do município que temos interesse.

Estes livros constituíam a única forma de registro público existente à época; assim sendo, neles encontramos Escrituras dos mais variados tipos, tais como: compra e venda de escravos (que a partir de 1861, normalmente, passaram a ser registradas em livro específico), imóveis urbanos e rurais, doações, cessão de crédito (destacadamente hipotecário), Escrituras de compra e venda de café, empreitadas de construção de prédios e casas na cidade, atas de eleições, testamentos, adoção de menores, liquidação de débitos, reconhecimento de dívidas, contratos de formação de sociedades agrícolas ou industriais etc[48].

Parte destas fontes notariais manuscritas contém precioso conjunto de informações sobre o tráfico interno de escravos. Dentre outros aspectos, encontramos nestes documentos: (i) a data da transação; (ii) os nomes do vendedor, do comprador e do escravo comerciado; (iii) as cidades de origem do vendedor e do comprador; (iv) a idade do escravo; (v) o número de escravos envolvidos; (vi) a cor do cativo; (vii) o preço da transação; (viii) o lugar de origem do escravo; (ix) o uso do escravo (lavoura, serviço doméstico, pedreiro etc.), (x) a identificação se o escravo era casado, solteiro, viúvo.

Sempre que disponíveis e legíveis, coletamos as informações constantes nas Escrituras mencionadas para o período 1861-1869. Finalmente, as características destes documentos oficiais lavrados no primeiro e segundo Cartório de Notas de Rio Claro cujos arquivos fizemos ampla varredura favoreceram, largamente, a abordagem quantitativa. Assim, tal como Antonio Candido nos disse certa vez, "a primeira coisa a ser dita é que minha atividade intelectual é de cunho muito empírico; basta ler os meus escritos para ver que não tenho vocação para a abstração, não tenho cabeça filosófica. A minha tendência é a de todo o nosso grupo na Faculdade: fomos animados pelo que denominei 'paixão pelo concreto'"[49]. O que de alguma forma foi corroborado pela professora Alice

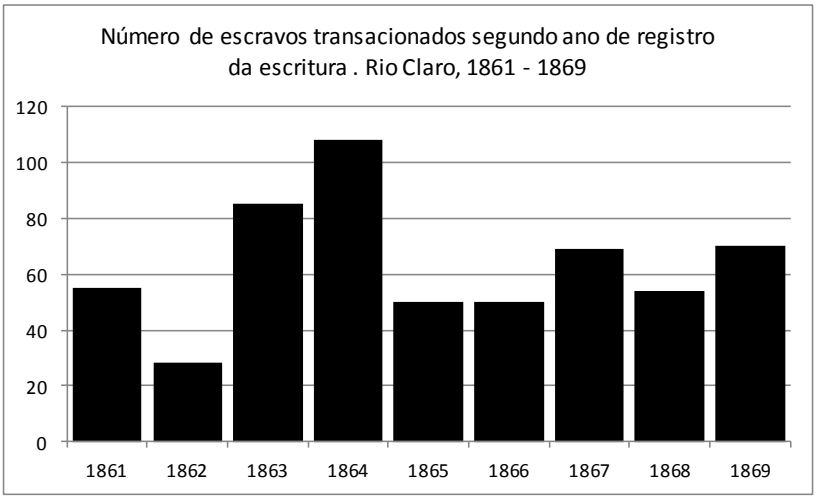
[48] Ver, por exemplo, FALEIROS, R. N. *Fronteiras do Café: Fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937)*. 1. ed. Bauru-SP: Edusc; FAPESP, 2010.
[49] Entrevista concedida a Luiz Carlos Jackson e transcrita em Jackson, Luiz Carlos. A tradição esquecida. Os Parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. UFMG/Fapesp, 2002.

Canabrava quando declarou: "só me sinto segura quando apoiada em documentos. Não sou pessoa de realizar grandes voos fora do material. Creio que é um problema de temperamento"[50]. Todavia, não nos furtaremos de realizar acurada abordagem qualitativa destas fontes primárias por nós compulsadas.

V. Comércio interno de escravos: Rio Claro, 1861-1869.

Para este trabalho, lemos, reunimos e organizamos as informações constantes nas 320 Escrituras de compra e venda[51] de escravos que conseguimos localizar nos arquivos do 1º e 2º Cartório de Notas de Rio Claro. Estas Escrituras perfazem um total de 575 cativos – homens, mulheres, crianças e velhos, de ambos os sexos, "de nação" (originários do continente africano) ou crioulos (nascidos nas Américas/Brasil), muitos oriundos de outras províncias etc. – vendidos-comprados ao longo dos anos abarcados pelo intervalo 1861–1869. Destes quase seiscentos cativos, mais de quatro quintos foram negociados em transações envolvendo mais de um escravo[52].

As informações que encontramos perpassam a totalidade dos anos do nosso recorte temporal. Ao longo destes anos, encontramos maior número de negócios em 1864, ano em que 108 escravos foram negociados e, menor em 1862, quando 28 escravos trocaram de proprietário[53]. No gráfico a seguir, dispusemos o número de escravos transacionados segundo ano de registro da Escritura.



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

[50] Canabrava, Alice Piffer. Minhas reminiscências. Economia Aplicada. Vol.1, nº 1, 1997. p. 160.
[51] Além das Escrituras de compra e venda de escravos, encontramos certo número de documentos (relativamente ao conjunto documental levantado não muito expressivo) que registraram troca, doações, transferências e procurações. Todavia, estes processos não foram objeto de nossa análise.
[52] 18 Escrituras registraram a venda de 5 a 10 escravos, 7 consignaram negócios envolvendo mais de 10 escravos e várias outras vendas envolveram mais de um escravo. Os três negócios mais robustos envolveram a compra-venda de 31, 17 e 16 escravos. A seguir, elencamos, brevemente, alguns dos dados que perpassam as duas primeiras transações mencionadas. A primeira foi realizada, em 07/06/1865, entre Anna Joaquina Nogueira de Oliveira e Antonio José Vieira Barbosa, ambos residentes em Rio Claro. Dos 31 cativos, 13 eram africanos e 18 crioulos, 16 eram homens, com idade média de 24 anos e 15 mulheres, com idade média de 30 anos. O preço médio de cada um destes escravos foi de 1:451$612 reis. A segunda ocorreu em 16/07/1861. Como vendedor José Maria de Moraes e como comprador Francisco de Assis Barros, ambos residentes em Pirassununga. Dos 17 escravos, 7 eram homens, com idade média de 24 anos e 5 eram mulheres, com idade média de 23 anos. Além destes havia 5 meninos, com idade entre 1 e 6 anos. Todos filhos de algumas das escravas negociadas. Todos os 17 cativos foram registrados como crioulos.
[53] Mais uma vez, vale salientar que tais cifras registram o tráfico legal, submetido a taxas provinciais, omitindo o contrabando reconhecidamente volumoso.

Mesmo possuindo certo padrão, diversas Escrituras apresentam algumas diferenças e particularidades o que, em parte, pode ser explicado pelos diferentes tabeliões que elaboraram os registros ou por solicitação, de uma das partes envolvidas, de assentamento de alguma especificidade relacionada ao acordo. Algumas vezes, tais particularidades acarretaram problemas para coletarmos os dados que pautam a presente análise.

Outros contratempos foram decorrentes da forma prosaica de registro das Escrituras. A dificuldade mais séria e recorrente foi originada pelas Escrituras que abarcam a compra-venda de mais de um escravo. Este problema constituiu-se no fato das Escrituras, normalmente, não especificarem o preço de cada indivíduo, mas sim o preço do conjunto dos escravos negociados o que impossibilitou atribuirmos, de forma apropriada, o preço nominal dos escravos de acordo com a sua respectiva idade, habilidade etc. Portanto, na maioria das vezes, na média, os cativos das mais diferentes idades e qualificações apareçam com o mesmo preço. Deste modo, uma Escritura datada do "ano de nascimento do Nosso senhor Jesus Christo de mil oito centos e sessenta e dois, aos treze dias do mes de julho" registrou a venda de sete escravos perpetrada por Francisco José da Rosa ao Alferes José Augusto de Azevedo, este residente em Rio Claro, aquele morador de Sorocaba. Esta Escritura assim registrou o fato:

> Francisco José da Rosa "(...) pela presente Escritura vende, como vendido tem, ao Alferes José Augusto de Azevedo sete escravos de que é senhor e possuidor, livre de qualquer onus, sendo Justino crioulo, de idade vinte tres anos, solteiro; Gregório crioulo de vinte e quatro, digo de vinte e tres annos, solteiro; Ricardo crioulo de trinta anos; Felizarda de idade de doze anos; Luiza crioula, de idade de trinta anos, Joanna crioula, de idade de sete anos e Claudio crioulo de idade de dezoito anos; *cuja venda faz pela quantia de onze contos, quinhentos e cinquenta mil* e ao comprador transfere todo o senhoril e domínio que tinha nestes escravos de ora avante (...). Declarou o vendedor que sendo o escravo Claudio doente de uma hepathite chronica, se obriga a fazer boa venda dele, isto é, se não se reestabelecer durante o prazo de um anno a contar desta data será obrigado a recebelo e restituir ao comprador a quantia de um conto e seiscentos mil reis, digo, um conto seiscentos e cinquenta mil reis, assim como se neste prazo morrer da dita enfermidade será obrigado a restituição referida quantia (...)[54].

Ao lermos este exemplo, notamos que escravos com idades bastante distintas – quatro homens, dois com 23, um com 30 e outro com 18 anos e 3 mulheres, com 12, 30 e 7 anos – foram vendidos, conjuntamente, pelo preço de 11:650$000, de tal modo que, em média, cada uma destas mercadorias humanas atingiu o preço de 1:650$000. Mesmo o cativo Claudio que recebeu atenção especial no registro da venda por ser "doente de uma hepathite chronica" foi negociado por este mesmo preço.

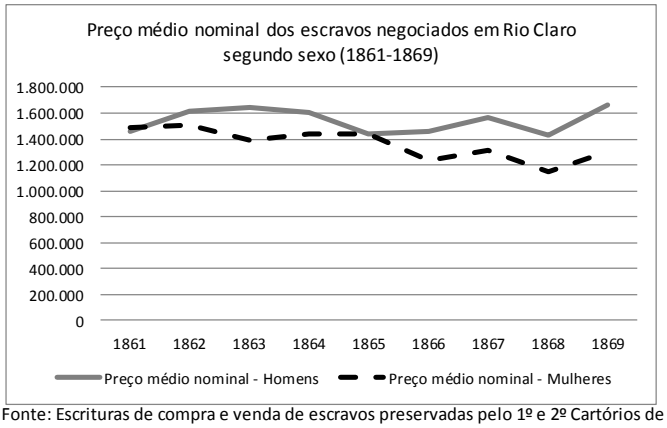
Para atenuar este problema, quando, no decorrer deste trabalho fazemos apontamentos sobre o preço dos cativos, por um lado, sempre indicamos o número de observações que levantamos.

Todavia, a parte as Escrituras que possuíam traços distintivos ou alguma outra vicissitude, os negócios que, habitualmente, apresentaram menor número de obstáculos foram as vendas que envolveram

[54] O documento relativo à negociação destes escravos encontra-se no arquivo do 1º Cartório de Notas e Protestos de Rio Claro. Itálico nosso. Nós não realizamos a modernização dos trechos extraídos dos documentos que encontramos.

apenas um indivíduo. Podemos ilustrar esta fatia do tráfico humano, mediante a venda realizada em vinte sete de janeiro de 1866, do escravo Sebastião – crioulo-fula de 36 anos, solteiro, "de serviço de roça", natural de MG. Participaram como vendedor e comprador respectivamente Isabel S. Cardoso, moradora de Constituição (Piracicaba) e Manuelino de Godoy Bueno, de Rio Claro. Este cativo foi vendido por intermédio da mercancia intraprovincial por 1:050$000, preço, diga-se de passagem, significativamente mais baixo (28% menor) do que a média dos escravos homens, com idade entre 31 e 45 anos negociados neste tipo de transação, como veremos mais a frente[55].

Para além deste preâmbulo, iniciamos a nossa análise mediante o gráfico abaixo. Aí observamos a dinâmica do preço nominal médio dos escravos e escravas negociados em Rio Claro ao longo do nosso espaço de tempo.



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Este gráfico nos permite apreender que a oscilação do preço médio nominal dos homens ocorreu majoritariamente dentro do intervalo 1:400$000 a 1:600$000 e com exceção de duas coincidências sucedidas em 1861 e 1865 o preço dos homens foi constantemente superior. Além disso, por meio desta breve série notamos incongruências por parte de alguns autores. Alguns têm sugerido que os senhores, após a abolição do tráfico transatlântico de escravos, estariam mais interessados no valor reprodutivo das escravas, o que se refletiria numa maior demanda por cativas. Embora, parte da literatura que versa sobre esta temática notou aumento expressivo no preço das escravas nos anos 1850, esse fenômeno dificilmente poderia ser visto como uma comprobação de tal hipótese, pois a alta de preços foi passageira e já na segunda metade desta década houve um movimento contrário[56]. Como observamos, esta dinâmica adversa do preço das escravas igualmente transcorre toda a década de 1860. Enquanto no início deste decênio as cativas foram vendidas por 1:484$778, no final elas foram mercadejadas por 1:300$000.

Já nos gráficos seguintes, conjugamos duas informações relevantes: por um lado, dispusemos dados gerais acerca do percentual de indivíduos transacionados, em grupo ou individualmente e, por outro,

[55] A Escritura, registrando a venda do cativo Sebastião, é preservada pelo 2º Cartório de Notas e Protestos de Rio Claro.
[56] Cf. BERGAD, Laird W. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Ver também: Versiani e Vergolino, *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. Texto no 252. Texto para discussão. Departamento de Economia UNB. Brasília, Outubro de 2002

agregamos a este levantamento as informações que obtivemos sobre o(a) município/província de residência dos muitos que, assolados pela nostalgia da imoralidade, participaram do comércio de pessoas.

Contudo, antes de lermos estes gráficos cabe fazermos uma nota explicativa prévia. Este e outros arranjos dos dados que realizamos ao longo deste texto foram feitos de acordo com certa tipologia do comércio interno de seres humanos, que assim ficou estabelecida: houve o comércio *local*, que se caracterizou pelo fato de o vendedor e o comprador residirem na mesma cidade onde a Escritura de averbação do negócio foi elaborada e arquivada; existiu o tráfico *intraprovincial*, no qual o vendedor e/ou o comprador residiam em diferentes localidades da província de São Paulo; e, por fim, ocorreram as transações *interprovinciais*, nas quais as partes envolvidas moravam em distintas províncias do império[57].

Dos 575 escravos negociados ao longo dos anos em apreço, identificamos a modalidade do tráfico para 412. Tendo estes números em vista, ao associarmos os registros comerciais que envolveram vendas individuais ou em grupo com a tipologia do tráfico interno de cativos, fica manifesta a preeminência do tráfico intraprovincial entre os escravos negociados em grupo (47%) e do comércio local entre os cativos vendidos individualmente (55%).

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

A classificação dos cativos negociados em Rio Claro de acordo com sexo, origem e tipo de tráfico foi organizada na tabela seguinte. Dos escravos para os quais identificamos o tipo de tráfico, 42,2% foram negociados por meio do tráfico intraprovincial, 31,1% por intermédio do comércio local e 18,7% foram adquiridos em outras províncias do império[58].

Observamos também que, mesmo após mais de uma década da extinção do tráfico transatlântico para o Brasil, os escravos "de nação" ainda perfaziam 10,2% do conjunto dos escravos cujo tráfico alcançamos aferir. Deste contingente, a grande maioria (60%), foi comerciada no âmbito local, 35% migraram de um para outro município da província paulista e o restante passou de uma província para outra.

[57] Esta tipologia não foi criada por nós. Alguns outros trabalhos que abordam a presente temática já a utilizaram. É importante frisarmos que, ao longo deste trabalho, reconhecemos certa ambiguidade na análise do tráfico local como distinto do intraprovincial. Para atenuar os contratempos daí decorrentes, tomamos o cuidado de, em nenhum momento, incorrermos em dupla contagem (agregarmos a movimentação do tráfico local com a do tráfico intraprovincial) para não distorcermos o volume do comércio intraprovincial.

[58] Desde já assumimos a influência dos trabalhos do professor José Flávio Motta sobre a análise quantitativa aqui realizada. Ademais, a proximidade que buscamos justifica-se por almejarmos confrontar os nossos resultados com as conjecturas decorrentes das pesquisas deste autor.

No campo dos negócios locais, estes africanos representaram 15,5% das 161 pessoas que aí trocaram de mãos. Dos 42 africanos vendidos por meio das três modalidades de tráfico, 28 eram homens, o que acarreta uma razão de sexo – número de homens para cada 100 mulheres – geral, isto é, envolvendo os três tipos de tráfico, de 200,0.

Dentre os escravos "de nação", observamos a maior disparidade entre os sexos na esfera do comércio intraprovincial, aí a razão de sexo é bastante elevada (400,0)[59]. Os cativos africanos foram predominantemente negociados no interior de grupos mistos (africanos e crioulos), que abarcavam mais de 3 pessoas. Dos africanos vendidos durante os anos sessenta, apenas 6 foram negociados individualmente. Um, desses seis, foi o cativo Manoel, de 32 anos, quiçá novamente teve de deixar para trás família, amigos, flertes e amores d'outrora. Manoel foi vendido, em dez de novembro de 1861, por Joaquim Teixeira das Neves, importante traficante de Rio Claro, a Antonio Rodrigues de Barros, habitante de Constituição (Piracicaba) por 1:500$000[60].

Escravos negociados segundo sexo, origem e tipo de tráfico - Rio Claro (1861-1869)

Tráfico	Sexo	De nação*	Crioulos **	Sem identificação de origem	Total
Local	Homens	15	73	13	**101**
	Mulheres	10	40	10	**60**
	Razão de sexo***	150,0	182,5	130,0	**168,3**
	Total (H + M)	**25**	**113**	**23**	**161**
Intraprovincial	Homens	12	95	15	**122**
	Mulheres	3	42	7	**52**
	Razão de sexo	400,0	226,2	214,3	**234,6**
	Total (H + M)	**15**	**137**	**22**	**174**
Interprovincial	Homens	1	58	8	**67**
	Mulheres	1	8	1	**10**
	Razão de sexo	100,0	725,0	800,0	**670,0**
	Total (H + M)	**2**	**66**	**9**	**77**

* De origem africana.
** Nascidos nas Américas/Brasil.
*** Número de homens para cada 100 mulheres.

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Já os crioulos totalizavam 76,7% dos 412 escravos presentes na tabela anterior. 35,8%, e 20,9%, dos escravos desse grupo, foram vendidos-comprados por mediação do tráfico local e interprovincial respectivamente. O contingente mais representativo, 43,4%, foi objeto do comércio intraprovincial. No contexto desse comércio estes indivíduos representaram 78,7%. Agora, se excluirmos do tráfico intraprovincial os escravos cuja origem não foi relatada ao longo das Escrituras que registraram as vendas e compras dos cativos negociados em Rio Claro, este conjunto atinge mais de 90% das pessoas vendidas no interior da província de São Paulo. Quando fazemos essa mesma ponderação (computar unicamente os

[59] Vale enfatizarmos que esta razão de sexo é prejudicada pelo abreviado número de casos observados.
[60] Outro exemplo, é a escrava Emília de 35 anos, transacionada, em medos de 1868, por 1:300$000. A Escritura registrando a venda de Manoel encontra-se no arquivo do 1º Cartório de Notas e Protestos de Rio Claro, já o documento relativo à negociação da escrava Emília está preservado pelo 2º Cartório de Notas e Protestos desse município.

cativos que tiveram a sua origem registrada), a proporção dos crioulos sobe para 81,9% no tráfico local e 97% vindos de outras províncias para algum município de São Paulo.

Para os crioulos, encontramos razões de sexo elevadas para todos os tipos de tráfico, entretanto, registramos a diferença mais notável no comércio interprovincial, no qual esta relação atinge 725,0. No que diz respeito a esse último tipo de tráfico, temos, dentre vários outros, o exemplo da Escritura que registrou a venda de três escravos, em dezoito de abril de 1866**.** Os escravos negociados foram Paulino, Adão e Tolentino, respectivamente de 22, 20 e 16 anos de idade, todos crioulos, pretos roceiros e solteiros. Estes três homens foram transferidos da província do Rio de Janeiro para a cidade de Rio Claro com todas as suas chulices, calundus e quizílias, mediante o pagamento total de 5:100$000, o que correspondeu a um preço individual 1:700$000.

Na tabela abaixo dispomos os escravos que entraram ou saíram do município de Rio Claro de acordo com sexo e modalidade do tráfico. Estas 201 pessoas correspondem a pouco mais de um terço (35%) do conjunto de escravos negociados ao longo dos anos compreendidos entre 1861 e 1869. Com o panorama formado por estes dados, mais uma vez, notamos: (i) largo predomínio dos indivíduos de sexo masculino em ambos os movimentos e; (ii) que o comércio intraprovincial abarcou um número significativamente maior de cativos – 71% do total.

Entradas e saídas de Rio Claro segundo sexo (1861-1869)

Tráfico	Sexo	Entradas	Saídas	Total
Intraprovincial	Homens	84	17	**101**
	Mulheres	31	11	**42**
	Total (H + M)	**115**	**28**	**143**
Interprovincial	Homens	48	0	**48**
	Mulheres	8	2	**10**
	Total (H + M)	**56**	**2**	**58**

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Também observamos vasta preponderância das entradas em relação às saídas tanto no que diz respeito ao movimento no interior do território paulista quanto entre diferentes províncias e Rio Claro. Com relação ao movimento interprovincial, a migração originária da província do Rio de Janeiro com destino a municipalidade em apreço foi a mais expressiva, aí registramos a "descida" de 73,2% dos indivíduos comprados por escravagistas desse município. Em seguida temos Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina. Enquanto essas duas últimas províncias forneceram pouco mais de 5% cada, a primeira contribuiu com 10,7%.

Com respeito às entradas decorrentes do tráfico intraprovincial no município analisado, elaboramos a tabela a seguir[61]. Nela apreendemos que Santos e a cidade de São Paulo foram os principais provedores

[61] As distâncias elencadas nesta tabela foram obtidas por meio do *google-maps*. Portanto, elas não são decorrentes de linhas retas, mas sim da distância que um viajante hodierno enfrentaria por meio das principais estradas paulistas e brasileiras.

de braços escravos para Rio Claro. Estes municípios forneceram juntos 42,6% dos cativos que lá passaram a residir e sofrer o vaticínio dolente do cativeiro.

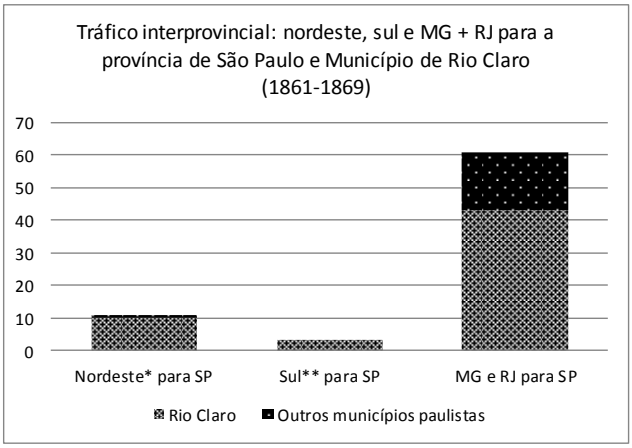
Tráfico intraprovincial: entradas em Rio Claro, 1861-1869.

Município	N. de escravos que forneceu à Rio Claro	Distância de Rio Claro (em Km)	Município	N. de escravos que forneceu à Rio Claro	Distância de Rio Claro (em Km)
Santos	28	252	Campinas	2	83,8
São Paulo	21	178	Jacareí	2	223
Sorocaba	9	164	Limeira	2	31,5
Iguape	8	355	São Carlos do Pinhal	2	60,8
Pirassununga	8	82	Botucatu	1	147
Constituição	7	39	Franca	1	268
Província de SP*	5	-	Itu	1	123
Ubatuba	5	394	Pindamonhangaba	1	328
Brotas	4	74,3	São Simão	1	150
Jaú	4	126	Tiete	1	85
Araraquara	2	101	-	-	-

* Na escritura a referência era: província de São Paulo.

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelos 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Quando analisamos a dinâmica das vendas interprovinciais e agregamos às entradas ocorridas em Rio Claro o afluxo para outros municípios de São Paulo, nós nos deparamos com o resultado expresso no gráfico abaixo. Aí, novamente notamos a proeminência das províncias do Rio Janeiro e Minas Gerais no aprovisionamento de cativos que corroboraram os momentos iniciais de expansão dos cafeeiros na região da Baixa Paulista.



* Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Piauí

** Santa Catariana

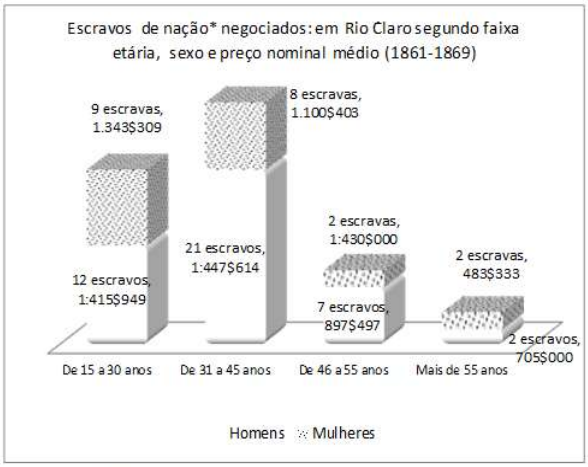
Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

A seguir, conjugamos os dados que obtivemos relativos a idade, sexo, origem e preço nominal médio. Inicialmente, quando comparamos os dois próximos gráficos, chama atenção: (i) que os dados confirmam a esperada desigualdade na distribuição etária de acordo com a origem dos escravos e (ii) o fato de não haver escravos "de nação" com idade inferior a quinze anos.

Ademais, quando agrupamos os escravos africanos com idade de até 45 anos, percebemos que 58% desses estão no intervalo etário de 31 a 45 anos – conjunto no qual os homens correspondiam a 72,4%. Em contrapartida, quando consideramos os dados concernentes aos cativos crioulos, notamos que, como

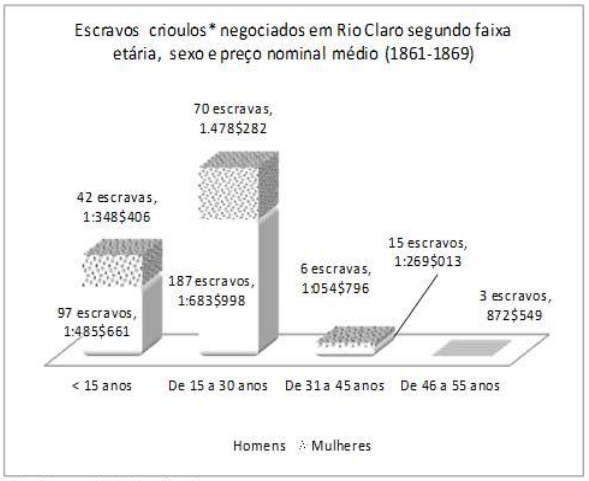
lágrimas não eram argumentos, expressivo número de crianças e jovens (33,3% com idade inferior a 15 anos) foi separado de suas famílias e vendidos a outros proprietários[62]. Quantos destes se tornaram Prudêncios, cavalos de todos os dias que com as mãos no chão receberam "um cordel nos queixos, à guisa de freio", para terem os dorsos trepados e serem fustigados pela varinha de outro molecote filho de seu proprietário, tal como Prudêncio de Machado[63]... não sabemos.

Já os crioulos com de idade inferior a 46 anos, apenas 5% encontram-se na faixa etária de 31 a 45 anos, enquanto 61,6% possuíam entre 15 e 30 anos (desses 73% eram homens, o que origina uma razão de sexo de 267,0). Assim sendo, a maioria era de homens e estava em pleno vigor físico, adequados, deste modo, para o pesado trabalho na roça do café, verdadeiro castigo[64].



* De origem africana;

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartório de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.



* Nascidos nas Américas/Brasil.

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartório de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

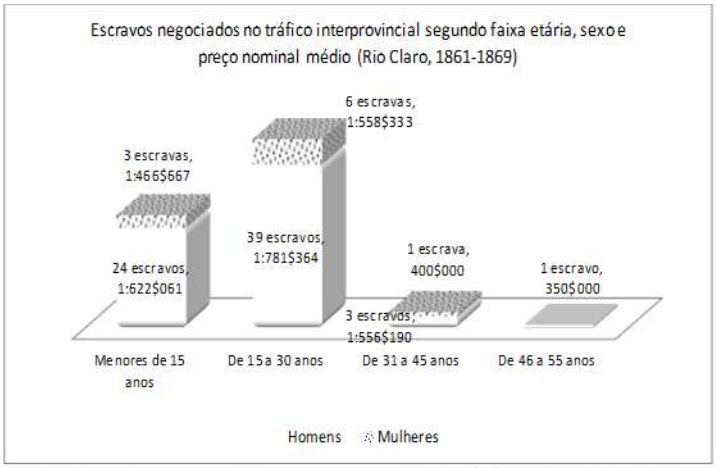
[62] A legislação com vistas a coibir a separação entre cônjuges e entre pais e filhos cativos entrou em vigência e abarcou apenas os últimos meses do período por nos estudado. Assim sendo, lemos no Decreto n.º 1.695, de 15 de setembro de 1869, em seu artigo 2.º: "em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos". (*Coleção de Leis do Império do Brasil,1808-1889.* Atos do Poder Legislativo de 1869. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>). Já a Lei Rio Branco (n. 2.040, de 28 de setembro de 1871), dispunha em seu artigo 4.º, § 7.º uma nova idade para as separações entre pais e filhos, vejamos: "Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 anos, do pai ou mãe." (*Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889.* Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>.

[63] Prudêncio, personagem de Machado de Assis, era "fustigado pelo seu dono até dar "mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, - algumas vezes gemendo, – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – 'ai, nhonhô' – ao que eu retorquia: – 'Cala a boca, besta!'". Assis, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

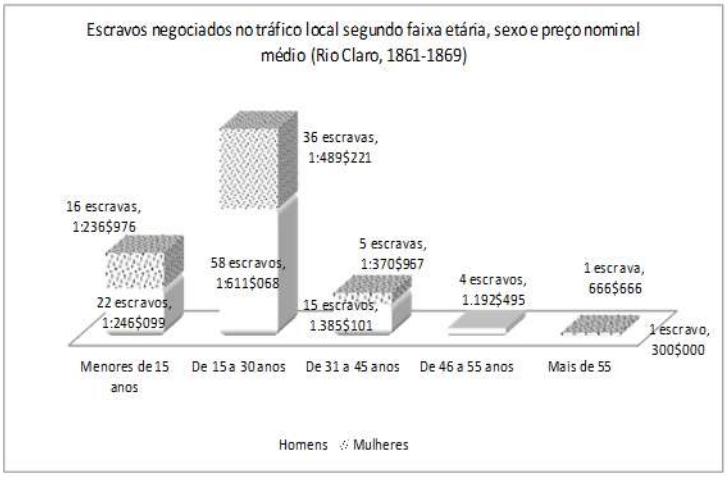
[64] Segundo Calmon, "veio a decadência dos engenhos. Na senzala, o negro vivia a sua vida: às vezes, alforriava-se. Os outros, do canavial e do fabricação do açúcar, tinham um dia seu, por semana; moravam em família: ouviam missa, na capela, junto da casa grande... A fazenda do café — sem essa aproximação de cativo e senhor — parecia um castigo: principalmente a fazenda nova. Nos engenhos patriarcais, suavizaram-se os contrastes". Op. Cit. p. 82. Um dado que em parte confirma esta proposição aparece em Neves, afirma que há 686 cartas de liberdade no Arquivo Público da Bahia para o período 1840 e 1879. Cf. Neves, E. F. *Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista.* Afro-Asia, 2000, 97-128. p. 98.

Quando cotejamos os preços nominais médios dos dois conjuntos de indivíduos, encontramos a diferença mais significativa entre os homens de 15 a 30 anos. Aí, ao passo que os cativos crioulos foram vendidos, ao longo da década de 1860, em média, por 1:683$998, os africanos foram negociados por 1:447$614, ou seja, uma desigualdade de pouco mais de 14%, que, em parte, é explicada pelos africanos serem relativamente mais avelhantados, isto é, encontrarem-se, majoritariamente, mais próximo ao limite superior deste intervalo etário. Além do mais, ao considerarmos a variável gênero, encontramos disparidades consideráveis, referentes ao preço nominal médio, no interior de cada grupo. Assim sendo, por exemplo, os homens africanos com idade entre 31 e 45 eram negociados por um preço 24% superior ao das mulheres. Já os crioulos de 15 a 30 anos possuíam preço 12,2% maior do que o das mulheres[65].

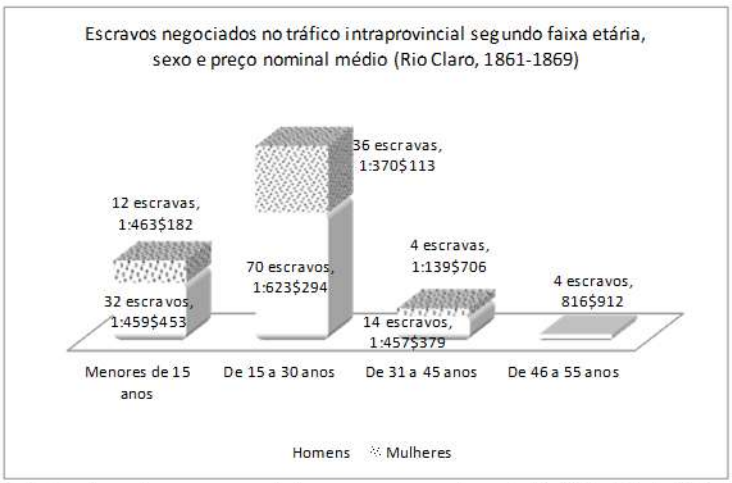
Em seguida, associamos a caracterização do tráfico, com a idade, o sexo e o preço médio nominal dos cativos. Ao fazermos isso, além de percebemos – como já evidenciado –que o comércio intraprovincial foi ligeiramente superior ao local e que o interprovincial ficou aquem de ambos, notamos, reiteradamente, no conjunto



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartório de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartório de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.



Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartório de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

[65] Vale observar que essa disparidade entre os valores de mercado dos escravos de acordo com o sexo seria posteriormente referendada pela legislação. De fato, na matricula dos cativos brasileiros determinada pela Lei no 3.270, de 28 de setembro de 1885, e regulamentada pelo Decreto no 9.517, de 14 de novembro de 1885, estabeleceu-se que "o valor seria declarado pelo proprietário do escravo, não excedendo o prego máximo regulado pela idade do matriculado, conforme tabela que consta do artigo 1° da Lei [...] Sendo que o valor dos escravos do sexo feminino feria um abatimento de 25% sobre os pregos estabelecidos." Graf, 1974, p. 20, em Motta, J. F. Op. Cit, p. 101.

(homens e mulheres, de todas as idades e origens), alguns aspectos marcantes. Primeiramente, em todos os tipos de tráfico há significativa disparidade entre o número de homens e mulheres. Deste modo, enquanto a razão de sexo, para a comercialização local era de 172,4 e para o intraprovincial 375, para o interprovincial atinge a marca de, nada menos nada mais, 670. Aferimos ainda, que em todas as modalidades do comércio escravo prevaleceram transaçações envolvendo cativos jovens, com idade entre 15 e 30 anos. Esses sempre estiveram próximos dos 60% do total negociado em cada tipo de tráfico[66].

Outro aspecto essencial novamente surge quando confrontamos preço e gênero. A dessemelhança é notória. Por exemplo, se centrarmos atenção na fatia etária que engloba a maior parte dos indivíduos vendidos mediante as três formas de tráfico, quer dizer, sujeitos com idade entre 15 e 30 anos, temos o seguinte resultado: no comércio local, enquanto os homens eram vendidos, em média, por 1:611$068 as mulheres foram transacionadas por 1:489$221. Já no tráfico intraprovincial os homens foram vendidos com um preço 15,6% superior ao das mulheres e no interprovincial os primeiros alcançaram um preço 12,5% maior.

Outrossim, apreendemos também que tanto os homens quanto as mulheres que sofreram as agruras do tráfico humano interprovincial possuiam preços superiores ao dos escravos e escravas que foram alienados por intermédio dos outros dois caminhos. Observamos esta mesma desigualdade nos demais parcelamentos estários que realizamos, com exceção:

(i) da escrava Beralda, crioula, solteira de 45 anos, que passou pelo fado da barganha interprovincial (vendida por D. Josepha Maria da Conceição da cidade de São João Baptista, província de Santa Catarina e comprada por Francisco Villares Pinto da Palha, morador da cidade de Rio Claro por 400$000). Além de Beralda encontrar-se no limite superior deste recorte etário, na Escritura que registrou os detalhes de como o "dominio e o senhoril" desta jovem senhora escrava passou de D. Josepha para Francisco Palha, lemos uma passagem que, talvez, nos ajude a esclarecer este preço de venda anormalmente baixo[67], vejamos: o documento nos diz que a primeira vende ao segundo a dita escrava, com "todos os seus achaques novos e velhos, vícios e defeitos ", quem sabe esses achaques, vícios e defeios fossem manifestos e copiosos;

(ii) do escravo Caetano, preto de 50 anos, portanto, pertencente a penúltima fração etária por nós retalhada, que 'desceu a cambindar e saruê' – talvez com os urubus no seu encalço dizendo, lá de longe: "la vai o nosso comê[68]" – da província do Rio de Janeiro para o município de Rio Claro. Para tanto, Antonio J. Alves Fonseca recebeu de Francisco R. de Almeida a importância de 350$000, ao passo que os homens dessa faixa etária ao longo dos documentos por nós compulsados, eram vendidos, em média, no tráfico intraprovincial por 816$912 e no local por 1:192$495.

Por fim, cabe fazermos alguns apontamentos acerca de outro aspecto de grande acuidade no âmbito de nossa análise, qual seja: a relação ocupação/experiência–preço. Dos escravos envolvidos nas diversas transações que perpassam a apreciação aqui empreendida, obtivemos o informe da ocupação de 98 indivíduos. A maioria absoluta – 67 pessoas – era de escravos dedicados ao eito das fazendas, ao trato da

[66] 59,4% para o tráfico local, 61,6% para o intraprovincial e 58,4 para o interprovincial.
[67] A média do preço das escravas de 30 a 45 anos, vendidas no comércio local e intraprovincial foi de 1:370$967 e 1:139$706, concomitantemente.
[68] Calmon, Pedro. *História do Brasil na Poesia do Povo.* Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973. p. 67.

terra grosseira e crassa que exigia braços que ainda gozavam de pleno vigor, o que se traduz em homens de pouca idade. Como observamos na tabela, das 67 pessoas destinadas à roça, 59 eram homens e a idade média destes era 21,4 anos. A segunda ocupação mais recorrente foi a de serviços domésticos. Aí, mais uma vez, os homens foram maioria. Os demais cativos distribuíram-se pelas ocupações listadas abaixo[69].

Preços médios nominais dos escravos negociados em Rio Claro segundo sexo e ocupação (1861-1869)

Ocupação	Homens		Mulheres	
	N. de escravos	Preço médio (réis)	N. de escravos	Preço médio (réis)
Copeiro/Cozinheiro/ engomador	1	2.200.000	-	-
Cozinheiro	2	2.100.000	-	-
Carpinteiro	4	1.875.000	-	-
Lavoura	59	1.687.886	8	1.501.000
Servente	1	1.650.000	-	-
Serviço doméstico	16	1633594	2	1.550.000
Alfaiate	1	1.600.000	-	-
Pesca	1	1.600.000	-	-
Ferreiro	2	1.585.000	-	-
Pedreiro	1	1.500.000	-	-

Fonte: Escrituras de compra e venda de escravos preservadas pelo 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Coleta e compilação dos dados próprias.

Identificamos o preço individual de apenas 20 desses escravos. Tendo em vista que os cativos cuja ocupação ou experiência foram descritas nas crônicas de suas vendas correspondem a menos de um quinto do total de indivíduos comercializados ao longo do período por nós analisado, verificamos que os indivíduos destinados à lavoura possuíam o quarto maior preço da série, ligeiramente superior (3,2%) ao segundo grupo mais relevante, os servidores domésticos. Dentre os escravos que atingiram maior preço temos os cozinheiros e carpinteiros. Dentre os primeiros temos os cativos Eliseu, crioulo-preto de 36 anos, Ignácio, de 23 anos e Benzinho, crioulo de 19 anos originário do Piauí, todos negociados, coincidentemente, ao longo de 1869. Enquanto estes últimos foram negociados individualmente, mediante o comércio interprovincial (ambos migraram da província do RJ para Rio Claro), o primeiro foi vendido com um grupo, formado por mais quatro cativos que também saíram do Rio de Janeiro, porém, com destino à Botucatu. No conjunto destes cozinheiros, Benzinho alcançou o maior preço, sendo vendido em dezenove de junho, ao Barão de Araraquara – possivelmente o mais importante escravista da região – por 2:200$000, preço que pode ser explicado pelo fato de este escravo além de ser um jovem cozinheiro, possuir outras habilidades, quais sejam: copeiro e engomador[70].

Afinal, com relação aos carapinas, elegemos como arquétipo o cativo Benedito, crioulo, de 20 anos, natural de Santo Antonio. Foi vendido individualmente por Claudio A. Oliveira a Candido José de Souza, por meio do tráfico intraprovincial (Jaú → Rio Claro) por 1:600$000.

VI. Considerações finais

[69] Para uma classificação detalhada e justificada dos ofícios dos escravos no Rio de Janeiro, para um período mais recuado do que o trabalhado por nós, ver: Lima, C. A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808).* Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
[70] Todos estes registros encontram-se preservados nos arquivos do 1º Cartório de Notas e Protestos de Rio Claro.

Neste artigo investigamos o tráfico interno de escravos no município de Rio Claro, cidade que pertence ao que José Francisco de Camargo chamou de Região da Baixa Paulista e que Emília Viotti da Costa tratou como uma zona relativamente nova do oeste paulista, cujo desenvolvimento, decorrente da expansão Leste-Oeste dos cafezais, fora, sobretudo, posterior a 1850.

Partindo deste contexto, para analisarmos este tráfico, elegemos como núcleo documental para esta empreitada 320 Escrituras de compra e venda de cativos, que abarcaram negócios envolvendo 575 pessoas mercadejadas entre 1861 e 1869. Quando analisamos estas fontes primárias manuscritas, em um primeiro momento, notamos que a maior parte dos cativos foi transacionada em grupos de três ou mais indivíduos, nos quais os homens jovens constituíram a grande maioria. No que diz respeito à modalidade do tráfico, apreendemos que a movimentação intraprovincial foi a mais significativa (envolvendo a venda de 174 cativos), seguida das transações locais, que envolveram 161 pessoas e, interprovinciais que fizeram com que 77 indivíduos se deslocassem de outras províncias (sobretudo RJ e MG) para o fado das fazendas de café Rio-clarenses. Além disso, quando consideramos a classificação dos cativos de acordo com a origem, aferimos que os crioulos corresponderam a quase 80% do total dos cativos que alcançamos identificar a origem. Enquanto estes foram vendidos, sobretudo, mediante o comércio intraprovincial, os "de nação" foram vendidos, mormente, mediante o tráfico local.

Em seguida, além de termos constatado que as entradas em Rio Claro, tanto pelo tráfico intraprovincial, quanto pelo interprovincial foram bastante mais significativas que as saídas deste município, percebemos que quando agrupamos os escravos africanos ("de nação") com idade de até 45 anos, percebemos que quase 60% desses estão no intervalo etário de 31 a 45 anos – conjunto no qual os homens correspondiam a 72,4%. Em contrapartida, quando consideramos os dados concernentes aos cativos crioulos, notamos que expressivo número de crianças e jovens (33,3% com idade inferior a 15 anos) foi separado de suas famílias e vendido a outros proprietários. Já os crioulos com idade inferior a 46 anos, apenas 5% encontram-se na faixa etária de 31 a 45 anos, enquanto 61,6% possuíam entre 15 e 30 anos (desses 73% eram homens).

Por fim, dentre outras coisas, associamos a caracterização do tráfico, com a idade, o sexo e o preço médio nominal dos cativos. Ao fazermos isso, visualizamos distinções patentes. Por exemplo, se centrarmos atenção na fatia etária que engloba a maior parte dos indivíduos vendidos mediante as três formas de tráfico (15 e 30 anos), temos o seguinte resultado: no comércio local, enquanto os homens eram vendidos, em média, por 1:611$068 as mulheres foram transacionadas por 1:489$221. Já no tráfico intraprovincial, os homens foram vendidos com um preço 15,6% superior ao das mulheres e, no interprovincial, os primeiros alcançaram um preço 12,5% maior. Outrossim, apreendemos, também, que tanto os homens quanto as mulheres que foram alienados por intermédio das vendas entre diferentes províncias possuíam preços superiores ao dos escravos e escravas que foram alienados por intermédio dos outros dois caminhos.

OS TRENS SEM TRILHOS:

A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO NORTE DE SÃO PAULO – 1874 - 1931.

GUILHERME CARRA MAKOWSKY
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda

Ubatuba foi o principal porto de escoamento dos produtos agrícolas, principalmente café, do sul de Minas Gerais e do vale paulista do Rio Paraiba do Sul de 1830 até a finalização da ligação ferroviária entre as capitais das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro em 1877, assim, fazendeiros e comerciantes da região decidiram pela construção de uma outra ferrovia que ligaria a ferrovia Rio – São Paulo ao porto de Ubatuba e data de 1874 a primeira concessão governamental com a Lei Provincial n° 8 de 20 de março de 1874, regulamentadora da concessão com a inclusão da garantia de juros pelo governo provincial para os concessionários os Srs. Charles Bernard e Sebastião da Silva Belfort. A estrada de ferro deveria partir de Guaratinguetá, com um ramal para Pindamonhangaba. Não conseguiram os concessionários até o último dia de fevereiro de 1877 concretizar a incorporação da companhia e, desse mesmo dia em diante, começou a correr o prazo para o início das obras de contrução cujo término deveria acontecer em igual dia de fevereiro de 1879, caso contrário seria declarada extinta a concessão.

Com a não realização das obras, o então engenheiro inglês contratado para a realização dos estudos e projeto da ferrovia o Sr. Horace Boardman Cox, continuou estudos pela região para encontrar o melhor traçado a ser utilizado para a construção de uma ferrovia entre o planalto e o mar e concluiu que a melhor ligação deveria partir de Taubaté, passando por Redenção da Serra, Natividade da Serra, utilizando uma passagem natural na serra do mar chamada de Taquaruçu, próxima à vila do Bairro Alto, pertencente à cidade de Natividade da Serra.

Com os estudos completos, Horace Boardman Cox e alguns companheiros, imaginaram, de início, dirigir-se a Londres, Reino Unido, para levantar os capitais para a construção da estrada, porém na mesma ocasião era grande o interesse dos fazendeiros e comerciantes do vale do paraíba e sul de minas em construir uma alternativa para escoar a produção agrícola em detrimento dos portos de Santos e do Rio de Janeiro. Assim Cox vendeu os seus novos estudos realizados aos taubateanos Francisco de Moura Escobar e Victoriano Marcondes Varella, os quais deram os passos para a incorporação da Companhia de Estradas de Ferro Norte de São Paulo, com sede na cidade do Rio de Janeiro e ao Banco Popular de Taubaté, esta, instituição criada para a articulação de capitais destinados à construção da ferrovia.

Em 24 de novembro de 1888, foi editada a Lei n° 3.397, que fixava a receita do Império para o exercício seguinte, autorizou o governo a conceder garantia de juros de 6% até o custo máximo de 30 contos por quilômetro, a diversas estradas de ferro, entre elas a de Taubaté a Ubatuba, sendo de 30 anos o prazo máximo da concessão e dois meses mais tarde, publicou o "Diário Oficial do Império do Brazil", em seu número de 26 de janeiro de 1889, o Decreto n° 10.150, de 5 de janeiro de 1889, cujo texto declarava:

> " Concede privilégio e garantia de juros para construção da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba na Provícia de São Paulo.
>
> Atendendo ao que Me requereram o bacharel Francisco de Moura Escobar e Victoriano Marcondes Varella, Hei por be Conceder à companhia que organizarem privilégio para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro na província de São Paulo entre Taubaté e Ubatuba e passando por S. Luiz do Parahytinga, e bem assim a garantia de juros de 6% ao anno sobre o capital que for empregado na referida estrada, até o máximo de trinta contos (30:000$000), por kilometro nos termos da autorização conferida ao governo no § 1° do art. 7 da lei n. 3397, de 24 de novembro do anno proximo passad, sob as clausulas que com esta baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, Senador do Imperio, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça

executarr. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Janeiro de 1889, 68° da Independecia e do Imperio.

Com a rubrica de SUA MAGESTADE o IMPERADOR

Antonio da Silva Prado."[1]

Vêm a seguir as cláusulas estipulando as condições sob as quais era concedido o privilégio para a construção, uso e gozo, pelo prazo de 60 anos, da ferrovia Taubaté Ubatuba - EFNSP. Além do privilégio concedia o governo outros favores. Cedia gratuitamente para o leito da estrada, estações, armazéns e outras obras necessárias, os terrenos devolutos nacionais, e bem assim os comprometidos nas sesmarias e posses; concedia o direito de desapropriar aqueles que, de propriedade particular, fossem necessários para os mesmos fins; permitia o uso de madeiras e outros materiais existentes nos terrenos devolutos nacionais; concedia preferência, em igualdade de condições, para a lavra de minas na zona privilegiada, bem como para a aquisição de terrenos devolutos existentes à margem da estrada, destinados à venda a imigrantes e colonos, de parceria com o governo imperial, sob determinadas condições.

O governo imperial estipulou o prazo de seis meses, a contar da data do decreto, para que fosse organizada a companhia que deveria construir e explorar a EFNSP, sob pena de extinção da concessão. Outros seis meses para a execução dos estudos definitivos e, aprovados estes pelo governo imperial, o que deveria ser feito dentro de 30 dias seguintes à apresentação dos mesmos, obrigar-se-ia a companhia a dar início aos trabalhos de contrução dentro de um prazo máximo de 60 dias. Dois anos depois as obras deveriam estar terminadas e em funcionamento a ferrovia. A ferrovia seria de bitola de 1 metro, com linha simples, curvas de raio mínimo de 100 metros e rampas máximas de 3%.

Os concessionários iniciaram os trabalhos. Foi preciso, porém, que o governo, agora já republicano, a seu pedido, lhes concedesse uma prorrogação dos prazos estipulados no contrato. O Decreto n° 332, de 12 de abril de 1890, publicado em 17 de abril de 1890, aprovou os já finalizados estudos definitivos e prorrogou até 31 de dezembro de 1891 os prazos para incorporação da companhia e início dos trabalhos de construção que, pelo contrato deveriam terminar em 5 de julho de 1889 e 5 de abril de 1890, respectivamente.

[1] APA, Coleção de Leis da República do Brasil –Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1901

Assim em 28 de setembro de 1890, durante grande cerimônia festiva organizou-se a Companhia Estrada de Ferro Norte de São Paulo, e, como símbolo do início das obras, fincou-se o primeiro marco no local conhecido como Indaiá, ao sul da cidade de Ubatuba. Estipula-se que tal marco foi firmado onde na atualidade situa-se a esquina de encontro das Ruas Cunhambebe e D. João III.

Para o evento foi deslocada do Rio de Janeiro grande comitiva, viajando a bordo do *Juno*, novo e elegante vapor, que fazia a sua primeira viagem, construído nos estaleiros ingleses, destinado à frota mercante nacional de cabotagem. Vieram do Rio de Janeiro todos os responsáveis pela Companhia e pelo menos dez representantes da imprensa da capital federal. A comitiva foi recebida com grande regozijo. Desembarque festivo, passeata, solenidade da inauguração, banquete, lanche, festas à noite e reembarque apoteótico, foi lavrada breve ata na Intendência Municipal:

> "Aos vinte e oito de setembro do ano de mil oitocentos e noventa, nesta cidade de Ubatuba, às quatro horas da tarde, na presença de um dos diretores da Companhia, O Exm.° Sr. Dr. Honório Augusto Ribeiro, Presidentes e Membros da Intendência Municipal, Engenheiro, Autoridades, Membros da Imprensa e grande concurso de pessoas vindas da Capital Federal e moradores deste Município, foram inaugurados os trabalhos da Estrada de Ferro Norte de São Paulo, com toda solenidade."[2]

No dia 1° de outubro de 1890, o evento de início dos trabalhos foi relatado pelo periódico carioca O JORNAL:

> "A viagem fez-se sem incidente e às 8 e 40 minutos de 28 entrava o vapor no porto de Ubatuba ao som do Hino Nacional, executado por uma banda de música italiana, que fora a bordo e por outra que estava em terra, subindo ao ar muitas girândolas."
>
> (...) Realizou-se depois a cerimônia da inauguração dos trabalhos da estrada de ferro Norte de São Paulo, de que são: Presidente o Conselheiro João Alfredo e Diretores os Srs. Barão de Mesquita,

[2] GUISARD F°, FELIX. *Achegas à Historia do Litoral Paulista, vol. I, Ubatuba*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1939. p. 244.

> Honário Ribeiro, Engenheiros Srs. Horace Boardman Cox e Roberto Normanthon."

Também em 1° de outubro de 1890, dizia A GAZETA DE NOTÍCIAS:

> "Paquete JUNO, da Companhia de Navegação do Norte Sul, fretado especialmente para transportar os membros da diretoria, engenheiros e convidados (...) recentemente adquirido por aquela companhia, sulcava pela primeira vez as águas do Brasil. Era, pois uma dupla inauguração (...)"[3]

Representando a imprensa da capital federal, depreende-se das assinaturas lavradas na Ata da Intendência Municipal os seguintes[4]:

> DIÁRIO DE NOTÍCIAS – Augusto Gonçalves;
> REVISTA ILUSTRADA – Arthur Miranda;
> CIDADE DO RIO – Marcial de Oliveira;
> O CRUZEIRO – João Alves Montenegro;
> O PAIS – C. Camara de Lima Campos;
> A TRIBUNA – Affonso Martins;
> DEMOCRACIA – Luiz Gonzaga Duque Estrada;
> O PORVIR – Oliveira Barbosa;
> NOVIDADES – Manuel Antonio Álvares de Azevedo Sobrinho; e

O relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, publicado em maio de 1892[5], dá uma idéia da situação das obras ao terminar o ano anterior. Pode-se ter uma noção exata da extensão da linha. A via principal, entre Taubaté e Ubatuba, deveria possuir 151.799 metros. Um ramal, partindo de determinado ponto, alcançaria São Luiz do Paraitinga, com 19.500 metros. Ao todo, 171.219 metros de via férrea deveriam ser construídos pela Companhia.

Ao terminar o ano de 1891, o leito já ia mais ou menos adiantando na sua construção, estando preparado para receber os trilhos em uma extensão de 16.500 metros,

---

[3] GUISARD F°, FELIX. *Achegas à Historia do Litoral Paulista, vol. I, Ubatuba*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1939. p. 259/262.
[4] GUISARD F°, FELIX. *Achegas à Historia do Litoral Paulista, vol. I, Ubatuba*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1939. p. 291.
[5] FARIA, Antão Gonçalves de. *Relatório Apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro e Secretário de Estado da Industria, Viação e Obras Públicas Engenheiro Antão Gonçalves de Faria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1892.

sendo 9.900 metros do lado de Taubaté e 6.600 metros da parte de Ubatuba. Nessa mesma ocasião foi resolvido mudar o ponto terminal, na cidade de Ubatuba para a Ponta Grossa, a 4 km distante do ponto planejado inicialmente, implicando na contrução de novo cais e abertura de leito em rocha, resultando no que hoje se conhece como o porto pesqueiro de Ubatuba.

Novos informes podem ser obtidos nos relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, referentes aos anos de 1892 e 1893[6]. Entrando que foi o exercício de 1892, ganharam muito maior impulso os trabalhos de construção. A Companhia viu-se obrigada a iniciar operações de crédito indispensáveis ao prosseguimento e conclusão das obras iniciadas. E nesse ano, o Aviso n° 135, de 27 de agosto, declarou que o empréstimo que a EFNSP poderia levantar seria a da quantia que representasse a diferença entre o capital total – calculado na base de 30 contos por quilômetros, ou seja 5.130 contos – e o custo das obras até então executadas, e pelo qual o governo central já pagava os 6% de juros de garantia.

A sete de outubro do mesmo ano, o Aviso n° 158 comunicava que a EFNSP tinha sido autorizada a levantar um empréstimo de 5.000 contos, correspondente ao total do capital garantido para a construção da ferrovia, sem pagamento dos respectivos juros enquanto não fosse aquele capital empregado nas obras da ferrovia.

Ao terminar o ano de 1892, já existiam 61.500 metros de leito preparado e 45.000 metros em construção. Para o indispensável entroncamento com a Estrada de Ferro Central do Brasil, já estavam colocadas as agulhas na estação central de Taubaté. Das dez estações que integravam o projeto, duas estações estavam concluídas e uma em construção, respectivamente nos quilômetros 12, 22 e 28, partindo de Taubaté, eram estações localizadas nos bairros da Baraceia, do Registro e na Fazenda Fortaleza.

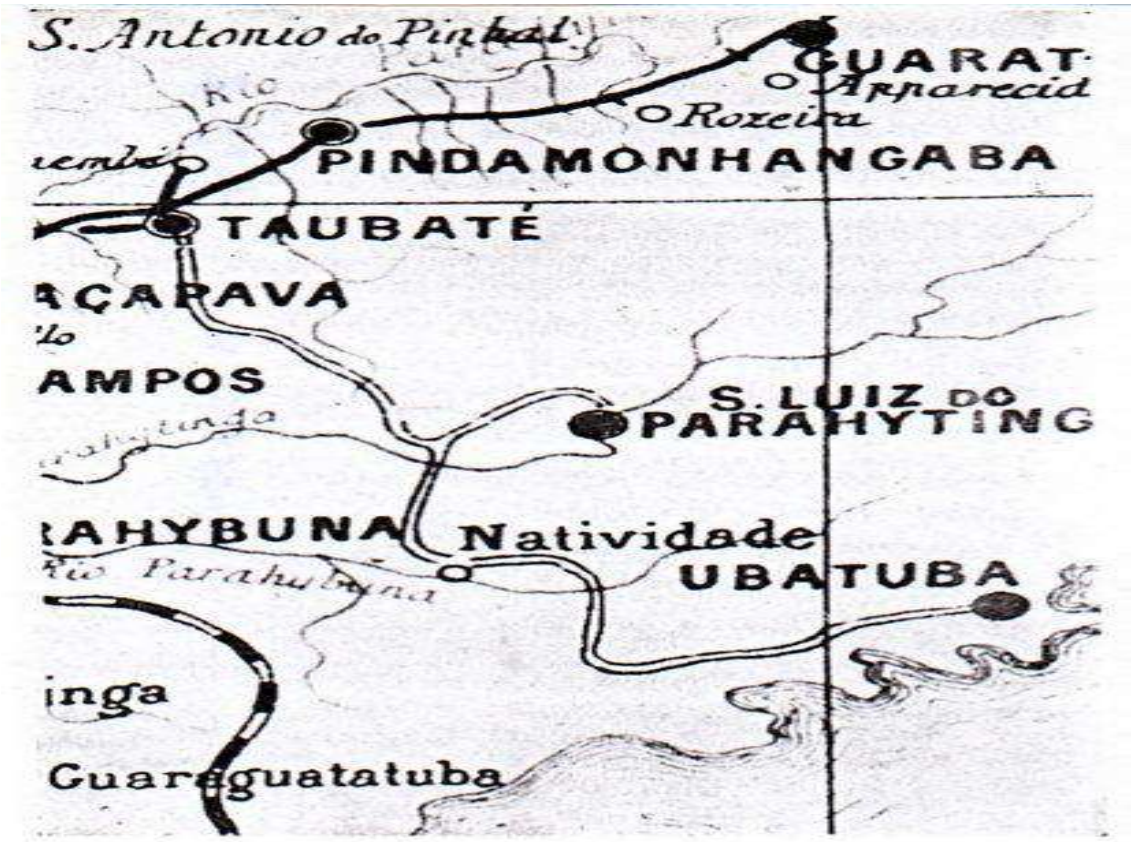
Os trilhos, aço Bessemer, com 20 kilos por metro corrido, do tipo Vignole, encontravam-se já no Rio de Janeiro. O material rodante seria semelhante ao da Companhia Mogiana, na época. Seria, ainda, provida a estrada de linhas telegráficas, sendo os aparelhos Siemens. Uma pequena ponte de 4 metros de vão e cinco pontilhões estavam terminados. Ao todo 66 bueiros tinham sido construídos.

---

[6] COTALLAT, Bibiano Sergio Macedo da Fontura. *Relatório Apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro e Secretário de Estado da Industria, Viação e Obras Públicas General de Brigada Costallat*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1894

O traçado aproximado qual seria seguido pela EFNSP, a partir de Ubatuba, iniciava-se no cais do porto da Ponta Grossa, promontório quase península, na baía de Ubatuba, ao sul da cidade. Seguia 4 km até o núcleo urbano para seguir a rumo aproximado de 70° SE, em terreno praticamente todo plano até o local que atualmente chama-se estrada do Monte Valério e liga a cidade de Ubatuba até a Praia Dura, rota que segue alinhada até o local no alto da serra do mar chamado de Mocooca, localizado a 854 metros de altitude, onde a serra seria transposta após longo trecho em aclive da EFNSP com inclinação máxima de 3%.

O mapa abaixo é parte do "Mapa Geral da Viação Férrea do Estado de São Paulo", publicado pela Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, em 1895:



Passada a serra a EFNSP desceria pelo vale do Rio Martins, até a barra no Paraibuna, a dois quilômetros da vila do Bairro Alto, cidade de Natividade da Serra.

Seguindo, no km 61, atravessaria o Rio Paraibuna, a 707 metros de altitide. Depois subiria pelo vale do Ribeirão Correa e desceria pela outra margem, na vertente do Rio do Peixe, também afluente do Paraibuna.

Margeando o Rio do Peixe passaria pela antiga cidade de Natividade da Serra - atualmente submersa pela Represa Paraibuna, onde, provavelmente, atravessaria o Rio

Paraibuna, para então ganhar a Serra da Marmelada, também conhecida por Itambé, no ponto chamado Maná, situado a 825 metros de altitude e a 89 km da estaca inicial em Ubatuba.

Pelo outro lado da serra da Marmelada a EFNSP, provavelmente, atravessaria o Rio Paraitinga no km 99 a 713 metros de altitude. Esta região era plantada com café, cana e cereais, possuindo 27 fazendas de grande porte com extensas plantações de café.

Adiante a EFNSP caminharia pelo vale do Ribeirão dos Afonsos, outras localidade que possui um trecho de mais de 20 km de leito original da EFNSP, com a característica de que todos os cortes em rocha de morros realizados foram inutilizados em detrimento de desvios que contornam tais morros e foram realizados para permitir o alargamento do leito da estrada. Em geral os cortes possuem largura de 2 metros, suficiente para passagem de via única planejada da EFNSP, mas estreitos demais para as estradas vicinais posteriores ao advento do automóveis, principalmente caminhões.

A partir do Bairro dos Afonsos a EFNSP volta a seguir trajetória em aclive para vencer a Serra do Quebra Cangalha, no ponto conhecido como Pedra Negra, localizada nas terras da Fazenda Fortaleza do Barão da Pedra Negra, a 800 metros de altitude, descendo para a Estação da Pedra Negra até atingir, poucos quilômetros adiante a margem do Rio Una, no Bairro do Registro, com a estação do mesmo nome. Seguiria margeando o Rio Una até o Bairro da Baraceia, com estação do mesmo nome também. Entre as estações do Registro e Baraceia existem muitos trechos intactos do leito da EFNSP, parte utilizada como pasto e uma extensão de 23 km utilizada como estrada vicinal.

Depois de atravessar o Rio Una a EFNSP seguiria em direção às estação central em Taubaté, concluindo 152 km.

O ramal de São Luiz do Paraitinga, que parece nem foi sequer iniciado, seguiria, provavelmente, de um modo geral, o atual traçado da Rodovia Oswaldo Cruz a partir de um local chamado Paiol, conforme pode-se deprender do mapa, acima mostrado, sobre a viação férrea paulista em 1894.

O traçado aprovado previa a perfuração de 48 túneis, dos quais 43 em rocha e 5 em terra. Tratada que foi a empreitada em globo, procuraram os engenheiros estudar diversas variantes que melhorassem o traçado. Acharam, assim, uma variante que suprimia os sete primeiros túneis. As pontes e viadutos seriam 31, ao todo. Não se sabe qual a cota, se 833

metros ou 845 metros, a Serra do Mar seria transposta. Das pontes, as mais notáveis, pela sua extensão, seriam a do Paraitinga com 40 metros de vão e a do Paraibuna com 30 metros de vão.

O ano de 1892 foi o que marcou o apogeu da EFNSP, já no ano seguinte foi publicado o Decreto n° 1.510 de 10 de agosto de 1893, prorrogando o prazo de conclusão por mais 24 meses. Em 1893, em Taubaté a casa de máquinas junto à estação da Ferrovia Central do Brasil estava pronta para receber as composições ferroviárias e a primeira seção da estrada desde Taubaté até o km 40 estava finalizada. Na segunda seção, entre os kms 40 e o 84 ½ , estavam também terminados os movimentos de terra, bem como as obras de arte até o km 56. A terceira seção, entre os kms 84 ½ e 104, trecho que atravessaria o alto da Serra do Mar, possuia apenas 2 km finalizados. Em Ubatuba, apenas o trecho entre a cidade e a Ponta Grossa fora finalizado.

Em julho de 1893 a Companhia passou a enfrentar grandes dificuldades e dispensou parte do pessoal técnico. Alguns subemprenteiros continuaram trabalhando até o dia 31 de dezembro, quando foi dada a ordem de suspensão dos trabalhos. Esses ficaram sem receber, pois não há registro de que a EFNSP efetuou a medição dos trabalhos realizados. Com o Decreto n° 1.721, de 2 de julho de 1894 foi passada a sentença de morte da EFNSP, pois declarou extintos os privilégios de concessão para construção, uso e gozo da ferrovia. A suspensão dos trabalhos, efeito e não causa, sucedeu ao completo aniquilamento da EFNSP e a consequente ruína do Banco Popular de Taubaté com prejuízo para todos os acionistas e depositantes. [7],

Passaram-se alguns anos, Francisco Ribeiro de Moura Escobar fez nova tentativa de ressucitar a ferrovia, dirigindo ao governo central memorial pleiteando a revogação do decreto que havia declarada extinta a concessão. Alegava, inclusive, a situação de sérias dificuldades econômicas que o pais enfrentava:

> "(...) agravada pela Revolta da Armada, óbices que entorpeceram a marcha de todos os ramos da vida nacional; óbices que forçaram, pouco depois, a Administração Federal a suspender quantos trabalhos publicos fossem passíveis de extrema solução; que

[7] HUMMEL, Alex. *O Banco Popular de Taubaté e a Estagnação da Economia Local*. Monografia. Instituto de Economia. UNICAMP. 1997

> obrigaram o Congresso a aumentar a vexatórias proporções as contribuições públicas; e finalmente, coagiram o governo da União à premente e penosa contingência de subscrever o contrato do *Funding Loan*[8]"

Ademais alegou que:

> "Organizada a Companhia e iniciada a construção das obras, prosseguia ela sem a menor irregularidade, conforme atesta a ausência absoluta de multas até então, quando surgiram as dificuldades originais da intensa crise financeira que se manifestou em seguimento ao chamado Período do Encilhamento[9]".

De nada valeram os reclamos. Estava liquidada definitivamente a Companhia Estrada de Ferro Norte de São Paulo e vários são os motivos alegados para que o Governo Central ter tratado a Companhia com extrema drasticidade, mas tais alegações não incluem o principal fator político divergente entre a Companhia e o governo do Marechal Floriano Peixoto, pois alguns dirigentes da Companhia foram simpáticos com os revoltosos de 1893, a chamada Revolta da Armada, com menções explícitas nos jornais da região do auxílio direto prestado ao desembarque de rebeldes no porto de São Sebastião.

Em discurso de 1889 na Câmara dos Deputados do Esrado de São Paulo do Deputado Dr. João Diogo Esteves da Silva Junior, 4ª legislatura republicana 1898 a 1900, médico e educador fluminense, radicado em Ubatuba, no qual descreve o completo abandono da região do litoral norte de São Paulo após a extinção da concessão para a EFNSP, mencionando também:

> "(...)Fez-se um cais aberto na rocha viva, preparou-se o leito de toda da estrada, construiram-se até estações elegantes com armazéns, como poderão atestar alguns colegas, aplicaram-se os trilhos e, afinal, a infeliz revolta de 1893, por motivos que não vêm

[8] ESCOBAR, Francisco Ribeiro de Moura. *Documentos Diversos: Bacharel Francisco de Moura Escobar*. Arquivo Histórico Taubaté. 1957
[9] ESCOBAR, Francisco Ribeiro de Moura. *Documentos Diversos: Bacharel Francisco de Moura Escobar*. Arquivo Histórico Taubaté. 1957

> ao caso expor, deu causa à caducidade da concessão, que foi o tiro de morte para aquela localidade[10].”

A situação de isolamento de Ubatuba foi-se agravando ao longo dos anos a ponto de ter que mendigar ao governo do estado que ao menos subvencionasse uma linha regular de transporte marítimo com o porto de Santos, como testemunho de tal realidade o periódico “Echo Ubatubense”, publicou em 8 de agosto de 1897 o apelo encaminhado ao Presidente do Estado Manoel Ferraz de Campos Salles:

> “E Ubatuba, que outrora, antes da trafegação da Central, era uma das principais artérias comerciais da provícia paulista e do rico sul de minas e que em movimento e mesmo em rendas aduaneiras rivalizava com a praça de Santos, se é que em muitos pontos a não sobrepujava, pode ser considerada hoje, pela uberdade de suas terras, pela excelência de seu clima, pela importância e capacidade de seu porto, pela sua posição estratégica no extremo norte do Estado, como uma riqueza estéril, inútil e até pesada aos cofres públicos, pelo isolamento em que se acha, consequência de longo abandono em que a tem deixado os que tem a responsabilidade do poder.
>
> Jaz insulada do resto do Estado por mar e por terra; por mar, porque suas comunicações com Santos se fazem hoje como se faziam há uns pares de milheiros de anos: - por canoas, viagens cujos perigos são fáceis de imaginar; por terra, porque as suas estradas são verdadeiras picadas, cujos concertos se tornam inúteis, pois que, abandonadas a si mesmas, sem pessoal de conserva, vem loga as enxurradas e a vegetação obstrui-las por completo. (..) assim solicitamos que esse governo subvencionasse uma navegação regular com o proto de Santos, mesmo que com apenas viagens mensais(...)[11]”

[10] Documentos da 4ª legislatura republicana 1898 a 1900. Arquivo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.
[11] *Jornal Echo Ubatubense*. 8 de agosto de 1897. Arquivo Municipal de Ubatuba 8 de agosto de 1897

Depois do recebimento da petição foi criada uma linha de navegação que atendia a todas as cidades do litoral norte com frequência mensal.

Com a estagnação de Ubatuba, todo o material desembarcado que seria destinado à EFNSP ficou abandonado até 1914 quando, tendo em vista a dificuldade de importação de material pelo conflito bélico conhecido como 1ª Guerra Mundial, o Sr. Antonio Paes de Barros Sobrinho, desejoso de construir um ramal ferroviário para ligação com a Companhia Paulista, nas proximidades de Rio Claro, teve conhecimento de tal material em Ubatuba, assim, após os entendimentos necessários, comprou um pequeno veleiro, com motorização a vapor também, e fez a viagem para retirada dos trilhos, retornou a Santos e encaminhou o material ao local das futuras obras.

Muito mais trilhos ficaram abandonados pelos arredores da cidade e em 1925, quando da a chegada da luz elétrica a Ubatuba, tais trilhos foram aproveitados como postes para iluminação pública, muitos persistindo até fins da década de 70 do século XX.

Assim disse o historirador Fernand Braudel, sobre a estagnação de Ubatuba:

> "Numa outra região do imenso Brasil, fiz uma viagem menos poética que aquela de Marvin Harris, mas não menos reveladora. Ubatuba, na costa do Atlântico, no Estado de São Paulo, não muito longe de Santos, conheceu, por volta de 1840, sua época de esplendor. Esteve então ligada por um tráfego ativo de tropas de mulas a Taubaté, assim como Santos a São Paulo que, então, não passava de um vilarejo. Taubaté-Ubatuba, assim como Santos-São Paulo, é o casamento, a associação por cima da poderosa Serra do Mar, muralha de verdura entre a costa e o interior, de um mercado colhedor de café e de um porto que o exporta para o mundo inteiro. Na luta logo travada, São Paulo-Santos prevaleceram, a tal ponto que, da projetada estrada de ferro entre Ubatuba e Taubaté, só foram construídas as estações. Ainda hoje, a ligação de Taubaté a Ubatuba se faz por um carro que consegue, Deus sabe como, a proeza de seguir o antigo caminho burriqueiro, pista escorregadia entre as duas cidades: à partida, Taubaté, à qual a indústria deu nova vida; à chegada, Ubatuba, miserável, engolida pela vegetação

> tropical. Seus antigos *sobrados* abandonados, arruinados pela água, pelas palmeiras crescendo entre as fissuras dos muros, mas de forma imponente, seu cemitério, com placas funerárias de uma certa riqueza, falam sozinhos da antiga fortuna de pequeno porto. A cidade de Ubatuba não sobreviveu. É uma vila de camponeses, de *caboclos*. Encontrei aí a filha de um engenheiro francês, analfabeta, não sabendo mais uma palavra de sua língua materna, casada com um *caboclo*, em todos os pontos, semelhante a ele. No entanto, Ubatuba tem seus funcionários, seu juiz de paz também, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, um civilizado em exílio numa região muito aquém de Minas Velhas. Uma tarde inteira, escutei ao seu lado um cantor popular, acompanhado de um tocador de *violão* (que é uma espácie de guitarra de seis cordas): todas as canções do folclore dominavam novamente aqui, as únicas no lugar, e uma improvisação cantada, seguindo o antigo uso, contava a epopéia da *chegada da luz elétrica*: não fora preciso abrir, para a linha e os postes, uma *picada* através da floresta que, descida da montanha, encerra a cidade; floresta impenetrável, mas não virgem, pois que, nos fazia notar o juiz, nosso guia, se achavam, aqui ou ali, os restos cafeeiros. As plantações desapareceram, como a própria cidade, que não encontrou nem o circuito que lhe teria permitido ir levando a vidinha, nem a energia que teria permitido as adaptações. Minas Velhas, no circuito de vida desacelerada do Nordeste, teve mais oportunidade.[12]"

Por duas outras vezes esteve em foco a questão da ligação ferroviária de Ubatuba com o sul de Minas Gerais e do vale paulista do Rio Paraiba do Sul. A primeira e bem audaciosa ficou apenas nos projetos iniciais e foi denominada Estrada de Ferro Ubatuba com três grandes ramais sendo um para Santa Branca, passando por Jambeiro, outro para Amparo, passando por Bragança e o terceiro para Cunha. Tal empreitada foi idealizada por

[12] BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva. 2009.

Pedro Costa, influente prefeito de Taubaté por inúmeras legislaturas durante a chamada 1ª República, cuja família chefiou a polícia e o clero locais no mesmo período.

A quarta e última tentativa de consecução de ligação ferroviária entre o planalto e Ubatuba foi cuidadosamente planejada, mas a concessão governamental foi conseguida apenas em 1917, auge da 1ª Guerra Mundial, na data de 10 de janeiro de 1917, publicou-se o Decreto nº 12.362, autorizando a constituição da Companhia do Porto e Estrada de Ferro Nordeste de São Paulo, para construção, uso de gozo, pelo período de 60 anos de uma ferrovia que ligasse as cidades de Ubatuba a Paraisópolis, em Minas Gerais, passando pela cidade de Taubaté, sem qualquer ônus para o governo.

O trajeto deveria ser de no máximo 250 km, com bitola de 1 metro e deveria estabelecer conexões com todas as linhas paulistas e mineiras, existentes ao longo do trajeto, sem baldeação e as duas principais justificativas para a concessão foram **a)** compensação para a insuficiência do Porto de Santos e da São Paulo Railway; e **b)** atendimento à mais produtiva região de Minas Gerais e umas das principais de São Paulo.

As obras nunca se iniciaram, foram concedidas várias prorrogações do prazo para a construção até a extinção da concessão pelo Governo Provisório no Decreto n° 26.587, de 6 de dezembro de 1931.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

1.1. JORNAIS:

HEMEROTECA ANTONIO MELLO JÚNIOR, Taubaté
JORNAL DO POVO: Diversos anos
O NOTICIARISTA: Diversos anos
PÁTRIA PAULISTA: Diversos anos
DIÁRIO DE TAUBATÉ: Diversos anos
O IMPARCIAL: Diversos anos

1.2. ANAIS:

BRASIL, *Anais da Assembléia Constituinte de 1823.* Site da Câmara dos Deputados.
_____. *Apresentação do Ato Adicional à Regência pela Câmara dos Deputados para sua promulgação.* 9 de agosto de 1834. AN.
_____. *Anais da Câmara dos Deputados. Site da Câmara dos Deputados.*
_____. *Anais do Senado. Site do Senado.*

SÃO PAULO. *Anais da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo.* APESP (diversos anos).

_____. *Coleção de leis e decretos do Estado de São Paulo.* São Paulo: Imprensa Oficial, 1961.
_____. *Leis, decretos e contratos relativos às concessões vigentes de estradas de ferro, outorgadas pelo governo de São Paulo, 1869-1913*. São Paulo: Diário Oficial, 1914.
_____. *Relatório das Câmaras Municipais à Assembléia Provincial de São Paulo (1841-1851).* AALESP.

1.3. TESES E DISSERTAÇÕES

CECHIN, J. *A construção e operação das ferrovias no Brasil no século XIX.* Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1978.
COSTA, Hernani Maia. *O Triângulo das Barreiras (As Barreiras do Vale do Paraíba Paulista – 1835-1860)*. São Paulo: FFLCH USP. Tese de Doutorado. 2001.
HUMMEL, Alex. *O Banco Popular de Taubaté e a Estagnação da Economia Local*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. UNICAMP. 1997
FIORITO, Liliam Francisca. *O Retrato do Tropeiro. Taubaté*, Universidade de Taubaté. Dissertação de Mestrado. 1996.
LORENZO, Ana Lúcia di. *Italianos em Taubaté: O Núcleo Colonial do Quiririm, 1890-1920*. São Paulo, FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado, 2002.
OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes. *A Pré História Fluminense: 1808 / 1860*. São Paulo: FFLCH USP. Tese de Doutorado. 1987.
RIBEIRO, Maria Alice de Moraes. *Taubaté e a Alternativa Industrial: 1891-1933*. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado em História Social, 1982.
RICCI, Fabio. Energia Elétrica - Pequenas Concessões: Usina Felix Guisard - Um Estudo de Caso. São Paulo: FFLCH USP. Dissertação de Mestrado, 1996.
SOUSA, Ana Cristina de. Fábrica de pólvora e Vila Inhatomirim: aspectos de dominação e resistência na paisagem e em espaços domésticos (século XIX). São Paulo: FFLCH USP. Dissertação de Mestrado. 1998
SOUSA NETO, Manoel Fernandes. *Planos para o Império: Os Planos de Viação do Segundo Reinado (1869 - 1889).* São Paulo: FFLCH USP. Tese de Doutorado. 2004.

1.4. LIVROS

ABREU, Maria Morgado de. *Taubaté, de Centro Irradiador de Bandeirismo a Centro Industrial e Universitário do Vale do Paraíba*. Aparecida, Ed. Santuário, 1985.
Álbum Comemorativo ao Tricentenário de Taubaté, 1645-1945. Organizado por FERREIRA, B. Marcondes e MARTINS, Joaquim Ortensio. Taubaté, Prefeitura Municipal, 1945.
Almanach Administrativo, Comercial e Industrial da Província de São Paulo para o Ano Bissexto de 1884. São Paulo, Jorge Seckler, 1883.
Almanach Ilustrado do Diário de Taubaté para 1899. Taubaté, Typ. do Jornal de Taubaté, 1899.
ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. "*Instrucção a que se refere o real decreto de 3 de junho do corrente anno, que manda convocar huma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa para o Reino do Brasil", 1822*. Coleção Instituto Histórico (Lata 416, pasta 12).
ARNT, Ricardo. *Fazenda Fortaleza Uma História do Café em Taubaté*. São Paulo: Prata Design. 2008.
BARTHOLO, José Augusto de E. O. *A Evolução Urbana de Taubaté*. In Seminário de Geografia de Taubaté, 1961.
BERINGHS, Emílio Amadei. *Conversando com a Saudade... (crônicas)*. São Paulo: Bisordi, 1967.

_____. *Lendas e Tradições*. Taubaté: EGETAL, 1974.
BRASIL. COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Plano Nacional de Viação e Conselho Nacional de Transporte (projetos n. 364-A e 327 de 1949).* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.
_____. *Coleção das leis do Império.* São Paulo: Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros – USP.
_____. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, (diversos anos).
_____. *Decreto da Regência conferindo aos deputados eleitos para a legislatura do ano de 1834 faculdade para reformar a Constituição*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1832 (Coleção Instituto Histórico).
_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Econômico de 1907,* (v. 2).
BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva. 2009.
BRITO, J. N. *Meio século de estradas de ferro.* Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.
BULHÕES, O. G. de. *À margem de um relatório. Texto das conclusões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink).* Rio de Janeiro: Edições Financeiras S. A., 1950.
CAMARA, J. Ewbank. *Caminhos de Ferro de S. Paulo: dados technicos e estatísticos.* Rio de Janeiro: Typographia G. Eeuzinger & Filhos, 1875.
CAMARGO, Conceição Borges Ribeiro. *A passagem de Euclydes da Cunha em Aparecida*. Aparecida, Ecos Marianos, 1965.
CARVALHO, Theophilo Feu de. *Caminhos e roteiros nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas.* São Paulo: Typographia Diario Official, 1931.
CASTILHO, Edson Donizetti, REIS, Fábio J. G. dos. Orgs. Vale do Paraíba, Pessoas, Instituições e Movimentos – Contribuições Relevantes nos Séculos XIX e XX. Campinas: Alínea Editora. 2008.
CLARKE, Kate. Review: Marilyn PALMER and Peter NEAVERSON, *Industrial archaeology, principles and practice.* London & New York: Routledge 1988
CHAGAS, Carmo. *Os Oliveira Costa de Taubaté*. São Paulo: Empresa das Artes, 2009.
COSTA, Sergio Corrêa da. *A Diplomacia do Marechal*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1945.
COSTALLAT, Bibiano Sergio Macedo da Fontura. *Relatório Apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro e Secretário de Estado da Industria, Viação e Obras Públicas General de Brigada Costallat*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1894
FARIA, Antão Gonçalves de. *Relatório Apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro e Secretário de Estado da Industria, Viação e Obras Públicas Engenheiro Antão Gonçalves de Faria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1892. FERRAZ, Ocílio José Azevedo. *São Paulo, Caminhos da Colonização - Viagens de Tropeiros entre serras*. Antonio Bellini Editora.
FOLEY, Vincent P.*On the meaning of industrial archaeology*. Historical archaeology. New York City. 1968
FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974.

GODOY, Joaquim Floriano de. *Projecto para Creação da Provicia do Rio Sapucahy*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos. 1888.
GODOY, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo*. São Paulo: FUNDAP. 2007.
GUISARD F°, FELIX. *Achegas à Historia do Litoral Paulista, vol. I, Ubatuba*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1939.
GUISARD, Oswaldo Barbosa. *Taubaté no Aflorar do Século*. São Paulo, Nagy e Filhos, 1974.
GRAÇA, Idalina. *Terra Tamoia*. São Paulo: Martins Editoras. 1967.
HERRMANN, Lucilla. *"História de Taubaté através de Textos"*, Taubateana nº 17. Prefeitura Municipal de Taubaté, 1996.
_____. *História do Comércio de Taubaté - 50 Anos, 1946-1996*. Sindicato dos Empregados no Comércio de Taubaté, 1996.
HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Vale do Paraíba: Velhas fazendas*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 2010.
JESUS, J. S. P de. *Viação e Obras Públicas (elementos para a história do Ministério).* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, 1955. 244
LIMA, O. de A. *Estudo sobre o estabelecimento de tarifas com valor declarado das mercadorias na origem do transporte.* Rio de Janeiro: DNEF, 1949.
LOBATO, José Bento Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
LOBATO, José Bento Monteiro. *Aonda Verde*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
LOBATO, José Bento Monteiro. *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara - Terra e população*. São Paulo: EDUSP. 2006
MAIA, Tom e MAIA, Thereza Regina Camargo. *O Folclore das Tropas, Tropeiros e Cargueiros no Vale do Paraíba. Rio de Janeiro / Taubaté*, MEC-SEC, Funarte, Universidade de Taubaté, 1981.
_____. *O Vale Paulista do Rio Paraíba*. Guia Cultural. Aparecida, Ed. Santuário, 2000.
MARIOTTO, Lia Carolina Prado Alves. *Estudos sobre os primórdios do Mercado de Taubaté. Guaratinguetá*. IEV n.69, julho/agosto, 1994.
MARTINS, Gilberto. *Taubaté nos seus Primeiros Tempos*. Taubaté, Empr. Gráf. Edit. Taubaté Ltda., 1973.
MELLO JUNIOR, Antonio. *Imprensa taubateana – Contribuição à sua História (1861-1981)* Taubaté: Empresa Gráfica Editora Taubaté
MOTTA SOBRINHO, Alves. *A Civilização do Café (1820-1920).* 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1978.
MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O Visconde de Guaratinguetá: Um Titular do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Secret. da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
_____. *Os Galvão de França no Povoamento de Santo Antônio de Guaratinguetá (1733-1972).* 2ª ed. São Paulo, Gráf. da Escola de Comunicações e Artes, USP, 2 vols, 1973.
MOURA, Luís Antônio de. *Migração e Imigração no Vale do Paraíba Paulista*. Anais do XII Simpósio de História do Vale do Paraíba. São José dos Campos, IEV/UniVap, 1994, p. 87-97.
MENESES, Ulpiano T. Bezerra de.*Arqueologia industrial: Avaliação e Perspectivas.* (Org.). Eurípedes Simões de Paula: In Memoriam. São Paulo: FFLCH-USP, 1983, v. , p. 121-130.

MÜLLER, Nice Lecocq. *Correlações entre a História e a Geografia: O Exemplo do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo*. São Paulo, IG/USP, 1969.
_____. *Industrialização do Vale do Paraíba*. São Paulo, Instituto de Geografia/USP, 1969.
_____. *O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba - Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE),1969.
_____. *"Taubaté: Estudo de Geografia Urbana."* Revista Brasileira de Geografia, Ano XXVII, nº 1, p. 71-109, Rio de Janeiro, jan./mar. l965.
OLIVEIRA, Washington de. *Ubatuba, Documentário*. São Paulo: Editora do Escritor, 1977.
_____. *A Farmácia do Filhinho*. São Paulo: Editora do Autor. 1974.
_____. *Ubatuba – Lendas e Outras Histórias*. São Paulo: Editora do Autor. 1970.
ORTIZ, José Bernardo. *São Francisco das Chagas de Taubaté*. São Paulo, Prefeitura Municipal de Taubaté, Imprensa Oficial do Estado, 1996.
PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. *Escravos, Libertos e Orfãos: a Construção da Liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo, Annablume, 2003.
PASIN, José Luiz. *A Evolução Socioeconômica do Vale do Paraíba num Período de Trezentos Anos*. Lorena, SHVP, 1972.
_____. *Algumas Notas para a História do Vale do Paraíba*. São Paulo, Serviço Gráf. da Secret. da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
_____. *Os Ciclos Econômicos do Vale do Paraíba*. Lorena, C.E.H. Gustavo Barroso, 1968.
PAIVA, Alberto Randolpho (org). *Legislação ferro-viária federal do Brasil.* Rio de Janeiro: MVOP, vol. 16, 1922.

PALMER, Marilyn. *The Archaeology of industrialization*. Companion Encyclopedia of Archaeology. v.2 Writing Archaeological History. London: Routledge.1999
PRADO, N. *Antonio Prado no Império e na República: seus discursos e actos colligidos e apresentados por sua filha Nazareth Prado.* Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1929.
PETRONE, Pasquale. *A Região de São Luís do Paraitinga - Estudo de Geografia Humana*. Separata da Revista Brasileira de Geografia, nº 3, Ano XXI, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, jul./set, 1959.
SILVA, Augusto Carlos de Souza e. *O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada (Reminiscências de um revoltoso)*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936.
STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense. 1961
TOLEDO, Francisco de Paula. *História do Município de Taubaté*. Prefeitura Municipal de Taubaté. 1976
TOLEDO, Francisco Sodero. *Estrada Real*. Campinas: Editora Alínea, 2009
ZALUAR, Emílio Augusto. *Peregrinação pela Província de São Paulo - 1860-1861*. São Paulo, Bibl. Histórica Paulista, vol. II, 1953.
ZANANKIN, Andrés e SENATORE, Maria Ximena (org.) - *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul.* Buenos Aires: Tridente Ediciones. 2002.

O Desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Criação de empresas e evolução da capacidade produtiva

Gustavo Barros
Doutor pela FEA-USP
gb@usp.br
<gustavo.barros.nom.br>

Resumo

Apesar da existência de diversas tentativas de produzir ferro localmente tanto no período colonial quanto durante o Império, por motivos vários tais iniciativas, cada uma a seu tempo, malograram e a siderurgia brasileira ingressou no século XX com muito pouca expressão prática. Contudo, quando a Companhia Siderúrgica Nacional foi criada, em 1941, como uma resposta ao problema siderúrgico nacional, o setor siderúrgico doméstico já tinha uma expressão bem mais significativa. No final da década de 1930, ele já contava com 26 empresas com produção razoavelmente diversificada e atendendo uma parte relevante da demanda doméstica. Assim, entre 1900 e 1940, e sobretudo nas décadas de 1920 e 1930, o setor siderúrgico brasileiro foi capaz de conduzir um importante processo de desenvolvimento. A reconstrução desse processo de evolução setorial, centrado na criação de empresas e na expansão da capacidade produtiva do setor, é o objetivo deste artigo.

Palavras-chave: Siderurgia; Desenvolvimento setorial; História Econômica; Primeira República; Década de 1930.

1. Introdução

Apesar da existência de diversas tentativas de produzir ferro localmente tanto no período colonial quanto durante o Império, por motivos vários tais iniciativas, cada uma a seu tempo, malograram e a siderurgia brasileira ingressou no século XX com muito pouca expressão prática.[1] Os mais persistentes esforços do governo imperial concentraram-se na fábrica de ferro São João de Ipanema, que havia sido reativada em meados da década de 1860.[2] Contudo, em recorrentes dificuldades, ela fora novamente desativada em 1895. A produção anual de ferro na virada do século girou em torno de 3.000 t, quantidade não muito significativa frente às importações de ferro e aço, que, em 1901, foram de mais de 63.000 t.[3] A produção de aço e a laminação eram inexistentes. Ademais, embora a produção doméstica não tenha crescido muito ao longo da década de 1900, a importação de ferro e aço expandiu-se fortemente, atingindo mais de 500 mil t em 1913.[4] Os coeficientes de importação em quantidade para a década situavam-se em torno dos 99%. Assim, ajustava-se bem ao tom do momento a circunstância da maior produtora nacional existente ser a Usina Esperança.

Contudo, quando a Companhia Siderúrgica Nacional foi criada, em 1941, como uma resposta ao problema siderúrgico nacional, o setor siderúrgico doméstico já tinha uma expressão bem mais significativa. Em 1939, ele já contava com 26 empresas e, no ano seguinte, em 1940, já atendeu 99,7% do consumo aparente interno de ferro-gusa (em quantidade), 88,0% do de aço e

1 "Assim, encontrou a República a produção siderúrgica nacional praticamente no marco inicial, mas com experiências valiosas adquiridas após esforços consideráveis e custosos para implantar a indústria, onde parecia impossível." (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 48). Além das "valiosas experiências", vale porém anotar a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1876, por onde passaram diversas figuras importantes para o setor e que foram responsáveis por muitos dos levantamentos das reservas minerais do Brasil, tornando-as melhor conhecidas, e por muitas das iniciativas siderúrgicas ao longo do período em exame (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 33; Oliveira, *Industria siderurgica*, 60-1; Santos, *O Problema do trabalho*, 174).

2 Silva, *O Ferro na história e na economia*, 48. Ipanema, "Além de peças fundidas, refinava gusa e obtinha aço forjável, tendo em mira a fabricação de peças para máquinas. Atingiu a ½ tonelada por dia." Um novo alto-forno chegou a ser construído no período mas não a ser aceso (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 37). Mais tarde, a fábrica voltaria a ser, ainda outra vez, reativada (Carvalho, *Brasil, potencia mundial*, 166-70).

3 As estimativas existentes para a produção anual de ferro na virada do século no geral não ultrapassam as 4.000 t, sendo 2.000 t de ferro-gusa, e outras 2.000 t de ferro forjado em aproximadamente 70 a 100 pequenas forjas espalhadas em Minas Gerais (Silva, "Volta Redonda", 7; Bastos, *A conquista siderúrgica*, 71; Baer, *Brazilian steel industry*, 56; Martins, *Pouvoir et développement économique*, 165-66; e Rady, *Volta Redonda*, 76). Ao que tudo indica, a fonte original para essas estimativas é Alpheu Diniz Gonsalves que, após mencionar não ter obtido dados precisos para a produção de ferro-gusa no período, conclui: "Contudo, podemos estimar uma producção annual de duas mil toneladas, para os annos comprehendidos entre 1890 e 1914." (Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 43). Até onde pude averiguar, entretanto, o único alto-forno em operação naquele momento era o da Usina Esperança. Estatísticas de produção da Usina Esperança para o período de 1899 a 1916 foram publicadas por Elysio de Carvalho, que nos dá a cifra de 756 t de gusa para 1900 (Carvalho, *Brasil, potencia mundial*, 173-4). Uma melhor estimativa, portanto, situaria a produção na virada do século em menos de 3.000 t.

4 Para dados de importação e de coeficientes de importação de produtos siderúrgicos veja, Barros, *O Problema siderúrgico nacional na Primeira República*, Apêndice estatístico.

34,5% do de laminados.[5] Assim, entre 1900 e 1940, e sobretudo nas décadas de 1920 e 1930, o setor siderúrgico brasileiro foi capaz de conduzir um importante processo de desenvolvimento. Essa evolução setorial será o nosso objeto de estudo neste artigo que analisará, em particular, o processo de criação de empresas e a expansão da capacidade produtiva do setor.

2. O setor siderúrgico até a Primeira Guerra Mundial

O Brasil entrou no século XX tendo como única produtora de ferro-gusa a Usina Esperança, localizada na região de Itabira do Campo, MG. Além dela, produziam ferro em diminuta escala, por processos diretos ou em segunda fusão, algumas dezenas de pequenas forjas espalhadas sobretudo pelo estado de MG, mas cujos processos produtivos eram tecnologicamente muito defasados.[6]

A construção do alto-forno da Usina Esperança fora iniciada em 1888, pela firma constituída por Amaro da Silveira, Alberto Gerspacher, Carlos G. da Costa Wigg e Henrique Hargreaves. Ele começou a funcionar em junho de 1891, construído e operado pelo filho de Alberto, José Gerspacher, e tinha produção prevista de 5 t de ferro-gusa por 24h, operando com carvão de madeira. Em 1892, a Esperança foi vendida à Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros, que adquiriu no mesmo ano também uma forja italiana que fora construída em São Miguel de Piracicaba, MG, no famoso lugar onde Jean Antoine de Monlevade instalara uma forja catalã na década de 1820. Foi adotado aí o processo *bloomery* e a instalação chegou a produzir em torno de 3 a 4 t/24h em fins de 1897.[7] José Gerspacher e Carlos da Costa Wigg, por sua vez, uma vez vendida a Usina Esperança, construíram um novo alto-forno em Miguel Burnier, de caraterísticas e produção similares ao anterior. Ele foi inaugurado em outubro de 1893 mas funcionou por apenas dez meses. Outra *bloomery* foi construída em 1893 próximo a Mariana, MG, por Ernesto Betim Paes Leme e sócios que chegou a produzir 920 kg de ferro por 24h, mas encerrou atividades no ano seguinte. A Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros enfrentou dificuldades financeiras e veio a falir em

5 Para as empresas existentes em 1939, veja Jobim, *The mineral wealth*, 42.

6 Sobre a siderurgia na primeira década republicana veja Silva, *O Ferro na história e na economia*, 39, 46-8; Rady, *Volta Redonda*, 74-7; Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 22-3; Carvalho, *Brasil, potencia mundial*, 170-5; Baer, *Brazilian steel industry*, 55-7. Sobre a Usina Esperança, em particular, veja Rosière *et al.*, "Pico Itabira", 8-9.

7 O processo *bloomery*, como a forja catalã e a forja italiana e outros processos similares, fazem parte de uma gama de processos diretos para a produção do ferro maleável ou forjável. Os processos diretos caracterizam-se por realizar a redução do minério de ferro a uma temperatura inferior à da fusão do ferro, em uma única etapa. A tecnologia amplamente difundida internacionalmente já nesse período, porém, eram os processos indiretos. Nestes o minério é fundido para ser reduzido (desoxidado), mas tendo como resultado um produto com alto teor de carbono e não maleável, o ferro-gusa. O ferro-gusa é então refinado (descarbonizado), numa segunda etapa, para a produção de aço, daí que o processo seja indireto.

1897, o que resultou no fechamento da instalação de São Miguel de Piracicaba e na paralisação da Usina Esperança.

A Usina Esperança foi adquirida em 1899 por José Joaquim de Queiroz Junior, que conseguiu recolocá-la em funcionamento e imprimir-lhe alguma dinâmica.[8] A "Usina Wigg" de Miguel Burnier foi eventualmente arrendada a ele e recolocada em funcionamento.[9] Em 1910, Queiroz Junior concluiu a construção de um novo alto-forno em Esperança, de forma que, em 1919, a capacidade produtiva composta das duas instalações, que operavam com carvão de madeira, atingiu 40 t/dia, sendo 25 t/dia em Esperança e 15 t/dia em Miguel Burnier.[10] No ano de 1913, Queiroz Junior chegou a produzir 4.000 t de ferro-gusa. Parte da produção era então trabalhada em peças fundidas e o restante era vendido em barras.[11] Ainda que a Primeira Guerra Mundial tenha tido um impacto inicial negativo na produção da Usina, de forma de em 1916 ela estava ainda em 4.267 t, os últimos anos assistiram a considerável expansão e, em 1918, ela foi de 11.748 t.[12] De fato, dadas as dificuldades de abastecer-se no exterior, o país atravessou a Guerra tendo Queiroz Junior como praticamente o único fornecedor de ferro-gusa. Além disso, duas empresas importadoras – a Companhia Mecânica e Importadora, de São Paulo, e a Hime & Cia., do Rio de Janeiro – iniciaram a produção de laminados leves, e a Mecânica e Importadora de São Paulo também a produção de aço, durante esse período de restrição de oferta.[13] Ambas entrariam de forma mais incisiva na produção siderúrgica na década seguinte.

---

8 A empresa recebeu mais tarde o nome de Queiroz Junior.

9 Elysio de Carvalho nos informa que a usina de Miguel Burnier estava em 1919 arrendada a Queiroz Junior, não consigo precisar porém, quando isso se deu, nem quando o alto-forno foi recolocado em atividade (Carvalho, *Brasil, potencia mundial*, 170). Suponho que posteriormente a 1905, pois: "Em 1905, dez annos depois, segundo o Dr. Pandiá Calogeras, a situação da siderurgia no Brasil, no entanto era a seguinte: 'dois fornos altos, dos quaes um só em actividade, produzindo annualmente duas mil e cem toneladas de *fonte*, e um certo numero de forjas, preparando o ferro, por methodos directos, no maximo umas 100 fabricas, dando umas 2.000 toneladas de ferro em barras'." (Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 23). A Mineração e Usina Wigg S.A. figuraria entre as empresas existentes em 1943, segundo um levantamento da época, dedicando-se porém sobretudo à extração e exportação de minério de ferro e manganês: "Quanto à parte referente a metalurgia do ferro a Mineração e Usina Wigg possue um antigo alto-fôrno instalado no último lustro do século passado, sendo considerado um dos fornos pioneiros do Brasil [...].", e que estava então em funcionamento e produzia 18 t/dia de ferro-gusa. A empresa porém possuía planos de expansão para produção siderúrgica, incluindo a construção de um novo alto forno e a produção de aço ("Amplo Inquérito sôbre o problema do ferro no Brasil", OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, pp. 127-9).

10 Carvalho, *Brasil, potencia mundial*, 174. Havia em Esperança dois altos-fornos, um de 15 t/24h e outro de 10 t/24h (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 85).

11 "O ferro gusa dessa usina era transformado em tubos para encanamento d'água, máquinas para engenhos de açúcar, balaústres, etc.. e outra parte vendida em barra no R. de Janeiro, S. Paulo, Campos, Rio Grande do Sul, Bahia." (Bastos, *A conquista siderúrgica*, 61). A fabricação de tubos iniciou em 1913 e era realizada, segundo Gonzaga de Campos, "por um processo especial de invenção nossa" (BSGM, N^{o} 2, 1922, p. 8; Carvalho, *Brasil, potencia mundial*, 173).

12 Para dados de produção da Queiroz Júnior veja Carvalho, *Brasil, potencia mundial*, 173; Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 78.

13 Nas palavras de Américo Gianetti, "Foi a Usina Esperança, sozinha, que alimentou os centros consumidores de ferro gusa durante a guerra e a Casa Hime e a Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo abastecendo-nos de pequenos laminados, sem que tenham abusado do mercado quer os produtores quer os intermediários." (*apud* "Amplo Inquérito sôbre o problema do ferro no Brasil", OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 50).

Assim, nesse período, o setor constituía-se das pequenas forjas existentes, cuja produção global é estimada em torno de 2.000 t/ano, e da Usina Queiroz Júnior que foi, gradualmente, expandindo sua produção. Esta entrou no século XX produzindo em torno de 800 t/ano de ferro-gusa e, às vésperas da Primeira Guerra, atingiu as 4.000 t de produção em 1913. Nos anos imediatamente seguintes a produção caiu um pouco, mas depois expandiu-se rapidamente para atingir quase 12.000 t em 1918. Assim, o Brasil atravessou a Guerra tendo escassas possibilidades de abastecimento interno de suas necessidades de produtos siderúrgicos. A Queiroz Júnior era a única fornecedora de ferro-gusa e a Cia. Mecânica e Importadora e a Hime & Cia. ensaiaram a produção de alguns laminados leves, ao mesmo tempo em que as importações de produtos de ferro e aço do país despencavam de 516.000 t em 1913 para 44.000 t em 1918.[14]

3. O pós-Primeira Guerra e a década de 1920

Assim, durante a Primeira Guerra, a apertura no abastecimento de insumos básicos para a operação da economia nacional, entre eles os siderúrgicos, para os quais o Brasil dependia quase que exclusivamente da oferta externa, tornou tanto o governo quanto os particulares mais sensíveis à questão da produção interna desses produtos. E de fato, ao longo da Guerra, ou em seguida a ela, começaram a surgir algumas iniciativas de empresários nacionais procurando ingressar na produção siderúrgica que, contudo, na maioria dos casos entraram em operação apenas alguns anos mais tarde. Duas tentativas para produzir aço feitas durante a Guerra de que temos notícias, foram mal sucedidas, ambas situadas na capital federal: a da Usina Ferrum e a da Companhia Edificadora.[15]

Entre as iniciativas que tiveram continuidade encontram-se as das companhias importadoras mencionadas. A Companhia Mecânica e Importadora iniciou a operação de uma pequena fundição em 1914 e, em fins de 1918, começou a produção de aço e de laminados.[16] Em 1923, ela construiu

14 Para dados de importação de produtos siderúrgicos veja Barros, *O Problema siderúrgico nacional na Primeira República*, Apêndice estatístico.

15 A Usina Ferrum tentou a produção de aço com um forno Siemens-Martin durante a Guerra, mas que enfrentou dificuldades para importar tanto o material necessário ao seu aparelhamento quanto o requerido à sua operação. Também sem sucesso, a Companhia Edificadora, com sede na capital, tentou a produção de ferro e aço em fornos elétricos no período ("Amplo Inquérito sôbre o problema do ferro no Brasil", OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, pp. 132-3). Além disso, em 1919, o Arsenal de Guerra vinha fabricando aço num conversor Tropenas (Carvalho, *Brasil, potencia mundial*, 177, 179-80).

16 "Possuía dois cubilôs, um de 3t/h e outro de 5t/h. Mas a produção de aço só veio em 1918, com a instalação de um forno Siemens-Martin, de 6 t por corrida, com um trem laminador, acionado primeiro por máquina a vapor e, depois,

um alto-forno em Morro Grande, MG, mas que acabou vendendo em 1925 à Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, empresa então criada pela Hime & Cia.. A nova companhia iniciou suas operações em 1926 e construiu ainda, em Neves, RJ, próximo a Niterói, uma usina para produção de aço e laminados com capacidade de 30.000 t/ano de produtos acabados.[17] A Companhia Mecânica e Importadora, por sua vez, também fundou em 1925 uma nova empresa, a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia, incorporando a ela o conjunto produtivo que já possuía em São Caetano e, ao mesmo tempo, ampliando a sua capacidade de produção.[18]

Outra iniciativa importante surgiu em 1917, com a criação da Cia. Siderúrgica Mineira, sob a liderança de Amaro Lanari, Christiano F. Teixeira Guimarães e Gil Guatimosin, que iniciou a construção de uma usina em Sabará, MG.[19] O alto-forno, a carvão vegetal, tinha capacidade de 10 t de gusa por 24h e foi inaugurado em novembro de 1920. A empresa enfrentou sérias dificuldades em seu início. Ao final de 1921, porém, a Companhia associou-se à belgo-luxemburguesa *Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange* (ARBED) formando a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Os primeiros anos da Belgo-Mineira caracterizaram-se por uma ampliação regular das instalações, ainda que moderada, por uma produção oscilante, pela ausência de dividendos e eventuais prejuízos. Em 1923, foi construída uma central termoelétrica para recuperação de gás do alto-forno. Dois anos mais tarde, a empresa iniciou a produção de aço com um novo forno Siemens-Martin e, em seguida, deu início às suas operações de laminação, tornando-se assim uma usina integrada. Construiu também uma fundição. A produção de ferro-gusa, que chegou a mais de 8.000 t em 1924, retraiu-se para pouco mais de 4.000 t em 1927. Mais ainda, a Companhia precisou interromper a produção de julho de 1926 a julho de 1927 em função de acúmulo de estoques, resultantes de falta de demanda ou de excesso de competição, o que implicou num déficit financeiro equivalente a 30% do estoque de capital. A partir da chegada de Louis Ensch, em 10 de novembro

---

por motor elétrico." (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 60). Veja também Bastos, *A conquista siderúrgica*, 110; Felicíssimo Jr., *História da siderurgia de São Paulo*, 116.

17 O alto-forno de Morro Grande tinha capacidade de 25 t/24h. A usina de Neves possuía uma aciaria Martin, com um forno de 12 t por corrida, e podia laminar vergalhões e fio-máquina, além disso, existia aí também trefilação de arame, uma fábrica de pregos e uma pequena forja para artigos correntes. Em 1937, a usina em Morro Grande operava com dois altos-fornos. Veja Silva, *O Ferro na história e na economia*, 63, 86; Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 25; Rady, *Volta Redonda*, 85-6.

18 Silva, *O Ferro na história e na economia*, 64. A expansão incluía um forno Siemens-Martin adicional, para 12 t por corrida, e ampliação da laminação, tendo passado a produzir, além de vergalhões, ferro chato, pequenos perfis e arame, utilizando como matéria-prima ferro-gusa adquirido em usinas mineiras em mistura com sucata. Com os dois fornos Martin a capacidade de produção de aço atingia 60 t/dia. Além dos dois Martin, a companhia possuía em 1925 dois laminadores, um de 500 mm e outro de 250mm, e instalações para trefilação (CPDOC - HB vp 1932.02.00, doc A, p. 2; Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 26).

19 Sobre a Companhia Siderúrgica Mineira, sua associação com a ARBED e os anos iniciais da Belgo-Mineira veja Santos, *O Problema do trabalho*, 174-97; Moyen, *A História da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira*, 21-46; Rady, *Volta Redonda*, 87-8; Bastos, *A conquista siderúrgica*, 110-113; Silva, *O Ferro na história e na economia*, 61-2; Gomes, *História da siderurgia*, 189-91; Baer, *Brazilian steel industry*, 58-9. Bastos acentua que parte dos equipamentos para a construção da usina de Sabará foi fornecida pela Companhia Mecânica e Importadora.

de 1927, para assumir a diretoria da empresa, a Belgo-Mineira experimentou um substantivo processo de expansão, que a colocaria numa clara posição de liderança no setor ao final da década seguinte.[20] Já em 1930 a Companhia atingia uma capacidade produtiva superior a 30.000 t/ano de lingotes de aço: contava com dois altos-fornos a carvão de madeira, um com capacidade de 35 t/24h (o antigo ampliado) e outro com capacidade de 65 t/24h, três fornos Siemens-Martin (dois de 12 t e um de 6t por corrida), e três trens de laminação, produzindo vergalhões, pequenos perfis e fio máquina, bem como arame por trefilação.[21] Ela terminou o ano de 1929 como a maior produtora do país de ferro-gusa e de lingotes de aço, e viria a ultrapassar durante a crise também a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia na produção de laminados.[22]

Assim, a Belgo-Mineira alcançou durante a Depressão a liderança no setor siderúrgico doméstico e, no final da década de 1930, dominava claramente o setor, sendo sozinha responsável por mais da metade da produção siderúrgica interna total. Contudo, essa proeminência da Belgo-Mineira foi sendo construída ao longo do período, e consolidou-se apenas com a construção da sua Usina de Monlevade, que entrou em operação só em meados de 1937. Essas três empresas novas – a Belgo-Mineira, a Cia. de Mineração e Metalurgia e a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas – foram as principais produtoras do setor durante as décadas de 1920 e 1930, tomando rapidamente a posição que a Queiroz Júnior até então possuía. Elas se caracterizaram, especialmente, por terem sido as únicas três a ingressarem com sucesso na produção de laminados que, como veremos adiante, consistiam na parcela principal da demanda brasileira por produtos siderúrgicos. Caracterizavam-se, além disso, por terem uma estrutura produtiva relativamente mais verticalizada, produzindo não apenas laminados mas também aço e, à exceção da Cia. de Mineração e Metalurgia, também ferro-gusa.

Além dessas três de maior destaque, surgiu no período uma série de outras empresas no setor, algumas das quais tiveram longa existência. Algumas delas procuraram trabalhar com base na eletrossiderurgia. No final de 1919, começou a operar em São Paulo, SP, a fundição Fábrica de Aço Paulista, com dois fornos elétricos de arco.[23] Essa empresa teve efetivamente longa duração, mas tinha significado econômico relativamente restrito, dada sua dimensão pequena e, especialmente, do ponto de vista qualitativo, pois possuía apenas equipamentos para fundição, não podendo, portanto, produzir ferro em primeira fusão, nem tampouco, laminados. Uma segunda empresa foi criada no

20 Quer pela capacidade do novo diretor, que é bastante exaltada na literatura, quer por uma nova atitude da matriz frente a sua filial brasileira, e muito provavelmente uma mistura de ambas. Sobre este período, veja Rady, *Volta Redonda*, 88-9; Bastos, *A conquista siderúrgica*, 113-114; Baer, *Brazilian steel industry*, 59.

21 Silva, *O Ferro na história e na economia*, 64, 86-88.

22 Para dados de produção veja Barros, *O Problema siderúrgico nacional na Primeira República*, Apêndice estatístico.

23 Com capacidades de 500 kg e 1000 kg por corrida. Veja Felicíssimo Jr., *História da siderurgia de São Paulo*, 116; Rady, *Volta Redonda*, 83; Silva, *O Ferro na história e na economia*, 61; OEF, Nº 93, Outubro 1943, pp. 133-5. Presumivelmente, tais fornos operavam sobretudo fundindo sucata.

ano seguinte, em Juiz de Fora, MG, a Cia. Eletro-Siderúrgica Brasileira.[24] Contudo, até onde pude averiguar, ela teve curta duração. Ainda outra iniciativa deveu-se ao engenheiro Flávio de Mendonça Uchôa, que iniciou em 1922 a operação da Companhia Eletro-Metalúrgica Brasileira, em Ribeirão Preto, SP. Tratava-se de uma usina integrada, mas que só chegou a operar de forma intermitente.[25] Uchôa estava à frente da Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto, que detinha a concessão destes serviços para uma série de municípios da região, e sua ideia era conjugar os negócios, aproveitando-se da capacidade excedente da geração de energia, com que contava sazonalmente, para a produção siderúrgica.[26] Para tanto, ele traria o minério de Minas Gerais para Ribeirão Preto, das jazidas do Morro do Ferro que ele adquirira no município de Jacuhy, MG, e utilizaria o carvão vegetal como redutor. Tendo enfrentado problemas de financiamento, transporte e fornecimento de energia elétrica, a empresa interrompeu suas atividades em 1925 e foi definitivamente fechada em 1929.[27]

Surgiram na década ainda outras empresas, essas baseando-se em tecnologias mais tradicionais – o alto-forno – empregando o carvão vegetal como redutor e combustível. Em 1921, José Gerspacher e Pedro Gianetti criaram, em Rio Acima, MG, uma firma para produção de ferro-gusa e peças fundidas com esse material. O alto-forno, funcionando à base de carvão vegetal, iniciou operação em abril de 1922 e tinha capacidade de 30 t/24h. Com base nessa instalação, Américo Gianetti organizou mais tarde, em 1931, a S.A. Metalúrgica Santo Antônio.[28] No ano de

24 Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 25; Silva, *O Ferro na história e na economia*, 88. A Eletro-Siderúrgica Brasileira refinava num forno Bassanese ferro-gusa fornecido pela Usina Esperança. Há menções na literatura a ainda uma outra iniciativa de fundição e refino com eletrossiderurgia neste período, no Rio de Janeiro, RJ (Rady, *Volta Redonda*, 83).

25 A usina recebeu o nome de Epitácio Pessôa. Mais especificamente, ela possuía dois altos-fornos elétricos de redução, usando carvão de madeira como redutor, dois conversores Bessemer, um forno elétrico de refino "Ludlum" e dois trens de laminação. Sobre a Companhia, veja Felicíssimo Jr., *História da siderurgia de São Paulo*, 116; Silva, *O Ferro na história e na economia*, 63; Rady, *Volta Redonda*, 84-5; BIESP, Vol. 4, Num. 16, Maio de 1922, pp. 108-18.

26 Assis Chateubriand, "A metallurgia do ferro no Brasil", artigo publicado no Jornal do Commercio e reproduzido em BIESP, Vol. 4, Num. 16, Maio de 1922, pp. 108-18.

27 O equipamento foi então adquirido por uma firma de São Paulo, capital, e em parte transferido para lá (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 63). Parece também que, em 1933, o interventor paulista adquiriu os altos-fornos da extinta empresa (*Problema siderurgico, artigos do Correio de São Paulo e do Diário Carioca*, 41). As interpretações sobre os motivos do fracasso da Companhia Eletro-Metalúrgica Brasileira são bastante divergentes. Segundo Humberto Bastos: "Epitácio Pessoa recebeu muito bem a idéia de Flavio Uchôa e garantiu um auxílio em dinheiro no valor de 4 milhões de Cr$. O empresário paulista iniciou a construção da obra e para tanto contraiu empréstimos a prazo curto, enquanto esperava a ajuda federal prometida. [/] O presidente Epitácio, entretanto, deixou o governo e o processo da eletrosiderúrgica de Ribeirão Prêto começou a dormir nas gavetas dos chamados 'canais competentes'. Passados uns quatro anos Flavio Uchôa, quase falido, foi surpreendido com instruções para receber o auxílio, mas em apólices, com 20% de depreciação na Bolsa. Esta a versão pouco conhecida da usina de Ribeirão Prêto contada pelo próprio empreendedor a um amigo paulista." (Bastos, *A conquista siderúrgica*, 116-17). Segundo Donald Rady, por outro lado: "Um dos maiores fracassos em eletrossiderurgia durante esse período foi a Companhia Electro-Metalúrgica Brasileira, vítima de fundos insuficientes, planejamento inábil e má administração." (Rady, *Volta Redonda*, 84).

28 Silva, *O Ferro na história e na economia*, 62-63; OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, pp. 125-6. Todos os dados disponíveis sobre a produção da Usina de Rio Acima indicam uma produção muito inferior a esta capacidade nominal, contudo.

1921, foi criada a Usina Siderúrgica de Gagé, MG.[29] Um alto-forno de 50 t/24h a carvão de madeira foi construído, mas ele não entrou efetivamente em operação até 1936.[30] Mais uma vez José Gerspacher formou em 1923 a firma Gerspacher, Purri e Cia. e levou a cabo a construção de um alto-forno de mesmo tipo do de Rio Acima, mas um pouco maior, de capacidade de 40 t/24h, em Caeté, MG.[31] Ele entrou em funcionamento no final de 1924, mas, já em 1926 havia interrompido a produção.[32] Produzia também ferro-gusa em MG, na década de 1920, a Fundição Moderna – Magnavacca & Filhos.[33] Em 1925, José Brandão fundou, em associação com Euvaldo Lodi, a José Brandão e Cia. tendo em vistas a construção de uma usina siderúrgica em Caeté-MG, a Usina Gorceix. Ela iniciou produção de ferro-gusa em 1928, tendo a empresa transformado-se, em 1931, numa sociedade anônima, assumindo a denominação de Cia. de Ferro Brasileiro.[34] Em 1925, foi criada na cidade de São Paulo a Fundição de Aço São Paulo, produzindo aço com sucata como matéria-prima, e que viria a chamar-se mais tarde Usina Santa Olímpia.[35] Também em São Paulo, começou operar no setor siderúrgico no ano de 1928 a empresa J. L. Aliperti & Irmãos, dedicando-se sobretudo à produção de laminados.[36] Além disso, em 1930, já operava a Fundição Santa Luzia, em São Cristóvão, DF.[37] Por fim, em 1930, a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Cia. Nacional de Navegação Costeira, esta de Henrique Lage, possuíam equipamento para a produção de aço.[38]

29 OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 115; Marson e Belanga, "Indústria mineira e paulista", 8; Jobim, *The mineral wealth*, 42.

30 Silva, *O Ferro na história e na economia*, 86; Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 26. A partir de jan/1940 a usina foi arrendada à Queiróz Junior (OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 108; Silva, *O Ferro na história e na economia*, Anexo IV, p. XV).

31 Edmundo de Macedo Soares e Silva empresta uma observação de Mário Rennó Rodrigues: "Gespracher, quando não foi o projetista, cooperou na operação de quase todos os antigos altos-fornos brasileiros construídos até 1938 (exceção dos de Monlevade)." (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 46, veja também p. 39; e ainda Gerspacher, *Notas sobre usinas siderurgicas*).

32 Silva, *O Ferro na história e na economia*, 63; Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 78. De acordo com o segundo, a firma tinha a denominação de Purin & Cia., que me parece imprecisa.

33 Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 78. A mesma fonte nos indica que a usina deixou de funcionar em 1926, mas é menos claro sobre se o início da produção se deu apenas em 1923. Lígia Maria Leite Pereira relata a fundação, em 1908, pela família Magnavacca da Fundição Moderna em Belo Horizonte, que possuía um alto-forno e produzia ferro-gusa e peças fundidas (Pereira, "Imigração italiana e desenvolvimento", 8). Edmundo de Macedo Soares e Silva reporta a capacidade do alto-forno da Magnavacca, de 20 t/24h, e não indica que estivesse fora de atividade em 1930 (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 86).

34 O alto-forno da Gorceix, a carvão de madeira, tinha capacidade de 25 t/24h. Após a morte de José Brandão, então Diretor Superintendente da usina, o controle acionário da companhia foi transferido por Euvaldo Lodi à empresa francesa *Pont-à-Mousson*. Veja ABM, *Siderurgia Brasileira a carvão vegetal*, 179ss; Rady, *Volta Redonda*, 86; OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, pp. 135-6; Gomes, *História da siderurgia*, 195; Decreto n^{o} 20.455 de 29/09/1931.

35 Veja Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 26; Rady, *Volta Redonda*, 86; Jobim, *The mineral wealth*, 42.

36 Rady, *Volta Redonda*, 86; Baer, *Brazilian steel industry*, 59; Jobim, *The mineral wealth*, 42.

37 Silva, *O Ferro na história e na economia*, 87. A fundição pertencia à A. Prestes e Cia., e possuía um conversor Robert de 800 kg por corrida.

38 A EFCB possuía dois conversores Tropenas de 1,5 t cada e um forno elétrico de arco com capacidade de 1,5 t/corrida. A Cia. Nacional de Navegação Costeira possuía um conversor Bessemer para 1,5 t (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 87).

Assim, ao longo da década de 1920, a Queiróz Junior perdeu sua posição de praticamente única produtora e assumiu um papel menor no setor, frente ao avanço da Belgo-Mineira, da Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia e da Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas que detinham conjuntamente em 1929 quase 81% do valor da produção doméstica do setor.[39] Essas três novas empresas caracterizavam-se justamente pela diversificação da sua produção, e pelo avanço na direção da produção de aço e laminados. Tanto a Belgo-Mineira quanto a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas produziam também ferro-gusa, mas a Usina de Sabará, da primeira empresa, era a única usina integrada existente em 1929 no país, já que a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas tinha plantas separadas, uma em Morro Grande, onde era produzido o gusa, e outra em Neves, onde as demais etapas produtivas eram executadas.

A clara relação entre a diversificação do setor e o avanço de novas empresas pode ser vista ainda sob uma outra perspectiva. Houve no período um franco e rápido avanço do aço e dos laminados no valor da produção durante os anos 1920. Se até a Primeira Guerra Mundial praticamente toda a produção doméstica consistia em ferro-gusa, em 1929, o aço e os laminados já participavam com mais de 35% do valor da produção cada um. Este comportamento do setor produtivo – o avanço rápido e, até mesmo, fácil de novas empresas capazes de produzir aço e laminar, frente aos outros produtores domésticos – não é difícil de compreender se levarmos em conta a estrutura do consumo doméstico de produtos siderúrgicos. Em 1929, o consumo aparente de laminados foi de 401 mil t e de 238 mil contos de réis, frente a 27 mil t e 15 mil contos de réis para o aço e 38 mil t e 9 mil contos de réis para o ferro-gusa. Se tomarmos o valor do consumo dos produtos siderúrgicos por outros setores da economia como referência, os laminados participavam em 1929 com mais de 95% do total. Ou seja, em 1929, os laminados eram de longe a maior parcela do consumo de produtos siderúrgicos. Ademais, tal estrutura de consumo era bastante perene. Tais características e evolução do setor ajudam a compreender também a diferença entre o sucesso das empresas que surgiram na década de 1920 produzindo laminados – que foram capazes de assumir rapidamente uma posição de destaque não apenas nesta ponta da produção, mas também na produção de aço e de gusa – e o destino das empresas que produziam apenas ferro-gusa, tanto as já existentes como as criadas na década. Em 1929, as três jovens laminadoras eram responsáveis também por mais de 58% do ferro-gusa e mais de 96% do aço produzidos domesticamente (em quantidade). Em outras palavras, elas avançam no mercado relativamente mais verticalizadas.

A década de 1920 assistiu, assim, a criação de uma série de empresas, algumas das quais tiveram uma existência curta e outras que vieram a assumir uma posição de destaque entre as

39 Para os dados de produção e consumo aqui citados veja Barros, *O Problema siderúrgico nacional na Primeira República*, Apêndice estatístico.

produtoras domésticas nos anos seguintes, sobretudo a Belgo-Mineira. Entre 1917 e 1930 foram criadas quatorze novas empresas no setor, diante de uma preexistente. Dessas quinze empresas, onze estariam ainda operando em 1939. Houve também alguma diversificação e aprofundamento do setor, que começou a produção de aço e de laminados leves a partir de 1918 sendo que, em 1930, havia pelo menos cinco empresas produzindo aço e três produzindo laminados, além de ao menos quatro produzindo ferro-gusa.

4. A década de 1930

O setor siderúrgico, como o restante da economia, sofreu as consequências da crise generalizada na economia diante da Grande Depressão no plano internacional e da crise de superprodução de café, que os programas de valorização não conseguiam mais mitigar, no plano interno. Contudo, a sua recuperação foi especialmente rápida e intensa, bem como o crescimento da produção ao longo da década. Não obstante essa precoce retomada da produção, o aumento da capacidade produtiva pelas empresas existentes, bem como a criação de novas empresas, deu-se apenas a partir de 1935, concentrando-se entre 1937 e 1940, mas estendendo-se um pouco ainda depois disso. Assim, durante a primeira metade da década de 1930, o crescimento do setor deu-se com base em capacidade produtiva previamente instalada, e até então ociosa. Em contraste, a segunda metade da década foi pródiga em novos investimentos privados no setor siderúrgico.

A mais relevante ocorrência individual da década, do ponto de vista da expansão da capacidade produtiva no setor, foi, sem dúvida, a construção da Usina de Monlevade pela Belgo-Mineira, na sua propriedade de São Miguel de Piracicaba, que havia sido adquirida pela ARBED nas negociações de 1921, e fora o local onde João Monlevade havia construído sua forja catalã nos idos de 1825.[40] A localização da usina naquele sítio foi possibilitada pela extensão do ramal de Santa Bárbara da Central do Brasil até São José da Lagoa, nas proximidades de Monlevade, que foi completada em 1935, ligando assim a EFCB à EFVM.[41] No final de 1934, a companhia começou a planejar a construção da nova usina e, em agosto de 1935, ao mesmo tempo em que era inaugurado o ramal, foi lançada a pedra fundamental do primeiro alto-forno. A solenidade contou com a presença do próprio Getúlio Vargas, com cujo nome foi batizado o alto-forno. A primeira corrida de

40 Sobre a construção e expansão da usina de Monlevade neste período veja ABM, *Siderurgia Brasileira a carvão vegetal*, 72ss; Rady, *Volta Redonda*, 110-11; Gomes, *História da siderurgia*, 192-5; Bastos, *A conquista siderúrgica*, 114-5, 134-5; Baer, *Brazilian steel industry*, 63. A usina é também por vezes denominada Barbanson.

41 Mensagem de Getúlio Vargas ao Poder Legislativo, 3/5/1936, pp. 202-3.

ferro-gusa foi realizada em julho de 1937, a primeira carga de aço foi feita em abril de 1938 e o início da produção de laminados começou em janeiro de 1940. Em 1943, a Usina de Monlevade possuía três altos-fornos a carvão de madeira e estava em vias de concluir o quarto, cada um com capacidade de 85 t/24h, três fornos Siemens-Martin, cada um com capacidade de 40 t por corrida, três trens laminadores e instalações para produção de fio-máquina, arame liso, galvanizado e farpado. A implementação da usina estendeu-se durante praticamente toda a década de 1940, mas o bloco produtivo principal entrou em operação entre 1937 e 1940.[42] De fato, o impacto da nova usina foi sentido rapidamente. Já em 1940, a Belgo-Mineira foi responsável pela produção de 45,6% da quantidade de ferro-gusa, 60,4% da de aço e 55,1% da de laminados produzidos no país, assumindo assim uma posição de clara dominância no setor produtivo siderúrgico doméstico. A Usina de Monlevade implicou não apenas numa ampliação quantitativa da capacidade produtiva, mas também qualitativa, podendo produzir laminados anteriormente indisponíveis domesticamente, bem como arame farpado e, ao que tudo indica, realizou inclusive tentativas no sentido de produzir alguns trilhos de densidade linear média, a partir de 1943.[43] É interessante apontar que o trem de laminação para trilhos foi produzido no país, tendo a Belgo-Mineira optado por tal solução após o navio que trazia um laminador para este fim, que havia sido encomendado pela empresa aos Estados Unidos, ter sido posto a pique. O trem foi então fabricado nas instalações de Sabará e Monlevade, tendo sido algumas peças produzidas pelo Arsenal da Marinha. O equipamento, ao que tudo indica, iniciou operação em 1943 e era capaz de produzir trilhos de em torno de 30 kg/m, ou seja, com usos bastante mais amplos do que os possíveis até então, tendo sido a produção inicial destinada à EFCB, mas tampouco suficientes para qualquer uso.[44] O comportamento dos dados de produção da Belgo-Mineira durante a Guerra abre espaço, porém, para especular se o novo laminador efetivamente funcionou. A produção anual de laminados da empresa entre 1939 e 1945 foi a seguinte: 40.787 t, 74.508 t, 81.901 t, 82.862 t, 82.167 t, 94.064 t e 81.778 t. Percebe-se claramente o impacto da

42 Em 20/7/37 foi realizada a primeira corrida de gusa, em 23/4/38 a primeira carga de aço num forno Siemens-Martin, em 29/11/38 entrou em marcha o segundo alto-forno e, em 4/9/39, o segundo forno Siemens-Martin. Os laminadores iniciaram produção em janeiro de 1940, incluindo o trem de arame e a trefilação. A produção de arame galvanizado iniciou em maio de 1940 e a produção de arame farpado em julho do mesmo ano. Em 17/11/41 começou a operar o terceiro forno SM e em 29/6/42 o terceiro alto-forno. Em 1943 iniciou a produção do trem laminador para trilhos (segundo ABM, *Siderurgia Brasileira a carvão vegetal*, no mês de maio, segundo OEF, N^{o} 93, apenas no da 8 de outubro foram feitas as primeiras experiências com o novo laminador. O comportamento dos dados de produção de laminados da Belgo-Mineira sugere que a segunda fonte está correta). Em fevereiro de 1944 o quarto alto-forno começou a funcionar e, ainda neste ano, também o quarto forno SM. Em maio de 1947 foi inaugurada a fábrica de tubos soldados e no janeiro seguinte a galvanização de tubos. Em setembro de 1948 começou a operar a usina de sinterização e em outubro de 1949 um trem de chapas tipo "Steckel" (ABM, *Siderurgia Brasileira a carvão vegetal*, 72-3; OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 117).

43 Rigorosamente, o país já podia produzir trilhos em 1930, contudo, apenas trilhos de 6 a 12 kg/m, ou seja, trilhos de perfil muito leve, passíveis de utilização apenas em vias de tração e carga leves (para minas, usinas de açúcar etc), mas como o uso era tão restrito não havia àquela época encomendas à indústria nacional (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 88).

44 OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, pp. 118-9.

entrada em operação da seção de laminação de Monlevade entre 1939 e 1941, depois a produção se estabiliza. Se o novo trem laminador de trilhos estava em fase de testes no final de 1943, o aumento da produção em 1944 é apenas moderado, e retorna ao patamar anterior em 1945.[45] Em discurso preparado por ocasião da campanha presidencial em 1950, Getúlio Vargas fez menção à questão, lembrando que fora dele a exigência de que a Belgo-Mineira produzisse trilhos, sua política porém não tivera continuidade:

> "Em materia de siderurgia não limitei minha ação a Volta Redonda.
> A Companhia Belgo Mineira, empreza estrictamente privada mereceu meu constante apoio. Mas, visando sempre em minha administração o bem público, exigi no desenvolvimento desta empreza a instalação de laminadores de trilhos leves, início indispensável da fabricação de trilhos no Brasil. [...] Em Monlevade o laminador de trilhos foi instalado, os primeiros trilhos laminados, mas nas estatísticas dos últimos anos a produção de trilhos não figura."[46]

Apesar dessa dúvida com relação à entrada efetiva na produção de trilhos pela Belgo-Mineira, o significado da usina de Monlevade permanece como absolutamente fundamental. Contudo, a despeito da importância individual da usina de Monlevade, a segunda metade da década de 1930 esteve longe de se resumir a ela, e assistiu à expansão de outras empresas existentes e à criação de várias outras empresas no setor siderúrgico.

A primeira empresa siderúrgica a ser criada na década, em dezembro de 1935, foi a Metalúrgica Nestor de Goes Ltda., em Santo André, SP, dedicada à produção de laminados.[47] No ano seguinte, foram criadas mais duas novas empresas, a Sociedade Paulista de Ferro Ltda., em São Paulo - SP, e a Eletro Aço Altona, em Blumenau - SC, ambas dedicando-se à produção de aço.[48] Ainda no ano de 1936, em dezembro, começou a operar a já entrada em anos Usina de Gagé, em MG.[49]

A partir de 1937, porém, o ritmo de entrada de empresas no setor siderúrgico intensificou-se, tendo iniciado atividade no setor, entre 1937 e 1939, nada menos que 11 empresas, muitas delas novas, mas em alguns casos também, empresas já existentes que passaram a operar no setor. Em 1937, foram criadas a Cia. Metalúrgica Barbará e a Siderúrgica Barra Mansa, ambas produzindo ferro-gusa e localizadas em Barra Mansa - RJ, cada uma delas com um alto-forno de 40 t/24h a

45 Cf. ABM, *Siderurgia Brasileira a carvão vegetal*, 45.
46 CPDOC - GV ce 1950.08/09.00/42.
47 OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 108; Jobim, *The mineral wealth*, 42.
48 Jobim, *The mineral wealth*, 42. A empresa paulista produziu 95 t de aço em 1939 e a catarinense 541 t no mesmo ano. Ou seja, tinham dimensão relativamente pequena.
49 Silva, *O Ferro na história e na economia*, 86; Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 26. A partir de jan/1940 a usina de Gagé foi arrendada à Queiróz Junior (OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 108; Silva, *O Ferro na história e na economia*, Anexo IV, p. XV). Neste mesmo ano a antiga usina Wigg, que esteve muito tempo arrendada à Queiroz Junior, ganhou nova administração e assumiu a denominação de Mineração e Usina Wigg S.A., realizando ainda produção siderúrgica mas dedicando-se sobretudo à mineração (OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 127ss).

carvão de madeira.[50] Neste mesmo ano, iniciou atividades a Cia. Industrial de Ferro, em Belo Horizonte - MG, também produzindo ferro-gusa, com um alto-forno a carvão de madeira de 15 t/24h.[51] Em 1938, a Comércio e Indústria Souza Noschese S.A., empresa sediada em São Paulo - SP que, criada em 1920, produzia artigos de ferro esmaltado para uso doméstico, passou a produzir também ferro-gusa.[52] Além disso, neste mesmo ano entraram em operação três novas laminadoras, duas em São Paulo - SP, a Usina Siderúrgica e Laminadora N. S. Aparecida e a Usina Metalúrgica Itaité S.A., e outra em Porto Alegre - RS, a Siderúrgica Rio Grandense S.A.[53] No ano de 1939, a companhia paulista de elevadores Pirie, Vilares & Cia. Ltda. criada na década de 1920 deu início à sua trajetória siderúrgica com a produção de ferro-gusa.[54] Ainda neste ano foram criadas outras três empresas, a Laminação e Artefatos de Ferro S.A., em Recife - PE, que iniciaria a produção em 1941, a Laminação de Ferro Sacoman Ltda., em São Paulo - SP, e a Usina Siderúrgica Capiruzinho, em Rio Branco - PR, que iniciaria a produção de ferro-gusa em 1942.[55] Em 1940, surgiu a Companhia Nacional de Ferro Puro, em São Paulo.[56] No início dos anos 1940 a Mineração Geral do Brasil, dirigida pela família Jafet, construiu uma usina em Mogi das Cruzes - SP, que se pretendia fosse uma usina integrada.[57] Em levantamento referente ao ano de 1943, aparece ainda a Sociedade de Mineração e Metalurgia São Paulo-Paraná, em Antonina - PR, com um alto-forno a carvão de madeira de 40 t/24h.[58]

Também entre as empresas existentes, houve um movimento de expansão da capacidade produtiva. A Cia. de Ferro Brasileiro inaugurou seu segundo alto-forno em meados de 1935, e

50 Jobim, *The mineral wealth*, 42; Rady, *Volta Redonda*, 109; Silva, *O Ferro na história e na economia*, Anexo IV, p. XV. A Cia. Metalúrgica Barbará tinha capital francês e algum capital brasileiro (Baer, *Brazilian steel industry*, 64). Em relato de 1943, a Cia. Metalúrgica Barbará é descrita como produzindo ferro-gusa, tubos centrifugados e postes para fins diversos, além de conexões, registros, válvulas etc. Ela tinha já então, ademais, um segundo alto-forno, de 80 t/24h (OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 119ss).

51 Jobim, *The mineral wealth*, 42; Rady, *Volta Redonda*, 109; Silva, *O Ferro na história e na economia*, Anexo IV, p. XV.

52 Jobim, *The mineral wealth*, 42; OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 109; Marson e Belanga, "Indústria mineira e paulista", 18.

53 Jobim, *The mineral wealth*, 42; OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 109.

54 Jobim, *The mineral wealth*, 42.

55 Jobim, *The mineral wealth*, 42; Serviço de Estatística da Produção, Ministério da Agricultura, *Produção extrativa mineral*, 1953, pp. 40, 46.

56 OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 110.

57 Em relato de 1943, a usina é dada como em construção, com programa que incluía um alto-forno de 60 t/dia, 2 fornos Siemens-Martin com capacidade de 120 t/dia e laminadores com capacidade de 120 t/dia (OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, pp. 130-1). No levantamento de Edmundo de Macedo Soares e Silva para o mesmo ano, a empresa consta como possuindo um alto-forno de capacidade de 40 t/24h, supostamente em operação (Silva, *O Ferro na história e na economia*, Anexo IV, p. XV). Não sabemos se o programa previsto para a usina foi efetivamente completado a curto prazo, mas as dificuldades de importar os equipamentos necessários no período foram experimentadas mesmo pela CSN, que contava com apoio do governo americano e com prioridades de fornecimento que a Mineração Geral do Brasil certamente não possuía.

58 Silva, *O Ferro na história e na economia*, Anexo IV, p. XV, que nos informa, contudo, que a Sociedade de Mineração e Metalurgia São Paulo-Paraná ainda nunca havia funcionado. O mesmo Edmundo de Macedo Soares e Silva, em relatório de 1941, atribui a produção de 800 t de perfis (laminados) à empresa em 1939 (Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, *Relatório*, 6).

passou por nova e importante ampliação das instalações em 1937, incluindo a aquisição de um auto-forno em Caeté e a construção de um terceiro em Gorceix e, especialmente, a construção de uma instalação para produção de tubos centrifugados de ferro fundido, que começou a operar entre fins de 1938 e início de 1939.[59] Mais importante, a companhia ergueu uma instalação para produção de tubos centrifugados de ferro fundido, que começou a operar entre fins de 1938 e início de 1939, passando a dedicar-se especialmente à fabricação deste tipo de produto e produtos associados, como conexões, se bem que vendesse também outros tipos de produtos de ferro fundido e ferro-gusa excedente.[60] O capital da empresa, que havia sido de 2.500 contos de réis quando de sua transformação em sociedade anônima no ano de 1931, foi então ampliado para 35.000 contos. A Cia. de Ferro Brasileiro viria a tomar, com isso, a posição de segunda maior produtora de ferro-gusa à Queiroz Junior. A Queiroz Junior arrendou em 1940 a Usina de Gagé, de maior capacidade que a de Burnier, que vinha arrendando até então, e produziu ainda neste ano mais do que a Cia. de Ferro Brasileiro, mas não seria mais a partir de então capaz de acompanhar a produtora de tubos.

Outras empresas existentes também expandiram suas instalações. A Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia e a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas ampliaram particularmente suas capacidades de produção de aço.[61] A Usina Santa Olímpia, que até então produzia apenas aço, paralisou atividades em 1936, foi ampliada, e passou a dedicar-se sobretudo à produção de laminados, tendo sido, em 1939, a quarta maior produtora destes no país.[62] A Cia. Siderúrgica Aliperti, que em 1939 produziu apenas aço e laminados, possuía, em 1943, um alto-forno, de 10

59 O segundo alto-forno de Gorceix tinha capacidade igual à do primeiro, isto é, 25 t/24h. O alto-forno junto à estação de Caeté tinha capacidade de 10 t/24h. O terceiro alto-forno de Gorceix foi inaugurado em 1941. Todos os altos-fornos eram a carvão de madeira. (Cf. ABM, *Siderurgia Brasileira a carvão vegetal*, 179ss; Silva, *O Ferro na história e na economia*, 86, Anexo IV, p. XV; OEF, Nº 93, Outubro 1943, pp. 135-6).

60 "Constituía, porém, preocupação dominante no espírito de seus responsáveis, a criação de uma nova linha de produção, com o aproveitamento do gusa, transformando-o em bens de consumo diretamente utilizáveis, ao invés de entregá-los a outras fábricas em fase intermediária de produto semi-manufaturado." (ABM, *Siderurgia Brasileira a carvão vegetal*, 180).

61 A Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia, que contava em 1930 com um forno Siemens-Martins de 12 t/corrida e outro de 6 t/corrida, possuía, em 1943, dois fornos de 12 t/corrida. A Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, que possuía um único forno em 1930, tinha em 1943 dois de 12 t/corrida em Neves – RJ e dois conversores para 3 t na usina de Morro Grande. É mais difícil precisar, porém, se, e em que medida, expandiram também as suas capacidades de laminação. Em 1943, a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas possuía em Neves um trem desbastador, um trem intermediário a quente, enroladeira para fio-máquina e trefilação para arame, o conjunto não parece diferir muito, ao menos em tipos de itens, daquilo que a companhia tinha em 1930. A Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia, em São Caetano, possuía em 1943 um trem desbastador e dois trens intermediários a quente, é possível supor que um destes trens intermediários tenha sido adquirido neste período (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 60-4, Anexo IV, p. XV).

62 Gonsalves, *O ferro na economia nacional*, 26; Silva, *O Ferro na história e na economia*, Anexo IV, p. XV. Em 1943, a Santa Olímpia possuía dois fornos elétricos a arco de capacidades 6t e 2t, e, para laminação, um trem desbastador e dois trens intermediários a quente. A Usina, que antes da expansão nunca havia produzido mais que 1.000 t de aço num ano, produziu, em 1939, mais de 7.000 t de laminados.

t/24h.[63] Fábricas governamentais continuavam fabricando produtos siderúrgicos para consumo próprio.[64]

Quanto à verticalização das empresas tomadas individualmente é difícil uma generalização, mas o exame de alguns casos pode ser útil a este respeito. Até pelo menos 1943, a Belgo-Mineira continuou sendo a única empresa operando usinas integradas, isto é, realizando as três etapas produtivas no mesmo local, enquanto a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas continuou sendo a única outra empresa a produzir tanto ferro-gusa quanto aço e laminados. Duas empresas cuja atividade principal era outra integraram no período sua produção para trás, passando a produzir também ferro-gusa, presumivelmente sobretudo para consumo próprio: a Comércio e Indústria Souza Noschese S.A. e a Pirie, Vilares & Cia. Ltda.. A Cia. de Ferro Brasileiro, ao mesmo tempo em que se expandiu, integrou sua produção para a frente, passando a produzir primariamente tubos centrifugados de ferro fundido que, embora não sejam laminados, tem também caráter mais "final" do ponto de vista do setor. Possivelmente, este era também o caso de muitas produtoras de ferro-gusa, tanto as que já existiam quanto as que foram criadas na década. Porém, na ausência de maiores detalhes sobre as suas atividades, sua produção nos aparece nas estatísticas apenas como "ferro-gusa". A Queiróz Junior, como mencionado acima, produzia também tubos e outros produtos fundidos, com parte de sua produção.[65] A Cia. Metalúrgica Barbará produzia também tubos fundidos e postes, bem como outras peças, como conexões, registros, válvulas e outros.[66] A S.A. Metalúrgica Santo Antônio fabricava também peças fundidas diversas.[67] Tampouco a Fábrica de Aço Paulista vendia muito de seus produtos em bruto, quase a totalidade de sua produção destinava-se a peças de aço fundido.[68] A Usina Santa Olímpia, como vimos, anteriormente produtora apenas de aço, dirigiu-se à produção de laminados. Das quinze empresas que surgiram entre 1935 e 1939, sete dedicavam-se à laminação. O que se observa, portanto, é que a maior parte das empresas destinava, se não toda a sua produção, pelo menos boa parte dela à ponta "final" do setor, isto é, para consumo final ou para consumo de outros setores da economia, na forma de laminados ou produtos fundidos, de ferro ou aço.

63 Jobim, *The mineral wealth*, 42; Silva, *O Ferro na história e na economia*, Anexo IV, p. XV.

64 Silva, *O Ferro na história e na economia*, Anexo IV, p. XV. Presumivelmente tais fábricas governamentais eram a EFCB, o Arsenal da Marinha e, desde setembro de 1942, a Cia. Nacional de Navegação Costeira (sobre a última, veja Ribeiro, *Henrique Lage*, 266).

65 Bastos, *A conquista siderúrgica*, 61.

66 Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, *Relatório*, 6; OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 120.

67 Incluindo arados, engenhos de cana, caçarolas, caldeirões e chaleiras, panelas, ferros de engomar, debulhadores, caixas de descarga, pesos de encerar, quadros, tampões, ralos e bocas de lobo, entre outros (OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, pp. 126-7).

68 Incluindo material ferroviário de tipos diversos, peças para máquinas e outros produtos (OEF, N^{o} 93, Outubro 1943, p. 135).

Do ponto de vista do setor inteiro, contudo, ocorre um aprofundamento da estrutura produtiva, no sentido de que o ferro-gusa e o aço vão assumindo cada vez mais o papel de produtos intermediários dentro do setor, e os laminados vão se tornando o principal produto "final". Mais especificamente, tal evolução deve-se sobretudo ao crescimento das empresas relativamente mais verticalizadas do setor. De fato, o ferro-gusa, o aço e os laminados são, por um lado, "tipos" diferentes de produtos siderúrgicos e, por outro, são mais bem etapas do processo produtivo. Sem dúvida, o ferro-gusa e o aço podem ser empregados diretamente pelo setor siderúrgico ou por outros setores produtivos para a fabricação de produtos fundidos diversos – desde panelas, passando por tubos centrifugados, até peças para máquinas. Muitas das empresas siderúrgicas operando no país no período faziam isto diretamente, como vimos. Este era inevitavelmente o destino de todo o ferro-gusa produzido no país até a Primeira Guerra Mundial. O mesmo se dá com o aço em lingotes e o ferro maleável em bruto. Contudo, à medida em que o setor se aprofunda na direção da produção de aço e particularmente na de laminados, ele expande as possibilidades de uso, e portanto o consumo, de seus próprios produtos, o ferro-gusa e o aço, que passam a ser utilizados também, e com o tempo predominantemente, como produtos intermediários. Se até 1917, todo o consumo aparente de ferro-gusa tinha destinos "finais", à medida que o setor se desenvolvia, o consumo intermediário tanto do ferro-gusa quanto do aço passava a ser cada vez mais importante.

Assim, o setor siderúrgico doméstico contava, em 1939, com nada menos que 26 empresas, que atendiam uma parcela relevante da demanda e eram capazes de oferecer uma gama razoavelmente diversificada de produtos, embora ainda distantes de cobrir, quer quantitativa quer qualitativamente, a demanda interna. Do ponto de vista das empresas siderúrgicas, vale destacar alguns aspectos da evolução ocorrida na década de 1930. Houve a criação de uma série de novas empresas na década, mas isso ocorreu de forma relativamente concentrada entre os anos de 1937 a 1939. Até 1929, quinze empresas haviam ingressado no setor siderúrgico, ainda que, neste mesmo ano, apenas sete estivessem efetivamente operando, e que três ou quatro delas fossem responsáveis pela maior parte da produção. Onze dessas empresas atravessaram a década de 1930 e estavam produzindo em 1939. Neste último ano, como mencionamos, o setor siderúrgico contava já com 26 empresas. Contudo, as empresas criadas na década de 1920 continuaram controlando a maior parte da produção. As três maiores produtoras de ferro-gusa em 1929 eram responsáveis, em 1939, por 72% da sua produção.[69] Similarmente, as três maiores produtoras de aço e as três maiores laminadoras em 1929 produziram 96% do aço e 80% dos laminados em 1939. A Belgo-Mineira, sozinha, foi responsável, em 1940, por 45,6% da produção de ferro-gusa, 60,4% da de aço e 55,1%

69 Dados de participações em 1940 de Jobim, *The mineral wealth*, 40-3.

da de laminados. Além da Belgo-Mineira, as principais produtoras em 1940 eram a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas – 2ª produtora de laminados, com 16%, 3ª produtora de aço, com 17%, e 4ª produtora de ferro-gusa, com 14% –, a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia – 3ª produtora de laminados, com 15%, e 2ª produtora de aço, com 19% –, a Usina Queiróz Junior – 2ª produtora de ferro-gusa, com 15% –, e a Cia. de Ferro Brasileiro – 3ª produtora de ferro-gusa, com 14%. Ocorreu, portanto, um processo precoce de elevada concentração no setor. As respectivas segundas maiores produtoras participavam com 14,9% da produção de ferro-gusa, 19,3% da de aço e 15,6% da de laminados, sendo cada uma destas uma empresa diferente. As concorrentes mais diretas da Belgo-Mineira, a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas e a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia, tinham então cada uma menos de um terço do tamanho dela.

A expansão do setor siderúrgico na década de 1930, tanto da produção quanto da capacidade produtiva, se deu principalmente por meio das empresas preexistentes. Sem dúvida, tal fato se deve em grande parte à Belgo-Mineira e à construção por ela da Usina de Monlevade. Porém, as novas empresas criadas na década entraram no setor com porte relativamente menor do que as empresas previamente existentes, e mesmo as empresas que chegaram a adquirir participação mais importante ao final da década de 1930 já operavam em 1929, como é o caso da Cia. de Ferro Brasileiro que se tornou uma das principais produtoras de ferro-gusa ao final da década e o da Usina Santa Olímpia, a quarta maior produtora de laminados em 1939. É possível que as empresas que tiveram oportunidade de atravessar o surto industrial pós-depressão e mesmo, no caso da Belgo-Mineira, como vimos, a própria depressão, estivessem em meados da década de 1930 em posição privilegiada para ocupar o mercado doméstico e, presumivelmente bem capitalizadas, para expandir as suas capacidades produtivas. Uma análise do desempenho financeiro de cada empresa seria necessária para avaliar melhor essa hipótese. Outro fator mais palpável que pode explicar tal evolução do setor foram as concessões de favores governamentais, dadas a muitas das empresas criadas na década de 1920, mas que não estiveram disponíveis àquelas criadas na década de 1930, já que os decretos em que se baseavam não foram reeditados.[70]

A década de 1930 e o início da de 1940 caracterizaram-se, portanto, do ponto de vista do setor siderúrgico, pelo impacto inicial da crise, com consequências negativas para quase todas as empresas, seguida por um período de vigorosa retomada da produção com base em capacidade ociosa iniciado já a partir de 1931 e, após 1935, com a expansão da produção aliada à ampliação da capacidade produtiva das empresas existentes e criação de diversas novas empresas. A entrada em operação desse bloco de investimentos concentrou-se nos anos entre 1937 e 1940, mas avançou um

70 Decreto nº 3.316 de 16/08/1917; Decreto nº 12.944 de 30/03/1918; Decreto nº 4.246 de 06/01/1921; Lei nº 4.632 de 06/01/1923, Art. 80, nºs 11 e 12; Decreto nº 4.801 de 09/01/1924; Decreto nº 17.091 de 21/10/1925.

pouco na década seguinte, até ser praticamente interrompido em função da Segunda Guerra Mundial – não imediatamente, mas sobretudo após a entrada do EUA no conflito e, logo depois, do próprio Brasil. Nessa conjuntura, em particular no que dependiam de aquisições de equipamento no exterior, à exceção de ajustes de menor monta e da conclusão de pacotes de investimento já previamente bastante adiantados como Monlevade, apenas as obras da Companhia Siderúrgica Nacional tiveram condições de continuidade e, mesmo ela, só foi inaugurada após o final da Guerra e concluída apenas em 1948.

5. A evolução da capacidade produtiva

Tendo acompanhado em algum detalhe o processo de criação de empresas e de seus respectivos equipamentos produtivos ao longo do período em estudo, resta-nos, para concluir este artigo, dar uma visão mais global e quantitativa da capacidade produtiva setorial resultante desse processo. Para tanto tomemos algumas estimativas feitas à época por Edmundo de Macedo Soares e Silva, que esteve bastante envolvido no debate siderúrgico.

Segundo suas estimativas a capacidade de produção de ferro-gusa do país em 1930 era de cerca de 90 a 100 mil t/ano, com base em 10 altos-fornos, todos eles a carvão de madeira,[71] tendo sido a produção anual efetiva em 1929 e 1930 de em torno de 34 mil t. A capacidade de produção de aço do setor em 1930 era estimada em montante similar, em torno de 90 mil t/ano, tendo sido a produção efetiva em 1929 de 27 mil t e em 1930 de 22 mil t. Ainda o mesmo autor estimou a capacidade de produção de laminados à época entre 60 mil e 80 mil t/ano de produtos leves – vergalhões, pequenos perfis, fio-máquina e arame –, tendo o setor produzido menos de 30 mil t anuais nos anos de 1929 e 1930. Conclui-se daí que o setor operava com altos índices de capacidade ociosa imediatamente antes da crise de 1929. A capacidade ociosa era maior, contudo, para o ferro-gusa e o aço e relativamente menor para os laminados. Ademais, a vasta maioria desta capacidade produtiva havia sido construída desde o final da Primeira Guerra. Como notamos, até a Primeira

71 Edmundo de Macedo Soares e Silva dá uma descrição detalhada do equipamento produtivo siderúrgico existente em 1930 no país, incluindo estimativas de capacidade produtiva e também um levantamento sobre as fundições de ferro (trabalhando em segunda fusão), estamparias e forjas (Silva, *O Ferro na história e na economia*, 65, 85-8). Veja também BABM, Vol. 2, N. 2, Jan 1946, p. 12. O parecer de fevereiro de 1932 da Comissão Nacional de Siderurgia no Ministério da Guerra, da qual Edmundo de Macedo Soares e Silva fizera parte, estimava a capacidade produtiva do setor em 340 t/dia ou 100.000 t/ano de ferro-gusa e 447 t/dia de aço (BSGM, nº 75, 1935, pp. 13-4).

Guerra apenas a Queiroz Júnior produzia ferro-gusa, em três altos fornos de capacidade conjunta de 13 ou 14 mil t/ano, e nenhuma empresa produzia aço ou laminados.

O surto de investimentos no setor siderúrgico da segunda metade dos anos trinta, também resultou em importante expansão da capacidade produtiva. Ainda segundo estimativas de Edmundo de Macedo Soares e Silva para 1943,[72] a capacidade de produção de ferro-gusa era de 280 mil t/ano, em 23 altos-fornos, todos a carvão de madeira, e a de produção de aço também ficava em torno das 280 mil t/ano, das quais a maior parte em fornos Siemens-Martin. Não foi possível encontrar estimativa equivalente para a capacidade de laminados,[73] mas é razoável assumir que ela tenha crescido em proporção similar às capacidades das demais etapas produtivas, atingindo em torno de 170 mil a 200 mil t/ano em 1943. De fato, o setor dá algumas mostras de esgotamento de capacidade ociosa na produção de laminados durante a Segunda Guerra.[74] Entre 1942 e 1945 a produção anual de laminados girou em torno de 160 mil t, atingindo um pico de 167 mil t em 1944, sendo a taxa de crescimento anual média para estes anos de 2,3%,[75] taxa historicamente muito baixa, ao mesmo tempo em que o setor industrial expandia a sua produção a taxas relativamente elevadas. A comparação entre a periodização de Malan *et al.* para a evolução do setor industrial durante a Segunda Guerra Mundial e a evolução do setor siderúrgico no mesmo período chama a atenção.[76] Enquanto no período de 1939 a 1942 o "desempenho industrial agregado foi sofrível", com crescimento médio de 3,9% ao ano, a produção do setor siderúrgico cresceu a taxas elevadas; a produção de laminados, em particular, a 15,4% ao ano (em quantidade). Entre 1942 e 1945, contudo, enquanto o setor industrial como um todo cresceu a 9,8% ao ano, a produção de laminados visivelmente desacelerou, e cresceu aos referidos 2,3% ao ano. Em contrapartida, entre 1945 e 1946, a produção de laminados saltou de 166 mil t para 230 mil t. Tal evolução seria difícil explicar a partir do comportamento da demanda.[77]

---

72 Silva, *O Ferro na história e na economia*, Anexo IV, p. XV.

73 Edmundo de Macedo Soares e Silva fornece um levantamento do equipamento de laminação disponível em 1943, contudo, sem conhecimento mais detalhado do equipamento, do tipo, bem como da sua disposição, forma de acionamento, forma de operação, etc, não é possível estimar sua capacidade produtiva (Silva, *O Ferro na história e na economia*, Anexo IV, p. XV). Há também uma dimensão qualitativa envolvida aí, já que a laminação produz uma série de produtos diversos, (relativamente) não tão homogêneos quanto "ferro-gusa" e "lingotes de aço".

74 Menção ao fato é também encontrada em carta de Edmundo de Macedo Soares e Silva a Getúlio Vargas, de 17/9/42: "assim, por exemplo, o ferro está sendo produzido em plena capacidade nas usinas nacionais, mas a Companhia só está recebendo parte dos pedidos que faz, pedidos que representam 1/9 da capacidade de produção total anual" (CPDOC - GV c 1942.09.17). As necessidades da CSN, então em fase de construção, importavam em 1.600 t mensais, do que se pode deduzir a capacidade de produção total anual das usinas nacionais em pouco mais do que 170.000 t/ano.

75 Para dados de produção de laminados para o período veja Barros, *O Problema siderúrgico nacional na Primeira República*, Apêndice estatístico.

76 Malan et al., *Política econômica externa e industrialização*, 296ss.

77 A evolução do consumo aparente neste período, contudo, está particularmente ligada ao comportamento da oferta (externa), tornando-o inadequado como um indicador de demanda. O consumo aparente de laminados cai fortemente entre 1939 e 1942 e, depois disso, retoma o patamar de 1939 já em 1944. Restrições à aquisição desses bens a partir

Assim, a importante expansão da capacidade produtiva do setor siderúrgico doméstico anterior à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, deu-se em dois surtos mais ou menos concentrados no tempo. O primeiro, ainda que em alguns casos tivesse suas raízes em iniciativas gestadas na Primeira Guerra, efetivou-se mais propriamente aproximadamente em torno de meados da década de 1920, digamos entre 1922 e 1926. O segundo iniciou-se ao final de 1935, mas intensificou-se a partir de 1937 e estendeu-se até os primeiros anos da década seguinte. Este segundo momento de expansão resultou praticamente na triplicação da capacidade produtiva que havia sido atingida na década anterior.

6. *Considerações finais*

Assim, as quatro primeiras décadas do século XX foram marcadas pela expansão do setor siderúrgico brasileiro, e algum grau de diversificação e aprofundamento produtivos. O setor ingressara no século XX com uma produção de pequeno significado prático, tendo a produção de ferro-gusa sido realizada até o final da Primeira Guerra por uma única empresa, que gradualmente expandiu sua produção. Em 1918 iniciou-se a produção de aço e de laminados leves. Entre 1919 e 1929 surgiu uma série de novas empresas, onze das quais estariam ainda em funcionamento em 1939, mas das quais três se destacam por avançarem às etapas da produção de aço e laminação – a Belgo-Mineira, a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia e a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas. Tais empresas assumiram o controle do setor produtivo siderúrgico doméstico rapidamente. Empresas dedicadas à fabricação de produtos mais específicos, sobretudo aí as fundições, maiores ou menores, continuaram tendo seu papel, contudo, e sustentando também alguma demanda independente por ferro-gusa, aço e sucata. A década de 1930 foi também muito importante para o desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro. Como na década anterior, houve a criação de uma série de novas empresas. Aliada, agora, à expansão das preexistentes, que chegaram ao final da década com presença claramente dominante na produção.

Houve, portanto, desenvolvimento muito significativo do setor siderúrgico durante as quatro primeiras décadas do século XX. É certo que isso ainda não colocava o parque produtivo doméstico

---

de 1939 junto aos habituais fornecedores europeus em função do início da Guerra e a regularização da oferta a partir de 1942, deslocada agora para os EUA, com o alinhamento do Brasil a este país parecem-nos os principais fatores envolvidos nesta evolução. O coeficiente de importação, correspondentemente, oscila, mas permanece bastante alto, indicando haver, assim, naquele contexto, espaço para o crescimento da produção na presença de capacidade produtiva disponível.

em condições de atender adequadamente a demanda interna, nem do ponto de vista quantitativo, nem do qualitativo. No entanto, tampouco é possível deixar de reconhecer que os avanços haviam sido muito expressivos.

7. *Fontes e referências*

7.1. Arquivos

- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, RJ (CPDOC):
  - Getúlio Vargas (CPDOC - GV)
  - Horta Barbosa (CPDOC - HB)

7.2. Publicações seriadas

- Boletim da Associação Brasileira de Metais (BABM)
- Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo (BIESP)
- Boletim do Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil, Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio (BSGM)
- O Observador Economico e Financeiro (OEF)

7.3. Fontes on-line

- Legislação Federal, em <http://www.senado.gov.br/ → Legislação → Legislação Federal> ou em <http://www2.camara.gov.br/ → Atividade Legislativa → Legislação>
- Mensagens presidenciais, do Presidente da República ao Legislativo nacional, em <http://www.crl.edu/brazil>

7.4. Publicações

Associação Brasileira de Metais (ABM). *Siderurgia Brasileira a carvão vegetal*, 2ª impressão, São Paulo: ABM, 1975.

Baer, Werner. *The development of the Brazilian steel industry*, Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 1969.

Barros, Gustavo. *O Problema siderúrgico nacional na Primeira República*, Tese de doutorado, Departamento de Economia, FEA-USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-24012012-135049/>.

Bastos, Humberto. *A conquista siderúrgica no Brasil: crônica e interpretação econômica das empresas e indivíduos, nacionais e estrangeiros, que participaram da exploração dos recursos minerais do desenvolvimento nacional*, São Paulo: Livraria Martins Editora, [1959].

Carvalho, Elysio de. *Brasil, potencia mundial – Inquerito sobre a industria siderurgica no Brasil*, Rio de Janeiro: Monitor Mercantil, 1919.

Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. *Relatório*, Rio de Janeiro, 1940-1941.

Felicíssimo Junior, Jesuino. *História da siderurgia de São Paulo, seus personagens e seus feitos*, São Paulo: ABM, 1969.

Gerspacher, J. *Notas sobre usinas siderurgicas*, Bello Horizonte: Typographia Castro, 1939.

Gomes, Francisco M. *História da siderurgia no Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983.

Gonsalves, Alpheu Diniz. *O ferro na economia nacional*, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1937.

Jobim, José. *The mineral wealth of Brazil*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941.

Malan, Pedro S.; Regis Bonelli; Marcelo de Paiva Abreu; e José Eduardo de C. Pereira. *Política econômica externa e industrialização do Brasil (1939/52)*, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

Marson, Michel Deliberali; e Tatiana Pedro Colla Belanga. "Indústria mineira e paulista na década de 1930: Concentração com integração", trabalho apresentado no Seminário de Diamantina, 2006, em <www.cedeplar.ufmg.br → Seminários → Sem. de Diamantina → Diamantina 2006 → Textos>, acessado em 17/09/2010.

Martins, Luciano. *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*, Paris: Antrophos, 1976.

Moyen, François. *A História da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira: Uma trajetória de crescimento consistente (1921-2005)*, 1ª ed., Belo Horizonte: Belgo, Fundação Belgo - Grupo Arcelor, 2007.

Oliveira, Clodomiro de. *Industria siderurgica*, (Monographia publicada em o numero XIV dos Annaes da Escola de minas de Ouro Preto), Ouro Preto: Officinas da Casa Mattos, 1914.

Pereira, Lígia Maria Leite. "Imigração italiana e desenvolvimento em Minas Gerais", trabalho apresentado no X Encontro Nacional de História Oral, Recife, PE, 26 a 30 de abril de 2010, <www.encontro2010.historiaoral.org.br, acessado em 16/09/10>.

Problema siderurgico, O. Re-impressão, revista e ampliada, de artigos editoriais recentemente publicados pelo "Correio de São Paulo" (um artigo) e pelo "Diário Carioca" (série de nove artigos), São Paulo: Typ. Siqueira – Salles Oliveira, Rocha & Cia., 1933.

Rady, Donald E. *Volta Redonda: A steel mill comes to a Brazilian coffee plantation, Industrial entrepreneurship in a developing economy*, Albulquerque, New Mexico: Rio Grande Publ., 1973.

Ribeiro, Carlos Alberto Campello. *Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira: A história da empresa e sua inserção social (1891-1942)*, tese de Doutorado em História Social, UFRJ, 2007.

Rosière, C.A.; F. E. Renger; D. Piuzana; e C.A. Spier. “Pico de Itabira, MG - Marco estrutural, histórico e geográfico do Quadrilátero Ferrífero”, In: M. Winge; C. Schobbenhaus; M. Berbert-Born; E. T. Queiroz; D. A. Campos; C. R. G. Souza; e A. C. S. Fernandes (eds.). *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*, 2005, publicado em 21/6/2005 no endereço http://www.unb.br/ig/sigep/sitio042/sitio042.pdf, acessado em 26/08/2010.

Santos, Antônio César. *O Problema do trabalho na industrialização em Minas Gerais: O caso da siderurgia*, Dissertação de Mestrado, UFMG, CEDEPLAR, 1986.

Serviço de Estatística da Produção, Ministério da Agricultura. *Produção extrativa mineral*, vários anos [1949 a 1953].

Silva, Edmundo de Macedo Soares e. “Volta Redonda: gênese da idéia, seu desenvolvimento, projeto, execução e custo”, separata da *Revista do Serviço Público*, Ano VIII, Vol. VI, n. 2, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

Silva, Edmundo de Macedo Soares e. *O Ferro na história e na economia do Brasil*, Rio de Janeiro: [Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil], 1972.

Entre a escravidão e a liberdade: as alforrias em Mariana no século XIX (1840-1888).

Heloísa Maria Teixeira

(Pós-doutoranda FEA/USP)

e-mail: heloisate@hotmail.com

Palavras-chave: Alforrias, declínio do sistema escravista, economia de subsistência

Resumo

Nosso trabalho consiste em analisar a prática das alforrias na localidade mineira de Mariana, economicamente voltada para a subsistência. Através das cartas de liberdade, investigamos os padrões da alforria e do alforriado durante o período 1840-1888, buscando apreender as transformações na concessão da manumissão no contexto das leis abolicionistas.

Entre outras considerações, constatamos que, enquanto a maioria da população escrava era de homens em idade produtiva, as alforrias eram, na maioria dos casos, concedidas às mulheres (algumas vezes, em retribuição às crias produzidas). Também foi significativo o número de crianças e famílias alforriadas. Diferentemente do que revelam os estudos acerca da alforria para regiões voltadas para a economia externa, observamos uma diminuição do número de alforrias ao longo da segunda metade do século XIX, provavelmente resultado da decréscimo da população escrava ocasionada pelo tráfico interno.

Entre a escravidão e a liberdade:
as alforrias em Mariana no século XIX (1840-1888).

Heloísa Maria Teixeira[1]

Introdução

Mary C. Karasch, estudando cartas de alforria para o Rio de Janeiro do período de 1807-1831, afirma que

> a carta de alforria era a prova da liberdade de um escravo, introduzindo-o na vida precária de uma pessoa liberta numa sociedade escravista. No século XIX, a carta transferia o título de propriedade (o cativo) de senhor para escravo. Em certo sentido, os escravos literalmente compravam-se ou eram doados para si mesmos. Uma vez que havia a transferêmcia de propriedade, o ato tinha de ser documentado publicamente por um tabelião em um dos cartórios do Rio, que então registrava o título e emitia a carta de alforria, geralmente em presença do escravo, de seu dono (ou donos) ou do testamenteiro e de testemunhas. Posteriormente, o escravo recebia uma cópia extra da carta preservada no livro de notas do tabelião (KARASCH, 2000, p.439).

Enidelce Bertin, ao analisar cartas de alforria registradas na cidade de São Paulo durante o século XIX – localidade onde a escravidão configurou-se pelo trabalho de ganho ou aluguel, pela mobilidade física e pelas relações paternalistas – revela-nos que estas fontes refletem as ambivalências de uma política senhorial paternalista que considera a vontade do senhor sobre o escravo, que pode ser observada na repetição de certos clichês encontrados na carta de alforria: "por minha livre e espontânea vontade", "concedo-lhe desde já a liberdade", etc. Entretanto, a leitura mais atenta das cartas mostra-nos a ação escrava, que pode ser observada nas referências de pagamentos feitos pelo libertando ou por um parente seu; ou na alusão aos bons serviços prestados pelos escravos durante anos ou pelo bom comportamento e fidelidade. Não era comum que a carta de alforria expusesse as tensões existentes entre senhores e escravos. Conforme ressalta Bertin: "*como era feita pelo próprio proprietário, ou a seu mando, as referências à tensão foram amenizadas, reforçando, desta forma, o caráter de doação*

[1] Pós-doutoranda em História Econômica da FEA/USP. Bolsista FAPESP.

da liberdade, bem como o merecimento do escravo"[2]. Neste sentido, as cartas de liberdade

> representariam um recurso pedagógico do senhor para o controle de seus escravos. Embora em um primeiro momento pudesse significar o encerramento da escravidão ou da relação do escravo com seu senhor, na prática, sempre funcionou como instrumento para reafirmação da autoridade do senhor, direta ou indireta, sobre os escravos[3].

Nosso trabalho consiste em analisar a prática das alforrias na localidade mineira de Mariana, economicamente voltada para a subsistência. Através da análise de 424 cartas de liberdade registradas nos cartórios do I e II ofícios do Termo de Mariana, descreveremos os padrões da alforria e do alforriado durante o período 1840-1888, buscando apreender as transformações na concessão da manumissão no contexto das leis abolicionistas. Nosso marco inicial, 1840, justifica-se por ser a década que antecede a proibição efetiva do tráfico internacional de escravos. A análise das alforrias na década de 1840 permitirá comparação com as décadas subsequentes e dessa forma, poderemos dimensionar o impacto causado pelas leis abolicionistas na política de alforrias.

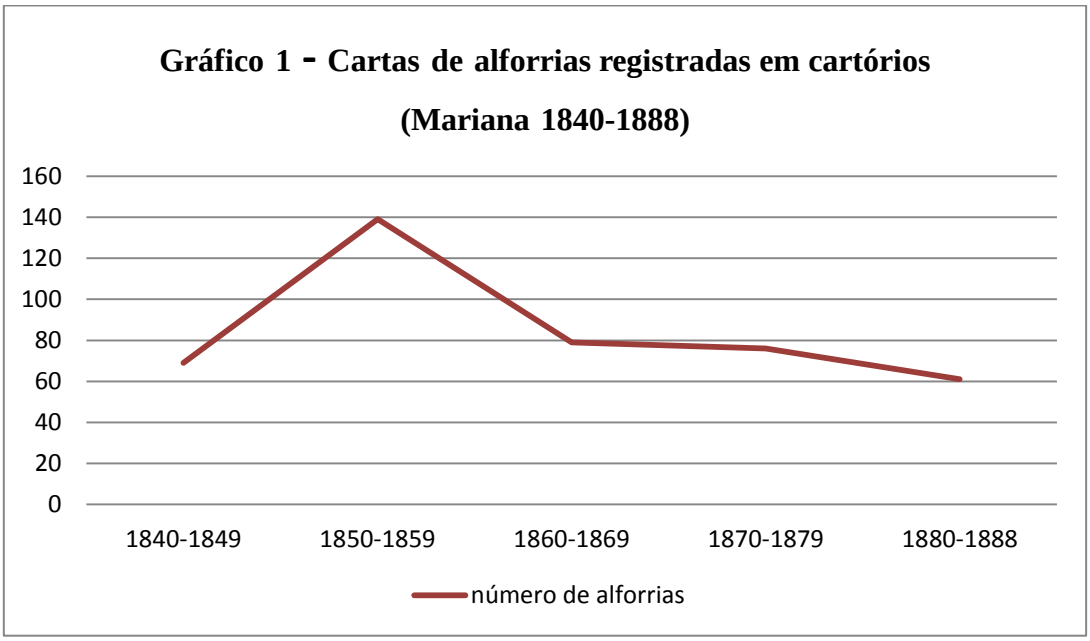
A lei que proibiu o tráfico africano em 1850 inaugurou o declínio do sistema escravista no Brasil. Uma vez proibida a entrada de escravos vindos do outro lado do Atlântico, tem-se constante diminuição do número de escravos no Brasil, o que resultou numa grande movimentação interna em busca da mão-de-obra escrava residente no país. Houve, a partir de então, um intenso deslocamento de mancípios das regiões menos mercantilizadas para aquelas voltadas para o mercado externo.

Outra forma de conseguir aumentar o número de mancípios seria a reprodução endógena. No entanto, em 21 de setembro de 1871, a legislação causou ainda mais embaraço ao sistema escravista. A partir daquela data, crianças que nascessem de ventre escravo seriam declaradas livres. A mesma lei instituiu um fundo financeiro que tinha como propósito a emancipação de escravos e permitia ao cativo a acumulação de pecúlio para ser usado na compra da própria alforria. O Estado passou, portanto, a mediar as relações entre escravos e senhores, ampliando, assim, a esperança dos cativos na conquista da liberdade[4].

---

[2] BERTIN, 2004, p.31
[3] BERTIN, 2004, p.31
[4] Ao criar o direito do escravo, a chamada Lei do Ventre Livre alterou profundamente o sistema escravista no Brasil, uma vez que o Estado, ainda que timidamente, assumiu o papel de amortecedor na relação senhor-escravo. Para os proprietários, tão defensores dos direitos sobre a propriedade, a ingerência estatal foi a grande ameaça à continuição da escravidão, não apenas porque permitia a liberdade de alguns, mas principalmente, porque enfraquecia o que tinham de mais caro: a autoridade paternalista (BERTIN, 2004, p.60).

Observando a concessão das alforrias ao longo do período 1840-1888, construímos o Gráfico 1, apresentado a seguir.



A curva do Gráfico 1 revela uma acentuada queda do número dos registros de alforria nos anos 1850-1859[5]. Nas décadas seguintes, a queda continua, porém, de forma menos pronunciada. Podemos associar o movimento do Gráfico 1 à instituição das leis abolicionistas. Conforme revela-nos a historiografia, a lei que proibia a entrada de escravos africanos no Brasil resultou num intenso tráfico interno que deslocou incontáveis escravos das regiões menos mercantilizadas para aquelas envolvidas com a economia de exportação. De fato, para a segunda metade do século XIX, temos informações que evidenciam a diminuição da população escrava em Mariana. Entre as explicações para a queda podemos pensar na proibição do tráfico de africanos e na transferência de escravos das propriedades marianenses, envoltas na produção de alimentos, para as fazendas cafeeiras do Sudeste. De acordo com pesquisa anterior, realizada para o período de 1850 a 1888, cuja fonte principal foram os inventários *post-mortem*, constatamos que, conforme avançavam as décadas, os escravos representavam porcentagem menor do monte-mor dos senhores cujos bens foram inventariados. Segundo nossos dados

> em 1850, os escravos representavam mais da metade do valor da riqueza acumulada em bens (51,4%); na década seguinte, a participação caiu pouco,

[5] Para a década de 1840, apenas um livro de notas com registros de cartas de alforria foi encontrado para o I Ofício e nenhum para o II. Os registros de alforria nos 1840, portanto, estão em menor número que em relação as décadas posteriores.

> passando a representar 49,7%; nas duas últimas décadas da análise, a queda foi maior, atingindo as porcentagens de 32,1% no decênio de 1870 e 27,5% nos anos 1880.[6]

Analisando as alforrias para a cidade de São Paulo durante o século XIX, Enidelce Bertin também encontrou diminuição do número do registro de cartas de alforria após o ano de 1850[7]. Para a autora, a queda do número de registros de alforrias estava atrelada à diminuição do contingente escravo na cidade de São Paulo.

> A extinção do tráfico africano em 1850 e a consequente busca por escravos no mercado interno contribuíram para alterar de alguma forma a presença escrava na cidade. Primeiramente, porque as vendas de escravos para os fazendeiros tornaram-se uma oportunidade de negócio para os proprietários urbanos que quisessem se desfazer de algum cativo – o que teria sido um dos fatores de diminuição da população escrava na cidade.[8]

Em contrapartida, nas regiões economicamente mais dinâmicas, o movimento das alforrias é inverso ao revelado acima, ou seja, aumenta durante a segunda metade do século XIX. Lizandra Meyer Ferraz, baseada em extensa documentação – testamentos, inventários *post mortem*, autos de prestação de contas testamentárias e cartas de alforria –, analisou as alforrias em Campinas em dois períodos (1836-1845 e 1860-1871), e constatou que após a extinção do tráfico internacional de escravos houve um aumento das alforrias, sobretudo para as grandes escravarias. Para Ferraz,

> o aumento nesta frequência deve estar ligado à adoção de uma política senhorial de controle tanto da população cativa (através da expectativa de liberdade) quanto da população liberta (através do recurso da gratidão) numa época em que os primeiros sinais do fim da escravidão já estavam sendo soados[9].

---

[6] TEIXEIRA, 2001, p.31

[7] Enidelce Bertin estudou as cartas de alforria para a cidade de São Paulo durante o período 1800-1888. No total, a autora analisou 1.105 cartas correspondentes a 1.338 escravos. Objetivando melhor compreensão das alforrias no contexto político da escravidão no oitocentos, a autora, baseando-se na legislação abolicionista, considerou três recortes cronológicos: 1800-1849, 1850-1870 e 1871-1888. Das 1.105 cartas analisadas, 917 foram registradas no período 1800-1850; 221 no período 1850-1871; e 162 no período de 1871-1888. Segundo Bertin, "*a maior incidência de cartas de liberdade na primeira metade do século indica a força da prática costumeira de alforriar, mesmo antes das pressões legais ou da campanha abolicionista. A queda nas alforrias na segunda metade do século teria sido efeito da crise na oferta de mão-de-obra a partir da lei de 4 de setembro de 1850. (...). O pequeno número de registros de cartas que se verifica na última década sugere a gradual rarefação no número de escravos na cidade – em parte, produto da transferência de escravos para o interior no momento de falta de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras*" (BERTIN, 2004, pp.69-70).

[8] BERTIN, 2004, p.49.

[9] FERRAZ, 2006, p.87.

A investigação realizada por Hebe Maria Mattos para as fazendas cafeeiras do Sudeste brasileiro revela que, no período posterior ao fim do tráfico, quando a mão-de-obra escrava começou a escassear, não foi verificada uma diminuição das alforrias, que, segundo Mattos, foi resultado da maior pressão dos escravos e da crise na autoridade senhorial. Segundo a autora, no final da escravidão, a autoridade moral dos senhores estava em risco, por isso, as alforrias funcionariam como estratégia senhorial para manter a disciplina dos libertos.

Antônio Henrique Duarte Lacerda analisou os padrões de alforria para a região cafeeira de Juiz de Fora no período 1844-1888 através de 744 cartas de liberdade. Segundo o autor, deste total, 56,71% foram concedidos no período 1844-1880, e 43,49% nos últimos anos do período escravista, ou seja, entre 1881-1888 (LACERDA, 2006, p.63). Os dados de Lacerda aproximam-se dos estudos historiográficos acerca do tema que apontam a década de 1880 como o momento no qual ocorreram mais alforrias, muitas delas coletivas, em virtude das campanhas abolicionistas.

1-O perfil do escravo alforriado para a localidade de Mariana durante a segunda metade do século XIX.

A maioria das 424 cartas da nossa amostragem – 85,9% do total – referia-se à concessão de liberdade de um escravo. Apenas em três cartas o número foi superior a nove escravos. Conforme revela a Tabela 1, as cartas traziam informações sobre a alforria de 568 cativos, sendo 264 homens – 46,4% do total dos alforriados – e 304 mulheres – 56,5%.

Tabela 1 – Escravos alforriados segundo o registro de carta de liberdade (Mariana, 1840-1888)

Número de escravos por carta de liberdade	Número de cartas de alforria	%	Total de escravos
1	364	85,9	364
2 – 5	53	12,5	138
6 – 9	4	0,9	27
10 ou mais escravos	3	0,7	39
Total	424	100	568

As cartas de alforria geralmente traziam prenome, idade, cor e naturalidade referentes aos escravos alforriados. Elas poderiam conter ainda informações sobre o estado civil, a filiação, a ocupação e o valor dos escravos. Através dessas informações e da análise quantitativa, traçamos abaixo o perfil do escravo libertado em Mariana verificando se as características do alforriado modificaram-se ao longo das décadas de análise. A população escrava que vivia nas propriedades marianenses deste período caracterizava-se pela baixa razão entre os sexos; alta porcentagem de crianças; pequeno número de africanos, evidenciando tratar-se de uma população que se reproduzia de maneira endógena.[10]

Segundo a historiografia, independente de local e período, ocorria o seguinte padrão entre os alforriados: predomínio de mulheres (embora fossem minoria entre os escravos); favorecimento dos crioulos em detrimento dos africanos; maior incidência para a população parda; elevado percentual de velhos e inválidos. Peter Eisenberg, estudando as alforrias em Campinas durante o século XIX, reforça alguns destes traços, mas busca matizá-los, mostrando como ao longo do século XIX mudaram as motivações e, consequentemente, o perfil do libertando. Assim, até 1870,

> enquanto a maioria da população escrava era masculina, negra, crioula, nas idades produtivas e empregada como mão-de-obra não qualificada, as alforrias registradas foram desproporcionalmente distribuídas entre escravas mulatas, crioulas, muito jovens ou, em menor grau, muito velhas, empregadas no serviço doméstico.[11]

Entretanto, nas últimas décadas da escravidão, Eisenberg observou mudanças neste perfil que apresentava-se mais próximo daquele da maioria da população escrava:

[10] TEIXEIRA, 2001
[11] EISENBERG, 1989, p.292.

> Embora a economia local tenha experimentado uma prosperidade baseada no café, o número de alforrias aumentou bem mais rapidamente do que a população escrava, e o indivíduo alforriado foi majoritariamente um escravo homem, negro e, por força das leis de 1850, 1871 e 1885, um crioulo na faixa etária mais produtiva de 11 a 49 anos.[12]

A Tabela 2 demonstra a distribuição de alforrias entre os sexos ao longo do período 1840-1888. As mulheres (com exceção dos anos 1870) foram ligeiramente predominantes entre os libertos, e esta proporção pouco variou ao longo das décadas. Analisando a totalidade das cartas registradas, as mulheres compunham 53,6% dos agraciados com a carta de alforria, enquanto os homens representavam 46,4%. Na análise por décadas e de acordo com o sexo dos libertos, vemos que as porcentagens das alforrias concedidas às mulheres, com exceção da década de 1870, permaneceram sempre pouco acima dos 50%.

Tabela 2: Alforriados segundo o sexo ao longo do período 1840-1888 (Mariana)

Décadas	Homens	Mulheres	Total
1840-1849	49 (45,4%)	59 (54,6%)	108
1850-1859	80 (45,2%)	97 (54,8%)	177
1860-1869	49 (46,7%)	56 (53,3%)	105
1870-1879	52 (51,5%)	49 (48,5%)	101
1880-1888	33 (43,4%)	43 (56,6%)	76
Total	263 (46,4%)	304 (53,6%)	567

Fonte: Cartas de alforria – Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

Em pesquisa anterior, que tinha como objeto principal as famílias escravas em Mariana para o período 1850-1888, trabalhamos com uma amostragem da população mancípia – extraída dos inventários *post-mortem* – de 3.795 escravos e 141 ingênuos,

[12] EISENBERG, 1989, pp.299-300. Enidelce Bertin, em estudo já citado, também encontrou a maioria das cartas sendo concedidas às mulheres. A autora encontrou 780 forras (58,3%) e 558 forros (41,7%) (BERTIN, 2004, p.109). No entanto, distribuindo os alforriados segundo o sexo em três subperíodos – 1800-1850; 1850-1871 e 1871-1888 – a autora constatou que, embora a superioridade do número das alforrias para as escravas ocoresse nos três momentos, a diferença entre os alforriados do sexo feminino e os do sexo masculino diminuiu. No primeiro subperíodo (1800-1850), elas eram 60,4% do total de alforriados; no subperíodo 1850-1871 representaram 57,8%; e, no período de 1871-1888, representavam 51,7% (BERTIN, 2004).

sendo 2.188 do sexo masculino, o que representava 55,6% do total da amostra e 1.748 do sexo feminino (44,4%)[13]. Essas porcentagens são proporcionalmente inversas às relativas às alforrias, ou seja, embora em menor número na população total, as mulheres conquistavam com maior facilidade a carta de liberdade. Conforme vemos pela Tabela 3, a superioridade númerica dos homens no contingente escravo é observada para todas as décadas (sempre em torno dos 50%), assim como a maior probabilidade das mulheres alcançarem a alforria também é percebida em todas as décadas, à exceção de 1870-1879.

Tabela 3: Populações escrava e alforriada ao longo das décadas e segundo o gênero

Décadas	**Contingente escravo segundo inventários *post-mortem****		**Contingente alforriados segundo cartas de liberdade**	
	Homens	**Mulheres**	**Homens**	Mulheres
1840-1849			49 (45,4%)	59 (54,6%)
1850-1859	667 (55,8%)	528 (44,2%)	80 (45,2%)	97 (54,8%)
1860-1869	669 (58,5%)	474 (41,5%)	49 (46,7%)	56 (53,3%)
1870-1879	612 (52,8%)	548 (47,2%)	52 (51,5%)	49 (48,5%)
1880-1888	240 (54,8%)	198 (45,2%)	33 (43,4%)	43 (56,6%)
Total	**2188 (55,6%)**	**1748 (44,4%)**	**263 (46,3%)**	**305 (53,7%)**

*TEIXEIRA, 2001.

A maior probabilidade de as escravas conquistarem a alforria, embora em menor número na população cativa, foi destacada por outros estudos. Herbert Klein e Francisco Vidal Luna encontraram 55% dos alforriados de São Paulo e Minas Gerais formados por mulheres, embora representassem apenas 39% das mulheres (KLEIN & LUNA, 2000). Analisando cartas de alforrias para o período 1870-1888, registradas na localidade de Rio das Contas, situada no Alto Sertão Baiano e voltada para o cultivo de gêneros de subsistência, criação de gado e tropeirismo, Maria de Fátima Pires encontrou dados próximos aos averiguados para Mariana. Segundo a autora, os homens equivaliam a 44,7% das alforrias enquanto as mulheres eram 55,3%. Considerando uma amostragem obtida para o período de 1860-1888 através de inventários *post-mortem*, a

[13] TEIXEIRA, 2001, p.63

autora constata que os homens estavam em ligeira vantagem numérica – do total de 1.710 escravos inventariados, 606 eram mulheres e 612 eram homens. Entretanto, esse equilíbrio poderia ser alterado caso fosse explicitado o sexo das 418 crianças e 74 idosos. Para Maria de Fátima Pires, um aspecto que explica a superioridade das mulheres entre os alforriados seria o valor das alforrias, menor entre as escravas do sexo feminino. Examinando os livros de notas do tabelionato de Rio de Contas, da década de 1870, Pires calculou que entre os escravos que foram alforriados mediante pagamento, a média de preço para as mulheres foi de Rs. 496$000 e, para os homens, Rs. 778$000. Na década de 1880, a média do valor das alforrias foi de Rs. 299$000 para as mulheres e Rs. 490$000 para os homens.[14]

Kátia Mattoso, buscando explicar a maior participação das mulheres entre os alforriados em Salvador do século XIX, ressaltou que, muitas das vezes, o menor preço das cativas era resultado da maior proximidade delas com seus senhores. Segundo Mattoso,

> as cartas de alforria outorgadas a um preço baseado na estima entre proprietário e escravo subvalorizam o cativo, enquanto o preço dos demais se mantém próximo da cotação do mercado de mão-de-obra servil[15].

Peter Eisenberg buscando explicar a superioridade das mulheres entre os alforriados de Campinas, também menciona seus preços mais baixos, além do fato de a mulher escrava possuir mais oportunidades para estabelecer laços afetivos com seus donos. Todavia, o pesquisador sugeriu ainda uma terceira hipótese para a compreensão deste aspecto e que estaria ancorada nas "circunstâncias especiais da família escrava". Já que o filho seguia a condição legal da mãe estipulada pelo *partus sequitur ventrem*,

> a própria família escrava deveria ponderar sobre a importância de salvar da escravidão os futuros irmãos, filhos e netos, através da alforria das escravas. (...). Assim, fosse a família escrava solidária, fosse ela fragmentada, de qualquer maneira a mulher escrava seria preferida para alforria.[16]

---

[14] PIRES, 2006, p.165

[15] MATTOSO, 1990, p.183, 191. Segundo a historiografia, as mulheres seriam favorecidas pela manumissão por predominarem no ambiente doméstico; pelos vínculos pessoais e afetivos mantidos com seus senhores; por demonstrarem um comportamento mais subserviente em relação aos homens atendendo, assim, à expectativa dos proprietários de transformarem os libertos em dependentes; por serem menos imprescindíveis nas atividades produtivas. Mary Karasch, estudando a cidade do Rio de Janeiro para o período 1807-1831, coletou 1.319 cartas de alforria, sendo 479 alforrias referentes a escravos e 840 a escravas, ou seja, quase 64% dos escravos alforriados eram mulheres (KARASCH, 2000, p.451). A autora também destaca a relação de proximidade entre escrava e proprietários (KARASCH, 2000, p.453). Além do mais, elas poderiam "*acumular dinheiro graças às muitas oportunidades que a cidade oferecia para comprar e vender frutas, verduras, doces e coisas variadas*" (KARASCH, 2000, p.454).

[16] EISENBERG, 1987, p. 184

Enidelce Bertin, constatanto a superioridade das mulheres nas alforrias de São Paulo, também destaca, entre outros fatores, o menor preço das cativas, a maior aproximação com seus senhores, maiores oportunidades em acumular pecúlio e casos de alforrias concedidas a escravas que conquistaram a liberdade "pelas crias geradas". Segundo a autora,

> para que as alforrias das mães escravas conferissem vantagem para os proprietários, estes deveriam continuar escravizando os filhos delas depois de libertá-las, o que ocorreria se estes já não fossem mais crianças – em função do direito romano de o filho acompanhar a condição da mãe. Se o senhor justificava a liberdade da escrava pelos novos escravos "dados" por ela, podemos inferir que os filhos já estão crescidos, portanto podem ser separados da mãe. Portanto, para o proprietário, a alforria é prêmio à escrava que lhe deu outros escravos. Ainda que seus filhos continuassem escravos, estava colocada uma possibilidade para que a mãe, agora liberta, viesse resgatá-los da escravidão futuramente.[17]

Também encontramos em Mariana seis cartas que justificavam as alforrias das escravas pelas *crias* que produziram. Este foi o caso da escrava Bárbara que, no ano de 1845, recebeu a carta de alforria das mãos da senhora Antônia Maria de Jesus. Dizia o registro que, depois da senhora receber 400 mil réis "*e em atenção a dita escrava já ter nos dado sete crias*", a escrava Bárbara gozaria da liberdade como se nascesse de ventre livre[18]. A escrava Maria do Carmo, que tinha de idade entre 30 e 40 anos, obteve a carta de alforria no ano de 1847 das mãos da senhora Ana Joaquina Gomes com a condição de servir a senhora enquanto for viva "pelos bons serviços que me tem prestado bem como pela produção de filhos"[19]. A escrava Francisca, de 50 anos, pertencente ao senhor Joaquim Inácio de Ramos e sua mulher Manuela Joaquina do Espírito Santo, foi alforriada no ano de 1870 "sem cláusula ou condição alguma por nos ter dado crias e por isso queremos que este nosso escrito lhe sirva de prova"[20]. A escrava Antônia pertencente ao senhor Joaquim Antônio Gomes, falecido, recebeu, no ano de 1857, carta de alforria "por ter a mesma gerado muitas crias"[21].

Algumas cartas concediam alforria às mães escravas e enfatizavam que a liberdade não alcançava seus filhos. Vejamos a carta concedida à escrava Maria africana, pertencente a Manuel Gonçalves da Cunha e que teve no ano de 1843 sua carta

[17] BERTIN, 2004, p.141
[18] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, livro de notas número 112 (1844-1850), p.49.
[19] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, livro de notas número 112 (1844-1850), p.33v.
[20] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, livro de notas número 120 (1867-1872).
[21] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II ofício, livro de notas número 14 (1851-1855), p.54v.

registrada "ficando os seus filhos pequenos sujeitos ao cativeiro querendo o pai ou a mãe tirá-los ficam com o preço de 300 mil réis cada um, sendo uma de nome Maria e outra de nome Ana"[22]. No caso da escrava Maria Vitória, seus filhos – José, Josefa, Germana, Felisberta, Maria, Honório e Patrício – também foram contemplados com a carta de alforria das mãos da senhora Ana Joaquina de Araújo, no ano de 1849, "em atenção aos bons serviços por eles prestados e por mim recebidos" com a condição de servir a senhora enquanto vivesse[23].

Tabela 4: Escravos alforriados segundo gênero e idade (Mariana - 1840-1888)

Faixa etária	Homens		Mulheres		Total	
	n	**%**	***n***	**%**	***n***	**%**
0-14	30	13,8	31	14,3	61	28,1
15-20	12	5,5	11	5,1	23	10,6
21-30	14	6,5	26	12,0	40	18,5
31-40	18	8,3	24	11,1	42	19,4
41-50	10	4,6	10	4,6	20	9,2
51-60	3	1,4	6	2,7	9	4,1
61-70*	12	5,5	10	4,6	22	10,1
Total	**99**	**45,6**	**118**	**54,4**	**217**	**100**

Fonte: Cartas de Alforrias – Arquivo da Casa Setecentista de Mariana
*nenhum escravo foi descrito com idade superior a 70 anos

Nem todas as cartas informavam a idade dos alforriados. Dos 568 escravos registrados nas cartas, apenas 217 tiveram a idade mencionada, o que corresponde a 38,2% dos alforriados. Deste universo, 28,1% referiam-se a crianças. A alta porcentagem de crianças beneficiadas com a carta de alforria deve-se a sua boa representação na população total. Em pesquisa anterior, acerca da família escrava em Mariana no período de 1850-1888, constatamos que as crianças eram 30,5% da população escrava analisada[24].

Examinando as alforrias para o Rio de Janeiro das primeiras três décadas do século XIX, período de intensa entrada de escravos africanos na cidade, Mary Karash encontrou, de um universo de 1.319 cartas, apenas 176 destinadas às crianças, o que correspondeu a 13% da amostra[25]. A autora atribuiu a pequena participação das crianças na população contemplada pelas cartas de liberdade, pela baixa participação das

[22] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, livro de notas número 112 (1844-1850), p.30.
[23] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, livro de notas número 113 (1850-1854), p.3.
[24] TEIXEIRA, 2001, p.122.
[25] KARASCH, 2000, p.455.

mesmas na população cativa do Rio de Janeiro. Nas cartas concedidas às crianças escravas, Karasch destaca a afeição como a justificativa mais presente nos registros.

> De modo geral, a explicação mais comum para a alforria de crianças era o fato de serem crias. "Cria da casa" ou "amor de criação" era frequentemente a única explicação dada ou necessária para uma determinada alforria; mas alguns senhores, ao libertar sua cria, entravam em pormenores, declarando seu amor e afeição pela criança – "por causa do muito amor, porque ele é minha cria" ou por causa da "afeição cordial que ela tem pelo negrinho, pois ele é sua cria". Essas expressões de amor em relação às crias documentam os laços familiares e de amizade que levavam seus donos a dar-lhes a liberdade)[26].

Observando as cartas concedidas a crianças escravas em Mariana, vemos muitos casos de alforrias concedidas tendo como justificativas o "amor por tê-lo criado" ou "pelo amor que tenho adquirido" ou "pelo grande amor e parentesco espiritual". Das 61 crianças alforriadas, 12 tiveram como justificativas o "amor" ou a "afeição". O pequeno Justo, de 6 anos, foi uma dessas crianças beneficiadas pela carta de alforria. Segundo seu proprietário, o Barão do Itabira, que registrou a carta no ano de 1855, a liberdade seria concedida sem ônus algum "ao meu cabritinho Justo de idade de seis anos só por amor de sua criação"[27]. Em outras cartas, mesmo o amor sendo ressaltado, cabia à criança alforriada alguma condição. Matheus, de 8 anos, foi alforriado pela senhora Caetana Pulchéria da Encarnação no ano de 1848 devido à grande afeição e ao fato de a senhora tê-lo criado como filho com a condição, segundo palavras da autora, "de acompanhar-me enquanto vivo for na condição de escravo"[28]. A menina Sebastiana, de 7 anos, foi beneficiada com a carta de alforria no ano de 1848 pelos casal Joaquim Severino da Costa e sua mulher Ana Joaquina da Encarnação. Como justificativa, o casal afirma que concede a alforria à crioulinha Sebastiana "pelo muito amor de criar em nossos braços". Entretanto, ressaltam "ficará gozando de sua liberdade como se de ventre livre nascesse com a condição porém de nos acompanhar e nos servir enquanto vivo formos"[29]. Cabe observar, no entanto, que muitas dessas "expressões de amor" não dispensavam a prestação de serviços na condição de escravo até o fim da vida de seus senhores.

[26] KARASCH, 2000, p.457. Segundo Maria de Fátima Pires as crianças alforriadas representaram aproximadamente 22,5 % das cartas de alforrias registradas no município baiano de Rio de Contas nas décadas de 1870 e 1880. Também no sertão, a alforria concedida às crianças se explica, geralmente, pelo fato de "serem crias da cas" (PIRES, 2006, p.148).
[27] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II ofício, livro de notas número 114 (1851-1855), p.14v.
[28] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II ofício, livro de notas número 112 (1851-1855), p.58v-p.59.
[29] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II ofício, livro de notas número 114 (1851-1855), p.90v-p.91.

Em outras ocasiões, a condição era o pagamento de uma certa quantia em dinheiro. Para a alforria da escravinha de nome Sebastiana, de 4 anos e 4 meses, a condição exigida pela proprietária, Joana Correia Leal, foi do pagamento de Rs 500$000. A carta, registrada no ano de 1856, mencionava que a quantia havia sido paga pelo senhor Clementino Gonçalves Leal[30]. Perciliana, de 2 anos, escrava de José Thomas de Carvalho, recebeu a carta de alforria depois do pagamento de Rs 200$000. Mesmo sendo satisfeita essa condição, a carta registrada no ano de 1869, mencionava que a menina deveria ficar em companhia do proprietário até que "a idade de emancipação se antes não efetivar bom casamento"[31].

Em três cartas, as crianças alforriadas haviam nascido após a lei do ventre livre. Nesses casos, as crianças foram descritas como ingênuas e os senhores enfatizavam que cediam o direito que tinham em seus serviços. Em duas ocasiões, os senhores receberam pagamento em dinheiro em troca da concessão da carta de liberdade dos ingênuos. Nestas últimas, as quantias foram quitadas pelos padrinhos.

Calculando a razão entre os sexos, vemos que na faixa etária correspondente às crianças, há equilíbrio entre os sexos, assim como acontece entre os maiores de 50 anos. Mais da metade das cartas de alforria, 57,7%, foi concedida a escravos que tinham entre 15 e 50 anos. Para esta faixa etária, as mulheres estão em número bastante superior aos homens: a razão entre os sexos foi de 131. Entre as razões para a maioria das alforrias serem concedidas a escravos na faixa etária dos 15-50 anos está a superioridade númerica na população total – segundo dados obtidos através da amostragem de inventários *post-mortem* para o período 1850-1888, os escravos entre a faixa etária 15-44 correspondiam a 43,9% dos escravos[32]. Como justificativa, normalmente, estavam os bons serviços prestados, a lealdade, etc.

A Tabela 4 indica ainda que 14,2% das cartas de alforria referiam-se a escravos com mais de 50 anos. Os maiores de 50 anos também eram minoria na população cativa total. Em pesquisa anterior, considerando a amostragem obtida através dos inventários *post-mortem*, encontramos 15,7% dos escravos com mais de 44 anos no período 1850-1888 (TEIXEIRA, 2001, p.21)[33]. Analisando as justificativas para a alforria de escravos acima dos 50 anos, as cartas revelam que muitos alcançavam a alforria em retribuição

[30] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II ofício, livro de notas número 117 (1854-1857), p.67v-p.68.
[31] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II ofício, livro de notas número 120 (1867-1872), p.32-p.32v.
[32] TEIXEIRA, 2001, p.21.
[33] Em Rio de Contas, as cartas de alforria de idosos alcançaram 18,1% na década de 1870, e 11,1% na década seguinte (PIRES, 2006, p.161).

aos serviços prestados. Delfina, de 60 anos, escrava de Dona Tereza Marcelina de São Joaquim, teve sua carta de alforria registrada no ano de 1853, sem ônus algum, "em atenção ao seu bom procedimento e serviços prestados"[34]. Elias, de 70 anos, recebeu carta de alforria no ano de 1855 sem nenhuma condição das mãos do Barão de Itabira em retribuição aos bons serviços prestados[35]. José, descrito como velho, escravo de Dona Ana Ferreira Gomes recebeu sua carta de alforria no ano de 1880 "em razão de sua fidelidade e amor com que me criou e bons serviços que me tem prestado lhe confiro plena e geral liberdade", com a condição de servir a sua senhora enquanto for viva[36]. Algumas cartas justificavam a alforria pela idade e saúde debilitada. A escrava Brígida, de idade avançada, foi alforriada no ano de 1855 pelo Barão de Itabira "pelo preço de duzentos mil reis em razão da sua avançada idade e crônicas enfermidades que padece"[37]. Para o final do período escravista, encontramos cartas que alforriavam escravos idosos baseadas na Lei do Sexagenário. Os sexagenários Luiz, Francisca, Josefa, Teresa Grande e Teresa, pertencentes ao Coronel João Mariano Rodrigues Teixeira Pereira tiveram a alforria decretada em detrimento da lei de 1885.

Tabela 5: Escravos alforriados segundo gênero e origem (Mariana - 1840-1888)

Origem							
Africanos				**Crioulos**			
Homens		**Mulheres**		**Homens**		**Mulheres**	
n	%	*n*	%	*n*	%	*n*	%
41	58,6	29	41,4	161	45,6	192	54,4
70 (100%)				353 (100%)			

Para 423 alforriados conseguimos informações acerca da origem. Conforme a Tabela 5 revela, a predominância foi dos crioulos (353 casos, o que equivalia a 83,4% do total de escravos alforriados), enquanto os africanos representavam 16,6%. De acordo com a amostragem de escravos obtida pelos inventários *post-mortem* para o período 1850-1888, sabemos que a porcentagem de africanos era pequena na população de Mariana durante a segunda metade do século XIX, o que diminuía as oportunidades

[34]Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II ofício, livro de notas número 12 (1851-1855), p.52.
[35] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II ofício, livro de notas número 14 (1851-1855), p.43v.
[36] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, II ofício, livro de notas número 22 (1872-1883), p.28v.
[37]Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, livro de notas número 117 (1854-1857), p.25-p.25v.

de alcançar a alforria. Por outro lado, os crioulos, que possuíam redes sociais mais amplas, encontravam maiores oportunidades de conquistar a sua carta de liberdade.[38]

Ainda examinando a Tabela 5, vemos que quando analisadas as alforrias segundo a origem e o sexo, africanos e crioulos tiveram comportamentos diversos. Entre os africanos, os homens foram maioria nos registros de alforrias, 58,6% das cartas concedidas. Já as mulheres eram 41,4% das cartas concedidas aos africanos. Pensando que as cativas africanas representavam uma parcela bastante pequena da população escrava – apenas 113 escravas (2,9% da população amostrada) foram descritas como africanas na amostragem de 3.936 escravos arrolados nos inventários para o período 1850-1888 realizada tendo como fonte os inventários *post-mortem*.[39] Diante da baixa representação na população total, a porcentagem de alforrias para as mulheres africanas, 41,4%, chega a ser bastante expressiva.

As cartas concedidas aos escravos crioulos seguem o comportamento já descrito, ou seja, embora as mulheres estivessem em minoria na população cativa total, eram maioria entre os alforriados.

Tabela 6: Escravos alforriados segundo gênero e cor (Mariana - 1840-1888)

Cor	Homens		Mulheres		Total	
	N	**%**	***n***	**%**	***n***	**%**
Preto	16	9,9	10	6,2	26	16,1
Pardo	43	26,5	59	36,4	102	62,9
Cabra	12	7,4	15	9,3	27	16,7
Mulato	3	1,9	2	1,2	5	3,1
Fula	1	0,6	-	-	1	0,6
Mista	-	-	1	0,6	1	0,6
Total	75	46,3	87	53,7	162	100

Fonte: Cartas de Alforrias – Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

[38] "*Em Mariana, os crioulos – maioria absoluta – perfaziam, nas duas primeiras décadas, pouco mais de 60% e, nas duas últimas, respectivamente, 80% e 82,7%. Já a participação de africanos, como esperado, mostrava-se em queda com o passar do tempo: na década de 1850, eram 15,1% dos escravos e, na de 1880, apenas 4,1%*" (TEIXEIRA, 2001, p.64). Douglas Cole Libby e Afonso de Alencastro Graça Filho analisando as cartas de alforrias na freguesia de São José do Rio das Mortes durante o período de 1750-1850, perceberam que a porcentagem de africanos nas cartas de alforria diminuiu a medida que o tempo passava. De acordo com as palavras dos autores "*durante a primeira metade da dévada de 1750, quando a presença dos nativos ainda deveria ser bastante reduzida, os africanos superavam os escravos brasileiros na razão de dois para um. Tal situação nunca mais se repitiria – pelo menos não entre as cartas de alforria de São José. Para o período 1751-1799, os africanos representavam 37,4% de todos os escravos alforriados e os nativos, 62,6%. A partir de 1800, os nativos constituíam nada menos que 85,1% dos libertos, enquanto os africanos, 14,9%"* (LIBBY & GRAÇA FILHO, 2003, p.128).

[39] TEIXEIRA, 2001, p.65

Observando a cor dos alforriados, vemos que eram majoritariamente miscigenados. Dos 162 escravos que tiveram a cor descrita nas cartas, apenas 16,1% foram descritos com a cor preta. Já para 83,9%, a descrição da cor revelava uma população miscigenada[40]. Entre os escravos miscigenados, os pardos sobressaíam, seguidos pelos cabras. Pouco representativos estavam os mulatos, fulas e mistos[41]. Nossos dados se aproximam daqueles encontrados por Maria de Fátima Neves para Rio de Contas. Segundo a autora, na segunda metade do século XIX, em virtude da miscigenação e do fim do tráfico atlântico, os pardos compunham a maioria dos escravos nas últimas décadas do século XIX (os "pardos" correspondiam a um terço dos escravos alforriados na década de 1870, e metade deles na década seguinte)[42].

Ainda buscando o perfil do alforriado, embora a grande maioria fosse crioula, apenas 130 tiveram a filiação descrita nas cartas (22,9% do total de escravos beneficiados libertos). Deste total, 14 tiveram pai e mãe descritos. Para os demais, apenas o nome da mãe foi mencionado.

Observando as 424 cartas, vemos 38 grupos familiares sendo beneficiados com a alforria. Ao todo, foram 103 escravos, o que correspondia a 18,1% do total de escravos beneficiados com a carta de alforria[43]. Possivelmente houve subdescrição com relação

[40] Resultado, entre outras questões, da carência de mulheres brancas, o processo de miscigenação iniciado pela "descoberta" do Novo Mundo tem sido entendido como uma marca característica do movimento de conquista da América portuguesa no século XVI, promovendo uma ocidentalização de índios e negros, pelos colonizadores. A conquista não teria sido só dos territórios, mas também das almas e dos corpos. "*Se pensarmos a miscigenação pelo seu aspecto meramente biológico, é claro que houve um processo forçado por parte do europeu, produzindo uma relação de extrema violência. Além de violento, foi um processo singular e desigual, em que predominou a relação pai-europeu/mãe-índia ou negra. Se pensarmos em termos de trocas culturais, podemos também acreditar que prevaleceu uma ocidentalização, visível nas principais instituições, na língua, na escrita, no sistema numérico, entre outros*" (PAIVA, 2003, p.169).

[41] A descrição da cor da população escrava brasileira costumava ser bastante arbitrária. Fato certo é que pardos, cabras e mulatos descendiam da miscigenação entre a população negra e a população branca. B. J. Barickman, analisando listas nominativas de duas freguesias rurais do Recôncavo Baiano para o ano de 1835, percebeu que os não-brancos representavam uma parcela significativa da população proprietária de escravos – cerca de um terço dos escravistas eram pretos, pardos e cabras (BARICKMAN, 1999). Segundo o autor, "os recenseadores de Santiago do Iguape e São Gonçalo dos Campos utilizaram tão-somente quatro categorias de 'cor', entre elas: 'branco', 'preto', e também 'pardo' – sendo que 'pardo' equivaleria a 'mulato' e indicaria algum grau de miscigenação afro-européia. 'Cabra', a quarta categoria, pelo menos em princípio, se referia a indivíduos que nasceram da união de um pardo com um preto ou que eram filhos de dois cabras. 'Cabra' portanto também corresponderia a uma 'cor' percebida como intermediária entre o 'preto' e o 'pardo" (BARICKMAN, 1999, p.12). O "fula" seria "*o que é mestiço de negro com mulata ou de mulato com negra"*
Ver também REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 15-16; p.148); KARASCH, 1987, p.6.

[42] PIRES, 2006, p.166.

[43] Ao examinar os vínculos familiares para o periodo 1850-1888, deparamo-nos com a porcentagem de 36,3% dos escravos inseridos em famílias (TEIXEIRA, 2001, p.107).

ao parentesco dos alforriados. Muitas cartas concedendo liberdade a mais de um escravo poderia tratar de escravos aparentados, porém a escassez de informações descritas nas cartas (muitas vezes apenas o nome do escravo era mencionando) não nos possibilita conhecer tais ligações.

Tabela 7: Famílias escravas beneficiadas com a concessão da carta de alforria (Mariana – 1840-1888)

Tipos de Família				
Casal	**Casal e filhos**	**Mãe e filhos**	**Irmãos**	**Total**
6	4	22	6	38

Pela Tabela 7, vemos que a grande predominância foi das famílias formadas por mães e filhos, sendo a maioria composta por mãe com um ou dois filhos (Tabela 8). Somente em quatro situações as cartas referiam-se a mães escravas com uma prole superior a quatro filhos (Tabela 8). A Tabela 7 ainda nos informa que 10 casais foram alforriados pelas cartas de liberdade no período 1840-1888. Deste total, seis casais receberam a carta sem nenhuma menção aos filhos. Outras duas registravam a alforria de um casal de escravos com três filhos. Um dessas cartas referia-se a casal com dois filhos; duas outras cartas libertavam casal com dois filhos. Uma quarta carta alforriava um casal de escravos com quatro filhos.

Em seis cartas, vemos a alforria de famílias composta apenas por irmãos. Para cinco casos, foi mencionada apenas a filiação materna e em um caso, pai e mãe foram mencionados. No momento, não temos informações que nos permitam dizer qual o destino dos progenitores dessas famílias de irmãos, porém, uma pesquisa em nosso banco de dados acerca dos inventários *post-mortem* para o período 1840-1888 poderá nos revelar o destino desses progenitores.

Tabela 8: Número de filhos das famílias alforriadas (Mariana- 1840-1888)

Tipos de família	**Número de filhos**						
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**
Casal com filhos	-	1	2	1	-	-	-
Mãe com filhos	10	8	-	-	2	1	1

Muitos estudos relativos à alforria concluíram que a família escrava, além de papel de destaque na experiência diária de resistência à escravidão, teve uma função importante no percurso que levava à liberdade. Tarcísio Botelho, pesquisando as alforrias em Montes Claros, norte de Minas Gerais, no século XIX, percebeu que muitas das alforrias eram resultados de lutas desses grupos familiares. De acordo com o autor,

> estas lutas pela liberdade reforçavam ainda mais os laços familiares. Vemos escravos que lutam não apenas por si, mas também por seus irmãos e outros parentes, reafirmando a importância da família para o cativo. O apoio mútuo permitido por ela reanimava o empenho em sobreviver dentro da escravidão e abria esperanças por um futuro de liberdade[44].

Isabel Cristina Ferreira dos Reis, estudando o tema das alforrias para a Bahia do século XIX, concluiu que a família escrava foi de importância fundamental na consecução do projeto de liberdade dos escravizados, pois

> para o escravo que tinha laços familiares, não bastava à liberdade individual. Ele buscava, persistentemente e das formas mais variadas, por meios legais, ilícitos ou até desesperados, livrar a si e aos seus familiares do cativeiro".[45]

Kátia Lorena Novais Almeida estudando as alforrias para Rio de Contas, região baiana caracterizada pela produção voltada para o mercado regional, também percebeu as relações familiares entre os escravos como um incentivo importante para o acesso à alforria, principalmente quando as alforrias foram conquistadas mediante pagamentos de quantias em dinheiro. Conforme demosntra a documentção – cartas de alforria, testamentos, registros de batismos, inventários *post-mortem*, ações de liberdade, etc –, muitos contavam com o auxílio de familiares para angariar fundos para a conquista da liberdade (ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia século XIX*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, (Dissertação de Mestrado em História), 2006).

Robert Slenes também assinalou a família como fundamental para a compra da liberdade dos seus membros. Segundo o autor

> a possibilidade de alforria para uma ou mais pessoas de sua família ou mediante a autocompra (com o montante das poupanças dos membros da família e com empréstimos de compadres escravos), algum arranjo com compadres livres (empréstimo seguido de contrato de locação de serviços), o a concessão "gratuita" ou condicional pelo senhor. (...) Para os escravos mais bem sucedidos na formação de pecúlios familiares e laços de dependência com pessoas de recursos, a liberdade, ao menos para uma pessoa da família, não deve ter sido

[44] BOTELHO, 1996, p. 196.
[45] REIS, 2001, p. 111.

> uma meta irrealista. Mesmo que ainda estivesse fora do alcance da maioria" (SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil:* Império. 7a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 276-277).

No que diz respeito às cartas de alforria compradas em Juiz de Fora, Lacerda conseguiu encontrar dez compras feitas por famílias envolvendo diversas relações familiares. Consoante o autor:

> As cartas compradas por familiares do alforriado somaram dez registros. Em quatro delas os maridos compraram as alforrias de suas esposas; em duas, os filhos compraram a alforria das mães; em uma, a mãe comprou a alforria da filha; em uma, a irmã comprou a alforria do irmão; em uma, um pai comprou a alforria de sua filha; em uma o noivo (livre) comprou a alforria de sua noiva.

A maioria das alforrias que envolveram grupos familiares foram concedidas sob condições, especialmente a que envolvia serviços, que normalmente eram prestados até a morte do senhor. Conforme veremos na segunda parte desse trabalho, a alforria sob condições foi o usual para a maioria dos escravos que receberam a carta de alforria em Mariana durante o período 1840-1888.

2-O padrão das manumissões em Mariana no período 1840-1888.

Considerando o período focado por nosso trabalho (1840-1888), buscamos identificar os padrões das alforrias a fim de apreender as transformações das concessões das cartas na conjuntrura das leis abolicionistas. Dividiremos nossas alforrias em condicionais – aquelas cujos escravos alcançariam a liberdade mediante alguma condição (pagamento em dinheiro e prestação de serviços); incondicionais (sem nenhuma condição explicita) e fornecidas pelo Estado, atendendo principalmernte a legislação abolicionista.

Tabela 9 - Tipos de alforria (Mariana – 1840-1888)

Condicional			Incondicional - sem ônus algum	Estado / Leis abolicionistas	Total
Prestação de Serviços	**Pagamento em dinheiro**	**Outros**			
259 45,9%	104 18,4%	1 0,2%	166 29,4%	34 6,1%	564 100%
	364 64,5%				

Para quatro escravos não conseguimos saber sobre a condição devido ao fato do documento se encontrar danificado.

Confirmando os estudos historiográficos, vemos a predominância das alforrias condicionais. Somando aquelas que foram concedidas mediante pagamento em dinheiro e prestação de serviços chegamos à porcentagem de 64,5%, mais que o dobro das alforrias incondicionais. Em menor porcentagem estavam as manumissões concedidas pelo Estado com base na legislação abolicionista que a partir de 1871 vigora no país. A Lei Rio Branco, além de libertar as crianças que nascessem de ventre escravo, instituiu um fundo financeiro que tinha como propósito a emancipação de escravos e permitiu ao cativo a acumulação de pecúlio para ser usado na compra da própria alforria. O Estado passou a mediar as relações entre escravos e seus senhores, retirando destes a administração da esperança da alforria junto a seus cativos.

Tabela 10 - Tipos de alforria por décadas (Mariana – 1840-1888)

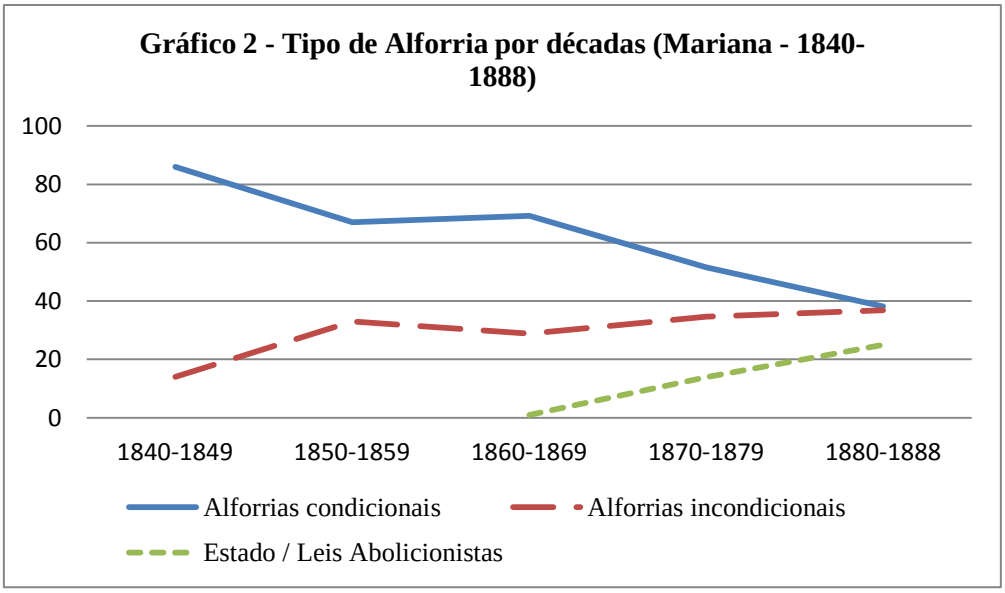
Décadas	Condicional			Incondicional - sem ônus algum	Estado / Leis abolicionistas	Total
	Prestação de Serviços	Pagamento em dinheiro	Outros			
1840-1849	73 68,2%	19 17,8%	-	15 14,0%	-	107*
	92 86,0%					
1850-1859	80 45,4%	38 21,6%	-	58 33%	-	176**
	118 67,0%					
1860-1869	53 51,0%	19 18,2%	1 1,0%	30 28,8%	1 1,0%	104***
	72 69,2%					
1870-1879	33 32,7%	19 18,8%	-	35 34,6%	14 13,9%	101
	52 51,5%					
1880-1889	20 26,4%	9 11,8%	-	28 36,8%	19 25%	76
	29 38,2%					

*Para um escravo não conseguimos aferir sobre o tipo de alforria concedido.
** Para um escravo não conseguimos aferir sobre o tipo de alforria concedido.
***Para um escravo não conseguimos aferir sobre o tipo de alforria concedido

Distribuindo as alforrias por décadas, vemos que, de maneira geral, as alforrias condicionais estavam diminuindo ao longo do período enquanto as incondicionais cresciam em importância. Mesmo com essa observação, em todas as décadas a

porcentagem de condicionais foi superior às incondicionais, embora a diferença entre elas caia com o passar das décadas. Se, na década de 1840, as alforrias condicionais foram 86% das registradas e as incondicionais, 14%, nos anos 1880-1888, as alforrias condicionais foram 38,2% e as incondicionais 36,8%[46]. Transpondo esses dados para um gráfico, vemos que, nos anos 1880, a linha que representa as alforrias condicionais e a linha que representa as alforrias incondicionais quase se encontram (Gráfico 2).

[46] Nossos dados se aproximam dos encontrados por Enidelce Bertin que, investigando as cartas de alforria para a cidade de São Paulo durante o século XIX, observou que as alforrias onerosas foram as mais numerosas no decorrer de todo o Oitocentos, 72% do total das alforrias. Distribuindo os tipos de alforria por períodos (1800-1850; 1850-1871; 1871-1888), a autora concluiu "*que as onerosas (que envolveram pagamento e/ou condição) foram predominantes em todo o século, embora na última fase da escravidão tenha havido uma diminuição (respectivamente, 75,15%; 72,41%; 55,04%)*" (BERTIN, 2004, p.83). Já as alforrias sem qualquer ônus foram aumentando ao longo dos três períodos estudados pela autora (24,9%, 27,48%, 44,94%, respectivamente) (BERTIN, 2004, p.84). Segundo Bertin, "*isso poderia ser explicado pelas dificuldades dos proprietários da cidade de São Paulo em manter seus escravos, considerando que o tráfico interno provocava um abastecimento deficitário para o Sudeste, o que resultou no encarecimento da mão-de-obra*" (BERTIN, 2004, p.84). Diante dessa conjuntura, a alforria sem ônus em plena época de encarecimento da mão-de-obra escrava poderia ser o último recurso dos proprietários para agregar os libertos com o recurso da gratidão devida (BERTIN, 2004, p.84). Tarcísio Rodrigues Botelho encontrou porcentagens próximas às nossas para as alforrias descritas como gratuitas. Para o período de 1833-1842, o autor afirma que 28,0% das alforrias foram incondicionais e, para o período de 1878-1887, a porcentagem subiu para 29,7%. Para o primeiro período, o autor encontrou 68% das alforrias sendo condicionada ao pagamento em dinheiro ou em serviços. Para o segundo período essa porcentagem diminuiu para 58,7% do total de alforrias. Nesse período o autor também constatou que 10,8% das cartas não descreveram o tipo da alforria (BOTELHO, 1996). A análise das cartas de alforrias em Juiz de Fora para o período de 1844-1888 realizada por Antônio Henrique Duarte Lacerda também encontrou a maioria das cartas, 57,01%, sendo concedida com alguma condição e 42,99% concedidas incondicionalmente. As demais alforrias ficaram divididas entre parciais e verbas testamentárias. Entretanto, dividindo as alforrias por tipo segundo dois sub-períodos, o autor constata que, entre 1844 e 1860, as alforrias com alguma condição e aquelas incondicionais possuíram praticamente a mesma proporção. Entretanto, na década final do escravismo, as alforrias incondicionais mantiveram uma porcentagem proporcional às décadas anteriores, enquanto que as alforrias com alguma condição aumentaram significativamente" (LACERDA, 2006, p.65). Para o autor, "*este crescimento evidencia uma estratégia senhorial que visasa o controle sobre a escravaria nos anos que antecederam a abolição, à medida que a população escrava aumentava face à expansão do café*" (LACERDA, 2006, p.35). Os dados revelados por Lacerda diferem daqueles apresentados por nossa análise, assim como dos apresentados por Bertin e Botelho. Os diferentes comportamentos acerca das alforrias durante o século XIX devem ser explicados considerando o perfil econômico das localidades estudadas. Regiões mais dinâmicas como Juiz de Fora buscava estratégias que visavam assegurar a mão-de-obra escrava nas propriedades cafeeiras. Já regiões onde predominava propriedades com pequeno número de escravos, como era o caso de Mariana, Montes Claros – cuja economia estava baseada na produção de alimentos – e São Paulo – predominantemente urbana – o declínio do sistema escravista, após o fim do tráfico internacional de escravos, já estava acontecendo através, principalmente, da transferência de escravos via tráfico interno para regiões com produção voltada para o comércio externo. Assim, as alforrias tiveram um movimento diferente, embora não devemos deixar de mencionar que a prática de conceder alforrias sem ônus para os escravos não significava, de fato, desvencilhamento dos libertos com as propriedades em que viveram na condição de cativos. Lembramos ainda que, embora em número crescente das alforrias incondicionais, o predomínio, até a última década do sistema escravista, o predomínio foi das alforrias condicionais tanto para Mariana, quanto para Montes Claros e São Paulo.



O movimento das alforrias observado no Gráfico 2 deve ser explicado de acordo com a conjuntura da época. Sabemos que até 1850, embora já tivesse havido uma tentativa de proibição de entrada do escravos africanos no Brasil, foi somente a partir daquele ano que a proibição de fato acontece, modificando toda a estrutura da escravidão no país. Estabelecendo uma comparação entre a década de 1840 e 1850, vemos uma transformação brusca no padrão das alforrias. Enquanto na primeira década temos 86% das alforrias sendo concedidas sob condições, na década seguinte as mesmas caíram para 67%. Já as alforrias incondicionais sofrem movimento contrário, ou seja, aumentam de uma década para outra: enquanto na década de 1840 elas eram 14% do total, em 1850 elas eram 33%. Nos anos 1860, o padrão das alforrias permanece próximo ao estabelecido dos anos 1850. Nesta década, as alforrias condicionais eram 69,2% do total das alforrias registradas e 28,8% eram incondicionais. Para as últimas décadas da escravidão, as alforrias condicionais caem ainda mais, sobretudo nos anos 1880, quando chegam a representar 38,2% do total de alforrias. Consequentemente, as concedidas incondicionalmente crescem em representatividade, porém em proporção menor. As Tabelas 9 e 10 e o Gráfico 2 mostram ainda as alforrias concedidas pela intermediação do Estado, que aparecem em número significativo após 1871 por causa da legislação abolicionista que passa a vigorar no país. Antes desse ano temos notícia de apenas uma alforria concedida pelo Estado. Foi no ano de 1866 que o escravo Bernardino, de 35 anos, muito doente, por intermédio da Justiça requereu e conseguiu sua alforria justificando que detinha o dinheiro para compra de sua liberdade[47].

[47] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, I ofício, livro de notas número 118 (1864-1868), pp. 142-142v.

BIBLIOGRAFIA:

BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n.21-22, p.177-238, 1998-1999.

BOTELHO, Tarcísio R. As alforrias em Minas Gerais no século XIX. *LPH - Revista de História (UFOP*), Ouro Preto, v. 6, p. 191-199, 1996, p. 196.

EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. Unicamp, 1989.

ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforria na Bahia, 1819-1888. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil. Brasiliense*, 1988

FARIA, Sheila de Castro. A riqueza dos libertos: os alforriados no Brasil escravista. In: CHAVES, Claudia Maria das Graças e SILVEIRA, Marco Antônio (orgs). Território, conflito e identidade. Belo Horizonte/Brasília: Argvmentvm/CAPES, 2007, p.16.

FERRAZ, Lizandra Meyer. Testamentos, alforrias e liberdade: Campinas, século XIX. Monografia de conclusão de curso – Universidade Estadual de Campinas, 2006

FONER, Eric. O significado da liberdade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.8, no 16, mar./ago., 1988.

FREIRE, Jonis. Alforrias e tamanho das posses – possibilidades de liberdade em pequenas, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX). Varia Historia. Belo Horizonte, vol.27, n.45, p.211-232, jan/jun 2011.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro & LIBBY, Douglas Cole. Notarized and baptismal manumissions in the parish of São José do Rio das Mortes, Minas Gerais (c. 1750-1850). *The Americas*, v. 66, p.211-240, 2009.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GUEDES, Roberto. Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c.1850. Rio de Janeiro: Mauad X/ Faperj, 2008.

KARASCH, Mary. A carta de alforria. In: _____. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão*: Juiz de Fora, zona da mata de Minas Gerais, 1844-1888. São Paulo: Annablume, 2006.

LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clodilde Andrade. Alforrias e forros em um freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.17, n.1/2, jan/dez, 2000.

LIBBY, Douglas Cole & GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. Reconstituindo a liberdade – alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.30, p.112-151, 2003.

LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. Características da população em São

Paulo no início do século XIX. *População e Família.* São Paulo, no.3, p. 71-91, 2000, USP-FFLCH.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. O liberto: o seu mundo e os outros: Corrupio, 1988.

PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PAIVA, Márcia de. Cores e nomes. In: _____. *O Estado de coisas no Brasil*: três imagens da desordem nos séculos XVI e XVII. Tese (Doutorado em História) – Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 2003, p.169

_____. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratédias de resistênci através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Cartas de alforria: "para não ter o desgosto de ficar em cativeiro". Revista Brasileira de História, vol. 26, n.52, São Paulo, dezembro de 2006.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001, p. 111

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888. Tese (Doutorado em História)- Campinas, SP: [s. n.], 2007.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*: Vassouras, século XIX (senhores e escravos no coração do Império). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

WISSENBACH,Maria Cristina C. *Sonhos africanos, vivências ladinas*: escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec; História Social, USP, 1998.

A RIQUEZA NA RIQUEZA DAS NAÇÕES: UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS LIMITES DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Henrique Pereira Braga*

Resumo: A fim de lançar bases para a compreensão da riqueza na sociedade capitalista, em especial os limites ao gênero humano que emergem dela, o presente artigo retoma os escritos de Adam Smith sobre riqueza. Em particular, o artigo propõe um exame do livro Riqueza das Nações por ser a obra na qual o autor dedica-se, dentre outras temáticas, à defesa do que é riqueza na sociedade de seu tempo, esmiuçando o princípio geral que define esta riqueza e as causas fundamentais para a expansão dela. Através da recuperação deste princípio geral e das causas fundamentais para a geração e a expansão da riqueza, mostrar-se a maneira pela qual Smith apreende e conceitua a riqueza em sua época. Efetuada essa demonstração, objetiva-se expor a concepção de progresso, expressa na defesa de determinado comportamento humano, que emerge do modo como o autor apreendeu e conceituou a riqueza. Da demonstração da relação entre riqueza e progresso, discute-se o fundamento desta relação em Smith a fim de pensar, a partir deste fundamento, tanto a maneira de apreender e conceituar a riqueza na sociedade capitalista quanto os limites ao progresso que podem emergir do modo como se compreende esta riqueza.

Palavras-chave: Riqueza, Progresso e Capitalismo.

Abstract: In order to lay foundations for the understanding of wealth in capitalist society, particularly the limits to the human being that emerge from this wealth, the work analyses the writings of Adam Smith about wealth. In particular, the work is limited to the examination of the Wealth of Nations, a work in which the author is dedicated to the defense of what is wealth in the society of his time ferreting out the general principle that defines this wealth and the underlying causes for the progress it. Through the recovery of this general principle and the fundamental causes for the generation of wealth and progress, we aim to show the way in which Smith seized the wealth and conceptualized it at his time. After accomplishing this goal, the work aims to show the design progress of mankind (progress), expressed in the defense of a particular human behavior, which emerges from the way that Smith seized the wealth and conceptualized it. Demonstrating the relationship between wealth and progress, this study sought to question the foundation of this relation for Smith to think, from this author, both how to grasp and conceptualize wealth in capitalist society and the limits to the progress that can emerge from the way is understands this wealth.

Key-words: Wealth, Progress and Capitalism.

Introdução

O presente trabalho pretende apresentar uma maneira de abordar duas questões. Por que a sociedade capitalista, a despeito do reconhecimento de sua historicidade, aparece como se fosse natural? Por que, apesar do brutal acúmulo de forças produtivas, a humanidade é incapaz de prover o mínimo para todos os seus singulares?

* Doutorando em Economia IE/UNICAMP. E-mail: henri.braga@gmail.com

Evidentemente, essas são questões transcendentes à proposta de um artigo. E, justamente por serem questões transcendentes, viabilizam a transformação deste artigo em um instrumento para problematizar essas questões ou, dito de outra forma, introduzir o estudo delas. Ser um instrumento ou uma introdução ao estudo destas questões delimita, por sua vez, a capacidade explanatória do presente trabalho à indicação dos caminhos possíveis para a resposta a estas questões. Reconhecidos os limites do presente trabalho, cabe destacar os objetivos dele diante destes limites.

Através da apresentação da relação entre riqueza e progresso[1] na *Riqueza das Nações*, objetiva-se expor uma primeira forma de tratar as duas questões, na medida em que proporciona a investigação da maneira como conceber a reprodução das condições de vida e o progresso. Deste estudo, cuja síntese constitui a próxima seção, emergiram um conjunto de questões referentes à maneira pela qual Smith, na *Riqueza das Nações*, compreende a riqueza e, a partir desta compreensão, veicula uma determinada concepção de progresso. Na segunda seção, portanto, serão expostas e problematizadas, ainda que de maneira introdutória, essas questões. Compreende-se, assim, a indicação dos elementos para se pensar uma forma de compreender a riqueza na sociedade capitalista e o progresso proporcionado por essa sociedade.

A Riqueza na *Riqueza das Nações*

Apresentar uma visão ampla da *Riqueza das Nações* constitui uma tarefa, por assim dizer, árdua e, em certa medida, já conduzida pelos diversos editores e comentadores das variadas edições e reimpressões desta obra.[2] Em lugar de efetuar uma ampla apresentação que reconstituiria a biografia do autor, passando por um apanhado dos seus principais escritos, até chegar à publicação da *Riqueza das Nações*, será realizada uma exposição da conexão entre as principais categorias que, nesta obra, fundam a concepção de riqueza do autor ao determinarem a origem e a finalidade desta riqueza. Exposto o fundamento da riqueza, será mostrada a relação entre a concepção de riqueza de Smith e sua concepção de progresso.

Deve-se, em primeiro lugar, ter em mente que a *divisão do trabalho*, a *propriedade privada* e a *troca* não são conceitos esparsos na *Riqueza das Nações*. Ao contrário, são categorias articuladas entre si e constitutivas do cerne da concepção de riqueza de Smith.

---

[1] Adota-se a palavra "progresso" em sentido amplo ou absoluto do termo, a saber, "evolução da humanidade". Somente quando acompanhado do substantivo "riqueza" a palavra progresso se aproxima da concepção de crescimento ou expansão. (HOUAISS, 2009)

[2] Compreenderia uma tarefa hercúlea e fugiria ao escopo do presente trabalho, referenciar as diversas "visões amplas" da *Riqueza das Nações*. A seguir são indicados, para fins de introdução e contextualização da referida obra, as introduções às duas edições mais cuidadosas da *Riqueza das Nações*: Cannan (1996 [1904]) e Campbell & Skinner (1981).

O aumento das forças produtivas do trabalho é proporcionado pela *divisão do trabalho* porque a fragmentação do trabalho permite ao indivíduo se especializar na melhor de suas habilidades.[3] A especialização do indivíduo em um trabalho particular depende, por um lado, da capacidade do indivíduo de reunir as condições para se manter durante (e reproduzir) o processo produtivo – até porque, todo o seu tempo estará dedicado a um único trabalho, o que impede a produção para sua subsistência – e, por outro lado, da possibilidade de alienar o resultado de sua produção, de modo a satisfazer suas carências e suas necessidades. A *divisão do trabalho*, por conseguinte, ocorre quando há a *propriedade privada* dos meios de produção e do resultado da produção.[4] Somente assim o indivíduo está habilitado a trocar o fruto de seu talento para acessar os resultados dos talentos dos demais indivíduos, de maneira a satisfazer suas carências e suas necessidades. A *divisão do trabalho* e a *propriedade privada*, consequentemente, existem mediante uma condição: os indivíduos somente acumulam privadamente e, por conseguinte, parcelam o trabalho caso acessem o resultado do trabalho dos demais através da *troca*. Ampliar as forças produtivas do trabalho significa ampliar a quantidade de produtos sob a propriedade dos e passíveis de alienação pelos indivíduos; ou seja, aumenta a quantidade de produtos do trabalho destinados à troca.[5] Por ser o aumento das forças produtivas do trabalho a fonte da riqueza, depreende-se, deste breve exame das categorias que explicam o aumento das forças produtivas, que a riqueza são, para Smith, os produtos do trabalho destinados à *troca*.

A breve recomposição da relação, tal como apresentada na *Riqueza das Nações*, entre as categorias *divisão do trabalho*, *propriedade privada* e *troca*, expôs a concepção de riqueza de Smith, porém, somente este recomposição não explica o fundamento desta concepção. A busca pelo princípio que fundamenta a concepção de riqueza de Smith, tal como formulada na *Riqueza das Nações*, tem de expor a origem e a finalidade da riqueza para o autor.

Quando os produtores produzem de maneira isolada[6] **e** privada, é pela dedicação a um único produto (ou a um único momento de um processo produtivo) que eles são habilitados a ampliar sua produção. A maior dedicação de cada produtor a um determinado produto (ou etapa do processo produtivo) implica a redução tanto do tempo de trabalho disponível dele para a produção dos produtos para atender suas carências e necessidades; quanto do tempo disponível para a produção dos materiais necessários ao próprio processo produtivo. Em poucas palavras, a especialização exige a redução do tempo de trabalho dedicado à produção da subsistência do produtor. Consequentemente, o meio para satisfazer tanto as carências e as necessidades de cada produtor

[3] Ver Smith (1988a, p. 17-9). [WN, I.i.1-6]
[4] Ver Smith (1988a, p. 49). [WN, I.vi.5]
[5] Ver Smith (1988a, p. 31). [WN, I.iv.1]
[6] Cabe destacar que os produtores podem estar "isolados" no interior de um processo produtivo ou em um único processo produtivo.

(isolado **e** privado) quanto as exigências para a execução do processo produtivo é a troca dos resultados de seus trabalhos. A troca, em última instância, revela-se a única possibilidade para o indivíduo acessar os produtos do trabalho dos demais, sendo que o acesso a esses produtos ocorre somente quando o produtor dispõe do resultado de sua produção. Até dispor deste resultado, cabe ao produtor manter-se na qualidade de produtor – ou seja, garantir sua subsistência.

A maneira pela qual o produtor consegue efetuar sua manutenção é pelo acúmulo privado de propriedade.[7] Acertadamente, Smith identifica na *posse* crescente de meios de produção uma condição necessária para a existência da especialização; porém, não se trata de qualquer *posse* de meios de produção, mas sim da *acumulação privada de "capitais"* ou *propriedade privada*. A acumulação privada dos meios de produção é a única maneira, seguindo-se a argumentação de Smith, pela qual o produtor consegue pôr em movimento o processo produtivo.

A acumulação de "capital" da qual trata Smith, em verdade, não se refere somente aos meios necessários à produção. Trata-se dos produtos do trabalho capazes de satisfazer as carências e as necessidades dos produtores. Parte daquilo que Smith denomina de "capital" são também os produtos do trabalho para consumo (ou usufruto) do produtor. De outra maneira, a parte do "capital" destinada aos materiais, às ferramentas, às máquinas; enfim, aos *meios de produção* ("*capital fixo*"), bem como a parte destinada à *manutenção* destes meios de produção e à *realização* da produção ("*capital circulante*"), são acumulados para gerar, em escala crescente, os produtos do trabalho para a satisfação das carências e das necessidades dos produtores ("*consumo imediato*").[8] Cabe destacar a passagem em que o autor expõe a finalidade última da *acumulação* de "capital":

> "O único objetivo e finalidade, tanto do *capital fixo* como do *circulante*, consiste em manter e aumentar o capital que pode ser reservado para o *consumo imediato*. *É esse capital que alimenta, veste e dá moradia à população*. A riqueza ou pobreza da população depende do suprimento abundante ou escasso que esses dois tipos de capital têm condições de garantir ao capital reservado para o consumo imediato." (SMITH, 1988a, p. 217 – grifo nosso)[9]

Se a finalidade da *acumulação* de "capital" é garantir a ampliação da quantidade de produtos do trabalho disponíveis para o *consumo imediato* – i.e., disponíveis para a satisfação das carências e necessidades dos indivíduos – pode-se inferir que a acumulação de "capital" é um instrumento para a satisfação de necessidades. Sabe-se, por sua vez, que os "capitais" são os produtos do trabalho dos demais indivíduos – tanto aqueles produtos cuja finalidade é reproduzir as condições de produção quanto os produtos cujo destino é a satisfação imediata das carências e das necessidades dos indivíduos – de modo que a ampliação da acumulação de "capitais" significa ampliar a quantidade

---

[7] Ver Smith (1988a, p. 211-2). [WN, II.intro.2-4].
[8] Para a definição pormenorizada de "capital fixo", "capital circulante" e "consumo imediato", ver Smith (1988a, p. 215-6). [WN, II.i.12-23]
[9] [WN, II.i.26].

de produtos do trabalho disponíveis para a satisfação (imediata ou não) das carências e necessidades dos indivíduos através da troca. Em poucas palavras, acumular "capitais" significa ampliar os produtos do trabalho destinados à troca ou, em uma expressão, a *riqueza*.

Se ampliar a acumulação de "capital" significa, em Smith, ampliar a riqueza, pode-se expressar a finalidade da riqueza nas seguintes palavras: a satisfação de carências e necessidades dos indivíduos. No vocabulário smithiano, essas poucas palavras significam que a finalidade da riqueza é ampliar o ***consumo imediato***. Entretanto, qual a explicação de Smith para a origem da riqueza?

A exposição da finalidade da riqueza evidenciou que a satisfação de carências e de necessidades dos indivíduos ocorre por meio da troca de produtos do trabalho. Em verdade, a própria especialização tem por condição, segundo Smith, a troca de produtos do trabalho. Do contrário, os indivíduos não seriam capazes de dedicar a maior parte do seu tempo de trabalho à produção de alguns produtos (ou um único produto, ou parte de um produto), pois haveriam de dedicar parte do tempo de trabalho a produção das condições necessárias a sua subsistência. Diante desta argumentação, pode-se inquirir a seguinte questão: qual a causa fundamental – ou o "mecanismo" – capaz de impor à divisão do trabalho a competência de atuar somente em uma estrutura social na qual os indivíduos são isolados **e** produtores privados, de modo a ampliar a riqueza? Após expor os efeitos da divisão do trabalho na sociedade "civilizada", Smith desvenda, por fim, a causa fundamental:

> "Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta *riqueza geral* à qual dá origem. Ela é a conseqüência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa *tendência ou propensão existente na natureza humana* que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: *a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra*". (IBID, p. 24 – grifo nosso)[10]

A ampliação dos produtos do trabalho, através do efeito da divisão do trabalho nesta estrutura social particular, tem sua origem primária em uma espécie de **dispositivo** intrínseco ao homem: a necessidade de trocar. O porquê de a troca ser uma propriedade inerente ao homem não é esclarecido por Smith, de modo que o **dispositivo** é, em verdade, um **postulado** quanto ao agir humano em geral. É pertinente destacar a passagem em que o autor procura "justificar" a propensão dos homens à troca enquanto propriedade natural do homem:

> "Não é nossa tarefa investigar aqui se essa propensão é simplesmente um dos princípios originais da natureza humana, sobre o qual nada mais restaria a dizer, ou se — como parece mais provável — é uma conseqüência necessária das faculdades de raciocinar e falar. De qualquer maneira, essa

[10] [WN, I.ii.1].

> propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais, que não parecem conhecer nem essa nem qualquer outra espécie de contratos". (IBID)[11]

É através da suposição de que os homens naturalmente são propensos à troca que os indivíduos isolados produzindo privadamente são capazes de articular a produção – põem em movimento os efeitos da divisão do trabalho – de modo a ampliar a força produtiva do trabalho e, por conseguinte, elevar a riqueza da sociedade. Esse encadeamento causal explicita a origem da riqueza para Smith: a ***propensão à troca***.

A *propensão à troca* não é somente o fundamento da origem da riqueza, também explicita a maneira pela qual a riqueza será expandida, pois, para elevá-la, deve-se ampliar a quantidade de indivíduos dispostos a produzir e em condições de trocar o resultado de sua produção (*mercado*). Por outras palavras, o crescimento da riqueza depende do aumento do número de indivíduos que estejam habilitados a exteriorizar seu atributo natural, a *propensão à troca*.[12]

Ser a exteriorização da *propensão à troca* pelo maior número de exemplares da espécie humana a condição fundamental para a riqueza surgir e crescer confere à categoria *troca* a posição de determinante, tanto do modo pelo qual os homens atendem suas carências e suas necessidades quanto do meio pelo qual ocorreram as relações entre os homens. Os indivíduos passam, através da *troca*, de seres isolados e independentes – cuja satisfação de carência e de necessidades ocorre pelo próprio trabalho, tornando acidental a relação com outros indivíduos – à condição de indivíduos dependentes dos outros indivíduos, embora isolados deles.[13]

Por meio da *troca*, os indivíduos satisfazem suas carência e suas necessidades porque acessam o trabalho dos demais indivíduos; porém, para acessá-los, dependem do reconhecimento do resultado dos seus respectivos trabalhos enquanto um meio de satisfação das carências e das necessidades dos demais indivíduos. Este reconhecimento ocorre no momento da troca, de modo que a relação com os demais indivíduos se dá por meio da troca e é determinada pelas condições para a efetivação da troca. Condições estas, cabe frisar, externas aos próprios indivíduos. A troca, portanto, é a condição prioritária para a existência da sociedade, de modo que o homem existe enquanto *ser social*[14] no exato momento em que a *propensão à troca* é exteriorizada por um conjunto mínimo de exemplares da espécie humana.[15]

Depreende-se do parágrafo acima que a exteriorização da *propensão à troca* em um conjunto crescente de exemplares da espécie humana não somente amplia as forças produtivas do trabalho –

---

[11] [WN, I.ii.2].
[12] Ver Smith (1988a, p. 27). [WN, I.iii.1].
[13] Ver Smith (1988a, p. 26). [WN, I.ii.5].
[14] Para uma diferenciação bastante breve entre *ser inorgânico*, *ser orgânico* e *ser social*, ver Lukács (1969, p. 19-22).
[15] A maneira pela qual Smith descreve o desenvolvimento europeu é indicativa do papel central da troca na transformação dos homens em seres sociais. (SMITH, 1988b, p. 7-40) [WN, III]

ao permitir a *divisão do trabalho* e a *propriedade privada* (e seu *acúmulo*) –, como também amplia a sociedade, permitindo ao gênero humano desenvolver suas potencialidades através da transformação de um número crescente de seres orgânicos em seres sociais que se especializam no melhor de suas habilidades (*talentos*), fornecendo-a aos demais indivíduos em troca dos seus talentos. Em Smith, por essa razão, o progresso se assenta na expansão da riqueza. Entretanto, o progresso estar fundado na expansão da riqueza não significa que o gênero humano e seus singulares se desenvolvem tão somente pelo crescimento da riqueza.

A exteriorização da *propensão à troca* pelos homens permite o desenvolvimento do gênero humano, já que cada sujeito pode usufruir da especialização de cada indivíduo em seus talentos; porém, tal especialização provoca a insensibilização (embotamento) da maioria dos indivíduos, haja vista que a dedicação a uma única atividade encurta as possibilidades de pensamento do indivíduo, reduzindo sua sensibilidade para com outros momentos da vida que não o seu trabalho específico. Para evitar que o progresso venha a se traduzir em um desenvolvimento do gênero humano em detrimento do desenvolvimento da maioria dos singulares deste gênero, Smith recorre à intervenção do "Governo". [16]

É através de uma entidade externa ao fundamento da expansão da riqueza e, por facultar o seu crescimento, do progresso, que a sociedade progredirá; pois, o "Governo"[17] deve criar as condições para a exteriorização da *propensão à troca*, de uma maneira que tal exteriorização não afete o desenvolvimento dos singulares e do gênero humano. Do contrário, o progresso será o desenvolvimento do gênero humano em detrimento dos seus singulares. A ação do "Governo", por essa razão, é determinada por esta forma de exteriorização da *propensão à troca* que se revela através da promoção do *comportamento prudente*[18], i.e., cabe ao "Governo" resguardar a cada indivíduo a possibilidade de escolher, por si só, a maneira de dispor de si e de seus meios de trabalho, desde que as suas escolhas não interdite as escolhas da maioria dos demais indivíduos. Trata-se, em última instância, de uma intervenção com o intuito de adequar o comportamento dos singulares do gênero humano a um modo de agir capaz de proporcionar a expansão da riqueza e o progresso – do gênero e de seus singulares.

> "uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as *leis da justiça*, perfeita liberdade de ir em busca de seus próprios interesses, a seu modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. O soberano fica totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor a inúmeras decepções e para essa obrigação não

[16] Ver Smith (1988c, p. 65-6). [WN, V.i.f.50-1].
[17] É importante salientar que, no presente trabalho, adota-se o termo "Governo" enquanto sinônimo das traduções utilizadas para a palavra Commowealth, a saber: "Comunidade", "Estado" ou "República".
[18] Para uma discussão sobre o conceito de "prudência" na obra de Smith, ver Mehta (2006).

> haveria jamais sabedoria ou conhecimento humano que bastassem: a obrigação de superintender a atividade das pessoas particulares e de orientá-las para as ocupações mais condizentes com o interesse da sociedade. Segundo o sistema da liberdade natural, ao soberano cabem apenas três deveres; três deveres, por certo, de grande relevância, mas simples e inteligíveis ao entendimento comum: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, *o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma*, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade". (SMITH, 1988b: 243 – grifo nosso)[19]

As partes grifadas na passagem supracitada são indicativas de que cabe ao "Governo" garantir ao indivíduo o poder de agir de acordo com seus *próprios interesses*, sem o risco de intervenção de outro indivíduo. A passagem a seguir constitui mais um exemplo, dentre os inúmeros existentes ao longo da obra[20], quanto à limitação que a expansão da riqueza, tal como concebida por Smith, impõe ao progresso, de modo a exigir do homem um comportamento (moral) condizente com a reprodução da riqueza, sem a qual não é capaz de se desenvolver enquanto homem (i.e., progredir):

> "Poder-se-á alegar que impedir particulares de receber em pagamento as notas promissórias de um banqueiro, qualquer soma que fosse, grande ou pequena, quando estão dispostos a aceitá-las, ou impedir um banqueiro de emitir tais notas quando todos os seus vizinhos desejam aceitá-las, é *uma violação manifesta da liberdade natural, que constitui o próprio objetivo da lei, não infringir, mas apoiar*. Sem dúvida, tais regulamentos podem ser considerados sob certo aspecto uma violação da liberdade natural. Todavia, *tais atos de liberdade natural de alguns poucos indivíduos, pelo fato de poderem representar um risco para a segurança de toda a sociedade, são e devem ser restringidos pelas leis de todos os governos*; tanto dos países mais livres como dos mais despóticos. *A obrigação de erguer muros refratários, visando a impedir a propagação de um incêndio, constitui uma violação da liberdade natural, exatamente do mesmo tipo dos regulamentos do comércio bancário aqui propostos*". (SMITH, 1988a, p. 248)[21]

A passagem acima destacada é a conclusão da apreciação de Smith acerca da operação de "sacar e ressacar" letras de câmbio. Não é o objetivo do presente trabalho a investigação desta operação, mas se considera importante recuperar seu mecanismo básico de funcionamento para a devida compreensão do papel do "Governo" na imposição, ao conjunto dos indivíduos, do comportamento necessário à expansão da riqueza e ao progresso.

---

[19] [WN, IV.ix.51].

[20] Considera-se a recuperação de inúmeras passagens sobre situações em que o governo deve restringir a ação do indivíduo uma fuga ao tema proposto para este trabalho. De qualquer forma, recomenda-se a leitura do último livro da *Riqueza das Nações*, no qual o autor disserta sobre a função do "soberano" ou da "Comunidade" (também "Estado" ou "República", a depender da tradução consultada; o termo em inglês é "*Commowealth*"). Para uma consulta pontual, recomendam-se as passagens de Smith (1988b, p. 164-168) sobre a promoção da liberdade comercial na relação entre metrópole e colônia.

[21] [WN, II.ii.94]

A forma mais simples desta operação, amplamente difundida em meados do século XVIII, segundo Smith, consistia em um acordo entre dois comerciantes, nos seguintes termos: um deles poderia emitir uma letra de câmbio contra o outro desde que garantisse a emissão de uma nova letra contra ele (com os juros e encargos acumulados da primeira letra) próximo ao vencimento da letra emitida por ele. Este acordo poderia ser repetido inúmeras vezes e, tal como relata Smith, essas letras eram emitidas e descontadas em diversos bancos até os juros acumulados representarem uma quantia tão elevada que os bancos passavam a negar o desconto destas letras. Por não efetuarem os descontos das novas letras emitidas, os comerciantes envolvidos nestes contratos não conseguiam honrar as dívidas com os demais comerciantes e com os bancos, ocasionando a falência de comerciantes e pondo os bancos em uma posição arriscada.[22]

O principal problema da operação de "sacar e ressacar" reside em que as emissões de letras de câmbio não estavam baseadas em operações reais de compra e venda de mercadorias, o que limitava a obtenção dos recursos para o pagamento das letras emitidas aos resultados dos negócios em que o dinheiro obtido com o desconto das letras era aplicado. Por essas letras vencerem antes dos lucros dos negócios serem auferidos, tornava-se obrigatória a emissão de novas letras de câmbio para liquidar as letras vencidas, o que ampliava o total a ser pago e comprimia a margem de lucro possível no negócio no qual o dinheiro veio a ser aplicado. Diante do prazo de retorno do investimento e da margem de lucro comprimida, a negação do desconto de uma letra se tornava um grande empecilho para a continuidade das operações do comerciante que, ao falir, provocava a instabilidade de muitos outros comerciantes. Em outros termos, o agir pelo próprio interesse de alguns comerciantes, acabava por inviabilizar os interesses de outros indivíduos que não estavam envolvidos diretamente com a operação, mas eram afetados pelas falências ocasionadas por ela. Desta maneira, o desconto de letras de câmbio deveria ser rigorosamente controlado pelo "Governo" para que estas somente estivessem baseadas em operações reais de compra e venda de mercadorias.[23]

A descrição da operação de "sacar e ressacar" e dos seus malefícios, além de exemplificar o papel do "Governo" na determinação do comportamento dos indivíduos, evidencia a subordinação da intervenção do "Governo" às causas fundamentais da expansão da riqueza e do progresso, tal como definidas por Smith. A ação do governo, por essa razão, não é discricionária, mas pautada por estas causas fundamentais. Esta última ressalva é importante porque, por um lado, atenta para o embate ao qual Smith estava dedicado, a saber, superar as políticas do mercantilismo que traziam

[22] Para a descrição completa da operação, ver Smith (1988a, p. 236-248). [WN, II.ii, 65-94]
[23] Campbell & Skinner (1981) chamam a atenção para esta defesa de Smith quanto à limitação da emissão de letras de câmbio somente à "real bill of exchange".

no seu interior certa concepção de "Governo" e de *comportamento humano*;[24] e, por outro lado, atenta para a função da intervenção do "Governo" na sociedade, de modo que o comportamento humano capaz de exteriorizar a *propensão à troca* da maneira adequada à expansão da riqueza e ao progresso é proporcionado pela ação do "Governo" na criação das condições de existência deste comportamento. O "Governo", portanto, não é um elemento estranho ao argumento de Smith e sim o meio pelo qual o "fenômeno" da expansão da riqueza e do progresso é produzido e aperfeiçoado.

Observa-se, até o momento, que a explicação para o aumento das forças produtivas do trabalho e, por conseguinte, o aumento da riqueza – produtos do trabalho destinados à troca – ocorre por meio da articulação da *divisão do trabalho* à *propriedade privada* e à *troca*. O aumento da riqueza, por sua vez, traz consigo a capacidade dos homens se organizarem em sociedade, passando de *seres orgânicos* à condição de *seres sociais*. Entretanto, para esta organização em sociedade progredir de uma maneira que tanto o *gênero humano* quanto os seus *singulares* se desenvolvam, não basta ampliar a riqueza; deve-se ampliá-la de um modo que respeite suas condições de origem e de crescimento, bem como o desenvolvimento dos singulares do gênero humano, à medida que este gênero se desenvolve.

Não é condição suficiente para o progresso a exteriorização da *propensão à troca*, ela garante as condições para o progresso ao proporcionar o crescimento da riqueza; porém, a conversão da expansão da riqueza em progresso depende de um comportamento, por parte dos indivíduos, que seja capaz de conter os malefícios da exteriorização da *propensão à troca* (*comportamento prudente*[25]). Tal modo de agir, por sua vez, não emana naturalmente dos sujeitos, e sim de uma "entidade" capaz de adequar o comportamento humano ao comportamento necessário à expansão da riqueza e o progresso: o "Governo".

Retomaram-se, nas linhas acima, as principais conclusões do exame da *Riqueza das Nações*, a partir da busca pela maneira conforme o autor compreende a riqueza e, através desta concepção, enuncia uma determinada forma de progresso. As referidas conclusões podem ser sintetizadas nos seguintes termos: o desenvolvimento do humano (progresso) está fundado no crescimento da riqueza – compreendida enquanto produtos do trabalho destinados à *troca* – sendo que para o progresso se traduzir em um desenvolvimento do gênero humano e de seus singulares, o "Governo" deve resguardar a exteriorização da *propensão à troca* a todos os indivíduos, desde que o modo de exteriorizar esta propensão por parte de um indivíduo não afete a maneira dos demais de exteriorizá-la. Em última instância, o *comportamento* condizente com a expansão da riqueza e o

[24] Além da descrição de Smith (1988b) quanto à política mercantilista, também é recomendável, a título de introdução ao pensamento mercantilista, a consulta as obras de Rubin (1989, p. 18-87) e Hunt (1981, p. 41-59).
[25] Em contraponto ao comportamento egoísta e ao comportamento benevolência, pode-se qualificar esse comportamento de prudente.

desenvolvimento humano, a ação do "Governo", o crescimento da riqueza (via *divisão do trabalho*, *propriedade privada* (e seu *acúmulo*) e *troca*), o progresso e o próprio indivíduo, são resultantes de um **pressuposto** quanto à natureza humana: a *propensão à troca*.

Smith, contudo, não demonstrou a origem deste pressuposto, de modo que esta afirmação quanto à *causa fundamental* geradora da riqueza, de sua expansão e, por causa deste último, do progresso é, em verdade, um **postulado** a respeito de uma característica relativa aos homens que, quando exteriorizada, amplia as forças produtivas do trabalho, habilitando-os a satisfazerem crescentemente suas carências e suas necessidades e, por conseguinte, proporciona a eles a possibilidade de se desenvolverem enquanto gênero humano e, respeitados os devidos limites à exteriorização, singulares.

Reflexões sobre a Riqueza na *Riqueza das Nações*

A apresentação acima indicou o pressuposto central da concepção de riqueza e de progresso de Smith: a propensão à troca enquanto fundamento das relações humanas. A primeira questão – e, por assim dizer, originária das demais questões surgidas ao longo do estudo – dirige-se justamente a forma de Smith fundamentar este pressuposto.

Por ser a compreensão de Smith sobre a riqueza baseada em um postulado quanto a um aspecto da natureza humana relativo à reprodução das condições materiais necessárias à vida social, formula-se a primeira questão para se pensar o modo de compreender a riqueza capitalista da seguinte maneira: qual é o limite mais imediato ao conhecimento da riqueza de um determinado modo de produção que um postulado sobre os homens pode provocar? A fim de problematizar esta questão, ainda que de maneira breve, é pertinente refletir sobre o conteúdo do próprio postulado formulado por Smith.

Afirmar ser a ação humana baseada na *propensão à troca* é sinônimo de condicionar esta ação a uma determinada *inclinação* ou *tendência à troca*. Resta saber o que Smith compreende por "troca", caso se deseje saber qual é o conteúdo do postulado.

A partir da exposição efetuada acima, seria possível pensar na existência, para Smith, da identidade entre os termos "troca", "intercâmbio" e "permuta", de modo que "troca" apresentaria um sentido amplo – caracterizaria tanto relações comerciais quanto, por exemplo, relações culturais, entre os homens. Portanto, seria possível compreender a troca enquanto o intercâmbio de atividades humanas – materiais ou não.

Compreende-se, entretanto, que a possibilidade de interpretar o termo "troca" da maneira exposta no parágrafo anterior foi eliminada ao longo do trabalho, uma vez que se abordou a relação de dependência emergente com a "troca" e mostrou-se a expansão do comércio enquanto expressão da expansão das "trocas". A eliminação do atraso posto pela estrutura socioeconômica anterior –

que, como exposto acima, não estava fundada na *propensão à troca*, mas no *poder pessoal* – ocorre com a emergência de uma nova estrutura social baseada na *propensão à troca*. Trata-se, por essa razão, de "troca" no sentido de negócio, comércio, tráfico, e não intercâmbio. Até porque, a restrição imposta pela estrutura socioeconômica anterior à sociedade comercial, segundo Smith, restringiu as relações comerciais, não as demais formas de relação entre os homens – do contrário, seria incompreensível a imposição de um *poder pessoal*.[26]

O fundamento da compreensão de riqueza de Smith e o encadeamento lógico desdobrado dele podem ser expressos, desvendado o conteúdo do termo "troca", nas seguintes palavras: é a exteriorização da *propensão ao negócio, ao comércio, ao tráfico, à troca* que permite a *divisão do trabalho* e, por meio dos encadeamentos expostos neste trabalho, o aumento da riqueza – produtos do trabalho destinados ao negócio, ao comércio, ao tráfico, à troca – que, por sua vez, fundamenta o progresso e, através do *comportamento prudente* – aquele condizente com a exteriorização da *propensão ao negócio, ao comércio, ao tráfico, à troca* –, permite o desenvolvimento tanto do gênero humano quanto de seus singulares.

A natureza humana, cujo postulado referente ao fundamento da reprodução material é a *propensão à "troca"*, representa uma natureza própria a um modo de produção particular, no qual os sujeitos se relacionam por meio do comércio, do tráfico, do negócio, da troca. Esta natureza humana, consequentemente, é um postulado referente a uma organização social específica. Caso se admita válida a passagem do *ser orgânico* para o *ser social* – momento no qual é possível falar de gênero humano, logo, de natureza humana – através da "troca"; trata-se, em última instância, de uma passagem específica a um determinado modo de produção. Representa, em outras palavras, o surgimento de um homem específico a um modo de produção no qual os sujeitos estão em sociedade somente quando são capazes de trocar os produtos do seu trabalho, i.e, relacionam-se por meio dos produtos do seu trabalho. A **particularidade** das relações sociais fundadas na troca é encoberta pelo postulado da *propensão à "troca"* e, a fim de assinalar a particularidade destas relações, é importante destacar a passagem de Marx (2011: 104-5), na qual o autor fixa o caráter particular das relações sociais fundadas na "troca":

> "A dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si. A

[26] A diferença entre "troca", no sentido de comércio, negócio, tráfico, e "troca", com o significado de intercâmbio não é somente uma questão de semântica, mas diz respeito à forma como as relações entre os homens em uma determinada época são compreendidas. Se tais relações são apreendidas e conceituadas como naturais, a diferença entre os termos não constitui um problema. Caso estas relações sejam tratadas enquanto um momento (um particular) do desenvolvimento percorrido (e a percorrer) do gênero humano, então a diferença entre os termos é bastante significativa. Destaca-se, no que diz respeito à segunda forma de compreender as relações entre os homens, o cuidado de Marx com estes termos na **A Ideologia Alemã**, conforme lembra o tradutor da referida obra para o português. (MARX & ENGELS, 1984, p. 28 – nota 1)

> produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de sue produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros (...) Essa dependência recíproca se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador geral. (...) A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no valor de troca, e somente nele a atividade própria ou o produto de cada indivíduo devêm uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o valor de troca, ou este último pro si isolado, individualizado, dinheiro. De outro lado, o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexo com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso.A atividade, qualquer que seja sua forma de manifestação individual, e o produto da atividade, qualquer que seja sua forma de manifestação individual, é o valor de troca, i.e., um universal em que toda individualidade, peculiaridade, é negada e apagada".

De acordo com a passagem acima, a dependência pessoal e multilateral entre os diversos produtores que produzem para a "troca" faz cada indivíduo depender, por um lado, da produção dos demais e, por outro, acessa a produção dos demais transformando sua produção em necessidade de consumo para os demais produtores. Esta efetiva dependência recíproca se expressa no imperativo da "troca" e do *valor de troca* para a reprodução social. Descreveu-se, acima, justamente essa relação de dependência entre os indivíduos, porém, diante do postulado adotado por Smith, tais relações aparecem como próprias a todos os homens – o modo de produção influencia somente na maior ou menor exteriorização da natureza humana, não determina esta natureza.

O *ser social* do qual trata Smith é, diante da argumentação acima, o *ser social* possível e necessário à "sociedade comercial", pois se relaciona com os demais por meio da troca. Depreende-se desta concepção de *ser social* que a relação entre os homens seria estabelecida somente por meio do comércio dos produtos de seu trabalho, de modo que a existência do gênero humano e a realização de suas potencialidades estariam restritas à sociedade comercial. O progresso, por conseguinte, seria o progresso possível na "sociedade comercial".

O exame do conteúdo da *propensão à "troca"* revela, portanto, que a adoção deste postulado quanto a uma característica geral ao ser humano tornou absoluta uma característica relativa a um determinado modo de produção, no qual os sujeitos se relacionam por meio da "troca". Em outras palavras, o postulado formulado por Smith hipostasiou a natureza humana.

Do ponto de vista da compreensão da riqueza, a hipóstase da natureza humana causada pela adoção deste postulado interdita a investigação da particularidade da riqueza de determinada sociedade e, por conseguinte, a possibilidade de se pensar outra maneira de os homens reproduzirem (e ampliarem) a vida fica restrita as relações possíveis a partir do postulado. Se a *propensão à "troca"* funda a riqueza correspondente aos homens, pensar outra forma de riqueza que não tenha esta propensão como fundamento seria, no mínimo, escapar aos próprios homens, já que fundamentaria suas relações em algo avesso a sua natureza. E, restrita a riqueza, também fica

restrito o progresso, cujo movimento não pode ir de encontro à reprodução das condições de existência do homem.

O exame do conteúdo do postulado de Smith permite negá-lo enquanto um meio para compreender a riqueza na sociedade capitalista, uma vez que inviabiliza o entendimento de sua particularidade em relação às condições gerais para a reprodução da vida material. Chega-se, no limite, a entrelaçar as condições particulares ao modo de produção com as condições gerais de reprodução da vida, o que encobre as relações do modo de produção em questão.

A impossibilidade de refletir sobre a particularidade da riqueza inviabiliza o conteúdo do postulado, todavia, não interdita o ato de postular. Proceder a esta interdição, não obstante, foge ao escopo do presente trabalho, embora seja necessário tecer pelo menos um breve comentário sobre a interdição para indicar uma forma de efetuá-la, no futuro.

Caso se pretenda compreender a riqueza de determinado modo de produção, deve-se começar por separar o princípio formador do *ser social* do comportamento possível ao *ser social* em determinado modo de produção, de maneira que o princípio formador do *ser social* não venha a ser algo particular às relações sociais do modo de produção em questão. Até porque, elevar a particularidade à condição de atributo geral constituiria pôr a reprodução de determinadas condições de vida no patamar de condições inalienáveis para a reprodução da existência humana em qualquer relação social.

O ato de postular funda a ação humana – que reproduz e amplia as condições de existência do homem, de modo a permitir a realização de suas potencialidades – em algo transcendente à relação do homem com a natureza e com os demais homens, ao invés de a ação humana estar assentada nas determinações necessárias para que o homem se relacione com a natureza e com os demais homens. Em poucas palavras, a *propensão à "troca"* aparenta ser uma natureza que "paira" sobre os homens, independente de suas próprias determinações no momento de se relacionar com os seres orgânicos e inorgânicos (natureza), e entre eles. Neste particular, as palavras de Lukács (2007, p. 230) possibilitam refletir sobre este problema:

> O trabalho é constituído por posições teleológicas que, em cada caso concreto, põem em funcionamento séries causais. Basta essa simples constatação para eliminar preconceitos ontológicos milenares. Ao contrário da causalidade, que representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram sua expressão geral, a *teleologia* é um modo de pôr – uma posição sempre realizada por uma consciência – que, embora as guiando em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais. As filosofias anteriores, não reconhecendo a posição teleológica como *particularidade do ser social*, eram obrigadas a inventar, por um lado, um *sujeito transcendente*, e, por outro, uma *natureza especial* onde as correlações atuavam de modo teleológico, com a finalidade de atribuir à natureza e à sociedade tendências de desenvolvimento de tipo teleológico. Decisivo aqui é compreender que se está diante de uma duplicidade: numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades

> cujo conjunto põe o todo em movimento é certamente de origem teleológica, mas a existência real delas – e não importa se permaneceram isoladas ou foram inseridas num contexto – é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico. (grifo nosso)

Na direção oposta à fundamentação da ação humana, em relação à reprodução das condições materiais necessárias à vida social, em uma *natureza especial* ou *sujeitos transcendentes*, Lukács, na passagem acima, afirma estar nos determinantes necessários à existência da própria ação humana, na natureza e na sociedade, a explicação para a existência do *ser social*. Em particular, o próprio reconhecimento de que a consciência dota a ação humana de finalidade, diferencia o homem, na qualidade de *ser social*, dos demais *seres orgânicos*.

Sob a ótica do problema aqui abordado, o *trabalho* apresentar uma forma de *divisão*, assim como seu resultado ter uma determinada forma de apropriação e de mediação, explicaria a finalidade da ação humana ter uma *propensão* em determinado modo de produção que não existe em outro. Em outras palavras, o conjunto de valores (ética) que guia o comportamento (moral) do *ser social* é particular ao modo de produção subjacente à sociedade, a despeito do fundamento do *ser social* residir no estabelecimento de finalidades a partir da tomada de consciência com respeito à determinada ação. As condições para a existência do ser social, neste caso, delimitam a existência da sociedade, mas não delimitam o tipo de sociedade, sua riqueza e seu progresso e o desenvolvimento dos seus singulares.

Mais do que marcar a particularidade de cada modo de produção, esta sugestão de método marca a particularidade das relações entre os homens e deles com a natureza a partir do próprio homem e dos momentos primordiais – para dizer com Lukács, *genéticos*[27] – necessários a sua existência na qualidade de *ser social*. O que acaba por restringir a compreensão da riqueza em determinado modo de produção às determinações para a existência do próprio homem e, a partir delas, efetuar o exame das determinações da relação sociais em seus diversos estágios. Pergunta-se, no limite, como são estabelecidos os valores e o comportamento para a efetivação destes valores, já que o homem, na qualidade de *ser social*, põe valores?[28]

Se se tomar a análise da *Riqueza das Nações* acima efetuada por meio da crítica de Lukács, observa-se que a *propensão à "troca"* foi elevada à condição de valor universal – consubstanciada na *natureza especial* e no *sujeito transcendente* –, cujo comportamento condizente com sua efetivação também é universal. E, diante dessa universalização da *propensão à "troca"* e das condições para sua exteriorização, elevou-se esta característica à condição de princípio formador do

[27] Antes de qualquer confusão com a biologia, deve-se salientar que se trata da expressão utilizada por Lukács (1969, p. 13) para se referir ao método marxiano.

[28] Salienta-se que a expressão "valores" é utilizada em sentido amplo, não se restringindo aos valores econômicos que são valores, porém, de um tipo particular. Ademais, não se pode confundir "valores", sejam econômicos ou não, com valor de troca (ou, com as devidas mediações, "valor"), cuja existência está limitada à uma organização social na qual a relação entre os homens é mediada pelos produtos de seus respectivos trabalhos.

ser social. Consequentemente, as organizações sociais que escapam a essa universalidade e a esse princípio impedem a existência do gênero humano e de seus singulares, uma vez que não seguem o valor universal e o comportamento universal capazes de estabelecerem o gênero humano, permitindo seu desenvolvimento. Essas organizações sociais, portanto, seriam capazes de desenvolver as potencialidades do gênero humano conforme seus indivíduos rompem os limites à exteriorização da propensão à troca.

Do breve comentário a partir de Lukács, deve-se reter que não se trata de afirmar a inexistência de condições gerais à existência do *ser social* que, por serem gerais, transcendem aos modos de produção. Até porque, essas condições gerais são pontos de partida destes modos de produção, pois, ao delimitarem os determinantes para a existência do humano, facultam a caracterização das organizações sociais em "modos de produção". Pretende-se reforçar, por conseguinte, que a diferença entre os diversos modos de produção não pode residir nestas condições gerais de existência do humano, mas sim nas particularidades constitutivas do humano em cada modo de produção:

> "existem determinações comuns a todos os graus de produção, apreendidas pelo pensamento como gerais, mas as chamadas *condições gerais* de toda a produção não são outra coisa senão esses fatores abstratos, os quais não explicam nenhum grau histórico efetivo da produção". (MARX, 1982, p. 6)

Além do mais, recorrendo-se novamente a indicação de Lukács acima apresentada, deve-se atentar que essas características gerais, iguais em qualquer modo de produção, são transcendentes **no** mundo e não **ao** mundo. A adoção de um postulado referente à natureza humana, no caso de Smith, postula a existência de uma *natureza especial* e um *sujeito transcendente* que pertencem ao mundo, porém, constituem generalizações de uma situação restrita a determinado modo de produção - i.e., uma característica não transcendente é elevada à condição de característica transcendem.

Considerações finais

A despeito da impossibilidade de efetuar, neste trabalho, o desenvolvimento necessário à interdição do postulado enquanto meio para compreender a riqueza, negou-se o conteúdo do postulado de Smith e, em princípio, condicionou o ato de postular a um estudo mais aprofundado sobre o próprio ato de postular. A compreensão da riqueza, por fim, não pode estar fundada na *propensão à "troca"*, pois emaranha as particularidades da riqueza desta sociedade com os momentos necessários à reprodução da vida inescapáveis em qualquer sociedade, de modo a, por exemplo, igualar os produtos do trabalho aos produtos do trabalho destinados à *"troca"*, a *posse* de meios de produção à *propriedade privada*, a atividade humana ao *trabalho*, os meios de produção ao *capital*, etc. Tal emaranhado tem seu ápice na afirmação de que a "*troca*" está subordinada à

satisfação de carência e de necessidades humanas, quando, em verdade, a "*troca*" subordina a satisfação de carências e de necessidades humanas. Pois, o indivíduo isolado que produz para a troca tem de satisfazer as carências e as necessidades dos demais, em duas palavras, as condições de troca, de modo que as carências e as necessidades humanas que não satisfazem essas condições ficaram, por assim dizer, não satisfeitas.

A simples reflexão sobre o ato de troca, efetuada no parágrafo anterior, expõe outro aspecto da riqueza, quando concebida a partir do postulado de Smith: a prioridade na expansão da riqueza é a quantidade. O aspecto qualitativo da riqueza, do ponto de vista do gênero humano, comparece enquanto um momento secundário da expansão da quantidade de produtos do trabalho destinados à troca. Por outras palavras, a reflexão sobre a qualidade da riqueza está condicionada à sua expansão quantitativa, na forma de produtos do trabalho destinados à troca, de modo que a discussão sobre a qualidade da riqueza se restringe às qualidades necessárias à efetivação da troca. Os limites, portanto, para a expansão da riqueza são balizados pelos limites à expansão das trocas, ao contrário de serem determinados pelas carências e pelas necessidades humanas.

Para liquidar o postulado enquanto meio para compreender a riqueza não basta liquidar seu conteúdo, conforme exposto acima, porque a crítica a este conteúdo não responde as questões a seguir. Qual a particularidade do *ser social* que impede a ciência social, enquanto método de investigação da processualidade deste ser, recorrer a um postulado? Subjacente a esta pergunta, deve-se ater a questão a seguir. Por que o estudo do *ser social* e da sociedade constituída por ele ao longo de seu desenvolvimento, constituem um ramo (relativamente) autônomo de pesquisa?

Compreende-se que não é possível refutar o postulado enquanto meio de compreensão da riqueza sem responder estas questões. Entretanto, a busca por tais respostas constituirá o objetivo de outros estudos. Por ora, deve-se assinalar, ainda que de maneira breve, as demais questões referentes à concepção de riqueza de Smith que podem indicar meios para a compreensão da riqueza na sociedade capitalista.

Se o *trabalho*, para Smith, é a fonte primeira e a medida da riqueza, pode-se questionar se a própria categoria *trabalho* não é própria à "sociedade comercial" da qual trata Smith. Em outras palavras, não seria uma relação social particular que faz do trabalho fonte e medida da riqueza? Não seria o *trabalho*, enquanto categoria explicativa, mutável ao longo do tempo? Evidentemente, o trabalho muda no seu aspecto concreto, mas seu conteúdo ou a definição de sua finalidade não seria particular aos modos de produção?

As questões acima referentes à categoria trabalho possuem um denominador comum: desnudar esta categoria a partir da particularidade do modo de produção. Contudo, voltar à atenção para a particularidade, surgida ao se problematizar o postulado da *propensão à troca*, não significa eliminar a generalidade. Para evitar esta eliminação, faz-se necessário perseguir a resposta a outra

pergunta. Defender a existência da particularidade eliminaria a possibilidade de se pensar a totalidade e, inclusive, apreendê-la em uma "narrativa totalizante"? Esta mesma pergunta pode ser expressa em outros termos, dessa vez, diretamente relacionados à compreensão da riqueza: em que medida, refletir sobre a relação entre particular e universal é fundamental para investigar a riqueza no capitalismo?

Por fim, ao problematizar o postulado, chegou-se às questões referentes à particularidade das categorias utilizadas por Smith e, por último, ao próprio estudo da particularidade e sua relação com o universal. Entretanto, a impossibilidade de negar o ato de postular, deixa em aberto o estudo das consequências deste ato enquanto meio para compreensão do objeto de pesquisa aqui proposto: a riqueza e o progresso permitido por ela. Até porque, a negativa diante do ato de postular e a compreensão da relação entre particular e universal, permitirá defender que a riqueza, na qualidade de produtos do trabalho, é particular a determinado modo de produção.

Referências

CAMPBELL & SKINNER. *General Introduction*. In: In: **An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Indianapolis: Liberty Fund, 1981. (p. 1-61)

CANNAN, Edwin (1904). *Introdução*. In: **A Riqueza das Nações**: investigação obre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Volume I.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2009. (Versão Eletrônica)

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

LUKÁCS (1967). **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____ (1968). "*As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem"*. In: **O *Jovem Marx* e Outros Escritos de Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MARX, Karl (1857/58). **Grundrisse**: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____ (1857/58). *Introdução: para a crítica da economia política*. In: **Para Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 3-21

MARX, K. & ENGELS, F. (1845/46). **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MEHTA, Pratap Bhanu. *Self-Interest and Other* Interests. In.: **The Cambridge Companion to Adam Smith**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2006. (p. 246-69)

RUBIN, Isaac Ilych. **A History of Economic Thought**. London: Pluto Press 1989.

SMITH, Adam (1776). **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume I (a)

_____. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume II (b)

_____. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume III (c)

_____. **An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Indianapolis: Liberty Fund, 1981. [Reimpressão em fac-símile do volume II de "The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith", Oxford: Oxford University Press, 1979].

Negócios e negociantes numa inflexão conjuntural: a dízima da Alfândega na Bahia e no Rio de Janeiro, 1699-1731

Hyllo Nader de Araújo Salles
Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Bolsista CAPES
hyllo.nader@gmail.com

A descoberta e a consequente produção crescente de ouro no Brasil a partir dos fins do século XVII provocou uma forte inflexão da economia não apenas na colônia, mas em todo o império português. A começar pelo dreno populacional experimentado pela metrópole, bem como os fluxos migratórios no próprio Brasil. Do ponto de vista fiscal, foi notável o crescimento exponencial da movimentação alfandegária e aquilo que podemos chamar do deslocamento do eixo de gravidade da praça de Salvador para o Atlântico Sul, isto é, a preferência dos homens de negócio pela Alfândega carioca em detrimento da Alfândega de Salvador. À luz das novas fontes e da recente produção historiográfica, torna-se necessário um aprofundamento dos estudos que levem a melhor compreensão de tal deslocamento. Dessa forma a presente pesquisa tem por objetivo estudar esse processo de deslocamento do eixo de gravidade econômica da praça de Salvador para a do Rio de Janeiro entre o ano de 1699 – data do início da cobrança da dízima da Alfândega no Rio de Janeiro – e 1731, tomado como o ano em que este processo já se achava plenamente consolidado.

Palavras-chave: dízima da Alfândega, contratos, comércio ultramarino.

1.1 Antecedentes

Em Portugal, a virada do século XVII para o XVIII deu-se de forma crítica. Na política externa, não foi possível manter sua neutralidade, sendo arrastado para a Guerra de Sucessão Espanhola, alinhando-se com a Inglaterra em detrimento das pretensões burbônicas. Sobre as possessões de Portugal no ultramar, em especial sobre a América, atiraram-se os corsários franceses. Na colônia, assim como na metrópole, a situação era crítica; no último quartel do século XVII, a economia açucareira encontrava-se

estagnada e mesmo em crise após a descoberta do ouro, que drenou um imenso contingente populacional. [1]

Na América portuguesa, sobre a capitania de Pernambuco, abatia-se uma guerra civil: a nobreza da terra contra os mascates, pois um setor da açucarocracia se empenhou em limitar o acesso dos comerciantes reinóis ao poder local. A nobreza da terra, no Nordeste, permanecia fechada em si, preferindo o confronto à aliança com aqueles que logo se tornariam os principais da terra, os comerciantes. [2] Padrão diferente observou-se na capitania do Rio de Janeiro e na da Bahia. [3]

Na Bahia, a cidade de Salvador, capital do Estado do Brasil, era a mais importante da colônia, possuía privilégios iguais aos da cidade do Porto. [4] Era pelo porto soteropolitano que os escravos africanos e as fazendas chegavam para abastecer a capitania e era por lá que partiam as frotas carregadas de açúcar, tabaco, algodão e madeira. A dinâmica da economia de Salvador, na segunda metade do seiscentos, esteve relacionada com os engenhos e sua reprodução, ou seja, a produção e a exportação do açúcar, sentido de ser da empresa colonizadora nesse período. [5]

No ano de 1693, achou-se o primeiro ouro nas Minas de Cataguás, mas será após quatro anos, isto é, em 1697, que o ouro do Brasil se avolumara nos portos lusitanos. A partir daí, a movimentação portuária fora exponencial, assim como o crescimento de um imposto em especial, a dízima da Alfândega. [6] Ainda em decorrência da descoberta das Minas Gerais e da drenagem populacional, que se sucedeu, teve origem a Guerra dos Emboabas (1707-1709), conflito armado entre os paulistas, primeiros descobridores das minas, e os emboabas, forasteiros originários do litoral ou da metrópole. Desse conflito,

---

[1] Cf. SOUZA, Laura de Mello e. A conjuntura crítica no mundo luso-brasileiro de início do século XVIII. In: **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp 78-108.

[2] Cf. MELO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed. 34, 2003.

[3] Cf. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 225-264.

[4] PUNTONI, Pedro. *"Como coração no meio do corpo"* Salvador, capital do Estado do Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). **O governo dos povos**. São Paulo, 2009, pp 371-387, p. 380.

[5] Cf. SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550- 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

[6] CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e Despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII**: Minas, Bahia, Pernambuco. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009, p. 74.

torna-se mais relevante o fato de boa parte dos emboabas estarem ligados ao comércio e o significado de sua vitória no rearranjo das rotas mercantis para os portos da colônia.[7]

No início do setecentos, a cidade da Bahia seria a segunda mais importante do Império Português, ficando atrás somente de Lisboa. [8] Sua economia foi a primeira a sentir os impactos da descoberta do ouro – força econômica centrípeta – afinal, são os comerciantes de Salvador os primeiros a abastecerem as minas com cargas de secos e molhados e escravos. [9]

1.2 A dízima da Alfândega no Rio de Janeiro

A dízima da Alfândega era um imposto de dez por cento, cobrado sobre as fazendas que davam entrada no porto do Rio de Janeiro. Esse imposto "teve origem voluntária dos cidadãos, e da Câmara, que conheciam a insuficiência dos réditos nos impostos antecedentes, para se pagar de todo a infantaria da guarnição da praça". Em 18 de outubro de 1699, o rei o aceitou e agradeceu. Portanto, a função da dízima da Alfândega era para se custear a proteção da cidade. [10]

Portanto, no início, a dízima da Alfândega do Rio de Janeiro era administrada pela Câmara e pelos seus cidadãos, isto é, "aqueles que por eleição desempenham ou tinham desempenhado cargos administrativos nas Câmaras Municipais – vereadores, procuradores, juízes locais, almotacéis, etc. – bem como seus descendentes". [11]

No ano de 1710, no quadro da Guerra de Sucessão Espanhola, o Rio de Janeiro sofrera a investida do francês Jean-François Duclerc, que fora derrotado pela resistência da população local. No ano seguinte, outra invasão do também corsário francês René Duguay-Trouin, melhor estruturada do que a anterior, custou cara à cidade, que foi obrigada a pagar valioso resgate por sua liberdade. [12]

As investidas francesas sobre o Rio de Janeiro e de piratas sobre toda a costa da América portuguesa fizeram com que a metrópole percebesse a necessidade de fortalecer o sistema defensivo da colônia. Para tal, estabeleceu-se a imposição dos dez

---

[7] Cf. ROMEIRO, Adriana. **Paulista e emboabas no coração das minas**: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
[8] BOXER, Charles. **A Idade de ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 154.
[9] CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, pp. 117-119.
[10] ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p. 166.
[11] BICALHO, Maria Fernanda. "As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 18, nº 36, 1998, pp. 251-580.
[12] PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 256.

por cento sobre as mercadorias importadas – que já vinha sendo cobrada no Rio de Janeiro e em Pernambuco – e a taxação dos escravos oriundos da Costa da Mina e de Angola, respectivamente em três cruzados e seis cruzados por cabeça. [13]

1.3. A Revolta do Maneta e o Motim que não foi um motim

No ano de 1711, quando o governador-geral, Pedro de Vasconcelos e Sousa, anunciou as novas taxas em Salvador para a melhoria do guarda-costas, negociantes portugueses, padres, oficiais mecânicos, marinheiros, soldados e oficiais dos terços da cidade tomaram as ruas. A insatisfação popular contra os excessos da fiscalidade metropolitana levara o Juiz do Povo a conclamar todos ao protesto, tocando o sino da Câmara. Protestavam também contra o aumento do preço do sal, que, desde o ano anterior, passara de $480 réis para $720 réis. Observa-se que a "nobreza da terra" não participou das alterações. Os amotinados saquearam a casa do contratador de sal e arrematante dos dízimos, Manuel Dias Filgueira, pois sobre ele recaíra a responsabilidade de ter negociado com a Coroa os novos impostos. E também fora invadida a casa de seu sócio, Manuel Gomes Lisboa. [14]

O governador-geral, sem o apoio militar e aconselhado por dom Lourenço de Almada (ex-governador-geral), suspendeu os tributos, manteve o preço do sal, além de perdoar todos os envolvidos. Esse primeiro motim foi liderado por João de Figueiredo da Costa, um homem de negócio, que possuía a alcunha de Maneta, e, por isso, essa revolta ficou conhecida como a Revolta do Maneta. [15]

O povo novamente tomou as ruas de Salvador e a praça da Câmara no dia 2 de dezembro de 1711. Dessa vez, exigiam providências contra a segunda invasão francesa ao Rio de Janeiro, assunto que Pedro de Vasconcelos e Sousa mostrou-se reticente. Segundo o governador-geral, não havia recursos suficientes para tal empreitada. Então, os homens de negócio propuseram uma contribuição para custear a frota expedicionária a fim de expulsar os franceses. Apesar da mobilização popular, o socorro não se

[13] PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, p. 257.
[14] PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976, pp. 258-259.
[15] Cf. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Da revolta popular do Maneta à revolta patriótica: Bahia, 1711. In: **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa**: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. São Paulo, 1996 (Tese), pp. 71-131, p. 111.

efetivou, pois, em meio aos preparativos, chegou a notícia de que os invasores haviam deixado a praça do Rio de Janeiro após tê-la saqueado. [16]

O governador-geral comunicou ao Conselho Ultramarino o corrido e a abertura de devassa em 20 de Abril de 1712. [17] Em setembro do mesmo ano, o governador-geral apresentou ao Ultramarino as penas imputadas aos três homens de negócio identificados como principais cabeças e autores do segundo motim: Domingos da Costa Guimarães, Luiz Clafet e Domingos Gomes. [18]

Todavia, o Conselho Ultramarino jugou com estranheza as informações prestadas por Pedro de Vasconcelos, dado a "extraordinária diferença que [este] tem procedido nas duas alterações". Além disso, o perdão concedido pelo governador ao primeiro motim deveria ser declarado como nulo, pois este não possuía jurisdição para poder conceder tal mercê, somente Sua Majestade poderia fazê-lo. Já sobre o segundo motim, de acordo com o parecer, "não é o povo nele o mais culpado [...], porque só foi um requerimento feito com mais procuradores do que era necessário". Logo, os homens de negócio identificados como cabeças do segundo motim não deveriam ser castigados e deviam "ser restituídos da forma antiga". [19]

Na pena do conselheiro Antônio Rodrigues da Costa, a segunda alteração fora "nascida do zelo do serviço de Vossa Majestade, por quererem [os homens de negócio] se socorrer vigorosamente ao Rio de Janeiro". Para o conselheiro, era necessário que se mandasse pôr "perpétuo silêncio" e que se não executasse as penas proferidas. Propunha, ainda, como condição *sine qua non* para o perdão dos envolvidos na primeira alteração – Revolta do Maneta – que os homens de negócio aceitassem os novos impostos, "porque sem esta condição não se deve perdoar o primeiro motim, que verdadeiramente foi motim". [20]

---

[16] Cf. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Da revolta popular do Maneta à revolta patriótica: Bahia, 1711. In: **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa**: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. São Paulo, 1996 (Tese), pp. 71-131, pp. 112-114.

[17] AHU/BA/CARTA do governador-geral do Brasil Pedro de Vasconcelos ao rei D. João V sobre a devassa do segundo motim ocorrido na Bahia; Bahia, 10 de maio de 1712 [2ª série, cx. 8, doc. 628].

[18] AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o motim da Bahia motivado pelo aumento do preço de escravos e a invasão dos franceses; Lisboa, posterior a 9 de setembro de 1712 [2ª série, cx. 8, doc. 690].

[19] AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o motim da Bahia motivado pelo aumento do preço de escravos e a invasão dos franceses; Lisboa, posterior a 9 de setembro de 1712 [2ª série, cx. 8, doc. 690].

[20] AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o que informa o governador-geral do Brasil, Pedro de Vasconcelos, acerca do castigo que mandara executar nos três principais autores e cabeças do segundo motim que houve na cidade da Bahia; Bahia, 12 de janeiro de 1713 [2ª série, cx. 8, doc. 709].

Portanto, na perspectiva do Conselho Ultramarino, o segundo motim não foi um motim. Então Pedro de Vasconcelos e Sousa havia subvertido a ordem: perdoou aqueles que se amotinaram contra a ordem régia de estabelecer o direito da dízima da Alfândega e mandou prender os que participaram do motim que não foi um motim.

A invasão do Rio de Janeiro acertou em cheio os interesses dos homens de negócio sediados na praça soteropolitana. Estes já haviam experimentado os prejuízos provocados pela primeira invasão francesa, que, ao encontrar resistência na Guanabara, dirigiram-se para a tríade dos portos de Angra dos Reis, Ilha Grande e Parati, onde efetivamente conseguiram saquear. E foi também nessa região que a segunda invasão teve início, pois os relatos coevos dão notícias que, na armada de Duguay-Trouin, havia navios de Parati, Ilha Grande e Angra dos Reis. [21]

Os negociantes da praça da Bahia clamaram socorro às terras fluminenses de forma tão vigorosa motivados pelos interesses comerciais que envolviam as duas praças. Afinal, no início da mineração, os traficantes sediados na Bahia possuíam pleno controle do comércio, fazendo com que os escravos destinados às minas passassem pela Bahia, antes de serem reembarcados para Parati ou Santos. [22]

Segundo Rae Flory, anualmente, cerca de vinte navios faziam a rota que ligava o porto de Salvador ao Rio de Janeiro, importante mercado para escravos e gêneros, que os comerciantes, sediados na Bahia, traficavam. [23] Ainda é preciso lembrar que Parati garantia o acesso às minas por meio do Caminho Velho e a muitos descaminhos, visto que a tríade portuária formada por Parati, Ilha Grande e Angra era um importante ancoradouro para o contrabando e o comércio com os estrangeiros. [24]

1.4. O direito da dízima da Alfândega na Bahia

No ano de 1714, fora nomeado para o cargo de vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa, que, por carta régia de 21 de janeiro de 1714, recebeu o título de marquês de Angeja. Era um dos Grandes do Reino, sendo segundo conde de Vila Verde, 13° senhor de freguesia

[21] CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista**: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 44.
[22] FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Da revolta popular do Maneta à revolta patriótica: Bahia, 1711. In: **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa**: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. São Paulo, 1996 (Tese), pp. 71-131, p. 100.
[23] FLORY, Rae Jean Dell. **Bahian society in the mid-colonial period**: the sugar planters, tobacco groers, merchants of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725. Univerrsity of Texas, Austin, 1978 (Tese), pp. 329-330.
[24] Cf. ABRIL, Victor Hugo. Portos: ancoradouros de descaminhos. In: **Governança no Ultramar**: conflitos e descaminhos no Rio de Janeiro (1725-1743). Rio de Janeiro, 2010 (Dissertação), pp. 82-126.

portuguesa de Vila Verde dos Francos, vice-rei da Índia de 1692 a 1699, vedor da Fazenda, do Conselho de Estado e de Guerra e ainda mordomo-mor da princesa do Brasil. [25]

Como primeiro ato de governo, o marquês de Angeja estabeleceu a dízima da Alfândega em 1714 "usando da suavidade e cautela, que o dito senhor [Diogo de Mendonça Corte Real] foi servido ordenar". O vice-rei convocou o Senado da Câmara, junto com os homens de negócio e os lembrou do quanto "deviam a Real piedade de el-rei", pois, podendo a sua justiça mandar castigar aquele povo pelo tumulto, não o fizera, apenas ordenou que fosse estabelecido o direito da dízima da Alfândega. [26]

Os homens de negócio convieram com o estabelecimento do imposto. Em consequência, procedeu-se à elaboração de uma pauta com os preços para o despacho das fazendas, pauta essa que fora feita pelos principais homens de negócio daquela praça. Segundo o marquês de Angeja, ainda que achasse a pauta "assaz diminuta" em relação aos preços da colônia, não fez nenhuma alteração, porque, "neste princípio se deve entrar com toda a moderação". A forma do despacho estabelecida foi a mesma da Alfândega de Lisboa. A dízima da Alfândega na Bahia começou a ser cobrada no primeiro de Agosto de 1714. [27]

Ainda sobre o direito dos escravos que iam para as minas, o vice-rei, em conferência com os homens de negócio, entendeu que o melhor a se proceder seria estabelecer uma cota proporcional e única, ao invés da taxação dos escravos em três cruzados e seis cruzados por cabeça oriundos respectivamente da Costa da Mina e Angol. [28]

No século XVIII, na América portuguesa, do ponto de vista fiscal, assistimos a um processo de "centralização administrativa e fiscal". Portanto, foi dentro dessa lógica de reorganização das contas do Estado do Brasil que observamos a nomeação do

[25] AHU/BA/PROVISÃO (cópia) do rei D. João V nomeando o marquês de Angeja, Pedro António de Noronha Albuquerque e Sousa, para o cargo de vice-rei e capitão general de mar e terra do estado do Brasil; Lisboa, 7 de abril de 1714 [2ª série, cx. 9, doc. 738]

[26] AHU/BA/CARTA do governador vice-rei e capitão-general do Brasil, marquês de Angeja, dom Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa ao rei D. João V referente ao estabelecimento da dízima de Alfândega e direitos dos escravos que vão para as minas; Bahia, 13 de Julho de 1714 [2ª série, cx. 9, doc. 744].

[27] AHU/BA/CARTA do governador vice-rei e capitão-general do Brasil, marquês de Angeja, dom Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa ao rei D. João V referente ao estabelecimento da dízima de Alfândega e direitos dos escravos que vão para as minas; Bahia, 13 de Julho de 1714 [2ª série, cx. 9, doc. 744].

[28] AHU/BA/CARTA do governador vice-rei e capitão-general do Brasil, marquês de Angeja, dom Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa ao rei D. João V referente ao estabelecimento da dízima de Alfândega e direitos dos escravos que vão para as minas; Bahia, 13 de Julho de 1714 [2ª série, cx. 9, doc. 744]

marquês de Angeja como vice-rei e o estabelecimento da dízima da Alfândega na capitania da Bahia em 1714. [29] No entanto, esse processo se deu de forma lenta e gradual, foi um movimento com contrações e dilatações. Afinal como apontou Laura de Mello e Sousa,

> "a análise da administração imperial impõe a perspectiva dialógica: há perguntas e respostas, mas, entre uma e outra, entre um lado e outro do oceano – ou entre os vários lados dos vários oceanos – a massa líquida que com frequência unia as partes diferentes servia também para veicular e transformar, tanto na ida quanto na volta, as práticas, as concepções e os significados que viajam sobre ela." [30]

Por isso, observamos o estabelecimento da dízima da Alfândega na Bahia com uma pauta para se proceder aos despachos, isto é, a cobrança do imposto, que possuía os preços das fazendas diminutos, com o consentimento do vice-rei e a anuência do conselheiro de Estado Diogo de Mendonça Corte Real.

Esse quadro da Alfândega soteropolitana fora percebido quando o marquês de Angeja foi chamado a prestar contas do rendimento da dízima. Segundo o vice-rei, de 1º de agosto de 1716 até 31 de julho de 1717, este imposto rendera 53:625$150 réis. Ao que Dom João V não pode "deixar de reparar que, indo desse Reino tantas fazendas, que importam muito, fosse tão diminuto o dito rendimento". A baixa arrecadação na Alfândega soteropolitana nesse período, em que ainda era o principal porto da América portuguesa, só poderia significar uma coisa: descaminhos. [31]

No entanto, a solução encontrada pelo Conselho Ultramarino para aumentar a arrecadação fora pôr a pregão o contrato do direito da dízima da Alfândega da Bahia.

1.5. O Primeiro Contrato da dízima da Alfândega

Ao mesmo tempo em que a reorganização administrativa e fiscal se processava, ela se materializava em alterações no funcionamento do principal porto da América portuguesa, isto é, na Alfândega soteropolitana cuja dízima correu administrada pela Real Fazenda em cumprimento à promessa do marquês de Angeja aos homens de negócio da Bahia de que esta contribuição nunca seria arrecadada por contrato, "por livrar os comerciantes das vexações que ordinariamente lhe costumam fazer os ditos contratadores, olhando só ambiciosamente para os seus particulares interesses". Isso até

---

[29] CARRA, Angelo Alves. **Receita e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII**: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009, pp. 72-77.

[30] SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 76.

[31] AHU/BA/REQUERIMENTO (cópia) de Raimundo Maciel Soares ao rei D. João V, solicitando certidão constando da ordem régia sobre a forma que se deve observar o despacho e arrecadação da dízima e qual regimento deve reger os ofícios da Fazenda e Alfândega do Reino; Lisboa, anterior a 16 de março de 1719 [2ª série, cx. 12, doc. 1011].

o ano de 1723, quando foi posto a pregão o primeiro contrato da dízima da Alfândega da Bahia para o triênio de 1724 a 1726, arrematado por Vasco Lourenço Veloso, homem de negócio da praça de Lisboa, por preço de 303:900$000. [32]

Com o primeiro contrato, a Real Fazenda continuaria a receber o imposto, visto que, institucionalmente, a Alfândega colonial estava sob sua jurisdição. Entretanto, cabia, agora, ao contratador administrar o movimento da Alfândega, isto é, anotar, despachar e fiscalizar as fazendas que chegavam ao porto. [33]

Então, Vasco Lourenço Veloso mandou seu irmão, João Lourenço Veloso, e mais companheiros para administrar o contrato na Bahia na tentativa de se evitar os muitos conhecidos descaminhos que se praticavam naquela Alfândega. [34] O contratador, para a boa arrecadação do contrato, ajustou com José Leal de Paiva, selador da Alfândega de Lisboa, que fosse servir na Alfândega da Bahia. Porque, sendo inteligente e prático, poria fim à "pura confusão e desordens", que redundava "tudo em grave prejuízo do comércio daquela cidade, desta [Lisboa], e do contrato do suplicante pela falta de expedição". [35]

"Os descaminhos tinham os seus momentos de maior intensidade, a sua época por excelência: o tempo das frotas". [36] Por isso, o contratador solicitava a Sua Majestade que repetisse as ordens ao provedor da Alfândega, Domingos da Costa de Almeida e o fizesse observar as condições do contrato; e, em virtude delas, obrigasse ao selador a pôr todos os homens que forem necessários para trabalhar durante a ocasião de expedição da frota. [37]

---

[32] AHU/BA/AVISO do secretario de estado, Diogo de Mendonça Corte Real, ao conselheiro do Conselho Ultramarino, Antônio Rodrigues da Costa, a ordenar que se consulte o que parecer da consulta que baixou sobre o estabelecimento para se pagarem os direitos do dízimo da Alfândega; Lisboa, 05 de novembro de 1729 [2ª série, cx. 34, doc. 3151].

[33] FERNANDES, Valter Lenine. **Os contratadores e o contrato da dízima da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro (1726-1743)**. Rio de Janeiro, 2010, p. 136.

[34] AHU/BA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando licença para a Bahia transportar pessoas que vão administrar um navio negreiro; Lisboa, anterior a 20 de março de 1723 [2ª serie, cx. 17, doc. 1471]

[35] AHU/BA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando ordenar ao provedor da Alfândega que o mande dar todos os materiais para se fazer chaminé e fornalha e que faça o selador e escravos da Alfândega observarem a forma própria de sela; Lisboa, anterior a 9 de março de 1723 [2ª serie, cx. 17, doc. 1452].

[36] CAVALCANTE, Paulo. **Negócio de trapaça:** caminhos e descaminhos na América Portuguesa, 1700-1750. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006, p. 112.

[37] AHU/BA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando repetir as ordens ao provedor da Alfândega para que faça observar as condições do contrato da dízima da Alfândega da cidade da Bahia arrematado pelo suplicante; Bahia, anterior a 15 de junho de 1723 [2ª serie, cx. 17, doc. 1545].

No ano de 1725, o provedor da Alfândega respondeu ao Conselho Ultramarino em satisfação à provisão régia do mesmo ano, que ordenava ao provedor que

> "remetesse cópia da pauta dos gêneros, que estavam taxados, e avaliados nela, para pagarem os direitos da dízima, e uma lista dos gêneros, que costumavam vir a Alfândega e não se achavam avaliados nela, com a relação do que valem os gêneros nesta cidade mercantil". [38]

Domingos da Costa de Almeida advertiu que, apesar de a pauta conter muitos gêneros, os principais são os de lã, seda e linho e drogas. Além disso, "a pauta do Rio de Janeiro e a da Bahia, que em nada conferem, sendo a do Rio nos preços muito mais crescida que a da Bahia". Para comprovar tal afirmação, o provedor anexou a pauta do Rio de Janeiro na carta. Segundo ele,

> "a pauta novamente feita (que com pouca diferença é a do Consulado de Lisboa) têm muitos gêneros mais baratos que a do Rio, como são baetas, serafinas, niagem, pano de linho &c. (...) a pauta do Consulado está feita com mais de 20% de favor do que os gêneros comumente valem nesta cidade; e praticada no Brasil (...) vão muitos [gêneros] na pauta nova por metade do justo preço de que lá valem como são as coisas comestíveis, fazendas da Índia e outros."

Por fim o provedor afirmava

> "que a nova pauta tem de favor para a Fazenda Real, pelo que crescerão os seus direitos 20%, e que tem de favor para os despachantes mais de 40% (...) E mandando-se praticar no Rio [de Janeiro] esta mesma pauta, entendo não crescerão os direitos mais que até 5%, em razão da maioria que tem e porque atualmente se despacha". [39]

No ano de 1725, teve o Conselho Ultramarino a notícia de que a pauta, pela qual se despachavam nas Alfândegas do Brasil, encontrava-se diminuta e desigual nas avaliações dos gêneros, deixando também de expressar-se nela o valor de muitos gêneros. Tomando o Conselho as informações que pareceram necessárias, mandou fazer a nova pauta. Fora em meio à discussão de alteração da pauta que Vasco Lourenço Veloso arrematou novamente o contrato da dízima da Alfândega da Bahia para o triênio 1727-1729 por preço de 304:200$000 réis em 1726. [40]

---

[38] AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega da cidade da Bahia, Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V comunicando o cumprimento para enviar a cópia da pauta dos gêneros não avaliados da mesma Alfândega; Bahia, 19 de setembro de 1727 [2ª serie, cx. 31, doc. 2803].

[39] AHU/BA/CARTA do provedor-mor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V informando sobre a remessa da pauta dos gêneros que estão taxados e avaliados para pagarem o direito da dízima; Bahia, 15 de julho de 1725 [2ª serie, cx. 23, doc. 2095].

[40] SALLES, Hyllo Nader de Araújo. A dízima da Alfândega da Bahia: a alteração da pauta, 1723-1730. In: Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora "Genocídios, Massacres e Nacionalismos.", 28., 2011, Juiz de Fora. **Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "Genocídios, Massacres e Nacionalismos"**. Juiz de Fora, 2011, pp. 21-38, p. 22. Disponível em: <http://www.ufjf.br/semanadehistoria/files/2011/08/Anais-da-XXVIII-Semana-de-Hist%C3%B3ria-2011.pdf> Acesso em: 16 de set. de 2011, pp. 25-27.

1.6. O Segundo Contrato da dízima da Alfândega e a alteração da pauta

Sua Majestade, por meio de um Alvará de 3 de março de 1727, confirmou e aprovou a nova pauta feita pelo Conselho Ultramarino, na qual se regulam quase todas as avaliações pela pauta do Consulado de Lisboa e que continha mil quinhentas e cinquenta e uma adições.[41]

A nova pauta começou a ser usada para o despacho na Alfândega da Bahia no dia 4 de julho de 1727. Os homens de negócio, imediatamente, reagiram com várias petições aos administradores coloniais. Entretanto, tiveram seus pedidos negados, mas não por estarem equivocados, apenas porque os administradores coloniais não possuíam jurisdição sobre a matéria. Então, apelaram para a Corte com um feito cível de libelo entrepartes, que foi classificado pelo Conselho Ultramarino como "causa indecorosa" e que nela se deveria passar o "perpétuo silêncio". O contratador também se movimentou, solicitando o abatimento do excesso da pauta nova à velha, afinal seu contrato teve início sem que a pauta nova estivesse aprovada. O excesso foi de 3:659$431 réis. [42]

O final desse processo se observou no ano de 1729 ao ser posto a pregão o contrato da dízima da Alfândega da Bahia para se cobrar os direitos com a pauta nova. No entanto, não se encontrou quem se dispusesse a arrematar o contrato, que correu administrado pela Real Fazenda de 1730 a 1731, sinal de crise e consolidação do deslocamento do eixo de gravidade econômica, isto é, a preferência dos homens de negócio pela Alfândega do Rio de Janeiro em detrimento da Alfândega soteropolitana.[43]

1.7. O deslocamento do eixo de gravidade econômica da praça de Salvador para o Atlântico Sul, o Rio de Janeiro

O descobrimento das Minas Gerais e o consequente afluir de ouro provocara uma imensa inflexão na economia da colônia, a começar pelo dreno populacional tanto na metrópole quanto na própria colônia, passando pelo crescimento exponencial da movimentação alfandegária e por aquilo que podemos chamar do deslocamento do eixo

---

[41] AHU/BA/PAUTA para se cobrar os direitos das Fazendas na Alfândega da cidade da Bahia enquanto durar o contrato que arrematou Vasco Lourenço Veloso; Lisboa, 03 de abril de 1727 [2ª serie, cx. 30, doc. 2711].

[42] SALLES, Hyllo Nader de Araújo. A dízima da Alfândega da Bahia: a alteração da pauta, 1723-1730. In: Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora "Genocídios, Massacres e Nacionalismos.", 28., 2011, Juiz de Fora. **Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "Genocídios, Massacres e Nacionalismos"**. Juiz de Fora, 2011, pp. 21-38, p. 22. Disponível em: <http://www.ufjf.br/semanadehistoria/files/2011/08/Anais-da-XXVIII-Semana-de-Hist%C3%B3ria-2011.pdf> Acesso em: 16 de set. de 2011, pp. 27-32.

[43] AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o que o vice-rei e capitão general do Estado do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Lourenço César Meneses, dá conta do motivo que houve para se não haver arrematado o contrato da dízima da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa, 13 de maio de 1734 [2ª série, cx. 47, doc. 4217].

de gravidade da praça de Salvador para o Atlântico Sul, isto é, a preferência dos homens de negócio pela Alfândega carioca em detrimento da Alfândega de Salvador.

Para Mafalda Zemella, do ponto de vista mercantil, seria o Rio de Janeiro inexpressivo no seiscentos. Entretanto, no século XVIII, sendo "extraordinariamente curto, o 'caminho novo' fez com que escoassem para o Rio de Janeiro os maiores lucros do comércio com as Gerais". Portanto, para a autora, o que teria provocado o deslocamento do eixo de gravidade seria o Caminho Novo. [44] Porém, tal argumentação foi relativizada por Antonio Jucá, para o qual o "Rio de Janeiro não dependeu do Caminho Novo para participar da economia mineradora", visto que esse caminho demorou a se constituir enquanto uma alternativa viável para o abastecimento das Minas Gerais. "Assim, em 1710, comerciantes do Rio de Janeiro conseguiram licença real para utilizar o Caminho Velho, através de Parati, na ida para as Minas, mesmo que fossem obrigados a passar na volta pela Casa do Registro, existente na nova estrada". [45]

Diante do exposto, uma pergunta se faz necessária: o que teria, então, deslocado o eixo de gravidade econômica do porto soteropolitano para o Atlântico Sul? Pensando nessa questão, a partir dos acontecimentos em Salvador, uma hipótese se afigura.

Antes, porém, é preciso equacionar o fato de que, em 1702, a Estrada Geral da Bahia estava fechada e, em 1710, quando foi reaberta, não houve um aumento da movimentação por esse caminho.[46] Além disso, se recordarmos a segunda invasão francesa ao Rio de Janeiro em 1711, veremos que o resgate pretendido pelos homens de negócio sediados em Salvador era dotado de um sentido mercantil, afinal, segundo Rae Flory, anualmente, cerca de vinte navios faziam a rota Salvador-Rio de Janeiro.[47] Havia, ainda, uma navegação de cabotagem para o abastecimento de escravos, que eram reembarcados de Salvador para Parati.[48] Esse primeiro quadro geral nos leva a crer em uma intensa navegação de cabotagem, que ligava Salvador ao Caminho Velho,

---

[44] ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/EdUSP, 1990, p. 65.
[45] SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 - c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 83.
[46] CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, pp. 124-132.
[47] FLORY, Rae Jean Dell. **Bahian society in the mid-colonial period**: the sugar planters, tobacco groers, merchants of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725. Univerrsity of Texas, Austin, 1978 (Tese), pp. 329-330.
[48] FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Da revolta popular do Maneta à revolta patriótica: Bahia, 1711. In: **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa**: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. São Paulo, 1996 (Tese), pp. 71-131, p. 100.

explicando o porquê de o Caminho Novo ter demorado a se consolidar enquanto uma alternativa viável para o comércio com as Minas.

Em Salvador, no ano de 1714, houve uma importante alteração no trato mercantil, que foi o estabelecimento da dízima da Alfândega, com uma peculiaridade, porque correu administrada pela Real Fazenda até o ano de 1723, quando foi posto a pregão o primeiro contrato da dízima da Alfândega da Bahia. Ato contínuo, observou-se uma inflexão nos contratos do Caminho Novo e Velho e no da Estrada Geral da Bahia, visto que, no ano de 1724, pela primeira vez, o valor do contrato do Caminho Novo e Velho foi maior do que o da Estrada Geral da Bahia. Veja a tabela 1.1.

Tabela 1.1: Valores em quilos de ouro das arrematações dos contratos dos Caminhos Novo e Velho e da Estrada Geral da Bahia

Ano	Caminho Novo e Velho	Estrada Geral da Bahia
1718	168,9149	220,3238
1721	294,2241	367,2064
1724	389,4683	296,5192
1727	374,5505	293,9946

Fonte: OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. **Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo, 1768**. Brasília: ESAF, 1976, pp. 15-17.

Nessa equação de muitas variáveis, ainda se faz necessário incluir as observações feitas por Antonio Jucá sobre os acontecimentos na capitania do Rio de Janeiro. Pois, segundo o autor, foi a partir da década de 1720 que apareceram a imensa maioria dos homens de negócio no Rio de Janeiro. Nessa mesma década, surgiu um autêntico mercado de dívidas ativas, e o crédito deixou de ser controlado pelo Juízo de Órfãos para ser dominado pelos homens de negócio. Portanto, é perceptível que foi na década de 1720 que, no Rio de Janeiro, fixou-se o capital mercantil e com ele os homens de negócio. [49]

Equacionadas as variáveis, o resultado é a hipótese de que teria sido o primeiro contrato da dízima da Alfândega da Bahia o responsável pelo deslocamento do eixo de gravidade econômica do porto de Salvador para o Atlântico Sul. Isto é, a partir de 1723, os homens de negócio teriam percebido que era mais lucrativo sediar-se diretamente na praça carioca, em vez de receber as mercadorias em Salvador e, por meio da cabotagem, reembarcá-las para o Rio de Janeiro. No entanto, ainda se fazem necessários mais estudos que levem a uma melhor compreensão dessa inflexão conjuntural na economia colonial.

[49] SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 - c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, pp. 85/89/193-194.

Fontes

Fontes Impressas

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. **Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo, 1768**. Brasília: ESAF, 1976.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1976.

Fontes Manuscritas

AHU/BA/CARTA do governador-geral do Brasil Pedro de Vasconcelos ao rei D. João V sobre a devassa do segundo motim ocorrido na Bahia; Bahia, 10 de maio de 1712 [2ª série, cx. 8, doc. 628].

AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o motim da Bahia motivado pelo aumento do preço de escravos e a invasão dos franceses; Lisboa, posterior a 9 de setembro de 1712 [2ª série, cx. 8, doc. 690].

AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o que informa o governador-geral do Brasil, Pedro de Vasconcelos, acerca do castigo que mandara executar nos três principais autores e cabeças do segundo motim que houve na cidade da Bahia; Bahia, 12 de janeiro de 1713 [2ª série, cx. 8, doc. 709].

AHU/BA/PROVISÃO (cópia) do rei D. João V nomeando o marquês de Angeja, Pedro António de Noronha Albuquerque e Sousa, para o cargo de vice-rei e capitão general de mar e terra do estado do Brasil; Lisboa, 7 de abril de 1714 [2ª série, cx. 9, doc. 738]

AHU/BA/CARTA do governador vice-rei e capitão-general do Brasil, marquês de Angeja, dom Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa ao rei D. João V referente ao estabelecimento da dízima de Alfândega e direitos dos escravos que vão para as minas; Bahia, 13 de Julho de 1714 [2ª série, cx. 9, doc. 744].

AHU/BA/REQUERIMENTO (cópia) de Raimundo Maciel Soares ao rei D. João V, solicitando certidão constando da ordem régia sobre a forma que se deve observar o despacho e arrecadação da dízima e qual regimento deve reger os ofícios da Fazenda e Alfândega do Reino; Lisboa, anterior a 16 de março de 1719 [2ª série, cx. 12, doc. 1011].

AHU/BA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando ordenar ao provedor da Alfândega que o mande dar todos os materiais para se fazer chaminé e fornalha e que faça o selador e escravos da Alfândega observarem a forma própria de sela; Lisboa, anterior a 9 de março de 1723 [2ª serie, cx. 17, doc. 1452].

AHU/BA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando licença para a Bahia transportar pessoas que vão administrar um navio negreiro; Lisboa, anterior a 20 de março de 1723 [2ª serie, cx. 17, doc. 1471]

AHU/BA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando repetir as ordens ao provedor da Alfândega para que faça observar as condições do contrato da dízima da Alfândega da cidade da Bahia arrematado pelo suplicante; Bahia, anterior a 15 de junho de 1723 [2ª serie, cx. 17, doc. 1545].

AHU/BA/CARTA do provedor-mor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V informando sobre a remessa da pauta dos gêneros que estão taxados e avaliados para pagarem o direito da dízima; Bahia, 15 de julho de 1725 [2ª serie, cx. 23, doc. 2095].

AHU/BA/PAUTA para se cobrar os direitos das Fazendas na Alfândega da cidade da Bahia enquanto durar o contrato que arrematou Vasco Lourenço Veloso; Lisboa, 03 de abril de 1727 [2ª serie, cx. 30, doc. 2711].

AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega da cidade da Bahia, Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V comunicando o cumprimento para enviar a cópia da pauta dos gêneros não avaliados da mesma Alfândega; Bahia, 19 de setembro de 1727 [2ª serie, cx. 31, doc. 2803].

AHU/BA/AVISO do secretario de estado, Diogo de Mendonça Corte Real, ao conselheiro do Conselho Ultramarino, Antônio Rodrigues da Costa, a ordenar que se consulte o que parecer da consulta que baixou sobre o estabelecimento para se pagarem os direitos do dízimo da Alfândega; Lisboa, 05 de novembro de 1729 [2ª série, cx. 34, doc. 3151].

AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o que o vice-rei e capitão general do Estado do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Lourenço César Meneses, dá conta do motivo que houve para se não haver arrematado o contrato da dízima da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa, 13 de maio de 1734 [2ª série, cx. 47, doc. 4217].

Bibliografia

ABRIL, Victor Hugo. **Governança no Ultramar**: conflitos e descaminhos no Rio de Janeiro (1725-1743). Rio de Janeiro, 2010 (Dissertação).

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

BICALHO, Maria Fernanda. "As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 18, nº 36, 1998, pp. 251-580.

BOXER, Charles. **A Idade de ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais**: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e Despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII**: Minas, Bahia, Pernambuco. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

CAVALCANTE, Paulo. **Negócio de trapaça:** caminhos e descaminhos na América Portuguesa, 1700-1750. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista**: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FERNANDES, Valter Lenine. **Os contratadores e o contrato da dízima da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro (1726-1743)**. Rio de Janeiro, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa**: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. São Paulo, 1996 (Tese).

FLORY, Rae Jean Dell. **Bahian society in the mid-colonial period**: the sugar planters, tobacco groers, merchants of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725. Univerrsity of Texas, Austin, 1978 (Tese).

MELO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed. 34, 2003.

PUNTONI, Pedro. *"Como coração no meio do corpo"* Salvador, capital do Estado do Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). **O governo dos povos**. São Paulo, 2009, pp 371-387.

ROMEIRO, Adriana. **Paulista e emboabas no coração das minas**: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 225-264.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 - c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550- 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SALLES, Hyllo Nader de Araújo. A dízima da Alfândega da Bahia: a alteração da pauta, 1723-1730. In: Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora

"Genocídios, Massacres e Nacionalismos.", 28., 2011, Juiz de Fora. **Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "Genocídios, Massacres e Nacionalismos"**. Juiz de Fora, 2011, pp. 21-38, p. 22. Disponível em: <http://www.ufjf.br/semanadehistoria/files/2011/08/Anais-da-XXVIII-Semana-de-Hist%C3%B3ria-2011.pdf> Acesso em: 16 de set. de 2011, pp. 25-27.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/EdUSP, 1990.

Relatórios de companhias ferroviárias: uma riqueza de fontes.

Prof. Dr. Ivanil Nunes
Grupo de Estudos de Formação Econômicas Regionais e Integração de Mercados
profivanil@hotmail.com

Introdução

Até 1897 os dados estatísticos das estradas de ferro brasileiras eram publicados nos relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Porém, a partir de 1898 tornou-se obrigatória para todas as empresas férreas, de propriedade ou concessão federal, a apresentação de dados em padrão uniforme. E, a partir de dezembro de 1921, a obrigatoriedade de as empresas apresentarem este formato único de estatísticas completas foi estendida para todas as estradas de ferro nacionais. Logo, passou a existir, embora tardiamente, uma ampla e sistemática gama de informações que normalmente são pouco exploradas pelos historiadores que estudam ferrovias no Brasil, no século XX.

O objetivo neste trabalho é apresentar os relatórios das companhias férreas brasileiras como importantes fontes para a realização de trabalhos nas áreas das Ciências Sociais; particularmente para trabalhos do campo da História Econômica.

Pressupõe-se, portanto, que os relatórios das estradas de ferro podem ser utilizados como instrumentos bastante qualificados para auxiliar no entendimento da dinâmica sócio-econômica tanto das ferrovias quanto das regiões atendidas pelas linhas férreas [daquelas empresas que formaram a RFFSA], desde o início do século passado até meados da década de 1950; e até meados da década de 1960, para o caso daquelas companhias [e de suas respectivas regiões] que vieram a formar a FEPASA, em 1971 [Araraquara, Mogiana, Paulista, São Paulo-Minas e Sorocabana].

A partir dos relatórios da Companhia Estrada de Ferro do Dourado, que serão utilizados neste trabalho como base de análise, são apontados os diversos elementos que, a meu ver, podem ser objetos de construções de séries históricas bastante úteis para se refletir sobre o papel desempenhado pelas ferrovias brasileiras em suas respectivas áreas de influência. Encontram-se nos relatórios da Douradense e de outras ferrovias, cujas linhas foram desativadas posteriormente, informações, por exemplo, sobre a renda total e a específica proveniente do café, de cada uma de suas trinta e duas estações [CEFD, 1939:20-1]. Diversas destas estações acabaram-se constituindo, na maioria dos casos, em verdadeiros "não-lugares"[1], uma vez que a localidade foi totalmente "descontruída" pela erradicação das linhas, a partir da década de 1960. O desmonte da ferrovia acabou por demsontar o "lugar".

[1] Augé [1994] define os chamados não-lugares como um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade.

Diversas das informações tratadas nestes relatórios dão conta de vários outros detalhes sobre quantidade e peso de produtos transportados em cada uma das localidades atendidas e suas respectivas receitas; descrevem as quantidades de passageiros transportados, em primeira e segunda classe; informam sobre quantidade telegramas emitidos, ano a ano, quantidades de encomendas ou de animais transportados, relação de nomes de acionistas, fornecem detalhes sobre o histórico financeiro destas companhas, dentre outras pistas de enorme valia para quem milita na História Econômica.

Ferrovias brasileiras: tema atraente e perigoso

Um desafio básico se recai sobre aqueles pesquisadores e pesquisadoras que no âmbito da História Econômica ousam realizar um estudo sobre o conjunto do sistema ferroviário brasileiro. Tal desafio refere-se à dificuldade em se delimitar quais seriam os aspectos do objeto que devem ser analisados de tal modo que, ao "final" consigam apresentar ao leitor uma conclusão confiável sobre, afinal, o que é o sistema ferroviário brasileiro. As partes deste todo, ou melhor, deste objeto, são formadas por dezenas de empresas que foram constituídas em condições e localidades tão diferentes entre si, que parece impossível se fazer uma história econômica ferroviária integrada, que ofereça um panorama completo; uma síntese da história econômica ferroviária brasileira.

Na Argentina, este desafio de se realizar uma síntese e de se ampliar o panorama de estudos do sistema ferroviário daquele país vem sendo encarado, há alguns anos, por diversos autores congregados em torno da Fundación Museo Ferroviário, localizada em Buenos Aires. A primeira fase desta tarefa ocorreu, em 2007, com a publicação do livro "Nueva historia del ferrocarril em la Argentina: 150 anos de política ferroviária". Este esforço coletivo, que teve à frente os organizadores Mário Justo Lopez e Jorge Waddell, contou com experientes pesquisadores do tema tais como Andrés Martin Regalsky, Colin M. Lewis, Daniel Tartarini, Elena Salerno, Jorge Schvarzer, Juan Pablo Martínez e Teresita Gómez. A obra se propõe, segundo seus organizadores, preencher um vazio na história ferroviária argentina, formada por trabalhos, todos eles parciais. A despeito de todo o esforço, louvável, há que se reconhecer conforme os próprios autores fazem que os critérios de seleção a serem abordados no objeto obedecem a "recortes". "El historiador elige ocuparse de esto o de aquello y ya en su tarea reconstructiva descarta asuntos por irrelevantes centrando su atención sólo em mínima cantidad de los hechos que forman el universo em estudio" (LÓPEZ y WADDELL, 2007:8). O critério de seleção da análise, deste trabalho denominado "nueva historia del ferrocarril en la Argentina", está deliberadamente focado nas políticas públicas que acabaram por formatar aquilo que estes autores denominam historiografia ferroviária argentina.

Não é desconhecida dos pesquisadores ferroviários brasileiros a existência de diversos trabalhos acadêmicos que buscam compreender a dinâmica da empresa ferroviária, escolhidas em cada um destes respectivos estudos, em sua relação com as políticas públicas para o setor. Até porque, a intervenção do Estado nesta atividade econômica é parte integrante da dinâmica do setor ferroviário. Desde a concessão inicial o poder público se faz presente, assim, o fato de o Estado dispor de informações privilegiadas sobre o setor, em função de suas fontes oficiais, quase que "condiciona" o pesquisador a buscar entender a dinâmica das empresas a partir de suas publicações oficiais.

Segundo Margareth Magalhães Martins essa metodologia utilizada na História Econômica, de analisar o sistema ferroviário, a partir dos dois principais agentes econômicos: Estado e empresas ferroviárias, é praticamente uma "tradição deste tipo de estudo" (1995:33). Em seu trabalho "Caminhos tortuosos: um painel entre o Estado e as empresas ferroviárias brasileiras, 1934 a 1956", por exemplo. Martins seleciona dezoito empresas que foram incorporadas à Rede Ferroviária Federal (RFFSA), em 1957, e, a partir deste conjunto, devidamente e claramente definidos o objetivo da pesquisa, problema, hipóteses, contextualização do problema de pesquisa, enfim, após cumprir todos os preceitos acadêmicos para a realização de uma tese de excelente qualidade, numa temática em que a autora já havia realizado a sua Dissertação dez anos antes, Martins passa a considerar estas dezoite ferrovias, como sendo estas "as empresas ferroviárias brasileiras". E, logicamente, cumpre-se na tese seu objetivo inicial de analisar, sob uma perspectiva histórica, o desenvolvimento da indústria de transporte ferroviário no Brasil no período 1934-1956 em que, as ferrovias perdiam a sua posição de principais vias de transporte e o Estado consolidava a sua intervenção no setor, com a criação da RFFSA. Logo, agrega a sua contribuição ao estudo do tema.

A amostra, no entanto, é siginificativa para se analisar apenas e tão somente uma fração da malha, aquela que foi agregada à RFFSA, que era "somente" uma nova empresa pública, sob controle da União; quatorze anos depois da RFFSA, seria formada em São Paulo a Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA). O fenômeno da criação da RFFSA, que passou a reunir empresas da União seguia a uma tendência, a mesma que se repetiu no Estado de São Paulo. A RFFSA era apenas parte de um todo; a FEPASA era outra parte, formada pelas companhias Paulista, Sorocabana, Mogiana, São Paulo Minas e Araraquarense (e outras a elas já agregadas antes deste processo de estatização), que sob o controle do Governo de São Paulo foram unificadas numa só empresa pública. E ferrovias que não eram parte nem da RFFSA e nem FEPASA, eram outra parte deste todo. A tentativa de unificação para a criação da FEPASA já vinha sendo debatida desde o início da década de 1960. Em pelo menos três períodos legislativos 1962, 1966 e 1971 foram apresentados projetos na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo propondo-se a unificação de estratégias políticas e econômicas para o conjunto da malha

ferroviária de propriedade do Estado (NUNES, 2005:19). No início daquele período, em que a futura RFFSA começou a agregar companhias encampadas pela União [1934-1956] havia pelo menos cinquenta e uma empresas ferroviárias em atividade no Brasil (BRASIL, 1943:35). No entanto, para Martins, as dezoito seriam aquelas "imaginada [como] uma amostra que representasse o sistema ferroviário brasileiro, no período estudado" (MARTINS, 1995:34).

A parte e o todo

Importante atentar-se, de antemão, que aqui não se pretende fazer uma análise crítica deste trabalho acima citado, mas apenas destacar o fato de que este tema "atraente e perigoso pode criar ciladas para os que nele se aventuram" [MARTINS, 1995:1], quando, no esforço de análise e síntese por meio de uma perspectiva histórica, acadêmica, se busca tratar do desempenho das empresas ferroviárias 'brasileiras', em seu conjunto. Definitivamente, as outras trinta e três empresas, que ficaram "de fora" da amostra, somadas às dezoito constituintes da RFFSA mais as outras que não eram nem RFFSA nem FEPASA é que são, de fato, as "empresas ferroviárias brasileiras". A parte, sem o todo, não é parte, mas o todo sem a parte, não é todo, conforme advertira Gregório de Matos Guerra.

O todo, diga-se de passagem, é bastante mais complexo diante da tentativa de se analisar o papel das empresas ferroviárias como objeto de pesquisa acadêmica, uma vez que este objeto é portador de diversas características que transcedem a relação Estado-ferrovia. Segundo Chandler (1988) as ferrovias diferenciam-se, e muito, das demais indústrias. A começar pelos custos de operação que são altíssimos. As ferrovias demandam um tipo de organização administrativa, que fora pioneira do modelo de gestão das grandes corporações. As decisões cotidianas precisam dar conta de resolver questões relacionadas a defeitos em operações de máquinas e equipamentos, cobrança de fretes, administração de armazéns, escritórios, linhas férreas e telegráficas, numa vasta área geográfica. A relação capital-trabalho também é marcada, desde o início das primeiras linhas férreas, por uma série de complexidades, tais como a implementação do trabalho livre, no Brasil, em plena época em que ainda vigorava o trabalho escravo; a administração precisa, simultaneamente, agregar a ação de trabalhadores que pertencem a categorias profissionais das mais diversas que vão desde engenheiros, maquinistas, carregadores, mecânicos, o que resulta em dificuldades para a consolidação de uma política salarial, marcada por um aglomerado de trabalhadores que em diversos casos chega à casa dos milhares. Desta indústria se requer, também, por parte dos usuários, particularmente dos ricos usuários (fazendeiros e empresários) um atendimento que esteja alinhado a modernos padrões de transportes; o que gera imensos custos de reposição de materiais, tais como aqueles relacionados às compras de novas

locomotivas, carros e vagões. As empresas ferroviárias geram, na sua operação, um novo tipo de administrador que precisa atuar em múltiplos negócios, simultâneamente (MARTINS, 1995:30).

Analisar o todo do sistema ferroviário brasileiro é, portanto, uma tarefa que não conseguimos realizar, ainda. No entanto, parece-me possível, fazer uso destas fontes disponíveis de forma mais "imaginativa". Pelo menos em relação a um período que compreende uma etapa bastante importante da formação econômica brasileira; que compreende uma fase anterior a primeira metade do século XX, marcada por uma serie de transformações, como, por exemplo, a Primeira Guerra Mundial e ao momento posterior à Segunda Guerra Mundial, quando o Estado [aqui compreendido a União (1957) e o Estado de São Paulo (1971)], passa implementar uma série de ações, tais como a erradicação de ramais considerados ociosos, que acabam por desmontar parte daquele sistema ferroviário que havia sido implantado a partir de meados do século XIX.

A relevância do tema encontra-se no fato de que neste período ocorreu a formação do Brasil moderno e industrial. Esta periodização compreende a fase de consolidação da industrialização brasileira, que implica em novas dinâmicas de circulação de mercadorias, que passa a ocorrer em grande escala, não mais apenas para fora da região [Europa e Estados Unidos], mas também em direção a vários pontos do mercado interno e em direção aos países vizinhos da América do Sul. Essa nova estrutura econômica industrial, que foi se configurando na primeira metade do século XX, e que se consolidou no pós-Segunda Guerra Mundial, passou a demandar um sistema logístico capaz de atender às exigências de circulação de mercadorias industrializadas, cujas características diferem bastante dos produtos exportáveis, por ferrovia, desde o século XIX: volumosas e de baixo valor agregado, produzidas ou extraídas a partir de algumas poucas localidades para os portos. As ferrovias, vale reafirmar, não sofreram um desmonte generalizado. A presença estatal direta [em que o Estado assume o papel de empresário-ferroviário] acabou por readequar a malha ferroviária [aqui, sim, brasileira] para esta atender a um fim específico: transportar mercadorias pertencentes a alguns poucos setores da economia nacional. Aquela remodelação esteve centrada na redução ou erradicação do transporte de passageiros, no encerramento dos transportes de mercadorias de "pequenas expedições", no transporte de animais, mas, por outro lado, no aumento da carga transportada em vagão lotado, dentre outras ações saneadoras que contribuíram decisivamente para a redução de mão-de-obra como forma de reduzir custos operacionais, e por consequência causou certo desmonte da própria categoria dos trabalhadores ferroviários que, em meados da década de 1990, quando se iniciaram as reconcessões das empresas férreas ao setor privado, estava reduzida a menos de 20% do total da força de trabalho que havia ocupado os postos de trabalho disponibilizados pelo setor, em 1957. A justificativa do tema parece se dispensar de maiores comentários.

A riqueza das fontes

A meu ver, as fontes ferroviárias podem contribuir para a realização de uma gama de trabalhos que não se limitem ao campo da História Econômica. Porém, estas mesmas fontes devem ser analisadas, sejam os anuários estatísticos, sejam os relatórios das companhias, pela ótica da diversidade que aqueles documentos indicam existir no conjunto das empresas férreas brasileiras. O formato como estão dispostos os dados estatísticos poderiam servir como referencial para se entender o objeto em questão. Embora houvesse a obrigatoriedade de todas as empresas férreas brasileiras apresentarem estatísticas completas em formato único a partir de dezembro de 1921 verifica-se, já na publicação do anuário do Ministério da Viação e Obras Públicas de 1922 [Estatística das estradas de ferro da União...], a apresentação de dados naquele formato que incluia a obrigatoriedade de todas as estradas de ferro brasileiras disponibilizar ao MVOP os informes estatísticos, com dados retroativos aos anos de 1916.

Assim, a partir destas "Estatísticas" [1898-1915] é possível construir séries de dezessete anos, de pelo menos trinta empresas[2]; e a partir de 1916 é possível analisar os dados das sessenta empresas em operação no Brasil, a saber: quadro da viação férrea da República, com suas respectivas extensões; informações sobre garantia de juros; custo e capital das companhias concessionadas; despesas de fiscalização; condições técnicas: da via permanente; das obras de artes; informações sobre as estações: situação, altitude e data de inauguração; material rodante: locomotivas, carros e vagões [com as respectivas procedências destes materiais]; pessoal empregado; passageiros transportados; bagagens, encomendas e animais transportados, telegramas [acompanhado de informações detalhadas]; mercadorias transportadas [com respectivos detalhes em relação ao tipo de mercadoria, peso, frete e outras]; percurso realizado pelo material de tração; consumo de combustíveis e lubrificantes; percurso dos carros de passageiros e vagões; receitas e despesas; resultado do tráfego; dados estatísticos comparativos ao ano anterior; acidentes corridos; e, ao final, legislação e decisões do governo (BRASIL, 1908).

Ao se tratar de "estradas de ferro brasileiras" há que se levar em conta, porém, a existência de uma enorme quantidade de companhias, que ao longo do tempo passaram por processo de fusão, aquisição ou extinção. E então, como definir o que é parte ou o que é o todo deste objeto? Uma vez que

[2] I] Estradas da União: Baturité; Sobral; Central do Rio Grande do Norte; Great Western; Bahia ao São Francisco; São Francisco; Central da Bahia; Central do Brasil; Rio do Ouro; Minas e Rio; Oeste de Minas; Paraná; D. Theresa Christina; Viação Férrea do Rio Grande do Sul. II] Estradas concedidas pela União: Caxias as Cajazeiras; Recife a Limoeiro e Timbaúba; Victória a Diamantina; Leopoldina; Corcovado; Rezende a Bocaina; Bananal; União Valenciana; Muzambinho; Santos a Jundiahy; Sorocabana e Ituana; Noroeste do Brasil; Rio Claro; Mogyana; Quarahim a Itaquy e São Paulo – Rio Grande.

o recorte deverá levar em consideração uma enorme quantidade de informações, dentre elas: extensão, localização geográfica, tipos de bitola, dentre outras: a quem pertencem estas empresas? são da União ou são concedidadas pela União; são dos Estados, ou concedidas pelos Estados? são deficitárias ou são superavitárias? quantos trabalhadores por quilômetro operam esta ferrovia? e os transportes de passageiros e de carga? Vejamos, apenas com base nestes indicadores, alguns exemplos de riqueza de informações que estas fontes podem nos revelar.

Algumas destas empresas, em 1916, por exemplo, possuiam milhares de quilômetros e chegavam a atender vários estados; outras nove delas, minúsculas, possuíam menos de 20 quilômetros de extensão. Foge ao objetivo deste trabalho, elaborar uma lista de receitas e despesas [e por consequência, respectivos saldos operacionais de todas elas], porém, estes dados estão disponibilizados na "Estatística das Estradas de Ferro". Conforme pode ser consultado nesta fonte, os dados relativos às receitas de cada uma dessas empresas apresentam-se com os mais variados valores. Algumas delas possuem saldos positivos outras são deficitárias; algumas delas, cuja extensão atingia a 4.903 km, eram administradas pela União; outras, numa extensão de 9.449 km de vias, pertenciam à União, mas eram arrendadas pela União; em 5.875 km destas vias, eram concedidas pela União aos Estados ou para empresas particulares.

Quadro 1. Ferrovias brasileiras. Extensões [em km] e localizações [por Estado], 1916 e 1940.

Ordem	Ferrovias [1916]	Extensão [km]	Localização	Ordem	Ferrovia [1940]	Extensão [km]	Localização
1	Leopoldina Railway	2.946	ES - MG - RJ		**Primeira categoria[3]: 11 Empresas -**		
2	E. F. Central do Brasil	2.350	DF - RJ - MG - SP	1	Rede Mineira de Viação	3.891	RJ, MG, SP
3	Viação Férrea do Rio Grande do Sul	2.172	RS	2	Rede de Viação Férrea do Rio Grande do Sul	3.367	RS
4	E. F. São Paulo Rio Grande	1.850	PR - SC	3	Estrada de Ferro Central do Brasil	3.174	RJ, DF, MG, SP
5	Rede de Viação Bahiana	1.765	BA	4	The Leopoldina Railway Ltda.	3.082	ES, RJ, DF, MG
6	E. F. Mogyana	1.689	MG - SP	5	Estrada de Ferro Sorocabana	2.141	SP
7	Great Western of Brasil Ry	1.617	RN - PB - PE - AL	6	Rede Paraná Santa Catarina	2.122	SC, PR, SP
8	E. F. Sorocabana	1.615	SP	7	Companhia Mogiana de Estradas de Ferro	1.959	SP, MG
9	E. F. Oeste de Minas	1.560	RJ - MG	8	The Great Western of Brazil Railway Co.	1.637	RN, PB, PE, AL
10	Rede Sul Mineira	1.302	RJ - MG	9	Companhia Paulista de Estrada de Ferro	1.511	SP

[3] Denomina-se de primeira, segunda ou terceira categoria a ferrovia que atinja renda mensal bruta anual, respectivamente: superior a 20.000 contos de réis; 20.000 a 5.000 contos de réis, e, inferior a 5.000 contos de réis.

11	E. F. Bauru a Porto Esperança	1.273	SP - MT	10	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	1.461	SP, MT
12	E. F. Paulista	1.245	SP	11	The São Paulo Railway Company	247	SP
13	Rede de Viação Cearense	876	CE		Sub-total	24.592	
14	E. F. Vitória a Minas	591	ES		**Segunda Categoria: 06 Empresas**		
15	E. F. Goiaz	529	MG - GO	12	Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro	1.897	BA, SE
16	E. F. Madeira-Mamoré	364	AM - MT	13	Rede de Viação Cearense	1.404	CE, PB
17	E. F. Bragança	316	PA	14	Estrada de Ferro Vitória a Minas	562	MG, ES
18	Brasil Great Southern Ry	300	nd	15	Estrada de Ferro Goiaz	439	GO, MG
19	E. F. Norte de São Paulo	279	SP	16	Estrada de Ferro Araraquara	300	SP
20	E. F. do Dourado	273	SP	17	Estrada de Ferro São Paulo Paraná	236	PR, SP
21	São Paulo Railway	247	SP		Sub-total	4.838	
22	E. F. Nazareth e ramal de Amargosa	222	BA		**Terceira Categoria: 34 Empresas**		
23	E. F. Santos a Juquiá	159	SP	18	Estrada de Ferro Bahia a Minas	555	MG, BA
24	Central do Rio Grande do Norte	147	RN	19	Estrada de Ferro São Luiz Teresina	453	MA, PI
25	E. F. São Paulo a Goyas	145	MG - SP	20	Estrada de Ferro Madeira Mamoré	366	MT, AM
26	E. F. São Paulo Minas	136	MG - SP	21	E. F. Central do Rio Grande do Norte	342	RN
27	E. F. Maricá	130	RJ -	22	Estrada de Ferro do Dourado	317	SP
28	E. F. Rio do Ouro	127	RJ	23	Estrada de Ferro Bragança	294	PA
29	E. F. Thereza Christina	118	SC	24	Estrada de Ferro Nazaré	286	BA
30	E. F. Funilense	94	SP	25	Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina	239	SC
31	E. F. Santo Amaro	88	BA	26	Estrada de Ferro Petrolina a Teresina	204	PE, PI
32	E. F. Ilheús a Conquista	82	BA	27	Estrada de Ferro Central do Piauí	191	PI
33	E. F. Caxias a Cajazeiras	78	MA	28	Estrada de Ferro São Paulo a Minas	180	SP, MG
34	E. F. Cruz Alta a Santo Angelo	78	nd	29	Estrada de Ferro Mossoró	175	RN
35	E. F. Santa Catarina	70	SC	30	Estrada de Ferro Maricá	158	RJ
36	E. F. Centro Oeste	52	BA	31	Estrada de Ferro São Paulo Goiás	149	SP
37	E. F. Tocantins	43	PA	32	Estrada de Ferro	128	BA

					Ilhéus a Conquista		
38	Tramway Cantareira	43	SP	33	Estrada de Ferro Santa Catarina	114	SC
39	E. F. Norte do Paraná	43	PR	34	Estrada de Ferro Tocantins	82	PA
40	Ramal Férreo Campineiro	41	SP	35	Estrada de Ferro Mate Laranjeira	68	PR
41	E. F. Rezende a Bocaina	39	RJ -	36	Estrada de Ferro São Mateus	68	ES
42	E. F. Mossoró	38	RN	37	Estrada de Ferro Palmares a Osório	55	RS
43	E. F. Terezopolis	34	RJ -	38	Estrada de Ferro Itapemirim	54	ES
44	E. F. de Quissamã	34	RJ -	39	Estrada de Ferro Campos do Jordão	47	SP
45	E. F. Bananal	28	RJ - SP	40	Estrada de Ferro Jacuí	46	RS
46	E. F. Jaboticabal	26	SP	41	Estrada de Ferro Morro Agudo	41	SP
47	Companhia Agríc. Faz. Dummond	24	SP	42	Tramway da Cantareira	35	SP
48	Usina Barcellos a São Bento	23	RJ	43	Estrada de Ferro Monte Alto	31	SP
49	E. F. Lorena a Itajubá	20	MG	44	Ramal Férreo Campineiro	31	SP
50	E. F. Itatibense	20	SP	45	Estrada de Ferro Jaboticabal	25	SP
51	E. F. Monte Alto	18	SP	46	Estrada de Ferro Porto Alegre e Vila Nova	22	RS
52	E. F. Perus Pirapora	16	SP	47	Estrada de Ferro Itatibense	20	SP
53	Tramway Santo Amaro	13	SP	48	Estrada de Ferro Barra Bonita	18	SP
54	E. F. Paraopeba	12	MG	49	Estrada de Ferro Perus Pirapora	16	SP
55	E. F. Porto Alegre a Tristeza	12	nd	50	Estrada de Ferro Morro Velho	8	MG
56	Usina das Dores a São Sebastião	11	RJ	51	Estrada de Ferro Corcovado	4	RJ
57	E. F. Recife a Beberibe	9	PE		Sub-total	4.822	
58	E. F. Morro Velho	8	MG				
59	E. F. Corcovado	4	DF				
60	Ramal do Porto da Madame	2	RJ				
Total	Total	27.446			Total	34.252	

Fonte: BRASIL. MVOP, 1922:XXIII – XXIV; BRASIL. MVOP, 1943:35-49

Logo, o quadro acima demonstra uma enorme dificuldade em se "juntar" estas empresas em conjuntos, por serem cada uma delas muito distintas. Vejamos a quantidade de informações que a "estatística" produzida pelo MVOP proporciona. Ilustrativamente, trataremos aqui de três indicadores:

1) a extensão das linhas, por categoria econômica, e suas respectivas localizações; 2) a natureza da propriedade, e, 3) as receitas e despesas, a partir da natureza destas propriedades.

No ano de 1940, a malha ferroviária brasileira media 34.252 km de extensão e de acordo com a renda bruta anual estavam assim classificadas: 11 empresas de primeira categoria, numa extensão de 24.592 km; seis empresas de segunda categoria, numa extensão de 4.838 km, e 34 empresas de terceira categoria medindo de 4.822 km. De um total de 24.592 km de ferrovias de primeira categoria existentes no Brasil (as mais rentáveis), 20.773 km concentravam-se em cinco Estados: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná.

Quadro 2. **Brasil. Ferrovias de primeira categoria, em km (1940)**

Minas Gerais	São Paulo	R. G. Sul	R. Janeiro	Paraná	Outros	Total
7.320	6.254	3.367	2.549	1.283	3.819	24.592

Fonte: BRASIL. MVOP, DNEF.

O total destas ferrovias representava 72% do conjunto da malha ferroviária nacional. Em Minas Gerais localizavam-se 30% das ferrovias de primeira categoria do País enquanto em São Paulo encontravam-se 25% delas.

Quantos às linhas de segunda categoria, de um total de 4.838 km, 3.970 concentravam-se em cinco Estados: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Goiás e São Paulo.

Quadro 4. **Brasil. Ferrovias de segunda categoria, em km (1940)**

Bahia	Ceará	Minas Gerais	Goiás	São Paulo	Outros Estados	Total
1.594	1.274	409	386	307	868	4.838

Fonte: BRASIL. MVOP, DNEF.

O total destas ferrovias representava 14% do total da malha ferroviária nacional. Na Bahia estavam localizadas 33% das ferrovias de segunda categoria, enquanto em São Paulo localizavam-se 6% das ferrovias desta categoria no Brasil. Dentre as ferrovias de terceira categoria, de um total de 4.822 km, 2.853 concentravam-se em São Paulo, Bahia, Rio Grande do Norte, Maranhão e Minas Gerais.

Quadro 4. **Brasil. Ferrovias de terceira categoria, em km (1940)**

São Paulo	Bahia	R. G Norte	Maranhão	Minas Gerais	Outros	Total
879	561	517	449	447	1.969	4.822

Fonte: BRASIL. MVOP, DNEF.

O total destas ferrovias representava 14% da malha ferroviária nacional. Em São Paulo localizavam-se 18% das vias de terceira categoria do País.

Pôde-se extrair dos números acima que as ferrovias de primeira categoria, que geravam maior receita bruta, estavam localizadas em sua grande maioria em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná. As de segunda categoria, algumas extensas como é o caso da Viação

Férrea do Leste Brasileiro e Rede de Viação Cearense, estavam localizadas, basicamente, no Norte e Nordeste. Quanto às de terceira categoria, concentrava-se em São Paulo, Bahia, Rio Grande do Norte, Maranhão e Minas Gerais.

Prossigamos um pouco mais quanto aos riscos de se tirar conclusões sobre o todo deste objeto sem se observar, simultaneamente, o que está nos indicando as partes. Se o pesquisador tirar uma média dos resultados [receitas menos despesas] do conjunto das ferrovias brasileiras em operação no ano de 1940 poderá concluir que estas [o todo] apresentavam um pequeno saldo equivalente a 2,3% da receita total obtida naquele período. No entanto, esse indicador mostraria o todo sem informar que existiam naquele momento sérios déficits em partes consideráveis daquele conjunto de empresas - particularmente naquelas pertencentes e administradas pela União. Ao se analisar as ferrovias brasileiras a partir da natureza da propriedade, em 1940, verifica-se que os subconjuntos das linhas apresentavam resultados da receita bastante diferenciados cuja amplitude dos seus respectivos saldos ia de -22,6 a +25,3 [2,3% de saldo total representava, portanto, uma média, que neste caso bem pouco consegue esclarecer a situação de toda a malha ferroviária brasileira].

Conforme pode ser constatado no quadro 5, abaixo, quase 40% das linhas férreas brasileiras [13.380 km] pertencia à União e por ela eram administradas. Acrescente-se ainda que estas linhas pertencentes e administradas pela União apresentavam déficits equivalentes a 22,6% comparativamente às receitas obtidas. Enquanto as linhas da União arrendadas aos Estados e aquelas pertencentes aos Estados e por eles administrados apresentavam superávits 4,2 e 15,5%; melhores resultados ainda eram obtidos das linhas administradas por empresas particulares, que apresentavam superávits equivalentes a pouco mais de 25% da receita.

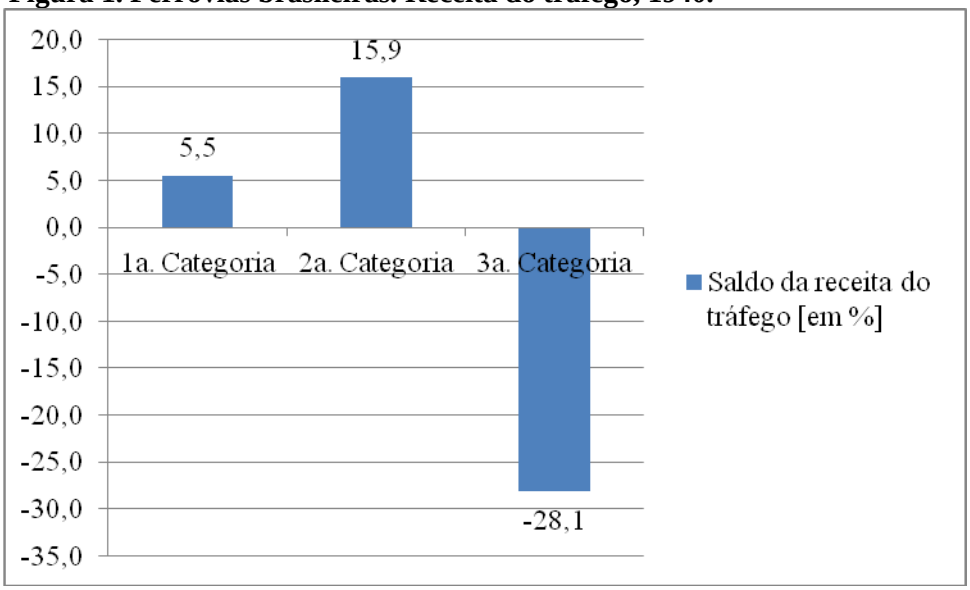
Quadro 5. Linhas férreas brasileiras [Extensão, receitas, despesas e saldos], em 1940.

Categoria	Da União e por ela administradas.	Da União, arrendadas aos Estados.	Dos Estados e por eles administradas	Da União arrendadas a particulares	Administradas por particulares	Totais
Extensão das linhas [em km]						
1a. Categoria	6.756,0	7.258,0	2.142,0	1.637,0	6.799,0	24.592,0
2a. Categoria	3.740,0		300,0		798,0	4.838,0
3a. Categoria	2.884,0	114,0	778,0	184,0	862,0	4.822,0
Total	13.380,0	7.372,0	3.220,0	1.821,0	8.459,0	34.252,0
Saldo [em mil-réis e em %]						
Receita do total	438.869	216.524	179.116	195.873	261.336	1.291.718
Despesa de total	538.100	207.438	151.276	169.760	195.139	1.261.713
Saldo	-99.231	9.086	27.840	26.113	66.197	30.005
Saldo %	-22,6	4,2	15,5	13,3	25,3	2,3

Fonte: BRASIL, MVOP, 1943: 17 e 25.

A informação sobre o objeto ficará bem mais "qualificada" se acrescentarmos ao quadro 5 [acima] informações sobre quais tipos de empresas apresentavam déficits em 1940 [figura 1, abaixo]. Conforme se observa no quadro 5, acima, aproximadamente 60% de toda a extensão das linhas consideradas de terceira categoria pertenciam à União e era por elas administradas – nestas estavam concentrados os déficits. Assim, pode-se se concluir, considerando que o "saldo equivalente a 2,3% da receita total obtida naquele período" pelas ferrovias brasileiras é uma informação que pouco esclarece sobre o diagnóstico a respeito dos resultados das receitas totais obtidos pela malha ferroviária brasileira; a informação é, por demais, limitada, pois a conclusão que se pode tirar é que os déficts estavam ocorrendo principalmente naquelas empresas denominadas de terceira categoria, pertencentes à União e por elas administradas; basicamente as mesmas que acabaram riscadas do mapa ferroviário, a partir da década de 1960.

Figura 1. Ferrovias brasileiras. Receita do tráfego, 1940.



Fonte: BRASIL, MVOP, 1943:29

A meu ver uma informação bastante relevante que corrobora com o que afirmo em outro trabalho, de que não houve fim da era ferroviária, mas o fim de alguns trechos e serviços ferroviários:

> (...) as ferrovias não foram "abandonadas" e, muitos menos, passaram por um processo generalizado de desmonte. Na verdade, foram desativados apenas alguns serviços de seu modelo de negócios, particularmente aqueles cujas funções "extrapolavam" os propósitos da exportação de mercadorias provenientes dos interiores dos países em direção aos portos. Os milhares de quilômetros de linhas erradicados, em sua maioria, pertenciam a pequenas ferrovias e ramais que, desde a década de 1920, enfrentavam a concorrência dos automóveis, caminhões e "jardineiras", em seus respectivos trechos. Vale lembrar que a maior parte das linhas havia sido implantada para atender a uma maior demanda de transportes externa à região. Estavam direcionadas aos portos e possuíam uma estrutura pouco voltada para a integração física com outras regiões subnacionais ou para os demais países-vizinhos. Eram utilizadas, até a chegada do caminhão e ônibus, para quase todo tipo de transportes terrestres – inclusive para transportar mercadorias bastante inadequadas àquele modal. Haveria ainda, dentre outros, problema estrutural no modelo de negócios destas empresas que construídas, em sua maioria no final do século XIX e início do XX, pouco conseguiram se adaptar à maior concorrência dos outros

> modais, a partir da década de 1950. Foram, portanto, as pequenas ferrovias ou pequenos ramais considerados antieconômicos que, após a completa encampação do sistema ferroviário, acabaram riscadas do mapa ferroviário sul-americano (NUNES, 2011:129).

Um forte indicativo de que "os milhares de quilômetros de linhas erradicados, em sua maioria, pertenciam a pequenas ferrovias e ramais que, desde a década de 1920, enfrentavam a concorrência dos automóveis, caminhões e "jardineiras", em seus respectivos trechos" pode ser constatado retornando-se ao quadro 1 [p. 7] onde pode-se verificar que daquelas trinta e quatro empresas de terceira categoria existentes em 1940, trinta e uma delas tiveram suas linhas totalmente erradicadas; "sobraram" daquelas apenas a Estrada de Ferro Corcovado [RJ], a Estrada de Ferro Campos do Jordão [SP] e as linhas da Estrada de Ferro Tocantins [PA]. As linhas-troncos das ferrovias de primeira e segundas categorias, em sua quase totalidade continuam a ser utilizadas atualmente.

As "estatísticas das estradas de ferro" possibilitam uma vasta quantidade de informações que podem fornecer outras importantes pistas sobre a estrutura das ferrovias brasileiras, como, por exemplo, quais eram os principais fornecedores de materiais. Dados de 1922 demonstram que, definitivamente, os materiais ferroviários não eram importados "apenas" da Inglaterra. Com base nesta fonte [federal], de 1922 [e esses dados dos diversos outros anos também estão disponíveis] é possível verificar que o conjunto das estradas de ferro brasileiras era operado naquele ano por 1.857 locomotivas, 2.174 carros de passageiros e 24.358 vagões. O detalhe que se segue é que é possível se verificar na sequência, de forma detalhada, a procedência deste material: a maior parte das locomotivas, 1.139, havia sido fabricada nos Estados Unidos, 389 na Inglaterra e 285, na Bélgica. Já os vagões, a maior parte, 7.251, veio da Inglaterra; 6.620, da Bélgica e apenas 2.471 haviam sido fabricados nos Estados Unidos (BRASIL, MVOP, 1922:XLII-XLV). Não se tratam estes dados de números colhidos aleatoriamente, mas de indicadores que demonstram os mercados que forneciam para o setor ferroviário brasileiro, não apenas neste período, mas em todo o período que estes dados estão sistematizados. E, mais. Estes dados estão contemplados, com informações complementares, nos relatórios de cada uma das estradas de ferro. Nos relatórios da Doutradense é possível verificar que, das dezessete locomotivas [fabricadas entre 1882 e 1923] que operavam naquela companhia, no ano de 1926, a exceção de uma inglesa, todas as outras eram procedentes dos Estados Unidos (Companhia Estrada de Ferro do Dourado - CEFD, 1927:23).

Outra base de dados que pode ser amplamente utilizada é aquela relativa aos trabalhadores empregados; é possivel verificar que em 31 de dezembro de 1916 a categoria dos ferroviários brasileiros era formada por 57.907 trabalhadores. Destes, 2.248 estavam alocados no setor administrativo; 17.812 ocupavam-se do tráfego; 14.306 estavam alocados nos serviços de locomoção [locomotiva, carros e vagões]; 20.638 cuidavam da via permanente; e, 2.903, segundo a mesma fonte

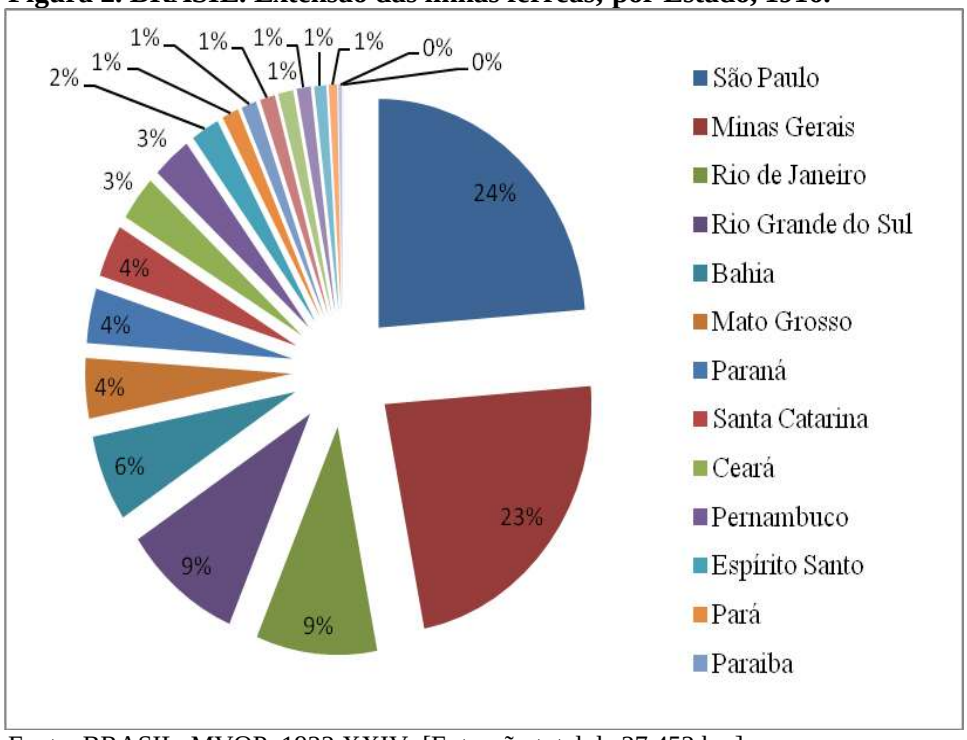
eram jornaleiros – pessoal extraordinário da Estrada de Ferro Central do Brasil (BRASIL, MVOP, 1922:XLII). Desta combinação de dados gerais, enviados ao Ministério da Viação e Obras Públicas é possível analisar, sob os mais variados objetivos, a participação dos salários dos trabalhadores nesta indústria. Comparar tanto internamente, as diferenças salariais entre os setores administrativos e outros [tráfego, locomoção, e, via permanente], em cada empresa, isoladamente, ou mesmo comparar os salários pagos, por setores, entre uma empresa e outra, ou todas.

Dentre outros indicadores importantes para se analisar os serviços ferroviários estão aqueles relativos aos serviços de transportes de passageiros, de bagagens e encomendas e transporte de animais, apresentados com riqueza de detalhes: quantos eram os passageiros que utilizavam-se da primeira ou da segunda classe; qual era o percurso médio de cada um destas duas categorias de transportes; qual era a receita de cada um destes serviços; qual era, de fato, a participação deste tipo de transporte na receita da companhia e por consequência os tipos e quantidade de clientes que se utilizam das ferrovias. O serviço de bagagem e encomenda refere-se aquele tipo de uso bastante abrangente que as ferrovias prestavam aos seus muitos usuários; serviços que iam desde o transporte de uns poucos sacos de milhos, depachados por um pequeno produtor rural, ou uma mudança, um barco, despachados a partir de diversas estações, que atendiam a estes tipos de serviços ao longo das linhas. Os serviços de transportes de animais, por exemplo, atendiam à demanda das mais variadas dimensões: de uma cabeça a vagões lotados. Por isso, até por volta da década de 1980 era possível a milhares de outros usuários compartilharem daquele modal, fosse viajando como passageiro, despachando mercadorias, bagagens, encomendas, animais ou para outros tantos fins a que as ferrovias se destinavam. No presente, esse quadro é bastante diferente. Em 2009, por exemplo, as doze principais ferrovias brasileiras contaram com apenas 1.162 clientes, assim distribuídos: 401 da ALL[4] - [Malha Sul S.A.]; 200[5]; atendidos pela FCA - Ferrovia Centro – Atlântica; 140 da MRS - Logística[6]; 77 clientes[7] da CFN - [Transnordestina Logística S.A.]; 63 [em SP] da FERROBAN - [ALL Malha Paulista S.A.]; 62[8] da FERRONORTE - [ALL Malha Norte S.A.]; 31[9] da NOVOESTE - [Malha Oeste S.A.]; 29[10] da FERROESTE – E. F. Paraná – Oeste; 26[11] da EFC - Estrada de Ferro Carajás; 16 [todos em SC] da FTC - Ferrovia Tereza Cristina; e apenas 8 [no MA] da Ferrovia Norte-Sul (BRASIL, ANTT: 2009:234*)*.

[4] [PR, 185; RS, 148; SC, 20; SP, 48].
[5] [BA, 12; DF, 2; ES, 3; GO, 24; MG, 124; RJ, 3; e em SP, 32].
[6] [MG, 52; RJ, 44 e em SP, 44].
[7] [CE, 33; MA, 24; PB, 6; PE, 9 e no PI, 5].
[8] [GO, 15; MS, 45 e em SP, 2].
[9] [MS, 13 e em SP, 18].
[10] [CE, 33; MA, 24; PB, 6; PE, 9; PI, 5].
[11] [MA, 15; PA, 11].

Aqui vale a pena observar que os relatórios sobre as "ferrovias brasileiras" desfazem um pouco algumas das afirmações recorrentes na historiografia de que as ferrovias brasileiras foram construídas, em sua maior parte para transportar café; e que este produto, era sinônimo de lucratividade para a maior parte das companhias férreas. Há que se atentar, primeiro, para o fato de que nem todas as ferrovias estavam localizadas em regiões cafeeiras, conforme, pode ser constatado na figura, abaixo.

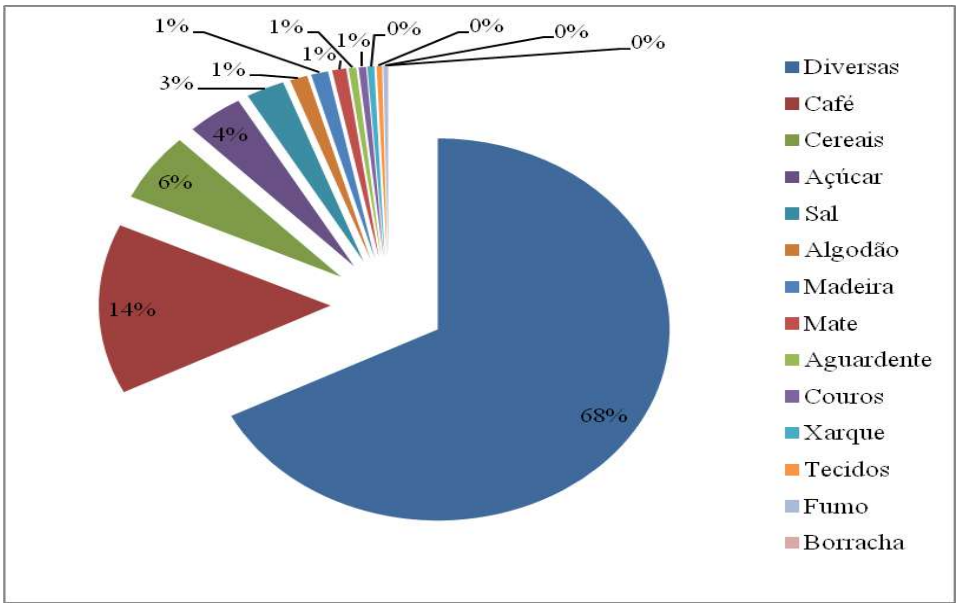
Figura 2. BRASIL. Extensão das linhas férreas; por Estado, 1916.



Fonte: BRASIL, MVOP, 1922:XXIV. [Extensão total de 27.452 km].

Tais fontes são fartas em demonstrar que o café era apenas mais um [importante, é verdade] produto que compunha a pauta de transportes das ferrovias brasileiras, em 1916, por exemplo. Conforme se pode constatar, na figura 3, abaixo, o café representou, naquele ano o equivalente a 14% do total de mercadorias transportadas.

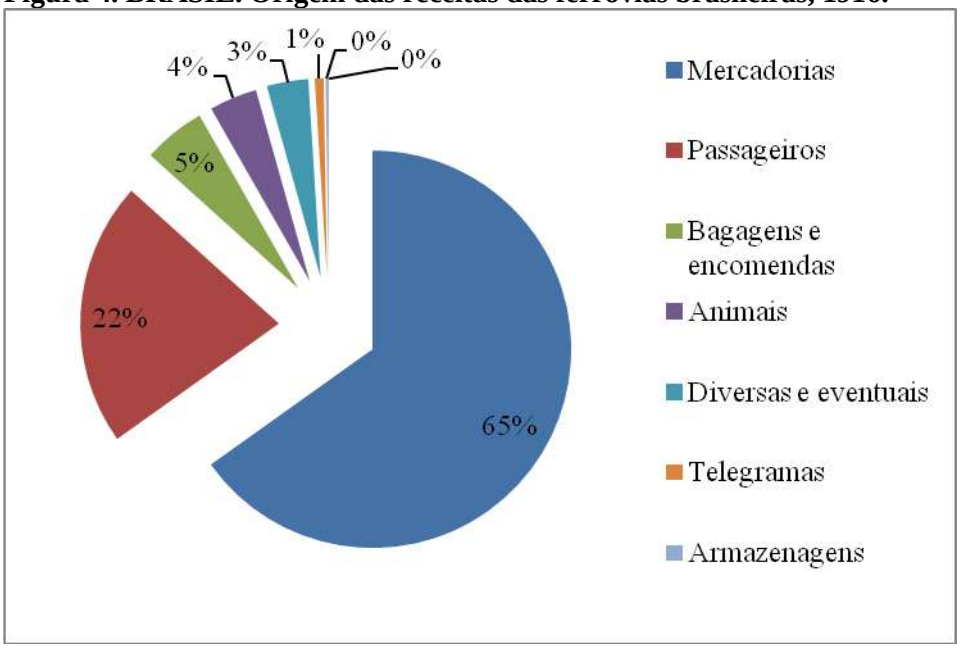
Figura 3. BRASIL. Produtos transportados por ferrovias, 1916.



Fonte: BRASIL, MVOP, 1922:XLV. [Total transportado = 13.014,704,2 ton.]

Quando se verificam quais eram as fontes das receitas totais das ferrovias brasileiras, em 1916, há que se destacar, que outras fontes de receita, exclusive o transporte de café [que não era pouca] e de mercadorias [em geral], chegaram a representar 35% das receitas totais obtidas pelas ferrovias brasileiras; o transporte de passageiros, por exemplo, teve naquele ano uma participação de 22% da arrecadação total obtida pelo conjunto das empresas férreas brasileiras, a saber:

Figura 4. BRASIL. Origem das receitas das ferrovias brasileiras, 1916.

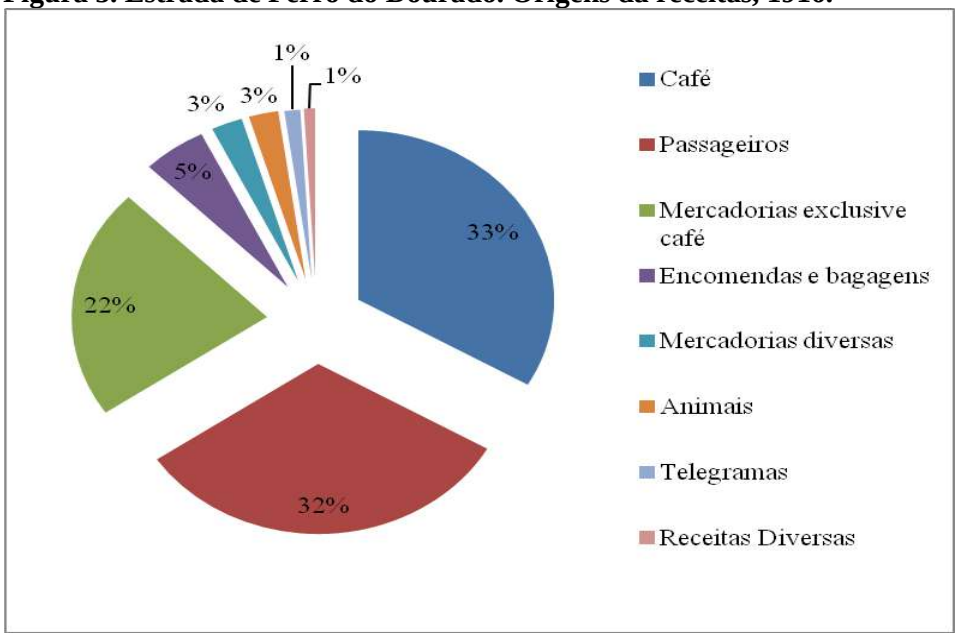


Fonte: BRASIL, MVOP, 1922:XLIX. [Receita total: 215.377.016$735].

Na Douradense, por exemplo, em 1916, conforme se observa na figura 5, abaixo, a participação dos transportes de passageiros chegara a equiparar-se com a receita obtida com o transporte de café. Portanto, quando somadas, as outras fontes de receitas que não aquelas relacionadas

aos transportes de mercadorias [café inclusive], chegavam a representar 29% da receita da companhia naquele ano. Não se trata aqui de se minimizar a importância do café para a formação das receitas daquela companhia férrea, mas ressaltar que a saúde da companhia não estava determinada de forma exclusiva e dependente do transporte daquele produto.

Figura 5. Estrada de Ferro do Dourado. Origens da receitas, 1916.



Fonte: CEFD. Relatório n. 2, 1918:7. [Receita total, em 1916]: 1.248.184$858].

Naquele ano, a Douradense chegou a obter superávit de aproximadamente 37% quando comparadas a receita total [1.236.575$790] com a despesa total [780.413$869] (CEFD, 1941:23). O transporte de passageiros na Douradense representou naquele a 22% do total arrecadado pela Companhia. Dentre as receitas "marginais" destacam-se a transmissão de telegramas e receitas diversas, que representaram naquele ano a cerca de 1% da receita total, cada uma delas, respectivamente.

Definitivamente, estas fontes tem ainda muito a "dizer".

Considerações finais

Os dados estatísticos das estradas de ferro brasileiras sejam aqueles fornecidos pelo MVOP ou pelas próprias companhias férreas, através de seus relatórios, que serviam de documentos básicos da relação entre a diretoria das companhias e seus respectivos acionistas e órgãos de fiscalização governo concedente dos serviços, são ótimas fontes para se qualificar as pesquisas ferroviárias que ousam analisar o "sistema ferroviário brasileiro".

O termo ousadia aqui utilizado está relacionado às dificuldades que encontra o pesquisador diante do tema. O objeto, em questão é formado por dezenas de empresas férreas que foram construídas em condições e localidades tão diferentes entre si que muito dificulta a realização da história

econômica ferroviária integrada, que ofereça um panorama completo, uma síntese da história econômica ferroviária brasileira.

Essa necessidade de se realizar uma "síntese da história ferroviária" parece não ser uma demanda apenas da historiografia econômica brasileira. Tal desafio vem sendo enfrentado também, há alguns anos, por um seleto grupo de pesquisadores, experientes no tema, que atuam em parceria no âmbito da Fundación Museo Ferroviário, localizada em Buenos Aires. Analisar o "todo" do sistema ferroviário, seja aqui no Brasil ou lá na Argentina, tem-se mostrado uma tarefa bastante complexa uma vez que este objeto é portador de diversas características que transcedem a relação Estado-ferrovia.

Parece-me, assim, razoável se utilizar dos dados apresentados pelo órgão de estatística oficial [MVOP]. Por consequência, cabe ao pesquisador “aceitar” a lógica sobre os quais estes indicadores foram montados ou simplesmente consultar todos os relatórios de todas as companhias para se criar séries que sirvam ao objetivo da pesquisa e suas respectivas análises; isso, se o objetivo for analisar o conjunto do sistema ferroviário brasileiro, sobre o qual não podemos perder de vista, na análise, o que é de fato parte e o que é, afinal, o todo, uma vez que:

> O todo sem a parte não é todo,
> A parte sem o todo não é parte,
> Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
> Não se diga que é parte, sendo todo.
> Gregório de Matos Guerra (1636-1695)

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas [MVOP]. **Estatísticas das Estradas de Ferro da União e das Fiscalisadas pela União Relativas ao ano de 1916.** Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1922.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas [MVOP]. **Estatísticas das Estradas de Ferro da União e das Fiscalisadas pela União Relativas ao ano de 1906.** Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1908.

BRASIL. MVOP, DNEF. Departamento Nacional de Estradas de Ferro [DNEF]. **Estatística das Estradas de Ferro do Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

BRASIL. MVOP. **Guia Geral das Estradas de Ferro e Empresas de Transportes com elas articuladas**. Rio de Janeiro, DNEF, 1960.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT). **Relatório Anual de Acompanhamento das Concessões Ferroviárias, ano 2006**. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/relatorios/ferroviario/concessionarias2006/13-ComentariosFinais.pdf>. Acesso em 21 de fev. de 2008.

CEFD. **Relatório n. 2**. São Paulo: CEFD, 1918.

CEFD. **Relatório n. 11.** São Paulo: CEFD, 1927.

CEFD. **Relatório n. 23.** São Paulo: Typ. C. D., 1939.

CEFD. **Relatório n. 25.** São Paulo: Typ. C. D., 1941.

CHANDLER, Alfred Dupont. The railroads**:** pioneers in modern corporate management. In: **The essential Alfred Chandler**. Essays Toward a Historical Theory of Big Business. Harvard Business Scholl Press, 1998. (p. 179-201). Apud. MARTINS, Margareth Guimarães. **Caminho da Agonia***:* a Estrada de Ferro Central do Brasil - 1908-1940. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LÓPEZ, Mario Justo; WADDELL, Jorge [org.]. **Nueva historia del ferrocarril em la Argentina**: 150 anos de política ferroviária. Buenos Aires: Lumiere, 2007. 520 p.

MARTINS, Margareth Guimarães. **Caminho da Agonia***:* a Estrada de Ferro Central do Brasil - 1908-1940. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

___. **Caminhos tortuosos**: um painel entre o Estado e as empresas ferroviárias brasileiras, 1934 a 1956. São Paulo, 1995. Tese (Doutoramento em História) – Universidade de São Paulo.

NUNES, Ivanil. Douradense: a agonia de uma ferrovia. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005.

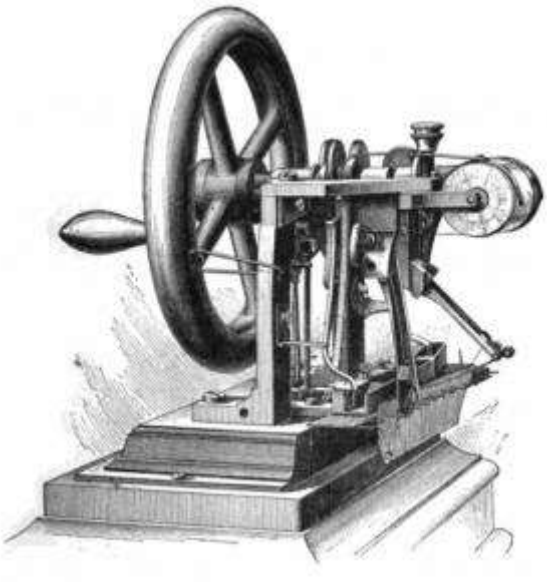
___. **Integração ferroviária sul-americana**: por que não anda esse trem? São Paulo: Annablume/FAPESP, 2011.

Email: Joana@alamedaeditorial.com.br

A história das máquinas de costura:

um anúncio brasileiro vende uma máquina de costura americana

por Joana Monteleone[1]



A máquina de costura Howe

Um pequeno anúncio no *Almanaque Laemmert* de 1868 anunciava que a firma Vivaldi e Companhia, situada na rua da Ajuda, número 8, vendia máquinas de costura

[1] Doutoranda em História Econômica pelo Departamento de História da FFLCH/USP. Orientadora: Prof. Vera Ferlini.

Howe. Seus concorrente, Thomas Dutton Junior, da rua da Quitanda, 40, também vendiam máquinas de costura, mas o anúncio não especifica a marca. Máquinas de costura eram uma novidade neste período – e não apenas no Rio de Janeiro. Na realidade, já fazia alguns anos que a máquina de costura se tornara uma realidade efetiva do mundo industrial e sua importância para confecção de roupas tornou-se fundamental. Recontar a história e evolução da máquina de costura no mundo, e suas sucessivas modificações industriais, nos ajuda a entender a importância desse pequeno anúncio de pé de página no *Almanaque Laemmert* em 1868.[2]

Agulhas de costura fizeram parte do mundo da confecção das roupas desde quase os tempos pré-históricos – algumas agulhas tendo sido achada em sítios arqueológicos que datam de 20.000 anos atrás, com agulhas feitas de ossos para costurarem peles de animais abatidos.[3] As primeiras agulhas de ferro datam do século XIV, e as primeiras agulhas com um olho para se passar o fio, datam do século XV. Ambas não apenas melhoram as técnicas de costuras, como possibilitaram a confecção de trabalhos mais delicados em menos tempo de costura. Mas as agulhas dependiam de mãos habilidosas para que os tecidos fossem costurados e o trabalho podia não apenas levar muito tempo (dias ou meses em costuras e bordados mais sofisticados), como ocupar muitas costureiras. Desta forma, as tentativas de se achar um método ou uma máquina que fizesse o trabalho manual foram crescentes ao longo dos séculos. [4]

Em 1755, foi feita a primeira patente referente a uma máquina de costura. Era uma patente britânica, para uma máquina inventada por um alemão, Charles Wisenthal. Na descrição da patente está uma agulha especial, teoricamente feita para caber numa

[2] Almanaque Laemmert, 1868. Consultado no dia 26 de agosto de 2011 no site da Biblioteca Nacional WWW.bn.br.
[3] Ver os 3 primeiros capítulos do livro de Carl Köhl, *A history of costume*. Nova York: Dover, 1963, p. 53 a 161.
[4] Laurie Carlson. *Queen of inventions*. How the sewing machine changed the world. Brookfield: The millbrook press, 2003, p. 3-15.

máquina de costura, mas o projeto para esta máquina de costura nunca foi encontrado, nem se sabe se a máquina realmente existiu.[5] Conforme a revolução industrial ganhava corpo e novas máquinas modificavam as maneira de se fazer os tecidos, a corrida por uma máquina de costura se acirrou.

Em 1790, nova tentativa, desta vez por um inventor e marceneiro inglês, Thomas Saint. Ainda que não se saiba se essas primeiras tentativas resultaram numa máquina que realmente foi construída e usada, a patente de Saint mostra um buraco no tecido com uma agulha passando por ele – era a idéia básica da máquina de costura que conhecemos. As tentativas de se fazer uma máquina de costura se espalhava pela Europa. Em 1804, existe uma patente francesa para Thomas Stone e James Henderson. No mesmo ano, outra patente, desta vez para um tal de Scott John Duncan. Ambas as invenções não funcionaram bem e rapidamente foram esquecidas. Anos depois, em 1814, um alfaiate austríaco, Josef Madersperger, construiu e patenteou sua invenção, mas ela também nunca funcionou direito. Os Estados Unidos entraram na corrida pela máquina de costura em 1818 com um protótipo inventado por John Adams Doge e John Knwles Scott. Mais um fracasso.

Todas essas recorrentes patentes e fracassos em se fazer uma máquina que realmente substituísse o trabalho manual da agulha demonstra a importância de um instrumento deste tipo para a evolução da técnica e do comércio de roupas e tecidos. Por isso, quando o alfaiate francês Barthelemy Thimonnier, em 1830, realmente conseguiu fazer uma máquina que funcionasse, a ira de costureiras e alfaiates desencadeou um motim, quase uma greve, de outros alfaiates e ateliês de costura contra a nova máquina e sua fábrica. Os alfaiates queimaram a fábrica, que supostamente faria uniformes para o exército francês, e quebraram a máquina, que, desde o começo, tinha o aval do

[5] Laurie Carlson. *Idem*, p. 3-15.

governo francês.[6] Thomonnier voltou a ser apenas alfaiate e morreu na pobreza, apesar de ganhado vários prêmios em feiras e exposições. Baseada na patente original do alfaiate francês, hoje a máquina de costura fica exposta no Museu de Ciência de Londres.

Apenas quatro anos depois, em 1834, um inventor americano, Walter Hunt[7], também conseguiu fazer uma máquina de costura que funcionava e decidiu não patenteá-la por medo da repercussão negativa entre os alfaiates e costureiras. Hunt provavelmente ouviu falar tanto dos alfaiates franceses que queimaram a fábrica de Thomonnier como do movimento inglês, os ludistas, *the luddists*, que quebravam máquinas, queimavam fábricas, inventores e industriais. Mas, para entendermos esse medo e esse novo universo que tanto apavorava alfaiates e costureiras do mundo inteiro, é preciso fazer uma pausa – e nos debruçarmos sobre os graves acontecimentos que tiveram lugar na Inglaterra nas últimas décadas do século XVIII.

A revolução industrial e suas modificações no cotidiano, no tempo e na vida das pessoas foi objeto de estudo de E. P. Thompson, que escreveu *Costumes em comum*.

Brave ludits we are, for breaking we come!

God save Ned Lud!

Machines to hell, we want our dignity

Breaking is good, join us and save Europe!

Break, break, break or die working!

Monster of industrialism, we want you broken!

Machines to the ground

Crash, crash! Bang! Bang! The sound of freedom these are!

Break one, break three, break all! All!

---

[6] *Idem*.
[7] Walter Hunt também ficou famoso por inventar um rifle automático, um velocípede, um alfinete, um fogão a gás, um afiador de facas entre muitas outras máquinas.

O tempo do trabalho estava mudando no começo do século XIX; era agora regulado por relógios ou pelo tempo do trabalho nas máquinas.[8] As máquinas de costura espalharam-se ao longo das décadas, transformando complemente o trabalho de se fazer roupas. Não à toa, os alfaiates se revoltaram: maneira antiga de se costurar estava morrendo e era preciso se adaptar a um novo tempo e possuir novas habilidades, a habilidade de adaptar às máquinas. Ainda que grande parte do trabalho de se confecionar um vestido fosse feito dentro de casas ou ateliês pequenos (contrário da produção fabril que demandava grandes espaços para grandes máquinas), as máquinas de costura e as encomendas tinham um tempo diferente do tradicional trabalho de costuras. As máquinas demandavam muitas horas, com jornadas exautivas.

Thompson, ao analisar as mudanças no tempo do trabalho no século XVIII, afirmou que: "não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura. E o desenvolvimento da consciência social, como o desenvolvimento da mente de um poeta, jamais pdoe ser, em última análise, planejado."[9] Então, essas novas mudanças decorrentes da introdução da máquina de costura produziam uma nova cultura de trabalho, uma nova maneira de se relacionar com o trabalho e um novo tipo de trabalhador urbano.

Ainda que as novas máquinas de trabalho do século XIX causassem desconforto e revolta em alguns trabalhadores, as mudanças, invenções e melhoramentos das próprias máquinas não paravam. Em 1834, Walter Hunt inventou a primeira máquina de costura americana. Seu invento apenas costurava tecidos em linha reta, não fazia zigue-zagues, nem voltas ou rendas. Pouco tempo depois, por causa da repercussão dos motins

[8] E. P. Thompson. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.
[9] E. P. Thompson. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 304.

de alfaiates na Europa, Hunt desistiu de apimorar sua invenção e a patente nunca saiu. Então, a primeira patente para uma máquina de costura america foi a de Elias Howe, exatamente a marca que aparece no anúncio do Almanaque Laemmert de 1868.

Elias Howe em foto de meados da década de 1850

Elias Howe nasceu em Massachusetts em 1819 e passou a infância e começo da adolescência trabalhando nas fábricas de tecidos ao redor de Lowell, cidade no norte dos Estados Unidos, considereda como o berço da revolução industrial americana. Em 1837, uma crise financeira causada pela especulação de bancos novaiorquinos, deixou não apenas muitos trabalhadores sem emprego, mas causou uam recessão profunda que durou cerca de 5 anos. Howe partiu para Cambridge, onde, até 1848, trabalhou no

processo de cardagem[10] da produção fabril local. Pouco depois, ele largou o trabalho na fábrica e começou como aprendiz numa loja de relógios e cronomêtros de precisão, cujo dono chamava-se Ari Davis.[11]

Foi justamente enquanto trabalhava com os mecanismos delicados e minuciosos dos relógios, que Elias Howe teve a ideia de aprimorar o sistema das máquina de costura, criando um sistema de pesponto duplo.[12]

O pesponto acabou se tornando praticamente um sinônimo para costuras feitas na máquina e a invenção de Howe baseava-se em quatro pontos principais: uma agulha com "olho" na bem na ponta, um calcador por onde passava a agulha, um sistema de bolqueio e direcionamento do tecido e uma alimentação automática/manual do sistema inteiro.

Esse tipo de costura entrelaçada, comum às primeiras máquinas de costura, não era muito diferente das costuras feitas à mão, em que dois pedaços de pano eram atados juntos pela costureira. Mas isso era um sistema muito complexo para uma máquina realizar – passar a agulha, juntar os panos, voltar com a agulha – e que só funcionava com poucos metros de linha. Este era também dos princiapais problemas dos inventores ao tentarem fazer funcionar uma máquina de costura no século XIX. Ao pensar numa agulha com um buraco embaixo, o olhal, Howe conseguiu com que a máquina passasse somente uma parte da agulha pelo tecido. Assim, a agulha seria presa à uma barra de agulhas, movimentada para cima e para baixo por um motor manual – com uma série complexa de engrenagens, que Howe deve ter aprendido a fazer funcionar quando era aprendiz de relojoeiro. Quando o ponto passava pelo tecido, ele puxava um pequeno

[10] Processo em que duas escovas de lã, chamadas cardas, penteiam a lã para eliminar os nós.
[11] Laurie Carlson. *Queen of inventions*. How *the sewing machine changed the world*. Brookfield: The Millbrook press, 2003.
[12] Pesponto duplo é o ponto da costura em que uma agulha torna sucessivamente a entrar um pouco atrás no lugar em que saiu o ponto anterior. Na verdade, é uma espécie de ponto reforçado e linear.

laço da linha de um lado para outro, um mecanismo abaixo do tecido prenderia esse laço e entrelaçaria com outro pedaço da linha, juntando os tecidos.

A máquina, exibida pela primeira vez numa exposição industrial em Washington em 1846, custava o equivalente a US$ 300. Para se ter uma ideia do quanto isso representava para a época, um trabalahdor médio, empregado num indústria de chapéus ganharia de US$ 5 a 10 por semana. Ninguém comprou a máquina na exposição, mas no dia 10 de setembro, Howe recebeu a patente de número 5346.[13] As vendas continuaram fracas até Howe seguiu para a Inglaterra, onde um grande empresário têxtil, William Thomas, havia comprado a patente de Howe. Em Londres, o inventor adaptou a máquina de costura (que ainda precisaria de muitos ajustes e melhorias para funcionar adequadamente) para costurar espartilhos e guarda-chuvas.

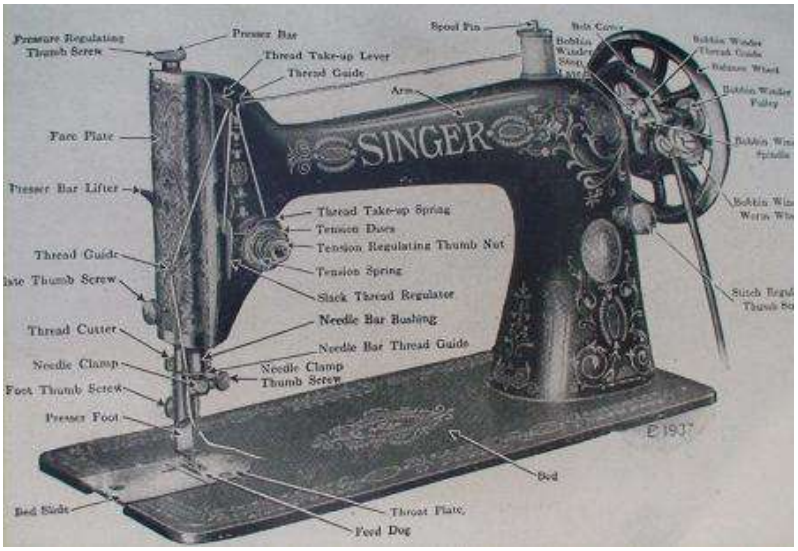
De vollta à América, quase falido, Howe resolveu entrar na justiça para receber direitos por sua máquina. Depois de uma batalha bem sucedida de alguns anos em cortes americanas por causa da patente, com outros fabricantes de máquinas de costura, entre eles Isaac Singer, o irmão de Elias, Amasa, montou uma fábrica de máquinas de costura em Nova York. Daí, provavelmente, veio nossa máquina de costura no Rio de Janeiro em 1868. O nome Howe era sinômino de máquinas de costura bem fabricadas e exportadas para o mundo todos.[14]

Howe participou da Guerra Americana de Secessão em 1862 e 1865, montando com sua fortuna um batalhão. Mas logo depois de ser condecorado com a medalha de honra por Napoleão III, na Exposição Universal de Paris, em 1867, Elias morreu subitamente aos 48 anos. No mesmo ano, suas patentes caíram por terra e o império Howe começou lentamente a declinar, sendo substituído rapidamente pelo de Isaac

[13] Ver novamente o livro de Laurie Carlson, *Queen of inventions: how the sewing machine changed the world* (Brookfield: Millbrook Press, 2003).
[14] Carl Köhl, *A history of costume*. Nova York: Dover, 1963.

Singer, que possuía uma máquina melhor e técnicas mais modernas de propaganda e assistência técnica às máquinas.

Um novo produto e uma nova maneira de expor produtos: progandas para mulheres



Uma Singer 1866: o ponto quase perfeito

Isaac Singer não foi apenas um adversário da máquinas de Elias Howe. Singer revolucionou o mercado ao tentar as máquinas mais baratas e mais eficientes. Na verdade, Singer mudou a ideia de que as máquinas de costura deveriam estar em fábricas. Ele pensou e desenvolveu máquinas baseado numa ideia que vai se espalhar pelo século XIX – a de que as máquinas de costura eram aparelhos para serem usados em casa ou no máximo num pequeno ateliê. Desta forma, cada família poderia ter a sua máquina, fazer a sua costura. A ideia foi bem aceita inclusive pelas costureiras e alfaites, que as viram como uma maneira de aprimorar seu próprio trabalho, ganhando tanto em tempo como em dinheiro. As máquinas de costura, para eles, não representavam mais uma ameaça como antes, como foram os teares, na época de Thimmonier. As máquinas de costura podiam dar lucro e fazer o negócio de costurar roupas uma alternativa rentável. Singer também inovou ao vender sua máquina a prestação, com pequenas parcelas mensais. A empresa não parou de crescer e se expandir.

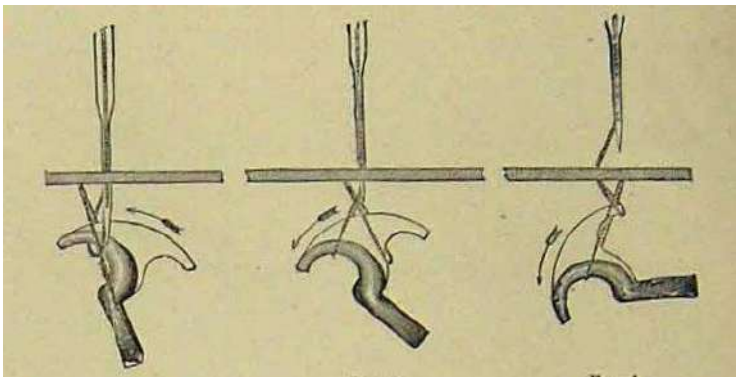
Retrato de Isaac Singer feito pelo pintor Edward Harrison May em 1869

Isaac Singer, filho de imigrantes alemães nos Estados Unidos, foi ator em seus primeiros anos profissionais. Mas, antes disso, ainda no começo da adolescência, ele trabalhou com o irmão mais velho numa loja de máquinas. Foi com este trabalho que ele aprendeu a lidar e consertar diferentes tipos de máquinas. Tendo inventado uma máquina de perfurar pedras e feito sucesso com seu invento, ele resolveu seguir com a carreira de ator profissional se apresentando em várias (e tendo várias mulheres e filhos pelo caminho). Sua trupe não fez muito sucesso e ele resolveu voltar-se novamente para as invenções e máquinas. Com quase 40 anos de idade, em Boston, ao tentar consertar outro invento, Singer deparou-se com uma máquina de costura quebrada. Para resolver o problema ele pensou numa solução que mudaria os rumos da moda para sempre. Ao invés dos pontos serem dados em círculo, eles costurariam melhor se fossem colocados em linha reta. A idéia foi colocada em prática e logo patenteada.[15]

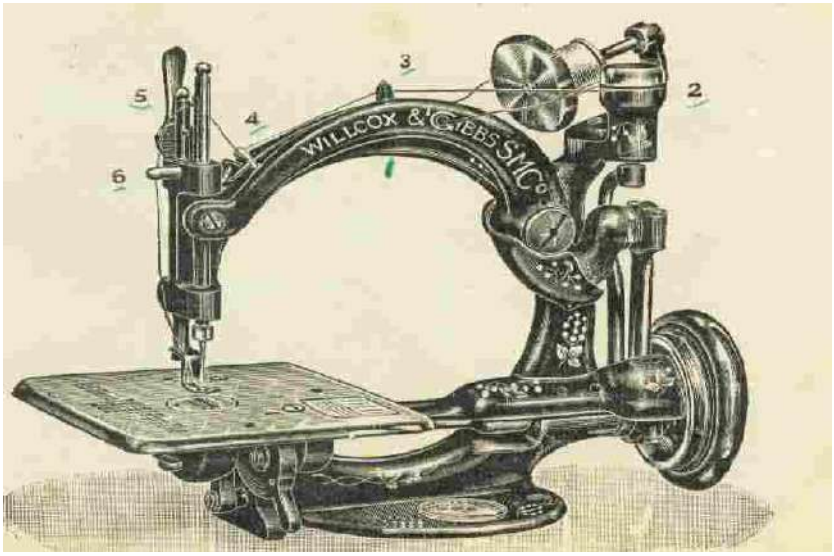
A guerra de patentes pelas máquinas de costura nos Estados Unidos não envolveu apenas as famílias Howe e Singer. Ao longo do século XIX, diferentes inventores tentaram apromorar e otimizar os custos de novas máquinas. Na década de 1850, por exemplo, um fazendeiro da Vírginia chamado James Gibbs ao ver uma máquina Singer funcionando pensou num método de aperfeiçoar a maneira como a agulha fazia o "nó" da costura, o ponto prorpiamente dito. Gibbs conseguiu fazer uma máquina mais leve, com pontos mais firmes e muito mais barata, custando cerca de US$ 50, enquanto as similares não saíam por menos de US$ 100 na época. Não demorou muito para que ele e seu filho se juntassem à Charles Wilcox, um empresário e investidor em novas tecnologias. A cada mundaça ou aperfeiçoamento na máquina de costura, uma nova patente era requerida e recebia um número. Cada fabrincate de máquinas de costura sabia das mudanças dos outros e aperfeiçoava suas próprias

[15] Uma breve biografia da vida e realziações de Singer pdoew ser encontrada em Don, Bissell. *The first conglomerate 145 years of the Singer sewing machine company*. Edição do autor, 1999.

máquinas. A guerra nos tribunais parecia não ter fim, com vários empresários brigando pelo direito de fabricar sua própria invenção.



Um novo método de costura: um gancho "pega" a linha e faz uma espécie de nó.



Uma máquina de costura Wilcox and Gibbs de 1890

Desta maneira, os acontecimentos que tomavam lugar nos tribuinais americanos não tardaram a ter repercussões no Brasil. Rapidamente, as máquinas de costura chegaram ao mercado brasileiro via porto do Rio de Janeiro. Em 1858, a Singer abriu a

primeira loja no Brasil, na rua do Ouvidor, 117.[16] A condessa de Barral, atenta às novidades estrangeira, ao qure tudo indica, importou em 1854 uma das primeiras máquinas de costura para o Brasil. Usava-a em sua fazenda na Bahia e emprestava para as amigas apredenderem a "costurar à máquina". Segundo Wanderley Pinho, a condessa de Barral "modificava costumes, lançava uma nova moda; e também introduzia a máquina de costura. Foi a primeira senhora baiana que possuiu um desses progídios, tão cantados e decantados em crônicas enusiásticas, quando apareceram no Rio de Janeiro em 1854, por Otaviano e José de Alencar."[17]

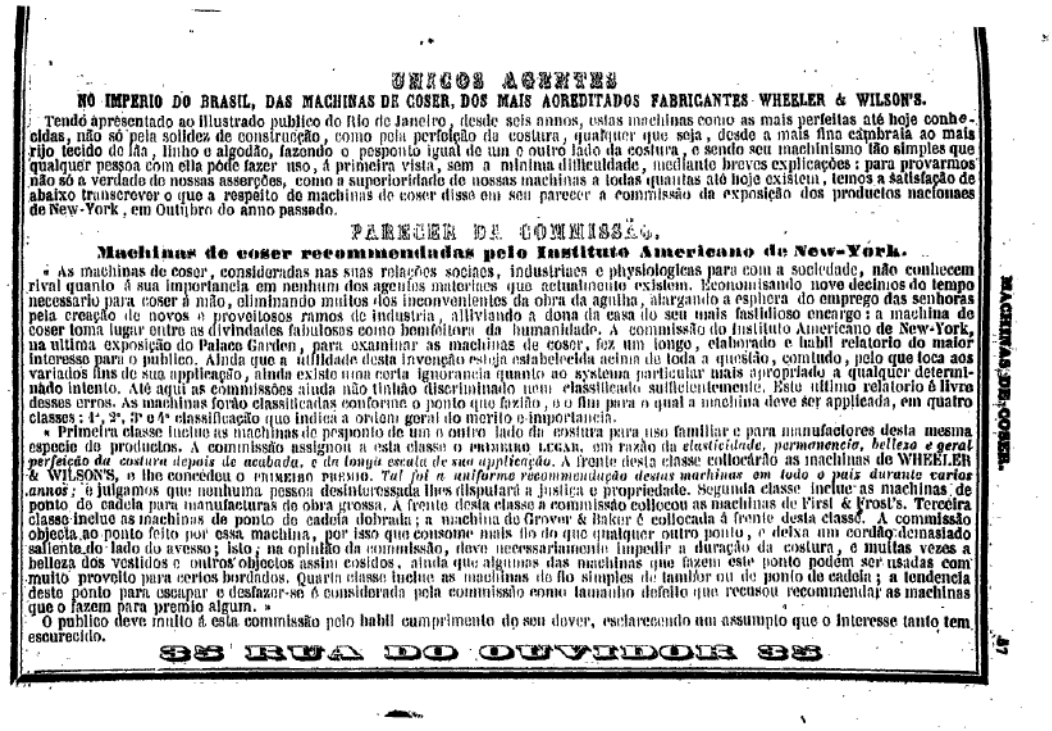
Poucos anos depois, em 1859, o sr. Robert Dutton apareceu pela primeira vez no Almanaque Laemmert, anunciado sua loja de máquinas de costura logo após uma loja de mármore e um loja de meias. Seu depósito de máquinas de costura ficava "situado na r. Da Quitanda, 40, sobrado".[18] No ano seguinte, 1860, outros lojistas vieram a se somar ao sr. Dutton, como a Madame Besse, localizada na rua do Ouvidor, 92, no 1º andar e J.M. Singer & C., anunciando sua loja na rua do Ouvidor, 117. Outro negociante também anunciou na rua de S. Pedro, 166.[19]

No ano de 1861, Madame Besse e Companhia se mudou para a rua do Ouvidor, 35, no 1º andar.[20] Neste mesmo ano, sua oficina publicou o anúncio abaixo, ilustrando seus produtos à venda. Besse vendia máquinas Wheeler & Wilson´s. Nathaniel Wheeler e Allen B. Wilson abriram sua fábrica de fazer máquinas de costura em Water Town Connecticut em 1852. Rapidamente, os empresários entraram com a requisição de patentes tanto para um novo ponto feito pela máquina como pelos pedais de acertar a

[16]Ver a história da Singer no Brasil em http://www.singer.com.br/institucional/historia.asp, consultado em 15/12/2012.
[17] Wanderley Pinho. *Salões e damas do segundo império*. São Paulo: Martins Editora, 1970, p. 226 e 227.
[18] Almanaque Laemmert, 1859, pág. 632.(http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1859/00000636.html). Consultado em 16/01/2012.
[19] Almanaque Laemmert, 1860, pág. 645(http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1860/00000641.html). Consultado em 16/01/2012.
[20] Almanaque Laemmert, 1861, pág. 570 (http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00001446.html). Consultado em 16/01/2012.

costura. A guerra de patentes continuava, cada fabriacante querendo que sua máquina fosse usada pelos consumidores – e cada máquina sendo mais e mais aperfeiçoada.

O anúncio de Madame Besse, que vendia máquina Wheeler & Wilson´s.[21]



ÚNICOS AGENTES

NO IMPERIO DO BRASIL, DAS MACHINAS DE COSER, DOS MAIS ACREDITADOS FABRICANTES WHEELER & WILSON'S.

Tendo apresentado ao illustrado publico do Rio de Janeiro, desde seis annos, estas machinas como as mais perfeitas até hoje conhecidas, não só pela solidez de construcção, como pela perfeição de costura, qualquer que seja, desde a mais fina cambraia ao mais rijo tecido de lã, linho e algodão, fazendo o pesponto igual de um e outro lado da costura, e sendo seu machinismo tão simples que qualquer pessoa com ella póde fazer uso, á primeira vista, sem a minima difficuldade, mediante breves explicações: para provarmos não só a verdade de nossas asserções, como a superioridade de nossas machinas a todas quantas até hoje existem, temos a satisfação de abaixo transcrever o que a respeito de machinas de coser disse em seu parecer a commissão da exposição dos productos nacionaes de New-York, em Outubro do anno passado.

PARECER DA COMMISSÃO.

Machinas de coser recommendadas pelo Instituto Americano de New-York.

« As machinas de coser, consideradas nas suas relações sociaes, industriaes e physiologicas para com a sociedade, não conhecem rival quanto á sua importancia em nenhum dos agentes materiaes que actualmente existem. Economisando nove decimos do tempo necessario para coser á mão, eliminando muitos dos inconvenientes da obra da agulha, alargando a esphera do emprego das senhoras pela creação de novos e proveitosos ramos de industria, alliviando a dona da casa do seu mais fastidioso encargo: a machina de coser toma lugar entre as divindades fabulosas como bemfeitora da humanidade. A commissão do Instituto Americano de New-York, na ultima exposição do Palace Garden, para examinar as machinas de coser, fez um longo, elaborado e habil relatorio do maior interesse para o publico. Ainda que a utilidade desta invenção esteja estabelecida acima de toda a questão, comtudo, pelo que toca aos variados fins de sua applicação, ainda existe uma certa ignorancia quanto ao systema particular mais apropriado a qualquer determinado intento. Até agui as commissões ainda não tinhão discriminado nem classificado sufficientemente. Este ultimo relatorio é livre desses erros. As machinas forão classificadas conforme o ponto que fazião, e o fim para o qual a machina deve ser applicada, em quatro classes: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classificação que indica a ordem geral do merito e importancia.

« Primeira classe inclue as machinas de pesponto de um e outro lado da costura para uso familiar e para manufactores desta mesma especie de productos. A commissão assignou a esta classe o PRIMEIRO LUGAR, em razão da *elasticidade, permanencia, belleza e geral perfeição da costura depois de acabada, e da longa escala de sua applicação.* A frente desta classe collocarão as machinas de WHEELER & WILSON'S, e lhe concedeu o PRIMEIRO PREMIO. *Tal foi a uniforme recommendação destas machinas em todo o paiz durante varios annos;* e julgamos que nenhuma pessoa desinteressada lhes disputará a justiça e propriedade. Segunda classe inclue as machinas de ponto de cadeia para manufacturas de obra grossa. A frente desta classe a commissão collocou as machinas de First & Frost's. Terceira classe inclue as machinas de ponto de cadeia dobrada; a machina de Grover & Baker é collocada á frente desta classe. A commissão objecta ao ponto feito por essa machina, por isso que consome mais fio do que qualquer outro ponto, e deixa um cordão demasiado saliente do lado do avesso; isto, na opinião da commissão, deve necessariamente impedir a duração da costura, e muitas vezes a belleza dos vestidos e outros objectos assim cosidos, ainda que algumas das machinas que fazem este ponto podem ser usadas com muito proveito para certos bordados. Quarta classe inclue as machinas de fio simples de tambor ou de ponto de cadeia; a tendencia deste ponto para escapar e desfazer-se é considerada pela commissão como tamanho defeito que recusou recommendar as machinas que o fazem para premio algum. »

O publico deve muito á esta commissão pelo habil cumprimento do seu dever, esclarecendo um assumpto que o interesse tanto tem escurecido.

98 RUA DO OUVIDOR 98

MACHINAS DE COSER.

Uma explicação para as leitoras[22]

[21] Almanaque Laemmert, 1861, "notabilidades" (http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00001446.html). Consultado em 16/01/2012.
[22] Almanaque Laemmert, 1861, "notabilidades" (http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1861/00001446.html). Consultado em 16/01/2012.

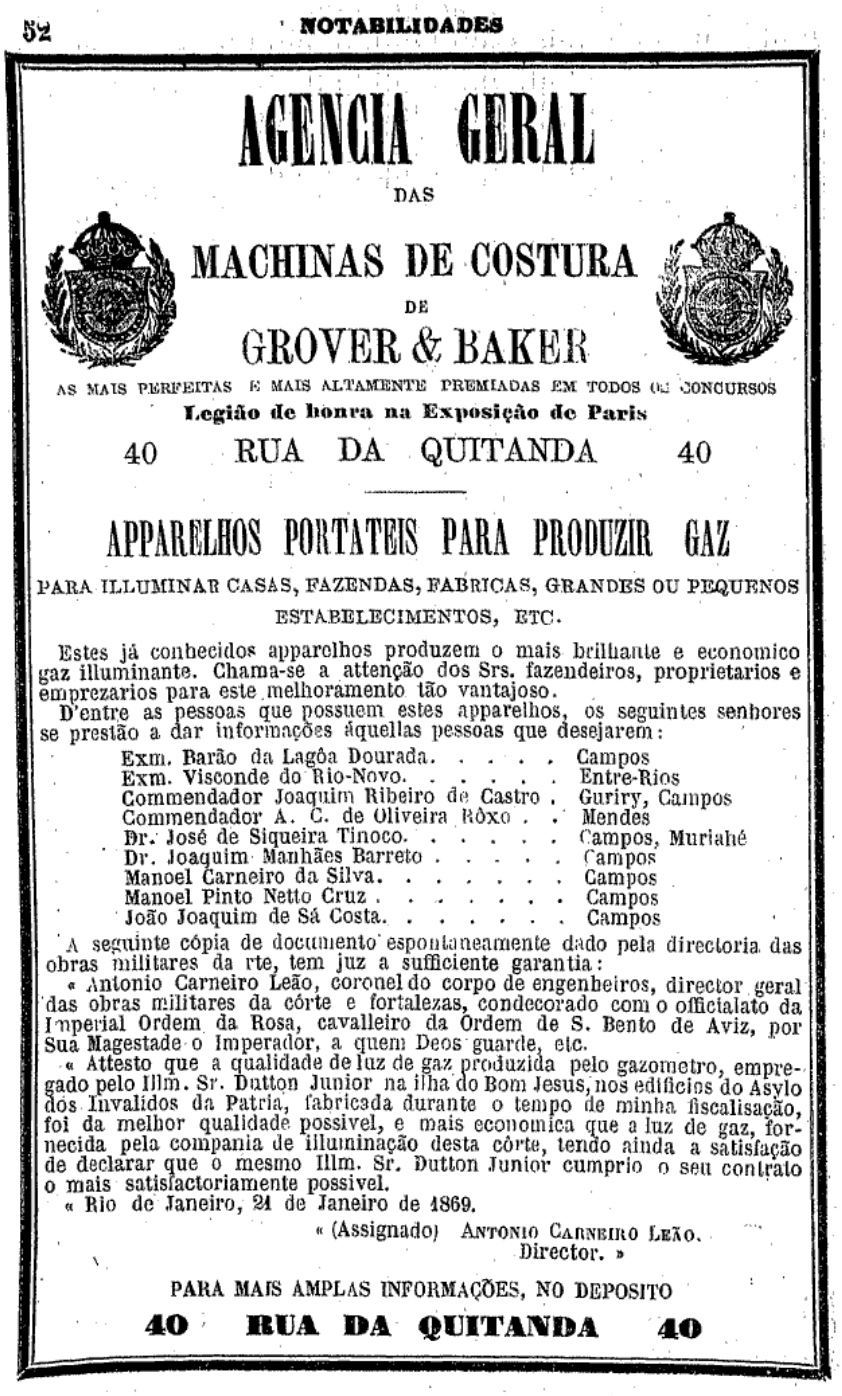
É interessante notar que assim que máquinas começavam a ser comercializadas nos Estados Unidos, em questão de poucos anos, já estavam disponíveis para os brasileiros. Todos os fabricantes participavam de feiras e exposições, rceebendo medalhas e honras ao mérito. As feiras ou exposições serviam tanto para a validação da qualidade do produto que estava sendo oferecido como uma forma de propaganda, sendo geralmente anunciados junto às máquinas.

Em 1868 os depósitos de máquinas de costura já haviam se multiplicado no Rio de Janeiro. George Ballard estava na rua da Quinta, no 57, Henry Evans Milford, na rua do Ouvidor, 103, José Gomes de Oliveira havia se tornado o sucessor de Madame Besse não sabemos o motivo (teria ele comprado o estabelecimento?). Regis Conteville estava na rua de São José, 101, Thomas Dutton Junior continuava na rua da Quitanda, 40. Vivraldi& C., estabeçlecido na rua da Ajuda, 8, vendia máquinas Howe.

Contudo o mais interessante, neste ano de 1868, foi a junção de várias máquinas, modernas para época, num mesmo espaço de vendas. José Gonçalves de Oliveira Sanches e Lidgerwood "G. Van Vlech" anunciavam e vendiam máquinas de costura e também máquinas agrícolas. As máquinas de costura eram no período claramente uma tecnologia de ponta prestes a se tornar indispensável no dia-a-dia das pessoas. Quem dominasse o mercado estaria não apenas vendendo mais dentre os vários produto novos do século XIX. Quem dominasse o mercado tinha a possibilidade de ganhar muito dinheiro.

Pouco depois, Lingerwood se tornava representante da Singer no Brasil e anunciava que a grande produção americana possibilitava a venda de máquinas mais baratas para as famílias brasileiras. Os vinte anos de produção nos Estados Unidos garantiam um produto confiável a um bom preço. Alguns anos mais tarde. Lingerwood

se tornaria representante de outros tipos de maquinário, como máquinas para se beneficar café ou máquinas para se fazer tecidos.



52 NOTABILIDADES

AGENCIA GERAL

DAS

MACHINAS DE COSTURA

DE

GROVER & BAKER

AS MAIS PERFEITAS E MAIS ALTAMENTE PREMIADAS EM TODOS OS CONCURSOS

Legião de honra na Exposição de Paris

40 RUA DA QUITANDA 40

APPARELHOS PORTATEIS PARA PRODUZIR GAZ

PARA ILLUMINAR CASAS, FAZENDAS, FABRICAS, GRANDES OU PEQUENOS ESTABELECIMENTOS, ETC.

Estes já conhecidos apparelhos produzem o mais brilhante e economico gaz illuminante. Chama-se a attenção dos Srs. fazendeiros, proprietarios e emprezarios para este melhoramento tão vantajoso.

D'entre as pessoas que possuem estes apparelhos, os seguintes senhores se prestão a dar informações áquellas pessoas que desejarem:

Exm. Barão da Lagôa Dourada.	Campos
Exm. Visconde do Rio-Novo.	Entre-Rios
Commendador Joaquim Ribeiro de Castro .	Guriry, Campos
Commendador A. C. de Oliveira Rôxo . .	Mendes
Dr. José de Siqueira Tinoco.	Campos, Muriahé
Dr. Joaquim Manhães Barreto	Campos
Manoel Carneiro da Silva.	Campos
Manoel Pinto Netto Cruz	Campos
João Joaquim de Sá Costa.	Campos

A seguinte cópia de documento espontaneamente dado pela directoria das obras militares da rte, tem juz a sufficiente garantia:

« Antonio Carneiro Leão, coronel do corpo de engenheiros, director geral das obras militares da côrte e fortalezas, condecorado com o officialato da Imperial Ordem da Rosa, cavalleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, por Sua Magestade o Imperador, a quem Deos guarde, etc.

« Attesto que a qualidade de luz de gaz produzida pelo gazometro, empregado pelo Illm. Sr. Dutton Junior na ilha do Bom Jesus, nos edificios do Asylo dos Invalidos da Patria, fabricada durante o tempo de minha fiscalisação, foi da melhor qualidade possivel, e mais economica que a luz de gaz, fornecida pela companhia de illuminação desta côrte, tendo ainda a satisfação de declarar que o mesmo Illm. Sr. Dutton Junior cumprio o seu contrato o mais satisfactoriamente possivel.

« Rio de Janeiro, 21 de Janeiro de 1869.

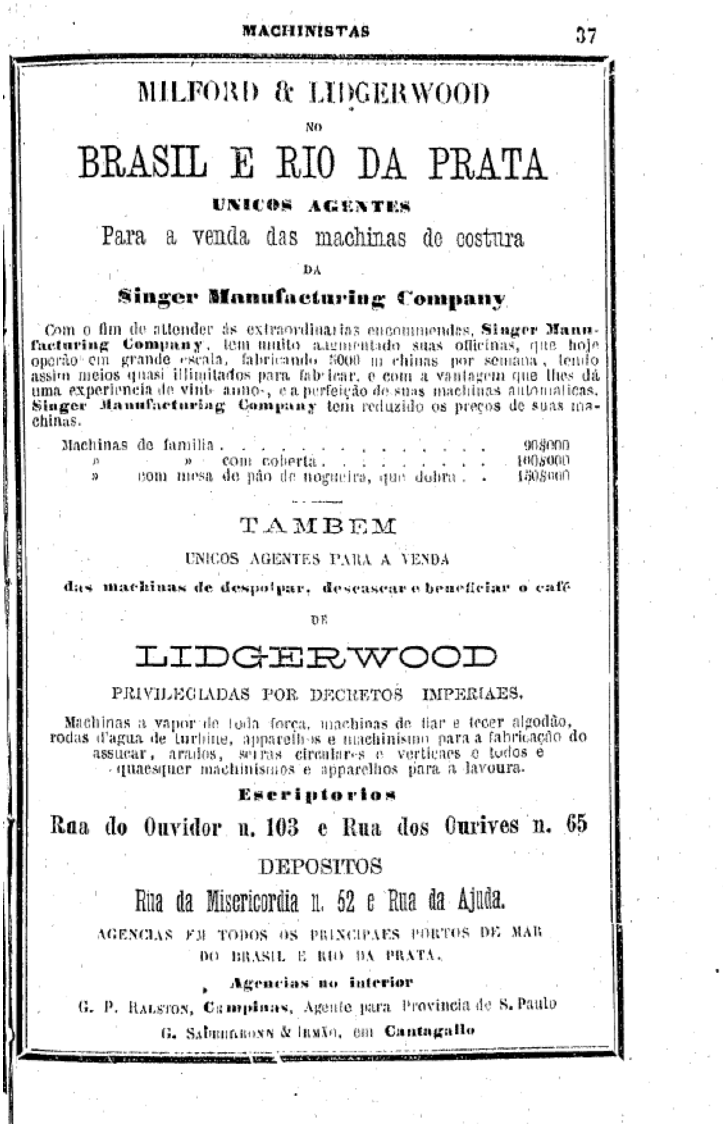
« (Assignado) ANTONIO CARNEIRO LEÃO.
Director. »

PARA MAIS AMPLAS INFORMAÇÕES, NO DEPOSITO

40 RUA DA QUITANDA 40

Máquinas de várias espécies[23]

[23] Almanaque Laemmert, 1870, "notabilidades" (http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1870/00001394.html). Consultado em 18/01/2012.



MACHINISTAS 37

MILFORD & LIDGERWOOD

NO

BRASIL E RIO DA PRATA

UNICOS AGENTES

Para a venda das machinas de costura

DA

Singer Manufacturing Company

Com o fim de attender ás extraordinarias encommendas, **Singer Manufacturing Company**, tem muito augmentado suas officinas, que hoje operão em grande escala, fabricando 5000 machinas por semana, tendo assim meios quasi illimitados para fabricar, e com a vantagem que lhes dá uma experiencia de vinte annos, e a perfeição de suas machinas automaticas, **Singer Manufacturing Company** tem reduzido os preços de suas machinas.

Machinas de familia	90$000
» » com coberta	100$000
» com mesa de pão de nogueira, que dobra	150$000

TAMBEM

UNICOS AGENTES PARA A VENDA

das machinas de despolpar, descascar e beneficiar o café

DE

LIDGERWOOD

PRIVILEGIADAS POR DECRETOS IMPERIAES.

Machinas a vapor de toda força, machinas de fiar e tecer algodão, rodas d'agua de turbine, apparelhos e machinismo para a fabricação do assucar, arados, serras circulares e verticaes e todos e quaesquer machinismos e apparelhos para a lavoura.

Escriptorios

Rua do Ouvidor n. 103 e Rua dos Ourives n. 65

DEPOSITOS

Rua da Misericordia n. 52 e Rua da Ajuda.

AGENCIAS EM TODOS OS PRINCIPAES PORTOS DE MAR DO BRASIL E RIO DA PRATA.

Agencias no interior

G. P. RALSTON, **Campinas**, Agente para Provincia de S. Paulo

G. SABBAGHANN & IRMÃO, em **Cantagallo**

Máquinas Singer aumentam a produção e a venda[24]

O anúncio escondia o que de mais interessante tinham acontecido nesses vinte anos de fabricação das máquinas de costura Singer nos Estados Unidos. Com cada fabricante de máquinca clamando que sua invenção era a melhor e mais bem acabada e

[24] Almanaque Laemmert, 1871, "notabilidades" http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1871/00001291.html). Consultado em 21/01/2012.

requerindo patentes atrás de patentes a cada nova pequena alteração ou melhoria nas máquinas, a guerra dos tribunais americanos era uma constante.[25]

Depois de alguns anos, com os adgovados de todos os lados ganhando muito dinheiro, os principais fabricantes de máquinas de costura nos Estados Unidos se uniram e fizeram um cartel para controlar a fabricação das máquinas. Faziam parte deste grupo: a Wheeler & Wilson, a Singer, a Grover & Baker e, claro, a empresa de Elias Howe, além de algumas outras empresas menores. O acordo entre todos era que cada máquina de costura feita pelas empresas participantes tinha de pagar US$ 15 (o equivalente a duas semanas de salários de um empregado da fábrica) para o grupo. As empresas passaram a ser acusadas pela imprensa de monopólio, mas o cartel, que começou 1856 contiunou até 1877. O grupo se auto-intitulava o "A combinação entre os fabricantes de máquinas de costura". No final dos anos 1870, o congresso americano estabaleceu a lei que quebreva o monopólio do cartel e o preço da máquina de costura americana caiu bastante. Poucos anos depois, na década de 1880, a Singer cresceu tanto que acabou por controlar cerca de 75% do mercado.[26]

Conforme o mercado americano crescia e se especializava, as máquinas de costura se tornavam um objeto comum no cotidiano em cidades como o Rio de Janeiro. As máquinas americanas, aliás, passaram a ter um papel muito importante para a economia brasileira e os importadores se multiplicavam. A máquina de costura, na realidade, abriu as portas para a importação de diversos maquinários agrícolas, como descaroçadores de café e outros utensílios mecânicos para a lavoura. Tanto é que no *Almanaque Laemmert* de 1872 o lugar que era ocupado até então pelas máquinas

[25] Carlson, Laurie. *The queen of inventions: how the sewing machine changed the world*. The millbrook press. Brookfield, 2003.
[26] Uma das melhores histórias sobre o cartel de máquinas de costura e os primeiros fabricantes está no site http://www.sewalot.com/sewing%20machine%20combination.htm (consultado em janeiro de 2012).

agrícolas e de costura se desdobra em duas entradas no índice: as máquinas para a agricultura e as máquinas de costura.[27]

Por causa das diferentes falhas e dificuldades de costura do começo da comercialização das máquinas, nas décadas de 1850 e 1860, o mercado demorou para se estabelecer. Mas, já para o final da década, quando o cartel foi dissolvido, comprar uma máquina de costura tornou-se um bom negócio tanto para uma família abastada como para um pequeno ateliê de costura. Desta vez, ao contrário do que aconteceu com Thinnonier, costureiras e alfaites viram a oportunidade de aumentar seus ganhos e não serem substituídos pelas máquinas.

No ano seguintem 1873, já eram 23 os negociantes de máquinas de costura no Rio de Janeiro. Ao longo da década de 1870, que é quando a produção de máquinas de costura se estabiliza e cresce como negócio, diferentes importadores ofereciam seus produtos para os brasileiros. Ao longo desta mesma década este número vai variar entre 20 e 25 casas importadoras, que abriram suas portas e passaram a vender máquinas também feitas fora dos Estados Unidos. Era o caso da Junken & Ruh, anunciada pela casa Krutz & Gluck situada na rua dos Ourives, n. 102. A máquina era uma cópia alemã da Singer New Family, que foi produzida até a primeira guerra mundial e que vendia muito bem no mercado inglês.[28]

Em 1877, um novo fenômeno começa a marcar o comércio de máquinas de costura no Brasil e nos dá a dimensão importência que as máquinas de costura vinham adquirindo no cotidiano. O anúncio de D. Maria Almeida, publicado na página 59 da seção de notabilidades do Almanaque Laemmert de 1877 e reproduzido abaixo, avisa seus consumidores para as máquinas Singer *falsificadas*. O atliê de D. Maria Almeida

[27] Ver o índice do Almanak Laemmert em 1872.
http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1872/00000661.html (consulta em janeiro de 2012).
[28] Ver o índice do Almanak Laemmert em 1872.
http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1872/00000661.html (consulta em janeiro de 2012).

ficava na rua Uruguaiana, número 145. Na mesma seção de anúncios do almanaque estão elencados outros 18 comerciantes que vendiam máquinas de costura. Quais seriam as falsas? Existiria um falsificador brasileiro ou as máquinas falsas eram importadas? Seiam mesmo as outras máquinas falsas e D. Maria apenas usava um recurso publicitário para vender seu produto?[29]

[29] Ver a seção de 'notabilidades", página 59, do Almanak Laemmert em 1877. http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1877/00001758.gif. consultado em 9/2/2012.

Ciclos de investimento, crises monetárias e crises sociais na gestão do padrão-ouro em Portugal e Brasil no século XIX: uma perspectiva comparada

José Tadeu de Almeida

Resumo

O trabalho tem por meta resgatar alguns aspectos relacionados à gestão da estrutura macroeconômica do Brasil e de Portugal na segunda metade do século XIX, com especial enfoque às políticas monetária e cambial, intimamente relacionadas com a gestão do sistema do padrão-ouro, que constitui o objeto principal desta análise.

Seus objetivos residem, portanto, em refletir a respeito da conexão existente entre a dinâmica cíclica dos fluxos de capitais – em escala global – e os períodos de crises econômicas e 'pânicos financeiros' observados no período, em conexão com o mecanismo de 'integração financeira' que se corporifica no padrão-ouro, ao qual Brasil e Portugal aderiram em 1846 e 1854, respectivamente. O trabalho pretende, assim, avaliar as conseqüências da referida integração financeira, bem como das políticas monetárias empreendidas sobre o desenvolvimento do mercado financeiro de ambos os países ao longo do recorte temporal supracitado.

Como enfoque teórico, entendemos a questão do padrão-ouro no Brasil e em Portugal enquanto importante instrumento de transação e câmbio com as economias centrais, em especial com a Grã-Bretanha, de acordo com a abordagem realizada por Barry Eichengreen (2000), mas também como uma instituição característica de um momento histórico do século, conforme Jaime Reis para o caso de Portugal, e Peláez e Suzigan (1980) para o Brasil, momento este quando toda a prioridade governamental está vinculada à manutenção de reservas de ouro que fizessem frente às taxas de paridade exigidas pelo padrão vigente.

Da mesma forma, em sintonia com o tema proposto para o encontro e utilizando indicadores como evolução dos níveis de preços e renda da população, além de outras fontes primárias que forneçam sustentação empírica ao trabalho, pretendemos realizar uma reflexão a respeito dos impactos de tais crises econômicas sobre a própria ordem social, com especial atenção aos problemas relacionados ao custo de vida, à estrutura de consumo e à capacidade de inserção da população em geral no sistema financeiro, através das Caixas de depósitos, e Montepios (em Portugal), dos Montes de Socorro (no Rio de Janeiro) e outras instituições de crédito popular.

Palavras-chave: Padrão ouro-libra; crises financeiras; Caixas Econômicas.

Ciclos de investimento, crises monetárias e crises sociais na gestão do padrão-ouro em Portugal e Brasil no século XIX: uma perspectiva comparada

José Tadeu de Almeida[1]

O trabalho pretende, em linhas gerais, realizar uma reflexão a respeito da condução da política econômica do Brasil e de Portugal, em especial na segunda metade do século XIX, com especial ênfase sobre as dimensões monetária e cambial, dentro dos marcos teóricos e práticos do modelo de paridade internacional de moedas conhecido como o padrão-ouro. Busca-se, assim, como objetivo geral, estabelecer um marco teórico, ainda que em caráter seminal, para discussões mais amplas e sistemáticas no que concerne à estruturação econômica destes dois países ao longo do período sob análise.

Em paralelo a esta discussão, o estudo da história monetária no século XIX, em que pese o fato de que ele leve em conta também, no caso específico deste trabalho, a configuração político-partidária de ambos os países, deve ter em consideração a vigência do sistema internacional de paridades que vigorou até a Primeira Guerra Mundial sob uma única roupagem: o padrão-ouro.

Tendo sido o Brasil um dos primeiros países a adotar o modelo, através da Lei nº. 401, de 11 de Setembro de 1846, com a paridade estabelecida para 27 *pence* a cada um mil-réis, observar-se-á nos anos seguintes o sucessivo esforço das autoridades monetárias no sentido de manter a taxa estável em conjunturas de crise. A título de exemplo, durante os primeiros dias do 'pânico' de 1857, a taxa caiu da paridade de 27 *pence* para 26, e por fim 25,5 *pence* para cada mil-réis; neste momento, o Banco do Brasil, visualizando a desvalorização progressiva[2] da moeda nacional, suspende as operações de troca de notas de mil-réis por ouro e libras.

Por sua vez, em Portugal, o sistema entrou em operação no ano de 1854, na esteira das medidas de ordenamento do meio circulante que se sucederam aos graves

[1] Doutorando em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). *E-mail*: josetadeu_almeida@yahoo.com.br .

[2] Utilizando o processo inglês (*up is up*) para avaliação da taxa de câmbio, tem-se que para o agente nacional, uma elevação da quantidade de moeda estrangeira necessária para adquirir uma quantidade fixa de moeda nacional indica a apreciação da moeda nacional; por outro lado, a redução do preço da moeda nacional em termos de moeda estrangeira evidencia uma desvalorização da moeda nacional. Em termos práticos, a passagem do mil réis de 27 para 25,5 *pence* mostra que um volume menor da moeda inglesa compra a mesma quantidade da moeda brasileira, evidenciando a desvalorização do mil-réis.

conflitos sociais da década de 1840, tais como a Revolta da Maria da Fonte e a Guerra da Patuléia, bem como após a crise monetária do biênio 1846-47.

Busca-se assim entender a questão do padrão-ouro no Brasil e Portugal não apenas enquanto instrumento de transação e câmbio com as economias centrais, mas também como uma instituição característica de um momento histórico, onde percebe-se uma ênfase total, por parte dos governos de ambos os países, sobre a manutenção de um estoque de ouro que tornasse possível às suas autoridades monetárias fazerem frente às taxas de paridade cambial exigidas pelo padrão vigente.

A 'atração metalista' associada à manutenção destes estoques, segundo o autor, poderá engendrar crises no sistema monetário nacional, que têm como resultados o esgotamento rápido das reservas internacionais e pressões cada vez maiores para a desvalorização da taxa de câmbio corrente.

Tal conjuntura de instabilidade, recorrentemente, conduzia os países signatários do sistema do padrão-ouro a crises de conversibilidade, que engendravam profundas desvalorizações cambiais e distorciam a estrutura de preços relativos, afetando diretamente a manutenção do *continuum* material das economias, principalmente na órbita do comércio exterior.

Portanto, como objetivo específico, procuraremos também entender, com maior profundidade, os impactos sociais (em termos da estrutura de custo de vida da população e outras variáveis disponíveis) das crises econômicas que se verificaram nos dois países, com ênfase à crise de 1857 (para o caso brasileiro) e às crises de 1846-47 e 1876, para o caso português.

Destarte, para a realização da reflexão proposta, é de suma importância a definição de uma metodologia para a devida consecução e compreensão dos temas. No primeiro tópico, buscamos estabelecer marcos gerais sobre a estruturação econômica de Brasil e Portugal em meados do século XIX, com maior ênfase, conforme abordamos, sobre as dimensões monetária e cambial, e sobre a gestão do modelo do padrão-ouro, em ambos os países.

No segundo tópico, ressaltaremos as conseqüências destes mecanismos de integração financeira, sobretudo no que diz respeito à formação de horizontes de instabilidade que conduziam, com freqüência, a crises de conversibilidade; da mesma forma, procuraremos dar vulto aos impactos sociais destes momentos de crise

econômica, sobretudo sobre o custo de vida da população e sua inserção – ainda que precária – nos circuitos financeiros locais.

O terceiro tópico, neste sentido, fornecerá maiores luzes sobre este tema, à medida que busca-se identificar estes 'sub-circuitos' de acumulação nos países analisados, e que estão corporificados em instituições de poupança popular e bancos de penhor, tais como a Caixa Econômica e Monte de Socorro, no Império do Brasil, e das Caixas de Socorro, em Portugal. Seguem-se algumas considerações finais, em caráter conclusivo.

Como se percebe, por fim, este trabalho ainda possui um caráter fortemente seminal; pretendemos apenas lançar os pontos fundamentais de sinergia no desenvolvimento econômico dos dois países no período analisado, bem como prosseguir na busca por referenciais melhor consolidados.

1. Notas sobre a estruturação econômica de Brasil e Portugal no século XIX

Neste tópico, pretendemos fazer alusão à conformação econômica de Portugal e Brasil a partir da adoção do regime do padrão-ouro.

No ocaso do século XVIII, o sistema monetário europeu começa a consolidar um processo de profundas transformações. O ouro e a prata, que já possuíam o *status* de serem os principais meios de troca na economia internacional, vão se tornando a base para um sistema bimetálico.

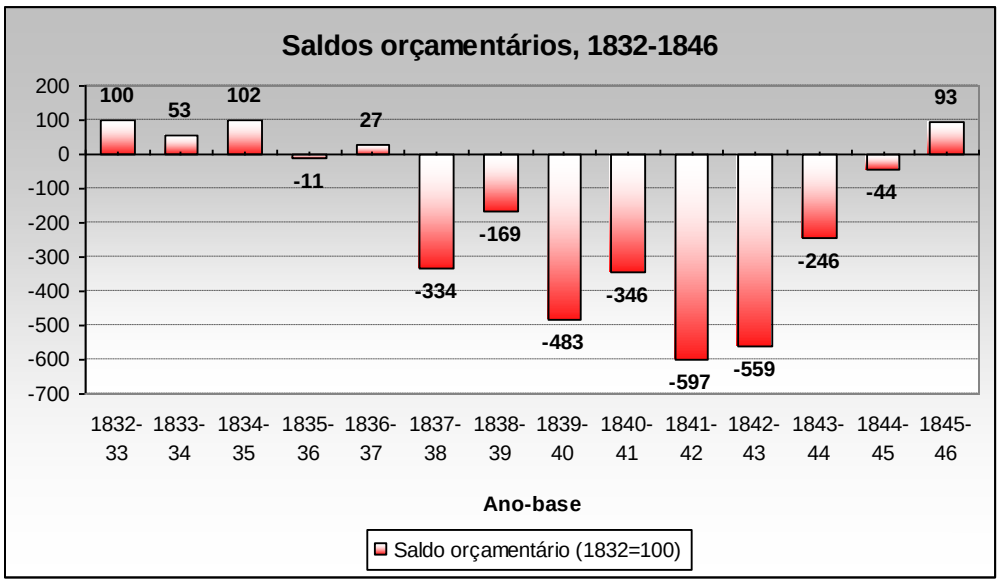
Ainda que o padrão estipulado fosse sensível às crises (que ocorreram em profusão ao longo do século XIX), alterando as relações médias entre preços, tem-se que ele foi a referência para as trocas entre países até o advento da Primeira Guerra Mundial, com duração efêmera após o término do conflito. Pretende-se assim estudar a progressiva adoção do ouro como referencial de riqueza e meio de circulação na economia mundial no século XIX, e a difusão do padrão de trocas daí derivado.

A partir das décadas de 1840-50, o modelo bimetalista[3] evidenciado em algumas das economias ocidentais, tais como a França, começa a entrar em declínio. A descoberta de grandes reservas de ouro na Califórnia e na Austrália, associada ao ato do

[3] Ao longo dos séculos, o ouro e a prata foram utilizados como determinadores comuns das trocas e da mensuração do valor do dinheiro; em que pese o fato do ouro ser negociado em valores bastante superiores aos da prata (eventualmente, no caso brasileiro após 1846, na razão de 15,625 moedas de prata para cada uma de ouro em circulação corrente).

Banco da Inglaterra já em 1816 (*Coinage Act*), adotando o referido metal como referência para as transações financeiras, são, conjuntamente, o marco inicial da expansão do padrão-ouro e da conversibilidade de moedas nas praças européias (comandadas por Londres e Paris) e, *a posteriori*, sobre grande parte das economias ocidentais[4].

O ingresso da economia brasileira ao regime do padrão-ouro, ocorrido em 1846, deve ser entendido no contexto de uma debilidade orgânica da economia nacional, que impunha ao Tesouro nacional uma reforma econômica que visasse fortalecer os seus estoques em moeda metálica. O Gráfico 01, abaixo, ilustra este fato a partir da dimensão dos saldos orçamentários no período anterior ao do padrão-ouro:

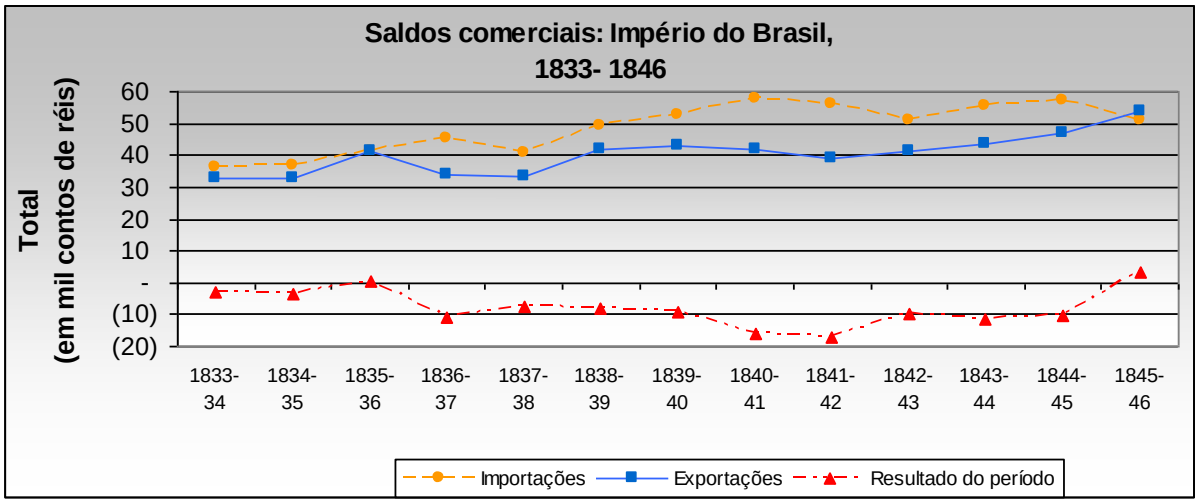


Fonte: ÓNODY (1959), p.197.

Tal debilidade pode ser observada, portanto a partir da década de 1830. Ainda que o café já começasse a render dividendos à economia, ainda não se havia evidenciado surtos de exportação do produto que pudessem acelerar o crescimento nacional[5]. A progressiva diminuição do ingresso de metais preciosos no 'sistema econômico' através da mineração em jazidas (as reservas da Califórnia e da Austrália ainda não haviam sido suficientemente exploradas), e a forte concorrência internacional

[4] Deve-se ter em conta, ainda, que o período entre 1848 e 1871 é permeado por uma série de revoluções armadas na Europa, o que obriga algumas economias, por vezes, a utilizar mais intensamente o papel-moeda a fim de sustentar o *warfare* relacionado a estas convulsões sociais – papel que, obviamente, era sujeito à depreciação (HAWTREY (1947), pp.70-78).
[5] Este movimento seria visível a partir da década de 1850, notoriamente.

em gêneros primários, como a cana-de-açúcar[6], contribuem para uma estagnação das exportações que, junto com o aumento das importações de produtos, gera evasão de capitais em moeda metálica. O Gráfico 02 ilustra a tendência:



Fonte: CALÓGERAS (1960), p.63.

Em 1846, a fim de estancar a saída de capitais e fornecer maior estabilidade à moeda nacional, é sancionada a Lei nº. 401, em 11 de Setembro. Ela fixa a razão de paridade a 27 *pence*, em ouro, a cada mil-réis. Da mesma forma, o artigo segundo da Lei determinava que o Governo Imperial estava autorizado a recolher papel-moeda na quantidade que julgasse necessária, com o intuito de manter a valorização da moeda nacional. A razão entre a prata e o ouro ficou estabelecida, a partir de 1847, no valor de 15,625[7].

Tais medidas colaborariam no sentido de tornar uniforme o sistema monetário nacional (dando menos ênfase à prata e aos outros metais na cunhagem e circulação de moedas). Poder-se-ia assim, na abordagem de Hugon, gerar bases para a retomada do desenvolvimento na segunda metade do século XIX, notoriamente sob a égide da 'economia do café'[8]. É, neste sentido, por uma necessidade de estabilização da economia – e também do sistema político, após as sucessivas revoltas regionais que

[6] A este respeito, afirma Raymundo Faoro: "*O açúcar de beterraba, introduzido no mercado mundial durante as guerras napoleônicas, precipita o Nordeste na crise de onde não mais sairia, senão para transitórias melhorias*". FAORO (1975), p.325.
[7] Em ato sancionado em 1849, o governo brasileiro restringiu o lançamento adicional de moedas de prata na economia, ao proibir as operações governamentais com o referido metal com valores superiores a vinte mil-réis (VIANA, p.308).
[8] HUGON (1978), p.145

abalaram o período Regencial, a partir de 1834 – que o sistema do padrão-ouro encontra terreno fértil para sua implementação na economia brasileira.

Em Portugal, é possível perceber que também é a necessidade de estabilização que cria parte das condições que propiciaram a implementação do modelo do padrão-ouro. De fato, o Reino vinha de uma série de sucessivas revoltas e guerras civis, notoriamente a partir de 1828, com as Guerras Liberais entre D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil) e D. Miguel, a Revolução da Maria da Fonte e a Guerra da Patuléia[9].

Mais que isto, porém, deve-se verificar que uma série de circunstâncias, ou 'acidentes da História', conforme aborda Jaime Reis, também são fatores condicionantes da emergência do padrão-ouro em Portugal. Dentre elas, cabe citar o transbordamento de ouro nas praças européias, como fruto das descobertas de novas jazidas no começo da década de 1850; estas descobertas abasteceram o mercado com o metal e facilitaram seu uso progressivo como meio de troca.

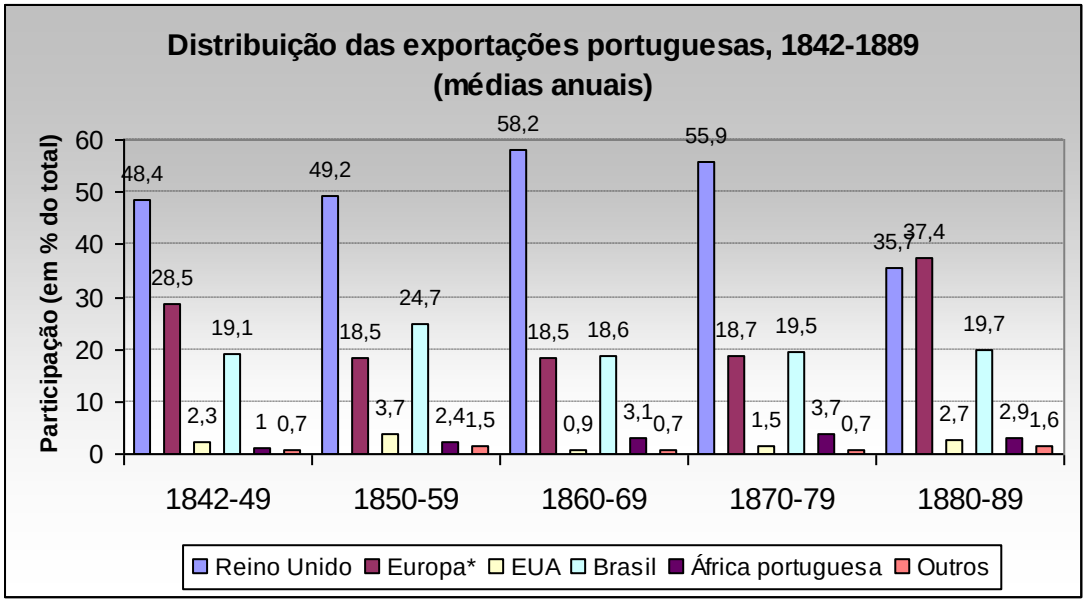
E ainda, pensando pelo lado do comércio internacional, tem-se que Portugal mantinha, ainda neste período, fortes laços comerciais com a Grã-Bretanha: o Gráfico 03, na página seguinte, demonstra esta tendência. A participação expressiva inglesa na estrutura portuguesa de exportações trazia, como decorrência, a adoção da libra esterlina como moeda-chave do comércio internacional; a fixação do padrão-ouro, lastreado sobre a libra, poderia facilitar a paridade entre a moeda local, o *real*, e a libra esterlina, com resultados favoráveis aos comerciantes de exportação.

Contudo, não se pode desconsiderar que tal estrutura de comércio embutia, em momentos anteriores, severas desigualdades, com potenciais resultados no futuro: de fato, até 1837, os produtores locais de gêneros alimentícios pagavam tarifas *ad valorem* de até 33%, ao passo que os produtos importados não recebiam qualquer tipo de oneração até 1817, sob o argumento de evitar o risco de desabastecimento com gêneros de outros países.

E, não obstante a participação inglesa nas exportações portuguesas ser alta, pelo lado oposto esta situação não se verificou: apenas 1% das exportações inglesas se dirigia a Portugal; esta posição menor na pauta reduzia a capacidade portuguesa de forçar tarifas competitivas e tratados de comércio com os ingleses, pelo que se observa um decréscimo nas exportações portuguesas a partir da década de 1870, tanto por conta

[9] PEREIRA (1979), p.388.

da concorrência internacional, que prejudicava os interesses portugueses em torno de seus principais produtos, quanto por conta de sua relativamente baixa agregação de valor, dado que a maior parte das exportações era configurada por gêneros agrícolas.



Fonte: LAINS (2003), p.77

Nota: O termo 'Europa*' corresponde à soma das exportações portuguesas para uma série de países selecionados, a saber: Espanha, França, Itália, Alemanha, Bélgica, Suécia e Noruega, e Rússia.

Em 1854, é realizada a reforma monetária que implementaria em Portugal o regime do padrão-ouro: definiu-se o valor da moeda oficial (real) por 1,626mg de ouro. Da mesma forma, foram fixados os tipos de moedas que poderiam ser cunhadas pela Casa da Moeda, com quantidades fixadas por lei, e em valores entre 50 réis (meio tostão) e 10 mil réis (coroas). Por fim, confirmou-se o curso legal de moedas britânicas em Portugal, paralelamente à moeda portuguesa (soberanos e meios-soberanos, nos valores de 4500 e 2250 réis, respectivamente)[10].

À guisa de encaminhamento para a próxima seção do trabalho, é possível inferir que no que diz respeito às economias brasileira e portuguesa em meados do século XIX, pôde-se verificar que elas apresentam um certo 'pioneirismo' ao abraçarem o sistema do Padrão-Ouro já em 1846 e 1854, respectivamente, quando grande parte das economias centrais ainda não o tinha feito, ou, ao menos, ainda não o tinha feito *de jure*.

O sistema do Padrão-Ouro tem sua relevância, nesta linha de análise, não só no sentido de engendrar uma necessidade de estabilização monetária nas economias

[10] DUARTE & ANDRADE (2003), p.2.

ocidentais, favorecendo o incremento do comércio internacional, ou pela necessidade da evidenciação de um interesse nítido dos credores internacionais em manter a solvência das economias que haviam contraído empréstimos durante o *boom* de capitais da década de 1840.

Durante o processo de coordenação, porém, a política econômica destes países, ainda que seja um tanto quanto ousado afirmar que tenha sido 'harmoniosa', visava não só defender a paridade de suas moedas, bem como evitar desequilíbrios no balanço de pagamentos que conduzissem ao endividamento excessivo frente ao volume do produto interno.

Contudo, é importante manter no horizonte a idéia de que a ambas as economias operavam com uma pauta exportadora formada, em grande medida, por gêneros primários, de baixo valor agregado. Esta pauta contribuía, efetivamente, para tornar a economia, em grande medida, vulnerável a ciclos de preços, a despeito do processo de coordenação e, pode-se ainda dizer, de centralização das finanças nacionais, concentrando o processo decisório sobre as autoridades monetárias, trazido pelas regras do padrão-ouro. A este respeito, afirma Barry Eichengreen:

> Os países produtores de *commodities* estavam sujeitos a abalos excepcionalmente fortes nos preços de seus produtos no mercado. Muitos haviam se especializado na produção e exportação de uma pequena diversidade de produtos primários, o que os deixava expostos a flutuações voláteis de seus termos de troca. Os países na periferia também sofriam os efeito desestabilizadores de mudanças nos fluxos de capital internacionais. No caso da Grã-Bretanha e, em menor medida, no de outros credores europeus, um aumento dos empréstimos externos poderia provocar um desequilíbrio na balança do comércio de mercadorias.[11]

2. Efeitos da integração financeira: crises cambiais e impactos sociais

Nesta seção do trabalho, pretendemos realizar algumas reflexões a respeito do desenvolvimento das economias brasileira e portuguesa nos momentos que se sucedem às suas adesões ao modelo do Padrão-ouro. Como será possível verificar, na década de 1850, a trajetória assumida pelos dois países assume uma conotação relativamente semelhante, ao menos no que diz respeito ao fomento a investimentos em infra-estrutura (como ferrovias e iluminação pública) e no desenvolvimento de um 'sistema

[11] EICHENGREEN (2000), p.68.

bancário'[12], ainda que sujeito a crises de confiança e reversões constantes de expectativas por parte dos diversos investidores, tal como ocorreu no Brasil, no ano de 1857.

Por outro lado, tomando por base a dimensão política, é possível verificar que em meados do século, Portugal e Brasil experimentavam movimentos reformistas, ainda que diferenciados em termos de atores e orientações partidárias: no Brasil, perceber-se-á a hegemonia do Partido Conservador a partir de 1853, com o advento dos Gabinetes da Conciliação. Em Portugal, a liderança do Partido Regenerador perpassa parte significativa do período da Monarquia Constitucional.

Ambos os partidos conseguiram, tanto quanto possível, acomodar interesses das mais diversas facções político-partidárias, como forma de possibilitar o desenvolvimento nacional. Esta seção do trabalho, portanto, pretende realizar maiores explanações a respeito da estruturação política de ambos os países ao longo do período analisado, a fim de verificar os impactos das mais diversas ações políticas sobre a própria vida econômica.

No que toca à estruturação política do Brasil na década de 1850, observa-se que o fim da Revolta Praieira em Pernambuco, o progressivo afastamento dos liberais mais exaltados com a dissolução da Câmara em 1849, bem como mesmo o isolamento dos quadros conservadores mais radicais, como se evidenciará, esvaziam o movimento de oposição no âmbito do Parlamento.

Formula-se, então, a consciência coletiva de que a exaltação, a revolta, típica das convulsões sociais que caracterizaram o Período Regencial e o início do Segundo Reinado (precipitado com o movimento da Maioridade, inclusive, por força destas mesmas convulsões, que ameaçavam a integridade da nação recém-soberana), era danosa aos interesses da nação. Passado o período revolucionário, seria de suma

[12] A título de nota explicativa, é importante enfatizar que o termo 'sistema', utilizado ao longo deste trabalho para exemplificar o surgimento e maturação de uma série de estabelecimentos bancários em ambos os países, embute algumas tensões. A primeira delas reside sobre o fato de não haver uma expressiva relação entre estas casas, tal como nos sistemas contemporâneos, através de mecanismos como câmaras de compensação de cheques, além de janelas e taxas de redesconto (a própria inexistência de um Banco Central, ainda, precipita desta descoordenação). Como conseqüência, o 'sistema' era significativamente vulnerável e sujeito a choques e reversões contínuas de expectativas por parte dos agentes. Contudo, como foi possível verificar processos seminais de coordenação de políticas para o setor bancário – exercidos no caso brasileiro por exemplo, à época, pelo Banco do Brasil e por casas privadas de maior porte, como a Mauá, McGregor & Cia – e de relações entre casas privadas em momentos de contração da base monetária, mantivemos, na medida do possível, o termo 'sistema bancário'.
[12] FERNANDES (2001), pp 85-86.

importância o congraçamento dos diferentes quadros que compunham o Poder Legislativo, com vistas à promoção do progresso e do desenvolvimento do país.

Não conviria, porém, ao sistema representativo que existisse unanimidade de pensamento, tal como no caso da Câmara (com 100% dos deputados pertencendo ao Partido Conservador), em detrimento da expressão das várias opiniões existentes. Tampouco que se processasse uma hegemonia dos conservadores com a eliminação do Partido Liberal: Destarte, com seus quadros fora do poder, uma das poucas chances de sobrevivência dos liberais seria compor uma coalizão com os conservadores, formando um governo de natureza moderada, com estabelecimento de consensos sobre a condução do Estado.

Ficaria este movimento conhecido como de *Conciliação*, sendo o mesmo corporificado nos diferentes grupos de ministros que assumiram a condução dos interesses do Estado Nacional, sob a égide do Partido Conservador, na década de 1850. Neste momento, os Conservadores e seus rivais políticos, membros do Partido Liberal, governaram de forma relativamente coesa, tornando factíveis a maioria dos projetos de Estado, em que pese o fato dos Conservadores terem mantido os cargos da presidência do Conselho de Ministros até 1862[13].

Neste sentido, pensamos a emergência da Conciliação na década de 1850 como um movimento político, de fato; porém, mais que isso, como também uma estratégia de longo prazo, com um interesse fortemente voltado à consolidação do Estado Nacional, perante o iminente risco de secessão representado pelas revoltas regenciais que se tinham desencadeado em anos anteriores.

Em Portugal, por sua vez, também se observavam agitações no campo político: A implementação da Monarquia constitucional, ao menos de modo aparente, não conseguiu consolidar, no longo prazo, a estabilização política da nação, situação que se traduz em uma série de rebeliões e golpes de estado a partir de 1846 (com a Revolução da 'Maria da Fonte', e a guerra civil da Patuléia).

De fato, em 1851, ocorre uma importante insurreição militar, que derruba o governo liderado por Costa Cabral, 1º Marquês de Tomar. Este levante marca o início dois gabinetes de governo conhecidos pela alcunha de gabinetes de *Regeneração*.

[13] IGLESIAS (1997).

A plataforma política dos grupos ligados à Regeneração estava baseada, primordialmente, em uma série de reformas nos campos administrativo e econômico; estas reformas tinham como meta maior apoiar o crescimento econômico e superar os gargalos políticos e institucionais que, de diversos modos, impediam Portugal de desenvolver-se nos marcos europeus. Formatava-se, naquele momento, uma consciência coletiva em torno da ideia de que a má governança, bem como o aparente desperdício de tempo e recursos com lutas políticas e ideológicas, tinham eliminado a vida política em Portugal, o que se traduzia em severos entraves ao crescimento econômico.

Para dar forma a tais metas, realizaram-se profundas reformas no campo institucional, através do Ato Adicional de 1852, bem como pela redução da atividade parlamentar e da disputa político-partidária (tal como também se verificava no Brasil, durante os Gabinetes da Conciliação).

Em uníssono com a discussão sobre o plano político, é possível verificar que, no plano econômico, a estabilização política dos dois países conduziu, em parte, a um surto de crescimento econômico e em investimentos significativos em infra-estrutura.

Para o caso brasileiro, efetivamente, a em março de 1854, é inaugurado o sistema de iluminação a gás na cidade do Rio de Janeiro e na Corte. Em abril, na praia da Estrela, é inaugurado o primeiro trecho ferroviário do País, ligando o Rio à localidade de Raiz da Serra, próximo a Petrópolis. Esta estrada, cujo capital pertencia, em grande medida, a Irineu Evangelista de Sousa, recém-nomeado Barão de Mauá, seria a primeira de uma série de concessões do Governo Imperial a grupos externos para a construção de ramais ferroviários.

Estes processos – a iluminação à gás e a estrada de ferro – são apenas dois indicadores de uma conjuntura de investimentos obtidos a partir da ampliação da cessão de créditos para investimentos em infra-estrutura[14]: Tal ampliação propiciou o surgimento de diversas companhias cujo interesse, ao menos de acordo com a retórica oficial, residia em captar recursos para a aplicação em plantas produtivas, contudo, em diversas situações, os recursos fora percebidos pelas companhias, porém os projetos não saíram do papel.

Neste aspecto, eram as ferrovias e investimentos na área naval que lideravam o *ranking* da esfera da especulação. Em outras palavras, a partir do biênio 1854-55, na

[14] MONT'ALEGRE (1972), p.127.

esteira do lançamento da Companhia de Iluminação, no Rio, e da primeira ferrovia, companhias surgiram no intuito de lançar ações e obter empréstimos bancários – ainda que boa parte destes recursos fosse drenado para operações no sistema financeiro[15].

E, no caso português, o período da Regeneração é permeado de investimentos em ferrovias, pontes e outras obras de infra-estrutura de transportes, que visavam, tal como verificamos anteriormente, superar os entraves históricos que impediam Portugal de obter o mesmo padrão de crescimento dos países europeus.

A gestão de Fontes Pereira de Melo sobre a o Ministério das Obras Públicas denota esta visão: Já no início da década de 1850, houve um expressivo aumento no número de estradas, encetou-se a construção de ferrovias (cujo primeiro trecho, entre Lisboa e a freguesia do Carregado, estaria pronto em 1856), e dão-se os primeiros passos na constituição de linhas telegráficas. Não obstante, no mesmo período inauguraram-se serviços regulares de navios a vapor, bem como serviços postais e outras redes de comunicação.

No que toca à estruturação bancária, pode-se verificar que seu desenvolvimento em Portugal, em meados do século XIX, possuía um sensível adiantamento em relação ao Brasil: O rápido desenvolvimento do Banco de Lisboa, na década de 1840, engendra o surgimento de sociedades dedicadas à intermediação de negócios da dívida pública, tais como a *Companhia Confiança*, a *Companhia de Crédito Nacional* e a *Companhia União*. Da mesma forma, duas décadas antes do Brasil, já são criadas caixas econômicas, destinadas ao recolhimento de poupanças de classes menos favorecidas e a prover socorros mútuos.

Por sua vez, para o caso brasileiro, será na década de 1850 que se registrará um grande incremento da atividade bancária, haja visto a reestruturação do sistema monetário brasileiro proposta com a Lei de 1846 e a fixação da paridade do mil-réis. No

[15] Entre 1851 e 1856, o Governo aprovou, por decreto, a criação de 78 companhias, com capital estimado em 156.368 contos de réis, todo este valor representado em ações negociáveis (MONT'ALEGRE(1972), p.136). Em um autor contemporâneo ao período em estudo, tem-se uma opinião negativa a respeito do início da espiral especulativa: '*Pode-se afirmar que até 1852 os commerciantes do Rio de Janeiro podião ser apontados como modelo de honradez a todos os negociantes do mundo; mas desde que a febre das emprezas por associações anonymas nos accometteu, e com ella o imoral jogo da agiotagem, sentio-se uma rápida transformação na circumpsção e critério de grande parte dos nossos negociantes, e nas outras classes sociaes a que estas aleatórias especulações se entregarão*'. SOARES (1865), pp.11-12. E, em uma crítica mordaz, afirma José de Alencar: '*Ora, se há tempo em que a solidão seja insuportável, é este de agora, em que não se fala, não se trata, nem se pensa senão em companhia. Janta-se em companhia dos amigos, passa-se a noite em boa companhia, e ganha-se dinheiro em companhia. Nada hoje se faz senão por companhia. A iluminação a gás, as estradas, os açougues, o asseio público, a construção de ruas, tudo é promovido por este poderoso espírito de associação que agita atualmente a praça do Rio de Janeiro*'. ALENCAR (1955?), p.162.

eixo deste novo arranjo institucional, surgem diversas casas bancárias de caráter emissionista, estimulando a tomada de créditos para o sistema produtivo[16]. Dentre estas, cabe citar o terceiro *Banco do Brasil* – haja visto que os dois primeiros foram criados em 1808 (sendo extinto em 1829) e 1851 (de duração efêmera) – bem como, nas esferas regionais, o *Banco Comercial do Maranhão*, e o *Banco Comercial da Bahia*.

Com base em tais informações, é possível ter em conta que a atividade bancária em ambos os países apresentará expansão significativa no contexto da década de 1850. A evolução da política monetária, através do compromisso da manutenção da paridade cambial, aliada a um aparato institucional favorável, capaz, no caso do Brasil, de facultar aos bancos supracitados (e a outros de menor expressividade) a capacidade emissora de títulos resgatáveis (ainda que se restabeleça o monopólio ao Banco do Brasil em determinados períodos), bem como aliada ao aumento significativo da demanda por créditos para a realização de inversões no sistema produtivo nacional, de caráter eminentemente agrícola, condicionam significativas oportunidades de realização de lucros nos mercados português e brasileiro.

Assim sendo, é inegável que estas oportunidades favoreceram uma possível dinâmica especulativa e viabilizaram, conseqüentemente, o surgimento de diversas casas bancárias. Esta lógica, é importante frisar, contraria o movimento de concentração do sistema bancário visível no restante do ambiente europeu, no qual alguns países passam a unificar seus sistemas na órbita nacional (como a Bélgica e, em menor vulto, a França) a fim de torná-lo menos vulnerável a crises.

Chegando, portanto, ao *core* da seção, que se dedica a analisar as diferentes crises financeiras em Portugal e Brasil no século XIX, é possível enfatizar, a princípio, que estas nações passaram por fases de instabilidade em diferentes períodos; não há, na maioria das situações, uma crise sistêmica que afete simultaneamente as economias brasileira e portuguesa (exceção feita à crise do *Baring Brothers*, em 1891).

Para o caso do Brasil, a primeira grande crise financeira após o advento do padrão-ouro tem lugar em 1857. Charles Kindleberger manifesta uma clara posição ao afirmar que o movimento se iniciou com a falência da companhia de seguros *Ohio Life & Trust Company*, em 24 de Agosto do referido ano. Este fenômeno teria sinalizado aos

[16] TRIGUEIROS (1987), pp.85-90.; HANLEY (2005), p.25-7.

credores e investidores que a bolha especulativa, 'ancorada' sobre companhias e movimentação de ações, estaria entrando em colapso[17].

Tomados pelos conhecidos (e mesmo tradicionais) mecanismos de incerteza quanto à solvência das casas bancárias, comuns a momentos de instabilidade que se sucedem a *booms* de oferta de ativos financeiros, estes agentes recorreram aos bancos a fim de liquidar suas posições de caráter especulativo e retornar a aplicações de corte conservador. Os bancos, porém, fortemente alavancados por conta dos créditos concedidos com relativa facilidade nos anos anteriores, não conseguem fazer frente à demanda por saques e passam, progressivamente, a entrar em processo de falência.

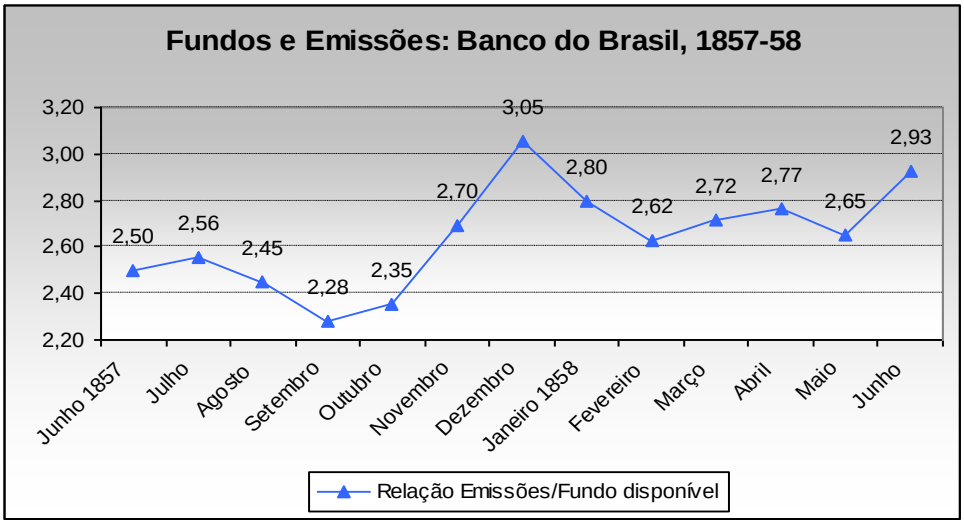
A 3 de Novembro, através do vapor *Conrab*, os rumores da instabilidade nos Estados Unidos chegaram ao Brasil, dando conta de que os bancos de Nova York haviam suspendido seus pagamentos[18]. Diante deste cenário, os credores europeus e dos Estados Unidos aqui residentes passaram a pressionar o Tesouro Nacional – e seu operador, na qualidade de emissor da moeda de curso forçado, o Banco do Brasil – a liquidar seus débitos, gerando fuga de moeda metálica e, mais do que isso, gerando embarque de mercadorias, em momentos nos quais o estoque de ouro era insuficiente para honrar as dívidas.

Mesmo após a suspensão da conversibilidade, a fuga de capitais prosseguia: os embarques de ouro para a Inglaterra, e a conseqüente desmonetização da economia nacional, foram freqüentes durante o período. O próprio Banco do Brasil teve seus estoques, medidos em torno do montante de fundos disponíveis, bastante reduzido:

> "O Banco do Brasil, sendo nesta praça o único reservatório de capital monetário para a satisfação do comércio exterior, devia ser o primeiro a sofrer os resultados daqueles acontecimentos. O seu fundo disponível foi seriamente ameaçado e, de fato, dentro de dez meses, este fundo sofrera o desfalque de 4.714:123$847, desfalque que prometia aumentar rapidamente pelos pagamentos forçados de recâmbios e pedidos de remessa por parte de credores nas praças em crise."[19]

O Gráfico 04 ilustra esta tendência:

[17] KINDLEBERGER (2000)
[18] PRADO (1991) p.243. Há que se ter em conta que o Brasil só interligou-se de forma plena com os 'centros civilizados', como afirmava o Barão de Mauá, em 1874, com a inauguração do telégrafo por cabo submarino, por iniciativa do próprio Mauá. Antes desta data, eram os paquetes e navios diversos que traziam as notícias de outras regiões do globo. Eram, em verdade, os 'paquetes', navios de linhas regulares entre o Brasil e os demais centros, que traziam as principais notícias do que estaria acontecendo nas praças internacionais.
[19] Relatório do Banco do Brasil de 1858, citado por MONT'ALEGRE (1972), pp.147-8.



Fonte: VILELLA (1999).

A conjuntura de instabilidade começou a ser revertida apenas em meados de 1858. Neste momento a casa bancária Mauá, McGregor & Cia., convencida da possibilidade de restauração da paridade-ouro do mil-réis, lança com apoio do Banco do Brasil algumas letras de câmbio na praça de Londres, com valor inicial de £400.000, em Março, atingindo um total de £810.000 até Junho. Neste mesmo mês, os níveis de comércio foram restabelecidos na praça londrina, e o sistema bancário norte-americano já havia conseguido absorver as perdas decorrentes da quebra de bancos e companhias de crédito[20].

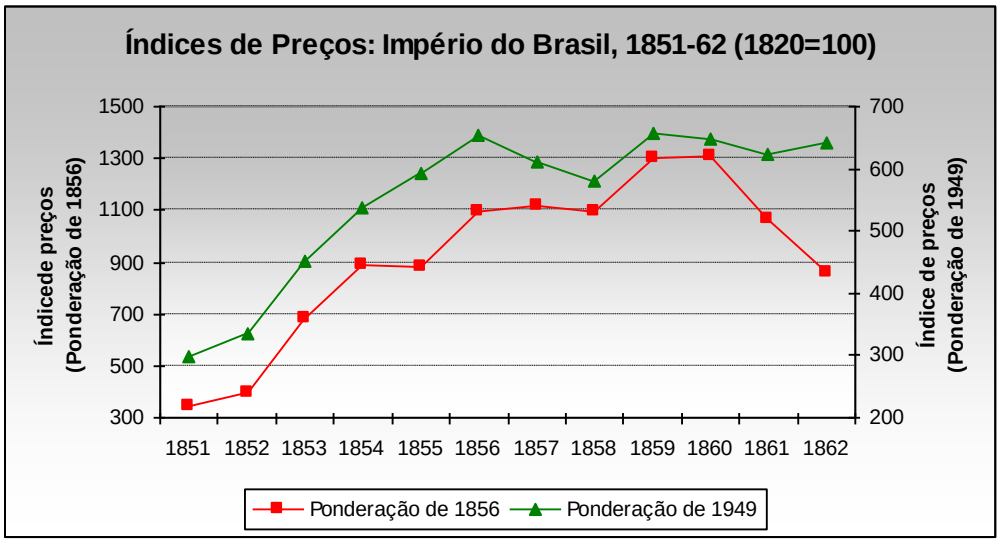
No Brasil, acertaram-se os últimos detalhes, em Junho, para a tomada de um empréstimo de £1,4 milhão, para o prosseguimento das obras da Estrada de Ferro D. Pedro II. Por fim, a colheita de 1858, que elevou os preços do café no mercado internacional, também elevou a demanda por moeda internamente, o que possibilitou uma apreciação da mesma: em Agosto, a taxa de câmbio havia subido para 26,55 *pence* para cada mil-réis, nível bastante próximo ao acordado na Lei nº. 401, de Setembro de 1846.

Grosso modo, como impacto social, a população será afetada, sim, na dimensão do custo de vida, tratada também como o fenômeno da carestia, que passou por incremento significativo no período em análise: Produtos básicos para a manutenção da vida material dos cidadãos, como farinha de trigo, bacalhau e manteiga, além de azeite de iluminação e querosene, eram importados[21]; em momentos de crise, a desvalorização

[20] CALÓGERAS (1960), p.111.
[21] LOBO (1971), PP.238-39.

cambial certamente contribuiria para a elevação de seus preços, o que gera impactos no custo de vida.

Colocado o problema sob perspectiva estatística, tem-se o Gráfico 05 abaixo:



Fonte: LOBO (1971)

NOTA: A ponderação de 1949 foi realizada pela Fundação Getúlio Vargas, e a de 1856, pela autora, baseada em informações coletadas junto a diversas fontes primárias (inventários de empresas, instituições de benemerência, entre outras).

No caso português, as crises financeiras de maior vulto ocorreram em 1847 e 1876. Para o primeiro caso, tem-se que os graves distúrbios sociais decorrentes do levante da Maria da Fonte, do golpe da Emboscada e da guerra da Patuléia, afetaram drasticamente as finanças portuguesas. As autoridades monetárias, neste sentido, declararam a inconvertibilidade das notas do Banco de Lisboa em ouro, colocando-as sob curso forçado, a 29 de maio de 1846; *pari passu* a esta medida, recorreram aos créditos do Banco de Portugal, sob a forma de notas inconvertíveis do Banco de Lisboa, para financiar a guerra civil da Patuléia[22].

A desvalorização da moeda que se seguiu contribuiu para que se manifestasse o caos na circulação metálica, conforme abordam Nunes e Valério (2005). Segundo os autores, os agentes econômicos passaram a entesourar moeda forte e, mais que isto, a aceitar como moeda legal, além das moedas portuguesas, notas bancárias e moedas estrangeiras. Afirmam os mesmos:

[22] LAINS (2002), pp.39-49.

> O objectivo desta verdadeira Babel monetária, que era estabelecer a fluidez da circulação metálica, ficou, evidentemente, longe de ser atingido. A conjugação da crise bancária com os problemas da circulação metálica fez com que, em meados do século XIX, a circulação monetária portuguesa tivesse regredido para o nível de meados dos anos 30 do mesmo século, perdendo todo o aumento conseguido entre meados dos anos 30 e meados dos anos 40[23].

Entre as medidas adotadas pelas autoridades monetárias portuguesas com o objetivo de minorar os efeitos da crise de 1847, é importante frisar, além da inconvertibilidade das notas do Banco de Lisboa, a aprovação para funcionamento do Banco de Portugal, em 1850 (com a fusão do então extinto Banco de Lisboa e da Companhia Confiança Nacional), e uma primeira reforma da circulação de moedas de ouro, em 1851, com o recolhimento de todas as moedas estrangeiras (exceto as britânicas), e sua recunhagem em novas moedas nos valores entre 1 mil réis (quinto de coroa) e 5 mil réis (coroa).

Em 1876, advém outro momento crítico para o sistema financeiro português: O crescimento do número de estabelecimentos bancários (sobretudo bancos emissores de títulos, ainda que de menor expressividade, circunscritos ao âmbito regional, tais como o Banco União do Porto, o Banco Comercial de Braga e o Banco de Guimarães) abriu espaço, a partir de 1873, a um amplo movimento especulativo, tendo-se em conta, principalmente, que entre esta data e 1876, surgem mais 39 casas bancárias.

À medida que as expectativas dos agentes em torno da bolha especulativa se revertem, e a crise se manifesta (maio de 1876), estes mesmos agentes passam a demandar o Banco de Portugal como emprestador de última instância. Em um primeiro momento, o Banco conseguiu fazer frente às demandas das demais casas bancárias para sua solvência e manutenção de numerário. Contudo, o vencimento do prazo de carência dos empréstimos, em agosto do mesmo ano, desencadeou uma nova situação crítica: o *Banco Comercial de Braga* abriu falência, e o *Banco Mercantil Portuense* suspendeu o reembolso de seus depósitos; o Banco de Portugal, porém, não conseguiu cumprir, desta feita, seu papel de *lender of last resort*.

Mais que isto, houve uma corrida bancária: certos da insolvência do Banco, os seus depositantes passaram a exigir também o resgate de suas aplicações. Esta situação levou o Banco de Portugal a solicitar ao governo a inconvertibilidade de suas notas, o que configuraria, *stricto sensu*, um momento de quebra no regime do padrão-ouro em

[23] NUNES e VALÉRIO, in LAINS e SILVA (orgs.) (2005), pp.288-89.

Portugal, em que pese o fato de ter sido por curto período de tempo, entre 18 e 24 de agosto de 1876[24].

O enfrentamento à crise, atendendo a protocolos comuns a outros países em situações semelhantes, passou pela reorganização dos meios emissores em Portugal, centralizando a emissão fiduciária em torno do Banco de Portugal (o que se realizaria somente em 1887, em vista das pressões exercidas pelos bancos emissores da região Norte).

Como conclusão ao tópico, no que tange ao modelo do padrão-ouro, a adesão a tal sistema implicaria, seguramente, na necessidade de realizar um enfrentamento aos efeitos de transmissão de crises e pânicos, geradores de corridas bancárias e reordenações de expectativas dos distintos agentes envolvidos no sistema de transações internacionais.

A fórmula pluri-emissionista, observada no Brasil e em Portugal após a concessão do privilégio de lançamento de notas e títulos por parte de diversas casas bancárias, embute duas tensões. Primeiramente, trazia um movimento de expansão do crédito que engendrava como conseqüência, via de regra, um significativo aumento das importações, em bens de capital e de consumo, como verificamos anteriormente; tal situação, seguramente, comprometia de forma significativa o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Igualmente, esta fórmula elevava o passivo dos bancos, ampliando suas estruturas de endividamento: a emissão de bilhetes, necessariamente, prefigurava-se maior que o total dos depósitos dos contribuintes, que por sua vez era também maior que o capital próprio das casas bancárias. Desta forma, a solicitação de resgate de depósitos e/ou dos títulos emitidos engendrava crises bancárias, que exauriam o capital destas instituições, levando-as à falência e provocando crises de confiança, comprometendo a capacidade de financiamento externo das economias em análise.

O enfrentamento a tal conjuntura, portanto, viria também através da melhoria dos marcos regulatórios da atividade financeira, aos movimentos especulativos que então se evidenciaram; este pensamento é melhor abordado, em síntese, por Heitor Ferreira Lima, observando o caso brasileiro (que guarda, porém, significativas

[24] Idem, p.293.

semelhanças, conforme percebemos, com o desenvolvimento do sistema monetário português):

> (...) a enorme expansão do setor monetário de nossa economia, principalmente a partir de 1850, exigia apreciável massa de recursos materiais que a estreiteza ou inexistência de um sistema bancário adequado não podia atender, o que levou a iniciativa privada dos maiores centros urbanos a tentar resolver isso através de emissões particulares e organização de estabelecimentos de crédito próprio, devido ao desinteresse do poder público pelo assunto.

2.1. Sub-circuitos de acumulação em Portugal e Brasil

Neste tópico, pretendemos efetuar algumas considerações a respeito dos efeitos ditos 'sociais' do processo de expansão do 'sistema financeiro' em Portugal e no Brasil em meados do século XIX. A expressão 'efeitos sociais' deve ser entendida, neste sentido, como o conjunto de implicações decorrentes desta integração financeira – o que inclui também os impactos das crises monetárias – nos circuitos materiais, ou em outros termos, na vida cotidiana da população.

Observamos, para efeitos práticos, o surgimento de estabelecimentos populares de crédito e poupança, como os Montepios e Caixas Econômicas, bem como presumidas oscilações no custo de vida da população em períodos determinados, a fim de levantar hipóteses sobre os referidos impactos sociais das crises econômicas.

A necessidade de oferecimento de garantias reais, em algumas situações, para a cessão de empréstimos – em outras palavras, a possibilidade de uso de bens como lastro para o suprimento de crédito – permite a regulação, por parte das autoridades monetárias, da atividade do penhor[25], nos moldes daquilo que será realizado pelo *Monte de Socorro da Corte*, no Rio de Janeiro; tais bens, portanto, destinar-se-iam a evitar a retomada da emissão desprovida de lastro, colaborando assim com a manutenção da paridade entre a libra e o mil-réis, conforme as regras do padrão-ouro.

Nesta linha de raciocínio, é possível verificar que Portugal possui uma certa vantagem em relação ao Brasil, no que diz respeito à implementação de estabelecimentos destinados ao recolhimento de poupanças das classes menos abastadas. Prova disto é a criação de caixas econômicas, como a anexa ao Montepio Geral, já em 1844, ou seja, mesmo antes da implementação do regime do padrão-ouro.

[25] Do francês *pignorem*, 'ato ou palavra que assegura o cumprimento de um compromisso'

Na década de 1870, surgiriam outras instituições que também captavam somas de particulares, como a Caixa Geral de Depósitos (1876)[26].

No Brasil, dada a natureza restritiva (e até certo ponto elitista) do setor bancário brasileiro no Segundo Reinado – cujas cláusulas de exigibilidade de fundos por parte dos correntistas eram capazes de superar, em larga escala, os ganhos médios percebidos pela população local – é preciso considerar a inexistência, ao menos até 1860, de mecanismos estatais com viés 'popular' no que toca à cessão de créditos e formação de poupanças; em outros termos, não se verifica uma *bancarização* da população. É neste contexto que surge a *Caixa Econômica e Monte de Socorro* na Corte, no Rio de Janeiro.

A *Caixa Econômica da Corte* foi implementada oficialmente pelo Decreto nº 2.723, de 12 de janeiro de 1861. Em seguida, promulga-se o regulamento da instituição:

> Regulamento da Caixa Econômica
> Capítulo I
> Das funcções da Caixa Econômica.
> Art.1º A Caixa Econômica estabelecida na Cidade do Rio de Janeiro (...) tem por fim receber a juro de 6%, as pequenas economias das classes menos abastadas, e de assegurar, sob garantia do Governo Imperial, a fiel restituição do que pertencer a cada contribuinte, quando este o reclamar.
> Art. 2º: As sommas recebidas pela Caixa serão sempre de 1$000 ou de múltiplos desta quantia; e as entregues em cada semana pelo mesmo individuo nesta e em qualquer outra Caixa garantida pelo Governo, segundo a Lei de 22 de Agosto de 1860, não poderão exceder a 50$000.

O 'cofre seguro das classes menos favorecidas', conforme aludia o Visconde do Rio Branco, possui quatro precedentes de suma importância para a compreensão de seu desenvolvimento. Primeiramente, em sintonia com as reflexões previamente realizadas, está o fato desta instituição aceitar depósitos de pequena monta.

Em segundo lugar, as garantias de remuneração dos depósitos – a média de 6% ao ano – era semelhante à taxa praticada pelo Tesouro para o pagamento dos seus compromissos de dívida externa; os depósitos na *Caixa*, portanto, convertiam-se em uma alternativa de investimento com rentabilidade bastante semelhante à obtida pelos grandes investidores na compra de apólices do Governo Brasileiro, situação que era, indubitavelmente, favorável àqueles agentes que fossem avessos ao risco, sobretudo em uma conjuntura de instabilidade após os acontecimentos dos anos anteriores.

[26] Para uma obra abrangente sobre a Caixa Geral de Depósitos, ver LAINS (2002).

Em terceiro, é importante citar que a *Caixa* oferecia, não obstante, total garantia do Governo Imperial para a restituição dos depósitos de seus clientes, preservando-a de corridas bancárias e momentos de reversão de expectativas que pudessem engendrar a quebra do banco: o fato de ser uma companhia de capital fechado também atuava como fator adicional de segurança aos agentes. Por fim, a *Caixa* abre um precedente inédito à medida que aceita também depósitos de escravos, em que pese o fato de que os mesmos devessem sempre ter o nome de seus senhores constando em suas cadernetas.

O regulamento do *Monte de Socorro*, por sua vez, traz em seu bojo algumas mudanças em relação à *Caixa*:

> Das funcções do Monte de Soccorro.
> Art. 1º: o Monte de Soccorro estabelecido nesta Cidade (...) tem por fim emprestar por módico juro, e sob penhor, as sommas necessarias para soccorrer as urgentes necessidades das classes menos favorecidas da fortuna.
> Art. 2º: O Monte de Soccorro não poderá fazer outras operações senão as de receber dinheiro a premio, e emprestar sob penhor por módico juro.
> Art. 3º: Provisoriamente não aceitará o Monte de Soccorro outros penhores que não sejão os de ouro, prata ou diamantes.
> (...)
> Art. 7º: O Monte de Soccorro não emprestará qualquer quantia a pessoa que não seja conhecida, domiciliada na cidade, ou que se não apresente acompanhada de um abonador.
> Art. 9º: Não serão admittidos, como depositantes ou abonadores, os menores, escravos, e mais indivíduos que não tiverem a livre administração de sua pessoa e bens.

Observa-se, assim, que o Monte de Socorro destinava-se a oferecer, em resumo, empréstimos à população que ocupava estratos inferiores de renda no espaço da Corte e adjacências; trata-se neste sentido, juntamente com a Caixa Econômica, de uma primeira iniciativa no sentido de amealhar as classes 'menos favorecidas da fortuna' e integrá-las aos circuitos de acumulação (que não haviam sido rompidos sequer com as crises que se estudam neste trabalho), ainda que com montantes bastante inferiores ao que eram operados por comerciantes, empresários e outros especuladores[27].

4. Considerações finais

Procuramos, ao longo deste trabalho, traçar alguns paralelos a respeito do desenvolvimento econômico de Brasil e Portugal no século XIX, considerando

[27] Para uma interessante análise sobre o florescimento da Caixa Econômica no período do Império, a partir de 1860, ver BUENO (2002).

primordialmente os efeitos da adesão destes países ao regime cambial do padrão-ouro, e a conseqüente integração com as economias 'centrais'. Por tratar-se de uma perspectiva comparada, e ainda perpassada de forma preliminar, não pretendemos, de modo algum, encerrar o tema neste trabalho, mas sim, utilizá-lo como embasamento analítico para posteriores discussões e argumentações.

O exame das fontes primárias, e a revisão da bibliografia pertinente ao tema, permitiram inferir algumas conclusões, enfatizando duas dimensões, a saber, o setor financeiro e a política econômica.

Primeiramente, cabe enfatizar que a economia portuguesa, ao integrar-se ao sistema do padrão-ouro, detinha um nível de desenvolvimento de suas instituições financeiras mais avançado que o Brasil: efetivamente, já na década de 1840 surgem instituições populares de depósitos, como os Montepios e Caixas Econômicas; no Brasil, o desenvolvimento do sistema bancário se daria a partir de 1853, sete anos após a adesão ao padrão-ouro, a partir do lançamento da Lei Bancária, e instituições populares de crédito e depósito surgiriam apenas em 1861.

Em decorrência deste processo, o Banco de Portugal, ao atuar efetivamente como emprestador de última instância, conseguiu absorver, tanto quanto possível, os efeitos mais danosos das crises cambiais, em 1847 e 1876. No Brasil, o Banco do Brasil também atuou como *lender of last resort*, principalmente durante o período imediato após Novembro de 1857, porém contando também com o apoio de importantes agentes privados, como Banco Mauá, McGregor e *Cia*, para a obtenção de créditos, junto às praças inglesas, para a manutenção da solvência do sistema bancário como um todo.

Da mesma forma, é possível perceber que, no caso português, há uma orientação mais clara em termos de política econômica: Em Portugal, o período conhecido como *fontismo*, onde a liderança ativa de Fontes Pereira de Melo traduziu-se em um programa maciço de obras públicas e investimentos em infra-estrutura, evitou, sensivelmente, que o Reino experimentasse uma situação de atraso ainda maior em relação aos seus pares na Europa; sobretudo após as guerras liberais da década de 1830, as revoltas populares da década de 1840, e a significativa instabilidade política-militar subseqüente.

Para o caso brasileiro, por sua vez, o exame das fontes permitiu observar uma contradição no campo político com nítidos reflexos sobre a economia no período do padrão-ouro, qual seja, entre a necessidade de expansão de gastos do governo com as províncias (atendendo as demandas de suas respectivas elites e complexos econômicos), em um esforço de descentralização, e a preservação da associação financeira com as

praças centrais, notoriamente a *City* londrina (e seus principais agentes, como a Casa Rothschild). Os diferentes gestores das finanças do governo atuavam, portanto, acomodando estes distintos interesses. Todavia, durante o período analisado este esforço de acomodação no Brasil não perdeu, de modo algum, a orientação principal, qual seja, o interesse estratégico de longo prazo, que residia na construção – de maneira centralizada – do Estado brasileiro no século XIX.

5. Referências Bibliográficas

ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, [1955?].

ALMEIDA, José Tadeu de. Ciclos de investimento e vulnerabilidade financeira no Brasil-Império: 1857-1864. *In*: Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica, 2008, FEA/USP. **Resumo dos trabalhos**. São Paulo: [s.n], 2008.

_____. **Transição política e política econômica no Brasil-Império: 1853-1862**. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campinas: IE/UNICAMP, 2010.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A dependência em progresso**: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954). Tese – (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BORDO, Michael; KYDLAND, Finn E. The gold standard as a commitment mechanism. *In* BAYOUMI, Tamim; EICHENGREEN, Barry J; TAYLOR, Mark P. (Orgs). **Modern Perspectives on the gold standard**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BUENO, Eduardo. **Caixa: Uma História Brasileira**. Porto Alegre: Buenas Idéias/Metalivros, 2002.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A política monetária do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1980.

Coleção de Leis do Império do Brasil. Diversos anos.

Coleção de Decisões do Império do Brasil. Diversos anos.

COTTRELL, P.L. **British overseas investment in the nineteenth century**. Londres: Macmillan, 1975.

DUARTE, António Portugal; ANDRADE, João Sousa. O funcionamento do padrão-ouro em Portugal: Análise de alguns aspectos macroeconômicos. Disponível em http://www4.fe.uc.pt/portugal/docs/apresentacao_padrao_ouro_antonio_portugal_sousa_andrade.pdf. Acesso em 24/07/2010.

EICHENGREEN, Barry J. **A globalização do capital**: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

FERNANDES, Suzana Cristina. **Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira**. Dissertação – (mestrado em História Econômica) –

Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

HANLEY, Anne. **Native Capital: Financial Institutions and Economic Development in São Paulo, Brazil, 1850-1920**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

HAWTREY, R.G. **The Gold standard in theory and pratice**. Londres: Longmans, Green & co., 1947.

HUGON, Paul. **A moeda: introdução à análise e às políticas monetárias e à moeda no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1978.

IGLESIAS, Francisco. Vida Política, 1848-68. In HOLLANDA, Sérgio Buarque (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, v.2, t.3. São Paulo: Difel, 1982.

KINDLEBERGER, Charles P. **Manias, pânico e crashes:** um histórico das crises financeiras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LAINS, Pedro. **História da Caixa Geral de Depósitos 1876-1910: Política e Finanças no Liberalismo Português**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

_____. **A economia portuguesa no século XIX**. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1995.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do Pensamento Econômico no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

_____, **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LOBO, Eulália M. Lahmeyer et.al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.25, n.4, pp.235-265, out/dez.1971.

MONT'ALEGRE, Omer. **Capital & Capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno. Moeda e Bancos. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira (orgs.). História Econômica de Portugal 1700-2000, v.2. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

ÓNODY, Oliver. **A inflação brasileira (1820-1958)**. Rio de Janeiro: [s.n], 1960.

PEREIRA, Mirian Halpern. **Revolução, Finanças, Dependência externa (de 1820 à convenção de Gramido)**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

PRADO, Luiz Carlos Thadeu Delorme. A Economia Política das Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana. **Análise Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS**, Porto Alegre, n.39, mar/2003.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Esboço; ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. **Dinheiro no Brasil**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1987.

VIANA, Victor. **O Banco do Brasil: Sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional**. Rio de Janeiro: Typhographia do Jornal do VILLELA, André A. **The political economy of money and banking in Imperial Brasil: 1850-1870.** Tese – (Doutorado em Economia) – London School of Economics and Political Science, Londres, 1999.

_____. TEMPOS DIFÍCEIS: Reações às crises de 1857 e 1864 no Brasil. In III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, Curitiba. **Resumo dos trabalhos**. Curitiba: [s.n], 1999.

A evolução do capital imobiliário no setor de *shopping centers* a partir dos anos de 1980

Nome: José Roberto Barsotti Baldin

Filiação Institucional: Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

Programação de Pós Graduação em História Econômica

O Fenômeno *Shopping Center*

Os *shopping centers*, com o seu elevado crescimento nestes últimos anos vêm se caracterizando como um fenômeno que tem o papel de facilitador do capital comercial, arrendando espaços em prol da intermediação de mercadorias e serviços.Sua dinâmica não só influencia aspectos econômicos, mas também sociais, possibilitando novos hábitos e comportamentos de consumo, além de estimular e desenvolver a infraestrutura urbana e viária em seus arredores.

Esses, como outros modelos de intermediação, tem a função de aproximar comercialmente o produtor do consumidor final. A maioria dos fabricantes não vende seus produtos diretamente aos consumidores, mas utiliza o profissionalismo do intermediário, para exercer essa finalidade.

Existem vários tipos de intermediários, cuja função é atender ao cliente que, pelo volume mínimo de compra, não justifica a entrega direta pelo fabricante. Os mais usuais são os varejistas e os atacadistas, que compram e vendem produtos, atraindo o cliente à própria loja, ou distribuindo-os, quando o acesso ao ponto de venda é dificultado por vários aspectos geográficos.

Estes dois canais vendem o produto e normalmente possuem propriedade sobre ele. Outros ainda - os facilitadores - dão apoio ao processo de distribuição, mas não têm direito legal sobre o produto. Esses intermediários - os armazéns, *outlets*, *shopping centers*,etc., constituem um tipo de canal de comercialização que "arrendam" espaços para terceiros, que são os responsáveis pela propriedade legal e pela comercialização de produtos.

> Não há como negar que tanto a vida quanto à configuração do urbano brasileiro contemporâneo, especialmente o de grande porte, têm sofrido consideráveis modificações. Dentre elas destacam-se aquelas resultantes da presença de expressões do setor terciário tais como o comércio informal de rua, os prédios destinados a serviços especializados e os *shopping centers*. (BIENENSTEIN, 2001,p.1)

O objeto da análise – os *shopping centers* -, faz parte de uma concepção de capital ainda recente e pouco explorada. Esse setor constitui uma modalidade de negócio que não gera valor econômico convencional, não é capital "produtivo", não é gerador de bens materiais, nem da relação tradicional de capital e trabalho da indústria.

Seu principal ativo, o valor do serviço, é basicamente a diferença entre percepções que o cliente enxerga na compra e na utilidade da oferta, e os custos em que ele incorre para obtê-las.

Partimos do pressuposto que os clientes que estejam dispostos e sejam capazes de realizar trocas, irão fazê-lo, quando os benefícios das trocas excederem um valor "superior", em comparação com outras opções de compra. Os clientes podem perceber que a compra de um serviço novo no mercado pode resolver um problema, ou melhorar uma situação.[1]

A concepção atual de valor econômico não vê os clientes como máquinas que calculam precisamente a soma de todos os benefícios e subtraem desse número a soma de todos os custos de uma transação. A equação de valor é simplesmente uma representação útil da idéia de que benefícios têm efeitos positivos, e os custos têm efeitos negativos sobre o valor, e o que impulsiona a compra é a satisfação de expectativas.

Os *shoppings* pertencem a essa categoria do setor imobiliário, pois o único momento de "produção" é sua construção. E, a partir dela, sua função é meramente de intermediário; o produto se torna o lugar, atraindo o cliente pela qualidade da prestação de serviços e pela infraestrutura.

Nesse contexto, entendemos que é fundamental destacar a importância dos serviços no cenário sócioeconômico mundial. Alguns historiadores econômicos enfatizam, em seus discursos, a expansão do setor de serviços como uma pré-condição à formação do capitalismo industrial. A expansão dos serviços intermediários, tais como bancários, de contabilidade e de vendas ao atacado e varejo, segundo eles, são responsáveis diretos por essa hegemonia. Sem os serviços, não haveria desenvolvimento industrial.

> Sobretudo na era do capitalismo monopolista, faz pouco sentido basear qualquer teoria econômica em qualquer variedade privilegiada especialmente de processo de trabalho. Á medida que essas formas variadas caem sob os auspícios do capital e se tornam parte do domínio de investimento lucrativo, entram para o capitalista no reino do trabalho geral ou abstrato, trabalho que amplia o capital. Na empresa moderna, todas as formas de trabalho são empregadas sem distinção, e no moderno "conglomerado" empresarial algumas divisões recaem na indústria, outras no comércio, outras nos bancos, outras em mineração e outras ainda em "serviços". Todas coexistem pacificamente, e no resultado final como aparece nos balanços gerais das empresas as formas de trabalho desaparecem totalmente sob a forma de valor. (BRAVERMAN,1980, p.308)

[1] CHURCHILL, Gilbert A., PETER,J. Paul.*Marketing:criando valor para os clientes*.São Paulo: Saraiva,2003,p.10.

A expansão do setor de serviços possibilitou o rompimento de paradigmas e permitiu um crescimento generalizado em várias áreas, como transportes, distribuição, serviços financeiros e governamentais. Autores entendem que a industrialização não poderia ter ocorrido, ou teria ocorrido mais lentamente, se não fosse a expansão de serviços de infraestrutura, de serviços intermediários, de profissões liberais, fundamentais na complementação de atividades produtivas e que, no decorrer dos anos, se tornaram cada vez mais especializados e independentes do processo inicial.

Visto sob uma perspectiva mais ampla e global, pode-se afirmar que, a partir do início da industrialização, o crescimento dos serviços acompanhou de perto e, em algumas vezes, precedeu o desenvolvimento industrial.

A substituição dos serviços gratuitos, não profissionais, por serviços com valor monetário, profissionais, no início do século XX, aguçou o caráter cada vez mais social da produção capitalista e a dissociação da estrutura social tradicional, que ela reforçou. Dois fatores foram relevantes para consolidação dos serviços nas economias mundiais: o crescimento desenfreado da demanda de consumidores finais e organizacionais, e o avanço das novas descobertas tecnológicas.

O desafio dessa temática envolve algumas etapas que são fundamentais para compreensão da importância do setor de serviços, principalmente do objeto de análise que classificamos como partícipe do circuito secundário do capital: o setor imobiliário, especificamente os *shopping centers*, que serão abrangidos no decorrer da explanação.

O intuito é analisar os anos de 1980 e 1990, no Brasil, as recessões e as crises nacionais e internacionais que transformaram os processos produtivos industriais, o crescimento e desenvolvimento do setor de serviços, a desindustrialização e os cenários econômicos de caráter rentista, os quais desenvolveram um viés na circulação do capital, que pode ter favorecido alguns e incentivado outros setores. A análise desafia, portanto, uma incógnita, em desvendar as relações dos processos de financeirização nesse período, com o início da ascensão do setor de *shopppings* .

Capital Monopolista e *shopping centers*

A fase monopolista de desenvolvimento do capital, principalmente no início do século XX, historicamente, foi envolta por uma série de alterações na organização da produção, com extensões em diversos aspectos da vida em sociedade. As mudanças na inter-relação entre a estrutura produtiva e o setor financeiro caracterizaram esse

processo, que envolveu também uma intensificação do grau de concentração e centralização do capital.

O percurso histórico da formação do capitalismo monopolista mundial tem suas origens nos anos de 1910, no pensamento de Rudolf Hilferding, um dos mais importantes estudiosos a este respeito no âmbito marxista, apontando para alguns aspectos das determinações da lei de valor, que envolvem o desenvolvimento do capital financeiro através do aporte dos bancos financiando a indústria, um dos fundamentos do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Não é objetivo desta análise, desvendar as lacunas e resolver as divergências no entendimento do capitalismo avançado que vivemos; não podemos, no entanto, deixar de citar as principais, uma vez que a visão destas transformações é condição *sine qua non* para o melhor entendimento nas mudanças ocorridas no Brasil.

Desenvolver a discussão acerca dos fundamentos do capital financeiro e seu processo de financeirização, em escala internacional e posteriormente nacional, e relacioná-lo com o setor terciário da economia é o objetivo principal da análise. É, portanto, de fundamental importância esboçar alguns elementos que podem vir a ajudar na distinção entre o processo de financeirização, que marca a dinâmica contemporânea do desenvo1vimento das relações capitalistas, e o conceito de capital financeiro, objeto das mais diversas interpretações, tanto no meio acadêmico quanto nas abordagens provenientes do senso comum, e relacioná-los ao circuito secundário de movimentação do capital, os *shopping centers*.

A "lei de valor" de Marx, contemporizada na mercadoria, incorpora-se aqui na "lei da utilidade do espaço", em forma de troca mercantil e de serviços. Nesse cenário, a "mercadoria" – área locada - é representada tanto por seus detentores – os empreendedores -, quanto por seus intermediários – os lojistas -, que irão alojar-se nelas, para vender bens e/ou serviços a clientes.

Nos bastidores dessa arena, o *shopping center*, pretendo analisar as circunstâncias que formaram esse capitalismo avançado, atendo-me à financeirização do capital por várias óticas: funcionalidade organizacional; processos de acumulação flexíveis – refiro-me à otimização do trabalho, utilizando a polivalência e a multifunção nas atividades diárias; contratos informais para combater a sazonalidade da demanda em épocas de crise econômica; e subcontratação de mão de obra, em serviços não principais.

Os monopólios das marcas são multiplicadores do capital, exercidos por franquias que, por meio do *know how*, comercializam uma idéia, um serviço, constituindo um tipo de "acumulação" imaterial.

Para tal propósito é necessário analisar os anos de 1980 e 1990, o crescimento sem precedentes das transações financeiras e, paralelamente, a ascensão dos setores de serviços, que, com um contínuo movimento de grande montante de capitais e a consolidação de grandes grupos econômicos, deu destaque às novas modalidades de capital.

Com o objetivo de priorizar as relações entre poder econômico, centralização e concentração do capital, pretendo distinguir de que forma grandes grupos privados interferiram diretamente no "desenvolvimento" do setor terciário das economias mundiais, especificamente no que classifiquei como circuito secundário do capital: o setor imobiliário.

Partindo da base teórica de Marx, citada adiante - o começo do século XX contribuiu com uma das mais amplas forças sociais em ação, que se encontrou na estrutura modificada da empresa capitalista. O capital aglomerou-se em imensas unidades e, por meio da concentração, gerou um processo natural de acumulação, em que cada capital aumentado consequentemente acrescentou um maior grau de escala produtiva.

A centralização do capital, por outro lado, alterou a distribuição desses existentes, reunindo outros, já constituídos por meio da destruição de sua independência individual e formando grandes grupos bancários e industriais.

A função essencial e inicial dos bancos era meramente a de ser intermediário nos processos de pagamentos, realizando a transformação do capital–dinheiro inativo em capital ativo, gerador de lucro.

A característica desse capitalismo "moderno", em parte, se formou nos processos de concentração e centralização do capital, pelo rompimento da livre concorrência, mediante a formação de cartéis e *trusts*, e por outro lado, na relação cada vez mais estreita entre capital bancário e capital industrial.

Esta transformação de uma massa de modestos intermediários em um punhado de monopolistas constituiu um dos processos fundamentais na formação do capitalismo.

O crescente movimento de concentração dos bancos retardou e, em alguns casos, impossibilitou e restringiu o círculo dos estabelecimentos que necessitavam agilidade de

crédito para se desenvolver, resultando uma acentuada dependência da grande indústria em face de um pequeno número de grupos bancários.

A estreita ligação entre a indústria e o mundo das finanças inviabilizou a liberdade de movimentos das sociedades industriais, que precisavam de capitais bancários para seu crescimento.

O conceito de capital financeiro é antigo, sua origem provavelmente se estabeleceu a partir do final do século XIX, ou mesmo início do século XX, na tradição do pensamento marxista.[2]

A obra *O capital financeiro*, do austríaco Rudolf Hilferding publicado em 1910, deu forte sustentação a essa premissa. Sua concepção de capital financeiro partiu da integração entre o capital bancário e o capital industrial, com a predominância dos banqueiros sobre os industriais, supondo que uma parte cada vez maior do capital industrial não pertencia aos industriais que o utilizavam, pois eram adquiridos por intermédio de mecanismos de crédito em operações bancárias.

Por outro lado, o banco, dada a inevitável ampliação de seu potencial de competitividade, incorporou novas atribuições a seu portfólio. Além de suas funções iniciais, de guardar e emprestar dinheiro, passou a estar ligado à indústria de forma orgânica, continuando a conceder crédito, tanto para o capital comercial quanto para o industrial, mas, ao mesmo tempo, estabelecendo vínculos muito mais estreitos com a indústria: tornando-se dono, acionista, investidor direto na produção. Portanto a junção dos grandes bancos com a grande indústria, tendo como protagonista o capital bancário e sua capacidade de incentivar o setor produtivo, é considerada a grande mudança estrutural regida pelo capital.

O "circuito financeiro e mercantil" entre banqueiros e industriais, que se autoalimentou por muitos anos, transformou-se no que chamamos de capitalismo monopolista.

Essas definições de capital financeiro e capital monopolista não são suficientes, pois não indicam um dos aspectos mais relevantes desse processo: o aumento da concentração da produção e do capital.

Monopólio, portanto, pode ser entendido como um grupo de pequenos agentes financeiros que, ao juntar forças dentro e fora de suas nações, desenvolveram uma concepção de capitalismo avançado. Realizaram um processo de união entre o capital

[2] LÊNIN, Vladimir. *O Imperialismo:Fase superior da Capitalismo.*São Paulo:ed.Global,1979.

industrial e bancário, criando uma oligarquia financeira, que teceu uma densa rede de relações de dependência entre as instituições econômicas e políticas e a sociedade burguesa contemporânea.

Estas mudanças alteraram a funcionalidade dos bancos e a posição destes em relação às indústrias. Enquanto eles apenas comercializavam dinheiro, interessava-lhes fundamentalmente a capacidade dos correntistas em arcar com suas obrigações, ou seja, sua solvência. A análise de crédito estava preocupada apenas nas questões conjunturais. Isto mudou, a partir do momento que o banco passou a disponibilizar de capital de produção. O interesse pela empresa tornou-se estrutural, e importam não só questões de solvência, como também suas possibilidades futuras. O interesse migra, de uma temporalidade momentânea para permanente, e, quanto maior for o montante emprestado, e quanto mais prevalecer à participação desse crédito transformado em capital fixo, tanto maior e mais permanente será o seu interesse.

Além disso, cresce também a influência estratégica do banco sobre a empresa. Ela fica unida ao banco. Tendo em vista que o capital da empresa está, quase que na sua totalidade, imobilizado na produção, a disponibilidade de capital monetário por meio dos bancos é que pode garantir a continuidade do processo, caso surja algum contratempo ou inviabilidade, mesmo que momentâneo, no processo de produção.

Este modelo é parte de um entrelaçamento que se formou através da socialização da produção, passando haver, a partir do monopólio, uma organização sistêmica de financiamento, de abastecimento, de transporte, de gestão, e de distribuição em grande escala.

Este poder dos grandes capitais é aumentado, por um lado, porque se aperfeiçoam as possibilidades de investimento e, deste modo, de crescimento e aprimoramento da capacidade produtiva, e, por outro lado, a fragmentação da propriedade da empresa exime a necessidade de detenção de todo capital por um único acionista, embora continue o poder de mando do grande acionista. Independente disso, este, já não precisa mais deter todo o capital necessário para produzir, basta possuir uma parte das ações, para exercer o total controle sobre a produção.

Esse fenômeno, no início do século XX, possibilitou a constituição de sociedades anônimas, nas quais um único dirigente poderia controlar várias extensões de sua "empresa mãe", empresa filha, empresa neta, com apenas 50% do capital investido. Hoje, esses grupos são extremamente sofisticados, classificados como *holdings.* Essas sociedades mães tornaram-se centros de decisão financeira, enquanto sob seu controle

não passam, na maior parte das vezes, de sociedades exploradoras, só administram e operam, não cuidam do dinheiro.

O papel essencial de uma "sociedade mãe" é a arbitragem permanente das participações financeiras que ela detém, em função da rentabilidade dos capitais envolvidos. É a função de arbitragem que confere ao grupo o seu caráter financeiro.

O sistema de participação serviu para aumentar, em proporções gigantescas, o poderio desses monopólios, e o capital financeiro acabou concentrado em poucas mãos, crescendo sem cessar a constituição de sociedades, a emissão de valores, empréstimos ao estado, consolidando a dominação de uma oligarquia financeira.

A obra *O Capital Financeiro*, em síntese, indica na produção capitalista cinco etapas fundamentais:

- Concentração da produção e do capital, atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado, que originou os monopólios, cujo papel foi decisivo na vida econômica.
- Fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse capital financeiro, de uma oligarquia financeira.
- A exportação de capitais tornou-se mais relevante que a exportação de mercadorias.
- Fusões e uniões internacionais monopolistas de capitais que partilharam o mundo entre si
- Partilha territorial do globo entre as maiores potencias capitalistas.

A relação do capital industrial com o capital bancário, na essência, só se fundamenta quando há produção de mercadorias, quando existe dependência do trabalho assalariado, para transformar uma determinada quantidade de mercadorias em outras mercadorias possuidoras de um valor maior do que o existente inicialmente. Somente o trabalho humano, na dimensão de trabalho abstrato, foi capaz de produzir não só valor, como o mais valor, que Marx classifica de mais-valia.

A produção de mercadorias requer meios de produção e força de trabalho, para se materializar. Com a geração de valor e de dinheiro sucessivamente replicado, possibilita-se um novo ciclo de produção. Esses estágios de circulação - dinheiro e mercadoria desdobrando em mais mercadoria e mais dinheiro, adicionado a um estágio de produção, conceituam o que chamamos de tempo de rotação do capital.

O capital industrial se expressou de diferentes formas, ao longo destes anos, passando de capital monetário a capital produtivo, até chegar ao capital mercantil. Esses desdobramentos permitiram a sobrevivência desse capital e o fortalecimento de grupos econômicos.

O crédito, nesse contexto, tornou-se mais forte, principalmente no primeiro estágio da circulação - dinheiro transformado em mercadoria -, em que era necessário um capital adiantado para o investimento, cuja grandeza variava dependendo do fôlego existente na produção e nas condições tratadas.

Quanto menor fosse o tempo de rotação do capital, isto é, quanto mais rápido um ciclo produtivo fosse fechado, mais rápido o capitalismo teria acesso ao capital dinheiro, acrescido de mais-valia. Isto, em tese, significa que menor seria a necessidade que ele teria de crédito - capital adicional adiantado. Portanto, quanto menor o tempo de rotação, mais rapidamente se realizava a mais-valia, o que se traduziu em maior rapidez na acumulação. Estes, em linhas gerais, foram os fatores que impulsionaram o grande capital a encurtar os estágios da produção.

Esta preocupação em encurtar os estágios da produção, cada vez mais acentuada, incentivou o aumento no número de adeptos à especulação financeira nas bolsas de valores e, deste modo, ao crescimento dos processos de financeirização.

A bolsa é um mercado de títulos que tem a função de possibilitar liquidez às empresas. A disseminação do processo industrial baseado na sociedade anônima, no mercado de títulos, contribuiu para intensificar ainda mais a conversão desse capital manufatureiro em "capital fictício", isto é, em títulos de renda capitalizada, impulsionando grupos econômicos a se fortalecerem.

O conceito de financeirização, singularizado em um bem tangível, se desmaterializa em forma de títulos, em forma de ações, em forma de papéis, valorizando-se no mercado financeiro, cujo lastro está relacionado não só ao grau de desempenho desse grande "capital" em geração de lucro, mas na especulação que pode se formar diante de sua boa *performance*. Esse processo está intimamente articulado a transformações aqui elencadas e vem ganhando força principalmente a partir das últimas décadas do século XX.

O advento da especulação propõe o desdobramento do “mais dinheiro”, pelo de menor tempo de rotação de capital, ou seja, eliminando cada vez mais a utilização do processo produtivo, encurtando o seu tempo de realização, encurtando o ciclo de multiplicação dessa renda, e a geração de "mais dinheiro" reduz o processo de produção – distribuição – consumo.

Do ponto de vista da obtenção do retorno do capital, este caminho é perfeitamente compreensível, tendo em vista que o processo de produção não passa de elo intermediário inevitável, de mal necessário para se fazer dinheiro. O que interessa para

o capitalismo é obter "mais dinheiro", de modo que o melhor caminho a ser seguido é, de preferência, o mais curto.

Historicamente, o ano de 1944 foi um marco nas transformações do capitalismo, quando representantes de 45 países se reuniram em Bretton Woods, New Hampshire, EUA, e se puseram em direção aos primeiros passos de uma nova atribuição ao capital, em decorrência de uma nova correlação de forças nas relações internacionais.

A concepção inicial era a obrigação de cada país adotar uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar, mais ou menos um por cento, cujo valor, por sua vez, estaria ligado ao ouro, numa base 35 dólares por onça *troy*.

Nos finais dos anos de 1960, a recessão dos EUA, a degradação das finanças norte-americanas, o estado de alerta na guerra do Vietnã e o sistema monetário internacional de certa forma atrelado à paridade do dólar tornaram as economias mundiais mais sensíveis a crises generalizadas.

A constante emissão de dólares para o financiamento do déficit orçamentário norte-americano sobrevalorizou-o, e os preços dos produtos norte-americanos ficaram em patamares muito superiores aos europeus, e os capitais externos indexados ao dólar automaticamente forçaram uma retenção de demanda mundial.

O FMI (Fundo Monetário Internacional), controlador e financiador de políticas monetárias deficitárias, foi uma solução temporária, e em muitos casos definitiva, para salvar economias a juros altos.

Em 1971, diante de pressões crescentes na demanda global por ouro, Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos, suspendeu unilateralmente o sistema de Bretton Woods, cancelando a conversibilidade direta do dólar ao ouro.

A relevância dessa citação histórica "Bretton Woods" é um dos fatores iniciais do afluxo de investimentos e capitais entre os países, preparando-os para a globalização, através de uma política monetária "universal" entre os países, na questão de uma moeda forte; para a interconexão de capitais entre os bancos, com o mínimo de restrições legais.

Passados três décadas, a partir do início do tratado, percebeu-se um esgotamento econômico mundial, e as condições de produção vigentes tiverem que ser reconstruídas. Esse esgotamento retratou uma saturação do mercado, em que o rigor no planejamento industrial fordista, a carência de insumos, os processos cada vez mais competitivos e uma dificuldade cada vez maior para garantir atraentes taxas de retorno provocaram a

necessidade de mudanças. Isto, sem falar na intensificação das tensões, com o movimento operário organizado, que vinha, nos últimos anos, tornando-se cada vez mais combatido, em diversas partes do globo.

A queda na rentabilidade do capital investido na indústria, decorrente do esgotamento dos mecanismos virtuosos de crescimento, baseados em bens de consumo duráveis, agravado ainda mais pela guerra palestino-israelense e o choque do petróleo, em 1973, conduziram a uma saída em massa, na busca por formas de valoração puramente financeiras.

Ao longo deste período tivemos a consolidação de um mercado de dólares fora dos Estados Unidos, o chamado euromercado, em que não havia regulamentação institucionalizada, e que passou a movimentar bilhões de dólares, propondo o que Chesnais enfatizou como o primeiro elo no nascimento do todo-poderoso mercado financeiro de hoje. Sua expansão representou uma considerável ampliação do sistema bancário privado, fato que acentuou o processo de transnacionalização do sistema capitalista e refletiu uma busca, principalmente dos bancos norte-americanos, em se manter como mediadores das relações de produção.

O choque do petróleo, além de contribuir para agravar a crise na produção, em virtude do encarecimento da energia e diversos insumos industriais, canalizou uma grande quantidade de recursos para as mãos dos países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Esses países se dirigiram ao euromercado para reciclar seus *superavits*, espaço que, livre das regulamentações nacionais, era a alternativa disponível para garantir uma rentabilidade atraente.

O aumento da liquidez resultante deste processo foi adensado ainda pela dívida pública americana. Esta dívida levou os EUA a uma captação forçada da liquidez internacional, para canalizar o movimento do capital bancário japonês e europeu ao mercado monetário americano.

Para revitalizar esse quadro de liquidez internacional pelo qual estavam passando as empresas, e o decorrente deslocamento de boa parte do capital excedente para a esfera financeira, as taxas de juros baixas e abundância de capitais promoveram um quadro atrativo para o endividamento público e privado, não só nos países centrais, mas também, e principalmente na periferia do sistema.

A década de 1970 foi, portanto, a década em que se estimulou ainda mais as operações financeiras em escala internacional, cuja importância já vinha crescendo na década anterior. Um imenso mercado, livre de controle por parte das nações e sem

nenhum lastro, começou então um movimento contínuo, em direção a uma liberdade cada vez maior.

A partir desse panorama, sucessivas crises especulativas ocorreram, fruto, em parte, de uma mudança na forma de se estabelecer as relações monetárias, tanto no plano nacional como internacional, e que conduziram a iniciativas de negociação, na tentativa de instituir um maior controle do sistema financeiro internacional por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Estas tentativas culminaram, em 1979, com a decisão unilateral do Banco Central americano (FED), de subir bruscamente a taxa de juros e, deste modo, implantar um novo padrão monetário, estabelecendo uma política que ficou conhecida como a diplomacia do dólar, ou seja, a garantia de empréstimos a países estrangeiros.[3]

As consequências foram sentidas em todo mundo. Nos Estados Unidos e demais países do globo, os anos imediatamente subsequentes foram marcados por uma forte recessão. O dinheiro caro incentivou o prudente "entesouramento de liquidez" - antítese da produção, devido aos custos de oportunidade a ele associados. Com esse propósito, as firmas norte- americanas, nesses anos, reduziram radicalmente o seu prazo de reposição de estoque e aumentaram de forma drástica sua capacidade de gestão de caixa. Concomitante a esse fato, o rigor dos processos de produção fordista e a crise do petróleo ajudaram ainda mais as empresas a desenvolverem e optarem por estratégias financistas e transformações radicais no processo produtivo.

A transformação dos grupos econômicos em grandes gestores de carteiras de títulos afetou a economia como um todo, mesmo beneficiando individualmente cada uma das empresas que buscaram aumentar seus rendimentos.

A estagnação do capital industrial, a partir da metade dos anos de 1970, que inicialmente alimentou a corrida das empresas para ativos financeiros, agravou-se num perigoso círculo vicioso, que nos trouxe uma década de desemprego em massa e de crescente pobreza.

A constituição de sociedades anônimas e o mercado das bolsas foi um dispositivo crucial para a expansão de empresas e a reestruturação industrial.

Cada vez mais, a moeda torna-se capital fictício, e, no setor de serviços, seus desdobramentos efetivamente se consolidaram com procedimentos rentistas.

[3] CHESNAIS,François.*A Mundialização do Capital*.São Paulo:Xamã VM,1996.

A moeda de crédito, neste contexto, certamente representou e representa um capital financeiro, sua criação depende de que os bancos emprestem suas reservas excedentes. Sua existência é primordial para qualquer sistema econômico. O desenvolvimento de qualquer empreendimento necessita da presença de agentes dispostos a gastar dinheiro hoje, com a intenção de ganharem mais dinheiro no futuro.

Esses investidores podem ser produtores em busca de recursos, (mão de obra, instalações industriais, equipamentos) para produzirem bens, ou mesmo, setores "improdutivos", as prestadoras de serviços.

Esse circuito de investimento, que tem por base o crédito e uma carteira de ativos que proporciona uma redistribuição de renda, pode ser chamado de circuito de capital financeiro, em oposição à produção e aos ativos criativos, que geram rendimentos do tipo "produtivo". A lógica financeira consiste em fazer dinheiro a partir de dinheiro, sem necessariamente passar pela esfera da produção. O predomínio crescente dessa lógica, de caráter rentista – isto é, que não tem como finalidade a produção, mas a remuneração do detentor de um ativo -, na economia mundial, firmou-se nos anos de 1980.

Os *shoppings*, canais intermediários na comercialização de bens e serviços no varejo, são facilitadores de um tipo de "capital de circulação", arrendando seus espaços para terceiros. A "produção" é meramente um investimento do empreendedor na construção do "equipamento" - o s*hopping*. A partir da conclusão dessa etapa, ele passa a representar simplesmente um intermediário que "agência espaço" à circulação de bens e serviços.

Nesta análise, as relações entre processos produtivos e improdutivos estarão em pauta, pois entendo que a formação do capitalismo atual está imbricada em um misto de procedimentos industriais, adaptados à realidade dos serviços.

No tocante à financeirização do capital dentro dos *shoppings*, a "moeda de crédito" - capital de empréstimo - se potencializa de várias maneiras. O empreendedor utiliza linhas de crédito para financiar a construção do *shopping*. Os agentes econômicos emprestam suas reservas excedentes, criando "dinheiro novo", na expectativa do retorno, em forma de juros e moras.

A "moeda de crédito" - capital de empréstimo - para o lojista financiar o cliente consumidor parte da "automação monetária" - são as máquinas de crediário, recursos que otimizam a compra de bens à vista ou parcelados, e o lojista pode antecipar seu

faturamento, através de processos de *factoring*,[4] contabilizando, na margem do produto, o desconto cobrado dessa antecipação.

Já o cliente consumidor, participa do processo por meio de várias "moedas de crédito" - capital de empréstimo: o cheque, a moeda plástica, a duplicata, etc. Todo esse aparato de "circulação de capital" propõe o movimento do "mais dinheiro", sem necessariamente haver "mais produção".

Não podemos deixar de mencionar que a transferência do "capital industrial" para outros mecanismos de "formação de riqueza" tem suas raízes históricas nos processos produtivos e nos investimentos de capital. Nesse sentido, a articulação entre grupos industriais e a esfera financeira – tendo, como pano de fundo, não só abertura econômica, como também as idéias de livre comércio e de desregulamentação de todo tipo -, originou-se na consequência da diminuição da rentabilidade auferida na produção, ao mesmo tempo em que contribuiu ainda mais para seu agravamento.

O capital fictício, no setor de serviços, especificamente nos *shopping centers*, na atualidade, é singularizado em sociedades anônimas com papéis negociáveis em bolsa, e sua constituição parte de diversas modalidades de pessoa jurídica: *holdings, joint ventures*, fundos de pensão, fundos imobiliários, etc.

> O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Seu veículo são os títulos *(securities)* e sua obsessão, a rentabilidade aliada à "liquidez", da qual Keynes denuncia o caráter "anti-social", isto é, antitético ao investimento de longo prazo. (CHESNAIS, 1996, p.15)

As origens dos *shopping centers* no Brasil

Partindo para a realidade brasileira, o momento histórico pós-64 é considerado o marco e a consolidação do capitalismo monopolista industrial brasileiro.

A constituição de grandes grupos econômicos, que se formaram em maior escala, a concentração do capital industrial e do capital bancário possibilitaram a reestruturação do mercado consumidor interno.

Destaco o período da ditadura militar, em que, pela atuação de seu ministro de planejamento Antônio Delfim Neto, no qual ocorreram intensificações no

[4] *Factoring*: Empresa especializada em concessão de crédito, em antecipação e desconto de cheques, cobrando juros.

desenvolvimento industrial em dois setores: a priorização da indústria de construção civil e a do capital financeiro, como instrumentos fundamentais para os rumos do capitalismo brasileiro.

O cenário se fortaleceu, com alteração significativa na participação do Estado nesses setores acima mencionados, quando a militarização do regime político priorizou várias outras ações. Para ser possível um planejamento econômico incentivando os dois setores, o industrial e o financeiro, foi necessária a criação de um excedente econômico que restringiu a compra de alguns bens de consumo, de maneira a estimular a poupança concentrada em instituições financeiras, tornando-se capital acumulado, e disponível para setores determinantes da economia.

O ministro, com tais ações, conseguiu acentuar os investimentos no setor industrial, de modo a garantir crescimento acelerado, principalmente no setor de bens de produção. Mas estas ações geraram consequências, como arrocho salarial, estímulo à poupança interna e concentração bancária.

A fase principal de favorecimento e incentivo ao processo de concentração deu-se principalmente na década de 1970, com política de fusões, incorporações e conglomeração, tendo em vista não só economias de escala, mas principalmente o afluxo de recursos por meio de repasses originários do mercado financeiro internacional, afluxo este facilitado pelo dimensionamento dos bancos locais.

Isto de fato fez que os bancos nacionais passassem a fazer parte do "*hall*" dos maiores bancos do mundo, coordenadores fundamentais de toda uma política de investimentos no país.

Apesar disto, a participação dos bancos estatais (estaduais e federais) constituiu parte maior no financiamento do setor privado.

A concentração bancária em si, tendo em vista a nova caracterização do Estado, permitiu o aparecimento de tendências internas ao processo, que apontaram para a formação de conglomerados financeiro-industriais: os grupos Bonfiglioli, Camargo Correia, Fenícia e Sharp. Todos já desaparecidos, exceto o Camargo Correia.

A concentração bancária foi, portanto, elemento básico no processo de modernização do capitalismo que o Estado promoveu e incorporou.

No caso específico do varejo, a opção se fortaleceu pelo estímulo à indústria de construção civil, capaz de empregar uma quantidade significativa de mão de obra.

O núcleo básico desenvolvido pelo planejamento econômico, a aliança estreita entre Estado, o grande capital bancário, o grande capital industrial, a estruturação em

função do capital financeiro internacional, foram capazes, enfim, de criar e fortalecer fortes grupos econômicos, cuja repercussão se fez sentir em todas as esferas da realidade econômica e social, em curto período de tempo.

Para compreender a atividade *shopping center* como partícipe desse processo, é necessário tratá-la como integrante do capitalismo monopolista brasileiro, além de relacioná-lo ao processo de centralização e monopolização do capital - ao capital financeira. Os pequenos, os médios lojistas e as lojas âncoras de *shopping centers* (C&A, Casas Bahia, hipermercados, Cinemark, franquias, e outras) fazem parte de um recente conceito de capital avançado, que cresceu e se desenvolveu, e que contempla as exposições acima mencionadas.

As lojas que estão no interior do *shopping* são consideradas novas modalidades de "atividades produtivas", ou seja, prestam serviços comerciais vendendo bens e/ou serviços, estabelecendo relações sociais, e repetem, em alguns casos, os procedimentos monopolistas dos cartéis industrializados.

Os grandes magazines, as franquias internacionais, os supermercados e os grandes prestadores de serviço de lazer e entretenimento – cuja diferenciação é enaltecida pela valorização da marca, exigem vantagens locatícias perante os administradores de *shopping centers* e dos empreendedores, que podem ser repassadas aos preços finais dos produtos.

Protagoniza-se uma repetição do modelo industrial, impossibilitando uma concorrência justa dos pequenos e médios comerciantes, que, sem competitividade, perdem em nome da monopolização, centralização e concentração do "serviço".

O *shopping center* contradiz o modelo clássico de cadeia produtiva industrial, como afirmação quase exclusiva de atividade econômica que influenciou ou contribuiu ao processo de desenvolvimento sócioeconômico e urbanístico das metrópoles.

Da mesma forma que os setores industriais preservam e mantêm seus monopólios, as "mercadorias" ofertadas neste recorte possuem forte apelo imaterial; em vez de dizer que seu "valor tem seu conhecimento como fonte", será mais justo dizer que ele tem sua fonte na exclusividade do conhecimento, nas qualidades que esse conhecimento confere a esse tipo de "mercadoria", e o valor incorporado passa a ser a capacidade de improviso em resolver problemas e de manter e conservar esse monopólio.

Se considerarmos esse conceito de capital avançado, que é formado por setores novos de uma realidade urbana, que transforma o preexistente e que reveste todo o processo de aparências e ideologias, podemos compreender as novas atividades

econômicas não manufatureiras, como os serviços, especificamente, os *shopping centers*.

O espaço, portanto, torna-se o lugar da reprodução das relações de produção e substitui os tradicionais meios de produção.

Entender como o espaço reproduz ativamente as relações de produção e contribui para sua manutenção e consolidação é apropriado para a compreensão dos *shopping centers* e as suas relações com o capitalismo moderno.

A especulação, neste contexto, é demonstrada através da aquisição de terrenos, propriedades situadas nos arredores das grandes cidades em pleno desenvolvimento, que se caracterizam como operações extremamente lucrativas para o capital financeiro.

Nesse momento, o monopólio dos bancos funde-se com o da renda predial e o das vias de comunicação. O aumento do preço dos terrenos, a possibilidade de vendê-los vantajosamente por lotes, etc. depende, sobretudo, da comodidade das comunicações com o centro da cidade, e estas comunicações estão, precisamente, nas mãos de grandes companhias ligadas a esses mesmos bancos, pelo sistema de participações e pela distribuição dos lugares de direção, repetindo os procedimentos de novas centralizações, novas concentrações e novos monopólios.

Quanto ao período do aparecimento dos primeiros *shopping centers* ,com o formato que hoje conhecemos, temos que situá-los entre os anos de 1960 e 1980, na cidade de São Paulo, local em que o cenário sócioeconômico do país apontava para uma expressiva concentração de renda, nas mãos de uma população mais privilegiada.

Apesar de vários estudos indicarem o shopping Iguatemi como o primeiro centro de compras do Brasil, que é indiscutível, é compreensível citarmos tanto o triângulo comercial, como o Mercado Municipal, como marcos de vida civil em São Paulo no século XIX.

A construção do Mercado Municipal, em 1867, foi um marco para a cidade, e sua finalidade principal era à distribuição de produtos do litoral e do exterior. Localizado na zona central da cidade, este centro de compras passou por várias fases de modernização, adaptação e integração, acompanhando o crescimento da cidade.

O comércio varejista de São Paulo, nos finais do século XIX, tinha características comuns com o de algumas cidades da Europa: aglomeravam-se pessoas, e circulava o "dinheiro", para adquirir produtos das mais diversas espécies.

Os primeiros empreendimentos foram implantados em áreas urbanas, principalmente nas capitais, durante as décadas de 1960 e de 1970, sendo que, na década seguinte, iniciou-se sua expansão para algumas cidades do interior paulista.

Nos anos de 1970, com o crescimento industrial urbano e o desenvolvimento do setor de serviços, ocorreram avanços consideráveis no poder de compra por parte dos assalariados, sobretudo os níveis superiores de renda.

Na década de 1990, ocorreram modificações sociais, econômicas e culturais, que levaram a mudanças nos hábitos de consumo da população, na área da comunicação com os consumidores, na geografia do comércio varejista e na competição no setor de serviços.

Conclusão

O crescimento e desenvolvimento dos *shopping centers* no Brasil, nesta análise,parte de alguns pressupostos que têm como base alguns ciclos e dinâmicas estratégicas ocorridas em períodos marcantes, e estão diretamente relacionados a vieses econômicos,políticos e sociais tanto nacionais quanto internacionais, que influenciaram o movimento do setor nesses últimos anos.

Entre as décadas de 1960 e 1970, origem dessa atividade no Brasil, já maturado nos EUA e na Europa, apenas grupos oriundos do setor imobiliário ou do varejo, de modo geral, investiram; apesar de constatarmos algumas experiências vindas do setor industrial, financeiro, e de outros ramos já consolidados, que podem ter contribuído com a sustentação e efetivação desses novos empreendimentos pelos grupos econômicos.

O pioneirismo de Alfredo Mathias, que idealizou uma das primeiras construtoras do setor; captava recursos nos anos de 1960, para a construção do Shopping Center Iguatemi. O processo ocorreu através de permutas de quotas-parte, com a cessão de direito de propriedade de fração do empreendimento, que poderia ser o terreno de implantação, a venda de uma loja na planta, ou, os recursos tradicionais de novos sócios.

O contexto econômico, nesse período de 1960 é um recorte de crise inflacionária, de redução de crédito, redução dos salários e controle de emissão de moeda - por outro lado, o contexto político dá-se, pelo golpe militar que introduz uma nova fase de prioridades as questões nacionais. No final dos anos de 1960 vislumbram-se reações nos

âmbitos econômicos e sociais conduzindo ao início do chamado milagre brasileiro, com a volta do crescimento econômico em patamares de 10 % ao ano.

O crescimento urbano, a industrialização, e a mudança de governo alteram as políticas econômicas. As crises internacionais, guerras e a desvalorização do câmbio, estabelecem uma política industrial de substituição de importações. Esse é o ambiente em que se desenvolveu o setor de *shoppings*, originando os primeiros "equipamentos" a nível nacional.

Nos finais dos anos de 1970, e início dos anos de 1980, um novo ciclo e movimento estratégico de capital se formaliza; são mecanismos de incentivos financeiros através de aportes públicos e privados.

A Caixa Econômica Federal e Estadual é pioneira na abertura de linha de financiamento com juros relativamente acessíveis e promissores ao tomador, devido aos altos lucros eminentes. O propósito, nesse período dos anos de 1970, foi estimular um negócio altamente rentável que crescia em paralelo ao setor industrial, pois, as políticas de investimento governamental, favoreceram socialmente e economicamente o Brasil, refletindo um avanço demográfico altamente promissor.

O PIB acumulado brasileiro cresceu 87,90% entre 1970 e 1980, e as exportações chegaram a patamares de 216%.

Apesar do milagre econômico nacional dos anos de 1970 ter possibilitado crescimento e "desenvolvimento", a crise internacional do petróleo em 1973, afetou diretamente a economia brasileira que dependia das importações, mesmo com reservas cambiais favoráveis - a inflação em 1976 chegou à casa de 46,3% ao ano -, dando um novo rumo às políticas econômicas.

Os incentivos as exportações, e o alto crescimento da produção, eram vitais, porém seus custos contínuos e forçosos não respondiam aos níveis inflacionários.

A dívida externa brasileira nos anos de 1982 cresceu exponencialmente; a inflação em 1989 chegou à casa dos 1.800% ao ano.

Quanto ao setor, as principais inaugurações de *shoppings centers* nos anos de 1980 a 1989, são advindas de uma mescla de capital financeiro via aporte de bancos, via securitização - especificamente previdência pública e o tradicional capital privado.

No ano de 1986, ocorreram eleições indiretas, e o objetivo primordial estava em combater a inflação através de vários planos econômicos mal sucedidos: Plano Cruzado,

Plano Cruzado II, Plano Bresser. Entretanto, nenhum desses planos obteve resultados definitivos, e sim base de sustentação para o plano real em 1994.[5]

Politicamente, os anos de 1980 contemplam a queda do governo militar no poder e a volta da democracia. Economicamente é o período chamado de "década perdida", consequência de um crescimento pífio com medidas econômicas do governo que não reduziram a inflação.

O segundo mecanismo de incentivo público para o setor de *shoppings* foram os fundos de pensão, que entre os anos de 1978 a 1994 tiveram papel extremamente relevante. Foram aproximadamente quarenta *shopping centers*, inaugurados entre 1980 e 1989, contra seis entre 1966 e 1979; um crescimento real em torno de 600% (por cento). Comprovadamente, percebe-se uma mudança na disponibilidade de capital para investimento - mais uma opção frente ao paradoxo da desindustrialização e do cenário econômico recessivo.

A questão política neste panorama é vista de forma relevante; o fato de se direcionar incentivos públicos em prol de um determinado setor – o que foi consumado no tocante ao crescimento dos *shopping centers*, dificilmente terá uma única linha de concordância, os atores envolvidos, e os cenários, esses sim, poderão ser fios condutores, mas em hipótese alguma interpretação definitiva para o ocorrido.

Nos anos de 1990, o que surpreendeu as correntes nacionais foram às medidas tomadas por um novo governo, que através de um mecanismo inusitado, confisca rendimentos monetários da população. Regido pelo plano Collor, reduziu drasticamente os mecanismos de consumo em vista puramente da tentativa de controle inflacionário fracassado em curto prazo.

Em 1992, ocorre à queda desse governo, substituído provisoriamente pelo vice-presidente Itamar Franco. Em 1994 há as eleições diretas, assumindo um novo presidente, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que implantou um plano econômico denominado de real e que iria definitivamente conter a inflação a nível nacional.

Apesar da crise cambial em 1999, e da desvalorização da moeda brasileira diante do dólar, não ocorreu elevação dos índices de inflação aos patamares anteriores, permitindo uma retomada ao crescimento. O PIB teve um desempenho acumulado de 1990 a 1999

[5] GREGÓRIO,Carolina;SILVA,Elizabeth – Dissertação de mestrado em *Real Estate* apresentado a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.*Análise da Evolução e Dinâmica das adequações do shopping centers na cidade de São Paulo,*2006.

em torno de 17,98%, e as exportações em 36,7%. Portanto, o baixo crescimento do PIB, a redução da inflação e as taxas menores de crescimento demográfico, principalmente no estado de São Paulo, formaram o arcabouço de prospecção dos *shopping centers* a nível nacional.

O BNDES passa a ser uma das instituições financiadoras do setor, devido à redução de estímulos governamentais aos fundos. A crise cambial perdura, mas não parece interferir no controle inflacionário.

No âmbito internacional, os anos de 2001, com o atentado terrorista de 11 de setembro e a recessão econômica americana, prorrogou os investimentos estrangeiros em outros países.

A crise de segurança nos EUA e a centralização geopolítica no combate ao terrorismo - fortaleceu a indústria bélica, desviando as prioridades de investimentos. O berço do setor de *shopping centers*, sofreu vieses, que se replicaram internacionalmente.

Nas questões operacionais, de fato, a partir dos anos de 1990, os modelos de gestão industrial toyotista, influenciaram todos os setores, inclusive o de serviços - no caso dos *shoppings* -, em seus bastidores, tanto a terceirização de mão de obra; quanto a automação operacional; a flexibilização do trabalho; o profissional polivalente; o compartilhamento de gestão administrativa em alguns setores, e a otimização de estoque, foram práticas exaustivamente usadas, que intensificaram a busca de maior aproveita mento do capital.

Esses mecanismos de otimização e maximização operacional, nacionalmente e internacionalmente, apareceram em épocas recessivas distintas, porém tiveram o papel de contornar crises, e inevitavelmente influenciaram os processos de acumulação de capital, haja vista, que a partir dos anos de 1990 em diante, a multiplicação dele, sofreu vieses rentistas, substituindo os fatores de produção clássicos, modelados por um capital financeirizada, caldo do crescimento e maturação que prevaleceu e potencializou o setor de serviços nos finais do século XX e início do século XXI.

O *shopping center* no Brasil, de fato é uma atividade recente, seu ciclo de vida está relacionado ao estágio de crescimento, dado que seu potencial demográfico e extensão geográfica permitem grande desenvolvimento. A expectativa econômica dá margem para muitos investidores estrangeiros. O aporte desses grupos é muito recente, demonstrando certa desconfiança, que nos próximos anos tende a diminuir. A abertura de capital possibilita um leque de variáveis que envolvem além dos grandes grupos econômicos, investidores individuais, a participarem.

O empresário brasileiro nesse setor, caracteriza-se por perfil de grupos familiares que buscam formas de "reprodução do capital" através de compartilhamento do risco. É nesse contexto, que a abertura de capital, aquisições, fusões nacionais e internacionais e a diversificação na forma de financiamento, são tendências que irão se sedimentar ainda mais nos próximos anos.

Quanto aos grupos econômicos que se estabeleceram no setor, as características principais são de empresas familiares, principalmente de origem varejista, com *know how* na construção civil, em alguns casos no segmento de auto-serviço (supermercadista), e em outros, isolados, nos setores industriais. Nesses últimos anos, é visível o descontentamento da classe empresarial quanto à falta de incentivos governamentais, compensados por aportes estrangeiros.

Com os bons indicadores da economia brasileira – mesmo durante a crise financeira internacional entre os anos de 2008 e 2009 -, com elevação do emprego formal, da renda dos trabalhadores e disponibilidade de crédito para o consumidor final, mantiveram aquecido o setor.

A partir de 2005 em diante, enquanto o varejo de modo geral, apontava aumento no volume de vendas em 41,7%, as vendas dos *shopping centers* brasileiros cresceram 91,2%, praticamente dobrando de tamanho no período.

Em 2010, o faturamento do setor foi de R$ 87 bilhões, sinalizando incremento de 17,5% em relação ao ano anterior. Além de ter sido reforçado pela expansão de 7,5% do PIB naquele ano, executivos do setor sinalizaram que o forte crescimento foi influenciado pela consolidação das vendas dos 16 *shoppings* que foram abertos durante o ano de 2009 e pela inauguração de outros novos, em 2010. [6]

Em 2010, o setor de *shopping centers* alcançou taxa de ocupação média de 97,8%,uma das mais altas já registradas pela indústria ,segundo estimativas da Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE).Circulam pelos *shoppings* mensalmente mais de 329 milhões de visitantes.

Há 25 anos, atrás, em 1986, os *shoppings* localizados fora das capitais representavam 30% da base instalada. Esse percentual foi evoluindo até chegar em 2011, com peso de 48,3%. Naquele mês, dos 416 *shoppings* em operação, 201

[6] Valor análise setorial – Shopping Centers Estrutura – Mercado – Perfis de empresas, 2011, p.10.

funcionavam fora das capitais. Cabe destacar que a maior interiorização dos *shoppings* ocorreu principalmente nas regiões Sudeste e Sul. [7]

Outro dado relevante é o aumento da demanda da nova classe média, sustentado pelo vigor do mercado de trabalho, pela expansão do crédito e por um incremento do consumo das famílias de 4,1% para 4,5% em 2011, segundo dados do Banco Central.

Entre 2008 e 2010, estima-se que mais de R$ 5 bilhões tenham sido desembolsados com reformas e expansões no setor e mais da metade dos *shoppings* em atividade, tenham executado obras no período. Em 2011, esse movimento se manteve e deverá seguir nos próximos anos, como sinalizaram as empresas. O que é considerável relacionar é que as oito empresas com capital na bolsa são as que pretendem desenvolver no futuro, planos de expansão.[8]

[7] Valor análise setorial – Shopping Centers Estrutura – Mercado – Perfis de empresas, 2011, p.11.
[8] Valor análise setorial – Shopping Centers Estrutura – Mercado – Perfis de empresas, 2011, p.18.

Os "Livros de Registro de Entrada de Gado" da Feira de Capoame (1784-1811)

Juliana da Silva Henrique[1]

O objetivo desta comunicação é apresentar alguns aspectos da dinâmica de funcionamento da Feira de Capoame partindo da análise dos "Livros de Registro de Entrada de Gado", localizados no Arquivo Municipal de Salvador (AMS). Pretende-se, portanto, pensar em Capoame como espaço articulador de uma rede mercantil que envolvia desde agentes dedicados à pecuária estabelecida nas mais distintas partes dos sertões baianos até os marchantes responsáveis diretos pelo abastecimento da principal região consumidora de carne verde da capitania: a cidade da Bahia de Todos os Santos e seu Recôncavo. Por fim, faz-se necessário problematizar alguns aspectos da pecuária desenvolvida nos sertões baianos da América Portuguesa e sua importância para a reprodução econômica e social da colônia.

Palavras-chave: Bahia - Capoame - pecuária - sertão - abastecimento

1 Mestranda pelo Programa de História Econômica do Departamento de História da Universidade de São Paulo. E-mail: juliana.henrique@usp.br

Capoame era uma feira de gado localizada a oito léguas da sede do governo geral da América Portuguesa: a cidade da Bahia de Todos os Santos. Apontada na década de 1640 como espaço de arrebanhamento do gado vindo do sertão para abastecer naus, tropas estacionadas, habitantes e funcionários da administração régia; institucionalizada como feira em que se estabeleceu um registro de entrada de gado na década de 1720 para extinguir-se em 1839 (momento em que foi transferida para Feira de Santana), Capoame era por onde deveria passar todo o gado com destino ao abastecimento da Cidade da Bahia de Todos os Santos (depois Salvador) e seu Recôncavo.

Com uma população de aproximadamente 40.000 habitantes[2], a cidade de Salvador no século XVIII – em especial no final do século – dependia largamente da produção de alimentos provenientes de outras regiões, seja do Recôncavo seja do interior da Capitania para a reprodução diária das unidades produtivas altamente (mas não absolutamente) especializadas como os engenhos de açúcar e o suprimento alimentar da burocracia colonial e de inúmeros colonos ali instalados. Os alimentos de primeira necessidade largamente consumidos como a mandioca e a carne acabavam passando pelo mercado local promovendo a consolidação de redes mercantis voltadas para o abastecimento interno. [3]

A carne consumida na cidade de Salvador e em boa parte do Recôncavo vinha principalmente do interior da Capitania e adjacentes. O comércio da carne verde era controlado desde o século XVII pela Camara Municipal através da arrematação da renda dos talhos, que delegava portanto a um negociante a responsabilidade de encaminhar as rezes vindas de Capoame ao Matadouro Público e posteriormente aos Açougues e Talhos espalhados pelas freguesias urbanas e suburbanas.[4] A arrematação desta renda tinha por objetivo garantir o

2 Avanete Pereira Sousa. *Poder local, cidade e atividade econômica (Bahia, século XVIII)*. São Paulo, 2003, p. 108
3 B. J. Barickman. *Um contraponto bainao: açúcar, tabaco e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, 2003, p. 307
4 Avanete Pereira Sousa, *op. cit.*

fornecimento de carne por um preço determinado e vencia a concorrência aquele que conseguisse estabelecer o menor preço da carne entregue aos Açougues.

Foi a busca por um maior controle sobre este comércio que impulsionou a elaboração de diversas medidas pela Camara Municipal de Salvador no sentido de garantir o abastecimento minimamente regular de víveres dos quais os habitantes da cidade eram em grande medida dependentes. Os debates da Camara Municipal e as diversas medidas que esta Casa tomara no decorrer do século XVIII tinha justamente o objetivo de livrar a cidade da carestia quase imanente em que viviam seus moradores (pelo menos em relação ao consumo de carne), assim como impedir a ação de atravessadores e contrabandistas que se aproveitavam da falta de carne na praça de Salvador para cobrar preços extorcivos da população. Proibindo que o comércio de carne ocorresse de forma livre e fora dos locais pré-determinados, tais como a feira de Capoame a partir da década de 1720, os funcionários da Camara tinham por intuito também manter seu monopólio sobre tão lucrativo negócio, fruto de 71,89% da renda municipal entre 1701-1767, correspondendo em 1768-1800 a 85,86% do total arrecadado.[5]

É dentro desta lógica de aumento de controle sobre o comércio de gêneros de primeira necessidade que se enquadra a produção dos "Livros de Registro de Entrada de Gado" na feira de Capoame localizados no Arquivo Municipal de Salvador (AMS). Apesar de haver referências nas Atas da Camara Municipal de Salvador de registros de entrada de gado desde pelo menos 1727 e 1728[6], ou seja, desde o seu surgimento como espaço institucionalizado, conseguimos localizar somente os livros correspondentes aos anos de 1784 - 1811. Embora seja um recorte limitado, que inviabiliza, por exemplo, projeções a longo prazo do comércio do gado em Capoame ou até mesmo um estudo mais detalhado das mudanças ocorridas durante o período de existência da feira, os "Livros de registro de Entrada de Gado" mostraram-se um excelente ponto de partida para o estudo de um espaço cuja documentação encontra-se espalhada por arquivos que ainda precisam ser localizados. Sua riqueza em informações quantitativas e qualitativas sobre a dinâmica de funcionamento da feira em si e as conexões existentes entre a produção sertaneja de gado vaccum, sua circulação por Capoame até chegar na cidade de Salvador permitem um olhar mais atento em relação à pecuária e sua importância para a reprodução da sociedade colonial.

5 Avanete Sousa, *op. cit,* p. 229 e 230, gráficos 8 e 9.

6 "Termo de vereação e rezolução que se tomou sobre a conta que por ordem do Exmo. Senhor Vice Rey se tomou aos marchantes e criadores do gado digo de todo gado que veyo da feira de Capoame para esta cidade e se cortou nos açougues della de 3 de septembro de 1727 athe 28 do corrente [dezembro de 1728]". *Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Atas da Camara, 1718-1731.* vol.8. Salvador, p.152

Porém, ainda é necessário uma maior sistematização dos dados localizados, cabendo neste artigo somente apontar algumas informações relevantes e exemplares que serão melhor analisadas no decorrer da pesquisa ainda em desenvolvimento.

A estrutura dos livros varia consideravelmente de acordo com o escrivão. Entretanto, a lógica básica deste documento é a seguinte: tudo o que entra na feira deve ser registrado, assim como todo o gado que sai, tendo de ser sempre numericamente igual, entrando na contabilidade inclusive as rezes mortas. Todos os livros possuem como informações básicas a quantidade de rezes de cada boiada, qual sua origem, quem é o responsável pela condução da boiada, especificando se é o criador, um condutor ou um escravo. Sobre as boiadas que saiam semanalmente da feira, há sempre a indicação do nome do marchante responsável por levá-las até o Matadouro de Salvador e qual a quantidade de rezes conduzida possivelmente com o auxílio de escravos, o número de rezes destinadas as outras freguesias do termo da cidade, assim como a outras vilas do recôncavo. Há inclusive uma parte dedicada à descrição de todas as pessoas que eram isentas do pagamento de 500 réis por cabeça de gado, sendo apontada na maior parte das vezes o nome de engenhos de cana-de-açucar pertencentes a homens da elite baiana, assim como conventos e hospitais.

Pelas indicações encontradas, Capoame ficava na freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, próximo ao Rio Joannes e Jacuípe. Localizava-se perto da Aldeia jesuíta do Espírito Santo que tornou-se Vila de Nova Abrantes do Espírito Santo em 1758. Na mesma freguesia ficava Mata de S. João, "com povoação de engenho - Capella e varios moradores para dentro da terra e a Capella de Santo Antonio da Capoame".[7] Vale lembar que Mata de S. João foi um dos lugares apontados por Luiz Mott como espaço em que se estabeleceu uma outra feira de gado.[8] Cabe agora saber se Capoame e a feira supostamente situada em Mata de S. João tratam-se do mesmo lugar ou não, considerando a proximidade dos dois espaços e o fato do documento supracitado falar da existência de uma capela localizada em Mata de S. João cujo nome se referia à Capoame. Contudo, mesmo o fato de estarem próximas geograficamente também não significa a impossibilidade destes dois pontos de comércio coexistirem. Procurar mais informações sobre Mata de S. João, no limite, servirá também para encontrarmos novas pistas sobre mais uma feira

7 Manoel de Oliveira Mendes. "Livro de cartas do Senado para Sua Magestade, 1746-1822 - Relação topographica da Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos e seu termo que fez o medidor das Obras da Cidade Manoel Mendes". *AAPB*, 1917, vol.1, p. 12 e segs.

8 Luiz Mott, "Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil", *Revista de História*. São Paulo, USP, 1976, v. LIII, n. 105.

rasamente estudada.

A propriedade das terras em que Capoame estava é controversa, pois tratava-se de uma região disputada por problemas relacionados as confusas cartas de sesmarias que geravam, não poucas vezes, a transposição de terras doadas a pessoas diferentes, fora os sempre mencionados posseiros, rendeiros entre outras pessoas que, em geral, eram os reais responsáveis pela ocupação territorial. Pelo o que consta, Capoame fazia parte da sesmaria doada por Tomé de Souza ao Conde da Castanheira, passando sucessivamente para os Marqueses de Louriçal e para os Marqueses de Cascais. Quando morreu a Marquesa de Cascais, em 1763, as terras foram encorporadas aos bens da Coroa, passando depois de alguns anos para a Casa dos Marqueses de Nizza.[9] Mesmo assim, como a maioria das outras sesmarias, a ocupação provavelmente foi efetivada por rendeiros. De acordo com a menção feita no inventário dos bens confiscados da Companhia de Jesus, Capoame, por exemplo, aparece em nome de Marques de Cascais, mas parte de suas terras era habitada pelos religiosos.[10]

Segundo um artigo encontrado nos *Anais do Arquivo Público da Bahia,* as terras dos Dias D´Ávila começavam duas léguas depois do Rio Vermelho, onde terminava as terras do Conde de Castanheira. Só que isso não os impediu de também utilizar-se destas partes que não os cabia. Entretanto, os conflitos travados em especial com os frades beneditinos, que também possuíam sortes de terras na região do Rio Jacuípe, próximo à Santo Amaro do Ipitanga e Itapoan, só auxiliam no sentido de dificultar o intendimento da situação fundiária desta região.[11]

Pelo o que informa o termo de criação da Vila Nova de Abrantes, os índios (provavelmente os aldeados em Espírito Santo) tinham os títulos das terras para quem os moradores, segundo o documento, deveriam pagar foro (o que provavelmente não acontecia). Outra parte do território era administrado pelos jesuítas "por doação onerosa de cincoenta Missas, que fez Paula de Cerqueira, como emphiteute do marquez de Louriçal, a quem os ditos padres pagão o foro, como sucessor do Conde da Castanheira."[12]

Segundo uma descrição encontrada, por Capoame seguia uma estrada que ligava Salvador ao norte da Capitania. Este caminho "passava por Feira Velha, Pojuca e rio Catú. Bordejando a

9 "Terras da casa dos Marquezes de Nizza". *AAPB*, vol.3.

10 "Inventário de diversos bens do Colégio da Baía, seqüestrado em 1759", MS. Do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pasta 6, maço 5. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro / Lisboa, 1945, vol . 5, apêndice C.

11 *AAPB*, vol. 4 e 5 , p.59.

12 *Idem*, vol. 26, p.11.

Matta de S. João, chegava a Alagoinhas. Ahi entroncava com a que seguia para Agua Fria e Serrinha."[13] Provavelmente ali se localizava o entroncamento de outras estradas. Em 1663, uma portaria autoriza o pagamento em gado ao Capitão João Lobo Mesquista por abrir uma estrada que ia até Mata de São João.[14] Por Jaguaripe, por exemplo, passava um caminho que foi feito por criadores para facilitar o transporte do gado e encurtar a viagem que poderia levar meses, causando prejuízo aos fazendeiros que viam o preço de seus bois cair por causa principalmente da perda de peso e mortes no decorrer das viagens e da travessia dos rios.[15] Entretanto, até mesmo a abertura destas estradas causava desavenças pois muitas delas precisavam ser estabelecidas nas terras de fazendeiros que não queriam dar passagem para outrem.

As feiras em Capoame ocorriam todas as quartas. Ali chegavam semanalmente boiadas vindas das mais distintas partes dos sertões baianos. Sertões baianos aqui compreendidos como os diferentes locais ocupados pelo movimento sertanista iniciado em meados do século XVII tendo por ponto irradiador justamente o litoral da Capitania da Bahia através da ação de seus colonos e de reinóis alí recém-chegados. Esta ampla e múltipla região - os sertões baianos – não correspondia necessariamente a divisão administrativa coincidente com a Capitania da Bahia, visto inclusive que no período colonial estas fronteiras eram altamente fluídas sendo constantemente modificadas, além de não conincidirem com os distintos poderes colonizadores que operavam na região. O norte de Minas Gerais, por exemplo, até as primeiras décadas do século XVIII pertenciam a jurisdição da Capitania da Bahia. O caso de Piauí também é emblemático. Colonizada inicialmente por homens vindos em geral da Capitania da Bahia, seu território, por exemplo, em 1715-1718 era administrativamente subordinado ao Estado do Maranhão, eclesiasticamente estava vinculado ao Bispado de Pernambuco (com sede em Olinda), mas judicialmente respondia pela Relação de Salvador na Bahia.[16].No entanto, pensando na dinâmica da pecuária, Piauí estava muito mais vinculada à Capitania da Bahia, visto que todo o gado produzido nas Fazendas da Real Administração (herdadas pelos jesuítas após a morte de Domingos Afonso Sertão e confiscadas durante as reformas pombalinas que resultaram na

13 *Idem*, vol. 3, p. 207.
14 "Portaria que se passou ao Capitão João Lobo Mesquita, para se lhe pagar quantidade de gado." 15 de dezembro de 1663." *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*. Vol. 7, p. 130.
15 "Registro da carta que este Senado escreveo a Meza da Fazenda deste Estado sobra a estrada de Jagoaripe." Bahia, 5 de novembro de 1718. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal . Cartas do Senado. 1710-1730*. volmue 6, Salvador, p. 90.
16 Charles Boxer. *A Idade de ouro do Brasil*. São Paulo, 1963, p. 211

expulsão dos religiosos através do alvará régio de 1759) serem conduzidas diretamente para a Feira de Capoame, segundo a documentação do Conselho Ultramarino.[17]

Especialmente nos primeiros "Livros de Registro de Entrada de Gado" há sempre a especificação do local, ou melhor, do sertão de onde as boiadas vinham. Vários são os lugares mencionados, sendo os principais deles o Sertão do Piauí, Canindé, Itaim, Rodelas, Pajeú, Rio de São Francisco, Rio de Baixo, Rio Real, Rio do Peixe, Tucano, Jacobina, Jacobina Nova, Morro do Chapéu, Riacho da Brigida, Massacará, Inhamuns, Curassá, Tocós, Lagarto, Porto da Folha, Itapicuru, Vaza Barris, Natuba, Serrinha, Urubu, Jeremoabo, Parnaguá, Canabraba, Patamute, Jacorissi, Jaguaripe, Santo Sé, Gruguea, Saco do Moura, Ginguinge, Quiricó, Itabaiana, Sifra, Guaribas, Cafucá, Carioca, Manhuns, Curimatâ, Mundo Novo, Paramirim, Tarâ, Tacarisê, Caatingas.

É interessante reparar nos topônimos, sendo que vários deles fazem referência direta à termos indígenas que prevaleceram após o processo de conquista, seja porque estes locais já eram conhecidos por estes nomes e utilizados como referência pelos indígenas que muitas vezes serviram de guias compulsórios ou não para as expedições, seja porque estes nomes remetiam a algum elemento relacionado ao processo de contato ou ocupação territorial promovida pelas expedições portuguesas e missionárias. Trata-se de verdadeiros testemunhos históricos.[18]

Como parte do processo de integrar aos domínios da Coroa Portuguesa tão vasto território antes ocupado por indígenas houve o estabelecimento de casas fortes mas principalmente de fazendas dedicadas à criação de gado. Muitas destas unidades produtivas tinham o intuito de promover uma rápida ocupação das terras recém-conquistadas, servir como ponto de apoio para as demais expedições que percorressem aquela região,[19] além de possibilitar que em alguma medida dalí conseguessem seus novos ocupantes auferir algum tipo de renda.

Conforme se acelerava o processo de expulsão dos indígenas e consolidação da exploração da pecuária na região foram aos poucos se delineando caminhos e estradas pelas quais fluíam homens e mais tarde mercadorias. Estas estradas serviam inicialmente para ligar as

17 AHU_CL_CU_016, cx.12, d. 717 (Oeiras do Piauí, 1774, julho 22) "Oficio do governador do Piauí, Gonçalo Botelho de Castro, ao secretario de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de melo e Castro, sobre o rendimento dos bens dos jesuítas, de 1773 a 28 de abril de 1774, e remetendo uma relação dos animais que foram enviados para a Bahia. "

18 Maria Vicentina de Paula do Amaral. "A motivação toponímica e a realidade brasileira". São Paulo, *Arquivo do Estado*, 1990.

19 Marcio dos Santos, *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. São Paulo, 2009, p. 187 e segs.

diferentes partes dos sertões ao litoral de onde saiu a grande maioria das primeiras expedições. Conhecidas no século XVIII como estrada das boiadas ou estrada Real, por estes caminhos transitavam homens e bois direcionados aos principais centros consumidores coloniais. No caso da Capitania da Bahia, a circulação tinha como ponto de chegada principalmente a Região do Recôncavo Baiano e Salvador na medida em que esta região era cada vez mais dedicada ao cultivo e fabrico do açúcar e outros produtos, dentro de uma lógica de aumento da especialização da produção e também era o centro administrativo da América Portuguesa até ser transferido para o Rio de Janeiro em 1763.

Os primeiros homens que ocuparam o sertão em nome da Coroa Portuguesa estavam em geral envolvidos na guerra de extermínio dos indígenas, assim como no processo de destruição de quilombos que não poucas vezes pipocaram, e até mesmo, por muito tempo resistiram no interior de diversas Capitanias.[20] Os chefes destas expedições e os homens que mais se destacavam durante as guerras solicitavam e às vezes adquiriam as terras que conseguiam arrasar como uma espécie de mercê pelo serviço prestado. Mas não só de grandes sesmeiros fez-se o sertão. Não raras vezes quem efetivou a ocupação e a produção sertaneja foram colonos, posseiros e rendeiros, possivelmente membros menos destacados das primeiras expedições e entradas ou mesmo homens vindos do litoral que encontravam no sertão uma maneira de sobrevivência.[21] A descoberta de metais preciosos na região do Rio das Velhas e outras partes da Capitania da Bahia foram também grandes propulsores do aumento populacional por estas bandas.

Os "Livros de Registro de Entrada de Gado" fazem sempre referência ao nome do responsável pela condução das boiadas vindas do sertão até chegaram a Capoame. O número significativo de criadores cujo nome aparece no "Registro de Entrada de Gado" de Capoame revela a quantidade e variedade considerável de homens dedicados a esta atividade econômica. Portanto, e ao que tudo indica, não foram somente os grandes fazendeiros e semeiros os responsáveis pelo abastecimento da região próxima ao litoral baiano, assim como também não foram os grandes ou únicos responsáveis pela ocupação dos sertões baianos. Homens cuja história ainda encontra-se ofuscada diante dos sempre lembrados membros da Casa da Torre ou

20 Sobre as instruções para as entradas e assaltos ao mocambos existentes no interior da capitania da Bahia, ver: *Documentos Históricos*, "Ordem que levou o Capitão-mor das Entradas Comandante Antonio Vaz de Almeida." Bahia, 4 de junho de 1715 volume 54, p. 15

21 Kalina Vanderlei Silva. *Nas solidões vastas e assustadoras. A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII.* Recife, Cepe, 2010.

da Casa da Ponte, assim como alguns sertanistas e capitães mores.

O fato dos "Livros de Registro de Entrada de Gado" fazerem sempre referência ao nome do criador responsável pela condução da boiada nos permite cruzar esta fonte com outros documentos, tais como os inventários *post-mortem*. Em uma breve visita ao *Arquivo do Estado da Bahia* (APEB) já foi possível localizar documentos sobre alguns destes homens. Serão citados a seguir alguns destes casos somente para termos uma ideia das múltiplas relações sociais e mercantis estabelecida nos sertões baianos.

Valentim Rodrigues Teixeira, por exemplo, era um criador de gado do Sertão do Curassá que aparece nos "Livros de Registro de Entrada de Gado" encaminhando boiadas ou delegando tal função ao seu escravo Domingos, considerado um bom vaqueiro pelo avaliador em 1795 quando foi aberto o inventário *post mortem* do criador.[22] O mais curioso sobre Valentim é o fato de ter comprado um fazenda denominada Pedra Branca do grande sesmeiro Mestre de Campo da Torre, da qual ainda possuía uma dívida quando de seu falecimento. Tal informação nos permite pensar primeiramente nestes criadores que não adquiriram suas terras através de doações régias, mas ao mesmo tempo levanta o problema sobre a compra e venda de terras que compunham sesmarias, prática corrente como podemos notar nos registros cartoriais e inventários. A partir de algum momento, possivelmente de modo mais generalizado, na segunda metade do século XVIII, os herdeiros destas grandes sesmarias começaram, ou pelo menos ampliaram, a venda das terras. O problema da valorização da terra e de sua comercialização precisam ainda ser melhor analisados.[23]

A menção direta a estes ocupantes que auxiliavam os sesmeiros na efetivação da posse das terras foi feita também em um oficio do Senado da Câmara ao Governador Geral em 1 de Outubro de 1718 no qual aparece o Coronel Garcia D'Ávila Pereira e "seu colono Antonio Gomes de Sá" no momento da construção da estrada que passava pela Ribeira do Jagoaribe para facilitar a condução do gado direcionado à Salvador.[24]

Além dos criadores espalhados pelo sertão e que apareciam em grande quantidade por Capoame havia também os condutores que guiavam gado alheio. Pelas informações encontradas também no inventário de Valentim Rodrigues Teixeira, podemos observar que nem sempre os

22 *APEB*, Seção Judiciária, Inventário de Valentim Rodrigues Teixeira , e.8, cx. 6482, m. – (Jacobina),1795, fl. 4 v.

23 Para o caso da venda de parte das sesmarias doadas aos Guedes de Brito para seus rendeiros, ver: Erivaldo Fagundes Neves. Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil. Salvador, 2005. Sobre a questão da terra ver: Marcia Motta. *Direito à terra no Brasil: a gestão do conflito (1795-1824)*. São Paulo, 2009.

24 *AMS.* " Oficios ao Governador" (1712-1737), fl. 37

condutores eram funcionários livres das fazendas que produziam o gado encaminhado ao litoral, podendo ser trabalhadores de outras unidades produtivas ou também criadores de outras paragens. Entre as dívidas ativas e passivas arroladas no inventário temos a informação de que Francisco Rodrigues de Aquino, vaqueiro de João Barrozo Pereira, devia 60$000 pela venda de uma boiada pertencente à Valentim.[25]

No entanto, podemos observar também a frequência com que algumas figuras bem conhecidas devido ao seu considerável cabedal transitavam pelos sertões em direção à Capoame, seja pessoalmente ou seja (de maneira mais frequente) por intermédio de seus condutores e escravos.

Uma das famílias que mais são mencionadas nos "Livros de Registros de Entrada de Gado" são os Rocha Pitta. Pertencentes a elite baiana, muito de seus membros chegaram a ocupar altos cargos públicos, dentre eles Sebastião da Rocha Pitta, autor de "História da América Portuguesa". Possuíam também investimentos em engenhos de açúcar.[26] A menção semanal aos irmãos Cristovão, Antonio e Lançarote diz respeito as rezes que mandavam vir de suas fazendas sertanejas para abastecer seus engenhos. Os criadores Vitorio de Souza, João Fereira, o condutor Antonio João do Sertão do Rio de São Francisco, o condutor Capitão Domingos Roiz' do Sertão do Rio de Baixo, os condutores João Pires, João da Rocha, Antonio Teyxeira do Sertão do Itaim, os criadores Dizidério Pereira, Capitão Florentino de Almeida Pereira e o condutor Lauriano de Almeida do Sertão do Pajahú, o condutor Jozé de Torre do Sertão do Piauí são alguns dos homens mencionados como responsáveis pela condução das boiadas pertencentes à Cristóvão da Rocha Pitta. Estes nomes nos auxiliarão em pesquisas futuras por facilitar um análise das redes comerciais e sociais do sertão.[27]

Outro grande fazendeiro e sesmeiro mencionado corriqueiramente nos "Livros de Registro de Entrada de Gado" foi o herdeiro da Casa da Ponte, sempre identificado como Fidalgo ou Defunto de Saldanha. Os escravos condutores Ignácio e Antonio do Vale, o condutor Pedro Nunes da Silva, Antonio da Silva, Adriano de Souza do Sertão do Tucano, o escravo condutor Luis Pereira do Sertão da Jacobina foram os responsáveis mais citados pelo

25 *APEB*, Seção Judiciária, Inventário de Valentim Rodrigues Teixeira , e.8, cx. 6482, m. – (Jacobina),1795, fl. 37.
26 Wanderley Pinho. *Historia de um engenho no Reconcavo*. Sao Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982 .
27 O inventário de Cristóvão da Rocha Pita aparece dentre os existentes no arquivo municipal de Salvador e foi inclusive utilizado em estudos como por exemplo a tese de Maria José Rapassi Mascarenhas. Fortunas Colonias - *Elite e riqueza em Salavador (1760-1808)*. São Paulo, 1998. No entanto, tal inventário não foi localizado na caixa que correspondia à catalogação durante a última visita ao Arquivo Público do Estado da Bahia.

encaminhamento das boiadas que passaram por Capoame. Toda a semana também aparece nos "Livros de Registro" as rezes direcionadas ao Engenho da Mata, sempre isento do imposto sobre o gado. Este engenho, localizado em Mata de São João, portanto próximo à Capoame, era um dos muitos engenhos, como por exemplo Acupe, que pertenciam a Casa da Ponte.[28]

Além dos escravos condutores pertencentes à Casa da Ponte ainda possuímos mais menções a estes homens que circulavam por estes sertões com o gado pertencente muitas vezes aos seus senhores. Alguns destes homens são Amaro, escravo de Lourenço Barboza do Sertão do Morro; os escravos Gonçalo e Felix Gonçalves pertencentes ao Sargento Mor Luis de Almeida do Sertão do Itapicuru; Bernardo e Felício, escravos de Antonio Pereira do Sertão do Piauí; Ilario do Sertão de Curassá; Manoel, escravo do Capitão Pedro Caetano do Sertão do Tocôs; Roque, escravo de Jozé Ferreira do Sertão do Piauí; Felipe Roiz', escravo de Floriano do Rego do Sertão do Piauí; Manoel, escravo de Jozé Pires de Carvalho do Sertão do Rio de São Francisco; Jozé, escravo das religiosas da Soledade do Sertão do Itapicuru.

A presença de escravos nas fazendas de gado espalhadas pelo interior da Capitania da Bahia, Piauí, Pernambuco e outras nos traz o questionamento sobre a escravidão e principalmente o debate sobre a reificação. Estes homens possuíam uma relativa liberdade de circulação sem a necessidade de uma vigilância restrita de seus senhores ou capatazes. Eram responsáveis pelo trato e condução das boiadas, além de participarem diretamente da defesa das unidades produtivas que podiam contar com a presença de outros trabalhadores livres ou não.

Os escravos também aparecem de maneira mais detalhada na documentação dedicada à boiadas que saíam das fazendas da Adminstração Real localizadas nos sertões da Capitania do Piauí com destino à Feira de Capoame. Nestas boiadas os escravos não aparecem em nenhum momento como os responsáveis pela condução, estes são sempre mencionados como os responsáveis por funções secundárias, tais como tangedor, carregador, guia, o que nos auxilia a pensar no número de trabalhadores necessários para a viabilização da travessia do gado por longas distâncias assim como a hierarquização de funções que este tipo de trabalho muitas vezes requeria. [29]

---

28 Erivaldo Fagundes Neves, *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil. Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador / Feira de Santana, 2005. , p. 166.

29 AHU_CL_CU_016, cx.12, d. 717 (Oeiras do Piauí, 1774, julho 22) Oficio do governador do Piauí, Gonçalo Botelho de Castro, ao secretario de Estado da marinha e Ultramar, Martinho de melo e Castro, sobre o rendimento dos bens dos jesuítas, de 1773 a 28 de abril de 1774, e remetendo uma relação dos animais que foram enviados para a Bahia.

A existência de escravos nas fazendas sertanejas ou conduzindo as boiadas com destino ao litoral baiano era muito frequente. Eles aparecem tanto nos inventários como nos processos inquisitoriais como vaqueiros carregadores de patuás devido as dificuldades existentes nos caminhos repletos de assaltantes e constantemente inviabilizado por ataques cometidos por indígenas ou por quilombolas.[30]

O tamanho das boiadas que chegavam semanalmente à feira variava muito conforme a época do ano, acampanhando em grande medida o regime de chuvas que interferia diretamente nas condições dos caminhos pelos quais passavam homens e boiadas em direção à Capoame. O regime de chuvas nos sertões baianos varia muito com o tempo e também de acordo com o local, dependendo diretamente da existência de rios próximos ou não, assim como de outras variáveis naturais mas também da interferência secular do homem sobre aquela paisagem. De modo geral a estação seca vai de maio a setembro, sendo de junho a agosto quase nulo o volume pluviométrico dependendo do local. A estação chuvosa começa em outubro e termina em abril do ano seguinte.

Há um relevante trecho do "Livro de Registro de Entrada de Gado" de 29 de novembro de 1786 que menciona a perda de algumas rezes por um condutor enquanto tentava atravessar um rio. Possivelmente era uma época de grandes chuvas, aumentando portanto a vazante do rio, o que dificultava significativamente o trajeto destes trabalhadores.

"Fica em caminho hua Boyada por Conta do Rio não chegou a feira, em chegando entrará para dentro; e na feira vindoura hirá encluida na guia o compito com que chegar. Mandei entrar os gado de pastorador, que já foram em guias." [31]

De fato na semana seguinte entrou em Capoame a boiada de João Ribeiro Macedo, vindo do Sertão do Itapicuru com apenas 55 rezes. Nesta mesma data o restante do gado encaminhado pelos marchantes para Salvador fazia parte das boiadas que encontravam-se empastouradas na região da feira há vários dias, o que reforça a ideia das dificuldades naquela semana do gado chegar até o litoral.

O número médio de rezes por boiada variava entre 100 a 200 cabeças. No entanto, dependendo da época do ano não chegava boiada alguma até Capoame, sendo necessário

30 Luiz Mott. "Quatro mandigueiros do sertão de Jacobina nas garras da Inquisição". In: *Inquisição e Sociedade.* Salvador, 2010

31 *AMS.* "Registro de entrada do gado 1784-1811" fl. 125v

inclusive a interferência dos funcionários régios no processo de descida e condução do gado com destino ao litoral. Há inúmeros registros de marchantes que em nome da Camara Municipal iam até o sertão para encaminhar as boiadas até Capoame em tempos de carestia. No sentido oposto há também épocas em que chegavam semanalmente diversas boiadas, sendo que muitas delas acabavam ficando na própria região de Capoame em vez de serem encaminhadas diretamente à Salvador.

Localizada entre o Rio Joannes e Jacuípe, em terreno plano e arenoso, mas rico em água e lambedouros, a Feira de Capoame possivelmente possuía uma dimensão espacial considerável que dava conta de abrigar inúmeras boiadas ao mesmo tempo por aquelas paragens. Ainda não conseguimos compreender de maneira satisfatória a distribuição espacial da feira, mas os "Livros de Registro de Entrada de Gado" nos dão algumas pistas. Uma das informações mais reveladoras diz respeito as referências feitas, a partir de um determinado momento, ao gado que ficava empastourado em Capoame. Se em um primeiro momento este gado que permanecia na Feira (não se sabe ainda ao certo por qual motivo mas talvez para um maior controle sobre a oferta de carne verde na cidade) aparecia somente acompanhado pelo nome do criador ou condutor a quem pertencia, depois de algum tempo aparece também acompanhado por informações sobre onde o gado ficava de fato empastourado. Em geral, as boiadas que não desciam à Salvador imediatamente na semana em que ali chegavam ficavam pastando em fazendas e engenhos da região. Esta informação é de grande valia inclusive porque tal menção está também acompanhada do nome do dono da propriedade, sendo que entre eles constavam inclusive marchantes.

Antonio Lopes, por exemplo, aparece como marchante nos "Livros do Registro de Entrada de Gado", mas também como possuidor de uma fazenda na Feira de Capoame em que às vezes deixava gado à solta. João do Rego Gomes também era um marchante que possuía a Fazenda do Trapixe na qual deixava gado empastourado. Outra pessoa bastante mencionada nos documentos referentes à pecuária e comércio de carne é o Capitão Cristovão da Rocha Pitta, que também parece possuir pastos próximo a região de Capoame. Além destes ainda temos a Fazenda Quiricó do Tenente Pedro Caetano, Fazenda da Moita de Felix Barboza, Fazenda do Capitão Jozé Maria, Fazenda do Emboassica do Alferes Domingos Dias, Fazenda de Manoel Gonçalvez no Campo, Sítio da Capema, Fazenda de Vasco Marinho, Fazenda de Eugenio Dias na Mata, entre outros.

Estas informações já nos dão pistas primeiramente da circulação e movimentação existente

na região aparentemente bem ocupada por unidades produtivas. Lembremos também que um dos Engenhos mais importantes da Bahia (Engenho da Mata, propriedade da Casa da Ponte) localizava-se em Mata de São João. Através do nome destes proprietários e das fazendas, conseguiremos futuramente, através de outras fontes – tais como inventários, registros em livros de notas – mapear aspectos econômicos e mais cotidianos da região em que a Feira foi estabelecida.

Por mais que os "Livros de Registro" tenham a preocupação exclusiva de documentar o comércio de gado em pé, é muito provável que a região da feira também comportava outros tipos de trocas comerciais além de pequenas vendas e pousos para abrigar tal fluxo de homens e mercadorias. Através do nome destes proprietários e moradores da região podemos procurar documentos mais específicos que possam até mesmo apontar para a efetivação de outros tipos de trocas comerciais neste mesmo espaço, além de auxiliar no entendimento das redes comerciais e questões mais cotidianas inerentes a estes espaços de interação social.

Além destas fazendas e outras unidades produtivas nos arredores da Feira, também não podemos esquecer que a Vila de Abrantes ficava muito próxima a ela. Inclusive em todos os dias de feira registrados há uma menção ainda enigmática ao número de rezes destinadas ao Marchante da Vila de Abrantes. Este homem, cujo nome não é mencionado aparece sempre isento do imposto de 500 réis por cabeça de gado. O mesmo ocorre com o gado semanalmente destinado ao Marchante da Vila de São Francisco. Faz-se de extrema importância entender qual era o papel destes homens no comércio de carne na Bahia.

Uma outra informação importante que conseguimos observar nos "Livros de Registro de Entrada de Gado" foi o ritmo da feira relacionado ao calendário cristão. O período fiscal terminava anualmente junto com o Carnaval, momento em que se fazia um balanço de tudo o que foi vendido de gado e quanto rendeu no total. Todas as semanas da Quaresma também são apontadas no livro. É curioso relacionar este tipo de informação com as determinações que constam nas "Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia". Ali aparece a proibição, sob pena de excomunhão, do consumo de carne durante o período da Quaresma. Há ainda uma cláusula específica sobre a proibição de venda e corte de carne durante este período cuja punição podia recair sobre almotacéis ou qualquer oficial que consentir no talho, corte ou venda

realizada publicamente nos açougues, praça, ruas ou quitandas, exceto para os doentes. [32] A proibição menciona marchantes e carniceiros que não deveriam cortar ou vender carne também com exceção daquela destinada a atender aos enfermos.

Outra informação importante diz respeito a um regulamento que é citado como se estivesse anexado em alguma parte da Feira. Ainda não possuímos maiores informações sobre o conteúdo deste regulamento. No entanto, nos "Ofícios ao Governador" aparece algumas diretrizes quanto à venda de carne que não poderia ocorrer (salvo raríssimas exceções) fora do Açougue Público ou dos Talhos. Tal determinação, como foi solicitado pelo Senado da Câmara Municipal de Salvador, deveria ser anexada nos locais de maior circulação para garantir que tal infração não fosse cometida pelos marchantes que cismavam em alegar o desconhecimento desta norma sempre quando pegos cometendo o delito.[33]

Durante a pesquisa conseguimos localizar indicações sobre a existência de alguns funcionários na Feira de Capoame. Entender qual era a função destes homens nomeados pelos funcionários da Câmara Municipal de Salvador auxilia em grande medida uma melhor compreensão de lógica deste espaço.

Localizamos nos "Documentos Históricos" provisões em que havia a nomeação de um superintendente, um tesoureiro e um escrivão para Capoame em 1728.[34] O superintendente era o grande responsável pela feira, sendo semanalmente mencionado nos "Livros de Registro de Entrada de Gado" principalmente por receber sempre ao menos uma cabeça de gado. Ainda não sabemos se faz parte de algum modo de pagamento, mas possivelmente tal recebimento esteja relacionado a uma quantia de carne destinada à alimentação dos funcionários durante o período da Feira. O escrivão também é sempre citado no início de cada um dos "Livros de Registros de Entrada" ou quando há alguma nomeação nova para o cargo. É curioso observar também que cada livro manipulado por um escrivão diferente tende a possuir algumas alterações formais ou mesmo de conteúdo quando comparado com os demais. As informações básicas, tais como quantidade de gado, nome do condutor ou criador responsável pela boiada, nome dos marchantes e quantia de rezes encaminhadas para a Cidade constam em todos eles. Mas alguns livros

---

32 Dom Sebastião Monteiro da Vide. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.* (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853. p. 163

33 *AMS.* " Ofícios ao Governador" (1712-1737), fl. 35, 105v, 129, 149, 179.

34 "Provisões do dia 15 de março de 1728". *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, volume 48, 1940, p. 208-213.

possuem mais detalhes que os outros. Se o primeiro livro de 1784 contém mais informações quanto ao local de onde o gado vinha e sobre as boiadas que permaneciam empastouradas na Feira de Capoame, o último livro possui muito mais informações sobre o local específico para onde o gado era encaminhado dentro de Salvador. Tal alteração pode estar relacionada em grande medida a mudança do escrivão, mas também há a possibilidade de uma mudança de percepção de quais eram as informações mais relevantes que deveriam constar no documento.

Quanto ao tesoureiro, surgiu uma dúvida relacionada especificamente a menção semanal presente nos "Livros de Registro de Entrada de Gado" quanto ao encaminhamento do dinheiro arrecadado na feira que era sempre conduzido à Camara Municipal de Salvador através de um dos marchantes. Este marchante, encarregado por levar o dinheiro aos funcinários da Câmara, ia sempre acompanhado por um militar, muitas vezes sendo inclusive mencionado seu nome e patente. Tal procedimento está relacionado possivelmente a prevensão de qualquer tipo de assalto ou perda da quantia em dinheiro durante o trajeto até Salvador, visto que o valor muitas vezes não era nada desprezível. Aqui cabe um questionamento sobre algo que não podemos deixar passar batido: a circulação de moedas pela Feira. O fato de estarmos analizando um sociedade pouco monetarizada, especialmente um atividade econômica sempre ligada - segundo a historiografia - à atrofia e a baixa capacidade de circulação, o fato do comércio e o pagamento do imposto ser feito em dinheiro significa pelo menos em algum nível a monetarização também do sertão. Evidente que ainda não sabemos o volume ou as características de tais transações. Evidente também que prevalecia neste momento o uso do crédito. No entanto, faz-se de extrema importância estudar de maneira detalhada as características deste comércio e seu impacto sobre a economia sertaneja e sua relação cada vez mais evidente com a economia açucareira.

Voltando ao militar - que acompanhava o marchante responsável por entregar ao Senado da Câmara a quantia em dinheiro comercializada semanalmente - cujo nome às vezes aparece na documentação, tudo leva a crer que havia mais homens armados para fazer a segurança daquele local. Semanalmente também havia sempre um quantia de rezes que eram destinadas aos oficiais, infantes e soldados. Além disso, por alguns anos há a informação ainda enigmática do gado destinado a um certo Capitão Manoel Henrique e seus soldados. Vale lembrar que todos estes funcionários recebiam uma quantia pequena de rezes. Em geral uma ou duas cabeças, nunca ultrapassando quatro.

Outra informação de extrema relevância que emergiu no decorrer da transcrição dos

"Livros de Registro de Entrada de Gado" diz respeito às inúmeras indicações feitas sobre as rezes que eram encaminhadas a engenhos e fazendas de cana da região do Recôncavo Baiano. Muitos destes senhores de engenho e fazendeiros recebiam o privilégio de isenção do pagamento da quantia de 500 réis por cada cabeça de gado que era retirada da Feira com destino a estas unidades produtivas. Temos informações sobre o pedido de isenção feito pelo Garcia D'Avila para que não houvesse a cobrança do imposto sobre as boiadas que passavam pelos registros de entrada de gado espalhados pelo sertão e por fim, pela Feira de Capoame.[35]

A grande justificativa para a concessão de tal privilégio estava relacionada a necessidade de rezes para a produção e abastecimento dos engenhos e fazendas produtoras de cana. Tanto o transporte da cana em direção aos engenhos, os animais úteis nas moendas de engenhos movidos por tração animal, assim como para a alimentação de moradores e trabalhadores de tais unidades produtivas, a presença do gado vacum em quantidade razoável era indispensável.

Inclusive muitos destes senhores de engenho que conseguiam levar as rezes para suas fazendas mais próximas do litoral, não raras vezes também possuiam fazendas dedicadas à criação de gado no sertão. Tal relação entre estes dois setores da produção colonial ainda precisa ser melhor problematizada, sendo até mesmo frutífero para a continuidade de uma análise mais sistemática da importância da pecuária para a sociedade colonial uma investigação que pense nas relações entre os primeiras famílias de sesmeiros sertanejos e seus descendentes que conseguiram adquirir considerável cabedal e passaram a investir aos poucos também na produção e comércio de açúcar. As famílias Rocha Pita, Castelo Branco, Moniz Barreto dentre outras são alguns dos casos em que os interesses se entrelaçaram principalmente através de casamentos ou reinversão dos ganhos econômicos em negócios diversos.

Ao que tudo indica os pecuaristas não podiam participar diretamente do comércio de carne verde durante o período colonial, sendo a eles impossibilitado arrematar as rendas dos talhos. No entanto, isso não significa que não pudessem, quem sabe, participar desta importante etapa do abastecimento interno através da ação de agentes a eles relacionados. Para confirmar ou não tal hipótese, faz-se necessário futuramente uma análise mais bem elaborada das redes mercantis que consiga conectar de maneira satisfatória estes diferentes produtores e

35 AHU_ACL_005. Caixa 75, doc. 6275- (Bahia, 1743) "Requerimento de Francisco Dias de Ávila ao rei D. João V solicitando ordem para que uma vez pago pelo suplicante à Câmara da vila de Santo António da Jacobina o novo imposto que incide sobre o gado, não se lhe repita a cobrança na feira do Capoame pela Câmara da cidade da Bahia. Anexo: 17 docs"

comerciantes.

Como já citado, o comércio da carne verde destinada a Cidade de Salvador era controlado pela Camara Municipal através da arrematação da renda dos talhos, que delegava portanto a um marchante a responsabilidade de encaminhar as rezes ao Matadouro Público e posteriormente aos Açougues espalhados por aquele espaço. A arrematação tinha por objetivo garantir o fornecimento de carne por um preço determinado e vencia a concorrência aquele que conseguisse garantir o menor preço da carne entregue aos açougues.

A marchantaria era um ofício já bem conhecido na metrópole.[36] Lá também, assim como em todo o Império Português, o comércio de carne era controlado pelas Camara Municipais. Para exercer a marchantaria, considerado um dentre os vários ofícios mecânicos comuns em uma sociedade de Antigo Regime, era necessário uma licença municipal.[37]

O número de homens dedicados à tal ofício era sempre reduzido. Nos "Livros de Registro de Entrada de Gado" podemos perceber quão fechado possivelmente era o acesso a tal atividade mercantil. Ainda é necessário um levantamento que dê conta de traçar um perfil sócio-econômico destes homens, pois se em um primeiro momento eles aparecem como oficiais mecânicos e portanto, sem grandes privilégios dentro de uma sociedade de Antigo Regime, com o passar do tempo, ao que tudo indica, tais homens conseguiam alcançar posição de relativo destaque social, visto o cabedal acumulado através da atividade comercial realizada, além é claro das possibilidades de atuar no contrabando que tal função trazia.

Marchante era o indivíduo que comprava a boiada do criador ou condutor, pagava o imposto de 500 réis por cabeça para o tesoureiro da feira e levava as boiadas diretamente para os talhos. Os marchantes precisavam de licença da Camara Municipal de Salvador para poderem atuar. Esta licença assumia um caráter quase monopolista visto que somente estes homens podiam ser os responsáveis pelo abastecimento da cidade. Faz-se necessário também observar quais eram os critérios para conceder a licença de atuação na marchantaria e se estas exigências sofreram alteração com o passar do tempo. Por serem poucos os homens que exerciam esta função, tornam-se facilmente mapeados. Frequentavam semanalmente a feira, alguns deles inclusive possuidores de patentes, tais como Alferes e Capitão. Como já citado anteriormente,

36 Rui Santos. "Mercados, poderes e preços: a marchantaria em Évora (séculos XVII-XIX)". *Penélope*, 21, 1999: 63-93.

37 Maria Helena Flexor. *Oficiais Mecânicos na cidade do Salvador*. Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador, 1974. p.12

alguns até mesmo possuíam fazendas na região de Capoame, o que demonstra que estas figuras, não raras vezes, conseguiam acumular um cabedal rasoável.

Ao que tudo indica os marchantes exerciam outros ofícios paralelamente. Possuíam fazendas em outros lugares como também atuavam no comércio de outros produtos. Este era o caso Manoel Felix da Veiga "estabelecido em mercancia, tinha muitas correspondências para o Recôncavo e sertões desta Bahia e Capitania, assistindo muitos engenhos."[38] Possuía uma casa comercial em Salvador onde comercializava fazendas sortidas. Era um dos irmãos da Santa Casa de Misericórdia e entre seus bens encontravam-se prata e objetos de luxo comercializados em sua loja. Possuía também uma fazenda de gado denominada Boqueirãozinho, localizada na Sertão de Sento Sé, com uma quantidade grande de gado[39]. Ou seja, além de marchante, era comerciante e também fazendeiro.

Possivelmente parte considerável dos marchantes residiam próximo à Cidade de Salvador cujo comércio e o consumo de carne deixara marcas indeléveis em sua composição espacial e até mesmo em nome de rua e rios. Pernambués, por exemplo, é um conhecido bairro soteropolitano. Segundo a tradição oral, por ali existia uma passagem pela qual transitava as boiadas dos grandes fazendeiros, tornando então o lugar conhecido com "Pés de boi" ou "Perna de boi", considerado inclusive o termo como uma corruptela provinda de dialeto africano.[40] O gado trazido à Salvador chegava pela Estrada das Boiadas (hoje Estrada da Liberdade). Dalí as boiadas eram encaminhadas para os currais espalhados pela cidade (São Bento, Carmo, Santo Antonio, na Piedade, no Campo do Barbalho, Barris, Largo do Campo Grande entre outros) até chegar o momento do abate providenciado no Matadouro Público. Por muito tempo, o único matadouro público existente em Salvador ficava encostado ao Mosteiro nas Hortas de São Bento, próximo a Barroquinha. Ali nascia o Rio das Tripas. Como o nome indica, era lá que os restos do matadouro eram jogados. O córrego foi canalizado somente na segunda metade do século XIX, sendo denominado posteriormente Rua da Vala, mas conhecido até hoje como Baixa do Sapateiro.

Havia também a Rua dos Marchantes, do Gado, dos Ossos, dos Currais Velhos. Todas

38 *APEB*, Seção Judiciária, Inventário de Manoel Felix da Veiga e.4, cx. 1578, m. 2047. fl. 74, 1797.
39 *Idem*, fl. 112v.
40 Ver: Elisabete Santos, José Antonio Gomes de Pinho, Luiz Roberto Santos Moraes, Tânia Fischer (orgs.). *O Caminho das Águas de Salvador*. Salvador, 2010, p. 162.

elas localizadas nas imediações do segundo Matadouro construído, ao lado do Forte do Barbalho, próximo inclusive da fonte de água do Queimado.[41] Aliás, a existência de água próximo aos locais de abate de gado era indispensável para manter o mínimo de asseio num local tão propício à insalubridade.

O comércio de carne, segundo as normas estipuladas pela Camara Municipal de Salvador deveria ocorrer exclusivamente nos Açougues Públicos. Segundo Avanete, no decorrer do século XVIII havia cerca de dez açougues espalhados pela cidade. Este número foi aumentando conforme crescia a população e a necessidade de mais pontos de comércio de carne em Salvador. Brotas, Itapagipe, Cabula, Soledade, Freguesia da Praia, Baixa dos Sapateiros, Mares, Penha, Vitória, Carmo e São Bento são alguns dos açougues mencionados.

Os clérigos da Cidade de Salvador possuíam desde a década de 1620 um açougue separado dos demais moradores, localizado no São Bento, sendo portanto mais um elemento de privilégio e distinção social, embora estes pagassem igualmente as taxas sobre a carne que ali chegasse.[42]

Nos "Livros de Registro de Entrada de Gado" entre 1801-1811 há uma preocupação que não aparece nos anteriores quanto ao destino que o gado tomava quando já estava em Salvador. Ali existe a menção da quantidade de rezes direcionadas para cada um das "Faculdades", ou seja, para cada uma das Casas dos Talhos espalhadas pela cidade. No açougue, o talho era o local onde se cortava e distribuia a carne, sendo inclusive, segundo Bluteau, utilizado o termo talho como mero sinônimo de açougue.[43] Os principais lugares citados no documento eram Brotas, Mercês, Baixa [dos Sapateiros], Soledade, Porta de S. Bento, Carmo, Conceição da Praia, Preguiça, Terreiro, Forte do São Francisco, São Francisco de Paula, Cruz de Pascoal, Santa Barbara e Sant'Ana.

Muito ainda está por ser feito para adquirirmos um conhecimento mais consolidado sobre o abastecimento da cidade de Salvador e principalmente sobre o comércio de carne no século XVIII. Os trabalhos de Avanete Sousa e Rodrigo Lopes já nos auxiliam em grande medida no sentido de demonstrar a importância e alguns mecanismo da dinâmica estabelecida pelos

41 Rodrigo Lopes, *Nos currais do Matadouro Público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873).* Salvador, 2009 , p. 54.

42 *AHU*, Luiza da Fonseca, cx 30, doc. 3150. "Consulta do Conselho Ultramarino sobre arcebispo do Brasil, D. Frei Gaspar da Madre d e Deus, que pede que haja açougue separado, na Bahia, para os clérigos" (1o de março de 1683).

43 Raphael Bluteau. *Vocabulário Português e Latin*o, vol. 8, p. 26.

marchantes e comerciantes de carne verde na Bahia setecentista.

Apesar das inúmeras lacunas e questões sem resposta suficiente, a pesquisa tem se mostrado frutífera e bem sucedida quanto a localização de informações relevantes que viabilizarão estudos futuros mais consistentes sobre a Feira de Capoame e a pecuária nos sertões baianos. Os documentos trouxeram informações que superaram em muito as espectativas iniciais. Eles possibilitarão o início de um redimensionamento da importância da pecuária e da dinâmica econômica por ela estabelecida para a formação da sociedade colonial.

Não se trata de comprovar uma riqueza que a equipare (sempre na chave da comparação entre o mais rentável e o menos rentável) com outras atividades produtivas tendo por critério único e exclusivo as possibilidades de lucro ou entendendo por riqueza a quantidade material e de bens acumulados tal como se poderia pensar para a região produtora de cana-de-açúcar, por exemplo.

Cabe a partir de agora problematizar qual era o papel da pecuária dentro do circuito mercantil colonial. Pensar nas características das unidades produtivas, sua relação com a sociedade forjada pelo sertão. Problematizar a necessidade de produção excedente, suas implicações sociais e seus desdobramentos, até chegar em um espaço como Capoame. Entender quais eram as implicações da existência de um comércio de gado relativamente monetarizado, a própria possibilidade do gado ser usado como uma espécie de moeda e garantir o mínimo de liquidez em momentos de entressafra da produção de cana-de-açúcar, são somente algumas das muitas questões apontadas e que pretendo elaborar melhor no decorrer do mestrado.

Bibliografia:

ABREU, João Capistrano. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 (1907) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.* Brasília, EUnB, 1984.

AMARAL, Maria Vicentina de Paula do. "A motivação toponímica e a realidade brasileira". *Arquivo do Estado de São Paulo*, São Paulo, 1990.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil. (Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras Movediças: A Comarca de Itapicuru e a Formação do Arraial de Canudos*. São Paulo, Hucitec, 2007.

_____. "Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru,1549- 1822)". *Penélope*, Oeiras, v.23, 2000, pp.9-30.

FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais Mecânicos na cidade do Salvador.* Salvador, Prefeitura Municipal
de Salvador, 1974.

LOPES, Rodrigo F. *Nos currais do Matadouro Público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*. Salvador, 2009.

_____. "Políticos, militares ou monopolistas? um olhar sobre o abastecimento de carne verde na Bahia oitocentista." *Temporalidades.* Belo Horizonte, UFMG. 1, n. 2, ago/dez, 2009.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Colonias - Elite e riqueza em Salavador (1760-1808).* São Paulo, FFLCH / USP. Tese de doutorado defendida em 1998.

MOTT, Luiz R.B, *Inquisição e Sociedade.* Salvador, EdUFBA, 2009

_____, *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina, Projeto Pretônio Portela, 1985.

_____, *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju, Fundesc, 1986.

_____, "Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil", *Revista de História*. São Paulo, USP, 1976, v. LIII, n. 105.

MOTTA, Marcia. *Direito à terra no Brasil: a gestão do conflito (1795-1824)*. São Paulo, Alameda, 2009.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (org.) *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia.* Salvador, Arcádia, 2007.
NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil. Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX.* Salvador / Feira de Santana, EDUFBA / UEFS, 2005.

_____. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio. Um estudo de história regional e local.* Salvador / Feira de Santana, EDUFBA / UEFS, 2008.

_____ (org.). *Sertões da Bahia. Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural.* Salvador, Arcadia, 2011.

OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcanti. *Negócio de trapaças: Caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750).* São Paulo, FFLCH / USP. Tese de doutorado defendida em 2002.

PINHO, Wanderley. *Historia de um engenho no Recôncavo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720.* São Paulo, Hucitec/ Edusp, 2002.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER Tânia (orgs.). O Caminho das Águas de Salvador. Salvador, UFBA, 2010, p. 162.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. São Paulo,

FFLCH, tese de doutorado, 2009.

SANTOS, Rui. "Mercados, poderes e preços: a marchantaria em Évora (séculos XVII-XIX)". *Penélope*, 21, 1999: 63-93.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural no Brasil Antigo (aspectos da vida patriarcal na sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX).* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras. A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife, Cepe, 2010.

SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII).* Tese
de doutorado, USP, 2003.

Renúncia fiscal e a política de apoio a indústria em Santa Catarina: um estudo do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense [PRODEC]

Juliano Giassi Goularti
Mestrando em Desenvolvimento Regional-FURB
goularti_21@hotmail.com

RESUMO
De meados dos anos 1960 até o início da década de 1980, o Ministério da Fazenda exerceu um rígido controle das finanças regionais. Neste período, a Fazenda controlou a política tributária, não permitindo que os Estados renunciassem parte de suas receitas com o intuito de atrair novas plantas industriais. Com a Constituição de 1988, os territórios foram ganhando força política para questionar sua liberdade fiscal, bem como recuperar prerrogativas perdidas ao longo do regime militar envolvendo questões fiscais e financeiras. A redemocratização colocou em pauta a discussão de um novo quadro tributário estabelecendo um novo pacto federativo, que garantiu alterações e rupturas na centralidade da União em comandar a política fiscal, concedendo aos estados o poder para fixar, por leis próprias, as alíquotas do ICMS. A partir daí, os territórios passaram a utilizar a tributação como um instrumento político para estimular suas economias, abrindo precedente para o que hoje chamamos de *guerra fiscal*. Com a Constituição promulgada, no mesmo ano o governo catarinense criou o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense/Prodec, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico através da renúncia fiscal a empreendimentos industriais que expandirem suas atividades e para aqueles que vierem a se instalar em território catarinense. O objetivo do artigo será dividido em três etapas. A primeira leva o título "Da centralização a descentralização fiscal" está subdividida em dois subtítulos: 'O Ministério da Fazenda e a centralização da política fiscal' e 'A redemocratização e a descentralização da política fiscal'. A segunda etapa mostra que fruto da fragilização do Estado-Nação, somado ao novo quadro tributário estabelecido pela Constituição de 1988, que culminou na descentralização fiscal, foi criado Prodec. Para melhor análise, o título foi dividido em dois subtítulos: i) 'O Prodec e suas reestruturações: uma estratégia para implantação de novas empresas e a expansão das já estabelecidas em Santa Catariana'; e, ii) 'As liberações do Prodec, 1988 a 2010: crescimento ou desaceleração industrial'. Por fim, considerando que desde a criação do Programa já foram renunciados, em ICMS, R$ 12,19 bilhões, a análise será pautada nas repercussões financeiras que o Prodec gera nas contas públicas.

Palavras Chaves: Prodec, Desenvolvimento Industrial, Finanças Públicas.

Introdução

Com a Constituição de 1988, logrou êxito um movimento em prol da maior autonomia fiscal das unidades federativas. Na busca pelos investimentos privados, os Estados passaram a renunciar parte de suas receitas, diga-se o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação [ICMS], com o propósito de atrair novas plantas industriais. Contudo, até antes da redemocratização, a política fiscal estava subordinada diretamente à União. E com o Ato Institucional Nº 1, somado à Constituição de 1967 e a criação do Conselho de Política Fazendária/CONFAZ em 1975, os militares coibiam o que hoje conhecemos como *guerra fiscal*.

Segundo Pochmann (2008, p. 52; 53) "De 1930 a 1970, por exemplo, o país destacou-se pela estruturação do Estado e pela difusão de políticas públicas fundamentais para o fortalecimento de seu mercado interno". Com o esgotamento do financiamento externo e seus desdobramentos internos, as preocupações do Planalto deixaram de ser o crescimento econômico para administrar a

crise fiscal e financeira. Nesta opção política, fragilizou-se o Estado-Nação e consolidou-se o projeto liberal. E dentro de um contexto nacional, a política fiscal que era utilizada como instrumento de desenvolvimento regional, passou a ser a utilizada para garantir a solvência do Estado.

Neste contexto, quatro meses antes da Constituição ser promulgada pelo Congresso Nacional, em Santa Catarina foi criado o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense [PRODEC], que posterga o recolhimento do imposto em até 75% do valor a ser investido, com um prazo de até 60 meses. Dado a fragilização do Confaz, e sem o consentimento do mesmo, o Prodec, criado com o propósito de incentivar a instalação de novas empresas, bem como a expansão das já sediadas em território catarinense (desde que estivessem associadas à geração de emprego, desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas, desenvolvimento regional), ao longo dos anos, foi sofrendo um conjunto de mudanças no intuito de oferecer melhores condições fiscais e financeiras para a instalação e/ou expansão dos empreendimentos (SANTA CATARINA, 2005). Para tanto, quanto a geração de emprego, crescimento industrial, desenvolvimento regional e desconcentração das atividades econômicas, ao longo do artigo será investigado se estes propósitos foram atingidos ou não passam de um mito.

Por fim, o artigo está dividido em três etapas. A primeira, que leva o título "Da centralização a descentralização fiscal" foi subdividida em dois subtítulos: "O Ministério da Fazenda e a centralização da política fiscal" e "A redemocratização e a descentralização da política fiscal". A segunda etapa mostra que fruto da fragilização do Estado-Nação, somado ao novo quadro tributário estabelecido pela Constituição de 1988 que culminou na descentralização fiscal, foi criado Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense [PRODEC]. Para melhor análise, o título também foi dividido em dois subtítulos: i) O Prodec e suas reestruturações: uma estratégia para implantação de novas empresas e expansão das já estabelecidas em Santa Catariana; e, ii) As liberações do Prodec1988 a 2010: crescimento ou desaceleração industrial. Por fim, considerando que desde a criação do Programa já foram renunciados, em ICMS, R$ 12,19 bilhões, a análise será pautada nas repercussões financeiras que o Prodec gera nas contas públicas do Estado.

1. Da centralização à descentralização fiscal

1.1 O Ministério da Fazenda e a centralização da política fiscal

No que se refere à organização do sistema tributário nacional, com a edição da Emenda Constitucional Nº 18, de 01 de dezembro de 1965 o governo brasileiro organizou o seu sistema tributário, definiu competências, e criou regras para repartição da receita entre União, Estados e

Municípios. A estrutura foi montada em um modelo rígido e concentrador. Já a Constituição de 1967 permitiu a intervenção federal em assuntos financeiros dos entes federados. Com isso, os militares passaram a deter da parte mais significativa a receita tributária nacional.

A centralização da política econômica do período militar subordinou os interesses regionais diretamente a Brasília, uma vez que o Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 31 de janeiro de 1966, limitou o poder de deliberação da política fiscal ao presidente da República. Com o Ato, os Estados perderam as prerrogativas em legislar sobre as matérias pertinentes ao fisco, como garantiu uma maior participação de recursos financeiros em poder dos militares. Houve ainda redução nas transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Estados [FPE] e Fundo de Participação dos Municípios [FPM], Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, das alíquotas do ICM, além das isenções concedidas na cobrança deste imposto. Desse modo, a capacidade dos governos regionais de formularem políticas independentes da União estava colocada em cheque, além disso, as adoções de programas fiscais estavam obrigadas a passar pelo crivo do poder executivo federal.

De meados dos anos 1960 até o final de 1980, o Ministério da Fazenda exerceu um rígido controle sobre as finanças estaduais. Neste período, de acordo com Pochmann (2008, p. 53) "[...] a industrialização no país avançou rapidamente, completando-se durante a década de 1970 com a adoção do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1974/1978)". E sobre a tutela do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, foi criado o Conselho de Política Fazendária/CONFAZ[1], que controlava com *mãos de ferro* as divergências dos territórios em colocar a política tributária à disposição dos governos estaduais, evitando os processos competitivos de concessão de subsídios. No entanto, o dinamismo e as expectativas do setor industrial eram estimulados pelas políticas setoriais do governo central.

Regulamentado pela Lei Complementar Nº 24, de 07 de janeiro de 1975, o Confaz explicitava que qualquer mudança na política fiscal estaria subordinada à celebração de convênio entre os Estados (art. 1°), em reunião com a participação da maioria dos membros federativos (art. 2° § 1°) e por decisão unânime (art. 2° § 2°), sujeitando-se os ausentes ao disposto no convênio. Para Pedrosa, Carvalho e Oliveira (2000, p. 5.) "Essa lei é cada vez mais esquecida diante da pressão dos lobbies empresariais em busca de redução de carga tributária".

O comando federal da política tributária, de financiamentos, operações de crédito, recursos a fundo perdido, programas de incentivos fiscais e assinatura de convênios, acabava limitando o poder de atuação das administrações estaduais. "A impossibilidade de se manterem com recursos próprios criou uma dependência quase que absoluta de transferências do Tesouro ou de formas de articulação com outras fontes de financiamento para garantir condições operacionais"

[1] Criado pela Lei Complementar nº 24 de 1975, o CONFAZ tem como função reunir em Brasília os 27 secretários da fazenda dos Estados e o Ministro da Fazenda para que, juntos, acordem unanimemente acerca de incentivos fiscais.

(LOPREATO, 2002. p. 59). Mas com a democratização e a promulgação da Constituição de 1988 as unidades federativas foram ganhando força política para questionar sua liberdade fiscal, recuperando assim prerrogativas perdidas ao durante o regime militar.

1.2 A redemocratização e a descentralização da política fiscal

A redemocratização, culminante com a chegada de um governo civil eleito pelo colégio eleitoral, colocou em pauta a discussão federativa na formação de um novo quadro tributário que pudesse garantir alterações e rupturas na centralidade da União. Já no início dos anos 80, os governos estaduais iniciaram uma pressão política para que se ampliasse o valor dos repasses dos fundos de participação. Este movimento constituiu um importante passo para desencadear uma descentralização fiscal. Como resultados foram promulgados as Emendas Constitucionais nº 17, de 02 de dezembro de 1980, nº 23, de 01 de dezembro de 1983, nº 27, de 28 de novembro de 1985, que elevaram as transferências do governo federal aos Estados e municípios, no sentido de corrigir as distorções tributárias sustentadas pela equipe econômica dos militares.

Num curto espaço de tempo, contrariando as posições do executivo federal, elevou-se a distribuição de recursos, de modo que o peso dos governos estaduais começava a ganhar força. Os ventos das eleições da primavera de 1982 trouxeram mudanças. Um novo relacionamento intergovernamental estava a surgir, ganhando força à maior participação dos Estados na repartição das receitas. Para Araujo (2009, p. 54) "Este movimento descentralizador culminou na Constituição de 1988 que aumentou a autonomia fiscal de estados e municípios". No entanto, ao longo da década, a disciplina exercida pelo governo central diminuiu e, como veremos a seguir, onde o Confaz perdeu a sua função regulatória.

Mediante a promulgação das três emendas, a União foi perdendo a centralidade da política tributária, pois partilhou e abriu mão de um conjunto de impostos. Segundo Lopreato (2002. p. 111) "[...] as perdas de arrecadação federal [...] não teve eco no Congresso e as medidas foram aprovadas por amplo acordo político [...]." O movimento resultou numa maior autonomia federativa na formulação de políticas fiscais, porém não corresponderam às expectativas criadas em torno da revisão normativa.

Fruto do esgotamento do padrão de financiamento externo, elevação da dívida externa, declínio nas taxas de crescimento, descontrole inflacionário e impotência em realavancar os investimentos necessários à continuação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o Estado-Nação acabou fragilizado e definitivamente abriram caminho para descentralização fiscal. Somado as medidas de orientação liberal e o abandono do Estado como *maestro da orquestra*, o governo

federal perdeu a função diretiva sobre a econômica e colocou a cargo das administrações regionais a política fiscal.

A Constituição de 1988 ampliou esta autonomia criando um novo pacto federativo, concedendo aos Estados o poder para fixar, por leis próprias, as alíquotas do ICMS. Na colocação de Prado (2000, p. 3; 4) "Até 1988 existiam ainda alguns limites ao exercício da competência estadual. Havia um teto e exigência de uniformidade para as alíquotas, sob controle do Senado Federal". Já para Lopreato (2002, p. 108), na agenda do debate, "A aspiração dos constituintes foi aprofundar as reformas realizadas nos anos 80 e devolver aos governos subnacionais a liberdade de definirem as próprias políticas tributárias e de gastos, desatreladas da vontade federal".

2. A descentralização fiscal e a criação do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense [PRODEC]

De acordo com Goularti Filho (2007, p. 2) "Com relação à política de centralização e descentralização das tomadas de decisões para promover o desenvolvimento regional, ao longo da história brasileira ela assumiu formas diferenciadas em diversos momentos." O avanço democrático e o crescimento político das lideranças regionais aumentaram o poder de barganha dos governadores em defesa dos seus interesses paroquiais. Durante as décadas de 1950 a 1970 a política estava pautada no fortalecimento do Estado-Nação. Pós-1980, "[...] com o esgotamento de um longo ciclo de prosperidade do capitalismo sob a égide da ordem de Bretton Woods [...]" Carneiro (2002, p. 48) inauguramos uma nova fase com a implantação do projeto liberal, que reduziu a capacidade de comando do Estado em promover e coordenar o crescimento econômico.

A constituinte ao regrar e impor limites ao poder federal de atuar nas áreas tributárias e fiscais e de interferir diretamente na capacidade potencial de arrecadação dos Estados, fragilizou o poder de atuação do Confaz sobre as finanças estaduais (LOPREATO, 2002). De acordo com Prado (2000, p. 5) "[...] os governos estaduais progressivamente foram ampliando o uso de benefícios sem considerar as restrições legais existentes, levando à situação de absoluto descrédito do Confaz como órgão eventualmente inibidor destas práticas". Pode-se afirma que a abertura comercial e financeira, a continuidade da crise fiscal, a falta de uma política nacional de desenvolvimento regional, o enfraquecimento e extinção das agências federais de desenvolvimento somado à privatização de empresas estatais, criaram as condições para a autonomia fiscal dos Estados.

A crise do Estado-Nação permitiu aos governos estaduais autonomia fiscal, mas ao mesmo tempo fragilizava a atuação destas subnações. A incapacidade de gestão da crise financeira dos Estados e municípios levou o governo federal a realizar, em caráter extraordinário, operações de crédito, para suprir, total ou parcialmente, os déficits relativos às despesas correntes de exercícios

financeiros anteriores a 1987 e atender, total ou parcialmente, o serviço da dívida interna vencidos até 1987. (BRASIL, 1987) Mas segundo Lopreato (2002, p. 169) "A federalização parcial da dívida pouco alterou o quadro das finanças estaduais".

Os entraves colocados pela crise fiscal nos anos 1980, a implantação do projeto neoliberal na década de 90 e a globalização financeira pós anos 2000, inibiram a capacidade dos Estados de imprimirem ritmos nos investimento públicos, bem como de formularem políticas de desenvolvimento regional. Com isso, o compasso de crescimento da economia foi drasticamente reduzido, saindo do patamar histórico de 7,5% registrado no período de 1930 a 1980, para 2,0% nos últimos 25 anos (GOULARTI FILHO, 2007).

> O abandono das políticas nacionais e de planejamento de médio e longo prazo foi sucedido por maior ênfase nas políticas pontuais e de curto prazo, tendo em vista a emergência de vários problemas significativos, como a hiperinflação, o endividamento externo e interno, os desequilíbrio nos balanços de pagamento e o desajuste nas contas públicas (POCHMANN, 2008, p. 55).

Para um país como o Brasil, que experimentou uma das maiores taxas de crescimento da história mundial, foi inegavelmente um desastre ter que abortá-la. Diante desse quadro, de baixa expansão econômica, os problemas sociais se tornam ainda maiores e mais complexos (POCHMANN, 2008).

Redesenhado o novo quadro tributário, permitiu que as unidades federativas criassem programas de incentivos fiscais como forma de atrair novas plantas industriais. Nesta direção, o espaço nacional se reestrutura e o processo do *laissez-faire* vai reduzindo a capacidade do Estado de promover políticas territoriais. Naturalmente, esta política, sustentada pelas orientações do Consenso de Washington prega restrições à regulação estatal da economia, que submeteu o Estado nacional às agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional [FMI] e a Organização Mundial do Comércio [OMC], e que até agora não conseguiu entregar as benfeitorias prometidas (SANTOS, 2005).

Nas últimas duas décadas do século XX presenciamos a fragmentação do Estado-Nação. Na ausência de discussões a respeito do papel do Estado e de suas relações interregionais, no mesmo ano em que a Constituição Federal foi promulgada e sem o consentimento do Confaz, foi criado o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense [PRODEC]. No âmbito da Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo

> Com objetivo de estimular o desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina, em consonância com a iniciativa privada, visando à implantação de empreendimentos industriais, agroindustriais e programas cooperativos agroindustriais e industriais e de armazenagens de produtos agrícolas, mediante concessão de apoio financeiro e creditício que garanta a geração de novas oportunidades de trabalho (SANTA CATARINA, 1988).

O Programa postergava o recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias [ICM], de 75% no primeiro ano, 60% no segundo, 45% no terceiro, 30% no quarto, mais 30% no quinto, com um prazo de recolhimento de até 60 meses.[2] Contudo, a renúncia fiscal estava condicionada à "[...] preservação do meio ambiente e a desconcentração econômica, em especial das atividades produtivas". Após o vencimento do prazo, o empreendimento beneficiado devolveria ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina [FADESC] o valor usufruído (SANTA CATARINA, 1988).

Com o propósito de fomentar o setor industrial catarinense, incentivando a implantação de novas empresas e a expansão das já estabelecidas, sem considerar as restrições legais existentes, as concessões dos incentivos não mais passavam pela chancelaria do Confaz, que já mostrava sinais de fragilidade. Para Chacon (2010, p. 68), a criação do Prodec não foi colocado em pauta na reunião do Confaz "Pois, tornava-se muito difícil a aprovação de todos os Estados membros da federação para ditarem à favor do Prodec". Sendo assim, a revelia do Confaz, na lógica da individualização regional[3], cada unidade federativa criou o seu próprio programa de renúncia fiscal como estratégia de desenvolvimento socioeconômico, levando ao que hoje conhecemos como *guerra fiscal*.[4]

> A observação dos Convênios permite dizer que o objetivo destes era, sem dúvida, estabelecer uma administração conjunta do ICM e a defesa de interesses regionais. No entanto, fica bastante evidente que os convênios acabaram gerando conflitos entre as regiões. As decisões de alguns convênios provocaram medidas idênticas e retaliatórias em estados de outras regiões, num movimento de *ação e reação*, configurando o que poderíamos chamar de uma *"guerra fiscal inter-regional"*, que embora possa ser considerada bastante moderada, se comparada com os conflitos recentes, se constituiu em um verdadeiro embrião da guerra fiscal (ALVES, 2001, p. 7).

A *guerra fiscal* no cenário nacional passou a ter destaque a partir de meados da década de 90 ganhou notoriedade com a concessão de um amplo conjunto de vantagens e benefícios, principalmente para o setor automobilístico. O caso mais clássico foi à ida da Ford para a Bahia depois de já ter recebido mais de R$ 100 milhões em adiantamentos e obras preliminares no Rio Grande do Sul. Na época, o Estado abriria mão de R$ 3,01 bilhões relativos a isenção de ICMS.

[2] Para a execução da Lei, o governo estadual ficou autorizado pelo Legislativo a abrir crédito especial no valor de até R$ 196 milhões, em valores constantes, ano base Jan/2012.

[3] "A retórica e os clichês da ideologia neoliberal criam uma imagem reciclada das cidades e nos induzem a acreditar na possibilidade de valorização da iniciativa pessoal e da autodeterminação individual como suficientes para a vida em sociedade. Essa é a mesma matriz ideológica para a defesa da individualização necessária dos lugares frente à ordem abstrata e generalizante de qualquer ilusão de totalidade". (SANTOS [et al.]. 2011, p.139)

[4] A "guerra fiscal" é um termo pejorativo encontrado na literatura para definir a competição tributária. Por "guerra fiscal" entende-se a disputa entre as unidades federativas, para atrair, à sua esfera de domínio, investimentos e/ou receita tributária, oriundos de outros Estados. A "guerra" é chamada de fiscal por estar centrada no jogo com a receita e a arrecadação futura de tributos, geralmente o ICMS, e o ISS para os municípios. "A guerra fiscal pode ser entendida como um típico comportamento de *rent seeking*, onde a disputa por novas rendas dissipa o valor da renda que se pretende obter" (DEBACO, JORGE NETO, 1998).

Além disso, a empresa teria um financiamento de R$ 600 milhões do BNDES, o que daria um valor global de R$ 4,02 bilhões.[5]

> As corporações definem, portanto, seus lugares otimizados em termos de infraestruturas urbanas e exigem condições fiscais, de financiamento e legislação trabalhista adequadas a sua dinamica de domínio de mercado. [...] Cria-se uma acirrada competição na escala dos lugares que, por sua vez, aprofunda a competição no interior das redes urbanas e, ao mesmo tempo, torna-se mais predatoria, pois se realiza de modo cada vez mais coeercitivo, fragmentário e pouco previsível (SANTOS... [et al.], 2011, p. 139).

A maior autonomia financeira dos Estados, conjugada com a descentralização política, contribuiu sobremaneira para diminuir o poder coercitivo do Confaz. Como bem observam Alves, 2001, *apud,* Prado e Cavalcanti (1998, p. 85) a submissão às regras do Confaz só foi possível "[...] sob a vigilância de um estado forte e centralizador. [....]. No período recente, a impossibilidade de firmarem-se condições semelhantes coloca em xeque a necessidade de existência do Confaz".

A partir da liberdade fiscal, na busca por investimentos privados, geração de emprego, renda, produção industrial e crescimento econômico, no segundo semestre de 1988 o Conselho Deliberativo do Prodec, concedeu a cinco empresas catarinenses uma renúncia fiscal de R$ 38 milhões, para um investimento fixo de R$ 86 milhões, com a justificativa de geração de 1.102 empregos. No ano de 1988, do total dos investimentos realizados pelas primeiras cinco empresas, o Prodec foi responsável por 45,20%.

Tabela 1 – Empresas Contempladas pelo Prodec em 1988.

(*Em R$, valores constantes - ano base Jan/2012*)

Empresa	Município	Empregos Gerados	Investimento Fixo	Renúncia Fiscal
Frahm Eletrônica Ltda.	Rio do Sul	340	4.202.458	2.941.720
Sulmate Ind. de Mate Ltda.	Lindóia do Sul	10	695.593	486.915
De Lucca Revestimentos Cerâmicos Ltda.	Criciúma	532	71.445.528	31.263.988
Seiva S/A Florestas e Indústrias	Rio Negrinho	180	9.219.754	3.860.093
Inasa Ind. e Com. de Alimentos. Sto. Amaro Ltda.	Sto. Amaro Imperatriz	40	496.951	346.674
TOTAL	**5**	**1.102**	**86.060.288**	**38.899.394**

Fonte: Prodec. Relatórios de Atividades, 1988.

[5] Na época para levar a fábrica da Ford para Camaçari, o governo de Cesar Borges, ofereceu área terraplanada, infraestrutura e isenções fiscais excepcionais garantidas pela prorrogação do Regime Automotivo para o Nordeste. Além disso, a empresa recebeu financiamento de R$ 691 milhões do BNDES, fechando com "chave de ouro a proposta baiana", que acabou sendo muito mais vantajosa do que a originalmente oferecida pelo governo gaúcho.

A primeira empresa beneficiada pelo Programa, a Frahm Eletrônica Ltda, de Rio do Sul, teve renúncia de 70% do valor do investimento fixo e gerou 340 empregos. Em 1988, a maior liberação (80,37%) foi para a De Lucca Revestimentos Cerâmicos Ltda, sendo a mesma responsável pela geração de 48,27% dos novos empregos. Do valor total do investimento fixo realizado pela De Lucca, o Prodec representou 43,76%. A menor liberação (0,89%) foi para a Inasa Indústria e Comercio de Alimentos Santo Amaro Ltda. Contudo, representou 69,76% do investimento realizado pela empresa. Destaca-se que no período que nenhuma das cinco empresas contempladas usufruiu o limite da renúncia fiscal de 75% do investimento fixo.

Como a única ferramenta e estimulo às novas plantas industriais era o Prodec, e considerando que o Confaz não entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando o Programa, o governo resolveu dar publicidade no meio empresarial, uma vez que havia certa insegurança jurídica do setor produtivo. No decorrer dos anos, a pedido do empresariado, foram promovidas readequações no prazo de recolhimento e inclusão de novos setores. Por outro lado, não causa estranhamento e notoriedade se o Prodec crie "[...] uma acirrada competição na escala dos lugares que, por sua vez, aprofunda a competição no interior das redes urbanas e, ao mesmo tempo, torna-se mais predatória, pois se realiza de modo cada vez mais coercitivo, fragmentário e pouco previsível" (SANTOS [et al.]., 2011, p. 139).

2.1 O Prodec e suas reestruturações: uma estratégia para a implantação de novas empresas e a expansão das já estabelecidas em Santa Catarina

Com o descontrole inflacionário, endividamento externo e seus desdobramentos internos, as preocupações paroquiais do governo federal continuavam em administrar a crise fiscal e financeira. Na interpretação de Lopreato (2006, p. 9) era preciso "[...] garantir a solvência do setor público, isto é, ampliar o esforço fiscal e evitar que as expectativas sobre o comportamento da política fiscal afetem outras variáveis chaves da econômica". E "A *crença* na trajetória de solvência da situação fiscal emerge como pilar da estabilidade macroeconômica [...]" (LOPREATO, 2006, p. 8). Diante disto, os Estados foram ampliando e reestruturando seus programas fiscais, de acordo com os interesses do setor privado.

Buscando a incrementarão de novas receitas, associado ao crescimento econômico e ao desenvolvimento do setor produtivo industrial, o Prodec foi a estratégia encontrada pelo governo catarinense. Criado em 1988, o Programa passou por um conjunto de alterações a pedido da indústria, sobretudo no que compete ao recolhimento do ICMS, para a implantação de novas empresas e expansão das já estabelecidas. Inicialmente o prazo para recolher o imposto era de até 60 meses. Contudo, a lei nº 9.885, de 19 de junho de 1995, em seu art. 9ª, ampliou para até 120

meses. Segundo a lei, as alterações promovidas em 1995 estavam condicionadas a "[...] preservação do meio ambiente, a desconcentração econômica, e especial das atividades produtivas, o desenvolvimento dos municípios ou para a consolidação do parque fabril catarinense" (SANTA CATARINA, 1995).

Cinco anos depois, a lei nº 11.345, de 17 de janeiro de 2000, tratando-se da renúncia a serem concedidas ao setor têxtil, agroindustrial, armazenamento, beneficiamento e polimento, ou automotivo, o prazo para recolhimento foi ampliado para até 200 meses. Em 2005, por intermédio da lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, o Programa foi novamente reajustado, estabelecendo uma carência de 48 meses para os setores que estivessem enquadrados na escala de liberação com prazo de até 120 meses. Nesta lei, foram ainda incluídos novos setores com recolhimento em até 200 meses, podendo a carência chegar a 120 meses (SANTA CATARINA, 2005).

Em 2005, o Prodec passou por uma nova readequação com modificações nas escalas de liberações, redução na tabela de juros, com variação de 0%, 6% e 12%, bem como a inclusão de novos setores[6] que "integrem as cadeias produtivas locais em nível local e regional" e "gerem emprego e renda à sociedade catarinense" (SANTA CATARINA, 2005). No caso de empreendimentos instalados em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] igual ou inferior a 95%[7] do índice do Estado, a taxa de juros será de 0%. Também será de 0% para o setor náutico, naval e quando se tratar de empreendimentos que venham a produzir mercadorias inexistentes na cadeia produtiva catarinense, independente do município a receber o investimento. E de 6% quando se tratar de empreendimentos relacionados no § 6º do art. 7º e 12% nos demais casos (SANTA CATARINA, 2005).

Fruto da reestruturação de 1995, somado as modificações de 1997, 2000 e 2005, associados à segurança jurídica, a fragilidade do Confaz, o Prodec foi ganhando a confiança junto ao setor produtivo, uma vez que mais entidades empresarias passaram a integrar o Conselho Deliberativo.[8] Das quatros modificações nominadas, a realizada em 2005 foi a mais abrangente, dada a flexibilidade enquadramento e recolhimento do impostos. Com a nova reestruturação, 15 novos setores foram credenciados, deixo de estar diretamente ligado à Secretaria de Estado do Planejamento para ser vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda[9]. O prazo de recolhimento do

[6] I - têxtil; II - agroindústria; III - automotivo; IV - siderúrgico; V - microeletrônica; VI - semicondutores; VII - biomassa e energia alternativa; VIII - biotecnologia; IX - biodiesel e outros óleos vegetais combustíveis; X - extração de substâncias bioativas, óleos essenciais, aromas, essências naturais e princípios ativos; XI - máquinas e equipamentos a laser, de média e alta potência; XII - vidros planos; XIII - reciclagem; XIV - metalúrgica e XV - alimentício.
[7] Na lei nº 13.706, de 16 de janeiro de 2006, o Índice de Desenvolvimento Humano era de 85%.
[8] Em 1995 a Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Santa Catarina – FACISC passou a integrar o Conselho Deliberativo. Em 1997 a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Santa Catarina – FETIESC e a Federação das Associações de Micro e Pequenos Empresários de Santa Catarina – FAMPESC passaram a compor o Conselho. E em 2005 foi à vez da Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina - FCDL/SC.
[9] Em 1988 o Prodec estava vinculado a Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo. Em 1995, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico. Em 1997, à Secretaria de Estado do

ICMS foi ampliado, estabeleceu-se um prazo de carência para início da amortização e a renúncia passou a estar condicionada a empreendimentos industriais que "contribuam para o desenvolvimento sustentado do meio ambiente, para a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento local e regional" (SANTA CATARINA, 2005).

As alterações no Prodec podem se dividir em três etapas: *i)* as alterações legislativas entre 1988 e 1997; *ii)* as reestruturações entre 1998 e 2005; e *iii)* adequações entre 2006 e 2010. No período 1988 a 1997, as mudanças legislativas foram pontuais, quase que mantendo a forma original. Havia restrições do setor empresarial em solicitar a renúncia, dado que o prazo de recolhimento não era elástico, a carência para início do recolhimento era pequena e poucos setores estavam habilitados. Nestes nove anos, 66 empresas foram beneficiadas, para uma renúncia fiscal de R$ 513 milhões, com a justificativa de gerar 15.711 empregos (SANTA CATARINA, 2011).

Entre 1998 a 2005, o Comitê Técnico e o Conselho Deliberativo promoveram significativas mudanças. O prazo de recolhimento que era de até 60 meses foi ampliado para até 200 meses,[10] estabeleceu-se carência de 48 meses para até 200 meses, ampliou-se o leque de setores, a taxa de juros foi reduzida a 0% dependendo do setor e permitiu-se que o financiamento ao investimento fosse destinado à constituição do ativo imobilizado e o financiamento a operação pudessem compor o ativo circulante. Com estas modificações, 149 empresas, somente em 1998, foram contempladas, para uma renúncia fiscal de R$ 1,71 bilhões. Nestes sete anos, para 264 projetos aprovados para uma renúncia fiscal de R$ 5,02 bilhões (SANTA CATARINA, 2011).

Pós-2006, foram mantida as mudanças realizada nos anos anteriores, com a inclusão de um ou outro setor produtivo. Nesta etapa convêm destacar que o Programa foi ampliado, abrangendo também empresas comerciais. Com o Prodec comercial, dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina [FIESC] apontam que no exercício de 2008 foram liberados R$ 4,52 bilhões para 72 empreendimentos. Entre 2006 e 2010, o número de contrato assinado caiu 251,38%. Contudo a renúncia fiscal acumulada foi superior chegando a R$ 6,66 bilhões, para 180 empreendimentos, com a justificativa de gerar 27.635 empregos[11] (SANTA CATARINA, 2011).

No conjunto das três etapas, com o foco de "promover o desenvolvimento sócio-econômico catarinense, por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento" (SANTA CATARINA, 2005), observa-se que o governo catarinense foi adequando o Programa de acordo com os interesses do empresariado, pois segundo Goularti Filho (2007, p. 217) "Não existe

---

Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL. Em 2005, à Secretaria de Estado da Fazenda. No mesmo ano sua passou a ser vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento. E em 2007, sua última alteração, passou a ser vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

[10] Há três variações no prazo de recolhimento: 60 meses, 120 meses e 200 meses. Cada setor produtivo tem um enquadramento. Ver lei de nº 13.342, de 10 de março de 2005.

[11] Não é possível acompanhar se realmente os empregos prometidos na justificativa foram gerados, uma vez que o Estado não tem uma política de acompanhamento.

empresário inovador sem um arranjo institucional e financeiro propício à realização de novos investimentos, sem um estado de confiança, sem expectativas favoráveis e com retorno garantido". É certo que a expansão das forças produtivas não resulta apenas das vontades privadas. As decisões políticas do governo contribuem, e muito, para a liberalização das forças produtivas, divisão social do trabalho e reprodução ampliada do capital.

2.2 As liberações do Prodec, 1988 a 2010: crescimento ou desaceleração industrial

Trataremos de investigar, neste passo, a relação entre a renúncia fiscal do Prodec, 1988 a 2010, e o crescimento ou desaceleração do setor industrial catarinense. O ponto de partida da análise reside em comparar as taxas de crescimento da indústria com as liberações do Programa. Convém indagar, desde logo, que relações guardariam a dinâmica do desenvolvimento do setor industrial e a política fiscal de desoneração tributária.

As características da economia catarinense apresentam uma estrutura produtiva especializada em vários segmentos, sendo que cada microrregião é especializada num determinado segmento da indústria, "[...] com forte inserção nacional e internacional, e, em muitos casos, líder na produção nacional" (GOULARTI FILHO, 2002, p. 378). A especialização regional da estrutura industrial catarinense, a integração econômica e a diversificação produtiva, segundo Cairo e Fernandes (2010, p.198-199) "[...] se inserem numa lógica maior do desenvolvimento industrial brasileiro, recebendo estímulos e sofrendo impactos decorrentes dessa vinculação, ainda que em proporções diferentes". A estrutura do setor produtivo industrial catarinense esta umbilicalmente entrelaçada à estrutura da indústria nacional.

Por sua vez, o Prodec também se insere dentro de um movimento da descentralização da política fiscal brasileira. Todavia a concessão de renúncia fiscal pelos Estados é fruto de uma política nacional, uma vez que o Estado-Nação passou a reduzir sua atuação, o governo federal foi perdendo a capacidade de estimular o desenvolvimento nacional, e a ordem do dia passou a ser em administrar a crise do endividamento externo e os seus desdobramentos internos. Com isso, foi delegado aos governos regionais a competência de legislarem sob suas próprias finanças. A partir da descentralização fiscal, o Prodec buscava e busca estimular o desenvolvimento sócio produtivo do setor industrial.

Mesmo fazendo parte de apenas 1,13% do território nacional e apresentando baixos níveis de crescimento, a indústria catarinense representa 6,10% na participação do Valor de Transformação Industrial [VTI] do país e 4,0% do PIB. Da tabela 2 abaixo, observa que o crescimento médio do setor em Santa Catarina, entre 1988 a 1997, foi de 1,67%, enquanto que do Brasil foi de 0,70%. No segundo período, a indústria catarinense teve crescimento médio de 1,70%, já a média nacional foi

de 2,42%. E de 2006 a 2010, enquanto que a indústria no Estado avançou 0,72%, a do país foi de 2,90%, uma diferença de 2,18%. Nestes 22 anos, oito foram de taxa negativa, seis o crescimento foi entre 0 e 3,90%, em cinco foi entre 4,0 e 6,0% e em apenas três anos registrou taxas acima de 6,10%.

Tabela 2 – Crescimento Industrial, 1988 a 2010. (Em percentual)

Ano	Santa Catarina	Brasil
1988	-5,6	-3,2
1989	4,4	2,9
1990	-7,7	-8,9
1991	1,8	-2,6
1992	-4,0	-3,7
1993	7,4	7,5
1994	5,4	7,6
1995	5,7	1,8
1996	2,5	1,7
1997	6,8	3,9
1998	-2,4	-2,0
1999	1,8	-0,7
2000	4,2	6,6
2001	3,7	1,5
2002	-2,7	2,5
2003	-2,5	0,1
2004	11,4	8,3
2005	0,1	3,1
2006	0,2	2,8
2007	5,4	6,0
2008	-0,7	3,1
2009	-7,8	-7,4
2010	6,5	10,0

Fonte: IBGE

Ao contrário do que aconteceu no final dos anos 1980 até 1997, em que a indústria estadual cresceu acima da média brasileira, o desempenho da indústria catarinense entre os períodos de 1998-2005 e 2006-2010 ficou abaixo do nacional. No acumulado, o índice da produção industrial de Santa Catarina no período de 1988-2010 foi de 33,90%, abaixo do Brasil, que foi de 40,90%. Cabe fazer quatro indagações: a indústria catarinense está sofrendo um processo de desindustrialização? Não conseguiu se adaptar ao processo de reestruturação produtiva? O baixo crescimento esta associado à falta de competitividade do setor? A perda do dinamismo da estrutura industrial associa-se a falta de uma estratégia de governo?

Em nível nacional, a criação do Programa de Aceleração do Crescimento [PAC], "[...] está se criando um novo marco de transformação estrutural produtiva do país, na tentativa de reverter, em parte, o desempenho medíocre da economia nacional a partir da década de 1990, cujas taxas de crescimento se mostraram pífias" (CAIRO e FERNANDES, 2010, p. 242). Na esfera estadual, seriam as Secretarias de Desenvolvimento Regional [SDR's] a nova política de desenvolvimento do setor produtivo? Por conseguinte, é vital que a estrutura produtiva de Santa Catarina, no intuito de reverter o quadro de pífias taxas de crescimento, integre-se ao novo marco de transformação da estrutura produtiva industrial por meio da política institucional do PAC. Para Cairo e Fernandes (2010, p. 242) "O desperdício dessa oportunidade poderá redundar em retrocesso econômico, cuja conta o futura cobrará em termo de pior posicionamento da estrutura produtiva estadual no cenário nacional".

No âmbito da economia catarinense, na composição do Produto Interno Bruto [PIB], em 2008 a indústria representava 27,90%, os serviços 66,20% e o agropecuário 5,90%. Em nível nacional, o setor de serviços é o maior componente do PIB com 66,80%, seguido pelo setor industrial, 29,70% e agricultura 3,50%. Em 2000, a participação da indústria de Santa Catarina na composição do PIB foi de 48,70%. Do setor de serviços 37,60% e agropecuário 13,70%. No plano nacional, alterou-se também a participação do PIB industrial. O segmento representava 41,10% o serviços 51,20% e agropecuária 7,70%. A redução na participação da indústria catarinense no PIB acompanhou o movimento nacional. Da mesma forma, verifica-se uma trajetória de queda do setor agropecuário nas duas esferas.

A redução da participação dos setores industrial e agropecuário no cenário nacional e estadual, revela crescimento pujante da participação do setor de serviços na composição do PIB. (CARIO e FERNANDES, 2010) Cabe fazer nova indagação: o baixo desenpenho do setor industrial catarinense associa-se à redução da participação na composição do PIB estadual? Desde o final da década de 1990, passou a prevalecer a opinião de que a carga tributária é alta demais no Brasil. A avaliação tornou-se virtualmente consensual. Nos meios empresariasis, o peso e as distorções do sistema tributário são vistos como um dos principais entraves à retomada do crescimento econômico sustentado. (BATISTA Jr, 2000) Agora, atribuir a perda do dinamismo da indústria catarinense única e exclusiva à elevada carga tributária, seria no minímo uma análise descontextualizada. Contudo, segundo Cairo e Fernandes (2010, p. 212)

> É mister esclarecer que essa mudança abrupta na composição do PIB catarinense está, em grande medida, relacionada à revisão das contas nacionais, derivada de uma nova metodologia adotada pelo IBGE na apuração do produto nacional que repercute tambem na apuração das contas regionais, notadamente, no que tante à composição do PIB entre os setores.

Na tabela 3, é possível acompanhar o volume de recursos renunciados pelo Prodec, o número de empregos gerados e quantas empresas foram beneficiadas. Subdividindo o Programa em três etapas, como observado no subtítulo 2.1, entre 1988-1997, a renúncia fiscal foi de R$ 513 milhões, com a geração de 12.355 empregos contemplando 66 empresas. No período 1998-2005, a renúncia totalizou R$ 5,02 bilhões, gerando 28.073 empregos e beneficiando 264 empresas. Na terceira etapa 2006-2010, foram renunciados R$ 6,66 bilhões, gerados 27.635 empregos para 180 empresas. No acumulado dos 22 anos, o Prodec beneficiou 510 empresas, gerou 68.063 empregos e renunciou R$ 12,19 bilhões.

Por conseguinte, considerando que um dos objetivos do Prodec é a geração de emprego e renda, no acumulado entre 2002-2010 foram gerados 590.876. Deste montante, 36.718 mil foi oriundo da renúncia fiscal concedida pelo Prodec, o que dá uma média de 5,87% ao ano. Do volume geral, somados todos os programas de incentivos fiscais, a renúncia fiscal ofertada pelo governo catarinense à iniciativa privada nos últimos oito anos totaliza R$ 16,28 bilhões.[12]

Ao relacionar os percentuais de crescimento industrial com a renúncia, não é possível afirma que o Prodec é o alicerce básico que impulsiona o setor. De algum modo, no seio dessa tendência, o natural seria de quanto maior à renúncia, maior seria a produção do setor. E quanto menor o valor renunciado registrar-se-ia declínio na produção. Contudo, na análise dos dados, de uma estrutura industrial consideravelmente diversificada, seja em termos produtivos, seja em termos regionais, como já assinalado, dizer que o crescimento ou a desaceleração industrial catarinense está atrelado ao Prodec, no mínimo é um equívoco. Porém, afirmar que o Programa não tem contribuído para o desenvolvimento da indústria em Santa Catarina é uma análise descontextualizada.

Tabela 3 – Liberações Prodec, geração de empregos e número de empresas beneficiadas 1988-2010. *(Em R$, valores constantes - ano base Jan/2012)*

Ano	Nº Empresas	Nº Empregos gerados, estimado	Valor Contratual
1988	5	1.102	38.899
1989	11	2.155	78.631
1990	12	1.017	24.479
1991	-	500	136.972
1992	-	-	-
1993	9	1.499	13.302
1994	9	1.672	54.926
1995	7	4.816	1.706
1996	13	2.950	164.469

[12] Valor estimado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não há documentos por parte do governo catarinense quanto à renúncia fiscal real.

1997	-	-	-
1998	149	14.998	1.713.072
1999	10	815	111.992
2000	12	853	1.126.668
2001	15	2.324	260.336
2002	30	2.376	950.980
2003	12	4.579	540.077
2004	13	493	51.325
2005	23	1.635	273.989
2006	55	4.178	452.175
2007	8	1.929	97.081
2008	72	14.659	4.524.446
2009	27	3.846	1.136.906
2010	18	3.023	457.860
TOTAL	**510**	**27.635**	**12.210.290**

Fonte: Santa Catarina, 2010. Relatório de atividade do Prodec, *vários anos*.

*Lei 14.075/07 de 03/08/2007 permite a entrada do Comércio no PRODEC

Para solicitar a renúncia fiscal, de acordo com o inciso I, II, III, IV e V do art. 3º da lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, os requisitos são:

> I - gerem emprego e renda à sociedade catarinense; II - incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual; III - contribuam para o desenvolvimento sustentado do meio ambiente, para a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento local e regional; IV - sejam direcionados a obras de infra-estrutura, especialmente em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos catarinenses; e ,V - integrem as cadeias produtivas em nível local e regional, caracterizadas como Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Outro critério importante seriam os municípios que apresentassem baixo IDH, deveriam ter precedência no Prodec, pois assim haveria uma contribuição para a desconcentração industrial. Desse modo, o Prodec passou a dar tratamento igual a todos os municípios, o que contribui para o desenvolvimento desigual.

> Art. 3º A concessão de incentivos dar-se-á a empreendimentos industriais que atendam, no todo ou em parte, aos seguintes requisitos:
>
> § 3º Os incentivos concedidos pelo PRODEC terão redução de 50% no índice de atualização da moeda adotado pelo Estado para atualização dos tributos nos seguintes casos:
> I - quando se tratar de empreendimento:
> a) localizado em município com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH igual ou inferior a noventa e cinco por cento do índice do Estado; ou
> b) do setor agroindustrial, cujo arranjo produtivo envolva município com IDH igual ou inferior a noventa e cinco por cento do índice do Estado; e

> II - quando se tratar de empreendimentos que venham a produzir mercadorias inexistentes na cadeia produtiva catarinense, independente do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do município a receber o investimento.
>
> § 4º Os incentivos concedidos pelo PRODEC terão ampliação de 50% no prazo de fruição nos seguintes casos:
> I - quando se tratar de empreendimento:
> a) localizado em município com IDH igual ou inferior a noventa e cinco por cento do índice do Estado;
> b) do setor agroindustrial, cujo arranjo produtivo envolva município com IDH igual ou inferior a noventa e cinco por cento do índice do Estado; e
> II - quando se tratar de empreendimentos que venham a produzir mercadorias inexistentes na cadeia produtiva catarinense, independente do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do município a receber o investimento (SANTA CATARINA, 2005).

Considerando os dispositivos do § 3º e 4º do art. 3º da Lei nº 13.342/2005, pode-se afirmar que estes critérios contribuem para que haja uma centralização na liberação da renúncia fiscal pelo Prodec em municípios mais desenvolvidos, como é o caso da mesorregião norte do Estado. Em suma, as informações apontam que a centralização do Programa é algo recorrente, o que veremos logo à frente. Como nos ensinou Milton Santos, "Num dado momento, o 'Mundo' escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo" (SANTOS, 2009, p. 338).

Evidentemente, no período da globalização, segundo Santos e Silveira (2008, p. 116) "O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento". Cabe citar ainda que "Tal produtividade pode não ser duradoura, desde que outro lugar passe a oferecer àquele produto melhores vantagens comparativas de localização" (SANTOS, 2009, p. 248). Complementando,

> As mudanças de localização das atividades industriais são às vezes precedidas de uma acirrada competição entre Estados e municípios pela instalação de novas fábricas e, mesmo, pela transferência das já existentes. [...] tudo é permeado por um discurso eficaz do desenvolvimento, a criação de empregos diretos e indiretos, [...] (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 112).

Feita essa ressalva, em relação ao domicílio de instalação dos empreendimentos, desde a criação do Programa, as 510 empresas contempladas pela renúncia fiscal estão espalhadas em 75 dos 293 municípios catarinenses, o que representa 25,59%. A maior concentração está nas cidades de Joinville, Jaraguá do Sul e Blumenau, que juntas somam 30,58%, ao mesmo tempo em que se responsabilizam por 19,87% da riqueza estadual.[13] Se incluirmos Brusque, Guaramirim e Criciúma somam-se mais 9,22% e 5,31%. Juntas as seis cidades representam 39,80% das liberações, 25,18% do PIB de Santa Catarina e 20,73% da população estadual. Os municípios detentores da renúncia competem vantajosamente com os que delas não dispõem. Em decorrência disso, cabe citar (SANTOS [et al.]., 2011, p. 77)

[13] IBGE, dados referentes ao exercício de 2009.

> Dado que a localização e distribuição formam, sempre, um par dialético, isto é, contraditório, recíproco e indissociável, uma forma de regulação espacial é assim necessária uma plano de organização da sociedade. [...] Conforme se apóie na referência da centralidade ou da alteridade do sistema das localizações, a sociedade se estrutura como sociedade de conflito ou de cooperação, mobilizando assim uma relação de regulação de conflito ou de regulação de cooperação. [...] A tensão espacial pede uma regulação. E a regulação espacial vem na forma do ordenamento territorial.

As cidades nominadas se distinguem pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. A rentabilidade de Joinville é maior que a de São Miguel do Oeste [SMO], em virtude das condições de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (força política e econômica, qualificação profissional). Além disso, é importante ressalvar que os municípios que apresentam maior centralização na liberação do Prodec são aqueles que possuem uma maior divisão social do trabalho, liberalização das forças produtivas e reprodução ampliada do capital. Em suma, capital atrai capital.

Parafraseando Marx e Engels (2002, p. 19) "O grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas de uma nação é facilmente reconhecido a partir do desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho". Essa divisão territorial acaba criando uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições (SANTOS, 2009). Cabe aqui parafrasear Milton Santos, em que "As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas" (SANTOS, 2009, p. 171).

É certo que o desenvolvimento do modo de produção capitalista se dá de forma diferenciada, combinando características atrasadas e avançadas (TROTSKY, 1978). A evolução do modo de produção capitalista, desde seus primórdios, "[...] tem sido marcada por uma constante e permanente redistribuição espacial das atividades econômicas, com tendência à centralização, que consiste no desenvolvimento desigual dos centros urbanos" (LEMOS, 1988, p. 217). Parafraseando o Relatório de Desenvolvimento Humano publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD] em 2010, "O desenvolvimento humano não pode basear-se na exploração de alguns grupos por outros ou num maior acesso a recursos e poder por parte de algum grupo. O desenvolvimento desigual não é desenvolvimento humano" (PNUD, 2010, p.76).

Diante disso, é possível constatar que as desigualdades na distribuição de recursos do Prodec, com destinação de maior fatia para as regiões mais ricas, em particular, a canalização da renúncia fiscal para uma ou outra mesorregião contribuem para o desenvolvimento desigual. Ora, as tabelas mostram que por conta disso a concessão de incentivos para fomentar a "[...] desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento local e

regional" (SANTA CATARINA, 2005)-(grifos do autor), e "incentivar a distribuição mais equilibrada do crescimento econômico, [...]" (SANTA CATARINA, 2007), é um mito.

Feita estas considerações, é pertinente citar Santos e Silveira (2008, p. 301) "Dir-se-ia que certas frações do território aumentam de valor em dado momento, enquanto outras, ao mesmo tempo e por via de conseqüência, se desvalorizam", e que em síntese "Cada lugar só se realiza na presença de outros, seja por oposição ou por coesão solidária que os vincula em um conjunto mais amplo" (SANTOS [et al.]., 2011, p. 143).

3. O Prodec e as finanças públicas

Desde que foi criado em 1988, o Prodec já postergou R$ 12,19 bilhões em ICMS. Porém, representando em média 5,87% dos empregos gerados, o Programa pouco estimulou a distribuição mais equilibrada do crescimento econômico e da desconcentração da estrutura industrial. Ao mesmo tempo, pode-se verificar que esta renúncia fiscal gera repercussão nas finanças públicas. Logo, a revisão do quadro tributário com o novo texto constitucional manteve a dispersão espacial dos processos produtivos nas regiões que apresentam uma maior divisão social do trabalho. Urge repensarmos os meios e caminhos de refletir sobre uma política de desenvolvimento regional que promova uma reorganização e rediferenciação territorial, que dê ênfase nas transformações socioespaciais nos territórios que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano.

3.1 Repercussões financeiras

Antes da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal [LRF], a renúncia fiscal não estava condicionada ao incremento na arrecadação. A partir de 2000, passou a se estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Simultaneamente, o comportamento da União, Estados e Municípios com relação ao gasto público mudaram. No que compete a renúncia fiscal, a mesma "deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro" (LRF, 2000). Ainda, de acordo com o inciso II do art. 14 da LRF a renúncia deverá "estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição".

Como consequência, para cada R$ 1,00 postergado pelo Prodec, R$ 1,00 tem que entrar no tesouro estadual. Contudo, desde 1996 quando foi sancionada a lei nº 10.297, que reestruturou a lei nº 7.547 de 1989 que instituiu o ICMS, não houve elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração do ICMS e até mesmo a criação de um novo tributo ou contribuição para

compensar a renúncia fiscal. Pelo contrário, ampliaram-se os programas de renúncia fiscal, com a justificativa de enfrentar a *guerra fiscal*. Nesta controvérsia, convém comparar a arrecadação de ICMS com os valores postergados pelo Prodec para ver o impacto gerado ao tesouro estadual.

Segundo análise feita pelo Corpo Técnico do Tribunal de Contas do Estado [TCE], desses dois itens junto às LDO's para 2004, 2005 e 2006, "demonstrou não haver evidências de que a Secretaria de Estado da Fazenda tenha atentado para o cumprimento desses compromissos". (TCE, 2007, p. 276) Neste quesito, também não consta das LDO's para 2004, 2005 e 2006 de que "o Estado tenha adotado providências em relação às medidas de compensação exigidas pela LRF" (TCE, 2007, p. 276).

> Desta forma, não se vislumbrou junto aos mecanismos de planejamento do Governo do Estado que tais medidas legais tenham sido adotadas, de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas, tampouco se verificou a publicação de relatório de impacto orçamentário-financeiro, demonstrando o valor renunciado, o que caracteriza descumprimento aos princípios da publicidade, preconizado pelo art. 37 da Constituição Federal, bem como do princípio da transparência, estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 101/00 (TCE, 2007, p. 276).

Tabela 4 - Receita de ICMS e Renúncia Fiscal-Prodec, 1990 a 2010.

(*Em R$, valores constantes - ano base Jan/2012*)

Ano	Receita ICMS	Renúncia Fiscal Prodec	Participação da Receita sobre a Renúncia
1990	1.897.317	24.479	1,29
1991	1.646.161	136.972	8,32
1992	1.542.371	-	-
1993	1.439.020	13.302	0,92
1994	1.767.257	54.926	3,11
1995	1.044.187	1.706	0,16
1996	2.189.397	164.469	7,51
1997	2.315.353	-	-
1998	2.189.397	1.713.072	78,24
1999	2.598.822	111.992	4,31
2000	3.159.395	1.126.668	35,66
2001	3.780.342	260.336	6,89
2002	3.936.643	950.980	24,16
2003	4.784.842	540.077	11,29
2004	5.352.706	51.325	0,96
2005	5.980.374	273.989	4,58
2006	6.246.175	452.175	7,24
2007	7.895.681	97.081	1,23
2008	9.072.438	4.524.446	49,87
2009	9.768.419	1.136.906	11,64
2010	12.001.717	457.860	3,81

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (Balanço Anual), Relatórios de Atividades do Prodec

(*vários anos*) * Lei 14.075/07 de 03/08/2007 permite a entrada do Comércio no PRODEC

Representando não mais do que 5,01% da arrecadação nacional de ICMS e 25% da região sul do país, na análise dos dados, observa que nestes 21 anos registra-se um crescimento médio na arrecadação de ICMS de 12,56%. Subdividindo estes 21 anos em três etapas, entre 1990 e 1997, período em que o Programa passou por algumas alterações legislativas, a renúncia fiscal representou uma média anual de 3,55% da arrecadação de ICMS. Na etapa seguinte, entre 1998 a 2005, a postergação em relação ao imposto foi a uma taxa média anual de 20,76%. E entre 2006 e 2010, a média foi de 14,76%. Contudo teve ano que a renúncia do Prodec representou 78,24% da receita de ICMS, como teve ano que não chegou a 1,00%. Conforme aponta relatório do Tribunal de Contas, "Nos últimos anos Santa Catarina estabeleceu políticas agressivas de incentivos ficais, gerando inclusive, questionamentos na justiça. Por outro lado, tais programas afetam diretamente as receitas correntes do Estado, em cifras bilionárias" (TCE, 2010, p. 218).

Desse modo, a globalização da economia somada à competitividade entre Estados por novos investimentos, traz, sem dúvidas, impacto nas finanças públicas. Por outro lado, é possível identificar que nesta relação o setor privado é o grande beneficiado, dado que maximiza seu lucro. Para tanto, a *guerra fiscal* em curso representa novas estratégias para a acumulação, e cria condições para a mobilidade do capital. Há de se considerar que o efeito deste impacto tem implicância na política pública, uma vez que ao abrir mão de parte da arrecadação, consequentemente irá afetar a capacidade de investimento e custeio do setor público. Ressalta-se ainda que "[...] tais políticas provocam redução bilionária na receita arrecadada pelo Estado, afetando sim, e significativamente, seu patrimônio, sobretudo sua capacidade de realizar investimentos e desenvolver inúmeras ações demandadas pela sociedade" (TCE, 2010, p. 219). Ainda quanto à renúncia fiscal, o parecer exarado pelo TCE alerta que "[...] para inúmeras demandas da sociedade o Estado alega falta de recursos, inclusive na manutenção dos serviços e melhoria salarial em setores nevrálgicos como a educação, saúde e segurança pública" (TCE, 2010, p. 219).

Considerações Finais

A maior parte das conclusões deste artigo foi anunciada ao longo de seus títulos e subtítulos. Quero apenas destacar alguns elementos fundamentais para compreender a dinâmica da descentralização fiscal e como esta gera e reproduz a *guerra fiscal*. Após a reconstrução histórica da

centralização e descentralização fiscal, observamos que a criação do Prodec em Santa Catarina não é um ato isolado do governo catarinense, ma sim se insere dentro de um movimento nacional. E com a crise do Estado-Nação e o progresso da globalização, individualmente os territórios buscam se tornar cada vez mais viáveis ao enraizamento dos capitais.

Por conseguinte, as Unidades Federativas, sem o consentimento do Confaz, para atrair novas plantas industriais começaram a renunciar parte de sua arrecadação, dando início ao que popularmente conhecemos como *guerra fiscal*. No caso particular de Santa Catarina, observa que as liberações do Prodec (R$ 12,19 bilhões em 22 anos) não é o alicerce básico para o crescimento do setor. Mas afirmar que o Programa não contribui para o desenvolvimento da indústria, é uma analise descontextualizada. Até porque as tabelas demonstram que em média o Programa é responsável por 5,87% dos empregos gerados.

Quanto aos objetivos do Programa, incentivar a implantação de novas empresas e a expansão das já estabelecidas, foi possível constatar que uma das metas que era estimular a "desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas" e "incentivar a distribuição mais equilibrada do crescimento econômico", é um mito, dado que desde que o Programa foi criado (1988), apenas seis municípios, justamente aqueles que apresentam maior divisão social do trabalho, liberalização das forças produtivas e reprodução ampliada do capital, concentram 39,80% do total das liberações e 25,18% da riqueza estadual. É certo, que a renúncia fiscal contribui para a maior divisão territorial do trabalho, que se aprofunda ainda mais nas áreas já portadores de densidade técnica. E o caso da região da mesorregião Norte e do Alto Vale. Em resumo, podemos atribuir que concentração e centralização do Prodec nas regiões mais desenvolvida, é devido ao fato que capital atrai capital.

Com relação ao impacto gerado nas finanças públicas, observa-se que, na média, desde 1988, a renúncia fiscal do Prodec representa 17,67% da receita de ICMS. Neste contexto, há um conjunto de ressalvas do Tribunal de Contas, uma vez que provocam redução bilionária na receita arrecadada pelo Estado, inclusive, prejudicando a manutenção dos serviços públicos.

Portanto, no debate atual sobre do desenvolvimento regional catarinense, é fundamental buscar uma pauta de discussão para reestruturar o Prodec, dado que os critérios para concessão da renúncia fiscal, diga-se de passagem, o IDH, não está sendo utilizado para desconcentração espacial das atividades produtivas. Muito pelo contrário, os municípios que detém baixo IDH estão tendo o mesmo tratamento dos que apresentam elevado Índice. De um modo geral, pensar em alocar recursos para as regiões economicamente menos desenvolvidas é "[...] refletir sobre a sustentabilidade de um sistema socioeconômico que se baseia na construção e na reconstrução das desigualdades no tempo e no espaço" (MIOTO, LINS e MATTEI, 2010, p. 319).

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Abadia da Silva. **Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: O caso do setor automotivo.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. 2001.

ARAUJO, Alex Marcelo de. **Dinâmica do Federalismo Brasileiro e Guerra Fiscal.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação FFLCH Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009.

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. **A economia como ela é...** 3ª edição, Ed: Boitempo, 2000, 441p.

BRASIL. **Lei no 7.614, de 14 de julho de 1987.** Autoriza a realização, em caráter extraordinário, de operações de crédito à conta e risco do Tesouro Nacional, e dá outras providências.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz. FERNANDES, Ricardo Lopes. **Indústria em Santa Catarina: processo de desindustrialização relativa e perda de dinamismo setorial.** *In:* A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XX. LAURO MATEI, HOYÊDO NUNES LINS (Orgs). Chapecó, SC : Argos, 2010. 420p.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quartel do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CHACON, Marcelo Oliveira. **O papel do Pró-emprego e do Prodec na geração de novos empregos em Santa Catarina.** 2010. – Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências da Administração na UFSC.

Debaco, E. S. & Jorge Neto, P. (1998). **Competição entre os estados por investimentos privados.** Cidade: Centro de Estudos de Economia Regional. CAEN/UFC, Texto de Discussão 180.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina.** 2ª edição revisada. Florianópolis/SC: Editora da UFSC. 2007. 473p.

_____. **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina: Uma interpretação alternativa.** Material preparado para o I Ciclo de Atualização em Estudos Econômicos. Abril 2007.

LEMOS, M. B. **Espaço e capital**: um estudo sobre a dinâmica centro-periferia. Campinas: IE/UNICAMP, 1988. 2v. Tese (Doutorado)

LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. O **colapso das finanças estaduais e a crise da federação.** São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.

_____. **O papel da política fiscal: um exame da visão convencional.** Textos para Discussão. IE/UNICAMP n. 119, fev. 2006.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 1º capitulo : seguido das Teses sobre Feuerbach. Tradução Silvio Donizete Chagas. São Paulo : Centauro, 2002, 127p.

MIOTO, Beatriz Tamaso. LINS, Hoyêdo Nunes. MATTEI, Lauro. **A realidade demográfica de Santa Catarina na virada para o século XXI.** *In:* A socioeconomia catarinense: cenários e

perspectivas no início do século XX. LAURO MATEI, HOYÊDO NUNES LINS (Orgs). Chapecó, SC : Argos, 2010. 420p.

PRADO. Sergio. **Guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil.** Economia e Sociedade, Campinas, (13): 1-40, dez. 1999.

_____. **Guerra e Políticas de Desenvolvimento Estadual no Brasil.** Ensaio que resume os resultados de ampla pesquisa sobre o tema, realizado na Diretoria de Economia do Setor Público da FUNDAP – Fundação para o Desenvolvimento Administrativo. 2000. p. 38.

PEDROSA, Ivo V. CARVALHO, Maria Roseana de OLIVEIRA. Maria de Fátima C. de A. **Renúncia fiscal do Estado de Pernambuco: estimativa referente ao ICMS de 1996.** (Artigo publicado na Revista Brasileira de Administração Pública, da FGV, vol. 34, n. 1, jan-fev, 2000)

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação.** São Paulo : Boitempo, 2008, 238p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010.** Edição do 20º Aniversário. A verdadeira riqueza das Nações: vias para o desenvolvimento humano. 2010, 234p.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 5. reimp
. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 384p.

_____.... [et al.]. **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro. 3ª ed. 1ª reimp. 3.000 exemplares. Lamparina, 2011, 409p.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI.** 10ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008. 473p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org) **A globalização e as ciências sociais.** – 3º. Ed. – São Paulo – Cortez, 2005.

SANTA CATARINA. **LEI Nº 7.320, de 8 de junho de 1988.** Cria o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense PRODEC, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina – FADESC e dá outras providências.

_____. **LEI Nº 9.885, de 19 de julho de 1995.** Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - FADESC e estabelece outras providências.

_____. **LEI Nº 10.379, de 06 de fevereiro de 1997(a).** Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC, altera a denominação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - FADESC e estabelece outras providências.

_____. **DECRETO Nº 2.244, de 02 de outubro de 1997(b).** Regulamenta o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Empresa Catarinense - FADESC.

_____. DECRETO Nº 704, de 17 de outubro de 2007. Regulamenta a Lei 13.342, de 10 de março de 2005, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense – FADESC, e dá outras providências.

_____. **Resposta ao Pedido de Informação nº 0006/11**. Autoria da deputada estadual Luciane Carminatti. Relatórios de Atividades do PRODEC/FADESC, *vários anos* - nº 03/2011, expedida pela Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA. **Relatório Técnico sobre as Contas do Governo do Estado referente ao exercício de 2010.** Florianópolis: Tribunal de Contas de Santa Catarina, 2010. Disponível em: www.tce.sc.gov.br

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa** (Vol. 1). Trad. E. Huggins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (3ª ed.).

A CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DE LOCAÇÕES NO BRASIL: A FRANQUIA CASA DO CONSTRUTOR E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL (1995-2011)

Kleber Eduardo Men (PPH-UEM)[1]
Kleber_historia@hotmail.com

1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E SUA DELIMITAÇÃO:

O presente texto busca apresentar um projeto que propende desenvolver um estudo histórico e econômico tendo como objeto de pesquisa a instituição empresarial. Nossa problemática principal é analisar a consolidação do mercado de locações no Brasil, mais especificamente com relação à franquia "Casa do Construtor" e sua importância no desenvolvimento do setor de construção civil no que concerne aos anos de 1995 a 2011.

É comum ouvirmos que o Brasil, nas últimas duas décadas, conseguiu, dentre várias outras conquistas, estabilizar sua economia e incorporar alguns aspectos da economia global em um conjunto de transformações que marcaram em especial a última década do século XX. Essas transformações de cunho neoliberais implantadas principalmente na década de 1990, representaram uma quebra de paradigma, já que o Estado brasileiro, até aquele momento, sempre havia se feito presente como investidor no setor econômico, apesar de inúmeras mudanças ocorridas ao longo dos anos (DUTRA, 2010).

No decorrer dos anos 1990 a economia brasileira foi se estabilizando e apesar de toda conjuntura econômica ainda não aspirar muita confiança nasceu, em 1995, na cidade paulista de Rio Claro, a empresa de locação de equipamentos para a construção civil "Casa do Construtor". No ano de 2010 esta empresa foi considerada pela revista *"Pequenas Empresas & Grandes Negócios"* como a melhor Franquia do Brasil (PE&GN, 2010, texto *on line*). Além disso, foi no ano de 2011, selecionada como

[1] Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (2007), Especialista em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário de Maringá (2011), aluno do Curso de Pós Graduação em História das Instituições e História das Ideias (Mestrado) da Universidade Estadual de Maringá. Professor do Ensino Fundamental, Médio e Superior.

"Empreendedor Endeavor" no 38º Painel Internacional da entidade, que aconteceu na Cidade do México[2].

Diante do exposto, é importante ressaltar que essas informações nos deram motivos para escolher a mencionada empresa para realizar essa pesquisa de caráter histórico econômico, já que estudar sua gênese, bem como seu desenvolvimento consiste em um microcosmo para compreensão do cenário econômico nacional e internacional.

Dentro dessa perspectiva o objetivo desse projeto é registrar a história dessa empresa, sua política administrativa, a importância social e o entendimento da trajetória desta instituição em face dos contextos e conjunturas histórico-econômicas, passando pelo papel sócio-político dos empreendedores que a iniciaram e tornaram possível a sua consolidação, bem como sua contribuição para a economia brasileira.

Como foi descrito acima, para criarmos um campo satisfatório de análise tendo como fonte de pesquisa uma empresa torna mais do que obrigatório a compreensão do contexto em que ela está inserida, buscando esse entendimento dentro da micro e da macroestrutura econômica, conforme o caso. Sendo assim, vamos destacar de forma breve a conjuntura das transformações ocorridas no Brasil e no mundo visualizando essa trajetória.

Alguns estudos nos levam a acreditar que a década de 1980 é considerada como a década perdida. No Brasil, especialmente, esta década é marcada por uma inflação galopante que corroia o poder de compra e também por inúmeras tentativas por parte do governo em controlar o tão temido "leão da inflação". Mas não foi apenas no Brasil que essa crise econômica tirou o sono de muita gente, conforme destaca Dutra:

> Nos EUA, Ronald Reagan (1980 – 1989) deu origem ao processo de desmontagem do Estado de bem-estar social, executando uma série de cortes nos gastos públicos (Previdência), redução dos impostos para estimulo ao crescimento econômico, e liberação de importações. Estas medidas concentraram ainda mais a renda no país, aumentaram o desemprego e geraram grandes perdas sociais, porém reduziram a inflação (DUTRA, 2010, p. 43).

[2] Disponível em: http://refrescante.com.br/franquia-casa-do-construtor-e-selecionada-como-empreendedor-endeavor.html acesso em: 20 jan. 2012.

Do outro lado do Atlântico, mais precisamente na Inglaterra, os cintos também necessitaram de ajustes para controlar a crise econômica.

> Na Inglaterra, Margareth Thatcher (1979 – 1990) elaborou um rigoroso programa para acabar com a crise na economia britânica através da redução da intervenção estatal. Postulava o liberalismo e o monetarismo. [...] Thatcher reduziu, também, os serviços sociais. Através das políticas implementadas por seu programa, a Primeira-Ministra britânica conseguiu reduzir a inflação e valorizar a libra esterlina. Entretanto, gerou a queda da produção industrial, com o consequente aumento do desemprego, indicador este que triplicou após sua subida ao poder. A prioridade posta por sua política ao combate à inflação fez com que muitas empresas e bancos quebrassem durante sua gestão (DUTRA, 2010, p. 43).

Já a década de 1990 se inicia com uma importantíssima transformação. Esta mudança foi tão significativa que o historiador Eric Hobsbawn (1995) afirma que o "breve século XX" teve seu final decretado justamente por esse fato, que foi a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Bem ou mal, uma coisa era certa, o mundo jamais seria o mesmo.

Depois de quase trinta anos sem ir às urnas o povo brasileiro elege, em 1989, o alagoano Fernando Collor de Melo como presidente do Brasil. Eleito com a alcunha de "O Caçador de Marajás", Collor foi o presidente que deu início as reformas liberais, como destaca Dutra:

> Collor trazia um discurso pró combate à corrupção, assistência às camadas mais desfavorecidas da sociedade e prometia reformas estruturais profundas. De fato, estas reformas romperam com o modelo brasileiro de crescimento com grande participação do Estado e proteção tarifária, mesmo que, na prática, as aberturas financeira e comercial, assim como o processo de privatizações, iniciaram-se apenas no período 1990 – 1994 (DUTRA, 2010, p. 44).

O problema da inflação mesmo só foi resolvido durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), com o Plano Real idealizado pelo seu Secretário da Fazenda Fernando Henrique Cardoso que com o sucesso desse plano veio a se tornar presidente da República nas eleições de 1994, governando o Brasil entre os anos de 1995 a 2002. No bojo do combate a inflação, uma gama de medidas liberalizantes fizeram parte deste

capítulo da história brasileira, Dutra (2010) cita Giambiagi (2005) para resumir assim o governo Fernando Henrique Cardoso:

> A política econômica do governo FHC pode ser resumida em algumas reformas, como: privatizações de empresas estatais como a Vale do Rio Doce, Telebrás e Light e consequente fim de alguns monopólios estatais; mudança no tratamento do capital estrangeiro, saneamento do sistema financeiro; reforma parcial da Previdência Social; renegociação das dívidas estaduais, aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); ajuste fiscal; criação de agências reguladoras de serviços de utilidade pública e o estabelecimento de metas de inflação como modelo de política monetária. Pelo lado social, foram poucas as políticas adotadas por FHC: criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Bolsa-Escola; Bolsa-Renda; Bolsa-Alimentação; Auxílio-Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI) (DUTRA, 2010, *apud*, GIAMBIAGI, 2005, p. 47).

Entretanto, no contexto dessas transformações o setor de construção civil, mais especificamente o que tange um maior acesso as moradias, não sofreu alterações significativas. Continuou estagnado.

Mais tarde, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como sucessor de Fernando Henrique Cardoso, inicia-se uma política de cunho mais social centrada na distribuição de renda com a criação de projetos que visavam beneficiar as classes menos assistidas. Em consonância com essa política social foi criado o Bolsa Família que consistiu em um dos grandes projetos sociais desse governo (DUTRA, 2010). No entanto, no que tange a macroeconomia brasileira o que tivemos foi uma continuidade da política do governo anterior.

Dentro do contexto exposto acima é que temos o surgimento e a consolidação da empresa “Casa do Construtor” como uma das mais importantes franquias do Brasil. Atualmente esta empresa está presente em dezessete Estados e, entender a importância desse segmento comercial se torna importante no momento em que o Brasil se torna a 6ª economia mundial conforme o Centro de Pesquisa para Economia e Negócios (CPEN, *texto on line*). Esse fato faz com que os países denominados desenvolvidos passem a enxergar no Brasil um campo propício e seguro para o depósito de seus investimentos.

O fato é que necessitamos entender como e de que forma essas transformações estão ligadas com a consolidação do mercado de locações e da construção civil no Brasil e vice versa. Dentre os nossos objetivos específicos podemos destacar:

- Analisar o desenvolvimento e consolidação da empresa mencionada no contexto das transformações econômicas e sociais ocorridas entre os anos de 1995 a 2011;
- Registrar a história dessa empresa visando contribuir com os estudos feitos no campo da História Econômica e Empresarial;
- Compreender a importância dessa instituição, bem como a de seus idealizadores dentro desse conjunto de transformações econômicas e sociais;

Dessa forma, nosso propósito é justificado e assim, buscaremos nesse artigo expor a importância desse estudo, bem como destacar nossos objetivos nessa pesquisa, elucidando a importância de se estudar a história empresarial para o Brasil, que carece de exemplos e principalmente de estudos nessa área (BONDARIK; CARVALHO; PILATTI, s/d).

2 UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA E BIBLIOGRÁFICA:

Alfred Chandler já no início de seu artigo enumera alguns questionamentos que deverão ser respondidos pelo pesquisador que estuda história empresarial.

> O historiador, pela própria natureza de seu trabalho, deve interessar-se pela mudança. O que favoreceu a mudança? Por que ela se deu em tal momento e de tal maneira? Para quem estuda a história das empresas nos Estados Unidos, essas perguntas podem ser um pouco mais precisas. O que no passado americano deu aos empresários a oportunidade ou criou-lhes a necessidade de mudar o que estavam fazendo ou o modo de fazê-lo? (CHANDLER, 1998, p.19).

Dentro do contexto histórico supracitado, entendemos que a importância do historiador em se preocupar com assuntos como esse se faz necessário, pois permite que seja construído um campo de análise aonde pessoas que venham futuramente se interessar por tal negócio possam se espelhar na história de determinada instituição. A

importância dos fatos históricos, ou grandes empresas no sentido *lato* da expressão já foi apontada pelo escritor florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527).

> Embora por causa da natureza invejosa dos homens sempre tenha sido perigoso achar métodos e sistemas novos, assim como é perigoso procurar águas e terras desconhecidas, - pois os homens estão sempre mais dispostos a censurar, do que a louvar as ações do próximo; não obstante, impulsionado por aquele desejo natural que sempre senti, de agir sem nenhuma consideração, sempre que se trate de qualquer coisa que possa beneficiar a quem quer que seja, deliberei enveredar por um caminho que, não tendo ainda sido trilhado por ninguém, embora me possa trazer desgraças e dificuldades, também me poderá conceder algum premio mediante aqueles que considerassem essas minhas fadigas com olhar benévolo (MAQUIAVEL,1970, p. 95).

Utilizar a experiência histórica significa tomar uma atitude prudente. Por isso a seriedade em se registrar os caminhos trilhados pelas grandes e pequenas instituições, buscando tornar público uma vida de sucesso. Não que o insucesso não faça parte de nossa preocupação, acreditamos que muitas vezes aprender com os erros é mais significativo, entretanto a dificuldade em encontrar fontes que justifiquem esses fracassos pode ser um longo e árduo caminho. Como destacou Dalla Costa:

> A dificuldade maior é o acesso a este tipo de informações. Caso esteja-se escrevendo a história 'oficial', ou sob encomenda do grupo empresarial em questão, todas estas fontes estarão à disposição. Entretanto, ao se tratar de trabalhos acadêmicos, de modo geral os autores têm o acesso dificultado ou simplesmente negado, por tratar-se de informações 'sigilosas' (DALLA COSTA, 2004, p. 8).

Para entender o processo de formação de uma empresa, dentro do contexto em que ela está inserida, carecerá de abordagens em seus sentidos diversos, buscando legitimar ações individuais, com reflexos locais, que possam nos fornecer um campo de entendimento sob uma óptica mais ampla dentro do conjunto dos acontecimentos históricos. Quando Carlo Ginzburg (1990) propôs uma análise do particular, a fim de fornecer uma dimensão mais geral, destacou que o ponto de partida seriam os indícios, os sinais, as pistas, que poderiam nos levar ao entendimento do conjunto completo de um determinado fato.

Não cremos que caiba ao historiador apenas os estudos da macroestrutura de uma sociedade. Os acontecimentos vistos pelas particularidades, também consistem em uma forma de contribuir com a memória histórica dando exemplos a sociedade de modo geral.

> Para procurar se compreender os tempos atuais, deve-se procurar também compreender a célula base destes novos tempos, que é a empresa. O estudo e a compreensão da história individual de cada empresa, considerando-se o devido contexto histórico e social da atuação de cada uma apresenta-se como um necessidade essencial.
>
> Vivemos em uma época globalizada em que o conhecimento, entendido de forma ampla ou mesmo restrita, é essencial a sobrevivência de cada empresa. A História Empresarial é hoje considerada uma ferramenta de condução, resgate e manutenção dos conhecimentos habilidades e competências desenvolvidos por cada organização empresarial (BONDARIK; CARVALHO; PILATTI, s/d, p. 1-2).

A propósito, estudos como o nosso poderiam ser utilizados como uma espécie de espelho. Caso um trabalho como esse não seja feito por um profissional a verdadeira história pode ser substituída pela mistificação e uma trajetória de sucesso por um conglomerado de falácias sem objetivos práticos. Uma empresa deve uma resposta a sociedade, visto que a mesma não poderia ter se consolidado sem a ajuda desta e certamente que um trabalho desses feito por profissionais se torna mais apropriado. Dalla Costa cita um exemplo:

> Deixando a análise dos textos acadêmicos e entrando nos estudos de caso resultantes de encomendas das empresas, nota-se uma mudança significativa no acesso e na utilização que é feita das fontes e dos arquivos empresariais. Primeiro, os escritores têm acesso quase ilimitado às informações e conseguem retratar sua história com uma grande quantidade de detalhes. Se tomarmos, por exemplo, a história da Sadia, pelas informações presentes no livro, podemos perceber que o autor, não só teve amplo acesso à documentação oficial e interna à empresa, como soube fazer bom uso. O livro, dividido em três partes (As raízes 1944-1964; O crescimento 1964-1979; A expansão 1979-1994) relata a história da empresa, contextualizando-a no tempo e no espaço onde iniciou suas atividades. Em seguida demonstra como se deu sua evolução à medida em que foi implantando filiais industriais e comerciais não só no sul e sudeste, mas também nas demais regiões do país (DALLA COSTA, 2004, p. 12).

Um das principais fontes utilizadas pelo pesquisador são os documentos de imprensa. Em muitos casos esses se tornam os principais instrumentos de trabalho, visto que não há uma cultura predominante entre os empresários de se preocuparem com a preservação da memória de sua instituição. Entretanto, a utilização desses meios necessita de metodologia apropriada e de atenção especial com vistas a entender a veracidade das informações, conter muitos dos exageros, enfim, conforme destaca Dalla Costa:

> Vale considerar que a principal dificuldade é a análise a respeito da veracidade das informações, pois uma das características é a de ressaltar apenas aspectos positivos e outra, a de difundir informações com dimensões maiores que as reais. É comum em entrevistas com empresários ouvir comentários como "se tudo aquilo que sai nos jornais fosse verdade, minha empresa seria dez vezes maior" (DALLA COSTA, 2004, p. 8).

Seguindo a linha de argumentação a respeito de se estudar a História de uma Empresa, podemos destacar o que Bondarik, Carvalho e Pilatti (s/d) acreditam ser essenciais na obtenção de um registro histórico dessa trajetória:

> Comemorar alguma efeméride, como aniversário ou jubileus; Desejo de revelar parte do passado da empresa como elemento motivador do trabalho dos membros atuais desta; Homenagear os antepassados, fundadores e funcionários de destaque; Promover o nome e a ação da empresa junto a funcionários e clientes (marketing); Procurar manter a fidelidade dos clientes antigos e conquistar novos; Adquirir conhecimentos para auxiliar na tomada de decisões dentro da administração da empresa; Dotar os membros da empresa de uma visão funcional sobre ela; Tornar claro os campos de atuação da empresa (BONDARIK; CARVALHO; PILATTI, s/d, p. 4).

Acreditamos que, conhecer o passado, é a forma mais prudente que temos de evitar os erros futuros, vide a importância que o escritor florentino supracitado Nicolau Maquiavel dá a essa disciplina. Mais do que um registro, transcrever toda a trajetória empresarial é uma forma de aumentar a auto-estima e buscarmos exemplos que possam nos servir para a vida.

> Podemos afirmar que em todos os projetos de história empresarial sempre estará presente o desejo de se obter um conhecimento maior sobre a empresa, e nisto reside sua principal virtude. Inúmeros são os

> projetos iniciados e abandonados, idéias e processos que deram ou não certo e sobre os quais se perderam os testemunhos, resgatar estas experiências ou esta memória, apresenta-se como sendo a principal virtude da história empresarial (BONDARIK; CARVALHO; PILATTI, s/d, p. 4).

Enfim, diante do exposto, pensamos que esse trabalho contribuirá para os estudos econômicos da história do nosso país, colaborando, dessa forma, para a pesquisa em História Econômica Empresarial.

3 CONCLUSÃO:

Esperamos pode levar a cabo tal projeto, pois consideramos tal empreita muito importante para o desenvolvimento econômico das empresas brasileiras. Apesar de haver muita relutância sobre tal assunto por parte de muitos setores das Ciências Humanas. Reiteramos que o estudo de uma instituição empresarial não é apenas a história de uma vida de sucesso muitas vezes à custa do sofrimento e exploração de outra pessoa. Mas, acima de tudo o entendimento da trajetória desta instituição em face dos contextos e conjunturas histórico-econômicas, passando pelo papel sócio-político dos empreendedores que a iniciaram e tornaram possível a sua consolidação, bem como sua contribuição para a economia brasileira.

A cultura brasileira sempre considerou que as pessoas de sucesso financeiro atingiram sua fortuna por meios ilícitos, ajudados por conchavos e *lobbys* políticos. No entanto, há a necessidade de exaltar a riqueza e a prosperidade que foram conseguidas por meio do trabalho honesto e do esforço de suas mentes e mãos. Conforme destaca a citação abaixo:

> Sabemos todos que manter a empresa em funcionamento e operacionais é uma tarefa trabalhosa para os seus gestores que contam hoje com inúmeras ferramentas. No universo empresarial brasileiro, carecemos de maiores e melhores exemplos de sucesso na área empresarial. A literatura disponível no mercado editorial trata-se em sua quase totalidade de exemplos e história de empresas norte-americanas e européias. Em termos de Brasil, uma das melhores e poucas obras contando a vida de um empresário de sucesso e de suas iniciativas, foi "Mauá: O Empresário do Império", sobre Irineu evangelista de Sousa, Barão e depois Visconde de Mauá, escrito por

> Jorge Caldeira, obra que foi alvo de críticas por parte daqueles que consideram o capitalismo a nodoa a ser apagada da história do homem (BONDARIK; CARVALHO; PILATTI, s/d, p. 4).

Por fim, esse estudo mais aprofundado sobre a instituição "Casa do Construtor" poderá contribuir com a escrita da história econômica do Brasil. Acreditamos que ao estudarmos a sua trajetória poderemos contribuir com empresários futuros, atuais, micro-empresários, enfim, pessoas que buscaram aprender com os exemplos de outros, por meio dos erros que foram praticados, mas acima de tudo com os acertos que certamente não tardaram a chegar consolidando uma carreira de sucesso e prosperidade.

REFERÊNCIAS:

BONDARIK, Roberto; CARVALHO, Hélio P. de; PILATTI, Luiz Alberto. **História Empresarial: Uma ferramenta para a gestão do conhecimento nas organizações empresariais**. In. Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador: Tecnologia e Civilizações. Ponta Grossa-PR (S/D). Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais9/artigos/workshop/art17.pdf acesso em 23 jan. 2012.

BRASIL BATE REINO UNIDO E SE TORNA A 6ª ECONOMIA MUNDIAL, DIZ JORNAL. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-bate-reino-unido-e-se-torna-6-maior-economia-do-mundo-diz-jornal,97257,0.htm acesso em: 20 jan. 2012.

CASA DO CONSTRUTOR. Disponível em: http://www.casadoconstrutor.com.br acesso em: 23 jan. 2012.

CHANDLER, Alfred. **Ensaios para uma teoria histórica da grande empresa.** McCraw, Thomas K. (Org.). Rio de Janeiro: Editora da FGV,1998.

DALLA COSTA, Armando. **História e historiografia empresarial: acesso e utilização de arquivos e fontes**. in : DALLA COSTA, A. e GRAF, M. Estratégias de desenvolvimento urbano e regional (orgs.). Curitiba: Juruá, p. 121-141, 2004.

DUTRA, Luiz Gabriel Bettiol. **A atuação do Governo Lula no Combate ao déficit habitacional brasileiro: o caso do Programa Minha Casa Minha Vida** (Monografia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292802 acesso em: 23 jan. 2012.

Franquia Casa do Construtor é selecionada como 'Empreendedor Endeavor'. Disponível em: http://refrescante.com.br/franquia-casa-do-construtor-e-selecionada-como-empreendedor-endeavor.html acesso em: 23 jan. 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Maquiavel, Nicolau. **Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. São Paulo: Editora Brasileira, 1970.

PEQUENAS EMPRESAS & GRANDES NEGÓCIOS. Disponível em: < http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI146205-17180,00-DIVULGADOS+OS+GANHADORES+DO+PREMIO+AS+MELHORES+FRANQUIAS+DO+BRASIL.html> acesso em: 23 jan. 2012.

Título: A Sociedade dos Amigos dos Negros: o antiescravismo na Revolução francesa

Nome: Laurent Azevedo Marques de Saes

Filiação institucional: aluno de doutorado no quadro do Programa de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

Email: laurentdesaes@usp.br

Às vésperas da Revolução, a França viu o surgimento de seu primeiro movimento antiescravista organizado. Ele aparecia como o ponto culminante de uma evolução que, desde meados do século XVIII, revelou a existência de preocupações quanto ao funcionamento do sistema colonial. Ao mesmo tempo em que este atingia o seu auge em termos de produtividade, problemas estruturais ameaçavam a sua estabilidade. Ademais, o movimento surgiu numa época em que a sociedade metropolitana, marcada por contradições profundas, caminhava para um violento processo de redefinição de suas bases institucionais. O surgimento da Sociedade dos Amigos dos Negros foi, assim, o produto de um contexto bastante específico.

1) O comércio colonial no quadro da economia francesa

A exemplo de outros países europeus, a França tinha se enriquecido profundamente ao longo do século XVIII. O seu produto físico bruto, entre os decênios 1701-1710 e 1786-1795 tinha praticamente triplicado. Essa tendência tinha sido particularmente pronunciada a partir dos anos 1750, em grande parte, por conta do crescimento populacional, mas também em razão do aumento da produção. No que se refere à estrutura do produto interno bruto para o período 1781-90, a produção agrícola ainda preponderava (40,8%), à frente da indústria (37%) e dos serviços (22,2%), o que incluía o comércio. O fato, entretanto, é que a parte da agricultura na produção total do país tinha diminuído durante o período, em razão das maiores taxas de crescimento observadas na indústria e no comércio.[1] Assim, se a França ainda era um país majoritariamente agrário, com quase 80% de sua população vivendo nos campos, é verdade que a economia do país passava por algumas mudanças que repercutiam na organização da sociedade.

[1] Cf. DAUDIN, Guillaume. *Commerce et prospérité. La France au XVIIIe siècle*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2005, pp.23-51.

O setor agrícola continuava crescendo, mas num ritmo mais lento. O caráter arcaico da produção devia-se, em larga medida, a um regime fundiário ainda marcado por direitos comunitários e imposições feudais que impediam a modernização do cultivo. Na Inglaterra, as *enclosures* já tinham permitido a introdução de técnicas de produção intensiva, na França, apenas a Revolução libertaria a propriedade fundiária dos entraves ao uso irrestrito da terra.

Na indústria, o crescimento ao longo do século XVIII foi mais pronunciado, sobretudo no setor têxtil, que atingia quase 50% da produção industrial francesa. Mas, apesar disso, os produtos franceses ainda não conseguiam competir com os da Inglaterra, país que estava muito mais avançado em seu processo industrializante. Na França, a inovação tecnológica acontecia, mas num ritmo mais lento, o que dava aos produtos franceses a reputação de serem de qualidade inferior. No plano econômico, a Europa continental encontrava-se em atraso em relação à economia britânica, impulsionada pelo seu mercado interno de consumo. Se a França era, assim mesmo, o único real concorrente da Inglaterra, isso se devia muito ao seu comércio.[2]

O setor comercial foi o de crescimento mais rápido na economia francesa durante o século XVIII. O comércio interno começava a se desenvolver, mas ainda enfrentava sérios obstáculos, como a insuficiência das vias de comunicação[3] e a existência de alfândegas internas e tributos de passagem que dificultavam a circulação de mercadorias. Mais importante do que isso era o fato de que, num sociedade ainda estruturada com base em pequenos vilarejos de menos de mil habitantes, o comércio francês tinha dificuldades em encontrar mercados no interior das fronteiras do país. Os estados europeus, com a exceção da Inglaterra, não formavam propriamente mercados nacionais.[4] Assim, se o comércio francês tinha conhecido um forte crescimento, isso se devia essencialmente ao comércio exterior.

Dentro da ótica mercantilista, o poder do estado dependia de suas reservas de ouro e prata, de tal forma que, para aumentar as espécies monetárias em circulação, era preciso exportar a maior quantidade possível de bens e importar uma quantidade menor. Esse sistema impunha a adoção de medidas protecionistas, que proibiam ou taxavam

---

[2] Cf. LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. 2a edição. São Paulo: Ibrasa, 1989, p.47-50. SOBOUL, Albert. *Histoire de la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1962, tomo I, pp.45-47. SÉE, Henri. *L'évolution commerciale et industrielle de la France sous l'Ancien Régime*. Reimpressão da edição de 1925. Genebra: Slatkine Reprints, 1980, pp.299-305.

[3] As estradas eram bastante precárias e as águas francesas eram subutilizadas. No final do século XVIII, havia apenas dois canais operacionais (Midi e Flandres) para a prática da cabotagem, com três outros ainda não terminados.

[4] Cf. LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa* cit., pp.36-37 e 46.

fortemente as importações. Um dos eixos da política mercantilista residia no comércio com as colônias, submetido ao sistema do Exclusivo, que dava aos negociantes e armadores franceses a exclusividade no comércio de escravos e de produtos coloniais. Na segunda metade do século XVIII, essa política havia mostrado resultados expressivos: o comércio exterior francês tinha passado de 600 milhões de libras tornesas em 1750 para 1.153 milhões em 1787.[5] Esse aumento tinha sido, em parte, favorecido pelo aumento da produção manufatureira[6], mas o verdadeiro elemento-motor do comércio francês no final do Antigo Regime era o comércio colonial.

Às vésperas da Revolução, mais de 40% do comércio da França eram feitos com as colônias e grande parte do que a metrópole recebia alimentava as suas exportações para o continente europeu.[7] As importações vindas das colônias somavam 225 milhões sobre um total de 575 milhões de libras. O principal motor desse processo era a colônia de São Domingos, que havia se tornado a principal praça açucareira do mundo: suas exportações em 1789 eram um terço maiores do que as do conjunto das Índias Ocidentais e cuja população escrava ultrapassava a barreira de 500 mil.[8] Na Grã-Bretanha, o comércio colonial também ocupava um lugar de destaque na economia, mas, ao contrário da França, o país consumia praticamente a totalidade das produções provenientes do Caribe inglês. A França reexportava a maior parte dos produtos coloniais para o mercado europeu.[9] Entre 1785 e 1789, cerca de 90% do café, 70% do açúcar e 75% das *commodities* coloniais eram reexportadas. Os produtos do Caribe correspondiam à metade das exportações francesas.[10]

Assim, naquele fim século, o comércio marítimo, embora visto como uma empresa "aventureira", gerava importantes lucros e fomentava a ascensão econômica e social da burguesia dos grandes portos franceses, como Nantes, Le Havre, Marselha e Bordeaux. O crescimento do comércio marítimo não deixava de afetar o equilíbrio de uma sociedade tradicionalmente baseada na posse da terra.

---

[5] Cf. THIBAU, Jacques. *Le temps de Saint-Domingue: l'esclavage et la Révolution française*. Paris: J.-C. Lattès, 1989, p.72.

[6] Entre 1716 e 1787, o crescimento da exportação de produtos fabricados tinha sido de 221%, contribuindo para um aumento global de 298% das exportações francesas (cf. SOBOUL, Albert. *Histoire de la Révolution française* cit., tomo I, pp.46-47).

[7] Cf. LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa* cit., p.39.

[8] Cf. DAVIS, David Brion. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.179.

[9] Cf. BERBEL, Márcia, MARQUESE, Rafael, PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2010, p.41.

[10] Cf. DUBOIS, Laurent. *A Colony of Citizens*. Chapel Hill: Univ. North Carolina Press, 2004, p.47.

A ascensão do comércio atlântico também fazia emergir certas contradições no seio do sistema colonial. O aumento do consumo de produtos coloniais na Europa e, portanto, o aumento das exigências de produtividade nas economias coloniais havia incrementado a demanda por escravos nas ilhas francesas. Só no ano de 1788, por exemplo, 98 navios negreiros transportaram 29.506 negros apenas para a colônia de São Domingos.[11] O governo francês esforçava-se em manter o sistema do Exclusivo, mas, na prática, grande parte do abastecimento para as ilhas era fornecida por contrabandistas estrangeiros.[12] Apesar do sucesso da produção colonial caribenha, a França mantinha-se muito atrás dos Ingleses no que se refere ao comércio de escravos e, mesmo tendo progredido ao longo da década de 1780, com um aumento de 172%, o tráfico francês se mostrava insuficiente diante da demanda proveniente das ilhas francesas. O edito de 30 de agosto 1784 havia reconhecido legalmente essa situação, ao abrir alguns portos coloniais ao tráfico estrangeiro, mas muitos navios ingleses sequer respeitavam os limites desse Exclusivo "mitigado". Segundo François Crouzet, a razão principal do sucesso inglês no tráfico estava na qualidade de seus *trade goods*, mercadorias exportadas para a África em troca de escravos. A reputação dos produtos franceses era ruim, de modo que a clientela africana preferia as produções ofertadas pela Inglaterra e Holanda. Isso obrigava os armadores do país a importarem mercadorias, sobretudo as holandesas, para trocar por escravos. A manufatura francesa não era capaz de produzir esses produtos com a mesma qualidade e, consequentemente, o comércio colonial francês movimentava poucos produtos nacionais.[13]

Os problemas não paravam por aí. O tráfico era tido como um comércio de rentabilidade duvidosa. Em razão dos muitos riscos envolvidos na travessia do Atlântico, em que epidemias, acidentes, suicídios e revoltas de escravos eram comuns, a empresa era vista como uma verdadeira "loteria", podendo gerar grandes lucros ou enormes perdas. O Estado procurava compensar os riscos com o pagamento de *prêmios* por escravo transportado para as colônias francesas. No entanto, para muitos, essas subvenções apenas evidenciavam o caráter ruinoso do comércio de escravos. Esses fatores tinham sido profundamente agravados pelo aumento contínuo do preço médio do

[11] Cf. WIMPFFEN, Alexandre-Stanislas de. *Haïti ai XVIIIe siècle. Richesse et esclavage dans une colonie française*. Pierre Bluchon (org.). Paris: Karthale, 1993, p.296.
[12] Em 1786, por exemplo, o número de escravos trazidos à Martinica por estrangeiros foi de 1.683, sendo que os mercadores franceses trouxeram apenas 191 (cf. VILLIERS, Patrick. The slave and colonial trade in France just before the Revolution. In: *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, B. L. Solow (org.), Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p.229).
[13] Cf. CROUZET, François. *La guerre économique franco-anglaise au XVIIIe siècle*. Paris: Fayard, 2008, pp.306-307.

escravo, que tinha passado de 1670,2 libras (1783) para 2099,1 (1788). A consequência direta do encarecimento da mão de obra era o aumento do preço dos produtos coloniais. O preço da libra de café tinha passado de 15 soldos em 1783 para 27 em 1788.[14]

Assim, se o comércio com as colônias aparecia como o principal fator de impulso do comércio exterior da França, alguns o viam como um setor pouco benéfico no quadro geral da economia francesa. Comércio arriscado e dispendioso para o Estado, o tráfico movimentava poucos produtos manufaturados nacionais, não constituindo um real fator de dinamismo para a economia metropolitana.[15] Os produtos coloniais eram, na sua enorme maioria, reexportados e tampouco estimulavam o desenvolvimento de mercados internos de consumo. Como diria, em 1803, o economista e membro da segunda fase dos Amigos dos Negros, Jean-Baptiste Say, o tráfico e a escravidão eram os elementos-chave de um sistema que beneficiava apenas uma classe de indivíduos, sem trazer grandes vantagens para a metrópole.[16]

Por fim, é necessário ter em mente que a entrada em massa de escravos nas colônias europeias gerava um efeito perigoso: a enorme desproporção da população escrava em relação à população livre daqueles territórios. Esse fator, associado a um grau de exploração cada vez mais elevado da mão de obra, comprometia seriamente a estabilidade das sociedades coloniais. A intensificação dos atos de rebelião escrava ao longo do século XVIII[17] traduzia o caráter contraditório de um sistema que, no momento em que atingia o seu auge, semeava os germes de sua própria destruição. Para muitos, reformar o sistema era a única forma de preservá-lo.

2) A Sociedade dos Amigos dos Negros

[14] Cf. BONNEMAIN. *Régénération des colonies, ou moyens de restituer graduellement aux hommes leur état politique, et d'assurer la prospérité des Nations; et moyens pour établir promptement l'ordre dans les colonies Françaises. Paris: Imprimerie du Cercle Social, 1792*, pp.33-34.

[15] Como explica Lefebvre, durante muito tempo, a indústria funcionou na França como um anexo do comércio. Em Lyon, por exemplo, o "fabricante" era um negociante que importava a seda e exportava tecidos fabricados com ela, deixando o trabalho para operários assalariados. Com o tempo, entretanto, uma indústria mais complexa e autônoma se desenvolveu na França (cf. LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa* cit., pp.39-40 e 47).

[16] Cf. SAY, Jean-Baptiste. *Traité d'économie politique, ou simples exposition de la manière dont se forment, se distribuent, et se consomment les richesses*. Tomo I. Paris: Deterville, 1803, pp.227-228.

[17] Revoltas eram constantes nas colônias caribenhas. Além das costumeiras fugas, roubos, suicídios, as ilhas viviam cada vez mais sob a ameaça de levantes mais amplos. Em São Domingos, por exemplo, o envenenamento em massa de colonos conduzido por Macandal nos anos 1750 havia instaurado um clima de pânico generalizado na colônia (cf. THIBAU, Jacques. *Le temps de Saint-Domingue* cit., p.36. DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World*. Cambridge, Massachussetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2005, pp.51-52).

O tráfico e a escravidão motivavam, portanto, questionamentos não apenas quanto ao funcionamento do sistema colonial, mas também quanto aos rumos da economia francesa. Num momento em que a Inglaterra se alçava economicamente acima da Europa continental, muitos na França pregavam a necessidade de transformações que permitissem a modernização do país. Com isso, a segunda metade do século XVIII foi marcada, no quadro da monarquia absolutista, por uma tendência favorável à adoção de reformas, nos mais variados campos.[18] Ministros inovadores buscavam reduzir a regulamentação da economia e atenuar a política protecionista da monarquia, o que nem sempre agradava aos homens de negócios franceses.[19]

Essa tendência repercutiu nos assuntos coloniais, traduzindo-se pela escolha de administradores sensíveis às novas ideias. As perdas sofridas pela França com a Guerra dos Sete Anos (1756-63), aliadas a um sentimento de desconfiança reinante entre as colônias e a metrópole[20], haviam colocado a questão colonial em pauta. Em Versalhes, havia uma preocupação crescente com a boa administração das plantações nas colônias, o que incluía o tratamento dispensado aos escravos. Ganhava força a ideia de que um tratamento mais humano permitiria incrementar as atividades produtivas, assim como reforçar a segurança nas colônias.

Um fator constante de preocupação era a forte desproporção entre escravos e brancos nas ilhas, especialmente em São Domingos. Esse problema já tinha motivado o edito real de 1685, também conhecido como *Code Noir*, que procurava reafirmar o poder central contra a autoridade dos senhores de escravos e neutralizar, assim, os problemas decorrentes do aumento da população cativa nas colônias. O edito previa, assim, um certo número de obrigações aos senhores no trato de seus escravos, definindo padrões mínimos relativos à alimentação, ao vestuário e aos cuidados médicos.[21]

Ao longo do século XVIII, essa tendência de intervenção do estado no gerenciamento da escravidão aumentou. A ascensão da produção açucareira e a

---

[18] Na agricultura, por exemplo, desde o final da década de 1760, ocorreram sérias tentativas de modernização da agricultura, com a proteção das propriedades individuais contra os costumes agrários tradicionais, que entravavam as formas de produção mais intensivas.

[19] Nesse sentido, o tratado franco-inglês de 1786 foi tido como catastrófico pela classe manufatureira, na medida em que diminuiu os direitos de alfândega sobre os produtos manufaturados em metal (10%) e sobre os têxteis (12%). Os resultados foram desastrosos para as exportações francesas, que não podiam competir com as inglesas. A produção têxtil sofreu uma importante queda após 1786 (cf. LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa* cit., p.47).

[20] Durante o conflito, dada a incapacidade da França de abastecer as suas colônias, estas haviam recorrido aos insumos da América do Norte e não ficaram felizes em ver o Exclusivo restabelecido após a paz. O recurso ao contrabando era bastante intenso.

[21] Cf. MARTIN, Gaston. *Histoire de l'esclavage dans les colonies françaises*. Paris: Presses Universitaires de France, 1948, pp.27-28).

crescente demanda de mão-de-obra, na medida em que impunham a introdução constante de boçais, transformavam as colônias num barril de pólvora. A constante irrupção de revoltas e fugas evidenciava os perigos da brutalidade da escravidão e, consequentemente, da resistência escrava para a sociedade colonial. Além disso, as dificuldades de abastecimento de mão de obra por meio do tráfico impunham limites à superexploração de uma escravaria que praticamente não se reproduzia.

A escolha de ministros e administradores coloniais atentos às novas ideias, como o marquês de Castries (ministro das Colônias entre 1780-1787) e o futuro amigo dos Negros Daniel Lescallier (ordenador na Guiana[22] entre 1785-1788), foi uma manifestação dessa nova orientação reformista. Essa tendência teve, no plano jurídico, alguns resultados concretos: as ordenações de 3 de dezembro de 1784 e 23 de dezembro de 1785, conhecidas como as "ordenações contra os feitores", permitiam à administração intervir na gestão de bens cujos proprietários estavam ausentes e velar pelo tratamento justo dos escravos.[23] Tratava-se de uma inegável diminuição da autoridade doméstica diante da Administração, o que irritou profundamente os proprietários caribenhos e reforçou as suas reivindicações de autogoverno.

Mesmo que esses esforços não tenham sido capazes de promover um recuo do escravismo nas colônias francesas – e, de fato, não era essa a intenção –, eles eram indicativos de um contexto até certo ponto propício ao surgimento de um movimento antiescravista organizado. A existência de uma corrente reformadora no seio do Ministério da Marinha e das Colônias permitia entrever resistências menores à constituição de uma sociedade dessa natureza, e, de fato, o nascimento da Sociedade dos Amigos dos Negros foi viabilizado por negociações com o ministério.[24]

---

[22] O Ordenador era um dos chefes de administração colonial, submetido à autoridade do Governador. Era responsável pelos serviços civis, além de cuidar de questões orçamentárias.

[23] As leis garantiam ao negro a concessão de uma horta para o cultivo de víveres, assim como as tardes de sábado livres para a realização desse cultivo; dispensavam o escravo de possuir justificativa ou *billet de sortie* para ter acesso ao mercado dos domingos; reduziam e regulamentavam as punições; e sujeitavam os feitores a uma tutela administrativa. Os colonos promoveram uma forte resistência à aplicação dessa legislação, de modo que esse esforço reformista seria, em última instância, um fracasso (cf. TARRADE, Jean. L'esclavage est-il réformable? Les projets des administrateurs coloniaux à la fin de l'Ancien Régime. In: *Les abolitions de l'esclavage, de L.F. Sonthonax à V. Schoelcher 1793-1794-1848*, M. Dorigny (org.). Paris: Presses Universitaires de Vincennes / Éditions UNESCO, 1995, p.135; THIBAU, Jacques. *Le temps de Saint-Domingue* cit., p.57).

[24] O marquês de La Fayette, muito influente junto ao ministério e de seus contatos na nobreza esclarecida, foi o encarregado de negociar, no final do mês de março de 1788, com o ministro Loménie de Brienne, uma autorização para os trabalhos da entidade. Brienne concordou, sob a condição de que estes fossem orientados pela "prudência" e estivessem voltados para a demonstração do interesse dos plantadores e do fisco na subsitituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (Cf. REGISTRE de la Société des Amis des Noirs. In: DORIGNY, Marcel, GAINOT, Bernard. *La Société des Amis de Noirs 1788-1799: Contribution à l'histoire de l'abolition de l'esclavage*. Paris: UNESCO, 1988, p.109).

Num momento em que a Inglaterra e os Estados Unidos também conheciam o surgimento de sociedades antiescravistas[25], a Sociedade dos Amigos dos Negros surgiu como parte de uma tendência internacional que viu a formação de movimentos da mesma natureza nas principais potências escravistas. A entidade foi concebida, aliás, como uma espécie de filial de sua correspondente britânica, a *Society for Effecting the Abolition of Slave Trade*, surgida em 1787.[26]

Assim, em 19 de fevereiro de 1788, um grupo de homens liderado por três notórios personagens da Revolução – Jacques-Pierre Brissot de Warville (advogado e homem de letras), Étienne Clavière (banqueiro e negociante)[27] e o conde de Mirabeau (homem de letras, filho do famoso fisiocrata) – reuniu-se em Paris e decidiu formar-se "[...] em Sociedade, no intuito de concorrer, com aquela formada em Londres, para a abolição do tráfico e da escravidão dos Negros [...]".[28] No discurso inaugural, Brissot traçou as linhas gerais que orientariam o trabalho da entidade. A sua preocupação central, além de manifestar o caráter profundamente moral da causa antiescravista, era ressaltar a moderação dos objetivos da Sociedade, que visava não apenas a defender os negros, mas também a conciliar os mais diversos interesses envolvidos:

> "Ela será, ao mesmo tempo, a defensora dos Negros, do interesse nacional, do interesse do Fisco, e até mesmo do interesse dos Plantadores; pois ela

[25] Nesses dois países, a difusão dos ideais antiescravistas tinha sido amplamente favorecido pelo desenvolvimento das igrejas não-conformistas, em especial os quacres, e o estabelecimento de redes internacionais de comunicação religiosa (cf. DRESCHER, Seymour. Two Variants of Anti-Slavery: Religious Organization and Social Mobilization in Britain and France, 1780-1870. In: *From Slavery to Freedom: comparative studies on the rise and fall of Atlantic Slavers*. New York: New York University Press, 1999, p.51).

[26] Para fugir de uma *lettre de cachet*, Brissot tinha se refugiado, entre o final de 1787 e o início de 1788, em Londres. Com isso, conheceu os líderes abolicionistas britânicos, que nomearam Brissot e Clavière seus representantes na França e recomendaram a criação de uma sociedade nos mesmos moldes. Ao retornarem a Paris, anunciaram, no jornal *Analyse des papiers anglois*, de Mirabeau, a sua intenção de formar uma entidade que se unisse aos britânicos na sua campanha contra o tráfico (cf. REGISTRE de la Société des Amis des Noirs cit., pp.62-63; *Analyse des papiers anglois*. Paris: s.n., 1787-1788, tomo 1, p.474).

[27] Brissot e Clavière, assim como outros dois membros dos Amigos dos Negros (Bergasse e Crèvecoeur), já tinham se reunido, um ano antes, no quadro de outra entidade, a *Société Gallo-Américaine*, voltada para o fortalecimento das relações entre a França e os Estados-Unidos independentes. O seu objetivo era estabelecer um canal de comunicação com vistas a facilitar as trocas comerciais entre a França e os Estados Unidos. Acima de tudo, pretendiam introduzir na França os princípios da liberdade americana. Nos debates dessa sociedade, a questão da escravidão já tinha sido abordada (cf. Prospectus de la Société Gallo-Américaine établie à Paris en 1787. In: BRISSOT DE WARVILLE, Jacques-Pierre, CLAVIÈRE, Étienne. *De la France et des États-Unis, ou de l'importance de la Révolution de l'Amérique pour le bonheur de la France*. Londres: s.n, 1787, pp.340-342; BRISSOT DE WARVILLE, Jean-Pierre. *Correspondance et papiers*. Paris: Picard et fils, 1912, pp.134-135).

[28] Cf. REGISTRE de la Société des Amis des Noirs cit., pp.61-62.

> deve buscar o meio de conciliar o respeito pela sua propriedade, com aquele que se deve à humanidade".[29]

O seu objetivo não era, portanto, fomentar movimentos revolucionários nas colônias e nem mesmo provocar a adoção de medidas abruptas, mas reunir dados e utilizá-los como base para projetos que permitiriam a superação gradual do sistema colonial baseado na escravidão negra.[30] A Sociedade dos Amigos dos Negros não buscava a agitação popular, mas tampouco se equiparava às inúmeras sociedades filantrópicas que abundavam na França do final do século XVIII. Não se tratava de distribuir alimentos, roupas e remédios a alguns miseráveis, mas de atacar um sistema complexo, sobre o qual se sustentava um comércio bastante lucrativo. Era, ao mesmo tempo, uma sociedade de pensamento, que procurava difundir informações e ideias, e uma sociedade política, que buscava, por meio de uma intervenção direta junto aos órgãos do poder, medidas que permitissem o abandono gradual do sistema de exploração escravista.

Uma sociedade com tais características, ainda inserida num contexto de despotismo, não podia se estruturar como um movimento de massa. Ao contrário, os seus regulamentos apontavam para um modelo elitista que excluía uma verdadeira participação popular. Assim, no que se refere à subscrição mínima para integrar a Sociedade, os Regulamentos haviam fixado uma cotização de dois *louis* para os membros parienses e um *louis* para os que viessem do interior.[31] Ora, dois *louis* correspondiam, à época, a 48 libras tornesas, o que representava mais ou menos dois meses de salário de um operário agrícola.[32] O procedimento de admissão reforçava o caráter restrito da Sociedade: uma pessoa só podia ser admitida como membro por meio da apresentação por escrito de um membro efetivo, que cumpria o papel de padrinho, e da assinatura de outros quatro membros.[33] As próprias sessões da Sociedade seguiam um procedimento extremamente formalizado, segundo o qual as opiniões tinham de ser dadas segundo uma ordem pré-estabelecida e ninguém podia falar em pé.[34] Étienne Dumont, em carta de 22 de maio de 1789, fez uma descrição pouco animadora das atividades da Sociedade: "Tudo é formalidade na assembleia, a sua maneira de recolher

---

[29] Cf. *DISCOURS sur la nécéssité d'établir à Paris une Société pour concourir, avec celle de Londres, à l'abolition de la traite & de l'esclavage des Nègres. Prononcé le 19 février 1788, dans une Société de quelques amis, rassemblés à Paris, à la prière du Comité de Londres. (Paris): s.d. (1788),* p.26.
[30] Cf. *RÈGLEMENS de la Société des Amis de Noirs. S.l. (Paris): s.d. (1789),* p.13.
[31] ibidem, p.15.
[32] Cf. DORIGNY, Marcel, GAINOT, Bernard. *La Société des Amis de Noirs* cit., p.62.
[33] Cf. *RÈGLEMENS de la Société des Amis de Noirs* cit., pp.19-20.
[34] ibidem, pp.24-25 e 44.

as opiniões é tão ruim que a menor questão se arrasta durante horas e o tédio sempre me fez deixá-la antes do final da discussão".[35] O caráter restrito da Sociedade e o excessivo formalismo de seu funcionamento não deixavam de refletir a própria natureza de uma sociedade que não buscava promover agitação política e cujo programa residia na esperança de conciliar interesses contraditórios.

A contagem de presença nas sessões é difícil, mas os documentos disponíveis revelam uma média de 12,5 presentes por sessão para o ano de 1788; 14 para o ano de 1789; e 11 para o ano de 1790.[36] O número de aderentes provavelmente nunca chegou a duzentos. A Sociedade não atraía, e nem desejava atrair, as massas. Uma análise de sua composição permite reforçar o seu caráter elitista. Levando em conta os 174 membros que pudemos identificar[37], o primeiro aspecto que salta aos olhos é a sobrerrepresentação da nobreza, que reunia a metade, pelo menos, dos membros da Sociedade: muitos deles tinham sido enobrecidos pela aquisição de cargos, mas, na maioria dos casos, tratava-se de indivíduos pertencentes a uma alta-nobreza esclarecida. Alguns desses nobres, como Mirabeau, La Fayette, Condorcet, La Rochefoucault e Valady, tiveram uma participação ativa na campanha, mas é possível que, para vários deles, a Sociedade não fosse muito diferente das inúmeras sociedades filantrópicas que haviam se tornado bastante prestigiosas entre a elite francesa. Muitos deixariam o movimento quando das primeiras grandes polêmicas sobre a questão colonial.

Por outro lado, constata-se uma sub-representação de classes poderiam, em tese, ocupar um lugar predominante na campanha antiescravista. Os jornalistas, homens de letras e de ciência, advogados, médicos e profissionais liberais em geral representavam apenas cerca de 18% dos membros da Sociedade. São esses grupos, desvinculados das instituições do Antigo Regime, que poderiam ter levado o movimento para uma linha abolicionista mais avançada.[38] Sua dependência, entretanto, da influência política e financeira da nobreza liberal certamente limitava o seu poder de direção.

---

[35] Cf. DUMONT, Étienne, apud DAVID, Thomas. L'internationale abolitionniste: les Suisses et l'abolitionisme français, 1760-1840. In: *Abolir l'esclavage: un réformisme à l'épreuve (France, Portugal, Suisse, XVIII-XIXe siècles)*, O. Pétré-Grenouilleau (org.). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008, p.120.

[36] Cf. DORIGNY, Marcel, GAINOT, Bernard. *La Société des Amis de Noirs* cit., p.43.

[37] Com base nos documentos existentes, isto é, as duas listas de membros existentes, o registro das sessões e as informações adicionais trazidas por Claude Perroud, pudemos levantar um total de 189 nomes. Para quinze deles, entretanto, não foi possível obter informações biográficas.

[38] Nesse sentido, vale observar que nenhum dos futuros chefes montanheses do governo do ano II faria parte da Sociedade. Robespierre nunca foi membro, embora alguns texto o tenham sugerido.

O clero contribuía com cerca de 8% dos membros, um número aparentemente alto, dada a participação da ordem na população francesa, mas pouco expressivo em termos absolutos (apenas 14 membros), o que revela o papel secundário da religião no antiescravismo francês. Apenas um clérigo se mostraria realmente ativo na causa dos Negros: o abade Grégoire.

Pode-se dizer que, para a maioria desses homens, a luta antiescravista aparecia como parte de uma luta mais ampla pelos ideais de cidadania que seriam consagrados pela Revolução. A derrubada do despotismo na metrópole tinha, para eles, uma contrapartida colonial, que implicava a erradicação de um sistema que consideravam desumano e opressivo.

Havia, entretanto, outro grupo fortemente representado no seio da Sociedade: os financistas. Constata-se, de fato, a presença de um grande número de pessoas ligadas aos meios da Finança, em especial os coletores e funcionários da *Ferme Générale* e da *Régie Générale*, isto é, financistas que compravam do Estado o direito de cobrar determinados tributos.[39] Essas instituições, que tinham atingido o seu auge naquele final de século[40], tinham interesse direto no fortalecimento do comércio interno, na medida em que eram responsáveis pela cobrança dos impostos indiretos sobre a venda de certos objetos de consumo (*aides*), especialmente os vinhos, e de direitos sobre a circulação de mercadorias (*traites*, alfândegas internas).[41] Os membros pertencentes ao sistema financeiro representavam cerca de 17% dos Amigos dos Negros, um número bastante elevado para ocupações tão específicas. Ora, essas eram instituições que, pela sua própria natureza, preocupavam-se com a eficiência da organização financeira do país e com a ampliação da base de contribuição por meio do desenvolvimento de um mercado nacional. Podemos ver aí um ponto de conflito com a classe ligada ao comércio colonial, que não apenas movimentava poucos manufaturados franceses, como também reexportava a maioria dos insumos coloniais para outras nações. Dentro desse mesmo prisma, as isenções fiscais e os privilégios dados ao tráfico eram certamente vistos

[39] Nesse sistema de privatização da coleta de impostos, havia dois contratos possíveis. Pelo contrato de *ferme*, a companhia se comprometia a pagar um valor fixo, sob forma de caução, ao Estado, em troca da concessão, assumindo, assim, o risco das flutuações de receitas, mas acumulando tudo o que ultrapassasse o valor da concessão. Já o contrato de *régie*, dava os membros da companhia – *régisseurs* – uma remuneração ou retribuição fixa, de modo que era o governo que suportava os ricos (cf. WHITE, Eugene N. L'efficacité de l'affermage de l'impôt: la Ferme Générale au XVIIIe siècle. In: *L'administration des finances sous l'Ancien Régime*. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière, 1997, pp.104-105).
[40] As receitas da *Ferme Générale* tinham passado de 99 milhões de libras, em 1725, para 253 milhões em 1788 (cf. DONOVAN, Arthur. *Antoine Lavoisier. Science, Administration and Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p.118).
[41] Cf. WHITE, Eugene N. *L´efficacité de l'affermage de l'impôt* cit., pp.109-110.

como nefastos nos meios da finança. Deve-se ressaltar, aliás, que essas entidades cumpriam outra função essencial: conceder, por meio de adiantamentos sobre os impostos a serem coletados, crédito financeiro ao Estado, que, num momento de profunda crise financeira, sobretudo após as guerras dos Sete anos e da América, recorria cada vez mais a empréstimos para cumprir a sua folha de gastos.[42] A *Ferme Générale*, obrigada a pagar, em nome do Estado, os prêmios ao tráfico negreiro, já protegido por isenções fiscais, entrou, ao longo do século XVIII, frequentemente em conflito com os negociantes dos portos franceses.[43]

A participação dos meios financeiros era fortalecida pela presença de, pelo menos, seis grandes banqueiros europeus e uma quantidade semelhante de negociantes. Também era expressiva a participação de membros ligados às cortes soberanas (cerca de 12% dos membros), em especial os advogados e conselheiros da *Cour des Aides*, corte de segunda instância competente para julgar causas envolvendo finanças do Estado, o que compreendia as questões fiscais ligadas a impostos indiretos (*traites*, *aides*, gabela). Desta forma, eles reforçavam o campo ligado às questões financeiras.

Para além da simples contestação das isenções e subvenções do estado francês ao tráfico negreiro, poderíamos ver nessa burguesia das finanças uma fração de classe em oposição a um setor da economia francesa visto como parasitário. Mais do que isso, talvez esses homens contestassem os próprios rumos do comércio francês, baseado na reexportação das produções provenientes das colônias e, nesse sentido, manifestavam uma preocupação com o desenvolvimento interno do país. Num momento em que a Inglaterra vivia uma forte expansão manufatureira, era natural que uma parte da burguesia francesa tivesse tais preocupações.

É possível dizer que, para esse grupo, a Sociedade dos Amigos dos Negros era, acima de tudo, um movimento antitráfico, isto é, uma associação voltada contra um ramo específico do comércio francês e contra um modo de exploração das colônias visto como desprovido de efeitos nacionais benéficos. Nesse sentido, para esses financistas, a questão da escravidão propriamente dita assumia um caráter quase secundário.

---

[42] Cf. DONOVAN, Arthur. *Antoine Lavoisier* cit., pp.114-128. Em 1780, a dívida do governo para com a *Ferme Générale* já tinha atingido 72 milhões de libras (cf. WHITE, Eugene N. *L´efficacité de l'affermage de l'impôt* cit., p.107).

[43] Em 1748, por exemplo, os *fermiers généraux* tentaram taxar os aguardentes da Guiana destinados à Costa da África. Ora, mercadorias destinadas ao tráfico estavam isentas de direitos de saída, o que gerou protestos violentos dos negociantes de Bordeaux. No final da década de 1780, foi a vez dos negociantes de Nantes protestarem diante da recusa da *Ferme Générale* de pagar os prêmios ao tráfico (cf. SAUGERA, Éric. *Bordeaux port négrier XVIIe – XIXe siècles*. Paris: Karthala, 2002, p.70).

É importante observar que os Amigos dos Negros reuniam uma quantidade muito pequena de pessoas com interesses diretos nas colônias. Com efeito, poucos proprietários coloniais foram citados nas fontes disponíveis.[44] Encontramos a presença de três antigos administradores coloniais – Bellier, Boufflers e Lescallier – e de dois armadores – de Missy e Bérard –, além de alguns militares que haviam atuado nos territórios coloniais. No geral, entretanto, pessoas que contavam com uma experiência concreta nos territórios coloniais permaneciam largamente minoritárias. Nesse sentido, os Amigos dos Negros constituíam um movimento que observava a questão colonial de uma perspectiva metropolitana. Pensavam em promover modificações no sistema colonial que não apenas se ajustassem a determinados padrões de justiça e humanidade, mas que produzissem efeitos positivos para a França e sua economia. Para esses homens, isso excluía a ideia de independência.

Esses homens acreditavam que cabia à França, berço das novas ideias, suprimir as mazelas que acometiam os territórios ultramarinos. Nunca cogitaram, portanto, fomentar revoluções abolicionistas nas colônias, mesmo que tenham sido continuamente acusados de fazê-lo. Em momento algum, a dimensão imperial da França foi por eles questionada. Ao contrário, ao longo da Revolução, a ideia de que o país tinha se convertido em potência emancipadora apenas reforçaria a convicção da necessidade de conservação e mesmo de ampliação de seus territórios.[45] O antiescravismo dos Amigos dos Negros não implicava uma postura anticolonial e, na medida em que temiam que uma medida abrupta e radical levasse à perda das colônias, o seu programa adquiria necessariamente um caráter moderado.

3) O programa

A partir de meados do século XVIII, os Filósofos direcionaram o seu olhar crítico para as realidades coloniais, fazendo uso de suas ferramentas argumentativas

[44] Os irmãos Lameth, com posses em São Domingos, eram certamente os nomes mais expressivos, mas não se pode dizer que tenham sido membros ativos do movimento. Sabe-se também que La Fayette tinha posses nas colônias – na Guiana, sobretudo –, mas considerá-lo um colono, ao mesmo título que os demais, seria um exagero. Além desses nomes, um personagem obscuro, Bouteiller, é citado no registro como colono, mas trata-se provavelmente de um dos Bouteillers, grandes negociantes de Nantes que tinham plantations nas ilhas. O registro também indica a presença de um Segretier, que pode ou não ter sido um colono de São Domingos. De resto, deve-se mencionar a passagem efêmera de um grupo de homens de cor de São Domingos pela Sociedade.

[45] Como esclarece Jennifer Pitts, a Revolução, longe de questionar a legitimidade das posses ultramarinas francesas, resgatou a concepção segundo a qual a França deveria afirmar-se como uma importante potência colonial: "[...] a França era a nação 'universal', aquela que encarnava o futuro da civilização e tinha por missão salvar os outros povos da tirania e da ignorância" (cf. PITTS, Jennifer. *Naissance de la bonne conscience coloniale*. Paris: Atelier, 2008, p.194).

para atacar as justificativas tradicionais para a escravização de seres humanos. Essa tendência não era simplesmente o fruto de uma tomada espontânea de consciência, mas o produto de um contexto específico, marcado pela intensificação das instabilidades nas colônias europeias nas Américas, no momento em que o comércio colonial rumava para o seu auge. As décadas de 1720, 30 e 40, em especial, tinham sido marcadas por uma verdadeira guerra travada pelos *maroons* da Jamaica, além de numerosas rebeliões e levantes em outras colônias, como Guadalupe, Guiana, Martinica e Suriname. Essa tendência suscitava interrogações sobre a boa administração das colônias e os efeitos das crueldades cometidas contra os negros.

Se os Filósofos se dedicaram a denunciar o tráfico e da escravidão como violações dos direitos mais básicos da humanidade, a sua abordagem não estava, entretanto, livre de contradições. Ao mesmo tempo em que denunciavam essas instituições, argumentavam, com base na prudência, pela impossibilidade de sua erradicação total e imediata. Assim, se Montesquieu rebatia, no *Espírito das Leis* (1748), uma a uma, as justificativas tradicionais para a escravidão[46], ele também afirmava que esta podia encontrar uma "razão natural" em certos países, sendo, assim, menos ofensiva à razão nos climas tropicais, onde o calor tornava os homens indolentes e indispostos a cumprirem seu dever, a não ser sob a ameaça do castigo.[47]

Concretamente, Montesquieu estava muito longe de pedir a abolição da escravidão nas colônias[48]: suas propostas se limitavam à promoção de reformas destinadas a suavizar a escravidão, de modo a "[...] dela suprimir, de um lado, os abusos e, de outro, os perigos".[49] Uma das preocupações essenciais de Montesquieu era, de fato, com a segurança e a ordem nas colônias, onde, em razão do grande número de escravos, a ameaça de revoltas era constante.[50]

---

[46] Cf. MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *De l'esprit des lois*. Paris: Éditions Garnier Frères, 1956, tomo I, pp.255-258.
[47] ibidem, p.260.
[48] Nesse sentido, suas considerações também serviam aos escravocratas. Numa publicação de 1786, Duval de Sanadon, defensor da escravidão, louvaria os "sublimes escritos de Montesquieu", que haviam tido o mérito de indicar "os limites que não puderam ultrapassar" (DUVAL DE SANADON, David. Discours sur l'esclavage des nègres et sur l'idée de leur affranchissement dans les colonies. Amsterdam: Hardouin et Gattery, 1786, p.8).
[49] Cf. MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *De l'esprit des lois* cit., tomo I, p.263). Montesquieu apresentou, no capítulo XVII do livro XV, alguns regulamentos a serem adotados na relação entre o senhor e seu escravo, que garantissem ao escravo: alimentação e vestimentas suficientes; cuidados médicos na doença e na velhice; o respeito a certas formalidades quando da aplicação da punição, sobretudo a morte; a possibilidade de ser separado de um senhor irritado com ele; e o acesso à defesa civil, contra maus tratos, insultos e injúrias (ibidem, p.268-269).
[50] ibidem, p.266.

Obras posteriores marcaram uma relativa radicalização do discurso. Assim, a *Histoire des deux Indes* (1770) do abade Raynal, trouxe, nas edições de 1774 e 1780[51], passagens que "previam", ou melhor, alertavam para a possibilidade de um movimento de independência das colônias movido pelos escravos, liderados por um "Espártaco negro".[52] O tema da revolta escrava refletia as preocupações com o crescimento vertiginoso da população escrava e a multiplicação do número de revoltas nas ilhas.

Contudo, se o tom adotado pela obra de Raynal era mais inflamado, as suas preocupações permaneciam as mesmas de Montesquieu, assumindo a forma concreta de um programa de reformas capaz de promover uma melhoria das condições dos escravos, para favorecer a sua reprodução e preparar a superação apenas progressiva da escravidão.[53] Condorcet, um dos principais animadores dos Amigos dos Negros, retomaria essas mesmas ideias sete anos antes da fundação da Sociedade, em *Réflexions sur l'esclavage des nègres* (1781).[54] O programa da Sociedade dos Amigos dos Negros pode ser lido como uma nova manifestação dessa mesma evolução.

3.1) Abolição do tráfico

A exemplo dos antiescravistas ingleses, os Amigos dos Negros tinham como ponto de partida e meta principal a abolição do tráfico de escravos, o que significava que a emancipação efetiva da massa dos Negros das colônias era deixada para um futuro mais ou menos distante. Havia três motivos fundamentais para essa disposição. Em primeiro lugar, os Amigos dos Negros acreditavam – erroneamente – que a evolução da campanha contra o tráfico na Inglaterra estava perto de gerar frutos no Parlamento, o que tornava a conjuntura para uma medida análoga na França mais favorável. Em segundo lugar, acreditavam que, dados os riscos humanos e financeiros inerentes ao

[51] Os capítulos sobre as colônias contaram com o aporte de Jean de Pechméja e Denis Diderot.

[52] Cf. RAYNAL, Guillaume-Thomas. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce européen dans les deux Indes*. Tomo IV, Haia: Gosse fils, 1774, pp.167-168. Essa imagem de um grande e mítico líder revolucionário negro, tão comumente associada a Toussaint Louverture, já tinha sido introduzida em *L'an deux mille quatre cent-quarente, rêve s'il n'en fut jamais* (1771), de Louis-Sébastien Mercier, em que o autor, ao descrever o mundo utópico de 2440, imaginava um monumento "Ao vingador do novo mundo!", líder heroico de uma sangrenta revolução de escravos ocorridas nas colônias europeias (cf. MERCIER, Louis-Sébastien. *L'an deux mille quatre cent-quarante: rève s'il n'en fut jamais*. Vol.1. Paris: 1786, pp.194-195).

[53] Cf. RAYNAL, Guillaume-Thomas. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce européen dans les deux Indes*. Tomo III. Genebra: J.-L. Pellet, 1780, pp.202-203.

[54] O plano de abolição gradual proposto por Condorcet em 1781, sob o pseudônimo de Joachim Schwartz, previa a abolição do tráfico como ponto de partida para um processo de erradicação gradual da escravidão. O autor estimava em 70 anos o prazo para o fim da escravidão nas colônias (cf. CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Réflexions sur l'esclavage des nègres. Par M. Schwartz, Pasteur du Saint Evangile à Bienne, Membre de la Société économique de B.***. Nouvelle édition revue & corrigée*. Neufchâtel et Paris: Froullé, 1788, pp.33-45).

tráfico, a sua abolição era mais fácil de obter. Uma supressão dos incentivos estatais aos traficantes de escravos já seria suficiente para derrubar esse comércio, que viam como pouco lucrativo em si. Mais importante do que isso, entretanto, era a confiança que tinham os Amigos dos Negros de que a abolição do tráfico promoveria uma melhoria imediata e significativa da condição dos escravos existentes nas colônias. Na impossibilidade de repor a mão-de-obra por meio do recurso aos mercadores, os plantadores ficariam na obrigação de velar pela saúde dos escravos, reduzir a sua mortalidade e criar condições para a sua reprodução.

A crítica ao tráfico procurava unir a condenação moral dessa prática a uma denúncia de seu caráter oneroso. Assim, ao mesmo tempo em que davam detalhes sobre os horrores da travessia, os Amigos dos Negros esforçavam-se em demonstrar que, além de imoral, o tráfico era uma empresa lesiva a todas as partes envolvidas:

1) **O Estado**: este era obrigado, para garantir o abastecimento de escravos às ilhas, a pagar subvenções aos mercadores de escravos.
2) **O comércio:** a necessidade de pagamento de prêmios por parte do Estado evidenciava o caráter desvantajoso do tráfico do ponto de vista comercial. Os Amigos dos Negros difundiram a ideia de que esse comércio era uma "verdadeira loteria", em razão dos altos riscos envolvidos.
3) **As colônias**: o tráfico era apresentado como um obstáculo à reprodução da população negra nas colônias. Em razão da possibilidade de abastecimento pelo tráfico, os plantadores preferiam esgotar rapidamente os seus escravos, de modo a recuperar o quanto antes o investimento feito na sua compra e substituí-los por outros mais jovens e vigorosos. Com isso, nenhum esforço era feito para favorecer a reprodução da escravaria. Os plantadores viam-se então forçados a contrair novas dívidas para sanar a carência de mão-de-obra. Além disso, a entrada constante de escravos africanos era apresentada pelos Amigos dos Negros como o principal fator de instabilidade nas colônias.
4) **As manufaturas francesas**: os objetos envolvidos no tráfico de escravos eram, na sua maioria, provenientes de outras nações europeias, de modo que uma abolição desse comércio pouco afetaria as manufaturas francesas. Estas se beneficiariam ao contrário da substituição do tráfico por um comércio de outra espécie com o continente africano, que lhes abrisse novos mercados.[55]

[55] Cf. PÉTION. *Discours sur la traite des Noirs. Paris: Desenne,* 1790, pp.44-58.

3.2) Abolição gradual da escravidão

A necessidade da consideração do interesse público – isto é, a conservação das colônias – era uma ideia crucial no discurso dos Amigos dos Negros, que acreditavam ser possível – e necessário – avançar na via emancipadora, sem infringir os interesses legalmente estabelecidos. Na sua concepção, era preciso promover mudanças sem provocar grandes abalos no sistema e, nesse sentido, a propriedade privada, mesmo a propriedade sobre o escravo, não podia ser abruptamente suprimida. O plantador, fomentador da produção colonial, não podia ser, de uma hora para outra, privado da totalidade de sua mão de obra. Era preciso preparar a economia colonial para a transição para o trabalho livre, permitindo que os plantadores se ajustassem, absorvendo o impacto das perdas iniciais.

O segundo grande ponto do programa da Sociedade consistia, assim, na elaboração de uma legislação que permitisse o abandono gradual e progressivo do trabalho escravo nas colônias. A execução dessa legislação viria apenas após a abolição do tráfico, de modo a permitir que o fim do comércio de negros levasse os plantadores a promover transformações no tratamento dispensado aos escravos, a favorecer a sua reprodução e suprir, desta forma, a carência de mão-de-obra gerada pela supressão do tráfico. Então, uma vez percorrida essa primeira etapa, seria colocado em prática um programa de medidas que promovesse a emancipação gradual da escravaria, sem abalar a economia, e permitisse a regeneração dos escravos, preparando-os para a liberdade.

O *gradualismo* partia de duas preocupações essenciais, uma ligada à economia, outra ligada aos escravos. Por um lado, havia o problema da transição de um modo de produção baseado na mão de obra escrava para outro, baseado na mão de obra assalariada. Os Amigos dos Negros, a exemplo da quase totalidade dos antiescravistas da época, acreditavam na necessidade de etapas intermediárias que permitissem evitar a ruína dos estabelecimentos existentes. O pressuposto desse programa era que o trabalho livre geraria, num prazo não muito longo, um aumento de produtividade[56] que compensaria as eventuais perdas sofridas pelos plantadores com a passagem gradual para a mão-de-obra livre e a alta dos preços que essas perdas gerariam.

[56] Vale notar a influência exercida pelos economistas sobre o movimento antiescravista. Na França, fisiocratas como Dupont de Nemours dedicaram-se a provar o caráter pouco lucrativo do trabalho escravo. Contudo, a referência mais comum em textos antiescravistas franceses era Adam Smith, que havia argumentado pelo caráter improdutivo do trabalho do escravo dada a falta de motivação deste para o trabalho (cf. SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, vol. 1, p.486).

Além disso, havia a questão da inserção social da massa de escravos, despreparados, na ótica dos Amigos dos Negros, para a vida civil em razão do estado de embrutecimento a que estavam submetidos e que os havia praticamente privado de faculdades intelectuais e morais. Para os Amigos dos Negros, era primordial que, antes de serem libertados, os negros adquirissem "*A FACULDADE de serem livres*".[57] Pensavam, portanto, ser necessária uma fase de transição, durante a qual os Negros seriam "educados para a liberdade", o que não deixava de refletir a ideia iluminista de que o homem era perfectível, de que existiam graus de civilização e de humanidade.[58]

Essa opção política e filosófica por uma abolição apenas gradual da escravidão excluía a hipótese de uma emancipação que não se desse pela via legal. Os Amigos dos Negros rejeitavam ou sequer concebiam a ideia de associar a sua campanha a um movimento escravo nas colônias. Alguns membros temiam até mesmo que a própria existência da Sociedade pudesse provocar reações violentas entre os escravos nas colônias.[59] Nesse sentido, a política oficial adotada pela Sociedade foi a de sempre adotar, em detrimento de um discurso inflamado, um tom mais conciliador.

3.3) Suavização da condição dos escravos

Na medida em que a abolição só era concebida a longo prazo, colocava-se automaticamente a questão do estado daqueles que permaneceriam escravos e do tratamento a eles dispensado. A ideia de que era necessário reformar a escravidão era muito difundida no final do século XVIII, e isso mesmo no campo escravocrata.[60] O debate se dava em torno de intervenção ou não do Estado na administração dos escravos. Nesse campo, os estudos giravam em torno da oposição entre a autoridade pública e a autoridade doméstica. Tradicionalmente, os colonos reclamavam uma maior autonomia na condução dos assuntos coloniais. Qualquer interferência ou mediação entre o senhor e o escravo era considerada uma violação do direito de propriedade.

---

[57] Cf. *RÉPONSE à l'écrit de M. Malouet sur l'esclavage des nègres. Dans lequel est exprimé le voeu formé par les colons d'avoir des Représentans aux Etats-Généraux. Par un Membre de la Société des Amis des Noirs*. S. l. (Paris): 1789, p.58).

[58] Cf. TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston, Mass: Beacon Press, 1995, pp.80-81.

[59] Em 19 de agosto de 1788, por exemplo, De Bourges manifestou essa preocupação em sessão da Sociedade. Temia que os escravos entendessem uma eventual autorização governamental ao funcionamento da Sociedade como um anúncio de sua liberdade e se revoltassem para apressar a sua libertação (cf. REGISTRE de la Société des Amis des Noirs cit., p.175).

[60] Numa brochura de 1786, por exemplo, um colono, Duval de Sanadon, defendeu como justo e necessário o emprego de meios para suavizar a escravidão, eliminando os seus traços mais brutais (cf. DUVAL DE SANADON, David. *Discours sur l'esclavage des nègres* cit., pp.53 e 115-116).

Contudo, mesmo no campo escravista, havia quem pregasse a necessidade de uma intervenção do poder público no tratamento dado aos escravos. Malouet, plantador de açúcar em São Domingos que, durante a Revolução, seria um dos mais ardentes defensores da escravidão, defendeu, no *Mémoire sur l'esclavage des nègres* (1788), a necessidade de restrições à autoridade doméstica. Para garantir um tratamento mais suave aos escravos, entendia necessário sujeitar os senhores a um estado de ordem e de polícia e isso em seu próprio benefício, pois uma melhor administração geraria necessariamente melhores resultados na produção.[61] Ainda nesse sentido, em 1788, o intendente Barbé de Marbois defendia, na Câmara de agricultura de São Domingos, a necessidade de dar proteção jurídica aos escravos contra os excessos de seus senhores, como um imperativo de segurança pública, diante da possibilidade de revoltas.[62]

Assim, a suavização da condição dos Negros nas colônias aparecia como uma tendência dominante no final do século XVIII. Os Amigos dos Negros obviamente tinham na condição dos escravos uma de suas principais preocupações, mas entendiam que, para que essa suavização ocorresse, era preciso mais do que uma legislação nova que ampliasse as disposições do *Code Noir*: era preciso que os senhores fossem levados a promover mudanças *por absoluta necessidade*. Os Amigos dos Negros procuravam demonstrar que, havendo a possibilidade de rápida reposição do plantel por meio do tráfico, o interesse do senhor não era o conservar o seu escravo, mas extrair dele o maior proveito enquanto ele durasse. A inobservância do *Code Noir* e de outras leis do gênero era um indício de que a aplicação de uma nova legislação na esfera colonial seria ineficiente para garantir um tratamento mais humano aos cativos, visto que, numa plantation, a única autoridade era o proprietário:

> "[...] o Escravo não tem outra salvaguarda a não ser o interesse daquele de quem tornou-se a propriedade; em vão, serão opostas leis que fixem os limites do poder do Senhor, pois a manutenção das leis só pode ser confiada a ele próprio".[63]

Para os Amigos dos Negros, apenas a *abolição do tráfico* permitiria resolver esse impasse, na medida em que ela determinaria o *interesse* dos senhores na conservação de seus plantéis respectivos. O resultado concreto desse processo seria o favorecimento da população dos Negros.

---

[61] Cf. MALOUET, Pierre-Victor. *Mémoire sur l'esclavage des nègres*. Neufchâtel: s.n., 1788, p.20.
[62] Cf. THIBAU, Jacques. *Le temps de Saint-Domingue* cit., p.74.
[63] Cf. *RÈGLEMENS de la Société des Amis de Noirs* cit., p.6.

3.4) Um novo projeto colonial

Com a notável exceção de Mirabeau, os Amigos dos Negros nunca questionaram de fato o valor econômico das colônias. A sua militância partia, portanto, apenas da rejeição da escravidão como forma de valorização ideal das posses ultramarinas. O antiescravismo aparecia na base de uma concepção mais moderna de colonização, segundo a qual a escravidão não apenas impunha um trabalho de má qualidade e incompatível com a introdução de novas técnicas de plantio e conservação da terra, mas também impossibilitava a conversão das colônias em mercados de consumo.

Os Amigos dos Negros pregavam uma transformação do sistema colonial, na qual a superação da escravidão aparecia como um meio de conservação e até mesmo de extensão do império colonial. O quarto grande ponto do programa da Sociedade dos Amigos dos Negros consistia, justamente, em propor orientações novas à colonização francesa, com a reconversão das colônias existentes e a promoção de um novo tipo de relação comercial com a África. No que se refere às colônias existentes, queriam promover a passagem da exploração extensiva praticada nas ilhas para um tipo de exploração mais elaborada, com um trabalho mais qualificado e técnicas mais modernas de produção. O trabalho livre tornaria possível uma inovação tecnológica capaz de superar uma suposta estagnação de rendimentos a que a cultura açucareira estava condenada.[64] A exemplo de Adam Smith, os Amigos dos Negros entendiam que, de modo geral, a escravidão era incompatível com qualquer inovação técnica.[65]

No que se refere às novas etapas da empresa colonizadora, os Amigos dos Negros formulavam projetos para o continente africano. O objetivo não seria mais a captura e deportação de negros para as Américas, mas a criação de estabelecimentos que permitiriam a introdução de técnicas modernas de exploração e a instituição de um novo comércio que levaria para a Europa os mais ricos recursos naturais do continente africano (madeiras, algodão, arroz, tabaco, ervas e drogas, etc).[66] Ao mesmo tempo, esse novo sistema permitiria "civilizar" os Africanos, transformando-os em consumidores das produções manufaturadas da metrópole.

Tratava-se de um tipo de colonização sem dominação territorial, direcionando o papel da Europa para o estabelecimento de novas relações comerciais com o continente africano e a criação de novos mercados de consumo para os manufaturados europeus.

---

[64] Cf. DORIGNY, Marcel, GAINOT, Bernard. *La Société des Amis de Noirs* cit., p.36.
[65] Vale observar que mesmo um instrumento tão antigo quanto a charrua era praticamente desconhecido nas Antilhas francesas, onde seria introduzida apenas em 1835 (ibidem, p.37).
[66] Cf. *RÉPONSE à l'écrit de M. Malouet sur l'esclavage des nègres* cit., pp.82-83

Longe, portanto, de contestar o princípio da colonização, o programa da Sociedade tinha, no seu âmago, a ideia de uma transformação das relações entre a França e seu império, com vistas a abrir novas possibilidades de desenvolvimento para a Nação.[67]

Os pontos essenciais desse programa foram constantemente retomados pelos Amigos dos Negros durante a sua existência, seja por meio de artigos em jornais e panfletos, seja por meio de petições à Assembleia Nacional. Praticamente todos os textos antiescravistas publicados no final da década de 1780 pareciam se conformar ao mesmo padrão.[68] O antiescravismo reduzia-se, naquele momento, a um movimento contra o tráfico e por melhores condições de vida para os escravos das colônias com vistas uma emancipação futura. Na prática, isso significava apenas alterar o modo de reposição da mão de obra, substituindo o recurso ao tráfico pela reprodução endógena da população negra, e colocar gradualmente o escravo em condições de comprar a sua alforria. O objetivo era alterar o sistema colonial, de modo a torna-lo mais justo para com os negros e mais benéfico à economia nacional. Na medida em que não contestavam o estatuto colonial, a aplicação imediata de um modelo alternativo de colonização só era concebida no quadro de uma ampliação do império colonial.

4) Atuação

Surgida ainda num contesto de despotismo, a Sociedade podia inicialmente agir apenas nos bastidores, por meio de discussões internas, publicação de textos – o que era problemático[69] – e, eventualmente, o exercício de alguma pressão junto ao rei e ao ministério. Com a Revolução, os meios de ação foram alterados. A proclamação da liberdade de imprensa e a instituição de um sistema parlamentar deram aos Amigos dos Negros a possibilidade de publicar livremente textos destinados a um público mais

[67] Esse ponto de programa seria mais desenvolvido quando da refundação do movimento, em 1797, sob o nome de Sociedade dos Amigos dos Negros e das Colônias.

[68] Ver, por exemplo, FROSSARD, Benjamin Sigismond. *La cause des esclaves nègres et des habitans de la Guinée, portée au tribunal de la justice, de la religion, de la politique*. Genebra: Slatkine Reprints, 1978; SIBIRE, Abbé Sébastien-André. *L'Aristocratie négrière, ou Réfléxions philosophiques et historiques sur l'esclavage et l'affranchissement des Noirs, dédiées à l'Assemblée Nationale; par M. l'abbé Sibire, ancien ami des Africains, et leur premier missionnaire dans le Royaume de Loango*. Paris: Lesclapart et Desray, 1789; LESCALLIER, Daniel. *Réflexions sur le sort des Noirs dans nos colonies*. Paris, 1789; BERNARDIN DE SAINT-PIERRE, Jacques Henri. Voeux d'un solitaire. In: *Oeuvres complètes*. tomo 11. Paris: Méquignon-Marvis, 1818.

[69] O regime de imprensa era bastante restrito sob a monarquia absoluta. Conseguir autorização para publicações que confrontavam os interesses de todo um setor da economia francesa era improvável. A edição de traduções de obras inglesas apresentava menores problemas, pois a censura tendia a ser menos vigilante em relação a livros. Para fugir da censura, muitos, como Brissot, imprimiam os seus escritos em países limítrofes, como a Suíça (Cf. DORIGNY, Marcel. Mirabeau et la Société des Amis de Noirs: quelles voies pour l'abolition de l'esclavage. In: *Les abolitions de l'esclavage* cit., pp.153-154; DAVID, Thomas. L'internationale abolitionniste cit., pp.117-118).

amplo e apresentar petições e projetos na Assembleia Nacional. Brissot fundou o seu próprio jornal, *Le Patriote Français*, fazendo dele o principal veículo para os Amigos dos Negros. Na Assembleia, vinte e cinco membros da Sociedade estavam presentes como deputados, ao lado de futuros membros e simpatizantes.[70] A Revolução projetou o movimento para o centro da arena política.

Entretanto, o contexto revolucionário não alterou as bases do programa da Sociedade, que continuou a direcionar os seus esforços apenas para a supressão do tráfico. O fato, entretanto, é que a nova Assembleia revolucionária também contava com a forte presença de representantes dos portos franceses. Apesar dos desacordos quanto aos termos do Exclusivo, esses deputados faziam frente comum com os representantes das colônias quando o assunto era preservar o tráfico e a escravidão. Juntos, estabeleceram as bases de um compromisso que permitiu bloquear todas as investidas dos Amigos dos Negros contra o tráfico. O principal resultado disso foi a lei de 8 de março de 1790 que dispôs que:

> "[...] a Assembleia Nacional declara que ela entendeu não inovar em nada nenhum dos ramos do **comércio, direto ou indireto, da França com as suas colônias**; coloca os colonos e suas propriedades sob a salvaguarda especial da nação; declara criminoso perante a nação todo aquele que trabalhar para incitar levantes contra eles" (grifo nosso).[71]

Sem nomear claramente as coisas, a lei preservava o tráfico tal como ele era praticado e ainda estabelecia a censura em matéria colonial. Na ocasião, dois Amigos dos Negros, Mirabeau e Pétion, tentaram abrir o debate sobre o tráfico, mas foram silenciados pela Assembleia, que aprovou a lei por quase unanimidade.[72]

Derrotados em sua luta contra o tráfico, os Amigos dos Negros se viram reduzidos a militar pelo fim da segregação nas colônias, isto é, pelo reconhecimento dos direitos de cidadania dos homens de cor livres, mestiços que eram, na sua maioria, plantadores e proprietários de escravos. O principal argumento apresentado nessa campanha era o de que os homens de cor compunham as milícias encarregadas da repressão dos escravos rebeldes e fugitivos. Assim, o reconhecimento de seus direitos

[70] Para a lista completa dos deputados e suplentes eleitos para os Estados Gerais de 1789, cf. *Archives Parlementaires*, tomo 1, pp.593-608.
[71] Cf. *Le Moniteur Universel*, tomo 3, pp.553-554.
[72] ibidem, p.554.

era a única forma de garantir a sua aliança com os colonos brancos e manter a ordem nas colônias.[73]

Os Amigos dos Negros encontravam-se, assim, na posição contraditória de ser um movimento antiescravista em defesa de senhores de escravos pela manutenção da ordem colonial. Contudo, até mesmo esse programa extremamente restrito se impôs com enorme dificuldade. Os Amigos dos Negros conseguiram uma primeira vitória em 15 de maio de 1791[74], obtendo o reconhecimento dos direitos dos homens de cor nascidos de pai e mãe livres, mas essa mesma lei foi revogada em 24 de setembro do mesmo ano.[75] Os colonos haviam conseguido convencer a Assembleia da necessidade de manter nas colônias, por meio da segregação, uma classe intermediária entre os brancos e os escravos: entendiam que a existência de uma classe de homens livres, porém desprovidos de direitos políticos em razão de sua origem servil, atuava como meio de controle moral sobre a massa de escravos que compreendiam que nunca poderiam se tornar iguais aos brancos.[76] O projeto de reformulação colonial dos Amigos dos Negros fracassou diante da frente formada por colonos e negociantes.

A página colonial da Revolução sofreria uma reviravolta com a chegada das notícias da grande insurreição dos escravos em São Domingos de agosto de 1791. Este seria o ponto de partida para a formação de uma opinião antiescravista mais avançada. Os Amigos dos Negros, entretanto, não tirariam grandes conclusões a respeito da guerra civil em São Domingos. Em 30 de outubro de 1791, mesmo após o recebimento de diferentes cartas que confirmavam o levante, Brissot, em discurso à Assembleia Legislativa, manifestou sua descrença quanto à veracidade dos fatos anunciados, entendendo-os exagerados, dada a incapacidade dos negros de organizar um movimento organizado: para ele, a reunião de 50 mil negros, embrutecidos pelo estado de servidão, desprovidos de disciplina e conhecimentos táticos, era improvável.[77] Para os antiescravistas, era inconcebível que escravos negros, situados num baixíssimo grau de

---

[73] Ver, por ex., GRÉGOIRE, Abbé Henri. *Mémoire en faveur des gens de couleur ou sang-mêlés de St.-Domingue, & des autres Isles françaises de l'Amérique, adressé à l'Assemblée Nationale*. Paris: Belin, 1789, p.17

[74] Cf. *Le Moniteur*, tomo 8, número 136, 16 de maio de 1791, p.404.

[75] ibidem, tomo 9, número 268, 25 de setembro de 1791, p.771.

[76] Ver, nesse sentido, *OBSERVATIONS d'un habitant des colonies sur le "Mémoire en faveur des gens de couleur..." adressé à l'Assemblée nationale par M. Grégoire. S.l.: s.n., s.d.*, pp.21-22. Esse texto, publicado anonimamente por um colono, Moreau de Saint-Méry, seria retomado por Barnave, relator do comitê das colônias da Assembleia na sua defesa da lei de 24 de setembro de 1791 (cf. *Le Moniteur*, tomo 9, número 268, 25 de setembro de 1791, p.759).

[77] Cf. BRISSOT DE WARVILLE, Jacques-Pierre. *Discours sur un projet de décret relatif à la révolte des noirs*. Paris: Imprimerie Nationale, 1791, pp.2-12.

humanidade, fossem capazes de se insurgir de forma organizada contra a ordem colonial. Como diz M. Trouillot, "a Revolução Haitiana entrou, assim, na história com a característica peculiar de ser impensável no momento mesmo em que ela ocorria".[78]

A única conclusão que os Amigos dos Negros tirariam das notícias seria quanto à necessidade de reconhecer o direito dos homens de cor livres, os únicos capazes de restabelecer a ordem nas colônias. Aos deputados na Nação, Brissot lançou a pergunta: "[...] desarmar os homens de cor não era acorrentar ou matar o cão fiel que vigia a porta do curral? Não era preparar a revolta dos negros?"[79] Os Amigos dos Negros valeram-se da revolta para convencer a Assembleia de que a salvação das colônias passava pela união dos proprietários de todas as cores contra a insurreição escrava. O resultado dessa campanha, e a única vitória dos Amigos dos Negros durante a sua curta existência, foi o decreto de 24 de março de 1792, que previa que as pessoas de cor, mulatos e negros livres gozariam, tal como os colonos brancos, da plena igualdade de direitos políticos.[80] Essa lei talvez tenha sido o último traço de atividade por parte dos Amigos dos Negros, antes de sua refundação no final de 1797.

Assim, a Sociedade dos Amigos dos Negros nada ou pouco teve a ver com a abolição proclamada no início de 1794. Esta foi o resultado de um contexto específico, marcado pela evolução da insurreição escrava nas colônias[81], mas também pela existência de uma guerra contra as potências europeias e pela ascensão, em 31 de maio – 2 de junho de 1793, de um governo republicano radical fortemente apoiado no movimento popular.[82] Nesse contexto, formou-se uma corrente abolicionista alternativa, não mais voltada para a superação progressiva da escravidão colonial, mas para a sua erradicação imediata. Os *patriotas* passaram a ver os insurretos negros como os *sans-culottes* das ilhas. Num momento em que a aliança da República francesa com os negros parecia ser o único meio de conservar o império, a Convenção proclamou, em 4 de

[78] Cf. TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past* cit., p.73.
[79] Cf. BRISSOT DE WARVILLE, Jacques-Pierre. *Discours sur un projet de décret relatif à la révolte des noirs* cit., p.14
[80] Cf. *Le Moniteur*, número 84, 24 de março de 1792, tomo 11, pp.706-707.
[81] O curso dos eventos havia levado os comissários civis Sonthonax e Polverel a se unirem aos negros contra os colonos brancos de São Domingos. Essa aliança resultou numa abolição local da escravidão, proclamada em agosto de 1793.
[82] Em 4 de junho, por exemplo, dois dias após as jornadas populares que levaram à queda dos Girondinos, representantes dos portos franceses, uma delegação de sans-culottes conduzida por Chaumette, da Comuna de Paris, acompanhou um grupo de "Americanos livres", homens de cor, à Convenção para reclamar a liberdade geral dos negros detidos na escravidão (cf. *Journal de la Montagne*, número 92, 25 pluvioso do ano II, p.732; *Archives Parlementaires*, tomo LXVI, pp.56-57).

fevereiro de 1794, a abolição da escravidão em todas as colônias francesas e o reconhecimento dos direitos civis e políticos de todos os novos livres.[83]

A lei sofreria uma aplicação difícil e teria, ao final, uma vida curta, sendo revogada por Bonaparte, em 1802. Dissipados os fatores que haviam tornado a abolição possível e necessária, a ideia de restabelecer o tráfico e a escravidão nas colônias acabou prevalecendo. A oposição à frente formada pelo *lobby* colonial e o comércio marítimo ainda não dispunha de amparo político suficiente num país ainda incapaz de conceber o seu desenvolvimento com base num modelo econômico alternativo. Uma França industrializada e dotada de um forte mercado interno ainda era uma realidade distante. Quanto aos Amigos dos Negros, as suas ideias nunca foram, ao longo de todo o período, efetivamente colocadas em prática. Incapazes de convencer a Nação de que era desejável operar a transformação de um sistema que havia se revelado bem sucedido até então, o seu fracasso traduziu, de certa forma, as contradições de um país em pleno processo de transformação institucional, mas ainda preso a determinados modelos de desenvolvimento.

[83] Cf. *Le Moniteur*, tomo 19, número 137, 5 de fevereiro de 1794, p.388.

Forma e conteúdo: a constituição dos problemas de planejamento econômico no PAEG e no PED (1964-1970)

Leandro Vizin Villarino, mestrando em História Econômica pela FFLCH-USP
villarino@uol.com.br

1. Introdução

Este trabalho propõe uma análise dos textos do *Programa de ação econômica do governo*, elaborado no início do governo Castello Branco como uma programação emergencial para o início da ditadura (1964-1966), e do *Programa estratégico de desenvolvimento*, formulado no governo Costa e Silva para o triênio 1968-1970. O objetivo central não é abordar esses documentos sob a perspectiva da história do pensamento econômico, mas verificar como as condições de produção do discurso oficial (as "formações discursivas") variaram ao longo desse período chave da história econômica do Brasil. Para tanto, o artigo divide-se em cinco partes além desta introdução: (1) a delimitação do tema confrontando visões polêmicas na historiografia brasileira e apresentando alguns critérios de abordagem dos textos; (2) uma descrição mais precisa das fontes analisadas; (3) a análise propriamente dita dos documentos; (4) algumas conclusões na forma de comentários finais; (5) a apresentação das fontes e da bibliografia. Em suma, nosso trabalho tende a mostrar que, embora os planos econômicos tendam a apresentar objetivos comuns, os meios para a realização desses objetivos, sua própria concepção e os critérios de formulação de objetos de planejamento variam significativamente entre os textos, problematizando as perspectivas historiográficas que apostem na continuidade estrita da política econômica da ditadura militar.

2. Delimitação do tema

O ano de 1967 marca uma importante transição no interior da ditadura militar brasileira; trata-se da substituição de Castello Branco por Costa e Silva na presidência da República, com importantes alterações no perfil ideológico do ministério e na relação do governo autoritário com a sociedade civil. No âmbito econômico, dois aspectos marcam a nova administração: do ponto de vista do desempenho, verifica-se uma aceleração do crescimento com inflação decrescente[1] e, do ponto de vista da gestão de política, nota-se um comportamento fiscal e monetário bem mais expansionista. É de se esperar, portanto, que as diferentes ordens de inflexão se cristalizem também na esfera do planejamento econômico. Essa "cristalização" será o objeto geral de nosso artigo.

Para tanto, analisaremos as duas versões sintéticas dos principais planos econômicos do período, o *Programa de ação econômica do governo* (MPCE, 1964; doravante referido como PAEG) e as *Diretrizes de governo/Plano estratégico de desenvolvimento* (MPCG, 1967; doravante, PED). O

[1] No período 1964-6, a variação média anual do PIB é de 4,17% (IBGE) e a da inflação, de 57,69% (IPC-Fipe). Já no quadriênio 1967-70, esses dados são, respectivamente, 8,47% e 22,54%.

primeiro consiste em um programa emergencial voltado para a orientação econômica do governo e das principais reformas no triênio imediatamente posterior ao golpe (1964-6); o segundo, elaborado já sob a presidência de Costa e Silva, apresenta as diretrizes de governo para 1967 e as prioridades prospectivas para um *Plano estratégico de desenvolvimento* a ser efetivamente elaborado e aplicado para os anos 1968-70. Nesta "Delimitação", procuraremos levantar os principais problemas historiográficos, que, principalmente na esfera econômica, se apresentam para essa transição e justificar a relevância dos documentos analisados para o encaminhamento da reflexão histórica.

Ianni é uma das poucas vozes a apostar na continuidade estrita entre a gestão e planejamento econômicos de Castello Branco e Costa e Silva. Para ele, "os governos 1964-1985 adotaram diretrizes econômicas que podem ser consideradas de mesmo gênero", destacando, entre outras, o controle da inflação, o incentivo ao desenvolvimento de determinadas indústrias, a ênfase em reformas de "modernização" ou "racionalização" etc. (Ianni, 2009, p. 215). No que concerne ao momento histórico de interesse específico para nosso artigo, o autor reforça: "o Governo Costa e Silva não rompeu com a interpretação e as diretrizes econômicas gerais do Governo Castello Branco", já que ambos "foram bastante influenciados pelas mesmas forças políticas e econômicas que haviam provocado a deposição de João Goulart". Embora reconheça a ênfase do novo governo em "humanizar a revolução", Ianni desqualifica essa posição como mera retórica voltada a interesses políticos conjunturais: "na prática, entretanto, [o PED] correspondeu à continuidade das diretrizes formuladas pelas mesmas forças políticas e econômicas que haviam passado a controlar o poder em 1964" (*idem*, p. 227-8). Em suma, o texto parece admitir uma subjetividade político-econômica (as "forças") anterior e determinante da atuação econômica dos governos militares, o que asseguraria sua continuidade. Esta é caracterizada essencialmente pelos aspectos de centralização do poder executivo, reforma governamental e incentivos ao desenvolvimento do empresariado privado (*idem*, p. 232-242). Mas será que a permanência desses objetivos implica continuidade de interpretação e prática econômicas? Embora compartilhem os mesmos alvos, não é possível que os diferentes governos ditatoriais tenham concebido modos distintos de realizá-los?

Além disso, não podemos esquecer que, mesmo admitindo a continuidade dos aspectos elencados por Ianni enquanto objetivos gerais, a literatura sobre o período aponta diferenças de ênfases e de meios que não podem ser negligenciadas. Em geral, os autores focam descontinuidades em três níveis, que desenvolveremos brevemente a seguir: na condução da política econômica, na estratégia de legitimação retórica e ideológica do regime e na compreensão da conjuntura. Fishlow, num texto repleto de *insights* sobre a atuação do governo nos primeiros anos da ditadura, é bastante claro quanto a sua posição: "os dados trimestrais confirmam, sem deixar dúvidas, a sequência de

mudança na política, de abril [de 1967, início do governo Costa e Silva] em diante", revelando afrouxamento monetário e fiscal (Fishlow, 1975, p. 20-1; colchetes nossos). Macarini, num texto dedicado prioritariamente ao governo Médici, dedica alguns comentários à transição aqui considerada: com ironia, ele destaca a atenção do governo Castello Branco e do PAEG ao "combate sem trégua à inflação (a origem de todos os males") e em reformas para uma "nova racionalidade, alicerce firme do desenvolvimento", contrastando esses aspectos com a retomada, sob Costa e Silva e o PED, da "ideia de construção de um projeto nacional" (Macarini, 2005, p. 55-6), que lançaria as bases do viés nacionalista e desenvolvimentista do "milagre". Por fim, outra inflexão importante na literatura (Alves *et al*., 1973; Lago, 1990; Campos *et al*., 1976), esta referente à compreensão do governo quanto ao estado da economia, refere-se ao "novo diagnóstico" que levou a uma "modificação na estratégia de combate à inflação, que passou a ser considerada como uma inflação de custos, antes que de procura" (Campos *et al*., 1976, p. 65). Esse "novo diagnóstico" constitui a grande fonte de legitimação econômica da nova política, que tinha por objetivo "compatibilizar uma queda do ritmo de aumento dos preços (...) com taxas de crescimento da produção e do emprego mais elevadas" (Lago, 1990, p. 235). Resta saber qual a interação entre esses três níveis de inflexão: o "novo diagnóstico" é apenas uma justificativa retórica para uma política econômica mais expansionista? Ou tem atuação produtiva nos parâmetros dessa mudança? A diferença de compreensão da conjuntura entre o PAEG e o PED é essencialmente reativa aos resultados empíricos ou corresponde a princípios de análise distintos? Neste último caso, uma eventual diferença epistemológica teria relação com aquela passagem a uma retórica "humanista" identificada por Ianni? Essa retórica não se ligaria ainda à retomada do discurso desenvolvimentista e nacionalista?

Colocadas certas perguntas centrais que orientarão nossa análise, encerraremos com algumas considerações sobre os princípios de abordagem dos textos. Em suma, trata-se de mostrar como determinados conceitos-chave (por exemplo, "planejamento", "governo", "mercado", "inflação") são construídos e/ou têm seus sentido alterado no interior de cada texto e na relação entre eles; como essas construções e alterações apoiam-se em uma série de pressupostos ou paradigmas sobre a disposição de coisas que lhes garante efetividade; como, enfim, todos esses aspectos constituem movimentos estratégicos no interior de jogos onde o que está em disputa é a capacidade, a necessidade e a legitimidade da intervenção dos enunciadores. Como isso, tentaremos evitar dois tipos de abordagens presentes na bibliografia que se debruça mais demoradamente sobre esses mesmos textos. O primeiro tipo, que *grosso modo* parece ser o predominante em Ianni (2009), é partir de uma narrativa histórica dada e recorrer aos documentos como evidência: tal abordagem corre o risco de ser demasiadamente seletiva e negligenciar não apenas itens positivos contrários

àquela narrativa, mas também a instabilidade constitutiva de toda produção discursiva[2]. Outro método que procuraremos evitar é elencar as metas e objetivos explícitos do texto e confrontá-los com as decisões e os dados "reais" da política econômica, de modo a separar o que é efetivo daquilo que é "mera retórica"; esse é um dos principais esforços de Macarini (2005). Ora, sem prejuízo da relevância desse tipo de abordagem, para os interesses de nosso artigo, ser "mera retórica" é justamente a objetividade privilegiada do discurso no conhecimento histórico. É na "retórica" ou, mais precisamente, no jogo conceitual sem apelo direto aos fatos e dados considerados mais seguros e aceitos que as disputas transversais aos textos e as mudanças de paradigma que ele porta se fazem sentir com mais clareza[3].

3. Fontes

As fontes básicas submetidas a nossa análise serão, evidentemente, os textos de sistematização do PAEG (MPCE, 1964) e do PED (MPCG, 1967). Eventualmente faremos referências a outros documentos governamentais, em especial o Plano Trienal do governo João Goulart (PR, 1962), e a alguns textos de autoria pessoal de indivíduos diretamente relacionados à elaboração dos planos ou ao governo federal, como Roberto Campos (Campos, 1954; 1964a; 1964b; 1994; Campos *et al*., 1976), Mário Henrique Simonsen (Campos *et al*., 1976; Simonsen, 1964; 1965; 1970a; 1970b; 1971; 1973; 1974) e Delfim Netto (Delfim Netto 1966; 1967; 2009; Delfim Netto *et al*., 1965). Estes últimos serão classificados como bibliografia por não terem sido submetidos a uma análise sistemática, cumprindo apenas função no esclarecimento de determinados aspectos das fontes e na compreensão do horizonte teórico e conjuntural que estava diante de seus elaboradores.

4. Análise

Qual a relação entre planejamento econômico e inflação no PAEG? Para respondermos a essa pergunta, é necessário compreender o modo como o programa concebe a legitimidade e a capacidade efetiva de atuação do setor público sobre a sociedade e, principalmente, a economia. Essa tarefa é facilitada pelo didatismo do documento (que às vezes mais se assemelha a um manual introdutório do que a um texto técnico[4]) que, em suas primeiras seções, dedica-se primordialmente a justificar e delimitar a intervenção e o planejamento estatal sobre o processo econômico. Essa delimitação fundamenta-se em três níveis cuja constituição conceitual procuraremos descrever a seguir: uma determinada concepção de desenvolvimento econômico desejável, uma modalidade de planejamento

[2] Isso quando não justapõe simplesmente o texto à narrativa histórica, pressupondo que a interpretação que relaciona essas duas instâncias seja evidente.

[3] Não cabe aqui fazer uma reconstituição teórica, mas o presente trabalho tem clara inspiração foucaultiana, tanto na metodologia de abordagem das fontes (Foucault, 2008b), como no recurso a determinadas categorias de análise histórica como "governamentalidade", "liberalismo" e "neoliberalismo" (ver Foucault, 2007; 2088a), que não serão diretamente aplicadas aqui, mas são fundamentais para nossa análise do PAEG.

[4] Ver, por exemplo, o diagrama explicando a criação de meios de pagamento (MPCE, 1964, p. 71).

consistente com essa concepção e o papel da política econômica, em especial a desinflacionária, como condição e limite desse paradigma de planejamento.

No que concerne ao desenvolvimento econômico, é o próprio Roberto Campos, então ministro do Planejamento e coordenador do PAEG, quem sugere o problema na "Apresentação" assinada por ele: "há dois modos bem distintos de encarar o processo de desenvolvimento econômico", um que "vê tudo em termos de intensificação do ritmo de formação física de capital"; outro que o toma "como um processo através do qual os agentes econômicos, consumidores e empresas, adequadamente motivados, aprendem a mobilizar de forma eficiente os recursos materiais e humanos, para realizar o potencial máximo de crescimento do produto real da comunidade" (MPCE, 1964, p. 5). O primeiro, talvez injustamente atribuído a seus antecessores "desenvolvimentistas" e "populistas", é imediatamente desqualificado como padecendo de "um certo grau de ilusão mecanicista" (*idem*). Recusa-se, portanto, uma concepção de desenvolvimento enquanto consequência automática da expansão da formação de capital em favor de uma perspectiva pautada pelo aumento da eficiência econômica possivelmente induzida por "motivações", estímulos, incentivos adequados fornecidos pela autoridade planejadora. Não por acaso, ao "mecanicismo" da primeira perspectiva, Campos contrapõe a necessidade de um voluntarismo social: "uma condição necessária, se não suficiente, para desenvolver-se é querer desenvolver-se. Ou seja, adotar a motivação e a linha de ação que levam ao desenvolvimento" (*idem*). Esse "querer", no entanto, não se resume a uma estratégia de propaganda motivacional capaz de engajar os indivíduos no processo de desenvolvimento, mas se refere, primordialmente, à internalização de uma certa noção de "interesse individual" como princípio e condição de efetividade das políticas públicas. Isso fica mais claro na "Introdução" do PAEG, que porta o simpático subtítulo "O sentido do planejamento numa economia democrática".

Tal "Introdução", onde o sentido de "democracia" parece se resumir a "liberalismo" ou, ainda, "não socialismo", começa com uma petição de princípios: "a ação governamental, nos sistemas políticos democráticos, deve orientar-se no sentido do estabelecimento das condições que assegurem a maior eficácia possível ao funcionamento da economia de livre empresa, ou seja, do sistema de preços" (*idem*, p. 13). Quer dizer: nas sociedades "democráticas" cabe ao governo um papel prioritariamente estruturante, forjando as condições demográficas, políticas, institucionais etc. para que a economia funcione em conformidade com um certo ideal – um padrão de normalidade, poderíamos dizer foucaultianamente – de livre empreendimento e competição onde o sistema de preços exerce papel informacional e regulador indispensável à orientação dos agentes econômicos. Daí que: "o planejamento econômico vai importar numa definição, sistemática e coerente, por parte do Governo, das medidas tendentes à criação da ordem dentro da qual operará aquilo que se

convencionou chamar de ‘forças de mercado’, de maneira compatível com a distribuição de renda desejada e a meta pragmática de maximização da taxa de desenvolvimento econômico” (*idem*). Ou seja, o planejamento envolve duas esferas de atuação governamental: a definição de objetivos explícitos e verificáveis, como a distribuição de renda e o rimo de crescimento econômico, e a manutenção da “ordem”, dos parâmetros políticos e institucionais mediante os quais as “forças de mercado” possam atuar efetivamente e ser passíveis de manipulação pelo governo de modo a viabilizar aqueles objetivos. Não se trata, portanto, de aumentar o investimento público para fazer crescer o PIB, nem de promover transferências diretas para distribuir renda, mas de criar condições e incentivos para que o “mercado” produza “espontaneamente” os objetivos de crescimento e distribuição. Esse tipo de atuação indireta do governo parece ser a grande marca do tal planejamento “democrático”, esconjurando qualquer semelhança com algum tipo de socialização, estatização ou redistribuição direta “autoritária”.

Cumprida essa liturgia clássica de todo planejamento com retórica liberal, o texto se volta para as especificidades da economia local, apresentando “princípios pouco controvertidos” que caracterizariam os “países subdesenvolvidos”. Vale a pena verificá-los na íntegra:

> *a) o livre jogo das forças de mercado não garante necessariamente a formação de um volume desejável de poupança;*
>
> *b) o sistema de preços nem sempre incentiva adequadamente a formação de economias externas (investimentos em educação, estradas, etc.), dada a desvinculação entre a respectiva rentabilidade e a produtividade social correspondente;*
>
> *c) o livre jogo das forças de mercado não leva necessariamente a uma distribuição satisfatória da renda nacional entre pessoas e regiões;*
>
> *d) a eficiência do sistema de preços pode ser apreciavelmente distorcida pelas imperfeições espontâneas ou institucionais do mercado.* (MPCE, 1964a, p. 13)

Em suma, os itens elencam os principais aspectos mediante os quais as celebradas “forças de mercado” podem não levar a uma situação econômica ideal ou satisfatória nos “países subdesenvolvidos”, abrindo espaço para uma atuação governamental mais ostensiva. Note-se que as falhas apontadas giram em torno de dois tipos de ineficiências: a do “livre jogo das formas de mercado” para promover a formação de poupança e a distribuição de renda, e a do “sistema de preços”, por um lado, incapaz de exercer satisfatoriamente sua função reguladora em razão de “imperfeições espontâneas ou institucionais” e, por outro, remunerando inadequadamente a criação de melhorias sociais e infraestruturais (as “economias externas”) pelo “mercado”, ou seja, pelo jogo espontâneo dos interesses e necessidades dos agentes privados, não por iniciativa governamental. O que salta aos olhos nessa passagem é que o papel do governo deve pautar-se pela solução de

problemas pontuais de natureza diversa – desde a contingência do retorno insuficiente de externalidades até a ausência sistemática de instituições no mercado de capitais – com o objetivo maior de tornar o mercado e o sistema de preços mais funcionais e eficientes[5].

Daí que o PAEG se volte para uma conciliação entre planejamento e sistemas de mercado, já que no "mundo real", "os sistemas nunca chegam a se substituir por completo" (*idem*). Essa conciliação, no entanto, restringe claramente o conteúdo do planejamento à "esfera de decisão dos poderes públicos", de modo que a relação do Estado com o restante da economia limite-se ao suporte de determinados investimentos essenciais e aos "instrumentos de ação indireta do governo sobre o setor privado, representados pela legislação econômica em geral e englobando as políticas tributária, creditícia, cambial etc." (*idem*, p. 14). Vale ressaltar novamente, "planejar", neste caso, não se refere apenas às ações econômicas diretas do governo para a obtenção de determinados objetivos, mas também, e primordialmente, à criação das condições políticas e institucionais que permitam ao governo induzir o setor privado a trabalhar em favor desses objetivos sem invadir sua esfera de decisões; tais condições incluem o bom funcionamento das "forças de mercado" de modo a garantir o poder informacional e orientador do sistema de preços.

Não por acaso, embora o PAEG apresente metas comuns a quase todo documento de planejamento do período, a saber, promoção do crescimento, redução das desigualdades, aumento do emprego, todas elas são colocadas em segundo plano pelo próprio Campos, que, em obra autobiográfica posterior, desqualifica esses objetivos "rituais e clássicos" em favor do "objetivo condicionante" da estabilização dos preços (Campos, 1994, p. 609-10). O texto do PAEG, após identificar o ano de 1959 como o início da "inflação descontrolada" e apontar a taxa excepcionalmente alta do primeiro trimestre de 1964, reconhece que "nenhum item do Programa de Governo, portanto, requer tanta urgência quanto a contenção do processo inflacionário", ressaltando seu caráter condicionante: "isso será indispensável para se retomar o ritmo de desenvolvimento" (MPCE, 1964, p. 27-8). Logo adiante, a seção "Distorções inflacionárias" não deixa dúvidas quanto à ênfase do plano na inflação ao enumerar nove "distorções econômicas e sociais" decorrentes dela

[5] Embora essa caracterização possa soar absolutamente trivial para nossos ouvidos pós-neoliberais, um recuo de menos de dois anos até o Plano Trienal, de dezembro de 1962, coordenado pelo então ministro extraordinário do Planejamento, Celso Furtado, é suficiente para mostrar como a concepção de planejamento e ação governamental do PAEG rompe radicalmente com a do governo anterior: no Trienal, o objeto privilegiado de intervenção do governo não eram falhas pontuais de constituição do mercado, mas falhas estruturais da cadeia produtiva decorrentes do processo descoordenado de desenvolvimento por substituição de importações. Essa diferença de paradigma de compreensão da economia, aparentemente uma querela apenas teórica e ideológica, porta consequências práticas importantes na medida em que a perspectiva "estruturalista" do Trienal projeta uma atuação governamental menos estruturante e coordenadora e mais seletiva e qualitativa na programação direta dos investimentos capazes de corrigir as falhas "estruturais" (ver PR, 1962, especialmente p. 13-42).

(*idem*, p. 30-2)[6]. Não cabe comentar cada um desses itens, mas é interessante ver como a maioria absoluta deles (pelo menos seis) refere-se diretamente a distorções informacionais (distorção dos coeficientes de rentabilidade das empresas, estímulos aos controles desordenados do sistema de preços, impossibilidade de previsão financeira) e/ou falhas institucionais (desorganização do mercado de crédito, distorção do mercado cambial, desestímulo aos investimentos sociais), o que mostra como a preocupação prioritária com a inflação é tributária daquela concepção de planejamento e atuação governamental. Sendo assim, o caráter condicionante da contenção inflacionária remete não apenas à realização dos objetivos explícitos do PAEG, como a retomada do crescimento e a distribuição de renda, mas também à viabilidade do próprio planejamento econômico tal como concebido pelos formuladores do programa, ou seja, enquanto indução dos agentes privados orientados pelo sistema de preços.

No que concerne à natureza do processo inflacionário, não resta dúvida de que o diagnóstico do governo volta-se para os aspectos relacionados à demanda. Embora o texto reconheça "alguns indícios" de inflação de custos (ainda que em tônica bastante abstrata: "a falta de elasticidade da oferta em determinados setores, e o aumento dos custos relacionados com o processo de substituição de importações"), tais indícios são descartados como "irrelevantes quando se trada de explicar uma inflação de 80% ao ano" (*idem*, p. 30). Por isso, o enfoque gira em torno da política monetária frouxa, que teria por objetivo acomodar as "três causas tradicionais da inflação brasileira: os déficits públicos, a expansão de crédito às empresas e as majorações institucionais de salários em proporção superior à do aumento da produtividade" (*idem*, p. 28). A isso, segue-se uma breve narrativa situando o "desequilíbrio financeiro do governo" como causa primordial da inflação por acarretar "desequilíbrio (...) entre a procura e a oferta global", levando a um aumento de preços capaz de induzir pressões altistas nos salários que, por sua vez, exigem a expansão do crédito para o capital de giro das empresas, "sob pena de se condenar à insolvência grande parte do sistema produtivo"; nesse sentido, o "saneamento das finanças públicas" surge como principal condição da política de estabilização (*idem*, p. 29)[7].

[6] Todos os itens são reproduzidos e desenvolvidos em um texto contemporâneo de Mário Henrique Simonsen (outro participante ativo da elaboração do PAEG). Ver Simonsen, 1964, cap. 9, "As distorções inflacionárias".

[7] Embora o diagnóstico e a política desinflacionária do PAEG tenham sido seguidamente reputados como equivocados, tecnicistas ou indiferentes à especificidade do caso brasileiro, é necessário lembrar que, pelo menos no interior do círculo de debates admissível no governo ditatorial, a ênfase na inflação de demanda e no déficit público é absolutamente clara. Basta lembrar Delfim Netto, Pastore, Cipollari e Carvalho (1965), que, num livro voltado quase exclusivamente aos aspectos de demanda, afirma: "é fundamental, portanto, que qualquer política de combate à inflação atente de maneira especial para o controle do setor público, sem o que ela estará destinada ao fracasso" (Delfim Netto *et al*., 1965, p.148), embora ao longo do texto já se vislumbre uma abordagem mais concreta da questão dos custos, principalmente quanto aos efeitos das desvalorizações cambiais (*idem*, p. 19; 148).

Essa compreensão da dinâmica inflacionária no Brasil, situando a expansão dos meios de pagamento como condição da própria solvência de parte do setor privado, é determinante para a solução pouco convencional adotada no Programa, que consiste em combinar austeridade monetária e fiscal com uma abordagem "gradualista", ou seja, de "contenção progressiva da taxa de aumento dos preços". Elencam-se sete motivos para a ineficácia ou inconveniência de uma abordagem do tipo "tratamento de choque" para o caso brasileiro[8], a maioria deles relacionada a potenciais efeitos negativos de uma contenção monetária e fiscal sobre o crescimento, o emprego e a capacidade de financiamento das empresas. Ora, se ao longo de todo o seu argumento o PAEG procura assumir uma retórica "falcão" no trato com o processo inflacionário, ao estabelecer os parâmetros fundamentais de sua política, desponta uma inusitada condescendência com um ritmo menor de contenção dos preços, inclusive evocando uma certa inversão de prioridades do programa, agora mais próximas da "*condicionante* da retomada do desenvolvimento econômico" (*idem*, p. 33; grifo nosso). O próprio Simonsen reconhece a "multiplicidade de objetivos" da política inflacionária como um fator prejudicial a seu sucesso imediato (Simonsen, 1970, p. 14-7); o que pretendemos ressaltar em nossa leitura, no entanto, não é a acomodação de objetivos adversos à desinflação da economia, mas uma certa ambiguidade de princípios que ora situa a inflação como a "origem de todos os males" a ser urgentemente combatida, ora relativiza a intensidade desse combate à obtenção de objetivos de desenvolvimento. Essa ambiguidade, sobre a qual nos debruçaremos mais pormenorizadamente a seguir, talvez nos ajude a compreender a profunda incompatibilidade entre as metas do PAEG para inflação e política monetária e os dados efetivamente verificados:

Tabela 1: Objetivos e resultados do PAEG para inflação, meios de pagamento e crédito ao setor privado (variação percentual anual)

	1. Meta de inflação do PAEG	**2. IPC-Fipe**
1964	~ 80	85,59
1965	25	41,20
1966	10	46,28

	3. Meta de variação dos meios de pagamento e do crédito ao setor privado do PAEG	**4. Variação anual dos meios de pagamento**	**5. Variação anual do crédito ao setor privado**
1964	70	81,6	80,3

[8] Assim como as distorções inflacionárias, esses argumentos favoráveis ao gradualismo são reproduzidos de modo quase literal em textos pessoais de Mário Henrique Simonsen. Ver Simonsen, 1964, cap. 14 e Simonsen, 1970, p. 11-2.

1965	30	79,5	57,5
1966	15	13,8	33,6

Fontes: (1) e (3), MPCE, 1964, p. 34-5; (2), Fipe; (4) IBGE, citado em Abreu et al., 1990; (5) Elaboração própria com base nos Boletins mensais da SUMOC e do BCB, conforme compilados nas "Estatísticas do século XX" do IBGE, tabela MC-52 (http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm).

Note-se como, após um ano de 1965 francamente expansionista, com os meios de pagamento e o crédito crescendo consideravelmente acima da inflação, 1966 marca uma forte contração real, com queda abrupta desses dados a despeito da resistência inflacionária. Essa manipulação pouco cuidadosa das variáveis de política, em total desacordo com a programação (mesmo que os números de 1966 para meios de pagamento estejam próximos da meta, desconsidera-se completamente o fato de que a inflação não seguiu minimamente a trajetória prevista) não teria relação com a própria ambiguidade de objetivos? Tentaremos responder a essa pergunta analisando dois aspectos em que tal ambiguidade parece se concretizar: a política de crédito ao setor privado e o problema da inflação corretiva.

Vimos como a concepção das causas da inflação brasileira no PAEG passa por três instâncias: o déficit público, os reajustes salariais e a política de crédito ao setor privado. Os dois primeiros são facilmente rematados pelo programa, cabendo ao governo controlar seus déficits (via corte de gastos e, principalmente, aumento da arrecadação) e vincular o aumento de salário a algum critério de produtividade, o que foi facilitado pelo contexto político repressivo; apenas a política creditícia às empresas, fator estratégico condicionante da solvência do setor privado, é objeto de certa problematização, tendo de atender a um imperativo duplo: ser "suficientemente controlada, para impedir os excessos da inflação de procura, mas suficientemente realista para adaptar-se à inflação e custos" (MPCE, 1964, p. 34). Ou seja, estabelece-se uma banda normativa para o crédito ao setor privado que tem um máximo pelos seus efeitos sobre a inflação e um mínimo decorrente das necessidades de capital de giro das empresas privadas, pressionadas pelo aumento de custos. Mas, se esse universo da política monetária beira a melancolia, condenado a oscilar entre os tristes polos do "controle" e do "realismo", o argumento se revela ainda menos inspirado quando nos interrogamos sobre os critérios de quantificação de tais limites: propõe-se uma meta de crescimento do crédito ao setor privado em proporção equivalente ao crescimento do produto nominal ou, o que o programa sugere como uma referência mais programável, à expansão total dos meios de pagamento. Esse critério "destina-se, basicamente, a evitar os efeitos depressivos de uma contínua compressão real de crédito às empresas" (*idem*). Quer dizer: para este que parece ser o componente mais problemático da política desinflacionaria, a solução proposta restringe-se ao estabelecimento de uma banda com

limites quantitativos pouco precisos e um teto de expansão do crédito razoavelmente acomodativo, inclusive admitindo-se, para o Orçamento Monetário de 1964, "ultrapassar um pouco a proporcionalidade do incremento dos meios de pagamento, tendo em vista a compressão real de crédito ocorrida nos últimos anos" (*idem*, p. 66).

Nosso objetivo, ao apontar essas ressalvas ao rigor com a inflação, não é desqualificar a política monetária do PAEG, mas mostrar como sua retórica geral anti-inflacionária e tecnicista parece encontrar um limite nesse problema do crédito, que coloca mais claramente o impasse entre o controle da inflação e a sustentação do crescimento ou, mais precisamente, da viabilidade do setor produtivo privado; mais do que apresentar eventuais inconsistências ou contradições, procuramos mostrar como o paradigma econômico que orienta o programa parece encontrar neste ponto uma barreira (real? teórica? política?) que o impede de formular soluções técnicas e precisas verificadas em outras questões[9]. Embora a compreensão exata de tal barreira envolva aspectos alheios ao escopo deste trabalho (ideologia dos grupos militares dominantes, lobismo de bancos e empresas privadas, o problema teórico de inflação e crescimento etc.), talvez possamos compreender melhor sua natureza epistemológica a partir do problema da inflação corretiva.

A inflação corretiva aparece como quinto item entre os motivos mencionados em favor da abordagem gradualista:

> *e) a supressão das distorções inflacionárias envolve a eliminação de certos controles de preços, como no caso das tarifas dos serviços de utilidade pública, etc. Isso tenderá, na ausência de flexibilidade descendente dos demais preços, a provocar uma inflação corretiva, de natureza residual. (*idem, *p. 33)*

Logo adiante, o programa aponta que esse processo já estaria ocorrendo no Brasil quando de sua publicação (novembro de 1964): "a inflação brasileira (...) mudou de natureza, transformando-se, de uma inflação *cumulativa*, numa inflação *corretiva*, através da qual foram retificadas distorções importantes do sistema de preços" (*idem*, p. 34; grifos no original). O adjetivo "corretiva", que parece conferir sentido positivo à inflação de determinados bens, encerra dois traços semânticos fundamentais: seu caráter residual, ou seja, de aumento que ocorre uma única vez sem realimentar o processo inflacionário, e sua capacidade de corrigir distorções no sistema de preços decorrentes do próprio processo inflacionário e de controles institucionais aplicados em governos anteriores. O primeiro aspecto talvez se deva a um simples viés conjuntural e político do diagnóstico da situação

[9] Basta lembrar, por exemplo, como a política salarial do PAEG apresenta um teto de reajuste não apenas inequívoco – aumentar os salários na proporção do aumento da produtividade –, mas também passível de formalização em uma fórmula aritmética (ver MPCE, 1964, p. 84; Campos *et al*., 1975, p. 108-12). Trata-se de uma elaboração complexa, que envolve variáveis como salário real passado, expectativa de inflação e aumento da produtividade social; independentemente de suas controvérsias, tal fórmula pouco se assemelha a este teto quase arbitrário de crescimento do crédito ao setor privado.

econômica, dada a necessidade de justificar a persistência da inflação nos meses que se seguem ao início da política desinflacionária – tratar-se-ia de inflação de "outra natureza", que apenas corrigiria os preços relativos, mas não repercutiria em inércia futura.

Já o segundo ponto nos parece mais interessante, na medida em que retoma a questão do funcionamento do sistema de preços. Simonsen desenvolve melhor essa relação: "uma política de estabilização não deve visar apenas à eliminação das altas de preços. Deve também, e principalmente objetivar à sustentação de um sistema de preços eficiente do ponto de vista da alocação de recursos" (Simonsen, 1970, p. 15). Isso implicaria em liberalizar diversos preços controlados pelo governo, gerando uma "'inflação corretiva' – uma série de altas de preços destinadas a corrigir distorções acumuladas no passado e que, a médio prazo, atenuariam a dependência de alguns desses setores a subsídios governamentais" (*idem*). Do mesmo modo que a contenção do processo inflacionário é condição para o bom funcionamento do sistema de preços, a tolerância com o aumento de determinados bens cujos preços tenham sido "reprimidos" por políticas governamentais é necessária para se estabelecer o conjunto de preços relativos que teria se configurado caso o governo não tivesse interferido sobre o funcionamento livre das forças de mercado.

O que queremos apontar com essa interpretação é como o texto coloca em operação um critério de normalidade capaz de legitimar o aumento dos preços de determinados bens ao mesmo tempo em que condena ou deslegitima a inflação em geral; esse critério não é claramente definido, mas faz apelo a um *background*, supostamente compartilhado entre os formuladores e os leitores, por meio de evocações vagas como "sistema de preços" ou "forças de mercado". Mais ainda, vale ressaltar, esse critério atua de modo eminentemente *negativo*, ou seja, reduzindo ao mínimo as prescrições diretas, em favor da supressão da atuação interventora – e distorciva – do setor público, de modo que se manifeste o resultado "espontâneo" ou o equilíbrio "corrigido" que seria próprio ao objeto de intervenção, o "mercado". Não pretendemos, com isso, fazer qualquer juízo de valor sobre as conjecturas e as políticas do PAEG, que, aliás, parecem coerentes com o horizonte epistemológico adotado[10], mas tentar compreender a relação entre o modo como esse horizonte se configura no texto

[10] É quase um lugar-comum, independentemente de que ponto do espectro ideológico o analista fale, apontar a política salarial do PAEG, com seu controle rígido e preciso sobre o reajuste dos salários, como a exceção em relação ao caráter predominantemente "liberal" ou "ortodoxo" do programa. Um exemplo é Resende: "na verdade, o programa desinflacionário do PAEG não é ortodoxo justamente nos pontos em que o contexto político permite a intervenção direta sobre as reivindicações incompatíveis" (Resende, 1982, p. 802); esses "pontos" remetem primordialmente à questão dos salários, "pacificada" pelo contexto repressivo. Sem dúvida, diferentemente da inflação, o aspecto "corretivo" da política salarial não teve nada de abstrato. Mas repetir esse argumento aqui seria não apenas tedioso mas um tanto ingênuo face à metodologia proposta, já que nele está suposta uma certa normatividade segundo a qual o "perfil" teórico ou ideológico do texto (ou de seus formuladores) deveria determinar todos os seus momentos. Pelo contrário, partimos justamente da impossibilidade de realização estável e concreta desse "perfil" (ou *background* epistemológico) no desenvolvimento do texto e, nesse caso, as inflexões mais sutis, onde os significados e os limites dos conceitos parecem se desfazer, são muito

e as questões geradas por sua aplicação na solução (ou não) de problemas específicos de planejamento.

Vimos como a inflação corretiva tem seu alfa e seu ômega, sua delimitação e sua resolução no interior desse horizonte dado pelo critério de normalidade do mercado – basta suprimir as intervenções governamentais para que a relação de preços "normal" se estabeleça; o critério, de fato, nada especifica sobre essa relação, apenas prescreve a retirada das ingerências do governo como sua condição e efetivação. Talvez seja essa falta de fundamento para proposições prescritivas um dos motivos da inanidade da especificação da política de crédito, cuja problematização não podia se limitar a uma autodeterminação pelo mercado, mas esbarrava nos limites normativos estratégicos da política desinflacionária, por um lado, e de desenvolvimento, por outro. Nessas condições, caberia ao programa ou estabelecer hipóteses mais ostensivas sobre o que seria o funcionamento "normal" do mercado, estimando quantitativamente o valor ótimo daqueles limites (como na política salarial), ou assumir umas solução evasiva, efetivamente adotada naquela regra de manter a proporção do crédito ao setor privado no PIB ou no total de meios de pagamentos. Portanto, longe de ser uma postura "ortodoxa", em contrate com a "heterodoxia" da fórmula dos salários, essa política de crédito é sua irmã raquítica, ambas carentes da mesma falta de autoridade paterna do "mercado" quanto à necessidade de políticas públicas positivas[11].

Em suma, nossa análise da relação entre planejamento e inflação no PAEG procurou destacar os seguintes aspectos:

1. O conceito de planejamento no PAEG é tributário de uma noção de desenvolvimento econômico do setor privado passível de controle indireto do governo por meio de "motivações", estímulos; a viabilidade de tais estímulos depende da constituição de um aparato institucional que permita aos gestores públicos atuar sobre o setor privado por meio de instrumentos globais e quantitativos, deixando as decisões qualitativas a cargo dos agentes orientados pelo "sistema de preços".
2. A alta inflação, por seu papel disruptivo sobre a capacidade informacional e coordenadora do sistema de preços, não constitui apenas um inconveniente econômico e social, mas um obstáculo à própria eficácia da atuação e do planejamento do governo; assim, sua contenção aparece como

mais relevantes do que as "contradições" flagrantes, que, em geral, apenas reforçam estereótipos e narrativas externas ao texto (ortodoxos x heterodoxos, liberais x desenvolvimentistas, entreguistas x nacionalistas etc.).

[11] O que queremos dizer com isso, *grosso modo*, é que na ausência de um fundamento cognitivo capaz de fornecer soluções positivas de política, o governo perde a próprioa medida de sua atuação; daí, por um lado, a oscilação da política monetária e, por outro, a aparente oposição (na verdade, apenas uma discrepância intensa) entre "legislar" sobre o mercado na política salarial e estabelecer uma meta arbitrária na creditícia. O imperativo negativo do paradigma liberal ("quando possível, não governe; quando necessário, governe o mínimo possível"), neste caso específico, longe de limitar a ação governamental por critérios de utilidade e eficiência econômica, torna-o, sim, subordinado ao arbítrio politicamente possível.

objetivo “condicionante” das outras metas econômicas do programa (crescimento, emprego, distribuição de renda etc.), colocando-se como principal prioridade.

3. A política desinflacionária proposta, no entanto, contraria em diversos momentos esse primado da inflação na medida em que acomoda uma redução mais lenta do ritmo de aumento de preços para evitar os múltiplos efeitos recessivos sobre a economia “real”, assumindo uma abordagem gradualista, então considerada pouco convencional; esse tom acomodativo assume feição mais concreta em problemas como o volume de crédito ao setor privado, onde o combate à inflação encontra limite na necessidade de financiamento das empresas, e na “inflação corretiva”, que implica a tolerância com a inflação de certos bens de modo a corrigir distorções decorrentes do próprio processo inflacionário e do controle governamental de preços.
4. A questão da inflação corretiva mostra que o “mercado” e o “sistema de preços” não representam apenas um fundamento teórico ou uma posição ideológica do documento, mas faz apelo a um *background* supostamente compartilhado mediante o qual a narrativa econômica implicada nesses termos pode ser tomada como critério de normalidade do comportamento de determinados preços; no entanto, o modo como o texto se apropria desse *background* parece demasiado vago para que determinados problemas, como a quantificação dos limites de crédito ao setor privado, sejam resolvidos de modo preciso. Isso nos permite interrogar se, para além de outros fatores como pressões políticas, falhas institucionais, dogmatismo teórico etc., certas inconsistências de formulação e execução de política não decorreriam dessas lacunas deixadas pelo *background* abstrato.

***

Não é preciso avançar muito no PED para começar sua comparação com o PAEG. Na verdade, basta uma olhada um pouco mais atenta na capa do documento para verificar uma alteração interessante: o órgão responsável por sua elaboração e publicação deixa de se chamar “Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica” e assume o nome de “Ministério do Planejamento e Coordenação Geral”, mudança sutil, mas com repercussões não apenas no escopo do ministério, mas também no do texto. De fato, em relação ao PAEG, o PED apresenta uma tecnicalidade (ou tecnicismo) econômica muito mais modesta em favor de uma abordagem mais pragmática e generalista, incluindo não apenas as temáticas mais tradicionais da economia, como também para áreas do governo normalmente exteriores à administração econômica, como organização jurídico-policial, relações exteriores (não apenas comércio exterior) e organizações militares (ver MPCG, 1967, p. 117-31). Essa tendência menos técnica e mais pragmática e generalista se manifesta em diversos aspectos que desenvolveremos melhor a seguir: ausência de uma consideração explícita sobre a natureza do desenvolvimento e do planejamento econômico; menor ênfase em aspectos

técnicos e quantitativos das políticas econômicas, conferindo-se mais destaque aos problemas comunicativos e burocráticos do setor público em relação ao privado; encurtamento do horizonte histórico retrospectivo e de planejamento prospectivo. Procuraremos também verificar como essa nova orientação do texto se relaciona com o problema da inflação, o único a receber uma elaboração teórica e analítica mais extensiva[12].

Se o PAEG começava com uma "Apresentação" de Roberto Campos e uma "Introdução" que justificavam e delimitavam a atividade de planejamento governamental da economia, o capítulo introdutório do PED já denota a tônica geral do plano: em uma página, o ministro do Planejamento Hélio Beltrão expõe mediante itens objetivos o conteúdo do texto e suas finalidades, tudo sancionado pela participação dos outros ministros de Estado na elaboração e pela aprovação do presidente da República... Uma reivindicação de autoridade bem mais ostensiva (embora também menos cínica) do que os malabarismos do PAEG sobre "motivação" dos agentes e sociedades "democráticas". Desse modo, o PED começa diretamente com a apresentação dos "Objetivos básicos do governo": após as reverências de praxe à atuação do "Governo Revolucionário" anterior, o programa elege o "desenvolvimento" como "o nosso objetivo básico, que condicionará toda a política nacional, no campo interno como nas relações com o exterior" (MPCG, 1967, p. 19); trata-se, evidentemente, de uma confrontação aberta à retórica anti-inflacionista do PAEG. A isso segue-se uma qualificação desse objetivo de desenvolvimento: "há de estar a serviço do *progresso social*, isto é, da *valorização do homem brasileiro*" (*idem*; grifo no original). Nessa frase, que trai uma linguagem mais próxima da propaganda do que de um documento técnico, fica clara aquela tendência, talvez meramente discursiva, de "humanizar a revolução" mencionada por Ianni. Essa "humanização" retorna logo a seguir em dois momentos: em um certo "voluntarismo" social necessário ao desenvolvimento e na explicação sobre a natureza do "progresso social". Este, caracterizado como "inseparável do desenvolvimento", é entendido como "participação de todos os brasileiros nos resultados do desenvolvimento"; mas antes que esta concessão ao distributivismo assuma qualquer ar socializante, o texto ressalva: "participação no sentido de justa distribuição de renda, ausência de privilégios e igualdade de oportunidade" (*idem*, p. 14). Um desenvolvimento, portanto, que não pode prescindir de

[12] É necessário ressaltar que o documento ora analisado como PED não é exatamente um programa de planejamento, mas um conjunto de diretrizes gerais para o primeiro ano do governo Costa e Silva (1967) e para um plano (o PED propriamente dito) a ser elaborado e executado para o triênio 1968-1970. Essas características, em conjunto com sua vocação mais pragmática e menos teórico-analítica, fazem do texto um terreno árido para "leituras epistemológicas" conforme o modelo aqui aplicado ao PAEG, razão pela qual nossa análise se concentrará na comparação com este programa, levantando principalmente os contrapontos e as ausências.

um certo "progresso social" pautado pelo estabelecimento das condições mínimas de oportunidade e competitividade entre os indivíduos[13].

Além disso, tal como o PAEG, este plano condiciona sua própria viabilidade a um certo voluntarismo social: "para o êxito de uma política de Governo, não basta que seus objetivos sejam teoricamente desejáveis; é preciso que sejam efetivamente *desejados* pela opinião pública" (*idem*; grifo no original). Mas aqui, o objeto de engajamento sobre o qual o governo deve atuar não são os agentes econômicos e seus interesses dados, como naquela apresentação de Campos, mas a *opinião pública*, ou seja, esse conjunto vago de juízos e valores considerados hegemônicos na sociedade civil, geralmente veiculados pelos meios de comunicação principais. Aqui, novamente, a transcendência do escopo especificamente econômico: não se trata mais de encampar os interesses privados nas medidas do governo, mas de direcionar o próprio conteúdo desses interesses: "é indispensável, portanto, que, além de um clima de confiança e de esperança, se estabeleça o *consenso nacional* em torno dos objetivos básicos, econômicos e sociais, da política governamental" (*idem*; grifo no original). Assim, para além dos requisitos de ordem e estabilidade (o tal "clima de confiança") como condições de política econômica, o que já era preconizado pelo PAEG, o PED sugere a necessidade de uma dimensão comunicativa, propagandista, com o fim de convencer, seduzir ou controlar a opinião pública[14]. Em suma: o PED parte da ruptura com um dos princípios fundamentais do PAEG: a um poder público que tem sua esfera de atuação econômica bem definida, indireta, instrumental e estruturante, substitui-se um governo que reconhece a legitimidade de intervenções qualitativas sobre os interesses do setor privado, de modo tal que, se a ênfase no desenvolvimento deste permanece, bem diferente parece ser o estatuto de sua autonomia no interior da política econômica[15].

Ainda no início do PED, a falta de uma reflexão mais precisa sobre a natureza e os limites do poder governamental se expressa em dois outros momentos: na enumeração dos "princípios" de governo e na exposição dos objetivos da política econômica. De fato, os "princípios mais importantes que definem a filosofia do Governo" consistem de uma lista de 14 itens heterogêneos

[13] Não por acaso, a Área Estratégica IX do PED, definida como "meta-homem", versará justamente sobre os componentes dessas condições mínimas: educação, saúde e habitação. Ver MPCG, 1967, p. 38; 48-51.

[14] Valendo-nos da impressionante produtividade irônica do termo, podemos lembrar que esse "convencimento" da opinião pública, como a política desinflacionária e a salarial, a ditadura também recorreu a um certo "corretivo", desta feita, líquido.

[15] Embora o então ministro da Fazenda Delfim Netto não apresente tanta identificação com o PED como Campos e Simonsen com o PAEG, esse voluntarismo ecoa elementos de sua tese de provimento de cátedra na USP, em 1962. Num texto voltado quase exclusivamente para modelos hipotético-dedutivos formais, com raros recursos à empiria, inusitadamente desponta na conclusão a seguinte consideração: "a sua realização [do desenvolvimento] depende, portanto, de uma tomada de consciência nacional diante da sua necessidade e da conjugação dos esforços da coletividade para atingi-lo" (Delfim Netto, 1966, p. 123; colchetes nossos). Apesar de muito dessa vocação "voluntarista" dos dois planos ter função meramente retórica (e eventualmente estratégica na refutação de certas teorias deterministas sobre a condição dos países desenvolvidos, então já um tanto ultrapassadas), parece-nos que compreender as diferenças de como cada plano se apropria desse discurso pode ser bastante elucidativo.

(por exemplo, primado da empresa privada no desenvolvimento, política de renda, crescimento voltado para o mercado interno, dimensão e ineficiência do setor público etc.), formalizados como "máximas" que não têm qualquer pretensão explícita de remeter a algum fundamento anterior ou organizador (MPCG, 1967, p. 14-6). A essa diversidade um tanto aleatória de princípios governamentais opõe-se o laconismo dos objetivos da política econômica. Longe de fazer referência a quaisquer "objetivos clássicos e rituais", como distribuição de renda, desenvolvimento regional, emprego, o PED vai direto ao ponto: "aceleração do desenvolvimento" e "contenção da inflação". A ordem de prioridade fica clara não apenas pela extensão do texto dedicado a cada aspecto, bem maior para o desenvolvimento, mas também pelo nível de precisão de metas: se o programa prevê um "crescimento do produto de, no mínimo, 6% ao ano", o objetivo de inflação é não apenas gradualista, mas também vago: "em cada ano, procurar-se-á atingir um ritmo de inflação inferior ao do ano anterior", rejeitando-se a fixação de um valor específico (*idem*, p. 17-9). Mas deixemos a inflação para depois: o que nos interessa, por enquanto, é que, embora bem mais concisos que os princípios do governo, estes objetivos de política econômica carecem igualmente de uma fundamentação explícita quanto a sua seleção ou priorização – se estas se justificam pelo contexto político e pela conjuntura econômica, na "economia textual" a arbitrariedade é a mesma. Lembremos, por contraste, como o PAEG elabora consideravelmente a relevância de seu "objetivo condicionante", a inflação, muito embora a situação inflacionária de 1964 fosse até mais grave que a do crescimento em 1967, o que legitimaria um mero apelo à urgência do problema.

Por outro lado, se não há argumento econômico para justificar a escolha dessas prioridades de crescimento e inflação, sua objetividade parece atender a um certo princípio de pragmatismo na gestão econômica, a qual "deverá ser *consistente e definida*, para propiciar ao governo e ao setor privado o horizonte indispensável à programação, e, ao mesmo tempo, *flexível*, no uso dos instrumentos, na consideração de fatores novos e no ajustamento tático às reações da economia" (*idem*, p. 17; grifos no original). Quer dizer, mais do que a um critério propriamente econômico, a apresentação sucinta dos objetivos de política atende a uma finalidade prática de comunicabilidade clara e determinação inequívoca das opções adotadas. Essa diretriz de clareza e definição conota duas relações de ruptura com a gestão do PAEG: em primeiro lugar, com relação à estabilidade do controle das variáveis de governo, que, como vimos, não primou exatamente pela moderação e regularidade durante a presidência de Castello Branco[16]; em segundo lugar, pela afirmação, sem

[16] Embora o PED demonstre grande preocupação em ressaltar os méritos e amenizar as falhas da administração econômica do governo Castello Branco, naquilo que os analistas de discurso chamariam de "preservação de face", não faltam insinuações a críticas indiretas, como no seguinte item da gestão monetária: "política de crédito do sistema bancário ao setor privado tanto quanto possível definida e estável, e sobretudo capaz de *efetivamente* acompanhar o aumento de preços e de produção" (MPCG, 1964, p. 27; grifo no original).

ambiguidade, do desenvolvimento econômico como objetivo maior, o que fica claro não apenas pela reiteração disto ao longo de todo o texto, mas também pela constante mitigação do objetivo de controle da inflação, referido não poucas vezes como "*relativa* estabilidade de preços" (ver, por exemplo, MPCG, 1964, p. 14-5; 19) e sempre condicionado à consecução da meta de crescimento. Assim, essa determinação de metas e prioridades claras e coerentes parece contrastar, pelo menos na letra do texto, com a insegurança do PAEG quanto à opção explícita do combate à inflação e o imperativo de retomar o crescimento.

Além do estabelecimento sucinto das opções de desenvolvimento e planejamento e dessa maior importância à clareza comunicacional dos objetivos da política, deixando os detalhes técnicos de execução em segundo plano, o viés pragmático do PED se manifesta no encurtamento do horizonte histórico de planejamento, tanto retrospectivamente como prospectivamente. De fato, se o PAEG visava a assentar as bases técnicas e institucionais para uma atividade de planejamento mais ambiciosa, a ser efetivada no Plano Decenal para os anos 1967-1976 (que chegou a ser elaborado, mas não foi colocado em prática em razão do término do governo Castello Branco e da mudança de orientação econômica que se lhe seguiu), o PED se apresenta como um conjunto de prioridades e diretrizes que "orientará a formulação do PLANO TRIENAL, a ser apresentado até o fim do corrente ano [1967], no qual se realizará a quantificação e se assegurará a consistência de um balanço de metas estratégicas" (*idem*, p. 35-6). Esse "plano trienal" para 1968-1970, formulado entre 1967 e 1969, recebeu o mesmo nome das diretrizes aqui estudadas, *Programa Estratégico de Desenvolvimento*, englobando nove áreas estratégicas distribuídas em mais de uma dezena de volumes. Mas se o PED herda essa hipertrofia "sincrônica" e setorial do Decenal (que engloba mais de dez áreas de atuação, distribuídas em 33 volumes), o mesmo não ocorre com a sua extensão "diacrônica", ou seja, com o período de planejamento, reduzido de dez para três anos. Algo semelhante ocorre com a perspectiva histórica: o Plano Trienal do governo Goulart identificava seu papel de planejamento a partir da reconstituição do desenvolvimento industrial brasileiro no pós-Guerra e seus problemas estruturais (ver PR, 1962, p. 23-42, em especial, a seção "Modificações estruturais"); o PAEG fundamentava seu diagnóstico do desequilíbrio externo a partir de uma crítica da industrialização por substituição de importações, remetendo à década de 1930 (ver MPCE, 1964, p. 119-121); já um leitor que lesse o PED sem ter qualquer instrução sobre a história econômica do Brasil teria a impressão de que esta se inicia em 1964. De fato, as poucas referências históricas remetem às políticas e reformas do governo Castello Branco; antes disso, era o caos: "a alta galopante de preços, que ameaçava transformar-se em hiperinflação; a estagnação econômica, com o produto real *per capita* em declínio; a crise do balanço de pagamentos, pondo em risco a solvência do País no exterior; e a desordem político-social, com a deterioração das expectativas e a virtual

paralização dos investimentos" (MPCG, 1967, p. 13). Em suma: talvez pela conjuntura político-econômica relativamente favorável e pela disponibilidade de melhores condições técnicas de governo trazidas pelas reformas do PAEG, o PED se preocupe muito menos em fundamentar suas propostas no diagnóstico das raízes históricas dos problemas brasileiros do que em identificar as condições mais imediatas desses problemas e agir sobre elas. Isso fica claro na questão da inflação.

Se, enquanto objetivo, a inflação tem papel secundário na política preconizada pelo PED, como conceito estratégico, ela é uma das protagonistas do texto, já que seu "novo diagnóstico" é elemento recorrente na articulação retórica da reorientação da política econômica. Em consonância com as prioridades do programa, o controle da inflação é sempre invocado em nome do desenvolvimento, seja quanto a sua sustentabilidade – pois ele "tenderá a ser efêmero e descontinuado se não forem criadas condições de *relativa estabilidade de preços*" (idem, p. 14; grifo no original) –, seja quanto a sua relação com falhas infraestruturais – "o problema da inflação se confunde, em grande parte, com o problema da ineficiência e do desperdício" decorrentes de "uma componente crônica de elevação de custos, que se pode facilmente identificar na ineficiência do sistema produtivo, em notórias deficiências infraestruturais, na desorganização do abastecimento e no crescimento desmesurado da burocracia governamental" (*idem*, p. 36). Ora, este último trecho já encerra uma inflexão importante: se no PED a inflação era não apenas um problema decorrente da demanda (*déficit* público, salários, crédito), mas um fenômeno relacionado eminentemente com a emissão de moeda (pela acomodação do excesso de demanda na política monetária), aqui o processo inflacionário é concebido como (também) pertinente ao que os economistas chamariam de "setor real" da economia: condições de negócios, eficiência produtiva, infraestrutura... Portanto, para além do resultado de uma série de variáveis controladas pelo governo, a inflação passa a ter uma objetividade e uma opacidade próprias, relacionadas a problemas socioeconômicos que transcendem a esfera de atuação de uma gestão prioritariamente pautada por instrumentos indiretos. Não por acaso, o PED propõe um "*ataque físico* àquelas causas de improdutividade e elevação de custos"; "o Programa Estratégico representa uma tentativa de concentrar atenção e recursos no ataque àquelas causas crônicas de inflação e entrave ao desenvolvimento" (*idem*, p. 37; grifo no original). Desse modo, o texto não apenas concebe uma situação viável para o "objetivo governamental" de "expandir o nível de atividade, e, simultaneamente, atingir a relativa estabilidade de preços" (*idem*, p. 19), como formula uma conjuntura em que, parcialmente ao menos, a política de desenvolvimento (investimento público, reforma administrativa, melhorias de infraestrutura) *coincide* com a desinflacionária. No PAEG, o controle da inflação era condição para o desenvolvimento; no PED, sem prejuízo desse aspecto, a promoção do desenvolvimento, compreendido como aprimoramento da

eficiência infraestrutural, burocrática e produtiva, também passa a ser necessária à contenção da componente de custos do processo inflacionário.

Essa nova dimensão do problema dos preços é fundamentada no "Apêndice" do volume, chamado "Comportamento recente da economia brasileira: diagnóstico". Em conformidade com o que ocorre ao longo de todo o texto, "recente" aqui significa pós-1964. Tal apêndice visa a esclarecer três aspectos da economia brasileira: a alta inflação, a intermitência do crescimento e a necessidade de conciliar política desinflacionária e retomada do desenvolvimento. Para tanto, empreende uma breve análise da política de controle da inflação após o golpe, constatando que a resistência da inflação às medidas de contenção da demanda indica a predominância de fatores relacionados a custos, intensificados, inclusive, por algumas das medidas de austeridade do governo anterior. Mas o diagnóstico não afirma que essas medidas tenham sido equivocadas; pelo contrário, ele destaca a alternância dos componentes de demanda e de custos como principal realimentador da inflação brasileira e ressalva que, em 1964, "a inflação de custos estava latente na economia, porém oculta pelo crescimento da demanda, e somente emergiu quando foi feito o controle da demanda" (*idem*, p. 151). Ou seja, a austeridade ao longo do triênio 1964-1966, ao suprimir ou mitigar os fatores supostamente responsáveis pelo excesso de demanda (e, portanto, também supostamente, mitigando esse próprio excesso), fez com que os problemas de custos da economia brasileira, antes diluídos e absorvidos pela pressão da procura, se tornassem mais evidentes e graves. Assim, a resistência das taxas de inflação, que no contexto do PAEG era compreendida, por meio da categoria da "inflação corretiva", como um fenômeno "normal" de mercado, assume agora o estatuto de uma manifestação relacionada a variáveis concretas (infraestrutura, eficiência e escala de produção, lucratividade, burocracia e dimensão do Estado, nível dos juros) que, por sua vez, consistem de falhas do desenvolvimento brasileiro. Note-se que a construção dessa noção de "falha de desenvolvimento" no texto não responde a nenhuma instância sistematizante ou normativa anterior, como a precariedade das transformações estruturais no Plano Trienal ou as lacunas institucionais em relação ao que seria adequado para o funcionamento de um mercado "normal" no PAG; essas "falhas" são contingentes, e sua problemática e relevância decorrem exclusivamente de sua relação com o problema prático em causa, o processo inflacionário. É essa importância para a dimensão pragmática da política econômica, e não uma teorização geral sobre seus fundamentos e causas, que rege sua constituição como objeto dessa política.

Dito isso, creio que podemos resumir alguns contrapontos à nossa análise do PAEG:

1. O PED não procura fundamentar sua concepção de planejamento em alguma categoria superior de desenvolvimento econômico ou em problemas históricos da economia brasileira; também não parte de uma definição explícita da esfera de atuação do setor público. Pelo contrário, em relação

ao PAEG, este programa é bem mais generalista, conferindo menor ênfase à determinação de detalhes técnicos e quantitativos, em favor de uma apresentação mais clara e objetiva das opções a serem adotadas. Essa dimensão comunicativa é correlata do papel que o plano atribui ao setor privado, não mais como instância autônoma em relação ao setor público (o "agente privado"), mas como uma subjetividade (a "opinião pública") a ser deliberadamente engajada no processo de desenvolvimento.

2. Nesse contexto, o plano não cansará de reafirmar a retomada do desenvolvimento econômico como seu objetivo maior e condicionante de todas as outras metas, inclusive o combate à inflação; o rigor desse combate será frequentemente mitigado ao se estabelecer um objetivo vago de "relativa estabilidade de preços", que se quantifica em uma abordagem gradualista sem meta de redução definida. Os objetivos caracterizados propriamente como econômicos se reduzem a esse par "retomada do desenvolvimento – contenção da inflação" e sua dimensão temporal é modesta, tanto prospectivamente (planejamento trienal) como retrospectivamente (horizonte histórico limitado).
3. Embora secundária como objetivo de planejamento, a política desinflacionária desempenha papel crucial na articulação retórica da reorientação econômica. O "novo diagnóstico" de inflação predominantemente de custos permite: (a) remeter a inflação a uma instância "real" da economia, relativamente opaca à intervenção governamental, por meio do problema da ineficiência; (b) formular um discurso capaz de conciliar a vocação "desenvolvimentista" do programa com o combate à inflação; (c) conceber uma conjuntura em que a política de desenvolvimento do governo, na medida em que promova um "ataque físico" aos pontos de ineficiência, coincide com a política desinflacionária.
4. A constituição discursiva desse problema da inflação, o único ao qual o texto reserva uma consideração mais extensiva, revela o mesmo encurtamento de horizonte histórico e procura fundamentar seu diagnóstico de inflação de custos não em uma dimensão sistematizante anterior, mas na consideração de variáveis conjunturais e contingentes, como a situação da infraestrutura, eficiência e escala de produção, lucratividade das empresas, aumento das taxas de juros reais, burocracia e dimensão do Estado etc. Nossa análise da formulação do problema e da política de inflação nos permite especular se o aparente "ecletismo diletante" das questões e objetivos do PED não decorre de um princípio de pragmatismo no qual os objetivos de política não se constituem a partir de fundamentos teóricos, estruturais ou históricos, mas da necessidade de curto prazo de questões conjunturais.

5. Conclusão

Conforme nossa análise, fica claro que as diferenças de política econômica entre os governos Castello Branco e Costa e Silva, apontadas, por exemplo, por Fishlow, encontram respaldo em diferenças de natureza discursiva e epistemológica cristalizadas no PAEG e no PED. No âmbito das prioridades, embora ambos situem o desenvolvimento econômico e a contenção da inflação como objetivos principais, há diferenças claras tanto na hierarquização entre eles como na forma de apresentação. O PAEG situa a inflação como condicionante de seus outros objetivos, mas, embora tente apresentar uma retórica de combate implacável e metas ambiciosas, sua argumentação e sua programação política frequentemente esbarram na necessidade de acomodar também um objetivo de desenvolvimento. Já o PED não deixa dúvidas quanto à prioridade da retomada do crescimento e não apenas condiciona a desinflação a essa retomada, como também constitui um problema inflacionário no qual o desenvolvimento é condição para a contenção. Tentamos mostrar também que essas diferenças de objetivo remontam ao nível epistemológico ou cognitivo do modo de constituição dos objetos e problemas em cada texto. Argumentamos que a inconsistência dos objetivos do PAEG, estudada a partir da política de crédito ao setor privado, pode ser remetida ao modo como o texto incorpora um certo paradigma de mercado que seria ineficaz na fundamentação de soluções demandantes de uma intervenção governamental ostensiva e qualitativa em lugar do modelo instrumental e qualitativo preconizado. Já o PED, embora apresente uma sofisticação bem menor em sua compreensão teórica e histórica dos problemas (ou, talvez, justamente por causa disso), tende a constituí-los a partir de finalidades práticas e critérios conjunturais. Com isso, parece-nos que a afirmação "os governos 1964-1985 adotaram diretrizes econômicas que podem ser consideradas do mesmo gênero" só pode ser plenamente aceita se negligenciarmos que, ao menos nesta inflexão de 1967, houve uma mudança radical não apenas nos meios de consumação dessas diretrizes, mas também na própria conceitualização de seus problemas e nos critérios de sua constituição.

Essa diferença epistemológica talvez possa ajudar a compreender aquele problema da "humanização" do regime proposto por Ianni, bem como a retomada de um certo discurso desenvolvimentista como sugere Macarini. Ianni tem razão ao qualificar aquela "humanização" como uma prática retórica, mas, em conformidade com um dos princípios de nosso trabalho, gostaríamos de lembrar que nenhum recurso retórico pode ser negligenciado como tal quando se trada de estudar os critérios de constituição conceitual e de legitimidade que regem determinada formação discursiva. Se é necessário descartar, de início, a ideia de que 1967 marca uma guinada da ditadura em direção a maior condescendência política, preocupação social, respeito a direitos e "valorização do homem brasileiro", aspectos normalmente considerados próprios à "humanização" de um regime político, essa noção pode ser ressignificada, sem qualquer conotação positiva evidentemente, como o preenchimento daquele princípio formal do PAEG de "agente econômico

privado", que no PED passa a ter conteúdo enquanto "opinião pública" ou "sociedade civil" (o termo é interpretação nossa; não chega a ser utilizado no texto). De fato, como vimos, o PAEG reserva um estatuto autônomo ao setor privado, compreendido como um conjunto de interesses alheios à esfera de decisão pública que deveriam ser incorporados às políticas de governo de modo tal que servissem de orientação à "motivação", a estímulos para a colaboração dos agentes na consecução dos objetivos governamentais. No PED, essa autonomia se perde e o setor privado, enquanto "opinião pública", assume feição mais concreta, moldável pelo setor público em nome de seu engajamento na política de desenvolvimento determinada por este. Assim, parece-nos que essa inflexão também encerra uma diferença mais profunda de concepção do processo econômico: a certo "mecanicismo" mediante o qual o setor privado é um conjunto de reações sistemáticas aos incentivos provenientes das políticas públicas, substitui-se uma "sociedade civil" cuja participação na política econômica deve ser ostensivamente constituída pela autoridade governamental.

Por fim, considerar a retomada de uma perspectiva desenvolvimentista no contexto do PED pressuporia uma análise mais extensiva da constituição do "desenvolvimentismo" no pós-Guerra, tanto no nível teórico e acadêmico como em suas aplicações práticas às políticas públicas, o que escapa ao escopo deste artigo. No entanto, podemos perguntar se consistiria em bom uso do termo chamar "desenvolvimentista" (não que isso seja feito por Macarini, que é quem sugere a retomada do "desenvolvimento nacional" sob Costa e Silva) uma perspectiva política que negligencia completamente os fundamentos históricos e estruturais dos problemas da economia brasileira, em favor de sua constituição conjuntural no curto prazo. O próprio critério de formulação desses problemas no PED, com sua ênfase mais em fatores relacionados à eficiência produtiva e burocrática do que em causas de fundo, tende a indicar que seu propósito se distancia do conceito clássico de desenvolvimento, agora reduzido a uma forma específica de indução do crescimento.

Fontes

MPCE (Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica). (1964). *Programa de Ação Econômica do Governo*. 1964-1966. Síntese. Documentos EPEA Nº 1 – Novembro de 1964.

MPCG (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral). (1967). *Programa Estratégico de Desenvolvimento*. Diretrizes de governo. Julho de 1967.

PR (Presidência da República). (1962). *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. 1963-1965. Síntese. Dezembro de 1962.

Bibliografia

ALVES, Denysard O. & SAYAD, João. (1973). O Plano Estratégico de Desenvolvimento. *In*: LAFER, Betty M. (1973). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.

CAMPOS, Roberto de O. (1954). *Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: FGV.

_____. (1964a). *Ensaios de história econômica e sociologia*. Rio de Janeiro: APEC.

_____. (1964b). *A moeda, o governo e o tempo*. Rio de Janeiro: APEC.

_____. (1994). *A lanterna na popa*. Memórias. Rio de Janeiro: Topbooks.

CAMPOS, Roberto de O. & SIMONSEN, Mário H. (1976). *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio.

DELFIM NETTO, Antonio. (1966). *Planejamento para o desenvolvimento econômico*. São Paulo: Pioneira/Edusp.

_____. (1967). *Política econômica e financeira do governo*. 1967/68.

_____. (2009). *O problema do café no Brasil*. São Paulo: UNESP.

DELFIM NETTO, Antonio; PASTORE, Afonso C.; CIPOLLARI, P. CARVALHO, Eduardo P. (1965). *Alguns aspectos da inflação brasileira*. São Paulo: Piratininga.

FISHLOW, Albert. (1974). "Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964". *Estudos Cebrap*. Vol. 7. Janeiro-março de 1974. p. 6-65.

FOUCAULT, Michel. (2007). *Security, Territory, Population*. Lectures at the College de France, 1978. Traduzido para o inglês por Graham Burchell. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

_____. (2008a). *The Birth of Biopolitics*. Lectures at the College de France, 1978-9. Traduzido para o inglês por Graham Burchell. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

_____. (2008b). *A arqueologia do saber*. Traduzido para o português por Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

IANNI, Octavio. (2009). *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

LAGO, Luiz Aranha C. (1990). A retomada do crescimento e as distorções do "milagre". 1967-1973. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva *et al.* (1990). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicada. 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier.

MACARINI, José P. (2005). "A política econômica do governo Médici: 1970-1973". *Nova economica*. Vol. 15(3). Setembro-dezembro de 2005. p. 53-92

RESENDE, André L. (1982). "A política brasileira de estabilização: 1963/68". *Pesquisa e Planejamento Econômico.* Vol. 12(3). Dezembro de 1982. Rio de Janeiro. p. 757-806

SIMONSEN, Mário H. (1964). *A experiência inflacionária no Brasil*. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Rio de Janeiro.

_____. (1965). *O mercado brasileiro de capitais*. Documentos EPEA Nº 2. Serviço Gráfico do IBGE.

_____. (1970a). *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Rio de Janeiro: APEC.

_____. (1970b). *Novos aspectos da inflação brasileira*. São Paulo: ANPES.

_____. (1971). *Ensaios sobre economia e política econômica*. 1964-1969. Rio de Janeiro: APEC.

_____. (1973). *A teoria do crescimento econômico*. São Paulo: FGV.

_____. (1974). *Palestras e conferências*. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda.

O mercado das carnes secas e a produção das oficinas do Siará Grande: quebra de monopólio, circuitos mercantis e abastecimento no Estado do Brasil (século XVIII)

Leonardo Cândido Rolim
PPGH/Universidade Federal da Paraíba
e-mail: leonardorolimhist@gmail.com

Introdução

A grande extensão do litoral setentrional do Estado do Brasil foi, certamente, um dos motivos que levou os agentes régios na colônia associados às instituições metropolitanas a levarem a cabo, juntamente com os mercadores da praça do Recife interessados em aumentar sua zona de atuação e aos senhores de engenho buscando alternativas econômicas, a conquista e colonização dos sertões das chamadas *capitanias do norte do Estado do Brasil* [1].

Após a definitiva expulsão dos holandeses de Pernambuco em 1654 as ameaças de incursões estrangeiras (holandesas, francesas, inglesas) eram um perigo iminente. Todavia, foi logo depois das primeiras notícias de descoberta de ouro no interior do continente, no crepúsculo do século XVII, que a efetiva ocupação por colonizadores das terras habitadas pelo índio *tapuia*, chamado de "bárbaro", se fez necessária aos olhos da Coroa Portuguesa. Por não se saber na época exatamente a extensão das terras, acreditamos que foi engendrado um projeto de colonização para os sertões da capitania de Pernambuco – mesmo que não fosse, de fato, o principal objetivo da Coroa Portuguesa nos últimos anos do século XVII e no primeiro quartel do XVIII.

A abertura por terra de um caminho até o Estado do Maranhão também ganhava destaque. A difícil relação do governador da capitania de Pernambuco com o Governador Geral do Estado do Brasil, que vivia na cidade de Salvador, talvez tenha incentivado de alguma maneira o avanço da fronteira da zona produtora de açúcar. A região que se localizava ao norte do rio São Francisco e ao sul do rio Potengi, na capitania do Rio Grande, correspondia à região de fato colonizada até não mais do que 70 quilômetros para o interior [2]. O avanço colonizador se deu, num primeiro momento, capitaneado pelas tropas militares estacionadas no período *post bellum* que aumentavam a tensão social nas urbes da região

[1] Tais capitanias são: Pernambuco, Paraíba, Itamaracá, Rio Grande e Siará Grande.
[2] Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso**: ensaio de história regional. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001; **A Fronda dos Mazombos** – Nobres Contra Mascates: Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

açucareira. A busca por índios para servirem de escravos nas plantações dos falidos senhores de engenhos e a procura por pastos para criação de gado também foram motivações para a conquista do sertão.

As sangrentas batalhas contra os índios *tapuia* no interior do continente renderam à maioria dos soldados terras "para criarem seus gados". As doações de sesmarias no sertão tiveram, em sua maioria, ligação com a atividade pastoril que fez com que fosse gestada uma rede interna de caminhos e estradas no sertão, que estavam propensos a perderem sua utilidade por causa de cheias ou até mesmo pelo ataque dos índios. A queda no preço do gado vivo oriundos dos sertões do Siará Grande e do Piauí nas feiras de Igaraçu em Pernambuco e Capoame na Bahia, entre outras próximas ao Recife e Salvador, fizeram com que os criadores destes sertões aplicassem uma técnica da salga em mantas de carnes e passassem a comercializá-la dessa forma (seca e salgada).

Ou seja, em alguns povoados e vilas do sertão se formaram verdadeiros complexos de fabricação de carnes secas e salgadas, onde também eram comercializadas. A dinamização destes *portos do sertão* fez com que se formassem ali alguns potentados locais não obrigatoriamente ligados à posse de terras, mas também à atividade comercial. Estas elites passaram, então, a demandar produtos vindos do reino, que chegavam aos sertões nas embarcações que vinham carregar carnes secas – como no caso da vila de Santa Cruz do Aracati, na capitania do Siará Grande. Analisaremos neste texto, num primeiro momento, o caso da quebra de monopólio do sal e em seguida as questões que envolviam o mercado consumidor e o comércio das carnes secas no Estado do Brasil.

O abastecimento de sal para as oficinas

Item difundido na culinária em todo mundo, o sal foi objeto de disputas intensas em Portugal durante vários séculos. Desde as primeiras leis portuguesas, isto é, as *Ordenações Afonsinas*, a produção e o comércio do sal começaram a ser regulados, embora um maior controle passasse a ser exercido no final do século XVI. De acordo com Inês Amorim "o controlo régio tornou-se mais definido e, sobretudo, objectivamente mais interventivo, em 1576, num contexto de esforço de guerra de Portugal no norte de África, sendo determinada a instituição dum monopólio de compra e venda de sal, embora revogado dois anos mais tarde." [3].

[3] AMORIM, Inês. *Monopólio e concorrência - a "roda do sal" de Setúbal (Portugal) e as rotas internacionais (segunda metade do século XVII a inícios do de XIX)*. In: **Anais...** II Seminário Internacional sobre o sal

O monopólio fora abolido e os interesses no comércio do sal só cresceram. Regiões do reino de Portugal modificaram-se completamente após o início da exploração de sua potencialidade saladeiril como no caso do até então pequeno burgo de Setúbal que se transformaria numa das principais zonas produtoras de sal para a Europa e boa parte do Império Português no ultramar [4]. Além de movimentar a região de exploração, o comércio do sal formou rotas comerciais importantes no além-mar como no caso da ilha da Madeira, importante entreposto comercial que se destacou inclusive no período da União Ibérica [5]. Apesar da importância da produção e do comércio do sal, Amorim ressalta que

> (...) em Portugal, nunca se instituiu o sistema de controlo da produção, mas que se podem encontrar formas de exercício de controlo e monopólio indirectos sobre a produção. É no salgado de Setúbal que se encontra este sistema. Remonta ao reinado de D. Sebastião, por alvará de 26 de Setembro de 1570, a imposição de preços fixos do sal, excluindo da comercialização do sal os corretores de sal estrangeiros e portugueses, assim como os funcionários municipais e da Alfândega e Mesa do Sal, dado que praticavam, indevidamente, revendas de sal. [6]

Em 1631 foi novamente instituído monopólio do sal por Felipe IV, vigorando desta vez até 1801. O sal não era o único estanque efetuado pela Coroa Portuguesa, havendo também outros, sobre a pesca da baleia, pau-brasil, do tabaco e, o mais conhecido, sobre os diamantes. Após o enquadramento no estanque, o comércio atlântico do sal passou a funcionar sob a forma de monopólio real, sendo frequentemente arrendado por negociantes mediante contrato real, apesar de neste período terem surgido companhias privilegiadas de comércio. Embora rendoso, o contrato do sal era muito específico e complicado de ser cumprido, principalmente no que se refere à obrigação do contratador em suprir com sal a terça parte da carga de todos os navios que saíssem de Portugal [7].

Apesar dos contratos preverem o abastecimento de sal para o Brasil, em vários momentos isso acabou não acontecendo por motivações diversas. A relação entre a escassez e abundância quase sempre pendeu para a primeira possibilidade. Para Myriam Ellis, o principal problema no abastecimento de sal para o Brasil, era o transporte. Segundo a autora

---

português: - a articulação do sal português aos circuitos mundiais - antigos e novos consumos, Porto, IHM-UP, 2008, p. 185.

[4] Cf. ABREU, Laurinda. *Setúbal, o Sal e o Além*. In: **Anais...** I Seminário Internacional sobre o sal português Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 329-337.

[5] Cf. SANTOS, Felipe dos. *O sal na historia da Madeira (Séculos XV-XVIII)*. In: **Anais...** II Seminário Internacional sobre o sal português: - a articulação do sal português aos circuitos mundiais - antigos e novos consumos, Porto, IHM-UP, 2008, p.211-230.

[6] AMORIM, Inês. *Op. Cit.* p. 187.

[7] Não é nosso objetivo aqui perscrutar os contratos do sal, tendo sido feito isso por Myriam Ellis no clássico livro **O Monopólio do Sal no Estado do Brasil (1631-1801)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1956. Principalmente no capítulo III: *O contrato do sal*.

"O transporte dependia do monopólio, sua realização e seu funcionamento, o suprimento das populações e até o comércio de contrabando e a própria situação econômica do Contratador" [8].

A falta de navios em Portugal também era um problema, pois às vezes os contratadores tinham de arcar com aluguel de espaços em navios da Suécia e de Hamburgo, além da conhecida demora em se formarem as frotas depois que este tipo de navegação fora implantado [9]. O desinteresse em suprir mercados menos significativos como o de Santos, que não possuíam produto de exportação que justificasse a entrada de barcos no porto, fazia com que regiões inteiras ficassem sem o suprimento de sal, embora o abastecimento estivesse previsto no contrato.

Para Myriam Ellis, outro grande problema no abastecimento de sal foi a formação de um comércio interno ao estanque, privilegiando apenas alguns particulares e que acabou se aproximando do contrabando. Este tipo de negócio era praticado tanto com o sal do reino como com as pequenas extrações locais da colônia, apesar da proibição da exploração de salinas que não fossem para suprir somente a região produtora [10]. A pequena brecha na legislação, permitindo a exploração local, favoreceu os negócios escusos como a venda do sal "brasileiro", geralmente de menor qualidade, pelo preço de estanque do sal do reino. Em 1739 isto aconteceu na capitania de Pernambuco, tendo os administradores do contrato no Brasil obrigado os moradores da ilha de Itamaracá a vender sua produção de sal a preço baixo para depois revendê-lo ao preço do estanque, prejudicando assim "os moradores da Capitania e os senhorios e mestres dos barcos que navegavam pelo litoral negociando pelos porto de Aracati, Camocim, Rio Grande e outros, o sal de Itamaracá, para o fabrico da carne seca e para a conservação das pescarias [11]".

Desde o primeiro contrato do século XVIII, que se iniciou em 1700, a orientação de exploração das salinas na própria colônia era *in-loco*, isto é, proibindo-se a venda para outras capitanias. Mas o suprimento de sal nas oficinas de carnes de Santa Cruz do Aracati era tão fundamental para a produção que acabou se formando certo "circuito mercantil" para o fornecimento deste item, principalmente vindo das salinas do Açu e Mossoró, da vizinha capitania do Rio Grande. É importante ressaltar que a reconstituição deste possível circuito

[8] ELLIS, Myriam. **O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1801)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1956. p. 113.
[9] *Ibid.* pp. 114-116.
[10] *Ibid.* p. 143.
[11] *Ibid.* p. 144-145. Para esta afirmação a autora baseia-se num manuscrito da *Coleção Lamego da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* que tem como título: "Requerimento feito à Câmara da Vila do Recife, pelos mestres de barcos das costas de Pernambuco, Aracaty, Camussi, Rio Grande, contra as proibições feitas pelo contrato do sal de se comprar o gênero na Ilha de Itamaracá. Recife, 12 de mayo de 1739.

mercantil de abastecimento será feita baseada numa única fonte que possui alguns problemas [12].

No *Livro de notas da Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati de registro dos barcos que deram entrada no porto da vila entre 1767-1802* foram anotadas pelo Escrivão, ou pelo próprio Juiz Ordinário, algumas informações sobre cada embarcação que dava entrada no porto da vila. São elas a data de entrada, o nome e a categoria da embarcação, os nomes do mestre e senhorio, a origem, a carga trazida, o destino, a carga levada, além dos nomes do Juiz Ordinário e do Escrivão que realizaram as anotações, feitas, geralmente, nas casas deles. É necessário deixar claro que nem todos os quesitos eram sempre preenchidos, principalmente as cargas trazidas e levadas. Assim, tal documento não é exatamente um *mapa de cargas*, mas um registro feito pelos agentes camarários para facilitar a cobrança de impostos. Em relação especificamente ao abastecimento de sal, elaboramos as seguintes tabelas:

Tabela 1: Sistematização do *Livro de Registro de Entrada dos Barcos* – Intervalo 1 (1767-1776)

ANO	Embarcações por ano	Embarcações que somente descarregaram sal	Embarcações que descarregaram sal e carregaram carnes secas
1767	10	1	2
1768	17	2	6
1769	8	0	3
1770	8	1	1
1771	1	0	1
1772	0	0	0
1773	18	1	9
1774	1	0	0
1775	14	0	3
1776	1	0	0
TOTAL	78	5	25

Fonte: Livro de notas da Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati de registro dos barcos que deram entrada no porto da vila entre 1767-1802.

[12] Esta fonte é o *Livro de notas da Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati de Registro dos Barcos que deram entrada no porto da vila entre 1767-1802.* O livro possui dois recortes temporais. O que chamaremos de *intervalo 1* inicia-se no mês de julho de 1767 e termina na entrada do primeiro barco do ano de 1776, em janeiro; o *intervalo 2* inicia-se no mês de agosto de 1787 e encerra-se no mês de abril de 1802. Este documento possui informações preciosas, ainda que descontínuas, sobre a entrada e saída de embarcações no porto da vila do Aracati. A partir da segunda citação textual esta fonte será chamada apenas de *Livro de Registro de Entrada dos Barcos*.

Tabela 2: Sistematização do *Livro de Registro de Entrada dos Barcos* – Intervalo 2 (1787-1802)

Ano	Embarcações por ano	Embarcações que somente descarregaram sal	Embarcações que descarregaram sal e carregaram carnes secas
1787	3	1	0
1788	9	0	2
1789	23	2	1
1790	20	2	0
1791	29	0	0
1792	19	0	0
1793	25	0	0
1794	16	0	0
1795	14	0	0
1796	9	0	0
1797	11	2	0
1798	15	1	0
1799	15	0	0
1800	12	0	0
1801	13	1	0
1802	7	1	0
TOTAL	240	10	3

Fonte: Livro de notas da Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati de registro dos barcos que deram entrada no porto da vila entre 1767-1802.

Podemos observar com base nas tabelas acima que o abastecimento do sal era bastante irregular, tendo em alguns anos mais de cinco embarcações descarregando sal e, em vários outros, nenhuma. A diferença é mais evidente no segundo intervalo que corresponde ao período em que se consolidava a concorrência do charque do Rio Grande de São Pedro frente às carnes secas. Além disso, devemos levar em conta que, como dito anteriormente, o sal era monopólio real e não era permitida a venda daquele que fosse extraído *in-loco* para outras capitanias. Nesse sentido, o comércio de sal que ocorria no porto da vila de Santa Cruz do Aracati era uma descarada quebra de estanque real, pois o item vindo de outras capitanias, principalmente das salinas do Rio Grande do Norte, somava-se à diminuta produção local.

A dificuldade por nós encontrada para traçar os circuitos de abastecimento de sal é na falta dos dados de origem e destino das embarcações. No primeiro intervalo, das 30 embarcações que descarregaram sal temos a menção da origem de apenas três: Pernambuco; e o destino de apenas uma: o porto do Camossim, de onde podemos inferir que ia também descarregar sal, pois lá também funcionavam fábricas de carnes secas. No segundo intervalo, onde tivemos apenas 13 barcos descarregando sal, temos a origem de 11 deles: oito vindos de

Pernambuco, sendo um com passagem pela Paraíba e outro pelo porto de Mossoró na disputada divisa entre o Siará Grande e o Rio Grande do Norte, onde provavelmente carregou o sal; os outros quatro saíram a metade das salinas do Assu e a outra do porto de *Porto de Águas Mares*, hoje Guamaré, na mesma capitania; já para os destinos deste intervalo temos cinco identificados: quatro barcos partiram rumo a Pernambuco e um para Alagoas. Dentre aqueles que indicam vir de Pernambuco alguns trazem indicados na carga *sal do Mossoró* ou *sal do Assu*, isto é, a viagem iniciava no porto do Recife e tinha escala nas salinas do Rio Grande do Norte.

Dentre os senhorios das embarcações, isto é, donos ou fretadores, que aportavam, aparecem três envolvidos diretamente no fabrico e no comércio de carnes secas: João Pinto Martins, Salvador de Souza Braga e Pedro José da Costa Barros. É interessante apontar também que todos os barcos em que aparecem estes dois primeiros sujeitos como senhorios, descarregam sal e carregam carnes secas, demonstrando assim a intricada relação de interesses entre o abastecimento de sal e a feitura de carnes secas. [13]

Enfim, queremos destacar com esta pequena análise sobre o abastecimento de sal na vila do Aracati a importância da formação de redes de comércio para a manutenção do funcionamento das oficinas de carnes. Era fundamental o suprimento de sal e isto envolveu uma quebra de monopólio, que vale ressaltar não foi a única que ocorreu no Brasil colonial, mas que fez com que os agentes régios daquelas paragens fizessem vistas grossas, tentando beneficiar seus próprios interesses, inclusive de arrecadação de impostos etc.

Circuitos mercantis com a praça do Recife

A subordinação do Siará Grande à capitania geral de Pernambuco até 1799 fez com que vários de seus interesses comerciais estivessem ligados à praça comercial do Recife, principalmente na questão relativa ao abastecimento. Podemos constatar tal afirmação a partir da sistematização de algumas informações do *Livro de Registro dos Barcos*, principalmente no que se refere à origem e ao destino das cargas que davam entrada no Aracati. Na tabela seguinte temos as informações sobre a origem das embarcações que deram entrada no porto:

[13] Achamos necessário esclarecer que a partir de 1794 nenhuma carga levada é anotada como de *carnes* ou *carnes secas*. Todavia ocorreram ainda entradas de sal, geralmente num barco de Pedro José da Costa Barros, que podiam denotar ainda uma pequena produção. A partir de 1794 aparecem os termos *efeitos da terra*, *gêneros deste continente*, etc. Essa questão será trabalhada neste texto.

TABELA 7: Origem das embarcações que deram entrada no porto do Aracati (1767-1802)

Origem	Frequência	Porcentagem
Pernambuco/Recife	157	85,3%
Pernambuco/Assu	2	1,0%
Recife-Tijucupapo	1	0,5%
Pernambuco-Mossoró	1	0,5%
Pernambuco/Paraíba	1	0,5%
Maranhão/São Luiz	9	2,4%
Bahia/Salvador	6	1,6%
Assu	2	1,0%
Porto de água mares	2	1,0%
Rio de Janeiro	1	0,5%
Belém-Pará	1	0,5%
Acaracu	1	0,5%
Total	184	100%

Fonte: Livro de Registro de Entrada dos Barcos no Porto da vila de Santa Cruz do Aracati.

Devemos lembrar que foram registradas 318 embarcações nos dois intervalos do registro (1767-1776/1787-1802). Na tabela acima consideramos as 184 que mencionaram a origem, isto é, 57,8% do total. Destas, a maior parte registrou Recife ou Pernambuco como seu porto de partida, principalmente se levarmos também em conta os cinco barcos que saíram de Pernambuco/Recife e fizeram escalas em Assu, Mossoró, Paraíba e Tijucupapo. Já sabemos que as duas primeiras escalas mencionadas são importantes salinas na capitania do Rio Grande que abasteciam as oficinas de salga. Dessa forma, podemos confirmar a formação de circuitos mercantis que engendravam toda uma rede de interesses, começando pelo embarque de gêneros alimentícios e produtos importados do reino, seguidos do carregamento de sal e, por fim, a carga de carnes secas no porto de Aracati. Alguns registros nem mencionam as escalas, constando somente na descrição da carga trazida como "sal do Assu" ou "sal do Mossoró".

As informações sobre os destinos dos barcos são bastante escassas, mas também apontam para o Recife como principal referência da vila do Aracati no circuito mercantil das carnes secas, confirmando assim as suposições das ligações estreitas entre os comerciantes da vila de Aracati com a principal praça comercial das capitanias do norte. Na tabela abaixo temos as informações sobre o destino das embarcações:

TABELA 8: Destino das embarcações que saíram do porto do Aracati (1767-1802)

Destino	Frequência	Porcentagem
Pernambuco/Recife	88	88%
Maranhão/ São Luiz	6	6%
Assu	2	2%
Acaracu	1	1%
Parnaíba	1	1%
Camossim	1	1%
Alagoas	1	1%
Total:	100	100%

Fonte: Livro de Registro dos Barcos no Porto da vila de Santa Cruz do Aracati

Novamente consideramos apenas os registros de embarcações que fazem referência ao seu destino. Apenas 100 embarcações tiveram seus destinos anotados, sendo que 88 delas seguiram para o porto do Recife. Em que pese os problemas da fonte, isto é, a falta de informações, podemos perceber que a relação do porto do Aracati com a praça do Recife é evidente, constituindo-se como principal rota do circuito mercantil das carnes secas.

Podemos ainda fazer uma relação importante entre o descarregamento de sal e o carregamento de carnes secas. Nos anos contabilizados pelos registros, 29 barcos deram entrada no porto com sal e saíram levando carnes secas. A conexão existente entre o abastecimento de sal para as oficinas e o comércio das carnes era, portanto, evidente e se constituiu num roteiro quase obrigatório para as embarcações, principalmente aquelas que pertenciam ou eram fretadas por donos de oficinas como as de João Coelho Bastos, João Pinto Martins, Salvador de Souza Braga e Pedro José da Costa Barros.

Dentre os principais problemas que temos com esta fonte, além dos já citados como falta na referência à origem e destino, é a falta de precisão nos registros das cargas, principalmente as que saíam do porto do Aracati. Das 318 embarcações registradas apenas 70 delas fazem referência à saída de carne seca, ou seja, aproximadamente 22% do total.

Todavia, considerando que a partir de 1790 alguns registros de carga levada são de "efeitos", "gêneros da praça" ou "efeitos deste continente" e que alguns dos donos de oficinas, principalmente João Coelho Bastos e Pedro José da Costa Barros, continuam fazendo transporte de sal para o porto do Aracati e carregando tais *efeitos* ou *gêneros da terra* para o Recife, podemos inferir que, com a crise de concorrência das carnes secas do Aracati em decorrência da já organizada produção do Rio Grande de São Pedro no final dos anos 1780, alguns donos de embarcações procuraram não pagar o imposto de embarque de carnes,

criado para substituir o subsídio do sangue, que não poderia ser cobrado no caso do abate do gado para se fabricar carnes secas.

Ou seja, em contrapartida à crise, como consequência da concorrência do charque, os donos de oficinas provavelmente compensaram suas perdas com o não pagamento do imposto sobre os barcos, respaldados pela Câmara onde possuíam representação. Entretanto isso é uma hipótese, mas que não enxergamos como impossível, principalmente se observamos o registro de 27/06/1790, onde a carga levada da sumaca *Nossa Senhora do Monte do Carmo*, cujo senhorio era Pedro José da Costa Barros, teve seu registro de carga levada anotado como "carnes *ou* efeitos" [14]. O último registro de saída das carnes foi feito em julho de 1793, numa sumaca cujo senhorio também era Costa Barros. A partir desta data, os registros são de *efeitos* (o que não acreditamos que se refira à carne seca) e *efeitos da terra* ou *gêneros da terra* ou *do continente* (estes sim com possibilidades de se referirem à carne seca). Para analisar este aspecto importante de nossa reflexão, elaboramos uma tabela que leva em conta o movimento de barcos cujos *senhorios* eram alguns dos importantes donos de oficinas de salga em Aracati, levando em conta a saída de carnes, couros e de *efeitos* ou *gêneros da terra*.

Quadro 3: Saída de carnes secas, *gêneros* ou *efeitos* da terra e couros

Nome do senhorio	**Quantidade de embarcações que saíram com *carnes secas***	**Quantidade de embarcações que saíram com *gêneros* ou *efeitos da terra***	**Quantidade de embarcações que saíram com *couros***	**Total de embarcações**
João Pinto Martins	4	0	1	5
João Coelho Bastos	12	11	4	27
Salvador de Souza Braga	4	0	0	4
Pedro José da Costa Barros	14	49	2	65

Fonte: *Livro de Registro de Entrada dos Barcos no Porto da vila de Santa Cruz do Aracati*

Sem dúvida não podemos imputar a todos os outros registros com estas nomenclaturas o embarque de carnes secas, pois durante um curto período após a independência das treze colônias inglesas no norte da América, em 1776, foram exportadas algumas toneladas de algodão da capitania do Siará Grande, embora a historiografia atribua ao porto do Mucuripe (na vila de Fortaleza) a concentração destas exportações. [15] Mas é certo

[14] *Livro de Registro de Entrada dos Barcos...* (Grifo nosso).
[15] Sobre a cultura do algodão no Ceará e o crescimento da vila de Fortaleza ver: LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**. *Op. Cit.*; TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**: origens do capital

que a grande produção de algodão na região se verificou no século XIX, além de indubitavelmente figurarem entre os *efeitos* e *gêneros* daquela praça as carnes secas.

Além do algodão, outro produto também dividiu espaço com as carnes secas entre a carga embarcada em Aracati. O couro era bastante aproveitado, já que se abatia tamanha quantidade de gado. Isso ocorria mesmo antes que a fabricação de carnes secas tomasse grande vulto. Uma de suas principais utilidades era amarrar as mantas de carne, mas o mercado do couro se expandiu de tal forma que os numerosos curtumes de Pernambuco não deram conta da demanda, fazendo com que algumas vezes se embarcasse couro em sola do Aracati e de outros "portos do sertão" que se localizavam na periferia, como o do Acaracu também no Siará Grande, ou do Assu na vizinha capitania do Rio Grande [16]. Segundo Antonil

> (...) todos os rolos de tabaco que se embarcam para qualquer parte vão *encourados* (...). Além disto, vão cada ano da Bahia para o Reino até *cinquenta mil meios de sola*; de Pernambuco, *quarenta mil*, e do Rio de Janeiro (...) *até vinte mil*, que vêm a ser, por todos, *cento e dez mil meios de sola*. [17]

Não resta dúvida que o principal produto exportado pelo porto do Aracati era a carne seca, mas seus agentes comerciais passaram, principalmente a partir do último quartel do século XVIII, a diversificar suas vendas, principalmente atendendo a uma demanda do mercado internacional por algodão e couro. Não podemos atestar nossa hipótese da "burla" consentida, ou seja, os senhorios dos barcos não declaravam sua carga de mantas de carnes secas para não pagarem o imposto, com o conhecimento do juiz ordinário, e assim não onerar ainda mais seu produto quando da chegada nas demais praças de comércio onde seriam vendidas as carnes. Mas acreditamos que parte considerável da "carga levada" que partiu sob a nomenclatura de *efeitos* ou *gêneros da praça* era de carnes secas, pois não haveria uma produção de algodão tão vultosa que justificasse a grande quantidade de registros de barcos de Pedro José da Costa Barros, por exemplo, com essa terminologia. Na tabela abaixo, podemos observar o movimento de embarcações no porto do Aracati:

---

estrangeiro no Brasil. São Paulo: HUCITEC; Natal: UFRN – Editora Universitária, 1995. LEITE, Ana Cristina Teixeira. **O Algodão no Ceará** - Estrutura Fundiária e Capital Comercial – 1850-1880. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado, 1994.

[16] O comércio do couro adquiriu grande vulto a partir da segunda metade do século XVIII. Não é objetivo desta pesquisa investigar a constituição de um circuito comercial de couros, mas é certo que em alguns momentos ocorreu o fornecimento de couros fabricados em Aracati para o comércio com o Reino. Sobre a fabricação e o comércio de couros ver: MEDEIROS, Thiago Silva. **"O sertão vai para o Além-Mar"**.Op. Cit.; GOULART, José Alípio. **Brasil do Boi e do Couro** (2º Volume – O Couro). Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966; GOULART, José Alípio. **O Ciclo do Couro no Nordeste**. (Documentário da vida rural – Nº 19) Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1966.

[17] ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1997.

Tabela 9: Sistematização do movimento dos barcos no porto da vila do Aracati
(Entrada de sal, saída de carnes, *efeitos* ou *gêneros* da terra e couros)

Ano	Quantidade de embarcações	Entrada de sal	Saídas de carnes	Saídas de *efeitos* ou *gêneros da terra*	Saídas de couro
1767	10	3	4	0	1
1768	17	10	7	0	0
1769	8	3	3	0	0
1770	8	2	3	0	1
1771	1	1	1	0	0
1772	0	0	0	0	0
1773	18	10	12	0	3
1774	1	0	0	0	1
1775	14	4	8	0	2
1776	1	0	0	0	1
Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
1787	3	1	1	0	1
1788	9	2	4	0	4
1789	23	3	6	0	3
1790	20	2	1	1	0
1791	29	0	7	1	0
1792	19	0	7	5	0
1793	25	0	6	7	0
1794	16	0	0	6	0
1795	14	0	0	10	0
1796	9	0	0	9	0
1797	11	2	0	6	0
1798	15	1	0	6	0
1799	15	0	0	13	0
1800	12	0	0	0	0
1801	13	1	0	12	0
1802	7	1	0	7	0
TOTAL:	318	46	70	83	17

Fonte: *Livro de Registro de Entrada dos Barcos no Porto da vila de Santa Cruz do Aracati*

A partir dos dados fornecidos pela tabela acima, podemos perceber a relação direta entre o fornecimento de sal e o carregamento de carnes secas nas embarcações. Apenas entre 1791-1793 não temos entrada de sal combinada à saída de carnes, embora sejam anos de intenso comércio deste produto. O comércio de couro aparece frequentemente, embora incipiente, na década de 1770 e com mais intensidade nos anos de 1788 e 1789, o que demonstra a inconstância do trato desse produto no porto de Aracati. É muito interessante também ressaltar a quantidade de barcos que carregam carnes secas entre os anos de 1790 e 1793, quando ocorreu a seca que, segundo a historiografia, teria acabado para sempre com a produção o comércio deste produto no Siará Grande.

A tentativa de criação da Companhia de Resgate das Carnes Secas e Couros do Sertão

Nos primeiros dias de maio do ano de 1753 foram enviadas a Sebastião José de Carvalho e Mello, então conde de Oeiras, duas propostas de criação de companhias de comércio por Luís Diogo Lobo da Silva, na época governador da capitania geral de Pernambuco. Uma referia-se à criação de uma companhia de comércio da *Costa da África* e a outra, que nos interessa diretamente, pretendia criar uma *Companhia de Resgate de Carnes Secas e Couros do Sertão* [18].

As iniciativas de criação partiram dos mercadores da praça do Recife ligados ao comércio de escravos, sendo que seria vedada a participação de algum interessado somente na segunda – esse é, provavelmente, o motivo pelo qual não encontra-se nenhum negociante do Aracati entre os possíveis membros. O governador Diogo Lobo da Silva, ao remeter a carta dos comerciantes do Recife ao primeiro ministro, lembrou que o negócio das carnes secas

> (...) pode Ser de grande utilidade regulando se por huma bem conservada Companhia, sem q pellos meyos, q apontao, padeçao încomodo Os criadores dos gados, pois no preço de dous mil e quinhentos rE [réis] por cabeça, lhe fica racionável interesse para os despertar a augmentarem as Suas criaçoens nem a sofrer a carestia o publico *noz preços de Setecentos e vinte rE* [réis] *a arroba nesta Praça [do Recife] outocentos e outenta para a B^{a}[Bahia], e dez toztoens para a cidade do Ryo de Janeyro por serem oz porq ordinariamente Se vendem noz referidos portos*. [19]

O interesse de se criar uma companhia que regulasse o transporte de carnes secas e couros se fazia, então, urgente pelo papel fundamental do alimento em diversos setores da sociedade colonial, principalmente na alimentação. O fornecimento do produto para o Recife, a Bahia e o Rio de Janeiro era essencial, pois, segundo os homens de negócio, a carne seca

> (...) supre mtas[muitas] a sustentação dos povos nas falthas que há de carnes frescas por não poderem chegar a ellaz as boyadas em Rezão das Rigorosas secas que se esprementão nos sertõiz de donde vem os gados, e não só ao povo das Praças nestas ocazioens senão que em todo qualquer tempo *he coaze comum sustento das acrescidas famillias dos engenhos e fabricas Retirados e desperços onde não podem ser socorridos com carnes frescas, porque estas se aruinão e aquella ademite e*

[18] Tais propostas estavam na esteira da política econômica empreendida por Sebastião José de Carvalho e Mello para aperfeiçoar a exploração colonial. Sobre a tentativa de criação dessas companhias ver: RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro**: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780. São Paulo: HUCITEC, 1976. pp. 78-82.

[19] AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965. AHU-PE: OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário do Estado do Reino e Mercês], Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre o requerimento dos homens de negócio daquela praça, em que pedem a criação de uma Companhia para resgatar as carnes secas e os couros do sertão. (Grifo nosso).

> *sofre tanto a milhor condução como a dillatada duraçam de hum anno ou maiz sem dano prejudicial e sam maiz cômodo e útil a toda pobreza*. [20]

Ou seja, a conservação por um ano ou mais era fator determinante na presença das carnes secas como um alimento comum às famílias dos engenhos e à pobreza que, em épocas de preço baixo, consumiam o produto. Certamente, os homens de negócio do Recife enxergaram no empreendimento das carnes secas possibilidades de lucros vultosos, principalmente levando-se em conta as sucessivas crises de abastecimento que afetaram as principais cidades e vilas da América Portuguesa no século XVIII [21]. No contexto específico da capitania de Pernambuco, as crises de abastecimento ficaram mais constantes no último quartel dos setecentos. Segundo Guillermo Palacios,

> A diminuição da oferta de alimentos era resultado, por um lado, da recuperação do complexo açucareiro exportador que concentrava, no conhecido e recorrente movimento de expansão em épocas de auge de demanda, todos os seus recursos na produção da matéria-prima principal – a cana-de-açúcar. No entanto, mais importante (...) [foi] a difusão do algodão nos distritos camponeses do litoral e do interior próximo à Capitania Geral de Pernambuco [que] teve efeitos semelhantes, e, apesar de todas as precauções tomadas (ou declaradas) pelos incentivadores do novo cultivo na década anterior, o resultado para o abastecimento alimentar das áreas urbanas estava começando a revelar-se de fato catastrófico. [22]

Por necessidade de atenuar o problema de abastecimento alimentar na região do litoral de Pernambuco é que os negociantes do Recife estavam interessados na criação de uma companhia de resgate para as carnes secas fabricadas no sertão. O comércio de fato já existia, mas a irregularidade com que acontecia, pelo menos até a primeira metade do século XVIII, fez com que alguns comerciantes tentassem monopolizar as negociações. Para eles era

> (...) conveniente contenuar esta navegação de sumacas p^{a}[para] os porttos do sertão p^{a}[para] nellas se transportarem vinte oito a trinta mil cabeças de gado que huns annos por outros se transportão p^{a}[para] o Portto desrte R^{fe}[Recife] sendo todas as Sumacas, e empregos athé o prez^{te} [presente] dos Comerciantez desta Praça e como nesta não se pode dar consumo a todas as carnes secas nas mesmas sumacas se mandão vender a B^{a}[Bahia] e R^{o}[Rio] de Janeyro e seus contornos ficando nesta a que se lhe pode dar consumo, e os Couros em cabello huns se mandão Curtir p^{a}[para] solla e outros em cabello se transportão tudo nas frotas. [23]

---

[20] *Ibdem*. (Grifo nosso).

[21] Sobre as crises de abastecimento no século XVIII nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. **A Morfologia da Escassez**: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). 1990. 416 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense.
Principalmente o capítulo 6: *As crises de subsistência no Brasil colônia*.

[22] PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e Escravidão no Brasil**: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Tradutor: Walter Sotomayor. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 139.

[23] AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965. Op. Cit.

Devemos ressaltar que nesse contexto a produção das oficinas do Aracati estava sofrendo, como já dissemos no tópico 2.2, uma retração ocasionada pela fundação da vila e consequente cobrança de impostos aos donos das embarcações. Além disso, temos que destacar que esse período é anterior ao analisado por nós com base nas tabelas feitas a partir do *Livro de Registro dos Barcos*. Ou seja, a tentativa de criação da Companhia de Resgate de Carnes Secas e Couros do Sertão aconteceu, não por acaso, ao mesmo tempo em que se consolidavam as atividades produtivas na vila do Aracati e sua natural transformação em centro econômico da capitania do Siará Grande.

Para que fosse criada a dita companhia de forma satisfatória aos seus interesses, os negociantes do Recife previam que ela fosse estabelecida

> (...) com vinte e quatro sumacas da proporção nessecariaz p[a][para] aquelles porttos com que possão *transportar a carne e couros e sebo de vinte e outo athé trinta mil cab[as][cabeças] de gado* e este se comprara no sertão fazendo ponto fixo no gado que se chama Cara [a pronúncia deve ser Cará] a *dous mil e quinhentos por cabessa* e os mais a esse resp[to][respeito] : preço sem prejuízo ao criador poiz coaze he geral a todos os annos.
> *As carnes secas que esta Comp[a][Companhia] transportar daquelles portos do sertão se vendera na Praça deste R[e][Recife] e todos os seus contornos a setecentos e vinte a aroba, e as que se mandarem vender aced[e] (?) na Bahia a outocentos a Roba e as que se forem vender ao R[o][Rio] de Jan[RO][Janeiro] a dez tostoiz a Roba todoz os preços como dos que m[tas][muitas] vezes em todos estez porttos se vendem por maiz.*[24]

Evidentemente as vinte e quatro sumacas não seriam enviadas somente ao porto do Aracati, pois sabemos da existência de oficinas de carnes em outras regiões. Segundo José Alípio Goulart, no Assu havia um povoado chamado *Oficinas*, também no Piauhí e Maranhão surgiram salgadeiras na segunda metade do século XVIII, além das já citadas fábricas de carnes na região do rio Acaracu – principalmente nos povoados de Granja e Camocim –, noroeste da capitania do Siará Grande [25]. É digno de nota que um fator concorrente para o interesse dos negociantes de carnes secas nesse período era o mercado praticamente "monopolizado", isto é, não existiam concorrentes, pois não havia ainda se organizado a produção gaúcha.

O projeto da companhia para resgatar carnes secas e couros no sertão não era simples, pois envolvia um capital de 450.000 cruzados, que seriam empregados na compra das 24 sumacas para se fazer o transporte, juntando-se a sobra ao capital dos comerciantes

[24] *Ibdem.* (Grifo nosso).
[25] GOULART, José Alípio. **Brasil do Boi e do Couro** – Volume 1 – O Boi. Rio de Janeiro: Edições GRD,1965.

para comprar gado e arcar com a feitura de carnes secas no sertão [26]. Ou seja, o plano era controlar o empreendimento comercial, deixando a criação de gado e a produção das carnes para os negociantes locais.

Infelizmente não chegou até nós, ou simplesmente nunca existiu, um parecer do Conselho Ultramarino ou uma resposta direta de Sebastião José de Carvalho e Mello aos pedidos pela criação das companhias de *Resgate de Carnes Secas* e da *Costa da Mina*. Deparamo-nos apenas com mais algumas insistências dos comerciantes, juntamente ao governador Luís Diogo da Silva, que foram malogradas. Todavia, a tentativa de criação de uma companhia dessa espécie só confirma a importância da manutenção da produção e do comércio do gênero e principalmente tendo sido pedida junto com a criação de uma companhia para se comprar escravos, demonstrando a ligação entre os dois empreendimentos comerciais.

Conexões mercantis

A investigação empreendida nas páginas anteriores sobre os circuitos mercantis das capitanias do norte, que possuíam na vila do Aracati um ponto central e/ou periférico, agora serve como base para ampliarmos nosso horizonte e observarmos como se constituíram as conexões imperiais com outras partes da América Portuguesa, isto é, redes menos perenes de comércio das carnes secas. Prioritariamente escolhemos tratar do comércio dentro do Estado do Brasil, excluindo os mercados de São Luiz e Belém, cujas possibilidades são diminutas em relação aos negócios empreendidos no Recife. Nesse sentido, buscamos aqui a tentativa de ligar redes "locais" e "regionais" de comércio. De acordo com Maria Fernanda Bicalho, "O método de *conectar histórias* baseia-se não em modelos, e sim numa relação entre o local e o regional. Local e regional definiriam os níveis micro e macro da análise histórica" [27].

A projeção do comércio das carnes secas para outras partes do Estado do Brasil que não fossem as *capitanias do norte* se fez, como já foi dito, de maneira pouco perene, por vezes circunstancial. De tal forma que se torna difícil tratar de um comércio descontínuo, mas ao mesmo tempo fundamental para a manutenção de toda uma rede de interesses econômicos das elites da América Portuguesa e consequentemente da Coroa.

---

[26] AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965. *Op. Cit.*

[27] BICALHO, Maria Fernanda. *Da colônia ao império: um percurso historiográfico*. In: SOUZA, Laura de Mello e. FURTADO, Júnia Ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (Orgs.). **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 100. (Grifo da autora).

A expansão colonizadora em direção às minas ampliou de forma significativa o mercado consumidor da América Portuguesa, considerando a migração de reinóis e de gentes de outras partes do continente em direção àquela região. Além disso, uma estrutura administrativa pouco a pouco ia sendo montada na área da mineração, demandando o abastecimento alimentar de funcionários régios. Dessa forma, os mercadores de víveres procuravam expandir, no início do século XVIII, sua área de atuação bem como sua capacidade de produzir alimentos. Segundo Mafalda Zemella, após a descoberta das minas

> (...) a Bahia sentiu imediatamente a determinação geográfica que a impelia a tornar-se mercado abastecedor das Gerais. Entre a região aurífera e a Bahia, havia grande facilidade de comunicações terrestres, além da magnífica via fluvial que representa o São Francisco com sua rede de afluentes. (...)
> Era uma zona de povoamento antigo, bem aparelhada para o comércio; no seu sertão, multiplicavam-se os currais, que já haviam ganho as margens do São Francisco, numa crescente expansão rio acima, na direção das minas. A Bahia era, além disso, importante centro importador de artigos europeus, gozando da vantagem de estar mais próxima da Europa do que os portos sulinos. [28]

Apesar de todos esses motivos, ou pelo fato mesmo deles existirem, em 1702 foi proibido o comércio entre a Bahia e as Minas, excetuando-se a passagem de gado. Embora gradativamente as proibições fossem arrefecendo, como em 1711, permitiu-se a volta da comercialização de escravos. Autores que investigaram o abastecimento da região mineradora e o mercado interno das Minas acreditam que foi impossível impedir a entrada de alguns mercadores já experientes no chamado *Caminho Velho da Bahia*, justamente por causa da dimensão dos sertões. Ou seja, o próprio contrabando fez as autoridades desistirem de proibir o trato comercial entre as regiões. [29] Ainda de acordo com Zemella,

> O fornecimento de carnes era de importância vital, pois ela constituía a base da alimentação. (...)
> O mercado fornecedor de bovinos, por excelência, era o sertão da Bahia e de Pernambuco, zona de grande produção e que já servira de retaguarda abastecedora de carne da região dos engenhos do litoral nordestino.

A escassez de carne, mesmo com o fornecimento em grande quantidade, era notória. Principalmente se levarmos em conta os "surtos" de aumento populacional na zona mineradora. Os habitantes das minas consumiam peixe seco e "também como complemento à

---

[28] ZEMELLA, Mafalda. P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC: Editora da USP, 1990. p. 69.
[29] Este argumento é trabalhado por Ângelo Carrara em **Minas e Currais** – Produção rural e mercando interno de Minas Gerais. Juiz de Fora/MG: Editora da UFJF, 2007. pp. 124-132; Ver também ZEMELLA, Mafalda. *Op. Cit.* pp. 78-81.

carne fresca, carregamentos volumosos de carne de porco salgada eram levados às minas pelos caminhos paulistas, bem como carnes secas [que] chegavam às Gerais pelo sertão" [30]. A entrada do gênero na área da mineração era constante. Em tabela que sistematiza a *estrutura dos gastos da Real Extração dos Diamantes* entre 1778 e 1784, Ângelo Carrara dá conta de gastos entre 35 e 134 oitavas de ouro com a compra de carnes secas. [31] Na mesma tabela, só gastos com feijão, milho, farinha de mandioca e sal, gêneros muito importantes, superaram essas cifras. A importância do negócio das carnes secas pelo *Caminho Velho e Sertão* para o abastecimento das Minas pode ser atestado através desta tabela que está abaixo reproduzida, onde o comércio do gênero aparece menor apenas do que a entrada de gado *vacum*:

Tabela 10: Fluxo mercantil nos registros da Capitania de Minas Gerais – 1755

	Medida	**Caminho Novo**	**Caminho Velho e Sertão**
Açúcar	Carga		175
Bestas muares	Unidade		721
Carne seca	Carga		2.056
Escravos	Unidade	3.549	510
Gado *vacum*	Unidade		7.735
Molhados	Carga	63.421	
Peixe do sertão	Carga		262
Peixe do sertão	Barril		250
Potros	Unidade		1.354
Rapaduras	Carga		24
Sal da terra	Surrão		1.964
Fazenda seca	Carga	12.636	
Sola	Carga		110
Toucinho	Carga		382

Fonte: CARRARA, Angelo Alves. **Minas e Currais**: produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora – MG, Editora UFJF, 2007. p. 121.

Além da tabela acima, o estudo de Ângelo Carrara traz muitas outras bem específicas sobre cada registro da capitania, além de informações menos sistematizadas sobre o largo consumo de carnes secas na área mineradora. Como já dissemos baseados no mesmo autor, a tarefa de recompor circuitos e conexões mercantis com base em documentação esparsa e nem sempre clara é, sem dúvida, bastante complicada. Mas, se pudermos inferir sobre o assunto, temos, ao mesmo tempo, a consolidação de uma estrutura produtiva e comercial das carnes secas – lembrando que na mesma década de 1750 os negociantes de carnes secas tentaram criar uma companhia de resgate – e uma expansão de mercado consumidor, representada principalmente pelos novos habitantes das regiões auríferas e pelo próprio crescimento da população da colônia.

[30] ZEMELLA, Mafalda. *Op. Cit.* .p. 176.
[31] CARRARA, Ângelo. *Op. Cit.* p. 91.

Enfim, a importância e dimensão desse comércio ainda estão para receber sua devida investigação baseadas em uma acurada pesquisa documental em fontes que façam conexões entre redes de abastecimento que percorriam do sertão com origem não só na Bahia, mas também em Pernambuco, e constituíram verdadeiras rotas de comércio intracapitanias na América Portuguesa.

Além da comercialização de carnes secas como um gênero de abastecimento constante na região das Minas Gerais, em algumas conjunturas específicas, como na década de 1770, algumas regiões da *repartição sul* do Estado do Brasil foram também ligadas por redes comerciais semelhantes. Nos primeiros dias do ano de 1775, José César de Meneses, na época governador geral de Pernambuco, enviou ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dando conta do envio da fragata real, que estava ancorada em Fernando de Noronha, com recrutas, farinha, feijão e mais dez sumacas de carnes do sertão para o Rio de Janeiro. Segundo Meneses, após o pedido do Marquês de Lavradio, vice-rei do Brasil, fez "logo prontamente mandando lhe dois mil e quatro alqueires de farinha, q pela medida do Rio de Janeiro hão de dar sinco mil e tanto alqueires; e cento e hum alqueires de feijão" [32].

Naquela conjuntura aconteciam guerras por demarcação de fronteiras no extremo sul da colônia, levando o vice-rei a deslocar tropas para a região [33]. Nesse momento, aproveitando as cada vez mais repetidas conjunturas de violência e extrema pobreza nas Minas Gerais, foram sendo somada às tropas uma grande quantidade de *vadios* que habitavam a zona mineradora [34]. Para a manutenção das tropas seriam importantes os gêneros alimentícios. Além de farinha e feijão, o governador de Pernambuco fez também

> (...) expedir para a dita capital dez sumacas de carnes do Sertão, q estavão prontas, persuadindo os Negociantes donos dellas, q as mandassem, e o mesmo hei de insinuar as várias outras que nesse porto ficam; pois conhecendo Eu o avultado número de tropas q se acha no Rio de Janeiro, não devo consentir que experimentem a menor falta.[35]

[32] AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9011. AHU-PE: OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando a fragata real, com recrutas, farinha, feijão e mais dez sumacas de carnes do sertão para o Rio de Janeiro, em cumprimento às ordens recebidas.

[33] As conjunturas de guerra na conquista do Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII foram investigadas em: OSÓRIO, Helen. *Guerra e Fronteira*. In. id. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. Os interesses políticos que envolveram as disputas nas fronteiras foram discutidos em: BICALHO, Maria Fernanda Baptistas. *A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina*. In: **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociabilidades**. Lisboa, novembro de 2005. FCSH/UNL. pp. 1-10.

[34] Sobre a utilização dos *vadios* nessas guerras de fronteiras ver: SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**. 4ª ed. Graal, 2004. pp. 117-124.

[35] AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9011 *Op. Cit.*

Ao final do mesmo ano, em outubro, o Marquês de Lavradio novamente fez um pedido para o envio de mais alimentos para as tropas. Mas desta vez, tendo em vista escassez de carnes secas do período, foram enviados feijão, farinha de guerra, arroz, além de paus de jangada na corveta São José e apenas uma sumaca com carnes do Sertão para o Rio de Janeiro [36]. Mesmo com o envio destes mantimentos, alguns meses depois uma nova ordem do vice-rei era cumprida em Pernambuco. Em março de 1776 foi enviada mais uma sumaca com carnes do Sertão, desta vez para a ilha de Santa Catarina, isto é, uma região mais próxima às zonas de conflito [37].

O último expressivo carregamento desse contexto de disputas nas fronteiras do sul é do início de 1777. O governador de Pernambuco escreveu a Martinho de Melo e Castro para prestar conta de seus serviços. Escreveu José César de Meneses que

> (...) depois q' entrou a monção para o sul, fiz pelos comerciantes desta Praça encaminhar à Capital do Rio de Janeiro treze Barcos de carnes do Sertão, em q forão noventa e quatro mil arrobas do dito gênero; e a cidade da Bahia dezoito barcos, em q forão cento e quinze mil e quinhentaz arrobas; ficando somente nesta praça quatro Barcos com vinte e quatro mil arrobas. [38]

Os gêneros alimentícios consumidos pelas tropas, a chamada "munição de boca", foi, portanto, fornecida em grande medida pelas plantações do entorno dos grandes canaviais em Pernambuco e pelas carnes secas produzidas no sertão. Novamente temos que lembrar a impossibilidade de "seguir o rastro" das carnes do Aracati, pois ao chegar ao porto do Recife ela perdia seu porto de origem. Todavia é essa perda que caracteriza o que chamamos de conexão comercial, ou seja, a ligação entre redes distantes proporcionada por pontos de comércio em comum, por vezes não perenes.

---

[36] AHU_ACL_CU_015, Cx. 121, D. 9219. AHU-PE: OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo paus de jangada, munições, farinha de guerra, feijão, arroz, poliame, na corveta São José para o Rio de Janeiro, em cumprimento das ordens do vice-rei e governador-geral do Estado [do Brasil], marquês de Lavradio, [Luís de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], e mais uma sumaca com carnes do sertão e paus de jangada à dita capital.

[37] AHU_ACL_CU_015, Cx. 122, D. 9288. AHU-PE: OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o cumprimento da ordem do vice-rei e capitão general do Estado [do Brasil], marquês de Lavradio, [Luís de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], de se enviar uma sumaca com carnes para ilha de Santa Catarina, informando ter enviado 10 embarcações com carnes para o Rio de Janeiro.

[38] AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9564. AHU-PE: OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre se enviar ao Rio de Janeiro, 13 barcos com carnes do sertão, 18 barcos à Bahia, ficando na praça do Recife 4 barcos.

O outro lado do Atlântico: o comércio das "carnes do sertão" e sua relação com o tráfico de escravos

As redes comerciais que foram tecidas a partir do negócio das carnes secas também foram tocar o outro lado do Atlântico. Os estudos sobre utilização de gêneros brasileiros no comércio de negros ainda em África são bastante profícuos, entre eles o açúcar, a geribita e o tabaco [39]. Os "produtos da terra" possuíam valor de troca considerável entre as tribos que vendiam seus prisioneiros de guerra e entre os portugueses que lá se envolviam com a captura de negros no interior do continente.

Segundo Roquinaldo Ferreira, os negociantes que partiam das três principais praças de comércio do Brasil (Recife, Rio de Janeiro e Salvador) "usufruíam de larga vantagem no comércio direto com Angola" [40]. Para este autor

> a chave do seu sucesso, contudo, assentava-se na estratégia de financiar seus negócios com "produtos da terra" – "*geribitas, ou caxassas (sic), tabaco, carne seca do ceará, e outras*". Porque não tinham acesso a estas mercadorias, os negociantes metropolitanos, apesar do farto acesso às *fazendas de negro* após 1772, não conseguiam competir com os brasileiros. [41].

Todavia, as carnes secas não serviram só como item de troca no tráfico. Por volta dos anos 1760, o comerciante Raimundo Jamalá, administrador da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba em Angola, entre 1759 e 1763, observando as péssimas condições de saúde com as quais os escravos eram embarcados, tendo alguns inclusive sangramentos, fez com que fosse substituída a *savelha* (peixe salgado conservado no azeite) pela carne seca, diminuído assim a mortalidade que prejudicava os lucros da companhia. Ele teria orientado as escravas a temperar as rações que eram servidas com a carne seca e

> Quando pela primeira vez a escravatura provou deste gênero de comida assim temperada, e amoldada ao seu paladar, confessa fidedignamente, que lhe bateram palmas. (...) Na prevenção da economia mandou vir por conta da mesma Companhia

[39] Entre outros trabalhos ver o estudo de: LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e o Comércio Atlântico** – Tabaco, açúcar, ouro e o tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760). 2008. 264 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo.
[40] FERREIRA, Roquinaldo. *Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 345.
[41] *Ibid.* p. 365.

> de Pernambuco a carne salgada, e seca, a que lhe chamam do sertão, que é escalada [ou escaldada?], e sem ossos, que ali custa de 6 a oitocentos réis a arroba (...).[42]

Segundo Almir Leal de Oliveira, as carnes secas representaram "(...) um produto estratégico no comércio de escravos. Diversas evidências indicam o consumo do charque na África, especialmente ligado ao tráfico de escravos e ao abastecimento dos navios" [43]. Percebe-se, portanto, a dimensão atlântica que possuía a produção de carne seca nos sertões. O gênero estava inserido em âmbitos diversos da economia colonial, servindo de alimento diário aos habitantes da colônia, ou ainda como "munição de boca" das tropas que lutavam pelas fronteiras no extremo sul, e também para comércio e comida para negros que esperavam ser embarcados para a América.

Considerações Finais

Neste texto tentamos sistematizar algumas questões que foram trabalhadas em nossa dissertação de mestrado. O mercado que se formou a partir da exploração aurífera fez com que alguns produtos de consumo que tivessem conservação maior, como no caso das carnes secas, fossem difundidos nestas regiões. Nesse sentido, durante o texto nos preocupamos em demonstrar a situação histórica em que este gênero alimentício passou a suprir boa parte do Estado do Brasil.

Nossa pesquisa de mestrado desenvolveu-se junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), orientada pelo Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes, contando com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre julho de 2010 e fevereiro de 2012.

Referências Bibliográficas

ABREU, Laurinda. *Setúbal, o Sal e o Além*. In: **Anais...** I Seminário Internacional sobre o sal português Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005.

AMORIM, Inês. *Monopólio e concorrência - a "roda do sal" de Setúbal (Portugal) e as rotas internacionais (segunda metade do século XVII a inícios do de XIX)*. In: **Anais...** II Seminário

[42] MENDES, Luis António de Oliveira. *Discurso Acadêmico – Memórias econômicas da Academia Real das Sciências de Lisboa (1793)*. In: CARREIRA, António. **As Companhias Pombalinas** de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982. p. 401.

[43] OLIVEIRA, Almir Leal de. *As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII*. In: DORÉ, Andréa. SANTOS, Antônio César de Almeida. (Orgs.) **Temas Setecentistas**: Governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR – FCHLA/Funart; Araucária, 2008. p. 510.

Internacional sobre o sal português: - a articulação do sal português aos circuitos mundiais - antigos e novos consumos, Porto, IHM-UP, 2008.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

BICALHO, Maria Fernanda. *Da colônia ao império: um percurso historiográfico*. In: SOUZA, Laura de Mello e. FURTADO, Júnia Ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (Orgs.). **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. BICALHO, Maria Fernanda Baptistas. *A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina*. In: **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociabilidades**. Lisboa, novembro de 2005. FCSH/UNL.

CARRARA, Angelo. **Minas e Currais**: produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora – MG, Editora UFJF, 2007.

ELLIS, Myriam. **O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1801)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1956.

FERREIRA, Roquinaldo. *Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOULART, José Alípio. **Brasil do Boi e do Couro** – Volume 1 – O Boi. Rio de Janeiro: Edições GRD,1965.

_____. **Brasil do Boi e do Couro** (2º Volume – O Couro). Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.

_____. **O Ciclo do Couro no Nordeste**. (Documentário da vida rural – Nº 19) Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1966.

LEITE, Ana Cristina Teixeira. **O Algodão no Ceará** - Estrutura Fundiária e Capital Comercial – 1850-1880. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado, 1994.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicação, 1991.

LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e o Comércio Atlântico** – Tabaco, açúcar, ouro e o tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760). 2008. 264 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, Thiago Silva. **"O sertão vai para o Além-Mar"**: a relação centro e periferia e as fábricas de couro em Pernambuco nos setecentos. 2009. 110 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso**: ensaio de história regional. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

_____. **A Fronda dos Mazombos** – Nobres Contra Mascates: Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENDES, Luis António de Oliveira. *Discurso Acadêmico – Memórias econômicas da Academia Real das Sciências de Lisboa (1793)*. In: CARREIRA, António. **As Companhias Pombalinas** de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII*. In: DORÉ, Andréa. SANTOS, Antônio César de Almeida. (Orgs.) **Temas Setecentistas**: Governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR – FCHLA/Funart; Araucária, 2008.

OSÓRIO, Helen. *Guerra e Fronteira*. In. id. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e Escravidão no Brasil**: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Tradutor: Walter Sotomayor. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

RIBEIRO JÚNIOR, José Ribeiro. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro:** a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780. São Paulo: HUCITEC, 1976.

SANTOS, Felipe dos. *O sal na historia da Madeira (Séculos XV-XVIII)*. In: **Anais...** II Seminário Internacional sobre o sal português: - a articulação do sal português aos circuitos mundiais - antigos e novos consumos, Porto, IHM-UP, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. **A Morfologia da Escassez**: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). 1990. 416 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**: origens do capital estrangeiro no Brasil. São Paulo: HUCITEC; Natal: UFRN – Editora Universitária, 1995.

ZEMELLA, Mafalda. P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC: Editora da USP, 1990.

O SERINGAL AMAZÔNICO E O CAFEZAL DO OESTE PAULISTA
Apontamentos para um Estudo Comparativo das Dinâmicas Econômicas (1890 – 1930)

Leonardo Milanez de Lima Leandro
Doutorando do NAEA/UFPA leo.milanez@gmail.com

Fábio Carlos da Silva
Professor do NAEA/UFPA fcsilva@ufpa.br

RESUMO

A Amazônia e o Oeste Paulista, no início do regime republicano, experimentaram a expansão de importantes atividades econômicas no país: a extração da borracha nativa e a produção de café. Nesse período, tais fronteiras se constituíram em espaços de reprodução e expansão de atividades econômicas que geraram, além de ativos financeiros, passivos ambientais e sociais. Nelas foram investidos recursos e esforços para promover o desenvolvimento do extrativismo e da agricultura nas regiões sudeste e norte do Brasil. O artigo analisa comparativamente a expansão do capitalismo para as fronteiras do Oeste Paulista e da Amazônia, decorrente da dinamização econômica gerada pela extração da borracha e pela produção do café nos anos 1890-1920, apontando possíveis causas desse processo que levaram São Paulo a emergir como pólo dinâmico e a Amazônia como região periférica da economia brasileira.

Palavras-chave: Fronteira; Borracha; Café; Amazônia; Oeste Paulista

1 INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XIX, a Amazônia e o Oeste Paulista colocam-se como polos fundamentais para a expansão da participação do Brasil na economia mundial. Até a década de 1910, essas duas regiões apresentam trajetórias mais ou menos semelhantes. Contudo, um declínio que já se anunciava provoca a derrocada da economia gomífera, enquanto se observa a expansão da economia cafeeira, transformando São Paulo num polo dinâmico do capitalismo brasileiro, enquanto a Amazônia tornou-se área periférica desse polo.

O artigo tem com objetivo apresentar resultados preliminares de pesquisa sobre as economias da Amazônia e do Oeste Paulista entre os anos de 1890 e 1930, procurando analisar de forma comparativa as inovações institucionais implementadas para dinamizar as economias da extração da borracha e da produção de café, e as respectivas trajetórias dessas fronteiras.

A metodologia utilizada para o levantamento das informações que permitisse viabilizar a análise comparativa entre as duas regiões constou de levantamento bibliográfico de materiais tais como artigos, livros, monografias, dissertações e teses, priorizando-se o esforço em textos para a fundamentação teórica do debate, por vezes tão somente levantando questões de fundo e dando pistas dos contextos específicos das economias em questão. Esse material pode ser acessado nas bibliotecas das universidades e outros órgãos públicos, bem como através da rede mundial de computadores. Para visualizar algumas questões e dinâmicas, utilizou-se a série de dados dos censos de 1872 a 1920, os Relatórios dos Presidentes da Província e Mensagens dos Governadores Estaduais correspondentes aos territórios das Províncias, atuais Estados do Pará, Amazonas, Acre e São Paulo. Nos relatórios de pesquisas e nas estatísticas, estão reunidos dados e informações que permitiram estabelecer os parâmetros iniciais para a caracterização das semelhanças e diferenças das regiões que compreendem os centros de produção das mais representativas fontes da riqueza brasileira – a borracha e o café – no período entre os anos de 1890 e 1930.

Em relação à pesquisa documental, foi empreendido esforço para a coleta de dados sobre a riqueza e atuação de famílias e empresas, bem como das ações e políticas de desenvolvimento discutidas e implantadas nas regiões com vistas a assegurar a sustentabilidade das economias gomífera e cafeeira. Parte dessas fontes pode ser acessada diretamente através da rede mundial de computadores, como no caso de relatórios, falas e discursos dos presidentes das províncias e governadores dos estados do Pará, Amazonas e São Paulo, bem como atos do poder executivo, publicados no Diário Oficial.

Além disso, também foram consultados inventários arquivados no Arquivo Público do Estado do Pará, em Belém, entre os anos de 1875 e 1924, de famílias com propriedades situadas no entorno de Belém e no eixo da Estrada de Ferro de Bragança, que traziam informações relevantes para uma abordagem histórica das dinâmicas envolventes dos negócios das famílias, tais como a organização do trabalho nas propriedades, padrões de investimento, dívidas ativas e heranças. Esta etapa será

complementada com pesquisa nos arquivos públicos do Estado de São Paulo, referente às famílias da elite do café.

O artigo está organizado, além da introdução e das considerações finais, em mais quatro sessões. A segunda sessão é dedicada aos aspectos teóricos abordando-se, principalmente, as categorias que podem explicar as desigualdades regionais entre São Paulo e Amazônia: instituições, fronteira e materialismo histórico. Nas terceira e quarta sessões são apresentados alguns resultados preliminares da pesquisa e na quinta sessão apontam-se algumas semelhanças e diferenças entre as economias estudadas.

2 INSTITUIÇÕES, FRONTEIRA E DESIGUALDADES REGIONAIS

Em que pese a observação de que premissas gerais podem fundamentar uma dedução a respeito da ocupação dos territórios na Amazônia e no Oeste Paulista, foi a partir de uma abordagem histórico-materialista que se assentou a base lógica deste trabalho, destacando-se categorias chave das economias do aviamento e do crédito, como elementos fundantes das institucionalidades inscritas nas dinâmicas dessas fronteiras, aí apontando as possibilidades de diferenciação das condições estruturais que tornaram objetivas suas trajetórias.

Note-se que o aviamento também corresponde a uma modalidade de crédito. Por outro lado, se essas modalidades guardam aspectos semelhantes tanto no que se refere à definição e ao modo de operação, esta distinção é necessária por representar os elementos que identificam essas duas economias. Assim, identificam-se como aviamento as dinâmicas de operação e financiamento característicos dos negócios da borracha, e como crédito as dinâmicas de operação e financiamento característicos dos negócios do café. No primeiro, o equivalente estrutural é a Casa Aviadora, no segundo, as Casas Comissárias. A partir das dinâmicas peculiares desses agentes, podem ser visualizados “pontos de trajetos percorridos pelos estabelecimentos” (COSTA, 2009, p. 47).

Aqui não é considerado um conceito de fronteira, nem tampouco se pretende conceituar as fronteiras. Antes, nos termos de Oliveira Filho (1979), a fronteira se constitui como um elemento teórico de investigação, a partir do qual se propõe a interpretação das transformações por que passaram as referidas regiões. Do mesmo modo, não se discutirá um conceito de colonização, orientando a observação empírica

dos fenômenos pela abordagem da Teoria Moderna da Colonização (MARX, 2006), compreendida como um elemento teórico de interpretação da história[1].

Pode parecer estranho, tentar recorrer aos apontamentos da Nova Economia Institucional (NEI), particularmente North (1990), além dos aportes teórico-metodológicos de uma concepção materialista da trajetória histórica das fronteiras (OLIVEIRA FILHO, 1979; MONBEIG, 1984). Todavia, é a convergência proporcionada pela possibilidade de análise do desenvolvimento como processo dependente de trajetória (COSTA, 2009; CAVALCANTE, 2011), que possibilita fundamentação de interpretação das semelhanças e diferenças das economias dos dois centros mais dinâmicos do primeiro período da república brasileira.

Apesar de derivar seus estudos da corrente neoclássica da economia, portanto, contrária à concepção materialista do marxismo, é na materialidade da história que a obra de Douglass North busca explicar como as instituições interferem no desenvolvimento das sociedades. Os aportes da NEI, portanto, auxiliam no entendimento do contexto, do ambiente no qual as economias regionais estão inseridas, quais são seus movimentos condicionantes e que atributos interessam aos atores que dominam suas dinâmicas, resultando nas respostas, numa perspectiva macro-histórica, para a questão central: porque essas economias (do aviamento e do crédito) tomam trajetórias tão distintas e, posto que constituídas por elementos sócio-históricos mais ou menos semelhantes, contribuindo de modo equivalente para a formação da riqueza nacional, transformam-se em centro e periferia do capitalismo brasileiro?

Do outro lado, o arcabouço teórico-metodológico marxista auxilia na abordagem histórica, buscando, nas formas objetivas que ditaram as "regras do jogo", a compreensão dos elementos distintivos das economias, cujos movimentos de expansão são observados pelo prisma da fronteira (MARTINS, 1975; 1997; MONBEIG, 1984; OLIVEIRA FILHO, 1979; MARX, 2006).

Portanto, buscar-se-á compreender, pelas formas objetivas que assumiram as relações políticas, suas implicações nas trajetórias das fronteiras da borracha e do café, a fim de verificar o ponto fundamental das diferenciações das possibilidades para as trajetórias das regiões. Para isto, a categoria fronteira é considerada como uma base

[1] De acordo com Prado Junior (2008), a colonização pode ser compreendida como um momento histórico do pioneirismo europeu nas Américas, correspondendo ao aparato institucional que legitima o domínio, a ocupação e a organização da produção, onde o Estado condiciona a presença do capital, reprimindo, sob a justificativa da defesa, a força de trabalho e compulsando-a ao fornecimento dos gêneros para exportação. Desde uma perspectiva marxista ortodoxa, a colonização representa uma forma particular de controle da força de trabalho.

teórico-analítica para propor a investigação (OLIVEIRA FILHO, 1979), buscando as explicações para o contexto que molda o ambiente no qual atuam os agentes econômicos a partir de uma abordagem ancorada nas instituições (NORTH, 1990).

3 POVOAMENTO, TRABALHO E EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DA BORRACHA E DO CAFÉ

De forma irregular e dispersa, em espaços e momentos diversos, por motivos também diversos e muitas vezes antagônicos, é fato que a ocupação de terras no Brasil permitiu o desenvolvimento de empreendimentos capitalistas e de núcleos populacionais de pequenos agricultores, cujas atividades dinamizavam os pequenos núcleos onde se localizavam (FURTADO, 2007; PRADO JR., 2008).

Em que pese tal caráter irregular, desde o século XVI, o território brasileiro foi palco de distintos processos de disputas, levadas a termo em função do gênero presente em cada região. Destaque-se, de modo geral, na Amazônia os gêneros extrativos, em São Paulo os gêneros lavrados na terra; de modo particular, a borracha e o café, respectivamente. Tal ocupação, efetivada com vistas "a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu" (PRADO JR., 2008, p. 23) é um dos elementos relevantes para compreender as tensões estabelecidas pelas trajetórias concorrentes nas fronteiras da Amazônia e do Oeste Paulista, cujas dinâmicas foram moldadas pelas instituições (NORTH, 1990) objetivadas pelas respectivas políticas de expansão dos negócios dos gêneros referidos.

Apesar dos movimentos de colonização de São Paulo e da Amazônia ocorrerem desde os séculos XVI e XVII, respectivamente, a pesquisa enfatiza a observação de seus desdobramentos a partir do advento da república, portanto da última década século XIX, limitando a análise até o final da década de 1920.

Tomando a colonização como um fenômeno interpretativo dessa ocupação, ancora-se a discussão na Teoria Moderna da Colonização (MARX, 2006). Demonstra aí, o autor, um importante elemento que instiga a busca pela compreensão do fenômeno da ocupação colonizadora na Amazônia e seus contrapontos com a ocupação do Oeste Paulista.

No referido texto, Marx procura evidenciar que as razões envolvidas no empreendimento colonial antagonizam as expectativas e as possibilidades objetivas da fronteira, uma vez que se opõem os projetos dos colonos e aos dos contratantes. Se os estadistas não conseguiram prever as possíveis tensões contrárias ao investimento na

possibilidade de desenvolvimento da agricultura capitalista na Amazônia, porque encandecidos pelo brilho das experiências na região mais temperada do país, uma série de condições estruturais tornou objetivo esse "paradigma tecnológico" (DOSI, 1982) no desenvolvimento do Oeste Paulista (MONBEIG, 1984; FURTADO, 2007; PRADO JR., 2008; MARCONDES, 2007). Aqui, numa primeira aproximação, é possível identificar que as trajetórias dos colonos exibem pontos que tanto antagonizam quanto corroboram aquelas dinâmicas contraditórias de ocupação interpretadas por Marx (2006).

A política de imigração levada a termo pelo governo brasileiro tinha o duplo objetivo de povoar as suas regiões ao tempo que, absorvendo aqueles contingentes de trabalhadores nas atividades economicamente dinâmicas, resolvia seus problemas de carência de mão de obra (PRADO JR., 2008; EMMI, 2009). Ocorre que os "fatores ideológicos" que resultaram na preferência pelos investimentos na imigração da população branca europeia para a formação de uma massa de mão de obra trabalhadora, em detrimento da população negra e camponesa que aqui já residia (EMMI, 2009), implicaram na consideração de inexistência de tensões entre os contratantes capitalistas e os trabalhadores recrutados.

De uma maneira geral, se na Amazônia aquela concepção de colonização com vistas ao desenvolvimento do regime capitalista não absorveu a massa de trabalhadores emigrados da Europa no campo, como era pretendido (PENTEADO, 1967), mas nos centros urbanos, como pode ser observado (EMMI, 2009), aparentemente, no Oeste Paulista, quando os trabalhadores assentados no campo conseguiram autonomia nos fatores de produção, isto implicou numa profunda transformação dos núcleos populacionais, objetivando uma rede de negócios que estruturou a penetração da frente pioneira (MONBEIG, 1984).

Tão logo o trabalhador conseguiu terra e condições de trabalho, em certa medida livres, preferível foi "trabalhar para si, decidindo ele próprio sobre a alocação e gestão de sua força e condições de trabalho" (LEANDRO, 2010, p. 38), muitos deles permanecendo camponeses, enquanto que para parte dos imigrantes esta autonomia configurou-se como oportunidade de buscar nos centros urbanos, e até mesmo no campo, novas condições de reprodução. Enfatize-se, numa primeira aproximação.

Os trabalhadores que chegaram ao Brasil a partir da segunda metade do século XIX, embora não lhes fossem transmitidas propriedades das terras, estas poderiam ser adquiridas tão logo se realizassem os produtos de seus trabalhos e acumulassem o capital suficiente para tal operação. Se por um lado havia um anseio pelo

desenvolvimento agrícola assentado em moldes capitalistas, cujo papel reservado às levas de imigrantes recém-chegados corresponderia à ocupação de postos de trabalho criados com a evolução do sistema agrário brasileiro, as contradições em processo implicaram em trajetórias distintas para o agrário na Amazônia e no Oeste Paulista.

Durante a abertura dessas novas fronteiras, pouca dissociação era observada entre o trabalhador e suas condições de trabalho. Ainda que formalmente não fosse proprietário privado de terras, era proprietário de suas condições de produção e utilizava de modo privado parte das terras privadas e até mesmo públicas, o que lhe permitiria acumular para si próprio, ao realizar uma "economia de excedentes" (MARTINS, 1997; 1975).

De maneira contraditória, o anseio pelo desenvolvimento da agricultura capitalista se configurou como uma condição suficiente para a constituição de grupos camponeses, que realizando tal economia, de maneira mais ou menos integrada ao mercado, não deixaram de contribuir para a estruturação das frentes pioneiras, como se esperava acontecesse com a agricultura capitalista. Todavia, tal estruturação estava referida tanto à abertura das novas frentes quanto ao abastecimento dos canais comerciais de exportação. Mesmo com disputas e situações bastante contraditórias, tal dinâmica pode ser observada na estruturação da fronteira do café, enquanto que a fronteira da borracha não logra êxito por essa perspectiva.

Acompanhe-se o que ocorre nas duas situações[2]. O povoamento do cafezal ocorre através da evolução do sistema agrário na seguinte esteira: concomitante à lavoura escravista ocorrem as primeiras experiências com o que se convencionou chamar de colonato, no qual aos imigrantes europeus eram garantidas sortes de terras dentro das grandes fazendas, onde esses trabalhadores dispunham de um pequeno tempo de trabalho para dedicarem-se as suas atividades particulares; na continuidade dos investimentos na imigração para empregar tal força de trabalho nas lavouras de café e com a abolição do regime escravista, o regime de colonato evolui, ainda que guardando algumas de suas características fundantes, para um regime de trabalho assalariado, onde os trabalhadores não mais dispunham de terras para utilizarem em proveito próprio, mas eram alocados em unidades produtoras como operários de uma empresa agrícola (FURTADO, 2007; PRADO JR., 2008; MONBEIG, 1984).

[2] É bem verdade que esses processos não avançam com a linearidade como aqui é descrita, implicando em diversos momentos de resistências e disputas. Todavia, para efeitos de exposição, tal recurso se transforma num elemento didático.

De forma diversa se dá o povoamento do seringal: não contando com o regime escravista *stricto sensu*, ou seja, sem a compulsão da força do trabalhador africano[3], aos imigrantes nordestinos eram reservadas áreas de floresta com ocorrência das árvores de seringa, onde os trabalhadores teriam a função de peregrinar pela mata a coletar o látex e, ao retornar para sua colocação, transformá-lo em borracha bruta, mercadoria que era trocada, quando lhes visitavam os comboios, pelos gêneros necessários a sua subsistência (SANTOS, 1980; OLIVEIRA FILHO, 1979; BENCHIMOL, 1999; WEINSTEIN, 1993).

Da mesma forma que os colonos, os seringueiros também não dispunham de terras, mas de modo diverso, não podiam dispor de tempo para dedicarem-se a atividades particulares – no máximo, ao caminhar pela mata no trabalho de sangrar as árvores, na maioria das vezes empunhando um rifle winchester 44, poderiam abater algum animal que serviria de alimento para a família. Se para parte dos imigrantes europeus era garantido, pelos governos estaduais, o financiamento da viagem e colocação nas fazendas, aos nordestinos, as dívidas eram asseguradas pelos seringalistas, contabilizadas desde sua saída da terra natal até os primeiros gêneros e instrumentos para o trabalho no seringal. Todavia, os regimes distintos resultavam no que mais interessava às elites contratantes: o produto do trabalho agora sob a forma de mercadoria para exportação: café e borracha. E isso era o que verdadeiramente interessava.

Como comentou Oliveira Filho (1979), o "seringal do caboclo" tinha a característica de associar a extração e fabrico da borracha com a produção dos gêneros básicos de subsistência, cujos fatores não produzidos internamente pelas unidades eram internalizados a partir das relações estabelecidas com o mercado através da atividade gomífera.

A evolução desse sistema, ao mesmo tempo antagônico a ele, na representação consagrada do autor, é o "seringal do brabo", momento no qual os seringais amazônicos são preenchidos com levas maciças de imigrantes nordestinos, agora sem direito algum de produzirem seus itens de subsistência, pelo contrário, até reprimidos dessa prática. Daí que Fonseca (2004) afirma ser no auge da atividade extrativista – no caso da borracha, no "seringal do brabo" (OLIVEIRA FILHO, 1979) – o momento em que se acentua a carência do abastecimento, fato que também se observa na atividade

[3] O antecessor ao regime de trabalho que ora é discutido ficou consagrado na literatura pela representação do "seringal do caboclo" (OLIVEIRA FILHO, 1979).

cafeicultora, que ao exigir maior tempo de trabalho no trato dos cafezais, desvia parte do esforço de trabalho que seria empregado na produção daqueles gêneros (FURTADO, 2007; MONBEIG, 1984).

Se no seringal ocorreu um incremento demográfico significativo no período de intensificação da atividade gomífera, sobretudo com a definitiva incorporação do Acre ao território nacional, a forma como eram recrutados os trabalhadores implicava na necessidade de realizar trabalho intensivo para saldar dívidas, contraídas desde sua saída do local de origem, durante o translado para o seringal e com a aquisição de ferramentas, até a aquisição dos gêneros de primeira necessidade (OLIVEIRA FILHO, 1979; LACERDA, 2004). Observado o incremento demográfico no cafezal, verifica-se que tal contração de dívidas também operou como mecanismo de repressão da força de trabalho, uma vez que não dispondo de tempo para o trato de culturas de subsistência, abasteciam as unidades familiares através dos barracões existentes nas fazendas.

Em relação aos movimentos de expansão do capital sob o signo das frentes pioneiras, Monbeig (1984) comentou que correntemente se falam de suas vantagens, por serem ilimitadas suas possibilidades. Martins (1997), por sua vez, fez análises sobre "a degradação do outro nos confins do humano". Foram nessas "possibilidades ilimitadas" que se inscreveram as lutas de grupos de trabalhadores ou de famílias, muitas vezes desconsiderados na historiografia brasileira, ou nela estigmatizados com representações degradantes, que trazem no seu bojo as concepções das elites políticas regionais.

Criticando essas posições Almeida (2008) comentou que construções historiográficas que não assumiram perspectivas críticas contribuíram para repetições de determinadas observações que, *grosso modo*, escondiam ou eliminavam as possibilidades do debate político, reforçando "os termos especiais de uma representação urdida pela tradição cultural. Semelhantes termos exprimem um interesse geral, esvaziado de conteúdo ou que tem na sua própria repetição sucessiva o seu conteúdo específico" (ALMEIDA, 2008, p. 147).

São nesses movimentos de penetração do capital nos sertões brasileiros que tem lugar a participação fundamental, para a objetivação das frentes pioneiras, as famílias de empreendedores e camponeses, que reproduzindo suas condições de existência, proporcionaram estruturas favoráveis àqueles movimentos (FURTADO, 2007; MONBEIG, 1984). O que se pretende evidenciar é como os seringalistas e cafeicultores, *pari passu* aos trabalhadores do campo da Amazônia e do Oeste Paulista, sociedades constituídas por semelhantes elementos, protagonizam trajetórias tão semelhantes e ao

mesmo tempo tão distintas, cujas próprias dinâmicas estavam se transformando em função da penetração do capital.

4 INSTITUIÇÕES, CAPITAL E PIONEIRISMO NAS FRONTEIRAS DA BORRACHA E DO CAFÉ

Na história do desenvolvimento econômico brasileiro, identificam-se forças internas e externas que condicionam e determinam os movimentos de expansão das fronteiras do capital na Amazônia e no Oeste Paulista. De modo amplo, no plano interno, observa-se a incorporação de áreas que mantinham ativos importantes ainda não explorados economicamente; no plano externo, a manutenção das vinculações com as estratégias de expansão do capitalismo[4], cujas novas possibilidades e necessidades foram mediadas por inovações institucionais e pelos avanços tecnológicos industriais. Ao tempo que possibilita incorporações de novas áreas, possibilita também a abertura de novos mercados.

A Amazônia, que desde o final do século XVII, ainda de modo inexpressivo e modesto, registrou extração de látex e intercâmbio de artefatos encauchados (PENNA, 1864; DIAS, 1970; LEANDRO et. al., 2011), ao final do século XIX tornar-se-á o segundo centro dinâmico da economia nacional, pela exclusividade de fornecimento de borracha no mercado mundial, enquanto o Sudeste, particularmente o Oeste Paulista tornar-se-á, no mesmo período, a mais importante zona cafeicultora, assim contribuindo para manter o status da região como o maior centro dinâmico da economia brasileira, esta fundada na e dependente da exportação de gêneros tropicais (PRADO JR., 2008; FURTADO, 2007).

Por outro lado às dinâmicas internas das fronteiras correspondem movimentos outros, de ordem externa, que constituem os limites condicionantes dos movimentos dessas dinâmicas. Tratam-se, portanto, das regras que ditaram o jogo do mercado mundial, e que do Brasil requereram a borracha, para a crescente indústria automobilística, e o café, gênero de consumo de luxo, popularizado ao final do século

[4] Grandi (2006), analisando as estratégias de expansão dos negócios de empresas ferroviárias, especificamente a Estrada de Ferro Rio Claro, dá um exemplo de como procedeu o capital inglês na aquisição e venda desta Companhia, situando tal fato num contexto especulativo expansionista daquele capital financeiro. Em excelente discussão, Tosi, Faleiros e Fontanari (2011) sustentam a tese de que o capital internacional, ao que chamam de "moedas fortes", é o suporte fundamental da atividade cafeicultora. De modo preliminar, observa-se também tal suporte à atividade extrativa da borracha, apesar de que a presença do dinheiro, na perspectiva que perseguem os autores, limitar-se ao "degrau" onde estão situadas as casas aviadoras.

XIX. O capital, portanto, persegue as rotas que demandavam as regiões ricas em condições para a produção e fornecimento de tais mercadorias, aí moldando o ambiente condicionante de suas trajetórias.

Tão logo se esgotassem tais condições, tratava o capital de encontrar novas rotas para sua reprodução. Assim ocorrera com a fronteira do café no Brasil, que, a despeito de seu desenvolvimento irregular (PRADO JR., 2008), segue em "marcha para oeste" do litoral do Rio de Janeiro, se deslocando para o Vale do Paraíba, daí para o oeste de São Paulo, ultrapassa os limites do estado e vai se desenvolver no norte do vizinho estado do Paraná. Mais ou menos no mesmo período a fronteira da borracha vai se incrustando na Amazônia, saindo dos arredores de Belém, chegando ao arquipélago do Marajó, e rios acima vai demandar os atuais estados do Amazonas e do Acre, mas depois, sem inovações institucionais que assegurassem a sustentabilidade da atividade, será deslocada para o continente asiático, posto que dominada pelo capital e conhecimento ingleses, aí desenvolvendo a cultura racional da *Hevea*.

Nos negócios do café, ainda que também dominados por capitais internacionais (TOSI; FALEIROS; FONTANARI, 2011), e até porque por eles dominados, as inovações institucionais logo são levadas a termo. Assim, em função das características naturais da cafeicultura, que num curto período de tempo aflui toda produção para as zonas exportadoras aumentando a oferta e forçando os preços para baixo, colocando o produto nas mãos dos intermediários comerciais, os produtores, vendo parte do valor que lhes escapavam das mãos em poder desses intermediários, pleiteiam medidas junto ao governo estadual para estabilizar os cursos de tais operações (PRADO JR., 2008).

A mudança institucional operada, materializa-se no que convencionou-se chamar política de valorização do café. Conforme Prado Junior (2008, p. 230), tal política poderia compreender a "um sistema de crédito que amparasse os produtores e não os deixassem na contingência de venderem precipitadamente a sua produção".

Contraditoriamente, buscava-se nas instituições financeiras internacionais, que em última instância dominavam os negócios do café, o apoio para ampliar as margens de lucratividade dos produtores, que obtendo durante alguns anos preços melhores e mais estáveis, ao final das contas arcariam com o ônus da trágica tentativa de defesa. Mesmo que essas organizações, ou o montante de dinheiro por elas controlado, não estivessem presentes no ponto fundamental da produção (TOSI; FALEIROS; FONTANARI, 2011), é o interesse na acumulação a regra fundante do jogo, e as

mudanças institucionais que aí ocorreram não implicaram na alteração dessa regra. Antes buscaram garantir sua permanência.

Conforme apontou North (1990), a inovação tecnológica é uma consequência de uma mudança institucional. Por essa perspectiva, o avanço tecnológico no sistema de transporte representado pela presença das ferrovias, elementos estruturais que permitiam, no tempo, encurtar as distâncias entre as zonas produtoras e o centro exportador, antes ocorre porque as condições políticas, que premiavam tanto os produtores de café quanto os empreendedores ferroviários, garantiam a remuneração desses agentes econômicos.

Quando a frente pioneira cafeicultora avança para oeste em demanda de Ribeirão Preto, pois as condições favoráveis à expansão desses negócios no Vale do Paraíba e zonas mais próximas do litoral já haviam esgotado suas possibilidades, ali vai encontrar condições históricas para uma significativa e fundamental mudança no sistema de produção: a instituição do salário na cafeicultura.

Observe-se que essa mudança institucional não irá operar na economia do aviamento. Como visto, a evolução do sistema de produção da borracha, antes agiu como supressora de direitos de reprodução daqueles trabalhadores, em favor da manutenção dos níveis de acumulação dos seringalistas. Embora os trabalhadores dos cafezais não pudessem mais dispor de tempo de trabalho concedido tacitamente pelos fazendeiros, pois formalmente subsumidos por estes, os seringueiros do apogeu permaneceram, além de formalmente subsumidos, reféns das dívidas que cada vez mais se avultavam.

Se tais dívidas também operaram como mecanismo de controle da força de trabalho nos cafezais, aí, a instituição do salário, possibilitava a acumulação de pequenas quantias, utilizadas para buscar autonomia e liberdade social, o que não era possível nos seringais.

Cabem aqui as seguintes questões: é possível identificar, então, iniciativas pioneiras na fronteira da borracha? O que representou a tentativa da Ford Motor Company de se instalar no Brasil no final dos anos 1920?

A segunda metade do século XIX foi fundamental para a acumulação de capital e conhecimentos que deram suporte à expansão industrial, e nesta, dos negócios da borracha, que na última década do século, além das frações da produção com origem na África tropical (AJAYI, 2010; BOAHEN, 2010), já contavam com a oferta do trópico úmido oriental.

Na primeira década do século XX, novo fenômeno se apresenta como fundamental para o impulso expansionista: a efetivação dos resultados das plantações asiáticas para a produção de borracha. Esta, entretanto, foi acompanhada de um verdadeiro aparato institucional, que contava inclusive com o que Benchimol (1999, p. 222-224) chamou de "Universidade da Borracha em Londres".

Contando com bases científicas para experimentar e resolver problemas fitossanitários e de produtividade para atender à crescente demanda mundial, os ingleses canalizaram capitais para a criação de uma escola voltada para a formação de corpo técnico capaz de levar a termo a pesquisa para aplicação industrial da borracha.

Não contente com o domínio europeu sobre o fornecimento da borracha mundial, Henry Ford decide levar a termo a experiência de plantar seringueiras em seu solo original, na Amazônia, precisamente em Belterra. Moog (1989), de modo sucinto, e Costa (1993; 1998), com maior profundidade, evidenciaram as causas que frustraram a iniciativa de Henry Ford em organizar uma estrutura fundamentada na oposição à condição natural da heterogênea floresta amazônica: os seringais homogêneos, cujo domínio das bases racionais do cultivo, desenvolvidas no Kew Garden, deslocou o eixo dos negócios da borracha para as colônias inglesas e holandesas no trópico asiático (BENCHIMOL, 1999).

Mesmo que se fizesse presente o expediente do salário, o que elevados de oito a vinte vezes pela Ford Motor Company, em relação ao que era tacitamente acordado e pago pelos seringalistas (MOOG, 1989), faltava-lhe a instituição fundante, o mercado de trabalho. O autor conclui, em sua análise das "causas do insucesso" de estabelecer florestas homogêneas no ambiente heterogêneo amazônico, que decorrem do desconhecimento das técnicas, métodos e processos próprios para o cultivo da terra dos trópicos (MOOG, 1989, p. 24-25), uma vez que o estabelecimento de latifúndios monocultores, com o paradigma tecnológico que os dá suporte, desenvolvido e experimentado pela ciência em zonas temperadas, só aí lograria êxito. Assim, às excelentes condições edafoclimáticas encontradas ao sul do Brasil, somaram-se os conhecimentos necessários para objetivar a frente pioneira cafeicultora, e em tempo mais recente a produção de borracha em bases racionais.

Ainda que formalmente subsumidos, posto que alteradas as relações de propriedade da força de trabalho (MARX, 2008, p. 218ss.), passando esta a ser acumulada nas mãos do contratante, para a afirmação das relações capitalistas, faltava a subsunção real dos trabalhadores, ou seja, o domínio do processo de produção.

Ao demonstrar dois caminhos pelos quais seguiram a industrialização do rural Goodman; Sorj; Wilkinson (2008) auxiliam na compreensão do fato da descoberta e incorporação da borracha sintética, um substituto da borracha extrativa – matéria-prima de origem agrícola –, aos negócios da borracha mundial, ajustado como uma fase da substituição industrial do produto rural, com isto liberando o processo rural de produção.

Todavia, por se tratar de uma atividade cuja própria natureza impõe limites à homogeneização do processo rural de produção, pois o tempo da natureza cumpre um papel ainda insubstituível nesse processo, portanto impondo limites a subsunção real dos trabalhadores, quando o processo de produção expressa a forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 2008, p. 577ss.), não seria suficiente a instituição do salário, elevado para os padrões à época vigentes, a garantia de homogeneização do processo de produção, organizados pela lógica do contratante.

É precisamente a lógica capitalista, a razão que permeia a produção capitalista de mercadorias, que orienta o direcionamento dos capitais para as regiões ricas em condições para a produção e fornecimento de tais mercadorias, aí moldando o ambiente condicionante de suas trajetórias, que subjaz nas instituições que buscaram garantir, mediante a objetivação de políticas de defesa e valorização, a acumulação dos produtores.

5 DIFERENÇAS NAS TRAJETÓRIAS REGIONAIS: APONTAMENTOS PRELIMINARES

Esta sessão é dedicada a apresentar os dados preliminares para estabelecer parâmetros de comparação entre as regiões produtoras e fornecedoras de borracha e café, respectivamente na Amazônia e no Oeste Paulista, a fim de identificar os elementos fundamentais da diferenciação histórica das referidas regiões, cujas instituições implicaram nas trajetórias das fronteiras em questão.

Cabe aqui pontuar condicionantes internas para tais movimentos. Dois fatos relevantes, que se implicam mutuamente, são destacados: um corresponde à natureza das regiões e outro à evolução da organização do trabalho. Mesmo que a natureza da Amazônia, farta em recursos naturais de ordem extrativa, não impusesse limites a uma trajetória latifundiária, predominante na região (COSTA, 2005), dificultou o estabelecimento de uma organização do trabalho fundada no sistema escravista e no

salário. Como uma fronteira de capital natural (BECKER, 2004 apud COSTA, 2009), à natureza da Amazônia corresponde um paradigma tecnológico fundado na associação de conhecimentos tácito e codificado, do qual emergem trajetórias tecnológicas compatíveis com as expectativas modernas de desenvolvimento (COSTA, 2009).

O problema da oferta de matéria-prima na forma de borracha foi resolvido a partir de um conjunto de soluções características do que Costa (2009) denomina "paradigma agropecuário" – embora se trate de atividade essencialmente silvicultural. Esse conjunto de soluções, com origem no centro hegemônico do conhecimento científico, baseado, portanto, numa razão homogeneizadora, foi absorvido no Brasil, entretanto sem a estrutura organizacional que deu suporte aos avanços no trópico úmido oriental.

Segundo Benchimol (1999, p. 220) "os nossos cientistas, ecólogos, botânicos, agrônomos e fitopatologistas", ao não conseguirem resolver os problemas fitossanitários que inviabilizaram a cultura racional da *Hevea* no seu hábitat natural, patentearam a "incapacidade e incompetência da ciência nacional". Contudo, o autor ainda reserva aos "nossos cientistas" a heróica solução da descoberta de "zonas de imunidade" na região sudeste, que transformaram São Paulo no atual maior produtor de borracha do Brasil (BENCHIMOL, 1999), mais uma vez reafirmando sua posição central de capitalismo brasileiro.

Já a natureza da Mata Atlântica, portanto do Oeste Paulista, rica em recursos naturais de ordem mineral presentes no solo, os quais ao mesmo conferiram o signo da "terra roxa", de excelente qualidade para o plantio de café, além de outros atributos naturais tais como clima e relevo, facilitou não somente a formação de latifúndios como a organização do trabalho requerida para o trato dos cafezais, compulsando força de trabalho no primeiro momento, controlando-a pela dívida noutro (PRADO JR., 2008, MONBEIG, 1984).

Infere-se que a trajetória tecnológica da borracha foi comandada por dois vetores principais. Até a década de 1910 o produto da Amazônia expande sua participação no mercado mundial com maior força propulsora em função de sua exclusividade, perdendo força quando se iniciam os resultados das plantações no trópico úmido oriental. A partir daí, domina o vetor que é comandado pelo conjunto de soluções objetivadas pelos avanços na pesquisa, tecnologia e ensino.

Tanto na Amazônia quanto em São Paulo, a ocupação de terras depois de 1850 foi ancorada pelo requerimento e cessão de títulos de propriedade, o que fundamentou a

formação de grandes fazenda e seringais, onde posteriormente os colonos e seringueiros seriam recrutados para os trabalhos no cafezal e no seringal.

De fato, foi a partir de 1850 que a forma de titulação da propriedade das terras foi vinculada à aquisição das mesmas, institucionalizando o mercado de terras. Esta medida, entretanto, continuou a favorecer a formação de latifúndios, uma vez que as determinações da Lei de Terras não garantiram a propriedade das terras que ocupavam, ou em função da resistência ao trabalho compulsório ou em função do trabalho que vendiam para os fazendeiros, os trabalhadores africanos libertos nas décadas de 1870 e 1880, parte dos trabalhadores europeus e dos trabalhadores nordestinos, que não dispunham de capitais para empreender tal negócio.

Às populações de trabalhadores imigrantes assentadas não se assegurava a propriedade da terra ocupada, objetivada apenas após o pagamento devido, pois desde 1850, com a Lei de Terras, a emissão de títulos de propriedade ficou condicionada ao expediente da aquisição, e aos descapitalizados imigrantes, estrangeiros ou nacionais, além dos núcleos de resistência ao trabalho compulsório, tornou-se ainda mais difícil a apropriação da terra, o que representou a continuidade da política de constituição de latifúndios no Brasil.

Alguma medida dessa massa de trabalhadores se colocou em porções de terras onde desenvolviam uma economia fundamentada na subsistência e geração de excedentes (PRADO JR., 2008; FURTADO, 2007; MARTINS, 1997; 1975), posteriormente alcançadas pelas frentes pioneiras em São Paulo (MONBEIG, 1984). Outra parte foi dirigida para a Amazônia, para trabalhar nos seringais ou para ocupar também porções de terra (CRUZ, 1955; PENTEADO, 1967; LACERDA, 2004), muitas delas não alcançadas por essas frentes (LEANDRO, 2010). Houve ainda aqueles que preferiram os centros urbanos e o desenvolvimento das atividades comerciais e artesanais (EMMI, 2009).

Por outro lado, o avanço do capital na Amazônia incorporou os seringais (PRADO JR., 2008; FURTADO, 2007; SANTOS, 1980; BENCHIMOL, 1999; OLIVEIRA FILHO, 1979) sem necessariamente transformá-los em "frentes pioneiras" (MARTINS, 1997; 1975; MONBEIG, 1984), sendo que esse fenômeno foi mais presente na incorporação de novas terras à atividade cafeicultora, como ocorrera no Oeste Paulista, especialmente a região polarizada por Ribeirão Preto (PRADO JR., 2008; MARCONDES, 2007).

Os dois movimentos, por sua vez, eram liderados pelas elites locais, em parte constituídas por seringalistas, aviadores, grandes cafeicultores, fazendeiros e donos de casas comissárias[5], que compunham os grupos de pressão fundantes das instituições presentes nas referidas fronteiras. Contudo, se os seringais não se transformaram em frentes pioneiras[6], a acumulação decorrida nas duas atividades não deixou de patrocinar o pioneirismo em outras regiões da Amazônia, como é o caso de Redenção (SILVA, 1982), todavia fora da zona direta da atividade extrativa, além de possibilitar o deslocamento do eixo de produção de borracha para a zona tropical da Ásia.

Durante o referido período, que coincide com o fim formal do sistema escravista e a passagem da monarquia para república, são substanciais os esforços no recrutamento e investimentos na mão de obra européia, além das migrações internas, sobretudo de nordestinos que povoaram territórios no Sudeste e na Amazônia, todavia maciçamente presentes nesta última[7] (FURTADO, 2007; PRADO JR., 2008; CRUZ, 1955; PENTEADO, 1967; SANTOS, 1980; LACERDA, 2004; LEANDRO, 2010). Cabe lembrar ainda, conforme identificou Marcondes (2007, p. 173), que na região pioneira de Ribeirão Preto, foi muito importante a "mão-de-obra escrava para [...] os seus primeiros cultivos de café". São, portanto, elementos representativos da heterogeneidade dos agentes constituintes da complexa e diversa totalidade estrutural compreendida nas fronteiras da borracha e do café.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX e início do século XX as principais fontes de riqueza da economia brasileira, o café e a borracha extrativa apresentaram trajetórias econômicas diferenciadas. Se até o final do século XIX esses dois produtos representavam as principais fontes de contribuição para o efetivo progresso material e desenvolvimento

[5] Nas duas economias ainda há a presença daqueles à frente das casas exportadoras. Todavia, eram majoritariamente estrangeiras suas composições acionárias. Desse modo, apesar de ainda não ter sido identificado participações de elites locais nas sociedades desses agentes comerciais, são excluídas da constituição do que aqui está referido como elites.

[6] Note-se que a experiência da Ford Motor Co. no município de Belterra, estudada por Costa (1993), não logrará êxito.

[7] Historicamente, além de contar com as "Bandeiras", que supriam a necessidade de força de trabalho com a captura de índios, o Sudeste brasileiro buscou resolver seu problema de mão de obra adquirindo escravos na região Nordeste, onde estavam em fase de franco arrefecimento os negócios do açúcar (PRADO JR, 2008). Desse modo, como na Amazônia não havia vultosos investimentos na lavoura de exportação, estando sua maior contribuição para tanto nos negócios extrativos da borracha, cujas características peculiares inviabilizavam o emprego da força de trabalho escrava, também foi no Nordeste que recrutou tal força. Após a abolição da escravidão, entretanto, nas duas fronteiras se observa o surgimento de um tipo particular de controle da força de trabalho: a escravidão pela dívida.

das forças produtivas da economia exportadora brasileira, em São Paulo, estado que concentrou maior parte da atividade cafeicultora nas décadas iniciais do século XX, observa-se uma relativa estabilidade na expansão desses empreendimentos agropecuários, enquanto a Amazônia vai apresentar índices relativamente negativos na atividade extrativa (FURTADO, 2007; PRADO JR., 2008), aí tomando trajetórias diferenciadas, conforme expresso acima, condicionadas pelas instituições e determinadas pela expansão do capital nas fronteiras.

Na história do desenvolvimento econômico brasileiro têm lugares particulares distintos sujeitos e suas presenças históricas, posto que fundadas em suas distintas formas de produção, reafirmam razões específicas, materializadas em conjuntos específicos de soluções adaptativas. No que tange as dinâmicas econômicas da extração de borracha e da produção de café, os projetos societários que antagonizaram as trajetórias dessas fronteiras requerem, para compreensão dinâmica da história, sua observação de uma perspectiva heterodoxa (CAVALCANTE, 2011; COSTA, 2009; HURTIENNE, 1989), ampliando a capacidade de detalhar, num ambiente de complexidade e diversidade estrutural e institucional, os trajetos dependentes dos agentes que, reafirmados no tempo e fundados em seus "paradigmas tecnológicos" (DOSI, 1984), constituem-se em expressões de suas "trajetórias tecnológicas" (COSTA, 2009).

Além disso, as mudanças institucionais representadas pelo aviamento e pelo crédito, decorrentes da presença de diferentes atores sociais nas fronteiras da borracha e do café, cujas economias foram dinamizadas pelas mudanças institucionais distintas, é fator chave para se entender porque São Paulo adquiriu a condição de centro dinâmico da economia brasileira, a partir dos anos 1930, e a Amazônia, que era a segunda economia mais dinâmica, entrou em estagnação e assumiu a condição de área periférica do capitalismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

AJAYI, J. F. ADE. (edt.). *História geral da África* – VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A Ideologia da Decadência*: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão [2. ed.]. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008. p. 147-166.

BENCHIMOL, S. *Amazônia* – Formação social e cultural. Manaus: Editora Valer, 1999.

BOAHEN, A. A. (edt.). *História geral da África* – VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010.

CAVALCANTE, Fábio Robson Casara. *Análise das desigualdades regionais em Rondônia a luz da teoria institucionalizada de Douglass North*. Belém, 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

COSTA, Francisco de Assis. *Grande capital e agricultura na Amazônia*: a experiência da Ford no Tapajós. Belém: UFPA, 1993.

_____. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. *Novos Cadernos do NAEA*, v.1, n. 1, jun. 1998.

_____. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, 2005. p. 131-156.

_____. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 8, n. 1, jan-jun 2009. p. 35-86.

CRUZ, Ernesto. *A Estrada de Ferro de Bragança*: visão social, econômica e política. Belém: SPVEA, 1955.

DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo*: a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Belém: UFPA, 1970.

DOSI, Giovanni. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. *Research Policy*. v. 11, 1982. p. 147-162.

EMMI, Marília Ferreira. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos italianos. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA: UFPA, 2009.

FONSECA, Dante Ribeiro da. *Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia*. 2 v. Belém, 2004. 505 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Das lavouras à biotecnologia* – agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GRANDI, Guilherme. A Companhia Estrada de Ferro Rio Claro e o projeto de expansão ferroviária da Companhia Paulista. *História Econômica & História de Empresas*. v. IX, n. 1, 2006. p. 115-139.

HURTIENNE, Thomas Peter. Theories of development, differentiation of the periphery and development strategies of the NICs. In: VÄTH W. (org). *Political regulation in the "great crisis"*. Berlin, 1989.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará*: faces da sobrevivência (1889-1916). 2006. 340 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima. *Campesinato e abastecimento na Zona Bragantina (1880 – 1960)*. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

LEANDRO, L. M. L.; SAMONEK, F.; DAMASCENO, M. Z.; SILVA, F. C. Encauchados de Vegetais da Amazônia: perspectivas para a agricultura familiar. *Paper* apresentado ao Grupo de Trabalho: Desenvolvimento rural, globalização e crises, no XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, Recife: UFPE, 6-11 set, 2011.

MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). *História Econômica & História de Empresas*. v. X, 2007. p. 171-192.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira* – A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: _____. *Capitalismo e Tradicionalismo*: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 43-50.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. [26. ed. Livro 1, Volume 1] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O processo de produção do capital; Tradução de Reginaldo Sant'Anna)

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. [21. ed. Livro 1, Volume 2] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O processo de produção do capital; Tradução de Reginaldo Sant'Anna)

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC: POLIS, 1984.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*: paralelo entre duas culturas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

NORTH, Douglass. Institutions, institutional change and economic performance. New York: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo – Notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 101-141.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. O Tocantins e o Anapú – Relatorio do secretario da provincia. Pará: Typ. de Frederico Rhossard, 1864. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/528/000001.html>. Acesso em: jul. 2011.

PENTEADO, Antonio Rocha. *Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. 2 v. Belém: UFPA, 1967.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2008.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SILVA, Fábio Carlos da. *Frentes pioneiras e campesinato na Amazônia Oriental Brasileira*. 1982. 190 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1982.

TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N.; FONTANARI, R. Modalidades e hierarquia do crédito na cafeicultura paulista (1889-1930). *Revista Brasileira de Economia*. v. 65, n. 4, out-dez 2011. p. 401-412.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC, 1993.

Outras fontes documentais

Arquivo Público do Estado do Pará.

- Fundos da Documentação Judiciária. Séries de Autos de Prova de Renda e Autos de Inventários e Partilhas, localizados nos Juízos de Direito da Comarca da Capital. Pesquisado um total de 23 documentos.

- Fundos da Secretaria da Presidência da Província. Códices 1285-A; 1408; 1522. Caixas 322; 323; 324. Fundos Relatórios dos Presidentes da Província e Relatórios de Outras Instituições.

TITULO: RECIFE MASCATE. A AVENTURA EMPREENDEDORA LUSA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

AUTOR: Prof. Dr. Luís Carvalheira de Mendonça, professor adjunto III, pesquisador associado do Grupo de Pesquisa Estudos Transdisciplinares em História Social do Departamento de História da Universidade Católica de Pernambuco. Email: lcm@unicap.br

*INTRODUÇÃO***:** Artigo baseado no livro do autor de título idêntico, publicado pela Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2011. É pesquisa interdisciplinar que se apóia em estudos migratórios, históricos, culturais e econômicos porque nesse interregno de tempo, a cidade do Recife atravessava a era da modernidade. Analisa a ação dos lusos como grupo étnico que atuou em rede de capital social. Para este artigo, os capítulos 3º, 4º e 5º do livro foram resumidos no primeiro tópico abaixo, o capitulo 2º, original do livro, relativo ao referencial conceitual, é recuperado sendo aqui tratado como segundo item, denominado de conceitos-chave. Já as colocações do capitulo 6º em diante do livro são a fonte da exposição dos demais. Assim, baseado nos capítulos 3º e 4º relativos à imigração de Portugal para o Brasil, pode-se afirmar que o Recife não foi alvo preferencial dos imigrantes europeus no período diferentemente do século XIX onde esta cidade foi uma das buscadas pelos lusos. Aliás, os demais imigrantes europeus ou asiáticos que demandaram o país no período também não se voltaram para aqui. A razão está evidenciada no livro. São duas: 1) expansão da cultura do café na região do Vale do Paraíba e 2) em segundo, a atração exercida pela capital da República, a cidade do Rio de Janeiro. Mas, em Pernambuco a influência lusa havia criado raízes e exercido grande influência assunto que será objeto do item a seguir.

1-*NORDESTE PROFUNDO, NORDESTE LUSO:* A influência na cultura dos negócios, desde a herança mascate, deixada pelos lusos sobre a o Nordeste e o Recife foi indelével, dai porque está dito que o Nordeste profundo é galego, é português. Se aqui foi a região do ciclo do açúcar, se aqui foi o *lócus* privilegiado onde a economia criou raízes e prosperou, foi aqui, no Norte Agrário, além da Bahia e do Rio de Janeiro, que a cultura portuguesa lançou suas primeiras e definitivas bases. Para reforçar a profundidade e extensão desses antecedentes e interdependência com o que se chama de Nordeste profundo, esta região, Pernambuco e o Recife se transformaram em depositários desta tradição portuguesa dos séculos anteriores, tradição esta que se irradia ainda hoje sobre diversos aspectos da sociedade e dos negócios. Na órbita das relações civis e comerciais, o núcleo duro da mentalidade dos negócios praticada em Pernambuco e no Recife herdou de Portugal muito

de seus fundamentos. O português, mesmo dissolvendo-se na expressão de Freyre (1940), trouxe da Europa e aqui difundiu noções básicas - construtos - de receita e despesa; de escrituração mercantil elementar; de relação comerciante x freguês[1]melhor do que a recente expressão cliente de origem americana; da negação formal da venda fiado e da afirmação da venda pela caderneta, sem se deixar, por outro lado, de mencionar-se o jeito de fazer negócio lastreado na confiança das palavras das partes, ou, como se diz, baseado no fio de bigode. Não se pode deixar de referir ainda ao tripé casa, família e trabalho ou na ordem inversa, trabalho, casa e família, uma das mais complexas heranças portuguesa, porque tem intensa conexão com o mundo dos negócios, naquela altura e perdura até hoje. O item seguinte trata dos conceitos de empreendedorismo, empreendedor e empreendedorismo étnico e discute o enquadramento dos lusos dentro desses dessas dimensões no cenário de mudança do período.

2- *CONCEITOS- CHAVE:* A investigação histórica sobre empreendedorismo no Brasil em geral e no Recife em particular, não é uma tarefa fácil. Há uma omissão sobre o papel do empreendedor na cultura e na historiografia nacionais. A propósito, um dos mais prestigiados historiadores de Pernambuco, Pereira da Costa[2] simplesmente omite na sua vasta bibliografia referência a empresários e/ou empreendedores. Para ele, a história parece ser feita apenas por meio da política, cultura e ação do estado. Mais ainda, se ação empreendedora for o comércio como é o caso predominante da investigação, o desprezo é grande. Trata-se, portanto, de uma omissão no que concerne ao papel do empreendedor na vida do país e da cidade. Há, pelo menos, três causas dessa omissão, porque como assinalou Marcovitch: *"Os empreendedores brasileiros são mais desconhecidos do que os índios"* (2003, p.15). Em primeiro lugar, os historiadores não dão destaque às firmas, salvo firmas ou empresas industriais, e mesmo quando as analisam, a tradição da historiografia os leva a hipervalorizar o Estado. De fato, não há referências significativas sobre a contribuição da empresas para a construção da Nação. Quando a empresa torna-se industrial, há alguma menção não apenas à empresa, mas até ao empreendedor. Quando ela é unicamente comercial, então parece existir um verdadeiro

---

[1] Em certo sentido a expressão freguês é mais interralacionada com as raízes ibéricas na medida em que se relaciona com freguesia, unidade territorial na que se dividia a Igreja Católica, na idade média.

[2] FRANCISCO AUGUSTO PEREIRA DA COSTA é considerado o mais importante historiador pernambucano. Nasceu e criou-se no Recife. Viveu de 1851 a 1923. Era bacharel em direito e escreveu além dos *Anais Pernambucanos* em 10 volumes, os livros *Folclore Pernambucano e* o *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Disponível em http://www.fundaj.gov.br. Acesso em 30.03.2009.

desprezo pelo papel do comerciante empreendedor e pelo seu negócio propriamente dito[3]. É fácil identificar, em segundo lugar, na formação cultural da elite brasileira, o preconceito contra o labor comercial, como revela Azevedo (1958). Nesta tradição, esse tabu sempre existiu e ainda se manifesta na atualidade, por grande parcela da intelectualidade, haja vista a escassez de estudos voltados ao tema. Existe uma postura intelectual contra pessoas, empreendedoras ou não, que se dedicam a atividades ligadas, direta ou indiretamente à geração de capital através de empresas. Tais empreendimentos e seus atores seriam vistos apenas como agentes do capital, e não mereceriam ser analisados, salvo sob a perspectiva macro da dinâmica do capitalismo. Nos espaços dessas organizações não são percebidas produção cultural simbólica, inovação, relações humanas ou afetividade. A recusa ideológica não deixa luz para enxergar o protagonismo dessas organizações e atores, suas histórias e contribuições. Em terceiro, a pesquisa defronta-se com uma decisiva presença do estado presença, aliás, derivada da tradição portuguesa. Ora, quanto mais governo, menos empreendedorismo, logo a cultura nacional não seria um ambiente propício ao empreendedorismo, como denuncia com propriedade Carbone ao afirmar existir na cultura brasileira tem uma habilidade ímpar de neutralizar empreendedores. (CARBONE, 1996). Não obstante esta tal tabu, a suposição básica do ensaio é que os comerciantes empreendedores jogaram um papel de relevância no período no Recife. Houve uma sinergia entre a ansiedade da elite para consumir e a resposta dos empreendedores comerciantes e neste contexto são realçadas inovações do imigrante português, muitas das quais requalificaram espaços e redefiniram comportamentos. Os conceitos-chave que guiaram a pesquisa são abordados a seguir. Os temas do empreendedorismo e empreendedor, não gozam de consenso, na literatura cientifica que versa sobre o assunto. Filion já disse que "*há muita confusão sobre o termo empreendedor"* (1999). Há diversas acepções a conceituá-los tratando-se de um termo que encerra uma fluidez polissêmica apreciável. Apesar de tudo, há convergências. Assim, a paternidade da expressão se deve a Jean Baptiste Say, economista francês que viveu no século XIX e a usou no texto intitulado *Tratado de Economia Política*. Dai porque a expressão *entrepreneur* é um galicismo na língua portuguesa. Há, ainda, outro consenso. Foi o economista austríaco Josef Schumpeter por meio do seu livro, intitulado *Teoria do*

[3] Em sentido contrário, o ensaio de Caldeira, A Nação Mercantilista, advoga que o comércio foi, durante o século XIX, a coluna vertebral do Brasil, mesmo contra a visão de irrelevância da atividade proclamada por CAIO PRADO JUNIOR e RAYMUNDO FAORO, autores de renome, seja o primeiro de confissão marxista, seja de matriz weberiana, o segundo.

Desenvolvimento Econômico (1961) que analisou a evolução do capitalismo e introduziu a idéia de que tal sistema econômico atravessa crises cíclicas e que, nesses momentos há pessoas que enxergam oportunidades para inovar através do lançamento de novos produtos, novos mercados e novos processos de produção. A partir dessa obra, o conceito passou a ser difundido e aplicado nos ambientes acadêmicos, em especial na área da economia. Como enfatiza Leite (2000), o traço fundamental do capitalismo, seria segundo Schumpeter, a destruição criativa, que incessantemente revoluciona a estrutura econômica, destruindo a velha e criando a nova. Ora, o empreendedor seria o agente dessa mudança, porque a enxerga e introduz a inovação, destruindo a velha estrutura tudo conforme sua paradigmática expressão definidora do empreendedor:

> *O empreendedor é o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista, constantemente criando* ***novos produtos, novos métodos de produção, novos mercados*** *e, implacavelmente, sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros***.** (1961, p.27, grifo nosso).

Na trajetória das expressões, merece ser destacada ainda a abordagem psicológica de David McClelland (1961) que, a partir da sua teoria das necessidades de poder e de realização, (*need of power and need of achievement),* ampliou o escopo da matéria para o âmbito comportamental da psicologia das pessoas empreendedoras. Posteriormente, nos anos sessenta nos Estados Unidos, Peter Drucker (1986), agregou à dimensão comportamentalista, a idéia que o empreendedor não seria somente aquele homem introdutor de paradigmas, defendido por Schumpeter, mas pessoas que tivessem condições de desenvolver suas aptidões empreendedoras latentes. Para ele o empreendedorismo é um comportamento e como tal pode ser despertado. Ao lado da inovação, oportunidade e mudança, o empreendedor, ou melhor, dizendo, o espírito empreendedor não seria algo encontrado apenas na cabeça dos grandes visionários. As pessoas que enxergam oportunidades e que ousam satisfazer as necessidades vislumbradas nessas oportunidades, qualquer que seja o tamanho ou a natureza da organização, seriam pessoas dotadas do espírito empreendedor. (De fato, nos termos do já salientado nesta revisão, podem-se destacar três atributos que não devem deixar de existir na compreensão do que seria empreendedor: I) inovação; II) visão de oportunidade; e III) mudança. Além do mais, as mudanças impulsionadas pela ação empreendedora não se restringiriam ao campo da economia. Empreendedores da educação, da saúde, da política e de outros campos, encontram as mesmas dificuldades e soluções que os empreendedores da economia. Dentro

dessa sua visão enlarguecida, a história de qualquer país está cheia de empreendedores, que enxergaram mudanças, perceberam oportunidade e ofereceram à sociedade novos processos, novos produtos e em especial novas soluções organizacionais e institucionais suprindo necessidades da sociedade tanto por empresas como por organizações e instituições em geral. Houve, então, na história do Recife, centenas e talvez milhares de pessoas que, nas suas respectivas áreas, inovaram, tornando-se impulsionadores das mudanças. Oportunidade, inovação, mudança *vis a vis* novas necessidades sociais e mercados, novos métodos, novos produtos e novas organizações ou instituições integram o universo empreendedor. A essas idéias os pesquisadores juntaram o conceito recente de empreendedorismo étnico, objeto da exposição a seguir. É expressão multidisciplinar que tenta explicar o comportamento das pessoas em estado de relação social de grupo. Diversos estudos abordam o assunto (FAZITO 2002; MARTES e RODRIGUEZ, 2004; MILANI, 2005; MARTINELLI, 2007; SACOMANO e TRUZZI, 2007) no caso de nacionais vivendo em outros países. Aliás, este é um tema desafiante que tem preocupado atualmente governos e nações. No Brasil, há pesquisas analisando o comportamento de imigrantes nacionais no estrangeiro e de nordestinos que vivem no Sul em situações de rede social. Machado (2008) explora a vivência de brasileiros migrantes na cidade do Porto, Portugal e oferece vasta bibliografia de casos brasileiros no exterior. Na essência, a idéia se constrói a partir da articulação de um estoque de capital social e de uma rede de relacionamento. Trata-se de um campo novo, que reúne teoria de rede do capital social, migração e iniciativas econômicas, micro e macro. Sua base fundamental é o capital social[4], instalado em uma comunidade de um mesmo grupo. Tanto sob o ponto de vista sociológico como econômico, uma justificativa desses estudos decorre da constatação de que, nem as leis do mercado, nem tampouco as regras do estado planejador e concentrador, justificam plenamente a conduta das pessoas na hora da tomada de decisões econômicas. Instâncias lastreadas em normas, valores e crenças interferem na motivação dessas decisões. Esse é exatamente o tema dos estudos do capital social. O suposto básico é que um grupo étnico[5] comprometido com sua cultura, uma vez no novo ambiente, opere uma rede de estabilidade e de confiança, para o

[4] Sobre o conceito de capital social consultar quadro de referência apresentado por MILANI (2005, p.18), no qual constam diversas correntes e a indicação de pioneirismo de emprego da expressão atribuída ao sociólogo francês Pierre Bourdieu.

[5] No Brasil, a cidade de São Paulo, como um mosaico cultural que abriga várias etnias - portuguesa, italiana, japonesa, judaica, chinesa, coreana e árabe entre outras - pode ser encarada como um imenso laboratório do que se chama economia étnica.

imigrante recém chegado, cuja vida vem marcada pela incerteza, expectativa em relação a oportunidades de trabalho e a diferenças culturais do novo país. Uma variável relevante é que, além dos vínculos de conterraneidade, devem-se levar em conta as habilidades que o imigrante disponibiliza para o grupo social que o acolhe. Nesta área das habilidades, há países, hoje em dia, por exemplo, que fomentam a imigração especializada, e logo se beneficiam das habilidades que o estrangeiro pode agregar. O Canadá é um exemplo nesse rumo. Na hipótese dos lusos no Brasil, Pescatello, mencionado por Sacomani Neto e Truzzi (2007) comenta que eles trouxeram a habilidade para contatos pessoais, daí a razão porque eles teriam se dedicado em sua maioria ao comércio. Leite (1994) igualmente salienta que os jovens imigrantes que se dirigiam ao Brasil, já detinham habilidades de poupança e de negociação adquiridas nas feiras das cidades de suas origens. Ilustrativo no contexto histórico é o fato de um dos entrevistados desta pesquisa ter declarado que foi convidado para vir para o Recife e casa de lanche porque detinha o conhecimento de pasteleiro, adquirido quando servira ao Exército, lá em Portugal. Nesse sentido, pode-se inferir que o imigrante luso agregou ao capital social da comunidade lusa recifense suas habilidades, fazendo, portanto a diferença. As motivações culturais, os conceitos de grupo de referência e o de rede de relações reforçam a idéia de que o empreendedor em grupo dispõe do capital social que o pode ajudar [6] Eles acessariam os dados para os processos de adaptação e ajustamento interno no grupo e, fundamentalmente, para inserção no novo ambiente, o ambiente estrangeiro. A expressão que dá a mais fiel representação do conceito é a de imersão traduzida de e*mbeddedness,* formulado por Granovetter, assim enunciada:

> *As ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais (embeddedness). As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos*. (GRANOVETTER apud MILANI, 2005, p.08).

Nos capítulos seguintes análise do ambiente de modernidade do Recife e, posteriormente, exposto de que maneira o espírito empreendedor dos lusos e descendentes se moveu neste teatro de operações.

---

[6] Os autores distinguem este capital do capital humano, aquele detido pela própria pessoa no plano de suas competências e habilidades e aquele outro, o capital financeiro, realizável em operações patrimoniais e econômicas. Diz PORTES: *"enquanto o capital econômico se encontra nas contas bancárias e o capital humano dentro das cabeças das pessoas, o capital social reside na estrutura das suas relações. Para possuir capital social, um indivíduo precisa de se relacionar com outros, e são estes — não o próprio — a verdadeira fonte dos seus benefícios*". (2000, p.138).

3- *O BAILE DA MODERNIDADE NO RECIFE*: A partir do que se convencionou denominar de modernidade[7], aparece a expansão do capital internacional a introduzir novos métodos e processos de produção, consumo, trocas e acumulação econômica, repercutindo, por consequência, na organização da sociedade. O capital inglês traz consigo muitas das novidades e além delas a fábrica, nova realidade no processo de produção, distribuição e consumo de bens e, também, na vida da cidade. Na esteira desse processo, licenças são concedidas aos ingleses, através da *The Great Western of Brazil Railway Company Limited e da* Pernambuco Tramways *& Power Company,* para, por meio da primeira firma, explorar o trem, veículo que vai viabilizar as trocas intercidades, com a ligação de outras cidades com a cidade do Recife, mas, em especial, vai propiciar a logística da importação de equipamentos produzidos na Europa e a exportação do açúcar e do algodão aqui plantados; e, com a segunda empresa, oferecer à cidade o bonde e a energia elétrica. Ainda, o novo porto da cidade é inaugurado em 1922, e junto com ele o Bairro do Recife, tem sua reforma concluída. Com este evento, a cidade dá, ente, adeus às ruelas, becos e sobrados esguios, do Corpo Santo e do Cais da Lingüeta. Com efeito, a historiografia econômica sobre o Recife desse período, é abundante - Barbosa Viana, 1900; Melo 1958; Souza Barros, 1972; Singer, 1974; Eisenberg, 1977; Perruci, 1978; Levine, 1980; Lubambo, 1991; Vergulino, 1993 e Lima, Sicsu e Padilha, 2008 - e ressalta, unanimemente, o fato de a cidade ter sido, ao mesmo tempo, um entreposto comercial para abastecer toda a região Nordeste e uma região produtora de açúcar, algodão e de alimentos, este último em menor escala. Nos últimos dez anos do século XIX, ocorreram iniciativas destinadas a modernizar o parque industrial açucareiro, mobilizando recursos privados e públicos. De acordo com Vergulino (1993), houve uma espécie de *boom* econômico, em decorrência desses investimentos na agroindústria açucareira e, por conseguinte, atividades industriais inter-relacionadas, apareceram no Estado e na cidade do Recife. O dinamismo na Praça do Recife era expressivo o que vem corroborar a afirmativa de Souza Barros de que a cidade era um empório comercial, seja pelas trocas internacionais e nacionais que essas firmas realizavam, seja pela capilarização existente, na variedade e diversidade de casas comerciais para atender ao mercado do comprador local e regional. Por

[7] O paradigma da modernidade teria a seguinte caracterização segundo REZENDE: *"A vertigem da velocidade, a dessacralização constante de territórios antes proibidos, a exaltação do desejo e sua infinitude (...) quantidade e qualidade se misturam, no reino da produção material e, apesar de tudo, a insatisfação e o tédio sobrevivem, não saem de cena dos teatros e "boulevards" barulhentos da sociedade de consumo".* (1997, p.10).

outro lado, Singer chama a atenção para o fato de o crescimento do Recife, no período e décadas seguintes, não se explicar apenas pelo desenvolvimento econômico da cidade, mas antes pela falta de desenvolvimento em toda a área sócio-econômica em que a cidade se localiza.

> *Esta falta de desenvolvimento ocasiona um êxodo rural que acarreta no Recife um processo de crescimento desequilibrado que Gilberto Freyre apodou de "inchação" e que caracteriza a evolução da cidade em todo período mais recente.* (1974, p.331).

Em que pese essas ultimas dificuldades, a cidade experimentou expansão e renovação urbanas, ao lado de vigor e pulsação em várias áreas, particularmente nos espaços da cultura, educação e política, cujos atores e principais eventos serão objetos de análise nos itens seguintes. Se, até então, os espaços de convivência resumiam-se aos ambientes familiares e festas religiosas, com essas mudanças, a população passa a se deslocar pelos bondes que vão desempenhar papel fundamental na atmosfera da modernidade. Diz um cronista, sobre a época do bonde:

> *Em seus bancos (e nos estribos em pé) se sentavam o trabalhador braçal, o comerciário, o estivador, o açougueiro, o médico, o bancário, o advogado, o chefe de escritório, o engenheiro, o deputado, o juiz, o desembargador, a dama da sociedade, a religiosa.* (ALVES DA MOTA, 1982, p.28).

As pessoas poderão vir de seus bairros e arrabaldes para o centro da cidade, e aqui poderão ser introduzidas nos templos de consumo moderno das ruas, quase que repaginadas para o que foi, aqui, denominado de O BAILE DA MODERNIDADE. Funções e distinções várias são atribuídas às ruas dos seus três bairros principais: Recife, Santo Antônio e São José. Pulsa ainda, uma vida cultural, liderada por artistas, intelectuais e jornalistas, que oferecem o último componente indispensável para que o Baile se torne real: O discurso da modernidade, o qual é produzido em aliança com as elites da época é explicado por Teixeira:

> *Se, por conseguinte, a **intelligentsia** recifense - como de resto a brasileira – não coube forjar as bases referenciais em que se fundava o ideal de modernidade **belle époque,** coube, em contrapartida**, divulgar esses ideais de** modo a torná-los aceitáveis.* (1995, p.8, grifo nosso).

Mas, importa saber-se um pouco da geografia e dessas atividades na cidade. A funcionalidade dos bairros do centro do Recife, de acordo com Gilberto Freyre (1934) e Tadeu Rocha (1959), autores que publicaram nos anos 30 e 50, respectivamente, Guias sobre a cidade, seria a seguinte. Ao bairro do Recife, ilha originária que emprestou nome ao porto e à cidade, estava reservado os bancos, o alto comércio, os depósitos de açúcar

e de algodão. Já as ruas do bairro de Santo Antônio estavam destinadas ao comércio das modistas, das perfumarias, das joalharias e das confeitarias. Era o varejo sofisticado. Aqui se situavam as Ruas Imperador, Nova e Duque de Caxias, além do Pátio do Livramento. De fato, neste bairro aconteciam as inovações da vida frenética, que os anos vinte e trinta trouxeram. Por último, as ruas do bairro de São José eram mais simples e despojadas, e nelas o comércio praticado era mais barato. O comércio desempenhou papel fundamental nos novos padrões de consumo, na territorialidade das ruas e, sobretudo, no comportamento da população. Esses registros pedem, porém, cuidadosa decodificação. De acordo com Oliveira:

> *As ruas encantam com seus códigos, com suas histórias. As ruas têm fôlego, memórias para serem revisitadas através de profissionais interessados em compreender, no patrimônio histórico-cultural urbano, os signos que educam os sentidos de moradores e transeuntes.* (2007, p.59).

Na linha do seu argumento, as ruas exerceram várias funções simbólicas, dentre as quais a de indutora da reformulação de padrões culturais de comportamento, dado que os freqüentadores dos cafés, dos cinemas, bem como os apreciadores das vitrines e montras das lojas não desejavam preservar hábitos e atitudes do passado. Com base no novo paradigma almejavam atitudes novas de convivência social, inspiradas nas roupas das vitrines, nas posturas dos artistas dos filmes e nos sabores dos pratos da culinária européia oferecidos nos cafés e restaurantes. O Café Lafayette é um exemplo modelar do se quer dizer aqui. Para exemplificar sua importância, observe-se o seguinte: no acervo do Museu da Cidade do Recife, há seis registros fotográficos desse Café, também denominado de Esquina Lafayette; no acervo da Fundação Joaquim Nabuco, existem, também duas fotos e a foto estampada neste trabalho provém do livro Obra de Propaganda Geral de Pernambuco editado por José Coelho. Ora, não se documenta um prédio privado à toa! Ele representou muito para a cidade, obviamente. Este café, que durou de 1939 a 1969, mereceu encômios de diversos estudiosos, seu prestígio é o maior no modernismo da cidade. Do economista Souza Barros, ao poeta Joaquim Cardoso, os escritores Gilberto Freyre e Câmara Cascudo, passando pelos cronistas da época Flávio Guerra e Danilo Fragoso, cronistas recentes como Lima, Menezes e Paraíso, até aos acadêmicos Sylvia Couceiro e Carlos Romeiro - este último autor de dissertação de mestrado sobre o estabelecimento - todos realçam a clientela e o clima de mudança lá vivido. Fragoso assim o descreve.

> *Nunca talvez em nenhuma outra cidade do mundo, um depósito de cigarro teve sobre a vida da população implicâncias que a do Lafayette, da firma Moreira & Cia teve sobre o Recife. Ponto não de todos, mas de muitos encontros, ponto histórico de referência.* (FRAGOSO, 1971, p.58-59).

O comerciante, porém, é o barrado no baile como se diz hoje, daí porque se endossa o ponto de vista da historiadora Amorim, quando estranha o fato de a atividade comercial ser pouco explorada no Brasil como tema de pesquisa, porque alega: "*foi obedecendo às solicitações do processo de circulação de mercadorias europeu que se engendrou o espaço produtivo e a própria sociedade brasileira*". (187, p.3). Embora não seja um tema explorado nos textos acadêmicos e nos dos cronistas, discute-se, a seguir, a presença e a relevância dos comerciantes, no Baile da Modernidade no Recife. A bem da verdade, Teixeira (1994) traz à baila a Associação Comercial de Pernambuco, como aliada dos intelectuais, na viabilização da modernidade na cidade. Há, ainda, uma menção explícita do economista Souza Barros (1972), ao senhor proprietário do Café Lafayette. Por outro lado, no plano nacional, há trabalhos de historiadores que discutem o tema dos comerciantes, na formação e consolidação da dinâmica da sociedade brasileira. Fragoso (1998) com o livro clássico sobre Comerciantes de Grosso Trato no Rio de Janeiro, no século XIX, e Caldeira (1994), com o seu ensaio, não por acaso intitulado *A Nação Mercantilista*, servem de baliza para o que se quer tratar aqui. Ora, assumindo-se que o comércio das ruas *chics* do Recife - Nova, da Imperatriz, Imperador, Duque de Caxias, Pátio do Livramento- concorreu para a oferta das novidades e para a mudança de hábitos da população, porque ninguém alude aos proprietários dessas lojas? Quais suas estratégias para o consumo conspícuo da clientela modernista de então? Como e aonde eles se abasteciam? Analogamente, se, como informa Couceiro, nesse período assistiu-se ao esplendor dos cafés na cidade, algumas perguntas não foram respondidas pela história. Onde estão os donos dos cafés? Como os cafés funcionavam? Quais suas estratégias, para, na linguagem de hoje, seduzir os clientes? Quem eram seus proprietários? Seriam portugueses? O café existiu sem dono, sem empreendedor! O café teria havido em virtude, exclusivamente, dos clientes- intelectuais políticos e jornalistas - que o frequentavam? Com efeito, além do caso paradigmático do Café Lafayette, que reinou, soberanamente, durante mais de 30 anos, de 1930 a 1969, (Fragoso, 1970), preservando sempre o charme de sua atração, houve várias novidades que a elite usufruiu, com sofreguidão e avidez, oferecido graças à sensibilidade dos comerciantes empreendedores. Dado que tenha havido uma moldura de modernidade a engendrar um teatro de operações para os empreendedores, o que precisa ser feito é identificar e qualificar os eventos empreendedores destacando o papel dos lusos. No capítulo seguinte, a análise dessas questões.

4- *AÇÃO EMPREENDEDORA LUSA*: A evidência do comportamento étnico- gestão do capital social– dos lusos na área de panificação e, em menor escala, na esfera da construção civil, será tratada em primeiro lugar e o comportamento empreendedor, em variados ramos dos ofícios do comércio e da indústria, à revelia dos preconceitos dos brasileiros, será abordado em segundo. Convém salientar um aspecto *sui generis* da presença deles no Brasil. O pressuposto fundamental é que o imigrante luso no Brasil e no Recife vivenciou todas ou quase todas as dificuldades que os demais imigrantes encararam quando chegaram ao país. Às vezes, paradoxalmente, a identidade lingüística, de fato, criou uma igualdade ilusória e dificultou em certos aspectos uma mais eficaz absorção do *ethos* nacional brasileiro. Conclusão: o imigrante luso é tão imigrante no Brasil, como qualquer outra nacionalidade. Para localizar e evidenciar tal comportamento na cidade do Recife será discutida, em primeiro lugar, a postura étnica empreendedora do português, nada mais nada menos do que na esfera da panificação, *locus* privilegiado de sua atuação empresarial tanto aqui, como no Brasil inteiro.[8] No ano de 2001, a AIPP- Associação dos Industriais da Panificação de Pernambuco- publicou livro, intitulado *Caminhos do Cinqüentenário* (SIQUEIRA, 2001*)*. Na obra, são traçadas biografias empresariais de 49 (quarenta e nove) panificadores, com referências às origem, situação familiar, entrada no setor, estabelecimentos que possui e participação na Associação. Do total de 49 industriais, 19 (dezenove) foram de origem portuguesa, o que corrobora a tradição de presença decisiva deles. Aliás, a hegemonia desta nacionalidade na Associação, está evidenciada também quando estampa fotos de três transatlânticos nos quais os portugueses viajaram para o Brasil. Preliminarmente, deve-se levar em consideração que os empreendedores vieram para o Recife a convite de algum parente-irmão, que nunca deixou de trabalhar arduamente, e que, em todos os casos, eles contaram com apoio dos parentes e amigos referidos e assim o fizeram, utilizando-se da rede de contatos de patrícios, isto é, através deles conseguiam novas oportunidades. Mas, um fenômeno, singular e relevante sob o ângulo do empreendedorismo étnico, está também relatado na mesma fonte. Trata-se da

[8] Como fonte básica das reflexões serão utilizadas informações da Associação das Industriais de Panificação de Pernambuco (AIPP). Essa associação foi fundada, no ano de 1951, e seus objetivos são os de congregar os associados e defender os interesses dos panificadores Por outro lado, a aparentemente despretensiosa *Associação*, no caso da panificação, serviu para robustecer o capital social dos empresários do setor, e dessa maneira garantiu-lhes meios organizados de pressão sobre os órgãos públicos, na área de vigilância sanitária e da política tributária, mas na esfera privada de estratégia concorrencial, tem-lhes permitido, também, criar barreiras à entrada para novos concorrentes.

gradativa substituição da hegemonia dos portugueses no setor, nada mais nada menos do que por migrantes oriundos do interior do Estado. Diz textualmente o livro:

> *Deste município surgiu a maioria dos panificadores que fizeram a panificação da Região Metropolitana do Recife. Conhecidos no segmento como a Nação de Aliança´, possuem mais de 100 padarias* ***(...) Dominam o setor neste início do século 21, que antes tinha à frente os portugueses***. (SIQUEIRA, 2001, p. 219, grifo nosso).

São ilustrativos dos comportamentos desses migrantes internos à semelhança dos portugueses, os seguintes: utilizam-se dos laços de família e parentesco para mobilizar empreendedores. As famílias Coelho, Costa Lima, Tavares Pessoa, Tavares Costa e Galdino Pessoa respondem juntas pela centena de padarias acima referidas; os laços de família implicam em apoio no processo de ajustamento na cidade sob todos os pontos de vista, desde o financeiro até a localização de ponto; há ainda uma espécie de líder, visto como modelo o senhor Otávio Coelho, que comanda e é sempre ouvido por todos, a lembrar o líder Diniz Bravo dos lusitanos. Outra atividade empreendedora, adequado ao padrão de ação de capital social, foram o setor imobiliário e os armazéns de ferragens, madeiras e de construção. É carregada de significado, porque tem tudo a ver com a cultura do imigrante português, tanto no Brasil em geral como muito aparente, na cidade do Recife. Tais armazéns foram segmentos empresariados pelos lusos, dedicados à demanda da expansão urbana resultado da inchação demográfica decorrente da migração interna dos nordestinos para a grande cidade e, também, para satisfazer às necessidades do setor público nas áreas de remodelação urbana, através da criação de praças e de ruas. Mas, a singularidade da postura dos lusos é que a poupança deles tendia a ser aplicada em i - terrenos, casas ou edifícios, em outras palavras em bem de raiz, tangível, construídos por eles mesmos. Na verdade, havia uma espécie de *Cluster* (Arranjo Produtivo Local)[9], comandado e integrada pelos portugueses no Recife, que gravitava em torno do que se poderia chamar da nascente indústria da construção civil. O arranjo operava e ainda funciona, em menor proporção, em cadeia da seguinte forma: em primeiro lugar, após a poupança, os portugueses compravam terrenos e apostavam na valorização deles; em seguida, outro grupo incorporava a construção; a seguir, um terceiro fornecia material de construção desde cimento, ferragens até madeira; por fim, o ciclo se encerrava ou girava novamente, com um quarto grupo, o qual preferia comprar o imóvel e

[9] A expressão *cluster* foi formulada por Michael Porter que assim o enunciou: "*Os clusters (grupos, agrupamentos ou aglomerados) são concentrações geográficas de empresas de determinado setor de atividade e companhias correlatas de fornecedores de insumos a instituições de ensino e clientes". (*PORTER, 1996).

destiná-lo a aluguel. Interessantemente, como forte indício de ação de base da chamada economia étnica, o grupo oferecia seus produtos aos próprios membros da comunidade e a demanda se auto-sustentava por eles mesmos que partilhavam os mesmos valores de gestão econômica da poupança e da aplicação. Havia a criação de um mercado onde ocorria oferta e demanda de produtos dentro da própria comunidade, nos termos do que acentuam e Sacomani Neto e Truzzi (2007), no referencial conceitual já mencionado. Para encerrar, uma análise desses sinais simbólicos de mobilização do capital social das três experiências - duas da comunidade da panificação e uma, da construção civil - que constituem sinais consistentes de empreendedorismo étnico, destaque-se que nas três experiências, a base fundamental, de natureza horizontal, são os valores de confiança, lealdade e compromisso. Com base nesses valores, o imigrante disporá de informações empresariais que isoladamente não encontraria. Uma espécie de banco de dados lhe possibilitará saber: pontos de localização; natureza e perfil dos clientes; fornecedores; padrão e formas de recrutamento da mão de obra necessária; tecnologia de produção, fontes de financiamento; aval e garantia junto a fornecedores, e a oferta de parceria em sociedade e o *modus operandi* de empresariar no setor específico, como ficou claro no caso da panificação. Já para construção, o lastro de confiança sido a confiança na expectativa da obra concluída pelos patrícios. Por último, merece ser ressaltada a economia informal altamente vascularizada entre eles, no período. De intensidade variada diversas práticas informais de ajuda e integração eram adotadas pelo grupo. Uma espécie de economia informal de *grass-roots*, de formiguinha, era exercida no seio da colônia. Seja em razão do relativo desaparelhamento do fisco no período, seja em virtude do empreendedorismo na luta contra o estado, o fato é que havia circulação de riqueza, não declarada, manifestada em diferentes caminhos de ajuda e integração do grupo. Algumas práticas dão conta da extensão, penetração e vitalidade desse processo. Seriam elas:- oferecer sociedade; convidar para ser sócio; montar sociedade com parente e mobilizar o novato recém-chegado; - emprestar dinheiro, com garantia apenas de Nota Promissória entre as partes, sem registro em cartório e, à margem do sistema formal da economia; - diversificar investimentos em açougues, terrenos, casas e novos estabelecimentos com diferentes sócios; - fazer "indicação" para alguém levantar empréstimo de outrem, na prática funcionando como um avalista ou fiador informal;- mobilizar e constituir sociedade com colegas, parentes e amigos da aldeia, paróquia ou Concelho de onde vieram. Graças a esse associativismo horizontal, baseado nos laços de parentesco e de vizinhança de origem - tanto dos lusos

quanto dos migrantes internos do município de Aliança, ao lado daquele outro, o verticalizado por meio da Associação de Panificadores, o segmento de panificação tem logrado êxito em muito de suas iniciativas. Em certa medida, o caso da construção civil funciona, também, dentro da mesma lógica. Em outras palavras, ele não está só na empreitada na linha da assertiva de que o migrante não se faz sozinho, uma película invisível o protege, consoante afirmam Fazito (2002), Milani (2005) e Sacomani e Truzzi (2007). O estudo volta-se, agora, para uma análise do comportamento empreendedor desses imigrantes. Para abrir essa análise, é importante considerar que durante o período trabalhado, o português, como de resto os demais imigrantes, chegavam ao Brasil e encontrava uma sociedade organizada e alicerçada em base rural, com propensão dos nativos a inclinarem-se mais às letras do que às profissões úteis, no dizer de Azevedo: "*O comércio, os negócios, as empresas comerciais e industriais, (...) não pareciam interessar senão aos estrangeiros".* (1958, p.64). Dada essa estruturação, os pesquisadores como Fernando Azevedo têm acentuado que a elite de então, em especial das três primeiras décadas, tinha os interesses voltados fundamentalmente para a área rural. Neste ambiente, os portugueses ao se estabelecerem como comerciantes inseriram-se sem dificuldade na estrutura econômica e social brasileira ao exercerem papéis que não eram considerados dignos da elite. A elite desempenhava funções ligadas à economia agrícola, à gestão do Estado ou da Igreja, dentro da tradição colonial brasileira e o comércio, alvo de desprezo abria o espaço para o português, que, como empreendedor, soube se aproveitar da oportunidade e preencher o vazio. Nesse mesmo sentido, Freitas Filho, ao discorrer sobre a presença mercantil dos lusos no Rio de Janeiro, comenta:

> *Havia uma espécie de divisão do espaço econômico no meio empresarial carioca, pois a elite local preferencialmente se dedicava às atividades agropecuárias, as profissões liberais e aos altos postos da política e da administração publica, enquanto que o imigrante português concentrava-se nas atividades comerciais e fabris.* (2002, p.79).

Ora, se esta assertiva cabe para o Rio de Janeiro, ela assenta-se também à elite do Recife, na época de natureza açucareira, que ostentava tanto ou mais preconceitos do que aquela do Rio de Janeiro. A elite local nutria, da mesma forma, desprezo pela atividade comercial, em que pese parte dos seus membros estarem presa aos comissários de açúcar, grandes comerciantes que financiavam suas safras. Uma vez aceito o pressuposto de que o empreendedor enxerga oportunidades de negócio e cria novos mercados, produtos e serviços conforme define Schumpeter, discutido no capítulo do referencial conceitual, o ponto defendido aqui é que muitas das firmas dos portugueses criadas no Recife, o foram como

resultado desse comportamento empreendedor, superando ou convivendo com o preconceito acima.A postura empreendedora se irradiaria em segmentos como padarias e vendas ou mercearias à semelhança de outras cidades do país. O luso enxergava a oportunidade de novo mercado e logo chegava lá e supria a necessidade de pão e demais gêneros. Nessa área de abastecimento, os portugueses se notabilizaram ainda como proprietários de estabelecimentos de estivas e de secos e molhados. Mas, eles prosperaram e foram empreendedores fortes em outras áreas de maior calibre. Merecem destaque, nesse sentido, as firmas lusas que foram tão capitalizadas que disponibilizavam na praça recursos para financiamento de outras atividades. O caso da firma Mendes Lima & Cia, classificada por Souza Barros (1972) como uma das lideranças empresariais do Estado é emblemático. Esta firma e outras, conhecidas como Comissárias de Açúcar, financiavam a safra de usinas de açúcar e não raro tomavam a propriedade do grupo de usineiros nos casos de inadimplência. Mas, não apenas nas padarias e no setor de grandes financistas os imigrantes portugueses enxergaram oportunidade como é o caso das firmas de exportação e importação. A participação dos lusos nas trocas nacionais e internacionais deu-se através das aparentemente singelas denominações de suas firmas em *Fulano de tal Exportação e Importação Ltda*. Uma boa evidência da densidade dessa presença pode ser extraída do texto produzido por autores ingleses, com assessoria de autores brasileiros, em 1913. De acordo com essa publicação a cidade dispunha de 37 firmas voltadas à exportação e importação e delas 8 eram formadas por sócios portugueses exclusivamente ou em associação com brasileiros. A cobertura de extensão dos negócios dessas firmas é muito relevante, dado que elas operavam trocas com portos internacionais como o de New York, Havre, Liverpool, Londres, Hamburgo dentre outros, bem como com portos da costa brasileira do Rio Grande do Sul ao Pará, sem esquecer Rio de Janeiro e Santos. Nas trocas, importavam-se máquinas e acessórios para a agricultura e indústria; cimento e outros materiais para construção e ferragens grossas; carvão; miudezas, perfumarias, modas, armarinho, fazendas e confecções; charque, farinha de trigo e bacalhau. Exportavam-se açúcar, algodão, couros e peles, cacau e café. Sobre esses dados, duas reflexões. Em primeiro, constatar o dinamismo da praça devido à extensão da malha de trocas comerciais com o mundo. Em segundo, a presença das firmas lusitanas colocadas, lado a lado, no *ranking* das demais firmas, sejam as brasileiras, sejam aquelas inglesas, alemãs ou francesas, essas últimas com sólida retaguarda das economias em expansão de seus países. Defende-se o ponto, de que o comportamento empreendedor respondeu, em grande medida, por essa competividade das

firmas lusas por várias razões, destacando que eles conheciam o mercado nacional muito bem e dispunham de razoável acúmulo de recursos financeiros na praça. Nos ramos de lojas de fazendas, a grosso e a varejo, para, por um lado, vender a produção têxtil dos cotonifícios que se fundavam e, por outro, atender à procura da população por roupas e moda, o empreendedor luso, também, viu novos mercados e se lançou à atividade e perduraram quase hegemônicos no setor até os anos 60. Outro caso singular de inovação foi da grande Casa Viana Leal. Nesse estabelecimento, os empreendedores criaram uma espécie de loja de departamentos chamada Viana Leal. Lá se vendia de tudo, de brinquedo até material de casa. Era uma grande loja com três andares e concorria, em condições de igualdade, com a Mesbla, cadeia nacional de departamento. A localização no bairro de Santo Antônio era privilegiada. A novidade era a escada rolante ligando seus três andares. A inovação exercia fascínio sobre a população e em especial sobre as crianças. Foi um tiro certeiro de marketing, baseado no faro do empreendedor. Após a novidade, tornou-se a loja que mais vendia brinquedo da marca nacional Estrela, no Brasil da década de 60.

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os achados iluminam tópicos como o do empreendedorismo étnico e do comportamento empreendedor. Nesse sentido, os objetivos do trabalho foram alcançados e podem permitir aos interessados: - uma melhor compreensão das transformações da economia pernambucana; II - o estabelecimento de inter-relações entre imigração e empreendedorismo; III - o estabelecimento de inter-relações entre história e gestão empresarial; e IV - o estabelecimento de inter-relações entre cultura de negócios e economia nos seus vários setores. A pesquisa permitiu, ainda, chegar a algumas conclusões no âmbito de administração e gestão a inferência de que as três cadeias produtivas[10] de atuação dos lusos (1ª-terreno, ferragem e construção; 2ª- indústria da panificação e 3ª-alimentos em geral) operavam amparadas em uma extensa e complexa rede de capital social. Havia, como que, uma plataforma invisível que articulava todos os agentes de cada cadeia, em logísticas específicas, integradas e articuladas, baseadas fundamentalmente nos laços de confiança. Figure-se o caso de alimentos. As importadoras lusas compravam bacalhau e carne seca; os revendiam às firmas de secos e molhados de lusos; essas, por sua vez, encaminhavam os

[10] Entende-se por cadeia produtiva "*todas as atividades articuladas desde a pré-produção até o consumo final de um bem ou serviço. (...) Os estudos das Cadeias Produtivas proporcionam um entendimento mais completo do comportamento dos seus componentes econômicos e das tendências dos mercados, descrevendo os segmentos mais importantes e com maiores possibilidades de competitividade*". Pode ser aplicado em várias áreas tipo as do leite, do milho, do turismo entre outras. Disponível em http://www.genesis.puc.rio.br. Acesso à internet em 20.04.09.

produtos para as padarias e vendas- terminais de capilarização do sistema- preferencialmente de propriedade dos patrícios e, logo, o circuito da atuação em rede se completava e se retroalimentava. Com certeza, a partir da elucidação dessa postura empreendedora étnica, o desafio que atravessou a pesquisa de compreender o fato de tão poucos terem sido tão influentes, se vê superado definitivamente.[11] Com efeito, essa o empreendedorismo luso, nesses 50 anos, pode ser encarada como um painel relevante de lições para compreensão da evolução da história empresarial do Recife, de Pernambuco e do Nordeste.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ÁLBUM DA COLÔNIA PORTUGUESA NO BRASIL. CARINHAS, Teófilo (Org.). Rio de Janeiro: Editoras Oficinas Gráficas de Carinhas & Cia. Ltda, 1929.

ÁLBUM DE PERNAMBUCO. Impresso nas Oficinas Tipográficas do Anuário Comercial. Praça dos Restauradores, 24 Lisboa. 1913. Copia digitalizada em pdf pertencente ao acervo da Fundaj. Disponível: http.www.fundaj.gov.br. Acesso em 22.05.08.

ALVES, Jorge Fernandes. Variações sobre o "brasileiro". Tensões na emigração e no retorno do Brasil. **Revista Portuguesa de História**. Tomo XXXIII, (1999) Univ. Coimbra.

_____. **Terra de esperanças**. **O Brasil na emigração portuguesa. Portugal e Brasil. – Encontros, desencontros, reencontros**. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, pp.113.128.

ALVES MOTA. **No tempo dos bondes elétricos**. Recife: Celpe, 1982.

AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **O comércio paraibano no processo de formação do comércio nacional 1930-1939**. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. Recife, UFPE. CFCH, 1987.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira.** Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1958.

BARBOSA VIANA. **O Recife, capital do estado de Pernambuco**. Recife: Typographia Universal, 1900.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. **Raízes do Brasil.** 5ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

[11] Outros fatores, também, concorreram para explicar tal êxito dos lusos, tais como a tradição cultural dos gostos culinários passados pelos lusos, a fragilidade da atuação do estado como agente regulatório e fiscalizador, ao lado do desinteresse da elite local por atividades mercantis, assunto já abordado.

CALDEIRA, J. **Mauá. Empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____ . **A Nação mercantilista. Ensaio sobre o Brasil**. Editora 34, 2005.

CAMPOS, Helenize**.** Comércio na área central do Recife (PE - Brasil): novos e antigos conceitos acerca da história da cidade**.** Scripta Nova, **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona**,** vol. VI nº. 119 (57), 2002.

CARBONE, Paulo. Os Heróis do setor público: A teia cultural engolindo o empreendedor. **Revista de Administração Pública**, v.30 (3) maio/junho de 1996, pp. 127.139.

CARDOSO, F.H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CASTRO. Josué. **A cidade do Recife, ensaio de geografia urbana**. Rio: Edit. Casa Estudante do Brasil, 1954.

CEPLAN. VAREJO MODERNO. **Empresas & Empresários**. Relatório setorial 10, Recife, Nov. 2007.

CORREIA, Maximiano. **Relatório de viagem ao Brasil da embaixada universitária de Coimbra. Impressões, Comentários e Discursos**. Coimbra: 1954.

COUCEIRO, Sylvia C. A Sedução da noite nos Cafés do Recife dos anos 1920: Entre Prazeres e Transgressões. **Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2007.

CURY, Vânia M. Presença portuguesa: bases para a expansão das profissões liberais no Brasil. In: LESSA, Carlos (Org.). **Os lusíadas na aventura do Rio Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Record /FAPERJ, 2002.

DIAS, Antônio. **Notas sobre o elemento português no Recife. 1890-1940.** Recife: Typografhia The Propagandist, 1940.

DINIS, Anabela e USSMAM, Ana Maria. Empresarialidade e empresária. Revisão da literatura**. Revista Comportamento Organizacional e Gestão**, vol.12, nº.1,

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios**. São Paulo: Pioneira, 1986.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ESTADO DE PERNAMBUCO. **OBRA DE PROPAGANDA GERAL**. Editor: Coelho, José. Rio Janeiro, 1919.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina.** São Paulo: Edusp/Funag/Memorial, 2000.

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, Minas Gerais, novembro de 2002.

FILLION, Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários gerentes de pequenos negócios. São Paulo: **Revista de Administração**, vol. 34, nº.2, abril/junho 1999.

FRAGOSO, Danilo. **Velhas Ruas do Recife**. Recife: Imprensa Universitária, 1971.

FRAGOSO João L. **Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. 1790.1830**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998.

FREITAS, Sônia Maria de. **Presença portuguesa em São Paulo** – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Memorial do Imigrante, 2006.

FREITAS FILHO, Almir Pita. **A Colônia portuguesa na composição empresarial da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX,** In LESSA, Carlos. Os Lusíadas na Aventura do Rio de Moderno. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____ . História Econômica e História de Empresa: Algumas Reflexões Metodológicas. **Ensaios FEE,** nº 1 ano 10, Porto Alegre: FEE, 1989.

FREYRE, Gilberto**. Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife.** Recife*:* 1934.

_____ . **Uma Cultura ameaçada: A luso-brasileira.** Recife: Gabinete Português de Leitura, 3ª edição, 1980.

_____ . **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos- **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco.** Inclui MAPA DA CIDADE DO RECIFE do ano de 1920**.** Recife: CEPE, 2006.

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1860-1914)**. São Paulo: Brasiliense. 1973.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of the weak ties**. American Journal of Sociology,** Vol.1. (May 1973).

_____. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **Revista Eletrônica de Administração**, vol. 6 nº.1, Art. 9, jan./jun. 2007.

GUERRA, Flávio**. Crônicas do Velho Recife**. Recife: Dialgraf, 1972.

IMPRESSÕES DO BRASIL NO SÉCULO XX: SUA HISTÓRIA, SEU POVO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E RECURSOS. FELDWICK W. DELANEY, L.T. WRIGHT, Arnold. LLOYD, Reginald (Orgs.). EULALIO Joaquim (trad). Londres: Lloyds *Greater Britain Publishing Company, Ltd.,* 1913.

JUCEPE**. Junta Comercial do Estado de Pernambuco. Origem e evolução histórica da JUCEPE**, sem data.

LEITE, Emanuel. **O fenômeno do empreendedorismo**. Recife: Bagaço, 2000.

LEITE, Joaquim da Costa. **Portugal and Emigration**. 1855.1914. Tese de Doutoramento aprovada pela Universidade de Columbia USA, 1994, Versão não publicada.

_____ . **O Brasil e a emigração portuguesa (1855.1914)** In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____ . A Emigração como vínculo transatlântico: Portugal e Brasil. 1850.2002. **Seminários de História Econômica**. ICS/ISEG/FCSH. Lisboa, 2003.

LESSA, Carlos (coord). **Os Lusíadas na aventura do Rio de Janeiro Moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEVINE, Robert. **A Velha usina. Pernambuco na federação brasileira 1889-1937.** Rio: Paz e Terra, 1980. Tradução de Raul Jose de Sá Barbosa. (Coleção Estudos Brasileiros. v.45).

LIMA, José E. **Lafayette: esquina de muitas vidas.** Recife: Edição do autor, 2ª edição, sem data.

LIMA, J. P. R., SICSÚ, A. B. e PADILHA, M.F.G. Economia de Pernambuco: Transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado**. Revista Econômica do Nordeste**, vol. 4, 2007.

LIVRO DO NORDESTE. Gilberto Freyre... [et al.].3 ed. Fac.similada. Recife: CEPE, 2005.

LOBO, M. Eulália. **História empresarial**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____ . **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

LUBAMBO, Catia W. **O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e Marco Zero.** Recife: CEPE e Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros & empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil.** Vols. 1 e 2. São Paulo: Edusp, 2003.

MARTINELLI, Alberto. Uma Perspectiva Italiana do empreendedorismo: entrevista com Alberto Martinellli. **Revista Eletrônica de Administração** vol. 06, nº. 2 jul. dez 2007.

MARTES, Ana C. e RODRIGUEZ, Carlos L. Afiliação religiosa e empreendedorismo étnico: o caso dos brasileiros nos Estados Unidos. **Revista de Administração Contemporânea,** vol. 8, nº 3 jul./set 2004, pp.117.141.

McCLELLAND, D. C. **The achieving society.** Van Nostrand: Princeton, 1961.

MELO, Hildete P. de e Marques, Cristina de N. Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório. **Texto para discussão**. UFF, Economia, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombas: nobres contra mascates em Pernambuco. (1666–1715)**, São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

_____ . **O Norte agrário e o Império**, Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco: economia e sociedade no 2º Reinado.** Recife: Editora Universitária, UFPE, 1966.

_____. **Um mascate e o Recife.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

MENDES, José Amado. Problemas de História Empresarial: Teoria e Prática. **XXII APHES.** Comunicações. Aveiro, 2002.

LESSA, Carlos. Os Lusíadas na Aventura do Rio de Moderno. Rio de Janeiro: Edit. Record, 2002.

MENEZES, Fernando. **Coisas do Recife**. Recife: Edições Bagaço, 2001.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de pintadas (Bahia, Brasil).** Projeto de pesquisa « Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia » (2002.2005), financiado pela FAPESB e desenvolvido na Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS) 2005.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Temp(l)os de consumo: memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (Século XX), **SECULUM – Revista de História.** (16), João Pessoa, jan./jun. 2007.

PARAÍSO, Rostand. **A esquina do Lafayette e outros tempos do Recife.** Recife: 2001.

PERRUCI, Gadiel. **A República das usinas: Um estudo histórico, social e econômico do Nordeste, 1889.1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PINHO, Carlos Eduardo Romeiro. **Esquina Lafayette. Boemia, amores e lamentações na história recifense**. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. Recife, CFCH. UFPE, 2000.

PORTES, Alejandro. Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 33, 2000, pp. 133.158.

PORTER, Michael. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústria e concorrência.** Rio de Janeiro: Campus, 1996.

REZENDE, Antonio Paulo. **O Recife: histórias de uma Cidade.** 2ª edição. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005.

_____ . (Des) Encantos modernos. Histórias da cidade do Recife na Década de Vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

ROCHA, Tadeu. **Roteiros do Recife**. Recife: Mousinho, 1959.

SACOMANI Neto, Mario e TRUZZI, Oswaldo. Economia e Empreendedorismo Étnico: Balanço Histórico da Experiência Paulista. **Revista de Administração de Empresas,** n° 37, abr./jun. 2007.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEBRAE. **Criando seu próprio negócio: como desenvolver o potencial empreendedor.** Edição SEBRAE. Coordenadores: Heitor José Pereira e Silvio Aparecido dos Santos. Brasília. 1995.

SETTE, Mário**. Arruar. Histórias pitorescas do Recife antigo**. Recife: Fundarpe, 1978.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.** São Paulo: Editora Nacional, 1974.

SIQUEIRA, Mônica. **Caminhos do cinquentenário**. Recife: Associação dos Industriais de Panificação de Pernambuco, 2001.

SOUZA BARROS. **A Década de 20 em Pernambuco.** Rio de Janeiro: Gráfica Editora Acadêmica Ltda., Rio de Janeiro, 1972.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As Cidades enquanto palco da modernidade. O Recife de princípio do Século**. Recife, Dissertação de Mestrado em História. UFPE. CFCH. 1994.

_____. Intelectual e modernidade no Recife dos Anos 20. João Pessoa: **Revista Saeculum.** I(1): 89.98, jul./dez, 1995.

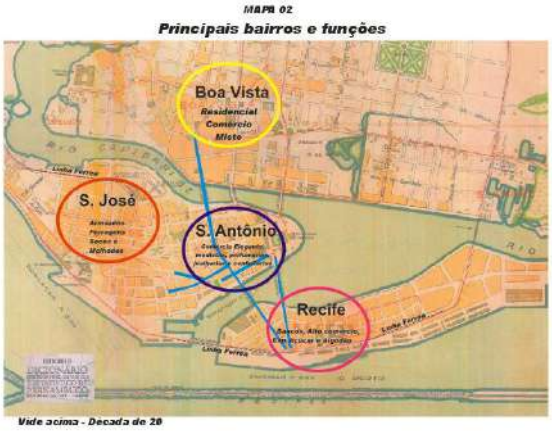
VERGOLINO, José Raimundo de O. A Economia de Pernambuco no Período 1850.1900: Uma Interpretação. Recife: **Revista do Mestrado de História** Série Histórica do Nordeste vol. 1, nº 14, mpp. 99.117, 1993.

_____. A Metamorfose da Indústria Açucareira em Pernambuco: Os Primórdios da Formação do Arranjo Produtivo Local (APL)**. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco,** Número 61, ano 2005.

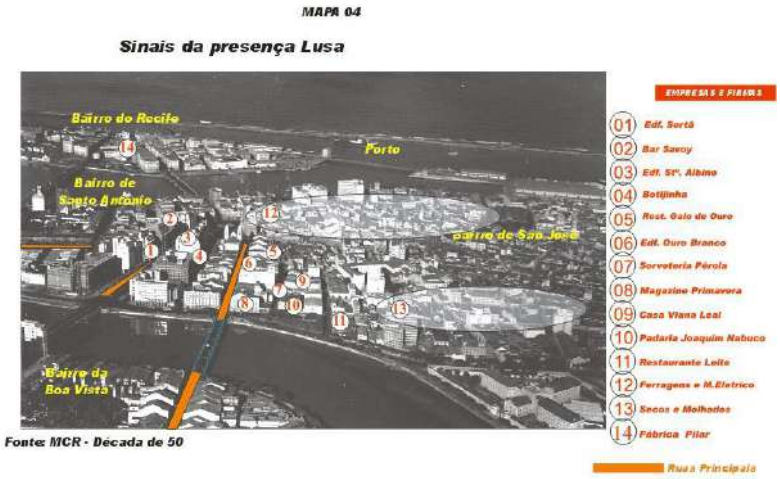
ZAIDAN, Noêmia Maria. **O Recife nos trilhos dos bondes de burro. 1871-1914**. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. Recife, CFCH. UFPE, 1991.

ANEXO I

MAPAS E FOTOS AÉREAS DA PRESENÇA PORTUGUESA NO PERÍODO



Fonte: PLANTA DA CIDADE DO RECIFE. ANO 1920. PARTE INTEGRANTE DO DICIONÁRIO COROGRÁFICO, HISTÓRICO E ESTATÍSTICO DE PERNAMBUCO. IN GALVÃO, 2006.



ANEXO II

IMAGENS DA INFLUÊNCIA LUSA

Fonte: GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

Fonte: ESTADO DE PERNAMBUCO. OBRA DE PROPAGANDA GERAL.

Magazine localizado na Rua do Sol com a Rua Nova. 1930

Fonte: ESTADO DE PERNAMBUCO. OBRA DE PROPAGANDA GERAL

Anúncio de estabelecimento no Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil. 1929.

Fonte: ÁLBUM DA COLÔNIA PORTUGUESA NO BRASIL.

Peça de inspiração popular portuguesa em venda de St. Amândio, no Bairro dos Aflitos. 1960.

Fonte: AUTOR.

Cabos de guarda-chuvas feminino do acervo histórico da loja fabrica Leite Bastos. 2019.

ROBERTO SIMONSEN, WLADIMIR WOYTINSKY E O PERÍODO ENTREGUERRAS: ELEMENTOS DE QUESTIONAMENTO À ORTODOXIA

Luiz Felipe Bruzzi Curi[1]

Resumo

O artigo procura contribuir para o aprofundamento da compreensão do pensamento econômico de Roberto Simonsen, articulando-o com o quadro de questionamento da ortodoxia econômica do período entreguerras. Para isso, são analisados textos do autor e de um contemporâneo seu, o economista russo, atuante na Alemanha da Grande Depressão, Wladimir Woytinsky. Numa confluência de história do pensamento e história econômica, enfocam-se dois momentos específicos da atuação desses pensadores, que permitem vê-los como questionadores da ortodoxia vigente. No caso de Simonsen, aborda-se sua manifestação diante da visita ao Brasil da missão financeira inglesa de 1924 (missão Montagu). Para Woytinsky, o momento escolhido é a elaboração do plano de combate à crise de 1930-32, no âmbito do movimento sindical alemão. Por fim, mostra-se como esses dois autores abordaram a questão da reconstrução europeia no pós-guerra, de forma a realçar as linhas de sintonia entre suas elaborações. Disso resulta a percepção de que Roberto Simonsen é um pensador articulado a esse movimento de ruptura, ainda que ambivalente e condicionada, da ortodoxia econômica, no período entreguerras.

1. Introdução/justificativas

Roberto Simonsen é reconhecidamente um autor da maior importância para as origens do desenvolvimentismo no Brasil, entendendo-se desenvolvimentismo como uma ideologia de transformação social, baseada na industrialização integral e na convicção de que seria impossível atingir essa industrialização somente pelas forças do livre mercado.[2] Nesse sentido, este trabalho pretende contribuir para a compreensão do pensamento econômico de Roberto Simonsen, inserindo-o num movimento de ruptura com a ortodoxia econômica, que se desenrola no período entreguerras. O termo ortodoxia econômica tem aqui um sentido amplo, mas historicamente determinado. Trata-se do receituário de política econômica predominante, no mundo ocidental, de meados do século XIX até a consolidação da Revolução Keynesiana, nos anos 1930-40. Tal receituário é baseado na defesa da moeda, na austeridade fiscal e na crença no livre-mercado. Ressalte-se que a existência de um receituário *predominante* não implica que ele seja único: neste período, as ideias marxistas, por exemplo, têm ampla difusão internacional. Mesmo o marxismo, todavia, por vezes será refém de sua própria ortodoxia: como veremos, o apego à ideia de que a crise representa a derrocada final do sistema capitalista impede que sejam sugeridas propostas inovadoras de política econômica, no sentido do

[1] Mestrando em História Econômica (USP).
[2] Esse sentido de desenvolvimentismo é delimitado por Bielschowsky (2000).

estímulo à demanda e do fomento ao crescimento. A ortodoxia, em sentido amplo, refere-se a esse quadro em que prevalecem, por diversas razões, concepções ligadas à defesa da *sound currency* e do equilíbrio orçamentário.

O estudo desse período permite captar duas dimensões importantes da produção simonseniana. A primeira delas é a sugestão de propostas inovadoras – fomento à indústria, diversificação produtiva – inserida ainda na lógica da economia ortodoxa do início da década de 1920. Essa dimensão está presente na carta que Simonsen envia à missão Montagu em 1924: ainda que tenha o objetivo explícito de mostrar aos credores que o Brasil é um país capaz de honrar seus compromissos internacionais, Simonsen deixa claro que essa capacidade não pode ser mantida se o país for apenas um exportador de café. Essa convivência de proposições inovadoras com uma lógica ortodoxa é característica dessa fase da produção simonseniana, em que o projeto industrialista ainda não estava solidificado.

A segunda dimensão é a articulação da obra de Simonsen com discussões internacionais e com outros autores que estavam inseridos no mesmo ambiente de produção de ideias econômicas. É com objetivo de captar esse tipo de sintonia que se faz uma incursão por alguns escritos de Wladimir Woytinsky, economista russo citado por Simonsen em texto de 1931. Woytinsky atua, neste momento, na Alemanha da República de Weimar e elabora, no âmbito do movimento sindical, um plano de combate à crise econômica que não chega a ser implementado. Mostra-se que as concepções de Simonsen e Woytinsky sobre a reconstrução europeia e sobre as formas de estímulo à economia são convergentes.

O artigo segue uma organização temática, mais do que cronológica. Após esta introdução, são apresentados aspectos metodológicos envolvidos na elaboração deste trabalho. A seção 3 refere-se ao contexto histórico de ruptura com a ortodoxia no período entreguerras, com destaque para o esquema explicativo de Peter Gourevitch e os relatórios da Liga das Nações. Na seção 4, o foco é a atuação de Wladimir Woytinsky junto ao movimento sindical alemão e sua tentativa frustrada de que a social-democracia aceitasse um plano de estímulo à demanda, como forma de contrarrestar a crise do início dos anos 1930. A seção 5 recua no tempo para mostrar como, atuando num contexto periférico, Roberto Simonsen reage à visita da missão Montagu ao Brasil, em 1924. Por fim, na seção 6, faz-se uma articulação das abordagens desses dois autores sobre o problema europeu no pós-Primeira Guerra. A seção 7 é dedicada às considerações finais.

2. Aspectos metodológicos

A literatura distingue pelo menos duas linhagens básicas de trabalhos, no campo da história do pensamento econômico. A distinção é entre uma pesquisa mais voltada para a história da análise econômica, no sentido schumpeteriano do termo, e uma investigação mais ampla, voltada para o contexto histórico-social em que se dá a formulação de ideias. Blaug[3] propõe a denominação "absolutista" para a primeira abordagem e "relativista" para a segunda, chamando a atenção para as virtudes e deficiências de cada uma delas. Na abordagem absolutista, o procedimento é extrair o núcleo téorico relevante da obra de cada autor, percebendo a lógica interna de seus

[3]Blaug (1962), ver especialmente a Introdução.

argumentos e suas articulações com teorias anteriores e posteriores. Na linhagem relativista, isto é, numa abordagem mais ligada à história das ideias, o importante é reconstituir o contexto histórico da formulação do pensamento econômico. Os dois procedimentos – extração do núcleo teórico e reconstituição histórica – não são mutuamente excludentes: pelo contrário, são necessários ao historiador do pensamento econômico. A questão é a ênfase a se adotar. Neste trabalho, a ênfase é claramente a reconstituição do momento histórico como forma de se aproximar do pensamento econômico.

O motivo dessa escolha está relacionado ao tipo de produção em estudo e às fontes utilizadas na pesquisa. Roberto Simonsen e Wladimir Woytinsky, mais do que acadêmicos, foram autores que atuaram politicamente: formularam propostas de política econômica e elaboraram explicações para os problemas econômicos com os quais se defrontavam e que estavam na ordem do dia. Nesse sentido, é necessária uma confluência de história do pensamento com história econômica. Não se consegue entender, por exemplo, a atuação de Wladimir Woytinsky na Alemanha da Grande Depressão somente analisando a validade teórica de sua ideia de estímulo à demanda por meio de obras públicas.

Os textos originais utilizados neste trabalho são: a carta de Roberto Simonsen à missão Montagu, de 1924; a conferência do mesmo autor, proferida no Mackenzie College de São Paulo, em 1931; o livro de Wladimir Woytinsky, *Estados Unidos da Europa*, publicado em francês em 1927; e autobiografia deste último autor, publicada postumamente em 1961. O uso das memórias de Woytinsky requer cautela, por ser uma fonte subjetiva e representar o ponto de vista do autor sobre os debates de ideias que ele próprio travou. Ainda assim, trata-se de fonte muito rica para a reconstrução de um debate econômico em que a tentativa de romper com a ortodoxia aparece de forma exemplar. Como se vê, não se trata de compêndios teóricos, mas de textos ligados a eventos históricos sobre os quais os autores eram chamados a se posicionar. Por tudo isso, justifica-se a escolha por uma abordagem mais ligada à reconstituição histórica.

Nos dois momentos da obra de Simonsen que se estudam neste trabalho – carta à missão Montagu e conferência de 1931 – há uma dimensão de difusão internacional das ideias econômicas. O estudo desse processo é, no dizer de José Luís Cardoso, "um poderoso instrumento que visa tanto melhor compreensão do processso de formação da ciência econômica quanto uma tomada de consciência das suas implicações sobre o funcionamento e a mudança da realidade econômica e social num contexto nacional determinado"[4]. No caso da missão financeira inglesa, o estudo da reação de Simonsen mostra como o autor, embora aceite a validade da política econômica em vigor, que visava à contratação de um empréstimo de consolidação em Londres, apresenta certas considerações ligadas ao contexto nacional brasileiro, não contempladas no receituário dos banqueiros britânicos. No que se refere à convergência com certos argumentos defendidos por Woytinsky, demonstra-se que Simonsen está inserido num ambiente de discussão econômica que não se restringe ao Brasil. Esse contraponto com ideias, propostas e autores provenientes de outras realidades nacionais permite perceber elementos da gestação de um pensamento econômico brasileiro, condicionada,

[4]Ver Cardoso (2009).

pelas conjunturas econômicas, pelos interesses dos formuladores de ideias e de políticas, em suma, pelo contexto histórico em questão. Dessa forma, estudar a difusão internacional das ideias é contribuir para a construção de uma história nacional do pensamento econômico, no sentido dado por Cardoso.

Por fim, vale fazer uma observação sobre a estruturação do artigo. Primeiro, apresentam-se elementos para a compreensão desse período histórico de ruptura com a ortodoxia econômica: o período entreguerras. Depois, passa-se à reconstituição da atuação de Woytinsky em 1930-32 na Alemanha e recua-se no tempo para apresentar Roberto Simonsen e sua manifestação diante da missão Montagu. O objetivo desse recuo é mostrar a atuação de dois autores, em seus respectivos contextos, num ambiente de questionamento à ortodoxia com a qual se confrontavam. Os contextos são distintos, é claro. Woytinsky atua na Alemanha, a essa altura uma potência industrial, a braços com uma crise de proporções inéditas e uma esquerda ortodoxa que se recusa a aceitar medidas de estímulo à economia. Simonsen se vê chamado a mostrar a uma missão financeira inglesa que a solidez financeira do Brasil não pode depender apenas do café e da estabilização cambial: deve passar pela diversificação produtiva e pela substituição de importações. Ambos estão, desse modo, questionando as concepções predominantes, cada um condicionado por seu ambiente histórico. Por fim, escolhe-se um eixo temático – a reconstrução alemã/europeia – sobre o qual os dois autores se debruçam (Simonsen na conferência de 1931 e Woytinsky no livro de 1927) para se captar a sintonia entre esses dois pensadores, mostrando que fazem parte do mesmo ambiente de discussão econômica.

3. O questionamento da ortodoxia econômica nos anos entreguerras

No período que, grosso modo, vai da Primeira à Segunda Guerra houve um movimento, que se refletiu em diversos países, de questionamento da ortodoxia econômica vigente. O receituário de política econômica à disposição dos governos até os anos iniciais da década de 1930 pode ser descrito como ortodoxo: de um lado, as políticas clássicas de austeridade fiscal e defesa do câmbio; de outro, as ideias marxistas de socialização da economia. Nesse momento crítico entre a Primeira Grande Guerra e a Grande Depressão, no entanto, essas ortodoxias são questionadas, abrindo-se a possibilidade para a formulação de ideias e de políticas econômicas inovadoras. Esse processo de questionamento da ortodoxia econômica se dá de forma específica em cada país, condicionado por fatores econômicos e políticos particulares. Aparecem, nesse contexto, autores que, de diversos pontos de vista, questionam esse modelo, herdado do século XIX, de pensar a economia e agir sobre ela.

O pano de fundo geral para esse movimento é o que Hobsbawm chamou de "era da catástrofe", isto é, 31 anos de um processo entrecortado de guerras e revoluções que vai da eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, à rendição incondicional do Japão em 1945.[5] O envolvimento em conflitos bélicos pressupõe que nações se transformem em economias de guerra e, dessa forma, surge o problema fiscal fundamental de como deveria ser financiado o conflito. Nesse contexto, os Tesouros Nacionais e ministérios de Finanças eram vistos como comandantes das economias de guerra: "se se tinha de travar a guerra em escala moderna, não só seus custos

[5]Hobsbawm (1995).

precisavam ser levados em conta, mas sua produção – e no fim toda a economia – precisava ser administrada e planejada."[6]

Nos anos entreguerras, o cenário era propício à perda de confiança na ortodoxia do livre mercado, mesmo porque a Grande Depressão, que acometeu todo o mundo ocidental, foi uma crise sem precedentes. O Estado que emergiu na Rússia após a Revolução de 1917, a União Soviética, foi comparativamente menos atingido pela crise do que os países capitalistas, o que contribuiu para a desconfiança do mundo ocidental com relação ao livre-mercado, sendo evidenciadas as possibilidades que a planificação econômica representava. Nesse sentido, por mais que a possibilidade de efetivação do receituário marxista envolvesse rupturas complexas, ele deixara de ser apenas especulação teórica e constituía uma espécie de ameaça aos países capitalistas industrializados.

A questão da ruptura com a ortodoxia em alguns países industrializados foi analisada por Peter Gourevitch, por meio de um esquema interpretativo que, embora simplificador, é elucidativo para o estudo desse contexto de formulação de ideias econômicas. Com o colapso dos mercados acionários de 1929 e a crise subsequente, os países se viram diante da tarefa de restaurar a ordem capitalista vigente antes do desastre. No entanto, as alternativas de política econômica que se colocavam eram justamente aquelas já referidas: de um lado a ortodoxia livre-cambista e deflacionista e, de outro, os marxistas. O argumento de Gourevitch é que estas alternativas implicavam num jogo de soma zero, pois, nos dois casos, uma grande parcela da sociedade tomaria para si todas as vantagens, em detrimento da outra. Na concepção deflacionista, o estímulo à economia deveria vir do lado da oferta, por meio da redução dos custos de produção. Altos salários desencorajam o investimento e a produção: a solução para a crise passaria, portanto, por uma transferência maciça de renda dos trabalhadores para a classe capitalista, deteriorando as condições de vida, já pioradas pela crise, da classe trabalhadora. Por outro lado, ao adotar-se a solução coletivista, os capitalistas seriam expropriados dos meios de produção. Em suma, eram alternativas muito pouco factíveis, do ponto de vista político e social, na maioria dos países ocidentais.[7]

Duas alternativas colocavam-se, então, para o encaminhamento da crise. A primeira, chamada por Gourevitch de "neo-ortodoxia" misturava elementos de protecionismo com um tipo de mercantilismo. Baseava-se na desvalorização cambial, em tarifas e na regulação do mercado. A segunda alternativa consistia no estímulo à demanda, isto é, faziam-se déficits públicos para gastar com obras e transferências de renda. Esta segunda alternativa representava uma ruptura mais substancial com as ortodoxias vigentes. A Inglaterra teria seguido a primeira alternativa, inovando pouco em termos de política econômica. Já a Alemanha nazista seria o país que mais fielmente perseguiu políticas de deliberado estímulo à demanda. A realização dessas duas linhagens de política econômica foi muito mais complexa do que o esquema deixa transparecer, como reconhece o próprio autor. A complexidade reside nas conexões entre economia, política e sociedade. O tipo de política adotado por cada país dependerá do acordo possível entre capitalistas,

[6]Idem, p. 53.
[7]Gourevitch (1986), pp. 127-131.

trabalhadores e produtores rurais e em nenhum dos casos fez-se uma escolha por apenas uma dessas duas alternativas "ideais" mencionadas por Gourevitch. O que houve foram combinações dessas alternativas.

O resultado desse processo de questionamento da ortodoxia será o consenso, que se estabelece nos anos 1940 e dura até a crise dos 1970-80, em torno do Estado de bem-estar. Trata-se de um acordo entre capital e trabalho. O capital mantém a propriedade privada dos meios de produção como instituto inquestionável, ao passo que os trabalhadores recebem a garantia de salários razoáveis e de seguridade social. É nesse arranjo sócio-econômico, gestado nesse movimento de questionamento das concepções econômicas ortodoxas herdadas do século XIX, que se baseará a chamada "era de ouro" do capitalismo. Do ponto de vista das ideias econômicas, não é demais lembrar que esse consenso a que nos referimos está muito relacionado com a adoção das propostas teóricas keynesianas, mas seria algo anacrônico referir-se ao keynesianismo como política econômica colocada em prática nos anos entreguerras, devido ao simples fato de que a teoria de Keynes estava, neste momento, em gestação. Não há dúvida, toadavia, que esse contexto de ruptura com as políticas econômicas ortodoxas no entreguerras tem influência decisiva sobre o pensamento do próprio Keynes.[8]

Esse processo de ruptura da ortodoxia econômica também esteve associado, no plano internacional, à transferência de hegemonia da Grã-Bretanha para os Estados Unidos.[9] Essa situação pode ser percebida quando se leva em conta a política monetária no período entreguerras, ainda em momento anterior à crise de 1929. As discussões monetárias desse período se davam muito em torno da questão da adesão ou não ao padrão-ouro, isto é, ao câmbio fixo. Barry Eichengreen argumenta que o padrão-ouro clássico somente teria funcionado, para os países industrializados, da década de 1870 até a Primeira Guerra, isto é, num período em que o sistema internacional estava claramente organizado em torno da hegemonia britânica. A partir do momento em que esse sistema se abala, com o conflito de 1914-18, não há mais a solidariedade internacional que garantiria a estabilidade do esquema de câmbio fixo. Com a eclosão da Primeira Guerra e a imposição de controles às remessas de ouro, o sistema é rompido[10]. Existe uma tentativa de retorno ao padrão-ouro, que se restabelece de forma pouco estável entre 1926 e 1931, mas o advento da Grande Depressão desorganiza o sistema novamente. O primeiro país a desvalorizar sua moeda, pós-crise de 1929, é a Áustria, em 1931, seguida pela Alemanha e pela Grã-Bretanha.[11]

A situação de recessão dos anos 1930 leva os países atingidos pela crise a utilizarem do expediente da desvalorização cambial para estimular suas economias por meio de exportações mais competitivas do que as dos países vizinhos: os países praticam, nesse período da década de 1930, aquilo que alguns autores chamam de

[8]Davidson (2011, pp. 27-41)
[9]A questão do declínio da hegemonia britânica é objeto de extensa literatura, que não será abordada aqui. Convém mencionar apenas alguns marcos que balizam aquilo que chamamos de queda da hegemonia britânica. Hobsbawm (1995, pp. 101-102) argumenta que, já depois da Primeira Guerra, os Estados Unidos já eram quase tão internacionalmente dominantes quanto se tornariam depois da Segunda Guerra, por dois motivos básicos: já respondiam por em torno de um terço da produção industrial mundial e eram os credores do mundo. Numa perspectiva de longo prazo, Arrighi (1996), situa a hegemonia britânica como em declínio a partir da Grande Depressão da década de 1870, tendo sua crise terminal justamente em 1931.
[10]Eichengreen (2000, pp. 76-77).
[11]Idem, pp. 114-122.

desvalorização "empobreça-o-próximo" [*beggar-thy-neighbour devaluation*].[12] Nesse sentido, percebe-se que a desvalorização cambial e o abandono do padrão-ouro no período entreguerras têm um caráter de ruptura, no campo da política econômica, com certa concepção de economia que vigorara durante o século XIX, isto é, durante o período de hegemonia britânica. "Mesmo antes do desmantelamento do império, contudo, o colapso do padrão ouro no que se refere à libra esterlina, em 1931, marcou a crise terminal da dominação britânica sobre o capital do mundo." [13]

Outro argumento para a desestruturação do padrão-ouro, defendido por Eichengreen e convergente com a ideia de Gourevitch a respeito do "acordo" entre capital e trabalho, é a questão das prioridades a serem assumidas pelo Estado. Já nas décadas de 1920-30, os trabalhadores (movimentos operários, partidos políticos trabalhistas, etc.) já têm algum peso político nas sociedades desenvolvidas, de modo que os Estados nacionais não estão dispostos a defender a moeda a qualquer preço: o custo político e social de medidas deflacionárias cujo objetivo único é a estabilidade cambial é muito mais alto, neste momento, do que o fora no século XIX. A expansão econômica passa a figurar, também, entre os objetivos a serem perseguidos pelas autoridades.[14]

Vale lembrar, todavia, que essas rupturas com a ortodoxia, embora tenham de fato ocorrido do ponto de vista das políticas econômicas adotadas, convivem com um discurso de austeridade e de estabilidade monetária. Essa ambivalência se reflete nos debates que se travaram no âmbito da Liga das Nações.[15] Patricia Clavin identifica essa convivência de uma realidade que exigia medidas mais ousadas com um discurso ortodoxo nos relatórios da *Gold Delegation*, formada em 1928 na Liga, e que deveria debruçar-se sobre a questão da escassez nas reservas mundiais de ouro e sobre o impacto negativo que isso teria sobre os preços mundiais[16]. Vale lembrar que este momento está inserido no curto período de vigência do padrão-ouro no entreguerras (1926-31). Interessa aqui constatar, quanto aos relatórios da *Gold Delegation*, que o Segundo Relatório Preliminar, publicado em janeiro de 1931 e escrito em meio ao pânico da crise que se iniciara em 1929, não continha menção alguma à crise econômica: "para o Segundo Relatório Preliminar, a Grande Depressão não existia"[17].

Já no Relatório Final (1932), embora a *Gold Delegation* afirme que seu objetivo não é estudar a depressão corrente, apresenta um diagnóstico ortodoxo da crise. Baseado em teorias de equilíbrio de preços, o Relatório argumentava que a Depressão teria sido causada por fatores exógenos, tais como a inflação durante e após a Primeira Guerra, a gastança governamental e as rigidezes de preço. Todavia, Paricia Clavin identifica posições divergentes, colocadas em notas ao Relatório Final. A primeira nota é de Albert Janssen, Robert Mant e Henry Strakosch; a segunda é de Gustav Cassel. A argumentação presente nessas notas – ou no "relatório da minoria", como ficou conhecido – era que fatores monetários, como a má distribuição das reservas mundiais de ouro, teriam, sim, contribuído para a crise. A conclusão era que uma reforma monetária, juntamente com um programa de expansão

[12] Idem, p. 127.
[13] Arrighi, (1996, p. 179).
[14] Eichengreen (2000, pp. 129-130).
[15] A Liga das Nações, órgão de cooperação internacional criado após a Primeira Guerra, existiu, formalmente, de 1919 a 1946.
[16] Clavin (XXXX, p. 224)
[17] Idem, p. 225.

creditícia, seriam o remédio adequado para a depressão.[18] Este é um exemplo claro de que, embora houvesse um movimento de formulação de novas concepções econômicas, na esteira da transferência da hegemonia internacional e da crise econômica, estas ideias e propostas de política econômica estavam longe de ser predominantes na cena internacional.

O reflexo dessa conjuntura de ruptura ambivalente com a ortodoxia econômica se manifesta não só no centro do capitalismo mundial, mas também em contextos periféricos, como a América Latina. Para os países periféricos, onde o estabelecimento do padrão-ouro sempre foi problemático devido à vulnerabilidade externa e às diferenças institucionais com relação ao centro do capitalismo, a manutenção da ortodoxia deflacionista frente a um cenário de severa restrição externa, como foi a crise dos anos 1930, é quase impossível. A periferia, exportadora de gêneros primários, é duplamente afetada em contextos de guerra e de crise econômica: retraem-se as exportações por causa do arrefecimento da demanda no centro e reduzem-se as entradas de divisas via conta de capital.[19]

Para o caso brasileiro, essa articulação, específica do contexto periférico, entre ruptura com uma paridade fixa (depreciação do câmbio) e preservação do nível interno de renda, por meio de políticas de estímulo à demanda, foi feita por Furtado em seu trabalho clássico.[20] Em última instância, essas rupturas no centro capitalista mundial se refletem no Brasil, em termos da argumentação furtadiana e cepalina, na reconfiguração da dependência externa brasileira, já que o Brasil muda seu tipo de inserção na divisão internacional do trabalho: o modelo primário-exportador dá lugar à industrialização por substituição de importações. Sem entrar nos pormenores dessa discussão, vale frisar aqui a ideia de que essa ruptura ambivalente com a ortodoxia econômica, motivada por diversos fatores associados – entre os quais a Primeira Guerra, o declínio do sistema britânico de organização econômica e a crise dos anos 1930 – tem consequências específicas sobre a periferia. É sobre exemplos de interação entre esses eventos históricos do entreguerras e a formulação e difusão de ideias econômicas que tratam as duas seções seguintes.

4. Wladimir Woytinsky e a Grande Depressão na Alemanha

A reconstrução da Europa no pós-Primeira Guerra e a recuperação econômica dos países ocidentais no contexto da Grande Depressão foram questões que ocuparam os economistas em boa parte do mundo. Foram oportunidades de reflexão que motivaram elaborações inovadoras, no sentido de ruptura com a ortodoxia discutido até aqui. Roberto Simonsen e Wladimir Woytinsky foram autores, inseridos nesse movimento, que se posicionaram, cada um em seu contexto, sobre essas questões. Haja vista que suas elaborações apresentam considerável afinidade, a incursão pelos escritos de Woytinsky pode ajudar a compreender melhor a produção de Simonsen, como parte desse movimento questionador da ortodoxia.

Wladimir Woytinsky (1885-1960) foi um economista russo, membro do Partido Social-Democrata Russo e editor da revista *Izvetsia*. Exilou-se na Geórgia, após a Revolução de 1917, fugindo da perseguição política que

[18] Idem, pp. 225-226.
[19] Idem, p. 80.
[20] Furtado (2006).

acossou aqueles que, por diversas razões, não aderiam ao governo bolchevique liderado por Lênin. Trabalhou como o representante diplomático da Geórgia até o país ser encampado pela URSS, em 1922. Woytinsky se instalou, então, na Alemanha da República de Weimar, onde permaneceu até a ascensão do nazismo, em 1933, quando partiu para a Suíça e para os Estados Unidos, onde viveu até 1960. Suas obras mais influentes e conhecidas nos EUA são *World Population and Production* (1953) e *World Commerce and Governments* (1955)[21]. São grandes coleções de dados econômicos e políticos, que Woytinsky compilou e interpretou, em co-autoria com sua esposa, Emma Woytinsky.

Woytinsky é um exemplo claro de autor que esteve diretamente inserido no movimento de questionamento à ortodoxia no período entreguerras. Em seu período na Alemanha, esteve envolvido, no âmbito da Confederação Geral Sindical Alemã (ADGB, na sigla original),[22] com a elaboração de um programa para debelar os reflexos da Grande Depressão na Alemanha, em 1929-30. Bem nos termos de Gourevitch discutidos anteriormente, Woytinsky tinha uma proposta de estímulo à demanda para salvar a economia alemã, e essa proposta esbarrou na ortodoxia vigente – no caso de Woytinsky, a discussão não era com a ortodoxia neoclássica, mas com o marxismo dominante na social-democracia alemã. O plano baseava-se em gastos públicos com obras e inflação controlada, com o objetivo de aquecer a economia. Em sua autobiografia, Woytinsky tenta explicar as propostas daquilo que ficou conhecido como "política econômica ativa":

> [A política econômica ativa] era construída em torno de duas ideias – obras públicas e o suporte dos preços através de créditos bancários para financiar essas obras. A segunda proposta implicava gasto público e desequilíbrio orçamentário não somente como meio de financiar obras públicas, mas também como veículo para se injetar poder de compra no sistema econômico anêmico e reverter a espiral deflacionária.[23]

A ideia de usar o desequilíbrio orçamentário como forma de *conscientemente* estimular a demanda é certamente inovadora para o contexto de 1929-30. Woytinsky tenta esclarecer, algumas linhas adiante, as ideias que o teriam influenciado na elaboração deste plano:

> Naquele momento, eu ainda não era familiarizado com os trabalhos iniciais de Keynes, que teriam me ajudado no desenvolvimento de meus argumentos. Mas nos relatórios sobre política do ouro da Seção Financeira da Liga das Nações, encontrei a resposta para o problema. Um aumento moderado no poder de compra ou na moeda em circulação elevaria o nível de preço ou interromperia o seu declínio, encorajando a expansão da produção, sem o perigo de uma depreciação descontrolada da moeda. Em parte sob a influência desses relatórios, decidi apresentar meu plano em termos de uma política internacional contra a crise mundial.[24]

Mais uma vez, aparece a convivência de concepções ortodoxas com ideias inovadoras. Segundo o próprio autor, não teriam sido as propostas keynesianas que o teriam influenciado, mas, sim, os relatórios da Liga das Nações, que, como vimos, a essa altura ainda são marcados por concepções ortodoxas, influenciadas pelo Reino Unido. De fato, a ideia de que o aumento na moeda em circulação "elevaria o nível de preço ou interromperia seu declínio" está ligada à

[21] Não há espaço aqui para uma biografia mais extensa de Wladimir Woytinsky. Sua autobiografia *Stormy Passage*, Woytinsky (1961), fornece grande riqueza de dados sobre sua trajetória e sobre os agitados momentos históricos que viveu de perto.
[22] Esta instituição – o *Allgemeiner Deutscher Gewerkschaftsbund* – foi a confederação sindical alemã durante a República de Weimar. Fundado em 1919, o ADGB existiu até 1933, com a proibição dos sindicatos pelo regime de Hitler.
[23] Woytinsky (1961), p. 464. Os trechos de obras de Woytinsky aqui citados são traduções livres dos trechos originais em inglês, no caso do livro *Stormy Passage* (1961), e em francês, no caso de *Les États Unis de l'Europe* (1927).
[24] Idem, p. 464.

concepção, convencional na economia até hoje, de que um aumento de numerário circulante se reflete em preços. O aspecto não usual do argumento consiste em propor que o Estado adote *deliberadamente* esse tipo de política inflacionária, fazendo déficit orçamentário financiado por emissões, com vistas à construção de obras públicas. O Estado deveria gerar inflação para combater a espiral deflacionária. A ousadia da proposta fica ainda mais clara quando se tem em conta que se trata da Alemanha, que vivera uma hiperinflação no início dos anos 1920.

De fato, a proposta era muito ousada para ser aceita, até nos círculos da esquerda. Embora houvesse alguma simpatia pela ideia das obras públicas entre as lideranças do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), a memória da hiperinflação ainda era viva e a liderança intelectual de Hilferding, que se opunha ao plano, era inquestionável. Ainda seguindo as memórias de Woytinsky, o conflito de ideias entre W. Woytinsky, que elaborara seu plano no âmbito do ADGB, e Hilferding, se agravou quando da desvalorização da libra pelo Reino Unido, em julho de 1931. Nessa ocasião, o conselho do ADGB se reuniu para ouvir Hilferding sobre a desvalorização britânica. Nas palavras de Woytinsky:

> Perguntei a Hilferding: "Como a desvalorização da libra vai afetar o desemprego na Inglaterra?"
> "O desemprego vai aumentar", ele respondeu sem hesitar. (...)
> Então eu disse a Leipart [líder do ADGB] "(...) Hilferding fez sua previsão. Eu arriscarei a minha: a Grã-Bretanha atravessou um marco. Seu crédito será reforçado, outros países seguirão seu exemplo e depreciarão suas moedas. As exportações britânicas crescerão, sua produção se expandirá e seu desemprego declinará. A Grã-Bretanha está saindo da crise!".[25]

Com o cuidado que se tem de ter com uma fonte que representa o ponto de vista de apenas um dos interlocutores no debate, a passagem é interessante por mostrar o impacto, sobre os formuladores de ideias econômicas, de um evento de ruptura como foi a desvalorização britânica de 1931, que significou, como já foi discutido, a desagregação do padrão-ouro, no bojo do processo de declínio da predominância mundial britânica. De fato, a previsão de Woytinsky se verificou e a economia do Reino Unido se recuperou, como de resto várias economias se recuperaram após soltarem as amarras do padrão-ouro.

Com a crise se agravando na Alemanha, Woytinsky continua a campanha pelo programa de obras públicas e busca o apoio de Fritz Baade, economista do SPD e membro do *Reichstag*, e Fritz Tarnow, presidente do Sindicato dos Madeireiros, para a elaboração de um plano prático, que ficou conhecido como Plano WTB, as iniciais dos três formuladores. Nas eleições de 1932, os nazistas haviam conquistado 230 das 568 cadeiras do *Reichstag* e a maioria parlamentar era formada por nazistas e comunistas, correntes pouco simpáticas à autoridade da República de Weimar. É nesse espírito que o SPD se reúne para discutir o plano WTB, em 1932. Mais uma vez, não se chega a um consenso. Woytinsky reproduz da seguinte forma a posição de Hilferding:

> "Colm e Woytinsky", [Hilferding] disse, "estão questionando os fundamentos de nosso programa [do SPD], a teoria de Marx do valor-trabalho. Nosso programa se baseia na convicção de que o trabalho, e só o trabalho, cria valor. Os preços se desviam do valor-trabalho sob o impacto da interação de oferta e demanda. Depressões resultam da anarquia do sistema capitalista. Ou elas chegam a um fim, ou têm de levar ao colapso do sistema. Se

[25] Woytinsky (1961), pp. 467-468.

> Colm e Woytinsky pensam que podem mitigar uma depressão com obras públicas, estão apenas mostrando que não são marxistas."[26]

Mais uma vez, trata-se da fala de Woytinsky relatando Hilferding, mas, dentro do raciocínio marxista daquele momento, de fato não parece haver possibilidade de conceber um programa de obras públicas. A depressão era vista como sintoma da derrocada do sistema. Como se sabe, o plano WTB não foi adotado e, ao longo dos anos 1930, a esquerda alemã se desarticulou, com a ascensão do regime autoritário nazista. O que vale reter desse relato da atuação de Woytinsky no meio político-partidário alemão é a presença, nesse contexto do período entreguerras, de um embate de ideias econômicas: novas propostas eram elaboradas, mas esbarravam em concepções já estabelecidas, por vezes institucionalmente arraigadas.

5. Roberto Simonsen e a missão Montagu: elementos de questionamento no Brasil

Nos países latino-americanos, a ideia de convivência entre um receituário ortodoxo de política econômica com uma situação que acabou por exigir a adoção de medidas que rompiam com a tradição clássica é exemplificada pelas missões dos chamados *money doctors*, que visitaram a América Latina para recomendar medidas de política econômica e firmar acordos financeiros, com vistas à estabilidade econômica dos países devedores. No caso dos *money doctors* ingleses, o objetivo mais claro das visitas era garantir que os países mantivessem o pagamento de suas dívidas externas, defendendo assim os interesses financeiros da *City* de Londres na América do Sul. Destaca-se aqui um *money doctor* em especial: Edwin Montagu[27]. Montagu era britânico e esteve em missão no Brasil, em 1923-24. Não se deve esquecer que, dentro do referido quadro de transferência de hegemonia mundial, a participação do Reino Unido no comércio externo latino-americano estava em declínio, com os Estados Unidos ganhando espaço; todavia, o país ainda representava o maior capital nominal investido na América do Sul, em forma de financiamentos e de empréstimos.[28] As missões financeiras devem ser entendidas, dessa forma, como partindo de uma potência cuja hegemonia econômica já está em declínio, mas cuja predominância financeira, nas praças latino-americanas, ainda é inquestionável.

Antes de entrar na discussão sobre a visita de Montagu e a reação de Simonsen, vale recapitular as articulações entre a política monetária brasileira e o padrão-ouro, durante a República Velha. No período de "plena vigência" do padrão-ouro (1870-1914) o Brasil adotou a conversibilidade após o ajuste feito com o Convênio de Taubaté e a criação da Caixa de Conversão, em 1906. O câmbio fixo perdura até 1914, quando, com a eclosão da Primeira Guerra, a Caixa é fechada. Segue-se um período de câmbio flexível até 1926, quando o governo implanta uma reforma monetária e cria a Caixa de Estabilização, nos mesmos moldes da Caixa de Conversão, cujo objetivo era a

[26] Idem, p. 471. Gehrard Colm era um reputado acadêmico, que foi escolhido por Woytinsky para ser o porta-voz do ADGB – e do plano WTB – na reunião com os representantes do Partido Social-Democrata.
[27] Edwin Montagu (1879-1924) foi um político liberal inglês, que se notabilizou pelas funções que desempenhou, junto ao governo britânico, como Secretário de Estado para a Índia (1917-1922). Destituído de seu posto por questões político-partidárias, teve vários empregos na *City* londrina, de 1922 a 1924. Ver Packer (2012).
[28] Saes (2008), pp 47-48.

emissão de notas conversíveis em ouro. Vale lembrar que, ao eclodir a crise de 1929, a primeira reação do governo Washington Luís é aferrar-se à ortodoxia, intensificando os efeitos da recessão. Como se sabe, essa situação mostrou-se insustentável, contribuindo para a derrocada do regime político da República Velha.[29]

Marcelo de Paiva Abreu e Pedro Loureiro de Souza argumentam que a missão Montagu aconteceu devido à pretensão do governo brasileiro de levantar um empréstimo de 25 milhões de libras junto à casa Rotschild para sanar o déficit público, que em 1923 atingira dois terços dos gastos totais. A casa bancária londrina não se dispôs a recomendar o empréstimo ao governo federal sem maiores conhecimentos da situação financeira brasileira: enviou-se, então, ao Brasil uma missão financeira, chefiada por Edwin Montagu, com o objetivo de verificar se o Brasil tinha condições assumir o compromisso financeiro que o empréstimo acarretaria.

O relatório privado da missão continha a recomendação de que se levantasse um novo empréstimo, dado que se cumprissem as propostas feitas ao governo brasileiro. Essas medidas recomendadas incluíam: equilíbrio orçamentário, melhora na gestão do orçamento, reformas tributárias e limites ao gasto governamental. Os projetos de envolvimento do governo no setor siderúrgico deveriam ser congelados. O governo deveria considerar a venda de ativos como ferrovias e empresas de transporte para cumprir compromissos financeiros, em caso de necessidade. Uma comissão mista público-privada deveria tratar da questão das tarifas ferroviárias, ponto de atrito entre interesses britânicos e brasileiros. O programa de valorização do café foi criticado. O empréstimo, afinal, não foi levantado, devido a um embargo a empréstimos externos que se implantou em Londres em meados de 1924.[30]

É neste contexto que Roberto Simonsen escreve o texto chamado "Necessidade de estabilização cambial", na verdade uma carta enviada à missão Montagu em 8 de fevereiro de 1924, que Simonsen também remeteu a Washington Luís, à época presidente do estado de São Paulo e a Carlos de Campos, líder da bancada paulista na Câmara Federal. Simonsen é enfático no início de seu texto: "Sustento que o nosso problema fundamental é o da estabilização cambial."[31] Passa, em seguida, a uma explicação do fato de ser o café a principal fonte de crédito do Brasil, em sua balança comercial.

> Sendo o café um produto de que o Brasil tem praticamente o monopolio, as oscillações cambiaes não desorganizam a sua producção. De facto, o cambio subindo muito rapidamente, é sempre possivel promover uma valorização do producto pela sua simples retenção nas mãos dos vendedores, dada a impossibilidade dos mercados irem se suprir sufficientemente de outros fornecedores. **O mesmo não acontece, porém, com o algodão, a carne, o fumo e outros productos agricolas e materias primas dos quaes não temos privilegio ou monopolio da producção.**[32] (grifo meu).

Ou seja, o café era nossa principal fonte de recursos pela posição monopolista ocupada pelo Brasil no mercado internacional. Essa posição dava ao Brasil, neste momento, certa independência das oscilações cambiais. No caso de outros produtos de exportação, porém, o comportamento da taxa de câmbio, mais especificamente a possibilidade de valorização repentina da moeda nacional, tem papel importante, chegando a determinar a oferta ou não de tais

[29] Fritsch (1990) pp. 41-52.
[30] Abreu e Souza (2011), pp. 10-12; Fritsch (1990), pp. 53-54.
[31] Simonsen (1924), p. 144.
[32] Idem.

produtos pelo Brasil. Vale lembrar que este é um momento em que o Brasil adotava um regime de câmbio flexível, estando em curso um processo de depreciação do mil-réis (final de 1923 e 1924)[33]. "A taxa cambial ao nivel baixo em que actualmente se encontra constitue, certamente, por algum tempo, um forte premio para a exportação."[34] As exportações brasileiras, todavia, não necessariamente se deveriam restringir ao café: "é incontestavel que o Brasil offerece, neste momento, uma grande opportunidade para o desenvolvimento e exportação de outros produtos."[35]

Simonsen propõe, então, um esquema de política econômico-financeira baseado no desenvolvimento do plantio do algodão, por considerar que o Brasil tem grande potencial para produzir este gênero, aproveitando que possui um custo mais baixo do que o norte-americano, o que tornaria a cotonicultura nacional mais competitiva que a dos EUA.

> Os peritos financeiros e technicos, determinariam o custo médio da producção do algodão nos Estados Unidos e no Brasil; e estabeleceriam, algebricamente, uma taxa de cambio a vigorar para o Brasil, calculada de tal fórma que o custo da producção do algodão no paiz, transformado em ouro, ficasse 10% inferior ao custo de producção do algodão nos Estados Unidos.[36]

O Brasil deveria, portanto, adotar uma taxa cambial que fosse favorável ao aproveitamento dessa oportunidade identificada no setor algodoeiro. Há dois aspectos a se notar nessa proposta de Simonsen. O primeiro é bem evidente. Simonsen pretende mostrar aos financistas ingleses que o Brasil tem condições de, com as divisas obtidas, não só pela venda de café, mas pela exportação de outros gêneros, fazer frente aos seus compromissos externos. O que estava em jogo era um empréstimo de 25 milhões de libras, por meio do qual o governo brasileiro pretendia regularizar sua situação financeira. Nesse sentido, Simonsen pretende mostrar aos credores que o Brasil conta com fontes potenciais de divisas que não somente a lavoura cafeeira. Um segundo aspecto, talvez menos perceptível, é que Roberto Simonsen atrela a possibilidade de o Brasil ser um país com finanças sólidas, capaz de fazer frente aos seus compromissos, à diversificação produtiva. Somente a lavoura cafeeira não seria suficiente para isso.

Não se trata aqui de uma defesa aberta da industrialização planejada, nem do protecionismo, como Simonsen fará em momentos posteriores de sua obra. O documento analisado é a carta de um industrial a uma missão financeira estrangeira: uma peça de convencimento, para que o Brasil consiga levantar um empréstimo para regularizar suas finanças. Aparecem, no entanto, argumentos que, embora inseridos no vocabulário e na lógica ortodoxa da política econômica do momento, apontam na direção da diversificação da economia brasileira. O raciocínio seria: o câmbio fixo (nos termos do padrão-ouro) seria importante não só para garantir a inserção do Brasil nos fluxos de capitais internacionais, mas também para que se permitisse, por meio da eliminação da incerteza cambial, a diversificação de nosso parque produtivo, por meio, por exemplo, da cotonicultura de exportação.

O argumento fica mais claro quando Simonsen se refere aos "outros problemas", para além do cambial. "Debatemo-nos em forte crise de transportes, em deficiencia de organização e de credito e na falta da regularização da

[33] Fritsch (1989), p. 53
[34] Simonsen (1924), p. 145.
[35] Idem.
[36] Idem, p. 146.

importação.''[37]. O problema dos transportes deveria ser resolvido com a atração de capitais externos, sobretudo ingleses, visando ao fornecimento de material ferroviário. O encaminhamento da questão do crédito passaria pela estabilização do câmbio, que, aliada a uma ''politica bancaria convicente'' traria para o Brasil correntes de numerário, organização da produção e, como corolário, facilidades creditícias. Quanto à questão da pauta de importações, Simonsen é mais enfático:

> **Impõe-se, a meu vêr, uma politica do Governo, facilitando a importação de machinas, ferro, aço, carvão e productos medicinaes e tornando verdadeiramente prohibitivas as importações de productos de luxo.** Do contrario, correremos sempre os riscos de orgias na importação em certos Estados do Brasil, em momentos de grande abundancia de recursos regionaes, prejudicando toda a nação. Essa medida em nada virá affectar a Inglaterra que é, para orgulho de seus filhos, productora principalmente de artigos de primeira necessidade.[38] (grifo meu).

Há aqui novamente dois eixos. Por um lado, Simonsen pretende mostrar aos ingleses que o Brasil não desperdiçará divisas com importações de produtos de consumo conspícuo, de modo a priorizar compromissos financeiros, como o empréstimo que se desejava levantar em Londres. Por outro, as importações deveriam ser controladas por meio de uma política consciente do governo, de modo a garantir o fornecimento dos insumos necessários à indústria nacional em vias de se implantar: ''machinas, ferro, aço, carvão''. Mais uma vez, a solidez brasileira passa não só por uma política de ''economia de divisas'' para fazer frente aos compromissos externos, mas pela diversificação produtiva. No caso do trecho acima, passa pelo fomento à indústria que se instalava, por meio de uma política deliberada de substituição de importações.

A reivindicação por uma política de discriminação de importações faz sentido ao se notar que a década de 1920 é um momento de diversificação da indústria de transformação brasileira. Wilson Suzigan argumenta que é neste momento que o investimento na indústria brasileira passa a não se concentrar primordialmente em ramos complementares à economia exportadora: diversifica-se para os setores de bens intermediários, como cimento, ferro e aço, produtos químicos, fertilizantes, papel e celulose e para o setor de bens de capital. Todavia, este ainda é um período em que a formação de capital industrial ainda depende do desempenho da economia exportadora, devido ao grau de dependência externa para fornecimento de insumos e bens de capital. Nesse sentido, Simonsen está fazendo a reivindicação de uma indústria que estava em plena expansão e diversificação da capacidade produtiva (o investimento industrial se mantém elevado para praticamente toda a década de 1920, segundo Suzigan), mas que ainda depende fortemente de importações.[39]

Seria demais dizer que Roberto Simonsen usa a carta à missão Montagu para *promover* a industrialização. O que se pretende frisar é que, dentro do contexto aludido de ruptura – ambivalente e condicionada – com um modelo ortodoxo de pensar a economia e de fazer política econômica, Simonsen traz, em sua carta, elementos questionadores, associados às necessidade de um setor industrial em diversificação. Não há dúvida de que a linguagem usada é a da

[37] Simonsen (1924, p. 146).
[38] Idem, p. 147.
[39] Suzigan (2000), pp. 90-93 e pp. 261-264.

ortodoxia dos *money doctors*. Simonsen mostra à missão Montagu que o Brasil tem capacidade de pagamento para contrair um empréstimo externo. Mas, para tal, a economia brasileira deveria passar por certas reformulações, na direção da diversificação produtiva. A sugestão de que o governo deveria, conscientemente, discriminar importações em favor dos insumos industriais, mesmo que atrelada a uma ideia de estabilização, não é algo que se inclui no receituário professado pelos *money doctors*.

O argumento simonseniano, neste momento de início dos anos 1920, ainda não incorpora questões como a superação do atraso ou a industrialização programada, que Simonsen abordará posteriormente: o que fica claro é que, para se enquadrar na lógica ortodoxa da solidez financeira, o Brasil deveria adotar certas prioridades, na direção da diversificação da sua pauta de exportações e do fomento à indústria. Dentro dos termos do questionamento à ortodoxia no período entreguerras, neste caso ainda anterior à crise dos anos 1930, o que se tem é uma argumentação, relativa aos problemas brasileiros, que incorpora sugestões inovadoras, embora ainda não esteja calcada num sólido projeto industrialista. A construção desse projeto – e da consciência nacional a respeito da industrialização – é um processo longo, que ganha força considerável a partir de 1930, no governo Vargas.[40] O tipo de argumentação adotado por Simonsen posteriormente reflete essa solidificação do projeto industrialista, como ficariá claro na sua análise das questões europeias, que será articulada às elaborações de Woytinsky na próxima seção.

6. Roberto Simonsen, W. Woytinsky e a renconstrução europeia

A primeira afinidade entre Simonsen e Woytinsky se dá no campo do projeto intelectual engajado e no aporte histórico que ambos trazem à economia. O projeto intelectual de Simonsen, da forma expressa por ele próprio em seu livro clássico de 1937, *História econômica do Brasil*, se relaciona com o estudo da história econômica, com vistas à superação dos entraves brasileiros.[41]

> Procuraremos determinar, pela evolução comparativa entre os povos, a razão do atraso de nossas atividades econômicas em determinadas épocas e para determinadas regiões. (...). Esforçar-nos-emos, enfim, por indagar a origem dos muitos entraves que dificultaram e dificultam, a nossa evolução progressista.[42]

Em seu livro *Estados Unidos da Europa*,[43] publicado em alemão em 1926 e em francês em 1927, Wladimir Woytinsky, expõe seu projeto de reconstrução da Europa no pós-Primeira Guerra. Esse processo deveria passar pela unificação política e econômica do continente, de modo a permitir uma integração que evitasse uma escalada de autoritarismo e violência, que fatalmente levaria a novos conflitos bélicos. A ideia fundamental é que o principal

[40] A questão da construção da ideologia industrialista e desenvolvimentista no Brasil é objeto de discussão de uma extensa literatura, que não será discutida aqui, dado o limitado escopo do trabalho. A ideia de que o projeto industrialista é conscientemente apoiado pelo poder público a partir do governo Vargas é defendida por Fonseca (2003), que se contrapõe ao argumento furtadiano da industrialização como resultado das políticas de preservação da renda do setor cafeicultor.

[41] A discussão mais geral do projeto ideológico e intelectual de Roberto Simonsen é feita por Cepêda (2003). Aqui nos referimos ao fato de que um elemento importante desse projeto intelectual era o estudo da história econômica, para subsidiar a elaboração de propostas de superação do atraso.

[42] Simonsen (1937), p. 24.

[43] O livro a que tivemos acesso, na Biblioteca da FFLCH/USP, é a edição francesa de 1927, intitulada *Les États Unis d'Europe*.

objetivo a ser atingido deveria ser a estabilidade econômica. "Eis o caminho que conduz à segurança da Europa: ele passa pela economia e, antes de tudo, pelo estudo da evolução econômica"[44]. Ambos os autores estão envolvidos com estudos de história econômica, cujo objetivo é a compreensão da realidade com a qual se defrontam, tendo em vista a possibilidade de agir sobre ela, de forma a modificá-la.

Um dos principais aportes intelectuais de Simonsen é justamente introduzir, para o caso brasileiro, um enfoque histórico sobre as questões econômicas. Isso abre a possibilidade do planejamento e da intervenção sobre a economia, com vistas a induzir o desenvolvimento.[45] O fato de Simonsen estar em contato com um autor que também estuda a evolução econômica com vistas a superar certos entraves reforça a ideia de que estava envolvido num ambiente amplo de formulação de ideias econômicasm que passava pelo estudo da história e das especificidades da evolução e do atraso de cada economia nacional.

Roberto Simonsen se manifesta sobre as questões europeias em texto publicado sob o título "As finanças e a indústria", na verdade uma conferência proferida no Mackenzie College de São Paulo, em 8 de abril de 1931.[46] Essa palestra já está inserida num momento mais maduro da produção simonseniana, em que o projeto industrialista do autor já está mais sólido. Para Vera Cepêda, o momento que inaugura a chamada "segunda fase" da produção de Simonsen é a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, que teria significado a ruptura com os interesses do comércio, marcando a autonomização do projeto industrialista.[47] A Associação Comercial de São Paulo, entidade que antes congregara os interesses de todos os ramos de negócios no estado de São Paulo, quando de fato era o capital comercial o eixo da vida econômica paulista, fora cindida entre os interesses dos comerciantes ligados à importação e à indústria nacional, culminando com os industriais fundando a sua própria associação, o CIESP, que tinha como presidente Fransico Matarazzo e como vice Roberto Simonsen.[48]

É nesse texto de 1931, já num momento de defesa clara do projeto industrialista, que Simonsen faz referência explícita a dados de W. Woytinsky, para reforçar a importância da revolução industrial e destacar que é a indústria o setor que teria levado os países ricos a se desenvolverem. "De acordo com Woytinski o rendimento liquido da industria, excluindo mesmo a mineração, é mais forte que o rendimento liquido da agricultura na Inglaterra, Estados Unidos, Suissa, Hollanda e Australia, isto é, nos mais ricos paizes do mundo."[49] O texto está dividido em três seções: introdução, "A racionalização Allemã" e "A Politica Industrial no Brasil".

Vale lembrar que Simonsen discute a industrialização alemã de forma geral e a capacidade que o país teria tido de se recuperar da Primeira Guerra e da espiral inflacionária dos anos 1920. Embora tenha algum contato com a obra de Woytinsky (uma possibilidade é que tenha tido acesso à edição francesa do livro de 1927), Simonsen está

[44]Woytinsky (1927), p. 09.
[45]Ver Bruzzi Curi e Cunha (2011).
[46]Simonsen (1931).
[47]Saes et al. (2008), pp. 3-4 e pp. 11-12.
[48]Cepêda (2003), pp. 226-227.
[49]Simonsen (1931), p. 224. Ver também Fanganiello (1970), pp. 135-136. A autora faz um panorama dos principais argumentos defendidos por Simonsen neste texto, destacando os autores citados pelo autor.

discutindo a industrialização de forma mais geral e nem tanto a conjuntura europeia, como faz Woytinsky. Isso não impede que suas propostas se aproximem das defendidas por Woytinsky, tanto em seu livro de 1927, quanto em seu plano contra a crise alemã.

O argumento central de Simonsen, na seção referente à "racionalização allemã", é que a Alemanha, profundamente atingida pela guerra e pela inflação de 1923-24, teria conseguido se reintegrar à economia mundial como uma potência por meio da inteligência e do trabalho. É esse esforço que orienta a racionalização, cujos objetivos seriam o abaixamento do custo e aumento da qualidade na produção industrial.[50] Simonsen ressalta que as duas grandes manifestações exteriores da racionalização allemã seriam a "fabricação contínua" (o *fliessende Arbeit*) e a concentração das empresas.

> A fabricação continua, *fliessende arbeit*, comprehende o systema de producção que, tendo o trabalho em transportador como base, abrange a padronização dos typos e a especialização das usinas sob a formula geral de produzir accelerando o escoamento do capital circulante.[51]

Trata-se aqui de uma evolução do sistema fordista, o qual Simonsen elogia nesta mesma conferência, que compreenderia também uma padronização dos estabelecimentos produtivos, cujo objetivo principal seria a redução do custo de produção por meio da diminuição daquilo que Simonsen chama de "valor do produto em curso de fabricação", que é parte do capital circulante. O *fliessende Arbeit* teria como objetivo principal acelerar a rotação do capital circulante, de forma a diminuir a necessidade de seu emprego, favorecendo assim uma redução de custo.[52] Sobre esse aspecto, Simonsen conclui que "os dispositivos de Ford soffreram alterações apreciaveis na Allemanha, onde a sciencia ao serviço do espirito meticuloso da raça conseguiu combinações e modalidades interessantissimas".[53] O outro aspecto da racionalização se refere à concentração das empresas em *Konzerne*, que ocorreria por motivos, acima de tudo, financeiros: sendo o capital para investimento escasso num país devastado pela guerra, era necessário que as firmas economizassem recursos, por meio da eficiência produtiva e do usufruto de economias de escala. Como se vê, Simonsen estava claramente preocupado com a questão alemã, o que justifica ter incluído, em sua conferência de 1931, uma seção sobre as questões relativas ao desenvolvimento industrial germânico.

Vale destacar aqui duas questões, relativas à industrialização alemã, que mostram que Simonsen e Woytinsky estavam num mesmo campo de discussão, tentando pensar em formas de intervenção sobre a economia, que levassem ao desenvolvimento industrial e à superação de entraves: a primeira questão é se refere à forma de se estimular a economia alemã/europeia e a segunda, à unificação europeia.

> Num povo que perdeu pela guerra e pela inflação seus capitaes e rendas, é na massa dos salarios que reside quase que unicamente a criação do poder aquisitivo do mercado consumidor interno. Dahi a justificação da

[50] Simonsen (1931), p. 234.
[51] Idem, p.. 237.
[52] Idem, p. 238.
[53] Idem, p. 240-241.

> politica de altos salarios conjuntamente com a baixa do preço de custo, com o duplo intuito de criar maior poder aquisitivo e intensificar o consumo incrementando o escoamento dos productos industriaes.[54]

As duas formas de atacar o problema alemão, para Simonsen, são a diminuição do custo de produção, por meio da referida racionalização produtiva, e o incremento do poder aquisitivo dos trabalhadores, por meio de uma política de altos salários, do lado da demanda. Alguns anos antes, Woytinsky discutira as saídas para a Europa pós-Primeira Guerra, no referido livro sobre a unificação europeia, de 1927. A terceira parte do livro, intitulada "À procura de uma saída", discute propostas para dinamizar a economia do velho continente. As duas primeiras seções dessa parte, que é uma coletânea de propostas para reaquecer a economia são: "A diminuição dos custos de produção" e "O aumento do poder de compra da população". São justamente as duas estratégias defendidas por Simonsen para o caso alemão.

Em seu livro, Woytinsky começa por recusar a redução de salários como forma de se reduzir custos. "O abaixamento do preço de custo a expensas dos trabalhadores enfraquece o poder de compra interior do país. Essa política contribui para retração dos mercados internos e reduz o significado de um país como mercado exterior para outros países."[55] O autor propõe que se reduzam os custos de produção por meio de quatro medidas que deveriam melhorar as condições da indústria europeia, a qual, segundo ele, desperdiçava considável quantidade de trabalho. As medidas sugeridas para diminuir custos são: aumento da qualidade do trabalho, por meio da formação profissional; política racional de habitação, visando à redução dos aluguéis; política alfandegária visando a diminuição dos direitos de entrada de itens básicos e de matérias-primas industriais; e política de unificação europeia.[56]

A política de altos salários, que Woytinsky considera como amplamente difundida nos Estados Unidos, mas ainda pouco empregada na Europa, se justifica pelo aumento do poder de compra da população e consequente restabelecimento do dinamismo da economia.

> Nesse caso [uma crise de subconsumo], uma elevação metódica dos salários conduz, no final das contas, não ao incremento, mas à diminuição dos preços por unidades das mercadorias, pois que esse incremento aumenta e garante a demanda dos produtos industriais e permite, por conseguinte, o restabelecimento da produção, na amplitude do poder produtivo da indústria.[57]

Woytinsky volta seu olhar para o lado da demanda e, diagnosticando o problema europeu como de demanda, propõe uma política de altos salários como forma não só de aquecer a economia, mas, também, de diminuir os custos de produção, já que uma demanda aquecida favoreceria o restabelecimento da indústria em suas condições normais, isto é, usufruindo de economias de escala e de uma demanda garantida, apoiada no alto poder de compra dos salários.

Nesse ponto, Simonsen faz uma conexão interessante entre economias de escala, planejamento e a questão da unificação europeia. Referindo-se aos *Konzerne* alemães, salienta:

> Essas concentrações da produção formadas dentro do systema da racionalização, em que a produção em grande massa, os baixos preços de custo e os altos salários são directrizes a serem observadas, **têm o efeito de evitar perturbações no mercado productor e impedir superproduções** geradas pelas concorrências que muitas

[54] Idem, p. 240.
[55] Woytinsky (1927), p. 95.
[56] Idem, p. 99.
[57] Idem, p. 103.

> vezes occasionam crises. Trazem ainda o aproveitamento mais eficiente da mão de obra, o estudo dos verdadeiros interesses dos mercados, supprimindo produções inuteis e trabalhos em pura perda. **A racionalização comprehende, portanto, idéas motrizes que formam como que uma "economia dirigida".** (...) É natural que uma industrialização levada a um grande desenvolvimento procure uma expansão além de suas fronteiras e dahi os carteis internacionaes de que a Allemanha tem tido a iniciativa no continente europeu e que evoluem para a **formação de grandes "trusts" internacionaes que só podem concorrer para a approximação dos povos e para a formação do bloco econômico europeu**.[58] (grifos meus)

A concentração das indústrias seria, então, parte do processo de racionalização, que envolve baixo custo de produção aliado a altos salários. O resultado disso seria uma forma de produção que pode usufruir de economias de escala e de demanda garantida. No fundo, todo esse esforço que Simonsen chama de racionalização é uma estratégia de planejamento, isto é, uma forma de se reduzir as incertezas inerentes à produção capitalista, por meio da organização/padronização de processos e da criação de uma demanda pujante e garantida. Na medida em que esse tipo de planejamento se alastrasse pelo continente europeu, a consequência seria uma "aproximação dos povos", isto é, uma coordenação, em nível supranacional, dessa "economia dirigida". É para essa direção que apontam as propostas de Woytinsky para a Europa do pós-Primeira Guerra. Seu livro de 1927 é, a bem da verdade, um chamado aos países europeus para que adotem políticas de unificação econômica.

O que os dois autores pretendem é elevar a produtividade por meio da racionalização produtiva, da coordenação: se efetuado por cada país isoladamente, esse processo não funcionaria, pois a exportação é parte da demanda e as importações são parte da oferta de uma economia nacional. Se não houvesse um esforço conjunto de coordenação, a garantia de que a indústria teria sua produção demandada ficaria enfraquecida, a ideia de uma "economia dirigida", capaz de garantir uma estabilidade ao capitalismo industrial, não seria possível. Nesse sentido, Woytinsky e Simonsen convergem na questão da importância de um esforço maior de coordenação para se resolver a questão alemã/europeia, que culminaria com um processo de unificação econômica (e política, para Woytinsky). É claro que Simonsen estuda o caso alemão para chegar, ao final de sua conferência, à industrialização brasileira, mas essas convergências com W. Woytinsky dão mostra de que a elaboração simonseniana está inserida nesse ambiente de história das ideias, em que se buscam medidas não-ortodoxas para a superação dos problemas econômicos.

7. Considerações finais

O período do século XX que medeia entre as duas guerras mundiais foi marcado por embates políticos e de ideiais, nos mais diversos níveis. No campo da história do pensamento econômico, houve um movimento de questionamento às ortodoxias vigentes, herdadas do século XIX, que ganhou sua expressão teórica mais bem-acabada com as elaborações de Keynes nos anos 1930. Todavia, mesmo antes de que se difundissem essas formulações teóricas, já estava em curso um movimento de questionamento ao receituário vigente de política econômica, uma série de rupturas, ambivalentes e condicionadas pelas conjunturas, com a forma estabelecida de se pensar a economia e de se fazer política econômica.

[58] Simonsen (1931), p. 243.

É nesse sentido que se relatou, neste artigo, a atuação de Wladimir Woytinsky e de Roberto Simonsen, que, ambos inseridos nas conjunturas em que atuavam, elaboraram propostas que apresentavam traços inovadores. Woytinsky, sempre preocupado com a questão europeia, escreve um livro em que defende a unificação do continente e a coordenação de esforços de racionalização produtiva como forma de superação dos problemas colocados pela Primeira Guerra. No contexto da Grande Depressão, chega a propor um programa de obras públicas à social-democracia alemã, que não o adota. Já Simonsen, diretamente envolvido com as questões brasileiras, inclui, em sua carta à missão financeira de 1924, ideias relativas a uma política de substituição de importações, num momento em que a indústria brasileira se diversificava, com um sério problema de dependência externa. Mostrou-se que os dois autores convergem no que se refere à adoção de políticas de estímulo à demanda, por meio de altos salários, como forma fundamental de se estimular uma economia fraca. Os custos deveriam ser reduzidos por esforços de racionalização e por economias de escala, isto é, por meio do planejamento da produção, mais do que pela diminuição dos salários.

Com isso, procurou-se evidenciar a existência de um ambiente internacional de questionamento à ortodoxia econômica, no qual circulavam ideias e informações, que os autores utilizavam na construção de suas argumentações relativas aos contextos nos quais estavam inseridos. Nesse sentido, Simonsen não está em contato com Woytinsky por acaso: trata-se de um ambiente de discussão econômica que apresenta certa coerência. Têm presença marcante a ideia de que o estímulo à economia deveria necessariamente passar pela demanda, com o aumento do poder aquisitivo dos salários e a concepção de que o estudo da evolução histórica é fundamental para que se compreenda a realidade econômica e se possa agir sobre ela.

A partir desse estudo colocam-se algumas questões relevantes para a pesquisa sobre o pensamento econômico desse momento de ruptura com a ortodoxia no entreguerras. São questões relativas à dimensão ambivalente/conjuntural desse movimento de questionamento, no qual Roberto Simonsen se insere, às articulações entre os autores que estavam lendo as obras uns dos outros neste momento, às implicações de política econômica nos diversos contextos nacionais dessas ideias questionadoras e, por fim, à relação entre a trajetória político-institucional de Roberto Simonsen e a aproximação com autores que defendiam propostas mais ousadas no campo da política econômica.

REFERÊNCIAS

1. Textos de Simonsen e Woytinsky

SIMONSEN, Roberto. (1924) "Necessidade de estabilização cambial". IN: SIMONSEN, Roberto. *À margem da profissão:* discursos, conferências, publicações. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.

_____. (1931) "As finanças e a industria". IN: SIMONSEN, Roberto. *À margem da profissão:* discursos, conferências, publicações. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.

_____. (1937). *História econômica do Brasil (1500-1820).* 6ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

WOYTINSKY, Wladimir. *Les États Unis de l'Europe*. Bruxelas: Maison Nationale d'éditions L'Eglantine, 1927.

_____. *Stormy Passage*. Nova York: The Vanguard Press, 1961.

2. Bibliografia consultada

ABREU, Marcelo de Paiva e SOUZA, Pedro Carvalho Loureiro de. " 'Palatable foreign control': British money doctors and central banking in South America". Texto para Discussão, No. 597. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: UNESP, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento economico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BLAUG, Michael. *Economic theory in retrospect*. Homewood, Ill.: Richard D. Irwin, 1962.

BRUZZI CURI, Luiz Felipe e CUNHA, Alexandre Mendes. "Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944-45): pioneirismo e sintonia". IN: *Anais do 39º Encontro Nacional de Economia/ANPEC*. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011.

CARDOSO, José Luís. "Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico". IN: *Nova Economia*, vol. 19, nº 2. Belo Horizonte, 2009.

CEPÊDA, Vera Alves. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil – limites e impasses*. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. Tese de doutorado.

CLAVIN, Patricia. "'Money talks' – Competition and cooperation within the League of Nations". IN: FLANDREAU, Marc. *Money doctors: the experience of international financial advising 1850-2000*. New York: Routledge, 2003.

DAVIDSON, Paul. *John Maynard Keynes*. São Paulo: Actual, 2011.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital: uma história do sistema financeiro internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

FANGANIELLO, Helena. *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*. São Paulo: FEA/USP, 1970.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na Década de 1930". IN: *Revista de Economia Política*. v.23. n.1(89). jan-mar/2003.

FRITSCH, Winston. "Apogeu e crise na primeira república". IN: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GOUREVITCH, Peter. *Politics in hard times*. Ithaca; London: Cornell University, 1986.

HOBSBAWM. Eric. *Era dos extremos:* o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUME, David. *Escritos sobre economia*. Col. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PACKER, Ian. "Biography of Edwin Montagu". *Liberal Democrat History Group*. Disponível em: <http://www.liberalhistory.org.uk/item_single.php?item_id=54&item=biography>. Acessado em: 20/04/2012.

SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Campinas: Unicamp, 2008. Tese de doutorado.

SAES, Alexandre Macchione; CYTRYNOVICZ, Monica Mussati; CYTRYNOVICZ, Roney. *História da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Fecomércio 70 anos.* São Paulo: Federação do Comércio, 2008.

SMITH, Adam. *The Wealth of Nations*. New York: The Modern Library, 2000.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000.

Um ofício central: o Escrivão da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1724

Luiz Alberto Ornellas Rezende
Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo
luizrezende.pesquisa@gmail.com

Os trabalhos mais recentes sobre o poder local nas vilas e cidades coloniais brasileiras tem se concentrado no estudo de uma parcela dos ofícios que compõem a Câmara Municipal, normalmente os ofícios que aqui chamamos de *ofícios de cúpula*, Juízes Ordinários (ou Juiz de Fora), Vereadores e Procuradores da Câmara. Esta tendência de estudar uma parcela dos ofícios camarários, tida de antemão como a principal, predomina também nos estudos mais recentes sobre o poder local em Minas Gerais.

A intenção deste trabalho, que se baseia nas fontes administrativas da Câmara Municipal de Vila Rica, é a de resgatar a função de um dos ofícios tidos como secundários, o de Escrivão da Câmara Municipal, um dos que vêm sendo deixados em segundo plano. O propósito não é negar a importância dos ofícios da cúpula, evidentemente eram os que tomavam as decisões mais importantes, eram os que participavam efetivamente das vereações. Pretendemos mostrar como outros ofícios, como o de Escrivão da Câmara, eram também fundamentais para o funcionamento da instituição, e influíam significativamente no cotidiano institucional.

Dividiremos este trabalho em três partes: na primeira, faremos uma síntese do que era uma Câmara Municipal no período colonial, trataremos de sua composição e nos aprofundaremos no processo eleitoral, elemento fundamental para se compreender a dinâmica da administração local; em um segundo momento, trataremos especificamente da função de Escrivão da Câmara no âmbito do Império português; finalmente, veremos a importância e as especificidades desta função nos primeiros anos de funcionamento da Câmara Municipal de Vila Rica, detalhando cada um dos oficiais que serviram neste posto, o contexto no qual exerceram suas atividades e a provável relação entre os períodos administrativos da instituição e a duração de seus mandatos.

A Câmara Municipal, seus ofícios e seus processos eleitorais

A Câmara Municipal era a instituição administrativa a nível local nas diversas vilas e cidades do Império Português. Sempre que se elevava uma localidade à condição

de vila ou cidade, nela era criada uma Câmara Municipal. Não havia custos por parte da coroa para se criar a instituição, era algo relativamente simples de ser feito, compensando a coroa pelo fato de a instituição representar seu poder, embora de forma mínima na maioria das vezes, mas servia como ponto de referência e para reforçar a idéia de posse portuguesa sobre determinada área.[1]

No ultramar estas instituições eram importantes pontos mantenedores da tradição e da prática política do Estado monárquico. Embora geridos em grande parte pela elite local, preocupada com interesses locais, a existência das Câmaras Municipais e os mecanismos de cooptação utilizados pela coroa, faziam com que a existência e a prática desta instituição reforçassem, ao menos em parte, o poder régio na região.[2]

As Câmaras Municipais eram, do ponto de vista do Império Português, um elemento de estabilidade e continuidade, uma instituição que contribuía para a inserção das elites locais em um sistema controlado, em última instância, pelo rei. Notem, havia outros agentes régios em que o rei poderia confiar, como ouvidores, governadores, vice-reis, etc, mas todos estes cargos eram passageiros, já as Câmaras Municipais davam certa continuidade aos processos.[3]

Portanto, vemos os integrantes das Câmaras Municipais também como representantes régios, mas muito diferentes de outros representantes régios, já que estavam na instituição, na maioria das vezes, para representar o interesses de determinados seguimentos da sociedade local. Desta forma, como afirma Avanete Pereira Sousa, as Câmaras Municipais não reproduziam em sua totalidade a lógica régia a nível local, mas eram um espaço formal onde o rei era capaz de influir, um espaço de tensões e conflitos cotidianos entre os interesses de grupos sociais, onde tolerância e assimilação de demandas eram praticados.[4]

As Câmaras Municipais não estavam sozinhas a nível institucional, eram mais uma agência, a mais local delas, componente vital que integrava a administração pública no reino e no Império. Ao lado da Relação (alta corte), da Fazenda Real (tesouro), e das

[1] SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII).* Tese de Doutorado em História Econômica, FFLCH-USP. São Paulo, 2003. p. 60.
[2] Ibidem. p. 59.
[3] BOXER, Charles R. *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800.* Madison & Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965. p. 145.
[4] SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade...* p. 182.

autoridades judiciais, militares, eclesiásticas e da Santa Casa de Misericórdia, se efetivava a política conservadora da Coroa portuguesa.[5]

Não se deve confundir as Câmaras Municipais do período colonial com as atuais Câmaras Municipais. Existem semelhanças, mas a jurisdição das Câmaras Municipais coloniais era absolutamente mais ampla. Enquanto as Câmaras Municipais de hoje limitam-se ao exercício do poder legislativo a nível municipal, as Câmaras Municipais coloniais eram responsáveis por representar o interesse local junto ao rei e cuidavam, a nível local, de todas as funções jurídicas, políticas, fiscais e administrativas. Ou seja, davam conta de todos os aspectos do governo local. A nível judicial, serviam como cortes menores de apelação, e cuidavam de temas como taxação, higiene, aplicação das leis, disputas de terras, obras e finanças públicas. Regulavam todo o comércio e abastecimento local, fixando preços de produtos, fiscalizando e distribuindo licenças para negócios. Além disso, organizavam todas as festas públicas, cuidavam da saúde, do policiamento e fiscalizavam os ofícios mecânicos, que tinham representação na Câmara Municipal.[6]

Dentro do Império Português, as Câmaras Municipais foram difundidas tanto na América, quanto na Ásia e na África. Em termos teóricos, refletiam, ao menos no início, as Câmaras Municipais metropolitanas. Mas o que torna o estudo ainda mais interessante é a característica de mutação destas instituições, que por gerir locais tão diversos, assumiam formas diferentes em cada local, moldando-se de acordo com as necessidades, mas mantendo certa essência comum, por terem como origem as instituições portuguesas e como referência, no século XVIII, as Ordenações Filipinas.

Um bom exemplo desta mutação, em termos de prática fiscal, ocorreu no século XVII no nordeste brasileiro. Para Angelo Alvas Carrara, as tarefas fiscais que surgiam passaram a recair de modo crescente sobre as Câmaras Municipais e não sobre a Real Fazenda, que mantinha sua estrutura fiscal muito semelhante ao que era no início do século: dízimos, estanco da pesca de baleias e tributos menores.[7]

O fato de as Câmaras do Ultramar terem sido inspiradas nas Câmaras metropolitanas, gera muitos traços em comum, mas o tempo, a distância e as diferentes realidades fizeram com que cada instituição tenha se moldado às necessidades locais.

---

[5] RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural". In: *Revista de História*, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977. p. 27.
[6] Ibidem. p. 27-28.
[7] CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil XVII.* Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009. p. 102.

Este tipo de moldagem não se deu apenas no Império português, os Cabildos espanhóis, as Township da Nova Inglaterra e os Country das colônias britânicas do centro e do sul dos Estados Unidos também refletiram, alguns mais outros menos, as instituições de representação local de suas respectivas metrópoles, e também sofreram mudanças de acordo com o meio.[8]

O período que estamos estudando é extrema instabilidade na região das minas. Após o término do conflito entre paulistas e emboabas, e vivendo sob a ameaça francesa, foram instaladas as primeiras Câmaras Municipais nas novas vilas do ouro, e as elites locais foram, com isto, incorporadas ao modelo administrativo português ou, sob outro ponto de vista, se apropriaram do espaço criado para melhor organizarem seus interesses. O fato é que a primeira década de funcionamento da instituição foi o momento em que as elites locais gozaram de maior autonomia em relação ao poder régio. Após 1720 este quadro parece ter mudado, e se consolidado em 1736.

Sabemos que as Câmaras Municipais estavam subjugadas ao poder régio, mas que, devido à distância, à burocracia e à fatores conjunturais, poderiam gozar de maior ou menor autonomia relativa. Em outras palavras, na teoria o poder era do rei, mas na prática, o equilíbrio de forças favorecia o poder local. O rei possuía instrumentos de poder e influência consideráveis, e exercia sua capacidade de mando, em geral era acatado pelas Câmaras Municipais sem maiores problemas, desde que não ferisse o interesse das elites locais.[9]

Portanto, as medidas régias se faziam valer através das Câmaras Municipais, que cuidavam de praticamente todos os aspectos locais: justiça, força militar, saúde, controle do abastecimento alimentar, fiscalização de mercados pela almotaçaria, taxas, e controle do comércio e prestação de serviços por licenças, entre outros. É certo que a população sentia muito mais as Câmaras Municipais do que o monarca.[10]

É preciso diferenciar o contexto das Câmaras Municipais do Reino e do Ultramar, principalmente no que diz respeito à região das minas. No caso dos poderes locais em Portugal, de forma geral, eram dirigidos ou estavam sob forte influência das elites locais, fidalgas ou não, com muito poder econômico, que se preservavam através

[8] RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América...". p. 25-26.
[9] COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História Social.* 2ª Edição Revista. Coimbra: CEFA, 2008. p. 51-53.
[10] Ibidem. p. 48.

dos casamentos entre famílias. Havia tensões entre estas elites, mas raramente afetavam sua coesão enquanto grupo.[11]

No caso das Câmaras Municipais do Ouro, em específico a de Vila Rica, temos um quadro bastante diverso das já consolidadas instituições portuguesas. Tínhamos dois grupos em clara oposição, ao menos nas primeiras décadas após a Guerra dos Emboabas. Dificilmente os principais destes grupos se uniriam nas primeiras décadas do século XVIII. Esta duradoura fragmentação dos poderes locais nas região das minas pode ter favorecido a perda da autonomia relativa após 1720.

Nos importa, no âmbito deste trabalho, destacar que todas as medidas colocadas em prática por esta instituição eram definidas nas reuniões, chamadas de vereação, e que participavam com destas reuniões os indivíduos que ocupavam os postos da cúpula camarária: Juízes Ordinários (ou Juiz de Fora), Vereadores e Procurador da Câmara.[12] As decisões tomadas nas vereações, quando de acordo com a jurisdição que cabia a instituição, deveriam ser acatadas pelas instâncias superiores. Todavia, na primeira década de funcionamento em Vila Rica, a instituição sofreu com as nítidas e recorrentes intervenções de outros oficiais régios, como Governadores e Ouvidores.

Estes cargos da cúpula camarária, em todo o Império Português, a princípio só podiam ser ocupados por indivíduos nobres, brancos, de reconhecido destaque social e financeiro. Estes homens de destaque eram conhecidos como "homens bons".[13] Para além do exercício das funções camarárias, estes "homens bons" constituíam uma espécie de conselho consultivo, sempre convocado pela cúpula em exercício em momentos críticos com o propósito de emitir parecer sobre a melhor ação a se tomar. Em Vila Rica, no período instável que selecionamos, foi uma constante a presença dos homens bons nas vereações, principalmente quando era necessário controlar algum levante, algo muito freqüente no período em estudo.

Todos os pré-requisitos sociais para integrar o grupo de aptos a exercer as principais funções da Câmara Municipal só eram praticáveis com rigor razoável nas instituições do reino. Nas Câmaras Municipais do ultramar, e principalmente na região das minas, era muito difícil, por exemplo, que os cargos fossem exercidos somente por brancos. Havia poucas mulheres brancas na região, principalmente nas primeiras décadas após o descobrimento do ouro, o que fez com que, a médio prazo, grande parte

[11] COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 41.
[12] BOXER, Charles R. *Portuguese Society in...* p. 9.
[13] RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América...". p. 64.

da população se tornasse mestiça.[14] Na prática, o que ocorria era um "branqueamento" social dos indivíduos, grande parte eram mulatos, mas devido à condição socioeconômica, eram vistos, se viam e viam seus iguais como brancos.

Para além das origens dos integrantes da cúpula camarária, o que importa é que era nas mãos destes indivíduos que estava o gerenciamento da dinâmica econômica de Vila Rica. Até este ponto, nenhum fator diferente, na Câmara Municipal de qualquer vila ou cidade do Império Português este gerenciamento caberia aos principais cargos da instituição.

Mas além das questões comuns a todas as Câmaras Municipais, como organização urbana, controle social e comercial, entre outras, coube as Câmaras Municipais do Ouro durante parte significativa do século XVIII, a incumbência direta de arrecadar os quintos em nome do rei. Mais do que isto, foram capazes, em momentos específicos, de negociar com outros agentes régios, taxas menores ou novas formas de cobrança com o propósito de amenizar as perdas das elites locais e, consequentemente, sobrecarregar o restante da população.

Para efeito de análise, dividiremos as funções exercidas nas Câmaras Municipais em dois grupos: *a cúpula camarária*, já sumariamente abordada, que no caso específico de Vila Rica era um grupo reduzido composto por dois Juízes Ordinários, três Vereadores e um Procurador da Câmara, que exerciam suas funções sem remuneração; *os oficiais secundários*, chamado por alguns autores de funcionários[15], constituíam um grupo amplo com várias subdivisões, composto pelo escrivão, tesoureiro, almotacés, e outros cargos que estão vinculados à administração local, normalmente recebiam alguma remuneração, seja oriunda da câmara ou da própria atividade, mas que estão pouco presentes nas vereações e que, exceto em ocasiões específicas, não participam das reuniões e, portanto, não tem poder direto de decisão.[16]

Para fazer esta separação, dois critérios foram determinantes e merecem ser detalhados: a forma de eleição e a efetiva participação nas vereações. A forma de

[14] BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e Práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748).* São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004. p. 111.
[15] CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (ed.). *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais.* Lisboa: Edições Colibri & CIDEHUS-UE, 2005. p. 74-75.
[16] É importante destacar que, para o período estudado (1711-1724), considerando todos os ofícios, não apenas os da cúpula da instituição, encontramos cerca de 300 indivíduos envolvidos com a administração local. Considerando apenas os eleitos ao menos uma vez para ofícios da cúpula, encontramos 57 nomes, sendo que 3 destes não assumiram os ofícios. Portanto, neste primeiro momento, pode-se dizer que estudar apenas a cúpula camarária significa estudar cerca de 20% dos ofícios que contribuíram para o funcionamento da instituição.

eleição dos ofícios será tratada em detalhes abaixo. Quanto à participação nas vereações, é um elemento subjetivo, percebido por nós ao lidar com a fonte e captar, a partir do cotidiano da instituição, a diferença entre as diversas funções que surgem nas atas. Eventualmente há consulta ao Escrivão da Câmara, ao Tesoureiro, ao Arruador ou mesmo aos Almotacés, que então se fazem presentes na reunião. O próprio Escrivão da Câmara é quem faz o termo de vereação, presume-se portanto que ele sempre esteja presente. Todavia, as decisões eram tomadas, efetivamente, pelo que estamos definindo como ofícios da cúpula camarária, ficando os outros ofícios com a possibilidade de exercer uma influência indireta sobre as decisões, ou mesmo uma resistência a decisões tomadas, na medida em que a aplicação destas decisões era feita, na quase totalidade das vezes, por estes oficiais aqui definidos como secundários.

Antes de tratar das eleições, algo mais deve ficar claro: nesta classificação, tentamos não estabelecer relação com a importância de cada cargo, na medida em que a importância pode ser algo difícil de definir, pois é algo mutável, varia de acordo com a conjuntura. Exemplificando: poder-se-ia afirmar que o cargo de Juiz Ordinário é mais importante que o cargo de Vereador ou de Escrivão da Câmara, na medida em que o Juiz Ordinário tem mais poder que os outros dois cargos. Todavia, as decisões de um Juiz Ordinário boicotado por um Escrivão da Câmara influente, nomeado pelo Governador ou mesmo pelo rei, poderia enfrentar sérios problemas.

Existiam basicamente dois processos de eleição que se complementavam. A primeira era a eleição por pelouros, feita de três em três anos, de onde saiam os nomes de dois Juízes Ordinários, três Vereadores e um Procurador da Câmara, isto no caso de Vila Rica, pois em outras Câmaras poderiam haver pequenas diferenças. Descreverei o processo em detalhe nas linhas que seguem. A segunda forma são as eleições anuais, feitas pelos oficiais da cúpula durante o ano, preferencialmente nas primeiras reuniões, e que visam ocupar os ofícios secundários.

Este processo de eleição das Câmaras Municipais do Império Português não foi o mesmo ao longo do tempo, foi sendo aperfeiçoado conforme a necessidade. Esta primeira eleição, por pelouros, era determinante, pois definia os indivíduos que nos próximos três anos ocupariam a cúpula do poder local e definiriam a ocupação das funções secundárias. Ocorriam as mais diversas manipulações no processo por parte de determinados setores dos poderes locais, interessados em se manter no poder e definir as prioridades locais. Muitas medidas foram adotadas para deixar mais transparente o processo e permitir uma maior alternância de poder nas Câmaras Municipais.

Em 1361, por exemplo, o então rei D. Pedro I já havia determinado que não pudesse mais haver reeleição para cargos locais antes que se passassem três anos do final do mandato. Foi uma medida bem intencionada, mas na prática, nos municípios pequenos, era inviável, pois faltavam pessoas com o perfil exigido para assumir as funções.[17]

Mais tarde, em 1391, o então rei D. João I implementou através de uma lei geral, mudanças profundas no processo eleitoral a nível local. Sua intenção era normatizar o processo, definir um padrão a ser seguido em todas as localidades, que evitasse as fraudes por setores das elites locais. Foi neste momento que acordou a necessidade de se listar no livro de vereações todos os indivíduos aptos ao exercício dos cargos que compunham a cúpula camarária.[18]

Em meados do século XV, com a elaboração das Ordenações Afonsinas, o sistema eleitoral passaria oficialmente por novas mudanças. A Assembléia Geral, ao invés de apontar diretamente os nomes que iriam compor os pelouros, deveria agora indicar seis homens bons que escolheriam os indivíduos que iriam compor os pelouros. Outra mudança foi a escolha de uma criança considerada pura, de aproximadamente sete anos, para escolher um dos pelouros onde ficava guardado os nomes que seguiriam para confirmação régia.[19]

Nos primeiros anos do século XVII, com a reforma das Ordenações Manuelinas e a composição das Ordenações Filipinas, ocorreu uma nova mudança na dinâmica eleitoral a nível local. Ao invés da população escolher seis indivíduos para elaborar a lista, o corregedor passaria a selecionar duas ou três pessoas mais antigas, nobres preferencialmente envolvidas com a administração municipal, e estas pessoas arrolariam os indivíduos capazes de servir à municipalidade. Esta lista era conhecida como *rol da nobreza*, e guardava os nomes de todos aptos a serem votados, de acordo com o gosto dos dois ou três indivíduos selecionados pelo corregedor. A segunda parte do processo correspondia a etapa em que os moradores, nobres e povo, elegeriam, dentre os nomes constantes no *rol da nobreza*, seis indivíduos que seriam os eleitores. Na terceira etapa, os 6 mais votados separavam-se em duplas e elaboravam três pautas com os nomes dos

[17] COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 35.
[18] Ibidem. p. 33-34.
[19] Ibidem.

que deveriam servir os três anos seguintes, que eram então sorteadas pelo sistema de pelouros como já tratamos nos parágrafos anteriores. [20]

Quanto à participação popular, houve uma clara diminuição, principalmente durante os séculos XVI e XVII. Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães nos indicam que, em diversas localidades do reino, no início do século XVI os indivíduos eram eleitos por até 300 votos, mas avançando no tempo, indivíduos passaram a ser eleitos com dez votos ou menos. Portanto, o povo foi sendo afastado gradativamente das decisões locais.[21]

Fica claro que o processo de eleição, e também a própria instituição, sofreram mudanças ao longo do tempo, foram sendo aperfeiçoados para servirem aos interesses régios e das elites locais. É claro que nem todas as mudanças foram implementadas da mesma forma em todos os lugares, veremos que nas Minas o processo eleitoral deu-se de modo específico, nem sempre em harmonia com o conteúdo das leis. As Ordenações eram regras a serem perseguidas, adaptando-se as condições reais e distantes do reino.

A primeira eleição em Vila Rica ocorreu em 8 de julho de 1711, em junta com as lideranças locais, logo após a criação da vila e da Câmara Municipal. Estes indivíduos reunidos[22] sob o olhar de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, então Governador da Capitania de São Paulo e Minas, propuseram e votaram em seis nomes que iriam compor o Conselho Eleitoral. Os escolhidos foram: Coronel Antonio Francisco da Silva, Mestre de Campo Pascoal da Silva Guimarães, Felix de Gusmão, Fernando da Fonseca, Manuel de Figueiredo Mascarenhas e Manuel de Almeida.[23]

Ocorre que, formado o Conselho Eleitoral e elaborado o rol dos nomes que deveriam servir a Câmara Municipal, o Governador decidiu desconsiderar o rol e, "para fazer justiça às partes", escolheu dentro do próprio conselho eleitoral os que iriam servir na instituição. Assim, ficou a cúpula camarária montada para o ano de 1711 da seguinte forma: para Juiz Ordinário mais velho o coronel José Gomes de Melo, e para Juiz

[20] COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio...* p. 57-58.
[21] Ibidem. p. 58.
[22] Segundo as assinaturas do termo de ereção da vila, estavam presentes, além do governador, mais 23 indivíduos, são eles: Felix de Azevedo Carneiro e Cunha, Antonio Francisco da Silva, Pascoal da Silva Guimarães, Leonel da Gama Teles, Bartolomeu Marques de Brito, José Eduardo Passos Rodrigues, Francisco Viegas Barbosa, Jorge da Fonseca Freire, Luiz de Almeida Barros, Fernando da Fonseca e Sá, Manuel de Nascimento Fraga, João Carvalho de Oliveira, Francisco Maciel da Costa, Manuel de Figueiredo Macedo, Felix de Gusmão Brandão Bueno, Manuel de Almeida Costa, Coronel José Gomes de Melo, Roberto Neves de Brito, Manuel da Silva Borges, Antonio Ribeiro Franco, Henrique Lopes, Antonio Alves Magalhães, Lau.º Rodrigues Graça.
[23] CREAÇÃO DE VILLAS NO PERÍODO COLONIAL: VILLA RICA. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. Ano 2, vol. 1. jan./mar. p. 84-86.

Ordinário mais moço Fernando da Fonseca e Sá, Vereador mais velho Manuel de Figueiredo Mascarenhas, segundo Vereador Felix de Gusmão e Mendonça, terceiro Vereador Antonio de Faria Pimentel, Procurador da Câmara o Capitão Manuel de Almeida Costa.

Note que, comparando os nomes da comissão eleitoral e dos oficiais eleitos, foram retirados o Coronel Antonio Francisco da Silva e o Mestre de Campo Pascoal da Silva Guimarães, e foram colocados José Gomes de Melo, como Juiz Ordinário mais velho, portanto, que coordenaria os trabalhos da Câmara Municipal, e Antonio de Faria Pimentel, terceiro Vereador.

Pode-se concluir, portanto, que por mais desejável que fosse seguir as leis, o contexto local exigia posturas nem sempre previstas nas leis. Diante do resultado das eleições, o qual não sabemos, o governador decidiu mudar o processo, ou seja, contrariou as orientações das ordenações para buscar uma composição mais adequada aos interesses régios.

Eleito os seis oficiais que formavam a cúpula camarária, logo nas primeiras reuniões eles escolhiam os oficiais subalternos, ou acatavam a indicação do rei, governador ou ouvidor para estes cargos. Na maior parte das vezes, ao menos no período estudado, a escolha recaia sobre a cúpula camarária. Todavia, alguns ofícios que podemos considerar estratégicos eram ou passaram a ser de nomeação régia no decorrer da década. São eles: Escrivão da Câmara, Escrivão da Almotaçaria, Tabelião, Auxiliar de Correio, Meirinho do Campo, Capitão-mor da Comarca e Capitão das Ordenanças.

A composição da cúpula camarária encontrada em Vila Rica nas primeiras décadas do século XVIII, ou seja, dois Juízes Ordinários, três Vereadores e um Procurador da Câmara, era um padrão das Câmaras do Império Português definido no século XVI, e sofria pequenas alterações de acordo com a necessidade local.[24] Era comum, por exemplo, a variação pequena no número de Vereadores, a presença de apenas um Juiz Ordinário,ou ainda, a presença de um Juiz de Fora de nomeação régia. Este cargo não existiu na Câmara de Vila Rica, mas esteve presente na vizinha Câmara Municipal de Vila do Carmo (hoje Mariana).

O brasilianista A. J. R. Russell-Wood defendeu a idéia de que houve, durante os primeiros anos em Vila Rica, uma baixa capacidade dos indivíduos que ocuparam os

[24] BOXER, Charles R. *Portuguese Society in...* p. 5; RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América..." p. 27.

cargos de cúpula da câmara. Isto se deveu ao fato de que, poucos homens de letras vieram para as minas nestes primeiros tempos. Mas o autor defende que, mesmo após estas primeiras décadas, o perfil dos ocupantes da cúpula camarária não teria aumentado, por conta, dentre outros fatores, da falta de remuneração para estes ofícios e pela falta de concessão de privilégios por parte do rei, que não cedia aos apelos dos oficiais da cúpula camarária.[25] As resistências a servir na instituição eram grandes. A estratégia adotada para recusar o ofício em caso de eleição era a obtenção de carta real de isenção ou, na impossibilidade da concessão, se mudar para fora da área urbana ligada à instituição.[26]

As funções do Escrivão da Câmara Municipal

O ofício de Escrivão da Câmara Municipal sempre foi muito cobiçado, principalmente por reis e rainhas que desejavam inserir nestes cargos indivíduos de confiança. As funções de um Escrivão da Câmara eram: assentar receitas e despesas da Câmara Municipal; registrar mandatos, acordos, alvarás, termos de obrigação ou de fiança e outros do gênero; registrar movimento do gado e emitir certidão de requerimentos formulados junto à câmara; registrar as atas e as eleições dos agentes do governo local; registrar os processos despachados pela Câmara Municipal; além disso, cabia ao Escrivão a leitura, no inicio do mandato de cada oficial, seu respectivo regimento; cabia também ao Escrivão a posse da chave da arca do Concelho, onde ficavam guardados todos os documentos importantes à municipalidade.[27]

O Escrivão era um elemento de estabilidade, era o que fazia as ligações entre as vereações e os mandatos. Pelo próprio trabalho, tinha domínio pleno de tudo que se passava na administração municipal, eram o depositário da memória institucional. Na prática, era comum que o Escrivão acumulasse outros cargos, tanto em Concelhos pequenos como em grandes, mas o fato ocorria mais freqüentemente nos pequenos Concelhos, que alegavam falta de pessoas capazes ou pouca demanda nos ofícios destinados ao Escrivão.[28]

O provimento do ofício de Escrivão da Câmara variava de acordo com a prática local e a importância da Câmara para o Império português. Em alguns locais eram

[25] RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América..." p. 38.
[26] Ibidem. p. 39.
[27] CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (ed.). *Os Municípios no Portugal Moderno*... p. 75-7.
[28] COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio*... p. 32; CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (ed.). *Os Municípios no Portugal Moderno*... p. 75-77.

eleitos pela cúpula camarária por triênios. Em outros, como em Vila Rica, não havia período certo, tendiam a ficar por mais de dois anos, e eram nomeados pelo rei. Em outros locais como em Salvador no século XVIII, a nomeação do cargo era vitalícia e, na prática, também hereditária. O cargo era normalmente atribuído a pessoas nobres, com razoável erudição, mas recursos modestos.[29]

Apesar de não integrar a cúpula camarária e, portanto, de estar formalmente excluído das decisões locais, o Escrivão da Câmara era uma peça fundamental para o bom desenvolvimento da administração municipal. Isto porque era o Escrivão que detinha maior conhecimento sobre o cotidiano institucional, devido a natureza de sua função e também ao fato de, normalmente se manter no cargo durante anos, funcionando como uma espécie de elo entre os grupos que se alternavam anualmente nas Câmaras Municipais. Por tudo isto era muito respeitado e requisitado.

> "[...] a assistência cotidiana às reuniões e atividades camarárias e outros procedimentos administrativos conferiam àqueles oficiais um profundo conhecimento dos assuntos locais, tornando-os principais depositários da memórias do poder municipal. Isso lhes possibilitava estabelecer um elo de ligação entre as sucessivas vereações, transmitindo às subseqüentes os feitos das anteriores e os procedimentos usuais da instituição camarária."[30]

Vale notar que, se o Escrivão não estava no topo da hierarquia política, estava no topo da hierarquia social. Seu valor era reconhecido nas cerimônias públicas, recebiam muito bem nos grandes e médios Concelhos, às vezes até mais que o Juiz de Fora.[31]

O exercício do ofício de Escrivão da Câmara e de Tesoureiro da Câmara, em função das próprias obrigações de cada serviço, propiciava um trabalho muito próximo e, às vezes, certa cumplicidade entre os oficiais em relação as práticas dentro da Câmara Municipal. Isto porque o Tesoureiro gerenciava as contas públicas, e era o Escrivão da Câmara quem fazia efetivamente a contabilidade.[32]

Em alguns municípios, principalmente do reino, tanto o Tesoureiro como Escrivão da Câmara eram ofícios que poderiam facilitar o acesso a cargos com maior poder de decisão, como os de Vereador e Procurador da Câmara. Durante o século

[29] CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (ed.). *Os Municípios no Portugal Moderno*.. p. 75-7; SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade*... p. 77.
[30] SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade*... p. 78-79.
[31] CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (ed.). *Os Municípios no Portugal Moderno*.. p. 75-7.
[32] Ibidem. p. 82-3.

XVIII na Câmara de Salvador, está facilidade parece não ter se confirmado.[33] Em Vila Rica, ao menos até 1724, a tendência observada no reino também não se confirma.

Durante a década de 1710 em Vila Rica, o ofício foi orientado por regimento próprio, estabelecido na quinta reunião da Câmara Municipal, em 22 de julho de 1711. Trata-se de um texto curto, no qual foram estabelecidas as principais funções do Escrivão no local e a respectiva remuneração por cada uma das ações:

> "[...] resolveram levaria o escrivão deste senado: de uma licença de vender, ou para algum oficial usar de seu oficio uma oitava; de uma provisão de qualquer oficio que este senado prover seis oitavas; e de registro dela ou de outra qualquer provisão ou papel que nos livros deste senado se registrar, duas oitavas; de um termo de posse e juramento que se der a qualquer oficial de justiça ou subordinado a este senado uma oitava; e que não arbitravam termos de arrematação fianças e outros papeis por não ser coisa que por ora fosse necessária [...]" [34]

Este regimento inicial sofreu transformações na medida em que se tornaram necessárias. A primeira delas ocorreu no em 7 de janeiro de 1713, onde os oficiais da cúpula camarária acordaram atender a um requerimento do Escrivão, e decidiram que ele deveria cobrar de cada licença, além de uma oitava já cobrada, mais meia pataca para cobrir os gastos com tinta e papel.[35]

Mais tarde, na vereação de 25 de fevereiro de 1715, os oficiais da cúpula camarária decidiram que o Escrivão passaria a ganhar, por cada carta dos Juízes de Ofício, não mais que as ditas seis oitavas. Em 15 de junho de 1718, o regimento sofreu mais uma breve alteração, a última da década. Ficou acertado em vereação que o Escrivão da Câmara passaria a receber por cada carta de aforamento com selo, duas oitavas e meia.[36]

Este regimento e suas modificações eram válidos apenas para o Escrivão local, portanto, era uma regra específica para a localidade. Um regimento mais amplo, que cobrisse todas as vilas da capitania de Minas Gerais, só foi criado em 17 de setembro 1721. Este regimento criou uma regra geral de remuneração para vários cargos na capitania, que devido ao ouro, exigiam legislação específica. Os cargos são: Ouvidores

[33] SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade...* p. 76-77.
[34] ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro, vol. 49, 1927. p. 209-210.
[35] Ibidem. p. 257-258.
[36] Ibidem. p. 365-366; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro.*Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. p.76.

de Comarca, Tabeliães de Nota, Escrivães de Ouvidorias, Tabeliães do Judicial, Escrivães dos Órfãos, Distribuidor, Inquiridor, Contador, Meirinhos, Escrivães da Vara, Porteiro, Partidor dos Órgãos, Escrivães da Câmara, Escrivães da Almotaçaria, Advogados, Requerentes, Guardas-mores e seus Escrivães.[37]

A importância e funções do cargo no caso específico de Vila Rica

Descrita em linhas gerais a Câmara Municipal e o ofício de Escrivão da Câmara, vamos tratar, nas linhas que seguem, dos indivíduos que serviram este ofício em Vila Rica, e, o que parece ser mais importante, o contexto no qual exerceram seus mandatos, e tentar estabelecer uma relação entre mudança de mandatos com mudanças de direcionamento da administração local. Infelizmente, não foi possível devido à limitação das fontes até então encontradas, fazer uma descrição mais aprofundada dos indivíduos, uma espécie de resumo biográfico. Por esta razão vamos nos deter ao exercício administrativo exercido pelos indivíduos.

Em primeiro lugar, antes de detalhar cada um dos mandatos, inserimos uma espécie de quadro geral para orientar o leitor daqui em diante. Na tabela 1, podemos observar a duração dos mandatos, o nome do referido Escrivão e o nomeou. Repare que todos foram nomeados ou pelo rei, ou pelo governador, neste caso uma nomeação provisória. Mais detalhes veremos na apresentação de cada um dos mandatos.

[37] SOUZA, Maria Elisa de Campos. *Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos – A Comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752*. Dissertação de Mestrado, História, Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2000. p. 65-66.

Tabela 1 – Relação de Escrivães da Câmara Municipal de Vila Rica, 1711-1724

Período	Escrivão da Câmara	Provimento
22 de Julho de 1711 até 3 de Janeiro de 1714	Jorge da Fonseca Freire	-
3 de Janeiro de 1714 até 26 de Janeiro de 1715	Bento Cabral Dessa	Governador
26 de Janeiro de 1715 até 23 de Abril de 1718	Miguel de Andrade Ferreira	Rei
23 de Abril de 1718 até 11 de Outubro de 1719	José Corrêa Lima	Governador
11 de Outubro de 1719 até 13 de Julho de 1720	Hilário Antônio de Araújo	Governador
13 de Julho de 1720 até 7 de Setembro de 1720	José Corrêa Lima	Governador
7 de Setembro de 1720 até 11 de Setembro de 1721	Jerônimo de Castro e Souza	Rei
11 de Setembro de 1721 em diante	José da Silva Miranda	Rei

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Câmara Municipal de Vila Rica. Códice 13: Acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1726. Microfilme 16; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: Revista do Arquivo Público Mineiro.Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937.

Seguiremos a apresentação dos mandatos em ordem cronológica. No caso de José Corrêa Lima, que aparece duas vezes, ambas nomeado pelo Governador, trataremos em dois itens diferentes, embora o segundo mandato tenha sido muito curto, apenas um complemento ao Escrivão anterior, afastado por ocasião da Revolta de 1720.

Jorge da Fonseca Freire, 22/7/1711 até 3/1/1714

O primeiro a ocupar o ofício Escrivão da Câmara Municipal de Vila Rica foi Jorge da Fonseca Freire. Não há registros de sua posse na ata de fundação da Vila e Câmara Municipal, também não aparece nos termos, como os outros oficiais da cúpula camarária. Seu nome aparece logo na primeira vereação, já como Escrivão, sem nenhuma referência a posse ou origem de nomeação.

Este primeiro Escrivão da Câmara ficou durante quase três anos ocupando o cargo, e é justamente este longo tempo que nos leva a crer que, possivelmente, sua

nomeação foi régia. Era comum que os Escrivães de nomeação régia ficassem por muito tempo, já os de nomeação do Governador, tendiam a ficar pouco tempo, eram uma espécie de substituto até que a nomeação régia chegasse ao Governador. Mas, não se pode descartar a possibilidade de ter sido escolhido pelo Governador Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho na ocasião da criação da Câmara Municipal, ou ainda, de ter sido eleito pelos próprios oficiais camarários, o que é pouco provável, pois normalmente tal nomeação constaria nas atas, como consta a de outros oficiais secundários como Almotacés.

Vê-se que Jorge da Fonseca Freire ficou, como era o ideal, três anos ou três exercícios à frente do ofício, portanto, coincidindo com o que chamamos de primeiro período administrativo, 1711-1713, momento que se criou as bases físicas e regimentais para o início do funcionamento da administração local. Não exerceu nenhuma outra atividade na instituição, e não voltou a ser citado nos documentos que consultados. Portanto não foi possível sabemos se ele já estava nas minas antes de assumir o cargo, se veio para assumi-lo, e se continuou na região após o exercício do ofício. Logo nas primeiras vereações do ano de 1714, deixou o cargo, quando da nomeação de Bento Cabral Deça.

Bento Cabral Dessa, 3/1/1714 até 26/1/1715

O segundo Escrivão da Câmara Municipal de Vila Rica, Bento Cabral Deça, foi nomeado pelo então governador Dom Brás Baltasar da Silveira, e ficou no exercício do ofício por cerca de um ano. Tudo indica que a nomeação do governador foi, como tendia a ser, emergencial. Não que o antigo Escrivão da Câmara causasse problemas, ao contrário, em nenhum momento observamos algo do tipo nas atas. Mas o mandato do primeiro Escrivão havia se encerrado, e o rei, provavelmente não havia nomeado ninguém.

Bento Cabral Deça serviu à instituição somente neste ofício, e em um momento muito crítico, justamente durante o primeiro pico administrativo, ocorrido em 1714, por conta do início da arrecadação dos quintos. No final de Janeiro de 1715, um novo Escrivão da Câmara, agora nomeado pelo rei, está pronto para tomar posse, trata-se de Miguel Ferreira de Andrade.

Miguel de Andrade Ferreira, 26/1/1715 até 23/4/1718

O terceiro Escrivão da Câmara foi Miguel de Andrade Ferreira. Foi nomeado pelo rei e assumiu o cargo em 26 de janeiro de 1715. Participou de um momento crítico da administração local, quando há um aumento da tendência de entrincheiramento de um grupo local à frente da instituição.

Aparentemente Miguel de Andrade Ferreira se aproxima deste grupo, tem participação direta no conflito que ocorre no final de 1716 entre os oficiais da cúpula camarária e o ouvidor, e inclusive assina aquela vereação, algum muito incomum por parte do Escrivão da Câmara. A proximidade parecia ser tanta que, em 1718, foi nomeado pelos oficiais da cúpula camarária para servir como Almotacé, ao mesmo tempo em que era Escrivão. Isto não era comum em Vila Rica, era a primeira vez que ocorria na instituição, mas voltaria a ocorrer com outros Escrivães, como veremos.

Era de se esperar que ficasse em seu cargo, ainda mais por ser nomeado do rei, até o final de 1718 ou início de 1719, para que se completassem os três anos ideais. Contudo, deixou o cargo em 23 de Abril de 1718, para nomeação de José Corrêa Lima, escolhido pelo então Governador Dom Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar.

Neste período encontramos um pedido de José dos Reis ao rei, para que fosse nomeado Escrivão da Câmara de Vila Rica ou Meirinho, mas o Conselho Ultramarino não o considerou capaz para o exercício de ambos os cargos.[38]

José Corrêa Lima, 23/4/1718 até 11/10/1719

O quarto Escrivão da Câmara Municipal de Vila Rica, José Corrêa Lima, foi nomeado pelo então Governador Dom Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, e assumiu o ofício em 23 de Abril de 1718. Ficou cerca de 1 ano e meio no referido cargo.

Sabemos que em meados de 1718 o governador começa a promover um afastamento dos oficiais da cúpula camarária, visando promover um reordenamento entre os grupos que disputavam o controle da instituição. Parece muito oportuna a ocasião para a nomeação de um novo Escrivão para a instituição. Fomos aos documentos para verificar a hipótese, mas nenhuma referência foi encontrada, nem no

[38] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Avulsos da Capitania de Minas Gerais, Caixa 1, Documento 59.

Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, nos Avulsos da Capitania de Minas Gerais, nem no Arquivo Público Mineiro. Neste primeiro arquivo é no mínimo estranha a falta de referência, visto que neste momento, 1718 e 1719, o volume de documentação já é muito alto, e as referências a Escrivães de Câmaras Municipais vizinhas já aparecem com alguma freqüência.

Mas o fato é que, em meados de Outubro de 1719, José Corrêa Lima é retirado do cargo de Escrivão da Câmara Municipal de Vila Rica, pelo próprio Governador Dom Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, que nomeia para o lugar Hilário Antonio de Araújo.

Hilário Antônio de Araújo, 11/10/1719 até 13/7/1720

Hilário Franco de Araújo foi o quinto Escrivão da Câmara Municipal de Vila Rica, foi nomeado pelo Governador Dom Pedro de Almeida, da mesma forma que seu antecessor, José Corrêa Lima. Assumiu o ofício em 11 de Outubro de 1719, e ficou menos de um ano no cargo.

Seu afastamento ocorre também em meio a momentos de instabilidade. Durante esta primeira metade do mês de julho de 1720 estava em processo a Revolta de 1720, que conspirou contra o Governador. Tudo aponta para uma ligação do Escrivão da Câmara com outros oficiais da Câmara Municipal que tiveram ligação com a Revolta. Consultamos novamente os documentos do Arquivo Público Mineiro e os Avulsos da Capitania de Minas Gerais, presentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, mas nada de específico em relação ao Escrivão foi encontrado.

Em seu lugar o Governador Dom Pedro de Almeida nomeou seu antecessor, José Corrêa Lima. Diante desta nomeação, que é normal neste período, basta ver os ofícios da cúpula camarária que, quando desfalcados, chamava-se o oficial do ano anterior para substituição, por já estar familiarizado com o trabalho. É evidente que, se o último oficial deixou o cargo por problemas em seu exercício, não seria chamado, mesmo nestas situações. Portanto, o afastamento de José Corrêa Lima, ao que tudo indica, não foi devido a problemas administrativos nem com o governador.

José Corrêa Lima, 13/7/1720 até 7/9/1720

O retorno de Jose Corrêa Lima, agora como sexto Escrivão da Câmara, durou muito pouco tempo, menos de dois meses. Foi uma nomeação provavelmente para esperar a nomeação régia de Jerônimo de Castro e Souza.

José Corrêa Lima, neste segundo momento, embora curto, viveu o desenrolar da Revolta de 1720, a perseguição aos revoltosos, e contribuiu para retorno da instituição à normalidade. Logo após assumir o cargo, contados 9 dias, assistiu a troca do Juiz Ordinário da Câmara Municipal, João da Silva Guimarães de Oliveira, filho de Pascoal da Silva Guimarães, ambos cabeças da Revolta.

A rigor, deveria ter ficado menos de um mês no cargo, pois o novo Escrivão da Câmara nomeado pelo rei, Jerônimo de Castro e Souza, se apresentou em vereação com o objetivo de tomar posse em 31 de Agosto de 1720, mas foi impedido pelos oficiais da cúpula camarária, que argumentaram não ser o nomeado capaz para o exercício do cargo, vejamos o trecho da vereação:

> "[...] Acordaram, atendendo ao requerimento que fez Jerônimo de Castro e Souza, a que lhe dessem posse do ofício de Escrivão da mesma Câmara, em virtude da provisão de Sua Majestade que Deus guarde, que apresentou a mesa de vereação aos ditos vereadores, que sendo vista por mim lida, e pelo Juiz presidente do mesmo Senado, foi reconhecida e venerada a real firma nela posta pelo dito Senhor e em tudo o mais corrente, como cumpra-se do Exmo. Conde de Assumar, Governador e Capitão General destas Minas, e do Ouvidor Corregedor desta Comarca, João Domingues de Carvalho, cujos cargos serve por ausência do Ministro que os exercia o que assim pressuposto, advertidos os ditos Oficiais da Câmara dizer Sua Majestade que Deus guarde na sua Real Provisão, que por lhe haver representado Jerônimo de Castro e Souza concorria nele as circunstâncias e requisitos a poder servir o dito ofício de Escrivão da Câmara desta Vila Rica, lhe fazia mercê da serventia dele por um ano, com cuja consideração e sempre com a devida veneração a dita provisão, vendo-se as leis do dito Senhor, manda no livro 1, tt. 24 da Ordenação, que os Escrivões saibam bem escrever e notar de maneira que a cartas e notas que fizerem mostrem ser feitas por homens de bom Juízo e entendimento, e no tt. 97 do dito livro, § 2, diz quando alguma pessoa vier a Corte pedir a nós algum ofício e a serventia dele, tragam logo certidão do corregedor posto por nós na Comarca donde o oficial for, da qualidade do oficial, e se é vago e por cujo falecimento e de que maneira vagou. ||| E sendo serventia da razão o impedimento que tem o proprietário dele, e da necessidade que há de servir, e em assim da qualidade, e costumes, e habilidade, da pessoa que o pede, etc. ||| Ha vista do que e do mais que expressa o livro 2º das mesmas ordenações tt. 43, sobre as cartas, alvarás e provisões, que se pedem á Sua Majestade com menos atenção a verdade, resolveram e mandaram ao dito Jerônimo de Castro e Souza que vista a informação que de si tinha dado a El Rei Nosso Senhor se fazia precisa mostrar a suficiência e capacidade que tinha para ocupação do dito ofício de Escrivão da Câmara, manifestando o talhe da sua letra, fazendo termos de acordo da presente vereança, e algumas ordens que de presente se resolvessem. No que se ouve com tanta ignorância ao que se lhe havia exposto, dizendo que da escrita que se achava nos livro de acordos, e regimento tiraria o conhecimento do que havia de

> fazer, com cuja razão se recusaram os ditos oficiais da Câmara suspender a posse que determinavam dar-lhe, vendo a pouca inteligência que se dava no dito Jerônimo de Castro e Souza para a boa e ponta expedição de que carecia o Serviço de Sua Majestade de presente, tanto para a expedição dos embaraços com que se vem as Rendas desta Câmara pelos arrematantes delas serem alguns dos que concorreram para a sublevação próxima passada como para a arrecadação da precisa contribuição que se a de fazer para a nova fatura da Casa da Moeda em que concorrem não só os homens bons desta Vila e seu termo, como todo o mais povo de uma e outra pr.te e na atenção tão bem de concorrerem todos os bons requisitos na pessoa de José Corrêa Lima, Escrivão atual nesta Câmara com provisão de sua Ex.a, sendo para a dita ocupação pedida pela dita Câmara e como ainda se achava com o dito provimento que em tanto e correndo o tempo tiraria o dito Jerônimo de Castro e Souza o conhecimento e inteligência que neces.ente [sic] se fazia precisa, a dita ocupação do ofício de Escrivão da Câmara, e como não houve mais o que deferir, houveram a vereação por acabada que todos assinaram [...]" [39]

Jerônimo de Castro e Souza, 7/9/1720 até 11/9/1721

Passado os transtornos e tendo sido superadas as resistências dos oficiais da cúpula camarária, o novo Escrivão da Câmara assumiu sua função em 7 de setembro de 1720. Jerônimo de Castro e Souza conseguiu a nomeação régia através de um pedido que localizamos no Arquivo Histórico Ultramarino, nos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais. O pedido data de 9 de fevereiro de 1720, quase sete meses antes da sua posse, e por ele foi possível identificar que Jerônimo era natural da Vila de Melgaço, na Província do Minho, e veio à região das minas com o propósito de resolver pendências, aproveitando sua vinda, requereu ao rei o cargo que estava vago, e o rei deferiu.[40]

Ao contrário dos outros Escrivães da Câmara que eram nomeados pelo rei, este ficou pouco tempo, apenas um ano, mas permaneceu na região ao menos até 1722, quando exerceu o cargo de Almotacé em Vila Rica. Atuou durante maior parte do ano de 1721, segundo pico administrativo da instituição, causado novamente pelos quintos régios. Jerônimo de Castro e Souza deixou o cargo em 11 de setembro de 1721, por ocasião da posse de um novo Escrivão, também nomeado pelo rei, José da Silva Miranda.

[39] ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*.Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937. P. 150-152.

[40] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Avulsos da Capitania de Minas Gerais, Caixa 2, Documento 46.

José da Silva Miranda, 11/9/1721 em diante

José da Silva Miranda, oitavo e último Escrivão da Câmara para o período estudado, foi o que ficou mais tempo, tomou posse em 11 de setembro de 1721 e continuou no cargo até o fim do período que estudamos. Esta continuidade pode indicar o período de busca de estabilidade pela instituição, manter o mesmo Escrivão da Câmara por um longo período significa dar continuidade a um trabalho, ao passo que muitas mudanças indicam instabilidade.

Este é o Escrivão melhor documentado. No Arquivo Público Mineiro não encontramos nenhuma referência direta do José da Silva Miranda, mas no Arquivo Histórico Ultramarino, nos Avulsos da Capitania de Minas Gerais, encontramos: 1) o pedido do cargo ao rei, feito em 2 de dezembro de 1720; 2) a ordem para empossá-lo, emitida em 15 de dezembro de 1720; 3) uma certidão que ele emitiu justificando as despesas feitas pelos oficiais da Câmara com Festas no ano de 1722, datada de 20 de outubro de 1722; 4) um pedido dos oficiais camarários ao rei para que se nomeasse outro escrivão, isto em 21 de outubro de 1722; 5) e a resposta do rei, quase dois anos depois, em 26 de agosto de 1724.

De todos estes documentos, o mais interessante, digno de ser reproduzido aqui, é o de número 4. Vejamos o trecho do que os oficiais da cúpula camarária enviaram ao rei:

> "[...] Como este Senado necessita de um Escrivão prático e inteligente para os particulares, não só da sua incumbência, porém nos dos leais quintos de Vossa Majestade, por ser esta matéria de gravíssima ponderação e nela exercer pessoal que dê a execução todas as resoluções que se oferecem, e também por experimentar esta Câmara, vir para ela, Escrivão unicamente por um ano, e no seguinte, suceder-lhe outro, andando sempre confusa e prática desnecessária de pouco tempos destas exercendo. Entendemos que era conveniente ao Vosso serviço, se dignasse Vossa Majestade de nos conferir Escrivão do dito Senado, por tempo de três anos [...]" [41]

Neste pedido ao rei, os oficiais se queixam não especificamente de José da Silva Miranda, apesar de dizerem que precisam de um Escrivão prático e inteligente, mas preocupam-se com a continuidade, querem evitar a troca anual de Escrivães que vinha ocorrendo, e para isto envolvem interesses mais diretos do rei, como os próprios

[41] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Avulsos da Capitania de Minas Gerais, Caixa 3, Documento 65.

quintos. Em resposta, quase dois anos depois, em 24 de Agosto de 1724, o rei concorda com os oficiais e diz que o Escrivão que ele nomeou, José da Silva Miranda, cumpre as exigências do cargo.[42]

Apesar das reclamações dos oficiais deste ano de 1722, durante o exercício de seu ofício de Escrivão da Câmara, no mesmo ano de 1722, José da Silva Miranda foi eleito para atuar como Almotacé, como o foi no mesmo ano Jerônimo de Castro e Souza e anos antes, em 1718, Miguel de Andrade Ferreira. O interessante é que todos que exerceram a função de Almotacé eram nomeados régios.

Os Escrivães da Câmara e os períodos administrativos

Concluída a apresentação dos mandatos dos Escrivães da Câmara, percebemos certa relação entre a duração dos mandatos e os períodos administrativos. Para tentar ilustrar esta relação, montamos o seguinte gráfico que comentaremos a seguir:

Gráfico 1 – Relação entre os períodos administrativos da Câmara Municipal de Vila Rica e o mandato dos Escrivães da Câmara, 1711-1724

Os Períodos Administrativos da Câmara Municipal de Vila Rica

1711-1713	1714-1718	1719 - 1720	1721-1724

Os Mandatos dos Escrivães da Câmara de Vila Rica

1	2	3	4	5	6	7	8

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Câmara Municipal de Vila Rica. Códice 13: Acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1726. Microfilme 16; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927; ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: Revista do Arquivo Público Mineiro.Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937.

Na primeira ilustração do gráfico estão os quatro períodos administrativos por nós definidos. Na linha de baixo, estão as durações aproximadas dos oito mandatos do Escrivães da Câmara de Vila Rica. Tentaremos fazer agora uma comparação entre os períodos administrativos e os mandatos.

[42] ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Avulsos da Capitania de Minas Gerais, Caixa 5, Documento 68.

O mandato de número um é o de Jorge da Fonseca Freire, se estendeu de 22 de Julho de 1711 até 3 de Janeiro de 1714. Durou precisamente o mesmo momento que o primeiro momento administrativo, quase três anos, e representou um momento de estabilidade e continuidade. Já o mandato de número dois foi o de Bento Cabral Deça, durou de 3 de Janeiro de 1714 até 26 de Janeiro de 1715, quer dizer, do ponto de vista da continuidade o segundo momento administrativo da Câmara Municipal de Vila Rica começou mal.

Mas, de certa forma, o mandato de número três, de Miguel de Andrade Ferreira, tenderia a recuperar a estabilidade das atividades administrativas, já que ficou quase três anos no exercício do ofício, assumiu em 26 de Janeiro de 1715 e deixou o cargo em 23 de Abril de 1718. O mandato do quarto Escrivão da Câmara, José Corrêa Lima, que durou de 23 de Abril de 1718 até 11 de Outubro de 1719, fez retornar o período de descontinuidade, já que ficou menos de um ano e meio no cargo. O momento na instituição também não era dos melhores, já que ocorria o reordenamento dos grupos à frente da instituição.

O quinto Escrivão da Câmara, Hilário Antônio de Araújo, ficou também muito pouco tempo na instituição, menos de um ano, de 11 de Outubro de 1719 até 13 de Julho de 1720. Ou seja, não conseguiu imprimir continuidade na administração local. O sexto Escrivão da Câmara também não o faria, novamente foi José Corrêa Lima, que desta vez ficou menos de dois meses, de 13 de Julho até 1720 até 7 de Setembro do mesmo ano.

O sétimo Escrivão da Câmara, Jerônimo de Castro e Souza, por ser nomeado do rei, esperava-se que ficasse os três anos, mas ficou pouco mais de um ano, assumiu o cargo em 7 de Setembro de 1720 e o deixou em 11 de Setembro de 1721, não havendo tempo para ordenar a administração. Isto só viria a ocorrer com o oitavo e último Escrivão da Câmara, também nomeado régio, José da Silva Miranda, que assumiu em 11 e Setembro de 1721, e continuou no cargo após o final de 1724. Mas, como vimos pelas reclamações dos oficiais régios ao rei em 1722, mais de um ano após sua posse, muito ainda estava por ser feito para imprimir uma continuidade nas tarefas administrativas locais, que nesta ocasião vinham sendo descontinuadas desde os problemas ocorridos em meados de 1718 e do afastamento do Escrivão Miguel de Andrade Ferreira.

Durante todos os quatro momentos de maior agitação e instabilidade na instituição, seja por fatores externos ou internos, os Escrivães que estavam no exercício

do ofício eram recentes, e ficaram pouco, cerca de um ano. Foi assim nos picos administrativos de 1714 e 1721, no reordenamento dos grupos ligados à cúpula camarária no final de 1718, e foi assim em meados de 1720, quando da Revolta de Felipe dos Santos.

Parece ter ficado claro que o ofício de Escrivão da Câmara, ao menos em Vila Rica, foi um ofício central que, do ponto de vista administrativo, era tão importante quanto os ofícios da cúpula. Acredito ser este o caso de outros ofícios como o de Tesoureiro da Câmara e o de Almotacé, mas isto é algo a ser abordado em outro momento. Com isto quis apontar a importância de se ampliar o foco do estudo sobre Câmaras Municipais, que acredito, deve incluir outros ofícios além dos já tradicionalmente estudados. Espero ter ficado claro ao leitor que não pretendi aqui relativizar a importância dos ofícios de cúpula, apenas tento mostrar que outros ofícios são, também, vitais para a compreensão do cotidiano administrativo das Câmaras Municipais.

Fontes citadas:

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Avulsos da Capitania de Minas Gerais, Caixa 2, Documento 46.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Avulsos da Capitania de Minas Gerais, Caixa 3, Documento 65.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Avulsos da Capitania de Minas Gerais, Caixa 5, Documento 78.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Câmara Municipal de Vila Rica. Códice 13: *Acórdãos da Câmara Municipal de Vila Rica, 1721-1726*. Microfilme 16.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1711-1715. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 49, 1927.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*.Belo Horizonte, vol. 25, fasc. 1, julho de 1937.

CREAÇÃO DE VILLAS NO PERÍODO COLONIAL: VILLA RICA. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. Ano 2, vol. 1. jan./mar. p. 84-86.

Bibliografia citada:

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Códigos e Práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748). São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004.

BOXER, Charles R. Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800. Madison & Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965.

CARRARA, Angelo Alves. Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil XVII. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. O poder Concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História Social. 2ª Edição Revista. Coimbra: CEFA, 2008.

CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (ed.). Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais. Lisboa: Edições Colibri & CIDEHUS-UE, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural". In: Revista de História, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977.

SOUSA, Avanete Pereira. Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII). Tese de Doutorado em História Econômica, FFLCH-USP. São Paulo, 2003.

SOUZA, Maria Elisa de Campos. Relações de poder, justiça e administração em Minas Gerais no setecentos – A Comarca de Vila Rica do Ouro Preto: 1711-1752. Dissertação de Mestrado, História, Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2000.

Estratégia Corporativa e Formação de Portfólio: Histórico do Grupo Queiroz Galvão

Luiz Alberto Esteves[♠]

1. Introdução

O objetivo do artigo é identificar a estratégia corporativa do Grupo Queiroz Galvão. Neste sentido caberá identificar quais os elementos que possibilitam que um novo negócio incorporado ao portfólio do grupo possa gerar valor extraordinário aos acionistas, ou seja, gerar um valor superior àquele que seria obtido caso o negócio não fosse conduzido dentro da corporação. A criação de valor extraordinário dentro de uma corporação pode ser, por exemplo, decorrente da presença de economias de escala e escopo[1], da economia de custos de transação[2], da capacitação tecnológica (inovação) e da existência de ativos complementares[3].

O artigo é composto por duas seções chaves, denominadas 'Estratégia Corporativa e Formação de Portfólio: Histórico' e 'Estratégias Tecnológicas'. A primeira fornece uma análise histórica de quando e em quais condições cada um dos segmentos de negócios foi introduzido ao portfólio do grupo. São analisados os principais fatores de mudança no ambiente do negócio que alteraram os incentivos em favor da incorporação do segmento no portfólio do grupo.

A segunda seção tem como objetivo mostrar que o processo de inovação dentro do que aqui denominamos atividade nuclear do grupo, a indústria da construção, apresenta especificidades tecnológicas que a torna peculiar. Neste segmento as inovações são desenvolvidas de forma bem difusa e fragmentadas dentro da cadeia produtiva. A liderança tecnológica no setor está muito mais relacionada à capacidade de articular este conhecimento difuso e fragmentado dentro de projetos de engenharia bem estruturados. Neste sentido, a liderança depende de seu estoque de ativos complementares, que a possibilita introduzirem de forma rentável uma gama de inovações difusas em um único vetor tecnológico denominado projeto. Como os custos de busca e articulação de inovações difusas e fragmentadas podem ser muitas vezes impeditivos, a redução destes custos de

[♠] Professor do Departamento de Economia da UFPR e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR. Email: esteves@ufpr.br

[1] CHANDLER, Alfred D. (1990) Scale and scope: the dynamics of industrial capitalism. Harvard: Belknap.

[2] WILLIANSON, Oliver (1989) Transaction cost economics. In Richard Schmalensee and Robert Willig: *Handbook of Industrial Organization*, V.1, p.136-82.

[3] TEECE, David (1986) 'Profiting from Technological Innovation.' *Research Policy*, Vol. 15: p.286-305.

transação pode ser viabilizada através aquisições, fusões e constituição de parcerias estratégicas. Verificaremos como o Grupo Queiroz Galvão procedeu para reduzir estes custos de transação através de seus parceiros tecnológicos.

2. Estratégia Corporativa e Formação de Portfólio: Histórico

2.1. Construção

O Grupo Queiroz Galvão teve sua origem no segmento da construção civil em 1953, através da criação da empresa Queiroz Galvão Limitada. Na década de 60 a empresa se torna uma sociedade anônima e realiza sua primeira obra federal. Na década de 1970 continua a executar serviços relacionados à construção de rodovias, como a participação nos projetos da Transamazônica e da Belém-Brasília. Na década de 1980 o segmento inicia seu processo de internacionalização através da construção da barragem Paso San Severino no Uruguai. Na década de 1990 executa grandes projetos, tais como a Linha Vermelha (RJ), a Hidrelétrica Miranda (MG) e a Rodovia Carvalho Pinto (SP). No início da década de 2000 o segmento consegue o maior contrato da construtora até então, o Sistema de Riego Quíbor, na Venezuela.

Nos últimos cinco anos o segmento de construção continua participando de vários empreendimentos, tais como a construção das obras da Ponte Forte-Redinha (Ponte Newton Navarro), em Natal, litoral do Rio Grande do Norte. As obras tiveram início no ano de 2004 e foram contratadas com recursos do Estado e da União. O consórcio responsável pela obra, orçada em aproximadamente R$ 170 milhões, foi composto pelas empresas Queiroz Galvão e Construbase.

A constituição de parcerias na forma de consórcios é um expediente comum entre as grandes empresas concorrentes do setor de obras de construção de infra-estrutura e o Grupo Queiroz Galvão esteve engajado na constituição de vários consórcios no período recente. Um exemplo é o consórcio constituído em 2004 pelas empresas Queiroz Galvão, Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e as instaladoras Alstom e Siemens para as obras da primeira fase da construção da linha 4 do metrô de São Paulo, a linha amarela.

O Grupo Queiroz Galvão também tem participado das obras de construção dos metrôs das cidades do Rio de Janeiro e Fortaleza. Na cidade do Rio de Janeiro, a Construtora Queiroz Galvão lidera o Consórcio Construtor Rio-Barra (CCRB), constituído também pelas empresas Odebrecht, Carioca Engenharia, Cowan e Servix e responsável pela construção da linha 4. A empresa também lidera o

consórcio responsável pela construção do metrô de Fortaleza, constituído pelas construtoras Queiroz Galvão e Camargo Corrêa.

A construtora também liderou o consórcio responsável pelas obras da ponte sobre o Canal Itajuru, reabrindo a ligação entre a Lagoa de Araruama e o mar, na região dos Lagos do RJ. O consórcio, também composto pela Construtora Oriente, foi ainda responsável pela duplicação de 14,5 km da estrada que levam ao Canal Itajuru e construiu uma segunda ponte sobre o Canal Palmer. A obra, contrata pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, foi entregue no ano de 2007.

Outras obras de infra-estrutura rodoviária executadas pela Construtora Queiroz Galvão que merecem destaque são: (1) A duplicação da BR-101 - 28,5 Km em Santa Catarina e 72 Km de pista no RS. Uma obra do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que inclui um viaduto de acesso ao Balneário de Rincão (SC) e um túnel de 1.950 metros no trecho do RS; (2) Reforma da BR-459, trecho de 40 km na proximidade de Pouso Alegre (MG). A obra contratada pelo DNIT envolve duplicação e construção de viadutos; (3) Construção do trecho sul do Rodoanel Mário Covas em SP e ponte sobre a represa Billings. A obra realizada por consórcio liderado pela Queiroz Galvão inclui a CR Almeida.

As obras de infra-estrutura rodoviária executadas pela construtora não se limitaram ao território nacional. A empresa esteve envolvida nas obras da Estrada Tarija-Potosi, Bolívia (maior empreendimento rodoviário da Bolívia). Iniciada em julho de 2004, teve financiamento de recursos do PROEX/Brasil (Programa de Financiamento às Exportações Brasileiras) e CAF (Corporação Andina de Fomento). Ainda na América Latina a construtora participou das obras de 36 km de extensão na Rodovia Tingo Maria – Aguaytia, em Huanuco-Ucayali e de 40 km de extensão na Rodovia Casma – Yautan em Ancash, ambas no Peru e das obras do trecho 4 da Rodovia Interoceânica, que atravessa territórios peruanos na fronteira com o Brasil e com o Oceano Pacífico. O consórcio (proprietário da *Intersur*, da qual a Construtora Queiroz Galvão detém 33,33%) administrará a rodovia por 25 anos.

A construtora também esteve envolvida em obras no Continente Africano, tais como a construção da Auto-Estrada Periférica de Luanda e reabilitação da Estrada Desvio da Manuenga /Quiabala, trecho pertencente à Rodovia Nacional 120, ambas em Angola, cujo contratante foi o Instituto de Estradas de Angola (INEA), financiado pelo Governo de Angola. Ainda em território do Continente Africano, a construtora foi responsável por obras de infraestrutura nas principais cidades da Líbia.

Obras de barragens, adutoras e usinas hidrelétricas também constituem o portfólio de negócios da construtora. A construtora participou das obras dos canais de integração das bacias hidrográficas do Ceará, o Eixão, com extensão de 250 km para levar água do açude Castanhão até a Região Metropolitana de Fortaleza e, daí, até o Porto de Pecém. A obra foi dividida pelo governo do Estado em cinco trechos. A construtora, em consórcio com outras duas empresas, foi responsável pelas obras do trecho 3, com 66 km.

Ainda neste segmento, a construtora participou das seguintes obras: (1) Complexo Energético Amador Aguiar, localizado entre os municípios de Uberlândia e Araguari (MG), contratada pela empresa CCBE (Consórcio Capim Branco Energia), de propriedade das empresas Cia. Vale do Rio Doce, Cemig Capim Branco, Comercial e Agrícola Paineiras e Companhia Mineira de Metais. As obras foram conduzidas pelo Consórcio Construtor Capim Branco (CCCB), formado pelas empresas Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e liderado pela Odebrecht; (2) Obras da Barragem de Jucazinho (PE), contratada pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) do Ministério da Integração Nacional; (3) Obras da adutora do Sistema Produtor de Pirapama, cujo objetivo é eliminar o racionamento de água na região metropolitana do Recife (PE). O consórcio construtor, constituído pelas empresas Queiroz Galvão, Odebrecht e OAS, foi contratado pela Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento); e (4) Obras do sistema adutor de Capivara (PB).

A construtora também foi responsável por obras de construção de hidrelétricas no exterior. As obras da Central Hidrelétrica La Higuera, primeiro empreendimento do grupo em território chileno, foi conduzido por um consórcio constituído pela australiana Pacific Hydro e a norueguesa SN Power.

Um ponto de destaque em termos de internacionalização e avanço tecnológico é a participação do grupo na construção da Usina Geotérmica de San Jacinto-Tizate, na Nicarágua. A construtora é a primeira empresa brasileira a desenvolver um projeto de usina geotérmica, ou seja, de geração de energia a partir do aproveitamento de calor proveniente de vulcões. No caso desta obra específica, o calor é proveniente do Vulcão Telica. Embora o ativo intangível adquirido nesta operação possa não fornecer uma vantagem competitiva no mercado doméstico de energia, o mesmo pode reforçar o posicionamento estratégico da companhia no mercado internacional.

No que diz respeito às obras de saneamento, a construtora foi responsável pela ampliação e implantação de redes de esgoto em 22 municípios da Paraíba, incluindo João Pessoa e Campina Grande, uma obra contratada pela Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA) e pela ampliação da rede coletora de esgoto em Vitória (ES), uma obra do PAC, do Governo Federal.

As obras de revitalização e intervenção urbanística também fazem parte do leque de empreendimentos conduzidos pela construtora. A construção lidera o consórcio das obras de intervenção urbanística e revitalização na favela da Rocinha (RJ), uma obra contratada a partir dos recursos do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e as obras de recuperação do Canal do Fundão, que inclui o saneamento da Vila residencial da UFRJ, a urbanização da Ilha do Fundão e reforço dos pilares de sustentação da Linha Vermelha e pontes Oswaldo Crus e Brigadeiro Trompovski.

No que diz respeito a obras de infra-estrutura ferroviária, a construtora realizou a manutenção da linha férrea de Carajás (trilhos, recuperação de canaletas e aterros, troca de dormentes) e a ampliação de áreas de manobra (24 pátios), uma obra contratada pela Companhia Vale do Rio Doce. Participa também das obras do trecho da Ferrovia Norte-Sul, no município de Anápolis (GO) – um dos maiores projetos de infra-estrutura do país.

Uma especificidade do portfólio de projetos da construtora é que quase a totalidade de seus contratos é assinada com órgãos governamentais[4]. O Governo Federal é um dos principais clientes da Construtora Queiroz Galvão, porém seus gastos diretos (via Ministérios) correspondem, em média, por menos de 10% da receita bruta da construtora. Uma parcela adicional de recursos da União pagos por serviços da construtora são indiretos, ou seja, por obras contratadas por Governos Estaduais, Municipais e, principalmente, por empresas com participação acionária do Governo, tais como a Petrobrás e suas subsidiárias.

Dois pontos merecem destaque no parágrafo acima. Em primeiro lugar a Construtora Queiroz Galvão é a única entre os principais concorrentes (Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e OAS) do setor que não dispõe de uma participação de pelo menos 30% de contratos privados em seu portfólio. Como a participação das receitas do segmento de construção corresponde por 63% do faturamento consolidado do grupo[5], sua exposição ao risco de perdas devido a contingenciamentos nos orçamentos governamentais e nos planos de investimentos da Petrobrás é muito elevada.

Outro ponto de destaque é a relevância que os contratos com a Petrobrás exercem dentro do faturamento consolidado da construtora e do grupo. Nenhuma das grandes construtoras do país mantém uma relação estratégica tão forte com a Petrobrás quanto o Grupo Queiroz Galvão. A razão para isto repousa sobre o fato de que a estratégia corporativa do grupo priorizou os negócios

[4] Ver Fonte: http://www.cbicdados.com.br/

[5] Relatório Anual de 2010.

relacionados ao petróleo e gás desde o início da década de 1980 e tal segmento só foi ser explorado pelos demais concorrentes a partir da segunda metade da década de 2000, como verificaremos em maiores detalhes nas próximas seções.

Seguem relacionadas abaixo algumas das atividades recentes executadas pelo segmento de construção da Queiroz Galvão para a Petrobrás:

- Construção Gasoduto Catu (BA)-Pilar (AL) Projeto Malhas II, com trecho com mais de 400 km. O consórcio construtor foi composto pelas empresas NEDL – Toyo, GDK, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Queiroz Galvão;
- Obras de substituição de linhas internas de petróleo e água e recuperação dos tanques de armazenamento do Tebar (São Sebastião, Litoral de SP), maior terminal marítimo da América Latina, operado pela Transpetro, subsidiária de transporte da Petrobrás;
- Obras da Refinaria Henrique Lage (REVAP) da Petrobrás, em São José dos Campos, SP. Obras de responsabilidade do Consórcio liderado pela Queiroz Galvão, tendo como participante a empresa IESA;
- Construção da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA). As obras da construção fazem parte do Projeto Mexilhão, da Petrobrás. O consórcio Caraguatatuba é formado pelas empresas Petrobrás, Queiroz Galvão, IESA e Camargo Correa;
- Obras de modernização das instalações do Terminal Marítimo de Madre de Deus (TEMADRE), no Município de Madre de Deus, em Salvador (BA) – principal porto de escoamento da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe (RLAM) da Petrobrás. Obra contratada pela Transpetro, subsidiária da Petrobrás;
- Realização das obras da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) da Petrobrás BA;
- Obras de Terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), Consórcio CTC constituído pela empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão;
- Construção do Centro Integrado de Processamento de Dados (CIPD) - obra que integra a ampliação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES), da UFRJ. O centro pertence à Petrobrás e foi construído pelo Consórcio CITI, constituído pelas empresas Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Mendes Júnior;
- Construção da unidade de hidrodessulfurização (HDS) na refinaria de Duque de Caxias (REDUC) da Petrobrás, no Estado do Rio de Janeiro. Obras conduzida pelo Consórcio QI, constituído pelas empresas Queiroz Galvão e IESA.

- Construção de duas tubovias, uma de 1,5 km e a segunda de 2,2 km na Refinaria Duque de Caxias (REDUC) na Baixada Fluminense (RJ). Consórcio construtor QI (Queiroz Galvão e IESA).
- Obras de terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima, no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE).

Faz-se importante destacar que a Construtora Queiroz Galvão está organizada em quatro áreas: Suporte Corporativo; Engenharia e Tecnologia; Mercado Privado e Óleo e Gás. Aqui deve ficar bem claro ao leitor que Óleo e Gás são: (i) uma área do segmento de construção, que tem a empresa Quip S.A. como responsável pelas obras de construção de plataformas de petróleo; e (ii) um segmento prestador de serviços de perfuração e produção de petróleo, que tem a empresa Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) como responsável[6]. Isto quer dizer que a receita de vendas obtida pela empresa Quip é contabilizada no segmento de construção e a receita de vendas obtida pela QGOG é contabilizada no segmento de Óleo e Gás.

A empresa Quip S.A. foi fundada em 2005 tendo como acionistas originais as empresas Queiroz Galvão, UTC Engenharia e IESA Óleo e Gás. Em 2010 recebe o Grupo Camargo Corrêa e a PMJR como novos acionistas com o objetivo de reforçar sua posição estratégica e financeira.

A Quip S.A., empresa sediada no município de Rio Grande (RS), iniciou suas atividades com a construção da plataforma de petróleo *offshore* P-53, para a Petrobras. Atualmente está engajada na contratação das plataformas P-55 para a Petrobras e P-63 para o JV Petrobras – Chevron. Atualmente a Construtora Queiroz Galvão detém 33% das ações da Quip.

A Construtora Queiroz Galvão também esteve presente na construção das instalações industriais da fábrica de pneus da Vipal, em Feira de Santana, no Recôncavo Baiano (BA); nas obras de construção do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais (Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves), cujo complexo centraliza em um mesmo lugar todos os órgãos públicos do governo; e das obras de ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca, administrado pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte, empreendimento este conduzido pelo Consórcio Areia Branca, comporto pelas empresas Contremac, A Carioca e Queiroz Galvão.

Finalmente, no plano da internacionalização do segmento, a construtora dispõe de sucursais em doze países: Angola, Argentina, Bolívia, Chile, Emirados Árabes, Líbia, Nicarágua, Panamá, Paraguai,

[6] A análise do segmento de Óleo e Gás é feita na seção 2.3

Peru, República Dominicana e Venezuela. Adicionalmente, a *subholding* Construtora Queiroz Galvão S.A. é proprietária da Constructora SUR S.A., no Peru.

O objetivo da descrição das atividades acima é mostrar como os empreendimentos do segmento de construção podem ser articulados com outros segmentos de negócios dentro do grupo, tais como Desenvolvimento Imobiliário, Siderurgia, Participações e Concessões e Engenharia Ambiental. Estas articulações podem ser facilmente atribuídas a uma estratégia corporativa de integração vertical à montante e jusante. Já o forte relacionamento do grupo com a Petrobrás fornece algumas pistas de como o grupo foi selecionando negócios ligados à construção naval, petróleo e gás. As próximas seções serão dedicadas a esclarecer as razões que nortearam os critérios de seleção de portfólio da estratégia corporativa do grupo.

2.2.Desenvolvimento Imobiliário

A incorporação do segmento de desenvolvimento imobiliário dentro do portfólio de negócios do grupo ocorreu há três décadas, quando o grupo inicia o lançamento de imóveis de alto padrão no mercado imobiliário de Recife (PE). Durante mais de duas décadas a Queiroz Galvão se limitou a operar naquele mercado, focando investimentos principalmente nos empreendimentos urbanos residenciais de médio e alto padrão e atividades comerciais.

Apenas na metade da década de 2000 que o segmento diversifica suas operações com a Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário (QGDI) ingressando nos mercados imobiliários da Bahia e de São Paulo. No ano de 2009 abre uma subregional em Campinas (SP) e em 2010 inaugura duas sedes regionais, uma no Rio de Janeiro e outra no Distrito Federal. Este avanço em mercados até então não explorados pelo grupo foi fortemente motivado pelo aquecimento generalizado do mercado imobiliário brasileiro a partir de 2005. Desde aquele ano o crédito imobiliário tem crescido a taxas superiores a 20% ao ano, passando de 1,4% do PIB em 2005 para 3% em 2010. As estimativas da ABECIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) e da CEF é que em 2014 este percentual ultrapasse os 10%.

O segmento corresponde por 6% da receita consolidada do grupo, ou seja, algo em torno de R$ 520 milhões. O faturamento com imóveis residenciais de médio e alto padrão correspondem por aproximadamente 61% deste faturamento, enquanto que 30% da receita são originadas da venda de projetos destinados às atividades comerciais. Os empreendimentos imobiliários destinados à população de baixa renda só começaram a ser incorporados ao portfólio de negócios do segmento no

ano de 2008, comercializados com a marca Slim. No ano de 2010 a participação de receitas da linha Slim no faturamento da QGDI chega a 9%, impulsionada principalmente pelo programa habitacional popular do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida.

No ano de 2010 a QGDI em parceria com a Caixa Econômica Federal formalizou a emissão de R$ 450 milhões em debêntures. Os recursos serão utilizados ao longo de 5 anos e servirão para realizar os lançamentos de unidades residenciais de até R$ 500 mil nos estados de São Paulo e Pernambuco. *O*s recursos serão aplicados no segmento econômico e de média renda, em empreendimentos imobiliários que totalizarão aproximadamente R$ 1 bilhão em VGV (Valor Geral de Vendas).

A QGDI tem uma gestão independente da empreiteira. Ao contrário das concorrentes Odebrecht Realizações Imobiliárias e OAS Empreendimentos - que aproveitam as sinergias com a construção pesada, como a construção de pontes e até estádios próximos a empreendimentos – a QGDI opera isoladamente. A QGDI também revela que não ter intenção de atuar no segmento de zero a três salários mínimos, onde a Bairro Novo, da Odebrecht, e a HM, da Camargo Corrêa, tem forte atuação.

A *subholding* QGDI faz parte do portfólio de negócios do grupo, mas não opera dentro do mesmo sob a ótica da corporação. Como não aproveita as sinergias do segmento da construção, é muito provável que obtivesse os mesmos resultados caso não operasse dentro da corporação (exceto para o caso do nome Queiroz Galvão constituir um ativo intangível para a QGDI). O fato de um determinado negócio ser mais ou menos promissor não é o objeto de análise de uma estratégia corporativa, o ponto é se o negócio se torna mais promissor dentro da corporação do que fora dela, operando isoladamente.

2.3.Óleo e Gás, Exploração e Produção

O segmento de óleo e gás foi incorporado ao portfólio do grupo no ano de 1980, em meio à crise do petróleo, através da constituição da empresa Queiroz Galvão Perfurações S.A. A empresa trabalhava como prestadora de serviços para a Petrobras, arrendando sondas terrestres e marítimas para perfuração de poços.

No ano de 2006 a empresa passa a ser chamada de Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG). A empresa Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) é líder no mercado de serviços de perfuração e dispõem atualmente de 11 sondas, sendo três *offshore* (Olinda Star, Atlantic Star e Alaskan Star) e seis *onshore*, além de duas unidades semi-submersíveis de posicionamento dinâmico, as plataformas

Lone Star e Gold Star, construídas em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. A empresa é detentora da Tríplice certificação ISO: 14001 (meio ambiente), ISO 18001 (saúde e segurança) e ISO 9001 (gestão de qualidade) e foi a primeira empresa nacional, além da Petrobrás, enquadrada pela ANP como Operador A, que a credencia a atuar em águas profundas.

No ano de 2007 a QGOG iniciou suas atividades de produção de petróleo e gás. Trata-se de uma diversificação de serviços de perfuração, onde o QGOG é tradicional, alcançada através da obtenção do petroleiro FPSO Capixaba (Floating Production Storage and Offloading). As empresas QGOG e a holandesa SBM Offshore são proprietárias do petroleiro. A parceria com a SBM Offshore, líder mundial e detentora de *know-how*, viabiliza as condições tecnológicas para a entrada do grupo nas atividades de produção de petróleo e gás. O grande desafio para a QGOG é obter a expertise da parceira holandesa.

Em 2008, a empresa Manati (45% de propriedade do grupo) alcançou o posto de segunda maior produtora de gás natural do Brasil, atrás apenas da Petrobrás, e suas reservas totais somavam mais de 100 milhões de barris de óleo equivalente. O Projeto Manati, primeiro campo produtor de gás natural *offshore*, na costa sul do Estado da Bahia, é um dos maiores projetos de investimento do grupo, onde a empresa detém 55% das reservas de gás a serem extraídos. Os demais 45% das reservas são de propriedade da Petrobrás (35%) e Petroserv (10%).

Ainda no segmento de óleo e gás, o grupo entre 2006 e 2007 adquiriu sete blocos exploratórios nas rodadas de licitações da ANP, sendo quatro na Bacia de Tucano (BA) e três na Baía de Santos. Ao final da nona rodada de licitações da ANP, o grupo detinha um total de quinze blocos de exploração em seu portfólio.

O rápido engajamento do grupo em várias atividades diversificadas dentro do segmento de óleo e gás, o montante de recursos em investimentos destinados ao setor e a constituição de uma rede de parceiros estratégicos (nacionais e estrangeiros) altamente qualificados tecnologicamente, sinalizam que tal área de negócios tenderá a obter uma representação cada vez maior dentre as atividades do Grupo.

Em outubro de 2010 o departamento de exploração e produção da QGOG tornou-se uma empresa independente, a Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP). A nova *subholding* dá origem a uma nova área de negócio no grupo, denominada exploração e produção, e traz consigo as empresas Manati S/A e Bs3 S/A (óleos lubrificantes), até então de propriedade da QGOG.

Em fevereiro de 2011 o Grupo Queiroz Galvão fez uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da QGEP para levantar recursos no mercado para ampliação de seus investimentos no setor. A oferta primária da QGEP envolveu 79,74 milhões de ações, negociadas a R$ 19 cada, totalizando assim um montante de R$ 1,52 bilhão. Vale notar que as ações foram precificadas pelo mercado a um preço inferior ao previsto, entre R$ 23 e R$ 29 por papel.

Os segmentos de óleo e gás e exploração e produção responderam juntos por 10% do faturamento consolidado do grupo no ano de 2010. Não foi possível encontrar na literatura disponível qualquer registro sobre os fatores que motivaram o grupo a ingressar em 1980 no segmento de prestação de serviços de arrendamento de sondas para perfuração de poços para a Petrobrás.

O ingresso no segmento de construção de plataformas em 2005, através da Quip, foi motivado pela rápida expansão dos investimentos feitos pela Petrobrás no setor. Entre os anos de 2005 e 2010 os investimentos da Petrobrás quintuplicaram, passando de R$ 10 bilhões em 2005 para mais de R$ 50 bilhões em 2010.

Já o ingresso do grupo no segmento de exploração e produção de petróleo e gás representou uma diversificação dos serviços de perfuração já realizados pela QGOG, viabilizada pela mudança no marco regulatório do setor em 1997, com a criação da ANP, responsável pelas rodadas de licitações de blocos exploratórios. Os desafios tecnológicos que representaram essas incursões serão discutidos na seção 3 do relatório.

2.4.Alimentos

O grupo iniciou suas operações no segmento de alimentos na década de 1960, mas os grandes investimentos na área apenas começaram na década de 1980. O Grupo Queiroz Galvão foi consolidado formalmente como uma corporação na década de 1970, quando sua diversificação de negócios incorporou a pecuária de corte, com a fundação da Agropecuária Rio Arataú, no Pará.

O grupo é engajado no segmento de produção de alimentos através da Queiroz Galvão Alimentos (QGA), ligada à *subholding* Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios (QGDN). A QGA atua nas áreas de pecuária de corte, fruticultura e carnicicultura (cultura de crustáceos)

Na área de fruticultura a QGA é responsável pela produção de mangas de variedades Tommy Atkins, Kent e Keith (350 hectares de caatinga preservados) e plantação de uvas de mesa, sem sementes, das

variedades Festival, Crimson e Thompson (250 hectares) em Petrolina (PE). Toda produção é destinada para o mercado externo (EUA, Canadá e Europa).

A QGO atua com carcinicultura desde 2003, em Pendências e Touros (RN). A produção é também exclusivamente destinada à Europa através dos portos de Pecém e Fortaleza (CE).

O segmento de alimentos corresponde por 1% do faturamento global do grupo.

2.5.Siderurgia

O grupo incorpora o segmento de negócios de siderurgia a seu portfólio na década de 1990, com a incorporação da Siderúrgica do Maranhão S/A (Simasa) e pela Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré. O segmento de siderurgia está ligado à subholding QGDN, que também é proprietária da Cia. Siderúrgica do Maranhão, a Cosima. Todo o complexo siderúrgico do grupo está situado no Estado do Maranhão e sua capacidade instalada tem capacidade de produzir 861.600 toneladas de ferro-gusa por ano.

Um destaque negativo do segmento foi à associação do nome de suas empresas ao trabalho escravo. No ano de 1995, o Ministério do Trabalho e Emprego criou o Grupo Especial de Fiscalização Móvel. O Grupo Móvel é responsável pela elaboração da "lista suja"[7] do trabalho escravo. O nome da Pindaré apareceu na lista nos anos de 1996, 1997, 1998, 2002 e 2003. Já o nome da SIMASA apareceu pela primeira vez em 2002 e seu nome foi retirado da mesma em julho de 2008.

No relatório de 2010 o grupo afirma que todo o carvão vegetal utilizado em suas unidades é produzido a partir de florestas próprias, plantadas com eucaliptos e toda mão-de-obra utilizada na produção do carvão vegetal vem da sua empresa coligada Energia Verde, que cumpre rigorosamente a legislação trabalhista em vigor, além de não utilizar nenhum tipo de terceirização.

O segmento de siderurgia corresponde por 2% do faturamento consolidado do grupo.

[7] As "listas sujas" são publicadas periodicamente no sítio eletrônico do MTE. Embora não constitua um instrumento formal, governos e instituições financeiras públicas e privadas têm utilizado o instrumento em suas políticas de concessões de benefícios fiscais e de crédito.

2.6.Participações e Concessões

O portfólio do segmento de participações e concessões do grupo é bastante diversificado e incluem as áreas de construção naval, energia, rodovias e saneamento.
O ingresso do grupo no segmento de concessões ocorreu no ano de 1995, através da empresa CTR, concessionária da administração da rodovia BR-116 trecho Rio-Teresópolis-Além Paraíba (RJ). Em agosto de 1995, a Construtora OAS venceu a concorrência do DNER para a administração da rodovia e convidou as empresas Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A, Construtora Queiroz Galvão S/A e EIT-Empresa Industrial Técnica S/A para formar a CRT, a Concessionária Rio-Teresópolis S/A.

Em todas as áreas onde o grupo detém concessões, o mesmo já dispunha de algum grau de expertise anterior à entrada, sendo que o maior desafio foi na área de construção naval, como discutiremos adiante. Assim, o único empecilho para não ter ingressado anteriormente no segmento foi por conta dos marcos regulatórios dos setores. Com as mudanças dos marcos regulatórios na segunda metade da década de 1990, a decisão de ingresso do grupo no segmento foi natural.

O Grupo também detém direitos de concessão de vários empreendimentos, entre eles, destacamos os seguintes relacionados abaixo:

- Administração de 600 km dos 2.496 km de estradas que constituem o Anel de Integração do Paraná, responsável pela interligação de cidades como Londrina, Maringá, Paranavaí, Campo Mourão e Cascavel (PR);
- Concessionária de águas e esgoto nos municípios de Petrópolis, Nova Friburgo, Niterói, Araruama, Saquarema, Silva Jardim, Resende e Campos (RJ) e Araçoiaba da Serra, Jaú, Araçatuba e Ourinhos (SP). A concessionária, a empresa Águas do Brasil, é formada pelas empresas Developer, Queiroz Galvão, Trana Construções e Construtora Cowan;
- Controlador da Usina Hidrelétrica de Quebra-Queixo, de propriedade da Companhia Energética de Chapecó (SC);
- Controlador da Usina Hidrelétrica Santa Clara, localizada no Rio Macuri, nos limites dos municípios de Macuri (BA) e Serra dos Aimorés e Nanuque (MG);
- Controlador da Usina Hidrelétrica Jauru, localizada no Mato Grosso;
- A EcoUrbis, empresa do Grupo Queiroz Galvão, detém a concessão de 60% da limpeza urbana da metrópole paulistana desde 2004. Os acionistas da EcoUrbis são: Queiroz Galvão, Heleno e Fonseca Construtécnica S.A. e Construtora Marquise S.A.

Um ponto de destaque no segmento de concessão foi a vitória do consórcio Norte Energia no leilão para a concessão e comercialização de energia da usina hidrelétrica de Belo Monte, localizada no Rio Xingu (PA). A licitação foi realizada no dia 20/04/2010 pela ANEEL. Na ocasião o Consórcio Norte Energia era formado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (49,98%), Construtora Queiroz Galvão S/A (10,02%), Galvão Engenharia S/A (3,75%), Mendes Junior Trading Engenharia (3,75%), Serveng-Civilsan S/A (3,75%), J Malucelli Construtora de Obras S/A (9,98%), Contern Construções e Comércio Ltda (3,75%), Cetenco Engenharia S/A (5%) e Gaia Energia e Participações (10,02%).

A estrutura societária do consórcio sofreu algumas modificações recentemente e a própria Queiroz Galvão sinalizou a possibilidade de vender sua participação. As mudanças se devem ao fato de que o edital estabelece que na ocasião da assinatura do contrato, o consórcio deveria ser composto de no máximo 20% de ações na mão de empresas de engenharia e construção (sociedade de propósito específico) e o mesmo foi constituído com 40%.

O ingresso na área de construção naval demanda uma análise em especial, dada a complexidade tecnológica do empreendimento. O segmento naval foi incorporado ao portfólio de negócios do grupo no ano de 2005, através da constituição do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), localizado no Estado de Pernambuco.

O EAS é a maior empresa de construção naval do hemisfério sul e de propriedade dos grupos Queiroz Galvão, Camargo Corrêa, Samsung Heavy Industries e PJMR. Construído com recursos do BNDES, o objetivo do empreendimento é a revitalização da indústria naval brasileira. O maior cliente do EAS é o Grupo Petrobrás, mais especificamente sua subsidiária Transpetro, através de seu Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef).

Em 2009 a receita de vendas do EAS foi de US$ 490,6 milhões e em 2010 a cifra foi de US$ 676,3 milhões. Os dados disponíveis ainda não refletem a capacidade econômico-financeira da empresa em gerar receitas e lucros, uma vez que a mesma dispõe de uma encomenda de 22 navios (10 navios tipo Suezmax, 5 Aframax, 4 aliviadores Suezmax DP e 3 aliviadores Aframax DP) para o Promef. Em maio de 2010 o EAS entregou a primeira embarcação desta frota: o navio Suezmax "João Cândido". Além das 22 embarcações para o Promef, o EAS já dispõe de encomendas contratadas para a construção de mais 20 embarcações para outros projetos. A receita esperada com a construção destas 42 embarcações é de US$ 4,7 bilhões.

Na constituição do EAS, em 2005, a participação acionária da empresa era dividida entre 49,5% para o Grupo Camargo Corrêa, 49,5% para o Grupo Queiroz Galvão e 1% para a PJMR. A necessidade de um parceiro tecnológico para o projeto fez com que em julho de 2007 o EAS assinasse um contrato de cooperação tecnológica com a Samsung Heavy Industries. A Samsung, terceiro maior *global player* do setor naval, já havia desenhado o projeto do EAS, mas o desafio tecnológico para o desenvolvimento de design dos navios ainda demandava solução[8]. Tal contrato de cooperação tecnológica acabou repercutindo mais tarde no ingresso da Samsung como acionista da empresa.

O envolvimento de um parceiro tecnológico internacional no projeto era imperativo, uma vez que a indústria naval brasileira ficou praticamente desativada por mais de uma década. Atualmente o grupo é proprietário de 40% da participação societária do EAS.

O segmento de participações concessões corresponde por 10% do faturamento consolidado do grupo.

2.7. Engenharia Ambiental

O segmento de negócios de engenharia ambiental está presente há 15 anos no portfólio de operações do grupo. O marco do ingresso no segmento foi a assinatura de contrato com a prefeitura da cidade de Vitória (ES), em abril de 1995, para a prestação de serviços de coleta de resíduos domiciliares e hospitalares.

Os negócios no segmento eram geridos pela diretoria de meio ambiente da Queiroz Galvão Participações, Transporte, Comércio e Serviços S.A. No ano de 2007 as atividades até então realizadas por esta diretoria foram incorporadas pela recém criada empresa Vital Engenharia S.A. O segmento tem como foco prestar serviços de limpeza através de contratos de prestação de serviços ou concessões de serviços públicos, construção de aterros sanitários e outros projetos com relação direta na preservação do meio ambiente.

Dentro do portfólio de negócios do segmento encontramos as atividades de operação do aterro de Gramacho, no município de Duque de Caxias (RJ). A experiência adquirida neste empreendimento, iniciadas em 1996, (os detalhes técnicos serão abordados na seção 3), principalmente no que diz respeito à execução de atividades com catadores de lixo em uma unidade de reciclagem (usina de triagem), credenciaram a empresa a atuar na recuperação e operação de diversas outras áreas de

[8] Ver: http://www.tnpetroleo.com.br/noticia/imprimir/id/13182

deposição irregular de resíduos, em diversos municípios brasileiros. No Estado de São Paulo, a empresa assumiu a operação de manutenção do Aterro Sanitário de Resíduos Inertes de Itatinga, o maior do país.

Atualmente o segmento executa todas as atividades inerentes aos serviços de limpeza pública, como coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, coleta de resíduos hospitalares, coleta seletiva, serviços complementares de limpeza, varrição manual e mecanizada de vias públicas, destinação final de resíduos e plantio e manutenção de parques. A empresa opera tais serviços para vários municípios de Pernambuco, Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná.

Hoje a Vital Engenharia é uma das *subholdings* do grupo e detém participação das empresas EMBA, Empresa Brasileira de Meio Ambiente S/A (100%), Macaúbas Meio Ambiente S.A. (67,50%), SCP Macaúbas (67,50%) CTR Macaúbas Meio Ambiente S.A. (67,50%).

As empresas Macaúbas Meio-Ambiente S.A, SCP Macaúbas e CTR Macaúbas Meio Ambiente S.A. operam no município de Sabará (MG), onde opera o Centro de Resíduos (CTR) Macaúbas.

As perspectivas futuras para a lucratividade e expansão do segmento no portfólio do grupo são excelentes, pois a Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê o fim dos lixões e a criação de aterros adequados até 2014 e de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), quando da instituição da Lei, apenas 27,7% dos municípios brasileiros depositavam seus resíduos em aterros adequados.

O segmento de engenharia ambiental corresponde por 8% do faturamento consolidado do grupo.

2.8.Alienações

O Grupo Queiroz Galvão não realizou nenhuma alienação de negócios no passado recente. O grupo tem priorizado seus investimentos no segmento de exploração e produção, mas os recursos levantados neste sentido têm sido obtidos exclusivamente por emissão de papéis da QGEP. Não há até o presente momento nenhuma expectativa que recursos a serem levantados por alienação de outros negócios venham a ser futuramente engajados em área prioritária de investimentos do grupo, tais como construção, exploração e produção, óleo e gás e concessões.

3. Estratégias Tecnológicas

O objetivo desta seção é analisar como o grupo articulou suas capacitações tecnológicas para incorporar novos segmentos de negócios em seu portfólio. Como já discutido na introdução do trabalho, a criação de valor extraordinário dentro de uma corporação pode decorrer de vários fatores, mas nesta seção o destaque será no papel da produção de conhecimento e a mobilização de recursos utilizados neste sentido.

O primeiro ponto a ser considerado diz respeito às especificidades do processo de inovação dentro do setor de construção, seja brasileiro ou internacional. Uma busca por depósitos de patentes em nome de grandes construtoras pode trazer resultados bastante frustrantes para o investigador. Os motivos desta dificuldade na produção de conhecimento tecnológico por parte das empresas norte-americanas da construção foi o objeto de investigação de Slaughter (1998)[9] e Martins (2004)[10] confirma a validade e a aderência dos argumentos para o caso brasileiro. Slaughter apresenta cinco especificidades da indústria da construção "que aumentam a complexidade para fomentar atividades de inovação na cadeia produtiva da construção civil" (Martins, 2004 p. 10). Tais especificidades são reportadas por Martins, nos seguintes termos:

(i) *Escala física*: o tamanho dos bens construídos causa certas limitações operacionais para o desenvolvimento das inovações, na medida em que os resultados obtidos com protótipos desenvolvidos em laboratório podem diferir significativamente dos resultados observados em escala real;

(ii) *Complexidade*: o processo construtivo é composto de uma ampla gama de etapas e sistemas distintos, cujas interações não são tão facilmente delimitadas e compreendidas, o que pode dificultar a introdução e o desenvolvimento de inovações;

(iii) *Período de uso*: os produtos finais dos processos construtivos são projetados para ter uma vida útil longa. Dessa forma, as inovações devem ser avaliadas levando em consideração um longo período de utilização, seu potencial de falhas e a acessibilidade para eventuais reparos e modificações;

[9] SLAUGHTER, S.E. (1998) 'Models of construction Innovation' *Journal of Construction Engineering and Management*, Vol. 124 (3): P.226-231.

[10] MARTINS, M.G. (2004) A Inovação Tecnológica na Produção de Edifícios Impulsionada pela Indústria de Materiais e Componentes. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

(iv) *Contexto organizacional*: as relações entre as partes envolvidas no processo construtivo geralmente são de curta duração, pois as alianças são formadas com o intuito de executar apenas um empreendimento e se dissolvem ao seu término; e

(v) *Contexto social e político*: os projetos e o processo de fabricação de edifícios são elaborados com base em especificações detalhadas em códigos e regulamentos, que afetam diretamente a possibilidade de introdução e homologação de inovações.

Martins (2004) observa ainda que, diferentemente das organizações tradicionais da indústria, que têm um grupo interno de permanente voltado para o desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento, na construção a inovação ocorre de forma fragmentada, dividida nas etapas de projeto, fabricação e implantação entre os diversos participantes.

Uma simples pesquisa nos registros das patentes depositadas para o setor da construção corrobora o argumento da fragmentação de Martins (2004). Na realidade, a liderança tecnológica no setor de construção civil ou da construção naval não está necessariamente relacionada ao desenvolvimento de inovações, mas sim na capacidade de articular o conhecimento disponível e fragmentado em torno de projetos de alta complexidade.

Alguns autores[11] têm destacado a limitação dos resultados obtidos por empresas que despendem grande esforço para a produção de conhecimento, mas que não dispõem dos ativos complementares (manufatura, distribuição, tecnologias complementares, vendas, finanças e demais serviços) necessários para introduzir de forma economicamente desejável suas inovações.

Nestes termos, o maior desafio tecnológico no segmento de construção não é necessariamente desenvolver inovações, mas sim articular e introduzir de forma rentável uma gama de inovações difusas na cadeia produtiva em um único vetor tecnológico. Este argumento vale não somente para a construção de prédios, edificações e usinas hidrelétricas, mas também para a construção de estaleiros, embarcações e sondas.

Como os custos de busca e articulação de inovações difusas e fragmentadas podem ser muitas vezes proibitivos, a redução destes custos de transação pode ser viabilizada através aquisições, fusões e constituição de parcerias estratégicas. Verificaremos ao longo desta seção como o Grupo Queiroz Galvão procedeu para reduzir estes custos de transação através de suas empresas e parceiros tecnológicos.

[11] TEECE (1986) e CHANDLER (1990).

Comecemos com o segmento da siderurgia, um dos fornecedores de insumos para as atividades de construção. Como já mencionado na seção anterior, as empresas CIMASA, COSIMA e Vale do Pindaré constituem o complexo siderúrgico do Grupo Queiroz Galvão. Trata-se de um conjunto de empresas que não exercem liderança tecnológica dentro de seu segmento. Aqui o termo liderança não está relacionado com a noção de *market share*, mas sim em termos da taxonomia sugerida por DeNegri et al (2006) [12], onde a liderança está relacionada à capacidade de inovação e internacionalização (via exportações) da firma.

Como verificaremos adiante, as empresas COSIMA e Vale do Pindaré são empresas exportadoras, porém não foi encontrada nenhuma evidência de que as mesmas estejam engajadas de forma intensiva em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Tais empresas não dispõem de registro recente de depósitos de patentes, não são beneficiadas pela Lei 11.196/2005 (Lei do Bem), que fornece incentivos fiscais às empresas que realizam pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica e também não dispõem de projetos de pesquisa financiados com recursos da FINEP. Na taxonomia de DeNegri et al (2006), tais empresas são classificadas como seguidoras, ou seja, empresas exportadoras que não desenvolvem inovações.

Podemos utilizar o caso do Grupo Camargo Corrêa no segmento de siderurgia para efeito de comparações. O braço da siderurgia no Grupo Camargo Corrêa é a Usiminas, uma empresa líder no segmento, seja em termos de *market share*, seja em termos da taxonomia sugerida por DeNegri et al. A Usiminas opera um Centro de Tecnologia voltado para o desenvolvimento de produtos e processos em Ipatinga (MG) e registrou depósito de 50 patentes no INPI entre os anos de 2005 e 2010, além de dispor de projetos em andamento com recursos aprovados pela FINEP. A empresa também tem sido beneficiada pela Lei do Bem desde 2006.

Uma característica a ser destacada na estratégia corporativa e tecnológica do Grupo Queiroz Galvão é não ter expandido seu portfólio com a aquisição de ações de empresas líderes dos setores de siderurgia, mineração e metalurgia, privatizadas durante a década de 1990.

O primeiro maior desafio tecnológico do Grupo Queiroz Galvão em sua estratégia corporativa foi o ingresso no setor naval. Como já mencionado anteriormente, o caso da constituição do EAS demandou o ingresso de um parceiro tecnológico no processo durante seu andamento (a coreana Samsung), uma vez que nenhuma das empresas que originalmente constituiu o EAS detinha *know-*

[12] DE NEGRI J.; LEMOS M.; RUIZ R.; DE NEGRI F. (2006) Empresas Líderes na Indústria Brasileira: Recursos, Estratégias e Inovações, Mimeo IPEA.

how em design de embarcações navais, além do fato da indústria naval nacional ter sido totalmente paralisada por mais de uma década, implicando em sérios problemas de defasagem tecnológica, inclusive para a elaboração do próprio projeto de construção do estaleiro. A solução foi a utilização de tecnologia licenciada pela Samsung.

No caso da Quip S.A. o grupo ingressou em um empreendimento onde já dispunha de grande expertise em projetos de construção, sua atividade nuclear, bem como no segmento de petróleo e gás, por conta do histórico da QGOG, líder no mercado de serviços de perfuração. Como os projetos da Quip S.A. envolvem a produção de plataformas de petróleo na modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction), a viabilidade técnica do negócio estava assegurada com a participação de um parceiro estratégico, a IESA Óleo e Gás, um dos principais EPCistas do país nas áreas de óleo e gás (O&G), química, e petroquímica.

A tarefa da Quip S.A. não é necessariamente desenvolver inovações na construção de plataformas, mas sim buscar/contratar/licenciar (procurement) as tecnologias necessárias para seus projetos de construção. Assim como na construção civil, as patentes de inovações do setor são bastante fragmentadas por depositantes corporativos (Petrobrás, Schlumberger Tech, etc) e por pessoas físicas (engenheiros). Logo o desafio das EPC's é desenhar uma gama de contratos de licenciamento e transferência de tecnologias, entre outras coisas.

No que diz respeito às operações da QGOG, no ano de 2011 a empresa ampliou sua liderança nacional na prestação de serviços de perfuração e produção ao receber três novas sondas helitransportáveis provenientes da China. A sonda QG-V, contratada pela Petrobras, e as outras duas unidades - QG-VIII e QG-IX -, contratadas pela HRT, novo cliente da companhia, foram fabricadas pela empresa chinesa HongHua (fabricante de outras duas sondas terrestres convencionais entregues em 2008 para a QGOG, a QG-VI e QVII). Com a aquisição, a QGOG aumenta em 50% sua atividade terrestre, passando de um total de seis, para nove o total de sondas *onshore*.

O desenvolvimento destas sondas helitransportáveis, necessárias para operar em regiões remotas da Amazônia, representou um desafio tecnológico para a QGOG e HongHua, uma vez que não havia nenhum fabricante no mundo que tivesse desenvolvido um equipamento com estas características Foi necessária a elaboração de um projeto conjunto entre a QGOG e a HongHua para o desenvolvimento da nova tecnologia.

O segundo maior desafio tecnológico do grupo foi o ingresso no segmento de exploração e produção de petróleo e gás, onde o grupo não detinha expertise. A viabilidade tecnológica do negocio

envolveu uma parceria estratégica com uma das líderes mundiais do segmento e uma das empresas com a maior quantidade patentes registradas no setor: a holandesa Single Buoy Moorings, a SBM Offshore. Em 2007 a QGOG[13] e a SBM tornaram-se sócias na propriedade do petroleiro FPSO Capixaba (Floating Production Storage and Offloading).

Nos anos posteriores o segmento ganha força tanto no aspecto financeiro, quanto no tecnológico. Como já mencionado anteriormente, em 2010 os negócios de exploração e produção são transferidos da QGOG para a QGEP, que em 2011 executa uma operação de IPO para levantar recursos para seus investimentos de ampliação no negócio. No aspecto tecnológico, a QGEP intensifica sua parceria estratégica de transferência de tecnologia com a SBM Offshore através de acordos de cooperação. A SBM também transfere tecnologias para outros produtores nacionais, tais como a OSX Brasil S.A.

O grupo também foi precursor de uma das operações de engenharia ambiental mais complexa, sofisticada e inovadora já realizada no país: o trabalho de recuperação, manutenção e operação do aterro de Gramacho, no município de Duque de Caxias (RJ), iniciado em 1996. O aterro era considerado "o maior lixão a céu aberto" do país.

O projeto envolveu várias intervenções técnicas: foi conformado todo o lixo exposto e executada cobertura com emprego de material terroso; implantação de um conjunto de poços de gás interligados e conectados a um único flare para aproveitamento futuro na geração de energia elétrica; implantação de uma rede de drenagem de chorume (líquido proveniente da decomposição da matéria orgânica do lixo), com a construção e operação de uma estação de tratamento desses efluentes, estancando assim a contaminação da Baía da Guanabara; e (iii) execução de atividades com catadores de lixo em uma unidade de reciclagem (usina de triagem),

4. Considerações Finais

O Grupo Queiroz Galvão tem entre suas empresas a quarta maior construtora do país; uma empresa que exerce liderança total no segmento de serviços de perfuração de petróleo; o maior estaleiro naval do hemisfério sul; a primeira empresa nacional, além da Petrobrás, enquadrada pela ANP como Operador A, que a credencia a atuar em águas profundas; e uma empresa líder no segmento de engenharia ambiental.

[13] Até então não existia a QGEP, *subholding* para os negócios de exploração e produção.

O bom desempenho dos resultados do grupo é inquestionável e a estratégia corporativa do grupo prioriza atualmente os investimentos nos segmentos de construção (que inclui a construção de plataformas de petróleo), concessões (que inclui a indústria naval), óleo e gás e exploração e produção de petróleo.

Algumas características da estratégia do grupo merecem destaque. A primeira diz respeito à ausência de alienação de negócios em seu portfólio, ou seja, basicamente o grupo só aumenta a diversificação e não realiza operações de realocação de investimentos. Quando o mesmo necessita de recursos para investimento em segmentos prioritários, utiliza outras formas de captação que não a obtenção de receitas com alienações.

Uma segunda característica de sua estratégia é a ausência de operações de mega aquisições. Todas as grandes empresas do grupo foram constituídas dentro do próprio grupo, com ou sem a participação de grandes sócios nos empreendimentos. Foi assim com suas *subholdings*, com o EAS, com a Quip e com suas principais concessionárias de rodovias e energia.

Ao monitorar a estratégia corporativa do grupo podemos destacar quatro fases de expansões relevantes, com posicionamentos estratégicos bem definidos. A primeira fase inicia na segunda metade da década de 1960 e final da década de 1970. Nestes quinze anos o grupo expandiu suas atividades de forma orgânica, ou seja, cresceu basicamente no segmento da construção civil. O engajamento em mega empreendimentos de infra-estrutura nas áreas de energia e transportes lhe garantiu forte aprendizado tecnológico. Um dos motivos de forte crescimento no período foi sua posição geográfica no nordeste. Os investimentos da SUDENE em hidrelétricas na região acabaram beneficiando as construtoras ali localizadas.

A segunda fase inicia no começo da década de 1980 e perdura por um longo ciclo de tempo. Neste período o crescimento relevante do grupo é ainda no segmento da construção pesada, mas a prioridade naquela ocasião era o processo de internacionalização do segmento. A razão da internacionalização a partir do início da década de 1980 está relacionada à decadência do projeto econômico dos governos militares e a falta de perspectivas para grandes projetos de infra-estrutura doméstica.

A terceira fase inicia na segunda metade da década de 1990, com as privatizações e os regimes de concessões nas áreas de energia e administração de rodovias. Em termos tecnológicos o grupo estava pronto para aproveitar tais oportunidades e expandir seus negócios para os setores de concessões de

energia e transporte. Contudo, o grupo não viu nas privatizações de empresas dos setores de siderurgia, metalurgia e mineração um investimento atrativo.

A quarta e última fase ocorre na segunda metade da década de 2000, onde o setor de construção inicia um ciclo virtuoso impulsionado pelos investimentos governamentais com o objetivo da recuperação da infra-estrutura e redução dos déficits habitacionais e de saneamento. Ao mesmo tempo, a Petrobrás inicia um plano ambicioso de recuperação da indústria naval brasileira, através de sua subsidiária Transpetro. As oportunidades abertas pelos investimentos da Petrobrás no setor de petróleo, que cresciam a taxas exponenciais a partir de 2006, são potencializadas após o anúncio do Pré-Sal, em 2009.

O grupo já operava no segmento de prestação de serviços de perfuração desde o início da década de 1980, mas foi neste período em que o grupo aumenta de forma significativa o tamanho do segmento em seu portfólio, aumentando os investimentos nos serviços de perfuração, entrando no ramo da construção de plataformas e embarcações navais e, finalmente, ingressando no segmento de exploração e produção.

Em termos de liderança tecnológica, foi visto que o setor da construção apresenta algumas especificidades e dificuldades para produzir conhecimento. Neste segmento as inovações são desenvolvidas de forma bem difusa e fragmentada dentro da cadeia produtiva. Também foi mencionado que a liderança de uma empresa no setor depende da sua capacidade de articular o conhecimento difuso e fragmentado dentro de um projeto de engenharia bem estruturado. Como os custos de busca e articulação destas inovações difusas e fragmentadas são muitas vezes proibitivos, a redução destes custos de transação pode ser viabilizada através aquisições, fusões e constituição de parcerias estratégicas, que por sua vez, dependem do estoque de ativos complementares da empresa.

A governança do processo de inovação dentro do Grupo Queiroz Galvão é baseada em parcerias estratégicas com líderes tecnológicos, na forma de contratos de cooperação e licenciamento de tecnologia, tais como a própria Petrobrás, a holandesa SBM Offhore e chinesa HongHua.

O Grupo Queiroz Galvão apresenta um conjunto de capacitações que pode lhe garantir altas taxas de crescimento e lucratividade. Seu portfólio de negócios é rentável, mas é basicamente constituído por um único cliente: o governo. Suas receitas de exportações são modestas quando comparadas com outros grupos econômicos de mesma envergadura. O grupo diversificou seu portfólio de negócios sem diversificar seus riscos na mesma proporção. No curto e médio prazo isto não parece ser um grande problema, mas a história das corporações é rica em exemplos de grandes corporações que

incorreram em grandes perdas por problemas bem menores que este. A estratégia de internacionalização da Construtora na década de 1980 foi bastante eficiente para lidar com a escassez de investimentos governamentais locais, mas a questão que surge é se o grupo está preparado para lidar novamente com esta situação.

Antecedentes Desenvolvimentistas na formação intelectual de Raúl Prebisch

Luiz Eduardo Simões de Souza[1]

luizedu@hotmail.com

Área: História do Pensamento Econômico

Resumo

O pensamento desenvolvimentista latino-americano, até a presente data, tem fixado suas raízes mais distantes na formação da primeira geração da CEPAL, entre 1940 e 1950. Dela participaram vários expoentes das ideias econômicas latino-americanas, dentre os quais o principal nome foi o economista argentino Raúl Prebisch (1905 – 1986). Por sua vez, as origens do pensamento desenvolvimentista podem ser identificadas em espaços reconhecidamente estabelecidos na história do pensamento econômico. Assim, o objetivo destas não é outro senão o de apresentar uma explanação sucinta das influências intelectuais locais que, por diversas razões, interferiram nas concepções desenvolvimentistas de Raúl Prebisch, postando-se a um passo – este de análise mais direta e profunda das especificidades de suas linhas de pensamento – de constituir antecedentes intelectuais do desenvolvimentismo latino-americano.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; CEPAL; América Latina; Pensamento Econômico; Argentina; Raúl Prebisch.

Abstract

The ideology and social thought of development in Latin America, since now, has been established its roots on the first generation of local economists and social thinkers which formed the Economic Comission for Latin America (ECLAC), in between the years 1940 and 1950. The most important of them was the argentinean Raúl Prebisch (1901 – 1986). This paper aims to show some lines of argentinean economic thought which influenced Prebisch´s idea of development, with the intent to demonstrate that it can have its origins found more further in argentinean and latin-american history of thought.

Keywords: Development; ECLAC; Latin America; Economic Thought; Argentina; Raúl Prebisch.

[1] Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

Antecedentes Desenvolvimentistas na formação intelectual de Raúl Prebisch

Luiz Eduardo Simões de Souza

1. Introdução

As origens do pensamento desenvolvimentista podem ser identificadas em espaços reconhecidamente estabelecidos na história do pensamento econômico. Há a obra da Escola Histórica Alemã, da segunda metade do século XIX, e mesmo economistas como Alfred Marshall e Vilfredo Pareto gastaram mais do que um apêndice de seus *Princípios de Economia* tratando da questão do desenvolvimento. Há a primazia de J. A. Schumpeter, em sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1916), no estabelecimento do problema e na definição de seus limites de análise e agenda de estudos.

A ideologia que constituiu a demanda pelo estudo desse problema e estabelecimento de tal agenda de estudos tem sua origem em aspectos mais remotos. Ao colocar-se o tema do desenvolvimento em pauta, especialmente em relação às suas origens mais remotas na chamada periferia (dentro da própria terminologia cepalina de centro-periferia), adquire relevância o levantamento das influências sofridas pelo quadro de pensadores latino-americanos que participou da constituição política e ideológica da CEPAL na primeira metade dos anos 1940. Segundo Eduardo Devés Valdés (2000), à época da formação da CEPAL, a América Latina vivia a intensificação de um movimento ideológico caracterizado por uma dualidade entre a afirmação da identidade latino-americana, e o desejo de inserção na modernidade, materializada no paradigma das sociedades industriais constituídas na Europa e nos Estados Unidos da América. A CEPAL, segundo Valdés (2000, p. 16), teria surgido nos anos 1940 e 1950 como uma expressão modernizadora, com seu projeto de industrialização da América Latina como

forma de superação dos problemas resultantes da relação periférica adotada desde tempos coloniais com os centros metropolitanos. A progressão da CEPAL nos anos seguintes acompanharia o pêndulo da dualidade apresentada por Valdés, em que a ideologia desenvolvimentista-industrialista seria progressivamente questionada, em favorecimento de uma nova onda pró-identidade latino-americana.

Antes de 1850, a geração dos civilizadores, capitaneada por Domingo Sarmiento, marca a primeira afirmação do projeto modernizador, do qual participaram à época Francisco de Paula González Vigil, Justo Arosemena e Juán Alberdi. Em 1860, quando dos ataques europeus à América Latina, deflagrou-se uma onda identitária, marcada pelas obras de Francisco Bilbao, no Chile, e o *Martin Fierro*, de José Hernández, na Argentina. Nos anos 1880, a reação do ideário modernizador ganhou corpo a partir das extensões do Positivismo no México, na Argentina e no Brasil, no qual foi a doutrina hegemônica dos abolicionistas e republicanos. No início do século XX, a reivindicação culturalista nacionalista cristalizada no *Ariel*, de José Rodó, marca uma onda identitária em que o indigenismo e mesmo o afroamericanismo seriam culturalmente valorizados. A crise de 1929, a ênfase na proteção das economias nacionais e a valorização dos nacionalismos estenderia essa última onda identitária até o final da década de 1930. Com o final da Segunda Guerra Mundial (1945), e a extensão dos interesses estadunidenses sobre a América Latina, através das Comissões Mistas, teria início, com a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), uma nova onda de pensamento modernizador para a região. Aos ícones já estabelecidos dentro da ideologia desenvolvimentista – o pensamento macroeconômico keynesiano, as concepções de crédito e empreendedorismo schumpeterianas, a planificação econômica decalcada da experiência soviética, e as noções de Estado do bem-estar social de Gunnar Myrdal e dos países nórdicos – comporia soma uma primeira leva de expoentes intelectuais latino-americanos.

Dentre tais expoentes, amplamente divulgados na historiografia do pensamento desenvolvimentista latino-americano, escolheu-se mais ou menos arbitrariamente Raúl Prebisch para o estudo proposto nestas notas. Assim, o objetivo destas não é outro senão o de apresentar uma explanação sucinta das influências intelectuais locais que, por diversas razões, interferiram nas concepções desenvolvimentistas de Raúl Prebisch, postando-se a um passo – este de análise mais direta e profunda das especificidades de

suas linhas de pensamento – de constituir antecedentes intelectuais do desenvolvimentismo latino-americano.

Raúl Prebisch enfrentava uma situação bastante particular, em comparação aos demais membros fundadores, à época da constituição da CEPAL. Por um lado, ao já se tratar de economista intelectualmente estabelecido, tanto prático (foi presidente do BCRA nos anos 1930), quanto acadêmico (passou a lecionar na UBA desde sua saída do BCRA em meados dos anos 1930), além de gozar de certo prestígio externo. Prebisch, assim, exercia reconhecida ascendência sobre os demais membros da CEPAL, a qual lhe rendeu a liderança política e ideológica da mesma por décadas[2].

Por outro lado, o fato de já estar politica e ideologicamente consolidado à época também lhe conferia o ônus de não ter trânsito pelo governo argentino, já que o peronismo o considerava um inimigo político. Ter participado efetivamente dos governos argentinos entre 1930 e 1940 o colocava entre os adversários do governo, dada a lógica política do peronismo. De pouco adiantaria a postura "tecnicista" de Prebisch, que, ao contrário do instinto feudal bastante disseminado no funcionalismo público latino-americano, preferia remontar à sua postura na época como algo mais próximo de um burocrata do tipo weberiano, avaliando seu desempenho a partir dos resultados no âmbito institucional – criação e consolidação do BCRA, consolidação de um departamento de estatística do governo, etc – e não da constituição de uma rede social de intelectuais latino-americanos preocupados com uma série de temas comuns que norteariam a constituição da primeira fase ideológica da CEPAL.

Paradoxalmente, seria justamente a obtenção dessa segunda meta – a capacidade de aglutinar, com algum reconhecimento externo e respaldo da comunidade internacional, a intelectualidade latino-americana, para se pensar a questão do desenvolvimento da região – o grande resultado de longo prazo do trabalho de Raúl Prebisch durante sua vida e a razão do estudo de suas influências apontarem para alguns antecedentes intelectuais do desenvolvimentismo na América Latina.

2. Raúl Prebisch e a CEPAL: duas formações

[2] Veja-se para tanto o capítulo "O Grande Heresiarca", da obra de Celso Furtado, *A Fantasia Organizada.*

A princípio, tomadas as teses fundamentais da CEPAL, e os pontos nos quais ela acaba se baseando, a despeito da intenção dos EUA à época com as Comissões Mistas, encontram-se as mesmas características que remontam a projetos nacionalistas como os de Sarmiento e José Bonifácio, ou Rosas e Benjamin Constant, ou mesmo San Martín, e Bolívar, em última instância.

Tomando-se o pressuposto de que a independência dos países latino-americanos ainda constitui, mesmo hoje, objeto de controvérsia, não é fora de propósito assumir-se a independência e autonomia latino-americana como prioridade da pauta de qualquer projeto ou iniciativa que conte com alguma participação ativa de seus quadros políticos e intelectuais. Então, há o risco de indissociação das características do pensamento desenvolvimentista da CEPAL das demais iniciativas empreendidas na região. O critério de Valdes (2000), portanto, permite a observação do que é característico da CEPAL, dentro do subconjunto analítico de projetos "modernizadores", em seus primórdios, e sua transição, ao longo de sua primeira fase (1949 – 1970), para o rol dos projetos de afirmação de "identidade".

O levantamento das referências da formação intelectual de Raúl Prebisch constitui, assim, exercício especulativo do grau de aderência da tese de Valdes a respeito da CEPAL, ao desagregar-se o conjunto de observações e suas referências.

Em sua biografia de Prebisch, Carlos Iñiguez (2003), situa o economista argentino ao lado de pensadores como Juán Batista Alberdi e Nicolás Avallaneda, como demonstrativos do caráter bipolar de sua formação, marcado por um lado pelo interesse pela modernidade, o qual aparecia imiscuído no ideário industrialista – característico de Avallaneda – e no projeto urbanizador que marcou não apenas o pensamento de Prebisch, mas as diretrizes de planejamento da CEPAL entre os anos 1950 e 1960. O outro pólo de sua formação seria o sentimento de identidade nacional presente, por sua vez, no pensamento de Alberdí.

Marcariam, assim, o pensamento Prebischiano, a princípio, um forte instinto modernizador-industrializante-integracionista, com um profundo sentimento nacionalista e de identidade latino-americana. É interessante notar a identidade quase que direta entre as posturas de Prebisch e da própria CEPAL, nesse sentido. Não é demais lembrar que outras personalidades marcantes passaram pela CEPAL em seus

primeiros cinqüenta anos, pelo menos. Mas não é fora de propósito dizer que, se a CEPAL saiu-se às feições de algum economista latino-americano, ela saiu à cara de Prebisch.

Mas Prebisch não foi produto apenas do ambiente intelectual argentino ou latino-americano. Economista, homem do mundo e de seu tempo, Prebisch sofreu influências, em parte, das condições do desenvolvimento das idéias econômicas de sua época, e de sua formação de economista na Universidade de Buenos Aires, entre 1918 e 1923. Portanto, em primeiro lugar, há um inegável tributo a Keynes e Schumpeter, perceptível à primeira vista e amplamente reconhecido (GURRIERI, 1987). Mas há também economistas argentinos que exerceram grande influência sobre a maneira de Prebisch compreender sobretudo a política econômica em seu papel e direcionamento, sobretudo em uma de suas preocupações primordiais, qual seja a eliminação da dependência da Argentina (e do restante da América Latina) em relação ao exterior.

De tais economistas, destacam-se as figuras de Alejandro Bunge e Juan B. Justo. O primeiro, de tradição originalmente marginalista, apresentava-se com profundos traços de nacionalismo à List, propondo a seus alunos o pensamento de um projeto de "economia nacional argentina", realizando análises estruturais e setoriais da economia argentina em moldes bastante similares aos relatórios da CEPAL, escritos com uma posterioridade de trinta ou quarenta anos.

O caráter nacional-desenvolvimentista de Alejandro Bunge apareceria em várias obras. Em uma obra de 1928, *La Economia Argentina*, Bunge realizava uma defesa da indústria manufatureira da Argentina, afirmando que a geração presente, de criadores de gado e latifundiários, seria a última, antes de *"uma nova geração de industriais e pequenos produtores* (BUNGE, 1928, p. 33)*"*.

O estudo das características da população através da Demografia Econômica era uma grande novidade metodológica à época e Bunge se servia dela amplamente em suas obras. É nesse nicho em que encontra espaço para a defesa do ensino técnico, e para um tema que seria muito caro a Prebisch nos primeiros anos da CEPAL, o atraso tecnológico que os países de economia baseada na agroexportação experimentavam em relação aos países industrializados.

O papel do Estado como motor do desenvolvimento dos países em processo de modernização, promovendo a industrialização e urbanização aparece no pensamento de Alejandro Bunge em obras como *El Estado Industrial y Comerciante* (1933), em que, junto a textos compilados de autoria de Herbert Hoover e Benito Mussolini, Bunge defende a ação direta do Estado no empreendimento desse processo, através do qual a Argentina obteria sua "independência econômica e financeira". Isso não quer dizer que Bunge restringisse suas possibilidades de desenvolvimento à Argentina, somente. Em *"Uma Nueva Argentina"*, de 1940, Bunge defende a criação de uma "União Aduaneira do Sul", nos moldes do que, duas décadas depois, Prebisch viria a propor como a ALALC - Área Latino-Americana de Livre Comércio.

Mesmo o caráter difusor de idéias e favorecedor do debate múltiplo que a Prebisch, e mesmo a CEPAL adotaram em sua postura inicial, parece ter sido apreendido com a convivência com Bunge: este foi um dos primeiros editores de periódicos acadêmicos econômicos na Argentina, tendo fundado em 1918 a *Revista de Economia Argentina*, que teve a participação discente de Prebisch.

Juan B. Justo daria a Prebisch o tom social dos resultados do emprego de sua metodologia. Marxista, Justo foi o fundador do "socialismo científico argentino", em que analisava o desenvolvimento estrutural da Argentina sob o parâmetro da teoria de Marx e Engels.

Não apenas nas concordâncias com Justo, mas também em suas diferenças – afinal Prebisch não era marxista – nota-se o profundo impacto que o pensamento de Justo teve sobre o jovem Prebisch, sobretudo na postura livre-cambista adotada por Justo, segundo ele, mais adequada ao desenvolvimento das condições capitalistas que levariam às contradições causadoras da transformação revolucionária. A este pensamento, Prebisch parece ter constituído o conceito de relação "centro e periferia", o qual, derivado de seu nacionalismo apreendido com Bunge, certamente o colocava mais próximo em pensamento à sua classe social. É importante lembrar que Prebisch, apesar de sua heterodoxia, não se apresentava como um "inimigo" ou "traidor" de sua classe de origem. A isso, Celso Furtado aventa em suas memórias da CEPAL (*A Fantasia Organizada*), que *"Prebisch parecia por demais ligado a seus amigos da Argentina"*.

É necessário apontar nesses primeiros anos de formação de Raúl Prebisch na Argentina, o advento de outras influências, entre elas as de Eduardo Gonella, Manuel Ugarte e o grupo que se organizaria em torno do BCRA, dando forte caráter pragmático ao pensamento prebischiano, através da rotina real de formulação, elaboração e prática da análise e política econômicas. Aprender a distinguir ambas e reconhecer seus limites certamente conferiu a Prebisch o poder de convencimento e às políticas da CEPAL a solidez que apenas uma grande reviravolta política poderia derrubar, como aconteceu com o ciclo ditatorial na América Latina nos anos 1960 – 1970.

De toda forma, uma marca importante, que daria o limite do progressismo social de Prebisch, seria sua relação com o peronismo. Indisposto desde o princípio com Perón e o peronismo, Prebisch sofreu não apenas boicote político, mas terminou por sofrer boicote na própria UBA, onde lecionava nos anos 1930, juntamente com as tarefas do BCRA. Não deixa de ser curioso que o populismo, e mesmo sua vertente argentina, o peronismo, adotaram várias das teses cepalinas para empreender o desenvolvimento em seus países. Mas Prebisch colocava-se, na CEPAL, a prudente distância político-institucional de Perón e o peronismo.

Nesse sentido, é possível especular-se que a escolha de Prebisch para presidir a Comissão Econômica Para a América Latina, avalizada pelos EUA em meados dos anos 1940, tenha se dado em função da oposição de Prébisch a Perón, e em total ignorância do caráter identitário e de afirmação da América Latina que residia na formação e postura intelectual do economista argentino.

4. Algumas Considerações

As influências formativas de Raúl Prebisch podem assim ser caracterizadas. Em primeiro lugar, há um forte elemento nacionalista, oriundo do espírito de idéias de sua época, marcado pela valorização da identidade nacional, a qual não necessariamente se refletia em uma identidade latino-americana, podendo espraiar-se por um desejo de modernização que a conduziria ao projeto de voltar-se para o mundo. No caso, um não nega o outro.

Em segundo lugar, há o forte caráter tecnicista de sua época também. Os estudos econômicos de caráter empírico-quantitativo ganham corpo na ciência econômica, que

passa a produzir dados mais consistentes e ferramentas de análise mais ricas em relação às estatísticas populacionais, de comércio exterior e de fluxos e estoques de rendas. Com o crescimento do papel do Estado, o estudo das contas do Governo passa a ser também importante, não apenas no sentido do mapeamento da realidade presente, mas da projeção e planejamento para o futuro. Trata-se de outro caráter importante e marcante na formação de Raúl Prebisch.

Há também a influência do pensamento econômico externo, não apenas nos métodos de análise econômica, mas também nos enfoques, com as contribuições de Pareto para o bem-estar, Schumpeter para a teoria do desenvolvimento, e Keynes para a economia, como um todo. Prebisch não foi imune ao efeito de tais idéias, incorporando-as e dialogando com elas ao longo de sua vida acadêmica. Não se pode descartar também as influências de Weber e Marx na teoria social, sobretudo na formulação de conceitos importantes e caros à CEPAL dos primeiros anos como o de "dinâmica centro-periferia".

Internamente, em sua formação de economista e pensador social, os principais credores intelectuais de Prebisch parecem ser Alejandro Bunge e Juan B. Justo. Ambos, pelo conjunto de problemas e objetos que seriam incorporados e analisados pelo pensamento prebischiano, bem como pela prática de construção coletiva do conhecimento, através da discussão e debate. Bunge em particular, pela incorporação do ideário nacionalista e protecionista que Prebisch transformaria em um elemento de afirmação da identidade latino-americana, ao negar o caráter primário-exportador dos países periféricos como "vocação" ou "estratégia", atribuindo-lhe a pecha do atraso tecnológico e subdesenvolvimento da região. Justo, em particular, pela incorporação da questão da necessidade de quebra de relações seculares de dominação territorial.

É evidente que tais influências tem os seus limites, dados pela própria natureza do indivíduo, a classe social a que este pertence e o poder determinístico que esta possui sobre ele, e mesmo as limitações políticas de sua ação à época. Mas a identificação das origens do desenvolvimentismo latino-americano, no campo das influências de seus grandes demiurgos – dos quais Raúl Prebisch foi, se o maior, não o único, ou mesmo o mais influente no longo prazo – constitui exercício necessário na iniciativa de repensar-se o desenvolvimento como forma ideológica, e mesmo como projeto político-

territorial. O conhecimento a fundo de tais raízes fortalece não apenas a apreensão de novas idéias, mas a prevenção contra novas formas de colonização intelectual.

5. Bibliografia

VALDÉS, Eduardo Devés. *El pensamento latino-americano em el siglo XX. Entre la modernización y la identidad.* Santiago: Editorial Biblos, 2 tomos, 2000.

IÑIGUEZ, Carlos. *Herejías Periféricas. Raúl Prebisch. Vigencia de su pensamiento.* Buenos Aires: Nuevohacer, 2003.

GURRIERI, A. "Introducción" em PREBISCH, R. *La obra completa de Prebisch en La CEPAL.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 2 vols, 1989.

BIELSCHOWKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.* São Paulo: Record, 2 volumes, 2000.

FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada.* São Paulo: Paz e Terra, 1989.

BUNGE, A. *La Economía Argentina.* Buenos Aires: Agencia General de Librerias y Publicaciones, 3 volumes, 1928.

BUNGE, A. Uma Nueva Argentina. Buenos Aires: Guillermo Kant, 1940.

VV.AA. *El Estado Industrial y Comerciante.* Buenos Aires: Prensa Oficial, 1933.

"...haviam flores, esperanças e recordações..."

Casamento de escravos: estratégias e consolidação das famílias de cativos em Guarapuava

Luzia Dematé Salvalaio*
Orientador: Fernando Franco Netto**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo entender como se deu a formação das famílias de escravos em Guarapuava-Paraná, bem como perceber através dos registros paroquiais quais eram as suas estratégias para que os arranjos matrimoniais fossem algo concreto na situação em que viviam. Com relação aos escravos de Guarapuava, estuda-se o caso particular do domicílio do Senhor de escravos Domingos de Siqueira Cortes, que no seu plantel tem um número considerável de casamentos e, também, uma família extensa formada por pais, filhos e netos. O período da pesquisa compreende grande parte do século XIX e, as fontes de pesquisa são baseadas no registros paroquiais referente aos Assentos de Casamento e Batismo dos escravos localizados no Arquivo Nossa Senhora de Belém em Guarapuava. Percebe-se que apesar dos registros informarem as poucas uniões estáveis, no período estudado, ao considerarmos parcela significativa de indivíduos que poderiam ter seu passado escravo, essa relação se torna importante no trabalho, haja vista que o porcentual de cativos que estão se casando se torna expressivo.

Palavras-chave: casamento, estratégia, família

Introdução

Hoje em dia existem muitos debates acerca do tema casamento, algumas pessoas se casam por amor, as más línguas dizem haver o casamento por interesse, em que um dos cônjuges contrai matrimônio pensando nos bens que o seu parceiro possui. O casamento na sociedade é algo bem comum, pessoas de diversos níveis sociais e também de culturas diferentes se casam, essas pessoas se casam por vários motivos como já foi citado, mas e agora, se for para fazer um recorte de tal tema? Se o foco for falar de casamentos no século XIX na atual cidade de Guarapuava, Paraná? E se eu restringir ainda mais tal pesquisa, sendo que tais casamentos devem dizer respeito aos cativos/escravos que viveram nesta cidade (Guarapuava) e neste período (XIX)?

* Acadêmica do 4º ano de História/Noite da Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO Bolsista de Iniciação Cientifica- E-mail: luz_dematte@hotmail.com

** Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná e professor do curso de Economia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO – Paraná. E-mail: ffranconetto@yahoo.com.br

Pois é justamente a isto que esta pesquisa está relacionada, será que houve matrimônios no período? A resposta é sim, de acordo com o livro de assento de casamento de escravos encontrado na Paróquia Nossa Senhora de Belém, localizada no centro da cidade de Guarapuava, Paraná, na Rua Visconde de Guarapuava, número 236, os documentos comprovam que existiram sim casamentos de cativos nesse período e localidade. Mas agora o questionamento é o seguinte, o que será que levava os escravos a buscar matrimônio, era o amor, a vontade de constituir família, ou era uma estratégia a qual esse escravo recorria para obter alguns benefícios? E ainda, será que todas as famílias escravas existentes no período viviam em situação formalizada pelo sacramento?

Portanto, a presente pesquisa procura mapear os matrimônios ocorridos nessa região do sul do Brasil que foram documentados na paróquia da cidade, para, a partir disso, traçar a freqüência e os motivos com que ocorriam casamentos de escravos. Para compreender um pouco mais sobre o assunto, utiliza-se de algumas pesquisas importantes que tratam de famílias negras e escravas no Brasil, bem como, o compadrio escravo e o dia a dia desses cativos que fizeram parte da história do Brasil.

Quanto a formação das famílias escravas, talvez essas tenham se dado de início como uma forma de "apaziguar" as relações existentes entre escravos em si e entre escravos e seus senhores, considerando que tendo uma família, que proporcione raízes ao escravo este agiria de maneiras diferentes nas horas de guerra, como cita Manolo Florentino e José Roberto Góes. " os laços parentais, por sua vez, criavam uma sólida base para o relacionamento pacífico, assim como as cerimônias rituais."[1]

Na obra de Manolo Florentino e José Roberto Góes é possível perceber diversos pontos que tornavam a existência das famílias escravas algo benéfico, é possível perceber que os matrimônios eram os laços familiares mais frequentes entre os escravos. Mas, ao que se refere essa busca da paz entre os escravos? A seguinte citação faz parte da conclusão da obra "A paz nas senzalas".

> A paz entre os escravos precedia aos enfrentamentos com o senhor, ao menos aqueles em que eles tivessem alguma chance de sucesso. E sucesso naquela sociedade incrivelmente injusta, não precisava ser tanta coisa. Comida, descanso, um pouco de sossego e, se possível, roçados, alguns dias livres, divertimentos e famílias. Uma estratégia para fazer aliados era fazer parentes. De muitas maneiras se devia fazer um parente, no tempo da escravidão. Não é preciso recorrer a uma infausta digressão sobre o conceito para concluir que, no que diz respeito às relações parentais como expressão de uma aliança política (política e afeto geralmente andam juntos, pois não?), a inventividade dos escravos deve ter sido muito solicitada.[...]Pelo casamento e, antes ou depois, por meio do nascimento de uma criança escrava, vários indivíduos criavam ou estreitavam laços, que nas difíceis circunstâncias da vida em escravidão, eram laços de aliança.[2]

1 FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. 1997. A paz das senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. p. 32. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

2 FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. 1997. A paz das senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. p. 173. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

Embora a citação pareça ser auto-explicativa cabe aqui algumas considerações. Vemos mais uma vez de que forma os laços parentais auxiliavam o dia a dia dos escravos, essas famílias, além de ser uma garantia de menos rebeldia dos escravos para com os seus senhores, ainda gerava filhos, alguns que permaneciam escravos e outro que por conta da Lei do Ventre Livre nasciam liberto. O casamento religioso era portanto conveniente aos escravos e aos senhores, pois com isso os escravos até queixavam-se menos e sentiam-se como gente, era um pouco de paz e trégua entre senhores e escravos.

Para José Flávio Motta, em sua obra "Corpos Escravos, Vontades Livres" tem-se o seguinte trecho referente a formação da família no meio escravista.

> Em suma, se por um lado, as famílias escravas desenvolvem-se em meio às relações de cunho paternalístico que se estabelecem entre senhores e escravos ao longo do período da escravidão negra no Brasil, por outro, tais famílias consubstanciam-se na manifestação da vontade da própria população cativa e expressam seus elementos culturais próprios. São, decerto, um instrumento de controle social empregado pelos senhores; mas são, igualmente, uma efetiva estratégia de sobrevivência da qual lançam mão os escravos.[...]a família escrava, nuclear ou extensa,compreendendo os indivíduos ligados por laços de sangue, ou ainda pelo parentesco ou compadrio, tem sua existência inserida já na historiografia nacional[...][3]

Ou seja, em mais uma citação de um autor renomado no assunto tem-se a afirmação de que o desenvolvimento das famílias escravas era algo concreto, fossem por laços sanguíneos, entende-se pais, filhos irmãos, primos, ou por compadrio, que se dava pelo batizado. Para os senhores esses laços que envolviam seus escravos podiam ser uma forma de controlá-los mas para os escravos que formavam essas famílias era muito mais que isso, pois significava a volta da presença fraterna de se ter uma família, digo volta no sentido daqueles que deixaram suas famílias para trás por conta do tráfico. O casamento além de ser uma vontade do próprio escravo é também um traço cultural.

Existem alguns trabalhos sobre o assunto (casamento de cativos em Guarapuava no século XIX) em que pude me ancorar durante a pesquisa. Entre eles posso citar a tese de doutorado de Fernando Franco Netto, intitulada como "População e família em Guarapuava no século XIX", também foi possível encontrar ricas informações na monografia de Alisson dos Santos que tem como título "Relações de compadrio e família escrava em Guarapuava (1842-1863)". Durante o período de leituras pude me deparar com muitos outros livros e artigos sobre famílias escravas e suas relações, mas cito em especial estes trabalhos que tratam do Paraná, mais especificamente de Guarapuava, já que meu recorte para o trabalho encontra-se ligado diretamente a tal região. Muitos destes detalhes sobre o tema de família escrava em Guarapuava podem ser encontrados e também analisados nos dados mantidos nos arquivos eclesiásticos da época.

---

3 MOTTA, José Fávio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 - 1829)/ José Flávio Motta- p.225 São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

Mas, antes de analisar o número de escravos que se casaram no período em Guarapuava levando aqui uma questão: porque será que estes escravos buscavam o matrimônio?

Segundo Miriam Moura Lott;

> Os casamentos, as missas, as confissões, as visitações pastorais com objetivo de admoestar os devotos, tinham o objetivo de "domesticar" a população. Entretanto, estes mesmos ritos abriam possibilidades de inserção social para os escravos. A eles era garantido o acesso aos sacramentos e a guardar os domingos por ser considerado o Dia do Senhor.[4]

Embora Miriam Moura esteja falando de uma outra região não se pode deixar de levar em consideração tal informação sobre o que o casamento representava para determinada época e localidade que a autora trabalha. O direito da confissão, do casamento, do batismo dos filhos tinha como objetivo de domesticar a população. Mas essa domesticação tinha seu lado bom, pois possibilitava ao escravo certa inserção social, pois eles estavam tendo o direito aos sacramentos da igreja e até mesmo a ter o dia de domingo livre por ser considerado o dia do senhor, sem contar que os laços parentais eram benéficos em muitos momentos da vida.

Quanto aos questionamentos feitos a respeito do casamento entre escravos e cativos, creio que não seja possível encontrar respostas prontas, até porque isso nem é o objetivo da pesquisa, o que pretendo é fazer uma analise por meio de dados encontrados que são referentes a esses matrimônios. Responder o que exatamente motivava os cativos/escravos buscarem o matrimônio é algo praticamente impossível, porém temos a possibilidade de levantar possíveis motivos, isso por meio da historiografia e dos próprios registros que documentam atos religiosos.

Ainda segundo Lott:

> O matrimônio possuía um papel normatizador sobre as populações coloniais. (...)Para se ter idéia da importância dada ao casamento como forma de controle das populações, observa-se a reincidência de denúncias e punições determinadas pelas visitações diocesanas acerca das uniões consensuais[5]

Ou seja, o matrimônio era sim uma estratégia entre os cativos e escravos, o escravo usava o casamento como forma de se beneficiar, pois quando esse escravo se casava e constituía uma família ele passava a ter mais direitos e regalias, com por exemplo um espaço para ele e sua prole. Nesse espaço para viver com a família havia um certo controle interno, era um espaço em que o casal podia dividir o "fogo" com seus filhos, podiam ter um, pouco de liberdade, ao menos dentro das suas moradas. Isso é o que se pode acompanhar no seguinte trecho de Robert Slenes.

---

4 LOTT, Miriam Moura. "Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica séculos XVIII e XIX".Anais da V jornada setecentista. p. 7,8. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003.

5 LOTT, Miriam Moura. "Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica séculos XVIII e XIX".Anais da V jornada setecentista. p. 4. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003.

> É importante enfatizar, no entanto, que a busca da privacidade por parte do escravo não visaria apenas a criação de um maior espaço psicológico e emocional; estaria ligada também à procura de mais independência econômica e cultural.[6]

Em um outro artigo em que o tema é discutido destacam-se as seguintes linhas:

> Em relação aos cativos se pode deduzir que o casamento seria vantajoso, pois teriam um companheiro para partilhar as agruras sofridas dentro do cativeiro. Ou como afirma Robert Slenes em Na senzala uma flor relata as vantagens do matrimônio entre escravos, pois este possibilitava o desfrute de uma habitação separada e, consequentemente, dormir e comer com parentes, escolher com quem dividir o lar, o fogo, a fumaça – rituais simbólicos – e, a partir da própria organização do lar escravo, preservar memórias, forjar projetos e identidades.[7]

Dessa forma é possível notar que em várias regiões do Brasil houve o casamento de cativos como uma forma de estratégia entre eles em busca de melhores condições de vida. O escravo já não queria mais viver sozinho, por mais que as condições fossem difíceis ele queria ter com quem compartilhar sua vida. São diversas as fontes que afirmam a presença do matrimônio entre os escravos. E diante disso é possível afirmar que a própria igreja via o casamento entre os escravos com bons olhos.

Um outro detalhe importante que deve ser levado em consideração é que além das uniões sancionadas pela igreja, aquelas formais, também existiam muitas uniões consensuais entre os escravos, ou seja os escravos e cativos formavam suas famílias por conta própria, se amasiando e tendo filhos mesmo sem o reconhecimento da igreja. Isso pode ser observado até mesmo pelo número de filhos que uma mesma escrava batizava e no registro de batismo não aparecia o nome do pai, se analisarmos com atenção os intervalos entre o batismo de um filho e outro pode-se deduzir que esta escrava vivia sim em uma união estável, mas que apenas não tinha sido sancionada pela igreja.

Dos matrimônios de escravos de Guarapuava-Paraná

Não faz muito tempo que a discussão sobre haver ou não famílias escravas no Brasil teve uma conclusão. Já sabe-se que a formação de famílias entre escravos foi algo concreto, em Guarapuava foi algo presente durante todo o século XIX. Segundo Fernando Franco Netto.

---

6 SLENES, Robert W. Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX/ Robert W. Slenes. p. 182 - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999.

7 PINTO, Natália Garcia. Entre laços, tramas e vontades: as relações familiares de escravos e libertos na Pelotas oitocentista do século XIX (1830/1850) p. 11

> [...]Guarapuava foi uma dessas regiões do Brasil Meridional que produziu relações relativamente estáveis para a população escrava, onde a comunidade era provavelmente unida em se tratando de laços de afinidade e de estratégias parentais. Ao mesmo tempo, a atitude de seus proprietários permite inferirmos que eles também participavam dessas estratégias, oferecendo condições para que os escravos pudessem se relacionar melhor com outras pessoas, principalmente os livres.[8]

A partir dessa assertiva, pode-se concluir que muitas foram às estratégias produzidas pelos escravos na localidade em função das relações que estavam acontecendo, principalmente quando verifica-se que os proprietários de escravos também participavam dessas relações.

Os dados sobre casamentos de escravos em Guarapuava no período que compreende os anos de 1813 a 1886, informa que foram um total de 141 registros. Pelas registros contidos nos Assentos de Casamento podem ser encontradas diversas informações sobre esses casamentos, como por exemplo a data do matrimônio, o nome dos noivos, a idade, a cor, o nome do proprietário entre outros detalhes que servem para nos amparar diante desta pesquisa. Esses números dão a entender que o casamento era um interesse de ambas as partes, os noivos cativos e seus senhores.

Após uma tabulação de dados com relação aos escravos ser feita na paróquia pode-se notar que 34 era o numero referente aos noivos que eram escravos, 46 era o numero dos noivos na condição de libertos e o numero 56 é correspondente aqueles noivos que não tinham uma condição definida no documento trabalhado, por isso o termo usado para identifica-los é “omissos”, 4 dos noivos são denominados como livres e 1 como degradado. Com relação a condição das noivas tem-se a seguinte numeração: 29 delas são descritas como escravas, 39 como libertas, 70 são omissas e 3 são livres.

Percebe-se que ao considerarmos a condição caracterizada como indefinida, e que como hipótese de trabalho, muitos deles tem um passado escravo, haja vista as características apresentadas nos registros, como, por exemplo, somente o primeiro nome, a cor, o proprietário, as características do domicílio, entre outras anotações. Portanto, ao considerarmos essas informações, verifica-se a importância relativa que o casamento dos cativos teve nas estratégias por eles definidas.

Como cita Fernando Franco Netto em sua tese de doutorado o primeiro casamento realizado foi na data 12/09/1813 um domingo, tratando-se do noivo Américo Manoel de condição omissa, filho de pedro Emanoel e Ignácia França, sua noiva a escrava Quitéria, filha de Luciana das Dores (o nome do pai não conta nos registros) seu senhor era Diogo Pinto Azevedo Portugal. Após este casamento o próximo a se encontrar nos registros paroquiais foi em uma sexta-feira véspera do natal 24/12/1841, sendo que o noivo era escravo, chamava-se João e sua noiva que também era

8 NETTO, Fernando F. População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX. 2005. 395 f Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba. 2005.

escrava chamava-se Florentina, os nomes dos pais de ambos não consta nos registros, mas o casal de noivos tem o mesmo senhor em comum Theodoro Ferreira Maciel. O último casamento que se tem nos registros ocorreu em uma quarta-feira, dia 02/06/1886 o noivo era o liberto Noel Correia da Rosa, um lavrador com idade de 26 anos, filho de Maria de Ramos, sua noiva a cozinheira Maria Joaquina com idade de 14 anos, sua mãe era Maria Caetana.

Acredita-se que além dos casamentos que constam registrados em livros de assentos na paróquias, houvessem mais casais vivendo em situação marital e tendo isto em vista pode-se sugerir que o casamento para estes escravos era algo que os beneficiava, pois começariam ali a formação de sua família e o fato de ter alguém ao seu lado para viver já era interessante.

Do senhor e das famílias que se formaram em Guarapuava-Paraná através dos sacramentos...

Domingos de Siqueira Cortes

Domingos de Siqueira Cortes foi um daqueles grandes proprietários na localidade de Guarapuava que possuía, dentro dos padrões de domicílio na região poderia ser considerado um importante domicílio. Vários são seus irmãos e parentes que também viveram na localidade, haja vista que nos registros encontra-se o sobrenome de família fazendo parte de outros domicílios em Guarapuava.

Em sua propriedade, no período de 1849 à 1884, sete escravos ou com passado escravo casaram-se. No total foram quatro homens e três mulheres. Os escravos ou de passado escravo foram Veríssimo e Florinda, Nicolau e Maria Rita, Pedro Fernandes dos Santos e Josepha Maria de Lima (condição indefinida, haja vista não haver registros que identifiquem seu passado), José Raymundo Fagundes e Maria Rosa Anunciação (condição livre).

O primeiro registro de casamento que temos no plantel deste senhor foi o do escravo Veríssimo com sua noiva Florinda, também escrava. A data do matrimônio foi em 11/09/1849. Os dois nubentes, além de serem escravos, eram de origem crioula. Os pais dos noivos, pelo que tudo indica, também eram escravos, pois nos registros informa que Ignácio e Magdalena eram os pais de Veríssimo, como está registrado apenas o primeiro nome, supõe-se que os dois também eram escravos. Quanto à Florinda, nos registros aparece apenas o nome de sua mãe, Francisca e conforme sugerido anteriormente, por se tratar do primeiro nome provavelmente a mãe de Florinda era escrava. Outra informação relevante nos registros é que os noivos eram batizados, sendo Veríssimo batizado em Palmeira e Florinda em Sorocaba.

Juntos o casal teve seis filhos que foram batizados. O primogênito do casal foi Salvador que

foi batizado no dia 08/12/1851 e teve como padrinhos o casal Miguel de Souza Menezes (escravo) e Libânia Fernandes (liberta). O menino nasceu no dia 03/11/1851 e faleceu no dia 17/05/1854 aos 3 anos de idade.

O segundo filho foi a menina Magdalena, ela foi batizada no dia 02/10/1853 pelos padrinhos Francisco José da Costa e Matilde Florinda que eram casados. Provavelmente, os padrinhos eram indivíduos de condição livre, pois não há registro de passado escravo para eles.

A terceira filha do casal recebeu o nome de Luiza e foi batizada no dia 29/06/1856 pelos padrinhos Francisco de Siqueira Cortes e Maria Izabel de Lima, ambos eram solteiros. O padrinho Francisco de Siqueira Cortes provavelmente fazia parte da família do senhor Domingos de Siqueira Cortes e Maria Izabel de Lima também deveria fazer parte das relações familiares de sua família.

No dia 24/10/1858 foi batizada a quarta filha do casal, Maria, seus padrinhos foram Antonio, solteiro, escravo de Domingos de Siqueira Cortes e por Libânia Fernandes, liberta, casada com Miguel de Souza Menezes. Nesse caso, verifica-se as relações entre os escravos, pois Maria foi batizada por escravos ou com passado escravo, reforçando a idéia de que eles, os escravos, quando podiam procuravam fortalecer seus laços com o seu passado.

Hefigênia foi a quinta filha do casal, batizada em 09/12/1860 por Pedro Aleixo, francês, casado e Leopoldina Vitalina de Souza, solteira. Pode ser que o padrinho estava de passagem por Guarapuava e a fim de registro procurou aproximação com o ambiente escravo oferecendo-se para ser padrinho.

Teresa foi a sexta filha do casal a ser batizada, no dia 05/02/1865 pelo casal Pedro Manoel da Costa e Josefina Maria Gertrudes. Pelos registros o casal de padrinhos são pessoas livres.

O intervalo genésico do casal a partir do momento em eles começam a ter o primeiro filho foi de aproximadamente 2,3 anos. Ao considerarmos a média em que os indivíduos livres tinham os seus filhos, é bastante razoável supor que o casal percebia a importância desse intervalo para o bem estar da mãe e dos filhos.

Em 1859 o escravo Nicolau casou-se com Maria Rita de condição indefinida, pois não há registros sobre o seu passado. Nicolau provavelmente era irmão de Veríssimo, pois nos registros consta que seu pai era Ignácio e sua mãe Magdalena, ambos falecidos. Os pais da noiva são Bento Pedroso e Leopoldina Mendes dos Santos.

O terceiro casamento realizado no plantel de Domingos de Siqueira Cortes foi o de Pedro Fernandes dos Santos, liberto, origem de Sorocaba, não há registro do nome de seus pais. Sua noiva foi Josepha Maria de Lima, e seus pais são João Rodrigues Fernandes e Anna Maria dos Santos.

Por fim, o último casal formado por Raymundo José Fagundes, liberto, origem africana, e

sua noiva Maria Rosa Anunciação, livre, sendo os pais da noiva Manoel Francisco Bello e Anna Maria de Jesus.

Pelos registros de Assento de Batismo, todos esses casais, no período analisado, não tiveram filhos que fossem batizados oficialmente. As demais crianças com registro de batismo na propriedade foram fruto de uniões matrifocais.

...Das mães solteiras pertencentes a Domingos de Siqueira Cortes

De acordo com o registro de batismos da paróquia em questão, pode-se notar que alguns filhos de mãe solteira pertencentes a Domingos de Siqueira Cortes foram batizados no período de 1849 a 1871.

Pelo que consta nos registros a escrava/mulata/crioula e solteira Cesarina pertencente ao senhor acima referido foi a primeira mãe solteira a batizar um filho neste plantel, vindo depois a batizar mais quatro filhos seus, todos sem o nome do pai nos registros. Tratando-se do batismo da menina Josefa, em uma quarta-feira dia 28/02/1849, como padrinhos temos o casal João Manoel da Silva e Maria Alves da Luz. Posteriormente Cesarina batiza um outro filho seu, desta vez um menino. O batismo acontece em uma segunda-feira dia 19/10/1857, a criança recebe o nome de José e tem como padrinhos o casal João Ribeiro de Morais e Gertrudes Maria das Dores. Passado algum tempo temos o batismo de Dinna, a terceira filha de Cesarina foi batizada em um domingo, dia 21/01/1861 e seus padrinhos foram Bento de Siqueira Côrtes e Rosa Maria de Jesus, que são neto e avó. Depois no dia 01/11/1863, um domingo, foi a vez do menino Marcos ser batizado, tendo como padrinho o tenente Policarpo Antunes Ferreira Maciel. O último batismo registrado pela mãe Cesarina refere-se a mais uma menina chamada Joana e aconteceu no dia 05/02/1865 um domingo, a menina teve como madrinha a liberta/solteira Benta de Souza.

Outra escrava a batizar filhos na condição de solteira foi Serafina, no dia 14/12/1851 um domingo ela batiza sua filha Rita, os padrinhos da menina são o casal João Ribeiro de Morais e Gertrudes Maria das Dores. Serafina ainda batiza Victória, em um domingo, dia 15/10/1854, que recebe como padrinhos Pedro Lustosa de Siqueira e Maria de Belém.

Josefa foi outra escrava/crioula de Domingos de Siqueira Cortes a batizar filhos seus. Sendo que a primeira a ser batizada foi Isidia, no dia 01/01/1868 uma quarta-feira, esta teve como padrinhos Antonio Caetano Coelho de Amaral e Maria Madalena. Depois dela foi a vez de Luís ser batizado, na data de 21/11/1869 um domingo, o menino foi batizado por Pedro Alves da Rocha Loures e sua esposa Francisca de Paula França. Por último tem-se o registro do batismo de José, que aconteceu numa segunda-feira dia 06/11/1871 e os padrinhos do menino foram José Antonio de

Almeida França e sua esposa Maria das Dores França.

Essas foram as escravas de Domingos Siqueira Cortes que batizaram filhos na condição de mãe solteira, o nome do pai das crianças não aparece em nenhum dos casos, mas, devemos levar em consideração por exemplo o caso da primeira escrava a batizar filho no determinado plantel, que foi a Cesarina, de acordo com os registros ela batizou cinco filhos seus que tem o pai como ausente, mas aqui abro um questionamento, será que ela era mesmo mãe solteira, ou vivia num relacionamento consensual que apenas não tinha sido reconhecido pela igreja ainda e para ela isto já bastava? A julgar o tempo de intervalo entre um batismo e outro vemos que de fato esta é uma possibilidade plausível, ainda se compararmos com o caso de uma outra família reconhecida pelo matrimônio que também batizou seus filhos vemos que os intervalos são em períodos bem parecidos. Este fato só reforça a ideia de que a família era algo bem mais presente do que aquilo que os registros de casamento nos oferecem.

Conclusão

O presente trabalho de pesquisa abordou alguns aspectos importantes sobre os registros de casamento de escravos num período em que pode-se separar em duas grandes fases com relação à escravidão no país. Num primeiro momento o período em que o tráfico atlântico tinha força no processo de acumulação dessa mão-de-obra para as propriedades agrícolas. Num segundo momento, as transformações por que passaria a sociedade e a economia interna e internacional em face das Leis que proibiriam o tráfico atlântico, bem como o processo de enfraquecimento das estruturas escravistas internas. Assim sendo, o trabalho procurou analisar aspectos relacionados com as possibilidades de união estável entre os cativos numa localidade voltada para a economia interna.

Percebe-se que apesar dos registros informarem as poucas uniões estáveis, no período estudado, ao considerarmos parcela significativa de indivíduos que poderiam ter seu passado escravo, essa relação se torna importante no trabalho, haja vista que o porcentual de cativos que estão se casando se torna expressivo. Com relação às estratégias das famílias escravas, o domicílio de Domingos de Siqueira Cortes é relevante no sentido de que os casais que oficialmente realizavam o matrimônio se perpetuavam no tempo, expandindo suas famílias com filhos e netos.

Referências bibliográficas

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. 1997. A paz das senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

LOTT, Miriam Moura. "Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica séculos XVIII e XIX".Anais da V jornada setecentista. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003.

MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 -1829)/ José Flávio Motta - São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

FRANCO NETTO, Fernando. População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX. 2005. 395 f Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba. 2005.

PINTO, Natália Garcia. Entre laços, tramas e vontades: as relações familiares de escravos e libertos na Pelotas oitocentista do século XIX (1830/1850)

SLENES, Robert W. Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX/ Robert W. Slenes.- Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999.

A Economia-Mundo Capitalista: Conceitos e Considerações Histórico-Espaciais[1]

Magda Holan Yu Chang
Programa de Pós-Graduação, Mestrado, em "Culturas e Identidades Brasileiras" do Instituto de Estudos Brasileiros-USP.
mchang@usp.br

Resumo: Frente ao processo de rupturas impulsionado pela crise internacional de 2008, este artigo busca entender as forças históricas que estruturam a dinâmica do capitalismo mundial. Com estes fins, recorre-se a ideias como a "economia-mundo" de Braudel e Wallerstein, os "ciclos sistêmicos de acumulação" de Arrighi, e os "ajustes espaciais" de Harvey. De certo modo, todos esses pensadores fazem releituras dos universos marxista e smithiano, permitindo a identificação de instrumentos de análise do capitalismo mundial alternativos à teoria convencional.

Palavras-chave: ajustes espaciais; ciclos sistêmicos de acumulação; economia-mundo capitalista.

[1] Este artigo é derivado da versão preliminar, concluída em 29 de março de 2012, do primeiro capítulo da minha Dissertação de Mestrado "O Desenvolvimento Brasileiro e os seus Padrões de Inserção Econômica Internacional (1950-2010): o Papel da Política Econômica e da Política Externa em Perspectiva Histórica", sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa (IEB-USP).

Introdução

Não existem grandes divergências de que a gestação de uma nova ordem econômica mundial está em curso. A sustentação de uma surpreendente expansão pela economia chinesa nas últimas décadas já vinha evidenciando a emergência de uma nova potência econômica. A criação e popularização do acrônimo "BRICs" (Brasil, Rússia, Índia e China) no início deste século, destacando o rápido crescimento desses quatro países em desenvolvimento, veio a enfatizar essa ampliação do horizonte de novos centros de influência mundial. E, por fim, os despojos da maior crise econômico-financeira desde a Grande Depressão evidenciaram a perspectiva de uma lenta recuperação para a maior parte do mundo desenvolvido, com expectativas de anos de baixo crescimento. Ao que tudo indica, está ocorrendo o deslocamento do centro de dinamismo econômico mundial dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, ou ao menos, uma significativa redistribuição de pesos.

Na realidade, no mundo inteiro, além das implicações concretas desses movimentos de reestruturação sistêmica expressas por dados estatísticos como os de atividade, comércio e finanças internacionais, também as bases ideológicas da orientação político-econômica dominante foram profundamente abaladas. Não faltou no passado críticos que apontaram as deficiências latentes do modelo de condução econômica neoliberal amplamente predominante na ordem mundial anterior. Estas falhas foram evidenciadas pelo bruto desenrolar da crise, que se alastrou pelo planeta graças à intricada rede mundial de interações entre países fomentada pelo processo de globalização, atingindo até mesmo nações que não estavam diretamente ligadas à crise em si.

Destarte, frente à importância desse processo de questionamento da ordem econômica capitalista e de ruptura de paradigmas, cumpre buscar entender as origens e forças históricas que estruturam a sua dinâmica e evolução cíclica. Tal avaliação é de fundamental relevância para realizar um juízo das possibilidades e implicações para a estratégia de desenvolvimento nacional, não só para o Brasil, mas para qualquer país que seja minimamente integrado à economia mundial.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar as principais ideias sobre o capitalismo como sistema mundial, revisando algumas das principais abordagens teóricas relevantes ao assunto e tendo em vista delinear algumas ferramentas de análise úteis à compreensão do seu funcionamento. Para isso, há que primeiramente se atentar a certos cuidados metodológicos visando a identificar e evitar anacronismos e ambiguidades, como o estudo diacrônico e contextualizado dos conceitos e ideias, a questão da definição da unidade de análise adequada à investigação científica, e outras considerações essenciais de ordem histórico-geográfica.

Neste sentido, as referências intelectuais consistem nos argumentos de Koselleck (2006) e Skinner (1969), que delineam preocupações acerca do uso dos termos e conceitos necessários à construção de uma análise científica sobre sistemas com duração e espaço, sem desligá-los dos seus agentes e ambientes histórico-geográficos. Também são abordadas as visões pautadas no "ponto de vista da totalidade" e da "longa duração histórica" desenvolvidas por Braudel (1996) e Wallerstein (2000).

Tendo em vista tais cuidados, faz-se útil se aprofundar nas ideias de Braudel (1996) sobre o *capitalismo* e as *economias-mundo*, enfatizando sua definição do capitalismo como o lugar da alta acumulação do capital, para relacioná-las à estrutura conceitual da *economia-mundo capitalista* desenvolvida por Wallerstein (2000). Visando adicionar ao debate, são expostas as falhas do construto teórico de Wallerstein (2000) levantadas pela abordagem marxista de Brenner (1977), que ressalta o papel central das estruturas sociais para a origem e dinâmica do capitalismo. Complementarmente, as contribuições de Arrighi (1990, 1996 e 2008) trazem uma síntese do funcionamento do capitalismo como sistema cíclico mundial de acumulação de capital que, juntamente com a teoria espacial do capitalismo de Harvey (2005), levantam destacadas conclusões de cunho geopolítico. Ou seja, por meio da reunião e confronto das ideias desses diferentes pensadores, busca-se assim realizar uma síntese instrumental das categorias por eles apresentadas para melhor apreender a estrutura e dinâmica do capitalismo mundial.

Conceitos, Sistemas Sociais e seus Contextos

As palavras podem permanecer sempre as mesmas, mas os seus sentidos se alteram conforme o contexto, o agente, o lugar, a época ou a cultura. Da mesma forma, os conceitos podem possuir diversas nuances e mudar de conteúdos – de tal sorte que sua compreensão e uso adequado requerem a apreensão dos ambientes histórico-sociais em que o conceito surgiu e evoluiu, por quem foi usado, e com quais finalidades. Ou seja, os conceitos unem experiências - passadas, presentes e possíveis -, revelando estruturas com referencial empírico e duração e justificando assim a necessidade de se atentar à sua aplicação para compor a análise histórica.

Segundo Koselleck (2006), os conceitos podem fundamentar-se em fatores já existentes e ser usados como indicadores de transformações em curso, por meio de processos de "re-significação" dos termos e de criação de neologismos[2]. Assim, os conceitos carregam

[2] Na realidade, o autor identifica três processos principais de evolução dos significados de um conceito: os tradicionais, cujos significados permaneceram ao longo do tempo; os que, apesar de manterem o mesmo

uma temporalidade de conjunturas que é de grande valor à ciência investigativa, pois abre as possibilidades de revelar

> "um ponto de vista polêmico orientado para o presente, assim como um componente de planejamento futuro, ao lado de determinados elementos de longa duração da constituição social originados no passado (...). Na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história." (Koselleck, 2006, p. 101)

Alternativamente, Skinner (1969) também reconhece a riqueza denotativa dos conceitos e sublinha a relevância da compreensão dos ambientes e fatos que os envolvem. Porém, sua qualificação vai mais além ao criticar as abordagens pautadas no estudo de "conceitos fundamentais", ideias cuja perenidade e universalidade a elas atribuídas trazem implícitas uma suposta independência dos seus contextos temporais, intelectuais e sociais. Tal abrangência absoluta acaba gerando uma tendência a imputar intenções e significados inexistentes a autores e obras, que não os tiveram, nem poderiam ter tido, em seus ambientes de origem. Muitas vezes, o resultado é o quê o autor considera serem absurdidades, narrações de pensamentos inexistentes, "mitologias" históricas[3]. Para ele, a impossibilidade de se abordar fenômenos sem definir critérios conhecidos, sem contaminá-los com pré-conceitos e expectativas, ou sem identificar semelhanças com experiências anteriores vem a exacerbar o problema. "Nós precisamos classificar para entender, e só podemos classificar o desconhecido em termos do que é familiar." (Skinner, 1969, p. 58).

Deste modo, Skinner (1969) aponta dois requisitos metodológicos mínimos: nenhum pensador pode ter dito ou querer ter dito algo que era impossível no seu tempo e contexto; e a pesquisa não pode ser reduzida a uma atividade padronizante, pois as generalizações perigam em não corresponderem adequadamente aos eventos individuais que pretendem representar:

> "qualquer discurso é inescapavelmente a expressão de uma intenção particular, em uma ocasião particular, direcionada à solução de um problema particular, e, portanto específico ao seu contexto (...) não

---

vocábulo, mudaram de significado tão radicalmente que só podem ser entendidos historicamente; e os neologismos, criados para expressar processos inéditos.

[3] Skinner (1969) destaca três "Mitologias": a "das doutrinas", em que a doutrina domina e determina a investigação histórica, levando a erros como atribuí-la a um autor ou texto que não poderia tê-la concebido ou abordado; a "da coerência", em que a falta de consistência intelectual é vista como inconcebível, levando a uma busca exaustiva por uma coerência inexistente; e a "da prolepse", em que a expectativa de encontrar um significado específico determina a análise, levando a entender o sentido esperado em vez do sentido efetivo.

> existem problemas perenes na filosofia. Existem apenas respostas individuais a questões individuais...” (p. 88)

Braudel (1996b), em contraste, desenvolve uma abordagem de certa forma oposta à defendida por Skinner, pelo menos no que diz respeito às regularidades científicas. Apesar de também destacar a importância de se situar as realidades humanas conforme seu espaço e duração, o autor dá um peso especial em sua investigação à identificação dos padrões recorrentes no tempo e espaço, dos ciclos sistêmicos que se repetem ao longo da História e das regularidades tendenciais que caracterizam os fenômenos.

Na realidade, todos esses autores reconhecem os equívocos e ambiguidades potenciais do uso inadequado dos conceitos e enfatizam a importância do estudo dos seus contextos de gestação e desenvolvimento. Como Koselleck e Skinner, Braudel (1996b) também destaca a necessidade da análise do surgimento e da evolução histórica dos conceitos a serem aplicados na pesquisa científica: “as palavras-chave do vocabulário histórico só devem ser utilizadas depois de interrogadas... De onde vêm elas? Como chegaram até nós?” (p. 201). Porém, ele acredita que deve haver laços e continuidades entre passado longínquo e tempo presente, defendendo que “a história tem todas as vantagens em raciocinar por comparações, em escala do mundo – a única com validade...” (p. 9).

Assim, persuadido do valor explicativo do longo prazo, Braudel (1996b) defende a análise de “longa duração”, confiando no desenrolar cronológico e nas temporalidades da História, porque só esta poderia apresentar evidências que constituam:

> “uma explicação – uma das mais convincentes – e uma verificação, na verdade a única situada fora das nossas deduções abstratas, das nossas lógicas a priori, fora até das armadilhas que o bom senso não para de montar para nós” (p. 7).

É também nesta direção que Wallerstein (2000) busca empreender sua investigação científica, por meio de uma abordagem histórica de “longo prazo” semelhante à “longue durée” de Braudel. Para ele, a ciência social não deve perder contato com a perspectiva histórica, pois só esta permite apreender as estruturas sociais e suas mudanças[4], nem as partes devem ser isoladas do inteiro que as integra – defendendo, assim, um “ponto de vista da totalidade”. Sustentando que a ciência social a-histórica e descontextualizada constitui fonte abundante de anacronismos, Wallerstein (2000) constrói todo um arcabouço teórico baseado

[4] Aqui, Wallerstein (2000) amplia a problemática para criticar a disseminação de modelos abstratos e quantitativos que visam explicar o todo social sem abordá-los historicamente, mostrando que suas falhas são prontamente evidenciadas pela realidade empírica da História.

no que chama de "totalidades históricas", propondo um modelo alternativo para realizar a análise comparativa dos fenômenos sociais.

Portanto, esses autores nos ensinam que a prevenção de enganos e controvérsias na análise das humanidades requer alguns cuidados metodológicos essenciais. A investigação exaustiva e restrita dos termos e conceitos não resolve: a compreensão mais completa só é possível com informação externa a eles, pois seu significado e uso podem mudar conforme o espaço e o tempo. É necessário ultrapassar a análise do significado do que está escrito e buscar a intenção por trás: por que, quando, para quem e por quem foi escrito? Ou seja, os termos e as ideias não devem perder contato com seus autores, contextos e públicos, nem com as questões que procuravam responder quando foram concebidas. Deste modo, reforça-se a relevância do estudo da evolução das circunstâncias históricas dos conceitos, pois ao revelar possíveis disjunções entre significados e fatos relacionados ao mesmo vocábulo, são descobertas as camadas de significados, a estrutura e a profundidade histórica de um conceito.

O Capitalismo como Lugar: A Visão de Braudel

Tendo em vista a importância de atentar aos usos e significados dos termos e conceitos, Braudel (1996b) realiza uma detida investigação acerca dos vocábulos-chaves que no geral permeiam as análises sobre o capitalismo[5]. A iniciar pelo termo central aos propósitos deste artigo, *capitalismo*, aponta Braudel (1996b) que esta é uma palavra tão "ambígua, pouco científica e usada a torto e a direito" (p. 199), que seu uso só não seria eliminado pela falta de substituta melhor.

Assim, sua controvérsia justifica o estudo da evolução histórica de duas palavras anteriores e intimamente relacionadas: *capital* e *capitalista*. A primeira, *capital*[6], parece ter adquirido o sentido de "fundos de bens ou dinheiro que rendem juros" na Itália entre os séculos XII e XIII, enquanto *capitalista* teria surgido no século XVII relacionado a indivíduos com recursos, e aos poucos foi ganhando a conotação de "manipuladores ou fornecedores de dinheiro", pessoas providas de recursos e prontas a usá-los para obterem mais. Porém, nota Braudel (1996b), mesmo logo após a Revolução Francesa o vocábulo ainda não era usado para designar o empresário, o agente que detém capitais e os investe na produção.

Por fim, *capitalismo* é o mais recente dos três termos. Mesmo no século XIX seu emprego era raro, sendo ignorada por Marx em 1867. Teria sido no início do século XX que o

[5] No entanto, ele pondera que, apesar de a análise desses termos ser bastante esclarecedora, pode-se apenas pretender um modesto resumo de um universo, pois todas as civilizações tiveram suas trocas e relações econômicas, realizadas de modos e em escalas diferentes – tendo criado vocábulos diversos para definir essas atividades, que podem ter evoluído e se deformado no tempo, até mesmo mudado de concepção.

[6] Palavra derivada do latim *caput*, significando cabeça.

vocábulo adquiriu sua nuance política[7], sendo invocado como antônimo para *socialismo* – a partir de então, Braudel (1996b) aponta que o termo vai ficando cada vez mais carregado de sentidos, ambigüidades e contradições.

> "De todos, os historiadores foram os mais seduzidos pela palavra nova (...). Sem se preocuparem com anacronismos, abriram-lhe todo o campo da prospecção histórica, a antiga Babilônia e a Grécia helenística, a China antiga, Roma (...). Os maiores nomes da historiografia recente... estão implicados nesse jogo que viria a desencadear uma autêntica caça às bruxas." (Braudel, 1996b, p. 206)

Não há dúvidas, portanto, que se trata de um termo que foi incorporando conotações econômicas, sociais e políticas ao longo da história. Para Braudel (1996b), é certo se tratar de um regime centrado no *capital* – conceito que ele considera ser tudo aquilo que entra nos circuitos para regressar trazendo mais de si mesmo, independente de estar relacionado ou não às esferas produtivas. Ou seja, todo bem usado para estimular trocas comerciais, pagar aluguéis, insumos e salários utilizados no processo produtivo, e quaisquer outros usos, desde que visasse a multiplicar o capital inicial aplicado.

Com esta visão de *capital*, Braudel (1996b) situa o *capitalismo* como o lugar da alta reprodução de capital e do investimento. Destarte, o capitalismo assim definido teria existido desde tempos muito remotos - mesmo na época pré-industrial, apesar de ocupar então uma modesta parte da vida econômica e constituindo um mundo diferente e estranho à globalidade socioeconômica que o rodeava. Para o autor, uma comum identificação do capitalismo com o modo de produção industrial teria sido amplamente difundida por análises reduzidas a uma "ortodoxia pós-marxiana", segundo a qual não teria havido capitalismo antes da Revolução Industrial.

Apesar de reconhecer a visão de Marx e Dobb do "capitalismo como o sistema em que ocorre a mercantilização do trabalho", relacionada ao capital integrado à esfera da produção sobre relações de trabalho assalariado, Braudel (1996b) considera ser este apenas um dos vários momentos e manifestações do capitalismo. Em sua concepção, o "modo de produção industrial" e o trabalho livre e assalariado não são as particularidades essenciais e indispensáveis do capitalismo, mas sim a sua concentração no "lugar" do investimento e da alta taxa de reprodução de capital. Se o capitalismo permanecia restrito a determinadas

[7] Tal conotação foi lançada nos meios científicos pelo livro de Werner Sombart (1902) "Der moderne Kapitalismus". Braudel nota que, mesmo assim, a palavra foi depois incorporada de tal modo ao modelo marxista, que muitos consideraram "escravismo, feudalismo, capitalismo" como etapas definidas por Marx.

atividades específicas antes de sua fase industrial, não estendendo sua influência para o resto da economia, era porque faltavam oportunidades de lucro mais atrativas para tal se suceder[8].

O problema-chave - por que um setor da sociedade de ontem, que era capitalista, viveu em sistema fechado e não pôde expandir-se? – seria solucionado pela constatação de que talvez esta fosse a condição para sua sobrevivência, pois poucos setores permitiam uma relevante formação de capital, os demais sendo não rentáveis. Assim se explica, segundo Braudel (1996b), porque o capitalismo do passado foi essencialmente "mercantil" e "não industrial", e porque alguns setores capitalistas do passado viveram em sistemas fechados e acabaram entesourando o capital acumulado. Porém, mesmo funcionando dentro de sistemas restritos, o capitalismo "ficava sempre atento" a oportunidades para investir em outros lugares mais rentáveis.

Em sua tentativa de compreender as lógicas capitalistas, suas estruturas e funcionamento, Braudel (1996c) propõe um vocabulário teórico visando a situá-las conforme seu espaço e duração. Enquanto a duração refere-se à sua escolha pela *longue dureé*, o espaço explica-se por colocar "em causa ao mesmo tempo todas as realidades da história, todas as partes envolvidas..." (12). Destarte, o autor propõe o conceito de *economia-mundo*, definida como uma parte economicamente autônoma do planeta, capaz "de bastar-se a si própria e no qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade (...) é a mais vasta zona de coerência, em determinada época, em uma região determinada do globo..." (p. 12-13).[9]

Porém, esta unidade econômica não é homogênea, em seu interior podendo coexistir formas muito diferentes como o *capitalismo* e a *economia de mercado*. Aliás, uma ambigüidade recorrente é a identificação entre as duas, que na verdade não se confundem. Enquanto, na definição de Braudel (1996a), o *capitalismo* é o local da rápida reprodução de capital, a *economia de mercado* é o sistema de trocas que abrange os mercados de uma determinada zona onde há flutuação e consonância de preços entre seus mercados.

Segundo o autor, a palavra *mercado* (assim como *capitalismo*) é muito usada

[8] Na realidade, diante da difusão desta visão "pós-marxista", Braudel (1996b) pondera se de fato ocorreu uma mutação no conteúdo da palavra capitalismo relacionada à Revolução Industrial. Com estes fins, ele resgata a pesquisa de Simon Kuznets, segundo o qual não houve mudança brusca da taxa de poupança na era moderna (suposta incentivadora da expansão industrial). Se a explicação não estava no lado da poupança, talvez estivesse no do investimento: de fato, boa parte da sua formação de capital bruto antes da Revolução Industrial não era durável (como as construções e ferramentas frágeis), decorrendo em uma formação de capital líquido muito menor do que nas sociedades modernas. Isso leva Braudel (1996b) a considerar que a Revolução Industrial representou "... uma mutação do capital fixo, um capital desde então mais caro, porém muito mais duradouro e aperfeiçoado, que mudará radicalmente as taxas de produtividade." (p. 215)

[9] Cabe ponderar que esta coesão relaciona-se especificadamente à vida econômica, podendo as economias-mundo abarcar sociedades, culturas e soberanias políticas diferentes e independentes, transcendendo as fronteiras demarcadas entre civilizações e criando uma unidade de integração no seu espaço.

equivocadamente, por ser aplicada em um sentido bastante amplo a todas as formas de troca - e às vezes até mesmo a um sistema de trocas, a *economia de mercado*. De certo modo, tal se deve à visão clássica do mercado autorregulador e promotor do crescimento, que por meio de suas trocas racionais iria interligando as diferentes regiões, assegurando o equilíbrio das atividades econômicas e regulando a divisão do trabalho. O problema desta concepção é que o mercado nem é um fenômeno imune a influências externas, nem corresponde ao conjunto de todas as atividades econômicas em sua tendência a criar uma unidade mundial.

Na visão de Braudel (1996c), a economia de mercado foi se formando aos poucos ao longo do tempo, sem abarcar toda a economia e tendo sempre coexistido com outras formas econômicas, entre elas o capitalismo, mantendo entre si relações dinâmicas e variáveis ao longo da história. Porém, a tendência era que economias locais relativamente autônomas fossem se organizando em cadeias de mercados regionais, constituindo economias de mercado inclinadas a se voltar para um mesmo centro de atração e dinamismo. Este por sua vez se empenhava em tomar essas redes de mercados, remodelando-as conforme suas necessidades e integrando-as à sua própria dinâmica: "é como se a *centralização* e a *concentração* de recursos... se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da acumulação." (Braudel, 1996c, p. 26).

Destarte, em sua concepção, o capitalismo escolhe "locais" de intenso dinamismo econômico que satisfaçam sua necessidade de reprodução sempre crescente de capitais, interligando as diferentes partes da economia-mundo em torno das suas atividades "de eleição". Nesta estrutura da economia-mundo, além da "economia de mercado" e do "capitalismo" haveria ainda um terceiro setor enorme, "a não-economia". Esses três setores foram se ordenando no espaço em uma hierarquia de poder econômico, tendo o capitalismo como o topo, a economia de mercado como o miolo, e a não economia como a enorme base.

Se as economias-mundo existem desde os tempos remotos, é possível fazer comparações entre elas, aproximar fases e processos evolutivos comuns, visando a desenvolver uma "tipologia" das economias-mundo para esclarecer seu funcionamento. De fato, Braudel (1996c) identifica duas regras tendenciais das economias-mundo: primeiro, há sempre uma hierarquia entre zonas desiguais de economias pobres e ricas, com só uma mais próspera no centro, polarizando as demais. Segundo, o núcleo capitalista dominante está sempre em competição com outros aspirantes à liderança, de modo que os centros não o são eternamente, sendo substituídos ao longo do tempo[10]. Também não foram sempre do mesmo

[10] As substituições se davam por diversas razões, até mesmo não econômicas. No geral suas implicações iam além do econômico, revelando as fragilidades do equilíbrio anterior da economia-mundo.

tipo e estrutura, se diferenciando entre si nos seus arsenais de dominação econômica e política. Entre as zonas "secundárias" que visavam ascender ao centro, era comum o uso do mercantilismo como estratégia para alterar sua posição inferior[11], em uma relação de tensão e complementação, pois o núcleo dominante também delas se aproveitava.

Portanto, apesar de suas grandes desigualdades internas, a economia-mundo conserva uma unidade de coesão em torno do dinamismo e atração do seu centro. Sua estrutura e funcionamento implicam na coexistência tensa entre zonas econômicas, de tal modo que os atritos não podem se anular para não ameaçar o poder central que orquestra a dinâmica do conjunto. Ele pondera que essas desigualdades econômicas não são fruto de "vocações naturais", mas expressam a consolidação de situações lenta e historicamente estabelecidas, em uma cadeia de subordinações e relações de força desiguais.[12] De certo modo, como será visto adiante, tal visão difere da posição de Wallerstein (2000), para quem as desigualdades são raiz e causa do desenvolvimento capitalista, e da própria economia-mundo capitalista.

A Economia-Mundo Capitalista: A Contribuição de Wallerstein

A mesma ênfase no longo prazo, que fundamenta a divisão do tempo do mundo em extensos períodos por Braudel, justifica a definição de Wallerstein (2000) das "totalidades históricas" como as unidades de análise adequadas aos interesses da pesquisa social. Na verdade, ele aponta que a segmentação de um todo social em unidades de análise independentes e autossuficientes é dos maiores problemas da pesquisa científica, especialmente se aplicada para fundamentar estudos comparativos. Para ele, apesar de nas análises de longos períodos ser necessário dividir o horizonte temporal para observar as mudanças de um segmento a outro, não se pode jamais perder o "ponto de vista da totalidade". Isso porque as fases não são discretas, mas contínuas, constituindo etapas de um processo cuja evolução não pode ser determinada *a priori*, mas só pode ser percebida *a posteriori*. Ou seja, elas não fazem sentido abstraídas de suas irmãs e do seu todo, só sendo compreensíveis se vistas dentro do conjunto do qual fazem parte, devendo ser analisadas como segmentos interligados de uma unidade total.

O mesmo raciocínio é aplicado pelo autor ao estudo das partes integrantes de um sistema internacional, como países ou regiões específicas, defendendo que estes não podem ser adequadamente entendidos isolados da dinâmica regional ou internacional em que estão inseridos. Destarte, ao designar fases ou estudar países e regiões, estes devem ser sempre

[11] Em consonância, no geral os centros das economias-mundo apoiavam a livre concorrência, só tendo sido mercantilistas nos momentos de percepção de perigo ou de processo de ascensão a centro.

[12] É neste sentido que ele critica a explicação de David Ricardo sobre as trocas desiguais entre Inglaterra e Portugal: o tratado de Methuen foi ditado por relações de força, não de "interesses comuns".

abordados como partes de totalidades, que para Wallerstein (2000) são os *sistemas sociais*. E o que define um sistema social, em sua concepção, é a existência de uma divisão de trabalho própria, entendida como a menor "rede" de atividades econômicas que atende às necessidades da maioria dos agentes deste sistema, independente de entidades ou forças externas – uma lógica que pode existir sem uma unidade política comum, e até mesmo sem uma cultura comum[13].

Wallerstein (2000) ressalta que seu método baseado no estudo de "sistemas sociais" é uma proposta alternativa a dois métodos opostos de análise - o nomotético e o idiográfico. Enquanto o primeiro seria tendente à generalização ao defender a noção de que devem existir leis que expliquem os fenômenos como regularidades e não produtos do acaso; o segundo buscaria o significado de fenômenos contingentes, sob o pressuposto de que tudo está sempre mudando, impossibilitando repetições e generalizações. A metodologia proposta por Wallerstein (2000) seria uma "via intermediária" entre esses dois métodos, por investigar:

> ... quadros sistêmicos, bastante longos no espaço e no tempo para conter as 'lógicas' que determinam a maior parte das suas trajetórias, enquanto simultaneamente reconhece-se que esses sistemas têm início e fim, não sendo, portanto, fenômenos 'eternos'. (p. 136)

Assim, sua unidade básica de análise é o seu conceito de sistema social, que possui partes estruturais e fases evolutivas. É só neste quadro analítico que seria válido fazer estudos comparativos, dos inteiros e das partes do inteiro[14]. Destarte,o autor construiu um modelo teórico alternativo para realizar a análise comparativa, propondo como unidades de análise estruturas sistêmicas localizadas no tempo - os sistemas sociais. Ele identificou dois tipos de sistemas sociais conhecidos pela humanidade, diferenciados pela sua estrutura ("ciclos" ou "ritmos") e padrões de transformação interna ("tendências seculares"): os minissistemas e os sistemas-mundo. Enquanto os minissistemas foram caracterizados por um sistema cultural único[15], os sistemas-mundo podiam apresentar múltiplos sistemas culturais, dividindo-se em

[13] De certa forma, Braudel (1996c) aproveitou essa visão para conceber a sua "zona de coesão econômica", que é bastante similar à economia-mundo de Wallerstein (2000), também podendo realizar trocas não essenciais com elementos externos e não necessariamente implicando em uma homogeneidade sócio-politica-cultural.

[14] Para ele, a falsa identificação das unidades de análise a serem comparadas conduz a falsos conceitos e problemas. Por exemplo, se a unidade de comparação apropriada não forem os países, mas um sistema social mais abrangente, então cada país não poderia ser considerado uma "unidade de análise" com seu próprio modo de produção e dinâmica de desenvolvimento se constituir parte integrante de um sistema social, pois partilharia do modo de produção e dinâmica de desenvolvimento dessa "totalidade".

[15] O autor demonstra terem sido sociedades muito simples, agrárias ou caçadoras, não mais existentes, tendo sido no geral anexadas a um sistema-mundo e deixado de existir como "sistemas sociais" independentes.

dois subtipos: os impérios-mundo e as economias-mundo, cuja principal diferença é a presença de um sistema político comum no primeiro, e a sua ausência no segundo.

Para Walllerstein (2000), o capitalismo sempre foi, desde suas origens, um sistema social de economia-mundo, não limitado a nações-Estado ou regiões. Mais importante ainda, ele aponta que desde o século XIX, a "economia-mundo capitalista" é o único sistema-mundo existente - os minissistemas não existiriam mais, e os 'impérios-mundo' teriam dominado todas as economias até o período moderno. A condição para o estabelecimento dessa hegemonia sistêmica teria sido o fim dos impérios-mundo, com a eliminação de suas enormes burocracias corruptoras de superávits para gastos não produtivos que enfraqueciam a dinâmica do desenvolvimento econômico, permitindo a expansão do comércio mundial e a especialização regional.

Esta seria, conforme o autor, a principal característica da economia-mundo capitalista: uma divisão internacional do trabalho em expansão, impulsionada pelo objetivo de lucrar vendendo nos mercados mundiais. À medida que as diferentes regiões fossem sendo incorporadas à ela, produções especializadas seriam nelas desenvolvidas conforme as dotações de recursos locais para adequá-las às demandas da economia-mundo capitalista. Assim teria se originado uma hierarquia de regiões desigualmente poderosas que determinou um processo de acumulação no núcleo e um ciclo de atraso na periferia, por meio de "trocas desiguais" entre Estados fortes ("núcleo") e áreas fracas ("periferia"), com a apropriação do excedente da economia-mundo inteira pelo seu "núcleo"[16].

Destarte, para Wallerstein (2000) foi se consolidando uma hierarquia tripartite na economia-mundo, à semelhança de Braudel (1996c), em que sob o primado do núcleo ficavam dois estratos, o das regiões secundárias relativamente desenvolvidas e o da enorme periferia atrasada e explorada. Essa desigualdade foi ficando cada vez mais enraizada, alimentada pelas "forças de mercado": "...são as operações das forças do mercado mundial que acentuam as diferenças, as institucionalizam, e as fazem impossíveis de contornar no curto prazo" (Wallerstein, 2000, p. 89).

Tendo em vista esta distribuição desigual dos rendimentos, com a transferência da maior parte do excedente gerado pela maioria para a minoria, por que os primeiros não se revoltavam contra os últimos? Segundo Wallerstein (2000), a raridade das insurreições generalizadas ocorridas na História, apesar do persistente descontentamento, são explicadas

[16] No caso da economia-mundo europeia do século XVI, Wallerstein (2000) aponta que os Estados do centro se fortaleceram mais que os da periferia porque os interesses dos proprietários de terras da periferia divergiam dos da burguesia comercial, enquanto no centro eles convergiam; e porque a força dos Estados do centro era função direta da fraqueza dos da periferia, se reforçando no tempo por meio de guerras, coerção, diplomacia.

pelo papel da semiperiferia, uma camada intermediária que "significa que o estrato superior não enfrenta a oposição unificada de todo o resto, pois o estrato médio é simultaneamente explorado e explorador" (p. 91). Nessa concepção, a função da semiperiferia na economia-mundo é mais que um requisito ao seu funcionamento, é uma condição à sua sobrevivência, cuja essencialidade é mais política que econômica, pois uma economia-mundo funcionaria economicamente sem uma semiperiferia, mas não seria politicamente estável porque não evitaria a polarização extremada.

Assim, as tensões entre grupos sociais, nações e regiões só podem ser entendidas, afirma Wallerstein (2000), tendo em vista essa estrutura da economia-mundo capitalista, em que certos grupos buscam seus interesses tentando distorcer o mercado e se organizando para pressionar o poder político, resultando em alguns mais poderosos do que outros, mas nenhum conseguindo controlar a economia-mundo por completo. Destarte, sua economia-mundo capitalista comporta contradições intrínsecas, que determinam uma evolução conturbada e descontinua, sujeita a crises periódicas e renovações sistêmicas.

A Crítica Marxista de Robert Brenner

Em contraposição a certos aspectos do construto teórico desenvolvido por Walllerstein, a análise de Brenner (1977) sobre as origens do desenvolvimento capitalista destaca especialmente o papel das estruturas de classe, enfatizando a ação das relações e conflitos sociais na determinação da dinâmica do capitalismo. Dentro dos objetivos da sua pesquisa, o autor realiza uma ampla crítica que não se restringe apenas aos argumentos de Wallerstein, mas aos de toda uma geração de escritores de tradição marxista cuja produção científica foi em grande parte voltada ao objetivo de compreender a persistência do subdesenvolvimento em certos países, mesmo após a sua integração ao mercado mundial capitalista.

No geral, estes autores fundamentavam-se no Manifesto Comunista de Marx e Engels (1848), segundo o qual o processo de desenvolvimento capitalista seria mais ou menos inevitável: a ampliação do comércio e do investimento levaria à eliminação dos velhos modos de produção e à sua substituição por relações sociais capitalistas, iniciando um processo de acumulação de capital e desenvolvimento econômico. Porém, a História mostra uma clara falha da penetração do comércio e investimentos em amplas partes do mundo em trazer esse desenvolvimento – parecendo erigir, pelo contrário, barreiras sistemáticas ao avanço econômico nessas regiões.

Este "desenvolvimento do subdesenvolvido" levou à revisão deste prognóstico "progressista" da teoria marxista por estes pesquisadores que, conforme Brenner (1977),

acabaram deslocando a transformação das relações de classe do centro das suas análises. Ora, apesar de Marx ter previsto o desenvolvimento capitalista sob a premissa de que a expansão do comércio e investimento inevitavelmente levaria à transformação das relações de classe pré-capitalistas em capitalistas, Brenner (1977) pondera que essa expansão pode não ter destruído os velhos modos de produção, ou criado outros modos não capitalistas - resultados possíveis, tendo em vista que a origem e evolução das estruturas sociais não são explicáveis apenas em termos de "forças de mercado".

Ou seja, a mera ampliação do comércio e investimento não implica necessariamente no surgimento automático de relações de classe capitalistas[17]. No entanto, aponta Brenner (1977), esta linha de pesquisadores não apenas não prevê esta possibilidade, como nem mesmo aborda o papel central das estruturas sociais para a compreensão do subdesenvolvimento. Em vez disso, eles buscam negar o resultado de equilíbrio e prosperidade econômica previstos pelo modelo de desenvolvimento de Adam Smith, em que a expansão do comércio levaria à divisão internacional do trabalho e ao desenvolvimento econômico generalizado, construindo argumentações para sustentar que esses mesmos processos supostamente capitalistas pressupunham também o reforço do atraso econômico[18].

O caso de Wallerstein é emblemático para Brenner (1977), por não abordar nem a transformação das relações de classe capitalistas, nem o aumento sistemático do excedente relativo de trabalho que é para ele como a característica dominante do capitalismo. O autor aponta que Wallerstein troca o mecanismo da inovação capitalista pelo da "produção visando a lucros no mercado" ao definir como característica essencial da sua "economia-mundo capitalista" a produção para venda visando ao lucro[19].

Assim como a economia-mundo de Wallerstein, Brenner (1977) aponta que o capitalismo se distingue dos sistemas anteriores pela sua tendência ao desenvolvimento econômico ilimitado. Porém, a chave desse desenvolvimento está na expansão do excedente

---

[17] Brenner (1977) aponta que Marx depois visualizou a possibilidade da solidez de certos modos pré-capitalistas representar barreiras impeditivas à adoção de modos de produção capitalistas, como foi o caso dos modos de produção pré-capitalistas da Índia e China frente à expansão comercial inglesa.

[18] Um dos autores citados por Brenner (1977) é André Gunder Frank, para quem: "desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico são as faces opostas da mesma moeda. (…) são relativos e qualitativos, e cada um deles difere do outro, apesar de causado por suas relações com o outro. Porém desenvolvimento e subdesenvolvimento são a mesma coisa no sentido em que são o produto de uma única, mas dialeticamente contraditória, estrutura econômica e processo capitalista." (1969, *apud* Brenner, 1977, p. 28)

[19] Ou seja, Brenner (1977) aponta que Wallerstein não incorpora o avanço *qualitativo* (a revolução da produtividade do trabalho) como característica fundamental do capitalismo, nem a sua tendência intrínseca a acumular e inovar para garanti-lo. Para ele, a visão de desenvolvimento econômico de Wallerstein é *quantitativa*, baseada na expansão da economia-mundo possibilitada pelo colapso dos impérios-mundo.

relativo do trabalho[20], não abordado por Wallerstein. E essa expansão depende de inovações, as quais historicamente exigem a acumulação de excedentes, que por sua vez tem como fundamento as relações de classe capitalistas. Nas palavras de Marx:

> "A produção de valores absolutos de excedente usa a duração do dia de trabalho, enquanto a de valores relativos de excedente revoluciona os processos técnicos de trabalho e os grupos em que a sociedade se divide. Logo, ela requer um modo capitalista específico de produção, cujos métodos, meios e condições se originam e desenvolvem baseados na submissão formal do trabalho ao capital. Esta submissão formal é então substituída por uma submissão real". (1976, *apud* Brenner, 1977, p. 31)

Ou seja, aumentos recorrentes de produtividade só podem ocorrer se a "produção para os mercados" expressar relações de classe *capitalistas* - de trabalhadores assalariados, sem a posse dos meios de produção e emancipados de qualquer relação direta de dominação (como a escravidão ou servidão). Nestas condições, a combinação de trabalho e capital mais produtiva se torna necessária, pois tanto trabalhadores quanto detentores de capitais precisam vender para poder comprar, comprar para poder sobreviver, e inovar para conseguir manter-se frente à concorrência. Portanto, o problema da origem do capitalismo, na visão de Brenner (1977), é o problema da origem das relações de classes capitalistas – o processo histórico pelo qual trabalho e meios de produção se tornaram *commodities*.

O autor aponta que, como para Wallerstein é a "produção por lucro no mercado" que determina o desenvolvimento capitalista, o problema da sua origem é erroneamente identificado com o da origem da expansão do mercado mundial irrestrito pelos impérios-mundo[21]. Neste raciocínio, ambos a origem e o padrão de desenvolvimento capitalista se tornam derivados do mesmo processo de expansão comercial. E *qualquer* região incorporada à "economia-mundo capitalista" se tornaria capitalista, qualquer que fosse sua estrutura social-produtiva, sejam elas predominante servis ou de trabalho livre[22]. Mas conforme Brenner (1977):

> "... na medida em que a 'economia-mundo européia' moderna de fato corresponde ao conceito de Wallerstein – ou seja, definida por sistemas interconectados de produção baseadas na servidão na periferia e no

[20] Isso não significa que os métodos de excedentes absolutos do trabalho não eram usados no capitalismo.
[21] A incorporação das regiões feudais pelo comércio teria promovido um processo de racionalização econômica que teria iniciado o distanciamento da servidão para o trabalho livre assalariado.
[22] O argumento de Wallerstein é que os modos de produção são escolhidos pela classe dominante frente aos incentivos do mercado e dadas as características de sua região.

> trabalho livre no centro – ela permaneceu fundamentalmente 'pré-capitalista': de um tipo de feudalismo renovado, com um escopo maior." (p. 72-73)

Além disso, conforme o autor, a tese de Wallerstein permite chegar à conclusão que o desenvolvimento e subdesenvolvimento capitalista são derivados do mesmo processo, sendo direta e mutuamente determinados por serem ambos resultantes de uma transferência de excedentes da periferia ao centro. Porém, aponta ele, nenhum dos dois pode ser diretamente dependente e causado pelo outro, pois cada um resulta de uma evolução específica de relações de classe. Ademais, nessa visão, o capitalismo vira um sistema baseado na extração do excedente absoluto de trabalho, substituindo sua tendência inerente a desenvolver forças produtivas e acumular capital pela extração de excedentes da periferia.

Para Brenner (1977), a transferência de excedente foi um importante aspecto do subdesenvolvimento, mas este precisa ser explicado com base nas estruturas de classe da periferia. Segundo o autor, o desenvolvimento foi um processo qualitativo que envolveu a contínua acumulação de riqueza, revolução das técnicas e da produtividade, graças a uma estrutura de classes em que os extratores de excedente eram obrigados a usar métodos que correspondiam às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas. Em contrapartida, o subdesenvolvimento baseou-se em uma estrutura de classes fundamentada na extração do excedente absoluto do trabalho, determinando uma disjunção entre os requisitos para o desenvolvimento das forças produtivas e os objetivos de extração de excedentes. Em suma, em sua visão, as origens do capitalismo estão nos processos históricos pelos quais as estruturas de classe pré-capitalistas anteriores foram dissolvidas e redefinidas em estruturas capitalistas, compreensíveis apenas como processos conflitantes de transformação e luta de classes.

Dois Esforços de Síntese: Arrighi e Harvey

Assim como Wallerstein e Braudel, Arrighi (1996) também insiste na definição da *longue durée* como o horizonte temporal adequado para empreender o estudo da origem e expansão do capitalismo como sistema mundial, tendo em vista que suas tendências e conjunturas no século XX – os motivos originais de sua análise - talvez refletissem estruturas e processos em curso desde o século XVI. Destarte, sua pesquisa visa a identificar os padrões evolutivos que acredita terem permeado a história do capitalismo mundial, e as condições sistêmicas em que esses processos se desenvolveram no tempo.

Em muitos aspectos, a análise de Arrighi (1996) se fundamenta no pensamento de Braudel para explicar o capitalismo mundial, em especial a noção braudeliana de que as

características essenciais do capitalismo sempre foram a "flexibilidade" e a "capacidade de mudança e adaptação" para transitar pelas diversas atividades econômicas conforme suas oportunidades de lucro - e não as formas específicas e concretas assumidas em diferentes lugares e momentos. Assim, apesar de às vezes o capitalismo parecer ter "se especializado" (como na industrialização no século XIX), na verdade a sua concentração em uma atividade deve ser entendida como a escolha do "local" que naquele momento permitia a mais alta reprodução do capital. Tais "locais" estiveram sempre sujeitos a serem trocados por outros de maior rentabilidade, em um movimento de **"**mudança com continuidade".

Arrighi (1996) aponta ainda que essaa flexibilidade capitalista denota uma relação instrumental do capitalismo com os modos de troca e produção. Para Braudel, quando uma atividade não mais atende ao objetivo de lucro, ocorrem as expansões financeiras, sinalizando a maturidade de um ciclo de expansão produtiva que permitiu uma forte acumulação de capitais, mas que se exauriu. Assim, a predominância do "capital financeiro" é vista como uma tendência sistêmica do capitalismo, indicando a crise de um ciclo capitalista e sua reestruturação: "[Todo] desenvolvimento capitalista desse tipo, ao atingir o estágio de expansão financeira, parece anunciar em certo sentido, a sua maturidade" (Braudel, 1984, *apud* Arrighi, 1996, p. 6).[23]

Destarte, o autor aponta que um padrão histórico do capitalismo mundial pode ser identificado, em que épocas de expansão produtiva ("mudanças contínuas", DMD') se alternam com épocas de crise e relações puramente financeiras ("mudanças descontínuas", DD'). Fundamentando-se nessa noção das expansões financeiras como fases finais dos grandes ciclos capitalistas, ele decompõe a história do capitalismo mundial em quatro unidades de análise chamadas "ciclos sistêmicos de acumulação". Seguindo a preocupação de Wallerstein com "as totalidades históricas" como unidades de análise adequadas, o autor não concebe esses ciclos como partes subordinadas de um todo pré-concebido ou como casos independentes, mas como partes interligadas de um único processo histórico de expansão mundial do capitalismo. Sequencialmente, eles se sobrepõem, e apesar de durarem cada vez menos, todos duram mais de um século (os "longos séculos")[24].

[23] Para Arrighi (1996), este raciocínio também pode ser expresso pela clássica fórmula de Marx, DMD', segundo a qual na lógica capitalista o capital-dinheiro D (liquidez) pode ser investido em qualquer atividade produtiva M (rigidez), mas sempre visando à ampliação do capital-dinheiro inicial D' (liquidez acrescida), e não à produção propriamente dita. Como na tese de Braudel, isso significa que a produção é apenas um meio em que a liquidez é empregada para conseguir mais liquidez, de modo que quando seu potencial de lucro se esgotasse haveria um retorno à liquidez até que outro meio mais rentável fosse encontrado.

[24] Arrighi (1996) ressalta que seus ciclos diferem dos "ciclos seculares" e dos "ciclos de Kondratieff" citados por Braudel, qualificando-os como construções empíricas de base teórica incerta. Estes se norteiam pela evolução de longo prazo dos preços, não sendo indicadores ciclos do capitalismo mundial, pois a renda do capital pode se

Com os fins de identificar os padrões evolutivos, seus "desvios" e as condições sistêmicas que determinam a continuidade ou rompimento das tendências anteriores, ao autor se propõe a fazer uma análise comparativa desses quatro ciclos. Ele enfatiza que essa análise deve ser realizada por "comparação incorporada", sem presumir os ciclos, mas construindo-os factual e teoricamente. E é deste modo que o autor confirma essa continuidade com rupturas como padrão histórico do capitalismo mundial, alternando momentos de expansão produtiva com períodos de crise e reestruturação.

No entanto, a compreensão adequada dessa histórica cíclica do capitalismo mundial requer abordar também a criação do sistema de Estados nacionais moderno, por serem dois processos interdependentes. Segundo Arrighi (1996), a evolução histórica do capitalismo mundial não foi resultado involuntário de atos autônomos na sociedade, mas ocorreu sob a liderança de certos agentes governamentais e empresariais, de tal modo que os regimes de acumulação em escala mundial refletiram as estratégias e estruturas desses agentes. Ademais, foi o sistema moderno de Estado que institucionalizou a autoridade pública e as leis que distinguem os direitos de propriedade privada e domínio público – o sistema medieval de governo era descentralizado e não previa as conotações modernas de posse e soberania.

Na realidade, assim como Braudel, Arrighi (1996) considera que os agentes de iniciativa capitalista já existiam "em toda parte, do Egito ao Japão" (p. 11), mas só na Europa depois de 1500 eles começaram a se concentrar por meio de processos históricos que impeliram as nascentes nações europeias à conquista territorial do mundo, iniciando a formação de um capitalismo mundial[25]. Ou seja, a transição relevante não seria a do feudalismo ao capitalismo, mas a da iniciativa capitalista dispersa à concentrada, possibilitada pela aliança entre o Estado e o capital: "O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado" (Braudel, 1984 *apud* Arrighi, 1996, p. 11).

Destarte, a emergência e expansão do capitalismo são vistos como dependentes do poder estatal[26], constituindo-o assim na antítese da economia de mercado – em contraste à comum identificação entre eles, e com o Estado em oposição a ambos. Apoiado pelo poder

---

reduzir ou aumentar tanto em fases de contração quanto de expansão de preços, a depender da concorrência e da demanda. Além disso, as expansões financeiras podem ocorrer em seu início, meio ou fim.

[25] Segundo o autor, na Antiguidade e no fim da Idade Média, as cidades foram as "sementeiras do capitalismo político", mas tiveram sua autonomia erodida por estruturas mais amplas: na Antiguidade, pelo imperialismo burocrático; no fim da Idade Média, pelo sistema de Estados nacionais.

[26] Assim, Arrighi (1996) justifica seu foco na relação entre o dinheiro e o poder, apesar do custo não desprezível de não abordar a luta de classes e a polarização mundial entre centros e periferias. Como ele próprio admite, esse é o principal limite de sua análise, rendendo seu estudo parcial e inconclusivo, pois a lógica da camada superior só pode ser plenamente entendida em relação às outras camadas. Porém diante da dificuldade de se analisar as três junto, ele acredita que ao focar no "verdadeiro lar do capitalismo... desvendaremos o segredo da obtenção dos grandes e sistemáticos lucros que permitiram ao capitalismo prosperar e se expandir" (p. 25).

político, o capitalismo foi se afirmando como a camada superior da economia-mundo, provendo a "força" políticoeconomica para estruturar a distribuição de custos e benefícios entre a economia de mercado e as "não economias".

Porém, nessa estrutura tripartite da economia-mundo, a "estabilidade do todo é baseada na mudança perene das suas partes" (Arrighi, 1990, p. 15) – ou seja, a hierarquia e as relações entre suas partes alteram-se continuamente no tempo e no espaço. Para o autor, argumenta que essas alterações nas relações do tipo "núcleo-periferia" não resultam tanto de combinações particulares de atividades econômicas, mas principalmente de um processo sistêmico de destruições criativas e "não tão criativas", movido pela luta perene por maiores rendas na divisão internacional do trabalho[27].

Em especial, Arrighi (1996) destaca que as alianças com as forças capitalistas eram intensamente disputadas pelos Estados, em uma competição interestatal pelo capital circulante que foi crucial para criar oportunidades ao capitalismo e fortalecer os grupos governamentais e empresariais que lideraram os regimes de acumulação capitalista. Foi a concentração do poder capitalista nesses grupos e organizações que proveu capacidade suficiente para controlar a competição interestatal e garantir um mínimo de cooperação entre os Estados em prol da expansão capitalista. Portanto, estas seriam as duas condições fundamentais às expansões do capitalismo mundial, a competição interestatal pelo capital circulante e a formação de grupos com capacidade para promover e controlar a acumulação de capital[28].

> "O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos 500 anos... não foi a concorrência entre Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo." (Arrighi, 1996, p. 13)

[27] A bem da verdade, ele questiona a separação dos países em "núcleo", "semiperiferia" e "periferia" com base no seu grau de industrialização ou seu papel em uma divisão mundial do trabalho caracterizada por "trocas comerciais desiguais". Nessa visão, o "núcleo industrializado" apropria a maior parte dos benefícios das trocas com os outros países, a "semiperiferia" fica em uma posição "intermediária" (auferindo benefícios residuais nas trocas com o núcleo, e apropriando excedentes maiores nas trocas com a periferia), e a "periferia não industrializada" consegue apenas o necessário para se manter na economia mundial. Para ele, existe na verdade uma luta da periferia contra as tendências exploratívas e excludentes do sistema (os "processos de exploração e exclusão"), que reforçam a acumulação de riqueza no núcleo e perpetuam a pobreza na periferia.

[28] Apesar de se referirem ao sistema como um todo, cada ciclo de Arrighi (1996) é identificado à unidade central da acumulação de capital em escala mundial: o genovês (séculos XV-XVI); o holandês (séculos XVI-XVIII); o britânico (séculos XVIII-XX) e o norte-americano (séculos XIX em diante). Todos esses quatro ciclos tiveram seus quatro Estados capitalistas dominantes, tendo similarmente intercalado fases de expansão material com fases de expansão financeira e reestruturação. Sequencialmente, cada ciclo abarcou dimensões, recursos, poderio e alcance maior que seu predecessor, cada um constituindo uma etapa do desenvolvimento capitalista mundial.

Na realidade, a análise de Wallerstein mostra que o vínculo histórico entre capitalismo e sistema moderno estatal foi marcado tanto pela unidade quanto pela contradição, com os dois tendo se desenvolvido juntos de forma complementar e dependentes um do outro, mas também antagônicos e conflitantes entre si. Se por um lado a competição interestatal pelo capital criou oportunidades de expansão ao capitalismo, por outro lado os conflitos entre Estados às vezes oneraram o capitalismo ao degenerarem em combates bélicos e desviarem recursos para a guerra.

Portanto, as relações entre capitalismo e Estado podem assumir diversas formas e ligações, de modo dinâmico e variável, tendo implicações diferentes para o funcionamento e evolução do sistema mundial de governo e de acumulação de capital. Para Arrighi (1996), o limite de muitas análises e razão do seu baixo poder explicativo está na não abordagem desses aspectos da "tecnologia de poder" do capitalismo, sendo considerações restritas à avaliação convencional do "territorialismo" – quando ambos atuam sobre a dinâmica de poder da era moderna.[29].

Mais recentemente, Arrighi (2008) refinou o seu pensamento ao vislumbrar que uma economia de mercado dinâmica é compatível com dois padrões de desenvolvimento, um capitalista e outro não capitalista, cuja principal diferença estaria justamente nos interesses das alianças regionais historicamente desenvolvidas[30] entre detentores de capitais e Estado. O primeiro padrão corresponderia ao desenvolvimento capitalista associado ao universo da idelologia marxista e da expansão industrial europeia. Na Europa, embora pretensamente sob a ideologia de livre mercado, os Estados foram maleáveis aos interesses capitalistas, competindo por recursos para financiar tropas e armas. Essa sinergia entre capitalismo, industrialismo e militarismo constituiu uma fonte crucial de riqueza e poder para as economias europeias, diferentemente do resto do mundo, constituindo a economia-mundo européia no exemplo de desenvolvimento pela via capitalista.

O segundo tipo de desenvolvimento entrevisto por Arrighi (2008) nasce de uma releitura por ele realizada da teoria do avanço econômico de Adam Smith. Em sua interpretação, o processo descrito por Smith envolve a expansão de uma economia de mercado por meio da divisão social do trabalho de modo a aplicar progressivamente o capital

[29] Segundo o autor, define "capitalismo" e "territorialismo" são modos opostos de lógica de governo e poder: no primeiro, poder é medido pelo controle sobre o capital circulante, tendo a competição interestatal e as expansões territoriais como meios de potencializar a acumulação de capital (DTD'). Já no segundo, poder se mensura pelas dimensões relativas, autossuficiência e força militar, tendo a acumulação de capital como um meio para auferir esse conjunto de elementos (TDT').

[30] Cabe notar que a análise de Arrighi (2008) insere-se nas investigações de um grupo de estudiosos, para os quais o ressurgimento econômico do Oriente nos últimos anos suporta a tese de que existe uma diferença histórica fundamental entre os processos de formação do mercado e os de desenvolvimento capitalista.

acumulado nas atividades econômicas conforme seu potencial de absorção de "trabalho produtivo". Dos quatro setores econômicos identificados por Smith, a agricultura ou mineração permitiriam o maior uso de trabalho produtivo, seguidas da manufatura e, por fim, do comércio. Essa seria a "sequência natural" do processo de desenvolvimento que ativaria interdependências intersetoriais de forma a permitir atingir um nível de "opulência", equilíbrio e "maturidade econômica", no qual haveria capital suficiente para ser empregado em toda a economia[31]. Neste sentido, o desenvolvimento europeu teria seguido uma "via antinatural", invertendo o processo smithiano ao iniciar pela expansão do comércio externo. Ademais, Arrighi (2008) aponta que Smith não defendia a ausência do Estado na economia, não sendo o convencional "defensor dos livres mercados", mas criticava a ação governamental de um tipo específico, o mercantilista, por considerar que esta impedia o funcionamento da economia de mercado com monopólios privados.

De certo modo, Harvey (2005) se debruça sobre essas mesmas questões, mas com um olhar diferente, destacando o papel do espaço e da geografia na estrutura e dinâmica do capitalismo, e as implicações deste sobre as paisagens geográficas. Em sua interpretação, o capitalismo é um "sistema de circulação de capital que tem o lucro como objetivo direto" (p. 129), envolvendo em seu funcionamento infraestruturas físicas e sociais que compõem espaços de produção e consumo, com profundas implicações geopolíticas. Assim, com o objetivo de analisar as consequências geopolíticas do sistema capitalista mundial, o autor propõe a criação de uma teoria da geografia histórica do capitalismo[32]:

> "... elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sobre o capitalismo, que possa... explicar a importância e evolução das funções do Estado, do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais..." (Harvey, 2005, p. 144)

Segundo o autor, a principal contradição do capitalismo surge do seu dinamismo tecnológico e organizacional, decorrente da competição intercapitalista e da sua permanente busca pela redução do tempo necessário para obtenção do lucro, que implica na substituição do trabalho e infraestruturas produtivas existentes. Assim, a crise se expressa, com a não absorção dos excedentes de trabalho e capital gerando desemprego e capacidade ociosa ("estado de superacumulação"). Por fim, a tendência é à desvalorização e destruição da

[31] Para o autor, enquanto o tipo de desenvolvimento "capitalista" tenderia a destruir o arcabouço social no qual ocorre e criar condições para o surgimento de novas estruturas sociais com potenciais de crescimento diferentes, o tipo "não capitalista" (smithiano) não alteraria de modo fundamental o arcabouço social em que ocorre.

[32] Segundo o autor, a Geografia foi "desprezada" em "toda a teoria social", que tendeu a priorizar a História por considerar o espaço como um contexto dado e estável, não problemático. Assim, as estruturas e relações espaciais sempre foram, no geral, ajustadas *ad hoc* às análises, como redefinições externamente impostas.

infraestrutura social e física que ficou inativa, propiciando tensões e o surgimento de novas formas políticas e ideologias.

Porém, aponta ele, estes problemas podem ser temporariamente contornados por meio de reorganizações geográficas ou tecnológicas: "os deslocamentos espacial e temporal oferecem amplas oportunidades para a absorção dos excedentes, provocando, no entanto, consequências dramáticas para a dinâmica da acumulação" (Harvey, 2005, p. 136). O deslocamento temporal pode se dar, por exemplo, por meio de investimentos de longo prazo (como infraestruturas físicas e sociais), usados para absorver os excedentes disponíveis no sistema. No entanto, essa absorção é comprometida pela existência de fricções no uso intersetorial de recursos (capital e trabalho são heterogêneos, diferenciando-se por liquidez e proficiência técnica) e pelo risco de não maturação dos investimentos de longo prazo. Ou seja, a crise pode ser adiada por meio de deslocamentos temporais, mas não se torna inevitável.

Já o deslocamento espacial diz respeito à expansão ou reestruturação dos espaços geográficos, podendo ocorrer por meio da exportação ou importação de excedentes, da eliminação de "limites espaciais" ou da transformação das relações geográficas[33]. Para Harvey (2005), o conhecimento destes fenômenos é fundamental à construção da sua teoria da geografia histórica do capitalismo e à compreensão da dinâmica capitalista, pois:

> "Suspeita-se... que, no século XX, a sobrevivência do capitalismo foi assegurada apenas pela transformação das relações espaciais e pela ascensão de estruturas geográficas específicas (como centro e periferia, primeiro e terceiro mundos). As 'ondas inovadoras', que outros autores... consideram fundamentais para a absorção dos excedentes de capital e trabalho... tinham, muitas vezes, tudo a ver com a transformação do espaço: as ferrovias, as telecomunicações..." (p. 142-3).

Em outras palavras, a circulação do capital vai construindo uma "coerência estruturada" de produção e consumo em um espaço. Apesar de fundamentadas em estruturas fixas, elas não são imutáveis, sendo sensíveis às tensões inerentes à circulação do capital[34],

[33] O autor pondera que, apesar do capitalismo sempre buscar realizar o lucro no menor tempo possível, tendo assim o espaço como obstáculo, sua superação só pode ser alcançada por meio de elementos espaciais fixos (como redes de transporte e comunicações). Ou seja, a organização espacial é necessária para superar o próprio espaço, além dos meios de produção precisarem ser unidos em algum local.

[34] Por exemplo, a superacumulação de excedentes e a luta de classes podem pressionar o deslocamento do capital e/ou trabalho; a dinâmica tecnológica e organizacional pode alterar os limites territoriais, tornando-os instáveis e porosos; e as novas formas capitalistas de organização (como as multinacionais) podem aumentar a liberdade de ação dos agentes privados e abalar os espaços soberanos nacionais.

tendendo a reestruturações recorrentes, em uma instabilidade crônica. De certo modo, o capitalismo busca criar e moldar a paisagem física e social às suas necessidades em um instante, para destruí-la no posterior, sempre reformulando as estruturas geográficas.

Uma importante consequência dessa dinâmica é o surgimento de "alianças regionais de classes", formadas em resposta à necessidade de defender as comunidades e valores de coerências já estruturadas em um espaço. Elas diferem conforme os grupos de interesses, as condições locais e objetivos, podendo ter múltiplas relações com o Estado e suas instituições – de tal modo que os processos de lutas de classes ganham um novo significado, e as crises capitalistas podem degenerar em conflitos bélicos com importantes implicações geopolíticas.

Neste contexto de alianças regionais, as tentativas de contornar temporariamente as crises por meio de deslocamentos temporais e espaciais ganham novos significados - como os "ajustes espaciais", que implicam em mudanças na configuração dos territórios soberanos. Um exemplo destacado pelo autor é a exportação dos excedentes de capital e trabalho para construir novas capacidades produtivas em outras áreas (as colônias), uma empreitada que permite uma expressiva absorção de excedentes ociosos. Porém, Harvey (2005) pondera que eventualmente a "nova" economia poderá tender à sua própria coerência estrutural e aliança de classes regional, sendo vítima das contradições da sua própria circulação de capital. Ou seja, ela se tornará instável e terá que fazer seus próprios ajustes, podendo até entrar em competição com sua nação "mãe" (como foi o caso dos EUA em relação ao Reino Unido).

Novamente, a desvalorização é inevitável, a não ser que novas regiões sejam abertas. Porém as contradições permanecem, e em algum momento irromperão em crise: "A consequência... é difundir as contradições do capitalismo em esferas sempre maiores..." (Harvey, 2005, p. 156). Ou seja, os "ajustes espaciais" permitem adiar as crises, porém estas não podem ser evitadas e perigam em tornar o processo de crise convencional (superacumulação, desvalorização e destruição de excedentes, tensões sociais) em um processo de crise mais global pautado por embates e conflitos econômicos, políticos e militares entre nações.

Conclusão

Boa parte das dificuldades para compreender o capitalismo e suas múltiplas implicações reside na inadequação das ferramentas conceituais utilizadas para avaliar o seu universo sem preconceitos ou ambiguidades. Destarte, buscou-se apoio nos estudos de alguns importantes pensadores do assunto, que apesar de assumirem posturas ora discordantes, ora complementares, em seu conjunto de ideias revelam uma grande riqueza elucidadora.

Não se pretendeu realizar uma síntese completa de todos os autores citados, um empreendimento de certo útil, mas que foge ao escopo deste artigo. Intentou-se apenas uma síntese das categorias abordadas que dialogam entre si, mantendo em mente que se tratam todos de escritores "de sua época", cujos textos possuem local e data de concepção, e que carregam consigo fortes contextos ideológicos. Assim, a contraposição de suas visões não pode prescindir de um esforço de descategorização e revisão de pressupostos.

A bem da verdade, de certa forma cada um desses pesquisadores já realiza um esforço de reler, resignificar e dar novas aplicações aos conceitos e ideias desenvolvidas por seus antecessores ou contemporâneos: é inegável, por exemplo, o diálogo entre Braudel e Wallerstein; a interlocução de Arrighi com os dois e Smith; a crítica de Brenner à Wallerstein; e a releitura que todos eles fazem de Marx. Assim, fica claro que o *capitalismo*, tema central a todos eles, é carregado de diferentes interpretações - políticas, econômicas e sociais -, a depender das hipóteses, períodos históricos e espaços geográficos de referência.

Em suma, parece ficar claro que o capitalismo constitui uma forma econômica dentre várias, como a economia de mercado e a "não economia", que não se confundem e que conviveram ao longo da história por meio de relações dinâmicas e variáveis, a depender de diferentes fatores como os interesses e capacidades das alianças de classe regionais historicamente desenvolvidas. Ou seja, são muitos os padrões de desenvolvimento possibilitados pelo convívio entre as várias formas econômicas em constante mutação. No caso da Europa moderna, graças às alianças firmadas com o poder político, o capitalismo logrou alçar-se ao topo da divisão social do trabalho que se estendeu pelo mundo, porém de modo cíclico e instável, e acima de tudo, notadamente flexível ao promover sucessivamente novos ciclos sistêmicos de acumulação de capital, com seus respectivos novos centros de sempre crescente dinamismo econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** São Paulo: Editora Unesp, 1996.

_____. The Developmentalist Illusion: A Reconceptualization of the Semiperiphery. In: Martin, W. G. (ed.). **Semiperipheral States in the World Economy**. Westport (CT): Greenwood Press, 1990.

BRAUDEL, Fernand. A economia em face dos mercados. In: _____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII.** Volume 2: Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996, capítulo 2, p. 192-197.

_____. A produção ou o capitalismo em casa alheia. In: _____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII.** Volume 2: Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996, capítulo 3, p. 199-217.

_____. As divisões do espaço e do tempo na Europa. In: _____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII.** Volume 3: O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996, prefácio e capítulo 1, p. 7-58.

BRENNER, Robert (1977). "The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism*". New Left Review*. London, n. I/104, July-August 1977.

HARVEY, David. A Geopolítica do Capitalismo. In: _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume Editora, 2005, capítulo 5, p. 127-162.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: _____. **Futuro passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2006, capítulo 5, p.98-118.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: _____. **Visions of politics:** Volume I: Regarding method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, capítulo 4, p. 57-89.

WALLERSTEIN, Immanuel. The rise and demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis. In: _____. **The Essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000, capítulo 5, p. 71-105.

DE GADO A CAFÉ:
AS ESTRADAS DE FERRO NO SUL DE MINAS GERAIS (1874-1910)

Marcel Pereira da Silva
Mestrando em História Econômica FFLCH/USP
marcelps@usp.br

1. Introdução

Essa trabalho apresenta alguns pontos relativos a pesquisa de mestrado em curso desenvolvida no Programa de Pós Graduação em História Econômica, FFLCH/USP, sob a orientação do Prof. José Jobson de Andrade Arruda. Estudamos essas três companhias férreas sul mineiras: E.F. Minas e Rio, Cia. Viação Férrea Sapucahy e Cia. E.F. Muzambinho.

A justificativa de escolha do período ocorre por o ano de 1874 ser aquele em que surge uma importante autorização oficial para construção de uma ferrovia no Sul de Minas. Essa autorização consistiu na primeira em que algo de concreto se realizou em termos de estradas de ferro no Sul de Minas. Deu origem a concessão de 1875 da Estrada de Ferro do Rio Verde, depois *Minas and Rio Railway Company,* e finalmente Estrada de Ferro Minas e Rio. Todos os projetos e concessões anteriores não saíram do papel. Em alguns casos, apenas parte do traçado proposto foi utilizado posteriormente, no máximo. Mas já eram pessoas e ocasiões diferentes. O marco final, 1910, justifica-se por se o ano em que é celebrado o contrato em que as três companhias sul mineiras são aglutinadas em uma só. O processo se inicia em 1908, ano em que a Muzambinho é incorporada a Minas e Rio e o edital de concorrência é publicado[1]. A Sapucaí, maior dentre as três, vence concorrência para arrendamento da Muzambinho e Minas e Rio e formação de uma Rede Sul Mineira. A partir de então, deixam de existir individualmente e suas linhas principais já estão formadas. Por último, a constituição da Rede Sul Mineira em 1910 acontece no momento que o café no Sul de Minas caminha para se tornar o principal produto agrícola, embora os itens tradicionais ainda representem boa parte das exportações sul mineiras.

[1] Relatório da Estrada de Ferro Muzambinho referente ao ano de 1908. Também Vasco de Castro Lima. *A Estrada de Ferro Sul de Minas*, 1884-1934. São Paulo: Copag, 1934.

Além da literatura pertinente, as principais fontes utilizadas como referência a economia sul mineira consiste nos relatórios de presidente de província, almanaques e anuários estatísticos editados no período. Servem, de certa forma, para preencher a lacuna deixada pela ausência de trabalhos atuais sobre a região e a temática. E ainda que essas fontes sejam apenas indicações, elas certamente possibilitam revelar uma grande riqueza de informações sobre os municípios, pois trazem dados que vão desde os principais itens de produção, importação e exportação, passam pelos fazendeiros listados e chegam até a evolução urbana e divisão administrativa de cada, concentrados em um mesmo lugar. Alguns deles se utilizam dos mesmos dados que outros anteriores ou contemporâneos se valeram, outros acrescentam e se valem de diferentes fontes. A referência aos dados oficiais é regra. Se cruzadas, as indicações assumem maior consistência e uma vez comparadas com os relatórios das companhias férreas nos oferecem uma dimensão daquilo que objetivamos. Ou seja, entender, em termos de atividades econômicas, o que existia no Sul de Minas no advento de suas ferrovias, e o que mudou com a chegada e formação delas.

Por fim, o Sul de Minas por nós analisado engloba a região servida pela Minas e Rio, Muzambinho e Sapucaí, o que não envolve todo o espaço conhecido como Sul de Minas.

Mapa 1 – As 10 mesorregiões sul mineiras atuais

De acordo com o mapa acima, as mesorregiões de Alfenas, Itajubá, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço e Varginha são aquelas inseridas em nosso recorte espacial. A região de Andrelândia contou com uma linha da Sapucaí, herdada de outras

empresas, mas que se liga ao outro trecho apenas em 1910. Já as regiões de Passos, Poços de Caldas e São Sebastião do Paraíso foram servidas por ramais da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Isso demonstra claramente a captação da economia sul mineira por outras províncias/estados. As ferrovias vão reforçar ou inverter certas tendências. Muito bem foi reconhecido por Odilon Nogueira de Matos e depois Flávio Saes ao reconhecerem a extraterritorialidade de companhias férreas paulistas, como a Mogiana e depois a Noroeste.

> O ramal de Itapira, partindo de Mogi-Mirim, vai articular-se com uma ferrovia mineira, a antiga Estrada de Ferro do Sapucaí, e através dela capturar para a economia paulista grande parte do sul de Minas. Começa aqui a Mogiana a desempenhar seu importantíssimo papel de "ponta de lança" em território mineiro. Não só a sua linha de tronco transpondo o rio Grande, avança pelo chamado "Triângulo Mineiro", fazendo ponto final em Araguari, como diversos outros ramais que o seu tronco vai deitando ao longo de seu percurso, incumbem-se de tornar a ligações do sul de Minas mais fáceis com São Paulo do que com o próprio Estado de Minas Gerais[2].

Mesmo antes da Sapucaí se entroncar com a Mogiana, muito possivelmente parte das cidades sul mineiras próximas a São Paulo já utilizavam do transporte dela para as suas mercadorias. Quando ocorreu a concorrência para o arrendamento da Minas e Rio e Muzambinho em 1909, a Mogiana foi uma das empresas participantes do processo, demonstrando o interesse em ampliar a sua área de atuação no Sul de Minas.

2. A economia sul mineira no XIX

"O sul de Minas é o celeiro do Rio de Janeiro, e tanto que a comissão encarregada de estudar a questão do abastecimento daquela cidade aconselhou que para isso se apressasse a construção da estrada de ferro do Rio Verde"[3]. Se quiséssemos simplificar, poderíamos dizer que essa passagem resume, sob o contexto produtivo e comercial, a posição sul mineira durante todo o século XIX. Esquema herdado ainda do século XVIII, mas que também não se

[2] Odilon Nogueira de Matos. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1974, p.76.
[3] Relatório de Presidente de Província do ano de 1877, p. 84-85, seção "estradas de ferro".

restringiu a esse único espaço, seja em Minas, seja em outros lugares do Brasil. Entretanto, por uma série de fatores como a proximidade geográfica, condições naturais e climáticas, particularidades históricas e inserção política essa região objeto de nosso estudo pode ser considerada o símbolo dos vários casos, dentre eles Goiás, parte do Mato Grosso e o Rio Grande do Sul.

Caio Prado Júnior, em História Econômica do Brasil, foi o um dos primeiros autores a pontuar sobre a região e seu aspecto abastecedor. "Servi-lhes-à sobretudo o Sul de Minas Gerais, onde se desenvolve uma economia agrária que embora não contando com gêneros exportáveis de alto valor comercial – como se dera com as regiões açucareiras do litoral -, alcançará um nível de relativa prosperidade"[4]. Posteriormente, Alcir Lenharo analisou os produtores e comerciantes sul mineiros, e como funcionou o fornecimento de gêneros de abastecimento interno à Corte entre 1808 e 1842, da mesma forma como esse grupo busca se inserir no espaço político nacional através da posição que conquistam[5]. Na mesma linha de Caio Prado, Lenharo reconhece a importância sul mineira como centro abastecedor da região das minas auríferas, e como paulatinamente redireciona sua produção para o mercado da Corte. Mesmo antes da decadência da exploração do ouro já há conexão com o Rio. O perfil produtivo sul mineiro baseava-se em itens agrícolas de alimentação como milho e feijão e, principalmente, na atividade da pecuária. Porcos, bois, carneiros e seus derivados como o toucinho e o queijo eram a especialidade. Agrega-se o tabaco e esse era o quadro dos principais itens de exportação, embora o algodão e a aguardente fossem também largamente produzidos, mas com peso menor no comércio interprovincial. Embora no XIX a produção fosse muito maior, são os mesmo itens que compõe a base econômica dessa região desde meados do XVIII[6]. Ainda nas décadas de 1880 e 1890, os principais itens exportados pelas estradas de ferro sul mineiras consistiam exatamente em gado bovino, suíno, toucinho e

---

4 Caio Prado Jr.. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 65.

5 Alcir Lenharo. *As tropas da moderação - O abastecimento da Corte na formação política do Brasil — 1808-1842. 2ª Edição.* São Paulo: Edições Símbolo, 1993.

6 Ângelo Alves Carrara. "A capitania de Minas Gerais (1674-835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária". In: *História Econômica e História de Empresas.* V. III.2. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2000. Segundo Carrara, o declínio da atividade mineratória não desorganizou a economia abastecedora da capitania mineira, pois outros centros de consumo emergiram ou consolidaram seus laços. Novamente, nosso espaço objeto de estudo tem destaque especial no comércio interprovincial, embora esteja englobada a maior parte da antiga comarca do Rio das Mortes, cuja sede era São João del Rei. "É contudo, nas freguesias do sul da Capitania que vamos encontrar o crescimento mais acentuado, desde a metade do século XVIII, o que revela a articulação precoce com o mercado do Rio de Janeiro". p. 58.

fumo[7]. Apenas depois em meados da década de 1890 é que o café passou a integrar substancialmente esse grupo, embora já presente na pauta desde os primeiros anos. Vejamos alguns estudos.

Marcos Ferreira Andrade e a elite escravista sul mineira através da Vila de Campanha consegue observar a estrutura das maiores unidades produtivas. Para ele

> o plantio de cana e a produção de açúcar, rapadura, aguardente, alimentos e a criação de animais estavam entre as principais atividades que garantiram a sobrevivência e o enriquecimento dos proprietários mais abastados do sul de Minas. Alguns deles também plantavam fumo e até mesmo um pouco de café. Em termos percentuais, estes ativos representaram pouco na composição da riqueza, mas constituíam a vida das fazendas[8].

Perfil semelhante também tínhamos para a região do município de Alfenas, onde predominavam médias e pequenas propriedades. Com a diferença de que possuía um peso maior na criação de animais, principalmente bovinos e suínos, a região de Alfenas registrava lenta introdução da cafeicultura cafeeira por volta de 1870. Até 1890, a proporção da ocorrência do seu plantio não superava 15% das propriedades9.

E por falarmos em rotas de comércio, fundamental é o trabalho de Cristiano Restitutti. Sua pesquisa analisa o comércio interprovincial de fronteira mineira e traça com afinco rotas e produtos que entravam e saiam do território mineiro até 1884, justamente o ano em que é inaugurada a E. F. Minas e Rio. Apesar do café ser o único entre os produtos de exportação mineiros que cresce significativamente após 1860, segundo sua pesquisa não há recuo ou mesmo certa estagnação em muitos produtos tradicionais.

> As exportações de outros gêneros da agricultura, especialmente o fumo, e dos principais gêneros da pecuária (bovino, suínos e seus respectivos derivados queijos e toucinho), cujas antigas técnicas de

---

[7] Segundo relatórios da Estrada de Ferro Minas e Rio e Cia. Viação Férrea Sapucaí. Para a Minas e Rio ver os relatórios do Ministério da Agricultura, Seção Estradas de Ferro, e consultados em www.crl.edu/brazil . Para os dados da Sapucaí ver: Rodolpho Jacob. *Minas Geraes no XXº Século.* Volume I. Rio de Janeiro: Gomes, Irmãos & C., 1911.

[8] Marcos Ferreira Andrade. "Elite escravista no sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX". In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira.* Diamantina: Cedeplar, 2010, p. 9.

[9] André Silva Souza e Marcos Lobato Martins. "Notas sobre as propriedades rurais de Alfenas, MG: décadas de 1860-1880". In: *XVII Encontro Regional de História, ANPUH-MG*. Uberlândia: ANPUH-MG, 2010.

> produção pouco evoluíram no período, permaneceram competitivos no mercado interprovincial e continuaram a serem exportados em grandes quantidades, mesmo que suas participações no total fosse decrescente devido ao maior crescimento do café. Muitos gêneros aumentam sua exportação concomitantemente ao incremento cafeeiro, alguns inclusive aumentando sua participação nas exportações totais, tais como ouro, fumo, gado suíno, toucinho e aves entre as décadas de 1820 e 1840, diamantes, fumo, derivados da cana e gado lanígero entre as décadas de 1840 e 1850, cereais entre as décadas de 1850 e 1860, e queijos e madeiras (outros agrícolas) entre a década de 1860 e 1870-8410

Quando observamos a pauta dos itens exportados pela Estrada de Ferro Minas e Rio isso faz todo o sentido. Nos primeiros anos, entre as mercadorias de exportação se destacam o toucinho, fumo, queijos e café. Para a segunda e terceira décadas a aqueles se somam cereais e água mineral. Já em termos de receita, o gado aparece sempre à frente de qualquer produto até 1895. Em 1896 é ultrapassado pelo café, sempre disputando com este a liderança nas receitas nos anos posteriores. Ou seja, nossa hipótese de predominância de produtos agropecuários para os primeiros anos se confirma pelos dados levantados por Restituti, da mesma forma que o aumento vertiginoso da exportação de café nos últimos anos do século XIX e princípios do XX. Cristiano também chama a atenção para a forte presença de café na parte do que chama de "Fronteira Sudoeste", aquela mais próxima e com exportação para São Paulo[11]. Foi justamente nesse espaço que a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro penetrou em território mineiro, juntamente com a região do Triângulo Mineiro.

O *Almanach* Sul Mineiro de 1874, ao pontuar as principais mercadorias da região, definia o fumo como " sem dúvida alguma o principal produto da exportação sul mineira. É cultivado em todos os municípios"[12]. Calcula-se que a exportação esteja em torno de 400 mil arrobas, para toda a região, que envolveria todas as dez do mapa acima apresentado. Quanto ao gado e seus derivados, afirma-se para o bovino que "sua criação existe e prospera em todos os municípios"[13], com exportação presumida em 70 mil cabeças. O gado suíno também seria

[10] Cristiano Corte Restitutti. *As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial – Minas Gerais, 1839-1884*. Dissertação de Mestrado. Araraquara: UNESP, 2006, p. 82.
[11] Cristiano Corte Restitutti. *As fronteiras da Província...*, 2006. Especialmente o capítulo 8 "Fronteira Sudoeste: a fronteira com São Paulo".
[12] Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach Sul-Mineiro para 1874.* Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1874, p.31.
[13] Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanach...*, 1874, p.31.

produzido em todo sul mineiro, com exportação aproximada de 30 mil. Para o toucinho a cifra seria de 160 mil arrobas, e queijos 150 mil. O café, apenas 34 mil arrobas[14].

Tabela 1: Exportações de café da província de Minas Gerais (1850-1884)

Ano	Zona da Mata	Sul	Resto da Província
1850-51	99,8	0,2	-
1867-68	99,7	0,3	-
1881-82	97	2,8	0,2
1882-83	97	2,8	0,2
1883-84	93,1	6,4	0,4
1888	94,6	4,7	0,7
1889	89,3	9,2	1,6
1890	79,5	18,8	1,7
1891	80,5	16,9	2,6
1892	80,1	12,5	7,4

Fonte: Roberto B. Martins e Maria do Carmo S. Martins. "As exportações de Minas Gerais no sec. XIX. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 58, p. 105-120. Belo Horizonte: UFMG, 1984. Omitimos os dados até 1850, pois o peso do sul não ultrapassava 0,2% do total.

Outra mudança substancial foi o próprio gado. O suíno, que predominou na maior parte da região, aos poucos cede espaço ao bovino. Logo após a inauguração dos trilhos, esse será sempre a maioria nas exportações de gado. A divisão da sua liderança com o café a partir de meados de 1900 até 1910, nosso recorte final, aprensenta duas faces: que a região encaminha para se tornar uma grande produtora cafeeira, embora diferente de outros espaços em alguns sentidos. Pois, sua produção de gêneros alimentícios e criação de animais permanece nas entranhas produtivas locais. Isso parece ser um dos grandes diferenciadores de outros espaços cafeeiros brasileiros, embora não com exclusividade. Ao que tudo indica, a disseminação da cultura cafeeira no Sul de Minas, de uma maneira geral, ocorreu de forma lenta e através de unidades produtivas antigas que já se ocupavam do comércio dos itens tradicionais como a criação de gado e o cultivo de fumo, toucinho, derivados da cana e queijos. Como já vimos, é um espaço de ocupação relativamente antiga e com laços

[14] Bernardo Saturnino da Veiga, *Almaach..., 1874.*

comerciais intra e interprovinciais fortes. Diferente, por exemplo, de alguns casos do Oeste de São Paulo.

O caso de Ribeirão Preto é bastante ilustrativo, para que possamos ter melhor ideia do que afirmamos aqui sobre o Sul de Minas. Essa região, de ocupação muito recente, provavelmente começou a ser ocupada no início do XIX. Ribeirão Preto teve sua capela erigida apenas nas década de 1860, e foi elevada a freguesia apenas em 1870[15]. Em uma característica semelhante ao Sul de Minas, se ocupou a princípio de atividades de criação e agricultura voltada para a subsistência. O cultivo do café era praticado entre seus habitantes, mas de forma complementar e incipiente. Ainda sim, já havia alguma atividade urbana e comercial, fruto principalmente do comércio de gado[16]. Na década de 1880, no ritmo da frenética expansão cafeeira no Oeste de São Paulo, o café se transforma no principal produto de Ribeirão Preto. Há grande recuo de todas as atividades tradicionais, embora ainda persistam. A maior parte dos cafeicultores desse período são migrantes de outras regiões paulistas que, em busca de novas e melhores terras, ocupam boa parte da região, e a ferrovia foi um fator fundamental e catalisador ao atrair essas pessoas[17]. A organização em 1872 e depois inauguração da Mogiana em 1875, já com traçado previsto para atingir essa região anima cada vez mais os interessados. Em 1878 ela está em Casa Branca, em 1882 é inaugurada a estação em São Simão e finalmente, em 1883, em Ribeirão. E é nesse momento que o café se expande em suas terras como em uma típica nova zona cafeeira.

Com esse exemplo, chegamos ao ponto que aludimos. A diferença básica, como já dito, no conjunto geral sul mineiro e notadamente na região abrangida pelas nossas três ferrovias, é a permanência a médio e a longo prazo das atividades produtivas tradicionais, com destaque para o gado bovino, após a disseminação do café. Claro também é que este último, proporcionalmente, cresceu muito mais que o restante dos artigos agrícolas. Nossas principais fontes pesquisadas, os relatórios das companhias, corroboram isso.

---

15 Luciana Suarez Lopes. "Uma economia em transição: a economia e alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870". Em: *História Econômica e História de Empresas.* Vol. X, nº 2, jul-dez 2007. A autora se vale da composição de riqueza dos fazendeiros no período pré e inicial da expansão cafeeira local, assim como a estrutura de posse dos escravos, para tecer suas considerações gerais sobre a formação da cidade de Ribeirão Preto no XIX.

16 Luciana Suarez Soares. "Uma economia em transição...", 2007.

17 Luciana Suarez Soares. "Uma economia em transição...", 2007.

3. As estradas de ferro no Sul de Minas (1874-1910)

O ponto inicial para o surgimento dos caminhos de ferro no Sul de Minas foi quando a assembleia de Minas "autorizou por lei n. 2062 de 4 de outubro de 1874 a presidência da mesma província conceder garantia de juros de 4% sobre o capital de 14.000:000$000 á empresa, que se encarregasse da estrada que daquele ponto fosse ter á confluência do Rio-Verde e Sapucaí"[18]. Posteriormente elevado o capital a 15 mil contos, com garantia adicional de 3% do governo imperial, são grandes as expectativas em torno de sua construção. Eram concessionários (1875) o Barão de Mauá e o Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães.

Segundo editorial do jornal O Sete de Abril, publicado na cidade de Campanha, movimentos nos bastidores políticos foram essenciais para a aprovação da concessão e garantias de juros a companhia, o que na verdade era corriqueiro na hora de se obter concessões públicas, principalmente estradas de ferro. Teria Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, natural de Cristina, exercido influência decisiva[19]. Esse político sul mineiro, bacharel em direito, era senador do Império e Ministro da Marinha (1872-1875) a época da concessão, tendo também ocupado cargos como de Deputado Geral, Presidente da Província de Minas Gerais, Ministro da Justiça e da Guerra[20]. Segundo o almanaque sul mineiro de 1874 era ele também Vereador, Juiz Municipal substituto e constava da lista de "Fazendeiros Importantes". Já no de 1884 aparece como fazendeiro e também está entre os seis capitalistas da sede do município de Cristina. A própria princesa Izabel visitou a cidade, se hospedando na casa de Joaquim Delfino, em reconhecimento a homenagem que o mesmo fez ao dar o nome de sua mãe à localidade[21]. Em 1872 foi elevada a cidade e em 1876 a sede de comarca. Em 1891 recebe uma estação na recém-inaugurada Estrada de Ferro Sapucaí.

Em 1880, quando Mauá se afasta da companhia, acontece a sua cessão ao capital inglês e passou a ser conhecida por "Minas e Rio", controlada pela Companhia *Minas & Rio Railway Company Limited*. Embora intitulada Minas e Rio, sua linha partia de Cruzeiro

---

18 Relatório do Ministério da Agricultura referente ao ano de 1874, p.162.

19 *O sete de abril.* Nº 15 de 13 de julho de 1876. Arquivo do Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort.

20 Segundo dados do Senado Federal. Consultado em: www.senado.gov.br visitado em 19/04/2012.

21 Segundo informação oficial da câmara de vereadores de Cristina. Disponível em: www.cristina.mg.gov.br visitado em 19/04/2012.

no interior de São Paulo, e por onde já passava o ramal de São Paulo da Estrada de Ferro Pedro II. A mudança no traçado da Minas e Rio tinha uma dupla justificativa

> Essa estrada devia ligar a província do Rio à de Minas, como indica o seu próprio nome, partindo da estação de Resende, situada na Estrada de Ferro D. Pedro II. Entretanto, estudos posteriores indicaram que a maior vantagem estava na ligação em Queluz, ficando depois definitivamente modificado para Cruzeiro o ponto de partida. Essa alteração do traçado para Cruzeiro foi obtida por influencia do Major Manoel Freitas Novais, aqui residente então, cuja amizade com D. Pedro II chegou ao limite de fazê-lo compadre de Sua Majestade[22]

Assim como para a concessão da linha e das garantias de juros, o traçado também foi, ao menos em parte, determinado pelos antigos esquemas de relações pessoais e compadrio político. A linha da Minas e Rio passava por localidades como Pouso Alto, Passa Quatro e tinha seu ponto terminal em Três Corações. A grande maioria eram localidades que, a exemplo da região servida pela Oeste de Minas, estavam voltadas basicamente para a produção de gêneros de abastecimento interno para o Rio de Janeiro. Nas palavras das autoridades não era exagero afirmar que "o Sul de Minas é o celeiro do Rio de Janeiro"[23]. Ainda que partisse da província de São Paulo, a função de se ligar ao Rio para manter e reforçar o sentido dos fluxos comerciais foi, ao menos em grande parte, satisfeito.

Em 1891 entra em operação a Companhia Viação Férrea Sapucaí. A partir de uma concessão originada de leis e contratos dos anos de 1887 e 1888, esse empresa tinha sua sede no Rio de Janeiro, na intenção de ser outra via de comunicação entre essa cidade e o sul de Minas. Deveria e de fato ligou localidades do chamado vale do rio Sapucaí, a leste daquelas servidas pela Minas e Rio. Era um porção que também apresentava produção de abastecimento interno, como já mencionamos, mas que em alguns pontos o café já ocupava certo destaque, como Pouso Alegre e Ouro Fino. Incorporou várias concessões ou pequenos trechos em operação de minúsculas linhas férreas, no sul de Minas ou no Rio de Janeiro.

Finalmente, passemos ao caso da Estrada de Ferro Muzambinho. A história dessa companhia se inicia com a lei estadual n. 3.420, de 30 de Agosto de 1887, que concedia

---

22 Vasco de Castro Lima. *A Estrada de Ferro Sul de Minas...*, 1934, p.24.

23 Relatório de Presidente de Província de Minas Gerais do ano de 1877, seção "estradas de ferro", p. 84.

"privilégio para construção de uma estrada de ferro que, partindo das divisas daquela Província com a de São Paulo, município de Muzambinho, fosse terminar em São Joaquim da Serra Negra, município de Alfenas"[24]. As leis 3.754 e 3756 de 16 de agosto de 1889 autorizavam o prolongamento da estrada até São Sebastião do Paraíso e depois Passos, onde originalmente deveria chegar a Minas e Rio. Em 1888 a Minas e Rio obtém a concessão para a construção dos referidos trechos. A lei 3397 de 24 de novembro de 1888 autorizava ela ainda

> a construir um ramal que, partindo do ponto mais conveniente de sua linha férrea, e passando pela freguesia de Cambuquira, se dirija à cidade da Campanha na província de Minas Gerais, com sub-ramal que, partindo igualmente do ponto mais conveniente, se dirija a Águas Virtuosas do Lambari[25]

No mesmo ano o decreto 10.122 outorga uma concessão "à mesma companhia prolongar a sua linha férrea de Três Corações até o ponto navegável do Rio Verde, na extensão aproximada de 57 quilômetros"[26]. Esse trecho se tornará a primeira parte do chamado "Prolongamento de Três Corações a Estação Fluvial" e o primeiro ramal da Muzambinho a ser inaugurado, já que o segundo era aquele que seria conhecido como o "Ramal da Campanha". Este último, que se trata do referido trecho na citação é o que abarcou boa parte das cidades que integram o Circuito das Águas Sul Mineiras, ou seja, a expectativa girava muito em torno do transporte de passageiros para essa região. Ainda em 1873 a câmara municipal de Campanha reclama a falta de caminhos adequados aos balneários mineiros.

> Sabe V.M.I., que a distâncias de 18 a 40 léguas da estação no fim da 4ª seção da estrada de ferro central encontram-se águas minerais de sabida riqueza de princípios medicamentosos, como as de Baependi, Lambari, Cambuquira e Caldas; e entretanto a população do litoral prefere ir a Europa usar de águas talvez inferiores, porque lhe é mais fácil e mais cômodo transpor pelo Oceano as 2000 léguas que nos separam do continente europeu, do que viajar 20 ou 30 léguas nas estradas afamadas de Minas[27].

---

[24] Relatório do Ministério da Agricultura de 1889, referente ao ano de 1888, seção Estradas de Ferro, p. 298. ver também: Vasco de Castro Lima. *A Estrada de Ferro Sul de Minas...*, 1934.

[25] *Relatório*, 1888, p. 293.

[26] Relatório do Ministério da Agricultura de 1889, referente ao ano de 1888, seção Estradas de Ferro, p.294.

[27] Carta enviada a Pedro II pela Câmara Municipal da cidade da Campanha da Princesa, 1873.

Entretanto, em 1889 essas concessões são anuladas e passadas então a recém-criada Companhia Estrada de Ferro Muzambinho. A justificativa do governo é o não cumprimento por parte da Minas e Rio do contrato, como por exemplo a demora para o início das obras. Merece ainda uma pesquisa mais aprofundada para sabermos o que de fato pode ter ocorrido ou que outra determinante existia, para além das fontes oficiais. Pois sabemos que no caso de concessões ferroviárias "o regionalismo e o conluio entre políticos também contavam"[28]. Essa era a extensão das linhas em tráfego no nosso período:

Tabela 2 – Caminhos de ferro mineiros até 1910

Companhia	Inauguração	1884	1902 (até junho)	1910
Central do Brasil	1869*	286	721	950
Oeste de Minas	1880	100	944	927
Leopoldina	1874	30	851	851
Sapucaí	1891	-	400	407
Mogiana	1886	-	303	331
Muzambinho	1892	-	152	277
Bahia e Minas	1891	-	233	234
Minas e Rio	1884	147	170	170
Goiás	1884	36	58	114
Juiz de Fora a Piau	1908	-	-	58
Vitória a Diamantina	1908	-	-	37
João Gomes a Piranga	1897	-	26	26
Paraopeba	1898	-	12	12
União Mineira**	1879	110	-	-

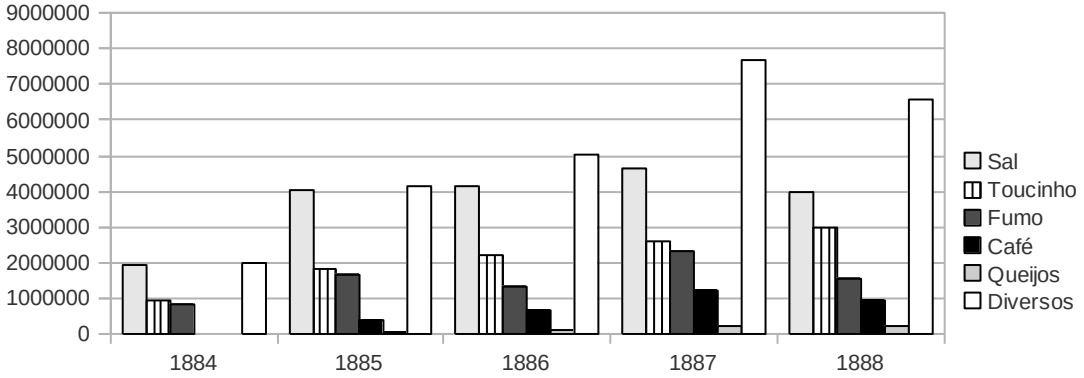
Fontes: Rodolpho Jacob, Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais, Relatórios do Ministério da Agricultura e Relatórios do Ministério de Viação e Obras Públicas.*Ano de inauguração em território mineiro. **Em 1884 o Estado de Minas encampa a União Mineira para vendê-la a Leopoldina.

Partimos agora para os itens de exportação segundos as nossas fontes. No caso da Minas e Rio a maior parte da fontes são os relatórios da própria companhia, contidos nos Relatórios do Ministério da Agricultura. Já para a Muzambinho e a Sapucaí, a principal fonte

[28] John D. Wirth. *O Fiel da balança...*,1982, p. 103.

é a obra de Rodolpho Jacob intitulada *Minas Geraes no XXº Século*, publicada em 1911. Abaixo o movimento de mercadorias nos primeiros anos na Minas e Rio.

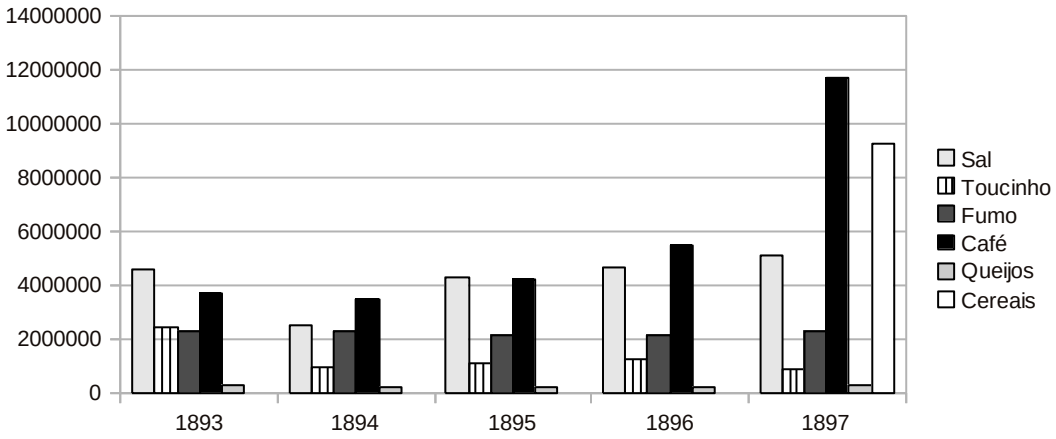
Gráfico 1 - Mercadorias transportadas pela E. F. Minas e Rio, por quilos (1884-1888)



Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura.

Parece não nos restar dúvidas sobre a não relação da instalação da Minas e Rio com a exportação de café. Os produtos destacados no gráfico revelam um suposto quadro produtivo muito semelhante ao indicado para a região no momento anterior a chegada da ferrovia. Para a segunda década, temos o seguinte quadro:

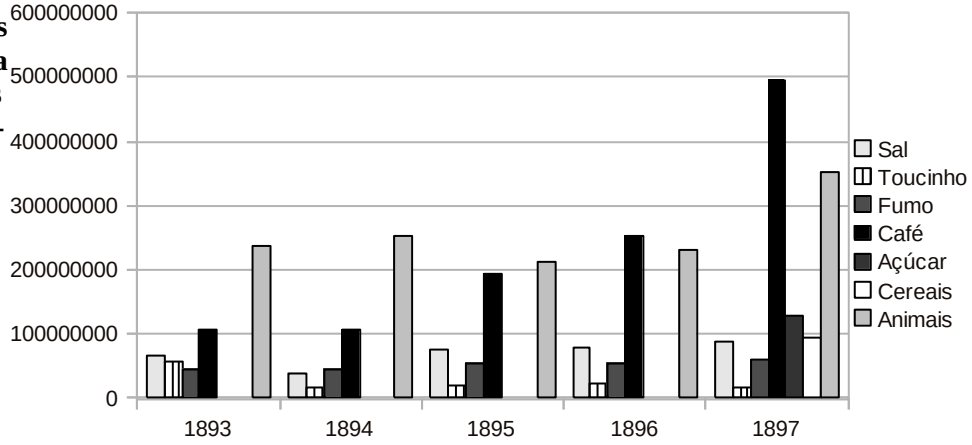
Gráfico 2 - Mercadorias transportadas pela E. F. Minas e Rio, por quilos (1893-1897)



Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura

Pode ser esse o início do período a que chamamos de transição, ou seja, em termos proporcionais o café lentamente toma espaço dos demais itens. Entretanto, quanto a receita gerada para a companhia, o gado ainda é determinante.

Gráfico 3 – Receita de mercadorias e animais da E. F. Minas e Rio (1893-1897)29



Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura.

Para melhor percepção quanto as mercadorias transportadas, deixemos claro que a Minas Rio considera em seus relatórios tudo aquilo que corre em trânsito por ela. Ou seja, o que provém da Muzambinho e Sapucaí está contabilizado no transporte dos produtos e na formação da receita da companhia. Isso também explica, em parte, o fato do café dobrar de 1896 para 1897 a quantidade em quilos. Passa de 5 mil toneladas a quase 12 mil. Justamente entre esses dois anos são inauguradas na Sapucaí as estações de Ouro Fino, Caneleiras e Silviano Brandão, sendo as duas primeiras no município de Ouro Fino e a segunda no de Jacutinga. Ambos já possuíam nesse período grande produção cafeeira para exportação. Para 1907, Silviano Brandão e Ouro Fino são as que registram maior embarque de café na Sapucaí,

29 Foram omitidos alguns itens do relatório para esse período como queijos, água mineral, alcoólicos. Alguns são itens de importação e outros têm receita de pouquíssimo peso na relação total se analisados individualmente, embora seja um bom medidor da perene diversidade produtiva da região, inclusive com receita semelhante a do café se analisados em conjunto.

sendo 1.589.582 e 1.688.748 respectivamente[30]. Vasco de Castro e Lima informa, a respeito do ano de 1898, quando a ligação da Sapucaí com a Mogiana é estabelecida, sobre o transporte de café nessa zona.

> Para atrair o transporte de café da zona da Freguesia de Jacutinga (servida pela nossa estação de Silviano Brandão), foi estabelecida a tarifa reduzida de 70$000 por tonelada, da estação de Sapucaí a Marítima, quando da estação de Eleutério (da Mogiana) a Santos, o frete era de 74$920 por tonelada. Isso, porém, não surtiu efeito, porque o café na praça de Santos produzia, em media, mais 2$000 por arroba do que na praça do Rio. Não era possível, pois, a concorrência, porque o frete de Sapucaí a Marítima era de 1$050 por arroba. Mesmo que nos propuséssemos a transportar o café gratuitamente, o exportador não o despacharia para o Rio[31].

Voltemos ao gado. A grande receita proporcionada pela sua exportação tinha um fator importante: a Feira de Gado de Três Corações, umas das três autorizadas pelo poder público. Embora já organizada antes de 1900, é somente em 1902 que passa ser regulada oficialmente.

Tabela 3 – Volume de negócios – Feira Três Corações

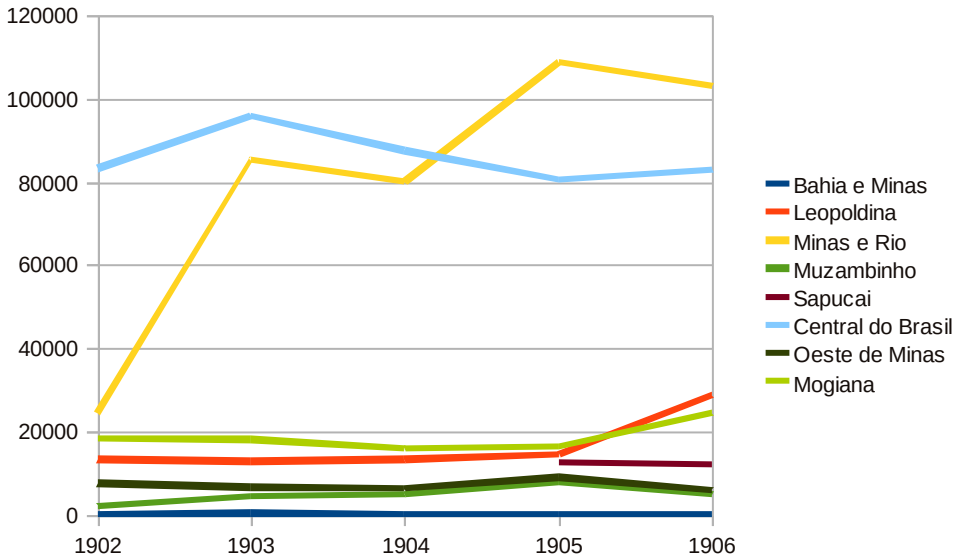
Ano	Cabeças	Ano	cabeças	ano	cabeças
1902	75.503	1909	101.589	1915	127.041
1903	78.873	1910	116.030	1916	156.332
1904	86.056*	1911	125.206	1917	126.937
1905	99.963*	1912	137.188	1918	116.186
1906	99.681*	1913	136325	1919	93.928*
1908	102.885	1914	132.997	1922	81867

Fonte: Rosa e Saes, 2010. "Mercado forjado: a constituição da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920)." Em: XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR-UFMG, 2010. Os anos com * correspondem a estimativas baseadas no total negociado em todas as Feiras, retirando-se o percentual médio das negociações em Três Corações. Os demais anos não constam.

30 Rodolpho Jacob. *Minas Geraes...*, 1911, quadro 58.
31 Vasco de Castro Lima. *A Estrada de Ferro Sul de Minas...*, 1934, p.47.

O último gráfico sobre o gado permite perceber a sua exportação no Sul de Minas no conjunto das ferrovias em Minas. Para a construção do gráfico 4, na exportação de gado no período 1902-1906 descontamos do total o percentual relativo ao transporte de gado lanígero/cabrum e montaria. Embora esse último tenha aparecido apenas em 1893, fez tão somente 0,1% do transporte total de animais. Já o lanígero/cabrum teve em média 0,4%. Assim, descontamos 0,5% no total dos animais transportados. Nos gráficos a seguir, quando aparecem dados relativos às três companhias sul mineiras, se retiradas da obra de Rodolpho Jacob, representam o quantitativo embarcado em cada uma. Logo, o percentual em trânsito pela Minas e Rio está excluído de seu montante total.

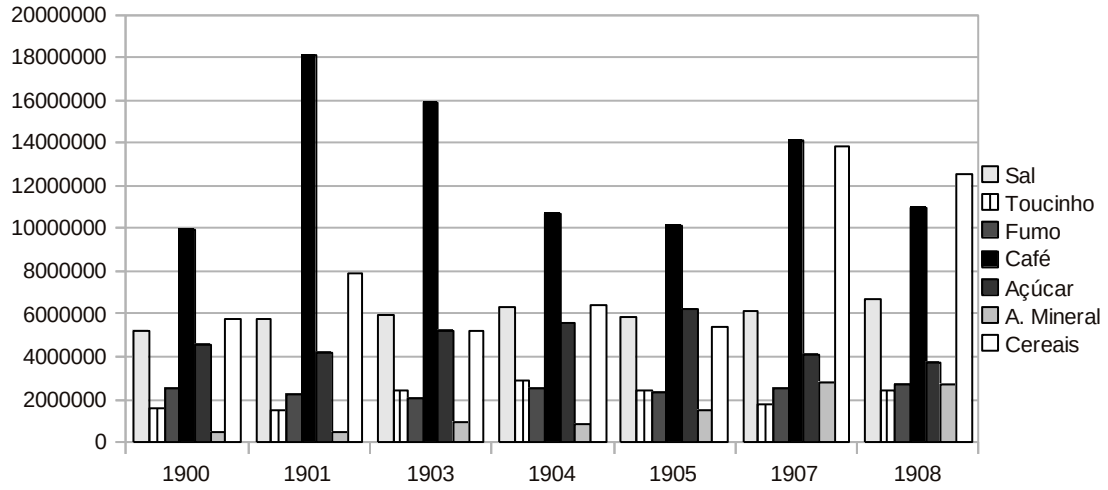
Gráfico 4 – Exportações de gado nas ferrovias mineiras (1902-1906)



Fonte: Rodolpho Jacob. Para a Oeste de Minas em 1903 e 1904, Relatório do Ministério da Agricultura.

Para a última década de nossa análise, o perfil comercial sul mineiro caminha em sua "transição", embora lenta. Fica claro como permanecem o itens tradicionais, da mesma forma como o café assume a liderança das mercadorias

Gráfico 5 – Principais mercadorias transportadas na Minas e Rio (1900-1908)



Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura.

Três itens merecem destaque nesse gráfico: açúcar, água mineral e cereais. O Açúcar era nessa época um dos principais itens de importação sul mineiros, juntamente com o sal. A água mineral, na maior parte dessa década, havia uma única empresa que explorava as águas minerais de Caxambu, Cambuquira e Lambari[32], três das cidades estâncias hidrominerais no Sul de Minas, sendo as duas últimas no Ramal de Campanha da Muzambinho. Entretanto, havia ainda Araxá, Contendas (povoado e hoje distrito de Conceição de Rio Verde) Poços de Caldas e São Lourenço[33]. As três últimas no Sul de Minas, sendo Poços servida pela Mogiana e Contendas e São Lourenço servidas pela Minas e Rio desde 1884. Entretanto, para as companhias é possível que em termos gerais na formação das receitas, pouco representasse para sua formação. No ano de pico na receita gerada pela exportação de água, 1907, sua contribuição era de apenas 1,67%. E na receita geral da Minas e Rio era apenas a sétima mercadoria, e a quinta de exportação. O afluxo de passageiros com fins turísticos às estâncias hidrominerais constituía outra face dessa fonte de rendas.

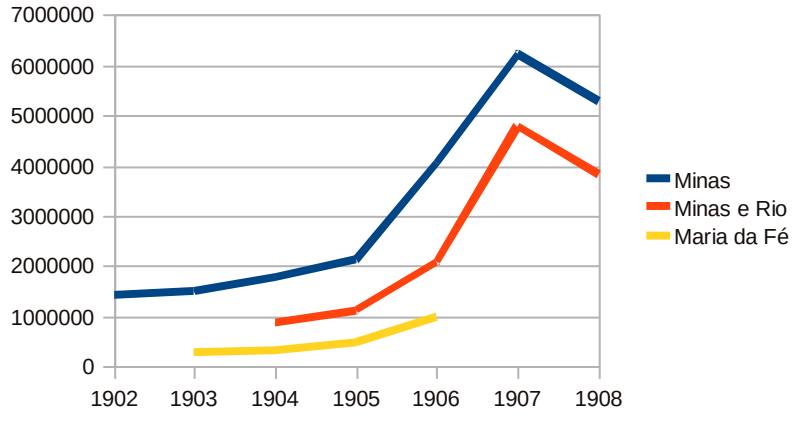
Quanto aos cereais, que em quilos transportados chegam a ultrapassar o café me 1908, estão constituídos pelos quatro elementos de produção significativa no Sul de Minas: milho, feijão, arroz e, a novidade, batatas. Segundo Vasco de Castro e Lima, em 1898 "Maria da Fé

32 Nelson C. Senna. *Annuario de Minas Geraes*...1909, p. 370
33 Nelson C. Senna. *Annuario de Minas Geraes*...1906, p. 107.

começou a cultura de batatas, de cujo produto passou a fazer grande exportação"[34]. Segundo os relatórios da Minas e Rio a batata, embora com receita menor que a da exportação de água mineral, em quilos figurava em terceiro, sendo algumas vezes em segundo ou até mesmo em primeiro entre os produtos transportados (conforme o gráfico 5), atrás apenas do café entre os itens de exportação[35].

Maria da Fé, além de estar situada em ponto meridional de Minas, fica em uma altitude de aproximadamente 1.250 metros, possuindo clima extremamente favorável ao seu cultivo. É também conhecida por estar entre as cidades que apresentam as temperaturas mais baixas do estado, com frequentes geadas. Rodolpho Jacob indica Belo Horizonte, Ouro Preto, Barbacena, Pouso Alto, Itajubá e Pedra Branca como as principais produtoras de batatas, sendo as três últimas na rota de nossas ferrovias sul mineiras[36]. Pouso Alto na Minas e Rio, Itajubá e Pedra Branca na Sapucaí, sendo que Maria da Fé era justamente freguesia de Pedra Branca, atual Pedralva. E embora não especifique para quais anos, segundo o mesmo autor, a produção de batatas também era substancial em Cristina. É bastante provável que essa cidade produzisse batatas em grandes quantidades, pois sua estação estava apenas a 19 quilômetros de distância daquela de Maria da Fé, além da altitude que beira os 1.000 metros. Temos pelo menos uma indicação de que além de gado, fumo e outros cereais, exportava também batatas[37].

Gráfico 6 – Exportação de batatas em Minas, Minas e Rio e Maria da Fé



34 Vasco de Castro Lima. *A Estrada de Ferro Sul de Minas...*, 1934, p.47.

35 Relatório da Estrada de Ferro Minas e Rio, divulgado nos Relatórios do Ministério da Agricultura para os anos de 1907 e 1908, p.450. Disponíveis em: www.crl.edu/brazil

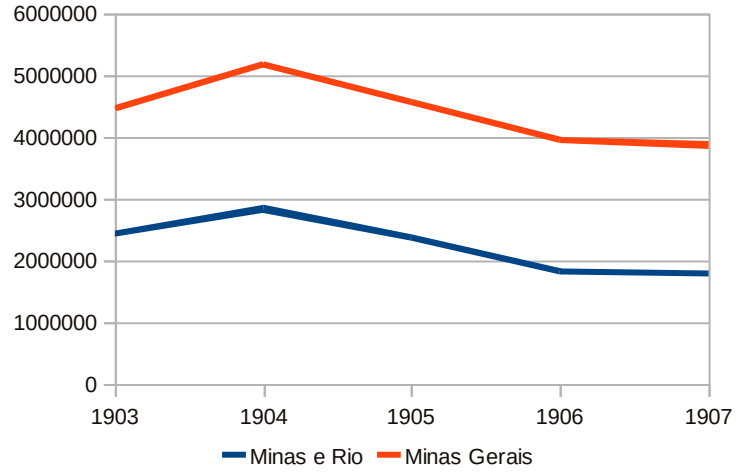
36 Rodopho Jabob. *Minas Geraes no XXº século...*, 1911, p. 45.

37 Francisco Lentz de Araújo. *Geographia do Estado de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Editoria Paes & C., 1907.

Fonte: Para Minas, Relatório do Presidente de Província de Minas Gerais. Para a Minas e Rio, Relatórios do Ministério da Agricultura. Para Maria da Fé, Nelson C. Senna. *Annuario de Minas Gerais*, 1907.

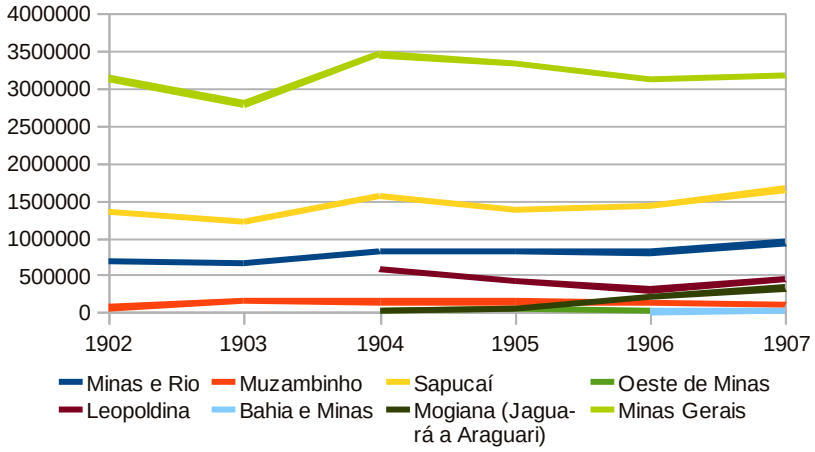
Na evolução das mercadoria transportadas pela Minas e Rio, o fumo e o toucinho (como já dito) permanecem com relevância na pauta exportadora, mas cada vez mais com peso menor no conjunto das mercadorias. O Toucinho tem maior perda relativa no conjunto da receita, apresentando oscilações em sua exportação. Já o fumo, apresenta pequeno, mas sempre progressivo aumento na quantidade, e ultrapassa o toucinho no peso relativo na formação das receitas, sendo esse 3% em alguns anos e aquele 5%.

Gráfico 7 – Exportações de toucinho em Minas e na Minas e Rio (1903-1907)



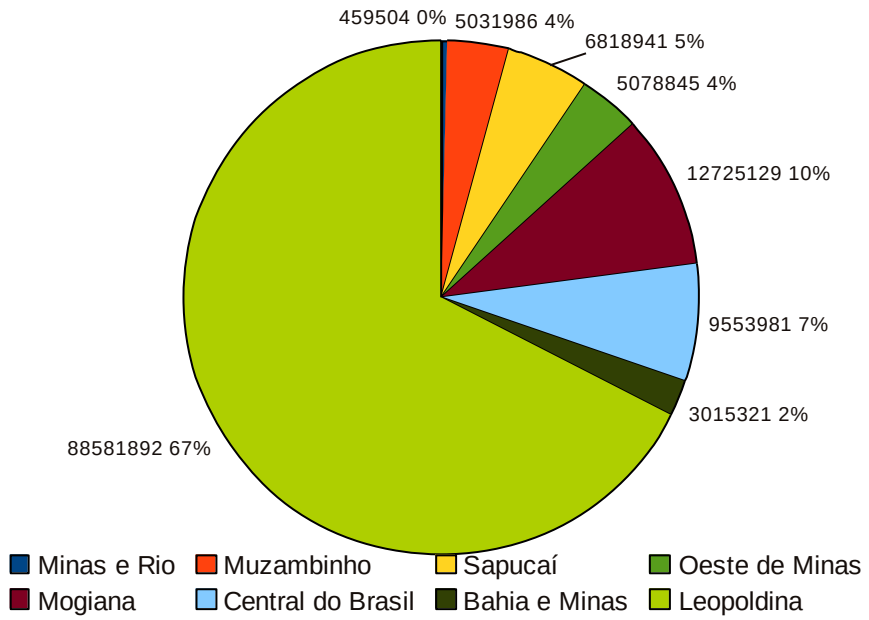
Fonte: Para Minas Gerais, Relatórios do Presidente de Província. Para Minas e Rio, Relatórios do Ministério da Agricultura. Para 1906, estimativa a partir da receita.

Gráfico 8 – Exportações de fumo em Minas Gerais e nas ferrovias mineiras (1902-1907)



Fonte: Para Minas Gerais, Relatórios do Presidente de Província. Para as companhias, Rodolpho Jacob, 1911.

Gráfico 8 – Exportação de café nas estradas de ferro mineiras, 1907



Fonte: Rodolpho Jacob, 1911.

Mais uma vez, fica muito claro que o café na no Sul de Minas está praticamente fora das localidades servidas pela Minas e Rio. A receita do café, que cada vez mais influi no seu saldo, está concentrada na Muzambinho e na Sapucaí. Minas e Rio, Muzambinho e Sapucaí juntas totalizam 9,37%. Essa provavelmente foi a média que o período da primeira década do XX alcançou. Por outro lado, se acrescentarmos a Mogiana, visto que a quase totalidade do café nela transportado em solo mineiro está na região de Guaxupé e no Ramal de Caldas, teremos um índice de aproximadamente 19% de café exportado por localidades sul mineiras. Há ainda outras como Lavras, Perdões e Ribeirão Vermelho que são servidas pela Oeste de Minas e possuem produção significativa, em torno de 500 toneladas, e Perdões até acima disso, próximo de 1 mil toneladas. Assim, teríamos um índice em torno de 20% para a participação sul mineira nas exportações de café no conjunto das estradas de ferro mineiras. Ou seja, visivelmente nossa região ocupa, progressivamente, uma parcela significativa na

exportação de café em Minas, próxima do ano de 1890, segundo a tabela de Roberto e Maria do Carmo Martins. É o paradoxo sul mineiro pois, embora significativo, é algo semelhante há quase 20 anos atrás. Dessa forma a Zona da Mata ainda mantém a primazia ao concentrar algo em torno de 75% na Leopoldina e Central do Brasil. Os 5% restante ficam com a Bahia e Minas e outras cidades servidas pela Oeste de Minas que não no sul do estado.

Entre 1908 e 1910 A Rede Sul Mineira foi criada com a junção das três companhias férrea, Estrada de Ferro Minas e Rio, a Cia. Viação Férrea Sapucaí e a Cia. Estrada de Ferro Muzambinho, empresas que são o objeto de nosso estudo. A criação da Rede Sul Mineira justifica o limite de nossa pesquisa, pois a partir daí a Muzambinho e a Minas e Rio são arrendadas a Sapucaí e passam a funcionar como uma só companhia. O Estado procurava com isso organizar a rede férrea sul mineira e desonerar-se do pagamento de garantias de juros que tanto pesavam aos cofres públicos. Por outro lado, é a partir desse momento a atividade cafeeira no Sul de Minas reflete de forma mais consistente no conjunto de sua economia.

4. Considerações finais

Parece claro que o sul de Minas, no período entre 1874 e 1910, permanece como um espaço extremamente diversificado sob o aspecto produtivo, seja a região como um todo ou a característica de pequenas localidades. E isso se reflete no perfil das ferrovias, que nosso ver também deixa claro outros dois aspectos. O primeiro é a não predominância do café como artigo generalizado de exportação para a região como um todo quando inaugurados os trilhos da Minas e Rio em 1884. É possível que por volta de 1900 essa produção já seja significativa, mas ao que tudo indica é sobretudo em meados de 1910 em diante que a atividade se torna a grande marca sul mineira, levando inclusive a transbordar o seu capital para outras atividades como bancos e atividades industriais[38]. Reitero: pelos trabalhos que já apresentamos e indicações de algumas fontes primárias é evidente que tínhamos algumas porções e localidades sul mineiras com café antes mesmo da chegada da estrada de ferro, algumas até

[38] Alexandre Macchione Saes; Daniel do Val Cosentino; Marcel Pereira da Silva; Thiago Fontelas Rosado Gambi. "Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX". In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira.* Diamantina: Cedeplar, 2010.

significativas[39]. Mas ainda não encontramos evidências empíricas que liguem a chegada das ferrovias como um todo a essa produção.

O segundo aspecto é a dificuldade que as companhias férreas enfrentaram para conseguirem gerar receitas que ficassem além das despesas em suas operações, não obstante as diferenças entre as três empresas. Em nenhum exercício a relação despesa-receita, ou mais comumente chamado o coeficiente de tráfego, ficou abaixo de 60%. A Sapucaí sempre apresentou um índice acima de 100%, ou seja, a despesa operacional sempre foi maior que a receita própria (ver anexo 1). As ferrovias eram mais uma face do paradoxo do desenvolvimento sul mineiro no período analisado: crescimento econômico maior que de outras regiões do estado, exceto a Zona da Mata, mas com limites que faziam com que ela não atingisse níveis como os registrado em São Paulo[40].

Outro ponto extremamente importante é a captação da economia sul mineira por outras províncias/estados. Mesmo antes da Sapucaí se entroncar com a Mogiana, muito possivelmente parte das cidades sul mineiras próximas já utilizavam do transporte dela. Quando ocorreu a concorrência para o arrendamento da Minas e Rio e Muzambinho em 1909, a Mogiana foi uma das empresas participantes do processo, demonstrando o interesse em ampliar a sua área de atuação no Sul de Minas. O próprio nome da Minas e Rio sugere uma expectativa quanto ao fluxo de mercadorias e passageiros. Em nosso recorte cronológico, o Sul de Minas não se conecta por vias férreas a região central ou mesmo outros pontos de Minas Gerais. Não era mera coincidência[41].

---

39 Além da já propalada região sob influência direta da Mogiana, que estava colada a fronteira paulista, e outras localidades como Varginha e Pouso Alegre, destaca-se também o caso da cidade de Machado. Em 1899 o café já respondia por 62% da arrecadação de impostos sobre a produção agropecuária, segundo dados coletados por Maria Lúcia Prado Costa. Ver: Maria Lúcia Prado Costa. *A cafeicultura machadense, 1899 – 1912: uma análise da ação econômica e política dos principais fazendeiros e dos agentes de café*. Paraguaçu: Fundação 18 de março – FUNDAMAR, 1997.

40 Alguns estudos que pontuam sobre possíveis causas do atraso mineiro. João Heraldo Lima. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870 – 1920)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp/IFCH, 1977; John D. Wirth. *O Fiel da balança...*,1982; Marcelo Magalhães Godoy. "Minas Gerais na República...", 2009.

41 Nesse ponto, Maria Lúcia Prado Costa é ainda mais radical. Segundo ela, todas as três companhias sul mineiras visavam a canalização da produção para o Rio de Janeiro. Entretanto, "este objetivo de encaminhar a produção dessas áreas para o Rio de Janeiro não veio a se concretizar". Segundo Maria Lúcia, três foram os motivos: o potencial exportador frágil, organização estrutural das companhias, sempre dependentes de recursos públicos, e principalmente "a supremacia da Cia. Estrada de Ferro Mogiana na absorção do movimento comercial do sul de Minas". Maria Lúcia Prado Costa. *A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho (1887-1910).* Belo Horizonte: Fundação 18 de Março – FUNDAMAR, 1996.

5. BIBLIOGRAFIA

5.1 Fontes

Oficiais

Relatórios da Cia. Estrada de Ferro Muzambinho e Relatórios da Estrada de Ferro Minas e Rio contidos nos Relatórios do Ministério da Agricultura
Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais
Período: 1870-1910
Disponíveis em: www.crl.edu/brazil

Arquivo do Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort

ARAUJO, Francisco Lentz de. *Geographia do Estado de Minas Geraes e Noções de história do mesmo estado*. Belo Horizonte: Editores Paes & C., p.1907, p.356.

LIMA, Vasco de Castro. *A Estrada de Ferro Sul de Minas (1884-1934) - Trabalho historico-descritivo, organizado pelo Secretario da Estrada*. São Paulo: Copag, 1934.

SENNA, Nelson C. de. *Anuário de Minas Gerais*. Vol. 2. Belo Horizonte: Minas Gerais: Imprensa Oficial, 1907.

SENNA, Nelson C. de. *Annuario Historico-Chorographico de Minas Geraes*. Bello Horizonte: Minas Gerais: Imprensa Oficial, 1909.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanch Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Tipographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanch Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Tipographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

Jornal

O sete de abril. Nº 15 de 13 de julho de 1876.

Arquivo da Casa da Cultura de Machado

JACOB, Rodolpho. *Minas Geraes no XXº Século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & C., 1911.

SENNA, Nelson C. de. *Anuário de Minas Gerais*. Vol. 2. Belo Horizonte: Minas Gerais: Imprensa Oficial, 1906.

5.2 Livros, teses e artigos.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. "Elite escravista no sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX". In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira.* Diamantina: Cedeplar, 2010.

BLASEHEIN, Perter L. "As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove". In: *Locus: revista de história,* Juiz de Fora, vol. 2 n. 2, p. 81-110, 1996.

CAMPOS, Bruno Nascimento. *Tropas de Aço: Os caminhos de Ferro no Sul de Minas (1875-1902).* Material para qualificação de Mestrado. São João del Rei: UFSJ, 2011.

COSTA, Maria Lúcia Prado. *A cafeicultura machadense, 1899 – 1912: uma análise da ação econômica e política dos principais fazendeiros e dos agentes de café*. Paraguaçu: Fundação 18 de março – FUNDAMAR, 1997.

_____. *A Cia. Da Estrada de Ferro Muzambinho no contexto do desenvolvimento ferroviário do sul de Minas (1870-1910): uma tentativa de correção de uma versão consagrada.* Belo Horizonte: Fundação 18 de março – FUNDAMAR, 1985. Monografia.

EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha Branca de Mãe Preta: a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855-1865*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

FARIA, Graziela Mara de e SAES, Alexandre Macchione. "Emergência industrial no sul de Minas". In: *XVII Encontro Regional de História, ANPUH-MG*. Uberlândia: ANPUH-MG, 2010.

GODOY, Marcelo Magalhães. "Minas Gerais na República: atraso econômico, estado e planejamento". *Cadernos da Escola do Legislativo, v. 11, n.16*. Belo Horizonte: ALMG, p. 89-116, jan-jun 2009.

LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação - O abastecimento da Corte na formação política do Brasil — 1808-1842*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870 – 1920).* Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp/IFCH, 1977.

LOPES, Luciana Suarez. "Uma economia em transição: a economia e alocação de riqueza na antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870". Em: *História Econômica e História de Empresas.* Vol. X, nº 2, jul-dez 2007.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para discussão n. 10. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.* São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial – Minas Gerais, 1839-1884*. Dissertação de Mestrado. Araraquara: UNESP, 2006.

ROSA, Elton Rodrigo e SAES, Alexandre Macchione. "Mercado forjado: a constituição da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920). In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; SILVA, Marcel Pereira da; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. "Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX". In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira.* Diamantina: Cedeplar, 2010.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo*. São Paulo: Hucitec/INL/MEC, 1981.

SANTOS, Welber Luiz dos. *A Estrada de Ferro Oeste de Minas: São João Del-Rei (1877-1898).* Dissertação de Mestrado. Mariana: UFOP, 2009.

SOUZA, André Silva e MARTINS, Marcos Lobato. "Notas sobre as propriedades rurais de Alfenas, MG: décadas de 1860-1880". In: *XVII Encontro Regional de História, ANPUH-MG*. Uberlândia: ANPUH-MG, 2010.

WIRTH, John D. *O Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Anexo 1 – Receita e despesa da Minas e Rio, Muzambinho e Sapucaí (1884-1910)

Ano	Minas e Rio		Muzambinho		Sapucaí	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
1884	263:419$250	239:976$590	-	-	-	-
1885	445:444$710	372:912$550	-	-	-	-
1886	495:253$890	454:241$520	-	-	-	-
1887	729:192$470	498:506$800	-	-	-	-
1888	781:305$810	512:896$760	-	-	-	-
1889	808:126$940	523:478$750	-	-	-	-
1890	922:672$910	729:675$240	-	-	-	-
1891	1.092:149$000	822:301$000	-	-	370:389$565	404:151$074
1892	1.290:506$000	1.152:795$030	-	-	509:461$420	641:317$724
1893	1.357:583$000	1.061:371$000	-	-	570:221$890	656:042$604
1894	1.398:933$000	1.207:888$000	243:708$610	268:825$443	684:462$294	792:922$025
1895	1.748:438$070	1.520:089$900	286:089$270	313:912$153	831:560$614	1.232:019$601
1896	1.774:466$000	1.636:960$520	513:618$340	251:071$469*	1.011:841$025	1.435:865$602
1897	2.045:305$490	1.751:449$120	399:084$800	536:218$043*	1.226:686$262	1.642:440$508
1898	1.744:603$880	1.586:105$740	691:176$140	817:531$749	1.124:414$821	1.602:691$919
1899	1.792:225$560	1.578:229$340	756:479$609	771:412$382	876:621$600	1.301:692$702
1900	1.786:460$040	1.541:916$460	703:120$260	855:043$837	797:102$605	1.307:210$605
1901	2.076:293$770	1.569:265$770	845:441$300	898:238$742	859:651$379	1.382:242$182
1902	1.457:069$900	921:055$964	863:320$620	915:971$508	856:492$760	1.297:567$585
1903	1.934:531$161	1.304:320$000	792:460$200	940:132$826	934:837$472	1.316:097$973
1904	1.693:632$764	1.198:762$029	631:448$060	762:660$791	953:273$580	1.318:570$484
1905	1.746:787$590	1.675:570$764	576:073$730	687:461$296	866:345$646	1.331:691$672
1906	2.040:169$680	1.879:379$418	809:421$460	801:689$450	1.013:119$958	1.404:307$759
1907	1.969:122$022	1.295:500$545	985:337$420	948:921$584	1.053:322$850	1.475:484$930
1908	1.904:319$640	1.332:033$541	452:575$670*	-	1.041:448$004	1.451:253$349
1909	2.877:460$191	2.090:415$521	-	-	-	-
1910*	-	-	-	-	3.669:611$961	3.176:336$160

Fontes: para a Minas e Rio e Muzambinho os relatórios das próprias companhias, contidos nos Relatórios do Ministério da Agricultura, disponível em: www.crl.edu/brazil e também Maria Lúcia Prado Costa. *A Cia. Da*

Estrada de Ferro Muzambinho..., 1996. Para a Sapucaí Vasco de Castro de Lima. *A Estrada de Ferro Sul de Minas...*, 1934.
*Para 1896, a despesa da Muzambinho apenas o Ramal da Campanha e 1897 exclusive a seção de Três Corações a Fluvial. Em 1908 a receita da Muzambinho apenas até agosto/setembro. Para 1909 os dados da Minas e Rio incluem a Muzambinho, incorporada a ela. Em 1910 a renda da Sapucaí representa a das três companhias, que a partir daí se constituíram na C.E.F.F.B – Rede Sul Mineira, arrendada a ela.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA BRASILEIRA: OS PRIMEIROS ANOS DE ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS – CNPq

Marcelo Luiz Mendes da Fonseca
Universidade Cândido Mendes – UCAM/RJ - Mestrado em Economia Empresarial
Analista em Ciência, Tecnologia e Inovação MCTI/MAST
e-mail: mmendes@mast.br

Área Temática: História de Empresas

Resumo: O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é o sucessor do antigo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), do qual conserva a sigla. O CNPq desenvolve desde os anos 50 ações para a formação de recursos humanos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa no Brasil. O órgão promove Ciência, Tecnologia e Inovação e tem apoiado, ao longo dos anos, a formação de milhares de pesquisadores, cientistas e técnicos. A ciência e a tecnologia, sobretudo a área de conhecimento da física nuclear, afirmam sua importância política e econômica a partir da Segunda Guerra Mundial. A energia nuclear surgiu como uma das fontes alternativas mais promissoras no quadro de escassez energética, que afetava particularmente os países subdesenvolvidos, tais como o Brasil, que era detentor de recursos minerais estratégicos, mas não dispunham de tecnologia suficiente para sua utilização. Alguns fatores parecem ter cooperado para a implantação deste órgão. De um lado, desde o final da década de 1940, a participação do Estado na economia do Brasil vinha se tornando cada vez mais significativa e, desta forma, a criação do CNPq inclui-se em um quadro geral de atuação econômica estatal, de acordo com uma política pública predominantemente industrializante. Por outro lado, a idéia do prestígio internacional, que a criação de um Conselho de Pesquisas poderia trazer, influi de forma considerável na criação deste organismo. O artigo tem como proposta investigar a atuação do CNPq no período 1951-1962, a partir da questão nuclear no contexto do pós-guerra. O trabalho abordará a ideia que a intensificação da industrialização baseada principalmente na importação de tecnologia externa causou uma diferenciação da divisão do trabalho, evidenciando a necessidade de formação de recursos humanos qualificados. Para tal, é realizada a análise da evolução do desempenho operacional dos primeiros anos de existência do órgão.

PALAVRAS-CHAVES: Políticas Públicas - Financiamento a C&T – História Econômica.

1. INTRODUÇÃO

São antigas as tentativas de intelectuais brasileiros e professores de se organizarem em associações e conselhos. No início do século XX, representantes destes grupos de intelectuais reuniram-se para criar a Sociedade Brasileira de Ciências (1916), a primeira tentativa bem sucedida para o desenvolvimento da ciência no país e, logo depois, denominada Academia Brasileira de Ciências (1921). Entretanto, somente na década de 1930, tais grupos começam a se movimentar para organizar um Conselho de Ciências que seria a garantia de uma política de Estado e financiamento da pesquisa científica. A criação de um Conselho de Pesquisas foi formalmente sugerida pela primeira vez em 1931 em um memorial enviado ao Governo, pela Academia Brasileira de Ciências.

Algumas das iniciativas voltadas para o desenvolvimento da ciência são canceladas, tal como o caso da Universidade do Distrito Federal (1935). A Universidade foi fundada para o fomento do ensino e da pesquisa científica, mas foi logo superada pela organização da Universidade do Brasil, que foi criada com a preocupação de formar professores e quadros para a expansão da burocracia pública.

Um novo projeto institucional surgiria com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Tratava-se de um projeto ambicioso onde se buscava, pela primeira vez no país, criar uma nova elite intelectual. A estabilidade financeira e a autonomia administrativa garantida a USP acabaram por criar uma oportunidade impar para o desenvolvimento da atividade científica. Segundo Burgos (1997):

> o objetivo da USP era o de alterar a vida intelectual nacional. Pretendia-se criar quadros em todas as principais disciplinas científicas, ainda que a aplicação dessas não estivesse claramente determinada pelos seus realizadores (BURGOS, 1997, p 23).

Pelo menos até a década de 1950, a USP será responsável quase sozinha pela formação de recursos humanos para as ciências no Brasil. Em maio de 1936, o Presidente Getúlio Vargas enviou mensagem ao Congresso Nacional propondo a criação de um Conselho de Pesquisas Experimentais especializado em ciências agronômicas, mas não obteve sucesso. Após a Segunda Guerra Mundial formou-se, em abril de 1946, uma comissão de cientistas com o objetivo de elaborar um projeto de lei visando à formação de uma comissão nacional de energia nuclear, o que também não se efetivou.

Até meados da década de 1950, a formação científica brasileira apresenta evidências de que dois padrões característicos se destacavam: o primeiro padrão era fundado em

oportunidades esporádicas e criado pela emergência de problemas específicos; o segundo padrão era aquele que se desenvolveu a partir de um novo quadro institucional e que vai encontrar na USP sua mais importante figura. A partir da formação de uma verdadeira ideologia científica no país, a pesquisa científica e tecnológica terá sua expressão máxima com a fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A SBPC representa o amadurecimento da percepção de se afirmar a identidade do cientista. Esta identidade está baseada na neutralidade relativa ao mundo dos interesses e na objetividade do conhecimento que se produz. Seria uma forma de o cientista cumprir seu papel no desenvolvimento do país emancipado do mercado e da política.

Criados quase simultaneamente à SBPC, o Conselho Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), em 1949 e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951 estão ligados a questão nuclear no contexto do pós-guerra, o que permite uma aproximação entre a ciência e a ideologia nacionalista. O CBPF é criado para ser uma instituição voltada para o estudo da pesquisa teórica e aplicada, e também para a formação de físicos capazes de assegurar o desenvolvimento autônomo do país na área da física nuclear.

A criação do CNPq, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi sancionada pela Lei 1.310 de 15 de janeiro de 1951[1], poucos dias antes do presidente Eurico Gaspar Dutra transmitir a chefia do Governo a Getúlio Vargas. Representou um marco fundamental na participação do Estado no processo de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e atendeu uma antiga reivindicação da comunidade científica do País. A Academia Brasileira de Ciências, desde a década de 30, vinha propondo a criação de um órgão vinculado ao Governo Federal para fomentar e orientar as atividades de Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil. O CNPq seria responsável, pela gestão de política interna e externa brasileira no que diz respeito a questão nuclear[2].

A fundação do CNPq fora orientada, principalmente, pela busca do Brasil em se igualar as outras nações na pesquisa nuclear, fator que a Segunda Guerra Mundial demonstra ser de suma importância para a hegemonia política e econômica. Entre os exemplos temos o Projeto Manhattan, que reuniu nos EUA as pesquisas sobre a bomba atômica durante a Segunda Guerra Mundial se tornou um marco. O Projeto inaugura uma nova etapa nas

[1] Brasil. Leis, Decretos. Lei ordinária que cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. Publicado em 16/01/1951 no Diário Oficial da União.
[2] A mesma Lei (de nº. 1.310) que cria o CNPq, proíbe a exportação de urânio, tório e seus compostos, salvo de governo a governo (art. 40), e coloca sob controle do Estado todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica (art. 50).

relações entre os cientistas e o Estado: a promoção e o controle das ciências passam a ser realizados por meio de políticas públicas.

De acordo com Sant'anna (1978) isto ocorre:

> Em parte porque este campo científico liga-se estreitamente a objetivos militares, em parte porque o apoio a atividades de pesquisa física mobilizaria recursos disponíveis apenas pelo governo, e coube a este, mais uma vez, a liderança do processo de desenvolvimento, não apenas naquele setor como também no conjunto das atividades científicas. Veremos (...) que a atuação do Estado, positiva ou negativa, tem sido sempre decisiva nos avanços e recuos do processo de institucionalização científica de nosso país (SANT'ANNA, 1978, p. 35)

A energia nuclear surgia como uma das fontes alternativas mais promissoras no quadro de escassez energética, que afetava particularmente os países subdesenvolvidos, tais como o Brasil, que eram detentores de recursos minerais estratégicos, mas não dispunham de tecnologia suficiente para sua utilização. Vista como um instrumento produtivo, as promessas de aplicação prática da ciência levam o Estado a se interessar pela pesquisa fundamental e patrocina as pesquisas.

Dessa forma, configura-se um ambiente favorável para que o Estado brasileiro implemente uma ação mais decisiva para o desenvolvimento da energia nuclear. Segundo Jaguaribe (1986), a energia nuclear:

> para os militares tratava-se de uma questão fortemente ligada à soberania nacional. Para os industriais afigurava-se como uma fonte de energia inesgotável. Para os pesquisadores constituía-se no exemplo perfeito que faltava para comprovar a utilidade tão contestada da C&T (JAGUARIBE, 1998, p. 27).

A existência de órgãos com essa finalidade em países desenvolvidos encorajava as reivindicações e forneciam modelos para serem seguidos. Por exemplo, na França, o "Conseil Supérieur de la Recherche Scientifique", criado no início da década de 30, tinha por função auxiliar o governo francês na alocação de recursos governamentais para a área de C&T; nos Estados Unidos, o "National Research Council", atuava desde a década de 20, como órgão incentivador de atividades de pesquisa, notadamente nas áreas de interesse da indústria. Havia ainda as recomendações aprovadas pela Conferência dos Peritos Científicos da América Latina patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1948.

O CNPq estava diretamente ligado à Presidência da República, com autonomia técnico-científica, administrativa e financeira que lhe conferia destaque no organograma do Governo, além de facilidades para negociar reivindicações. Segundo sua Lei de criação, o Conselho tinha como objetivos: conceder recursos para pesquisa e formação de pesquisadores

e técnicos; promover a cooperação entre as universidades e o intercâmbio com instituições estrangeiras, possibilitando a promoção e o estímulo à pesquisa cientifica e tecnológica no país (ALGAGLI, 1986, p. 18).

Na primeira reunião do Conselho deliberativo do CNPq, em 17 de abril de 1951, foram discutidas medidas para aquisição de um sincrociclotron (tipo de acelerador de partículas pesadas) para o CBPF, que seria utilizado na realização de pesquisas fundamentais e treinamento de técnicos e pesquisadores.

A criação do CNPq está ligada à questão nuclear no contexto do pós-guerra, o que acaba permitindo uma aproximação entre a ciência e a ideologia nacionalista. Os laços que uniam militares e cientistas deram lugar a uma forte aliança. Esse foi um dos primeiros passos na direção de um modelo de fomento onde a ciência e tecnologia são entendidas, não como mero somatório de um conjunto de partes isoladas, mas sim compreendido com o conhecimento do todo.

Com seus instrumentos de apoio, o CNPq passaria a atuar juntamente com instituições de todo o país no desenvolvimento do sistema de C&T nacional, até mesmo com a prerrogativa legas de coordená-lo em alguns períodos de sua história.

O CNPq passou por quatro fases distintas. A primeira termina com as alterações introduzidas pela Lei 4533 de 1964. As demais são as seguintes: segunda fase de 1964 a 1974, quando da transformação do CNPq em fundação de direito privado vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República; terceira: de 1974 até à criação do Ministério da Ciência e Tecnologia em 1985; quarta, deste ano em até os dias atuais. A atuação do CNPq nos seus primeiros anos voltou-se basicamente para a formação de recursos humanos, através da concessão de bolsas, e para a criação de unidades de pesquisa, conforme previsto no Art. 13 da Lei 1310/51[3].

2. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS À PESQUISA

Desde o início, o auxílio à pesquisa e a concessão de bolsas revelaram-se como as atividades principais do Conselho, as quais se asseguravam a maior parcela de recursos. Tais recursos distribuíam-se em função dos sete setores do conhecimento (mais o setor técnico) então reconhecidos pelo órgão. A importância relativa de cada um deles pode ser vista no quadro I. Para o período de 1951-56, observa-se a importância das dotações concedidas às

[3] Id. ibid

ciências biológicas. Esse fato explica-se provavelmente por ser esta uma das áreas científicas de maior relevância até então. Destaca-se também a pesquisa física e química. Deve-se dar especial atenção para o considerável decréscimo dos recursos destinados à física em 1956 (coincidentemente, neste ano é destituída a Comissão de Energia Atômica, criada pelo CNPq por proposta do Almirante Álvaro Alberto), assim como para o constante decréscimo das dotações à agronomia, que se recupera somente em 1955.

Quadro I

CNPq, Distribuição Percentual de Recursos Destinados a Bolsas pelo CNPq (1951 – 1956).

Anos	**1951**	**1952**	**1953**	**1954**	**1955**	**1956**
Setores						
Pesquisas						
Tecnológicas	8,5	5,7	10,8	16,5	10,2	10,2
Pesquisas						
Matemáticas	5,8	7,8	5,4	4,9	3,0	4,2
Pesquisas						
Físicas	12,9	14,1	12,2	13,5	19,8	6,7
Pesquisas						
Químicas	11,8	15,6	18,1	13,5	15,5	17,6
Pesquisas						
Geológicas	4,4	5,5	3,4	2,4	7,8	8,9
Pesquisas						
Agronômicas	19,5	9,1	2,8	3,2	12,6	15,9
Pesquisas						
Biológicas	37,1	40,7	44,5	43,8	31,0	33,2
Setor Técnico	-	1,5	2,8	2,2	-	3,3
Total anual	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: Relatório de Atividades do CNPq (1951-1956).

Com o passar do tempo, as atividades desenvolvidas no campo da energia nuclear foram sendo absorvidas por órgãos específicos. Em 1953, foi criada a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (CEME), no Ministério das Relações Exteriores

(Decreto nº. 30.583), retirando do CNPq funções a ele atribuído pela Lei nº. 1.310. O organismo passa, a partir daí, direcionar suas ações no apoio à formação de recursos humanos para a pesquisa.

A intensificação da industrialização baseada principalmente na importação de tecnologia externa causou uma diferenciação da divisão do trabalho, evidenciando a necessidade de formação de recursos humanos qualificados. Para a ideologia desenvolvimentista de forte apóio à industrialização do período do Plano de Metas, o planejamento estatal se impôs como mecanismo capaz de orientar os recursos escassos para os setores prioritários. Com o lema "50 anos em 5", o Plano de Metas foi baseado em um conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em setores chaves da economia: energia, transportes, alimentação e indústria de base. O Plano era baseado nos estudos do grupo BNDE-CEPAL que identificara a existência de uma demanda reprimida por bens de consumo duráveis e viam nesse setor importante fonte de crescimento econômico. A demanda por esses bens vinha da própria concentração de renda do período econômico anterior, que elevou o padrão de consumo de determinadas categorias sociais. (GIAMBIAGI, 2005).

Para viabilizar o projeto foi necessário readequar a infraestrutura e eliminar os pontos de estrangulamento existentes, os quais já haviam sido identificados nos estudo da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU). Tratava-se de setores críticos que não permitiam um adequado funcionamento da economia. Houve também a necessidade de criar incentivos para a vinda do capital estrangeiro nos setores que se pretendia desenvolver, pois era uma necessidade tanto financeira como tecnológica.

Na meta de número dois do plano, voltada para a produção e utilização de energia nuclear, constavam como prioridades a fabricação de combustíveis nucleares (urânio natural e enriquecido), a formação de pessoal especializado para atuar no setor e a operação e construção de usinas nucleares.

As políticas públicas voltadas para a área de C&T, baseadas principalmente na formação de recursos humanos qualificados, passa a ser um dos mecanismos pelo qual o Estado orienta recursos para setores deficitários. Estes setores seriam os pontos de estrangulamento que poderiam prejudicar a meta geral de expansão econômica.

De modo geral, os problemas enfrentados pelo Plano de Metas podem ser resumidos pela seguinte passagem:

> No contexto econômico, os analistas da época defendiam que o país vinha passando, desde a década de 1930, por um processo de substituição de importações não-planejado, e essa característica seria a causa dos constantes desequilíbrios no balanço de pagamentos. O Plano de

> Metas pretendia corrigir essa falha. O Plano objetivava também a superação dos obstáculos estruturais e os investimentos deveriam ser implementados em perfeita harmonia nos diversos setores da economia. O crescimento econômico ocorreria em cadeia. A meta de mecanização da agricultura, por exemplo, indicava a necessidade de fabricação de tratores e caminhões, prevista na meta da indústria automobilística (FONSECA, 2011, p. 10).

Pode-se perceber por essa rápida apresentação da evolução da abrangência do campo de atuação do CNPq, que gradualmente ela foi se transformando, de um órgão voltado para um projeto de autonomia nacional na área de energia atômica, no responsável pela concessão de bolsas e auxílios, com a finalidade de fornecer meios aos setores mais carentes de infra-estrutura técnico-científica. Anteriormente, as verbas muito pequenas e os baixos salários constituíam obstáculos à realização de pesquisas sérias. Conforme relato de Leite Lopes:

> Cientistas que eram obrigados a acumular vários empregos, mal remunerados, puderam, pela primeira vez, abandonar as posições acessórias e dedicar-se à pesquisa científica, graças a bolsas e auxílios do CNPq. Passou este órgão a conceder bolsas de estudo a estudantes das últimas séries das faculdades técnicas e cientistas, como estímulo à iniciação na pesquisa. Jovens graduados puderam, também, pela primeira vez, obter bolsas do governo brasileiro através do Conselho Nacional de Pesquisas, para aperfeiçoamento em universidades e instituições científicas de países mais avançados (LEITE LOPES, 1964, p. 117).

Desta forma, o Plano de Metas de Juscelino Kubtischek, já destacava a importância da formação de pessoal técnico. Isso seria alcançado com a instituição do regime de dedicação exclusiva aos professores, a criação de cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento e a instalação de institutos de pesquisa (ALBAGLI, 1986).

3. INSTITUTOS DE PESQUISA

Na primeira década de atuação do CNPq foram criados diversos institutos responsáveis pela execução dos trabalhos de investigação científica e tecnológica, a saber;

- Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA): criado em 15 de outubro de 1952, o IMPA foi o primeiro instituto do CNPq. Dedica-se à pesquisa em várias áreas da matemática, visando difundir e aprimorar a cultura dessa ciência. De acordo com seu regimento, o IMPA tinha por finalidade promover o ensino e a investigação científica no campo da matemática pura e aplicada, assim como a difusão e o aprimoramento da cultura matemática no país. Foi no decênio de 1957 a 1967 que o IMPA consolidou o seu prestígio no nível nacional, com a intensificação do intercâmbio de pesquisadores

nacionais e estrangeiros, da formação de recursos humanos e da publicação de monografias no campo da matemática.

- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA): com sede em Manaus, é um dos grandes centros mundiais de biologia tropical. Visa a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável. Criado em 29 de outubro de 1952 foi o segundo instituto do CNPq, porém sua implantação se deu em 1954. Tinha como finalidade "o estudo científico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional." (Decreto nº. 31.672, de 29.10.52, art. 1º).

- Instituto Brasileiro da Informação e Comunicação Tecnológica (IBICT): foi precedido pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, criado no CNPq, em 1954. Extinto em 1976, o IBBD foi substituído pelo IBICT, que presta serviços e desenvolve pesquisa em ciência da informação. Tinha como finalidade a elaboração e divulgação de informações bibliográficas, a promoção de intercâmbio de documentação e de informação entre instituições nacionais e internacionais.

- Instituto de Energia Atômica (IEA): criado a partir de convênio celebrado entre o CNPq e a USP em 1956. Tinha como principais objetivos a formação de pesquisadores em ciência e tecnologia nuclear e o desenvolvimento de pesquisas sobre energia atômica para fins pacíficos.

- Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR): criado em 1957 no o governo JK deu prioridade à indústria automobilística e apoiou a construção de estradas. O IPR tinha por finalidade a promoção e a criação dos serviços especializados de informação e atividades sobre pesquisas de estradas de rodagens. A organização do Instituto foi inspirada no Highway Research Board, dos Estados Unidos, surgido em 1930.

- Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE): criado em 1961 com as atribuições de auxiliar na elaboração da política espacial brasileira, além de promover e executar projetos de pesquisas espaciais em 1971, foi

substituído pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, também subordinado ao CNPq.

4. BOLSAS E AUXÍLIOS

As políticas públicas voltadas para a área de C&T, baseada principalmente na concessão de bolsas para a formação de recursos humanos qualificados, passam a ser um dos mecanismos pelo qual o Estado orienta recursos para setores deficitários. Estes setores seriam os pontos de estrangulamento que poderiam prejudicar a meta geral de expansão econômica.

Quantos aos auxílios, que constituem um dos instrumentos mais eficazes de apoio à C&T do CNPq, eles estão agrupados em categorias: capital e custeio. Os auxílios de capital compreendem equipamento, material permanente e material bibliográfico. Os auxílios de custeio atendem às despesas com material de consumo.

O CNPq preencheu uma lacuna ao salientar a necessidade de um sistema de programação na concessão de bolsas e auxílios, com a finalidade de fornecer meios aos setores mais carentes de infraestrutura técnico-científica. No Decreto de regulamentação do CNPq (Decreto nº. 29.433 de 04.04.51) ainda não estavam determinadas as condições para a concessão de bolsas, mas apenas indicadas, em seu artigo 32º, as suas duas modalidades: de estudo e a de pesquisa.

Para a concessão de auxílio à pesquisa, o artigo 33º do mesmo Decreto apontava os requisitos:

a) a idoneidade das instituições e das pessoas que solicitassem os auxílios;
b) a obrigatoriedade da apresentação e um plano exequível, devidamente fundamentado, para a realização das pesquisas, com avaliação das despesas prováveis;
c) a garantia de aplicação do auxílio exclusiva e especificamente às finalidades a que fossem destinados.

Em 1956, o Conselho iniciou um sistema de programação de concessão de bolsas e auxílios. A partir de uma verificação prévia das necessidades e da definição dos objetivos de cada um dos setores da Divisão Técnico-Científica, passou-se a determinar as verbas a serem distribuídas e as instituições que seriam contempladas, de acordo com as possibilidades de cooperação no programa traçado para a formação de novos técnicos e para o

desenvolvimento da pesquisa. Tinha, portanto, o objetivo de analisar os recursos para os setores considerados mais prioritários.

Os mais conceituados técnicos de cada setor, mesmo os sem ligação com o CNPq, foram chamados para discutir a programação de concessão de bolsas. A primeira dessas reuniões foi a dos físicos, em 18 e 19 de junho de 1956 seguida de uma segunda reunião em dezembro do mesmo ano. Em 16 e 17 de agosto de 1956, realizou-se a reunião dos tecnologistas (ALBAGLI, 1986).

A partir daí foram reforçados os setores cuja afinidade com as questões de desenvolvimento, em seus aspectos econômicos, eram mais importantes, como por exemplo, a química, a metalurgia e a tecnologia em geral. Tinha como objetivo suprir as deficiências de infraestrutura técnico-científica nesses setores.

No ano de 1956, o CNPq também marcou contato mais estreito com a indústria, com a finalidade de conhecer suas dificuldades técnicas e colaborar com o aumento da produtividade, associado ao aumento do desenvolvimento econômico do país. Para isso, o Conselho organizou planos coordenados de cooperação em diversas áreas de pesquisa, através de programas nacionais na área de metalurgia, fertilizantes potássicos, astronomia, biologia marinha, agricultura e zootecnia.

Mas por outro lado, o CNPq teve no período 1956-1961 reduzido sua dotação orçamentária de 0,28% do orçamento da União para 0,11% conforme o quadro II. Esta redução poderia ser explicada, em parte, pelo esvaziamento político que sofreu o CNPq com a perda das funções no campo da energia nuclear. Os problemas orçamentários do órgão ecoam em sua organização interna, dificultando o recrutamento de pessoal qualificado para planejar a sua própria atuação no setor de C&T.

Neste quadro de escassez de recursos só seria concedido auxílio para aquisição de material científico aos que garantissem participação financeira da instituição onde trabalhavam; aos que já estivessem equiparados com um mínimo de material e aos que já tivessem algum trabalho desenvolvido na área. Também foram aumentadas as exigências mínimas para concessão de bolsas fora do país, a saber:

> • ter estagiado nos centros nacionais mais desenvolvidos no assunto em que pretendiam especializar-se;
> • pertencer ao quadro de uma instituição de pesquisa ou ensino superior;
> • ter garantidas condições materiais de trabalho, ao regressar;
> • comprometer-se a permanecer, por período mínimo de dois anos, na instituição de pesquisa onde trabalhava;
> • apresentar documento oficial comprovando que conhecia satisfatoriamente o idioma do país de destino (ALBAGLI, 1986, p. 28).

Só após ter cumprido os requisitos acima, o candidato poderia disputar uma das vagas de cada um dos setores da Divisão Técnico-Científico.

Quadro II

Recursos orçamentários destinados ao Conselho Nacional de Pesquisas

(porcentagem) *****

Ano	Percentagem (%)
1956	0,28
1957	0,22
1958	0,16
1959	0,17
1960	0,09
1961	0,11

(*) Percentagem da parcela recebida em relação ao Orçamento da União (despesa fixada).
Fontes: H. Moussatchê, "Algumas dificuldades e aspirações na organização da pesquisa científica em nosso país", Revista Civilização Brasileira, 9, 1965, p. 293.

As bolsas de estudo no estrangeiro também decresceram. Se em 1956 foram enviados 92 bolsistas, em 1958, 1959 e 1960 foram enviados, respectivamente 76, 45 e 26 bolsistas conforme o quadro III. Observa-se que sua participação no total de bolsas apresenta oscilações significativas de ano para ano e seu comportamento ao longo do período indica uma tendência relativamente decrescente. De fato, o peso relativo das bolsas para o exterior sobre o total de bolsas oferecidas a cada ano pelo CNPq é significativamente menor (1957 – 22,2%; 1958 – 14,6%, 1959 – 9,4% e 1960 – 5,7%).

A dificuldade encontrada pelo CNPq para efetuar o pagamento em moeda estrangeira de seus bolsistas no exterior poderia explicar, em parte, essa queda.

> O Conselho adquire divisas no mercado livre de câmbio. A crescente depreciação da moeda nacional não possibilita aumentar, na proporção aconselhável, e nem mesmo manter o número, que vinha mantendo, desses bolsistas. Por outro lado, as despesas com o pessoal estrangeiro, que vem ao país, são atendidas, em boa parte, em cruzeiros. (CNPq, 1958, p, 32).

O pagamento desses bolsistas ficou, então, centralizado na Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque.

No ano de 1958, as bolsas para o exterior concedidas em moedas de países europeus passaram a ser convertidas em dólares, para fins de remessa pela Delegacia do Tesouro em Nova Iorque. Exceto o franco francês, pois o próprio Conselho enviava os recursos diretamente aos bolsistas, que recebiam nesta moeda, dada a grande variação das respectivas taxas cambiais.

Quadro III
Bolsas no exterior concedidas pelo CNPq (1956-62)

Ano	Nº. de bolsas	Percentagem sobre total de bolsas oferecidas a cada ano
1956	92	18,6%
1957	90	22,2%
1958	76	14,6%
1959	45	9,4%
1960	26	5,7%
1961 (*)	-	-
1962	30	6,0%

Fonte: Relatório de atividades do CNPq (1956-1962)
(*) Não foi possível conseguir informação sobre o número de bolsas no exterior em 1961.

Esta fase marca uma intensa emigração de cientistas para outros países, sobretudo os Estados Unidos. De acordo com Azevedo (1968), em 1956 emigraram para os EUA 132 pessoas, entre cientistas, engenheiros e pessoal médico. Entre 1962 e 1966 este total é de 567 pessoas. De acordo com pesquisa iniciada pelo Instituto de Ciências Sociais da UFRJ[4], em colaboração com a Academia Brasileira de Ciências, os motivos teriam sido as más condições de trabalho (16,3%), a falta de compensação financeira (32,5%), incompatibilidade com a direção (7%), questões ideológicas (4,7%) e desejo de ampliação dos horizontes profissionais (39,5%).

Paralelo à evasão de cérebros, o sistema científico permaneceu neste período desvinculado das necessidades tecnológicas do sistema produtivo. Obtendo o *Know-how*

[4] Para mais detalhes ver Thales de Azevedo (1968, p. 50)

necessário nas matrizes das empresas estrangeiras, não haveria demanda para as atividades científica e tecnológica no Brasil.

> Na nova etapa de industrialização – produção de bens de consumo duráveis, bens intermediários e de automóveis, setores de intensa demanda tecnológica – não vai haver lugar para a ciência brasileira: essa época marca a expansão das atividades das empresas estrangeiras no Brasil e demanda crescente de recursos externos, para responder às necessidades de capitalização (MOREL, 1979, p. 23).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se da leitura anterior alguns aspectos que merecem ser destacados. Da observação dos quadros relativos ao acompanhamento da ação de fomento do CNPq, constata-se que a distribuição de bolsas é extremamente irregular no início de suas atividades. Apesar de detectar-se uma tendência ao crescimento em longo prazo, as distorções apresentadas refletem-se não só no número de bolsas anuais, mas também na distribuição das dotações segundo os setores do conhecimento. Os dados levantados evidenciam claramente a existência de uma política de prioridade na concessão de bolsas, privilegiando as ciências médicas e biológicas.

Outro aspecto importante é que, na implantação do aparato institucional do Estado para a área de ciência e tecnologia no inicio da década de 50, podemos dizer que a criação do Conselho Nacional de Pesquisas foi uma prova de maturidade seus idealizadores. O CNPq representou inegavelmente uma vitória da comunidade científica brasileira no sentido da garantia de um espaço próprio para o desenvolvimento da pesquisa científica, com o apoio financeiro do Estado. A ênfase na questão atômica representou um dado fundamental para a criação do CNPq. Sua ligação com a preservação da segurança nacional ficou marcada com o interesse e a influência dos militares na criação do órgão.

A atuação inicial do CNPq, no fomento às atividades de pesquisa e formação de recursos humanos, veio possibilitar ao cientista condição mínima de dedicação integral ao trabalho de pesquisa. Porém, a posição do órgão voltada para a coordenação de políticas públicas na área de C&T era extremamente vulnerável tendo em vista que o próprio conceito de planejamento econômico ainda não estava incorporado à prática governamental da época.

Com a implantação do Plano de Metas, ainda em 1956, foram dados os primeiros passos em direção ao estabelecimento de cooperação científica e técnica com as organizações industriais do país. Neste período, as relações entre o Estado e a economia foram aprofundadas resultando na expansão e consolidação das bases do sistema capitalista no país.

Neste período inaugurou-se um novo estágio de integração com a economia mundial, destacando-se a internacionalização da economia brasileira. É neste contexto que o CNPq viu-se obrigado a reorganizar-se. A nova fase da política econômica influiu na reorientação dos objetivos do CNPq. O órgão passou a intensificar a programação de atividades de fomento à pesquisa científica.

Chama-se também a atenção para as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo CNPq. A retirada da área de energia atômica criando em outubro de 1956, a Comissão de Energia Nuclear (CNEN), fez o organismo perder um elemento precioso para pleitear mais recursos. Segundo dados do primeiro relatório de atividade do CNPq, desde 1956, quando o órgão passou por grave crise financeira e institucional, cientistas, industriais e economistas da época já comentavam sobre a necessidade de se criar um mecanismo efetivo de coordenação e de execução de uma política científica e tecnológica nacional. Preconizou se, então, os primórdios não apenas da criação de um ministério de ciência e tecnologia, como também de um fundo específico de amparo à pesquisa, até então inexistentes.

Este trabalho procurou demonstrar a importância que desempenhou o CNPq para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. Sua criação marcou o início de uma política governamental específica para a ciência e tecnologia e permitiu ao Estado participar da formulação e execução dessas atividades.

5. Fontes:

5.1. Arquivo

Arquivo CNPq (acervo Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTI)

5.2. Obras citadas e consultadas

ALBAGLI, Sarita. Marcos institucionais do Conselho Nacional de Pesquisas. Rio de Janeiro: *Perspicillum (* Museu de Astronomia e Ciências Afins), 1 (Maio): 1-166, 1986.

_____ *Ciência e estado no Brasil moderno: um estudo sobre o CNPq*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1988. [mimeo].

AZEVEDO, Thales. A evasão de talentos: desafio das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora. Paz e Terra, 1968.

BRUNETTI, José. CNPq: Um enteado da política oficial., Brasília, CNPq, 1981

BURGOS, Marcelo. Ciência na periferia: a luz sincontron brasileira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.

CAGNI, Maria. A. A ação de fomento na história do CNPq, Brasília: CNPq, 1987.

CNPq. Relatório de Atividades do Conselho Nacional de Pesquisas. Rio de Janeiro: Ind. Gráficas Tavares, 1951 a 1962.

CARVALHO, José Murilo. A política de ciência e tecnologia e seus mecanismos de decisão. *Revista de Finanças Públicas*, Ano XXXXIX, vol. 49, março, Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda, 1979.

ERBER, Fábio Stéfano. Padrões de desenvolvimento e difusão de tecnologia. Texto para discussão, nº 90. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1986.

FERNANDEZ, Ana Maria. A construção da ciência no Brasil, SBPC, Brasília: Ed. UnB, 1990.

FONSECA, Marcelo. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o ideal desenvolvimentista de JK. In: V Encontro de Economia Catarinense. Santa Catarina. 28 e 29 de abril de 2011. *Anais do Encontro*. Santa Catarina: APEC, 2011. p. 01-19.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o "milagre" econômico (1964-1973). In: VILELA, André; GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavínia Barros de Castro;

HERMANN, Jennifer (Orgs.). Economia brasileira contemporânea (1945-2004). São Paulo: Campus, 2005.

JAGUARIBE, Ana Maria. A política tecnológica e sua articulação com a política econômica: elementos para uma análise da ação do Estado. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1987. (Texto para discussão, n. 115).

LEITE LOPES, José. Ciência e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

MOREL, Regina. Ciência e Estado: A política científica no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

PELÚCIO, José. Ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento. A experiência do Brasil. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1983.

SANT'ANNA, Vânia. Ciência e Sociedade no Brasil. São Paulo: Símbolo, 1978.

SCHAWRTZMAN, Simon. A formação da comunidade científica no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, FINEP, 1979.

VILELA, André. Dos "Anos Dourados" de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: VILELA, André; GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavínia Barros de Castro; HERMANN, Jennifer (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea* (1945-2004). São Paulo: Campus, 2005.

5.3. Sites Consultados:

Centro de Memória do CNPq. Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/cmemoria-index.html>. Acesso em: 06 de março. 2012.

Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 08 de março. 2012.

Íon: a dimensão política subliminar na tragédia de Eurípides

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

Docente da Universidade do Estado da Bahia

Doutoranda em História Econômica/USP; bolsista CNPQ

mclribeiro@usp.br

Este texto apresenta uma pequena parte da pesquisa de doutorado (Representações da Cidade na Tragédia Grega: entre o espaço construído e o espaço concebido) em andamento no Programa de Pós Graduação em História Econômica da FFLCH da Universidade de São Paulo, orientada pela professora Maria Beatriz Borba Florenzano e com o apoio do Cnpq. Pretendemos discutir um aspecto em especial da tragédia *Íon* de Eurípides (485a.C. - 406a.C.), encenada entre 413 a.C. e 411 a.C. A tragédia é levada aos palcos num momento particularmente difícil da história dos atenienses, após a fragorosa derrota da sua expedição à Sicília em 415 a.C. durante a Guerra do Peloponeso. Acreditamos que o poeta, nesse momento de dúvidas e incertezas para o seu povo, estivesse se interrogando sobre o significado de ser ateniense e, possivelmente, questionando a autoctonia – tema que perpassa toda a trama - como elemento válido para o futuro político de Atenas. Assim, a condução do seu argumento leva-nos a entrever uma mensagem política de pan-helenismo, e não de um discurso pró autoctonia ou xenofobia defendido por alguns pesquisadores modernos.

Em se tratando de um Encontro não específico de História Antiga, passemos inicialmente a algumas considerações muito sucintas sobre o teatro grego. O teatro, enquanto realidade espacial, encontra-se geralmente inserido no interior da cidade, ocupando um lugar essencial na vida do grego. Inicialmente, segundo o arqueólogo Roland Martin, "*reduzia-se a uma esplanada, às vezes lajeada, mais frequentemente de terra batida"* (MARTIN, 1956). Sua origem remonta ao nascimento da tragédia no século VI a. C., mas ele só alcançará a sua forma arquitetônica definitiva no século IV a. C. Assim, as tragédias clássicas que chegaram até nós foram representadas num teatro rudimentar bem diferente daquele que povoa as nossas imaginações.

O teatro era um organismo vivo da cidade. Segundo Oddone Longo, ele servia a diversos rituais, entendidos como celebração da própria cidade e da sua ideologia. Não era apenas o cenário para representações dramáticas, era também o lugar onde as honras eram concedidas a cidadãos e estrangeiros, ou ainda o espaço de exposição do tributo que Atenas recebia das cidades aliadas; também era o palco onde os órfãos de guerra que tinham sido sustentados pelo Estado eram exibidos depois de atingir a maioridade. Nesse sentido, "*o espetáculo dramático era mais um dos rituais que deliberadamente pretendia manter a identidade social e reforçar a coesão de grupo* (de cidadãos)[1]*."* (LONGO, 1992: 18).

A tragédia surge por volta do século VI a.C.[2] e tem a sua existência delimitada a um período não superior a cem anos. Inserida no contexto do teatro em honra ao deus Dioniso, apresenta três faces, conforme Jean Pierre Vernant: a) ela é uma realidade social, está inserida em concurso teatral realizado pela cidade; b) é uma criação estética, um gênero literário com regras de escritura próprias e c) é representativa de uma mutação psicológica, com o surgimento de uma consciência e de um homem trágicos (1988: 9).Vejamos.

As tragédias estavam circunscritas aos festivais cívicos da cidade e num tempo específico do calendário da comunidade, onde outras apresentações tinham assento. Na Ática eram realizados quatro festivais por ano em honra ao deus Dioniso.

Os concursos dramáticos tinham lugar em dois desses festivais: Nas Lenéias e nas Grandes Dionisíacas. As Lenéias ocorriam durante o Inverno, tornando impossível a participação de estrangeiros, pois o mar era de difícil navegação nesse período; as Grandes Dionisíacas tomavam lugar na Primavera. Era uma semana de celebrações não só pelos Atenienses, mas por aqueles que acorriam à cidade: membros de *demos* áticos, representantes das cidades aliadas e uma legião de estrangeiros. Tudo assegurado pela liderança nas mãos do mais alto oficial do Estado, o arconte epônimo. (BIEBER, 1961: 53). Nos três últimos dias do festival eram encenadas as peças.

Todas as instituições cívicas paravam as suas atividades durante o período em que aconteciam as Grandes Dionísíacas. Para Jeffrey Henderson não se tratava de parar

[1] O autor explica que não se trata de identificar grupo como coletividade desprovida de contradições e conflitos de classe. P. 18. Todas as traduções são de nossa autoria.

[2] Para Aristóteles *"nascida de um princípio improvisado (tanto a Tragédia como a Comédia: a Tragédia dos solistas do ditirambo; a Comédia, dos solistas dos cantos fálicos, composições estas ainda hoje estimadas em muitas das nossas cidades), (a Tragédia) pouco a pouco foi evoluindo, à medida que se desenvolvia tudo quanto nela se manifestava; até que passadas muitas transformações, a Tragédia se deteve, logo que atingiu a sua forma natural."* (ARISTÓTELES: IV, 1449a 10-15).

totalmente as atividades cívicas em favor do drama e da religião, uma vez que algumas dessas atividades eram estendidas para o interior do teatro. Assim, ao lado da competição dramática, as Grandes Dionísias eram ocasião para cerimônias religiosas e cívicas. (HENDERSON, 2009: 182).

Odonne Longo comenta a propósito da autonomia do tragediógrafo. Ele está posto entre o público e o patrono, neste caso a cidade. O poeta está inicialmente colocado entre dois atos de seleção. O ato preliminar que seria a "censura" ou não do texto, feito pelo arconte; caso aprovado nessa fase, o poeta encenaria a sua peça às expensas do Estado, responsável por designar os *coregos*[3] por um certo período para financiar as despesas. Em seguida, o poeta deveria ser submetido a novo julgamento, tendo em vista que a concorrência se dava entre três poetas. O autor acentua que o jurado era escolhido com os procedimentos análogos aos usados no âmbito político (LONGO, 1992). Jean Pierre Vernant celebrizou numa frase repetida a cômputa a importância desse momento:*"a cidade se faz teatro."*(Op. Cit. 23). Desde que o concurso é instaurado sob o comando do arconte epônimo, as normas que regem as instituições democráticas são as mesmas utilizadas no concurso. (VERNANT, 1977: 23)[4].

A produção dramática não era autônoma nem no espaço nem no tempo, nem mesmo no seu tema. O tragediógrafo estava preso ao mito, ainda que por ele pudesse e devesse transitar com certa liberdade, como diz Aristóteles seria *"ridículo tal fidelidade ao mito."* (ARISTÓTELES: 1451b 25). Ademais, o poeta devia observar as regras específicas da convenção dramática.

O poeta parte da sua matéria-prima - o mito; entretanto é mais uma vez Jean Pierre Vernant que nos lembrará que a tragédia se distancia dos mitos e os transpõe com muita liberdade, trazendo consigo o pensamento próprio da cidade (Idem: 20). Em resumo, a tragédia refere-se a um só tempo ao mítico e ao contexto sócio-cultural em que os autores escreveram as suas peças, o século V a. C., ouçamos uma vez mais Jean Pierre Vernant:

> *No próprio momento em que, pelo jogo cênico e pela máscara a personagem trágica toma as dimensões de um desses seres excepcionais que a*

[3] Os Coregos eram cidadãos atenienses ricos escolhidos pelo Estado para arcar com as despesas da preparação e manutenção do coro para a encenação das tragédias durante os festivais religiosos.

[4] Jean Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet chamam atenção para o fato de que só os homens representam a comunidade cívica, as mulheres estão alijadas do jogo político e não se apresentam no teatro como atrizes. Os papéis femininos são representados por homens com a devida utilização das máscaras. VERNANT & VIDAL-NAQUET: 1977.

> *cidade cultua, a língua a aproxima dos homens. Essa aproximação a torna, em sua aventura lendária, como que contemporânea do público. Consequentemente no íntimo de cada protagonista, encontra-se a tensão que notamos entre o passado e o presente, o universo do mito e da cidade. A mesma personagem trágica aparece ora projetada num longínquo passado mítico, herói de uma outra época, carregado de um poder religioso terrível, encarnando todo o descomedimento dos antigos reis da lenda – ora falando, pensando, vivendo a própria época da cidade, como um "burguês" de Atenas no meio de seus concidadãos."* (VERNANT, 1977: 26).

Por fim, para encerrar essa primeira parte, acentuamos: não sabemos quantas tragédias foram representadas e nem o número total de poetas trágicos que Atenas conheceu. Dispomos de não mais de trinta e dois textos integrais: sete de Ésquilo (525 a.C. - 426a.C.); sete de Sófocles (496a.C. - 406a.C.) e 18 de Eurípides (485a.C. - 406a.C.), somados a uma quantidade razoável de fragmentos desses e de outros trágicos.

Feita essa explanação um tanto longa, mas necessária para situar o nosso ouvinte/leitor, passemos especificamente ao *Íon.* Não se trata de uma tragédia das mais conhecidas de Eurípides, por isso tracemos em linhas gerais o seu enredo.

A peça é performada em Atenas, mas o cenário fictício em que decorre a ação é o santuário de Apolo em Delfos. No Prólogo o deus Hermes nos dá a conhecer a história do herói que dá nome à peça – Íon.

A princesa ateniense Creúsa foi violentada pelo deus Apolo em uma gruta na Acrópole de Atenas. Grávida, guardou tudo em segredo. Após dar a luz, expôs o filho na gruta e acreditou durante anos que ele havia morrido. Contudo, Apolo, o pai do menino, encaminhou Hermes à referida gruta para levá-lo ao seu templo, onde ele cresceu aos cuidados da pitonisa sem que ninguém conhecesse a sua identidade.

Anos mais tarde, Creúsa casou-se com um estrangeiro (termo sempre usado em oposição a ateniense, salvo menção contrária) – Xuto - a quem foi dada como dote de guerra. Depois de um longo tempo de uma união estéril, eles vão ao Santuário de Delfos consultar o oráculo sobre a possibilidade de o casal gerar filhos. Xuto entra no templo de Apolo esperando obter uma resposta do deus enquanto Creúsa permanece ao redor dos altares em prece.

O oráculo que Xuto recebeu dizia que o primeiro que ele encontrasse ao sair do recinto seria o seu filho. Eis que surge Íon – o dito filho do deus e da rainha. Sem

desconfiar de nada, Xuto imaginou que o garoto fosse fruto de um encontro casual do passado, quando esteve nos festejos em homenagem a Dioniso em Delfos.

Xuto, muito feliz, resolve comemorar com o filho a paternidade recém descoberta e a sua despedida de Delfos, pois pretendia levar o garoto consigo para Atenas. A festa parecia transcorrer bem até o momento da libação em que o Velho – servo de Creúsa - coloca em prática o plano da sua Senhora para assassinar o herói, acreditando que ele fosse filho de uma união secreta do seu marido. O Velho serviu-lhe uma taça de vinho com o veneno da Górgona. A intervenção silenciosa de Apolo é fundamental, o jovem é salvo e a mentora do crime é descoberta. A partir daí, toda a cidade se põe no encalço de Creúsa que por decreto legal deve morrer. No altar de Apolo, Creúsa se posta como suplicante e lembra a Íon que nessa condição ele não pode matá-la. Nesse instante entra em cena a pitonisa carregando o cesto contendo os objetos com que Íon outrora foi abandonado na gruta ateniense e trazido para Delfos. É através deles que se dá o reconhecimento (*anagnórisis*) entre mãe e filho. Em seguida aparece a deusa Atena *ex machina* e esclarece toda a trama passada e conta como a história se processará a partir daí.

Não tarda para o tema de a autoctonia aparecer na peça: os atenienses são filhos da própria Terra. Segundo uma das versões do mito, o deus Hefaísto tomado de desejo pela deusa virgem Atena e rejeitado, ejacula e o esperma cai sobre o solo. Surge, assim, gestado miraculosamente pela Terra, Erictônio. Por um lado Eurípides recheia o seu texto com os desdobramentos dessa história; por outro, dá-nos a conhecer o seu contraponto, o discurso sobre o estrangeiro, segundo o seu olhar evidentemente.

No Prólogo Hermes informa aos expectadores como Creúsa, após dar a luz, expõe o bebê na gruta: "*no espaço arredondado de um cesto côncavo, recordando o uso dos antepassados e de Erictônio, nascido da terra. Ao lado deste, a filha de Zeus pôs outrora como guardas duas serpentes e deu-o às virgens agláurides para olharem por ele; daí vem o costume de os Erectidas enfeitarem os filhos com serpentes de ouro* (vv. 19-25).

A história de Íon se funda desde o princípio nos seus antepassados, como que se repetindo[5]. Creúsa, após dar a luz expõe o bebê num cesto nos mesmos moldes

[5] Nicole Louraux diz que a história de Íon reproduz e inverte a história de Erictônio: Creúsa é uma imitação ruim de Atena. Ela não conseguiu fugir ao desejo de Apolo, engravidou e deu a luz a seu filho,

em que Erictônio foi exposto: o bebê estava envolvido em um tecido confeccionado pela jovem, franjado de serpentes como uma égide e uma Górgona no centro, juntamente com uma jóia em ouro no formato de serpente e uma coroa de oliveira (vv. 1417ss). Os elementos do reconhecimento representam símbolos de Atenas e estão ligados à autoctonia. A Górgona reaparecerá mais tarde, sobretudo para fornecer a gota de veneno com que Creúsa tentará matar o filho (vv. 987ss). As serpentes são símbolos da origem ctônica erectida e em todas as passagens que elas são mencionadas, elas reforçam a autoctonia e simbolizam a terra, a parte primitiva da natureza humana (MASTRONARDE, 1975: p. 164).

Após a exposição do bebê, Apolo encarrega o irmão Hermes de trazê-lo até o santuário: *"Vai, tu, que és filho do mesmo pai, à população autóctone da ilustre Atenas* (v. 29). O poeta não nos poupa para na mais ínfima oportunidade acentuar o tema que quer levar à sua audiência.

Quando Creúsa chega ao Santuário de Apolo e se depara com o próprio filho nutrem ambos uma simpatia recíproca embora desconheçam os laços que os unem. Creúsa se apresenta a Íon como filha de Erecteu e ateniense. O jovem não se contém de curiosidade: *"Pelos deuses, é realmente verdade o que se conta?"* (v. 265). Prontamente, Creúsa se põe a responder aos seus questionamentos: em primeiro lugar, Íon indaga sobre Erictônio:

> Íon: *o teu antepassado, pai do teu pai, nasceu da Terra?*
>
> Creúsa: *Sim, Erictônio; mas a forma de seu nascimento de nada me serve.*
>
> Íon: *É verdade que Atena o recolheu da terra?*
>
> Creúsa: *Sim, em seus braços virginais, sem o ter concebido.*
>
> Íon: *E deu-o* (Erictônio) *como é vulgar ver representado em pinturas...?*

---

expondo-o, em seguida, excluindo-o da casa dos autóctones; Atena, pelo contrário, escapa a Hefaísto, o esperma cai no chão e a Terra gera Erictônio, mas é Atena quem o recolhe e o reconhece como seu papel que cabe, no caso de Íon, em primeiro lugar, a Apolo, que o encaminha a Delfos e, em segundo lugar, a pítia, porque é ela que o recolhe e cuida dele como um filho, (LOURAUX, *Op. Cit*. p. 17). O renascimento de Erecteu é discutido por diversos autores, sobretudo, comentando o verso 1465 em que Creúsa diz: *"regressa à juventude Erecteu";* consultar: ZEITLIN, *Op. Cit:* p. 294ss; WOLFF, 1965.

> Creúsa: *Ás filhas de Cécrops para cuidarem dele, mas sem o verem.*
>
> Íon: *As donzelas abriram, ouvi dizer, o cesto da deusa.*
>
> Creúsa: *Por isso a sua morte manchou de sangue o cimo do rochedo* (vv. 267-273).

Erictônio dá a cidade o seu discurso - o da autoctonia; é o epônimo de Atenas de Homero às tragédias, e de Heródoto aos atidógrafos (LOURAUX, 1979: p. 3). Não é por simples acaso que Íon conhecia a história de Erictônio. Ela estava presente não só nos discursos da cidade, mas para além dos seus muros. Parecendo antecipar-se aos eventos futuros (refiro-me a solução que Eurípides dará para a manutenção da casa dinástica ateniense da qual já falaremos), Creúsa não está interessada na autoctonia quando afirma que a forma de nascimento de Erictônio de nada lhe serve.

Satisfeito com as respostas, mas ainda curioso sobre as histórias que ouve contar, Íon quer saber, em seguida, sobre o sacrifício das filhas de Erecteu e o seu posterior desaparecimento:

> Íon: *O teu pai Erecteu imolou as suas irmãs?*
>
> Creúsa: *Ele teve coragem de matar as donzelas em sacrifício pelo seu país.*
>
> Íon: *E como é que só tu entre as tuas irmãs te salvaste?*
>
> Creúsa: *Eu era uma criança recém-nascida nos braços de minha mãe.*
>
> Íon: *É verdade que o abismo da Terra esconde o teu pai?*
>
> Creúsa: *Os golpes do tridente marinho fizeram-no perecer* (vv. 277-281).

Íon demonstra grande erudição e interesse, partindo rapidamente para o terceiro rol de perguntas: Íon: *"Há algum lugar chamado Penhas Longas* (Macrai)*"* (v. 283). Creúsa que tinha se mantido serena, é tomada subitamente pelo pavor das lembranças

suscitadas pela nova e inesperada pergunta de Íon ao fazer referência ao exato lugar onde outrora ela foi violentada por Apolo:

> Creúsa: *Porque perguntas isso? Que recordação me despertaste!*
>
> Íon: *honrado pelo Pítio e pelos relâmpagos píticos?* (v. 285)
>
> Creúsa: *Honrado? Porquê honrado? Quem me dera nunca ter visto esse lugar!*
>
> Íon: *E porque odeias tu o que o deus mais ama?*
>
> Creúsa: *Por nada; o fato é que conheço um segredo vergonhoso dessas grutas.* (vv. 284-288).

Íon muda de assunto, interroga Creúsa sobre seu marido; a tônica do diálogo – a autoctonia - cede espaço ao seu tema correlato – o estrangeiro.

> Íon: *Mas que Ateniense, ó mulher te desposou?*
>
> Creúsa: *Não foi um Ateniense, foi um estrangeiro.*
>
> Íon: *Quem é? De nobre raça deve ele descender.*
>
> Creúsa: *Xuto, nascido de Éolo, filho de Zeus.*
>
> Íon: *E como te obteve ele, sendo estrangeiro, a ti que és ateniense?* (vv. 289-293).

Íon estranha que Creúsa tenha sido dada em casamento a um estrangeiro. Para Nicole Louraux, as duas uniões de Creúsa têm honra, Apolo é uma divindade e Xuto é filho de Zeus, mas ambas dissonam da lei ateniense, que prevê o casamento entre homem e mulher atenienses para o filho ter o direito à cidadania. Assim, nenhuma das uniões é legítima: o "casamento" com Apolo é elevado demais para uma mortal e com Xuto, é baixo demais para uma Erectida (LOURAUX 1992). A estranheza se acentua quando lembramos que o casamento, *"como instituição – pode ser visto como uma união do homem e da mulher com o fim explícito de procriar filhos legítimos e dar, portanto, continuidade ao oikos do marido"* (FLORENZANO, 1996: 41). Creúsa e Íon continuam conversando e ela explica-lhe em quais circunstâncias foi dada em casamento a um estrangeiro:

> Creúsa: *A Eubeia é um país vizinho de Atenas...*
>
> Íon: *Por úmidos confins delimitado, segundo dizem.*
>
> Creúsa: *E ele* (Xuto) *destruiu-o juntamente com os descentes de Cécrops.*
>
> Íon: *Foi em socorro deles e por isso recebeu a tua mão?*
>
> Creúsa: *Como dote de guerra e prêmio de lança* (v. 294-298).

Maria Beatriz Florenzano nos diz que o dote era um elemento indispensável do casamento, o que o diferenciava do concubinato. Os dotes podiam ser dados tanto em dinheiro quanto em bens imóveis (FLORENZANO, *Op. Cit.* p. 45) Mas, e quando o dote é a própria noiva? É a referida autora que nos esclarece:

> *"O dote existia na Grécia, desde períodos mais remotos, mas é interessante notar algumas diferenças. No período homérico, por exemplo, a mulher fazia parte do circuito dos "bens preciosos" que circulavam entre os nobres. De forma que o dote era oferecido pela família do noivo. Embora a expressão "casamento por compra" tenha sido muito utilizada por estudiosos, ela, na verdade, é incorreta, pois o oferecimento dos presentes como dote na troca por uma noiva inseria-se no contexto de prestações recíprocas entre família, fortalecendo o laço de favores e contrafavores* (*Idem* p. 46).

Sabemos que o poeta trágico na sua releitura funde elementos míticos e da realidade contemporânea. A própria noiva como dote já não estava em questão na sociedade democrática. O poeta está fazendo referência ao antigo costume de oferecimento da noiva a troca de favores, provavelmente constante do mito: Xuto lutou ao lado do pai da noiva em questão - Creúsa - e salvou a cidade do inimigo.

O diálogo entre Íon e Creúsa continua. Ambos se comportam como se fossem velhos conhecidos, o que de fato são, mas não sabem. Ele é receptivo e acolhedor, e ela retribui na mesma medida, respondendo às perguntas que lhe são feitas, e arrumando um bom argumento para fugir do assunto que pretende ocultar, o acontecimento em Penhas Longa. Diante de um rapaz inteligente e gentil, Creúsa, num gesto carinhoso,

diz-lhe da ventura da sua mãe ao possuí-lo como filho (v. 308) e não demora a conhecer a história de Íon, isto é, o que ele é capaz de contar, pois até então, nem ele sabe sobre a sua identidade. A empatia que ambos nutrem inicialmente aumenta quando Creúsa reconhece em Íon a sua desditosa história: *"... Em ti encontro os meus sofrimentos".* O clima vai mudar entre eles depois de Xuto receber o dúbio oráculo de Apolo. Amigos no primeiro momento tornam-se opositores a partir daí.

Xuto tão logo "reconhece" Íon como filho, convida-o para morar em Atenas. Eurípides utiliza esse momento para mais uma vez discutir a questão do estrangeiro dentro da cidade de Atenas. Íon pondera com o pai sobre as condições a que estaria submetido na cidade que ressona a autoctonia, sendo ele um estrangeiro. Sensível, ele ainda tem tempo de se compadecer de Créusa – que envelhece sem filhos - e observa um fator agravante na situação dessa mulher: *"... nascida de nobres antepassados não é digna de ser estéril"* (v. 620). Ou seja, a esterilidade é uma mácula, lastimável, mas sobretudo, quando se tratasse de pessoas de nobre linhagem.

Quando Íon se convenceu de que Xuto era o seu pai e não tendo sido informado sobre a sua mãe, indaga: *"Será a terra a minha mãe?"* (v. 540). E, surpreendentemente, segundo pensamos, Xuto retruca: *"Não nascem filhos da terra".* Essa resposta é no mínimo desconcertante. Christian Wolf afirma que Xuto, apesar de filho de Zeus, é uma figura limitada, o personagem mais distante do mundo mítico, sua imaginação não vai além do cotidiano e seus sentimentos, embora bem intencionados, são obtusos (WOLFF, 1965: 183). Reflitamos um pouco: o mito da autoctonia fazia parte da ideologia da cidade, como veremos adiante; o discurso cívico colocava em pauta a singularidade daqueles cujo primeiro cidadão era filho da própria Terra. Como Xuto poderia desconhecer esses fatos, tendo lutado ao lado de Erecteu, desposado sua filha e tornado-se rei de Atenas? O máximo que podemos admitir é que ele, na condição de estrangeiro, não desse credibilidade ao mito. Talvez, o poeta quisesse acentuar que os estrangeiros não compactuavam com essas histórias sobre a autoctonia. Seja como for, esse é mais um elemento para nos fazer pensar o quanto Eurípides, e não Xuto, questiona a validade desse discurso no seio da sociedade.

Xuto trata logo de tecer planos para o futuro do filho: *"mas deixa o solo do deus e a tua vida miserável e vem para Atenas de pleno acordo com o teu pai. Lá esperam-te*

o meu feliz cetro e a minha imensa riqueza. Assim, livrando-te do duplo infortúnio de baixo nascimento e da pobreza, serás amado, nobre e abastado" (vv. 575ss).

Xuto não parece ter se dado conta da situação, talvez a paternidade fosse por demais esperada ao ponto de ele não pensar em suas consequências. Pois bem, é Íon que lhe chama à razão, diz-lhe que as coisas são diferentes quando examinadas com mais acuidade, e pede ao pai:

> *"... atende às seguintes reflexões. Dizem que o povo autóctone e glorioso de Atenas está isento de sangue estrangeiro. Nesta cidade cairei sofrendo do duplo mal de ser filho de um estrangeiro e, ainda por cima, bastardo. Alvo desta censura, se me faltar o poder, serei alcunhado de ninguém. Se, pelo contrário procurar ser alguém, esforçando-me por alcançar a primeira posição na cidade, serei odiado pelos incapazes, porque a superioridade é sempre penosa. Quanto aos que, sendo honestos e capazes de sabedoria, se calam e evitam lançar-se na vida pública, para estes farei figura de riso e de loucura, por não me manter tranqüilo na cidade cheia de receio"* (vv. 585ss).

Ao duplo mal que Xuto pretende livrar Íon – baixo nascimento e pobreza – Íon antevê um mal maior: ser filho de estrangeiro e bastardo. Pela reflexão de Íon, depreendemos que a situação do estrangeiro era sempre uma questão delicada na cidade, ou mais precisamente o discurso sobre o estrangeiro. Para Íon, o exercício do poder, entretanto, camuflaria o duplo mal; o perigo todavia seria quando esse deixasse de existir. Íon tornar-se-ia um ninguém, uma pessoa completamente à margem da sociedade. O esforço para alcançar uma posição (de ateniense) na cidade o levaria a ser odiado por aqueles – certamente atenienses – que não fossem capazes de galgar além do que as próprias instâncias da cidade lhe permitia. Ele não escaparia da censura nem das pessoas que por vontade abdicam da participação na vida pública. O desenrolar do diálogo, entretanto, irá mostrar que nem todos queriam viver em Atenas a qualquer custo. Íon rejeita ir para a cidade e prefere a sua vida em Delfos, onde ele é respeitado, sendo, apenas, o "*justo servidor do deus"* (620ss). Diante dos temores de Íon, Xuto diz que o levará para Atenas como um visitante e não como filho (v. 655). O jovem, então, acrescenta:

> *"... mas para ser feliz uma coisa me falta. Se não encontrar aquela que me concebeu, meu pai, a vida ser-me-á intolerável. E se me é lícito exprimir um voto, possa minha mãe ser de Atenas, para que dela eu receba o direito de falar livremente. É que, se um estrangeiro entra numa cidade de pura linhagem, ainda que de nome se torne cidadão, a sua língua permanecerá escrava, nunca poderá exprimir-se com inteira liberdade"* (vv. 669-675).

A cidade democrática assegurava ampla participação nas instâncias deliberativas apenas ao seu corpo de cidadãos[6]. Os estrangeiros podiam garantir certos privilégios, mas a cidadania era normalmente adquirida pelo nascimento e raramente concedida a outros; nesse caso, apenas por votação na assembleia, principal instância deliberativa da democracia ateniense (FINLEY 1983: 89). Seja como for, não ser ateniense de nascimento, ainda que tivesse adquirido a cidadania, era carregar consigo o jugo de não ser um filho da Terra, o que equivaleria, pelo menos psicologicamente, a ser apenas um meio cidadão.

Quando tudo está preparado para a verdadeira *anagnorisis*, e Íon, finalmente, está diante da possibilidade de descobrir quem é a sua mãe – a pítia havia lhe dado o cesto em que ele foi exposto com os objetos do reconhecimento – um temor sobrevém seus pensamentos: *"... não vá eu descobrir o que não quero. É que, se a mãe que eu encontrar for alguma escrava, descobri-la é pior que deixar as coisas como estão"* (v. 1380ss). O jovem, que no verso 669 dizia que faltava uma única coisa para ser feliz – saber quem era sua mãe, agora, diante do quadro do reconhecimento, titubeia e cogita da possibilidade de nunca ter o segredo revelado, mesmo que isso signifique incorrer no erro de ir contra a vontade do deus Apolo (v. 1353; 1385-1386). Tudo isso porque pairava em sua mente o terror de ter uma mãe escrava. Logo, não era exatamente ter uma mãe, ou apenas isso, que Íon almejava, mas um laço nobre, que pudesse trazer-lhe alguma vantagem em sua nova vida, relacionada certamente ao âmbito político.

No segundo estásimo, o coro se apieda da sorte da sua ama; por ordem de Xuto, ela nada deverá saber sobre o filho bastardo do marido. Pensa que o oráculo pode conter algum dolo (vv. 676ss): *"Há qualquer fraude e artifício no caso desta criança, nascida de sangue estrangeiro. Quem não estará de acordo com isto?"* (VV. 690-694). O coro

[6] Consultar especialmente FINLEY: 1983.

coloca em xeque as ações que um estrangeiro pode cometer; pode-se esperar eventual dolo nesse caso. Na antístrofe, o coro está revoltado com Xuto e persiste no ataque virulento ao estrangeiro: *"o miserável estrangeiro que, admitido na casa, não soube tornar-se digno da sua grande fortuna"* (vv. 700-705). Não se faz alusão a uma traição comum – de um homem para com a sua esposa - mas sublinha-se o agravante – é um estrangeiro, ganhador de um prêmio inestimável (ser admitido em Atenas) ao qual não sabe fazer jus. Sem avaliar qualquer aspecto positivo, o coro continua a sua invectiva: *"... oxalá este jovem* (Íon) *nunca chegue à minha cidade, oxalá ele morra ao entrar na sua nova existência, para que a minha cidade não tenha de queixar-se outra vez da invasão de estrangeiros... já nos basta aquela de que nos livrou o nosso chefe de outrora, o rei Erecteu"* (vv. 719-724).

Na abertura do terceiro episódio, Creúsa e o Velho sobem as escarpas do Parnaso até o oráculo. A princesa ajuda o ancião e este retribui, lembrando-lhe a sua nobre estirpe autóctone: *"Ó minha filha, conservas uma alma digna de teus nobres pais e não desonraste os teus antepassados, filhos da terra"* (vv. 735ss). A solidariedade de Creúsa ajudando ao Velho é visto por ele como inerente à nobreza.

O coro conta a novidade ao velho e a Creúsa: Xuto teve um filho e goza, sozinho, de felicidade (vv. 774ss). O velho, indignado, expõe o sentimento anti estrangeiro, certamente contido até então: *"estrangeiro, intruso na cidade e no palácio, que te desposou e recebeu toda a tua herança e aparece agora como tendo filho secretamente e de outra mulher"* (vv. 810ss). Nada de errado até aí: primeiro, Xuto é de fato um estrangeiro que "premiado" por bons serviços à cidade recebeu a princesa em casamento, juntamente com o seu dote; segundo, ainda que não seja verdade que Íon seja filho de Xuto, o velho ouve isso do coro e, logicamente, conclui – ele teve um filho secretamente com outra mulher. Se até aí o seu raciocínio estava correto (em termos), a partir de então, ele começa a fazer meras conjecturas e imputa a Xuto uma série de audaciosas calúnias:

> *"Quando te viu estéril, não se contentou em ser como tu e partilhar a tua sorte, mas, num leito servil, em segredo, gerou este filho e mandou-o para o estrangeiro, dando-o a cuidar a alguém de Delfos. E, para maior segredo, a criança foi posta no templo do deus, onde tem sido criada. Quando, porém, o pai viu*

> *que seu filho era um jovem já crescido, persuadiu a vires cá por causa da tua esterilidade. Assim, o deus não mentiu, mas mentiu ele, que há tanto tempo criava este filho e tecia tais planos. Se fosse descoberto, tencionava atribuir a culpa ao deus. Caso contrário, uma vez em Atenas, e prevenindo riscos futuros, preparava-se para lhe confiar o poder absoluto. Quanto ao nome de Íon, não é novo, mas apresenta-o como forjado nesta ocasião por ter encontrado o filho logo ao sair"* (vv. 810ss).

Teria o velho se arrogado a tantas elucubrações se não fosse Xuto um estrangeiro? Nas suas injúrias uma coisa é certa, Xuto tencionava levar o jovem para Atenas como um visitante e convencer Creúsa a passar-lhe o cetro real, mas tudo visava proteger a própria Creúsa do sofrimento de uma existência sem filhos e da felicidade unilateral do marido (vv. 655ss). Xuto, um virulento traidor na ótica do coro e do velho, notadamente desse último – teve o filho de alguma escrava, o que torna o caso acentuadamente doloso. Como acresce o velho, seria menos grave se devido à esterilidade de Creúsa, Xuto a tivesse convencido de ter o filho de uma nobre (vv. 835ss). Aqui parece que o fruto da traição em si não é de todo ruim, mas o fato de ser de origem servil o é, reforçando mais uma vez a "necessidade" da perpetuação da raça nobre. O velho, após ouvir poucas palavras sobre o acontecido, sem outorgar-lhe o direito de defesa, acusa, julga e condena Xuto à morte: *"Pela espada, astúcia ou veneno, faz perecer teu esposo e teu filho"* (vv. 843-845); mais tarde, vai ser também ele que tentará executar Íon com o vinho envenenado (vv. 1210ss). Kitto chama-o (ao velho) de *"mau conselheiro, absolutamente certo do que aconteceu e do que vai acontecer"* (KITTO, *Op. Cit.* P. 248).

Creúsa desesperada descarta um a um os conselhos do velho (vv. 966ss) e tece o seu próprio plano; este guarda relação com o tema maior dessa tragédia – a autoctonia. A partir do verso 988, Creúsa conta como adquiriu um poderoso veneno, capaz de dar fim à vida de Íon. Quando Erictônio nasceu, Palas deu-lhe duas gotas de sangue da Górgona – uma mortífera e a outra curativa. As porções foram passadas de geração a geração e se encontravam agora sob o poder de Creúsa. Para a princesa a raça autóctone, através de um presente dado ao seu fundador, haveria de não ser maculada por um sangue bastardo e estrangeiro. Mas essa não era a verdade dos fatos, e mais uma

vez Apolo iria demonstrar a sua onipresença[7] e se encarregar de salvar a perpetuação da raça erectida. Assim, Íon, um autóctone, não cairia com um presente dado a um ancestral, e a bebida envenenada acabou matando uma habitante do templo de Lóxias – uma pomba (vv. 1187ss), certamente uma daquelas que Íon diariamente afugentava das cornijas do templo de Apolo (vv. 99ss).

Creúsa, o velho e o coro tinham uma dupla preocupação: a) a falta de filhos – a "esterilidade" de uma mulher casada, uma questão doméstica[8] e b) a tirania que poderia se abater sobre o trono ateniense, com a usurpação do poder por um bastardo estrangeiro. Ouçamo-los:

> Creúsa: *"... tira o veneno que leva sob as tuas vestes e deita-o ao jovem... reserva a bebida para aquele que está a pensar em ser senhor na minha casa* (vv. 1035-1037).
>
> Velho: *"... contra este adversário avancemos com os nossos amos, ajudemos a matá-lo e eliminá-lo da casa* (vv. 1039ss).
>
> Coro: *"Einódia, filha de Deméter ... guia hoje ... a taça mortífera, cheias das gotas de sangue da degolada Górgona, nascida da Terra. Guia-a para aquele que quer ser senhor do palácio de Erecteu. Que jamais intruso de outra raça possa reinar em Atenas, cujo cetro pertence aos nobres erectidas!* (vv. 1048-1060).

É revelador que nas três passagens acima seja a casa – o centro de poder - o foco das atenções e o perigo que ele representa em mãos erradas. Não se trata, fundamentalmente, de outro problema, que também pode estar presente em alguma medida, como o ciúme, próprio de uma questão estritamente doméstica, advinda talvez de uma disputa de espaço entre a esposa, impossibilitada de ter filhos, e o filho bastardo de uma escrava (pois era o que até então esse Creúsa, o coro e o velho tinham certeza).

---

[7] Apolo acompanhava o desenrolar dos acontecimentos e interferia quando achava necessário; é o servo que nos conta que a tentativa de homicídio falhou: *"Não querendo ver o seu templo profanado, o deus revelou a tentativa de vencer a injustiça pela justiça"* (vv. 1117-1118). Concordando com a análise de Irene J. F. de Jong, Apolo a despeito de ser um "*off-stage character"* tem um papel bastante importante na peça. Apesar de não estar presente, ele atua: ele apareceu para Creúsa e gerou um filho, enviou Hermes para trazer o seu filho ao templo, encarregou a sacerdotisa de criá-lo, salvou-o do envenenamento e, por fim, enviou Atena (p. 370).

[8] Não queremos subestimar o fato de que o casamento era um momento especial e *"a maternidade era a função mais importante da mulher na sociedade grega"* (FLORENZANO, 1996: p. 41).

Atestam a minha assertiva as seguintes palavras do coro de Íon: *"Enquanto viva* (Creúsa), *jamais suportará ver, com a luz brilhante dos seus olhos, estrangeiros a reinar no seu palácio, ela que de nobre raça nasceu!"* (vv. 1068ss). Também o coro não suportará a presença do estrangeiro na cidade. Ele menciona os mistérios de Elêusis e a grande procissão: *"sinto vergonha pelo deus celebrado por tantos hinos, se, junto da fonte de Calícoro, durante a vigília noturna, este estrangeiro* (Íon) *puder olhar para os archotes que assistem ao cortejo do vigésimo dia* (...). *Aqui espera ele reinar, apoderando-se dos bens alheios, o vagabundo de Febo*" (vv. 1075-1089).

Descoberto o plano de assassinato contra Íon, ele recorre aos magistrados píticos: *"Ó Terra augusta, a filha de Erecteu, mulher estrangeira* (aqui se refere ao fato de a ação se passar em Delfos e Creúsa como sabemos ser uma ateniense), *tentou matar-me com veneno!"* (vv. 1220-1222). Era de se esperar que tal crime não passasse impune: primeiro, tratava-se da violação de um espaço sagrado, o santuário do deus Apolo; segundo, Íon foi recolhido e criado pela pitonisa, brincando ao redor do templo na infância e, quando rapaz, *os délfios puseram-no como guardião dos tesouros do deus e fiel intendente de todos os seus bens, e no templo levou sempre até hoje uma vida virtuosa"*(vv. 52ss); terceiro, Íon e Xuto comemoravam os laços familiares recém descobertos, graças ao oráculo de Apolo; quarto, por fim, Creúsa era uma mulher em solo estrangeiro (lembremos que o cenário fictício da peça é Delfos), que não respeitava as leis locais. Tratava-se, portanto, de uma violação de caráter divino e de caráter legal. Os délfios em assembleia condenaram a rainha à morte (vv. 1223ss). Ela deveria ser precipitada do alto de um rochedo no Parnaso (v. 1267).

Creúsa se põe como suplicante no altar de Apolo e diz para Íon que o seu ato foi uma tentativa de proteger a sua casa: tentou matar um inimigo, alguém que usurparia o palácio de Erecteu (vv. 1290ss). Íon contesta e dar lugar a mais um embate sobre a autoctonia e o estrangeiro:

> Íon: *meu pai dava-me a terra que ganhou.*
>
> Creúsa: *Que direito sobre a terra de Palas tem os descendentes de Éolo*[9]*?*
>
> Íon: *Ele salvou-a pelas armas, não pela palavra.*

[9] Como já dissemos anteriormente, Xuto era filho de Éolo, consequentemente, neto de Zeus.

Creúsa: *Um estrangeiro aliado não pode possuir a terra.*

A discussão gira em torno dos direitos, ou melhor, do limite dos direitos dos estrangeiros em Atenas. Xuto, como estrangeiro, não tinha o direito a falar nas instâncias deliberativas da cidade e Íon, sabiamente, lembra a Creúsa que foi com as armas que o seu pai defendeu Atenas quando a cidade foi invadida e não com o uso da palavra, franqueada apenas aos cidadãos, filhos de pai e mãe atenienses, conforme decreto pericleano de 451-450 a.C.

Íon não se dá por vencido e pergunta se acaso ele não tinha parte na riqueza do seu pai (v. 1304). Creúsa é rápida e irônica na resposta: *"Que riqueza? Escudo e lança. São tua plena propriedade!"* (v. 1305). Xuto, a despeito de portar o cetro ateniense, não acumulou riquezas, corriqueira entre muitos estrangeiros na cidade. A sua imensa fortuna, a que ele convida Íon a participar, a partir dos versos 575, era certamente sua na medida, mas apenas na medida, em que estivesse casado com Creúsa[10]. Froma Zeitlin acentua que Xuto deve a sua posição ao fato de ter lutado ao lado de Erecteu e ter vencido a cidade inimiga com uma "espada comum", o que lhe valeu o casamento com a princesa, todavia ele nunca vai poder alcançar um status completo sendo apenas um aliado, intitulado por Creúsa apenas por seu escudo e sua lança (ZEITLIN, *Op. Cit.* p. 334), objetos que agora, como a cidade não está em perigo, tal qual no passado, ela não faz a menor questão, mal se dá conta de que esses elementos são representativos da segurança em que se encontra Atenas, e é o próprio Xuto o responsável por isso.

Após a *anagnórisis*, Creúsa regozija-se de ter um filho e asperge felicidade: *"a casa tem um lar, a terra um príncipe: regressa à juventude Erecteu. O palácio da raça autóctone já não está mergulhado nas trevas, para os raios do Sol levanta os seus olhos"* (1463-1467).

Não por acaso, as últimas palavras de Creúsa e Íon, ao deixar o palco, fazem referência ao trono ateniense:

Creúsa: *"Vai sentar-te no trono ancestral"* (v. 1617)

Íon: *"Preciosa herança"* (v. 1618)

[10] Pensemos que além da própria Creúsa, Xuto tivesse recebido mais algum dote – em dinheiro e bens – frisamos que, em caso de divórcio, a lei assegurava que a noiva fosse devolvida a seu *quírios* juntamente com o dote (FLORENZANO, 1986: p. 46).

Como afirmamos anteriormente, mais que o sonho dourado de ter um filho, solucionando uma questão doméstica, é ter um descendente e perpetuar o trono e a raça autóctone.

Nicole Louraux afirma que *"os mitos da autoctonia fornecem um topos eficaz a mais de um discurso cívico, servem para legitimar a hegemonia de Atenas ou dão um fundamento imemorial à ideologia ateniense da cidadania"* (LOURAUX, 1979:

A autora acrescenta que coexistiam no seio da cidade dois discursos sobre a autoctonia: o de Erictônio: a Terra gerou o primeiro cidadão ateniense e a autoctonia presente na oração fúnebre, acordada entre os cidadãos. Ambos discursos consagram a singularidade de Atenas (LOURAUX, *Op. Cit.* P. 3). O mito cívico é o mito da cidade clássica do século V, rememorado no quadro da cidade: sobre a acrópole, nas festas religiosas das Panatenéias[11] e no Cerâmico, na cerimônia dos funerais públicos[12]. *"É com efeito do V século que datam , na cerâmica ateniense, as representações figuradas do nascimento de Erictônio, também aquelas que colocam em cena todos os heróis nacionais da pólis"* (Idem: p 5).

O mito da autoctonia estava presente no discurso ateniense e Eurípides não foge a regra, é um dos seus porta-vozes. *Íon* está repleto de passagens que retomam o mito. Nossa hipótese, entretanto, é que ao colocar o discurso da autoctonia em cena o poeta não está reforçando o seu conteúdo, mas mostrando como ele é apropriado pelo discurso da cidade e, sobretudo questionando a sua validade num momento político importante em que a cidade está fragilizada num contexto de guerra, acentuado pela derrocada ateniense na Sicília. A solução apresentada pelo poeta para continuação da casa dinástica ateniense é colocá-la sob o governo de uma tríade: Creúsa, Íon, Xuto. Mas reflitamos: qual o peso da autoctonia na solução euripidiana? Numa sociedade eminentemente masculina, Creúsa, uma mulher é a única autóctone legítima; Íon é fruto dessa mulher autóctone com um deus estrangeiro, Apolo; por fim, Xuto, o pai social de Íon é também um estrangeiro. É a eles que o trono de Atenas é entregue. Segundo

[11] Segundo Nicole Louraux, as Panateneias associam o aniversário da fundação de Atenas com a comemoração do nascimento de Atena e a derrota dos Gigantes. É também o momento de reviver o mito da autoctonia, do nascimento de Erictônio (LOURAUX, *Op. Cit.* p. 9)

[12] Remetemos o leitor à discussão de Nicole Louraux sobre essa questão: LOURAUX 1979: 3-26.

Froma Zeitlin: *"O destino de Íon é, depois de tudo, ser o herói de um mito fundacional, o último na série genealógica do seu oikos maternal. Ele é o herdeiro macho necessário à continuidade da família real e da cidade de Atenas"* (ZEITLIN, *Op. Cit.* p. 288). Adiante a autora afirma que Íon garantirá a "pureza racial" exigida pela ideologia contemporânea dessa cidade onde a peça é performada. Discordamos da autora. Íon não é o autóctone legítimo preconizado pela ideologia cidadã, o que significa dizer que o poeta provocou em sua peça uma ruptura da ideologia dominante que postula a *eugenia.* Para Christian Wolff por um lado a peça é uma glorificação de Atenas; mas por outro representa mais uma nostalgia do passado da cidade depois do desastre da expedição à Sicília: "*Se a peça é considerada patriótica, ela mostra um patriotismo de sorte mais estreita. Atenas não é mais representada como a cidade de refúgio para estrangeiros ou oprimidos como Medeia, Heráclidas, Suplicantes ou Héracles. Nós vemos uma Atenas para os atenienses, insistindo sobre a sua autoctonia e a exclusividade da sua cidadania (cf. 589ss, 673ss, 290ss), uma reflexão de uma atitude nacional mais militante e inflexível, e de uma sugestiva autoafirmação mais intolerante dos últimos anos da guerra.* (Wolff, 1965: 174). Em sua nota de pé de página 12, o autor acrescenta que "*Íon sugere um ponto de vista conservador apoiado pelo exemplo da ênfase contínua do bom nascimento, eugenia* (Idem: 191). Acreditamos que Eurípides vai no sentido inverso, ele não insiste sobre a autoctonia e a exclusividade da cidadania para os atenienses, mas ele lança uma questão para a sua audiência que subjaz o seu texto: até que ponto esse discurso ainda é válido no novo contexto da cidade?

Certamente havia na cidade preocupações políticas correntes relacionadas à cidadania e a presença do estrangeiro. Segundo Louraux, essa discussão:

"está relacionada com o eco dos debates sobre a extensão ou restrição do corpo cívico – debates que foram continuamente reabertos na pólis ateniense no tempo da Guerra do Peloponeso, especialmente durante 412-411 a.C. Mas muito mais do que os debates na assembléia, os discursos no Cerâmico muniam Eurípides com esse modelo, não se pode ter dúvida que era do epitaphioi (discursos funerários) que o poeta – tão apreciador desse tema em particular – tomou emprestado para oposição entre os Atenienses nascidos do seu próprio solo e os demais" (LOURAUX, 1992: 185).

É verdade que a autoctonia intensifica a primazia do parentesco sanguíneo, exclui ou nega a relação com o estrangeiro, mas o encontro com o outro cobre um

grande espectro de possibilidades (ZEITLIN *Op. Cit.* p.332). Isso quer dizer que, se por um lado, nós temos um discurso que demarca a superioridade e a pureza da raça autóctone, temos, por outro, as práticas cotidianas em que as culturas se misturam em colaboração e conflito. Atenas era uma cidade cosmopolita, o centro de uma importante rede de bens, idéias e serviços; por isso, ela necessitava ser tolerante para manutenção do seu poder e das redes das quais dependia (VLASSOUPOULOS, 2007: 36). Para Vlassoupoulos muitas abordagens sobre a democracia ateniense trazem em seu bojo uma forte perspectiva elitista, que apontam para uma divisão social rígida, quando o que podia se vê nos espaços livres era muito mais uma indefinição de identidade. Esses espaços forjavam novas formas de identidade entre cidadãos, estrangeiros, escravos e mulheres que dividiam experiências comuns. Assim, na *ágora,* no local de trabalho, na taverna, na casa, na trirreme e no cemitério, dentre outros, a vida política e a discussão tomavam lugar em contextos diferentes, fora dos espaços institucionais, em que só os cidadãos participavam. (VLASSOUPOULOS, *Op. Cit.* 33-39). O autor foca seu estudo na *ágora,* e faz referências a um bom número de casos em que se verifica essa situação, homens e mulheres de diferentes níveis sociais e econômicos se encontram: trabalham, compram, vendem, conversam, inclusive sobre política (VLASSOUPOULOS, *Op. Cit.* p. 33-39). Escolhemos, para ilustração, uma passagem de Plutarco, relatando como os atenienses souberam da catástrofe na Sicília:

> *"Os Atenienses, eles dizem, não colocaram fé nas primeiras notícias de calamidade acima de tudo por causa do mensageiro que as trouxe. Certo estrangeiro, como parece, desembarcou no Pireu, tomou lugar numa barbearia e começou a discursar sobre o que tinha acontecido, como se os Atenienses já soubessem de tudo. O barbeiro, ao ouvir isso, antes que outros soubessem, correu velozmente para a cidade alta, abordou os arcontes, e mais uma vez contou a história indo à ágora. A consternação e a confusão reinaram, naturalmente, e os arcontes convocaram uma assembleia e trouxeram o homem diante dela. Mas, sendo questionado de quem ele tinha ouvido aquele assunto, ele foi incapaz de dar qualquer resposta clara, e então ficou decidido que ele um espalhador de boatos (logopoiós), e estava tentando*

> *precipitar a cidade num tumulto"* (PLUTARCO, *Vida de Nícias 30, apud* VLASSOUPOULOS *Op. Cit:* p. 42).

Vlassoupoulos diz que é razoável supor que o barbeiro envolvido não fosse um ateniense, caso contrário ele não teria sido torturado[13]. A pessoa que chega a cidade com a notícia é um estrangeiro em visita. Ele vai a uma barbearia e enseja uma discussão política. Ele imaginava que os Atenienses já soubessem do que havia se passado na Sicília e desejava debater sobre as implicações ou as razões para a catástrofe. Um barbeiro, não-cidadão, dá a notícia aos arcontes e começa uma discussão na *ágora* (*Idem:* p. 43).

Outro espaço bastante importante de contato era o Pireu. Lisa Kallet diz que no curso do século V, o porto tornou-se um *emporion* por conta da posição de Atenas como centro imperial. A maior parte da população era de estrangeiros, que aí encontravam boas oportunidades de negócios, mas a estes misturavam-se muitos cidadãos, e não apenas pobres e marginalizados (KALLET 2009: 80ss). Não pretendemos desenvolver por ora esse tópico, mas podemos por um instante pensar na efervescência cultural desse espaço: a fantástica quantidade de pessoas dos mais diferentes lugares circulando, os sotaques, os novos produtos que chegavam (da Sicília, da Itália, do Egito, da Lídia, do Ponto, do Peloponeso, dentre outros[14]), as exportações, os conflitos, os casos amorosos, para não falar da quantidade de oficiais públicos, responsáveis por assegurar o bom funcionamento do porto, recolher impostos e garantir a importação dos grãos em quantidade suficiente para o abastecimento da cidade. Devemos supor que a importância do status de cidadão não deveria ser tão acentuada nesse espaço em que a experiência cotidiana mesclava os mais diferentes atores e as mais diversas práticas.

Íon foi representada dentro do contexto da Guerra do Peloponeso, notadamente, após à expedição à Sicília. Desde o início da Guerra, os atenienses estavam interessados nos negócios sicilianos e Alcibíades é o seu mentor. Ouçamos parte do seu discurso:

"Não devemos defender-nos dos mais fortes apenas quando eles vêm até nós, mas devemos até precaver-nos para que não nos ataquem. Não nos é possível tampouco determinar, como se faz com uma propriedade, as dimensões de nosso império; no

[13] A continuação do relato de Plutarco fala da tortura a que foi submetida o relator até que os mensageiros oficiais viessem com os fatos reais passados na Sicília (PLUTARCO, 30.2, disponível em: http://www.perseus.tufts.edu, acessado em 18/11/2011.
[14] Consultar KALLET 2009.

ponto a que chegamos, é necessário às vezes urdir ameaças, às vezes não ceder, pois em caso contrário correremos o perigo de cair. (TUCÍDIDES VI, 18). O discurso é, ao mesmo tempo para lembrar aos atenienses o que eles já conquistaram e o império em que se transformaram e para alertá-los que o esforço de manutenção deve ser permanente, mas, principalmente as investidas contra os inimigos devem continuar:

> *"Calculando, então, que poderemos até aumentar a nossa força se formos à Sicília, realizaremos a expedição para abater o orgulho dos peloponésios, o que certamente faremos se, desprezando nossa tranquilidade atual, navegarmos para lá, e mostraremos que somos capazes de, ao mesmo tempo, exercer o império sobre toda Hélade (...) Quanto à segurança, ficando lá, se formos bem sucedidos, ou tendo de voltar, nossas naus a garantirão, pois seremos os senhores dos mares, mesmo contra todos os siciliotas juntos* (TUCÍDIDES VI, 18).

Foi esse discurso o vencedor na assembléia que decidiu pela expedição de invasão à Sicília a despeito das considerações feitas por Nícias e do número de exigências que ele levantou para realiza-la (TUCÍDIDES VI, 19-23). Fugindo ao esperado, Atenas sofreu um dos maiores desastres da sua história, o relato de Tucídides é desesperador. Parte do exército havia sido dizimada no rio Assínaros e aqueles que dali escapavam morriam nas mãos dos siracusanos; um sem número de atenienses e aliados foi transformado em escravos. Muitos prisioneiros foram confinados nas pedreiras siracusanas sob o sol e o calor ou baixas temperaturas. Com fome e sede, doentes e feridos morriam à míngua, e o mal cheiro tornava o ambiente mais funesto. Foram setenta dias em que um número não inferior a sete mil pessoas sofreu todas as desventuras possíveis. Nícias e Demóstenes foram executados (TUCÍDIDES, VII, 85-87).

Como ter o alcance da consternação que se abateu sobre os atenienses quando as notícias chegaram à cidade? Ninguém acreditava. Quanto à sensatez da expedição, Moses Finley afirma que é muito difícil julgar, pois o seu relator – Tucídides – teve diferentes pontos de vista no decorrer de sua vida (FINLEY, 1988: p 57).

A situação de Atenas era particularmente grave quando da representação do *Íon.* Em meio a guerra na Sicília, os atenienses tiveram de suportar a invasão da Deceléia em 413 a.C., pelo rei de Esparta, Ágis, que aí instalou uma guarnição permanente.

Retomando o que dissemos inicialmente, a tragédia engloba tanto o material mítico quanto o pensamento social próprio da cidade. Acreditamos que Eurípides ao encenar a sua tragédia no palco ateniense estivesse a cada passagem refletindo junto com a sua audiência sobre a história atual da cidade de Atenas e se interrogando sobre o futuro. O discurso autóctone ressoava vazio em uma sociedade que "englobava" atenienses e não atenienses e clamava pela abertura política. Finalmente, façamos uma ressalva, nosso estudo encontra-se em fase embrionária, aberto por óbvio a sugestões e críticas, todas muito bem vindas.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES, Poética, Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1993.

BIEBER, Margarete. *The History of the Greek and Roman Theater*. Londres : Princeton University Press, 1961.

EURÍPIDES *Íon.* Trad. Manuel de Oliveira Pulquério e Maria Manuela Álvares *In Alceste, Andrômaca, Íon, As Bacantes.* Direção de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Verbo, 1973.

_____. *Íon. Disponível em* http://www.perseus.tufts.edu/hopper/.

FINLEY. *A Política no Mundo Antigo.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

FLORENZANO. Maria Beatriz. *Nascer, Viver e Morrer na Grécia antiga.* São Paulo: Atual, 1996.

KALLET, Lisa. *The Athenian economy In* SAMONS II, Loren J. *The Cambridge Companion to the age of Pericles.* Boston University: Cambridge University Press, 2009.

KITTO, H. D. F. *Tragédia Grega - Estudo Literário.* Vol. II. Coimbra: Armenio Amado: 1990.

LOURAUX, Nicole. *L'autochtonie: une topique athénienne. Le mith dans l'espace civique.* In: Annales. Économies, Societés, Civilisatons. 34e année, N. 1, 1979: pp. 3-26.

_____. Nothing to do with Dionysos? Athenian Drama in its Social Context. Princeton University Press PUP, 1992.

MARTIN, Roland. *Os edifícios de ginástica e os teatros. In L' Urbanisme dans la Grèce Antique.* Tradução de Silvana Trombetta. Disponível em www.mae.usp/labeca. Acessado em Junho 2008.

MASTRONARDE, Donald. *Iconography and imagery in Euripides' "Íon".* California Studies in Classical Antiquity, Vol. 8: 1975, pp. 163-176.

PLUTARCO, 30.2, disponível em: http://www.perseus.tufts.edu, acessado em 18/11/2011.

TUCÍDIDES. *A Guerra do Peloponeso.* Brasília: UNB, 1999.

VERNANT, Jean Pierre & VIDAL NAQUET, Pierre. *Mito e Tragédia na Grécia antiga.* São Paulo: Brasiliense, 1977.

VERNANT, Jean Pierre. *As Origens do Pensamento Grego.* São Paulo: Difel, 1986.

VLASSOUPOULOS, K. *Free Spaces: identity, Experience and Democracy in Classical Athens.* Classical Quartelt, 57.1, 2007, pp.33-52.

WOLFF, C. *The Design and mith in Euripides' Íon,* Harvard Studies in Classical Philology 69, 1965, 169-194.

ZEITLIN, Froma. *Mysteries of Identity and Designs of the Self in Euripides' Ion. In*

ZEITLIN, Froma. *Paying the other: Gender and Society in Classical Greek Literature.* University of Chicago Press, 1996, pp. 285-338.

DE IMIGRANTE POBRE A PEQUENO INDUSTRIAL NO INTERIOR PAULISTA: A FORMAÇÃO DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL EM RIBEIRÃO PRETO E FRANCA (1890-1960)

Marco Antonio Brandão
Pós-Doutorando UNESP/FAPESP/LabDES
maranbrand@yahoo.com.br

Palavras-chave: imigrantes pobres, industrialização, empresariado industrial, Ribeirão Preto, Franca.

Introdução

As gerações mais novas de estudiosos ou um público não familiarizado com a literatura acadêmica sobre a industrialização brasileira, muitas vezes, não conhecem o debate ocorrido no âmbito das Ciências Humanas, ao longo das décadas de 1970 e 1990, responsável por discutir a origem do empresariado industrial no Brasil (entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX). Dessa discussão, surgiram grandes referências sobre o assunto e, ao mesmo tempo, cristalizou uma interpretação sobre o processo econômico desenvolvido na cidade de São Paulo. Ao falarmos de indústria e empresariado dessa época, somos direcionados à capital paulistana, como se o fato em tal localidade fosse um retrato cristalino do Brasil para o período. Entretanto, o surgimento da indústria no interior paulista, mais propriamente nas cidades de Ribeirão Preto e Franca, assumiu contornos os mais distintos em relação ao modelo cunhado para a capital. No caso dessas cidades, o imigrante humilde teve uma participação decisiva na constituição da classe dos industriais.

Assim, num primeiro momento, rememoramos os principais aspectos do debate responsável por fazer da capital paulistana um símbolo da industrialização brasileira no início do século XX. Posteriormente, apresentamos os resultados de nossas pesquisas (tanto de Doutorado, quanto de Pós-Doutorado) sobre a importância dos imigrantes pobres para o desenvolvimento econômico de duas cidades interioranas paulistas: Ribeirão Preto (possuidora de uma industrialização embrionária norteada pelo empreendimento modesto de estrangeiros em um núcleo colonial) e Franca (onde originou-se o polo calçadista, pela iniciativa de sapateiros humildes).

Revisitando a literatura sobre a formação do empresariado industrial no Brasil (1890-1930)

A discussão sobre a formação do empresariado industrial no Brasil, no período em que analisamos, pode parecer para alguns um tema já recalcado e constituir o senso comum para aqueles que têm um mínimo de conhecimento sobre o assunto. Porém é relevante uma breve abordagem para ressaltarmos as principais nuances, difíceis de serem generalizados para além da cidade de São Paulo.

Partimos da interpretação de Caio Prado Júnior[1], segundo a qual o processo de industrialização culminou, no início do século XX, na proliferação de pequenas unidades fabris. Ao analisar os dois censos industriais nacionais (1907 e 1920), o autor constatou ser tal setor da economia sustentado por pequenas instalações, cujos proprietários eram imigrantes que, a princípio, empregaram recursos insignificantes em seus empreendimentos e por conta dos lucros dos momentos prósperos e por um padrão de vida regido pela economia, conseguiram obter algum sucesso.[2]

Fernando Henrique Cardoso[3] não acreditou serem as indústrias existentes no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, capazes de capitanear o desenvolvimento econômico da segunda metade do século. Essa incapacidade devia-se ao fato da administração das mesmas não seguir um padrão racional e profissional adequado. O grupo imigrante e setores oriundos da burguesia rural, juntamente a outros grupos da nova classe média urbana, compuseram a matriz social desse empresariado industrial. A mentalidade arcaica deste somente foi quebrada, quando se iniciou a inversão de capitais estrangeiros na indústria brasileira, depois de 1950, e entrou em cena a figura do administrador profissional.[4]

Em meados da década de 1960, depois de um extenso estudo das maiores unidades fabris paulistanas, Luiz Carlos Bresser Pereira[5] constatou que 31,2% dos diretores eram de origem italiana, outros 48,8% eram originários de outros países estrangeiros – todos possuíam pais ou avôs nascidos fora do Brasil. Apenas 20% dos diretores eram de procedência nacional. Outra conclusão da pesquisa diz respeito à origem social dos diretores, os dados levantados permitiram concluir que a maioria dos entrevistados (71,5%) era oriunda da classe

[1] PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 37ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.
[2] Ibid. p. 265.
[3] CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
[4] Ibid. p. 82.
[5] BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

média.[6] Apenas 7,5% pertenciam à classe baixa.[7] Ao questionar sobre a procedência social de pais e avôs dos diretores, Bresser Pereira constatou ter havido uma mobilidade social intergeracional.[8]

Warren Dean[9] cunhou a concepção de *burguesia imigrante*[10], ou seja, indivíduos estrangeiros que se estabeleceram no Brasil, a princípio como representantes de empresas estrangeiras e, posteriormente, passaram a fabricar os produtos por eles importados. Quanto ao empresariado industrial nascido no Brasil, Dean sustenta a predominância dos cafeicultores, ou seja, a "[...] quase totalidade dos empresários brasileiros veio da elite rural. Por volta de 1930, não havia um único fabricante, nascido no Brasil, originário da classe inferior ou da classe média, e muito poucos surgiram depois."[11] O imigrante pobre, segundo Dean, "[...] tinha pouca probabilidades de elevar-se acima da classe inferior; quando muito poderia chegar ao nível do comércio varejista ou das oficinas mecânicas."[12]

O estudo de Sérgio Silva[13] corroborou as teses de Dean. Para Silva, a indústria no Brasil já nasce grande, mecanizada, emprega centenas ou milhares de empregados. Os responsáveis por tal implantação foram os importadores, ou nas palavras de Silva: "[...] a principal fração da burguesia industrial brasileira, chega ao Brasil como imigrante no final do século XIX ou início do século XX e trabalha como importador"[14]. Juntamente a estes, existiram os cafeicultores que viram na indústria uma oportunidade de inversão de capitais e ajudaram a compor o empresariado industrial nascente no país.[15]

José de Souza Martins[16] não concordou com o argumento da indústria brasileira já ter nascido grande. Para ele, não é possível desconsiderar a existência dos pequenos estabelecimentos, pois mesmo com suas limitações técnicas e econômicas, eles buscavam atender internamente à demanda de produtos. Porém fracassaram, quando a dinamicidade da economia lhe impôs mercadorias qualitativamente melhores e em quantidade superior. A

---

[6] Os resultados da pesquisa informam que 21,5% pertenciam à classe média superior (principal característica é a educação superior e a profissão liberal do pai; a situação econômica da família é em geral rica, eventualmente remediada). Cerca de 30% pertenciam à classe média (formada de famílias de situação econômica remediada, com pais de educação secundária, em geral, exercendo profissões tais como funcionário público de nível médio, comerciante, industrial ou agricultor de nível médio). E 20% pertenciam à classe média inferior (constituída de famílias em geral pobres ou no máximo remediadas, educação do pai geralmente primária, eventualmente ginasial, profissão do pai, comerciário, bancário, pequeno comerciante, industrial ou agricultores). BRESSER PEREIRA, op. cit. p. 110.
[7] Ibid.
[8] Ibid. p. 124.
[9] DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
[10] Ibid. p. 26.
[11] Ibid. p. 54.
[12] Ibid. p. 59.
[13] SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** 8ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1995.
[14] Ibid. p. 90.
[15] Ibid. p. 91.
[16] MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1979.

grande indústria não seria necessariamente fruto da ação individual, mas de pessoas consorciadas. Martins chamou de *mito* a possibilidade de imigrantes destituídos de recursos terem ascendido à condição de industriais. A história do estrangeiro pobre que enriqueceu com seu trabalho árduo fora apenas um estratagema dos patrões para fazer os operários trabalharem mais para enriquecê-los.[17]

Poderíamos estender essa análise a tantos outros autores[18], todavia, os citados já bastam para exemplificarmos o papel dado a cada classe, ou grupo social no processo de constituição do empresariado industrial. Com pouca exceção, a *burguesia imigrante* e a *burguesia rural* são as matrizes sociais da *burguesia industrial*. Os imigrantes humildes serviram, basicamente, como mão de obra. Quando analisamos a indústria existente na cidade de São Paulo, essas conclusões são pertinentes, no entanto, acreditamos ser a generalização desse fenômeno para o restante Estado de São Paulo um tanto complexa. Nas cidades interioranas, tal processo possuiu contornos diferenciados, especialmente pelo fato de praticamente tudo nessas cidades, no início do século XX, estar ainda por fazer. Justamente nesse período, muitos imigrantes estavam se radicando nessas localidades, trazendo, além de suas poucas posses, algum *saber-fazer* – conhecimento imprescindível para aqueles que ascenderam socialmente na nova sociedade.

A pequena indústria como forma de mobilidade social para imigrantes pobres

No tópico anterior, averiguamos a origem social do empresariado industrial brasileiro. No entanto, acreditamos que a pequena indústria, muitas vezes formada pelo emprego da mão de obra familiar ou poucos operários, serviu como instrumento de mobilidade social para imigrantes pobres. Estes, ao contrário de uma *burguesia imigrante*, não possuíam muitos recursos econômicos, mas trouxeram consigo, para o Brasil, algum tipo de *saber-fazer* (não possuído pelos brasileiros pobres, escravos, ex-escravos). Na Europa, no inverno, os camponeses ocupavam seu tempo com os mais diversos afazeres, especialmente para terem suas necessidades básicas (moradia, locomoção, roupas, sapatos, ferramentas, dentre outras) atendidas por uma produção doméstica. Ao chegarem ao Brasil, um número considerável

[17] MARTINS, p. 148.
[18] Como João Manuel Cardoso de Mello que afirmou que "[...] a burguesia cafeeira não teria podido deixar de ser a matriz social da burguesia industrial, porque era a única classe dotada de capacidade de acumulação suficiente para promover o surgimento da grande indústria" – MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 143. Wilson Cano também sustentou que a indústria no Brasil não surgiu, por meio de um processo de transformação da produção artesanal e manufatureira para a industrial – CANO, Wilson, **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4ª edição. São Paulo: Unicamp/IE, 1998, p. 224-225.

dessas pessoas possuía habilidades as mais diversas e algumas souberam tirar proveito desse *saber-fazer*, pois na nova sociedade eram poucas, ou mesmo não havia pessoas com tais atributos.

Ao comparar a mobilidade social de imigrantes italianos no Brasil, Argentina e Estados Unidos, Herbert Klein[19] sustentara ter sido tal fenômeno condicionado ao momento de chegada desses estrangeiros às sociedades de destino. Os italianos chegaram para participar do processo de *revolução industrial e agrícola* nos Estados Unidos, quando lá já estavam instalados os norte-europeus e muitas gerações de nacionais. Desta forma, não foram muitas as opções disponíveis naquela sociedade, as melhores ocupações já estavam preenchidas. Por essa razão, os italianos tiveram que se concentrar em velhas cidades portuárias do Leste (Boston, Nova Iorque e Filadélfia), exercendo atividades pesadas e pouco remuneradas. Esse momento de chegada aos Estados Unidos fez com que várias gerações ficassem estagnadas como membros da classe trabalhadora.[20] Segundo Klein, um fenômeno completamente diferente ocorre com os italianos aportados na Argentina e no Brasil. Nestas sociedades, não havia nenhuma grande concorrência com outras etnias, eles tiveram condições de se empregar e acumularem recursos, sobretudo no meio urbano. Ou nos dizeres de Klein: "[...] os italianos nessas duas nações passaram rapidamente a compor as novas classes médias que estavam sendo geradas e, já na segunda geração, muitos deles se colocavam muito acima do *status* dos pais."[21]

Samuel L. Baily[22], num estudo semelhante ao de Klein, chegou aos mesmos resultados, ao comparar os imigrantes italianos em Buenos Aires e Nova Iorque. Baily constatou ter sido a participação destes preponderante na instalação de indústrias e no comércio portenho, no final da década de 1880, pois não encontraram concorrência, inclusive dos portenhos, para se instalarem nas melhores ocupações. Já em Nova Iorque, no mesmo período, todas as boas oportunidades de emprego já estavam ocupadas, por isso, restaram a esses imigrantes ofícios como os de barbeiros, sapateiros, mascates, entre outros.[23] Por conta do momento de sua chegada a Buenos Aires e da dinamicidade de sua economia, eles tiveram condições de acumular recursos para ser maioria entre os proprietários de pequenas indústrias e casas comerciais.[24]

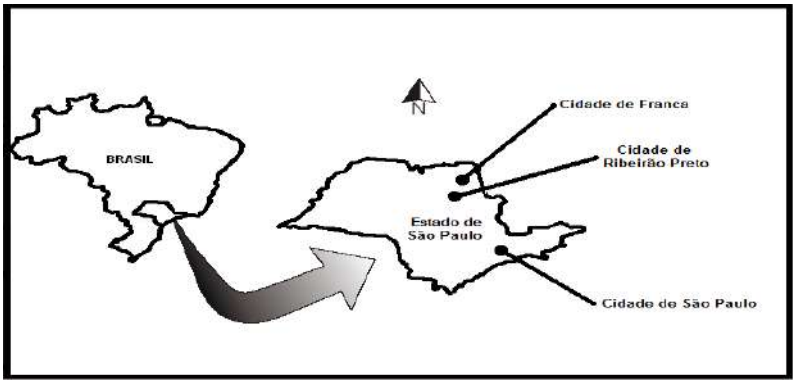
---

[19] KLEIN, Herbert S. *Migração internacional na história das Américas*. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Ed.Usp, 2000, p. 28-29.
[20] Ibid. p. 29.
[21] Ibid.
[22] BAILY, Samuel L. *The adjustment of Italian immigrants in Buenos Aires and New York (1870-1914)*. **The American Historical Review**, v. 88, n. 2, p. 281-305, april, 1983, p. 281-305.
[23] Ibid. p. 285.
[24] Ibid.

Situação semelhante é encontrada no Brasil, quando da expansão cafeeira pelo interior do Estado de São Paulo. Os imigrantes encontraram sociedades que principiavam seu desenvolvimento, por isso, todas as principais ocupações da economia – com a exceção das funções que exigiam grandes somas de capital, compatíveis à riqueza das elites agrárias – estavam para serem ocupadas. Com isso, exercer um ofício urbano não era algo impeditivo a um imigrante possuidor de algum *saber-fazer*, pois lhe bastava um teto improvisado, poucos auxiliares e, principalmente, um mercado para vender seus produtos. Foi exatamente isso o encontrado por aqueles que se dirigiram às cidades de Ribeirão Preto e Franca. Na primeira, o processo de industrialização se originou dentro de um núcleo colonial, criado para atrair mão de obra imigrante para a lavoura cafeeira. Enquanto na segunda, os indivíduos de origem estrangeira tiveram um papel de destaque na constituição do polo calçadista na cidade.

Imigrantes pobres e pequena indústria nas cidades de Ribeirão Preto e Franca (1890-1960)

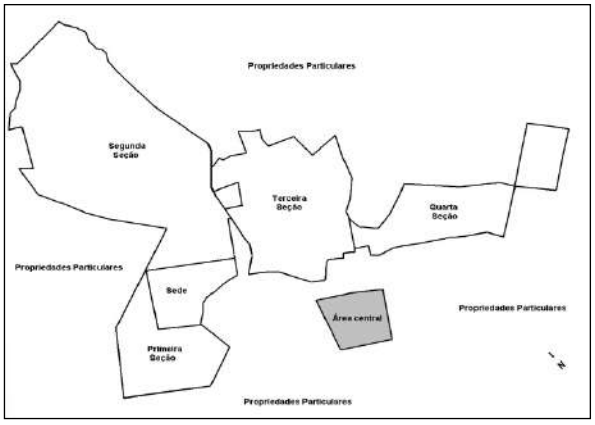
As cidades paulistas de Ribeirão Preto (a 336 quilômetros de distância da cidade de São Paulo) e Franca (a 90 quilômetros de Ribeirão Preto) obtiveram expressividade com a expansão cafeeira pelo Oeste do Estado de São Paulo.[25] Inclusive, Ribeirão Preto tornou-se um dos principais polos produtores de café, no momento do auge deste grão. A economia francana foi também bastante influenciada por esse produto, no entanto, a pecuária nessa cidade manteve sempre sua importância e deu origem a outro segmento que seria, posteriormente, o principal diferencial econômico do município, o setor coureiro-calçadista.



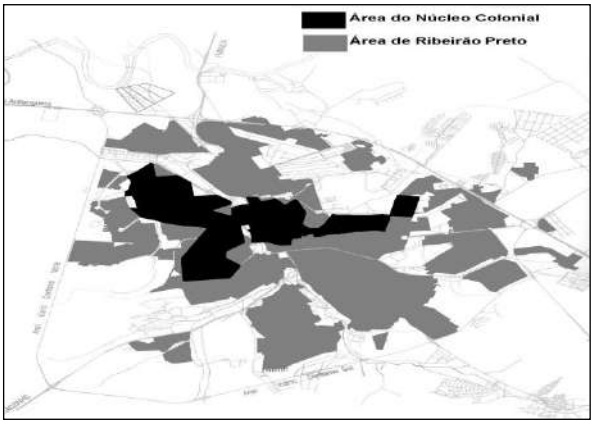
Mapa 01 – localização das cidades de Ribeirão Preto e Franca
Fonte: Adaptado do Instituto Geográfico e Cartográfico (2002)

[25] BACELLAR, Carlos de A. P. & BRIOSCHI, Lucila (orgs.). **Na estrada do anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 1999.

Em 1902, aproximadamente 63% da população de Ribeirão Preto era estrangeira.[26] De um total de 52.929 habitantes, 27.765 eram italianos provenientes da região do Vêneto.[27] Essa concentração de imigrantes é facilmente explicada pela importância deste município para a economia cafeeira. Tanto que, em 1887, o governo do Estado de São Paulo criou o Núcleo Colonial Antonio Prado nessa localidade para atrair mão de obra para perto dos cafezais. Os candidatos a proprietários de um dos lotes do núcleo colonial, necessariamente não precisavam ter dinheiro, mas apresentar condições para tornar a terra produtiva – por meio de uma produção urbana (industrial), ou rural (hortifrutigranjeiros) –, pois seria do comércio desta produção que os colonos tirariam os recursos para pagar suas propriedades. Conforme observamos no Mapa 02, diferente de outros núcleos coloniais instalados muito distantes de centros urbanos, em Ribeirão Preto, o núcleo ficava próximo ao centro comercial da cidade. Por conta disso, iniciou-se nesse local um processo de industrialização embrionária, cuja principal característica consistia nas pequenas indústrias instaladas pelos imigrantes.



Mapa 02 – Localização do Núcleo Colonial em relação ao centro da cidade de Ribeirão Preto (1887)



Mapa 03 - Área do Núcleo Colonial Antonio Prado na atual malha urbana de Ribeirão Preto

Fonte: Dados obtidos a partir dos originais de SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto**: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008, capítulo 02.

O Núcleo Colonial Antonio Prado foi emancipado do governo do Estado de São Paulo em 1893. Nesse ano, a maioria dos colonos terminou de pagar as prestações de seus lotes.

[26] Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo Prefeito Municipal Dr. Manoel Aureliano de Gusmão, na Sessão de 10 de janeiro de 1903. São Paulo: Duprat & Comp. 1903. APHRP – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

[27] CINTRA, Rosana Aparecida. **Italianos em Ribeirão Preto:** vinda e vida de imigrante (1890-1900). 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Franca, 2001, p. 72-73.

Com isso, a área do referido núcleo, assim como as atividades econômicas lá desenvolvidas foram incorporadas ao município. Constatamos pelo Mapa 03 acima, que tal incorporação foi de grande importância para a cidade, pois a mesma se expandiu, a partir da área do antigo núcleo. Depois do fim deste, os imigrantes continuaram a ter acesso a terra, pois houve a fragmentação dos lotes em terrenos menores e sua especulação no mercado imobiliário da cidade. O acesso a terra, mediante financiamentos, disponíveis na rede bancária e imobiliária da cidade, e a possibilidade de instalar um pequeno negócio, continuaram a orientar a existência das pequenas indústrias em Ribeirão Preto até 1930.

Por serem fruto de modestos investimentos, esses estabelecimentos possuíam como uma de suas principais características a importância do trabalho artesanal. O pequeno industrial dispunha de poucos auxiliares, um maquinário essencial para aprimorar o trabalho de suas mãos – o essencial para a produção ele trazia em si mesmo, isto é, o *saber-fazer*. Para exemplificarmos tal empreendimento, tomemos a descrição abaixo da fábrica de carroças da família Golfetto, descrição esta pautada nos registros encontrados em um inventário *post mortem* de um dos familiares. Como vemos, o estabelecimento era modesto, no entanto, fora suficiente para garantir não apenas a subsistência da família, mas a aquisição de outros imóveis na cidade:

> Um lote de terra no Núcleo Colonial Antonio Prado; um terreno na Fazenda Ribeirão Preto abaixo, no lugar denominado Tanquinho... "onde tem uma officina de ferraria e carpintaria e uma pequena casa de morada." ..."Uma casa grande para officina construída de tijolos coberta de telhas com três compartimentos e uma porta grande e uma janela"; uma casa de morada; uma casa de morada; "uma outra casa construída de tijolos, coberta de telhas (nos fundos da supra) com três compartimentos com um portão e duas janelas; um moinho.
>
> MÓVEIS E FERRAMENTAS EXISTENTES NA CASA DE OFFICINA:

BENS	VALORES
Primeiro: um banco de carpinteiro...	20.000 réis
Segundo: um dito para carpinteiro com prensa...	25.000 réis
Terceiro: um dito com torno...	100.000 réis
Quarto: um dito com torno para furar ferro...	300.000 réis
Quinto: um dito com torno para limar ferro...	80.000 réis
Sexto: um foller grande...	20.000 réis
Sétimo: uma bigorna...	15.000 réis
Oitavo: seis atanazes, duas marretas e dois martelos...	20.000 réis
Nono: sete maçanetas, duas chaves, sendo uma inglesa...	10.000 réis
Décimo: [grafia ilegível]...	10.000 réis
Décimo primeiro: uma serra portuguesa e uma mesa para jantar...	18.000 réis
Décimo segundo: quatro rodas para carroça, obra de madeira, não	

ferradas...	70.000 réis
Décimo terceiro: duas outras rodas para carroça sem cambotas e duas armações para carrinhos...	50.000 réis

Fonte: Processo de Inventário *Post Mortem* de Maria Pissanelli, inventariante Orestes Guilherme Golfetto, substituído por seu pai Marco Golfetto, 1903. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – APHRP.

A partir desses parâmetros, buscamos comprovar a potencial origem italiana e humilde desse empresariado industrial de Ribeirão Preto. Para isso, utilizamos uma pesquisa empírica com base em documentação fiscal. Esta se constituiu nos Alvarás de Licença de Ribeirão Preto (1891-1902), Livros de Registros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões de Ribeirão Preto (1899-1930), no Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904), Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo (1928, 1929, 1930) existentes no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Essas fontes não dispunham das nacionalidades das pessoas às quais faziam referência, por isso, adotamos como critério a análise dos sobrenomes, haja vista a peculiaridade dos sobrenomes italianos.

O acesso aos registros de grande parte das atividades industriais, comerciais e profissionais existentes em Ribeirão Preto, entre 1890 a 1930, proporcionou-nos selecionar, por ano fiscal ou de concessão de alvará, todas as indústrias. Dessa primeira seleção, destacamos todos os proprietários com sobrenomes italianos; assim, comparamos quantitativamente a presença dos proprietários de origem italiana em relação aos proprietários brasileiros ou de outras nacionalidades.

As fontes apresentavam recortes temporais nos quais a documentação não estava completa. Além disso, para o ano de 1899, há dois livros com teor semelhante – registros de empresas. Porém acreditamos que um deles se trata de uma inspeção *in loco* dos estabelecimentos. Por isso, na Tabela 01 consta, além dos dados coletados, o tipo de documentação e se estava completa ou não.

Tabela 01 – Registros gerais de pequenas indústrias (1890-1930)

Documentos	Amostras	Total de indústrias	%	Origem Italiana	Origem Italiana
Alvarás de Licença	2.328	446	19,15%	202	45,29%
Livros de Impostos – documentação completa	6.598	1.222	18,52%	701	57,36%
Livros de Impostos – documentação incompleta	4.150	647	15,59%	346	53,47%
Livro de Impostos – 1899	2.145	360	16,78%	207	57,5%
Total	**15.221**	**2.675**	**17,57%**	**1.456**	**54,42%**

Fonte: APHRP – Alvarás de Licença (1891-1902); Anuário Comercial do Estado de São Paulo (1904) e Livros de Impostos sobre Indústria, Comércio e Profissões (1899-1930).

Pela análise dos resultados globais, de 15.221 registros, 2.675 eram de pequenas indústrias, ou 17,57% do total. Desse montante, 54,42% possuíam como proprietárias pessoas de origem italiana. Dos 1.452 registros de pessoas com sobrenomes italianos, excluindo os registros fantasias e os registros repetidos, obtivemos 752 registros.[28] De posse dos nomes daqueles que foram industriais, faltava-nos comprovar a origem humilde dos mesmos. A documentação que poderia nos fornecer dados sobre essas pessoas, quando ainda eram bastante jovens, foram os *Livros de Registros de Casamentos*, pois geralmente se casava muito cedo, logo após a adolescência. Com isso, havia a possibilidade de muitos terem declarado a profissão exercida ainda na Itália. Dos 752 nomes, encontramos 107 casados em Ribeirão Preto. Com base nesses registros de casamentos, determinamos as nacionalidades dos noivos, suas profissões, assim como as ocupações dos padrinhos, testemunhas dos casamentos. Os resultados referentes à nacionalidade dos noivos apresentam-se na Tabela 02.

Tabela 02 – Nacionalidade dos noivos

Nacionalidade	Noivos
Italiana	81
Brasileira	17
Austríaca	06
Espanhola	01
Não declarada	02
Total	**107**

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Dos 17 noivos de nacionalidade brasileira, 10 eram filhos de italianos (primeira geração nascida no Brasil), e de 7 noivos, a documentação não fornece a nacionalidade dos seus pais, mas pelos sobrenomes, não fica difícil evidenciarmos a origem de seus pais: Giacheto, Franzoti, Codognotto, Ferracini, Codogno, Casanova, Grandini.

Os registros de casamentos contêm as profissões dos noivos e das testemunhas; com base nisso, estabelecemos algumas divisões na pesquisa. Assim, primeiramente selecionamos os *noivos trabalhadores*, cujas testemunhas ou padrinhos, com poucas exceções, eram também *trabalhadores*. Comumente, as pessoas convidam para seus padrinhos aquelas mais próximas de seu círculo de convivência, assim as profissões dos padrinhos de um *noivo trabalhador*, podem comprovar a origem modesta de seu afilhado. Num segundo momento, analisamos *noivos trabalhadores*, cujos padrinhos exerciam atividades que não eram, necessariamente, próprias de trabalhadores. Posteriormente, investigamos poucos registros de *noivos não trabalhadores* com *padrinhos trabalhadores*. Finalmente, analisamos os *noivos*

[28] Por analogia, essa proporção também ocorre nos demais estabelecimentos e para as outras etnias encontradas na documentação.

não trabalhadores, assim como, a distinção profissional dos padrinhos dos mesmos – essa última análise configurou um setor social mais elitizado de nossa amostra.

Na primeira categoria analisada, *noivos trabalhadores* e testemunhas também *trabalhadores*, houve 57 registros (a maioria) que se enquadraram nessa condição; 42 registros são de pessoas de nacionalidade italiana, 11 brasileiros e 04 de austríacos. Mas como já evidenciamos, quase a totalidade dessas pessoas era de origem italiana.

A Tabela 03 nos fornece o sobrenome do noivo, a profissão no momento do casamento e o ramo de negócio estabelecido em Ribeirão Preto. Muitas dessas pessoas mantinham seu estabelecimento com base no conhecimento de que dispunham. Esses 57 indivíduos, na época do seu casamento, tiveram como padrinhos, pessoas que exerciam profissões semelhantes às suas, ou seja, eram também trabalhadores. Fica, com isso, caracterizada a ascensão social dessas pessoas à condição de pequenos industriais.

Tabela 03 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido I

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Guadagnucci	Ferrador	Ferraria
Rossi	Carpinteiro	Oficina de carpintaria; Carpinteiro; Oficina de marceneiro; Fábrica de móveis
Gabrielesco	Operário	Camas e fábrica de colchão
Giachetto	Mecânico	Fundição de bronze
Bevilaqua	Lavrador	Fábrica de carroças
Franzoli	Pedreiro	Latoeiro; Funileiro
Codoguate	Alfaiate	Tintureiro
Pissi	Lavrador	Tanoeiro
Ristori	Pedreiro	Construtor
Sarti	Padeiro	Padaria
Zaccaro	Sapateiro	Oficina
Veronezi	Funileiro	Funileiro
Andretto	Mecânico	Oficina e garagem; Reparação de automóveis
Faccioli	Carpinteiro	Marceneiro; Fábrica de móveis
Barillari	Marceneiro	Oficina; Oficina de carpintaria; Carpinteiro
Favaro	Ferreiro	Fábrica de carroças
Mantangulo	Sapateiro	Fábrica de calçado; Fábrica a eletricidade de calçado
Petri	Lavrador	Fábrica de bebidas
Schibolla	Carpinteiro	Fábrica de cerveja; Fábrica de cerveja e licores
Ricco	Ferreiro	Fábrica de macarrão
Mazzoni	Padeiro	Padaria; Secos e molhados e padaria
Veronezi	Trabalhador rural	Oficina de carpintaria; Fábrica de cadeira de palha
Golfetto	Carpinteiro	Fábrica de carroças
Giacomo	Carpinteiro	Olaria
Martelli	Carpinteiro	Fábrica de carroças
Zaparolli	Carpinteiro	Confeitaria
Bárbara	Oleiro	Fábrica de carroças
D´Andréa	Pedreiro	Construtor
Giachetti	Empregado no comércio	Padaria
Morini	Tintureiro	Tintureiro
Rossi	Colono	Tintureiro

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Vecchi	Ferreiro	Garagem e oficina; Oficina e garagem
Chiarelli	Lavrador	Oficina de carroças
Codogno	Empregado da Cia. Mogiana	Funileiro
D´Urze	Entalhador	Marceneiro
Dompietro	Pedreiro	Construtor
Martinelli	Lavrador	Balas, bombom, caramelos, etc.
Santi	Alfaiate	Tintureiro
Formici	Lavrador	Engenho
Gallo	Ferreiro	Fábrica de macarrão; Fábrica de carroças
Bombonato	Carroceiro	Construtor
Coradasi	Ferreiro	Ferreiro c/estabelecimento
Milano	Oleiro	Olaria
Santis	Mecânico	Oficina serralheiro
Lucca	Ferreiro	Fábrica de carroças; ferreiro
Giroto	Roceiro	Construtor
Giroto	Carroceiro	Construtor
Lepera	Tintureiro	Tintureiro
Lepera	Tintureiro	Tintureiro
Marzola	Lavrador	Confeitaria
Grimald	Pedreiro	Padaria
Somma	Empregado na Cia. Mogiana	Fábrica de massas; funileiro
Soriani	Tintureiro	Tinturaria
Barillari	Marcineiro	Marceneiro; oficina; oficina de carpintaria; móveis em geral; Oficina de marceneiro com motor; fábrica de móveis
Cabacci	Trabalhador	Olaria
Golfeto	Oleiro	Olaria
Sachi	Lavrador	Fábrica de cerveja/botequim 2a.

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Na análise de outra amostra, há 13 noivos de origem trabalhadora. Destes, 11 eram oriundos da Itália e 02 de nacionalidade brasileira. Contudo, o que chama a atenção, nesses registros, é a profissão de não trabalhador das testemunhas. Averiguamos a profissão dessas pessoas na época do casamento e o ramo de indústria desenvolvido, por meio da tabela 04.

Tabela 04 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido II

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Marsolla	Lavrador	Confeitaria
Millanesse	Colono	Olaria
Meneguini	Ferreiro	Ferraria
Spano	Pedreiro	Construtor
Barichello	Carroceiro	Fabrica de sabão comum
João Batalha	Marceneiro	Marcenaria
Ferracini	Padeiro	Padaria
Barilari	Marcineiro	Carpintaria; fábrica de portas, janelas, batentes, caixilhos, etc.
Maio	Lavrador	Fábrica de caramellos

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Ferreri	Carpinteiro	Construtor
Casanova	Marceneiro	Móveis em geral
Barichelli	Trabalhador	Fábrica de sabão
Lania	Barbeiro	Fábrica de ladrilhos

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Como inferimos pelos dados da Tabela 05, para outro grupo analisado, quatro noivos não eram *trabalhadores*. Nesse caso, chamou-nos a atenção o fato de os seus padrinhos serem trabalhadores ou empregados assalariados.

Tabela 05 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido III

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Abbade	Proprietário	Tintureiro
Scavalite	Negociante	Moinho
Rossetti	Comerciante	Confeitaria
Grandini	Comerciante	Fábrica de móveis

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

No restante da amostra, com exceção de dois registros em que não se declarou a profissão dos noivos, há 31 registros, nos quais, tanto noivos, quanto a grande maioria das testemunhas não eram trabalhadores.

Do conjunto dos 31 registros, a grande maioria de noivos, ou 26 eram de nacionalidade italiana, 3 de nacionalidade brasileira e 2 de nacionalidade austríaca. Quando comparamos a profissão que exerciam no momento do casamento e o ramo de indústria estabelecido em Ribeirão Preto, encontramos os resultados contidos na Tabela 06.

Tabela 06 – Sobrenome, profissão na época do casamento e ramo de indústria estabelecido IV

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Bianchi	Industrial	Fundição; Serralheiro; Serralheria; Oficina mecânica; Serralheiro; Fundição e serralheria; Oficina mecânica; Serralheiro; Fundição; Oficina mecânica; Oficina mecânica; Rodas d´água, engenho para cana, etc.; Rodas d´água, engenhos para cana e moinhos de fubá; Engenhos para cana, rodas d´água, etc.; Fundição
Roselli	Industrial	Marmoristas
Sassi	Negociante	Fábrica de cerveja
Barberi	Marmorista	Marmorista
Pital	Industrial	Fábrica de sabão

Sobrenome	Profissão quando do casamento	Ramo industrial estabelecido
Acero	Negociante	Fábrica de charutos; Fábrica de cigarros; Fábrica de charutos e botequim
Millani	Negociante	Olaria
Galli	Negociante	Fábrica de bolachas
Terrere	Empreiteiro de obras	Fábrica de ladrilhos
Fassi	Negociante	Padaria
Morantini	Médico	Padaria; Secos e molhados e padaria
Martinelli	Negociante	Refinação de açúcar; Torrefação de café
Rigon	Comerciante	Marceneiro
Martini	Fundidor	Carpinteiro; Fábrica de tintas; Tintas para sapateiro
Castelli	Frentista	Construtor
Flechatte	Negociante	Fábrica de sabão
Rossi	Cervejeiro	Tintureiro
Cagnolato	Negociante	Padaria
Dompietro	Construtor	Construtor
Luchesi	Negociante	Fabrica de cerveja
Martinelli	Comerciante	Balas, bombom, caramelos, etc.
Bonate	Comerciante	Fábrica de bebidas
Barillari	Tipógrafo	Tipografia; papelaria
Fiorentini	Negociante	Padaria
Cavichiali	Cervejeiro	Fabrica de cerveja
Bertoldi	Industrial	Fábrica de cerveja; Cerveja de alta fermentação, licores, gasosas, xaropes, etc.
Spadone	Negociante	Garagem e oficina; Parafusos e buchas para automóveis
Manfrine	Negociante	Moinho
Malerba	Comerciante	Fábrica de cerveja
Malerba	Industrial	Fábrica de cerveja
Rizzi	Negociante	Macarrão de diversas qualidades

FONTE: Livros de Registros de Casamentos do 1º. Cartório Cível de Ribeirão Preto (1890-1930).

Na conclusão da análise sobre Ribeirão Preto, na amostra de 107 industriais, 70 se declararam trabalhadores, no momento de seu casamento. Destes, uma grande parte teve como padrinhos, pessoas que também eram trabalhadores. Com isso, em Ribeirão Preto existiu a possibilidade de pessoas com recursos econômicos modestos, mas possuidoras de algum *saber-fazer*, aproveitarem-se das oportunidades de investimentos, oferecidas pela economia da cidade, para deixar de serem trabalhadores e se tornarem industriais.

A origem estrangeira do empresariado calçadista na cidade de Franca

Em 1920, existia em Franca uma população de 44.308 habitantes, desses apenas 6.193 eram imigrantes, aproximadamente 14% da população. Do total de estrangeiros, 2.889 eram italianos e 2.281 espanhóis.[29] Diferentemente de Ribeirão Preto, esses imigrantes encontraram maiores percalços em suas estratégias de mobilidade social, pois não tiveram acesso privilegiado a terra. Uma das características das propriedades rurais francanas,

[29] BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico**: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920-1990). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006, p. 42.

contemporaneamente à chegada desses imigrantes à cidade, era a predominância de pequenas unidades já ocupadas por brasileiros.[30] Além disso, os estrangeiros não representaram um manancial preponderante de oferta de mão de obra. Eles tiveram que competir com migrantes nacionais, especialmente mineiros – a distância entre esse município e a divisa com o Estado de Minas Gerais é muito pequena –, atraídos pela possibilidade de melhores empregos. Tendo que disputar as melhores ocupações, os imigrantes, muitas vezes, antes de se radicarem no meio urbano, trabalharam no campo como colonos na terra de outrem ou como lavradores assalariados.

Outra particularidade da economia francana foi o fato do café não ter representado uma monocultura ou um modelo clássico de *plantation*[31], pois nos minifúndios, sítios e chácaras existentes na cidade, existiam outros tipos de cultivos e, especialmente, a pecuária. Antes mesmo da chegada do café ao município, a pecuária era o sustentáculo da economia dessa região. Franca era um entreposto comercial da chamada "Estrada dos Goiases" – responsável por ligar comercialmente a capital da então província de São Paulo com Goiás e Mato Grosso –, e o forte do mercado francano era o gado, a carne e os couros.[32] O mercado de couros da cidade, juntamente aos produtos artesanais feitos, a partir desse produto (arreios, sapatões, sandálias, bainhas, dentre outros) intensificaram a importância da criação de gado no município. Contemporâneo à chegada do café, no final do século XIX, um setor em expansão era o curtumeiro que, além de abastecer um circuito comercial mais amplo (a rota dos tropeiros e, posteriormente, as cidades ligadas pela Companhia Mogiana de Estrada de Ferro), criou condições para o desenvolvimento da indústria calçadista nessa localidade.[33]

Semelhantemente ao processo embrionário de industrialização ocorrido em Ribeirão Preto (1890-1930), a grande peculiaridade dos estabelecimentos calçadistas surgidos em Franca, entre 1900 a 1960, foi o tamanho destes. Agnaldo de Sousa Barbosa, em estudo referencial sobre esse tema e baseado em farta documentação empírica, demonstrou que esse setor muito lentamente abandonou a fase artesanal de produção. Segundo ele, "[...] o grande capital esteve ausente da formação da indústria do calçado, somente se fazendo presente a partir dos anos 1960, quando o setor já se encontrava plenamente consolidado no município."[34] Tais empreendimentos surgiram do esforço, muitas vezes, de simples sapateiros e suas ferramentas manuais – haja vista que o emprego de máquinas nessas indústrias, até

[30] BARBOSA, p. 47-50.
[31] Diferentemente de Ribeirão Preto, que era circundada por grandes latifúndios com *terra-rocha* – as poucas terras não interessantes aos fazendeiros foram as que deram origem ao Núcleo Colonial Antonio Prado –, a cidade de Franca era circundada por um arquipélago de médias e pequenas propriedades. Ibid.
[32] Ibid. p. 39.
[33] Ibid. p. 39-41.
[34] Ibid. p. 66.

hoje, apenas complementa a habilidade das mãos que, em última instância, são as principais responsáveis pelo produto final.

Apesar dos obstáculos encontrados em Franca, os imigrantes e seus descendentes podem ter encontrado no ramo coureiro-calçadista uma alavanca de mobilidade social. Com isso, questões sobre a origem étnica e social deste empresariado são pertinentes. Com base nisso, pesquisamos todos os estabelecimentos industriais e comerciais registrados em Franca, entre 1900 e 1960. Por não constar, para a maior parte do período, a nacionalidade das pessoas nos livros de *Registros de Firmas Comerciais*, do Cartório do Registro Geral de Hipotecas e Anexos de Franca, adotamos a mesma metodologia empregada com a documentação de Ribeirão Preto. Ou seja, utilizamos o sobrenome como elemento de classificação. No caso de Franca, diferentemente de Ribeirão Preto, os italianos não se constituíram como uma maioria absoluta, pois foi forte nessa cidade a presença de espanhóis e portugueses. No caso destas duas etnias, o critério do sobrenome é um tanto difícil, pois muitos brasileiros possuem os mesmos sobrenomes (Garcia, Pereira, Oliveira, Silva, entre outros). Por isso, pesquisamos apenas as pessoas com sobrenomes italianos, sírios e libaneses, para evitarmos resultados imprecisos.[35] A participação dessas etnias na economia do município nos fornecera uma amostra razoável da inserção dos imigrantes na sociedade francana, sobretudo, nos estabelecimentos que originaram o polo calçadista. Outro ponto a ser explicado, é o fato de denominarmos como *outras* as demais etnias. A partir da década de 1940, houve a descriminação da nacionalidade das pessoas registradas na documentação, o que facilitou nossa classificação. Contudo, quando se tratava de brasileiros, cujos nomes apresentavam grafia italiana, síria e libanesa, classificamo-los em suas nacionalidades de origem.

Para uma sistematização da pesquisa, criamos cinco gêneros de atividades para enquadrar as muitas denominações de estabelecimentos existentes na documentação. Na Tabela 07, constam os cinco gêneros de atividades, assim como alguns exemplos de denominação dos estabelecimentos.

[35] Cabe ressaltar que, entre os denominados *brasileiros*, estão também muitos dos imigrantes espanhóis e portugueses.

Tabela 07 – Classificação dos estabelecimentos industriais e comerciais de Franca (1900-1960)

Gênero de atividade	Denominação dos estabelecimentos
Atividade rural	Exploração de fazenda, exploração agrícola, dentre outras.
Comércio urbano	Armarinhos, fazendas, secos e molhados, farmácia, açougue, papelaria, botequins, dentre outras.
Indústrias outras	Marcenarias, serralherias, benefício de produtos agrícolas, fábrica de sabão, fundições, dentre outras.
Coureiro-calçadista	Curtumes, fábricas de sapatos, confecções de arreios, sapatarias, dentre outras.
Prestação de serviço	Serviços de transporte, oficinas de consertos, pensões, hotéis, dentre outras.

Fonte: Registros de Firmas Comerciais, do Cartório do Registro Geral de Hipotecas e Anexos de Franca. Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMUF).

Mesmo não sendo esse o propósito desse tipo de registro, algumas atividades rurais foram inscritas na documentação. Apesar de serem em número bastante reduzido, apresentamos esses dados e preservamos o computo total das inscrições. Com base na divisão dos estabelecimentos, buscamos aferir a participação de pessoas de origem estrangeira em cada um dos gêneros de atividade, seguindo recortes temporais de dez anos. A Tabela 08 fornece os resultados obtidos. Os três diferentes tons de cinza denotam o quanto foi participativa a presença de imigrantes no gênero de atividade, ao longo do período apresentado. Assim, o tom cinza claro representa que a participação de imigrantes foi *abaixo do número de nacionais*; o tom cinza médio foi *igual ou muito próximo ao número de nacionais*; e o tom cinza escuro denota que foi *acima do número de nacionais*.

Tabela 08 – Participação de imigrantes e seus descendentes na economia francana (1900-1960)

1901-1910					
Gênero de atividade	**Brasileira**	**Italiana**	**Síria ou Libanesa**	**Outras**	**Total**
Atividade rural	04	00	00	00	04
Comércio urbano	91	15	23	10	139
Indústrias outras	03	05	00	00	08
Coureiro-calçadista	16	03	00	00	19 – 15%
Prestação de serviço	00	01	00	00	01
TOTAL	**114**	**24**	**23**	**08**	**171**

1911-1920					
Gênero de atividade	**Brasileira**	**Italiana**	**Síria ou Libanesa**	**Outras**	**Total**
Atividade rural	00	01	00	00	01
Comércio urbano	66	13	16	13	108
Indústrias outras	03	04	00	01	08
Coureiro-calçadista	14	04	00	02	20 – 30%
Prestação de serviço	03	03	00	00	06
TOTAL	**86**	**25**	**16**	**16**	**143**

1921-1930					
Gênero de atividade	**Brasileira**	**Italiana**	**Síria ou Libanesa**	**Outras**	**Total**
Atividade rural	01	01	00	00	02
Comércio urbano	138	39	43	49	269
Indústrias outras	41	22	06	07	76
Coureiro-calçadista	31	17	00	04	52 – 40,38%
Prestação de serviço	08	10	00	00	18
TOTAL	**219**	**89**	**49**	**60**	**417**

1931-1940					
Gênero de atividade	**Brasileira**	**Italiana**	**Síria ou Libanesa**	**Outras**	**Total**
Atividade rural	00	00	00	00	00
Comércio urbano	62	20	22	18	122
Indústrias outras	18	11	02	04	35
Coureiro-calçadista	09	10	01	00	20 – 55%
Prestação de serviço	01	02	00	01	04
TOTAL	90	43	25	23	181

1941-1950					
Gênero de atividade	**Brasileira**	**Italiana**	**Síria ou Libanesa**	**Outras**	**Total**
Atividade rural	01	00	00	01	02
Comércio urbano	344	135	69	85	633
Indústrias outras	42	53	17	05	117
Coureiro-calçadista	48	51	02	16	117- 64,10%
Prestação de serviço	40	20	07	06	73
TOTAL	475	259	95	113	942

1951-1960					
Gênero de atividade	**Brasileira**	**Italiana**	**Síria ou Libanesa**	**Outras**	**Total**
Atividade rural	00	00	00	00	00
Comércio urbano	308	107	37	65	517
Indústrias outras	25	22	01	02	50
Coureiro-calçadista	26	17	00	08	51 – 49%
Prestação de serviço	53	36	01	09	99
TOTAL	412	182	39	84	717

Fonte: Registros de Firmas Comerciais, do Cartório do Registro Geral de Hipotecas e Anexos de Franca. Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMUF).

Embora haja, entre 1901 e 1910, certo destaque de pessoas de origem estrangeira, o número, tanto de *indústrias outras*, quanto *prestação de serviço* é muito pequeno. Já a participação em *comércio urbano*, mesmo sendo inferior ao de nacionais, é significativa. Nesse mesmo período, os estabelecimentos coureiros-calçadistas eram, em grande parte, de propriedade de nacionais. Na década posterior, apesar de uma variação de números, a situação continuou muito semelhante; quanto ao setor coureiro-calçadista, houve um aumento no número de estrangeiros. Já na década de 1921 a 1930, houve mudanças consideráveis, pois no *comércio urbano,* o quantitativo de nacionais e estrangeiros foi muito parecido. Houve um aumento importante no número de estabelecimentos coureiros-calçadistas, inclusive a participação de imigrantes, nesse negócio, foi bem significativa. Já na década de 1930, os proprietários de origem estrangeira superaram os nacionais na somatória dos registros. No setor calçadista, embora houvesse queda no número de estabelecimentos registrados, eles superaram os nacionais. Na década seguinte, a mesma situação se repetiu, porém houve uma expansão dos estabelecimentos coureiros-calçadistas e os estrangeiros sobrepuseram consideravelmente o número de nacionais. Na última década do estudo, houve um arrefecimento econômico em todos os gêneros de atividades e a participação de pessoas de origem imigrante esteve abaixo ou próxima à participação de nacionais.

Com relação à pesquisa com os proclamas de casamento, ainda incompleta, dispomos de dados referentes à nacionalidade e à profissão dos noivos. Além das categorias analisadas na Tabela 08, as informações contidas nessa documentação retrataram outros empregados nas seguintes áreas: comércio, indústrias, campo, profissionais autônomos, prestadores de serviço, entre outros. Apresentamos tais dados, por meio da Tabela 09.

Tabela 09 – Origem e profissão dos noivos casados em Franca (1906-1960)

Empregados do comércio						
	1906-1910	**1911-1920**	**1921-1930**	**1931-1940**	**1941-1950**	**1951-1960**
Brasileiros	05	25	33	78	130	135
Imigrantes	01	03	04	03	07	01
Descendentes	00	04	10	37	63	47
Não declarada	00	00	00	00	00	00
TOTAL	06	32	47	118	200	183

Empregados nas indústrias						
	1906-1910	**1911-1920**	**1921-1930**	**1931-1940**	**1941-1950**	**1951-1960**
Brasileiros	06	29	82	65	105	402
Imigrantes	02	32	47	07	03	01
Descendentes	00	08	50	18	30	100
Não declarada	00	00	00	00	01	00
TOTAL	08	69	179	90	139	503

Empregados no campo						
	1906-1910	**1911-1920**	**1921-1930**	**1931-1940**	**1941-1950**	**1951-1960**
brasileiros	532	667	834	577	537	601
Imigrantes	172	230	192	64	18	06
descendentes	10	129	205	154	105	87
Não declarada	02	00	01	03	00	00
TOTAL	716	1026	1232	798	660	694

Profissionais autônomos						
	1906-1910	**1911-1920**	**1921-1930**	**1931-1940**	**1941-1950**	**1951-1960**
brasileiros	09	27	31	28	41	64
Imigrantes	00	02	01	01	00	04
descendentes	00	02	05	08	17	15
Não declarada	00	00	00	00	00	00
TOTAL	09	31	37	37	58	83

Prestadores de serviço						
	1906-1910	**1911-1920**	**1921-1930**	**1931-1940**	**1941-1950**	**1951-1960**
brasileiros	52	148	207	269	416	784
Imigrantes	31	67	41	23	18	14
descendentes	10	53	111	145	213	282
Não declarada	00	02	00	00	03	00
TOTAL	93	270	359	437	650	1080

Empresariado comercial						
	1906-1910	**1911-1920**	**1921-1930**	**1931-1940**	**1941-1950**	**1951-1960**
brasileiros	11	49	41	40	33	85
Imigrantes	10	27	51	35	10	16
descendentes	01	17	22	41	35	70
Não declarada	00	00	00	00	00	00
TOTAL	22	93	114	116	78	171

Industriais						
	1906-1910	**1911-1920**	**1921-1930**	**1931-1940**	**1941-1950**	**1951-1960**
brasileiros	03	05	09	02	06	17
Imigrantes	02	01	02	02	01	01
descendentes	00	00	02	03	10	19
TOTAL	05	06	13	07	17	37

Proprietários rurais						
	1906-1910	**1911-1920**	**1921-1930**	**1931-1940**	**1941-1950**	**1951-1960**
brasileiros	04	06	03	09	28	93
Imigrantes	00	00	00	00	01	00
descendentes	00	00	00	02	02	01
Não declarada	00	00	00	00	00	00
TOTAL	04	06	03	11	31	94

Setor coureiro-calçadista						
	1906-1910	**1911-1920**	**1921-1930**	**1931-1940**	**1941-1950**	**1951-1960**
Brasileiros	15	28	32	54	129	139
Imigrantes	05	04	03	02	02	00
descendentes	01	07	21	37	82	58
Não declarada	19,35%	28,2%	42,85%	41,93%	39,43%	29,44%
TOTAL	21	39	56	93	213	197

Não declararam a profissão						
	1906-1910	**1911-1920**	**1921-1930**	**1931-1940**	**1941-1950**	**1951-1960**
Brasileiros	54	31	09	09	11	11
Imigrantes	20	08	02	00	02	00
descendentes	03	07	06	06	04	06
Não declarada	00	02	00	00	00	00
TOTAL	77	48	17	15	17	17

TOTAL DE CASAMENTOS						
	1906-1910	**1911-1920**	**1921-1930**	**1931-1940**	**1941-1950**	**1951-1960**
TOTAL	961	1620	2057	1722	2063	3059

Usamos a mesma escala de tons de cinza para classificar o quantitativo de pessoas de origem estrangeira em relação aos nacionais, ou quanto mais escuro o tom, maior é o quantitativo de estrangeiros. Poucos são os momentos nos quais os *imigrantes* e *descendentes* se igualam ou superam os brasileiros quantitativamente. Essa tendência pode refletir a maior proporção de nacionais existentes na sociedade, ou seja, numa população na qual estes são maioria, semelhante fenômeno se repete nos proclamas de casamento.

Os imigrantes e descendentes se igualaram ou superaram os nacionais, durante algumas décadas, entre o *empresariado comercial*. E, apesar do número pouco expressivo de noivos autointitulados *industriais*, nas três últimas décadas do nosso estudo, o número de estrangeiros e descendentes superou o de brasileiros – isso vem ao encontro de nossa tese. Com relação aos *empregados nas indústrias*, por dois momentos, na década de 1910 e 1920, o número de estrangeiros foi superior ao de brasileiros. Já entre os *empregados no campo*, imigrantes e descendentes sempre foram em menor número, a proporção de brasileiros é bem superior. Essa última constatação corrobora a tese da importância da mão de obra de migrantes nacionais no mercado de trabalho de Franca. Ao contrário do ocorrido em Ribeirão Preto, os estrangeiros tiveram que competir com essas pessoas pela busca de melhores ocupações.

Outra constatação sobre o universo rural se faz necessária, quando analisamos o quantitativo, relativamente pequeno, de noivos que se declararam *proprietários rurais*. Para uma economia na qual a produção rural possuía vital importância, foram poucos os donos de propriedades rurais casados na cidade. Talvez a explicação para isso, deva-se a peculiaridades das propriedades rurais francanas, isto é, elas eram médias e pequenas. Quando esses médios e pequenos produtores rurais iam declarar sua profissão, no momento de se casarem, eles podem ter preferido se autodenominar *lavradores*. Por isso, pode haver muitos destes incluídos na pesquisa como *empregados no campo*, mas na verdade deveriam fazer parte de outra categoria. Aqueles que se declararam proprietários rurais ou fazendeiros, talvez fossem, dentre os demais, os grandes proprietários rurais, no sentido *stricto* do termo.

Finalmente, os noivos imigrantes e descendentes do *setor coureiro-calçadista*, mesmo estando em menor número em relação aos brasileiros em todo o período, sempre compuseram um quantitativo expressivo. Nas décadas de 1920, 1930 e 1940, perfizeram um montante, aproximado, de 40% dos noivos desse setor econômico. Tais dados corroboram os resultados obtidos na Tabela 08. Ou seja, pessoas de origem imigrante tiveram uma importante participação na composição do polo calçadista de Franca (1900-1960).

Além dessa constatação, o fato das indústrias calçadistas, nesse momento embrionário, demandarem mais do trabalho artesanal do que de tecnologia e maquinário, o investimento nessa atividade não era um obstáculo aos imigrantes ou aos seus descendentes pobres. O importante para iniciar o negócio era o *saber-fazer* – trazido da Europa, da Síria ou do Líbano, ou aprendido no Brasil, talvez com algum sapateiro. Apenas a título de exemplo, nas décadas de 1930 e 1940, quando o número de proprietários de origem estrangeira do setor coureiro-calçadista era superior ao número de proprietários brasileiros, abrir uma pensão (fosse ela *familiar* ou *com venda de bebidas alcoólicas*) em Franca, exigia um capital mínimo de 5.000 cruzeiros, enquanto que no mesmo período, muitas indústrias de calçados foram abertas com capitais que variaram de 1.000 a 4.000 cruzeiros.

Considerações finais

A formação do empresariado fabril no interior do Estado de São Paulo assumiu características complexas e até mesmo opostas a certa concordância criada pela literatura acadêmica, responsável por associar a figura do industrial com o estrangeiro rico ou com o cafeicultor-investidor e relacionar a pobreza ao imigrante trabalhador. No entanto, no processo de industrialização, ocorrido em Ribeirão Preto e Franca, o imigrante abastado ou o fazendeiro cafeicultor estiveram ausentes. Prevaleceram aqueles que, chegados ao local certo,

souberam aproveitar as oportunidades criadas por sociedades que se transformavam em meio à dinamicidade criada pela economia cafeeira.

Os pequenos empreendimentos fabris dessas duas cidades representavam o oposto das médias e grandes indústrias da cidade de São Paulo no mesmo período. Por isso, ao se discutir a industrialização e a imigração no Estado de São Paulo, deve-se levar em consideração que a ação de simples trabalhadores estrangeiros e seus descendentes, possuidores de um *saber-fazer*, pode ajudar a contar uma história importante na formação do empresariado no Brasil.

Referências

BAILY, Samuel L. *The adjustment of Italian immigrants in Buenos Aires and New York (1870-1914)*. **The American Historical Review**, v. 88, n. 2, p. 281-305, april, 1983, p. 281-305.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico**: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920-1990). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

BACELLAR, Carlos de A. P. & BRIOSCHI, Lucila (orgs.). **Na estrada do anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 1999.BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

CANO, Wilson, **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4ª edição. São Paulo: Unicamp/IE, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CINTRA, Rosana Aparecida. **Italianos em Ribeirão Preto:** vinda e vida de imigrante (1890-1900). 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Franca, 2001.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

KLEIN, Herbert S. *Migração internacional na história das Américas*. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Ed.Usp, 2000.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1979.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 37ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** 8ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1995.

O escravo enquanto mercadoria: compra & venda e outras atividades mercantis envolvendo cativos em São Mateus/ES na segunda metade do século XIX.

Maria do Carmo de Oliveira Russo
Doutora em História Social/USP
Email: mcor07@yahoo.com.br

RESUMO

Nesta comunicação direcionaremos esforços no sentido de fornecer um panorama geral das transações comerciais com escravos em São Mateus, cidade portuária do extremo-norte da Província do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, a partir da análise de documentos cartoriais de compra e venda e outras atividades mercantis envolvendo cativos (hipotecas, permutas, doações, penhoras, aluguel, empréstimo, transferência de serviços, pagamento e confissão de dívidas, locação de serviços, dentre outros). Neste conjunto documental são destacadas as variáveis dos escravos comercializados entre 1863 e 1888, tais como sexo, idade, cor, origem, qualificação profissional, bem como a avaliação e utilização desses enquanto bem econômico. Serão consideradas também as variáveis externas que influenciavam o mercado de escravos no período estudado e relacionadas aos fatores políticos, sociais e econômicos. Nesta perspectiva, considerar-se-á o escravo numa condição sócio-econômica dupla, ou seja, enquanto mão-de-obra e mercadoria, reconhecendo neste uma importante força de trabalho e uma mercadoria altamente comerciável. Procurar-se-á observar os padrões de compra e venda dos escravos, o perfil dos compradores e dos vendedores, assim como a variação de preços, numa tentativa de apresentar uma caracterização geral deste mercado de cativos em São Mateus na segunda metade do século XIX, destacando neste um levantamento das firmas comercializadoras de escravos nesta praça. A partir do uso de métodos quantitativos e da análise qualitativa dos documentos, procuraremos mostrar as especificidades das relações escravocratas constatadas nos processos de compra e venda e de outras atividades mercantis com escravos no âmbito regional.

Palavras-chave: Escravidão; Século XIX; São Mateus/ES; Comércio de escravos.

O escravo enquanto mercadoria: compra & venda e outras atividades mercantis envolvendo cativos em São Mateus/ES na segunda metade do século XIX.

O presente estudo tem por finalidade colocar em destaque certas características das estruturas agrárias e sócio-econômicas da Freguesia de São Mateus, no extremo norte da Província do Espírito Santo, procurando demonstrar a importância da instituição escravista nesta região no transcurso da segunda metade do Oitocentos. Em tal contexto, destacaremos as especificidades da escravidão, sobretudo em São Mateus, cidade que se destacou devido à importância do seu porto fluvial, considerado um vetor do desenvolvimento regional à época.

Ao longo do século XIX, o escoamento da produção agrícola regional, principalmente a farinha de mandioca e, posteriormente, o café, era feita através do porto de São Mateus, o qual abrigou também um ativo mercado de escravos. A farinha de mandioca tornou-se o produto principal da produção agrícola e da economia de São Mateus, permanecendo no topo das suas exportações durante todo este período, mesmo com a gradual implantação da lavoura cafeeira naqueles territórios a partir de meados do século XIX. Outras atividades também geravam riquezas em São Mateus, a exemplo dos produtos oriundos do extrativismo vegetal, praticado em larga escala nas ricas matas e florestas daquela região desde o período colonial, onde se incluía a exploração das madeiras e das ervas medicinais (sendo que, neste último caso, a *poaia* teve maior destaque).

Contudo, não se pode ignorar que o comércio de escravos sempre foi dinâmico nesta realidade econômica, haja vista o grande número de escrituras de compras e vendas de escravos registrados nos documentos cartoriais de São Mateus, além das diversas escrituras tratando de hipotecas e penhoras de escravos em circunstâncias variadas, cujas situações, em conjunto, movimentaram grandes quantias do capital circulante naquela praça/mercado e tornaram São Mateus parte importante da economia provincial do Espírito Santo.

Procurar-se-á neste artigo colocar em destaque tais questões, com base nos resultados obtidos em nossa pesquisa nas fontes, na qual consultamos e analisamos documentos cartoriais da cidade - Livros do Notariado ou Livro de Notas - do Cartório de 1º. Ofício Arnaldo Bastos, que abriga, além dos registros de alforrias, um grande número de escrituras de compra e venda, hipotecas, doações, aluguel de escravos, dentre outras atividades mercantis envolvendo os escravos no período compreendido entre 1863 e 1888.

Uma tendência geral verificada no contexto escravista do Brasil a partir de 1850, com a proibição do tráfico externo de escravos, diz respeito ao fato de que muitos comerciantes e fazendeiros estimularam o comércio interno de escravos, tanto de

algumas províncias para outras, como no interior das próprias províncias, cujas transações são denominadas 'tráfico interprovincial' ou 'intraprovincial' de escravos.

Observa-se que os estudos acerca desta temática, até pouco tempo atrás, trataram, sobretudo, das regiões agro-exportadoras, sendo que as regiões com economias mais voltadas para o mercado interno eram quase que exclusivamente vistas como 'perdedoras' de escravos no interior destes circuitos.[1]

Também podemos perceber, no conjunto das escrituras públicas que envolvem negócios com escravos, que determinadas famílias/indivíduos comparecem nestes documentos num movimento ou dinâmica financeira 'decadente', ou seja, vendendo muitos escravos, penhorando ou hipotecando outros tantos, demonstrando uma tendência de perda ou fragmentação de seus patrimônios (escravos, imóveis, etc.), aparentando certo 'empobrecimento' na hierarquia sócio-econômica regional.

Por outro viés, há um grupo de famílias/indivíduos[2] que apresentam movimento contrário, ou seja, de crescimento e aumento dos seus investimentos e patrimônios, comparecendo nestas escrituras como aqueles que dispõem até de capitais para bancar um grande número de empréstimos, penhora e hipotecas no conjunto desta sociedade.

O comércio de escravos figurou como mais um elemento na estrutura comercial que se montou em São Mateus ao longo dos anos. Este comércio "não gerou fortunas no século XIX naquela região, apenas fez parte delas, ou gerou possibilidades de outros investimentos quando as negociações revertiam em dinheiro." [3]

Conforme a análise que fizemos dos dados reunidos na pesquisa envolvendo as transações registradas em cartório e referentes ao comércio de escravos em São Mateus, percebemos que é possível identificar o grupo dos comerciantes/ fazendeiros que mais se destacou no comércio de escravos em São Mateus no período (1863-1887), sem descartar a possibilidade da ocorrência de negociações não registradas em cartório.

Nosso estudo acerca da compra e/ou venda de escravos em São Mateus na segunda metade do século XIX amparou-se, sobretudo, na análise do banco de dados

[1] Tal foi o caso do Rio Grande do Sul que, entre 1863 e 1872 apresentou uma perda de aproximadamente dez mil escravos, quase mil por ano, mas que nas pesquisas recentes demonstram uma outra realidade em Pelotas, por exemplo. Cf. VARGAS, Jonas. *Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880.* Anais do 5º. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, p.1.

[2] Não podemos deixar de considerar que a maioria dos negociantes analisados possui algum grau de parentesco entre si.

[3] A região de São Mateus, a nosso ver, apresenta certa similaridade com Mogi das Cruzes no interior paulista. Cf. CONSTANTE, Armando de Melo Servo. *Comércio de escravos em Sant'Anna de Mogy das Cruzes na segunda metade do século XIX - 1864/1887*. In: Anais do XVII Encontro Regional de História - O Lugar da História. ANPUH/SP – UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

construído com as informações recolhidas na consulta a doze livros do Notariado de São Mateus, nos quais identificamos a existência de um conjunto significativo de fontes, reveladoras de diversos aspectos das relações escravistas na região.

Após exame do leque disponível desses documentos, constatamos que:

1. Os fluxos mercantis, envolvendo negócios com escravos, somaram o total de 606 escravos comprados e vendidos, em 460 escrituras registradas entre 1863 e 1887;

2. Em meio aos proprietários de escravos [4], sejam nas compras, vendas, hipotecas ou penhoras, apesar de verificar-se um grande número de nomes/sobrenomes envolvidos nestas, um pequeno grupo de indivíduos se apresenta com destaque, tanto no maior volume das quantias investidas, como também no número de escravos incluídos neste rol de transações mercantis.

No conjunto dessas fontes se destacam também as declarações e os registros de cartas de alforrias (objeto de análise em outra pesquisa) e o caráter extremamente mercantil que presidiu as relações escravistas na sociedade mateense, cujas evidências, *a priori*, são notadas no predomínio numérico das fontes cartorárias relativas aos registros das escrituras de compra e venda de escravos, além de hipotecas, permutas, declarações de dívidas e outros tipos de transações envolvendo o valor/preço destes.

Deter-nos-emos então na análise das escrituras de compra e venda de escravos, considerando que estas perfazem o maior número neste conjunto de fontes, possibilitando que se obtenha uma visão mais ampla das características que permearam as relações mercantil-escravistas na região de São Mateus no período enfocado.

Padrões de compra e venda de escravos em São Mateus (1863-1887).

Ressaltamos que nos doze livros pesquisados no Cartório do 1º Ofício *Arnaldo Bastos* em São Mateus (v. Tabela 1), localizamos um total de 460 escrituras de compra e venda, envolvendo um número aproximado de 606 escravos, negociados num intervalo de 25 anos, ou seja, entre 1863 e 1887 [5], e em cujo período verifica-se uma

[4] Entre os compradores registram-se 192 e entre os vendedores 268 nomes de proprietários.

[5] Mesmo considerando que os registros cartorários apresentam mudanças em seu formato no decorrer dos tempos, ao atentarmos para uma caracterização do teor dessas fontes, observamos que as escrituras de compra e venda de escravos são documentos que nos fornecem um conjunto de dados/informações de natureza semelhante (que refletem o contexto sociocultural e também a situação sócio-econômica e política da época em que foram produzidos), dentre as quais se destacam os nomes dos respectivos compradores e vendedores, suas patentes/titulações e posições sociais naquela sociedade, os nomes das testemunhas, o nome do escravo (sua idade, origem/etnia, cor, estado conjugal e ocupação) e o valor que presidiu a compra/ venda do escravo naquela ocasião.

maior dinamização no contexto da economia regional, motivada não somente pela introdução da lavoura cafeeira, mas também pelo aumento da produção da farinha de mandioca (principal atividade geradora de riquezas em todo o período analisado), e cujos efeitos promovem uma intensificação no comércio de escravos naquela região.

No desenvolvimento da pesquisa nos documentos referentes à compra e/ou venda de escravos registrados nos Livros do Notariado de São Mateus, constatamos a existência de variados tipos e/ou formas de efetivação de tais atos comerciais, dentre os quais predominaram as escrituras de vendas ou compras *individuais* de escravos, sendo que também identificamos a ocorrência significativa de casos envolvendo compras ou vendas *coletivas*, ou seja, de vários escravos negociados em uma mesma escritura.

Ainda acerca da variação nos tipos de escrituras de compra ou venda de escravos, verificamos a ocorrência, em menor proporção, dos casos de compra e/ou venda da *metade do escravo*, além de outras situações mais atípicas, tais como a negociação de *três quintas partes*, da *quinta parte* e/ou da *décima parte* do valor de determinados escravos. Também foram identificados casos peculiares, como a venda "condicional" de um escravo, a venda de escravos que já se encontravam hipotecados com os respectivos compradores e uma escritura relativa à venda de escravos juntamente com bens imóveis.

Chama a atenção neste conjunto de fontes, a grande ocorrência de escrituras que tratam da venda de escravas acompanhadas dos seus respectivos filhos *ingênuos*, sendo menos recorrente, porém, os registros que se referem à venda de casais de escravos, cujas situações remetem ao estudo da família escrava e ao tipo de tratamento dado à escravidão por certos proprietários de escravos daquela localidade.

Conforme se avançou na pesquisa (e do ponto de vista cronológico-linear das fontes), foi possível acompanhar a trajetória de alguns escravos comercializados várias vezes no período, havendo situações em que estes eram comprados e, praticamente no mesmo dia, revendidos a preços mais altos, o que reforça o caráter mercantil imputado por determinados indivíduos daquela sociedade no trato com a escravidão.

Nesta perspectiva, detectamos a existência de várias firmas e/ou empresas envolvidas no comércio da compra e/ou venda de escravos, cujas denominações, em sua maioria, se referem a nomes e/ou sobrenomes de famílias que compunham a oligarquia agrária e mercantil de âmbito regional. Em certos casos, tais firmas atuavam neste ramo comercial também na Praça do Rio de Janeiro, para onde se direcionava o maior volume das exportações da farinha de mandioca de São Mateus.

É oportuno agora fornecer uma caracterização dos doze Livros do Notariado objeto desta pesquisa, com foco privilegiado no conjunto dos registros de compra e venda de escravos contidos nos mesmos (v. Tabela 1), haja vista que tais livros apresentam diferenças entre si no que tange aos períodos abarcados, ao quantitativo desse tipo de fonte neles registradas e também ao formato de transcrição das escrituras de compra e venda de escravos.

Acerca deste último aspecto mencionado, observamos que há um *divisor de águas* por volta de 1873, pois, a partir deste ano, a elaboração das escrituras de compra e/ou venda de escravos passou a destacar detalhadamente os dados e as informações referentes à matrícula do escravo e à sua averbação, constando também nestas as datas e os locais onde foram efetivadas. Acreditamos que tal situação decorre da obediência às mudanças na legislação referente à escravidão no período, sobretudo nos procedimentos necessários à transferência de escravos e arrecadação do imposto da meia sisa.[6]

Em suma, a escritura pública de compra e venda de escravos na segunda metade do século XIX representava a declaração pública de um negócio jurídico definitivo, irrevogável e quitado, elaborada no momento mesmo da comercialização do escravo enquanto propriedade de outrem. Tinha, portanto, validade como documento oficial, cuja finalidade era colocar o Estado a par do que estava sendo comercializado e assegurar os direitos do vendedor e do comprador, assim como o pagamento dos impostos respectivos. Tais relações econômico-sociais eram formalizadas na escritura, haja vista que sobre a compra do escravo incidia a *meia sisa* - imposto cobrado em negociações *inter vivos*, ou seja, imposto de transmissão pago pelo comprador quando o negócio realizado ultrapassava os duzentos mil réis.

Conforme podemos observar do exposto na Tabela que se segue (v. Tabela 1), o registro das escrituras públicas de compra e/ou venda de escravos em São Mateus, suscita determinadas questões e apresenta algumas configurações básicas, dentre estas: as lacunas existentes na seqüência dos números dos livros arrolados na coluna *nº. do livro* da tabela, pois não constam os livros de nº. 3, 8, 9, 13 e 14, os quais foram dedicados especificamente ao lançamento de *procurações*; a diferença *para mais*

[6] O lançamento das escrituras públicas de compra e venda de escravos deveria estar de acordo com o Artigo 1º do Decreto nº. 2.833, de 12 de outubro de 1861. Ainda sobre a legislação vigente à época, nota-se que as escrituras públicas deveriam ser lavradas nas cidades e vilas pelos tabeliães de notas e, nas freguesias ou capelas fora das cidades ou vilas, por um Juiz de Paz, conforme determinava a Lei de 30 de outubro de 1830, presente na Coleção das Leis do Império - Cf. NASCIMENTO, Jarbas V. & NARDOCCI, Izilda Maria. Compra e venda de homens negros: uma prática cartorial no século XIX. In: *Academos*, Revista Eletrônica da FIA, Vol. II N. 2 Jul - Dez/2006, p. 1-11.

existente entre o número de escravos comercializados (606) e o número total das escrituras arroladas (460) se explica pelo fato de que diversas escrituras tratam de compras ou vendas *duplas* (2 escravos) e/ou de compras ou vendas *coletivas* (vários escravos negociados na mesma escritura); a seqüência numérica crescente dos livros não obedece necessariamente à seqüência cronológica dos registros de compra e venda de escravos, haja vista que escrituras referentes a um mesmo ano são registradas concomitantemente em diferentes livros (v. Tabela 1).

Tabela 1: Dados gerais da compra e venda de escravos em doze Livros de Notas de São Mateus (1863-87)

Nº. LIVRO	PERIODO ABARCADO	Nº. ESCRITURAS	%	Nº. ESCRAVOS	%
1	13/06/1863 a 23/01/1867	22	4,7	25	4,1
2	02/02/1867 a 04/01/1873	83	18,2	106	17,5
4	30/06/1870 a 01/02/1873	37	8,1	47	7,7
5	14/03/1873 a 26/10/1874	59	12,8	85	14,2
6	07/03/1873 a 05/11/1877	40	8,6	43	7,0
7	19/12/1874 a 13/06/1878	67	14,7	79	13,1
10	18/02/1878 a 30/08/1879	16	3,5	21	3,5
11	13/06/1878 a 01/10/1880	53	11,5	86	14,1
12	23/04/1880 a 22/03/1884	32	6,9	49	8,1
15	04/11/1880 a 29/03/1884	30	6,5	44	7,3
18	10/03/1884 a 24/05/1887	12	2,6	13	2,1
19	09/04/1884 a 12/04/1887	09	1,9	08	1,3
TOTAL	**25 anos**	**460**	**100,0**	**606**	**100,0**

Fonte: Cartório do 1º Ofício de São Mateus.

Na observação dos dados reunidos na Tabela 1 podem-se destacar as conjunturas de maior dinamização dos negócios envolvendo a compra/ venda de escravos em São Mateus, onde se nota que os picos mais significativos foram registrados nas décadas de 1860 e 1870 (que reúnem uma média de 80% do total dos escravos negociados), sobretudo nos anos de 1870 quando se verifica a maior quantidade dos negócios dessa natureza. Também sobressai nesta amostragem que tal dinâmica decai no decorrer dos anos de 1880, quando o percentual de vendas e compras de escravos apresenta quedas vertiginosas em relação às duas décadas precedentes, abarcando uma média de 20% do total dos escravos comercializados no período.

Tais tendências apontadas podem ser explicadas levando-se em conta a variação da conjuntura político-econômica que marcou o contexto da escravidão no país na segunda metade do Oitocentos, a exemplo da proibição do tráfico de escravos em 1850

e o crescimento da lavoura cafeeira demandando maior contingente de mão-de-obra escrava, além de se observar também as variações conjunturais da economia regional.

É interessante ressaltar que estas escrituras são documentos que fornecem os preços dos escravos de forma mais próxima dos valores de mercado, embora não abrangendo parcela tão representativa da população cativa, a exemplo das Listas de Classificação de Escravos para o Fundo de Emancipação, produzidas em meados da década de 1870, que contém também avaliações individuais dos escravos arrolados.[7]

Perfil dos compradores e dos vendedores de escravos.

Para traçarmos o perfil dos compradores e dos vendedores de escravos em São Mateus na segunda metade do Oitocentos, é necessário fazermos antes uma breve retrospectiva dos principais proprietários rurais mateenses no período estudado, os quais estavam interligados por laços consangüíneos, formando uma espécie de oligarquia rural e mercantil de base familiar, representada pelo Barão de Aimorés. A expansão cafeeira na província capixaba, além de implicar na expansão da escravidão, acarretou a formação de poucos, mas autênticos grupos oligárquicos assentados na grande propriedade rural com base escravista.

Em meados do século XIX dá-se início à formação de uma importante oligarquia agrária e mercantil mateense, representada pelo major Cunha (mais conhecido na história de São Mateus como o *Barão de Aimorés*), a qual se assentava em bases nitidamente escravocratas. A introdução da cultura do café em São Mateus, associada à grande produção da farinha e ao comércio de escravos, ocasionou a efetivação dessa oligarquia, possuidora de patentes da Guarda Nacional, a qual exerceu forte influência na política local e também junto ao governo provincial.

Numa conjuntura favorável, um dos primeiros fazendeiros a fazer investimentos no café em terras mais a oeste do município de São Mateus, foi Antonio Rodrigues da Cunha, o major Cunha.[8] A partir de 1863 o Major inicia a colonização do interior da

[7] Cf. MOTTA, J. Flávio & MARCONDES Renato L. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº42, 2001; Lamentavelmente, as Listas de Classificação de Escravos da Província do Espírito Santo não foram localizadas até o momento, não se sabendo se encontram irremediavelmente perdidas ou destruídas.

[8] A família Cunha, além de proprietária de terras e de escravos, era proprietária também de meio de transporte para sua produção, como podemos verificar no Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Luís Antonio F. Pinheiro, de 22/09/1868, no *Mappa dos Navios pertencentes à Província do Espírito Santo* (Biblioteca Digital do APEES, publicação de 1869, p. 75). O Presidente Pinheiro lista doze embarcações no porto de São Mateus. Entre estas, duas são propriedade de Antonio Rodrigues da Cunha (uma sumaca de nome *Especuladora*, e um hiate, o *Santa Rosa*). Outra embarcação era de D. Leocádia da Cunha, filha do primeiro casamento do Barão (com Dona Tomásia).

região de São Mateus, implantando algumas fazendas a oeste, seguido por alguns irmãos, cunhados e outros parentes, os quais, também, intencionavam o cultivo do café. Entre a extensa parentela do Major, podemos citar algumas famílias, sendo as mais notórias, os Santos Neves, os Gomes Sodré, os Abel de Almeida, os Faria Lima, os Silvares, entre outras, todas originárias da grande propriedade rural estruturada em bases escravistas.

O início da expansão do café em São Mateus, a partir de 1860, coincide com a data dos primeiros registros cartoriais relacionados a escravos (1863), tais como as alforrias e as escrituras de compra e venda de escravos. Nestes documentos, os vários nomes de proprietários de escravos, de compradores e vendedores, de alforriados e *alforriandos*, estão registrados repetidas vezes.

Tabela 2: Percentual de escravos comprados pelos 10 maiores compradores em São Mateus (1863-1887).

Comprador	Escravos comprados	Percentual
1- Antonio Rodrigues da Cunha	45	7,4
2 - Domingos Rocha da Silva Rios	29	4,8
3 - Matheus Gomes da Cunha	27	4,5
4 - Jacintho José Rodrigues	18	3,0
5 - Raulino Francisco de Oliveira	17	2,8
6 - José Joaquim de Almeida Fundão	15	2,5
7 - João dos Santos Neves	14	2,3
8 - João Gomes dos Santos	14	2,3
9 - Leonel Joaquim Fundão & Cia	14	2,3
10 - Manoel José Rodrigues Oliveira	14	2,3
Total de escravos comprados	207	34,2
Outros escravos negociados	399	65,8
Total geral	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Podemos observar na Tabelas 2, que o nome de Antonio Rodrigues da Cunha consta como o maior comprador de escravos no período estudado (45 escravos comprados), e como um dos 10 maiores vendedores (8 escravos vendidos - v. Tabela 3). Seu irmão Mateus Gomes da Cunha vem em terceiro lugar entre os compradores, e a firma de seu sogro, Leonel Joaquim Fundão & Cia (pai de Ercília, sua terceira esposa), figura em nono lugar.

Em segundo lugar vem o nome de Domingos Rocha da Silva Rios, alferes e destacado proprietário de terras, entre os maiores compradores (29 escravos comprados), aparecendo também como um dos 10 maiores vendedores (12 escravos vendidos - v. Tabela 3). E, em terceiro lugar, como já nos referimos, figura o nome de Mateus Gomes da Cunha - irmão de Antonio Rodrigues da Cunha -, coronel da Guarda

Nacional e proprietário da Fazenda Boa Esperança, com 27 escravos comprados. Uma firma também aparece na lista dos maiores compradores, a Leonel Joaquim Fundão & Cia, com a compra de 14 escravos entre 1878 e 1884.

Igualmente uma firma (empresa) comercializadora de escravos aparece na lista dos 10 maiores vendedores de escravos: *Faria & Bastos*, do Rio de Janeiro, que em dois documentos (dois registros cartoriais) realiza a venda de 24 escravos, em 1873. Um registro especifica a venda de 10 escravos por 6:900$000 rs. e o outro registro especifica 14 escravos com duas-metades já forras, por 8:350$000 rs. As duas escrituras de venda dos 24 escravos, pela firma Faria & Bastos, tiveram por comprador Antonio Rodrigues da Cunha. Todos os escravos negociados estavam matriculados na *Colecttoria Geral* do município, incluindo várias crianças, sendo que o escravo mais velho estava com apenas 41 anos de idade.

Tabela 3: Percentual de escravos vendidos pelos 10 maiores vendedores em São Mateus (1863-1887).

Vendedor	Escravos vendidos	Percentual
1 - Andrelino Leite de Barcellos	26	4,3
2 - Faria & Bastos	24	4,0
3 - Ana Luiza Gomes H. Paiva	22	3,6
4 - Francisco Vicente Dutra	14	2,3
5 - Domingos Rocha da Silva Rios	12	2,0
6 - Lourenço Bernardo Vieira	11	1,8
7 - Francisca Romana Lopes/outros	11	1,8
8 - Leopoldo Smith de Vasconcellos		1,8
9 - Raulino Francisco de Oliveira	9	1,5
10 - Antonio Rodrigues da Cunha	8	1,3
Total de escravos vendidos	148	24,4
Outros escravos negociados	458	75,6
Total geral	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Entre os vendedores escravocratas figura em primeiro lugar o nome do alferes Andrelino Leite de Barcellos, que, embora não tenhamos encontrado referências dele com a parentela do Barão, é possível que seja filho ou neto de Antonio Leite Barcellos, um dos nomes presentes na ata de fundação da Vila em 1764, provavelmente grande proprietário de terras. Os nomes de duas mulheres aparecem na lista dos vendedores, Ana Luiza Gomes H. Paiva (esposa do doutor Honório Gomes de Paiva Coutinho) e Francisca Romana Lopes (cujas vendas são feitas em sociedade com outros), ambas da elite local. Ana Luíza aparece na lista dos 10 principais compradores com 5 escravos comprados em 1882.

Os 10 maiores compradores equivalem a 5,2% do total de compradores e compraram 34,2% dos escravos comercializados. Os 10 maiores vendedores equivalem a 3,7% do total de vendedores e venderam 24,4% dos escravos vendidos.

As Tabelas 2 e 3 confirmam a alta concentração de cativos nas mãos de um grupo restrito de proprietários, mas, indicam também que a propriedade escrava em São Mateus estava distribuída em amplos setores da sociedade local, não importando a extensão das posses, visto que o restante dos escravos foram negociados por 182 compradores (num total de 192) e por 258 vendedores (num total de 268). (v. Tab. 6/7).

Para traçarmos um perfil mais detalhado dos compradores/vendedores de escravos, outra variável importante deve ser avaliada: a *patente* dos negociadores. Observando as Tabela 4 e 5, vemos que é nítida a presença dos elementos da Guarda Nacional com patentes mais elevadas. Entre os compradores destacam-se 8 capitães, 6 tenentes, 1 coronel, 1 major e 1 alferes, Entre os vendedores destacam-se 4 capitães, 4 tenentes, 1 coronel, 1 major e um 1 alferes.

Tabela 4: Patente dos compradores de escravos em São Mateus (1863-1887).

Patente	Frequência	Percentual
Capitão	8	4,2
Empresário/ Negociante	7	3,6
Tenente	6	3,1
Doutor	4	2,1
Alferes	1	0,5
Padre/Vigário/ Reverendo	1	0,5
Coronel	1	0,5
Preto forro	1	0,5
Major	1	0,5
Nada consta	162	84,4
Total	192	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Sabemos que a única patente de *major* (figurada nas Tabelas 4 e 5) corresponde a Antonio Rodrigues da Cunha (Barão de Aimorés); a única de *coronel* entre os compradores é a de Matheus Gomes da Cunha (irmão de Aimorés), e a única entre os vendedores é de Matheus Antonio dos Santos (da Vila da Barra), assim como o *padre/vigário* é o mesmo para os dois tipos de negócios, o reverendo José Pereira Duarte Carneiro. O único *alferes* entre os compradores trata-se de Andrelino Leite Barcellos (já citado) e o único entre os vendedores é a de Miguel Teixeira Sarmento.

Em segundo lugar vem a patente/ocupação de *empresário*/*negociante* (8 para os vendedores e 7 para os compradores), incluídas também nesse rol as firmas comercializadoras, seguida, em terceiro lugar pela de *doutor* (4 compradores e 5 vendedores). O destaque para o único *desembargador* entre os vendedores coube a Júlio César Bittencourt.

Tabela 5: Patente dos vendedores de escravos em São Mateus (1863-1887).

Patente	Frequência	Percentual
Empresário/Negociante	8	3,0
Doutor	5	1,9
Tenente	4	1,5
Capitão	4	1,5
Alferes	1	0,4
Padre/Vigário/ Reverendo	1	0,4
Coronel	1	0,4
Falecido	1	0,4
Major	1	0,4
Desembargador	1	0,4
Nada consta	241	89,9
Total	268	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Entre os *capitães* mencionados nas compras/vendas de escravos temos o nome de Luís José dos Santos Guimarães, proprietário da firma Luís José dos Santos Guimarães & Cia, ao qual retornaremos mais adiante quando tratarmos do mercado de escravos e das firmas comercializadoras de escravos em São Mateus.

Tabela 6: Percentual do número de compradores de escravos em São Mateus (1863-1887).

Nº. de escravos negociados	Nº. de compradores	% de compradores	Total de escravos negociados	% de escravos negociados
1	95	49,5	95	15,6
2	34	17,7	68	11,2
3	20	10,4	60	9,9
4	10	5,2	40	6,6
5	11	5,7	55	9,1
6	8	4,2	48	7,9
7	1	0,5	7	1,2
8	2	1,0	16	2,6
10	1	0,5	10	1,7
14	4	2,1	56	9,2
15	1	0,5	15	2,5
17	1	0,5	17	2,8
18	1	0,5	18	3,0
27	1	0,5	27	4,5
29	1	0,5	29	4,8
45	1	0,5	45	7,4
Total	192	100,0	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Em relação à Tabela 6 podemos observar que o maior número de compradores (95), praticamente a metade dos 192, compraram apenas 1 escravo, correspondendo a um percentual de 49,5%, ao passo que 1 comprador apenas chega a comprar 45 escravos (Antonio Rodrigues da Cunha), seguido por outro que compra 29 escravos (Domingos da Silva Rios) e por um terceiro que compra 27 escravos (Matheus Gomes da Cunha). (v. também Tabela 2)

Entre os vendedores de escravos (v. Tabela 7), 168 venderam apenas 1 escravo, correspondendo a um percentual de 62,7%, ao passo que 1 vendedor apenas (Andrelino Leite Barcellos) chegou a vender 26 escravos, seguido por outro que vende 24 (a firma Faria & Bastos) e por um terceiro que vende 22 (Ana Luíza Gomes H. Paiva). (v. também Tabela 3)

Enfim, podemos concluir que num conjunto de 2.813 escravos existentes em São Mateus, por exemplo, em 1872, boa parte (606 escravos que corresponde a 21,5%) aparece envolvida nas transações de compra e venda, ou seja, devem ter sido jogados nesse mercado ao serem transferidos de proprietários.

Tabela 7: Percentual do número de vendedores de escravos em São Mateus (1863-1887).

Nº. de escravos negociados	Nº. de vendedores	% de vendedores	Total de escravos negociados	% de escravos negociados
1	168	62,7	168	27,7
2	39	14,6	78	12,8
3	20	7,4	60	10,0
4	15	5,5	60	10,0
5	8	3,0	40	6,6
6	5	1,8	30	4,9
7	3	1,1	21	3,4
8	1	0,4	8	1,3
9	1	0,4	9	1,5
11	3	1,1	33	5,4
12	1	0,4	12	2,0
14	1	0,4	14	2,3
23	1	0,4	23	3,8
24	1	0,4	24	4,0
26	1	0,4	26	4,3
Total	268	100,0	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Idade e sexo dos escravos negociados em São Mateus.

Como podemos verificar na Tabela 8, os homens constituem o maior número (326) de escravos comprados/vendidos em São Mateus entre 1863 e 1887, atingindo um percentual de 53,8% do total, ao passo que as mulheres (269) representam 44,4%. Para 11 escravos não foi possível identificar o sexo, pois se tratam de 2 escrituras, em que uma se refere a uma venda coletiva de escravos, não especificando o nome do

escravo, e outra que, embora seja venda individual não foi possível identificar o nome do escravo no documento. Sem os nomes não foi possível identificar o sexo. Estas escrituras deram prioridade à importância pago-recebida pela negociação e o número de escravos envolvidos, não se preocupando com outras referências, tais como nome e idade do cativo.

Tabela 8: Sexo dos escravos comprados/vendidos em São Mateus (1863-1887).

	Frequência	Percentual
Homens	326	53,8
Mulheres	269	44,4
Não se sabe	11	1,8
Total	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Desses 606 escravos comprados e vendidos, em 388 não consta a *idade*, ou seja, em 64% das negociações não houve referências a essa variável. (v. Tabela 9)

Tabela 9: Idade dos escravos comprados/vendidos em São Mateus (1863-1887).

Idade do escravo	Sexo do escravo			Total	%
	Não se sabe	Homens	Mulheres		
0 - 14	-	25	22	47	7,7
15 - 19	-	15	15	30	4,9
20 - 24	-	17	20	37	6,1
25 - 29	-	22	14	36	5,9
30 - 34	-	9	11	20	3,3
35 - 39	-	3	7	10	1,7
40 - 44	-	12	9	21	3,5
45 - 49	-	4	2	6	1,0
50 - 54	-	4	3	7	1,2
55 - 59	-	-	-	-	-
60 - 64	-	2	1	3	0,5
65 - 70	-	1	-	1	0,2
Total	-	114	104	218	36,0
Não consta	11	-	-	388	64,0
Total geral	11	326	269	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Apenas 36% destas negociações contêm a variável *idade*, reduzindo expressivamente a quantificação da amostragem, para apenas 218 escravos. Entre estes, a faixa etária predominante (excetuando as crianças de 0 a 14 anos) foi a de 20 e 24 anos, com um total de 37 escravos, seguido pela de 25-29 anos com 36 escravos. Após os 30 anos o número de escravos decresce, sendo que na faixa dos 40- 44 há um pequeno acréscimo percentual. Não deixa de ser curioso o fato de apenas 1 escravo possuir a idade de 70 anos, e apenas 3 a de 60 anos, tornando evidente a baixa

expectativa de vida. Se considerarmos crianças os escravos de até 14 anos (sabemos que na realidade essa idade era menos) temos 47 registros destes (7,8%), o que pode ser considerado um número razoável de crianças entre os comprados/vendidos. (v. Tab. 9)

Das 47 crianças arroladas, 22 são do sexo feminino e 25 do masculino, denotando um percentual quase equilibrado entre os dois sexos e confirmando uma tendência geral da província, pois no Espírito Santo havia certo equilíbrio na proporção entre os sexos dos escravos. Esta situação é atribuída à especificidade adquirida pelo surto cafeeiro na província, que devido ao fato de ser introduzido tardiamente, parece ter se adaptado às dificuldades decorrentes do fim do tráfico de africanos, sendo que esta proporção parece resultar dos percentuais equilibrados de nascimentos.

Entre os 218 escravos comprados/vendidos, 154 - que equivalem a 70% - estão inseridos na faixa etária mais produtiva, ou seja, entre 15 a 44 anos. (v. Tabela 9) Apenas 17 estão acima dos 45 anos, ao passo que 47 são abaixo de 15 anos.

Entre os 218 escravos comprados/vendidos que consta a idade (113 homens e 105 mulheres), temos a predominância da idade de 25 anos (27 escravos) sendo entre estes, 17 homens e 10 mulheres; com a idade de 30 anos o número de mulheres se mantém (10 escravos), ao passo que o número de homens cai acentuadamente (de 17 para 7). Isto poderia ser explicado pela desvantagem da predominância de homens nos trabalhos da lavoura, mas por se tratar de uma faixa etária ainda jovem não podemos afirmar com mais precisão. Embora o número de homens decresça, porém se observarmos a idade de 40 anos, um relativo equilíbrio entre os sexos é alcançado (7 homens e 9 mulheres), praticamente igual ao mesmo número de homens (7) e de mulheres (10) da idade de 30 anos.[9]

Preços dos escravos negociados em São Mateus.

Os preços dos cativos variavam em função de fatores diversos tais como o sexo, a idade, o ofício, a condição física, dentre outros, além de estarem sujeitos às variações de

[9] Pesquisando nos inventários a idade da população escrava jovem da província, considerando que esta estava incluída na faixa etária dos 16 e 40 anos, Vilma Almada constatou que no decorrer da segunda metade do século XIX, nas unidades produtivas de Cachoeiro do Itapemirim, ela variou muito decaindo na década de 1880, enquanto em Vitória, embora também variasse, ela recrudesce. Nas escrituras de compra/venda de escravos em São Mateus evidenciamos a mesma tendência em relação às variações de idades na faixa etária produtiva, embora tenhamos considerado esta entre 15 e 44 anos (um pouco mais ampla do que a de Almada) isto pouco altera as análises, e embora não tenhamos arrolados os dados segundo as variáveis *década* e *idade* - Cf. ALMADA, Vilma F. de. *Escravismo e Transição*: o Espírito Santo (1850-1888). RJ: Graal, 1984.

conjunturas específicas ou das particularidades dos lugares de aquisição. A exemplo de Minas e, de modo mais geral no Brasil, o aumento dos preços dos escravos no começo da década de 1850, pode ter sido uma primeira conseqüência ao súbito encerramento do comércio escravagista.

Segundo Bergard, as tendências paralelas de aumento destes preços encontradas em outros cantos das Américas mostram que havia razões mais que fundamentais de longo prazo para tais aumentos. Estas razões giravam em torno das complexas variáveis econômicas que funcionavam nos países escravistas e pelo mundo afora. Contudo, é provável que os preços tenham subido naquela década [1850] por causa da demanda européia dos produtos básicos do Novo Mundo e do aumento na produtividade e lucratividade da mão-de-obra escrava. Se os valores dos escravos subiram demais, pode-se pressupor que a elevação da demanda causou a elevação dos preços, e isto, por sua vez refletia a maior lucratividade de suas atividades econômicas. [10]

Embora essa explicação seja adequada também para o caso do Brasil, sabemos que a razão principal para o aumento dos preços dos escravos aqui girava mais em torno do corte da entrada dos cativos associada à demanda da mão-de-obra para o café. No Brasil, a questão do preço do escravo, que aumentou gradativamente após 1850, tornou-se nitidamente tensa após a criação do Fundo de Emancipação em 1871(e de sua regulamentação a partir de 1872). Nesse momento verifica-se uma tendência de supervalorização no preço dos cativos arrolados.[11]

Tabela 10: Número de escravos comprados/vendidos por sexo e por décadas em SãoMateus (1863-1887).

Década	Sexo do escravo							
	Homens	%	Mulheres	%	Não se sabe	%	Total	%
1860 - 69	52	8,6	52	8,6	-	-	104	17,2
1870 - 79	200	33,0	170	28,0	1	0,2	370	61,0
1880 - 87	74	12,2	47	7,8	10	2,0	132	21,8
Total	326	53,8	269	44,4	11	2,2	606	100,0

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

[10] BERGARD, Lair W. *Escravidão e História Econômica* - demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p. 252. Para esse autor, o preço do trabalho escravo subiu na década de 1850 devido a fatores econômicos mais essenciais, como o aumento das demandas da produtividade e das mercadorias e não devido à rápida crise causada pelo fim do tráfico. Assim, entre essas mudanças estavam os aumentos dos preços internacionais para produtos básicos como o algodão, o açúcar e o café.

[11] Cf. MOTTA, J. Flávio & MARCONDES Renato L. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº42, 2001. Estes autores apontam a importância do conjunto das fontes constituídas de escrituras de compra e venda de escravos para o estudo e análise do valor de mercado do escravo. Contudo, ressaltam que nas Listas de Classificação para Emancipação dos Escravos (do Fundo de Emancipação acima referido), verifica-se uma tendência de supervalorização no preço dos cativos arrolados (a exemplo das localidades de Lorena e Cruzeiro na Província de São Paulo, onde pesquisaram), considerando o pressuposto de que as Juntas de Classificação eram compostas por alguns dos beneficiários de indenizações provenientes deste Fundo.

O caso de São Mateus não foge à tendência geral do país, alcançando esta supervalorização de preços também na década de 1870 e o maior volume de compra/venda de escravos (61,0%). Os homens são os mais comprados/vendidos nas décadas de 1870 e 1880 em São Mateus, sendo que na década de 1860, eventualmente as mulheres possuem a mesma correspondência numérica (v. Tabela 11). Embora os homens tenham alcançado o maior valor nas décadas de 1870 e 1880 entre as médias de preços dos escravos comprados/vendidos, a valorização das mulheres, que foi maior na década de 1860, praticamente equiparou-se a estes ao final das três últimas décadas de escravidão.

Tabela 11: Média de preços de escravos comprados/vendidos por décadas em São Mateus (1863-1887).

Década	Nº. de Escravos	Homens (em réis)	Preço Médio	Mulheres	Preço Médio	Não se sabe	Preço Médio
1860	104	52	619 000	52	830 619	-	-
1870	370	200	905 282	170	851 835	1	80 000
1880	132	74	965 470	47	741 481	10	1.090 909
Total	606	326	829 917	269	807 978	11	585 454

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Entre os valores médios alcançados nas compras/vendas de escravos por ano em São Mateus entre 1863 e 1887, os homens também alcançaram o maior valor no último ano integral da escravidão, em 1887 (1:275$000 rs. - v. Tabela 12), ao passo que o valor médio das mulheres no mesmo ano é reduzido a menos da metade do valor destes (600$000 rs.). Esta valorização é praticamente a do último ano de escravatura, sendo que para os homens foi muito elevada (haja vista a proximidade com a data de assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, momento em que todos os escravos perdem definitivamente todo o seu valor econômico, implicando um prejuízo para os proprietários enquanto capital investido).

Os homens são os mais comprados/vendidos, 326 escravos, enquanto as mulheres somam-se 269 ao longo do último quartel da escravidão em São Mateus. Em duas negociações envolvendo 11 escravos não se sabe o sexo destes (uma negociação em que foram comprados/vendidos 10 escravos coletivamente - em 1881 - não constando o nome de cada cativo, e em outra em que foi negociado apenas um, em 1871, constando apenas valores, nome do vendedor e do comprador dentre outras informações).

De acordo com a Tabela 12 a subida dos preços dos escravos em São Mateus se deu a partir de 1868, quando alcançou a cifra de 1:028$500 rs. para os homens e de

1.018$750 rs. para as mulheres, um aumento considerável visto que no ano anterior (1867), a média era de 375$000 rs. para os homens e de 637$916 rs.

Tabela 12: Média de preços de escravos comprados/vendidos por ano em São Mateus (1863-1887).

Ano	Nº. de Escravos	Homens	Preço Médio (em réis)	Mulheres	Preço Médio	Não se sabe	Preço Médio
1863	5	2	400 000	3	1.166 000	-	-
1864	11	6	730 000	5	748 000	-	-
1865	3	2	290 000	1	300 000	-	-
1866	8	1	400 000	7	676 571	-	-
1867	44	20	375 000	24	637 916	-	-
1868	22	14	1.028 500	8	1.018 750	-	-
1869	11	7	1.110 000	4	1.237 500	-	-
1870	24	20	807 000	4	942 500	-	-
1871	18	11	958 181	7	1.007 142	1	80 000
1872	32	17	1.122 941	14	655 714	-	-
1873	76	32	738 709	44	646 363	-	-
1874	25	15	770000	10	773 000	-	-
1875	17	9	1.006 666	8	787 000	-	-
1876	39	20	421 642	19	697 368	-	-
1877	44	28	1.184 571	16	1.155 312	-	-
1878	27	13	919 615	14	847 500	-	-
1879	69	35	1.123 390	34	1.006156	-	-
1880	23	16	1.036 666	7	871 428	-	-
1881	30	13	1.030 531	7	914 285	10	1.090 909
1882	22	14	910 714	8	1.006 250	-	-
1883	21	12	975 379	9	710 606	-	-
1884	18	11	750 000	7	629 285	-	-
1885	7	4	775 000	3	825 000	-	-
1886	2	-	-	2	375000	-	-
1887	5	2	1.275 000	3	600 000	-	-
Total	606	326	-	269	-	11	-

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Em 1872, provavelmente com os efeitos da Lei do Ventre Livre em 1871, há um novo aumento dos preços para os cativos do sexo masculino e queda acentuada destes para cativos do sexo feminino em São Mateus.

A partir de então, por toda a década de 1870 e boa parte da de 1880, há uma estabilização da alta de preços, sendo que as maiores se deram em 1872, 1875, 1877, 1879, 1880, 1881 e 1882, tanto para homens quanto para mulheres. A partir de 1883, nos últimos cinco anos de escravidão, com a pressão do movimento abolicionista houve uma tendência à queda de preços dos escravos (v. Tabela 12)

No entanto, o fator preponderante na determinação do preço do escravo era a própria conjuntura econômica. No decorrer da segunda metade do século XIX, como qualquer outra mercadoria, o valor dos preços dos escravos sofreu grandes modificações, regulando-se pela lei da oferta e da procura. A crescente demanda de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras da província capixaba vai coincidir com o fim do

tráfico de africanos, ocasionando uma alta dos preços. Estes dobraram na segunda metade da década de 1850 e triplicaram na década de 1860. [12] Entre 1877 e 1881 os preços atingem a maior alta, e mesmo decrescendo pouco ao longo da década de 1880, chega às vésperas da Abolição ainda com um valor considerável.[13]

Firmas comercializadoras de escravos.

Entre os compradores/vendedores de escravos não constam apenas indivíduos particulares, mas também empresas especializadas na compra/venda de escravos. A partir de 1863, têm-se o registro de 15 destas firmas atuando no mercado de São Mateus. São elas: 1 - Alves, Ferreira & Cia; 2 - Faria & Bastos; 3 - Fonseca, Rios & Cia; 4 - Fundão & Irmãos; 5 - Faria, Cunha & Cia; 6 - Fundão Júnior & Cia;7 - Guimarães, Gaiato & Cia; 8 - José Joaquim Almeida Fundão & Cia; 9 - Leonel Joaquim de Almeida Fundão & Cia; 10 - Luis José dos Santos Guimarães & Cia;11 - Morgado, Rios, Guimarães & Cia;12 - Rios & Cia; 13 - Veiga & Cia;14 - Simões, Faria & Cia; e 15 - Joaquim Lopes & Irmão.

Entre estas, ao que nos foi possível averiguar, a *Faria, Cunha & Cia* é uma das primeiras firmas comercializadoras de produtos agrícolas e escravos da região, que, embora sediada no Rio de Janeiro, tinha como espaço de atuação o porto de São Mateus. Esta firma era composta pelos sócios Manoel José de Faria e Reginaldo Gomes da Cunha, respectivamente, irmão e cunhado de Antonio Rodrigues da Cunha/ Barão de Aimorés. [14] Desde fins da década de 1840, segundo relatos, toda a produção de farinha de mandioca da Fazenda São Domingos (situada à margem do rio São Domingos, afluente do São Mateus) de propriedade do comendador Antonio Rodrigues da Cunha e de dona Rita Cunha, pais de Aimorés, seria exportada em barcos à vela, de propriedade da fazenda para a firma *Faria, Cunha* & Cia, estabelecida no Rio de Janeiro.

Numericamente as firmas compradoras (v. Tabela 13) são poucas (7 ao todo) em relação ao número de indivíduos compradores de escravos (167 homens e 18 mulheres), correspondendo apenas a 3,5% do total de compradores. Entre as 15 firmas registradas nas escrituras de compra/venda de escravos, 7 aparecem como compradoras e 8 como vendedoras. Apenas 3 firmas, a *Faria & Bastos*, a *Faria, Cunha & Cia* e a *Fundão,*

[12] ALMADA, 1984, p. 129.
[13] Almada observa que "no Espírito Santo o preço médio de um escravo de 15 a 29 anos passa de 1.167 mil réis em 1881, para 809 mil réis em 1887, demonstrando valer, ainda na última data, 69,3% do valor alcançado em 1881". *Op. cit.*, p.130.
[14] JORNAL DE SÃO MATEUS, n º. 465, de 20/09/2001.

Júnior & Cia, figuraram entre os compradores e os vendedores, ou seja, realizaram negociações de compras/vendas de escravos. Não há registro de compra/venda de escravos de uma firma para outra.

Tabela 13: Sexo do comprador e firmas compradoras de escravos em São Mateus (1863-1887).

Sexo do comprador/ firmas compradoras	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Homens	167	87,0	87,0
Mulheres	18	9,5	96,4
Leonel Joaquim de Almeida Fundão & Cia	1	0,5	96,9
Faria & Bastos	1	0,5	97,4
Fonseca, Rios & Cia	1	0,5	97,9
Faria, Cunha & Cia	1	0,5	98,4
Fundão, Júnior & Cia	1	0,5	99,0
Guimarães, Gaiato & Cia	1	0,5	99,5
José Joaquim de Almeida Fundão & Cia	1	0,5	100,0
Total	192	100,0	-

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

Entre os vendedores de escravos, somam-se 204 homens (76,1%) 42 mulheres (15,7%), 14 sócios (5,2%) e 8 firmas, as quais correspondem a apenas 3,2% do total de vendedores. Em relação ao número de escravos comprados pelas firmas, a maior compra é a de 14 escravos realizada pela firma *Leonel Joaquim de Almeida Fundão & Cia*. A firma *Guimarães, Gaiato & Cia* compra 3 escravos e a *Fonseca, Rios & Cia* compra 2 escravos. As outras 4 firmas compradoras de escravos só compraram 1 escravo por vez em suas negociações.

Atividades mercantis com escravos.

Nos estudos que analisam o tema em foco, percebe-se que desde o período colonial foi prática usual na sociedade brasileira o empenho dos escravos para contrair ou saldar dívidas, cujas evidências são apontadas principalmente nas pesquisas realizadas em inventários e na documentação cartorial, onde geralmente são encontradas referências à penhora e hipoteca de escravos como garantia ao pagamento das dívidas. Ou seja, em contextos em que a terra era barata, o escravo surgia como o bem mais

valioso no qual investir, pois, dentre outros fatores, constituía-se na principal via de acesso ao crédito: "o escravo se metamorfoseava em crédito". [15]

E, não somente os mais pobres penhoravam seus escravos para contrair empréstimos, já que praticamente todas as faixas de fortunas valeram-se da penhora de escravos como garantia da solvência de suas dívidas. Conforme destacado por Mathias no estudo referente a Minas Gerais no Setecentos [16], no total dos bens penhorados nos inventários *post-mortem* por ele pesquisados, 62,1% correspondiam aos escravos, ressaltando ainda que a participação dos escravos no valor total dos penhores era ainda mais significativa haja vista que dos 10:300$000 rs. reunidos em penhor, os escravos corresponderam por 77,97% dessa quantia. Neste sentido, o autor constata que o escravo era o principal bem a garantir a solvência dos empréstimos contraídos pela sociedade mineira no período colonial, viabilizando aos negociantes diretamente envolvidos com as atividades do tráfico (interno e externo) condições privilegiadas de acumulação no bojo desses circuitos mercantis à época.

Tais situações, com as devidas adaptações ao contexto histórico, permaneceram recorrentes também no transcurso do Oitocentos, haja vista que vários estudos sobre riqueza e renda no Brasil da segunda metade do século XIX demonstraram que os escravos representavam uma parcela significativa da fortuna pessoal, sendo que, embora com algumas variações conforme o tempo e o lugar, em geral estes compunham cerca de 30% do patrimônio das pessoas abastadas. Não desconsiderando que a parcela da riqueza aplicada em escravos tinha um nível e liquidez muito maiores que outras formas de alocação da riqueza, como terras e equipamentos. Além do que, "parte das transações com escravos realizava-se por intermédio de crédito, possibilitado pela alta liquidez representada pelos cativos, especialmente em comparação com outros ativos não financeiros, e pela relativa estabilidade dos preços dos escravos". [17]

Nota-se, portanto, que os negócios mercantis e creditícios envolvendo os escravos como garantia tornaram-se freqüentes no transcurso do século XIX, não somente pelo aumento do contingente de escravos e da elevação do preço dos mesmos, mas também pela expansão do quantitativo dos proprietários de escravos nas diversas

[15] Cf. MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O movimento do crédito: o papel dos escravos nas relações de crédito, Rio de Janeiro e Minas Gerais (c. 1711 – c. 1756). In: *Revista de História Regional* 13(2): 46-69, Inverno, 2008 – Disponível em www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2270/1757 , acesso em 30/07/2011.
[16] Ibidem, p. 66.
[17] Cf. LUNA, F. V. & KLEIN, H. *Escravismo no Brasil.* São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2010, p. 143

regiões do Império, sobretudo nas áreas onde se registrou uma maior dinamização das atividades econômicas geradoras de rendas no contexto do país no referido período.

Nesta perspectiva, constatamos que tais práticas também foram usuais em São Mateus à época, haja vista que no conjunto da documentação cartorária investigada, encontramos um significativo número de escrituras referentes aos negócios dessa natureza (v. Tabela 14) e sobre os quais nos debruçaremos na seqüência deste tópico.

Tabela 14: Documentos avulsos/ negócios com escravos em São Mateus (1863-1887).

Tipo de documento/escritura	Nº incidência
Escritura de Dívida e Hipoteca	30
Permuta de escravos (as) / Troca de escravos	07
Contrato /Escritura de Contrato / Contrato de Sociedade Agrícola (e/ou de lavoura)	06
Escritura de doação causa-mortes (ou *causa-mortis*)	05
Escritura de penhor / Empréstimo e/ou Dívida sob Penhora.	13
Escritura de *dação in solutum* (para pagamento de débito)	05
Doação	02
Total de documentos	68

Fonte: Diversos Livros de Notas do Cartório do 1º Ofício *Arnaldo Bastos* - São Mateus, 1863-1887.

Conforme observamos nos *tipos* e *quantidades* da documentação acima discriminada, nota-se que num leque de 68 escrituras reunidas na Tabela 14, determinados documentos apresentam maiores incidências, dentre estes: *Escritura de dívida e hipoteca* (30 documentos); *Escritura de penhor / Empréstimo e/ou Dívida sob Penhora* (13 documentos)*; Permuta e/ou Troca de escravos* (7 documentos); *Contratos* (6 documentos); *Escritura de doação causa-mortis* (5 documentos); *Escritura de dação insolutum* (5 documentos); e *Doação* (2 documentos). Esse conjunto de escrituras representa cerca de 90% do total dos 75 documentos referentes aos diversos tipos de negócios mercantis envolvendo escravos em São Mateus.

Ressaltamos ainda que um grupo de 7 escrituras não foram incluídas na Tabela 15, já que as mesmas apresentaram apenas uma incidência no conjunto, quais sejam: *Distrato* (destrato) *de compra* (de escravo); *Recibo*; *Escritura de transferência de serviços*; *Escritura de locação de serviços*; *Escritura de transmissão mútua de bens imóveis e semoventes*; *Escritura de substituição de doação*; e, *Aditamento à escritura.*

Nestas outras fontes 'avulsas' encontradas (sete casos), as quais apresentaram apenas uma amostragem cada, foi necessário o exame individual das mesmas, com vistas a destacar os principais itens encontrados em seu conteúdo.

Constatamos, portanto, que nesta pequena amostragem de escrituras 'avulsas', fica ainda mais evidente que os cativos de São Mateus foram objeto das mais variadas

formas de relações mercantis-escravistas mantidas e conduzidas pelos principais representantes da oligarquia regional no decorrer da segunda metade do século XIX.

Hipotecas, penhoras, aluguel, empréstimos, doações e permutas.

É oportuno procedermos a uma caracterização dessas fontes, sobretudo aquelas que apresentam as maiores incidências no conjunto, ou seja, as hipotecas e penhoras de escravos. Tal procedimento torna-se necessário, pois, muitas vezes, no senso comum, *hipotecas* e *penhoras* são concebidas equivocadamente como similares, sendo que estas contêm diferenças pontuais, conforme se observa em seus significados.[18] Sendo assim, nota-se *a priori*, que há uma nítida distinção entre *hipoteca* e *penhora* no que tange ao tipo de bem a ser enquadrado como garantia em cada um desses instrumentos creditícios, ou seja, enquanto a hipoteca comporta bens *imóveis* como garantia das dívidas, a penhora só comporta bens *móveis* ou *mobilizáveis* enquanto tal, cujo aspecto, por si só já lhes confere uma diferença considerável, a qual se reveste de novos atributos ao atentarmos para a sua significação no contexto do século XIX, onde a emissão dessas escrituras foi regida por legislação específica. No texto dessa legislação subentende-se que a hipoteca de escravos somente poderia ocorrer conjuntamente com a propriedade, já que a mesma lei estabelecia que, no caso de escravos, quando considerados destacadamente, haveria a figura do penhor de escravos, conforme consta no art. 6.º, § 6.º da referida lei: "O penhor de escravos pertencentes às propriedades agrícolas, celebrado com a cláusula *constituti*, também não poderá valer contra os credores hypothecarios, se o título respectivo não for transcrito antes da hypotheca". [19]

O penhor mercantil de escravos era vedado pelo Código Comercial de 1850 (Lei 556, de 25 de junho de 1850, art.273), sendo, porém, previsto indistintamente pelo regulamento hipotecário (Decreto 3453 de 26 de abril de 1865), no qual foi criado a figura do *Livro 6*, destinado à transcrição do penhor de escravos.[20]

Segundo Marcondes, o crédito assumiu papel fundamental no desenvolvimento da economia cafeeira no vale do Paraíba paulista, já que, a partir do Código Comercial

[18] Cf. Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 11ª edição, GAMMA/Editora Civilização Brasileira S.A., RJ, s/d.
[19] Fragmentos da referida lei, disponível em http://cartorios.org/2010/01/11/soriano-neto-machado-ruy-e-a-queima-de-arquivos/, acesso em 31/07/2011.
[20] Este mesmo decreto igualmente considerou os escravos como bens acessórios da propriedade. Cf. MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1ª – jurídica. Direitos sobre os escravos e libertos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, p.70, § 49.

de 1850 e da legislação hipotecária de 1864/65, a possibilidade de financiamento por meio de hipotecas e de instituições bancárias cresceu expressivamente na região, onde anteriormente o crédito concentrava-se nas mãos de "capitalistas e comissários locais dos grandes centros comerciais, especialmente os da praça do Rio de Janeiro". [21]

Chama atenção no caso de São Mateus, a grande incidência de *hipotecas* envolvendo escravos (30 documentos), cujos dados e as constatações deles emanadas contribuem para corroborar uma das questões centrais que nos preocupou nesta investigação, qual seja: demonstrar a existência de uma forte *oligarquia agrário-mercantil e escravista* em São Mateus à época, cujo domínio não se restringia apenas à produção agrícola (farinha e café), mas que ampliava o seu raio de ação na rede de relações envolvendo a circulação e comercialização desta produção, além de controlar os negócios relativos ao comércio de escravos no âmbito regional.

Nesta situação, torna-se evidente que o acesso ao crédito e às transações monetárias no interior da sociedade mateense, estiveram condicionados à disponibilidade de capitais desta oligarquia para investimentos nas diversas conjunturas que marcaram os contextos econômicos nacional/regional no período em foco.

Em outras palavras, as negociações muito recorrentes de empréstimo sob penhora e hipoteca de escravos neste leque documental, evidencia, desde já, que uma boa parcela deste referido capital concentrava-se nas mãos de um seleto grupo de indivíduos da sociedade mateense que, em grande parte, eram elementos integrantes das famílias que compunham a referida oligarquia, aparecendo como *credores* em diversas situações envolvendo escravos como garantia de empréstimos/dívidas ou hipotecas (v. Quadro 1).

Portanto, no total dos documentos cartoriais registrados no decorrer da segunda metade do século XIX em São Mateus, referentes às dívidas na forma de hipotecas (30 escrituras) e penhoras (13 escrituras), e nos quais os escravos (dentre outros bens) constam como garantia das quantias negociadas, identificamos um grupo restrito de indivíduos e/ou firmas que compareceram com maiores incidências nas referidas transações, sendo também detentores do maior quantitativo dos capitais investidos.

Assim, ao compararmos as Tabelas referentes aos 10 maiores vendedores e compradores de escravos em São Mateus, com a classificação que obtivemos acerca dos

[21] MARCONDES, Renato Leite. O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87). In: *Revista Brasileira de Economia*, vol.56 nº 1, Rio de Janeiro, Mar. 2002 – disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0034-71402002000100006, acesso em 31/07/2011.

sete maiores credores/investidores em negócios creditícios envolvendo escravos naquela praça no mesmo período, chegamos a algumas constatações, do tipo:

1. A *Firma Leonel Joaquim de Almeida Fundão & Cia*, que figura no topo dos maiores credores nos negócios creditícios, contabilizando um investimento de aproximadamente 29:000$000rs./ 29 mil contos de réis em transações incluindo hipotecas e penhoras (onde constam 29 escravos como parte das garantias dos empréstimos efetuados), encontra-se também relacionado entre os maiores compradores de escravos (onde ocupa a 9ª posição), mas não é citado dentre os maiores vendedores de escravos;

2. *Domingos Rocha da Silva Rios*, por sua vez, além de figurar como o segundo maior credor nas transações creditícias (realizando empréstimos em torno de 25:000$000 rs./25 mil contos de réis e aceitando 63 escravos como parte da garantia destes investimentos), ocupa também a segunda posição entre os maiores compradores e o 5º lugar dentre os maiores vendedores de escravos em São Mateus, cujos dados apontam para uma atuação mais ou menos proporcional deste nos três principais ramos de negócios que envolviam o mercado de escravos na região.

Quadro 1: Quadro 1: Maiores credores nas negociações de escravos em São Mateus/ES (1863-1887).

Credores (dos maiores p/ os menores investidores)	Total investido	Número de escravos aceitos como garantia
1. Firma Leonel Joaquim de Almeida Fundão & Cia	29:043$185	22 escravos
2. Domingos Rocha da Silva Rios	24:962$898	63 escravos
3. Major Antonio Rodrigues da Cunha	23:047$000	18 escravos
4. José Alves da Fonseca	18:000$000	13 escravos
5. Tenente José dos Santos Neves	16:387$910	28 escravos + 5 ingênuos
6. Francisco José de Faria	15:000$000	6 escravos
7. Jerônimo Francisco Afonso Durães	14:000$000	9 escravos
TOTAL	140:440$993	159 escravos

Fonte: Cartório de 1º Ofício de São Mateus.

O *Major Antonio Rodrigues da Cunha*, já referido, também se destaca neste sentido, considerando que o mesmo se encontra em 3º lugar dentre os maiores credores nas hipotecas e penhoras (onde investiu cerca de 23:000$000 rs./ 23 mil contos de réis e aceitou 18 escravos como parte das garantias dos empréstimos), sobressaindo-se como o maior comprador de escravos em São Mateus, além de ocupar a 10ª posição entre os maiores vendedores de escravos no âmbito regional.

Os italianos da construção civil: formação do espaço urbano de Juiz de Fora (1888-1930)

Mariana da Silva Corrêa[1]
Universidade Federal de Juiz de Fora
Contato: marycorrea_hist@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo abordará brevemente aspectos da participação de imigrantes italianos no setor de construção civil, na cidade de Juiz de Fora, durante o período em questão, em um recorte de um trabalho maior, ainda em andamento.
Palavras-chave: italianos, imigração, Juiz de Fora, construção civil.

Abstract: This article will discuss briefly aspects of the participation of Italian immigrants in the construction industry, the city of Juiz de Fora, in the period in question in an excerpt of a larger work, still in progress.
Keywords: Italian immigration, Juiz de Fora, construction.

Introdução

O presente artigo corresponde a um recorte de um projeto de pesquisa, ainda em andamento, que vem sendo desenvolvido há dois anos, intitulado "A contribuição da imigração italiana para a produção arquitetônica de Juiz de Fora" cujos objetivos são compreender e resgatar a contribuição dos imigrantes italianos para produção arquitetônica brasileira e para a formação do espaço urbano de Juiz de Fora, bem como conhecer e entender as redes de relações sociais em que se envolviam. Além disso, o projeto pretende auxiliar no resgate da história a arquitetura e da cidade de Juiz de Fora, colaborando com a preservação de seu patrimônio cultural.

No presente trabalho, considerando a proposta de tal publicação, bem como os limites impostos, nosso foco será a inserção desses imigrantes italianos no setor de construção civil em Juiz de Fora, dentro de recorte temporal escolhido. Para tanto, o artigo será estruturado da seguinte forma: primeiro, será apresentado um breve histórico sobre a cidade de Juiz de Fora e suas origens; em seguida, trataremos de explicar como

[1] Graduanda do 8º período em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

se deu a chegada dos imigrantes a cidade; depois abordaremos a questão mais específica deste trabalho, a inserção dos imigrantes italianos no setor de construção civil, explicando maiores detalhes de nossa pesquisa; por fim, faremos uma breve conclusão em que apresentaremos os resultados do trabalho.

Juiz de Fora e suas origens

As origens da cidade de Juiz de Foram remontam aos primeiros anos do século XVIII, mais especificamente ao ano de 1720, com abertura do Caminho Novo (via criada para fazer a ligação entre Ouro Preto e as demais vilas do ouro com a cidade do Rio de Janeiro), que possibilitou o surgimento de um pequeno assentamento às margens da estrada e do Rio Paraibuna, um dos principais afluentes do Rio Paraíba.

Em 1836, o engenheiro alemão Henrique Halfeld dá ao então povoado de Santo Antônio do Paraibuna seu primeiro incremento urbano, com uma obra feita para uma espécie de retificação do Caminho, além de acrescentar alguns arruamentos transversais ao mesmo. Com este novo traçado urbano, o povoado se transformaria em um novo espaço de poder, em que a elite agrária exerceria seu controle. E será essa elite agrária a principal responsável pelo acelerado crescimento que o povoado verificaria a partir de então. Já nessa época, Juiz de Fora correspondia ao principal porto de escoamento da produção cafeeira da Zona da Mata Mineira, sendo reconhecida como o principal polo econômico da região.

No ano de 1856, a recém fundada Companhia União Indústria, de propriedade de Mariano Procópio Ferreira, dá início às obras da Estrada União Indústria, o que leva Juiz de Fora a conhecer um crescimento ainda mais acelerado, uma vez que estrada passou a escoar a maior parte da produção cafeeira do estado. E foi a construção e, posteriormente, a manutenção da Estrada União Indústria que deu a cidade a primeira grande leva de imigrantes alemães que, assentados na Colônia Dom Pedro II e Villagem (ambas, colônias de imigrantes em Juiz de Fora), correspondiam à maior parte da mão de obra responsável pela construção da estrada. A chegada dos 1.162 colonos alemães alterou profundamente a demografia da cidade, que a esta época contava com apenas seiscentos moradores em seu núcleo urbano original. Conforme aponta a historiadora

Sônia Miranda, apenas vinte e um anos depois da chegada dos alemães à cidade, a população de seu centro urbano atingia o número de 12.562 habitantes[2].

E é esse o contexto que atrai para a cidade os imigrantes italianos, fenômeno de que trataremos com mais detalhes a seguir.

A imigração italiana em Juiz de Fora

A chegada dos imigrantes italianos na cidade correspondeu ao que se denomina "segunda leva" de imigrantes a chegar a na cidade, representando o novo "direcionamento da política imigratória do Império, que se voltara da colonização para a substituição do braço escravo"[3], conforme aponta a historiadora Mônica Ribeiro de Oliveira.

> Diante do agravamento do problema da carência de mão-de-obra, o governo imperial, em 1887, resolveu assumir uma função mais ativa de obtenção de mão-de-obra e passou a financiar grandes levas de imigrantes. Surgiu, assim, a imigração subvencionada que deveria trazer ao país milhares de imigrantes, principalmente italianos. Os fazendeiros, não precisariam assumir o ônus das passagens e teriam uma abundante oferta de mão-de-obra que, decerto, melhoraria as condições de barganha com os trabalhadores.[4]

A Zona da Mata Mineira, onde a produção cafeeira crescia aceleradamente, seria significativamente afetada por essa nova situação econômica decorrente da abolição gradual da escravidão.

> [...] Surgiram, então, solicitações de imigrantes, tanto por parte das zonas rurais quanto das zonas urbanas, sendo estas últimas no sentido de formar uma reserva de mão-de-obra para as indústrias que estavam se desenvolvendo. [...]
> Juiz de Fora, como o principal centro econômico e político da Zona da Mata, passou a reunir os interesses envolvidos. [...][5]

[2] MIRANDA, Sônia Regina. Cidade, capital, poder: políticas públicas e questões urbanas na Velha Manchester Mineira. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1990. p.99.
[3] OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e Indústria: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1991. p. 89.
[4] Idem, pp. 91 e 92.
[5] Idem, ibidem, p. 92.

Assim, em 1888, incentivada pelo industrial Bernardo Mascarenhas, a elite econômica da cidade, representada pela aristocracia rural e pela burguesia industrial, criava na cidade uma Associação Promotora de Imigração[6]. Também no mesmo ano, depois da doação de terras feita pelo Coronel Custódio Silveira Tristão, implantava-se também uma Hospedaria de Imigrantes e uma Inspetoria Geral de Imigração. A Hospedaria, no entanto, teria um funcionamento precário, sendo fechada no seguinte, somente reabrindo em 1895.

Ainda de acordo com Mônica Oliveira, o número de imigrantes que chegaram a Minas Gerais é bastante significativo. Entre 1894 a 1897, passaram pela Hospedaria Horta Barbosa de Juiz de Fora 49.873 imigrantes, dos quais 44.511 eram italianos (89,25% do total)[7]. Dos 24.572 imigrantes que a historiadora acompanhou de forma documental, cerca de 6% fixaram-se na zona urbana de Juiz de Fora e o fizeram de forma espontânea, o que reforça o poder atrativo da cidade que, no final do século XIX, já possuía uma rede de comércio e prestação de serviços avançadas e oferecia oportunidades de emprego a quem tivesse qualificação profissional ou não.

Conforme afirma o historiador Marcos Olender, "a recente industrialização pela qual passava a cidade provocava uma grande demanda por obras públicas e privadas"[8]. É nesse contexto que se dá a inserção dos imigrantes italianos no setor de construção civil, sobre o que trataremos a seguir.

Os italianos e o setor de construção civil

> A vinda dos imigrantes italianos coincide com um momento de forte transformação no espaço urbano da cidade. Correspondeu a um período caracterizado por importantes obras públicas: saneamento e redes de abastecimento d'água, drenagem de pântanos, pavimentação de várias ruas, saneamento do Morro da Gratidão, construção de cemitérios, pontes e pontilhões[...][9]

A instalação de média e grandes indústrias em fins do século XIX e a chegada da eletricidade, em 1888, auxiliaram o desenvolvimento urbano da cidade.

[6]OLENDER, Marcos. Ornamento, Ponto e Nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. p. 50.
[7] OLIVEIRA. Mônica Ribeiro de. Op. cit., p. 104.
[8] OLENDER, Marcos. Op. cit., p. 51.
[9] CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: BORGES, Célia Maia (org.) Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2000. p. 142.

> Esta Juiz de Fora que se metalizava, que multiplicava suas chaminés "cobrindo as montanhas acolchoadas", como verseja Austen Amaro, começava a apresentar em sua paisagem urbana, como consequência deste crescimento econômico, novas e imponentes construções que lhe dariam a atmosfera luxuosa a partir da qual começaria a ser conhecida como "Princesa de Minas", "Rio de Janeiro em ponto pequeno e, mesmo, "Europa dos Pobres".[10]

Conforme afirma a historiadora Maraliz de Castro Vieira Christo, a chegada dos imigrantes italianos coincide com um momento em que a cidade passava por grande transformação no seu espaço urbano, quando as antigas construções deram espaço a uma arquitetura mais moderna e sofisticada. E a mão de obra italiana foi de fundamental importância nesse processo. "A nova elite agro-industrial privilegiava o conforto, o progresso e as novidades, projetando sua riqueza na adoção de uma arquitetura eclética"[11]

> A abertura da Estrada União Indústria e da Estrada de Ferro Central do Brasil veio reforçar o convívio com cosmopolitismo da cidade do Rio de Janeiro. E mais importante do que a distância física entre Juiz de Fora, Rio, Ouro Preto, posteriormente, Belo Horizonte, se coloca a natureza de sua urbanização. Enquanto as cidades barrocas se formam e se guiam pelos sinos das igrejas, a população de Juiz de Fora teve sua vida normatizada pelos apitos das fábricas estilo neo-clássico e o bater dos tamancos de seus operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades.[12]

Detentores de novas técnicas importadas da Europa, os imigrantes italianos rapidamente se inserem no setor de construção civil. E é nesse momento que Pantaleone Arcuri ganha destaque no ramo da construção civil, a partir de uma de rede de relações sociais que não só englobava outros construtores italianos já instalados na cidade, como servia de porta de entrada e estabelecimento para outros imigrantes italianos, profissionais da construção civil, que não alcançaram a projeção profissional de Pantaleone Arcuri, mas que se juntam a ele no processo de construção do espaço urbano de Juiz de Fora.

Como dissemos anteriormente, este artigo trata justamente da inserção desses italianos no processo de construção do espaço urbano da cidade. No entanto, antes de

[10] OLENDER, Marcos. Op. cit., pp. 52 e 53.
[11] CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Op. cit., pp. 142 e 143.
[12] CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Europa dos Pobres: a belle-époque mineira. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1994. p. 10.

apresentarmos quaisquer conclusões, explicaremos as etapas de nossa pesquisa e as informações obtidas com ela.

Temos utilizado como fonte central, além da leitura de bibliografia de referência sobre o tema, as plantas arquitetônicas referentes a obras novas e reformas (1890-1944), encontradas no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora.

Tal fonte é fundamental para nossa pesquisa, pois nos permite extrair uma quantidade riquíssima de informações. Delas, podemos extrair os nomes de todos os proprietários, os locais de construção dos projetos, os nomes dos projetistas e construtores, bem como o estilo arquitetônico que influenciava os projetos.

Além da riqueza de informações, não podemos esquecer que é uma fonte de grande vulto, uma vez que a quantidade de documentos é bastante ampla. Para o período em questão foram encontrados 1492 projetos arquitetônicos.

Depois que reconhecemos todas as fontes que seriam utilizadas, o passo seguinte foi dar prosseguimento à leitura das mesmas. Para tanto, empregamos os seguintes procedimentos.

Primeiramente, digitalizamos o material encontrado, transformando-o em material fotográfico, o que é o início da montagem de um banco de dados. Depois, iniciamos a extração das informações fornecidas pelas plantas e pedidos de licença, organizando-as em tabelas.

Na tabela que montamos, contam as seguintes informações: ano do projeto, nome(s) do(s) proprietário(s), se é italiano ou não, o endereço onde se pretendia construir, o nome de quem assina a planta (projetista), se é italiano ou não. Esta tabela ainda não é definitiva, uma vez que novas informações podem e devem ser acrescentadas à medida que avançamos na leitura das fontes.

Tal tabela, portanto, apesar de ainda sujeita a modificações, já se configura como um importante banco de dados de onde, se relacionarmos as informações obtidas, novas informações poderão ser extraídas. A partir da tabela, podemos quantificar o percentual de imigrantes italianos proprietários dentre a totalidade; podemos quantificar o percentual de italianos projetistas; podemos também identificar os períodos com maior concentração de projetos; em que locais da cidade se concentravam as construções. Podemos ainda identificar laços de relacionamento entre os imigrantes envolvidos nos projetos; nomes de destaque; preferências dos proprietários por projetistas italianos ou não e a repetição dessas preferências.

Essas informações também não são definitivas, uma vez que novas informações poderão surgir a partir do cruzamento com outras fontes.

Depois da montagem do banco de dados e de relacionarmos todas as informações nele contidas, passamos à primeira análise dessas informações. Nessa primeira análise, verificamos as informações que são úteis à nossa pesquisa, aquelas que confirmam nossas hipóteses e nos levam aos resultados previstos, bem como aquelas que nos levam a resultados que não estavam previstos, mas, nem por isso, menos importantes.

Todas as plantas e pedidos de licença já foram devidamente digitalizados, todas as suas informações extraídas e as tabelas já foram montadas. Como já dissemos, coletamos 1492 projetos arquitetônicos para o período e, para os objetivos deste artigo, importa saber que, desses projetos, 762 estava assinados por italianos, o que corresponde a 51,07% do total, ou seja, mais da metade dos projetos, o que nos permite dizer que os italianos não só estavam inseridos no setor de construção civil, como correspondiam à maioria dos responsáveis pelos projetos de tudo que foi construído no período.

No entanto, descobrimos, a partir da documentação estudada que este grande número de projetos se divide em apenas vinte e um nomes de italianos diferentes, com especial destaque para Pantaleone Arcuri e seu filho, Raphael Arcuri, Salvador Notaroberto, Luiz Perry, Pedro Timponi, Luiz Turolla, Antônio Scapim Querino, Pedro Scapim Querino e Hamlet Ciampi, que aparecem repetidas vezes por toda a documentação. O que nos mostra que a inserção dos italianos era restrita a atuação de nove homens que, sem dúvida alguma dominavam o mercado de construção civil na Juiz de Fora da época, sem Pantaleone Arcuri aquele que teve maior destaque.

À guisa de conclusão

Como dissemos, este é o recorte de uma pesquisa maior que ainda se encontra em andamento, o que significa que nossas conclusões são apenas preliminares, uma vez que ainda há muito trabalho pela frente a ser feito.

No entanto, já sabemos que a participação dos imigrantes italianos no setor de construção civil, mesmo que concentrada na mão de poucos indivíduos, foi muito significativa, uma vez que estes indivíduos envolvidos dominavam o mercado do ramo,

sendo responsáveis por mais de 50% dos projetos de tudo que foi construído no período. Sabemos também que, tendo esses italianos chegado a Juiz de Fora no momento de maior transformação do espaço urbano da cidade, foram eles os principais responsáveis pelo desenho urbano que caracterizou a mais importante cidade de Minas Gerais à época.

Sendo assim, desde já podemos afirmar que é impossível pensar o espaço urbano de Juiz de Fora sem a participação dos imigrantes italianos.

Fontes

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo da Câmara Municipal. República Velha. Série Plantas. Caixas 1 a 21.

Bibliografia citada e consultada

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Europa dos Pobres: a belle-époque mineira. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1994.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: BORGES, Célia Maia (org.) Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2000.

MIRANDA, Sônia Regina. Cidade, capital, poder: políticas públicas e questões urbanas na Velha Manchester Mineira. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1990.

OLENDER, Marcos. Ornamento, Ponto e Nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e Indústria: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1991.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Edições Paraibuna/Prefeitura de Juiz de Fora, 1984.

Abordagem das Capacitações: um percurso histórico da felicidade nas Ciências Econômicas[1]

MARIANNA PERCINIO M. BOMFIM[2]

1. INTRODUÇÃO

Ganhador do Nobel em Economia em 1998, o professor Amartya Sen tem contribuição teórica bastante rica em diversos campos da Economia, como crescimento e desenvolvimento econômico, desigualdade, fome e pobreza, assim como notoriedade em questões práticas, como a participação na formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A contribuição do autor mais relevante para este artigo é sua trajetória histórica por autores como Smith, os economistas do bem-estar e seus alicerces utilitaristas, além de Arrow e Ralws, como intuito de desenvolver sua *abordagem das capacitações*, linha teórica que nos permite um mergulho numa concepção ampla de realização humana, que está além da própria concepção de felicidade. É esse caminho - trilhado pelo autor - o esforço a ser erigido no trabalho ora apresentado.

Vale dizer que, embora criada por Sen, a *abordagem das capacitações* tem se difundido largamente nas últimas décadas, com trabalhos importantes como os de Martha Nussbaum (2011). Mas, considerando que um recorte analítico contendo parte dos pensadores que trataram dessa temática poderia guardar certa dose de arbitrariedade, nos pareceu útil lidar com a questão pautando-nos apenas em Sen, explicitando os autores com os quais ele mais dialogou para construção de sua *abordagem*.

[1] Trabalho realizado com apoio do CNPq.
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC de São Paulo. E-mail para contato: mariapercinio@hotmail.com.

Desse modo, a seção 2 apresenta alguns elementos do trabalho de Adam Smith que fogem ao "lugar comum" do homem auto-interessado, explorando sua perspectiva ampla da natureza humana, alicerce usado posteriormente por Sen. A seção 3 traz o Utilitarismo, sob o ponto de vista seniano, como Filosofia difundida, mas muito restrita para análises econômicas. A seção 4 contempla as Economias do Bem-estar, cuja base utilitarista obriga a uma concepção humana bastante simplista, o que empobrece suas análises. Já as seções 5 e 6 apresentam alguns conceitos importantes da Teórico da Justiça de Rawls, e da Teoria da Escolha Social de Arrow, para construção da *abordagem das capacitações*. Por fim, a sétima e última seção apresenta o resultado da trajetória, a *abordagem* seniana em si e sua relação com a felicidade.

2. Adam Smith: além do *homo œconomicus*

O diálogo de Sen com a obra smithiana tem caráter bastante positivo. Os aspectos da filosofia moral que precedem e acompanham os conceitos mais econômicos de Smith, são freqüentemente retomados no desenvolvimento da *abordagem das capacitações*. Dessa forma, essa seção objetiva evidenciar a visão smithiana do homem e o que desta visão se difundiu ao longo do tempo.

Embora Smith tenha sido professor de filosofia moral, pouco de sua relação com a Ética parece ter sobrevivido nas análises econômicas mais cotidianas. Assim, o conceito smithiano de maior difusão, tornando-se conhecimento geral em economia, foi o auto-interesse[3], elemento relacionado à figura individualista do *homo œconomicus*. De certo, o

[3] O auto-interesse pode também ser interpretado como amor-próprio. Este, quando exacerbado, é o egoísmo e recebe condenação moral pela sociedade (BIANCHI; SANTOS, 2007). Sobre esta interpretação ver também Skinner (1992).

homem auto-interessado é elemento central da *Riqueza das Nações (RN)*[4], publicação considerada marco do nascimento da Economia Moderna, em 1776. No entanto, uma leitura mais detalhada dessa obra, apoiada na *Teoria dos Sentimentos Morais (TSM,* 1759), livro anterior de Smith, encerra nas entrelinhas elementos que podem enriquecer e até alterar a forma como este autor foi interpretado ao longo da História do Pensamento Econômico[5].

Na *RN,* ele exalta a divisão do trabalho como responsável pelo progresso de uma nação. Na sociedade moderna, por detrás de cada objeto de consumo está uma multidão de gente trabalhando nas mais diversas funções. Smith dá como exemplo o objeto casaco. Em sua produção participam desde o agricultor que plantou o algodão com que se fez o tecido, ao alfaiate que o costurou. Há toda a cadeia produtiva que contribuiu direta ou indiretamente no produto final casaco, como a produção da linha, do botão ou dos instrumentos como a tesoura e as agulhas.

Segundo Smith, essa divisão do trabalho ocorreu de forma lenta, mas gradual, e provém de uma propensão natural dos homens a realizar trocas (1996), ou seja, de certa capacidade relacional intrínseca ao homem. Para o autor, a sociabilidade é própria dos humanos, não sendo identificada em outras espécies. Ele comenta que nunca vira "um cachorro fazer uma troca justa e deliberada com outro para obter um osso" (1996, p.73). Os homens até poderiam fazer como os animais e brigar pelo que

[4] Trabalho mais difundido do autor, sendo composto por 5 livros. Seu nome completo é *Uma investigação sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações*. Como nosso objetivo não é o aprofundamento da obra smithiana, nos restringiremos a analisar seus aspectos mais relevantes para nossa questão.

[5] A interpretação tradicional se prende a idéia predominante em Smith de que buscando no mercado atender aos próprios interesses, os indivíduos servem ao interesse coletivo, como que guiados por uma "mão invisível". Por muito tempo, a História do Pensamento Econômico usual se fechou nessa assertiva e desconsiderou a filosofia moral do autor. No entanto, Bruni e Zamagni (2010) recordam que Smith continua a reeditar sua obra filosófica até o ano de sua morte, o que sugere que não houve abandono de suas idéias morais com a publicação da *RN*. Aqui, seguimos a linha dos autores que buscaram fazer uma análise dos conceitos smithianos a partir de seus diferentes trabalhos e não apenas da obra citada, pois conforme comenta Cerqueira, nos últimos trinta anos tem se verificado uma "releitura" da obra de Smith, pois os novos intérpretes têm tentado lidar com as diversas partes de sua obra como elementos de um todo integrado (CERQUEIRA, 2008).

querem, mas sendo Smith um humanista, certamente entende o comércio como superior à guerra. Além disso, o autor fala da independência dos demais animais quando chegam à vida adulta, diferente dos humanos para quem a vida tem um aspecto sociável necessário, de modo a precisarmos até a morte uns dos outros para satisfazermos nossas necessidades.

Um recurso que poderia ser usado pelos homens é o convencimento ou persuasão (SMITH, 1996). Ou seja, para que os outros nos dêem o que desejamos, poderíamos fazer como os cães que abanam o rabo ao lado da mesa de seus donos a fim de obter algum alimento ou poderíamos agir como os mendigos, pedindo e convencendo a benevolência alheia. Mas, segundo Smith, nem mesmo os mendigos satisfazem todas as próprias necessidades apenas com auxílio da caridade (1996, p.70), de modo que nem a guerra, nem a persuasão parecem ser a melhor forma de obtermos o que queremos.

Para Bruni e Zamagni, "Smith reconhece que seria mais humano e melhor se fosse possível obter o serviço do outro por amizade ou amor" (2010, p.86), mas na sociedade atual isso não é suficiente, pois diante da grande quantidade de necessidades, o homem, em sua vida toda, não teria condições de conquistar nem parte dos amigos de que precisaria para conseguir todos os bens de que necessita. Dessa forma, o homem recorre às trocas, ressaltando a vantagem para o outro em permutar, a fim de obter o que quer para si (SMITH, 1996).

Na realidade, mais do que movidos apenas pelo próprio interesse, os indivíduos apelam para o auto-interesse dos outros, assim "a troca nada mais é que a forma mais efetiva de se apelar para o auto-interesse do próximo" (SANTOS, 2005, p.7).

Dessa busca auto-interessada e/ou pelo auto-interesse do outro, decorre uma organização comum, coletiva, do mercado, como se este fosse guiado por uma *mão invisível* (SMITH, 1996). Segundo Bruni e Zamagni (2010) o mercado garante certa reciprocidade, permitindo, portanto, obter

do outro pacificamente o que se quer, mesmo que nem todos sejam nossos amigos.

Apesar de existir em Smith essa percepção, do homem naturalmente voltado à sociabilidade, o que marca o livro de 1776 é a frase célebre "não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse" (SMITH, 1996, p.74), refletindo a máxima do auto-interesse que alicerçou a Economia Clássica. Segundo Sen (2011), há leitores de Smith que não vão além desta frase, ainda que ela faça referência a um contexto específico: as motivações subjacentes às trocas, apresentadas no capítulo sobre as trocas, sendo que nos demais trabalhos de Smith há amplas discussões de outras motivações que influenciam nosso comportamento.

Estando pouco explícitas as idéias morais de Smith na *RN*, poderia a discussão sobre felicidade, posta aqui, aparentemente não ter relação com tal obra, diante da conotação individualista que o livro recebeu ao longo do tempo. Mas se além do trabalho de 1776, observarmos a *TSM*, poderemos identificar diversos elementos que não só expressam os ideais humanistas do autor, como estabelecem relação direta com a idéia de felicidade aqui estudada. Smith abre este trabalho dizendo que:

> Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela (SMITH, 2002, p.5).

Dentre estes princípios, o que se encontra no centro da *TSM* é a idéia de *sympathy*[6] que se refere à capacidade do homem de, com auxílio

[6] O termo *sympathy* não pode ser traduzido por simpatia, pois a idéia por detrás do conceito se aproxima muito mais da palavra compaixão, em português. Dessa forma, optamos por manter o termo em sua língua original.

da imaginação, se colocar 'na pele', no lugar ou situação, de outra pessoa (SMITH, 2002). Assim, podemos avaliar moralmente uma determinada questão, mesmo que não estejamos diretamente envolvidos. Segundo o autor, esse exercício – do colocar-se no lugar do outro - nos ensina e nos leva a aplicação de padrões morais. Mas, dado que por vezes nossos juízos podem ser distorcidos ou não ser neutros, Smith (2002) coloca a necessidade de um "espectador imparcial" que seria nossa própria consciência ou o grande juiz e árbitro de nossa conduta. Assim, essa voz dentro de nós é capaz de auxiliar na formulação de juízos virtuosos e nos impede de agir de modo puramente egoísta, voltado apenas ao nosso amor-próprio, pois "isso nos tornaria objeto de ressentimento, horror e execração" (SMITH, 2002, p.166), o que certamente nos afastaria da nossa própria felicidade.

No entanto, apesar de conseguirmos imaginar como seria estar na situação do outro, efetivamente só somos capazes de sentir o que sentimos e não de realmente sentir o que o outro sente (SANTOS;BIANCHI, 2007). Assim, ocorre que temos uma "preferência natural" por nossa própria felicidade e quanto mais distante do nosso círculo de convívio estiver o outro, mais fraca seria a nossa *sympathy*; e desse modo, nosso amor-próprio pode se transformar em egoísmo.

No entanto, para Sen, compaixão e comportamento auto-interessado não são, em Smith, idéias em conflito, sendo possível que uma ação realizada por *sympathy* propicie vantagem a quem a realiza, quer ele a faça buscando a vantagem do outro exclusivamente, quer a faça em seu próprio benefício. Como quando alguém tenta remover a miséria dos outros, sendo a razão uma preocupação efetiva com a sorte alheia ou sendo porque tal problema afeta o seu próprio bem-estar (SEN, 2011).

Até aqui, pudemos verificar que o nascimento da Economia Moderna com Smith apresenta discussão sobre modos de conduta, considerações éticas e um comportamento humano plural, longe de qualquer monismo. No entanto, grande parte de tal contribuição para a

Economia se perdeu no tempo. Assim, com base no homem auto-interessado que restou dessa leitura de Smith, "a pressuposição de o ser humano como completamente egoísta passou a imperar em grande parte da teoria econômica dominante" (SEN, 2011, p.217). Para o autor indiano, os aspectos morais do trabalho de Smith foram esquecidos à medida que considerações dessa natureza caíram em desuso na economia, dado o histórico distanciamento entre Economia e Ética (SEN, 1991), como será comentado na seção 7.

3. Restrição da felicidade: os utilitaristas

O diálogo de Sen com a corrente utilitarista ocorre geralmente de modo genérico, sem que ele eleja em suas críticas (à forma restrita com que tal grupo vê o homem e a Economia) um autor específico. Sen, no entanto, considera o trabalho do filósofo e jurista inglês, Jeremy Bentham (1822), detentor do Utilitarismo na sua forma "clássica" (SEN, 2000, p.77), por isso optamos nessa seção por uma descrição dessa corrente focada, sobretudo, neste autor[7].

O Utilitarismo, teoria ética dominante até os dias de hoje (SEN, 2000), atrelando à felicidade ou ao bem-estar o conceito de utilidade, teve Bentham como seu grande difusor. Ele afirma que, por natureza, os homens necessariamente estão sujeitos a "dois senhores soberanos": dor e prazer, sendo que "a finalidade justa, adequada, universalmente desejável da ação humana é a maximização de seu prazer ou a minimização de sua dor" (BENTHAM, 1822, p.3), independentemente de onde provenham tais sentimentos. O objetivo de Bentham com essa filosofia era chegar a um *Cálculo da Felicidade* que pudesse ser realizado pelos legisladores na

[7]Embora a apresentação do Utilitarismo nesse artigo esteja centrada na visão que Sen dele possui, tal doutrina ética abarca uma imensa diversidade de autores e campos de conhecimento como a política ou o direito. A forte influencia utilitarista na teoria econômica até hoje, segundo Kang (2010), pode ser devida ao domínio da noção ética utilitarista na filosofia anglo-saxônica do século XIX, difundida por Bentham e endossada por autores vários como Mill Sidgwick e Marshall, muitos dos quais economistas.

busca por construir uma sociedade melhor. Assim, ele difunde o *Princípio da Utilidade*: "a ação boa é aquela que produz a maior felicidade para o maior número de pessoas" (BENTHAM, 1822, p.3-4), o que dá fundamento a sua idéia de moral, direcionando as ações a maximização do prazer ou minimização da dor.

Conforme comenta Brito (2010), o princípio utilitarista já estava presente nos trabalhos de escritores anteriores, como o jurista italiano Beccaria e o teólogo e cientista britânico Priestley, mas torna-se realmente relevante com a obra benthamiana, *In introduction to the principles of morals and legislation* (1789), erigindo-se com ele um sistema racional de normas e diretrizes para se alcançar tanto uma boa vida social quanto um bom sistema político.

O *Princípio da Utilidade* é o norte para que Bentham realize seu *Cálculo da Felicidade*. Segundo ele:

> Por utilidade entende-se aquela propriedade de qualquer objeto pela qual ele tende a produzir benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isso, no caso presente, vem dar na mesma coisa) ou (o que também dá no mesmo) evitar a ocorrência de dano, sofrimento, mal ou infelicidade para aquele cujo interesse está em consideração (BENTHAM apud JEVONS, 1996, p.70).

O autor é consciente da dificuldade de se definir uma unidade de valor para dor ou prazer, uma vez que cada um sente e mensura essas sensações de modo diferente. Segundo Otaviani (2008), apesar desses obstáculos ao cálculo, o mérito de Bentham consiste em criar um "guia" de como pensar nas ações e em seus possíveis efeitos sobre o indivíduo e a comunidade. Assim, para os utilitaristas as noções de prazer, felicidade e bem-estar ainda que impregnadas de subjetividade serviriam como parâmetro na análise econômica, a partir de sua representação sob a forma de utilidade.

Sen (1985, 1991, 2000a) encerra a avaliação moral utilitarista em três componentes fundamentais, a saber:

- consequencialismo (*consequentialism*) – todas as escolhas devem ser julgadas por suas consequências;
- welfarismo (*welfarism*) – restringe o julgamento à utilidade dos estados de coisas e não aos estados das coisas em si;
- ranking pela soma (*sum-ranking*) – componente que leva em consideração que a soma das utilidades individuais, independente da forma como isso se divide na sociedade, apresenta como resultado o mérito agregado, isto é, a utilidade total.

Os dois primeiros componentes podem ser melhor compreendidos com um exemplo nosso: *não se julga, na visão utilitarista, o "uso das drogas", mas a obtenção de prazer ou utilidade como uma das consequências da utilização de drogas*. Para o autor, a combinação desses dois primeiros componentes leva ao requisito de que toda a escolha deve ser julgada em conformidade com a respectiva utilidade que ela gera (SEN, 2000).

Sen (2000a), em seguida, apresenta três deficiências dessa corrente teórica, a saber:

I) Indiferença distributiva, pois no cálculo utilitarista importa a máxima felicidade do todo, independentemente da forma de distribuição do bem-estar entre os indivíduos;

II) Descaso com direitos, liberdades e outras considerações desvinculadas da utilidade, que só recebem alguma importância de forma indireta se e quando influenciam a utilidade;

III) Adaptação e condicionamento mental. O que quer dizer que pessoas expostas a fortes ou contínuas privações tendem a conformar suas expectativas para tornar a vida menos insuportável, assim a métrica da felicidade estaria comprometida. Num exemplo: dar um real de esmola a um miserável na beira da estrada poderia representar a ele uma elevada utilidade, ainda que isso não acrescente praticamente nenhuma melhora

em sua situação real. Isso ocorre porque diante da privação, o mendigo quase nada espera, sendo possível que qualquer moeda traga-lhe satisfação, ainda que eleve pouco ou nada sua condição efetiva de bem-estar. Dessa forma, segundo o autor, "a medida mental do prazer ou desejo é maleável demais para constituir-se em um guia confiável para a privação e a desvantagem" (SEN, 2000, p.82).

Nas análises econômicas neoclássicas, prevaleceu a lógica utilitarista, com a figura do indivíduo maximizador da própria utilidade sendo a unidade básica do sistema econômico. Conforme afirma o autor, os neoclássicos pressupõem um dado comportamento racional que descreveria, *ipsis litteris*, o comportamento real. Sen (1991, 2011) comenta que há, no entanto, dois tipos de críticas existentes a essa pressuposição:

A primeira é relativa à identificação do comportamento real com o racional, visto que nem sempre as pessoas agem "na vida real" de modo racional. A segunda se refere ao conteúdo em si do comportamento racional, caracterizado na teoria econômica tradicional como maximização do auto-interesse (SEN, 1991). Segundo o autor, a chamada teoria da escolha racional (TER)[8] caracteriza a racionalidade de escolha simplesmente como a "maximização inteligente do auto-interesse" (SEN, 2011, p.212). Assim, se pressupõe que o modo comum de agir das empresas é o maximizar seu lucro, o dos consumidores é a maximização de seu consumo, utilidade ou prazer etc. Tal visão obriga a uma rejeição de concepções que possuam quaisquer motivações relacionadas à ética, uma vez que está focada na obtenção de um único parâmetro[9].

[8] Para o autor, por focar-se somente no auto-interesse a TER fornece visão muito limitada da razão humana. Para mais detalhes sobre a visão seniana da TER ver *Racionality and liberty* (SEN, 2002) e *Why exactly is commitment important for racionality* (SEN, 2005).

[9] O foco num único parâmetro, atribuído por Sen (1991) a abordagem utilitarista, a leva a uma redução dos bens a magnitude homogênea, de modo que a avaliação ética assume a forma de transformações monotônicas (pode-se ordenar de forma completa e transitiva, pode-se representar numericamente). Isso homogeneiza o valor ou bondade das coisas, tratadas na forma de utilidades, sendo uma concepção monista da realidade.

O modelo walrasiano, centrado nessa concepção monista da realidade, tem servido como base para resolução de diversos problemas econômicos. Apesar disso, seu uso trouxe a tona, ao longo do tempo, suas próprias deficiências e a percepção de que para ser coerente, ele necessitava de diversos pressupostos simplificadores, como onisciência dos agentes, livre entrada e saída do mercado, monotonicidade das preferências, ausência de externalidades etc. Mesmo com esses aspectos restritivos, tal modelo de equilíbrio em concorrência foi predominante na Ciência Econômica Neoclássica desde o inicio do século XX, e continua a balizar os ensinamentos de Economia nas universidades.

4. Economia do Bem-estar e a Nova Economia do Bem-estar

Embora diversos autores tenham pensado sobre a felicidade na Economia, o ramo dessa ciência preocupado com tal questão, só surge como área, a Economia do Bem-estar[10], com a obra do aluno de Marshall, Arthur Pigou. Em 1920, o sucessor de Marshall na cátedra de Economia Política da universidade de Cambridge publica *The economics of welfare*, sendo, então, considerado o fundador desta área de pensamento, ainda que esse termo tenha aparecido pela primeira vez nos trabalhos do suíço Sismondi[11].

Nessa obra, Pigou fala em bem-estar econômico e não econômico e em causas econômicas e não econômicas para o bem-estar. Segundo ele, o bem-estar econômico é somente uma parte do bem-estar como um todo. Ele analisa em seu trabalho os fatores que afetam o primeiro e afirma que por não caminharem *pari passu* o bem-estar econômico não serve como barômetro ou índice do bem-estar total, mas investigar as causas do bem-estar econômico tem importância prática, uma vez que mudanças nas

[10] Sen a define como "a parte da Economia que se preocupa com a avaliação da bondade do estado das coisas e a apreciação das políticas" (SEN, 2011, p.306)
[11] Em seus *Novos Princípios de Economia Política* (1819), Jean Sismondi critica o fato de haver maior preocupação da Economia na ampliação da riqueza que na transformação desta em felicidade.

partes interferem no todo. Por exemplo, a forma como a renda é ganha ou gasta interfere no bem-estar não econômico (PIGOU, 1920).

É importante destacar a forte identidade entre a doutrina ética utilitarista e a Economia do Bem-estar. Como comenta Sen:

> Os utilitaristas como Bentham, Edgworth, Marshall e Pigou, não viram nenhuma grande dificuldade em afirmar que a ordenação da bondade dos estados sociais e a seleção que deve ser escolhida precisam ser feitas apenas com base na soma total de bem-estar dos indivíduos em cada estado (...) Assim, todos os estados sociais alternativos eram julgados pela soma da felicidade que pudesse ser encontrada nos respectivos estados, e as políticas alternativas eram avaliadas pela "felicidade total" que resultasse respectivamente dessas políticas (SEN, 2011, p.311).

A Economia do Bem-estar, portanto, foi por longo tempo dominada por esta doutrina ética, e mesmo posteriormente, boa parte das pesquisas continua a ter grande influência utilitarista (SEN, 2011). No entanto, o próprio Utilitarismo sofreu mudanças, sobretudo na década de 1930. As críticas às comparações e mensurações de aspectos subjetivos vinham sendo feitas já há bastante tempo, mas nos anos 30, ganham forças, representadas, por exemplo, na figura de Robbins, quando escreve *An Essay on the Nature & Significance of Economic Science* (1932). O autor, em consonância com o positivismo lógico predominante no período, atribui às comparações interpessoais o rótulo de normativas, sem sentido ou não científicas.

Assim, o abandono da cardinalidade entre os anos de 1930 e 40, traz à tona a chamada Nova Economia do Bem-estar. Com ela, a representação da utilidade na teoria econômica passa a ser feita com base nas escolhas individuais e de modo apenas ordinal. Não há sentido científico, a partir de então, em se comparar aspectos subjetivos como o bem-estar. "Não obstante, a maioria de nós não acha absurdo (ou "sem sentido") identificar

algumas pessoas como decididamente menos felizes e mais miseráveis do que outras" (SEN, 2000, p.77).

O pouco de normativo na teoria econômica que restou foi, então, confinado a Economia do Bem-estar e suas restritas constatações (KANG, 2011, p.363), resumidas num teorema fundamental, cuja composição se utiliza do critério paretiano como alternativa às comparações interpessoais.

Com esse critério, o italiano Pareto quer dizer que numa economia a situação dita ótima é aquela na qual nenhum indivíduo pode melhorar sua condição sem que haja piora na condição de outro[12]. No entanto, uma crítica feita ao ótimo paretiano é o fato de poderem existir diversos ótimos ou diversas situações eficientes em que todos os recursos estejam sendo alocados, sem que haja uma busca por equidade no sistema. Ou seja, o critério paretiano avalia eficiência, mas não se preocupa com questões de natureza distributiva ou com qualquer forma de justiça social, fatores relevantes a nossa análise da felicidade. Essa falta de preocupação decorre das próprias raízes utilitaristas dessa abordagem, pois conforme vimos, a preocupação com a máxima utilidade total já não levava em conta a distribuição da utilidade entre os indivíduos.

Por fim, conforme comenta Kang (2011), Sen afirma que dada à segregação da economia do bem-estar, "considerada como equivalente econômico do buraco negro – em que as coisas podem entrar, mas não escapar" (1999, p.45), dado também o fato de lhe ter restado como critério de julgamento apenas o ótimo paretiano e o comportamento auto-interessado como base de escolha econômica, "o campo para se dizer algo interessante em economia do bem-estar tornou-se reduzidíssimo" (SEN, 1999, p.50).

[12] Segundo Garcia, o autor demonstra a importância desse critério aplicando-o às análises de Equilíbrio Geral. Com isso, Pareto elabora o Primeiro Teorema da Economia do Bem-Estar: todo equilíbrio geral de economias em concorrência perfeita, independentemente da distribuição inicial de recursos, maximiza o bem-estar da sociedade; e o Segundo Teorema da Economia do Bem-Estar: toda situação ótima, no sentido de Pareto, pode ser atingida por um equilíbrio competitivo, dada uma distribuição inicial de recursos apropriada (GARCIA, 1996, p.13).

5. A Teoria da Justiça de John Rawls

O diálogo de Sen com Rawls se dá no âmbito da justiça, área em que ambos compartilham a crítica ao Utilitarismo e ao abandono de aspectos normativos. A importância de alguns elementos como os bens primários e a liberdade na *Teoria da Justiça* (1971), serão nesta seção destacadas por contribuírem à construção da *abordagem das capacitações*.

Buscando uma concepção de justiça baseada na idéia de equidade, Rawls escreve sua Teoria da Justiça, classificada por ele como contratualista. Dentre os objetivos da obra, Rawls (2000) quer mostrar a insuficiência da teoria ética utilitarista para lidar com a questão da justiça, uma vez que dada a impossibilidade de comparações interpessoais de utilidade, não se pode avaliar a justiça de determinado estado a partir deste parâmetro.

Rawls atribui às liberdades e direitos papel superior à utilidade total, correspondente, na linguagem utilitarista clássica, ao bem-estar máximo da sociedade. Ele afirma que "cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar" (RAWLS, 2000, p.4). O autor define certos bens, ditos "primários", como liberdades e direitos básicos, como o adequado *espaço de avaliação*[13] para análises de justiça.

O autor volta seu olhar não aos indivíduos em particular, mas as instituições mais importantes, o que ele entende por constituições políticas e principais acordos econômicos e sociais. Este foco, é para ele, uma questão de justiça social, sendo essas instituições as responsáveis por favorecer ou não o "ponto de partida"[14] das pessoas.

O ponto de partida rawlsiano nada mais é do que um consenso inicial entre agentes livres e racionais. Metaforicamente falando, seriam as regras do jogo aceitas por todos, por considerarem-nas justas, antes que

[13] O espaço de avaliação é a variável focal, o elemento central, o parâmetro ou critério que se busca igualar numa dada teoria. Tal termo fora bastante utilizado por Sen, em *Desigualdade Reexaminada* (2000).
[14] O ponto de partida de Rawls a que ele chama posição original de igualdade, "corresponde ao estado de natureza nas teorias do contrato social" (RAWLS, 2000, p.13) a la Hobbes ou Rousseau.

o jogo tenha início. O autor chama a esse modo de conceber tais princípios, *justiça como equidade*. Nesse estado inicial, puramente hipotético, ninguém saberia dizer qual posição ocupará na sociedade, a qual geração pertencerá, qual renda terá, quais habilidades, qual tipo de caráter, quanta inteligência e força física possuirá etc. Dessa forma,

> (...) os princípios da justiça são escolhidos sob um *véu de ignorância*. Isto garante que ninguém é favorecido ou desfavorecido na escolha dos princípios pelo resultado do acaso natural ou pela contingência de circunstâncias sociais (RAWLS, 2000, p.13 – grifo nosso).

Diante deste *véu de ignorância*, é racional que as pessoas escolham uma situação inicial equitativa, ou seja, há na escolha dos princípios garantia de imparcialidade. "Cada um possui[ria] as mesmas informações sobre os prováveis efeitos de diferentes regras de distribuição em sua própria posição no futuro" (SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005, p.410).

Assim, por não saberem qual sua situação na sociedade "quando o jogo começar", o risco de cair numa posição mais desfavorável econômica, política ou socialmente, faria com que um "mínimo" fosse a exigência de todos para aqueles mais desafortunados. Trata-se de uma visão para análise das preferências individuais a estados alternativos, baseando-se no critério de escolha social denominado *maximin*[15], que consiste na maximização do bem-estar dos indivíduos que se encontram no patamar mais baixo da escala social.

Por não descartar o auto-interesse (não por supor os indivíduos como egoístas na posição inicial, apenas porque neste estado não há inveja ou vaidade, de modo que a cada um simplesmente não interessa os planos e objetivos dos demais), o autor não crê que o princípio utilitarista

[15] Abreviação para *maximum minimorum*. Refere-se a escolha, num dado contexto em que há diferentes alternativas, daquela cujo pior resultado possível seja ainda o melhor dos piores. "A regra dirige nossa atenção para o pior que pode acontecer em qualquer curso de ação proposto, e nos leva a decidir com base nisso" (RAWLS, 2000, p.670). Há na literatura da Teoria da Justiça ampla discussão sobre este critério escolhido por Rawls. Seu crítico mais proeminente foi o húngaro Harsanyi (1975).

possa ser aceito por esta sociedade, uma vez que sabendo-se iguais é improvável que os indivíduos concordem com um princípio que possibilite expectativa de vida pior para uns, justificando-se pela soma maior de expectativa para o todo.

Diante das infinitas combinações possíveis de princípios, Rawls (2000) sugere que dois fundamentais seriam eleitos pelos indivíduos na posição inicial. De forma simplificada, tem-se como primeiro princípio, a igualdade na atribuição de deveres e direitos básicos; e como segundo, a assertiva de que desigualdades econômicas e sociais são justas somente se resultarem em benefício compensatório para cada um e, sobretudo, para os menos favorecidos.

Os direitos pertenceriam à cesta de bens primários, definidos como "aquilo de que as pessoas necessitam em sua condição de cidadãos livres e iguais, e de membros normais e totalmente cooperativos da sociedade durante a vida" (RAWLS, 2000, p.XV e XVI). Sen os esclarece como meios que auxiliam o indivíduo na promoção de fins que ele valoriza, tais como direitos, liberdades, renda etc (SEN, 2000, p.92).

Conforme comenta Kang (2011), Arrow questionou o papel dos bens primários na teoria rawlsiana. Ele afirma que uma mesma dotação de bens primários poderia proporcionar bem-estar menores ou maiores a diferentes indivíduos, dependendo das necessidades de cada um. Por exemplo, é possível que alguém doente ou portador de deficiência necessite de dotação de bens primários maior para auferir um bem-estar equivalente ao de alguém que não possui tais desvantagens.

Essa crítica de Arrow também será feita por Sen, que enxerga os tais bens como *espaço de avaliação* equivocado para comparações, por focar-se nos meios e não nos fins. Sen (2011) levanta ainda outras complicações no pensamento rawlsiano, como a discussão sobre a natureza transcendental dessa teoria, ao que ele chama de problema de redundância. Segundo o autor, discutir os princípios para uma situação inicial perfeita não auxilia na decisão de escolha prática. "Se estamos

tentando escolher entre um Picasso e um Dalí, de nada adianta invocar um diagnóstico (...) segundo o qual o quadro ideal no mundo é a Mona Lisa" (SEN, 2011, p.46). Outra crítica se refere ao fato de que é bastante pretensioso ou ingênuo pensar que haveria unanimidade na escolha desses princípios na posição inicial, dada a diversidade humana.

No entanto, ainda que discorde de Rawls em alguns aspectos, é a concepção de justiça distributiva pautada em direitos e liberdades, além da crítica de Arrow, o que será base para a *abordagem* seniana.

6. Teoria da Escolha Social de Kenneth Arrow

Nessa seção apresentaremos alguns elementos da Teoria da Escolha Social (TES)[16] de Arrow, dada sua colaboração para as bases em que se assenta a *abordagem* seniana.

Cabe dizer primeiramente que, fadada a certo pessimismo, essa disciplina surge na História no período da revolução francesa, tendo como pensador proeminente o matemático marquês de Condorcet. Com seu famoso paradoxo, ele demonstra a possibilidade de inconsistência nas escolhas coletivas, pois num sistema democrático, a escolha por maioria pode gerar intransitividade.

A ampla discussão sobre tal paradoxo segue sem grandes descobertas até a década de 1950, quando Arrow - e seu famoso *teorema da impossibilidade* - re-configuram a própria teoria, a partir das incongruências identificadas na Nova Economia do Bem-estar.

Para se entender a contribuição de Arrow, cabe antes pensar em alguns aspectos dessa teoria econômica. Economistas deste grupo, como Bérgson e Samuelson, descreveram, em linhas gerais, que os indivíduos fazem escolhas racionais que correspondem a suas preferências (expressas

[16] É válido destacar que a literatura desta área é bastante técnica e parte de seus argumentos são, na realidade, provas matemáticas. Apesar de ser um tema relevante, a TES não é o foco deste artigo, de modo que nos restringiremos aqui a apresentar as premissas e conclusões de Arrow e a argumentação de Sen relativas ao nosso tema, sem nos atermos às provas realizadas por Arrow para a construção de seu teorema.

em relações de preferência completas, transitivas e reflexivas[17]). Tais preferências refletiriam a satisfação ou utilidade que obtém o indivíduo que faz a escolha. Embora sob esta nova roupagem, a Nova Economia do Bem-estar continua a apresentar as deficiências da escola anterior, uma vez que se prende a avaliação individual, esbarrando nas questões de comparações interpessoais.

Nota-se, no entanto, que numa sociedade as escolhas de um homem dependem e impactam nas escolhas dos outros, sendo fato que ao realizar as próprias escolhas, os indivíduos levam em consideração as decisões dos demais, de modo que o comportamento coletivo em suas decisões é diferente da forma de decidir quando se pensa num único indivíduo. Arrow capta esse diferencial de comportamentos e com base nisso, elabora sua argumentação.

Em síntese, para compreender o *teorema da impossibilidade* parte-se da função de bem-estar social, definida pelas escolhas sociais como resultante das escolhas individuais. Considera-se, então, que as escolhas dos indivíduos se dão de acordo com preferências racionais e que é possível agregar tais preferências numa única preferência para a sociedade. O que Arrow observa, em seguida, é a insuficiente desse critério de racionalidade individual como garantia da racionalidade social. Assim, ele aponta mais quatro condições com fim a democratizar o critério de escolha social: 1)independência das alternativas irrelevantes, 2) unanimidade, 3) domínio irrestrito e 4) não ser ditatorial.

Com essas quatro condições, Arrow (1951) chega a pessimista conclusão de que não há uma função de bem-estar social, para representar racionalmente as escolhas sociais, que expresse uma relação de preferências para a sociedade como “espelho” das relações de preferências dos indivíduos.

[17] Essas propriedades respondem a uma exigência da racionalidade nas análises de escolha. O fato de uma preferência ser completa quer dizer que uma dada configuração social A deverá sempre ser melhor, pior ou ainda indiferente a uma B. Já a transitividade é o fato de que se uma configuração social A é melhor que B e B é melhor que C, tem-se que A é melhor que C; por fim a reflexividade da preferência indica apenas que uma escolha é tão boa quanto ela mesma.

Assim, apesar de Arrow ter colocado a "escolha social sob uma forma estruturada e analítica, com axiomas afirmados explicitamente e analisados, exigindo que as decisões sociais preencham determinadas condições mínimas" (SEN, 2011, p.123) a Nova TES, sob certo aspecto, não se apresentou menos pessimista do que a original. Essas dificuldades explicitadas pelo *teorema da impossibilidade* são um impulso para que Sen desenvolva sua *abordagem das capacitações* e justifique sua importância.

7. Sen e a *abordagem das capacitações*: não apenas felicidade

Tratar da questão da felicidade na Economia não é tarefa simples. Escolher a visão de um só autor sobre o tema poderia reduzir enormemente o escopo. No entanto, Sen é um autor que trabalha com conceitos difíceis e, por vezes, cunhados por ele mesmo com o intuito de explicar idéias que tem coerência no interior de sua própria teoria, mas que não podem ser destacadas de seu contexto. Por isso a dificuldade de compreender a felicidade em sua *abordagem*.

No entanto, antes da discussão sobre felicidade, se faz necessário apresentar os dois principais conceitos que compõe a *abordagem das capacitações*, a saber: *functioning* e *capability*[18].

Os *functioning* "refletem as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter" (SEN, 2000, p.95), sendo relativos ao bem-estar realmente auferido por um indivíduo. Tal conceito tem origem na noção aristotélica de funções. O que a pessoa faz ou é seria um vetor de *functioning*. Por exemplo: estar bem nutrido, livre de doenças que possam ser evitadas ou ser alfabetizado. Já a *capability* de alguém é um conjunto - dentre os vários possíveis - desses vetores de *functionings*,

[18] Optamos por não traduzir esses conceitos fundamentais por não apresentarem um correspondente exato na língua portuguesa. A *capability*, para Sen, contempla em si os termos habilidade e capacidade, de modo traduzi-la apenas por "capacidade" nos levaria a perda de parte do significado original.

referindo-se, num linguajar mais simples, à liberdade para escolher e auferir boas condições de vida.

Percebe-se de antemão que ambos os conceitos são mais abrangentes que as noções de utilidade, bem-estar voltado ao auto-interesse ou mesmo bens primários rawlsianos, apresentados nas seções anteriores. Ainda é possível perceber que, enquanto *functionings* se voltam a realização em si, *capability* contempla o aspecto da liberdade para realizar, o que permitirá na teoria a distinção entre a liberdade substantiva (*freedom*) e a realização efetiva (*achievement*).

Além disso, como Sen concebe a natureza humana nos moldes smithianos, ou seja, de forma multidimensional e não somente auto-interessada, há em sua *abordagem* separação entre a condição de bem-estar (*well-being*) e a condição de agência (*agency*). A primeira é a condição do indivíduo voltada à saciedade do próprio bem-estar ou utilidade. Já a condição de agência ressalta que a realização do homem não se restringe somente a isso, assumindo que outras motivações como senso de dever, lealdade, boa vontade também podem estar presentes. Para Sen (1991), é possível que uma pessoa valorize e promova ações que não se direcionem diretamente a melhoria em seu próprio bem-estar.

Apresentadas as condições, independentes, mas não excludentes, é necessário agora distinguir outro par de termos, realização em si e liberdade positiva para tal. A Economia do Bem-estar seniana concentra sua análise na idéia de *liberdades substantivas (freedoms)*, ou seja, na liberdade para realizar ações e estados a que um indivíduo valorize, o que o autor esclarece como, liberdade "para ter o estilo de vida que desejar" (SEN, 2000). Ele afirma ainda que por vezes seria melhor julgar a condição de alguém em termos da liberdade para realizar e não pela realização em si (SEN, 1991)

A famosa distinção seniana entre o homem que jejua e o que passa fome é bastante esclarecedora: Quem jejua geralmente o faz por opção, enquanto quem passa fome não o faz livremente, mas pela impossibilidade

de realizar o *functioning* nutrir-se adequadamente (SEN, 1991). A escolha tem aqui papel fundamental.

Nesse sentido, a abordagem utilitarista, por exemplo, ao fechar-se na satisfação da utilidade, observa apenas a realização em si, atribuindo certa utilidade à nutrição, não sendo capaz de discernir que embora nutrir-se seja um só *functioning*, as *capabilities* de quem jejua e de quem passa fome são completamente diferentes, havendo em um caso liberdade para realizar e em outro não.

Dar atenção ao que tem valor intrínseco ou a liberdade da condição de agência é, portanto, garantir ao indivíduo a possibilidade de realizar ações cujo objetivo ou comprometimento não seja a manutenção ou ganho do seu próprio bem-estar, sendo as ações pautadas por este objetivo chamadas pelo autor de realização da condição de agência. Já a liberdade e realização da condição de bem-estar são a possibilidade concreta e a efetivação de ações voltadas ao auto-interesse.

A esta altura é fácil notar que a concepção seniana da felicidade vai além do bem-estar do indivíduo. Dois motivos podem justificar tal fato. Conforme dito anteriormente, para Sen, bem-estar recebe um significado particular, voltado à liberdade ou realização do "para si" mais próximo do auto-interesse atribuído a Smith. Além disso, os seres humanos buscam mais do que a realização do próprio bem-estar preocupando-se, freqüentemente, com suas questões de agência.

No entanto, para Sen, a Economia ao longo do tempo restringiu as análises da prosperidade humana em grande parte ao bem-estar nesse sentido mais utilitarista. A explicação dada pelo autor para isso retoma o surgimento dessa ciência a partir de duas raízes, uma ética e outra engenheira. Esta veio a prevalecer, fazendo com que a disciplina comungasse com as ciências exatas, aproximando a realidade a modelos matemáticos sempre mais simplificados (sempre mais *coeteris paribus*), para solucionar questões relativas à alocação e administração de recursos

escassos. Nesse sentido, a Ciência Econômica – em busca de maior "cientificidade" – abriu mão de questões subjetivas essenciais.

Já a abordagem ética, contemplando aspectos mais normativos atrelados a considerações sociais e políticas, fora praticamente abandonada. Apesar desse abandono, a Economia se ocupa de homens reais, com motivações e questões éticas a serem respondidas, de modo que, para Sen, se faz necessário uma retomada dessa segunda raiz. O autor não desmerece a abordagem engenheira, mas afirma que a economia precisa do equilíbrio entre os dois lados para enriquecer-se (SEN, 1991).

Com essa preocupação, a *abordagem* seniana busca contemplar aspectos subjetivos da natureza humana apresentando as liberdades substantivas para realizar como *espaço de avaliação* mais apropriado nas análises econômicas. No entanto, essa liberdade substantiva não pode ser entendida como sinônimo de felicidade. Quer dizer, a felicidade não é a própria *capability*, pois o "ser feliz" é um *functioning* e, portanto, a felicidade estaria inserida na *abordagem das capacitações* sendo "menor" do que ela, ou parte dela. Logo, "o ser feliz é só mais um aspecto da liberdade substantiva, que temos razões para valorizar" (SEN, 2011, p.310).

Assim, felicidade não é bem-estar e nem é *capability*. O que ela é, no entanto, não é evidente na teoria seniana. O termo não pode, por exemplo, ser considerado como sinônimo de realização, visto que tal conceito (*achievement*) recebe um significado próprio na abordagem do autor, próximo da idéia de efetivação ou conquista de um fazer ou ser específico. Tampouco felicidade pode ser entendida como sinônimo de completude (como se poderia dizer: "Morreu, mas teve uma vida completa"), pois tal termo remete a linguagem matemática nas análises do autor.

Talvez florescimento seja uma palavra que possa ser empregada com maior aproximação ao que a felicidade é. Mas a própria *eudaimonia* aristotélica, da qual Sen parte, carrega grande bagagem da *abordagem das*

capacitações, sinalizando que há forte aproximação entre *capability* e felicidade, desde que esta seja entendida no sentido atribuído por Aristóteles.

Por fim, talvez não exista uma definição única da felicidade nos trabalhos de Sen não somente porque definí-la seja complicado, mas, sobretudo, porque a preocupação do autor não se volta diretamente a ela, mas ao conceito de *capability*, o que abarcaria a questão.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES **Ética a Nicômaco,** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ARROW, K. **Social Choice and Individual Values**, New Haven: Yale University Press, 1951.

BENTHAM, J. **In introduction to the principles of morals and legislation,** Kitchener: Batoche Books, 2000.

BIANCHI, A.; SANTOS, A. Além do Cânon: Mão Invisível, Ordem Natural e Instituições, **Revista Estudos Econômicos**, vol.37, n.3, jul-set. 2007.

BRITTO, A. Introdução. In: MILL, J. **Sobre a liberdade,** São Paulo: Hedra, 2010.

BRUNI, L. **Comunhão e as Novas Palavras em Economia,** São Paulo: Cidade Nova, 2005.

BRUNI. L; ZAMAGNI, S. **Economia Civil,** São Paulo: Cidade Nova, 2010

CERQUEIRA, H. Sobre a filosofia moral de Adam Smith, **Síntese – Revista de Filosofia**, v.35, p.57-86, 2008.

GARCIA, F. Introdução. In: PARETO, V. **Manual de Economia Política,** Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HARSANYI, J. Can the Maximin Principle serve as a base for Morality? A Critique of John Rawls's Theory, **The American Political Science Review**, vol.69, n.2, p.594-606, jun.1975.

JEVONS, S. **A Teoria da Economia Política,** Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KANG, T. Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen, **Revista de Economia Política,** vol.31, n. 3, p. 352-369, jul-set.2011.

NUSSBAUM, M. **Creating Capabilities**: the human development approach, Cambridge: Harvard University Press, 2011.

OTAVIANI, M. **Jeremy Bentham:** Como medir os prazeres e as dores – Cálculo da Felicidade, Dissertação de Mestrado em História da Ciência PUC, São Paulo, 2008. Disponível em:< http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6943>. Acesso em: 12 out. 2011.

PIGOU, A. **The Economics of Welfare,** Londres: Macmillan and Co, 1920.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça,** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROBBINS, L. **An Essay on the Nature & Significance of Economic Science**, 1932 Disponível em:< http://mises.org/books/robbinsessay2.pdf> Acesso em 13 out.2011.

SANTOS, R. O Estado na Riqueza das Nações, Texto para Discussão **Série Economia,** n. 47, 2005. Disponível em: < http://cpq.fearp.usp.br/anonftp/textos_discussao/eco/wpe47.pdf> Acesso em: 11 out 2011.

SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. **An Outline of the History of Economic Though,** Oxford: Oxford University Press, 2005.

SEN, A. **A idéia de justiça,** São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SEN, A. Capability and well-being In: NUSSBAUM & SEN (Eds) **The Quality of Life,** Oxford: Clarendon Press, p.31-53, 1993.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade,** São Paulo: Cia. Letras, 2000.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada,** São Paulo: Record, 2001.

SEN, A. **Development as freedom,** New York: Anchor books, 2000a.

SEN, A. **On ethics and economics,** Oxford: Oxford University Press, 1991.

SEN, A. **Racionality and freedom,** Cambridge: Harvard University Press, 2002.

SEN, A. **Sobre ética e economia**, São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SEN, A. **The idea of justice**, Cambridge: Harvard University Press, 2009.

SEN, A. Well-being, agency and freedom: the Dewey Lectures 1984, **The Journal of Philosophy**, v.82, n. 4, p.169-221, abr. 1985.

SEN, A. Why exactly is commitment importante for racionality **Economics and Philosophy**, n. 21, p.5-13, Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SISMONDI, S. **Nouveaux Principes d'Économie Politique,** Paris: Calmann-Levy, 1971.

SKINNER, A. Adam Smith: ethics and self-love. In: **Adam Smith Reviewed**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1992.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações** - Investigação sobre sua natureza e causas, vol. I, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, A. **Teoria dos Sentimentos Morais,** São Paulo: M. Fontes, 2002.

Uma demografia da escravidão mineira – O caso da Fazenda Santa Sofia, 1850 – 1882.

Marjorie Rocha Cohn – Mestranda em História Social – FFLCH – USP
marjoriercohn@gmail.com

Resumo

O objetivo deste texto é propor a análise demográfica de uma fazenda na Zona da Mata de Minas Gerais no século XIX. O objeto é a Fazenda Santa Sofia, propriedade de Camilo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados (1815-1882). A análise será baseada especialmente em dois documentos, a relação da matrícula de escravos da fazenda, de 1872 e a relação dos escravos da mesma de 1882. Será também abordada a questão dos cativos que foram alforriados pelo Conde no ano de sua morte.

A Economia Mineira no Século XIX – Um debate

Muito já se escreveu sobre a economia mineira do século XIX. Desde a década de 1970, o debate está polarizado entre autores que destacam a proeminência do setor interno e aqueles que afirmam ser a exportação o setor dinâmico da economia da província, após o declínio da mineração.

Na década de 1980, a crítica a historiografia clássica que tratava da estagnação e da involução econômica de Minas Gerais no XIX ganha cada vez mais força, pois estudos demonstravam que a província tinha, na verdade, uma sociedade heterogênea e uma economia diversificada. Os principais autores do debate foram Roberto Martins e Robert Slenes. O primeiro afirma que a economia mineira tinha caráter mercantil de subsistência e estava voltada para o consumo local. O autor atribui o grande contingente escravo ao fator *Wakefield*, ou seja, a disponibilidade de terras tornava difícil o recrutamento de mão de obra livre, sendo os proprietários obrigados a empregar a mão de obra escrava[1]. Apesar de assimilar algumas das propostas de Martins, Robert Slenes afirma que as atividades exportadoras eram o centro dinâmico da economia mineira e justificavam a maciça importação de africanos[2].

[1]MARTINS FILHO, Amílcar & MARTINS, Roberto B., Slavery in a non-export economy: Nineteenth-century Minas Gerais revisited, *HAHR*, 63(3), p. 537-568, 1983.
[2] SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, p. 449-495, set./dez. 1998.

Muito se escreveu depois do debate entre Martins e Slenes. A partir da década de 1990, as obras de caráter regional trazem a dimensão da diversidade e dinamismo da economia mineira. Destacam-se trabalhos como o de Clotilde Paiva, que utilizando listas nominativas de 1831-32 observa que a agricultura e a pecuária eram o principal segmento da economia da província e que parte desta produção era destinada ao consumo interno e o restante para outras províncias, como Rio de Janeiro e Bahia[3].

Ainda nos estudos de caráter regional, especialmente sobre a Zona da Mata, estão Mônica Oliveira[4], que analisa a riqueza investida nas fazendas de café desta região e Rômulo Andrade e Luiz Fernando Saraiva, que trabalhando com inventários e registros paroquiais identificam propriedades grandes que permitiam a acumulação de capitais que proporcionavam a multiplicação da riqueza[5].

Depois do muito que já se escreveu, se tem certeza que uma das características definidoras de Minas Gerais é a vastidão e a conseqüente diversidade de seu território. Como indica Antônio Henrique Duarte Lacerda, "suas várias regiões [de Minas Gerais] possuem características diferenciadas, carecendo de muitas pesquisas regionalizadas que permitam futuras sínteses" [6].

O Vale do Paraíba Mineiro, Zona da Mata, Século XIX

A Zona da Mata das Minas Gerais, região que é o cenário do objeto deste texto, permaneceu relativamente desocupada até o início do século XIX. A área recebeu este nome por ser composta por um denso manto florestal homogêneo e compacto, um dos motivos pelo qual levou tanto tempo para ser ocupada[7]. O outro era o fato da Coroa portuguesa proibir o povoamento das chamadas "zonas proibidas", das quais a Mata fazia parte, para evitar o contrabando de ouro das minas. Com o declínio da produção aurífera, estas proibições se afrouxaram e um dos resultados foi a abertura do Caminho Novo, iniciado por Garcia Rodrigues Pais e concluída por Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, em 1707. Estas medidas tornaram possível o início da exploração da região.

[3] PAIVA, A. Clotilde. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado – FFLCH-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
[4] OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005
[5] ANDRADE, Rômulo Garcia. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. São Paulo: FFLCH-USP, Tese de Doutoramento, 1995 e SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em juiz de fora – 1870/1900*. Niterói: UFF, 2001.
[6] LACERDA, A. H. D. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais - A família Ferreira Armonde (1751-1850)*, Niterói, UFF, Tese de Doutoramento, 2010, p. 30.
[7] VALVERDE, Orlando. "Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: 20(1), pp.3-82, jan./mar.1958, p.22.

Foi exatamente neste século XVIII, ao que tudo indica, no ano de 1722, que Francisco Ferreira Armond chegou às Minas Gerais. Este imigrou de Portugal para São João Del-Rei, um entreposto comercial importante, onde se estabeleceu e desenvolveu relações de prestígio no Rio de Janeiro e ainda onde morreu com posses. No seu testamento consta que seus bens de raiz compunham 49,6% de sua riqueza, e que possuía apenas quatro escravos homens e uma pequena tropa de cavalos e muares, o que leva a crer que suas principais atividades foram o comércio e o transporte entre Minas e o Rio. Seus filhos levaram adiante esta ocupação, tanto que Antônio Henrique Duarte Lacerda indica que a família Ferreira Armond era uma das controladoras do movimento das tropas em Minas Gerais[8].

O neto de Francisco, Marcelino José Ferreira Armond dedicou-se a interesses ligados à mineração, ao comércio, ao tráfico de escravos, à expansão de suas terras, à produção de gêneros e à plantagem escravista ligada à cafeicultura. Todas estas atividades fizeram com que Marcelino, Barão de Pitangui, tenha sido citado por Richard Burton como uma das maiores fortunas do Império[9]. Com sua morte em 1850, sua herança foi dividida entre seus três filhos, entre ele Camilo Maria Ferreira Armond, personagem principal deste texto. Para entender melhor este personagem, é fundamental entender o contexto no qual ele cresceu e se formou.

No século XIX, a demanda mundial de café aumentou a um ritmo elevado, estando nos Estados Unidos o mercado consumidor mais dinâmico e a revolução haitiana fez com que novas áreas, como Java e Brasil, entrassem no circuito cafeeiro. Em 1828, o Brasil já despontava como o maior produtor mundial da rubiácea e o acelerado desenvolvimento da produção se estendeu até a década de 1840. Quase toda a produção cafeeira do Império era proveniente da região do Vale do Paraíba, que compreendia terras das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Em Minas, a cultura se desenvolveu na região da Zona de Mata, mais próxima ao Rio de Janeiro, e já em meados do século XIX podia ser caracterizada como uma típica região de plantation escravista.

É neste contexto que em 1850, com a morte de Marcelino Armond, Barão de Pitangui, Camilo Maria Ferreira Armond herda, entre outros bens, a fazenda Santa Sofia. Formado em medicina em Paris e político atuante, Camilo assumiu definitivamente a administração da fazenda em 1851 e decidiu investir na vocação cafeeira e escravista da mesma. Neste ano, a escravaria era composta por 67 cativos, em 1882, já eram 216

8 LACERDA, A. H. D. A evolução do patrimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais, 1751-1850). In: Elione Silva Guimarães; Márcia Maria Menendes Motta. (Org.). *Campos em disputa: história agrária e Companhia.* São Paulo: Annablume, 2007, p. 63-86.

9 LACERDA, A. H. D. *Idem*, p.80.

escravos e 84 ingênuos. Ainda que não seja possível precisar o volume da produção cafeeira da fazenda, não é exagero afirmar que este aumento do número escravos tem relação direta com a entrada da Santa Sofia no mercado cafeeiro de exportação, que por sua vez está relacionado com o aumento da demanda mundial de café.

A Santa Sofia ocupava uma área de 274 alqueires geométricos[10], o que a coloca na média das grandes propriedades do Vale do Paraíba, de acordo com as estimativas de Rômulo Andrade (236 alqueires geométricos) e Luiz Fernando Saraiva (280 alqueires geométricos)[11]. Além disso, a fazenda também se encaixava na estrutura fundiária delineada por Mônica Ribeiro de Oliveira, ou seja, de propriedades compostas por pastos, terras de cultivo, capoeiras e terras virgens[12]. Segundo a partilha de bens de Camilo, suas terras valiam 42 contos e 910 mil réis. Quanto aos pés de café, que eram 270 mil (o que representa uma média de pouco mais de mil pés de café por escravo), estes somavam o valor de 53 contos e 750 mil réis. Tendo estes números é possível calcular que a fazenda produzia uma média de 10 mil arrobas de café anuais (há indicações que a produção no Vale do Paraíba oscilava entre 20 e 60 arrobas por mil pés, aqui se adota a média arbitrária de 40 arrobas a cada mil pés)[13].

Em todas estas descrições e documentos consultados até agora, não se encontrou referência a qualquer outra produção além da cafeeira na Santa Sofia, no entanto, segundo Elione Guimarães, os livros de notas da fazenda revelam que havia um comércio de gêneros diversos, inclusive mantimentos, como o milho, entre os cativos e os senhores[14]. Todavia, notas de consignação também revelam que mantimentos para os escravos e para a casa-grande eram adquiridos dos comissários que negociavam o café do Conde de Prados.

Tendo em consideração este retrato da fazenda Santa Sofia, a próxima parte do texto trata do tema central proposto: a escravaria do Conde de Prados.

Camilo Maria Ferreira Armond: Conde de Prados e Senhor de Escravos

[10] As informações referentes às terras e aos pés de café da Fazenda Santa Sofia estão disponíveis na Sentença cível de partilha extraída dos autos de partilha amigável dos bens de Camillo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados. Rio de Janeiro, 14 de Maio de 1882. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, Tombamento: 2460/2003.

[11] ANDRADE, Rômulo. "Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: O caso da Zona da Mata" In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Vol 11, no.22, pp.95-125, mai-ago., 1991, p.96; SARAIVA, Luiz Fernando. *Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora, 1870-1900*. In: 10º. Seminário sobre a economia mineira, Diamantina, 2002.,p.13

[12] OLIVERA, Mônica R. *Op. Cit.*, p. 66.

[13] TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História do Café no Brasil.* Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1943, 15 vols, pp.18-98.

[14] GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação – Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828 – 1928)*. São Paulo: Annablume,; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006, p. 143.

Como explicitado anteriormente, o Conde de Prados, além de administrador da fazenda Santa Sofia, era também um político atuante, o que fazia com que seu tempo tivesse de ser dividido entre as estadias em Minas Gerais e na Corte, onde ocupou inúmeras vezes o cargo de deputado por sua província de origem. Além destes cargos, ele também foi eleito Presidente da província do Rio de Janeiro (1878) e membro do Conselho de Estado (1879).

As temporadas do Conde na Corte fizeram com que ele empregasse seu genro, Hipólito de Albuquerque Mello na administração diária da fazenda. São muitas as cartas endereçadas ao genro e à esposa, Josefina Cândida Gomes de Sousa, que tratam de questões administrativas da Santa Sofia, como o envio de café a determinadas casas comissárias ou a gestão dos cativos.

Como se sabe, em boa parte dos casos, o escravo representava a maior parte do investimento dos fazendeiros[15], e com o Conde de Prados, não era diferente. Um documento que apresenta apenas 122 dos seus 216 escravos, sugere que o valor destes somava 28% de seu investimento (enquanto os pés de café representavam 24% e as terras, 29%)[16], é muito provável que este número fosse ainda maior, já que nem todos os escravos foram listados. Mas além da questão financeira, a constante preocupação com os cativos pode ser também o resultado da conjunção de fatores de ordem legal.

Em 1850, com o fim definitivo do tráfico transatlântico, os senhores se depararam com a dificuldade da reposição da mão de obra, que até então se dava pela compra de africanos. É importante lembrar que o fim do tráfico não colocou um fim definitivo às transações que envolviam escravos, mas fez com que muitos senhores passassem a dispensar um cuidado maior à manutenção da sua força de trabalho. É neste contexto, por exemplo, que muitos se dedicam à redação de manuais agrícolas, que dentre vários assuntos, frequentemente tratam da administração dos escravos e da produção cafeeira[17]. Ora, além do comércio inter e intra-provincial, também ganha força a idéia da reprodução natural como caminho viável para a reposição de mão de obra.

Alguns anos depois da Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre, de 1871, põe em pauta o fim definitivo da escravidão e então, a reprodução natural e as crianças

[15] Esta indicação está em ANDRADE, Rômulo *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco:Zona da Mata de Minas Gerais, Século Dezenove.* Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 1995, p.62, onde o autor aponta que, em grandes propriedades da Zona da Mata, os escravos representavam 44% dos investimentos, contra 21% em cafezais e 25% em terras.

[16] Documento sem título que apresenta os valores da terras, pés de café e parte dos escravos da Fazenda Santa Sofia, Sem Data. Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis. Tombamento 2241/2003.

[17] MARQUESE, Rafael. "A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847", In. *Revista de História*, n° 137, pp. 95-112, p.96.

escravas deixam de representar uma possível continuidade e para muitos senhores representam apenas o ônus de criar os rebentos de suas escravas.

Por outro lado, não se deve ignorar que ainda que a escravidão estivesse próxima de ser abolida, estas crianças que nasceram após 1871, e suas famílias, não deixavam de representar uma possibilidade de continuidade, não da escravidão, mas de uma força de trabalho em novos moldes. Não é exagero afirmar que era grande a possibilidade que libertos que passaram por boas experiências de cativeiro permanecessem nas fazendas onde já trabalhavam, mesmo com a abolição.

Como o Conde de Prados expressa seu cuidado com seus escravos? Um exemplo, uma carta de Camilo para sua esposa, em 1869, retrata a preocupação com a saúde. Ele escreve: "apesar da bondade do China (?) está o Sá com mais de 100 doentes de disenteria [...] a coqueluche mata sem piedade em São João Del-Rei e outros pontos; dizem-me que o Leandrinho já perdeu cinco escravos e, no entanto estão longe, bem longe de Santa Sofia. [...] Seja como for Deus lhes dê a todos sossego e saúde"[18]. Esta preocupação não estava só nas cartas, mais do que instruções, havia em Santa Sofia um hospital cuja existência está indicada na partilha dos bens de Camilo Armond e pode ter relação não só com sua formação em medicina, mas também com o já citado zelo com seus bens.

Vale notar que as instruções do Conde estavam em compasso com os já citados manuais escravistas. Temos o exemplo do clássico "Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro", de Francisco Peixoto Lacerda Werneck. Escreve o autor: "nas moléstias devem ser tratados [os escravos] com todo o cuidado e humanidade. Embora haja médico assistente, o senhor dos escravos deve fazer a sua visita à enfermaria para animar os doentes e dar-lhes alívio, acautelando alguma falta que por ventura possa haver".[19]

Outra preocupação diretamente relacionada à saúde dos escravos, diz respeito ao asseio das senzalas e do hospital. Em uma carta de 1869, afirmava esperar que a epidemia de disenteria que lá se manifestou continuasse limitada e benigna, mas que mesmo assim, conviria ter vigilância e "espalhar os doentes e isolá-los – muito asseio na enfermaria – são medidas de rigor." [20] Em uma carta à esposa redigida no ano anterior, atentava que, "Pelo tempo que corre [,] é necessário muito asseio nos terreiros, senzalas e enfermaria e prover

18 Carta de Camilo Armond a Josefina de Sousa. Barbacena, 31 de julho de 1869. Tombamento: 2692/2003.
19 WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro,* Rio Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878, pp. 25-6.
20 Carta de Camilo Armond a Hipólito Mello. Barbacena, 31 de março de 1869. Tombamento: 1141/2003.

a que haja mudas para os negros molhados. À falta dessas coisas atribuo aí muitas perdas de vidas" [21].

Para finalizar, vale tratar rapidamente de outro eixo fundamental da relação entre senhores e escravos, e que foi a base da experiência do bom ou do mau cativeiro, os castigos.

Nas cartas consultadas, vez ou outra, o Conde de Prados faz referência à importância da vigilância dos feitores, fundamental para que se mantivesse a ordem na fazenda e quase não aparecem referências a insatisfações dos escravos ou castigos. Aparentemente a convivência na Santa Sofia era, na medida do possível, pacífica.

É provável que boa parte dos castigos estivesse relacionada a pequenas infrações, sendo necessária uma solução rápida. Dadas as distâncias entre os remetentes, não era possível enviar uma carta e esperar sua resposta para deliberar sobre todas as punições cabíveis aos escravos; logo, se presume que aparecem na correspondência apenas os problemas que mais afligiam o comando da fazenda. Ou, talvez, nela houvesse o equilíbrio sugerido por Werneck, ao afirmar que "nem [...] é sempre inimigo do senhor [o escravo]; isto só se sucede com os dois extremos, ou demasiada severidade, ou frouxidão excessiva, porque esta torna-os irascíveis ao mais pequeno excesso deste senhor frouxo, e aquela leva-os à desesperação"[22].

Porém, toda regra tem sua exceção. Em 1871, o escravo João Constantino, carpinteiro, casado, assassinou seu companheiro de cativeiro, João Carioca. Segundo Elione Guimarães, nenhum dos outros companheiros soube indicar exatamente qual poderia ser o motivo do homicídio. "Quase todas as testemunhas alegaram que havia rixa antiga entre réu e vítima, mas alguns ignoravam os motivos e outros não fizeram menção aos mesmos, não sendo perguntado pelo juiz as razões da rixa. Apenas uma das testemunhas fez alusão ao fato de que o réu cometeu o assassinato por motivos de ciúmes por causa de uma parceira."[23] Como afirma a autora, pode ser um exagero atribuir ao delito um motivo passional por conta de uma afirmação, porém, mais adiante se verá que a demografia pode fornecer algumas pistas.

João Constantino foi absolvido, alegando legítima defesa, já que segundo consta no processo, João Carioca o atacou com um pedaço de pau, ao passo que, e aqui a história fica um pouco confusa, Constantino devolveu a agressão com uma facada. Passado todo o caso, o Conde de Prados escreveu à sua esposa sobre a situação: "Recebi ontem sua

21 ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto de. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1808-1888: Elementos para um estudo de caso. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988*, p. 161-2.
22 WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Op. Cit.,* p. 26
23 GUIMARÃES, Elione Silva. *Op. Cit.,* p. 181.

comunicação a respeito do julgamento do João Constantino. Não é fácil a minha conduta depois de tal fato. Vendê-lo? Seria preciso, em vista da nova lei, vendê-lo com a mulher. Vender-se com a mulher ainda seria realizável: mas que benefício tiraria daí a subordinação da fazenda? Seria na verdade um grande castigo vender um escravo carapina, que irá talvez melhorar de sorte em poder do novo senhor! Teriam os outros um bom pretexto para cometerem crimes quando se aborrecessem de mim ou de alguém de minha família. Deixá-lo na fazenda impune, em virtude da lei que o protege, é lamentável e inconveniente. Portanto o único alvitre razoável que vejo é o seguinte: Fazê-lo vir, e metê-lo imediatamente no tronco com todas as cautelas; castigá-lo moderadamente com açoites, aplicar-lhe uma argola ao pescoço, e mandá-lo para a roça. É o único meio que vejo de exemplificar e conter os outros. [...] Não vejo outro modo razoável de conduta, e tudo o mais será acoroçoar o crime" [24].

Esta carta é um exemplo emblemático da condução da escravaria. Porém, o final da história de João Constantino foi ainda mais trágico. O corpo do carpinteiro foi "encontrado suspenso por uma corda ao pescoço, numa árvore do cafezal", em junho de 1879[25]. Mais misterioso que o assassinato cometido por ele, foi sua morte.

Agora que já se sabe mais sobre a fazenda Santa Sofia, seu dono e como sua administração era conduzida, hora de entender mais sobre sua população escrava.

Os escravos da Santa Sofia: Uma análise demográfica

Como dito acima, o ano inicial do recorte cronológico deste texto foi marcado por dois acontecimentos importantes para a análise desenvolvida: a morte de Marcelino José Ferreira Armond e o fim do tráfico transatlântico de escravos. Mesmo assumindo a fazenda no ano do fim do tráfico, Camilo Armond acumulou durante seus anos à frente dela um número considerável de cativos. Esta parte do texto se dedica a uma análise da composição da escravaria da fazenda Santa Sofia em dois momentos. Para tanto, foram usados os seguintes documentos: uma relação de escravos de 1872, a relação original de todos os escravos e ingênuos de 1882, a partilha de bens do Conde de Prados, de 1882, cartas de alforria e as certidões de nascimento e óbito.

1872 - A lista de matrículas de Sanfa Sofia

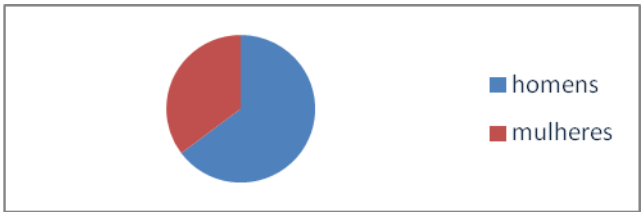
[24] ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, p. 172
[25] ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, p.20.

A relação de 1872 é a que traz informações mais completas sobre a conformação da escravaria. Este documento é composto de 17 folhas impressas, em cujo cabeçalho se lê: "Relação número 248 dos escravos pertencentes ao Visconde de Prados residente na província de Minas Gerais, município de Juiz de Fora, paróquia de São Pedro de Alcântara (Art. 2º do regulamento n. 4835 de 1º de dezembro de 1871)"[26]. A peça faz parte das matrículas que passaram a ser exigidas após a promulgação da Lei do Ventre Livre e que, a partir de 1872 constituía, junto com o registro de mudanças, a única base legal para a propriedade de escravos. Logo, era fundamental que o senhor cumprisse a lei para que garantisse seus direitos.[27]

O documento traz as seguintes informações a respeito dos escravos: número de ordem na matrícula, número de ordem na relação, nomes, cor, idade, estado, naturalidade, filiação, aptidão para o trabalho, profissão e observações.

Há nesta relação um total de 246 escravos, sendo 150 homens e 96 mulheres (Gráfico 1), ou seja, a primeira informação que se pode extrair do documento é a razão de masculinidade, que era de 156. Este número não está muito distante daquele indicado por Rômulo Andrade, para a região de Juiz de Fora, segundo o autor, em 1872, a taxa de masculinidade em plantéis com mais de cinqüenta escravos era de 170[28]. As altas taxas de masculinidade e africanidade refletiam a entrada maciça de escravos no mercado. A grande presença de homens era o resultado de uma época na qual o trabalho deles era considerado mais produtivo e a reposição de mão de obra se dava com mais facilidade[29], logo, a razão de masculinidade não tão alta da Santa Sofia revela uma população escrava que não era apenas resultante de importações.

Gráfico 1. Proporção de Homens e Mulheres em 1872



[26] ALBUQUERUQUE, Antonio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, pp. 179-196.
[27] SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.120.
[28] ANDRADE, Rômulo . Casamentos entre Escravos na Região Cafeeira de Minas Gerais. *Revista Universidade Rural*. Série Ciências Humanas, Seropédica (RJ), v. 22, n. 02, p. 177-197, 2000, p. 188
[29] MACHADO, Cacilda, ENGEMANN, Carlos e FLORENTINO, Manolo. "Entre o geral e o singular – Histórias de Fazendas Escravistas na América do Sul – Séculos XVIII e XIX" In: Manolo Florentino e Cacilda Machado (organizadores). *Ensaios sobre a escravidão*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 167

O aumento de uma escravaria se dava de duas formas: por meio da reprodução natural ou pela compra de escravos no mercado (transatlântico, até 1850, interno, após a data). Nenhuma das opções elimina a outra, porém, com a proibição definitiva do tráfico transatlântico, o preço dos cativos sofreu um aumento generalizado e os senhores procuraram prolongar a vida útil de seus escravos e incentivar a reprodução natural. Observa-se a partir daí maior incidência de família escravas e o equilíbrio entre os sexos[30].

Relacionada à questão da reprodução da escravaria e à razão de masculinidade, se encontra a das relações familiares entre os escravos. A lista apresenta um total de 94 – ou 38,2% – de escravos casados (47 mulheres e 47 homens), 142 - ou 57,3% - de solteiros (96 homens e 46 mulheres) e 10 - ou 4,5% - de viúvos (8 homens e 2 mulheres). Há uma porcentagem razoável de escravos casados, mas não foi encontrada nenhuma certidão de casamento de cativos e ainda não há certeza se havia algum tipo de cerimônia para consagrá-los, mas é possível que estes casamentos eram formais e não simples uniões consensuais ou concubinatos.

Tabela 1.1. Estado Civil dos Escravos em 1872

	Total	Homens	Mulheres
Solteiros	57,3%	64,0%	46,9%
Casados	38,2%	30,7%	50,0%
Viúvos	4,5%	5,3%	3,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Porém, somente estes números não revelam muito, valem, então, mais algumas observações. Havia uma maior porcentagem de mulheres casadas do que homens. Ora, isto se explica facilmente pelo descompasso entre o número de homens e mulheres, já que aqueles estavam em maioria. É também interessante notar que nas faixas 20-29 e 30-39 há uma discrepância entre as porcentagens de homens e mulheres casados (Tabela 1.2). Nas duas faixas, as mulheres casadas são absoluta maioria, enquanto no que diz respeito aos homens, na faixa 20-29, a maioria é de solteiros e na faixa de 30-39, apenas metade deles é casada. Infelizmente ao é possível identificar os casais, para entender melhor sua composição. O trabalho de Florentino e Góes lança uma hipótese que pode ser considerada neste caso. Segundo os autores, os homens mais velhos dominam o mercado matrimonial

[30] GÓES, José Roberto e FLORENTINO, Manolo. *A Paz das Senzalas (Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.29.

das mulheres férteis e esta pode ser uma explicação para a diferença dos estados civis entre as diferentes faixas etárias e sexos[31].

Tabela 1.2. Estado Civil de acordo com sexo e faixa etária em 1872

	TOTAL				HOMENS				MULHERES			
Faixa Etária	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Solteiras	Casadas	Viúvas	Total
0 a 9	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
10 a 19	97,2%	2,8%	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	95,0%	5,0%	0,0%	100,0%
20 a 29	42,1%	57,9%	0,0%	100,0%	82,1%	17,9%	0,0%	100,0%	3,3%	93,4%	3,3%	100,0%
30 a 39	33,3%	60,0%	6,7%	100,0%	41,7%	50,0%	8,3%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
40 a 49	18,4%	65,3%	16,3%	100,0%	24,3%	62,2%	13,5%	100,0%	0,0%	81,8%	18,2%	100,0%
50 a 59	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
60 a 69	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
70 +	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Apesar de um número razoável de escravos casados, a opinião do Conde de Prados sobre os casamentos era bem definida e até mesmo peculiar. Em uma carta à esposa, ele escreve: "Demorei de propósito em responder sua carta, porque deu-me ela o que pensar. Tratemos do casamento das negras em primeiro lugar: é constante e a história dessa fazenda revela, que são justamente as casadas que maiores escândalos e desgostos têm aí causado, e mesmo desgraças lamentáveis. As fraquezas humanas são mais toleráveis do que o crime e o escândalo. A prova de que é assim está no sossego relativo das grandes fazendas do Rio de Janeiro (Breves - Nova Friburgo – Avelares - e outras) que não casam negros. O número de ingênuos aumentará necessariamente: nosso obstáculo para o futuro. Há apenas a razão tirada da acumulação que seja (rasurado) e que possa determinar-me a carregar com os demais inconvenientes. É preciso atender, que entre os rapazes novos há um grande número, cujo casamento embaraçará para o futuro, porque pretendo deixá-los libertos, uns por dever e outros por afeição. Como ficarão essas famílias? Em todo caso, a efetuarem-se esses casamentos por motivo de desentulho, único admissível, devem ser preferidos os mais velhos, a fim de que não se reproduza a sorte do Altivo e outros que não são casados nem solteiros. Case-os embora com estas condições"[32].

As preocupações fundamentais de Camilo Armond são os problemas causados pelas escravas casadas, os ingênuos e as alforrias que pretende assinar. Esta carta parece reforçar uma hipótese de Robert Slenes, que afirma que "a queda do interesse dos senhores no poder reprodutivo da mulher cativa por definição implicaria uma redução em seu

[31] Os autores também levam em conta o fato dos jovens africanos se unirem a mulheres mais velhas por causa deste domínio do mercado por homens mais velhos e por causa da integração que estas uniões podiam proporcionar. Acredito que isso não deve ser considerado no caso da Santa Sofia, já que neste momento não há mais escravos recém-chegados que precisam ser tutelados pelos mais experientes, mas quem sabe, o domínio dos homens maduros já estivesse arraigado entre os escravos.

32 Carta de Camilo Armond a Josefina de Sousa. Corte, 21 de Fevereiro de 1882. Tombamento: 2729/2003.

interesse imediatista no matrimônio escravo, visto este como instituição promotora da fecundidade" [33]. Provavelmente quando trata das desgraças causadas pelas mulheres causadas é muito provável que ele esteja se referindo ao caso, já citado neste texto, do escravo João Constantino, que pode ser explicado pela diferença numérica entre homens e mulheres. Ora, se, como foi apontado, a mulher de João tinha mesmo alguma relação com João Carioca, esta pode se explicar, dentre muitos motivos, pelo maior número de homens do que mulheres.

Além de sua opinião sobre as uniões entre os escravos, o Conde também anuncia nesta carta sua política de alforria, por dever e por afeição, que tem relações evidentes com a crise da escravidão, quando, a reprodução natural não é mais interessante, a abolição já aparece como possibilidade próxima, mas a alforria pode, paradoxalmente, garantir uma futura força de trabalho. Este assunto será tratado mais detidamente na próxima parte, quando for analisada a relação de escravos de 1882 e suas alforrias.

Em outra carta, Camilo Armond já mostrava descontentamento com o casamento dos escravos: "Entre os escravos vem o José Mulatinho que deverá vir para o Rio para o meu serviço particular, antes que arme aí algum casamento como o outro, e, portanto virá logo com o Martinho" [34]. José Mulatinho não aparece em nenhuma das listagens e, quanto a Martinho, há duas possibilidades: Martinho Flores e Martinho Engenheiro solteiros e listados como roceiros.

A partir das cartas é possível inferir que Camilo Armond não compartilhava completamente da idéia que os casamentos necessariamente significavam estabilidade social na senzala, especialmente considerando o desequilíbrio entre homens e mulheres. Mas é importante destacar que a família cativa tinha sim a sua utilidade para os senhores. Afinal, como indica Slenes, a formação de famílias podia transformar o cativo em refém, pois ao mesmo tempo em que permitiria a criação de laços parentais, o senhor teriam em suas mãos o poder da ameaça de eventual separação de parentes por meio da venda[35].

O número de casados e o de ingênuos que aparecem na lista de 1882 comprova que existiam vínculos familiares sólidos entre a escravaria da Santa Sofia e que a escravidão não era uma instituição engessada. O cotidiano nas fazendas por todo o Império revelam como as relações eram fluidas e negociáveis.

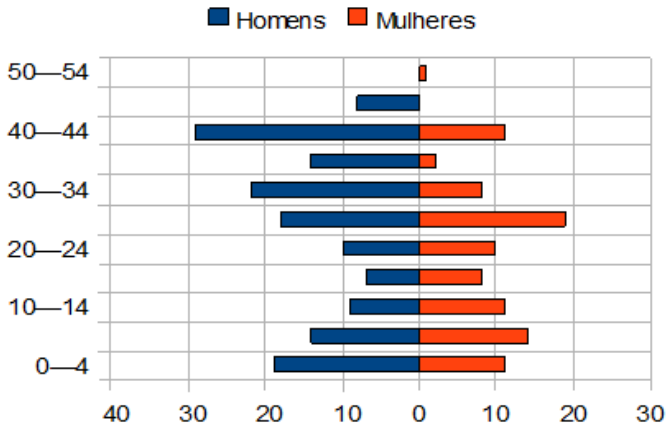
Mas, voltando a 1872, no que diz respeito às idades, apresenta-se a distribuição por faixa etária feita a partir dos dados disponíveis (Gráfico 2). O que este gráfico revela?

[33] SLENES, R. *Op. Cit*, p. 92
34 Carta de Camilo Armond a Josefina de Sousa. Icaraí, 13 de Agosto de 1874. Tombamento: 2726/2003.
[35] SLENES, Robert. *Op. Cit.*, p.114.

Observa-se um bom número de escravos entre os zero e 14 anos, logo, nascidos pouco antes ou após 1850 e muito provavelmente resultado da reprodução natural no cativeiro da própria Santa Sofia. Nesta faixa, há 42 meninos e 36 meninas; a proporção de 1,1 meninos para cada menina representa claro equilíbrio. E, quanto maior o equilíbrio entre homens e mulheres, maior é a evidência da reprodução natural e a incidência de famílias escravas[36]. Vale ainda ressaltar que é alto o número de mulheres em idade fértil, a partir dos 15 anos até por volta dos 40 anos, representando 49% do total de escravas.

Na maioria das vezes, autores afirmam que o setor mais produtivo da força de trabalho era composto por escravos entre 15 e 40 anos[37], nesta faixa há um total de 64% de escravos (entre homens e mulheres). Este já é um número considerável e se for estendido o que se entende por setor produtivo dos 10 aos 50 anos, este número sobe para 76%.

Gráfico 2. Distribuição etária dos escravos em 1872



Pode-se imaginar que seria encontrado na faixa etária de 35 a 44 anos um bom número de africanos, já que os escravos dos 35 anos em diante poderiam ter sido trazidos pelo tráfico transatlântico. Porém, os dados sobre a origem dos escravos revelam o seguinte: entre os homens, 76% tinham origem em Minas Gerais, 20% eram africanos, 3% eram de origem desconhecida e 0,7% eram baianos. Entre as mulheres, 90% eram de Minas Gerais, 8% eram africanas e apenas 1% tinha origem desconhecida. Mas, uma informação importante é que todos estes escravos africanos (tanto homens quanto mulheres) tinham mais de 40 anos, tendo provavelmente chegado no Brasil na entre o fim da década de 1840 e início da década de 1850 (período no qual a importação ainda se concentrava, preferencialmente, sobre homens em idade produtiva), uma evidência que

[36] MACHADO, Cacilda, ENGEMANN, Carlos e FLORENTINO, Manolo, *Op. Cit.*, p. 178.
[37] BERGAD, Laird. *Escravidão e História Econômica – Demografia de Minas Gerais, 1720-1888.* Bauru: EDUSC, 2004, p.222.

apóia esta hipótese é o fato de 80% destes serem homens. Importante ressaltar também que de todos os escravos africanos (homens e mulheres), 80% deles era de casados ou viúvos, infelizmente não é possível verificar se os casamentos aconteciam entre africanos ou eram mistos. Para os africanos não foi encontrada nenhuma informação referente às respectivas etnias, à exceção daquelas indicadas nos nomes como Carolina e João Angola (que, aliás, eram casados) e Joaquim Mina. Mas, ainda assim é importante ressaltar que a denominação de etnia nos nomes é problemática, pois nem sempre ela indica a verdadeira origem, e sim o porto de embarque de escravos trazidos do interior do continente[38].

Ligada à questão da naturalidade está a questão da filiação. Apesar de boa parte dos escravos terem origem mineira, temos 59% de escravos com filiação desconhecida e 41% com filiação conhecida. Entre as mulheres os números se invertem. Enquanto 30% das mulheres têm filiação desconhecida, 69% têm filiação conhecida. Talvez um dos motivos seja que, mesmo tendo origem mineira, uma parte dos escravos tenha vindo fazer parte da escravaria através do tráfico interno. Sabe-se, por exemplo, que Camilo Armond arrematou escravos que pertenciam ao seu finado primo Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage. Dos 26 escravos arrematados, apenas três eram africanos, cinco tinham origem desconhecida e dezoito eram mineiros. Pode-se especular que o alto número de mulheres com filiação conhecida tenha relação com o fato de a maioria ter nascido em Minas Gerais, e talvez até mesmo em Santa Sofia.

Outra informação relevante é a quantidade de negros e pardos. Tanto entre os homens quanto entre as mulheres, os negros predominavam. Eles representavam 85% dos homens e 79% das mulheres, enquanto os pardos eram 15% dos homens e 21% das mulheres. Ainda assim, é importante ressaltar que eventualmente esta descrição da cor da pele não era muito precisa, devendo ser considerada com cautela.

No que diz respeito à ocupação destes escravos, temos os seguintes números: 60,6% eram roceiros, 26% não tinham nenhuma ocupação discriminada (todos estes eram menores de 15 anos), 4% de carpinteiros, 2% de alfaiates, 2% de pedreiros e 5,4% tinham outras ocupações (copeiros, carreiros sapateiro, arrieiro, capataz - um africano de 40 anos - , tropeiro, formigueiro e telheiro). Entre as mulheres os números, 40% não tinha ocupação definida (assim como os homens, boa parte destas era menor de 15 anos), 34% de roceiras, 18% de costureiras e 8% de outras ocupações (trabalhos de terreiro, engomadeiras, lavadeiras e copeira). O resultado total é de 50% de escravos (homens e mulheres) roceiros.

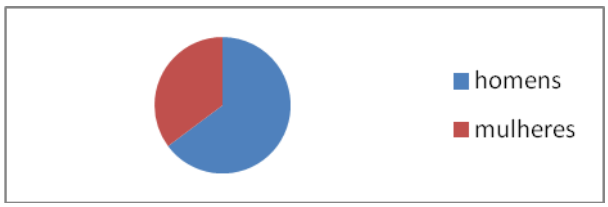
[38]BERGAD, Laird. *Op.Cit.*, p.227.

1882 – A relação dos escravos do Conde de Prados

Enquanto a matrícula de 1872 fornece uma entrada para a compreensão da mão de obra cativa em Santa Sofia, existe outro que permite apreender os caminhos da liberdade. Este documento é intitulado "Relação original de todos os escravos e ingênuos que pertenceram ao finado Conde de Prados" [39]. Antes de passar à parte final deste texto, que vai tratar da questão das alforrias na Santa Sofia, é importante entender o que mudou em uma década.

Para começar, o número de escravos diminuiu. Em 1872 eram 246, em 1882 eram 216, ou seja, há uma baixa de 30 escravos. Infelizmente não é possível afirmar com toda a certeza que morreram, mas esta possibilidade é a mais provável. Foram encontrados 13 atestados de óbito entre 1872 e 1882, seis referentes a homens e sete de mulheres. Pode ser somado a estes números o suicídio de João Constantino, logo temos um equilíbrio entre os óbitos encontrados. Acredito não ser possível considerar outra hipótese além da morte para os outros dezesseis escravos que não aparecem na relação de 1882. Em plena expansão da produção, seria difícil o Conde ter pensado em se desfazer deste número de cativos. Além do mais vale ressaltar que morreram mais mulheres do que homens. Em 1872 eram 150 homens, em 1882, 140. Em 1872 havia 96 mulheres, em 1882, 76. Uma hipótese a ser lançada, seria possível que, dado o alto número de crianças nascidas em dez anos, algumas destas escravas tenham morrido em decorrência de partos[40]?

Gráfico 3. Proporção de Homens e Mulheres em 1882



No gráfico 3, só foram levados em conta os escravos. Se o número de escravos caiu, o número de crianças subiu, e muito. E entre os ingênuos, resultado de reprodução natural, como era de se esperar, havia um equilíbrio entre o número de meninos (44) e meninas (40).

[39] Relação de todos os escravos e ingênuos que pertenceram ao Conde de Prados, Juiz de Fora, 18 de Outubro de 1882. Disponível em ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, pp.289-304.
[40] Uma evidência que pode dar força a esta hipótese: entre as certidões de óbitos forma encontradas algumas referentes a recém-nascidos.

As tendências observadas sobre as faixas etárias, sexo e estado civil em 1872, são confirmadas em 1882. Por exemplo, a maioria das mulheres entre 20 e 29 anos são casadas e todas dos 30 anos em diante são casadas (a maioria delas) ou viúvas. A maioria (89,5%) dos homens entre 20 e 29 anos eram solteiros e apenas dos 30 anos em diante a maioria deles era de casados ou viúvos, confirmando a tendência dos homens maduros dominando o mercado matrimonial.

Destaca-se que havia ainda uma diferença nas porcentagens de estado civil de acordo com os tipos de alforria. Os números não estão muito distantes dos totais, porém apresentam diferenças (Tabela 2.3). Entre os cativos que receberam as alforrias condicionais, os casados e viúvos são maioria (somando 62%), enquanto no caso daqueles que foram alforriados incondicionalmente, o número cai (para 51%). É verdade que não é uma diferença muito grande, mas faz pensar. Será que os escravos que teriam que trabalhar por mais algum tempo eram mais estimulados a formarem famílias? E será que isso se devia ao fato do parentesco ser uma maneira de auxiliar a carregar o fardo do cativeiro? Ou será que considerando que a maior parte dos escravos que receberam alforrias condicionais serem roceiros, portanto mais distantes do convívio do senhor tinham mais "liberdade" para decidir a quem iam se unir, tornando os casamentos mais fáceis? Ficam as perguntas no ar, já que não há subsídios suficientes para embasar estas hipóteses.

Tabela 2.1. Estado Civil dos Escravos em 1882

	Total	Homens	Mulheres
Solteiros	43,1%	80,6%	19,4%
Casados	46,3%	50,0%	50,0%
Viúvos	10,6%	65,2%	34,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 2.2. Estado Civil de acordo com sexo e faixa etária em 1882

	TOTAL				HOMENS				MULHERES			
Faixa Etária	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Solteiras	Casadas	Viúvas	Total
0 a 9	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
10 a 19	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
20 a 29	47,2%	50,0%	2,8%	100,0%	89,5%	10,5%	0,0%	100,0%	5,9%	88,2%	5,9%	100,0%
30 a 39	21,3%	59,6%	19,1%	100,0%	35,7%	39,3%	25,0%	100,0%	0,0%	89,5%	10,5%	100,0%
40 a 49	20,8%	66,7%	12,5%	100,0%	28,6%	60,0%	11,4%	100,0%	0,0%	84,6%	15,4%	100,0%
50 a 59	21,6%	59,5%	18,9%	100,0%	29,6%	55,5%	14,9%	100,0%	0,0%	70,0%	30,0%	100,0%
60 a 69	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
70 +	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

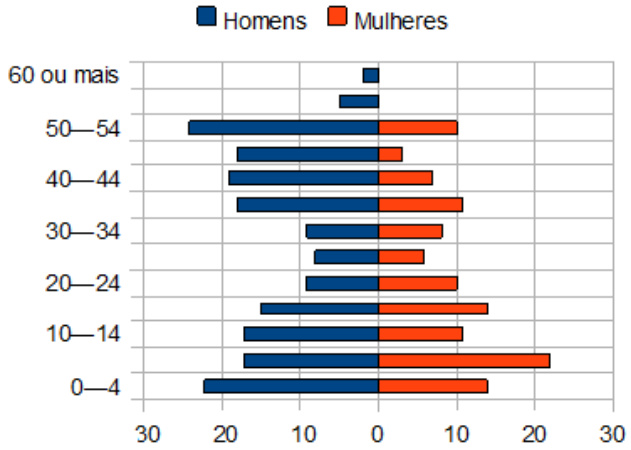
Tabela 2.3. Estado Civil de acordo com o tipo de alforria

Alforriados Condicionalmente	Alforriados Incondicionalmente

Solteiros	38,0%	49,0%
Casados	51,7%	40,0%
Viúvos	10,3%	11,0%
Total	100,0%	100,0%

A seguir, o gráfico 4 apresenta a distribuição etária em 1882 e nele estão representados tanto os cativos quanto os ingênuos. É interessante observar que ainda que quisesse desestimular os casamentos e, provavelmente, os nascimentos após 1871, muitas crianças foram geradas entre 1872 e 1882. Ainda que nascidas livres, estas crianças acompanhavam seus pais no cativeiro, e não é difícil imaginar que os mais velhos auxiliassem os mesmos em alguma atividade. Ou seja, mesmo com a Lei do Ventre Livre, possuir ingênuos não era totalmente ruim.

Gráfico 4. Distribuição etária dos escravos e ingênuos em 1882



Depois desta breve análise da situação demográfica da Santa Sofia em 1882, a próxima e última parte vai tratar da última ação do Conde como senhor de escravos, a alforria de todos os seus cativos.

Por dever e por afeição: As alforrias do Conde de Prados

A alforria é vista como um elemento fundamental do sistema escravista, e que serve como reforço, e não como abrandamento do sistema[41]. Ela acaba sendo uma boa estratégia para produzir libertos dependentes e alimentar nos cativos que ficavam a esperança da liberdade, para eles mesmos ou outros. Este horizonte de possibilidades podia amenizar possíveis conflitos. Aparentemente, esta política foi eficaz na Santa Sofia, já que as

[41] BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do Século XIX: Liberdade e dominação.* São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2004, p.25.

evidências apontam que a convivência entre escravos e senhores era aparentemente pacífica e mais, não seria exagero afirmar que no caso do Conde de Prados, as alforrias faziam parte do plano de manter a produção cafeeira por mais alguns anos, tendo em vista a disponibilidade de terras virgens e cafezais jovens.

A carta de alforria é uma fonte que ganhou destaque na historiografia a respeito da escravidão a partir da década de 1980. O documento transferia a propriedade do cativo do senhor para o escravo, sendo o instrumento legal pelo qual a passagem da condição escrava para a livre era legitimada, mas nem por isso garantia liberdade irrestrita. É preciso avaliar a qualidade desta liberdade. Muito se pensou a respeito do espaço que era ocupado pelos libertos que deixavam o cativeiro, e sabe-se que a liberdade adquirida era tutelada, vigiada e estava sob constante ameaça. O liberto que tem que carregar para sempre e para todos os lugares aonde ia, sua carta de alforria para provar a sua condição. É preciso ter em mente a afirmação de Eduardo Paiva França, quem tem o dever de comprovar sua liberdade, não é livre[42].

O documento precisava ser registrado por um tabelião ou diretamente no cartório. Deveriam constar no documento "primeiro, a identidade do senhor ou de seu procurador, ou testamenteiro, ou inventariante [...]. Segundo, a identidade do alforriado, seu nome e sexo, idade, cor, profissão, naturalidade, filiação, estado civil e, não freqüentemente, a história de como ele veio a ser propriedade de seu último senhor [...] Depois vêm as condições da alforria, que podia ser a título gratuito ou a título oneroso. [...] Se o pagamento fosse estipulado em prestações de serviço, estipulava-se o prazo de tempo, para quem se prestariam os serviços, que tipos de serviços e, se houvesse, a remuneração. Finalmente, era costume indicar os motivos da alforria, que eram os mais variados [...] Com regularidade, essas alforrias foram concedidas como o último desejo do senhor"[43].

No caso da Santa Sofia não estão presentes todas as informações, mas elas foram o último desejo do Conde. Nas alforrias só constam nome, estado civil, idade e número de ordem e matrícula. Informações fundamentais como ocupação, naturalidade e os motivos das alforrias não são citados, mas, com o cruzamento dos dados das cartas com as informações contidas em outras fontes é possível recompor a identidade destes alforriados. Neste texto, optou-se por focar as seguintes variáveis: sexo, qualificação profissional e filiação.

---

[42] PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVII – Estratégias de resistência através dos testamentos.* São Paulo: Annablume, 2000 ,p.102

43 EISENBERG, Peter. "A carta de alforria e outras fontes para estudar a alforria no século XIX". In: *Homens Esquecidos*: *escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVII e XIX*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1989, pp. 245-252, p. 247

Em uma carta endereçada a sua esposa em 1882, o Conde de Prados anuncia, de maneira muito breve, mas nem por isso menos clara, sua política de alforria. O dever e a afeição eram os motivos que o levavam a libertar seus escravos. O que pode revelar que para ele a alforria era uma demonstração do paternalismo senhorial[44]. Ao anunciar que existem motivos determinados para que um escravo seja libertado, é possível comprovar que a carta de alforria não era um mero prêmio distribuído aleatoriamente entre os cativos do grupo[45].

Ao tratar do dever como uma das condições para a concessão da liberdade, o Conde deixa transparecer que isso não lhe agrada completamente, e parece reforçar a noção de que a alforria beneficiava somente os escravos. Mas é bem possível que ele soubesse que estas alforrias se reverteriam em seu benefício. Como afirma -----, "a alforria – entendida como um dom e, por conseguinte, o estado de endividamento que ela engendrava – transformava-se em um elemento fundamental na produção e reprodução das relações sociais que reforçavam o poder senhorial ao ampliar sua clientela e autoridade sobre seus escravos." [46]

Em 1882, ano da morte do Conde de Prados, a escravaria da Santa Sofia era formada por 216 escravos e 84 ingênuos[47]. Do total de escravos, 140 eram homens e 76 eram mulheres. Todos eles foram alforriados gratuitamente com a morte de Camilo, alguns incondicionalmente, outros condicionalmente.

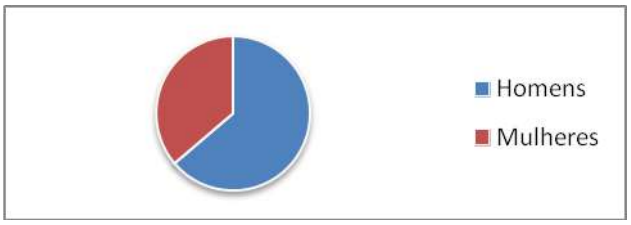
Os escravos alforriados incondicionalmente foram 101 (ou 47%). O número está próximo dos 43% de alforrias incondicionais apontadas por Antonio Henrique Duarte Lacerda em um estudo sobre o padrão das alforrias em Juiz de Fora no século XIX[48]. O mesmo autor ainda aponta que na última década da escravidão, frequentemente as alforrias incidiram sobre um grande número de escravos de uma só vez e às vezes sobre todos os cativos de um mesmo senhor[49], justamente a situação que encontramos na Santa Sofia.

Os alforriados condicionais receberam as alforrias gratuitamente somavam 116 escravos (Gráfico 4.1), e eram compostos por três grupos: os menores de 35 anos (formado por 35 homens e 31 mulheres) que deveriam prestar serviços por mais quinze anos (até 1897), os menores de 45 anos (32 homens e 11 mulheres), que deveriam prestar serviços

[44] BERTIN, Enidelce. *Op. Cit.*, p.130.
[45] Aparentemente, para o Conde a noção de alforria estava próxima àquela indicada por SOARES, Márcio de Sousa em *A remissão do cativeiro:a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – 1830.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
[46] SOARES, Márcio de Sousa. *Op. Cit.*, p.157.
[47] ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, pp.289-303
[48] LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão – Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88.* São Paulo: Annablume, 2006, p.63.
[49] LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Idem*, p.80.

por mais dez anos (até 1892) e os maiores de 45 anos (sete homens) que deveriam prestar serviços por mais cinco anos (até 1887).

Gráfico 4.1 Alforriados Condicionais (1882)



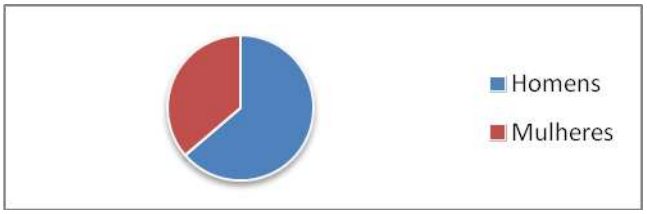
A imposição de condições, que neste caso era o trabalho (e boa parte dos escravos que receberam alforrias condicionais trabalhavam como roceiros), deixa claro como o arbítrio do senhor, ao estabelecer, frequentemente, de maneira unilateral as condições da alforria, prevalecia. Impor o trabalho como condição indica uma provável consciência da proximidade da abolição, já em 1878, Camilo tem notícias sobre as possibilidades do trabalho assalariado de asiáticos[50] e, além disso, é sabido que o movimento abolicionista vinha crescendo desde o começo da década de 1880, e não se pode desconsiderar o fato do Conde de Prados ser um homem envolvido com política e que circula na Corte, o que pode ter aberto seus olhos a respeito do fim do trabalho escravo.

Aparentemente, o desejo do Conde era garantir a sua força de trabalho no contexto de crise da escravidão. Afinal, 116 escravos em idade produtiva trabalhariam por mais dez ou quinze anos o que garantiria ainda uns bons anos de produção.

Passando aos alforriados incondicionais (Gráfico 4.2), este grupo era composto por 100 libertos gratuitamente e sem ônus, sendo 66 homens e 34 mulheres. Dentro deste grupo, há cinco divisões: filhos de determinados casais; amas, e seus descendentes, de Camilla e Cecília (filhas do Conde de Prados); escravos que foram de Possidônia Leodora da Silva (mãe do Conde de Prados); escravos diversos e escravos matriculados como pardos. O objetivo aqui é focar em dois grupos destes alforriados: as amas das filhas do Conde de Prados e os escravos que foram de sua mãe.

Gráfico 4.2. Alforriados Incondicionais

[50] ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, pp. 241-44.



Sobre os escravos diversos não foi possível identificar um padrão ou a razão pela qual foram alforriados incondicionalmente, são doze, entre 20 e 70 anos, e a maior parte deles era de roceiros. Sobre os escravos matriculados como pardos verificou-se que boa parte deles possuía filiação desconhecida, era natural de Minas Gerais e alguns tinham ocupações profissionais qualificadas, como carpinteiro, alfaiate, costureira. A maior parte era de roceiros, porém não se pode esquecer que como as alforrias foram concedidas a todos os escravos, é claro que a maior parte deles teria esta ocupação. Não é possível afirmar com certeza que alguns destes escravos foram fruto de relacionamento de escravas e homens brancos, mas vale lembrar que alguns estudiosos apontam que de qualquer maneira os pardos, ou mulatos, podiam ser beneficiados por terem uma aparência física mais próxima da classe dominante[51], o que podia influenciar os sentimentos dos senhores e podia ser definidora nas relações sociais.

Passando adiante, quatro casais e um escravo sozinho tiveram seus descendentes alforriados sem ônus. Estes somavam 22 escravos (17 homens e 5 mulheres), entre 11 e 40 anos. Com o cruzamento das fontes, só foi possível apurar informações sobre três destes escravos (uma possibilidade, talvez os outros tenham falecido antes do registro das matrículas de 1872). Um dos casais era formado por João Ferreiro e Adriana, ambos definidos como pardos, com filiação desconhecida e nascidos em Minas Gerais, e temos ainda alforriados os filhos de Manoel Copeiro, negro e africano. O que se pode inferir é que o fato dos homens ocuparem cargos especializados (definidos nas suas próprias nomeações) pode ter aproximado seus descendentes da liberdade.

Reforçar o sistema através de incentivos como este, a possibilidade da liberdade, ainda que para um próximo e não para si mesmo, se revelou uma política de domínio ardilosa e eficaz, já que indo de encontro aos anseios dos escravos, o senhor aumentava a vulnerabilidade dos mesmos, tornando-os menos dispostos a arriscar confrontos[52].

Seguindo adiante, momento de passar à análise das alforrias das escravas (e seus descendentes) das filhas e da mãe do Conde de Prados. Este grupo somava 27 cativos,

[51] EISENBERG, Peter *Op. Cit.*, p. 279.
[52] SLENES, R. *Op. Cit*, p.281.

sendo 11 homens e 16 mulheres entre 12 e 50 anos. Dentre todos os grupos de alforriados incondicionalmente, este é o único no qual as mulheres se sobressaem numericamente.

Este é um dos momentos nos quais a relação entre gênero, ocupação e liberdade aparece com clareza. Sabe-se que durante muito tempo, as mulheres foram mais alforriadas, já que o homem sempre foi mais valorizado no mercado, especialmente por sua força física e sua conseqüente utilidade para o trabalho. A mulher, menos resistente fisicamente acabava se tornando um fardo com a idade e não raramente teve sua capacidade reprodutiva ignorada[53], afinal, até meados do século XIX, a reprodução do sistema se dava facilmente com a reposição da mão de obra através do tráfico transatlântico.

Das 16 escravas deste grupo de alforriadas, 10 trabalhavam (as outras eram crianças) e destas apenas uma era roceira. As outras tinham ocupações domésticas: 5 eram amas, 2, lavadeiras, 1, cozinheira e 1, costureira. Além da questão física apontada por Eisenberg, boa parte dos estudos sobre alforrias indicam que as mulheres foram mais alforriadas, pois tinham mais oportunidades de estabelecer laços afetivos com seus proprietários durante o tempo em que trabalhavam na casa-grande.

É importante pensar que a vantagem proporcionada pela proximidade que as escravas podiam ter ao trabalhar na casa-grande, poderia de fato resultar em laços de afeto que poderiam levar a liberdade da mesma ou de seus filhos, mas também pode se transformar em uma desvantagem, já que deixava a escrava mais visível e suscetível às investidas dos senhores, ao ciúme e inveja das senhoras e à vigilância constante.

Uma questão que surge desta discussão é a seguinte: É então possível afirmar definitivamente que os escravos que estavam mais próximos ao senhor tinham mais poder de barganha cotidiana e esta pode ser considerada uma forma de "liberdade"? Ao mesmo tempo em que as escravas que trabalhavam na casa foram beneficiadas com alforrias gratuitas e incondicionais, alguns escravos de eito também receberam a mesma benesse. O que leva a pensar. Qual seria o motivo que levaria um senhor a alforriar incondicionalmente e gratuitamente um escravo com o qual ele mal devia conviver e até mesmo conhecer?

Muitos estudos apontam para a influência das relações íntimas das escravas com os senhores na obtenção da alforria das próprias ou de eventuais filhos frutos destes relacionamentos. Até agora não foram encontrados indícios de relacionamentos entre os homens brancos de Santa Sofia com as escravas. Porém, de forma alguma esta hipótese

[53] EISENBERG, Peter. *Op. Cit.,* p. 264.

pode ser totalmente descartada, até porque, como os documentos disponíveis são fruto de um trabalho de seleção da família, é possível que documentos que tratassem de um assunto tão polêmico quanto esse fossem descartados.

Os escravos que trabalhavam na casa-grande viviam em dois universos distintos. Ao mesmo tempo em que gozavam de posição privilegiada na hierarquia dos escravos, por ter um serviço, às vezes, mais leve e contato direto com os senhores, não podiam romper laços com a sua comunidade na senzala. Ter mais contato com os senhores de maneira alguma queria dizer que eles eram menos escravos, inclusive talvez isso reforçasse a sua condição, já que a proximidade a deixava mais vulnerável à tutela. Conforme afirma Slenes, estas escravas precisavam encontrar maneiras manter o favor do senhor e a amizade dos companheiros de cativeiro[54].

Como dito acima, cinco das escravas alforriadas eram amas. A figura da ama, da mãe-preta, da *mammy*, era uma das imagens centrais para alimentar a mitologia da benevolência do sistema escravista. Como aponta a autora Kimberly Sanders, ela é a conexão humana entre senhores e escravos e acaba alimentando o sistema[55]. É possível que outras escravas almejassem esta posição. E é muito provável que as amas tenham sido alforriadas porque era comum que senhores alforriassem, por gratidão, que não deixa de ser uma forma de afeto, escravas que amamentaram, cuidaram ou criaram seus filhos ou algum outro parente[56].

As escravas da mãe de Camilo foram alforriadas em primeiro lugar, por serem filhas de outra escrava que não aparece em nenhuma relação (provavelmente por ter morrido antes do registro das listas), mas que provavelmente serviu Possidônia por muito tempo e poderia ser uma daquelas escravas que Sanders aponta como uma escrava influente que se mantinha extremamente próxima à família do senhor[57].

Eram ao todo quatro escravas (duas roceiras, uma lavadeira e uma costureira) que foram libertadas e tiveram todos os seus filhos alforriados. Mais uma vez se comprova que quando o escravo buscava o caminho da liberdade, esta poderia demorar muito a chegar e nem mesmo contemplá-lo, mas no longo prazo poderia beneficiar seus descendentes.

As alforriadas tinham entre 26 e 40 anos e estavam todas listadas como negras. A mãe do Conde morreu com 86 anos, logo, não é exagero inferir que provavelmente ela conhecia estas escravas desde crianças e nutrisse por elas algum tipo de afeto. Como

[54] SLENES, Robert. *Op. Cit*, p. 278.
[55] WALLACE-SANDERS, Kimberly. *Mammy. A century of Race, Gender and Souther Memory.* Ann Arbor/University of Michigan Press, 2008, p.13.
[56] LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Op. Cit.*, p.81.
[57] WALLACE-SANDERS, Kimberly. *Op. Cit.*, pp. 14-15.

afirma Enidelce Bertin, apesar da violência que envolvia a escravidão, não podemos deixar de considerar a possibilidade do surgimento de laços entre senhores e escravos. Afinal, ainda que pautada pela dominação, a relação escravista não foi desprovida de afeto, na medida que a escravidão permitia[58].

Fontes

Arquivo da Família do Conde de Prados – Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto de. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1808-1888: Elementos para um estudo de caso.* Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988.

ANDRADE, Rômulo. "Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: O caso da Zona da Mata" In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Vol 11, no.22, pp.95-125, mai-ago., 1991.

_____. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. São Paulo: FFLCH-USP, Tese de Doutoramento, 1995.

_____. "Casamentos entre Escravos na Região Cafeeira de Minas Gerais" In: *Revista Universidade Rural*. Série Ciências Humanas, Seropédica (RJ), v. 22, n. 02, p. 177-197, 2000.

BERGAD, Laird. *Escravidão e História Econômica – Demografia de Minas Gerais, 1720-1888.* Bauru: EDUSC, 2004.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do Século XIX: Liberdade e dominação.* São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2004.

EISENBERG, Peter. "A carta de alforria e outras fontes para estudar a alforria no século XIX". In: *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVII e XIX*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1989, pp. 245-252.

GÓES, José Roberto e FLORENTINO, Manolo. *A Paz das Senzalas (Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação – Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828 – 1928).* São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão – Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88*. São Paulo: Annablume, 2006.

[58] BERTIN, Enidelce. *Op. Cit.*, p. 122.

_____. "A evolução do patrimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais, 1751-1850)". In: Elione Silva Guimarães; Márcia Maria Menendes Motta. (Org.). *Campos em disputa: história agrária e Companhia.* São Paulo: Annablume, 2007, p. 63-86.
_____. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais - A família Ferreira Armonde (1751-1850).* Niterói, UFF, Tese de Doutoramento, 2010.

MACHADO, Cacilda, ENGEMANN, Carlos e FLORENTINO, Manolo. "Entre o geral e o singular – Histórias de Fazendas Escravistas na América do Sul – Séculos XVIII e XIX" In: Manolo Florentino e Cacilda Machado (organizadores). *Ensaios sobre a escravidão.* Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MARQUESE, Rafael. "A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847", In: Revista de *História*, n° 137, pp. 95-112.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870.* Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

PAIVA, Clotilde. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutoramento – FFLCH-USP, São Paulo, 1996.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVII – Estratégias de resistência através dos testamentos.* São Paulo: Annablume, 2000.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em juiz de fora – 1870/1900.* Tese de Doutoramento, Niterói, UFF, 2001.

_____. Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora, 1870-1900. In: *10º Seminário sobre a economia mineira*, Diamantina, 2002

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX. Estudos Econômicos. São Paulo, v. 18, p. 449-495, set./dez. 1988.
_____. Na Senzala Uma Flor – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro:a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

VALVERDE, Orlando. "Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: 20(1), pp.3-82, jan./mar.1958.

WALLACE-SANDERS, Kimberly. *Mammy. A century of Race, Gender and Souther Memory.* Ann Arbor/University of Michigan Press, 2008.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878.

O intelectual orgânico enquanto agente político e econômico (1930-1933) – política e altas finanças

Maurício G. Margalho[1] – Doutorando em História Social PPGH/UFF
mauriciomargalho@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho analisa a política de reorganização econômico-financeira do país executada pelo Governo Provisório. Ao assumir a Presidência, na conturbada conjuntura de depressão econômica, o novo governo viu-se diante de um complexo quadro político e econômico o qual envolvia os interesses de conglomerados financeiros estrangeiros – credores do Brasil – e as necessidades do governo de renegociar os termos de pagamento de dívidas externas do governo federal, estados e municípios. Coube ao empresário Valentim Fernandes Bouças, economista autodidata e homem bem relacionado com grandes conglomerados econômicos estadunidenses, a função de representar o novo governo junto aos credores e renegociar os contratos a luz do pensamento econômico que orientava o Ministério de Fazenda.

Antes de abordarmos as negociações com os banqueiros é imprescindível apresentarmos, ainda que resumidamente, a trajetória de Valentim Bouças. A crise de hegemonia entre as oligarquias, que resultou na revolução de 1930, criou as condições para que houvesse uma construção da hegemonia por parte das novas classes que se apoderaram do controle dos aparelhos estatais. A autoridade do Novo Estado teria necessariamente que emergir a partir das variáveis coerção e consenso. Cabe ressaltar que na dialética do poder tanto o consenso quanto à coerção fazem parte do jogo político do qual emerge a construção de uma ordem hegemônica. Essa nova conjuntura criou melhores condições para que intelectuais orgânicos representantes de frações das classes burguesas, antes mais afastados da participação na sociedade política, exercessem nesse espaço uma participação política mais ativa.

Empresários como Roberto Simonsen (setores: têxtil, construção civil, financeiro e comercial) Euvaldo Lodi (setores: metalúrgico, têxtil, carbonífero, financeiro), Valentin Fernandes Bouças (Setores comercial e financeiro. Entre outras firmas, representou no Brasil, de 1917 até 1949, a *International Business Machines*, of Delawe – IBM, *Addressograph Mutigraph do Brasil S/A, Companhia de Máquinas Hobart-*

[1] Sob Orientação da Profª. Drª. Sonia Regina de Mendonça.

Dayton do Brasil, *Companhia Goodyear do Brasil*, *Cia. Serviço Hollerith S/A*), Guilherme Guinle (*Cia Docas de Santos*, *Companhia Siderúrgica Nacional* e *Banco Boavista S/A*.), Fábio da Silva Prado (setor imobiliário, *Cia Brasileira de Materiais Ferroviários*, *Cotonifício Rodolfo Crespi* e *Cia Cimento Maringá*), Abelardo Vergueiro César (banqueiro), Pedro Demóstenes Rache (setores de prestação de serviços de engenharia, arquitetura, construções e de carpintaria), José Ermírio de Morais (setores produtivos de cimento e cal: *Fábrica de Cimento Santa Helena*; ácidos sulfúrico e nítrico, éter e sulfato de sódio: *Companhia Nitro Química Brasileira*; setor siderúrgico: *Usina Siderúrgica Barra Mansa*), Horácio Lafer (indústrias de cerâmica e papel, e setor comercial: artigos de papelaria e escritório) e Arthur de Souza Costa – banqueiro e Ministro da Fazenda (1934-1945) tiveram importantes participações políticas no Primeiro Governo Vargas. Embora inicialmente uma fração da burguesia industrial – sobretudo a paulista – não tivesse apoiado a revolução passiva que levou Getúlio Vargas à Presidência da República, uma vez instalado o novo governo, ela não demorou a se apresentar como uma valiosa colaboradora. Alguns empresários, no entanto, tiveram uma ativa participação nas articulações políticas que culminaram com o afastamento de Washington Luís. Como foi o caso, por exemplo, de Euvaldo Lodi. Nesse período de ascensão de intelectuais orgânicos representantes de interesses econômicos e políticos de distintas frações de classe burguesa, daremos enfoque a Valentim Fernandes Bouças.

Intelectual orgânico e ação político-econômica: o caso de Valentim F. Bouças

A ação política de classe, voltada para a manutenção ou para a transformação de estruturas, é inviável sem a prévia organização política. Esse tipo de organização tem como ponto de partida a sociedade civil organizada, condição sem a qual força política, transformada em vontade coletiva de classe, é incapaz de fazer-se ação de classe organizada. Isto é, formular e difundir um modus operandi que atue sistemática e historicamente na classe, consubstanciando-se em consciência, organização, vontade, atitude e reprodução dos valores da classe. As lideranças orgânicas a serviço da classe ou de suas frações, desempenhando seu papel intelectual-pedagógico (e, por extensão, político), desempenham função estratégica nesse processo de organização de um sistema de ação política.

Os aparelhos privados de hegemonia são o fio condutor dessas ações, ampliando-as e ramificando-as em diversas instâncias institucionais. É através dos partidos políticos, tomados aqui de acordo com a acepção gramsciana, que organiza-se uma

engenharia social da hegemonia com o objetivo de construir a mesma através da guerra de posição junto a sociedade civil e a sociedade política. De acordo com essa abordagem teórica, o Estado é formado por um conjunto de instituições tanto de sociedade civil, quanto de sociedade política. Nesse caso, trata-se de um complexo superestrutural formado por aparelhos privados de hegemonia e instituições governamentais que compõem o Estado Restrito. É neste terreno que a luta política se materializa, tendo como objetivo a conquista de postos avançados na sociedade política. Um ponto interessante a ser observado é a estratégia do sistema de ação política dos intelectuais orgânicos, partindo de suas associações privadas para o Legislativo, campo político onde podem, na condição de legisladores, por exemplo, dar força de lei ao conjunto de seus interesses de classe.

O quadro conjuntural que se abriu a partir de outubro de 1930, consolidando-se com a formação do governo Constitucional Liberal de 1934 a 1937, criou condições para uma participação mais ativa de amplos setores burgueses no âmbito político legislativo. Nessa época muitos industriais e outros representantes da burguesia comercial e financeira foram eleitos deputados classistas, assumindo nesse espaço da sociedade política a função de legislar. Industriais como, por exemplo, Euvaldo Lodi, Henrique Laje, Horácio Lafer e Roberto Simonsen, foram Constituintes em 1934 e exerceram Legislatura como Deputados no biênio de 1935-1937. Temos conhecimento que, talvez com exceção de Laje, os demais participaram ativamente de associações classe[2], o que indica sua significativa ação política na sociedade civil.

Levando em conta essa forma estratégica de atuação político-empresarial, tendo como ponto de partida a sociedade civil como espaço de organização da vontade coletiva de classe em luta política, fica claro o papel central que o intelectual orgânico exerce nesse processo. Para sermos mais específicos, as lideranças orgânicas dos industriais foram representantes e organizadores de uma disputa hegemônica com outras frações de classe burguesa com vistas ao complexo superestrutural do Estado capitalista. Ao analisar o Estado como espaço onde se processa o embate de classes pela hegemonia é essencial a oposição a velhos moldes teóricos que apresentam o Estado como instância viva e acima dos interesses de classe. Rompendo com analises que o interpretam como um Estado-coisa formado por um bloco isento de fissuras tal como se apresenta no

[2] Euvaldo Lodi participava ativamente da Confederação Nacional da Indústria, da Federação Industrial do Rio de Janeiro e do Centro Industrial do Rio de Janeiro. Foi presidente da CNI e da FIRJ. Roberto Simonsen e Horácio Lafer atuavam no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP.

marxismo estruturalista, ou como Estado-sujeito, entidade extra-humana dotada de vontade própria e que paira acima dos indivíduos tal qual supõem os teóricos liberais.

Qualquer estudo de história econômica que pretenda contribuir ao referido estudo científico não pode prescindir de considerar a relação entre economia e política. Em outros termos, entre infraestrutura e superestrutura. Gramsci, ao formular o conceito de bloco histórico, abriu caminho para pensar a unidade entre o econômico e o político expresso nas duas instâncias estruturais cunhadas por Marx. Uma análise sobre as mudanças nas estruturas econômicas não pode desconsiderar a forma pela qual a superestrutura reage sobre a infraestrutura. Ou seja, a política sobre a economia (Gramsci, 2000, p. 20).

O conceito de bloco histórico, unidade entre estrutura econômica e superestrutura, contribui sensivelmente para pensar a relação entre ambas levando em conta suas respectivas especificidades e a diversidade dos interesses em luta – econômicos, políticos, culturais. Gramsci aprofundou a análise materialista nos estudos de política, ampliando as ferramentas teóricas para pensar a luta pela hegemonia política. A partir desta chave analítica, o econômico e o político mostram-se como historicamente inseparáveis. A luta por interesses empresariais perpassa, inevitavelmente, por arenas políticas.

O intelectual orgânico desempenha uma função estratégica na organização de sua fração de classe social para a luta política, tendo em vista a disputa pela hegemonia. Com esta finalidade as lideranças orgânicas investem em atividades culturais no Estado Ampliado, divulgando ideias e dando-lhes forma de consciência, organização, vontade e atitude de classe. No complexo superestrutural formado por sociedade civil e sociedade política, a cultura tem um papel importante. Uma vez devidamente organizada ela viabiliza a construção de um projeto[3] de classe capaz de organizar consciências e disciplinar vontades.

Através da sociedade civil as lideranças orgânicas da burguesia exercem a função diretiva e organizativa (educativa) inerente à função de intelectual orgânico. Segundo Gramsci (2011, p. 15), "o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual)", devendo

[3] Cumpre ressaltar que preferimos projeto a ideologia, a qual remete ao conceito de falsa consciência cunhado por Marx. O projeto de classe representa a organização-difusão do conjunto de valores de uma classe, possuindo ligação visceral com seus princípios culturais. Apresenta, portanto, um caráter pedagógico-político. Seria de grande valia repensar ideologia enquanto conceito, a fim de precisar seu alcance analítico, posto que atualmente seu uso compreende um sentido bastante abrangente.

possuir uma capacidade técnica que não se restrinja à atividade econômica de seu interesse – o que significa ampliar a atuação para além do campo meramente econômico. Em outros termos, não se limitando ao nível da infraestrutura, mas estendendo seu raio de ação ao nível superestrutural. Cabe ao intelectual orgânico burguês a tarefa de organizar as relações sociais exteriores ao espaço da empresa.

Resulta disso que o exercício das atividades empresariais e, por conseguinte, seus interesses econômicos, ligam-se àquilo que chamamos prática político-empresarial. Esta ação social de classe somente pode ser entendida em sua conexão com o conceito de Bloco Histórico, relação dialética entre economia e política. Ao analisar as frações de classe burguesas representadas por Valentim Fernandes Bouças, é preciso levar em conta tanto sua relação com o capital estadunidense quanto sua relação com o Estado Autoritário que emergiu na conjuntura aberta a partir de 1930.

Temos, conforme já assinalamos, um complexo quadro político e econômico entre interesses de conglomerados empresariais estrangeiros[4] e o Governo Provisório que assumiu a direção estatal após a revolução de 1930. O presidente Vargas designou, em 1931, Valentim Bouças para coordenador das dividas públicas externas do Brasil, com a função de fazer a mediação entre o país e os grupos financeiros internacionais. Além disso, o referido empresário tornou-se assessor financeiro pessoal do presidente Getúlio Vargas e participou ativamente dos órgãos técnicos que foram criados durante o Primeiro Governo Vargas – a exemplo do Conselho Técnico de Economia e Finanças e do Conselho Federal do Comercio Exterior. Logo no inicio do Governo Provisório, Bouças assumiu o cargo de Secretário Geral e Representante Técnico dos Ministérios da Fazenda e da Justiça junto a *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios*.[5]

Por causa do seu conhecimento em economia e, ao que tudo indica, também aos seus contatos com empresas estadunidenses, a exemplo da IBM, o referido empresário

---

[4] *A saber,* Addressograph Mutigraph do Brasil S/A, Coca-Cola Refrescos S/A, Companhia Goodyear do Brasil, Companhia de Máquinas Hobart-Dayton do Brasil *e* International Business Machines Corporation *– of Delaware. Jornal do Brasil, Quarta-Feira, 03 de Janeiro de 1940. p. 06. Arquivos Jornal do Brasil no Google.* Disponível em < http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19400103&printsec=frontpage&hl=pt-BR > Acessado em 02/04/2012.

[5] Criada pelo decreto n. 20.631, de 09 de Novembro de 1931. Era formada por quatorze componentes, a saber: Oswaldo Aranha – Ministro da Fazenda; Antonio Carlos Ribeiro de Andrada – Presidente; J. G. Pereira Lima; Agenor de Roure; José Carlos de Macedo Soares; Juarez Távora; Oscar Weinschenck; Eugenio Gudin; Joaquim Catramby; Alceu de Azevedo; Waldemar Falcão; Mario de Andrade Ramos; Luiz Betim Paes Leme e Valentim Fernandes Bouças – Secretario Geral e Representante Técnico dos Ministérios de Justiça e da Fazenda.

tornou-se um valioso colaborador na reorganização econômico-financeira do país. O governo precisava negociar com banqueiros estrangeiros as dívidas externas de Estados, Municípios e Governo Federal em empréstimos contraídos ainda durante a I República. No ano de 1933, Valentim Fernandes Bouças, na qualidade de negociador do Governo Provisório junto aos banqueiros, participou de várias conferências a respeito dos empréstimos adquiridos.

Cumpre elucidar que a ascensão de Vargas à presidência de República coincidiu, nos anos 1930, com a eclosão da violenta depressão econômica do entreguerras – suscitando colapso nas economias capitalistas. Segundo Marcelo de Paiva Abreu, "a gravidade da crise econômica, de fato, foi uma causa importante para a substituição relativamente indolor de Washington Luís pelo Governo Provisório de Getulio Vargas em outubro /novembro de 1930" (Paiva Abreu, In Fausto, 2007, T. 3, Vol. 11, p. 25). Parece-nos certo supor que com a deposição do Presidente Washington Luís pelos 'revolucionários', os credores do Brasil no exterior ficaram bastante apreensivos com relação ao novo bloco no poder.

Uma vez que, ainda segundo Paiva Abreu, a gravidade dos problemas econômicos se manteve durante o Governo Provisório, não conseguindo o governo estancar "a erosão das reservas cambiais brasileiras (...)". Em consequência da crise cambial o Governo Provisório Decretou, em 1931, "a suspensão parcial do pagamento de serviço de divida externa, pois o serviço integral absorvia uma proporção intolerável das receitas de exportação (...)" (Paiva Abreu, In Fausto, 2007, T. 3, Vol. 11, p. 25). Estaria a classe dirigente disposta a honrar os compromissos financeiros herdados de gestões passadas? Caso existisse intenção do Governo Provisório de fazê-lo, estaria em condições financeiras para isso?

As primeiras negociações entre representantes do governo brasileiro e do capital financeiro estadunidense e inglês faziam parte de uma grande política das classes dirigentes, com a finalidade de assegurar a manutenção das estruturas econômicas – o que dependia de um consenso com os representantes do capital estrangeiro. Valentim Bouças publicou no Jornal do Commércio, em 25 de janeiro de 1931, um artigo sobre a dívida externa brasileira. A repercussão política que resultou do artigo aproximou-o do ministro da Justiça Oswaldo Aranha e do presidente Getúlio Vargas. Disso resultou a ascensão do empresário como um dos intelectuais orgânicos ligados ao projeto de reorganização econômico-financeira do novo governo. Um homem que, além de

estudioso do assunto, fosse bem relacionado nos círculos financeiros dos EUA teria melhores condições de mediar a relação entre Governo brasileiro e financistas credores de Estados, Municípios do Brasil e Governo Federal.

No que se relacionava às obrigações externas brasileiras a nova configuração político-econômica deixava claro às classes dirigentes que os "interesses nacionais" deveriam se sobrepor a "interesses regionais". Um exame do relatório de José Maria Whitaker, ministro da Fazenda, gestão de 04 de novembro de 1930 a 16 de novembro de 1931, permite-nos uma avaliação preliminar dessa política de reorganização das finanças nacionais, que enfrentavam "circunstâncias particularmente difíceis em consequência de uma revolução (...) [e da decorrência] de uma crise econômica e financeira que abalava a própria estrutura social do universo (...)" (Whitaker, 1933, p. 07).

Esse trecho indica a preocupação do ministro com o cenário econômico resultante da Grande Depressão que, nas palavras dele, punham em risco o mundo capitalista. Preocupava-se, igualmente, com o rumo político do novo governo diante das dificuldades para encontrar uma estabilidade política e econômica. A construção-organização de uma contra-hegemonia, superando a hegemonia da burguesia agrária liderada pelo setor agro-mercantil cafeeiro da I República, demandava que as classes dominantes assegurassem os recursos materiais para custear a estrutura[6] na qual se apoiaria sua ação política – fazendo-se um sistema de ação capaz de tornar exequível o domínio do Estado. Para o Governo Provisório, o entendimento com os grupos financeiros internacionais era o primeiro passo orgânico de uma política externa conciliatória com o capital financeiro. Convém lembrar que a diplomacia é a engrenagem maior da política externa, representando a grande política de um Estado. Ou seja, é através da diplomacia que as classes dirigentes, por meio de seus intelectuais orgânicos, atuam nas relações internacionais de modo a atender interesses econômicos e/ou políticos.

Coube a Valentim Bouças, um empresário bem relacionado nos círculos empresariais dos EUA, assumir a tarefa de informar aos credores a realização da diretriz político-econômica apresentada pelo Presidente e conduzida por sua equipe econômica: a reorganização econômico-financeira planejada para o país. Em discurso pronunciado

[6] Aparelhos de hegemonia – privados ou não, imprensa, círculos de cultura, propaganda, escolas, universidades, etc.

em 03 de outubro de 1932, em solenidade realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o Presidente afirmou

> Estamos sinceramente empenhados na reorganização econômico-financeira de todo o país, isto é, da União, Estados e Municípios, simultaneamente. Inspira-nos um programa nacional de harmonia e não de dispersão. A União tem de se restabelecer, curando, ao mesmo tempo, todos os seus elementos componentes. Entre Governo Provisório e os Interventores, entre estes e os Prefeitos municipais, deve haver identidade de diretrizes na ordem financeira, administrativa e econômica. Cumpre a todos seguir o mesmo rumo para uniformidade do esforço e semelhança dos resultados (apud Bouças, 1932, p. 03).

Esse discurso de Getúlio Vargas, comparado com a introdução do relatório Bouças sobre sua estadia de seis meses nos EUA (Janeiro a Junho de 1933), evidencia o objetivo do governo de renegociar com banqueiros o pagamento das obrigações e obter informações organizadas a respeito de dívidas públicas externas, fazendo minuciosa pesquisa junto aos "círculos financeiros onde Estados e Municípios tinham interesses ligados" (Bouças, 1934, p. 3). O referido empresário aplicava, na condição de intelectual orgânico, as diretrizes que formavam o projeto centralista que se desenhava durante o Governo Provisório.

Cumpre elucidar ainda a questão referente ao intercambio comercial com os Estados Unidos, outra preocupação do novo governo, tendo em vista assegurar a manutenção da exportação de seus produtos primários – fonte importante de divisas em sua pauta de exportações. Durante sua estadia nos EUA, na condição de Secretário Técnico da *Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios* (CEFEM), Valentim Bouças recebeu telegrama de Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda, recomendando-lhe que, além de "coordenar, investigar e estudar os diversos assuntos pertinentes à [Comissão]", examinasse cuidadosamente os problemas do intercambio comercial de artigos como carnes congeladas, vinhos do Rio Grande do Sul, café, trigo, etc, e que, em ocasião oportuna, apresentasse o resultado em relatório pormenorizado (Bouças, 1934, p. 04).

Isso evidencia a função assumida por Valentim Fernandes Bouças como um dos intelectuais orgânicos a serviço do governo, atuando como organizador tanto de estudos econômicos e financeiros quanto de uma política geral voltada para a reorganização econômico-financeira pretendida pelo Governo Provisório. Tudo leva a crer que um exame detalhado do conjunto das onze conferências dadas por ele aos banqueiros em Nova Iorque, durante os seis meses que esteve lá, permitirá avaliar com maior

profundidade as conexões políticas estabelecidas com o capital estadunidense e a intermediação dos diversos interesses das classes das quais Bouças assumia, naquele momento, a representação. Tratava-se de um diverso mosaico de interesses, envolvendo múltiplos setores empresariais e políticos.

No que se relaciona a agroexportação como fornecedora de divisas, cumpre ressaltar, conforme percebeu Sonia Mendonça, o papel-chave desempenhado pelo setor "na geração das divisas necessárias à importação do que fosse necessário ao novo parque industrial (...)" (Mendonça, 1985, p. 26). A contração dos mercados consumidores do café, ao incidir sobre a receita proveniente da exportação, afetou também os serviços da dívida. A evidência disponível no relatório do ministro da Fazenda José Maria Whitaker é bastante esclarecedora a esse respeito. Em Sessão Plenária, sob a presidência do Chefe do Governo, realizada no Palácio da Guanabara em 10 de outubro de 1931, o ministro fez uma exposição sobre as negociações realizadas para a conclusão do terceiro funding[7]. O ministro apontou que a queda no valor das exportações, como resultado

> da baixa do café, a diminuição de procura dos nossos produtos, em virtude da depressão universal dos mercados de consumo, a cessação da entrada de capitais estrangeiros, motivada por circunstâncias externas e internas conhecidas, determinam (...) uma situação cambial irresistível, que impediu a continuação do serviço de nossa dívida externa (Whitaker, 1933, p. 61).

A primeira conferência data de 26 de janeiro de 1933 e foi realizada no *National City Bank*, localizado 55 Wall Street, das 13:00 às 16:30h. Na mesa de negociação estava uma dívida que totalizava $ 16.500.000, contraída pelo estado de Minas Gerais junto ao *The National City Company*. Entre os representantes presentes, Senhores V. Schoepperle – Vice-Presidente do City Company, Hr. Durell – Vice-Presidente do City Bank, Hart – Vice-Presidente do City Bank, Moran – assistente do Vice-Presidente, Lloyd Blair – assistente do Presidente do City Bank, Stewart Pratt – Vice-Presidente do City Bank, George Trian – Chefe da divisão Latino Americana (Bouças, 1934, p. 5).

Durante a conferência Bouças expôs que o novo governo, assim que assumiu a direção do país, assumiu "a tarefa de conhecer a fundo toda a situação econômica e

[7] Termo usado no mercado financeiro, significando, geralmente, a substituição de uma divida de curto prazo por uma divida de longo prazo. Contudo, originalmente o termo se relacionava a substituição de uma divida fundada por uma com um prazo certo de vencimento. Chama-se divida fundada os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos.

financeira dos Estados e Municípios, muito especialmente daqueles que tinham dívida externa" (Bouças, 1934, p. 5). Em tempo de crise econômica, o Governo Provisório iniciou uma política externa através da qual fosse possível minimizar no Brasil os efeitos de uma depressão econômica a qual atingia violentamente os países que eram o epicentro da economia capitalista e cujos efeitos – retração do comércio internacional, do crédito e do capital – ameaçavam as economias capitalistas periféricas. Justificou a "revolução" de 1930 como um ato necessário para superar a desordem administrativa e financeira que, durante os governos republicanos anteriores, se implantara em vários estados da federação. Nas palavras dele, a "desordem em que foram encontrados vários Estados, em matéria de finanças e administração, justificaria em qualquer país uma revolução como a que teve que sofrer o Brasil em 1930 (...)" (Bouças, 1934, p. 5).

Na primeira conferência com os banqueiros estes pressionaram pelo pagamento dos títulos com base na conversão ouro/dólar, e não na conversão mil réis/dólar, conforme propôs o governo. Argumentavam que medidas que prejudicassem o capital dólar investido no serviço das dividas poderia resultar em guerra aberta contra o café brasileiro por parte das firmas exportadoras. O Brasil, afirmaram os credores, "ainda não sentiu os efeitos de uma verdadeira crise, pois os Estados Unidos ainda compram café do Brasil, (...) não tendo imposto ainda nenhuma medida restritiva" (Bouças, 1934, p. 8). Segundo os banqueiros, seria prudente que a União desse câmbio necessário aos estados da federação para que pudessem pagar seus compromissos, não priorizando os interesses de São Paulo no pagamento de suas dívidas em detrimento de outros estados.[8]

O exame da documentação relativa a primeira conferência demonstra-nos que Valentim Bouças tinha a difícil tarefa de organizar, junto aos credores, um consenso em torno do qual fosse possível ao Governo Provisório pagar os serviços das dívidas públicas externas sem, contudo, comprometer sua receita e desagradar compradores de seus produtos e potenciais fornecedores de capital. Durante sua exposição aos credores estadunidenses, o representante do Governo Provisório informou que com o objetivo de conhecer "a situação financeira e econômica dos Estados e Municipios, [o Governo Federal criou] uma Comissão que desempenharia (...) essa incumbência; dela [fazendo] parte, como Secretário, a pessoa que vos fala nesse momento" (Bouças, 1934, p. 6).

[8] No caso de privilegiar o Estado de São Paulo no fornecimento de câmbio via Banco do Brasil, os banqueiros ingleses seriam os maiores beneficiários, posto que eram os maiores credores dos títulos do referido Estado.

Durante sua conferência ao grupo representante do *National City Bank* e do *The National City Company*, Bouças solicitou apoio dos banqueiros a CEFEM, uma vez que essa necessitava, para seus estudos econômicos e financeiros, da coleta de dados e de esclarecimentos sobre as dívidas públicas externas. Ele justificou aos credores a intervenção do governo federal nos Estados e Municípios no que se referia a cobertura cambial para pagamento de serviços da dívida. Nas palavras de Valentim Bouças,

> não tendo a União meios de obter câmbio para si, (...) também não poderia dar aos Estados nem aos Municípios. Mesmo porque se o desse a situação cambial se agravaria de tal maneira, que não saberíamos qual seria o destino do Brasil (Bouças, 1934, p. 6).

A documentação apresenta a pressão feita pelos representantes dos credores, ameaçando "guerra ao café brasileiro", maior fornecedor de divisas no comércio externo brasileiro, caso o governo não fornecesse câmbio para atender devidamente as necessidades do capital dólar investido na aquisição de títulos brasileiros. Conforme demonstra o quadro I, a seguir, "as atividades das bolsas [de valores] na década de [1930] consistiam quase exclusivamente de títulos públicos" (Beauclair, 1974, p. 50):

QUADRO I

Atividades das Bolsas na década de 1930

(em 1.000 contos de réis)

Anos	Títulos Públicos	Privados	Todos
1930	240	94	334
1931	430	75	505
1932	399	63	463
1933	411	91	503
1934	453	81	534
1935	454	78	532
1936	662	75	737
1937	628	82	710
1938	643	94	738
1939	671	125	797
1940	761	171	933

Fonte: Banco do Brasil. **Relatório apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas, referente ao ano de. 1941**... Apud Beauclair, 1974, pp. 49-50.

Segundo Antonio Gramsci, "toda a atividade econômica de um país só pode ser julgada em relação ao mercado internacional." É preciso considerá-la em sua inserção econômica dentro de uma "unidade internacional." (Gramsci, 2011, pp. 291-292). Isso ajuda-nos na análise de correlação de forças na qual o empresário Valentim Bouças estava inserido como representante do Brasil, exercendo na política externa uma diplomacia econômica.

Reclamaram os banqueiros representantes do grupo financeiro *City Bank* / *City Company* do favorecimento que a União dava ao Estado de São Paulo na cobertura cambial em ouro necessária ao pagamento das suas dívidas. Recomendaram ao representante do governo brasileiro que o governo federal fosse mais justo e disponibilizasse, aos demais Estados, via Banco do Brasil, ao menos de 20 a 25% das suas necessidades em ouro, não privilegiando apenas São Paulo.

A segunda conferencia foi realizada em 27 de janeiro de 1933. Banco: *Dillon Read & Co*. Empréstimo de $ 12.000.000. Devedor: Prefeitura do Distrito Federal. Representante dos Banqueiros: Sr. Hayward. Local da Conferência: Midday Club, às 13h. O representante da CEFEM abordou a problemática da escassez de ouro para câmbio com dólar. Com base nesse argumento propôs o pagamento dos juros em mil réis. O acordo entre as partes estabeleceu a não obrigatoriedade dos credores receberem os títulos vencidos da prefeitura em mil réis até porque, segundo Hayward, representante do grupo *Dillon Read & Co*, os portadores dos títulos "não [conheciam] outra moeda que aquela em que emprestaram" (Bouças, 1934, p. 11).

A terceira conferencia, foi realizada em 27 de janeiro de 1933 – às 15h. Devedores: Prefeitura do Distrito Federal, com dívidas totalizando $ 31.770. 000; Estado de Pernambuco, $ 6.000.000 e Estado do Rio Grande do Sul, $ 23.000.000. Banco: *White, Weld & Co*. Presentes os Senhores Weld e Sebastião Sampaio, Cônsul Geral do Brasil em Nova Iorque.

A análise desse documento sugere um clima particularmente tenso durante essa conferência, posto que Valentim Bouças registrou uma informação dado pelo Sr. Hayward, representante da firma *Dillon Read & Co*, de que os credores do *White, Weld & Co* "estavam sobremaneira intransigentes, e que não queriam entreter palestras" (Bouças, 1934, p. 12).

Igualmente os representantes das outras empresas financeiras, os da *White, Weld & Co* rejeitaram "a proposta de nacionalização dos títulos, porém [julgaram] aceitável o pagamento dos coupons em mil réis" (Bouças, 1934, pp. 12-13). Isso significava o aceite do recebimento de uma parte da dívida em mil réis, desde que não fosse o credor obrigado a receber o valor integral desse modo.

A quarta conferência foi realizada em 30 de janeiro de 1933. Banco: *Frist of Boston Corp*. Empréstimo: $ 5.900.000. Devedor: Prefeitura de São Paulo. Local da conferência: Whitehall Club, às 15h. Presentes: Nevil Ford – banqueiro, Sebastião Sampaio – Cônsul do Brasil em Nova Iorque. O entendimento com o banqueiro Ford tinha uma especial particularidade para o projeto de reorganização financeira do Governo Provisório, pois, "além de fazer parte do [*Frist of Boston Corp*], [o empresário financista fazia parte da] comissão de banqueiros encarregada de zelar pelos empréstimos americanos lançados na América do Sul" (Bouças, 1934, p. 14). Cumpre ressaltar que "em 1919, o *National City Bank*, o primeiro banco multinacional dos Estados Unidos, possuía quarenta e duas filiais em nove repúblicas latino-americanas" (Bulmer-Thomas, In Bethell, 2009, p. 21).

O eixo financeiro internacional deslocava-se de Londres para Nova Iorque e os EUA superavam a Inglaterra como comprador dos nossos produtos. Isso refletia no alcance da política externa dos Estados Unidos, pois consolidava, outrossim, sua posição como potencia capitalista hegemônica. Segundo Victor Bulmer-Thomas,

> O excedente que os Estados Unidos passaram a contabilizar em seu comércio de bens e serviços com a América Latina refletia sua ascensão como exportador de capital. Depois da [Primeira Guerra Mundial, 1914-1918], New York ocupou o lugar de Londres como principal centro financeiro internacional e as repúblicas latino-americanas passaram, progressivamente, a procurar o mercado norte-americano para o lançamento de títulos do governo, para empréstimos do setor público e para a atração de investimentos externos diretos (Bulmer-Thomas, In Bethell, 2009, p. 25).

A política de reorganização econômica e financeira da qual Bouças era representante e emissário no campo de uma diplomacia financeira, buscava reorganizar a política externa brasileira naquele período em que grupos financeiros dos EUA e Inglaterra – principalmente – disputavam a hegemonia na América do Sul. Rosa Luxemburg ressaltou a importância dos empréstimos externos como instrumentos de tutela das velhas nações capitalistas sobre novos Estados, exercendo "controle sobre

suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial" (Luxemburg, 1985, 288).

Apesar do Brasil nos anos 1930 não representar uma nação nova, posto que sua existência tinha mais de um século, acreditamos que as considerações feitas por Luxemburg são de grande valia para pensarmos as formas que assumiam a correlação de forças na política externa do Brasil naquela conjuntura. Luxemburg analisou também a questão do crédito nas crises da economia capitalista. Segundo Rosa Luxemburg:

> Se as crises nascem, como se sabe, em consequência da contradição entre a capacidade de expansão, a tendência à expansão da produção e a capacidade de consumo restrita do mercado, o crédito é, precisamente, pelo que ficou dito acima, o meio especifico de pôr em evidência essa contradição sempre que possível. Antes de tudo, aumenta de forma incomensurável a capacidade de expansão da produção e constitui a força motriz interna que leva constantemente a ultrapassar os limites do mercado. (...) Ao primeiro sintoma de crise, o crédito desaparece, abandona as trocas, justamente quando seria, ao contrário, indispensável, e, onde ainda se oferece, apresenta-se como inútil e sem efeito, reduzindo assim ao mínimo, durante a crise, a capacidade de consumo do mercado (Luxemburg, 2010, p. 30).

A dependência que a economia brasileira, na qual ainda predominava a exportação cafeeira no comercio internacional, tinha em relação do mercado externo, servia para acentuar os problemas que limitavam a capacidade de pagamento dos empréstimos externos. A partir de 1929, a economia Latino-Americana enfrentou graves problemas. Se, por um lado, os preços dos produtos importados e exportados entraram em queda depois de 1929, por outro a taxa de juros nominais referentes a dívida pública externa e privada manteve-se fixa. Os títulos das dívidas de governos foram os mais afetados pela elevação dos juros.

As classes dirigentes que assumiram o poder político no pós-1930 percebiam que o êxito de sua política financeira para o Estado dependeria, naquela difícil conjuntura econômica e política, de uma ação política pela qual se organizasse uma estabilidade econômica para o Brasil. Se as chamadas oligarquias 'carcomidas' simbolizavam uma era de atraso e desordem política e econômica, o novo governo precisava apresentar-se como um 'divisor de águas' com esse passado tido como caótico.

Portanto, era preciso uma ação de classe a qual materializasse, nos campos políticos, uma nova mentalidade. Com isso, a reorganização econômico-financeira anunciada pelo Chefe do Governo Provisório inseria-se como uma grande política elaborada para assegurar estabilidade econômica em tempos de depressão. Isto posto, a

situação financeira enfrentada pelo governo Provisório e sua necessidade de ajuste com os banqueiros e o acordo para resgate dos títulos colocavam o governo em delicada situação.

Em conferência com Nevil Ford, do grupo *Frist of Boston Corp*, Bouças negociou um possível pagamento de uma parcela dos compromissos "em mil réis, [desde que] o Banco do Brasil fornecesse uma pequena percentagem de câmbio, isto serviria para despertar nos Estados Unidos uma grande boa vontade para com o Brasil" – segundo observou Ford (Bouças, 1934, p. 15). O banqueiro Ford também demonstrou preocupação em relação ao "tratamento dado a alguns empréstimos do Estado de S. Paulo, para os quais o Banco do Brasil [fornecia] câmbio. Seria razoável, honesto e justo que este câmbio disponível fosse dado (...) a todos os Estados interessados" (Bouças, 1934, p. 15).

A quinta conferência foi realizada em 31 de janeiro de 1933. Banco: *Ladenburg, Thalmann & C*. Empréstimos: $ 20.000.000 ao Estado do Rio Grande do Sul e, ao Município de Porto Alegre, $ 9.750.000. Conferência realizada na sede dos banqueiros, em 25 Broad Street, das 13 às 15h. Presentes: banqueiro Rosenthal, W. T. Rosen, Siegel (advogado), Srs. M. B. Lake, P. Rosenthal, March e o cônsul Sebastião Sampaio.

O centro da negociação foi o pagamento dos coupons das dívidas em mil réis, ponto delicado em todas as negociações analisadas. Com o propósito de preservar parte do seu capital investido nos títulos da dívida pública brasileira, os credores queriam recebê-lo, ao menos em parte, com base no câmbio-ouro. Convém ressaltar que as reservas ouro do Brasil estavam bastante escassas, o que impossibilitava seu uso no pagamento dos serviços da dívida pública. Segundo Geraldo Beauclair, com a finalidade de preservar o crédito externo, o Governo Provisório, ainda durante a gestão de José Maria Whitaker na pasta da Fazenda, decidiu "remeter para a Europa como cobertura dos compromissos a totalidade do restante de ouro que existia no país, ou seja, £ 4.376.980 no Banco do Brasil e £ 3.167.000 da Caixa de Estabilização" (Beauclair, 1974, p. 08).

Essa medida política desagradou os banqueiros norte-americanos, os quais percebiam-na como claramente favorável aos credores europeus – priorizando-os na política cambial em detrimento das empresas financeiras norte-americanas. A conclusão das negociações do representante do governo brasileiro e os da firma *Ladenburg,*

Thalmann & C, relativas as dívidas do Estado Rio Grande do Sul e Município de Porto Alegre, resultaram no acordo de que

> o Governo do Rio Grande do Sul, por si e pelas municipalidades, [obteria] do Governo Federal facilidade para câmbio de 20 a 25 % das necessidades, deixando (...) 80 ou 75 % para ser pago em mil réis (Bouças, 1934, p. 17).

A desconfiança de que a evidente preferência dada pelo governo brasileiro ao pagamento dos títulos dos governos europeus – principalmente ingleses – acarretou dificuldades para que Valentim Bouças, emissário e representante do novo governo, convencesse os representantes dos credores estadunidenses a aceitarem o pagamento integral de seus títulos em mil réis. Contudo, o resultado das negociações dessa quinta conferência não foi em grande medida desfavorável em Brasil. O banqueiro Rosenthal recomendou que ao proceder o pagamento dos títulos o governo brasileiro assegurasse, ao Estado do Rio Grande do Sul e municípios, o câmbio em ouro de ao menos uma quarta ou quinta parte, isso demonstraria boa fé e vontade de pagar os EUA.

Em troca desse gesto de boa vontade para com os compromissos assumidos, os credores deixariam que o restante pago em mil réis ficasse "no Banco do Brasil, em conta corrente, ou [empregariam] em títulos ou na indústria, agricultura, etc" (Bouças, 1934, p. 17). Concluindo a conversa, o referido banqueiro disse que o governo do Rio Grande do Sul não teria dificuldade em obter essa cobertura do governo federal, uma vez que o Estado de São Paulo estava obtendo. No caso, a preocupação de Rosenthal remete novamente ao problema gerado pela preferência em fornecer câmbio para o pagamento dos compromissos de dívidas com credores europeus.

CONCLUSÃO

O empresário Valentim Bouças é compreendido aqui como um intelectual orgânico que aderiu ao projeto político financeiro do Governo Provisório. O pensamento expresso pelo referido empresário nas conferências examinadas evidencia seu alinhamento com uma política intervencionista em processo de gestação. E, também, sua função essencial no campo de uma diplomacia econômica que se delimitava no novo governo, buscando diálogo com o capital internacional – com o qual o Presidente Vargas não podia romper.

Não é demais ressaltar o fato de ser o emissário do Governo Provisório bem relacionado com poderosas corporações estadunidenses, sendo, portanto, representante dos interesses de fração desse grande capital e conhecido nos EUA desde 1917. Em todas as conferências aqui indicadas, os banqueiros expressam sua insatisfação para

com a preferência que o Governo Brasileiro dava a Inglaterra no que se relaciona a política cambial. O representante brasileiro expressava o desejo de colher dados e informações sobre compromissos da dívida pública e sinalizava, assim, o inicio de um planejamento econômico-financeiro que atenderia as demandas de Washington.

Assim sendo, o governo Vargas, muito dependente da exportação de gêneros agrícolas, estava bastante vulnerável às pressões políticas feitas pelo grande capital, que desejava o pagamento dos compromissos. Em vista disso, precisou renegociar os contratos e se organizar política e economicamente para buscar meios de suportar pressões externas. Valentim Bouças, devido sua proximidade com grandes empresas estadunidenses, foi um dos intelectuais que atuou na diplomacia financeira do governo.

Palavras-chave: Estado, política, dívida pública externa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUCLAIR, Geraldo de. **A Evolução do Sistema Financeiro na época Vargas**. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1974.

BULMER-THOMAS, Victor. *As Economias Latino-Americanas, 1929-1939*. In BETHEL, Leslie (org.) **História da América Latina. A América Latina após 1930: Economia e Sociedade**. 1ª Ed., 1ª reimpr., SP: Edusp, 2009, Vol. VI.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Vol. 03. 4ª Ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do Cárcere. Os intelectuais; o princípio educativo; Jornalismo**. Vol. 02. 6ª Ed, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. SP, Cia das Letras, 1995.

LEOPOPLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. SP: Paz e Terra, 2000.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. – 2ª Ed., SP: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

_____. **Reforma ou revolução?** 2ª Ed., Reimpressão. SP: Expressão Popular, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de Desenvolvimento**. RJ: Graal, 1985.

Nosso Século. **1930/ 1945**. SP: Abril Cultural, 1980. Vol. 03.

PAIVA ABREU, Marcelo de. *O Brasil e a economia mundial (1929-1945)*. In: FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. – 4ª Ed., RJ: Bertrand Brasil, 2007 (História Geral da Civilização Brasileira). T. 3. Vol. 11.

FONTES TRABALHADAS

Discursos

VARGAS, Getúlio. **O Pensamento político de Getúlio Vargas**. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre, 2004. (O Pensamento Político).

Periódicos

BOUÇAS, Valentim. **A Revolução e a situação financeira do Brasil, em face das dívidas externas da União, Estados e Municipalidades**. In: Jornal do Commércio. Rio de Janeiro – Domingo, 25 de Janeiro do 1931. Ano 104. N. 22. FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional.

Relatórios

WHITAKER, José Maria. **A administração financeira do Governo Provisório de 04 de novembro de 1930 a 16 de novembro de 1931**. E. G. Revista dos Tribunais, SP: 1933. Arquivo da Biblioteca do Ministério na Fazenda – RJ.

Webliografia

MANCINI, Giulio. O que é receita cambial? < http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110113030445AAlcv9q > Acesso em 29/03/2012.

VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. Caso IBM < http://www.strategia.com.br/Casos/casos_corpo_ibm.htm > Acesso em 28/11/2011.

Arquivos

Acervo da Biblioteca Central do Gragoatá – UFF/RJ.

Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ.

Arquivo Jornal do Brasil no Google: http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920614&b_mode=2

Center For Research Libraries. Arquivos disponíveis na internet através do site: www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22

FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional.

A evolução da indústria de máquinas e equipamentos: Dedini e Romi entre 1920 e 1960

Michel Deliberali Marson
Professor UNIFA-MG e doutor pela FEA-USP
e-mail: michelmarson@yahoo.com.br

IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica
Área: Brasil República

Resumo:

O objetivo do artigo é analisar a evolução do mercado da indústria de máquinas e equipamentos no Brasil e em São Paulo entre 1920 e 1960, tendo como objeto de estudo duas empresas importantes para a firmação dessa indústria no país, a Dedini e a Romi. A escolha dessas empresas deve-se à existência de estudos específicos e acervos históricos com documentos econômico-financeiros. Destacaremos as semelhanças e diferenças no desempenho dessas duas empresas no contexto da evolução do mercado da indústria de máquinas e equipamentos. Elas surgiram como pequenas oficinas nas primeiras décadas do século XX. Essas empresas evoluíram com o mercado específico em que atuavam, com grandes mudanças nas décadas de 1920 e 1930 e se firmaram no setor após a década de 1940. Na década de 1960 eram as principais empresas da indústria em que atuavam.

Palavras-chave: indústria, máquinas e equipamentos, Dedini, Romi

Classificação JEL: N76, N86, O39

Abstract:

The aim of this paper is to analyze market developments machinery industry in Brazil and Sao Paulo between 1920 and 1960, with the object study of two major companies for consolidation in this industry country, Dedini and Romi. The choice of these companies due to the existence of specific studies and historical collections with economic and financial documents. Highlight the similarities and differences in the performance of these two companies in context of market developments machinery industry. Companies emerged as a small workshop in the first decades of the twentieth century, evolved with the specific market where it operated with great changes in the 1920 and 1930 and signed in the sector after a decade 1940. In the 1960's were the main companies in the sector in which they operated.

Keywords: industry, machinery and equipment, Dedini, Romi

JEL Classification: N76, N86, O39

1. Introdução

A industrialização constituiu, historicamente, o fator mais poderoso no processo de aceleração do crescimento econômico. O setor industrial exerceu impacto dinâmico sobre outros setores da economia e sobre todo o ambiente social e institucional.

A indústria de máquinas e equipamentos é o setor chave no processo de industrialização e desenvolvimento econômico de um país fornecendo máquinas e equipamentos que transformam as condições de produção da agricultura e da indústria. Além disso, essa indústria é importante para o desenvolvimento econômico porque incorpora novos conhecimentos tecnológicos ao processo produtivo, por meio da introdução de novos bens de capital que elevam a produtividade e eficiência do sistema econômico.

A indústria mecânica possui uma característica especial, uma vez que seu desenvolvimento dá apoio à expansão de outros setores industriais, ou seja, seus produtos são destinados a aparelhar os outros setores por meio da oferta de máquinas e equipamentos. A forma mais comum de aperfeiçoamento técnico no processo de industrialização dá-se mediante mudanças tecnológicas, principalmente com o desenvolvimento de máquinas para construir máquinas. Portanto, o desenvolvimento da indústria mecânica é fundamental no processo de industrialização[1].

Neste artigo iremos analisar a evolução do mercado da indústria de máquinas e equipamentos no Brasil e em São Paulo, tendo como objeto de estudo duas empresas importantes para a firmação dessa indústria no país, a Dedini e a Romi. A escolha dessas empresas deve-se à existência de estudos específicos e acervos históricos com documentos econômico-financeiros. Destacaremos as semelhanças e diferenças no desempenho dessas duas empresas no contexto da evolução do mercado da indústria de máquinas e equipamentos.

A próxima seção faz uma análise histórica de Mário Dedini e Emílio Romi e suas empresas. A terceira seção é a contribuição empírica do trabalho no qual analisa a evolução do mercado de cada empresa, identificando os principais clientes e concorrentes. A quarta seção resume as principais conclusões do artigo.

2. As origens de Mário Dedini e Américo Emílio Romi e suas empresas

Nascidos na última década do século XIX, Mário Dedini (1893-1970) e Américo Emílio Romi (1895-1959) foram contemporâneos. O primeiro é da cidade de Lendinara, situada na província de Rovigo, próxima de Pádua e de Ferrara, no norte da Itália. O segundo nasceu no Brasil, na cidade de São José do Rio Pardo (SP), filho de imigrantes italianos, também do norte da Itália.

[1] A importância da evolução e o desenvolvimento da indústria de máquinas e equipamentos em perspectiva histórica pode ser consultada em FLOUD, 1976, para a Grã-Bretanha; LANDES, 2005, para o continente europeu; ROSENBERG, 1963, para os Estados Unidos ; e CHUDNOVSKY e NAGAO, 1983, para países em desenvolvimento.

Ambos vieram para o Brasil devido aos problemas econômicos e à instabilidade política da Europa no final do século XIX e início do século XX e pela possibilidade de progresso econômico nas Américas. Ambos tinham alguma relação com as atividades econômicas agrícolas, mas também tinham conhecimentos da mecânica. Mário Dedini nasceu em uma região produtora de açúcar de beterraba na Itália. Mário estudou desenho mecânico na Escola Técnica de Lendinara e trabalhou na usina de açúcar de beterraba da cidade, uma das maiores da Itália. Desde muito jovem Mário Dedini conhecia as ramificações possíveis do açúcar com a mecânica, na manutenção de equipamentos agrícolas para o setor. Sua vinda para o Brasil foi resultado da ligação com a atividade na usina de açúcar. O convite de um amigo que prestava serviços para a produção açucareira paulista motivou o jovem Mário que em 1914 saiu do porto de Gênova e chegou ao porto de Santos e aí se dirigiu para a fazenda Amália, na cidade de Santa Rosa de Viterbo, no interior de São Paulo.

Dois anos antes da chegada de Mário Dedini ao Brasil, em 1912, Américo Emílio Romi e sua família, que veio para o país motivado pelo trabalho nas fazendas de café do interior do estado de São Paulo, retornam para a Itália. O pai de Emílio Romi tinha conhecimentos de mecânica e trabalhou na construção da ponte metálica sobre o rio Pardo, com Euclides da Cunha, em 1896. Em 1900 a família mudou-se para Casa Branca e seu pai conseguiu empregar-se como maquinista da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro, permanecendo no emprego até 1906. Depois desse período, a família acumulou algum dinheiro e resolveu voltar para a Itália para proporcionar educação para seus filhos. Na Itália, em 1912, Américo Emílio estudou eletro-mecânica e começou sua atividade profissional como mecânico na fábrica da *Tecnomazio Brown-Boveri*, em Milão. A partir de 1915 Romi serviu na Primeira Guerra Mundial consertando caminhões e veículos militares para a Itália, revelando suas habilidades mecânicas. Romi voltaria para o Brasil em 1923 para trabalhar como mecânico em um revendedor Ford, em Santo Amaro (EXAME, 1973, p. 51-52; VISÃO, 1961, p. 22-23).

Mário Dedini, ao chegar ao Brasil em 1914, foi encaminhado da fazenda Amália para a usina Santa Bárbara. Mário Dedini auxiliou os engenheiros e técnicos franceses na montagem da usina, com equipamentos importados em sua maior parte da França. Como Mário já conhecia a técnica da produção de açúcar de beterraba, sua experiência facilitou o aprendizado da técnica de fabricação de açúcar de cana. Em 1915, Mário Dedini tornou-se o primeiro gerente não engenheiro da usina.

Em 1924 Emílio Romi mudou-se com a família para a Vila Americana, que pertencia ao município de Piracicaba, em busca de novas oportunidades de trabalho. Com suas habilidades em mecânica encontrou emprego em uma oficina Chevrolet, onde adquiriu grande número de clientes e passou a ganhar um salário de quinhentos mil-réis, o maior salário de mecânico da região. Entre

1927 e 1929, Romi mudou-se novamente, agora para Santa Bárbara do Oeste (EXAME, 1975, p. 51-52; EXAME, 1973, p.51-52; NEGRI, 1977, p. 1-2; LEÃO, 2005, p. 47-48).

Como é possível perceber, Mário Dedini e Américo Emílio Romi percorreram a mesma região geográfica do interior paulista, apesar de momentos diferentes. Uma hipótese advém do fato de que as fazendas agrícolas (de café, cana-de-açúcar, por exemplo) da região nordeste e central do estado de São Paulo, atraíram imigrantes que possuíam outras habilidades além do trabalho na lavoura. Essa atração pode ser explicada pela existência de estradas de ferro na região e das fazendas com engenho e café que requeriam manutenção para seus equipamentos (locomotivas, vagões, máquinas de beneficiamento agrícola, caldeiras e moendas de cana-de-açúcar, carroças, automóveis e outros implementos agrícolas).

Mário Dedini e Américo Emílio Romi iniciaram seus próprios negócios com pequenas oficinas. O primeiro, uma oficina de carpintaria e ferraria para a fabricação e conserto de veículos (troles, carroças, carroções, charretes, etc.) e utensílios agrícolas (bicos de grades, bicos de arados para tração animal, e outros tipos de arados) em 1920, na cidade de Piracicaba. Já o segundo iniciou suas atividades na cidade de Santa Bárbara, em 1929, com uma oficina de automóveis, na qual produzia peças e que passou a receber encomendas de peças de equipamentos agrícolas.

Em 1920, Mário Dedini deixaria suas atividades formais na usina Santa Bárbara para dedicar-se à sua oficina, mas continuou dando assistência técnica para a usina por vários anos. Assim, em 1922 foi registrada a firma Mário Dedini & Irmão, conhecida como Oficina Irmãos Dedini, com capital de dez contos de réis. Segundo Barjas Negri, a localização da oficina, na Vila Rezende, em Piracicaba, foi essencial para o desenvolvimento inicial da empresa porque ficava em um corredor de tráfego obrigatório da região. Assim, a firma recebia grande demanda por serviços de reparação de veículos e a localização estratégica facilitava o atendimento de pedidos de reparação ou fabricação de utensílios agrícolas. A inexistência de oficinas que atendessem as necessidades de reparo de peças para os vários engenhos de açúcar e fábricas de aguardente da região foi um fator essencial para o desenvolvimento da Dedini (NEGRI, 1977, p. 2-5).

O conhecimento técnico adquirido por Mário Dedini no trabalho em usinas para a produção de açúcar foi fundamental para o atendimento das necessidades de reparo para o setor ligado ao processamento da cana-de-açúcar. Assim, o início da produção de máquinas e equipamentos no interior de São Paulo esteve ligado ao desenvolvimento econômico local ou regional. O desenvolvimento econômico de Piracicaba no início do século XX, local de instalação da oficina Dedini, é um exemplo dessa ligação entre a agricultura local e o crescimento da indústria. As atividades agroindustriais locais, ligadas ao cultivo e processamento da cana-de-açúcar, viabilizaram o aparecimento de empresas para atender à demanda do setor. As primeiras usinas possuíam suas próprias oficinas para a manutenção do equipamento e do maquinário, mas o

crescimento e desenvolvimento da produção açucareira resultaram em oportunidades de novos empreendimentos destinados à manutenção das empresas de processamento da cana-de-açúcar, possibilitando condições para o aparecimento de oficinas mecânicas especializadas.

No final dos anos 1920, a Oficina Dedini passou por uma expansão significativa que constituiu as pré-condições para a formação de uma empresa de máquinas e equipamentos no interior do estado de São Paulo. A oficina mecânica de reparos de automóveis transformou-se em uma pequena indústria que tinha como atividade o conserto, a reparação e construção de peças simples para pequenos engenhos de açúcar. Assim, em 1926, a empresa, na época denominada M. Dedini, instalou uma seção mecânica e uma pequena fundição de ferro, com a aquisição de máquinas de segunda mão. Entre 1926 e 1928, a empresa iniciou a fabricação de conjuntos de moendas de cana, além dos eixos, engrenagens, luvas, camisas, mancais, facas, rodetes, entre outros. As moendas eram relativamente simples, constituindo-se em três cilindros horizontais e outras peças de ferro fundido, em sua maior parte acionados por motores elétricos de baixa potência. O desenho mecânico e o processo de fabricação basearam-se na experiência de Mário Dedini com máquinas para o setor. Assim, no final dos anos 1920 a empresa já havia passado da fase de reforma de peças para a fabricação de máquinas para o setor açucareiro (NEGRI, 1977, p. 9-11; LEÃO, 2005, p. 56-58).

No final do ano de 1929 Romi iniciou seu próprio negócio com um capital de apenas dois contos de réis que foi emprestado por um amigo. Nasceu a Garage Santa Bárbara de Emílio Romi, uma firma de propriedade individual, com apenas dois operários em uma área de duzentos e cinqüenta metros quadrados. Logo depois da fundação, antevendo os efeitos da crise de 1929 sobre as importações, Emílio Romi comprou uma grande quantidade de peças para automóveis, tornando-se a maior oficina mecânica da região (EXAME, 51-52; ROMI, 1970, p. 2, ROMI, 1970 b, p. 66).

Apesar dos efeitos da crise de 1929, ao longo da década de 1930 tanto a Dedini como a Romi tiveram expansão significativa, resultando em mudanças importantes no processo de produção e nos produtos produzidos. Em 1929, além de consertar automóveis, a empresa de Emílio Romi reparava arados e semeadeiras estrangeiras, produzindo peças para esses produtos. Em 1932, Romi passou de oficina de reparos para a fabricação de máquinas agrícolas. No final de 1933 e início de 1934, os jornais de Santa Bárbara (Cidade de Santa Bárbara e O Bandeirante) noticiaram a inauguração da nova seção de mecânica e fundição das Oficinas Romi anexa à garagem e à oficina de marcenaria já existente. A fundição era de grande porte e moderna para a cidade no período e estava aparelhada para fabricar quaisquer peças de máquinas exigidas pela indústria local e das cidades vizinhas. A fundição era composta de duas fornalhas, uma para a fundição de ferro e outra de bronze, com capacidade de produção de 150 toneladas de peças fundidas por mês. Estava resolvido o problema da fundição de peças de ferro e bronze. Em 1936, Romi comprou seu primeiro

torno mecânico iniciando o aparelhamento do seu maquinário com a expansão do mercado nos anos 1930 (SANTA BÁRBARA, 1933; BANDEIRANTE, 1934; EXAME, 1973, p. 52).

Em 1937, a Fábrica de Máquinas Agrícolas Santa Bárbara era uma das unidades industriais mais importantes do município de Santa Bárbara. A empresa possuía setenta e cinco operários em comparação aos quatro mecânicos que iniciaram em 1929, e sua produção anual de máquinas era de quase seiscentos contos de réis (SANTA BÁRBARA, 1937). Em 1938, a firma Américo Emílio Romi tornou-se sociedade limitada, denominando-se Máquinas Agrícolas Romi Ltda., com um capital de trezentos contos de réis. Em 1939, a empresa era a maior fábrica de máquinas agrícolas do Brasil, possuindo prensas de grande tonelagem para a produção dos equipamentos. Seus produtos eram fabricados com métodos modernos, semelhantes às grandes organizações industriais dos Estados Unidos e Europa. Os produtos eram vendidos aos mais modernos agricultores do país e exportados para países do continente americano (EXAME, 1973, p. 52; DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1939, p. 4).

A década de 1930 foi muito favorável para as atividades econômicas da Dedini. Nessa década houve um processo de expansão e transformação na empresa, com aquisição de maior parcela do mercado, novas linhas de produtos e maior escala na produção. Apesar da empresa ter se transformado de uma simples oficina de reparos no início dos anos 1920 em uma empresa de produção de equipamentos em meados dos anos 1920, sua estrutura de produção ainda era modesta no início da década de 1930. As máquinas utilizadas pela empresa eram, em sua maioria, de pequeno porte e usadas. No início dos anos 1930 a empresa era composta de uma carpintaria, uma ferraria, uma seção de mecânica, modelagem, caldeiraria e uma fundição de ferro e bronze.

A crise de 1929 tornou os produtos da Dedini, geralmente moendas para cana-de-açúcar, mais baratos do que os importados. Ao longo da década de 1930 as usinas passaram a exigir máquinas e aparelhos de maior porte para a extração de caldo de cana. Os efeitos da crise de 1929 na economia açucareira paulista não foram tão intensos como em outros estados. Com a crise do café, os agricultores passaram a diversificar a produção agrícola, beneficiando o setor de cana-de-açúcar. Ao longo da década de 1930 houve crescimento relativo da produção de açúcar para o estado de São Paulo (de uma participação média do estado na produção total de açúcar do país de 8,7% nas safras de 1925/1930 para uma participação de 19,1% nas safras de 1935/1940) tornando-se o segundo maior produtor do país, atrás apenas de Pernambuco. Esse aumento da participação de São Paulo na produção de açúcar do país é explicado pelo aumento no número de usinas no estado entre 1929 e 1940, de 20 para 34. A partir de 1935/1936 o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) apoiou a modernização e ampliação das instalações de muitas usinas paulistas. Assim, a participação de engenhos na produção de açúcar de São Paulo caiu de 50% em 1930 para 25% em 1940. A cidade de Piracicaba era responsável por 20% da produção de açúcar do estado de São

Paulo em 1937. Essa produção era realizada por 6 grandes usinas e 265 engenhos. Esse foi um mercado cativo para a empresa de Mário Dedini, que atendia o mercado de máquinas e equipamentos tanto de engenhos como de usinas (NEGRI, 1977, p. 12-35).

Na década de 1940 as estratégias de desenvolvimento da Dedini e da Romi tomaram rumos diferentes. Durante a Segunda Guerra Mundial, com a interrupção das importações, a Romi decidiu especializar a sua produção e produzir um novo produto, o torno. A Dedini notou a necessidade de complementar os produtos que produzia para as usinas e aprofundou o processo de diversificação de seus produtos, fundando novas firmas para a produção de máquinas e equipamentos para o setor alcooleiro e máquinas especializadas para o setor açucareiro.

A Romi iniciou a produção de tornos mecânicos em 1941. A produção de tornos mecânicos foi intensa e já em 1943 a firma havia produzido mil unidades. A empresa abandonou a produção de máquinas agrícolas e investiu no setor de tornos mecânicos, evitando assim uma diversificação prematura. Para reforçar e manter a especialização a empresa iniciou a exportação desse produto para a América Latina. Em 1946, a Romi exportava em média 40 tornos por mês para a Argentina, atingindo uma grande participação nesse mercado.

Em 1948, com o auxílio do engenheiro André Toselo, a Romi iniciou a produção do primeiro trator nacional, denominado Toro, baseado no modelo Allis-Chalmers triciclo. Esse trator era mais pesado e mais potente do que seu concorrente direto, tendo um preço maior do que o modelo da Ford. O preço do primeiro trator nacional inviabilizou seu projeto e a Romi manteve-se afastada do mercado de veículos automotores até 1954, quando a empresa adquiriu os direitos de fabricar o automóvel Isetta da Iso-Motor, de Milão, Itália. O Romi-Isetta, primeiro automóvel nacional de dois lugares, com apenas 30% das peças importadas, foi fabricado até 1959, mas o projeto foi encerrado pela empresa porque a política de apoio às empresas automobilísticas pelo Grupo Executivo das Indústrias Automobilísticas para a isenção de impostos para a importação de peças excluiu os automóveis de dois lugares. Assim, seu custo inviabilizou seu sucesso no mercado automobilístico nacional, já que as peças de automóveis de quatro lugares tinham isenção de imposto e taxa de câmbio diferenciada para a importação de peças (EXAME, 1973, p. 52-54; ROMI, 1970; ROMI, 1970 b, p.66-67; BANAS, 1970, p. 7-12).

Na década de 1960 a Romi tornou-se uma das principais empresas produtoras de torno do mundo, ficando atrás apenas de uma empresa estatal da União Soviética. A empresa, no final da década de 1960, exportava tornos para diversos países, inclusive da Europa, Japão e Estados Unidos. A empresa vendia tornos com tecnologia local inclusive para uma firma de Cincinatti, região onde se concentravam as três maiores empresas produtoras de torno dos Estados Unidos no final dos anos 1960 (EXAME, 1973, p. 52-54; ROMI, 1970; ROMI, 1970 b, p.66-67; BANAS, 1970, p. 7-12).

Na década de 1940, a Dedini diversificou e verticalizou sua linha de produtos diante do crescimento do parque açucareiro e a necessidade de aumento do tamanho dos conjuntos de moendas utilizados pelas usinas. Outro motivo para a diversificação foi a política do Instituto do Açúcar de Álcool para incrementar a produção de álcool. Na década de 1930, cresceu o número de destilarias para a produção de álcool. Em 1933 havia no país apenas uma destilaria de álcool aumentando para 44 unidades em 1941. Com a diversificação do setor alcooleiro surgiu uma nova oportunidade no mercado de máquinas voltadas para o setor canavieiro: a produção de máquinas e equipamentos para destilarias. Assim, com tal conjuntura favorável, a família Dedini em sociedade com Waldomiro Perissinotto e Lázaro Pinto Sampaio fundaram a Construtora de Destilarias Dedini, ou Codistil, em 1943. O objeto social da Codistil era a fabricação e o comércio de máquinas, alambiques, aparelhos, peças, acessórios, instalações do ramo e montagem de destilarias para aguardente e álcool. No início a empresa produziu apenas alambiques e caldeiras de pequena capacidade, além de reformar e consertar os equipamentos existentes. Em 1945 a empresa já estava produzindo equipamentos para destilarias completas. Em 1953, a Codistil havia fabricado cento e quarenta destilarias para aguardente e trinta para álcool (LEÃO, 2005, p 76-92; EXAME, 1975, p. 53-54).

No final dos anos 1940 e início dos anos 1950, a Dedini aprofundou o processo de diversificação e verticalização com a associação da família à Metalúrgica de Acessórios para Usinas S.A. – Mausa, da qual Mário Dedini conseguiria total controle. A Mausa produzia equipamentos para usinas não produzidos pela Dedini e pela Codistil e que exigiam maior conhecimento técnico para sua elaboração. A empresa fabricava produtos cuja tecnologia ainda não era de domínio público, como filtros de caldos, filtros rotativos, centrífugas, decantadores, redutores de velocidade, bombas, mesas alimentares de cana, pontes rolantes e outros (LEÃO, 2005, p 76-92; EXAME, 1975, p. 53-54).

Em 1947, a Dedini tinha capacidade de fabricar usinas completas para a produção de açúcar, indicando alto grau de diversificação e verticalização de seu sistema produtivo. Em 1954, as moendas produzidas pela empresa aumentaram de dimensão. Assim, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, a Dedini tinha capacidade de produzir todos os equipamentos necessários dentro das usinas nacionais. Já em 1945, a empresa deixou de ser firma individual e passou a denominar M. Dedini & Cia. Em 1950, Dedini é transformada em sociedade anônima, estando as três empresas do grupo (Dedini Metalúrgica, Codistil e Mausa) aptas para atender à demanda de equipamentos do complexo canavieiro brasileiro (LEÃO, 2005, p 76-92; EXAME, 1975, p. 53-54).

3. A evolução do mercado interno e externo

3.1 O mercado de máquinas para a agricultura canavieira e a Dedini

Na agricultura canavieira em São Paulo, no final do século XIX e início do século XX, a demanda por máquinas era realizada por uma grande quantidade de pequenos engenhos e as usinas. As primeiras empresas produtoras de máquinas para o setor canavieiro iniciaram suas atividades como oficinas de reparos e produção de peças para máquinas importadas, sendo de extrema importância a localização geográfica da oficina em relação à usina ou engenho. Segundo Barjas Negri, o fator mais importante para o desenvolvimento de oficinas foi a assistência técnica oferecida por elas. A assistência era extensiva a todos os aparelhos da usina e a proximidade entre oficina e usina possibilitava a reposição de peças em tempo menor do que com as importações. Assim, "em virtude desta capacidade de reparação e reposição rápida as usinas não mais precisariam importar antecipadamente aquelas peças importantes que normalmente apresentavam quebras freqüentes durante o período de fabricação de açúcar" (NEGRI, 1977, p. 15).

Em 1920, ano da fundação da oficina de Mário Dedini, o maior mercado consumidor dos serviços da oficina eram os vários pequenos engenhos localizados na região de Piracicaba. Os serviços de manutenção eram realizados na zona rural, ou seja, o atendimento era no próprio engenho. O atendimento às usinas, unidades de produção mais modernas e complexas, aumentou no final dos anos 1920. A Tabela 1 mostra os principais clientes de Mário Dedini entre 1929 e 1945. O primeiro conjunto completo de moendas, com todos os acessórios, com capacidade de moer cerca de cem toneladas de cana por dia, fabricado pela Dedini, foi vendido para a usina Nossa Senhora Aparecida, de Virgolino de Oliveira, em Itapira, no ano de 1929. Em 1932, Dedini reformou as máquinas e equipamentos adquiridos por Pedro Ometto para instalação da usina Boa Vista, em Iracemápolis. Esses equipamentos eram maiores e mais complexos dos que os produzidos até aquele momento, possibilitando à empresa acumular conhecimento técnico, que iria deixá-la apta para a modernização das usinas incentivada pelo Instituto do Açúcar e Álcool nos anos 1930 (NEGRI, 1977; LEÃO, 2005).

Outra característica da abordagem do mercado consumidor pela Dedini foi o método comercial peculiar de venda de seus produtos. A empresa aceitava equipamentos usados como parte de pagamento na compra de equipamentos novos. Assim, a empresa reformava os equipamentos antigos e vendia-os para usinas de menor porte. Essa política de venda fazia com que os usineiros antecipassem suas decisões de modernizar e ampliar suas usinas, aumentando assim a capacidade de produção de açúcar paulista. A prática de reforma de equipamentos usados possibilitava para a empresa a assimilação tecnológica dos produtos. Muitas vezes o usineiro comprava equipamentos do exterior ou de outras usinas e encomendava a reforma junto à empresa de Mário Dedini. Segundo Barjas Negri, essa política de comercialização proporcionava um "veículo irradiador do progresso técnico dentro da indústria açucareira" (NEGRI, 1977, p. 30). Tal política estimulou a

modernização do setor açucareiro resultando em processos de produção mais racionais, eficientes e de maior escala.

Tabela 1 – Principais clientes da Dedini, 1929-1945

Usinas	Proprietários	Município	Ano
Nossa Senhora Aparecida	Virgolino de Oliveira	Itapira-SP	1929
Boa Vista	Pedro Ometto	Iracemápolis-SP	1932
Costa Pinto	Ometto, Bassinello e Dedini	Piracicaba-SP	1936
São Francisco do Quilombo	Ometto, Dedini, Oliveira	Charqueada-SP	1942
Bandeirantes do Paraná	Dedini, Ometto, Meneghell	Bandeirantes-PR	1942
Pedra	Pedro Biagi	Serrana-SP	1931
Santa Cruz	Giuseppe Annichino	Capivari-SP	1926
Santa Elisa	-	Sertãozinho-SP	1936
Santa Lucia	Jerônimo Ometto	Araras-SP	1940
São João	José Ometto	Araras-SP	1935
Paraíso	-	Charqueada-SP	-
Porto Real	-	Floriano-RJ	-
Fundação Brasil Central	-	Rio Doce-GO	1943

FONTE: NEGRI, 1977, p. 12 – 35; LEÃO, 2005, p. 63-73.
NOTA: Na usina da Pedra, Santa Cruz, Santa Elisa, Santa Lucia, São João, Paraíso, Porto Real e Fundição Brasil Central o ano representa a data da fundação da usina. Nas outras usinas o ano representa a aquisição de equipamentos da Dedini.

Uma outra iniciativa de Mário Dedini que resultou em aprendizado tecnológico para a empresa foi a associação com interessados em investir no setor açucareiro. Geralmente os interessados em investir no setor eram fornecedores, plantadores de cana-de-açúcar que desejavam instalar engenhos para processar cana ou produtores de açúcar que desejavam ampliar suas instalações ou transformá-las em usinas, com equipamentos mais modernos. O objetivo inicial dessa associação era ampliar o mercado para os equipamentos e os serviços oferecidos pela Dedini. Assim, a ampliação do mercado resultava em nova alimentação da demanda no futuro para os produtos e serviços da Dedini. Essa demanda tornava-se cativa porque anualmente havia necessidade de reposição de peças para os equipamentos, e caso a usina ou o engenho desejasse ampliar suas instalações recorreria à empresa que forneceu os primeiros equipamentos, já que as unidades produtoras eram projetadas para que pudessem realizar ampliações da capacidade produtiva.

A associação era realizada como uma oportunidade tanto para o plantador de cana-de-açúcar, como para o fornecedor de máquinas e equipamentos, já que o primeiro teria a disponibilidade dos serviços de manutenção dos equipamentos rapidamente. Assim, Mário Dedini participava como sócio contribuindo com os equipamentos produzidos pela empresa, portanto, com uma parte do capital físico da usina. Essas usinas associadas à Dedini funcionavam como um

laboratório para os produtos da firma. Havia constantes aperfeiçoamentos e testes dos produtos nas usinas onde a empresa tinha participação.

Em 1936, Mário Dedini realizou sua primeira grande associação com produtores de açúcar, participando da constituição da Usina Costa Pinto Ltda., na cidade de Piracicaba. Mário Dedini assumiu 25% (150 contos de réis de um total de 600 contos de réis) do capital da usina, Pedro Ometto possuía 50% do capital (300 contos de réis), João Ometto mais 17% (100 contos de réis) e João Bassinelo outros 8% (50 contos de réis). Os equipamentos da usina Costa Pinto foram em sua maior parte fornecidos pela Dedini, e alguns importados da Europa. A Dedini forneceu a manutenção das máquinas e equipamentos e reposição das peças para a usina desde a fundação e também foi responsável por sua ampliação em 1944, sendo que todos os novos equipamentos foram fornecidos pela empresa de Mário Dedini.

Em 1942, outras associações ampliaram a atuação da família Dedini como fabricante de equipamentos para o setor açucareiro e proprietária de usinas: a constituição da Usina São Francisco do Quilombo Ltda., localizada em Charqueada, próxima a Piracicaba, e a Usina Bandeirantes do Paraná Ltda., localizada em Bandeirantes, no estado do Paraná. A usina São Francisco do Quilombo foi constituída pela filha de Mário Dedini, Nida Corrente Dedini, o filho de Pedro Ometto, Dovílio Ometto, e por Virgolino de Oliveira, em três partes iguais de 200 contos de réis. A usina Bandeirantes tinha como sócios Nida Corrente Dedini, com 30% do capital da empresa, a família Ometto com 18%, a família Meneghell com 30%, Manoel Moreno Filho com 12% e José Viziolli, com 10%. Ambas as usinas foram equipadas com os produtos da Dedini. As usinas São Francisco do Quilombo e a Bandeirantes receberam uma participação maior dos equipamentos da Dedini no total de equipamentos adquiridos do que a usina Costa Pinto porque a empresa de Mário Dedini estava produzindo uma grande quantidade de equipamentos em 1942, que ainda não produzia em 1936 (NEGRI, 1977, p. 30- 31, LEÃO, 2005, p. 74).

Os principais sócios da família Dedini nos empreendimentos relacionados às usinas foram Pedro Ometto e Virgolino de Oliveira. Os negócios entre ambos favoreceram relações de longa amizade dos três empresários. É importante notar que as relações que transformaram Pedro Ometto em um dos maiores produtores de açúcar do país e Mário Dedini no maior fabricante de máquinas e equipamentos para o setor foram pautadas em laços de compadrio e alicerçadas e institucionalizadas pelo casamento de seus filhos, Dovilio Ometto e Ada Dedini. Dovilio Ometto, depois de formado em engenharia agronômica na “Luiz de Queiroz”, começou a trabalhar na Dedini em meados dos anos 1940 e tornou-se sucessor de Mário, seu sogro, nas empresas da família (LEÃO, 2005, p. 70, 90-91).

Outras usinas ligadas à família Ometto que adquiriram equipamentos da Dedini foram a Santa Lúcia e a São João, ambas na cidade de Araras. Outros importantes clientes da Dedini, ao

longo desses trinta e cinco anos de atividades, foram as usinas da Pedra, em Serrana, Santa Cruz, em Capivari, Santa Elisa, em Sertãozinho, Paraíso, em Charqueada no estado de São Paulo, a usina Porto Real, no Rio de Janeiro e a Fundação Brasil Central, em Goiás (ver Tabela 1).

Em meados das décadas de 1940 e 1950 a Dedini manteve a estratégia de ampliar o mercado participando de sociedade de novas usinas. Entre 1946 e 1956, a Dedini ou seus proprietários participaram da sociedade de mais cinco usinas que a empresa montou e forneceu equipamentos: a usina Modelo, da Barra, Santa Helena e Sant'ana no interior de São Paulo e a Fronteira, em Frutal, Minas Gerais. É nesse período que a empresa firmou-se como grande empresa nacional fornecedora de equipamentos para o setor canavieiro. Apesar do deslocamento das usinas para a região centro-sul do país (as usinas de São Paulo passam de 42 em 1946 para 92 em 1956), a Dedini passou a atender o mercado nacional (NEGRI, 1977, p. 45).

Entre 1947 e 1952 o valor das vendas do grupo Dedini aumentou em cinco vezes, com uma taxa de crescimento anual de 31,6% (ver Tabela 3). No início dos anos 1950 a Dedini contava com mais de dois mil clientes em todo o país. Nesse período, a Dedini havia fabricado 64 usinas completas e 178 equipamentos de moagem. A maior parte desse mercado estava em São Paulo, mas a empresa também atendia principalmente a demanda de usinas em Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina (LEÃO, 2005, p. 102).

Tabela 2 – Principais clientes da Dedini, 1946-1956

Usinas	Município	Ano
Modelo	Piracicaba-SP	1946
Barra Grande	Lençóis Paulista–SP	1947
Adelaide	Ilhota–SC	1947
Fronteira	Frutal–MG	1948
da Barra	Barra Bonita–SP	1950
Tamandupá	Charqueada–SP	1951
Santa Helena	Rio das Pedras–SP	1951
Santo Antonio	Piracicaba–SP	1952
Bom Jesus	Rio das Pedras–SP	1952
Sant'ana	Ourinhos–SP	1954
São José	Rio das Pedras–SP	1956

FONTE: NEGRI, 1977, p. 68
NOTA: a usinas Modelo, Fronteira, da Barra, Santa Helena e Sant'ana tinham a Dedini ou seus proprietários como participantes da sociedade.

Depois de analisar a evolução do mercado de máquinas e equipamentos para o setor canavieiro pela demanda, identificando os principais clientes da Dedini, iremos estudar a evolução da estrutura desse mercado, ou seja, seus principais concorrentes.

O setor de máquinas e equipamentos ligado ao setor canavieiro é relativamente antigo no Brasil com sua origem no período colonial, mas nesse período não teve desenvolvimento contínuo e

permanente. No século XIX, duas empresas destacaram-se na produção de equipamentos para o setor canavieiro: a Fundição do Brasil, no Recife, em Pernambuco, e a Usina Esperança, em Minas Gerais. Ambas as empresas prestavam serviços ou produziam equipamentos simples para atender engenhos, mas também atendiam outros ramos de atividades, além do setor canavieiro. A Usina Esperança, por exemplo, fabricava tubos para encanamentos de água, balaustres e máquinas para engenhos para os mercados do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul (NEGRI, 1977, p. 46-47).

Nas duas primeiras décadas do século XX, outras empresas começaram a atender à demanda por equipamentos e serviços dos vários engenhos do país. No estado de São Paulo, duas empresas foram premiadas na categoria de máquinas para o setor canavieiro na Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922, no Rio de Janeiro. A Cia. Industrial "Engenho Stamato" ganhou o grande prêmio com seu engenho de ferro para cana e a Martins Barros e Cia. Ltda. foi premiada pela sua moenda para cana. A premiação no Centenário da Independência representava o que de melhor se produziu no estado de São Paulo no segmento industrial nos anos 1920.

Tabela 3 – Vendas realizadas pelas empresas do grupo Dedini e importações brasileiras de máquinas, aparelhos, utensílios e acessórios para fabricação de açúcar e álcool, 1947-1958 (em mil cruzeiros, a preços constantes de 1965/67)

Ano	Metalúrgica Dedini	Mausa	Codistil	Grupo Dedini	Importações
1947	4.888	-	588	5.474	11.912
1948	5.859	425	552	6.837	8.153
1949	7.060	1.147	1.069	9.276	5.534
1950	9.987	2.085	1.470	13.542	5.250
1951	13.150	2.817	2.146	18.111	9.330
1952	17.439	3.758	2.324	28.521	9.131
1953	11.136	2.329	1.368	14.833	3.305
1954	10.194	2.273	1.905	14.372	297
1955	9.227	2.288	1.746	13.262	84
1956	8.381	2.650	1.106	12.137	-
1957	11.879	3.394	2.638	17.910	-
1958	11.204	3.002	3.283	17.488	-

FONTE: NEGRI, 1977, p. 63, 67.

Ao longo dos anos 1920 outras empresas produziram equipamentos para o setor canavieiro em São Paulo. Algumas das empresas importantes desse período foram a própria Dedini, a Martins Barros, da cidade de São Paulo, a Carlos Tonanni, de Jaboticabal, e a Krähenbühl, de Piracicaba. Essas empresas fabricavam geralmente pequenas moendas para cana, sendo que a Tonanni produzia centrífugas para engenhos turbinadores. A Krähenbühn foi fundada em 1870 por suíços e inicialmente atendia a demanda de importação e reparos mecânicos da região de Piracicaba. A

empresa saiu do mercado de equipamentos e vendeu seu maquinário para a Dedini em 1940, concentrando-se apenas na comercialização dos produtos agrícolas. A Martins Barros teve sérios problemas econômicos com a crise de 1929, paralisando suas atividades no período e saindo definitivamente do mercado nos anos 1940. Essa empresa também vendeu seu maquinário para a Dedini. A Tonanni concentrou sua produção no setor de máquinas para beneficiamento de arroz e café.

Conseguimos catalogar 20 empresas produzindo máquinas para o setor canavieiro no estado de São Paulo em 1930. A Tabela 4 apresenta essas empresas, com as respectivas cidades, capital e produtos. Algumas dessas empresas produziam também máquinas para outros setores da agricultura e indústria, como por exemplo, máquinas para beneficiamento de café, arroz, bombas para serrarias, panificação e aproveitaram para ampliar sua produção para o setor canavieiro.

A indústria de máquinas para o setor canavieiro é um setor baseado em demanda sob encomenda, em sua maior parte de equipamentos fabricados especialmente para determinado engenho ou usina. Mesmo os produtos padronizados nesse setor precisam ser ajustados a cada unidade de produção específica. Os produtos são heterogêneos, em sua maioria, com uma linha relativamente diversificada. A demanda do setor de máquinas para o setor canavieiro está diretamente ligada às condições de mercado para os produtos extraídos pelo setor, ou seja, depende dos preços do açúcar e do álcool. As empresas produtoras de máquinas e equipamentos sob encomenda para o setor ficam vinculadas ao setor comprador de seus produtos. Na tentativa de diminuir a dependência de um único setor consumidor dos produtos, as empresas procuram diversificar a linha de máquinas e equipamentos. Neste caso, a base produtiva principal permite flexibilidade na produção ou equipamentos que se complementam são produzidos por meio de diversas tecnologias. A estratégia de produzir produtos complementares tem como objetivo diminuir as oscilações do mercado. A forma de diversificação mais fácil para diminuir a dependência cíclica de um mercado é através da fabricação de produtos próximos à atividade principal (NEGRI, 1981, p. 89-93).

Assim, conforme mostra a análise da Tabela 4, vários produtores de máquinas e equipamentos fabricavam equipamentos para uma indústria mais importante (neste caso, o setor canavieiro) e também para outros setores, com características distintas. Interessante notar é a existência de empresas relativamente grandes, com empresas de menor porte, ou seja, há um complemento da produção entre empresas com características diferentes. As empresas menores complementam a produção das maiores fornecendo peças de reposição ou a produção de equipamentos de pequeno porte.

Uma característica importante é que a maioria das empresas de máquinas para o setor canavieiro atendia aos engenhos. A única empresa especializada no fornecimento de máquinas para

as usinas, uma unidade de produção mais complexa do que os engenhos era a Dedini em 1930. Esse será um dos fatores que levaram a Dedini a ser líder da indústria produtora de equipamentos para o setor açucareiro. As empresas, que atendiam ao setor no início dos anos 1930, ofertavam serviços e equipamentos para o mercado de engenhos de açúcar, com tecnologia relativamente simples. Na década de 1930, com o incentivo do Instituto do Açúcar e Álcool, muitos dos engenhos transformaram-se em usinas, grandes unidades de produção de açúcar. Assim, no início dos anos 1930 surgiu um novo segmento de mercado especializado substituindo a produção de equipamentos de engenhos para usinas. Enquanto as empresas concorrentes da Dedini produziam equipamentos para o mercado decadente de engenhos de açúcar, a Dedini estava entre as poucas empresas capazes de fornecer máquinas e equipamentos para atender um mercado em expansão.

Até a década de 1960 a Dedini permaneceu como líder em um segmento de mercado com estrutura próxima a um oligopólio: máquinas para a indústria do açúcar. Outro segmento de mercado que a Dedini foi pioneira foi o de máquinas para a produção de álcool, com a constituição da Codistil. As empresas do grupo Dedini (Metalúrgica, Codistil e Mausa) tiveram valor de vendas três vezes maior do que todas as importações brasileiras de máquinas e equipamentos para a fabricação de açúcar e álcool em 1952 (ver Tabela 3). A partir de 1949, as vendas do grupo Dedini foram maiores do que as importações de máquinas para o setor.

A cidade de Piracicaba apresentava-se um dos principais centros de produção açucareira do Brasil nos anos 1960. Uma das características das máquinas e equipamentos por encomenda é a especificação técnica do comprador. Os compradores, as usinas e engenhos neste caso, esperam que os fornecedores de máquinas e equipamentos sejam capazes de atender as demandas das unidades industriais para reposição em curto prazo de entrega e oferecimento de assistência técnica para reparos. Essa característica explica em parte porque as principais empresas de máquinas e equipamentos para a indústria da cana estavam concentradas na região de Piracicaba em 1963 (ver Tabela 5). Embora a Cia. Federal de Fundição e a Bardella produzissem instalações completas para usinas de açúcar, as empresas do grupo Dedini eram especialistas no fornecimento de máquinas e equipamentos para açúcar e álcool e exerceram forte influência na evolução das empresas da região de Piracicaba.

Instalada em 1936, em Piracicaba, pelo francês Jean Joseph Morlet, a empresa Morlet concorreu na década de 1940 com a Codistil, na fabricação de destilarias. Entretanto, a Morlet foi adquirida pelo grupo Dedini em 1958 e incorporada à Codistil em 1969. A Mepir – Metalúrgica Piracicabana, fundada em 1950, em Piracicaba, foi adquirida pelo grupo Dedini em 1969.

Tabela 4 – Empresas produtoras de máquinas e equipamentos para o setor canavieiro, estado de São Paulo, 1930

Empresa	Cidade	Capital (mil-réis)	Produtos
Adolpho Bianchi	Ribeirão Preto	40.000	engenhos de cana, rodas d'água e reparos máquinas em geral
Affonso Ramasco	Campinas	110.000	engenhos de cana, máquinas de fazer telhas
Angelo Milanesi & Irmãos	Botucatu	17.000	moendas para cana, máquinas para beneficiar café, arroz
Antonio Luciano	São Paulo	60.000	máquinas para beneficiar café e para moer e picar cana
Bruno Meyer & Filhos	Rio Claro	60.000	engenhos para cana, prensas para telhas, peças fundição
Cia. Mac-Hardy	Campinas	943.400	engenhos para cana, máquinas para beneficiar café
Comp. Ind. Stamato	São Paulo	400.000	engenhos para moagem de cana, aparelhos fábrica açúcar
Irmãos Colombini	Baurú	10.000	engenhos para cana, bombas
Irmãos Gazzola	Itú	28.150	moendas de cana, artigos de ferro fundido
Irmãos Masiero	Jaú	67.850	máquinas para beneficiar café e para picar cana, bombas
José Bisordi	São Paulo	80.000	prensas, moendas e serras
Luiz Cestari	Monte Alto	286.641	engenhos para cana
Raphael Stamato	São Paulo	200.000	engenhos de ferro para lavoura de cana
V. Lilla	São Paulo	20.000	torradores e moinhos de café e engenhos de cana
Celeste Toriatti	Socorro	8.500	construção de engenhos de cana
M. Dedini	Piracicaba	200.000	moendas de cana, máquinas para usinas de açúcar
Roque Bianchi Filhos Ltda.	Ribeirão Preto	18.000	engenhos para moagem de cana
Vettorazzo & Rosa	Sorocaba	60.000	máquinas para panificação, serrarias, e engenhos de cana
José Gambale	São Paulo	15.000	construção de engenhos de cana
Frederico Ruegger & Filhos	Araras	255.000	moendas, rodas hidráulicas, prensas, polias

FONTE: DEIC/ SAIC/ SP. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1930.

O grupo Dedini disseminou uma forma de "convergência tecnológica" por meio do conhecimento técnico de seus ex-funcionários que saíram da empresa para fundar suas próprias companhias. Segundo Barjas Negri, grande parte das empresas de máquinas para o setor canavieiro de Piracicaba foram instaladas pelos ex-operários e técnicos das empresas de Mário Dedini. Esses funcionários assimilaram os processos de produção de vários equipamentos para o setor. Assim, outras empresas mecânicas desenvolveram-se em Piracicaba por influência da Dedini. Esses empreendimentos eram basicamente pequenas e médias oficinas que forneciam peças e equipamentos que não eram produzidas pelas grandes empresas. Assim, essas pequenas e médias empresas complementavam a produção da Dedini no atendimento às usinas. Duas empresas que

surgiram dessas condições foram a Santin S.A. Indústria Metalúrgica, em 1948 e a Mario Mantoni Metalúrgica Ltda., em 1956 (NEGRI, 1981, p. 95; LEÃO, 2005, p. 109-110). A oferta de mão-de-obra especializada atraiu investimentos de outros setores para a cidade de Piracicaba. Assim, a economia canavieira foi responsável direta e indiretamente pelo estabelecimento de um grande número de empresas na cidade de Piracicaba ligadas aos encadeamentos do setor.

Tabela 5 – Principais empresas produtoras de máquinas para o setor canavieiro, 1963

Empresa	Local	Fundação
Cia. Federal de Fundição	Rio de Janeiro–RJ	1901
Bardella S.A. – Ind. Mecânicas	São Paulo-SP	1911
Lilla de Máquinas Ind. e Com.	São Paulo-SP	1918
M. Dedini S.A. - Metalúrgica	Piracicaba–SP	1920
Morlet – Equip. usinas açúcar e álcool	Piracicaba–SP	1936
Codistil – Construtora destilaria Dedini	Piracicaba–SP	1943
Mausa S.A. – Equip. usinas de açúcar	Piracicaba–SP	1948
Santin S.A. – Indústria metalúrgica	Piracicaba–SP	1948
Mepir –Metalúrgica Piracicabana S.A.	Piracicaba–SP	1950
Zanini S.A. – Equipamentos pesados	Sertãozinho–SP	1950
Fundição Goytacaz S.A.	Campos–RJ	1953
Mescli – Metalúrgica Santa Cruz S.A.	Piracicaba–SP	1953
Fazanaro S.A. – Industrial e Comercial	Piracicaba–SP	1954
Conservit S.A. – Fábricas de caldeiras	São Paulo–SP	1955
Mario Mantoni Metalúrgica Ltda.	Piracicaba–SP	1956
Cimei – Cia. Metalúrgica de Equip.	Araras-SP	1959
Metalúrgica Conger S.A.	Piracicaba–SP	1962

FONTE: BANAS, 1963, p.43; NEGRI, 1981, p. 94.
NOTA: A Morlet foi adquirida pelo grupo Dedini em 1958 e incorporada à Codistil em 1969. A Mepir foi incorporada ao grupo Dedini em 1969.

No início da década de 1960, a indústria de máquinas para o setor canavieiro era auto-suficiente, produzindo todos os equipamentos necessários para o setor de açúcar e álcool. As empresas do grupo Dedini, além de produzir todos os equipamentos necessários às usinas e destilarias do país, realizaram exportações de seus equipamentos para a América Latina, especialmente para a Argentina, Bolívia e Uruguai (BANAS, 1963, p. 43).

3.2 O mercado de máquinas operatrizes e a Romi

Depois de analisar a evolução do mercado de máquinas para o setor canavieiro, onde a Dedini está inserida, iremos considerar o mercado de máquinas operatrizes, principal mercado da Romi. As máquinas operatrizes estão inseridas na classificação do gênero industrial mecânica e são máquinas que têm como finalidade produzir novas máquinas por meio do movimento mecânico, de um conjunto de ferramentas. São classificadas como máquinas operatrizes tornos, retificadoras,

rosqueadoras, plainas, fresadoras, mandriladoras, furadeiras, serras, tesouras, prensas, e outras. O torno é uma das mais antigas máquinas inventadas pelo homem que tem como objetivo cortar, limar ou polir peças de madeira, metal ou outro material. Como existem diversos tipos, o torno pode ser utilizado por uma pequena oficina mecânica, ou em uma complexa organização industrial.

Como vimos na seção anterior, a Romi iniciou suas atividades produzindo máquinas agrícolas e em 1941 iniciou a produção de tornos. A indústria de máquinas operatrizes é constituída no Brasil, com empresas produzindo de forma contínua esse tipo de máquina, na década de 1930. Entretanto, antes desse período algumas empresas produziam algumas máquinas para uso próprio.

É difícil identificar os clientes da Romi ao longo dos anos. Porém, podemos fazer algumas generalizações para entender melhor as características do mercado de tornos no país entre 1940 e 1960. Os principais clientes foram as indústrias de auto-peças, a de ferramentaria (que usam o torno na produção de máquinas) e o setor de manutenção (como o setor de vidro, cimento ou porcelana, que usam o torno mais simples, na manutenção). Assim, a produção de tornos da Romi deu-se tanto em série, para atender clientes que exigem menor complexidade do torno, e também sob encomenda, para atender finalidades específicas. O mercado atendido pela Romi nesse período foi de clientes diversificados, que exigiam relativo grau de complexidade tecnológica nos produtos produzidos pela empresa (BANAS, 1970, p. 7-12).

Não existem informações estatísticas detalhadas para estimar a produção de tornos no país e sua respectiva demanda no período aqui abordado. As estatísticas de comércio exterior também não detalham a quantidade e valor dos tornos importados. O maior nível de detalhe disponível é para a importação de máquinas operatrizes pelo Brasil e por São Paulo pelo porto de Santos. Esses dados entre 1938 a 1943 são apresentados na Tabela 6. Tal período é importante porque abrange o período de projeto e início da produção de tornos pela Romi, motivada pela dificuldade de importação em um período de guerra e necessidade dessas máquinas pelo parque industrial paulista e brasileiro.

Tabela 6 - Importação de máquinas operatrizes pelo estado de São Paulo e pelo Brasil, 1938-1943 (toneladas e mil-réis correntes)

	São Paulo (Porto de Santos)		Brasil		% quantidade São Paulo	% valor São Paulo
Ano	Quantidade (toneladas)	Valor (mil cruzeiros)	Quantidade (toneladas)	Valor (mil cruzeiros)		
1938	377	6.675	1.079	17.674	34,98	37,77
1939	286	4.726	757	13.709	37,83	34,47
1940	277	4.885	511	10.199	54,25	47,90
1941	246	3.967	1.350	36.645	18,25	10,82
1942	252	7.855	911	23.949	27,66	32,80
1943	215	3.996	1.762	55.737	12,22	7,17

FONTE: DEIC/ SAIC/ SP. Estatística do Comércio do Porto de Santos com os países estrangeiros, 1938 – 1943; BRASIL. Conselho Federal de Comércio Exterior. Comercio exterior do Brasil: importação e exportação segundo a utilização e o grau de elaboração dos produtos, 1938-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

NOTA: Máquinas operatrizes são tornos, retificadoras, rosqueadoras, plainas, fresadoras, mandriladoras, furadeiras, serras, tesouras, prensas, e outras máquinas não especificadas.

Através da análise da Tabela 6 é possível perceber a oscilação da importação de máquinas operatrizes pelo estado de São Paulo pelo porto de Santos e pelo Brasil entre 1938 e 1943. A Segunda Guerra Mundial ajudou a diminuir as importações das máquinas operatrizes, pelo menos entre 1938 e 1941 em São Paulo. A partir de 1942 houve recuperação das importações, possivelmente devido à necessidade de renovação das máquinas do parque industrial do país. O interessante é que esse movimento de recuperação das importações de máquinas operatrizes pelo Brasil a partir 1941 não foi acompanhado pelas importações do estado de São Paulo. A participação relativa do estado de São Paulo no total das importações de máquinas operatrizes do país aumentou entre 1938 e 1940 (de 35% para 54% da quantidade relativa de máquinas importadas pelo país e de 37% para 48% do valor das máquinas importadas do país, ver Tabela 6), mas caiu para 12% da quantidade e 7% do valor das importações de máquinas operatrizes do país em 1943. Esta é uma evidência de substituição de importação em máquinas operatrizes pelo parque industrial paulista, o mais dinâmico do país, entre 1941 e 1943.

Outras informações dão evidências de substituição de importação de máquinas operatrizes pelo estado de São Paulo no início dos anos 1940. A Tabela 7 mostra as empresas produtoras de tornos no estado em 1945. Percebemos um número substancial de empresas iniciando suas atividades a partir de 1940, apesar da data de fundação na tabela indicar a última alteração na razão social da empresa. Das 45 empresas que conseguimos identificar produzindo tornos no estado de São Paulo em 1945, 31 foram fundadas a partir de 1940.

Tabela 7 – Empresas produtoras de tornos, estado de São Paulo, 1945

Empresa	Fundação	Capital	Operários	Produtos
Carlos Tonanni & Cia. Ltda.	1902	1.191.913	128	tornos para máquinas plainas
Bromberg & Cia.	1920	2.614.198	121	tornos e reconstrução máquinas
Fabrica de Máquinas Frig. Niper Ltda	1923	536.359	18	fresas, tornos mecânicos
Artur Bosetti	1926	211.160	47	bombas e tornos para bancadas
José de La Rosa	1931	50.000	12	tornos e prensas
Ângelo Marzonchi	1934	10.000	3	plainas e tornos
Oficina Mecânica Bruno Corradini	1935	144.360	4	plainas e tornos mecânicos
De Lorenzi S. A.	1935	752.834	13	turbinas hidráulicas e tornos
Irmãos Vesibelle	1937	406.862	23	tornos mecânicos e serviços
José Pacubi	1937	30.000		tornos mecânicos
Alnorma de Máquinas S.A.	1938	11.096.136	172	tornos e mandrileiras

Tabela 7 – Empresas produtoras de tornos, estado de São Paulo, 1945

Empresa	Fundação	Capital	Operários	Produtos
Otto Gruendel	1938	420.987	7	torno, revólver e acessórios
Máquinas Agrícolas Romi Ltda.	1938	2.960.337	526	tornos mecânicos, arados
A. Mintz	1940	15.000	5	tornos e plainas mecânicas
Barsotti & Venturelli	1940	151.748	13	tornos mecânicos
Irmãos Amodio Ltda.	1940	195.169	3	tornos mecânicos e consertos
Mecânica Nacional S.A.	1940	4.193.924	155	tornos mecânicos e betoneiras
Viúva Herrero	1940	364.622	67	tornos mecânicos
Felicio João Macella	1941	50.300	7	tornos mecânicos e reformas
Prema Máquinas de Precisão Ltda.	1941	186.320	7	tornos e fresas
Soc. Máquinas Indústria e Lavoura	1941	182.597	14	tornos mecânicos e engenhos
Anastácio Ventura & Cia. Ltda.	1942	155.000	5	tornos mecânicos
Giordano Bianco	1942	22.000		tornos mecânicos
Jorge Franco & Cia.	1942	226.217	4	tornos mecânicos
Manuel Alonso	1942	61.000	7	tornos mecânicos
Manuel Herrero	1942	704.903	24	tornos mecânicos
Máquinas Bianco Ltda.	1942	162.701	4	tornos mecânicos
Nagrib Maia & Cia. Ltda.	1942	2.058.135	81	tornos mecânicos
Pedro Cantele	1942	544.000	17	tornos mecânicos
Soc. Mecânica Vera Cruz Ltda.	1942	524.522	46	tornos e furadeiras
J. Sanches Blanes & Irmãos	1943	18.000		tornos e consertos
Kato & Cia.	1943	12.000	5	tornos mecânicos
Mecânica Parc Ltda.	1943	220.140	3	tornos mecânicos
Oficina Mecânica E. T. D. Ltda.	1943	149.500	8	tornos e consertos
R. Silva & Garcia	1943	88.347	4	tornos mecânicos e peças
Soc. Electro Mecânica Somar Ltda.	1943	383.540	40	tornos mecânicos
Técnica Industrial Mecânica Ltda.	1943	203.063	7	fresas, tornos e consertos
Mecânica Universal Ltda.	1943	182.299	9	tornos mecânicos e acessórios
Indústria e Com. de Máquinas ICM	1944	250.592	6	tornos mecânicos
Indústria Mecânica Vitor Ltda.	1944	349.339	9	tornos e prensas
Máquinas Independência Ltda.	1944	108.000	7	tornos e cilindros
Máquinas Labor Ltda.	1944	42.000	3	tornos, bases e outras máquinas
Mecânica Imã Ltda.	1944	63.423	5	tornos mecânicos
Shunzo Ikemori	1944	70.000	2	máquinas para furar, tornos
Oficina Mecânica Gal. Osório		209.500	15	tornos

FONTE: DEE/DEPC/SP. Catálogo das indústrias do estado de São Paulo, município da capital e interior, 1945, São Paulo: Tipografia Brasil, 1947.

NOTA: Capital em cruzeiros correntes. Fora da capital do estado de São Paulo informações qualitativas indicam que a Nardini produziu tornos em 1945. Os dados dessa empresa são os seguintes: Indústria de Máquinas Agrícolas Nardini Ltda., capital de 1.168.114, com 100 operários, produzindo máquinas para a agricultura. As únicas firmas produtoras de tornos fora da capital do estado foram a Romi, em Santa Bárbara, a Tonanni, em Jaboticabal e a Mecânica Universal, em Santo André. As datas das fundações na tabela indicam a última alteração na razão social da empresa.

Entretanto, essas empresas foram importantes ao ponto de produzirem uma quantidade de tornos que afetou as importações de máquinas operatrizes do estado de São Paulo? Como é possível perceber pela mesma tabela, havia uma grande heterogeneidade entre as empresas que produziam tornos no período. A maioria das empresas fundadas após 1940 apresentavam tamanho, medido pelo número de operários e capital, muito menor do que as anteriores. Essas empresas aproveitaram as dificuldades na importação de máquinas operatrizes, condições especiais no comércio exterior dadas pela Segunda Guerra Mundial, para entrarem em um mercado com demanda crescente. As barreiras à entrada não eram altas. O capital e a quantidade de operários necessários para a produção de tornos eram relativamente baixos. A tecnologia para a produção era absorvida pelo meio de cópia de tornos importados.

A facilidade de entrada no mercado de máquinas-ferramenta em construção resultou em características muito diferentes das empresas do setor. A maioria das empresas fundadas no início dos anos 1940 não conseguiu manter-se no mercado. Uma empresa importante para a substituição de importações de tornos no início dos anos 1940 foi a Máquinas Agrícolas Romi Ltda. A Tabela 8 apresenta informações referentes a valores e quantidades de tornos produzidos pela Romi e a participação relativa para o mercado interno e externo entre 1941, início de sua produção, até 1958.

A tabela mostra que de 1941 até 1947 a produção de tornos pela Romi foi crescente. Os primeiros tornos foram produzidos com adaptação, improviso e invenção. Para produzir os barramentos do torno era necessária uma plaina de mesa de grande porte. Como existiam poucos desses equipamentos no país e a importação era dificultada pela guerra, a plaina foi construída pela própria empresa parcialmente de madeira[2]. Durante a guerra, a Romi explorou ao máximo sua capacidade de produção. Em 1942 a produção era realizada em três turnos, racionalizando o processo de produção. Várias mudanças foram necessárias no processo produtivo e administrativo da empresa no início dos anos 1940. Em 1943 foi construída uma nova fábrica, mais adequada para a produção de tornos. A produção em série era de tornos mecânicos paralelos de um metro e meio entre pontas, um torno relativamente simples, mas o comumente usado no país.

O mercado interno para os tornos com essas características não foi suficiente e a Romi começou a exportar em 1944, primeiramente para a Argentina, depois para outros países da América Latina, e antes de terminar a década de 1940 a exportação foi estendida para outros continentes. As exportações foram importantes para a Romi entre 1945 e 1949, chegando a

[2] Um relato dessas histórias de adaptações e inventividade pode ser encontrado em BRANDÃO, 2008, p. 58-73 e nos vários documentos disponíveis no Centro de Documentação Histórica da Romi.

representar 45% da quantidade produzida pela empresa em 1947. De 1943 a 1947 os tornos exportados geravam mais receita do que os vendidos no mercado interno. Entretanto, com a taxa de câmbio a 18,7 cruzeiros o dólar a partir de 1947, o custo interno subiu sem a alteração da taxa de câmbio, inviabilizando as exportações. A empresa voltaria a exportar tornos em grandes quantidades apenas na década de 1960.

Tabela 8 – Produção total de tornos da Romi e sua respectiva participação para o mercado interno e externo, 1941-1958 (unidades e US$ correntes)

Anos	Produção total (unit)	Produção total (US$)	% produção mercado interno (unit)	% produção mercado interno (US$)	% produção exportação (unit)	% produção exportação (US$)
1941	46	24.029	100,0	100,0	0,0	0,0
1942	193	101.902	100,0	100,0	0,0	0,0
1943	770	521.610	100,0	100,0	0,0	0,0
1944	899	739.109	99,1	99,1	0,9	0,9
1945	1.098	797.250	90,5	90,4	9,5	9,6
1946	1.660	1.147.990	69,0	81,7	14,8	18,3
1947	1.110	1.015.294	55,0	56,1	45,0	43,9
1948	731	897.807	60,2	66,9	39,8	33,1
1949	798	871.711	78,9	80,9	21,1	19,1
1950	857	1.540.663	100,0	100,0	0,0	0,0
1951	1.379	2.383.155	100,0	100,0	0,0	0,0
1952	942	2.091.711	99,6	99,6	0,4	0,4
1953	880	1.067.229	99,5	99,4	0,5	0,6
1954	1.306	1.568.483	100,0	100,0	0,0	0,0
1955	1.492	1.764.560	100,0	100,0	0,0	0,0
1956	1.629	2.807.718	98,0	96,7	2,0	3,3
1957	1.449	2.668.022	99,8	99,6	0,2	0,4
1958	1.779	2.398.312	99,8	99,9	0,1	0,1

FONTE: ROMI. Centro de Documentação Histórica Romi.

Em 1946, a Romi renovou seu maquinário em um leilão de máquinas-ferramenta, excedentes de guerra dos Estados Unidos, em Petterson, Nova Jersey. Esse investimento foi muito vantajoso para a empresa porque ampliou sua capacidade de produção a um custo relativamente baixo. Esses equipamentos permitiram o primeiro salto tecnológico da empresa, constituindo o plano de expansão entre 1946 e 1952. A ampliação do maquinário foi realizada em um período de aumento da concorrência no mercado de máquinas, principalmente de tornos, com a reconstrução industrial dos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial.

De 1948 a 1953 a produção de tornos da Romi diminuiu devido à concorrência externa. A empresa começou a diversificar a sua produção, produzindo teares mecânicos, os primeiros tratores fabricados no país, bombas hidráulicas, motores, e outros. A produção de tornos voltou a crescer

com a mudança da política cambial instituída pela instrução 70 da SUMOC de 1953, que restabeleceu "a verdade cambial" com taxas de câmbio múltiplas que criaram sobretaxas sobre as importações de manufaturados, a implantação da indústria automobilística e a necessidade de aparelhar o setor de auto-peças a partir de 1954. O setor de auto-peças se estabeleceu inicialmente usando métodos convencionais de produção. A Romi acompanhou a evolução desse mercado passando a fornecer máquinas e equipamentos mais desenvolvidos conforme a necessidade das empresas, como o torno pesado Imor modelo TP-100, produzido em 1960. Até esse ano a empresa havia produzido 22 mil tornos e exportado 1.380. Na década de 1960 a Romi tornou-se uma das maiores produtoras de tornos do mundo, ficando atrás apenas de uma empresa estatal da União Soviética, exportando para 41 países, inclusive para países desenvolvidos, como os Estados Unidos (BRANDÃO, 2008; BANAS, 1970; EXAME, 1973).

4.Conclusões

Mostramos a evolução história desde a origem dos dois empresários, Dedini e Romi e de suas empresas de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo até os anos 1960, identificando semelhanças e diferenças que compartilharam. Em ambos os casos identificamos a origem familiar italiana, conhecimentos e habilidades na área de mecânica e alguma ligação com o setor agrícola. Ambos percorreram a mesma região geográfica do interior de São Paulo, apesar de momentos diferentes. Uma hipótese advém do fato de que as fazendas agrícolas (de café, cana-de-açúcar) da região nordeste e central do estado de São Paulo atraíram imigrantes que possuíam outras habilidades além do trabalho na lavoura. Essa atração pode ser explicada pela existência de estradas de ferro na região e das fazendas de engenho e de café que demandavam manutenção para seus equipamentos (locomotivas, vagões, máquinas de beneficiamento agrícola, caldeiras e moendas de cana-de-açúcar, carroças, automóveis e outros implementos agrícolas).

O início da produção de máquinas e equipamentos no interior de São Paulo esteve ligado ao processo de desenvolvimento econômico local ou regional. O processo desenvolvimento econômico de Piracicaba e Santa Bárbara no início do século XX, local de instalação da oficina Dedini e da Romi, são exemplos dessa interligação entre a agricultura local e o processo de crescimento e desenvolvimento da indústria. As atividades agroindustriais locais viabilizaram o aparecimento de empresas para atender à demanda de máquinas do setor.

Na década de 1940 as estratégias de desenvolvimento da Dedini e da Romi tomaram rumos diferentes. Durante a Segunda Guerra Mundial, com a interrupção das importações, a Romi decidiu especializar a sua produção e produzir um novo produto, o torno. A Dedini notou a necessidade de complementar os produtos que produzia para as usinas e aprofundou o processo de diversificação de seus produtos, fundando novas firmas para a produção de máquinas e equipamentos para o setor alcooleiro e máquinas especializadas para o setor açucareiro. A Dedini aprofundou sua atuação no

mercado de máquinas agrícolas específico para o setor canavieiro, primeiramente produzindo máquinas para as usinas de açúcar e depois para destilarias de aguardente e álcool. A Romi após atingir o sucesso no ramo de máquinas agrícolas para a o cultivo da terra como arados, semeadeiras e outros, ampliou sua produção para máquinas para a indústria, a mais universal dessas máquinas, o torno mecânico.

Este artigo mostrou a evolução de duas importantes empresas no setor de bens de capital do Brasil na década de 1960. Elas surgiram como pequenas oficinas nas primeiras décadas do século XX. Essas empresas evoluíram com o mercado específico em que atuavam, com grandes mudanças nas décadas de 1920 e 1930 e se firmaram no setor após a década de 1940.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

BANAS, Geraldo**. Anuário Banas**: máquinas e ferramentas, São Paulo: Editora Banas, 1963.

BANAS, Geraldo. Quatro mosqueteiros de Santa Bárbara d'Oeste **Banas: semanário industrial e financeiro**. 13 de abril, 1970.

BANDEIRANTE: Jornal O Bandeirante, Pela indústria barbarense, 20/05/1934; In: Centro de Memória Romi.

BRASIL. Conselho Federal de Comércio Exterior. **Comercio exterior do Brasil**: importação e exportação segundo a utilização e o grau de elaboração dos produtos, 1938-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1945.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil, 1948 – 1960**. Rio de Janeiro, vários anos.

CEPAL. ***La fabricación de maquinarias y equipos industriales em América Latina****: Las maquinas-herramientas em el Brasil.* Nueva York, 1962.

DEE/DEPC/SP. **Catálogo das indústrias do estado de São Paulo**: município da capital e interior, 1945, São Paulo: Tipografia Brasil, 1947.

DEIC/SACOP. **A lavoura da canna e a industria assucareira dos estados paulista e fluminense** , 1912.

DEIC/SAIC/SP. **Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1928-1937, 1938-1939**.

DEIC/SAIC/SP. **Estatística do Comércio do Porto de Santos com Países Estrangeiros, 1928 – 1933**.

DIÁRIO DE SÃO PAULO: Jornal Diário de São Paulo, Máquinas agrícolas Romi Limitada, 19/02/1939.

DGE/ MAIC. **A industria assucareira no Brazil**, Rio de Janeiro. Tipografia de Estatística, 1919.

DGE/ MAIC. **Recenseamento do Brasil 1920**, vol. V. (primeira parte): indústria, Rio de Janeiro. Tipografia de Estatística, 1927.

EXAME. Os Pioneiros: Emílio Romi: o construtor de máquinas. São Paulo: Abril, julho de 1973.

EXAME. Os Pioneiros: Dedini: do açúcar ao átomo. São Paulo: Abril, outubro de 1975.

FIBGE. **Censos Industrial, Comercial e de Serviços**. (série regional), vol. XXV, tomo, estado de São Paulo, Rio de Janeiro, 1955.

ROMI. Arquivos Romi. **Catálogo IMOR – Máquinas Agrícolas Romi Ltda**, Santa Bárbara do Oeste – São Paulo, Ed. Roman Ltda, 1970.

ROMI. Arquivos Romi. Recorte **"A fábrica da família Romi"**, Santa Bárbara do Oeste – São Paulo, 1970 b.

ROMI. **Centro de Documentação Histórica Romi** (Arquivos), Santa Bárbara do Oeste – São Paulo (vários anos).

SANTA BÁRBARA. Jornal Cidade de Santa Bárbara, Officinas Romi, 24/12/1933, A riqueza intangível de S. Bárbara e o dinamismo criador de seu povo, 13/05/1937; In: Centro de Memória Romi.

VISÃO. Torno vai, divisa vem. Revista semanal-11 de agosto de 1961.

Fontes Secundárias

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Oficina de sonhos**: Américo Emílio Romi, aventuras de um pioneiro. São Paulo: Editora DBA, 2008.

CHUDNOVSKY, Daniel; NAGAO, Masafumi. ***Capital goods production in Third World:*** *an economic study of technology acquisition*, New York: St Matrin's Press, 1983.

FLOUD, Roderick. ***The British machine tool industry, 1850–1914***. Cambrigde: Cambridge University Press, 1976.

LANDES, David S. **Prometeu desacorrentado**: transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje. 2ª. Ed, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEÃO, Regina Machado. **Dedini**: a força de um ideal. Piracicaba: R. M. Leão, 2005.

NEGRI, Barjas. **Um estudo de caso da indústria nacional de equipamentos**: análise do grupo Dedini (1920- 1975). Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 1977.

NEGRI, Barjas. A indústria brasileira de equipamentos para o setor produtor de açúcar e álcool: um estudo de oligopólio. **Revista de Economia Política**, vol. 1, n. 3, julho- setembro, 1981.

ROSENBERG, Nathan. *Capital Goods, Technology, and Economic Growth*. **Oxford Economic Papers**, New Series, Vol. 15, No. 3 (Nov., 1963), p. 217-227.

Cidade e conflito: as experiências da urbanização na Barra Funda (São Paulo, 1900 – 1920)

MONIQUE FÉLIX BORIN
Mestranda História Social/USP
moniquefelix@usp.br

O período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX é alvo de muitos estudos que se debruçam sobre São Paulo, devido ao fato de conter um processo ímpar de transformação. A cidade vivenciava, como todo o país, os fortes impactos sobre a sociedade provocados por mudanças estruturais, tais como: a abolição da escravatura e a declaração da República. São Paulo contava também com a condição particular de um surto de expansão econômica (PINTO, 1994: 33) que se desenvolvia desde 1870 com o fortalecimento da cultura do café e a valorização do gênero no mercado internacional. Somadas, essas três grandes mudanças no cenário da cidade criavam um quadro inteiramente novo nas relações sociais, econômicas e políticas.

A capital paulista do final do Império e início da República conviva com uma industrialização incipiente (DIAS, 1994), no entanto já apresentava todos os desdobramentos de uma vida urbana em franca expansão. Esse desenvolvimento urbano não foi propiciado pelos lucros (materiais e simbólicos) da industrialização, por um salto qualitativo desse processo em direção a urbanização (LEFÉBVRE, 1999), mas sim pelos imensos recursos que passaram a circular na cidade devido ao capital cafeeiro (DEAN, 1971). Ou seja, a urbanização em São Paulo se desenvolveu tributária a agricultura, não a indústria. Mesmo a indústria se desenvolveu a partir desse capital: uma longa tradição de estudos[1] sobre a urbanização brasileira aponta que a industrialização em São Paulo foi capitaneada por experientes importadores, que prosperaram devido à crescente riqueza em circulação e a conseqüente demanda de consumo das camadas abastadas da população. Juntando recursos materiais e intelectuais, já que por conta da experiência no trabalho com a importação conheciam as máquinas e os modos de produzir na Europa, foram os responsáveis por desenvolver as primeiras indústrias no país, especialmente em São Paulo. Além do acumulo de capital propiciado pelo capital cafeeiro, contavam ainda com o desenvolvimento da cidade - também inserido nesse contexto -, o que significava ter uma infra-estrutura mínima, mesmo

[1] Um resgate dessa discussão é realizada por: SAES, Alexandre Macchione. Conflitos do capital. Bauru: Edusc, 2010.

que muitas vezes precária, como transporte, esgoto, rede elétrica, além de uma vasta mão-de-obra disponível, ainda que não especificamente qualificada. Há que se observar, no entanto, que o capital cafeeiro não é entendido como a simples prática da lavoura e venda do café. Tem que ser entendido dentro do contexto mais amplo da diversificação do capital da cultura do café para outros campos da economia, como as ferrovias, os bancos, as associações comerciais, o comércio de importados, a indústria e mesmo o comércio de terras e habitações urbanas.

Desse mesmo processo decorrem dois fenômenos que propiciaram a acelerada urbanização de São Paulo: o imenso aumento populacional e a implementação de equipamentos urbanos, sendo dois aspectos extremamente relacionados na história da urbanização paulistana. Muitos estudos seguiram a linha de entender o fenômeno de inchamento populacional vivenciado pela cidade como um simples dano colateral dessa estratégia dos cafeicultores para o rebaixamento dos salários, assim como grande parte dos problemas urbanos seriam decorrentes de uma incapacidade do poder público de lidar com esse aumento populacional. No entanto, o estudo sobre a implantação dos equipamentos urbanos e especialmente sobre os loteamentos de terras em São Paulo nos traz outro panorama das relações entre os envolvidos com o capital cafeeiro e o desenvolvimento da cidade. O que podemos entrever é que os setores que lucram com a vastidão de mão-de-obra disponível na lavoura estão relacionados com os que lucraram com o deslocamento dessas pessoas para a cidade, e muitas vezes chegam a ser as mesmas pessoas ou as mesmas famílias. Esse processo foi possível porque controlavam o poder político, sendo eles mesmos os responsáveis pela administração da cidade. Essa condição que vincula as questões urbanas aos detentores do poder econômico está explicitada no próprio curso do desenvolvimento da cidade formal (ROLNIK, 1997; MARICATO, 1996), determinando o vetor de expansão(VILLAÇA, 2001) dos equipamentos urbanos em São Paulo. O que o estudo desses dois fatores nos revela é que essa urbanização particular muitas vezes foi tomada pela historiografia como sendo desordenada, mas a análise mais detida permite vislumbrar os agentes e interesses que permearam esse processo, e contribuíram para criar essa situação de aparente caos na urbanização do período.

A ocupação do bairro da Barra Funda é paradigmático no padrão de ocupação das áreas em torno do perímetro urbano no final do século XIX. Essas localidades se dedicavam a atividades diversas, como agricultura, criação de animais, manufatura, artesanato e também serviam de espaço para diversas atividades que não tinham lugar no então centro da cidade, como o comércio de viveres em larga escala (OLIVEIRA, 2005). Apesar dessa dinâmica,

essas regiões estavam sujeitas a disputas de terras mesmo antes da expansão com mais vigor da malha urbana. Isso é o que está expresso em uma série de correspondências, parte da série Ofícios Diversos[2], de 1859. Em julho deste ano, uma carta assinada pelos "Moradores da Barra Funda" é endereçada ao Presidente da Província, solicitando que os terrenos da localidade não fossem disponibilizados como devolutas, pois eram de uso público. Em outras duas correspondências, o então delegado da Diretoria das Terras Públicas, José Joaquim Machado de Oliveira, responde a demanda dos moradores, primeiro em carta datada de setembro, em que justifica que não pode dar parecer porque não recebeu as informações necessárias da Câmara Municipal, em relação aos logradouros que seriam disponibilizados e as terras de uso comum da região. Na segunda correspondência, de dezembro, o delegado informa seu parecer sobre a situação, estabelecendo que o que fica a margem esquerda do rio pode ser disponibilizado, já o que fica a margem direita deve obedecer à solicitação dos moradores. Nenhuma das solicitações, no entanto, específica espacialmente a área em disputa. Essa situação evidência que o processo de acumulação de terras e os conflitos decorrentes desse processo se arrastaram por todo século XIX, não estando limitadas as últimas décadas desse século.

A ocupação da Barra Funda: a terra e os investimentos urbanos como negócio

Apesar de várias pessoas habitarem a Barra Funda, toda a região estava compreendida dentro da Fazenda Iguape, pertencente ao Barão de Iguape, Antônio da Silva Prado. Uma parte dessa área, posteriormente, foi transferida para o Conselheiro Antônio da Silva Prado, neto do Barão, que viria a ser conhecida como Chácara do Carvalho. O caráter do bairro foi modificado em grande parte pelo aporte das ferrovias, que chegam ao bairro trazendo uma demanda de grande movimento de trabalhadores. O bairro é divido por duas ferrovias, estabelecendo uma divisão que persiste até os dias atuais, da baixa Barra Funda, contígua a várzea do Rio Tietê, e a alta Barra Funda, do outro lado dos trilhos (RAMOS, 2006: 117).

Em geral se convém afirmar que a ocupação da Barra Funda se deu pelas classes populares em sua porção que ia dos trilhos até a várzea, e a porção de terra acima dos trilhos seguiu um padrão de ocupação primeiro ligado a elite, sendo posteriormente ocupado por camadas médias. Essas leituras partem principalmente do entendimento que a ocupação mais

[2] Série Oficios, Diversos, Fundo Secretaria de Governo, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Parte da documentação foi digitalizado e se encontra disponível no site: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/poder.php (Acessado em 12/04/2012).

efetiva da Barra Funda e sua elevação ao status de bairro urbano se deu em 1892, quando do arruamento e loteamento da Chácara do Carvalho, que, como já apontado, pertencia ao Conselheiro Antônio Prado (RAMOS, 2006: 12). O empreendimento do Conselheiro realmente tinha como intenção marcar a Chácara como uma possível nova área de habitação para as elites, sendo que ele próprio mandou construir um palacete em área da Chácara que reservou para si, e em que viveu de 1893 até sua morte em 1929. O palacete foi construído onde hoje se localiza a Alameda Eduardo Prado, mas que então se chamava Alameda Antônio Prado. Entre os que compraram lotes da Chácara estava a família Siciliano, Victorino Carmilo e Adolfo Gordo. É preciso atentar que a Chácara do Carvalho compreendia parte muito pequena da Barra Funda de então, e é localizada em terreno contiguo ao bairro dos Campos Elíseos, que se caracteriza por ser um local de habitação das elites na metade final do século XIX. Dentro da mesma lógica, no ano da primeira greve geral, 1917, foi inaugurado o Theatro São Pedro nas esquinas das ruas Albuquerque Lins e Barra Funda, sendo um espaço projeto especialmente para permitir apresentações de ópera aos moradores do bairro e adjacências. Não há estudos mais detidos que tratem de como foi realizado o loteamento da área mais ampla da antiga Fazendo do Iguape, deixando assim uma lacuna para o entendimento da ocupação do bairro, já que em fontes primárias é possível perceber que a ocupação da Barra Funda, mesmo em sua parte acima dos trilhos, era de caráter misto, em que camadas médias e pobres conviviam com habitações nas mesmas ruas.

A presença da família Silva Prado, no entanto, marca por muito tempo o padrão de desenvolvimento do bairro. Tanto pelas primeiras indústrias que se instalaram no bairro, quanto pelos melhoramentos urbanos que foram implementados na região. Em relação as indústrias, a que mais se destaca é a Vidraçaria Santa Marina, inaugurada em 1897 nos limites doa bairros Barra Funda e Água Branca, que chegou a empregar mais de 200 operários. A vidraçaria era uma sociedade entre Antônio Prado (vice-prefeito do Conselheiro) e Elias Jordão (CANUTTI, 2008: 39). Outro negócio da família no bairro era um curtume, de propriedade do Conselheiro. O cenário desse começo de industrialização do bairro contava ainda com a Fábrica de Vapor de Tecido e Fiação de Cordas e Barbantes, inaugurada em 1892, de propriedade de Enrico Maggi, e outra fábrica ligada aos vidros, a Cristaleria Paulista, que se instalou na Rua Conselheiro Brotero em 1905, e as já antigas olarias espalhadas pela Várzea do Tietê (BRUNELLI, 2006: 21).

Quanto aos melhoramentos urbanos, é necessário compreender que a participação da família Silva Prado na vida política do país foi grande, especialmente na vida política paulista (BRITO, 2000: 87). O Conselheiro Antônio da Silva Prado foi o primeiro prefeito de São

Paulo, cargo que exerceu de 1899 a 1910. Ao assumir a Prefeitura, o Conselheiro retorna a vida pública após ficar afastado formalmente da política por nove anos, com o advento da República. Durante todo o período de sua gestão no município, o Conselheiro era morador da Barra Funda, e, juntamente com sua família, tinha diversos negócios na região. Um dos grandes melhoramentos urbanos com que a Barra Funda contou foi a implantação dos bondes elétricos, resultado de um contrato firmado entre a Prefeitura e a Light co (CANUTTI, 2008: 43). O contrato previa que a Light teria o monopólio nos investimentos e exploração dos serviços de bondes elétricos(em algumas linhas) e fornecimento de energia elétrica. Em 1899, foram concedidas para exploração da Light as linhas de bonde elétrico Av.Paulista, Liberdade, Bom Retiro, Penha de França e Barra Funda (CANUTTI, 2008: 44).

Com todo esse cenário, o imaginário comum que se formou sobre a Barra Funda nos habitantes da cidade entra em choque com a sua história: o bairro normalmente é compreendido na história operária da capital, tanto como lugar de trabalho como de moradia, sendo imortalizado como bairro operário no clássico da literatura realista *"Brás, Bixiga, Barra Funda"*[3], que faz, por meio de crônicas, um retrato do cotidiano dos italianos pobres que viviam nesses bairros na década de 1920. A partir desse ponto do texto, vamos buscar nos autos-crimes outros relatos sobre a urbanização da Barra Funda que, contribuindo com os dados levantados anteriormente sobre a ocupação do bairro, nos permitem ver um bairro bastante dinâmico em sua formação, especialmente em relação posição socioeconômica de seus habitantes. Pretendemos, então, dar contornos mais concretos a ocupação da Barra Funda, partindo das experiências de seus habitantes no momento do fortalecimento da urbanização do bairro.

As experiências da urbanização: os autos-crimes

Como já observado em outros momentos do texto, a ocupação da Barra Funda foi mista, ou seja, abrigou distintas classes sociais e tipos de uso do solo. A partir do estudo de processos-crime[4], vamos buscar entender como essa vivência se operou na prática, como os

[3] MACHADO, Antônio de Alcantra. Brás, Bixiga, Barra Funda. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

[4] Os autos-crime utilizados como fontes neste trabalho seguem a seguinte referência: Arquivo, Ano de abertura do processo e nome do réu. Essa é a única padronização que consta em todos os documentos utilizados nesse estudo, já que pelo precário estado de conservação muitos processos já não possuem folha de rosto e também páginas importantes para obter dados como a delegacia em que o processo foi iniciado. A numeração dos processos pelo Arquivo do Judiciário de São Paulo(ATJSP) não é única: alguns processos têm apenas um número antigo, escrito a lápis na folha de rosto, outros tem apenas um número eletrônico representado por uma etiqueta com código de barras, outros tem os dois, e alguns não apresentam qualquer numeração. Além dessa

então moradores do bairro viveram esse processo. Dimensionando as *experiências na urbanização* é possível atingir outros patamares nas discussões que perpassam a questões da urbanização de São Paulo, buscando dados para além das obras físicas e das políticas públicas, permitindo dar voz a como os contemporâneos experimentaram, influenciaram e foram influenciaram por esse processo.

Uma aproximação da ocupação do bairro pelas camadas mais pobres da população pode ser vislumbrada pelo auto-crime aberto contra João Cláudio (ATJSP, 1909 – João Cláudio) em novembro de 1909. Nesse documento encontramos a Barra Funda dos trabalhadores, especialmente a dos carregadores da estação de trem, que trabalhavam, moravam e sociabilizavam pelo bairro. O auto-crime nos apresenta um negócio chefiado por uma mulher: Theresa era italiana, e tinha uma venda na Rua do Bosque, onde os carroceiros que trabalhavam na Estação da Barra Funda se encontravam nos momentos de descanso nos seus turnos e após o trabalho. Fartas referências ao estabelecimento da italiana constam no auto-crime aberto contra João Cláudio que em novembro de 1909 foi preso em flagrante por agressão contra cabos da guarda-civil. João estava junto a um companheiro que tinha um desentendimento com outro carroceiro da Barra Funda, de nome José Marcelino, a quem tentou agredir com faca ao encontrá-lo na venda de Theresa. No entanto, este conseguiu evadir-se pelos fundos da venda, sendo que João não obteve consentimento da dona para adentrar o estabelecimento. João, bastante embriagado, foi abordado pelo cabo Benedicto Antônio, e então o agrediu com facadas e golpes, como rasteiras. As agressões continuaram mesmo com reforços de outros cabos para conter a situação e acudir o companheiro de trabalho, sendo necessários cinco policiais para conseguir imobilizá-lo e conduzi-lo até a delegacia.

João Cláudio tinha 28 anos, era casado, negro e declarou ser natural de Campinas e que não sabia ler ou escrever. Respondeu o processo de agressão em liberdade, apesar da gravidade das agressões. Sua fiança foi paga pelos senhores Ciro Fasoni e João Namur, proprietários respectivamente nas ruas Lopes Chaves e Barra Funda. As testemunhas desse auto-crime eram todos homens, excetuando-se a própria Theresa, dona da venda. Além dos guardas que prenderam João, os outros depoentes eram fregueses da venda, em sua totalidade

---

dificuldade de numeração, esse acervo está em processo de transferência para o Arquivo Público do Estado de São Paulo, como medida para garantir a conservação desses documentos históricos. Assim, eles receberão nova numeração. Por conta de todas essas dificuldades de organização e gestão de documentação, escolhemos apresentar os dados que são possíveis de identificar sempre nos documentos citados, mesmo que sofram modificações na enumeração ou transferência. Os auto-crimes utilizados nesse estudo foram digitalizados pelo grupo de pesquisa "História das mulheres ex-escravas e imigrantes na história social da urbanização de São Paulo", coordenado pela professor Maria Odila Leite da Silva Dias.

carroceiros, com idades entre 20 e 35 anos, analfabetos, residentes na Barra Funda. Outro traço que chama atenção nesse processo é a forma abrupta como é encerrado, e o fato de João não ter sido mais convidado a depor nenhuma vez após sua prisão, já que seu depoimento inicial era bastante restrito. Na maior parte dos depoimentos era citado que a desavença que deu origem a briga na venda era, na verdade, entre os carroceiros Henrique Cruz e José Marcelino (o agredido), no entanto Henrique Cruz tampouco foi convocado a depor.

Esse auto-crime traz uma série de questionamentos sobre essa sociabilidade traçada por carroceiros em uma venda, que envolvem os trabalhadores da estação da Barra Funda, as mulheres que trabalhavam nesses estabelecimentos, e mesmo os demais moradores da região. Afinal, João Cláudio, era negro, carroceiro, não sabia ler ou escrever, e estabeleceu algum vínculo com os senhores que o afiançaram, ambos proprietários e declarados negociantes. As relações que essas pessoas travaram, as influências desses locais de lazer nos seus cotidianos, a vivência de pessoas de vários estratos sociais fornecem a visão de uma Barra Funda dinâmica, com as ruas habitadas pelas pessoas, por suas histórias, suas tramas.

Outra experiência da urbanização do bairro é trazida por um auto-crime do ano de 1909. Em uma sexta-feira, por volta das 22h30, na rua Brigadeiro Gavião, uma família de portugueses e italianos bebia e se divertia na calçada quando foram interpeladas por um guarda, que exigiu que moderassem o tom de voz, a família acabou se revoltando com a intervenção do guarda e acabou em uma grande confusão. A versão inicial do processo é de Antonio Gonçalves Filho, brasileiro, 18 anos, alfabetizado, residente a rua Bela Cintra, o guarda-civil que fez a primeira intervenção que resultou na briga. Ele defende que as pessoas estavam fazendo algazarra na rua, e por isso a intervenção foi necessária. No ínicio, o pedido do guarda foi atendido, mas após alguns instante dois homens passaram a agredir o guarda, quebrando seu espadim. Para conseguir se livrar da agressão, o guarda diz que foi obrigado a dar um tiro para o alto. A declaração de João Marques Caldeira, português, 25 anos, casado, oficial de justiça, residente na rua Lopes de Oliveira, alfabetizado, contradiz a declaração do guarda:

> *[...]que as 10 horas da noite, mais ou menos, do dia 10 deste mez, achava-se em casa de seu irmao, Jose Vieira, ouvindo tocar violão; e ouviu que nas proximidades na casa daquelle, numa praça estava discutindo com sua irma Maria; que sahindo a porta, o soldado estava nessa occasiao dirigindo áquella senhora palavras injuriosas, chamando-a canalha e obrigando-a a sahir da janella; que em seguida a essa discussão, seu cunhado sahiu á rua e disse ao soldado: 'o senhor trate melhor essas pessoas'; que a essa hora houve troca de palavras entre o soldado, o declarante e Matheus, cunhado delle depoente; que logo depois a praça retirou-se, dirigindo-se a rua Cardoso Ferrão; que elle depoente também sahiu indo a casa de seu sogro, que reside a rua da Barra Funda, nº 21; que ahi em frente á casa de seu*

> *sogro, elle declarante vio que estavam quatro ou cinco pessoas, palestrando; que nesse momento o interrogado chamou por Angelino Tremante, pedindo que lhe abrisse a porta. (ATJSP, 1909 – João Marques Caldeira e Ângelo Tremante)*

Matheus Hernandes, português, de 34 anos, casado, alfabetizado, morador da rua Brigadeiro Galvão reforça que a desavença começou pois o guarda os impedia de ficar na rua conversando, declarando que se continuassem com aquela postura iria leva-los ao posto policial. Uma das principais depoentes desse auto-crime é Maria de Jesus Vieira, 40 anos, portuguesa, casada, não sabe ler ou escrever, a única mulher a participar do depoimento. Ela é moradora da residência em que ocorreu a confusão, em sua declaração apontou que:

> *[...]que estava na janella de sua casa e na casa próxima, onde reside um irmão della depoente de nome Jose Vieira, achava-se João Marques Caldeira que lhe offereceu um copo de cerveja; que ella depoente, por estar adoentada, recusou a offerta; que seu irmão, insistindo com a declarante, dirigiu-lhe cracejos, offerecendo-lhe a bebida; que nessa occasião approximou-se da casa um guarda civil e fez sentir ás pessoas alli presentes, em tom aspero, que se não admittiam gritarias áquella hora; que ella declarante advertiu ao soldado que aquillo não passava de simples conversação de pessoas da mesma família; que o soldado, enraivecido com a intervenção della depoente, chamou-a a ordem e a insultou com palavras grosseiras; que nesse momento o marido della declarante, Matheus Hernane, vendo a discussão, chegou á porta e chamou a attenção do soldado pela maneira pouco attenciosa por que estava tratando sua esposa; que ella declarante, afim de evitar maiores distúrbios, disse a seu marido que abandonasse aquelle logar, e tomasse o numero do soldado para depois levar queixa delle á policia; que quando essas palavras eram ditas ouvia-se apito da ronda, retirando-se por isso o soldado em questão; que com a sahida do soldado ella declarante e todas as pessoas que se achavam na casa retiraram-se; que seu irmão João Marques Caldeira, que também entrava retirou-se meia hora depois, em direcção de sua residência. Que ella depoente, receiosa do destino de seu irmão, mando um seu filho, Antonio Vieira, a procura de seu cunhado; que momentos após a sahida do menino batiam á porta da casa della declarante, avisando que seu filho tinha sido preso afim de prestar declarações á policia sobre o facto constante deste inquérito; que seu marido, sabedor da prisão de Antonio Vieira, sahiu incontinenti a procura do menor, e o encontrou detido neste posto policial de Santa Ephigenia; que a pessoa que levou ao conhecimento della declarante a prisão do menor Vieira é um moço chamado Nicolau, morador nesta capital a rua da Barra Funda, próximo do grupo escolar do mesmo nome, empregado na Repartição de Águas; que depois da sahida do marido da expoente, no encalço de seu filho que fora preso, nada mais se deu em sua casa; que a prisão de seu irmão João Marques Caldeira só lhe chegou ao conhecimento domingo, ás quatro horas da tarde, por ouvir dizer á sua cunhada, esposa do acusado Marques. (ATJSP, 1909 – João Marques Caldeira e Ângelo Tremante)*

Esse auto-crime nos permite entender visualizar a pluralidade da ocupação da Barra Funda, que ia desde carroceiros, até as camadas médias, que estão ilustradas nesse auto-crime, habitando a porção do bairro mais próxima da Chácara do Carvalho, que tinham naquele momento um padrão de ocupação ligado as camadas mais abastadas da população de São Paulo. Entre os depoentes que habitavam o bairro nesse auto-crime encontramos um

sapateiro, um oficial de justiça, proprietário, alfaiate e até servente de pedreiro. Esse cenário peculiar de ocupação dá ao bairro uma posição privilegiada para entender esse processo tão complexo e diverso da urbanização de São Paulo na virada do século XIX para o XX.

Com todos esses elementos, é possível entender esse processo dentro da lógica de transformação urbana que a cidade vivia: um processo que não foi linear e muito menos fruto de problemas de gestão, ou ainda incapacidade de lidar com uma demanda de crescimento populacional tão grande. O caso do bairro da Barra Funda aponta que havia uma série de pessoas, mesmo que restritas a certos grupos de influencia, que impulsionavam a expansão e ordenação urbana de São Paulo a partir de interesses específicos, e que eles permearam a implementação tanto de serviços públicos como privados. Vemos que o ramo de negócios relacionado com a expansão da cidade estabeleceu prósperos negócios no período, em uma articulação entre empresas e poder público, que, em geral, estavam sob a influência de um número restrito de famílias. A Barra Funda, portanto, está historicamente inserida dentro de um contexto que determinou as formas de expansão e ordenação da cidade a partir do final do século XX: política imigrantista subsidiada, expansão geográfica, doação e concessão de terras, loteamentos, construção de moradias, disputas pelo vetor de expansão das elites, implementação de serviços públicos e privados, ligação com o centro urbano de São Paulo. Agora veremos como esse processo se operou na prática para os moradores pobres desse mesmo bairro, em período correspondente.

A pesquisa apontou especialmente três eixos de estudos que podem ser apreendidos da experiência da urbanização do bairro da Barra Funda, mas que é um reflexo do que ocorreu na cidade como um todo. O primeiro deles são as apostas e investimentos no mercado de terras, e, de certa maneira, no mercado imobiliário como um todo. O segundo são as disputas dentro da própria elite para determinar a lógica da expansão da cidade, especialmente em relação ao vetor de expansão das elites, esse eixo tanto parte de uma lógica de lucratividade, mas tem um espelhamento importante da história da cidade, que é a questão da representação sobre a cidade. Esse é justamente o terceiro eixo, que criou um imaginário sobre a historicidade da urbanização que marca a vivência dos habitantes da cidade até hoje. Essas questões serão desenvolvidas através do levantamento de dados de outros 50 autos-crimes já pesquisados no Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo, especialmente fazendo uma relação entre a ocupação do bairro da Barra Funda (mais afastado do centro original da cidade e com uma urbanização mais forte a partir do final do século XIX), e a do bairro da Liberdade (contiguo à Sé, que desde de a metade do século XIX convivia com a urbanização do bairro).

Fontes

Ofícios Diversos. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: (Acessado: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/poder.php. 18/12/2011)

Autos-crimes da Capital. Arquivo do Tribunal do Judiciário de São Paulo.

Bibliografia

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da Habitação Social no Brasil- Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. Sao Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira . A cidade como negócio: mercado imobiliário em São Paulo no século XIX. In: FRIDMAN, Fania; ABREU, Mauricio. (Org.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

BRITO, Mônica Silveira. A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000. (Dissertação de Mestrado).

BRUNELLI, Aidelli. Revista Barra Funda. São Paulo: DPH, 2006.

CANUTTI, Rita Cássia. Planejamento urbano e produção do espaço urbano. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008, (Dissertação de mestrado).

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a república.* São Paulo: Editora UNESP, 1987, p.233-234.

DEAN, Waren. A industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL, 1971.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Prefácio". In PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência:A vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914.* São Paulo, EDUSP, 1994.

LEFÈBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

GROSTEIN, Marta Dora. O papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1987. (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Maria Luiza de. Entre a casa e o armazém. São Paulo: Alameda, 2005.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência:A vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914.* São Paulo, EDUSP, 1994.

RAMOS, Aluísio Wellichan. A cidade como negócio: aspectos da atuação do setor imobiliário e da relação público-privado na Barra Funda e na Água Branca (Município de São Paulo) - um exame crítico da operação urbana Água Branca e do projeto 'Bairro Novo'.

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006, (Tese de Doutorado).

ROLNIK, Raquel. A Cidade a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1997; MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAES, Alexandre Macchione. Conflitos do capital. Bauru: Edusc, 2010.

SEGAWA, Hugo. São Paulo, veios e fluxos: 1872-1954. In: Vários Autores. História da cidade de São Paulo (1889 – 1940). São Paulo: Ed. Paz e Terra e Petrobrás, 2004.

SIMONI, Lucia Noemia. O Arruamento de terras e o Processo de Formação do Espaço Urbano no Município de São Paulo 1840/1930. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003. (Tese de doutorado).

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

"*Alguma coisa como Chicago e Manchester juntas*": a exposição industrial de 1917 e o *locus* da produção de cerâmica em São Paulo no início do século XX

Natália Maria Salla
Mestranda em História Econômica – FFLCH/USP
natalia.salla@usp.br

1. Apresentação

O presente texto tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre a produção de materiais cerâmicos empregados nas edificações realizadas em São Paulo no início do século XX, relacionando aquelas ao crescimento econômico da cidade expresso no desenvolvimento industrial da cidade – ovacionado pelos discursos correntes sobre o progresso paulistano naquele período. A apresentação ora proposta é parte das reflexões da pesquisa de pós-graduação ainda em curso pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Doutor Nelson Hideiki Nozoe, no programa de História Econômica.

O texto a seguir está estruturado em duas partes. Trataremos do período de 1892 a 1919, abarcado por duas diferentes fases da gestão urbana de São Paulo: as Intendências Municipais, que vigoraram após a Proclamação da República e foram a antessala da administração municipal na forma do poder executivo, exercido entre 1899 e 1911 por Antonio da Silva Prado, entre 1911 e 1914 por Raimundo da Silva Duprat e, concluindo o período proposto para essa apresentação, a gestão de Washington Luis Pereira de Sousa, entre 1914 e 1919. À frente da gestão dos espaços urbanos sob os auspícios da municipalidade esteve entre 1899 e 1926 o engenheiro Vitor da Silva Freire, Diretor de Obras e Viação, órgão fundado em 1900, oriundo da Seção homônima organizada um ano antes.

As transformações orquestradas pela municipalidade no espaço da cidade, tanto na execução das obras públicas quanto na regulamentação das obras privadas estavam imbuídas do ideal de progresso material – premente nos discursos do início do século XX –, movido pelo desenvolvimento econômico verificado em São Paulo através do desenvolvimento industrial.

A realização da Exposição Municipal em 1917 – sob iniciativa do prefeito à época, Washington Luis – e sua divulgação no ano seguinte na obra *O desenvolvimento industrial de S. Paulo atravez da Primeira Exposição Municipal*, de Antonio Piccarolo e Lino Finocchi, é a conjunção entre as duas partes, pois através de uma ação da

municipalidade, temos o registro do desenvolvimento econômico da cidade – expresso nessa compilação dos dados econômicos do município e também na própria Exposição e na edificação do Palácio das Indústrias, parte integrante do projeto de readequação urbana da Várzea do Carmo e conjunto que sediou o evento em 1917 –, movido pela vontade – política e econômica – de sua publicização através de um modelo que se tornou comum nas sociedades industriais, as exposições [BARBUY, 2006, p.81].

O ovacionado progresso da capital paulista é por nós aqui tomado através dos índices de crescimento demográfico e de aumento no número de edificações realizadas no período proposto. Do desenvolvimento industrial, disposto em extensa bibliografia sobre o tema, somente tomamos, de modo específico, alguns dos aspectos da produção de materiais cerâmicos empregados nas construções da cidade.

Os materiais cerâmicos são fabricados a partir da argila vermelha, extraída das margens dos cursos d'água, e moldados em diversas formas para serem utilizados nas construções. As propriedades físico-químicas da argila permitem que o material, após a adição de água, adquira plasticidade e possa ser modelado. O objetivo é construir um bloco resistente, à semelhança das rochas naturais, o que é atingido após a queima dos blocos moldados na forma de tijolos [MATEUS, 2002, p.167]. Além desses blocos artificiais, podem-se moldar diferentes tipos de elementos, como louças, manilhas e telhas. Além da argila vermelha, utilizam-se também outros tipos de barros que queimados adquirem plasticidades, como em São Paulo o caulim, para a confecção de louças brancas – como as porcelanas e faianças [BELLINGIERI, 2003, p.5].

A ocorrência dessas terras tem relação estrita com o tipo de sedimento formado nos locais de extração, influindo em suas qualidades plásticas e de resistência após a queima, além das suas tonalidades – essas últimas determinadas não apenas pela origem da argila, mas também pelos processos de fabrico empregados na execução dos materiais cerâmicos.

A produção de materiais cerâmicos na cidade de São Paulo no início do século XX dividiu-se em dois tipos diferentes de indústrias: as que produziam cerâmicas vermelhas – tijolos, telhas, manilhas e louças – e as que produziam cerâmicas brancas – porcelanas, faianças, etc. A produção de cerâmicas brancas em São Paulo não teve significativa importância econômica até a década de 1910, sendo inclusive a importação desses produtos uma das condicionantes para o retardamento da indústria de louças brancas [IDEM, p.7].

No início do século XX, os diferentes artigos confeccionados pelas indústrias fabricantes de cerâmica vermelha não estavam concentrados nas mãos dos mesmos produtores. Essas se dividiam entre produtoras de materiais para edificações – dentre tijolos, telhas e manilhas – e aquelas produtoras de materiais de revestimento – como azulejos, ladrilhos e utensílios domésticos [*Estatística Industrial do Estado de São Paulo*, 1931].

É a produção de materiais para edificações que nos interessa na presente exposição. Ainda referente às divisões existentes entre as indústrias produtoras de materiais cerâmicos, temos outras subdivisões em alguns dos produtores estudados e na documentação disponível para o estudo desse tema. Em São Paulo, as manilhas e os tubos utilizados para o abastecimento e o saneamento eram fabricados por algumas poucas fábricas especializadas. Já as telhas e os tijolos – estes últimos ora configurando como material estrutural, ora apenas como material de vedação –, são produzidos por fábricas diferentes.

Essa subdivisão na fabricação de materiais cerâmicos é notada, sobretudo, na diferenciação dos produtores de tubos e manilhas – que exigiam um emprego maior de tecnologia e, portanto, tinham maior valor agregado – e de tijolos e telhas. Para alguns dos produtores estudados, há ainda a separação – menos comum – entre produtores de tijolos e de telhas.

Tijolos, telhas, tubos e manilhas, por se configurarem como materiais cerâmicos oriundos da transformação da argila vermelha empregados na realização das edificações, como elementos estruturais e de vedação, configuram-se como os produtos objetos de nosso estudo. A produção desses materiais e o consequente desenvolvimento da indústria de cerâmica estão intimamente ligados ao desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo no início do século XX.

2. O poder executivo desenhando a cidade – urbanidades e industrialismos

A cidade de São Paulo teve o seu primeiro prefeito, Antonio da Silva Prado, outorgado em 1899. Desde a Proclamação da República, dez anos antes, e a reorganização da Câmara Municipal, em 1892, a cidade contou com vários modelos de administração municipal, tendo sido governada pelas Intendências Municipais até a posse de Antonio Prado.

A necessidade de regulamentação dos espaços construídos da cidade foi significativa ainda no Império. A primeira organização das posturas municipais data de 1875 – quando estava à frente da administração provincial João Teodoro Xavier de Matos –, tendo sido revisadas e consolidadas em 1886. Desde a década de 1820, no entanto, a cidade de São Paulo já contava com algumas normativas esparsas que objetivavam a gestão do espaço urbano. Não nos sendo interessante retornar a tão longínquo período, temos que a administração de Antonio Prado recebeu a cidade sob as determinações do Código de Posturas de 1886, que continham em si muitas das regulamentações advindas de todo o período imperial e das Intendências Municipais [BARBUY, 2006, p.34].

Os intendentes, que ao longo da última década do século XIX tiveram sob sua responsabilidade a gestão dos espaços urbanos da capital paulista, lidaram com um vertiginoso crescimento demográfico; nesse mesmo período, o número de construções realizadas na cidade foi crescente [BRUNO, 1954, p.920]. São Paulo contava aproximadamente 19 mil prédios em 1895; vinte anos depois esse número seria de quase 54 mil [PICCAROLO & FINOCCHI, 1918, p.33].

A década de 1890 foi marcada pela a abertura de vários loteamentos, caracterizando o início de um processo de especulação fundiária que marcaria a história da cidade por décadas. Com o quadro geral do abrupto crescimento populacional da década de 1890 e a concentração de rendas na cidade, aliado às facilidades de obtenção de créditos, teve-se a valorização dos terrenos, principalmente nas áreas centrais. No mesmo período, muitas indústrias formadas no processo que ficou denominado como Encilhamento aproveitaram o período para se capitalizar. Diversas empresas fundadas na década de 1890 tiveram vida longa e fundamental importância na economia paulista, posto que a importância industrial de São Paulo pode ser verificada sobretudo a partir da década de 1920. Não obstante, assim como notado na economia do Rio de Janeiro, diversas associações bancárias, escritórios de importação e exportação, além de estabelecimentos comerciais foram liquidados, alguns inclusive sem nunca terem saído do papel [BRITO, 2000, p.111].

As primeiras indústrias produtoras de materiais cerâmicos empregados nas edificações organizaram-se na década de 1890. As obras "*Industria no estado de São Paulo em 1901*", de Antonio Bandeira Junior, "*Impressões do Brazil no Século Vinte. Sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos"*, de W. Feldwick (publicada em Londres em 1913) e *"O desenvolvimento industrial de S. Paulo atravez da Primeira*

Exposição Municipal", anteriormente citada, elencam as principais indústrias produtoras de materiais cerâmicos fundadas na década de 1890. Além disso, os almanaques comerciais editados no último decênio do século XIX também remetem aos produtores das olarias identificadas naquele período.

O *Almanach do Estado de São Paulo para o anno de 1895* e o *Almanach do Estado de São Paulo para o anno de 1896*, editados pela *Companhia Industrial de São Paulo*, apontam apenas duas olarias existentes na cidade São Paulo, sendo que entre elas não figuram as que constam no estudo de Bandeira Junior. Poucos anos antes, em 1891, o almanaque realizado pelo mesmo editor contara 57 olarias na cidade. E antes ainda, o almanaque de 1890, editado por Jorge Seckler, registrara apenas quatro olarias atuantes em São Paulo. As fábricas não foram citadas pelo nome do proprietário – como havia sido comum nas edições das duas décadas anteriores –, mas pelo nome da olaria. Assim temos na primeira parte da década de 1890 um levantamento realizado pela mesma editora que contou quase ano após ano um número diferente de olarias na cidade, quando não várias, pouquíssimas.

O estudo de Antonio Bandeira Junior apontou a existência de três indústrias de produtos cerâmicos em São Paulo na década de 1890: a Irmãos Falchi, localizada na Vila Prudente e fundada em 1890; a Companhia Melhoramentos, situada em Caieiras, de 1883 e a Sensaud de Levaud, em Osasco desde 1899. Ainda, W. Feldwick, tendo realizado seu levantamento em 1913, citou as seguintes indústrias de cerâmica fundadas na cidade na década de 1890 e ainda atuantes quando da publicação de sua obra: a Companhia Melhoramentos (para ele, de 1890) e a Companhia Construtora de São Paulo e Santos (de 1898). Poucos anos depois, Piccarolo e Finocchi, ao tratarem das indústrias de cerâmica que dispuseram seus produtos na Exposição Municipal de 1917, trazem dados sobre a Companhia Mechanica e Importadora, de 1890. Feldwick, Piccarolo e Finocchi apresentam ainda outras indústrias de materiais cerâmicos, fundadas posteriormente. Ignorado nos três levantamentos, temos o Estabelecimento Sacoman Frères, de 1896 [BELLINGIERI, 2003, p.7].

Entre 1890 e 1900 a população de São Paulo quadruplicou, e significativa parcela desse contingente habitava e trabalhava nas franjas da cidade, em áreas então distantes das quais se debruçavam os engenheiros da prefeitura. Relevante parcela do contingente imigratório da última década do século XIX permaneceu na capital, em parte pelas possibilidades surgidas nas atividades urbanas e também pelas crises de exportação do café ocorridas nesse período. Ainda no início dos anos 1900, novas crises

decorrentes da superprodução manteriam a população na cidade. Junto a esse processo, e como uma das consequências da adoção das novas feições das áreas centrais e da expansão dessas, iniciou-se um processo de especulação fundiária que acabaria, ao longo das primeiras décadas do século XX, por afastar as camadas menos economicamente favorecidas da população. Ainda, como escopo teórico aos melhoramentos pontuais promovidos pela municipalidade, questões sanitárias e práticas higienistas foram empregadas, determinando as diretrizes a serem empregadas na realização de edificações, o que também acabava por sobrepujar a população mais pobre, alheia à requalificação do centro urbano. Tais medidas promoveram a construção de vilas operárias, em substituição aos insalubres cortiços.

Dessa forma, as atenções do poder público concentraram-se na área central, núcleo não apenas do comércio e dos serviços adequados à nova realidade econômica e urbana da capital, mas também polo irradiador dos negócios do café, sede dos escritórios agroexportadores e vitrine do poder econômico paulista.

Os subsequentes quase doze anos de gestão de Antonio Prado foram marcados pelos primeiros melhoramentos urbanos sistematizados da cidade. Sua gestão é tida pela historiografia como, essencialmente, de embelezamento da capital, preocupada em dotar a área central de uma estética europeia. Foi durante seu governo que a cidade passou a contar com serviços de abastecimento, iluminação e transporte, em contratos de concessão com companhias estrangeiras [BARROS, 2004, p.165].

A equipe de Antonio Prado remodelou a área central. O modelo das reformas urbanas empregadas por Pereira Passos no Rio de Janeiro reverberara, certamente, em São Paulo. A intenção dos gestores estava em dotar a capital paulista de novos padrões, mais adequados às novas funções urbanas e imbricados ao seu poderio econômico. Os limites da cidade já há décadas alcançavam outras paragens, pois alguns bairros industriais começavam a se estabelecer na primeira década do século XX [CAMPOS, 2002, p.91].

A gestão de Raimundo da Silva Duprat (1911-1914) colocou à frente dos projetos para as áreas centrais Joseph-Antoine Bouvard, responsável pela execução de importantes obras, ainda que consideradas por alguns estudiosos apenas de melhoramentos, que modificariam significativamente as áreas limítrofes à zona central. O Plano Bouvard, aprovado em 1911, incluía a transformação das várzeas dos rios Tamanduateí e Anhangabaú em parques ajardinados e o primeiro anel viário da cidade, formado pelas atuais ruas Libero Badaró, Benjamin Constant e Boa Vista, além de

remodelações no entorno da Sé. Os interesses, contudo, permaneciam em dotar a capital que enriquecia dos ditames paisagísticos europeus. Era clara uma inspiração haussmanniana – áreas ajardinadas, avenidas centrais e radiais ou perimetrais no entorno, configurando desenho urbano largo, quadras simétricas e logradouros retilíneos –, criticada por Vitor Freire [SEVCENKO, 2009, p.115].

Além dos parques projetados para os limites da área central, Vitor Freire pôde, entre 1911 e 1914, executar algumas outras partes do planejamento previsto para a gestão dos espaços urbanos além-Anhangabaú, em direção aos limites oestes da cidade, iniciando pela Avenida São João, seguindo o eixo de expansão das elites comandantes das forças produtivas, que passara a habitar os bairros de Higienópolis e Perdizes, alcançando o morro do Caagaçu e a Avenida Paulista. No fim do governo de Raimundo Duprat, e diante de um novo quadro de necessidades da gestão urbana da cidade, outras demandas por um planejamento que não atacasse apenas os melhoramentos urbanos e as políticas de saneamento, começaram a se fazer presentes.

Washington Luís Pereira de Sousa (1914-1919) não apenas iniciou seu mandato sob os auspícios das novas necessidades da gestão do crescimento urbano, mas também teve de enfrentar um conturbado período político, econômico e social. A Diretoria de Obras e Viação iniciou em 1914 a execução do Parque da Várzea do Carmo, contíguo aos bairros fabris do Brás e da Mooca. O desenho Parque Várzea do Carmo, elaborado por Francisque Cochet, previa a construção do Palácio das Indústrias, terminado em 1924, mas utilizado pela primeira vez na Exposição Municipal de 1917. As principais atenções do poder público não estavam, contudo, em atender às necessidades prementes dessas áreas, mas, em meados da década de 1910 a cidade já apresentava uma compactação significativamente diversa.

As greves gerais iniciadas em 1917, somadas às altas inflacionárias no período da Primeira Guerra Mundial, colocaram na ordem do dia questões sociais atreladas às necessidades de gestão do espaço urbano, sobretudo para população empregada na indústria. No final da década de 1910, a cidade contava já com meio milhão de habitantes e os níveis de emprego eram significativamente oscilantes.

Os capitais oriundos da exportação de café eram ainda importantes para a economia paulista, mas, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, a indústria – e a renda gerada nessa atividade notadamente urbana e as consequências no crescimento da cidade –, passa a orientar os caminhos tomados na gestão dos espaços. Washington Luís, que depois ocuparia os cargos de Presidente do Estado de São Paulo e Presidente

da República, e ganharia fama como construtor de estradas, já como prefeito de São Paulo demonstrara essa preocupação, dando atenção à abertura e ao melhoramento das ligações das áreas mais distantes do núcleo urbano central.

A diminuição do poder de importação no período da Primeira Guerra Mundial, pelo encarecimento dos produtos externos, tencionava corrigir os desequilíbrios e "*socializar as perdas*" [FURTADO, 1963, p.238]. O quadro existente, para Furtado, no início da década de 1920, justificou uma transição para o sistema industrial. As tentativas de valorização da economia cafeeira em uma década de superprodução foram bem sucedidas, a partir principalmente de investimentos estrangeiros, até a crise de 1929. A economia por ele denominada tipicamente colonial sucumbiu então em definitivo. A partir daí, com o deslocamento do centro dinâmico da economia, o crescimento industrial pôde ter lugar. No entanto, o crescimento industrial esteve subordinado à economia cafeeira, e foi consolidado a partir da década de 1930. Dessa tese se deduz que o processo de industrialização só foi possível a partir da necessidade de substituição das importações.

Para Warren Dean, o surto industrial paulista está ligado ao papel do importador, que gerou as condições para esse processo, por diversos fatores imbricados à prática comercial, especialmente à intimidade dos comerciantes para a obtenção de créditos e à necessidade de equipamentos importados para o funcionamento das fábricas [DEAN, 1971, p.26]. Wilson Cano debate a tese de Dean e explora o denominado complexo cafeeiro, para justificar o desenvolvimento industrial paulista.

A urbanização de São Paulo e o desenvolvimento da indústria estão atrelados, para a historiografia corrente, ao desenvolvimento do complexo cafeeiro, termo cunhado por Wilson Cano. Além disso, o processo de urbanização paulistano encontra semelhanças em outras capitais brasileiras que passaram pelo mesmo processo, pois sua gênese acha-se, sobretudo, atrelada às condicionantes econômicas, mas não apenas a elas. As características da produção cafeeira – estabelecida de forma cíclica –, possibilitaram, para Wilson Cano, o investimento dos recursos (gerados nas fases de expansão), em infraestrutura e serviços, quando na fase de baixa lucratividade na venda do café [CANO, 1977, p.136].

O complexo cafeeiro permitiu, pois, a partir dos investimentos nos setores urbanos advindos da prática de diversificação de capitais, o desenvolvimento da indústria de bens de consumo na capital paulista, o que se refletiu no adensamento populacional e, consequentemente, por exemplo, na fabricação de materiais cerâmicos

para edificações. Não obstante o capital cafeeiro não ter sido empregado diretamente na produção industrial cerâmica – como expõe Cano, ocorreu em vários setores fabris – foi a renda gerada na diversificação dos investimentos agroexportadores, imbricado a um projeto de urbanização, que resultou no desenvolvimento urbano paulista.

Os efeitos da Primeira Guerra Mundial no desenvolvimento industrial de São Paulo foram apontados por alguns autores como importantes na fundação de novas empresas. De fato, o número de indústrias apresenta um relativo crescimento em meados da década de 1910, mas devem ser relativizados. Outros fatores como o crescimento populacional, o aumento na oferta de serviços urbanos e a expansão dos limites da cidade devem ser considerados. Uma ligeira mudança na produção dos bens industriais pode ser notada após o fim da Guerra; antes notadamente de consumo, a partir da década de 1920, há uma diversificação na produção, com as primeiras indústrias de produção de bens de capital, insumos industriais e bens de consumo duráveis.

Não obstante o quadro de aumento no número de indústrias entre 1890 e 1920, para alguns autores o primeiro surto significativo do crescimento industrial paulistano ocorreu em meados da década de 1920. Pasquale Petrone aponta que em 1918 a cidade de São Paulo possuía menos de dois mil estabelecimentos fabris e 14 anos depois, em 1932, cerca de 2100 indústrias. No entanto, em 1947 já possuía doze mil fábricas e, no período de elaboração de seu texto, "A cidade de São Paulo no século XX", de 1955, a capital apresentava vinte mil estabelecimentos. Ainda assim, antes da década de 1930, São Paulo já se consolidara como maior centro industrial da América do Sul.

O processo de concentração industrial em São Paulo teve seu ápice no final da década de 1920, em oposto a outras regiões brasileiras, incluindo a Guanabara e o Rio de Janeiro. Com a introdução de indústrias produtoras de bens de capital em um vasto mercado consumidor e ao mesmo tempo produtor, São Paulo destacou-se no cenário industrial nacional [CANO, 1977, p.254].

A indústria paulistana tem como primeiro arranque a concentração de capitais possibilitada pela economia cafeeira. Ainda, atrelada ao movimento migratório, que, entre a última década do século XIX e os anos 1910, passa a concentrar-se na capital, apresenta, pois, para alguns estudiosos, os elementos clássicos da primeira revolução industrial. A acumulação de capital no centro urbano possibilitou o desenvolvimento do projeto moderno de urbanização, imbricado à rede de serviços, demandada por este mesmo crescimento. A indústria de bens de consumo tem lugar nesse processo.

O estabelecimento da indústria de materiais cerâmicos em São Paulo no início do século XX, precedido por uma produção oleira, praticada em inúmeras pequenas fábricas, se insere nesse processo. Ao mesmo tempo em que um processo industrial de fabricação de materiais de construção pôde ser verificado antes mesmo da industrialização da cidade no segundo quartel do século XX, uma significativa produção oleira conviveu com essas indústrias até pelo menos a década de 1940. A compreensão do quadro de desenvolvimento industrial em que se coloca a produção cerâmica da cidade contribui para a ampliação das questões a ela relacionadas, assim como seu desvelamento auxilia no entendimento dos processos urbanos projetados e sentidos na cidade nesse período.

O quadro 1, abaixo, dispõe o número de profissionais da indústria de materiais de construção registrados junto à municipalidade entre os anos de 1903 e 1920, a partir do lançamento de impostos de indústria e profissões. O número de oleiros registrados pela municipalidade foi crescente nos primeiros vinte anos do século XX. Entretanto, o número de licenças expedidas para extrair argila das várzeas dos cursos d'água nos mesmos anos foi decrescente: em 1906 – primeiro ano em que o número de licenças é registrado –, cinco licenças; entre 1915 e 1925 nenhuma licença foi expedida. Em uma das possibilidades de análise suscitada por esses dados, podemos inferir uma concentração de mercados da exploração da matéria-prima.

Quadro 1
Profissionais relacionados à indústria cerâmica e de materiais de construção registrados entre 1903 e 1920

	Oleiros	Fabricantes de louça de barro	Fabricantes de louça de porcelana	Mercadores de material de construção
1903	62	10	Nenhum	20
1906	79	06	Nenhum	18
1907	80	08	12	19
1910	114	05	12	18
1915	181	06	08	32
1920	155	10	02	40

Fonte: Tabella estatística de arrecadação do imposto de industria e profissões, no exercício de 1906, 1907, 1910, 1915 e 1920. Relatórios de Prefeito apresentados a Câmara de São Paulo. Seção de Lançamentos do Thesouro Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typographia da Vanorden e Co.

Nos anos finais da década de 1920 a indústria cerâmica se constituiria como o setor com o maior número de fábricas e o terceiro em operários em São Paulo – atrás apenas das indústrias têxteis e de madeira, como podemos perceber na série *Estatística Industrial do Estado* (1928 a 1937). No entanto, o valor total das produções era irrisório

para a economia estadual, em torno de 1,5% a 2%. As empresas produtoras de materiais cerâmicos empregado em edificações apresentavam uma produtividade três vezes menor do que as indústrias de louças brancas, que dominariam, na década de 1930, metade da lucratividade do comércio de cerâmicas no Estado. As indústrias de louças brancas apresentavam-se em menor número, mas produziam materiais mais sofisticados.

3. A produção industrial paulistana na Exposição Municipal – progressismos

A Exposição Municipal de 1917, organizada pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa, pretendia tornar pública a importância da produção industrial paulistana. Divulgada nos veículos da imprensa e, posteriormente, na obra redigida por Piccarolo e Finocchi, sua realização no Palácio das Indústrias ainda em construção, está intimamente ligada às grandes reformas urbanas de importantes espaços públicos, no caso, o Parque da Várzea do Carmo (depois, Parque Dom Pedro II), projetado pelo arquiteto Francisque Cochet e executada por Joseph-Antoine Bouvard, sob os auspícios de Vitor da Silva Freire.

Inaugurada em setembro de 1917, a Exposição Municipal consistiu na organização de diversos estandes para cada uma das mais importantes indústrias existentes na capital naquele ano disporem exemplares de seus produtos, fotografias de suas instalações, maquinários empregados – construídos aqui ou importados –, além de possibilitar o contato entre os empresários.

O Palácio, financiado pelo governo estadual, seria o principal monumento do Parque inaugurado em 1922, em comemoração ao centenário da Independência. O edifício ficou pronto, contudo, apenas em 1924. Projetado por Domiziano Rossi, do escritório de Ramos de Azevedo. Rossi já havia projetado o pavilhão de São Paulo na Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1908 – evento este realizado para a comemoração do centenário da abertura dos portos por D. João VI em 1808. A linguagem arquitetônica do edifício pretendia transmitir o poderio agrícola do estado paulista, tanto em suas dimensões quanto em seus elementos decorativos. Diversas exposições agrícolas foram realizadas no estado de São Paulo na primeira década do século XX, durante a gestão de Antonio da Silva Prado, prefeito entre 1899 e 1910.

A Exposição Municipal de 1917, voltada para a divulgação da produção industrial da capital insere-se na mesma lógica das exposições agrícolas. O Palácio das

Indústrias, monumento integrante do projeto do Parque da Várzea do Carmo, foi concebido originalmente para abrigar tais exposições.

Antonio Piccarolo e Lino Finocchi descrevem o projeto do Palácio em seus pormenores, atentando para os equipamentos dos quais o complexo seria dotado para o seu destino inicial. Além disso, assumem a rebuscada linguagem arquitetônica, em muito semelhante ao pavilhão projetado por Rossi para a Exposição do Rio de Janeiro de 1908, pois o partido do Palácio das Indústrias "(...) *está intimamente de accôrdo com o fim a que o mesmo se destina: conserva-lhe o aspecto monumental, estylizando motivos rusticos e dando-lhe a apparencia de uma sunptuosa granja* [seus elementos decorativos] *fazem lembrar uma villa rustica de opulento proprietario das peninsulas latinas da velha Europa*" [PICAROLLO & FINOCCHI, 1918, p.88].

Desde 1875 realizaram exposições agroindustriais na cidade de São Paulo. A primeira ocorreu nas dependências da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e tinha como objetivo preparar os produtores paulistas para a Exposição da Filadélfia de 1876. Anos depois, em 1900, o Brasil – e São Paulo, principalmente –, figuraria nas paginas da Revista Industrial, levada à Exposição Universal de Paris. A participação em eventos dessa natureza foi utilizada pelos produtores como objeto propagandístico, impregnando-os assim de uma meta de qualidade aliada ao pretenso progresso almejado no início do século XX [BARBUY, 2006, p.83].

Ainda na primeira década do século XX foram realizadas duas exposições em São Paulo, em 1902 e em 1908. A Exposição Municipal de 1917 figura, sem dúvida, como a maior e mais elaborada delas, culminando com a edificação de uma construção dedicada à ela. Com a alegoria e a inscrição "Progresso" estampadas na fachada, o Palácio das Indústrias pretendia concatenar tanto a necessária produção agrícola quanto o cobiçado desenvolvimento industrial [LIMA, 2008, p. 41].

A edição do Estado de S. Paulo do dia 30 de setembro de 1917 divulgara a Exposição, que constituiria "(...) *um alto acontecimento da nossa vida citadina. Lavradores, industriaes, negociantes e mesmo operarios encontrarão alli um limpido espelho, através do qual possam ver quanto vale o esforço das iniciativas intelligentes, amparado por uma actividade verdadeiramente yankee*" [PICAROLLO & FINOCCHI, 1918, p.80].

O discurso proferido pelo prefeito Washington Luis na inauguração da Exposição também é revelador das intenções em dotar a opinião pública sobre o pleno desenvolvimento da indústria paulistana, pois São Paulo "(...) *está-se preparando para*

ser um grande centro industrial, alguma coisa como Chicago e Manchester juntas; e esta esposição vem reaffirmar essa esperança consoladora, e que nos permitte repetir esses conceitos" [IDEM, p.82]. As cidades de Chicago e Manchester abrigaram exposições industriais desde meados da segunda metade do século XIX, inspirando o prefeito Washington Luis na sua pretensiosa fala. Podemos notar a concordância com os projetos urbanos adotados, que procuravam modificar o espaço urbano e adequá-lo, ainda que majoritariamente nas áreas centrais e apenas para uma parcela da população, à realidade do desenvolvimento econômico industrial.

Não obstante o tom ufanista presente em toda a obra de Antonio Piccarolo e Lino Finochi – "*Nasceu predestinado a representar a vanguarda deste grande Brasil*" [IDEM, p.9] –, a obra de significativo vulto traz uma preciosa coletânea de dados sobre a economia da cidade nas duas primeiras décadas do século XX. Ainda assim, o notável desenvolvimento econômico da capital é atribuído ao "*espirito entraprehendedor dos paulistas*" e à sua história de superação desde o período colonial. Marcada por uma historiografia recorrente do momento em que foi escrita, a obra não tem diminuída sua importância, dado o esforço de sistematização dos dados disponibilizados por diversos órgãos públicos, notadamente de arrecadação fiscal, e pelas indústrias que estiveram presentes na Exposição, além do compêndio da historiografia então corrente sobre a cidade e o estado de São Paulo.

A intenção de divulgar o crescimento industrial – e sua importância na paisagem e no desenvolvimento urbano da cidade – está posta em toda a obra. Podemos localizar assim a realização da Exposição no projeto da municipalidade, conjuntamente às obras de melhoramentos urbanos, de dotar a cidade de novos parâmetros, novas estéticas, condizentes ao enriquecimento da cidade e do aumento de sua importância para a economia nacional.

A produção industrial de cerâmica construtiva foi representada na Exposição Municipal através de algumas das maiores indústrias fabricantes de telhas, tijolos, manilhas e tubos atuantes em São Paulo na década de 1910. Sobre a produção desses materiais, disseram os autores: "*Encontrais a indústria de ceramica para a construcções, num adiantamento e numa abundancia que as emparelham com as congeneres em qualquer parte do mundo: a de louças prosperando com o kaolim, com argila, o granito e o quartzo de São Paulo; a de vidros, a de garrafas com os materiaes que o Tieté em suas margens e em suas varzeas não se cansam de fornecer*" [IDEM, p.28].

Ao final da obra *"O desenvolvimento industrial de S. Paulo atravez da Primeira Exposição Municipal"*, os autores listam na seção "Outros expositores" duas indústrias de cerâmica que não foram apresentadas na obra, mas exibiram seus produtos na Exposição, a Companhia de Ceramica Industrial de Osasco e a Ceramica Vila Prudente. Ainda, disponibilizam algumas informações sobre as outras indústrias cerâmicas que estiveram presentes no Palácio em 1917.

A Companhia de Ceramica Industrial de Osasco, apresentada brevemente na seção "Outros expositores" produzia tubos Grés vidrados para saneamento e drenagem. Podemos ter, a partir dessa informação, um indício da possível associação entre essa indústria e aquela levantada por Antonio Bandeira Junior em 1901, a *Sensaud De Levaud e Co*, produtora desde 1899 de produtos cerâmicos empregado em instalações sanitárias e, segundo Bandeira Junior, já no início do século XX, de significativa importância. Na mesma seção "Outros expositores", Piccarolo e Finocchi citam a presença da importante Companhia Ceramica Vila Prudente na Exposição sem, contudo, apresentar outras informações.

A Companhia Progresso Paulista – que tem seu ano de fundação atribuído por W. Feldwick como 1910 –, fabricante de manilhas para o sistema de abastecimento de água e recolhimento de esgotos da capital também mereceu a atenção dos autores. A fundação da fábrica, datada por eles como 1890, é atribuída a Francisco Luiz de Souza. Foi esta indústria umas das principais fornecedoras dos materiais empregados nas construções do Estado.

Ainda ao tratarem das indústrias cerâmicas presentes na Exposição Municipal, Piccarolo e Finocchi nos apresentam a Companhia Mechanica e Importadora, já citada. Sediada no bairro do Pari, a fábrica formada em 1890 por Alexandre Siciliano teve fundamental importância na construção de máquinas para beneficiamento de café e maquinismos para lavoura, além de carpintaria e oficinas agrícolas. E, mais, possuía uma fundição de metal responsável pela construção de estruturas utilizadas em obras públicas.

As indústrias cerâmicas que participaram da Exposição Municipal foram poucas, pois apenas tiveram lugar no Palácio em 1917 as maiores indústrias da cidade naquele período. No entanto, ainda assim algumas outras importantes empresas produtoras de tijolos, telhas e manilhas que podemos identificar como significativas para a produção industrial da cidade não estiveram presentes na Exposição Municipal. Contudo, entendemos ter sido esse evento e sua posterior divulgação através da obra de Piccarolo

e Finocchi, importante ação no sentido de possibilitar o reconhecimento do papel da indústria nas transformações urbanas ocorridas na cidade. A indústria cerâmica é apenas um desses ramos, composta não apenas pelas grandes indústrias – dentre as que estiveram e as que não estiveram na Exposição –, mas também pelas pequenas e médias olarias que permaneciam produzindo os materiais construtivos empregados nas edificações da cidade. A partir dessa documentação podemos estender nossa compreensão sobre quais indústrias cerâmicas estavam presentes nesse processo, e o sentido que possuíam no processo de desenvolvimento industrial da cidade.

A Exposição Municipal de 1917 é apenas uma tomada desse quadro. O desenvolvimento da indústria paulistana no período entre 1914-1918, da Primeira Guerra Mundial, tratado exaustivamente pela historiografia corrente, encontra um primeiro momento de crise por queda nas importações e, consequentemente, um significativo e fundamental sobressalto. A produção de materiais de construção cerâmicos não possui nessa equação relação direta, pois é endógena, tanto antes quanto durante a Guerra, mas é de qualquer forma afetada por outras variantes, dentre elas o crescimento urbano da capital e o adensamento populacional, além do desenvolvimento tecnológico, especialmente de bens de capital – ainda que nesse período essa fosse uma "proto-indústria", pois só iria se desenvolver após a década de 1930.

4. Considerações finais

A partir da compreensão das ações e da lógica da gestão do crescimento urbano de São Paulo e do processo de industrialização podemos explicitar o papel e as características das fábricas produtoras de materiais cerâmicos que atuaram na cidade no início do século XX. A *Exposição Municipal* realizada em 1917 e sua posterior divulgação na obra *O desenvolvimento industrial de S. Paulo atravez da Primeira Exposição Municipal*, são significativas das novas relações capitalistas que deram forma ao mundo urbano pós-industrial. A cidade, *locus* da transformação iniciada nos últimos anos do século XIX, foi tomada por um crescimento populacional e econômico, que estendeu seus limites, modificou suas estruturas, demandou grandes intervenções para que o espaço urbano pudesse se estabelecer e se constituir, ao mesmo tempo em que se davam suas transformações econômicas e sociais.

Algumas indústrias produtoras de materiais cerâmicos estiveram presentes na Exposição Municipal. Outras, dentre grandes fábricas e médias, ou mesmo, pequenas

olarias, também essas todas integrantes do ramo de produção de materiais para construção, não expuseram seus produtos em 1917. Ainda assim, ao confrontarmos a documentação, é interessante notar quais indústrias participaram do evento naquela década. Sobretudo, ao estudarmos a *Exposição Municipal*, podemos perceber suas imbricações às transformações urbanas e econômicas da cidade no início do século XX.

A formação do capital industrial em São Paulo teve suas bases na cafeicultura. O direcionamento das rendas geradas na exportação do café, a diversificação, para alguns estudiosos, possibilitada pelo complexo cafeeiro, tornou a cidade seu polo irradiador e articulador. O desenvolvimento industrial veio junto às transformações tecnológicas e econômicas. A formação do capital industrial – notadamente, nas décadas iniciais do século XX, uma indústria de bens de consumo –, fundamentou as relações capitalistas que tomam forma no mundo urbano. Nesse sentido, podemos encontrar uma reafirmação das cidades brasileiras como um todo, não apenas São Paulo. Outras cidades surgem, ainda que sobre as antigas, herdeiras de outros momentos econômicos, políticos e sociais. Esses novos espaços urbanos estavam, pois, adequando-se às intensas transformações econômicas, às novas relações de produção.

Os processos de urbanização e seus impactos na divisão social do trabalho estiveram no cerne dos estudos de alguns teóricos que se debruçaram sobre o meio urbano; os processos históricos de transformação das cidades é outra abordagem possível, atenta às mudanças ocorridas nos espaços urbanos. Outros autores, voltados à discussão específica da história da construção na cidade de São Paulo centram-se na lógica da formação de um complexo industrial da construção, em que tanto a produção dos materiais empregados nas edificações quanto a força de trabalho utilizada na realização dos prédios passam por uma lógica que atende às demandas do capital monopolista no início do século XX, implicando em uma divisão do trabalho que segregou os trabalhadores da construção [PEREIRA, 2004, p.165].

Ainda junto a tudo isso, as características desse espaço encontram lugar entre aqueles que discutem as questões urbanas. Para parte da historiografia sobre o desenvolvimento das cidades, as relações entre o homem e o meio urbano e, assim, a construção da cidade, se dão no mercado, na reprodução do mercado, o que provoca diferentes reações dos indivíduos ao se relacionarem com o mundo urbano. Os estudos sobre a urbanização, seus fenômenos e questões da mesma forma reverberam de diferentes maneiras entre aqueles que sobre eles se debruçam. Há, pois, uma busca pelo

entendimento dos processos sociais que decorrem das intensas transformações proporcionadas pelo espaço urbano.

5. Bibliografia e fontes

Almanach do Estado de São Paulo para 1891. Oitavo anno. São Paulo: Editora Companhia Industrial de São Paulo, 1891.

Almanach do Estado de São Paulo para o anno de 1896. Organisado por Canuto Thorman.

BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco. *Industria no estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Typ. "Diario Official", 1901.

BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914.* São Paulo: EDUSP, 2006.

BARROS, Edgard Luiz. "Desenvolvimento e planejamento urbano em São Paulo durante a República Velha". Revista do Arquivo Municipal, nº 202, edição "Antologia", São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 2004.

BELLINGIERI, Julio César. *A indústria cerâmica em São Paulo e a invenção do filtro de água: um estudo sobre a cerâmica Lamparelli – Jaboticabal (1920-1947).* Araraquara: Dissertação de Mestrado em Economia, UNESP, 2003.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano. São Paulo, 1890-1911*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, FFLCH USP, 2000.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

Completo Almanak administrativo, commercial e profissional do Estado de São Paulo para 1895 contendo todos os municípios e distritos de paz. Nono anno. Reorganisado segundo os decretos por Canuto Thorman. São Paulo: Editora Companhia Industrial de São Paulo, 1895.

DEAN, Warren. *Industrialização de São Paulo, 1880-1945*. São Paulo: Difel, 1971.
Estatística industrial do Estado de São Paulo – 1931, 1932 e 1933. São Paulo: Typ. Garraux, 1933, 1934 e 1935.

FELDWICK, W. *Impressões do Brazil no Século Vinte. Sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, LTD., 1913.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

LEHMANN de Barros, Liliane Schrank; MOIZO, Rosana Pires Azanha. "Formação administrativa da Cidade de São Paulo 1554-1954". Revista do Arquivo Municipal, nº 199, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

LIMA, Paula Coelho Magalhães de. *A Exposição de 1917 em São Paulo: representações do industrialismo na metrópole nascente.* São Paulo: Relatório de Iniciação Científica realizada no Museu Paulista da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Heloísa Barbuy, 2008.

MATEUS, João Mascarenhas. *Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias. A literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

MATTOS, Dirceu Lino de. "O parque industrial paulistano". In: AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. São Paulo: Nacional , 1958.

NEVES, Margarida de Souza. As vitrines do progresso. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1986.

NOZOE, Nelson Hideiki. *Economia cafeeira e urbanização. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1899-1933)*. São Paulo: IPE/USP, 1984.

PEREIRA, Paulo César Xavier. *São Paulo. A construção da cidade (1872-1914)*. São Paulo: RiMa/FAPESP, 2004.

PETRONE, Pasquale. "A cidade de São Paulo no século XX". Revista de História, nº167, São Paulo, 1955.

PICCAROLO, Antonio & FINOCCHI, Lino. *O desenvolvimento industrial de S. Paulo atravez da Primeira Exposição Municipal*. São Paulo: Pocai & Comp., 1918.

REIS FILHO, Nestor Goulart. "Algumas experiências urbanísticas no início da república: 1890-1920". São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Cadernos de Pesquisa do LAP, nº1, 1994.

SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital*. São Paulo: EDUSC, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

SZMRECSÁNIY, Tamás. *História Econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Globo, 2004.

Elite Agrária na Cidade de Varginha (1882 – 1920)

Natânia Silva Ferreira[1]

Resumo

Este trabalho pretende identificar qual contribuição a cidade de Varginha prestou para o desenvolvimento do capitalismo no sul de Minas Gerais. Para isso, depois de uma revisão de literatura sobre o desenvolvimento mineiro ao longo dos séculos XIX e XX, a pesquisa buscou identificar os principais atores sociais do processo de modernização do município, mostrando quais eram as atividades mais importantes que proporcionaram a transformação da região. O objetivo é identificar a estrutura agrária da cidade no período de 1882 a 1920, por meio da análise dos inventários do Fórum da cidade de Varginha, justamente no período em que o município começou a se desenvolver. Analisamos neste trabalho as duas maiores fortunas do período: a de Antônio Justiniano dos Reis e Matheus Tavares da Silva. Esses documentos servirão como instrumento de análise das transformações ocorridas na cidade e, assim, servirão também para a compreensão de como Varginha contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo sul mineiro.

Palavras-chave: Capitalismo. Minas Gerais. Varginha.

[1] Discente do curso de Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. Email: natania.silvaferreira@yahoo.com.br

1. Introdução

O capitalismo consolidou-se tardiamente no Brasil, e de maneira bastante desigual por seu território: não foi em Minas Gerais, mas sim em São Paulo, que o sistema se desenvolveu mais rapidamente.

Muitos estudos já foram feitos sobre o desenvolvimento de São Paulo na transição do século XIX para o século XX. Vários autores, dentre eles Fernando Henrique Cardoso (1969), Wilson Cano (1975) e Warren Dean (1977), mostraram o progresso da economia cafeeira no Estado, que possibilitou o seu desenvolvimento rumo à industrialização. Visto que muitos estudos sobre desenvolvimento econômico já foram feitos para São Paulo, é interessante entender as transformações econômicas ocorridas em Minas Gerais.

Minas Gerais apresentou um desenvolvimento particular rumo ao capitalismo. Através da análise de Godoy (2009), podemos destacar os momentos mais importantes da história do desenvolvimento econômico mineiro. Primeiro, Godoy (2009) destaca a economia da mineração como a primeira atividade econômica da capitania.

> "O primeiro momento é a economia do ouro, que compreende aproximadamente as três primeiras quadras do século XVIII e tem como características fundamentais um dinâmico sistema escravista centrado na mineração, orientado para o mercado externo (...) No século XVIII, Minas Gerais constitui-se no principal pólo do mercado interno da Colônia". (GODOY, 2009, p. 91).

Entretanto, no fim do século XVIII, a economia mineradora entre em declínio e Minas Gerais passava, naquele momento, a não mais exportar metais preciosos, e sim desenvolver uma economia de subsistência. "Superada a transição, passamos para um terceiro período, marcado pela consolidação de um dinâmico sistema escravista, agora uma economia de subsistência mercantil". (GODOY, 2009, p. 91).

Então, o primeiro importante momento da história econômica de Minas Gerais é a mineração, depois, a crise na economia mineradora e, após o enfraquecimento dessa economia de exportação, o terceiro momento, que é o início de uma economia capitalista. Esse é o momento que nos interessa, o nascimento do capitalismo em Minas Gerais. Nas palavras de Godoy:

> "A segunda transição é completamente diferente da transição do século XVIII para o século XIX. É a transição para uma formação econômica capitalista. Trata-se da

> crise desse sistema escravista, entre a terceira e a quarta quadra do século XIX, e a passagem para outra formação econômica". (GODOY, 2009, p. 93).

Segundo Saes e Rosa (2010), na primeira metade do século XIX, Minas Gerais desempenhou importante papel no abastecimento da Corte e talvez de outras regiões do país depois da crise da mineração. "Eram importantes redes mercantis que possibilitavam a disseminação dos mais diversos negócios tanto em Minas Gerais como no Rio de Janeiro desde antes da chegada da Coroa portuguesa até os primeiros anos de Brasil independente" (SAES e ROSA, 2010, p. 1).

Fragoso (1998), por exemplo, ao falar de Minas Gerais, afirma que o estado concentrava o trabalho de seus cativos em atividades que se destinavam ao abastecimento interno, e não às exportações. Já Slenes (1998 *apud* Cosentino, 2006), aponta Minas Gerais como um importante estado exportador, tendo vendido gado, queijo, toucinho, algodão, ouro e diamantes. Portanto, ao longo de sua história, Minas se dedicou tanto ao mercado interno como ao externo.

Ao se falar no desenvolvimento econômico mineiro, os estudos feitos destacam a Zona da Mata. Ana Lanna (1988) e João Heraldo Lima (1977), por exemplo, destacam o progresso gerado pela economia cafeeira na região na transição do século XIX para o século XX. Portanto, esse trabalho pretende mostrar o desenvolvimento econômico do Sul de Minas Gerais, nesse mesmo período, estudando como a região progrediu através da elite agrária da cidade de Varginha.

Assim, vamos expor neste trabalho que, diferentemente do que ocorreu em São Paulo, a economia cafeeira no Sul de Minas não foi capaz de fornecer todas as condições para o desenvolvimento de um mundo urbano que possibilitasse a ascensão do capitalismo. A produção de uma mesma cultura - o café - provocou resultados diferentes nos dois lugares.

2. A Introdução do Café no Brasil

O capitalismo brasileiro, chamado também de "capitalismo tardio" só pôde se desenvolver graças a uma cultura importantíssima para o país que desde o século XIX até os dias atuais se destaca na economia – o café. É impossível se falar em desenvolvimento econômico no Brasil sem mencionar a cultura cafeeira.

> "A escolha da economia cafeeira deve-se ao fato de que ela foi o principal centro da acumulação de capital no Brasil durante o período. É na região do café que o

> desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se encontra a maior parte da indústria nascente brasileira". (SILVA, 1980, p. 17).

Embora tenha chegado ao Brasil no século XVIII, foi no século XIX que o café ganhou mais destaque no comércio. "O período de 1810 a 1850 marca, simultaneamente, os momentos de constituição e consolidação, bem como de generalização do consumo de café nos mercados centrais". (MELLO, 1991, p. 69). O êxito do desenvolvimento da economia cafeeira no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX, por outro lado, deve-se ao fato de três condições que Mello (1991), considera fundamentais: a disponibilidade de mão-de-obra escrava a preços lucrativos, a quantidade e qualidade de terras disponíveis para o cultivo e a condição de realização das exportações de café para o exterior.

Segundo Mello (1986), foi o capital mercantil nacional que deu origem a economia mercantil-escravista, que apesar de ter se formado na colônia, ganhou força com a queda do monopólio de comércio metropolitano e com o princípio de um rudimentar sistema monetário, conseqüência da vinda da Família Real para o Brasil. O autor ainda argumenta que muitas das fazendas de café existentes no Brasil foram organizadas com capitais transferidos do setor mercantil (comércio de mulas, capital usurário urbano, tráfico de escravos) originário dessa "nacionalização" das atividades econômicas brasileiras.

O café produzido no Brasil atendia a crescente demanda externa. Em se tratando da demanda externa, Mello afirma que "é a própria expansão da oferta brasileira que permite, em última análise, que a demanda se amplie constantemente e, ao mesmo tempo, estimule novamente, dentro de certas condições, o crescimento da oferta" (1986, p. 56).

Ainda de acordo com o Mello (1986) já em 1830, o Brasil produzia um volume considerável de café, e a preços baixos, possibilitando que o país pudesse concorrer com Ceilão e Java, tornando-se o primeiro produtor do bem em escala mundial. O café, nesse momento, se tornava o primeiro produto de exportação brasileira e sul-americana. A economia mercantil-escravista assumiria os seus traços definitivos: produção em grande escala, com apoio na mão-de-obra escrava e juntamente com um sistema comercial-financeiro, controlados nacionalmente.

> "Estava, portanto, estabelecida no Brasil, uma economia nacional. A queda do "exclusivo metropolitano" e, em seguida, a formação do Estado Nacional criaram a possibilidade de que se nacionalizasse a apropriação do excedente e de que se internalizassem as decisões de investir. O momento do surgimento da economia cafeeira, quer dizer, sua simultaneidade com a Revolução Industrial, a precocidade do desenvolvimento do capital mercantil nacional e da formação do Estado Nacional e, ademais, a existência de recursos produtivos, explicam por que se efetivou esta possibilidade, mantendo-se o controle nacional do sistema produtivo". (MELLO, 1986, p. 58).

Depois do enfraquecimento da economia mineradora, o café ganhou maior espaço na economia brasileira, passando a ser durante muitos anos dos séculos XIX e XX o bem que mais contribuiu para o desenvolvimento nacional. Entretanto, é interessante lembrar que o café não foi desde sempre o bem mais relevante para a economia mineira. Pelo contrário, Minas Gerais, durante muito tempo, se dedicou à exploração de pedras e metais preciosos, e daí surgiu o nome do estado. Entretanto, nas últimas décadas do século XVIII, a economia do ouro entrou em declínio. Segundo Furtado:

> "A exportação de ouro cresceu em toda a primeira metade do século e alcançou seu ponto máximo em torno de 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras. Entretanto, o declínio no terceiro quartel do século foi rápido e, já por volta de 1780, não alcançava um milhão de libras". (FURTADO, 1987, p. 78).

Ainda de acordo com Furtado:

> "Uns poucos decênios foi o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros". (FURTADO, 1987, p. 85).

O declínio dessa economia fez a população do centro minerador cair e, ao mesmo tempo, fez aumentar a de outras regiões da Província. De acordo com Lima (1977), a Zona da Mata, por exemplo, via sua população aumentar ao longo do século XIX, passando de 20 mil habitantes, em 1822, para 254 mil em 1872. Em 1890, a região contava com 430 mil habitantes. Esse crescimento da população, segundo Lima (1977), foi causado pela expansão cafeeira.

De acordo com Furtado (1987, p. 114), o crescimento da população da Zona da Mata ocorreu porque "no terceiro quartel do século", os preços do café se recuperaram, fazendo com que houvesse transferência de mão-de-obra do norte para o sul.

A decadência da mineração, além de fazer aumentar a população de outras regiões de Minas Gerais, irá possibilitar a maior dinamização do estado a partir do século XIX devido ao aumento da produção do café.

3. O Café em Minas Gerais e em São Paulo e o Problema da Mão-de-Obra

As regiões que mais produziam café no Brasil nos séculos XIX e XX eram São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Segundo Cano (2002), juntos, esses estados

eram responsáveis por mais de 95% da produção nacional do bem.

Em Minas Gerais, a região em que mais se desenvolvia o café era a Zona da Mata, e depois, principalmente a partir do século XIX, o sul do estado. "O sul também desenvolveu uma agricultura calcada no café; no século XVIII, sua economia estivera centrada na mineração de ouro. Durante a República Velha, estas duas zonas lideraram as outras em termos de riqueza, população e poder político". (WIRTH, 1982, p. 43).

Quando se estuda o desenvolvimento da economia cafeeira em Minas Gerais, é comum se fazer comparações principalmente com São Paulo porque na transição do século XIX para o XX foi o estado que mais se destacou na produção da mercadoria.

Lima (1977) considera que algumas condições foram essenciais para o melhor desenvolvimento do café em São Paulo. Primeiro, a maior facilidade na utilização das terras virgens para o cultivo. O relevo da Zona da Mata – que era a região mais promissora para o cultivo de café – era acidentado, dificultando o trabalho e a expansão da cultura. Se a produção se expandisse para o centro ou norte do estado, encontraria as terras áridas deixadas pela mineração, se expandisse para o sul, a acumulação não seria compensatória dada a proximidade com São Paulo.

Segundo, em São Paulo o excedente gerado pelo café forneceu condições para que lá se desenvolvesse primeiramente o trabalho assalariado, diferente do que ocorreu em Minas. Essa foi condição importante para o desenvolvimento capitalista em São Paulo e para o sucesso da produção do café.

Wirth (1982) afirma ainda que as propriedades da Zona da Mata e do Sul eram pequenas, sendo que o Triângulo e as áreas do Norte, do Vale do Jequitinhonha e do Oeste possuíam propriedades maiores. São Paulo possuía uma área maior para o cultivo. Eram, em média, 1.028.367 hectares contra 650.706 hectares de Minas Gerais. Os cafezais também eram em maior número em São Paulo. Eram 480.036 em Minas e 823.942 em São Paulo .

Outro problema que Minas enfrentaria seria a falta de mão-de-obra. Até antes da crise da escravidão, a mão-de-obra não era problema para a agricultura cafeeira. Entretanto, o número de escravos diminuía com o passar do tempo. De acordo com Furtado:

> "Pela metade do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos (...) O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Tendo em conta que o número de escravos, no começo do século, era de algo mais de um milhão, e que nos primeiros cinqüenta anos do século XIX se importou muito provavelmente mais de meio milhão deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade". (FURTADO, 1987, p. 117).

Segundo Furtado (1987), para tentar resolver o problema da falta de mão-de-obra, o Brasil viu como alternativa a imigração europeia. O autor ainda argumenta que se acreditava na "superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja "raça" era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país". (FURTADO, 1987, p. 124).

Entretanto, Cosentino (2006) diz que não se pode afirmar que esse processo de imigração européia teve sucesso em todas as regiões do Brasil, já que o caso mais bem sucedido foi quase que exclusivamente o de São Paulo. Furtado (1987) também afirma que a corrente migratória européia se concentrou, sobretudo, em São Paulo.

> "Estavam, portanto, lançadas as bases para a formação da grande corrente imigratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no Estado de São Paulo. O número de imigrantes europeus que entram nesse Estado sobe de 13 mil, nos anos setenta, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século foi de 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália". (FURTADO, 1987, p. 128).

São Paulo teve condições de absorver a mão-de-obra imigrante e assalariada porque a renda que o café gerava foi capaz de comprar essa mão-de-obra. Com auxílio dos trabalhadores europeus, o estado promoveu a transição para o trabalho assalariado. Já em Minas Gerais, a renda que o café gerava não foi suficiente para que se substituísse, ao mesmo tempo em que São Paulo, a mão-de-obra escrava pela imigrante.

A crise da escravidão fez surgir outras formas de trabalho tanto em Minas Gerais como em São Paulo. Em Minas, nas lavouras de café, havia a predominância da parceria baseada na meação. Nesse sistema – que Lima (1977) vê como uma forma de transição entre o trabalho escravo e o assalariado – não haveria como uma economia qualquer se desenvolver porque os salários pagos não eram necessários para o desenvolvimento da produção. No caso do café, os colonos ficariam com a metade do lucro da venda do produto e o restante era destinado às despesas com a formação do cafezal (derrubada, queimada, plantação).

Lanna (1985) destaca que em Minas Gerais o sistema de parceria na base da meação foi adotado depois da abolição da escravidão. Na Zona da Mata, o trabalhador fixo ou colono morava na fazenda e cuidava das plantações de café, podendo também produzir cereais para si, mesmo entre as fileiras de café. Esse sistema era mais vantajoso para o fazendeiro na medida em que se reduziam os gastos, entretanto, os colonos se preocupavam mais em cultivar outros cereais do que o café.

Em São Paulo, diferentemente de Minas Gerais, se desenvolveu um outro sistema: o

colonato ou contrato do colono. Segundo Lanna (1985), o colonato - relação de trabalho que predominava no Oeste Paulista - poderia ter dado certo em Minas como uma alternativa à meação (onde a metade da produção obtida com o cultivo iria para o proprietário da terra), mas devido às condições que Minas apresentava, o sistema não teria muito sucesso, principalmente porque ele teria maiores possibilidades de se desenvolver em cafezais mais novos, diferentemente do que acontecia na Zona da Mata, onde os cafezais eram velhos. O colonato, segundo Lima (1977), foi muito importante não só para o desenvolvimento da economia cafeeira, mas para a economia paulista como um todo.

No contrato do colono, o trabalho era remunerado por uma parte de renda monetária, que vinha de três fontes. Primeiro, por contrato, o colono receberia um pagamento pelo cuidado com o café durante o ciclo anual de produção. Segundo, o colono receberia pela colheita do café. O pagamento variava de acordo com o volume trabalhado. No sistema de parceria, havia um limite da colheita a ser realizada por cada família, pois elas só poderiam colher das árvores que ficavam em seus cuidados. No colonato, como não se tinha um limite para a colheita, havia um maior esforço para se trabalhar. Terceiro, o colono também receberia pelo trabalho diário da fazenda (trabalho de processamento do café, transporte, reparos, etc).

O fato dos colonos receberem por três atividades funcionava como um incentivo para que eles desenvolvessem todas as três tarefas, e no caso da colheita, como se recebia pela produção, um incentivo a mais para que se colhesse mais café.

Outra propriedade importante que define o sucesso da economia cafeeira em São Paulo, é que lá se desenvolveu o que foi chamado de Complexo Cafeeiro. Segundo Cano (2002), as melhores condições do solo paulista, a idade mais nova dos cafezais e a técnica mais avançada – introdução do arado e da máquina carpideira - resultaram em crescentes lucros para a cafeicultura paulista.

A introdução da ferrovia também representava oportunidades de progresso. Em São Paulo, no ano de "1867 a ferrovia atingia Jundiaí, ligando-a a Santos; em 1872 chegava a Campinas; em 1875 a Mogi-Mirim e a Amparo; em 1876 a Rio Claro; em 1878 a Casa Branca e em 1883 a Ribeirão Preto". (CANO, 2002, p. 64).

A chegada da máquina de beneficiamento paulista fez com que se poupasse mão-de-obra, reduzindo custos e aumentando a produtividade e os lucros. Ainda segundo Cano (2002), a ferrovia, juntamente com a máquina de beneficiamento, possibilitaram a economia paulista crescente dinâmica de acumulação.

Além disso, a forma de organização do trabalho que se inseriu em São Paulo – o

colonato - , fez com que se criasse um mercado de "bens-salário", abrindo as possibilidades para que a indústria e a agricultura mercantil pudessem ocupar esse mercado.

> "Assim, o capital cafeeiro teve fôlego bastante para empreender a parte maior de seu parque ferroviário. Fez surgir importantes bancos nacionais que entre a Primeira Guerra e o final da década de 1920 sobrepujaram largamente os bancos estrangeiros sediados em São Paulo". (CANO, 2002, p. 67).

Dado o precário desenvolvimento da economia cafeeira em Minas Gerais, se comparado com o de São Paulo, a indústria mineira também se desenvolveu de forma precária. O estado contava com muitos estabelecimentos industriais, mas dispersos na região e que empregavam poucos funcionários.

4. Indústrias e Ferrovias em Minas Gerais

A indústria paulista teve grande destaque, se comparada com outras regiões brasileiras, na transição do século XIX para o século XX, graças ao impulso que lhe foi dada pela economia cafeeira.

> "São Paulo é a economia regional que efetivamente aproveitará a mencionada "oportunidade histórica". Combinaram-se vários fatores favoráveis a partir da década de 1870: a presença de relações virtuosas e auto-sustentáveis entre café e indústria, o desdobramento de capital agrário e mercantil em capital industrial e a partida da industrialização, a especificidade da transição do trabalho em São Paulo, que é um diferencial importante, o desenvolvimento urbano e a multiplicação das funções das cidades de São Paulo, em particular da capital, desenvolvimento urbano com uma série de especificidades não observáveis em outras economias regionais do Brasil, a aceleração da constituição de um mercado de terras propriamente capitalista, processo muito mais lento e incompleto no restante do país e a formação de uma rede bancária moderna, com a superação da estrutura de crédito tradicional". (GODOY, 2009, p. 95).

Segundo Lima (1977), em Minas Gerais, até 1930, foi na Zona da Mata – a região que mais se destacou na produção de café – que a indústria também mais se desenvolveu, com destaque para Juiz de Fora. "... a industrialização de Juiz de Fora foi direta ou indiretamente o resultado dos elos de encadeamento originados na produção cafeeira". (PIRES, 2009, p. 2). Wirth (1982) também afirma que apenas Juiz de Fora e a capital poderiam ser chamados de verdadeiros centros urbanos industriais, graças ao impulso dado pela economia cafeeira.

Entretanto, nas outras regiões mineiras não se verificou a mesma relação entre café e indústria existente em Juiz de Fora. Mesmo que no início da gestação da economia cafeeira (por volta de 1870) Minas apresentasse volumes significativos da produção cafeeira,

aproximando-se de São Paulo – em 1876, enquanto São Paulo produzia 2.900 arrobas de café, Minas produzia 2.000 arrobas - , passados alguns anos o estado "não teria condições de diversificar sua economia, como ocorrera no antigo Distrito Federal, e como ocorria em São Paulo, com a importante implantação de grandes indústrias nas duas ultimas décadas do século XIX". (CANO, 2002, p. 58).

O fato de Minas Gerais não ter condições de desenvolver sua indústria, se deve, em grande parte, ao atrasado desenvolvimento de sua economia cafeeira, já que foi a diversificação dessa economia que possibilitou o desenvolvimento industrial paulista. Em 1915, por exemplo, São Paulo produzia 46.900 arrobas de café, e Minas Gerais, apenas 9.300.

Entretanto, mesmo que o desenvolvimento cafeeiro em Minas tenha se mostrado atrasado se comparado com São Paulo, o precário desenvolvimento industrial do estado se deveu as condições geradas pelo café. Como se sabe, a Zona da Mata (desde a metade do século XIX) e o Sul (principalmente depois do início do século XX) eram as regiões que se destacavam na produção cafeeira. Sendo assim, foi nessas duas regiões que a indústria mais se desenvolveu. Se no Sul e na Zona da Mata a indústria era precária, mais ainda seria no restante do estado.

De acordo com Wirth (1982), pode-se dividir o desenvolvimento da indústria em Minas em duas etapas. Em 1890, houve o primeiro importante momento da indústria mineira, causado por uma "combinação de tarifas, desvalorizações cambiais e altas taxas de fretes ferroviários para o litoral". (WIRTH, 1982, p. 95). Entretanto, ainda de acordo com Wirth (1982), a maioria das usinas, pequenas fábricas e oficinas existentes em 1905 tinham sido fundadas depois de 1889.

Nesse primeiro momento, afirma Wirth (1982) houve destaque para a indústria têxtil – assim como no Brasil e em São Paulo - e para o ramo alimentício. Segundo Lima (1977), os demais setores da indústria mineira ainda não haviam se desenvolvido, mas já haviam um pequeno progresso da produção de artigos de couro e materiais de construção. No setor de alimentos e bebidas, afirma Lima (1977) que se contava com 270 estabelecimentos.

Nesse período – que de acordo com Wirth (1982) foi de 1889 a 1930 - a indústria mineira era caracterizada por um grande número de fábricas, com equipamento obsoleto, empregando poucas pessoas e se destinando mais para os mercados locais.

Lima (1977) afirma que de acordo com o Censo de 1907, Minas Gerais só perdia no número de estabelecimentos para o Distrito Federal, estando a frente de estados como São Paulo e Rio de Janeiro. O Distrito Federal apresentava 670 estabelecimentos, Minas apresentava 531; São Paulo, no terceiro lugar, possuía 326 estabelecimentos industriais e o

Rio de Janeiro, 207 estabelecimentos.

Entretanto, afirma Lima (1977), que ao se observar o valor do capital empregado ou o valor da produção, Minas Gerais passava para uma posição menos favorável. No caso do capital empregado, o Distrito Federal ainda se encontrava em primeiro lugar, com 170 mil contos de réis, São Paulo vinha em segundo lugar com 128 mil contos de réis, o Rio contava com 85 mil contos de réis e Minas Gerais, com 28 mil contos de réis. Segundo Lima (1977), inexistiam empresas com mais de mil contos de capital.

No caso do valor da produção, se seguia a mesma ordem. Primeiro o Distrito Federal (224 mil contos de réis), depois São Paulo (118 mil contos de réis) e logo após o Rio de Janeiro (56 mil contos de réis) e Minas Gerais (33 mil contos de réis).

Apesar de apresentar um elevado número de estabelecimentos fabris, afirma Lima (1977) que Minas Gerais também empregava menos funcionários que outros estados. O Distrito Federal apresentava 35.243 funcionários, São Paulo contava com 24.186, o Rio de Janeiro emprega 13.532 e Minas Gerais, 9.555 funcionários.

Até 1920, a indústria mineira pouco se alteraria. Segundo Lima (1977), os ramos têxtil e alimentício ainda predominavam na economia, e suas médias de capital, produção e operários por estabelecimentos ainda eram baixas. Entretanto, é preciso mencionar que, de acordo com Cano (1975) e Lima (1977), a indústria mineira foi a que mais cresceu no período de 1907 a 1919, em relação ao total da indústria nacional, passando de 4,4% em 1907 para 5,6% em 1919.

A segunda etapa do desenvolvimento industrial começa após 1930, com a produção de bens de ferro e aço. De acordo com Wirth (1982), muitas usinas de aço, com base no carvão, começaram a produzir. De 1919 a 1939, afirma Cano (1975) que a participação da indústria mineira no total da indústria nacional também subiu, passando de 5,6% em 1919 para 6,6% em 1939.

O fato de Minas Gerais ter aumentado sua participação na indústria nacional se deve aos seguintes fatos:

> "a) crescente articulação de sua economia agrícola com o mercado nacional; b) pela expansão cafeeira que se dá na década de 1920, certamente contribuindo na expansão industrial desse estado; c) porém, o maior destaque para a expansão industrial mineira entre 1919 e 1939 é o que se refere à notável expansão de sua indústria metalúrgica, a qual, participando em 1919 com apenas 2,3% do valor da produção industrial desse estado, cresceria para 23,3% em 1939, tendo o seu valor nominal de produção aumentado em mais de 60 vezes, enquanto que os demais ramos industriais desse estado, aumentavam em menos de 5 vezes. Grande parte dessa expansão, sem dúvida alguma, estaria vinculada de forma complementar à expansão industrial de São Paulo, a partir de meados da década de 1920". (CANO, 1975, p. 254).

Nas palavras de Lima (1977):

> "Em suma, a estrutura industrial mineira, quer se examine pelo porte e diversificação dos vários ramos produtivos, quer pela estrutura de tamanhos, se diferenciava de muito do parque industrial paulista e guanabariano. Era mais semelhante, em verdade, à estrutura industrial do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina". (LIMA, 1977, p. 90).

Em Minas Gerais, não se verificou a formação de um complexo econômico cafeeiro, como ocorreu em São Paulo, e a indústria mineira era bem inferior a paulista, em termos de produção, de diversificação e de geração de riqueza. Entretanto, a indústria desenvolvida em Minas, mesmo que seja considerada precária, só pôde se desenvolver, mesmo que de forma precária, graças ao impulso dado pela economia cafeeira. Se não fosse o café, talvez o desenvolvimento industrial seria ainda mais deficiente.

As ferrovias são de suma importância para o desenvolvimento de qualquer economia, pois tornam menores distâncias que antes eram consideradas longas, fazem com que os produtos sejam melhor preservados e aumentam a lucratividade já que economizam o tempo de entrega dos bens.

Segundo Wirth (1982), a implantação das ferrovias em Minas Gerais pode ser dividida em duas fases. A primeira fase vai de 1870 a 1900 e a segunda fase, de 1900 a 1930. Em 1870 elas começaram a ser construídas na Zona da Mata. No Sul e no Triângulo Mineiro, elas chegaram apenas a partir 1890. "Quase todas essas primeiras estradas de ferro receberam concessões liberais, baseadas em subvenções por quilômetros e/ou pagamentos garantidos em juros em ouro sobre o capital investido dos governos provincianos e imperial". (WIRTH, 1982, p. 103).

Diversas ferrovias foram construídas pelos próprios cafeicultores, aliados a capitais britânicos. Mesmo sendo "desordenadas e subcapitalizadas, muitas das primeiras estradas de ferro em Minas funcionavam razoavelmente bem, desde que o café – produto de alto valor e peso baixo – pudesse sustentar as elevadas taxas de frete necessárias para gerar lucros". (WIRTH, 1982, p. 103).

Durante a primeira fase da implantação das ferrovias em Minas, os bancos também passaram a se desenvolver. De acordo com Cano (2002), mesmo que o café não tenha possibilitado a formação de um complexo econômico cafeeiro, como ocorreu em São Paulo, a expansão bancária foi notável.

> "Os bancos foram atraídos pelo ritmo acelerado do comércio, embora com certo atraso, pois os mineiros de maneira geral faziam suas transações bancárias no litoral. O isolamento entre os centros comerciais, a falta de um porto e o fato das zonas cafeeiras estarem ligadas à rede bancária do Rio constituíam um reforço dessa prática". (WIRTH, 1982, p. 100).

Assim como no caso do desenvolvimento industrial, foi em Juiz de fora que os bancos tiveram maior sucesso, tendo sido criados a partir de 1880. Segundo Wirth, dos sete bancos ativos em Minas no ano de 1895, apenas um não se localizava na Zona da Mata. Já em 1921, o estado mineiro contava com 63 bancos em 40 cidades. A maioria, "salvo quatro, na metade sul do estado". (WIRTH, 1982, p. 101).

Segundo Wirth, em 1921, "sustentado pelo café, pecuária e pequenas indústrias, o Sul era o líder com 25 estabelecimento, seguido pela Zona da Mata com 20, o Centro com 7 e o Triângulo com 5. Minas era o terceiro na classificação de números de instituições bancárias, mas estava longe de outros". (WIRTH, 1982, p. 101).

A segunda fase das ferrovias vai de 1900 a 1930. "O governo federal rescindiu a maior parte das concessões particulares e controlou a construção de ferrovias até o governo estadual participar efetivamente, na década de 1920". (WIRTH, 1982, p. 103). Em 1938, afirma Wirth (1982) que Minas Gerais liderou o país com um quarto das ferrovias. Isso se deve, principalmente, ao vasto território da região.

Certamente, os séculos XVIII, XIX e XX foram de grande importância para o desenvolvimento mineiro. Do ponto de vista econômico, é nesse período que nasceu a Minas Gerais que hoje existe.

O café, mesmo não sendo a única condição para que em Minas Gerais desenvolvesse o processo de industrialização, tem um mérito que não pode ser desconsiderado. O produto transformou a economia mineira na transição do século XIX para o século XX numa economia mais dinâmica, voltada não apenas para a subsistência, mas também para a exportação.

5. Varginha na transição do século XIX para o século XX

Após o declínio da economia da mineração, a economia cafeeira possibilitou ao Brasil um grande avanço para a consolidação das relações capitalistas de produção, dando origem ao início do desenvolvimento industrial brasileiro. Foi na região de São Paulo que o capitalismo se desenvolveu mais aceleradamente devido as condições que o café proporcionou ao estado.

Desde 1870, a cidade de São Paulo vinha passando por um intenso crescimento

econômico que, graças ao auxílio da cultura cafeeira, gerou a expansão de atividades ligadas a formação das indústrias, das ferrovias e dos bancos. Essas atividades que eram extensão da atividade cafeeira se desenvolveram por que em São Paulo o café fez surgir um complexo econômico na região, ou seja, essas outras atividades – bancos, indústrias, comércios e ferrovias – surgiram por causa do café, para servir a economia do café.

Além disso, o café possibilitou a ascensão de uma economia voltada para a comercialização e exportação, não apenas para a subsistência. Em relação a Minas Gerais, São Paulo teve grande vantagem natural devido à disponibilidade de terras e à qualidade dessas terras, mas também soube aproveitar de melhor forma seus recursos. Investiu seu excedente em mão-de-obra, introduzindo o trabalho assalariado e possibilitando a formação de um mundo urbano, coordenado pela relação que se estabelecia entre o capital e o trabalho.

Entretanto, mesmo que o capitalismo brasileiro tenha se desenvolvido de forma melhor em São Paulo devido a economia cafeeira, o café também provocou o desenvolvimento de atividades econômicas em Minas Gerais.

Foi a Zona da Mata a região mineira que mais teve benefícios advindos da cultura do café. Já na década de 1860 a economia cafeeira da Zona da Mata apresentava dinamismo econômico devido ao seu contingente escravo. Essa região era também a que mais possuía quantidades de terras propícias a cultura cafeeira, além de apresentar certa qualidade que favorecia o cultivo da planta.

Tirando esses fatores naturais relacionados ao solo, o recebimento de trabalhadores imigrantes, mesmo que em número reduzido se comparado com São Paulo, foi importante para o desenvolvimento do capitalismo na região.

Em fins do século XIX, o Sul de Minas Gerais também receberia influências da expansão da economia cafeeira, estimulando o crescimento urbano na região. Emancipada da cidade de Campanha – que recebia o nome de Campanha da Princesa - em 1789, a região do Sul de Minas contava com oito comarcas e dezessete municípios em 1874. No início do século XX a população das cidades sul-mineiras se encontrava entre 20 e 40 mil habitantes. Entre 1872 e 1920, a região apresentava a maior taxa de crescimento do Estado (em 1920 concentrava 20% da população mineira).

A dinâmica gerada pela economia cafeeira possibilitou que no Sul se desenvolvessem as ferrovias, a partir do terceiro quartel do século XIX, que serviram para facilitar o transporte das mercadorias e aumentar os lucros gerados pelo café. Não só as ferrovias foram extensão da economia cafeeira no Sul de Minas, mas também as indústrias (a partir de 1889), o comércio e a rede bancária (estes últimos principalmente a partir do século XX).

Foi na expansão da economia cafeeira no Sul de Minas Gerais que se desenvolveu a cidade de Varginha, que inicialmente era chamada de Espírito Santo da Varginha, tendo sido emancipada de Três Pontas, em 1881.

Dessa data até 1920, muitos acontecimentos importantes marcaram o desenvolvimento econômico do município. A criação do município ocorreu em 1881 e da cidade, em 1882. Em 1890 houve a elevação a sede de comarca e em 1892 a inauguração da primeira estrada de ferro, trazida com grandes esforços pelo Major Matheus Tavares da Silva, que foi o primeiro presidente da Câmara da cidade – o que atualmente equivale ao cargo de prefeito. No fim do século XIX e início do século XX o processo de imigração italiana veio a fortalecer a economia da cidade, fazendo se desenvolver relações de trabalho mais próximas as relações capitalistas de produção.

A princípio, a economia da cidade era formada por estabelecimentos comerciais, pequenas indústrias e bancos. Para a corte, Varginha enviava fumo, toucinho, porcos e gado, recebendo de lá ferragens, bebidas e sal. Em 1907, a cidade exportava café e laticínios. Em 1917, o café se constitui como o principal produto de exportação, juntamente como o gado. O trigo, o sal e os tecidos eram os principais produtos importados. Um autor da época fala de Varginha da seguinte forma:

> "O comércio de Varginha pode ser considerado o mais importante de todo o Sul de Minas, pois importantes casas atacadistas servem as praças de Elói Mendes, Três Pontas, Dores de Boa Esperança, Campos Gerais, Paraguaçu, Carmo da Cachoeira e Vila Nepomuceno (...). O comércio de Varginha é representado por casas atacadistas muito importantes. Pode-se afirmar, sem receio de exagero, que Varginha é o grande empório comercial do sul-mineiro" (RUBIÃO, 1919 *apud* Sales, 2003, p. 277).

A região varginhense apresentava também uma grande quantidade de fazendas, eram 31 propriedades pertencentes a elite da cidade. Dentre as indústrias, se destacavam as produções de: vinho, rapadura, aguardente, manteiga, gelo, balas e caramelos, oficinas mecânicas, serrarias e carpintarias, máquinas de aluguel de beneficiar café e arroz, além de curtumes de couros, oficinas de ferreiros, padarias e fábricas de banhas. O primeiro banco do município foi uma agência do Banco Hypotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, que chegou a cidade em 1915.

> "A cidade conta com cinco bem montadas farmácias; quatro médicos; dez salões de barbeiros e cabeleireiros; seis alfaiatarias, dois hotéis de 1ª ordem e três pensões bem concorridas; três excelentes oficinas de sapateiros; duas selarias muito acreditadas, cujos trabalhos são reputados como superiores aos das suas congêneres de S. Paulo e Rio; seis cirurgiões dentistas, com gabinetes bem instalados; três açougues; duas relojoarias; dois grandes depósitos de mobílias de todos os estilos; três magníficos *bars*; um cinema de 1ª ordem e vários salões de bilhares; duas

> grandes e bem montadas marmorarias; um magnífico atelier de fotografias. Duas tipografias e papelarias e vários ateliers de costuras, etc". (FONSECA & LIBERAL, 1920 *apud* Sales, 2003, p. 278)

Como pôde ser visto, a de cidade de Varginha passou por transformações importantes na transição do século XIX para o século XX, principalmente em se tratando do desenvolvimento de seu comércio. O que veremos agora é como a elite agrária da cidade investia sua riqueza, e de que forma essa elite contribuiu para essas transformações que ocorriam na cidade no período em questão.

6. Elite Agrária da Cidade de Varginha (1882 – 1920)

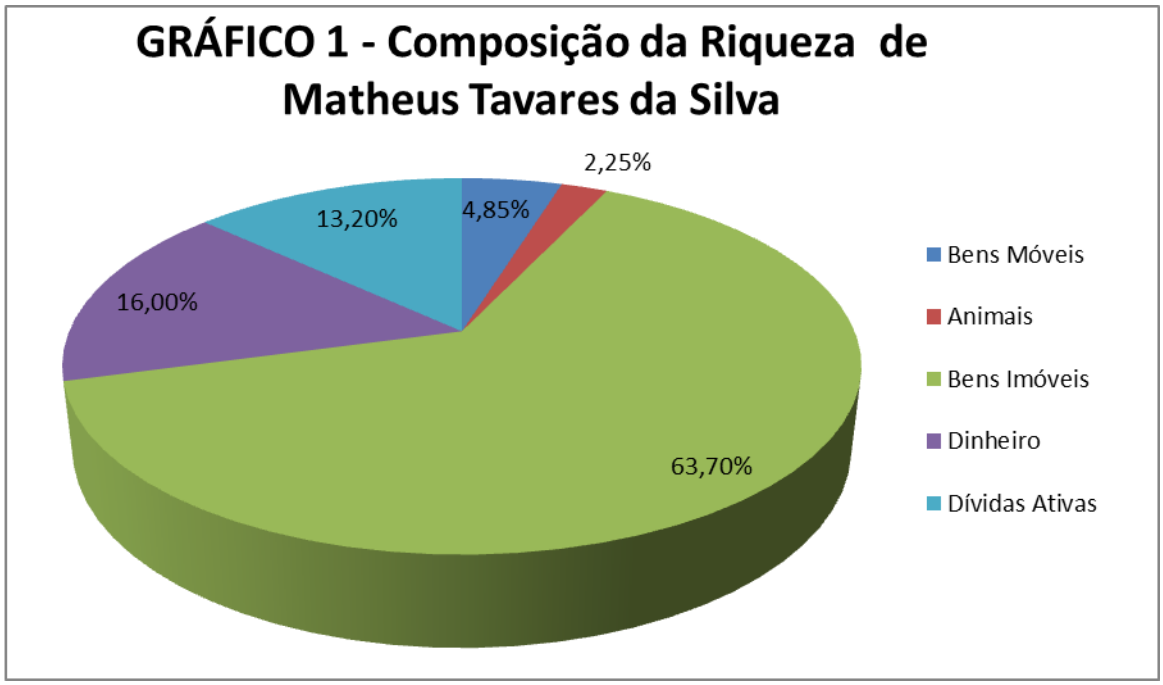
O desenvolvimento econômico da cidade de Varginha, a partir de 1882, pode ser analisado através de importantes personagens da cidade, que foram responsáveis por transformações econômicas e sociais do município. A análise de inventários se traduz de grande relevância para a obtenção dessas informações, pois com esses documentos, temos a história em nossas mãos, podemos perceber de fato como eram os costumes da época e observar as transformações ocorridas na cidade. Os inventários apresentam de forma bem detalhada todos os bens que o inventariado possuía (bens imóveis, bens móveis, animais, dívidas ativas e passivas), contendo todos os valores, além de apresentar as pessoas que compunham a família do falecido e como o monte-mor foi dividido entre eles.

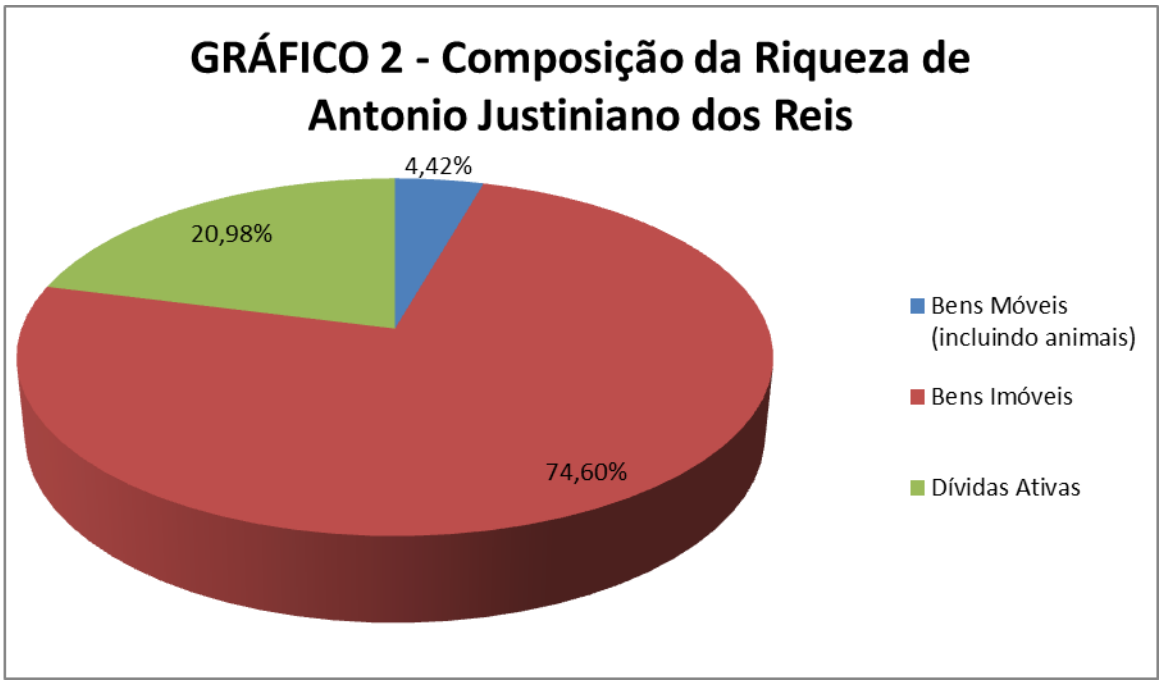
De 300 inventários de Varginha para o período de 1882 a 1920, dois foram selecionados e serviram para mostrar as transformações econômicas ocorridas no município nesse período inicial do crescimento da região. O major Matheus Tavares da Silva e o coronel Antonio Justiniano dos Reis foram homens que geraram grande impacto na sociedade varginhense.

Matheus Tavares da Silva foi o primeiro presidente da Câmara da cidade. Varginhense, fazendeiro, comerciante e negociante, foi um dos primeiros plantadores de café da região. Foi devido a seus esforços que a primeira ferrovia foi instalada em Varginha. O monte-mor do major correspondia a 443:079$26414. Ele faleceu em Varginha, em 1905, deixando dois filhos e cinco netos. Como sua esposa também já havia falecido, seu inventariante foi seu genro, o capitão Antonio Justiniano de Paiva.

Antonio Justiniano dos Reis era coronel e, com um monte-mor de 315:874$16615 – a segunda maior riqueza do município no período de 1881 a 1920 – foi importante fazendeiro do município de Carmo da Cachoeira. Faleceu em 1918, deixando onze filhos e a esposa, Dona Idalina Elisa da Costa Reis, que foi sua inventariante.

A composição da riqueza dos dois personagens inventariados pode ser melhor entendida através dos gráficos e da tabela apresentados abaixo:





Na tabela abaixo, estão descritos os valores correspondentes a cada componente do monte-mor dos dois inventariados:

TABELA 1 – Composição do monte-mor dos Inventariados				
COMPONENTE	Matheus Tavares da Silva	%	Antonio Justiniano dos Reis	%
Bens Móveis	21:524$340	4,85	13:970$000 (incluindo animais)	4,42
Bens Imóveis	282:277$500	63,70	235:631$250	74,60
Animais	10:010$000	2,25	_____	____
Dinheiro	70:786$670	16,00	_____	____
Dívidas Ativas	58:480$754	13,20	66:272$916	20,98
Total (Monte-Mor)	**443:079$264**	**100**	**315:874$166**	**100**

Compõem os bens móveis dos dois personagens as mobílias de dentro das casas, como mesas, cadeiras, sofás, bacias, tachos, pratos e talheres; além desses, máquinas de beneficiar café e carros de bois. Dentre os animais estavam, principalmente, os novilhos, as vacas, os touros e os cavalos. O dinheiro, que se apresenta apenas no inventário de Matheus Tavares da Silva, estava em poder do inventariante, seu genro, e seria dividido juntamente com os outros bens na partilha aos herdeiros.

As dívidas ativas do coronel Antonio Justiniano dos Reis eram compostas por Apólices da Dívida Pública, e correspondiam a quase 30% de seu monte-mor. Já no inventário de Matheus Tavares da Silva não há a descrição de suas dívidas ativas. Os bens imóveis eram os que compunham a maior parte do monte-mor dos dois inventariados. Dentre esses bens se encontravam as casas de morada, casas dos empregados e muitas terras. Essas terras eram virgens ou com cultura; dentre as culturas se encontrava, principalmente, o café.

As dívidas passivas não fazem parte do monte-mor, mas existiam em valores significativos para Matheus Tavares da Silva, pois do valor total da riqueza, 69:656$775, era destinado para o pagamento dessas dívidas. Dentre essas dívidas se destacavam as despesas com os empregados colonos. Do monte-mor, deduzidas as dívidas passivas, sobrava-se o monte-partível, que era a riqueza a ser dividida entre os familiares do inventariado.

Observando essa composição do monte-mor, se percebe que a maior parte da renda dos inventariados estava aplicada em bens imóveis, não havendo uma diversificação desse produto, que poderia ser aplicado, por exemplo, em atividades do comércio. Entretanto, além desses dois personagens de destaque, os outros inventários também mostram que os varginhenses do período concentravam sua riqueza, sobretudo, nos bens imóveis. Franscisco Severo da Costa, por exemplo, que faleceu em 1907, apresentava uma riqueza de 107:298$000, sendo mais da metade aplicada em bens imóveis. Heitor Pinto Ribeiro, que

faleceu em 1918 deixando um monte-mor de 211:057$317, também possuía mais de 50% de seus bens aplicados em imóveis.

Abaixo seguem os maiores monte-mor do período (acima de 25:000$000):

TABELA 2 – Maiores Riquezas na Transição do século XIX para o século XX		
Inventariado (a)	**Data**	**Monte-Mor**
Manoel Paulino de Almeida	1885	30:217$900
Mariano Cardoso da Silva	1888	26:657$180
Marcellino José de Carvalho	1894	43:045$100
Marianna Mendes de Jesus	1896	25:479$000
João Villela Fialho	1897	84:644$600
Maria Augusta de Jesus	1901	139:378$827
José Francisco de Carvalho	1902	28:720$500
Purcina Candida de Almeida	1903	27:752$000
Joaquina Rosa do Carmo	1903	40:271$713
Matheus Tavares da Silva	**1905**	**443:079$264**
Domingos Teixeira de Carvalho	1905	80:419$166
Gabriel dos Reis Silva	1907	274:752$690
Francisco Severo da Costa	1907	107:298$000
João Pedro Mendes	1908	67:192$670
José Antonio Patrocinio Salles	1915	43:633$770
Silvestre Francisco de Oliveira	1916	54:430$242
Antonio Alves Ferreira	1916	37:215$777
Amaro de Souza Prado	1917	59:917$700
Antonio Justiniano dos Reis	**1918**	**315:874$166**
Heitor Pinto Ribeiro	1918	211:057$317
Anna Jacintha de Rezende	1918	51:994$215
Antonio Garcia dos Reis	1918	43:884$832
José Custódio Pereira	1918	36:580$065
Maria Luiza Mendes	1919	78:271$000

A maioria desses inventariados apresentava a maior parte de sua riqueza aplicada em bens imóveis. Se os fazendeiros varginhenses tivessem investido suas riquezas em atividades

relacionadas ao comércio ou fábricas, talvez a cidade teria maior destaque no campo econômico. Todavia, foram esses fazendeiros, mantendo suas riquezas aplicadas em bens imóveis, os responsáveis pelo crescimento econômico do município via a implantação de casas comerciais, na transição do século XIX para o século XX.

7. Considerações Finais

O capitalismo brasileiro, além de ter se desenvolvido tardiamente, se desenvolveu de forma bastante desigual por seu território, como foi visto, foi em São Paulo que o sistema se desenvolveu mais plenamente, graças a cultura do café, que proporcionou o progresso econômico da região a partir dos fins do século XIX e ao longo do século XX.

O café também foi o responsável pelas transformações econômicas ocorridas em Minas Gerais, com destaque para a Zona da Mata. Entretanto, o Sul de Minas Gerais também conseguiu usufruir dos benefícios trazidos pelo café. Varginha, que se expandiu graças a cultura cafeeira na região sul-mineira em fins do século XIX, foi uma cidade muito importante no período. Como foi visto, apresentava estabelecimentos industriais e comércios, sendo também introduzida nessa época a primeira ferrovia na região, facilitando o transporte das mercadorias que iam e vinham das cidades vizinhas.

Varginha apresentava altas fortunas dentre os seus moradores no período em questão, como é o caso dos personagens inventariados. Mesmo que essas fortunas tenham tido maior aplicação nos bens imóveis, foram nas terras das fazendas varginhenses que o café se desenvolveu e possibilitou que no município se expandisse a atividade comercial, fazendo de Varginha uma das mais importantes cidades sul-mineiras da atualidade. A cidade passou por uma transformação econômica particular, pois o capitalismo da região, diferentemente do capitalismo em São Paulo – que apresentava uma grande diversificação de suas atividades econômicas, voltadas para as indústrias, comércios e exportação – era voltado para o desenvolvimento de atividades agrárias. É interessante destacar que o papel desempenhado pelo café em Minas Gerais, na transição do século XIX para o XX, foi o de transformar a economia mineira numa economia mais dinâmica, que produzia internamente, mas também para exportar.

Se comparado com São Paulo, o desenvolvimento econômico mineiro pode até ser considerado atrasado, mas no conjunto dos estados brasileiros, o estado mineiro, com destaque para o Sul de Minas Gerais e ainda tendo como base a cultura cafeeira, é um dos estados mais importantes para o desenvolvimento econômico do país.

Fonte

Inventários depositados no Fórum de Varginha:

Antonio Justiniano dos Reis (1919)

Franscisco Severo da Costa (1907)

Heitor Pinto Ribeiro de (1918)

Matheus Tavares da Silva (1905)

Referências Bibliográficas

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. *Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas, São Paulo. Brasil. 1975.

CANO, W. **Ensaios sobre a Formação Econômica Regional do Brasil**. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2002. Capítulos 2 e 3.

CARDOSO, F. H. **Mudanças Sociais na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 1969. Capítulo 8.

COSENTINO, D.V. **Um Múltiplo de Transições: A transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. *Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia*. Campinas, São Paulo. Brasil.

DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. 2ª ed, São Paulo: Difel, 1977.

FRAGOSO. J. L. R. **Homens de Grossa Aventura – Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** 2ª ed, Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, C**. Formação Econômica do Brasil**. 22 ed, São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GODOY, M, M. **Minas Gerais na República: Atraso Econômico, Estado e Planejamento**. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009.

IGLÉSIAS, F. "Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930)". In V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

LANNA, A. L. D. **A Organização do Trabalho Livre na Zona da Mata Mineira: 1870-1920**. Artigo escrito originalmente como capítulo da dissertação de Mestrado "A

transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira: 1870-1920" apresentada no Departamento de História da UNICAMP em dezembro de 1985.

LIMA, J. H., 1977. **Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. *Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas, São Paulo. Brasil.

MELLO, J.M.C. **O Capitalismo Tardio. São Paulo**: Brasiliense, 1986.

PIRES, A. **Crédito Comercial, Financiamento Bancário e Crescimento Industrial em Juiz de Fora 1890/1930.** Artigo escrito como parte integrante da tese de Doutorado Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930, recentemente publicada com o titulo de "Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)" apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo em 2005.

SAES, A. M. **Conflitos do Capital.** Bauru: Edusc, 2010.

SAES, A. M. *et al*. **Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX**. XIV Seminário de Economia Mineira, 2010.

SAES, A.M. e ROSA, E.R. **Mercado Pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920).** SEMINÁRIO HERMES & CLIO FEA/USP - Dezembro/2010.

SALES, José Roberto. **Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920).** Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 3ª reimpressão, São Paulo: Alfa Omega, 1980.

WIRTH, J. D. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937).** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

Nelson Mendes Cantarino – Graduado e mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP-SP) e do Instituto de Ensino e Pesquisa de São Paulo (INSPER-SP).
nelson.cantarino@fecap.br
NelsonMC@insper.edu.br

Conjugando tradições: o pensamento econômico do bispo Azeredo Coutinho entre a herança ibérica e as ideias ilustradas setecentistas (1791-1816).

Palavras-chave: bispo Azeredo Coutinho, reformismo ilustrado português, pensamento econômico.

Bispo de Olinda, membro do governo provisório da Capitania de Pernambuco, último inquisidor geral e deputado eleito pelo Rio de Janeiro para as Cortes de Lisboa. A trajetória de José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821) é bem conhecida da historiografia brasileira. Intransigente defensor da ordem estabelecida, Azeredo Coutinho distinguiu-se, inicialmente, pela publicação de diversos textos econômicos impressos por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa. Mas qual seria a matriz teórica do pensamento econômico do bispo Azeredo Coutinho? Para responder a essa indagação, devemos identificar quais eram os propósitos que o prelado buscava alcançar com a publicação de seus ensaios, discursos e memórias. Como um vassalo fiel, o primeiro deles era aconselhar o monarca a criar um império fundado na *justiça* e na *virtude*. Para isso, nada melhor que a economia política, ou seja, a "ciência do governo e a esta ciência que se ocupa essencialmente da prosperidade do Estado, da fidelidade dos povos e dos verdadeiros meios de a procurar". [1]

Em um contexto de crescente disputa internacional e crítica ao ordenamento social do Antigo Regime, um governo justo e virtuoso seria capaz de prosperar, trazendo harmonia entre os diversos corpos do Estado. O segundo objetivo de Azeredo era estabelecer a inserção internacional do Império Português em bases mais sólidas. Ao contrário de alguns de seus contemporâneos, em momento algum, ele contesta a ideia de colonização, suas vantagens ou o direito de colonizar. [2] No fundo, seus objetivos ainda

[1] Tal definição encontra-se na dedicatória do Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil. In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 189.

[2] Antes mesmo de Adam Smith publicar sua obra prima em 1776 outros autores já haviam problematizado o papel das colônias no desenvolvimento dos países europeus. O regime de exclusivo já havia sido contestado por François Quesnay em seu *Tableau Économique* (1758). A exploração das colônias também é alvo de severas críticas na *Histoire Philosophique et Politique des établissements et du*

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

são os mesmos que guiaram os reformadores portugueses da primeira metade do século XVIII, ou seja, a consolidação do tripé estratégico: prosperidade econômica, força militar e liderança política.

Mais propriamente no que diz respeito à *justiça* e *à virtude*, preceitos vulgares na literatura econômica do período, *justiça* seria o princípio moral em nome do qual o direito deve ser respeitado; já a *virtude* seria aquela devoção ao bem público, que deveria ser sempre procurada com eficácia, mérito e propriedade.[3] Uma ideia-chave permeia toda a obra de Azeredo Coutinho: a prosperidade econômica apazigua conflitos entre ordens e bloqueia a influência da "seita dos filósofos", que, para seu horror, cismava em "civilizar a África, reformar a Europa, corrigir a Ásia e regenerar a América".[4]

Nesse sentido, a prosperidade de Portugal é indissociável do destino de suas colônias. Assim como D. Luís da Cunha (1662-1749), Azeredo acreditava que as riquezas coloniais mantinham o Reino fortalecido em uma conjuntura de concorrência estatal, em que a riqueza ainda era medida por parâmetros mercantis.[5]

---

commerce des Européens dans les deux Indes. (4 vols, 1770) do abade Guillaume de Raynal. Josiah Tucker já criticava o tratamento que a Coroa britânica dispensava a suas colônias da América do Norte em seus trabalhos *Considerations upon American colonies* (1770) e *The true interest of Great Britain set forth with regard to colonies* (1774). Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel. Introdução. In: COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*. Lisboa: Banco de Portugal, Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, Volume 3, 1992, p. XI- XII.

[3] Para detalhes, cf. POCOCK, John Greville Agard . Virtudes, Direitos e Maneiras. In: *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, pp. 83-99.

[4] Uma passagem bem esclarecedora está na dedicatória da 2ª edição do *Ensaio Econômico* de Azeredo Coutinho: "(...) quanto seria diferente o destino de um Império fundado na justiça, e na virtude! A agricultura, as artes, as ciências, o comércio, animados à sombra da paz, apartariam do meio dele a ociosidade, a ignorância e a miséria. O soberano do Estado protegeria as diferentes ordens, e seria adorado. Ele teria conhecido que alguns dos membros da sociedade não poderia perder, sem que também perdesse o corpo inteiro; e que era necessário ocupar-se da felicidade de todos. A imparcial eqüidade presidiria à observância dos Tratados que ela tivesse ditado; à estabilidade das Leis que ela teria simplificado; à repartição dos impostos que ela tivesse proporcionado aos encargos público: tudo seria equilibrado. Todas as potências que tivessem relações com um tal Império, como interessadas na conservação dele, ao menor perigo que o ameaçasse, se armariam em sua defesa; mas, ainda na falta de socorros estrangeiros, ele por si só poderia opor ao agressor injusto a barreira impenetrável de um povo rico e numeroso, para o qual a palavra Pátria não seria um nome vão: quanto um Império mais se aproximar deste ponto central da justiça e da virtude, tanto ele será mais firme e mais amado: quanto mais se afastar dele, tanto será mais cruel, mais tirano, e menos seguro.". In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 60.

[5] Segundo Azeredo, "(...) tudo quanto uma nação ganha de uma parte, diminui a potência real ou relativa das suas rivais; e, reciprocamente, se aumenta tudo quanto elas perdem." *Ensaio Econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, op. cit., p. 81.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

Entre escritos de maior fôlego e outros de ocasião, aquele que melhor expõe o projeto estratégico de Azeredo Coutinho para o Império é o *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*. Tal obra foi editada, pelo menos, três vezes em um espaço de trinta e quatro anos. Sua primeira edição (1794) foi dedicada ao então príncipe D. João, elevado à regência dois anos antes devido ao ensandecimento de sua mãe. Naquela oportunidade, o jovem regente lidava com os efeitos do aprofundamento da Revolução Francesa na esfera internacional e com o "perigo" do contágio do ideário crítico da ilustração nas paragens do mundo português. A segunda edição, publicada em 1816, foi dedicada ao então Príncipe da Beira e futuro Imperador do Brasil, D. Pedro de Alcântara. Era a circunstância na qual a Santa Aliança conseguiu impor seu concerto de nações após o Congresso de Viena (1815), uma excelente ocasião para refundar um império com as características políticas e sociais do Antigo Regime. A terceira edição é de 1828, momento no qual Portugal deve repensar seu futuro após o reconhecimento da independência do Brasil.[6]

O *Ensaio Econômico* trás alguns conceitos e argumentos mercantis, além de outros tipos de argumentos associados, por alguns autores, ao ideário liberal típico da *Ilustração*. Assim, para Fernando Novais, Azeredo Coutinho sofria com o grande dilema do reformismo ilustrado português: a difícil manutenção do ponto de equilíbrio entre a assimilação do pensamento crítico das Luzes e a contenção de seus efeitos contestatórios no *Absolutismo* e no *Sistema Colonial*. O raciocínio do bispo fluminense é um exemplo consumado de *mercantilismo ilustrado*: incapaz de pensar a economia do Império Português fora de um mercantilismo bafejado pela Ilustração. Nesse sentido, a visão mercantilista da colonização mantém-se na base de suas reflexões econômicas.[7]

Essa dualidade conceitual é um bom ponto de partida para entendermos alguns dos preceitos centrais do texto do *Ensaio*, como, por exemplo, a noção de *comércio* e as formas como este deveria ser incentivado e compreendido pela Coroa. Ainda como D. Luís da Cunha, Azeredo entendia que, para Portugal estabelecer-se como potência de

[6] As três edições em questão foram publicadas pela Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa. A segunda é revista pelo autor. Suas revisões ficaram, basicamente, na inclusão de notas explicativas de caráter histórico. Também são numerosas as notas com relatos e conclusões alusivas a sua experiência como membro do governo provisório da Capitania de Pernambuco. A terceira edição é, na verdade, uma reimpressão da segunda, sem maiores alterações. Por sua abrangência, a edição de 1816 é a mais utilizada pelos estudiosos e será nossa principal referência.

[7] Cf. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* São Paulo: Editoria Hucitec, 1979, p. 230-231.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

primeira grandeza, era necessário ter o controle efetivo das riquezas do Império. Era necessário, então, transformar as conquistas, as possessões e os domínios do ultramar em colônias de fato, ou seja, territórios dependentes e ao serviço exclusivo da Metrópole. O controle mais racional dos recursos da América Portuguesa levaria a Coroa ao seu lugar: entre as principais potências europeias.[8]

Uma dessas releituras está, justamente, em seu conceito de *comércio*. O objetivo deste seria aumentar a comodidade dos homens, tornando os bens supérfluos úteis, e os bens úteis necessários. Para isso, seria primordial que a economia não ficasse no nível da subsistência, diversificando sua agricultura e sua indústria. Assim, seria possível estimular o comércio de navegação, recurso que colocaria as riquezas nacionais em movimento e faria com que os agentes privados fossem capazes de acumular riqueza tanto para si, como para o Estado.[9]

Nesse ponto de vista, o comércio não é um fim, mas um meio de os agentes privados tornarem-se mais prósperos. Além disso, ao tratar do tema, Azeredo aproxima-se do autor com o qual mais dialoga: Charles-Louis de Secondat, Barão de La Brède e de Montesquieu (1689-1755).[10]

Nesse momento da discussão, faz-se necessário esclarecer um ponto. Em uma passagem antológica, Sérgio Buarque de Holanda flagra Azeredo pilhando trechos inteiros das *Institutions Politiques* do Barão de Bielfeld.[11] A partir disso, muitos passaram a defender a influência marcante de Bielfeld e do *Cameralismo* germânico na obra do prelado fluminense.[12]

---

[8] Antonio Manuel Hespanha, em artigo acerca do "caráter português" da expansão ultramarina, defende a opinião de François-Xavier Guerra. Para este, a palavra colônia, com o sentido de unidade vinculada, não ao Rei, mas à Metrópole, aparece em espanhol apenas na segunda metade do século XVIII, a partir de traduções de autores econômicos ingleses e franceses. Como veremos adiante, Azeredo possuía vários livros de autores ingleses e franceses em edições em francês. Cf. HESPANHA, Antonio Manuel. Por que é que foi "portuguesa" a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos trópicos. In: BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Júnia Ferreira & SOUZA Laura de Mello (orgs). *O Governo dos Povos.* São Paulo: Alameda, 2009, p. 51.

[9] ALDEMAN, Jeremy. *Sovereignty and revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2006, p. 150-151.

[10] Não apenas no uso de ideias e conceitos, mas também com debate crítico, Azeredo foi um adversário ferrenho da noção de inferioridade intrínseca do homem dos trópicos, tese polêmica defendida por Montesquieu.

[11] HOLANDA, Sérgio Buarque de. In: *Obras econômicas de J. J. Azeredo Coutinho (1794-1804).* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 44-47.

[12] Para uma melhor compreensão das práticas cameralistas, cf. TRIBE, Keith. *Cameralism* and the science of government. In: *Strategies of economic order: German economic discourse (1750-1950).* New York: Cambridge University Press, 2007, p. 8-31. A influência dessas práticas no reformismo ilustrado português foi estudada em CUNHA, Alexandre Mendes. Police Science and *Cameralism* in Portuguese

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

Ressaltamos que Azeredo cita Bielfeld pontualmente e em raras ocasiões. A principal delas para mostrar que uma marinha própria é fundamental para a independência econômica e política dos Estados. A maior parte das citações relacionadas às *Institutions Politiques* está direcionada para esse tema: qual tipo de madeiras deve ser utilizado em navios; a discussão a respeito de a marinha mercante nacional ter uma correspondente de guerra e a necessidade da criação de um corpo de marinheiros nacional.[13]

Quando chegamos à interpretação da "análise econômica" de Azeredo, a presença de Montesquieu é marcante. Assim, a noção de *riqueza* presente no *Ensaio*, por exemplo, é muito próxima daquela apresentada no *Do Espírito das Leis*. Segundo o prelado fluminense:

> As riquezas dos Estados consistem ou em fundos de terras, ou em efeitos móveis; os fundos de terras, por isso que pedem mais a assistência e a vista de seus donos, são ordinariamente possuídos pelos habitantes de cada país, e constituem propriamente a riqueza de cada Estado em particular. Os efeitos móveis, como são dinheiro, bilhetes letras de câmbio, ações sobre as companhias, navios e todas as mercadorias, por isso que são universais e giram por toda a parte, pertencem ao mundo inteiro, que a este respeito compõe um só todo, de que todas as outras sociedades ou Estados são membros. O povo que relativamente possui mais destes efeitos móveis do universo, é o mais rico; porque entra proporcionalmente com um maior fundo, ou (expliquemo-nos assim) com um maior número de ações na grande companhia do comércio universal. (COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo)[14]

Na visão do magistrado francês, por sua vez:

> As riquezas consistem em fundos territoriais ou em bens mobiliários: os fundos territoriais de cada país são geralmente possuídos por seus habitantes. A maioria dos Estados tem leis que desinteressam os estrangeiros pela aquisição de suas terras, só mesmo a presença do proprietário as faz valer: este gênero de riquezas pertence, pois, a cada Estado em particular. Mas os bens mobiliários, como o dinheiro, as cédulas, as letras de câmbio, as ações de companhias, navios, todas as mercadorias, pertencem ao mundo inteiro,

---

Enlightened Reformism: economic ideas and the administration of the state during the second half of the 18th century. ***e-JPH***. Vol. 8, number 1, Summer 2010, pp. 36-47.

[13] É a partir da necessidade de criar um corpo de marinheiros nacional que Azeredo viu uma oportunidade para inserção dos indígenas na sociedade portuguesa. Para ele, os indígenas possuíam as mesmas características intelectuais dos europeus e até poderiam ser considerados mais aptos em algumas atividades, como as pescarias, por exemplo. Aquelas comunidades que habitavam próximas de grandes rios ou do oceano forneceriam homens aptos para o serviço naval. Cf. COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias. In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 92-116.

[14] COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias, op. cit., p.84.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

> que, nesta relação, forma apenas um único Estado, do qual todas as sociedades formam membros; o povo que possui a maioria desses bens mobiliários do universo é o mais rico; alguns Estados possuem-nos em grande quantidade; adquiriram-nos, cada um, por seus gêneros, pelo trabalho de seus operários, pela sua indústria, pelas suas descobertas e pelo próprio acaso. (MONTESQUIEU) [15]

A definição de Montesquieu é mais sofisticada, pois cita a importância do trabalho e do produto das manufaturas na geração de riquezas. Azeredo irá considerar tais itens em duas passagens de seu *Discurso sobre o Estado Atual das Minas do Brasil* (1804)[16], talvez já influenciado por Adam Smith, citado no texto na edição francesa com tradução de J. A. Roucher.[17] Mas, ao confrontar Azeredo e Montesquieu, percebemos mais aproximações do que divergências. Nesse sentido, ambos possuem uma ideia similar acerca do *mercado*, seja como uma "grande companhia de comércio universal", ou como um "único Estado", passível de ser compreendido a partir das mesmas regras que validam as relações econômicas dentro de cada Reino soberano.

Dessa mesma forma, ambos os autores afastam-se de uma noção de riqueza *bullionista*, voltada para a acumulação de metais preciosos, seja a partir da exploração de minas próprias ou da política sistemática de superávits na balança comercial.[18] O produto da terra – a agricultura – e as manufaturas são a fonte dos produtos comercializáveis. Existe, então, uma distinção entre *moeda* e *riqueza*.[19]

---

[15] MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000, (Coleção Os Pensadores), Volume II, p. 23.

[16] Na primeira das passagens, Azeredo escreve: "O agricultor, o fabricante, o artífice instruído pode aumentar a sua riqueza, acomodando e apropriando o seu terreno para este ou aquele gênero de cultura, ou dando um maior movimento ao seu braço, ou aumentando sua força por meio de alguma máquina; não é assim a respeito do mineiro: a maior extração do ouro não depende do seu braço; depende do acaso, e, muitas vezes, o que menos trabalha é o que descobre um tesouro mais rico." Na segunda passagem, encontramos uma crítica à dependência portuguesa da mineração aurífera, com argumentos que podemos tirar de Montesquieu, dos fisiocratas e, até mesmo, de Smith: "O ouro por si só não é uma riqueza, é uma representação da riqueza. Todo o comércio das gentes consiste na permutação ou na troca de umas coisas pelas outras; as produções da natureza, o trabalho, a indústria e tudo aquilo que pode caber na fruição dos homens, são os que formam o objeto do comércio e da riqueza.". Cf. COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. Discurso sobre o Estado Atual das Minas do Brasil. In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).*Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 196 e p. 204, respectivamente.

[17] *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations. Traduit de l'Anglois de M. Smith, sur la quatrième Edition. Par M. Roucher; er suives d'un volume de notes, par M. le Marquis de Condorcet, de l'Académie Françoise, et Secrétaire perpétuel de l'Académie des Sciences.* A Paris, Chez Buisson, Libraire, rue Huate – Feuille, Hôtel de Coetlosquet, n.º 20. 1790.

[18] Para a fascinação que os tesouros americanos exerceram sobre alguns autores mercantilistas, ver DEYON, Pierre. *O Mercantilismo*. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 17-21.

[19] Essa distinção é uma das inovações dos contemporâneos de Azeredo na Academia das Ciências de Lisboa. Cf. CARDOSO, José Luís. *O Pensamento Econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 73.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

A definição de Azeredo Coutinho para as noções de *moeda* e de *dinheiro* também se baseia, *a priori*, em Montesquieu e na tradução francesa de Smith.[20] Os dois itens em questão são representativos do valor de todos os produtos que entram no comércio.[21] Os metais preciosos são tomados, então, como sinais representativos dos *preços* das mercadorias.[22] A abundância dos metais preciosos em uma determinada economia levaria à distorção dos preços, atrapalhando os cálculos do comércio. Utilizando um anacronismo, o raciocínio de Azeredo é correto ao analisar um dos aspectos do fenômeno inflacionário: excesso de moeda pode provocar um aumento generalizado no nível dos preços dos bens e serviços durante um período de tempo. Quando o nível geral dos preços aumenta, cada unidade da moeda perde seu poder de compra, assim a inflação é também um declínio no seu valor real. [23]

---

[20] Mais uma vez, a definição de Montesquieu serviu como referência para a de Azeredo: "A moeda é o signo que representa o valor de todas as mercadorias. Usa-se qualquer metal para que o símbolo seja durável, se desgaste pouco com o uso e, sem destruir, seja capaz de muitas divisões (...). Como o dinheiro é símbolo do valor das mercadorias, o papel é o símbolo do valor do dinheiro; e quando é bom, representa-o de tal modo que, quanto ao efeito, não há diferença". Além disso, encontramos a ideia de que os metais preciosos são apenas sinais de riqueza, e não produtos de primeira necessidade: "O ouro e a prata são uma riqueza de ficção ou de um símbolo. Esses símbolos são muito duráveis e se destroem pouco, como convém a sua natureza. Quanto mais se multiplicam, mais perdem seu preço, porque representam menos coisas". MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000, (Coleção Os Pensadores), Volume II, p.70 e p. 62, respectivamente.

[21] "O dinheiro é um sinal representativo de todas as coisas que entram no comércio das gentes; suponha-se que todas as mercadorias do mundo estão de uma parte, e que todo o dinheiro que há no mundo está da outra: todo o montão de dinheiro representará todo o montão de mercadorias, e, se do montão de dinheiro se tirar alguma parte, o resto desse montão de dinheiro representará sempre do mesmo modo todo o outro montão das mercadorias; logo, da mesma sorte, em qualquer Estado, se do montão de dinheiro que nele gira se for tirando o excesso, ou parte dele, reduzindo-o à baixelas, para que não gire nem represente, o resto do dinheiro do Estado representará sempre o mesmo na razão das suas mercadorias; e de sorte, se evitará que o excesso de dinheiro deste Estado corra para outros ou para a Índia. O dinheiro segue a natureza dos líquidos, que sempre correm para baixo até se porem em equilíbrio ou a nível, se for tirando e estagnado o excesso, ele se conservará sempre em equilíbrio, e não transbordará jamais". Cf. COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias. In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 158.

[22] "O ouro e a prata tomados como sinal, por isto que não são de uma necessidade absoluta, e só sim de uma comodidade representativa do preço iminente de todas as coisas para uma maior facilidade do comércio, vem a ser de um valor precário e dependente do arbítrio e da estimação dos homens; mas como a estimação dos homens cresce à proporção da abundância dela, assim também a prata e o ouro representam e valem tanto menos quanto eles se fazem abundantes." COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Discurso sobre o Estado Atual das Minas do Brasil. In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 195.

[23] O termo *inflação* não possuía o significado econômico atual na época de Azeredo. Pesquisando nos dicionários de Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino* (1728), e de Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da lingua portugueza* (1789), vemos que o substantivo possuiu o significado médico de uma inflamação, uma inchação ou de um tumor. Já Moraes e Silva, também utiliza o termo como sinônimo de orgulho. Os dicionários estão disponíveis online no site http://www.brasiliana.usp.br/dicionario. Acessado em 10/09/2011.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

Esse racíocinio é explícito em sua *Carta dirigida aos redatores do Investigador Português sobre o aumento do valor da moeda*,[24] uma crítica ao aumento artificial do valor da moeda corrente. Como destacou Moses Amzalak, o prelado criticou a medida porque o valor das mercadorias subiria com o da moeda, dificultando os cálculos comerciais; se as moedas de ouro existiam em abundância a solução era diminuir a mineração e investir mais na agricultura.[25]

Para Azeredo, no entanto, os *preços* não estão baseados no trabalho e, muito menos, no tempo necessário para a produção das mercadorias. Tal pensamento o afasta de Smith e o aproxima, ainda mais, de Montesquieu. As citações relacionadas ao escocês, na verdade, são para corroborar as ideias presentes em *Do Espírito das Leis*. Distinções mais sutis, que aparecem a partir do quarto capítulo do primeiro livro de *A Riqueza das Nações*, conceitos como *preço real*, *preço nominal*, *valor de troca* e *valor de uso* não aparecem na obra do prelado fluminense.

O primeiro texto econômico publicado de Azeredo Coutinho tratava, exatamente, da questão dos *preços*: sua *Memória sobre o preço do açúcar*, impressa por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1791. Os contemporâneos a receberam bem, pois, a partir de sua publicação, Azeredo foi aceito como sócio da academia e, nos anos seguintes, o trabalho foi reimpresso diversas vezes como apêndice ao *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* (1794), sem alterações de conteúdo.

A *Memória sobre o preço do açúcar* veio a público em um momento bem específico: no início dos anos de 1790, o açúcar brasileiro sofreu uma forte valorização no mercado europeu. As explicações para esse fato são conjunturais: tempestades tropicais e políticas desorganizaram a produção canavieira concorrente das colônias francesas, espanholas e britânicas nas Antilhas, até então, grandes pólo exportadores do produto para a Europa.

O motivo da publicação do trabalho a que nos referimos é dado pelo próprio autor: Devia-se ou não taxar o açúcar? Essa era uma dúvida que rondava os ministros

[24] COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. In: *Coleção de alguns manuscritos curiosos do Exmo. bispo d´Elvas, depois inquisidor geral dos quais posto que já se tenham publicado alguns no periódico denominado O Investigador português... outro no periódico denominado Mnemozine Luzitana... com tudo foram sem nome do autor; outros que ainda se conservam manuscritos se vão agora fazer públicos pelo meio da imprensa*. Londres: Impressor por L. Thompson, 1819, p. 63-66.
[25] Ibidem, p.64.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

ilustrados portugueses. Segundo Sônia Siqueira, tal taxação foi requerida pela Câmara Municipal de Lisboa, que pretendia tabelar o preço do açúcar no Reino, deixando sua compra mais acessível para comerciantes e consumidores daquela praça.[26]

O texto de Azeredo, por sua vez, argumenta contra tal medida, defendendo a noção de que a valorização do preço do açúcar é benéfica para os produtores, para os comerciantes que transportavam o produto e para própria Coroa. O autor ainda cita, em detalhes, a argumentação dos defensores do tabelamento:

> Dizem alguns que sim [a taxação devia ser imposta], porque a experiência tem feito ver que um gênero de comércio, levado a excesso, excita logo contra si a rivalidade de outras Nações, e faz que os compradores desse gênero ou se dispensem dele, se podem, ou trabalhem com todas as suas forças para o haverem por um preço mais cômodo e mais barato.
> Que este esforço geral fará descobrir meios de aumentar a abundância desse gênero, até reduzi-lo a um preço tão baixo que faça, se for possível, arruinar esse ramo de comércio da nação ambiciosa que levou o seu gênero a um preço excessivo. (COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo) [27]

Para Azeredo Coutinho, os argumentos trazidos na citação seriam verdades elementares e inegáveis. Segundo o autor, todos sabiam que o objetivo do comércio era trazer abundância aos países em carestia, eliminando o supérfluo. No entanto, era incompreensível a ideia de que o tabelamento em Portugal fosse uma resposta ao problema, pois o açúcar brasileiro competia com a vantagem de uma concorrência desarticulada no mercado. Pragmático, o bispo indaga qual seria o resultado de taxar unilateralmente um produto que é comercializado por diversas nações concorrentes. Assim, só um improvável acordo geral de produtores seria capaz de tal façanha:

> Do expendido fica manifesto o quanto seria prejudicialíssimo a Portugal, e quase mesmo impraticável nas circunstâncias presentes, pôr-se uma taxa na no açúcar, pois que sendo como é um gênero de comércio de quase todas as nações, só a convenção geral de todas as nações é que o pode regular, principalmente quando uma nação não é a só agricultora ou a única senhora desse gênero; de outra sorte, a nação que quiser opor à torrente das outras, ou há de ser pisada pela multidão das concorrentes, ou há de seguir o impulso que elas lhe derem. (COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo)[28]

---

[26] SIQUEIRA, Sônia. A escravidão negra no pensamento do Bispo Azeredo Coutinho: contribuição ao estudo da mentalidade do último inquisidor geral. *Revista de História.* São Paulo: 14(27), 347-65; 15(28), 141-98, 1963-1964, p. 354.

[27] COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Memória sobre o preço do açúcar. In: *Obras econômicas de J. J. Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p.175.

[28] COUTINHO, José Joaquim da Cunha. Memória sobre o preço do açúcar. In: *Obras econômicas de J. J. Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 180.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

Taxando o açúcar para baratear sua compra pelos comerciantes e consumidores do Reino, a Coroa faria com que os produtores e os negociantes responsáveis por levar a produção a Lisboa buscassem compensar suas perdas realizando lucros de forma ilícita. Porque a Coroa Portuguesa não seguia os exemplos da Inglaterra e da Holanda na defesa de seus interesses econômicos? Segundo Azeredo, as duas potências comerciais serviam de exemplo para Portugal em sua estratégia de se assenhorear do comércio do açúcar:

> Os ingleses têm levado o seu ferro polido a um preço excessivo; eles já o fazem valer mais do que o ouro: da mesma sorte os holandeses a respeito das suas especiarias, que até muitas vezes queimam e deitam ao mar o excesso delas, para que a sua mesma abundância os não obrigue a abaixar de preço. Eles não temem a concorrência imaginária, esperam que ela seja efetiva, para então governarem a balança a seu favor.
> Eles sabem que uma nação, depois que chega a ser única senhora de um certo ramo de comércio, pode então dar a lei como quiser, sem temer os esforços que contra ela fizerem as outras nações. (COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo)[29]

Seus comentários atingiam um ponto central no comércio entre a Metrópole e suas colônias: com que "*justa razão*" era possível obrigar negociantes a vender suas mercadorias sem lucro e talvez por um valor menor do que aquele que foi pago no Brasil?[30] Nessa perspectiva, o agricultor e o comerciante têm sempre interesses harmônicos. Sem o intermediário, que procura continuamente novos mercados, o produtor estará sem estímulos e condenado à estagnação de sua riqueza.

Azeredo se pergunta como é possível evitar que os agricultores não vendam seus produtos para aqueles que ofereçam as melhores ofertas de compra. Citando o contrabando do tabaco, lembra que "o tabaquista não poupa dinheiro, o contrabandista não teme castigo", o que eleva os gastos públicos para reprimir esse comércio ilegal, abalando a própria autoridade da Coroa.[31]

No último quartel do século XVIII, a especialização da produção e o uso de novas técnicas elevaram sensivelmente o custo dos engenhos. Com a concorrência desarticulada, o retorno dos senhores de engenho era mais garantido. Essa era uma janela de oportunidade que não podia ser perdida. Como antigo administrador de

[29] Ibidem, p. 184.
[30] Tal raciocínio está no centro da defesa do fim dos monopólios que será feita por Azeredo.
[31] COUTINHO, José Joaquim da Cunha. Memória sobre o preço do açúcar. In: *Obras econômicas de J. J. Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 177.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

engenho e ainda diretamente ligado aos interesses de sua família, Azeredo tinha plena consciência disso.

Em sua região natal de Campos dos Goitacás, a indústria açucareira era relativamente recente. Segundo o relato de José Carneiro da Silva, existiam ali apenas 55 engenhos e engenhocas em 1769. Entre tal ano e 1778, ergueram-se mais 113 e, de 1778 a 1783, outros 110.[32] Numerosas fortunas, rapidamente desenvolvidas, encontravam-se mal formadas quando Azeredo Coutinho imprimiu sua memória.[33] A concorrência dos produtores caribenhos era o maior estorvo para a expansão dessa fonte de riqueza.

Qual seria, então, o "justo preço" para o açúcar do Brasil? Segundo Montesquieu, "a concorrência é que dá um justo preço às mercadorias e que estabelece as verdadeiras relações entre elas." [34] Azeredo, em uma leitura mais superficial, seguiria novamente as ideias do autor francês aos defender que os preços são fixados a partir da oferta e da procura de cada mercadoria.[35] No entanto, ao discutir o tema, o prelado fluminense usa termos como *bondade*, *qualidade*, *justiça*, *utilidade*; termos que não aparecem nos textos de Montesquieu.

Com esses indícios, devemos nos perguntar: não será possível associar os argumentos de Azeredo Coutinho a uma tradição de pensamento econômico anterior? No decorrer de seu raciocínio, o bispo utiliza termos que podem ser associados ao pensamento mercantilista típico da Península Ibérica dos séculos XVI e XVII.

Para defender a superioridade do açúcar brasileiro frente ao do Oriente, Azeredo Coutinho retoma algumas noções, tais como *bondade* e *qualidade*[36], utilizadas por

---

[32] Cf. SILVA, José Carneiro da. *Memória topográfica e histórica sobre os Campos dos Goitacazes.* Rio de Janeiro: Leuzinger, 1907 (1ª edição de 1819), p.10-11.

[33] Para melhor entendimento da construção e erosão das riquezas familiares do Norte Fluminense no período abordado, ver FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

[34] MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000, (Coleção Os Pensadores), Volume II, p.16.

[35] "A *utilidade* um lavrador chamará a do outro e os irá multiplicando; esta multiplicidade de vendedores produzirá infalivelmente um melhor mercado, e o comprador terá mais onde escolher em *preço* e *bondade*". COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias. In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 129.

[36] O sentido que os tratados econômicos da Escolástica davam para o termo *bondade* era o de *qualidade* do que é muito bem feito, bem elaborado ou de grande utilidade. Já a *qualidade*, era relacionada à *eficiência* e ao *valor* do bem material em questão. O *valor* é a *qualidade* que confere a um objeto material a natureza de bem econômico, em decorrência de satisfazer necessidades humanas e ser trocável por outros bens. Para os conceitos de análise econômica dos escolásticos, cf. SCHUMPETER, Joseph Alois.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

alguns outros autores. O jesuíta Luis de Molina (1535-1601), por exemplo, professor das Universidades de Coimbra e Évora em fins do século XVI e discípulo do dominicano Francisco de Vitória (1480-1546) faz parte de um grupo de religiosos, como Tomás de Mercado (1530-1576) e Martín de Azpicuelta (1492-1586), que pensaram a internacionalização do comércio e a rápida entrada de metais preciosos na economia européia sem abandonar os valores cristãos e os preceitos da Escolástica.

Segundo Marjorie Grice-Hutchinson, esses religiosos formavam um grupo de afinidades, não apenas por todos terem ligações com a Universidade de Salamanca, mas também por terem uma pauta de interesses em comum: a questão da propriedade privada, do socorro aos pobres, dos impostos, do preço, do câmbio, do sistema bancário e do lucro. Todas essas eram questões proeminentes da vida econômica no tempo em que o comércio alargava as fronteiras do mundo.[37]

Segundo Luís Corrêa Lima, a nova dinâmica da atividade mercantil da expansão ibérica levou ao surgimento de questões práticas que o pensamento econômico escolástico tradicional - inspirado em obras como *A Ética a Nicômaco* de Aristóteles e a *Suma Teológica* de Santo Tomás de Aquino - simplesmente não respondiam. Tomás de Mercado, por exemplo, escreveu sua *Suma de tratos y contratos* por encomenda do *Consulado dos Mercadores*, uma guilda de comerciantes de Sevilha. Os membros do *Consulado* queriam um manual de negócios que os permitissem redigir contratos e fechar negócios sem cair no pecado da usura. O bom mercador cristão deveria saber o que era justo nos negócios, para não correr o risco de perder o "bem eterno tratando do temporal". [38]

A difusão da obra dos autores de Salamanca pela Europa se deu basicamente nas aéreas de credo católico e nas regiões sob a o jugo político da Coroa espanhola.

The Scholastic Doctors and the Philosophers of Natural Law. In: *History of Economic Analysis*. New York: Oxford University Press, 2003, p. 73-143. Para o pensamento econômico de Tomás de Mercado, cf. LIMA, Luís Corrêa. *Teologia de mercado: Uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos.* Bauru/SP: EDUSC, 2001.

[37] GRICE-HUTCHINSON, Marjorie. *The School of Salamanca: Readings in Spanish Monetary Theory (1544-1605).* Oxford: Clarendon Press, 1952. O tema também é abordado em uma coletânea de textos da autora: *Ensayos sobre el pensamiento económico en España*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

[38] Cf. LIMA, Luís Corrêa. *Teologia de mercado: uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos.* Bauru/SP: EDUSC, 2001, pp. 11-12. Para o pensamento econômico da escolástica medieval, ver LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: a usura na Idade Média.* São Paulo: Editora Brasiliense, 2004; Odd Langholm. Economics in the Medieval Schools. *Wealth, Exchange, Value, Money and Usury according to the Paris Theological Tradition (1200-1350).* Leiden, New York, Köln: E. J. Brill, 1992.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

Segundo Schumpeter, é possível encontrar citações da obra de Suárez nos trabalhos de Hugo Grotious (1583-1645) e nos de Samuel Pufendorf (1632-1694).[39] Já no século XVIII, ninguém menos do que Campomanes citava Tomás de Mercado em seus ensaios.[40]

Trabalhos de Luís de Molina eram leituras obrigatórias na Universidade de Coimbra até a reforma de 1772. No entanto, segundo Teófilo Braga, os livros de Molina nunca deixaram de estar acessíveis nas estantes da biblioteca da universidade.[41] Seus três tratados econômicos: *A teoria do justo preço*; *Tratado sobre empréstimos e a usura* e *Tratado sobre o câmbio* trazem ideias que podem elucidar alguns pontos da argumentação de Azeredo Coutinho.

Molina possuía uma análise avançada sobre a regulação de preços. Podemos dividir sua argumentação em algumas ideias fundamentais: a regulação dos preços por parte das autoridades provoca a aparição de preços errôneos e distorções no mercado, indo contra a *justa razão* que deveria pautar a administração dos assuntos de Estado. Na medida em que os preços dos bens estão relacionados entre si, não fazia sentido regular apenas os preços dos bens finais. O autor ilustra essa tese mediante um exemplo: se a autoridade deseja regular o preço do pão e dos sapatos, também deverá manter o controle dos preços da farinha e do couro. Caso não seja assim, produziram *desajustes entre a produção e a distribuição*. Além disso, a regulação de preços incentivava a corrupção das autoridades públicas encarregadas de oficializá-la. Essa regulação poderia conduzir à fraude e ao descumprimento da lei por parte dos agentes econômicos, minando o respeito às leis da Coroa e da Igreja.[42]

No segundo e no terceiro capítulo de sua *Instrucción de Mercaderes*, Luís Saravia de la Calle aborda a questão do *justo preço*. Excluindo toda malícia e desonestidade, o preço justo era aquele estabelecido no mercado por vendedores e compradores honestos no momento de contratação do negócio, em moeda corrente, considerando-se as especificidades de cada transação. Essas contingências seriam

[39] SCHUMPETER, Joseph Alois. The Scholastic Doctors and the Philosophers of Natural Law. In: *History of Economic Analysis*. New York: Oxford University Press, 2003, p. 102.
[40] CASTRO, Concepción. *Campomanes: Estado y reformismo ilustrado*. Madri: Alianza Universidad, 1996, pp. 34-35.
[41] Cf. BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa. (Tomo III. 1700-1800).* Lisboa: Academia das Ciências, 1898.
[42] Cf. MOLINA, Luís de. *La Teoría del Justo Precio*. Ed. de F. Goméz Camacho. Madrid: Editora Nacional, 1981.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

baseadas na dificuldade de obtenção e na disponibilidade de cada mercadoria particular e, ainda, no benefício e na satisfação de seu uso. Saravia de la Calle fazia também uma distinção interessante, dando ênfase ao momento no qual o contrato era assinado, pois o desgaste dos produtos durante o transporte poderia diminuir ou aumentar seu preço. Além disso, os preços poderiam variar entre os mercados.[43]

Em *De Justitia et Iure* (1553), Domingo de Soto vai além ao colocar-se a seguinte questão: os preços deveriam ser estipulados pelo julgamento dos próprios mercadores? A resposta do autor é negativa. Desejos e conveniências individuais não podem exceder as prerrogativas da comunidade. Assim, o preço deveria ser estabelecido pela estimação da mercadoria por todos os vendedores e compradores. No entanto, existiam parâmetros a serem seguidos. O primeiro deles estabelece o preço da mercadoria não por sua natureza, mas pela necessidade que o mercado possui desse item em particular. O segundo, por sua vez, considera a demanda pelo item em questão, sua abundância ou escassez. Também era necessário considerar o trabalho, o risco e as dificuldades de cada mercador ao realizar seu negócio.[44]

Ao abordar esse tema, Odd Langholm faz uma observação pertinente: os escolásticos medievais estavam imersos em um universo mental no qual os compradores e os vendedores eram "obrigados" a atuar pelo bem comum e a aceitar os custos de transação no limite de seus interesses individuais. Autores como Molina e seus contemporâneos romperam com essa abordagem ao defender que o *preço justo* nem sempre seria o ideal para toda a comunidade. Aqui vemos uma defesa da legitimidade da busca do lucro dentro de um mercado com leis de conduta estabelecidas.[45]

Louis Baeck destaca dois aspectos fundamentais das obras de Molina e seus contemporâneos. Primeiro, a *cura animorum*, ou seja, o dever de zelar pelas consciências dos fiéis. Os tratados de Molina serviriam para os comerciantes com

[43] *A Instrucción de Mercaderes* (1544) foi publicada originalmente em Medina del Campo. Utilizamos aqui a reprodução dos capítulos 2 e 3 que estão anexados ao livro de GRICE-HUTCHINSON, Marjorie. *The School of Salamanca: readings in Spanish Monetary Theory (1544-1605).* Oxford: Clarendon Press, 1952, p. 79-82.

[44] SOTO, Domingo de. "Lib. IV, Q. 2, Art. III". In: *De Justitia et Jure*. Salamanca, 1553, p. 546-549. Existe uma tradução inglesa no apêndice documental do livro de Marjorie Grice-Hutchinson, op. cit, p. 83-88.

[45] LANGHOLM, Odd. Price and market manipulation. In: *The legacy of Scholasticism in economic thought: antecedents of choice and power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 77-99. Para a discussão em torno do *preço justo*, ver, ainda, ROOVER, Raymond. The concept of the just price: theory and economic policy. *The Journal of Economic History*, Vol. 18, No. 4, (Dec., 1958), p. 418-434. http://www.jstor.org/stable/2114534.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

escrúpulos de consciência e para confessores necessitados de guias de comportamento. Por trás dessa postura, estava o temor de uma expansão descontrolada da especulação e de atitudes desleais, passíveis de levar a sociedade a uma ruptura, através da subversão de seus aspectos morais. Essa geração de escolásticos radicalizou os conceitos de *voluntarismo individual* e de *humanismo democrático*, desenvolvidos pelos franciscanos nos séculos XIII e XIV. Os salmantinos privilegiaram a liberdade de consciência e a responsabilidade social de cada indivíduo. A máxima expressão política dessas ideias é o conceito de pacto social entre a autoridade estabelecida e as gentes. A teoria de direito natural em questão observa e preserva os direitos dos indivíduos frente aos poderes da ordem feudal, do absolutismo imperial e, ainda, da autoridade da própria Igreja. Assim, dava-se ênfase nas liberdades individuais de pensamento e de consciência.[46]

Essas ideias estavam baseadas no *Molinismo*, a interpretação filosófica de Luis de Molina acerca das relações entre a onisciência divina e a liberdade e responsabilidade do agir humano. Se o domínio de Deus é universal, absoluto e atemporal, então, como o Todo Poderoso interage nos atos livres dos homens sem retirar sua liberdade?

Segundo Lúcio Craveiro da Silva, os teólogos contemporâneos de Molina reconheciam, em Deus, dois tipos de consciência: a "simples inteligência", através da qual Deus conhecia todos os seres e a "ciência da visão", pela qual conhecia todas as coisas passadas, presentes e futuras. Para Molina, Deus conhecia as ações futuras dos homens livres pela "ciência média". Através dela, o Todo Poderoso tinha um real conhecimento infalível das atitudes individuais futuras livremente condicionadas. Dessa maneira, Deus está presente e consciente em todas as ações humanas, sejam elas livres ou não. Seu concurso nos atos livres é simultâneo, mas indiferente. Molina conciliou a causalidade universal de Deus com a liberdade do homem.[47]

Os salmantinos aplicavam as ideias individualistas para a ação dos agentes econômicos no mercado. Uma das consequências disso era a crítica aos monopólios, que distorciam as relações comerciais e não permitiam que os indivíduos realizassem

[46] BAECK, Louis. Monetarismo y teorías del desarrollo en la Península Ibérica en los siglos dieciséis y diecisiete. In: MACHADO, Francisco Gómez; ROBLEDO, Ricardo (eds). *El pensamiento económico en la Escuela de Salamanca: una visión multidisciplinar.* Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1998, p. 173-174.

[47] SILVA, Lucio Craveiro da. Luis de Molina. In: CALFATE, Pedro (dir.). *História do pensamento filosófico Português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, 2º Volume (Renascimento e Contra-Reforma), p. 547-558.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

seus interesses de forma legítima.[48] Complementando essa ideia, a estimativa do preço justo por agentes livres era um instrumento que ajudava a combater a exploração individual a partir de suas necessidades de subsistência.[49] O monopólio, por sua vez, só era justificado em raríssimas circunstâncias, mais especificamente, naquelas em que ele favorecesse toda a comunidade e não alterasse o *preço justo* das mercadorias.

A versão salmantina do *mercado*, baseada na tradição escolástica, era palatável às ideias e objetivos de Azeredo Coutinho. Assim, o comportamento dos agentes econômicos não cairia no vale-tudo das *paixões* e dos *interesses* estritamente comerciais. Um bom exemplo da presença de tal ideia é a forma como o prelado critica os contrabandistas: o contrabando não é apenas um crime contra a ordem pública, mas um ato de subversão dos valores que regulam o bom funcionamento do sistema de preços.[50]

A ideia de *mercado* dos setecentistas é um pouco distinta, sendo baseada em noções de *direito natural* que são fundamentais para o pensamento fisiocrático e para o liberalismo de Adam Smith.[51] Partindo do argumento de que Deus criou o mundo

---

[48] Sobre a ilegitimidade dos monopólios, cf. DE ROOVER, Raymond. Monopoly Theory Prior to Adam Smith: a revision. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 65, n.° 4, (Nov., 1951), p. 492-524 http://www.jstor.org/stable/1882577.

[49] PERROTA, Cosimo. La disputa sobre los pobres en los siglos XVI y XVII: España entre desarollo y regresión. *Cuadernos de CC. EE*, n.º 37, 2000, p. 95-120.

[50] Azeredo Coutinho não considerava o contrabando como um fator desestabilizador das relações comerciais entre Portugal e o Brasil. Em relação aos comentários de habitantes das Minas de que alguns representantes da Coroa eram os principais culpados pelo descaminho, Azeredo apregoa seu ceticismo: "Confesso que não sei de semelhante fato, e até me parece que posso afirmar que é falso na parte em que se diz feito com autoridade dos magistrados, pois que não posso persuadir que homens sábios, dotados de justiça e probidade, concorram para um fato que, além de ser contrário à boa fé devida às nações amigas, seria um grande erro de política, e muito prejudicial aos seus mesmos interesses, por isso que davam lugar a Portugal a autorizar os seus ministros para usarem também de represálias contra tais nações". COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil, p. 202-203. A situação do contrabando era bem mais complexa do que pensava Azeredo. Paulo Cavalcante estudou casos de descaminho na primeira metade do século XVIII que contaram com, no mínimo, a leniência de alguns funcionários régios. A diminuição do volume da produção mineira pode ter sido acompanhada pela redução proporcional do contrabando, mas negar sua existência é irreal. Cf. CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700-1750).* São Paulo: Editora Hucitec, 2006. Fernando Novais, por sua vez, defende que "as tensões da concorrência, a luta das potências, o contrabando eram processos que operavam dentro do mesmo sistema básico, não negavam o sistema". Nessa interpretação, os contrabandistas tinham como cálculo os imensos ganhos das brechas do Exclusivo Colonial. Ainda segundo Novais, "em suma, licenças, concessões, contrabando, parecem-nos fenômenos que se situam mais na área da disputa entre as várias metrópoles européias para se apropriarem das vantagens da exploração-colonial – que funciona no conjunto do sistema, isto é, nas relações da economia central européia com as economias periféricas. Não atingem, portanto, a essência do sistema de exploração colonial". NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* São Paulo: Hucitec, 1979, p. 72-92.

[51] A novidade do direito natural estava na ideia de que existe um sistema de leis - sem nenhum tipo de legislação concreta - formado por normas e regras universalmente aceitas, baseadas na natureza humana e

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

perfeito e bondoso, e de que tudo que há nele está submetido a leis naturais para proporcionar a conservação e a felicidade dos homens, os entusiastas dessa versão do direito natural acreditavam que o plano divino só iria se realizar quando cada indivíduo agisse conscientemente para melhorar sua própria condição.

No entanto, para o advento desse mundo organizado a partir de ações individuais, eram necessárias instituições conformadas às liberdades naturais: no plano da política interna, a liberdade dos agentes econômicos e um Estado que assegurasse o funcionamento do mecanismo natural; no plano externo, certa liberdade de comércio bastaria para harmonizar os diversos interesses em questão. Assim, a ação individual e as instituições a ela ajustadas conduziriam as nações à riqueza, permitindo o usufruto dos benefícios que foram colocados à disposição dos homens desde o início dos tempos.[52]

Nesse aspecto, as diferenças entre o raciocínio de Azeredo Coutinho e o de Adam Smith estão no fato de que, para o prelado luso-brasileiro, o mercado é o lugar da ordem e a ética cristã deve nortear a atuação de cada indivíduo. Comportamentos "egoístas" ou vícios privados não eram, então, correspondidos por virtudes públicas. Além disso, para Azeredo, a liberdade e o interesse individual devem ser suspensos quando o bem comum está em risco.[53]

A convicção de Azeredo em renegar uma abordagem do *jusnaturalismo absoluto*, através de suas propostas de valorização do direito individual em qualquer circunstância, impedia-o de compreender, em sua plenitude, os instrumentos de análise econômica da fisiocracia e da economia política liberal. Os supostos aspectos liberais - como a crítica ao tabelamento de preços, o combate a certos monopólios, a concepção da economia como um sistema impessoal baseado na lei da oferta e da demanda - presentes na obra do inquisidor economista já faziam parte do instrumental teórico dos autores mercantilistas desde o século XVI. Foi a preferência de Azeredo pela primazia

---

nas necessidades coletivas da sociedade. Essa noção de direito vai criar uma nova convicção de que existe uma harmonia natural que exclui todo tipo de arbitrariedade e desígnio divino preestabelecido e dará instrumentos para os indivíduos perceberem a ordem que os governam, tornando-os responsáveis por seus próprios destinos. Cf. TUCK, Richard. *Natural Rights Theories: their origin and development.* Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1979.

[52] Cf. HONT, Istvan & IGNATIEFF, Michael. Needs and justice in the *Wealth of Nations*: an introductory essay. In: HONT & IGNATIEFF, Michael (eds.). *Wealth and virtue: the shaping of political economy in the Scottish enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 1-44.

[53] Cf. GIANNETTI, Eduardo. *Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

do direito da sociedade e pelo bem comum frente aos direitos individuais que levou Sérgio Buarque de Holanda a aproximar Azeredo dos autores do *Cameralismo* alemão.[54]

No entanto, essa influência não é tão decisiva. O *relativismo* que Azeredo pregava para o exercício do direito o afastava da sistematização jurídica defendida pelos cameralistas alemães. A segunda citação da obra do Barão de Bielfeld, por exemplo, é uma crítica pontual contra a indústria do luxo, setor que poderia desviar recursos preciosos da economia. No entanto, em uma passagem típica de seu pragmatismo brutal, Azeredo defende outro tipo de manufaturas:

> As manufaturas que só pedem braços sem muito engenho, nem muita arte, as ordinárias, que mais convém ao povo, que é o grande consumidor do Estado, são as que mais convêm a Portugal. As mulheres, os rapazes, os velhos, os estropiados, todos acham nestas manufaturas um gênero de trabalho proporcionado às suas forças. (COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo)[55]

Para o Reino, o ideal seria constituir manufaturas de primeira necessidade, aquelas cujos produtos vestem a tropa e armam as marinhas e o exército nacional. Outros setores também não deveriam ser desprezados: cordoarias, todo o tipo de gêneros de couro, de papel, entre outros.

Já a última contribuição do cameralista talvez seja a mais importante. O desenvolvimento econômico não era compatível com a aplicação de mais tributos nas atividades econômicas,[56] muito menos na manutenção dos estancos e dos contratos

[54] Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apresentação. *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 26.

[55] COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 159.

[56] "A extinção dos direitos das madeiras do Brasil neste Reino não se pode dizer que é uma perda para o Erário Régio; é um erro muito grosseiro e, mesmo, destruidor do bem do Estado, querer aumentar os rendimentos do Soberano sem aumentar a opulência geral do Estado. A economia de um Reino é muito diferente da de um particular; a razão é clara: 1) O dinheiro que sai da bolsa de um particular sai para sempre; o que sai dos cofres do Estado entra todo no Estado; e é muito raro que este dinheiro passe por alguma mão sem que deixe algum proveito. 2) Os meios de que se vale um particular são sempre limitados; os de um Estado bem governado não têm limites. 3) A maior parte das despesas de um particular tendem a se procurar mais comodidades e mais prazeres. Todas as despesas públicas, pelo contrário, tendem ou à conservação imediata do Estado, ou a aumentar a sua prosperidade, as suas forças e a sua opulência. É necessário, enfim, semear para colher." *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*, op. cit., p. 134.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

régios.[57] Um exemplo histórico pertinente foi o do francês Jean-Baptist Colbert (1619-1683), ministro que racionalizou a tributação francesa para financiar as intermináveis guerras de Luís XIV. Assim, o equilíbrio entre os tributos e a produção deveria pender para a última, a opulência do soberano deve corresponder à riqueza de seus súditos. [58]

Se a riqueza está baseada na posse de bens móveis, os agentes econômicos deveriam ter liberdade para buscar mais efeitos e atingir seu enriquecimento, pois a riqueza dos indivíduos é a base da prosperidade das nações. No caso de um império colonial, a riqueza das colônias está na base da prosperidade das suas respectivas Metrópoles.

Aqui temos uma contradição que sempre embaralhou os estudiosos da obra de Azeredo: paladino do fim dos monopólios, o prelado fluminense era um defensor do *exclusivo colonial*. Este último seria o marco regulatório das relações econômicas entre as diversas partes dos impérios coloniais. Para Azeredo Coutinho, o *exclusivo comercial* não é sinônimo de monopólio. A pista para a compreensão desse dilema se inicia a partir de seu modelo de funcionamento de uma monarquia justa e virtuosa. Devemos imaginar uma grande embarcação e:

> Nela veria Vossa Alteza um grande todo composto de partes diferentes, mas tão bem construídas e ajustadas entre si que todas se moviam com uniformidade aos mais pequenos impulsos do seu leme, uma das mais pequenas partes de seu todo: tal é uma monarquia bem ordenada, quando cada uma das suas partes enche o fim de seu destino; uma só parte desarranjada destruiria toda a máquina; fora do seu lugar o leme, a nau seria submergida.
> Vossa Alteza veria na sua nau que o governo e os movimentos dela não eram dirigidos pelo acaso, nem por algum ignorante que primeiro se apresentava, mas sim por u'a mão hábil, prudente e forte, reconhecida por uma experiência longa na grande arte do governo. (COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo)[59]

[57] Os *estancos régios* eram os monopólios da Coroa: o do pau-brasil (1501), o da pesca da baleia (1603-1798), o do tabaco (1642-1820), o do sal (1658-1801) e o dos diamantes (1731-1822). A coroa esporadicamente transferia monopólios a particulares, através de arrendamentos sob a forma de contratos. Cf. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 25ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

[58] "Luís XIV não seria grande se não tivesse a seu lado o sábio Colbert que, no mesmo tempo em que a França já quase sem forças parecia sucumbir com o peso das suas vitórias, a salvou pelo meio dos infinitos canais que ele abriu à indústria da sua nação; o ser grande homem de Estado não consiste em meios de impor mais e mais tributos; consiste, sim em descobrir meios de fazer rebentar de novo perenes fontes de riqueza, que fertilizem o Estado por toda parte." *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*, op. cit., p. 135.

[59] COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias. *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 63.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

O instrumento básico para os soberanos resguardarem as riquezas de seus impérios de potências rivais é a capacidade de ter exclusividade no comércio com suas colônias. O exclusivo era uma rede de reciprocidades que unia e dava coerência a todas as partes da Monarquia. A Metrópole deveria interagir com as colônias, respeitando suas especificidades. Azeredo tipifica as colônias portuguesas de duas formas: as das Índias Orientais e da costa da África tinham por objetivo o comércio; os estabelecimentos da América, por sua vez, possuíam, além do comércio, diversas culturas.[60]

A costa da África possuía um trato fundamental para o Império, a saber, o comércio do resgate de escravos, que eram trocados pelo tabaco brasileiro.[61] Manter portos seguros na costa africana era estratégico para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. Assim, a Coroa deveria se comprometer em manter uma frota guarda-costas de prontidão para defender os interesses comerciais portugueses. As possessões de São Tomé e Príncipe e de Angola, que esporadicamente serviam de abrigo seguro para navios de outras bandeiras, deveriam ter um tributo de ancoragem, não somente para utilidade do Erário Régio, mas também para que não entrassem em concorrência com os negociantes portugueses. Na costa de Zanzibar, Moçambique poderia fornecer produtos

[60] COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias, op. cit., p. 138. Essa distinção é destacada por ARRUDA, José Jobson de Andrade. Colonies as mercantile investiments: the Luso-Brazilian Empire (1500-1808). In: TRACY, James D. *The political economy of merchant Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p.360-420.

[61] Azeredo não perde outra oportunidade para criticar os monopólios. A concorrência de outras nações, os "insultos de negociantes estrangeiros" e o monopólio do tabaco deixavam a posição dos traficantes portugueses enfraquecida nas transações de resgate de escravos. Segundo Azeredo, "a paixão que os negros da costa da África têm pelo tabaco do Brasil, sempre deu aos portugueses uma grande superioridade no comércio daquela costa: as outras nações que ali faziam o comércio eram obrigadas a fazê-lo do refugo dos portugueses; hoje, porém, que já ali se fazem plantações, é necessário não deixar perder as portuguesas, e livrá-las de todos os embaraços do monopólio, do qual, logo que o tabaco seja livre, será de uma utilidade suma, não só para os agricultores e comerciantes deste gênero, mas também para a Fazenda Real; fazendo-se o cálculo do número das arrobas de tabaco que todos os anos saem das alfândegas do Brasil, dividido pela soma total que o monopólio deste gênero produz atualmente à Fazenda Real, o quociente dará o imposto que cada arroba ou rolo de tabaco deverá pagar na saída da alfândegas do Brasil e na entrada destas, imposto que sempre irá crescendo na razão das entradas e saídas, como todos os gêneros alfandegados, sem que seja preciso aumentarem-se os oficiais das alfândegas, nem o infinito número dos empregados no serviço dos monopolistas, nem dos seus privilegiados sem número, posto que se fiquem conservando os Tribunais Régios e os ministros de uma tal administração,e despachos para o expediente de tão grande ramo de comércio." COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 143.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

com grande procura em Goa. O marfim, o ouro e os escravos moçambicanos tinham um mercado garantido na Índia.[62]

Azeredo acreditava que o Oriente poderia assistir ao ressurgimento de uma nova Goa Dourada. O caminho estava aberto aos portugueses. A concorrência estabelecida na região não era militar, mas comercial. Para perseverar, os portugueses só dependiam de sua própria indústria. A rede de portos e feitorias dos portugueses necessitava apenas de investimentos para fazer frente à força das companhias comerciais dos concorrentes ingleses, holandeses e franceses. Criticando mais uma vez o sistema de contratos, Azeredo via como o principal obstáculo para o aumento dos lucros os poucos fundos que os agentes privados monopolistas possuíam para investir na compra de produtos locais. [63]

Ainda analisando a situação do Estado da Índia, o prelado ataca aquela que talvez seja a principal questão de seus contemporâneos e antepassados acerca do comércio oriental: o fato deste comércio ser deficitário para os europeus.[64] O *insight* de Azeredo em tal questão será posteriormente abstraído para a relação de Portugal com a América. As companhias comerciais européias atuantes no Oriente "importavam infinitamente mais mercadorias das Índias para as suas nações respectivas do que elas exportam." Esse comércio era um grande escoadouro de moedas e metais preciosos para os europeus. No entanto, os custos dessa importação eram superados, inúmeras vezes, por suas respectivas reexportações.[65]

Assim, por que não aplicar esse princípio ao comércio americano? "Portugal, quanto mais dever às suas colônias tanto será mais rico." Esse será o mote da política

[62] COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias, op. cit., p. 148.
[63] Para as desventuras do império asiático português cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português: uma história política e econômica (1500-1700).* Lisboa: Difel, 1995; do mesmo autor, *Comércio e conflito: a presença portuguesa no Golfo de Bengala (1500-1700).* Lisboa: Edições 70, 1994.
[64] Azeredo poderia ter chegado a essa conclusão lendo o próprio Montesquieu, defensor da ideia de que esse comércio era deficitário devido à exportação européia de metal precioso americano ainda no século XVIII: "A prata extraída das minas da América, transportada para Europa, enviada ainda daí para o Oriente, favoreceu a navegação da Europa: é uma mercadoria a mais que a Europa recebe em troca da América e que envia em troca para as Índias." MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000, (Coleção Os Pensadores), Volume II, p.72. Fernand Braudel mostra a origem americana de grande parte das rupias indianas e também defende a ideia de um comércio europeu deficitário com o Oriente. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII.* São Paulo: Martins Fontes, 1996, 3º Volume (O Tempo do Mundo), p.455-456.
[65] COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias. In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 150.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

colonial de Azeredo. Em um mundo em transformação, em que o Antigo Sistema Colonial passou a ser criticado em ambos os lados do Atlântico, a única forma de manter o sistema unido seria continuar levando prosperidade aos produtores americanos.

Para Azeredo, o problema era político, já que, para ele, a economia ia bem. Então, como bloquear a influência das abomináveis ideias francesas nos territórios americanos? Ideias em torno da inevitabilidade da independência da América Latina - defendidas por Raynal[66] e por De Pradt[67] - deveriam ser combatidas a partir de políticas públicas que tornassem os laços entre o Reino e a América insubstituíveis.[68]

Esses laços seriam revigorados pela manutenção de seu tripé fundamental: a preservação do *exclusivo comercial*, com a valorização de suas vantagens recíprocas para reinóis e americanos; a defesa e conservação do *tráfico de escravos*, fonte básica de mão de obra para a economia colonial e, finalmente, a reafirmação da autoridade régia no ultramar, exemplificada na obra de Azeredo a partir de uma releitura do *padroado régio*, prerrogativa que deveria sair da jurisdição da Mesa da Consciência e Ordens para a esfera de atuação do Conselho Ultramarino.

---

[66] Para as ideias anticolonialistas do abade Raynal e suas impressões acerca da colonização portuguesa no Brasil, cf. CAVALCANTE, Berenice. Dilemas e paradoxos de um filósofo iluminista. In: RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro / Brasília: Arquivo Nacional / Editora UnB, 1998, p.11-33. Já para a leitura e recepção dos luso-brasileiros a respeito das ideias de Raynal e de sua interpretação acerca da Independência das Treze Colônias (1776), cf. FIGUEREDO, Luciano Raposo de Almeida & FILHO, Oswaldo Munteal. Prefácio: a propósito do Abade Raynal. In: RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *A Revolução da América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, pp. 1-52.

[67] Azeredo cita em mais de uma ocasião o livro *Les Trois Ages des Colonies ou de Leur État Passé, Présent et a Venir*. Par M. De Pradt. Membre de L'Assemblée Constituante. À Paris, Chez Giguet et C^ie^Imprimeurs-Libraires, Rue des Bons-Enfans, n^o^6, au coin de celle baillif, 1801-1802. A obra estava dividida em três tomos: os dois primeiros são estratos do trabalho de Raynal acerca dos estabelecimentos europeus nas Américas. O terceiro é uma análise da colonização européia partindo do pressuposto que "L'Europe et ses colonies sont dans une position inverse, sans être contradictoire". O autor francês vê a independência das colônias como algo inevitável e sua proposta é preparar a separação dos impérios americanos de forma racional. Além disso, assim como Raynal, De Pradt destaca a revolução das 13 Colônias como um exemplo. Apesar da escravidão, os americanos já estavam maduros para tornarem-se independentes. Azeredo criticava essa "suposta" inevitabilidade e os argumentos "racionais" do francês. Para uma abordagem inicial do pensamento de De Pradt, cf. MOREL, Marco. A independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSO, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC / Fapesp, 2005, p. 617-626. Cf, ainda, PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n°11, p. 88-99, maio. 2010.

[68] Um fato curioso, mas compreensível, é a ausência de qualquer referência à Independência das Treze Colônias na obra de Azeredo. Como explicar o fato de uma colônia ter tornado-se independente, dada a manutenção da escravidão e o controle do poder político pelos grandes proprietários e pelos letrados? Essa questão deve ter assombrado o futuro bispo de Olinda da mesma forma que espantava os secretários da Coroa em Lisboa.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

Sobre o *exclusivo comercial*, Azeredo Coutinho reconhece que tal elemento poderia trazer malefícios para os produtores americanos.[69] Nesse aspecto, ele critica aqueles que viam as colônias apenas como uma economia complementar a europeia, passível de ser explorada indefinidamente.[70] Como já foi dito, para o autor, o *exclusivo* não era sinônimo de monopólio. Da obrigatoriedade dos americanos negociarem com a Metrópole, deveria haver a contrapartida desta última em oposição ao avanço de potências rivais, instituições fiscais e jurídicas que facilitassem a produção agrícola e garantissem os ganhos privados. Além disso, a segurança de que as bases da prosperidade americana seriam mantidas, inclusive com a manutenção do tráfico de escravos.[71]

A prosperidade dos súditos americanos os afastaria de qualquer tipo de ideias "perniciosas" e o exemplo norte-americano continuaria sendo ignorado pela maioria:

> O homem que vive no meio da pobreza, da opressão e da miséria, amaldiçoa ainda aqueles que o geraram, aborrece a vida, revolta-se contra todos, contra si mesmo, mata-se e despedaça: o homem enfim, que não tem que perder, é o mais atrevido e o mais insolente, a tudo se atreve, nada lhe resiste.
> E, pelo contrário, o homem que vive na abundância logo se lembra de uma companhia honesta, que lhe seja amável e que o ajude a viver contente e quando se vê reproduzido em seus filhos, adora o Criador e beija a mão benfeitora que o protege, respeita a religião, respeita as leis e é o primeiro que se interessa na conservação da paz pública, da qual necessariamente depende a sua particular e a da sua família.
> Só teme quem tem que perder; quem mais te que perder, mais teme; quem mais teme, mais obedece; ***é, pois, necessário que os interesses da Metrópole sejam ligados com os das colônias, e que estas sejam tratadas sem***

[69] Montesquieu também irá abordar o tema: "A desvantagem das colônias, que perdem a liberdade de comércio, é visivelmente compensada pela proteção da metrópole, que a defende com suas armas, ou mantém com suas leis." MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000, (Coleção Os Pensadores), Volume II, p.60.

[70] "A Metrópole e as colônias, principalmente a respeito da agricultura e de tudo o que é produção da terra, se deve considerar com um só prédio de agricultor, cujo fim é conservar a sua casa em abundância e ter um grande supérfluo para vender aos estranhos. Ao possuidor de muitas quintas não importa, nem deve importar, que esta ou aquela lhe renda mais: só, sim, que todas lhe rendam muito." COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias. In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 153.

[71] "Estes benefícios pedem iguais recompensas e, ainda, alguns justos sacrifícios; e, por isso, é necessário que as colônias também, da sua parte, sofram: 1) que só possam comerciar diretamente com a Metrópole, excluída toda e qualquer outra nação, ainda que lhes faça um comércio mais vantajoso; 2) que não possam as colônias ter fábricas, principalmente de algodão, linho, lã e seda, e que sejam obrigadas a vestir-se das manufaturas e da indústria da indústria da Metrópole. Desta sorte, os justos interesses e as relativas dependências mutuamente serão ligadas." COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias, op. cit., In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 155.

Versão preliminar de trabalho. Favor não citar sem a permissão do autor.

> ***rivalidade. Quanto os vassalos são mais ricos, tanto o soberano é muito mais***. (COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo)[72]

Talvez esse seja o maior mérito do *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas Colônias* para seus contemporâneos. Assim como D. Luís da Cunha, Azeredo enxergou o Império português como uma grande economia com partes distintas que se complementavam. O papel da América era desenvolver suas culturas para abastecer o Reino de matérias primas e alimentos, gerando lucros com a reexportação de seus produtos no mercado europeu. Além disso, o mercado consumidor americano teria privilégios para a produção reinol.[73]

Para manter a prosperidade das colônias da América Portuguesa, um ponto era fundamental: proteger o fluxo de mão de obra escrava para o trabalho no campo. Este fluxo sofria um ataque duplo: o interesse material dos comerciantes britânicos ávidos pelo controle de pontos de fornecimento na costa da África e as maquinações da "seita dos filósofos". Tais filósofos desvirtuavam o direito ao advogar em favor do indefensável, ou seja, do sistema de pactos sociais e da igualdade absoluta entre os homens. Esse é o próximo *front* do debate intelectual que Azeredo irá se engajar.

[72] COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias. In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804).* Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 156. Os grifos são nossos.

[73] "É certo que, se à agricultura e à produção dos gêneros das colônias se der toda a extensão de que elas são capazes, a Metrópole não os poderá consumir todos, nem dar-lhes em gêneros e manufaturas um igual valor das suas receitas, e que por isso seja necessário saldar a sua conta a dinheiro. Mas, que prejuízo se seguirá disto à Metrópole? Quanto mais abundar em gêneros das colônias, tanto ela terá mais que vender aos estrangeiros. Os gêneros das colônias são preciosos, são da primeira necessidade; os estrangeiros necessitam, não se podem dispensar deles." COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias, op. cit., p.154.

Uma história de pouco caso: a economia da borracha na produção histórica nacional

Orange Matos Feitosa – FFLCH/USP[1]

> O símbolo máximo que ficará desta fortuna fácil e ainda mais facilmente dissipada é o Teatro Municipal de Manaus, monumento em que a imponência se une ao mau gosto, e para onde se atraíam, a peso de ouro, os mais famosos artistas da Europa que embora incompreendidos neste meio de arrivistas, atestavam a riqueza de um mundo perdido no âmago da selva tropical americana.
>
> Caio Prado Júnior

Introdução

Este artigo busca analisar como a produção histórica no Brasil interpretou o período de expansão e "decadência" da economia da borracha, assim como as contribuições para avanço da temática e a memória reservada a História nacional. As versões localizadas ora se detinham na opulência gerada pela produção, comércio e posterior crise econômica, ora, buscavam se afastar dessa visão mencionando a dinâmica econômica, mas enfatizando os militares ou a violência sofrida pelos trabalhadores urbanos. Essas duas vertentes envolveram o tema em uma redoma impedindo o avanço dos estudos para diferentes aspectos não levados em conta por ambas as produções. Por sua vez, a historiografia nacional, talvez porque sujeita a dificuldade de acesso aos arquivos regionais no Pará e Amazonas, ou por desconsiderar este tema como menor, limitou-se a reproduzir o instituído, acentuando este ou aquele aspecto da dinâmica econômica do látex, mergulhando esse período da história regional em uma letargia sem fim, encerrando a discussão e não estabelecendo um diálogo com a documentação existente.

Buscando retomar essas posturas historiográficas orientadas por uma visão homogênea que justificou por outros modos o discurso corrente dos contemporâneos, sem base documental e

[1] Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo sob a orientação da professora Doutora Maria de Lourdes Mônaco Janotti e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. email: omfeitosa@bol.com.br. Não poderia deixar de agradecer a leitura atenta e as sugestões do Professor doutor Alexandre Macchione Saes, FEA/USP.

análise crítica, intencionamos apresentar algumas fontes para refletir sobre possibilidades e caminhos diversos daqueles constantes nessas interpretações.

Em 1889, o Estado do Amazonas ainda não tinha uma linha telegráfica que o colocasse em comunicação imediata com as demais regiões do Brasil e o seu único meio de comunicação os vapores que desciam e subiam o rio Amazonas e seus afluentes. Foi um paquete que trouxe a Manaus, em 21 de Novembro, a notícia da queda da Monarquia[2]. A cidade sofria há alguns anos as mudanças ocasionadas pelo crescimento populacional, pelos projetos de urbanização, pelo mercado de trabalho urbano que se expandia e pelas exigências do fluxo e refluxo da economia do látex que impulsionava a cidade rumo à modernização. O seu ainda modesto porto não abrigava somente carga e descarga de toneladas de borracha, castanha e de produtos importados, mas também era palco de embarque e de desembarque de brasileiros e de estrangeiros em busca de trabalho ou em busca das promessas de enriquecimento fácil.

Todavia, essas ilusões se dissipavam para muitos desses forasteiros ao se depararem com uma cidade que estava sendo virada pelo avesso político, social, econômico e culturalmente. Por exemplo, o novo mercado de trabalho não conseguia absorver o grande contingente de braços, antes reclamados pelos poderes públicos, em vias de instalação.

Os trabalhadores nacionais, particularmente os cearenses, enfrentaram preconceito tanto por parte dos empregadores como pelas instituições públicas que os acusaram de trazerem consigo a preguiça, a indolência e doenças transmissíveis. Os indígenas, que antes haviam sofrido com a brutalidade da conquista e da colonização, agora sofriam com mais uma faceta da racionalidade do sistema de trabalho imposto pelos brancos, especificamente, nos seringais, passando pelas práticas mais atrozes de desintegração tribal até a dizimação (BONILLA, 1996: 6-7). E para completar, em plena mudança de regime político, a cidade de Manaus, conhecida nos documentos e na historiografia tradicional por sua pacificidade; fervilhava, como outras cidades[3] pelo Brasil afora, com as disputas entre civis e militares pelos cargos públicos.

Vale ressaltar que o preconceito instituído não impediu que os cearenses chegassem à grande número nas décadas de oitenta e noventa dos oitocentos e que, de início, ocupassem as

[2] Ver REIS, A . História do Amazonas. p. 244 e LOUREIRO, A. Síntese da História do Amazonas. p. 224.
[3] Ver CHEREM, Rosângela Miranda. Os Faróis do Tempo Novo- Política e Cultura no Amanhecer Republicano da Capital Catarinense. Tese de Doutoramento, 1998. São Paulo, Universidade de São Paulo. A historiadora analisa da chegada à consolidação da República em Florianópolis a partir do testemunho de Duarte Schutel. A República vista do meu canto. Focalizando os embates e os tumultos travados na Capital Catarinense.

"colônias e núcleos agrícolas [...] Enquanto esperavam o deslocamento para o interior" (DIAS, 1999: 142), trabalhando em pequenos serviços "de melhoramentos das praças e ruas" (Ibidem).

O período do fausto iniciado com o extrativismo da borracha e sua exportação se instalava em Manaus e Belém e após várias oscilações nas taxas cambiais crises passageiras de 1888-89, 1900-1 e 1906-7[4], em 1910 a crise se acentuou e levou à economia a derrocada. Neste sentido, nossa proposta é recuperar como a crise da economia do látex foi interpretada na literatura e, ao final, apontar algumas possíveis fontes para novas pesquisas.

A crise da economia da borracha na literatura do Amazonas

Em julho de 1908 Antonio Bittencourt que foi vice-governador de Antonio Constantino Nery e assumiu o governo quando Nery alegando motivo de doença se afastou do cargo, reassumiu o governo e iniciou uma reforma na Constituição estadual gerando grande alvoroço na oposição, sofrendo ameaças deixou a administração nas mãos de Antonio Gonçalves Sá Peixoto que imbuído de suas atribuições legais concretizou a reforma constitucional iniciada por Bittencourt que estabelecia a prorrogação do mandato das "duas primeiras autoridades do estado" [5] por mais cinco meses. Essas medidas foram consideradas inconstitucionais pelos líderes da oposição e aliadas às acusações de corrupção administrativa e traição partidária por parte de Bittencourt, aceleraram a eclosão do bombardeio de Manaus em outubro de 1910, no mesmo ano em que a crise da borracha se acirrou.

Nos dois primeiros meses de 1910 o comércio da borracha atingiu o ápice da alta de preços no quilo, quase três dólares, conduzindo os investidores ingleses à investimentos febris em "163 firmas para exploração de seringueiras, silvestres ou cultivadas, em 28 diversos países" [6]. Essa aparente euforia logo se dissipará desvelando que a súbita alta de preços no mercado exportador seria interrompida, o que aconteceu em maio daquele ano; porém, parte dos investidores permaneceu à espera de um reaquecimento no mercado, o que não ocorreu. Nos

[4] Cf. WEINSTEIN, B. A Borracha na Amazônia, expansão e decadência (1850-1920). Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 243 e LOUREIRO, A. A Grande Crise (1908-1916). Manaus: T. Loureiro & Cia, 1985. p. 15. BITTENCOURT, A. Chorographia do Estado do Amazonas. Manaus: ACA/ Fundo Editorial, 1985. p. 295.

[5] BITTENCOURT, A.Op.cit., pp 305-306. "firmou-se que os quatriennios governamentaes não mais começassem em 23 de julho, mas em 1º. de Janeiro de cada período, afim de que os annos financeiros fossem completos, para cada governador".

[6] WEINSTEIN, Barbara. Op. Cit., p. 241.

meses iniciais de 1911, a estabilidade dos preços desabou e mergulhou a Amazônia em uma grande crise econômica.

Em 1913 a Associação Comercial do Amazonas escreveu uma exposição de motivos ao governador Jonathas da Pedrosa destacando que nos últimos trinta anos a região passou por várias crises e as superou, porém a

> crise atual é de outra espécie e traz sua origem no excesso e na pletora da produção. Mas, já não é a Amazônia que fornece esse excesso e essa pletora, e sim o Extremo Oriente. Porém, a Amazônia será, é claro, a mais atingida na tendência inevitável de ambos a uma depreciação de preços que colocará o nosso produto, indefeso como se encontra, em um declive circunvizinho à ruína[7].

Após a Primeira Guerra, a crise econômica generalizou-se no Amazonas e a queda vertiginosa dos preços da goma elástica no mercado internacional com a perda da exclusividade na exportação mundial desse produto, trouxe consigo o desemprego e a fome para a capital da borracha que, até aquele momento procurou sobreviver, apesar dos atropelos. O comércio em Manaus quase fechou as portas, sendo seguido pelo mercado imobiliário que desfalecia com debandada dos grandes investidores vendendo seus imóveis a qualquer preço. A partir daí a situação econômica, política e social do Amazonas agudizou-se e o Estado esteve

> mergulhado em fabulosas dívidas, tanto externas, como internas, aumentadas pelos altos juros e sem as arrecadações para o pagamento das amortizações, dos fornecedores e dos funcionários públicos com vários meses de atraso, além da quase falência do comércio, pela falta de negócios, e por uma desregrada corrupção das autoridades constituídas. (LOUREIRO, 1994)

Foi continuamente o discurso exaustivo dos governantes propagando os lucros obtidos com a extração do látex, que pautou mais uma vez a idéia de investimentos no extrativismo, como saída para crise regional. “Entretanto as previsões para o ano de 1922 eram pouco estimulantes” (LOUREIRO, 1994: 28); foi sob a vigência do Plano Stevenson apresentado ao “Secretario das Colônias” inglesas Winston Churchill como estratégia de recuperação, propondo a restrição das exportações “usando uma escala móvel de direitos alfandegários” (LOUREIRO, ibidem), que a região alcançou um breve aumento dos preços e uma rápida estabilidade na indústria.

[77] Revista da Associação Comercial . n. 62, de 10/08/1913 Apud LOUREIRO, Antônio. A Grande Crise (1908-1916). Manaus: T. Loureiro & Cia, 1985. p. 105

Nesse contexto, surgiu *Corografia do Estado do Amazonas* publicado em 1925 pelo professor de Geografia, Agnello Bittencourt. Nascido em 1876, vivendo e/ou presenciando muitos daqueles fatos sobre os quais escreveu, fez um inventário Geográfico do Amazonas: população, relevo, limites territoriais, administração, comércio, navegação, indústria extrativa dentre outros; e como não tinha por alvo a economia gomífera, se se referiu ao período de sua expansão, foi porque na quarta parte capitulo um: *Indústrias extractivas* esboçou a valorização da borracha a ponto de 1910 alcançar o valor de venda por quilo "17$000" e ressaltar que o Amazonas convencido da qualidade do seu produto desprezou o concorrente asiático, cultivo da seringueira em grande escala, o esgotamento dos seringais e o contrabando nas fronteiras[8].

No capítulo seis da sexta parte intitulado: *Economia e finanças* retomou a atividade econômica do estado centrada na exportação da borracha e castanha e acrescentou que a baixa dos preços da borracha conduzia ao "abandono dos seringais" e falência das casas aviadoras; criticou as administrações que pilharam os cofres públicos e realizaram empréstimos descabidos. Para Bittencourt naquele momento "systematizou-se o assalto aos dinheiros publicos [...]A crise econômica de 1912 a 1920, veio aggravar esse procedimento dos máos governos desta terra"[9]. A Receita total do estado que em 1899 foi de "24.044.886$887", em 1911 caiu quase cinqüenta por cento "12.901.477$375" e em 1921 alcançou seu nível mais baixo "4.401.962$013".

O capítulo cinco da sétima parte *O Estado (1889-1925) os primeiros governadores,* o livro apresenta um breve relato das administrações estaduais, tecendo comentários críticos sobre a vida política, as gestões, as disputas partidárias e pincelando com tintas nada neutras o déficit entre receita arrecadada com a venda do látex e as despesas governamentais. E mesmo não dedicando grande espaço ao lapso de tempo em que o fausto quase dominou a cidade com a exportação da borracha, não obscureceu as contradições comuns as finanças do período, nem negligenciou a inverossimilhança da propagada prosperidade econômica e muito menos a corrupção de parte dos gestores no Amazonas

> Tempos foram estes, ao que se palpa dos numeros – enfileirados como espectros fabulosos – da mais completa e desordenada imprevidencia governativa e de verdadeiros desvarios ou vertigens na administração e nas finanças: o orçamento – uma inutilidade, os creditos – uma valvula para destemperos de toda a sorte, gastos improductivos – como que um programma, despezas não

[8] BITTENCOURT, Agnello. Corografia do Estado do Amazonas. Manaus: ACA/Fundo editorial, 1985. pp. 122-124.
[9] Idem. pp. 230-231

> auctorizadas – regimen normal e, tudo, ao lado da frouxidão no apuro das rendas, o preparo da situação temerosa que aos que viessem depois ficava o trabalho de soffrer. (BITENCOURT, 1985: 294).

Bittencourt fecha sua exposição sobre a economia da borracha com a idéia de que a crise que se alastrou pelo Amazonas foi motivada pela falta de retidão administrativa de vários dos seus governos.

Mais de duas décadas depois, Arthur Cézar Ferreira Reis publicou *O seringal e o seringueiro* (1953). Nessa análise, o erudito autor procurou abrir as portas do seringal para que os diferentes tipos sociais que o conformavam viessem à baila. Dessa forma, apresentou o período da economia da borracha que tomou força em nível comercial aproximadamente em 1850 e se intensificou a partir de 1890-1900 atingindo o ápice como produto de exportação na primeira década do século XX; como "o advento da nova era" e o "seringal o núcleo de onde partia toda a seiva que a vivificava" (REIS, 1997: 76-78) A paisagem na região Norte foi alterada, desde as feições da zona rural com o crescimento de cidades e com surgimento de outras. A exportação do látex garantiu ao país uma parcela das divisas que o favorecia no comércio internacional, as capitais dos Estados do Amazonas e Pará tomaram ares de "cosmopolitas". Enfim, o capital estrangeiro entrou na região amazônica e estabeleceu uma nova ordem de coisas (REIS, 1997).

Arthur Reis, guiado pelo determinismo econômico na História e a concepção conservadora do IGHB, avaliou a economia de exportação do látex como uma saída para a região se estabilizar economicamente e, em conseqüência, politicamente e mais ainda: "o 'seringal' [...] incorporou o extremo-norte à civilização brasileira [...]" (REIS, 1997). Mas, no meio de tantas contradições, presentes tanto no *seringal* como em seu trabalho, ao demonstrar a complexa rede de operações financeiras estabelecidas entre aviadores, seringalistas e seringueiros, não deixou de assinalar que se os "excessos" prevaleceram no seringal foi porque se tornou peculiar um tirar proveito do outro. (REIS, 1997: p. 169) A visão ufanista de Reis não possibilitou uma interpretação da crise em que a região foi envolvida.

Antônio Loureiro publicou *Síntese da História do Amazonas* em 1978 e recriou as primeiras décadas republicanas como uma história de pequenos sucessos políticos, pondo um acento nos aspectos econômicos, destacando que a última década do século XIX "foi o marco da

transformação de Manaus em cidade moderna. O afluxo de capitais, decorrentes do monopólio de produção da borracha pela Amazônia, propiciou uma mudança radical da fisionomia da cidade, a mais progressista do país" (LOUREIRO, 1978: 230). A concepção linear de história desviou esse historiador dos problemas e conflitos sociais inerentes a todo processo de modificações, sustentando a idéia de que os fatores econômicos sobrepujavam os políticos, sociais e culturais. Reforçando as versões positivas sobre o período e enfatizando, a grandiosa administração de Eduardo Ribeiro (1892-1896); fez da borracha o personagem que absorveu toda a história da região no final do século XIX e na primeira metade do XX.

É importante ressaltar que Antonio Loureiro foi o único autor no Amazonas que orientou a sua pesquisa para os motivos que levaram a economia da borracha à crise, embora enfatizasse nos relatos a idéia corrente nos documentos à época sobre descaso do governo federal para com a região, revelando um compasso existente entre o que a Associação Comercial do Amazonas publicava em suas revistas e o discurso das elites locais para mascarar seu descompromisso com a região. Loureiro, mesmo cedendo ao fascínio da memória estabelecida por estes discursos, na qual o governo da União foi o responsável pela crise econômica que engoliu a Amazônia; contribuiu com o esclarecimento da crise até então, não mencionada e não desenvolvida em análises elaboradas por parte dos historiadores locais.

Antonio Loureiro publicou *A Grande Crise (1908-1916)* em 1986 e buscou responder o porquê do insucesso da "indústria extrativa" da borracha, trouxe outros elementos para o debate, sinalizando que a Amazônia não progrediu ao "nível de São Paulo" devido ao desinteresse do governo federal pela região que, recebia os impostos e as divisas da "Amazônia" e os aplicava no "Sul", somado a isso, havia o oligopólio das exportações, a corrupção dos governos estaduais, a "insalubridade reinante" na região e suas "dimensões continentais", estes fatores não permitiram que a economia de exportação da borracha se consolidasse. (LOUREIRO, 1986:247). Destacou as demais atividades econômicas do Amazonas como produção da castanha que se retraiu devido às exportações do látex, mas passou à regularidade em 1912, sendo exportada para os Estados Unidos; o cacau que findou por sair do mercado, o pirarucu (peixe vermelho) e o peixe-boi exportados para o Pará. Porém, as relegou a um plano de quase subsistência devido à baixa exportação.

Em 1994 no livro *Tempos de Esperança (1917-1945)* retomou o período que denominou como de pós-crise economia gomífera e enfatizou que este era um período de "transição entre um passado economicamente vigoroso e um futuro promissor". (LOUREIRO, 1994: 9) Cabe perguntar como isso seria possível para o autor? Porque de acordo com sua explanação a "Grande crise" que se abateu sobre a Amazônia foi pelo "desinteresse" do capital internacional, mas especificamente, da Inglaterra em investir na região que controlava desde 1875 e a inoperante Superintendência de Defesa da Borracha criada em 1912 pelo governo federal que não beneficiou a região. De qualquer forma, este foi um ponto de avanço para revisão da problemática, porque até então era ponto em comum na literatura de que o governo federal era o único sujeito responsável pela crise que se alastrou sobre a Amazônia.

Com o propósito de desviar-se das interpretações que privilegiaram a expansão da economia do látex como uma atriz principal e quase condutora exclusiva da política e economia desse período, surgiram, nas décadas de oitenta e noventa, as análises sobre os militares e trabalhadores urbanos como contraponto aos estudos que minimizaram ou mesmo não contemplaram as manifestações populares no período de consolidação da República no Amazonas.

Se por um lado, a história política foi concebida a partir dos grandes vultos e a história econômica passou a ser centro da vida social, foi porque, a historiografia tradicional pautou-se em uma concepção de história em que os documentos eram lidos como a fonte da verdade histórica; visão em que os trabalhadores mesmo estando presentes na documentação compulsada não eram vistos como sujeitos ativos da história. Por outro lado, as produções históricas elaboradas posteriormente se voltaram em direção de novos objetos, como por exemplo, os militares, a cidade, trabalhadores urbanos suas tensões, resistência e relações tecidas, o lazer, a habitação, dentre outros. Pondo em cena a experiência e a cultura operária; não contemplando os objetos considerados "tradicionais" como por exemplo as "elites" extrativistas ou políticas.

O processo de modificações ocorridas nos últimos anos do século XIX as décadas iniciais do XX em Manaus gerou contradições políticas, econômicas e sociais, uma vez que, as reformas urbanas financiadas com os lucros obtidos com o comércio do látex propostas pelos poderes públicos visaram a atender somente aos interesses do capital. De maneira que a Manaus desse período abrigou tensões e contradições vividas por outros personagens e que as diferentes

indagações feitas aos mesmos documentos propiciaram outra visão da cidade, preservada e imaculada, até então.

Em dissertação defendida em 1982 na Universidade de São Paulo e publicada em 1985 com o título de *A Rebelião de 1924 em Manaus* Eloína Santos, objetivou analisar "a rebelião de 1924, na cidade de Manaus, seu significado no processo das crises oligárquicas do Amazonas" (SANTOS, 1985: 11). No primeiro capítulo, intitulado "Manaus: Polo Econômico do Estado do Amazonas", ao relatar a crise desencadeada pela baixa nas exportações do látex e as suas conseqüências para a cidade nos anos vinte, reproduziu o já instituído pela historiografia renomada, ao referir-se à dinâmica econômica como a atividade propulsora das modificações ocorridas nesses tempos, à medida que, na sua interpretação, a borracha emergiu como a protagonista de uma história na qual os homens apareceram mais como pano de fundo desse cenário. Baseando-se no esquema de Celso Furtado[10] sentenciou que, a dinâmica econômica da região "entrou em decadência" desde quando Marquês de Pombal expulsou os jesuítas conduzindo a "desorganização do sistema de exploração da mão-de-obra indígena" (SANTOS, 1985: 28). Nesta concepção, este foi o mergulho na inércia econômica de onde a região não retornou.

Em se tratando de trabalhadores urbanos, o primeiro trabalho que encaminhou a sua análise nesse sentido foi o texto pioneiro de Edinea Mascarenhas Dias, *A Ilusão do fausto – Manaus (1890-1920),* escrito em 1988 e editado em 1999 (DIAS, 1999). A historiadora, analisando como o período de fausto da borracha interferiu na transformação do espaço urbano em Manaus, demonstrou como funcionou a política de organização e disposição do espaço físico e seus mecanismos de controle, expropriação e dominação dirigida aos trabalhadores. Para Dias, a população pobre, os desempregados, assim como os trabalhadores em geral, foram segregados às zonas mais distantes do centro da cidade, ressaltando que na elaboração dos projetos que seriam executados para as reformas urbanas, "as estratégias estabelecidas foram amplas, compreendendo uma política de separação e isolamento desses segmentos em bairros distantes da área central da cidade, [....]" (DIAS, 1999: 135-136).

A Ilusão do fausto descortina para os leitores a cidade, ou melhor, outro lado da cidade de Manaus, mas deste, saíram das sombras da Modernidade os trabalhadores que foram aos

[10] Ver FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil.12 ed. rev. São Paulo: Ed. Nacional, 1974. p. 129 Apud SANTOS, E. M.

poucos afastados do processo de modernização e urbanização realizado no centro da cidade, empurrados para os arredores onde usufruíam pouco ou quase nada de luz elétrica, redes de esgoto, transportes urbanos e abastecimento de água entre outros serviços que modificaram o espaço físico, mantendo inalterada a perspectiva política dos administradores locais que não planejaram a distribuição desses recursos para os menos favorecidos.

Na mesma linha de pesquisa, mas com objetivos distintos, Maria Luiza Ugarte Pinheiro em minuciosa investigação, tratou das "tensões que marcaram a passagem dos estivadores manauaras" no decorrer de aproximadamente quatro décadas em *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925).* Trata-se de um texto portador de uma linguagem apurada e de importantes questionamentos, Traçou um caminho distinto do percorrido por Edinea Dias à medida que visualizou a cidade da borracha entremeada por inúmeros conflitos entre os "eleitos do látex" e o 'populacho' marginalizado, mas perante estes, observou a historiadora, os homens conquistaram através das lutas do cotidiano alguns dos direitos reivindicados.

Para Pinheiro, embora os trabalhadores, em especial os estivadores em Manaus, tenham vivido entre as práticas de "dominação" e "cooptação", não aceitaram passivamente as normas de conduta impostas pelos poderes públicos para mantê-los sob controle. Suas trajetórias não poderiam ser caracterizadas como um "rosário de derrotas", mas como um longo período de lutas e conquistas.

Francisca Deusa Sena da Costa, na dissertação defendida em 1997 *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1915)* retomaram algumas das reflexões elaboradas por Edinea Dias, especialmente à segregação dos trabalhadores do espaço público, dialogando com Raymond Williams e Edward Thompson[11].Ao tratar, em de experiência e cultura operária, contrapôs-se à análise anterior no que diz respeito à circunscrição dos trabalhadores à periferia de Manaus, constatando que grande parte dos trabalhadores permaneceu no espaço urbano apenas tornou-se invisível aos olhos do poder.

[11] Respectivamente os seguintes textos de Edward P.THOMPSON. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial In Costumbres en común. Barcelona: Crítica/Grijalbo, 1995. _____. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987. V. I. Quanto as obras de Raymond WILLIAMS. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. _____. Cultura**.** São Paulo: Paz e Terra, (s.d). _____. O Campo e a cidade: na História e na Literatura. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

Baseando-se como (DIAS e PINHEIRO, 1999) nos conceitos thompsonianos, preocupou-se com o dinamismo dos atores sociais revelando que "os trabalhadores e outros segmentos sociais populares que se tentou segregar reagiam a tal processo e eram visualizados como transgressores da ordem urbana [...]" (COSTA, 1997: 23) ao flagrar os rostos dos trabalhadores na Manaus que se modernizava as expensas de seu suor, desvelou suas manifestações públicas, suas greves e suas reivindicações ante as medidas de caráter disciplinar e de medidas de "purificação" do espaço físico, decretadas pelos poderes públicos.

Observamos que os trabalhos de (DIAS, COSTA e PINHEIRO) surgidos nos anos oitenta, o primeiro, momento em que a historiografia voltou-se para outros objetos, como por exemplo, as condições de vida dos trabalhadores que, "resultaram do estímulo proporcionado pela pesquisa coletiva coordenada por Déa Fenelon Ribeiro, junto ao Departamento de História da Unicamp, no final da década de 70 e início dos anos 80" (BRESCIANNI, 1998), e, os dois últimos elaborados nos anos noventa; mas, perseguindo a mesma linha de pesquisa, a partir disso, podemos dizer que os pressupostos mantenedores dessas análises recentes, embora abordadas com diferentes cores e nuanças, são a relação entre experiência e cultura operária aliada aos mecanismos de controle no processo de organização e higienização do espaço físico, como também, as práticas e resistências dos operários pelo controle do processo de trabalho.

Na temática da história econômica da borracha a história do Amazonas se ressente ainda de muito estudo. Certamente, estudar esse período e alguns de seus conflitos por uma parte de nossos historiadores foi de grande contribuição para o processo de pesquisa na história do Amazonas, em particular de Manaus; mas pensamos conhecer apenas um dos lados (como tem feito a produção mais recente, analisando o processo de exclusão e de luta dos trabalhadores locais) não nos permitirá vislumbrar a complexidade que permeia as relações sociais e os interesses divergentes erigidos pelo sistema capitalista. A nosso ver, o conhecimento da expansão da economia exportadora da borracha e seu desmantelamento, a desarticulação das elites e do governo local com o capital internacional. Reclama Reflexão.

Dos textos até aqui comentados, nenhum tomou os entraves que o estado enfrentou no período de expansão econômica e os resultados negativos para o Amazonas, como objeto específico de análise e se, por um lado, apelou-se apenas para o mito da prosperidade fruto da extração do látex; por outro, assinalou-se somente a violência sofrida pelo trabalhador nesse

momento, sem qualquer registro ou discussão analítica sobre os desdobramentos da economia da borracha. A leitura dessas versões trouxe à luz reflexões substanciais para este texto. Merecendo destaque para reflexão: a produção mais antiga, caracterizada inicialmente por uma preocupação limitada aos eventos econômicos e políticos, manteve um retrato de Manaus como uma cidade próspera e tranqüila, geralmente despida de conflitos (BITTENCOURT, 1985) nesse momento de sua reconstituição política, econômica, cultural e social; enquanto a produção recente, detendo-se nos aspectos políticos e perpassada pelas influências das diversas áreas das Ciências Sociais, preocupou-se com os conflitos e contradições vividos pela classe trabalhadora urbana. Porém, se na primeira a dinâmica econômica da borracha foi o centro das atenções, na segunda, existe quando muito uma menção crítica sobre essa temática ou quase um silêncio condescendente como se o assunto estivesse encerrado. Cedendo espaço aos desvios, ao desinteresse e esquecimento das produções posteriores.

A vertente historiográfica tradicional traçou um perfil do Amazonas desse período confirmando que: 1) A economia da Amazônia se resumiu a três estádios que concentraram as suas atividades econômicas A) a extração das "drogas do sertão"; B) o desenvolvimento da agricultura; C) o retorno ao extrativismo, mas, o produto é a goma elástica. 2) A estabilidade econômica, política e social do Amazonas floresceu com a expansão da economia do látex. 3) A crise econômica a partir de 1910 desacelerou o desenvolvimento dos anos de expansão econômica.

A produção mais recente buscou afastar-se do fascínio produzido pela cidade ditosa que enfeitiçou os historiadores de outrora, revelando, desse modo, um compasso existente entre aquilo que estes historiadores escreveram e o ideal elitista naqueles tempos; isto é, edificar uma cidade "branca", "urbanizada", "desodorizada", "próspera" e antes de tudo "civilizada" e sem conflitos. Analisando a constituição da cidade de Manaus com estudos localizados, nos deram outras respostas:

1) O processo de modificações ocorridas nos últimos anos do século XIX e início do século XX em Manaus gerou contradições políticas e tensões sociais, uma vez que, as reformas urbanas financiadas com os lucros obtidos com o comércio do látex propostas pelos poderes públicos visaram a atender somente aos interesses do capital.

2) A historiografia "tradicional" construiu uma memória harmoniosa de uma cidade onde a "natureza" e a "cultura", "projeto urbano e espaço físico", Manaus moderna e expectativa social se entrelaçaram em equilíbrio, obscurecendo, portanto, que as mutações advindas com o "boom" da economia extrativista desestruturou modos de viver e pensar e que os benefícios do "progresso" não bafejaram os destituídos de poder econômico.

3) De maneira que a Manaus do "fausto" abrigou tensões e conflitos vividos por outros personagens e que as diferentes indagações feitas aos mesmos documentos propiciaram uma outra visão da cidade.

A economia da borracha na historiografia nacional

Roberto Santos, assinalava em *História Econômica da Amazônia (1800-1920)* a necessidade de complementar os estudos específicos sobre a região amazônica e apontava quatro obstáculos para "correta interpretação dos movimentos da economia amazônica" (SANTOS, 1980: 3). O primeiro, os dados quantitativos fragmentários e "escassos"; segundo, a análise qualitativa voltada para os "monumentos" e as "artes"; terceiro, "o pressuposto de moeda estável"; e, por último e a "absolutização do crescimento econômico". A partir daí, o autor se propunha a ultrapassar esses impeditivos com os objetivos de "determinar como a economia amazônica emerge no principio do século XIX e com quais perspectivas [...] estabelecer qual o significado do crescimento regional da Amazônia para economia nacional na época" (SANTOS, 1980: p. 5). Não há dúvida na contribuição e avanço na criteriosa análise acadêmica de Santos e na percepção crítica da temática, mas ao se reportar ao Sistema de aviamento que considerou uma "Instituiçao dos tempos coloniais" [12] (idem, p. 174) parece sugerir que o Aviamento foi um empecilho para mudanças estruturais na economia regional associado ao desinteresse e imprevidência da "União". Concordamos que o Aviamento foi um impedimento para o crescimento econômico regional, mas porque não havia interesse por parte das elites comerciais e políticas aliadas ao capital internacional de operar mudanças nesse sentido, pois conduziria a

[12] Cf. SANTOS, R. o Sistema de aviamento é um impedimento para monetização da região porque congregava aviadores resistentes as mudanças externas que ruíssem com o sistema de trocas, a permanência do escambo que impedia a diversidade de produtos, o "baixo nível intelectual" dos seringueiros e o "atraso das técnicas", além de substituir o mercado. p. 171.

perda imediata de lucros vultosos. Por sua vez, o governo federal não agilizou eficazmente a valorização do produto, mesmo porque no calor da crise, não haveria somas suficientes nos cofres da nação para efetivar medidas de caráter imediato, como a situação exigia.

Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945) antecipou algumas idéias que influenciaram a produção histórica posterior a marginalizar ou encerrar o assunto sem análise ou diálogo com as fontes documentais. É inquestionável o valor intelectual do autor para historiografia brasileira ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre[13]. Sua importância para história econômica no Brasil e a concepção materialista da história o colocaram no panteão das análises históricas. Entretanto, parece ter se descuidado ao se referir à história econômica da Amazônia reproduzindo relatos de viajantes e literatura vigente, sua crítica vai à direção dos seringalistas por seu comportamento esbanjador, enfatizando a instabilidade da prosperidade econômica considerado-a "fictícia", finaliza sentenciando para região a imobilidade, incapacidade e a impotência produtiva[14]. O texto surpreende pela superficialidade fundamentada em fontes secundárias sem preocupação com a crítica documental.

Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959) ao tratar rapidamente da economia amazônica sugeriu que esta foi apenas mero complemento da economia cafeeira que gerou riquezas sem par para o Brasil ao estender-se para industrialização, enquanto a expansão da borracha descambou para contínuo abatimento, essas considerações encerraram o assunto para o autor, o sistema que alicerçou as atividades produtivas, assim como sua organização e falência foram postos à margem da formação econômica brasileira. Não encontramos as fontes usadas no texto além do Anuário Estatístico sem data e local de publicação. Furtado, apesar de ser um dos maiores intelectuais da inteligência brasileira não apresentou nenhuma contribuição ou acréscimo à história econômica da Amazônia.

---

[13] Cf. Antonio Candido. Introdução. In Raízes do Brasil. HOLANDA, Sérgio Buarque. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995. p. 11. Os três autores inovaram nas interpretações sobre o Brasil trazendo outros elementos para o debate intelectual e historiográfico como: preconceito e cor, descaracterização da vida brasileira como feudal, " crítica dos fundamentos 'patriarcais' e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal. E sobre Caio Prado Júnior, ver IGLESIAS, Francisco. (org) Introdução. In Caio Prado Júnior: história. Coleção grandes cientistas sociais. v. 26. São Paulo: Ática, 1982. pp. 21-32 e REIS, José Carlos. As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp.173-201.

[14] Ver PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 216 e História Econômica do Brasil. 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp. 240-241.

Alguns autores com análises posteriores de cunho nacional não avançaram na temática porque permaneceram nos limites das obras de Prado Júnior e Furtado, girando em torno da inércia econômica ou dos gastos nababescos, isto é, do consumo exagerado das elites comerciais e políticas, sem investimento na produção.

Edgard Carone, em *A República Velha I (Instituições e classes sociais)* 1975; esboçou o assunto em algumas páginas assinalando os lucros com o comércio do produto, a primazia asiática a partir de 1914 superando a produção mundial, o Plano Stevenson gerado em 1921 como tentativa de contenção "da produção e do mercado" sem obter êxito. Carone propôs que os fatores que moveram a "perda da supremacia brasileira" foram o atraso técnico, o sistema coercitivo e desumano de trabalho e o monopólio do comércio da borracha pelas firmas exportadoras. O autor não aprofundou a discussão sobre a temática apesar de ter tido acesso a documentos[15] que podiam acobertar o desleixo dos políticos contemporâneos com a questão, mas não impediam a crítica documental.

Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller lançaram em 1977 o livro *Amazônia: expansão do capitalismo* objetivando apresentar os modos que o desenvolvimento capitalista assumiu na Amazônia, os autores ao tratarem do "ciclo da borracha" reproduziram as idéias de Celso Furtado de que a produção da borracha obteve crescimento com migração da mão-de-obra, haja vista que os "métodos de produção" não se alteraram[16] na Amazônia. Concordamos que os métodos de produção não se renovaram, mas este não foi o motor da economia não ter se diversificado e muito menos entrado em exacerbada crise. E nem para os autores que influenciados por interpretações anteriores[17], não se incomodaram em dar continuidade às idéias prontas que percorrem todo o livro, sem reflexão ou pesquisa documental. Finalizando que, a crise da borracha não se deu apenas pela concorrência oriental, mas pela impossibilidade de defesa política do produto pelos representantes regionais e pelo consumismo das elites locais incapazes de modificarem as "condiçoes existentes".

Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato, escreveram um capítulo no História Geral da Civilização Brasileira dirigido por Boris Fausto intitulado *A Borracha na economia Brasileira da*

[15] Ver CARONE, E. A República Velha I... pp. 62-69 onde cita os Documentos Parlamentares. Politica econômica. Defesa da Borracha (1906-1914. Rio de Janeiro: Typ. do 'Jornal do Commercio', 1915.
[16] Cf. CARDOSO, F. H. & MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo. p. 28
[17] Os autores fazem referências explícitas de suas opções para o amparo de suas conclusões Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato.

Primeira República, o texto é baseado em Furtado e Caio Prado apresentando o que denominam "As três fases da economia amazonense, o problema da mão de obra: a emigração nordestina, o seringal, as técnicas de produção, as casas aviadoras, os tipos sociais, o seringueiro, a importância da borracha no quadro das exportações brasileiras, a borracha brasileira e a concorrência asiática, o plano de defesa da borracha, o plano Stevenson e a concessão de terras na Amazônia" tópicos que sugeriam outro percurso para interpretação até mesmo a preocupação com leitura de documentos. Porém, permaneceram na coleta de informações[18] de onde poderiam extrair outras respostas para "ruína" da economia além das apontadas como, o sistema de aviamento, incapacidade da representação política regional para defender seu produto e "lucros" direcionados para o "consumo, não concorrendo para transformação das condições existentes" [19].

Paul Singer no texto *O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930* publicado em 1975 na coletânea dirigida por Boris Fausto (História da Civilização Brasileira), também destacou a importância da exportação da borracha para o Brasil, questionou o por que de não se ter cultivado a hévea na Amazônia onde era seu habitat e salientou que ao governo inglês interessava que o produto e a produção estivessem dentro dos limites do seu Império e não havia mais motivos para investir na região.

Wilson Cano no *Raízes da Concentração Industrial* objetivando sumariar "outras economias regionais"[20] devido estar inter-relacionadas com a preponderância do comércio de café em São Paulo assinalou que o desenvolvimento da economia da borracha não pode ser denominado de 'surto', devido à duração de "meio século" de crescimento e pela quantidade de exportações que chegaram a cinqüenta por cento das exportações do café. Assim posto, questionou por que em sua "expansão, não gerou um complexo econômico, diversificador de sua estrutura produtiva"[21] que atenuasse a crise e respondeu imputando ao "aviamento".que funcionava como uma cadeia a base de créditos, ou seja, casas exportadoras →casas importadoras→ intermediários (seringalistas ou não) →seringalistas→ seringueiros, cabe dizer que essas relações de interdependência eram verticais e o comprador, no caso as casas

[18] As autores tiveram acesso a duas fontes riquíssimas: Anais da Câmara dos Deputados e Documentos Parlamentares- Politica Econômica – Defesa da borracha.
[19] Cf. PRADO, M. L & CAPELATO, M. H. R. A Borracha na economia brasileira da Primeira República. In FAUSTO, Boris (direção). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1975. p.307
[20] CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial. São Paulo: 4ª. ed. Campinas: Unicamp, 1988. p. 98
[21] Idem, p. 99.

exportadoras decidiam o "preço da produção"[22]. Vale destacar, que Cano apesar da análise resumida, levantou pontos importantes para compreensão do processo de expansão econômica e apontou o Aviamento como um impulsionador da crise.

Em que pese todos esses trabalhos sobre o tema, aspectos diversos ainda não foram considerados como, as projetos para solicitação de valorização do produto, o debate parlamentar em torno da crise econômica e a execução do Plano de defesa da borracha, a negligência dos governos local e federal que poderiam vir a refletir nos limites impostos a economia amazônica. Sendo assim esboçaremos alguns elementos presentes na documentação encontrada apontando outras possibilidades para estudos da temática em questão.

Documentos e novas fontes de pesquisa para a crise da borracha

Em abril de 1910 o jornal *La Union* publicou em seu editorial intitulado El Congreso as principais conclusões que o primeiro Congresso, Comercial, Industrial e Agricola organizado pela Associação Comercial do Amazonas como um dos primeiros apelos à União pela valorização da borracha teceu considerações e solicitou medidas que tomaram proporções maiores nos decretos n. 2.543 A – de 5 de janeiro e 9.521de abril, ambos de1912[23] aprovavam e regulamentavam a execução de medidas em defesa econômica da borracha

> .I Recomendar a los poderes públicos de los países y estados representados em el Congreso la reforma de las actuales tarifas de fletes, mayormente em la parte relativa á los artículos alimenticios, necesarios al sustento de los extratores de gomas, y em el sentido de conseguir su abaratamiento.II. Tomar em consideración la urgencia de mejorar las actuales condiciones de los trabalhadores de los *siringales*.III. Recordar á los gobiernos la connivencia de conceder favores á la navegación y derechos diferenciales á la producion de los rios todavia inexplorados em el Valle de Amazonas.IV. Aconsejar la desobstrucción de los rios em la parte em que pueda ser hecha sin perjudicar las condiciones hidrográficas. Em la parte en que esa desobstrución no sea posible, salvar el inconveniente por médio de vías férreas ó caminos.V. Convidar á los gobiernos á establecer premios á las compañías de navegación para Europa Y América del Norte que abaraten los fletes y acorten el tiempo de los viajes.VI. Recordar al gobierno federal la utilidad de exceptuar de impuestos de

[22] Idem, p. 102
[23] COLLEÇÃO DAS LEIS da República dos Estados Unidos do Brazil de 1912. V. I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1915 e V. II. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1916.

> exportación á las embarcaciones, cualquiera que sea sua tamaño, destinadas á la navegación de los rios de la Amazonia.

Ao cruzarmos essas duas fontes já poderemos esboçar outros elementos que dentro do tema da economia amazônica ainda não veio à tona, na literatura local e nacional como o interesse das elites comerciais regionais aliadas aos países vizinhos: Peru, Venezuela, Colômbia e Bolívia em propor mudanças para situação crítica que se apresentava e o Plano de valorização da borracha Apresentado em linhas gerais no artigo de Prado & Capelato[24], mas sem avaliação dos custos para a execução dos cento e catorze artigos constantes no decreto n. 9.521.

O Mariauense órgão do Partido Republicano Federal e de publicação semanal, propriedade do Coronel e Presidente daquele Partido José Antonio Nogueira Campos, em Barcelos, município do Amazonas, publicou nos meses de abril e maio de 1897 uma série de artigos sobre a importância da agricultura afirmando que "em todas as regiões do Rio Negro" foi relegada a segundo plano por causa da extração da seringueira e "este o seu mal, a causa primordial da sua decadencia". O discurso historiográfico envolvido de suposta autoridade não atinou para retração da agricultura e suas implicações para economia regional nas suas explicações para crise.

A Escova, jornal bi semanário publicou em 1913 no auge da crise econômica critica em seu editorial aos comerciantes, ao governo local e federal

> [...]
> Com o augmento crescente da produção mundial era indubitavelmente provável que no período de transição, succedesse aos desequilibrados como na parábola do filho prodigo, a hecatombe de que estão sendo vitimas.
> Querem, o que, senhores?
> [...]
> Não somos estrangeiristas no entanto com o jacobinismo vermelho já caracterisado, protestamos contra a medida vexatória imposta ao governo federal para a manuntençao do preço de seis mil reis o kilo da Brasília hevea.
> É uma aberração! Tal investida trará, em breve, fructos de amargos dissabores e horas de nefasto lazer aos interessados, pela affouteza com que sedentos de dinheiro, elles atiram-se de baraço e cutello á caixa forte da Naçao!
> [...]
> NOTA: Addendo: - Entretanto a Defesa da Borracha promette-nos muita cousa, porém...

[24] PRADO & CAPELATO. Op.cit., pp.303-304

Embora os estudos localizados como o de Bittencourt que introduziu no tema a responsabilidade dos governos amazonenses na crise da borracha, não retomada por Reis que se conformou com a prosperidade gerada pela expansão econômica e caracterizou o látex como o sujeito histórico do período, Loureiro que inicialmente concordou com Reis, pouco depois enfocou a crise econômica e seus motores, introduziu a temática na história amazonense, mas sem problematizá-la. Enquanto, a produção posterior (Dias, Pinheiro, Costa) enfocou o vigor das lutas dos trabalhadores e a moralização política e social defendida pelos militares (E.Santos) relegando as próprias fontes que exigiam uma ampliação do debate que não foi desenvolvido por estes autores.

Enquanto os estudos historiográficos dos anos 40 Caio Prado e Furtado tenderam a se conformar com o modelo de desenvolvimento da economia cafeeira que ocupou espaço privilegiado em suas obras, pondo de lado questões importantes para compreensão da história econômica nacional que foi reproduzida sucessivamente. Paul Singer nos anos 70, mesmo não dialogando com as fontes supracitadas, inseriu a dinâmica econômica da Amazônia em um contexto nacional e internacional. Talvez se tivessem consultado as fontes existentes ou pelo menos evidenciado a contribuição da exportação da borracha para as divisas nacionais, atenuariam a explanação reducionista em que encerraram o tema.

Na leitura dos *Relatórios de Intendentes Municipais* e/ ou das *Mensagens de governadores* visualizam-se as políticas públicas direcionadas as diferentes camadas urbanas, saúde pública, saneamento, pobreza, violência urbana, distribuição de renda, coleta fiscal dos municípios, contrabando da produção de borracha nas regiões de fronteira, empréstimos contraídos pelo estado, impostos exportações, má administração dos bens públicos dentre outros indicativos que redimensionariam o núcleo dessas considerações que ora recaem no Sistema de aviamento como, R. Santos, W. Cano, Prado & Capelato que também destacaram a passividade política local na resposta à crise e Cardoso & Müller, que deixaram de fora de suas explicações, os demais fatores que conjuntamente impeliram a economia regional ao insucesso: especulação financeira, desinteresse do governo federal e local pela região amazônica.

Não resta dúvida que a análise crítica da documentação *como as Correspondências Diplomáticas* que caracterizam a discussão entre Brasil e Estados Unidos em relação ao comércio de exportação da borracha e do café, tarifas aduaneiras, conflito entre Brasil e Bolívia

pelo os limites territoriais do Acre, a especulação financeira em Nova York e a crescente crise da atividade econômica na Amazônia. Ou dos *Documentos Parlamentares* que debatem os motivos que conduziram à crise da economia do látex e sua conjuntura internacional, apresentam os projetos dos amazonenses solicitando providências para crise, as possíveis soluções para vencer a crise como a criação do Plano de Valorização da Borracha e sua viabilidade de execução, o suposto desleixo do governo da União com a região Norte e a ausência de erário suficiente para execução do Plano. Conduziria à reformulação as narrativas localizadas de Reis, Bittencourt, Loureiro e as interpretações de E. Santos, Dias, Pinheiro e Costa por exemplo, e as proposições nacionais de cunho fatalista de Prado Jr., e Furtado e posteriormente de Carone, Prado & Capelato, Cardoso & Müller, e; possibilitaria o avanço das análises de Singer, R. Santos e Cano. Modificando o discurso historiográfico instituído sobre a economia da borracha na Amazônia, onde a máquina administrativa deformada e o contexto do capitalismo internacional foram minimizados, a ponto de quase desaparecerem desses discursos, adquirindo uma coerência incontestável, enquanto a documentação do período indicava percurso diverso.

DOCUMENTOS I MPRESSOS:

COLLEÇÃO DAS LEIS da República dos Estados Unidos do Brazil de 1912. V. I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1915 e V. II. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1916.

DOCUMENTOS PARLAMENTARES. Politica Economica. Defesa da Borracha 1906-1914. Rio de Janeiro: Typ. 'jornal do Commercio', 1915.

SILVA, Luciano Pereira. Defesa Economica da Borracha. Discursos pronunciados nas sessões de 10 de julho, 7 de agosto, 27 de setembro e 1 de outubro de 1912 da Camara dos Deputados. Rio de Janeiro: Typ. 'Jornal do Commercio', 1913.

JORNAIS:

La Union (1910)

O Mariauense (1897)

A Escova (1913)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. **Introdução**. In Raízes do Brasil. HOLANDA, Sérgio Buarque. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995

BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: ACA/Fundo editorial, 1985.

BONILLA, Heraclio. **Estructura y eslabonamientos de la explotacion cauchera em Colombia, peru, Bolivia y Brasil**. In História Econômica da Primeira República. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique & Geraldo, MÜLLER. **Amazônia: expansão do Capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1977.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4ª. ed. Campinas/SP: Unicamp, 1988.

CARONE, Edgard. **A República Velha I (Instituições e classes sociais)**. 3ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1975. Direção Fernando Henrique Cardoso.

CHEREM, Rosângela Miranda. **Os Faróis do Tempo Novo**- Política e Cultura no Amanhecer Republicano da Capital Catarinense. Tese de Doutoramento, 1998. São Paulo, Universidade de São Paulo.

COSTA, Francisca Deusa S. da. **Quando viver ameaça a ordem urbana**: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915). Dissertação de Mestrado. 1997. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do fausto: Manaus 1890-1920.** Manaus: Editora Valer, 1999.

IGLESIAS, Francisco. (org) **Introdução**. In Caio Prado Júnior: história. Coleção grandes cientistas sociais. v. 26. São Paulo: Ática, 1982

LOUREIRO, Antônio José Souto. **Síntese da História do Amazonas.** Manaus: Imprensa Oficial, 1978.
_____. **Tempos de Esperança - Amazonas (1917-1945).** Manaus: Sérgio Cardoso, 1994.
_____. **A grande Crise (1908-1916).** Manaus: T. Loureiro & Cia., 1985.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925).** Manaus: Edua, 1999.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004

_____. **História Econômica do Brasil**. 38 ed.São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In** FAUSTO, Boris. (direção) Historia Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1975.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **História do Amazonas.** Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1989.
_____. **O Seringal e o seringueiro.** 2 ed. rev. Manaus: Edua, 1997.

_____. **Rotina e dinâmica na vida brasileira**. Manaus: edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC**. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, Eloína M. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: Suframa/Calderaro, 1985.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. de Queiroz, 1980.

SINGER, Paul. **O Brasil no contexto do Capitalismo Internacional -1889-1930. In** FAUSTO, Boris. (direção). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1975.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia, expansão e decadência (1850-1920)**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC, 1993.

História Econômica no Brasil (1951-1972): *uma* possibilidade de tratamento

Otávio Erbereli Júnior[1]

Introdução

Nosso intento aqui não é produzir ou explicitar uma nova forma de se fazer História Econômica, até mesmo porque nosso trabalho não é *de* História Econômica, mas sim é um trabalho *sobre* História Econômica, a partir das preocupações da História da História, ou mais comumente da História da Historiografia e da Teoria da História. Nesta introdução, percorreremos alguns diagnósticos acerca da produção e situação da História Econômica ao longo do tempo. Além desta introdução, no tópico seguinte explicitamos um pouco de nossas inspirações teóricas. Em um terceiro tópico, adentramos a análise de nossas fontes. Ao final do artigo, empreendemos algumas reflexões acerca de nosso percurso de pesquisa empreendido até aqui, bem como algumas propostas de contato para a História Econômica.

Alguns historiadores apontam que a partir dos anos 80 do século passado, a História Econômica cai em desuso e passa a ocupar um lugar marginal na Historiografia, seja devido à crise dos grandes paradigmas interpretativos, em especial ao projeto de História-Síntese ou Total dos *Annales* ou do Marxismo, seja pela suposta hegemonia dos estudos em História Cultural. A partir deste momento, as seguintes questões: *Ainda faz sentido estudar História Econômica?/Para que serve a História Econômica?/A História Econômica têm sido deixada de lado?* parecem constituírem-se em uma constante. Mas o fato é que já na década de 20 do século passado, quando ainda não ocupava lugar de destaque na Historiografia mundial, a História Econômica já era objeto de reflexões e de balanços historiográficos, como no artigo publicado no *The Quartely Journal of Economics* em fevereiro de 1920 com o título de *The Present Condition of Economic History*. Tal artigo é proveniente de uma apresentação feita por N. S. B. Gras no encontro anual da Associação Americana de História em 29/12/1919. Avançando no tempo, quase um século depois, a questão de a História Econômica estar sendo marginalizada pelos historiadores e economistas, ou se ainda faz sentido empreender estudos em História Econômica, reaparece no artigo *Is Economic History a Neglected Field of Study?* de Robert Whaples publicado em Abril de 2010 na *Historically Speaking*.

[1] Economista (Unesp), especialista em História Econômica (UEM) e mestrando em História e Sociedade (Unesp – Assis). Contato: oerberelijr@gmail.com

> And yet many economic historians have the sense that their discipline is a neglected field, a field on the margins, caught in a no man´s land between two disciplines: ignored and underappreciated by economists and misunderstood, feared, and perhaps even despised by historians (WHAPLES, 2010, p. 17).

Whaples atribui este quadro ao fato de que os historiadores econômicos estão mais presentes em departamentos de Economia do que em departamentos de História. Esta constatação é corroborada pelos dados da *Economic History Association (EHA)*, a maior instituição que congrega a categoria dos historiadores econômicos nos EUA: 57,8% de seus membros estão em departamentos de Economia e apenas 16,4% em departamentos de História. Da mesma forma, 72,6% dos presentes ao último encontro da associação eram economistas e apenas 11% eram historiadores. Whaples atribui este quadro ao fato de que: "Today´s economic historians are primarily trained in economics by economists and are imbued with the outlook and habits of that profession" (WHAPLES, 2010, p. 17).

Esta é exatamente a pedra de toque da questão: os historiadores econômicos acabam por se comportarem como economistas e não mais como historiadores. Isto pode ser verificado pelo fato de que a História Econômica contemporânea tem sido elaborada a partir do uso de avançados métodos quantitativos; e quem não for treinado nestas ferramentas, nem mesmo consegue acompanhar a produção na área. Isto pode causar grande influência na maneira como os historiadores escrevem História Econômica. Outro fator apontado pelo autor é a hegemonia atual da História Cultural[2] e a importância dada à Cliometria nos estudos de História Econômica.

Joel Mokyr em resposta à análise feita por Robert Whaples parece ser mais otimista. Em artigo intitulado *On the suposed Decline and Fall of Economic History*, publicado no mesmo periódico, faz apologia aos cliometristas, apontando que a História feita por eles possui caráter mais científico, pelo fato de se utilizarem de métodos quantitativos bastante avançados. "These scholars may not always have time and patience to spend many years in dusty archives, but they often control research budgets that allow them to hire research assistants who can" (MOKYR, 2010, p. 24). Sua posição em relação à pesquisa em arquivo parece ser bastante preconceituosa: é tida como perda de tempo e uma atividade que requer muitos anos e muita paciência para gerar frutos significativos; sendo que um grupo de trabalho poderia fazê-lo em tempo muito menor através do uso da estatística. Esta sim,

[2] Em texto escrito no ano de 2008, José Jobson de Andrade Arruda procura romper este dilema – de se a História Econômica tem ou não perdido espaço – com uma proposta de releitura da própria História Econômica frente ao que ele denomina nova "nevuelle historie" [sic]. Ver: ARRUDA, José Jobson de Andrade. História Econômica e História Cultural: uma trajetória historiográfica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté, v. 4, n. 3, pp. 6-26, 2008.

considerada uma "ciência". Também afirma que todos os trabalhos da Nova História Econômica têm sido bem recebidos e que o uso de métodos quantitativos tem tomado vários campos da ciência, até mesmo a cultura e a religião. "Even culture and religion are not safe anymore: economists have recently reexamined the empirical foundations of the Weber thesis using new data subjected to rigorous econometric techniques" (MOKYR, 2010, p. 24). Contudo, ao contrário de Robert Whaples, Mokyr não fundamenta sua argumentação em exemplos palpáveis e verificáveis empiricamente. Ao menos em uma questão os dois colegas concordam: "The relationship with history departments is still quite difficult" (MOKYR, 2010, p. 24).

Não fizemos menção a artigos produzidos fora do Brasil para ilustrar uma falsa hipótese: de que apenas no exterior existe a preocupação com os rumos da História Econômica, ou mesmo com sua possível extinção. A História Econômica no Brasil possui suas peculiaridades e seria um tanto quanto perigoso afirmarmos, grosseiramente, que poderíamos nos abstrair de sua análise e tomarmos a produção estrangeira como determinadora do que é feito no país. Aqui também existe a preocupação com a questão colocada no início desta introdução. Exemplo disso foi a conferência de abertura do Primeiro Congresso Brasileiro de História Econômica, ocorrido em 1993 em São Paulo, proferida por Frédéric Mauro[3]. Nesta palestra, além de comentar acerca da definição do campo de pesquisa da História Econômica e dissertar acerca de seu surgimento, Mauro aponta alguns fatores que, segundo ele, colocaram a História Econômica em forte crise a partir dos anos 70 e 80 do século passado. Vejamos alguns dos pontos destacados:

> 1) Les histories, dans les années 70, *abandonnant l´historie économique*,[sic] s´intéressent à l´historie politique et à l´historie anthropologique, culturelle, et mentale; 2) *Les économistes français*,[sic] imitant lês étrangers *s´intéressent* désormais beaucoup plus à *l´historie* [sic] (MAURO, 1999, p. 136).

Interessante notar que duas das causas apontadas por Mauro para a crise da História Econômica ao longo dos anos 70 e 80, se relacionam ao maior interesse dado a História Política, Antropológica, Cultural e do Mental – assim como apontaram Robert Whaples (2010) e José Jobson de Andrade Arruda (2008). Contudo, ao contrário do que demarca Whaples em relação ao maior desinteresse dos economistas pela História, Mauro aponta para a tendência do maior interesse destes profissionais pela História, o que acaba por gerar certo equilíbrio, posto que o desinteresse dos historiadores frente à História Econômica é compensado pelo maior interesse dos economistas pela História. E no encerramento de sua

[3] A palestra teve por título: *La situation de l´historie économique à la fin du xxème siècle*.

palestra Mauro lança a seguinte questão: "*Quels sont lês problèms qui subsistent dans Le développement de l´historie économique?*". O autor aponta como primeiro problema a questão da utilidade da História Econômica, do ponto de vista tanto das ciências no geral quanto da prática econômica em particular. Em segundo lugar, a questão da história quantitativa. E, por último, a formação dos historiadores econômicos.

Ainda na década dos anos 90 do século passado, contudo, em sua segunda metade, temos o balanço historiográfico feito por João Fragoso e Manolo Florentino (1997). Através de gráficos, os autores explicitam a queda vertiginosa na produção de dissertações e teses de História Econômica a partir dos anos 80, tomando por referência os programas de pós-graduação em História da UFRJ e da UFF e o programa de pós-graduação em História Econômica da USP. Um dos fatores apontados pelos autores para esta queda é o crescimento da produção em História Econômica feita por economistas, gerando uma marginalização deste campo de trabalho, principalmente, pelo uso de avançados métodos quantitativos. Outro fator explicativo para tal fenômeno seria a contestação dos paradigmas dos *Annales* e do marxismo. Os autores apontam também o desinteresse por temáticas mais "comezinhas" ligadas à vida cotidiana e um maior interesse por temas mais "curiosos" e "fantásticos", como a sexualidade, a mística, por exemplo. Frente a estas questões, os autores fazem a perturbadora pergunta e logo arrematam, em tom otimista, *vis a vis* a queda vertiginosa da produção em História Econômica:

> (...) pode-se afirmar (levianamente, até) que a história econômica não mais responderia aos anseios de uma sociedade em franca pulverização. Será? Cremos que não. Em primeiro lugar porque, é óbvio, os homens continuam trabalhando, produzindo e consumindo, atitudes que, no plano da cultura, se expressam de formas específicas. Em segundo lugar, nos parece que o longo percurso trilhado até aqui serviu para sedimentar a história econômica enquanto um legítimo campo do saber humano (FRAGOSO e FLORENTINO, 1997, pp. 38-39).

Sendo assim, para os autores a História Econômica já se consolidou, por sua longa trajetória, como campo do conhecimento humano acumulado.

Um dos autores do artigo supracitado, João Fragoso, faz novo balanço, em 2002, acerca da produção em História Econômica nos últimos anos. Em tópico – *A história econômica nos últimos anos: um rápido balanço* – do novo artigo, Fragoso menciona que está mais otimista quanto à produção de História Econômica no Brasil, do que havia estado em artigo anterior produzido em parceria com seu colega Manolo Florentino – *vis a vis* o fato de que, a nosso ver, o balanço realizado em 1997 já parecia otimista. A fonte de tal otimismo, para Fragoso é a revisão produzida em âmbito internacional em relação ao Antigo Regime,

que influenciou a forma pela qual compreendemos as sociedades coloniais. "Desde há certo tempo, parece-me, ficou claro para a historiografia nacional que a América portuguesa não se resumia a uma grande *plantation*, cujo destino era satisfazer um capitalismo nascente na Europa" (FRAGOSO, 2002, p. 29). Com isso, *mutatis mutandi*, a História Econômica no Brasil, sobretudo nos anos 90, toma novo fôlego, com as temáticas que buscam dar maior ênfase à importância do mercado interno durante o período colonial.

Podemos constatar que os questionamentos quanto à pertinência da História Econômica para a Historiografia se acentuam a partir dos anos 70 do século passado, e que vários historiadores e economistas tentaram se posicionar em relação a estas indagações a partir de balanços historiográficos da produção em História Econômica ou através de propostas que pretendem dar outros tratamentos à História Econômica[4]. O que se nota é que a renovação no campo se deu através da incorporação da teoria econômica aos estudos de História Econômica, como o fez a Nova História Econômica norte-americana, ou seja: uma condição *sine qua non* para que um estudo de História Econômica fosse considerado relevante, seria se este apresentasse seus resultados a partir de alguma teoria econômica. Fica claro que pouco se fez pelos caminhos da Historiografia e da Teoria da História.

A partir das reflexões engendradas pela Teoria da História e pela História da Historiografia, pretendemos trazer uma nova contribuição ao tratamento da História Econômica, não através da Ciência/Teoria Econômica, mas sim a partir de reflexões caras ao oficio de historiador. Para tanto, debruçaremo-nos sob um período de incontestável pujança e afirmação dos estudos em História Econômica, ou seja, a partir dos anos 30 do século passado, até o final dos anos 70 do mesmo século.

Um pouco de História da Historiografia

[4] Prova da atualidade deste debate é o texto produzido por José Flávio Motta em 2009, intitulado: *Agonia ou Robustez? Reflexões acerca da Historiografia Econômica Brasileira*. Neste artigo, Motta não tem dúvida quanto ao caráter pujante da produção em História Econômica no Brasil, proporcionando elementos que demonstram sua fertilidade (robustez). Ver MOTTA, José Flávio. Agonia ou Robustez? Reflexões acerca da Historiografia Econômica Brasileira. *Revista de Economia da PUC-SP***.** São Paulo, n. 1, pp. 117-138, 2009. Outro texto que dialoga com o de Fragoso e Florentino (1997) e de Motta (2009), corroborando as constatações deste último, é o artigo: FALEIROS, Rogério Naques. História Econômica, História em Construção. *Dimensões.* Vitória, vol. 24, pp. 252-271, 2010.

A História da História, ou mais comumente, a História da Historiografia, enquanto campo, é fruto dos debates desencadeados ao longo dos anos 60 e 70 do século XX, em torno do ofício de historiador e de sua escrita da História, principalmente com os trabalhos de Hayden White – sua *Meta-História* publicado em 1973 – e Michel De Certeau, com seu *A Escrita da História* de 1975. Dentre as inúmeras contribuições de Michel De Certeau à Historiografia, a que mais nos interessa é, sem dúvida, sua noção de *operação historiográfica*, compreendida

> (...) como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, (...) a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* "científicas" e de uma *escrita* (CERTEAU, 1982, p. 66).

O autor brasileiro que empreenderá uma revisão historiográfica do século XIX brasileiro inspirado nas propostas de Michel De Certeau será Manoel Luiz Salgado Guimarães. Já em 1988 este implementa sua nova proposta e perspectiva de análise da História da Historiografia brasileira. Em seu artigo intitulado *Nação e Civilização nos trópicos*, Guimarães analisa a escrita da História operacionalizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como marco de uma proposta que tenta sistematizar um projeto para a escrita da História do Brasil. Em outro artigo, agora no ano de 2002, Guimarães deixa bem claro os objetivos desta nova proposta, ao criticar a visão de História que a vê enquanto produto natural de sua tentativa de alçar um status científico e propor que ela deva ser historicizada, ou seja, a História, enquanto disciplina, também possui seu percurso histórico no tempo.

> Entronizada em um panteon, a História disciplinar refaz sua trajetória apresentando este percurso como um desenvolvimento natural do conhecimento em busca de cientificização, apagando os traços que inscrevem este procedimento no mundo histórico, tornando-se a própria memória da disciplina. Se a prática historiográfica requer uma interrogação dos procedimentos de construção da memória, por que não submetermos a própria disciplina a esta investigação, como forma de compreendê-la como uma produção temporal das sociedades humanas? (GUIMARÃES, 2002, pp. 184-185).

Continuando sua reflexão historiográfica, Manoel Guimarães já em 2005, a partir das produções de José Honório Rodrigues, Carlos Guilherme Mota, José Roberto do Amaral Lapa e Nilo Odália, busca traçar um histórico da História da Historiografia brasileira enquanto campo. Seu intento o leva a concluir que,

> fundou-se uma forma peculiar de pensar a historiografia como parte das tarefas de pesquisa do historiador, segundo as quais os textos produzidos são interrogados a partir de propósitos externos aos próprios textos, secundarizando-os desta maneira como matéria primordial de análise para o historiador (GUIMARÃES, 2005, p. 43).

Esta conclusão de Manoel Luiz Salgado Guimarães é bastante representativa de sua proposta de análise historiográfica: devolver ao texto seu papel central e restabelecê-lo como material primordial de análise do historiador. Esta sua proposta está vinculada às principais preocupações de Michel De Certeau, no sentido de que Manoel Guimarães busca pensar a cultura historiográfica do século XIX brasileiro, não como fruto unívoco da busca por cientificização da disciplina histórica, mas sim como fruto de disputas por um determinado passado, aquele que melhor poderia servir para a construção de uma História Nacional. O *lócus* privilegiado pelo autor é o IHGB que poderia ser compreendido enquanto *lugar social* da escrita da História brasileira no século XIX. Para ele, "(...) trata-se de assumir a escrita como uma operação, que aciona procedimentos e procede escolhas, pondo em disputa visões e significações para o passado" (GUIMARÃES, 2003, p. 13).

Outros autores também se preocuparam com o estabelecimento de uma cultura historiográfica brasileira[5]. Dentre eles, queremos destacar os trabalhos de Temístocles Cezar, orientados, principalmente, pelas proposituras de François Hartog – que também nos serve de inspiração, conforme ficará explicitado mais adiante. Para ele, os historiadores da historiografia

> (...) privilegiam, geralmente, uma *démarche* [sic] mais descritiva dos autores e de suas obras, na qual os aspectos ideológicos ou econômicos são o centro da análise. Raramente os estudos sobre a historiografia partem de um *problema historiográfico* [sic] ou *epistemológico* [sic], ou seja, de uma questão que historie os procedimentos de como e porque a história é feita e escrita (CEZAR, 2004, pp. 44-45).

É exatamente o que empreenderemos abaixo: não iremos analisar as teses de História Econômica escolhidas por nós a partir de preocupações em relação aos contextos políticos, econômicos e sociais em que foram gestadas, mas sim, partiremos do próprio texto e nele nos assentaremos, com preocupações eminentemente historiográficas, compreendendo que cada texto possui também sua própria história e trajetória no tempo.

---

[5] DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998; REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3ª ed. RJ: FGV, 2000; MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de Historiografia-Elementos para uma discussão. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 2, pp. 27-47, 2001; MARTINS, Estevão de Rezende. Historiografia Contemporânea-Um ensaio de tipologia comparativa. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 2, pp.13-26, 2001; MALERBA, Jurandir (Org.) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

Pensando três teses universitárias de História Econômica

Quanto ao surgimento da História Econômica no Brasil, existem controvérsias. Para José Honório Rodrigues (1969), a História Econômica no Brasil surge somente no século XX, com as obras de Amaro Cavalcanti, José Pandiá Calógeras, Leopoldo Bulhões, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Roberto Simonsen, Alfredo Ellis Jr., Afonso Arinos de Mello Franco, F. T. de Sousa Reis, J. F. Normano, Afonso Taunay, Josias Leão, Marcos Carneiro de Mendonça, José Jobim, Caio Prado Jr., Pires do Rio e Alice Canabrava, posto que anteriormente somente poderíamos encontrar obras de descrição da realidade econômica da época, sem nenhum esboço de análise. No entanto, para Francisco Iglésias, a obra de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos intitulada *Minas e os Quintos do Ouro* (1770?), que José Honório Rodriguez classifica como de descrição da realidade econômica, é considerada "obra de história econômica, não simples descrição da atualidade, apesar do tom quase de crônica ou relatório" (IGLÉSIAS, 1959, p. 76). O adjetivo *quase* cabe bem aqui, posto que se a obra não possuísse um "toque" de análise, seria sem dúvida, meramente de descrição da realidade econômica. Assim como a obra de José João Teixeira Coelho intitulada *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais* (1780) que "(...) contém informações e críticas sobre a economia mineira (...)" (IGLÉSIAS, 1959, p. 77).

Em seu balanço de 1970 – que seria publicado em livro no idioma espanhol em 1972 – da Historiografia Econômica brasileira, Iglésias dá maior ênfase à contribuição de José João Teixeira e destaca seu pioneirismo para a compreensão de Minas do século XVIII e da administração portuguesa no Brasil, dizendo que

> el trabajo es esencial para la historia econômica por lo que informa y describe, por sus críticas y números que presenta sobre producción e impuestos, todo, todo lo cual sería después abundantemente repetido por otros autores, y que solo recientes investigaciones empiezan a cuestionar y hasta a invalidar (IGLÉSIAS, 1972, p. 91).

É necessário, de fato, uma boa "garimpada" para encontrar algo que se possa considerar propriamente de História Econômica no Brasil ainda no século XIX[6]. Ademais, somente na década de 30 do século XX, o econômico foi abordado pela historiografia brasileira como fator determinante para explicar as principais questões históricas do país,

[6] A dificuldade de se encontrar obras de História Econômica no/do Brasil no século XIX e até mesmo ainda na primeira metade do século XX, pode ser comprovada através da consulta ao *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (1949), onde a História Econômica aparece em *Assuntos especiais* juntamente com a Estatística, sendo que aparecem mais fontes que obras de História Econômica.

através das grandes obras de síntese – que tentam captar a dinâmica da economia brasileira como um todo – de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado.

A História Econômica no Brasil somente ganhará mais força a partir de sua institucionalização, através da criação da primeira cadeira de História Econômica do Brasil em 1933 (tendo como seu primeiro regente Roberto Simonsen) com a fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. E, principalmente, com a criação das Faculdades de Filosofia a partir de 1934, sendo a primeira delas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com o curso de História e Geografia, que nasceram integrados. Tendo tais fatos em mente, é que decidimos dividir a História Econômica em dois principais períodos: a História Econômica que chamaremos de pré-acadêmica, pelo fato de ter sido elaborada antes da criação das faculdades de Filosofia; e a História Econômica dita acadêmica, ou seja, aquela produzida sob os auspícios da universidade e da profissionalização do oficio de historiador.

Dentro de nosso recorte temporal (1951-1972) procedemos à escolha de três teses acadêmicas de História Econômica a fim de pensarmos como se dá uma escrita da História Econômica no Brasil para este período, tomando por inspiração as proposições de Michel De Certeau e François Hartog, principalmente sua noção de *regime de historicidade*, engendrada pelo autor a fim de pensar as várias determinações do tempo histórico[7].

> Eu entendo por regimes de historicidade os diferentes modos de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro. Conforme a ênfase seja colocada sobre o passado, o futuro ou o presente, a ordem do tempo, com efeito, não é a mesma. O regime de historicidade não é uma realidade acabada, mas um instrumento heurístico (HARTOG, 2006, p. 16).

O *regime de historicidade*, como instrumento heurístico, busca dotar de sentido a experiência do homem no tempo. Neste diapasão, Hartog insere a escrita da História nesta experiência temporal. Desta forma, o *regime de historicidade* pode nos auxiliar a pensar qual a cultura historiográfica do período (1951-1972); quais as relações que estes historiadores estabelecem com o tempo em suas teses; de que maneira concebem o passado brasileiro e quais são os projetos de Brasil presentes em suas teses. Ademais, apesar das três teses estarem inseridas no que Hartog chama de *regime moderno de historicidade*[8], as relações temporais

[7] O principal trabalho onde François Hartog desenvolve esta noção de *regime de historicidade* é: HARTOG, François. *Régimes d´historicité, Présentisme et Expériences du temps.* Paris: Seuil, 2003.

[8] Do ponto de vista da Escrita da História, o *regime antigo de historicidade* estava pautado pela História como mestra da vida (*Historia Magistra vitae)*, ou seja, o passado é que dotava o presente de sentido, bem como servia como um guia seguro para o futuro. Quanto ao *regime moderno de historicidade*, ele passa a predominar a partir do final do século XVIII, onde o que predomina é o ponto de vista a partir do futuro. A análise de Hartog não se detém apenas sob estes dois regimes de historicidade. Hartog vai além e identifica no de 1989, simbolicamente, o surgimento de um novo regime de historicidade. Mas o que marca seu fim? "O fim deste regime moderno

em cada uma delas, ou seja, as articulações entre presente, passado e futuro, podem ser diferentes.

Na escolha das teses privilegiamos produções em História Econômica engendradas sob os auspícios da Universidade e da profissionalização do ofício de historiador no Brasil, cujas temáticas privilegiassem o passado brasileiro e que foram produzidas no Estado de São Paulo.

A primeira tese que utilizamos como fonte é a tese escrita por Alice Piffer Canabrava para a cátedra de História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP: *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, defendida em 1951. Poderíamos ter escolhido as outras duas teses de Alice Canabrava: *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, escrita como tese de doutorado (1942) e *A Indústria de Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)*, tese escrita para a obtenção do título de livre docente em 1946. Contudo, estas não tratam, diretamente, da realidade econômica brasileira.

A segunda é a tese de doutoramento de José Roberto do Amaral Lapa, defendida em 1966 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília: *A Bahia e a Carreira da Índia*. E a terceira é a tese de doutoramento de José Jobson de Andrade Arruda, intitulada *O Brasil no Comércio Colonial*, defendida em 1972 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

A primeira menção que encontramos aos trabalhos de Alice Piffer Canabrava está no pequeno artigo de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1948 no jornal *Folha da Manhã*, em que o autor trazia um pequeno balanço da historiografia econômica brasileira. Se nos atentarmos para o fato de que a tese de doutorado de Alice Canabrava foi defendida em 1942, podemos ter alguma pista acerca da rápida repercussão deste estudo, posto que já em 1948, quando Sérgio Buarque faz esta reflexão, não pôde prescindir de apontar o trabalho de Alice Canabrava como fundamental para o desenvolvimento da historiografia econômica brasileira. Sérgio Buarque de Holanda ressalta também a importância que os estudos monográficos podem ter, para além das questões abordadas pelas grandes sínteses:

> Se os modernos estudos de história econômica, tais como, entre nós, vem praticando especialmente Alice P. Canabrava, podem ser responsabilizados

---

significaria que não é mais possível escrever história do ponto de vista do futuro e que o passado mesmo, não apenas o futuro, se tornaria imprevisível ou mesmo opaco." (HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. *Revista de História*. São Paulo, v. 148, n. 1, 2003, p. 11). Qual seria então este "novo" regime de historicidade? Hartog denomina-o de *presentismo*. Neste novo regime de historicidade a categoria que predomina é a do presente, onde surge uma nova maneira de se escrever a História.

> até certo ponto pela renúncia às vastas sínteses em proveito de trabalhos monográficos, ninguém negará que tendem a oferecer, por outro lado, algumas vantagens claras. Entre elas a de contribuírem para desfazer as ilusões raciais, políticas ou nacionais que por tanto tempo vem perseguindo certos espíritos (HOLANDA, 1948).

Esta é a primeira vez no Brasil que o nome de Alice Piffer Canabrava é citado como fundamental em balanços historiográficos gerais e, especificamente, de historiografia econômica. Sua produção historiográfica é bastante ampla; mas nos deteremos aqui apenas em sua produção de História Econômica.

Francisco Iglésias, corroborando a visão de Sérgio Buarque de Holanda, e mesmo reconhecendo a importância das grandes sínteses interpretativas para a consolidação da História Econômica no Brasil, faz um importante apontamento:

> As tentativas de síntese podem ser corretas e fecundas, como as de CAIO PRADO JUNIOR [sic] e CELSO FURTADO [sic]. No estado atual de conhecimentos, porém, não se pode conseguir mais que êsses [sic] autores. Continuar na trilha por êles [sic] seguida é repetir (...) (IGLÉSIAS, 1959, p. 87).

O caminho proposto por Francisco Iglésias é o de se construir novas sínteses a partir de estudos regionais e setoriais, e cita como importante exemplo deste intento as teses de Alice Piffer Canabrava.

Nos estudos sobre a produção em História Econômica de Alice Piffer Canabrava que tivemos acesso, a ênfase recai sobre seu pioneirismo na produção de História Econômica no Brasil, sua formação, seu método empregado e suas fontes consultadas. Exemplo disso encontramos nos Anais do *I Seminário de Estudos Brasileiros*, especificamente na seção acerca da área de História. Na exposição de Alice Canabrava, em seu *roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira*, encontramos referência à produção em História Econômica, tanto em relação às obras de síntese quanto aos estudos monográficos. Contudo, Canabrava não faz referência a seus próprios estudos. Neste sentido, é interpelada por Francisco Iglésias, que aponta o fato de que a historiografia econômica foi muito bem mapeada pela autora, sendo que ela mesma deveria ter sido mencionada, posto que é um dos expoentes da área. Ademais, Francisco Iglésias chama atenção para o fato de que "(...) a história econômica não pode restringir-se ao café: tem que levar em conta outros produtos, notadamente os esforços de diversificação, que levam à indústria" (IGLÉSIAS, 1971, p. 30).

Notamos pelo excerto acima que, segundo Francisco Iglésias, tínhamos a predominância do café como temática privilegiada pela historiografia econômica. Contudo, nenhum estudo faz menção ao fato de que a tese de Alice Canabrava de 1951 promove

exatamente esta inovação temática, no sentido de pensar acerca da importância de outros produtos para o desenvolvimento econômico brasileiro e relacioná-los à industrialização. É exatamente isso o que encontramos, enquanto preocupação, já no prefácio de sua tese sobre o algodão na província de São Paulo, quando menciona a decadência desta cultura já em 1875: "(...) subsistia ainda, em nível suficiente para fornecer matéria prima às fábricas de tecidos que haviam sido fundadas recentemente (...)" (CANABRAVA, 2011, p. 71).

Quanto à formação acadêmica de Alice Canabrava, os textos de Flávio Azevedo Marques de Saes (1998) e de Zélia Maria Cardoso de Mello; Nelson Hideiki Nozoe e Flávio Azevedo Marques de Saes (1985), que por sinal foram orientandos de Alice Canabrava na Faculdade de Economia da USP, trazem duas apreciações relativas às duas primeiras teses de nossa historiadora: a primeira é de autoria de Fernand Braudel.

> No tocante a estas regiões deserdadas, no começo de sua rude vida 'colonial', uma jovem historiadora brasileira, Alice Piffer Canabrava, formada e orientada, posso assegurar, pela leitura e conhecimento de nossos *ANNALES* [sic], acaba de escrever um livro, seu primeiro livro. Com satisfação, posso dizer que se trata de um livro de grande importância (BRAUDEL, Fernando *apud* MELLO; NOZOÉ e SAES, 1985, p. 176).

A outra é de autoria do historiador português Vitorino Magalhães Godinho: "Objeto de larga envergadura, ao qual Alice Piffer Canabrava consagrou o estudo talvez o mais notável da jovem literatura histórica brasileira de hoje (...). É verdadeiramente história no sentido que a entendemos nos *Annales*: total, humana" (GODINHO, Vitorino Magalhães *apud* SAES, 1998, p. 12). Interessante que estas duas apreciações foram publicadas no mesmo ano em que o artigo supramencionado de Sérgio Buarque de Holanda, ou seja, 1948. Ademais, as duas apreciações foram publicadas na revista dos *Annales* e fazem menção à importância que a orientação da escola ou movimento dos *Annales* teve na escrita da História Econômica de Alice Piffer Canabrava.

Neste sentido, não podemos deixar de mencionar que a Faculdade de Filosofia da USP, em seus primeiros anos, teve a presença de professores originários do meio acadêmico francês e que, posteriormente, seriam figuras centrais no movimento renovador dos *Annales*. Desta forma, alguns autores, como Maria Alice Rosa Ribeiro, em artigo dedicado às primeiras pesquisadoras em História Econômica no Brasil, apontam a importância desta presença no *modus operandi* das teses de Alice Canabrava. "Sem dúvida, a matriz teórica e metodológica, a forma de fazer história e a influência das preocupações com os aspectos econômicos vieram dos *Annales*" (RIBEIRO, 1999, p. 15).

O artigo supracitado de Mello; Nozoe e Saes é uma rápida *démarche* para analisar, em um só golpe, as três teses de Alice Canabrava. Neste intento, os autores destacam o tratamento dado às fontes por nossa historiadora: "As três pesquisas têm por base amplo levantamento de fontes primárias. Não apenas as "fontes oficiais" [sic], privilegiadas pela história positivista, mas todo tipo de fonte primária que possa fornecer informações relevantes" (MELLO; NOZOÉ e SAES, 1985, p. 177). Outro aspecto ressaltado pelos autores, e que também marca um diferencial das teses de Alice Canabrava em relação às obras produzidas nos anos 30 e 40 do século passado, é a importância concedida à Geografia na análise histórica: "(...) elemento marcante no plano metodológico é a consideração minuciosa dos fatores geográficos pertinentes a cada situação histórica estudada" (MELLO; NOZOÉ e SAES, 1985, p. 177).

A influência da Geografia nas teses de Alice Piffer Canabrava, talvez possa ser compreendida pelo fato de que os cursos de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP nasceram integrados quando de sua fundação em 1934, e que somente em 1955 é que seriam separados. "O vínculo estreito entre a História e a Geografia aponta para uma outra influência dos *Annales*, que considerava impossível pensar a História separada da Geografia" (RIBEIRO, 1999, p. 14). Esta forte influência da Geografia, principalmente com Pierre Monbeig, especialista em Geografia Humana e Econômica, é confirmada pela própria Alice Canabrava em depoimento: "Monbeig e Braudel conquistaram os estudantes intelectualmente. Quando terminei os três anos de curso não tinha idéia [sic] do que queria fazer – ser geógrafa ou historiadora" (CANABRAVA *apud* RIBEIRO, 1999, p. 15). Contudo, nenhum destes autores explicita como Alice Piffer Canabrava se apropriou da Geografia na composição de suas teses.

Outro dado relevante apontado por Maria Alice Rosa Ribeiro diz respeito ao fato de que Alice Piffer Canabrava foi a primeira mulher a ocupar a cadeira de História Econômica e Formação Econômica do Brasil da Faculdade de Economia da USP e constituiu-se como "(...) elo entre a Faculdade de Filosofia, onde se formou, e a Faculdade de Economia, onde exerceu sua influência sobre uma nova geração de historiadores econômicos, por meio do ensino e da pesquisa" (RIBEIRO, 1999, p. 17). Este fato pode ser interessante, no sentido de compreender quais as interferências que este *lugar*, a Faculdade de Economia da USP, proporcionou na escrita da História Econômica de Alice Canabrava, diferentemente de seus trabalhos quando vinculada à Faculdade de Filosofia.

Prosseguindo no tempo com as apreciações da obra de Alice Canabrava, Francisco Iglésias, em seu último balanço historiográfico, publicado postumamente, ao mencionar a

produção histórica sob os auspícios da universidade e da profissionalização do ofício de historiador, afirma que "o primeiro nome a ser citado, a nosso ver, é o de Alice P. Canabrava, da primeira turma da Faculdade de Filosofia da USP (...). Dedicou-se à história econômica, fonte de seus mais notáveis trabalhos (...)" (IGLÉSIAS, 2000, p. 231). Assim como em seu primeiro balanço historiográfico aponta o pioneirismo de Alice Canabrava em relação às grandes obras de síntese da realidade econômica brasileira à época, também em seu último balanço, coloca em primeiro lugar a produção em História Econômica desta historiadora, dentre os mais representativos do período da historiografia brasileira surgida dentro do âmbito acadêmico.

Portanto, a Historiografia construiu este consenso quanto à obra e à vida de Alice Piffer Canabrava. Consenso este, vale ressaltar, construído em boa medida por intelectuais que foram seus orientandos. Contudo, no ano passado, Alice Piffer Canabrava completaria cem anos de vida. Por ocasião desta data, a Anpuh, em seu encontro nacional ocorrido em Julho de 2011 na FFLCH da USP, reeditou, juntamente com a Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), sua tese *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*[9]. O livro traz instigante apreciação de José Jobson de Andrade Arruda.

Jobson Arruda neste texto intitulado *Alice Canabrava: História e Mito*, ataca vários pontos desta Historiografia. Em primeiro lugar, quanto à supracitada luta de Alice Canabrava contra o machismo imperante nos primórdios da vida acadêmica brasileira, em especial na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, fato este que teria culminado em sua reprovação no concurso para a cadeira de História da Civilização Americana, obtendo o título de livre-docente com sua tese *A Indústria de Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)* em 1946. Jobson Arruda rebate o argumento, afirmando que Alice Canabrava atingiu os mais elevados postos acadêmicos e administrativos na recém-criada Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP (1946) e que o supracitado episódio teria caráter extremamente pontual. Seria, de fato, forçar o argumento afirmar que Alice Canabrava teria sido um bastião da luta feminina por postos acadêmicos na USP, posto que os intelectuais que conviveram com ela na condição de assistentes – entrevistados por Jobson Arruda, como Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso, Flávio Saes etc – apontam que Alice Canabrava compreendia a carreira de historiador como um verdadeiro sacerdócio, no sentido de que se deveria dispor de tempo integral para a prática do ofício.

[9] A primeira edição desta tese data de 1951 e foi publicada em São Paulo pela Indústria Gráfica Siqueira.

Em segundo lugar, a influência dos *Annales* em sua obra, através da presença dos assim conhecidos mestres franceses nos anos iniciais da Faculdade de Filosofia da USP, para Jobson Arruda têm sido superestimado. A presença de Fernando Braudel, por exemplo, esteve ligada à cadeira de História da Civilização e sua preocupação primordial era com o ensino e não em transmitir métodos de pesquisa, até mesmo porque sua tese sobre o Mediterrâneo ainda não havia sido escrita. Ademais, no período em que Alice Canabrava foi aluna do curso de graduação em História e Geografia, entre os anos de 1935 e 1937, a cadeira de História da Civilização Brasileira estava a cargo de Afonso De Escragnolle Taunay. Neste curso, Taunay se utilizava do texto clássico de Langlois e Seignobos que

> (...) continuava a lastrear a formação de professores e pesquisadores da jovem Faculdade de Filosofia. Fundamentava a obra e as aulas de Affonso Taunay, seu professor de História do Brasil, afeiçoado a uma visão mais tradicional de história, utilizava este texto clássico da Escola Metódica que traduzia os passos típicos da metodologia: pesquisa documental, análise e síntese histórica, etapas plenamente realizadas nos três trabalhos acadêmicos de maior relevância realizados por Alice (...) (ARRUDA, 2011, p. 46).

Podemos notar a presença deste método através das fontes utilizadas por Alice Canabrava. Ao contrário do que afirmam Mello, Nozoe e Saes, Alice Canabrava em sua tese sobre o algodão utilizou-se, como ela mesma afirma no prefácio, de fontes oficiais: "A documentação básica deste trabalho procede da correspondência dos Conselhos Municipais com o Presidente da Província e das notícias publicadas pelos jornais na época estudada" (CANABRAVA, 2011, p. 72). Porém, não fica claro o que Mello; Nozoe e Saes e também Jobson Arruda, compreendem por fontes oficiais. Em nosso entendimento, os jornais não parecem ser fontes oficiais[10].

No que tange ao uso da Geografia, nenhum dos autores supracitados, exceto Jobson Arruda, expõe como Alice Canabrava efetivamente fez uso da Geografia em suas teses. Apenas mencionam o fato de que ela o fez e que isso foi influência dos *Annales*. Contudo, quando a tese *O Mediterrâneo* de Fernand Braudel foi publicada em 1949, a tese de Alice

[10] Para Alice Canabrava, neste trabalho, os jornais servem como complemento às fontes governamentais: "(...) é principalmente o jornal, com sua linguagem viva e colorida, que melhor nos da [sic] a conhecer o clima psicológico da Província, nos anos do *rush* [sic] do algodão, os entusiasmos e as decepções dos plantadores e comerciantes do produto, as apreciações cheias de sabor do homem da rua, representado tantas vezes na figura anônima, mas profundamente sugestiva, do correspondente da cidade. A riqueza do documentário do jornal nos permitiu suprir, muitas vezes, certas lacunas das fontes de procedência municipal." (CANABRAVA, Alice Piffer, *op. cit*, p. 72). Fica claro que para Canabrava o jornal consegue acessar aspectos importantes da vida cotidiana e até o clima psicológico do momento, que jamais poderiam ser captados pelas fontes oficiais. Não podemos perder de vista o que representava naquele período, cada um dos jornais utilizados por Canabrava, compreendendo que "(...) o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação (...)" (LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2008, p. 139).

Canabrava sobre o algodão já se encontrava em estágio avançado de elaboração. Ademais, na perspectiva braudeliana o fator geográfico assumia papel de personagem histórico central. Segundo Jobson Arruda, nesta tese de Alice Canabrava, "A Geografia surge aí mais como pano de fundo, conjunto de elementos a favorecer ou constranger as atividades econômicas, mas nunca como interação complexa homem/natureza" (ARRUDA, 2011, p. 53).

Jobson Arruda aponta ainda outros fatores que não permitem a qualificação direta desta tese de Alice Canabrava com as proposituras da escola dos *Annales*: o não uso da História quantitativa segundo as orientações de Ernest Labrousse, que não aparece em seus trabalhos, tão caro ao grupo dos *Annales*, e também a estrutura temporal de sua tese, extremamente linear, onde "(...) os tempos não se superpõem, não dialogam entre si" (ARRUDA, 2011, p. 54), aparecendo em uma sucessão de causas e conseqüências.

Por fim, Jobson Arruda aponta que talvez as duas primeiras teses de Alice Canabrava pudessem ser tomadas como representativas da proposta dos *Annales* naquele momento. A boa recepção da tese de Canabrava sobre o comércio no estuário do Rio da Prata exposta acima, deve ser ponderada, pois na mesma apreciação, Braudel sugere que o problema abordado por Canabrava deveria ser inserido em uma lógica de história total, na "ampla história da América, do mundo e do Atlântico". Neste sentido, conclui Jobson Arruda: "A tese de cátedra é um *low-key*, um trabalho menor, que não faz jus aos dois primeiros estudos, nem à autora (...)" (ARRUDA, 2011, p. 56).

Quanto à tese de José Roberto do Amaral Lapa, esta possui duas peculiaridades quando comparada às duas outras teses, que podem nos indicar algo sobre os procedimentos e práticas que propiciaram sua escrita: foi a primeira tese de História escrita no interior do Estado de São Paulo, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, ou seja, fora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sob a orientação de Sérgio Buarque de Holanda. Ademais, Amaral Lapa não se formou na Faculdade de Filosofia da USP, mas sim no curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas em 1952. Compreendemos que este lugar, a Faculdade de Filosofia de Marília, proporcionou à Amaral Lapa práticas científicas e uma escrita da História Econômica diferenciada das teses produzidas na Faculdade de Filosofia da USP.

O texto de Lucia Maria Paschoal Guimarães (2011), que nos oferece um panorama da História da Historiografia no Brasil a partir da produção de Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues e Francisco Iglésias, traz um interessante apontamento que pode nos servir de subsídio para pensarmos a importância deste *lugar*, ou seja, a Faculdade de Filosofia de Marília, na escrita da História Econômica de José Roberto do Amaral Lapa. Ademais, seu

texto traz outra proposta interessante: pensar a extensão da influência do IHGB na escrita da História do Brasil para além do ano de 1931.

Quando Lucia Guimarães trata de seu último autor analisado, Francisco Iglésias, faz aí uma contribuição para a cronologia da História da Historiografia brasileira. Francisco Iglésias propõe uma divisão cronológica para a Historiografia brasileira. Em um destes períodos, Iglésias estabelece como marco, os anos de 1838 e de 1931. Quanto ao primeiro marco, Lucia Guimarães não vê problemas, posto que este é o ano da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que será de suma importância para a escrita da História do Brasil no século XIX e décadas iniciais do século XX. Contudo, quanto ao ano de 1931, Lucia Guimarães tece algumas considerações. Para ela, a influência do IHGB vai para além da reforma de ensino supracitada de Francisco Campos. Isso se evidencia pelo fato de que durante o *IV Congresso de História Nacional* do IHGB, ocorrido em 1949, temos a presença de vários trabalhos provenientes da Universidade, que buscam neste evento certa legitimação, como os trabalhos, por exemplo, de Alice Canabrava e Olga Pantaleão[11]. O que Lucia Guimarães propõe é que este marco seja alongado até o ano de 1961, posto que até esta data o IHGB ainda continua sendo, segundo ela, o legitimador da produção historiográfica brasileira.

Mas por que 1961? Para esta autora, é quando a produção acadêmica realmente se torna predominante e temos um evento extremamente marcante para a comunidade dos historiadores: o *I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior*, que se realizou entre 15 e 20 de Outubro de 1961 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Este evento passou a ser conhecido como *Congresso de Marília* e nele deu-se a fundação da *Associação dos Professores Universitários de História* (Apuh), atual *Associação Nacional de História* (Anpuh). Durante o evento, discutiu-se acerca de vários aspectos caros à comunidade de historiadores. Algumas recomendações foram dadas para que as Faculdades de Filosofia adotassem outro regime de pós-graduação, distintos dos cursos de especialização existentes. O que mais nos interessa aqui é demarcar que no ano de 1971 houve a estruturação de nosso atual sistema de pós-graduação, e que várias das recomendações feitas dez anos atrás, se concretizaram.

A produção de José Roberto do Amaral Lapa, assim como a de Alice Piffer Canabrava, é extremamente ampla, mas nos deteremos aqui em sua produção de História Econômica. Destarte este fato, não podemos deixar de mencionar que a principal referência

[11] GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 24, n. 48, pp. 145-170, 2004.

encontrada em relação aos trabalhos de Amaral Lapa, é sua produção voltada à História da Historiografia brasileira. Sua primeira produção neste sentido foi o livro publicado em 1976, fruto de seu curso de Historiografia brasileira ministrado para a primeira turma do programa de pós-graduação em História da UNICAMP, sob o título de *A História em Questão. Historiografia brasileira contemporânea*[12], onde trata da produção historiográfica universitária. Seu segundo trabalho na área é *História e Historiografia. Brasil pós-64*[13], publicado em 1985. Trata da produção historiográfica pós 1964 e procura diagnosticar os efeitos da instauração do regime militar sobre a produção historiográfica brasileira.

A tese supracitada inaugura seus estudos em História Econômica e também uma nova temática dentro dos estudos da área. Até meados dos anos 60 do século passado, observávamos o predomínio da temática relacionada às relações metrópole-colônia, inaugurada principalmente com os trabalhos de Caio Prado Junior. Segundo José Jobson de Andrade Arruda,

> El desarollo de esta temática agudizó el interes por las relaciones comerciales dentro del império português, la cuantificación del lucro del monopólio, la diversidad de la economia colonial al final del siglo XVIII, la relación entre el aflujo de oro y la balanza comercial entre Portugal e Inglaterra, la itensificación del comercio inter-colonial, especialmente de la Carrera de las Indias (ARRUDA, 1998, p. 374).

Dentre as obras que abordam estas temáticas, Jobson Arruda faz referência a algumas em especial: *O Brasil no Comércio Colonial* (tese de doutoramento de 1972, publicada na forma de livro em 1980) de sua própria autoria; *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português* de Virgilio Noya Pinto (1979); *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro* de José Ribeiro Júnior; publicada em 1976; *A Bahia e a Carreira da Índia* de José Roberto do Amaral Lapa (publicada em 1968 na forma de livro, fruto de sua tese de doutoramento defendida em 1966) e *A Época Pombalina* de Francisco Calazans Falcon (publicada em 1982).

A tese de Amaral Lapa inaugura este período da produção em História Econômica preocupada não somente com as relações entre a metrópole e a colônia, mas também com as relações inter coloniais.

Quando da publicação de sua tese em livro em 1968 na *coleção brasiliana* coordenada por Américo Jacobina Lacombe, encontramos várias apreciações. Na apresentação do livro, o próprio Américo Jacobina Lacombe, destaca alguns aspectos da obra. Dentre eles, o fato de

[12] LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em questão. Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.
[13] LAPA, José Roberto do Amaral. *História e Historiografia.* Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

que o trabalho de Amaral Lapa baseou-se no levantamento de uma ampla gama de fontes primárias. Por isso, segundo Américo Lacombe, a obra de Amaral Lapa acaba com "(...) a era das improvisações e das compilações descoordenadas" [14].

Ainda com respeito à temática inovadora e ao método utilizado, Maria Alice Rosa Ribeiro, em artigo publicado em homenagem à Amaral Lapa – ou como era conhecido entre seus alunos, prof. Lapa – por conta de sua morte no ano 2000, afirma

> Para elaborar sua tese, fez pesquisas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Público Estadual da Bahia. Nela procurou identificar as relações entre o porto da Bahia e o comércio de Portugal com o Oriente, através da grande rota marítima estabelecida pelos portugueses nos oceanos Atlântico e Índico, ligando Lisboa a Goa. Estas pesquisas tiveram prosseguimento em Portugal e na Espanha (RIBEIRO, 2000, p. 161).

Podemos notar pela análise de Maria Alice Rosa Ribeiro, que a tese de Amaral Lapa não se contentou em buscar as relações entre o porto da Bahia e o porto de Lisboa, ou as relações econômicas do porto da Bahia com o porto de Portugal, mas sim, sua análise toma um caráter ultramarino ao relacionar o porto da Bahia com o comércio de Portugal no Oriente. Ademais, suas pesquisas se fundamentaram em importante coleta e análise de fontes primárias provenientes dos arquivos de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Outra apreciação que não poderia estar ausente, posto que o estudo de Amaral Lapa está inserido predominantemente na área de História Econômica, é a de Francisco Iglésias, também quando da publicação do livro de Amaral Lapa.

> (...) a tese me agradou plenamente. O tema é importante, revelando no autor lucidez e compreensão histórica já na escolha do assunto. O desenvolvimento é muito bom. Trabalho fundado em pesquisa ampla e bem conduzida, é atestado de amadurecida vivência de problemas históricos. A obra é padrão historiográfico, impondo-se pelo tema, pelo método, pela pesquisa, pela inteligência crítica[15].

A obra também teve acolhida em âmbito internacional, por importante historiador ligado à história quantitativa. Em apreciação contida na segunda orelha do livro, Pierre Chaunu classifica o trabalho de Amaral Lapa como "(...) belo e substancioso estudo consagrado a um capítulo da grande história atlântica."

Por fim, a tese de doutoramento de José Jobson de Andrade Arruda, intitulada *O Brasil no Comércio Colonial*, defendida em 1972 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Interessante pontuar que no ano de 1971 tivemos a implantação de nosso

[14] Citação extraída da primeira orelha do livro.
[15] Citação extraída da segunda orelha do livro.

atual sistema de pós-graduação, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP já possuía novo nome: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Talvez estes eventos tenham influenciado na escrita da História Econômica de Jobson Arruda.

Em geral, o que encontramos acerca desta tese caminha no sentido de utilizá-la enquanto referência bibliográfica em estudos relacionados à economia colonial. Um deles, por exemplo, de autoria de Luiz Paulo Ferreira Nogueról, publicado em 2005 nos *Ensaios FEE* de Porto Alegre, ressalta que o trabalho de Jobson Arruda questionou as interpretações acerca da economia colonial até então vigentes antes de sua tese doutoral. Estes estudos anteriores relacionavam a bonança da economia colonial ao crescimento das receitas de exportação provenientes de algum produto dominante e sua derrocada seria relacionada à queda das receitas com as exportações deste mesmo produto. Jobson Arruda

> (...) indicou, por meio dos dados da balança comercial portuguesa entre a década de 80 do século XVIII e 1807, a diversificação das exportações brasileiras para Portugal e seu aumento em volumes e valores, deslocando a recuperação econômica pós-mineração para o final do século XVIII (NOGUERÓL, 2005, p. 11).

Nogueról aponta aqui para o fato de que estudos anteriores não conseguiram captar a diversificação da pauta exportadora brasileira. Podemos inferir também que uma das fontes utilizadas por Jobson Arruda em sua tese foi a balança comercial portuguesa do período. Ademais, trabalhos que tratem do período 1796-1808, recorte temporal da tese de Jobson Arruda, não podem prescindir de citar os dados por ele obtidos; caso do artigo recente de Vera Lucia Amaral Verlini, publicado em 2009 no periódico *Anais do Museu Paulista*[16].

Outros trabalhos apontam ainda para o fato de que José Jobson de Andrade Arruda, parte das teses de Caio Prado Junior e Fernando Novais, aprofundando-as e problematizando-as. É o que encontramos em tese de Maximiliano M. Menz acerca da formação do Rio Grande durante a Crise do Antigo Sistema Colonial, defendida em 2006 no programa de pós-graduação em História Econômica da USP. "O modelo foi frutífero e diversos autores escreveram trabalhos que problematizaram e aprofundaram as teses de Caio Prado e Fernando Novais. Destaquem-se aqui o livro de Jobson Arruda, sobre o Brasil e o comércio colonial (...)" (MENZ, 2006, p. 7).

Mas, para além da continuação da tradição inaugurada por Caio Prado e Fernando Novais, alguns autores ressaltam a importância do método utilizado por Jobson Arruda para a confecção de sua tese. Stuart Schwartz, por exemplo, em artigo publicado no ano de 2009

[16] FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). *Anais do Museu Paulista.* São Paulo, v. 17, n. 2, pp. 237-250, 2009.

acerca da produção historiográfica das duas últimas décadas, afirma que a tese de Fernando Novais

> (...) foi corroborada, de maneira mais formal e quantitativa, por uma série de estudos realizados por José Jobson de Andrade Arruda e por outros pesquisadores que adotaram o paradigma preconizado por Novais e o reforçaram com uma base de dados sólida ou por uma análise econômica mais formal (SCHWARTZ, 2009, p. 210).

Aqui Schwartz destaca a importância dos métodos quantitativos para a escrita da tese de Jobson Arruda.

Contudo, talvez, Jobson Arruda não pudesse ter dado este tratamento quantitativo à suas fontes se as mesmas não tivessem sido as balanças de comércio de Portugal e seus domínios, produzidas ininterruptamente desde 1796. Interessante notar que estas fontes geraram em Jobson Arruda certo "dilema" metodológico, exposto logo na introdução de sua tese, que, aliás, procura demonstrar explicitamente quais foram suas escolhas, entre História quantitativa e História serial.

> Obviamente, tal tipo de documentação de certa forma poderia ter condicionado o método a ser adotado. Tinha que ser um método quantitativo. O problema era saber qual. A moda de Labrousse? Na linha de Hamilton? Como o faria Jean Marczewski? Ou como o faria Pierre Chaunu? Eis o primeiro problema: definir-se, em termos de história "quantitativa" [sic] ou história "serial" [sic] (ARRUDA, 1972, p. I).

José Jobson de Andrade Arruda também menciona o fato de que a análise exigiu a aplicação de técnicas estatísticas, especificamente o método dos mínimos quadrados, e também o uso de computadores para dar maior precisão aos cálculos. Aliás, o próprio subtítulo de sua tese pode nos fornecer alguma pista sobre suas escolhas metodológicas e seus intentos: "contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial."

Algumas reflexões finais

Ao longo do artigo procuramos demonstrar quão enriquecedora pode ser uma abordagem sobre a História Econômica que parta das principais contribuições da Teoria da História ou da História da Historiografia. Outras análises também seriam possíveis, como por exemplo, tentar estabelecer a existência de alguma teoria econômica nas três teses, mas fizemos questão de demarcar nossa escolha epistemológica.

Não queremos aqui renegar o diálogo da História Econômica com a Ciência Econômica. Queremos apenas mostrar que outros diálogos também são possíveis e podem

trazer a História Econômica para mais perto dos historiadores. Acreditamos que é possível fazer-se uma História Econômica consistente e que consiga dialogar com outros aspectos do conhecimento, que não apenas o econômico. Ademais, o uso de certos instrumentais analíticos, como os avançados métodos econométricos utilizados pela Nova História Econômica estadunidense, apenas faz afastar ainda mais os praticantes desta modalidade de História de seus colegas historiadores. Será realmente que para se inferir a importância das ferrovias para o desenvolvimento econômico dos EUA, é mesmo necessário alçar vôos de tamanha abstração com modelagens apenas compreensíveis pelos mais especializados?

A Ciência Econômica também tem sua parcela de "culpa" neste estado de coisas, pois cada vez mais tem se afastado de seu caráter de disciplina Humana e se entregado às veleidades das grandes abstrações econométricas. Talvez este tipo de História, sim, possa ser qualificado de ficção, apesar de seus adeptos considerarem esta afirmação extremamente herética, pois ainda parecem estar presos à busca da História por cientificidade e encontraram nos números e nas abstrações matemáticas seu grande acalanto. Podemos cair em um tipo de História, como nos alerta Carlo Ginzburg, "desprovida de carne e sangue."

A renovação da História Econômica não está em se isolar em um círculo de especialistas, mas sim em buscar contribuições em outras pradarias. O brilhante estudo de Giovanni Lévi intitulado *A Herança Imaterial*, tem muito a dizer aos historiadores econômicos. Lévi, ao analisar os preços em Santena no século XVII, constatou que os mesmos não eram determinados pelos movimentos de oferta e demanda, mas sim pelas relações sociais entre compradores e vendedores fora do mercado, ou seja, um mesmo produto poderia ter um preço para um parente, um outro para um vizinho etc. Os historiadores tem muito à aprender com a micro-história italiana[17]. Por que então temer os avanços da História Cultural se esta pode contribuir para a renovação da História Econômica, trazendo novos elementos para a análise?!

Mesmo ainda em etapa preliminar, podemos derivar algumas conclusões de nossa pesquisa: em relação à tese de cátedra de Alice Canabrava, a Historiografia tem superestimado seu papel como possível militante do feminismo na USP e também quanto à influência dos *Annales*. A tese de José Roberto do Amaral Lapa faz-se pioneira em dois sentidos: quanto à temática e pelo fato de que foi a primeira tese de doutorado em História defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, orientada por Sérgio Buarque de Holanda. Quanto a José Jobson de Andrade Arruda, o fato de que a História

[17] LÉVI, Giovvani. *A Herança Imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

quantitativa estava em seu auge quando da escrita de sua tese, pode nos apontar algo de sua inserção metodológica e institucional.

O mais importante aqui é que para além de se empreender balanços acerca do estado das artes da História Econômica no Brasil, ou procurar novas formas de fazer História Econômica, estudos *sobre* a História Econômica brasileira a partir de noções como *operação historiográfica* e *regimes de historicidade*, podem trazer importantes reflexões ao campo, principalmente no que tange aos procedimentos de escrita desta História Econômica e da temporalidade presente em cada texto, elementos tão caros ao ofício de historiador.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*: contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1972.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. La historia de la Historia en Brasil. *Investigaciones Históricas.* Vallidolid, v. 18, 1998.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. História Econômica e História Cultural: uma trajetória historiográfica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté, v. 4, n. 3, 2008.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Alice Canabrava: História e Mito. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875).* 2º edição. São Paulo: Edusp, Anpuh, 2011.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875).* 2º edição. São Paulo: Edusp, Anpuh, 2011.

CERTEAU, Michel De. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural.* Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, 1997.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. et. al. (orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi.* Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, dezembro de 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.) *História Cultural: experiências de pesquisa.* Porto Alegre: UFRGS, 2003

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora.* Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (org.). *Estudos sobre a escrita da história.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Econômica. São Paulo: *Folha da Manhã*, 27 de Agosto de 1948.

IGLÉSIAS, Francisco. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte: FCE; UMG, 1959.

IGLÉSIAS, Francisco. Comentários. In: CANABRAVA, Alice Piffer; HOLANDA, Sérgio Buarque de; LUZ, Nicia Vilela. *Anais Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros.* São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1971.

IGLÉSIAS, Francisco. Situación de La História Económica em Brasil. In: BONILLA, et. al. *La História Económica em América Latina.* 1. Situación y Métodos. México: SEP; Setentas, 1972.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*: Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1968.

MAURO, Frédéric. La situation de l´histoire économique à La fin Du xxème siècle. *história econômica & história de empresas.* São Paulo, v. 2, n. 1, 1999.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de; NOZOE, Nelson Hideiki; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica (as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava). *Estudos Econômicos.* São Paulo. v. 15, n. especial, 1985.

MENZ, Maximiliano M. *Entre dois Impérios: formação do Rio Grande na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

MOKYR, Joel. On the Supposed Decline and Fall of Economic History. *Historically Speaking*. Johns Hopkins University Press, vol. 11, n. 2, 2010.

NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. Preços de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX – mercadorias de um mercado nacional em formação. *Ensaios FEE*. Porto Alegre, v. 26, n. especial, 2005.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no brasil. *história econômica & história de empresas.* São Paulo, v. II, n. 2, 1999.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. josé roberto do amaral lapa (1929-2000). *história econômica & história de empresas.* São Paulo, v. III, n. 1, 2000.

RODRIGUEZ, José Honório. *Teoria da História do Brasil:* introdução metodológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A Obra de Alice Canabrava na Historiografia Brasileira. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd28/fsaes-apc.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

SCHWARTZ, Stuart B. A Historiografia dos Primeiros Tempos do Brasil Moderno. Tendências e Desafios das duas últimas Décadas. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 50, 2009.

WHAPLES, Robert. Is Economic History a Neglected Field of Study? *Historically Speaking.* Johns Hopkins University Press, vol. 11, n. 2, 2010.

José Pires de Carvalho e Albuquerque, Secretário de Estado e Governo do Brasil: poder, elites e contestação na Bahia de 1798.

Patrícia Valim.
Doutoranda em História Econômica, FFLCH/USP
Email: pvalim@usp.br

Resumo: A circunstância da prisão dos escravos da Conjuração Baiana de 1798 leva-nos à investigação da atuação política de um grupo de notáveis liderados pelo Secretário de Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque. Proprietário da Casa da Torre por casamento com Ana Maria de São José e Aragão, e dos engenhos de Cazumbá, Rosário, Passagem, São Miguel e Nossa Senhora da Conceição, José Pires e Carvalho e Albuquerque "*serviu nos empregos"* de Intendente da Marinha e Armazéns Reais, Vedor Geral do Exército, Provedor e Ouvidor da Alfândega da Bahia e Deputado da Junta da Real Fazenda. Homem poderoso na Bahia do final do século XVIII envolveu-se em uma série de conflitos. Justamente por isso foi constantemente denunciado para o poder metropolitano sob a acusação de "*ausência de limpeza de mãos"*. Apesar das denúncias e de algumas evidências de participação na Conjuração Baiana de 1798, o Secretário de Estado e Governo do Brasil passou ileso às acusações. Uma das razões está relacionada ao episódio em que ele articulou o movimento de "*pronta-entrega"* de escravos à justiça para que ele, junto com o grupo de notáveis, escapasse da acusação de envolvimento no crime de lesa-majestade. Além disso, sua crescente influência política e econômica na Bahia do final do século XVIII relaciona-se ao fato dele ter sido um importante credor da Real Fazenda, que contava com o apoio de alguns Desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia, de um tio na Casa da Suplicação e do próprio governador da Bahia, d. Fernando José de Portugal e Castro. A hipótese apresentada é que a centralidade do cargo de Secretário de Estado e Governo do Brasil e a proximidade de José Pires de Carvalho e Albuquerque foram fundamentais para a projeção política de d. Fernando José de Portugal e Castro.

Os estudos recentes sobre a dinâmica administrativa do Império colonial português têm destacado a temática das trajetórias dos agentes destinados ao governo das conquistas ultramarinas, chamando a atenção para a manifestação de articulações políticas entre os agentes da coroa e os demais indivíduos que ocupavam cargos da governança local, mediadas pela partilha de valores culturais e códigos de sociabilidade. O exercício de determinados cargos da administração colonial possibilitou, com efeito, certas permanências que tornaram possível a construção de uma memória de práticas e estratégias de ascensão social, implementadas nas relações de poder do Império Português, monopolizadas por um seleto grupo de indivíduos que conseguia movimentar-se por tais circuitos administrativos[1]. No final do século XVIII, como se sabe, uma das consequências da política ultramarina de fomento mercantilista do ministério pombalino foi a ascensão social dos negociantes[2], cuja possibilidade de prestígio, enobrecimento e ampliação de suas fortunas ocorreu através de alianças matrimoniais, apadrinhamentos políticos e nomeações para cargos estratégicos da governação local[3]. É o caso de José Pires de Carvalho e Albuquerque.

A família Pires de Carvalho tem sua origem em Domingos Pires de Carvalho (c.1640-1708), que chegou à Bahia por volta de 1660. Homem de origens muito modestas em Portugal, Domingos Pires de Carvalho fez fortuna como comerciante. Dono do principal trapiche da cidade, em 1683 é admitido como irmão de maior condição na Santa Casa de Misericórdia na Bahia. Um ano antes, porém, ao pretender ser familiar do Santo Ofício teve seu pedido recusado em função de seus pais e avós terem exercidos ofícios mecânicos em Portugal[4]. Situação distinta de seu primogênito, José Pires de Carvalho (1677-1759) que como familiar do Santo Ofício e coronel das Ordenanças, foi vereador em Salvador e procurador da Rainha[5]. Após comprar o Solar do Unhão, casa à beira-mar e atual sede do Museu de Arte Contemporânea da Bahia,

1 Cf. Maria de Fátima Silva Gouvêa. *Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808).* In: João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 304.

2 Jorge Miguel Viana Pedreira. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa: de Pombal ao vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social.* Tese de doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

3 Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. *Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da índia nos séculos XVII e XVIII.* In: João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 279.

4 Cf. A Costa. *Genealogia Baiana. Revista do IHGB,* nº. 191, Rio de Janeiro, 1946.

5 Cf. Affonso Ruy. *História da Câmara Municipal de Salvador.* Salvador: Câmara Municipal/Academia de Letras da Bahia, 1953.

José Pires de Carvalho casou-se com D. Teresa Cavalcanti de Albuquerque, descendente de uma antiga família de senhores de engenho em Pernambuco. Foi a partir desse casamento que a família passou a se chamar Pires de Carvalho e Albuquerque[6].

Desse matrimônio nasceram o primogênito Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e José Pires de Carvalho e Albuquerque, membros da Academia dos Esquecidos, em 1724. O primogênito comprou o cargo na Alcaidaria-mor, em 1753, e o segundo irmão comprou o cargo de Secretário de Estado e Guerra do Brasil. De seus respectivos casamentos nasceram os primos de mesmo nome: José Pires de Carvalho e Albuquerque. Um deles, o herdeiro do cargo de Secretário de Estado, casa-se com sua prima-irmã D. Ana Maria de São José de Aragão, cuja irmã, D. Joaquina Maurícia de São Miguel e Aragão casa-se com Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão[7].

Homem muito poderoso após o casamento, José Pires de Carvalho e Albuquerque foi um dos que recusaram terminantemente a criação de uma Caixa de Crédito na Bahia para o financiamento da produção agrícola, contando, inclusive com apoio do governador. A coroa portuguesa, no entanto, não se conformava com o fato de os negociantes afirmarem falta de fundos para a implantação das caixas de créditos e aquisição das ações, especialmente porque aquela altura conhecia-se a "extensão das rendas" das capitanias comprovadas pelas balanças de comércio superavitárias nos quatro últimos anos do século XVIII. O fato é que na capitania da Bahia, d. Fernando José de Portugal e Castro, não quis se indispor com os negociantes e contrariar seus interesses, pois muitos deles foram os principais credores individuais da Real Fazenda através dos empréstimos abertos por editais públicos, como opção paliativa para as finanças régias.

Em 20 de março de 1797, abriu-se edital público solicitando um empréstimo de três milhões de cruzados para a Real Fazenda entre os principais da capitania da Bahia[8]. A dificuldade de se conseguir a quantia foi tanta que em 4 de outubro de 1798, d. Rodrigo de Sousa Coutinho comunicou ao governador que S. M.:

> "*manda novamente recomendar o estabelecimento do Crédito Público dessa Capitania a fim de que o empréstimo a respeito do qual Vossa Senhoria nada me tem participado até agora se complete e que por esse meio*

[6] A. Costa, *op.cit.*
7 Cf. Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O Feudo. A Casa da Torre de Garcia d´Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 324.
[8] BN, Sessão de Manuscritos, MS-512, II-33, 18, 39.

> *se cumpram as despesas extraordinárias de que se trata, mas para outras maiores que ocorrerão*[9]*".*

No entanto, em 23 de maio de 1797, d. Fernando escreveu a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando que como S.A.R recomendava que ele procurasse todos os meios de animar a feliz realização do empréstimo, o governador achou

> *"que hum delles* [meios] *e bem próprio era mandar chamar a minha presença todos aqueles comerciantes e mais Pessoas desta Cidade, em quem considerei possibilidade de concorrerem com alguma porção de dinheiro e praticando-o assim e escrevendo igualmente cartas aos Senhores de Engenhos e Lavradores ricos que vivem distantes desta Cidade, resultou desta Nova Providência utilidade, tendo-se já prometido a soma de cento e trinta e três contos de réis dos quais ficão recolhidos nos Cofres Reais setenta e sete contos"*[10].

D. Fernando avançou em seus argumentos ponderando com o Ministro que não seria possível conseguir o empréstimo de três milhões de cruzados "*por ser esta porção talvez a que gire nesta Capitania, o he muito mais nas circunstâncias actuais, em que o Comércio tem sofrido prejuízos não pequenos"*[11]. O governador concluiu sua carta afirmando que para conseguir que os principais colaborassem com o avultado empréstimo, usou de toda a *"suavidade e brandura como pede a natureza delle",* e que os Vassalos chamados à sua presença:

> "*mostrarão o ardente desejo de concorrerem com somas mais avultadas, se assim o permitissem as possibilidades, oferecendo-se até alguns a fazerem o empréstimo gratuito e sem interesse, o que não aceitei por me parecer não ser esta a mente e intenção da Mesma Senhora"*[12].

Em 11 de setembro de 1798, d. Fernando José de Portugal e Castro escreveu para d. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando que havia conseguido até aquele momento a quantia de 196.800$000 do total do capital subscrito[13], sendo que a capitania do Rio de Janeiro não havia conseguido nem esse montante um ano depois, apesar das ações adotadas pelo Conde de Resende, relatadas em carta de 23 de setembro de 1799[14].

---

[9] BN, Sessão de Manuscritos, Livro de Provisões Régias, 01, 04, 009, Ofícios 118 e 119. Grifo meu.
[10] AHU_ CU_CA_Cx. 89, doc. 17344
[11] Idem.
[12] Ibidem.
[13] AHU_CU_CA, doc. 18380. "*Officio do Governador D. Fernando .José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere ao empréstimo de três milhões e participa a cobrança de 196:800$000 do capital subscripto. Bahia, 11 de setembro de 1798".*
[14] AN, códice 68, livro 15, folhas 323, 323v.

Apesar da insistência de d. Rodrigo de Sousa Coutinho em conseguir o montante do empréstimo e criar as caixas de crédito, em 9 de maio de 1800, d. Fernando José de Portugal e Castro observou:

> *"[...] parecendo-me que d'alguma sorte está conseguido este fim, se se refletir que cada um dos comerciantes desta praça em particular é uma caixa ou fundo de cada um dos lavradores, por consistir o comércio da Bahia em suprir aos do tabaco e açúcar geralmente de todos os gêneros, dinheiro, fazendas e escravos, recebendo em seu pagamento as colheitas e trabalhos dos mesmos lavradores, havendo comerciantes que assistem a trezentos e quatrocentos lavradores de tabaco e a 12, 15, 20 e mais senhores de engenho[...]"*[15].

Uma das razões para que d. Fernando José de Portugal e Castro saísse em defesa dos negociantes é que, como se viu, entre os colaboradores do montante arrecadado para o empréstimo de 3 milhões de cruzados estavam José Pires de Carvalho e Albuquerque e Francisco Vicente Viana, homens de muito cabedal, membros da administração local, contrários à criação das caixas de créditos e membros de famílias que há muito mantinham relações promiscuas com a governação local, com vultosas quantias emprestadas gratuitamente[16].

No início do governo de d. Fernando José de Portugal e Castro na Bahia, em 1788, José Pires de Carvalho e Albuquerque emprestou gratuitamente aos cofres da capitania 123 mil cruzados, demonstrando ao governador sua influência no poder local[17]. Em 1796, por exemplo, José Pires de Carvalho e Albuquerque emprestou gratuitamente a Real Fazenda 50 mil cruzados para o pagamento das despesas das esquadras que deviam comboiar os navios mercantes para Lisboa[18]. Um ano depois, ele foi um dos que mais contribuiu para a quantia arrecadada para o empréstimo de 3 milhões de cruzados, que d. Fernando José de Portugal e Castro relatou a d. Rodrigo de Sousa Coutinho[19].

---

[15] AHU_ CA, Cx. 105, doc. 20509. *"Officio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual o informa das dificuldades que se offerecia o estabelecimento das caixas de crédito".*

[16] BN, Sessão de manuscritos, MS-512, II-33, 29, 74: "*Forão recebidos por empréstimo gratuito dos cofres e pessoas abaixo declaradas [...] a saber: 20.000$000 de José Pires de Carvalho e Albuquerque*".

[17] BN, Sessão de Manuscritos, MS-512, II, 33, 18, 74.

[18] AHU_CU_CA, Baía, doc. 26146. *"Attestado de Francisco Gomes de Sousa, escrivão da Junta da Real Fazenda, em que este declara que o Secretário de Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque emprestara gratuitamente a Real Fazenda 50:000 cruzados para pagamento das despezas das esquadras que devia comboiar os navios mercantes. Bahia, 9 de março de 1796".*

[19] AHU_CU_CA, Baía, doc. 26171. "*Certidão da quantia com que o Secretário de Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque entrou nos cofres da Real Fazenda para o empréstimo que se mandara abrir na*

José Pires de Carvalho e Albuquerque tinha razões concretas para não querer a criação das caixas de crédito na Bahia. Por ocasião de seu inventário feito em 1808, o montemor do Secretário de Estado foi avaliado em 200:937$000, com uma dívida ativa girando em torno de 26:000$000, o que o tornava o maior senhor de engenho fornecedor de crédito[20]. Sua dívida passiva, no entanto, era de 25:082$488, cerca de 12,5% de seu montemor, colocando-o na terceira posição como maior devedor da capitania da Bahia. A fortuna e os empréstimos gratuitos concedidos a Real Fazenda e a outros senhores de engenhos só reafirmavam a autoridade local de José Pires de Carvalho e Albuquerque como Secretário de Estado e Governo do Brasil.

Em 04 de junho de 1785, o então governador da Bahia, d. Rodrigo José de Menezes, foi agraciado com uma Petição na qual "*a nobreza, cidadaons della e maior parte dos Negociantes e Povo"* da capitania elogiavam as obras que o governador mandara fazer na cidade: construção de muralhas na cidade baixa, reforma nos currais, o celeiro público e a construção do hospital do lazareto, e solicitavam à S. M. fazer a "*graça e mercê de conservar o mesmo Excellentíssimo Senhor General no Governo em que se acha para se não interromperem as mencionadas obras, como de ordinário se sucede na mudança dos governadores […]".*

Na mesma petição os signatários solicitavam que "*a este governo fosse restituída a qualidade e preeminência de Vice-Reinado tão merecida pela dignidade e primazia desta Cidade, pela riqueza da sua Capitania e pela sua natural situação no centro da America Portugueza".* Entre os signatários estavam: Cristovão da Rocha Pita, Diogo Alves Campos, Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, Adriano Antunes Ferreira, Frutuoso Vicente Viana (pai de Francisco Vicente Viana) e José Pires de Carvalho e Albuquerque[21].

Capitania da Bahia, em 8 de novembro de 1797".

[20] APEB, Judiciário, Inventário de José Pires de Carvalho e Albuquerque, 1808/01/97/141/02.

[21] Arquivo Municipal da Cidade de Salvador, doravante AMS, Ofícios do Governo (1768-1807), folhas 196, 197, 197 v. AHU_CU_CA, Baía, Caixa 61, docs: 11777-11782. Grifo meu. Cumpre destacar que no final do século XVIII, havia quatro pessoas com o nome de José Pires de Carvalho e Albuquerque. O José Pires de Carvalho e Albuquerque que aparece no grupo de signatários da Petição citada, nasceu na Bahia em 1703 e faleceu em 1776. Era Secretário de Estado, cargo vitalício que comprou por 30:000$000, desembargador e membro da Academia dos Renascidos em 1724. Casou-se com d. Isabel Joaquina de Aragão e tiveram quatro filhos, entre eles o Secretário de Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque, proprietário de quatro escravos entregues a justiça por ocasião das investigações da Conjuração Baiana de 1798. Sobre a família Pires de Carvalho e Albuquerque e Frutuoso Vicente Viana, ler: Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho. *Famílias Bahianas (Bulcão, Pires de Carvalho e Vicente Viana),* vol. 1, Bahia: Imprensa Oficial, 1945; Francisco Antônio Doria. *Caramuru e Catarina: lendas e narrativas da Casa da Torre de Garcia d´Ávila.* São Paulo: Senac, 2000, pp. 129-130; Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O Feudo. A Casa da Torre de Garcia d´Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, p. 324.

Desse grupo, José Pires de Carvalho e Albuquerque, Secretário do Estado e Guerra do Brasil, tinha razões concretas para suas reinvindicações. Em 20 de julho de 1766, seu pai de mesmo nome, desembargador, Alcaide-Mor da Maragogipe, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de S. M., escreveu uma carta para a coroa portuguesa afirmando que tendo arrematado o ofício de Secretário do Estado do Brasil por 30:000$000, sentia-se lesado com a transferência da sede Governo Geral para o Rio de Janeiro e pedia a confirmação da referida propriedade e pagamento de propinas, pois, caso contrário, renunciaria ao seu ofício[22]. O então Secretário de Estado escreveu várias vezes para a coroa portuguesa valendo-se do mesmo argumento de prejuízo financeiro. Em 1 de agosto de 1770, afirmou que:

> "*he sem duvida que todos os rendimentos desta Secretaria e ainda os do Governo, se deteriorarão muito com a creação da Relação do Rio de Janeiro, com a passagem do Vice-Reinado para aquella Capitania e ultimamente com a resolução de S. M. de se não pagarem mais propinas, que dos contratos, que aqui se rematarem...*"[23].

No mesmo memorial, José Pires de Carvalho e Albuquerque lembrou a coroa portuguesa que além do prejuízo causado pela criação da Relação do Rio de Janeiro e pela transferência da sede do Vice-Reinado, sua família há muito contribuía para as finanças de S. M. Afirmou que no "curto" espaço de 30 anos pagou em Lisboa 30:000 cruzados de contado pela Alcaidaria-mor da cidade da Bahia, para seu irmão o ajudante de ordens "*Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, que logrou este lugar o breve tempo de anno e meio e por sua morte vagou para a coroa*". Pagou 52:000 cruzados e 100 mil réis pela arrematação que fez a Real Fazenda do "*Trapiche de seu devedor Bernabé Cardoso, achando-se aquella propriedade depois da compra tão damnificada, que foi preciso faze-la de novo"*. Além disso, pagou pela primeira vez 42:000 cruzados de contado pela propriedade vitalícia do ofício de Secretário de Estado do Brasil e na segunda vez, pagou quase o dobro, 82:000 cruzados, pela mesma propriedade vitalícia do mesmo ofício, que aquela altura já tinha pago aos cofres públicos 25 contos 688$88 réis[24].

O pagamento duplo pela vitaliciedade do ofício de Secretário de Estado ocorreu porque no início de 1764, o serventuário da Secretaria de Estado, Francisco Gomes de Abreu Lima Corte Real, requereu ao governo interino o exercício do ofício de

[22] AHU_CU_CA, Baía, doc. 7183.
[23] AHU_CU_CA, Baía, doc. 8285.
[24] Idem.

Secretário de Estado no lugar de José Pires de Carvalho e Albuquerque, que se encontrava doente[25]. O Secretário de Estado reclamou e a coroa portuguesa intercedeu a seu favor, desde que ele pagasse novamente pela vitaliciedade de seu ofício, alegando que na primeira vez não havia recebido quantia suficiente para um ofício de tamanha importância[26]. A vitaliciedade do cargo de Secretário de Estado significava, no limite, que a coroa portuguesa entregava a memória cartorial do Estado do Brasil e de todos os despachos trocados nos dois lados do Atlântico a um único indivíduo, nascido e com interesses enraizados na colônia, fortalecendo-o politicamente de tal sorte que aos governadores das capitanias, cujos poderes eram sempre transitórios, não restava alternativa que não fosse uma convivência administrativa harmoniosa, sem que houvesse interferência nas ações do Secretário[27].

Apesar das ameaças de renunciar ao ofício em razão do prejuízo que tivera com a transferência da sede do Vice-Reinado, José Pires de Carvalho e Albuquerque pagou duas vezes pela vitaliciedade do ofício porque, como demonstra Pedro Puntoni, ser Secretário de Estado significava ser a pessoa que dava efetividade na colônia das decisões tomadas pelas autoridades régias nos dois lados do Atlântico. O Secretário de Estado era homem de confiança do governador, seu primeiro oficial de despacho, que era consultado em questões pequenas e grandes de Estado, uma vez que ficava aos seus cuidados o arquivo cartorial da jurisdição da Capitania da Bahia, sede do vice-reinado até 1763[28].

Segundo Rodolfo Garcia, entre os funcionários mais graduados da colônia estava o Secretário de Estado, cargo criado em 1646 e dado a Bernardo Vieira Ravasco, irmão do Padre Antônio Veira, a princípio trienal e depois de 1650 sem limitação de tempo. Em 1663, foi permitido a Ravasco, que, por sua morte, lhe sucedesse no ofício seu filho Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque[29]. A envergadura política do cargo justifica o esforço que José Pires de Carvalho e Albuquerque fizera para torna-lo, inclusive, hereditário, como de fato aconteceu. Em 7 de maio de 1779, depois do falecimento de seu pai de mesmo nome e da desistência do ofício por seu irmão

[25] AHU_CU_CA, Baía, doc. 7120. Cumpre destacar que Francisco Gomes de Abreu Lima Corte Real foi exonerado do cargo de Oficial Maior da Secretaria de Estado, sendo nomeado em seu lugar Antônio Pinheiro da Silva, homem de confiança da família de José Pires de Carvalho e Albuquerque.
[26] Ibidem.
[27] A respeito da relevância da Secretária de Estado do Brasil, ler: Pedro Puntoni. *Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII.* In: *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX.* São Paulo: Alameda, 2005.
28 Idem, p. 173.
[29] Cf. Rodolfo Garcia, *op.cit.,* p. 59.

primogênito, José Pires de Carvalho e Albuquerque teve a propriedade da vitaliciedade do ofício arrematado duas vezes por seu pai confirmada por Carta Régia, com a denominação de "*Secretário de Estado do Brasil para elle e seus sucessores gozarem na forma do Direito Consuetudinário do Reino com faculdade de nomear Serventuários nos seus impedimentos* [...]"[30].

A prerrogativa da hereditariedade da vitaliciedade do ofício de Secretário de Estado do Brasil conferida à família de José Pires de Carvalho e Albuquerque, bem como a mudança de sua nomenclatura, ocorreu apenas na Bahia no final do século XVIII, confirmando a centralidade política do Secretário de Estado na administração local. A partir da alteração da nomenclatura do ofício de sua propriedade, José Pires de Carvalho e Albuquerque teve seu poder constantemente ampliado. Em 9 de setembro de 1782, o então governador da capitania da Bahia, d. Rodrigo José de Menezes, escreveu um ofício para Martinho de Mello e Castro, participando-lhe da nomeação de José Pires de Carvalho e Albuquerque para exercer interinamente a Provedoria da Alfândega, a Intendência da Marinha e Vedoria Geral do Exército, por ter adoecido Antônio José de Sousa Freire[31].

Em 1786, José Pires de Carvalho e Albuquerque solicitou à S. M., a exclusividade em descascar o arroz em sua propriedade, na Quinta do Unhão, atual Museu de Arte Moderna da Bahia, que ficava no centro da cidade-baixa, de "*porta para o mar*", vizinha da Alfândega e da Ribeira, e próximo ao Ancoradouro dos Navios[32], sob o argumento de que "*com Despesa de minha Fazenda procuro promover a cultura deste gênero e sua factura, pelo zelo patriótico que me assiste"*[33]. Em 11 de maio de 1786, o então governador da capitania da Bahia, d. Rodrigo José de Menezes, encaminhou uma representação na qual argumentava que:

> *"o privilégio exclusivo de descascar o arroz em Engenho de Agoa e Bestas, que pretende fazer no Sítio de sua Quinta do Unhão a borda´ágoa e dentre desta Cidade, se não pode duvidar a grande vitalidade que resultará a nossa Capital do Reino, e aumento da Agricultura deste gênero, que o anno passado chegou a produzir a Comarca de Ilheos quarenta mil Alqueires de Arroz, e este anno produzirá muito maior número, sendo animado pelo pretendente que por seo*

[30] APEB, Judiciário, Inventário de José Pires de Carvalho e Albuquerque, 1808/01/97/141/02, folhas 124, 124v. Grifos meus.
[31] AHU_CU_CA, Baía, doc. 11133. Chamo atenção para a centralidade desses cargos na administração local.
[32] AHU_ CU_CA_Cx. 63, doc. 12143.
[33] AHU_CU_CA_Cx. 63, doc. 12144.

> *procedimento e excessivo exercício que tem no Real Serviço, se faz digno de Graça"*[34].

Após obter o privilégio exclusivo de descascar o arroz em sua propriedade, no ano seguinte, o Secretário escreveu à S. M., sobre os inconvenientes na mudança do Tribunal da Mesa de Inspeção e Arrecadação do Tabaco, situados em sua propriedade há mais de um século, para o Trapiche do Bernabé, de propriedade de Teodósio Gonçalves Silva[35]. Quem interveio a favor do Secretário de Estado foi o então governador d. Rodrigo José de Menezes, informando a Martinho de Mello e Castro que há mais de um século a família de José Pires de Carvalho e Albuquerque obtinha o direito exclusivo da arrecadação do Tabaco em sua propriedade, que era:

> *"a maior das que há no centro da Cidade Baixa, erigida por seos avós com aprovaçam Régia em Morgado, e que o tenue rendimento delle e do Trapiche do Açúcar, que tem na mesma propriedade, hé que subsiste a família do suplicante, que sendo das da primeira nobreza dessa Capitania, sempre se destinguio no Real Serviço com bom comportamento, actividade, desinteresse e obediência das Leys, como hé constante, e eu o exprimento, ocupando por si e seos progenitores os primeiros Postos e Cargos da República, sem fama en contrário"*[36].

O argumento do governador d. Rodrigo José de Menezes era que a permanência da Mesa de Inspeção e a Arrecadação do Tabaco na propriedade de José Pires de Carvalho e Albuquerque seria o melhor meio de "conservação da nobreza", que não deveria ter prejuízo com a mudança para o Trapiche de "*hum particular*" que era *"rico pelas suas interessantes negociacoens, com o motivo de afectadas ideas de utilidade pública [...]*[37]. Além da defesa do governador, José Pires de Carvalho e Albuquerque contou com o apoio de boa parte dos negociantes e do primeiro escrivão da Mesa de Inspeção, Manoel Rodrigues Barreto, que escreveram uma representação para a coroa portuguesa valendo-se de uma Certidão no livro segundo do Regimento de Provisões e Ordens Régias, de 1770, solicitando a permanência da Mesa de Inspeção e a Arrecadação do Tabaco na propriedade do Secretário de Estado por estar em melhor localização para os negociantes e barqueiros que nelas sempre foram atendidos com muito "zelo e ligeireza". Entre os que assinaram a Representação estavam Francisco

[34] Idem. Grifo meu.
[35] AHU_CU_CA_Cx.66, doc. 12701.
[36] Idem.
[37] Ibidem.

Vicente Viana, filho de Frutuoso Vicente Viana, e Adriano de Araújo Braga, administrador do Celeiro Público durante o período de 1796 e 1800[38].

Parece evidente que o Secretário de Estado valeu-se do conhecimento da memória do Estado que seu cargo lhe conferia para benefício próprio e reafirmação do seu poder na capitania da Bahia. Tanto mais, que no final de seu governo, em 03 de janeiro de 1788, d. Rodrigo José de Menezes manifestou seu apreço ao Secretário, escrevendo uma "*attestação*"[39], com cópia para o seu sucessor, afirmando que àquela altura José Pires de Carvalho e Albuquerque "servia nos empregos" de Secretário de Estado e Governo do Brasil; de Intendente da Marinha e Armazéns Reais; Vedor Geral do Exército; Provedor e Ouvidor da Alfândega da Bahia e Deputado da Junta da Real Fazenda.

Assim, quando d. Fernando José de Portugal e Castro assumiu o governo da capitania da Bahia logo percebeu a influência política do Secretário de Estado, que havia assinado pela permanência de seu antecessor. Dias depois de sua posse, o governador foi comunicado por Provisão Régia que se praticasse com o Secretário de Estado, José Pires de Carvalho e Albuquerque, as mesmas continências militares que se observavam com o Secretário de Estado de Goa, sem modificação, interpretação ou diminuição alguma, pois de acordo com uma petição encaminhada pelo próprio Secretário, ele "*não hé de inferior condição à elle, tanto pela sua qualidade, como pello grande Donativo de Cento e Vinte e Quatro mil cruzados, que por elle deu à Real Fazenda de Sua Magestade [...]*[40].

Em razão dos empréstimos gratuitos feitos por sua família a coroa portuguesa, o próprio José Pires de Carvalho e Albuquerque solicitou que:

> *"Vossa Magestade seja servida mandar passar Provisão ao Governador da Capitania da Bahia, para que com o Suplicante se pratiquem as mesmas Continências Militares que se observão com o Secretário de Estado de Goa, sem modificação, interpretação ou diminuição alguma, na forma que se mostra pellas referidas attestaçoens, em observância das mesmas Reaes Ordens com que Vossa Magestade tem authorizado e distinguido este emprego, mercê em que não he lesada a Real Fazenda de Sua Magestade, nem a Sua Real Coroa"*[41].

[38] AHU_CU_CA_Cx. 66, doc. 12703 e doc. 12704.
39 AHU_ACL_CU_005, Cx. 210, doc. 14878: *Papéis de Serviço do Capitão-Mor das Ordenanças da cidade da Bahia e Secretário de Estado e Guerra do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque, para fins de justificação.* In: Inventário Castro e Almeida.
[40] AHU_ CU_CA_Cx. 71, doc. 13557.
[41] Idem, com atestações dos documentos de nº 13558 e 13559.

O fato é que com poder político bastante fortalecido, o Secretário de Estado, José Pires de Carvalho e Albuquerque, foi o pivô de uma disputa familiar sem precedentes que ocorreu na Bahia durante os anos de 1796-1798. Isso porque José Pires de Carvalho e Albuquerque, Alcaide-mor e já senhor do morgado Pires de Carvalho e Albuquerque era o herdeiro natural do morgado dos Garcia d´Ávila, por ser filho de D. Leonor Pereira Marinho. Ocorre que o herdeiro morre solteiro em 28 de julho de 1796, mas tivera tempo de viver maritalmente com Maria da Expectação Alves Braga, com quem teve três filhos, e com Maria dos Anjos, com quem teve um filho chamado José. Três meses antes de sua morte, entretanto, o Alcaide-mor requereu a legitimação de seus quatro filhos, designando-os como herdeiros. Para tanto, nomeou seu amigo Antônio Ferreira Andrade testamenteiro e tutor de seus filhos.

O Secretário de Estado junto com Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão e a avó de suas respectivas esposas impugnaram o pedido de legitimação dos filhos bastardos do falecido, a validade do testamento e a condição de testamenteiro e tutor atribuída a Antônio Ferreira de Andrade. O argumento fora o de que o testamenteiro aproveitara a fragilidade do enfermo e tentara persuadi-lo a estabelecer matrimônio com uma "*prostituta de ínfima extração social"*[42]. De fato, antes de falecer, José Pires de Carvalho e Albuquerque pretendera casar-se com Maria da Expectação, porém, em face da oposição da família, ele exigiu que suas irmãs Ana Maria de São José de Aragão e Joaquina Maurícia de São Miguel e Aragão, bem como seus respectivos esposos, o Secretário de Estado e Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, assinassem em favor de seus filhos naturais um termo de desistência e demissão da herança que estava por deixar[43].

Por essa razão, logo após o falecimento de José Pires de Carvalho e Albuquerque, em 1796, o testamenteiro é acusado pela avó do defunto, Catarina Francisca Corrêa e Aragão e por sua neta d. Ana Maria de São José e Aragão, esposa do Secretário de Estado, de não só extorquir o testamento como de saquear a "*Casa do defunto levando para a sua grande quantia de dinheiro, além do ouro e prata e diamantes que achou* [...] *e tomar posse de todos os bens de raiz que lhe pareceram ser do defunto e até dos bens do morgado*"[44].

42 AHU_ACL_CU_005, Cx. 210, doc. 17264.

43"*Instrumento de desistência e demissão da herança do testador que fazem todos os herdeiros abaixo declarados e aprovação deste testamento como abaixo se declara".* Bahia, 21 de junho de 1796. AHU_CCA, docs. 24467-24481. *Apud* Moniz Bandeira, *op.cit.,* nota 42, p. 324.

44 Biblioteca Nacional, doravante BN, sessão de manuscritos, II-33, 34, 8 – Representação de D. Catarina Francisca de Aragão e D. Ana Maria de São José de Aragão, avó e irmã de José Pires de Carvalho e

D. Maria I atendeu a petição das suplicantes, mandando que a Relação da Bahia nomeasse juiz comissário e privativo das causas e pendências das suplicantes, função assumida pelo desembargador José Pedro de Sousa Câmara, e designasse dois negociantes para administrar a arrecadação das rendas e do sequestro dos bens do falecido José Pires de Carvalho e Albuquerque[45]. Concorreu decisivamente para o parecer favorável de d. Maria I às suplicantes, uma informação circunstanciada elaborada por ninguém menos que o próprio governador da Bahia, d. Fernando José de Portugal e Castro[46]. E o governador tinha razões muito concretas para intervir pessoalmente na disputa pela herança.

A principal delas é que em Provisão Régia de 30 de julho de 1796, d. Fernando José de Portugal e Castro fora designado a fazer a revisão e os comentários de todos os regimentos dos governadores da Capitania da Bahia desde o início da colonização[47]. Ainda que a tarefa de fazer, ao fim e ao cabo, um balanço da colonização portuguesa pedisse segredo de Estado, cumpre destacar o relevante papel nesse processo de José Pires de Carvalho e Albuquerque à frente da Secretaria de Estado. O Secretário de Estado era homem de confiança do governador, seu primeiro oficial de despacho que era consultado em questões pequenas e grandes de Estado, uma vez que ficava aos seus cuidados o arquivo cartorial da jurisdição da Capitania da Bahia[48].

Assim, desconhecendo essa informação mas avizinhando as consequências do prestígio político de José Pires de Carvalho e Albuquerque ao contar com a intervenção do governador da Bahia, Antônio Ferreira de Andrade passou a enviar para o Reino uma série de denúncias contra d. Fernando José de Portugal e Castro, contra os desembargadores da Relação da Bahia e contra José Pires de Carvalho e Albuquerque, Secretário de Estado casado com uma das suplicantes[49]. A questão girava em torno da

---

Albuquerque, contra Antônio Ferreira de Andrade, acusado de agir de má fé contra os herdeiros e se apropriar dos bens acumulados e livres do dito defunto, cuja confissão foi tomada por um Carmelita Descalço. [...] pedem o sequestro dos bens que a este pertencem, até ser resolvida a validade do testamento que deixara.

45 AHU_ACL_CU_005, doc. 17264. "Officio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que participa ter nomeado certos desembargadores da Relação juizes privativos das causas em que eram interessados D. Catharina Francisca Corrêa de Aragão e sua neta D. Anna Maria de S. José de Aragão e os herdeiros de José Pires de Carvalho e Albuquerque. Bahia, 6 de abril de 1797".

46 AHU_ACL_CU_005, doc. 18245

47 BN, Divisão de Manuscritos, Fundo Marquês de Aguiar, doc. 1,4, 7 de 30 de julho de 1796.

48 Cf. Pedro Puntoni. *Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII.* In: *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX.* São Paulo: Alameda, 2005, p. 164

49 AHU_CU_Cx. 206, doc. 14741. "*Ofício de Antônio Ferreira de Andrade a D. Rodrigo de Sousa Coutinho referente aos procedimentos de José Pires de Carvalho e Albuquerque à frente da Secretaria de*

"*ausência de limpeza de mãos"* na administração local em razão desses homens estarem envolvidos na prática de contrabando.

Em 1796, o desembargador José Pedro de Sousa Câmara, juiz privativo das suplicantes, fora designado para a missão de São Tomé e Príncipe junto com outro desembargador, Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto, com o objetivo de abrir devassa contra o governador e o ouvidor das ilhas, envolvidos em contrabando[50]. Os desembargadores pediram que o Secretário de Estado, José Pires de Carvalho e Albuquerque, apresentasse ao governador da Bahia motivos pessoais para não participarem da missão em São Tomé[51]. De acordo com uma denúncia anônima, a recusa ocorrera porque José Pedro de Sousa Câmara recebia de Lisboa fazendas de contrabando e Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto as vendia, "*ficando elle desembargador com grande parte da quantia que falta para preencher o seo legitimo preço"*[52].

Percebendo que a coroa nada fazia a respeito, Antônio Ferreira de Andrade resolveu ampliar o circuito administrativo das denúncias, chamando a atenção para o fato de que o Secretário de Estado não só contava com o apadrinhamento político do governador da Bahia como também na corte. De acordo com a denúncia, Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque, desembargador na Casa da Suplicação de Lisboa e tio-avô do falecido e, portanto, parente de D. Ana Maria de São José e Aragão e do Secretário de Estado, favoreceu na corte a representação das suplicantes[53]. D. Rodrigo de Sousa Coutinho ficou profundamente irritado, pois essa denúncia chegou ao reino no momento em que, em Salvador, tanto o Secretário de Estado como Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão eram implicados nas devassas da Conjuração Baiana de 1798, conduzida pelo desembargador que havia recusado a participar da missão de São Tomé e Príncipe, Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto.

De acordo com os depoimentos das devassas da Conjuração Baiana de 1798, o Secretário de Estado, José Pires de Carvalho e Albuquerque e seu cunhado Joaquim Inácio Siqueira Bulcão sabiam do levante deflagrado na manhã de 12 agosto de 1798, pois o secretário costumava receber em sua casa pessoas principais da capitania e alguns milicianos para discutirem, junto com alguns dos seus cativos, os acontecimentos na

---

Estado da Bahia".
50 AHU_ACL_CU_Cx. 215, doc. 15108.
51 AHU_ACL_CU_Cx. 215, docs. 17237-17238.
52 BN, Sessão de manuscritos, Livro de Registro e Provisões Régias, 01, 4, 009, nº. 108.
53 Arquivo Público do Estado da Bahia, doravante APEB, Ordens Régias, vol. 85, doc. 41 ª

França revolucionária[54]. Talvez seja por essa razão que dois dos réus acusados de serem "os cabeças" do levante ficaram escondidos no Solar do Unhão, casa do Secretário de Estado, e foram presos, de madrugada, a caminho dos engenhos Guaíba e São José, pertencentes a Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão[55].

A participação dos cunhados na prisão dos réus milicianos parece evidente. Corrobora para isso o fato de que o próprio Secretário de Estado passou na casa de outros senhores e fez, em seus próprios termos, *pronta-entrega* de seus cativos, para que eles colaborassem com as investigações conduzidas pelo desembargador Costa Pinto[56]. Além disso, no ano de 1797, Antônio Ferreira de Andrade escreveu mais uma denúncia a d. Rodrigo de Souza Coutinho uma carta referente aos péssimos procedimentos de José Pires de Carvalho e Albuquerque. Quem interveio a favor do dito secretário foi novamente o próprio governador; e o Tabelião Bernardino de Sena Araújo, outro proprietário de escravo entregue as autoridades durante as investigações da Conjuração Baiana de 1798[57]. O problema da denúncia estava em torno do pagamento que a Real Fazenda fazia ao ofício de "escrivão dos órfãos da Bahia". Não se averiguou efetivamente a denúncia sobre o secretário, concluindo-se um mês depois que o dito era de "inteireza limpeza de mãos". Entretanto, uma certidão, aparentemente desconexa, fornece informações preciosas sobre as razões da contenda. O documento informa que

> *[...] serve Bernardino de Sena e Araújo o officio de Escrivão dos Orffaons pelo donativo annual de oitenta mil réis, quarenta mil réis de meia annata e cento e trinta e três mil, trezentos e trinta e três réis de terça parte [...]*[58].

Para além do valor que Bernardino de Sena e Araújo recebia da Real Fazenda, importa que o governador designou para testemunhar a favor do secretário um dos maiores beneficiários do órgão, e o denunciado na representação: o próprio Bernardino

---

54 Cf. *"Testemunha de Jozé Felix da Costa, homem pardo escravo do Doutor Francisco Vicente Viana em cuja casa assistia ao tempo em que foi preso...",* Autos das Devassas da Conspiração dos Alfaiates, doravante ADCA, pp. 925-928.

55 Cf. *"Perguntas a Antonio Simoens da Cunha homem pardo prezo nas Cadeas da Relação"* e "*Careação de Antonio Simoens da Cunha, pardo livre, com Lucas Dantas de Amorim, Manoel Faustino dos Santos Lira, tão bem pardos, e Cipriano Joze Barata de Almeida branco prezos nas cadeas desta Relação"*. In: ADCA, vol. II, pp. 701-706.

56 ADCA, vol. II, p. 925, Testemunho de Manoel Vilella de Carvalho, proprietário do escravo José Felix da Costa.

57 AHU_ACL_CU_005, Cx. 206, doc.14741 – *Oficio de Antonio Ferreira de Andrade a D. Rodrigo de Souza Coutinho, processo contra José Pires de Carvalho e Albuquerque.*; AHU_ ACL_CU_005, Cx. 210, doc. 14878 – *Papéis de serviço do Capitão-mor das Ordenanças da Cidade da Bahia e Secretário de Estado e Guerra do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque para fins de Justificação.*

58 AHU_CU_Cx. 76, doc. 14659-14660 – *Requerimento de José Maria Caldas pede se lhe passe certidão dos officios de escrivães dos orfaons da cidade da Bahia.*

de Sena e Araújo[59]. Ocorre que as contendas entre o coronel Antônio Ferreira de Andrade e o Secretário de Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque[60] são paradigmáticas das fissuras entre a elite local da capitania da Bahia e as alianças políticas que d. Fernando José de Portugal e Castro estabeleceu naquele final de século.As "attestações" de ambas as partes demonstram que, de um lado estava o grupo do denunciante, o Coronel Antônio Ferreira de Andrade, professo na ordem de Cristo, membro de uma "*das mais bem abonadas famílias e* [dono] *de importantes propriedades de engenho de assúcar*". As "attestações" em seu benefício foram fornecidas por José Clarique Lobo, José Teles de Menezes, Sebastião Alves da Fonseca, Manuel de Almeida Maciel, Francisco José de Mattos Ferreira e Lucena, Sebastião da Rocha Soares, José Vieira de Araújo e José da Silva Freire. Desse grupo, todos eram homens brancos, comerciantes de grosso trato, donos de engenho e não foram chamados a testemunhar ou formular culpa nas devassas sobre a revolta baiana de 1798.

O grupo comandado por José Pires de Carvalho e Albuquerque era composto por Antônio Estanislao Correia, Domingos da Rocha Barros, José Gularte da Silveira, Antônio Cordeiro Villaça, Bernardino de Sena e Araújo, Manoel José Villela de Carvalho, Francisco Vicente Viana, Antônio Barbosa de Oliveira e Caetano Maurício Machado. Desse grupo, quase todos ocuparam cargos da administração local e fizeram parte na consecução das devassas: Antônio Barbosa de Oliveira atuou como advogado de defesa de todos os indiciados nas devassas. Francisco Vicente Viana, Manoel José Vilella de Carvalho e Bernardino de Sena e Araújo eram proprietários de escravos, sendo que os dois primeiros foram importantes testemunhas para a formulação da sentença sobre os quatro réus[61].

Francisco Vicente Viana, que foi ouvidor da comarca da Bahia, formulou culpa sobre a participação de Luiz Gonzaga das Virgens na "projectada revolução"[62]. Em seu

59 AHU_CU_CA_BAÍA, Cx. 210, doc. 44 – *Papéis de serviço do Capitão-mor das Ordenanças da cidade da Bahia e secretário de Estado e Guerra do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque para fins de justificação*. Ler, especialmente a "attestação" de d. Fernando José de Portugal e Castro a favor do secretário, datada de 20 de abril de 1798.

60 AHU_CU_CA_BAÍA, doc.18245 - *Officio do Governador d. Fernando Jose de Portugal para d. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual informa acerca de um requerimento de Antonio Ferreira de Andrade, sobre a herança do margado José Pires de Carvalho e Albuquerque de quem era testamenteiro e tutor de seus filhos naturaes e menores, Bahia, 29 de abril de 1798.* AHU_CU_CA_BAÍA, doc. 18247 – *Carta particular de Antonio Ferreira de Andrade para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, relativa a referida herança de José Pires de Carvalho e Albuquerque. Bahia, 14 de abril de 1797.* No final da carta, Antonio Ferreira de Andrade informa sobre as mercês régias que recebera até aquele momento.

61 *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates.* Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1998, 2 vols. Doravante ADCA.

62 Cf. *"Testemunhas da devassa..."*. Ler, especialmente a testemunha n. 6, Francisco Vicente Viana,

testemunho, após isentar seu escravo de qualquer participação mais efetiva na reunião do dia 25 de agosto no Campo do Dique do Desterro, afirmou que soube:

> *"[...] pela voz pública sabe que se tentava fazer hum levantamento nesta Cidade [Salvador] com saque, e assassino [sic] com effeito de se estabelecer nella hum Governo Democrático, livre e independente; de cujo artefacto são os authores huns poucos mulatos em que tinhão a primeira parte Luiz Gonzaga das Virgens [...]"*[63].

Francisco Vicente Viana termina seu testemunho afirmando que o tal "fuão"[64], Luiz Gonzaga das Virgens, era de "*hum carather insolente, e dezavergonhado, bem capaz de entrar nesta diabólica empreza* [revolta]". No mesmo dia, foi chamado a formular culpa outro senhor de escravo, Manoel José Villela de Carvalho, que também era negociante na praça da Bahia. Seguindo o padrão do testemunho de Francisco Vicente Viana, Manoel José isenta seus dois escravos e afirma que no dia em que fora preso o dito "fuão", Luiz Gonzaga, era público:

> *"[...] e notoriamente, que Se projectava fazer hum levante nesta Cidade [Salvador] com saque, e assassinos para se estabelecer um Governo Democrático, livre e independente, e que os autores desta empreza forão huns poucos de mulatos, e animozos entre os quais forão os primeiros Luiz Gonzaga das Virgens [...]"*[65].

Durante as investigações dos réus da Conjuração Baiana de 1798, vários escravos e milicianos afirmaram a participação dos principais da capitania da Bahia no movimento. José Félix da Costa, por exemplo, escravo de Francisco Vicente Viana, afirmou que, ao chegar a casa do Secretário de Estado, José Pires de Carvalho e Albuquerque, encontrou "*um pardo*" que o procurava havia dias para convidá-lo a participar de um levante que pretendia instituir uma "*República"*, um movimento integrado por "muitos principais", entre eles o próprio governador. Segundo o depoimento de José Félix, o tal pardo informara que os regimentos dos pardos, dos negros e da artilharia também participariam do levante, e que os "principais" aguardavam a chegada de duas embarcações que apoiariam a luta.

Ao ser questionado pelo Desembargador Costa Pinto sobre a causa para a implantação de um governo republicano, José Félix respondeu que o pardo lhe dissera

---

ADCA, vol. 2, pp. 923-924.

63 Idem.

64 Nos depoimentos de Francisco Vicente Viana e de Manoel José Villela de Carvalho, ambos senhores de escravos, é frequente o termo "fuão" referente aos réus pardos acusados de crime de lesa-majestade.

65 Cf. *Testemunho de Manoel Jozé Villela de Carvalho, homem branco solteiro Negociante desta praça e morador a rua direita da Sé."* ADCA, vol. 2, pp. 924-925.

que era para evitar o grande furto que o príncipe regente, d. João, cometia contra os negociantes. Após relatar minuciosamente as conversas dos negociantes ocorridas na casa do Secretário de Estado, José Pires de Carvalho e Albuquerque, José Felix encerrou seu depoimento sugerindo ser o tal pardo Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga, para em seguida afirmar ao Desembargador que ele não tinha certeza da identidade do pardo e que não levara a sério a ideia de um levante naquela praça com cativos e milicianos. Por isso não o denunciara às autoridades, mas apenas ao seu senhor[66].

Ocorre que o teor dos depoimentos dos cativos chegou a Lisboa por meio de Representações anônimas. Essas informações somadas às inúmeras denúncias sobre a ausência de limpeza de mãos do grupo de notáveis aqui retratados, fez com d. Fernando José de Portugal recebesse as orientações acerca a punição para os envolvidos na "*projectada revolução"*.

> "*[...] sejão estes Réos sentenciados em Rellação pello merecimento dos autos devendo elles ser julgados com maior promptidão, e com a publicidade que permitem as Leys [...] recebendo o merecido castigo pelos seos crimes, uzando-se com elles de toda a severidade das Leys, tanto a respeito dos Cabeças, como dos que aceitarão o convite; e dos que não denunciarão tal, e enorme Crime, devendo para o futuro constar a todos que em tão grande atentado o bem público, não sofre moderação alguma de pena ordenada pella Ley [...]*[67]"

Face às ordens da Coroa e das informações que os depoentes forneceram ao longo das devassas, d. Fernando responde ponderando sobre a necessária distinção na aplicação da pena, uma vez que:

> "*[...] consta haver varias classes de Réos, huns no numero talvez de quatro ou seis reputados como principaes cabeças desta sedição, outros que posto não fossem os autores prestaram o seu consentimento, e convidarão varias pessoas, outros que aceitarão o convite e assistião aos conventiculos em que alternadamente comparecião, outros que sendo convidados não denunciarão como erão obrigados, e alguns, finalmente, que ainda nem aceitarão o convite antes repugnarão, ou que foram meramente sabedores desta desordem, tiverão a inconsideração de se calarem e guardarem segredo, ou por assentarem que não terião effeito semelhantes projectos revolucionários, ou por ignorância, se he que a podem alegar de faltarem a primeira, e a*

[66] ADCA, vol. 2, pp. 924-925.
[67] Cópia da Carta Régia de sua Majestade Fidelíssima, d. Maria I a d. Fernando José de Portugal e Castro. ADCA, vol. 1, pp. 71-72.

> *mais essencial obrigação de hum vassalo, estando por conseqüência incursos huns em pena ordinária e Capital, e outros na de degredo, mais, ou menos grave, por maior ou menor numero de annos, segundo diversos graos de imputação que contra elles houver"*[68].

Aos dezoito dias do mês de outubro de 1799, mais de um ano depois do início das devassas, foram definidos os critérios para as sentenças e o termo de conclusão da devassa instaurada para averiguar a "projectada revolução". Os escravos José Felix da Costa e Luís Leal que formularam culpa na devassa de Luiz Gonzaga das Virgens e depois foram indiciados na devassa para averiguação da "projectada revolução", o primeiro foi degredado para as regiões da África fora dos domínios de Portugal e o segundo foi inocentado por ser "*absolutamente isento de qualquer culpa*"[69]. Luís de França Pires, o escravo do Secretário de Estado que denunciou a participação dos outros cativos na reunião do Dique do Desterro às autoridades locais, foi degredado para a África porque os Desembargadores entenderam que a "*argúcia"* com a qual o cativo denunciou os outros escravos do mesmo dono significou que Luís de França Pires desejava que "*os ditos seus senhores ficassem sem ter quem lhes servisse, e dessem agoa para o rosto*".

Os outros escravos do secretário de Estado do Brasil, José Pires de Carvalho e Albuquerque, tiveram suas penas aliviadas, pois foram culpados "*pella falta de delatação do crime projectado, tendo delle noticia, a sua ignorância os contistue na necessidade de merecerem o alivio referido. Sendo escravos elles não podião saber da obrigação de delatarem [...]*"[70]. Ignácio Pires, inclusive, vinte anos, foi o único escravo que teve direito ao "Auto de Justificação". Trata-se de um auto de defesa no qual o escravo se isentou das denúncias que lhe foram imputadas por Luís de França Pires, dando a entender que não podia responder pelos seus atos, pois

> *[...] há quatro, ou Sinco annos, pouco mais, ou menos [ele] foi atacado de moléstia capital, que lhe desordenou o juízo [...] [a moléstia] he da qualidade que possa [sic] Segunda vez Sobrevir por alguns acidentes, ou em algumas ocazioens [...]*[71].

---

[68] Carta de d. Fernando José de Portugal a d. Rodrigo de Souza Coutinho. BN, Sessão de manuscritos.
[69] ADCA., vol.2, p. 1191.
[70] ADCA, vol.2, p. 1161.
[71] *"Autos de justificação de Ignácio Pires menor de vinte annos, escravo do Capitão Mor Joze Pires de Carvalho e Albuquerque"* In: ADCA, vol. II, pp. 1088-1099.

Testemunharam a favor do escravo Ignácio Pires, o cirurgião Manuel José Estrela, o oficial da Secretaria de Estado e Governo do Brasil, João Nepumoceno da Trindade, o comerciante José Joaquim Pinheiro e o caixeiro Custodio José Pinto Coelho. Todos os homens eram brancos, "*collocados entre os povos*" e tinham relações comerciais estreitas com o Secretário de Estado. Quanto à participação dos principais da capitania da Bahia, o relato minucioso do termo de conclusão afirma que "*inculcando ao mesmo tempo de sabedores, e interessados na sua execução* [os réus convidaram] *pessoas de tal preheminencia, autoridade, e honra, que estas mesmas qualidades as excluem do mais leve pensamento de infidelidade*", e após um ano em que "*machinavão a oculta conspiração*" foram achados nas ruas, templos e igrejas "*vários pasquins, os mais ímpios, atrevidos e sediciozos, que podia abortar húa imaginação esquentada e destituída de lume da Religião, e respeito devido ao Sumo Imperante"* que resultou na captura de um *"monstro de maldades*"[72].

Como se pode notar nos episódios aqui relatados, a postura da Coroa em fortalecer a posição política do governador da Bahia muito provavelmente ocorreu em razão das alianças políticas que d. Fernando construiu no âmbito local com alguns homens que gravitavam em torno do Secretário de Estado que, como se viu, era um importante credor para a Fazenda Real. Além disso, cumpre destacar que de acordo com Affonso Ruy, alguns desses homens exerceram a vereança na Câmara Municipal até 1796, como foi o caso de Caetano Maurício Machado, Bernardino de Senna, Fructuoso Vicente Viana (pai de Francisco Vicente Viana) e parentes de José Pires de Carvalho e Albuquerque, entre outros do grupo que não tiveram escravos envolvidos na Conjuração Baiana de 1798[73].

Significativa nesse sentido é a atuação de Adriano de Araújo Braga, homem ligado ao grupo do Secretário de Estado, Procurador da Câmara de Salvador durante os anos de 1795-96, que foi nomeado por d. Fernando José de Portugal e Castro como administrador do Celeiro Público – órgão responsável pelo abastecimento do mercado urbano -, no final de 1796, permanecendo no cargo até 1800, quando o regimento previa o mandato de apenas um ano "*sem ordenado e só com a glória do bom cidadão*[74].

---

[72] Idem.

[73] Cf. Affonso Ruy. *História da Câmara Municipal da Cidade de Salvador.* Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 2002, 3ª edição aumentada. Ler, especialmente, *Relação geral dos Juízes Ordinários, Vereadores, Procuradores, Intendentes e Prefeitos Eleitos ou Nomeados para a Câmara do Município de Salvador, 1549 a 1951,* pp. 333 a 379.

[74] Cf. *O Celleiro da Bahia.* Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Ano III, Vol. III, nº. 10, Dezembro de 1896. Há uma cópia manuscrita desse documento na Biblioteca Nacional sob o título de

Cumpre destacar que ainda que o Celeiro Público tenha sido criado em 1785, durante o governo de d. Rodrigo José de Menezes, ele começou a funcionar efetivamente em 1788, no prédio da Intendência da Marinha e Armazéns Reais, obrigando as embarcações de mantimentos que chegavam e saiam do porto de Salvador a vendê-los no celeiro a preço estabelecido e pagar a "*contribuição de 20 réis por alqueire de farinha, arroz, milho e feijão"*.

Em termos práticos, além de os Almotacés e a Câmara Municipal terem perdido o controle do comércio da farinha, restando-lhes o não menos importante comércio da carne, foi instituído o monopólio no preço dos alimentos e o pagamento de mais uma taxa sobre os gêneros comestíveis – taxas que já tinham sido abolidas em Lisboa pelo Alvará de 21 de fevereiro 1765. Desde então foram várias as solicitações para que este Alvará fosse estendido à cidade de Salvador, intensificadas nos anos em que Adriano de Araújo Braga esteve à testa do Celeiro Público, pois mesmo depois dele ter liberado a taxa dos alimentos ali vendidos, manteve-se a cobrança da taxa para as embarcações.

As queixas recaíam sobre o fato de ser o Secretário de Estado, José Pires de Carvalho e Albuquerque, quem cobrava e recebia as taxas das embarcações. A respeito da abusiva taxa cobrada, d. Fernando escreveu a d. Rodrigo em 12 de março de 1798:

> "*sobre os direitos que pagam as embarcacoens que sahem deste Porto, sobre o que me ocorre a ponderar a V. Exa. que o Secretário deste Estado está authorizado pelo Capítulo 5º do Meu Regimento, datado de 28 de julho de 1669, para perceber três mil réis pelas licenças de cada Navio e oitocentos réis pelos Barcos de pescaria* [...]"*"*[75].

D. Fernando terminou a defesa do Secretário, afirmando que "*os Suplicantes se queixão sem motivo justo e até com ignorância das Ordens,* [pois] *o que verifico* [é] *que o actual Secretário deste Governo cobra o mesmo que cobrarão os seus antecedentes.* O fato é que a Coroa estende o Alvará de 1765 à cidade de Salvador em 1799, quando Adriano de Araújo Braga conseguiu que os rendimentos do Celeiro Público rendessem mais do que o costume[76].

Por tudo o que se viu, parece inegável que o Secretário de Estado José Pires de Carvalho e Albuquerque exerceu papel central no encaminhamento da política da capitania da Bahia sob o governo de d. Fernando José de Portugal e Castro. Homem de

---

"*Discurso sobre o celeiro público da Bahia, assinado por um anônimo",* BN, II, 33, 24, 40. Agradeço a indicação desse documento a Afrânio Simões Filho.

[75] BN, Sessão de Manuscritos, II-33, 19, 24.

[76] Idem, p. 569.

confiança do governador, um dos principais credores da Real Fazenda e responsável pela memória do Estado, José Pires de Carvalho e Albuquerque soube tirar vantagens de sua proximidade com d. Fernando José de Portugal e Castro, cuja trajetória política também foi muito beneficiada com essa relação. Depois do desfecho da Conjuração Baiana de 1798, parte da rede de poder em torno de d. Fernando voltar a ocupar cargos na Câmara Municipal de Salvador: Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, cunhado do Secretário de Estado, foi vereador em 1801; o próprio José Pires de Carvalho e Albuquerque foi vereador em 1803; Caetano Maurício Machado e Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, filho do Secretário de Estado, foram vereadores em 1804[77].

Além disso, como se sabe, d. Fernando José de Portugal e Castro assumiu o vice-reinado em 1801, contando entre os seus principais colaboradores o desembargador Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto que, como se viu, foi um dos responsáveis pela investigação dos réus da Conjuração Baiana de 1798[78]. Não parece exagerado a hipótese de que apesar das duras críticas que d. Rodrigo de Sousa Coutinho fizera ao modo de governar de d. Fernando José de Portugal e Castro, naquele final do século XVIII, a tarefa de fazer em segredo de Estado comentários sobre os regimentos da Capitania da Bahia, prospectando um balanço da colonização portuguesa no Brasil e a elaboração de um regimento para o Vice-Reinado, como de fato ocorreu, foi fundamental para a nomeação do governador da capitania da Bahia.

A tarefa foi concluída no início de 1801[79], pouco depois da nomeação de d. Fernando José de Portugal e Castro. Cumpre destacar, nesse processo, o relevante papel de José Pires de Carvalho e Albuquerque à frente da Secretaria de Estado. O Secretário de Estado era homem de confiança do governador, seu primeiro oficial de despacho que era consultado em questões pequenas e grandes de Estado, uma vez que ficava aos seus cuidados o arquivo cartorial da jurisdição da Capitania da Bahia, sede do vice-reinado até 1763[80].

---

77 Cf. Affonso Ruy. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador.* Salvador: Câmara Municipal, 1953, pp. 364-367.

78 Cf. Arno Wehling & Maria José Wehling. *Direito e Justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808).* Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

79 BN, Divisão de Manuscritos, Fundo Marquês de Aguiar, doc. 9, 2, 26 de 10 de maio de 1804. "*Regimento dos Governadores Gerais do Brasil com as observações do Ilmo. Sr. Vice-Rei Dom Fernando José de Portugal e Castro".* A transcrição parcialmente integral desse documento está em Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da formação administrativa do Brasil.* Rio de Janeiro: IHGB/Conselho Federal de Cultura, 1972, Vols. I e II.

80 A respeito da relevância da Secretária de Estado do Brasil, ler: Pedro Puntoni. *Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII.* In: *Modos de Governar:*

Tempos depois, em 1808, quando as naus que transportaram a família real ao Brasil aportaram no porto da Bahia, um dos poucos lugares em que o Príncipe Regente e sua família estiveram foi na casa de um dos proprietários dos escravos entregues a justiça durante a investigação dos réus da Conjuração Baiana de 1798, Manoel José Vilella de Carvalho, que durante o Império foi condecorado Fidalgo Cavalheiro da Imperial Casa de Vossa Magestade Imperial[81]. Além disso, no mesmo tumultuado ano de 1808, depois do falecimento do Secretário de Estado e Governo do Brasil, por ocasião do seu inventário, a viúva d. Anna Maria de São José e Aragão solicitou o teor da Carta Régia de propriedade do ofício de Secretário de Estado que S. A. R. tinha concedido ao seu filho primogênito, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, que afirmava o seguinte:

> *"hey por bem fazer-lhe mercê da Propriedade do dito Officio da mesma forma que foi concedido ao referido seo Pay, com a denominação de* ***Secretário de Estado e Governo da Bahia****, por não convir mais nas atuais circunstâncias a antiga denominação [...]"*[82].

ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 164.

[81] BN, Sessão de Manuscritos, C-528-3/0705,- 009, nº 1 e C-701-9.

[82] APEB, Judiciário, Inventário de José Pires de Carvalho e Albuquerque, 1808/01/97/141/02, folhas 121, 121v. Grifos meus.

Bibliografia:

A Costa. *Genealogia Baiana. Revista do IHGB,* nº. 191, Rio de Janeiro, 1946.

Affonso Ruy. *História da Câmara Municipal de Salvador.* Salvador: Câmara Municipal/Academia de Letras da Bahia, 1953.

Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho. *Famílias Bahianas (Bulcão, Pires de Carvalho e Vicente Viana),* vol. 1, Bahia: Imprensa Oficial, 1945.

Arno Wehling & Maria José Wehling. *Direito e Justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808).* Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

Francisco Antônio Doria. *Caramuru e Catarina: lendas e narrativas da Casa da Torre de Garcia d´Ávila.* São Paulo: Senac, 2000, pp. 129-130.

Jorge Miguel Viana Pedreira. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa: de Pombal ao vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social.* Tese de doutorado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O Feudo. A Casa da Torre de Garcia d´Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

Maria de Fátima Silva Gouvêa. *Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808).* In: João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Nuno Gonçalo Monteiro. *Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da índia nos séculos XVII e XVIII.* In: João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Pedro Puntoni. *Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII.* In: *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX.* São Paulo: Alameda, 2005.

Rodolfo Garcia. *Ensaios sobre a política e a administração do Brasil: 1500 a 1810.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

Brasil República: As Interpretações acerca da Questão e Reforma Agrária

Patrícia Andrade de Oliveira e Silva[1]
Pedro Ramos[2]

Resumo

A Questão Agrária tem sido tema recorrente na história brasileira. A forma como a propriedade da terra foi distribuída e as relações de trabalho baseadas no escravismo associaram-se com uma estrutura fundiária extremamente desigual, a qual não sofreu alterações significativas durante o Império e mesmo com o advento da República. Os diversos estudiosos que trataram do tema podem ser agrupados da seguinte forma: os autores "clássicos" (Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel) que se destacaram no debate até a década de 1960 e os contemporâneos que escreveram após a década de 1970, com a intensificação da industrialização/urbanização da economia brasileira. As interpretações passaram a ser mais diversificadas e polarizadas, inclusive com alguns negando a existência de uma Questão Agrária no país e, portanto, não vendo a necessidade de uma Reforma Agrária. Assim, o texto propõe-se a chamar atenção para o estado atual do debate, esquematizando as posições dominantes. O texto é dividido em quatro seções: a primeira constitui-se como uma introdução ao tema, a segunda sintetiza a visão dos autores "clássicos" que é seguida pela visão dos autores contemporâneos e, por fim, temos as considerações finais.

Palavras Chave: Brasil; Questão Agrária; Reforma Agrária; Interpretações.

[1] Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp, Área de Concentração: Economia Agrária. Correio Eletrônico: pandrade.eco@gmail.com
[2] Professor-Pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp. Correio Eletrônico: peramos@eco.unicamp.br

1. Introdução

Ao tratar da Questão Agrária brasileira os principais autores "clássicos" que trataram dessa temática no país foram: Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Percebe-se que em todos os casos acima citados, todos os autores (apesar de suas divergências) acreditam na existência de uma Questão Agrária e na necessidade de superá-la através da Reforma Agrária clássica (como a estratégia capaz de modificar a realidade rural, desconcentrar a riqueza e regularizar as relações de trabalho, a fim de apoiar a agricultura familiar e diminuir a desigualdade econômica, política e social desses indivíduos). Entretanto, especialmente após a década de 1960, as interpretações acerca do tema passaram a ser cada vez mais polarizadas, ao mesmo tempo em que a concentração da renda e da terra elevou ainda mais a porcentagem de excluídos do processo de desenvolvimento econômico.

Dessa forma, o objetivo principal do estudo é resgatar essas concepções a respeito da Questão e Reforma Agrária no Brasil e realizar um esforço de síntese das atuais interpretações a respeito do tema. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica sobre os principais autores clássicos e contemporâneos a respeito do tema. Nota-se que ao realizar uma síntese, o trabalho apresenta algumas limitações no que tange a abrangência da questão que, inevitavelmente, não irá incorporar alguns trabalhos. Assim, o artigo está subdividido em três seções, além da introdução: na primeira serão analisados os principais autores clássicos que trataram dessa temática, a segunda apresentará uma síntese dos principais autores contemporâneos e, por último, as considerações finais.

2. Os autores "clássicos"

Ao observar o desenvolvimento da economia brasileira, a Questão Agrária é um tema central, pois a maneira como a propriedade da terra foi distribuída (desde o seu descobrimento, através das sesmarias) e as relações de trabalho arcaicas constituíram as bases para uma estrutura agrária extremamente desigual.

Mesmo após a abolição da escravidão, a transição para o trabalho livre deu-se através da substituição do escravo negro pelo imigrante, o que fomentou a exclusão econômica e social de grande parte da população (em especial os negros).

Segundo Sodré (2005, p. 124):

> Em condições normais, a transformação do trabalho escravo em trabalho livre resultaria no aproveitamento dos escravos, que seriam transformados em trabalhadores assalariados. Ora, isso não ocorreu. Nas condições brasileiras do tempo, não poderia ocorrer. A estrutura econômica estava ainda tão profundamente onerada pela herança colonial que se apresentava impreparada para o estabelecimento do trabalho assalariado. Enquanto o problema fundamental, que era o da terra, permanecesse intocado, o do trabalho sofreria um inevitável retardo.

O problema referente à terra (a falta de acesso a ela pela população brasileira) irá marcar toda a trajetória do país, mas, após a abolição da escravidão, essa problemática aparecerá com destaque novamente somente em meados do século XX, especialmente após a Grande Depressão em 1929. Dessa forma, em um esforço de periodização da Questão Agrária brasileira, Linhares e Silva (1999) apontam três momentos fundamentais onde ocorreram alterações nos padrões da organização agrária no Brasil:

1) 1930-1945: a busca da liberdade econômica das grandes potências e os efeitos da II Guerra Mundial impõem ao país o rompimento com a dependência em relação aos produtos primários a superação da condição de "feitoria" colonial;
2) 1945-1964: intensificação do modelo de substituição de importações e o surgimento de ilhas de desenvolvimento (especialmente na região Sudeste), com baixos índices de produtividade agrícola, crises de abastecimento e a exclusão de grande parte dos pequenos proprietários do processo de desenvolvimento. Por isso, a Questão Agrária foi colocada como problema nacional, uma luta contra o atraso e pela soberania nacional.
3) Desde 1966: a chamada modernização autoritária, através de um amplo processo de modernização técnica da agricultura e com grande restrição a pequena produção familiar. A Questão Agrária surge como conseqüência do desemprego no campo, inclusive em antigas áreas tradicionais onde predominava a pequena propriedade, como por exemplo, as regiões Sul e Sudeste.

Através dessa breve retrospectiva histórica, fica evidente que no Brasil a Questão Agrária sempre esteve presente, o que abriu margem para diversas interpretações e correntes a respeito do tema. Os principais autores nacionais que trataram dessa problemática foram: Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Caio Prado Júnior e Celso Furtado.

Para Alberto Passos Guimarães, em sua obra "Quatro Séculos de Latifúndio", o primordial em um sistema econômico é o regime de produção e, no caso da agricultura brasileira, o processo de transformação de uma economia de subsistência para a economia de mercado foi marcado pela manutenção do latifúndio, o que ampliou a desigualdade no campo. Entretanto, é preciso entender que para chegar a essa conclusão, a matriz teórica de onde parte esse autor, segundo Kageyama (1993, p. 8),

> [...] preconiza que o sistema econômico implantado no Brasil colonial era feudal [...], assim, no sistema de plantação (como no conjunto da economia pré-capitalista do Brasil-colônia), o elo fundamental, a característica dominante é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção.

O caráter feudal da economia rural brasileira permeia toda a Questão Agrária e é a base para a manutenção do latifúndio que, posteriormente, será ampliado com a introdução do sistema capitalista e resultará em incremento da pobreza. Com isso, segundo Guimarães (1968, p. 30) "[...] a negação ou mesmo subestimação da substância feudal do latifundismo brasileiro retira da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário.".

Dessa forma, a problemática agrária está relacionada diretamente com o seu passado feudal, que implica em relações de produção ligadas ao monopólio da terra e ao poder econômico dos latifundiários limitando o acesso à terra e a produção, atrasando o desenvolvimento e o crescimento do país. Nesse sentido, a Reforma Agrária seria uma política fundamental, visto que a mesma possibilita o rompimento com o latifúndio e o apoio a propriedade parcelária, o que fixa o homem no campo e eleva a sua qualidade de vida.

Ao partir da mesma matriz teórica de Guimarães (1968), Vinhas (2005, p. 151) mostra que a importância da Reforma Agrária está em

> [...] responder às contradições assinaladas, com o objetivo de superá-las, e ir de encontro às necessidades de nosso povo [...] As contradições que reclamam solução são tanto de origem agrária quanto camponesa, embora nem todos assim o entendam.

Sendo assim, o objetivo fundamental da Reforma Agrária brasileira é eliminar o latifundismo e a estrutura produtiva baseada na monocultura, assim como a abolição de qualquer forma de exploração baseada em práticas semi-escravistas ou atrasadas. Não seriam permitidos o uso e a posse de terras por estrangeiros, e o Estado seria o responsável por assegurar a produção da pequena propriedade, bem como estimular as cooperativas através de linhas especiais de crédito e assistência técnica (VINHAS, 2005).

Outra vertente de pensamento pode ser encontrada nos trabalhos de Ignácio Rangel, especialmente na obra "A Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil". Nela o autor demonstra que caso o desenvolvimento econômico esteja diretamente ligado ao crescimento industrial, a sociedade vê-se forçada a passar por algumas reformas de base que proporcionarão a estabilidade econômica e social.

Dentre essas reformas de base:

> A reforma agrária, corresponde, ordinariamente, a um dos preparativos mais importantes do corpo social para empreender o processo de industrialização. Seu efeito final deve ser a criação de uma numerosa classe de pequenos produtores que, por um lado, preservam sua capacidade de produção para o autoconsumo e, por outro, como pequenos produtores de mercadorias que são, caem na atração da economia de mercado, com sua típica propensão para a especialização e para a interdependência. (RANGEL, 2000, p. 147).

Além desses fatores, a Reforma Agrária limita a quantidade de mão-de-obra disponível para o setor industrial, o que contribui para a elevação dos salários dos trabalhadores, estimulando o empresário a investir no aprimoramento do seu capital fixo o que, por sua vez, impulsiona a busca por inovações tecnológicas (RANGEL, 2000). Assim, uma política fundiária de apoio aos pequenos produtores é indispensável para o processo de industrialização uma vez que a agricultura teria como obrigações fundamentais "[...] suprir os bens necessários à demanda interna e externa e regular o mercado de trabalho na economia liberando, retendo ou absorvendo mão-de-obra de acordo com as suas necessidades e dos demais setores da economia" (KAGEYAMA, 1993, p. 6).

Entretanto, o autor afirma que a terra é um ativo financeiro sujeito a especulação e, com isso, a prática da desapropriação pelo Estado poderia incentivar a elevação do preço da terra. Sendo assim, Ignácio Rangel afirma que a Questão Agrária está atrelada a questão financeira e:

> Noutros termos, a questão da terra, no Brasil e no presente estágio do seu desenvolvimento, emergiu essencialmente como uma *questão financeira*. Por outras palavras, a terra não se redistribui porque se tornou proibitivamente cara, e é cara, não pelos motivos convencionais [...], mas sim pelo que propus que batizássemos de IV Renda, isto é, da *expectativa de valorização* [...] Infere-se daí que qualquer tentativa de Reforma Agrária baseada na desapropriação de terras, por via de compra pelo Estado, será estritamente contra indicada, porque, fortalecendo a expectativa de valorização, elevará o preço da terra. (RANGEL, 2000, p. 208).

Sendo assim, a partir do momento que essa problemática está dependente da esfera financeira nacional, sua resolução extrapola os limites do território rural. Tendo

conhecimento das dificuldades a serem enfrentadas para que tal transformação se realize, o problema será suscetível de solução somente através de uma política fundiária onde

> [...] o novel latifúndio capitalista pode aceitar, sem prejuízo, a Reforma Agrária competente, isto é, a entrega à família bóia-fria de um lote de terra de fração hectare — assim como um quintal grande — onde ele possa implantar a sua casa e desenvolver uma agricultura e criação de pequenos animais, para autoconsumo. (RANGEL, 2000, p. 237).

Assim, ciente das dificuldades sociais e políticas inerentes a Reforma Agrária, o autor sugere que ao invés de promover grandes desapropriações (que estimulariam a elevação do preço da terra), dever-se-ia investir em pequenas vilas rurais, como solução para estancar o êxodo rural e garantir condições mínimas de sobrevivência entre àqueles que permaneceram excluídos do desenvolvimento do país.

Portanto, o que originou os descompassos no meio rural brasileiro foi a interligação entre o desenvolvimento industrial e a possibilidade de valorização financeira das terras. Sendo assim, com o processo de industrialização e urbanização sem a realização das reformas de base, a agricultura foi transformada em uma "indústria" que se desenvolveu com base na tecnologia avançada e na intensiva liberação de mão-de-obra para as zonas urbanas. Portanto, de acordo com essa análise, a existência do monopólio da terra e do excedente de mão-de-obra tornou a terra inacessível para grande parte da população brasileira, ampliando o processo de retirada das famílias do meio rural, o que implica em maiores pressões econômicas, políticas e sociais na zona urbana.

Analisando a obra de Caio Prado Júnior, ele acreditava que olhar os problemas do campo sob a perspectiva feudal (como encarava Alberto Passos Guimarães) era inaceitável, visto que "[...] tal postura seria teoricamente incorreta, dado que a presença do trabalho escravo e o caráter mercantil da economia negam os fundamentos econômicos do feudalismo na origem" (KAGEYAMA, 1993, p. 10).

Segundo o próprio autor, até mesmo o sistema de parceria utilizado na agropecuária brasileira não pode ser caracterizado como feudal (fundamentado na ausência de mercantilização do trabalho e das mercadorias), visto que na parceria o pagamento é realizado *in natura* ao dono da terra, ou seja, mesmo nesse caso, "[...] trata-se entre nós, pelo menos naquelas instâncias de real significação econômica e social no conjunto da vida brasileira, de simples relação de emprego" (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 40).

A partir dessa negação, a nossa Questão Agrária estaria relacionada a dois fatores principais: a concentração fundiária (impedindo que a população rural consiga ter acesso livre

a terra para desenvolver as suas atividades) e a legislação trabalhista (os trabalhadores são desprovidos de meios reais de proteção e assistência legal), o que rebaixa os salários, piora as condições de vida e diminui os custos de produção dos grandes proprietários (KAGEYAMA, 1993).

Esses fatores estão diretamente associados com a forma histórica de apropriação da terra e as relações de trabalho no Brasil, pois segundo Prado Júnior (1987, p. 57):

> A grande exploração agromercantil representa na economia rural brasileira as relações de produção e de trabalho que são naturalmente nela determinadas, em primeiro e principal lugar, pela natureza daquela exploração. Isto é, elas se constituem essencialmente das relações que mantém entre si, de um lado, os empresários do negócio, que são os grandes proprietários; e doutro, os trabalhadores que lhes fornecem a mão-de-obra com que a grande exploração é operada.

Com isso, a resolução da Questão Agrária brasileira está diretamente relacionada com o fim das grandes explorações e a regulação das relações de trabalho, pois "[...] uma repartição melhor da propriedade agrária, e o mais fácil acesso a ela para os trabalhadores rurais, constitui a meta principal de uma política orientada para a transformação das relações de trabalho" (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 69).

É nítida a importância da Reforma Agrária orientada para regular as relações de trabalho (através da legislação trabalhista) e desconcentrar a propriedade fundiária. No que diz respeito à segunda função, a desconcentração da propriedade, o autor mostra que a mesma deve ser feita levando-se em consideração a tributação da terra (para elevar o seu preço e, com isso, desestimular a especulação com as terras) liberando áreas para que os que realmente se interessam em produzir possam usufruir de tal direito.

Além da questão referente a carga tributária, Prado Júnior (1987) sugere que a estratégia de Reforma Agrária deve, também, preconizar a legislação trabalhista rural e ampliar o escopo de direitos aos trabalhadores e, consequentemente, encarecer o custo de produção dos grandes proprietários que o diminuiriam através da liberação de terras no mercado. Dessa forma, percebe-se que pela primeira vez um autor brasileiro menciona a possibilidade de realização de uma política de Reforma Agrária pelo mercado.

Segundo Prado Júnior (1987, p.157):

> Essa ascensão do nível tecnológico da agropecuária será acompanhada pela tendência para a liberalização de terras onde a grande exploração não vingar ou não se puder estabelecer nas novas contingências de um trabalho revalorizado [...] porque o processo tenderá a se tornar auto-estimulante. A liberação de terras disponíveis e a conseqüente facilitação do acesso da propriedade da terra à massa da população trabalhadora rural, determinará uma alternativa para o trabalhador que

> poderá escolher entre empregar-se na grande exploração rural ou trabalhar por conta própria.

A prática da desapropriação é vista como contraditória,[3] pois "[...] a indenização prévia em dinheiro não é e não pode ser "justa", pois favorece despropositadamente uma das partes, os desapropriados, em prejuízo da outra, a coletividade" (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 115). Além disso, é salientada a necessidade das grandes explorações para o cultivo dos produtos tradicionalmente ligados a cultura brasileira (tais como: o café e a cana-de-açúcar) que demandam grandes áreas para serem produzidos e, portanto, inviabilizariam a desapropriação. Nesse ponto, Caio Prado Jr. desconsidera a relevância da inovação tecnológica ao aumentar a produtividade agrícola, mesmo nas pequenas propriedades.

O que ganha importância são as questões relativas à legislação de terras e do mercado de trabalho rural, pois as contradições específicas geradas pelo capitalismo estão ligadas estritamente com as relações de emprego onde há uma busca incessante pelo rebaixamento salarial e diminuição da força de trabalho empregada para reduzir custos e auferir lucros.

Entretanto, ao analisar o Estatuto do trabalhador rural, criado em 18 de março de 1963, o autor observa que não foi contemplada a diversidade das relações de trabalho no campo brasileiro e, assim, "[...] essa lei não tomou na devida conta a grande variedade de relações de trabalho e emprego da agropecuária brasileira. Não as regulou, deixando o assunto em termos vagos" (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 147).

Portanto, para que a Questão Agrária brasileira seja resolvida é fundamental que seja promovida a Reforma Agrária e que a mesma tenha como objetivos principais a desconcentração fundiária (através da tributação da terra e dos encargos trabalhistas) e que leve em consideração a diversidade de relações de trabalho existentes no campo para que, com isso, o trabalhador rural esteja resguardado pela lei e possa desfrutar dos seus direitos.

Partindo do mesmo quadro de referência e seus impactos sobre o meio rural, Celso Furtado analisa o desenvolvimento das economias periféricas e, apesar de não ter como foco principal o meio rural, podemos sistematizar algumas contribuições importantes. A primeira delas está relacionada ao fato do autor considerar a economia capitalista como uma economia monetária (o que já o difere de Caio Prado Jr., que estudava o capitalismo a partir

[3] Especialmente nas análises de Ignácio Rangel e Caio Prado Júnior os autores enfatizam a ligação da terra com a esfera financeira, o que proporciona ganhos especulativos com a mesma e pode tornar a prática da desapropriação contraditória, visto que tal intervenção pode aumentar a especulação e, com isso, pagar valores abusivos na compra das terras. Sendo assim, os autores admitem a dificuldade para romper com esse sistema e, por isso, Ignácio Rangel sugere que seja incentivado o surgimento de pequenas vilas rurais para "estancar" o êxodo rural e Caio Prado Júnior enfatiza as mudanças pertinentes a legislação tributária e trabalhista, para assegurar os direitos legais dos trabalhadores rurais.

das suas relações sociais) e, por isso, a análise é centrada na formação e circulação dos fluxos de renda (KAGEYAMA, 1993).

Sendo assim, o autor relata que o Brasil foi, desde a sua origem, liderado pelo capitalismo comercial através da empresa agrícola, fazendo com que a apropriação e distribuição da terra fossem temas extremamente importantes para a economia, pois "[...] foi no controle da propriedade da terra que a classe dirigente encontrou o instrumento poderoso que lhe permitirá conservar o monopólio do poder" (FURTADO, 1986, p. 98). Além disso, o trabalho escravo permaneceu durante três séculos como a base da sociedade brasileira e, mesmo após a sua abolição, tais traços não foram eliminados completamente.

Ao mesmo tempo, coexistem com essa grande empresa agro-mercantil atividades de subsistência que evoluíram parcialmente para uma agricultura mercantil, especialmente no regime de parcerias. Sendo assim, os dois aspectos fundamentais do processo de formação da economia brasileira são: a empresa agro-mercantil e a escravidão (FURTADO, 1986).

Nesse caso, ao analisar a elevada concentração fundiária brasileira, Furtado (1986) salienta que em uma economia essencialmente agrícola a principal fonte de emprego é a agricultura. Entretanto, mesmo com terras abundantes, como a empresa agro-mercantil domina as mesmas, reduzem-se exponencialmente as oportunidades de emprego e a renda é, inevitavelmente, concentrada. Ao trabalhador rural (desprovido de poder político, social e econômico) restará ser empregado por essas empresas ou integrar-se ao ramo industrial nas zonas urbanas. Ao verificar as duas possibilidades, o excesso de mão-de-obra disponível diminuirá o nível salarial (salientado também por Ignácio Rangel), o que ampliará a pobreza e desigualdade.

A solução para o problema não será simples e depende de intensa reorganização da agricultura, pois é preciso que seja eliminado o poder de monopólio dos grandes proprietários, que deram origem a tutela que a empresa agro-mercantil exerce sobre a sociedade e, somente a partir disso, o trabalhador rural poderá utilizar de forma adequada a sua capacidade de trabalho, evidentemente a partir de uma série de medidas de cunho político e legal que melhorem ou assegurem condições econômicas e sociais para essa população.

No seu último escrito, antes do falecimento, Celso Furtado elaborou um texto dirigido à sociedade brasileira explicitando quais seriam as frentes de atuação governamental para que o país conseguisse atingir o desenvolvimento econômico que preze não só ao crescimento da economia, mas também a melhora da qualidade de vida do povo brasileiro.

Segundo Furtado (2004, p. 3-4):

> Duas frentes seriam, no meu entender, capazes de suscitar uma autêntica mudança qualitativa no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda. [...] No caso brasileiro, a estrutura agrária é o principal fator que causa a extremada concentração da renda. Não tanto porque a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas, mas porque, não havendo no campo praticamente nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população rural tende a se deslocar para as zonas urbanas, aí congestionando a oferta de mão-de-obra não especializada.

Portanto, essa interpretação busca os fatores que são específicos a economia rural brasileira, sendo eles a herança histórica ligada ao poder da grande empresa agro-mercantil assentada no trabalho escravo e a elevada concentração da terra e da renda. Assim, a Reforma Agrária coloca-se como uma das estratégias fundamentais para que esse cenário de exclusão econômica, social e política não se transforme em ampliação da pobreza e da desigualdade no campo e nas cidades.

Ao analisar as principais obras dos clássicos brasileiros, todos têm em comum não reduzir a Questão Agrária ao problema da concentração fundiária, mas procuram detectar causas históricas e estruturais da economia brasileira que exercem pressão direta sobre o campo. O que também fica claro é o reconhecimento de uma Questão Agrária brasileira, ou seja, assumem que existe um processo de elevada concentração fundiária e desregulação das relações de trabalho que geram distorções e, com isso, desigualdade e pobreza. Assim, todos (em maior ou menor grau) assumem a necessidade de resolver o problema através de estratégias como a Reforma Agrária, que reordenem essa estrutura e, com isso, possibilitem um novo padrão de desenvolvimento da sociedade brasileira.

3. Os autores "contemporâneos": uma síntese das diferentes visões

Na tentativa de compreender as mudanças ocorridas nas últimas décadas,[4] muitos analistas (vale destacar as contribuições dos economistas, sociólogos e geógrafos) abordaram as relações entre o processo de industrialização e urbanização da economia brasileira com as características e o comportamento do "espaço rural". Entretanto, devido ao grande número de contribuições, é preciso destacar que algumas inevitavelmente não serão incorporadas. Dois exemplos são as análises do sociólogo José de Souza Martins e do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, autores claramente favoráveis a existência de uma Questão Agrária e defensores de uma Reforma Agrária clássica.

Ao realizar a analise acerca dos autores contemporâneos, é importante salientar que foram utilizados os conceitos clássicos referentes à Questão Agrária e a Reforma Agrária e, sendo assim, tão relevante quanto a própria classificação está a identificação das interpretações atuais.

Em relação a Questão Agrária, foi possível destacar duas visões principais: na primeira esta permanece como um problema para o desenvolvimento brasileiro e, na segunda, entende-se que ela foi extinta em decorrência tanto do aprofundamento do processo de urbanização/industrialização da economia brasileira como do de modernização de nossa agropecuária. Assim, foi possível identificar quatro análises (ou grupos delas) sobre a Questão e Reforma Agrária: as três primeiras defendem a permanência da primeira e, portanto, a necessidade da segunda, com as nuances de que, no primeiro caso, entende-se que não se pode abrir mão da Reforma Agrária clássica; no segundo destacam-se as propostas de que a Reforma Agrária passou a ser apenas uma necessidade do ponto de vista social, o que implica assumir uma espécie de "autonomização do econômico" e no terceiro caso destacam-se as propostas de novas formas para sua realização (entre elas a da via do mercado).

Na visão da superação da Questão Agrária brasileira é destacado o argumento da eliminação do seu público devidos os processos há pouco mencionados e os altos custos inerentes a esse tipo de estratégia. É preciso lembrar que não foram incorporadas as visões conservadoras (entre elas, por exemplo, a do ex-ministro Delfim Netto), pois se entende que é desnecessário incorporar na classificação a posição de estudiosos que, desde a década de 1960, sempre foram contrários a Reforma Agrária.

[4] Vale ressaltar que houve uma relevante discussão acerca da Questão e Reforma Agrária no Brasil e sobre os seus efeitos no desenvolvimento do campo durante a década de 1960. No entanto, o objetivo dessa seção está em sintetizar o debate contemporâneo, realizado especialmente após o I PNRA em 1985.

Apesar da identificação dessas interpretações é preciso elucidar que os autores estão sendo analisados de acordo com as suas últimas posições sobre o tema difundidas em artigos científicos, ainda que os mesmos não tenham sido escritos nos últimos anos. Sendo assim, para facilitar a exposição que se segue e torná-la o mais breve possível, foram selecionados alguns autores representativos de cada uma dessas análises, o que gerou o quadro sintético abaixo.

QUADRO 1

Esquematização das visões de autores brasileiros contemporâneos sobre a Questão e Reforma Agrária no Brasil

1) VISÕES A FAVOR DA REFORMA AGRÁRIA CLÁSSICA	2) VISÕES A FAVOR DA REFORMA AGRÁRIA "CLÁSSICA-SOCIAL"	3) VISÕES A FAVOR DE UMA REFORMA AGRÁRIA "NÃO-CLÁSSICA"	4) VISÕES CONTRÁRIAS A REFORMA AGRÁRIA CLÁSSICA
Guilherme Delgado, Sérgio Leite, Pedro Ramos: Reforma Agrária como instrumento de desenvolvimento socioeconômico, político e ambiental.	J. Graziano da Silva: Reforma Agrária como uma necessidade exclusivamente social.	Antônio M. Buainain, Edson Teófilo e José Maria J. da Silveira: a Reforma Agrária "de mercado" ou via crédito fundiário.	Geraldo Miller: a industrialização e urbanização eliminaram o público da Reforma.
Miguel Carter: Reforma Agrária como instrumento de distribuição de riqueza.	Claus Germer: Reforma Agrária como meio de restabelecer a função social da terra.	Bastiaan Reydon: Reforma Agrária devido o fim da especulação fundiária/tributação da terra.	Zander Navarro: Reforma Agrária regionalizada.
J. E. da Veiga, Ricardo Abramovay: Reforma Agrária como forma de ampliar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural.			Francisco Graziano: relação custo-benefício das desapropriações e insuficiência de políticas agrícolas.

Fonte: elaborado com base na leitura dos textos dos autores mencionados. Nota: o enquadramento dos autores tem em conta o que pode ser considerada como sua "visão" principal, o que não exclui outros aspectos de suas análises.

1) *Visões a favor da Reforma Agrária clássica* — Entre os principais autores que destacam na realidade atual brasileira a necessidade da Reforma Agrária clássica (embora não sejam necessariamente contrários as demais formas) estão: Guilherme Delgado, Sérgio Leite, Pedro Ramos, Miguel Carter, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay. Entretanto, ao analisar as

últimas obras dos autores surgem diferenças peculiares nas interpretações que os diferenciam e que merecem ser destacadas.

Para Guilherme Delgado, há uma inflexão no debate agrário nos anos 1980 com a inversão de um padrão modernizante e conservador da agricultura brasileira para a liberalização comercial da década de 1990. Assim, todo o aparato estatal de intervenções no campo é destruído e, com isso, aumentam a concentração da renda e da terra no país, o que traz de volta a discussão acerca da Questão Agrária em um momento político em que a mesma era obscurecida pela luta contra a inflação. Delgado (2001) lembra que aumentar a qualidade de vida da população rural através do chamado *agribusiness* ou dos CAI's não irá mudar as nossas relações sociais arcaicas, baseadas no latifúndio e na exploração. Com isso, segundo Delgado (2001, p. 169):

> Trazendo essa concepção de Rangel à atualidade, na minha interpretação, manifesta-se o mesmo ceticismo com referência à possibilidade de mudança na relação Estado-sociedade, ou a um rompimento de fundo histórico que torne inevitável dar solução consistente às questões pendentes, não só a questão agrária, mas também a questão do desemprego, da miséria urbana, do atraso cultural, etc. [...] Ora, o avanço da estratégia externa de liberalização da economia brasileira, não resolve a questão agrária nem revitaliza o nosso agribusiness. Daí talvez se aprofunde, ao invés de resolver o impasse político acerca da reforma agrária.

Portanto, para o autor desconsiderar a importância histórica e social da estrutura agrária concentrada vigente nesse país leva a manutenção do padrão excludente vivido até hoje, o que coloca a Reforma Agrária em destaque como um dos principais meios para combater e modificar tal estrutura.

O pesquisador Sérgio Leite também vê a importância da Reforma Agrária como uma das políticas necessárias para a redução da pobreza rural e elevação das condições de vida dos beneficiados e, além disso, essa é uma estratégia fundamental para a inclusão de grande parte da população brasileira que ficou à margem da expansão socioeconômica do país, pois:

> A distribuição de terras também geraria um "aprendizado organizativo" por parte dos agricultores, proveniente da experiência com a luta pela terra e dos procedimentos de constituição das novas unidades produtivas. Há a formação de cooperativas e associações de produtores, o que contribuiria para um maior processo reivindicativo local. Tal processo também teria efeitos benéficos sobre a organização da produção e comercialização agrícola. (LEITE; ÁVILA, 2006, p. 13).

O mesmo estudo demonstra que é notório o maior cuidado dos proprietários com a terra adquirida (desde que tenham assegurado os direitos sobre a propriedade), pois o acesso à posse de ativos fundiários pode viabilizar outros ganhos, como a utilização de diversos

recursos produtivos sub-utilizados e a redução do custo de uso dos fatores de produção. Além disso, os agricultores podem investir e inovar mais do que se fossem arrendatários, ao mesmo tempo em que podem desenvolver práticas ecologicamente corretas.

Portanto, segundo Leite e Ávila (2006, p. 16),

> [...] caso houvesse uma razoável distribuição de ativos no meio rural, poderia-se aproveitar muito melhor a mão-de-obra e as terras, e ainda se minimizaria outros problemas que deprimem o crescimento, como o êxodo rural exagerado, a desestabilização política e a deterioração ambiental.

Uma forma complementar de analisar essa questão está nas dimensões qualitativa e quantitativa da Reforma Agrária, conforme demonstra Pedro Ramos, onde a primeira preza por maior igualdade social e econômica e a segunda diz respeito à elevação da produtividade.

Sendo assim, não há razão para a permanência dos latifúndios mesmo do ponto de vista econômico, pois

> [...] as atividades econômicas agropecuárias não se caracterizam pela possibilidade de aplicação generalizada do princípio econômico fundamental da produção em grande escala: qual seja, o da divisão do trabalho [...], por mais que tenha avançado a tecnologia aplicada às tais atividades. (RAMOS, 2005, p. 16).

Dessa forma, ao analisar a realidade brasileira, Ramos (2005) mostra que apesar do país ser uma nação de dimensões continentais, perpassou toda a sua história sem nenhum instrumento efetivo de legislação de terras e de apoio ao pequeno produtor, mesmo em regiões onde os índices de produtividade podem ser equiparados as nações desenvolvidas, que contrastam com a exclusão de milhares de pequenos trabalhadores desse processo.

Outro autor que defende a necessidade da Reforma Agrária é Miguel Carter, que expõe o seu argumento através da defesa da Reforma como política distributiva dentro de uma economia. Segundo o autor, a Reforma Agrária sempre foi um instrumento de distribuição de riquezas, pois "[...] na era moderna a primeira grande Reforma Agrária teve início com os decretos da Revolução Francesa revogando os direitos de propriedade feudal e libertando todas as pessoas da servidão" (CARTER, 2009, p. 46).

Nesta direção, o autor defende que todos os países desenvolvidos passaram, em sua formação, por um processo de redistribuição fundiária e a maioria dessas transformações na propriedade foram feitas através do papel do Estado como propulsor dessa política e "[...] este foi claramente o caso do Japão e da Coréia do Sul, Taiwan e a maior parte do Leste Europeu" (CARTER, 2009, p. 49). Em comparação com os demais países latinos americanos, no Brasil os processos de reordenamento fundiário procuravam satisfazer exigências imediatistas e, principalmente, neutralizar conflitos locais. Com isso, o efeito distributivo das políticas agrárias

no Brasil, apesar de significativo em alguns municípios, tem obtido um impacto mínimo sobre a estrutura agrária do país.

Elucidando a problemática acerca do desenvolvimento rural e suas relações com a Reforma Agrária no Brasil, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, reconhecem que todos os países que integram o chamado "Primeiro Mundo" apostaram nas virtudes da agricultura familiar e da propriedade parcelária. Sendo assim, caso o Brasil ainda tenha a pretensão de ser uma economia desenvolvida (ou no mínimo, um país mais igualitário), Veiga (1994, p. 300) mostra que o país terá:

> De desafogar os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; uma maneira de transformar arrendatários em proprietários; uma maneira de oferecer terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim, uma política cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar. Em poucas palavras, vai precisar de reforma agrária.

Para que tais medidas saiam do plano teórico para a prática, o autor salienta que as chances da Reforma Agrária constituir-se em uma política eficaz no Brasil dependem de uma mudança substancial no que Veiga (1994) denominou "coalizão social dominante", ou seja, é necessária uma ruptura sócio-política que isole o poder atribuído aos grandes proprietários e neutralize seus principais aliados e, essa visão está de acordo, como visto anteriormente, com a análise realizada por Celso Furtado acerca da tutela rural (e o monopólio da terra) e como a mesma influi sobre o atraso no desenvolvimento econômico brasileiro, especialmente sobre a economia rural.

O que o plano político vem demonstrando é que as jovens lideranças do setor empresarial brasileiro começam a reconhecer que o país não sairá da situação que se encontra sem redistribuição da riqueza e, a partir disso, estará aberta a possibilidade de revisão da política sobre a agricultura familiar, o que trará o tema da Reforma Agrária de volta a pauta política, econômica e social. "A partir daí, tudo dependerá de nossa capacidade em oferecer um plano que não repita os erros do passado, basicamente, um plano global para uma agricultura sustentável, que traga embutida a mudança da estrutura fundiária." (VEIGA, 1994, p. 305).

Portanto, as visões a favor da Reforma Agrária defendem a necessidade da resolução da Questão Agrária brasileira e, assim sendo, um projeto bem articulado eliminaria as heranças históricas e estruturais da desigualdade no campo, resultando em expressiva melhora da qualidade de vida dessa população, enfatizando o caráter distributivo dessa política tanto do ponto de vista econômico como, principalmente, do social.

2) *Visões a favor da Reforma Agrária "clássica-social"* — Com o passar das décadas, ao observar alguns casos particulares, alguns autores fazem uma autocrítica acerca da Questão Agrária brasileira. Exemplo disso é José Graziano da Silva, grande estudioso da Questão Agrária durante a década de 1980, sempre demonstrando a necessidade da Reforma Agrária como uma política fundamental de apoio ao desenvolvimento socioeconômico do país[5].

Posteriormente, na década de 1990, ao tratar novamente desse tema, o autor afirma que a agricultura brasileira evoluiu expressivamente daquilo que chamávamos de grandes propriedades improdutivas, pois a união da agricultura à indústria, gerando os CAI's fizeram com que na "[...] agricultura daquele grande complexo fosse saindo partes dele e formando ramos da indústria (especialmente de adubos e fertilizantes) que se ligam a outros ramos da indústria, formando os complexos rurais" (SILVA, 1994, p. 138). A partir desse padrão de crescimento, seria impossível distinguir a agricultura voltada para a exportação da agricultura voltada para o mercado interno, visto que esses complexos desempenham ambos os papéis.

Com isso, três tendências são destacadas pelo autor: na primeira a constituição desses complexos aprofunda a integração dos capitais financeiros, a segunda está relacionada à redução do papel da pequena propriedade nesse processo (tanto em relação ao nível de produção como para a liberação de mão-de-obra) e a última diz respeito à redução da sazonalidade do trabalhador temporário desde os anos 1980, e a consequente diminuição da oferta de trabalho.

Segundo o próprio trabalho:

> Minha posição é a que a reforma agrária do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras [...] A reforma agrária hoje, na década de 1990, é uma necessidade dos trabalhadores rurais, não mais do patronato brasileiro. Se houver reforma agrária ela será feita pela luta dos trabalhadores [...] Nesse quadro, não acredito que os trabalhadores rurais tenham organização e força para impor à burguesia uma transformação profunda na sociedade agrária brasileira. (SILVA, 1994, p. 142–3).

Outro autor que segue a mesma visão é Claus Germer, pois em estudo recente o autor afirma que a Reforma Agrária no Brasil é objeto de intensa luta política entre os proprietários e os sem terra, ou seja, a Questão Agrária brasileira emerge através de uma massa de excluídos. Assim, segundo Germer (2007, p. 46):

[5] Para maiores informações acerca da defesa de José Graziano da Silva a Reforma Agrária, consultar a obra "O que é Questão Agrária", publicada em 1980.

> A expropriação de pequenos agricultores combinou-se com a expulsão de grandes massas de proprietários com lote (pequenos arrendatários), convertidos em bóias-frias. Esta massa de semi-proletários em vias de expulsão constituiu a base social fundamental dos movimentos de sem-terras [...]. A reforma agrária atual, na forma dos assentamentos que os sem-terra têm obtido nas suas lutas cotidianas, não corresponde à concepção da reforma agrária de caráter estrutural que esteve na origem dessas lutas.

A partir dessas considerações o objetivo principal da Reforma Agrária seria o de desconcentrar a riqueza adquirida pelos grandes proprietários, mas essa redistribuição seria feita aos sem terra de forma coletiva ou associativa, pois o minifúndio é prejudicial para o desenvolvimento da economia rural, tanto quanto o latifúndio. Além disso, a Reforma Agrária não tem como objetivo promover o aumento da produtividade na agricultura, que seria de responsabilidade da concorrência intercapitalista e do desenvolvimento científico e tecnológico, o que exclui a sua característica econômica (GERMER, 2007).

Sendo assim, a Reforma Agrária restabeleceria a função social da terra na medida que está destinada a promover a redistribuição da riqueza através da exploração de terras onde haja condições técnicas e econômicas de produção, ou seja, "[...] ampliar os espaços de assentamento no interior dos espaços tecnicamente avançados e ocupados pelo agronegócio" (GERMER, 2007, p. 53). Entretanto, o autor não explora em seu texto de que maneira o Estado, o agronegócio e os sem terra devem articular-se para que tal objetivo seja alcançado.

A crítica a esse argumento foi realizada por D'Incao (1992), pois uma Reforma Agrária orientada somente pelo lado social coloca a mesma à margem do desenvolvimento da agricultura como um todo e, com isso, amplia a desigualdade de oportunidades entre os diversos atores do meio rural. Assim, entender a Reforma Agrária como política exclusivamente de cunho social:

> [...] trata-se de pensar a reforma agrária como programa periférico ou marginal a modernização da agricultura ou da sociedade brasileira [...]. Trata-se de um velho preconceito contra o próprio campesinato, quanto às suas possibilidades econômicas e políticas e que recria os trabalhadores que tem acesso à terra em pequenos produtores marginais ou periféricos ao processo produtivo dominante. (D'INCAO, 1992, p. 27).

Portanto, as críticas derivadas a respeito da concepção social da Reforma Agrária no Brasil derivam do aspecto excludente que, mais uma vez, o pequeno produtor está exposto.

3) *Visões a favor de uma Reforma Agrária "não-clássica"* — Entre os defensores de novas alternativas para a Reforma Agrária brasileira, não necessariamente excludentes as demais,

destacam-se: Antônio Márcio Buainain, Edson Teófilo, José Maria Jardim da Silveira e Bastiaan Reydon.

Na visão defendida por Antônio M. Buainain, em conjunto com outros pesquisadores, tais como: Edson Teófilo e José Maria J. da Silveira, é demonstrado que o ponto relevante está em como promover um novo modelo de Reforma Agrária, visto que o próprio latifúndio está bem diverso da tradicional imagem de terra improdutiva, devido a uma complexa integração (especialmente entre a agricultura e a indústria), que gera uma intensa agregação de valor, contribuindo para o aumento do emprego e da renda.

Com isso, a "antiga" estratégia de desapropriação das grandes propriedades mostra-se ineficiente, o que limita o alcance da mesma na resolução do problema agrário, pois no processo de desapropriação os assentados estão condenados a ficarem com as terras de pior qualidade, e "[...] a verdade é que vem se reduzindo o estoque de boas terras improdutivas e aptas para a Reforma Agrária" (BUAINAIN, 2004, p. 54).

Vale lembrar que, conforme apresentado anteriormente, a análise de Caio Prado Júnior (1987), já apresentava (na década de 1980) uma alternativa para a estratégia de Reforma Agrária via desapropriação. Entretanto, a história brasileira mostra que mesmo com a extensão da legislação trabalhista para o campo, a mesma não obteve o resultado esperado, devido a rápida expansão das inovações tecnológicas no campo (que dispensam mão-de-obra) e a emergência dos trabalhadores volantes (temporários) nas lavouras.

A partir dessas considerações, qual seria a alternativa para dinamizar e garantir o acesso dos pequenos produtores ao mercado de terras? A resposta está na Reforma Agrária de mercado,[6] mas quais são as vantagens de tal procedimento? Segundo o autor, nesse processo os próprios agricultores (geralmente em associações) através do crédito fundiário comprariam terras de melhor qualidade e evitariam a burocracia acerca das desapropriações e o conluio com os proprietários (BUAINAIN, 2004).

Dessa forma, segundo Buainain, Magalhães e Silveira (2000), os aspectos favoráveis à adoção da Reforma Agrária de mercado são: a redução da burocracia e das disputas judiciais decorrentes da desapropriação de terras; o aumento do número de beneficiários derivado dos baixos custos; independência do setor público; rápido processo de emancipação dos beneficiários e, por último, a melhoria do bem estar e da produtividade

[6] Para maiores informações acerca do processo de Reforma Agrária de mercado consultar a obra "Estudos de Reordenamento Agrário nº 3" (BRASIL, 2008).

associada à ausência de tutela do Estado e a liberdade dos agentes, que identificariam as melhores alternativas para a sua reprodução.

Contudo, não são descartados os problemas que devem ser enfrentados, entre eles a necessidade do programa dar preferência agricultores que estejam em uma situação de sem terra ou com pouca terra, mas que tenham um espírito empreendedor e capacidade de gerenciar uma propriedade. Portanto, segundo essa interpretação, é preciso alargar a concepção e o horizonte da Reforma Agrária.

Segundo Buainain (2004, p. 63):

> Nesse sentido, a reforma agrária deveria incluir outras medidas, como a ampliação do crédito fundiário, a adoção de políticas tributárias para incentivar a geração de riqueza, punir a improdutividade e promover a dinamização do mercado de terras, ou mesmo para facilitar o acesso a terra por meio de contratos de uso vantajosos para ambos os lados.

Seguindo a mesma linha de análise, Bastiaan Reydon mostra que a Reforma Agrária não obtém o êxito desejado devido a dois fatores fundamentais: os programas públicos estão relacionados ao setor comercial da agricultura e, em especial, os proprietários rurais vislumbram possibilidades de ganho especulativo sobre as terras, o que dificulta o processo de desapropriação dessas áreas. Com isso, o uso especulativo da terra eleva o seu preço e, assim, a própria estrutura do mercado de terras garante o acesso somente àqueles que possuem poder econômico e político sobre ela.

Segundo Reydon e Plata (2006, p. 281):

> Tendo em vista os resultados escassos do processo de reforma agrária, o poder público deve também procurar mecanismos complementares à reforma agrária para conter o uso especulativo da terra [...]. Podemos dizer que essas variáveis são: a tributação sobre a terra e o crédito para a sua compra. A tributação torna menos onerosa a manutenção de terras para reserva de valor, o que, por sua vez, reduz o preço destas. Em contrapartida, o crédito para compra de terras permitirá aos agricultores pobres sua participação no mercado.

Nesse caso, há novamente a retomada dos fundamentos observados anteriormente na obra de Caio Prado Jr., com destaque para o papel da legislação de terras e a resolução dos impasses agrários brasileiros através da regularização das leis referentes à tributação territorial.

Nesse caso, a Reforma Agrária está inserida em outro contexto, ou seja, o de tornar o uso da terra eficiente, com o desestímulo da especulação através do Imposto Territorial Rural (ITR), liberando novas áreas no mercado. Essa estratégia, por não ser diretamente oposta aos proprietários de terra, obtém o aceite por parte dos mesmos e da

opinião pública. Além disso, o próprio valor arrecadado com o imposto pode ser revertido para desapropriações somente em algumas regiões onde o problema da terra é extremamente grave, tais como o Nordeste (REYDON; PLATA, 2000).

Entretanto, o trabalho de Reydon e Plata (2006) não menciona os entraves acerca do projeto da reforma tributária, desaprovando propostas que tenham como objetivo elevar o percentual de impostos pagos pelas grandes propriedades em detrimento das pequenas.[7] A partir dessas considerações percebe-se que, por enquanto, a questão referente a reforma tributária dificilmente conseguirá agilizar o processo de Reforma Agrária. Essa conclusão nos remete aos trabalhos desenvolvidos por Celso Furtado e José Eli da Veiga, que priorizam a importância do rompimento da tutela rural, ou do poder político que os grandes proprietários exercem no Brasil.

Portanto, são várias as propostas para uma "nova solução agrária" e, entre elas, destacam-se a Reforma via mercado e o uso da tributação como forma de regular o mercado de terras, proporcionando oportunidades ao pequeno produtor.

4) *Visões contrárias a Reforma Agrária clássica* — Primeiramente é preciso relembrar que, de maneira geral, todos que são contra a Reforma Agrária no Brasil concordam que a Questão Agrária brasileira foi superada, em grande parte, pelo processo de industrialização e urbanização da economia, o domínio das agroindústrias no campo, a falta de público potencial e os elevados custos das desapropriações.

Um dos autores que segue esse tipo de interpretação é Geraldo Muller e, em sua obra, ele enfatiza que os processos de mudança tecnológica no campo, além da penetração da indústria em segmentos agrícolas (tais como a cana-de-açúcar e a soja), causaram mudanças relativas ao gerenciamento e as estratégias empresariais. Com isso, "[...] a medida que novas tecnologias possibilitam a diminuição do risco nas atividades agrárias, pode-se admitir que novos capitais se interessem em operar nessas atividades" (MULLER, 1994, p. 225).

Segundo palavras do próprio autor:

> Trata-se, sem dúvida, de uma formidável máquina agrária, que produz muito, de tudo e com elevada produtividade, sendo capaz de produzir muito mais sem incorporar mais gente, seja como mão-de-obra, seja como proprietário. Nesse sentido, não há porque distribuir terra e produzir novos proprietários agrários. O fundamental para elevar, diversificar e qualificar mais o excedente agrário não reside em incorporar mais gente, nem mais terra ao processo produtivo, mas sim

[7] Para maiores informações acerca da Reforma Tributária brasileira (que inclui a discussão sobre o ITR), acessar: < http://www.direito2.com.br/acam/2003/jun/23/bancada-ruralista-quer-evitar-mudancas-no-itr>.

> dispor de um padrão financeiro que permita intensificar a exploração do trabalho e da terra. (MULLER, 1994, p. 236).

Percebe-se que desconcentrar as propriedades e conceder qualquer tipo de incentivo a agricultura familiar estaria violando os princípios da produção capitalista além de onerar o Estado e, portanto, o desenvolvimento do meio rural estaria relacionado à geração de emprego pelas próprias agroindústrias ou através de atividades não agrícolas (tais como aquelas relacionadas ao setor de serviços, como por exemplo, o ecoturismo) (MULLER, 1994).

Outro autor que segue a mesma linha de análise é Zander Navarro, pois ao observar o desenvolvimento econômico dos anos 1990, liderado pela liberalização financeira, abertura comercial, acirramento da concorrência e do processo de globalização, o autor acredita que o campo apresenta gradual limitação das suas opções de desenvolvimento. A principal, entre as diversas limitações expostas, está diretamente relacionada ao processo de heterogeneidade do mundo rural, onde algumas regiões brasileiras detêm alta participação de atividades agropecuárias e não-agrícolas, enquanto que em outras persiste a falta de integração econômica e social (NAVARRO, 2001).

Assim, assume-se que devido à heterogeneidade não há porque defender uma Questão Agrária nacional, mas sim diversas "questões agrárias" regionais. Além disso, o autor coloca que o gasto oriundo de uma Reforma Agrária "localizada" seria muito inferior para o Estado. Sendo assim, para regiões como o Nordeste ainda há a necessidade de uma Reforma Agrária (pois nesse caso é expressivo o contingente populacional imerso na pobreza rural), o que exigirá intervenções na distribuição das terras associadas a políticas públicas ligadas à educação, saúde e renda mínima. Em trabalho recente a respeito do tema, Navarro (2011, p. 20) deixa claro que a Questão Agrária brasileira:

> [...] deixou praticamente de existir, pelo menos nos termos postos pelo passado social e político brasileiro e segundo a sua formulação "clássica". Alguma dimensão de conflito social deverá permanecer, mas vai se tornando residual com o passar do tempo, reduzindo-se à esfera trabalhista, nas poucas regiões onde permanece importante um contingente de trabalhadores rurais assalariados. As outras dimensões de conflito continuarão ocorrendo (talvez se intensificando), mas apenas no interior das cadeias produtivas, as quais devem se fortalecer cada vez mais, gerando conflito distributivo do "bolo total" da riqueza.

Sendo assim, a Reforma Agrária deixa de ser uma política de cunho estrutural para tornar-se uma política conjuntural e emergencial de apoio a algumas localidades, baseada

na justificativa da heterogeneidade do desenvolvimento rural e nos altos custos associados a uma ampla mudança na estrutura fundiária brasileira.

Outra contribuição pode ser encontrada na obra de Francisco Graziano (Xico Graziano, como o mesmo se identifica) e, na sua interpretação "[...] o custo benefício da Reforma Agrária distributiva não compensa e, pior, faltam recursos e políticas decididas para garantir o desenvolvimento rural, o emprego e a renda no campo" (GRAZIANO, 2004, p. 11). Além disso, o objetivo principal de uma Reforma Agrária seria o de tornar o pequeno agricultor em empresário rural e, portanto, o que ganha relevância são as políticas agrícolas de incentivo a educação, inovação tecnológica, crédito rural, integração agroindustrial e etc.

> Os novos tempos exigem mudança de rumos na política fundiária, para atender ao principal desafio da questão agrária: o drama dos com-terra [...] No Brasil, 4,1 milhões de agricultores familiares tradicionais, que labutaram na terra há tempos, precisam de amparo da política pública. [...] Reconhecer esse fato implica uma prioridade: fortalecer os agricultores familiares sejam os tradicionais sejam os recém assentados, é tarefa que se sobrepõe à criação de mais assentamentos. (GRAZIANO, 2004, p. 25).

Percebe-se que nessa visão a questão distributiva é "deixada de lado" em detrimento das políticas de estímulo ao produtor, principalmente àquelas ligadas a agroindústria, que dinamizam a produção e incrementam a renda. Portanto, a mesma é difícil de ser classificada, pois o autor assume que existe um problema agrário a ser resolvido, mas a solução que o mesmo propõe diz respeito somente às políticas agrícolas ao pequeno produtor, mas não explora justamente o grande problema da Questão Agrária brasileira: aquele que deseja ser um produtor, o sem terra.

Portanto, é nítido que para aqueles que não acreditam mais em uma Questão Agrária a superação da mesma deu-se através do desenvolvimento urbano-industrial, que promoveu a união entre a indústria e a agricultura. Além disso, a proximidade entre a burguesia agrária e a burguesia nacional, concentrou os capitais e a produção, excluindo definitivamente o pequeno agricultor desse processo. Com isso, a Questão Agrária e a própria Reforma Agrária perdem o sentido, pois não existem interessados (tanto por parte do agricultor, quanto da burguesia e do Estado) em promover esse tipo de política, além dos altos custos inerentes as práticas desapropriacionistas. Dessa forma, percebe-se que o debate acerca da Questão e Reforma Agrária nas últimas décadas ganhou novos contornos, o que afetou o seu desenvolvimento e sua relevância na sociedade brasileira.

3. Considerações finais

Ao sintetizar as interpretações "clássicas" dos principais autores brasileiros fica evidente que há um consenso acerca da importância da Questão e da Reforma Agrária para o desenvolvimento do país. As diferenças aparecem na forma como a Reforma pode ser conduzida, seja ela com maior ênfase na desapropriação de terras ou via legislação trabalhista, tributação da terra ou agrovilas.

A partir da década de 1970, as visões a respeito desses temas ficaram cada vez mais polarizadas e em relação a Questão e Reforma Agrária foi possível identificar quatro visões distintas: as três primeiras crêem na importância da Questão e Reforma Agrária, mas, no primeiro caso acredita-se que ainda é relevante e necessária a Reforma Agrária clássica, o segundo defende que a Reforma Agrária só é relevante pelo aspecto social e o terceiro indica novas formas de realização da Reforma Agrária (entre elas a via do mercado). Por último, a quarta análise defende a inexistência da Questão Agrária e, nesse caso, foi eliminado o público da Reforma, além dos altos custos de tal estratégia.

As interpretações contemporâneas a respeito do tema refletem o próprio processo histórico da Reforma Agrária no país onde, especialmente após a década de 1980, a Reforma que foi colocada em prática não promoveu uma mudança profunda na estrutura agrária brasileira.

Referências Bibliográficas

BRUNO, R. A Reforma Agrária de Mercado. In: _____. **Relatório preliminar de avaliação do projeto Cédula da Terra**. Brasília: Unicamp/NEAD/MDA, 2000, p. 1–300.

BUAINAIN, A. M; MAGALHÃES, M.; SILVEIRA, J. M. da. Estudo de Avaliação de Impacto do Programa Cédula da Terra. In: _____. **Relatório preliminar de avaliação do projeto Cédula da Terra**. Brasília: Unicamp/NEAD/MDA, 2000, p.1–170.

BUAINAIN, A. M. Reflexões sobre o modelo Vigente de Reforma Agrária. In: _____. **Revolução no campo**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 3, p. 49–64, set. 2004.

BUAINAIN, A. M. Reforma Agrária por Conflitos. In: _____. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: ed. UNICAMP, 2008, p. 17–128.

CARTER, M. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: _____. **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a REFORMA AGRÁRIA no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD). São Paulo: ed. UNESP, 2009, p. 15–55.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados da USP**: Dossiê Desenvolvimento Rural, v. 15, n. 43, p. 157–172, set./dez. 2001.

D'INCAO, M. C. Um Retrocesso Programático. **Revista Teoria e Debate**, n. 17, p. 17–47, 1º trimestre de 1992.

FURTADO, C. **Análise do "modelo" Brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDCELSOFURTADO, 3., Rio de Janeiro, 2004.

GERMER, C. O sentido histórico da reforma agrária como processo de redistribuição da terra e da riqueza. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 2, n. 1, p. 41–56, nov./dez. 2007.

GRAZIANO, F. **A tragédia da terra**: o fracasso da reforma agrária no Brasil. Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia. São Paulo, 1991.

GRAZIANO, F. Breve história da reforma agrária: distributismo e inclusão no campo. **Revolução no Campo**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 3, p. 5–30, 2004.

GUIMARÃES, P. A. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1968. 255 p.

LEITE, S.; ÁVILA, R. V. de. Reforma agrária e desenvolvimento na américa latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Estudos Rurais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 1–23, jul./set. 2006.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. São Paulo: Campus, 1999.

KAGEYAMA, A. A. A questão agrária nos autores clássicos. **Revista Reforma Agrária**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 5–16, set./dez. 1993.

MULLER, G. São Paulo — o núcleo do padrão agrário moderno. In: _____. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 1994, p. 221–37.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os desafios do futuro. **Estudos Avançados da USP**: dossiê desenvolvimento rural, São Paulo, v. n. 43, p. 83–100, 2001.

NAVARRO, Z. A vida e os tempos da questão agrária no Brasil. In: _____. **As questões agrária e da infraestrutura de transportes para o agronegócio**. Viçosa: UFV/DER, 2011, p. 1–30.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1966.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

RAMOS, P. Índices de rendimento da agropecuária brasileira. In: **NEAD/Debate**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2005.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2000.

REYDON, B. P.; PLATA, L. E. A. O Plano Real e o mercado de terras no Brasil: lições para a democratização do acesso à terra. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/MDA. **Mercado de terras no Brasil**: estrutura e dinâmica. Brasília, 2006.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, J. G. O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária. In: **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 1994, p. 70–140.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil — 1962**. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500–1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 111–26.

VEIGA, J. E**. O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VEIGA, J. E. **Reforma agrária hoje**. STÉDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 1994, p. 298–305.

VINHAS, M. Problemas agrário-camponeses do Brasil. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500–1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 127–170.

A economia do Brasil nos tempos do Barão

Paulo Roberto de Almeida
Diplomata, professor.
(www.pralmeida.org; pralmeida@me.com)

A economia política do Brasil na época do Barão

Como se apresentava a economia brasileira na época do Barão do Rio Branco, ou seja, grosso modo, a partir da última década do século XIX e na primeira do século XX? O Brasil era essencialmente agrícola, mas basicamente atrasado, com 65% de analfabetos em 1900 (taxa que ainda iria progredir para 70% em 1920), sendo a maior parte deles rurícolas, entregues a uma agricultura primitiva. Os investimentos estrangeiros contribuíam para ampliar a base produtiva nacional, mas a tomada de recursos no exterior pelo governo central e pelas unidades subnacionais tinha, em boa parte das vezes, objetivos não produtivos. Numa escala comparativa de bem-estar, o Brasil de um século atrás situava-se na média dos latino-americanos, à exceção da Argentina, bem mais rica; os brasileiros tinham uma renda per capita pouco abaixo de 800 dólares (de 1990), em contraste com os mais de 5 mil dólares dos americanos e cerca de 3.700 dólares dos argentinos (Maddison, 1995; 2001).

A diplomacia estava voltada para a defesa do grande produto nacional de exportação: era uma "diplomacia do café", da promoção e da defesa desse produto nos mercados externos, o que significava a defesa dos interesses financeiros nacionais e os de sua classe dominante; era o café que garantia a solvência externa do Brasil e o exibicionismo de suas elites. Os diplomatas monitoravam as cotações dos *Brazilian bonds* na City, o centro nervoso, por excelência, do crédito internacional do Brasil.

Pode-se tentar ver um pouco mais de perto a conformação estrutural da economia nacional, algumas de suas transformações na caótica transição republicana e suas relações econômicas internacionais, para se fazer uma ideia do Brasil econômico com o qual trabalhava o Barão do Rio Branco, em sua gestão prática à frente do Ministério das Relações Exteriores. Três aspectos podem ser retidos neste ensaio de síntese: a economia, em si, ou seja, a base produtiva, com suas características agroexportadoras; os grandes intercâmbios com o exterior, numa fase em que o coeficiente de abertura externa ainda era moderadamente elevado, comparativamente aos padrões observados ao longo do século XX; e, por fim, os fluxos relativos às finanças internacionais, elemento crucial da vida nacional e

aspecto que sempre limitou as possibilidades de desenvolvimento econômico e social, pelo apelo constante que o Brasil necessitava fazer a capitais e know-how estrangeiros, em função da falta de recursos próprios e, sobretudo, de capital humano.

O que era a economia brasileira, na transição para o século XX?

Quando Rio Branco assumiu o ministério da Rua Larga a economia brasileira estava em meio a uma lenta recuperação, após uma década inteira de experimentos "republicanos" na política econômica, duas catastróficas revoltas militares internas, uma guerra desastrosa no sertão da Bahia, uma volatilidade mais do que anormal na frente cambial e um *Funding Loan* humilhante para os brios nacionais, já que comprometendo as rendas das alfândegas do Rio de Janeiro, segundo os termos da renegociação da dívida feita em meados de 1898, entre o presidente eleito Campos Salles e os "banqueiros do Brasil", os Rothschild.

O governo provisório começou tentando liberar o "espírito associativo e empreendedor" dos poucos capitalistas nacionais e autorizou maiores emissões bancárias e de ações do que recomendaria a prudência dos estadistas do Império, excessivamente conservadores para o gosto econômico-jacobino dos novos donos do poder. O resultado foi o chamado "encilhamento", uma desvalorização ainda maior da moeda, pressões inflacionistas insuportáveis e a inevitável ameaça de *default*, conjurada pelo acordo financeiro de 1898: toda a primeira década republicana foi um laboratório de experimentos econômicos, como bem estudado em trabalhos de Gustavo Franco (1983; 1989). Seguiram-se os anos de ajuste recessivo patrocinados por Joaquim Murtinho, até que a economia começou lentamente a se recuperar no início do novo século; foi quando o Barão assumiu.

Não se fizeram novas grandes economias – tanto que se decidiu reequipar a Marinha com três novos barcos de guerra –, embora a situação do crédito e das contas públicas continuasse delicada; mas teve início um longo processo – talvez ainda não de todo encerrado, ou até renovado, hoje – de intervenção do Estado na economia, com o recurso habitual ao protecionismo tarifário e o apoio à indústria nacional por uma série de mecanismos que foram sendo aperfeiçoados ao longo do século XX. O Estado brasileiro, como evidenciado na obra de Steven Topik (1987), assumiu um papel de defensor e de promotor da atividade econômica nacional, como poucas vezes se assistiu em países exportadores de matérias primas, como o Brasil. E o Brasil era, basicamente, um exportador de algumas poucas matérias primas agrícolas: na última

década do século XIX, oito produtos agrícolas eram responsáveis por 95,6% do total exportado, dos quais o café (64%) e a borracha (16%) eram os principais, sendo os 15% restantes tomados pelo açúcar (5,6%), algodão e couros (2,5% cada um), fumo e mate (Schlittler, 1953: 8).

A larga autonomia concedida a estados e municípios pela Constituição de 1891 autorizou-os a recorrerem ao canal das emissões externas, o que foi usado e abusado extensivamente, resultando num festival de contratação de empréstimos externos, com aumento vertiginoso do endividamento geral. Uma "lei do similar nacional", aprovada nos tempos do Barão, ratificou o que já era uma realidade aferida por pesquisa de terreno: um levantamento do Centro Industrial do Brasil, efetuado em 1907, a pedido do governo federal, "constatou que a maior parte do consumo aparente de vários produtos manufaturados de uso corrente no País já era atendida pela produção nacional" (Versiani-Suzigan, 1990: 5).

O novo ativismo estatal em apoio à economia nacional combinou-se, obviamente, ao interesse próprio dos principais atores econômicos do país naquela fase, os exportadores de café, que não deixaram de explorar a possibilidade de mobilizar o apoio governamental cada vez que as necessidades se fizeram sentir. Isso se traduziu em diferentes medidas de valorização do café, a única palavra genuinamente brasileira que foi anglicizada no seguimento das operações de retenção de estoques excedentários pela via de financiamentos externos.

A principal crítica dos tribunos republicanos à política econômica do período monárquico se resumia a uma simples frase: "O Império é o déficit!". A República continuou com essa prática em proporções nunca antes vistas no país, até que o rigor de Salles e Murtinho, entre 1898 e 1902, reverteu, mas apenas temporariamente, a prodigalidade orçamentária. As condições de financiamento interno eram mais do que precárias e o recurso ao endividamento externo continuou errático em determinadas conjunturas do cenário internacional (na crise do Barings na Argentina, no início da República, por exemplo), para voltar de forma exacerbada nos demais anos.

O apelo a recursos privados foi necessariamente contido no quadriênio Salles-Murtinho – *et pour cause: Funding Loan oblige* –, já que o empréstimo de consolidação de 10 milhões de libras esterlinas dos Rothschild exigia o recolhimento de valor equivalente em mil-réis; mas a prática deflacionária durou apenas até 1905, registrando-se, depois, novos aumentos do meio circulante. No plano das dívidas "pouco soberanas", os estados e municípios aumentaram em dez vezes sua exposição

externa, entre 1900 e 1912, que passou, globalmente, de 5 a 50 milhões de libras, o que representava quase dois quintos da dívida externa federal (Dean, 1989: 222).

Em qualquer hipótese, o caráter cíclico da economia cafeeira determinava os altos e baixos da economia real, do câmbio e das importações, com severos impactos fiscais (Leff, 1991; Baer, 1996). A economia como um todo era notoriamente modesta, para um país das dimensões e com os recursos do Brasil; uma estreita faixa do litoral abrigava um "arquipélago" de pequenas indústrias, como não deixou de notar um visitante francês do começo do século (Denis, 1909: 69). Na verdade, o Brasil não possuía um mercado nacional integrado e os preços variavam bastante de uma região a outra. Os portos eram extremamente precários e mesmo uma capital como o Rio de Janeiro ainda lutava contra surtos de febre amarela e outras endemias típicas de um país tropical que pretendia se fazer civilizado.

A política fiscal era tosca, tanto mais caótica que a Constituição tinha garantido larga autonomia aos Estados. À União cabiam as receitas de importação (ademais das taxas de correios e telégrafos e alguns serviços seletivos, ou taxas de selo), mas os estados coletavam impostos sobre as exportações, sobre os imóveis rurais e urbanos, sobre transmissão e propriedade e sobre indústrias e profissões. O mesmo visitante francês registrava que os direitos de exportação constituíam a principal fonte de receitas da maioria dos estados (Denis, 1909: 56). Esse dispositivo constitucional beneficiava São Paulo, mas deixava na penúria os estados que não tinham produtos de exportação; esses, então, recorriam à imposição de tributos sobre "importações" de outros estados, uma evidente barreira comercial.

O caráter primitivo das políticas econômicas refletia a ausência de mercado interno no Brasil, e especialmente de um mercado de créditos e de mão-de-obra especializada, situação que começou a ser atenuada com a imigração europeia. Durante algum tempo, logo ao início da República, o Barão atuou, justamente, como "comissário de imigração", entre o consulado em Liverpool e o primeiro caso de limites. As tendências escravocratas dos fazendeiros de café, mesmo em face de agricultores europeus, cuja imigração tinha sido subsidiada em grande medida pelo estado de São Paulo, resultavam em reclamações de cônsules a seus governos: o da Itália chegou a proibir, em 1902, a emigração subsidiada para o Brasil. A situação não era melhor para os japoneses, o que apenas refletia o caráter predatório de uma elite que, mesmo tendo no café sua principal riqueza, não hesitava em exportar sacos e mais sacos do produto, contendo pedras, gravetos e outros resíduos.

O protecionismo dominante, a ausência de poupança e a consequente penúria de capitais tornavam o Brasil, ao início do século XX, um país extremamente caro do ponto de vista dos bens correntes, como relatam diversos viajantes: juros na faixa de 10%, ou mesmo superiores a 12%, eram comuns, e os consumidores se sujeitavam a pagar preços extorsivos devido à ausência quase completa de concorrência (Denis, 1909: 71). Quando se observam outras características da economia brasileira e de suas políticas econômicas, a um século de distância, tem-se por vezes a impressão de que o país descreveu uma parábola quase perfeita: exportações agrícolas, orçamentos deficitários, juros altos, indecisões cambiais, protecionismo comercial, país caro...

Quais eram os grandes intercâmbios externos?

"O Brasil é o café e o café é o Brasil": assim se dizia desde o Segundo Império e durante toda a velha República. A partir de modestas exportações de 60 mil toneladas anuais na terceira década do século XIX, o Brasil passou a vender ao exterior quase 900 mil toneladas, um ano antes de Rio Branco assumir o MRE. Mesmo vendendo um produto de baixa qualidade, as plantações de café do Brasil ainda representavam, no final dos anos 1920, 2,1 bilhões de árvores de um total mundial de 3,2 bilhões de árvores. Os preços flutuavam ao sabor dos imponderáveis da oferta: geralmente ficaram em torno de 15 centavos de dólar por libra-peso, mas a volatilidade era a regra, com efeitos sobre a paridade cambial: o governo sempre pretendeu fixar uma taxa de câmbio favorável aos exportadores, mas as variáveis do mercado eram mais poderosas do que os desejos dos decisores políticos.

Na época do Barão, as exportações de borracha ainda se encontravam num pico extremamente prometedor, para despencar, catastrófica e irremediavelmente, a partir de 1913, quando a concorrência da "hevea brasiliensis" da Malásia finalmente se apresentou nos mercados. Os ganhos da borracha foram extraordinários: de um modesto valor de 182 libras esterlinas a tonelada, em 1870, a borracha chegou a alcançar 512 libras em 1911, reforçando as receitas em divisas dos exportadores e as rendas fiscais da União, uma vez que o Acre ficou sendo um território federal: em três anos de exportação de borracha se pagou a indenização à Bolívia (Denis, 1909: 53).

O açúcar ainda chegou a experimentar breve retomada na oferta externa, em função de esforços de modernização da indústria moageira no final do Império, mas a concorrência dos produtores mais eficientes do Caribe ou da variante de beterraba na Europa, acrescida das políticas subvencionistas e protecionistas nos principais países

consumidores, contribuíram para a estagnação e até o recuo das exportações do principal produto da era colonial. Poucos outros produtos primários completavam a pauta exportadora, nenhum deles com dinamismo suficiente para impulsionar um vigoroso crescimento interno.

A política econômica e, de fato, toda a diplomacia econômica de um Brasil agroexportador que, exceção feita aos anos de bonança associados à borracha, tinha sido reduzido basicamente a um exportador de café, poderiam ser resumidas num único conceito, avassalador: valorização. Em uma conferência internacional do café, realizada em Nova York, em 1902, os delegados brasileiros tentaram montar um cartel para o controle das exportações, mas a proposta não foi adiante, inclusive porque o governo, por falta de autorização legislativa, deixou de convocar, como esperado, nova reunião dos exportadores em São Paulo (Bueno, 2003: 76). Os parlamentares, que eram também produtores de café, se perguntavam provavelmente quem iria, finalmente, arcar com os custos da retenção dos estoques.

Mas mesmo a política de valorização, febrilmente defendida pelos estados produtores e exportadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, não podia impedir a extrema volatilidade cambial, inclusive por razões que não tinham muito a ver com o curso do café nos mercados mundiais: a razão principal eram as emissões de moeda papel, sempre a cargo do governo federal. Esse movimento ocorria paralelamente à reorganização bancária, com o reagrupamento e a criação de novas instituições, entre elas os bancos que mais tarde dariam origem ao (quarto, ou quinto) Banco do Brasil, mais um sinal do intervencionismo governamental.

No momento da queda do Império, por exemplo, o câmbio ainda se eleva a 27 3/16 pence por mil-réis, com uma massa circulante de papel moeda equivalente a 174 milhões (ou contos) de réis. Com as emissões sucessivas da República, a baixa do câmbio se acentua, passando a 12 pence, em média, na primeira metade da década, e a menos de 10, na segunda metade. Em 1898 e no primeiro trimestre de 1899, o câmbio atingiu seu ponto mais baixo, entre 7 e 6 pence por mil-réis, e as emissões tinham se elevado a 785 milhões de réis. Para cobrir as obrigações, o Tesouro fazia novas emissões, o que agravava os problemas dos déficits e do câmbio. Ainda que não se possa traçar uma relação de causalidade entre esses aumentos do meio circulante e os movimentos baixistas do câmbio – para os quais interferiam outras variáveis independentes, entre as quais a oferta de capitais internacionais e, sobretudo, o curso do café nas bolsas de mercadorias – é evidente que a expansão da oferta de moeda no

mercado doméstico gerava uma maior procura por cambiais, tanto mais importantes que a oferta de insumos e produtos acabados, no Brasil, sempre foi insuficiente.

O *Funding Loan* de 1898 inverteu a situação, ao custo do recolhimento do meio circulante e sua destruição: em abril de 1908, cerca de 145 milhões de réis, um quinto da massa total, já tinham sido incinerados, o que permitiu elevar o câmbio a 16 pence. A política de valorização, pelo seu aspecto de retenção de estoques, contribuiu para acentuar a tendência. A intervenção levada a cabo numa "indústria" relevante como a do café, inclusive pelos valores envolvidos na operação, constituiu uma novidade mundial em matéria de economia política (Delfim Netto, 1976). O intervencionismo do Brasil, que era, na verdade, conduzido pelos três maiores estados da federação, não deixou de se deparar com reações muito negativas na Europa e nos Estados Unidos, onde a política foi tomada pelo que ela era: uma especulação em detrimento dos consumidores, em favor de produtores monopolistas.

No plano diplomático, o serviço exterior foi chamado a negociar com os países consumidores a redução dos direitos alfandegários, a estimular o consumo por meio da propaganda oficial, a combater o uso da chicória e outros acréscimos ao café puro, a denunciar as falsificações ou, ainda, tentar, na Inglaterra e no Extremo Oriente, substituir o chá pela valorosa bebida nacional. No plano interno também se cuidava de estimular o consumo, iniciativa similar ao registrado na França, em diversas épocas, em relação ao seu vinho. Curiosamente, pouco se falava da melhoria da qualidade do produto, e de seu tratamento para a exportação, como começavam a fazer concorrentes vizinhos – como a Colômbia – que não esperava poder bater o Brasil pela quantidade.

O outro grande conceito prevalecente na política econômica era o do protecionismo, aplicado sistematicamente tanto por razões defensivas e de promoção da indústria nacional – que no entanto era basicamente importadora de todos os seus insumos – quanto por motivos fiscais, compreensivelmente bem mais poderosos que quaisquer outros. O mesmo visitante francês dos tempos do Barão era obrigado a reconhecer que "la douane fédérale est aujourd'hui une puissance" (Denis, 1909: 67).

O protecionismo instintivo, a tendência a insular a indústria nacional da concorrência estrangeira não promovia apenas os interesses restritos dos poucos industriais nacionais, e os defendia das ameaças vindas, nessa época, das primeiras potências industriais: ele também reduzia o coeficiente de abertura externa da

economia, isolando o Brasil das pressões competitivas externas e diminuindo o peso das exportações sobre o PIB: assim, mesmo mais do que duplicando o valor das exportações entre o final do Império e o período imediatamente anterior à Primeira Guerra, o Brasil conheceu, na verdade, uma redução da participação das exportações no PIB, de aproximadamente 12% na fase anterior, para menos de 10% em 1913 (tendência que continuará se acentuando na República, durante praticamente 80 anos).

Mesmo que certa literatura histórica pretenda que os EUA sempre praticaram protecionismo extensivo, e que a famosa "tarifa Hamiltoniana" esteve na base da industrialização daquele país, o fato é que o Brasil foi, no fundo e na forma, bem mais protecionista do que os EUA e do que quaisquer outros países ao longo do século XIX e nas primeiras três décadas do século XX. A única ressalva que se poderia fazer era que, desde o início do Império, e até praticamente a Segunda Guerra Mundial, as tarifas exorbitantes sobre o comércio exterior (nos dois sentidos), tinham funções basicamente fiscais, mais do que defensivas, o que igualmente era o caso, diga-se de passagem, dos EUA, onde o imposto sobre o comércio exterior também constituía uma das poucas fontes de receita atribuídas pela Constituição à União.

A última tarifa do Império era de tipo móvel, ou seja, procurava acompanhar a variação do câmbio. Rui Barbosa, logo ao início de 1890, efetuou a introdução da quota-ouro, o que significava que uma parte do imposto aduaneiro era paga em moeda forte: originalmente fixada em 2%, essa fração subiu para 10% em 1898, para 25% em 1900, para 35% em 1905, até finalmente alcançar 60% em 1922, o que reflete, em grande medida, os impulsos inflacionários do período. Ainda em 1890, o mesmo Rui Barbosa preside a nova reforma tarifária: ela se aplica a cerca de 1.100 itens da pauta, a maior parte a taxas fixas, com aplicação de tarifa adicional ad valorem a 89 itens; o nível mais elevado ad valorem era fixado em 60% (Almeida, 2011).

Rodrigues Alves, ministro da Fazenda entre 1894 e 1896 – antes, portanto, de se tornar presidente e chefe de Rio Branco – efetuou nova reforma tarifária em abril de 1896, num sentido altamente protecionista: foi feita a supressão do adicional, mas houve a definição de duas pautas, uma geral e outra mínima, para utilização de acordo com conveniências da política comercial; o nível mais elevado ad valorem foi fixado em 84%. Bernardino de Campos, que o sucedeu, opera novas mudanças na pauta, com redução em certos itens e aumento considerável em outros; o nível mais elevado ad valorem passa então a ser de 200%; constatando-se que as receitas diminuíam, em lugar de aumentar, o mesmo ministro – em mais outra contribuição pioneira do Brasil

à teoria econômica universal, desta feita antecipando em mais de 70 anos a famosa curva de Laffer – decidiu revisar para baixo a tarifa anterior, via redução de vários itens, com vistas, obviamente, a fazer crescer os recolhimentos das alfândegas, absolutamente necessários à sobrevivência do Estado (ou seja, da União).

Finalmente, Joaquim Murtinho implementa, em 1900, uma nova tarifa que elevou bastante os direitos de importação; os objetivos eram essencialmente fiscais e muito pouco motivados por preocupações protecionistas; foi revista a aplicação da tarifa ad valorem a 114 itens (sobre 1.070), sendo 100% o nível mais elevado; preservou-se também a dupla pauta, ou seja, a aplicação da tarifa mínima ao tratamento de favor e da tarifa em dobro como arma de represália comercial, como era hábito em outros paladinos do protecionismo comercial, como a França, por exemplo. Essa foi a tarifa que, com pequenas mudanças, foi mantida durante toda a gestão de Rio Branco à frente do Itamaraty, enquanto na Fazenda se sucediam cinco ministros.

O protecionismo do Brasil evidencia-se na tabela abaixo, construída a partir de dados compilados pelos economistas Michael Clemens e Jeffrey Williamson (2001), que se dedicaram a comparar o grau de proteção efetiva existente em diversos países, mediante a "montagem" de uma alíquota tarifária média a partir do montante total das taxas de importação como fração do valor global das importações.

Tarifas Aduaneiras Comparadas, 1890-1913
(Média tarifária a partir de receitas de importações sobre o valor total das importações)

Ano	G.-B.	EUA	Alemanha	França	Japão	Argentina	Brasil
1890	4,8	26,6	8,8	8,0	5,4	33.4	39,4
1893	4,9	23,6	8,5	11,2	3,5	28,9	24,2
1896	4,8	20,7	10,1	10,7	2,6	23,9	35,4
1897	4,8	22,1	9,4	10,8	2,4	25,7	41,0
1900	4,6	27,0	8,1	8,8	5,8	26,5	30,1
1903	6,4	26,9	8,5	8,4	5,2	24,9	38,9
1905	6,4	25,1	8.8	8,6	7,0	23.9	49,3
1907	5,1	23,4	7,4	8,2	9,5	23,0	44,6
1910	4,5	21,0	7,4	8,2	7,8	21,6	41,9
1913	4,4	17,7	6,3	9,2	10,1	20,8	34,2

Fonte: Clemens-Williamson, 2001.

Não resta dúvida de que, se houve um país que exibiu "tarifas Hamiltonianas" ao longo de toda a sua história, esse país foi claramente o Brasil, ainda que os motivos fossem alegadamente fiscalistas, mais do que para atender aos instintos protecionistas. De fato, no período aqui coberto – última década do século XIX e primeira do XX – o peso dos impostos de importação no total das receitas públicas variou entre 47% e 58%, segundo um estudioso da questão (Silva, 1969: 225; 1983).

No plano da geografia comercial, o Brasil já tinha passado da esfera inglesa para a americana, responsável pela metade da absorção do café exportado. Até meados do século XIX, a Grã-Bretanha ainda era dominante nos dois fluxos comerciais: fornecia mais da metade das importações brasileiras e absorvia perto de um terço das vendas externas, mas aqui seguida de perto pelos EUA, que a ultrapassa logo mais à frente, pois se tornam os destinatários de 43% das exportações do Brasil ao início da gestão Rio Branco (quase tudo café, obviamente). A Alemanha também passou a se destacar em diversas frentes dos intercâmbios externos e, crescentemente, nos investimentos diretos, ao lado da França e de alguns outros europeus.

Na região, as únicas trocas relevantes eram feitas com a Argentina, de quem o Brasil comprava trigo e exportava alguns poucos produtos primários (como a erva mate, mas com uma demanda modesta), ainda assim por intermédio de comerciantes ingleses. No conjunto, o comércio exterior do Brasil estava bastante concentrado em um número restrito de mercados: entre 1903 e 1914, mais de 80% das exportações se dirigiam a apenas cinco países (EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, França e Argentina), enquanto proporção quase similar das importações provinha de apenas seis países, acrescentando-se Portugal à lista acima (Buescu, 1974: 161-164).

Quão dependente era o Brasil do financiamento internacional?

Se o Império era o déficit, a salvação eram os banqueiros ingleses. A República não mudou a situação, talvez a tenha mesmo agravado, pela anarquia financeira criada pela nova liberdade concedida aos estados e municípios de se endividarem no exterior mesmo sem o aval da União. Os Rothschild foram confirmados como os agentes financeiros exclusivos do Brasil no exterior, mesmo se uma delegação do Tesouro, instalada em Londres desde o último terço do século XIX, permitia preparar os frequentes lançamentos de bônus, em substituição ao trabalho meramente cosmético dos ministros da legação diplomática, alguns dos quais – como Penedo, por exemplo – tinham enriquecido com as generosas comissões oferecidas pelos mesmos banqueiros que lucravam já de partida, com os spreads antecipados que recolhiam por cada título emitido.

Os trabalhos abundantes e minuciosos de Marcelo de Paiva Abreu (2006; 2002) sobre a contabilidade política do financiamento externo do Império e da República velha nos dispensam de penetrar na descrição e na explicação da caótica

arquitetura financeira construída antes de 1930, quando se interrompem, durante 15 anos, todos os fluxos de dinheiro novo em direção ao Brasil (e a todos os demais tomadores periféricos). Antes da Primeira Guerra, e depois, nos anos 1920, o Brasil pode ter sido um dos campeões das comissões bancárias pagas aos banqueiros da City pelas suas numerosas emissões no mercado londrino, da mesma forma como, mais de meio século depois, o país fez a alegria de vários "loiros de olhos azuis" de Wall Street, nos anos da euforia de petrodólares abundantes, reciclados nas principais praças financeiras a partir das importações pagas por dependentes como ele próprio.

Os dados relativos a balanço de pagamentos, no Brasil monárquico e no início da República são bastante precários e sujeitos a caução, entre outros motivos porque as contas relativas a serviços são extremamente carentes de números fiáveis. Sabe-se, por exemplo, que a partir de meados do século XIX, com a expansão contínua das exportações de café – e de mais algumas culturas, como por exemplo as vendas externas de algodão durante a guerra civil americana, sem mencionar o boom da borracha, que teve início no último quinto do século –, a balança comercial tendeu a tornar-se estruturalmente superavitária.

Em princípio, os saldos comerciais positivos eram suficientes para cobrir parte da balança de serviços, sempre deficitária, bem como os juros e as comissões da dívida externa, mas diversas outras rubricas – como transportes internacionais, por exemplo – podiam permanecer a descoberto, bem como as próprias amortizações dos empréstimos anteriores, se por acaso os preços das commodities declinassem abruptamente. Nesse caso, o Tesouro era acionado para negociar novas emissões externas, invariavelmente feitas pela delegacia em Londres com os banqueiros oficiais do governo, os Rothschild. Novas praças financeiras se firmam entre o final do século XIX e o início do XX, e os tomadores da República – União, estados e municípios – passam então a diversificar suas emissões.

As tomadas de empréstimos no exterior eram, em todo caso, regulares e constantes, mas em perfis e montantes variados, em função das necessidades de caixa do Tesouro para cumprir com suas obrigações externas, estas sempre regulares, constantes e crescentes, como revelam os dados de juros, comissões e amortizações pagos aos banqueiros supridores do financiamento externo. A tabela abaixo (que retoma os dados apenas de maneira parcial) dá uma ideia da magnitude de algumas operações, embora não informe sobre o destino final dessas emissões – em diversos casos voltadas para investimentos reais, mas em vários deles, em especial os de maior

volume, destinadas a cobrir déficits em divisas – e, sobretudo, não esclarece quanto às dimensões e virtual anarquia no nebuloso terreno das emissões dos estados e municípios, que tantos problemas iriam causar às autoridades federais a partir da moratória inevitável declarada em 1931.

Endividamento Externo do Brasil, 1889-1914 (em mil libras esterlinas)

Anos	Empréstimos			Serviços Externos			Saldo em Circulação
	Entradas	Desconto por tipo	Entradas efetivas	Juros	Comissões	Amortizações	
1889	19.837	1.984	17.853	911	89	18.101	31.104
1893	3.170	853	2.317	1.448	16	403	33.487
1895	7.442	1.117	6.325	1.405	18	554	39.817
1896	1.000	-	1.000	1.902	22	615	40.203
1897	2.000	60	1.940	1.874	34	1.743	40.461
1899	2.908	-	-	359	15	1.196	42.020
1900	2.869	-	-	444	9	707	44.182
1901	16.031	396	14.219	1.297	15	217	59.996
1903	8.500	640	7.852	2.829	32	420	68.269
1904	2.062	327	1.735	2.967	33	465	69.866
1905	8.814	946	7.817	3.168	36	657	78.023
1906	10.290	1.129	9.161	4.148	41	658	87.656
1908	23.750	2.487	21.263	8.235	49	3.397	111.599
1910	18.200	2.695	15.505	6.415	58	3.625	128.260
1911	9.900	1.203	8.697	6.899	60	5.976	132.184
1913	19.620	487	19.133	7.529	67	6.913	144.233
1914	18.702	-	18.702	7.449	57	1.948	160.987

Fonte: IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil* (1987), p. 541-542.

A última operação do Império – justamente um empréstimo de consolidação, aprovado pelo parlamento já na República – foi toda ela consumida na amortização dos empréstimos feitos em 1865, 1871, 1875 e 1886, numa conversão que, na verdade, reduziu ligeiramente o endividamento total, a essa altura em torno de 31 milhões de libras esterlinas. De 1890 a 1892 não ocorreram novas entradas, em função inclusive dos debates constitucionais e da crise política então vivida no país, e que culminou com a substituição de Deodoro por Floriano. Em 1893, o que se teve, mais precisamente, foi uma operação da Estrada de Ferro de Minas Gerais, na verdade destinada à compra de armas pelo governo, em função das revoltas ocorridas no sul do país e no levante da Armada, em plena capital da República; 1894 foi novamente um ano sem novas operações externas, embora, em todos os anos, as remessas a título de juros, comissões e amortizações continuassem constantes e ligeiramente ascendentes.

Em face das necessidades da Marinha, seriamente prejudicada pela revolta conduzida pelo Almirante Custódio de Melo, e depois por Saldanha da Gama, entre 1893 e 1895, o governo realiza, nesse último ano, nova operação de mais de sete milhões de libras (do tipo 85, ou seja, com 15% de deságio imediato), para cobrir gastos com o fornecimento de material ao corpo naval. As duas operações que antecederam o Funding Loan de 1898, respectivamente em 1896 e 1897, foram emergenciais, de curto prazo (um e dois anos), destinadas unicamente a cobrir déficits incontornáveis, até que o governo conseguisse negociar novo empréstimo de consolidação, o que foi feito justamente pelo presidente eleito Campos Salles (Palazzo, 1999). O ingresso efetivo dos recursos só deu dois anos depois, após cumpridos todos os trâmites internos, inclusive para assegurar que as receitas das alfândegas do Rio de Janeiro estivessem realmente comprometidas com as garantias.

A "era do Barão" foi de relativa tranquilidade na abertura de novos créditos externos para o governo, inclusive de novas consolidações de empréstimos anteriores, todos eles negociados através da delegacia do Tesouro em Londres. Mas junto com a "normalização" do crédito externo para a União tem início uma onda de lançamentos em diversas praças estrangeiras por parte de diversos estados e mesmo de cidades, geralmente capitais, num crescendo que só conhece uma interrupção, ainda assim temporária, durante a guerra, para novamente se intensificar nos anos 1920, até o desastre total, em 1930, a partir de quando o Brasil deixa de receber um centavo sequer de financiamento bancário externo durante 15 anos seguidos (1942; 1946).

Em contraponto à instabilidade da primeira década republicana, que assistiu a uma dezena de ministros se sucedendo na Fazenda, Rio Branco só teve a tratar, praticamente, com dois ministros dessa pasta, que o acompanharam ao longo de sua "década diplomática": José Leopoldo de Bulhões Jardim (este por duas vezes, no início e quase ao final de sua gestão no MRE) e David Moretzohn Campista, frequentemente citado em despachos e outros expedientes do ministério.

A preocupação maior da elite brasileira (e dos diplomatas servindo no Rio de Janeiro) era a volatilidade cambial, independentemente da tendência histórica à desvalorização, que na verdade seguia o recurso às emissões irresponsáveis. Apenas para se ter uma ideia da amplitude da baixa cambial, registre-se que na década anterior à proclamação da República – ou seja, na última década do Império – o câmbio oscilou em torno de 22 pence por mil-réis; já na segunda década da República

– ou seja, nos tempos do Barão ministro – o câmbio esteve pouco acima de 13 pence por mil-réis (Ferreira, 1965: 88), uma desvalorização considerável, mas explicável em função do caos da primeira década republicana e do esgotamento de quase todas as possibilidades de financiamento, depois da crise do Barings na Argentina, das guerras civis no Brasil e do conflito de Canudos, situação apenas amainada depois do Funding Loan (mas que começaria a fazer efeito, justamente, apenas dois ou três anos depois). A confusa operação da valorização do café tampouco ajudou a restabelecer a credibilidade financeira da República, embora não a tenha agravado.

Embora as oscilações do meio circulante possam ser, em parte, responsáveis pela deterioração cambial, o fato é que os preços do café têm muito a ver com a degringolada do valor externo do mil-réis. Abstraindo-se o comportamento errático a cada safra, sempre num movimento de gangorra, mas tendente ao excesso de oferta, o fato é que os preços do café tenderam a oscilar para baixo, *et pour cause*: observando-se o valor médio do principal produto brasileiro de exportação nas duas décadas aqui consideradas, tem-se que a saca de 60 kg caiu de um média decenal de 63 mil-réis (ou 2,52 libras esterlinas), entre 1891 e 1900, para apenas 32 mil-réis (ou 1,87 libras) no período que vai de 1901 a 1910 (IBGE, 1987: 91). Não apenas as oscilações periódicas, mas também o declínio dos preços do produto, devem ter desestimulado de vez, no Barão, o sonho de retirar-se um dia para uma aposentadoria bem merecida em alguma "fazendola de café" do interior de São Paulo.

A "agenda econômica" do Barão: a economia política da diplomacia brasileira

O Barão esteve, de fato, ativo na vida diplomática brasileira apenas nos últimos vinte anos de sua vida, já que os 20 ou 30 anos anteriores podem ser considerados como de "preparação" ou de "construção" – no sentido de *Bildung*, ou formação – ao que ele faria depois, como responsável, parcial ou integral, pelos temas mais relevantes das relações exteriores do Brasil: as fronteiras, certo, mas também o relacionamento hemisférico e internacional, nos seus diversos componentes. Ter acompanhado o pai em missões no Prata, ter estudado as campanhas militares, e o grande conflito na região, ter penetrado nos mais minuciosos detalhes de nossa cartografia colonial constituíram, por assim dizer, os tijolos sobre os quais ele iria construir um dos mais sólidos legados diplomáticos – senão o maior – de nossa história, alcançando o status, como frequentemente registrado, de único diplomata que pode ser considerado um *founding father* e um herói da pátria.

Dá-se por estabelecido que os temas principais dos quais ocupou-se o Barão eram essencialmente políticos, alguns até com consonância militar, como era a custosa corrida armamentista naval com a Argentina, na qual a economia entrava mais pelo lado orçamentário, do que pelo lado da política econômica externa. Mas qual era o contexto econômico, brasileiro e internacional, no qual atuou o Barão? Em que medida as condições estruturais da economia brasileira ditaram-lhe os limites de sua ação diplomática e com qual grau de autonomia ele pode atuar a despeito da precariedade da base econômica nacional e da escassez de meios materiais, sobretudo financeiros, ou de "excedentes de poder", como se costuma frequentemente lembrar quando se invoca a pequena capacidade de atuação externa do Brasil?

Desse ponto de vista, existe uma nítida diferença entre os primeiros dez anos da atuação "diplomática" – ou seja, pós-consular – do Barão, que o viram se ocupar de questões de limites, com uma chefia de legação ao final, e os dez anos que se seguiram, quando ele recolheu, finalmente, as glórias que lhe cabiam e continuou imprimindo sua marca indelével na condução da diplomacia como um todo. Muito do que ele fez, inclusive quanto aos gastos, se deu em função da estabilização conduzida pela dupla Campos Salles-Joaquim Murtinho, da confiança que tinham nele não só o presidente da República, mas a quase totalidade da opinião pública, e também porque ele sempre foi um grande conhecedor – e manipulador? – da imprensa, exercendo sua pluma com maestria nos dois lados do balcão (se assim se pode falar de seu trabalho mais discreto de articulista e de "alimentador" de matérias favoráveis nos jornais).

Na passagem para a República, o Brasil era um país em meio aos "tremores" da transição do escravismo para o trabalho assalariado, quando as elites agrárias ainda pretendiam que os imigrantes trazidos para as fazendas de café para substituir os escravos dispensados os obsequiassem com uma obediência servil próxima da submissão destes últimos. Coincidentemente, o Barão começou no serviço diplomático da República como Superintendente geral do Serviço de Imigração para o Brasil na Europa, voltando depois ao Consulado em Liverpool, até ser chamado para a questão de Palmas. Logo depois ele foi igualmente convocado para o assunto do Oiapoque, e nisso se passaram quase dez anos de "vida diplomática" (que, a rigor, toma uma feição "clássica" apenas na designação para a legação em Berlim).

No plano das políticas econômicas, a primeira década foi suficientemente confusa, errática e turbulenta para que a segunda aparecesse como relativamente

tranquila, ou pelo menos isenta de catástrofes inflacionárias ou cambiais. Mesmo com as exportações de café crescendo, absoluta e relativamente, na pauta brasileira e nos mercados internacionais, a participação do Brasil no comércio mundial permaneceu modesta, tanto quanto continua sendo um século depois (ou seja, na faixa de 1% dos intercâmbios globais, com um aspecto de parábola qualitativa pela sua composição). Rio Branco, como quase todos os outros tribunos da República – aos quais seria um exagero chamar de estadistas – se atinha à política de valorização do café, como política de governo; mas em face da montanha russa que era a situação dos mercados e dos preços, como da própria produção brasileira, é provável que tenha desistido, no curso de seu longo mandato, de seu antigo projeto de "aposentadoria cafeeira" com vistas a se dedicar apenas a seus livros de história.

Em outra vertente, a importância do Brasil como absorvedor regular de capitais estrangeiros – tanto de investimentos diretos como de fluxos puramente financeiros – era proporcionalmente maior, como continuou sendo, com grandes intervalos em função de crises (externas ou internas) desde então. O Brasil não chegava a igualar a escala da Argentina na atração qualitativa de capitais, mas também foi capaz mobilizar grandes volumes financeiros – e, mais importante, de know-how, majoritariamente inglês, nessa época – para os empreendimentos de infraestrutura que se incorporavam ao cenário nacional sob o regime das parcerias público-privadas (com juros garantidos, geralmente de 6%), que foi o predominante no final do Império e no começo da República. Entre o início da República, em 1890, e 1913, o estoque dos investimentos diretos britânicos no Brasil salta de 68,6 milhões de libras esterlinas para 224 milhões, em face dos 357 milhões aplicados pelos britânicos na vizinha Argentina (Chevalier, 1993: 133). No total, em 1913, o Brasil concentrava 30% do investimento estrangeiro aplicado na América Latina, e 5,4% do total mundial desses ativos (Franco, 1989: 12).

Ao final do período do Barão, a geografia do capital estrangeiro na estrutura dos investimentos diretos se tinha diversificado bastante: capitalistas franceses, alemães, belgas e norte-americanos aumentam significativamente seus aportes, tanto em termos de fluxos como de estoque, o que também se explica pela ausência de inadimplências – o Império jamais deixou de honrar seus compromissos, mesmo a custa de renegociações penosas – ou de insolvências, que eram resolvidas, justamente, com empréstimos de consolidação. Cem anos atrás, o spread brasileiro podia ser

elevado em função dos riscos normalmente associados a países periféricos agroexportadores, mas não em função de moratórias unilaterais, como ocorreu diversas vezes a partir da Segunda República (ou como foi o caso, aos tempos do Barão, com a Venezuela, relembrada pelos seus "dissabores" com os credores).

No plano da política comercial, e a despeito de ter conhecido a Inglaterra nos seus velhos tempos liberais – ou seja, antes que ela voltasse a aderir ao princípio das tarifas protetoras, já em pleno século XX –, o Barão conformou-se inteiramente às tendências de sua época e aos instintos acirradamente protecionistas das elites políticas e econômicas brasileiras. Nada indica que ele discordasse, no fundo ou na forma, das orientações gerais do governo em matéria de acordos comerciais ou de preferências tarifárias, chegando até a demonstrar uma preocupação excessiva com a estrita reciprocidade que ele considerava que o Brasil deveria exigir da Argentina, no caso concreto das exportações de café e das importações de trigo (ou de farinhas), recusando-se, em consequência, a conceder ao país platino as mesmas vantagens que o Brasil concedia aos EUA.

Rio Branco escudava-se nas pífias compras de café brasileiro pelo vizinho, para negar-lhe concessões que só poderiam beneficiar o próprio Brasil; em 1906 e 1907, por exemplo, as importações argentinas do café brasileiro, de um total global de 15 milhões de sacas de 60 kg exportadas pelo Brasil, se situaram entre 160 e 180 mil sacas, em face das mais de 5,2 milhões de sacas que iam para os EUA, quase 3 milhões nos casos da Alemanha e da França, e mesmo 1,5 milhões para a pequena Bélgica. No cômputo geral, as relações de comércio com a Argentina foram sempre desequilibradas, durante todo o mandato do Barão: na média, embora crescentes, ambos os fluxos, as importações (mais de 13% do valor total, em 1901) representavam o dobro das exportações brasileiras (apenas 2% do total, naquele mesmo ano); as vendas argentinas eram de 2 milhões de libras, em 1902, contra apenas 1 milhão em compras; o "desequilíbrio comercial" alcançou, em 1912, 4,7 milhões de libras nas exportações argentinas para o Brasil, contra apenas 2,9 milhões, de vendas brasileiras ao país platino (IBGE, 1987: 526). Durante toda a República Velha, e mesmo durante a depressão dos anos 1930, não houve um único ano em que as exportações brasileiras conseguissem alcançar sequer 2/3 das vendas argentinas ao Brasil; isso talvez explique a negativa do Barão, e de muitos outros responsáveis, de

sequer examinar a hipótese de um acordo comercial de liberalização recíproca entre os dois países; independentemente dos humores, se temia uma piora no intercâmbio.

Rio Branco talvez considerasse – como certos mercantilistas contemporâneos – que o único comércio bilateral aceitável era aquele estritamente equilibrado, quando não inteiramente favorável ao Brasil. Com efeito, como não deixou de notar o ministro francês no Brasil à época do Barão, o barão d'Anthouard, "[u]n des facteurs essentiels de la politique extérieure brésilienne est un attachement inébranlable au protectionnisme. Il dérive de cette idée que le Brésil, à l'exemple des États-Unis, doit avant tout créer sa propre industrie nationale e lui réserver son marché intérieur. En même temps l'élévation des tarifs pourvoit à une nécessité fiscale, les droits d'importation étant la principale source de revenus du budget" (1911).

Esse aspecto da orientação do Barão com respeito à relação comercial com a Argentina – a exigência de uma estrita reciprocidade bilateral para o intercâmbio de mútuos favores, e de um comércio equilibrado entre as partes, no limite favorável ao Brasil – mereceria ser aprofundado num estudo sobre o seu pensamento econômico, com vistas a determinar o que dele permanece, ainda, na memória coletiva do Itamaraty e em seus exercícios práticos de política comercial internacional. Esse bilateralismo das trocas, se possível favoráveis ao Brasil, pode estar na base do "instinto de barganha" que permeia a diplomacia comercial. Junto com o controle de capitais, a preocupação com o estrangulamento cambial, derivado de saldos comerciais insuficientes para cobrir o déficit crônico da balança de serviços, sempre constituiu o pesadelo de todos os ministros de finanças, o que também impeliu gerações de diplomatas a se digladiarem nos foros comerciais em prol do direito do Brasil de controlar (e até coibir) importações.

O Brasil exibe o mesmo comportamento estacionário em termos de políticas comerciais defensivas desde meados do século XIX – alimentadas inclusive por uma classe empresarial adepta, ainda que de forma não consciente, de List e de Manoïlesco –, posturas apenas interrompidas, muito fugazmente, por pequenos impulsos de abertura, mas que logo são revertidos, tão pronto o déficit comercial se projeta nas transações correntes e desperta velhos temores, secularmente vividos no país desde o nascimento da nação independente.

Aparentemente, Rio Branco nunca aderiu a David Ricardo, ou sequer a John Stuart Mill, bem conhecido no seu tempo, já que o *Principles of Political Economy* (1848) teve diversas edições ao longo da segunda metade do século XIX. Tampouco

se encontram reflexos, nos escritos do Barão, ou referências em seus muitos discursos e comentários práticos, ao "sistema americano de economia" ou aos protecionistas europeus, embora ele fosse amigo de Paul Leroy-Beaulieu, economista francês liberal (cunhado do ministro Michel Chevalier, que concluiu o tratado de livre comércio com a Grã-Bretanha, em 1860), mas totalmente favorável ao colonialismo e, logicamente, portanto, aceitando o exclusivismo comercial das metrópoles.

Provavelmente, como tantas outras personalidades brasileiras da passagem do século, Rio Branco apenas se rendia ao *Zeitgeist* em matéria de políticas comerciais, cujas tendências, naquele *fin-de-siècle*, foram de um nítido *retour en force* do protecionismo, a começar pela França e pela Alemanha, com recrudescimento nos EUA e em outros países. Numa era de acordos bilaterais de comércio contendo uma modalidade restrita, condicional e limitada da cláusula de nação-mais-favorecida, muitos países passam a adotar duas tarifas: uma "de favor", para eventuais acordos comerciais, outra "normal" para todos os demais casos; foi o que ocorreu então no Brasil, o que também correspondia, mais do que a necessidades prementes, a velhas reações mercantilistas, parte da herança mental portuguesa de suas elites.

O culto que sempre se rendeu ao Barão no Itamaraty, com um acatamento quase religioso de suas principais posições em política externa, pode ter contribuído, neste caso, para atrasar significativamente um exercício de integração econômica com a Argentina, ou pelo menos de liberalização comercial recíproca, propostas que Hélio Jaguaribe defendia pioneiramente desde o início dos anos 1950, mas que só puderam começar a ser seguidas, de fato, em meados dos anos 1980, depois que os dois países emergiram de seus períodos ditatoriais militares. É certo que, na primeira metade do século XX, as principais determinações em matéria de política comercial incumbiam quase que exclusivamente ao ministério da Fazenda – uma vez que o Itamaraty só adquiriu preeminência nessa área a partir da implantação de um sistema multilateral de comércio, no pós-Segunda Guerra, com a introdução do Gatt –, mas o Barão teria, de imediato, um peso decisivo em toda e qualquer decisão de liberalização comercial bilateral, caso ele estivesse realmente convencido de seus bons efeitos para a economia brasileira. Aparentemente, este não era o caso; e nunca o foi, depois...

No plano financeiro, tendo vivido na Europa durante boa parte de sua vida – entre dois grandes centros financeiros, por sinal – Rio Branco tinha uma ideia precisa do "valor das coisas", tanto que resolveu "pagar", literalmente, e de forma bastante

generosa, a compra do Acre, tanto na fase preliminar – quando se dispõe a indenizar, imediatamente, o *Bolivian Syndicate* – quanto, justamente, na fase conclusiva de um difícil acordo, cujos termos e magnitude receberiam críticas de vários setores da opinião pública e parlamentar, inclusive daquele que tinha sido convocado pelo próprio presidente como negociador do processo, o advogado e amigo Rui Barbosa.

Em todo caso, os 35 mil contos "gastos" na compra do Acre reverteram em ganhos apreciáveis para o governo federal nos anos seguintes. É verdade que, no final da década, a construção da Madeira-Mamoré, entregue ao investidor-símbolo da era dos "barões ladrões", o americano Percival Farquhar, delongava-se em atrasos, e em gastos ampliados em relação ao originalmente projetado, o que suscitou reclamações dos bolivianos; mas neste, como em outros assuntos de relevância primordial para o Brasil, o Barão considerava que a política internacional da nação não podia cingir-se a limites orçamentários muito estritos. Diferente era o caso das canhoneiras que tinham sido encomendados aos estaleiros britânicos: as limitações financeiras eram, obviamente, preocupações reais, tanto quanto a inútil competição militar com a Argentina e o sentido propriamente geopolítico, do Barão, de que os dois países não podiam reproduzir na América do Sul, ainda mais por motivos pífios, o grau de animosidade e de frágeis equilíbrios que subsistia na Europa das grandes potências. Ainda assim Rio Branco sustentou a continuidade do programa de rearmamento naval, em andamento desde 1906; a bem da verdade, registre-se que ele tinha plena consciência do entorno estratégico, e teria preferido, em lugar de três *dreadnoughts*, maior número de barcos de menor porte; mas não convinha voltar atrás, sob pressão argentina, para não perder a face e dar um motivo de razão aos adversários aparentes.

Na competição com a Argentina pelo prestígio internacional e, de certo modo, pela "audiência hemisférica" – na verdade, por uma relação especial com os EUA, nação com a qual se buscava uma aliança informal, ou "não-escrita", na expressão de Burns (1966) – o Barão tinha consciência de que os argentinos estavam bem a frente do Brasil em termos de riqueza e de disponibilidade de recursos, podendo se permitir exercícios de exibicionismo explícito. Em 1909, por exemplo, quando a competição com a Argentina prosseguia a todo vapor, a distância de prosperidade material entre os dois países atingiu, provavelmente, seu ponto mais extremo, num tempo em que a Argentina superava vários países europeus em renda per capita, para se aproximar decisivamente dos níveis dos EUA, já então o país mais rico do mundo nesse quesito.

Segundo cálculos uniformizados pelo economista historiador Angus Maddison (2001), a renda dos brasileiros não alcançava 15% da dos americanos – 776 dólares (atualizados), contra mais de 5 mil para os americanos – ao passo que a Argentina chegava ao máximo de seu esplendor econômico, com uma renda per capita de 3.700 dólares, ou 73% da renda dos americanos (cinco vezes superior à do Brasil). A distância em termos de renda per capita do Brasil em relação aos EUA ainda se agravou no início da Primeira Guerra (Maddison, 2009), para declinar lentamente depois disso, mas nunca chegou a ultrapassar um terço dos níveis americanos, por acaso a mesma proporção a que foram reduzidos, atualmente, os argentinos, depois de mais de 80 anos de declínio regular e constante a partir de uma das mais privilegiadas posições, em termos de bem-estar, nas Américas (e no mundo).

Em todo caso, a concepção grandiosa que o Barão se fazia da (e para a) política externa do Brasil não guardava qualquer timidez quando se tratava de solicitar novos e maiores recursos do orçamento, inclusive para a modernização do próprio ministério, até então muito acanhado; tanto é assim que ficou famosa a frase atribuída a seus críticos, em relação às manifestações de gastança do seu titular em casa própria, se é possível dizer: "Haja dinheiro, Senhor Barão!".

Releve-se, no entanto, que a tão propalada voracidade orçamentária do Itamaraty aos tempos do Barão não sustenta o teste empírico: observando-se as despesas da União com os ministérios mais relevantes – sendo que o da Justiça encaixa-se perfeitamente na tendência geral – verifica-se que o aumento das despesas nominais inscritas no orçamento governamental, de 1902 a 1912, não supera o da Marinha, sendo apenas 2,8 superior àquele do início da década transcorrida, o que não leva em consideração, entre outros fatores, a erosão inflacionária que deve ter ocorrido no período (ver tabelas dos gastos ministeriais no apêndice estatístico). Elas eram, acima de tudo, extremamente modestas, no confronto com outros órgãos do executivo; durante o Império, aliás, gastava-se mais com a intendência do palácio imperial do que com toda a diplomacia; desde então, essas despesas sempre foram consistentemente inferiores aos gastos da presidência da República (Almeida, 2005).

Incidentalmente, a decisão do Barão de abrigar no Brasil não apenas a Terceira Conferência Internacional Americana, em 1906, mas diversas outras reuniões internacionais – entre elas, congressos científicos, antes e depois disso – obrigava o ministério e todo o governo a sustentarem enormes gastos preliminares de construção de locais, bem como, durante e depois, todo o cerimonial ao estilo europeu que o

Barão se obrigava a manter. Nada de inédito neste aspecto, tampouco; como já foi dito várias vezes, em diversas épocas, não existe nenhuma política externa ambiciosa que seja barata, o que a experiência recente ainda confirma.

Isso, o Brasil já sabe; mas talvez já esteja em tempo de proclamar, por analogia, que não existe nenhuma educação de qualidade que seja barata. O corpo diplomático é, provavelmente, o estamento mais educado (e o mais "destacado") da nação; é pena que, como nos tempos do Império e durante grande parte da República, o resto da nação não tenha direito, ainda, à mesma excelência educacional...

Bibliografia:

Abreu, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____ . "Brazil as a debtor, 1824-1931", *Economic History Review*, v. 59, n. 4, 2006, p. 765-787.

_____ . "Os *Funding Loans* brasileiros, 1898-1931", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 32, n. 3, 2002, p. 515-540.

_____ . "A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931", *Estudos Econômicos*, vol. 15, n. 2, 1985, p. 167-189.

Almeida, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo/Brasília: Senac-SP/Funag, 2005.

_____ . "Historiografia econômica brasileira: uma tentativa de síntese bibliográfica", *Revista de Economia e Relações Internacionais*, vol. 10, n. 21, julho 2012.

_____ . "A política comercial do Brasil no contexto internacional, 1889-1945", *Revista História e Economia*. vol. 8, n. 1, 1º semestre de 2011, p. 59-78.

_____ . "As relações econômicas internacionais do Brasil na primeira fase da era republicana (1889-1945)". In: Martins, Estevão Chaves de Rezende (org.), *Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003, p. 153-186.

Anthouard, Le Baron d'. *Le Progrès Brésilien: la participation de la France, étude sociale, économique et financière*. Paris: Librairie Plon, 1911.

Baer, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

Bouças, Valentim F. *História da Dívida Externa Estadual e Municipal*. Rio de Janeiro: Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, 1942 (vol. X da série "Finanças do Brasil").

——— . *História da Dívida Externa da União*. Rio de Janeiro: Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda; Jornal do Comércio de Rodrigues & C., 1946 (vol. XV da série "Finanças do Brasil").

Bueno, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu, de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Buescu, Mircea. *Evolução Econômica do Brasil*. 2ª ed.; Rio de Janeiro: APEC, 1974.

Burns, E. Bradford. *The Unwritten Alliance: Rio-Branco and the Brazilian-American Relations.* New York: Columbia University Press, 1966.

Calógeras, João Pandiá. *A Política Monetária do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1910 (tradução de *La politique Monétaire du Brésil*).
Chevalier, François. *L'Amérique Latine, de l'Indépendance à nos jours*. 2ª ed.; Paris: PUF, 1993.
Clemens, Michael; Williamson, Jeffrey: A Tariff-Growth Paradox?: Protection's Impact the World Around, 1875-1997. *NBER Working Paper* No. 8459, 2001 (Import Duties over imports, 1865-1950; link: http://www.nber.org/papers/w8459).
Cunha, Brazílio Itiberê da. *Expansão Econômica Mundial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.
Dean, Warren. "Economy". In: Bethell, Leslie (ed.). *Brazil, Empire and Republic, 1822-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 217-256.
Delfim Netto, Antonio. "O mercado cafeeiro sem a intervenção governamental (1857-1906)". In: Peláez, Carlos Manuel; Buescu, Mircea (coords.), *A Moderna História Econômica*. Rio de Janeiro: APEC, 1976, pp. 27-48.
Denis, Pierre. *Le Brésil au XXe siècle*. Paris: Librairie Armand Colin, 1909.
Ferreira, Pinto. *Capitais Estrangeiros e Dívida Externa do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1965.
Franco, Gustavo. "A primeira década republicana". In: Abreu, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 11-30.
_____ . *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana.* Rio de Janeiro: BNDES, 1983.
Fritsch, Winston. *External Constraints on Economic Policy in Brasil, 1889-1930*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1988.
IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil, séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987; Estatísticas Retrospectivas, vol. 3.
Leff, Nathaniel H. *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991.
Maddison, Angus. *Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP, 1-2006 AD*; website; last update: March 2009; disponível: http://www.ggdc.net/Maddison/.
_____ . *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: Development Centre Studies, 2001.
_____ . *Monitoring the World Economy 1820-1992*. Paris: OECD, 1995.
Palazzo, Carmen Lícia. *Dívida Externa: A Negociação de 1898*. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1999.
Silva, Gerson Augusto da. Silva, Gerson Augusto da. *Estudos Aduaneiros*. Brasília: Ministério da Fazenda-Escola de Administração Fazendária, 1983.
_____ . "La Reforma Aduanera en Brasil". In: Macario, Santiago et ali. *Hacia una Tarifa Externa Común en América Latina*. Buenos Aires: BID-INTAL, 1969, p. 215-255.
Topik, Steven. *Political Economy of the Brazilian State, 1889-1930*. Austin: University of Texas Press, 1987.
Versiani, Flávio; Suzigan, Wilson. *O Processo Brasileiro de Industrialização: uma Visão Geral*. Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Economia, 1990.

Paulo Roberto de Almeida
Paris, 2 de Abril de 2012

UMA RESENHA DA NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA DE GRANOVETTER

AUTOR: Paulo Henrique Furtado de Araujo[1]

SESSÃO TEMÁTICA: História do Pensamento Econômico

1. Introdução

A nova sociologia econômica surge com força a partir da contribuição seminal de Mark Granovetter e se potencializa como reação ao imperialismo econômico que se dispõe a tratar de temas antes reservados a Sociologia, a Ciência Política e a Demografia.[2] Sendo que o tal enfoque econômico é aquele propiciado pela teoria dominante no âmbito da Ciência Econômica, ou seja, a teoria das escolhas racionais. Cabe ressaltar que a nova sociologia econômica toma a nova economia institucional de Oliver Williamson como alvo de críticas, pois ainda que essa última tente explicar a constituição das instituições partindo de uma visão neoclássica reformada permanece enquanto uma visão subsocializada da ação humana.[3] Granovetter (2003) identifica e critica o que ele entende ser o "outro lado da moeda" nessa questão da ação humana que é a visão sobressocializada. Tal visão se faz presente tanto na sociologia de Talcott Parsons quanto na teoria econômica dominante (Kenneth Arrow e Akerlof). Na visão subsocializada o agente econômico é entendido como capaz de tomar decisões estratégicas a cada momento de tal forma a sempre maximizar suas funções utilidade, logo estamos diante de um agente atomizado, para o qual as relações sociais têm pouca ou nenhuma importância nas suas tomadas de decisão maximizadora. Em suma, estamos dentro de um específico paradigma de racionalidade. Já a visão sobressocializada parece apontar para o agente como uma marionete cultural[4], aqui "os padrões comportamentais são interiorizados, pelo que as relações sociais correntes têm apenas um efeito periférico sobre os comportamentos" (Granovetter, 2003:73).

No momento cabe destacar que a nova sociologia econômica (doravante NSE) procura se constituir enquanto teoria capaz de dar uma explicação mais poderosa e, portanto, científica para os fenômenos mercantis do que a disponibilizada pela teoria econômica dominante. Para isso, ela vai utilizar-se de teorias alternativas as da teoria econômica para explicar a ação e racionalidade dos indivíduos reais e a constituição e reprodução das instituições. Ao ressaltarmos a importância da teoria da ação e das instituições, percebemos as afinidades entre a NSE e a antiga sociologia econômica de Durkheim e Weber para os quais os conceitos de ação e instituição tinham um papel central em suas construções teóricas. No presente trabalho, após apresentarmos de forma muito sucinta, as posições principais dos dois autores acima citados, vamos tratar (também de forma sucinta) do aporte de Karl Polanyi ao mesmo tema. Nesses três autores percebemos a tentativa de melhor articular a ações individuais e as grandes estruturas sociais no interior das quais essas ações são tomadas. Nossa idéia é identificar possíveis pontos de contato e potencialização da NSE a partir dos referidos autores, seguindo uma trilha já esboçada por autores como Steiner (2006), Swedberg (2004 e 2005) e Raud-Mattedi (2005). E encerramos com a exposição da postura crítica de Granovetter frente aos economistas modernos.

---

[1] Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF, Membro do NIEP-UFF (Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Marx e Marxismo), e-mail: phfaraujo@vm.uff.br.

[2] Vide Steiner, 2006:29.

[3] Para se mais preciso, cabe registrar que Granovetter (2003:84) destaca que a análise de Willianson apresenta aspectos subsocializados e sobressocializados tais como os identificados no *Leviathan* de Hobbes.

[4] Conforme Marques, 2003:4.

2. A Velha Sociologia Econômica

A sociologia enquanto campo do conhecimento remonta a Condorcet e ao iluminismo francês. Condorcet parece ser, "de todos os enciclopedistas" (Löwy, 1987:19) o que mais contribuiu inicialmente para o surgimento da idéia de que era possível a identificação de leis naturais da vida social e a constituição de uma ciência da sociedade baseada no paradigma das ciências da natureza. Conhecedor dos trabalhos de Turgot (fisiocrata) e de Smith, acreditava que a "economia política pode estar submetida à "precisão do cálculo" e ao método das ciências da natureza." (idem) E generaliza esse entendimento para a totalidade dos fenômenos sociais, que estariam submetidos a leis similares às que operam na natureza. Leis constantes, gerais, necessárias e independentes da vontade do homem. A conclusão é da necessidade da constituição de uma "ciência natural da sociedade ou de uma 'matemática social' baseada no cálculo das probabilidades."(idem) Ou seja, uma ciência neutra e isolada dos interesses e paixões inerentes aos pesquisadores e aos homens em geral. Ressalte-se que a construção teórica de Condorcet situa-se no âmbito da luta para desvencilhar o conhecimento social dos interesses das classes dominantes de sua época, livre de preconceitos, bem entendido: a igreja e suas doutrinas teológicas e dogmas que sustentavam ideologicamente todo o edifício social da sociedade feudal.

Saint-Simon, que foi discípulo de Condorcet, compartilha com seu mestre a idéia de que a ciência do homem deve ser constituída como um ramo da física ou da fisiologia, ou seja, deve utilizar os métodos das ciências naturais e assim tornar-se uma ciência positiva.[5] Ele pretendeu constituir uma ciência da sociedade tendo por base o modelo biológico, daí designar como fisiologia social a sua nova ciência da sociedade. Tal proposta, mais ainda do que em Condorcet, deve ser vista a partir do quadro de luta empreendida por um socialista utópico contra as doutrinas das classes dominantes do período. Pois através dela comprova-se que "certas classes sociais são parasitas do organismo social" (Löwy, 1985:38 e Löwy, 1987:21).

Com August Comte temos uma modificação fascinante na visão de mundo positivista. Comte fora discípulo de Saint-Simon, mas guardava em relação a esse e a Condorcet uma diferença fundamental: ele acreditava que o pensamento deveria ser totalmente positivo, isto é, deveria abandonar o viés crítico, a negatividade, os aspectos revolucionários do pensamento. Para ele Saint-Simon não conseguira descobrir as leis sociológicas por que seus preconceitos revolucionários o impediam. Reparemos como a noção de preconceito é agora utilizada de forma diferente do que já fora por Condorcet e Saint-Simon. Com estes o preconceito designa o preconceito das classes dominantes, clerical, absolutista, etc, com Comte passa a designar os preconceitos revolucionários. Daí a afirmação de Comte de que "seu método positivo deve consagrar teórica e praticamente à defesa da ordem real". (Löwy, 1985:39)[6]. Apesar disso, Comte vai utilizar o mesmo princípio metodológico de Condorcet e Saint-Simon que é o de uma ciência natural da sociedade. E assim, defender a existência de uma homogeneidade epistemológica entre as ciências sociais e naturais, de forma a mostrar uma identidade entre sociedade e natureza, e uma dominação da vida social por leis naturais invariáveis. Em resumo:
"Enquanto ciência natural da sociedade, a física social – mais tarde qualificada pelo neologismo

[5] Segundo Löwy (1985:38 e 1987:20) ele é o primeiro a usar este termo *positivo.*
[6] Ver essa discussão também em Löwy, 1978:9-11 e 1987:22-25.

sociologia – não pode ser senão tão neutra e livre de julgamentos de valor quanto a astronomia e a química (...). De fato, o discurso positivista pode (e deve) fazer economia de todo posicionamento ético ou político sobre o estado de coisas existente: "sem admirá-lo", ele se limita a constatar que este estado é *natural*, necessário, inevitável, e é produto de 'leis invariáveis'" (Löwy, 1987:24)

O termo sociologia foi criado por Comte, mas é Durkheim quem a transforma em disciplina científica. E existe uma continuidade clara entre as metodologias utilizadas pelos dois. Ambos consideram os fatos sociais como coisas, Comte defendia que os fatos sociais devem ser considerados como fatos naturais submetidos a leis naturais, Durkheim concorda com tal formulação e defende que as leis sociais são semelhantes às leis naturais e os métodos que devem ser utilizados para a descoberta das leis sociais são os mesmos utilizados para as leis naturais. Ressalte-se que tal perspectiva está presente na economia política de então e segundo Durkheim: "Os economistas foram os primeiros a proclamar que as leis sociais são tão necessárias como as leis físicas. Segundo eles, é tão impossível a concorrência não nivelar pouco a pouco os preços... como os corpos não caírem de forma vertical... Estenda este princípio a todos os fatos sociais e a sociologia estará fundada." (Durkheim, *La Science et l'Action*, PUF, Paris, 1970, p. 80-81; Apud, Löwy, 1987:26)

Todo esse constructo revela as bases de um naturalismo positivista associado à origem da própria sociologia. E este conceito que fora utilizado como instrumento revolucionário pelos ideólogos de 1789, agora é convertido numa "justificação científica da ordem social estabelecida". (Löwy, 1987:27) Pois, segundo Durkheim a vontade humana não pode interromper, modificar uma lei natural. Por exemplo, seria utópico querer alterar a desigualdade social. Na perspectiva de associar a construção do conhecimento com o ponto de vista de classe social do pesquisador (algo refutado pelo positivismo que Durkheim alimenta), a burguesia (nas suas várias frações constitutivas) já perdera o seu papel revolucionário que tivera nas jornadas de 1789. Agora ela esforça-se para manter o *status quo* vigente.[7]

Durkheim acredita que haja uma homogeneidade no âmbito da teoria do conhecimento entre o ser natural e o ser social, logo conclui sobre a necessidade do sociólogo se colocar diante do seu objeto de estudo, da mesma forma que o fazem o físico, o químico, etc. De forma neutra, abrindo mão de seus preconceitos e prenoções. Assinale-se que tal procedimento vai se tornar uma exigência fundamental para todas as correntes positivistas.[8] Assim, desconhece-se as características constitutivas da ciência social em relação a ciência natural, cujas causas são:

> 1. O caráter histórico dos fenômenos sociais, transitórios, perecíveis, suscetíveis de transformação pela ação dos homens. 2. A identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento. 3. O fato de que os problemas sociais suscitam a entrada em jogos de concepções antagônicas das diferentes classes sociais. 4. As implicações político-ideológicas da teoria social: o conhecimento da verdade pode ter conseqüências diretas sobre a luta de classes. (Löwy, 1978:15)

O mais importante para o presente trabalho é demonstrar que Durkheim constrói uma

[7] Esta perspectiva tão bem delineada por Löwy nos textos citados, poderia ser proveitosa para Giddens (1998:119) desenvolver seu argumento de que "é errôneo considerá-lo [Durkheim – PH] primordialmente conservador no seu ponto de vista intelectual". Pois o que Giddens aponta é para a necessidade sentida por Durkheim de conservar os avanços já obtidos pela burguesia industrial e continuar as transformações socioeconômicas necessárias para consolidar a nova ordem industrial. Neste sentido ele é duplamente conservador e revolucionário, mas isso não elimina seu compromisso intelectual-teórico com a sociedade fundada sobre a lógica do capital.

[8] Conforme Löwy, 1987:29.

proposta de análise da economia que se põe como alternativa à proposta da economia neoclássica de ver as relações econômicas (de mercado) como desenraizadas das relações sociais em geral, para ele o mercado deve ser visto como construção social. Neste ponto é importante frisar que a abordagem dele se situa na esfera do mercado, o que Marx situa como a aparência do ser social com todas as conseqüências de perda de poder explicativo que se incorre ao ficar preso à esfera da aparência. O que, aliás, é típico também da economia neoclássica que Marx dizia ser a economia vulgar em contraposição à economia científica de Smith, Ricardo, etc. Retomando os comentários de Cécile Raud-Mattedi (2005) temos que Durkheim não define o que é o mercado, considerando-o como uma instituição, um fato social. E no cerne do mercado encontra-se a noção de contrato, e a sociedade moderna por ser uma sociedade de mercado é também uma sociedade contratual. Em Durkheim a troca mercantil que ocorre no quadro da divisão social do trabalho tem um papel socializador, pois a

> (...) coesão social no âmbito da solidariedade orgânica nasce das interdependências decorrentes da especialização e da divisão social do trabalho. A sociedade moderna prescinde da forte consciência coletiva, que assegura a coesão social nas sociedades tradicionais, onde não há divisão do trabalho [sic – PH]. Portanto, a relação mercantil, que obriga pessoas a entrar no mercado para trocar bens e serviços indispensáveis à sua sobrevivência, encerra uma dimensão socializadora. No entanto, isto não ocorre espontaneamente, como pretendem Spencer e os economistas liberais. Portanto, a ordem social não decorre da busca egoísta de seu interesse por parte de cada indivíduo isolado. 'Para que cooperem harmoniosamente [...] é necessário [...] que as condições dessa cooperação sejam estabelecidas para toda a duração de suas relações', e isto será feito por regras formais (jurídicas) e/ou informais (tradição, normas) (Durkheim, 1995, p.200) (Raud-Mattedi, 2005:129)

Aqui já se percebe a importância que Durkheim atribui ao direito contratual e as regras informais na regulação do mercado. Mas a partir dessa perspectiva ele aponta que o mercado como pensado pelos economistas neoclássicos resultaria num tipo de solidariedade precária, pois fundada numa solidariedade inconstante, superficial e conflituosa. A verdadeira relação social, na sociedade baseada divisão social do trabalho só se constitui quando o agente econômico assume e se insere num conjunto de regras sociais (de direito, norma ou tradição) elaboradas coletivamente, ou seja, quando ele se insere numa relação contratual. Assim conclui Raud-Mattedi: "(...) a relação mercantil gera um laço social mesmo sem passar por relações pessoais íntimas, na medida em que esse laço não se esgota no único traço da troca, mas se enraíza e participa do processo de reprodução das instituições sociais" (2005:129). Raud-Mattedi retomando Chantelat sinaliza que tal perspectiva aberta por Durkheim pode ajudar o limite aparentemente presente na nova sociologia econômica de assumir uma visão intimista do laço social constitutivo do mercado. Com Durkheim ficaria claro que na sociedade moderna não é fundamental a consciência orgânica dos seus membros como ocorria nas sociedades tradicionais. Agora a coesão social é devida à interdependência originada pela divisão social do trabalho.

Ainda sobre o enfoque de Durkheim é preciso lembrar o papel das instituições (no que ele antecipa em alguns aspectos a problemática da nova economia institucional) e das representações sociais na explicação do comportamento econômico. Daí diz Steiner:

> Isto leva os durkheimianos a interessar-se pela imbricação estreita existente entre os comportamentos egoístas e os comportamentos baseados em normas sociais (por exemplo: a justiça nos contratos ou a fixação dos salários) ou em estruturas cognitivas (por exemplo, a representação do comerciante ou dos proprietários de imóveis na classe operária), já que ambas ditam elementos

> que são indispensáveis na análise das ocorrências sociais observadas (a multiplicidade crescente das trocas, o rendimentos do trabalho, a estrutura dos orçamentos operários e sua evolução). (2006:11)

Aqui entramos no âmbito das teorias da ação que têm em Weber uma tipologia muito conhecida e utilizada ainda hoje. Mas antes de tratarmos desta tipologia e das contribuições da sua sociologia econômica, vejamos como Weber tenta se dissociar, sem conseguir de fato, da sociologia positivista que teve em Durkheim um momento importante.

Weber não é um autor positivista *stricto sensu*, teve divergências com o pensamento positivista, mas ele tem um ponto de convergência com o positivismo ao defender que a ciência social deve ser livre dos juízos de valor. Para entender um pouco melhor tal questão é preciso lembrar que Weber foi aluno de Rickert[9] e este último propôs uma crítica forte às idéias positivistas ao dissociar os métodos das ciências naturais do método das ciências sociais-históricas. Rickert entendia que o estudo nas ciências sociais-históricas deveria necessariamente partir de certos valores prévios. Mas enquanto ele acreditava em valores universais, Weber negava essa possibilidade e defendia que cada nação, cada cultura, cada religião tem valores particulares e diferentes. De todo modo, para ambos (e ao contrário do que propunha Durkheim) os valores, as prenoções, não devem ser eliminados. Na verdade eles são indispensáveis no âmbito das ciências sociais para a delimitação do objeto de estudo, para a orientação da pesquisa, para a definição do que é essencial, dos instrumentais a serem utilizados, etc. Os valores vão permitir a formulação das perguntas a serem feitas sobre o objeto de estudo. Assim, quando trata da formulação do objeto da pesquisa, Weber constrói toda uma crítica aos postulados positivistas. Entretanto, quando parte para resposta, para as conclusões da pesquisa ele volta ao positivismo. Pois defende que o método de pesquisa deve seguir normas universalmente aceitas, objetivas, neutras, independentes dos valores, válidas para quaisquer pesquisadores independentemente dos seus valores, nacionalidades, religiões, etc.[10] Assim há uma tensão no pensamento de Weber entre uma tendência historicista presente ao aceitar os valores como fundamentais para a delimitação do objeto de estudo e uma tendência positivista de entender que o método da pesquisa deve prescindir dos valores.

Cabe registrar que enquanto Weber defende uma separação lógica entre valores e fatos[11], existe uma ligação entre eles que vai além da lógica, uma ligação que é sociológica e conforme Löwy se manifesta em dois sentidos:

> 1. O conhecimento (ou a ignorância) dos fatos, da verdade objetiva, pode ter uma influência poderosa sobre as opções práticas, ética, sociais ou políticas de certos grupos ou camadas sociais. Por exemplo: a crença em que o aumento do salário seja a causa principal da inflação pode ter um efeito paralisante sobre a atividade reivindicatória dos operários, sua atitude face às greves, etc.
> 2. Os julgamentos de valor, os pontos de vista de classe, as ideologias, utopias e visões de mundo dos grupos sociais influenciam de forma decisiva – direta ou indireta, consciente ou não – o *conjunto da atividade científica e cognitiva* no domínio das ciências sociais. Isto é, tanto a *problemática* como a *pesquisa empírica* dos fatos e de sua causalidade, assim como sua

[9] Conforme Löwy, 1985:45-55 e Löwy, 1987:33-47.

[10] Löwy (1985:50-51) aponta que Weber acredita que o processo de construção do conhecimento pode estar livre do julgamento de valor por relacionar os valores às culturas nacional e religiosa, não relacionando às classes sociais.

[11] Para ele não se pode deduzir os fatos a partir dos valores, pois os valores podem inspirar a questão que vai ser estudada mas não pode ser o ponto de partida de uma análise científica. Tampouco se pode deduzir os valores dos fatos, ou seja, da análise científica não podemos retirar juízos morais, padrões éticos, etc.

interpretação social e histórica de conjunto (1987:40).

A escolha por parte do pesquisador do que é a problemática a ser estudada e nela do que é ou não essencial define um campo de visibilidade e de não-visibilidade, e impõe os limites para as possíveis respostas a que se chegará. Weber era por demais inteligente para não reconhecer este fato[12], mas o remédio assinalado para este problema que ameaçava todos os seus pressupostos teóricos era o do autocontrole da parte do pesquisador para impedir a contaminação de sua pesquisa por seus valores, preconceitos e prenoções.

Tratando agora da sociologia econômica de Weber cabe mencionar que ela busca explicar fenômenos econômicos (instituições econômicas como mercado e empresa), fenômenos não econômicos que influenciam os fenômenos econômicos (fenômenos economicamente relevante) e fenômenos não econômicos influenciados pelos fenômenos econômicos (fenômenos economicamente condicionados). Segundo Swedberg (2005:288) um exemplo dos primeiros tipos de fenômenos é obtido em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* na tese de que o protestantismo ajudou a dar forma à mentalidade capitalista moderna. O fenômeno economicamente condicionado "seria a localização de agentes em diferentes classes e estratos, a qual influencia as crenças religiosas". (idem) Weber se propõe a introduzir a estrutura social na análise econômica partindo da ação individual. Esta ação é motivada por interesses e se orienta pela utilidade e para o comportamento dos outros agentes. Aqui o hábito e as emoções influenciam a ação social. Na sua tipologia da ação social exposta no capítulo 1 de *Economia e Sociedade*, Weber fala de quatro tipos principais[13]: ação social tradicional que é movida pelo hábito ou tradição; ação social afetiva, movida pelas emoções; ação social racional com relações a valores movida por interesses ideais e ação racional com relação a fins (instrumental racional) que é movida por interesses materiais.

No capítulo 2 do mesmo livro Weber fala de ação econômica que tem um escopo mais limitado a um tipo de atividade quando comparado com o conceito de ação social. No primeiro parágrafo deste capítulo ele diz: "Uma ação será denominada 'economicamente orientada' na medida em que, segundo seu sentido visado, esteja referida a cuidados de satisfazer o desejo de obter certas utilidades" (Weber, 1999:37) Repare que o conceito de utilidade em Weber, conforme Swedberg (2005:53), diz respeito tanto a mercadorias (objetos) quanto a serviços. E Swedberg destaca três dimensões no conceito de utilidade de Weber: 1) o importante não é a qualidade inerente ao objeto, mas o uso que se faz dele; 2) o conceito de utilidade como base da ação econômica, inclui a geração de lucro; 3) enfatiza a oportunidade econômica e as incertezas associadas na ação econômica.

Nesse mesmo capítulo 2, Weber discute diferentes tipos de ação social econômica. A primeira distinção é a que separa a economia doméstica da geração de lucros. Em seguida ele apresenta outras tipologias que vão instrumentalizar a distinção entre economia doméstica e geração de lucro: 1º.) A ação econômica pode ser racional ou tradicional, e esta se aplica tanto a economia doméstica quanto a geração de lucros. Sendo que o tradicional está associado ao comportamento da unidade familiar tradicional, o *oikos* (unidade econômica comum na Grécia antiga, voltada para a subsistência e para o atendimento das necessidades do senhor do *oikos* e dos que o cercavam), a manufatura tradicional e às formas obsoletas de ganhar dinheiro. Já a racional associa-se à família moderna, a atividade bancária moderna e a empresa moderna. 2º.) Distingue entre 'ação econômica' e ação economicamente orientada'. Ação economicamente

[12] Conforme Löwy, 1987:42, encontramos em *Théorie de la science*, p. 126.
[13] Vide Swedberg, 2005:47 Steiner, 2006:23.

orientada engloba " (...) as ações que não são primariamente orientadas pelas ações econômicas, mas que ainda assim, levam em conta considerações econômicas; e em segundo lugar, as ações que são diretamente orientadas por objetivos econômicos, mas que usam a violência para alcançá-los" (Swedberg, 2005:57). Weber também introduz alguns conceitos para tratar das lutas na economia. "Um deles é o 'poder de controlar e dispor', que é semelhante ao poder econômico" (idem, p. 58). Assim, Swedberg alinhava três elementos, que segundo ele, caracterizam o conceito de ação econômica: "(1) há uma tentativa pacífica de obter o poder de controlar e dispor; 2) essa ação é dirigida para algo que oferece uma oportunidade de utilidade (seja para satisfazer as próprias necessidades, seja para obter lucros); e 3) a ação é orientada pelo comportamento dos outros." (ibid.)

Nos capítulos 1, 2 e 3 da Primeira Parte do Volume 1 de "Economia e Sociedade", Weber apresenta alguns conceitos importantes para a discussão sobre a estrutura econômica, conforme nos lembra Swedberg (2005). Vamos apontar alguns desses conceitos aqui, acompanhando os destaques de Swedberg. De início destacamos o conceito de "regularidades determinadas pelo interesse", pois Weber identifica que regularidades de ação social determinadas por interesses individuais "(...) tendem a se transformar em formas regulares de comportamento coletivo que são muito comuns na economia." (2005:58) O comportamento dos preços é um bom exemplo deste caso, pois os agentes individuais não são coagidos a fazer as mesmas escolhas, mas ao seguirem seus interesses particulares suas ações tornam-se similares.

Os conceitos de relações "comunais" e "associativas" nos põe em contato com o conceito de enraizamento de Mark Granovetter[14]. Relações "comunais" "(...) implicam um sentimento de fazer parte de um mesmo conjunto, ao passo que as relações associativas dizem respeito a um acordo racional, que caracteristicamente envolve interesses" (p. 59). Logo, ações econômicas são associativas, sendo o mercado um dos casos mais puros. Pois compradores e vendedores entram em contato por parcos instantes e podem não mais se reencontrar. Mas Weber destaca que mesmo nas relações "associativas" existe um sentimento de pertencimento a um grupo.

O poder é algo presente e importante na construção teórica de Weber, principalmente se considerarmos as relações interconectadas de luta, concorrência e seleção e o de dominação. Weber no oitavo parágrafo do capítulo 1 de "Estado e Sociedade" diz que

> Uma relação social denomina-se *luta* quando as ações se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros. Denominamos 'pacíficos' aqueles meios de luta que não consistem em violência física efetiva. A luta pacífica é 'concorrência' quando se trata da pretensão formalmente pacífica de obter para si o poder de disposição sobre oportunidades desejadas também por outras pessoas. Há 'concorrência regulada', na medida em que esta, em seus fins e meios, se orienta por uma ordem. À luta (latente) pela existência, isto é, pelas possibilidades de viver ou de sobreviver, que se dá entre indivíduos ou tipos humanos sem que haja intenções dirigidas *contra* outros, denominamos 'seleção': 'seleção social' quando se trata das possibilidades que pessoas concretas têm na vida; 'seleção biológica' quando se trata das probabilidades de sobrevivência do patrimônio genético (Weber, 1999:23-24).

Sobre poder e dominação ele diz, no décimo sexto parágrafo do capítulo 1 da mesma obra que:

> *Poder* significa toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra

[14] Voltaremos a isso mais adiante neste capítulo.

> resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade.
> *Dominação* é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis; *disciplina* é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem, entre uma pluralidade indicável de pessoas, em virtude de atividades treinadas (ibid., p. 33).

O capítulo 3 de "Economia e sociedade" intitula-se "Os tipos de dominação", nele Weber defende que todo sistema político funda-se numa forma de dominação. A economia por fazer parte do sistema político acaba tendo o seu funcionamento submetido a este tipo de dominação política. No capitalismo moderno o Estado coloca os limites para o funcionamento da economia, nas sociedades antigas a organização política dominante tinha uma relação de dominação direta sobre a economia. Segundo Swedberg (2005:60) no âmbito da economia temos relações de dominação, daí ele chamar "(...) esse tipo de dominação caracterizado, em primeiro lugar e principalmente, pelas relações no seio das organizações econômicas, de dominação econômica (em contraposição à dominação política). Uma das condições do capitalismo de racionalidade máxima, por, exemplo, é exatamente a de que as organizações econômicas sejam estruturadas como 'sistemas de dominação'". Mas para Weber a dominação não está presente no mercado, ainda que existam agentes em posição vantajosa por terem poder de controlar e dispor das mercadorias.

Os conceitos de "relações fechadas" e "relações abertas" são muito importantes para a sociologia econômica de Weber, daí ser necessário retomá-los aqui. Ele as define no parágrafo 10 do capítulo 1 de "Economia e Sociedade", vejamos:

> Uma relação social (...) será designada *aberta* para fora, quando e na medida em que a participação naquela ação recíproca, que a constitui segundo o conteúdo de seu sentido, não é negada, por sua ordem vigente, a ninguém que efetivamente esteja em condições e disposto a tomar parte nela. Ao contrário, é chamada *fechada* para fora quando e na medida em que o conteúdo de seu sentido ou sua ordem vigente exclui, limita ou liga a participação a determinadas condições (1999:27).

Essas relações abertas e fechadas dominam a economia e estão relacionadas às tentativas feitas pelos agentes econômicos de se apropriarem e obterem, se possível, o monopólio das oportunidades econômicas. Quando a expectativa por parte dos agentes econômicos estabelecidos é de que a entrada de novos agentes melhore a posição individual dele, ele se movimentará para manter as relações abertas; caso contrário vai se movimentar por relações fechadas. Como exemplos, podemos lembrar dos cartéis, monopólios, mercado interno de trabalho, etc.

O conceito de racionalidade e de ação econômica racional também tem um papel importante na sociologia econômica de Weber. Segundo Swedberg "(...) [Para Weber – PH] uma das tarefas da sociologia econômica é estudar a evolução do comportamento econômico racional para a 'racionalidade econômica' (...) como parte de um movimento histórico mais amplo." (2005:62) Mas em dois aspectos a racionalidade econômica de Weber se separa da racionalidade econômica proposta pela teoria econômica neoclássica. Weber entende o comportamento racional como algo que evolui historicamente, como uma variável e não um pressuposto, um axioma (como faz a teoria neoclássica). E Weber distingue entre "racionalidade formal" e "racionalidade substantiva". A formal situa-se em torno do cálculo e a substantiva opera com valores absolutos. A teoria neoclássica até tenta tirar conclusões éticas partindo do conceito de ótimo de Pareto, mas Weber trata da relação entre economia e ética por outro caminho e mostra

que a ação orientada pelo valor com racionalidade substantiva pode ser tão racional quanto a lógica econômica formal.

Swedberg (2005) assinala que Weber não usa o termo "instituição" ou "instituição econômica" [15], entretanto, ao iniciar sua análise a partir dos vários tipos de ação social e econômica que depois se complexificam está tratando de "instituições". Portanto, a ação social e econômica em situações mais complexas vai constituir-se em "instituições". Vamos destacar algumas dessas "instituições" abordadas por Weber, e que têm papel importante em sua sociologia econômica, como "propriedade", organização econômica, divisão e combinação do trabalho e mercado.

Weber fala de propriedade no parágrafo 10 do capítulo 1 de "Economia e Sociedade", no contexto de sua discussão sobre apropriação e relação social fechada. Ele diz que "(...) *propriedade* (do indivíduo, da comunidade ou da sociedade) [são – PH] as possibilidades hereditariamente apropriadas por este ou aquelas; caso sejam alienáveis, designamo-las propriedade *livre*." (1999:27) Assinale-se que a propriedade, para Weber, até pode ter uma dimensão legal não sendo isso uma condição necessária para que ela exista.

A "instituição" organização econômica também é discutida, por Weber, no contexto de relações fechadas. A edição brasileira de "Economia e Sociedade" (1999) parece falar de "associação" e "comunidade" ao invés de organização. O parágrafo 12 do capítulo 1 trata de associação (organização) em geral, e diz: "Chamamos de 'associação' uma relação social fechada para fora ou cujo regulamento limita a participação quando a observação de sua ordem está garantida pelo comportamento de determinadas pessoas, destinado particularmente a esse propósito: de um *dirigente* e, eventualmente, um *quadro administrativo* que dado o caso, têm também, em condições normais, o poder de representação." (p. 30) E no capítulo 2 da Segunda Parte do Volume 1 do mesmo livro ele diz:

> A relação social pode orientar-se, de acordo com o sentido de algum modo subjetivamente concebido pelos participantes, por resultados puramente econômicos: satisfação de necessidades ou lucro. Constitui, no caso, o fundamento de uma comunidade econômica. Ou pode servir-se da gestão econômica própria como meio de obter outros resultados pelos quais se orienta: comunidades de gestão econômica. Ou, na orientação de uma ação social, combinam-se resultados econômicos e extra-econômicos. Ou, por fim, pode não se verificar nenhum dos casos. (p. 230)

Swedberg (2005) sintetiza esse caminho proposto por Weber e que sai do indivíduo, de sua ação social individual, passa pelas relações entre dois ou mais indivíduos que interagem e mostra como as ações econômicas dos indivíduos se transformam em: (a) organizações econômicas (por exemplo, a firma) que são relações sociais fechadas e impostas por equipes administrativas, (b) organizações economicamente ativas (por exemplo, a igreja), (c) organizações regulamentadoras (sindicatos) e (d) organizações que impõem uma ordem formal (o Estado liberal).[16]

A firma ou empresa capitalista é vista por Weber como a única organização econômica verdadeiramente "revolucionária" pois ao buscar a geração de lucro através da exploração de

---

[15] Na edição brasileira o parágrafo 15 do primeiro capítulo intitula-se "Empresa e associação de empresa, união e instituição". E diz que "(...) *instituição* [é – PH] uma associação cuja ordem estatuída se impõe, com (relativa) eficácia, a toda ação com determinadas características que tenha lugar dentro de determinado âmbito de vigência". (1999:32) Seria o caso de se examinar o texto no original em alemão para dirimir essa questão.

[16] Vide Swedberg, 2005:68, figura 2.2.

novas oportunidades, ela se apresenta ligada a um tipo específico de ação racional. E isto nega o tradicionalismo econômico e suas formas de explorar as oportunidades econômicas na esfera do mercado. Weber observa que as firmas com direitos adquiridos também podem tentar impedir a obtenção racional de lucros o que ameaçaria a dinâmica futura do capitalismo. [17] Swedberg lembra que "Weber faz uma distinção entre a firma como organização racional de geração de lucro ("firma") e como entidade técnica ("estabelecimento"). Também faz uma descrição sumária da organização interna da firma capitalista típica." (2005:69)

Para tratar da instituição econômica de mercado, vamos utilizar os comentários de Swedberg (2005). Ele diz que para Weber o mercado tem uma estrutura "amorfa", mas tem uma estrutura social e pode ser encontrado num lugar específico. "Uma organização pode ou não ser responsável pelo mercado. Apesar disso, sua essência social consiste em atos de troca repetidos (...). É dirigida ao parceiro de troca (com quem se troca) e aos concorrentes (que são suplantados por uma oferta mais vantajosa). A primeira interação pressupõe um contato direto ("luta pelo preço"), ao passo que a segunda forma de relação é indireta ("luta entre concorrentes") (p. 70)

Swedberg defende que a idéia básica de mercado de Weber pode ser dinamizada com a introdução dos conceitos de relações abertas e fechada. Pois alguns agentes econômicos podem querer fechar o mercado para novos entrantes e outros podem querer mantê-lo aberto.

Registre-se que em "Economia e Sociedade", Weber trata das formas pelas quais ocorre a regulação da liberdade do mercado, o que lembra a questão das relações econômicas fechadas. Essas formas seriam: pela lei, pela tradição, pela convenção ou regulação voluntária.

Segundo Weber, os mercados são antípodas dos grupos de status. Isto ocorre por que os mercados não se ocupam das qualidades pessoais ou da honra dos agentes, tudo o que importa é o que está sendo trocado. Logo o mercado dificilmente é influenciado por questões éticas e morais.

No capítulo 2 da Parte 1 do Volume 1 de "Economia e Sociedade", Weber diz que não vai apresentar uma teoria de preços e ao longo deste livro ele faz observações favoráveis à teoria da utilidade marginal e a sua forma de explicar os preços. Entretanto ele, repetidamente fala que as lutas econômicas entre os agentes e outros elementos semelhantes de ação social determinam os preços. Pois para explicar os preços reais é preciso explicar o que acontece na prática e não só na teoria da utilidade marginal.

Acreditamos que as observações e comentários acima realizados sobre Weber nos ajudem a constituir um esboço de sua sociologia econômica que posteriormente vamos confrontar com a nova sociologia econômica de Granovetter. E para este mesmo fim vamos tratar da contribuição de enraizamento de Polanyi.

Vamos tratar somente do livro "A Grande Transformação" de Karl Polanyi. O autor defende que as economias pré-capitalistas estão enraizadas na tradição e na religião ao passo que a economia capitalista (ou nas suas palavras a economia de "mercado auto-regulado") não está. Mas estas conclusões quanto ao desenraizamento da sociedade dominada pelos mercados auto-regulados só surge após o autor discutir as causas e conseqüências do estabelecimento do "moinho satânico" e do "duplo movimento" inerentes à dinâmica expansiva do mercado auto-regulado.

Para Polanyi , a Revolução Industrial inglesa liberou um instrumento de produção com capacidades até então desconhecidas para produzir mercadorias ao mesmo tempo que permitia a redução dos seus custos de fabricação. Tal instrumento eram as máquinas complexas e os

[17] Esta colocação lembra a discussão estabelecida por Schumpeter em "Capitalismo, Socialismo e Democracia".

sistemas fabris que as utilizavam nos seus processos produtivos. Quando do seu surgimento, ganha força na sociedade inglesa a idéia do mercado auto-regulável. Ele ressalta que essa Revolução ocorre numa sociedade de perfil agrário e comercial na qual agricultores e comerciantes compram e vendem os produtos da terra. Mas com as máquinas complexas a produção dispendiosa de agora só pode se adaptar à sociedade existente, transformando esta sociedade. O comerciante é o agente que irá tomar a frente deste mecanismo. Ele venderá as mercadorias como sempre fez, mas não vai mais comprá-las prontas, vai adquirir trabalho e matéria-prima e fabricar o produto a ser vendido. São óbvias as conseqüências disto para a sociedade. Como as máquinas complexas envolvem um grande investimento inicial na sua construção e aquisição, é preciso que se produzam grandes quantidades de mercadorias com elas para diluir este custo fixo inicial. Logo, tanto os fluxos de venda das mercadorias fabricadas quanto o fluxo de compra de matéria-prima a ser processada não pode ser interrompido. Logo, para o comerciante que arrisca seu dinheiro nessa nova empreitada é fundamental que os fatores trabalho e matéria-prima, estejam disponíveis, para quem possa pagar por eles, nas quantidades necessárias para a continuidade do fluxo produtivo. Naturalmente, tais novidades levam a uma mudança radical no funcionamento da outrora sociedade agrícola. Agora a comunidade como um todo vai depender do fluxo contínuo de produção para obter renda, emprego e provisões. Muda, também, a motivação da ação do membro da sociedade. Antes o que o movia era a subsistência, agora a busca do lucro. Agora as transações são transações monetárias, o que exige a presença do dinheiro em cada espaço da vida industrial. "Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. (...) [Este sistema de mercado - PH] uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem interferência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se auto-regularem." (Polanyi, 2000:60)

Polanyi conclui que o mercador-produtor vende apenas "artefatos", e se não houver demanda para eles "o tecido da sociedade não precisa ser afetado" (idem, p. 61). Entretanto, para que haja produção, ele compra matérias-primas (natureza) e trabalho (homem) – segundo Polanyi (ibid.) "a produção de máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias" – caso ele não encontre demanda para seus artefatos, suas compras de matérias-primas e trabalho diminuirão. A conclusão inevitável é de que: "Obviamente, a desarticulação causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu *habitat*" (ibid.)

Assim Polanyi demarca sua discordância com as "robbisonadas" típicas da economia vulgar lembrando que a sociedade de mercado auto-regulado é uma criação recente na história humana. E recorrendo a antropologia aponta que nas sociedades primitivas não existia a modificação do homem como ser social, ou dizendo o mesmo de outro modo, nela a economia do homem está submetida, enraizada, em suas relações sociais. O sistema econômico é dirigido por motivações não-econômicas, não se trata de buscar o máximo lucro, mas de cumprir exigências sociais, garantir sua situação social e seu patrimônio social. A pergunta chave então é como, nas sociedades primitivas, se garantia a ordem na produção e distribuição de valores de uso[18]. A resposta dada por Polanyi, ainda com base na antropologia, é que "dois princípios de

[18] Polanyi não parece se preocupar com a correção no uso das categorias econômicas. Assim, ele chama qualquer coisa de mercadoria mesmo não tendo sido ela produzida para o mercado, ou seja, mesmo não possuindo valor de uso, valor de troca e valor em abstrato, vide o último parágrafo da página 69. Voltaremos a essas observações críticas a ele, a Weber e a Granovetter, após termos exposto as linhas gerais da ontologia marxiana do ser social.

comportamento não associados basicamente à economia [estão agindo – PH]: *reciprocidade e redistribuição*." (ibid., p. 67). Além do princípio da *domesticidade.*

O princípio de comportamento de reciprocidade "atua principalmente em relação à organização sexual da sociedade, isto é, família e parentesco" (ibid., p. 67). A subsistência familiar e a produção são salvaguardadas pela reciprocidade. A reciprocidade, que nos povos ditos "não-civilizados" garante (junto com a redistribuição) o funcionamento do sistema produtivo - mesmo na ausência de registros escritos e um aparato administrativo específico - é "facilitada pelo padrão institucional da simetria" (ibid., p. 68). A simetria é encontrada nas subdivisões da tribo, na localização dos povoados e nas relações intertribais, o que garante uma ampla reciprocidade que não poderia ser verificada caso fosse fundada em atos isolados de troca.

O princípio de comportamento de redistribuição "(...) é importante principalmente em relação a todos aqueles que têm uma chefia em comum e têm, assim, um caráter territorial" (ibid., p. 67) Aqui uma parte importante da produção da aldeia é entregue ao chefe geral que a armazena e quando das atividades comunais (festas, danças, etc) os redistribui. Mas esse sistema econômico tem motivações não-econômicas. O padrão institucional da centralidade vai cumprir para o princípio da redistribuição a mesma função que o padrão institucional da simetria cumpri para a reciprocidade. Para Polanyi o princípio da centralidade está de algum modo presente em todos os grupos humanos e orienta-os "para a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços" (ibid., p. 68-69). Daí ele conclui dizendo que simetria e centralidade respondem às necessidades da reciprocidade e redistribuição de tal forma que ambos (padrões institucionais e princípios de comportamento) se ajustam entre si. E nesse contexto, de normalidade, fica garantida a divisão social do trabalho e afastada a intervenção de qualquer motivação econômica individual como a busca de lucro. Logo não há espaço para regateios, barganhas, etc, a virtude é encarnada pela doação, pela dádiva. "Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social" (ibid., p. 69).

Polanyi adverte para o fato de que esses princípios e padrões não estão restritos a produtores primitivos, comunidades pequenas ou algo similar. Para ele uma economia sem lucro e sem mercado não precisa ser simples, e dá como exemplos de comunidades complexas que utilizavam um ou mais desses princípios o circuito Kula da Melanésia Ocidental, o reinado de Hamurabi na Babilônia, o novo Império do Egito, a antiga China, o império dos Incas, etc.

O terceiro princípio é o da domesticidade que "consiste na produção para uso próprio". (ibid., p. 73) Ele não é mais antigo que os princípios da reciprocidade e da redistribuição, mas só ganha destaque quando a agricultura atinge um patamar mais avançado para garantir a satisfação das necessidades domésticas. O padrão institucional da domesticidade é a autarquia, o grupo fechado, para o qual se produzia e armazenava visando à satisfação de suas necessidades.

Polanyi reafirma que até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, todos os sistemas econômicos foram organizados pelos princípios da reciprocidade, redistribuição ou domesticidade ou uma combinação deles. E nessa

> (...) estrutura, a produção ordenada e distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico. (ibid., p. 75)

A partir do século XIX, com o advento da revolução industrial e das máquinas complexas, o mercado adquire um lugar central na vida econômica. O princípio de comportamento da

permuta, da troca, depende do padrão de mercado para sua efetivação. O princípio da permuta pode ocorrer sem ocupar um papel central numa sociedade, desde que os outros princípios sejam dominantes. Mas enquanto os padrões de simetria, centralidade e autarquia não criam instituições específicas para uma única função, o padrão de mercado cria – o próprio mercado. Daí que o controle do sistema econômico pelo mercado implica em

> (...) dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado. Desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado. (ibid., p. 77)

Agora a questão é explicar a transformação de mercados isolados em uma economia de mercado, mercados reguláveis num mercado auto-regulável. O fato é que tal transformação não foi resultado natural da difusão dos mercados – pois para Polanyi eles têm uma natureza não expansiva. Mas o resultado de intervenções estatais que tinham por objetivo fazer frente às tendências dissolutivas do padrão social prevalecente pela atuação do mercado e pelas tendências iniciadas com o predomínio da máquina.

Construindo a gênese dos mercados Polanyi assinala que eles

> não são instituições que funcionam principalmente dentro de uma economia, mas fora dela. Eles são locais de encontro para um comércio de longa distância. [Numa sociedade primitiva – PH] Os mercados locais, propriamente ditos, são de pouca importância. Além disso, nem os mercados de longa distância, nem os mercados locais são essencialmente competitivos. Conseqüentemente, tanto num como noutro caso é pouca a pressão para se criar um comércio territorial, o assim chamado mercado interno ou nacional. (ibid., p.78)

Demarcando sua diferença de compreensão com a "doutrina clássica", ele defende que a origem do comércio se encontra numa esfera externa a comunidade, não estando relacionado com a organização interna da economia. E esse comércio de longa distância é entendido como "(...) resultado da localização geográfica das mercadorias e da 'divisão do trabalho' dada pela localização" (ibid., p. 79). Eventualmente pode até engendrar mercados o que vai permitir a barganha e o regateio que a "doutrina clássica" vê como propensão natural do ser humano. Entretanto, o comércio externo prescindia do mercado, pois estaria mais calcado na aventura, caça, guerra, etc do que na permuta. Naturalmente o autor reconhece que em fases posteriores os mercados se tornam predominantes no comércio exterior. Ainda que a crítica à "doutrina clássica" seja pertinente, ela peca ao não perceber que o fator que determina em última instância a existência do comércio, mesmo a longa distância, é o aumento de produtividade da comunidade e que por sua vez só pode ser obtido com o aumento da divisão social do trabalho no seio da comunidade.

Voltando a gênese dos mercados, Polanyi lembra que mercados externos, locais e internos/nacionais são diferentes entre si no tamanho, funções e origens. Quanto aos mercados externos, apontamos alguns dos seus traços nos parágrafos anteriores. O mercado local limita-se

ao comércio de mercadorias da região que por motivos de tamanho, peso ou por serem perecíveis não podem ser transportados por longas distâncias. Eles são mercados de vizinhança e não iniciaram o comércio interno ou nacional. Além disso, não são os atos individuais que favoreceram o surgimento do mercado local nas "(...) sociedades em que predominam outros princípios de comportamento econômico." (ibid., p. 81) O comércio externo é que favoreceu o desenvolvimento de mercados locais nos lugares de parada dos mercadores. Mas, nas sociedades mais primitivas existiam um conjunto de limitações contra a ampliação da influência do mercado na vida social – costume, lei, religião, magia, etc. E Polanyi frisa que mesmo as cidades e a civilização urbana, que seriam produtos do desenvolvimento dos mercados locais, tiveram um papel de impedir a expansão das práticas do mercado pelo campo e de se enraizarem na vida econômica da sociedade mais primitiva.

O mercado interno ou nacional, para Polanyi, foi criado pela intervenção do Estado. Isto como reação a separação operada na sociedade européia medieval entre o comércio local e o comércio a longa distância. Tal separação "(...) foi a reação da vida urbana à ameaça do capital móvel de desintegrar as instituições da cidade." (ibid., p. 85-86) Pois o mercado local era controlável e o comércio de exportação não.[19] Assim, as cidades medievais obstaculizaram a formação do mercado nacional ou interno. E o Estado nacional viu-se obrigado a criar o mercado interno/nacional. Ao longo dos séculos XV e XVI, utilizando-se dos princípios mercantilistas, o Estado derrubou as barreiras entre o comércio local e intermunicipal, passou a ignorar as diferenças entre campo e cidade e entre as cidades e províncias. Ou seja, atacou frontalmente o protecionismo arraigado nas cidades, libertando o comércio dos limites da cidade (Polanyi, 2000:86-87). Mas as cidades protecionistas até então tinham conseguido evitar, com sucesso, dois perigos: o monopólio e a competição[20]. A solução dada pelo Estado "(...) foi a total regulamentação da vida econômica, só que agora em escala nacional e não mais apenas municipal". (idem) Esse movimento visava em última instância defender o próprio funcionamento dos mercados naquelas circunstâncias, pois a ruptura do equilíbrio entre oferta e procura poderia levar a paralisia do próprio mercado. Nesse caso os ofertantes tradicionais deixam de ofertar por não terem garantia de preço e o mercado se encaminha para uma situação de monopólio. O mesmo valendo para o lado da demanda. Assim, o fim das restrições, tributos e proibições sobre o mercado que era conseguido pela intervenção de Estado, facilitava a atuação de "aventureiros" que desestabilizavam os mercados e não garantiam a sua permanência nos mesmos. Daí dizer Polanyi que "(...) embora os novos mercados nacionais até certo ponto fossem competitivos, inevitavelmente, o que prevalecia era o aspecto tradicional da regulamentação e não o novo elemento da competição." (ibid., p. 87)

Em termos de gênese dos mercados, segundo Polanyi, estamos num momento em que as práticas mercantilistas livraram o comércio das particularidades locais, mas ao mesmo tempo houve um aumento da regulamentação. "O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional

[19] Por exemplo, no que diz respeito a fabricação de tecidos para a exportação, a forma de organização do trabalho se dava com base no trabalho assalariado fugindo do controle das guildas e corporações de ofício. Vide Polanyi, 2000:85.

[20] Segundo Polanyi (2000:87) já existia o entendimento de que a concorrência poderia levar ao monopólio, mas o monopólio era muito mais temido pois poderia pôr em perigo a comunidade pois estava ligado às necessidades da vida.

controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social". (ibid., p. 88) Isso se verifica até as vésperas da Revolução Industrial Inglesa, mas daí em diante teremos o mercado auto-regulável. É importante destacar que para Polanyi os mercados e as regulações nasceram juntos, ao contrário do que imagina a economia vulgar (neoclássica). O surgimento do mercado auto-regulável contraria a tendência de desenvolvimento existente até esse momento. E uma economia de mercado só pode existir enquanto um sistema econômico hegemonizado pelos mercados, de tal forma que a produção, a distribuição e o consumo são dominados pela atuação do mercado auto-regulável. A produção e a distribuição de mercadorias são reguladas apenas pelos preços. Os preços devem operar de tal forma a garantir a igualação entre oferta e demanda das mercadorias. E isto só será possível se os indivíduos buscam sistematicamente o máximo lucro em termos monetários. Logo é preciso a presença do dinheiro, e ressalta-se a centralidade dos preços para o funcionamento de todo o sistema econômico. No mercado auto-regulado toda produção é destinada ao mercado e todos os rendimentos são obtidos pela venda das mercadorias. Sendo necessário existir mercados para todos os bens e serviços assim como para o trabalho, a terra e o dinheiro.

Polanyi chama de mercadorias fictícias o trabalho, a terra e o dinheiro, defendendo que de fato não são mercadorias. Incorrendo assim em grave erro científico, mas que não chega a surpreender diante de sua recusa em operar com a teoria do valor trabalho enquanto teoria explicativa dos preços, e de sua definição tautológica de lucro: "(...) sendo a renda chamada de lucro, na verdade a diferença entre dois conjuntos de preços, o preço dos bens produzidos e seus custos, i.e., o preço dos bens necessários para produzi-los" (p. 90)[21].

Antes de tratarmos das mercadorias fictícias com mais detalhes, vamos tratar de outros pressupostos para a existência de mercados auto-reguláveis. No que diz respeito ao Estado e a política, não devem ser adotadas quaisquer medidas ou políticas econômicas que alterem a ação dos mercados auto-regulados. A formação de preços e os rendimentos só podem ter por base a venda das mercadorias. Logo, oferta e demanda também não podem ser reguladas ou fixadas. As únicas políticas válidas e aceitáveis são aquelas que garantam a auto-regulação do mercado de forma a permitir que o mercado seja o único organizador da vida econômica. Polanyi ressalta que antes da era dos mercados auto-regulados a transferência e restrições, direitos de propriedade, formas de uso, etc sobre a terra e o trabalho "(...) ficavam à parte da organização da compra e venda, e sujeitas a um conjunto inteiramente diferente de regulamentações institucionais". (ibid., p. 91) Assim, a atividade produtiva estava enraizada na organização da sociedade, nas relações sociais. Com os mercados auto-regulados isso deixa de ocorrer.

Por isso, o mercado auto-regulado não pode prescindir da "(...) separação institucional da sociedade em esferas econômica e política". (ibid., p. 92) Assim, a sociedade passa a se subordinar as exigências dos mercados auto-regulados, logo a economia de mercado exige uma sociedade de mercado. E, como assinalamos mais acima, para Polanyi a economia de mercado deve subjugar todos os produtos da indústria além do trabalho, da terra e do dinheiro. E a terra e o trabalho nada mais são do que o meio ambiente e os seres humanos, e a sociedade é constituída pelos seres humanos e existe no meio ambiente, na natureza. Daí diz Polanyi: "Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do

[21] No capítulo 4 da presente tese e após expormos a perspectiva da ontologia marxiana do ser social, voltaremos aos comentários críticos sobre Polanyi.

mercado". (ibid., p. 93) Mas, como também já assinalamos, trabalho, terra e dinheiro não são mercadorias, para Polanyi na verdade são mercadorias fictícias. E, para ele, os mercados de trabalho, terra e dinheiro são organizados com base nessa ficção. E quaisquer políticas que tentassem travar tais mercados colocariam em risco o próprio sistema auto-regulado. Mas permitir que esse "moinho satânico" atue levará ao desmoronamento da própria sociedade. Daí ele concluir que: "A história social do século XX foi, assim, o resultado de um duplo movimento; a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias" (ibid., p. 98).

Um balanço preliminar da contribuição de Polanyi é que ele acertadamente ressalta a importância do enraizamento das relações econômicas nas relações sociais nas comunidades primitivas, mas parece forçar demais o argumento ao desconsiderar as formas de enraizamento presentes na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista plenamente desenvolvido. É nesse sentido que argumenta Swedberger (2005:92-93; nota: 44):

> Nesse artigo ['Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness' – Mark Granovetter – PH], bem como em conversas com o autor, Granovetter afirma a afinidade entre a sociologia econômica de Weber e sua própria análise da imbricação [enraizamento – PH]. Karl Polanyi, é preciso acrescentar, via a 'imbricação' [enraizamento – PH] de uma forma diferente: as economias pré-capitalistas, dizia ele, estão imbricadas [enraizadas – PH] na religião e na tradição, ao passo que as economias capitalistas não estão: (...)

3. Granovetter e a Nova Sociologia Econômica

A nova sociologia econômica surge no início dos anos 80 do século XX, sendo que o marco da sociologia econômica moderna é o artigo de Granovetter *"Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness"* de 1985. Este artigo realiza uma crítica brilhante (Swedberg, 2003:230) à Nova Economia Institucional e desloca a crítica à economia neoclássica do conceito irreal de racionalidade dos agentes para sua incapacidade de endogeneizar as estruturas sociais no seu corpo científico. Para Granovetter trata-se de considerar na análise tanto atores racionais quanto as estruturas sociais por eles constituída. Assim ele nega o que ele identifica como concepções sobressocializadas e subsocializadas do homem na economia e na sociologia.

A principal diferença entre a nova e a velha sociologia econômica é que a nova busca questionar as teorias neoclássicas em seus fundamentos, a velha não tinha tal ousadia. Ela simplesmente aceitava o postulado de que os indivíduos são maximizadores de funções de utilidade e se encontram separados uns dos outros, atomizados. Para a nova sociologia econômica os indivíduos não estão separados, mas envolvidos em interações através de estruturas específicas que precisam ser analisadas teoricamente. Aqui o conceito de "enraizamento" é introduzido. Ele se apresenta enquanto antípoda da noção de indivíduo atomizado. Conforme lembra Swedberg (2003), para Polanyi, a economia estava "enraizada" nas sociedades pré-capitalistas, Granovetter tenta mostrar que na sociedade capitalista o agir econômico é necessariamente um agir social. Sendo fato que apesar de dizer que é necessário um desenvolvimento do conceito de "enraizamento", ele próprio não completou até agora este desenvolvimento. Como o agir econômico está enraizado no agir social, ele propõe a

compreensão deste agir social no contexto de redes sociais. Ou seja, o agir econômico encontra-se "enraizado" em redes de relações sociais, interpessoais.

Em um artigo de 1991 (*"Economic Institutions as Social Constructions: A Framework for Analysis"*) Granovetter introduz o conceito de "construção social da economia". Enquanto que para a Nova Economia Institucional as instituições têm um caráter natural, perene, sendo a única possível para cumprir as funções que cumpre e reduzindo custos de transação. Para Granovetter, partindo do conceito de "construção social da economia", as redes de relações interpessoais têm um papel importante, fundamental, nos momentos anteriores à formação de uma instituição. Depois de formada a instituição, a importância das redes interpessoais diminui. Ele exemplifica isto com o caso da indústria norte-americana de distribuição de eletricidade e as redes articuladas por Samuel Insull.

Do exposto até aqui, podemos apontar que as contribuições de Durkheim, Weber e Polanyi, têm grande importância para a construção teórica de Granovetter e da Nova Sociologia Econômica. Para o real domínio da contribuição de Granovetter e sua possível crítica da perspectiva ontológica, faz-se necessário realizarmos um esforço de apreensão dos liames teóricos propostos por ele nos artigos por nós selecionados a partir de sua relevância para a construção teórica do autor.

Iniciando com o artigo "The Strength of Weak Ties" de 1973, Granovetter aponta a preocupação em apresentar uma proposta de ponte teórica entre os níveis macro e micro de análise do sistema social, pois entende que a teoria sociológica não apresenta de forma convincente a intersecção entre estes níveis. Acredita que a força dos vínculos interpessoais que ocorrem concretamente nas interações em pequena escala, pode ser relacionado com vários fenômenos macro como "(...) diffusion, social mobility, political organization, and social cohesion in general" (1973:1361).

Para o autor a noção intuitiva de força de um vínculo interpessoal pode ser apresentada da seguinta forma:"(...) the strength of a tie is a (probably linear) combination of the amount of time, the emotional intensity, the intimacy (mutual confiding), and the reciprocal services which characterize the tie. Each of these is somewhat independent of the other, though the set is obviously highly intracorrelated" (idem). E quanto a tipologia dos laços o autor diz que: "It is sufficient for the present purpose if most of us can agree, on a rough intuitive basis, whether a given ties is strong, weak, or absent" (ibid.).

A relação entre os vínculos duais e o nível macro, as grandes estruturas, é demonstrada por Granovetter (ibid., p. 1362) a partir da hipótese de dois indivíduos A e B escolhidos arbitrariamente e um conjunto de indivíduos ("S = C, D, E, ...") que se relaciona com A, com B ou com ambos. Assim, "The hypothesis which enables to related dyadic ties to larger structures is: the stronger the tie between A and B, the larger the proportion of individuals is S to whom they will *both* be tied, that is, connected by weak or strong tie. This overlap in their friendship circles is predicted to be least when their tie is absent, most when it is strong, and intermediate when it is weak" (ibid.). O autor prossegue argumentando que os laços fortes terminam por se tornarem compromissos de longo prazo. Assim, se A se relaciona com B e com C, e se B e C não têm relação, os laços de B e C com A provavelmente levarão ao surgimento de alguma interação entre eles (B e C).

Formulando de forma mais precisa as implicações para grandes redes de relações, Granovetter vai tratar da tríade proibida. Sua investigação foca sobre a existência de laços fortes, fracos ou ausentes entre A e B e um membro C do conjunto S. A tríade menos provável de ser verificada é aquela em que A e B estão fortemente unidos, "(...) A has a strong tie to some friend

C, but the tie between C and B is absent. This trial is shown in figure 1. To see the consequences of this assertion, I will exaggerate it in what follows by supposing that the triad shown *never* occurs – that is, that B-C tie is always present (whether weak or strong), given the other two strong ties. Whatever results are inferred form this supposition should tend to occur in the degree that the triad in question tends to absent".

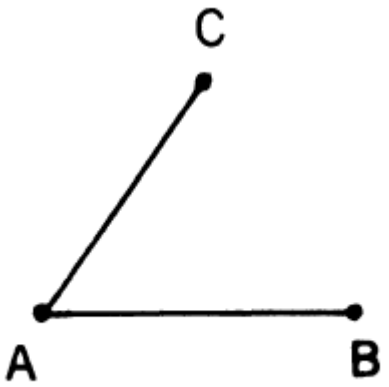


FIG. 1.—Forbidden triad

(ibid. p. 1363)

O significado da tríade proibida é desvelado com o uso do conceito de ponte. Ponte seria uma linha numa rede que "(...) provides the *only* path between two points (...). Since, in general, each person has a great many contacts, a bridge between A and B provides the only route along which information or influence can flow from any contact of A to any contact of B, and, consequently, from anyone connected *indirectly* to A anyone connected indirectly to B. Thus, in the study of diffusion, we can expect bridges to assume an important role". (p. 1364)

Granovetter prossegue argumentando que estando a tríade ausente o mais provável é que um vínculo fraco apresente-se como uma ponte. Vejamos:

> Consider the strong tie A-B: if A has another strong tie to C, then forbidding the triad of figure 1 implies that a tie exists between C and B, so that the path A-C-B exist between A and B; hence, A-B is not a bridge. A strong tie can be a bridge, therefore, *only* if neither party to it has any *other* strong ties, unlikely in a social network of any size (though possible in a small group). Weak ties suffer no such restriction, though they are certainly not automatically bridges. What is important, rather, is that all bridges are weak ties (ibid.).

O autor adverte que em grandes redes só raramente um vínculo específico proporciona um caminho único entre dois pontos, mas esta função de ponte pode ser servida localmente. Ao tratar disto ele apresenta a idéia de grau de uma ponte. "I will refer to a tie as a 'local bridge of degree n' if n represents the shortest path between its two points (other than itself), and $n > 2$. (…) As with bridges in a highway system, a local bridge in a social network will be more significant as a connection between two sectors to the extent that it is the only alternative for many people – that is, as its degree increases. A bridge in the absolute sense is a local one of infinite degree. By the same logic used above, only weak ties may be local bridges" (ibid., 1365).

Tomando a sugestão de Davis, Granovetter defende que em interações entre dois indivíduos quaisquer, a probabilidade de que ocorra um fluxo de informações entre eles dependerá de forma diretamente proporcional do número de relacionamentos de amizade (que

são caminhos que conectam ambos) que ocorrem entre eles e de forma inversamente proporcional da extensão destes caminhos. Os laços fracos que forem pontes locais criarão mais caminhos e mais curtos. Daí Granovetter arremata dizendo:

> Intuitively speaking, this means that whatever is to be diffused can reach a larger number of people, and traverse greater social distance (i.e., path length), when passed through weak ties rather than strong. If one tells a rumor to all his close friends, and they do likewise, many will hear the rumor a second and third time, since those linked by strong ties tend to share friends. If the motivation to spread the rumor is dampened a bit on each wave o retelling, then the rumor moving through strong ties is much more likely to be limited to a few cliques than that going via weak ones; bridges will not be crossed (ibid.; 1366).

Quanto à tendência da literatura especializada de enfatizar que ou o comportamento do indivíduo é formado e limitado pela rede ou que os indivíduos podem manipular as redes para conseguir objetivos específicos, Granovetter se posiciona associando tal questão à outra que também carece de acordo na literatura: redes de ego ("ego's network") devem ser tratadas como compostas só por aqueles a quem ego está diretamente ligado ou devem incluir os contatos dos seus contatos. Assim ele defende que:

> Analyses stressing encapsulation of an individual by his network tend to take the former position, those stressing manipulation of networks, the latter, since information or favors available through direct contacts may depend on who *their* contacts are. I would argue that by dividing *ego's* network into that part made up of strong and nonbridging weak ties on the one hand, and that of bridging weak ties on the other, both orientations can be dealt with. Ties in the former part should tend to be to people who not only know one another, but who also have few contacts not tied to ego as well. In the 'weak' sector, however, not only will ego's contacts not be tied to one another, but they *will* be tied to individuals not tied to *ego*. Indirect contacts are thus typically reached through ties in this sector; such ties are then of importance not only in ego's manipulation of networks, but also in that they are the channels through which ideas, influences, or information socially distant from ego may reach him. The fewer indirect contacts one has the more encapsulated he will be in terms of knowledge of the world beyond his own friendship circle; thus, bridging weak ties (and the consequent indirect contacts) are important in both ways (ibid.; 1370-71).

Tal proposta de Granovetter se desdobra no exemplo do mercado de trabalho. Na busca por emprego, os laços fortes de um indivíduo que busca emprego estão motivados a ajudá-lo com informações sobre oportunidades de colocação, mas o alcance dos laços fortes é limitado o que limita o alcance das informações. Tal não ocorre com os laços fracos que são constituídos por indivíduos que movem-se por círculos diferentes do indivíduo que busca emprego e têm acesso a informações diferentes das que este indivíduo possui usualmente. Assim, para os indivíduos, os laços fracos tornam possível a oportunidade de mobilidade e, para o nível macro, os laços fracos reforçam a coesão social efetiva. Pois a troca de emprego, por parte de um indivíduo, implica que ele se movimenta entre laços diferentes e, ao mesmo tempo, estabelece uma união entre estes laços. Com isto, as idéias fluem entre grupos e constroem um "sentido de comunidade".[22]

[22] "From the individual's point of view, then, weak ties are an important resource n making possible mobility opportunity. Seen from a more macroscopic vantage, weak ties play a role in effecting social cohesion. When a man changes jobs, he is not only moving from one network of ties to another, but also establishing a link between these. Such a link is often of the same kind which facilitated his own movement. Especially within professional and

Granovetter encerra este artigo sinalizando que seu modelo de sistema interpessoal não é voltado para pequenos grupos ou grupos reduzidos e alocados em postos institucionais ou organizacionais. Mas tem por foco unir estes níveis de pequena escala a outros maiores e mais complicados. "This is why emphasis here has been placed more on weak ties than on strong. Weak ties are more likely to link members of *different* small groups than are strong ones, which tend to be concentrated within particular groups" (ibid., p. 1376). E por fim acrescenta que "The major implication intended by this paper is that the personal experience of individuals is closely bound up with larger-scale aspects of social structure, well beyond the purview or control of particular individuals" (ibid., p. 1377).

O segundo artigo de Granovetter escolhido pela sua relevância e impacto foi publicado originalmente em 1985 no American Journal of Sociology e intitula-se "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". Como o título enuncia, o autor preocupa-se em discutir a forma como os comportamentos individuais e as instituições humanas são afetados pelas relações sociais, o que, lembra ele, é uma questão clássica para a teoria social. Ele assinala que é possível dividir a compreensão da influência das relações sociais entre uma concepção sobressocializada do homem ("a conception of people as overwhelming sensitive to the opinions of others and hence obedient to the dictates of consensually developed systems of norms and values, internalized through socialization, so that obedience is not perceived as a burden" (p. 54).) e uma concepção atomizada e subsocializada do homem ("In the undersocialized account, atomization results from narrow utilitarian pursuit of sel-interest" (p. 56).), pouco influenciada pelas relações sociais. Diante destas alternativas consideradas por ele como insatisfatórias, é apresentada a proposta de enraizamento ("(…) the behavior and institutions to be analyzed are so constrained by ongoing social relations that to construe them as independent is a grievous misunderstanding" (p. 53).). Neste artigo, o foco é para o enraizamento do comportamento econômico.

Assinala que a visão da chamada escola substantivista de Karl Polanyi, entende que o comportamento econômico, nas sociedades pré-mercantis, era fortemente enraizado nas relações sociais e com a dominação das sociedades mercantis ele se tornou mais autônomo. Nestas últimas as transações econômicas já não são definidas por obrigações sociais ou familiares, mas pelo cálculo racional do lucro individual dos agentes econômicos. "It is sometimes further argued that the traditional situation is reversed: instead of economic life being submerged in social relations, these relations become an epiphenomenon of the market" (p. 53)".

Mas o autor lembra que entre os economistas profissionais, poucos aceitam a idéia de que há um declínio do enraizamento devido ao processo de modernização mercantil das sociedades. A maioria entende que o enraizamento verificando nas sociedades pré-mercantis não era muito diferente do verificado nas sociedades mercantis. O marco inicial de tal perspectiva foi dado por Smith, posteriormente a chamada "nova economia institucional" (North, Williamson, etc) retomou o interesse pelo estudo das instituições sociais. Para esta escola do pensamento econômico, "(...) behavior and institutions previously interpreted as embedded in earlier societies, as well as in our own, can be better understood as resulting from the pursuit of self-interest by rational, more or less atomized individuals" (p. 54).

---

technical specialties which are well defined and limited in size, this mobility sets up elaborate structures of bridging weal ties between the more coherent clusters that constitute operative networks in particular locations. Information and ideas thus flow more easily through the specialty, giving it some 'sense of community', activated at meetings and conventions. Maintenance of weak ties may well be the most important consequence of such meetings" (ibid., p. 1373).

Granovetter distingue-se destas duas perspectivas por entender que o nível de enraizamento nas sociedades pré-mercantis é menor do que o postulado pela escola substantivista de Polanyi, e que o grau de enraizamento mudou menos com a passagem para as sociedades mercantis do que o que defende esta escola. Por outro lado, ele entende que o nível de enraizamento nas sociedades mercantis é maior e mais substancial do que o considerado pelos economistas em geral e pela "nova economia institucional" em particular. Ele adianta que não irá discutir neste artigo questões das sociedades pré-mercantis, mas vai desenvolver teoricamente o conceito de enraizamento, ilustrando-o com uma questão chave para a "nova economia industrial": "which transaction in modern capitalist society are carried out in the market, and which subsumed within hierarchically organized firms? (ibid.).

No âmbito da sociologia moderna, assinala nosso autor, Talcott Parsons havia reconhecido o problema da ordem colocado originalmente por Hobbes[23]. Sendo que Hobbes trabalhava com uma concepção atomizada e subsocializada do homem, concepção idêntica à da tradição utilitarista. Parsons, na tentativa de superar tal concepção desenvolveu outra concepção na qual o homem encontra-se sobressocializado e seus padrões de comportamento são interiorizados de modo que as relações sociais nas quais eles estão inseridos têm efeito pequeno sobre eles. Em 1961 Dennis Wrong, também segundo nosso autor, advertia para o predomínio desta concepção sobressocializada na sociologia e para a necessidade de romper com o utilitarismo atomista e concordava com a ênfase dada ao enraizamento dos indivíduos no contexto social, ainda que advertindo para o risco de haver um exagero na aceitação do nível de enraizamento e para o risco da noção de enraizamento eliminar o conflito da análise.

Passando para a análise da economia clássica e neoclássica, assinala que ambas seguem a tradição utilitarista na qual a ação humana é atomizada e subsocializada. Não há relação de determinação entre estrutura social, relações sociais e as atividades de produção, distribuição e consumo. A estrutura de mercado de concorrência perfeita com seu grande número de compradores e vendedores impede que quaisquer deles influenciem os preços ou quantidades negociadas, não há barganha para alterar preço, não há reclamação, ajustamentos mútuos, etc, além disto não há contato humano prolongado o que impede relações duradouras entre os agentes. Esta estrutura de auto-regulação é, para muitos, politicamente interessante. E, além disso, garante a interdição do problema da ordem de Hobbes. Pois se a economia é entendida como algo sem relações sociais duradouras e desprovida de instituições, não há espaço para desconfiança e má-fé. Ou seja, ao contrário da proposta de Hobbes de uma autoridade autocrática que garanta a ordem a partir do seu aparato repressivo, a idéia do liberalismo difundida pela escola neoclássica é de que a concorrência perfeita interdita o uso da força, da fraude ou da má-fé. Primeiro por que todos os agentes conhecem perfeitamente os mercados. Segundo as informações estão disponíveis a custo zero. E por fim, se por acaso surgirem desconfianças quanto ao comportamento de algum agente, pode-se recorrer a outro agente que se comporte de acordo com o mercado de concorrência perfeita. Por isso, relações sociais e o contexto institucional tornam-se sem importância. Quando muito são obstáculos circunstanciais para o funcionamento adequado da concorrência perfeita.

Granovetter ressalta a ironia (segundo ele de grande importância teórica) de que as concepções subsocializadas e sobressocializadas estão de acordo quanto ao fato de que as ações e

[23] "In Hobbes's argument, disorder arises because conflict-free social and economic transaction depend on trust and the absence of malfeasance. But these are unlikely when individuals are conceived to have neither social relationships nor institutional context – as in the 'state of nature'" (ibid., p. 55).

decisões dos agentes são tomadas por atores atomizados. Para a concepção subsocializada, "atomization results from narrow utilitarian pursuit of sel-interest" (p. 56). Para a concepção sobressocializada resulta do "(...) fact that behavorial patterns have been internalized and ongoing social relations thus have only peripheral effects on behavior. That the internalized rules of behavior are social in origin does not differentiate this argument decisively from a utilitarian one, in which the source of utility functions is left open, leaving room for behavior guided entirely by consensually determined norms and values – as in the oversocialized view" (ibid.). Ou seja, as duas concepções desenraizam os atores do seu contexto social dado.[24]

4. Granovetter e os Economistas Modernos

Voltando-se para os economistas modernos, Granovetter assinala que ao tentarem incorporar em seus esquemas teóricos as influências sociais, eles acabam representando-as de forma sobressocializada. "In so doing, they reverse the judgment that social influences are frictional but sustain the conception of how such influences operate" (p. 57). Utiliza como exemplo a teoria dos mercados de trabalho segmentados de Michael Piore e o estudo de Bowles e Gintis que faz um balanço das conseqüências da educação americana[25]. Conclui, acertadamente, que estas concepções sobressocializadas da influência das relações sociais sobre o comportamento individual são mecânicas. Basta conhecer a classe social do indivíduo ou seu lugar no mercado de trabalho e sabe-se todo seu comportamento e formas de tomada de decisão. As relações sociais funcionam como uma força externa que condiciona o comportamento dos indivíduos sem provocar outros efeitos. Se soubermos como o indivíduo é afetado pelas relações e estruturas sociais, elas se tornam irrelevantes para a análise. "Social influences are all contained inside an individual's head, so, in actual decision situations, he or she can be atomized as any *Homo economicus*, though perhaps with different rules for decision" (ibid.).

Tratando do esforço de economistas, como Gary Becker, de considerar as relações sociais em suas análises, Granovetter adverte que eles ignoram o enraizamento histórico e estrutural destas relações, ou seja, não consideram a história destas relações e sua posição frente a outras relações. As descrições fornecidas por estas teorias são de ligações interpessoais estilizadas, convencionais, sem conteúdo, história ou posicionamento estrutural. O agente atua de acordo com sua posição formal dentro da estrutura social e de acordo com o conjunto de papéis que nela cumpre. Dentro do esquema conceitual geral, este procedimento leva a atribuir um papel menor às relações individuais, com a ênfase recaindo nas estruturas perenes que irão determinar os

[24] Granovetter prossegue e assinala que: "This ironic merger is already visible in Hobbe's *Leviathan*, in which the unfortunate denizens of the state of nature, overwhelmed by the disorder consequent to their atomization, cheerfully surrender all their rights to an authoritarian power and subsequently behave in a docile and honorable manner; by the artifice of a social contract, they lurch directly from an undersocialized to an oversocialized state" (p. 57).

[25] Segundo Granovetter, Piore entende que cada segmento do mercado de trabalho tem um padrão de tomada de decisão. Decisões com base em escolha racional seriam tomadas nos mercados de trabalho primário-superior, decisões por hábito seriam tomadas no primário-inferior e por comando no secundário. E haveria uma correlação entre este padrão de tomada de decisão e a origem de classe-cultura dos trabalhadores (classe média ou operária). Já Bowles e Gintis, ainda segundo Granovetter, entendem que em função do modelo educativo a que têm acesso, as diferentes classes irão desenvolver diferentes padrões cognitivos. Assim, indivíduos que executarão trabalhos menos qualificados, serão treinados para seguir regras e aqueles destinados à posições de elite voltam-se para relacionamentos sociais que se encaixem com os níveis superiores da hierarquia da produção (p. 74).

papéis normativos (p. 57-8). Assim ele conclui que:

> In economic models, this treatment of social relations has the paradoxical effect of preserving atomized decision making even when decisions are seen to involve more than one individual. Because the analyzed set of individuals – usually dyads, occasionally larger groups – is abstracted out of social context, it is atomized in its behavior from that of other groups an from the history of its own relations. Atomization has not been eliminated, merely transferred to the dyadic or higher level of analysis. Note the use of an oversocialized conception – that of actors behaving exclusively in accord with prescribed roles – to implement an atomized, undersocialized view (p. 58).

Novamente aponta para o fato de que as concepções sobressocializadas e subsocializadas convergem para uma visão atomizada do homem. E argumenta que os homens não são como átomos isolados de um dado contexto social, e tão pouco são autômatos dirigidos pelo mecanicismo das relações sociais exógenas a ele. Granovetter arremata, de forma muito apropriada, lembrando que "Their attempts at purposive action are instead embedded in concrete, ongoing systems of social relations" (ibid.). Este é o seu horizonte de pesquisa: os homens realizam ações com teleologia, mas ações enraizadas em relações sociais concretas.

Granovetter volta-se em seguida para as questões da confiança e da má-fé, e toma a teoria econômica como espaço para discuti-las. Identifica duas respostas para estas questões, uma fundada na ótica subsocializada do indivíduo (caso da nova economia institucional de Oliver Williamson) e outra na fundada na ótica sobressocializada (vide Kenneth Arrow ou Akerlof). Para a escola da nova economia institucional os arranjos sociais e as instituições são as soluções eficientes para determinados problemas econômicos. A má-fé pode ser evitada por arranjos institucionais que desencorajam a má-fé. Sendo que estes arranjos não produzem confiança, antes a substituem. Os principais tipos de arranjos institucionais seriam os contratos explícitos e implícitos e as estruturas de autoridade que impeçam o oportunismo. Mas por não tratar das relações sociais concretas, não percebem que as obrigações associadas e decorrentes delas desencorajam a má-fé independentemente dos arranjos institucionais. Daí Granovetter dizer que "*Substituting* these arrangements for trust results actually in a Hobbesian situation, in which any rational individual would be motivated to develop clever ways to evade them; it is then hard to imagine that everyday economic life would not be poisoned by ever more ingenious attempts at deceit" (p. 60).

Os economistas que, ao contrário da nova economia institucional, aceitam que algum grau de confiança tem que existir nas relações sociais devido à incapacidade dos arranjos institucionais impedirem o recurso à força e à fraude, segundo Granovetter, não explicam a origem desta "moral generalizada". Assim, ele aponta nesta corrente a presença de uma visão sobressocializada que aceita a presença de respostas automáticas e generalizadas por parte dos agentes econômicos, "(...) even though moral action in economic life is hardly automatic or universal (...)" (ibid.).

A proposta do enraizamento de Granovetter defende que as redes sociais concretas nas quais os indivíduos estão inseridos estão na origem da confiança e do afastamento da má-fé e do oportunismo. Argumenta que a preferência constatada empiricamente em se negociar com agentes de reputação reconhecida[26] (cuja informação é obtida junto a outros agentes que negociaram antes com ele) aponta que não há grande eficácia nos arranjos institucionais ou numa

[26] Note que Granovetter não opera com a reputação como uma mercadoria a partir da qual o agente pode calcular as vantagens e desvantagens de enganar outro agente. Ele aponta que tal concepção é subsocializada.

"moral generalizada".

Para evitar que o argumento de que as redes sociais vistas como o principal mecanismo de criação de confiança para as relações econômicas caia num novo funcionalismo otimista de manutenção da ordem econômica, Granovetter aponta que: (1) a solução para o problema da ordem dada pela noção de enraizamento não é tão universal quanto as soluções dadas pelas posições alternativas. Pois as redes sociais penetram de forma irregular e em diferentes graus nos vários segmentos da vida econômica, o que abre a possibilidade para desconfiança, oportunismo e desordem. (2) Ainda que as relações e redes sociais sejam condição necessária para a geração de confiança e honestidade, não são condição suficientes e podem inclusive produzir condições e meios para o surgimento de má-fé em proporção superior ao que ocorreria em sua ausência.[27]

Após delinear sua visão de enraizamento enquanto alternativa entre as perspectivas subsocializadas e sobressocializadas, Granovetter passa a crítica da teoria de Oliver Williamson (apresentada em "*Markets and Hierarchies*" e em outros artigos) enquanto momento de aplicação prática da perspectiva do enraizamento.

Para Williamson uma questão relevante é entender as razões pelas quais certas funções econômicas passam a ser realizadas no interior da grande empresa hierarquizada ao invés de ocorrerem nos mercados com outras empresas fornecedoras. Sua solução recai num tipo de darwinismo que diz que a forma organizacional dominante numa dada situação é a que melhor resolve os problemas ligados aos custos de transação. Assim quando o resultado econômico é muito incerto, quando ocorrem freqüentemente, quando envolvem barreiras à saída (investimentos elevados e específicos), o mais provável é que as transações ocorram no interior das empresas organizadas hierarquicamente. Do contrário ocorrem no mercado, entre empresas. Duas razões podem ser listadas para a interiorização das transações pelas empresas hierarquicamente organizadas: (1º) A existência de uma racionalidade limitada, ou seja, a incapacidade dos agentes econômicos anteciparem problemas que possam vir a ocorrer em contratos de longa duração. Se há interiorização das transações, não é preciso fazer tal antecipação e nem realizar complexas transações e custosos contratos. (2º) O oportunismo é reduzido quando as transações são internalizadas, pois as relações de autoridade e hierarquia, e o relacionamento constante com parceiros de transação no interior da unidade industrial criam novos tipos de constrangimento.

Em relação a esta argumentação, Granovetter posiciona-se assinalando que ela implica na redescoberta de Hobbes aplicado à esfera econômica. Tal análise inclui a mesma mistura de argumentos subsocializados e sobressocializados presentes no "*Leviathan*".

> The efficacy of hierarchical power within the firm is overplayed, as with Hobbe's oversocialized sovereign state. The 'market' resembles Hobbe's state of nature. It is the atomized and anonymous market of classical political economy, minus the discipline brought by fully competitive conditions – an undersocialized conception that neglects the role of social relations among individuals in

[27] Granovetter lista três razões para isto: "1. The trust engendered by personal relations presents, by its very existence, enhanced opportunity for malfeasance. (…) 2. Force and fraud are most efficiently pursued by teams, and the structure of these teams requires a level of internal trust – 'honor among thieves' – that usually follows preexisting lines of relationship. (…) 3. The extent of disorder resulting from force and fraud depends very much on how the network of social relations is structured. (…)" (p. 62-3)

different firms in bringing order to economic life. (p. 65)

Granovetter resume (p. 72-73) de forma breve as diferenças entre as explicações e previsões presentes nas propostas de mercados e hierarquias de Williamson e sua perspectiva de enraizamento. Williamson defende que a internalização das atividades econômicas complexas nas empresas hierarquicamente organizadas é a garantia da inexistência de oportunismo e má-fé e da existência de cooperação e ordem na vida econômica. Mas Granovetter, com base em estudos empíricos, argumenta que mesmo para transações complexas pode-se encontrar ordem no mercado, nas transações entre empresas e um nível alto de desordem no interior da empresa hierarquicamente organizada. E isto se deve à natureza das relações e das redes sociais criadas entre as empresas e no interior das empresas. Logo, para ele ordem e desordem, honestidade e má-fé respondem mais às estruturas das relações e redes sociais do que às formas institucionais. Entretanto, assinala que tal perspectiva traz novas implicações para a compreensão do surgimento da integração vertical no lugar das transações entre empresas via mercado. Supondo situações idênticas, pressões pela integração vertical ocorrerão quando tivermos um mercado no qual falte às empresas uma rede de relações pessoais que as una ou quando tal rede levar a conflitos, oportunismo, desordem e má-fé. Já quando tivermos uma rede de relações pessoais estável, garantindo a ocorrência de transações complexas, com padrões estáveis de comportamento entre as empresas, o mais provável é que não ocorram tais pressões pela integração vertical.

A idéia de utilizar a noção de "pressões", diz Granovetter, é uma tentativa de fugir do funcionalismo implícito na posição teórica de Williamson (a forma organizacional existente é sempre a mais adequada para a situação em questão). Mas Granovetter lembra que existem duas condições a serem satisfeitas para que se possa operacionalizar a noção de "pressões": "(i) well-defined and powerful selection pressures toward efficiency must be operating, and (ii) some actor must have the ability and resources to 'solve' the efficiency problem by constructing a vertically integrated firm" (p. 72).

Tomando os dois conceitos principais de Granovetter ("enraizamento" e "construção social da economia") percebemos que eles são manuseáveis por diferentes correntes teóricas sem que se corrompam. Veja por exemplo, como a crítica de DiMaggio (1994) de que o conceito de "enraizamento" não contêm uma dimensão cultural, é resolvida pelo próprio autor ao propor um novo "enraizamento", o cultural.

Por fim cabe lembrar a advertência de Granovetter[28] sobre a necessidade de estabelecer uma ligação adequada entre os níveis micro e macro de análise a partir de uma compreensão das relações sociais nas quais a vida econômica está enraizada. Nos próximos capítulos buscaremos apontar em que medida a proposta de uma Ontologia do Ser Social de Lukács, permite tal ligação e é capaz de se colocar para além dos pressupostos sobre-socializados e subsocializados. Por fim, vamos explorar as possibilidades de integração do conceito de redes sociais de

[28] *"Finally, I should add that the level of causal analysis adopted in the embeddedness argument is a rather proximate one. I have had little to say about what broad historical or macrostructural circumstances have led systems to display the social-structural characteristics they have, so I make no claims for this analysis to answer large-scale questions about the nature of modern society or the sources of economic and political change. But the focus on proximate causes is intentional, for these broader questions cannot be satisfactorily addressed without more detailed understanding of the mechanisms by which sweeping change has its effects. My claim is that one of the most important and least analyzed of such mechanisms is the impact of such change on the social relations in which economic life is embedded. If this is so, no adequate link between macro- and micro-level theories can be established without a much fuller understanding of these relations"* (Granovetter, 1985:75)

Granovetter com a proposta de Lukács.

5. BIBLIOGRAFIA

BECKERT, Jens – Economic Action and Embeddedness: The Problem of the Structure of Action. First Draft, Free University of Berlim, October 1999, 47p.

BLOCK, Fred. Postindustrial Posibilities: A Critique of Economic Discourse. Berkeley-Los Angeles: 1990, 227p.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. – The Sociology of Critical Capacity. European Journal of Social Theory, London: Sage, 2(3), p. 359-377.

COLLINS, Randall – Weber's Last Theory of Capitalism: A Systematization. In. Granovetter, M. and Swedberg, R. (Edit.) The Sociology of Economic Life. Boulder: Westview Press, 1992, p. 85-110.

CORCUFF, Philippe – As Novas Sociologias: Construções da Realidade Social. Bauru: EDUSC, 2001, 206p.

DiMAGGIO, P. – Aspectos Culturais da Acção e da Organização Económica. In. PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (org.) – A Nova Sociologia Económica: Uma Antologia. Oeiras: Celta Editora, 2003, p. 167-194.

FLIGSTEIN, N. – O Mercado enquanto Política: Uma Abordagem Político-Cultural às Instituições de Mercado. In. PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (org.) – A Nova Sociologia Económica: Uma Antologia. Oeiras: Celta Editora, 2003, p. 195-228.

_____ - States, Markets, and Economic Growth. In. SWEDBERG, R.; NEE, V. – The Economic Sociology of Capitalism. Princeton-New Jersey: Princeton University Press, 2005, p. 119-143.

GIDDENS, Anthony – Política, Sociologia e Teoria Social: Encontros com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo. São Paulo: UNESP, 1998, 336p.

GRANOVETTER, Mark – Economic Institutions as Social Construction: A Framework for Analysis. Mimeo, Paris, 1991, 21p.

_____ - The Strengh of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, vol. 78, no. 6, May 1973, p. 1360-1380.

_____– Economic Action na Social Structure: The Problem of Embeddedness. In. GRANOVETTER, Mark and SWEDBERG, Richard (Edit.) The Sociology of Economic Life. Bouder: Westview Press, 1992, p. 53-81.

_____ - A Theoretical Agenda for Economic Sociology. In. GUILLEN, Mauro, F., COLLINS, R., ENGLAND, P., and MEYER, M. Economic Sociology at the Millenium, New York: Russel Sage Foundation, 2001.

HIRSCH, P.; MICHAELS, S.; FRIEDMAN, R. – Clean Models vs. Dirty Hands: Why Economics is Different from Sociology. In. In. DIMAGGIO, P.; SHARON, Z. (Ed.) – Structures of Capital: The Social Organization of the Economy. New York: Cambridge, 1990, p. 39-56.

LÖWY, Michael – As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987, 210p.

_____ - Método Dialético e Teoria Política. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 141p.

_____ - Ideologias e Ciências Sociais: Elementos para uma Análise Marxista. 2ª. Ed., São Paulo: Cortez,

112p.

MARQUES, RAFAEL – Os Trilhos da Nova Sociologia Económica, In. PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (org.) – A Nova Sociologia Económica: Uma Antologia. Oeiras: Celta Editora, 2003, p. 1-68.

MURDOCH, Jonathan – Weaving the Seamless Web: A Considration of Network Analysis and its Potential Application to the Study of the Rural Economy. Centre for Rural Economy Working Paper Series, working paper 3, University of Newcastle upon Tyne, February 1994, 27p.

NEE, Victor and INGRAM, Paul – Embeddedness and Beyond: Institutions, Exchange,and Social Structure. In. BRINTON, Mary C. and NEE, Victor (Eds), The New Institutionalism in Sociology. Stanford: Stanford University Press, 1998, p. 19-45.

POLANYI, Karl – A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 349p.

RAUD-MATTEDI, Cécile – A Construção Social do Mercado em Durkheim e Weber: Análise do Papel das Instituições na Sociologia Econômica Clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, no. 57, fevereiro de 2005, p. 127- 142.

STEINER, Philippe – A Sociologia Econômica. São Paulo: Atlas, 2006, 134p.
_____ - Une Historie des Relations entre Économie et Sociologie. L'Économie Politique, 2001/4, no. 12, p. 32-45. <www.cairn.info/article.php?ID REVUE=LECO&ID NUMPUBLIE=LECO>

SWEDBERG, Richard – The Economic Sociology of Capitalism: An Introduction and Agenda. In. SWEDBERG, R.; NEE, V. – The Economic Sociology of Capitalism. Princeton-New Jersey: Princeton University Press, 2005, p. 3 - 40.

_____ - Max Weber e a Idéia de Sociologia Econômica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005 (Col. Economia e Sociedade, v. 5), 384p.

_____ - A Nova Sociologia Económica: O que já se atingiu, o que se seguirá? In. PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (org.) – A Nova Sociologia Económica: Uma Antologia. Oeiras: Celta Editora, 2003, p. 229-253.

_____ - Principles of Economic Sociology. New Jersey: Princeton University Press, 2003, 366p.

_____ - Sociologia Econômica: Hoje e Amanhã. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 2, 2006, p. 7-34.

SWEDBERG, R.; HIMMELSTRAND, U.; BRULIN, G. – The Paradigm of Economic Sociology. In. DIMAGGIO, P.; SHARON, Z. (Ed.) – Structures of Capital: The Social Organization of the Economy. New York: Cambridge, 1990, p. 57-86.

WEBER, Max – Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. 4ª. Ed., Volume 1, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, 464p.

_____ - A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 335p.

As estradas de terra em tempos de ferrovia

Paulo Roberto de Oliveira[1]

Introdução:

Mesmo em meio a febre ferroviária que tomou conta dos dirigentes brasileiros durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, as estradas de ferro não foram capazes de chegar até as diferentes localidades e servir às diferentes produções e elites regionais.[2] Essa não era uma característica exclusiva do Brasil. O empreendimento ferroviário necessitava de capital em altas doses, de apoio político, de condições técnicas, etc.

Por isso, apesar de pouco tratadas as estradas de terra possuíram um importante papel, incentivando diferentes economias e completando a integração política iniciada pelos caminhos de ferro.

Para abordarmos esta questão, analisaremos o papel das estradas de terra em duas unidades federativas durante a Primeira República: os estados de Goiás e de São Paulo. São regiões diferentes, a primeira marcada pelo fraco desenvolvimento ferroviário e a segunda por um desenvolvimento ferroviário relevante, baseado principalmente no transporte de café.[3]

Goiás e as estradas de terra:

A Província de Goiás, transformada em estado após a Proclamação da República, chegou ao final do século XIX com as atenções voltadas para os dois pólos econômicos em expansão que poderiam servir-lhe como ponte para a perseguida integração econômica: o Pará e São Paulo.[4]

Pelos motivos já conhecidos, após as primeiras décadas do século XX o estado do Pará perdeu grande parte do prestígio econômico e político de outrora,

---

[1] Doutorando no Programa de Pós Graduação em História Econômica da FFLCH, USP – SP, sob orientação do Prof. Dr. José Flávio Motta. Trabalho desenvolvido com auxilio do CNPQ.

[2] Hardman (1988) discute como no caso das ferrovias se cria uma imagem de modernidade que fascinou grande parte da elite brasileira, como instrumento para domar e se impor à natureza.

[3] É importante destacar que apesar da importância do café a ferrovia, mesmo em São Paulo, não era ligada somente a este produto, como destacou autores como Nunes (2005).

[4] Nos estudos sobre Goiás no final do século XIX e durante a Primeira República há uma ideia de decadência subentendida, a qual prejudica o entendimento das especificidades da região. Essa imagem, segundo Chaul, foi construída a partir dos relatos de viajantes que passaram por ali, incapazes de entender o funcionamento da sociedade e da economia locais. Ver Chaul, 1997.

idos com a seringueira, aclimatada pelos ingleses em outras plagas para o abastecimento do mercado mundial (WEINSTEIN, 1993; CANO, 1997).

Já antes disso, os grupos goianos que ocupavam as posições decisórias tendiam a voltar-se para o sul, para a possibilidade de integração econômica via São Paulo, principalmente pela extensão da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro[5] até o seu território, projeto que não logrou se concretizar (OLIVEIRA, 2007).

Mesmo assim, nos primeiros anos da República o estado de Goiás se viu contemplado por uma estrada de ferro que aparentemente viria a corresponder a sua expectativa, constituindo saída mais rápida para os seus produtos rumo aos mercados consumidores e, por consequência, estímulo ao aumento de sua produção. O estado produzia principalmente gado e cereais (BERTRAN, 1988).

A Estrada de Ferro Goiás surgiu da negociação entre a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e a Estrada de Ferro do Alto Tocantins. Ao desistir de seus direitos de construção de uma linha até o norte goiano, a Mogiana repassou-os a estrada de ferro goiana, que passou a ser denominada Estrada de Ferro Goiás[6] (BORGES, 1989).

Logo se notou que a ferrovia avançava lentamente e que era norteada por uma gama de interesses dos quais os goianos constituíam a faceta mais vulnerável. Até o final do período a capital do estado ainda não havia sido alcançada pelos trilhos. Apenas uma região restrita, o sudoeste goiano, foi servida pela via de comunicação férrea.

Mesmo antes da criação da EFG, quando ainda se acreditava no prolongamento da Mogiana até o estado, diferentes grupos goianos articularam-se para estabelecerem ligações com os trilhos da ferrovia no Triângulo Mineiro, nas estações de Araguari ou de Uberabinha. Em 1899, o Conselho Municipal de Catalão se preocupava com a construção de uma estrada de rodagem com um traçado aperfeiçoado que fosse até a estação da Companhia Mogiana em Araguari. Os comerciantes e figuras proeminentes da política local pressionaram os representantes municipais para a abertura da nova estrada.[7]

[5] A partir de agora abreviada como CMEF ou simplesmente como Mogiana.

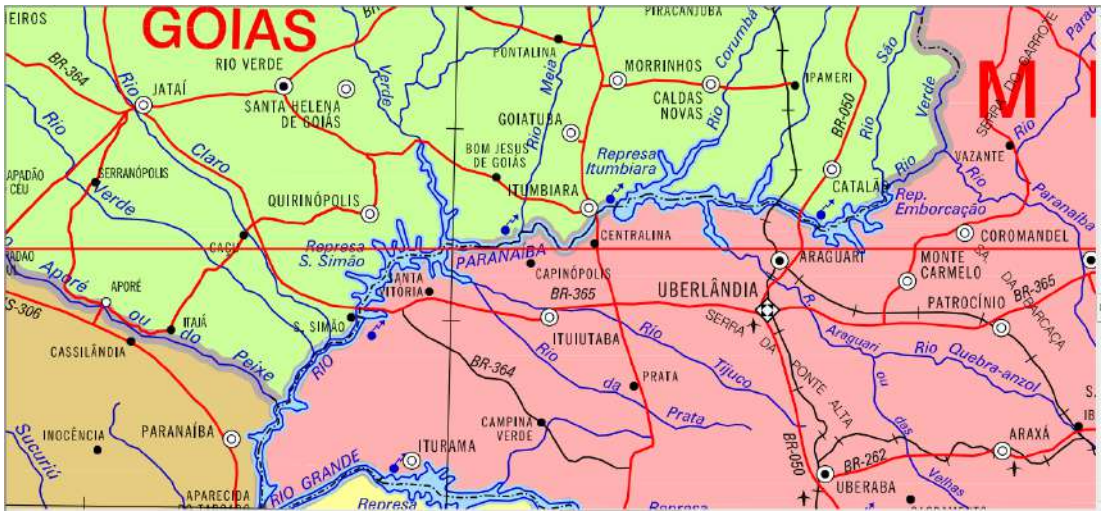
[6] Abreviada a partir de agora como EFG.

[7] Abaixo assinado dirigido pelos moradores de Catalão ao Conselho Municipal, solicitando a abertura de nova estrada para Araguari. 10 de junho de 1899. Arquivo Público de Goiás, Catalão, Caixa 4.

Pouco antes, em 1895, os representantes da cidade goiana de Morrinhos se movimentaram no mesmo sentido. Por uma questão geográfica, a estação buscada era a de Uberabinha, futura Uberlândia, também no Triângulo Mineiro. Naquele ano, em 29 de outubro, os representantes de Morrinhos reuniram-se com enviados de Uberabinha para discutir o assunto. Os mineiros ofereciam consideráveis vantagens, como construção da estrada em trecho mineiro e o auxilio com botes para a travessia de rios que se interpunham entre as duas cidades. Os goianos aceitaram a proposta prontamente e trataram de avisar ao governo estadual sobre a abertura da nova estrada.[8]

Durante a Primeira Guerra Mundial, no mesmo momento em que o governo adquiriu condições de aumentar os seus gastos em infraestrutura devido ao crescimento das exportações, uma companhia particular sediada no Triângulo Mineiro iniciou exploração de caminhos de terra que interessavam a Goiás. A Companhia Mineira de Viação Inter Municipal, que possuía contrato com o Governo de Minas Gerais, havia aberto estrada para tráfego de automóveis de cargas e passageiros de Santa Rita do Paranaíba até Uberabinha, cidade que se achava servida pela Mogiana. Havia a expectativa de que em breve a estrada seguiria até Morrinhos, já no estado de Goiás (A Informação Goiana, 15 de dezembro de 1917, p. 57).

Mapa 1: Divisão atual entre o Triângulo Mineiro e o estado de Goiás.



Fonte: IBGE

[8] Ata do Conselho Municipal de Morrinhos, 29 de outubro de 1895. Morrinhos. Ofício dirigido pela Câmara Municipal a Secretaria de Instrução, Indústria e Obras Públicas do Estado de Goiás, solicitando a abertura de estrada até São Pedro do Uberabinha, em Minas Gerais. 25 de novembro de 1895.

Embora atual, o mapa apresentado acima nos permite observar a localização das cidades de Morrinhos e Catalão com relação a Uberlândia – Uberabinha à época – e Araguari. Nestas cidades triangulinas estavam localizadas as importantes estações da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, buscadas pelos goianos.

Ainda em 1917 era anunciada a criação de uma empresa goiana para explorar as estradas de rodagem. Dois anos depois já havia planos de construção de uma estrada pela Companhia de Auto Viação Goiana para a ligação da cidade de Roncador, ponto final dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás, até a capital goiana (A Informação Goiana, 15 de março de 1919, p. 110).

Demorou pouco para que a empresa se desenvolvesse, explorando a lacuna do sistema de transportes goiano. Sediada na cidade de Rio Verde suas linhas já se estendiam em 1919 de Santa Rita do Paranaíba até Jataí, em um percurso de 390 quilômetros, em ligação com a linha de Santa Rita a Uberabinha, com 144 quilômetros. Conjuntamente, atuavam em Goiás as empresas de viação Corumbá a Goiandira e Santa Rita a Trindade (A Informação Goiana, 15 de setembro de 1919, p. 15)

Mesmo com a melhoria das condições financeiras do estado após a segunda década do século XX, os goianos não possuíam condições para tomar para si a construção da ferrovia, naquele momento de propriedade federal. Assim, como medida paliativa, colocaram em prática um considerável plano de viação que tinha como principal motivação a ligação de diferentes recantos do estado aos trilhos da EFG e à capital estadual.

Em 1929, já existiam estradas que além de incentivarem a produção em diferentes recantos, também fortificavam a rede de arrecadação e contribuíam para o aumento das rendas. Na Secretaria de Obras Públicas de Goiás criou-se em sua estrutura o Departamento de Estradas de Rodagem, demonstrando àquela altura a preocupação em organizar o sistema de viação goiano, construído sem método e técnica durante um longo período.[9]

Além de ligar diferentes regiões à ferrovia e à capital, as estradas também auxiliavam os goianos a ligarem-se aos mercados consumidores, como São Paulo:

[9] Relatório apresentado ao Senhor Doutor Alfredo Lopes de Moraes, Presidente do Estado, pelo Secretario de Obras Públicas Jalles Machado de Siqueira. Exercício de 1929. Empresa Gráfica e Revista dos Tribunais, 1930. p. 15.

> Visando a ligação da capital e o Sul do estado a Uberlândia (...) ao Porto do Cemitério da E.F. Paulista, o estado desenvolveu regular atividade, transformando em estradas de classe os trechos quase intransitáveis das antigas estradas de penetração que demandam aquelas estações, porque assim o exigia a intensidade do respectivo tráfego.[10]

As estradas de rodagem de Goiás eram as seguintes:

Tabela 1: Estradas de Primeira Classe: Abaulada, com 8 metros de largura:

Inhumas a Viamonte (pública)	108 quilômetros
Capital a Itaberaí	42 quilômetros
Itaberaí a Catingueiro Grande	36 quilômetros
Catingueiro Grande a Inhumas	30 quilômetros

Fonte: Relatório da Secretaria de Obras Públicas de Goiás, 1929.

Tabela 2: Estradas de Segunda Classe: Abaulada, com 6 metros de largura:

Inhumas a Vianópolis (federal)	157 quilômetros
Inhumas a Nova Veneza	26 quilômetros
Nova Veneza ao Serrado	15 quilômetros
Cerrado a Anápolis	36 quilômetros
Anápolis a Bonfim	62 quilômetros
Bonfim a Vianópolis	18 quilômetros
Inhumas a S. Geraldo	20 quilômetros
Buriti Alegre a Santa Rita do Paranaíba (estadual)	40 quilômetros
Alegre a Morrinhos (parte de Segunda Classe)	19 quilômetros

Fonte: Relatório da Secretaria de Obras Públicas de Goiás, 1929.

Estas estradas eram completadas por cinco mil quilômetros de estradas de penetração, consideradas de terceira classe.

[10] Relatório apresentado ao Senhor Doutor Alfredo Lopes de Moraes, Presidente do Estado, pelo Secretario de Obras Públicas Jalles Machado de Siqueira. Exercício de 1929. Empresa Gráfica e Revista dos Tribunais, 1930. p. 25.

Figura 1: Estrada no interior de Goiás em 1929, já apedregulhada.

Fonte: Relatório da Secretaria de Obras Públicas de Goiás, 1929.

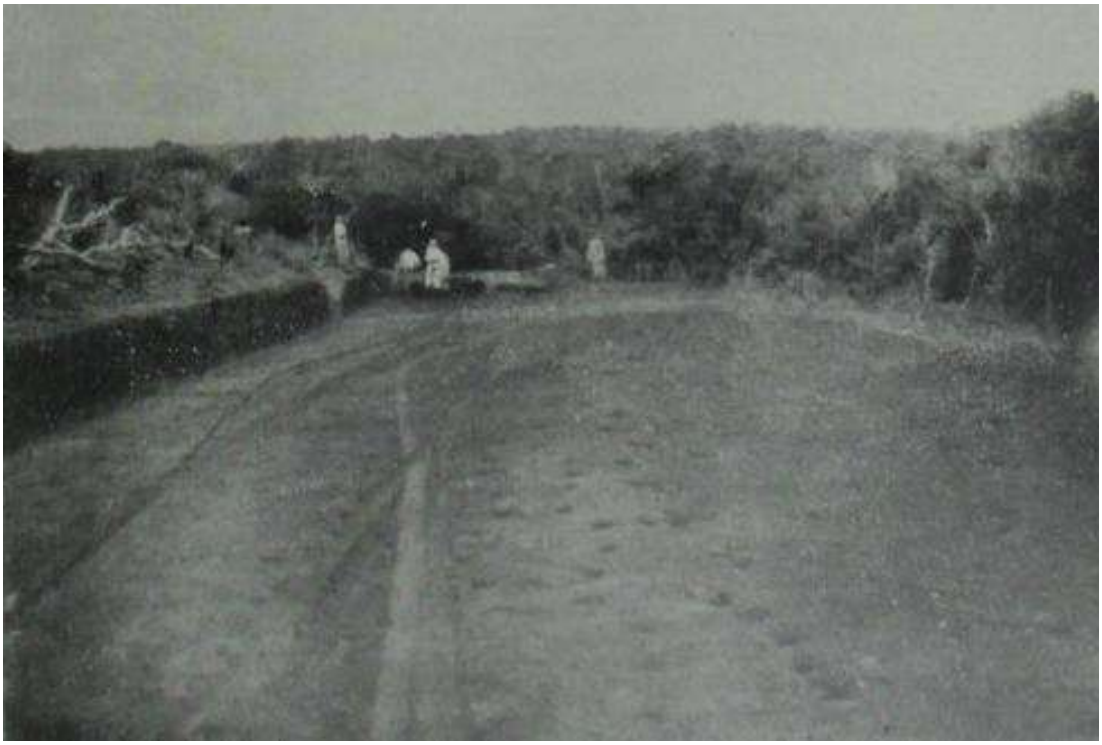
A preocupação dos dirigentes goianos com o tráfego de carros de bois nos fornece novos elementos para entender a importância das estradas de terra.

> Os pesados carros de bois, empregados quase que exclusivamente nos transportes de cargas em nossas estradas, impede-nos de tê-las boas e consolidadas. Já de si mesmas cortantes, as rodas revestidas de chapas metálicas mais estragos produzem.
>
> Seria medida proveitosa à votação de uma lei que determinasse em prazo razoável a substituição por outro do atual sistema de atração que acarreta estragos permanentes e gastos repetidos, em pura perda, em injustificável e incompreensível esbanjamento com que se tem até hoje cortejado a ignorância e a rotina (MPEG, 1922, p. 25).[11]

A intensidade do trânsito de carros de bois denota um intenso comércio por terras, que tanto poderia abastecer a ferrovia goiana quanto levar os produtos do estado até as estações da Mogiana no Triângulo Mineiro, o que ocorria em grande parte dos casos (NOGUEIRA, 1980).

[11] MPEG é abreviação para Mensagem do Presidente do Estado de Goiás.

Figura 2: Estrada no interior de Goiás em construção no ano de 1929.



Fonte: Relatório da Secretaria de Obras Públicas do estado de Goiás, 1929.

O aumento dos gastos estaduais com obras públicas também traduz parte das preocupações com as estradas. Os gastos com estas atividades subiram a 10% na década de 1920 e ultrapassaram 13% ao final desta mesma década (CAMPOS, p. 65, 08).

São Paulo e as estradas de rodagem:

A situação do estado de São Paulo era muito distinta da de Goiás no momento tratado. Enquanto o estado de Goiás lutava com o problema de falta de meios de comunicação eficazes e com a dificuldade encontrada para a expansão de sua produção, São Paulo possuía o produto mais precioso – o café – a economia mais desenvolvida e diversificada, além de grande prestígio político nacional (CANO, 1977). Era um estado, além disso, muito bem servido pelas ferrovias (SAES, 1981).

Sendo assim, as estradas de terra paulistas não eram o fator primordial de aumento da produção. Possuía sim o papel complementar a ferrovia em pelo menos dois aspectos bem evidentes: na drenagem de produtos para os trilhos, aumentando

a rentabilidade das empresas ferroviárias e na busca de produtos para a economia paulista.

Algumas vezes estes dois fatores se encontravam entrelaçados. Em 1903, Adolpho Augusto Pinto defendia a construção de uma estrada de rodagem que seguisse a partir da Companhia Paulista de Estradas de Ferro até o Mato Grosso, com a intenção de drenar para esta ferrovia os produtos das regiões centrais do Brasil. Neste caso, além de criar ou intensificar um fluxo de mercadorias rumo à ferrovia, ainda serviria como fonte de captura de produtos para a economia paulista, nesse caso o gado.[12]

A defesa desta estrada fazia parte de um projeto mais amplo de parte do capital cafeeiro para a diversificação do tráfego de mercadorias e busca do gado das regiões centrais do Brasil, principalmente Goiás e Mato Grosso. Era um plano ligado principalmente ao grupo articulado em torno da Companhia Paulista de Estradas de Ferros. Antônio Prado, um de seus representantes, foi responsável pela implementação do primeiro frigorífico do Brasil na cidade de Barretos, no estado de São Paulo. O gado que chegava até lá por meio de estradas de terra e portos fluviais era processado e enviado para os mercados consumidores via CPEF[13] (PERINELLI, 2009).

O Plano de Viação apresentado ao Governo do estado de São Paulo em 1913 dedicava grande atenção às estradas de terra. Ficava evidente a preocupação com o tema, sobre o qual não havia muitas informações e estatísticas que permitissem uma melhor análise. Não havia falta de estradas em São Paulo; o que era constatado era a *falta de boas estradas.* Mesmo as estradas públicas, mantidas pelo estado, não possuíam melhores condições, sendo estreitas e com má qualidade de tráfego (Plano de Viação, 1913, p. 45). Entre os melhoramentos propostos pelo plano estavam a desobstrução das vias, balizamento, regularização e retidão dos leitos. Deveriam servir aos municípios ainda não servidos pelas ferrovias, ligando-os aos ramais mais convenientes.

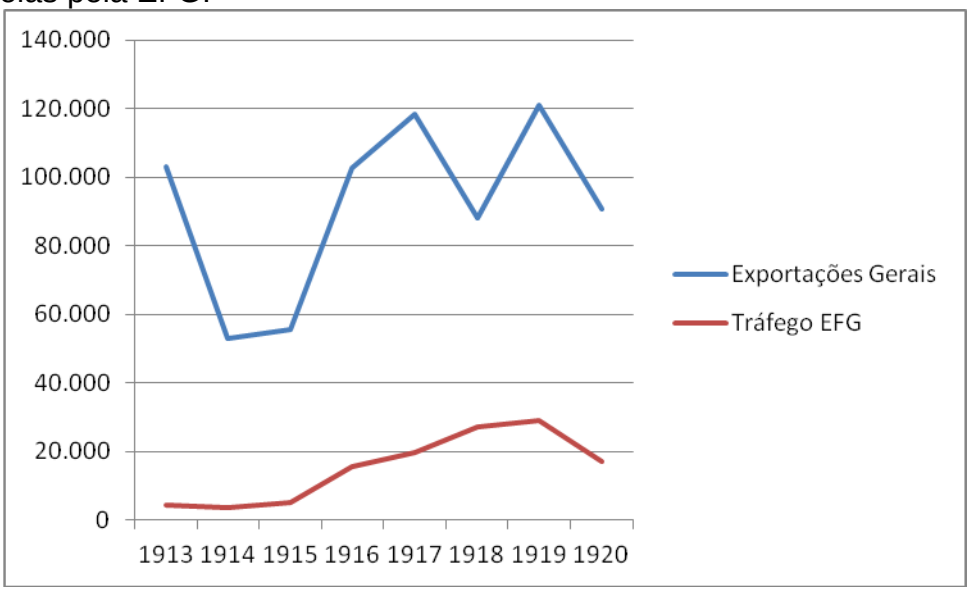
Nas primeiras décadas do século XX o gado foi tomando cada vez mais importância na economia paulista. Durante a Primeira Guerra Mundial as exportações de carne processada conseguiram remediar parte dos problemas às

[12] PINTO, A. A. *História da viação pública em São Paulo.* São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1917. p. 121 – 123.
[13] Abreviatura para Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

finanças paulistas ocasionados pela retração dos mercados consumidores de café. Grande parte do produto processado e exportado por São Paulo não possuía origem no estado. Chegavam a São Paulo, vindos de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, por ferrovias e, principalmente, por estradas de terra.

O gráfico abaixo traz a comparação entre as exportações totais de Goiás e os embarques na estrada de ferro:

Gráfico 1: Comparação entre as exportações gerais de gado pelo estado de Goiás pela EFG.



Fontes: TEIXEIRA, 1933; Mensagens dos presidentes de Estado.

Como se vê, mais que as ferrovias, as estradas de terra eram as principais responsáveis pelo escoamento do gado goiano, que cruzando divisas políticas e obstáculos naturais, como os rios, chegava até os mercados consumidores. Podemos dizer o mesmo com relação ao gado mato grossense e mineiro.

Os administradores de São Paulo preocupavam-se com a manutenção das vias que pudessem fazer com que esse gado chegasse até o estado. São Paulo possuía grandes pastagens e invernadas nas quais o gado chegava a pé após viagem de meses *(...) dos vizinhos estados criadores de Minas, Goiás e Mato Grosso* (MPESP, 1922, p. 89).

Mesmo antes, em 1914, já havia a preocupação com a construção de uma estrada de rodagem que chegasse até as zonas produtoras de gado. No ano de 1916 a Companhia Paulista de Estradas de Ferro possuía concessão para a manutenção de uma estrada entre Barretos e Porto do Taboado, com 312

quilômetros de extensão, com pousos e pontos de apoio para a passagem de gado.[14]

Figura 3: Estrada São Paulo Mato Groso – Trecho Tietê – Laranjal.

Fonte:Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1925.

Uma das preocupações dos administradores do estado de São Paulo era construir estradas de rodagem que chegassem até as suas bordas. Era aguardado o reestabelecimento da Estrada do Anhanguera, da cidade de São Paulo até o Rio Grande, na divisa com Minas Gerais.[15]

O Primeiro Congresso de Estradas de Rodagem ocorreu em 1917, organizado pela Secretaria da Agricultura, a fim de estudar as estradas no estado, *quer pelo lado técnico, seja pelo lado econômico* (MPESP, 1917, p. 57); enquadrava-se no contexto dos esforços para a melhoria das vias de comunicação paulistas. O trabalho de construção e manutenção das estradas era constante, contando inclusive com a mão de obra de presos.

As estradas de rodagem ainda podiam incentivar a economia de algumas áreas, pois possibilitava o transporte a curta distância da produção em carros individuais. Havia junto a isso uma grande transformação nos costumes: as viagens por ferrovias entre cidades que não eram servidas pela mesma linha demoravam

[14] MPESP, 1916, p. 62.
[15] MPESP, 1920, p. 20.

antes dias e noites, *nas baldeações com dormidas forçadas e demoras inevitáveis nos horários*.

Em 1923, o estado já era servido por 823 quilômetros de estradas - 139 apedregulhados, 55 macadamizados e o restante em leito de terra:

A – de São Paulo a Santos, seguindo para São Vicente e de São Vicente para Ponta da Praia;

B – de São Paulo a Campinas, seguindo para Ribeirão Preto, passando por Americana, Limeira, Araras, Leme, Pirassununga, Santa Rita, São Simão e Cravinhos, com os ramais para Ibó, Santa Rita e Nova Odessa e de Campinas para Mogi Mirim;

C – de São Paulo a Rodovalho, passando por Cotia e São Roque;

D – de São Paulo a Porto Feliz, passando por Osasco, Barueri, Paranaíba, Pirapora, Cabreúva e Itú;

E – de São Paulo a São José dos Campos, passando por São Miguel, Mogi das Cruzes e Jacareí, com os ramais de Luís Carlos, Sabaúna, Guararema, e Escada;

F – de Lindóia a Termas;

G – de Torrinha a Santa Maria;

Em 1924, a campanha pelas estradas de rodagem era vista como vencedora. A responsável pela fiscalização das estradas era a Inspetoria de Estradas de Rodagem submetida à Secretaria de Obras Públicas. A estrada para o Rio de Janeiro estava em construção e a estrada de São Paulo a Minas Gerais já havia chegado a Ribeirão Preto, com ramais para Prata, Descalvado e Valinhos. A Estrada de São Paulo a Mato Grosso já havia chegado até Tietê; a estrada São Paulo ao Paraná já havia passado por Sorocaba, São Roque e Cotia e chegado até Itapetininga.[16]

> Dependente da Secretaria de Obras Públicas existe por lei a Inspetoria de Estradas de Rodagem, com pessoal de gabinete, administrativo e operário, de construção, reconstrução e conservação de estradas, com o material indispensável - compressores, tratores, caminhões, automóveis, plainas, escalifadores, pás, enxadas, picaretas – com regras regulamentadas, sob todos os aspectos e com autorização para despezas em leis especiais e orçamentárias que permitam o seu desenvolvimento normal (MPESP, 1924, p. 29, 30).

[16] MPESP, 1924, p. 29, 30.

A quilometragem de estradas construídas havia subido para 1.344 e os municípios haviam realizado os seguintes serviços com auxilio estadual:

- Estrada de Amparo ao rio Jaguari, em direção a Itatiba, pela Câmara de Amparo;

- Estrada de Paranaíba às divisas de jundiaí, pela Câmara de Paranaíba;

- Estrada de Jundiaí a Itatiba e Itapéva, pela Câmara de Jundiaí;

- Estrada de Cabreuva a Itapeúva, pela Câmara de Cabreuva;

- Estrada de Itapira a a Lindóia, pela Câmara de Itapiva;

Também havia sido concedido auxílio para para a estrada de Santo Amaro *ao sertão sul do Estado.*

O Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1925 registrou a dificuldade de conservação das estradas. As chuvas que caíram durante o último semestre do ano haviam feito enormes estragos, arrastando inclusive parte de algumas. Cinco pontes foram arrastadas, segundo o secretário uma parte pequena, que representava 0,5 % do total.[17] O mesmo Relatório trouxe a discussão sobre maneiras de financiar a pavimentação das estradas por meio da cobrança de taxas sobre alguns produtos ou a instalação de pedágios.

Considerações finais:

As estradas de ferro, apesar do seu grande potêncial de transformação, sozinhas foram incapazes de atender às necessidades de transporte de diferentes regiões durante a Primeira República. Devido ao seu traçado fixo, muitas regiões não eram atendidas por elas, restando a possibilidade de ligação às ferrovias por meio das estradas de terra. As estradas de terra também poderiam servir à outras modalidades de transporte de curta distância, ligando, assim, produções regionais a mercados consumidores próximos.

Outra questão que deve ser levada em conta é a dos fretes. Para muitos produtores era mais viável transportar os seus produtos por terra, fugindo aos fretes das ferrovias. Os goianos, durante toda a Primeira República, reclamavam das tarifas cobrados pela EFG, tratando-a como *polvo que sugava as riquezas estaduais*.

[17] Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. São Paulo, 1925. p. 334.

Outros produtos, pela sua natureza, seguiam por terra, como é o caso do gado. As exportações de produtos derivados da pecuária alcançaram grande importância para o estado de São Paulo durante a Primeira Guerra Mundial. Por não possuir rebanhos em quantidade suficiente, os paulistas recorriam à produção de outros estados, que muitas vezes chegava por estradas de terra.

Fontes:

Abaixo assinado dirigido pelos moradores de Catalão ao Conselho Municipal, solicitando a abertura de nova estrada para Araguari. 10 de junho de 1899. Arquivo Público de Goiás, Catalão, Caixa 4.

A Informação Goiana, dezembro de 1917, março de 1919, setembro de 1919.

Ata do Conselho Municipal de Morrinhos, 29 de outubro de 1895. Morrinhos. Ofício dirigido pela Câmara Municipal a Secretaria de Instrução, Indústria e Obras Públicas do Estado de Goiás, solicitando a abertura de estrada até São Pedro do Uberabinha, em Minas Gerais. 25 de novembro de 1895.

Mensagens dos Presidentes do Estado de Goiás, 1889 – 1930. Disponível em < http://www.crl.edu/brazil/provincial>.

Mensagens dos Presidentes do Estado de São Paulo, 1889 – 1930. Disponível em < http://www.crl.edu/brazil/provincial>.

Plano de Viação apresentado ao Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo em 1913.

Relatório apresentado pelo Interventor Federal no Estado de Goiás Pedro Ludovico Teixeira a Getúlio Vargas, chefe do Governo provisório, 1933.

Relatório da Secretaria de Obras Públicas de Goiás, 1929.

Bibliografia:

ALENCAR, M. A. G. de. *Estrutura fundiária em Goiás.* Consolidação e mudança, 1850 – 1910. Goiânia: UCG Ed., 1993.

ARRUDA, G. *Cidades e sertões*. Entre a história e a memória. Bauru SP: EDUSC, 2000.

BERTRAN, P. *Uma introdução à história econômica do centro oeste do Brasil*. Goiânia: UCG/Brasília, DF: Codeplan, 1988.

BORGES, B. G. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: UFG, 1989.

CANO, W. *As raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977, p . 20, 21.

CHAUL, N. F. *Caminhos de Goiás:* da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 1997.

HARDMAN, F. F. *Trem fantasma.* A modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NOGUEIRA, W. C. *Mestre Carreiro*. A folclórica. Instituto Goiano de Folclore: Goiânia, 1980.

NUNES, I. *Douradense*: a agonia de uma ferrovia. Sao Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, P. R de. *Entre rios e trilhos.* As possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República (1889 – 1930). Dissertação (mestrado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP. Franca, SP, 2007.

PERINELLI NETO. *Nos quintais do Brasil: homens, pecuária, complexo cafeeiro e modernidade.* Barretos (1854/1931). Tese (doutoramento em história), Faculdade de História, Direito e serviço Social. Franca, SP, 2009.

PINTO, A. A. *História da Viação Pública de São Paulo*. 2 ed. Introdução e notas de Célio Debes. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977.

SAES, F. A. M. de. *As ferrovias de São Paulo 1870 – 1940.* São Paulo: HUCITEC, 1981.

VUGMAN, G. A. *A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação (1872-1914)*. Subsídios para o estudo de uma estrada de ferro paulista. 1976. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1976.

Políticas para a Agricultura e Industrialização por "Substituição" de Importações na História Econômica do Brasil (1888-1973)

Pedro Vilela Caminha - doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFRJ), mestre pelo Centro de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura (CPDA/UFRuralRJ) e economista pelo Instituto de Economia (IE/UFRJ). Correio eletrônico: pedrocaminha@uol.com.br

RESUMO: O trabalho teve o objetivo de destacar uma relação possível de estabelecer entre as lutas pela reforma agrária e a industrialização agrícola durante parte relevante do Brasil do século XX. Essa relação foi pesquisada com a hipótese que, na segunda metade da década de 50, o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek estruturava um modelo orgânico de política econômica que produziria consequência decisiva sobre as lutas pela reforma agrária e a industrialização agrícola nos anos 60 e 70. Para sustentar essa hipótese, a metodologia de trabalho recorreu à análise do quê a bibliografia especializada escreve sobre o tema. Essa análise indicou que o modelo de política econômica estruturado com o Plano de Metas consolidava um padrão específico de "modernização conservadora" que iria ser apenas oficializado nos anos 60 e 70. Com base na bibliografia consultada, o resultado obtido pelo trabalho permitiu tecer considerações sobre uma relação possível de se encontrar entre o agro reformismo e os limites da atuação do planejamento público.

Palavras-Chave: Reforma Agrária, industrialização Agrícola, Plano de Metas

ABSTRACT: The study aimed to highlight a possible relationship between the struggle for agrarian reform and agricultural industrialization during relevant part of the Brazil's twentieth century. This relationship was investigated with the hypothesis that, in the second half of the 50's, the Target's Plan structured organic model of economic policy that would produce a decisive result on the struggle for agrarian reform and agricultural industrialization in the 60 and 70's. To support this hypothesis, the methodology of work appealed to the analysis of what the specialized literature write on the subject. This analysis indicated that the structured model of economic policy with the consolidated Target's Plan a specific pattern of "conservative modernization" that would just be formalized in the 60 and 70. Based on the literature reviewed, the result obtained by the work allowed considerations about a possible relationship be between the agricultural reform and the limits of the public planning.

Keywords: Agrarian Reform, Agricultural industrialization, Target's Plan

Área: 2. História Econômica e Economia Brasileira
Subárea: 2. 1 História Econômica e Social Brasileira

Introdução

O trabalho teve como objetivo destacar uma relação possível de se estabelecer entre as lutas pela reforma agrária e a industrialização agrícola durante parte relevante do Brasil do século XX. Essa relação foi pesquisada com a hipótese que somente na segunda metade da década de 50 – com a implementação do Plano de Metas, no governo do presidente Juscelino Kubitschek – era estruturado um modelo orgânico de política econômica que produziria consequência decisiva sobre as lutas pela reforma agrária e a industrialização agrícola nos anos 60 e 70.

Para sustentar essa hipótese, a metodologia de trabalho recorreu à análise do quê a bibliografia especializada escreve sobre o tema. Assim, o objetivo do presente artigo é apresentar uma síntese desse trabalho de análise bibliográfica, apresentando considerações breves acerca do problema levantado, com o intuito de fornecer bases para possível pesquisa empírica sobre o mesmo tema em outro artigo.

Dessa forma, o presente artigo apresenta as informações analisadas na bibliografia em quatro itens, além desta introdução e de breves considerações finais. O primeiro item tece indicações sobre o predomínio do liberalismo nas primeiras décadas da República, quando ocorriam os primeiros movimentos de luta pela reforma agrária e industrialização agrícola. O segundo item faz indicações sobre a organização dos instrumentos de política industrial e de reforma agrária na entrada da década de 50.

O terceiro item aborda a utilização desses instrumentos de política econômica na segunda metade da década de 50, bem como, sua relação com as lutas agro reformistas do pré-64. O quarto item faz indicações acerca do planejamento central que, no pós-64, comandaria diretamente a industrialização agrícola. Ao fim, o artigo sugere possíveis considerações a serem formuladas sobre a reforma agrária e o planejamento público no período analisado.

I. Primeira República: predomínio agrário e liberalismo

Observando a bibliografia especializada como se formasse um conjunto, é possível começar a análise sobre as lutas pela implementação de uma “reforma agrária” e de uma “industrialização agrícola” no período anterior ao “divisor de águas” da década de 50 tomando como referência os

anos de 1888 e 1889. Segundo Martins (1981, p. 31), o biênio de 1888 e 1889 pode ser considerado o marco inicial dessa história em virtude de haver sido quando, à redefinição do estatuto do trabalhador brasileiro, no 13 de maio, seguia-se a rearticulação imediata da classe dirigente, no 15 de novembro.

Segundo Camargo (1986, p. 131), a rearticulação da classe dirigente acontecia com o triunfo de uma República federativa, comandada de forma exclusiva por representantes das maiores lavouras regionais de exportação de café, açúcar etc. Para Lessa (1963, p. 16), o predomínio agrário da primeira metade do século XX, baseado no liberalismo, restringia a atuação da política econômica a medidas passivas.

Ao longo da primeira metade do século XX, a passividade da política econômica refletia-se na postura adotada contra as sucessivas interrupções no comércio internacional nesse período. Ao longo desse conturbado período, as sucessivas interrupções no comércio externo levaram à criação de uma Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) de forma exclusiva para as maiores lavouras de exportação café, açúcar etc., forjando os Institutos federais de proteção para cada uma.[1]

Particularmente nas décadas de 20, 30 e 40, outros instrumentos de intervenção pública interna criados, e que podiam interferir no processo de "modernização" da indústria, do comércio e da agricultura, eram forjados de modo agregado, nas margens do arcabouço liberal predominante. Além disso, por serem desmontados no imediato pós-45, podem ser tratados como uma floração inicial do processo de "modernização" que nos anos 50 e 60 ia ficar prestes a explodir como um autêntico vulcão em ignição (Draibe, 1985, pp. 167 e 144-145).

Segundo o conjunto da bibliografia especializada, no pós-45, com a restauração do liberalismo, a exceção ao desmonte dos instrumentos de intervenção interna ocorria com relação à

1 Segundo Paiva (1949, p. 29), a PGPM é uma política de inspiração keynesiana formulada como uma "segunda melhor" opção de intervenção "liberal" em setor no qual a liberdade de comércio apresenta desequilíbrios sazonais e se mostra sob a "ameaça" de uma intervenção direta no mercado por meio do tabelamento, confisco ou encampação por um monopólio público. Para Lessa (1963, p. 77), estas medidas de intervenção direta apenas deixam o consumidor a impressão de estar sendo contemplado pela política econômica; no entanto, elas não diminuem o desequilíbrio do setor, além de onerarem o agricultor e servirem de estímulo a ilegalidades. Por sua vez, a PGPM implementa uma intervenção indireta no mercado de gêneros agropecuários, por meio da garantia da compra da produção contemplada por um patamar de preço "mínimo". De regra, essa compra ocorre na época da safra, para que ao longo da entressafra a PGPM possa, de maneira gradual, vender os estoques acumulados, estabilizando o desequilíbrio sazonal dos preços no setor. No caso do Brasil, desde o começo do século, com o Convênio de Taubaté, era forjada uma PGPM de forma exclusiva para as maiores lavouras de exportação de café, cana etc., contempladas com os Institutos de proteção federal para cada uma – que no limite compravam estoques em excesso para queimá-los. Para Furtado (1959, pp. 212-213), na década de 30, a PGPM de forma exclusiva para as maiores lavouras de exportação, sem mais poder recorrer ao crédito externo, passava a ser financiada pela emissão monetária, tornando-se a principal responsável pela manutenção da produção e do consumo do setor. A interrupção do comércio internacional por longos períodos, acomodada com a manutenção do nível de renda no setor por esta "'tipicamente keynesiana'" PGPM para as maiores lavouras de exportação, terminava por também irradiar um estímulo para o crescimento de partes da produção para o comércio interno no restante da economia nacional por meio do processo que ia ser conhecido na bibliografia internacional como "substituição" de importações. Por tudo isso, a PGPM de forma exclusiva para as maiores lavouras de exportação caracterizava-se pela principal política do Estado brasileiro, muito embora a manutenção de um crescimento econômico graças à intervenção pública, refletindo-se na elevação constante dos preços internos, acentuasse outros desequilíbrios na economia nacional até "socializá-los" de modo "estrutural" na valorização cambial.

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esta era mantida de forma a conservar excluindo da política as relações de trabalho de lavradores e trabalhadores agropecuários – a despeito das destacadas lutas em prol da sua generalização para as relações agrárias (Costa, 1991, p. 14).

Para Delgado (1985, p. 45), ao longo desse período inicial, a ausência de planejamento público interno era sensível no caso dos cultivos de consumo interno, como de arroz, feijão etc. Para tais cultivos de comércio interno, fora criada a Comissão Nacional de Estabilização de Preços (CONEP), forjada ainda em marco claramente liberal.

Segundo o "brasilianista" Gordon Smith (1966, pp. 73-75), a PGPM operada pela CONEP, mesmo com sua posterior substituição pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), tinha vida efêmera, por contemplar poucos gêneros e não ser voltada para garantir um patamar de preço mínimo para o agricultor, mas para o tabelamento de preços máximos ao consumidor; em geral, a PGPM continuava restrita às lavouras de comércio externo, enquanto que para os um ou dois cultivos de consumo interno que contavam com a política os agricultores enxergavam a COFAP com receio implícito de intervir, por anunciar patamares demasiados baixos, interferindo no mercado de maneira mais indicativa do que efetiva, para não reter estoques em excesso. Afirma Lopes (1978, p. 13), em uma frase, as intervenções da COFAP não interferiam no preço praticado pela retórica da "liberdade de comércio", sujeito à oscilação sazonal determinada por monopolistas regionais da infraestrutura de transporte local, que conservavam-se "açambarcando" a circulação dos estoques de gêneros de consumo interno, como arroz, feijão, algodão etc. (cf. Paiva, 1949, pp. 23-25; Linhares & Teixeira, 1979, pp. 148-149).

No mais, ao longo dos sucessivos transtornos da primeira metade do século XX, germinavam variadas formas de luta da classe trabalhadora, como nos casos de messianismos, da bandidagem "social" ou das mais brutais revoltas anárquicas. No entanto, estas formas múltiplas de luta não possuíam perenidade. E, de regra, eram tratadas pela política como um caso de polícia, saúde mental ou "subversão" aos valores da população brasileira (Medeiros, 1982, pp. 32-33; Martins, 1981, p. 67).

Para Singer (1986, pp. 213-215), ao longo da primeira metade do século, à falta de intervenções globais na economia brasileira, vinha sendo agravado um desequilíbrio entre a infraestrutura de transporte das lavouras de exportação – com a moderna navegação a vapor, as ferrovias e os telégrafos – e a das atividades de comércio interno, com a "arcaica" navegação de cabotagem, o tropeiro e o cavalo. Segundo a bibliografia especializada, ao longo da primeira metade do século XX, com base no livre-cambismo, a importação de modernas máquinas e equipamentos da moderna indústria automobilística – como de carros de passeio, caminhões, tratores, ambulâncias, tanques de guerra etc. – ia passar a colocar em evidência que o descompasso entre a infraestrutura de transporte externo e interno acentuava outros desequilíbrios específicos, em

particular nos ramos de produção de bens de consumo não duráveis com maior circulação entre a população brasileira, como nas "agroindústrias" alimentícia, têxtil e habitacional (Fernandes, 1966, pp. 264-268; Maluf, 1992, pp. 171-173 e 190-191; Cardoso, 1963, pp. 142-144).

Em geral, o descompasso estrutural podia tornar comparativamente vantajoso a "substituição" de partes da importação em tais ramos de atividades de bens de consumo não duráveis com maior circulação entre a população. A "substituição" de tais importações específicas ocorria porque o descompasso estrutural tornava vantajoso uma "substituição" de parcelas das lavouras de exportação por pastagens e cultivos de consumo interno. Este processo "substitutivo" de importações específicas, quando conseguia prosseguir com sucesso relativo, podia inclusive chegar a semear um processo de "agroindustrialização" em partes de algumas atividades de manutenção e conservação das agroindústrias alimentícia, têxtil e madeireira (Graziano da Silva, 1987, p. 19).

Todavia, dado o liberalismo predominante nas atividades de comércio interno, monopolistas regionais da moderna infraestrutura de transportes local conservavam-se "açambarcando" a circulação dos estoques dos cultivos de consumo interno, como algodão, arroz e feijão (Linhares & Teixeira, 1979, pp. 18-19). Segundo Cardoso (1963, pp. 116-117 e 137-139), o crescimento desta nascente agroindústria nacional, "açambarcado" pelo liberalismo dominante, era primeiro *"amortecido",* para em seguida ser *"distorcido"* ou mesmo eliminado pela "estrutura" de mercado monopolística de cada região do país.

II. Segundo Governo Vargas: política industrial e reforma agrária

Na metade do século, principalmente no segundo governo Vargas, abria-se um ambiente fértil para que diversas organizações passassem a montar as bases de uma política industrial e uma reforma agrária no seio da cultura política brasileira. Das bases da política industrial do período desenvolvimentista brasileiro, enfatiza-se a criação da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS), além da retomada das atividades da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), da Cia. Vale do Rio do Doce (CVRD) e de empresa de energia para uma região particular, a Cia. Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHVSF), bem como, a criação dos privilégios de importação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e dos juros subsidiados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). (Fernandes, 1966, pp. 244-245)

A simples listagem destes modernos instrumentos de política industrial mostra que

> com a volta de Vargas ao poder, em 1951, retorna também a aspiração à industrialização acelerada como condição para o progresso social e a autonomia nacional. Deve-se insistir, entretanto, que não houve mera retomada do projeto estadonovista: sobre bases e dinâmicas sociais bastante distintas, definiu-se no início dos anos 50 um projeto... mais profundo e complexo, mais abrangente, ambicioso e integrado que o delineado ao final da década de 30. ...

> Do ponto de vista da ossatura econômica do Estado e da natureza de suas relações com as classes sociais no processo de industrialização, o período 51-54 marcou uma importante inflexão nas tendências que se desenvolviam desde 1930. A aceleração do ritmo de expansão e centralização da máquina estatal, agora, apresentava descontinuidade acentuada em relação ao Estado Novo e estabelecia as bases da transformação estrutura do Estado, cuja visibilidade maior ocorreria no período Juscelino Kubitschek. Em outras palavras, do ponto de vista da forma do Estado e das relações sociais que expressava, o segundo governo Vargas teve muito mais a ver com o futuro do que com o passado que a continuidade da personagem poderia sugerir. (Draibe, 1985, p. 180)

Segundo Lessa (1963, pp. 98-99, 102-103 e 164), estas indústrias públicas produtoras de bens intermediários para outras indústrias eram alimentadas forjando tributos vinculados sobre cada atividade específica. Assim, a empresa de petróleo era abastecida por parte do tributo sobre as vendas do combustível, e as de energia elétrica, sobre o consumo de eletricidade; as companhias de mineração e siderurgia eram alimentadas com imposto sobre a produção industrial, o banco de fomento com parte da "contribuição" dos trabalhadores registrados na CLT, e assim sucessivamente.

Desse modo, as inovações na política fiscal forjadas para subsidiar a "moderna" industrialização brasileira multiplicavam os casos de dupla ou mesmo tripla tributação sobre a indústria de produção de máquinas e equipamentos industriais, ao mesmo tempo que oneravam o consumidor de maneira regressiva. O mesmo autor ressalta que, sem dúvida, esta não era a direção mais produtiva, ainda menos a mais voltada para a distribuição de tais "modernos" equipamentos industriais entre o grosso da população, de predominância agrária; porém, essa via minimizava a resistência às intervenções públicas, agregando-as de modo pontual, nas margens do liberalismo dominante.

Ainda segundo Lessa (1963, pp. 17, 23-24, 59 e 159), não obstante a importância desses mecanismos de intervenção pública, valor específico ao processo de industrialização brasileiro ia caber às Instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Segundo Malan (1986, pp. 73-74, 79 e 84), a SUMOC começara a forjar suas Instruções para intervenção no mercado de câmbio implementando um planejamento sazonal de entradas e saídas de divisas. No começo da década de 50, com a Instrução n.° 70 da SUMOC, passava-se a privilegiar importações determinadas como "prioritárias", subsidiando-as, pois, com a exportação de café.

Para Draibe (1985, pp. 148-149 e 153), o privilégio a importações "prioritárias" pelas Instruções da SUMOC ia ser o instrumento de planejamento público mais utilizado em todo o processo de industrialização por "substituição" de importações na década de 50. Muito apesar desta intervenção cambial fosse um mecanismo totalmente polêmico, por ferir de maneira frontal o tabu livre-cambista.

Com base na análise da bibliografia especializada, o trabalho chamou atenção para que esta constelação de instrumentos de política industrial articulava um vínculo intersetorial determinado com a reforma agrária e a industrialização agrícola por pelo menos dois lados. Por um lado, a

lavoura de exportação – notadamente do café – era a principal tributária destes instrumentos de política industrial. Isto porque eram com as divisas obtidas com sua exportação que permitiam a política cambial da SUMOC "substituir" a importação de segmentos privilegiados de atividades para a moderna industrialização brasileira (Besserman, 1990, p. 161).

Por outro e mais importante lado, a articulação de um vínculo determinado entre agricultura e indústria encontrava-se principalmente na ligação desta constelação de instrumentos de política industrial com os privilégios dados para a "substituição" de partes das importações dos ramos da infraestrutura de base das indústrias petroquímica, eletromecânica etc. No período em análise, é importante observar que a montagem de tais indústrias de base, como a PETROBRÁS, CVRD, CSN, CHESF etc., estavam correlacionando-as a montante da agricultura por meio das agroindústrias de tratores, fertilizantes etc., e a jusante por meio das agroindústrias de beneficiamento, embalagens etc. (Kageyama et ali., 1990, pp. 114-115)

De ambos os lados, portanto, para a criação destes instrumentos de intervenção sobressaía-se uma aliança nada fortuita entre setores "progressistas" de "coronéis" e empresários. Por sua vez, em simultâneo à criação destas ferramentas específicas de intervenção econômica, diferentes vertentes de luta agrarista vivenciadas de norte a sul do país também partiam para a organização das bases do reformismo no seio da cultura política brasileira.

Em outro artigo se detalha mais as diferentes fontes de aceitação e rejeição a cada vertente de luta pela reforma agrária. Para os propósitos do presente trabalho, se destaca a instrumentalização de duas vertentes peculiares de política e reforma agrária no período desenvolvimentista brasileiro.

A primeira vertente se refere à reforma nas relações de trabalho, por meio da extensão da CLT para as relações de trabalho de lavradores e trabalhadores agropecuários. E a segunda, à reforma na política de comercialização de gêneros agropecuários de consumo interno, por meio da extensão da PGPM para estes cultivos.[2]

Para o presente trabalho, o importante é assinalar, *ceteris paribus*, o possível efeito que estas medidas mínimas de política e reforma agrária podia vir a "des-envolver" um processo alternativo de modernização agroindustrial no Brasil anterior ao Plano de Metas. Mas jamais após, como este trabalho procura argumentar (cf. Costa, 1991, pp. 17-20 e 27-30; Medeiros, 1982, pp. 72-73; Medeiros, 1995, p. 176).

Com base na análise da bibliografia especializada, o trabalho chamou atenção para que o nascimento da luta por medidas mínimas de política e reforma agrária de norte a sul do país possuía

2 A luta por medidas mínimas de reforma agrária em uma terceira vertente, de reforma nas relações de propriedade da terra agrária – como por meio da tributação progressiva das maiores propriedades, da regularização de pequenas posses etc. – será colocada de forma específica.

um vínculo intersetorial com o processo de nascimento da moderna indústria brasileira definido por pelo menos dois lados. Por um lado, a extensão da fronteira agrícola para novas lavouras, cultivos e pastagens no Paraná, Mato Grosso e Goiás era feita com base na construção e pavimentação de vias de rodagem para a importação de modernos veículos da indústria automobilística em crescimento. Com base nesse modo de transporte particular, a extensão da fronteira agrícola fertilizava distintas vertentes de resistência e luta pela reforma agrária de norte a sul do país nas novas regiões de extensão da fronteira agrícola, ao entrar em conflito com agricultores locais, e nas antigas lavouras e cultivos de consumo interno, que eram "substituídos" por pastagens de produtividade a mais ínfima – quando não a especulação territorial da forma a mais grotesca (Martins, 1981, pp. 71-74; Medeiros, 1982, pp. 32-33).

Por outro e mais importante lado, o trabalho chamou atenção especial para o vínculo definido entre agricultura e indústria presente em *sui generis* vertente de política e reforma agrária no país. Dentre outros feitos, esta vertente de reforma agrária conferia destaque em todo o país aos inovadores modos de luta da classe trabalhadora brasileira com a organização da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Com base no modo de organização inovador da ULTAB, a luta pela reforma agrária no Brasil ganhava destaque em todo o país em virtude da união da classe trabalhadora, principalmente, nas agroindústrias alimentícia e têxtil do mais moderno Estado da República (São Paulo). (Santos, 2002, p. 20; Medeiros, 1995, pp. 165, 171-172, 184-185 e 250-256)

Finalmente, na segunda metade da década de 50, a política industrial implementada no governo Juscelino Kubitschek, vulgarmente conhecida como Plano de Metas, ia consolidar o processo de desenvolvimento de uma moderna industrialização no país, que até então vinha acontecendo de maneira desagregada com base no livre-comércio e algumas intervenções públicas particulares, em paralelo à organização de parte importante dos lavradores e trabalhadores agropecuários brasileiros (Lessa, 1963, pp. 76 e 28-29). De maior valor para o presente trabalho, a análise da bibliografia especializada permitiu formular a hipótese que a estruturação de um vínculo intersetorial determinado pelo modelo de política industrial do Plano de Metas do governo JK iria tornar obsoleta a estratégia de industrialização pela via agro reformista, ao desencadear um padrão de industrialização agrícola diverso daquele que podia ser até então obtido com medidas mínimas de política e reforma agrária.

III. Política Industrial no Governo JK e Reforma Agrária no pré-64

Segundo a bibliografia especializada, o Programa de Metas do governo JK ia consolidar o desenvolvimento de uma moderna indústria particular em processo que já vinha acontecendo, e que

a ele se referiria e aprofundaria nos anos subsequentes. Sobretudo, o divisor de águas da segunda metade da década de 50 emblematizado no Plano de Metas ia ser possível graças à coordenação dos variados instrumentos de política industrial disponíveis de maneira centralizada no Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA).

Segundo Malan (1986, p. 79), estes inúmeros instrumentos iam destinar mais de 70% dos dispêndios do Programa de Metas para as atividades de transporte e energia. Destas, Lessa (1963, pp. 42-47 e 161) considera que seu *"inegável"* ponto central gravitaria em torno da consolidação do crescimento da frota nacional de "modernos" caminhões.

A coordenação central do Programa de Metas ocorria, em primeiro lugar, pelo lado da política cambial, ao ser pelo GEIA que o presidente da República definia qual indústria ia ser a privilegiada com as "prioridades" de "substituição" de importações da SUMOC. Em segundo lugar, pelo lado da política monetária, pelo GEIA o presidente da República determinava qual indústria ia ser a privilegiada com os juros subsidiados do BNDE. E em terceiro lugar, pelo lado da política fiscal, pelo GEIA o presidente da República ia decidir preços favorecidos da PETROBRÁS, CSN, CVRD, CHVSF etc. para a implantação da completude de ramos de atividade da cadeia industrial privilegiada.

Além de articular todo o instrumental de política econômica no GEIA de modo integrado em torno de uma única meta "prioritária", Kubitschek – de maneira sutil – ia centralizar as Caixas estaduais na Caixa Econômica Federal (CEF). Desse modo, também redirecionava o instrumento de captação dos depósitos bancários para o financiamento exclusivo da moderna indústria privilegiada – permitindo a posterior extinção da SUMOC, totalmente desgastada pela distribuição de favores à cadeia produtiva privilegiada (Lessa, 1963, pp. 94, 103-104 e 110-111).

Segundo Serra (1982, pp. 24-25), como resultado, durante o Plano de Metas, o setor industrial ia aumentar sua participação relativa nototal do produto interno em cerca de 20%. Particularmente dentro do setor, a quantidade de empresas de autopeças ia dobrar, enquanto a produção dos segmentos de eletricidade, metalmecânica e transporte iam ter sua participação aumentada de 12 para 38% do total da indústria nacional (Lessa, 1963, pp. 47-48 e 168).

Outrossim, Juscelino ia se comprometer pessoalmente com a construção de uma nova capital federal. Para Lessa (1963, pp. 30 e 34-35), muito mais do que a construção de uma nova capital em si, Brasília significava a garantia de um estímulo de demanda autônoma essencial para tornar a indústria privilegiada altamente vantajosa por meio da construção, pavimentação e especulação de novas fronteiras agrícolas até a Amazônia.

Segundo Lessa (1963, pp. 18 e 163-164), o compromisso pessoal do presidente da República em tornar a indústria privilegiada extraordinariamente vantajosa por meio da construção e

pavimentação de vias de rodagem ia ficar a cabo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e seus congêneres estaduais (DER's). Cabe observar que o Fundo Rodoviário já previa destinar 90% do tributo sobre combustíveis para a pavimentação de rodovias estaduais e municipais, seguindo as diretrizes do Plano Rodoviário Nacional; todavia, somente a partir do Programa de Metas esta margem de intervenção federal ia ser utilizada de maneira coordenada nos Estados e municípios, por meio da centralização no GEIA das alianças "fortuitas" das "políticas dos coronéis" com as iniciativas empresariais (cf. Serra, 1982, p. 21; Draibe, 1985, p. 155; Limoeiro, 1972, p. 315).

O autor estima que a Meta 9 do Programa de Metas, referente à construção de novas vias, embora não previsse pavimentá-las, ia ser revista de 10 mil para 12 mil quilômetros, o que equivalia à comunicação da nova capital até Goiânia e Belo Horizonte, ao sul, e até Fortaleza, Belém e Rio Branco, ao norte. Segundo Lessa (1963, p. 39), por sua vez, o *"notável êxito"* da Meta 8 do Programa de Metas, referente à pavimentação de rodovias já em uso, ia justificar sua revisão de 3 mil para 5 mil quilômetros, sendo revista novamente para quase 6 mil quilômetros e, finalmente, mais de 7 mil quilômetros – objetivo final *"totalmente atingido*".

Para o autor,

> um dos aspectos mais importantes do Plano de Metas era o referente a construção da nova capital no interior do país; não devido à premência do empreendimento, mas da grande magnitude dos recursos comprometidos e de seus aspectos de promoção política. Contudo, não foram sem importância os aspectos econômicos do cometimento, do ponto de vista do que significou a ampliação do espaço econômico do sistema. Isto se deve principalmente à montagem do sistema de interligações rodoviárias que veio a rasgar grandes extensões do território nacional (Lessa, 1963, p. 53).

Serra (1982, pp. 20-23) observa que, durante o governo JK a produção agropecuária ia crescer ao ritmo de 7% ao ano, sendo a primeira vez no século que superava o crescimento populacional. Lessa (1963, pp. 56 e 127) ressalta que, tendo em vista que a agricultura ficara à margem da política de desenvolvimento industrial, esse crescimento inédito do setor ia conservar sendo feito, em sua essência, por meio de uma violenta extensão da fronteira agrícola com base na construção e pavimentação de rodovias.

Segundo Szmrecsányi (1986, pp. 153-154), entre os Censos de 1950 e 1960, em decorrência da rodoviarização da economia nacional, em todos os estados da República a área de pastagem total ia se expandir com ainda mais força que em todos os Censos anteriores. Ao mesmo tempo, ia ficar ainda mais nítida a tendência de queda no número de bovinos por empreendimento pecuário. Evidenciando, pois, a retração da já ínfima produtividade da atividade criatória brasileira (utilizada mais como reserva de valor, do que meio de produção).

Para Lessa (1963, pp. 30, 34-35), em termos concretos, por um lado, a construção da rodovia Belém-Brasília, em companhia da especulação de seu entorno, iam passar a bloquear a

extensão "espontânea" da fronteira agrícola pelos retirantes nordestinos. Por outro lado, a pavimentação das ligações rodoviárias a sul de Brasília, em companhia da especulação de seus entornos, iam consolidar a extensão da "marcha ao oeste" da agricultura do Estado de São Paulo para o Paraná, Mato Grosso e Goiás - em etapa subsequente podendo ser concluída até a Amazônia com algo como um simples "peteleco". Nas palavras de Lessa (1963, pp. 76-77), *"tudo se passou como se tivesse a evolução anterior obrigado a continuidade de transformação estrutural e disposto as condições para a execução da política, na aparência, paradoxal."*

Ademais, Singer (1986, pp. 218-219) nota que a construção da nova capital em plena *hinterland* brasileira – como então era conhecido o nosso interior, distante das concentrações litorâneas pela precariedade dos meios de transporte internos – ia coincidir com a "prioridade" do planejamento público em tornar a "moderna" indústria privilegiada altamente vantajosa. Para Ianni (1967, pp. 79-80), ao mesmo tempo, a extensão da fronteira com levas de migrantes por toda *hinterland* passava a amansar a luta principal, e dispersar conflitos fragmentados.

Acima de tudo, portanto, o slogan dos "50 anos em 5" ia implicar em muito mais do que um plano de aceleração de um crescimento meramente quantitativo, uma vez que a implantação de toda cópia dos versáteis segmentos de atividades da cadeia produtiva privilegiada passava a ser o carro-chefe de uma nova infraestrutura em base nacional que impactaria a produção, o trabalho e o consumo em geral - em primeiro lugar - pela transformação nos métodos de comercialização. Só depois, pela alteração no seu modo de produzir propriamente dito (Kageyama et ali., 1990, p. 149).

Segundo Lessa (1963, p. 27), o sucesso na "substituição" da importação dos "modernos" modos automobilísticos ia estar relacionado à unificação dos mercados regionais de produtos, trabalho e crédito. A unificação dos mercados regionais ia significar a continuidade da extensão da fronteira por meio da migração interna só que só agora com base em uma "infraestrutura" de transporte nacional, ao mesmo tempo em que permitia que a espiral inflacionária – agravada com a própria política econômica intervencionista – fosse amortecida, "empurrada com a barriga" da maneira a mais tosca (cf. Limoeiro, 1972, pp. 172-173).

Em conjunto, a bibliografia especializada considera que a conjugação de privilégios para uma industria específica com a extensão da fronteira agrícola para novas lavouras, cultivos e pastagens até a Amazônia estruturava em torno do Programa de Metas uma parceria nada fortuita destes instrumentos de política industrial com as empreiteiras da cadeia produtiva automobilística e da construção civil com as classes "coronelísticas" agrárias. Como resultado de toda essa rearticulação estrutural, o planejamento público inovador do Programa de Metas do governo JK

passava a fundir as classes agrárias e industriais em torno de um mesmo interesse: a conclusão da "substituição" de importações dos ramos agroindustriais correlatos à moderna indústria automobilística – contra a organização de qualquer luta reformista dos lavradores e trabalhadores agrícolas brasileiros.

Sem dúvida, desde pelo menos os anos 20, já existiam no país indústrias a montante e a jusante da agricultura, mas totalmente dependentes de importações. Também

> ao final da década de 40, com o crescimento das lavouras de trigo e de arroz irrigado no Rio Grande do Sul, e de cana e café em São Paulo, foram criadas as condições concretas para a existência de um mercado de máquinas e implementos para a agricultura, tornando-se necessária, num primeiro momento, a importação destes equipamentos. A forma empresarial de organização da produção nestas lavouras garantiu os requisitos mínimos de acumulação de capital possibilitando inversões sob a forma de mecanização. Mas foi somente após a implantação da indústria nacional de tratores que a mecanização se ampliou em escala considerável.
>
> A grande expansão da lavoura de soja, já na década de 60, possibilitou a difusão das máquinas ampliando os limites do mercado de máquinas e equipamentos para a agricultura. A partir daí, a mecanização atingiu outras lavouras de cereais. A partir daí, a mecanização atingiu outras lavouras de cereais, pastagens..., culturas como a de algodão, amendoim, laranja, café e o milho, que desponta como uma das culturas de maior potencial de tecnificação e mecanização. A especialização em torno de alguns produtos (arroz, cana, soja/trigo) e, posteriormente, a diversificação de culturas de porte empresarial, atuaram como estímulo à ampliação do uso de máquinas. ...
>
> Até o início dos anos 60 a demanda interna de tratores e colheitadeiras foi suprida por importações de países europeus e dos Estados Unidos. Contudo, a participação da produção nacional na oferta interna eleva-se de 21% em 1961 para 80% em 1962. Em 1958 existiam no país cerca de 50 mil tratores - todos importados. Vinte e poucos anos depois havia cerca de 500 mil tratores em operação nas atividades agrícolas, quase todos fabricados no país. (Kageyama et ali., 1990, pp. 148-149)

Conforme se procura sustentar com o trabalho de pesquisa na bibliografia especializada, imediatamente após o Programa de Metas, a implantação de uma estrutura produtiva determinada impactaria de maneira direta a luta pela reforma agrária.[3] Imediatamente após o Programa de Metas, importantes autores consideram que a luta pela democratização do meio rural brasileiro por meio do reformismo agrário levava-o a adquirir uma nova conotação, que Santos (2001, pp. 73-75) denomina por *"segundo debate agrarista"*. Este segundo debate, com uma perspectiva mais sociológica que econômica, não será abordado aqui, para concentrar-se na relação, sugerida na bibliografia, da reforma agrária e da industrialização agrícola com o Plano de Metas.

Refletindo partes da nova preocupação política com a reforma ou a industrialização da agricultura imediatamente após o Plano de Metas da segunda metade da década de 50, no conturbado começo dos anos 60 iam ser organizados mecanismos de intervenção explícita para um

3 A sustentação empírica da hipótese de que o Plano de Metas teria tornado a reforma agrária obsoleta como estratégia de industrialização é objeto de pesquisa em projeto de tese de doutorado. O presente artigo procura oferecer apenas uma sustentação bibliográfica a essa hipótese.

e outro objetivos. Este ia ser o caso da da centralização das empresas regionais de energia nas Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS).

Para Lessa (1963, p. 166), com esse instrumento de planejamento energético central possibilitava-se forjar um novo horizonte para a intensificação das relações de troca da agricultura com a indústria eletromecânica nos anos 60 e 70. Entretanto, em meio à agitação gigantesca em torno de outras prioridades, este novo horizonte do planejamento público para a industrialização do setor agropecuário ia receber pouca ênfase.

Semelhante à ELETROBRAS, no conturbado começo dos anos 60 também ia ser forjada a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), assim como outros instrumentos próprios para a operação de uma política de comercialização de gêneros agropecuários de consumo interno, como a Companhia Brasileira de Armazenagem (CIBRAZEM) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a que se somariam as Centrais de Abastecimento estaduais (Linhares & Teixeira, 1979, p. 156). Com a criação da SUNAB, o plantio, cultivo e colheita das safras de consumo interno para os anos de 1962/1963, 1964/1965 e 1966/1967 iam passar a contar com uma PGPM operante.

Para autor relativamente mais imparcial sobre os agitados anos 60, com a política de Reforma Agrária nas relações de comercialização de gêneros agropecuários de consumo interno,

> pela primeira vez o governo fez um notável esforço para estabelecer uma rede operacional efetiva no interior. Este início deu o tom da operação subsequente do programa [de garantia de preços mínimos para cultivos de consumo interno].
> Mesmo com o risco de uma possível super-simplificação, pode-se dizer que estes princípios parecem ter orientado o programa [de garantia de preços mínimos para cultivos de consumo interno] de 1963 a 1967. Nesta fase os preços mínimos passariam a ser estabelecidos anualmente antes do plantio, a fim de influenciar as decisões de produção. (Smith, 1969, pp. 116-117)

Segundo Duran (1971, p. 144), a Reforma Agrária nas relações de troca ia efetivar uma mudança definitiva sobre a política de comercialização de gêneros agropecuários de consumo interno, como arroz, feijão etc. Segundo o autor, tal política "não propriamente agrária" de reforma agrária ia passar a equipar a SUNAB para se tornar mais ativa na manipulação dos estoques na CIBRAZEM e assim equilibrar a oscilação sazonal dos preços dos gêneros contemplados na política comercializados na CONAB junto às Centrais regionais.

Porém, diz o "liberal" Gordon Smith (1966, p. 77), o problema desta medida mínima de política e reforma agrária seria que a política de comercialização – forjada de modo agregado ao livre-comércio ainda presente – não ia contar com um órgão de planejamento central. Por isso, a política de comercialização de gêneros agropecuários para o plantio, cultivo e colheita das safras de 1962/1963, 1964/1965 e 1966/1967 – anos de eferverscência fabulosa em torno de outras prioridades – ia caracterizar-se pela *"falta de definição, culminando com um esforço 'ad hoc' para*

estimular a produção de alguns produtos agrícolas através de preços mínimos altos." (Smith, 1966, p. 76)

Mais do que forjar intervenções específicas ou mesmo prever um mecanismo de financiamento, decisivo para o sucesso ou fracasso da política ia estar na integração – ou não – das suas iniciativas com as demais orientações da política econômica. Ainda segundo Smith (1969, p. 129), em especial, a Reforma Agrária nas relações de comércio ia perder em prioridade para a implementação de uma política econômica liberal, orientada para o combate à aceleração inflacionária encontrada nos anos 60. Para Delfim Netto (2005, pp. 234-236), no primeiro triênio dos anos 60, a prioridade administrada pela equipe desenvolvimentista de Celso Furtado no Ministério da Fazenda em torno da implementação de uma política econômica liberal (com a diminuição de subsídios, a restrição a gastos públicos e a contenção dos aumentos salariais) ia estar relacionada ao reflexo da interferência pública monumental implementada pelo Plano de Metas sobre a infraestrutura brasileira comum até meados do decênio anterior (Ianni, 1967, p. 129).

É importante chamar atenção em particular para que tal medida mínima de política e reforma agrária não poderia mais "des-envolver" um padrão alternativo de industrialização agrícola em razão de que o Plano de Metas havia promovido a generalização da construção e pavimentação de uma nova infraestrutura nacional, baseada no modo rodoviário. Por esse modo, a construção e pavimentação de rodovias passavam a fornecer um novo suporte estrutural para o crescimento exponencial de modernos veículos de transporte de gêneros agropecuários, como o caminhão, frigoríferos etc.

Segundo Kageyama et ali. (1990, pp. 151-152 e 155), a consolidação dessa infraestrutura particular de comercialização de gêneros de consumo interno – implantada de maneira já monopolizada pelo "dono do caminhão" – estaria reproduzindo os interesses do grande comerciante no seio dirigente nacional. Passando a "açambarcar", por conseguinte, a operação efetiva da PGPM para o cultivo de consumo interno (Linhares & Teixeira, 1979, pp. 151-152; cf. Leite & Palmeira, 1995, pp. 127-128).

Esse primeiro movimento reformista agrário frutificando no começo dos anos 60 ia ganhar medida decisiva quando, ainda no primeiro triênio dos anos 60, em cada município do país, a organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) ia integrar os lavradores e trabalhadores agropecuários nordestinos à CLT (Leite & Palmeira, 1998, p. 116). A organização da CONTAG, unindo comunistas a setores sensíveis da Igreja, ia colocar mais "lenha na fogueira" brasileira nos já conturbados anos seguintes ao divisor de águas do Programa de Metas.

Enquanto a ULTAB fora restrita ao mais moderno e agroindustrial Estado da República, o modo de organização inovador da CONTAG permitia que lavradores e trabalhadores agropecuários

representativos do Brasil profundo – a região nordestina – participassem da sua fundação após viajarem dias na caçamba de caminhões. Porém, diz Ianni (1967, pp. 143-144, 120-121 e 222), o problema desta medida decisiva de política e reforma agrária seria que o regime democrático de então vinha acomodando as lutas entre as classes brasileiras, agregando em suas margens, de maneira informal, clandestina ou ilegal, inovadores movimentos governamentais e não governamentais dos mais díspares, como no caso do PCB, das Ligas e da AP, ligada à Igreja, além de outros grupos que já estariam enveredando de volta para a luta armada (e desapareceriam nos "anos de chumbo").

Segundo Ianni (1967), estas organizações iriam estar presentes nos sindicatos agrícolas ligados à CONTAG e reconhecidos na CLT de acordo com o Estatuto do Trabalhador Rural. Contudo, tal variedade de organizações não colocariam mais suas lutas de maneira representativa acerca do novo horizonte que fora consolidado pelo Programa de Metas sobre a infraestrutura de transporte, trabalho e de toda a vida brasileira.

Para Patarra (1986, pp. 257-258), por esse modo tal medida decisiva de política e reforma agrária não poderia mais "des-envolver" um padrão alternativo de industrialização agrícola em razão de que, após o Plano de Metas, a generalização da construção, pavimentação e especulação de vias de rodagem havia passado a fornecer um novo suporte estrutural para o crescimento exponencial de modernos veículos de transporte de trabalhadores (como o "pau-de-arara", os ônibus improvisados em chassis de caminhões etc.). Para Medeiros (1995, p. 245), a expropriação e o despejo de lavradores e trabalhadores agropecuários para a extensão da fronteira com novos cultivos e pastagens, assim como o êxodo rural e o novo horizonte migratório de contingentes vultuosos da população, passavam a evidenciar que a mobilidade nacional – sob tal novo modo de transporte "moderno" – estava unificando os diversos mercados regionais de trabalho em um único, de amplitude nacional.

Como resultado, conspirariam para que a nova definição teórica do estatuto do trabalhador brasileiro conservasse-se, na prática, marginal (cf. Prado Jr., 1963, pp. 253-255). Afirma Novaes (2007), o setor agropecuário ia passar a empregar poucos trabalhadores especializados, registrados na CLT e sindicalizados na CONTAG – ao lado de multidões de "bóias-frias", migrantes e "volantes" que passavam a ser marginalizados nas grandes aglomerações populacionais em massa (Merrick & Graham, 1979, pp. 278 e 295).

De acordo com Ianni (1967, pp. 91 e 221), a redefinição do estatuto do trabalhador brasileiro, de maneira em parte análoga ao 13 de maio, sem mais correspondência na estrutura em que o país estava passando a se edificar, ia detonar uma conjuntura explosiva. Definindo, por conseguinte, de maneira em parte análoga ao 15 de novembro, pela rearticulação imediata das

classes dirigentes brasileiras no Golpe de 1.° de abril de 1964 (Medeiros, 1982, p. 120; Ianni, 1967, p. 130, 138-139; cf. Camargo, 1986, p. 127; Medeiros, 1995, p. 225; Martins, 1981, pp. 31 e 96).

IV. O pós-64: Planejamento Central e Industrialização Agrícola

Segundo Delgado (1985, pp. 19 e 41-42), logo após o Golpe de 64, de maneira praticamente instantânea, ia ser promulgado o Estatuto da Terra. Este iria forjar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O INCRA já no significado da sua letra "C" explicitaria qual passaria a ser a prioridade da política de terras: o direcionamento declarado do instrumento público para a "colonização" privada de novas fronteiras agrícolas; isto é, para conservar a extensão da fronteira agrícola por meio da complementação da "infraestrutura" da "moderna" indústria de transportes rodoviários por toda a Amazônia (Delfim Netto, 2005, p. 238).

Ademais, segundo já indicava Lessa (1963, pp. 87, 92-93, 135 e 171), no pós-64 a rearticulação das classes dirigentes passaria a reordenar os instrumentos de intervenção forjados de modo agregado ao liberalismo até então ainda vigente, organizando-os em um conjunto mais ou menos conexo com o objetivo declarado de "completar" a via de transformação desencadeada a partir do "carro-chefe" do Plano de Metas, tendo em vista que a cadeia produtiva privilegiada houvera sido consolidada somente na sua parte principal, mas ainda seria preciso "substituir" a importação de máquinas e equipamentos dos ramos de atividades complementares e suplementares; para o autor, tal premência não deveria gerar surpresas, já que a diretriz eleita democraticamente sob a alcunha do Programa de Metas fora exatamente esta.

Em meio ao reordenamento dos instrumentos de intervenção nos meados dos anos 60, Delgado (1985, pp. 61-62) enfatiza que seriam forjados instrumentos direcionados de forma privilegiada para a industrialização agrícola, como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Segundo o autor, nesse reordenamento de meados dos anos 60, também iriam ser forjadas ferramentas de intervenção gerais, capazes de impactar a economia nacional como um todo – inclusive a agricultura.

Segundo Werneck & Guimarães (1987, pp. 22-24), este iria ser o caso da extinção final da SUMOC e criação do Banco Central (BC) como instrumento de captação de depósitos bancários compulsórios, subordinado ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo Diniz & Boschi (1987, pp. 60-61, 66-67 e 97), além do BC e do CMN, também como uma ferramenta de intervenção geral, no final dos anos 60, a efêmera CONEP, em conflito de competência com a inovadora SUNAB, seria extinta – para se criar o Conselho Interministerial de Preços (CIP). Incluída nesse política de tabelamento de preços, seria executada uma contra-reforma salarial que

passaria a esmagar com violência as organizações de trabalhadores registrados na CLT (Resende, 1990, p. 229; Maluf, 1992, pp. 173-175)

Delfim Netto (2005, pp. 236-237), autor que viria ser personagem central de período-chave para a industrialização agrícola no país, considera que esse arsenal na prática totalizante de instrumentos de intervenção pública permitiria a preparação do "milagre" econômico. Para a argumentação aqui desenvolvimento, o período do "milagre" econômico é central, pois foi quando a bibliografia especializada reconheceria a ocorrência de uma industrialização agrícola específica, denominando-a por conservadora, por ter sido executada exatamente contra qualquer medida mínima de reforma agrária (cf. Tavares, 1972).

Nesse momento, o modelo de intervenção pública estruturado de forma pioneira pelo Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek ia ser radicalizado no Ministério da Fazenda de Delfim Netto. Neste momento, o Ministério da Fazenda seria transformado em um aparelho de planejamento central por pelo menos três lados.

Para o próprio Delfim Netto (2005, p. 238), em primeiro lugar, pelo lado da política monetária e cambial, o Ministério da Fazenda, pelo CMN, determinaria que os depósitos compulsórios no BC fossem aplicados com juros subsidiados do BNDE e câmbio privilegiado do SNCR de forma exclusiva para a industrialização agrícola dos maiores empreendimentos que "arriscassem" plantar novas lavouras de exportação então comparativamente desvantajosas como girassol, soja etc. Aqui é importante lembrar a estruturação daquele vínculo intersetorial determinado na industrialização dessas lavouras de exportação com atividades da cadeia produtiva automobilística a montante e a jusante da agricultura, como os segmentos das indústrias eletromecânica e petroquímica com suas respectivas ramificações nos "complexos agroindustriais" (CAI's) de tratores, de colheitadeiras e de processamento, bem como, de fertilizantes, implementos e embalagens (Kageyama et ali., 1990, p. 149)

Ainda segundo o próprio Delfim Netto (2005, pp. 239-240), em segundo lugar, pelo lado da política fiscal e de preços, o Ministério da Fazenda, pelo CIP, tabelaria preços favorecidos da PETROBRAS, CSN e CVRD para tais atividades vinculadas à cadeia produtiva da indústria automobilística. Cabe lembrar que todos estes favores públicos seriam direcionados para completar a "substituição" das importações daquelas ramificações da indústria automobilística vinculadas tanto para a industrialização agrícola das maiores lavouras de exportação, quanto para a continuidade da extensão da fronteira para novas lavouras, cultivos e pastagens por toda a Amazônia (Maluf, 1992, pp. 203-204).

E em terceiro lugar, o Ministério da Fazenda também coordenaria as iniciativas do INCRA de construção de infraestrutura específica para a continuidade da "colonização" da fronteira agrícola por toda a Amazônia. Esta estrutura seria criada com base na construção, pavimentação e

especulação de rodovias automobilísticas por toda a Amazônia por meio das obras públicas da ELETROBRÁS, DNOCS, DNER e DER's, junto aos favores fiscais da SUDENE para a extensão de pastagens e lavouras imensas (Delgado, 1985, pp. 60, 63-65 e 102-104).

Os favores fiscais para as indústrias da construção civil e obras públicas, radicalizados na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), exacerbariam conflitos na região de extensão da fronteira agrícola. Como resultado, passariam a evidenciar o novo sentido que a luta pela reforma agrária adquiria – ligada à democratização dos direitos para minorias, culturas locais etc. (Martins, 1981, cap. 2)

Observando a personalidade destas intervenções da política econômica em conjunto, constata-se que elas *"não fizeram outra coisa que impedir o livre funcionamento dos mercados dos fatores de produção e dos produtos agropecuários, bem como induzir desempenhos dos agentes produtivos [como para a industrialização de lavouras específicas] que seriam considerados improváveis algum tempo atrás."* (Baiardi, 1996, pp. 66-67) Com base na bibliografia consultada, foi possível verificar que a consequência principal deste planejamento central seria deslocar aquele reformismo agrário da década de 50, ao "substituí-lo" com políticas setoriais específicas (cf. Martins, 1981, pp. 101-102).

Ao longo da década de 70, o planejamento central do Ministério da Fazenda que comandaria a industrialização agrícola diretamente contra qualquer medida agro reformista ocorreria até quando a SUNAB conseguisse reaparecer na cena política, fazendo-se porta-voz do consumidor brasileiro de arroz, feijão etc. Incluída no desgastante atrito de liberais contra o planejamento central do Ministério da Fazenda em geral e o tabelamento de preços do CIP em particular, é possível situar a luta *sui generis* entre o CIP e a SUNAB

> como uma disputa por prerrogativas na área de controle de preços. Ao longo do tempo, observa-se uma gradual expansão e fortalecimento do CIP no que diz respeito à função de controle, ao mesmo tempo em que, para a SUNAB, a alternativa ao seu esvaziamento só seria viabilizada pelo reforço da função fiscalizadora que passou a ser a única prerrogativa [conjugada] a campanha da SUNAB junto aos consumidores [de cultivos de consumo interno, como arroz, feijão etc.] (Diniz & Boschi, 1987, p. 97).

Sobretudo, no decorrer da década de 70, o planejamento central do Ministério da Fazenda sofreria questionamento único da luta da CONTAG pela "reforma agrária" em cada município do país. Até o fim da década de 70, organizada em base firme em cada município do país, a luta por isso histórica da CONTAG, transcendendo diferenças de classe em prol de um objetivo comum a toda população brasileira, se metamorfosearia na luta pela democracia (Leite & Palmeira, 1998, pp. 116-117; Santos, 2006).

De acordo com Baiardi (1996, pp. 62-63), de forma única, diante do esmagamento violento do valor do trabalho brasileiro como um todo executado pelo Ministério da Fazenda durante o "milagre" econômico, o salário de lavradores e trabalhadores agropecuários sustentaria uma

compressão comparativamente menor. Em medida ímpar, a compressão comparativamente menor do salário agropecuário *vis-a-vis* o esmagamento violento dos demais seria virtude da CONTAG ser a única organização no país a fazer frente ao regime totalitário em cada município do Brasil com a bandeira da luta pela "reforma agrária". Com seus vícios e virtudes, a luta histórica da CONTAG, ao sustentar tal valorização relativa do trabalho agropecuário, seria uma força decisiva para tornar comparativamente vantajoso o emprego de modernas máquinas e implementos no setor.

Contudo, o Estatuto da Terra continuava sendo a balize final da modernização conservadora no Brasil. Segundo Martins (1981, pp. 31 e 96), este Estatuto, como balize de um vínculo intersetorial determinado entre agricultura e indústria no país, permitia reproduzir aquele desequilíbrio estrutural inicial entre a moderna agroindústria das lavouras de exportação e o específico "arcaísmo" que conservar-se-ia predominante na comercialização dos cultivos de consumo interno, como arroz, feijão etc.

Em termos concretos, Maluf (1995, pp. 68 e 171) mostra que, na agricultura de exportação, seria possível ilustrar a agroindustrialização conservadora por pelo menos três lados na lavoura de soja, do mesmo modo que em gêneros como laranja e tomate que se somariam às culturas seculares de café, cana, mate, tabaco etc. Em primeiro lugar, a pavimentação e construção de modernas rodovias automobilísticas estenderia a fronteira agrícola para novas lavouras sem custo para a "iniciativa" privada e com elevada produtividade inicial.

Em segundo lugar, a moderna indústria de óleo – como a de extratos, moagem, processamento etc. – estaria vinculada em sua cadeia produtiva dos CAI's à atividade metalmecânica a jusante da lavoura, bem como, a montante, com o trator, colheitadeiras, semeaduras etc. Em terceiro lugar, as maiores lavouras exportadoras seriam favorecidas com uma PGPM com até tripla contagem sobre a mesma pessoa física (direcionando-a para a jurisprudência da cooperativa de produtores de cada lavoura regional, da indústria de óleo, processamento etc. e de sua agência de importação e exportação). (cf. Delgado, 1985, pp. 75-76)

Para Maluf (1992, p. 98), em conjunto, a transformação na relação entre a lavoura de exportação e a indústria de beneficiamento suprimiria as classes especializadas na circulação comercial do produto. Observando em um panorama macroestrutural, as classes especializadas na circulação da lavoura de exportação seriam praticamente inexistentes, tendo em vista que sua comercialização seria efetuada diretamente pela própria cooperativa de produtores agropecuários junto ao consumidor estrangeiro, em bolsas internacionais.

Ainda Maluf (1992, pp. 2-4, 112-113, 156-158 e 103) sublinha que essa fisionomia indicada na indústria de exportação da lavoura de soja, café, cana etc. contrastaria com a "modernização conservadora" na agricultura de consumo interno, transformação que conservaria um "arcaísmo" específico que seria possível de ser ilustrada por pelo menos três lados no cultivo de feijão, além do

de arroz, hortaliças, verduras e legumes em geral. Segundo o autor, em primeiro lugar, a construção, pavimentação e especulação em torno das "modernas" rodovias automobilísticas, ao marginalizar lavradores, retirantes e trabalhadores agropecuários nas grandes aglomerações populacionais, elevaria os preços dos gêneros de consumo interno, estimulando que os agricultores restantes aumentassem a parcela desses cultivos destinada ao comércio.

Em segundo lugar, a indústria de embalagens – como a de classificação e de sementes, corretagem e certificação, etc. – estaria vinculada em sua cadeia produtiva dos CAI's com a moderna atividade petroquímica a jusante do cultivo de feijão, bem como, com a de fertilizante, a montante. Em terceiro lugar, os cultivos de comércio interno sofreriam o ônus da política de tabelamento em preços máximos ao consumidor, penalizando o agricultor que buscasse incrementar sua produtividade (Duran, 1971, p. 149).

Destaca Maluf (1995, p. 99), em conjunto, a alteração na relação entre o cultivo de consumo interno e a indústria de transporte – bem como, de embalagens e armazenagem, sementes e fertilizantes, corretagem e certificação, etc. – fortaleceria as classes especializadas na circulação comercial de tais gêneros. Observando em um panorama macroestrutural, as classes especializadas na circulação de gêneros de consumo interno conservariam sendo praticamente monopolistas nos seus ramos de comércio interno, como no caso dos hortifrutis locais, supermercados regionais e lojas de departamentos em geral.

Enfim, as referências finais às intervenções na lavoura de exportação e no cultivo de consumo interno procuraram ilustrar os últimos desequilíbrios reproduzidos durante o processo de "industrialização" da agricultura brasileira que possuiria seu divisor de águas emblematizado na implantação da indústria automobilística na economia brasileira durante o século passado. Agora talvez seja possível tecer algumas considerações sobre os resultados obtidos pelor trabalho de pesquisa bibliográfica.

Breves Considerações Finais

Com base na bibliografia especializada, o resultado obtido pelo trabalho de pesquisa autoral permitiu tecer considerações sobre uma relação possível de se encontrar entre o agro reformismo e os limites da atuação do planejamento público em parte relevante do Brasil do século XX. No período analisado, foi possível verificar que enquanto a intervenção pública limitava-se ao comércio internacional e algumas atividades da indústria de base, a luta pela reforma agrária podia ativar um processo alternativo de industrialização agrícola. A partir do momento que a interferência pública estendeu-se para outras atividades internas – quando passou a planejar diretamente a implantação de

um modo de transporte privilegiado – o reformismo agrário seria deslocado, passando a adquirir nova conotação.

No período analisado, o resultado obtido pela análise bibliográfica tornou possível indicar que a relação da reforma agrária com o limite à atuação da intervenção pública ocorreria porque todos os segmentos industriais de então tinham um vínculo em comum com as atividades da indústria de base (como a elétrica, petroquímica, siderúrgica etc.). Dado este limite à atuação da política pública, medidas mínimas de reforma agrária iam poder "des-envolver" o conjunto da indústria brasileira livre de açambarcadores e privilégios.

Todavia, o privilégio dado a um modo de transporte ia estruturar uma nova articulação entre as classes dirigentes, em um casamento nada fortuito do planejamento público com empreiteiras de construção e pavimentação de rodovias, favores a empresas da indústria metalmecânica etc. O propósito deste artigo foi indicar se seria possível discutir se esta estruturação conservadora fundia o interesse entre as classes agrárias e industriais em torno da ampliação do planejamento público para cada vez mais setores, de modo que a luta pela reforma agrária ficasse obsoleta *vis-a-vis* outras "prioridades" determinadas. Conforme a análise da bibliografia especializada permite sugerir, foi neste momento que o agro reformismo se metamorfoseou na luta pela democracia.

Referências Bibliográficas

BAIARDI, Amilcar. *Modernização Agrícola e o Mecanismo de Autocontrole em Ruy Miller Paiva*. São Paulo: ***Revista Agricultura em São Paulo***, n° 43, vol. 3, pp. 51-69, 1996

BESSERMAN, Sérgio. *Duas Tentativas de Estabilização*. Em ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A **Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889 – 1989)***, pp. 151-170. Rio de Janeiro: Campus, 1990

CAMARGO, Aspásia. *A Questão Agrária*. Em FAUSTO, Boris (org.). ***História Geral da Civilização Brasileira***, cap. III. São Paulo: Difusão, 1986

CARDOSO, Fernando Henrique (1963). ***Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil***. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972 (Coleção Corpo e Alma do Brasil, 13)

CASTRO, Ana Célia de. ***Transformação estrutural nas relações agricultura-indústria***. Rio de Janeiro: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO-ONU), 1990

COSTA, Luiz Flávio Carvalho (1991). ***Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção***. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996

DELFIM NETTO, Antonio. *Meio Século de Economia Brasileira: Desenvolvimento e Restrição Interna*. Em GIAMBIAGI Fabio; CASTRO, Lavinia Barros de; VILLELA Andre; HERMANN, Jennifer. ***Economia Brasileira Contemporânea: 1945 - 2000***, pp. 225-257. Rio de Janeiro: Campus, 2005

DELGADO, Guilherme. ***Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965 – 1985***. São Paulo: Ícone, 1985.

DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. *Burocracia, Clientelismo e Oligopólio: o Conselho Interministerial de Preços*. Em LIMA JR., Olavo Brasil & ABRANCHES, Sergio Henrique (coord.). ***As Origens da Crise: estado autoritário e planejamento no Brasil***, cap. 2. São Paulo: Vértice, 1987

DRAIBE, Sônia. ***Rumos e Metamorfoses*: *Estado e industrialização no Brasil (1930 – 1960)***. (tese de doutorado) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Coleção Estudos Brasileiros)

FERNANDES, Florestan (1966). ***A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica***. São Paulo: Zahar, 1974

FURTADO, Celso (1959). ***Formação Econômica do Brasil***. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

GRAZIANO DA SILVA, José. ***A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira***. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1987

IANNI, Octavio. ***O Colapso do Populismo no Brasil***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 (Coleção Retratos do Brasil, vol. 70, exemplar n.° 1.896)

KAGEYAMA, Ângela (coord.); BUAINAIN, Antonio Márcio; REYDON, Bastiaan; GRAZIANO DA SILVA, José; SILVEIRA, José Maria; FONSECA, Maria da Graça; BELIK, Walter. ***Agricultura e Políticas Públicas***. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1990

LEITE, Sérgio & PALMEIRA, Moacir. *Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas*. Em COSTA, Luís Flávio Carvalho & SANTOS, Raimundo (org.). ***Política e Reforma Agrária***, pp. 93 a 165. Rio de Janeiro: Mauad, 1998

LESSA, Carlos (1963). ***Quinze Anos de Política Econômica***. São Paulo: Brasiliense, 1983

LIMOEIRO, Miriam (1972). ***Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK-JQ***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

LINHARES, Maria Yedda Leite & TEIXEIRA, Francisco Carlos. ***Historia Política do Abastecimento (1918-1974)***. Brasília: BINAGRI, 1979 (Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola)

LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA, Francisco Carlos. ***História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias***. São Paulo: Brasiliense, 1981

LOPES, Mauro de Rezende (ed.). ***Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos***. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura - Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)

MALAN, Pedro. *Relações Internacionais do Brasil (1945 – 1964)*. Em FAUSTO, Boris (org.). ***História Geral da Civilização Brasileira***, cap. II. São Paulo: Difusão, 1986

MALUF, Renato Sergio Jamil. ***Um mal necessário? Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil***. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1992 (Cadernos de Economia, 12)

MARTINS, José de Souza (1981). ***Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.*** São Paulo: Ciências Humanas, 1984

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. ***A Questão da Reforma Agrária no Brasil: 1955 – 1964***. São Paulo: novembro de 1982 (mimeo.)

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. ***Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo***. Campinas: 1995 (mimeo.)

MERRICK, Thomas & GRAHAM, Douglas. ***População e Desenvolvimento Econômico no Brasil***. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

NOVAES, José Roberto. *Agricultura Brasileira: dinâmica capitalista e transformações atuais*. Rio de Janeiro: ***Revista Forma e Conteúdo*** n.° 3, pp. 3-10, 1° de julho de 1998

NOVAES, José Roberto (org.) ***Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro***. São Carlos: Edufscar, 2007

PATARRA, Neide. *População e Urbanização pós-30*. Em FAUSTO, Boris (org.). ***História Geral da Civilização Brasileira***, cap. V. São Paulo: Difusão, 1986

PRADO JR., Caio (1963). *O Estatuto do Trabalhador Rural*. Em SANTOS, Raimundo (org.). ***Caio Prado Jr.: Dissertações sobre a Revolução Brasileira***, pp. 251-262. São Paulo: Brasiliense; Fundação Astrojildo Pereira, 2007

RESENDE, André Lara. *Estabilização e Reforma: 1964-1967*. Em ABREU, Marcelo de Paiva (org). ***A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889 – 1989)***, pp. 213-232. Rio de Janeiro: Campus, 1990

SANTOS, Raimundo. *A reforma do mundo rural em três ensaísticas brasileiras*. Petrópolis: ***Revista Cultura Vozes***, pp. 71-82, n.° 3, maio-junho de 2001

SANTOS, Raimundo. ***Política e Agrarismo Sindical no PCB***. Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira, 2002

SANTOS, Raimundo. *O Agrarismo inconcluso de Ivan Ribeiro.* Rio de Janeiro: ***Revista Estudos Sociedade e Agricultura***, ano 14, vol. 1, pp. 143-161, abril de 2006

SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do após-guerra*. Em: BELLUZZI, Luiz Gonzaga & COUTINHO, R. (orgs.). ***Desenvolvimento Capitalista no Brasil***, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1982

SINGER, Paul. *Interpretações do Brasil*. Em FAUSTO, Boris (org.). ***História Geral da Civilização Brasileira***, cap. IV. São Paulo: Difusão, 1986

SMITH, Gordon (1966). *A Política de Preços Mínimos*. Em LOPES, Mauro de Rezende (ed.). ***Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos***, pp. 67-87. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura - Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)

SMITH, Gordon (1969). *O Programa de Preços Mínimos para Produtos Agrícolas Básicos*. Em LOPES, Mauro de Rezende (ed.). ***Coletânea de artigos técnicos acerca da Política de Garantia de Preços Mínimos,*** pp. 113-128. Brasília: Secretaria de Planejamento do Ministério da Agricultura - Comissão de Financiamento da Produção, dezembro de 1978 (Coleção Análise e Pesquisa, v. 11)

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Desenvolvimento da Produção Agropecuária (1930 – 1970).* Em FAUSTO, Boris (org.). ***História Geral da Civilização Brasileira,*** cap. III. São Paulo: Difusão, 1986

WERNECK, Maria Lucia Teixeira & GUIMARÃES, Cesar Vianna. *Planejamento e Centralização Decisória: o Conselho Monetário Nacional e o Conselho de Desenvolvimento Econômico*. Em LIMA Jr., Olavo Brasil & ABRANCHES, Sergio Henrique (coord.). ***As Origens da Crise: estado autoritário e planejamento no Brasil***. São Paulo: Vértice, 1987

A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985.

Resumo: As empreiteiras nacionais têm hoje grande importância na economia brasileira, com forte projeção internacional e ramificação em suas atividades. A apresentação pretende analisar as raízes do poderio dessas empresas no período da ditadura civil-militar, quando elas se consolidaram como grandes grupos privados nacionais e iniciaram suas atividades fora do país. Organizados em entidades privadas como associações e sindicatos, os empreiteiros tiveram forte atividade nos vinte anos do regime autoritário e atuaram fortemente junto ao aparelho de Estado, pautando e determinando as políticas públicas, inclusive os grandes projetos de engenharia da ditadura. Pode-se dizer que os empresários nacionais da indústria de construção pesada estiveram fortemente ligados à ditadura civil-militar brasileira, tendo aderido ao regime e sendo responsáveis pelo mesmo, junto com outros empresários e grupos sociais.

Palavras-chaves: empreiteiras; indústria de construção pesada; ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)

A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985

Pedro Henrique Pedreira Campos[1]

A economia brasileira apresenta na atualidade alguns setores e grupos empresariais bastante fortes e expressivos. Para além do setor bancário, mineral, do agronegócio e alguns ramos industriais, chama atenção os conglomerados liderados pelas maiores empresas de obras públicas do país. As empreiteiras nacionais tiveram como momento-chave de seu período de expansão a ditadura civil-militar inaugurada nos anos 1960. A proposta do presente artigo é analisar em linhas gerais o desenvolvimento das empresas do setor ao longo do regime[2].

As empresas brasileiras de engenharia chegaram ao final da ditadura extremamente poderosas. Com o crescimento verificado em fins dos anos 60, as construtoras iniciaram, desde aquele momento, um exitoso processo de atuação internacional, realizando obras na América do Sul, África e Oriente Médio[3]. Até 1984, 150 empresas brasileiras de engenharia assinaram 444 contratos no exterior, em mais de 50 países, concentrados em volume de recursos nos 66 referidos à construção pesada, em especial os de energia e transporte assinados por grandes empreiteiras como Mendes Júnior, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Cetenco e Rabello[4]. Auxiliadas pelos financiamentos da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex-BB), as empresas passaram a exportar suas atividades, escudadas por forte proteção e incentivo estatal, na forma de isenções, empréstimos e ajuda direta da diplomacia brasileira. O processo de internacionalização das empreiteiras nacionais é sintoma do poder e alta capacidade técnica verificados no setor e pode ser entendido não pela exigüidade do mercado interno ou da redução das demandas de

---

[1] Doutor em História Social pela UFF e professor de Política Externa Brasileira na UFRRJ.

[2] Este ensaio é uma espécie de condensação das principais conclusões obtidas em nossa tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) em março de 2012.

[3] Sobre a atuação internacional das empreiteiras brasileiras, ver FERRAZ Filho, Galeno Tinoco. *A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira*. Dissertação de mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, 1981; GRANDI, Sonia Lemos. "Transnacionalização da engenharia brasileira e a mobilidade da força de trabalho". *In*: *Análise e Conjuntura*. Vol. 1, nº 1, jan-abr/1986. Belo Horizonte: 1986. p. 221-8; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. "A transnacionalização das empreiteiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini". *In*: *Revista Contra a Corrente*: revista marxista de teoria, política e história contemporânea. Ano 2, nº 3, 2010. p. 70-7.

[4] FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Diagnóstico Nacional da Indústria da Construção*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1984. volume 13.

obras no país, mas pela própria superacumulação de capitais na economia brasileira e redução das taxas de lucro sentidas na indústria de construção no cenário doméstico. Assim, a explicação para esse movimento do capital parece se situar mais no grande poder e novo patamar de acumulação atingido na economia brasileira – em especial em alguns setores –, mais do que em possíveis fragilidades ou debilidades do capitalismo no país. A atuação das empreiteiras no exterior – realizando investimentos, levando equipamentos, transportando técnicos e engenheiros e produzindo obras – pode ser compreendido não como uma "exportação de serviços", mas como forma específica de exportação de capital, que realiza no exterior uma planta industrial particular e vende uma mercadoria específica, a obra pronta[5].

Podemos entender, concordando com Maria Moraes e Guido Mantega[6], que a economia brasileira chegou ao fim dos anos 70 mais madura e com um novo padrão de acumulação. A antes economia dependente e com débeis capitais nacionais via então um patamar de acumulação de porte monopolista, com o domínio de grupos monopolistas estrangeiros, coexistindo, no entanto, com grupos domésticos de grande porte. Como afirmam os dois autores, defendidos por políticas estatais de amplo protecionismo, emergiu no fim da década um capital monopolista brasileiro, principalmente em três setores-chave: o bancário e financeiro (com grupos como o Moreira Salles, Bradesco, Itaú), o industrial pesado (com os grupos empresariais Gerdau, Votorantim, Villares e outros) e o da construção civil (particularmente, com as quatro maiores empresas do setor, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht). Esse capital monopolista da construção pesada – protegido durante a ditadura e que formou um oligopólio no setor – passou, além de novo patamar de acumulação e porte nacional, a ter também uma atuação internacional, com projetos no exterior, além de forte imbricação junto às agências do aparelho de Estado. Enfim, pode-se dizer que a economia brasileira chegou no período ao padrão do capital monopolista e financeiro, com exportação de capitais, o que teve continuidade nas décadas posteriores, com o fortalecimento econômico e político desses grupos na transição política e reforço do processo de atuação internacional e exportação de capitais por parte dos mesmos.

Acerca do conceito de capital monopolista, é importante frisar dois aspectos. Em primeiro lugar, não estamos entendendo-o em seu sentido estrito, ou melhor, como a condição de mercado específica em que há apenas um vendedor de dada mercadoria, mas sim como um capital de grande porte e escala, que geralmente se apresenta como um oligopólio, ou então

---

[5] Essa hipótese foi desenvolvida em CAMPOS, Pedro Henrique P. "A transnacionalização...". *op. cit.* p. 70-7.
[6] MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1980]. p. 83-106.

um monopólio não-puro. Outro aspecto diz respeito à relação do capital monopolista com o desenvolvimento do capitalismo. Não estamos de acordo com a noção que enxerga essa forma de capital como uma etapa ou uma fase particular na história do capitalismo, porém entendemos que o capital monopolista é a própria tendência do desenvolvimento do capital com o processo de acumulação. Na nossa concepção, é da própria característica específica do capital, da sua lógica própria, tornar-se cada vez mais centralizado, adquirindo a marca 'monopolista'. Assim, o que Paul Baran e Paul Sweezy identificaram na economia norte-americana dos anos 1960[7] nada mais seria do que um momento no processo de concentração capitalista, em escala menos acentuada do que a verificada posterior e atualmente, quando há ali um capital monopolista ainda mais centralizado e mundializado do que antes. No caso brasileiro, o padrão de acumulação monopolista teve seu princípio no período JK e avançou nas décadas seguintes, com a presença de grupos de grande porte estrangeiros e a formação de um capital monopolista residente, protegido pelo aparelho de Estado e pelas políticas estatais dos anos 60 e 70 e que passou a se internacionalizar desde então.

Empreiteiros e ditadura:

Verificamos ao longo de nossa pesquisa como houve um fortalecimento recíproco e uma retro-alimentação na parceria entre empresários brasileiros da construção pesada e o regime implantado a partir de 1964. Para proceder uma análise sintética, é necessário retomar certas conclusões parciais alcançadas ao longo do trabalho.

Vimos inicialmente, no que diz respeito à trajetória histórica do setor da indústria da construção pesada no Brasil, que a consolidação de um mercado nacional para as empresas de construção pesada se deu consoante a implementação da economia industrial, com suas demandas de infra-estrutura para a indústria e para as cidades. Se antes, ao proporcionar a infra-estrutura do sistema primário-exportador, havia a preponderância dos capitais e empresas de engenharia estrangeiras, com a estatização da demanda das obras públicas, ocorrida dos anos 20 aos 60, houve uma priorização das firmas nacionais para a realização dos serviços, o que levou à conformação de um mercado nacional para as empreiteiras brasileiras. Verificamos que as principais famílias dos empresários do setor se consolidaram e cresceram por meio de contatos com grupos políticos e empresariais locais e regionais e por sua inserção junto aos aparelhos da sociedade civil e ns agências da sociedade política de cada

[7] BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *O Capitalismo Monopolista*: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1966 [1966]. *passim.*

estado da federação, sendo por meio dessas relações e inserção que eles foram guindados a um porte nacional, atuando em agências federais contratadoras de obras. O período JK foi um momento fundamental no fortalecimento desse mercado nacional de obras públicas, mas foi durante a ditadura que o nível de atividades do setor chegou a um patamar ainda superior e inédito na história econômica nacional, com a realização de grandes projetos nas áreas de transporte e energia, dentre outras. Na primeira metade do regime, o modelo de desenvolvimento do período Kubitschek foi reafirmado, com grande soma de serviços demandados aos empreiteiros, na forma de estradas de rodagens e usinas hidrelétricas. Já na segunda metade do regime, houve uma estagnação e redução do volume de recursos para as obras e concentração das atividades em empreendimentos de grande porte, o que levou a uma centralização de capitais no setor. A ditadura semeou assim a formação de grandes conglomerados nacionais da construção pesada, o que gerou a grita e revolta dos pequenos e médios empreiteiros, deslocados do mercado de obras no período. O processo de incentivo ao grande capital ficou ainda mais patente com o "convite" governamental, por meio de políticas favoráveis, à ramificação e diversificação das atividades das empresas de engenharia – o que ocorreu paralelamente ao incentivo à realização de obras no exterior –, fazendo com que elas passassem a atuar em ramos como a agricultura, mineração, petroquímica etc. Com isso, no final da ditadura, temos um quadro de quatro grandes grupos econômicos nacionais, liderados por empreiteiras, ao lado de outras pequenas e médias firmas em decadência ou em estado de falência.

Após a análise da trajetória histórica do setor, abordamos a organização dos empresários da construção em aparelhos da sociedade civil. Pôde-se verificar como os empreiteiros tiveram um processo de forte articulação em diversos aparelhos privados de hegemonia[8], com várias movimentações para formulação de projetos, atuação no mercado na forma de cartéis, ação junto a agências específicas do aparelho de Estado e representação direta na sociedade política. As primeiras formas de organização integradas pelos empresários do setor foram as de engenheiros, como o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro (1880), o Instituto de Engenharia de São Paulo (1917) e a Sociedade Mineira de Engenharia (1931). Tais entidades, mais do que organizações corporativistas ou profissionais, eram órgãos de classe, com a predominância dos empresários do setor, tendo importante atuação junto à sociedade política. As primeiras organizações específicas de empreiteiros em entidades

[8] Apoiamo-nos teoricamente nas formulações de Antonio Gramsci em *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [1932-1934].

próprias se deram em âmbito regional, com a formação de organismos como a Apeop (Associação Paulista dos Empreiteiros de Obras Públicas, de 1947), o Sicepot-MG (Sindicato da Construção Pesada do Estado de Minas Gerais, de 1968), o Sinicesp (Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo, de 1967) e a AEERJ (Associação dos Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro, de 1975). Foram formas pioneiras de organização dos empresários da construção pesada e tinham como alvo preferencial os aparelhos de Estado de dimensão municipal e estadual, com suas agências específicas. A partir dos anos 50, foram formadas as primeiras organizações de construtoras de escala nacional, como a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção, de 1957), Abeop (Associação Brasileira dos Empreiteiros de Obras Públicas, de 1953) e o Sinicon (Sindicato Nacional da Construção Pesada, de 1959). Dentre essas, merece destaque a terceira delas, que agremiava apenas empreiteiros e que tinha atuação privilegiada junto a agências estatais como o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), agindo como um autêntico partido dos empreiteiros. Havia outras entidades organizadas pelos empreiteiros de obras e também organismos da sociedade civil que contavam com esses empresários, como foi o caso do Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)[9], que tinha representantes do Sinicon e de outras entidades. Por fim, verificamos que os empreiteiros brasileiros e seus representantes no aparelho de Estado tinham também articulações e contatos internacionais, participando de entidades como o IRF (*International Road Federation)* e a FIIC (Federação Internacional da Indústria da Construção). Analisando a sociedade civil no Brasil, vimos vários exemplos da ampliação seletiva do Estado[10], com fundação na ditadura de aparelhos privados de hegemonia como Abemi (Associação Brasileira de Engenharia Industrial, de 1964), Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, de 1966), Sicepot-MG, Sinicesp, AEERJ e outras, enquanto as organizações populares eram reprimidas e até proibidas, dando origem a uma representação desigual na arena da luta de classes após a ditadura.

Após a abordagem da organização dos empreiteiros em entidades privadas, analisamos a atuação desses empresários, a partir de suas formas organizativas ou não, junto à sociedade como um todo, com ações endereçadas à sociedade civil e à sociedade política. O que se viu foi uma movimentação expressiva dos empreiteiros, com atuação em debates públicos, incursões junto à imprensa, articulação de frentes, campanhas e grupos de interesse junto a

[9] Sobre esse organismo, ver DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981 [1981].

[10] Formulação de Virgínia Fontes, que entende que ao longo da ditadura as formas organizativas da classe dominante se desenvolveram e se reproduziram ao mesmo tempo que foram amordaçadas as associações das classes subalternas. Para isso, ver FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-Imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010. p. 224-5.

outros empresários e representantes posicionados no aparelho de Estado. Pudemos verificar uma expressiva produção de ideologias por essa fração do empresariado industrial, tentando aferir seus valores e concepções de mundo. Vimos um certo tom desenvolvimentista no discurso dos empreiteiros e seus representantes, com a defesa do desenvolvimento como meio para resolução dos problemas nacionais, sendo necessária, para sua implementação, uma infra-estrutura adequada na forma de estradas, ferrovias, centrais elétricas, redes de transmissão e distribuição etc. De porte desses valores e idéias, os empreiteiros atuaram junto à imprensa e outros órgãos de divulgação para obter apoio às políticas de seu interesse, ou atuar junto às agências estatais. Desenvolveram forte ação na imprensa, com a tomada do controle dos jornais Correio da Manhã e Última Hora, além do grupo Visão. Revistas específicas do setor, como o periódico mensal O Empreiteiro, traziam suas noções de mundo e projetos, distribuídas gratuitamente para agentes do poder público na ditadura. Os empresários da engenharia se mobilizaram em torno de algumas campanhas durante o regime. A maior delas foi a que mobilizou forças contra a atuação de empresas estrangeiras no setor e que calhou, após forte articulação e atuação das entidades e empresários da engenharia[11], na decisão governamental de instituir uma reserva de mercado no setor de obras públicas e trabalhos de projetos, consultoria etc, proibindo a atuação das firmas forâneas no setor. Outras campanhas foram contra a participação de agências estatais em obras, contra os cortes governamentais e a favor da "moralização das concorrências". Vimos também como os empreiteiros se articulavam com outros empresários, nacionais e estrangeiros, com parlamentares e militares, o que lhes rendia ingresso e força junto às agências estatais. Por fim, analisamos os principais intelectuais orgânicos e representantes do setor, que tiveram posições e projeção vigorosas no regime, em demonstração do poder desses empresários, sendo o principal nome que expressava a força dos empreiteiros o do coronel Mário David Andreazza, ministro dos Transportes entre 1967 e 1974 e do Interior de 1979 a 1985.

Após a abordagem dos organismos privados dos empreiteiros e sua atuação, analisamos o aparelho de Estado e as políticas públicas da ditadura para o setor de construção pesada, notando forte beneficiamento e proteção a esse ramo industrial, sob a justificativa de se tratar de um setor de segurança nacional e também com a seletiva tese da defesa da empresa nacional. Tentamos mostrar como o fortalecimento das empresas do setor se deu em função de uma forte e clara atuação de seus agentes nos postos-chave do aparelho de Estado,

[11] A campanha foi liderada pelo Clube de Engenharia, que lançou os livros ROTSTEIN, Jaime (Clube de Engenharia). *Em Defesa da Engenharia Brasileira*. Rio de Janeiro: Engenharia, 1966; CLUBE de Engenharia. *Luta pela Engenharia Brasileira*. Rio de Janeiro: Engenharia, 1967.

o que incluía uma seleção dos principais empresários a serem beneficiados, acabando por conformar os líderes do capital monopolista no setor. Em primeiro lugar, mapeamos as mais importantes agências do aparelho de Estado sob a influência e atuação dos empresários do setor, notando forte articulação dos titulares dessas agências com os empreiteiros e suas organizações e também a presença dos aparelhos privados de hegemonia e de empresários específicos junto a essas agências estatais. A partir desse posicionamento dos empreiteiros no aparelho de Estado – com representantes principalmente nos ministérios dos Transportes, Minas e Energia e Interior –, analisamos as políticas públicas do regime ditatorial que tinham conseqüências diretas ou indiretas para as empresas de construção pesada. Notamos um intenso beneficiamento dos empresários do setor pelas políticas do período, seja através de medidas mais gerais, como o arrocho salarial e o favorecimento de empresas intensivas em contratação de força de trabalho, como em medidas específicas, como reserva de mercado, isenções, incentivos, subsídios e ampla elevação dos recursos orientados para investimentos em obras de infra-estrutura. No tocante às políticas para os trabalhadores, notamos que, além da política salarial, as medidas e diretrizes consoante à segurança do trabalho acabavam beneficiando os empreiteiros de obras públicas, que empregavam bastante pessoal e eram líderes em índices de acidentes de trabalho, cuja culpa recaía sobre as próprias vítimas, ou melhor, os operários dos canteiros de obras. Diante dessas condições precárias de trabalho, rendimento e segurança, no período final da ditadura, ocorreram greves e rebeliões dos trabalhadores da construção civil. Outra forma sob a qual as políticas ficaram evidentes foi nos grandes projetos de engenharia da ditadura, como as grandes rodovias e centrais hidrelétricas. Além de serem obras que beneficiavam e garantiam o lucro dos empreiteiros e outros empresários, essas "estranhas catedrais" tinham seus projetos muitas vezes elaborados pelos próprios empresários da engenharia e organizações do setor, expressando justamente o poder dos construtores no regime. Por fim, analisamos as "tenebrosas transações", as irregularidades envolvendo empreiteiras na ditadura. Percebemos que o uso de mecanismos ilegais pelos empresários estava inserido na lógica da acumulação capitalista, sendo usados como forma de maximização dos ganhos com a obra, repartição dos lucros em um dado empreendimento e também como anulação da concorrência e prática monopolista ou oligopolista por uma ou um grupo de empresas.

Tendo em conta todas essas conclusões particulares, podemos refletir de maneira mais ampla e sintética acerca da relação entre ditadura e empreiteiros. O regime ditatorial fechado se mostrou ambiente bastante adequado para as atividades e possibilidades de lucros para os empresários do setor. Não à toa, o governo mais elogiado pelos empreiteiros foi justamente o

que mais reprimiu e torturou, o do general Emílio Médici. O amordaçamento de mecanismos fiscalizadores, como a imprensa, o parlamento e parte da sociedade civil, permitia aos empreiteiros maximizar seus lucros com práticas ilícitas e tocar obras com rapidez, agilidade e sem preocupação com os impactos do empreendimento. A participação popular e eleitoral limitada garantia que os empresários do setor tivessem mais força nas agências estatais e junto a figuras presentes em posições-chave do aparelho de Estado, de modo a pautar as prioridades das políticas públicas, como grandes rodovias em locais inabitados e centrais elétricas de grande porte, com forte impacto social. As demandas populares e os anseios da maior parte da população – na forma de saúde, educação, saneamento e habitação, áreas que ganharam ênfase no período da transição política – ficavam restringidos e os recursos para essas áreas eram desviados para as "necessidades" impostas pelos empreiteiros e outros empresários e por seus representantes na sociedade política. O regime de repressão permitia também que a economia tivesse uma larga margem de investimentos, com altos índices de formação bruta de capital fixo, o que deixava de atender a anseios mais diretos da população, mas alocava verbas para custeamento de amplos projetos de investimento, sobretudo em infra-estrutura. Enfim, alguns empresários do setor não só aprovavam a ditadura e participavam de seus projetos no setor de obras, mas partilhavam de seus valores e contribuíam também com sua política de terrorismo de Estado, que cassava guerrilheiros, torturava-os, prendia-os e matava-os. Apesar da heterogeneidade desse grupo de empresários, pode-se dizer que a maioria deles aderiu ao regime, assumiu a ditadura, a aplaudiu e, ao mesmo tempo, a sustentou. Com a idéia do regime de se auto-identificar com as próprias imagens das obras públicas de grande envergadura postas em prática durante o período, pode-se dizer que a ditadura tinha a cara dos empreiteiros e os empreiteiros tinham a cara da ditadura.

Os resultados de nossa tese acabam por reforçar a idéia de que o regime político instituído em 1964 não deve ser entendido apenas como uma ditadura militar, com pleno poder nas mãos de militares ou mesmo preponderância dos mesmos sobre outros grupos sociais[12]. As conclusões de nossa pesquisa parecem reforçar a noção de que tivemos no Brasil uma ditadura civil-militar, mantida por um pacto político de frações sociais que cruzavam as forças armadas e a sociedade. Concordando com a ponderação de que é preciso qualificar esse

[12] Como é a leitura de autores como FICO, Carlos. *O Grande Irmão*: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo; o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [2008]; e BORGES, Nilson. "A doutrina de segurança nacional e os governos militares". *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-42.

elemento civil[13], enxergamos a força de certos grupos empresariais sobre outros estratos da sociedade na sustentação e adesão ao regime. Sem discordar da leitura que vê uma ditadura do grande capital[14], entendemos que é preciso destrinchar as frações da classe dominante para melhor entender o suporte dado ao pacto político encetado em 1964. Nesse sentido, os empresários de setor da construção pesada – ao lado de outros dos ramos industrial e bancário – tiveram grande figuração e relevância na manutenção do bloco de poder no regime pós-1964, sendo um dos principais grupos sociais responsáveis pela ditadura brasileira.

"Vai passar"?

> A um governo de empreiteiros, sucede um governo de contadores.[15]

Nos últimos dez anos, fomos surpreendidos com a retomada de vários projetos encetados no período ditatorial, além de empreendimentos novos que reproduzem certas características daquele modelo de desenvolvimento. Assim, vimos a retomada da construção das grandes centrais hidrelétricas – como Belo Monte, projetada na ditadura, e as usinas do rio Madeira, de projeto final mais recente –, com seu grande impacto sócio-ambiental. Novas tentativas foram feitas para a implantação do trem-bala entre Rio e São Paulo-Campinas, além da retomada da construção da ferrovia Norte-Sul, empreendimento iniciado no governo Sarney que segue o padrão das obras da ditadura. Como parte do projeto "Nordestão", de Andreazza, temos visto a implementação da transposição das águas do rio São Francisco, apesar de todas as polêmicas e reações às medidas, alto preço da obra e impactos positivos questionáveis para os agricultores do sertão nordestino. As rodovias internacionais da Amazônia foram retomadas, com ligações por terra com países vizinhos, renovando a diretriz principal do projeto da Transamazônica. Por fim, mesmo o tão combalido projeto nuclear não foi deixado de lado e a terceira usina termo-nuclear de Angra deve ser completada nos próximos anos. A retomada dessas obras não evidencia apenas a inspiração e admiração dos líderes políticos atuais ao modelo de desenvolvimento posto em prática naqueles tempos – como foi exposto explicitamente em alguns discursos das principais autoridades estatais do

---

[13] Conforme indica LEMOS, Renato em "Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-64". *In*: *VI Congrès du CEISAL*. Toulouse: 2010. p. 1-21.
[14] IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
[15] CAMPOS, Roberto. *Apud* PRADO, Lafayette. *Transportes e Corrupção*: um desafio à cidadania. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 223.

país ultimamente[16] –, mas também um determinado arranjo político que guarda elementos de semelhança com a sustentação do regime dos anos 70, com a projeção política dos grandes grupos privados nacionais de engenharia e todos os seus interesses, projetos e valores. Essas mesmas companhias foram também diretamente beneficiadas recentemente por políticas e medidas estatais, que redundaram na conformação de grandes conglomerados monopolistas nacionais e internacionais da petroquímica (Odebrecht-Braskem), telefonia (Andrade Gutierrez-BrOi), distribuição de energia (Camargo Corrêa-CPFL/AES), por meio do BNDES, que também incentivou a atuação internacional desses grupos, seja no ramo da engenharia, seja em suas áreas ramificadas.

A força econômica e política desses grupos atualmente é resultado da forma como se procedeu a transição política no Brasil do regime ditatorial para o regime democrático representativo. Com a consolidação dos grandes grupos monopolistas e bancário-financeiros no final da ditadura e seus aparelhos privados de hegemonia, esses empresários se gabaritaram a ter influência no processo da redemocratização, tendo projeção nos governos que seguiram ao fim do regime civil-militar. A alternância de poder entre regimes políticos e entre os diferentes partidos políticos no período democrático recente tem se dado concomitantemente à manutenção desses grandes grupos junto ao bloco de poder, apesar das diferentes posições assumidas em cada período. Mesmo com certas dificuldades sentidas por essas empresas no novo regime político representativo, visíveis em 'escândalos públicos de corrupção' nas quais estão envolvidas, além de problemas no exterior e reações de trabalhadores nos canteiros de obras – o que só reafirma a idéia de que elas tinham a cara da ditadura e se mantiveram apegadas às práticas impostas naquele tempo –, seu poder econômico e político tem se mostrado inabalável.

O Plano Real e a instauração dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula redundou em um processo que possibilitou uma certa superação dos conflitos setoriais e regionais da burguesia brasileira[17]. Nesse novo concerto, vê-se a liderança do processo legado ao setor bancário-financeiro e do capital industrial monopolista, incluindo as grandes empreiteiras brasileiras de maneira privilegiada no pacto político, apesar do epicentro da

[16] Dentre outras afirmações, o ex-presidente, Luís Inácio da Silva, disse que Geisel foi "o presidente que comandou o último grande período desenvolvimentista do país". Ver http://www.estadao.com.br/ acessado em 8 de fevereiro de 2012.

[17] OLIVEIRA, Francisco de. *Os Direitos do Antivalor*: a economia política da hegemonia imperfeita. Coleção Zero à esquerda. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 9-16.

acumulação ter se transferido para o setor financeiro[18]. O último ciclo do processo de acumulação centrado no setor industrial, entre 1955 e 1980, deu lugar a um novo padrão de acumulação, calcado principalmente nos ramos bancário e financeiro. Nesse sentido, se a ditadura dos empreiteiros – e de outros empresários também, sobretudo industriais – acabou, dando lugar à república dos banqueiros, os empreiteiros da ditadura têm se mostrado firmes e fortes nesse novo contexto político.

[18] Sobre isso, o empreiteiro Murillo Mendes afirmou em 2004: "os nossos credores financeiros, estejam eles sediados no Brasil ou no exterior. São eles os novos donos do País." MENDES, Murillo Valle; ATTUCH, Leonardo. *Quebra de Contrato*: o pesadelo dos brasileiros. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 2.

Os caminhos proibidos da Bahia 1700 – 1716

Pollyanna Precioso Neves
Graduanda em História/ Universidade Federal de Juiz de Fora – MG
pollyanna.neves.87@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa em andamento que tem por objeto o comércio da estrada proibida da Bahia entre 1700 e 1716. Até 1716 vigorou a proibição de exportação de qualquer mercadoria para Minas pela Estrada Geral da Bahia, à exceção do gado. A partir do estudo de Autos de Denunciação e Tomadia[1], procurarei abordar os agentes sociais envolvidos no processo de denúncia, arremate e suas motivações políticas e pessoais, juntamente com os réus e as suas cargas confiscadas. Essa fonte, que nos revela muito além da penalização ao descaminho, traz à luz o início de uma nova conjuntura econômica despertada pela descoberta do ouro, sua tessitura comercial e social muito bem articulada e as primeiras demandas de um mercado interno. Associado ao uso desses processos, a pesquisa segue permeada pela dinâmica mineradora urbana que alterou constantemente as fronteiras da Capitania de Minas, fator este que nos revela ser uma das causas do desuso desta determinação da Coroa Portuguesa.

Palavras – chaves: Entradas da Bahia; descoberta aurífera; comércio.

1: A descoberta do ouro em Minas: uma mudança conjuntural.

Procuramos demarcar o presente trabalho no período compreendido entre os anos de 1700 e 1716, a partir da análise dos dados disponíveis nos Autos de Denunciação e Tomadia[2] (anexo II), através dos quais é possível flagrar a movimentação comercial a partir de uma demanda específica, recém surgida na região das Minas. Tudo isso, devido à descoberta de jazidas de ouro na região. A partir desta documentação bastante específica, foi possível traçar preliminarmente um panorama desse novo mercado que nasce com a opulência do ouro. Esta série documental nos traz cerca de 50 processos envolvendo diversos agentes sociais transgredindo determinações metropolitanas e redes de denunciação e arremate, que veremos a diante. Entretanto, é de se atentar que tal fonte nos desvenda muito além de "homens fora da lei", sendo possível, através da mesma, compreender melhor a lógica colonial já no início da exploração aurífera.

[1] Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos.
[2] Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos.

A fim de controlar o fluxo de pessoas e mercadorias para a área mineradora, Portugal baixa uma determinação, na qual, proíbe [3] a entrada de mercadorias através da estrada da Bahia até Minas, à exceção do gado, conhecida também por "estrada geral da Bahia" [4]. Com isso, todo o restante de mercadoria para o abastecimento da região deveria vir do Rio de Janeiro. Tornando-se o caminho da Bahia agora proibido, consequentemente, os comerciantes que faziam desta rota parte de sua sobrevivência e negócios acabam por se tornar transgressores.

2: Os Autos de Denunciação e Tomadia

Trata-se de cerca de cinquenta processos, onde podemos flagrar uma demanda um tanto quanto "refinada" desse novo mercado interno das Minas, que vai além da trivialidade de bens de necessidades básicas. Temos a incidência de confisco de mercadorias como, folha de flandres com açafrão ou facas flamengas[5] e colheres de prata[6].

Para melhor análise dos dados que essa série documental nos traz, optou-se pela elaboração de tabelas contendo a incidência de agrupamentos de cargas confiscadas em cada ano (anexo II). Para as chamadas fazendas secas temos diversos tipos de tecidos, roupas, acessórios, calçados, chapéus além de linhas ou os chamados armarinhos. No agrupamento de fazendas molhadas, consideramos os perecíveis juntamente com os objetos de ferro e aço, como machados, ferraduras ou foices. A fazendas sertanejas (ou dos currais) trata-se de cargas oriundas de fabricação ou extração local como, sebo, sabão, cera, couros e peles. Temos ainda o grupo dos escravos, já que a ocorrência de confisco de cativos foi significativa; animais, que ora aparecem como transportando o restante da carga ora como sendo a própria carga; o agrupamento denominado por miscelânea compreende objetos para fins variados que aparecem de forma pontual nos confiscos, como baú de pele de onça, baralho de cartas, facas de ponta ou cachimbos. O grupo armas e munições diz respeito ao confisco de espingardas, pólvoras, chumbos e espadins. Por fim, temos mais três agrupamentos que torna a investigação mais

[3] CARRARA, Angelo Alves. *Minas Currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p.125.
[4] CARRARA, Angelo Alves. *Minas Currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p.124.
[5] Auto contra Lucas Gularte e Miguel Francisco, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I-25, 26,023, de 09 de dezembro de 1710.
[6] Auto contra José Gonçalves Fonseca, Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I-25, 26,024, de 14 de abril de 1704.

instigante, temos o grupo de crédito, onde só há uma única ocorrência em 1703[7], em que o réu leva consigo uma letra de 310 oitavas[8]. Outro grupo é o de ouro em pó sem quintar, em oitavas[9] e, por fim, o grupo denominado carga usual, onde observamos em três processos[10], nos quais esse tipo de carga é registrada somente, o que demonstra que bastava ser um "passante" para se tornar um transgressor.

De acordo com o anexo II, podemos notar a dinâmica das mercadorias confiscadas. O período de maior ocorrência dos confiscos fica entre os anos de 1706 e 1710, anos que contextualizam o início das tensões e o desfecho da Guerra dos Emboabas, a essa informação, valho-me das considerações de Angelo Carrara acerca da origem do controle da proibição de entrada de mercadorias pela estrada da Bahia,

> "A proibição de transportar mercadorias por essa estrada data de 1699, mas foi a partir do momento em que Borba Gato, Guarda Mor das Minas do Rio das Velhas, recebeu em 14 de outubro de 1701, a carta régia reafirmando a proibição, é que os confiscos se iniciaram" [11].

Isso mesmo, o líder paulista, Borba Gato, era a figura responsável por colocar em prática as ordenanças metropolitanas. Coincidências ou não, essa informação há de ser considerada ao juntarmos com os dados que nos possibilitam visualizar o período de maior incidência dos confiscos. Assim, num processo datado de 29 de janeiro de 1710[12], encontra-se em poder dos réus, Antonio Pinto de Queiroz e João Ferreira Brandão a seguinte carta:

> "De novidades nas minas são as costumadas muitas guerras e confiscos nas mãos dos nossos, e onde [h]á todos os capitais, e basta depois de estar dentro <das minas> alguns 15 dias o confiscarem-me também, que não escapa cousa nina; que se não é os capitais, são os acredores que vão entregar a dívida, o confisco, os que vão a comprar, se lhe não vende pelo que quer, os acusa também; nesta forma não escapa nada."

---

[7] Auto contra Manuel Gonçalves Costa, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I-25, 26, 032, de 05 de setembro de 1703.

[8] "É precisamente esta diversidade de instrumentos monetários, para além das estritas moedas nacionais, que caracteriza a realidade econômica latino americana colonial."Angelo Alves Carrara. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807.* Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p.12-13.

[9] As referências dessa séria na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro são as seguintes: I-25, 26, 003, de 09 de abril de 1710; I -25, 26, 004, de 29 de janeiro de 1710 e I -25, 26, 023, de 09 de dezembro de 1706.

[10] As referências dessa série na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro são as seguintes: I-25, 26,025 de 10 de julho de 1704; I-25, 26,026 de 23 de setembro de 1704 e I- 25, 25, 022 de 21 de abril de 1711.

[11] CARRARA, Angelo Alves. *Minas Currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807.* Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p.125.

[12] Auto contra Antônio Pinto de Queiroz e João Ferreira Brandão, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I-25, 26,004, de 29 de janeiro de 1710.

Tal carta nos mostra a quantas andavam as tensões e a prática do confisco no referido caminho proibido. Ou nos induz a pensar em motivações políticas e/ou pessoais por traz da execução de confiscar as mercadorias vindas pela estrada da Bahia, em específico, neste período.

Outro fator que podemos extrair da análise desta série de fontes é que a tomadia de fazendas secas foram as mais recorrentes entre os anos analisados, excetuando os outros anos que não contêm essa informação. O que reafirma o contexto econômico colonial interligado direta ou indiretamente com a produção têxtil inglesa[13]. Destacando que ainda não foi possível localizar os processos referentes ao ano de 1705, ficando ainda em aberto a análise do mesmo, na esperança de ainda o encontrarmos.

A partir da lógica cunhada por Paulo Cavalcante[14], que só há o descaminho porque existe um caminho, volto a dissertar sobre o teor da fonte que vai além da questão de serem esses homens contrabandistas ou não. Em muitos casos, notamos o confisco das cargas são de valores de pequena expressão, como é o caso do processo de 10 de abril de 1710[15], onde a carga confiscada se tratava de um casal de negros doentes, ou então, novamente, o caso do confisco do réu que estaria "transportando" carga usual. Junto a isso, há também grandes quantidades de cargas confiscadas em poder de um só homem ou um pequeno grupo, como nos mostra o processo de 15 de setembro de 1708[16], no qual o valor do arremate é de 1260 oitavas e a variedade de cargas transportada é ampla. Entretanto, em casos como esse último, ainda não podemos afirmar se são esses homens comerciantes que optaram por ignorar a proibição da passagem e contar com a sorte de não serem pegos, dando continuidade a uma prática comercial corriqueira àquela região ou se de fato eram transgressores dos mandos da Coroa. Optamos por encarar alguns processos como fruto de uma lógica comercial, de compras e vendas, abastecimento e sobrevivência, do que contrabando ou descaminho de fato.

---

[13] "Segundo Fisher, entre 1700 e 1770, os têxteis eram o principal produto exportado da Inglaterra para Portugal". Alexandra Maria Pereira. *Lojas e vendas: um estudo sobre o circuito mercantil e o perfil socioeconômico dos agentes mercantis nas comarcas de Vila Rica e Serro Frio.* In: Angelo Alves Carrara. (Org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. 1 ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010, p.36

[14]"O descaminho é uma prática enraizada no sistema existente; só se pode descaminhar porque há um caminho: o da Fazenda Real." Paulo Cavalcante. *Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700 – 1750).* São Paulo. Hucitec, FAPESP, 2006, p.16.

[15] Auto contra André Pacheco, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I-25, 26, 001, de 10 de abril de 1710.

[16] Auto contra João Rodrigues, Antônio de Souza, Miguel Fernandes Souza e Manuel Rodrigues Ribeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I – 25,26, 015, de 15 de setembro de 1708.

Mas o que podemos afirmar é que a partir da proibição de transportar mercadorias pela estrada geral da Bahia no ano de 1699, pela reafirmação da carta régia destinada à Borba Gato em 1701 e pela legitimação através do Regimento das Minas de 19 de abril de 1702[17], esses homens se tornaram descaminhadores, já que aquele caminho agora era proibido, logo, um descaminho.

Contudo, surgem casos dentre os processos de confisco e tomadia que nos fazem a inclinarmos à lógica do descaminho[18], a isso me valho de trechos de determinados processos: em 29 de janeiro de 1710[19], na Estrada que vai Semidouro para os currais, na encruzilhada que vem das minas para o sítio do Maquiné; carga: 1296 oitavas escondidas num garrafão de taçalhos de carne seca (duas borrachas com ouro e suas pinças) que iam levar a José Queiroz na barra do Rio das Velhas. Os réus, Antônio Pinto Queiroz e João Ferreira Brandão, os mesmo que citamos anteriormente nos possibilitam flagrar as tensões em minas com a carta transcrita, nos trazem uma situação clara de transgressão[20]; levam consigo uma grande quantidade de ouro me pó escondida em um pedaço de toucinho. Outro caso é o que vemos no processo de 09 de abril de 1710[21], onde o réu é confiscado por transportar ouro sem quintar. Nesses dois casos, há uma tendência clara a afirmarmos serem casos de contrabando, descaminho ou transgressão.

Por fim, nota-se uma queda constante dos confiscos a partir do ano de 1711, de acordo com os dados que a fonte nos disponibiliza. Destacando que para os dois últimos anos, só há a ocorrência do transporte ilegal de cativos, uma das hipóteses seria a falida indústria açucareira remanejando parte de seus plantéis de escravos para Minas. Mas, como disse, é uma hipótese, ainda em processo de verificação. Nesse início do desuso

---

[17] CARRARA, Angelo Alves. *Minas Currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p.125.

[18] "Os descaminhos não se traduzem ao roubo, ao furto ou à corrupção, mas configuram um determinado tipo de prática, encoberta pelas formalidades oficiais, porém radicalmente ativa e penetrante irradiada por todo o corpo social, inclusive os escravos, formando e redefinindo, afirmando e negando, isto é, afirmando pela negação, enfim, caminhando pelo descaminho." Paulo Cavalcante. *Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa (1700 – 1750).* São Paulo. Hucitec, FAPESP, 2006, p.43.

[19] Auto contra Antônio Pinto de Queiroz e João Ferreira Brandão, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I-25, 26,004, de 29 de janeiro de 1710.

[20] "O comércio ilegal possuía duas faces: atividades comerciais, que eram completamente proibidas, e a evasão de impostos pagos sobre produtos." Ernst Pijning. *Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro no século XVIII.* Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 21, nº 42, 2001, p. 4.

[21] Auto contra o capitão do mato Francisco de Brito, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I-25, 26, 003, de 09 de abril de 1710.

desta proibição temos uma alegação feita por parte de um réu no ano de 1713[22] que é emblemática para esse contexto:

> "O réu se disse morador há dois anos no lugar chamado Curvelo da Barra do rio das Velhas, em distância de dois dias do termo (Sabará), e que o caminho da Bahia não está totalmente proibido, pois regular é que por ele entram nestas minas para o sustento de seus moradores muitos gados vindos pelo tal caminho, fazendas sertanejas e mais coisas que se não proíbe a introdução delas, indo para aumento e sustentação dos lavradores de ouro que de outro modo se não poderão manter e sustentar, como é notório".

Sendo assim, esse processo, além de flagrar o início do desuso da proibição, também contribui para confirmar o que Angelo Carrara trata em sua tese quanto a esta fonte, "A fragilidade da fiscalização, contudo, permite supor que esses processos representaram uma ínfima parcela do que deveria ter sido esse comércio" [23]. Contudo, ainda que pequena, já nos desvendam minúcias desta nova lógica colonial que agora gira em torno da órbita do ouro.

2.2: Os arrematantes e denunciantes

Se ainda não podemos afirmar ou desconstruir se esses homens eram ou não descaminhadores, obviamente sem desconsiderarmos a lógica da Coroa, na qual, se há a transgressão da proibição, há transgressores, independente de ser prática comum o transporte de mercadorias pela estrada da Bahia antes do ano de 1699. O que se pode notar ao analisar o movimento entre os homens que denunciam os descaminhos e arrematam a carga confiscada, ainda que na lógica colonial, isso não ferisse as ordenanças portuguesas, há de se considerar uma suposta rede de negócios[24] que envolvia alguns desses homens.

Temos quatro homens que ora aparecem denunciando, ora arrematando a carga confiscada, como, por exemplo, o caso de Inácio Carvalho de Siqueira, que aparece em 14 de julho 1708[25] arrematando uma carga de 06 cavalos com fazendas e posteriormente

---

[22] Auto contra Domingo Gonçalves Viana, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I-25, 24, 19, de 15 de novembro de 1713.

[23] CARRARA, Angelo Alves. *Minas Currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807.* Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p.125.

[24] "Redes as quais, segundo Michel Bertrand[12](sic)"consiste en un complejo sistema de vínculos que permitem la circulación de bienes y servicios, materiales e inmateriales, en el marco de las relaciones estabelecidas entre sus miembros" (BERTRAND, 1999, p.122). 238." Fábio Pesavento. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos.* Niterói: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Fluminense, 2009, p. 16.

[25] Auto contra João e Antônio Pais, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I- 25, 26, 013, de 15 de julho de 1708.

em 20 de outubro de 1709[26], aparece como denunciante de um transporte de carga contendo 01 barril de aguardente do reino e 01 surrão de sal da terra. Infelizmente para ambos, ainda não identificamos o denunciante do processo de 1708 e o arrematante do processo de 1710. Mas a questão é que essa prática parece ser algo corriqueiro. Outro caso que flagra essa prática é o que envolve o meirinho da Guardamoria do Rio das Velhas, Apolinário Coelho Bulhões, que em 15 de abril de 1710[27] aparece como arrematante de uma carga contendo 01 cavalo, 01 surrão de sal do São Francisco, azougue e açúcar e dias antes, 09 de abril do mesmo ano[28], observamos sua atuação como denunciante de uma carga contendo: 23 cavalos, 32 surrões de sal da terra, 02 de sabão, 15 meios de sola, 05 garrafões de peixe , 08 rolos de cera da terra , 06 peles de cabras e veados. A respeito desta última carga confiscada, há de destacar que quem a arrematou, Manoel Gomes Soares (escrivão), José Ribeiro da Cunha (ajudante) e Manoel Menezes Mascarenhas (meirinho), aparecem em mais dois processos que data de 29 de janeiro de 1710[29] e 25 de março de 1710[30]. Ressaltando que o escrivão Manoel Gomes Soares, aparece arrematando mais uma carga, agora sozinho, também no dia 09 de abril de 1710[31] e posteriormente, junto com o escrivão Manoel Gomes Soares, denunciando em 13 de dezembro de 1710[32], esse último em parceria com o Tenente de Cavalo Francisco Leite de Faria.

. A respeito dessa prática, bebo das águas de Angelo Carrara novamente ao afirmar que,

> a ideia de que os confiscos foram usados pelos comerciantes compradores de cargas como instrumento barateador das mercadorias, já que ganhariam duplamente: denunciando, receberiam a terça parte da arrematação, e arrematando a carga confiscada, por um preço inferior ao que por ela esperava pagar.[33]

---

[26] Auto contra Francisco Monteiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I- 25, 26, 009, de 20 de outubro de 1709.
[27] Auto contra Baltasar Fernandes, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I-25, 26,005, de 15 de abril de 1710.
[28] Auto contra Inácio de Figueiró e Manuel Martins, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I- 25, 26, 002, de 09 de abril de 1710.
[29] Auto contra Antônio de Queiroz e João Ferreira Brandão, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I- 25, 26, 004, de 29 de janeiro de 1710.
[30] Auto contra Lourenço Oliveira Barcelos e Rafael Ferreira Brandão, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I- 25, 26, 007, de 25 de março de 1710.
[31] Auto contra Inácio de Figueiró e Manuel Martins, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I- 25, 26, 002, de 09 de abril de 1710.
[32] Auto contra Domingos Álvares, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, I-25, 25, 024, de 13 de dezembro de 1710.
[33] CARRARA, Angelo Alves. *Minas Currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p. 129 -130.

Todos esses casos citados acima acabam criando uma translado de idas e vindas em nossas cabeças ao raciocinarmos essa lógica, o que nos remete claramente a ideia de rede de negócios e interesses. A respeito desses homens, assim como réus, que não me ative nesse trabalho, ainda há muito por ser descortinado, o rastreamento continua a ser feito, mas a princípio o que se pode afirmar é tão puramente o que a fonte nos diz.

2.3 As localizações

Por fim, vamos à questão geográfica dessa nossa problematizarão. Quanto aos locais listados no ato do confisco o de maior incidência é em Sabará, principalmente após o ano de 1711. Já nos anos iniciais temos o recorrente aparecimento de tomadias feitas em Sabarabuçu e suas redondezas. Entretanto há de se atentar para um caso específico que ocorre cincos vezes no ano de 1707[34] no mesmo local e dia sobre diferentes homens, *Sítio do Capitão José Freire Farto, uma légua para o lado da Perahibipeba.* E na verdade se trata de um levantamento sobre a questão que ainda não temos nenhum dado complementar, mas que também tem sido fruto de nossa atenção nas pesquisas.

Assim, aquilo que era caminho tornou-se descaminho e a então estrada geral da Bahia passou a ser conhecida por estrada proibida da Bahia, ou entrada (para Minas) proibida da Bahia e junto a isso os homens que ali transitavam e faziam desse caminho um meio para efetivar negócios, garantir lucros ou apenas sobrevivência, ao continuarem a praticar esses negócios por esses caminhos, acabaram por serem considerados transgressores. Excetuando alguns casos que vimos anteriormente que configura nitidamente um perfil de descaminho.

Como já dissemos no início do artigo, nosso foco não é o contrabando em si[35], mas uma tentativa de descortinar essa nova conjuntura econômica colonial oriunda da descoberta do ouro em Minas, principalmente nos seus anos iniciais. E para este recorte, creio que a escolha por explorar sistematicamente os Autos de Denunciação e Tomadia

[34] As referências dessa série na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro são as seguintes: I-25, 26,016 de 06 de julho de 1707; I- 25, 26, 017 de 06 de julho de 1707; I- 25, 26, 018, de 06 de julho de 1707; I-25, 26, 019 de 06 de julho de 1707 e I-25, 26, 020 de 06 de julho de 1707.

[35] "Desse modo, analisar o contrabando torna-se um instrumento chave para estudar a sociedade colonial brasileira. Não apenas o estudo do contrabando fornece uma possibilidade para se entender o funcionamento do mercantilismo, do sistema jurídico e da ética pública e privada no mundo luso-brasileiro, como também possui implicações amplas para nossa compreensão dos valores e do comportamento coletivo no Atlântico colonial." Ernst Pijning. *Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro no século XVIII.* Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 21, nº 42, 2001, p. 2.

ser faz muito pertinente e propícia. Associado à fonte, conto com o apoio de toda historiografia colonial, principalmente das Minas setecentistas para acrescentar as possíveis conclusões que podemos chegar até o momento.

Anexo I: Autos de denunciação e tomadia: 1701 – 1716

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Antônio *[Gonçalves] de Agui*[l]ar; 02 de abril de 1716; Sabará; I-25, 24,17; carga: escravos.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Francisco Fiúza Ferreira; 23 de março de 1716; Sabará; I-25, 24,18; carga: um escravo.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra José Ramos da Costa; 15 de novembro de 1713; Ribeirão da Itabira; I-25, 24,19; s.d.: "Comboiando gados de vários donos, no total de 257 cabeças, dera entrada a apenas a 119"; Valor total da arrematação: 1280.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Domingo Gonçalves Viana; 04 de outubro de 1713; Sabará; I–25, 24, 21; carga: um escravo; s.d.: "O réu se disse morador há dois anos no lugar chamado Curvelo da Barra do rio das Velhas, em distância de dois dias do termo (Sabará), e que o caminho da Bahia não está totalmente proibido, pois regular é que por ele entram nestas minas para o sustento de seus moradores muitos gados vindos pelo tal caminho, fazendas sertanejas e mais coisas que se não proíbe a introdução delas, indo para aumento e sustentação dos lavradores de ouro que de outro modo se não poderão manter e sustentar, como é notório"

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Antônio de Araújo; 16 de dezembro de 1711; Morro do Sabarabuçu; I-25, 24,029; s.d.: "na estrada das Bocaiúbas que vem nos currais"; carga: não consta.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Francisco Gomes de Almeida; 02 de julho de 1711; Iaforana; I-25, 24, 23; inquirição a propósito de estar s.d.: "posto na estrada do sertão da Bahia dando estalagem aos comboios que vêm para estas minas." ; Segdodo Tenente Francisco Leite de Faria, fora confiscado duas vezes.O réu se diz "empregado nos [tra]balhos do sítio, e milhos e mandiocas e feijões e canas e bananas e outras muitas plantas e hortaliças e criação e fábrica"; morador do sítio do Periperi ou Poções, a 25 léguas das minas.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia: Sequestro e arrematação dos sítios de Pedro Morais da Cunha: sítio confrontando com Bastiana Rondon, no rio São João, com um princípio de serviço de água; arrematado por Manuel da Rocha Brandão por 101 oitavas. Simplício Pedroso Xavier: 02 lavras, porcos, casas cobertas de capim (1 a 12) e roça de milho; Domingos Rodrigues de Prado: sítio com roças queimadas e casas salgadas por ordem do Ouvidor Geral Bernardo Pereira de Gusmão e Noronha (10-02-1720); arrematado por Manuel da Rocha [Brandão] por 100 oitavas; José Rodrigues Lima e Francisco Pedroso de Almeida: no ribeirão da Onça; Bento Pais da Silva: no ribeirão da Onça; sítio com lavras, 400 mãos de milho empaioladas, casas de palha, 01 balança de pesar ouro sem marco; Bento Pais da Silva e Antônio Rodrigues de Andrade: no Morro de Batatal; cata de 20 braças buscando para o rio, que parte com José Ferraz e João Gonçalves Fi]l[gueira e com o Brigadeiro João Lobo de Macedo; casas de telha e suas senzalas de capim com seu quintal e um bananal; Manuel Fernandes Preto: roças de milho e casas de palha sítio das Traíras, arrematado pelo cap. Gaspar Pacheco Freire por 140 oitavas; 1720; Pitangui; I-25, 25, 8-9.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia: "Inventário dos confiscos que fez o capitão Antônio de Campos e Lara (cabo dos confiscos do distrito do Serro do Frio e Lavras Velhas delas) com os oficiais da Superintendência"; 09 de setembro de 1711; I–25, 25, 10; Superintendente: Sargento-mor Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo; Meirinho: Lauriano Tenreiro Ferraz; Meirinho das execuções: Estevão Francisco da Silva; carga: 2 fardos pequenos de cargas dos currais apreendida no mato desviado do caminho que vai para o sítio de Itaibés de Sebastião de Leme [Boim], sal de Diogo de Andrade Falcão, ferramentas, cera, couros, linhas e panos.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Rafael Ferreira Brandão (inocentado); 28 de setembro de 1716; Sabará; I–25, 25, 11; carga; 18 escravos.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Manuel Henriques, morador no Rio São Francisco de quinta a sexta (inocentado); 13 de dezembro de 1715; Sabará; I–25, 25, 12; carga: 09 moleques.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Paulo Vieira de Barros, licenciado; 20 de janeiro de 1714; Serro; I–25, 25, 013; s.d.: "processo conduzido pelo Superintendente das Minas e Provedor dos Defuntos e Ausentes Capitão Mateus de Moura Fogaça. Do confisco, o superintendente mandou dar 10 oitavas a uma ermitão que pedia esmolas para fazer uma ermida na paragem das Mucagibas de Nossa Senhora da Conceição, 32 oitavas e 06 escravas.O réu alegou ter comprado a carga (panos) na paragem A Graça"; carga: panos; valor total da carga: 145.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Manuel Dias Leite, capitão; 13 de setembro de 1713; I–25, 25, 014; s.d.: "Alegou que sua fazenda vinha de Pernambuco"; valor total da carga: 304 ¹/4.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Manuel da Silva (inocentado); 04 de outubro de 1713; Sabará; I–25, 25, 015; s.d.: "tratando de vários negócios de comprar e vender, como também de ir á Barra do Rio das Velhas a fazer algumas pescarias de que atualmente os carreta e conduz para vender nestas minas" ... **"**veio com 15 cavalos de fazendas sertanejas, como sal dos currais, ceras, solas e peixe."
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Paulo Rodrigues Durão s.d.: "useiro e vezeiro de semelhantes descaminhos" [dono da casa onde se achou a mercadoria]; 09 de novembro de 1712; Sabará, pela Ouvidoria Geral; I–25, 25, 016; carga: comboio de escravos, cavalos carregados de fazendas secas; corretor de vendas: Manuel Barbosa Cabral, morador no Morro Vermelho; compradores: Padre Bento de Souza (5-6 E) do Mato Dentro, Afonso da Costa Moreira, Pedro Antunes, moradores no Morro Vermelho, Pedro de Figueiredo e José da Costa (300 oitavas).
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia anônimo; 27 de outubro de 1711; Sítio que foi de João da Fonseca Barata, no Rio das Velhas; I–25, 25, 017.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra João Pinheiro Barcelos; 28 de março de 1711; I–25, 25, 018; valor total da carga: 258.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra João Ferreira Brandão; 15 de abril de 1711; Sabará; I–25, 25, 019**;** valor total da carga: 80.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra João Francisco de Aguiar; 15 de abril de 1711; Vila Real de Nossa Senhora da Conceição, roça do Capitão André Gomes Ferreira; I–25, 25, 020; carga: panos; valor total da carga: 120.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra anônimo; 21 de abril de 1711; Arraial do Superintendente, Sítio dos Macacos; I–25, 25, 022; carga: usual; valor total da carga: 79.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra José/João Ferreira; 04 de abril de 1710; Ribeirão do Sabarabuçu, arraial de Baltasar Marques; I–25, 25, 023; carga: sal, couros, cera, sola, sabão e peixe; valor total da carga: 325.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Domingo Álvares; 13 de dezembro de 1710; Fazenda Cercado, de João Leite da Silva [Ortiz]; I–25, 25, 024; carga: sal da terra e de PE, aguardente, açúcar, fazenda seca, roupas; denunciante: Tenente de cavalos Francisco Leite Faria, meirinho Manuel Mascarenhas e o escrivão.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra André Pacheco; 20 de abril de 1710; I–25, 26, 001; carga: um casal de negros doentes (128); valor total da carga: 128.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Inácio de Figueiró e Manuel Martins; 09 de abril de 1710; Sítio das Alagoas; I – 25, 26, 002; carga: 23 cavalos, 32 surrões de sal da terra, 02 [surrões] de sabão, 15 meios de sola (90), 05 garrafões de peixe (46), 8 rolos de cera da terra (6) e 06 peles de cabras e veados; arrematante: Apolinário Coelho de Bulhões; denunciantes: Manuel Gomes Soares (escrivão), José Ribeiro da Cunha (ajudante) e Manuel Menezes Mascarenhas (meirinho); valor total da carga: 828,5

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Capitão do mato Francisco de Brito; 09 de abril de 1710; Sítio das Alagoas; I – 25, 26, 003; carga: ouro sem quintar; denunciantes: Manuel Gomes Soares (escrivão), José Ribeiro da Cunha (ajudante) e Manuel Menezes Mascarenhas (meirinho); valor total da carga: 188.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Antônio Pinto de Queiroz e João Ferreira Brandão; 29 de janeiro de 1710; Estrada que vai do Semidouro para os currais, na encruzilhada que vem das minas para o sítio do Maquiné; I – 25, 26, 004; carga: 1296 oitavas, escondidas num garrafão de taçalhos de carne seca (duas borrachas com ouro e suas pinças), que iam levar a José Queiroz na barra do Rio das Velhas. Carda de Brandão de Queiroz: s.d.: "De novidades nas minas são as costumadas muitas guerras e confiscos em mãos dos nossos, e onde [h]á todos os capitais, e basta depois de estar dentro < das minas> alguns 15 dias o confiscarem-me também, que não escapa cousa nina; que se não é os capitais, são os acredores que vão entregar a dívida, o confisco, e os que vão a comprar, se lhe não vende pelo que quer, os acusa também; nesta forma não escapa nada."; denunciantes: Manuel Gomes Soares (escrivão), José Ribeiro da Cunha (ajudante) e Manuel Menezes Mascarenhas (meirinho); valor total da carga: 1296.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Baltasar Fernandes; 15 de abril de 1710; Arraial Velho; I–25, 26, 005; carga**:** 01 cavalo, 01 surrão de sal do Rio São Francisco (20), açúcar e azougue; arrematante: Apolinário Coelho Bulhões, meirinho da Guardamoria o Rio das Velhas; valor total da carga: 48.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Bento Guedes Leite; 23 de dezembro de 1710; Barra do Sabarabuçu, sítio do Capitão João Rodrigues Lima; I–25, 26,006; s.d.: "... o sargento-mor José Borges Pinto e o tenente Luiz Peixoto,... de cavalo foram ao sítio..."; carga: 10 surrões de sal do reino (105), 09 surrões de sal da terra (126), 05 meios de sola, 21 couros, uma carijó por nome Úrsula, já velha e doente com duas crianças doentes dos olhos e 13 cangalhas; arrematante: João Rodrigues Lima; valor total da carga: 486.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Lourenço de Oliveira Barcelos e Rafael Ferreira Brandão: 25 de março de 1710; Sítio de Bento Gonçalves na estrada da Bahia; I–25, 26, 007; carga: 05 cavalos, 02 surrões de sal da terra (32), 03 caixões de açúcar (120), aguardente, panos, machados, foices, almocafres, cera, 10 chapéus da terra, 01 negro moçambique (160) e 01 moleque mina muito magro e de pouco préstimo (70); denunciantes: Manuel Gomes Soares (escrivão), José Ribeiro da Cunha (ajudante) e Manuel Menezes Mascarenhas (meirinho); valor total da carga: 717,5.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Gervásio e Manuel Ferreira; 21 de outubro de 1709; Tapinho a Canga [arraial do licenciado Manuel Moreira]; I–25, 26, 008; carga: 01 moleque e fazenda seca; valor total da carga: 400.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Francisco Monteiro; 20 de outubro de 1709; Tapinho a Canga [arraial do licenciado Manuel Moreira]; I–25, 26, 009; 01 barril de aguardente do reino (38) e 01 surrão de sal da terra (16); s.d.:

"Segundo o réu, vinham de sua casa no sítio do Maquiné"; denunciante: Inácio Carvalho de Siqueira; valor total da carga: 48.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Francisco Mendes; 20 de junho de 1709; Sítio de João de Souza Soutomaior, curral das abóboras; I-25, 26, 010; carga: 70 cabeças de gado; arrematante: Justino Rabelo Barbosa.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Francisco Soares Campos; 18 de janeiro de 1708; Caminho e estrada das Bocaiúvas; I – 25, 26, 011: carga: escravos, moleque (138), 02 cavalos (01 enfreado e selado) (20/16), sela e freio (45), esporas; 01 caldeirão de cobre e 01 machado (15,5) e 02 espingardas (01 com anéis de prata = 32); arrematante: Francisco Arruda de Sá; valor total da carga: 602,5.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra João Pereira; 18 de fevereiro de 1708; Palmital, sítio de Amaro Homem, em um rancho beira estrada da Bahia; I-25, 26, 012; carga: aguardente, faca, doce de calda e 05 cavalos magros com feridas (a carga pertencia ao capitão José Correia, morador no rio São Francisco); valor total da carga: 438.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra João Pais e Antônio Pais; 15 de julho de 1708; Capão das Mobay, na roça do alferes João Rodrigues *[Lima]; I-25, 26, 013; carga: 06 cavalos com fazendas; arrematante: Inácio Carvalho de Siqueira; valor total da carga: 190.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra João Rodrigues* [Lima] v.ab; 07 de setembro de 1708; I-25, 26, 014; carga: 01 surrão e sal do reino (20) e 13 chapéus do Porto grosseiros (14); valor total da carga: 34.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra João Rodrigues, Antônio de Souza, Miguel Fernandes Souza e Manuel Rodrigues Ribeiro; 15 de setembro de 1708; I-25, 26, 015; carga: 58 camisas, 07 camisas de mulher, 23 fivelas, 46 vestes, 03 calções, 03 saias de Serafina, 06 meias de algodão, 05 toalhinhas, 01 surrão de cera da terra, 01 caixeta com velas de Angola, 04 meados de linha, 07 ceroulas de pânico, 01 surrão de sal (36), 01 cara de açúcar, 03 maços de cartas, 44 varas de panos de linho (54), pimenta, 20 couros de cabra, cordovão e veado (35), 59 côvados de baeta, 11 lenços da Índia, 01 surrão de sabão, 01 capote (12) 01 tesoura, 01 barril pequeno de pólvora, 02 clavinas usadas (6), 8t de prego de sapateiro, 02 escravos e 01 cavalo (15); valor total da carga: 1260.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Francisco Pereira Barros e Bento Gonçalves; 06 de julho de 1707; Sítio do Capitão João Freire Farto, uma légua para o lado da Perahibipeba; I-25, 26, 016; carga: sal, ferramentas (foices de roçar), cera, mel, peles de veado, cavalos, machados, sabão, melado e espingarda; arrematante: Francisco Arruda Sá (Tesoureiro da Fazenda Real); valor total da carga: 332,5.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Bento Pires e Manuel Lobo; 06 de julho de 1707; Sítio do Capitão João Freire Farto, uma légua para o lado da Perahibipeba; I-25, 26, 017; carga: cavalo, sal, melado, sola, sabão, cera e couros; arrematante: Cristóvão Correia Leitão; valor total da carga: 155,5.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Francisco Gomes Ribeiro; 06 de julho de 1707; Sítio do Capitão João Freire Farto, uma légua para o lado da Perahibipeba; I-25, 26, 018; carga: açúcar, aguardente, pólvora, almocafres, esporas, linhas, baralhos de cartas, cachimbos e cocos de beber água; arrematante: Antônio de Sá Barbosa; valor total da carga: 245,5.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Pascoal Almeida, Inácio de Souza e Antônio Álvares; 06 de julho de 1707; Sítio do Capitão João Freire

Farto, uma légua para o lado da Perahibipeba; I-25, 26, 019; carga**:** cavalos, sal, sabão, sola, couros e cera; arrematante: Francisco de Arruda de Sá; valor total da carga: 170,5.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Pedro da Silva Guimarães e Teodósio de Lima; 06 de julho de 1707; Sítio do Capitão João Freire Farto, uma légua para o lado do Perahibipeba; Código I-25, 26, 020: carga: sal, couros, espingardas, machado, foice, cavalo e escravo; arrematante: Cristóvão Correia Leitão; valor total da carga: 299.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Manuel Monteiro e Brás da Silveira e Sebastião da Costa Pereira; 03 de março de 1707; Sítio de Jorge Monteiro, na Perahibipeba; I-25, 26, 021; carga: escravos, fazendas e cavalos; arrematantes: Domingos Pereira; Francisco de Brito Homem; Jerônimo Tavares; Antônio Pacheco Gato; valor total da carga: 674; valor total do arremate; 674.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Dâmaso Carvalho de Mesquita, Manuel Pinto de Mesquita, Francisco de Vasconcelos, Silvestre Álvares e o alferes Manuel Gomes Horta; 25 de junho de 1707; I-25, 26, 022; carga: 03 cavalos carregados de fazendas e outros gêneros; arrematantes: Antônio de Sá Barbosa, José Rodrigues Betim, Antônio Pacheco Gato e Manuel Pinto de Melo; valor total da carga: 621 ³/4 oitavas.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia: s.d.: "Auto de tomadia feito a Lucas Gularte e a Miguel Fernandes Antônio de um comboio de fazendas e escravos vindos pela Bahia"; 09 de dezembro de 1706; I-25, 26, 023; carga: 02 barris de aguardente da terra, 01 grande e 01 pequeno, 01 barril de pólvora pequeno, 02 arrobas de chumbo, 01 surrão pequeno de açúcar, 01 peça de pano de algodão pequena (78 1/2 varas), 02 barris de sal do reino, 01 surrão de sal da terra, 01 caixote de toucinho e sua sobrecarga (70 t), 01 sela gineta velha, 06 pares de borzeguins já feitos e outros cortados e por coser, 01 canastra com dois calções de damasco carmesim, suas bombachas de fariseu, 03 carapuças galeadas de (calmonia), 05 pares de sapato de couro da terra, 04 ½ dúzias de facas flamengas, 01 folha de flandres pequena com açafrão, 03 peles de cabra preparadas, 03 freios ginetes, 01 mala de moscóvia com 11 chapéus de fora com seus couréis de fio de ouro e prata, 30 véstias de droguete, 11 capotes de droguete forrados, 04 capotes de pano, 03 capotes de ???, 52 pares de meias fradescas, 03 pares de borzeguins chatos, 38 calções de droguete (encourados em 04 surrões), 02 espingardas, uma prateada, 03 escravos, 02 moleques e 12 oitavas de ouro em pó.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra João Gonçalves da Fonseca; 14 de abril de 1704; I- 25, 26, 024; carga: panos, faca flamengas, colheres de prata e 188 oitavas de fazendas já vendidas; valor total da carga: 36 oitavas.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Lucas Andrade Pereira; 10 de julho de 1704; I- 25, 26, 025; carga: carga usual.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Domingos da Silva; 23 de setembro de 1704; I-25, 26, 026; carga: carga usual; valor total da carga: 155 oitavas.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Simão Pereira Brito; 20 de setembro de 1704; I-25, 26, 027; carga: carga usual e escravos; valor total da carga: 2720 oitavas.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Faustino Rabelo Barbosa; 04 de abril de 1704; I – 25, 26, 029; carga: calções, véstias, bombachas; valor total da carga: 28 oitavas.
BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Diogo Correia, assistente nas minas (não concluído); 23 de maio de 1704; Arraial do Caeté; I–25, 26, 030; carga: aguardente, véstias, calções, carapuças, patronas, lenços, tesouras, seda,

miçangas, sal, pólvora, açúcar e marmelada; s.d.: "Absolvido, por ter sido aceita sua justificativa de que tudo vinha do Rio".

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Miguel Estrade (não concluído); 05 de setembro de 1703; I-25, 26, 031; carga: 02 barris de aguardente da terra, 02 espadins pequenos com suas guarnições de prata; [, 0,5 arrobas de toucinho, 01 baú de pele de onça, 02 cavalos, 01 arroba de tabaco e escravos.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Manuel Fernandes Costa (não concluído); 05 de setembro de 1703; Arraial do Sabarabuçu; I-25, 26, 032; carga: 01 negra Guiné,01 tacho de cobre,01 espingarda, alguma ferramenta de faiscar, 02 almocafres nas algibeiras e 01 letra de 310 oitavas; s.d.: "Jesus Capivara, 30 de maio de 1703. A vinte dias se pagará v.m. Senhor irmão Salvador Fernandes de Quadros, por esta minha primeira letra segura de câmbio nestas minas a Manuel Fernandes Costa, ausente, a quem seu poder tiver 310 oitavas, as quais são procedidas de 310 mil réis quando dito Manuel Fernandes Costa recebi em pagamento sendo Cristo com todos. Era ????? supra ???? pagará sem tomardes.Gregório de Quadros Reis"

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Lourenço Carvalho da Cunha (comprador de gado a João dos Reis); 29 de novembro de 1702; Ribeirão do Bom Sucesso; I- 25, 26, 33; carga: gado; s.d.: "... cada boi foi dado a vender por 30 oitavas; antes da tomadia, sete reses foram vendidas a 175 oitavas" Tempo de viajem de Sabará a Mariana: 03 dias; valor total da carga: 739.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra José Vieira Fiúza, Antonio da Rocha Branco e Antônio Carvalho (chegou em 27-08-1701); 15 de novembro de 1701; Ribeirão de Sabarabuçu; I-25, 26,034; carga: 06 gibões de baeta e Serafina, 17 calções de Serafina, 04 bombachas de tafetá, 27 capelos de baeta, 30 lenços da Índia, 02 lenços de renda, 04 camisas, 04 ceroulas, 20 frasquinhos pequenos cheios de tabaco, 40 bocetas de tabaco da Índia e 20 facas de ponta; valor total da arrematação: 400.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Antônio Rocha Branco; 15 de novembro de 1701; I-25, 26, 034; carga: 04 calções de droguete de lã, 03 guetas de baeta e 12 capuzes de baeta; valor total da arrematação; 50.

BN/Divisão de Manuscritos/Auto de denunciação e tomadia contra Antônio Carvalho; 15 de novembro de 1701; I-25, 26, 034; carga: 07 rolinhos de fumo; valor total da arrematação: 275.

Anexo II: Tabelas de agrupamento das cargas confiscadas anualmente entre 1701 e 1716.

1701	
Fazendas Secas	Gibões de baeta; calções de serafina; bombachas de tafetá; capelos de baeta; lenços da Índia, lenços de renda; camisas; ceroulas; calções de droguete; guetas de baeta e capuzes de baeta.
Fazendas Molhadas	Frasquinhos de tabaco; boceta com tabaco e rolinhos de fumo.
Fazendas Sertanejas	
Miscelânea	Facas de ponta.
Crédito	
Carga Usual	
Escravos	
Animais	
Armas e Munições	
Ouro sem quintar	

1702	
Fazendas Secas	
Fazendas Molhadas	
Fazendas Sertanejas	
Miscelânea	
Crédito	
Carga Usual	
Escravos	
Animais	Gado e reses
Armas e Munições	
Ouro sem quintar	

1703	
Fazendas Secas	
Fazendas Molhadas	Tacho de cobre; ferramenta de faiscar; almocafres nas algibeiras; toucinho; tabaco; aguardente da Terra.
Fazendas Sertanejas	
Miscelânea	Baú de pele de onça.
Crédito	Letra de 310 oitavas
Carga Usual	
Escravos	Negra Guiné
Animais	Cavalo
Armas e Munições	Espingardas e espadins com suas munições.
Ouro sem quintar	

1704	

Fazendas Secas	Véstias (2) [36]; calções (2); carapuças; patronas; lenços; seda; miçangas; panos; bombachas e 188 oitavas de fazendas vendidas.
Fazendas Molhadas	Tesoura; aguardente; sal; açúcar e marmelada.
Fazendas Sertanejas	
Miscelânea	Facas Flamengas e colheres de prata.
Crédito	
Carga Usual	Carga usual (3).
Escravos	Escravos.
Animais	
Armas e Munições	Pólvora.
Ouro sem quintar	

1706	
Fazendas Secas	Peça de algodão pequena; pares de borzeguins; calções de damasco e carmesim; bombachas de fariseu; carapuças galeadas; sapatos de couro da terra; chapéus de fora com seus couréis de prata e ouro; véstias de droguete; capotes de droguete; capotes de pano; capotes de [?]; borzeguins chatos e pares de meia.
Fazendas Molhadas	Aguardente da Terra; surrão pequeno de açúcar; sal do Reino; surrão de sal da Terra e caixote de toucinho e sua sobrecarga.
Fazendas Sertanejas	Cela gineta velha; peles de cabra preparadas e freios ginete.
Miscelânea	Facas Flamengas; folha de flandres com açafrão e mala Moscóvia.
Crédito	
Carga Usual	
Escravos	Escravos e moleques
Animais	
Armas e Munições	Espingardas; chumbo e barril pequeno de pólvora.
Ouro sem quintar	12 oitavas de ouro em pó.

1707	
Fazendas Secas	Fazendas e outros gêneros; fazendas e linhas.
Fazendas Molhadas	Sal (4); foice; açúcar; aguardente; almocafres; melado (2); foice de roçar e machados (2).
Fazendas Sertanejas	Sola (2); couros (3); sabão (3); cera (3), mel e pele de veado.
Miscelânea	Baralhos de carta; cachimbos e cocos de beber água.

[36] A referida numeração que segue na frente de alguns produtos diz repeito à quantidade de vezes em que aparecem no recorte anual.

Crédito	
Carga Usual	
Escravos	Escravos (2).
Animais	Cavalos (6).
Armas e Munições	Espingardas (2) e pólvora.
Ouro sem quintar	

1708	
Fazendas Secas	Camisas; camisas de mulher; fivelas; vestes; calções; saia de serafina; meias de algodão; toalhinhas; meados de linha; ceroulas de pânico; varas de pano de linho; lenços da Índia; capotes; chapéus do Porto grosseiros e fazendas.
Fazendas Molhadas	Tesoura; surrão de sal; cara de açúcar; pimenta; prego de sapateiro; surrão de sal do Reino; aguardente; doce de calda; caldeirão de cobre e machado.
Fazendas Sertanejas	Surrão de cera da Terra; couro de cabra; cela e freio; surrão de sabão e esporas.
Miscelânea	Facas e maços de cartas.
Crédito	
Carga Usual	
Escravos	Escravos (2) e moleques.
Animais	Cavalos (4).
Armas e Munições	Barril pequeno de pólvora; clavinhas usadas e espingardas.
Ouro sem quintar	

1709	
Fazendas Secas	Fazendas secas.
Fazendas Molhadas	Barril de aguardente do Reino e surrão de sal da Terra.
Fazendas Sertanejas	
Miscelânea	
Crédito	
Carga Usual	
Escravos	Escravos.
Animais	Gados.
Armas e Munições	
Ouro sem quintar	

1710	
Fazendas Secas	Pano; chapéus da Terra; fazendas secas e roupas.
Fazendas Molhadas	Surrão de sal da Terra (3); caixões de açúcar; aguardente (2); machados; foices; almocafres; surrões de sal do Reino; surrão de sal do Rio São Francisco; açúcar (2); surrão de sal

	da Terra; sal da Terra; sal de PE e sal.
Fazendas Sertanejas	Meios de sola (2); cera (2); couros (2); cangalhas; surrões de sabão; cera da Terra; pele de cabras e veados; sabão; peixe e garrafões de peixe.
Miscelânea	Azougue.
Crédito	
Carga Usual	Carga usual.
Escravos	Negro Moçambique; moleque muito magro; Carijó de nome Úrsula, crianças doente dos olhos e casal de negros.
Animais	Cavalos (3).
Armas e Munições	
Ouro sem quintar	1296 oitavas de ouro sem quintar e ouro sem quintar

1711	
Fazendas Secas	Panos (2) e linhas.
Fazendas Molhadas	Sal e ferramentas.
Fazendas Sertanejas	Cargas dos currais; cera e couros.
Miscelânea	
Crédito	
Carga Usual	
Escravos	
Animais	
Armas e Munições	
Ouro sem quintar	

1712	
Fazendas Secas	Fazenda seca.
Fazendas Molhadas	
Fazendas Sertanejas	
Miscelânea	
Crédito	
Carga Usual	
Escravos	Escravos.
Animais	Cavalo.
Armas e Munições	
Ouro sem quintar	

1713	
Fazendas Secas	
Fazendas Molhadas	
Fazendas Sertanejas	Sola; sal dos Currais e fazendas Sertanejas.
Miscelânea	
Crédito	
Carga Usual	
Escravos	Escravos.
Animais	Cavalos.
Armas e Munições	

Ouro sem quintar	

1714	
Fazendas Secas	Panos.
Fazendas Molhadas	
Fazendas Sertanejas	Peixe.
Miscelânea	
Crédito	
Carga Usual	
Escravos	
Animais	
Armas e Munições	
Ouro sem quintar	

1715	
Fazendas Secas	
Fazendas Molhadas	
Fazendas Sertanejas	
Miscelânea	
Crédito	
Carga Usual	
Escravos	Moleques.
Animais	
Armas e Munições	
Ouro sem quintar	

1716	
Fazendas Secas	
Fazendas Molhadas	
Fazendas Sertanejas	
Miscelânea	
Crédito	
Carga Usual	
Escravos	Escravos (3).
Animais	
Armas e Munições	
Ouro sem quintar	

Fontes

Fontes Manuscritas

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Autos de Confisco e Tomadias de Mercadorias, 1701 – 1716.

Além desses processos conduzidos pela Guardamoria do Rio das Velhas, há um processo de inventário dos confiscos feitos pelo Cap. Antônio de Campos e Lara ("Cabo dos Confiscos do Distrito do Serro do Frio e Lavras Velhas delas") com os oficiais da Superintendência, cuja carga constituía-se de fazenda sertaneja, linha e panos (I -25, 25, 20).

13.12.1701: Miguel Gonçalves de Siqueira: ABN, 65:

15.11.1701: José Vieira Fiúza, Antônio da Rocha Branco, Antônio Carvalho: I – 25, 26, 034

29.11.1702: Lourenço Carvalho da Cunha: I – 25, 26, 33

05.09.1703: Manoel Gonçalves Costa: I -25, 26, 032

05.09.1703: Miguel Estrade I – 25, 26, 031

23.05.1704: Diogo Correia I – 25, 26, 030

04.04.1704: Faustino Rabelo Barbosa I – 25, 26, 029

10.06.1704: Jorge Monteiro I – 25, 26, 028

23.09.1704: Simão Pereira de Brito I – 25, 26, 027

23.09.1704: Domingos da Silva I – 25, 26, 026

10.06.1704: Lucas Andrade Pereira I - 25, 26, 025

04.04.1704: João Gonçalves da Fonseca I - 25, 26, 024

09.12.1706: Lucas Gularte e Miguel Fernandes Antônio I - 25, 26, 023

25.06.1707: Dâmaso Carvalho de Mesquita, Manuel Pinto de Mesquita, Francisco de Vasconcelos, Silvestre Álvares, alferes Manoel Gomes Horta I - 25, 26, 022

03.03.1707: Sebastião da Costa Pereira, Manuel Monteiro, Brás da Silveira: I - 25, 26, 21

06.07.1707: Pedro da Silva Guimarães e Teodósio de Lima: I - 25, 26, 020

06.07.1707: Pascoal de Almeida e Inácio de Souza: I - 25, 26, 19

06.07.1707: Francisco Gomes Ribeiro: I - 25, 26, 018

06.07.1707: Bento Pires e Manuel Lobo: I - 25, 26, 017

06.07.1707: Francisco Pereira Barros e Bento Gonçalves: I - 25, 26, 016

15.09.1708: João Rodrigues, Miguel Fernandes Souza, Manuel Rodrigues Ribeiro: I - 25, 26, 015

07.09.1708: João Rodrigues [Lima]: I - 25, 26, 014

15.07.1708: João Pais e Antônio Pais: I - 25, 26, 013

18.02.1708: João Pereira: I - 25, 26, 012

18.01.1708: Francisco Soares Campos: I - 25, 26, 011

20.06.1709: Francisco Mendes: I- 25, 26, 010

20.10.1709: Francisco Monteiro: I- 25, 26, 009

20.10.1709: Gervásio e Manuel Ferreira: I - 25, 26, 008

25.03.1710: Lourenço de Oliveira Barcelos e Rafael Ferreira Brandão: I - 25, 26, 007

23.12.1710: Bento Guedes Leite: I - 25, 26, 006

15.04.1710: Baltasar Fernandes: I - 25, 26, 005

29.01.1710: Antônio Pinto de Queiroz de João Ferreira Brandão: I- 25, 26, 004

09.04.1710: Capitão do Mato Francisco de Brito: I - 25, 26, 003

09.04.1710: Inácio de Figueiró e Manuel Martins: I - 25, 26, 002

20.04.1710: André Pacheco: I - 25, 26, 001

13.12.1710: Domingo Álvares: I – 25, 25, 024

24.04.1710: João Ferreira: I – 25, 25, 023

21.04.1710: anônimo: I – 25, 25, 022

16.12.1711: João Francisco de Aguiar: I – 25, 25, 020

15.04.1711: João Ferreira Brandão: I – 25, 25, 019

28.03.1711: João Pinheiro Barcelos: I – 25, 25, 018

27.10.1711: anônimo: I – 25, 25, 017

02.07.1711: Francisco Gomes de Almeida: I – 25, 24, 23

16.12.1711: Antônio de Araújo: I – 25, 24, 029

09.11.1712: Paulo Rodrigues Durão: I – 25, 25, 016

04.10.1713: Domingos Gonçalves Viana: I – 25, 24 21

15.11.1713: José Ramos da Costa: I – 25, 24, 19

04.10.1713: Manuel da Silva: I – 25, 25, 015

13.09.1713: Capitão Manuel Diaz Leite: I – 25, 25, 014

20.01.1714: Licenciado Paulo Vieira Barros: I – 25, 25, 013

13.12.1715: Manuel Henriques: I – 25, 25, 12

28.09.1716: Rafael Ferreira Brandão: I – 25, 25, 11

23.03.1716: Francisco Fiúza Ferreira: I – 25, 24, 18

02.04.1716: Antônio [Gonçalves] de Agui[l]ar: I – 25, 24, 17

Bibliografia

CARRARA, Angelo Alves (org). **À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas.** 1 ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2010.

_____. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007

_____. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII (Minas Gerais, Bahia e Pernambuco).** Juiz de Fora: Editora Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

ABRIL, Victor Hugo. **Governança no Ultramar: Conflitos e Descaminhos no Rio de Janeiro (1725-1743).** Rio de Janeiro: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

CAVALCANTE, Paulo. **Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa(1700 – 1750).** São Paulo. Hucitec; FAPESP, 2006.

FERNADES, Lenine Valter. **Os Contratadores e o contrato da dízima da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro (1726 – 1443).** Rio de Janeiro: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

GIL, Tiago**. *Infiéis Transgressores. Elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810).*** Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2007.

PESAVENTO, Fábio. **Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos.** Niterói: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Fluminense, 2009.

PIJNING, Ernest. **Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 21, nº 42, 2001.

Adam Smith no Brasil? Avaliação preliminar das consequências das teses de Arrighi para o desenvolvimento global e para o Brasil no Século XXI

Niemeyer Almeida Filho – Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia.
Doutor em Teoria Econômica pela UNICAMP.
nafilho@ufu.br
Priscila Santos de Araujo – Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia.
Professora do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.
priscilasantos@iftm.edu.br

A Crise do Subprime em 2007/8 e os seus desdobramentos desde então para as economias nacionais e o mercado internacional vem permitindo a volta da discussão a respeito da estrutura do capitalismo global. O crescimento de países considerados em desenvolvimento, em especial a China, passou a ser visto como fundamental para locomoção do crescimento mundial. Arrighi (2008) em "Adam Smith em Pequim" faz um estudo do desenvolvimento seguido pela China no século XVIII e entende que esse desenvolvimento seguiu em uma via alternativa. Essa nova forma de desenvolvimento, baseada no mercado, formou as bases que explicam em parte o desenvolvimento extraordinário do país nos últimos anos. Nessa perspectiva, este artigo pretende trazer para a discussão a ideia de que as bases desse caminho podem indicar a necessidade de uma via alternativa de desenvolvimento seguida pelo ocidente e, em especial, pelo Brasil. Para isso serão apresentadas, as duas possibilidades de desenvolvimento no século XVII, as vias de desenvolvimento da China baseada no mercado interno e a via de desenvolvimento tipicamente capitalista seguida pela Europa. A partir desse estudo, buscaremos sustentar que o caminho do desenvolvimento essencialmente capitalista só pode ser compreendido com o entendimento dos seus limites e da tendência de crises de superacumulação, que provoca longos períodos de expansão financeira, fornecendo os meios necessários para empurrar o sistema econômico para caminhos novos. Por fim, buscaremos entender a dinâmica do Brasil a partir da visão de Adam Smith. A pretensão é indicar a necessidade de uma via de desenvolvimento alternativa que resgate a escala nacional através de ações planejadas que dinamizem o mercado interno, em função dos limites impostos ao desenvolvimento periférico capitalista.

Palavras-Chave: História econômica, Desenvolvimento Capitalista, Limites do desenvolvimento, Desenvolvimento nacional.

1. Introdução

Recentemente foi lançado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) o livro "A China na nova configuração global". Os autores da publicação buscaram compreender o papel destacado que a China vem exercendo na chamada nova ordem internacional neste século XXI, bem como os possíveis impactos positivos e negativos dessa nova dinâmica para os diversos países e regiões. O aumento do poder econômico, político e militar dos Estados Unidos na última década do século XX gerou uma modificação importante na organicidade dos países do sistema mundial, porém, conforme Leão et. al. (2012), no plano econômico, seu domínio só não foi total, em virtude da crescente emergência produtiva da Ásia, mais especificamente do sudeste asiático. A importância da Ásia foi liderada em um primeiro momento pelo Japão e mais recentemente pela China.

O aumento da importância econômica da China foi capitaneado pela sua produção e exportação de manufatura, processo semelhante ocorrido com a Inglaterra na primeira revolução industrial, logo, tornou-se importante mercado consumidor de bens de capital da Europa e de alguns países asiáticos e consumidor de matéria prima da América Latina, África e também da Ásia. Esse fenômeno foi nomeado de milagre asiático, já que a economia cresce cerca de 10% ao ano há mais de 30 anos (LEÃO et al. 2011). Esse quadro reflete a possibilidade de significativas modificações na dinâmica mundial, ampliado a importância relativa da economia chinesa na hierarquia do sistema mundial.

Somam-se a esse debate, os desdobramentos da chamada "Crise do Subprime", originada entre 2007 e 2008, que veem permitindo uma rediscussão a respeito da estrutura do capitalismo global. As principais teses debatidas nos primeiros anos após a crise, diziam respeito a crescente participação das economias em desenvolvimento na produção da riqueza e no comércio internacional, tendo como papel preponderante a economia chinesa. Essa abordagem foi apresentada por vários autores (MORENO-DODSON et. al., 2011; RODRIK, 2009; EL-ERIAN, 2009; ANDERSON, 2009; BALAKRISHNAN et. al., 2009). Alguns trabalhos do Banco Mundial, como o desenvolvido por Canuto (2010), indicaram que havia razões para sustentar que o sistema global apresentava, a partir daquele momento, uma nova estrutura e hierarquia, com países em desenvolvimento assumindo posições de liderança, condição até então pouco imaginada. Claramente, em função da perspectiva da Instituição, esse caminho dependeria de "boas práticas" na política econômica.

Em função da queda acentuada do crescimento dos países desenvolvidos, os trabalhos mais recentes da Instituição são mais cautelosos em função da revisão do crescimento do PIB tanto dos países em desenvolvimento, quanto dos países desenvolvidos (CANUTO, 2012). Conforme dados divulgados

pelo Banco Mundial, em 2010 e 2011, os países em desenvolvimento cresceram 7,3 e 6% do PIB, respectivamente, e os países desenvolvidos cresceram cerca de 3 e 1,6% do PIB. Além disso, os novos estudos de Canuto & Leipziger (2012) trazem uma revisão das previsões de crescimento significativamente mais lento para países como Brasil, China e Índia, que, segundo o autor, pode não ser suficiente para recuperar a economia global.

Ainda assim, esses trabalhos parecem indicar que a economia mundial está aberta a alterações profundas na reorganização dos países,

> The Great Recession of 2007–09 was not simply a severe business cycle slowdown or even a combined collapse in credit, housing, and asset markets of the kind described by Claessens, Kose, and Terrones (2008). The global economy's preceding boom, though unbalanced and eventually unsustainable, also revealed deep structural changes in the global economic dynamic and these are irreversible. Thanks to improved policies in much of the developing world and the corresponding opening of avenues toward convergence with advanced economies, the former acquired increasing weight and relevance. There is ground for a reasoned optimism regarding the maintenance of such policies and thus for the continuation of those changes in the future (Canuto and Giugale 2010). (…) **nothing is already written in stone**. The global economy will not be "mean reverting." And when fundamental shifts occur, the outcomes will entail some new elements that will shape future directions and affect policy choices. The O responses to those policy choices will largely determine the future face of globalization (CANUTO; LEIPZIGER & PINTO, 2012, p. 27).

Sobre a organicidade do sistema mundial, é importante lembrar que a lógica de acumulação do sistema capitalista e sua evolução trazem consigo uma diferenciação do modo de desenvolvimento dos diferentes países, em termos políticos, sociais e econômicos. Esse sistema reflete uma hierarquização entre os países, ou seja, trata-se de um sistema em que os países possuem importâncias e influências distintas. Marini (2000), Arrighi (1995, 1997) e Dos Santos (2004) trabalham nessa perspectiva, já que entendem que a economia global é estruturalmente hierarquizada. Para esses autores existe, ao mesmo tempo, uma relação histórica e orgânica entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos, que tende a se reproduzir a menos que ocorram alterações estruturais no comércio e na inserção internacional de todos os países. Esse é um ponto importante a ser considerado nesse debate a respeito de uma nova configuração da organização dos países no sistema global, já que seu entendimento resulta na compreensão de que as eventuais mudanças nas participações relativas dos países no comércio, produção e fluxos financeiros globais, na ausência dessas alterações, seriam circunstanciais, ou seja, sem potencial de aproximar as condições econômicas e sociais das diversas economias em um nível comum.

Dentro dessa discussão, o estudo do surgimento e da desintegração dos sistemas sociais históricos torna-se cada vez mais necessário para a compreensão das reais transformações que estão em curso.

O modelo de analise que possibilita o entendimento dessas transformações no sistema mundial é o modelo do sistema mundo. O grande avanço desse modelo é sua unidade de análise.

> Um sistema mundo, como qualquer sistema social, é definido como uma unidade de espaço-temporal, cujo horizonte espacial é co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução material desse "mundo". Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais. [...] o sistema-mundo capitalista reúne sua economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas (ARIENTI & FILOMENO, 2007, p.103).

A formação desta metodologia surgiu a partir dos trabalhos de Immanuel Wallernstein, nos anos 1970, tendo como foco a formação histórica do sistema capitalista a partir da expansão do capitalismo europeu no século XVI que resultou na integração de novos territórios como parte de seu sistema. Seu reconhecimento resultou no desenvolvimento de uma nova abordagem sobre a história do capitalismo, a abordagem do Sistema Mundo. O avanço do modelo foi buscar o entendimento dessa dinâmica, identificando que existe uma interdependência de fatores internos e externos no desenvolvimento dos países, assim não fazia sentido analisar países centrais e periféricos de forma independente. Na análise do sistema mundo são estudados os sistemas sociais em múltiplas escalas, consideradas interligadas pelos processos econômicos, políticos e culturais, porém, possuem uma dinâmica própria, diferenciações e interdependência, tudo ao mesmo tempo (ARIENTI & FILOMENO, 2007). Essa unidade de análise nas estruturas e nos processos é formada pela divisão social do trabalho.

Isso traz um indicativo que a unidade de análise do sistema mundo envolve toda divisão social do trabalho configurada pela expansão do capitalismo. Tal divisão, no capitalismo, é organizada conforme os interesses capitalistas e ultrapassa barreiras locais e nacionais, dadas, respectivamente, pelas estruturas culturais e políticas. Logo, conforme indicam Arienti e Filomeno (2007), a unidade de análise apropriada para a compreensão das transformações do mundo moderno é o sistema mundo, pois considera a complexidade do sistema, com suas múltiplas estruturas, porém com uma unidade orgânica determinada pela divisão de trabalho que foi organizada historicamente por interesses capitalistas, a partir da modernidade do longo século XVI[1].

Os trabalhos de Arrighi (1997, 2008) contribuíram significativamente na construção da análise do Sistema Mundo. Arrighi (1996) traz para o debate os ciclos sistêmicos, uma vez que entende que, no processo de formação e expansão do capitalismo, existe uma dinâmica com continuidades e

[1] A interligação dessas economias dada pela divisão social do trabalho, descarta a necessidade de uma unidade política central.

descontinuidades de algumas estruturas e relações e, ainda, inovações em outras estruturas. Essas novas estruturas são caracterizadas por novas relações no seu funcionamento e na sua reprodução. Isso indica que existe uma ininterrupção fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital ao longo dos séculos[2].

Essa inovação se dá quando a expansão do capital liderada pela potencia mundial, não consegue mais se manter, abrindo espaço para o surgimento de novas lideranças mundiais. Nessa perspectiva, as expansões financeiras são consideradas como sintomas de uma situação em que os investimentos da moeda na expansão do comércio e da produção não são mais atendidos ao objetivo de elevar o fluxo de moeda que vai para a camada capitalista com tanta eficiência. *"Nessa situação, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar a sua forma monetária e a se acumular mais diretamente, como na fórmula marxista abreviada (DD')"* (Arrighi, 1996, p. 08). Essa acumulação se dá em escala mundial, que, conforme o autor, são estratégias e estruturas mediante as quais os agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial.

Para Arrighi (1996), nesse processo o capital se expande até que se chega a um ponto em que as alianças entre os poderes do Estado e do capital, firmadas em resposta a essa concorrência, tornam-se tão impressionantes que eliminam a própria competição e, por conseguinte, a possibilidade de emergência de novas potências capitalistas de ordem superior. Com isso, o poder capitalista é ampliado até que seu poder no capitalismo mundial não consegue expandir-se mais sem que seja minadas a concorrência interestatal pelo capital circulante em que se apoia tal expansão, resultando em lacunas para a manifestação de novas estruturas dominantes.

Igualmente, as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico esgotam-se no período de expansão financeira, ou seja, não geram mais em suas estruturas produtivas expectativas de lucros extraordinários, um volume cada vez maior de capital irá procurar sua valorização na esfera financeira. Esse quadro gera uma crise da hegemonia em questão e abre espaços para o surgimento de novos regimes de acumulação, de novos modos de governo, possibilitando a geração de uma reorganização do sistema mundial (ARIENTI & FILOMENO, 2007). Essas mudanças geram um período de crise hegemônica, de transformação estrutural do sistema de Estados nacionais vigentes e, conforme já afirmado, do surgimento de novos regimes de acumulação que provocam novos modos de governo e, portanto, de uma nova organização do sistema-mundo, agora sob nova liderança.

[2] Assim, ao usar o conceito de ciclo sistêmico em sua análise Arrighi (1996) pretende explicar a formação, solidificação e qualificação dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da idade média até a dimensão atual.

Ou seja, nesta fase, são disseminados os alicerces para o início de um novo ciclo sistêmico de acumulação, em função da superação da crise financeira. Essa reconfiguração possibilitam transformações nas estruturas de produção e nas formas de hegemonia política. Portanto, essa é a crise terminal de um dado ciclo sistêmico de acumulação. Porém, é importante entender que o processo de expansão e queda de hegemonias vai além dos ciclos Kondratieff[3], uma vez que as expansões e quedas em períodos alternados estão interligadas aos regimes de acumulação liderados pela potência hegemônica.

Arrighi (1996) formula sua concepção de sistema mundo a partir desses ciclos de acumulação, chamados de ciclos sistêmicos. O exame de Arrighi (1996) parte do modelo menshiano, que retrata fases de crise, reestruturação e turbulência, que acabam recriando as condições do crescimento estável, assim é um modelo voltado para o crescimento e inovações em determinadas indústrias ou em determinadas economias nacionais. No modelo desenvolvido por Arrighi (1996), o que se desenvolve é a economia mundial capitalista como um todo ao longo da sua existência. Ao seguir essa linha de análise, Arrighi (1996) compreendeu que o processo de expansão e consolidação do capitalismo até aqui se deram por meio de quatro ciclos sistêmicos de acumulação, que se sobrepuseram e duraram mais de um século: ciclo genovês, do século XV ao início do século XVII; ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do século XVIII; ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XX e prossegue na atual fase de expansão financeira.

Em cada um desses ciclos um determinado bloco ou comunidade de agentes governamentais e empresariais, a partir de uma aliança entre Estado e capital, passou a exercer uma hegemonia por meio de inovações nas estruturas existentes e de novas estratégias de combinação de estruturas que resultou na organização e regulação da expansão da economia-mundo capitalista. Esses ciclos, portanto são liderados por uma hegemonia mundial e caracterizam-se por serem ciclos sistêmicos de cumulação com ascensões e quedas. O conceito de hegemonia mundial adotado por Arrighi (1996) refere-se especialmente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. A hegemonia, portanto, é entendida como o poder adicional que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de criar condições favoráveis para a máxima expansão dele, porém, na aparência, essa expansão é concebida e apresentada como sendo a força motriz de uma expansão universal. *"Historicamente, [...] o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora,*

[3] São ciclos de constatações empíricas, que expressam a alternância de períodos menos e mais intensos da competição intercapitalista.

que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema" (ARRIGHI, 1996, p. 27). Segundo o autor, esse poder é algo maior e diferente da dominação pura e simples. Na verdade, esse poder está associado à dominação, ampliada pelo exercício da liderança intelectual e moral, nos termos de Gramsci, ou seja, está relacionado a uma combinação de consentimento e coerção[4].

Assim, o entendimento de Arrighi (1996) dos ciclos sistêmicos, partiram de uma investigação comparativa dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, em uma tentativa de identificar os padrões de recorrência e evolução da atual fase de expansão financeira e reestruturação sistêmica, que segundo o autor, teve início na década de 1970. A partir desses estudos, Arrighi (1996) acredita que as anomalias da atual fase de expansão financeira, podem levar a um rompimento com padrões anteriores de recorrência e evolução.

> "[...] as grandes expansões materiais só ocorreram quando um bloco dominante acumulou poder mundial suficiente para ficar em condições não apenas de controlar a competição interestatal, ou erguer-se acima delas, mas também mantê-la sob controle, garantindo um mínimo de cooperação entre os Estados. O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos [...], não foi a concorrência entre Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo[5]" (ARRIGHI, p.13, 1996).

Ou seja, nos últimos quinhentos anos a expansão do poder capitalista esteve associada à competição interestatal pelo capital circulante, além de formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial. As conclusões de Arrighi (1996) são de que todas as vezes que tais processos de acumulação de capital em escala mundial atingiram seus limites de expansão, assistiram-se longos períodos de luta interestatal. Essas lutas resultavam em um Estado que controlava ou passou a controlar fontes mais abundantes de excedentes de capital tendeu também a adquirir a capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e alcance maiores do que a anterior.

Nesse cenário, conforme destaca Pochmann na apresentação do livro "A China na nova configuração mundial", comentado no início do artigo, a manifestação da grave crise global desde 2008 tornou-se ainda mais evidente o conjunto de sinais da decadência relativa dos Estados Unidos,

[4] "Esse Estado hegemônico lidera o sistema interestatal, e seus agentes capitalistas lideram as principais cadeias de mercadorias, tornam-se os líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder na escala do sistema-mundo. Esses agentes hegemônicos governamentais e empresariais possuem estratégias combinadas de acumulação de capital em escala global, de concentração do excedente em novas atividades centrais, de constituição de novos centros e novas periferias e de nova hegemonia no sistema interestatal. Assim, o ciclo sistêmico de acumulaçao é o ciclo de vida desses agentes, de suas estruturas e estratégias que constroem, transformam e caracterizam cada estágio do desenvolvimento capitalista" (ARIENTI & FILOMENO, 2007, p. 21).

[5] A ideia de uma concentração cada vez maior do poder capitalista no moderno sistema mundial está implícita em um padrão desenvolvido por Karl Marx em *O Capital*.

ratificando um novo descolamento do centro dinâmico da América para a Ásia, mais especificamente para a China.

Nessa linha, Arrighi (2008) no livro "Adam Smith em Pequim" faz um balanço da literatura desenvolvida nos últimos anos sobre a ascensão da economia chinesa. A partir disso, faz um estudo sobre possível hegemonia do país sobre o sistema mundial e suas consequências para o mundo, uma vez que entende que esse desenvolvimento seguiu em uma via alternativa, baseada no mercado, formando as bases que explicam o desenvolvimento extraordinário do país nos últimos anos.

Nessa perspectiva, este artigo pretende trazer para a discussão a ideia de que as bases desse caminho podem indicar a necessidade de uma via alternativa de desenvolvimento seguida pelo ocidente e, em especial, pelo Brasil. Para isso serão apresentadas, na primeira seção, as duas possibilidades de desenvolvimento no século XVII, as vias de desenvolvimento da China baseada no mercado interno e a via de desenvolvimento tipicamente capitalista seguida pela Europa. A partir desse estudo, buscaremos sustentar, na segunda seção, que o caminho do desenvolvimento essencialmente capitalista só pode ser compreendido com o entendimento dos seus limites e da tendência de crises de superacumulação. Por fim, na última seção, buscaremos entender a dinâmica do Brasil a partir da visão de Adam Smith. A pretensão é indicar a necessidade de uma via de desenvolvimento alternativa que resgate a escala nacional através de ações planejadas que dinamizem o mercado interno, em função dos limites impostos ao desenvolvimento periférico capitalista.

2. Duas possibilidades de desenvolvimento no Século XVIII: as vias de desenvolvimento da China e da Grã-Bretanha

Arrighi em "Adam Smith em Pequim" busca entender o surgimento da China como líder do renascimento econômico da Ásia oriental a partir da interpretação da teoria de desenvolvimento econômico de Adam Smith. Arrighi (2008) entende que as atuais interpretações sobre a economia chinesa são insuficientes e conflitantes, uma vez que muitos autores não levantam as especificidades históricas do desenvolvimento chinês. Arrighi (2008) defende que existem duas vias de desenvolvimento distintas, a de desenvolvimento capitalista e de desenvolvimento da economia de mercado. Formula, na primeira parte do livro, as bases teóricas que alimentam a tese de que o desenvolvimento econômico vivido pela China entre os séculos XVI e XVIII foi baseado em uma economia de mercado não capitalista, diferentemente do desenvolvimento vivido pela Inglaterra, que é caracterizada pela via de desenvolvimento capitalista propriamente dito.

Para o referido autor (2008), independente do seu resultado final, o ressurgimento econômico da China deu origem a uma nova consciência de que há uma diferença histórica fundamental entre os processos de formação de economia de mercado e os de desenvolvimento capitalista. E ele entende que durante o século XVIII, o comércio e o mercado eram mais desenvolvidos na Ásia oriental, mais especificamente a China, do que na Europa.

Conforme indica o título, as teses de Smith formarão as bases para os principais avanços do debate que Arrighi (2008) abre com sua formulação. O autor busca explicar o desenvolvimento da economia de mercado a partir das noções de Smith de crescimento. Já o desenvolvimento capitalista propriamente dito, é entendido como o tipo de desenvolvimento formulado por Marx e Schumpeter. Conforme ordenaremos a seguir, o desenvolvimento do primeiro tipo está associado à Revolução Industriosa e o segundo à Revolução industrial.

Os pressupostos de Marx e Engels de que a burguesia cria vínculos com todo o globo terrestre, dada a sua necessidade de expandir constantemente o mercado, tem como resultado a substituição das velhas indústrias nacionais por indústrias que não empregam matérias-primas locais, mas sim matérias-primas vindas de regiões distantes e o consumo de produtos não são de origem do próprio país, mas, em especial, de todo o globo. Essa dinâmica rejeita o antigo isolamento dos países autossuficientes, dando lugar a um intercâmbio universal e principalmente a uma interdependência das nações. Esse conceito traz consigo a ideia de um desenvolvimento capitalista generalizado.

Andre Gunder Frank (xx), a partir desse conceito, lança a metáfora "desenvolvimento do subdesenvolvimento", que expressa o processo de expansão do desenvolvimento capitalista nas economias centrais em função da exploração das economias subdesenvolvidas[6]. Os avanços de Frank levam uma série de autores, entre eles Robert Brenner (1976), a entender que a expansão do capitalismo global não resulta, necessariamente, na incorporação desse tipo de desenvolvimento das economias centrais, em todas as nações. Arrighi (2008) ressalta que,

> [...] para Brenner a principal razão pela qual a previsão de desenvolvimento capitalista generalizado do *Manifesto* não se concretizou não foi a tendência inerentemente polarizadora do processo de formação do mercado mundial, mas sim a incapacidade inerente da formação do mercado mundial de gerar desenvolvimento capitalista, a menos que no nível local preexistam condições sociais adequadas (ARRIGHI, 2008, p. 38).

Conforme Arrighi (2008), Brenner (1977) entende que existem duas condições primordiais[7] nos países para que possa ocorrer um desenvolvimento tipicamente capitalista:

[6] Para um aprofundamento da formulação, ver Frank (1966).
[7] Essas condições não são criadas automaticamente pela disseminação global das trocas de mercado na busca do lucro.

> I - Os que organizam a produção precisam ter perdido a capacidade de reproduzir a si mesmos e sua posição de classe estabelecida fora da economia de mercado. Essa condição é necessária para ativar e manter a competição que forçará os organizadores da produção a cortar os custos para maximizar os lucros através da especialização e das inovações;
>
> II – Os produtores diretos precisam ter perdido o controle dos meios de produção. A condição é necessária para ativar e manter a competição que obrigará os produtores diretos a vender sua força de trabalho aos organizadores da produção e a se submeter à disciplina imposta a eles.

Arrighi (2008) lembra que o modelo de desenvolvimento capitalista de Brenner é uma reformulação da teoria da produção capitalista de Marx, em *O capital*. Brenner (1977) contrasta esse modelo com o apresentado por Adam Smith em *A riqueza das Nações*.

> The elements of Smith's model are very familiar.The development of a society's wealth—quite sensibly equated with the development of the productivity of labour—is a function of the degree of the division of labour. buy this, Smith simply means the specialization of productive tasks—classically achieved through the separation of agriculture and manufacturing, and their assignment to country and town respectively. In turn, for Smith the degree of specialization is bound up with the degree of development of trade: the degree to which a potentially interdependent, specialized labour force can be—and is—linked up via commercial nexus. Thus, we get Smith's famous principle that the division of labour is limited by the extent of the market—literally, the size of the area and population linked up via trade relations. (BRENNER, 1977, p. 33)

Ou seja, no modelo de Smith, a riqueza de um país é função da especialização das tarefas produtivas decorrente da divisão do trabalho entre as unidades produtivas, cujo grau é determinado, pelo tamanho do mercado, nesse modelo, o processo de desenvolvimento econômico é impulsionado pela expansão do mercado, não importando se quem organiza a produção perdeu ou não a capacidade de reproduzir sua posição de classe fora da economia de mercado e se os produtores diretos perderam ou não o controle dos meios de produção (ARRIGHI, 2008)[8]. O que queremos indicar é que essas contradições de caracterização traçam a distinção entre o desenvolvimento de mercado e desenvolvimento capitalista propriamente dito.

A partir dessas formulações, Arrighi (2008) apreende que a segunda condição de desenvolvimento capitalista formulado por Brenner (1977) não se estabelece por completo na China, uma vez que princípio de acesso igual à terra ainda é reconhecido e implementado[9].

Ao levantar as teses de Tronti, em que Arrighi diz ter descoberto Marx em Detroit, fica ainda mais evidente o entendimento do livro *Adam Smith em Pequim*[10]. Para Arrighi (2008), assim como *Tronti*

[8] Nesse aspecto, ressalta Arrighi (2008), Brenner (1977) considera que o modelo de Smith é a matriz de grande variedade de modelos de desenvolvimento capitalista, inclusive o de Frank, caracterizando-o como exemplo de "marxismo neo-smithiano".

[9] "É claro que isso não significa que o capitalismo vá bem na China comunista, nem que esse seja o provável resultado da ação social. Significa apenas que, mesmo que o socialismo já tenha sido derrotado na China, o capitalismo segundo essa definição, ainda não venceu. O resultado social do imenso esforço de modernização da China continua indeterminado e, pelo que sabemos, socialismo e capitalismo, entendidos com base na experiência passada, podem não ser as noções mais úteis para acompanhar e compreender como a situação evolui" (ARRIGHI, 2008, p. 39).

percebeu uma discrepância fundamental entre a aceitação ideológica do marxismo pela Europa e a maior relevância factual da história da classe operária norte-americana para a correta interpretação de *O Capital* de Marx, outros autores como Bin Wong (1997), Frank (1967) e Pomeranz (2001) percebem a discrepância igualmente fundamental entre a adoção ocidental da ideologia do livre mercado e a maior relevância factual da China no fim do período imperial para a interpretação correta de *A riqueza das nações* de Smith, parafraseando Tronti, "*descobriram Smith em Pequim"* (ARRIGHI, 2008, p. 41-42).

Conforme indicado acima, Arrighi (2008) faz referência a dois pesquisadores da China, Kenneth Pomeranz (2001) e Roy Bin Wong (1997). Arrighi (2008) busca entender, uma vez que a dinâmica smithiana era comum às economias europeias e chinesas até o final do século XVIII, o que faz a Europa avançar para um típico desenvolvimento capitalista e a China não. Pomeranz (2001) e Wong (1997) trazem para o debate, o caminho seguido pela Europa e mais especificamente o caminho seguido pela Grã-Bretanha. O acesso da Inglaterra aos recursos primários da periferia e sua capacidade para exportar seu excesso de população, criou escassez de mão de obra e excesso de capital. Soma-se a isso a riqueza do suprimento interno advindos do carvão barato, como nova fonte de calor, e do vapor, como nova fonte de energia mecânica. Esses fatores contribuíram para o aproveitamento por parte do país das novas fontes de energia e de produção, permitindo a consolidação de sua posição econômica e de poder. Com isso, a Grã-Bretanha e o Ocidente haviam criado a via do desenvolvimento capitalista de acumulação incessante de capital.

Ao entrar para a rota do desenvolvimento tecnológico e econômico, a Grã-Bretanha passa a acumular riqueza e poderio militar suficiente para submeter à Ásia Oriental nas primeiras décadas do século XIX (VIEIRA, 2009).

Para descrever o caminho seguido pela China, Arrighi (2008) faz referência à formulação, que entende ser pioneira, de Kaoru Sugihara no trabalho "*The East Asian path of economic development*". Sugihara (2003) utiliza o termo Revolução Industriosa, ao se referir o tipo de desenvolvimento seguido pela China, baseado no mercado. O argumento principal de Sugihara,

> [...]East Asia successfully responded to natural resource constraints, particularly the scarcity of land, by developing a set of technological and institutional devices for full absorption of family labour. This path, named here the industrious revolution path, sought to mobilise human, rather than non-human, power wherever possible, to sustain and increase output. The development of labour-intensive technology centring on rice cultivation enabled small scale production

[10] As ideias desenvolvidas por Tronti, em "*Marx em Detroit"*, era expressão da crise de identidade por que passava o marxismo, ao ver sua pretensão de teoria do desenvolvimento capitalista e doutrina da transformação socialista migrar do centro para locais cada vez mais periféricos do capitalismo mundial – nos anos 1970, os marxistas precisavam recorrer a Lênin para começar a entender a guerra imperialista que lavrava no Vietnam (OLIVEIRA, 2008).

> labour-intensive and efficient, while the identification of the peasant family as a production unit made labour absorption easier and the incentive to work greater It also encouraged the peasant's will to develop managerial and inter-personal skills, and anticipate and prevent potential problems. Commercialisation of agriculture and proto-industrialisation reinforced this path (SUGIHARA, 2003, p. 01).

Arrighi (2008) acrescenta que embora o arcabouço institucional da Ásia Oriental deixasse pequenas brechas para grandes inovações e para o investimento em capital fixo ou no comércio em longa distância, oferecia oportunidades excelentes para o desenvolvimento de tecnologias de uso intensivo de mão de obra, o que contribuiu para a melhoria das condições de vida (embora modesta) e não da deterioração, uma vez que mantinha o pleno emprego todos os membros da unidade doméstica, isso era desfrutado por todos[11]. Além disso, conforme destacado na citação acima, Sugihara (2003) levanta que a disposição da China em mobilizar recursos humanos - diferentemente da Europa, que passou, com a Revolução Industrial a mobilizar recursos não humanos – na busca do aprimoramento econômico continuou a caracterizar o caminho do desenvolvimento de mercado seguido pela Ásia, mesmo quando tentaram incorporar a tecnologia ocidental.

> However, during this phase East Asia's labour productivity lagged behind that of the West which went through a period of further technological advance (the second industrial revolution) and the gap in per capita income between the West and East Asia increased until about 1930. The region's share in world GDP decreased significantly. […] After 1945 the trend was reversed, and East Asia's GDP, as well as per capita GDP, grew faster than that of the West The growth of Japan's per capita GDP from 1955 to 1973 was the most conspicuous example of this new trend And the "Japanese miracle" turned out to be the beginning of an "East Asian miracle" (SUGIHARA, 2003, p. 02).

Arrighi (2008) acredita que o ressurgimento econômico da Ásia Oriental após os anos 1950 deve-se não à convergência para o caminho de uso intensivo de capital e de elevado consumo de energia, tipicamente ocidental, mas sim pela fusão entre esse caminho e o caminho asiático, conforme sugere Sugihara (2003).

Arrighi (2008), fazendo referência às teses de Smith (1996), acrescenta que o caminho seguido pela China segue o "curso natural das coisas" ou o "progresso natural da opulência".

> O curso natural das coisas, portanto, a maior parte do capital de toda a sociedade em crescimento é primeiramente canalizada para a agricultura, em segundo lugar

[11] Arrighi (2008) utiliza esse conceito de Revolução Industriosa, entendido como um desenvolvimento baseado no mercado, sem nenhuma tendência inerente a gerar caminho desenvolvimentista de uso intensivo de capital e energia iniciado pela Grã-Bretanha e levado ao extremo pelo Estados Unidos. Esse caminho, segundo o autor, levou a um processo tecnológico e institucional distinto, que teve papel importante na configuração das respostas da China aos desafios e oportunidades criados pela Revolução Industrial ocidental. Como será indicado, na China foi desenvolvido um arcabouço institucional que absorveu a mão de obra e que se concentrou na unidade doméstica (pequena escala), o uso intensivo de mão de obra na China, pouco espaço para inovações e para investimento em capital fixo, porém as inovações intensivas em mão de obra (aprimoramento econômico) ocorriam, o que contribuiu para a manutenção do pleno emprego, diferente do que ocorria no Ocidente.

> para as manufaturas, e só em último lugar para o comércio exterior. (...). Todavia, ainda que essa ordem de coisas tenha sido observada, em certo grau, em todas e qualquer sociedade, em todos os modernos países da Europa essa ordem foi totalmente invertida, sob muitos aspectos. Nesses países, foi o comércio externo de algumas de suas cidades que introduziu todas as manufaturas mais refinadas, isto é, aquelas que eram indicadas para vender seus produtos em lugares distantes; e foram as manufaturas do comércio exterior juntos que fizeram surgir os principais melhoramentos da agricultura. Os hábitos e os costumes introduzidos pelo estilo de seus primeiros governos, hábitos e costumes esses que permaneceram mesmo depois de ter esses governos passado por profundas alterações, necessariamente lançaram esses países nessa ordem retrógrada e antinatural (SMITH, 1996, p. 376 e 377).

Smith (1996) faz críticas às leis e as instituições da China por imporem limites desnecessários à expansão da China. No entanto, Arrighi (2008, p. 72) lembra que *"a crítica simplesmente exprime a opinião de que a suposta negligência chinesa com o comércio exterior impedia que o caminho chinês "natural" seguisse inteiramente seu curso"*. Acrescenta, ainda, que Smith em nenhum momento sugere que a China poderia ou deveria ter seguido outro caminho, o caminho europeu – considerado "antinatural e retrogrado", *"ao contrário, o principal objetivo de seu conselho aos estadistas europeus é desviar o curso do desenvolvimento de seus países para o caminho 'natural'"* (ARRIGHI, 2008 p. 72). O argumento para se seguir o caminho que se inicia com a expansão e o aprimoramento da agricultura e do comércio interno, deve-se ao fato dessas instâncias criarem oportunidades para o desenvolvimento espontâneo das atividades manufatureiras em uma relação de apoio mútulo com as atividades agrícolas. O argumento é que o crescimento desses setores gera um excedente de mercadorias que é mais lucrativo vender no exterior, em troca de outras mercadorias, do que vender no mercado interno. O comércio exterior atingirá um nível que resultará no aumento do tamanho do mercado interno fará com que apareçam novas oportunidades de produção. No entanto, Arrighi (2008) destaca que Smith (1996) entende que o superdesenvolvimento "antinatural" da manufatura e do comércio, conforme seguido pela Europa, torna-se o principal obstáculo à capacidade do governo central de promover o interesse nacional, mesmo que isso leve a efeitos negativos sobre a riqueza da nação.

Vieira (2008) indica que nesse argumento a diferença entre os dois caminhos é a relação dos capitalistas com o Estado – na Europa, o Estado foi maleável aos interesses capitalistas, levando-os, portanto, ao caminho do desenvolvimento capitalista, diferentemente do que ocorreu na Ásia Oriental (mas não porque lá não houvesse Estado ou capitalistas). Arrighi (2008) destaca que é natural que o Estado utilize da luta permanente com outros estados, o que leva a necessidade de utilização de recursos financeiros para compras de armas, oferecidas também por capitalistas, e financiamento do exército. Assim, com a sinergia do poder financeiro, industrial e militar, chega-se ao poder supremo da hegemonia mundial que consequentemente enfraquece o resto do mundo.

No entanto, conforme delinearemos a seguir, esse poderio conquistado pela via do desenvolvimento capitalista possui seus limites. Arrighi (2008) adverte que Sugihara (2003), mesmo sem citar Smith, mas seguindo a mesma linha de raciocínio, sustenta que o desenvolvimento seguido pela Europa tem seus próprios limites e quando ele é alcançado o caminho da Revolução Industriosa da Ásia Oriental, - em função das vantagens da produção doméstica em pequena escala e prever e resolver problemas ao gerenciamento de produção conservação de uma mão de obra capaz de realizar bem várias tarefas podendo reagir bem às variações do ambiente de produção - é a que mais promete continuar o desenvolvimento econômico.

Arrighi (2008, p. 97) indica que embora Veneza, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos tenham se desenvolvido pelo caminho baseado no comércio exterior, que Smith chama de "antinatural" e Marx de capitalista, esses "recipientes" com o tempo tornaram-se "*pequenos demais para acomodar a acumulação interminável de capital sem provocar declínio persistente da lucratividade"*.

A análise que Schumpeter faz da destruição criativa, no livro "Capitalismo, Socialismo e Democracia", contribui para essa análise. **O capitalismo**, para Schumpeter (1961) **não resistirá aos seus limites**, ele, utilizando as ideias principais de Marx, Schumpeter ressalta:

> Acreditando que a evolução do capitalismo ocasionaria em algum dia a destruição da sociedade capitalista, [Marx] julgou que, antes disso ocorrer, o capitalismo apresentaria constantes fricções, mostrando sintomas de doença fatal. A esta fase, deve ser encarada como um período histórico mais ou menos longo, Marx aplicou o mesmo termo, mostrando ainda tendência de entrelaçar estas crises cíclicas com a crise geral da ordem capitalista (SCHUMPETER, 1961, p. 65).

Porém, Schumpeter (1961) vai além, uma vez que avança no entendimento do processo de destruição criativa inerente ao capitalismo. Uma dessas ideias Arrighi (2008) acredita ser o conceito de prosperidade e depressão como lados opostos do processo de criação criativa,

> [..] para Schumpeter, a destruição incessante de antigas estruturas econômicas e a criação de novas por meio da inovação 'não só constituem fontes importantes de ganho imediato, como também produzem, indiretamente, através do processo que põem em andamento, a maioria daquelas situações em que surgem ganhos e perdas inesperados e em que as operações especulativas adquirem alcance significativo (ARRIGHI, 2008, p. 98).

De tal modo, depois de uma onda longa de crescimento econômico e de acumulação de capital em escalas surpreendentes, o capitalismo financeiro adquire condições de dominar todas as atividades dos negócios. Com o tempo, depois de inundar de dinheiro os centros capitalistas, essa acumulação torna-se fonte de turbulência política, econômica e social, no qual os arcabouços sociais de acumulação existentes são destruídos, deslocando-se para novos centros. Diante desse quadro, são

criados novos centros de acumulação, considerados ainda mais abrangentes sob a liderança de Estados ainda mais poderosos conforme pode ser percebido com as sucessões das potencias hegemônicas dos últimos séculos.

A partir desses elementos, Arrighi (2008) busca sustentar que a especificidade do caminho "antinatural" Europeu, ou caminho do desenvolvimento capitalista só pode ser compreendido com o entendimento da tendência da crise de superacumulação a provocar longos períodos de expansão financeira que o próprio Schumpeter advertiu, fornecem os meios necessários para empurrar o sistema econômico para caminhos novos.

Essas são as bases para a afirmação de Arrighi (2008) de a hegemonia dos Estados Unidos já não existe mais, pois entende que o projeto para o novo Século Norte-Americano fracassou em seus objetivos de maneira mais rápida do que imaginavam os seus críticos. A Guerra do Vietnã, afirma Arrighi (2008), foi o principal acontecimento da "crise sinalizadora" da hegemonia norte-americana. Por outro lado, adverte o autor, como no caso da Grã-Bretanha em fase compatível de declínio relativo, o crescente déficit norte-americano em transações correntes reflete a deterioração da posição competitiva das empresas norte-americanas em termos nacionais e internacionais (ARRIGHI, 2008). Acrescenta-se a isso o fato da Ásia Oriental, em especial o Japão e a China, ser um importante credor dos Estados Unidos, tornando-o extremamente dependente da dinâmica desses países - a queda do dólar na década de 2000 é a manifestação de uma crise muito mais grave da hegemonia norte-americana do que na década de 1970, já a ocupação do Iraque, após o 11 de setembro, comprometeu a credibilidade do poderio militar dos EUA, encurtando a centralidade do país, assim como da moeda na economia mundial (ARRIGHI, 2008).

Segundo o autor, junto com isso, a ascensão chinesa na esfera comercial e econômica se destaca não só na Ásia, mas também em todo o globo, tornando-se a principal alternativa à liderança norte-americana. A China é avaliada como um dos maiores parceiros comerciais de dois maiores aliados dos Estados Unidos, o Japão e a Coréia do Sul. Já no início do século XXI, a China foi a grande culpada pelo crescimento das importações mundiais. Isso a tornou a grande locomotiva da Ásia Oriental. Em outra ponta, conforme alertado pelo Pentágono, a China vem expandindo sua capacidade de travar guerras fora de seu território.

A partir dessas proposições, Arrighi (2008) entende que sob a liderança da China, seria possível uma ordem internacional mais favorável aos países do hemisfério sul. Porém, para isso, conforme foi visto na seção anterior, a China precisaria caminhar para a via de desenvolvimento baseado no mercado, como o verificado até o século XVIII, centrado para as necessidades internas, de

acumulação sem desapropriação, de mobilização de recursos humanos, ao invés de não humanos e de um governo que privilegia a participação da massa.

Na próxima seção, serão ressaltados os limites ao desenvolvimento capitalista periférico. Neste campo, o trabalho de Arrighi (1996, 1997), Dos Santos (1970; 2000) e Marini (2000), contribuem para o entendimento desses limites. Especialmente Arrighi (1996, 1997) desce em andares inferiores e faz uma releitura global e sistêmica dos resultados do projeto desenvolvimentista que sustentou, entre os anos gloriosos do capitalismo no último século, a possibilidade de reduzir o fosso entre o núcleo orgânico capitalista[12] e o resto do mundo, com base em políticas de modernização e industrializações nacionais induzidas e apoiadas pela política externa norte-americana e legitimadas pela ilusão de que existe a possibilidade de uma convergência no desenvolvimento econômico das economias nacionais. De certa forma, é a ideia de que as condições de vida dos países desenvolvidos possam ser universalizadas. Essas proposições caminham no sentido da defesa do desenvolvimento capitalista como um processo aberto ao conjunto dos países do mundo, numa repetição daquilo que Celso Furtado (1980) chamou de o Mito do Desenvolvimento Econômico.

3. Os limites ao desenvolvimento capitalista

Para o conjunto de autores que trabalham com a metodologia do sistema mundo e outros autores que trabalham dentro do campo crítico da Economia, o sistema global é visto como hierarquizado, compreendendo um conjunto de Estados Nacionais, que apresentam vínculos orgânicos entre si. Esta totalidade é fruto do desenvolvimento histórico do capitalismo, erigido a partir de sociedades diversas, de origem feudal ou colônias, que experimentaram transições em momentos distintos. O sistema assim desenhado apresenta um núcleo central a partir do qual a dinâmica do desenvolvimento é emulada. Esta concepção do capitalismo global é formulada, de maneira idiossincrática, por diversos autores/estudiosos do desenvolvimento capitalista: Mello (1982), Prado Jr (1966), Oliveira (1981), Baran (1952), Frank (1977), Dos Santos (1970), Marini (1973), Wallerstein (1974), Furtado (1980), Harvey (1982), dentre outros.

Para fins desse trabalho, basta-nos destacar aqueles autores que se debruçaram sobre as formações sociais periféricas, a partir do debate sobre Desenvolvimento Econômico, que ocorre fundamentalmente nos anos 1950 e 1960, partindo das teses do Imperialismo para alcançar a ideia de Dependência, isto é, partindo da ideia de que nesse sistema global, alguns países lideram o

[12] Núcleo Orgânico do capitalismo é um conceito de Arrighi (1997). Ele é formado pelos países desenvolvidos, na terminologia do Banco Mundial, e que definem os rumos do capitalismo global. Este conceito será mais bem tratado na próxima seção.

processo de desenvolvimento, enquanto outros são subordinados. O tema é complexo e exigiria um artigo à parte. Duas referências podem cumprir o papel de dar o fundamento para o argumento que se seguirá: Dos Santos (1970; 2000); Marini (2000) e Arrighi (1997). Esses autores trazem dois pontos fundamentais ao entendimento dos limites do desenvolvimento periférico, quais sejam, o fôlego limitado precisamente na proporção da capacidade de autonomia relativa dos mercados internos e mudanças estruturais no campo social, incluindo a distribuição interna de renda e riqueza.

Para Dos Santos (1997, 2000) e Marini (2000)[13] o desenvolvimento dos países desenvolvidos e periféricos, são marcados, sobretudo, pelas determinações estruturais de dependência, produto do processo histórico de sua inserção no capitalismo global. Um ponto importante trabalhado por esses autores é que o desenvolvimento dos países da periferia está condicionado pelo desenvolvimento dos países centrais, ao tempo em que servem de base para a sua aceleração. Marini (2000) trabalha este tema, mediante o uso do conceito de superexploração da força de trabalho. Embora o argumento seja mais diretamente utilizado para interpretar as condições concretas dos países da América Latina, podemos lançar mão das ideias gerais dessa teorização para entender o desenvolvimento da periferia, mais especificamente dos países que veem tendo destaque no desenvolvimento mundial, como Brasil, Rússia, Índia e China.

Segundo Marini (2000), a partir do período colonial, a América Latina, com base na sua capacidade produtiva do trabalho e mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalho foi chamada a inserir-se no mercado internacional e tornou-se auxiliadora do processo de acumulação de capital nos países centrais. Esta característica, da superexploração do trabalho, que pode ser estendida aos demais países periféricos, passa a determinar e delimitar os laços que ligam as economias periféricas à economia capitalista mundial, sobretudo aqueles laços de interesses que unem as forças sociais dominantes entre os países em desenvolvimento e os países avançados.

Marini (2000) destaca que desde os primórdios da divisão internacional do trabalho no mundo capitalista os países da América Latina inseriram-se como fornecedores de bens-salário e matérias primas. A industrialização dos anos dourados tornou esta inserção mais diversificada, mas não a alterou na essência: a diversificação ocorreu na margem, conservando as antigas exportações e complementando-as com bens mais sofisticados. Assim, a inserção não permitiu uma dinâmica de acumulação, a essas economias, que fosse baseada no progresso técnico, exigindo depreciação dos salários, o que por sua vez determinou um mercado interno limitado.

[13] Os autores estudam precisamente os países da América Latina, no entanto, são determinações que podem ser estendidas para as demais economias periféricas.

Esta condição dos países periféricos traz decorrências singulares para o desenvolvimento das economias em desenvolvimento, já que o trabalhador é produtor e consumidor de mercadorias. O autor destaca que o desenvolvimento do capitalismo e a sua expansão acelerada da produção vão exigir que essa condição de consumidor seja exercida o mais amplamente possível, de modo que um nível geral de salários relativamente mais baixo funciona como o limitador de potencial, em contraste, o aumento de salários permite a aproximação do padrão de consumo dos trabalhadores do padrão de consumo capitalista, deslocando favoravelmente as demandas por produtos mais sofisticados, que são os principais aceleradores da dinâmica da acumulação.

Em uma economia em que há superexploração, esta condição não é exercida da mesma maneira que em uma economia desenvolvida. Desta forma, a natureza da acumulação vai sendo redefinida. Segundo ele, o processo histórico de industrialização dessas economias não foi suficiente para alterar a determinação estrutural. A diversificação da industrialização encontrou seus **limites na expansão do mercado interno** dessas economias, engendrando um novo ciclo de exportações de bens-salário e matérias-primas, uma espécie de reiteração da inserção histórica.

Assim, para Marini (2000) após o processo de industrialização das economias periféricas, que ocorre na primeira metade do século XX, há mudanças qualitativas nessa divisão do trabalho. No entanto, não é modificado o ponto que poderia ser tomado como fulcral - a propriedade da superexploração é conservada e isto faz com que batize a ordem social da região (América Latina) como capitalismo dependente. Portanto, conforme Almeida Filho (2010), Marini, coerente com a sua motivação de apreender as condições de desenvolvimento da periferia para instrumentalizar uma ação política de transformação, indica que essa determinação estrutural só será alterada por uma ação política que reordene as economias nacionais, embora estas determinações estejam, segundo o autor, limitadas nos marcos do desenvolvimento capitalista.

Isto indica que no sistema capitalista global os países possuem importâncias e influências distintas quanto a dimensões econômica, territorial e de população (ALMEIDA FILHO, 2010). Conforme foi indicado anteriormente, daí decorre a existência, de uma divisão internacional do trabalho entre os países\economias que fazem parte deste sistema global. A razão mais evidente para isto é que as economias que compõem este sistema dispõem de diferentes recursos produtivos, porém há ainda outros elementos que acabam por dar sustentação a um debate histórico a respeito da possível estabilidade e reprodução dessa divisão internacional do trabalho. Para o entendimento desses outros elementos é necessário recorrer novamente a uma qualificação relevante ao conceito da dependência que é desenvolvida pela formulação do Sistema Mundo, que dá uma dimensão atualizada do aporte da dependência nos termos colocados por Marini (2000).

Conforme os teóricos do Sistema Mundo, o sistema mundial é heterogêneo em termos políticos, econômicos e culturais, abarcando grandes diferenças de desenvolvimento, acumulação de capital e poder político, entretanto, essas diferenças não são atribuídas por eles como o atraso de certas regiões em relação a outras, mas sim, a natureza do sistema mundial, onde é inerente uma divisão da periferia, semiperiferia e centro, em função da divisão social do trabalho entre as regiões.

Conforme Martins (2003), uma das mais importantes contribuições deste enfoque foi associar a economia-mundo à sua superestrutura política e avaliá-las como um sistema. A superestrutura da economia mundo é o sistema interestatal, que estabelece uma assimetria estrutural entre a política e a economia que permite situar o lucro como objetivo fundamental do sistema[14] (MARTINS, 2003).

Outra contribuição dos teóricos do Sistema Mundo é a construção do conceito de núcleo orgânico, que compete aos países que se apropriam dos excedentes gerados nos países periféricos. Esse conceito foi desenvolvido por Arrighi (1997) em "A ilusão do desenvolvimento". O autor, ao analisar as relações centro-periferia, explora os efeitos da divisão social do trabalho do ponto de vista internacional, dividindo o mundo inicialmente em duas jurisdições. A primeira é a jurisdição do "núcleo orgânico", que tende a se tornar o lugar privilegiado onde se realizam atividades relacionadas a fluxos de inovação que a concorrência intercapitalista enseja e incluem a introdução de novos métodos de produção, novas fontes de suprimento, novas formas de organização, proporcionando ganhos extraordinários, muito acima do lucro médio proporcionado pelas atividades rotineiras. A segunda é a jurisdição periférica, que se subordina aos rumos determinados pela primeira jurisdição, dentro dos mesmos termos colocados pelos dependentistas[15].

Arrighi (1996) esclarece que, quando um grupo de empresas de determinada localidade começa a inovar, elas acabam fornecendo indiretamente o poder político da jurisdição na qual operam, conferindo maior liberdade para criar um ambiente de infraestrutura econômica mais favorável, seja através da atividade inovadora, seja ocupando posições de riqueza superiores, estabelecendo, assim, os padrões de riqueza que todos os demais Estados ambicionam. Os demais países são considerados como periféricos, subordinando-se aos rumos determinados pelo primeiro grupo, exatamente nos termos colocados, como ideia, pelos dependentistas.

[14] Esse sistema é coordenado pelo Estado hegemônico que concentra a soma de poderes produtivo, comercial e financeiro necessária para instituir pela combinação de coerção e consenso um conjunto de regras que são aceitas pelos demais Estados e viabilizam o funcionamento da economia mundial em seu proveito (MARTINS, p. 201, 2003)

[15] O autor, a partir do estudo da concentração de riqueza persistente na economia global dos anos 1990, mostra que existe um núcleo orgânico de países que nos últimos cinqüenta anos ocuparam posições mais altas na hierarquia da riqueza global que, dado esse arranjo, estabeleceram - individual ou coletivamente - os padrões de riqueza a que todos os outros países devem almejar.

Arrighi (1996) afirma que a hierarquia da riqueza dessas regiões consiste em três camadas de agrupamento distinto de acordo com a parcela de apropriação da divisão internacional do trabalho. Os que posicionam no agrupamento superior se apropriam de uma parcela extremamente superior dos benefícios da divisão internacional do trabalho, consistindo, portanto, no núcleo orgânico do capitalismo. Já os que estão posicionados no agrupamento inferior colhem os benefícios que, no máximo, cobrem seus custos a longo prazo da participação na divisão internacional do trabalho, constituem a periferia do sistema. Existe, ainda, aquele grupo, os semiperiféricos, que se apropria dos benefícios que excedem os custos a longo prazo da participação na divisão internacional do trabalho, no entanto, não é suficiente para que esses possam manter um padrão de riqueza estabelecido pelos Estados do núcleo orgânico.

Essas três posições são definidas não apenas em termos quantitativos de apropriação de riqueza, mas qualitativamente também, no sentido de capacidades relacionadas a se apropriarem dos benefícios da divisão internacional do trabalho. Os dois processos são complementares, mas são distintos. Os processos de exploração fornecem aos Estados do Núcleo Orgânico e a seus agentes os meios para iniciar processos de exclusão, que geram a **pobreza** necessária para induzir os dirigentes e cidadãos dos Estados periféricos e semiperiféricos a buscar, continuamente, a reentrada na divisão mundial do trabalho em condições favoráveis aos Estados do Núcleo Orgânico.

Segundo Arrighi (1996) a legitimidade e estabilidade desse sistema altamente desigual e polarizador são reforçadas pela existência de países semiperiféricos, definidos como aqueles que incluem, dentro de suas fronteiras, uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e periféricas. É justamente por essa combinação desenvolvida dentro de suas fronteiras que o autor supõe que os Estados semiperiféricos possuem poder de resistir a periferização, embora não tenham poder suficiente para superá-lo e passar a fazer parte do núcleo orgânico. Assim, os Estados podem sozinhos, conseguir cruzar o golfo que separa a riqueza modesta da semiperiferia da riqueza do núcleo orgânico, como ocorreu com o Japão e com outros países, nos últimos anos.

Todavia, esses êxitos individuais ampliam o golfo para aqueles que ficam para trás, ficando inerentemente mais difícil subir de status, já que as **tendências excludentes** ficam ainda mais concentradas. Assim, torna-se necessário considerar que no interior da economia capitalista mundial, por definição, os Estados não podem todos se desenvolverem simultaneamente. Assim, a característica intrínseca do sistema global que está posto é a **concentração de riqueza**, seja na dimensão das economias nacionais, seja na dimensão das unidades de capital ou, na dimensão interpessoal. Desse modo, mesmo que ocorra um aumento de participação da periferia em relação ao núcleo orgânico, mantém-se a ideia de concentração do comando. Portanto, existem limites estruturais ao

desenvolvimento nacional dos países em desenvolvimento, no contexto de uma ordem global capitalista. Esses limites apresentam-se em diferentes níveis ou escalas. Parte destes limites é comum aos países que estão fora do núcleo orgânico do capitalismo e parte está limitada por questões específicas de cada Estado nacional, em razão das características particulares de cada um deles.

Porém, conforme indica Arrighi (2008), se a reorientação do desenvolvimento capitalista mundial for liderado pela China, nos termos vistos na seção 2, ela pode conseguir reviver e consolidar as tradições chinesas de desenvolvimento baseado no mercado e centrado em si mesmo, incluindo acumulação sem desapropriação, de mobilização de recursos humanos e de participação das massas na configuração das políticas. Porém se essa possível reorganização fracassar na condução da economia mundial dentro desses princípios, os limites impostos ao desenvolvimento periférico, irão prevalecer em última instância. Nesse fracasso a China pode se transformar em um novo epicentro de caos social e político, o que facilitará as tentativas do Norte de restabelecer um domínio global ainda mais esmagador.

Na próxima seção, indicaremos que o caminho seguido pela China pode trazer saídas alternativas para a condução, no Brasil, das políticas de desenvolvimento que resgatem a escala nacional.

4. Adam Smith no Brasil: dinâmica limitada pelo tamanho do mercado interno

Foi no processo de superação de suas contradições que as economias dependentes se transformaram, de modo a configurar a atual etapa de seu desenvolvimento dependente. Assim, enquanto o período do pós-guerra foi marcado pela consolidação de uma espécie de dependência tecnológico-industrial, baseada nas corporações multinacionais que começaram a investir nas indústrias vinculadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos, em um período mais recente estaria conformando-se um processo de reestruturação produtiva, com incorporação de tecnologias flexíveis, somado ao intenso movimento financeiro agora integrado, permitindo que as unidades de capital comandem diretamente, em nível muito elevado, os fluxos reais e financeiros.

Com consequências mais sérias, constatou-se a promoção dos mercados a instâncias controladoras das políticas econômicas nacionais. Essa promoção do capital dinheiro a um status em que parece desligar-se da produção e da troca e a partir do qual teria que dominar a vida econômica e social mundial pode ser interpretada como o último grau da fetichização das relações de propriedade capitalista. Teve-se como consequência, em especial, nos anos 1990 e início dos anos 2000, o descarte da importância desempenhada pelos próprios Estados na gênese da ‘tirania dos mercados’, escamoteando os mecanismos pelos quais a esfera financeira alimenta-se de transferência de riqueza totalmente concreta.

Assim, na escala supranacional, é como se fosse criado um novo âmbito de regulação correspondente. No entanto, é preciso ressaltar que, em última instância, as unidades de capital não prescindem das ações do Estado, uma vez que somente nessas ações, as funções de regulamentação e legitimação (necessárias ao processo de acumulação) podem ser exercitadas. Esse processo implicou na ocultação da representatividade dos Estados nacionais e na formulação de políticas econômicas desenvolvidas sob a "primazia dos mercados".

No entanto, em virtude das condições particulares de dimensão espacial, econômica e geopolítica de cada país, as condições do desenvolvimento capitalista dependente nesses países podem repercutir de maneira diferenciada em cada nação. As correlações de forças sociais e políticas de desenvolvimento, a depender de sua configuração cultural e política, possuem a capacidade intervir para modificar ou intensificar essas determinações da dependência (ALMEIDA FILHO, 2007).

Para Almeida Filho (2007), os Estados da periferia, embora não tenham potencial para superar sua condição estrutural, podem alcançar a condição de resistência à "periferização". O aporte da dependência a que se refere, visto na seção anterior, é apreendido como a manifestação de uma subordinação cuja existência e forma se dá de maneira diferenciada em cada país, nos quais a divisão internacional do trabalho é expressão das diferenças de capacidade de intervenção de cada uma das economias na sua própria dinâmica. Assim, vemos que aspectos institucionais e políticos específicos de cada país possuem impacto sobre diferentes etapas do processo de desenvolvimento, isso inclui a estruturação da política pública e a definição do gasto público, mesmo que possuam limitações intrínsecas ao desenvolvimento capitalista periférico. Para que isso ocorra, é fundamental estabelecer poder de comando, com maior grau de autodeterminação e endogenia, conforme seguido pela economia chinesa nos últimos anos.

Harvey (2005) argumenta que o Estado pode usar seus poderes para orquestrar a dinâmica nacional não só por meio de seu domínio nas decisões nos investimentos de infraestrutura, como transporte, educação e pesquisa, mas também mediante sua imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos. Nesse sentido, a capacidade que o Estado[16] possui de reforma das instituições necessárias à acumulação do capital, também pode gerar tanto efeitos positivos quanto negativos.

Assim, Harvey (2005) considera o planejamento econômico nacional como criador de novas oportunidades, no entanto, parafraseando Marx, o autor afirma que apenas por meio da luta política e pessoal é que podemos obter o domínio sobre nossa existência social e física, produzindo assim a

[16] Todavia, é fundamental ressaltar que esse Estado não é uma "coisa", ele deve ser visto, como afirma Harvey (2005), como uma relação, como um processo, ou seja, o Estado não é um poder de fora, imposto sobre a sociedade, em vez disso, o Estado é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento. Um estudo sobre a condução das políticas do Estado capitalista e das suas características contraditórias podem ser vistas em Offe (1948).

liberdade. De tal modo, apesar dos limites impostos ao desenvolvimento periférico, isso expressa a possibilidade de que os Governos Nacionais possuem graus de liberdade, no que diz respeito ao direcionamento da política pública expressado em atos e processos soberanos, de forma que seja possível reerguer a escala nacional de desenvolvimento, por meio da construção de táticas e estratégicas que resgatam a lógica das ações planejadas envolvendo a integração de todo o território nacional. Esses atos soberanos podem alcançar uma condição de resistência às determinações da divisão internacional do trabalho e servem para orientar ações que visem o desenvolvimento do país, mas certamente podem não mudar a natureza da nossa dependência e tudo o mais que essa estrutura comporta.

Essa condução da política pública deve seguir, fundamentalmente, para uma maior distribuição de renda, ampliação da capacidade de autonomia relativa dos mercados internos e, consequentemente a formação de um mercado interno que sustente a condução do crescimento econômico nacional. A via de desenvolvimento alternativa da China caminhou nessa direção, apesar do abismo ainda existente no plano social, seus frutos estão refletindo em um crescimento da importância relativa na economia mundial que podem trazer benefícios importantes para a população chinesa.

5. Considerações finais

Estudos recentes enfatizam o aumento da importância relativa da economia chinesa nas três últimas décadas no desenvolvimento mundial. Esse crescimento transformou a China na segunda potência econômica mundial, ampliando também seu papel decisivo em todas grandes questões internacionais. Sua participação na economia mundial é acompanhada de outros países periféricos, como Brasil, Rússia e Índia, trazendo para o debate atual, a possibilidade de uma transformação na ordem econômica mundial. Vimos que a estrutura de uma organicidade do sistema mundial, com economias desenvolvidas liderando a condução da economia mundial vem sendo recorrente nos últimos séculos. Porém de século em século esse sistema é reorganizado em função dos limites da própria dinâmica capitalista imposta à economia dominante do sistema. Nesse sentido, a economia Chinesa é cotada como a nova liderança mundial, em função de uma possível queda dos Estados Unidos. Porém, nesse debate não existe consenso sobre os rumos do desenvolvimento capitalista. A história mostrará se o caminho seguido pela China, trará consigo uma transformação sem precedentes na ordem internacional e se essa transformação beneficiará as economias periféricas.

De todo modo, o entendimento das bases que sustentam a grande expansão econômica da China, está na chamada via de desenvolvimento alternativa seguido por essa economia no século XVIII expostas neste artigo com base nas teses de Arrighi (1997, 1998, 2008). O entendimento desse caminho pode orientar as economias periféricas como o Brasil na condução das suas políticas públicas de modo que possibilite

uma melhor colocação do país na divisão internacional do trabalho, de forma que permita a formação de um mercado interno consumidor mais amplo e divisão social da riqueza mais igualitária.

6 Referência Bibliográfica

ALMEIDA FILHO, N. (2005). O debate atual sobre a dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 32-50.

ALMEIDA FILHO, N. (2010). Os países em desenvolvimento estão se tornando desenvolvidos? In: III **Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira** (AKB), 2010, São Paulo.

ALMEIDA FILHO, N. ; PAULANI, Leda Maria . Regulação Social e Acumulação por Espoliação - reflexão sobre as teses da financeirização e a caracterização do capitalismo contemporâneo. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política, 2009. v. 1. p. 1-22.**

ANDERSON, J (2009). **The Real Decoupling**. UBS Emerging Economic Perspectives, Ago. 2009. Disponível em: http://xa.yimg.com/kq/groups/17389986/2092549030/name/UBS-The+real+decoupling.pdf.

ARRIGHI, G. (1996). **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Unesp.

ARRIGHI, G. (1997). **A Ilusão do Desenvolvimento.** Petrópolis, RJ: Vozes.

ARRIGHI, G. (2008). **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo.

BALAKRISHNAN , R.; DANNINGER , S.; ELEKDAG , S.; TYTELL, I. (2009) The transmission of financial stress from advanced to emerging economies. **IMF Working Paper**, Jun. de 2009. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2009/wp09133.pdf>.

BARAN, P.A. (1952) "On the Political Economy of Backwardness". In JAMESON, K.P. e WILBER, C.K. (eds.) (1996) **The Political Economy of Development and Underdevelopment**. 6ª edição; New York: McGraw-Hill, pp 93-105.

BIN WONG, R. (1997). **China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience.** London: Cornell University Press. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=4AKOF51HeOYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: fevereiro de 2012.

BRAHMBHATT , M.; PEREIRA DA SILVA, L. (2009). **The global financial crisis: comparisons with the Great Depression and scenarios for recovery**. *PREM Notes*, The World Bank, n. 141, Aug. Available at: http://www1.worldbank.org/prem/PREMNotes/premnote141.pdf .

BRENNER, R. **The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism.** Disponível em: http://www.revalvaatio.org. Acesso em: fevereiro de 2012.

CANUTO, O. (2010) **Recoupling or Switchover: Developing countries in the global economy**. Washington: Banco Mundial. Disponível em http://go.worldbank.org/2U94VVZFN0

DOS SANTOS, T. (1970) "Structures of Dependence". **The American Economic Review**, New York, pp 231-236.

DOS SANTOS, T. (2000) **A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DOS SANTOS, T. (2004) **Economía Mundial La Integración Latinoamerica**. 1. ed. México: Plaza Janés, v. 1. 314 p.

EL-ERIAN, M (2009). **A new normal.** *Secular Outlook, PIMCO*, Mai 2009. Disponível em: <http://www.pimco.com/LeftNav/PIMCO+Spotlight/2009/Secular+Outlook+May+2009+El-Erian.htm>.

FRANK, A.G. (1967) **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. Monthly Review Press.

FURTADO, C. (1980) **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro.

GARLIPP, J. R. D. ; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha . Neoliberalismo, Consenso e Pós-Consenso de Washington: a primazia da estabilidade monetária. In: Santiago. **Anais da VI International Finance Conference**, 2006. v. 1. p. 1-21.

HARVEY, D. (2004). *O Novo Imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola.

LEÃO, R. P. F; PINTO, E. C. & ACIOLY, L. (Orgs) (2011). **A China na nova configuração global**: impactos políticos e econômicos. Brasilia: Ipea.

MARINI, R.M. (1973 [2000]) **Dialética da Dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes.

MARTINS, Carlos Eduardo (2003). **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia (USP).

MORENO-DODSON, Blanca & BAYRAKTAR, Nihal (2011). **How Public Spending Can Help You Grow: An Empirical Analysis for Developing Countries**. *The World Bank Economic Primise*, nº 48, Fev. 2011.

OLIVEIRA, F. (1981) **Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. 4ª. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes.

POMERANZ, K. (2001) **The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy.** World History Association Book Prize. Disponível em: http://books.google.com.br/books/p/princeton?id=58A2wJmpvKgC&printsec=frontcover&hl=en&source=gbs_ViewAPI&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: fevereiro de 2012.

PRADO JR. C. (1966) **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense.

REVENGA, A. & SAAVEDRA-CHANDUVI, J. (2010) Poverty, Equity, and Jobs. In CANUTO, O. e GIUGALE, M. (editors) **The day after tomorrow: a handbook on the future of economic policy in the developing world**. Washington: World Bank, pp 253-274.

RODRIK, D (2009). Growth after crisis. **Presentation at the conference on Financial Crisis and its Impact on Developing Countries Growth Strategies and Prospects**. Cambridge, Abr. 2009.

SHUMPETER, J. A. (1961). **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

SMITH, Adam. (1996). **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. I e II.

SUGIHARA, K. **The East Asian path of economic development.** Disponível em: http://www.cseas.kyoto-u.ac.jp/~sugihara/annualreport.htm. Acesso em: fevereiro de 2012.

WALLERSTEIN, I. (1974) **The Modern World-System, vol. I**: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York/London: Academic Press.

Nome: Quelen Ingrid Lopes
Filiação Institucional: Universidade Federal de Juiz de Fora
E-mail: quelenlopes@yahoo.com.br

Espaço, estrutura agrária e expansão territorial: o mercado de propriedades rurais do termo de Mariana no século XVIII.

O objetivo do presente texto é trazer algumas conclusões de nossa pesquisa, em andamento, sobre o mercado de propriedades rurais, urbanas e extrativas (mineração) do termo de Mariana, Comarca de Minas Gerais. Buscamos perceber, através das negociações daqueles bens no mercado, realizadas ao longo do período de 1711 a 1780, como o comportamento do investimento em cada um dos tipos de bens negociados recebeu alterações diante da queda da produção aurífera. Principalmente, como ao longo do século XVIII deu-se progressivamente a constituição do setor econômico da atividade agrária na região. Neste primeiro momento, daremos ênfase à análise dos dados relativos às propriedades rurais negociadas entre 1711 e 1750.[1]

Este mercado de propriedades rurais deve ser compreendido dentro dos parâmetros de uma sociedade pré-capitalista, na qual toda a ação econômica está socialmente enraizada. Para o entendimento deste tipo de sociedade temos em vista a obra fundamental de Karl Polanyi que, ao analisar o surgimento da economia de mercado entre fins do século XVIII e início do XIX, questiona o modelo de economia formal, que não contemplava as diferenças entre as sociedades pré-capitalistas, onde a atividade econômica está inserida nas suas relações sociais, e as capitalistas, onde a busca pela maximização de ganhos se dá pelo comportamento competitivo. No processo de independência das determinações da estrutura social que lhe deu origem, o mercado transformou homens, terras e dinheiro em *mercadorias fictícias*- visto não serem produzidas pelo próprio mercado-, desarticulando neste percurso o tecido social, para que pudesse tornar-se auto-regulável, *libertando* o homem da sua primitiva relação de barganha e troca com que até então inseria a economia em seu dia a dia. Neste processo de auto-regulação dos preços das mercadorias, sem intervenção ou sanções de nenhuma esfera da sociedade, surge a economia de mercado, na qual este passa a ser o elemento organizador da sociedade. Enquanto que nas sociedades pré-capitalistas, é a sociedade

[1] A data inicial, 1711, foi estabelecida a partir do início da produção dos Livros de Notas, documentação base deste texto.

quem organiza e determina o funcionamento da economia- que está embutida nas relações sociais-, impondo limites à função do mercado sendo que o lucro não ocupa lugar de proeminência dentre as motivações que conduzem a atuação econômica dos indivíduos.[2] Em suma, a economia e suas instituições, como o mercado, devem ser pensadas a partir do grau de integração que possui com a sociedade, com as suas esferas políticas e culturais.

Com estes dizeres Giovani Levi resume aquilo que a economia formal entende por sociedade *primitiva*, e que para Karl Polanyi tratava-se de uma sociedade que define suas ações econômicas na amplitude das relações sociais, as quais lhe dão forma e sentido:

> Na verdade, sob o aparente mecanismo de mercado que preside esta grande quantidade de transações com terras se esconde o problema geral dos recursos, do poder, da sobrevivência, da solidariedade, da manutenção ou da transformação das relações e dos valores sociais existentes, e, em relação a tudo isto, a tendência de maximizar a posição econômica pode percorrer os caminhos da convivência, mas também, os dos conflitos.[3]

Tendo tal perspectiva em mente, através da análise dos dados extraídos de escrituras de compra e venda de propriedades rurais presentes em 64 livros de notas, veremos que ao longo da primeira metade do século XVIII a atividade agrária esteve entrelaçada de modo muito peculiar ao desenvolvimento da atividade mineradora, e que esta repercutiu na expansão das unidades produtivas do termo de Mariana.

Paisagem agrária das Minas do ouro

O mercado de terras, nomeadamente das propriedades rurais interessadas na produção dos gêneros de subsistência, expõe de modo franco a prática agrícola realizada no termo da Vila do Ribeirão do Carmo, posteriormente cidade de Mariana (1745), atividade econômica muito importante, porém ainda pouco conhecida para os primeiros cinquenta anos do século XVIII. As 892 unidades produtivas rurais negociadas entre 1711 e 1750, aqui analisadas, são compostas por sítios, roças, engenhos de aguardentes, fazendas e capoeiras. Estas são as denominações encontradas nas escrituras de compra e venda de propriedades rurais caracteristicamente relacionadas à atividade agrícola.

---

[2] POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980, *passim*.
[3] LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 147.

Tabela 1: Percentual de tipos de propriedades no total das escrituras de compra e venda.

Tipo de Propriedade	Escrituras	%
Sítios e roças	736	82,51%
Engenhos de aguardente	82	9,19%
Fazenda	41	4,60%
Capoeiras	33	3,70%
Total	892	100,00%

Fonte: AHCSM, Livros de notas, 1º e 2º ofício, 1711-1750.

Num primeiro momento, tende-se a crer que *sítios e roças* formavam propriedades distintas com estruturas diferenciadas, dadas as diferentes denominações. Entretanto, o termo sítio também era usado para a determinação de espaço, em geral, paragem onde havia certa aglomeração de pessoas. Em uma súmula sobre a freguesia das Catas Altas, realizada por José de Lemos Gomes em 1750, a palavra sítio é utilizada no sentido espacial do termo, sem a denotação de propriedade agrícola (sentido mais comumente aplicado ao verbete nos dias atuais). O autor do *mini compêndio* afirma "que o sítio que hoje é arraial fora descoberto no ano de 1703", conferindo um sentido sumamente espacial à aglomeração inicial que deu origem à fundação do Arraial das Catas Altas.[4] O verbete sítio no dicionário Raphael Bluteau nos confirma o duplo sentido atribuído à palavra no período, definindo-o entre outros significados como "espaço de terra descoberto, o chão em que se pode levantar edifício" ou "lugar".[5]

Utilizando-se das listas nominativas de habitantes de cinco diferentes freguesias do Termo de Mariana- São Caetano, Furquim, Catas Altas do Mato Dentro, Antônio Pereira e Nossa Senhora dos Remédios-, bem como de inventários, Francisco Eduardo Andrade investigou o perfil das atividades agropecuárias e mineradoras dos habitantes destas regiões na primeira metade do século XIX, encontrando uma distinção muito clara entre indivíduos denominados como *roceiros* e outros como *fazendeiros*. Os roceiros, de modo geral, praticavam uma agricultura de pequeno porte, com o auxílio de

[4] FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. CAMPOS, Maria Verônica. (Coord.) Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. São Paulo: Fundação João Pinheiro, 1999, p. 262.
[5] BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Cia de Jesus, c1712-1726. 8 vols. (Edição Fac-Símile em CD Rom. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento cultural).

no máximo 10 escravos, e faziam parte de um grupo social inferior; os fazendeiros, por sua parte, eram proprietários de plantéis superiores a 10 escravos, sendo um grupo formado por indivíduos de maior poder econômico que do que aquele dos roceiros. Segundo o autor, as propriedades dos roceiros, denominadas como sítios *ou uma "sorte" de terras com roça*, e as dos fazendeiros, como fazendas, diferenciavam-se pela *dimensão do "empreendimento" agrícola e da diversificação* de atividades operada em cada uma delas. No caso das fazendas notou a presença de engenhos com *construções e instalações de maior porte do que as que havia em um sítio com engenhoca.*[6] A dicotomia das propriedades e de seus proprietários recai sobremaneira sobre os sítios e as fazendas (ou engenhos).

Os sítios e as roças por nós estudados no termo de Mariana e suas freguesias não apresentam diferenças extremas quanto à sua estrutura produtiva: encontramos nos dois tipos de propriedades casas de vivenda, senzalas, engenhos de cana, de milho ou de mandioca, paióis, roças plantadas e mantimentos colhidos, além de escravos. Analisando as principais benfeitorias e os instrumentos que faziam parte da estrutura aplicada à produção agrícola podemos perceber que, dentre as 509 propriedades denominados como sítios e as 226 denominadas como roças, a diferença percentual de tais itens entre os sítios e as roças não é maior que 8%. Uma margem percentual muito pequena para que confirmemos a existência de uma diferença estrutural entre tais unidades produtivas, de acordo com o que visualizamos pela Tabela 2.

Tabela 2: Composição da Propriedade: Sítios e Roças[7]

Tipo	Capoeiras	Produção	Engenho	Instrumentos	Beneficiamento	Animais	Escravos
Sítio	25,15%	72,69%	19,65%	50,49%	27,31%	40,08%	59,02%
Roça	25,22%	77,43%	22,12%	56,19%	30,53%	32%	62,83%

Fonte: AHCSM, Livros de notas, 1º e 2º ofícios, 1711-1750.

Não havia distinção na *funcionalidade* entre sítios e roças, de tal modo, serão analisadas em conjunto, ou seja, sem diferenciação enquanto tipos de propriedades específicas, nem optaremos entre um verbete ou outro: *sítios e roças* é a expressão que utilizaremos para definir um mesmo padrão de propriedade para ambos os casos.

Dado o fato da região de Mariana, especialmente no período de auge da atividade mineradora, ter sua principal atividade econômica voltada para a extração

[6] ANDRADE, Francisco Eduardo. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Ed. UFV, 2008, p. 215-217.
[7] Leia-se por: Produção: mantimentos plantados ou colhidos; Engenhos: para produção de farinhas; Beneficiamento: roda e prensa para desfazer mandioca e forno de cobre.

aurífera e pela característica do seu relevo acidentado (apesar de mais aplainado que o de Vila Rica), compreende-se a baixa ocorrência de fazendas especializadas na criação de animais de grande porte, como o gado vacum. Em concordância com o que foi percebido por Carla Almeida em sua tese de doutorado: "o termo 'fazendas' designava as grandes unidades pecuaristas do sertão, já que eram as comarcas em que elas aparecem (Rio das Velhas e Serro Frio) as que possuíam 'os sertões', região com reconhecida vocação para a grande propriedade pecuarista". [8]

A região do termo de Mariana apresenta uma paisagem rural típica das "minas", segundo a definição de Ângelo Carrara, onde se pontuam os sítios, diferentemente das áreas cuja paisagem era a dos "currais", a qual era das fazendas criadoras de gado vacum. Para o autor, estas duas paisagens são as

> categorias primeiras da percepção geográfica setecentista, as "minas" e os "sertões" [que] conformaram igualmente duas paisagens rurais distintas. Uma, nas áreas de ocorrência das jazidas minerais ou à beira das principais estradas e caminhos que lhes acessavam, compreendiam os **sítios**. Outra, sertaneja, curraleira, abrangia as **fazendas**.[9]

As fazendas do termo de Mariana possuíam basicamente a mesma estrutura física dos sítios e roças, com produção e beneficiamento de gêneros alimentícios, criações e benfeitorias diversas. Na realidade, a designação de "fazenda" para estas propriedades não segue a mesma caracterização daquelas encontradas na paisagem dos "currais". Mesmo a presença de gado vacum em mais da metade das fazendas encontradas (22) não é um bom indicativo da correspondência entre as fazendas existentes no sertão das Gerais e as que encontramos para o termo de Mariana. Mesmo que desconsiderássemos a pequena presença quantitativa destes animais (em média 9,8 cabeças de gado por fazenda) a sua utilidade tinha outra função que a de fornecimento de carne: serviam para transporte ou para força motriz exigidos nos serviços de mineração e/ou nos engenhos produtores de aguardente existentes em 92,68% destas fazendas. A paisagem deste tipo de propriedade também continua a ser a das "minas".

Não obstante as reiteradas proibições de 1715 e 1743 da instalação de engenhos interessados na produção de aguardente em Minas Gerais, a negociação deste tipo de propriedade é recorrente em toda a primeira metade do século XVIII. Analisando as políticas públicas de abastecimento de Minas Gerais no século XVIII, e tendo como principal norte teórico o conceito de economia moral de Edward Tompson, Flávio

---

[8] ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: Hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822*. UFF, 2001, (Tese de doutorado), p. 63.
[9] CARRARA, Ângelo A. *Minas e Currais: Produção rural e Mercado interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, p. 187, grifo do autor.

Marcus da Silva percebe que mesmo com as consecutivas proibições de construção de novos engenhos em Minas, a tendência destes seguiu sempre ao crescimento-proliferação que era inclusive do conhecimento das autoridades. Segundo o autor:

> (...) o comportamento aparentemente contraditório das autoridades diante da questão dos engenhos pode ser entendido como uma estratégia de controle social dentro da lógica de prudência adotada pela Coroa portuguesa e pela maior parte de seus representantes no ultramar. O sistema normativo criado com o objetivo de evitar a proliferação de engenhos de cana no território mineiro, por mais coercitivo que parecesse, permitia uma certa margem de manobra aos moradores interessados em levantar suas "fábricas" de açúcar e aguardente, bem como às autoridades, que temiam a possibilidade de haver motins em decorrência da falta ou aumento excessivo do preço da cachaça. O recurso às licenças para construção de engenhos e o espaço aberto para a manipulação das regras formais faziam parte de uma política de abastecimento que se pautava pela necessidade de se observar outras regras — estas, não escritas — entre os atores coloniais e metropolitanos.[10]

Bebida de fácil e rentável comercialização, a aguardente era largamente consumida nas Gerais especialmente pelos cativos, ao que tudo indica, para ajudá-los a suportar as penosas condições impostas pelos serviços da mineração nas gélidas águas dos rios e ribeirões. Mas também era amplamente consumida com fins terapêuticos, "no tratamento de dores, inflamações, feridas e outros males, e por aqueles que simplesmente necessitavam dela diariamente para satisfazer o seu vício".[11] Apesar das autoridades régias e locais apontarem para os prejuízos que a circulação e a venda da cachaça nos locais específicos onde havia serviços de mineração, devido aos distúrbios que por vezes ocorriam em virtude do seu consumo desmedido, Flávio Marcus da Silva afirma que havia o reconhecimento por parte das autoridades (principalmente locais) da sua importância no cotidiano dos moradores das Minas Gerais. Embora houvesse o reconhecimento sobre a importância da cachaça, o desvio de mão-de-obra escrava para os engenhos foi uma das preocupações das autoridades régias, que apesar de buscarem impedir a proliferação dos engenhos o fizeram com muita prudência:

> A multiplicação dos engenhos e o aumento da produção de aguardente no território mineiro são aqui entendidos também como resultado de uma política de abastecimento empreendida pela Coroa e seus representantes na Capitania com o objetivo de garantir a quietação e o sossego dos povos. Nesse caso, não se está diante de uma simples imposição de normas externas e de sua transgressão. Com relação aos engenhos, leis foram criadas para se adaptarem a uma realidade específica, permitindo a flexibilidade das autoridades em uma situação

[10] SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e Poder: A política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2002. [Tese de Doutorado], p. 187.
[11] SILVA, Flávio M. Op. Cit., 2002, p. 189.

> colonial que exigia toda a prudência necessária na manutenção da ordem.[12]

De qualquer modo, as vendas de dois engenhos flagram a ineficácia da proibição do estabelecimento de engenhos na região: em 1715 o Sargento-Mor Antônio Correia Sardinha vendeu um engenho em Catas Altas com 300 barris de aguardente, com mais 30 arrobas de açúcar "nas pipas" e 48 arrobas de açúcar mascavo. Vale lembrar que a proibição se estendia também ao fabrico de açúcares. Ainda mais interessante é a venda de um engenho real ocorrida em fevereiro de 1734. Nessa transação, Francisco de Araújo vendeu um engenho a Caetano Fernandes e Manoel Pires com "cana plantada para 3000 barris de aguardente", além de 120 barris da bebida já pronta. Nas áreas onde o açúcar era o principal motor da economia regional o engenho real colocava seu proprietário no topo da "hierarquia dos engenhos", isto porque aqueles eram movidos a água, capazes de produzir uma grande quantidade de açúcar da unidade produtiva e de outros lavradores de cana, e também contavam com muitos escravos, sendo que seus proprietários eram necessariamente pessoas de grandes posses e crédito, pois precisavam arcar com as despesas da implantação e manutenção do engenho real.[13]

Ainda que Francisco de Araújo tenha sido o único proprietário a ter seu engenho intitulado como "real", as características do que era conhecido como "engenho real" nas regiões açucareiras, se encaixam perfeitamente nas descrições que aparecem nas escrituras para a maior parte dos engenhos do termo de Mariana. O engenho real de Francisco de Araújo foi descrito como "de água corrente e moente de fazer aguardentes e açúcar", no qual trabalhavam 25 escravos. O engenho do Sargento-Mor Antônio Correia Sardinha, acima citado, também era de água corrente e moente, possuía 100 escravos e a propriedade contava ainda com serviços de mineração. Em 1722, Agostinho Pereira Braga vendeu um engenho corrente e moente, com vários canaviais e com 27 escravos, no qual não foi descrito nenhum trabalho de mineração.

Poderíamos citar muitos outros exemplos de grandes engenhos produtores de aguardentes, fazendas, sítios e roças nos quais sua estrutura equivalia a de um Engenho Real. Guardada as devidas diferenças dos produtos e suas destinações, os engenhos reais açucareiros e os engenhos de Minas Gerais, produtores especialmente de aguardente, não se diferenciavam absolutamente com relação às estruturas que compunham a unidade produtiva. Acontece que a circulação do ouro permitia aos

[12] SILVA, Flávio M. Op. Cit., 2002, p. 203.
[13] DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL. VAINFAS, Ronaldo (Org.), Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 199-202.

proprietários o crédito necessário para investir em benfeitorias e escravos para o crescimento da empresa e da sua produção.

Vimos até aqui quatro diferentes tipos de propriedades encontradas no mercado de terras de Mariana: sítios, roças, fazendas e engenhos, que, a par das diferentes denominações, não se definem por especificidades inerentes a cada uma das nomenclaturas. Um sítio, uma roça, ou uma fazenda muitas vezes abrigavam um engenho movido à água com toda a fábrica necessária para produzir aguardente. Da mesma forma a quantidade de escravos é variável nestes tipos de propriedades, havendo tanto aquelas propriedades que possuíam apenas 5 escravos quanto outras com mais de 50. A presença da atividade mineradora também não se fez prerrogativa de um ou outro tipo de propriedade, havendo serviços em águas ou terras minerais tanto em sítios e roças quanto nos engenhos e nas fazendas.

As capoeiras, no entanto, eram um tipo muito específico de propriedade, de constituição bem definida. Da sua cooptação- juntamente com os matos virgens- dependia a reprodução do processo produtivo da agricultura na região. Diante das características do termo de Mariana, a baixa relação homem/terra permitia o uso extensivo do solo, em que a terra era cultivada por breve período de tempo seguindo-se de um longo período de pousio. O uso extensivo do solo[14] só era possível pela grande área de fronteira existente na região, necessária ao processo de *continuum agrícola*, o qual visava à incorporação de matas/florestas virgens e das **capoeiras** (solo que está se recuperando em pousio) como parte do processo de produção agrícola. As matas virgens e as capoeiras substituíam técnicas de fertilização e maior preparo da terra, que ocasionam um dispêndio extra de hora/trabalho por parte do agricultor.[15] Estas condições não somente permitiam como tornava racional a reprodução por parte dos colonos da prática e técnicas agrícolas dos indígenas no preparo e utilização do solo, que se faziam pela queimada, derrubada da floresta, e a coivara.

Distribuição espacial das propriedades no termo da Vila do Carmo

Observemos mais detidamente a dinâmica da distribuição espacial e do funcionamento da agricultura representada por tais propriedades.

[14] Sobre produção agrícola extensiva ver: BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
[15] FRAGOSO, João L. Ribeiro et. Alii. *Aspectos teórico-metodológicos na pesquisa em História Agrária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Núcleo de Pesquisa em História Agrária, 1983, p. 6-7.

Entre 1730 e 1737, Diogo Soares e Domingos Capaci organizaram a "Tabuada das latitudes dos principais portos e ilhas do mar do sul na América austral e portuguesa",[16] onde referenciaram as principais áreas povoadas da América portuguesa. Em seu índice arrolaram os seguintes arraiais e paragens pertencentes à "Comarca do Ribeirão do Carmo e Mato Dentro":

• Ribeirão do Carmo; Arraial de São Sebastião; Arraial de São Caetano; Arraial de Bom Jesus de Furquim; Arraial de Antônio Pereira; Barra do Gualaxo e passagem do Gualaxo do Sul; Arraial de Guarapiranga; Arraial do Pinheiro; Arraial dos Camargos; Arraial do Inficionado; Arraial das Catas Altas.

Em sua "Informação das antiguidades da cidade de Mariana", datada de 1750, Caetano da Costa Matoso, Ouvidor da Comarca de Ouro Preto, elencou os principais arraiais da cidade de Mariana à sua época. Comparando a sua lista com a dos padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capaci, a configuração básica é a mesma, ficando de fora da sua lista a "Barra do Gualaxo e passagem do Gualaxo do Sul" e o "Arraial do Pinheiro", acrescentando o Ouvidor Costa Matoso à sua lista o Arraial de São José da Barra- ou da Barra Longa (veremos pela análise dos dados que essa localidade passa a ser foco de negociações de propriedades apenas na década de 1740).

Ao tratar do reordenamento do espaço urbano de Mariana através das reformas urbanísticas implementadas por José Fernandes Alpoim a partir de 1743, Cláudia Damasceno Fonseca traça um perfil da expansão deste distrito minerador desde o início do seu povoamento[17]. Até 1710 a expansão do arraial do Carmo deu-se "apenas na direção leste-oeste, margeando o ribeirão e uma das estradas que atravessava o povoado (a que ligava Vila Rica aos núcleos do Ribeirão Abaixo)". Limitava-se, então, a leste por Mata Cavalos (arraial de cima), e a oeste pelo aglomerado que se ergueu em torno da capela construída em 1703 e consagrada a Nossa Senhora da Conceição. Quando da elevação à Vila em 1711, a capela da Conceição se tornaria matriz da então Vila do Carmo. A partir daí sua expansão foi direcionada também sentido norte-sul, surgindo em seu limite urbano o Morro de Nossa Senhora de Santana, Monsus, e a rua da Olaria (aos fundos da igreja Matriz).

[16] FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida & CAMPOS, Maria Verônica (coord.). Op. Cit., 1999, p. 159–166.
[17] FONSECA, Cláudia Damasceno. "O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações." In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 13-26.

Geograficamente, a área ocupada pelo território subjugado administrativamente à Vila do Ribeirão do Carmo/cidade de Mariana, denominada termo, está delimitada dentro da zona Metalúrgica-Mantiqueira, que abrigou os principais centros mineradores. A delimitação do território das Minas Gerais, de um modo geral, realizou-se progressivamente "a partir da ocorrência do ouro nos entornos do Caminho Geral do Sertão", sendo a região conhecida historicamente como Sertão dos Cataguases o território onde se localizava o ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, e onde se estabeleceu o arraial/vila do Carmo/ cidade de Mariana.[18] As divisas naturais da serra do Itacolomi- prolongamento da serra da Mantiqueira- situava a Vila do Carmo na sua porção sul, ficando ao norte a Vila Rica do Ouro Preto: "no vale formado entre os dois ramos da serra do Ouro Preto/Itacolomi, corria o ribeirão do Carmo, cujas águas, trazendo consigo o ouro, tomavam o rumo leste de menor altitude".[19] Neste cenário situava-se a sede da vila e seu vasto termo.

Definir com exatidão a localização espacial, dentro do termo de Mariana, de todas as propriedades é tarefa quase impossível. Muitas paragens que surgiram no início do povoamento da região receberam alcunhas que designavam peculiaridades geográficas, ou o nome dos seus primeiros povoadores, que com o passar dos anos podem ter se modificado. Além disso, era muito comum que os rios dessem nomes às paragens.

Dá-se, nestas circunstâncias, que um epíteto como "Piçarrão" só pôde ser localizado como pertencente ao espaço específico da freguesia de São Sebastião porque nos foi dado a saber, na descrição de sua localização, que este sítio se localizava "na freguesia de São Sebastião donde chamam O Piçarrão"; enquanto que um sítio localizado na "paragem do Gualaxo, abaixo da paragem donde chamam o Jahú", torna seu enquadramento, em uma região específica do termo, um pouco difícil. A referência à paragem do Gualaxo, que pode nos dar como indicação sua proximidade com o Rio Gualaxo, remete a mais um aspecto delicado da busca por esboçar a paisagem agrária do termo de Mariana: os rios que cortam seu espaço e vão pontuando a região com paragens de nomes homônimos. Para citar um exemplo: o rio Gualaxo do Norte deu nome a duas paragens encontradas nas escrituras, uma na região de Furquim e outra na de São Caetano. Nem sempre a documentação determina a freguesia.

---

[18] RESENDE, Maria Efigênia Lages de. Itinerários e Interditos na territorialização das Geraes. In: *As Minas Setecentistas*, RESENDE, Maria E. L & VILALTA, Luiz Carlos (Org.), Belo Horizonte: Autêntica, vol. 1, 2007, p. 28-29.
[19] ANDRADE, Francisco E. Op. Cit., 2008, p. 42.

Até aqui, nossa explanação visa demonstrar como construímos um quadro de inserção geográfica das propriedades trabalhadas. A seguir, analisaremos as minúcias que envolvem as regiões nas negociações dessas mesmas propriedades.

Ao buscarmos determinar a distribuição geográfica das propriedades rurais negociadas no período, verificamos pela Tabela 3 que as principais regiões de produção agrícola incidem sobre áreas já bem conhecidas da atividade mineradora. Estes dados apontam para uma agricultura que não era exatamente dispersa, pontuando as estradas e os rincões da vasta área do termo de Mariana, mas sim fortemente presente nas suas freguesias, e arraiais próximos aos núcleos mineradores. Além da própria freguesia da Vila do Carmo, arraiais como o do Sumidouro, Camargos e São Sebastião, que se constituíram desde o início em áreas de intensa exploração aurífera, não tiveram a prática agrícola desprezada. Pelo contrário, se apresentam como algumas das regiões em que houve maior demanda de negociação ao longo de todo o período.

TABELA 3: Distribuição das propriedades pelo termo da Vila do Carmo.

Localização	Propriedades	%
Vila do Carmo/Cidade de Mariana*	102	11,43%
Sumidouro	93	10,43%
Camargos	82	9,19%
Itacolomi	76	8,52%
Furquim	61	6,84%
São Sebastião	60	6,73%
Inficionado	54	6,05%
Catas Altas	50	5,61%
São Caetano	49	5,49%
Passagem	36	4,04%
Antônio Pereira	28	3,14%
Caminhos e estradas	28	3,14%
Termo de Mariana	26	2,91%
Guarapiranga	23	2,58%
Ribeirão Abaixo	19	2,13%
Monsus	13	1,46%
Brumado	11	1,23%
Mata Cavalos	11	1,23%

São José da Barra Longa	11	1,23%
Gualaxo do Norte	10	1,12%
Gualaxo do Sul	8	0,90%
Gualaxo	8	0,90%
Morro do Santana	3	0,34%
Sem referência ou danificados**	30	3,36%
Total	892	100,00%

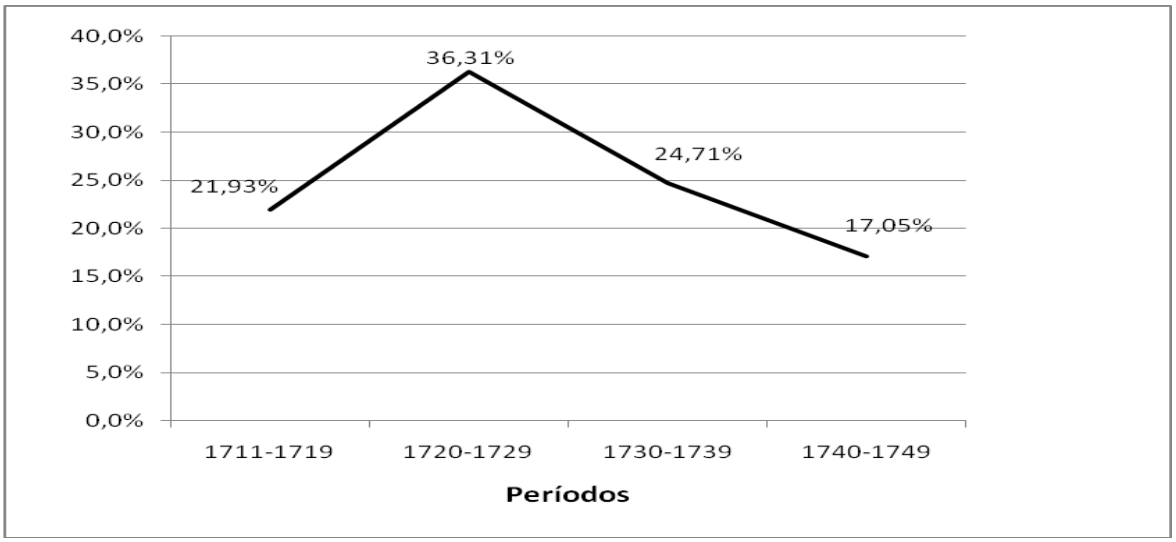
* Neste campo estão inclusas as escrituras que se referem ao distrito, arrabaldes, freguesia da Vila do Carmo/Cidade de Mariana.
** O campo "Sem referência ou danificados" da tabela representa as escrituras cujas propriedades não pudemos identificar a localização em virtude da não indicação do local ou danos no suporte.
FONTE: AHCSM, Livros de notas, 1º e 2º ofícios, 1711 -1750.

O movimento das compras e vendas destas propriedades, na primeira metade do século XVIII, apresenta outras características que nos informam sobre o processo de ocupação do território. Subdividimos o recorte temporal que abarca os dados até agora trabalhados (1711-1750) em quatro subperíodos determinados por décadas. A finalidade é captar mais detidamente a tendência da expansão do mercado de terras e, consequentemente, do estabelecimento das propriedades rurais em cada uma das localidades do termo. Coincidentemente, cada década reflete um momento de auge (máximo de propriedades negociadas) para as freguesias e paragens. Os gráficos a seguir trazem as principais localidades agrupadas segundo o mesmo auge, ou seja, cada gráfico representa o auge de negociações de cada uma das décadas- 1710, 1720, 1730 e 1740- e as localidades onde a negociação de terras foi mais ativo, respectivamente.

A título de explicação, quando nos referirmos à "tendência" das localidades estamos tratando da sua participação no mercado de propriedades rurais ao longo de todo o período (1711-1750), e não apenas ao subperíodo em que atingiram o auge de negociação, e no qual foram enquadradas. Num panorama geral, a tendência das compras e vendas de propriedades rurais na primeira metade do século XVIII apresentou uma forte concentração de negociações na década de 1720, seguindo em queda até o final do período (Gráfico 1). Na década de 1710, foram concedidas trinta e oito cartas de sesmarias, o que indica o movimento natural do início do povoamento. Na década de 1730 concederam-se dezoito cartas, mas é a década de 1720 que espanta: apenas cinco cartas de sesmarias foram concedidas, justamente o período de maior

concentração de compras e vendas de propriedades.[20] Vejamos pormenorizadamente as movimentações pelas localidades.

Gráfico 1: Tendência geral do movimento de compras e vendas entre 1711-1750, por décadas.



Fonte: AHCSM, 1º e 2º Ofício, Livros de Notas, 1711-1750.

O Gráfico 2 representa as localidades que na década de 1710 registraram auge de propriedades negociadas. São áreas com certa indeterminação quanto à sua localização no termo (o que é de se esperar para este momento ainda de início de povoamento e de descobertas auríferas). Metade das propriedades agregadas no termo genérico "caminhos e estradas" se situavam entre a Vila do Carmo e seus distritos mais próximos- principalmente Antônio Pereira, Itacolomi e Sumidouro, enquanto que o restante se situava em caminhos que ligavam pequenas paragens a outras, ou ainda entre a Vila e o Mato Dentro. Quanto às localidades apontadas como "Ribeirão Abaixo" e pela designação "termo de Mariana"- esta última, utilizada para as propriedades que se situavam em rios, córregos ou em paragens de localização indeterminada- acreditamos que se localizassem em locais mais afastados, ermos, onde o acesso ao mercado local ou a chegada dos produtos fosse intermitente.

Após o auge de negociações na década de 1710, estas localidades sofrem uma tendência de queda progressiva. Algumas considerações sobre os aspectos que envolvem este grupo de localidades nos ajudam a entender tal tendência. O intenso movimento da passagem de viajantes trouxe a necessidade de se estabelecerem

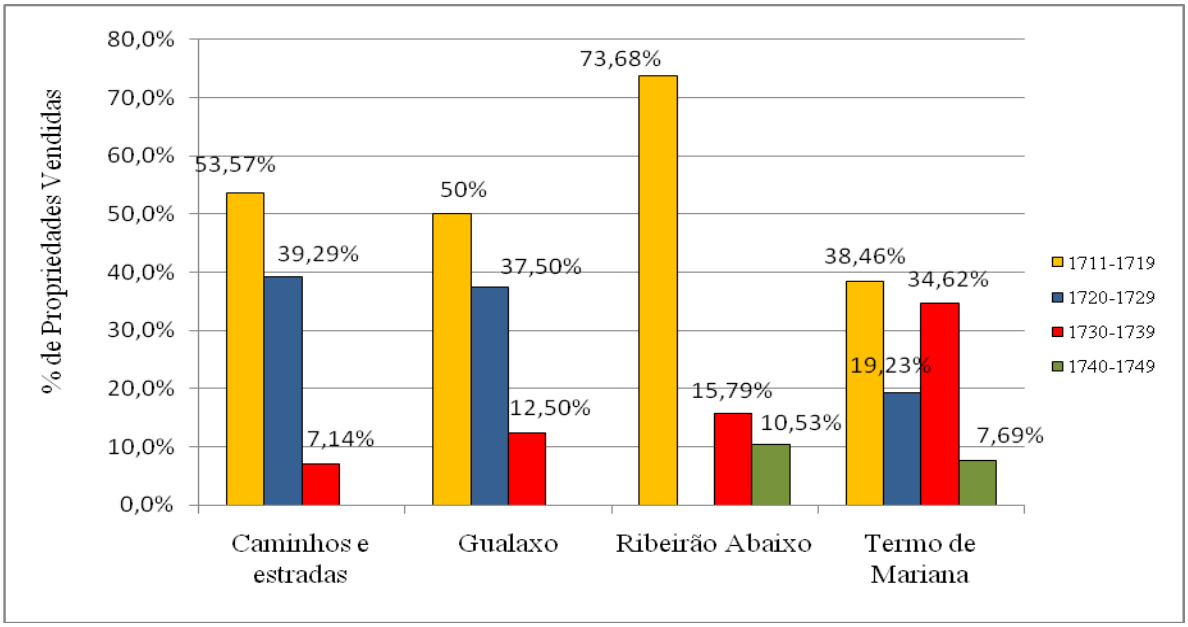
[20] CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII-XIX*. Mariana: UFOP/Núcleo de História Econômica e Demográfica, Série de Estudos 1, 1999.

propriedades que pudessem oferecer o básico para os viajantes- dos gêneros de subsistência alimentar aos pernoites- por isso se localizavam estrategicamente nas vias de passagens com vistas a abastecer e auxiliar os viajantes em suas jornadas. Provavelmente era essa a finalidade de um sítio localizado no arrabalde da vila do Carmo "no caminho" para Antônio Pereira, no qual havia "uma casa de passageiros". Na escritura de compra e venda, obrigou-se o comprador Hierônimo da Fonseca Gomes a pagar "11 oitavas de ouro do dízimo da dita roça já vencido de cuja importância tem ele vendedor passado crédito ao dizimeiro", o que lhe seria descontado no segundo pagamento pelo vendedor da propriedade, João da Fonseca. Ainda que neste sítio não houvessem gêneros plantados ou colhidos, o débito com o dizimeiro confirma que nela havia uma produção agrícola que se dispunha à venda- em Minas Gerais a cobrança do dízimo se dava de forma diferente, como veremos adiante, incidia sobre os bens produzidos que eram comercializados.[21]

A tendência de declínio nos anos seguintes das negociações nestes locais indica que com o aumento da procura por propriedades rurais nos distritos, arraiais e pequenas paragens, e a própria consolidação do povoamento nestes lugares (permitindo que cada vez mais a agricultura se tornasse uma atividade fixa e estável) contribui para a diminuição da negociação neste grupo de localidades que teve auge de vendas na década de 1710. Tornou-se mais interessante investir na produção agrícola de uma propriedade que, estabelecida nas proximidades das zonas de mineração, pudesse contribuir para o sustento alimentar da família e dos escravos do proprietário da unidade produtiva. Podemos verificar essa iniciativa direcionada para as áreas de mineração mais intensa através da seguinte comparação: ao longo de todo o período (1711-1750) a quantidade de propriedades rurais nas quais também era praticada a mineração, estabelecidas em Caminhos e Estradas, Ribeirão Abaixo e termo de Mariana não passam de 15, enquanto que somente para São Caetano- que apresenta auge de compras e vendas na década de 1720- é de quase o dobro, 25 propriedades.

[21] AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas 22, folha 33 verso.

Gráfico 2: Localidades com auge de compras e vendas na década de 1710.



Fonte: AHCSM, Livros de Notas, 1º e 2º ofícios, 1711-1750.

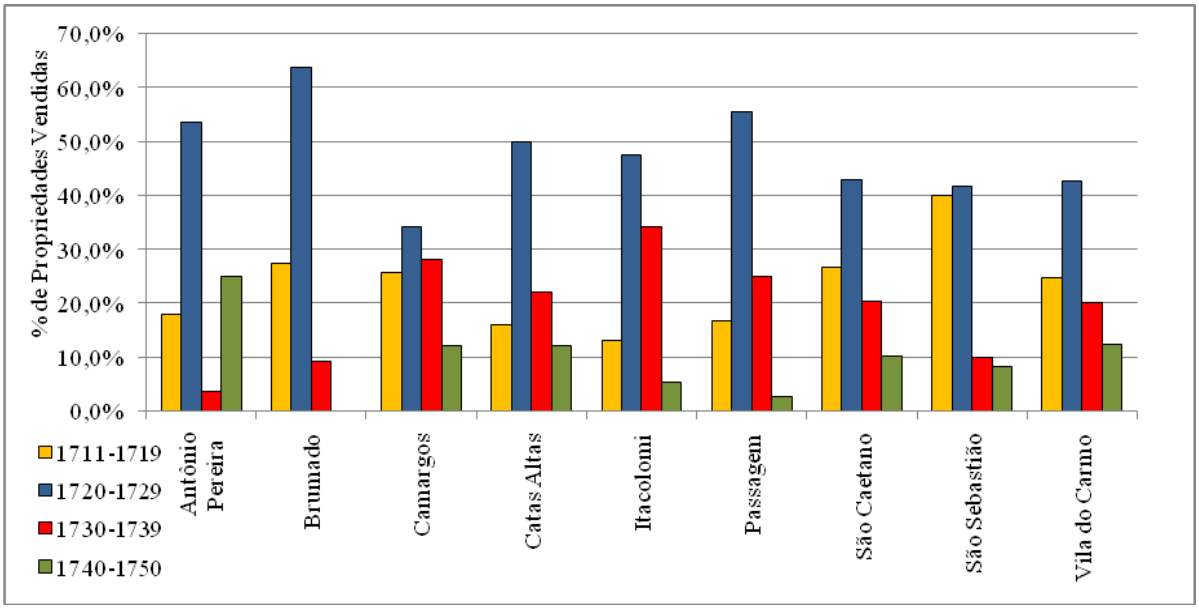
Com grande volume de propriedades negociadas (36,43% do total das compras e vendas), a década de 1720 (Gráfico 3) registra o momento de auge da procura por propriedades rurais em importantes localidades mineradoras do termo de Mariana, incluindo o próprio distrito da Vila do Carmo. Para termos uma noção disso basta atentar para a Tabela 1, na qual temos a quantidade total de propriedades negociadas em cada local: das dez primeiras localidades que mais participaram do mercado de propriedades rurais, sete fazem parte deste grupo que atingiu o auge de vendas entre 1720-29. O fato desse período agregar as principais localidades do termo (zonas de reconhecida importância mineradora) e de ser também esta década a de maior concentração de negociações realizadas no total- como observamos no Gráfico 1 da tendência geral do movimento do mercado de terras-, isto tudo sugere uma vinculação entre este mercado e a atividade mineradora, demonstrando uma **cooptação de interesses** entre as atividades mineradora e agrícola.

A tendência destas localidades no mercado de terras é a de alta desde a década de 1710, mostrando que a atividade agrária já estava presente desde bem cedo nestas localidades- inclusive no principal núcleo urbano do termo, a própria vila[22]-, e a despeito da queda após o auge de negociações na década de 1720, estas localidades representaram áreas de grande procura por propriedades até o final da década de 1730.

[22] Às propriedades da vila do Carmo foram acrescidos os dados referentes as paragens dos Monsus, Mata Cavalos e Morro do Santana, por fazerem parte do distrito da vila do Carmo. De qualquer modo, estas paragens também apresentaram a mesma tendência observada para a vila do Carmo.

Contudo, a partir de então, entram em queda e iniciam a segunda metade do século XVIII com participação no mercado inferior ao movimento registrado na primeira década- dessa perspectiva se excetua apenas Antônio Pereira, que recupera novo fôlego na década de 1740.

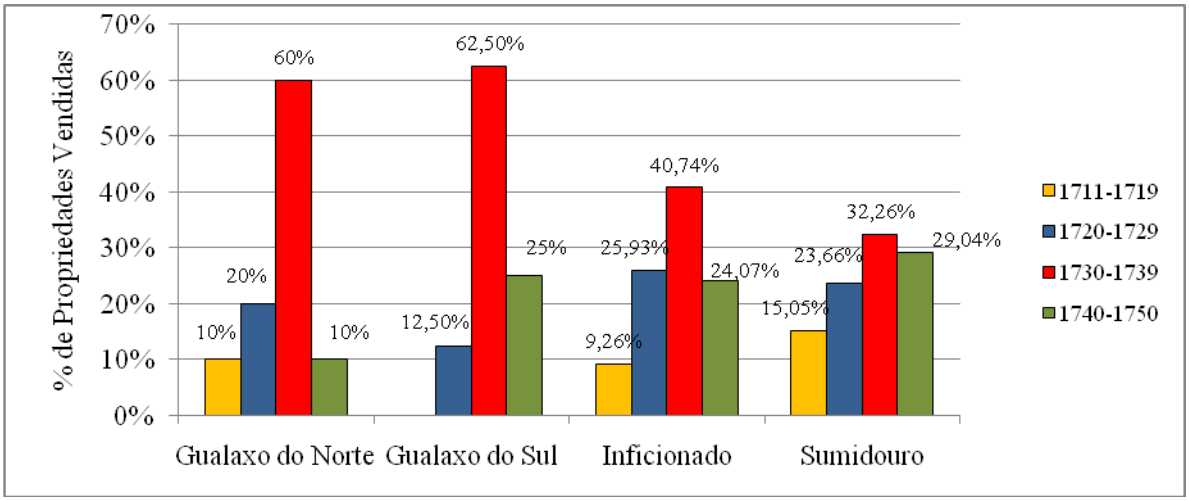
Gráfico 3: Localidades com auge de compras e vendas na década de 1720.



Fonte: AHCSM, Livros de Notas, 1º e 2º ofícios, 1711-1750.

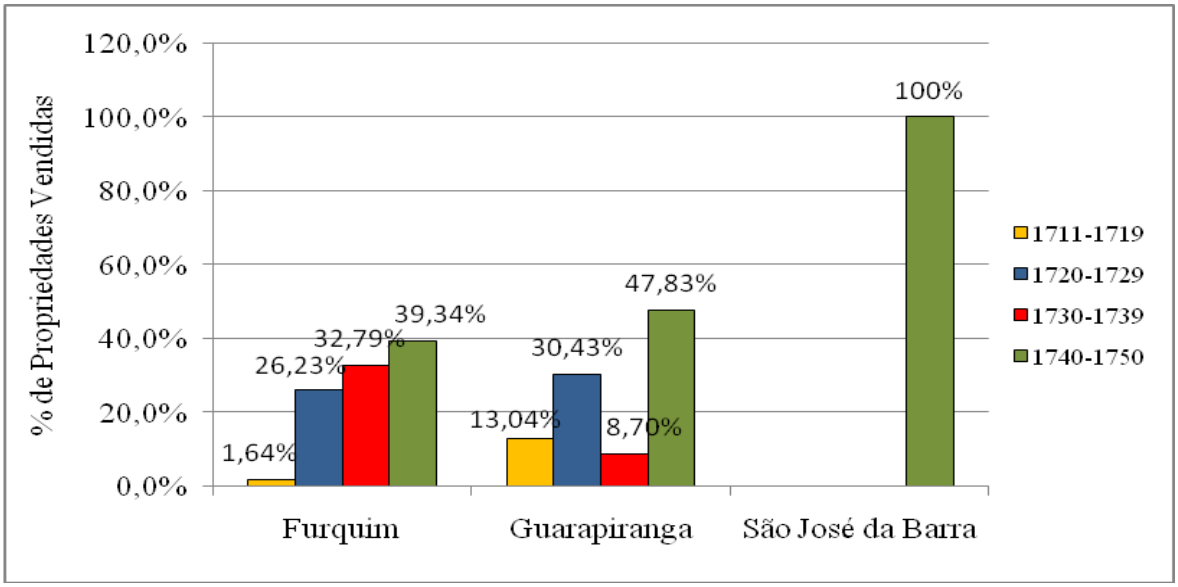
A década de 1730 (Gráfico 4) enquadra dois distritos que estão entre aquelas dez primeiras localidades de maior ocorrência no mercado de propriedades rurais: Sumidouro e Inficionado. Juntamente com Gualaxo do Norte e Gualaxo do Sul, Sumidouro e Inficionado são freguesias que têm expressão no mercado de terras desde 1711 (como as dos dois grupos já apresentados), sofrendo queda na procura de propriedades logo em seguida a seu auge em 1730.

Gráfico 4: Localidades com auge de compras e vendas na década de 1730.



Fonte: AHCSM, Livros de Notas, 1º e 2º ofícios, 1711-1750.

Gráfico 5: Localidades com auge de compras e vendas na década de 1740.



Fonte: AHCSM, Livros de Notas, 1º e 2º ofícios, 1711-1750.

No gráfico 5 observamos que Furquim, 5º lugar entre as dez localidades mais recorrentes no mercado, ao contrário das demais localidades relacionadas entre as mais negociadas, tem uma participação ínfima no mercado de propriedades rurais na década de 1710. Entretanto, a partir da década de 1720 o quadro se inverte, tornando-se a localidade com negociações cada vez mais expressiva. Enquanto Guarapiranga (posteriormente denominada Piranga), mesmo com uma participação maior que a de Furquim na década de 1710, não apresentou um volume considerável de negociações durante toda a primeira metade do século XVIII. Além disso, não mantém uma

perspectiva muito regular no mercado. Salvo a disparidade do movimento geral do mercado em Furquim e Guarapiranga, ambas possuem uma tendência de expansão progressiva ao longo do período analisado. Expansão que no caso de São José da Barra Longa, cuja primeira propriedade é negociada apenas em 1742, leva a crer que as áreas de fronteira começavam a se expandir para regiões mais distantes dos principais núcleos mineradores estabelecidos até então:

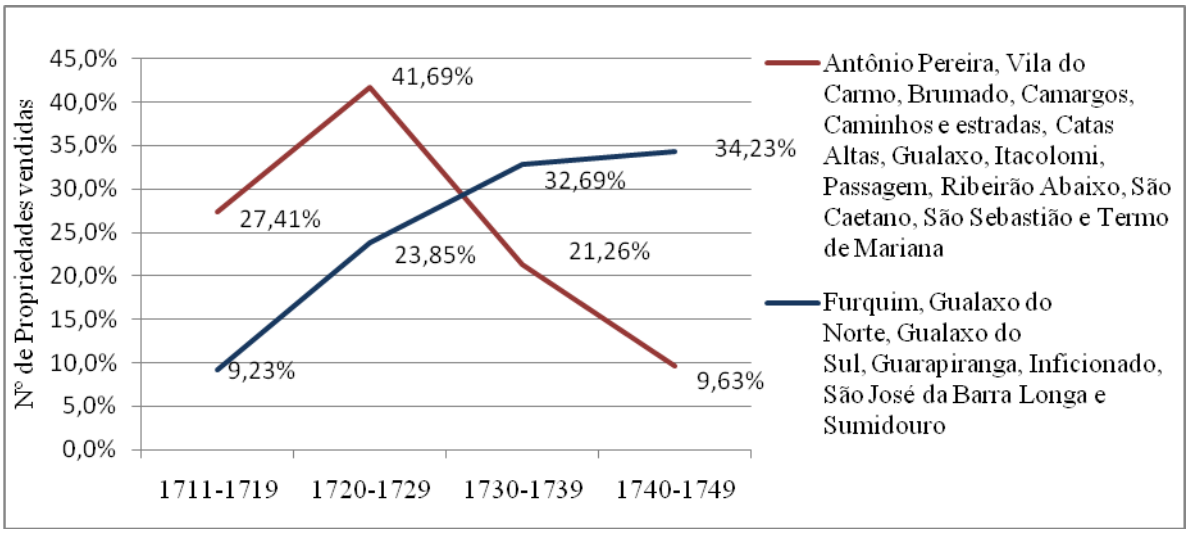
> como a fronteira fechou-se num primeiro tempo exatamente nos distritos mineradores, em razão do grande afluxo da população para eles atraída, foi natural que aí se estabelecesse primeiramente um mercado de terras, intensificado além do mais, pelo volume de ouro em pó (isto é, moeda) disponível.[23]

Os quatro gráficos acima (2 ao 5) reúnem as localidades de acordo com a década em que atingiram o auge no mercado de terras, em outras palavras, a década em que houve maior número de propriedades rurais foi negociadas em cada uma das localidades. **Todas** as localidades agrupadas nos gráficos 2 e 3 concentraram entre os anos de 1711 a 1729 mais da metade das suas propriedades negociadas, enquanto que para a localidades agrupadas nos gráficos 4 e 5, também em **todas** estas, mais da metade das suas propriedades foi negociada nas décadas seguintes, entre os anos de 1730 e 1749. Podemos pensar em dois movimentos distintos de expansão do mercado de propriedades rurais: o primeiro, que chamaremos de movimento A, no qual estão caracterizadas as localidades dos gráficos 2 e 3 (que tiveram auge entre 1711 a 1729), para as quais a tendência é claramente de expansão desde o início, mas que após seu auge de vendas (especialmente ao final da década de 1720) entraram num processo de retração e seguem em queda até o final da primeira metade do XVIII; o segundo, movimento B, assinalado por uma progressiva expansão até o final do período analisado, reúne as localidades incluídas nos gráficos 4 e 5:

[23] CARRARA, Ângelo A. Op. Cit., 2007, p, 159.

Gráfico 6:

Movimento geral do mercado de terras nas localidades



Fonte: AHCSM, Livros de Notas, 1º e 2º ofícios, 1711-1750.

Estes dois principais movimentos nos fornecem indícios sobre o processo de expansão e retração da atividade agrícola, bem como do próprio processo de povoamento durante a primeira metade do século XVIII. A distribuição espacial das propriedades rurais e a procura em diferentes momentos por uma ou outra localidade revelam uma inter-relação entre a agricultura e a mineração, aquela acompanhando as flutuações da atividade aurífera.

O sentido do povoamento das Minas Gerais se configurou, de modo geral, de acordo com as descobertas de novos ribeiros e córregos auríferos. Cada novo descoberto era demarcado e distribuído em datas minerais através das "cartas de datas" emitidas pelo guarda-mor, responsável pela distribuição das mesmas terras minerais. Damasceno afirma que:

> (...) na região dos descobrimentos, as primeiras concessões de terrenos não se fizeram como em outras partes do Brasil, através de cartas de sesmarias; estas vieram depois, 'como que a reboque das datas de mineração e dos primeiros acampamentos'. Este fato em muito contribuiu para o rápido processo de povoamento e para a maior densidade populacional que se verificaram em Minas[24].

Enquanto para a sesmaria se concedia uma légua em quadra, "a data de terra mineral era medida segundo uma unidade bem menor, a braça em quadra".[25] No termo de Mariana, suas freguesias e paragens, povoadas e conformadas na primeira metade do século XVIII com o sentido que lhes dava a mineração, seguiu a mesma lógica: núcleos

[24] FONSECA, Cláudia Damasceno, Op. Cit., 1998, p. 30.
[25] Idem, p. 30.

de exploração mineradora, densamente povoados, pipocados por várias datas de explorações auríferas que iam aos poucos se imiscuindo com as atividades agropastoris.

Não podemos afirmar ao certo o tamanho médio destas propriedades agrícolas, no entanto, a análise das negociações de dois sítios descritos com maiores detalhes nos fornece uma amostra da extensão das mesmas. Ambos os sítios foram negociados no dia 11 de outubro de 1712, um situava-se "no caminho de Antônio Pereira para o mato dentro", tendo como limites Antônio Borges de uma parte, José Coelho de outra, e "as vertentes do ribeiro dos Monsus" mais adiante. Este sítio possuía "400 braças de terras em quadra".[26] O outro sítio era limitado por uma estrada, e por outras propriedades de quatro indivíduos. Limitava-se também com "águas vertentes para o Ribeirão do Carmo", media 500 braças e situava-se no Sumidouro[27]. Ambos os sítios tem em comum a proximidade com ribeiros auríferos, mas em suas negociações não foi arrolada nenhuma data de terra mineral (o que não significa que não as possuíssem). Possivelmente continuariam a mantê-las, mesmo que colocando à venda as propriedades agrícolas "levantadas" em suas imediações. Esta proximidade entre a mineração e agricultura era muito comum, para Ângelo Carrara as data minerais compunham

> o horizonte agrário para a quase totalidade dos proprietários rurais. Além disso, os parquíssimos registros de concessões de datas demonstram a mesma regra válida para as sesmarias: o mercado de terras é também um mercado de águas minerais.[28]

De fato, serviços de águas, cartas de datas, faisqueiras, variada sorte de trabalhos minerais, com maior ou menor incentivo tecnológico (como roda de água de minerar) em suas atividades extrativas estão presentes em um terço das propriedades rurais negociadas na primeira metade do século XVIII no termo de Mariana.

Denominamos por *propriedades mistas* as propriedades que coadunavam a atividade agrícola com a mineração. As que não possuíam nenhuma referência à atividade mineradora foram denominadas simplesmente como *propriedades agrícolas.*

[26] AHCSM, 1º ofício, livro de nota 2, folha 100 verso.
[27] AHCSM, 1º ofício, livro de nota 2, folha 102.
[28] CARRARA, Ângelo A. Op. Cit., 2007, p. 156.

Tabela 4: Distribuição espacial de Propriedades Agrícolas e Propriedades Mistas pela área do Termo da Vila do Carmo

Local	Tipo de propriedade			
	Propriedades Agrícolas		Propriedades Mistas	
	N. Absolutos	(%)	N. Absolutos	(%)
Vila do Carmo	88	16,45%	14	4,28%
Itacolomi	62	11,59%	14	4,28%
Camargos	50	9,35%	32	9,79%
Sumidouro	47	8,79%	46	14,07%
Inficionado	36	6,73%	18	5,50%
São Sebastião	32	5,98%	28	8,56%
Furquim	30	5,61%	31	9,48%
São Caetano	24	4,49%	25	7,65%
Caminhos e estradas	24	4,49%	4	1,22%
Passagem	23	4,29%	13	4%
Catas Altas	22	4,11%	28	8,56%
Termo de Mariana	19	3,55%	7	2,14%
Antônio Pereira	15	2,80%	13	3,98%
Ribeirão Abaixo	14	2,62%	4	1,22%
Monsus	9	1,68%	4	1,22%
Guarapiranga	9	1,68%	14	4,28%
Mata Cavalos	7	1,31%	4	1,22%
Gualaxo do Norte	6	1,12%	5	1,53%
Brumado	5	0,93%	6	1,83%
Gualaxo	5	0,93%	3	0,92%
Gualaxo do Sul	4	0,75%	4	1,22%
Morro do Santana	3	0,56%	--	--
São José da Barra Longa	1	0,19%	10	3,06%
Total	535		327	

1) Estão excluídas desta tabela 20 escrituras que não indicaram a localização e outras 10 escrituras que apresentaram danos no suporte, inviabilizando a transcrição da localização.
Fonte: AHCSM, Livros de Notas, 1º e 2º ofício, 1711-1750.

Podemos classificar a atividade mineradora inclusa nas propriedades mistas em dois tipos: atividade mineradora direta ou indireta. A primeira foi definida por sua contiguidade com a área produtiva agrícola da propriedade, demonstrando um vínculo físico direto e a concomitância entre as mesmas. Estes casos compõem 84,87% do total das propriedades mistas. Consideramos como indireta o serviço de mineração que é vendido junto com a propriedade de produção agrícola, mas que não apresentava contiguidade física com a primeira, ou seja, estava estabelecido em outra área do termo.

A contiguidade física da atividade mineradora direta fica clara na venda de um sítio localizado à Barra do Passa Dez no Rio Piracicaba no ano de 1717: "dois serviços de águas metidas (nas) terras minerais um sito pela parte das casas do dito sítio e outro, pelo roçado abaixo, acompanhando o Rio Piracicaba os quais houvera por título de os fazer com seus escravos... de que tem cartas de datas..."[29] O proprietário, e então vendedor do mesmo sítio, João de Melo do Rego afirma que também o "houve" (adquiriu), por o "fazer com o trabalho dos seus escravos", e da mesma forma concorreu em "fazer" os serviços minerais.

Se em outras regiões da colônia, como acima afirma Cláudia Fonseca, as cartas de sesmaria proviam seu beneficiário de uma légua[30] em quadra de terras, no termo de Mariana a carta de data mineral apesar de prover os donatários com 2,2m (valor correspondente a uma braça em quadra) parece ter sido um incentivo a se fazer uso das terras em suas proximidades para produção de alimentos e criações de pequenos animais, os quais supririam, ainda que parcialmente, a reprodução da atividade mineradora.

Em muitos casos o rio ou córrego onde se minerava passava por entre a parte agrícola da propriedade, como uma espécie de divisor da propriedade. Muito embora, não pareça se tratar exatamente de uma divisa, funcionava como uma espécie de "marca natural" a demonstrar o processo de constituição da estrutura daquela propriedade. Em outras palavras, após o início do trabalho ao longo do espaço demarcado nas terras minerais e margens dos rios o donatário tratou de construir pelas duas margens benfeitorias e plantações, aproveitando as áreas ao redor dos trabalhos de mineração para a produção de alimentos. Este é o caso de um sítio na paragem do Gualaxo, negociado em 1727, em cuja menção aos serviços de mineração diz:

---

[29] AHCSM, 1º ofício, livro de nota 6, folha 86 verso.
[30] Segundo Ângelo Carrara a légua equivale à 6600m, para conferir pesos e medidas ver CARRARA, Ângelo A. Op. Cit., 2007, p. 72-73.

> ...uma roda de tirar ouro com 25 praças na dita roda e esta corrente de todo o necessário e principiando a andar, 12 datas de terras medidas pelo Guarda-Mor Caetano Álvares Rodrigues por quem foram passadas as ditas cartas (de datas), cujo sítio lhe passa o rio pelo meio e de uma e outra parte tem terras...[31]

A parcela das propriedades mistas que não possuía os serviços minerais formando uma *unidade física* com a parcela de terras voltada para a prática agrícola, possuía a atividade mineradora situada, em geral, na mesma paragem ou freguesia. Portanto, apesar de serem vendidas juntamente com a propriedade agrícola encontravam-se fisicamente apartadas. De modo geral, poderiam pertenciam ao vendedor por *inteiro* – quando ele era o único proprietário – ou em sociedade com um ou mais indivíduos, lhe cabendo neste caso à meação ou partes fragmentárias coerentes com a quantidade de sócios, ou de seu investimento em escravos ou no momento da compra. Seus limites eram definidos na escritura de forma que deixasse clara a não associação física entre propriedade rural e propriedade mineradora negociadas na mesma escritura de compra e venda.

Quando em setembro de 1725, o Tenente Coronel Domingos Vieira da Cunha vendeu a Sigismundo de Araújo e Souza e a Domingos Fernandes Filgueira, um sítio e roça na Freguesia de Catas Altas, vendeu-lhes também a parte que lhe tocava de uma sociedade em uns serviços de mineração na mesma Freguesia: "... dez cartas de datas que tem nas capoeiras do Mestre de Campo Manoel Rodrigues Soares na paragem do Rio de São Francisco da dita freguesia (de Catas Altas) em que é também sócio com o dito Paulo de Araújo e o Mestre de Campo Manoel Rodrigues Soares..."[32]

A venda que fez Francisco Vieira Benfica do seu sítio e terras minerais à Domingos Gonçalves da Cunha, em março de 1723, é um bom exemplo das duas situações que analisamos acima, pois ele vendeu "um serviço de água **que passa por dentro do mesmo sítio** que vem a ser o mesmo córrego que vai dos Camargos... como também oito praças que tem **no serviço da Cachoeira** que se está [rompendo] no Rio Grande que vai para o Gama...[33]" (grifo meu). O local chamado Gama, ao qual a citação se refere, é uma paragem da Freguesia dos Camargos (termo de Mariana).

Apesar de não ligadas diretamente, podemos perceber um grau de continuidade entre ambas dado o fato de serem propriedades de um mesmo senhor e estarem situadas na mesma paragem ou freguesia. O que nos leva a sugerir que este tipo de propriedade

[31] AHCSM, 1º ofício, livro de nota 27, folha 74 verso.
[32] AHCSM, 1º ofício, livro de nota 24, folha 100.
[33] AHCSM, 1º ofício, livro de nota 20, folha 128 verso.

agrícola teve por finalidade abastecer o setor extrativo do minério aurífero, se não integralmente, ao menos com uma parcela dos víveres necessários à reprodução desta atividade economia.

Considerações finais

O mercado de propriedades rurais do termo de Mariana, ao longo da primeira metade do século XVIII, revela uma estreita vinculação entre a atividade econômica nuclear da mineração e a atividade agrícola. Pudemos perceber que as tendências de auge de negociações nas localidades que faziam parte desse termo demonstram flutuações que nos levam a inferir que o desenvolvimento da atividade agrícola esteve ligado à extração do minério aurífero. Não podemos determinar ao certo em que medida as propriedades rurais negociadas tinham como objetivo suprir a atividade mineradora dos indivíduos que as compravam, ou se a intenção era a produção com vistas ao abastecimento local. Mas acreditamos que ambas as hipóteses sejam válidas para compreendermos o lugar da atividade agrícola no universo de atividades econômicas dos mineiros.

Buscaremos aprofundar tal análise em direção ao final do século, ao momento em que a atividade mineradora vai perdendo força e, aos poucos, dando espaço para a agricultura mercantil de subsistência que viria a se fixar como principal atividade econômica nas Minas Gerais do século XIX. A análise das escrituras de compra e venda de propriedades rurais, urbanos e extrativas (serviços de mineração) revelará como se comportou tal mercado, especialmente, como o reconhecimento da atividade agrícola como empreendimento dissociado da mineração, capaz de se tornar núcleo da economia regional, foi percebido pelos agentes sociais da época e de que forma os mesmos entenderam essa nova realidade.

FONTES

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – AHCSM

Fontes pesquisadas: Livros de Notas, 1º e 2º ofício, 1711-1750.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: Hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822*. UFF, 2001, (Tese de doutorado)

ANDRADE, Francisco Eduardo. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Ed. UFV, 2008

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Cia de Jesus, c1712-1726. 8 vols. (Edição Fac-Símile em CD Rom. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento cultural).

BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII-XIX*. Mariana: UFOP/Núcleo de História Econômica e Demográfica, Série de Estudos 1, 1999.

_____ *Minas e Currais: Produção rural e Mercado interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007

DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL. VAINFAS, Ronaldo (Org.), Rio de Janeiro: Objetiva, 2000

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. CAMPOS, Maria Verônica. (Coord.) Códice Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. São Paulo: Fundação João Pinheiro, 1999

FONSECA, Cláudia Damasceno. "O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações." In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998

FRAGOSO, João L. Ribeiro et. Alii. *Aspectos teórico-metodológicos na pesquisa em História Agrária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Núcleo de Pesquisa em História Agrária, 1983

RESENDE, Maria Efigênia Lages de. Itinerários e Interditos na territorialização das Geraes. In: *As Minas Setecentistas*, RESENDE, Maria E. L & VILALTA, Luiz Carlos (Org.), Belo Horizonte: Autêntica, vol. 1, 2007

SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e Poder: A política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2002. [Tese de Doutorado]

Investimentos e Créditos na realidade de Vassouras durante o século XIX: um estudo de casos no Império

Rabib Floriano Antonio
Mestrando da UFJF
prof_rabib@hotmail.com

O objetivo deste artigo é ampliar a discussão sobre a importância do crédito e da institucionalização dos mercados enquanto elementos constituintes no desenvolvimento econômico da economia cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense no século XIX. Como metodologia temos nos baseados em inventários e testamentos do acervo da Universidade Severino Sombras, de Vassouras (RJ), que conserva grande parte da documentação da elite cafeicultora que viveu e atuou na cidade ou se relacionou a ela durante o século XIX.

Entramos uma certa dificuldade em achar estudos especificamente sobre o tema na região devido à escassez de trabalhos, uma vez que grande parte dos estudos se concentram nos estudos da escravidão, da riqueza de forma geral ou da lavoura cafeeira propriamente dita, senão nas redes de socialidades ou cultura durante o século XIX. Recorremos então às reflexões em trabalhos referentes ao estudo do Oeste Paulista como da Zona da Mata Mineira durante o século XIX.

A grande problemática que aqui se faz presente é tentar entender como uma economia de commodities, oriunda de um sistema colonial de base escravista, que mantém-se no processo de inserção da economia-mundo de bases capitalistas, conseguiu se financiar visto que o produto em questão que garantia esta inserção dependia de investimentos constantes de capital para se manter nos períodos de entressafra e nas quedas de preço. [1]

Para avançarmos no debate, passamos a observar alguns conceitos que vão servir de base para o desenvolvimento deste artigos. Segundo Schumpeter, em sociedades especializadas "a vida econômica é representada por um grupo especial de pessoas, embora todos os outros membros da sociedade também devam agir economicamente"[2]. Ainda assim Schumpeter afirma que o homem enquanto ser social depende das relações econômicas, mas nem todos vivem exclusivamente da economia.

> Todos devem, ao menos em parte, agir economicamente; cada um deve ser um "sujeito econômico" (Wirtschaftssubjekt) ou depender de um deles. Mas, tão logo os membros dos grupos sociais se tornam especializados ocupacionalmente, podemos distinguir classes de

[1] Cf. MARQUESE, R. de B. **O Vale do Paraíba Cafeeiro e o Regime Visual da Segunda Escravidão: o caso da Fazenda Resgate.** < http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n1/v18n1a04.pdf> acesso em 16 de jan. 2012.
[2] SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Nova Cultural, 1997. págs 24-5.

> pessoas cuja atividade principal é o comportamento econômico ou os negócios, de outras classes em que o aspecto econômico do comportamento é eclipsado por outros aspectos. Nesse caso, a vida econômica é representada por um grupo especial de pessoas, embora todos os outros membros da sociedade também devam agir economicamente.[3]

Para Cano, o complexo agrárioexportador se define como "O conjunto de atividades – sobre o qual atua um certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto – creio que lhes pode chamar de 'complexo econômico' (...)"[4] O Vale do Paraíba se constituiu em um complexo exportador se caracterizando por um conjunto de produção, transporte, financiamento, comercialização, serviços públicos e bancários. Constituindo uma relação entre a economia local e o complexo do Rio de Janeiro.[5]

O crédito, foco principal do trabalho, se caracteriza da seguinte forma,

> (...) em princípio, não é possível o empréstimo dos serviços do trabalho e da terra pelos trabalhadores e proprietários da terra. Nem pode o próprio empresário tomar emprestado meios de produção produzidos. Pois no fluxo circular não haveria estoques ociosos para as necessidades do empresário. Se em um lugar ou outro porventura existirem exatamente os meios de produção produzidos de que o empresário necessita, então é claro que este pode comprá-los; para isso, contudo, precisa outrossim de poder de compra. Mas não pode simplesmente tomá-los emprestados, pois são necessários para os propósitos para os quais foram produzidos e o possuidor não pode e não quer esperar pelo seu retorno — que o empresário pode realmente devolver-lhe, mas apenas mais tarde — e também não pode e não quer arcar com nenhum risco. Se, não obstante, alguém o faz, então ocorrem duas transações, uma compra e uma extensão do crédito. (...)[6]
>
> O produtor, depois de concluir a sua produção e vender o seu produto, saca contra seus fregueses, para transformar imediatamente seus direitos em "dinheiro". Então esses produtos servem de "base" — in concreto, digamos, conhecimentos de embarque — e mesmo que o título não esteja respaldado por dinheiro existente, está, ao invés, baseado em bens existentes e assim ainda, num certo sentido, em "poder de compra" existente.[7]

Em sistemas econômicos mais complexos é comum encontrarmos certos efeitos de multiplicação de renda, de desenvolvimento de unidades produtivas, de sistemas de transporte e de finanças. Esses "efeitos de encadeamentos", abordados na década de 1960 por Albert Hirschman supõe uma ampliação das relações econômicas em uma dada economia a partir da análise de um setor específico que dá sustentabilidade por causa de sua própria natureza econômica e características próprias ao aparecimento de outras atividades econômica que a esta se liga. Assim sendo, o desenvolvimento à partir de encadeamentos (linkages) se torna a espinha dorsal da estratégia de desenvolvimento através de uma indução ou estímulo de uma dada economia. Para Hirschman, uma indústria só se instala e viabiliza-se caso haja demanda pré-estabelecida para seus

[3] SCHUMPETER. *Op. cit*. págs. 23-4.
[4] CANO, W. **Raizes da Concentração Industrial em São Paulo**. Tese de doutorado. UNICAMP, 1975. pág. 06.
[5] Cf. PIRES, A. **Café, Finanças e indústria**. Juiz de Fora, FUNALFA, 2009. Pires afirma que a Zona da Mata Mineira também é um complexo cafeeiro agroexportador nas mesmas formas que aqui foi exposto ao Vale do Paraíba Fluminense.
[6] SCHUMPETER. *Op. cit*. pág. 102.
[7] *Idem*, pág 105.

produtos e se for capaz de produzir – o que significa ter disponíveis os fatores de produção: terra, capital e trabalho. Depois de sua instalação e estabilidade, ela acarreta o aparecimento de efeitos de encadeamento que proporcionam a introdução de novas atividades econômicas (aqui tratamos do encadeamento financeiro). Essas redes de encadeamento podem ser retrospectivas, prospectivas e fiscais. As retrospectivas incidem sob os elementos básicos iniciais no processo de produção, os elementos que entram no processo anterior ao produto, como por exemplo, adubos, compra de terras, mão de obras (especializada ou não); os prospectivos são as atividades que vão aparecer durante e posteriormente ao processo de produção, como por exemplo, rede de negociantes, indústria de embalagens, linhas de crédito. Os fiscais serão as criações de impostos e tarifas sobre o complexo da produção, determinados pelo Estado.[8]

A teoria de Hirschman pode ser aplicada também em economias agrário-exportadoras:

> De início, cabe destacar que a teoria mantém como objeto principal o processo de desenvolvimento econômico em regiões predominantemente exportadoras, ou seja, onde a produção e a exportação de um produto primário "básico" se colocam como os componentes mais importantes da economia, vale dizer, como os determinantes fundamentais de seu nível de renda e do próprio ritmo do referido processo de desenvolvimento. Em outras palavras, procura elucidar *como* ocorre uma experiência de desenvolvimento *a partir da estrutura e organização da produção*, das *características* do produto, além do *comportamento das suas exportações*. Como estamos lidando basicamente com uma economia agrária de exportação que experimentou um importante processo de crescimento e diversificação social e econômica, sua aplicação se torna extremamente elucidativa para o caso da zona da Mata mineira no período aqui em referência.[9]

A formação do mercado financeiro no Vale do Paraíba Fluminense durante o século XIX é um processo controverso e ainda pouco explorado para a região. Para o conceito de "mercado" recorremos a Polanyi que define que uma economia de mercado "é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados"[10] e o conceito de "Institucionalização dos Mercados", do historiador holandês C. J. Zuijderduijn, que através da formação dos mercados de capitais na Holanda aborda a importância do capital particular e o processo de institucionalização dos mercados para o desenvolvimento do capitalismo holandês.[11]

Com o processo de especialização nas sociedades complexas, alguns homens se especializaram em determinados ramos das atividades econômicas, uns faziam o papel de produtores, outros de distribuidores, outros consumidores, outros faziam serviços diversos e alguns se especializavam em empréstimos e créditos de acordo com sua acumulação de capital.

[8] Cf. PIRES. Op. cit.
[9] *Idem*, pág. 28.
[10] POLANYI, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro, Campus, 2000. pág. 89.
[11] ZUIJDERDUIJN. C. J. **Medieval Capital Markets.** Boston, Brill, 2009. pág. 184.

Em relação ao Brasil, o sistema creditício não é recente. Para Levy[12], consta registro de empréstimos particulares em relação à produção de açúcar já em 1526, ainda nos instantes iniciais do processo de colonização dada a dificuldade que esta cultura apresenta no seu processo produtivo. Para Furtado, referindo-se à implantação da empresa açucareira colonial,

> "seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável (...). O que importa ter em conta é que houve um conjunto de circunstâncias favoráveis sem o qual a empresa não teria conhecido enorme êxito que alcançou." [13]

Nota-se que o engenho era custoso e para tal, nem sempre os negócios do açúcar garantiam retorno certo, fazendo os senhores a recorrer ao crédito.

O crédito no século XVIII era muito mais uma ideia de confiança que um valor econômico *per si* – situação que gradativamente muda em meados do século XIX quando começa a institucionalizar os mercados de crédito no Brasil. Neste caso relação de crédito passaria a estar ligada à tradição do registro. Quando se diz que havia uma dívida sem crédito, quer dizer que ela não foi registrada em qualquer lugar, nem em papel, nem em qualquer documento escrito, baseando-se somente na palavra.[14] São essas relações que tendem a se superar na economia do Vale do Paraíba Fluminense em meados do século XIX, principalmente pelas características peculiares da produção cafeeira que será abordada mais adiante.

Quando se analisa o século XIX, se percebe uma conjuntura muito diferente, em especial nas relações financeiras à partir de 1808. A circulação monetária no Brasil, segundo Pelaez e Suzigan[15], basicamente se compunha de estoques de moeda que, entre 1800 e 1840, estavam em poder público. Havia uma ausência de poupança e o sistema creditício bancário não atuava como elemento de crédito amplo, mas como elemento de emissão de papel-moeda.

> De 1808 a 1838, o papel-moeda em poder público era o único componente do estoque de moeda no Brasil. Assim, a relação de moeda em poder do público/estoque de moeda era igual a um, a base monetária era igual ao estoque de moeda e a relação encaixe dos bancos/depósito era indefinida.[16]

Essa ausência de crédito abre espaço para a inserção de créditos particulares, em especial nas áreas de recente colonização no século XIX, onde a montagem de um dado sistema econômico, neste caso o cafeeiro, vai demandando gradativamente de financiamentos diversos.

---

[12] Acredita-se que tenha sido o primeiro empréstimo realizado no Brasil com estas características. Cf. LEVY. *Op. cit.* pág. 51.
[13] FURTADO. *Op. cit.* pág. 12.
[14] *Ibidem*, págs. 72-3
[15] PELAEZ, C.M; SUZIGAN, W. **História Monetária no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, s.d.
[16] *Ibidem*, pág. 33.

Para F. Cagan, citado por Pelaez e Suzigan[17] em muitos países, através de uma instituição monetária, o governo passa a controlar a emissão de ativos que servem de reserva para as demandas dos bancos comerciais. Esses ativos servem para aumentar o sistema monetário e servir aos bancos como instrumentos dos pagamentos. Ainda para Cagan quando estabelecido o sistema de regulação da moeda, os cálculos de estoque da moeda se fariam na relação bancos comerciais e pelo público. O banco comercial, então, decidira a quantidade de moeda que queria manter em sua reserva.

> O Público pode determinar a quantidade de moeda que deseja manter sob forma de base monetária pela conversão de moeda em depósito bancário e vice-versa. De modo similar os bancos podem determinar a quantidade de moedas que desejam manter como suas reservas, i.e. , como base monetária pela manipulação de suas exigibilidades bancárias (empréstimos e investimentos). É importante notar que os bancos não podem controlar tanto as reservas como as exigibilidades.[18]

Nas primeiras décadas do Império, esse sistema se encontrava um tanto quanto inoperante. O que leva a pensar que o setor público passa a ter maior controle sobre os estoques e sua utilização que o setor bancário. Os estoques não se encontram em poupança nas primeiras décadas do século XIX.

Para Schumpeter, o oferecimento de formas de crédito em sociedades ainda não institucionalizadas e nas capitalistas é uma forma de impulsionar uma atividade produtiva e ao mesmo tempo uma especialização dela. De certa forma, isso quer dizer que o crédito insere como atividade específica no conceito de serviços e mercadorias antecipadas com prazo determinado para pagamento.[19]

O crédito tem sua função econômica como garantia de circulação de bens e mercadorias, pois antecipa a renda ou garante continuidade no processo produtivo em momentos de escassez monetária, mas também sobre ele se incide os juros tornando-o um capital financeiro, ele é a dinâmica da troca e a reprodução de si mesmo. Schumpeter entende que a discussão da moeda não é puramente uma questão do âmbito da troca de mercadorias, mas algo além[20]. Esse além é a credibilidade que a moeda toma no meio econômico, fazendo dela uma mercadoria.[21] Os homens de negócios muitas vezes necessitam das relações de endividamento. Muitos, antes tornarem "creditores" e "depositores"[22] de riqueza, eram antes devedores dos agentes credores. Mas o crédito, por si só decorre de um risco que se subentende nos processos de confiança e garantias. No

[17] *Ibidem*, pág 12.
[18] *Idem.*
[19] Cf. ALMICO, R. C. S. **Pedir e emprestar: o mercado do crédito em uma comunidade cafeeira**. <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A067.pdf> acesso em 10/03/2011.
.
[20] RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradutor: Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo, Nova Cultural, 1985. págs. 239-49.
[21] SCHUMPETER. *Op. cit.* pág. 97.
[22] Termo utilizado pelo Schumpeter na obra Teoria do Desenvolvimento Econômico.

"Princípios de Economia", de Fetter[23], vemos que o crédito é um negócio cuja renda deriva das promessas que os agentes devedores empenham para pagar.

> O produtor, depois de concluir a sua produção e vender o seu produto, saca contra seus fregueses, para transformar imediatamente seus direitos em "dinheiro". Então esses produtos servem de "base" — in concreto, digamos, conhecimentos de embarque — e mesmo que o título não esteja respaldado por dinheiro existente, está, ao invés, baseado em bens existentes e assim ainda, num certo sentido, em "poder de compra" existente. Os depósitos mencionados acima obviamente também surgem, em grande parte, do desconto de papel comercial dessa espécie. Esse bem poderia ser considerado o caso normal de concessão de crédito ou de colocação de instrumentos de crédito nos canais do comércio, e todos os outros casos seriam chamados anormais. Mas, mesmo nos casos em que não se trata de liquidar uma transação normal de mercadorias, geralmente exige-se uma caução, e, portanto, o que chamamos "criação" seria apenas uma questão de mobilização dos ativos existentes.[24]

Dadas essas discussões iniciais, situaremos agora nosso *locus* de estudo, o município de Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense.

A região média do Vale do Paraíba Fluminense recebe parte considerável de sua formação demográfica das áreas mineiras já que se caracterizava anteriormente como uma passagem obrigatória das tropas de Minas Gerais à praça mercantil do Rio de Janeiro.[25] Podemos notar nos inventários de Vassouras do século XIX a ligação de muitas famílias influentes às áreas mineiras, como a própria família Teixeira Leite. A construção demográfica, social e econômica da região está ligada ao esgotamento das minas e do deslocamento para regiões mais ao hemisfério sul das áreas produtoras do Império.

> Famílias mineiras aí se estabeleceram e investiram o capital acumulado na mineração. Assim, a lavoura cafeeira no Vale coincide com a decadência das minas de ouro em Minas Gerais. Os futuros fazendeiros, recebendo grandes doações de terra da Coroa em forma de sesmarias, construíram uma ou mais fazendas.[26]

O Vale[27] fazia parte das Áreas Proibidas, territórios que a Coroa Portuguesa fiscalizava e evitava o contrabando aurífero. Com a crise do ouro, cada vez menos fazia sentido onerar o estado com os gastos do fisco. Essa crise e a redução do fluxo de transporte nas rotas, juntamente com os movimentos de migração das províncias, abrem espaço à ocupação.

Ao longo do século XVIII mais de quatrocentos mil indivíduos, entre paulistas na grande maioria, cariocas, baianos, portugueses, índios e escravos negros, percorreram as perigosas e

---

[23] FETTER Apud SCHUMPTER. *Op. cit.* pág. 104.
[24] *Ibidem*, pág. 105.
[25] Cf. FRAGOSO, J. L. **Homens de Grossa Aventura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
Fronteira, 1990.
[26] ALMEIDA, A. M. L. **Famílias de Elite: Parentela, Riqueza e Poder no Século XIX**. Artigo Científico, Vassouras: Universidade Severino Sombra. 2010. págs. 03-4.
[27] Aqui usamos o temo "O Vale" em alusão à obra de Salles (2008), que o usa como definidor do Vale do Paraíba Fluminense.

traiçoeiras trilhas, que uniam o planalto, onde haviam a fortuna e também a desgraça para muitos aventureiros.[28]

> As lavouras de café foram subsidiadas por uma infraestrutura pré-existente no Vale, gerando os efeitos de encadeamento. As estradas estreitas e carroçáveis abertas pelo escoamento de ouro e produtos agrícolas para a cidade e os portos do Rio de Janeiro favoreceram a entrada de colonos, alguns com capital da própria lavoura canavieira e mineração, que investiram no início da lavoura cafeeira da região. [29]

O café foi introduzido no Vale Médio do Rio Paraíba na década de 1820, alastrando-se pela década de 30 e consolidando-se a partir de 1850.[30]

Em 1850, período de auge da economia cafeeira no Vale, uma série de leis são aprovadas institucionalizando as relações econômicas no Brasil. O Código Comercial, a Lei de Terras e a Lei de Hipotecas são basicamente aprovados em períodos próximos criando regras gerais para o desenvolvimento da economia do império.

Sérgio Buarque de Holanda faz um providencial relato das transformações ocorridas em meados do século XIX.

> Mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas como a que se registrou precisamente nos meados do século passado [XIX] e especialmente nos anos de 51 a 55. Assim é que em 1851 tinha início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o Banco do Brasil, que se reorganiza-se 3 anos depois em novos moldes, com unidade e monopólio das emissões; em 1852, inaugura-se a primeira linha teleférica do Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o Banco Rural e Hipotecário, que, sem desfrutar dos privilégios do Banco do Brasil, pagará dividendos muito mais avultados. Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estrada de ferro do país – os 14,5 quilômetros entre o porto de Mauá e a estação do Fragoso. A segunda, que irá ligar a Corte a capital da província de São Paulo. Começa a construir-se em 1855.
>
> A organização e expansão do crédito bancário, literalmente inexistente desde a liquidação do Banco do Brasil , em 1829, e o conseqüente estímulo à iniciativa particular; a abreviação e o incremento dos negócios, favorecido pela rapidez maior na circulação das notícias; o estabelecimento, enfim, de meios de transportes modernos entre os centros de produção agrária e as grandes praças comerciais do Império são algumas das conseqüências mais decisivas de tais sucessos.[31]

Para produzir, o fazendeiro de Vassouras necessita muitas vezes de um endividamento temporário, para suprir as demandas da colheita, períodos de praga, manutenção da fazenda na entre safra, logo, o fazendeiro lança-se ao crédito com o comissário. O café também é um produto inelástico[32] dificultando o acesso rápido do fazendeiro ao lucro.

---

[28] LAMEGO, P. O Brasil é o Vale. São Paulo, Estadão, 2003. pág. 31.
[29] Cf. ALMEIDA, A. M. L. **Famílias de Elite: Parentela, Riqueza e Poder no Século XIX.** Artigo Científico, Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2010. pág. 03.
[30] *Idem*.
[31] HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 1995. pág. 74
[32] Diz-se inelástico o produto que demora a responder às variações do mercado, em especial às variações de preço e demanda. Cf. SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo, Best Seller, 2001. págs. 199-200.

> Trees will produce well for fifteen years or so, though some have been known to bear productively for as long as twenty or even thirty years. When trees no longer bear well, they can be "stumped" near the ground, then pruned so that only the strongest shoots survive.[33]

Pendergrast evidencia o processo de duração das plantas, que podem produzir por 20 ou 30 anos, tornando-se bens de capital e por isso precisam ter uma manutenção constante para que não desapareça. Visto isso, o processo de endividamento torna-se uma realidade necessária do processo produtivo do café no Vale.

Para Pires, ao estudar a estrutura agrárioexportadora do complexo cafeeiro da Zona da Mata Mineira, existe uma dinâmica que as economias naturalmente encadeiam até atingir a esfera dos recursos financeiros de dada economia, a partir de um complexo central, no caso, o cafeicultor. Sobre a economia de exportação de Minas Gerais ele enxerga que nas economias agrário-exportadoras da Zona da Mata Mineira, os proprietários agrícolas, por diversas situações, são suscetíveis ao endividamento de uma forma intensa, por sinal. Esta situação corresponde a uma singularidade das produções agrícolas que é a "defasagem entre a renda decorrente da comercialização da safra (...) e as necessidades correntes dos produtores".[34] E continua a expor afirmando que a defasagem é provocada por uma necessidade inerente a sazonalidade – períodos de crise, secas, geadas – ou retrações do mercado externo, que é uma característica tanto da região mineira como da fluminense no período estudado[35], sendo suscetíveis à mesma variação dos mercados internacionais, o que provocaria por parte dos produtores a busca por um capital para manter os negócios nesses períodos que seria o crédito a curto prazo. Esse crédito garantiria a operacionalidade da lavoura e da manutenção do complexo como um todo nos momentos em que não havia renda através da venda dos produtos ou esta se tornava insuficiente. Uma peculiaridade do século XIX era a ampla utilização do crédito por agentes privado, visto que durante o século XIX, as instituições bancárias não eram tão difundidas no país e as que eram não agiam diretamente com os produtores, em geral, do interior do país. Para Márcia Kuniochi, apoiando-se em Sweigart,

> Como muitos pesquisadores já comprovaram, o surto bancário no mercado carioca não propiciou o acesso direto ao crédito pelos fazendeiros (Sweigart,1987,p.120), que permaneceu sob a dependência do intermediário de sua confiança – o comissário.[36]

O comissário por sua vez esse mercado financeiro levando o crédito às regiões e para as classes que não tinha acesso às instituições creditícias. Como afirma Pires,

> ...é natural que surja nestas economias [agrárias] toda uma estrutura de fornecimento de crédito de natureza comercial, seja através de adiantamentos de mercadorias de consumo

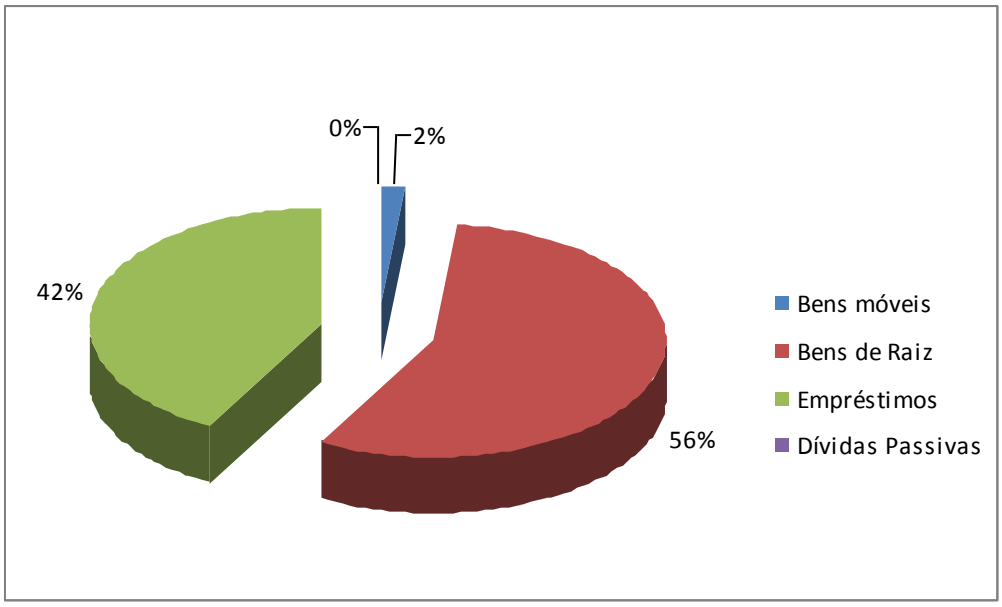
[33] PENDERGRAST, M. Uncommon Grounds. New York, Basic Books, 1999. pág. 87.
[34] *Ibidem*, pág. 195.
[35] Cf. MELO, H. P. **O Café e a Economia do Rio de Janeiro: 1888/1920**. Tese de doutorado, UFRJ, 1993.
[36] KUNIOCHI, M, N. Os Negócios no Rio de Janeiro, Crédito, Endividamento e Acumulação (1844-1857). < http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_88.pdf.> acessado em 13 de junho de 2009. pág. 01.

> corrente diretamente por comerciantes (eventualmente não produzidas pelos próprios proprietários agrícolas), ou através de algum intermediário, como foi o caso do comissário em algumas culturas de exportação.[37]

Assim como em várias regiões produtoras de café, ao analisar os inventários de Vassouras é comum notar agentes que disponibilizavam suas riquezas pessoais sob a forma de crédito objetivando lucro a curto prazo, o que em geral a historiografia reconhece como "capitalistas". Nota-se, em alguns inventários que essa inserção do crédito alimenta pequenos e médios produtores e demais indivíduos da cidade que, por um motivo ou outro, recorrem ao crédito.

Notemos os casos de dois representantes da elite de Vassouras no século XIX, a saber, Francisco José Teixeira, o Barão de Itambé, e Anna Bernadina Carvalho Leite. foram escolhidos como exemplos primeiro por representarem dois agentes da sociedade fornecedores de crédito, terem falecidos em meados do século XIX, o que nos ajuda a compreender o período inicial das relações creditícias no Vale e por fazerem parte das famílias cafeicultoras do município. O que os separa é que não consta no inventário do Barão de Itambé grandes propriedades ou escravos, enquanto no de Dona Anna Bernardina há propriedades de terras e escravos. De qualquer modo, podemos notar um alto grau de inversão de capital no mercado financeiro ao invés do investimento direto em terras, café e escravos. Anna Bernadina faleceu em 1851 e Barão de Itambé em 1864.

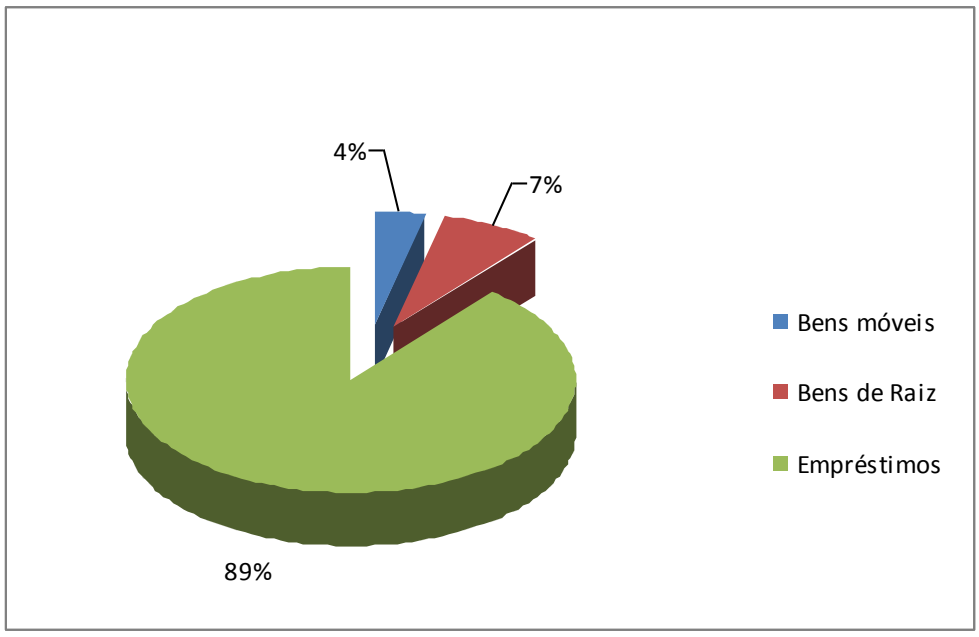
Gráfico 1: Participação em investimentos de Anna Bernardina Carvalho Leite.



Fonte: Inventário de Anna Bernardina Carvalho Leite. CDH Vassouras.

Gráfico 2: Participação nos investimentos do Barão de Itambé.

[37] PIRES, *Op. cit.* pág. 195.



Fonte: Inventário do Barão de Itambé. CDH Vassouras.

Nos dados acima, os bens de raiz incluem terrenos, casas e escravos e animais e os bens móveis incluem essencialmente mobílias e jóias.

O volume de empréstimo de Anna Bernardina corresponde à 328:660$276 e o do Barão de Itambé corresponde à 207:295$720, sendo negociado fundamentalmente na primeira metade do XIX.

Pelo que se pode montar nas listas de nomes dos devedores há gente de várias classes sociais. Muitos são cafeicultores mas uma parcela é composta de comerciantes e populares.

Os pequenos e médios produtores seguem a lógica da sazonalidade de suas produções e da demanda interna, em geral. Mas, sem sobra de dúvida, as maiores cifras creditadas vão para a elite agrária do município em questão cuja capacidade de "resgate da dívida", devido ao montante negociado e sua parcela de consumidores no mercado internacional seja maior. É comum notar nos inventários divisões em que o credor determinar que a dívida será resgatada ao todo ou parte (que varia de 80% à 30%).

Em uma sociedade sem institucionalização de mercados e sem elementos jurídicos que garantissem os vários tipos de investimentos, que buscava estratégias para se criar uma forma de operar a economia, a credibilidade (que é atrelada ao ato creditício) e a "certeza" de retorno do capital investido era fundamental. Assim os homens que já viviam na localidade conheciam melhor os seus credores no que se refere à situação financeira, quantidade de bens, capacidade de pagamento, honradez etc. Como não havia outros instrumentos de averiguação de informação, as relações de parentesco, amizade, conhecimento e compadrio era o que se poderia lançar mão no momento. O nome da família fazia-se a vez do caução material já que não havia instrumentos legais

eficientes para recuperar o bem creditado. A situação muda a partir de 1850 por causa de uma série de legislações sobre terras, hipotecas e bens.

De acordo com Zuijderduijn,

> "Many societies do not provide participants in economic exchange with the means to obtain clear answers to these questions; without clear ownership rights over the capital goods they possess, they cannot mortgage their possessions, and they have a low creditworthiness."[38]

A formação de um mercado de capital ganha amplitude a partir do estabelecimento de leis que regulam o processo de hipoteca, garantia das propriedades e suas transferências. Nas sociedades em processo de institucionalização de mercados, fornecer um registro imobiliário ao proprietários torna as negociações muito mais seguras, o que gera uma forma privilegiada de acúmulo de capital e incentivo ao desenvolvimento econômico.[39]

> "A new era in agricultural finance in Brazil arrived with the conversion of the Banco do Brasil and the Banco Predial into mortgage institutions. The war with Paraguay had been won, and high coffee prices were propitius for the mortgate banks envisioned in the legislation of 1864 and 1865. (...) Companies would amass large amounts of capital to invest in plantations for long terms, under the improved credit conditions created by the clear registration of collateral: land and slaves. With risk diminished, planters would pay interest rates at or below the discount rate, thus eliminating the profit of the middleman."[40]

Na análise de Zuijderduijn, haviam países que não garantiam situações legais para o direito de propriedade e depararam-se com dificuldades para o desenvolvimento dos mercados de capitais.[41]

Os grupos de interesse que a partir de 1850 passaram a legislar em prol da institucionalização dos mercados de terra e crédito eram oriundos da elite agrária e comercial ligada ao Rio de Janeiro.[42] Para Stein,

> A liderança desse grupo heterogêneo [de homens livres] era constituída por um pequeno, mas influente segmento de fazendeiros. Numericamente insignificantes, os fazendeiros e seus parentes dominavam cada paróquia efetivamente através das eleições, em atividades ligadas à justiça (eles eram eleitos juízes de paz), e como oficiais da Guarda Nacional. Entre os fazendeiros, algumas famílias ou clãs exerciam um papel dominante nos negócios do município.
>
> As origens das famílias dos fazendeiros que exerciam a hegemonia social, econômica e política em Vassouras, no século XIX, reportam ao século XVIII, tanto em terras

[38] ZUIJDERDUIJN, *Op. cit*. págs. 01-2

[39] Cf. MARCONDES, R. L. A Arte de Acumular na Gestão da Economia Cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista no século XIX. Tese de doutorado, USP, 1998.

[40] SWEIGART, 1980 apud MARCONDES. *Op.* cit. pág. 179.

[41] ZUIJDERDUIJN. *Op. cit.* págs 16-7.

[42] GUIMARÃES. C. G. Banco, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá,Macgregor & Companhia (1854-1866). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1997. págs 62-92.

> portuguesas como nas possessões insulares, das cidades de minas de ouro, em Minas Gerais, às áreas dentro de Vassouras e arredores.[43]

Esses mercados são estruturas criadas e mantidas por elementos de instituição pública ou privadas, que ao garantir economias que produzem em escala (pela própria introdução e negociação do capital para investimento e manutenção das estruturas produtivas) tendem a baratear os preços para o mercado amplo.

Logo, uma das formas encontradas pelos diversos agentes econômicos dessas sociedades para obter crédito e manter a produtividade foi através da hipoteca de bens. No caso de Vassouras, elas se estabeleceram, entre outros casos, pela terra e por escravos que eram hipotecados para a obtenção de dinheiro e garantias para os mais variados fins (ver Gráfico 03). Não é incomum encontrarmos esses tipos de hipotecas nas sociedades em formação de mercados de capitais na Europa também. Zuijderduijn observa que os agentes que buscam os créditos hipotecando seu "capital abstrato" (abstract capital)[44] que são os valores dos seus créditos seguros, ou, ajustando melhor para a realidade do Brasil, seus bens de capital. Esses créditos, em geral nas economias agrárias do Vale do Paraíba Fluminense, e em especial em Vassouras, se estabelecem pela hipoteca dos bens de raiz, que são bem aceitos pelos credores em geral.

As garantias de contrato, estabelecidas de fato em 1850, davam a segurança para um tipo de mercado altamente sensível. Os contratos de obrigação definiam prazos e formas de cobrança assegurando a ambas as partes os direitos que davam estabilidade ao processo.[45]

> The capital market requires other institutions as well. Participants need to contract obligations that can run for many years; this means they demand contracting institutions, providing them with the means to obtain evidence, preferably in writing. Contracting institutions are useless without organizations that can arbitrate conl icts and execute court decisions.[46]

Como já foi dito em outros momentos, são escassos os estudos específicos para entender as relações creditícias (nas suas variadas formas) e de investimentos específicos no Vale do Paraíba Fluminense, principalmente em relação a uma sociedade cuja dinâmica econômica transita entre relações pessoais marcadas por redes de parentescos e relações capitalistas que por vezes eram recém institucionalizadas, como as estabelecidas a partir de 1850.

Muitas das transformações que começaram a se operar em 1850 – sejam por responsabilidade das elites locais ou das elites do Rio de Janeiro – modificaram certas estruturas do complexo. Dentre elas o transporte – inicialmente em animais e posteriormente o transporte

---

[43] STEIN, S. **Vassouras: um município brasileiro do café**, 1850-1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990. págs. 153-4

[44] ZUIJDERDUIJN. *Op. cit.* pág. 07.

[45] Cf. JACOMINO, J. Cadastro, registro e algumas confusões históricas. < http://www.educartorio.com.br/docs_IIseminario/Jacomino.pdf > acessado em 2011.

[46] ZUIJDERDUIJN. *Op. cit.* pág. 08.

ferroviário cuja ampliação deu-se pelos investimentos das elites locais comprando ações das ferrovias, em especial a Estrada de Ferro D. Pedro II[47] -, produção de alimentos, importações e exportações, beneficiamento, expansão de fronteiras agrícolas, negociação de capital, controle de mão de obra, acesso e estabilização da posse da terra entre outros fatores. Todas essas atividades necessárias à produção de café e, sobretudo, a acumulação do capital.

A produção do café no Vale do Paraíba Fluminense estaria fundamentalmente ligada aos mercados externos, em especial nos Estados Unidos e na Europa. Para Topik e Samper,

> Coffe is particularly important commodity for analysis not only because it has been one of the world´s most valuable internacionally traded goods for the past two centuries, but because Latin America has dominated production. At one time or another in the nineteenth and twentieth centuries coffee was the leading exporto f nearly half the countries of the Américas and na important secondary crop in a number of others. By 1930 cofee accounted for one-fifth of all Latin America exports and it is still today a major export in a dozen countries. Latin Amerca growers have been the pricemarkers internacional and have led the wayin tecnologicao and botanical innovations.[48]

E, segundo Marquese e Tomich,

> Na década de 1880, a produção total de café no globo era 10 vezes maior do que cem anos antes. Entre uma data e outra, a grande novidade foi o aparecimento dos Estados Unidos como compradores. Nesse período, sua população aumentou quinze vezes e o consumo per capita anual passou de apenas 25 gramas para 4 quilos.[49]

Para Guimarães[50], "o aumento das exportações brasileira, lideradas pelo café do vale do Paraíba Fluminense, que a partir da década de 1830 substituiu o açúcar como principal produto das exportações brasileiras (...)".

Manter este mercado principalmente após a década de 1850, com as proibições de importação de escravos que assolavam o Vale do Paraíba Fluminense, era preocupante e a produção de café precisava de "algo a mais" para fomentar a lavoura. Como opção de investimento, em Vassouras, famílias ligadas ao fornecimento de crédito e ao mercado de capitais ofereciam a custos baixos – em geral 1% ao mês – empréstimos que financiavam a lavoura em épocas de crise ou na sua modernização, como é o caso clássico do Barão de Itambé, já citado[51].

Como no período, a moeda era escassa, principalmente antes da metade do século XIX, os créditos também tendiam a suprir a carência. Ridings[52] atribui o fenômeno ao sistema bancário

---

[47] Cf. LIMA, C. A. **Onde Há Fumaça Há Fogo: A Influência da Economia Cafeeira na Construção da Estrada de Ferro D. Pedro II . 1855 – 1889**. Dissertação de Mestrado, Universidade Severino Sombra, 2007.
[48] FRANK, Z; MARICHAL, C; TOPIK, S. **From Slver to Cocaine.** Durham, North Caroline, Duke University Press, 2006.
[49] MARQUESE, R.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. Pós-graduação em História Social da USP.
<http://www.fflch.usp.br/dh/pos/hs/index.php?option=com_content&view=article&catid=19&id=104&Itemid=19> acessado em 23 de junho de 2010.
[50] GUIMARÃES. *Op. Cit.* pág. 54.
[51] Inventário do Barão de Itambé – CDH da Universidade Severino Sombra.
[52] Cf. RIDINGS. *Op. cit.*

pouco desenvolvido e uma quase inexistente política monetária. Para Müller[53], o problema estaria centrado na participação do capital mercantil e suas relações com o crédito em detrimento do capital agrário e industrial. [54]

Por um momento, o ouro das Minas Gerais, ainda no século XVIII, aumentou a liquidez e garantiu uma considerada expansão da moeda, o que levou a instalação da Casa da Moeda na Praça Mercantil do Rio de Janeiro. Porém, com a crise das Minas houve retração no meio circulante e a Casa da Moeda viu-se obrigada a restringir a cunhagem no início do século XIX[55]. Juntamente com a situação apresentada e por questões do mercado de ações, o Banco do Brasil teve sua atuação encerrada em 1829. A situação seria ruim se não houvesse os agentes do crédito privado que garantiram o investimento nas atividades da capital e do interior do Rio de Janeiro. Eram financistas – ou, de acordo com alguns autores, capitalistas -, em geral comissários e comerciantes. As casas comerciais e as casas bancárias funcionavam como verdadeiros bancos. Mesmo antes da instituição da Lei Comercial de 1850, as casas comerciais e as casas de desconto viabilizavam transações financeiras importantes para suprir um estrangulamento gerado pela falta de liquidez da moeda. Tais negociações do mercado de crédito (seja na forma de títulos ou letras) se organizavam sem a tutela nem o controle do Estado. A atuação desses novos bancos geraram novas formas de crédito e investimento, tais como: letras, vales, bilhetes, warrants, notas, cupons etc[56]. Apesar das limitações ocorridas no período, os vales passam a ser transacionados como principal moeda de crédito privada e a letras de câmbio como elemento de transação de dividas no comércio exterior, já que se trata de um período de forte exportação de commodities.[57]

A inserção do crédito na região do Vale do Paraíba Fluminense, em especial as de grande volume de exportação, como Vassouras, era fundamental. As cidades exclusivamente dependiam da cafeicultura de exportação e o café demandava um investimento fixo volumoso. Para Stein[58] e Taunay, a manutenção dos cafezais (plantio, poda, eliminação de pragas e ervas daninhas, adubação), manutenção da escravaria (que requeria compra, alimentação, organização, vigia e moradia), a derrubada de matas, beneficiamento dos grãos e demais atividades constantes consumiam, em média ¾ do capital (capital fixo), enquanto a colheita que dependia de contratação de gente externa, quando necessário, recuperação de cafezais danificados, expansão da propriedade

[53] MÜLLER, E. Moedas e Bancos no Rio De Janeiro no Século XIX. <http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf>, acesso em 21 de dez. de 2010.
[54] *Ibidem*, pág. 01.
[55] Cf. MÜLLER, *Op. cit.*
[56] Cf. ANDRADE *apud* GUIMARÃES. *Op. cit.* pág 56
[57] Cf. MÜLLER. *Op. cit.*
[58] Cf. STEIN. *Op. cit.*

e da mão-de-obra, consumia ¼ do capital (capital circulante).[59] O aumento da demanda externa (americana e européia fundamentalmente), quedas de preços muitas vezes devido à inelasticidade do produto, pagamento de mão-de-obra, plantio de novos cafezais, entre outras circunstâncias, gerava uma demanda por financiamento externo, que, em geral, era de 6 meses ou 1 ano.

Assim, como Pires[60] evidenciou para a Zona da Mata Mineira e outros autores para demais regiões, a sociedade baseada na produção voltada ao mercado externo, sob a força de trabalho escrava e pelo livre acesso a um dos fatores de produção (a terra) evidentemente gera uma concentração de renda para as elites dessas sociedades. Parte dessa concentração circula, em um circuito, sob a forma de crédito.

Vassouras quase viveu uma sociedade exclusivamente cafeeira. Como a colonização do território era área proibida pela coroa portuguesa até os finais do século XVIII e a experiência açucareira foi relativamente tímida na área estudada. A entrada do café por volta dos últimos anos do século XVIII em uma sociedade colonial, já que o Brasil eleva-se a reino só em 1815, leva-nos a concluir que esta experiência de plantio ao comércio externo sofreu, em todo século XIX, duas grandes realidades, a da primeira metade consistindo em uma organização e expansão da produção e outra realidade no meio do século XIX e posterior, baseada em relações institucionalizadas, logo, reguladas, de acesso ao capital, à terra, ao trabalho (nas variadas formas em uma sociedade de transição) e de determinações próprias da política econômica[61].

Watkins[62] afirma que "... apenas quando há muitas oportunidades nos mercados internos à disposição dos investidores é que o montante da poupança local definirá, de maneira significativa, a taxa de investimento". Nesta perspectiva, o aparecimento do crédito em Vassouras para vários fins decorre de oportunidades que a economia cafeeira de exportação legou através da busca pelos créditos para a lavoura. Alguns cidadãos de Vassouras viam na suas poupanças pessoais não formas de entesouramento, mas reservas para empréstimos à juros que geraria um retorno lucrativo do capital cedido.

> Mesmo que para muitos casos *a função de "capitalista" (que tem sido aleatoriamente confundida com a de "usurário")* não signifique mais que uma atividade secundária, não deixa de ser significativo a existência de recursos na forma de poupança disponível para empréstimos na riqueza de fazendeiros de café. Além de representar a existência dos elos de encadeamento financeiros que estamos caracterizando, sua presença vem colocar em evidência o quanto o crédito e o financiamento (e, portanto, o *endividamento*), entendidos como relações de natureza não só econômica mas também social, constituíam parte

[59] O termo aqui utilizado de capital fixo e circulante é o apropriado de SANDRONI (2001) para caracterizar os capitais que são mais constantes na fazenda e os que são oriundos de momentos em que a produção necessita de investimentos extras mas ainda não o dispõe, recorrendo aos créditos.
[60] Cf. PIRES. *Op. cit.*
[61] Neste último caso, conferir o trabalho de Ricardo Salles, O Vale era o Escravo.
[62] Watkins *apud* Pires. *Op. cit.* pág. 197.

> integrante do funcionamento e dinâmica das economias que vão se fundamentar na produção de café.[63]

De acordo com a leitura de suplicas de dívidas, cobranças judiciais de dívidas e inventários[64], podemos concluir que o pedido de empréstimo poderia ser para muitas finalidades, desde manutenção das fazendas e da produção até empréstimos pessoais para honrar as dívidas cotidianas. O volume de capital emprestado variava entre 100 reis a 12 contos.

Verificamos em inventários e outras fontes do Centro de Documentação Histórica de Vassouras uma diversidade de "tipos" de elite agrária, afinada com várias formas de pensamento político e econômico. Essa diversidade é que dá a tônica ao desenvolvimento das variadas formas de investimento em Vassouras. As variações do complexo cafeeiro amplo[65] geram, pela característica fundamental da ineslaticidade do produto em questão e pela dinâmica da produção, endividamentos constantes, que são supridos por capital acumulado nas mãos de outros elementos daquela sociedade. Essa relação entre demanda e oferta de capital faz germinar o mercado financeiro.

Não obstante, em um mercado em formação, ainda tímido das economias agrárias de exportação antes de 1850 podemos notar amplamente as relações de *conhecimento pessoal, relações de amizade ou parentesco*[66], mas como não poderia deixar de ser já que a necessidade de garantir a posição social, o prestigio, ainda forte na malha social, e o retorno com certo grau de certeza de capital creditado! Enfim, o credor do Vale do século XIX tramita entre uma sociedade baseada em relações de mercado que ele próprio estaria construindo, mas ainda dependente das tradições de um antigo regime baseada nas relações de corte. Neste ambiente ele procura resguardar seus interesses individuais. [67]

Se antes de 1850 a disponibilidade de crédito seguia uma lógica privilegiada nas relações de confiança e índole pública, a institucionalização de formas jurídicas que asseguravam o ato de emprestar e cobrar mudou as formas de enxergar os créditos, garantindo a credores meios impessoais de garantir o retorno de seus investimentos.[68]

Há um aumento gradativo em relação aos processos de execução das dívidas em Vassouras entre 1850 e 1930. Esses processos só se tornaram viáveis enquanto garantia do mercado de crédito por causa do Código Comercial de 1850 e a Lei de Hipotecas de 1862 que garantiam formalmente as práticas e procedimentos de usar os bens como garantia de pagamento.

---

[63] *Ibidem*, pág. 188.
[64] Ainda em processo de sistematização.
[65] O termo aqui neste momento inclui tanto toda a cadeia de produção do complexo cafeeiro do Vale como também seus mercados consumidores no panorama internacional.
[66]Cf. PIRES, *Op. cit.* pág. 199.
[67] POLANYI, K. Economie primitive, arcaiche e moderne.
<http://www.graffinrete.it/cittanova/articolo.php?id_vol=18> acessado em maio de 2009.
[68] Cf. JACOMINO. *Op. cit.*

Desde o império português que não havia qualquer forma muito precisa de garantir a propriedade privada. Honorato (2002), em um artigo sobre modernização portuária no Império do Brasil aponta uma certa dificuldade na questão público-privado-estatal específico sobre as terras litorâneas mas que incide uma luz – mesmo que indireta – sobre o problema já em 1831. Ele diz:

> Se o instituto da precariedade do domínio privado dos terrenos litorâneos confunde-se com a própria história do direito, deve-se ter em mente que tais terras eram entendidas como *coisa comum a todos – res communes omnium* – como nos ensina Clovis Bevilacqua, e não como uma propriedade do Estado.[69]

As relações de propriedade e de regularização viriam a mudar com o advento do próprio fortalecimento da economia. Desde a década de 1840, os liberais do Rio de Janeiro consolidavam o poder nas esferas do Estado e parte destes liberais, segundo Mattos[70] era composta da elite senhorial agrário exportadora, muitos da classe de negociantes ligados à exportação e importação. Esse grupo privilegiado, aproveitando a oportunidade de modernizar a economia nacional, abriu um amplo processo de reformas, leis e decretos que garantiam a formação de um amplo mercado financeiro no Império. Os políticos criaram importantes medidas institucionais, como a Reforma Tarifária de 1844; Reforma Monetária de 1846; o Código Comercial, Lei de Terras e fim do tráfico internacional em 1850. As leis foram formas mediadoras da legitimação dos interesses das novas classes no poder e de seus objetivos na modernização da economia do Império.[71]

Em 14 de novembro de 1846 o registro de hipotecas passou a ser transladado em cartório com objetivo de dar publicidade e especificidade à propriedade e as relações de negócios que viriam junto a ela.

A Lei de Terras (Lei 601, de 18 de setembro de 1850) é a base do sistema hipotecário que objetivava garantir, entre outros fatores, a regularização da propriedade no Brasil, separando terras públicas das terras privadas; restringir o acesso à terra após seu início de vigência e dar fé aos títulos de propriedade para que se tornem créditos territoriais. Indiretamente essa lei garantiu que o crédito de forma geral possa ser tomado para varias finalidades, que não à colonização, como garantia dos empréstimos da cafeicultura no Vale.

Em 1864, ocorreu um avanço sobre o debate da lei, tomando a forma jurídica da Lei Hipotecária de 1864. Por tal lei, deveriam ser transcritos "todos os títulos de transmissão entre vivos da propriedade imóvel e todos os ônus recaídos sobre a mesma".[72]

---

[69] HONORATO, C. T. O Estado Imperial e a modernização portuária. In LAPA, R. do A; SZMRENCSÁNYI, T (org). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo, Hucitec/USP, 2002. pág. 163.
[70] Cf. MATTOS. *Op. cit.*
[71] GUIMARÃES. *Op. cit.* pág. 60.
[72] RODRIGUES, P. P. A Lei Hipotecária de 1864 e a propriedade do século XIX. < http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1205339972_ARQUIVO_artigoregistroanpuh.pdf > acessado em 2010 - texto referente a ANPUH – Rio – XIII Encontro: Identidades. pág. 01

A Lei de Hipotecas tentava corrigir um problema do Registro Paroquial, que era a declaração pessoal do fazendeiro ao pároco local, que anotava a posse no livro de registro. Muitos fazendeiros utilizaram brechas na lei e na fiscalização para dar falsos testemunhos sobre a terra. Osório, citado por Rodrigues, diz que: "desde a existência da lei ... o Registro do Vigário tem sido apresentado como uma prova de domínio de particulares sobre terras, em geral, devolutas"[73]

As lutas locais entre famílias e posseiros não garantiram a funcionalidade da Regulamentação de 1854, abrindo margem para que o processo de distinção entre terras públicas e privadas permanecesse. O que estava em jogo no debate do registro da terra era sua forma enquanto elemento de crédito.

Alguns dos legisladores e jurisconsultos envolvidos na reforma da legislação hipotecária defendiam a obrigatoriedade do registro da alienação entre vivos e da oneração dos imóveis, para facilitar o crédito sobre imóveis.[74]

Na década de 1850 os brasileiros viram surgir uma série de institucionalizações para viabilizar a economia e regular as relações econômicas entre os indivíduos. Em 1850 três importantes decisões interrelacionadas foram tomadas. A primeira, sob pressões externas, foi a proibição do tráfico internacional de escravos, esta medida gerou, meses antes, um abastecimento surpreendente da mão-de-obra africana. O segundo foi a Lei de Terras de 1850, já citada, e suas implicações mais importantes e o terceiro foi à criação do Código Comercial. Enfim, processo de *modernização* da economia durante o século XIX foi encaminhado, em especial, pela elite agrária.

> As condições históricas nas quais transcorreu o processo de constituição do Estado Nacional, onde os privilégios políticos senhoriais não foram ameaçados, permitiu que esses agentes assumissem "com notável rapidez os novos papéis políticos, ou jurídicos, ou administrativos, em todas as esferas da organização do poder", de modo que participaram "ativa e construtivamente da organização da Nação como realidade política", rumo às "exigências de uma Nação 'independente' e 'moderna'".[75]

Essas mudanças garantiram a continuidade do processo escravista de produção, voltado ao mercado externo, mas ao mesmo tempo viabilizando as relações do capital, como o crédito e a inversão de excedentes para o mercado externo e para as atividades urbanas, que eram ou não escravistas.[76] Essa dinâmica controlada cria as condições para o aparecimento dos mercados de mão-de-obra, de capital e de mercadorias criando um efeito de encadeamento complexo nas regiões econômicas do país. Essa foi sem dúvida a realidade do Vale do Paraíba Fluminense e em especial Vassouras.

[73] OSÓRIO apud RODRIGUES. *Op cit.* pág. 04.
[74] RODRIGUES. *Op. cit.* pág. 05.
[75] BRITO, M. S. Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006. pág. 25
[76] *Ibidem*, pág. 27.

A elite agrária percebia que seus investimentos em homens sofriam uma rápida transformação tanto por pressões nacionais como por internacionais. Desde 1822 que os ingleses pressionavam o governo brasileiro para promover a extinção do tráfico de escravos, o movimento foi se intensificando até a já citada Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Era necessário viabilizar o processo de transição através da rede de empréstimos que iria se formando nas regiões agrário-exportadoras. O crédito de hipotecas entra em vigor em determinadas províncias do Império em 1873, porém, alguns casos de hipotecas de fazendas e propriedades em Vassouras são encontradas em datas anteriores.[77]

Ainda mantendo-se na análise , nem sempre os credores estavam interessados nas propriedades e sim no retorno do capital creditado. Muitas vezes mais na forma do produto comercializado – já que alguns credores eram negociantes de café – do que nas propriedades completas, com suas plantações, instalações e toda a especificidade e manutenção da sua produção. Para solucionar a questão, em 1885 passa a ser comum uma outra forma de obter crédito, a penhora dos cafezais, das cerejas ainda no pé ou do fruto colhidos[78].

> Assumida esta nova estratégia, a ênfase no empreendimento econômico do café, que até então recaía sobre o trato do cafezal e a colheita (uma vez que era no trabalho que se configurava a renda capitalizada) , passou a incidir sobre a formação da fazenda, pois o seu valor de mercado estava nos frutos que podia produzir, no trabalho materializado nas plantações. O que interessa, sob essas novas circunstâncias, é o número de cafeeiros e sua produtividade, de forma que a preferência dos produtores acabou por incidir sobre a abertura de fazendas em terras novas, onde a produção podia ser muito maior que a das antigas.[79]

A cafeicultura definia uma nova relação de mercados, muito mais ativa e dinâmica. Era o produto o principal elemento de interesse do capital. Além do mais, a alta de preços no mercado internacional do café e a natureza expansiva da produção gerava conflitos de posso no âmbito interno do acesso à terra. Como o mercado crescia e a terra fértil e propícia se esgotava, os fazendeiros buscavam disputar as terras férteis do Vale para agregá-las às suas propriedades. Enquanto havia terra disponível o preço era irrisório ou inexistente, mas o valor da terra agregado ao valor do café gerou um disputado mercado na região que acaba por se regrar na Lei de Terras.

David Harley, citado por Brito atenta à forma capitalista das propriedades imobiliárias existente quando a propriedade se torna uma forma especial de capital financeiro, entrando no circuito de ampliação de capital, financiamento e juros quando a terra, representada por *títulos* assumiria "um caráter de capital fictício".[80]

---

[77] *Ibidem*, págs. 34-5.
[78] *Idem*, pág. 34.
[79] BRITO. *Op. cit*. pág. 34.
[80] *Ibidem*, págs. 37-8.

Não podemos esquecer que a estratégia dos mercados nascentes, como é aqui o caso desta pesquisa, sempre sobrepõe novas estratégias às formas primitivas de organização da produção e do acesso à terra.

> Um aspecto importante para a análise do processo de constituição do mercado imobiliário está, portanto, em compreender o movimento histórico no qual, no quadro de uma dada sociedade, a propriedade imobiliária é introduzida no processo de abstração que caracteriza a racionalidade capitalista, ganhando mobilidade e servindo como equivalente de capital. [81]

A mobilidade da propriedade fundiária se deu nas relações de compra e venda de terras, comuns nos inventários e registros de hipotecas (ver Gráfico 03). A publicidade da negociação gerou credibilidade e garantias pela qual, juridicialmente podia-se acionar. A negociação garantida pelas leis que estabeleciam os direitos de propriedade no Brasil e as garantias das hipotecas caracterizaram a mobilidade da propriedade fundiária e imobiliária.

Para Muniz, "em 1850, com o aumento do preço dos escravos e para facilitar o crédito, o Império estabeleceu um Código Comercial que legislou sobre falências, contratos e hipotecas tornando as operações comerciais mais claras e seguras".[82] Já para Guimarães este garantiu uma legislação mercantil própria incluindo de organização de bancos.[83]

O código estabelecia duas formações em relação às organizações de associação de capital: a sociedade anônima e a sociedade comercial. Segundo o *Diccionário Universal de Commercio*, de Alberto Jaqueri Sales, citado por Guimarães,

> (...) Sociedade: Esta palavra no commercio se diz genericamente a huma caza de negócios, em que há dois, ou mais interessados; entende-se também colletivamente do contrato, ou escriptura feita entre os socios.
>
> No primeiro sentido a palavra sociedade hes synonima a de companhia (...) acrescentarey somente neste, que nas condições, na adminsitração e na liquidação da sociedade he que o negociante carece de toda a sua prudência adquirida pela experiência e pela lição pois que em primeiro lugar, há poucos contratos em que a boa fé e a probidade se fação mais necessarias; segundoo, que uma sociedade mercantil he susceptivel de todas a condiçõens, em que as partes querem concordar, e que nesse amplo arbitrio se devem precaver todas as circunstâncias que poderem alterar, ou prejudicar a boa fé do contrato (...). [84]

Podemos dar um exemplo agora, visto a institucionalização da economia a partir das transformações ocorridas no Brasil na segunda metade do século XIX, da diversidade de investimentos a partir dos Bilhetes de Distribuição do ano de 1885.

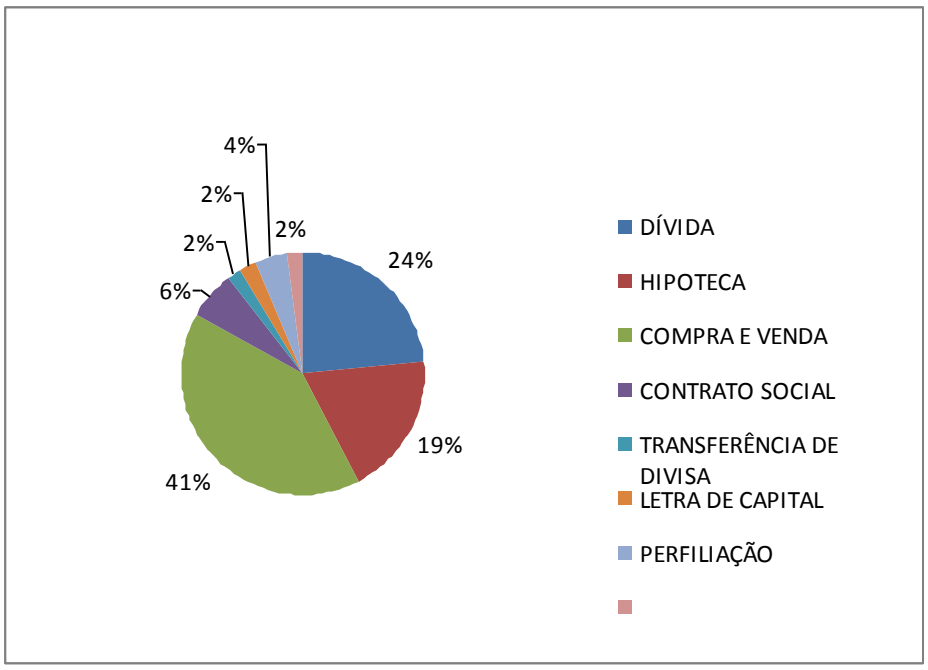
Os bilhetes são documentos recibos jurídicos que consta o nome do reclamante e do reclamado, a data da distribuição, o objeto da reclamação e a junta ou o Juízo a que coube a

[81] *Ibidem*, pág. 39.
[82] MUNIZ, C. M. L.A Riqueza Fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras, 1820-1890. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005. pág. 29.
[83] GUIMARÃES. *Op. cit.* pág. 87.
[84] *Ibidem*, pág. 93.

distribuição. Nota-se que o objeto da reclamação é um resumo do processo do qual o bilhete de distribuição se refere. Quando encontrados com abundância podem servir de importante documentação acerca das transações de uma sociedade em dado período.

Existem 43 bilhetes de distribuição para o ano de 1885 no acervo do CDH de Vassouras, dos quais extraímos as seguintes informações:

Gráfico 03: Diversificação dos valores em 1885 de acordo com os bilhetes de distribuição.



Fonte: Bilhetes de Distribuição do ano de 1885, CDH – Vassouras.

O Gráfico 03 nos mostra uma diversidade de investimentos – entre eles as letras de capital e hipotecas - o que nos faz perceber uma diversidade maior em relação às transações e negociações

em Vassouras. Notamos em especial que as hipotecas, formas especiais de busca de crédito, já ocupam, no ano de 1885, nos bilhetes de distribuição, uma margem de 19% enquanto as dívidas diretas ocupam 24%. A institucionalização do mercado creditício garantiu a comunidade novas formas de apropriar-se e utilizar o capital.

Para concluirmos nossa análise, o mundo do café no Vale do Paraíba Fluminense pautava-se na economia em expansão e antes da legislação da metade do século XIX, nada restringia esta situação de investimentos e acumulações. O mercado externo e as políticas públicas de incentivo, em especial as taxas livres de exportação dos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XIX deu o impulso no processo de acumulação do Vale do Paraíba Fluminense. O contexto do período pode ser percebido por Clarence-Smith e Topik

> U.S. government policy also helped. The United States was the only major market to import coffee tax-free as duties declined from a high of 10 cents a pound in 1812 to 5 cents in 1814 and free for all but one decade after 1832. Consequently, per capita comsumption grew from one-eighteenth of a pound in 1783 to nine pounds a hundred years later. U.S. population´s fifteen-fold explosion in that century meant that total coffee imports grew 2,400 percent! By the end of the nineteenth century, the United States was consuming thirtenn pounds per capta and importing over 40 percent of the world´s coffee.[85]

Na medida em que a renda agregada européia elevava-se e o mercado norte-americano se abria, impedia as atividades agrárias de voltar-se unicamente ao mercado interno ou, em hipóteses mais radicais, de se tornarem unidades auto-suficientes.

As garantias de crédito foram definitivamente institucionalizadas pelo art. 265 do Código Comercial de 1850. Essas garantias mantinham de certa forma aquecido o fornecimento de café para a Europa nos momentos de instabilidade dos mercados.

Já o debate sobre o crédito hipotecário foi polêmico desde a década de 1850 e não pode, de forma alguma, ser dissociado dos debates de propriedade da terra. De acordo com Brito "Em 1854, já corria na Câmara dos Deputados, projeto versando sobre o assunto, no qual se apontava a necessidade de adequação da legislação então vigente à ambicionada modernização".[86] A Câmara afirma que o crédito hipotecário está intimamente entrelaçado com as "transacções que se aventão na pratica dos negócios; importa o desenvolvimento da indústria, o progresso da agricultura e a prosperidade material de um paiz (...)"[87]. A câmara continua comparando o Brasil com Alemanha, Suíça, Hungria, Holanda, Grécia e Bélgica, afirmando que estes países estão na vanguarda do sistema hipotecário. A preocupação das elites brasileiras era adequar o capitalismo nascente no Brasil aos instrumentos de mercado das economias internacionais garantindo que o mercado de crédito possa operar. Como fora afirmado, lei de hipotecas tinha como norte a ideia de

[85] Cf. FRANK, Z; MARICHAL, C; TOPIK, S. *Op. cit.* págs 37-8.
[86] BRITO. *Op. cit.* pág. 136.
[87] *Ibidem.* pág. 136.

especificidade e publicidade para tornar dignas de fé pública. A elite reconhecia que as relações de crédito estabelecidas seriam de fundamental importância para o crescimento econômico.

Referências

ALMEIDA, A. M. L. **Famílias de Elite: Parentela, Riqueza e Poder no Século XIX.** Artigo Científico, Vassouras: Universidade Severino Sombra. 2010.

ALMICO, R. C. S. **Pedir e emprestar: o mercado do crédito em uma comunidade cafeeira**. <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A067.pdf> acesso em 10/03/2011.

BRITO, M. S. Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006.

CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Tese de doutorado. UNICAMP, 1975.

CLARENCE-SMITH, W.G; TOPIK, S. **The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989**. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

FRAGOSO, J. L. **Homens de Grossa Aventura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Fronteira, 1990.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

GRAEBER, D. **Debt:** the first 5,000 years. New York, Melvillehouse, 2011.

GUIMARÃES. C. G. **Banco, Economia e Poder no Segundo Reinado:** o caso da sociedade bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil.** São Paulo, Cia das Letras, 1995.

LAMEGO, P. **O Brasil é o Vale.** São Paulo, Estadão, 2003.

MATTOS, I. R. **Tempo Saquarema**. São Paulo, Hucitec, 1987.

HONORATO, C. T. O Estado Imperial e a modernização portuária. In LAPA, R. do A; SZMRENCSÁNYI, T (org). **História Econômica da Independência e do Império.** São Paulo, Hucitec/USP, 2002.

JACOMINO, J. **Cadastro, Registro e algumas confusões históricas**. < http://www.educartorio.com.br/docs_IIseminario/Jacomino.pdf > acessado em 2011.

KUNIOCHI, M, N. **Os Negócios no Rio de Janeiro, Crédito, Endividamento e Acumulação** (1844-1857). < http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_88.pdf> acessado em 13 de junho de 2009.

LE GOFF, J. **A Bolsa e a Vida**: economia e religião na Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEVY, M. B. **História Financeira do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979.

_____. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977.

MARCONDES, R. L. **A Arte de Acumular na Gestão da Economia Cafeeira**: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista no século XIX. Tese de doutorado, USP, 1998

MARQUESE, R. de B. **O Vale do Paraíba Cafeeiro e o Regime Visual da Segunda Escravidão: o caso da Fazenda Resgate. <** http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n1/v18n1a04.pdf> acesso em 16 de jan. 2012.

MELO, H. P. **O Café e a Economia do Rio de Janeiro: 1888/1920.** Tese de doutorado, UFRJ, 1993.

MULLER, E. **Moedas e Bancos no Rio De Janeiro no Século XIX**. <http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf>, acesso em 21/12/2010

MUNIZ, C. M. L.**A Riqueza Fugaz**: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras, 1820-1890. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005.

PELAEZ, C.M; SUZIGAN, W. **História Monetária no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1976.
PENDERGRAST, M. **Uncommon Grounds.** New York, Basic Books, 1999.
PIPES, R. **Propriedade & Liberdade.** Rio de Janeiro, Record, 2001.
PIRES, A. **Café, Finanças e Indústrias**: Juiz de Fora 1889 – 1930. Juiz de Fora, FUNALFA, 2009.
POLANYI, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
_____. Economie primitive, arcaiche e moderne.
<http://www.graffinrete.it/cittanova/articolo.php?id_vol=18> acessado em maio de 2009.
RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradutor: Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
RIDINGS, E. **Business Interest Group in Nineteenth Century Brasil**. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
RODRIGUES, P. P. A Lei Hipotecária de 1864 e a propriedade do século XIX. < http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1205339972_ARQUIVO_artigoregistroanpuh.pdf > acessado em 2010 - texto referente a ANPUH – Rio – XIII Encontro: Identidades.
SALLES, R. **E o Vale era o Escravo**: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo, Best Seller, 2001.
SANTOS, R. F. O Ouro e a Palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setencista. In: CARRARA, A. A. (org). **A Vista ou a Prazo**: comércio e crédito nas Minas Setencistas. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2010
SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo, Nova Cultural, 1997.
SIMONSEN, R. **História Econômica do Brasil**: 1500-1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
STEIN, S. **Vassouras**: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
TAUNAY, A. de E. **Pequena História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Café (s.d.)
ZUIJDERDUIJN, C. J. **Medieval Capital Markets:** markets for renten, state formation and private investment in Holland (1300–1550). Boston, Brill, 2009.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS A PARTIR DOS REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRAS: A PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DO PARAIBUNA (JUIZ DE FORA, MG), 1856.

Angelo Alves Carrara[1]
Rafael Martins de Oliveira Laguardia[2]

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma metodologia para o estabelecimento da distribuição espacial das propriedades rurais declaradas nos registros de terras de meados da década de 1850 no Brasil como instrumento de análise do processo de ocupação e uso do solo. O modelo aqui proposto toma como base os registros da antiga paróquia de Santo Antônio do Paraibuna (atualmente correspondente a porções do território das cidades de Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Chácara, Santana do Deserto, Coronel Pacheco, Belmiro Braga e Ewbanck da Câmara). Tendo em vista os diversos problemas oferecidos pela fonte, trata-se evidentemente de uma primeira incursão ainda sujeita a muitos desdobramentos. No entanto, esta iniciativa participa dos esforços que vêm se consolidando nos últimos anos, e que se "justifica dentro del panoramo historiográfico por la aportación a la investiación que supondría poder contar con fuentes cartográficas de fiabilidad, obtenidas mediante modelos de simulación y basadas en un profundo análisis de fuentes tradicionales, en gran parte constituidas por datos no propiamente cartográficos".[3]

OS REGISTROS DE TERRA NA HISTORIOGRAFIA

No início da década de 1980, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva propuseram o recurso aos registros de terras de meados do século XIX como uma fonte rara e especificamente voltada para o estudo da estrutura fundiária.[4] Já naquele momento reconheciam as limitações dos registros, em particular por conta das

---

[1] Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora na Faculdade de História, pesquisador do CNPq; vice-presidente da ABPHE e Coordenador do Grupo de Pesquisa em História Econômica/ História Quantitativa e Georreferenciada/HQG.

[2] Doutorando em História pelo programa de pós-graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista CAPES, que financia esta pesquisa no mesmo doutorado; pesquisador do HQG.

[3] GARCÍA JUAN, Laura, ESCALONA, Julio & CAMARERO BULLÓN, Concepción. Propuesta metodológica para la reconstrucción del parcelario antiguo mediante sistemas de información geográfica. *Revista CT Catastro*, agosto de 2008, pp. 203-214, p. 204.

[4] LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Teixeira da. *História da agricultura brasileira*; combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1980. pp. 71-105.

informações imprecisas, mas destacavam sua potencialidade na análise do processo de apropriação do solo e sua relação jurídica.

O argumento comum a todos quantos enfatizam a os problemas e limitações dos registros como fonte válida deriva da análise dos efeitos da lei de 1850, em especial seu fracasso enquanto instrumento legal de definição da estrutura fundiária.[5] Contudo, concordamos com a análise de Márcia Motta quando afirma que, se o registro de terras não fora

> "capaz de reorganizar a estrutura fundiária nem de discriminar as terras públicas das privadas em todo o território nacional, em alguns momentos ele serviu como instrumento de poder, na decisão acerca do domínio sobre as terras em cada localidade. Neste sentido, ele podia ser usado ou não para conferir legitimidade pública aos interesses dos proprietários de terra em cada região, dependendo da decisão de fazendeiros e lavradores de considerá-lo um eficaz instrumento na manutenção ou na imposição de seu domínio sobre as terras de outrem ou sobre seus dependentes. Decidir registrar sua terra podia implicar ou não uma opção por uma declaração detalhada da àrea ocupada ou apenas um rápido e sucinto registro, capaz de salvaguardar o domínio de sua fazenda, sem que com isso o declarante tivesse que limitá-la territorialmente, declarando sua extensão. Ademais, se não era exigida uma precisa delimitação territorial, os declarantes podiam operar com o poder de decisão sobre quem eram os seus confrontantes. Em outras palavras: ao registrar sua terra, o declarante poderia reafirmar ou não o domínio de outrem, pelo simples fato de registrar ou não a sua terra como um dos seus limites territoriais".[6]

São estas atitudes que explicariam, portanto, as distintas lacunas nas declarações. O mesmo vale para confrontantes que muitas vezes não se reconheciam como tais. Já com respeito aos limites, Márcia Motta apresenta como exemplo a forma como o barão de Piabanha registrou sua fazenda da Serraria, que "desafiaria hoje qualquer cartógrafo que se aventurasse" a plotá-la, por conta dos marcos geográficos mencionados no registro: o monte da Boa Vista, a estrada da Serraria, a porteira, o córrego da cachoeira da fazenda Geral do Piracema. Mas a autora lembra que "naquela época, os marcos

---

[5] Esta é a posição em especial de SMITH, Roberto. *Propriedade da terra e transição*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980; para um inventário das manifestações pelas próprias autoridades nos anos que se seguiram à lei de 1850 com respeito a seu fracasso cf. CARVALHO, José Murilo de. A política de terras: o veto dos Barões. In: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Vértice-IUPERJ, 1988, pp. 329-354; MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996 (tese de doutorado), pp. 205-210.

[6] MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996 (tese de doutorado), pp. 214-215.

territoriais citados deviam ser bastante conhecidos e sua mera menção expressava um limite uma divisão". Constituíam sem dúvida marcos geográficos precisos para aqueles que lá viviam.[7]

Foi a prática social em cada lugar que definiu o caráter dos registros, não sendo possível, portanto, atribuir-lhes uma natureza genérica, válida para todo o território nacional ou mesmo a partir do que a lei de 1850 e sua regulamentação em 1854 previam que fossem ou o papel que devessem cumprir. Como consequência, se, como o fez recentemente Marcelo Godoy, destacamos as possibilidades dos registros de terras como fonte valiosa de informações sobre os estudos de História Agrária, além de constituírem "corpo documental quase único em termos das informações que o compõem", não seria possível adiantar que os registros, num contexto de "quase ausência da propriedade juridicamente legalizada", fosse um instrumento em potencial para os ocupantes dos terrenos se manterem na posse deles.[8] Isto porque é igualmente a prática social que define a legitimidade. No que diz respeito a Minas Gerais, a propriedade se achava juridicamente legalizada desde o momento em que as primeiras cartas de sesmaria foram concedidas, a partir de 1710; e muito pouco tempo depois, por meio de transações de compra e venda registradas nos livros de notas de cada vila. Este quadro obviamente reproduz-se em todo o país, e explica porque nos processos de embargo estudados por Márcia Mota entre as décadas de 1850 e 1860 não se recorre em nenhum momento aos registros de terra como instrumentos de prova de propriedade. Os registros não participavam da prática social nos processos de estabelecimento do direito de propriedade da terra.

Em síntese, são as condições históricas de produção das declarações em cada paróquia que conferem o caráter de cada registro. Estas condições correspondem fundamentalmente à relação com a terra predominante e/ou dominante em cada paróquia. Trata-se fundamentalmente de uma razão material, de fundo, para a ausência de uniformidade dos registros, que não se confunde com razões de forma, como o zelo

---

[7] MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996 (tese de doutorado), p. 299.

[8] GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os Registros Paroquiais de Terras na História e na Historiografia - estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. *Revista História Econômica e História de Empresas*/ABPHE. São Paulo, vol. 1. 1998, pp. 95-132, pp. 111-112.

maior ou menor dos párocos. Os registros paroquiais de terra não só não eram uniformes como não podiam de modo algum sê-lo, porque diversas eram as condições materiais de produção de cada um. Em áreas com amplo predomínio das estruturas de produção camponesas, os registros refletem uma determinada relação com a terra muito distinta da encontrada em regiões em que o latifúndio escravista era o padrão. E mesmo nestas últimas, há de se considerar as diferenças entre áreas cujos processos de ocupação datam de períodos distintos. Isto é observável, por exemplo, nos registros da zona da Mata central, caracterizada por um elevado número de pequenos e médios proprietários rurais, em especial nas freguesias de São João Batista do Presídio e São Januário de Ubá. No momento em que os registros foram feitos, ambas as freguesias experimentavam já um acelerado processo de esgotamento do padrão camponês de uso do solo: desde a década de 1840 a fronteira deixara de existir, e os lavradores passaram a não mais poder contar com a ocupação de parcelas novas para a reprodução do seu modo de existência. O fechamento das fronteiras atuou como o principal elemento de destruição desse modo de produção. Já era inclusive possível detectar os primeiros sinais de recomposição da propriedade fundiária que se havia esmigalhado por conta das partilhas ao longo de várias gerações. Situação muito diversa podia ser encontrada à mesma época na freguesia vizinha de Leopoldina, perfeita materialização de área dominada pelo latifúndio escravista: dois terços das terras declaradas no livro correspondente a esta paróquia se concentravam nas mãos de um único grupo familiar.[9]

É exatamente esta falta de uniformidade das informações presentes nos registros que atua como principal obstáculo em trabalhos que adotam uma perspectiva comparada. Assim ocorre com os registros de Santo Antônio do Paraibuna, Simão Pereira e São Paulo do Muriaé, que impediram a Rômulo Andrade detalhar os tipos de propriedades e benfeitorias, o que só foi-lhe possível para a freguesia de Nossa Senhora da Glória (à época, distrito de São Paulo do Muriaé). Para Simão Pereira apenas duas variáveis puderam ser quantificadas (proprietário e área). Estas diferenças certamente refletem condições materiais, e não simplesmente maior ou menor zelo deste ou daquele vigário. Além disto, Rômulo Andrade chamou a atenção para um elemento que de fato tem sido pouco explorado: o percentual de declarantes em relação à população livre

[9] CARRARA, Angelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo;* contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Editora da UFOP, 1999.

adulta em cada paróquia. Para Andrade, os 2% em Santo Antônio do Paraibuna e 12% em Nossa Senhora da Glória podem tanto mostrar um certo desinteresse dos proprietários pela legalização de suas terras", como também "ser um sintoma de brutal concentração de terras observada nesse tipo de documentação".[10]

Mas se nos dirigimos para áreas mais longínquas, e com baixa densidade demográfica, o quadro que emerge tem contorno muito diverso. A baixa densidade demográfica possibilitava a constituição de fazendas de grandes dimensões, e cujos limites raramente eram conhecidos. A própria fórmula dos registros de terras de meados do século XIX contemplava essa imprecisão. No de Pilão Arcado, o tamanho mais recorrente é de duas léguas, mas as divisas não eram certas: o *cálculo pode ser falível pela razão de nunca ser* [a fazenda] *medida*. No da Barra, todos próprios proprietários declaravam ignorar as extremas. Além disso, não era comum as propriedades acharem-se separadas entre os herdeiros. Em Pilão Arcado e Barra, por exemplo, compunha a fórmula as expressões *em comum com outros possuidores*, ou *em comum com outros co-herdeiros*.[11]

Mas tão importante quanto as relações de cada indivíduo com a terra declarada, as relações que os declarantes mantinham entre si, e que podiam variar de "mansa e pacífica" até o conflito aberto. Estas relações são as variáveis fundamentais que definem a equação das condições objetivas de produção dos registros. Em suma: os registros paroquiais de terra tão somente refletem, e não ultrapassam as condições históricas que lhes deram origem. Como outras fontes coetâneas, padecem dos mesmos vícios e desfrutam das mesmas virtudes. Mas sem dúvida estamos de acordo, e é o que aqui gostaríamos de enfatizar, quanto à carência de pesquisas que permitam aferir de modo consistente as informações dos registros, o que exigiria articulá-las com a de outras fontes. Isto "possibilitaria tanto verificar a consistência do conteúdo da documentação quanto vislumbrar outras dimensões".[12] É isto que permitiria uma melhor apreciação dos limites e potencial dos registros paroquiais de terras.

---

[10] ANDRADE, Rômulo Garcia. Formação de estruturas agrárias e seu dinamismo na zona da Mata Mineira. In: *Seminário Sobre a Economia Mineira*, 12, 2006, Diamantina. Anais. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2006.

[11] CARRARA, Angelo Alves. Paisagens rurais de um grande sertão: a margem esquerda do médio São Francisco nos séculos XVIII a XX. *Ciência e Trópico*, Recife, vol. 29, pp.61-124, 2001.

[12] GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os Registros Paroquiais de Terras na História e na Historiografia - estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma

A FONTE

O registro de terras de Santo Antônio do Paraibuna, constituído de 214 registros, tem origem no decreto nº. 1318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a execução da lei de terras (lei nº 601, de 18 de setembro de 1850). De acordo com o artigo 100, as declarações das terras possuídas deviam conter: o nome do possuidor, a designação da freguesia, em que estavam situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão se for conhecida, e seus limites. Um exemplo (registro 6):

> Antônio Carlos Machado possui uma fazenda de cultura denominada Pouso Alegre sita na freguesia de Santo Antônio do Juiz de Fora, município da mesma vila, a qual fazenda compõe-se de duas sesmarias medidas e demarcadas, e outras compras anexas, todas reunidas levarão mais de oitenta alqueires de planta de milho pouco mais ou menos. Devendo-se tirar um quarto de terras em a sesmaria que foi de Silvestre Mageste, que pertence a José da Costa, e confina toda a fazenda dentro de suas confrontações pelo sul com Dominciano Alves Garcia, ao norte com a sesmaria de José Rodrigues Vale, dentro da qual tem mais trinta e cinco alqueires de planta de milho, ao leste com a sesmaria de Ignácio da Silva Campelo, ao este com a fazenda de dona Francisca e com quem mais haja de partir. Pouso Alegre vinte e nove de dezembro de mil oitocentos e cinqüenta e cinco. //Antônio Carlos Machado

O artigo 92 determinava que os registros deveriam ser feitos em um prazo máximo de três anos e meio, isto é, até junho de 1857. Na freguesia de Santo Antônio do Paraibuna o primeiro registro data de 14 de abril de 1855, e o último, de 22 de abril de 1856. Os registros deviam ser redigidos pelo vigário da paróquia (artigo 97). É provável que o vigário responsável em Juiz de Fora tenha sido o mesmo padre Tiago, que no mesmo período assinou os registros de batismo, óbitos e casamentos da paróquia. As propriedades poderiam serem declaradas tanto pelos donos como por quem por esses fossem designados (artigo 93). Do total de 214 registros, 51 (ou 23,83%) foram feitos a rogo, e 163 (ou 76,17 do total), pelo próprio proprietário. A maioria das declarações foram feitas entre março e abril de 1856. Nesse último mês, os registros chegaram a 143; em 1855 foram feitos apenas 15 registros.

A posse e a propriedade plena não aparecem claramente discriminadas. Um exemplo dessa indefinição, em que um sítio é declarado situar-se dentro de outra propriedade pode ser visto abaixo (registro 88):

---

outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. *Revista História Econômica e História de Empresas*/ABPHE. São Paulo, vol. 1. 1998, pp. 95-132.

> Manuel Antônio Vieira possui em comum com os herdeiros do finado Manuel Linhares Pereira e sua mulher *na fazenda denominada Piedade, desta freguesia um sítio intitulado Campo Belo* contando 21 alqueires de terra de cultura mais ou menos o qual divide com Vicente Antônio Correia, Sotero Manuel Francisco, Silvestre Delgado Mota, a viúva do finado Joaquim Francisco, Florência Linhares, Marcelino de Tal, pede registro. Vila de Santo Antônio do Paraibuna, 16 de abril de 1856."//A rogo de Manuel Antônio Vieira//Martiniano Peixoto de Miranda

Dentre as formas mais usuais de aquisição de terras declaradas pelos proprietários estão as heranças, com 52 registros, as compras, 87 menções. A permuta aparece apenas uma vez (registro 50). O "posseamento" aparece nitidamente nos registros 38 ("posse havida a posseiros") e 187 ("terras que posseou").

LIMITAÇÕES DA FONTE

A mais importante objeção quanto à possibilidade de uso dessa fonte num mapeamento da estrutura fundiária diz respeito ao caráter impreciso das declarações. Estas imprecisões referem-se:

1. Às **medidas declaradas**; p. ex. (registro 60): "Eu abaixo assinado morador no Curato do Espírito Santo do termo do Mar de Espanha possuo um quarto de terras e mais três alqueires mais ou menos por compra que fiz a João Ignácio da Silva na fazenda de Silvestre Delgado Motta e seus herdeiros. Bem assim mais vinte ou trinta alqueires compra que fiz ao mesmo Silva anexa ao mesmo quarto. Bem assim mais dez ou doze alqueires compra que fiz a Lucas Leonel Soares anexos ao mesmo quarto. Tudo no distrito de Juiz de Fora. Estas terras dividem com Antonio Gomes Tolentino, José Ignácio *da Silva*, João de Paula Rodrigues. Distrito de Santo Antonio do Paraibuna 11 de abril de 1856. //Antonio Alves Barbosa"
2. À **localização das propriedades**; p. ex. (registro 95): "Digo eu abaixo assinada que possuo umas terras posseadas pelo falecido meu marido, cujas terras calculadas em vinte alqueires pouco mais ou menos divide com a fazenda do Mato Virgem, e com a fazenda da Cachoeirinha de Venâncio Delgado, e por outro lado com o sitio denominado Cachoeira da Grama da senhora dona Umbelina. A minha situação se chama independência. Termo da vila de Santo Antonio do Paraibuna comarca da cidade de Barbacena. São 14 de abril de 1856. // Francisca de Paula de Oliveira
3. À **dimensão das propriedades**; p. ex. (registro 80): "Digo eu abaixo assinado Manuel Francisco Albino que possuo no distrito da vila de Santo Antônio do Paraibuna

uma parte de terras dizem ter quatro alqueires pouco mais ou menos; confronta com José Gregório com Francisco José de Lima. Juiz de Fora, 11 de abril de 1856. As terras são na cabeceira do Cágado.//Manuel Francisco Albino

4. Aos **nomes dos confrontantes**; p. ex. (registro 2): "Diz o abaixo assinado que é senhor de uma porção de terras sitas na fazenda do Rochedo no distrito de Santo Antônio do Paraibuna, cujas terras constam de trinta alqueires ainda em comum na mesma fazenda, confrontando com a fazenda da Cachoeira e com a fazenda da Água Limpa, com os Maurícios, com os Cardosos, e com as terras de Maximiano Barbosa e com o patrimônio de Nossa Senhora do Livramento Novo";

5. À **terminologia empregada para descrever os limites das propriedades**; 45 registros declaram "confrontar", ao passo que 99 declaram "divisar";

6. À **terminologia adotada para descrever as unidades rurais**: sesmaria (80 registros), fazenda (321 registros), na fazenda (74 registros), sítio (17 registros), sorte (54)/porção (28)/parte (35) de terras. O termo sesmaria é ao mesmo tempo uma medida e uma forma de acesso à propriedade da terra. Já o termo fazenda no registro de terras de Santo Antônio do Paraibuna é associado a propriedades cujas dimensões variam de 40 alqueires a três sesmarias.

7. Ao fato de **declarar vizinha uma propriedade que na realidade não o é, ou a não declarar uma propriedade com a qual confronta**;

8. Ao **número de propriedades não contíguas de um mesmo proprietário**: ex. (registro 187): Diz Bento da Costa de Oliveira que tem umas posses de terras que posseou no alto da serra da Água Limpa, que divisa pelos altos do morro com Antônio de Macedo Cruz, divisa com a viúva Francisca, viúva do defunto Inocêncio Portela, e por outro lado com João Moreira da Costa. Águas vertentes ao Piau todas. *Tem outras posses unidas à mesma que comprou a Jacinto Antônio de Oliveira* que vão divisar com a quadra da sesmaria do Alcaide-Mor, e por outro lado com Teodoro José da Costa, e divisa por outro lado com Domingos Novais, e por outro lado com José Joaquim de Freitas, e por outro lado divisa comigo Bento da Costa de Oliveira. Todas águas vertentes ao Paraibuna, na freguesia de Santo Antônio do Paraibuna"; que se deve entender por "posses unidas à mesma"?; “a mesma” se refere à posse na qual o declarante já vinha apresentando ou se refere à compra que fez a Jacinto Antônio de Oliveira?

9. Ao fato de **uma mesma propriedade ser declarada, em registros distintos, em nome de três proprietários**; p. ex., os de número 41, 42, 43 que correspondem a três proprietários de uma mesma família, que declararam uma única propriedade contínua. Os três registros na realidade correspondem a uma única propriedade. O pai foi o primeiro a declarar, seguido então pelos filhos. Esta situação demonstra porque o número de registros não pode ser confundido com o número de propriedades.

No entanto, o que consideramos hoje uma imprecisão não o era no momento em que as declarações foram registradas. Aliás, nem mesmo o texto da lei exige o nível de precisão, como se viu anteriormente. Do mesmo modo, as descrições das propriedades rurais declaradas nas escrituras de compra e venda seguem o mesmo padrão até os finais do século XIX. Nelas, muitas vezes nem mesmo a extensão ou os limites da propriedade sequer são mencionados. Este modelo de identificação dos imóveis era inclusive o mesmo para os terrenos urbanos: "cem palmos de terreno de frente, com fundos até o alto do morro, cujo terreno divide por um lado com dona Maria Carlota de Lima, e por outro com Marciano Pinto".[13]

Seria de esperar que os processos de demarcação de terras trouxessem informações mais precisas, mas nem sempre isto ocorre. Tome-se o seguinte exemplo de meados da década de 1860:

> "cujas terras ... pegam no Paraibuna rio abaixo em uma grota com água, sai direito [i.e., diretamente] a um pau de jacaré [i. e., pau-jacaré, *Piptadenia gonoacantha* (Mart.)] e daí direito ao alto [do morro]. Tudo [o] mais que verte à mesma grota, confrontando por este lado com terras que nos ainda ficam pertencendo do alto desse morro direito à estrada; em direitura a uma pedra já existente, confrontando por este lado com terras pertencentes ao senhor Mendes ou quem direito tenha, e dessa pedra pela estrada acima um bocado a encontrar uma pedra na volta do caminho, e dessa pedra direito a uma garapa [i.e., a árvore *Apuleia leiocarpa*], [e] da mesma direito ao alto, confrontando deste lado com terras que ainda nos ficam pertencendo, e desse alto direito à cachoeira do Paraibuna, passando em uma pedra, confrontando por este lado com terras pertencentes a Antônio Dias Tostes".[14]

---

[13] ARQUIVO DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA/Livros de notas/Escritura de venda e compra que fazem Josué Antonio de Queirós e sua mulher Regina Angélica de Almeida, como vendedores, e Guilhermina Celestino da Natividade, como compradora, de um terreno sito nesta vila, pelo preço de 300$000 réis; 12 de janeiro de 1856.

[14] ARQUIVO DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA/PROCESSOS DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS/Demarcação das terras [da propriedade] denominada Santa Clara, pertencentes a Sabino de Oliveira Tavares e sua mulher [cx. 002/proc. 2].

O exemplo acima tão somente corrobora o fato de que, para efeito da divisão e demarcação de propriedades rurais, bastava que os diretamente envolvidos no processo reconhecessem a precisão dos elementos tomados como marcos, de maneira que ao final as partes estivessem todas "conciliadas quanto à maneira de dividir", nas palavras do juiz de paz responsável. A inclusão no processo de uma ilustração da área igualmente muitas vezes oferece o mesmo nível de dificuldades que o excerto acima (anexo 1).

A METODOLOGIA

De início, as propriedades declaradas foram classificadas em duas categorias: "propriedade principal" e "propriedade secundária". A primeira refere-se àquela que é o objeto declarado num registro; a segunda, aos confrontantes ou vizinhos apresentados. Assim, em cada registro há uma propriedade A, que é a principal, que se confronta com as propriedades secundárias B, C, D, etc. Na sequência das declarações, a propriedade B deveria declarar sua confrontação com a propriedade A. Obviamente, porém, como se viu anteriormente, esta declaração dependerá das condições objetivas de cada registro de terras, já que os confrontantes podem não se reconhecer mutuamente. Mas se as vizinhanças se repetirem, ora na posição de declarante, ora na de confrontante, torna-se possível estabelecer um encadeamento entre as propriedades. Dito de outro modo: a propriedade principal é circunscrita pelas propriedades vizinhas.

Com informações relativas às dimensões das propriedades, seria possível ainda ampliar a distribuição espacial para uma distribuição espacial proporcionalmente dimensionada. Em uma configuração espacial hipotética ter-se-ia algo como o seguinte desenho:

B D
A
C E

Nessa distribuição inicial, a propriedade B não declararia a propriedade E como confrontante, pois A, C e D constituem um território que a separa. Não obstante, se em sua declaração B apresenta confrontação com E será preciso rever o posicionamento das demais propriedades. Este é o primeiro passo da primeira fase do processo.

Evidentemente, o grau de dificuldade e as possibilidades de formações aumentam à medida que mais propriedades são incorporadas.

É possível ainda em alguns casos alcançar e analisar as possibilidades de dimensões das propriedades pelo pressuposto do confinamento, isto é, conhecendo as medidas das propriedades vizinhas ou confrontantes chega-se a possibilidades de mensurar aproximadamente a propriedade confinada no espaço permitido pelas de seu entorno. Em suma, a probabilidade de medida de uma propriedade depende das medidas das propriedades que estão em seu entorno, pressupondo a não existência de corredores de terras "em comum", portanto área de fronteira fechada.

Para a consecução desta primeira fase, sistematizou-se a rede de vizinhanças de cada propriedade declarada. Já os confrontantes (isto é, os donos de propriedades secundárias) que não apareciam como declarantes (isto é, como donos de propriedades principais) foram lançados em outra planilha, a ser submetida a uma análise mais detida. Basicamente, a tabela resultante era constituída de dois eixos, horizontal e vertical, cada qual discriminando os nomes de todos os proprietários declarantes. A partir da análise dos registros, marcou-se um ponto de intercessão entre declarantes e confrontantes. Na tabela, portanto, a proximidade das marcações dos números correspondentes a cada registro pode significar uma proximidade espacial das propriedades. O lançamento dos proprietários em duas colunas dispostas de formas ortogonais e consequente criação de pontos de intercessão entre eles pode permitir encontrar aproximações entre propriedades que fazem divisas, ainda que uma não declare a outra, conquanto a viabilidade está ainda em fase de teste. Se os confrontantes de uma propriedade estão representados no eixo, este informa que estes confrontantes são possivelmente confrontantes entre si. Evidentemente o que os separa é a existência da propriedade principal.

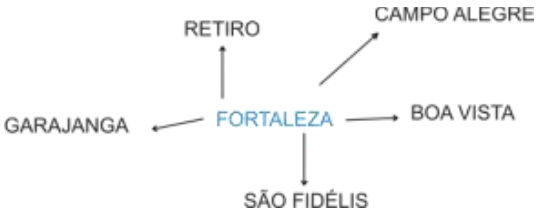
Outro elemento auxiliar na localização das propriedades são as datas dos registros. A proximidade cronológica das declarações pode ser indicativo de proximidade espacial entre propriedades. Ademais, apesar de as propriedades terem nomes, proprietários e até datas diferentes de declarações, a informação ao final da declaração quanto às mesmas regiões pode igualmente indicar se não vizinhança, ao menos proximidade. Por fim, é indispensável conferir os dados geográficos propriamente ditos, tais como nomes de rios e serras, que tendem permanecer os mesmos.

Para demonstração deste procedimento serão tomadas como exemplo seis propriedades do registro de terras de Santo Antônio do Paraibuna. O roteiro a seguir é aplicável a todo o restante das propriedades no estabelecimento da sua distribuição espacial. Tome-se então a propriedade registrada sob o número 51:

> 51 Uma fazenda de cultura denominada Fortaleza sita no distrito e freguesia de Santo Antonio do Paraibuna, que se compõe de duas sesmarias de terras divide com as fazendas do Retiro, São Fidélis, Boa Vista, Garajanga, Campo Alegre, todas do mesmo distrito e freguesia. A fazenda é possuída por compra como consta dos respectivos títulos. //José Ribeiro de Resende

Assim, conforme a modelagem anterior, e de forma aleatória ter-se-á:

FIGURA 1: Espacialização



No registro acima, a fazenda Fortaleza é a propriedade principal, e as demais que com ela confrontam são as propriedades secundárias. Buscando em seguida as declarações relativas a cada uma destas últimas, é possível refinar a distribuição apresentada na figura 1. Isto significa buscar os registros que descrevam como principais as propriedades nomeadas no registro 51 como Retiro, São Fidélis, Garajanga, Campo Alegre e Boa Vista. Tais registros são os de número 37, 44, 82, 143 e 203:

> 37 Uma fazenda de cultura sita no distrito da vila de Santo Antônio do Paraibuna, que se compõe de três sesmarias mais ou menos divisa com as fazendas denominadas Fortaleza, Cachoeira, São Fidélis, Boa Esperança, Mato Virgem, Linhares, Juiz de Fora, Campo Alegre, todas deste mesmo distrito e freguesia acima declarados, a fazenda denomina-se Retiro e foi comprada a Antonio de Souza Bastos e sua mulher, como consta do respectivo título. // Antonio Caetano de Oliveira Horta

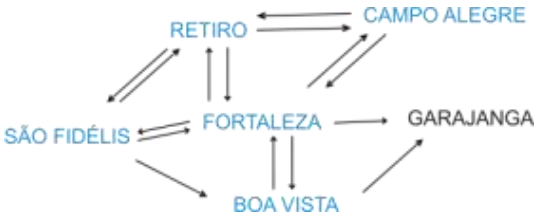
> 44 Uma fazenda de cultura denominada Boa Vista sita neste distrito freguesia de Santo Antônio do Paraibuna que se compõe de uma sesmaria de terras medidas e demarcadas divide com as fazendas denominadas Fortaleza, Garajanga, São Lourenço, São Domingos, Cachoeira. Todas sitas neste mesmo distrito e freguesia acima declarados. Foi comprada a José Bastos Pinto e sua mulher dona Rosa como consta dos respectivos títulos. //José Antônio Henriques

> 82 O abaixo assinado possui a fazenda de Campo Alegre no distrito desta vila o qual divide com terras do finado Ignácio Campelo, Antônio Carlos, José da Costa, Mariano Procópio, e com a sesmaria dos Ribeiros. Contém 50 alqueires. Juiz de Fora, 16 de abril de 1856. //Joaquim Rodrigues Pereira
>
> 143 Dizemos nós abaixo assinados que possuímos uma porção de terras na fazenda de São Fidélis que calcula-se em 140 alqueires ou 150 alqueires, cujas terras dividem com José Ribeiro de Resende, José Antônio Henriques, Severino Martins Barbosa, João Antônio Henriques, Antônio Caetano Horta, sendo tais partes de terras no distrito de Juiz de Fora. 19 de abril de 1856. // Geraldo Augusto de Miranda Resende // Carlota Maria Cândida.
>
> 203 O abaixo assinado morador na freguesia de Santo Antônio do Paraibuna possui 100 alqueires de cultura pouco mais ou menos em capoeira e mata por águas vertentes todas as terras, dividindo com a fazenda de Antônio Caetano de Oliveira Horta, com Antônio Gomes, com dona Guilhermina, com a fazenda do Juiz de Fora, herdeiros do finado Antônio Dias Tostes. Campo Alegre, 18 de abril de 1856. // João Carlos da Fonseca.

Nos registros 82 e 143 são referidos apenas o nome dos proprietários (o que aliás é o mais comum no presente registro de terras) e não o das propriedades, o que torna ainda mais segura a indicação das divisas, considerando a contrapartida da informação por outro lado, nomes iguais de propriedades diferentes são comuns e esta é uma atenção a mais no processo de espacialização. Já o registro 44 não menciona a divisa com a propriedade de Campo Alegre. No registro 82, a "sesmaria dos Ribeiros" refere-se sem dúvida à propriedade de José Ribeiro de Resende. Neste caso também não é declarada a propriedade do Retiro ou seu proprietário Antônio Caetano de Oliveira Horta. Por fim, as lacunas no registro 203 poderiam ser preenchidas com a incorporação dos dados de outras propriedades constantes dos registro paroquial de terras.

Assim, articulando todas as informações relativas às confrontações declaradas nos registros acima, tem-se a figura 2, em que as setas de sentido contrário indicam a confrontação mutuamente reconhecida, e a seta de sentido único, o reconhecimento isolado da confrontação de uma propriedade por outra.

FIGURA 2: Redimensionamento



A relação entre declarantes e confrontantes constitui uma das formas possíveis de criar uma relação espacial. O passo seguinte corresponde à quantificação do número de confrontantes de cada declarante, para a obtenção da figura geométrica de base para o cálculo da dimensão espacial proporcional. Isto constitui a segunda fase do processo de mapeamento, a redistribuição espacial dimensionada. Em muitas declarações é apresentada a dimensão da propriedade em alqueires, cordas, palmos, sesmarias entre outras medidas. Isto faz com que seja necessário converter os valores apresentados em diferentes unidades de medida numa unidade padrão. A tabela 1 retoma os exemplos anteriores.

TABELA: 1
Conversão das dimensões declaradas para o sistema métrico

Fazendas	**Dimensões**	**Conversão em m²**
Fortaleza	2 sesmarias	21.780.000
Retiro	3 sesmarias	32.670.000
São Fidélis	150 alqueires	7.260.000
Boa Vista	1 sesmaria	10.890.000
Campo Alegre	50 alqueires	2.420.000

Fonte do valor de conversão: TEIXEIRA, Wincar Góes. Serviço de Estatística da Produção, Ministério da Agricultura – setembro de 1946. In: FALCÃO, Ismael Marinho. *Direito Agrário Brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação e prática*. Agenda Operacional – EMATER MG 2004.

Como são cinco propriedades confrontantes, tem-se um pentágono representando a fazenda Fortaleza. Para distribuir seus 21.780.000 m² utilizou-se a fórmula da área do pentágono regular para encontrar o raio e definir a figura geométrica circunscrita no polígono. De posse deste resultado, pode-se criar uma interação espacial por meio de programas informáticos que habilitem o manuseio das figuras geométricas,

o que permite avançar na análise da proporcionalidade das áreas representadas, ainda que estas dimensões não correspondam exatamente.

FIGURA 3: Geometria por confrontantes

O pentágono regular nomeado Fortaleza representa a propriedade de mesmo nome em seus possíveis limites. O sombreamento representa a indeterminação da fronteira entre propriedades, enquanto que a linha forte define uma média possível na área sombreada.

Existe uma segunda possibilidade de proceder à representação espacial específica do geoprocessamento por meio da criação de *buffers*, os quais apresentariam a mesma área a partir do raio, porém com um formato geométrico comum a todas as representações, isto é o formato circular. As diferenças não parecem fundamentais e a segunda forma chega a ser mais prática e rápida de aplicação do que a primeira. A primeira é aplicável manualmente em uma base virtual (fundo em branco) e também aplicável ao software AutoCAD, através da criação de figuras geométricas circunscritas ou inscritas.

A terceira fase do processo pode ser chamada redistribuição referenciada, em que se busca escalonar geograficamente e referenciar a distribuição de propriedades à sua região originária, ou seja, é hora de unir os aspectos geográficos às informações da estrutura fundiária construída e reconstruída pela sociedade. Neste momento há a necessidade do uso de softwares de Sistema de Informação Geográfica para um melhor resultado e manejo das informações pela interface virtual[15].

A quarta e última fase é correspondência entre propriedades e proprietários marcados na primeira fase sem uma padronização. Nesta fase busca-se inserir ao mapa virtual o máximo de informações que correspondam à história do proprietário, família e

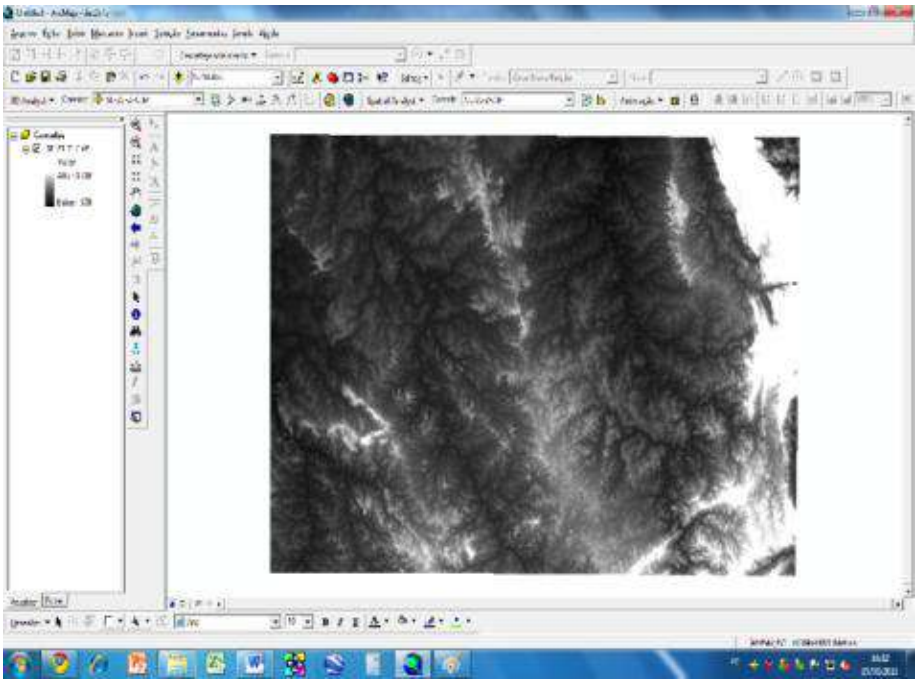
[15] Um teste com o programa ArcView no seu aplicativo ArcMap pode ser consultado em LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Sorte de terras, fazendas, sesmarias*: georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terras. Juiz de Fora: UFJF, 2011 (dissertação de mestrado).

propriedade. A princípio estas informações serão acessadas através de *layers*[16], e corresponderão somente àquelas oriundas do registro paroquial de terras, deixando a possibilidade de acréscimos e revisões. Importa em um mapa virtual a capacidade de manipulá-lo e aperfeiçoá-lo. Esta fase é, de todas, a mais incompleta e sua característica é induzir os pesquisadores que detenham informações de interesse para esta pesquisa a interagir com ela.

Aplicação do modelo

O primeiro passo é obter imagens de satélites ou de radar para que a base geográfica possa ser georreferenciada. A partir das imagens SRTM ou daquelas fornecidas pelo INPE começa-se a construir esta base geográfica[17]. A figura 4 pode ser mais esclarecedora:

FIGURA 4: Interface do ArcGis com SRTM



[16] O uso das layers deve-se a experiência ganha ao contato com o SIGs, na dissertação mencionada. Este ganho está na possibilidade de manusear camadas de informações conforme necessidade da pesquisa e, a partir daí definir novos conjuntos de informações capazes, pela agregação, de tornarem-se novas fontes históricas.

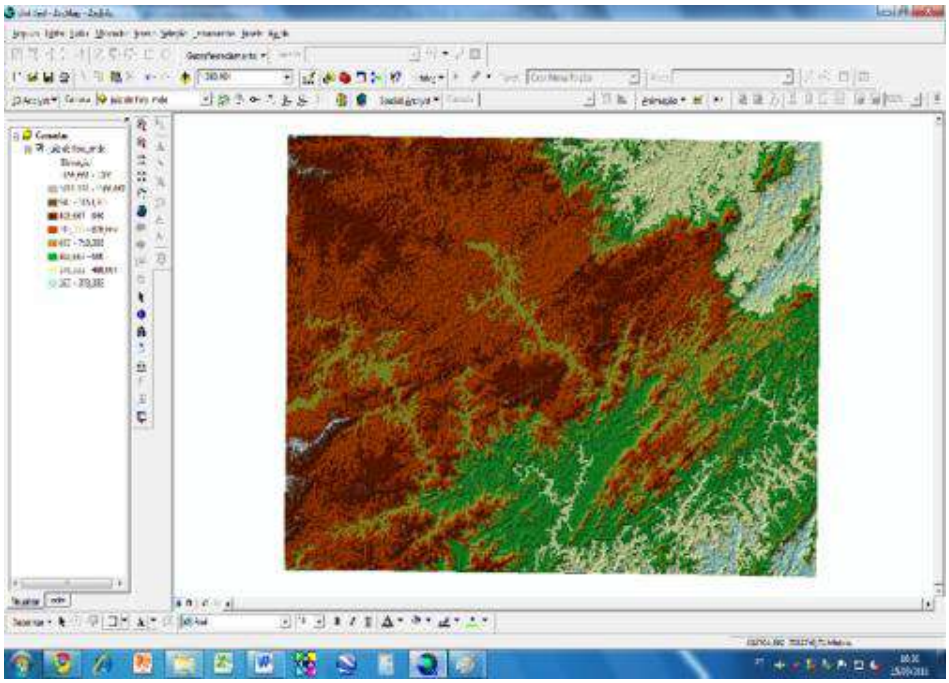
[17] A forma de conseguir estas imagens é considerada por sensoriamento remoto. Outra forma é a obtenção de imagens produzidas pela aerofotogrametria a uma distância menor do solo.

Fonte: área de trabalho do ArcGis 9.1; aplicativo do pacote ArqView utilizado para análises de imagens de satélites ou radar em função do Geoprocessamento.

Na figura 4 tem-se a imagem da região a ser pesquisada disponibilizada pela Embrapa. A imagem é escolhida segundo a região a ser pesquisada.

Por meio da manipulação da imagem com objetivo de tornar mais evidente o relevo, obteve-se o resultado apresentado na figura 5.

FIGURA 5: Interface do ArcGis com imagem de Relevo

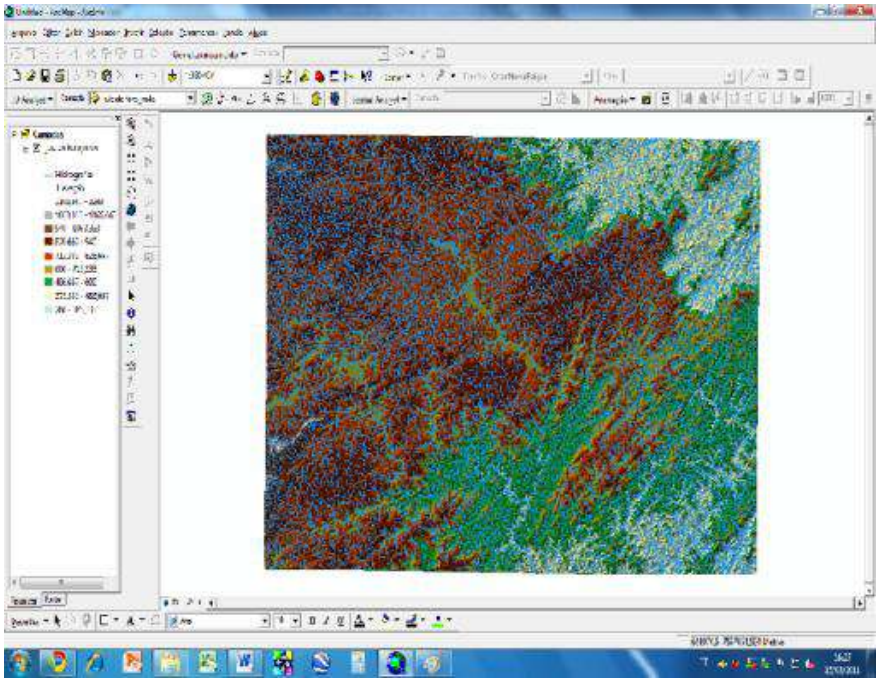


Fonte: Área de trabalho do ArcGis 9.1 aplicativo do pacote ArqView utilizado para análises de imagens de satélites ou radar em função do Geoprocessamento. SRTM convertido com técnicas próprias do software em informações de relevo.

Na figura 5 as áreas de cores escuras correspondem às regiões de maiores altitudes (tons de vermelho) enquanto que as de cores mais claras representam as regiões de mais baixa altitude (tons esverdeados e amarelados).

Em seguida, buscou-se localizar a área de drenagem da região, isto é os cursos d'água (em azul na figura 6). Este *layer* da hidrografia pode ser obtido no site do IBGE. Assim, definiu-se pelo sistema ArcGis a área em questão em seus elementos geográficos de relevo e drenagem.

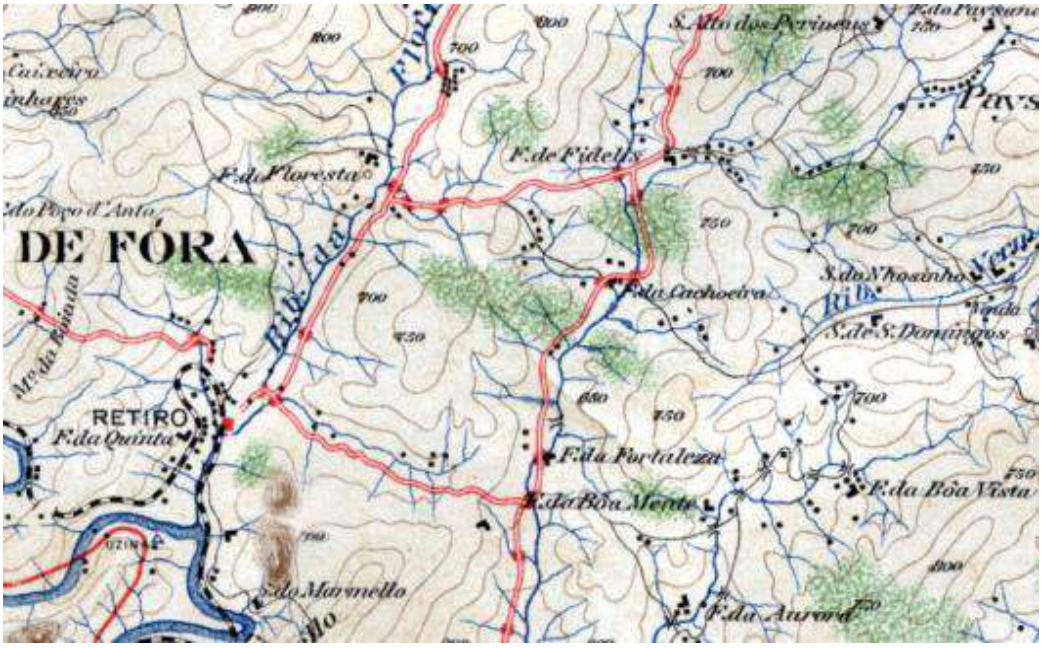
FIGURA 6: Interface do ArcGis com imagem de Relevo e Drenagem



Área de trabalho do ArcGis 9.1: Aplicativo do pacote ArqView utilizado para análises de imagens de satélites ou radar em função do Geoprocessamento. SRTM convertido com técnicas próprias do software em informações de relevo acrescidas da drenagem.

É chegado aqui o momento de sobrepor a distribuição espacial das propriedades representada pela figura 2 à figura 6. Para isto, conta-se com uma facilidade adicional indispensável: a folha de Juiz de Fora elaborada pela Comissão Geológica e Geográfica de 1924, que reúne informações históricas e geográficas produzidas no final do século XIX, como a altimetria através das curvas de nível, parte da rede hidrográfica, estradas e nomes das fazendas (figura 7).

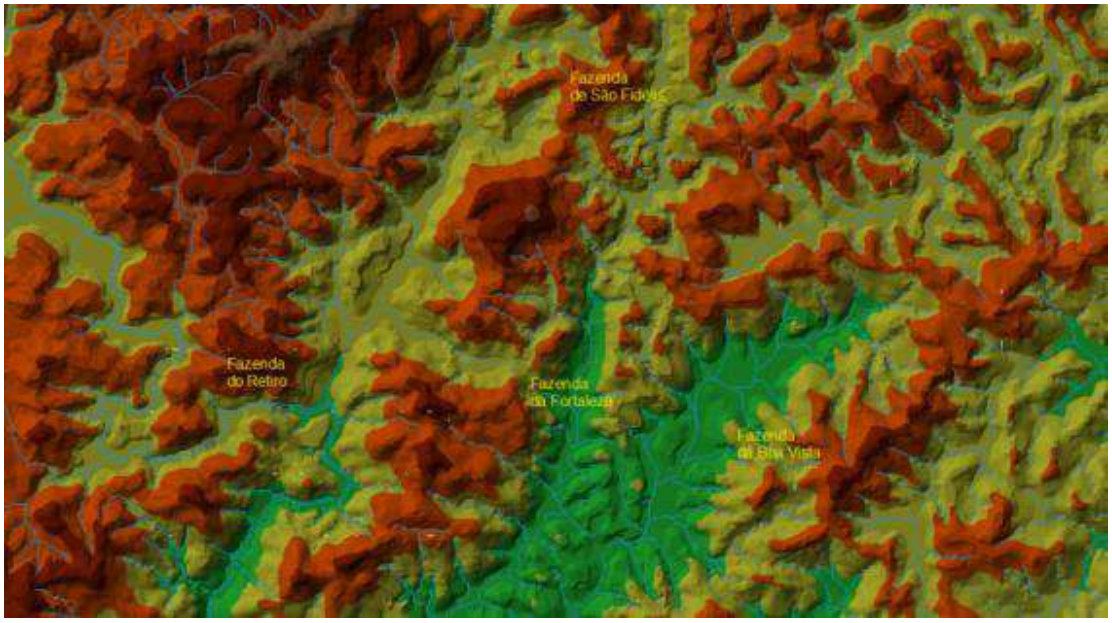
FIGURA 7: Parte da Carta de Juiz de Fora 1924



Destaque da folha Cartográfica de Juiz de Fora de 1924, segunda edição, elaborado pela Comissão Geológica e Geográfica de Minas Gerais.

Esta folha topográfica oferece a enorme vantagem de preservar os nomes originais pelo menos das maiores propriedades rurais. Assim, o processo de identificação adquire maior consistência. Na sobreposição desta imagem com a produzida a partir do ArcGis utilizou-se o recurso de transparência do software Corel Draw. O resultado é visto na figura 8.

FIGURA 8: Distribuição das propriedades rurais segundo proximidade espacial em relevo detalhado pelo sistema de Geoprocessamento



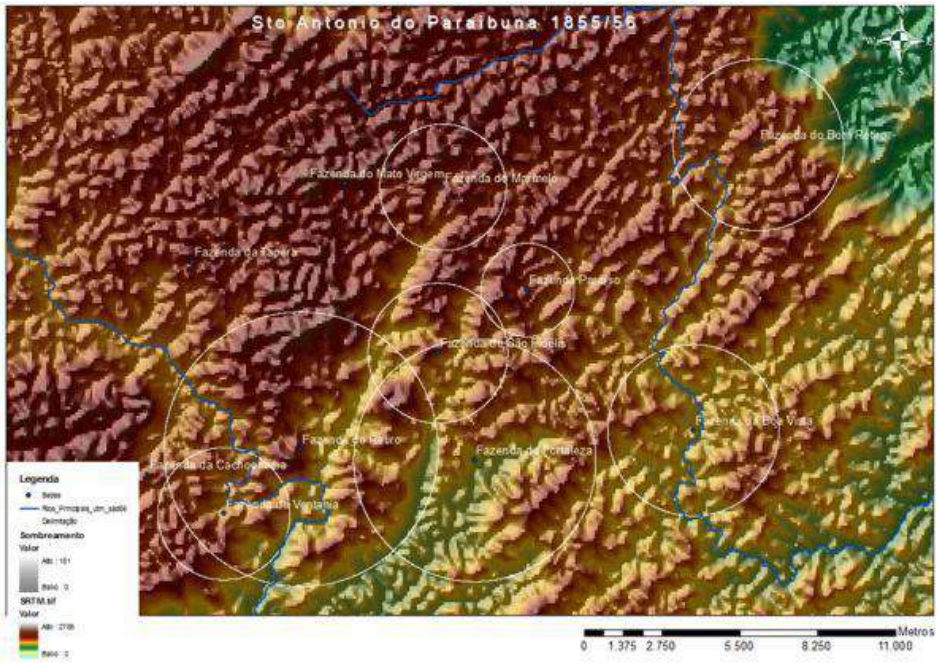
Esta informação nova traz a possibilidade de avaliar, entre outros, possíveis caminhos, terras baixas e altas, mais ou menos acidentadas, tipos de solos, riscos de alagamentos. Assim, a partir do geoprocessamento estas informações podem ser obtidas com o uso de modelagem matemática do próprio software e definir-se-á de pronto, também entre outras, as possíveis vantagens competitivas naturais entre as propriedades rurais.

A consistência da análise evidentemente aumentará com o recurso a fontes suplementares que esclareçam aspectos relevantes, tais como inventários *post mortem*, processos cíveis ou escrituras de compra e venda, por exemplo. De toda a maneira, a partir deste ponto já é possível ao menos avançar na análise dos condicionantes naturais ou as limitações determinadas pelo relevo e hidrografia (proximidade de nascentes, fluxo, áreas de alagamentos, etc.), dentre outras variáveis geográficas. O modelo aqui proposto foi pensado como auxiliar da pesquisa histórica. Estas propriedades só puderam ser localizadas devido à informação constante nos registros de terras. O mapa das propriedades de 1924 permitiu confirmar a localização delas. A combinação de informações históricas e geográficas é, contudo, parte apenas das possibilidades. Outros softwares, como o AutoCAD permitem aproximar ainda mais as informações da fonte com uma realidade modelar virtual e mesmo em três dimensões (3D), os ganhos disto

estão em testes pelas pesquisas do Laboratório de História Quantitativa e Georreferenciada[18], da UFJF.

Outras questões propostas pelo pesquisador são igualmente possíveis de ser investigadas, tais como a relação entre o processo de ocupação fundiária e a malha hidrográfica ou da declividade do terreno ou, ainda, o tipo de solo.

MAPA 1: Estrutura Fundiária Parcial



A definição da localização da propriedade e seus possíveis limites podem ser a partir desta ferramenta verificadas e avaliadas, através de informações históricas ou geográficas, isto é os limites naturais de rios, cumeeiras, entre outros. Importa perceber que a partir deste ponto as possibilidades de análises da pesquisa historiográfica se ampliam. Este não é um resultado final é uma ferramenta a ser utilizado, um instrumento de análise que possibilitas interações de informações diversas.

Estrutura fundiária parcial segundo possibilidade de localização de propriedades conforme área a partir do raio em referência a distribuição espacial. O aprimoramento destas propriedades pode ser feito a partir das demarcações de terras[19] em que às medidas são mais precisas devido ao trabalho de agrimensores. No entanto, nem todos os proprietários dispunham dos recursos necessários para isto. Portanto, poucas fontes são estas nesta região. Outro ponto negativo é a proporcionalidade entre maior distância temporal das fontes e fluidez nos domínios da propriedade.

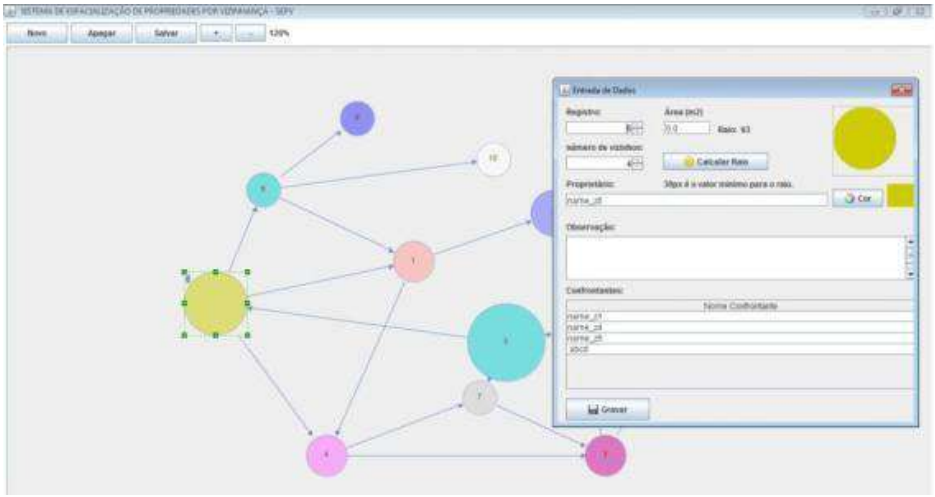
[18] Entre outros projetos têm-se o desenvolvimento de software próprio para a espacialização das propriedades do registro paroquial de terras, avançando assim no uso da tecnologia para a pesquisa em História, em anexo 2 sua interface.

[19] Em anexo 1 um modelo de propriedade representada por agrimensor.

ANEXO 1:
Divisão e demarcação de terras da fazenda Palmital, 1864
Fonte: ARQUIVO DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA/Processos de Demarcação de Terras/ Demarcação e divisão da fazenda Palmital; 1º de dezembro de 1864 [cx. 1, proc. 1].

Planta de propriedades produzida por agrimensor por decisão de justiça no processo de demarcação de terras. Santo Antonio do Paraibuna.

ANEXO 2: Sistema de Espacialização de Propriedades por Vizinhança



Cada área circular representa uma propriedade, o círculo é uma figura geométrica capaz de circunscrever outras formas regulares, e isto é o primeiro passo para se alcançar as formas irregulares, conforme as informações disponíveis. A possibilidade do uso de cores é uma maneira de permitir definições e diferenças diante de aspectos próprios elencados pelo pesquisador. Por exemplo: uma cor para representar

propriedades de uma mesma família, ou elementos novos de elementos tradicionais, entre outros. A possibilidade de variação no tamanho dos círculos pode tanto representar à medida em escala, como também graus de produção ou valores. A possibilidade de abrir uma caixa de diálogo à princípio com confrontantes, área do círculo e cor, bem como a ligação por meio de setas que podem sinalizar os confrontantes ou possíveis circuitos mercantis. O programa tenta ser construído para o objetivo de espacializar as propriedades representadas pelo RPT, mas outros usos de suas ferramentas são explorados, como em qualquer desenvolvimento tecnológico, à medida que ele é desenvolvido e aperfeiçoado. Suas limitações e falhas estão em avaliação e aberta a críticas bem como seus ganhos e oportunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Rômulo Garcia. Formação de estruturas agrárias e seu dinamismo na zona da Mata Mineira. In: *Seminário Sobre a Economia Mineira*, 12, 2006, Diamantina. Anais. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2006.

CARRARA, Angelo Alves. Paisagens rurais de um grande sertão: a margem esquerda do médio São Francisco nos séculos XVIII a XX. *Ciência e Trópico*, Recife, vol. 29, pp.61-124, 2001.

CARRARA, Angelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo;* contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Editora da UFOP, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Vértice-IUPERJ, 1988.

GARCÍA JUAN, Laura, ESCALONA, Julio & CAMARERO BULLÓN, Concepción. Propuesta metodológica para la reconstrucción del parcelario antiguo mediante sistemas de información geográfica. *Revista CT Catastro*, agosto de 2008, pp. 203-214.

GODOY, Marcelo Magalhães; LOUREIRO, Pedro Mendes. Os Registros Paroquiais de Terras na História e na Historiografia - estudo da apropriação fundiária na província de Minas Gerais segundo uma outra metodologia para o tratamento do primeiro cadastro geral de terras do Brasil. *Revista História Econômica e História de Empresas*/ABPHE. São Paulo, vol. 1. 1998.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Sorte de terras, fazendas, sesmarias*: georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terras. Juiz de Fora: UFJF, 2011 (dissertação de mestrado).

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Teixeira da. *História da agricultura brasileira*; combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996 (tese de doutorado).

TEIXEIRA, Wincar Góes. Serviço de Estatística da Produção, Ministério da Agricultura – setembro de 1946. In: FALCÃO, Ismael Marinho. *Direito Agrário Brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação e prática*. Agenda Operacional – EMATER MG 2004.

Revisitando Manuel Correia de Andrade e a formação econômica nordestina: a questão das atividades econômicas

Rafael Aubert de Araujo Barros[1]

Luiz Eduardo Simões de Souza[2]

Resumo

O geógrafo, historiador e economista Manuel Correia de Andrade (1922 -2007) é uma das principais, senão a principal referência sobre a formação econômica do complexo nordestino. Dada essa condição, várias interpretações de sua obra acumularam-se ao longo do tempo, permitindo múltiplas e às vezes contraditórias formulações sobre seus aspectos. Um exemplo disso é a questão da divisão territorial que Andrade faz da dispersão das atividades econômicas do complexo nordestino. Neste artigo, o qual compõe com outras atividades o projeto de pesquisa *Revisitando as Hipóteses de Manuel Correia de Andrade*, propõe-se, a partir da leitura e referência às obras de Andrade, uma interpretação desse aspecto, qual seja a de que a territorialidade das principais atividades econômicas desenvolvidas no Nordeste ter-se-ia caracterizado por estado de dependência, decorrente de formulações advindas das antigas formas de divisão do espaço, implantadas ainda no Período Colonial (1500 – 1822), em que a delimitação dos territórios de influência das culturas adjacentes à atividade principal seriam condicionados ao dessa última.

Palavras-Chave: Manuel Correia de Andrade; Economia Nordestina; Formação Econômica do Brasil; História Econômica do Brasil; Economia Colonial.

---

[1] Graduando em Economia pela Universidade Federal de Alagoas. Membro do GEEPHE, bolsista do projeto de iniciação cientifica "*Revisitando as Hipóteses de Manuel Correia de Andrade*" PIBIC/UFAL Órgão financiador FAPEAL.

[2] Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do GEEPHE.

Revisitando Manuel Correia de Andrade e a formação econômica nordestina: a questão das atividades econômicas[3]

Rafael Aubert de Araujo Barros[4]

Luiz Eduardo Simões de Souza[5]

1. Introdução

O geógrafo, historiador e economista pernambucano Manuel Correia de Andrade (1922 -2007) é uma das principais, senão a principal referência sobre a formação econômica do complexo nordestino. Autor de obras como *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963), e *A Questão do Território no Brasil* (1995), entre várias outras, Andrade adotou um enfoque predominantemente territorialista na abordagem das questões ligadas a seus problemas de estudo, ou seja, partindo de aspectos ligados à constituição do território, buscou respostas aos problemas primordiais da formação econômica nordestina, quais sejam o "atraso" e "falta de dinamismo" de suas atividades, unidas em um resultado de estagnação, dependência externa (regional e internacional) e concentração progressiva de riqueza.

Manuel Correia de Andrade, como pensador de seu país, apresentou uma grande identidade com os sistemas de pensamento de Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré na interpretação dos problemas estruturais brasileiros – problemas estes com raízes na formação da sociedade e das relações produtivas originárias do período Colonial (1500 – 1822), os quais, devido ao caráter de permanência de uma hierarquia social arcaica, reproduziam-se no tempo, reproduzindo também o caráter reflexo e dependente do país – e, em uma menor, mas não muito distante medida, de Celso Furtado – sobretudo na questão da caracterização do subdesenvolvimento brasileiro não

---

[3] Este artigo é uma produção dos projetos de pesquisa *Revisitando as Hipóteses de Manuel Correia de Andrade*, e *Crise e Território no Pensamento Econômico*, financiados respectivamente, pela FAPEAL (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Alagoas) e CNPq.

[4] Graduando em Economia pela Universidade Federal de Alagoas. Estudante do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE), cadastrado na base lattes do CNPq.

[5] Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE)

como uma questão de aspectos pontuais, mas de um conjunto de elementos estruturais que, por meio de sua permanência, davam a tal subdesenvolvimento a mesma perenitude.

Assim, a obra de Andrade dialogou em sua época e dialoga hoje também com a problemática do subdesenvolvimento. Não é raro encontrar em suas obras não apenas a descrição das mazelas do subdesenvolvimento nordestino, mas também reflexões sobre as tentativas de resolução de tais mazelas pelos governos[6].

Ao abordar questões regionais, Manuel Correia de Andrade apontava características gerais entre as regiões que causavam o subdesenvolvimento: (1) posse concentrada da terra; (2) cultura extensiva de baixa produtividade; (3) sustento e benefício de uma estrutura social de classes de caráter oligárquico; (4) uso extensivo da mão-de-obra nas atividades principais, o que resultava em baixa produtividade do fator trabalho; (5) enfoque das atividades econômicas na demanda externa, em detrimento do mercado interno, resultando em uso extensivo, de baixíssima produtividade, dos fatores produtivos nas atividades voltadas ao mercado interno. Tais características, aliadas a aspectos da conformação territorial – geomorfológicos, hídricos, pluviométricos e climáticos – peculiares a cada espaço do Nordeste, forneceriam não apenas o diagnóstico, mas um conjunto de possibilidades de resolução dos impasses de desenvolvimento econômico da região.

Quando se debruçava sobre questões nacionais, Manuel Correia de Andrade buscava explicações históricas, geográficas e territoriais para a conformação das relações sociais e econômicas que estabeleceram as diversidades regionais do Brasil. Segundo o próprio,

> (...)admitimos que a expressão territorialidade possa vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito a sua gestão, como ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um estado."(ANDRADE: 2004, p. 20.)

[6] Em *A Terra e o Homem no Nordeste*, por exemplo, Manoel Correia de Andrade dedica o último capítulo do livro a comentar as expectativas em relação às atividades da então recém-criada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Andrade, já à época, questionava o caráter pontual das políticas do órgão público, apontando que ele deveria resolver questões estruturais da formação econômica da região, como a distribuição de terras, por exemplo.

O passado colonial, o estabelecimento do dinamismo da economia em atividades reflexas, a dependência externa, a estrutura de classes derivada de um passado escravista e latifundiário, que resultou em formas de governo oligárquicas, baseadas na posse concentrada de meios produtivos e sobre-exploração de recursos naturais e mão-de-obra, todos esses aspectos teriam determinado as condições de subdesenvolvimento não apenas do Nordeste, mas do Brasil como um todo. A superação das disparidades regionais, assim, para Andrade, representaria a superação do subdesenvolvimento para o país.

Dado o volume e a extensão no tempo da obra de Manuel Correia de Andrade[7], várias interpretações de sua obra acumularam-se ao longo do tempo, permitindo múltiplas e às vezes contraditórias formulações sobre seus aspectos[8]. Um exemplo disso é a questão da divisão territorial que Andrade faz da dispersão das atividades econômicas do complexo nordestino[9]. Em sua obra principal, *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963), Andrade divide o território nordestino em três sub-regiões, a saber: (i) *Mata e Litoral Ocidental*; (ii) *Agreste* e (iii) *Sertão e Litoral Setentrional*. A partir dessa divisão, Andrade realiza a dispersão das atividades econômicas e suas inter-relações. Há um caráter determinante das condições geográficas e territoriais no estabelecimento dessas atividades, mas não *determinístico*; ou seja, além dessas condições, as variáveis sociais e políticas, consolidadas na história da formação do complexo econômico nordestino, também tiveram grande influência na composição do cenário, bem como na perpetuação do subdesenvolvimento da região.

Neste artigo, propõe-se, a partir da leitura e referência às obras de Andrade[10], uma interpretação desse aspecto, qual seja a de que a territorialidade das principais

---

[7] Para tanto, veja-se o levantamento biobibliográfico elaborado por GASPAR, PORDEUS e SILVA (1996).

[8] Por exemplo, veja-se CARVALHO, C. (2010, p. 5), que atribui à análise de Andrade, uma concepção equivocada de "mosaico nordestino", a qual não apresenta referência correlata na obra do Autor, ao confundir aspectos de diversidade geográfica com relações produtivas. Há mais, inclusive de outros autores, que estudaram a obra de Andrade.

[9] Outro exemplo, este de referência de terceira mão, é fornecido por Wilson Cano (2002, pp. 117 – 145), ao atribuir a Celso Furtado e aos organismos públicos que resultariam na SUDENE de 1959 a divisão territorial organizada por Manuel Correia de Andrade ao longo dos anos 1950, a partir do trabalho da Fundação IBGE nos anos 1940. É curioso, aliás, que em um longo ensaio sobre a economia nordestina e sobre Celso Furtado – que também parece ter se servido amplamente de Andrade, sem reconhecimento – Cano não tenha feito uma referência sequer ao trabalho de Andrade.

[10] Em especial *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963), *O Nordeste e a questão regional* (1993) e *A questão do território no Brasil* (1995).

atividades econômicas desenvolvidas no Nordeste ter-se-ia caracterizado por estado de dependência, decorrente de formulações advindas das antigas formas de divisão do espaço, implantadas ainda no Período Colonial (1500 – 1822), em que a delimitação dos territórios de influência das culturas adjacentes à atividade principal seriam condicionados ao dessa última.

2. *Território e Atividades Econômicas em Manuel Correia de Andrade*

Em sua obra principal, *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963), Manuel Correia de Andrade divide o território nordestino em três sub-regiões, a saber:

(i) *Mata e Litoral Ocidental*;

(ii) *Agreste* e

(iii) *Sertão e Litoral Setentrional*.

A partir dessa divisão, Andrade realiza a dispersão das atividades econômicas e suas inter-relações. Na região (i), haveria predominância das atividades centrais da economia, com foco para a demanda externa, ou seja, cana-de-açúcar, cacau (na Bahia), e em competição perdida para a cana, o algodão. Em menor escala, dar-se-ia uma pequena cultura de café[11]. Na região (ii), o Agreste, haveria maior diversidade, em que a pecuária extensiva, desenvolvendo-se no espaço deixado pela cana, adicionada às culturas de mandioca, leguminosas e grãos, voltadas para o mercado interno e o autoconsumo. Por fim, na região (iii), o Sertão, seria o espaço de predominância da pecuária, esta para abastecimento dos centros urbanos e dotada de um papel importante no desbravamento do território do semi-árido.

O estabelecimento das atividades econômicas no Nordeste teria obedecido à lógica da lavoura canavieira extensiva com produção voltada para o mercado externo, estipulada ainda no período colonial. A primazia inevitavelmente era dada à lavoura canavieira. Segundo Andrade (1963, p. 71):

> "A área canavieira localizava-se quase sempre próxima ao litoral, mas em Pernambuco já penetrara bastante para o interior em freguesias

[11] É importante lembrar que as primeiras mudas de café foram trazidas para o Brasil por Francisco de Melo Palheta, em 1727, no Maranhão.

> como Tracunhaém, Vitória de Santo Antão e São Lourenço da Mata que ficavam, nos fins do século XVI, em plena área de exploração do pau-brasil."

Ainda que a regra fosse a de que a internalização do território seguisse uma diversificação das atividades e orientação cada vez mais para o mercado interno, contextos de preços favoráveis à cana terminariam colocando-a mesmo sobre outras culturas, que adotavam uma posição suplementar na distribuição das atividades (Andrade: 1963, p. 74):

> "Conforme as solicitações do mercado externo e a oscilação dos preços, a cana-de-açúcar partindo das áreas mais úmidas onde dominava, avançava por áreas de clima menos úmido, que por sua vez eram disputados pelo algodão, dominante nas regiões semiáridas, quando os preços subiam e os da açúcar baixavam.(...)A pecuária, indispensável tanto à indústria açucareira, como ao abastecimento dos centros urbanos então florescentes, ocupava não só o agreste e o sertão, como até mesmo certos trechos da região mata e litoral oriental."

Tal suplementaridade – e não complementaridade, note-se – entre a cana e as demais atividades, reproduzia-se na estrutura social através dos beneficiários das relações produtivas resultantes do sistema (Andrade: 1963, p. 74):

> "em toda a região estruturou-se nesse período, uma sociedade aristocrática dividida em classes. No ápice aparecia a figura do senhor-de-engenho com um prestígio e poder que eram tanto maiores quando maior fosse à extensão de suas terras, a produção dos seus canaviais ou o número de escravos que possuísse.(...)"

Não deixa de ser interessante notar que, longe de querer fazer uma "teoria das elites", Manuel Correia de Andrade preocupava-se também com a diversidade da morfologia da base social da pirâmide social da sociedade canavieira:

> "(...)cultivando o produto rei de exportação, a cana-de-açúcar, o lavrador tinha melhor situação que o morador, roceiro, que cultivava produtos de subsistência, e os empregados, uma vez que estes recebendo salários, estavam mais vinculados ainda ao senhor-de-engenho.(...)" (ANDRADE: 1963, p. 79).

A hegemonia da cana-de-açúcar, por assim dizer, não se deu sem certa disputa conjuntural com outras culturas favorecidas circunstancialmente, como a do algodão,

por exemplo. Mas o estabelecimento territorial de longo prazo da cana terminava por resolver qualquer disputa com outro produto primário:

> "A concorrência do algodão constituiu também sério problema para a cana-de-açúcar que considerada até então como cultura imperial, apossara-se das terras, conquistara as várzeas de massapê e as grotas de barro vermelho, destruíra as matas, afugentara os animais e só permitia que outras lavouras se desenvolvessem, qual vassalos, nas áreas em que ela não podia, nas condições da época, medrar." (ANDRADE: 1963, p.88).

O caráter das culturas de subsistência, autoconsumo e de mercado interno assim, seria, como já se afirmou, suplementar, e não complementar à cana. Tais atividades seriam realizadas nos espaços em que a cana não se viabilizasse. Segundo Andrade:

> "A mandioca, o feijão e as fruteiras largamente consumidos por ricos e pobres nunca fizeram sombra à cana-de-açúcar. Contentaram-se sempre com a posição de vanguardeiros do avanço canavieiro, ocupando áreas desmatadas e distantes à espera da chegada da cana, e nas regiões mais povoadas se limitavam a ocupar os solos que à cana não interessavam. Constituíam a pequena lavoura feita por escravos e moradores para o auto-abastecimento e venda da sobra, e por senhores-de-engenho e lavradores, às vezes apenas para o consumo das suas famílias e dependentes." (ANDRADE: 1963, p. 89).

Em outra obra, *O Nordeste e a Questão Regional* (1993), Manuel Correia de Andrade atualiza suas informações e fornece mais detalhes dessas atividades correlatas à cana-de-açúcar. Partindo do sul da região nordeste, a cultura suplementar seria, na Bahia, o cacau:

> "O cacau, produto dominantemente destinado à exportação, tem mais de 90% de sua produção no Estado da Bahia, tendo se expandido depois da assistência técnica e da orientação econômica da Ceplac para o norte e para o sul da chamada zona cacaueira(...)"(ANDRADE, M: 1993, p.18)

No norte da Bahia, e em Alagoas, o plantio de fumo teve algum vicejo desde a Colônia até tempos recentes:

> "O fumo, uma cultura tradicional do Recôncavo Baiano, é hoje muito cultivado em Alagoas, onde, em torno da cidade de Arapiraca, se desenvolve numa área ampla e contínua. Alagoas é o principal

> produtor de fumo do Nordeste, embora sua produção seja pequena, se comparada com a dos grandes produtores do Sul como Santa Catarina."(ANDRADE, M: 1993, p.19)

No sertão, em complementaridade à pecuária extensiva, a cultura de plantas adaptadas ao clima árido teve maior espaço:

> "A mamona e o sisal são produtos dominantemente nordestinos, contribuindo a região com mais de 80% da produção nacional, que se destina sobretudo à exportação. São culturas adaptadas ao semiárido."(ANDRADE, M: 1993, p.20)

A própria atividade pecuária sofreu incrementos em tecnologia, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, mas não chegou a atingir o nível de produção e os índices de produtividade de culturas intensivas, continuando a representar muito mais uma atividade de ocupação de território, do que de uso propriamente econômico em seu caráter mais intensivo:

> "Quanto à pecuária, o Nordeste apresenta um ponderável rebanho de bovinos, de caprinos, de asininos e de suínos Em algumas áreas os bovinos são criados através de um sistema semi-intensivo, visando ora a produção de carne na encosta da Chapada Diamantina e sudeste da Bahia -, ora, produção de leite - Bacia Leiteira de Alagoas e Triângulo Leiteiro de Pernambuco. São, em regra, o resultado de cruzamentos do gado crioulo tradicional com raças nobres, tanto de origem indiana - zebu - como europeia – holandês. Numerosas fazendas criam gado selecionado, com vistas à produção de reprodutores. Quanto aos suínos, só recentemente se vem melhorando os padrões raciais e alimentícios nesse rebanho, o mesmo ocorrendo com os caprinos, hoje valorizados pela seleção de cabras leiteiras, visando à produção do queijo de coalho. Já entre os equinos e asininos, o abate descontrolado para a exportação vem provocando um grande desfalque destes rebanhos. ."(ANDRADE, M:1993, p.19 - 20)

Por fim, é importante ressaltar que há um caráter determinante das condições geográficas e territoriais no estabelecimento dessas atividades, mas não *determinístico*. Além dessas condições, as variáveis sociais e políticas, consolidadas na história da formação do complexo econômico nordestino, também tiveram grande influência na composição do cenário, bem como na perpetuação do subdesenvolvimento da região. E isso aparece claramente na obra de Manuel Correia de Andrade.

3. Permanência de Elementos Estruturais: a posse de terra

Um dos aspectos mais recorrentes na explicação da condição de subdesenvolvimento da região do nordeste brasileiro é a posse concentrada de terra. A loquacidade dos dados quase fala por si, em sua intensidade e permanência ao longo do tempo. Manuel Correia de Andrade (1963) classificou a distribuição de terras em cinco grupos, considerando as variáveis: (1) área ocupada e (2) número de estabelecimentos. Assim estipularam-se os seguintes intervalos: (i) estabelecimentos com menos de dez hectares(ha), (ii). maiores do que 10 e menores que 100; (iii) entre 100 e 500; (iv) de 500 a 1000, e por último, (v) os estabelecimentos com mais de 1000 ha. O período analisado por Andrade restringiu-se à década de 1950. Os resultados do estudo de Andrade foram extrapolados no tempo, expandindo seu período, com dados coletados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, até tempos mais recentes.

Na Tabela 1 explicitamos os resultados do estudo de Andrade, expandindo seu período, com dados coletados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, até tempos mais recentes. Pode-se ver que, mesmo para além da época de análise de Manuel Correia de Andrade, há uma continuidade na tendência de posse concentrada em grandes propriedades rurais.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total

Grande Região = Nordeste

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)

Grupos de área total

Ano	1950	1955	1960	1975	1980	1985	1995	2006
Menos de 10 ha	46756	135733	206058	1.641.931	1.654.841	1.971.391	1.570.510	1.498.389
10 a menos de 100 ha	8272	18288	95095	567.033	637.263	667.491	604.261	650.855
100-500 ha	4133	4336	38889	2.078.959	2.174.421	2.433.753	1.929.459	2.149.244
500 a menos de 1000 ha	948	480	5075	131.045	141.134	143.965	125.406	115.487
1000 ha e mais	529	522	3444	9.120	10.235	10.552	8.907	8.165
Total	60638	159359	348561	4.428.088	4.617.894	5.227.152	4.238.543	4.422.140
Participações								
Menos de 10 ha	77,11%	85,17%	59,12%	37,08%	35,84%	37,71%	37,05%	33,88%
10 a menos de 100 ha	13,64%	11,48%	27,28%	12,81%	13,80%	12,77%	14,26%	14,72%
100-500 ha	6,82%	2,72%	11,16%	46,95%	47,09%	46,56%	45,52%	48,60%
500 a menos de 1000 ha	1,56%	0,30%	1,46%	2,96%	3,06%	2,75%	2,96%	2,61%
1000 ha e mais	0,87%	0,33%	0,99%	0,21%	0,22%	0,20%	0,21%	0,18%

Fonte: ANDRADE, 1950 a 1960; demais anos, IBGE.

Percebe-se inicialmente que houve um aumento no número total de estabelecimentos, assim como no montante de terras ocupadas pelos grupos, de 1950 a 2006. Entretanto, o que cabe avaliar é a alteração da importância relativa que cada grupo possui dentro da distribuição da terra, e a relação com numero de estabelecimentos.

Isto posto, nos dados da distribuição de terras percebe-se uma pequena melhoria no perfil. Houve uma diminuição dos extremos na representação do todo, ao longo de quatro décadas. Entretanto, deve-se notar também que essa distribuição está longe de ser desigual. Ainda há uma concentração de 51,98% das terras utilizadas na agropecuária em posse de apenas 2,8% dos estabelecimentos. O efeito dos deslocamentos entre grupos está longe do ideal que Manuel Correia de Andrade propunha para poder eliminar as desigualdades e as estruturas arcaicas vigorantes no Nordeste em 1963. Apesar das políticas de Reforma Agrária nos quarenta anos que se seguiram à obra de Andrade, o que se percebe é a manutenção das permanências.

4. Considerações Finais

Uma das primeiras conclusões que podem ser retiradas destas notas é a premência da leitura de Manuel Correia de Andrade na atualidade. Seu pensamento não é apenas coadunado com as condições socioeconômicas observadas no Nordeste hoje; ele possui uma propriedade de longo prazo, ao lidar com questões estruturais como a posse de terra e controle de mão-de-obra. Ao identificar o sentido exógeno da motivação das atividades econômicas dinâmicas da região, Andrade também aponta a necessidade – ainda hoje presente – de reforçar-se o dinamismo das atividades ligadas ao desenvolvimento do mercado interno, em sua demanda e oferta, como no caso da pecuária, por exemplo.

O atual ciclo de crescimento econômico brasileiro, desencadeado em 2003, orientado pela demanda, necessitará, em algum momento, de contrapartida na oferta[12]. Daí a adequação das mudanças estruturais sugeridas por Andrade na promoção do desenvolvimento nordestino: sem mudanças na escala e produtividade das atividades econômicas do mercado interno, qualquer expansão da demanda resultaria em um impasse causado pela dependência externa.

Outra conclusão possível dessas notas, ainda, é a maior precisão da hipótese analítica de Andrade sobre a dispersão das atividades econômicas no território nordestino com a inclusão das variáveis sociais e políticas, em perspectiva histórica. A simples busca de correlação de tais atividades com o meio geográfico, ainda que

[12] Conforme SOUZA, GOMES NETO e PREVIDELLI (2010) e PAULINO (2009).

compreensível do ponto de vista do contexto da formulação acadêmica – pois trata-se do menor dos problemas a se identificar – revela-se insuficiente para a completa apreensão do pensamento de Manuel Correia de Andrade sobre o tema da questão regional. Revela-se até injusto para com o posicionamento político progressista militante de Andrade, em nossa opinião. Subtrair de sua análise a premência de mudanças estruturais por ele postuladas, como a Reforma Agrária, ou a mudança nas relações de trabalho no campo é optar por um retrocesso no universo de compreensão do problema do subdesenvolvimento.

Por fim, uma última conclusão que pode ser inferida é a validade empírica, ainda hoje da hipótese de Andrade sobre a natureza da relação entre a posse de terra e a ausência de dinamismo das atividades econômicas ao longo do território nordestino. Faz-se, assim, válida, a ideia de que estas ter-se-iam formado em caráter reflexo, decorrente de relações arcaicas de posse dos meios produtivos, em especial, a terra. A estrutura de posse concentrada de terra, e sua permanência ao longo do tempo, teriam determinado não apenas as condições das atividades econômicas na região Nordeste do Brasil, mas também seu subdesenvolvimento crônico.

Bibliografia

ANDRADE, M. C. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2ª. Edição, 2004 (1995).

ANDRADE, M. C. *O Nordeste e a questão regional.* São Paulo: Ática, 1993.

ANDRADE, M. C. *A Terra e o Homem no Nordeste.* São Paulo: Brasiliense, 1963.

CANO, W. *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil.* Campinas: Unicamp, 2002.

CARVALHO, C. Manuel Correia de Andrade e a Economia Política do Nordeste. In: XV Encontro Nacional de Economia Política, 2010, Sào Luis. Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política. SAO PAULO : SEP, 2010. v. 1.

GASPAR, L. (coord.); PORDEUS, R. e SILVA, R. *Manoel Correia de Andrade: cronologia e bibliografia.* Recife: Ed. UFPE, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Censo Agropecuário 2006.* IBGE, 2010.

PAULINO, L. O Brasil e a nova divisão internacional do trabalho no século XXI in PIRES, M. (org.) *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula.* São Paulo: Saraiva, 2009, páginas 333 – 354.

SOUZA, L; SILVA NETO, J e PREVIDELLI, M. The Current Financial Crisis and the Brazilian Economy. In: Coimbra Conference 2010, 2010, Coimbra. The Revival of Political Economy - Prospects for Sustainable Provision. Coimbra : CES, 2010. v. 1. p. 81-123.

Título: Moeda e antigo sistema colonial no Brasil: final do século XVII.

Nome: Rafael da Silva Coelho

Filiação Institucional: Departamento de História Econômica – FFLCH-USP.

Correio eletrônico: rafael.silva.coelho@usp.br

Uma lei que causou muita polêmica

Semanas antes da publicação da lei monetária de 4 de agosto de 1688, dois editais[1] são emitidos em Portugal para o esclarecimento das medidas monetárias que vinha tomando o governo. Determinava um destes editais, que as moedas de ouro antigas corressem a peso: estabeleceu-se o pagamento de oitenta mil réis o marco, dez mil réis a onça e mil e duzentos réis a oitava. Complementando, regulava o pagamento de 4$400 réis pelas moedas de ouro com um cerceamento menor do que 10%, o que era estendido às meias moedas e aos quartos. Sobre as moedas cerceadas em 10% ou mais, pagar-se-ia "com dez por cento de vantagem ao peso que tiverem". O edital incentivava a entrega de moedas antigas na Casa da Moeda, pois todos aqueles que apresentassem moedas cerceadas receberiam um ganho em réis de até 10%. O outro edital estabeleceu o pagamento de juros de 5% ("vender juros a cinco por cento nas Casas do Infantado, Bragança, Junta do Commercio e Tabaco") para as moedas antigas que fossem entregues na Casa da Moeda. Estes juros poderiam ser comprados com moedas de ouro ou prata, novas ou antigas, sendo que estas últimas deveriam, para tal operação, estar encordoadas e cunhadas com a nova orla; as moedas de ouro seriam aceitas, valendo 4$400 réis, se apresentassem até três oitavas de peso (uma grande vantagem, pois o preço de três oitavas era naquele momento 3$750 réis). Este edital termina com o seguinte enunciado: "O que se faz presente a todos, para que se possam aproveitar deste benefício, se quiserem comprar juros nas partes referidas." Tais publicações expressam a disposição do governo português em combater o cerceio, que estava tomando grandes proporções, a ponto de fazer multiplicar as leis nos últimos meses contra o crime de raspar moedas, dentre as quais a de 20 de maio de 1688, que estabelecia equivalência do crime de cerceio com o de fabricação de moeda falsa, punido com pena de morte e confisco de bens.

No dia 4 de agosto de 1688, em pleno clima festivo pela proximidade do parto da rainha, quando já se previam as decorações públicas com luminárias, repiques e salvas, publica-se a lei[2] que

[1] "Editais sobre a moeda correr a peso e outros assuntos e outro sobre venda de juros a cinco por cento nas Casas do Infantado, Bragança e Junta do Comércio e Tabaco". Disponível em http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt. Ius Lusitaniae: Fontes Históricas do Direito Português: Collecção Chronologica da Legislação Portugueza -1683-1700, p. 163.

[2] Lei de 4 de agosto de 1688. Disponível em http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt. Ius Lusitaniae: Fontes Históricas do Direito Português: Collecção Chronologica da Legislação Portugueza -1683-1700, p. 163.

desencadeou grande polêmica e muitos conflitos, ao mesmo tempo em que pretendia oferecer contornos finais a um processo de reforma monetária em Portugal. No texto da lei, logo se reconhece que a ordem que obrigava as moedas antigas correrem a peso causava danos aos "Vassallos", os quais, com esta lei, seriam compensados com o levantamento de vinte por cento do valor nominal ou extrínseco das moedas "em conveniencia e utilidade de meus Vassallos". A medida ampliou, aparentemente, as vantagens em se entregar as moedas antigas e as cerceadas para cunhagem na Casa da Moeda, pois, além da tolerância de cerceio, esclarecida nos editais anteriormente apresentados (até certa medida de raspagem, pagar-se-ia por metal que as moedas não continham), há um ganho nominal significativo (20%) no meio circulante em todo o Império[3]. Eis o levantamento: "As moedas de ouro das fabricas novas de 4$000 réis a 4$800 réis; as meias moedas de 2$000 réis a 2$400 réis; os quartos de 1$000 réis a 1$200 réis"; em relação às moedas de ouro antigas, que correm a peso, é o peso que é levantado, passando a oitava a 1$500 réis, a onça a 12$000, o marco a 96$000 réis e o grão a 20 réis. Sem esquecer o incentivo para cunhagem das moedas antigas e das cerceadas, estabelece o valor extrínseco da oitava de ouro da moeda nova a 1$600 "com que saem da Casa da Moeda".

A lei também explicita o levantamento para as moedas de prata: "As moedas de 500 réis a 600 réis – as de 250 réis a 300 réis – as de 400 réis a 480 réis – as de 200 réis a 240 réis – os tostões a 120 réis – os 80 réis a 100 réis – os meios tostões a 60 réis – os 40 tostões a 50 réis – e os vintens pelo mesmo que corriam". Não se pode deixar de destacar a manutenção do valor do vintém em 20 réis, que, possivelmente, tenha levado os possuidores das boas moedas de tal valor a entregá-las na Casa da Moeda para cunhagem, pelo seu valor em peso, para aproveitarem o levantamento em réis do metal. Sendo assim, não há o mesmo incentivo para cunhagem de moedas de 20 réis muito cerceadas, restando aos seus possuidores se arriscarem na praça, usando-as no comércio, ou entregarem-nas na Casa da Moeda com grande prejuízo no valor extrínseco. Deste modo, os interesses dos pequenos comerciantes são desprezados, pois a moeda miúda não é levantada e, se cerceado, seu uso pode acarretar punições que preveem até o degredo. Segundo as pesquisas de Rita Martins de Sousa, desde 1688, houve uma tendência de diminuição da produção de moedas de menor valor e de privilegiar a produção de moedas dedicadas às transações de maior porte[4].

[3] Lei de 4 de agosto de 1688. Disponível em http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt. Ius Lusitaniae: Fontes Históricas do Direito Português: Collecção Chronologica da Legislação Portugueza -1683-1700, p. 164.

[4] Rita Martins de Sousa. *Moedas e metais preciosos no Portugal setecentista (1688-1797)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, pp. 132-140. Responderia esta orientação às demandas do grande comércio monopolista? Particularmente sobre o ouro, a historiadora conclui que as moedas "mais cunhadas foram as moedas destinadas a transações de maior montante" e explica esta composição da amoedação a partir das necessidades da dívida do Estado português, o que de modo algum exclui os interesses dos comerciantes de grande porte e controladores do capital mercantil.

O marco de ouro, na lei ou toque de 22 quilates[5], tem o valor estabelecido de 96$000 réis, seguindo a onça (que é um oitavo de marco) e a oitava na mesma proporção. Em relação à prata, foi mantido o valor de 6$000 pelo marco de prata (como já havia sido decretado em 14 de junho de 1688[6]) na lei ou toque de 11 dinheiros[7], e a onça a 750 réis. Deste modo, temos a oitava (que é um oitavo de onça) de prata ao valor de 93,75 réis. Regula também a lei e o valor do ouro e da prata de ourivesaria: determina-se a lei do ouro em vinte quilates e meio, valendo o marco 89$600 réis, tendo onça e oitava valores proporcionais; a lei da prata é estabelecida em dez dinheiros e seis grãos 5$600 réis, tendo onça e oitava valores proporcionais.

Adiantando-se às querelas a respeito dos impactos do levantamento da moeda sobre os muitos negócios assinados antes da lei, o texto esclarece explicitamente que os devedores serão beneficiados e os credores prejudicados.

O texto da lei termina relembrando a proibição do uso de moedas cerceadas, mantendo as "penas das Leis, que sobre esta materia se tem publicado – o que somente se não intenderá nas moedas, meias moedas e quartos de ouro das fábricas antigas, patacas, meias patacas, reales dobrados e singellos, que mando correr a peso, na forma referida da Lei". No final das contas uma pataca espanhola em bom estado acaba por ser aceita a 800 réis[8]. Regulava-se o uso das moedas estrangeiras tão necessárias, no Brasil e em Portugal, para as operações monetizadas de pagamento[9].

Houve grande descontentamento e agitação em várias partes da colônia, sobretudo, nos centros de produção açucareira. Não seria difícil para muitas autoridades coloniais preverem a grande insatisfação que a aplicação da lei de 4 de agosto de 1688 provocaria entre os moradores do Brasil, o que coagia muitas autoridades à vacilação. Por outro lado, a metrópole parecia intransigente no cumprimento da dita lei.

As moedas antigas ou estrangeiras correriam a peso ao preço de 100 réis a oitava, determinação que impactava o Brasil diretamente, pois, grosso modo, as moedas que corriam por aqui eram as patacas espanholas e em muito cerceadas[10]. Imediatamente, com a aplicação da lei, o meio circulante metálico dos colonos foi reduzido porque o valor facial de suas moedas perdeu

[5] Um marco equivale, aproximadamente, a 229,5 gramas. É uma medida usada para determinar massa de ouro e prata, principalmente. Uma barra de ouro na lei de 22 quilates significa que na massa daquela barra 11/12 são de ouro.
[6] Carta de lei de 14 de junho de 1688. Disponível em http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt. Ius Lusitaniae: Fontes Históricas do Direito Português: Collecção Chronologica da Legislação Portugueza -1683-1700, p. 161.
[7] Uma barra de prata na lei de 11 dinheiros significa que 11/12 da massa da barra são de prata.
[8] Rita Martins de Sousa. *Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista*: 1688-1797. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 81.
[9] Carl Hanson. *Economia e sociedade no Portugal Barroco*: 1668-1703. Lisboa: Dom Quixote, 1986, p. 175.
[10] João Lúcio de Azevedo. *Épocas de Portugal econômico*. 4ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1988, pp. 229 e 230.

importância, passando a valer pelo peso[11].

Além desta drástica redução, houve outros impactos. A padronização de valor intrínseco e extrínseco, isto é, o estabelecimento de uma relação rígida entre quantidade de metal e valor em réis das moedas impedia a continuidade dos levantamentos locais que tinham como objetivo atrair metal para as partes do Brasil. Os levantamentos[12] consistiam em desvalorizar o real em relação ao metal e outras mercadorias, atraindo compradores e seu dinheiro, pois a mesma quantidade de metal precioso valia aqui mais réis que em Portugal. Portanto, onde foi praticado o levantamento, o real teria mais poder de compra. Sem este instrumento, até então tolerado, uma parte das moedas da colônia tenderia a fluir para outros lugares onde proporcionasse melhores negócios.

A forma pela qual a lei contribuiu para a evasão monetária fica mais clara se compararmos o valor em réis que a prata passou a ter em Portugal após agosto de 1688. Se alguém entregasse um marco de prata a Casa da Moeda de Lisboa, sacaria, em moeda nova, o valor de 6$000. Um negociante que recebesse de seus negócios na América um marco de prata, em moeda antiga ou estrangeira, cerceada ou não, teria em suas mãos 64 oitavas (um marco) correndo cada oitava a 100 réis, isto é, teria em mãos o valor de 6$400 réis em moeda de conta. Nitidamente, a lei procurava atrair metal para Portugal, principalmente, moeda dos domínios de Castela. Entretanto, tal medida agravou a escassez de moeda no Brasil.

Mobilizaram-se os interesses coloniais: "Dom Manuel da Ressurreição, presidente da junta do governo da Bahia, convoca as autoridades e acordam todos no inconveniente da aplicação da lei no Brasil"[13]. O arcebispo da Bahia, o chanceler da relação e as câmaras da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco reforçam o parecer da junta de governo. Documentos são enviados a Portugal, sobre os quais o Conselho Ultramarino emite a consulta de 2 de dezembro de 1689. A Carta Régia de 19 de março de 1690 manda cumprir a lei.[14] São Paulo, São Vicente e Santos passam a merecer atenção do governador Câmara Coutinho, cujas correspondências dão o tom da gravidade do conflito, principalmente, as que se dirigem a São Paulo. "A Carta Régia de março de 1690, tornada pública em

[11] Fernando C. G. C. Lima. "A lei da cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil". *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro. Volume 9. Número 2. pp. 385-410. Agosto de 2005, p. 396. Nas páginas seguintes o autor apresenta uma síntese das reações contra a aplicação a lei de 4 de agosto de 1688.

[12] Severino Sombra, *História monetária do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Laemmert, 1938, p. 95. Apresenta uma Consulta do Conselho Ultramarino, datada de 11 de outubro de 1681, que trata do levantamento praticado no Rio de Janeiro pelo qual cada pataca valia 640 réis e a meia pataca 320. Segundo Frédéric Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico* (1570-1670). Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 174 e 175, a Bahia praticou levantamento semelhante ao do Rio de Janeiro na década de 1620 e pretendeu outro, mais arrojado, chegando a 50%, no início da década de 1640.

[13] Severino Sombra, *Pequeno esboço de história monetária do Brasil colonial*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, pp. 40 e 41.

[14] Severino Sombra, *História monetária do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Laemmert, 1938, p. 99.

toda a Colônia pelo Edital de 3 de junho de 1691, faz calar a todos" [15].

Sem escapatória, Câmara Coutinho informa ao rei que mandou aplicar a lei[16]. A situação chama a atenção de um observador ilustre, o padre Antônio Vieira. O próprio governador-geral, pela sua experiência e ação, forma firme opinião de que a aplicação da lei foi desastrosa para o Brasil, cujos moradores que eram mais atingidos pelo grande comércio continuavam agitados e sofrendo com o agravamento da evasão monetária.

A situação das principais regiões produtoras de açúcar no último terço do século XVII era de regressão. A crise europeia do século XVII determinou a curva decadente dos preços e a recessão em grande parte da Europa[17]. Com importantes mercados europeus em retração ou estagnação, a demanda pelos produtos coloniais caiu e os negociantes do grande comércio passaram a preferir dinheiro nos pagamentos pelos produtos que mandavam a América. Em meados da década de 80, uma "peste" atacou a população e a mortalidade entre os trabalhadores foi alta, o que levou a Câmara de Salvador a solicitar aprovação real para que São Francisco Xavier se tornasse padroeiro da cidade[18]. Para uma maior aproximação do que se passava, devemos juntar ao cenário a concorrência com outras áreas coloniais açucareiras, combinada a medidas protecionistas na Europa e ao aumento dos preços de escravizados[19], que agravaram ainda mais as contas dos senhores de engenho. Os "homens bons", endividados mas controladores do poder municipal, mobilizaram-se para a resolução de seus problemas.

A escassez da moeda, amplamente sentida e apontada nas décadas finais do século XVII, é um dos aspectos mais sensíveis da crise. Como tal escassez se aprofundava, ganhou um peso cada vez maior nos textos produzidos a respeito da situação econômica decadente dos principais centros açucareiros. Neste tenso contexto a ideia de abrir uma Casa da Moeda no Brasil para produção de dinheiro provincial se fortaleceu, principalmente, após 1688. A moeda provincial é aquela que foi feita para circular em um determinado espaço, por vezes, com valor especial. Fora dali, ou não pode servir como meio de pagamento ou, como tal, tem menor poder liberatório, isto é, menos valor. Uma

[15] Ibidem, pp. 122 e 123. Nota XXX. Nas páginas 99 e 100 há uma relação de várias cartas e representações por parte das instituições e autoridades coloniais se posicionando contrários à aplicação da lei.
[16] *Documentos Históricos*. Vol. XI, "Carta de 17 de novembro de 1690 do governador-geral Câmara Coutinho aos oficiais da Câmara da vila de Santos sobre a lei da moeda, p. 167, Carta de 11 de setembro de 1691 do governador-geral ao capitão-mor do Espírito Santo sobre a lei da moeda, p. 169, Carta de 2 de outubro de 1691 do governador-geral ao capitão-mor da Capitania de São Vicente que acompanha a lei da moeda, p. 173, Carta do governador-geral aos oficiais da Câmara de São Paulo sobre a forma que se há de seguir a falta de capitão-mor e lei da moeda, p. 189 e etc.
[17] Vera Ferlini, *Terra, trabalho e poder*: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru: Edusc, 2003, pp. 98-117.
[18] O ofício de 20 de julho de 1686 ao rei foi deferido e respondido com carta régia assinada em Lisboa em 3 de março de 1687. Decidiu-se que, anualmente, no dia 10 de maio, em Salvador se fizesse a São Francisco Xavier "festa e procissão por assim lho prometterem". Os documentos estão transcritos em Accioli I. & Amaral, B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Volume II. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1937, pp. 79 e 80.
[19] Stuart Schwartz. *Segredos interno*: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.*s*, pp. 162 e 163.

moeda provincial para o Brasil ofereceria a vantagem de repor, ao menos, parte da moeda evadida, estabelecendo uma quantidade mínima de dinheiro para o atendimento das necessidades comerciais destas conquistas, não podendo ser daqui sacado.

A existência deste tipo de produção monetária já era bem conhecida. Na Índia portuguesa havia moeda provincial e na Madeira, em meados do século XVII, existiu uma Casa da Moeda temporária, que cunhou moeda provincial para as ilhas por tempo determinado e com produção limitada[20]. Solicitações para abertura de Casa da Moeda no Brasil não foram novidades do final dos seiscentos: solicitou-se uma em 1613 e outra proposta foi levada pelo representante da Bahia, João Góis de Araújo, a Lisboa em 1669[21].

O ilustrado e bem relacionado na corte padre Antônio Vieira acompanhou o desenvolvimento dos problemas ligados à escassez da moeda. Em carta de primeiro de julho de 1687[22], o jesuíta informa "que muitos querem [...] moeda provincial, deferente da do Reino, como na Índia". Entretanto, apresenta as medidas que, em sua convicta opinião, ofereceriam melhor solução para os problemas de cerceio e de evasão que oprimiam o Império: primeiramente, defende que o dinheiro valha pelo peso.

O padre concordava, portanto, com a solução draconiana, mas certeira com o crime daqueles que raspavam moedas. Ao menos, dentro do Império, o cerceio estaria anulado sem a necessidade de gastos com Casa da Moeda e os embaraços comerciais gerados pela moeda provincial. Restava tratar da evasão de metal precioso amoedado para países estrangeiros, o que seria resolvido, segundo o Vieira, ajustando o valor extrínseco do dinheiro em Portugal para atrair metal, elevando o valor do ouro e da prata em réis acima do que vale nos países vizinhos.

A publicação da lei de 4 de agosto de 1688 provocou certo alvoroço, que levou o governador-geral, o arcebispo Manuel da Ressurreição, a enviar em 11 de junho de 1689 uma carta[23] em que explicava os inconvenientes da aplicação da lei. O grande inconveniente era a determinação que o dinheiro de prata corresse a peso, valendo a oitava 100 réis. Ante tal norma, as autoridades coloniais preferiam manter o valor do dinheiro cerceado e os levantamentos praticados pelas câmaras. A metrópole não cedeu e, em carta régia de 19 de março de 1690 ao governador-geral Câmara Coutinho, exigiu o cumprimento da lei, a qual foi reforçada por edital de 3 de junho de 1691[24], não deixando alternativas ao governador.

[20] Frédéric Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico* (1570-1670). Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 172 e 173.
[21] Frédéric Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico* (1570-1670). Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 176.
[22] *Cartas*, III, p. 561. Carta de primeiro de julho de 1687 de Vieira ao conde de Castanheira.
[23] Severino Sombra, *História monetária do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Laemmert, 1938, p. 99.
[24] Severino Sombra, *Pequeno esboço de história monetária do Brasil colonial*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 40.

Câmara Coutinho enviou correspondência a várias autoridades e câmaras municipais instruindo a aplicação da lei da moeda de 1688[25]. Vale citar que em meio ao esforço do governador-geral, ocorreram significativos episódios de resistência na vila de São Paulo, cuja câmara municipal procurava manter o *stock* metálico paulista, tão necessário às aquisições de materiais para as já tradicionais expedições sertanistas[26]. Em 3 de agosto de 1690 muitos moradores protagonizaram uma "[...] notavilissima Rebolusão com armas gritando e emquietando ao Senado estando a V.ª toda enquieta gritando com vozes se lhe levantasse o dinheiro [...]"[27]. A Câmara atendeu, levantando a moeda entre 20 a 33%. Como os paulistas resistiam e desobedeciam à aplicação da lei, o governador-geral enviou uma carta em 13 de novembro de 1692 por meio da qual cobrava submissão ao rei e ameaçava mandar dar liberdade aos índios caso a lei não fosse aplicada. O uso ilícito da mão de obra indígena era um dos pilares da vida econômica do Planalto, dado a partir do qual se pode compreender o tom da ameaça[28].

Entretanto, mesmo com as fortes palavras de Câmara Coutinho, São Paulo continuava a resistir. Em 23 de janeiro de 1693, novo motim armado levou a Câmara a aprovar um novo levantamento[29]. Os paulistas apenas se acomodaram inteiramente ao sistema monetário português em 1698, quando já estavam mais aliviados com ouro das minas[30].

Em meados de 1690, Antônio Vieira parece protestar contra a resistência das autoridades coloniais em aceitar a nova lei da moeda, que contemplava as ideias do padre: "O ouro e a prata gastam-se com o tempo, só o desinteresse é metal que não cerceia, e antes lhe cresce o preço, como ao da nossa moeda"[31]. Porém um ano depois, o clérigo jesuíta se vê obrigado a compreender os efeitos sobre a colônia da aplicação da lei da moeda que o governador procurava implementar: as notícias que chegavam do Rio de Janeiro eram de que em tinha 9 se achou com 5, proporção que representa a redução do valor do dinheiro, que passava a valer 100 réis a oitava[32].

Com o dinheiro correndo a peso e o açúcar desvalorizado, a evasão se intensificou[33]. Na Bahia, em meados de 91, esperava-se pela saída da frota para que a lei fosse aplicada, pois se o

[25] Severino Sombra, *História monetária do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Laemmert, 1938, pp. 99-102.
[26] Roberto C. Simonsen. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 225.
[27] *Actas da Câmara da Villa de São Paulo*. Volume 7, pp. 388 e 389.
[28] Severino Sombra, *Pequeno esboço de história monetária do Brasil colonial*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 41.
[29] *Actas da Câmara da Villa de São Paulo*. Volume 7, pp. 431 e 432.
[30] Roberto C. Simonsen. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 227.
[31] *Cartas*, III, p. 608. Carta de 14 de julho de 1690 de Vieira a Pedro de Melo.
[32] *Cartas*, III, pp. 629 e 630. Carta de 29 de junho de 1691 de Vieira a Diogo Marchão Temudo.
[33] Biblioteca da Ajuda, Cod. 51-V-42, fl. 6. Carta de primeiro de julho de 1791 do governador-geral Câmara Coutinho ao conde de Val de Reis. "A lei da baixa da moeda pareceu-me não lha dar senão depois da frota carregada para não embaraçar as vendas e pagamentos porque do contrário se seguiria uma confusão, como foi no Rio de Janeiro que dando-se antes execução a lei, nem o açúcar teve venda. A frota empatou-se, o contrato faltou quem o rematasse e o dinheiro foi para o reino a peso, com que ficou o Rio de Janeiro com muita perda". Em carta de 5 de julho de 1691 ao conde de

dinheiro cerceado fosse reduzido a 100 réis a oitava de prata[34], seria necessário pagar muito mais para obter os produtos europeus. Esta situação foi apresentada por Vieira, em carta de 29 de junho de 1691[35].

Poucos dias depois, o padre escreveu ao marquês das Minas uma carta sobre o que estava a passar o Rio de Janeiro e o que ocorria na Bahia, incluindo uma reclamação sobre falta de moeda miúda para trocos. "No Rio de Janeiro com a baixa da moeda se fizeram exéquias ao dinheiro, com perda de quase a metade, e aqui dizem se lhe farão depois de partida a frota. Já nos contentaremos com o cobre, porque é terrível pensão haver de ir comprar uma alface com meia pataca"[36]. O governador do Rio de Janeiro sofreu com a falta de contratadores, pois publicara a lei antes da saída da frota, o que desfalcou os moradores do Rio de Janeiro, fazendo muitos declinarem do intuito de arrematar os contratos[37].

O esforço do governador em aplicar a lei colhia seus efeitos não só no comércio mas também nos contratos, que estavam ameaçados pela organização daqueles que podiam fazer os lançamentos para arrematá-los. Os possíveis contratadores, no primeiro semestre de 1691, expressaram o seu interesse de "que SM tome alguma resolução sobre que se torne levantar o dinheiro ou algum meio que eles apontam nos embargos que remetem, querem mostrar que a dita baixa prejudica aos contratos e por esta razão se uniram para não haver lançadores"[38]. Apesar destas dificuldades, Câmara Coutinho se empenhou na arrematação dos contratos, conseguindo quatro mil cruzados a mais do que em 1690, porém, para tanto, foi obrigado a publicar a lei após as arrematações e a saída da frota[39].

No ano seguinte, 1692, com a lei publicada e sendo executada nas principais partes do Brasil, o quadro que se desenha é desalentador para a economia colonial: os mercadores mandavam levar o

---

Castelo Melhor, o padre Vieira apresenta relato semelhante, *Cartas*, III, pp. 646 e 647. Carta de 5 de julho de 1691 de Vieira ao conde de Castelo Melhor.

[34] Cleber Baptista Gonçalves. *op. cit.*, p. 144. O pequeno enunciado escrito por José Ribeiro Rangel em 18 de novembro de 1694 nos dá uma ideia do nível de cerceamento de muitas moedas que corriam no Brasil: "E correndo hoje huma moeda por 240 réis que não chega a pezar duas oitavas de prata e muitas não passão hua oitava e meia".

[35] *Cartas*, III, pp. 629 e 630. Carta de 29 de junho de 1691 de Vieira a Diogo Marchão Temudo.

[36] *Cartas*, III, p. 635. Carta de primeiro de julho de 1691 ao marquês das Minas.

[37] Biblioteca da Ajuda, Cod. 51-V-42, fl. 6v. Carta de 10 de julho de 1691 do governador-geral Câmara Coutinho ao secretário de Estado Mendo de Fóios Pereira. "E assim se experimentou no Rio de Janeiro, que nem se venderam os açúcares, a frota esteve embaraçada (de que não tenho ainda notícia se carregou), o contrato está sem contratador e finalmente Luís Cesar me escreve que de dar cumprimento logo a ordem de SM que lhe mandou se tem visto em grande aperto, pelas faltas que considera naquela capitania. Mas a mim me pareceu conveniente fazê-lo agora, e assim ... o avisei ao governador de Pernambuco".

[38] Biblioteca da Ajuda, Cod. 51-V-42, fl. 6. Carta de primeiro de julho de 1791 do governador-geral Câmara Coutinho ao conde de Val de Reis.

[39] Biblioteca da Ajuda, Cod. 51-V-42, fl. 6v. Carta de 10 de julho de 1791 do governador-geral Câmara Coutinho ao secretário de Estado Mendo de Fóios Pereira. "Não me pareceu publicar a baixa da moeda senão depois da frota carregada e os contratos arrematados, porque de outra maneira, não teriam os açúcares reputação, a frota não carregaria, os contratos ficariam por rematar, com que isto teria uma perda mui considerável, assim para o serviço de SM e perda de sua real fazenda, como para o bem comum deste Estado".

dinheiro e não comprar açúcar e outros gêneros coloniais, a tal ponto que os moradores pareciam não ter mais com que comprar os produtos europeus. O padre Vieira, que cinco anos antes, desprezava a opinião daqueles que defendiam uma Casa da Moeda no Brasil e produção de moeda provincial, passou a defender o dinheiro provincial. Em carta a Roque da Costa Barreto, assinada em primeiro de julho de 1692, o jesuíta advogava o envio de moeda provincial para o Brasil e, diante da grave situação, esperava a chegada do dinheiro na próxima frota[40].

Em carta ao duque de Cadaval[41], Vieira prevê o fim do comércio colonial entre Portugal e Brasil: Já que as frotas tinham diminuído sensivelmente a compra de açúcar, seu único interesse era levar dinheiro, que, por sua vez, estava a se extinguir. Na sequência da carta, o padre aponta outras causas para a extinção da moeda. Esta seria mandada a Portugal também para "o gasto dos negócios políticos, apelações, demandas, pretensões de ofícios eclesiásticos e seculares, dotes de freiras, mudança para Portugal de mercadores depois de enriquecidos, e ministros que sempre levam mais do que trouxeram". A diminuição do dinheiro pelas "sangrias" (a frota e os gastos com processos políticos e jurídicos e com transferências) afetava já o crédito, que também se extinguia, pois "não havendo, pela causa sobredita, como antes da alteração da moeda, quem passe letras". A produção colonial pode cessar, segundo Vieira, que torna a advogar como único remédio a moeda provincial, "que se não for pronto, e vier resoluto por S. M. na primeira ocasião, ainda que depois se queira remediar não haverá com quê, acabadas as últimas relíquias do pouco, a que nesta mesma frota se não perdoa".

Em meados de 1692, Antônio Vieira escreveu várias cartas nas quais tocou no assunto da falta da moeda e suas consequências. Sempre denunciando as sangrias e os mercadores, que "hoje são armadas de inimigos e piratas que vêm saquear o Brasil" [42]; propunha como único remédio a moeda provincial; anunciava que a produção e comércio de açúcar e outros produtos coloniais tendiam a acabar[43]; prevenia que na corte pode haver ministros interessados nas ditas sangrias de dinheiro; atacava os impostos sobre as drogas coloniais pois tornam o custo do comércio destes produtos mais caro.

Além da grave redução do valor extrínseco do meio circulante dos moradores do Brasil, a utilização do dinheiro a partir de seu peso guardava outro inconveniente, descrito abaixo por um contemporâneo: tendo as moedas que correr "pelo valor do peso, de que se seguia muito embaraço,

[40] *Cartas*, III, pp. 651 e 652. Carta de primeiro de julho de 1692 de Vieira a Roque da Costa Barreto.
[41] *Cartas*, III, pp. 653 e 654. Carta de primeiro de julho de 1692 de Vieira ao duque do Cadaval.
[42] *Cartas*, III, pp. 657 e 658. Carta de 5 de julho de 1692 de Vieira ao marquês das Minas.
[43] *Cartas*, III, p. 663. Carta de 8 de julho de 1692 de Vieira a Cristóvão de Almada. "A causa desta mudança foi haver muitos anos que os mercadores achavam mais conta em levar o dinheiro, que não paga fretes nem direitos, que as drogas carregadas com tantos; o que tem deixado esta praça, noutro tempo tão opulenta, totalmente exausta de moeda, com que não há quem compre ou venda, nem com quê".

pois havendo em muitas delas pelo cerceamento menos peso dos setecentos e cinquenta, era preciso para se receberem, trazerem-se balanças em que se pesassem, gastando-se muito espaço de tempo para se contar pouca quantia de dinheiro"[44].

A atitude de não publicar a lei antes da saída da frota em 1691, indica que Câmara Coutinho se tornou consciente de que os inconvenientes denunciados pelos colonos, também afetavam a saúde do Estado, pois para conseguir a arrematação dos contratos foi necessário o adiamento da publicação. Um ano depois, com a situação agravada, o governador-geral escreve o documento abaixo apresentado: uma carta enviada ao rei e assinada em 4 de julho de 1692[45] expõe os problemas monetários e seus efeitos para a arrecadação da Fazenda Real, para o comércio e para a produção no Brasil. É um documento que reúne e sistematiza as demandas coloniais e as necessidades do Império Português na América. Não propõe medida inédita ou inovadora, mas organiza as demandas, algumas antigas, e explica os problemas com bastante persuasão, sobretudo, porque utiliza os princípios argumentativos do pensamento mercantilista[46]. Possivelmente foi um fator determinante para a decisão de fundar a Casa da Moeda na Bahia e, portanto, está apresentada abaixo.

Logo no primeiro parágrafo da carta enunciou frases fortes como "opressão em que de presente se acha esta e as demais praças deste Estado" e a grande ameaça de "total ruína do Estado e conseguintemente do real serviço de Vossa Majestade, como já se experimenta", por outro lado, anuncia que apresentará "os meyos que me ocorrem com que unicamente se pode reparar o damno presente e evitar o futuro".

Afirma que a ruína no Brasil tem como causa a falta de dinheiro, que é agravada pela padronização do valor extrínseco e intrínseco da moeda que corre no Império, entre Brasil e Portugal. Valendo um tostão cada oitava, o dinheiro tendeu a sair das conquistas americanas atraído pelos negócios em Portugal e na Europa. Utiliza comparações bastante comuns no século XVII e próprias do mercantilismo, por exemplo, ao comparar o dinheiro ao sangue que mantém vivo o corpo do Estado ou ao "nervo vital do corpo político".

Portanto, sem o sangue vivificador, isto é, sem o dinheiro, cessa o comércio[47], "sem o qual não se podem sustentar, e economizar Praças tão importantes como estas, em que a fazenda de Vossa

[44] Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte-São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1976, p. 210.
[45] Cleber G. Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil*, Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1989, pp. 95-100.
[46] Frédéric Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico* (1570-1670). Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 176. É citada uma proposta de construção de Casa da Moeda na Bahia em 1670, que inclui levantamento de 30% do dinheiro provincial e uma produção de dois milhões de cruzados, mesmo valor proposto por Câmara Coutinho.
[47] Biblioteca da Ajuda. COD. 51 – V – 42. Fl. 7v. "Carta para Mendo de Fóios Pereira, secretário de Estado, sobre as promessas que fizeram os homens de negócio e moradores desta cidade para a junta do comércio da Índia". Trata-se de uma carta do governador-geral A. L. G. da Câmara Coutinho datada de 4 de julho de 1691 e emitida da Bahia. O documento responde à carta do rei enviada a ele em 21 de março do mesmo ano pela qual Dom Pedro II ordenava que se ajuntasse os homens de maior cabedal da Bahia a fim de estimulá-los a entrar na Junta da Companhia da Índia, que

Majestade faz tam grandes dispendios com as duas folhas Ecclesiasticas e Secular". Em seguida apresenta as três causas da falta de dinheiro.

Em primeiro lugar, a "grande perda que teve e sentia no abatimento do dinheiro serrilhado, cuja somma, só nesta Cidade da Bahia, passou de novecentos mil cruzados". A determinação que obrigava o dinheiro a correr por peso, valendo cem réis a oitava de prata, efetivamente, diminui o numerário. Para reforçar a ideia da gravidade da redução do meio circulante, Câmara Coutinho compara a miséria presente com o próspero passado e cita também as epidemias, que mataram muita gente nos últimos tempos.

Em segundo lugar, os preços do açúcar estavam muito baixos, minando os lucros dos negociantes. Segundo Coutinho, eles vinham ao Brasil não mais para negociar o açúcar, mas vender por dinheiro, pois "avançam mais em lhes ficar logo esse dinheiro livre para logo negociarem com elles". O governador-geral observa que a frota de 1669 havia levado da Bahia só para o Porto 80 mil cruzados em moeda e, a partir desta base de comparação, apela ao rei para refletir sobre a "sangria" de moedas que sofre o Brasil sem poder lançar mão dos levantamentos costumeiros após a lei de 88.

A terceira causa são os gastos do Estado e de particulares realizados fora do Brasil. Câmara Coutinho destaca na carta o papel do dote que, com as mulheres que se casam com homens de reino, são enviados para Portugal e do patrimônio constituído e levado pelos seus proprietários quando retornam a Europa[48]. O governador finaliza as três causas com uma apresentação sobre os efeitos da evasão monetária no crédito.

A abolição dos levantamentos e o combate à moeda cerceada, por meio da ordem para que a prata corresse a peso, levaram a uma aguda diminuição das operações de crédito[49]. Com menos dinheiro em circulação, não havia mais quem pudesse, seguramente, oferecer letras ou remeter "effeitos". O real no Brasil, devido a grande quantidade de moeda cerceada, deixa de ser uma referência segura e os desconfiados negociantes vão se apegar ao peso. O real se mantinha como moeda de conta[50], mas na hora de pagar o que contava eram as oitavas, pois estava em jogo a

carecia de investimentos. Neste esforço, detectou-se grande resistência dos senhores baianos que alegavam escassez monetária. Entretanto, o governador escreveu que conseguiu reunir quase 10 contos de réis em dinheiro e mercadorias. Em 17 de julho de 1693, em carta ao mesmo secretário e sobre o mesmo assunto, o governador afirma não ter conseguido apoio algum para a companhia e se mostra firmemente convencido de que as demandas da colônia devem atendidas para o bem da própria Fazenda Real. Biblioteca da Ajuda. COD. 51 – V – 42. Fl. 22v.

[48] Alguns trechos da carta são muito parecidos com trechos de cartas de Antônio Vieira sobre o assunto. O texto da terceira causa sobre a falta de dinheiro no Brasil é quase cópia de uma parte da carta enviada pelo ilustre padre ao duque de Cadaval em primeiro de julho de 1692, três dias antes do envio deste documento que ora apresentamos. Um forte indício de que Câmara Coutinho e Vieira conversaram sobre os problemas monetários. *Cartas*, III, carta CCLXV, pp. 652-655.

[49] *Cartas*, III, pp. 653 e 654. Carta de primeiro de julho de 1692 de Vieira ao duque do Cadaval.

[50] Encontramos uma explicação sobre o que é moeda de contra nas páginas 378 e 379 de F. Braudel & F. Spooner. "Prices in Europe from 1450 to 1750". In: *The Cambridge Economic History of Europe.* Vol. IV. London: Cambridge University Press, 1967.

realização de negócios em Portugal, onde as patacas que circulavam por aqui valeriam pelas oitavas. A crise monetária acaba por se agravar com a falta de crédito, que faz a evasão monetária se intensificar, uma vez que nas trocas o metal é mais exigido. Com base na descrição do gorvernador-geral, pode-se aplicar a equação da teoria quantitativa da moeda, pois a restrição do crédito, que imprime velocidade às operações comerciais, e a diminuição do meio circulante provocariam o decréscimo dos preços e das operações comerciais[51].

A partir da apresentação das três causas da falta de dinheiro, Câmara Coutinho enumerou os seis principais "damnos" provocados pela pouca liquidez.

Eis o primeiro: "Que faltando moeda se abaterão forçosamente de todos os assucares por falta de haver com que comprem, e do mesmo modo succederá aos outros gêneros de negocio do Brasil". A menor quantidade de dinheiro em circulação provocaria uma valorização das moedas por meio da consequente diminuição dos preços, não só do açúcar, mas dos gêneros que participam do circuito monetário. Deste modo, estando o valor do dinheiro fixado, amarrando-se a moeda de conta à determinada quantidade de metal precioso, os negócios sofreriam uma deflação, que é fenômeno prejudicial ao processo de realização da mais valia na circulação, a queda dos preços restringe a valorização do capital mercantil. Agora, tendo como referência os vassalos da produção colonial, a baixa do preço do açúcar compromete a (metamorfose mercadoria-dinheiro: M-D) venda do produto, o que tende a restringir (a metamorfose dinheiro-mercadoria: D-M) a aquisição de escravos, insumos para o engenho e produtos manufaturados europeus[52].

O segundo é que, como consequência lógica da queda dos preços do açúcar, as receitas dos senhores de engenho estavam diminuindo sem o mesmo abatimento das despesas. O resultado seria o abandono da produção de açúcar.

O terceiro dano foi que o levantamento de 20% da moeda em Portugal, determinado pela lei de 1688, provocou o aumento dos preços dos produtos europeus. Na explicação sobre este "damno" o govenador apresenta o preço de vários produtos trazidos da Europa para venda no Brasil: o cobre, que se vende em 1692 a 360 e 400 réis, era comprado por 240 réis a libra[53]; o preço do quintal[54] do ferro subiu de 3 mil a 4 e 5 mil réis. Sobre produtos coloniais necessários ao engenho, destaca os caixões, cujos preços subiram de 800 para 1$200 réis; os escravizados, cujos preços saltaram da faixa de 50 mil para 60$000 réis.

[51] Pierre Vilar. *Ouro e moeda na história*: 1450-1920. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980, p. 28. Partindo da Equação de Fisher, versão que inclui variável fiduciária de moeda e crédito, foi aplicada a teoria quantitativa da moeda para explicar problemas monetários no Império Português no século XVII em Frédéric Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico* (1570-1670). Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 177-181.
[52] Karl Marx. *O Capital: crítica da economia política*, vol 1, 3ª. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988, pp. 92 e seguintes.
[53] A libra e o arrátel correspondem a quase meio quilo, 458,9568 gramas.
[54] O quintal corresponde a 58,75 kg aproximadamente; equivale a 4 arrobas, 128 libras e 256 marcos.

O quarto dano é sobre as alfândegas, que arrecadarão cada vez menos devido à desativação de parte dos engenhos, reduzindo a arrecadação da "real fazenda".

O quinto dano é sobre os contratos, que não serão arrematados por falta de dinheiro disponível. Tal perda comprometeria o pagamento da folha de ordenados militares. O contrato do açúcar, que pelo qual já se pagara 120$000, passava a valer 80$000 réis apenas e com previsão de queda para 40 e 50 mil réis, "como cedo se verá".

O sexto dano é sobre os efeitos negativos da menor arrecadação pela queda do valor dos contratos. Configurava-se o "detrimento do serviço de Deus e de Vossa Majestade". As câmaras também tenderiam a sofrer com queda de arrecadação de seus contratos, comprometendo ordenados dos militares e com graves consequências para a defesa[55].

Concluindo a apresentação dos danos, sentencia que eles "ameação a ruina deste Estado, senão que já o arruinão, sendo a Real fazenda a mais prejudicada". Traçado este quadro nada promissor para o Império Português na América, o governador-geral sugere a solução: a instalação de uma Casa da Moeda no Brasil para produção de dois milhões em moeda provincial de ouro e prata: um milhão para a Bahia, 600 mil cruzados para Pernambuco e 400 mil para o Rio de Janeiro. A moeda provincial apresentaria um levantamento sobre a moeda do reino de 20%, sendo 5% para as despesas da fabricação e 15% para o dono do metal entregue para cunhagem da moeda provincial. A Casa seria apenas temporária e fecharia após a produção dos dois milhões de cruzados, que não poderiam ser retirados do Brasil, recaindo sobre o autor da contravenção de exportar moeda provincial pesadas penas. Tais propostas demonstram que o governador manteve conversas com oficiais da Câmara de Salvador e outros interlocutores, possivelmente o próprio padre Vieira, com os quais tinha muitas opiniões em comum, inclusive a avaliação da quantidade do meio circulante naquela praça, isto é, quase um milhão de cruzados[56].

Destaca um complemento à solicitação de uma Casa da Moeda, emendando um pedido complementar de moeda miúda de prata, isto é, tostão, meio tostão e vintém, no valor de 30 mil cruzados e mais 10 mil cruzados em moedas de cobre de três até cinco réis. Quinze mil cruzados em moeda miúda de prata e cinco mil cruzados em cobre para a Bahia, nove mil em prata e três mil em cobre para Pernambuco e seis mil e dois mil em moeda de baixo valor para o Rio de Janeiro. As moedas miúdas também seriam levantadas indiretamente pela perda de valor intrínseco, por exemplo, propõe a fabricação de moedas de meio tostão com 30 grãos de prata. Para deixar mais claro, o cálculo será feito com base em 100 réis ou duas moedas de meio tostão, que corresponderia a 60 grãos de prata. No Reino, o tostão de fábrica nova no valor de 100 réis correspondia ao peso de

[55] *Cartas*, III, p. 647. Carta de 5 de julho de 1691 do padre Antônio Vieira ao conde de Castelo Melhor.
[56] *Documentos Históricos*, XXXIV, p. 73.

76,8 grãos. Comparando o poder liberatório da prata no Brasil e em Portugal, segundo a proposta do governador-geral, o valor da prata por aqui ficaria levantado em 28%, na prática[57]. O varejo, os trocos e as esmolas estão comtemplados na proposta, mas, neste sentido, muito pouco se efetivou.

Câmara Coutinho concluiu o documento prevendo as resistências que a proposta poderá enfrentar e apela ao rei para que leve em conta primeiramente o bem público, a defesa do Estado e a restauração da fazenda real.

O governador estava bastante empenhado na questão. Sobre o assunto, escreveu uma outra carta ainda em julho de 1692[58]. Esta para o secretário de Estado Mendo de Fóios Pereira, a quem relata as dificuldades para pagar os soldos: desentesourou os metais preciosos de que dispunha, porém, por ouro alega não ter encontrado quem lhe desse dinheiro. Os problemas administrativos se agravavam e era necessário investir mais incisivamente a fim de conseguir uma resposta positiva para suas propostas, para tanto, segundo informou a Mendo F. Pereira, enviara à corte Dom João Lencastro e Francisco Mendes Galvão, pessoas de credibilidade e bons serviços prestados, para testemunhar pessoalmente sobre a situação do Brasil. O tom pessimista no final da carta lembra a maneira com que o padre Vieira tratava o mesmo problema em suas correspondências: "estando eu governando com toda a inteireza e cuidado, como a VM lá lhe será presente e se o remédio não vier na primeira frota, para a outra já é tarde".

A Casa da Moeda provincial do Brasil e o sistema colonial

Entre meados de 1692 e início de 1694, as negociações do governador-geral Câmara Coutinho, apoiado por várias autoridades coloniais, com a Coroa se intensificaram. A resistência inicial de Dom Pedro II em aprovar uma Casa da Moeda no Brasil levou o govenador a aperfeiçoar os seus argumentos: em carta de 20 de julho de 1693, o governador afirma que anualmente a Bahia recebe até 60 mil cruzados em ouro da Mina, o que, sendo amoedado, poderia passar para o Reino onde a escassez de numerário, assim como no Brasil, oprimia o comércio e as contas do governo[59].

[57] Um marco corresponde a 4068 grãos. Se 4068 grãos de prata valiam 6$000 réis pela lei de 4 de agosto de 1688, então, temos que 100 réis em moeda nova correspondiam a 76,8 grãos.
[58] Biblioteca da Ajuda. COD. 51-V-42 Fl. 14. Carta de 20 de julho de 1692 para Mendo de Fóios Pereira, secretário de Estado, sobre não haver dinheiro neste estado com a baixa da moeda.
[59] Fernando C. G. C. Lima. "A lei da cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil". *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro. Volume 9. Número 2. pp. 385-410. Agosto de 2005. O autor apresenta um diagnóstico das propostas do governador entre as páginas 399 e 401. Sobre o último argumento de Câmara Coutinho, apresenta transcrição na página 401 retirada de *Documentos Históricos*, XXXVIII, pp. 151-153. Escreve o governador-geral sobre este ponto ao secretário de Estado Mendo Pereira em 30 de julho de 1693: Biblioteca da Ajuda. COD. 51-V-42 Fl. 42v. Carta de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho ao secretário de Estado Mendo Fóios Pereira, Bahia, 30 de julho de 1693.

Em 8 de março de 1694, Dom Pedro II mandou publicar a lei[60] que foi um marco na História monetária colonial[61]. O texto da lei quase reproduz um trecho da carta de Câmara Coutinho ao rei[62], mostrando-nos a força da argumentação daquele governador-geral que oferecia soluções práticas para problemas graves, ancorado no pensamento econômico[63] predominante naquele momento. Apesar da sofisticação da análise de Câmara Coutinho, a queda da arrecadação dos contratos da Coroa no Brasil parece ter sido o motivo preponderante[64].

Mandou-se pela lei lavrar moeda provincial e ratificou-se uma medida monetária comumente praticada na colônia, por várias câmaras municipais, que era o levantamento do valor extrínseco da moeda, isto é, a desvalorização do real em relação ao metal precioso: por exemplo, uma moeda de prata valeria mais réis e, portanto, teria maior valor nas localidades onde houvesse sido determinado um levantamento. O objetivo era evitar a evasão monetária, estimulando os negociantes a deixarem a moeda em troca de mercadorias coloniais. O tamanho do levantamento legalizado pelo rei foi de 10% para a moeda provincial sobre a moeda metropolitana, matéria em que Câmara Coutinho reclamava 20%[65] de levantamento.

Sobre moeda miúda e de cobre, a lei nada determina. Alguns fatores podem contribuir para elucidar o fato: o cobre não foi amoedado em Portugal nas últimas décadas do século XVII devido aos conflitos bélicos europeus que requisitavam para produção de armas este metal, assim como a produção de peças de cobre para os mecanismos dos engenhos num momento em que a produção açucareira no Brasil vivia certa recuperação[66]. Entretanto, os interesses particulares acusados por Coutinho e "toda a supposição e experiência" dos ministros do rei, ao que parece, não imaginavam que as esmolas dos mendigos e os trocos contribuiriam para a Real Fazenda ou, como "remédio", à saúde do comércio colonial. A produção monetária baiana em 1698, último ano de cunhagem da primeira fábrica da Bahia, concentrou-se nas "moedas" de ouro no valor de 4$000, abandonando-se

[60] Cleber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil*, Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1989, pp. 99 e 100. A documentação apresentada no livro e aproveitada neste estudo foi extraída do Livro I do Arquivo da Casa da Moeda.
[61] "Carta de lei de março de 1694. Criação de Casa da Moeda na Bahia, levantamento do marco de ouro e prata". Disponível em http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt. Ius Lusitaniae: Fontes Históricas do Direito Português: Collecção Chronologica da Legislação Portugueza -1683-1700.
[62] *Anais da Biblioteca Nacional*, LVII, p. 148.
[63] Eli F. Heckscher. *La época mercantilista*: História de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, pp. 644-659.
[64] Roberto C Simonsen. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 340.
[65] No texto desta lei publicado na Collecção Chronológica de José Justino de Andrade e Silva, disponível no sítio do projeto Ius lusitaniae, o levantamento indicado é de 1 por cento; já no texto de Cleber Baptista Gonçalves, *Casa da Moeda do Brasil*, o levantamento é de 10%, conforme o que se deu.
[66] Rita Martins de Sousa. *Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista* (1688-1797). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, pp. 117 e 118. O cobre também era utilizado para produção de mecanismos dos engenhos e estava a ocorrer na primeira metade da década de 1690 o início de uma "recuperação conjuntural" da produção açucareira: conferir em Vera Ferlini, *Terra, trabalho e poder*: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru: Edusc, 2003, pp. 113-117.

as "meias moedas" e os "quartos", que já não se fabricavam desde 96; no que diz respeito à produção em prata, naqueles derradeiros meses, produziram-se apenas as moedas de "duas patacas" e "uma pataca", no valor de 640 e 320, réis respectivamente – assim como em Portugal, aqui o perfil da amoedação privilegiou as grandes transações[67].

Seguindo outra sugestão da carta de Câmara Coutinho enviada ao rei em 4 de julho de 1692[68], a lei que funda a Casa da Moeda provincial determina pesadas penas a todos que cometerem o crime de retirarem do Brasil moeda provincial, a saber, as que constam no Livro V das Ordenanças, Título 113: pena de morte natural e confisco de bens, o que era comparável ao crime de lesa-majestade.

Em meados de 1694, chegava a Bahia o novo governador-geral, Dom João de Lencastre, com a missão de abrir a Casa da Moeda. Este fato foi celebrado por muitos, inclusive pelo padre Antônio Vieira[69].

Após a lei de 8 de março de 1694, que estabelecia a Casa da Moeda na Bahia e algumas regras sobre o valor das moedas provinciais, coube a autoridades coloniais determinarem o ajuste a ser feito para a produção do dinheiro na colônia. Este documento de 18 de novembro de 1694 trata deste assunto um tanto confuso.

Os limites estabelecidos pela lei de 94 determinavam que o marco[70] de ouro, na lei de 22 quilates[71], corresponderia ao valor de 105$600 réis no Brasil, enquanto em Portugal se manteria em 96$000 réis. O valor da onça de ouro[72] no Brasil foi fixado em 13$200 e a oitava[73] em 1$650; em Portugal, a onça foi fixada desde 1688 em 12$000 e a oitava em 1$500 réis.

Para a prata, que era ainda o metal dominante no estoque monetário da colônia, a situação não é tão clara, pois a lei de 4 de agosto de 1688 fixou o valor do marco da prata em 6$000 réis, a onça, seguindo a proporção, foi estabelecida em 750 réis e, portanto, a oitava corresponderia ao valor de 93,75 réis, porém o levantamento extrínseco excede, aparentemente, os 10% determinados na dita lei de 94, uma vez que o marco de prata deveria ser entregue a Casa da Moeda do Brasil a 7$040 réis, o

[67] Cleber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil*, Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1989, p.148. Estudar o processo decisório na Casa da Moeda e suas influências é uma das tarefas que ainda nos resta executar. Saber se a tendência da produção de moeda de maior valor respondia às necessidades do comércio colonial e se houve resistências ou insatisfações com a composição da produção monetária entre 1697 e 1698. Pretende-se encontrar os beneficiados e os prejudicados e seu encaixe no sistema colonial.
[68] Cleber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil*, Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1989, pp. 95-99. E nos *Anais da Biblioteca Nacional*, LVII, pp. 147-153.
[69] *Cartas*, III, pp. 676 e 677. Carta de 24 de julho de 1694 de Vieira ao duque do Cadaval.
[70] Um marco, aproximadamente, equivale a 229,48 gramas.
[71] A lei ou toque do ouro é a proporção de ouro em uma dada massa ou objeto dito feito de ouro. Tal proporção é determinada em quilates, que podem chegar ao máximo de 24, caso em que o objeto seria composto inteiramente de ouro. O toque para as moedas de ouro, segundo a lei de 4 de agosto de 1688, era de 22 quilates, isto é, 22 partes de ouro e duas de outro metal na composição das moedas – 91, 666% de ouro na massa das moedas, aproximadamente.
[72] Uma onça é a oitava parte de um marco.
[73] Uma oitava é a oitava parte de uma onça.

que corresponde a um avanço de 17,33%, aproximadamente. Para se resolver este problema, não se pode esquecer que a mesma lei de 88 determinou que as patacas e outras moedas de prata corressem a peso, valendo 100 réis a oitava – encontramos aí uma política para atração de metal estrangeiro, que valeria mais por oitava ao entrar em Portugal do que a oitava de prata em dinheiro português. Isto posto, uma informação importante, é que o estoque monetário no Brasil era composto, sobretudo, por moedas espanholas de prata[74] e, por isso, a moeda aqui desde a aplicação da dita lei de 1688 deveria correr a peso de 100 réis por oitava. O levantamento de 10%, no valor extrínseco da moeda de prata provincial sobre a moeda do reino, partiria do valor de 100 réis por oitava, estabelecendo a lei de 94 o valor de 110 réis para cada oitava de prata a ser refundida na Casa da Moeda de Salvador. Consequentemente, os valores estabelecidos para a onça e para o marco de prata, a ser transformada em moeda provincial, eram de 880 e 7$040 réis respectivamente. Não haveria mudanças na lei da moeda de prata, que permaneceria em 11 dinheiros[75].

Quanto aos ajustes a serem feitos para a produção da moeda provincial, o juiz da Casa da Moeda, José Ribeiro Rangel, em carta de 18 de novembro de 1694[76] ao governador-geral Dom João de Lencastro pondera sobre a proporção de metal precioso na moeda provincial. Assinala a liberalidade da intenção do rei em não cobrar para si a senhoriagem, o que não livra a Casa de pagar por seu próprio funcionamento e outros custos, delegando às autoridades monetárias, recém-empossadas[77], o cálculo sobre o quanto de metal precioso terão as moedas produzidas no Brasil de modo que sobre quantidade suficiente de ouro e prata para pagar a despesa da dita Casa. Pagar-se-ia, por exemplo, 110 réis por oitava[78] de prata na entrada da Casa da Moeda e, na saída, 110 réis em moedas de prata (meio tostão e três vinténs) que conteriam menos de uma oitava daquele metal. Determinar esta diferença foi a tarefa sobre a qual se debruçou José Ribeiro Rangel[79].

O juiz apresenta cálculos que apontam que um levantamento de 20% seria o ideal, pois pagar a oitava a 100 réis e devolvê-la em moeda nova a 120 réis faria restar 640 réis por marco "de fabrica

[74] Pedro Calmon. *História do Brasil*, vol. III, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959, p. 877.
[75] A lei da prata é a proporção de prata na massa de dado objeto dito feito de prata. Uma moeda na lei de onze dinheiros apresenta em sua massa metálica 91,666% de prata, isto é, 11/12 de prata. Interessante explanação sobre esta lei se encontra em Fernando C. G. C. Lima. "A lei da cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil". *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro. Volume 9. Número 2. pp. 385-410. Agosto de 2005.
[76] Cleber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil*, Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1989, pp. 144-146.
[77] Cleber Baptista Gonçalves. *op. cit.*, pp. 110 e 111. Lista dos oficiais moedeiros com seus ordenados e informação sobre os quais vieram de Portugal e que, portanto, receberam uma ajuda de custo a ser restituída pela Casa da Moeda a ser fundada.
[78] A oitava equivale a 3,5856 gramas.
[79] José Ribeiro Rangel veio de Portugal para o Brasil para a fundação da Casa da Moeda com ordenado de 400$000 por ano. Cerca de sessenta anos depois o ordenado do provedor era de 800$000 segundo José Antônio Caldas. *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Edição fac-similar. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951, p. 460.

para as despezas dos feitios, ordenados, engenhos e obras, da mesma caza". Porém, pelas leis do reino não seria possível tal encaminhamento. Procurando seguir o que faz a Casa da Moeda de Lisboa, "tomando o regimento pella observação das casas da moeda do Reyno, e fazendo a conta respetivamente pela observação", mas sem deixar de projetar o pagamento da despesa da Casa da Bahia, finaliza a proposta sobre as moedas de prata ao governador-geral: 3 oitavas e 30 grãos[80] para moedas de 400 réis; 1 oitava e 51 grãos para moedas de 200 réis; 61 grãos para moedas de 100 réis; 49,5 grãos para moedas de 80 réis; 30 grãos para moedas de 50 réis; 24,5 grãos para moedas de 40 réis e 12,25 grãos para moedas de vinte réis. Saindo dessa maneira o marco de prata amoedado por 7$460 réis: 7$040 para as partes, conforme determina a lei, e 420 réis para as despesas da fábrica. Com a Casa da Moeda em pleno funcionamento, o marco de prata em moeda nova acabou por sair a 7$600 réis, possivelmente, para adequar a produção às despesas da Casa.

Em relação às moedas de ouro[81], a proposta[82] do juiz foi a seguinte: 2 oitavas e 20 grãos para moedas de 4$000 réis; 1 oitava e 10 grãos para moedas de 2$000 e 41 grãos para moedas de 1$000 réis. Estes dados sobre a produção de moedas de ouro estão concordantes com o relato de Sebastião da Rocha Pita. Saindo o marco de ouro lavrado a 112$640 réis, dos quais 105$600 para as partes, cumprindo a lei, e o restante para a Casa da Moeda. Concluindo, para marco de prata cunhado, caberia à instituição 560 réis e para cada marco de ouro cunhado, caberia para as despesas da Casa 960 réis.

Entre 1695 e 1698, a produção monetária provincial foi de 921:022$140 réis, sendo 102:070$000[83] em ouro e 818:952$140 em prata[84], valor que superou em muito a quantia reclamada para a Bahia por Câmara Coutinho, um milhão de cruzados e 30 mil réis em moedas miúdas, ou 494:400$000 de réis em moedas de ouro prata e cobre. Mesmo se considerarmos que houve significativas remessas pernambucanas, a diferença ainda seria saliente. Estes dados fundamentaram a ordem de fechamento da Casa da Moeda em Salvador.

Câmara Coutinho, em meio às negociações pela Casa, já apontava para uma produção limitada[85] de moeda para a colônia e para a possibilidade de produção nas três principais praças, isto é, além da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco[86]. Após extensa negociação e troca de

[80] Uma oitava contém 72 grãos; cada grão corresponde a 49,8 miligramas.
[81] Sobre a origem do ouro amoedado, afirmou-se ser oriundo da África e de São Paulo. Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte-São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1976, p. 211.
[82] Cleber Baptista Gonçalves. *op. cit.*, p. 148.
[83] Severino Sombra estima a produção monetária em ouro da Bahia em 102 contos. *Pequeno esboço de história monetária do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 47.
[84] Cleber Baptista Gonçalves. *op. cit.*, p. 148.
[85] Biblioteca da Ajuda. COD. 51-V-42 Fl. 42v. Carta de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho ao secretário de Estado Mendo Fóios Pereira, Bahia, 30 de julho de 1693.
[86] *Anais da Biblioteca Nacional*, LVII, p.153.

correspondências entre Artur de Sá e Menezes, governador do Rio de Janeiro, e Dom João de Lencastro, governador-geral[87], o rei tomou a decisão favorável à transferência para o Rio devido às dificuldades e resistências em fazer os moradores das capitanias do sul enviar seu dinheiro para recunhagem em Salvador. Contudo, ao confrontarmos a quantidade de dinheiro fabricado ante o conteúdo e forma da dita carta, pela qual parecia que nem haveria metal suficiente para produção proposta, resta um certo estranhamento ou uma suposta contradição que, possivelmente, alimentou a suspeita que apresentada na carta de 12 de janeiro de 1698.

Em 1697, foi emitida de Portugal a primeira ordem para o fechamento da Casa da Moeda por meio de carta régia em 7 de março[88]. A Casa deveria ser fechada depois de um ano a contar da chegada da próxima frota e após este prazo todo dinheiro não cunhado em Pernambuco não mais teria valor legal. Em relação ao Rio de Janeiro, o rei compreendeu ou cedeu às alegações dos moradores das capitanias do sul sobre sua resistência em enviar o dinheiro para Bahia. Tais resistências tinham como argumento principal os perigos da viagem, sobretudo, os piratas. Em carta régia de 23 de janeiro do mesmo ano foi oferecida a possibilidade de instalar Casa de Moeda naquela cidade[89], a qual foi aceita pela Câmara em 8 de maio de 1697 com os custos do transporte dos equipamentos e oficiais por conta da municipalidade do Rio de Janeiro.

Desde o início de 1698, o rei já havia mandado fechar a Casa da Moeda de Salvador[90], ordenando o fim dos trabalhos da amoedação. Observava, porém, que, caso chegassem moedas antigas de Pernambuco no prazo de quinze dias, sobre elas o trabalho continuaria para que não houvesse desperdício dos recursos de transporte das peças. A carta chegou às mãos do superintendente da Casa da Moeda João da Rocha Pita e do governador Dom João de Lencastro em 8 de julho, portanto, a partir da última semana do sétimo mês de 1698, apenas moedas oriundas de Pernambuco deveriam ser processadas.

Com a Carta Régia de 12 de janeiro de 1698 ao governador-geral Dom João de Lencastro, o rei definiu o impasse, determinando o encerramento da produção da provincial na Bahia por julgar a produção[91] executada mais que suficiente[92], e ordenando a transferência da Casa da Moeda para a

[87] Severino Sombra. *Pequeno esboço de história monetária do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, pp. 43-45.
[88] Cleber Baptista Gonçalves. *op. cit.*, p. 153.
[89] Severino Sombra. *História monetária do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1938, p. 107. Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944, pp. 224 e 228.
[90] Carta Régia de 12 de janeiro de 1698, transcrita em Cleber Baptista Gonçalves. *Casa da Moeda do Brasil*, Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1989, p. 149. O autor não apresenta a quantidade de produção por ano, o que deixa dúvidas se a produção de 1698 foi volumosa. Este estudo carece desses dados, pois podem ser indícios de pressão dos interesses comerciais ou administrativos sobre o perfil da amoedação na Bahia entre 1695 e 1698.
[91] Cleber Baptista Gonçalves. *op. cit.*, p. 149.

cidade do Rio de Janeiro. Porém, o despacho da maioria dos oficiais e dos equipamentos para o sul só se efetivou em dezembro daquele ano[93].

A despeito da fiscalização sobre os ourives, o que destaca na explicação do rei é o entendimento de que o reino sofria a possibilidade de ficar sem pataca alguma e que a Bahia desempenharia uma parte nesta temida evasão de moedas[94]. Estabeleceu-se que as patacas corressem a 750 réis no máximo, valor ligeiramente menor do que tinham no reino[95], sem levantamento local além do das moedas provinciais, e que seja observado o seu peso, pois os negociantes, "usando de cautelas contra a prohibição da Ley", estariam a evadir patacas de Portugal.

Outros locais da Europa tinham maior influência sobre a evasão monetária das patacas de Portugal. Segundo Pierre Vilar, a reforma monetária na Espanha[96] se baseou em: menor utilização da moeda de cobre, substituída pela prata na circulação; valorização do maravedi, moeda de conta espanhola que passava a ter maior valor em prata[97]; levantamento do valor extrínseco do real de prata na Espanha, mantendo seu valor antigo nas colônias com o objetivo de atrair mais prata da América; tudo isso ainda foi reforçado por uma possível recuperação demográfica, reanimando a produção, com influência positiva para estabilização dos preços. Para a Espanha, o "fim da crise, de fato, aparece em 1686"[98]. Outros países da Europa também realizaram reformas monetárias para resolver problemas de inflação e atrair metal precioso.

Certamente, a Bahia não seria o centro causador da evasão monetária de Portugal, mas, a Coroa portuguesa queria se salvaguardar por todos os lados. Por outro lado, não podemos negar que a carta régia era, ao menos, um indício de que negociantes estivessem retirando metal do reino e entregando para cunhagem na Bahia, a fim de aproveitar o levantamento de 10% da prata em moeda provincial. Segundo a carta, a proibição de não se retirar moeda do reino não era cumprida e, consequentemente, a moeda provincial não se encontrava melhor protegida. Segundo Pierre Vilar, a Inglaterra exercia uma crescente influência política e econômica sobre Portugal nas décadas finais do século XVII, justamente um período inflacionário vivido pelos ingleses, o que explicaria muito da

---

[92] O critério para fazer este julgamento, o de que a produção monetária "não só basta mais sobra", deve ter sido baseado na proposta de Câmara Coutinho, que projetava 2 milhões de cruzados, quantia que a produção monetária baiana aparentemente superara.
[93] Severino sombra. *Pequeno esboço de historia monetária do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 46.
[94] Aviso de primeiro de fevereiro de 1697 citado por Severino Sombra. *História monetária do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1938, p. 107. A escassez de moedas também era um problema em Portugal.
[95] Rita Martins de Sousa. *Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista*: 1688-1797. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, pp
[96] Pierre Vilar. *Ouro e moeda na história*: 1450-1920. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980, pp. 292-295.
[97] A partir de 20 de maio de 1680, o maravedi tem seu valor aumentado de 28 para 62 mg de prata.
[98] Carl Hanson. *Economia e Sociedade no Portugal barroco*: 1668-1703. Lisboa: Dom Quixote, 1986, p. 240 e seguintes. O autor apresenta a reforma monetária portuguesa e os impactos da reforma espanhola sobre a evasão de moedas de Portugal.

evasão monetária portuguesa na segunda metade da década de 1690[99]. Para elucidar a suposta contradição entre a anunciada escassez de moeda e a relativa grande produção monetária da Bahia, pode-se lançar mão mais uma vez de Vilar, que afirma ter havido entesouramento de ouro no Brasil antes da chegada da Casa da Moeda por conta de leis monetárias portuguesas[100].

Independentemente de suspeitas e hipóteses, a orientação era que a Casa da Moeda encerrasse os trabalhos o mais rapidamente e, logo, fosse instalada no Rio de Janeiro, onde a amoedação deveria ser executada no mais breve tempo possível. Importantes oficiais como José Ribeiro Rangel, juiz, e Manoel de Sousa, ensaiador, além de outros necessários deveriam ser enviados da Bahia ao Rio de Janeiro onde a nova Casa da Moeda cunharia sob a instrução escrita[101] por João da Rocha Pita, superintendente da Casa na Bahia, que recebera carta do rei sobre esta matéria já em 7 de março de 1697[102]. Miguel de Siqueira Castelo Branco assumiu o posto de Superintendente da Casa da Moeda do Rio de Janeiro. Em primeiro de dezembro de 1698, Dom João de Lencastro já havia fretado um navio para o traslado da "fábrica e oficiais" por 600$000 réis a serem pagos no Rio de Janeiro[103]. Em carta de 2 de dezembro de 98, o governador-geral remete a instrução sobre os trabalhos de cunhagem ao desembargador Doutor Miguel de Siqueira Castelo Branco e, em 17 de março de 1699, iniciaram-se os trabalhos na Casa da Moeda do Rio de Janeiro[104].

Em outubro de 1700, a Casa da Moeda foi transferida para o Recife, a fim de amenizar a escassez de moeda entre os pernambucanos[105]. A Casa amoedou até início de 1702 em Pernambuco. A amoedação no Rio de Janeiro, durante todo o tempo em que ali funcionou a fábrica, produziu as mesmas moedas que se produzira na Bahia, com exceção das de 20 réis. A produção totalizou 612:644$640 em ouro e 255:694$940 em prata; total de 868:339$580 réis. Certamente, o valor muito maior do ouro reflete a afluência de metal das minas. Em 1702, a Casa da Moeda voltaria ao Rio de Janeiro, onde se fixou, mas não para produzir moeda provincial.

A população de Pernambuco e capitanias anexas tiveram pouco tempo para levar o dinheiro à nova fábrica, pois o bando que ordenava a operação foi emitido pelo governador e capitão geral de Pernambuco, Dom Fenando Miz de Lancastro em 14 de setembro, com prazo máximo em 31 de

[99] Pierre Vilar. *Op. cit.* pp. 268-279.
[100] Idem, ibidem, p. 283.
[101] Cleber Gonçalves. *op. cit.*, pp. 155-157. O interessante item 14 foi recomendado pelo próprio Dom Pedro II a Pita. C. Gonçalves. *op. cit.*, p. 111.
[102] Cleber Baptista Gonçalves. *op. cit.*, p. 153. Transcrição integral da carta régia.
[103] *Documentos Históricos*, XI, pp. 269-270. Severino Sombra afirma que foi nesta data que a Casa da Moeda embarcou para o Rio de Janeiro. *Pequeno esboço de historia monetária do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 46.
[104] *Documentos Históricos*, XI, pp. 271-272.
[105] Evaldo Cabral de Mello, *A fronda dos mazombos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 132.

outubro de 1700[106], um mês e meio. A Casa da Moeda do Recife cunhou apenas um tipo de moeda de ouro, o de 4$000 réis, e todos os tipos de moedas de prata, diferentemente do Rio de Janeiro que não cunhou os vinténs. Cunhou-se 428:383$260 em prata e 8:108$000 em ouro, totalizando 436:488$260 réis, dos quais 12:838$405 foram entregues ao Almoxarifado da Fazenda Real a título de senhoriagem, direito não cobrado em outras localidades, e de braçagem[107], que são os custos de mão-de-obra da fábrica. Em carta régia de 31 de janeiro de 1702[108], o rei ordena o encerramento da cunhagem em Pernambuco e o retorno da Casa da Moeda ao Rio de Janeiro.

Algumas informações são importantes para a compreensão da presença da Casa da Moeda em Pernambuco, particularmente, no Recife. A Câmara de Olinda, já em 1693, diligenciava no sentido de receber uma Casa da Moeda[109], dentro do mesmo contexto em que o governador Câmara Coutinho escrevera da Bahia: forte evasão monetária, conjuntura ainda não favorável à produção açucareira e, no caso pernambucano, em meio às crescentes tensões entre "mazombos" e "mascates". Os comerciantes de Recife, diante da possibilidade de Pernambuco receber a Casa da Moeda[110], conseguem afastar Olinda e sediar a dita Casa. Nesta disputa, uma das mais importantes figuras foi Fernandes de Matos, próspero comerciante que começara a vida como pedreiro e enriquecendo nas últimas décadas do XVII atuando no varejo e no atacado de mercadorias e na agiotagem; agente do "capital comercial e usurário encarnado [...] no Recife"[111]. Fernandes Matos ofereceu a suas próprias custas o prédio onde se instalou a Casa da Moeda e recebeu o reconhecimento real[112].

Tendo em vista os negócios de Fernandes de Matos, o ambiente tenso de Pernambuco naqueles anos do final do XVII e início do XVIII, que aproximava comerciantes do pequeno e do grande comércio contra a aristocracia de Olinda e o perfil da amoedação no Recife, abre-se um caminho para investigação: a produção apenas das moedas de ouro de 4$000 réis apontam para a influência do grande comércio, enquanto a retomada da produção dos vinténs, cujos ferros ficaram empoeirados por todo o tempo que estiveram no Rio de Janeiro. Tal fato indica uma certa atenção aos comerciantes de varejo. A moeda provincial, a moeda miúda e a política de levantamento monetário local, em breve, voltaram a aparecer como temas importantes na política pernambucana,

[106] A transcrição do documento está em Cleber B. Gonçalves. *op. cit.*, p. 164.
[107] Cleber Baptista Gonçalves publicou em sua obra, aqui muitas vezes citada, nas páginas 164 e 165, um documento que escapou a Severino Sombra, pois este não o apresenta em seu livro. A escrituração final dos trabalhos da Casa da Moeda em Pernambuco, fonte dos números apresentados neste texto.
[108] Carta Régia de 31 de janeiro de 1702, o governador de Pernambuco. Documento transcrito integralmente por Cléber Baptista Gonçalves. *op. cit.*, p. 166.
[109] Cleber B. Gonçalves. *op. cit.*, p. 163.
[110] Carta régia de 12 de janeiro de 1698 apud Cleber B. Gonçalves, *op. cit.*, p. 163.
[111] Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 144.
[112] Carta transcrita do Arquivo Histórico Ultramarino por Cleber B. Gonçalves. *op. cit.*, p. 163.

haja vistas sobre mais de um ponto entre aqueles que os senhores de engenho de Olinda pretendiam discutir com a Coroa no episódio da "Guerra dos Mascates"[113].

Somando a produção monetária entre 1695 e 1702, obtém-se o valor de pouco mais de 4.637.193 cruzados. Se excluirmos a produção em ouro do Rio de Janeiro, por tratar-se de uma contingência própria do período posterior à crise da economia colonial do século XVII, chega-se ao número mínimo aproximado de 3.360.850 cruzados ou 16.132 contos de réis, resultado muito distante dos 2.040.000 cruzados reclamados por Câmara Coutinho. Apesar da imprecisão dos números apresentados, a discrepância é significativa e pode reforçar a hipótese de que havia entesouramento no Brasil. Como desdobramento desta hipótese, inferimos que além de atender as necessidades mais imediatas de arrecadação da Coroa na colônia, as Casas da Moeda provincial cumprram a função de desentesourar ouro e prata[114] das conquistas na América num momento de dificuldades na metrópole: sem notícias ainda das minas, os metais preciosos deveriam sair dos baús e prateleiras, reforçando o Estado metropolitano na colônia e, ao mesmo tempo, possibilitando a valorização do capital mercantil e a continuidade do comércio colonial, quando este estava a se encolher[115].

Bibliografia

AZEVEDO, João Lúcio. *Épocas de Portugal Econômico*, Lisboa: Clássica, 1988.

BOXER, Charles. *Idade de Ouro do Brasil*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. 3 volumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____ *Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder*: o mundo dos engenhos no nordeste colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

GONÇALVES, Cleber Batista. *Casa da Moeda do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1984.

HANSON, Carl. *Economia e sociedade no Portugal barroco*: 1668-1703. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

[113] Pedro Calmon. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959 Vol III, p. 1002-1004.

[114] Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte-São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1976, p. 211. O contemporâneo dos fatos descreve o desentesouramento: "[...] muita prata em barras e outra lavrada em peças e feitios antigos, que seus donos quiseram mandar desfazer e reduzir a dinheiro, pela conveniência que achavam no valor pelo qual se lhes pagava o marco". Também sobre o mesmo processo: Fernando C. G. C. Lima. "A lei da cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil". *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro. Volume 9. Número 2. pp. 385-410. Agosto de 2005, p. 402.

[115] Vera Lucia Amaral Ferlini. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial.* Bauru: Edusc, 2003, pp. 98-112.

HECKSCHER, Eli F. *La epoca mercantilista*: historia de la organización y las ideias econômicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LIMA, Fernando C. G. C. "A lei da cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil". *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro. Volume 9. Número 2. pp. 385-410. Agosto de 2005.

_____, "Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII". *Estudos Econômicos*. Volume 35. Número 1, pp. 169-201. Março de 2005.

_____, "Um ensaio sobre as razões da adoção do açúcar como moeda no Brasil no período colonial". In: Anais XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social, 2009, Porto. Acessado por meio de https://docs.google.com/viewer e acessado em 13/10/2011.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAURO, Fréderic. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MELLO, Evaldo Cabral. *A fronda dos mazombos*: nobres contra mascates, Pernambuco. (1666-1715). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NOVAIS, Fernando A. *Brasil e Portugal na crise do Antigo Sistema Mundial* (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 2001.

PRADO Júnior, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*: Brasil, c. 1530-1630. São Paulo: Alameda, 2009.

SERRÃO, J. & MARQUES, A. H. de O. (dir.) *Nova História de Portugal*. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil. Vol. VII. Lisboa: Ed. Presença, 2001.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

SOMBRA, Severino. *História monetária do Brasil colonial*: repertório cronológico com introdução, notas e carta monetária. Rio de Janeiro: Laemmert, 1938.

_____. *Pequeno esboço de História monetário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

SOUSA, Rita Martins de. *Moeda e metais preciosos no Portugal Setecentista* (1688-1797). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIEIRA, Pe. Antônio. *Cartas III*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

VILAR, Pierre. *Ouro e Moeda na História* (1450-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Escravidão em Machado De Assis:
Uma análise da obra "Memórias póstumas de Brás Cubas"

Rafaela Rodrigues da Silva Carvalho

Discente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG, rafaelarscarvalho@ymail.com

Daniel do Val Cosentino

Docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG, dcosentino@terra.com

Resumo

O século XIX foi um período de grandes transformações para o Brasil. Entre sediar a capital do império português, proclamar-se livre e consolidar-se como nação, o debate sobre a abolição da escravatura esteve presente e atuante, contribuindo efetivamente para a construção da História nacional. Com efeito, a escravidão sustentou toda a estrutura produtiva da época, bem como configurou um elemento de contradição social. Se por um lado a elite agrária brasileira aspirava aos padrões culturais da Europa, por outro se valia de mão-de-obra essencialmente escrava, enquanto os europeus já adentravam na forma capitalista de produção. Nesse sentido, é passível de observação o fato de uma obra realista, escrita à época por Machado de Assis, apresentar-se como instrumento de análise da realidade social.

Palavras chave: realismo, escravidão, Machado de Assis.

Introdução

Publicada em 1881, a obra magna de Joaquim Maria Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, inaugurou o realismo no Brasil. O período literário então vigente, a saber, o romantismo, primava pelo caráter heroico e pelo idealismo de suas personagens. O

autor, ao contrário, abusa de recursos gráficos e narrativos, utilizando a ironia como força motora de seu romance, abarcando todas as fases da vida de um não-herói.

Nascido no seio da elite carioca, Brás Cubas, a personagem central do romance, contraditória e psicologicamente complexa, reflete um homem com problemas existenciais, sem nenhuma grande realização. Apresentando-se como um "defunto autor", Cubas inicia a narrativa de sua história pelo fim, ou seja, por sua morte. Tal fato rompe a linearidade do texto, agravado por constantes digressões, que deixam a narrativa mais lenta.

Toda a estrutura de *Memórias póstumas*, bem como a análise psicológica das personagens e a interação com o leitor, presente ao longo da narração, contribui para uma reflexão a respeito da situação miserável da população. Tendo como cenário um Rio de Janeiro oitocentista, a obra consiste em um retrato da sociedade da época, concentrada na conjuntura ideológica do Segundo Império. O recurso utilizado por Machado com o fim de discutir essa sociedade, bem como criticá-la, é a abordagem amiúde da individualidade e da natureza das personagens.

Nessa discussão, travada em todo romance, percebe-se claramente as relações entre capitalismo, classes sociais, cientificismo, positivismo e escravidão. O enredo da obra sustenta-se na história brasileira, de modo a dar significado a ela por meio de referências implícitas ou explícitas. Portanto, a mensagem político-social do romance configura-se como um método, uma vez que a ousadia de Machado, expressa em sua forma literária, "onde lucidez social, insolência e despistamento vão de par, define-se nos termos drásticos da dominação de classe no Brasil: por estratagema artístico, o autor adota a respeito uma posição insustentável, que entretanto é de aceitação comum" (SCHWARZ, 2000, p. 10).

Neste sentido, o presente trabalho se propõe a apresentar um levantamento de aspectos da obra que permitem discutir a escravidão e a posição do escravo no Brasil Imperial a partir do realismo em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Nesta, Machado de Assis apresenta, com maestria, as contradições de uma sociedade, que, por um lado, aspira à cultura, ao conhecimento e ao modo de vida europeia, mas que, por outro, se sustenta em um modo de produção escravista, ou seja, tipicamente colonial.

Escravidão em Machado De Assis: uma análise da obra "Memórias póstumas de Brás Cubas"

O triunfo do realismo

O realismo é uma corrente artística que ganhou vida em fins do século XVIII e se desenvolveu a partir da razão, da ciência e da realidade, priorizando a essência em detrimento da aparência, tão comum nas artes de então. Marcada por características como denúncia das injustiças sociais e desprezo pela idealização romântica, o movimento buscava retratar a realidade tal qual ela era, sem prejuízo de beleza e forma.

Diferentemente do realismo, "o romance como gênero literário é a expressão artística mais acabada do mundo burguês" (FREDERICO, 1997, p. 41). Com efeito, a nova ordem social que se formava conferiu à burguesia uma nova postura: ela abraçou os valores liberalistas, transformando-se em uma elite conservadora, preocupada apenas com a manutenção da ordem estabelecida. A sociedade então deixou de ser

> o palco da história social, dos conflitos e da busca do conhecimento da verdade. Agora, a sociedade passa a ser vista como uma segunda natureza, como algo fixo e imutável, e o pensamento se compraz na apologia existente. A democracia é substituída pelo liberalismo; a economia clássica transforma-se em economia vulgar; o racionalismo abandona o ideal emancipatório e torna-se uma técnica positiva de controle social (FREDERICO, 1997, p. 41).

Se por um lado o romantismo se prima pelo idealismo, por outro o realismo se funda na realidade. Segundo György Lukács, um dos pensadores que mais estudou, pela ótica da teoria marxista do conhecimento, a ciência das artes – a estética –, o realismo configura-se como o "único método apropriado para se obter uma representação artística correta" (FREDERICO, 1997, p. 32). Com efeito, frente ao desafio imposto à arte – "o de refletir a realidade social, o mundo dos homens, como uma totalidade viva formada pela unidade contraditória de essência e aparência" (FREDERICO, 1997, p. 34) – o desafio do artista é mostrar a aparência como um disfarce da essência.

Isso Machado de Assis cumpre com primazia na obra *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que, no limite, traz uma crítica à sociedade brasileira embasada na realidade social. Além disso, personagens como Brás Cubas, dotados de uma "ineliminável singularidade, concentram também certas tendências universais próprias do ser humano, postas num determinado momento histórico" (FREDERICO, 1997, p. 51).

De fato,

> se quisermos entender a problemática da arte contemporânea, é necessário buscar – por baixo da superfície dos processos formais, estruturais ou técnicos – a visão do mundo que é subjacente às várias tendências e, a partir daí, determinar quais as que permitem uma rica e unilateral reprodução da realidade, a partir da qual se torna possível a criação (ou recriação) de autênticas estruturas formais, e quais as que não se prestam – por deformarem o real – senão a um experimentalismo técnico fundado na dissolução da forma (COUTINHO, 1967, p. 25).

Uma vez que a arte, essencialmente uma forma ideológica, compõe a superestrutura em lugar da base econômica; em uma sociedade repartida em classes antagônicas, ela encontra-se atrelada a determinados interesses das classes sociais ditas dominantes. Porém, sua manifestação carece de ganhar forma, de modo que as ideias políticas, bem como morais ou religiosas precisam se integrar a uma estrutura artística ou a uma totalidade que possui sua legalidade própria (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011).

Ilustrando tal conceito, Machado apresenta nas *Memórias* as três classes existentes no Brasil do século XIX: a dominante, a dos escravos e a dos trabalhadores livres; bem como suas relações sociais. A primeira, a elite agrária, é representada pelo próprio Brás Cubas; a segunda, tanto dos negros escravizados quanto dos livres, é figurada por Prudêncio; e a terceira, referente à classe livre, embora dependente economicamente e por isso também basilada na escravidão, encontra-se Dona Plácida, uma agregada de Brás e sua amante.[1]

Classificadas como atuações sociais, as categorias, para captar a realidade não devem, portanto, "ser construções abstratas *a priori* [...]: elas devem, inicialmente, emanar da própria realidade. Algo só é verdadeiro para o pensamento porque existe efetivamente na realidade" (FREDERICO, 1997, p. 49).

De acordo com Celso Frederico (1997, p. 53), situações e personagens típicas são atributos básicos da "grande literatura realista sensível às mutações históricas, sempre contraposta [...] à literatura menor que só consegue criar personagens e situações *médias*, fixas e estereotipadas". Por conseguinte, a partir do pensamento marxista, qualquer gênero artístico é realista na medida em que constitui de forma singular "a totalidade das determinações do reflexo estético da realidade objetiva" (COUTINHO, 1967, p. 107).

Se o romance é tipicamente realista, o Machado consegue, na obra, cruzar os destinos individuais das personagens – enquanto seres sociais – com as possibilidades concretas dadas pelo desenvolvimento da sociedade, além de, seguindo o desenrolar de tais destinos, revelar

[1] A obra apresenta também outras personagens que compõem a estrutura da sociedade brasileira, como Virgília, a amante de Brás, e seu pai, o Conselheiro Dutra, quase uma representação do governo oitocentista; Marcela, uma prostituta espanhola que foi o primeiro amor de Brás, amando-o "durante quinze meses e onze contos de réis" (Cap. 17); Eugênia, a "flor da moita" coxa que só não foi desposada pelo narrador por possuir essa deficiência; e Quincas Borba, um amigo de infância que o reencontra muitos anos depois, mendigo, e dono de uma nova filosofia de vida: o Humanitismo. Porém, neste trabalho será apresentado apenas as personagens que representam as classes sociais na sociedade escravista carioca, alvos de maior crítica social.

as forças sociais que atuam em uma época determinada da história de uma sociedade (FREDERICO, 1997, p. 52). Com efeito, por ser o primeiro a conseguir tal feito no Brasil, o autor é quem faz triunfar o realismo no país.

A sociedade escravista brasileira

Para entender as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, é necessário primeiro compreender o contexto histórico pelo qual atravessava o Brasil, contexto esse vivido por Machado de Assis. A obra foi publicada em 1881, porém sua personagem principal, Brás Cubas, viveu de 1805 a 1869, de modo que presenciou episódios importantes da história do país. Ademais, "entre a morte do 'defunto autor', em 1869, e o aparecimento do texto, em 1880[2], houve acontecimentos políticos e sociais decisivos da década de 1870, os quais conformam, de fato, o conteúdo e o tom do relato de Brás" (CHALHOUB, 2003, p. 97). Portanto, faz-se mister discutir e analisar os principais elementos constitutivos da sociedade escravista brasileira ao longo do século XIX.

Em 1808, a Corte portuguesa chega ao Brasil fugida da França e com ajuda da Inglaterra, fazendo do Rio de Janeiro a capital da Monarquia portuguesa. A partir de então, o Príncipe Regente Dom João VI adota medidas que representaram mudanças significativas na estrutura econômica brasileira. Em 1822, é declarada a Independência e o Rio de Janeiro torna-se a capital do Império brasileiro.

Nem a chegada da Coroa Portuguesa, nem a declaração da Independência, porém, foram suficientes para mudar a condição dos escravos. Apesar dos tratados de independência elaborados com apoio da Inglaterra exigir o fim do tráfico negreiro até 1827, o governo Imperial não tomaria ação efetiva para romper com a estrutura social do país. Desde o século XVI, com o sistema de *plantation* nas lavouras de açúcar[3], a economia brasileira se assentava

[2] A obra apareceu primeiramente em um jornal do Rio de Janeiro, em 1880. Porém, ela só foi publicada no ano seguinte, em 1881.

[3] Inicialmente a mão-de-obra escrava utilizada nas plantações de açúcar no nordeste brasileiro era de índios nativos. Os negros africanos chegaram "para a expansão da empresa, que já estava instalada. É quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado." (FURTADO, 2007, p. 77). Ver também Prado Junior (1994).

em uma estrutura de produção essencialmente escravista[4]. Três séculos depois, no século XIX, a estrutura produtiva permanecia a mesma, com os negros agora nas lavouras de café.

De qualquer forma, a defesa progressista do tráfico de escravos implicava "problemas ideológicos difíceis de resolver, e encarnava a parte de afetação e afronta que acompanha a vida das ideias nas sociedades escravistas modernas". Analogamente "a ambivalência tinha fundamento real, e Machado de Assis, conforme se verá, soube imaginar-lhe as virtualidades próximas e remotas" (SCHWARZ, 2000, p. 30).

Nas *Memórias*, Machado demonstra que a situação apresenta maiores contradições quando a sociedade aspira a padrões culturais e intelectuais vinculados à liberdade, mas permanece ancorada e estruturada a partir da escravidão e com uma economia com características coloniais.[5] Tal situação evidencia a contradição primeira da nossa sociedade que, nos termos em que desenvolveu o capitalismo, de maneira incompleta, "resultou numa economia vulnerável e dependente externamente, que se reflete até hoje em um país subdesenvolvido com problemas sociais, em fome e miséria para grandes contingentes humanos" (COSENTINO, 2006, p. 12).

A despeito da pressão exercida pela Inglaterra em favor do fim da escravidão, foi apenas em 1850, aos quatro de setembro, que se instituiu a Lei Eusébio de Queiroz, abolindo o tráfico de escravos no Brasil. Desse modo, "extinta a fonte principal de fornecimento de mão-de-obra para o sistema escravista, este tenderia a acabar" (COSENTINO, 2006, p. 17). A extinção do tráfico acarreta "outro efeito direto: põe termo ao longo conflito com a Inglaterra; e das relações políticas que então se estabelecem com aquele país, resultará novo afluxo de suas iniciativas e capitais para o Brasil" (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 154). No entanto, as ações realizadas contra o tráfico, consistiam apenas em medidas para adiar a abolição definitiva, resguardando os interesses dos grandes senhores de terra.

Além da pressão dos ingleses, o sucesso da lei se deveu a fatores internos, tais como o descontentamento dos agricultores quanto aos preços elevados dos escravos, dado às constantes capturas dos navios negreiros pela Inglaterra; bem como a submissão destes aos traficantes, que, porque haviam se tornado "uma potência financeira, e apesar do desprestígio

[4] A grande diferença entre os trabalhos livre e escravo consiste no fato de, no primeiro, o trabalhador ser desprovido dos meios de produção, motivo pelo qual é obrigado a vender sua força de trabalho como mercadoria, ou seja, em troca de salário. Já no regime escravista, o escravo é ele próprio uma mercadoria, no sentido de ser comprado, vendido, e ter todo o produto do seu trabalho apropriado por seu dono. Ver Cosentino (2006).

[5] É importante ressaltar a incoerência do pensamento liberal brasileiro que "criticava o absolutismo e o colonialismo de um lado, pregando o rompimento dos laços coloniais, mas por outro, mantendo a escravidão como elemento unificador da sociedade imperial que se formara com a emancipação política." (COSENTINO, 2006, p. 14).

social que os cercava, faziam sombra com seu dinheiro às classes de maior expressão política e social do país" (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 152), a saber, fazendeiros e grandes proprietários de terras, que são devedores àqueles.

Duas semanas após a extinção do tráfico de escravos, foi promulgada a Lei de Terras, com o fim de regulamentar o direito sobre a propriedade no Brasil. Até então, a apropriação territorial se dava por meio da posse, na qual os grandes proprietários aumentavam seus domínios se apossando das terras dos demais. Este período "estruturou de forma definitiva o latifúndio, que tinha base no poder local e se valia da ausência estatal" (COSENTINO, 2006, p. 26).

Uma vez que a questão agrária sempre esteve ligada à discussão da mão-de-obra, a Lei de Terras nasceu como um complemento à abolição do tráfico, primeiro porque "tudo que o escravo representava em termos de mercadoria e capital imobilizado deveria ser substituído pela terra", e depois porque "o fim do tráfico colocava em questão o fim do trabalho escravo e, consequentemente, a transição para o trabalho livre" (COSENTINO, 2006, p. 28). A lei, então, foi essencial para a inserção do trabalho assalariado no Brasil.

A todo o momento o governo tentava alterar o *status quo* da sociedade, atendendo, para isso, aos críticos da escravidão, mas sem prejudicar as lavouras e os interesses dos donos dos cativos. Com efeito, em 28 de setembro de 1871, foi criada a Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre. Essa medida declarava livres os filhos dos negros nascidos após a sua vigência, contanto que, mantidos sob os "cuidados" dos senhores até os oito anos de idade, trabalhassem até os vinte para pagarem a "educação" recebida. Os donos poderiam optar, ainda, por receberem uma indenização do Estado (PRADO JÚNIOR, 1994; COSTA, 2001).

Essa lei, mais uma vez, configurava uma manobra essencialmente política, caracterizada pela astúcia do governo em alcançar seus objetivos atendendo a interesses tanto de liberais quanto de conservadores. Nesse sentido, a medida não percutiu efeitos imediatos, já que os escravos seriam libertos após os vinte e um anos de idade. Essa proteção ao proprietário adiou a discussão da libertação definitiva dos cativos.

Em consequência disso, em 1879, foi criada a Lei de Locação e Serviços, como uma forma de organização do trabalho assalariado. Essa lei regulamentava o trabalho dos imigrantes, incentivado pelo governo, bem com o trabalho dos nacionais, por meio de contratos que durariam, para estes, de três a seis anos, e, para aqueles, o máximo de cinco anos, podendo ser renovados. A lei visava atrair os imigrantes, iniciando um processo de

imigração europeia, para dar respostas mais favoráveis aos trabalhadores mas sem deixar de ser repressivo (COSENTINO, 2006). Por outro lado, a reorganização do mercado de trabalho tirou a atenção do fim da escravatura.

A última medida antes de tal fim, a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, datada de 28 de setembro de 1885, estipulava que os escravos acima de 60 anos seriam libertos, contanto que ou trabalhassem mais três anos ou pagassem uma multa a seus donos, podendo ser dispensados caso chegassem aos 65 anos (COSENTINO, 2006). Essa "foi uma tentativa desesperada daqueles que se apegavam à escravidão para deter a marcha do processo" (COSTA, 2001, p. 70). No limite, a liberdade dos sexagenários continuava condicionada às vontades dos senhores.

A partir de 1880, o movimento abolicionista ganhou grande força frente à sociedade, invertendo os papéis de escravos e de senhores: agora estes apresentavam-se como algozes e aqueles como vítimas. A justiça passava a olhar com maus olhos a escravidão a despeito dos senhores, e os próprios escravos contestavam cada vez mais a legitimidade de sua situação, bem como reivindicavam sua liberdade. Não suportando as pressões, aos treze de maio de 1888, foi assinada pela Princesa Isabel a Lei Áurea, abolindo definitivamente a escravidão no Brasil (COSTA, 2001; PRADO JÚNIOR, 1994).

Notas sobre escravidão em Memórias póstumas de Brás Cubas

À guisa de observação inicial, faz-se necessário entender o foco narrativo utilizado por Machado de Assis na condução do romance. A vontade de chamar a atenção predomina desde o título, configurando um contrassenso, uma vez que os mortos não escrevem. O "defunto autor", Brás Cubas, impressiona por sua ousadia e indiferença, denunciada já no prólogo – "Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas memórias póstumas". Nesta passagem, a dedicatória aos vermes – um desrespeito – deixa claro que, para o finado, não há ninguém digno de ser lembrado, declarando o pessimismo da obra. Do mesmo modo, é quase um desrespeito a maneira íntima com que, logo de início, é tratado o leitor caso não goste do romance: "pago-te com um piparote, e adeus" (Schwarz, 2000; Barreiro, 2011). Analogamente, a volubilidade da personagem, usada pelo autor como base do texto[6], constitui "a fórmula narrativa de Machado consiste em certa

[6] A volubilidade aqui consiste em uma "feição geral a que nada escapa, sem prejuízo de ser igualmente uma tolice bem marcada, de efeito pitoresco, localista e *atrasado*. Ora funciona como substrato e verdade da conduta

alternância sistemática de perspectivas, em que está apurado um jogo de pontos de vista produzido pelo funcionamento mesmo da sociedade brasileira" (SCHWARZ, 2000, p. 19).

Nesse sentido, fugindo de características próprias do romantismo, o autor apresenta um anti-herói humano e contraditório, que interage e dá respostas ao ambiente no qual vive. A exemplo disso faz-se digno de nota o emplasto criado pelo narrador, que foi, segundo ele, o verdadeiro motivo da sua morte.

> Essa ideia era nada menos que um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar nossa melancólica humanidade. Na petição de privilégio que então redigi, chamei a atenção para esse resultado, verdadeiramente cristão. Todavia, não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e tão profundos efeitos. Agora, porém, que estou cá do outro lado da vida, posso confessar tudo: o que me influiu principalmente foi o gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas de remédio, estas três palavras: Emplasto Brás Cubas. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam esse defeito; fio, porém, que esse talento me hão de reconhecer os hábeis. Assim, minha ideia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: — amor da glória. (Cap. 2)

Apresentado como um medicamento cheio de motivos nobres, o emplasto é na verdade um capricho do "defunto autor", que almejava ver seu nome estampado nos jornais. Se por um lado o emplasto assumia esse caráter particular, envolto em glórias para Brás, por outro é também "destinado a aliviar nossa melancólica humanidade". Com efeito, "Machado de Assis parece desvendar, finalmente, o que parecia obscuro: suas personagens não serão dadas ao extremo da bondade ou da vilania, mas um misto de atitudes que, aos olhos de todos, parecem dignas e, simultaneamente, sob a observação do narrador, mesquinhas, dedicadas ao regozijo particular" (BARREIRO, 2011, p. 4).

Nascido em uma família abastada, Brás Cubas, desde muito cedo, recebera a qualificação de "menino diabo", o que de fato fora. Entre traquinagens e indiscrições, o garoto, cheio de vontades, recebera muitos mimos de seu pai. Na primeira passagem da obra referente a escravos, o narrador conta que, com apenas seis anos, quebrara a cabeça de uma negra porque esta lhe negou uma colher de doce. Logo em seguida, Brás descreve sua relação com um garoto escravo:

> Prudêncio, um moleque de casa, era meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, –

---

humana, contemporânea inclusive, que só não reconhecem os insanos, ora como exemplo de conduta ilusória, um tanto primitiva, julgada sobre fundo de norma burguesa e utilizada como elemento de cor local e sátira. Esta incerteza de base, longe de ser um defeito, é um resultado artístico de primeira força, que dá a objetividade da forma a uma ambivalência ideológica inerente ao Brasil de seu tempo". (SCHWARZ, 2000, p. 31).

> algumas vezes gemendo, – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – "ai, nhônhô!" – ao que eu retorquia: – "Cala a boca, besta!" (Cap. 11)

O fato de Brás pertencer à elite agrária, somado à idolatria que seu pai nutria por ele, não deixam dúvidas de que a personagem não poderia ser diferente. Ademais, "o defunto autor parece ter que, por princípio, fazer observações pessimistas sobre a natureza humana — e sobre ele mesmo — regadas de ironia que divertem e deprimem" (BARREIRO, 2011, p. 4). Neste sentido, o fato de Brás usar um negro como cavalo e/ou brinquedo, ao ponto de bater-lhe com uma vara, demonstra a semelhança de Prudêncio com um animal ou objeto, já que ambos são tratados da mesma forma.

Tal fato alude ao rigor sem lacunas com que Machado de Assis submeteu a configuração do romance realista aos "imperativos da volubilidade, rigor em que a parte da amargura e da descrença em face da sociedade contemporânea é grande, deu margem por sua vez ao aproveitamento de formas bonachonas e bem aceitas de espelhamento social" (SCHWARZ, 2000, p. 34). De fato, uma vez que a sociedade brasileira do século XIX é sustentada pela escravidão, assuntos referentes a escravos são corriqueiramente discutidos, como em uma festa dada pelo pai do pseudo-autor que, ainda criança, ouve um sujeito dar notícia a outro sobre o tráfico de escravos que,

> segundo cartas que recebera de Luanda, uma carta que o sobrinho lhe dizia ter já negociado cerca de quarenta cabeças, e outra carta em que... Trazia-as justamente na algibeira, mas não as podia ler naquela ocasião. O que afiançava é que podíamos contar, só nessa viagem, uns cento e vinte negros, pelo menos. (Cap. 12)

Fica evidente, assim, a condição dos negros no Brasil oitocentista. O modo como, em uma reunião entre amigos, os escravos são mencionados não deixam dúvidas quanto a sua dominação pelos possuidores de terras. Mais que isso, fica expressa a sua coisificação, enquanto comparados a gado, já que diz que se havia negociado "cerca de quarenta *cabeças*".

Ainda sobre a condição dos negros, pouco depois, com a morte de seu pai, Brás e sua irmã, Sabina, casada com o Cotrim, vão fazer a partilha dos bens deixados pelo finado. Quando de uma discussão quanto ao valor dos imóveis, Sabina pondera:

> — Ora, mano, deixe-se dessas coisas, disse Sabina, erguendo-se do sofá; podemos arranjar tudo em boa amizade, e com lisura. Por exemplo, Cotrim não aceita os pretos, quer só o boleeiro de papai e o Paulo...
> — O boleeiro não, acudi eu; fico com a sege e não hei de ir comprar outro.
> — Bem; fico com o Paulo e o Prudêncio.
> — O Prudêncio está livre.
> — Livre?
> — Há dois anos.
> — Livre? Como seu pai arranjava estas coisas cá por casa, sem dar parte a ninguém! Está direito. Quanto à prata... creio que não libertou a prata? (Cap. 46)

Vale lembrar que, a essa época, os escravos representavam o maior capital imobilizado que existia. Isso significa que eles valiam mais que a própria terra, cuja regularização só foi ocorrer em 1850 com a Lei de Terras. Sinônimo de *status*, a posse dos cativos definia a composição social da elite carioca. Na passagem acima, cujos escravos são deixados como parte dos bens, a discussão entre os irmãos gira em torno da prataria, que se apresentava tão ou mais valiosa que os negros. A exemplo disso, o boleeiro, dito acima, que não é tratado nem pelo nome, só é conveniente enquanto condutor da sege, o que expressa a frase de Brás quando este diz que fica com a sege e não há de comprar outro boleeiro. A frase sintomática de Cotrim, quanto à libertação de Prudêncio, a besta da infância do narrador – "creio que não libertou a prata?" – evidencia mais uma vez a ironia da obra tanto ao escarninho frente à libertação de Prudêncio, quanto à comparação deste novamente com um objeto: a prata.

O fato de Cotrim não abrir mão dos escravos mesmo em favor da prataria e mesmo não gostando deles, evidencia quão importante são os cativos na estrutura da sociedade brasileira, cuja determinação abarca também as relações sociais dos indivíduos. Com efeito, o cunhado de Brás, típico cidadão carioca,

> Como era muito seco de maneiras tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito das relações sociais. (Cap. 123)

Neste sentido, Cotrim só era bárbaro para os seus inimigos, que o alegavam cruel no trato com os escravos. Como um estratagema para abrandar a conduta do cunhado, Brás afirma que este só mandava ao calabouço "os perversos e os fujões"; e apenas porque "esse gênero de negócio requeria". Cotrim, boa pessoa, só era impiedoso com os escravos, como se estes não carecessem de bondade, uma vez que se apresentavam não como indivíduos, e sim como mercadorias. Mas de modo algum se pode "atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito das relações sociais".

Com efeito, "embora desrespeitoso de restrições, o espírito negador não agride as iniquidades consagradas pela História; mas, a julgar pela conduta do memorialista, é certo que livra a classe dominante da obrigação para com os dominados, dando-lhe latitude total à irresponsabilidade" (SCHWARZ, 2000, p. 43). Ademais, à época em que foi publicada as *Memórias*, "as ideias abolicionistas eram aventadas no Brasil já fazia tempo e, ciente de que

havia contradição em divulgá-las num país que se dizia liberal, Brás Cubas justifica as duras punições de Cotrim chamando-as **puro efeito de relações sociais**"[7] (BARREIRO, 2011, p. 8).

Os paradoxos de um país em efervescência ideológica são ainda mais gritantes quando o narrador encontra Prudêncio.

> Interrempou-mas [as reflexões] um ajuntamento; era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: – "Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão"! Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.
> – Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!
> – Meu senhor! gemia o outro.
> – Cala a boca, besta! replicava o vergalho.
> Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio, – o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.
> – É sim, nhonhô.
> – Fez-te alguma coisa?
> – É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.
> – Está bom, perdoa-lhe, disse eu.
> – Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado!
> Saí do grupo, que me olhava espantado e cochichava as suas conjeturas. Segui caminho, a desfiar uma infinidade de reflexões, que sinto haver inteiramente perdido; aliás, seria matéria para um bom capítulo, e talvez alegre. Eu gosto dos capítulos alegres; é o meu fraco. Exteriormente, era torvo o episódio do Valongo; mas só exteriormente. Logo que meti mais dentro a faca do raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino e até profundo. Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto! (Cap. 68)

Nessa passagem, Prudêncio se apresenta como dono de outro negro, situação difícil de ocorrer dado o alto preço dos cativos. Por outro lado, o fato de o "moleque de Brás" possuir um escravo ao mesmo tempo em que demonstra a sua pseudo ascensão social, cuida das relações existentes entre senhores e servos, estas em detrimento das de negro para negro. Assim, há um considerável "elemento em comum nas políticas de domínio exercidas sobre escravos e dependentes: em ambos os casos, e permanecendo sempre na ótica da classe dos senhores e proprietários, as relações sociais de dominação estão assentadas no pressuposto da inviolabilidade da vontade senhorial" (CHALHOULB, 2003, p. 51).

O momento que melhor demonstra isso é quando, a despeito de também ser negro e já ter sofrido punições semelhantes, Prudêncio bate em seu escravo; mas quando Brás se acerca da situação, o outro, mesmo livre, lhe pede a bênção, e, como se não bastasse, atende ao

[7] Grifo do autor.

pedido do narrador e perdoa o bêbado incontinenti, dizendo submissamente: "– Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede".

Na verdade, o fato de Prudêncio também ser negro e já ter sofrido punições semelhantes é o verdadeiro motivo da coação exercida sobre seu escravo. Conclusão a que chega o próprio narrador depois de mais uma digressão, "era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, – transmitindo-as a outro". E ainda Brás arremata com um "veja as sutilezas do maroto!", como se de fato essa fosse a melhor forma de sua besta sentir-se como gente.

Uma vez que "a chave para se compreender a obra de Machado de Assis está na compreensão do antagonismo de classe, bem como na intriga e no sistema de relações sociais" (SCHWARZ, 2000, p. 41), o autor atribui ao leitor a tarefa de refletir sobre a condição do negro no país. Nesse sentido, ao centrar suas histórias nesses antagonismos, entre senhores e dependentes/agregados, o autor abordava, "na verdade, a lógica de dominação que era hegemônica e organizava as relações sociais no Brasil oitocentista, incluído aí o problema do controle de trabalhadores escravos, a 'relação produtiva de base'" (CHALHOULB, 2003, p. 57).

No limite, "o romance não busca fixar a contradição, e muito menos a transformação, mas o progressivo desgaste no entusiasmo com que um parasita abocanha a sua parte nas vantagens da iniquidade social, cujo limite não está à vista" (SCHWARZ, 2000, p. 48). Assim, "a pintura aprofundada de um tipo obriga à esquematização da correspondente estrutura histórica. Para dar vida ao protagonista foi preciso trazer à cena um elenco de personagens que em certo plano resumisse a sociedade nacional" (SCHWARZ, 2000, p. 47).

Das relações sociais de Brás, se Prudêncio reflete os escravos da sociedade, a personagem que representa a classe social dita livre, mas dependente economicamente, é Dona Plácida, uma agregada responsável por cuidar da casa dos amores de Brás com Virgília. Porém,

> Custou-lhe muito aceitar a casa; farejara a intenção, e doía-lhe o ofício; mas afinal cedeu. Creio que chorava, a princípio: tinha nojo de si mesma. Ao menos, é certo que não levantou os olhos para mim durante os primeiros dois meses; falava-me com eles baixos, séria, carrancuda, às vezes triste. Eu queria angariá-la, e não me dava por ofendido, tratava-a com carinho e respeito; forcejava por obter-lhe a benevolência, depois a confiança. Quando obtive a confiança, imaginei uma história patética dos meus amores com Virgília, um caso anterior ao casamento, a resistência do pai, a dureza do marido, e não sei que outros toques de novela. Dona Plácida não rejeitou uma só página da novela; aceitou-as todas. Era uma necessidade da consciência. Ao cabo de seis meses quem nos visse os três juntos diria que Dona Plácida era minha sogra.
>
> Não fui ingrato; fiz-lhe um pecúlio de cinco contos, - os cinco contos achados em Botafogo, - como um pão para a velhice. Dona Plácida agradeceu-me com lágrimas

> nos olhos, e nunca mais deixou de rezar por mim, todas as noites, diante de uma imagem da Virgem, que tinha no quarto. Foi assim que lhe acabou o nojo. (Cap. 70)

Como o pressuposto da inviolabilidade das pretensões senhoriais estava evidente nas políticas de dominação de escravos bem como de dependentes e agregados, e como a escravidão é a expressão máxima da dependência, a situação dos agregados, como Dona Plácida, se configura a partir da condição dos escravos. (CHALHOULB, 2003). Por isso Dona Plácida acaba aceitando pactuar com o adultério, pois ela tem ciência de que é o melhor que pode conseguir, dada sua condição de classe.

A agregada talvez seja o alvo das críticas mais ferozes do "defunto autor" (BARREIRO, 2011), mas ao mesmo tempo as críticas à Dona Plácida conferem censuras ao funcionamento mesmo da sociedade brasileira. Frente à desigualdade social, qualquer argumento universalista é "posto à prova, fazendo papel de escandalosa desconversa, tanto mais interessante quanto o seu ânimo é esclarecido". Desse modo, "a atividade explicativa nas *Memórias* nunca é desinteressada: a satisfação que proporciona a seu sujeito é causa de uma nota *risonha*, ao passo que o seu papel especioso no relacionamento entre as classes é causa de uma nota *ignóbil*" (SCHWARZ, 2000, p. 45).

Portanto, refletindo sobre a existência da agregada, Brás conjetura que

> 'Assim, pois, o sacristão da Sé, um dia, ajudando à missa, viu entrar a dama, que devia ser sua colaboradora na vida de Dona Plácida. Viu-a outros dias, durante semanas inteiras, gostou, disse-lhe alguma graça. Pisou-lhe o pé, ao acender os altares, nos dias de festa. Ela gostou dele, acercaram-se, amaram-se. Dessa conjunção de luxúrias vadias brotou Dona Plácida. E de crer que Dona Plácida não falasse ainda quando nasceu, mas se falasse podia dizer aos autores de seus dias: - Aqui estou. Para que me chamastes? E o sacristão e a sacristã naturalmente lhe responderiam: - Chamamos-te para queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal, ou não comer, andar de um lado para outro, na faina, adoecendo e sarando com o fim de tornar a adoecer e sarar outra vez, triste agora, logo desesperada, amanhã resignada, mas sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura, até acabar um dia na lama ou no hospital; foi para isso que te chamamos, num momento de simpatia'. (Cap. 75)

Com efeito, Machado manifesta em Brás certo preconceito e indiferença quanto aos pobres, dada a inutilidade de suas vidas; bem como uma ironia gritante frente à realidade social, já que Dona Plácida foi chamada a uma vida de privações e dificuldades "num momento de simpatia".

Quando da morte da agregada, muitos anos depois, sozinha e doente sem ajuda de ninguém, Brás pondera novamente sobre a vida de Dona Plácida, se de fato foi "para isto que o sacristão da Sé e a doceira trouxeram Dona Plácida à luz, num momento de simpatia específica."

> Mas adverti logo que, se não fosse Dona Plácida, talvez os meus amores com Virgília tivessem sido interrompidos, ou imediatamente quebrados, em plena efervescência; tal foi, portanto, a utilidade da vida de Dona Plácida. Utilidade relativa, convenho; mas que diacho há absoluto nesse mundo? (Cap. 144)

A utilidade de Dona Plácida, para Brás, se deu apenas pelo fato de ela ter ajudado em seu relacionamento com uma mulher casada. Ou seja, para o membro da alta sociedade, a função da agregada foi de existir unicamente para colaborar com a sua infidelidade. "Utilidade relativa, convenho; mas que diacho há absoluto nesse mundo?"

Segundo Schwarz (2000, p. 48), a obra de Machado põe a nu "o caráter sistemático destas afrontas, em cujas implicações o descompromisso da classe dominante brasileira para com os seus dependentes e também para com a própria norma burguesa se teatraliza e expõe radicalmente, até a última consequência, sem fugir a culminações abjetas." Este fato, como todo o romance, aclara a "correspondência entre o estilo machadiano e as particularidades da sociedade brasileira, escravista e burguesa ao mesmo tempo" (SCHWARZ, 2000, p. 10).

Com efeito, as *Memórias póstumas de Brás Cubas* manifestam-se como um instrumento de análise social na medida em que apresentam uma sociedade cheia de mazelas e problemas sociais, regida por leis contraditórias e desumanas, em favor de uma pequena, mas dominante, parcela da população. Machado de Assis, ao inovar no uso de recursos de escrita e método, inaugurando o realismo, propõe uma leitura crítica e analítica da realidade no Brasil, o que consegue, não sem brilhantismo, através de seu Brás Cubas.

Considerações finais

Uma vez que se configura sob os moldes realistas, a obra *Memórias póstumas de Brás Cubas* se apresenta como explicação da realidade brasileira. Como foi dito, a elite agrária se sustentava através da mão-de-obra escrava e, em consequência disso, toda a estrutura social gravitava em torno dessa estrutura produtiva, essencialmente servil.

Nessa sociedade, Machado de Assis apresenta a condição de classe do escravo, descrito na figura de Prudêncio, como mera mercadoria de composição dos modos produtivos. Comparados a máquinas, animais e objetos – ou seja, propriedade privada –, os negros estão submetidos às vontades de seus senhores. Tal relação de dominação é sintomática, porque se por um lado os escravos são tratados como sub-humanos, como coisas, por outro são eles quem produz toda a riqueza de seus senhores e, no limite, fazem a sociedade funcionar.

Não obstante, a própria condição da classe pobre, dita livre, encontra-se indiretamente dependente da escravidão, já que a manutenção do escravismo do Brasil dificultou o desenvolvimento do capitalismo. O novo sistema socioeconômico, pautado pelo capital, precisa de elementos básicos para se formar, como mercado interno e mão-de-obra livre. Como ainda não há nenhum desses elementos no Brasil, pelo menos em intensidade significativa, a classe dos agregados e dependentes, desprovidos dos meios de produção e sem poder vender sua força produtiva, também fica a mercê da elite dominante, como é o caso de Dona Plácida.

Mostrando as incoerências da sociedade escravista, explicitadas nos contrastes entre a situação de escravos e dependentes e a justificação e defesa de seus dominadores, Machado de Assis, usando de uma ironia gritante, e uma complexa volubilidade da personagem central, Brás Cubas, faz ferrenhas críticas à realidade, ao mesmo tempo em que convida os leitores a refletirem sobre tal situação. Com efeito, e não sem mérito, Machado é considerado o mestre do realismo no Brasil.

Referências

BARREIRO, Carlos R.D. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. CPC Educacional. Disponível em < http://www.cpv.com.br/cpv_vestibulandos/dicas/livros/litobr0401m.pdf>. Acesso em agosto de 2011.

COSENTINO, D. V. **Um múltiplo de transições:** a transição para o trabalho livre em Minas Gerais. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) **–** Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas**,** Campinas. 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição.** 7. ed. São Paulo: Global, 2001.

CHALHOULB, Sidney. **Machado de Assis:** historiador**.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 51.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Literatura e humanismo:** ensaios de crítica marxista. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREDERICO, Celso. **Lukács: um clássico do século XX.** São Paulo: Moderna, 1997. – (Coleção Logos)

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura.** Seleção, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Klick, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **As ideias estéticas de Marx.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo:** Machado de Assis. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

MÉTODOS DE PRODUÇÃO NA CAFEICULTURA EM RIBEIRÃO PRETO NAS DÉCADAS DE 1870 E 1880

Renata Cipolli D'Arbo[1].
Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro (IMESB).
renatadarbo@mdbrasil.com.br

Resumo

O objetivo do artigo é caracterizar os métodos de produção no contexto da instalação da cafeicultura em Ribeirão Preto nas décadas de 1870 e 1880, por meio da combinação de algumas fontes qualitativas. Este é um período importante para acompanhar os métodos de produção no contexto da disseminação da cultura cafeeira em Ribeirão Preto, que se tornaria o principal produtor de café no chamado "Oeste novo paulista", região que apresentou uma excepcional expansão econômica a partir do final do século XIX. Além da introdução, o artigo é composto de duas seções seguidas da conclusão. Nessas duas seções, são analisados os resultados parciais encontrados para o município de Ribeirão Preto nas décadas de 1870 e 1880, em especial o uso de instrumentos, equipamentos e máquinas agrícolas. Esses resultados parciais foram obtidos por meio da pesquisa em andamento intitulada "Desenvolvimento Tecnológico e Produtividade na Agricultura de São Paulo: Ribeirão Preto, 1875-1920".

Palavras–Chave: Métodos de Produção, Cafeicultura, Ribeirão Preto.

[1] A autora do artigo cursa doutorado em História Econômica na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH – USP). É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

MÉTODOS DE PRODUÇÃO NA CAFEICULTURA EM RIBEIRÃO PRETO NAS DÉCADAS DE 1870 E 1880

Introdução

A historiografia sobre tecnologia na agricultura no Brasil é relativamente escassa. Há importantes questões que precisam ser investigadas de forma mais detalhada. Um bom exemplo, diz respeito à tecnologia na agricultura no sudeste brasileiro, no século XIX e início do século XX. A literatura histórica tem enfatizado a natureza extensiva da lavoura em geral, e da cafeeira em particular, tanto no Vale do Paraíba fluminense quanto em São Paulo. Não obstante, no livro ***Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras*** (1961), Stanley J. Stein argumentou que houve uma significativa introdução de inovações no período considerado de decadência da cafeicultura em Vassouras. Por sua vez, no artigo ***"Productivity in the Paraíba Valley: assessing agricultural efficiency in 19th-century Brazil"*** (2003), Willliam R. Summerhill apresentou evidências de aumento expressivo da produtividade agrícola (aferida pela Produtividade Total dos Fatores) entre 1835 e 1885, ou seja, mesmo antes da decadência no Vale do Paraíba fluminense.

O objetivo do artigo é caracterizar os métodos de produção no contexto da instalação da cafeicultura em Ribeirão Preto nas décadas de 1870 e 1880, por meio da combinação de algumas fontes qualitativas. Este é um período importante para acompanhar os métodos de produção no contexto da disseminação da cultura cafeeira em Ribeirão Preto, que se tornaria o principal produtor de café no chamado "Oeste novo paulista", região que apresentou uma excepcional expansão econômica a partir do final do século XIX.

Além da introdução, o artigo é composto de duas seções seguidas da conclusão. Nessas duas seções, são analisados os resultados parciais encontrados para o município de Ribeirão Preto nas décadas de 1870 e 1880, em especial o uso de instrumentos, equipamentos e máquinas agrícolas. Esses resultados parciais foram obtidos por meio da pesquisa em andamento intitulada "Desenvolvimento Tecnológico e Produtividade na Agricultura de São Paulo: Ribeirão Preto, 1875-1920".

1 – A transição para a cafeicultura em Ribeirão Preto na década de 1870

O Relatório do presidente da Província de São Paulo do ano de 1871 assinalou a tendência de divisão do trabalho na indústria do café, caracterizada pelo fato de que "o indivíduo plantador não é o mesmo que beneficia o produto para a exportação e consumo; este trabalho constitui uma indústria à parte, e que é explorada com grandes vantagens." Afirmou-se então que o "princípio da divisão do trabalho na cultura do café, é já conhecido na Província, e é de esperar que prospere porque os indivíduos que a ela se tem dedicado em várias localidades do interior tem colhido vantagens consideráveis" (SÃO PAULO, 1871a, p. 43).

O ***Almanak da Provincia de São Paulo para 1873*** pode fornecer algumas indicações da referida divisão do trabalho e da presença de máquinas de beneficiar produtos agrícolas, nos 89 municípios e 47 freguesias que foram listados naquela publicação. Na tabela 1 verifica-se o registro de 4 máquinas de beneficiar café movidas à vapor e outras 29 máquinas sem força motriz especificada, perfazendo um total de 33 máquinas de beneficiar café distribuídas por 6 municípios, com destaque para Araraquara e Belém do Descalvado, que relacionaram respectivamente 10 e 15 máquinas de beneficiar café, e Capivari com 3 máquinas à vapor. Além dessas, foram registradas outras 14 máquinas de beneficiar café, algodão e serrarias, sendo 4 delas movidas à vapor, 4 à água e 6 sem força motriz especificada, com destaque para o município de Tietê pelo maior número de máquinas à vapor.

Tabela 1 – Máquinas de beneficiar café na Província de São Paulo, 1873

Força Motriz dos Estabelecimentos	Município	Total
Vapor		***4***
Máquinas de beneficiar e serrar	Capivari	3
Máquinas de beneficiar e serrar	Tietê	1
Sem Especificação		***29***
Máquinas de beneficiar	Araraquara	10
Máquinas de beneficiar	Belém do Descalvado	15
Máquina de beneficiar	Botucatu	1

Máquinas de beneficiar	São João do Rio-Claro	3
Total (1)		**33**
Vapor		***4***
Máquinas de beneficiar café e algodão	Atibaia	1
Máquinas de beneficiar café, algodão e serraria	Tietê	3
Água		***4***
Máquinas de beneficiar café e algodão	Atibaia	4
Sem Especificação		***6***
Máquinas de beneficiar café e algodão	Campo-Largo	3
Máquinas de beneficiar café e algodão	São João do Rio Claro	2
Máquinas de socar café e descaroçar algodão	Vila Bela	1
Total (2)		**14**
Total (1)+(2)		**47**

Fonte: LUNÉ & FONSECA, 1873.

Essas máquinas localizavam-se tanto na área rural quanto na área urbana dos municípios listados, mas várias máquinas que estavam localizadas nas fazendas podem não ter sido relacionadas, a julgar pela seguinte nota referente ao município de Amparo: “Existem em muitas fazendas deste Município as mais modernas e aperfeiçoadas máquinas de diversos autores, para beneficiar o café” (LUNÉ & FONSECA, 1873, p. 422). Considerando a tendência mencionada de divisão do trabalho na indústria do café, é muito provável que os proprietários dessas máquinas oferecessem serviços de beneficiamento aos produtores de café, ou que comprassem deles o café em coco para beneficiar e vender, além de beneficiar a própria produção, nos casos não raros em que também eram cafeicultores.

Um fato digno de nota é que parece ter sido bem mais difundido o uso de máquinas de beneficiar algodão por essa época, não só pela quantidade de fábricas e máquinas arroladas, mas pelo número de municípios e freguesias em que elas estavam presentes. Como pode ser observado na tabela 2, foram registradas 17 fábricas de beneficiar algodão distribuídas por 7 municípios, sendo 6 delas à vapor, 1 à água e outras 10 cuja força motriz não foi especificada. O maior número de fábricas à vapor estava presente nos municípios de Campinas e Itú com 2 delas cada um.

Tabela 2 – Fábricas de beneficiar algodão na Província de São Paulo, 1873

Força Motriz dos Estabelecimentos	Município	Total
Vapor		***6***
Fábrica de descaroçar e enfardar	Amparo	1
Fábricas de descaroçar e enfardar	Campinas	2
Fábricas de beneficiar	Itú	2
Fábrica de descaroçar	Jacareí	1
Água		***1***
Fábrica de beneficiar	Itú	1
Sem Especificação		***10***
Fábricas de descaroçar	Constituição	2
Fábrica de descaroçar e enfardar	São João do Rio-Claro	1
Fábricas de descaroçar	São Roque	7
Total		**17**

Fonte: LUNÉ & FONSECA, 1873.

Além dessas fábricas, outras 112 máquinas de descaroçar e enfardar algodão estavam presentes em 19 municípios e freguesias, sendo 1 à vapor, 4 à vapor e água, 6 à água e 101 sem força motriz especificada, como pode ser visto na tabela 3. Os municípios que listaram o maior número de máquinas de beneficiar algodão foram Itapetininga com 21 delas, Sorocaba com 16, Itapeva da Faxina com 15, Piedade com 10, Capivari com 8 e Cunha com 7. O maior número de máquinas à vapor estava em Atibaia e Bragança. Na década de 1880, a difusão de máquinas agrícolas em São Paulo apresentará características bem diferentes, com o predonímio de máquinas de beneficiar café.

Tabela 3 – Máquinas de beneficiar algodão na Província de São Paulo, 1873

Força Motriz dos Estabelecimentos	Município	Total
Vapor		***1***
Máquina de beneficiar e enfardar	Atibaia	1
Vapor e Água		***4***
Máquinas de descaroçar	Bragança	4
Água		***6***
Máquinas de beneficiar e enfardar	Atibaia	5
Máquina de descaroçar	Lençóis	1

Sem Especificação		***101***
Máquinas de descaroçar e enfardar	Araraquara	5
Máquinas de descaroçar	Bom Sucesso	2
Máquinas de descaroçar	Cabreuva	3
Máquinas de beneficiar	Capivari	8
Máquinas de descaroçar e enfardar	Cunha	7
Máquinas de beneficiar	Itapetininga	21
Máquinas de descaroçar e enfardar	Itapeva da Faxina	15
Máquina de beneficiar	Nossa Senhora dos Remédios	1
Máquinas de descaroçar e enfardar	Piedade	10
Máquinas de descaroçar e enfardar	Rio Novo	3
Máquinas de beneficiar	Rio Verde	3
Máquinas de descaroçar	São Domingos	2
Máquinas de beneficiar	São João do Rio-Claro	2
Máquina de descaroçar	Santa Bárbara	1
Máquinas de descaroçar	Sorocaba	16
Máquinas de descaroçar	Una	2
Total		**112**
Algodão, Açúcar e Aguardente		
Engenhos de açúcar, aguardente e máquinas de descaroçar algodão	Sorocaba	4
Máquinas à vapor de moer cana, descascar algodão e serraria	Tietê	1

Fonte: LUNÉ & FONSECA, 1873.

Outra observação é que não foram registradas máquinas de beneficiar café e outros produtos agrícolas em São Simão, embora o município contasse então com 15 fazendeiros de café (LUNÉ & FONSECA, 1873, p. 502). Mas em 1877, uma máquina de beneficiar café movida por água foi assinalada por Martinho Prado Junior: "Banha a povoação, uma magnífica água, ribeirão de S. Simão, que move vários moinhos, monjolos e uma máquina de café, que beneficia o de fazendeiros que para ali o remetem em coco" (PRADO JUNIOR, 1877, p. 338).

Em Ribeirão Preto também não foram registradas máquinas de beneficiar no início da década de 1870, muito embora o café já fosse cultivado no município, como indicou talvez

com algum exagero, este trecho da ata da Câmara Municipal de 22 de dezembro de 1874, em que se afirmava a sua vocação para a cafeicultura:

> Foi resolvido que se desse as informações que o Governo pede em circular de vinte e dois de outubro último no sentido de demonstrar que este município, é exclusivamente próprio para plantio de café, e que apesar de já ter milhões de pés de café plantados, teria um número muito mais superior se tivesse forças para cultivá-los [...]. Que existem alguns criadores de gados, porém que esses mesmos estão passando para o plantio do café [...] (Ata da Câmara Municipal *Apud* SANTOS, 1948, p. 84).

As análises de Luiz Pereira Barreto e Martinho Prado Junior publicadas na imprensa, na segunda metade da década de 1870, complementam este rápido panorama da agricultura paulista, pela ótica dos métodos de produção. A historiografia tem ressaltado a sua importância na divulgação da qualidade da terra roxa e da viabilidade dos investimentos na cafeicultura em Ribeirão Preto e região. O próprio Martinho Prado Junior afirmou ter decidido conhecer o município depois de ler os artigos de Barreto:

> Estando em S. Simão, commetteria uma grave falta, si por ventura deixasse de percorrer aquelle municipio, cuja fertilidade e grandeza ouvira apregoar desde a infancia, e se me afigurava sempre como uma cousa phantastica. E este desejo tomára maiores proporções, depois da leitura dos magnificos artigos publicados na Provincia, sob o titulo de – Terra roxa e assignados pelo muito distincto medico e abalisado philosopho dr. Luiz Pereira Barreto [...] (PRADO JUNIOR, 1877, p. 339).

Em 1876 Luiz Pereira Barreto publicou uma série de artigos no jornal ***"A Província de São Paulo"***, nos quais argumentava que a fertilidade da terra roxa era o principal fator responsável pela prosperidade da província paulista, comparada com as demais províncias do Império, especialmente o Rio de Janeiro. Mas Barreto discordava das explicações correntes sobre a fertilidade da terra roxa, em especial dos que "pensam que a superioridade do terreno roxo é devida à sua configuração, sua disposição em colinas à meia laranja, em planaltos ou tabuleiros; outros que é devida exclusivamente à sua composição química; outros, enfim a atribuem ao clima" (BARRETO, 1876).

Para ele a fertilidade da terra roxa devia-se a sua composição física e espessura, o que teria permitido o sistema de plantio da semente do cafeeiro em cova funda, uma suposta inovação dos paulistas:

> Para ser breve, direi que é na constituição física e na espessa camada de terreno roxo, que reside o segredo de sua uberdade e toda a garantia da província de São Paulo. É a constituição física que determina o estado granuloso, pulverulento, encaroçado do terreno roxo, e que o faz mole, fofo, permeável e perfeitamente espongóide. É este estado esponjoso, e não a sua declividade [...], que explica o alto poder higrométrico da terra roxa, a sua fácil embebição pelas águas pluviais, e rápida infiltração destas através de toda a sua massa. É a absorção completa e imediata das águas da chuva que nos dá a razão do fato de não haver aí essas pavorosas enxurradas, que em outros lugares destituem em breve tempo a terra de suas funções fitogênicas. É a esta constituição física que os paulistas devem o seu

> esplêndido sistema de cova funda para o plantio do café. Este soberbo sistema é tão natural e racional na província de São Paulo, quão absurdo e impraticável na do Rio de Janeiro [...]. Foi um verdadeiro homem de gênio, o primeiro que o concebeu e o pôs em prática, e aproveito aqui a ocasião para pedir aos srs. fazendeiros que declinem o nome desse benfeitor da lavoura paulista, já que, apesar de minhas prolongadas pesquisas neste sentido, não me foi possível descobri-lo (BARRETO, 1876).

Pela espessura da terra roxa no Oeste de São Paulo, Barreto ponderava que o lavrador não precisaria "se inquietar com a natureza do seu subsolo. Sob o ponto de vista agrícola, a terra roxa não tem, de fato, subsolo: é uma estratificação homogênea, compacta, imensa, que atinge nos lugares explorados 20, 30 e 35 palmos de profundidade" (BARRETO, 1876). O sistema de cova funda teria então as seguintes vantagens:

> [...] da cova funda resultam fenômenos da mais alta importância para a fisiologia do cafeeiro. É de simples intuição que uma planta surgida da semente, nestas condições, imergirá naturalmente as suas raízes, e, sobretudo, o seu peião, a uma grande profundidade. A sua ramificação subterrânea se achará assim garantida contra o pernicioso efeito das oscilações extremas da temperatura ambiente: no verão, o intenso aquecimento da superfície do solo, não se comunicará à seiva, que circula das raízes para as folhas [...]. Inversamente, no inverno, a seiva, que vem das raízes, trás um grau de temperatura superior ao das ramificações aéreas, e, assim ao distribuir-se nestas, modera-lhes o rigor do frio e diminui-lhes a intensidade da queimadura pela geada [...]. Nos terrenos que não permitem o sistema de cova funda e em que se planta café de muda e o peião cortado, é conhecida a tendência das raízes a se tornarem superficiais. É este fato que explica o aspecto melancólico e doentio dos cafezais do Rio de Janeiro (BARRETTO, 1876).

Em sua opinião, se a lavoura paulista atuava em conformidade com as leis naturais ao adotar o plantio do cafeeiro em covas fundas, não o fazia com relação à geada, "o pesadelo dos lavradores paulistas e o espantalho dos lavradores fluminenses que desejam emigrar para o Oeste" (BARRETO, 1876). Sem deixar de admitir a complexidade do fenômeno, a recomendação feita foi a aplicação de conhecimento científico na localização dos cafezais:

> Em geral, todo vento de procedência sul, é mau, e um fazendeiro bem avisado não arriscará jamais uma plantação de café em uma face exposta diretamente ao sudeste ou sul. Não me consta que cafezal algum, olhando francamente para o norte, ou melhor ainda, para o noroeste, tenha tido que se queixar dos insultos da geada. A configuração do terreno modifica singularmente o curso do vento reinante, e é por não fazer convenientemente a parte desta condição que se atribui capricho e irregularidade às geadas. A altura das montanhas é igualmente de uma influência soberana. Mas, o que se pode asseverar, sem receio de engano, é que, dada uma extensa planície e uma montanha que atravesse na direção de leste à Oeste, a face dessa montanha, voltada para o norte, está perfeitamente garantida contra a geada. Ao lavrador incumbe realizar mais ou menos a sua lavoura na conformidade destes dados, bem certo de que está em suas mãos evitar os contratempos pelo frio (BARRETO, 1876).

No último artigo da série, publicado em 10 de dezembro de 1876, dentre os municípios do Oeste paulista cujas terras eram propícias à cafeicultura, Barreto recomendou fortemente aos fazendeiros de fora o município de Ribeirão Preto:

> O Ribeirão Preto é o vasto repositório em que a "Flora Brasileira" se ostenta em sua mais enérgica e deslumbrante expressão. É a esse município que eu aconselharia uma visita a todos aqueles que aprenderam a achar um supremo gozo nos grandes contatos com o mundo criador, no grandioso

> espetáculo da natureza viva. Graças às suas terras excepcionais, a província de São Paulo é a única que escapará ao naufrágio geral da nossa lavoura (BARRETO, 1876).

O resultado da análise de uma amostra de terra roxa enviada à Universidade de Bruxelas apenas confirmou esta convicção, formada depois da excursão do articulista, acompanhado por vários membros da família Pereira Barreto, aos municípios de Casa Branca, São Simão e Ribeirão Preto. Eles puderam constatar o potencial da terra roxa e as boas perspectivas para os investimentos na cafeicultura na região, apesar das dificuldades com as condições de transportes até o porto e a carência de mão de obra. Havia a confiança na capacidade empreendedora dos paulistas para viabilizar as soluções por meio de ferrovias e da imigração.

Em Casa Branca, conforme relatou o historiador Plínio Travassos dos Santos, visitaram a "Fazenda da Lage" de propriedade do Conselheiro Antonio Prado, com 60.000 pés de café formados e uma produção de 18.000 arrobas no ano de 1875, e a "Fazenda Brejão" de propriedade de Veridiana Prado, com 300.000 cafeeiros de três para quatro anos. A exuberância e a produtividade desses cafezais teriam convencido os visitantes do potencial da terra roxa para a cafeicultura. Em São Simão, conheceram as lavouras da "Fazenda Tamanduá" do Coronel Domiciano Corrêa e do "Sítio Alto da Serra" de Joaquim Negrão, ambas as propriedades com cafezais de três para quatro anos, onde puderam confirmar as impressões iniciais a respeito da terra roxa (SANTOS, 1948, p. 38; GOMES, 1922, p. 10).

Ainda em Casa Branca teriam obtido a informação do Coronel José Hyppolito de Carvalho de que os pequenos cafezais de Ribeirão Preto daquela época, "chegavam a produzir de 400 a 500 arrobas por mil pés!" Foram então à Ribeirão Preto, onde seguindo o conselho recebido do Coronel Hyppolito, Luiz Pereira Barreto teria adquirido por 36:000$000 a "Fazenda Cravinhos" de propriedade de Antônio Caetano, com aproximadamente 800 alqueires aproveitados em pequena parte para a criação de porcos. Outra aquisição, também no atual município de Cravinhos, teria sido a "Fazenda Canta Gallo" com 80 alqueires, pertencente à Domingos Borges, pelo preço de 600$000. Em 2 de julho de 1878, Barreto adquiriu 1.475 hectares da "Fazenda Tamanduá", por 6:000$000. (SANTOS, 1948, p. 38; GOMES, 1922, pp. 9-12, GIFUN, 1972, pp. 85-6; p. 89, nota 18).

Oliveira (2003, pp. 58-9) localizou a escritura de aquisição de um imóvel rural comprado por Luiz Pereira Barreto em 24 de junho de 1876, no valor de 30 contos de réis. Na propriedade havia uma pequena plantação de café e benfeitorias: "02 moradas de casas

assobradadas, paióis, engenho de moer cana, cercas, currais, 6 alqueires de roças de milho e 50 porcos." Segundo o autor, foi a primeira aquisição de Barreto no município e a maior negociação ocorrida entre 1874 e 1876. Não é possível saber ao certo se é a escritura de compra da "Fazenda Cravinhos" citada por Gomes (1922), que apontou um valor maior para aquela aquisição, e não mencionou a presença de cafezais. Outra escritura localizada por Oliveira (2003) registrou que por 14,4 contos de réis, Augusto César Pereira Barreto negociou com diversos vendedores locais a compra de 180 alqueires em 28 de dezembro de 1876. As benfeitorias da fazenda eram "roças, porcos, 2 casas cobertas de telhas, 2 monjolos, pastos e plantação de milho, ou seja, somente atividades típicas de subsistência." Por sua vez, a "Fazenda Santa Maria" pertencente à viúva de Gabriel de Souza Diniz Junqueira foi vendida à Rodrigo Pereira Barreto, antes do término do seu inventário aberto em 1875. No inventário que foi localizado por Lopes (2005, p. 71), constou que a fazenda possuía 30.000 pés de café e foi vendida por 142:000$000[2].

Mesmo com algumas imprecisões e divergências, essas fontes mostram que vários membros da família Pereira Barreto adquiriram terras em Ribeirão Preto. Essas aquisições foram importantes, pois Luiz Pereira Barreto introduziu o café tipo Bourbon na "Fazenda Cravinhos", que foi trazido da "Fazenda Monte Alegre", em Resende. Um estudo publicado pelo Instituto Agronômico de Campinas procurou demonstrar que a origem dessa variedade de café é a ilha de Reunião, e que Barreto não foi o seu criador, "mas espalhou-a grandemente pelo território paulista, criando incalculável riqueza" por abrir com ela, uma nova zona cafeeira (KRUG, MENDES, CARVALHO, 1938). Segundo Gifun (1972, p. 16), até então predominava no Brasil o café Comum ou Nacional, mas com a formação das grandes fazendas de Ribeirão Preto, "o monopólio do café comum terminou quando Luís Pereira Barreto introduziu a variedade Bourbon que forneceu uma alternativa e, ao mesmo tempo, tornou-se o padrão para a região."

Num estudo sobre a cultura do café publicado em 1896, Franz W. Dafert e Ernest Lehmann afirmaram que o café tipo Bourbon é "uma variedade nobre de café, isto é, uma variedade que se distingue pela predisposição de dar mais cedo colheitas e de fornecê-las mais

[2] Furlan Júnior (s.d., p. 74) informou que a "Fazenda Santa Maria" foi aberta antes de 1870 por Gabriel de Souza Diniz Junqueira. Em 1873, ano do seu falecimento, a fazenda contava com 500 cabeças de gado e aproximadamente "70.000 pés de café já formados, que chegaram a produzir naquela época 400 arrobas por mil pés". Com a extensão de 14.000 alqueires, situada no atual município de Sertãozinho, ela teria sido vendida a Rodrigo Pereira Barreto "pela quantia de 160 contos de réis". Essas informações encontram-se também em Santos (1948, p. 38-9).

abundantes". Mas para que essas qualidades resultem numa capacidade produtiva superior ao do café Nacional, são necessárias "terras boas com bom tratamento, especialmente com estrumação abundante". Nessas condições, "um pé de café Bourbon dá em 20 anos mais ou menos o que dá um pé de café Nacional em 30 anos". Ao contrário, em "terras ruins ou com tratamento ruim, sem estrumação regular, o café Bourbon [...] fornecerá no princípio, quando ainda houver no solo um certo depósito de adubos, muito cedo colheitas bastante ricas. Logo, porém, que as matérias alimentícias disponíveis não sejam mais suficientes, decairá e finalmente cessará a sua produção muito antes do café ordinário" (DAFERT & LEHMANN, 1896, pp. 87-8). Esses requisitos eram preenchidos pelas condições originais dos solos de São Simão e Ribeirão Preto como sugerem as fontes examinadas.

As impressões de Martinho Prado Junior, colhidas nos dias em que percorreu alguns cafezais de São Simão em 1877, apenas confirmavam o potencial da terra roxa para a cafeicultura. Nota-se que a presença de alguns tipos de árvores nativas e a exuberância dos cafezais foram critérios importantes na sua avaliação:

> Os terrenos neste municipio são, os bons, muito altos e proprios para café, de excellente terra roxa, vestida de pão d'alho, jangada, ortiga, canudo de pito, pedra de ferro, etc., etc., e offerece á vista boas plantações que dão a conhecer as excellentes condições de solo e clima para o seu desenvolvimento.
>
> Os cafezaes dos srs. José Bento Nogueira, Domiciano Corrêa, Luiz Antonio Junqueira, Gabriel Junqueira, Salviano, Negrão, Augusto Brêtas, Joaquim Pereira, Mello e muitos outros attestam que o município de São Simão em futuro pouco remoto ha de trazer ao mercado um numero avultado de arrobas de café, podendo estender extraordinariamente suas plantações (PRADO JUNIOR, 1877, p. 335).

No município de São Simão, segundo o ***Almanak da Pronvicia de São Paulo para 1873***, as atividades principais eram a criação de gado bovino, suíno, eqüino e a cultura do café. Num total de 59 fazendeiros e lavradores listados apareceram 16 criadores de gado vacum, 27 criadores de gado *vacum* e suíno, 1 fazendeiro de cana-de-açúcar, 15 cafeicultores e um lavrador (LUNÉ & FONSECA, 1873, p. 502). Também por essa fonte confirma-se a presença de cafezais em São Simão quando das visitas dos Pereira Barreto em 1876, e de Martinho Prado Junior em 1877. Segundo este último, a transição da atividade criatória para a cafeicultura no município era entravada pela falta de mão de obra e pela resistência dos habitantes locais, apegados às vastas propriedades de terras incultas:

> Por enquanto a producção deste municipio é muito pequena, e passa, pela transição da creação de gado e porcos, para a cultura de café, não havendo colheita avultada deste, nem creação. Seus recursos éstão como que paralisados, e muitos annos serão ainda precisos para que suas colheitas possam attingir um elevado algarismo. Tanto mais quanto os seus habitantes acham-se ainda possuidos de extremado amor pelas terras incultas, possuem milhares de alqueires, não querem vendel-os, antes desejariam

> comprar mais. Possuindo enorme porção de terrenos, sem braços para cultival-os, nada fazem, e esperam que o tempo ha de recompensal-os generosamente, elevando o valor de seus terrenos (PRADO JUNIOR, 1877, p. 336).

A venda das terras pelos grandes proprietários para capitalização e investimento na cafeicultura com mão de obra livre foram as suas recomendações:

> No dia em que se der tambem a abolição total da escravatura entre nós, o que talvez não exceda de um periodo de dez annos, a depreciação da terra hade ser consideravel, mesmo incalculável. [...] Urge, pois, que os grandes proprietarios de terrenos próprios para a cultura, desfaçam-se desse capital morto, convertam-no em braços e preparem-se para o grande dia da provança, apresentando ao braço livre o seu café produzindo (PRADO JUNIOR, 1877, p. 337).

As evidências mais consistentes da presença de cafezais em Ribeirão Preto antes de 1870, ou mais precisamente, na década de 1860, vêm do inventário de José Venâncio Martins, aberto em 1868, e da experiência de membros da família Junqueira, que tiveram seus cafezais destruídos pela geada de 1870, como contou Martinho Prado Junior:

> Antes de 1870, os srs. Tenente Luiz Herculano de Souza Junqueira, e seu fallecido irmão o capitão Gabriel Diniz de Souza Junqueira, fizeram plantações de café, aquelle em sua fazenda no ribeirão das Antas e este na fazenda de Santa Maria, actualmente pertencente ao dr. Rodrigo Barreto. Plantaram nos logares mais baixos possiveis, mas até então resguardados desse flagello, pela observação feita em plantações de canna e fumo, que ahi cultivava.
>
> A excepcional geada, porém, de 1870, damnificou em extremo esses cafés, e fazendo os mesmos observações sobre os pontos até aonde os estragos se fizeram sentir, trataram de mudar as plantações para pontos mais elevados, e lá existem hoje cafesaes ao abrigo das geadas de 71 e 75, que foram egualmente terríveis (PRADO JUNIOR, 1877, p. 342).

Além da experiência com a cafeicultura, Gabriel Diniz de Souza Junqueira tentou introduzir imigrantes norte-americanos na sua plantação de algodão:

> Por occasião da tão celebrada e auspiciosa emigração dos americanos do norte para o Brazil, e para esta Provincia, o capitão Gabriel empregou immensos esforços afim de atrahil-os á sua fazenda e effectivamente ahi conservou, por muito tempo, consideravel numero de familias, que se empregavam na cultura do algodão. Tudo assegurava-lhe um resultado vantajoso no primeiro anno, e uma boa colheita, quando a sensivel baixa de preços, acompanhada da praga do "curuquerê" desfizeram-lhe os dourados sonhos (PRADO JUNIOR, 1877, p. 344).

Foi pela influência desses imigrantes que ele teria decidido arar os terrenos de campos para o plantio do algodão:

> Os americanos notando que os campos da fazenda eram em parte de terra rôxa, pela facilidade do trabalho aconselharam ao proprietario, e com razão, que fizesse uma experiencia, mandando arar um pedaço de campo e que ahi plantasse algodão. Cercado o espaço de dois alqueires e plantado, a producção foi egual á do terreno chamado de cultura (PRADO JUNIOR, 1877, p. 345).

A outra evidência da presença de cafezais em Ribeirão Preto é o inventário de José Venâncio Martins. Segundo Lopes (2005, pp. 66-7), ele era lavrador e criador, proprietário de

escravos e suas "terras estavam localizadas nas fazendas da Serra Azul e da Figueira, estando nessa última a lavoura de café. A fazenda da Figueira estava localizada em área próxima da vila de Ribeirão Preto, divisando com as fazendas do Retiro, Lagoa do Campo, Barra da Figueira, Cabeceiras do Ribeirão Preto e Cravinhos." No seu inventário foram arrolados um plantel de "vinte e um cativos com idades de quatro a cinqüenta anos", um rebanho "de tamanho médio, sendo composto por bovinos, suínos e uns poucos cavalos", e um estoque de "vinte e três sacos de sal, quinze carros de milho e cinqüenta alqueires de café com casca." As principais culturas arroladas foram o milho e o café que segundo a autora, teria sido plantado na primeira metade da década de 1860:

> O café não era o único cultivo encontrado no inventário. Além do cafezal, havia também uma roça de milho. O milho era comumente encontrado nos inventários ribeirãopretanos, especialmente nos casos em que o inventariado também era criador de suínos. Como o cafezal já estava produzindo, pode-se considerar que as árvores tinham, no mínimo, quatro ou cinco anos. Se o cafezal realmente tinha entre quatro e cinco anos, quer dizer que foi plantado entre 1863 e 1864 (LOPES, 2005, p. 66).

Nos 17 inventários *post-mortem* localizados para o período de 1849 a 1869, as ferramentas utilizadas nas lavouras eram simples: enxadas, foices, machados, serras e algumas cavadeiras de ferro, além de ferramentas utilizadas por ferreiros e carpinteiros. "As máquinas mais comuns eram as rodas de fiar e os teares, mas foram localizadas também balanças, batedores de milho e descaroçadores de algodão" (LOPES, 2005, p. 63). Através desses inventários, a autora apurou uma elevada participação dos imóveis (55%) e escravos (21%) na composição da riqueza em Ribeirão Preto. Na sequência vinham as dívidas ativas (14,3%), os animais (7,2%), o dinheiro (2,1%) e os bens móveis com uma participação de (0,6%) na riqueza inventariada. A elevada participação dos imóveis na riqueza estaria fortemente relacionada com a qualidade, a localização e o preço das terras:

> Ao que tudo indica, as terras roxas começaram nessa época a se valorizar, pois o café já era cultivado em algumas propriedades. Infelizmente, o pequeno número de observações não permitiu que essa valorização fosse mais bem estudada [...].
>
> Uma região que merece destaque é a das terras próximas ao Patrimônio de São Sebastião, formado em 1856. No Patrimônio seria construída a igreja, centro natural do novo núcleo populacional. Essas terras estavam localizadas na fazenda Barra do Retiro, justamente a localização das terras mais valorizadas do período, alcançando em média Rs 466$579 por alqueire. Para efeitos de comparação, o valor médio do alqueire de terra na fazenda do Lageado, que nesse período representava a metade da área ribeirãopretana, foi calculado em Rs 5$760 (LOPES, 2005, pp. 61-2).

Para Martinho Prado Junior, o potencial de Ribeirão Preto para a cafeicultura era superior ao de qualquer outro município paulista:

> Não ha na provincia de S. Paulo municipio algum cuja importancia possa approximar-se da do Ribeirão Preto. Campinas, Limeira, Rio-Claro, Araras, Descalvado, Casa-Branca, etc., tudo é pequeno, rachitico, insignificante, deante desse incomparável colloso. Ainda mais, todos esses municipios reunidos, não podem disputar ao Ribeirão Preto a primasia, quanto á qualidade e extensão de seus terrenos de cultura (PRADO JUNIOR, 1877, p. 341).

O seu argumento estava baseado no seguinte cálculo:

> Dos 230 mil de cultura, effectivamente poderão comportar plantação de café 40 mil alqueires. Ora, plantada essa superficie, na distancia de 16 palmos um pé do outro, comportaria ella 80 milhões de pés. Calculando a producção média de cada mil pés em 80 arrobas, e suppondo todo esse terreno plantado, produzirá só o municipio do Ribeirão Preto 6 milhões e 400 mil arrobas de café, isto é, mais de 2 milhões do que actualmente produz toda a Provincia (Prado Junior, 1877, p. 342).

Este potencial era muito pouco aproveitado em sua opinião, pois "quase nada se tem feito no Ribeirão Preto, em relação à lavoura de café, cuidando seus habitantes exclusivamente na criação de porcos e invernada de gado comprado em outros pontos" (PRADO JUNIOR, 1877, p. 347). Pelo que foi relatado, alguns dos principais cafeicultores do município nessa época eram membros da família Junqueira, cujos cafezais teriam sido plantados entre 1872 e 1875:

> Entre os cafesaes que visitei não posso deixar de mencionar o do sr. Luiz Herculano, que é o mais lindo possível, plantado de semente e com 5 annos de edade. Apresenta hastes da grossura de cafesaes de 7 annos em Campinas e outros logares.
>
> O do sr. Manuel Octaviano Junqueira, são também lindos e iguaes, sobresahindo entre elles pelo desenvolvimento extraordinario o do sr. José Bento Junqueira, tendo apenas 1 anno e cinco mezes. Consta-me que são egualmente lindos os cafesaes dos srs. dr. Rodrigo e Manuel da Cunha. O aspecto destas plantações indica que a terra e o clima são magnificos para essa cultura (PRADO JUNIOR, 1877, p. 348).

Na sua visão vários fatores entravavam a cafeicultura em Ribeirão Preto. A distância dos portos era um entrave ao café, pois o "transporte absorveria quase todo o seu valor"; a presença de grandes latifúndios tornava "a melhor parte do município propriedade de meia dúzia de indivíduos" que resistiam em vender suas terras aos plantadores de café, "para não introduzirem a nova cultura de todo oposta aos costumes dos seus habitantes"; havia ainda a resistência da população local, pois os cafeicultores eram tomados por "bárbaros que levam àquelas paragens a pobreza e a ruína aos seus antigos habitantes" (PRADO JUNIOR, 1877, p. 347). Com respeito aos costumes locais, Prado Junior referiu-se à caça como lazer justificando a manutenção de extensas propriedades de terras incultas por latifundiários, o método de incendiar capoeiras e matas para o preparo das pastagens, a criação do gado solto nas invernadas e o cultivo apenas de gêneros de subsistência. Por sua vez, a cafeicultura requeria o controle dos incêndios, as pastagens cercadas e a criação dos animais presos, o que

gerava alguma resistência segundo ele, pois exigia mais trabalho dos criadores locais. Gifun (1972, p. 11) observou que a resistência dos habitantes locais não iria além da resistência verbal[3].

Outra evidência do predomínio da atividade de criação e da produção de subsistência na década de 1870 são os 102 inventários analisados por Lopes (2005). Neles foram encontrados 4 cafezais avaliados por 1 conto e 120 mil reis, 8.000 pés de café de três anos por 2 contos e 400 mil reis, 439 cafeeiros formados por 214 mil e 90 réis, 10.000 cafeeiros sem idade por 10 contos de réis e 30.000 cafeeiros sem avaliação, indicando a expansão das plantações de café em Ribeirão Preto. Mas, segundo a autora, essa expansão não teria sido suficiente para alterar a estrutura das fazendas de criação:

> O café que havia sido introduzido na região nas décadas de 1850 e 1860 era cada vez mais cultivado nas antigas fazendas de criação. Nos inventários, percebe-se, ainda que discretamente, o avanço dos cafezais, mas sem causar prejuízo à pecuária. Durante a década de 1880, o café ganha espaço e a chegada da ferrovia muda o perfil da cafeicultura na localidade (LOPES, 2005, p. 80).

A ausência de mudanças significativas no padrão de alocação da riqueza, comparado com o período de 1849 a 1869, foi um dos indicadores da importância da atividade criatória apontados pela autora. Na década de 1870, mantiveram-se elevadas as participações dos imóveis (52,1%) e dos escravos (27,8%) na riqueza inventariada, seguidos da dívida ativa (10,3%), dos animais (7,6%), dos bens móveis (2,0%) e do dinheiro (0,2%). Com relação aos imóveis, a autora informou que dos 2.763,90 alqueires arrolados, 89,5% estavam localizados nas fazendas do Sertãozinho, da Figueira, da Serrinha, do Retiro e das Posses, e que entre as mais valorizadas estavam as terras da fazenda dos Laurianos, avaliadas por Rs 37$289 o alqueire. Verificou-se ainda que os inventariados que cultivavam café "possuíam uma porcentagem alta de sua riqueza em imóveis, pois tanto os cafezais quanto as instalações necessárias à cafeicultura eram muito valorizados. Por exemplo, o valor de um pé de café novo, que ainda não estava produzindo, era de 300 réis e o valor de um pé produzindo chegava a 1$000" (LOPES, 2005, pp. 75-7). Outro traço desse período foi desigualdade na distribuição da riqueza:

> Os mais pobres, cujo monte mor está abaixo de quinhentas libras, representam 61,8% dos inventariados e respondem por apenas 10,2% da riqueza. Em contrapartida, os 6,9% mais ricos, montes mores acima das cinco mil libras, são responsáveis por 56,0% da riqueza do período. Corroborando esta análise tem-se o índice de Gini, calculado em 0,7333 (LOPES, 2005, p. 74).

[3] Uma boa síntese dos métodos de produção nas fazendas de criar foi feita por Brioschi (1999, pp. 60-3).

Essas fontes mostram a ocorrência de experiências pioneiras em Ribeirão Preto e região já nos anos de 1870, ou antes, como a registrada pelo inventário de José Venâncio Martins, a de Luiz Herculano de Souza Junqueira com o café na "Fazenda Ribeirão das Antas", as de Gabriel Diniz de Souza Junqueira com o café na "Fazenda Santa Maria", a introdução de imigrantes e o uso do arado nas suas plantações de algodão, a existência de máquina de beneficiar café movida por água e do serviço de beneficiamento do café em coco, registrados por Martinho Prado Junior, a introdução do café tipo Bourbon por Luiz Pereira Barreto, que se difundiria pela região.

Essas experiências coexistiram com práticas e costumes bastante arraigados, como as queimadas para o preparo de pastagens para o gado e para a formação dos cafezais, a presença relevada pelos inventários de ferramentas e instrumentos rudimentares, a manutenção de terras incultas disponíveis para o prazer da caça, os critérios estabelecidos mais pela prática, do que por avaliação científica, para a seleção de terras próprias para os cafezais. Na interpretação de Freitas (1994), as mudanças na região iriam acontecer com a chegada dos "novos" fazendeiros com outra mentalidade:

> Esses homens que chegaram, facilitaram a modernização da região, com seus artigos nos jornais, com sua atuação na Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, com a participação no governo, nas companhias de estradas de ferro, nas casas exportadoras do café e com as mudanças concretas em suas fazendas (FREITAS, 1994, p. 35).

2 – Máquinas de beneficiar café em Ribeirão Preto na década de 1880

Em 1873 havia pelo menos 15 fazendeiros de café em São Simão e o ***Almanach da Provincia de São Paulo para 1885*** registrou 22 fazendeiros de café no município, que exportou por vias férreas ou de rodagens 1.280.899 kilogramas de café em 1886. É interessante observar que a maioria dos fazendeiros de São Simão listados como produtores de café em 1873 continuaram a produzir café, segundo a lista dos fazendeiros do ***Almanach da Provincia de São Paulo para 1888***. Mais precisamente, dos 81 fazendeiros de café listados neste último, 8 deles já eram cafeicultores, 8 eram criadores de gado bovino e suíno e 3 criavam gado bovino em 1873, o que indica a tendência de transição da atividade de criação para a cafeicultura e a sua difusão também entre os fazendeiros locais no período. Foram listadas nesta publicação 3 máquinas de beneficiar café, sendo que uma delas pelo menos era propriedade de um fazendeiro de café simonense (LUNÉ & FONSECA, 1873, p 502; SECKLER, s.d.a, p. 522; DAFERT, 1890, p. 176; SECKLER, s.d.b, p. 688). Além dessas três

máquinas que estavam localizadas em São Simão, o relatório da Comissão Central de Estatística mencionou a existência de máquinas de beneficiar café nas propriedades rurais do município. Essas fontes mostram que a cafeicultura ganhou importância como atividade de larga escala nesse período (CHAVES et. al., p. 532)[4].

Na década de 1880 a pecuária teria começado a perder espaço para a cafeicultura em Ribeirão Preto. Segundo Lopes (2005, pp. 81-2), houve uma mudança no perfil da pecuária comparado à década anterior: o número de criadores de gado bovino aumentou menos, passando de 64 para 73 proprietários, o rebanho médio por proprietário diminuiu de 38 para 16,5, assim como a participação dos grandes criadores no rebanho total, que também caiu de 2.432 para 1.207 cabeças. A notar apenas o aumento do número dos bois de carro no rebanho total, pois eles "eram amplamente utilizados nas fazendas de café, principalmente para transportar o café durante as diversas fases de cultivo e beneficiamento dos grãos." Por outro lado, os inventários mostraram um avanço significativo dos cafezais, pois segundo autora, foram arrolados 308.463 cafeeiros, sendo expressivo o número de 138.763 de cafeeiros em produção; e os 142.454 cafeeiros novos um importante indicador do "dinamismo dos produtores, que aos poucos deixavam a pecuária de lado e passavam a investir na nova cultura."

A composição da riqueza nesse período teria refletido a transição para a cafeicultura. Segundo a autora, ela apresentou alterações significativas embora continuassem elevadas as participações dos imóveis (56,3%) e dos escravos (15,2%) na riqueza inventariada, seguidos da dívida ativa (10,8%), dos bens móveis (9,5%), dos animais (4,6%), do dinheiro (3,5%) e dotes (0,2%). Assim, a importância relativa das terras no valor total dos imóveis caiu um pouco e, em contrapartida, cresceu a importância dos cafezais, cujo valor saltou de apenas 2,1% do total de imóveis na década anterior para 22, 4% na década de 1880. Uma tendência iniciada nesse período que se prolongará pela década de 1890 foram os "elevados valores alcançados pelos cafezais e pelas terras próprias ao cultivo da rubinácea e sua crescente importância na composição da riqueza dos produtores locais" (LOPES, 2005, pp. 85-6).

A redução da participação dos escravos na riqueza foi explicada pela tendência de redução dos preços médios dos cativos de ambos os sexos durante toda essa década, o preço

[4] O relatório da Comissão Central de Estatística publicado em 1888 assinalou a presença 90 fazendeiros de café em São Simão. Consultar CHAVES *et. al.* (1888, p. 532).

médio dos cativos do sexo masculino caiu 30,5% e do sexo feminino caiu 24,1%. A difusão da cafeicultura interferiu também no valor dos bens móveis, pois de acordo com a autora, tanto o café colhido como os frutos pendentes nos cafeeiros eram avaliados como bens móveis, e as 13.800 arrobas que foram arroladas representaram 51,5% do total de bens móveis no período. A redução importante da participação dos animais na riqueza inventariada foi atrelada ao "aumento nos níveis de riqueza por causa dos altos preços dos ativos relacionados com a cultura do café e a diminuição dos rebanhos bovinos". Por fim, notou-se alguma diversificação dos ativos pela presença de ações de estradas de ferro e outros títulos, que chegaram a alcançar em torno de 10% do valor da dívida ativa no período. Contudo, a expansão da cafeicultura não significou redução da desigualdade de riqueza em Ribeirão Preto, ao contrário o "índice de Gini calculado para esse período foi um pouco maior do que no período anterior, 0,763" (LOPES, 2005, p. 83; 85; 87).

Em Ribeirão Preto o ***Almanach da Provincia de São Paulo para 1888*** destacou as terras roxas "de primeira sorte, próprias para a lavoura do café, cana, algodão e cereais" e as suas "matas virgens algum tanto estragadas pelo fogo, porém de extraordinária vegetação"; o que já poderia ser um reflexo da expansão da cafeicultura no município. Essa publicação assinalou a presença de 61 fazendeiros de café e 9 fazendeiros de criar, sendo que cinco deles também apareciam na lista dos cafeicultores do município, a citar os exemplos de Martinho Prado Junior e Rodrigo Pereira Barreto. A exportação de Ribeirão Preto por estradas de ferro ou de rodagens, no ano de 1886 foi de 2.497.871 de kilogramas de café, conforme a compilação apresentada por F. W. Dafert no artigo "Quadro estatistico da producção de café no Estado de São Paulo no anno de 1886" (DAFERT, 1890, p. 175).

Por essa época, havia em Ribeirão Preto pelo menos 2 máquinas à vapor de beneficiar café e arroz, pois como já foi assinalado, haveria nas propriedades rurais máquinas de beneficiar que não foram listadas, como a que estava instalada na "Fazenda Iguapé", aberta por José Pereira Barreto no atual município de Sertãozinho, "que em 1887 já possuía café formado, terreiro, máquina de beneficiar café e 12 escravos." Foram listados também 2 engenhos de cana à vapor pertencentes a cafeicultores, 1 serraria à vapor e 4 engenhos de cana e fabrico de rapadura e aguardente sem força motriz especificada, perfazendo um total de 5 máquinas à vapor no município (SECKLER, s.d.b, p.559; 561-4; FURLAN JÚNIOR, p. 74).

Além da presença de máquinas de beneficiar em São Simão e Ribeirão Preto, as informações do ***Almanach da Provincia de São Paulo para 1888*** referentes a 126 municípios, sugerem uma alteração na difusão de máquinas agrícolas em São Paulo. Como mostra a tabela 4, foram registradas 2 máquinas de beneficiar algodão à vapor, 1 à água e 7 sem força motriz especificada, num total de 10 máquinas de beneficiar algodão distribuídas por 3 municípios.

Tabela 4 – Máquinas de beneficiar algodão na Província de São Paulo, 1888

Força Motriz dos Estabelecimentos	Município	Total
Vapor		**2**
Máquinas de beneficiar algodão	Campo Largo de Sorocaba	2
Água		**1**
Máquina de descaroçar algodão	Campo Largo de Sorocaba	1
Sem Especificação		**7**
Máquinas de beneficiar algodão	Itapetininga	4
Máquinas de enfardar algodão	Tietê	3
Total		**10**

Fonte: SECKLER, s.d.b

Em comparação com as informações obtidas para o ano de 1873, houve uma sensível redução tanto na quantidade de máquinas de beneficiar algodão, quanto no número de municípios em que elas estavam presentes nesse período, o que sugere uma mudança na difusão dessas máquinas agrícolas, especialmente se for considerado o resultado oposto das máquinas de beneficiar café.

Este resultado pode ser observado no registro de 34 máquinas de beneficiar café à vapor, 4 à água e outras 96 sem força motriz especificada, num total de 134 máquinas de beneficiar café distribuídas por 36 municípios. Os municípios que registram o maior número de máquinas de beneficiar café à vapor foram São José dos Campos com 14, Bananal com 7 e Silveiras com 4 delas. E aqueles que relacionaram o maior número de máquinas sem força motriz especificada foram Areias com 10, São José do Barreiro com 9, Santa Branca com 8, Limeira e Espírito Santo do Pinhal com 6 delas cada um, e Queluz com 5. Havia ainda 3 máquinas de beneficiar café e arroz, sendo que duas delas eram movidas à vapor e estavam instaladas em Ribeirão Preto, como mostra a tabela 5.

Tabela 5 – Máquinas de beneficiar café na Província de São Paulo, 1888

Força Motriz dos Estabelecimentos	Município	Total
Vapor		***34***
Máquinas de beneficiar	Areias	3
Máquinas de beneficiar	Bananal	7
Máquina de beneficiar e serraria	Itatiba	1
Máquinas de beneficiar	Monte-Mor	2
Máquina de beneficiar	Santa Branca	1
Máquinas de beneficiar	São José dos Campos	14
Máquinas de beneficiar	Serra Negra	2
Máquinas de beneficiar	Silveiras	4
Água		***4***
Máquinas de beneficiar	Botucatu	2
Máquinas de beneficiar	Monte-Mor	2
Sem Especificação		***96***
Máquinas de beneficiar	Amparo	3
Máquinas de beneficiar	Areias	10
Máquinas de beneficiar	Atibaia	4
Máquinas de beneficiar	Batatais	4
Máquinas de beneficiar	Bocaina	2
Máquina de beneficiar	Bom Jesus do Monte Alegre	1
Máquinas de beneficiar	Bragança	4
Máquinas de beneficiar	Caçapava	3
Máquina de beneficiar	Campo Largo de Sorocaba	1
Máquinas de beneficiar	Espírito Santo do Pinhal	6
Máquina de beneficiar	Itapetininga	1
Máquinas de beneficiar	Jaboticabal	3
Máquina de beneficiar	Jacareí	1
Máquina de beneficiar e serraria	Jaú	2
Máquinas de beneficiar	Limeira	6
Máquina de beneficiar	Nazareth	1
Máquinas de beneficiar	Pindamonhangaba	3
Máquinas de beneficiar	Queluz	5
Máquina de beneficiar e serraria	Rio Novo	1
Máquinas de beneficiar	Santo Antonio da Cachoeira	3

Máquinas de beneficiar	Santa Branca	8
Máquina de beneficiar	Santa Rita do Passa Quatro	1
Máquinas de beneficiar	São Carlos do Pinhal	3
Máquina de beneficiar	São João da Boa Vista	1
Máquinas de beneficiar	São João do Rio Claro	2
Máquinas de beneficiar	São José do Barreiro	9
Máquinas de beneficiar	São Simão	3
Máquinas de beneficiar	Serra Negra	4
Máquina de beneficiar	Socorro	1
Total (1)	**36**	**134**
Vapor		***2***
Máquinas de beneficiar café e arroz	Ribeirão Preto	2
Sem Especificação		***1***
Máquinas de beneficiar café e arroz	Araraquara	1
Total (2)	**2**	**3**
Total (1)+(2)	**38**	**137**

Fonte: SECKLER, s.d.b

Nos municípios de Bananal, Botucatu, Cabreuva, Casa Branca, Itatiba, Jaú, São Carlos do Pinhal e São João da Boa Vista havia máquinas de beneficiar café que estavam instaladas nas fazendas locais e não foram relacionadas, como ilustram as seguintes notas: Bananal: - "na maioria das fazendas se encontram os maquinismos mais aperfeiçoados." Casa Branca - "Em diversas fazendas do município há máquinas de beneficiar café." Itatiba - "O benefício do café acha-se atualmente bastante aperfeiçoado, possuindo os lavradores as máquinas mais modernas. Conta-se no Município para mais de 50 máquinas de diversos autores, a maior parte movidas a vapor." São Carlos do Pinhal - "A lavoura principal é a cultura do café, havendo neste gênero importantes estabelecimentos agrícolas com maquinismos modernos". As forças motrizes mais citadas nessas notas eram a água e o vapor (SECKLER, s.d.b, p. 319; 408; 457; 635).

Duas outras notas merecem destaque: uma delas é que em Taubaté havia 1 agente da Lidgerwood Manufacturing Comp. e a outra é o seguinte anúncio de um proprietário de máquina de beneficiar café na Vila Bocaina: "Dr. Getulio Moreira de Castro Lima, Fazenda da Bocaina, na margem direita. Recebe café para socar e também compra em coco qualquer

porção", uma evidência de que os proprietários dessas máquinas ofereciam serviços de beneficiamento aos produtores de café, ou que comprassem deles o café em coco para beneficiar e vender (SECKLER, s.d.b, p. 337; 720).

Essas informações, comparadas com aquelas obtidas para o ano de 1873, sugerem uma provável intensificação do uso de máquinas de beneficiar café e do vapor como força motriz nos municípios cafeicultores do interior paulista. Aumentaram o número de máquinas de beneficiar café que foram relacionadas e o número de municípios em que elas estavam presentes: 137 máquinas de beneficiar em 38 municípios. Chama a atenção não só a existência de um agente da Ligderwood em Taubaté, mas o fato de outros municípios do Vale do Paraíba paulista terem apresentado um registro significativo de máquinas de beneficiar café, inclusive movidas à vapor, como Bananal e São José dos Campos entre outros. Ao todo foram 68 máquinas de beneficiar café, distribuídas por 11 municípios cafeicultores do Vale do Paraíba paulista, sendo que 29 delas eram movidas por vapor.

É interessante tentar relacionar esses números com aqueles fornecidos por Sérgio Milliet no livro ***Roteiro do Café e Outros Ensaios*** (1941). Ele apresentou um quadro da produção de café e da população em São Paulo no ano de 1886, que está reproduzido na tabela 6.

Tabela 6 – Produção de café e população na Província de São Paulo, 1886

Zonas	População	%	Produção de Café Em arrobas	%
Norte	338.533	32,66	2.074.267	19,99
Central	299.216	28,86	3.008.350	29,00
Mogiana	163.831	15,80	2.262.599	21,81
Paulista	133.697	12,90	2.458.134	23,69
Araraquarense	43.358	4,18	420.000	4,05
Noroeste	-----	---	-----	---
Alta Sorocabana	58.004	5,60	151.000	1,46
Total	**1.036.639**	**100,00**	**10.374.350**	**100,00**

Fonte: MILLIET, 1941, p. 20.

Observa-se que em 1886 a zona ou região Norte, que abrangia os municípios cafeicultores do litoral e do Vale do Paraíba na divisão de Milliet, havia cedido a liderança na produção de café em São Paulo para a zona Central liderada por Campinas, que abrangia "toda a área incluída dentro do polígono: Capital, Piracaia, Bragança, Campinas, Piracicaba, Itapetininga, Piedade, Una, Capital", exclusive o município da Capital, cuja inclusão viria "modificar de todo em todo quaisquer considerações sôbre o desenvolvimento da região" (MILLIET, 1941, p. 10-1). A sua análise dos resultados encontrados nas sete zonas ou regiões cafeeiras em que dividiu São Paulo foi a seguinte:

> A prosperidade da zona norte se mantém. Mas a terra dá sinais de cansaço, e a produção decresce um pouco. A população porém ainda beneficia das condições econômicas favoráveis e aumenta de mais de 60%. Inúmeras cidades consolidam seu destino: Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Mogi das Cruzes. A zona Central na mesma época alcança o máximo de sua produção – 3.008.350! E já a Mogiana e a Paulista se unem para com ela rivalizar num surto rápido de desenvolvimento (MILLIET, 1941, p. 23).

Ainda de acordo com Milliet (1941, p. 36; 42), a produção de café na zona Norte evoluiu de 510.406 arrobas em 1836 para 2.737.639 em 1854 e decaiu para 2. 074.267 arrobas em 1886. Neste último ano, os dados desagregados disponíveis para alguns municípios mostraram a seguinte produção de café: 350.000 arrobas em Guaratinguetá, 300.000 em Taubaté, 250.000 em São José dos Campos, 200.00 em Pindamonhangaba, 173.333 em São José do Barreiro, 120.000 em Queluz, 100.000 em Areias, 66.667 em Silveiras, 30.000 em Santa Branca, entre outros. A maioria desses municípios registrou um número significativo de máquinas de beneficiar café, inclusive daquelas movidas por vapor, e em Taubaté havia um agente da Ligderwood. A notar o município de Bananal: o último dado da produção de café é de 1854 com 554.600 arrobas e o registro de 7 máquinas à vapor, como mostra a tabela 7.

Tabela 7 – Máquinas de beneficiar café no Vale do Paraíba, 1888

Força Motriz dos Estabelecimentos	Município	Total
Vapor		***29***
Máquinas de beneficiar	Areias	3
Máquinas de beneficiar	Bananal	7
Máquina de beneficiar	Santa Branca	1
Máquinas de beneficiar	São José dos Campos	14
Máquinas de beneficiar	Silveiras	4
Sem Especificação		***39***
Máquinas de beneficiar	Areias	10

Máquinas de beneficiar	Caçapava	3
Máquina de beneficiar	Jacareí	1
Máquinas de beneficiar	Pindamonhangaba	3
Máquinas de beneficiar	Queluz	5
Máquinas de beneficiar	São José do Barreiro	9
Máquinas de beneficiar	Santa Branca	8
Total	**11**	**68**

Fonte: SECKLER, s.d.b

O que teria acontecido com a região da Mogiana nesse momento? Na divisão proposta por Milliet (1941, p. 11; 51), a zona ou região da Mogiana abrangia "os municípios tributários da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, a partir de Campinas" e da Paulista os "municípios tributários da Estrada de Ferro Paulista, à exceção dos da Alta Paulista, que foram adidos à zona da Noroeste, por ligarem, pela cronologia, mais nitidamente à expansão desta." Segundo o autor, a produção de café nas zonas da Paulista e da Mogiana juntas rivalizava com a produção na zona Central já em 1886. Na zona da Mogiana a produção de café evoluiu de 821 arrobas em 1836 para 81.750 em 1854 e 2.262.599 arrobas em 1886.

Com relação às máquinas de beneficiar café, foram registradas 27 máquinas distribuídas por 9 municípios cafeicultores, sendo que 4 delas eram movidas por vapor. Elas estavam em maior número nos municípios de Espírito Santo do Pinhal e Serra Negra com 6 máquinas cada um, Batatais com 4, Amparo e São Simão com 3 cada um e Ribeirão Preto com 2, como mostra a tabela 8. Considerando a compilação feita por Milliet, alguns desses municípios figuraram também entre os principais produtores de café em 1886: 933.333 arrobas em Amparo, 300.000 em Casa Branca, 200.000 em Serra Negra, 200.000 em São José do Rio Pardo, 150.000 em Espírito Santo do Pinhal, 150.000 em São João da Boa Vista, 133.333 em Cajuru, 60.000 em Franca, 40.000 em Socorro, entre outros. A notar a ausência de dados sobre a produção de café em São Simão e Ribeirão Preto, embora ambos tenham registrado máquinas de beneficiar, sendo que duas à vapor (SECKLER, s.d.b; MILLIET, 1941, p. 55).

Tabela 8 – Máquinas de beneficiar café na Região da Mogiana, 1888

Força Motriz dos Estabelecimentos	Município	Total
Vapor		***4***
Máquinas de beneficiar café e arroz	Ribeirão Preto	2
Máquinas de beneficiar	Serra Negra	2
Sem Especificação		***23***
Máquinas de beneficiar	Amparo	3
Máquinas de beneficiar	Batatais	4
Máquina de beneficiar	Bom Jesus do Monte Alegre	1
Máquinas de beneficiar	Espírito Santo do Pinhal	6
Máquina de beneficiar	São João da Boa Vista	1
Máquinas de beneficiar	São Simão	3
Máquinas de beneficiar	Serra Negra	4
Máquina de beneficiar	Socorro	1
Total (3)	**9**	**27**

Fontes: SECKLER, s.d.b

Não foi possível avaliar a partir dessas fontes o aperfeiçoamento técnico das máquinas de beneficiar registradas nos diversos municípios, exceto pela menção em alguns casos da sua força motriz. Um auxílio para este fim pode ser encontrado no ***Relatório da Segunda Exposição de Café do Brasil***, realizada em 1882. Constam neste relatório informações sobre as máquinas de beneficiar usadas pelos expositores paulistas: das 133 máquinas de beneficiar café que foram registradas 43 (ou 32,33%) eram máquinas primitivas, 55 (ou 41,35%) eram máquinas modernas de autores diversos e 35 (ou 26,31%) delas não tiveram o seu tipo ou autores declarados. Entre as máquinas primitivas havia 40 (ou 93%) engenhos de pilões, 1 carretão e 2 monjolos, e entre as modernas, 46 (ou 83,6%) eram máquinas de Lidgerwood. Participaram da exposição 16 municípios do Vale do Paraíba com 115 amostras de café, 3 municípios da região da Paulista com 12 amostras, 2 municípios da Mogiana com 5 amostras, e 1 da região Central com 1 amostra de café. Esses números trazem evidências de que as máquinas modernas lideradas pela Lidgerwood eram empregadas em maior número, embora o engenho de pilões ainda fosse o seu principal concorrente em São Paulo, no início dos anos de 1880 (CENTRO DA LAVOURA E DO COMMERCIO, 1883, pp. 27-9; anexo 5).

Conclusão

Essas duas regiões cafeicultoras foram destacadas porque o Vale do Paraíba paulista representa a região cafeeira antiga, que a historiografia de um modo geral considera decadente; e zona da Mogiana porque além de incluir o município de Ribeirão Preto, representa a região em expansão naquele momento. Notou-se que as máquinas de beneficiar, especialmente aquelas movidas por vapor, estavam instaladas em maior número nos principais municípios cafeicultores no Vale do Paraíba, num momento em que a liderança na produção de café havia se deslocado para a zona Central, conforme demonstrou Milliet. Por outro lado, os principais municípios cafeicultores na zona da Mogiana também apresentaram números significativos de máquinas de beneficiar café. As informações disponíveis sugerem que o vapor estava se difundindo na região, sendo que em Ribeirão Preto havia pelo menos duas máquinas movidas à vapor, uma delas propriedade de um agente da Casa Bancária de Nielsen e & Cia. de São Paulo.

É preciso o estudo de outras fontes para tentar investigar melhor a tendência sugerida pelo exame preliminar dessas informações, que parece ter sido a de um avanço importante na mecanização do beneficiamento do café, com a difusão de máquinas de beneficiar mais modernas e do vapor como força motriz, entre os anos de 1870 e 1880, nas regiões destacadas, acompanhado a expansão do café, que segundo Milliet (1941, p. 21), obedeceu a dois determinantes principais: "evitar a linha do trópico, abaixo da qual o clima não o favorecia e demandar as grandes florestas de terra virgem e milionária."

O que terá acontecido em Ribeirão Preto? Por ter sido uma cafeicultura de grande porte, o estudo da mecanização em Ribeirão Preto torna-se ainda mais interessante. É necessário estender a análise para as décadas seguintes e incluir outras fontes, no prosseguimento da pesquisa intitulada "Desenvolvimento Tecnológico e Produtividade na Agricultura de São Paulo: Ribeirão Preto, 1875-1920". O estudo de outras fontes qualitativas e dos resultados quantitativos obtidos através dos inventários *post-mortem* do município nesse período poderá ajudar na compreensão de como evoluiu a mecanização, especialmente pela ótica das diferenças entre a mecanização nas grandes fazendas de café e a que se deu entre os produtores de menor porte do município, entre outros aspectos contemplados na pesquisa.

Bibliografia e Fontes

BARRETO, L. P. (1876): A terra roxa. *A Província de São Paulo* (São Paulo).

BRIOSCHI, L. R. (1999): Fazendas de criar. In: BACELLAR, C. A. P., BRIOSCHI, L. R. (1999) (Org.): **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP. pp. 56-89.

CENTRO DA LAVOURA E DO COMMERCIO (1883): **Relatório da Segunda Exposição de Café do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia de Moreira Maximino & C. 260p.

CHAVES, E. A. P.; JAGUARIBE FILHO, D. J. N. et. al. (1888**): Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Provincia de São Paulo pela Commissão Central de Estatística**. São Paulo: Typographia King, 1888. 578p.

DAFERT, F. W. (1890): Quadro estatístico da producção do café no Estado de São Paulo no anno de 1886. In: INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS. **Collecção dos trabalhos agricolas extrahidos dos relatorios annuaes de 1888-1893** e publicados em nova edição por ordem do cidadão Dr. Jorge Tibiriçá pelo director Dr. F. W. Dafert. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1895. pp. 171-7.

DAFERT, F. W., LEHMANN, E. (1896): Estudos sobre a cultura do cafeeiro. In: INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS. **Relatorio annual do Instituto Agronomico do Estado de São Paulo (Brazil) em Campinas 1894-1895** publicado pelo Diretor F. W. Dafert com a collaboração dos Snrs. F. M. Draenert e L. Revinius e dos membros do Instituto. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial São Paulo, 1896. pp. 77-102.

FREITAS, D. C. A. de (1994): Os signos da modernidade nos cafezais. São Paulo, 1994, 2v. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

FURLAN JÚNIOR A. (s.d.): **Documentário histórico de Sertãozinho, 1896-1956.** São Paulo: Ed. Estabelecimento Gráfico Politipo Ltda. 255p.

GIFUN, F. V. (1972): Ribeirão Preto: 1880-1914, the rise of a coffee county, or the transition to coffee in São Paulo as seen through the development of its leading producer. University of Florida. 223p.

GOMES, F. (1922): **Cravinho: histórico, geographico, commercial, agricola.** Ribeirão Preto: Typographia Selles. 305p.

KRUG C. A., MENDES, J. E. T., CARVALHO, A. (1938): Taxonomia de *Coffea Arabica L*. Descrição das variedades e formas encontradas no Estado de São Paulo. **Boletim Técnico do IAC.** São Paulo, v. 62, n. 1-5, pp. 1-57.

LOPES, L. S. (2005): Sob os olhos de São Sebastião: a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900. São Paulo, 2005, 272p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

LUNÉ, A, J. B. de, FONSECA, P. D. da (1873) (Org.): **Almanak da Provincia de São Paulo para 1873.** São Paulo: Typographia Americana. 966p.
880.

MILLIET, S. (1941): **Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil.** 3. ed. São Paulo: s.e. 211p.

MONTE-NEGRO, J. E. de C. (1875): **Colonias Nova Louzã e Nova Colombia:** relatorio apresentado ao exm. sr. Presidente da Provincia de São Paulo em 06 de fevereiro de 1875. São Paulo: Typographia da "Provincia de São Paulo". 81p.

OLIVEIRA, J. H. C. de (2003): As transações imobiliárias em Ribeirão Preto de 1874 a 1899. Araraquara, 2003, 180p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista.

PRADO JUNIOR, M. (1877): Municipios de S. Simão e Ribeirão-Preto. In: ___ ***IN MEMORIAM*: Martinho Prado Junior, 1843-1943.** São Paulo: Elvino Pocai, 1944. pp. 334-349.
SANTOS, P. T. dos (1948): **O Ribeirão Preto histórico e para a história**. (mimeo). 126p.

SÃO PAULO. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo** pelo presidente da provincia, o exm. dr. Antonio da Costa Pinto Silva, no dia 5 de fevereiro de 1871. São Paulo: Typographia Americana, 1871a.

SECKLER, J. (Org.) (s.d.a): **Almanach da Provincia de São Paulo para o ano de 1885.** São Paulo: Jorge Seckler & Comp.

SECKLER, J. (Org.) (s.d.b): **Almanach da Provincia de São Paulo para 1888.** São Paulo: Jorge Seckler & Comp. 980p.

STEIN, S. J. (1961): **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba: com referência especial ao município de Vassouras**. São Paulo: Brasiliense. 372p.

SUMMERHILL, W. R. (2003): Productivity in the Paraíba Valley: assessing agricultural efficiency in 19th-century Brazil. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência de Internacional de História de Empresas, Caxambu-MG, 7 a 10 setembro, 31p.

Da Criação do Conselho Nacional do Petróleo ao Prominp: a trajetória histórica das políticas para a indústria do petróleo no Brasil

Ricardo José dos Santos
Mestre em Economia, professor e pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: ricardosantos@ie.ufu.br

Ana Paula Macedo de Avellar
Doutora em Economia, professora e pesquisadora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: anaavellar@ie.ufu.br

Resumo

A atividade petrolífera no Brasil não é recente, datando de mais de cento e dez anos, desde a perfuração do primeiro poço em Bofete no estado de São Paulo no final do século XIX. No entanto, somente a partir do primeiro governo Vargas, esta atividade alcança o patamar de setor estratégico para a economia e a política nacional. Assim, este trabalho busca reconstruir a trajetória histórica da indústria petrolífera no país, partir da criação do Conselho Nacional do Petróleo em 1937. Para isto, adotamos a hipótese de que o crescimento e desenvolvimento desta indústria no Brasil estão fortemente ancorados na presença ativa do Estado, seja pela conformação e consolidação do monopólio estatal do petróleo, capitaneado pela Petrobras, seja por meio da Agência Nacional do Petróleo e políticas setoriais de fomento, como o Prominp, após a abertura ao investimento privado na década de 1990. Deste modo, a proposta metodológica do trabalho baseia-se no mapeamento das políticas e ações de desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo entre a década de 1930 e início dos anos 2000. Portanto, entendemos que as transformações da indústria petrolífera brasileira, podem ser discutidas a partir da análise das ações do Estado na promoção deste setor.

Palavras-Chave: Indústria Brasileira do Petróleo; Monopólio Estatal do Petróleo; Petrobras.

1. Introdução

A atividade petrolífera no Brasil não é recente, datando de mais de cem anos, desde a perfuração do primeiro poço em Bofete no estado de São Paulo em 1897. No entanto, apenas a partir da criação da Petrobras nos anos cinquenta e, mais recentemente, com o *boom* da produção nacional, no início dos anos 2000, o país passa a ser considerado um produtor importante em dimensão global[1].

O desenvolvimento desta indústria, intensificada nos anos cinquenta, tem como resultado, desdobramentos em uma série de atividades produtivas industriais que fazem da

[1] Conforme dados da U.S. Energy Information Administration , o Brasil, em 2010, configurava-se como o 9° maior produtor e a Petrobras a 4ª maior empresa de energia do mundo. Dados disponíveis em: http://www.eia.gov

cadeia do petróleo no Brasil, uma estrutura moderna, diversificada e altamente competitiva que em 2005, movimentava cerca de 10% do PIB nacional.

Entendemos que o crescimento e desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira não teriam acontecido sem a forte presença do Estado, seja pela consolidação da Petrobras e conformação do monopólio estatal do petróleo, seja por meio das agências de fomento e de regulação. A participação do Estado nesta indústria é justificada entre outros aspectos em virtude da desigual distribuição das jazidas, altos investimentos, longos prazos de retorno e riscos associados ao desenvolvimento desta atividade e, sobretudo, em virtude do caráter estratégico imputado à indústria de energia, neste caso a indústria petrolífera, ao longo do último século.

Neste sentido, o petróleo e seus derivados continuam a ser a principal fonte de energia global, mesmo em um momento em que se discutem, com grande intensidade, fontes energéticas alternativas, em todo o mundo. No Brasil, a indústria do petróleo ganha ainda mais força a partir do anúncio em 2007, pelo governo, de reservas provadas de óleo na camada pré-sal.

A descoberta e a exploração destas reservas reabrem o debate e criam-se novas expectativas em torno da continuidade da "ultrapassada" matriz energética. A existência de reservas provadas e sua possível exploração em território nacional, entre outras questões, garante ao Brasil uma posição estratégica de destaque no atual cenário da geopolítica mundial.

Acreditamos que a compreensão deste fenômeno recente passa pela tentativa de sistematizar as ações e políticas públicas adotadas ao longo dos últimos cinquenta anos com o objetivo de fazer com que a indústria brasileira de petróleo cumprisse os papeis de i) elemento estratégico no âmbito da geopolítica e das relações internacionais; ii) fonte de recursos para suprir a crescente demanda interna por energia; iii) indústria de substituição de importações e; iv) instrumento de crescimento e desenvolvimento econômico. Portanto, à indústria petrolífera brasileira foram colocados desafios, sobremaneira, custosos e complexos em virtude da estrutura de mercado característica do setor.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo, reconstruir a trajetória de desenvolvimento da indústria brasileira de petróleo, a partir da criação do Conselho Nacional do Petróleo até no início dos 2000, momento emblemático para o atual cenário do setor no país. Nossa hipótese é que a participação do Estado de forma ativa foi fundamental para a consolidação desta indústria no Brasil. Além disso, entendemos que tal envolvimento do aparato estatal independe do modelo apresentado para o setor, seja o monopólio do Estado,

seja o modelo de mercado. Neste sentido, o fundamental seria a postura e o direcionamento das políticas para o desenvolvimento das atividades da cadeia produtiva em questão.

Para isto, a proposta metodológica do trabalho baseia-se no mapeamento das ações e políticas de promoção que impulsionaram a conformação do monopólio estatal do petróleo e o desenvolvimento da cadeia produtiva desta indústria entre a década de 1930 e início dos anos 2000. Assim, a organização do texto será realizada a partir de pontos considerados pela literatura específica de indústria do petróleo, como sendo eventos-chave na trajetória histórica deste setor. A bibliografia utilizada para esta feita foi selecionada a partir da organização de três grupos de trabalhos: i) referências de política industrial; ii) referências de política industrial brasileira e; iii) referências de indústria de petróleo.

Como base para a identificação das ações governamentais e políticas de fomento a esta indústria, será utilizada a classificação de critérios normativos propostos por Campanario e Silva (2004), com o objetivo de sistematizar diversas dimensões frequentemente apontadas como fundamentais em políticas industriais: i) Consistência macroeconômica; ii) Ajustamento externo; iii) Seletividade; iv) Horizontalidade; v) Espacialidade: vi) Sustentabilidade; vii) Inovação; viii) Cooperação; ix) Normas comerciais; x) Defesa da concorrência e; xi) Defesa do consumidor.

Além disso, a identificação dos instrumentos de política industrial, será ancorada na proposta de Ferraz, Mendes de Paula e Kupfer (2002). Para os autores, os instrumentos podem ser agregados de acordo com sua natureza. Um primeiro grupo congrega o Regime de Regulação – i) Concorrência, ii) Infra-estrutura, iii) Comércio Exterior e, iv) Propriedade Intelectual – e um segundo grupo o relaciona-se ao Regime de Incentivos – i) Inovação; ii) Capital, iii) Incentivos fiscais, iv) Compras do governo. Os autores, ainda, apresentam os seguintes instrumentos: i) Política de Infra-Estrutura; ii) Política de Recursos Humanos; iii) Política de Ciência e Tecnologia.

Este trabalho encontra-se organizado em mais três seções, além desta introdução e uma seção destinada às considerações finais. Na segunda seção, será apresentada a pré-história da atividade petrolífera no Brasil, mais especificamente, serão tradados os anos que antecedem a criação do Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobras.

Na seção seguinte, intitulada ‘O ‘Estado e as Políticas Públicas no Desenvolvimento da Indústria Brasileira do Petróleo’, serão identificadas as ações políticas que foram capazes de construir e desenvolver a indústria brasileira de petróleo, a partir do monopólio estatal do setor. Neste sentido, será feita uma reconstrução dos eventos que vão da década de 1950 até o início dos anos de 1990. Este largo período é caracterizado pela importância estratégica dada

pelo governo brasileiro à indústria em questão e as alterações no marco regulatório do monopólio estatal em virtude dos objetivos almejados.

Por fim, a quarta seção tratará do período de encerramento do monopólio estatal do petróleo no Brasil. Serão apresentados argumentos importantes acerca da interpretação do novo modelo, bem como as consequências mudança no marco regulatório para a Petrobras e sua rede de fornecedores. Neste sentido, não será negligenciado o fato de que a quebra do monopólio da do petróleo se dá em um ambiente político e ideológico de cunho neoliberal dos governos FHC. Ao final desta seção, levantaremos a mudança de direcionamento para o setor imposto ao setor pelo primeiro governo Lula.

2. Elementos Fundadores da Atividade Petrolífera Brasileira

Entre o pós-Segunda Guerra e os anos de 1970, um conjunto de países capitalistas ocidentais viveu um período de crescimento econômico caracterizado pela modernização das estruturas sociais, busca, mesmo que em diferentes graus, do Estado de Bem Estar e equidade econômica em escala nacional, com o objetivo de minimizar as desigualdades regionais. Deste modo, as políticas públicas de base keynesiana ganharam força como instrumento de compensação das fases recessivas dos ciclos econômicos e redução das desigualdades próprias das atividades de mercado.

Assim, as atividades de planejamento, antes, tipicamente características das economias planificadas, são apropriadas como instrumento de política econômica das sociedades capitalistas. No caso latino-americano, isto fica mais claro nos anos de 1960 e 1970, momento em que influenciados pelo pensamento cepalino, os governos deste conjunto de países adotam diversas formas de ação com o objetivo de promover o crescimento econômico, desenvolver setores da economia considerados importantes e diminuir as disparidades inter-regionais.

Para Piquet (2007), uma forma específica desta estratégia de atuação dos Estados Nacionais foi a implantação de grandes unidades produtivas em regiões de seus territórios a maioria das quais visando o desenvolvimento de atividades básicas, como a produção de aço, cobre e alumínio, a extração e exploração de minerais como petróleo e minério de ferro, a construção de barragens para a geração de hidroeletricidade de usinas geotérmicas e nucleares.

Os fatos apontados autora, se aproximam da ideia de política industrial mais ampla defendida por Johnson (1984), de que as políticas industriais devem estar relacionadas à iniciação e coordenação de atividades governamentais com o objetivo de alavancar a produtividade e a competitividade de toda a economia e das indústrias que dela fazem parte.

Assim, em uma primeira leitura, entendemos que Johnson (1984), enxerga a política industrial como um elemento catalisador do crescimento econômico de longo prazo, bem como um motor para o desenvolvimento das diferentes atividades produtivas instaladas.

Neste sentido, conforme Serra (1982), no Brasil o Estado assumiu papel fundamental no desenvolvimento industrial como instrumento de centralização financeira, coordenação dos grandes blocos de investimento, construtor de infraestrutura e produtor de matérias-primas e insumos básicos. Para o autor, o Estado como agente indutor da atividade produtiva, criou as condições para um processo de industrialização mais avançada.

Ao tratar mais especificamente das ações de desenvolvimento da indústria do petróleo, Pires (2000), chama a atenção para dois eventos, no contexto internacional que tiveram influência direta nas diretrizes da política brasileira para esta indústria. Em primeiro lugar, a consolidação do petróleo como elemento estratégico em virtude das políticas de orientação militar adotadas pelos países europeus nos anos que antecederam à Segunda Guerra Mundial. Além disso, a América Latina foi palco do ressurgimento de governos nacionalistas, que tiveram impacto decisivo no regime de exploração do petróleo, com destaque para México, Venezuela e Brasil.

No caso brasileiro, a influência do nacionalismo latino-americano foi preponderante na criação do Conselho Nacional do Petróleo em 1938 e na criação da Petrobras em 1953, ambos sob a gestão de Getúlio Vargas. Antes disso, outro elemento fundamental para a criação das bases desenvolvimento da indústria nacional do petróleo foi o texto da Constituição de 1937.

> A constituição de 1937, em seu artigo 143, dispôs que as minas e demais riquezas do subsolo constituem propriedade distinta da propriedade do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das minas ou jazidas minerais, ainda que de propriedade privada, dependia de autorização federal (PIRES, 2000, p.47).

Em que pese as críticas feitas à Constituição de 1937, em virtude do autoritarismo contido em seus dispositivos, a mesma foi a base de sustentação para a política de exploração petrolífera e a criação do Conselho Nacional do Petróleo. O novo tratamento dado à exploração do subsolo pela Constituição de 1937, sinalizava a importância dada pelo Governo Vargas à indústria do petróleo como elemento fundamental para o desenvolvimento do país.

Em virtude da relevância estratégica com o qual Vargas tratava o petróleo, o exército foi designado para comandar as ações propostas para esta indústria. Com base nas proposições dos militares para condução das políticas para o setor, formou-se o embrião do

Conselho Nacional do Petróleo (CNP), órgão que seria responsável pela regulamentação da indústria do petróleo no Brasil (VICTOR, 1993).

O CNP foi instituído pelo Decreto-lei n 395, de 29 de abril de 1938, e representou o ápice da política nacionalista de Vargas para o setor. O Conselho que inicialmente se via subordinado diretamente à Presidência da República, mais tarde foi incorporado ao Ministério de Minas e Energia, como responsável pelo controle da política nacional do petróleo e derivados. A criação do CNP é considerada a primeira iniciativa objetiva do Estado para regular a indústria do petróleo no Brasil, como um núcleo independente de outras atividades minerais (PIRES, 2000).

Complementar à criação do Conselho Nacional do Petróleo, o Governo Vargas baixou em 7 de maio de 1941, o Decreto-lei nº 3.236, que ficou conhecido como 'Código do Petróleo'. O novo decreto, disciplinava o regime legal das jazidas de petróleo e gás natural, neste sentido, instituiu o domínio imprescritível da União sobre as jazidas encontradas no território brasileiro. Assim, o código fortaleceu a posição da CNP e, por consequência, o papel do Estado no tocante à atividade petrolífera (VICTOR, 1993).

Segundo Pires (2000), a participação do Estado no desenvolvimento da indústria petrolífera talvez tenha sido um dos temas de maior controvérsia da história brasileira. Entre a criação do CNP e a constituição da Petrobras, houveram esforços com o intuito de abrir o setor para investimentos estrangeiros com o objetivo dinamizar a indústria nacional do petróleo. O chamado 'Estatuto do Petróleo' foi a tentativa mais organizada de internacionalizar a atividade petrolífera nacional com os argumentos de que a carência de capital e de tecnologia limitavam o desenvolvimento da atividade no país, sendo assim o Brasil não conseguiria alcançar a autossuficiência objetivo considerado estratégico no pós-Segunda Guerra.

No entanto, as ideias defendidas pelo 'Estatuto do Petróleo' sofreram forte resistência de alguns setores da sociedade brasileira, que encabeçaram a campanha 'O Petróleo é Nosso'. Em virtude de grandes pressões, seja da sociedade brasileira, seja das forças armadas, que desempenhavam à época importante papel nas discussões sobre o petróleo. Em virtude de se tratar, para os militares, de uma questão de soberania nacional, o 'Estatuto do Petróleo' não foi instituído e em 1948, o então Presidente Eurico Gaspar Dutra, reafirma importância da participação do Estado na setor petrolífero ao enviar ao Congresso a proposta do 'Plano SALTE', que tinha como objetivo organizar os investimentos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia.

3. O Estado e as Políticas Públicas no Desenvolvimento da Indústria Brasileira do Petróleo

3.1 A Gênese da Indústria do Petróleo no Brasil

Com o retorno de Vargas ao poder em 1951, o Estado mais do que nunca tinha de volta sua função de impulsionar o desenvolvimento nacional e a indústria do petróleo era parte fundamental desta estratégia. Neste sentido, no mesmo ano, Vargas envia ao congresso o projeto de lei que visava criação de uma empresa de petróleo sob o controle do Estado. Após vinte e dois meses de discussões nas duas casas do legislativo, em 03 de outubro de 1953, o Presidente Getúlio Vargas sancionou o projeto final da Lei nº 2.004/53 que criou a Petrobras para exercer o monopólio estatal o petróleo e dos gases raros (PIRES, 2000).

Além de criar a Petrobras a Lei nº 2.004/53, apresentou as diretrizes do monopólio da União sobre as atividades vinculadas à indústria do petróleo.

> Dentre as atividades formadoras do monopólio, estava a de pesquisa, lavra, refino e transporte marítimo de petróleo, seus derivados e gases raros. Pela Lei nº 2.004/53, estava expressamente excluída do monopólio federal a distribuição de derivados de petróleo.
>
> A Lei nº 2.004/53 determinou que o monopólio estatal seria exercido pelo CNP e pela Petróleo Brasileiro S.A. (art. 2º, I e II). Ao CNP, caberiam a orientação e a fiscalização das atividades decorrentes do monopólio. A Petróleo Brasileiro S.A. e suas subsidiárias seriam os órgão executores do monopólio da União (PIRES, 2000, p.71).

Ao iniciar suas atividades em meados dos anos de 1950, a Petrobras dependia, quase que exclusivamente, da importação de materiais, equipamentos, serviços e recursos humanos especializados. Com o objetivo de diminuir tal dependência externa – fator crítico para uma empresa estatal e monopolista, em um setor tão estratégico – a estatal passou a desenvolver um consistente plano de "nacionalização", tanto do seu corpo técnico, como do seu suprimento de bens e serviços.

Conforme Rappel (2003), ao mesmo tempo em que a Petrobras enviava parte do seu pessoal para centros acadêmicos no exterior, estabelecia um programa de formação, capacitação e treinamento de recursos humanos no país em parceria com universidades, escolas técnicas e Senai. A meta da estatal era compor progressivamente, seus quadros técnicos de nível superior e médio com mão de obra brasileira.

Além disso, a estatal, por meio de parcerias com empresas nacionais e internacionais de diversos segmentos, criou programas para o desenvolvimento de um parque industrial

local, que responderia pelo seu suprimento de materiais e equipamentos, além de serviços especializados, tais como projeto e engenharia, construção, montagem, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Corroborando a esta lógica, o Plano de Metas do governo Kubitschek (1956-1960), intensificou os investimentos na indústria petrolífera com o objetivo de aumentar a produção de 6.800 barris em fins de 1955 para 100.000 barris de média de produção diária em fins de 1960; e para o refino, aumentar da capacidade de 130.000 barris diários em 1955 para 330.000 barris diários em fins de 1960. Neste contexto, a indústria petrolífera brasileira foi instituída como um projeto de desenvolvimento industrial que tinha como elemento central políticas setoriais de substituição de importações, estratégia de enfrentamento ao processo de industrialização tardia (PIRES, 2000).

Conforme Pinto Júnior et al (2007), entre os anos de 1920 e 1950, o aprendizado sobre a importância da intervenção institucional na organização e controle da indústria do petróleo tomou forma em todo mundo. Sendo assim, os países produtores passaram a incorporar em suas agendas políticas o debate para o desenvolvimento da indústria de petróleo. Entre as inovações institucionais surgidas, os autores registram: i) as participações acionárias diretas de governos; ii) a criação de empresas estatais; iii) a regulação da indústria; e iv) as novas condições contratuais reivindicadas por países produtores na outorga das concessões.

> O moderno sistema estatal do século XX considerou o setor energético atividade central no cenário do desenvolvimento industrial interno e mundial, devido a sua importância crucial para alcançar a prosperidade econômica, a saúde do balanço de pagamentos e a distribuição da riqueza e bem-estar no interior das nações e entre as nações. Era consenso que a iniciativa privada estrita não detinha as condições objetivas de enfrentar estes objetivos, comprometendo as externalidades positivas derivadas da atividade energética (PINTO JÚNIOR, 2007, P.75).

Neste contexto, nasce a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em 1960. A partir daí muda radicalmente a relação entre os países hospedeiros de poços e jazidas e as grandes empresas internacionais que controlavam a produção. O que se viu foi a constante renegociação de contratos de concessão, mudanças nas legislações e processos de nacionalização das jazidas. Tais alterações provocaram uma considerável mudança na correlação de forças entre as *majors* e as representações políticas dos Estados Nacionais. Sendo assim, a energia, neste caso, o petróleo, tornou-se um objetivo prioritário dos governos na formulação de políticas públicas.

No Brasil, a ascensão dos militares ao poder alcançada com o golpe de 1964, mais do que nunca elevou o setor de petróleo ao nível estratégico, tornou o monopólio sobre a pesquisa e a lavra uma norma constitucional na Carta de 1967. Para as forças armadas o ‘ouro negro’ para além de uma simples *commodity*, tornara-se um instrumento de política internacional.

Já no início da década de 1970, a Petrobras superava as expectativas das políticas preconizadas pelo governo militar para o setor, sendo responsável pelo contínuo abastecimento de derivados para alimentar o acelerado crescimento da economia brasileira (PINTO JÚNIOR et al, 2007).

Além disso, segundo Rappel (2003), este período marca a consolidação, no Brasil, de uma primeira rede local de fornecedores de bens e serviços, incluindo fabricantes de materiais e equipamentos, companhias de construção civil e montagem industrial, estaleiros, firmas de projetos e engenharia, empresas de suporte logístico e de infraestrutura, todos especializados ou, senão, pelo menos em boa parte voltados para atender demandas específicas da indústria de petróleo.

Para Pinto Júnior et al (2007), nessa trajetória, foi decisiva a conjugação de dois fatores. Em primeiro lugar, o progressivo aprendizado do comportamento empresarial, orientado para realizar alianças cooperativas com o capital privado nacional e internacional, teria conduzido a Petrobras a superar os objetivos e perspectivas originais de sua criação, assimilando estratégias de crescimento flexíveis e diversificadas. O segundo residia na congruência entre os objetivos empresariais da estatal e os objetivos macroeconômicos e políticos dos sucessivos governos, em especial dos governos militares a partir de 1964. Para o autor, este fator é relevante, pois, a exemplo das experiências exitosas de algumas estatais europeias, as estratégias oligopolistas de competição ou de cooperação viáveis para os agentes estatais requerem tanto a definição de diretrizes macroeconômicas de longo prazo quanto de apoio institucional de seus governos.

Deste modo, aflora a ideia defendida por Corden (1980), de que os formuladores de política industrial, mais que analisar as estruturas de mercado e as melhores estratégias para determinado tipo de indústria, deveriam ter em consideração os juros, o câmbio e a estrutura tributária. O autor quer chamar a atenção para o fato de que a macroeconomia importa no processo de adoção de uma política industrial. Mais que isto, quer dizer que a política industrial também pode afetar os objetivos da política macroeconômica, portanto, seria fundamental a harmonização das políticas macro e industrial no longo prazo.

3.2 Os Choques do Petróleo e as Políticas de Enfrentamento da Crise

Em 1971, as grandes empresas internacionais do setor de petróleo, chamadas de *majors* ou 'sete irmãs'[2], reuniram-se com o objetivo de discutir a proposta dos membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), no que diz respeito aos preços e à distribuição dos lucros da produção. Os resultados das negociações foram firmados em dois acordos: Teerã e Tripoli. Deste modo, países da OPEP conseguiram aumentar em 20% o preço do petróleo extraído no Oriente Médio e elevar a tributação sobre os resultados da produção. Além disso, a OPEP se consolidou como instituição representante dos países exportadores (PIRES, 2000).

Neste contexto, o aumento dos preços do barril do petróleo passou a ser uma tendência irreversível atingindo seu ápice em 1973, com a Guerra de Yom Kippur entre Israel e Egito. Os países árabes ameaçarem as nações que apoiassem Israel com uma redução mensal de 5% nas exportações. Este foi um dos primeiros casos concretos de uso do petróleo como arma política, com ameaças críveis de risco de ruptura do abastecimento.

Os preços saíram de US$ 2.00 o barril para US$ 11.00 em menos de doze meses. Segundo Pires (2000), a 'Crise de 1973' (ou Primeiro Choque do Petróleo), decorreu da conjunção dos seguintes fatores: i) Incertezas na política do Orienta Médio; ii) Escassez de novas fontes de energia e; iii) Crescimento da demanda mundial, principalmente por parte dos países industrializados.

Desta maneira, estavam dadas as condições para o embate entre países produtores e *majors*. Possuidores das maiores reservas provadas de petróleo do mundo, os membros da OPEP ganhavam força na disputa com as grandes empresas petrolíferas que tinham pouco poder de manobra em virtude da demanda crescente dos derivados do óleo cru. Para Pinto Júnior et al (2008), o primeiro choque do petróleo é um exemplo concreto da conjugação dos fatores geopolíticos com aqueles associados à dinâmica das estruturas de oferta e de demanda.

Segundo Barreto (2001), no Brasil, o Governo reagiu à crise que se aproximava com criação da 'Braspetro', com o objetivo de realizar trabalhos de pesquisa, refino, exploração, transporte e comercialização de petróleo no exterior. A nova empresa estava inserida na estratégia do governo de buscar petróleo em outros países, paralelamente à investigação de novas jazidas em território nacional.

Naquele momento, o Brasil atravessava o período do chamado "Milagre Econômico", com um avanço do PIB de 11,4% em 1973. Como resultado disso e com o objetivo de

[2] Exxon, Socal (Chevron), Mobil, Gulf, Texaco, Anglo-Persian (BP) e Shell.

garantir o atendimento a uma demanda interna crescente, observou-se o esforço contínuo voltado para a transferência, absorção, adaptação e desenvolvimento de tecnologias de processo e de produto, diretamente por meio do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CENPES) da Petrobras, ou em cooperação com universidades, centros de pesquisa, empresas de consultoria, engenharia e fabricantes de equipamentos e materiais (PIRES, 2000).

Conforme Rappel (2003), é neste contexto que a Petrobras cria forte competência em pesquisa aplicada e em engenharia básica, passando a gerar inovações em várias áreas, tanto no *downstream*[3] como no *upstream*[4], e a desenvolver seus próprios projetos conceituais de sistemas de produção *offshore*[5].

A partir deste cenário, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) de meados da década de 1970, a última experiência brasileira de política industrial abrangente, era apresentado como uma resposta aos gargalos identificados ao fim do período do ciclo de crescimento de crescimento iniciado em 1967, e paralelamente trazia direcionamentos que auxiliavam a estancar os impactos do Primeiro Choque do Petróleo (SUZIGAN, 1996).

Uma das diretrizes propostas pelo II PND, baseava-se na redução da dependência do petróleo árabe através do investimento em pesquisa, prospecção, exploração e refinamento de petróleo dentro do Brasil, e o investimento em fontes alternativas de energia, como o álcool e a energia nuclear. O plano conseguiu êxito parcial, uma vez que, pela primeira vez na história, o Brasil conseguiu dominar todo o ciclo produtivo industrial. Contudo essa industrialização ocorreu a um preço alto, que fez a dívida externa explodir, o que acabou resultando na moratória, no final de 1982 (BRESSER PEREIRA, 1986).

Com o objetivo de acelerar o ritmo da indústria petrolífera nacional o presidente, General Ernesto Geisel, trouxe à tona, mais uma vez, a discussão acerca dos contratos de risco e em outubro de 1975 a Petrobras foi autorizada a celebrar contratos de serviço com clausulas de risco com outras empresas petrolíferas. O governo justificou a flexibilização na indústria de petróleo em razão do impacto dos aumentos do preço do barril sobre os resultados do balanço de pagamentos. Com os novos contratos, Geisel esperava aumentar a produção nacional, reduzindo a dependência e por consequência as importações do produto cujos preços haviam disparado.

---

[3] Engloba as atividades de busca, identificação e localização das fontes de óleo, e ainda o transporte deste óleo extraído até as refinarias.

[4] É a parte logística. Transporte dos produtos da refinaria até os locais de consumo. Compreendendo o transporte, distribuição e comercialização.

[5] Produção em plataformas marítimas.

Para o Governo, os contratos de risco não violavam o monopólio estatal da Petrobras, previsto na Lei 2.004/53. Ao contrário, os militares enxergavam neste tipo acordo, mais vantagens ao Brasil, quando comparados a contratos de concessão. Neste sentido, os contratos de risco conferiam aos contratantes os investimentos necessários à exploração do campo e os riscos do empreendimento, na hipótese de não haver petróleo na área delimitada pelo acordo. Em contrapartida recebiam remuneração em dinheiro, proporcional à produção trimestral dos campos por elas descobertos e desenvolvidos. Já à Petrobras, cabia a propriedade das reservas encontradas; o controle a s supervisão dos serviços prestados durante as fases de exploração e desenvolvimento, além do exercício com exclusividade de todas as etapas da produção (PIRES, 2000).

Ao longo dos anos de 1970 a Petrobras fechou uma série de acordos com mais de vinte empresas estrangeiras como Elf, Esso, Agip, Pennzoil. Além disso, em 1976 foi instituída a Petrobras Comércio Internacional S.A. (Interbrás), com o objetivo de atuar como *trading* internacional nos mercados de *commodities* e derivados.

Aparentemente, os efeitos perversos haviam sido absorvidos três anos após o choque. O consumo de petróleo voltou a crescer a partir de 1976, sinalizando uma acomodação da demanda ao novo patamar de preços. No entanto, a dimensão geopolítica mais uma vez passava a ser o centro das atenções, em virtude das tensões e, posteriormente, ao conflito armado entre Irã e Iraque, dois grandes produtores mundiais de petróleo. Esta nova crise política gerou greves e revoltas, afetando a produção de petróleo do Irã que, em junho de 1978, produzia 5,6 milhões de barris por dia e passou para 800 mil em novembro do mesmo ano. O resultado foi um forte impacto sobre os preços, caracterizando o Segundo Choque de preços internacionais do petróleo, os quais ultrapassaram o patamar de US$30.00 em 1980 (PINTO JÙNIOR et al, 2007).

Os impactos do Segundo Choque do Petróleo, associados à uma conjuntura interna complexa ao final da década de 1970 e início de 1980, provocaram uma grande oscilação no mercado de produtos e serviços da cadeia produtiva do petróleo. Além disso, a descoberta dos campos *offshore* em águas profundas, demandava a necessidade do desenvolvimento de nova tecnologia de exploração e produção, com grandes plataformas e equipamentos especiais, projetados e fabricados no exterior.

> Em 1980, ocorreu uma redução marcante dos índices de aquisição de compras locais para abaixo dos 50%. No entanto, o mercado interno reagiu e o parque nacional rapidamente se capacitou, mediante a atração de várias empresas estrangeiras fornecedoras para

> constituírem parcerias com empresas brasileiras ou estabelecerem filiais no Brasil e, em pouco tempo, o índice retornou para o nível dos 80% (RAPPEL, 2003, p.97).

Conforme Rappel (2003), situação inversa verificou-se em meados dos anos 80, quando o índice de compras locais superou o patamar de 90%, em função da crise de escassez nacional de divisas, que exigia a substituição máxima de importações. Os resultados daquela política de nacionalização do fornecimento de materiais, equipamentos e serviços foram bastante positivos para o país e, também, para a própria Petrobras.

> Dentre os principais benefícios de natureza socio-econômica alcançados, destacam-se a efetiva capacitação nacional na área da indústria do petróleo, com a consolidação de expressivo parque industrial e de serviços técnicos e, sobretudo, os ganhos substanciais obtidos em termos de geração de renda e de criação de empregos especializados no mercado interno, durante quase três décadas consecutivas.
>
> A seu favor, a Petrobras passou a ter a garantia de amplo suprimento local dos principais bens e serviços que utiliza, reduzindo consideravelmente a sua dependência externa e, assim, minimizando a vulnerabilidade decorrente do risco de eventuais falhas, ou mesmo colapsos, no fornecimento de insumos estratégicos importados, como materiais, peças, componentes e serviços técnicos, em um setor tão proeminente em termos económicos quanto sujeito a instabilidades no cenário político internacional (RAPPEL, 2003, p.97).

Deste modo, para Rappel, (2003, 2007), diferentemente dos primeiros projetos de investimento da Petrobras, nos anos de 1950, quando o índice de compras locais era de apenas 10%, já a partir da segunda metade dos anos 60 e até o final dos anos 80, os principais projetos do complexo petroquímico implantados no Brasil foram desenvolvidos com base em materiais, equipamentos e serviços técnicos fornecidos localmente, com índices de nacionalização superiores a 60%, chegando, em alguns casos, a 90%.

Assim, é importante destacar que foi utilizando tecnologia, serviços e equipamentos, em sua maioria local, que a estatal brasileira é reconhecida como a empresa líder internacional em tecnologia e em volume de produção de petróleo no mar, em águas profundas.

No entanto, as consequências das crises internacionais do setor foram intensificadas por uma crescente alta dos preços na economia e da dívida externa. Após as duas crises do Petróleo nos anos de 1970, a década de oitenta inicia-se com uma forte reação dos países importadores de petróleo às políticas adotadas pela OPEP. Uma das principais diretrizes foi a busca por fontes de energia que pudessem ser uma opção alternativa ao petróleo. No Brasil, o

exemplo mais claro foi a ampliação do ‘Programa do Álcool’. Além disso, a crise do Estado empresário foi acentuada pela mobilização das estatais no apoio de diretrizes defensivas de política macroeconômica para debelar a crise da dívida externa, a crise fiscal e o processo de alta inflação (BARRETO, 2001).

Outro fator marcante na década foram os processos de privatização das companhias estatais de petróleo e gás, iniciados na Inglaterra ao longo do governo Tatcher. Esta tendência, influenciou sobremaneira o modelo de privatização adotado pelos países latino-americanos, na década seguinte. No entanto, a onda de privatista da ‘indústria do petróleo’, ainda não havia impactado sobre o monopólio estatal do setor no Brasil.

4. O Fim do Monopólio Estatal do Petróleo

O último suspiro do monopólio estatal do petróleo no Brasil se deu com a Constituição de 1988, com a incorporação pelo monopólio da União da pesquisa e a lavra de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, questão já regulamentada pela Lei nº 2.004/53. Além disso, a nova constituição garantiu aos Estados o monopólio da exploração dos serviços locais de gás canalizado. Agora, também estava amparada na constituição a importação e a exportação dos produtos e dos derivados básicos resultantes das atividades de refino, pesquisa e lavra de petróleo e gás natural. Por fim, foram elevados à condição de monopólio constitucional as atividades de transporte marítimo de petróleo bruto de origem nacional e seus derivados básicos, além do transporte, por meio de dutos, de petróleo bruto, derivados e gás de qualquer origem (PIRES, 2000).

A Constituição de 1988 proibiu os contratos de risco e reafirmou a importância do monopólio Estatal em um setor considerado estratégico para o desenvolvimento do país, em linhas gerais todas as garantias do controle estatal estabelecidas pela Lei 2.004/53 e pela Constituição de 1967, foram mantidas, se não expandidas na Carta de 1988. No entanto, a mudança estava cada vez mais próxima. E na década seguinte o monopólio estatal do petróleo no Brasil iria sofrer seu golpe fatal.

Nos anos de 1990, esta trajetória foi marcada por alterações do marco regulatório para responder às novas demandas internas e estrangeiras e, sobretudo, para dar conta das pressões da indústria por uma atividade aberta à participação de agentes privados nacionais e internacionais. Neste contexto, o Plano Nacional de Desestatização, tratou de desconstruir parte da cadeia produtiva articulada pela Petrobras ao longo de décadas, limando do aparato estatal os braços de mineração, comércio exterior, e a privatização dos ativos da petroquímica e da indústria de fertilizantes (BARRETO, 2001).

O discurso neoliberal, não tardou a chegar ao Congresso, e ficava cada vez mais comum argumentos defendendo um programa de desestatização mais robusto que envolveria empresas de maior porte como a Petrobras. Esta tendência ganhou força com a Revisão Constitucional de 1993-1994, em que os representantes da corrente neoliberal, buscaram, sem sucesso a quebra do monopólio, com a privatização. No entanto, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, as ideias neoliberais voltariam a ganhar força, o fim do monopólio estatal do petróleo continuava em discussão e a privatização da Petrobras ainda era uma ameaça.

Neste período, as empresas estatais eram tratadas pelo governo, mídia e parte da academia como um "câncer", que destruía a capacidade de modernização da administração pública brasileira e ao mesmo tempo um poço sem fundo de gastos sem retorno. A opinião pública, bombardeada por este discurso "único", e inebriada pela estabilidade monetária, estava pouco mobilizada para discutir os impactos de uma possível privatização da estatal de petróleo.

Assim, em 16 de fevereiro de 1995, a mensagem chegou como Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de número 6, que tinha em seu conteúdo o fim do monopólio da Petrobras. Mesmo que a privatização não estivesse sendo tratada, ficava clara a posição do governo de reduzir a força da estatal e, por conseguinte, sua importância relativa na indústria. A oposição propôs levar a votação ao Senado caso ficasse expresso no texto a vedação da privatização da Petrobras, tal proposta foi rechaçada pelo líder do Governo na Câmara, evidenciando mais uma vez a intensão de minar a estatal (CAMPOS, 2007, LIMA, 2008).

A Emenda Constitucional nº 9/95 marcou o início do afastamento do Estado das atividades de exploração do petróleo. Mesmo que tardiamente, a onda privatizante da década anterior acabou por encontrar no Brasil dos anos de 1990, o ambiente adequado para garantir a minimização da participação estatal nas atividades produtivas, dentre estas, a indústria do petróleo. Neste sentido, o principal argumento da Emenda nº 9/95 foi que o país não possuía os recursos necessários para investir na exploração do petróleo. Assim, a Petrobras desenvolveria suas atividades em regime de concorrência, deixando de ser a responsável pelo abastecimento do mercado interno (TOLMASQUIM; PINTO JÚNIOR, 2011).

Conforme Pires (2000), o processo de aprovação da Emenda Constitucional nº9/95 teve início com a proposta de alteração do artigo 177 elaborada em conjunto pelos ministérios da Fazenda, Planejamento e Orçamento, Previdência Social e Minas e Energia. Anexa ao texto da proposta de Emenda, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso a 'Exposição de

Motivos nº 39', onde o governo justificava a necessidade de flexibilização das atividades relacionadas à indústria do petróleo.

Após passar pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a proposta foi levada à Comissão Especial do Congresso, onde foi submetida à nova redação antes de ser aprovada. Dentre as alterações à proposta original, destacam-se aquelas relativas à (i) possibilidade de que a abertura das atividades de petróleo fosse estendida a empresas estatais e não apenas às privadas; à (ii) definição por lei federal da estrutura do novo órgão regulador do monopólio do petróleo; à (iii) necessidade de que a Emenda fosse regulada por lei federal, vedada a edição de medida provisória para tal finalidade (CAMPOS, 2007).

Em junho de 1996, chega ao Congresso Nacional, o 'Projeto de Lei 6/97', encaminhado pela presidência da República, tal projeto, delineava a nova legislação relativa ao monopólio do petróleo. O governo deixou nítido, no projeto, o desejo de abrir a exploração das atividades do petróleo à iniciativa privada. Além disso, ficava clara a perda de controle da Petrobras sobre as atividades do setor. O projeto também previa a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que seria responsável pela gestão do monopólio do petróleo, e o Conselho Nacional de Política do Petróleo (CNPP), substituído na redação final pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) (CAMPOS, 2007, TOLMASQUIM; PINTO JÚNIOR, 2011).

A nova lei criou dois regimes distintos para que o exercício destas atividades fosse atribuído aos interessados: regime de autorização e regime de concessão. O regime de autorização seria dedicado a atividades de menor relevância na cadeia produtiva como transporte, refino, importação e exportação de petróleo. No entanto, atividades mais nobres como a exploração e a produção deveriam passar por processo licitatório e estariam no regime de concessão (BARRETO, 2001).

O grupo estatal nacional voltou a ser eminentemente uma empresa restrita às atividades da cadeia petrolífera, distanciando-se da estratégia das grandes *majors* internacionais, tais como Exxon Mobil, Shell, BP-Amoco-Arco, Elf-Total-Fina, Chevron-Texaco, grupos com participação em atividades de alto valor agregado como química fina ou a quarta geração de produtos petroquímicos (PINTO JÚNIOR et al, 2007).

Assim, após mais de quarenta anos de monopólio estatal do petróleo e a criação de uma cadeia verticalmente integrada e que abarcava um grande número de atividades correlatas, o Congresso Nacional chancelou a retirada do monopólio estatal da Constituição.

A lei 9478 de 1997, criou novas bases e diretrizes de organização econômica dos envolvidos na atividade petrolífera, por meio da criação do Conselho Nacional de Política

Energética (CNPE), órgão vinculado à Presidência da República, instituição da Agência Nacional do Petróleo (ANP), agência reguladora ligada ao Ministério de Minas e Energia (MME) e abertura da indústria do petróleo a agentes privados nacionais e estrangeiros entre outros (CAMPOS, 2007, PIRES, 2000, TOLMASQUIM; PINTO JÚNIOR, 2011). Para Pires (2000, p.123), "a edição da Emenda Constitucional nº 9/95 e da Lei nº 9.478/97 denota o enfraquecimento, no Brasil, da doutrina do petróleo como bem estratégico".

Podemos entender as tendências de política para o petróleo neste período a partir da categorização proposta por Erber e Cassiolato (1997). Os autores classificam as vertentes de Política Industrial em quatro grupos: i) neoliberal radical, ii) neoliberal reformista, iii) neo-desenvolvimentista, e iv) social democrata[6].

Algumas interpretações contrárias às ações da política industrial do governo brasileiro para a indústria do petróleo naquele momento, defendem que tratava-se de uma agenda neoliberal radical, outros vão entender como uma agenda neoliberal reformista. Por outro lado, as correntes favoráveis à mudança do modelo, se ancoravam nas ideias propostas por Chang (1994), da adoção de políticas seletivas verticais, vinculadas a metas para os diferentes setores da indústria, excluindo as dimensões sistêmicas mais gerais.

Conforme Lima (2008), diferentemente do argumento oficial, a maior alteração que se pretendia fazer no modelo brasileiro para o setor de petróleo não se limitava à flexibilização, mas a preparação do cenário para o movimento de privatização da Petrobras. No entanto, um forte movimento de defesa da estatal foi montado no Senado condicionando a votação no Senado a um prévio compromisso, por escrito, do Presidente da República, garantindo a não privatização após a quebra do monopólio.

Para o autor, as forças progressistas que defenderam a permanência da estatal, não se deram conta da importância da não privatização e mais do que isto, sequer tinham ideia de que haviam acabado de criar as condições para o desenvolvimento de um modelo de indústria que responderia aos interesses nacionais. A não privatização garantiu a manutenção do centro de decisões do setor no território nacional.

---

[6] A agenda neoliberal radical estabelece a necessidade de que os preços reflitam a produtividade e o Estado forneça a estrutura institucional e jurídica a favor do mercado, com ênfase na estabilidade macroeconômica. Já a agenda neoliberal reformista, verifica a existência de imperfeições no mercado (falhas) que justificam a intervenção governamental A agenda neodesenvolvimentista destaca a necessidade de instituições para o desenvolvimento, com forte apelo para a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Por fim, a agenda social-democrata se preocupada com questões sociais, promovendo políticas de educação e qualificação dos trabalhadores, saúde, transporte e informação, enfatizando o envolvimento de governo com a comunidade organizada e governos locais (ERBER; CASSIOLATO, 1997).

> A existência de uma estatal forte nessa área, garantiria a possibilidade de o País vir a ter, nesse setor fundamental, uma mega-empresa que poderia atuar como agente de desenvolvimento, centro de pesquisa, de tecnologias novas, fonte de recursos fiscais, e de participações governamentais diversas, e, enfim, como instrumento para ajudar a regulação e a não formação de carteis (LIMA, 2008, p.71).

No entanto, em que pese a importância da manutenção do caráter estatal da Petrobras, isto, por si só, não garantia à empresa o desempenho à altura de suas possibilidades e necessidades, e, nem mesmo a manutenção de sua condição de empresa estatal. Isto pode ser melhor entendido ao analisarmos a participação da empresa nas rodadas de licitação no período 1998-2002 e, no período 2003-2006. No primeiro período a ANP realizou quatro Rodadas de Licitações de blocos exploratórios, período em que a Petrobras a arrematou 58 destes blocos. A despeito da área desses blocos ser maior do que as usadas posteriormente pela ANP, esse número pode ser considerado reduzido para uma empresa de grande porte que tinha o objetivo de crescer.

Lima (2008), chega a levantar a possibilidade de um processo de 'declínio' deliberado para facilitar sua venda em blocos. No entanto, para o autor mesmo que essa não fosse a intenção, uma empresa petrolífera que segue uma política de contenção nas atividades de exploração, objetivamente ficará enfraquecida e, sendo estatal, pode estar contribuindo para a criação de um cenário favorável à sua privatização.

Deste modo, tínhamos no Brasil um modelo flexível, com participação de empresas privadas nacionais e estrangeiras, em conjunto com a Petrobras, e que estavam submetidas à leilões de blocos de exploração. Assim, "se determinada empresa, neste caso a Petrobras, não participa dos leilões ou tem uma atuação pífia, inevitavelmente vai perdendo força no setor, ocasião em que crescem as empresas que mais arrematam blocos" (LIMA, 2008, p.97).

A nova legislação, ancorada nas reformas liberalizantes, trouxeram à cadeia produtiva do petróleo uma nova realidade. O processo de abertura econômica e da indústria do petróleo, o fim das barreiras não tarifárias à importação - a exemplo da lei de similaridade nacional - e a dificuldade de acesso a créditos competitivos, agravaram ainda mais a situação dos fornecedores brasileiros, provocando uma crescente perda de competitividade e, claro, de oportunidades de negócios.

Isto pode ser observado, por meio do significativo redirecionamento do suprimento da produção *offshore* para o mercado externo: das quinze plataformas flutuantes de produção adquiridas pela empresa naquele período, somente três foram construídas no Brasil, com

investimentos de US$ 600 milhões; enquanto doze foram contratadas a estaleiros no exterior (Cingapura, Holanda, Portugal, Espanha, China, Coreia e Canadá), a um montante de US$ 2,3 bilhões, com participação nacional pouco expressiva, variando de zero a 20%, um efeito natural de arraste das encomendas de bens e serviços para fornecedores externos (RAPPEL, 2003, 2007).

Por outro lado, conforme Rappel (2003), a legislação tributária brasileira apresentava uma brecha que facilitava a importação de equipamentos adquiridos pela Petrobras no exterior, sob o regime da admissão temporária. Tal regime consiste na suspensão dos tributos normalmente incidentes sobre bens importados – Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) –, desde que estes bens permaneçam no país em caráter provisório, e retornem ao país de origem após o término do prazo pré-fixado, antes limitado a 12 meses e que fora estendido pelo tempo do projeto, podendo chegar a 20 anos.

No entanto, para o autor, o mais grave ainda era que essa isenção se aplicava independente de haver ou não equipamentos, peças e componentes nacionais similares. Os bens de origem nacional – sobre os quais, incidem IPI, ICMS, PIS e COFINS – estavam em situação de desvantagem competitiva, com tributação em torno de 35%, contra carga a tributária "zero" incidente sobre os importados (RAPPEL, 2003).

Em que pese a argumentação de Moreira e Correia (1997), acerca dos possíveis benefícios da abertura comercial para os setores industriais, podemos perceber que os resultados da abertura oferecida pelos governos Collor e FHC, deixaram claro que era preciso mais que exposição à concorrência estrangeira para dinamizar a indústria nacional, sobretudo em condições adversas como no caso da cadeia produtiva do Petróleo.

Com o objetivo de corrigir a patente disparidade de condições de competição no mercado de fornecimento de bens e serviços, no processo de licitação para concessão de novas áreas para exploração e produção de petróleo e gás, a ANP incluiu como critério de julgamento uma pontuação proporcional ao nível de compromisso com o "conteúdo local" dos projetos de investimento das empresas petrolíferas participantes dos leilões de blocos, no entanto, nos quatro primeiros leilões realizados pela ANP, entre 1999 e 2002, esse compromisso com conteúdo local era voluntário, não havendo qualquer obrigação pré-estabelecida de que a futura concessionária adquirisse algum percentual mínimo de bens ou serviços brasileiros. Não havia, portanto, até então, por parte da agência reguladora, qualquer manifestação relativa à reserva de mercado, nem outra forma de protecionismo especial para os fornecedores locais (RAPPEL, 2003, LIMA, 2008).

Com o fim do segundo mandato de FHC e a vitória da oposição, a condução das decisões referentes à participação da Petrobras, sofre um processo de mudança. A partir de 2003 a estatal do petróleo passa a participar dos leilões da ANP de forma mais incisiva e como resultado a empresa passa de 58 para 131 blocos exploratórios[7]. A maior parte destes situados no mar, nos blocos de elevado potencial, onde a empresa obteve historicamente seus melhores resultados.

Lima (2008), chama a atenção para o fato de que o avanço em relação ao número de blocos operados pela Petrobras não se deu por qualquer alteração no modelo vigente, mas pela alteração nas diretrizes políticas com que a estatal foi dirigida nos últimos anos. Como resultado desta mudança de política para a empresa e beneficiada pelo aumento no preço do barril do petróleo que passa de US$ 10.00 em 1998 para US$ 80.00 em 2007, o valor de mercado da Petrobras passou de R$ 60 bilhões para R$ 204 bilhões no início de 2006.

Com as novas diretrizes apontadas para o setor, a partir do quinto leilão, em 2003, a ANP alterou a regra referente ao conteúdo local, exigindo um percentual variável de 30% a 70%, de produtos e serviços nacionais, o que demonstrou o forte compromisso do novo governo com a ampliação das compras no mercado brasileiro, reduzindo, ao mínimo, as importações de equipamentos e serviços, de forma a aumentar a geração interna de emprego e fortalecer a indústria nacional (RAPPEL, 2007).

No que diz respeito a este tema, no mesmo ano o novo governo federal cria, por meio do Decreto nº 4.925, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP).

Presidido pelo ministro das Minas e Energia, é integrado pelos presidentes da Petrobras, BNDES, ONIP e IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o principal objetivo do PROMINP é fomentar a aumento gradual da participação da indústria nacional de bens e serviços, e que a mesma possa participar de forma competitiva, na implantação de projetos de óleo e gás no Brasil e no exterior.

Neste sentido, o programa deseja fazer da produção de petróleo e gás natural, transporte marítimo e dutoviário, refino e distribuição de derivados, oportunidades de crescimento para a indústria nacional de bens e serviços, criando empregos, gerando riquezas e divisas para o Brasil. A meta é que haja um crescimento contínuo e sustentado da capacidade de atendimento local aos projetos em implantação pela Petrobras.

[7] Conforme Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção da ANP em janeiro de 2012 este número é de 158 blocos. Dados disponíveis em:
http://www.brasil-rounds.gov.br/arquivos/blocos_sob_concessao/blocos_exploratorios_concessao_23012012.pdf

Esta proposta corrobora a ideia de Erber e Cassiolato (1997), de que uma solução viável para a indústria a partir da perspectiva evolucionista seria a de transformar a estrutura produtiva, introduzindo nela vantagens comparativas decorrentes de estratégias articuladas entre o Estado e o empresariado, com políticas setoriais específicas.

Além disso, a proposta trazida pelo PROMINP, também está de acordo com a ideia de política industrial evolucionista proposta por Margarida Baptista (2000), cuja concepção discute a política industrial a partir da criação e coordenação de atividades governamentais orientadas para o incremento dos níveis de produtividade e competitividade, inclusive em indústrias específicas, como no caso do petróleo.

Considerações Finais

Este artigo é uma primeira tentativa de entender a dinâmica referente à cadeia produtiva do petróleo e organizar sua trajetória a partir das ações e políticas de fomento ao setor na última metade de século. Longe de esgotar totalmente o objetivo proposto, a maior dificuldade encontrada foi vislumbrar os elementos teóricos que melhor explicam a realidade inerente à indústria petrolífera, dadas as características apresentadas para o setor.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, foi possível identificar, com clareza, vários dos critérios e instrumentos de política industrial apresentados na introdução, como elementos balizadores do estudo. No entanto, não foi possível neste primeiro momento, organizar de forma mais sistemática estes elementos a ponto de criarmos uma escala de reincidência dos principais instrumentos utilizados ao longo do horizonte temporal estudado. De outro modo, a não sistematização destes critérios e instrumentos, não inviabiliza algumas impressões relevantes.

O primeiro ponto a chamar a atenção diz respeito ao intenso caráter estratégico e, por isso, a estreita relação das forças armadas com as diretrizes da indústria petrolífera nacional ao longo do período de construção e consolidação do monopólio estatal, seja em governos mitrares ou civis. Neste sentido, entendemos que tal relação merece um estudo mais aprofundado em um próximo trabalho.

Além disso, fica claro ao longo de todo o texto, a relevância do marco regulatório para esta indústria. Desde a constituição de 1937 até o Decreto nº 4.925, que cria o PROMINP, são inúmeras as alterações na legislação pertinente ao setor, bem como as alterações efetuadas em âmbito constitucional. Neste caso, o marco regulatório se transforma em um poderoso instrumento para a condução da indústria petrolífera, seja para a consolidação dos interesses

nacionais de crescimento e desenvolvimento econômico, seja para atender aos interesses de grupos econômicos e políticos, nacionais ou internacionais.

Questão fundamental, que corrobora nossa hipótese, diz respeito à intensa participação do Estado como elemento ativo nas fases de construção e consolidação da indústria petrolífera brasileira. Seja em relação ao marco regulatório ou por meio de investimentos diretos, financiamentos e subsídios, programas de qualificação empresarial e da mão de obra, parceria com centros de pesquisa e universidades, cooperação com empresas privadas nacionais e estrangeiras, criação centros de pesquisa, alterações em regimes tributários, intensificação da participação nas licitações. Em todas estas atividades e em inúmeras outras, a ação permanente do Estado em quase todo o período analisado mostra-se fundamental ao desenvolvimento desta indústria no caso brasileiro. Além disso, na última seção fica clara a ideia de que o Estado tem importância fundamental, para a continuidade da evolução da cadeia produtiva do petróleo, mesmo em um modelo de mercado aberto.

Portanto, abre-se uma nova possibilidade de buscar uma interpretação que possa dar conta das especificidades desta indústria, no caso Brasileiro. Mas, porque se preocupar com uma cadeia produtiva que tende a desaparecer no médio prazo? Afinal, a matriz energética baseada na exploração de hidrocarbonetos, além de limitada, enfrenta forte resistência em virtude das possibilidades de fontes alternativas de energia limpa.

No entanto, como destacado na introdução deste artigo, o anúncio de reservas provadas na camada pré-sal, aumenta o horizonte temporal de exploração de petróleo no Brasil em pelo menos cinquenta anos, além de dar um novo fôlego à exploração de petróleo em águas profundas ao redor do globo. Com base nestas expectativas os investimentos previstos para o setor no Brasil giram na ordem de R$240 bilhões até 2014. Além disso, estas novas reservas promovem o Brasil ao posto de mais novo gigante da produção mundial de óleo e gás, além de fazer da indústria nacional uma novo "*el dorado*" para as empresas do setor.

Com base nisto, a indústria do petróleo no país deve passar por novas e intensas mudanças, sejam em relação ao marco regulatório – dentre estas às recentes propostas de divisão dos *royalties* -, seja no que diz respeito às regras das próximas rodadas de licitação para exploração das reservas, ou ainda, no que diz respeito às políticas e programas de fomento à cadeia produtiva.

Assim, entendemos que o aprofundamento das discussões dessa nova realidade da indústria nacional do petróleo e seus impactos devem ser priorizados, com o objetivo de garantir o entendimento das mudanças promovidas e a articulação de políticas que tenham

como objetivo, buscar um modelo de desenvolvimento setorial , que leve em conta as escalas nacionais e subnacionais, e que esteja ao mesmo tempo vinculado a uma proposta de desenvolvimento social e econômico qualitativo e mais amplo.

O que pode ser afirmado, com certeza, é a necessidade de consolidação de uma política industrial com elementos horizontais e verticais com ativa participação do Estado, na busca por um modelo de política industrial compatível com o contexto globalizado.

Referências

BAPTISTA, M.A.C. **Política Industrial: uma interpretação heterodoxa**. Campinas, IE/UNICAMP (Tese de Doutoramento), 2000.

BARRETO, Carlos E. P. **A Saga do petróleo Brasileiro: "A Farra do Boi"**. Ed. Nobel: São Paulo, 2001.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Economia Brasileira: uma introdução crítica**. 6ª ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986

CAMPANARIO, M.A.; SILVA, M.M. *Fundamentos de uma nova política industrial*. In: FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. (orgs.) **Política Industrial**. V.1. Publifolha: São Paulo, 2004.

CAMPOS, A. F. **Indústria do Petróleo: Reestruturação Sul-americana nos Anos 90**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2007.

CHANG, H. J. **The political economy of industrial change**. New York, St. Martin Press, 1994.

CORDEN, W.M. *Relationships between Macro-economic and Industrial Policies*. **The World Economy**, September, 1980.

ERBER, F. e CASSIOLATO, J.E. *Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OECD*. **Revista de Economia Política**, 17 (2), abril-junho, 1997.

FERRAZ, J. C.; DE PAULA, G. M.; KUPFER, D. *Política Industrial*. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

JOHNSON, B. *Introduction: the idea of industrial policy*. **The industrial policy debate**. San Francisco, ICS Press, 1984.

LIMA, Haroldo. **Petróleo no Brasil: A Situação, o Modelo e a Política Atual**. Synergia Editora: Rio de Janeiro, 2008.

MOREIRA, M.M.; CORRÊA, P.G. *Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo*. **Revista de Economia Política**, 17 (2), 1997.

PINTO JÚNIOR., H. Q. (org.) **Economia da Energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industria**l. Elsevier: Rio de Janeiro, 2007.

PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (orgs.) **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Ed. Garamond Universitária: Rio de Janeiro, 2007.

PIRES, Paulo Valois. **A Evolução do Monopólio Estatal do Petróleo**. Ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2000.

RAPPEL, E. *Oportunidades e desafios do parque nacional de fornecedores de bens e serviços para o setor de petróleo e gás*. PIQUET, Rosélia (orgs.) **Petróleo, Royalties e Região**. Ed. Garamond Universitária: Rio de Janeiro, 2003.

RAPPEL, E. *Tendências do setor de petróleo e gás no Brasil: oportunidades e desafios para os fornecedores de bens e serviços*. PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (orgs.) **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Ed. Garamond Universitária: Rio de Janeiro, 2007.

SERRA, J. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra*. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (orgs.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. V.1. 2ª ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1982.

SUZIGAN, W. *Experiência histórica de política industrial no Brasil*. **Revista de Economia Política**, 16 (1), janeiro-março, 1996.

TOLMASQUIM, M. T.; PINTO JÚNIOR (orgs.) **Marcos Regulatórios da Indústria Mundial do Petróleo**. Synergia Editora: Rio de Janeiro, 2011.

"O mal dos banguês": A concorrência pelo mercado interno na Primeira República

Roberta Barros Meira

Doutoranda em História Econômica pela USP

rbmeira@usp.br

Durante a Primeira República percebe-se que a preocupação em modernizar a indústria açucareira brasileira somara-se à crítica contundente da permanência no cenário nacional do engenho banguê[1]. Repeliam particularmente a sua quantidade, a má qualidade do seu açúcar, o seu baixo rendimento industrial, ou seja, o incluíram no rol dos grandes males da indústria sacarina do Brasil. Esse artigo propõe-se a discutir a relação que se forjou neste momento entre as grandes usinas e estes pequenos engenhos, partindo do argumento de que os diversos reclamos encontrados na documentação ainda estariam relacionados à necessidade de dispor de fornecedores de cana para a usina e diminuir a concorrência no mercado interno.

Identifica-se já no período do Império, com a construção dos engenhos centrais, o acirramento das críticas aos banguês. Como se constituía em uma das preocupações principais desse sistema a separação agrícola e industrial, tornava-se necessário garantir um maior suprimento de canas para as novas máquinas através de contratos estabelecidos com fornecedores. Ou seja, esperava-se que essa matéria-prima fosse fornecida principalmente pelos proprietários de engenhos banguês, transmudados em meros fornecedores. Tratava-se então de convencer os pequenos e médios produtores de açúcar de que seria muito mais lucrativo fornecer a matéria-prima aos engenhos centrais, já que poderiam arcar com as despesas do melhoramento necessário nos canaviais, abandonar a rotina e possuir capitais para contratar os trabalhadores necessários.[2]

Mas deve ser tido em conta que devido aos preços baixos pagos pelos proprietários dos engenhos centrais e a lucratividade obtida com a produção de aguardente, rapadura e açúcar bruto obstaram-se o plano de fornecimento dessas

[1] O termo engenho banguê era comumente utilizado nos trabalhos do período como sinônimo dos engenhos mais atrasados em relação às novas fábricas montadas. Assim, os usineiros almejavam que fosse clara a distinção entre o açúcar inferior ou bruto, *"açúcar de banguê*", do açúcar manufaturado nas usinas, tipos mais aperfeiçoados e de melhor reputação no mercado.

[2] Um dos trabalhos que levanta esta questão é CAMINHOÁ, Luiz Monteiro. Cana de açúcar e café: Relatório apresentado ao Governo Imperial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

fábricas, infringindo a muitos desses engenhos centrais a impossibilidade de rendimentos industriais altos, devido em grande parte à falta de canas. Com o passar dos anos, mesmo com a transformação das antigas fábricas centrais em usinas, criou-se uma disputa entre dois sistemas de produção opostos entre si: as modernas unidades produtoras de açúcar e os engenhos banguês.

Com o aumento da produção do açúcar de usina se constituiu em uma das preocupações principais dos grandes produtores alargar o consumo das qualidades superiores de açúcar no mercado interno, uma vez que, os dois primeiros jatos não eram exportáveis. Assim, o consumo não poderia ficar restrito a pequena fração da população composta pela elite econômica do país que consumia os açúcares cristalizados ou refinados de melhor qualidade. Tornava-se necessário redefinir os hábitos alimentares do restante da população, já acostumada aos açucares ditos de baixa qualidade: açúcar bruto, batido, retame, mascavo ou pelas suas diversas denominações como eram chamados nas distintas localidades brasileiras. Jonas Soares de Souza afirma que o produto dos engenhos centrais paulistas era vendido apenas no mercado interno e teve de enfrentar a vantajosa competição do açúcar bruto, os turbinados de São Paulo e os melaços de Pernambuco[3].

Ao contrário do que se posso imaginar, vê-se, facilmente, nos primeiros anos da República, a dificuldade que essas grandes unidades açucareiras tiveram para ampliar o número dos consumidores do seu produto. Segundo o Centro da Indústria e Comércio do Açúcar do Rio de Janeiro, os baixos níveis de consumo do açúcar cristal não significavam uma derrota permanente, pois com o tempo e com alguns esforços, o açúcar cristalizado e pulverizado seria consumido habitualmente pela população. Aliás, o CICA chegaria a imputar aos consumidores nacionais a culpa pelo atraso em que o Brasil se encontrava em relação aos outros países produtores, que animava até certo ponto a rotina e um quadro comercial em que os produtos fabricados pela difusão não apareciam, os cristalizados eram uma exceção e os provenientes dos antigos sistemas de esmagamento predominavam. O engenheiro Henri Raffard chegaria a dizer que era muito mais difícil minar a concorrência do antigo sistema de fabrico e os seus produtos do que conseguir capitais para comprar o moderno maquinário estrangeiro. De certo

[3] SOUZA, Jonas Soares de. Uma empresa pioneira em São Paulo: O engenho central de Porto Feliz. Edição comemorativa do centenário do engenho central de Porto Feliz(1878-1978). Coleção Museus paulistas, volume 7, 1978.

modo, nestes anos, muitos destes grandes produtores tiveram que apoiar-se na produção de açúcares inferiores e na de aguardente para continuar a subsistir. [4]

Não obstante ainda dependerem desse tipo de produto, no afã de estabelecer uma indústria açucareira mais parecida com a de países como Cuba ou Alemanha, alguns importantes senhores de engenho criticavam o elevado número destas pequenas fabriquetas. Segundo a documentação indica, os chamados banguês continuaram a ser bem numerosos. Neste particular, a existência de um número muito elevado destes pequenos engenhos faria com que Gileno Dé Carlí comparasse os banguês com cogumelos.[5]

Embora ocorresse realmente a transformação de engenhos em usinas, tanto no Norte quanto no Sul do país, a persistência do sistema anterior de fabrico não fosse motivo de preocupação entre os grandes produtores mesmo durante os últimos anos da Primeira República. João Hermes Júnior não seria o único a dizer que pelo seu número exagerado, esses engenhos e engenhocas eram verdadeiros sorvedouros e maus gastadores de cana. Segundo os dados apresentados por ele, a produção total de açúcar no ano de 1921 foi de 500.000t, sendo que se calculava que as usinas eram responsáveis por produzir 300.000t e os engenhos banguês 200.000t. O objetivo do autor fica claro em um dos subtítulos do seu trabalho *"o mal dos banguês"*, no qual se empenhava em demonstrar que mesmo que as usinas brasileiras ainda fossem deficientemente aparelhadas e tecnicamente mal exploradas produziriam 100.000t a mais de açúcar que os banguês, com perto de 600.000t menos de cana e estando em número bem menor que estes. Provava-se assim, para ele, que a existência desses banguês causava prejuízos enormes, quase incalculáveis à economia nacional, a riqueza privada, ao fisco e à reputação da capacidade industrial açucareira do Brasil. [6]

Como é sabido, a usina tentou-se resguardar do antigo problema dos engenhos centrais da falta de matéria-prima através da compra de grandes extensões de terras e a cana própria. No entanto, devido ao descompasso entre os avanços técnicos implantados na fábrica e os parcos investimentos feitos na parte agrícola, aumentou-se a necessidade

[4] CICA. O Centro da Indústria e Comercio de açúcar no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Companhia Typographioca do Brasil, 1892.
[5]DÉ CARLI, Gileno. Gênese e evolução da indústria Açucareira de São Paulo. Rio de Janeiro: Editores Irmãos PONGETTI, 1943 .
[6]HERMES JÚNIOR, João. O açúcar como fator importante da riqueza pública no Brasil:trabalho apresentado a sua excelência o Sr. Presidente da República . Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1922.

de dispor de canas de terceiros. Ademais, não se pode desconsiderar que a parte fabril sempre foi mais lucrativa que a agrícola, ou seja, os usineiros dispunham de uma segurança a mais, pois podiam dividir as perdas muitas vezes altas nesta parte da produção com os seus fornecedores, principalmente nos anos de secas, pragas e outros problemas que afetavam especificamente a lavoura.

Como se viu, a recusa de muitos desses pequenos produtores de açúcar transformaram-se em fornecedores levaram os usineiros a perceberem ao mesmo tempo o perigo em que se encontravam por não dispor de canas para os seus maquinários modernos e, sobretudo, o fato de ter que disputar palmo a palmo o mercado nacional, que já neste período era o principal sorvedouro da produção de açúcar do país. O periódico *A Lavoura*, um dos mais importantes da Primeira República, reproduzia as bases deste pensamento ao afirmar, em um artigo publicado em 1913, que a indústria açucareira do Brasil encontrava-se em estado de irritação permanente, entre duas desgraças internas:

> de um lado, sobre os canaviais magníficos, o engenho primitivo a sorver inutilmente e em pura perda crescente as energias do solo, perturbando, mais adiante, a economia das usinas nas relações comerciais do produto; de outro lado é de encontrar a aparelhagem relativamente grande das usinas, a refinação colonial, invertendo, anulando e desmoralizando a indústria moderna.[7]

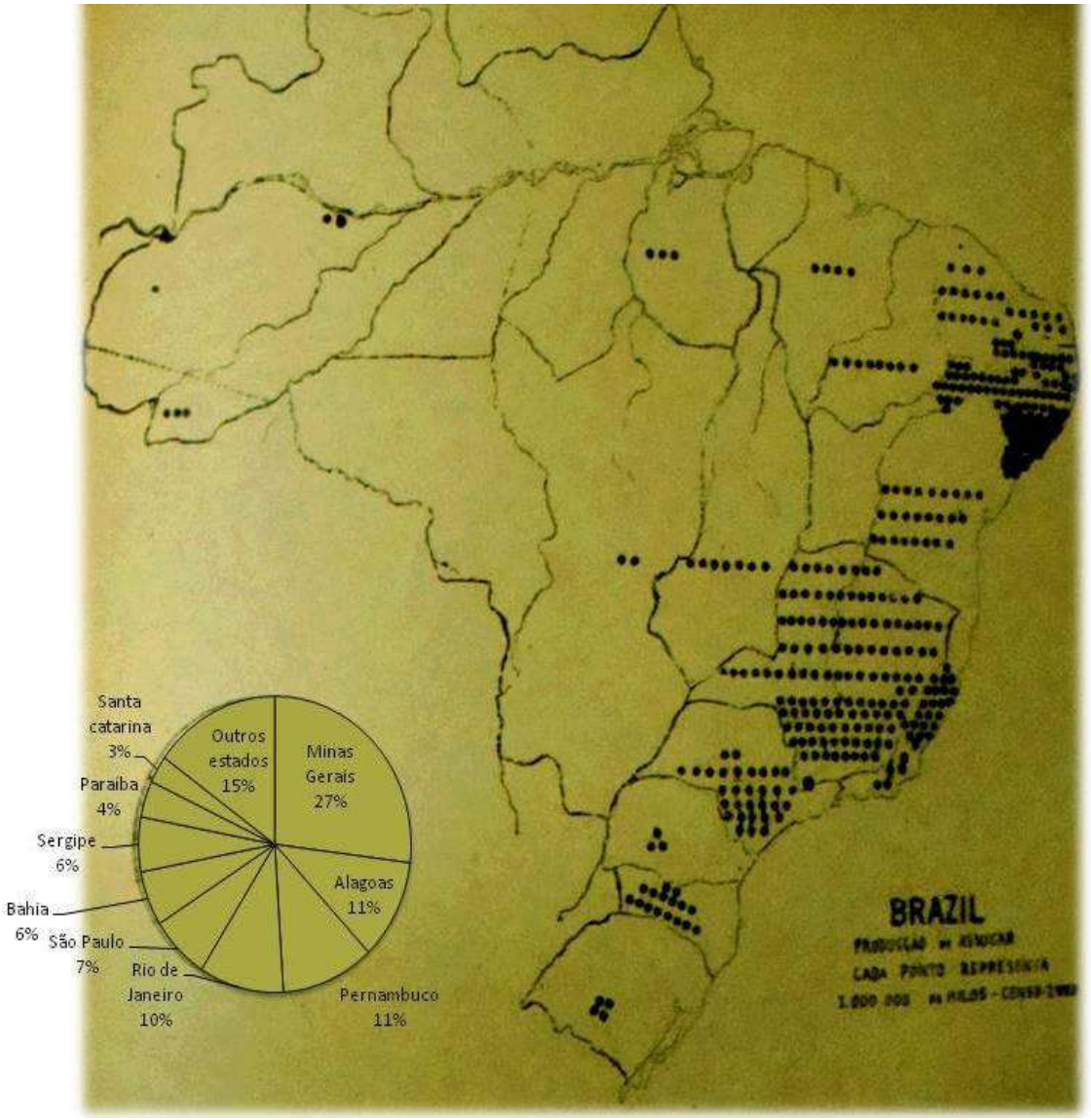
Na verdade, embora o estudo de Gaspar e Appolonio Peres afirmasse que cabia a Pernambuco a maior parcela dos 3000 engenhos banguês existentes no Brasil, ou mais especificamente, 2.296, esses números não parecerem ser muito exatos, embora, não se possa contar com uma estatística fidedigna durante todos esses anos. [8] A própria Diretória Geral de Estatística do MAIC reconhecia que os dados apresentados na maioria dos estudos estavam infelizmente bem longe da verdade. O açúcar mascavado e as rapaduras geralmente eram consumidos na mesma localidade em que eram produzidos, o que dificultava o controle dessas informações. Uma comparação com outras fontes, até mesmo quando os dados referem-se aos estados do Sul, - predominantemente cafeeiros -, torna claro, que os seus cálculos feitos por Gaspar e Appolonio Peres foram baseados principalmente nos dados coletados de forma mais fidedigna para o seu Estado.

---

[7] SNA. A Lavoura. Boletim da Sociedade Nacional da Agricultura. Rio de Janeiro:Imprensa Nacional, setembro a novembro de 1913.
[8] PERES, Gaspar e Apollonio. A indústria açucareira em Pernambuco. Recife: Imprensa Industrial, 1915.

Em seu trabalho publicado em 1911, Rodolpho Jacob faz menção a 3000 engenhos de pequeno porte que fabricavam açúcar mascavo e rapadura em Minas Gerais. Dados que seriam confirmados posteriormente pela Diretória de Estatística do MAIC[9]. Deve-se considerar que o consumo de açúcar no Estado sempre foi elevado, chegando a ser em alguns anos, o segundo maior consumidor depois de São Paulo. A diferença estava no fato desse consumo caracterizar-se preferencialmente pelos açucares de tipo baixo. Mesmo em um município como Ponte Nova, - que se destacava como o principal município açucareiro da região da Zona da Mata e que possuía duas usinas-, o número de engenhos ainda era de 436 no início da segunda década do século XX. [10] Marcelo Godoy escreve que em nenhum estado do Brasil, a fabricação de açucares em engenho respondeu por tanto tempo pela maior parte da produção total como se deu em Minas Gerais. [11] A importância desses pequenos engenhos mineiros se revelaria pródiga em um mapa da produção brasileira de açúcar apresentado por Benjamim Hunnicutt e que foi baseado no senso de 1920. É de lembrar que o estado de Minas Gerais só possuía 4 usinas neste período.

[9] MAIC. A indústria açucareira no Brasil. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1919.
[10] DELANEY, LT. & LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no Século XX*. Londres, Lloyds Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.
[11] GODOY, Marcelo Magalhães. No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios: um estudo das atividades açucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da Província de Minas Gerais. São Paulo. Tese de doutorado, FFLCH, USP, 2004, p. 96.



Fonte: HUNNICUTT, Benjamim H. A produção agrícola do Brasil trabalho baseado no senso de 1920. SNA: RJ, 1925

Outros Estados parecem apresentar um número menor dessas unidades açucareiras mais rudimentares, mas deve ser tida em conta não só a sua produção para o consumo local como a transformação de alguns dos engenhos melhores em usinas. O engenheiro Frederic Sawyer calculava que São Paulo somente possuía 200 engenhos banguês. [12] Diante de tal quadro, espera-se que não houvesse uma preocupação tão grande com a permanência desse sistema de produção. Mas, esses engenhos também seriam objetos de insatisfação de usineiros e técnicos do Estado. Augusto Ramos

[12]SAWYER, Frederic H. Estudo sobre a indústria açucareira no Estado de São Paulo, comparada com a dos demais países. Apresentada ao Dr. Carlos Botelho M. D. da Secretária da Agricultura pelo engenheiro Frederic Sawyer. São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gerke & Rothschild, 1905.

relatava, por exemplo, a falta de avanço dos métodos de produção destas pequenas unidades que se mantinham como o eram a 20, 30 ou 40 anos atrás, - constituindo um embaraço colossal, uma vez que, segundo ele, se estimava que o Brasil possuísse 4000 fábricas açucareiras, produzindo 150 a 300 mil toneladas. As suas declarações, neste caso, bateriam na mesma tecla que outros técnicos e usineiros. Mas, o engenheiro continuaria de uma forma ainda mais severa e desdenhosa no seu ataque aos engenhos e engenhocas, imputando-lhe a culpa pelo fato do país possuir maior número de fábricas do que o mundo inteiro, cuja produção já não era inferior a 9 milhões de toneladas, - 30 vezes maior do que a do Brasil -, ou seja, fortalecia-se a ideia de que o atraso que representavam era a razão da perda do mercado externo[13].

No entanto, deve-se considerar que Sawyer não levou em conta todos os tipos de engenhos e engenhocas, mas apenas aqueles que fabricavam somente açúcar. O engenheiro não consideraria em seu estudo os engenhos que fabricavam aguardente e rapadura. Um levantamento realizado no ano de 1900 calculava que existiam, em São Paulo, 2.299 engenhos de aguardente. O engenheiro Brandão Sobrinho confirmaria esse fato dos pequenos engenhos preferirem fazer rapadura e aguardente e em bem menor número ser as engenhocas que produziam açúcar mascavo. Acontecia, porém, segundo ele, que o número dessas engenhocas ia se multiplicando de ano para ano. O engenheiro também apontaria a fraqueza e o atraso dessas pequenas fábricas. De modo geral, o que se recriminava era o pouco asseio, o pessoal sem preparo e um sistema de fabrico ultrapassado e defeituoso que produzia sempre um açúcar de má qualidade. [14] Interessa, por hora, que mesmos fustigados pelos técnicos, a quantidade da produção dos engenhos banguês não poderia ser desprezado. Mesmo depois que as usinas começaram a se sobrepor a esse tipo de engenho nos últimos anos da Primeira República, José Viziloli afirmaria que a produção de açúcar, álcool e aguardente nos municípios que não contavam com nenhuma usina grande seria uma verdadeira revelação, pois ela era muito maior do que se supunha. [15]

O fato de a sua produtividade ser considerável no computo da produção nacional, não dissuadiria o pensamento de muitos desses técnicos e usineiros, que criam

[13]RAMOS, Augusto Ferreira. A indústria do açúcar em São Paulo. Revista Agrícola de São Paulo. São Paulo:Typ. Brazil de Carlos Gerke, 1902.
[14] Secretária da agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Boletim da Agricultura, anos de 1902 e 1903. São Paulo: Typ da Indústria de São Paulo, 1902 e 1903.
[15] Secretária da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Boletim da Agricultura ano de 1926. São Paulo: Typ da Indústria de São Paulo, 1926.

que só a concentração em poucos engenhos bem montados, - talvez 600 ou 800 engenhos de toda classe -, seriam suficiente para a fabricação de açúcar no país. A compreensão desse pensamento torna-se mais fácil desde que se leve em conta o exemplo de pequenos países como Cuba e Java que se tornaram os maiores produtores de açúcar do mundo, enquanto o Brasil com uma grande extensão de terras e clima propício via-se relegado a produzir pouco e ser alijado do mercado internacional[16]. Não havia como deixar passar esse contraste dos muitos engenhos brasileiros com baixa produtividade e a concentração industrial nos grandes países produtores. Luiz Correia de Brito, na Conferência Açucareira do Recife, em 1905, afirmava convictamente que não se deveria esquecer que o açúcar bruto era um produto que tendia a desaparecer por uma evolução natural que ocorreria no país, como se deu em Cuba. Impossível não reconhecer, já naquela época, a verdade da sua fala[17]. No entanto, o que seria um desalento para esses homens foi o tempo que este processo levaria para ocorrer em definitivo e não a passos lentos como se deu. [18] Nesse sentido, foi predominante dentro do ideário que se criou em torno do progresso técnico e de concentração industrial e agrícola como forma de recuperar o mercado internacional, a defesa de que o país deveria investir na substituição dos marginalizados banguês pelas modernas usinas.

Deve-se frisar, também, que esses homens resguardariam muitos dos seus planos de unidades açucareiras mais modernas nos auxílios que deveriam ser concedidos pelo Estado. Deve-se a esse pensamento o forte sentimento de insatisfação dos produtores de açúcar que ditariam o grau de enfrentamento entre estes atores. É preciso não esquecer que a Primeira República seria marcada pela convicção não só dos agricultores, mas também dos técnicos, da necessidade de uma política mais direta de auxílio à indústria açucareira por parte do Estado Federal. Não se deve relevar que em grande parte as políticas de auxílio que tiveram mais influência na modernização do setor açucareiro vieram do âmbito estadual, como o financiamento de grande parte das usinas pernambucanas.

---

[16] João Severiano Hermes Júnior afirma que existiam em Cuba 216 engenhos centrais, com capacidade para fabricar 5.879.211t de açúcar, enquanto a produção no Brasil, entre 1912-17, variou entre 300.000 e 400.000t. Hermes Júnior., Op. Cit., p. 31.

[17] SNA. Trabalhos da Conferência Açucareira do Recife. Recife Typ. do Diário de Pernambuco 1905.

[18] Do lado, da fabricação, iam-se diferenciando em banguês e usinas, conforme tenham passado ou não a empregar melhorias industriais. Com o passar dos anos, as usinas foram firmemente substituindo os pequenos engenhos, o seu número cresceu continuadamente, as técnicas de fabricação foram melhoradas e novas terras incorporadas. GNACCARINI, J.C. A. "A economia do açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação" in: FAUSTO Boris. (org) História Geral da Civilização Brasileira, volume oito, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 318-321.

Assim sendo, de donde nasciam essas queixas também se buscava razões para empregar um plano de modernização do setor açucareiro apoiado em vários sentidos na atuação mais ativa do Governo Federal, seja referente na concessão de crédito para a construção destas usinas ou na difusão de técnicas mais modernas de cultivo da cana. Ademais, caberia ao Estado à função de estabelecer o equilíbrio entre a agricultura e o comércio, estimular a fundação ou a transformação de engenhos em usinas, criar institutos agrícolas, construir um bom sistema de transporte, fornecer crédito, reduzir os impostos e estabelecer isenções tarifárias, conceder prêmios, enfim, trazer novamente o progresso para a indústria sacarina.

A importância de uma atuação estatal mais forte também ocorreria porque a fraqueza de muitos desses engenhos não era irremediável, ou seja, podiam ser transformadas se dispusessem de uma maior facilidade de crédito em usinas. Deve-se considerar que algumas dessas engenhocas eram de maior capacidade, produzindo cerca de 100 a 200 kg de açúcar anualmente. Produto que se destacava dos demais, pois como os qualificava Brandão Sobrinho eram *"um açúcar ordinário de bonita aparência"*. Nesse mesmo tempo, construíram-se muitas "usinas de segunda ordem" que se caracterizavam por possuir um maquinário não tão bom, cujo resultado era uma maior produção do açúcar de segundo e terceiro jato. Muitas dessas usinas não se diferenciavam muito de bons engenhos. Essa transformação de engenhos em usinas para Pedro Ramos foi possível pelo sua incapacidade naquele momento do Estado abastecer o seu consumo local, ou seja, *"os engenhos iam se multiplicando e iam abocanhando parte do mercado consumidor. Num segundo momento eles se transformaram em usinas"*. [19]

Tal intenção, no sentido de incentivar a modernização dessas fábricas ocorreu em parte pela concorrência impiedosa que se travou em torno dos açúcares cristalizados versus os açúcares brutos ou de segunda ordem. Tanto o consumo desse tipo de produto não era desprezível que mesmo as fábricas importantes dedicar-se-iam a produzir uma parte da safra em açúcar de qualidade mais baixa, como também aguardente. No ano de 1903, uma exposição de Brandão Sobrinho deixava claro que, em São Paulo, os grandes engenhos tinham dificuldade para a venda do seu açúcar de primeira qualidade. O tipo

[19]No Norte, entre o banguê e a usina foi criado um novo tipo de unidade fabril, chamada de "meia usina" ou "meio aparelho", que "dispunham de pouco terra, tinham pequena capacidade de esmagamento de cana e pequena produção". RAMOS, Pedro. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p. 70-71.

de açúcar preferido pela população do interior era o chamado açúcar redondo[20] que era produzido pelas engenhocas e vendido facilmente por um bom preço. Segundo o seu ponto de vista era incompreensível essa preferência por esse tipo de açúcar, - *"filha da estupidez e da ignorância*". Tanto inconformismo provinha do fato de ser voz corrente que esse tipo de açúcar adoçava mais. Nesse sentido, o engenheiro mostrava-se inconformado, pois essa postura da população causava sérios contratempos aos grandes produtores, enquanto as engenhocas tudo teriam a lucrar. Dizia lamentando-se que:

> O povo quer umidade e catinga no açúcar; não se convence de que o açúcar úmido ocupa menos espaço do que o seco, sendo, portanto, natural que uma certa quantidade de um adoce mais do que a de outro; não compreende que o açúcar é por sua natureza inodoro e que só tem catinga depois de velho e azedo.[21]

Segundo fonte de época, um relatório de 1912, a preferência da população mais pobre ainda era dada aos açúcares brutos. Pode-se estar vivenciando aqui uma tradição alimentar arraigada que não seria fácil de ser modificada, mas, de certa forma, o que parecia contar realmente, neste caso, era a questão do preço. Seria difícil, também, não levar em conta neste momento que os principais estados consumidores do país ainda se abasteciam principalmente com açúcares baixos, pois a grande maioria da população de baixa renda restringia-se a consumir os produtos de qualidade inferior e mais baratos. O açúcar branco das usinas ainda era um produto restrito aos centros urbanos e a uma população mais abastada, mesmo que houvesse uma elevação do seu consumo com o passar dos anos. Nesse caso específico, as ferrovias teriam um papel negativo para os usineiros do Sul, pois o açúcar do Norte chegava com mais facilidade ao interior. O proprietário da usina Pimentel, em Jaboticabal, afirmaria que mesmo produzindo um açúcar de melhor qualidade que o do Norte, a população local só o adquiria se o preço fosse mais barato, obrigando-o a vender o saco de açúcar por 14$000, enquanto o produto pernambucano custava 19$600 réis, já acrescido dos fretes. [22]

---

[20] O *açúcar redondo* é inferior ao branco, é menos alvo e menos fechado. O mascavo é mais escuro e provém do fundo das formas. PETRONE, Thereza Schorer. A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765 1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 244.

[21] Secretária da agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Boletim da Agricultura ano de 1903. São Paulo: Typ da Indústria de São Paulo, 1903, p. 585.

[22] BRANDÃO SOBRINHO, Júlio. A lavoura da cana e a indústria açucareira dos Estados paulista e fluminense. Campos e Macaé em confronto com São Paulo. Relatório apresentado ao Illm. E Exm. Sr. Antônio de Padua Salles, Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas por Júlio Brandão Sobrinho, chefe de estudos econômicos. São Paulo: Typografia Brasil de Rothchild & Co, 1912, 1912, p. 58.

Certo é que em poucos locais nestes primeiros anos das usinas, como em algumas capitais, o açúcar cristal ou refinado fosse o mais consumido. Em 1905, no Congresso Açucareiro do Recife, Francisco de Paula Leite e Oiticica tentaria colocar em xeque o entusiasmo revelado pela maioria dos congressistas em relação aos benefícios alcançados pela modernização dos engenhos. A ilogicidade deste raciocínio, para ele, estava no fato do açúcar branco ser mais caro e ser vendido por menos no mercado interno que o açúcar bruto devido ao seu fabrico custar muito mais do que o deste. Ademais, muitas usinas estariam abandonando o fabrico de açúcar branco para produzir, por exemplo, o demerara. Mesmo quando se falava na melhora do açúcar como forma de aumentar as vendas para o exterior, segundo ele, esquecia-se que os tipos de açúcar melhores e piores eram entregues aos exportadores que os misturavam, mandando um tipo único para os mercados estrangeiros. Embora Leite e Oiticica pressentisse perfeitamente os problemas que se avizinhavam aos usineiros, certo é que não faltaram vozes para criticar o seu posicionamento. [23]

Por tudo isso, é de supor que os processos rudimentares de fabricação do açúcar mantiveram-se em uma situação econômica razoavelmente confortável durante os anos da Primeira República. Como de fato ocorreu. No entanto, com o passar do tempo, o açúcar de usina foi ganhando cada vez mais espaço na mesa dos consumidores brasileiros. Em parte, a resposta para as dificuldades dos usineiros estava na diminuição do preço do seu açúcar como uma forma de convencer a grande maioria dos consumidores da melhor qualidade do seu produto. Como não poderia deixar de ser, as grandes mudanças produtivas na indústria açucareira já haviam começado desde os idos do Império com os engenhos centrais e adquirido mais força com a adoção das usinas. Assim, pode-se considerar que o progresso da indústria sacarina brasileira era inevitável. Enfim, as usinas iriam avançando cada vez mais sobre esses pequenos produtores, tornando comum a figura melancólica dos engenhos de fogo morto.

[23] SNA. Op. Cit, 1905, p. 152.

Bibliografia

BRANDÃO SOBRINHO, Júlio. A lavoura da cana e a indústria açucareira dos Estados paulista e fluminense. Campos e Macaé em confronto com São Paulo. Relatório apresentado ao Illm. E Exm. Sr. Antônio de Padua Salles, Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas por Júlio Brandão Sobrinho, chefe de estudos econômicos. São Paulo: Typografia Brasil de Rothchild & Co, 1912, 1912.

CAMINHOÁ, Luiz Monteiro. Cana de açúcar e café: Relatório apresentado ao Governo Imperial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

CICA. O Centro da Indústria e Comercio de açúcar no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Companhia Typographioca do Brasil, 1892.

DÉ CARLI, Gileno. Gênese e evolução da indústria Açucareira de São Paulo. Rio de Janeiro: Editores Irmãos PONGETTI, 1943.

DELANEY, LT. & LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no Século XX*. Londres, Lloyds Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.

GNACCARINI, J.C. A. "A economia do açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação" in: FAUSTO Boris. (org) História Geral da Civilização Brasileira, volume oito, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GODOY, Marcelo Magalhães. No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios: um estudo das atividades açucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da Província de Minas Gerais. São Paulo. Tese de doutorado, FFLCH, USP, 2004.

HUNNICUTT, Benjamim H. A produção agrícola do Brasil trabalho baseado no senso de 1920. Rio de Janeiro: SNA, 1925.

HERMES JÚNIOR, João. O açúcar como fator importante da riqueza pública no Brasil:trabalho apresentado a sua excelência o Sr. Presidente da República . Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1922.

MAIC. A indústria açucareira no Brasil. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1919.

PERES, Gaspar e Apollonio. A indústria açucareira em Pernambuco. Recife: Imprensa Industrial, 1915.

PETRONE, Thereza Schorer. A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765 1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

RAMOS, Augusto Ferreira. A indústria do açúcar em São Paulo. Revista Agrícola de São Paulo. São Paulo:Typ. Brazil de Carlos Gerke, 1902.

RAMOS, Pedro. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SAWYER, Frederic H. Estudo sobre a indústria açucareira no Estado de São Paulo, comparada com a dos demais países. Apresentada ao Dr. Carlos Botelho M. D. da Secretária da Agricultura pelo engenheiro Frederic Sawyer. São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gerke & Rothschild, 1905.

Secretária da agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Boletim da Agricultura, anos de 1902; 1903 e 1926. São Paulo: Typ da Indústria de São Paulo;

SNA. A Lavoura. Boletim da Sociedade Nacional da Agricultura. Rio de Janeiro:Imprensa Nacional, setembro a novembro de 1913.

____. Trabalhos da Conferência Açucareira do Recife. Recife Typ. do Diário de Pernambuco 1905

SOUZA, Jonas Soares de. Uma empresa pioneira em São Paulo: O engenho central de Porto Feliz. Edição comemorativa do centenário do engenho central de Porto Feliz(1878-1978). Coleção Museus paulistas, volume 7, 1978.

Duas respostas à Controvérsia dos Métodos: Alfred Marshall e Max Weber.

Roberto Pereira Silva[1]

Introdução

O presente texto tem como preocupação central examinar a relação entre história e teoria econômica. Essa relação foi apresentada de formas diversas quando examinadas do ponto de vista da teoria econômica, da metodologia das ciências sociais ou da história. Nesse sentido iremos revisar alguns dos principais momentos onde essa relação foi tratada de forma explícita, procurando captar as diferentes respostas que recebeu. Nas seções seguintes, examinaremos a Controvérsia dos Métodos no final do século XIX, as reflexões metodológicas de Alfred Marshall e Max Weber. Esse percurso, longe de ser exaustivo, nos pareceu um caminho indicativo da complexidade das questões, ao mesmo tempo em que permitirá, ao final, algumas reflexões sobre as efetivas possibilidades ou impossibilidades de conciliação entre os campos. Por outro lado, não há como negar certa arbitrariedade na escolha dos autores examinados. O exame será limitado e não irá contemplar toda a obra dos autores. Ademais, pode-se argumentar que escolhemos autores, Alfred Marshall e Max Weber, para quem a história econômica é um preocupação secundária, de forma que as conclusões possíveis derivam da própria escolha do objeto. Embora nenhuma escolha num tema que perpassa a reflexão teórica de economistas, sociólogos e historiadores seja imparcial, Alfred Marshall estava suficientemente familiarizado com o trabalho dos historiadores econômicos em grande parte ligados à Escola Histórica alemã. Por outro lado, suas preocupações metodológicas os aproximam da escola austríaca em questões fundamentais como a teoria do valor-utilidade para o primeiro e a compreensão da sociedade em termos individualistas para o segundo. Dessa forma, a despeito dessa arbitrariedade da escolha, acreditamos que ela seja capaz de proporcionar uma amostra da complexidade do tema em questão.

[1] Professor Assistente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas. Doutorando em História Econômica no Departamento de História da FFLCH-USP. Email: tatrius@gmail.com

A Controvérsia dos Métodos

Embora não nos seja possível reconstituir em detalhes a Controvérsia dos Métodos, cujas principais posições foram protagonizadas por Gustav Schmoller (1838 – 1917) e Carl Menger (1840 – 1921), nos interessa seus desdobramentos posteriores, momento em que surgem algumas tentativas de incorporar as críticas de Carl Menger e dar um novo aporte à Escola Histórica Alemã. Sobre esses desdobramentos da Controvérsia dos Métodos, iremos nos concentrar nas respostas dadas por dois autores: Max Weber (1864 – 1920) e Alfred Marshall (1842 – 1924). Com efeito, se o primeiro procurou estabelecer as bases para o conhecimento nas ciências sociais, o segundo procurou estabelecer uma síntese entre os principais avanços da Escola Histórica Alemã, muito representativa na Inglaterra até o início do século XX, e as principais realizações da teoria clássica e neoclássica.

O termo Escola História alemã refere-se a um conjunto de autores cujas características principais, segundo Geoffrey Hodgson, são a crítica ao individualismo e ao universalismo da teoria econômica, ambas identificadas com a teoria econômica produzida na Inglaterra. [2] No que nos interessa, também, é preciso ressaltar a identificação de ao menos duas gerações nesse grupo. Uma primeira geração é formada por autores como Wilhelm Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898). A segunda geração, envolvida na *Methodenstreit*, tem entre seus representantes Gustav Schmoller (1838-1917), Lujo Brentano (1844-1931), G. F. Knapp (1842-1926). Alguns autores mencionam ainda uma terceira geração que incluiria Werner Sombart (1863-1941) e Arthur Spiethoff (1873-1957). [3] Para Samuel Bostaph, "a semelhança entre eles se deve principalmente a seu argumento em favor da aplicação

[2] "At the analytical level, what united this school was more a reaction against the individualist assumptions and deductivist methods of British classical political economy, and a concern to make economics sensitive to different social cultures and historical periods". HODGSON, Geoffrey M. *How economics forgot history*. The problem of historical specificity in social science. London; New York: Routledge, 2006, p. 58.

[3] PEARSON, Heath. "Historical School, German". In: DURLAUF, Steven N. & BLUME, Lawrence E. *The new Palgrave dictionary of economics*, 2008. Disponível em www.dictionaryofeconomics.com (acesso em 19/08/2010)

de um "método histórico" descritivo dos dados históricos a fim de derivar leis econômica". [4]

De acordo com Geofrey Hodgson, poderíamos sintetizar suas principais propostas como: 1) ênfase no empirismo: a crença de que o trabalho descritivo pode tornar-se a base para leis econômicas, embora de caráter limitado a cada sociedade. De modo implícito, portanto, está o abandono de leis universais, justamente por não contemplarem a especificidade das sociedades e não considerarem todos os elementos empíricos necessários para sua formulação, redundando, como alternativa, a adoção de abstrações; 2) percepção de que a teoria econômica tem raízes histórias. Nesse ponto, seguem duas consequências: a necessidade de tipificar sistemas, estruturas e localizações geográficas e temporais dos sistemas econômicos, bem como a constatação de que a teoria econômica até então desenvolvida teria validade apenas para a Inglaterra; 3) maior valorização dos "sistemas de economia nacionais" (List), ganhando destaque a Alemanha; 4) finalmente, uma concepção orgânica da sociedade, na qual o indivíduo se encontra subordinado às orientações gerais dadas pela sociedade e a cultura de cada nação. Certamente, cada um desses temas tem pesos diversos em cada um dos autores da Escola Histórica alemã, mas nos interessa aqui precisamente as linhas gerais da escola, mais do que as diferenças individuais.

Essa escola recebeu uma crítica abrangente e aprofundada em 1883, com a publicação das *Investigações sobre o método das ciências sociais, com especial atenção à economia*, de Carl Menger. [5] A Controvérsia foi protagonizada por Gustav Schmoller, que resenhou o livro no ano seguinte, e teve uma resposta de Menger ainda 1884, finalizando o debate[6].

O principal alvo de Menger foi a grande relevância dada ao empirismo, ao qual ele contrapõe a impossibilidade de descrever fenômenos socais e econômicos sem conceitos prévios. Para ele, toda reflexão que pretenda basear-se em dados empíricos

[4] BOSTAPH, Samuel. El debate metodológico entre Carl Menger y los historicistas alemanes. *Laissez-Faire*. N. 2, Marzo de 1995, p. 59.

[5] MENGER, Carl. *Investigations into the method of the social sciences with special references to economics*. Translated by Francis J. Nock, New York & London, New York University Press, 1985. Disponível em: www.mises.org. Acesso em 18/01/2012.

[6] Uma reconstituição mais detalhada do debate pode ser encontrada em GRIMMER-SOLEN, Erik. *The rise of Historical economics and social reform in Germany*, 1864-1894. Oxford, Clarendon Press, 2005, pp. 246-279.

pressupõe teoria, conceitos e elementos abstratos que lhe permitam ao menos ordenar e classificar a realidade em seu aspecto mais imediato. De acordo com Hodgson, "a crença de que os dados empíricos são suficientes para qualquer conhecimento cai por terra, porque qualquer investigação empírica depende de pressupostos não-empíricos sobre identidade, continuidade e mensurabilidade". [7] Assim, demarcado o lugar para os elementos abstratos na teoria econômica, Menger irá distinguir um método para a teoria econômica e outro para história econômica. Este considera os fenômenos coletivamente e efetivamente não consegue retirar leis universais. Já o método da teoria econômica busca a natureza geral dos fenômenos, sendo um enfoque "exato", o qual não admite exceção. Nesse sentido, para a derivação das leis exatas, Menger irá buscar os tipos, uma "qualidade definidora (ou essência) nos fenômenos individuais que permite que sejam reconhecidos como representantes desse tipo". [8] Assim, isolava dos fenômenos sua essência, sua característica mais simples e definidora, dando origem ao que ficou conhecido como individualismo metodológico.

Nesse procedimento, portanto deve-se seguir duas máximas: 1) isolar-se os aspectos essenciais dos fenômenos; 2) separar e analisar a realidade em seus aspectos mais simples, mais essenciais, mais típicos. Segundo Hodgson, Menger "elabora a hipótese controversa de que os elementos típicos são os mais simples com a também questionável hipótese de que o conceito de indivíduo é contemplado nessa definição". [9] Ou seja, embora a justificativa para essa tipificação não esteja explicada em todos os seus passos, o resultado aparece na centralidade do individuo, resolvendo-se, a um só tempo, o problema da relação entre os dados e a teoria, bem como a crítica ao conceito de organicismo da Escola Histórica alemã, pois ainda seguindo Hodgson, "o papel da economia, pensava, era explicar os fenômenos nacionais e institucionais em termos de deliberações individuais". [10] Consequência direta desses postulados, uma vez que Menger identifica os elementos básicos para a teoria econômica na escassez, na propriedade, no mercado, nas trocas, entre outros, a economia se torna o estudo universal das escolhas individuais sob condições de escassez, assumindo papel secundário as condições históricas em que essas escolhas ocorrem. Segundo Hodgson,

[7] HODGSON, G. H. *How economics...* op. cit., p. 80.
[8] BOSTAPH, Samuel. La controvérisa... op. cit., p. 62.
[9] HODGSON, G. H. *How economics...* op. cit., p. 82.
[10] HODGSON, G. H. *How economics...* op. cit., p. 83.

essa postura deu início ao processo pelo qual a economia transformou-se de ciência dos aspectos econômicos da sociedade para a ciência da escolha. [11]

Dentro dessas considerações, a Escola Histórica alemã encarava a possibilidade da teoria como um resultado da descrição embasada em dados empíricos, e portanto, podendo ser alterada de uma situação histórica para outra, pois é este influxo empírico o mais importante. Carl Menger, por outro lado, propunha a fundamentação da teoria econômica na essência atomística ou individualista dos fenômenos, recusando o aporte empírico.

As proposições de Menger poderiam ser divididas em quatro proposições gerais: 1) a*nti-indutivismo; 2) Individualismo*; 3) Universalidade dos princípios econômicos e 4) desconsideração das especificidades históricas. [12] Em suma, embora o primeiro ponto tenha sido teoricamente elaborado e tenha resultado num esforço de incorporação e superação pela segunda geração da Escola, os demais pontos permaneceram abertos, pois a teoria neoclássica não os elegeu enquanto elementos teóricos para serem tratados criticamente, com exceção do quarto, uma vez que esta corrente tem como premissa o individualismo metodológico.

Entretanto, o desenvolvimento institucional do ensino de economia após a controvérsia revelou a perda de espaço dos historicistas alemães e a crescente influência da escola neo-clássica. Isso, entretanto, não significa que a Escola Histórica Alemã fora derrotada. De acordo com Hodgson, não há indícios de que a escola neoclássica tenha resolvido e/ou superado as questões colocadas pelos economistas alemães. Ao contrário, as questões permaneceram enquanto problemáticas importantes aos economistas, ainda que o próprio historicismo alemão enquanto uma comunidade de formulações e postulados comuns foi crescentemente dissolvida com a ascensão do nazismo e o deslocamento do centro do debate econômico da Alemanha e Inglaterra para os Estados Unidos.

Dentro desse quadro, a crítica ao dedutivismo aliada a uma fundamentação teórica baseada no individualismo e a aceitação da universalidade de princípios econômicos tais como, troca, mercado, propriedade, escassez, formariam a base de sustentação da escola austríaca, e da crítica à Escola Histórica Alemã. Entretanto, o que

[11] Idem, pp. 85 e 93.
[12] Idem, ibidem.

argumentamos nesse trabalho é que a segunda geração da Escola, bem como um de seus leitores mias argutos na Inglaterra absorveram a crítica ao empirismo e continuaram a se colocar o problema da especificidade histórica. É este nosso ponto de partida, sobretudo porque a assimilação da crítica ao empirismo significou, no âmbito da Escola histórica alemã, uma apuração crítica na forma de um diálogo com a tradição. Assim, essa breve retomada do conteúdo da Controvérsia dos Métodos nos serviu como uma colocação, sob perspectiva histórica, das relações entre história e teoria econômica. [13]

Alfred Marshall

Tendo apresentado os principais argumentos presentes na Controvérsia dos Métodos, nosso interesse principal, nesse momento, é discutir as respostas que foram colocadas para esse debate. Para tanto, iremos nos deter nas considerações de Alfred Marshall sobre o método da economia, pois nesse autor há uma resposta que se apresenta como uma tentativa de conciliação entre os dois polos do debate. Por outro lado, essa incursão se justifica por apresentar elementos de como essa discussão foi encaminha no campo da Economia.

Para tanto, iremos nos concentrar em algumas passagens dos *Princípios de Economia* [1890], cuja última edição revisada pelo autor data de 1920, bem como da aula inaugural que Marshall pronunciou em Cambridge em 1885, intitulada *The present position of economics*, quando se tornou professor dessa universidade, dois anos após a publicação das *Investigações* de Carl Menger. Em nossa análise iremos encontrar permanências conceituais, reformulações e desenvolvimentos a respeito da questão do método da economia, a partir dos quais poderemos refletir sobre os limites até onde a história pode ser incorporada na teoria econômica.

[13] É preciso ressaltar, desde já, que as interpretações sobre a *Methodenstreit* não se resumem a aspectos metodológicos, assim, por exemplo, para Samuel Bostaph, trata-se de uma discussão epistemológica, entre diferentes visões de conhecimento, e nesse sentido não poderia haver conciliação entre as duas visões. Por outro lado, o trabalho recente de Grimmer-Solen aborda a Controvérsia como fundamentalmente uma discussão a respeito de projetos de política social, ganhando importância, nessa perspectiva, as questões do surgimento do proletariado alemão e das políticas sociais de inclusão dessa classe pelo Estado. Ver, respectivamente BOSTAPH, Samuel. El debate metodológico entre Carl Menger y los historicistas alemanes. *Laissez-Faire*. N. 2, Marzo de 1995, p. 59; GRIMMER-SOLEN, Erik. *The rise of Historical economics and social reform in Germany*, 1864-1894. Oxford, Clarendon Press, 2005, pp. 246-279.

A familiaridade de Marshall com os autores da Escola Histórica alemã, destacada por diversos comentadores da sua obra[14] pode ser encontrado na abertura de sua aula inaugural, pronunciada em 24 de fevereiro de 1885, onde apresenta uma recusa ao individualismo metodológico, aceitando a influência das contingências sociais e históricas na conduta do homem. Essa concepção é considerada uma conquista de seu tempo, "devido à descoberta de que o homem mesmo é em grande medida uma criatura das circunstâncias e se transforma com elas". Isso lhe permite contrapor-se a uma corrente de pensamento cuja inspiração é derivada do pensamento ricardiano: "Ricardo e seus seguidores não consideraram um grande grupo de fatos e um método de estudá-los que nós consideramos de suma importância"[15], incorrendo na desconsideração das contingências e das circunstâncias específicas de cada sociedade[16]. Portanto, aqui já podemos encontrar referência a um importante postulado da Escola Histórica alemã, no reconhecimento de que as leis econômicas referem-se a realidades econômicas concretas e não podem ser utilizadas de forma universal.

O argumento principal de Marshall nessa aula inaugural é propor uma forma de conciliação entre o método dedutivo e o indutivo. Para tanto, ele irá considerar a teoria econômica como um mecanismo, um instrumento (*machinery*) para a compreensão de fenômenos particulares. Em suas palavras, "machinery of universal application in the Discovery of a certain class of truths". [17] A metáfora da máquina sugere a retomada de um termo importante da filosofia empírica inglesa e que remonta a Francis Bacon. Trata-se do conceito de *organon*, um conjunto de regras e procedimentos para alcançar

[14] COASE, Ronald N. "Marshall on method". In: *Journal of law and economics*. N. 25, 1975, pp. 25-31; MALONEY, John. "Marshall, Cunningham, and the Emerging Economics Profession". In: *The Economic History Review*, New Series, Vol. 29, No. 3 (Aug., 1976), pp. 440-451; KADISH, Alon. *Historians, economists and economic history*. London and New York: Routledge, 1991. (The new Routledge library of economics).

[15] MARSHALL, Alfred. "The present position of economics [1885]". Edited by Geoffrey Hodgson. *Journal of institutional economics*. N. 1; v. 1, 2005, p. 126.

[16] Nos *Princípios de economia*, Marshall retoma, no primeiro capítulo de seu trabalho, a afirmação de que a obra de Ricardo é localizada, e não pode aspirar a universalidade: "seu trabalho foi maravilhosamente completo na estreita área que cobriu. Porém, muito do que tem de melhor se refere a problemas sobre a renda e sobre o valor do trigo — problemas de cuja solução parecia depender o destino da Inglaterra —, muitos dos quais, porém, sob a forma peculiar em que Ricardo os concedeu, têm aplicação direta muito limitada no presente estado das coisas". MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. Tratado introdutório. Introdução de Ottolmy Strauch. Volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, (Coleção Os Economistas), p. 30.

[17] MARSHALL, A. "The present position of economics". op. cit., p. 127.

leis gerais. Ao utilizar o conceito, diríamos que Marshall implicitamente sinaliza a importância dos fatos empíricos para a construção da teoria.

Nesse sentido, é preciso acompanhar alguns passos em sua argumentação, que se iniciam com sua definição de economia tendo como preocupação principal aquela parcela do comportamento humano cujas finalidades aparecem como valores expressos em dinheiro, quantificáveis. [18] Ao enfatizar os elementos quantificáveis, Marshall define a teoria econômica como "an engine for the discovery of concrete truth, similar to, say, the theory of mechanics". Sintomático dessa relação intrínseca entre forma de raciocínio e incorporação da empiria é dado pela metáfora em que faz uma distinção entre as leis da mecânica e as aplicações da engenharia. Em sua concepção, assim como na mecânica há leis gerais, sua utilização na engenharia deve levar em conta cada situação concreta, respeitando as especificidades de cada fenômeno. Assim, a curvatura de uma ponte, que deve levar em consideração o tamanho, o material, o local e a finalidade desta, não pode ser transplantada para outras condições. Nesse sentido, uma aplicação errônea da teoria indicaria uma inabilidade do teórico/engenheiro em adequar seu instrumental teórico ao seu problema de engenharia específico, e não um problema da teoria em si. Para Marshall, a rejeição da teoria — ao invés de sua maleabilidade para explicar diferentes fenômenos, desde que adaptada à condições específicas — é talvez o grande equívoco da "ala extrema da Escola "real" ou histórica dos economistas alemães". [19]

Em que pese a crítica ao empirismo da Escola Histórica alemã, essa primeira tentativa de conciliação procura resguardar o aspecto instrumental da teoria, ressaltando e priorizando o efeito de controle que a realidade impõe a esta. Nesse sentido, distancia-se da abordagem abstrata que criticara nos seguidores de Ricardo, colocando, ao contrário, a sensibilidade do teórico para captar as especificidades do objeto.

Nesse sentido, embora elementos importantes na *Methodenstreit* — os dados empíricos, a recusa a um individualismo metodológico que abstrai as condições sociais dos agentes — sejam reconhecidos na obra de Marshall, o exame dos dados e das situações específicas não prescindem da teoria, conquanto que esta seja constantemente

[18] Nos *Principles*, o escopo da economia é mantido, sendo o estudo da "conduta do homem na parte comercial da sua vida". Ao se expressar em dinheiro, essa conduta permite à economia avaliar seus resultados de forma quantitativa. Assim, "é esta exata e determinada medida em dinheiro que permitiu à Economia avançar sobre os demais ramos do estudo do homem". MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. op. cit., p. 33.
[19] MARSHALL, Alfred. "The present position…". op.cit., p. 129.

confrontada e conformada a partir do real. Em outros termos, a ênfase no empirismo e na história dada pela Escola Histórica "não nos ajuda, de maneira alguma, a prescindir do uso do *organon* econômico; antes, valer-se de seu auxílio a cada passo". [20]

Dessa forma, é taxativo quando coloca que "facts by themselves are silent. Observation discovers nothing directly of the actions of causes, but only of sequences in time". Em outras palavras, não é possível o conhecimento sem o auxílio da teoria, sem o *organon*, pois os fatos não possuem valor em si. A explicação não pode surgir de uma sucessão de eventos. Para explicar um fenômeno é preciso descobrir suas causas, o que envolve compreendê-lo em sua maior abrangência e, ao mesmo tempo, isolar cada fator para se esclarecer qual influencia qual. Dessa forma, Marshall introduz o problema da causalidade: "in economics or other social problems no event has ever been an exact precedent for another. The conditions of human life are so various: every event is the complex result of so many causes, so closely interwoven that the past can never throw a simple and direct light on the future". [21] Nesse ponto, Marshall expõe de forma concisa sua perspectiva da relação entre teoria econômica e fatos ou dados empíricos: "we must know what kind of effects to expect from each cause and how these effects are likely to combine with one another. This is the knowledge which is got by the study of economic science; while, on the other hand, the growth of the science is itself chiefly dependent on the careful study of facts by the aid of this knowledge". [22]

O trecho tem uma importância metodológica importante, pois evidencia a dificuldade da conciliação proposta por Marshall, sobretudo do ponto de vista da relação entre teoria econômica e história. Com efeito, a complexidade dos fatos e das situações do mundo social dificilmente podem ser organizadas e compreendidas sem o auxílio da teoria, como já argumentara Carl Menger. Entretanto, essa complexidade não se refere unicamente aos fenômenos econômicos, mas a todos os elementos, sociais, culturais, artísticos que configuram a experiência humana. Assim, a busca das causas dos fenômenos podem estar tão complexamente entrelaçadas que o problema da causalidade, e aqui a preocupação de Marshall é com as causas econômicas, só podem ser deslindadas quando se descobre as correlações unívocas de causa e efeito que se pode esperar de cada elemento desse emaranhado que são os fenômenos sociais.

[20] Idem, p. 134.
[21] Idem, ibidem.
[22] Idem, p. 135.

Nesse ponto, exatamente, é possível perceber as implicações do raciocínio de Marshall: os fatos apenas permitem ao economista o estabelecimento de sucessões (um evento sucede outro). A explicação, por sua vez, exige o auxílio da teoria para dar conta das relações causais entre fenômenos. Mas, como esses possuem uma complexidade que ultrapassa os aspectos exclusivamente econômicos, no que Marshall está prestanto tributo à Escola Histórica alemã, a solução está em isolar a causalidade econômica. Aqui, portanto, a complexidade da operação que Marshall empreende: isolar os fenômenos econômicos da ccomplexidade social é transformar esses fatores em variáveis exógenas ao modelo de explicação econômica. Assim, no mesmo momento em que valoriza a importância dos fatos, introduz em sua teoria a cláusula *ceteris paribus*, a condição para a abstração na teoria econômica.[23]

Dessa forma, para o desvelamento das relações causais, torna-se imprescindível que os fatos sejam examinados à luz da teoria e vice-versa. Assim, o estudo dos fatos alimenta a *machinery*, ao mesmo tempo em que esta calibra seu funcionamento a partir dos casos apresentados.

Tendo colocado a importância da causalidade como o momento em que efetivamente dedução e indução se encontram, Marshall, descreve a inter-relação entre fatos e raciocínio econômico:

> greedy then as the economist must be for facts, he must not be content with mere facts. Boundless as must be his gratitude to the great thinkers of the historic school, he must be suspicious of any direct light that the past is said to throw on problems of the present. He must stand fast by more laborious plan of interrogating facts in order to learn the manner of action of causes singly and in combinations, applying this knowledge to build up the organon of economic theory, and then making use of the aid of the organon in dealing with the economic side of social problems. He will thus work in the light of facts, but the light will not be thrown directly, it will be reflected and concentrated by science…[24]

[23] Sobre a cláusula *ceteris paribus* para a metodologia econômica ver um sumário da discussão em Mark Blaug, *A metodologia da economia*. Ou, como os economistas explicam. São Paulo, EDUSP, 1993, pp. 104-107.
[24] Idem, p. 137

Temos aqui, portanto, que o estudo dos fatos e a construção de teoria, do *organon* se constroem mutuamente. Nesse sentido, parece que a incorporação dos fatos é algo subordinada à importância compreensiva no *organon*, que permite efetivamente a compreensão das causas econômicas, contemplando e incorporando os fatos apenas de maneira reflexa e amparada pelas normas da ciência. Colocado desta forma, teoria e observação não estão separadas, e o erro consiste justamente em arrogar-se prerrogativas ou preponderância sobre um dos elementos separadamente.

A necessidade de conciliação entre indução e dedução é retomada nos *Princípios de Economia*, com uma imagem retirada do historicista alemão Gustav Schmoller: "é tarefa da Economia, como de quase todas as demais ciências, coligir fatos, ordená-los, interpretá-los, e deles tirar conclusões [...] A indução e a dedução se fazem tão necessárias para o pensamento científico, como os pés direito e esquerdo são necessários para a marcha". [25] Por outro lado, Marshall introduz um matiz com relação ao texto anterior, pois considera as leis econômicas não como mecanismos abstratos e quantificáveis, mas como leis de tendência. Esse passo lhe permite reduzir o espaço para a ação individual e ao mesmo tempo enfatizar o caráter social das ações, agora remetidas à grupos sociais.

Dentro desse novo escopo, Marshall retoma a historicidade das condições sociais, de forma que, mais uma vez criticando o tratamento dado à questão por Ricardo, temos que "ainda que a análise econômica e o raciocínio geral sejam de larga aplicação, contudo cada época e cada país têm seus próprios problemas; e cada mudança nas condições sociais é provável que exija novo desenvolvimento das doutrinas econômicas". [26]

Aqui, portanto, temos um avanço em relação à aula inaugural de 1885, pois Marshall reconhece 1) uma visão da sociedade na qual o indivíduo não é a unidade básica; 2) a necessidade de conciliação entre dedução e indução; 3) a relatividade das teorias econômicas; 4) a importância da Escola Histórica alemã e das evidências empíricas. Para além desses pontos, Marshall enfatiza a temporalidade das teorias econômicas, destacando, assim como o fez a Escola Histórica alemã, que as teorias têm uma validade que está referida às circunstâncias da sociedade e à épocas particulares.

[25] MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. op. cit. Volume 1, p. 43.
[26] Idem, p. 49.

Assim, "o estudo da teoria deve avançar lado a lado com os fatos, e para tratar os problemas mais modernos são os fatos presentes que prestam o maior serviço. Os documentos econômicos do passado distante são, sob certos aspectos, insuficientes e pouco dignos de fé; e as condições econômicas dos tempos antigos eram completamente diferentes das da época moderna da livre empresa, a instrução geral, a verdadeira democracia, a energia a vapor, a imprensa barata e o telégrafo". [27] Assim, se na aula inaugural os fatos estavam subordinados à teoria, ao *organon*, aqui o influxo empírico aparece para relativizar a teoria na medida em que esta possui uma historicidade particular. Podemos dizer portanto, que a relação entre dedução e indução surge na própria elaboração da teoria, a qual embora ordene a realidade e sirva para deslindar as relações de causalidade econômicas nos fenômenos sociais, leva em consideração as características mais gerais da sociedade em que está inserida.

Por outro lado, caberia sempre o cuidado, no momento de formulação de raciocínios, de evitar que os elementos lógicos se sobreponham às evidências empíricas. Segundo Marshall, a forma de resolução do "método da Economia"[28] ou seja, a forma como seria possível conciliar o raciocínios dedutivo e indutivo, é formulada através da construção de raciocínios baseados em pequenas unidades de informação, "as longas cadeias de raciocínio". Estas precisam "ser completadas pela experiência específica, aplicadas em harmonia, e frequentemente em subordinação a um estudo incessante de novos fatos, uma incessante pesquisa para novas deduções". [29] Isso é tanto mais importante, porque as "relações estritamente econômicas" variam de forma inevitável em diferentes situações temporais ou geográficas, de forma que "cada variação dessa espécie limita o papel da dedução na Economia". [30] Nesse ponto, aqui encontramos a formulação mais acabada da proposta metodológica de Marshall no que se refere ao tema que estamos tratando. Para ele:

---

[27] Idem, p. 52.

[28] Segundo Ekelund e Hébert, a formação da escola neoclássica esteve muito mais ligada ao estabelecimento de um método de economia, do que propriamente ao desenvolvimento de seus conceitos e ferramentas, tais como valor utilidade e a inclinação decrescente da curva de demanda. Segundo esses autores preocupados em relativizar o surgimento da economia neoclássica em por volta de 1870, temos que: "discussions of neoclassical economics often underestimate the extent to which it consistis of a scientific method, as well as a set of tools, and the extent to which Marshall was instrumental in laying the groundwork for that method. *Indeed, there are indications that Marshall considered the lack of a proper scientific basis for economics to be the most pressing problem confronting the discipline* [grifo nosso]. EKELUND, R. B. & HÉBERT, R. F. "The origins of neoclassical microeconomics". *Journal of Economics Perspectives*. Volume 16, N. 3, 2003, p. 208.

[29] Idem, volume 2, p. 348.

[30] Idem, ibidem, p. 349.

> a função da análise e da dedução, pois, na Economia não é forjar algumas longas cadeias de raciocínio, mas forjar seguramente muitas pequenas cadeias e simples elos de ligação. Esta, contudo, não é uma tarefa trivial. Se o economista raciocina rápida e levianamente, está sujeito a estabelecer articulações más em cada volta da sua obra. Precisa ele fazer uso cuidadoso da análise e da dedução, grupá-los corretamente e torná-los de serventia para sugestões ao pensamento e guia na prática: e porque, da mesma maneira como toda dedução deve repousar sobre uma base de induções, também cada processo indutivo envolve e inclui a análise e a dedução[31]

Assim, a indução deve a cada momento controlar a dedução, colocando freios às cadeias de raciocínio que aprisionam os fatos na abstração. Esse processo não é fácil e Marshall não recua diante da complexidade e diversidade de fatos: "não há repetição exata, mesmo em pequena escala. Sempre que dois casos se correspondem proximamente, temos que decidir se as diferenças entre eles podem ser abandonadas como sem importância prática, e isso pode não ser muito fácil, mesmo se os dois casos se referem ao mesmo lugar e tempo". [32] No que se refere à história econômica, entretanto, essa dificuldade aparece reduzida, porque os fatos distantes no tempo precisam ser a cada momento verificados e, portanto, "na interpretação do passado, o erro não é tão suscetível de ser acumulado, pois a observação ou a história documentada trarão provavelmente um novo corretivo a cada passo". [33] Nesse ponto, Marshall não identifica grandes problemas na história econômica, pois ela faz a conciliação da indução com a dedução a cada passo. O problema para Marshall se daria no crescente abstracionismo da ciência econômica, na esteira dos procedimentos ricardianos. Ou, no lado oposto, na pretensão da Escola Histórica, de recusar os elementos teóricos em seus argumentos e em sua narração, raciocínios e métodos de análise que ajudaram na seleção e ordenamento do material.

[31] Idem, ibidem, p. 350. A importância dessa passagem, bem como sugestão de Marshall como um autor que trabalha a relação entre história e teoria econômica deve-se à apresentação de Jacques Kerstenetzky na ABPHE de 2011. Ressalta-se, entretanto, que sua preocupação está centrada numa perspectiva evolucionária, enquanto a nossa aponta para a relação (hierarquizada) entre História e teoria econômica. Veja-se: KERSTENETZKY, Jaques. "Alfred Marshall, teoria econômica e história". Trabalho apresentando no IX Congresso Brasileiro de História Econômica - 10ª Conferência Internacional de História de Empresas. Curitiba/PR, 7 a 9 de setembro, de 2011.

[32] Idem, ibidem, p. 351.
[33] Idem, ibidem, p. 350.

Ou seja, há da parte de Marshall um programa de pesquisa no qual a busca de fatos, de elementos históricos deve ser imprescindível. De forma que

> a indução auxiliada pela análise e pela dedução reúne os fatos em classes apropriadas, ordena-os, analisa-os e infere deles proposições gerais ou leis. Então por um momento a dedução assume o papel principal: associa umas com outras algumas dessas generalizações, tenta com elas chegar a novas e mais amplas generalizações ou leis, e então convoca a indução de novo para a principal tarefa da obra de coletar, peneirar e manipular os fatos de sorte a testar e 'verificar' a nova lei [34]

Mas, caberia perguntar, até que ponto essa conciliação está presente na obra de Marshall? Sobretudo se pensarmos nos resultados formais da teoria de Marshall que encontramos nos *Princípios de economia*. Com efeito, as considerações que acompanhamos, embora demonstrem uma preocupação metodológica acurada e empenhada na conciliação das relações entre indução e dedução, a aplicação desses elementos em sua obra econômica é difícil de detectar e raramente aparece nas análises sobre a metodologia de Marshall[35]. Um importante avanço nesse sentido pode ser encontrado no trabalho de Jacques Kerstenetzky, que aponta como um elemento importante para essa conciliação passagens em que Marshall analisa mudanças na estrutura de oferta no curto e no longo prazo. Nas mudanças na demanda ao setor industrial, as reações que provoca são analisadas de forma escalonada, ou seja, absorvendo-se a componente de mudança em diferentes períodos, reduzindo a amplitude das "longas cadeias de raciocínio" para captar os diversos estágios de mudança. Assim, no curto e no longo prazo, o aumento da demanda gera respostas diferentes:

> no estado estacionário as condições se reproduzem, de forma que as mesmas condições de produção e consumo se aplicam (este estágio é um ponto de partida lógico, explicitamente desconectado da realidade); a ideia do equilíbrio parcial é partir desta referência extrema introduzindo forças de mudança aos poucos de forma a observar o equilíbrio das forças. Assim, no

[34] Idem, ibidem, p. 357.
[35] Ronald Coase, por exemplo, resgata a correspondência de Marshall com J. N. Keynes e ... sobre o livro deste primeiro, onde encontra explanações sobre as tentativas de conciliação da indução e dedução, entretanto, não analisa essa conciliação no andamento da obra de Marshall. Ver. COASE, Ronald N. "Marshall on method". In: *Journal of law and economics*. N. 25, 1975, pp. 25-31.

> período de mercado a oferta não tem tempo de variar; no curto e no longo prazo a oferta pode variar, diferindo as condições de variação[36].

Nesse ponto, poderíamos captar a proposta de conciliação entre indução e dedução na obra de Alfred Marshall. Com efeito, essa abordagem é considerada uma característica marcante da obra do economista britânico. [37] Mas, do ponto de vista que nos interessa, a relação entre história e teoria econômica, podemos assinalar que seus principais resultados foram 1) o reconhecimento da problemática colocada pela Escola Histórica alemã de que as circunstâncias variam no tempo e no espaço, impedindo uma teoria universalmente válida; 2) a incorporação da crítica de Carl Menger, reconhecendo que é impossível uma ciência do empírico, sem o uso de conceitos e de teorias prévias. Entretanto, se na ótica da teoria econômica essa metodologia introduz um importante matiz nas análises abstratas, é forçoso reconhecer que ela não conseguiu se tornar hegemônica mesmo em Cambridge, após a aposentadoria e morte de Alfred Marshall. Ademais, se estamos interessados em captar as relações entre história e teoria econômica, é preciso levar em conta que o trabalho concreto realizado por Marshall, ao menos nos *Princípios de Economia*, foi norteado pela produção de uma economia que, do ponto de vista metodológico, está muito mais próxima da dedução. Igualmente, mesmo as análises escalonadas, se introduzem uma dinâmica diferenciada no curto e no longo prazo, não deixam de funcionar como um raciocínio dedutivo. Dito de outra forma, a solução encontrada por Marshall no campo da teoria econômica, não propõe, efetivamente, uma conciliação dos elementos históricos em suas formulações. Nesse sentido, é a explicação do funcionamento da economia que norteia suas pesquisas e não a reconstituição histórica, ou mesmo a inter-relação entre o funcionamento de uma e os influxos da outra.

Max Weber

[36] KERSTENETZKY, Jaques. "Alfred Marshall, teoria econômica e história". op. cit., fl, 9.
[37] EKELUND, R. B. & HÉBERT, R. F. "The origins of neoclassical microeconomics". *Journal of Economics Perspectives*. Volume 16, N. 3, 2003, pp. 197-215.

Nosso próximo passo é analisar a resposta que Max Weber deu à Controvérsia dos Métodos. Desde já, é preciso reconhecer que esta teve grande importância na formação/formulação dos principais conceitos de sua sociologia.[38] Dentro de sua vasta obra, optamos pela análise vertical de um dos textos metodológicos mais importantes: "A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais [1904]", por tratar-se de texto de síntese das considerações metodológicas do autor,[39] recorrendo-se a outras obras sempre que a explicação os exigir.

Contrapondo-se à ênfase no elemento empírico, tal como enfatizado pela Escola Histórica alemã, Weber, assim como Marshall, coloca os fatos, os dados empíricos, como desprovidos de significação. Esta é atribuída pelo pesquisador e é a partir desta que os fatos tornam-se passíveis de serem conhecidos, ou se configuram como problematizáveis para o cientista. Dessa forma, o fenômeno está "condicionado pela orientação do nosso *interesse* de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular". [40] Assim, Weber introduz um *leitmotiv* de seu texto, o de que o significado dos fatos, dos fenômenos, é uma imputação do pesquisador. Uma imputação necessária, pois a única forma de ordenar e selecionar a miríade de fatos que compõe o real e que se propõe a explicar.

A atribuição de sentido irá definir, também, qual a esfera de influência dos fatos. Nenhum fato possui um significado econômico, social, político ou cultural intrínseco, mas estes derivam da problemática posta pelo pesquisador. Este, ao mesmo tempo em que elabora o objeto, delimita-o. Essa ênfase na problemática, portanto, implica que a

[38] Como nos explica Gabriel Cohn, "os temas nela tratados são de importância crucial", pesando o fato de que, "a fase de formação do seu pensamento acerca desses temas tenha sido marcada pela presença daquilo que se tornou conhecido como a 'controvérsia metodológica' no interior de um campo científico definido, o da Economia". Por outro lado, "a 'disputa metodológica' ofereceu importante material para as reflexões de Weber sobre a 'objetividade' nas ciências sociais, na medida em que envolvia o confronto entre a concepção favorável a um caráter neutro da teoria econômica de Menger e a postura de Schmoller, que defendia firmemente a ideia de uma ciência econômica diretamente voltada para as questões práticas e dotada de conteúdo normativo intrínseco". COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da metodologia de Max Weber*. São Paulo, T. A. Queiroz Editora, p. 67 e 72.

[39] "Weber publicou seu ensaio sobre a objetividade, que, sob vários aspectos, pode ser considerado um espécie de sistematização e explicação programática das ideias contidas nos trabalhos sobre Roscher e Knies, embora evidentemente não se reduza a isso". COHN, Gabriel. *Crítica e resignação*. op. cit., p. 80-81.

[40] WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. Trad. de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006 (Ensaios comentados), p. 34.

realidade é captada em seus aspectos parciais. [41] Assim, é preciso explicar como se isola o fragmento da realidade ao qual iremos atribuir um significado e uma explicação.

O tratamento desse problema, por sua vez, revela o posicionamento de Weber contra a pretensão da Escola Histórica alemã[42] de que seja possível extrair um conjunto de leis a partir da observação empírica, bem como um distanciamento da posição de Carl Menger a respeito da existência de leis econômicas abstratas e universais, pois estas teriam como fundamento uma psicologia abstrata do sujeito. Para Max Weber, o cerne do problema está em que é preciso compreender as ciências sociais e, nela, a Economia, como ciências culturais, no sentido de que trabalham com valores, valores culturais que dão significado aos fenômenos. Nesse ponto, as leis teriam apenas uma função de auxiliar, de meio, para se chegar à compreensão dos fenômenos selecionados.[43]

Um exemplo da questão do significado cultural de um fenômeno, onde podemos deslindar a relação entre a significação atribuída e a historicidade específica deste, é abordado no exemplo do comércio monetário[44]: "a *significação* cultural de um fenômeno — por exemplo, o comércio monetário — pode consistir no fato de se manifestar como fenômeno de massa, um dos elementos fundamentais da civilização

[41] Ainda segundo Weber: "todo conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano baseia-se no pressuposto tácito de que apenas um *fragmento* limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto essencial no sentido de 'digno de ser conhecido'." WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais.* op. cit., p. 44.

[42] "É que Weber repudia da maneira mais enérgica um componente básico das correntes historicistas com que se defrontou, que é o seu empirismo radical (que para ele, é também um traço do 'naturalismo' positivista, igualmente repudiado). Importa, reitera ele seguidamente no texto, não confundir conceito e história. recusa, portanto, a simples subordinação dos conceitos à experiência empírica, assim como a ideia de que se possa construir um sistema conceitual abrangente, de natureza dedutiva". COHN, Gabriel. *Crítica e resignação*. op. cit., p. 97.

[43] Ainda com respeito às leis e regularidades, vale a pena mencionar que Weber não está preocupado com o estabelecimento de leis gerais, como seriam as leis econômicas, pois "ocorre que o estabelecimento de tais regularidades não é a *finalidade*, mas sim um *meio* do conhecimento. E quanto a saber se tem sentido formular como 'lei' uma regularidade de conexões causais, observada na experiência cotidiana, não é mais que uma questão de conveniência em cada caso concreto... Para o conhecimento das condições concretas dos fenômenos históricos as leis *mais gerais* são frequentemente as menos valiosas, por serem as mais vazias de conteúdo. Pois, quanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico — isto é, quanto maior a sua *extensão* —, tanto mais nos afasta da riqueza da realidade, posto que, *para* poder abranger o que existe de comum no maior número possível de fenômenos, forçosamente deverá ser o mais abstrato e *pobre* de conteúdo. No campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral nunca tem valor por si próprio" WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais.* op. cit., p. 57.

[44] Também nesse ponto, vale a pena retomar uma consideração de Gabriel Cohn, sobre a recorrência da noção de mercado. Segundo ele, "é que o mercado constitui uma *área de interação*, na qual os agentes se defrontam em termos de sentido das suas ações. Trata-se de um caso típico de *situação*, em que os sentidos das ações de vários se entrelaçam; sobretudo constitui o caso mais extremo da situação marcada pela ação irracional com referência a fins". COHN, Gabriel. *Crítica e resignação*. op. cit., p. 85.

contemporânea. Mas, de imediato, o fato *histórico* de desempenhar esse papel é que constitui o que deverá ser compreendido sob o ponto de vista da sua *significação* cultural, e explicado casualmente sob a perspectiva da sua origem histórica". Nesse sentido, a troca enquanto mecanismo geral e/ou técnica interessam ao pesquisador apenas como "uma tarefa preliminar". Embora necessária para a caracterização do fenômeno, no entanto ela não é suficiente, pois, "o que a nós interessa é a tarefa de analisar a *significação cultural* do fato *histórico* de a troca constituir, hoje, um fenômeno de massa". [45]

Organizando, temos: a escolha do objeto (comércio monetário) é derivada da significação cultural que representa no presente do pesquisador (fenômeno de massa). Essa constatação delimita o problema que se apresenta como a explicação de sua posição na civilização contemporânea. Para tanto, a troca enquanto relação abstrata interessa apenas como auxiliar para a compreensão de sua significação específica. Ou seja, a pesquisa recorta o objeto, tendo implícito nesse recorte, uma ideia valorativa, significativa. Assim, mesmo com o objeto recortado, sua explicação se dá pela consideração dos passos que levaram a essa significação no presente. Dessa forma, a explicação causal da especificidade do fenômeno é dada pelo recorte e explicação de uma parte finita da infinita variedade do empírico. Dito de outro modo, a ordenação do empírico pressupõe sua divisão (valoração significativa) e a explicação de sua especificidade sua individualização da totalidade do empírico. Em decorrência do que foi dito, com relação à explicação causal, ela não está intrinsecamente ligada ao fenômeno, mas deve ser atribuída, imputada pelo pesquisador. Ou melhor, a explicação do fenômeno cultural não se relaciona com a explicação coordenada e tendente à universalidade exemplar dos fenômenos naturais, mas sim se refere às conexões internas entre os fenômenos.

Essa importância aos critérios subjetivos, valorativos e culturais dos indivíduos não redunda em resultados subjetivos, pois, com respeito ao método para a conceitualização e significação do fenômeno, "o investigador encontra-se evidentemente ligado às normas de nosso pensamento. Porque só é uma verdade científica aquilo que *quer* ser válido para todos os que *querem* a verdade". [46] A referência às "normas de nosso pensamento" evidentemente se refere aos critérios de

[45] WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais.* op. cit., p. 52.
[46] Idem, p. 63.

verdade que devem ser aceitos e, ao mesmo tempo, delimita que a imputação de valores ao objeto, ou a importância do sujeito na valoração do que é significativo na realidade a ser estudada, não tem como resultado uma pesquisa com validade subjetiva. Assim, essa validade universal dos resultados da pesquisa conduz a discussão para o método das ciências sociais.

Nesse ponto, podemos adotar a sugestão de Gabriel Cohn, de que Weber está dialogando, embora não nominalmente, com Carl Menger[47] e sua pretensão de dotar a ciência econômica de um conjunto de leis a partir das quais seria possível deduzir a realidade. Segundo Max Weber, Menger "atribuiu uma *validade* empírica às proposições da teoria abstrata, no sentido de uma *possibilidade de dedução* da realidade a partir dessas 'leis'". [48] Na reconstituição da argumentação de Menger feita por Weber, aquele partiu do pressuposto de que é possível separar as causas econômicas de um fenômeno e, conhecendo-se suas leis gerais, estas contribuiriam para a sua explicação neste campo. Entretanto, e esse parece ser um ponto central, embora Weber rejeite a busca de leis abstratas e sua aplicação na realidade empírica, esse procedimento de abordar os fenômenos guarda certa semelhança com o método das ciências sociais, tal como entendido por Max Weber: "as construções da teoria abstrata só na aparência são 'deduções' a partir de motivos psicológicos fundamentais. Na realidade, trata-se antes do caso especial de uma forma de construção dos conceitos, própria das ciências da cultura humana e, em certo grau, indispensável".[49]

E aqui chegamos a um ponto fundamental, seja da crítica às proposições de Menger, seja da solução própria de Max Weber para as posições dicotômicas da "controvérsia metodológica". [50] Com efeito, a formulação do tipo ideal permite ordenar o empírico, porém mantendo sua infinitude e ressaltando que sua compreensão depende da atribuição de uma problemática que faz parte da esfera da cultura do pesquisador.

---

[47] O mesmo Gabriel Cohn, referindo-se às *Investigações sobre os métodos das ciências sociais* publicada por Carl Menger em 1883, ressalta que sua "influência sobre Max Weber não pode ser subestimada". Além disso, encontra importantes conexões conceituais entre as proposições do economista austríaco e a formulação do conceito de tipo ideal de Weber, como veremos mais adiante.

[48] WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. op. cit., p 68.

[49] Idem, p. 71.

[50] Seguimos importante ponto da interpretação de Gabriel Cohn, para quem "a posição de Weber [na *Methodenstreit*] assumiu contornos que poderiam sugerir a busca de um compromisso entre as posições em pugna, mas na realidade ele estava, mais do que nunca, buscando o seu próprio caminho. É essa solução independente que vai interessar-nos, nos seus pontos básicos, para os quais as tomadas de posição alheias servem de balizamento". COHN, Gabriel. *Crítica e resignação*, op. cit, p. 73.

O tipo ideal se apresenta como um "quadro de pensamento" que

> reúne determinadas relações e acontecimentos da vida histórica para formar um cosmo não-contraditório de relações *pensadas* [...] Sua relação com os fatos empiricamente dados consiste apenas em que, onde quer que se *comprove* ou *suspeite* de que determinadas relações [...] chegaram a atuar em algum grau sobre a realidade, podemos *representar* e tornar compreensível pragmaticamente a *natureza particular* dessas relações mediante um *tipo ideal*. Essa possibilidade pode ser valiosa, e mesmo indispensável, tanto para a investigação como para a exposição[51]

A relação do tipo ideal com o empírico, entretanto, não se estabelece da mesma maneira de que nas ciências naturais, ou na pretensão historicista de que se poderia, a partir de diversas observações, derivar-se leis explicativas. Ao contrário, o empírico exerce um papel de controle sobre a hipótese, ao mesmo tempo em que revela seu caráter de instrumento para apropriação do fenômeno, e não sua explicação mecânica. Assim, Max Weber ressalta que a "atividade *historiográfica*", ou seja, algo entendido como a observação da realidade, está em determinar, "em cada *caso particular*, a proximidade ou o afastamento entre a realidade e o quadro ideal". [52] Nesse sentido, a validade de um tipo ideal estaria na sua eficácia em estabelecer relações causais entre fenômenos[53] de forma que a "construção de tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como *meio* de conhecimento". [54]

Nesse ponto, fica patente a crítica de Max Weber à Escola Histórica alemã, na recusa desta em utilizar conceitos abstratos para orientar a pesquisa empírica, ao mesmo tempo em que reconhece como ilegítimo o fato de se introduzir a história "à força" para que ela caiba na teoria. A construção típico-ideal é válida se consegue orientar o pesquisador na investigação do empírico. O empírico, é preciso esclarecer, é o que dá o controle à efetividade da teoria do tipo ideal: "o processo não desperta objeção metodológica *enquanto* se tiver presente que a *história* e a *construção* típico ideal do

[51] WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. op. cit., p. 72
[52] Idem, p. 73.
[53] E esclarece ainda, "tem antes o significado de um conceito-*limite* puramente ideal, em relação ao qual se *mede* a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, como o qual esta é *comparada*. Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, pela utilização da categoria da possibilidade objetiva, que a nossa *imaginação*, formada e orientada segundo a realidade, *julga* adequadas". Idem, p. 77.
[54] Idem, p. 75.

desenvolvimento devem ser rigorosamente diferenciadas", e que a construção apenas serviu como meio para "realizar *metodicamente* a atribuição *válida* de um processo histórico às suas causas reais, entre as *possíveis* nos limites de nosso conhecimento". [55] O problema da relação entre teoria e a realidade histórica é agudizado quando se pensa que

> como mostra a experiência, torna-se extremamente difícil manter com rigor essa diferença [entre tipo ideal e a história], e por uma circunstância precisa. No interesse da demonstração clara do tipo ideal ou do desenvolvimento de tipo ideal, busca-se *ilustrá-la* mediante dados da realidade empírico-histórica. O perigo desse procedimento, legítimo em si, reside em que o saber histórico aparece como *servidor* da teoria, em vez de suceder o contrário[56]

Aqui, Weber toca em um ponto essencial para a compreensão da relação entre história e teoria. Nesse passo importante, reconhece a autonomia da História, recusando-se a encará-la enquanto uma ciência auxiliar da economia ou da sociologia. Entretanto, a afirmação dessa problemática e o reconhecimento dessa autonomia não são o mesmo que dizer que o fato deve ter preponderância sobre a teoria. O tipo ideal tem sempre o caráter de organizador do empírico e de guia para o pesquisador. Nesse ponto, como sugere Gabriel Cohn, "Weber incorpora a problemática historicista. É que nele encontramos uma íntima relação entre os limites empiricamente dados para a generalização dos *resultados* da pesquisa e os limites da validade dos próprios *conceitos* e, sobretudo, os limites da vigência dos *problemas* que exprimem os *interesses* dos pesquisadores".[57] Isso é o caso precisamente da história, na medida em que as alterações na problemática colocada leva a pesquisas sempre renovadas. A história seria, portanto, dotada de "eterna juventude", onde "o fluxo sempre progressivo da cultura continuamente suscita novos problemas. Na essência de sua tarefa está o caráter transitório de *todas* as construções típico-ideais, associado ao caráter inevitável de construções típico ideais sempre *novas*". [58]

[55] Idem, p. 91.
[56] Idem, ibidem.
[57] COHN, Gabriel. *Crítica e resignação...* op. cit., p. 95.
[58] WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. op. cit., p. 95.

Em suma, o caráter da objetividade das ciências sociais reside em ser uma ordenação do real a partir de ideias de valor. Os conceitos, os tipos ideias possuem uma validade científica enquanto construções lógicas que permitem organizar a realidade. Já as ideias de valor não derivam do empírico, mas da própria cultura na qual o pesquisador está imerso. Em suas palavras, a ciência pode apenas fornecer "conceitos e juízos que não constituem a realidade empírica nem podem reproduzi-la, mas que permitem *ordená-la pelo pensamento* de modo válido". [59]

Considerações finais

Max Weber, assim como Alfred Marshall, procurou superar os pontos de oposição deixados pela Controvérsia dos Métodos. Marshall, no campo da teoria econômica, procurou uma síntese entre dedução e indução, através de raciocínios ponderados pelo diálogo e o calibre das duas formas de pensamento dialogando e se adaptando a todo momento. Embora cuidadosamente exposta, essa síntese não teve resultado concreto na teoria econômica marshalliana, que adotou a teoria do valor-utilidade e erigiu sua teoria econômica em bases neo-clássicas. Nesse sentido, em que pesem as interpretações sobre a distinção entre curto e longo prazo, o fator tempo incorporado na análise é um tempo lógico e não diz respeito à historicidade dos fenômenos.

Max Weber, por sua vez, procurou solucionar as tensões não pela conciliação, mas através da constatação de que os conceitos e categorias das ciências sociais não estão separados dos valores sociais e culturais do pesquisador. O problema e o método das ciências sociais é justamente encontrar formas de lidar com essa imbricação, procurando desenvolvê-la com métodos universais de explicação. Assim, a despeito da defesa da autonomia da história frente às ciências sociais, é preciso reconhecer que os métodos destas procuram estabelecer conceitos que permitem explicar a realidade. Embora haja uma relação de simbiose entre a formulação do tipo ideal e as condições históricas que pretendem explicar em termos de fenômenos econômicos, políticos, culturais, religiosos, a preocupação central da sociologia weberiana consiste na elaboração conceitual de categorias que expliquem a realidade. Claro está que essa explicação não é a-histórica, pois pretende dar conta da temporalidade do fenômeno e transplantá-lo para a conceitualização. Esta, entretanto, possui preponderância sobre a

[59] Idem, p. 104.

reconstituição histórica. Nesse sentido, embora não incorpore a história enquanto um lugar de teste ou comprovação de teorias, seu objetivo central encontra-se precisamente na elaboração de conceitos e não na reconstituição histórica, embora esta seja um influxo importante nesse processo. [60]

Como vimos no decorrer do texto, a oposição posta pela Controvérsia dos Métodos entre indução e dedução foi interpretada por Marshall e Weber como uma contraposição no nível dos métodos e não uma incompatibilidade epistemológica. Daí que tentaram, em suas obras, conciliar dedução e indução ao mesmo tempo em que constituíram os conceitos e definições de seus respectivos campos de saber.

Por outro lado, para uma história econômica na qual o substantivo tenha preponderância sobre o adjetivo dificilmente poderá generalizar as experiências históricas num modelo. Nesse sentido, a oposição entre história e teoria econômica reaparece e não pode ser conciliada numa perspectiva *a priori*, mas sempre equilibrada para cada fenômeno específico. Dessa forma, a teoria econômica não incorpora a história enquanto ciência totalizadora, mas simplesmente aplica, bem ou mal, seus conceitos ao passado. Por outro lado, a especificidade da história particulariza tanto os conceitos da teoria econômica que essa dificilmente é capaz de os reconhecer nas análises históricas. Trata-se, portanto, de um impasse sempre reposto entre as disciplinas e onde o diálogo e a reflexão sempre se farão necessários.

[60] Esse ponto foi sublinhado por Hinnerk Bruhns, ao analisar as diferenças entre as cidades antigas e medievais encontradas nos textos históricos de Weber sobre a agricultura romana e as propriedade fundiária na Idade Média: "L'opposition entre villes médiévale et antique que nous rencontrons dans deux versions chez Weber est d'abord un inventaire des différences à partir d'une observation empirique très riche; mas cet inventaire est ensuite organisé en fonction d'une problematique de recherche qu'il définit clairement et dont l'objet n'est pas la ville antique en tant que telle, mais au contraire la configuration, à l'intérieur d'um type déterminé de ville (la cité politiquement autonome) de *facteurs favorables ou défavorables à l'évolution de l'économie dans les sens du capitalisme moderne, ou plus précisement dans le sens d'une rationalisation du comportement économique comme activité pacifique"* [destaque nosso]. Hinnerk Bruhns. "Max Weber, l'économie et l'histoire". *Annales. Histoire, Sciences sociales*. 51e Année. N. 6 (nov. – dec., 1996), p. 1279.

Apoikia e Colonia: Smith e o colapso do sistema colonial britânico

Roberto Resende Simiqueli (roberto_simiqueli@yahoo.com.br)
Mestre em Ciência Política (IFCH-Unicamp)
Doutorando em Desenvolvimento Econômico - História Econômica (IE-Unicamp)

RESUMO

Este trabalho trata de um período específico da reflexão liberal britânica sobre economia e política, assim como das possíveis ligações entre o autor estudado e o contexto em que suas obras são publicadas. Analisamos as teses de Adam Smith sobre as colônias inglesas, e o que estas teriam a dizer sobre os rumos tomados pelo Império Britânico no período imediatamente anterior à sua publicação. No resgate da leitura smithiana do colonialismo moderno, buscamos evidenciar os elos estabelecidos pelo autor entre as colônias europeias no novo mundo e suas contrapartes da antiguidade, no interesse de melhor compreender o peso dos enunciados presentes na proposta smithiana de revisão das relações coloniais.

O conjunto dos trabalhos teóricos de Adam Smith – principalmente suas obras magnas, *Teoria dos Sentimentos Morais* e *Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* – encontra-se circunscrito por um amplo debate sobre a natureza humana, representando a tentativa de diálogo entre uma longa tradição de filosofia moral britânica, pautada pela constituição de um dado modelo de sujeito econômico, e os ecos da reflexão social do continente. Travando um embate clássico contra o legado do mercantilismo, claramente perceptível na Inglaterra do século XVIII, apresenta os argumentos definitivos para a inversão das políticas econômica e externa postas em curso pela coroa britânica.

No entanto, há entre a formulação original destes argumentos e sua incorporação ao léxico político liberal, em meados do século XIX, uma série de discrepâncias. Muito do trabalho teórico realizado pelo autor acerca das motivações do sistema colonial e de sua lógica fundamental de atuação é perdida em meio aos libelos pela revogação das *Corn Laws* e maior liberalização do Império. Acreditamos, neste sentido, que uma releitura de algumas das teses centrais de Smith sobre as colônias modernas, enunciadas no Capítulo VII do Livro IV é extremamente oportuna, se buscamos compreender o distanciamento entre teoria econômica liberal e sua práxis política.

A independência das colônias norte-americanas figura como um dos tópicos centrais da discussão entre os escoceses, no período. Hume, mesmo debilitado e prestes a expirar, não se furta a discutir extensivamente o tema. Do conjunto das menções aos 'problemas na América', as missivas

trocadas com William Straham[1] e o Barão Mure de Caldwell dão exemplos da postura do filósofo quanto ao rumo a ser tomado pelo Império.

Ainda em Outubro de 1775, escreve a Straham:

> "*I must, before we part, have a little Stroke of Politics with you, notwithstanding my Resolution to the contrary. We hear that some of the Ministers have propos'd in Council, that both Fleet and Army be withdrawn from America, and these Colonists be left entirely to themselves. I wish I had been a Member of His Majesty's Cabinet Council, that, I might have seconded this Opinion. I should have said, that this Measure only anticipates the necessary Course of Events a few Years; that a forced and every day more precarious Monopoly of about 6 or 700,000 Founds a year of Manufactures, was not worth contending for; that we should preserve the greater part of this Trade even if the Ports of America were open to all Nations; that it was very likely, in our method of proceeding, that we should be disappointed in our Scheme of conquering the Colonies and that we ought to think beforehand how we were to govern them, after they were conquer'd. [...] Let us, therefore, lay aside all Anger; shake hands, and part Friends. Or if we retain any anger, let it only be against ourselves for our past Folly; and against that wicked Madman, Pitt; who has reducd us to our present Condition.*"(HUME, 1888:288-89)

O tom cauteloso que introduz a inflamada crítica de Hume às hostilidades pode ser justificado por dois fatores. Ele e Straham haviam deixado de trocar cartas após um desentendimento, reatando a amizade depois de algumas iniciativas tímidas do segundo. No entanto, mais do que isso, talvez justifique-se pelo posicionamento mantido pelo editor no fim de sua carreira política - com a substituição das simpatias Whig comuns aos escoceses ilustrados do período por uma sólida defesa do tratamento Tory à insubordinação colonial. A provocação do fim da carta anterior não é deixada sem resposta:

> "*But I differ from you, toto caelo, with regard to America. I am entirely for coercive methods with those obstinate madmen: And why should we despair of success? - Why should we suffer the Empire to be so dismembered, without the utmost exertions on our part? I see nothing so very formidable in this business, if we become a little more unanimous, and could stop the mouths of domestic traitors, from whence the evil originated. - Not that I wish to enslave the Colonists, or to make them one jot less happy than ourselves; but I am for keeping them subordinate to the British Legislature, and their trade in a reasonable degree subservient to the interest of the Mother Country; an advantage she well deserves, but which she must inevitably lose, if they are emancipated as you propose. I am really surprised you are of a different opinion.*"(STRAHAM a HUME, 1888:288-89)

[1] Amigo próximo, membro do parlamento e livreiro responsável pela publicação não só das obras de Hume, como das de Smith e Gibbon. Ainda que Straham tenha estabelecido laços de amizade com alguns dos líderes do movimento - como Benjamin Franklin, que conhece em função de interesses editoriais comuns -, sua leitura dos acontecimentos revela uma clara antipatia pelos insurretos.

Dois elementos constituem especial interesse, nesse fragmento. Em primeiro lugar, a menção (ainda que breve - e possivelmente apressada) à associação entre dominação colonial e escravidão nos dá alguma idéia dos ecos do debate sobre soberania travado ao longo do século XVIII, mencionado no capítulo anterior. Mais importante, no entanto, é o reconhecimento de Straham da questão fundamental presente na disputa com a América - o comércio colonial e os ganhos auferidos deste, principalmente via tributação. Em alguns dias, Hume esclarece a Straham o que considera serem os verdadeiros prejuízos da perda dos territórios norte-americanos - "but the worst effect of the loss of America, will not be the Detriment of our Manufactures, which will be a mere trifle, or to our Navigation, which will not be considerable; but to the Credit and Reputation of Government, which has already but too little Authority."(HUME, 1888:308). Pouco mais tarde, ao fazer a defesa da Independência ao Barão Mure de Caldwell, evocaria mais uma vez a pouca diferença que faria a perda das colônias ao comércio inglês, recorrendo também a um breve apelo aos sentimentos libertários do aristocrata: "I am American in my Principles, and wish we would let them alone to govern or misgovern themselves as they think proper: The Affair is of no Consequence, or of little Consequence to us."(HUME, 2011:303)[2]

Incapacitado de debater abertamente a questão[3], o filósofo reduz-se à troca de opiniões sobre a Guerra de Independência no âmbito privado. Outros de seus contemporâneos, no entanto, não hesitaram em fazer uso da oportunidade para lançar panfletos em defesa dos americanos. Burke, defendendo ideias próximas às de Hume, escreveria ainda em Março de 1775 que o comércio com as Américas perfazia 1/3 do total mantido com o restante do globo, representando as hostilidades grande prejuízo para os cofres ingleses (BURKE, 1999:231)[4]. Mais do que isso, avançaria na chave dos valores políticos comuns a ingleses e americanos, buscando atrair a simpatia de seus compatriotas pela causa da Independência. Em seu *Discurso sobre a Conciliação com as Colônias*, afirma:

> "*In this character of the Americans, a love of freedom is the predominating feature which marks and distinguishes the whole: and as an ardent is always a jealous affection, your colonies become suspicious, restive, and untractable, whenever they see the least attempt to wrest from them by force, or shuffle from them by chicane, what they think the only advantage worth living for. This fierce*

[2] O tratamento dado por Hume à questão deriva, em grande medida, de seus escritos anteriores sobre o comércio britânico (e a necessidade de não intervenção política sobre a vida comercial). Uma quantidade razoável de material pode ser encontrada sobre esse tema; para uma leitura introdutória, concentrada na relação entre esse debate e o tema geral da Independência, ver LIVINGSTON, 2010 e 2009, GALLEGOS, 1998, e DANFORD, 2006.

[3] Menos de um ano após a troca de idéias com Straham, Hume falece. Quem escreve ao editor sobre a morte do amigo comum é Smith, que menciona sua perseverança e espírito crítico, mesmo nos momentos finais. (HUME, 1888:xxiv-xl)

[4] O risco de destruição dos recursos naturais e humanos é mencionado, também: "A further objection to force is, that you impair the object by your very endeavours to preserve it. The thing you fought for is not the thing which you recover; but depreciated, sunk, wasted, and consumed in the contest. Nothing less will content me, than whole America. I do not choose to consume its strength along with our own; because in all parts it is the British strength that I consume. I do not choose to be caught by a foreign enemy at the end of this exhausting conflict; and still less in the midst of it. I may escape; but I can make no insurance against such an event. Let me add, that I do not choose wholly to break the American spirit; because it is the spirit that has made the country."(HUME, 1888:236)

> *spirit of liberty is stronger in the English colonies probably than in any other people of the earth; and this from a great variety of powerful causes; which, to understand the true temper of their minds, and the direction which this spirit takes, it will not be amiss to lay open somewhat more largely."*(BURKE, 1999:236)

Logo adiante, complementa:

> "*How long it will continue in this state, or what may arise out of this unheard-of situation, how can the wisest of us conjecture? Our late experience has taught us that many of those fundamental principles, formerly believed infallible, are either not of the importance they were imagined to be; or that we have not at all adverted to some other far more important and far more powerful principles, which entirely overrule those we had considered as omnipotent. I am much against any further experiments, which tend to put to the proof any more of these allowed opinions, which contribute so much to the public tranquillity. In effect, we suffer as much at home by this loosening of all ties, and this concussion of all established opinions, as we do abroad. For, in order to prove that the Americans have no right to their liberties, we are every day endeavouring to subvert the maxims which preserve the whole spirit of our own. To prove that the Americans ought not to be free, we are obliged to depreciate the value of freedom itself; and we never seem to gain a paltry advantage over them in debate, without attacking some of those principles, or deriding some of those feelings, for which our ancestors have shed their blood."*(BURKE, 1999:245)[5]

Smith, que não tinha por hábito a publicação de panfletos políticos comum aos pensadores do período, também dedica-se extensivamente ao tema. Segundo Donald Winch (WINCH, 2008:146), um estudioso dos temas políticos no trabalho do filósofo escocês, apesar das constantes referências à Revolução Americana simplesmente como as 'perturbações recentes', há razão suficiente para crer que o tema interessava muito mais a Smith do que o aparente descaso presente na descrição deixa transparecer. Ao longo dos anos passados em Londres logo antes da publicação d'A Riqueza das Nações, o autor teria dedicado boa parte de seus esforços na discussão do tema, aprofundando seus conhecimentos sobre a Guerra de Independência. A confirmação desse interesse vem em uma carta de Hume, enviada a Smith em 8 de Fevereiro:

> "*The Duke of Bucleugh tells me, that you are very zealous in American Affairs. My Notion is, that the Matter is not so important as is commonly imagind. If I be mistaken, I shall probably correct my Error, when I see you or read you. Our Navigation and general Commerce may suffer more than our Manufactures. Shoud London fall as much in its Size, as I have done, it will be the better. It is nothing but a Hulk of bad and unclean Humours. Yours."*(SMITH, 1981:149)

[5] Além da postura de Hume e Burke, Ferguson também emite declarações sobre a Guerra de Independência. No entanto, o conjunto de suas manifestações vão no sentido da defesa da posição britânica e da intervenção direta sobre os territórios insurrectos. Para um registro cuidadoso das declarações e do embate com Price, já assinado o armistício, ver HAMOWY, 2006

Diferentemente de Hume, Smith via, sim, um ponto central de interesse nas recentes complicações na América. Em alguma medida, essa dedicação poderia ser explicada pelos conselhos dados a Townshend quanto à tributação das colônias na década de 1760 (que levaria o autor a ver na Revolução uma consequência de um ato falho seu, ou de sua incapacidade em antever os resultados da medida proposta), como defende Winch. Andrew Skinner (1976), por outro lado, vê na leitura de Smith da emancipação das colônias americanas uma figura histórica conveniente para ilustrar alguns dos preceitos mais amplos de sua teoria; tese esta que encontra-se de acordo com a leitura de Pocock (1996) da peculiar utilidade da história nos trabalhos do filósofo escocês.

Ambos os textos remetem, em última instância, ao artigo de Ernest H. Benians, publicado ainda na primeira metade do século passado, lidando com um suposto projeto de Império desenvolvido pelo pensador escocês. Reavaliando a trajetória do Império Britânico nas décadas seguintes à publicação d'*A Riqueza das Nações*, Benians problematizaria a incorporação de alguns dos elementos da análise smithiana às motivações dos formuladores da política econômica/externa britânica no período, constatando grande adesão à idéia de liberalização das relações mantidas com as possessões coloniais sem o estabelecimento de vínculos políticos duradouros entre os vários "ramos" do Império, na forma do sistema de representantes coloniais preconizado por Smith.

Nas páginas seguintes, tentamos lançar luz não só sobre a peculiar leitura da crítica de Smith ao colonialismo feita por Benians como sobre alguns de seus problemas estruturais. Ainda que aprofundada, criteriosa, a análise desenvolvida pelo catedrático de Cambridge é fruto das limitações teóricas inerentes ao período em que é elaborada e ao contexto circundante a seu autor, deixando de lado alguns componentes de importância do pensamento smithiano e culminando em uma série de conjecturas que pouco contribuiriam para o desenvolvimento posterior das asserções levantadas.

I – Smith e a crítica ao colonialismo em perspectiva histórica

Partindo da simultaneidade entre a publicação d'*A Riqueza das Nações* e a Declaração da Independência norte-americana, E. H. Benians, discípulo direto de Alfred Marshall e titular da cadeira de economia política de Cambridge na década de 1920, se propõe a investigar a presença, na obra magna de Smith, de um projeto de revisão do Império Britânico. Autor de críticas paradigmáticas ao sistema colonial, o pensador escocês teria sido responsável pela formulação de propostas objetivas de reformulação do arcabouço institucional mercantilista e progressiva "liberalização" do Império.

De acordo com o catedrático de Cambridge, a proposta smithiana poderia ser resumida na oposição em termos morais à opressão colonial, aos privilégios corporativos preservados nos braços ultramarinos do *Ancien Régime*. Nas palavras de Benians,

> "*In place of this fictious empire, with its lack of cohesion, its 'impertinent badges of slavery' on the colonies and its burdensome futility for the mother country, he proposed a close and equal union of Great Britain and her colonies - a united Parliament, a common system of taxation and complete freedom of trade within the empire - equality, in fact, of status, burden and opportunity between mother country and colony. The proposal entailed a complete departure from the old colonial system in certain fundamental matters to which either British or colonial opinion was firmly wedded - the abolition of the monopoly of colonial trade, a proportionate distribution of the burden of imperial defense and a proper representation of the colonies in the Parliament*"(BROADIE, 2007:11)

A partir da passagem supracitada, podemos abstrair simultaneamente as motivações para a revisão desse "Império fictício" e o que Benians compreende como a proposta normativa desenvolvida por Smith. A crítica ao sistema colonial estaria centrada em três problemas distintos - falta de coesão política, relações de desigualdade entre colônias e império e as despesas excessivas envolvidas em sua manutenção -, representativos dos dilemas políticos e econômicos enfrentados pela administração metropolitana. A trajetória dessa empreitada é brevemente delineada pelo pensador, partindo de sua origem nas iniciativas das potências ultramarinas ibéricas. Caracterizando os alicerces da empresa colonial espanhola, Smith determina o atrativo exposto por Colombo ao Conselho de Castela como justificativa para suas atividades no Novo Mundo: a aquisição de *bullion*, riqueza mineral manifesta em ouro e prata, em sua fonte direta. Nas palavras do autor, "a project of conquest gave occasion to all the establishments of the Spaniards in those newly discovered countries. The motive which excited them to this conquest was a project of gold and silver mines; and a course of accidents, which no human wisdom could foresee, rendered this project much more successful than the undertakers had any reasonable grounds for expecting." (SMITH, 1981:564)

Partindo dos problemas envolvidos na constituição das primeiras colônias em solo americano, Smith analisa os caminhos que conduziram à situação diversa dos territórios ocupados pelas levas colonizatórias seguintes. As terras abundantes das colônias norte-americanas assim como a pouca interferência do Estado em seus regimentos internos são vistas como elementos responsáveis pela sua ventura, independente (e contrária, em certa medida) ao projeto dos Estados modernos para o novo mundo:

> "*In the plenty of good land, the European colonies established in America and the West Indies resemble, and even greatly surpass, those of antient Greece.8 In their dependency upon the mother state, they resemble those of ancient Rome; but their great distance from Europe has in all of them alleviated more or less the effects of this dependency. Their situation has placed them less in the view and less in the power of their mother country. In pursuing their interest their own way, their conduct has, upon many occasions, been over–looked, either because not known or not understood in Europe; and upon some occasions it has been fairly suffered and submitted to, because their distance rendered it difficult to restrain it.* [...] *The*

> *progress of all the European colonies in wealth, population, and improvement, has accordingly been very great.*" (SMITH, 1981:567)[6]

Por mais criticável que seja a crença exposta por Smith no "progresso e desenvolvimento" das colônias americanas, este não é ponto central da menção feita acima à posição do autor sobre o sistema colonial. Com a passagem supracitada, evidencia-se a continuidade dada à *proposta* de intervenção das potências mercantis européias nos territórios coloniais, e como a *inviabilidade* de manutenção desta permitia aos colonos perseguir seus próprios interesses. Se esses territórios prosperam, é *apesar* e não *em função* dos esforços empreendidos pelas potências mercantilistas em fortalecer o domínio sobre suas colônias. E é sobre os encargos advindos das sucessivas tentativas de interferência das potências continentais que situam-se as críticas mais severas de Smith aos monopólios comerciais dos quais os territórios americanos eram vítimas. Discutindo as possibilidades de tributação dos territórios ocupados, demonstraria, a partir das despesas envolvidas no negócio colonial, que parcela significativa destas era destinada essencialmente à defesa dos territórios conquistados no ultramar e à preservação do status político dos mesmos – enquanto um montante relativamente reduzido tinha por fim a constituição de uma estrutura voltada à administração dos negócios locais. Segundo Smith,

> "*The English colonists have never yet contributed any thing towards the defence of the mother country, or towards the support of its civil government. They themselves, on the contrary, have hitherto been defended almost entirely at the expence of the mother country. But the expence of fleets and armies is out of all proportion greater than the necessary expence of civil government. The expence of their own civil government has always been very moderate.* [...] *The most important part of the expence of government, indeed, that of defence and protection, has constantly fallen upon the mother country.*" (SMITH, 1981:573-574)

Com os gastos envolvidos na manutenção da ostensiva Marinha de Guerra inglesa, as colônias apresentam-se, para Smith, num sistema não só ineficiente como oposto à lógica mercantil que motivava as ações governamentais movidas nesse sentido. Prova-se, sem que seja necessário discutir a validade da meta de acumulação de riqueza metálica, que o sistema colonial se apresenta mais como fonte de despesa e instabilidade política do que de divisas para o Estado Absolutista. Benians desenvolve estas críticas em sua análise, concentrando-se na perspectiva da autonomia das partes

[6] Um ponto que consideramos de suma importância para a compreensão dos argumentos smithianos sobre o sistema colonial – a analogia entre colonialismo moderno e clássico, assim como a distinção entre colônias romanas e gregas, na antiguidade – faz-se presente nessa passagem. Pretendemos retomá-lo posteriormente, desenvolvendo as implicações dessa distinção dentro das teses de Smith e Benians.

frente à incapacidade da administração colonial britânica em manter a coesão do todo e de sua fragilidade, no grande jogo da política internacional: "There was no effective collaboration of its different parts for purposes of defence. Local liberty had far outrun imperial organization. There was no adequate central control. An antiquated and ill-adapted machinery, a confusion of authorities, a number of rights exercised and resented, with the vague and disputed power of Parliament in the background - such were the means of colonial government."(Benians, 1925:254)

Dadas as razões para a crise do sistema, Benians torna claros aqueles que considera os encaminhamentos sugeridos por Smith para a sua reformulação; estes passariam, necessariamente, pela abolição dos monopólios constituintes do exclusivo colonial e pela incorporação da colônia pela mãe-pátria através da abertura de canais de representação no parlamento (Benians, 1925:270). A relação das duas propostas com o restante da obra é evidente. Os monopólios coloniais são compreendidos, economicamente, como uma das causas centrais da ineficiência estrutural das relações mantidas pelo Império Britânico com suas possessões no âmbito do sistema colonial, incapazes de compensar as expensas necessárias à defesa dos territórios dominados ou contribuir com o enriquecimento da nação. Nada poderia ser mais razoável, nessa lógica, do que propor sua abolição. No entanto, a segunda medida merece especial atenção - é nela que reside a inovação da leitura empreendida em *Adam Smith's Project of an Empire* e que representaria, para seu autor, a principal singularidade teórica da revisão empreendida ao longo do Livro IV. Em que medida podemos pensar a continuidade do elo entre metrópole e colônia subtraído seu determinante central, o exclusivo comercial? E como garantir aos colonos representação política poderia conter a crise iminente?

Para Benians, a proposta smithiana poderia ser compreendida como uma forma pioneira de repensar as receitas do Império. Se as colônias americanas apresentavam potencial para desenvolvimento econômico, melhor do que concentrar-se nos ganhos das tradicionais companhias comerciais seria investir na criação de um arcabouço institucional que favorecesse a tributação direta da produção realizada nas colônias. E a primeira etapa, nesta trajetória, envolveria a concessão de assentos no Parlamento a representantes dos colonos – idéia defendida não só por Smith como por outros pensadores de seu tempo, como Benjamin Franklin, Thomas Pownall e James Otis. Para que os colonos aceitassem as pesadas tarifas a que estariam sujeitos, era necessário que passassem a fazer parte do Império não mais como as populações dominadas de uma terra distante, fruto da conquista territorial e sujeita à expropriação política/econômica em seus termos mais bárbaros. Era preciso que estes fossem compreendidos como cidadãos plenos, compartilhando dos direitos – e deveres – de seus "compatriotas" das Ilhas Britânicas. A abolição dos monopólios pode ser reinterpretada, assim, não como a eliminação de uma das razões da ineficiência econômica do Império – mas como uma das etapas da solução supostamente proposta por Smith para os dilemas enfrentados pelo Antigo Sistema Colonial em sua fase final, pautada na igualdade política entre colônia e metrópole.

Nas páginas finais do capítulo do Livro IV dedicado às questões presentes na relação entre colônias e metrópole, Smith apresenta suas idéias quanto à representação das colônias no parlamento em termos claros:

> "*The parliament of Great Britain insists upon taxing the colonies; and they refuse to be taxed by a parliament in which they are not represented. If to each colony, which should detach itself from the general confederacy, Great Britain should allow such a number of representatives as suited the proportion of what it contributed to the publick revenue of the empire, in consequence of its being subjected to the same taxes, and in compensation admitted to the same freedom of trade with its fellow–subjects at home; [...] Unless this or some other method is fallen upon, and there seems to be none more obvious than this, of preserving the importance and of gratifying the ambition of the leading men of America, it is not very probable that they will ever voluntarily submit to us; and we ought to consider that the blood which must be shed in forcing them to do so, is, every drop of it, the blood either of those who are, or of those whom we wish to have for our fellow–citizens."*(Smith, 1983:622-623)

O impacto desta proposta na reflexão inglesa sobre política imperial é acompanhado cuidadosamente por Benians, com a conclusão (não sem um certo pesar) de que das duas proposições mais marcantes de Smith sobre a relação entre o Império Britânico e suas colônias, apenas o prognóstico de abandono dos monopólios comerciais coloniais tenha sido seguido em acordo com sua proposição original. Muitas são as razões elencadas pelo autor, em *Adam Smith's Project of an Empire*, para a não realização dessa fraternidade de nações nos termos em que teria sido supostamente idealizada por Smith, com representação igualitária dos colonos no parlamento britânico. A justificativa central, no entanto, remete mais uma vez à discussão sobre os colonialismo em termos morais. Benians vê nos interesses estabelecidos e no apego das populações nas duas margens do atlântico a suas instituições políticas próprias o principal entrave à integração entre a Grã-Bretanha e suas colônias americanas:

> "*The adaptation and attachment of people on both sides of the Atlantic to the political life and institutions they had shaped for themselves could not be lightly dismissed as prejudice. Reason and logic and the necessity of the hour might be on the side of a bold reconstruction of the empire, but history could furnish no appropriate parallel or encouraging precedent, and the stream of English tradition had run for long in another channel."*(Benians, 1925:264)

Benians veria na proposta de Smith para as colônias inglesas um modelo politicamente progressista de representação e integração internacional – afirmando-o, em alguns momentos, como uma proposta "muito à frente de seu tempo". Quando este programa aproxima-se de sua realização, nas décadas de 1850, 1860, já é sob outra forma. Neste momento, "o Império havia se transformado

em uma liga de nações, compreendendo vastas dependências em estágios variados de desenvolvimento político, e sua unidade somente poderia ser concebida em outros termos e mantida de maneira apropriada a sua nova forma e espírito."(Benians, 1925:270) A proposta de integração política por meio de uma estrutura representativa central já não estava mais no horizonte dos parlamentares britânicos, e a alternativa ao "velho Império" não poderia ir muito além de um todo caótico de possessões políticas distintas, com pouco em comum além da demarcação pelas "linhas vermelhas" nos mapas tradicionais.

Concentrando-se sobre a pouco discutida apresentação de um sistema alternativo ao colonialismo moderno por Smith, a interpretação de Benians possui o mérito de trilhar uma trajetória pouco usual na interpretação de um dos pilares teóricos da Economia Política Clássica. Sua análise, dotada de elevado grau de originalidade, distancia-se das interpretações convencionais do pensador escocês e de seu apego aos Livros I e II de sua grande obra, cerne de sua teoria do valor e berço de grande medida das "frases feitas" e citações recorrentes representativas do mito construído ao redor da figura histórica do autor.[7]

No entanto, acreditamos que a perspectiva analítica defendida por Ernest Benians apresenta algumas deficiências. Ao concentrar-se sobre os argumentos apresentados nas últimas páginas do Capítulo VII, o autor perde o panorama mais amplo da crítica proposta por Smith ao colonialismo moderno – e deixa de lado a forma específica de sua apresentação, dotada de peculiaridades próprias. Acreditamos que a estrutura do capítulo em questão já daria preciosas indicações do significado pretendido por Smith às suas proposições (e ao projeto de revisão do Império), indo além da proposta de representação formal delineada por Benians. Adicionalmente, o economista de Cambridge perde de vista alguns dos objetivos específicos deste projeto, ao ater-se essencialmente à dimensão *moral* dos argumentos smithianos – desenvolvidos, também, em termos *políticos*, *econômicos* e *estratégicos*.

II – *Apoikía* e *Colonia*: o papel do Colonialismo Antigo na redação do Livro IV

Como ressaltamos no início do texto, é possível perceber certo contraste metodológico entre os primeiros livros d'*A Riqueza das Nações* e os enunciados desenvolvidos por seu autor sobre o sistema colonial. Se nas elucubrações acerca da Divisão Social do Trabalho, do papel das liberdades individuais para a riqueza de uma nação e das linhas gerais de sua teoria do valor Smith concentra-se

[7] Warren S. Gramm desenvolve a problemática da concentração das leituras de Smith nas teses centrais de seus primeiros livros, discorrendo sobre suas razões e desdobramentos em *The Selective Interpretation of Adam Smith*. Como coloca ao enunciar a proposta geral de seu artigo: "Of the 1.438 pages written by Adam Smith in his two major published works, only a few lines from several pages of the Wealth of Nations are regularly mentioned in orthodox economics texts. These are the statements on division of labor, paradox of value, the invisible hand, and the functions of government. On these grounds, he is known primarily for rationalizing individual self-interest as the necessary, strategic medium for promoting economic welfare. Yet it may be argued that a correct understanding of Smith's perspective leads to the opposite conclusion. That is, when his life's work is considered as a unit, his political-economic perspective is seen to be social, not primarily individualistic, and his major contributions to economic analysis involve elucidation of economic growth."(p.120)

nos condicionantes *morais* da propensão dos indivíduos ao trabalho e à troca – a busca por ganho e satisfação individual como força motriz do comportamento econômico – nos Livros III e IV a problemática central parece dar-se em termos *históricos* e *políticos*. A transição da análise da atuação de *indivíduos* para *nações* pressupõe mais do que uma mudança de escopo – transforma-se a estrutura do texto, sua apresentação e, principalmente, a posição das muitas variáveis analíticas presentes no sistema teórico smithiano. Há um certo consenso, entre os analistas, em creditar essa alteração à passagem do autor pela França e ao círculo de intelectuais que acompanha a redação/revisão dos últimos capítulos de sua grande obra. Salim Rashid localiza no período entre 1774 e a efetiva publicação da obra a revisão do livro sobre as colônias e das teses relacionadas à oferta de representação no parlamento aos colonos. Ao longo deste período, o pensador escocês teria aprofundado o contato com os escritos do Reverendo Josiah Tucker, lidando também com a questão da então "compreensível" separação entre América e Grã-Bretanha. Nas palavras do autor,

> "*If we remember that Smith left for London in 1774 planning to get the Wealth of Nations published but revised it over three years paying special attention to the colonial question (according to his biographer), there seems good circumstantial evidence to suggest that Tucker influenced Smith. The greater political prescience of Tucker is clearly seen by the fact that in the first edition of the Wealth of Nations, Smith refers to the colonial conflicts as the "late disturbances" in the colonies. Smith clearly expected the disturbances to be over by the time his book was published in the spring of 1776.*"(Rashid, 1981:456-457)[8]

Dalphy Fagerstrom, por sua vez, contextualiza o interesse nos dilemas pertinentes ao binômio político colônia-Império (e as posições tomadas no debate sobre os rumos do mesmo) como consequência de algumas passagens peculiares da biografia de Smith - sua associação aos mercadores de Glasgow durante sua estadia na cidade, de 1751 a 1764, as questões postas à Escócia enquanto parte integrante da União e a relação com Benjamin Franklin desempenhariam papel fundamental na inflexão dos argumentos smithianos. Em todo caso, é claramente perceptível a adoção, ao longo de todo Livro IV mas principalmente em seu Capítulo VII, de um curioso recurso metodológico: o contraste do colonialismo clássico, greco-romano, aos descaminhos das potências coloniais modernas.

A demonstração mais expressiva dos usos da peculiar visão de história adotada por Smith encontra-se, não por acaso, nos fragmentos em que Benians concentra sua análise . Subdividido em três partes - "Os motivos da fundação de novas colônias", "Causas da prosperidade das novas colônias" e "As vantagens que a Europa auferiu da descoberta da América e da descoberta de uma passagem para as Índias Orientais através do cabo da Boa Esperança" -, o Capítulo VII é iniciado justamente com

[8] É importante salientar que os dois autores geralmente encontravam-se em extremos opostos nos debates sobre Economia Política, em sua época. Burke e Pitt, próximos ao autor d'*A Riqueza das Nações* e, em alguma medida, herdeiros diretos de seu legado teórico, eram vítimas constantes da "lógica impiedosa" do Reverendo Tucker.

uma digressão acerca da natureza das colônias gregas e romanas, na antiguidade clássica. Segundo o economista, as manifestações do colonialismo nestes dois impérios eram profundamente distintas. Quanto aos gregos, afirmaria que:

> "*The mother city, though she considered the colony as a child, at all times entitled to great favour and assistance, and owing in return much gratitude and respect, yet considered it as an emancipated child, over whom she pretended to claim no direct authority or jurisdiction. The colony settled its own form of government, enacted its own laws, elected its own magistrates, and made peace or war with its neighbours as an independent state, which had no occasion to wait for the approbation or consent of the mother city. Nothing can be more plain and distinct than the interest which directed every such establishment."*(SMITH, 1981:556)

Quanto aos romanos, via nas origens da República as razões para a constituição de um sistema colonial muito distinto do aplicado pelas cidades livres gregas. Sendo que "como a maioria das demais repúblicas antigas, foi fundada sobre uma lei agrária, a qual dividia o território público, segundo certa proporção, entre os diversos cidadãos que compunham o Estado", incorria na necessidade de aquisição constante de novos territórios para manter os estratos possuidores de terras da população em condições favoráveis, dada a gradual fragmentação das posses privadas por casamento, herança e sucessão. Dando continuidade a esta lógica de demanda por propriedade fundiária e conquistas militares, o Império Romano pautou-se por uma prática de colonialismo diretamente intervencionista, derivada de um modelo de centralização do poder político e econômico entre colônias submissas, subalternas, e a "grande loba", núcleo da vida pública imperial. Quanto ao estabelecimento de populações romanas em novos territórios seguindo este modelo, Smith alegaria que

> "[Rome] *assigned them lands generally in the conquered provinces of Italy, where, being within the dominions of the republick, they could never form any independent state; but were at best but a sort of corporation, which, though it had the power of enacting bye–laws for its own government, was at all times subject to the correction, jurisdiction, and legislative authority of the mother city. The sending out a colony of this kind, not only gave some satisfaction to the people, but often established a sort of garrison too in a newly conquered province, of which the obedience might otherwise have been doubtful. A Roman colony, therefore, whether we consider the nature of the establishment itself, or the motives for making it, was altogether different from a Greek one."*(SMITH, 1981:557-558)

Tamanha é, para o autor, a diferença entre os dois "tipos ideais" de colonialismo antigo que este dedica-se ao resgate da distinção entre a etimologia dos termos utilizados em sua denominação, no passado em que ainda vigoravam: *Apoikía* (αποιχια) significa uma "separação de moradia, uma

partida de casa, uma saída de casa"; enquanto a *Colonia* romana "representa simplesmente uma colonização"(Smith, 1983:50). A distinção, por elementar que possa parecer, é evocada (ainda que sutilmente) nas várias páginas dedicadas ao trato com os malefícios da exclusividade comercial e a constituição de Colônias pelas nações modernas, provendo o plano *ideal* para a análise da *realidade* política e econômica da Europa mercantilista.

Ainda em seu Livro IV, Smith trabalha algumas das peculiaridades das colônias do Norte que confeririam a estas o status de colônia "positiva", próxima do ideal abstraído do colonialismo grego. Entre estas, digna de destaque é a "ausência" de uma relação de exclusividade comercial entre os territórios dominados e uma companhia mercantil específica, tida como profundamente danosa às possessões de outros impérios. "Under so liberal a policy the colonies are enabled both to sell their own produce and to buy the goods of Europe at a reasonable price"(Smith, 1981:576), afirma Smith, complementando que "this has always been the policy of England". A diferenciação nos argumentos (que nos é especialmente cara) vem em uma das passagens seguintes, lidando com os gêneros e capacidades advindos do comércio americano, uma vez que as principais mercadorias comercializadas por esses territórios seriam "cereais de todos os tipos, *madeiras de construção*, mantimentos salgados, peixe, açúcar e rum", todos eles de alta necessidade para o fomento e manutenção das atividades navais britânicas. As atividades pesqueiras empreendidas pelos colonos, por exemplo, são extremamente bem vistas pelo autor:

> "*To increase the shipping and naval power of Great Britain, by the extension of the fisheries of our colonies, is an object which the legislature seems to have had almost constantly in view. Those fisheries, upon this account, have had all the encouragement which freedom can give them, and they have flourished accordingly. The New England fishery in particular was, before the late disturbances, one of the most important, perhaps, in the world. The whale–fishery which, notwithstanding an extravagant bounty, is in Great Britain carried on to so little purpose, that in the opinion of many people (which I do not, however, pretend to warrant) the whole produce does not much exceed the value of the bounties which are annually paid for it, is in New England carried on without any bounty to a very great extent. Fish is one of the principal articles with which the North Americans trade to Spain, Portugal, and the Mediterranean.*" (SMITH, 1981:577-578)

A passagem acima nos confere um exemplo claro daquilo que buscamos com uma revisão da posição adotada por Smith sobre o sistema colonial. Ao se referir ao desenvolvimento da pesca nas colônias americanas, enuncia um importante princípio de seu sistema de livre comércio, muitas vezes ignorado pelos intérpretes centrados na atuação (e constituição) de agentes racionais, econômicos, ou no debate sobre abertura comercial: o papel *estratégico* da adoção de políticas liberais n'*A Riqueza das Nações*. A liberdade dada aos colonos para que empreendessem a atividade para a qual seu território apresentava capacidades naturais não é meritória somente pela defesa da liberdade individual

enquanto ideal, mas também pelo desenvolvimento profissional de mão de obra versada na condução, manejo e manutenção dos pesqueiros, uma camada de cidadãos que poderia ser prontamente incluída às forças navais britânicas, em momento de necessidade. Situação semelhante é observada no tocante ao comércio de madeira entre o novo mundo e as Ilhas Britânicas, ainda que nesse caso o interesse em comercializar tal gênero se deva principalmente a um subsídio mantido pela coroa. A dependência britânica de matérias primas para indústria naval é notória, e sempre representou uma das razões estratégicas presentes na ocupação dos territórios americanos. Curiosamente, Smith vê nesse caso de intervenção resultados muito positivos para o desenvolvimento das colônias enquanto economias autônomas: "a tendência de algumas dessas medidas no sentido de aumentar o valor da madeira na América e, com isso, facilitar o desbravamento da terra, talvez não tenha sido tencionada nem entendida pelos legisladores. Embora, portanto, os efeitos benéficos dessas medidas tenham sido, sob esse aspecto, casuais, nem por isso foram menos reais"(Smith, 1983:67).

Nesse sentido, a *apoikía* grega é mais uma vez superior à *colonia* romana, se nos valemos da oposição proposta por Smith no início do capítulo. Por promover a autonomia das populações locais, garantiria o envolvimento destas em atividades que terminariam por conferir à metrópole os recursos necessários à manutenção do poderio britânico no cenário internacional – i.e., tripulação e matérias primas para a construção naval – por meio da flexibilização dos monopólios e regulações adotados pela pátria-mãe. A *colonia* latina, por outro lado, representaria uma estrutura aviltante de gastos exorbitantes sem retorno que os compensasse, uma vez que as vantagens estratégicas da possessão colonial seriam gastas na manutenção da mesma, sem benefícios para os territórios recentemente ocupados ou Grã-Bretanha, agindo em proveito somente de camadas internas aos dois extremos do eixo colonial (as elites das duas localidades, beneficiadas pelos privilégios governamentais). Nesse sentido, mais do que um libelo contra *o* colonialismo, o ataque promovido por Smith ao sistema de monopólios apresenta-se como a crítica de *um* colonialismo específico, havendo alternativas dentro ao sistema mercantil para sua redenção, por meio da liberação (não desinteressada) dos territórios conquistados. A razão maior do atraso dos territórios coloniais, nesse contexto, seria não a sujeição a um governo externo aos seus limites, mas a série de ordenações *econômicas* postas em curso para favorecer setores específicos do comércio intercontinental, visando à ampliação do mercado para a produção empreendida por estes. Retornando ao texto de Smith, "uma vez fundadas essas colônias, e depois de se terem tornado tão consideráveis a ponto de atrair a atenção da mãe-pátria, as primeiras medidas legais que esta adotou em relação a elas tinham sempre em vista assegurar para ela própria o monopólio do comércio colonial; seu objetivo consistia em *limitar o mercado das colônias e ampliar o dela*, às expensas das colônias e, portanto, mais em refrear e desestimular a prosperidade delas, do que em apressá-la e promovê-la. Nas diferentes maneiras de exercer esse monopólio é que reside uma das diferenças mais essenciais da política de diversas nações européias em relação a suas colônias. A

melhor de todas elas, a da Inglaterra, é apenas um pouco mais liberal e menos opressiva que a de qualquer uma das demais nações."(Smith, 1983:74)

Mais do que condicionantes morais, psicológicos, Smith concentra-se nos desdobramentos políticos e econômicos da dominação colonial como justificativa para seu abandono – e é a partir da ênfase dada a esses condicionantes que justifica-se a contraposição ao caso clássico. Compreendendo sua defesa do liberalismo como análoga à autonomia desfrutada pela *apoikía* grega frente à cidade mãe, procede demonstrando como a liberdade das "pequenas nações" da Grécia Antiga seria meritória não apenas moralmente, mas também (e principalmente) em termos pragmáticos. A defesa do Livre Comércio desenvolve-se, aqui, para além do *laissez-faire* centrado em si mesmo, categoricamente positivo – o abandono dos arcaicos enunciados de política econômica mercantilista poderia ser compreendido como a opção por um sistema mais adequado à consolidação da primazia internacional britânica.

A parte do capítulo em questão dedicada às vantagens auferidas pela Europa no comércio colonial é emblemática, nesse sentido. Smith considera, inicialmente, que a colonização empreendida pelas potências européias teria proporcionado um aumento das satisfações gerais dos seus habitantes, dada a enorme variedade de mercadorias inseridas em suas pautas de consumo, acrescendo a esse fator um incremento significativo da atividade econômica, dada a intensidade do tráfico comercial entre os territórios recém-ocupados e os centros produtivos-comerciais do velho continente. Contudo, consideraria que a exclusividade de comércio mantida pelos colonizadores acabaria por diminuir – ou "manter abaixo do que de uma outra forma atingiriam" - a satisfação e a atividade do conjunto, mas especialmente das colônias – não sem ganhos específicos para os grandes colonialistas. Curiosamente, a primeira destas (na listagem de Smith) é o reforço *militar* e *financeiro* proporcionado pelas colônias – francamente questionável, segundo o autor. Retomando a oposição entre os modelos de colônia adotados por gregos e romanos, afirma que "as colônias romanas ocasionalmente proporcionavam as duas vantagens", enquanto "as colônias gregas, por vezes, contribuíam com uma força militar, mas raramente com alguma renda", para em seguida reforçar os paralelos estabelecidos entre o ideal de *colonia* romana e as colônias européias modernas, que "até agora nunca forneceram nenhuma força militar para a defesa da mãe pátria", uma vez que "sua força militar até hoje nunca foi suficiente sequer para sua própria defesa". Ademais, a defesa destes mesmos territórios representaria ocupação permanente das forças militares de cada nação envolvida, razão pela qual constituiriam mais um ônus do que benefício à pátria-mãe.(Smith, 1983:77)

Já a questão da exclusividade de comércio enquanto vantagem específica representa um dos cernes do argumento smithiano sobre abolição dos monopólios comerciais. Por representarem uma desvantagem para os demais países, seriam por analogia um peso para a nação por ela responsável – dado o impacto das perdas dos outros Estados no sistema europeu sobre a economia britânica e o massivo desvio de capital para a empreitada colonial, que terminaria por colocar o país em sérias

desvantagens em negócios dos quais não detém o monopólio. A concentração de parcela significativa do comércio empreendido pelos homens de negócios ingleses em um único canal, os custos da garantia das rotas de navegação da marinha mercante, a distância e inconstância dos fluxos entre os continentes representariam os principais elementos na consolidação da crítica smithiana ao monopólio colonial. Smith, no entanto, ocupa-se de distinguir o que considera essencialmente danoso na relação estabelecida entre a Grã-Bretanha e suas colônias daquilo que considera positivo, dentro do sistema: "É preciso fazer estrita distinção entre os efeitos do comércio colonial e os do monopólio desse comércio. Os primeiros são sempre e necessariamente benéficos, os segundos, sempre e necessariamente danosos. Os primeiros são tão benéficos que o comércio colonial, apesar de sujeito a monopólio, e não obstante os efeitos prejudiciais desse monopólio, continua em seu conjunto benéfico, e até muito benéfico, embora bastante menos do que o seria se não houvesse monopólio."(Smith, 1983:88) Se as colônias americanas fossem regidas não pelo modelo "romano", mas pelo "grego", parte significativa dessas desvantagens seria eliminada, com a manutenção dos aspectos positivos do comércio colonial e de alguns outros resultantes da "amizade" de uma nova nação.

Acreditamos que muito da argumentação desenvolvida por Smith ao longo não só desse capítulo mas como do Livro IV como um todo se encaminha nesse sentido. As menções constantes ao trato com as colônias conforme empreendido pelos impérios da antiguidade não são lançadas, aparentemente, tão somente para conferir um tom clássico ao texto, nem por requintes de estilística, servindo a um propósito maior: localizar as falhas capitais do sistema colonial, marcadamente aquelas resultantes na defesa de uma dada postura por parte da metrópole. As páginas seguintes, carregadas com uma profusa listagem dos malefícios advindos do exclusivo, reforçam nossos argumentos. No entanto, insistir na menção enciclopédica dos prejuízos resultantes da insistência nesse curso de ação pouco acrescentaria à nossa argumentação. A resposta derradeira de Smith às ineficiências inerentes ao sistema colonial viria logo na página seguinte, com a proposição de formas alternativas de manutenção dos laços econômicos com as colônias por meio de outras vias de subordinação política/econômica. "Propor que a Grã-Bretanha voluntariamente abandone toda a sua autoridade sobre as colônias e deixe que elas elejam seus próprios magistrados, decretem suas próprias leis e mantenham paz ou façam guerra conforme lhes pareça mais apropriado, significaria propor uma medida que nunca foi nem nunca será adotada por qualquer nação do mundo"(Smith, 1983:94), afirma Smith. De fato, os interesses em jogo tornariam a formulação aberta de uma proposta como essa, no período em que *A Riqueza das Nações* é publicada, completamente inviável. As razões para a defesa da empreitada colonial seriam muitas, nesse caso: prestígio, riquezas e, principalmente, o "orgulho" da nação – nada disposta a ceder os frutos de suas conquistas militares. No entanto, ainda segundo o autor

> *"Se, no entanto, isso acontecesse, a Grã-Bretanha não somente estaria imediatamente livre de toda a despesa anual necessária para manter a administração das colônias em tempo de paz, como ainda poderia celebrar com elas um tratado comercial suscetível de lhe garantir eficazmente um comércio livre, mais vantajoso para o grande conjunto da população – embora menos vantajoso para os comerciantes – do que o monopólio de que desfruta atualmente. Separando-se, assim, como bons amigos, reavivar-se-ia rapidamente o afeto natural das colônias para com a mãe-pátria que, talvez, nossas recentes dissensões quase chegaram a extinguir. Esse gesto poderia não somente dispô-las a respeitar durante séculos o tratado de comércio que tivessem concluído conosco no ato de separação, mas também a favorecer-nos, tanto na guerra como no comércio e, ao invés de se tornarem súditos turbulentos e facciosos, se transformassem em nossos aliados mais fiéis, afeiçoados e generosos; e entre a Grã-Bretanha e suas colônias poderia reviver o mesmo tipo de afeição paternal de um lado, e o mesmo respeito filial de outro, os quais costumavam subsistir entre as colônias da Grécia Antiga e a cidade-mãe da qual descendiam."* (Smith, 1983:94)

Explicita-se assim a relação entre autonomia colonial e o apoio político das colônias-libertas. Podemos perceber claramente a constituição de certo grau influência informal por parte da mãe-pátria sobre sua colônia recém-liberta, graças aos laços de fraternidade entre os dois territórios. Em outro plano, percebemos também a natureza do suposto "Projeto de Império" defendido n'*A Riqueza das Nações* – não na forma de uma proposta normativa de reinvenção das relações colônia-metrópole, como defende Ernest Benians em sua leitura, mas uma solução de compromisso. *Dada* a inviabilidade da proposta de eliminação dos privilégios coloniais (e do reconhecimento das colônias como nações, em termos iguais), e *somente* nessas circunstâncias, que estas desfrutem, ao menos, de representantes políticos eleitos localmente.

À luz da releitura dos argumentos de Benians e de alguns pontos negligenciados do Capítulo VII tornam-se mais claros os termos em que discordamos deste autor. Em primeiro lugar, por ter deixado de lado a terminologia empregada na *apresentação* da crítica ao colonialismo moderno, Benians perde de vista o caráter conciliatório da proposta de representação no âmbito do Livro IV - fruto da virtual impossibilidade da proposição de abolição dos laços coloniais no período em que Smith escreve. Mais do que um pensador "à frente de seu tempo", podemos dizer que este "imagina o imaginável" - sua reflexão sobre as colônias pertence ao contexto específico em que escreve, e o que se propõe a fazer é tratar dos problemas específicos a esse cenário. Mais do que a proposição de "princípios de governo imperial tidos como aplicáveis em toda e qualquer circunstância"(Benians, 1925:268), temos aqui a resposta pragmática a uma demanda objetiva posta aos pensadores políticos, econômicos e morais da Inglaterra nas últimas décadas do século XVIII.

Pensar o contexto histórico em que *A Riqueza das Nações* é publicada nos daria outra medida das proposições levantadas por seu autor. Escrevendo no momento de crise do Antigo Sistema Colonial, a obra pode ser encarada como uma análise carregada do espírito de seu tempo - e da

transição entre o decadente binômio Antigo Regime e Colonialismo Moderno para a ordem liberal em consolidação. É interessante pensar como, nesse contexto, a concentração de Smith sobre as questões políticas e econômicas envolvidas na preservação do controle exercido sobre as colônias (a inviabilidade de seu projeto de acúmulo de riqueza metálica, as complicações estratégicas inerentes ao plano de dominação territorial posto em curso pelas colônias européias, a instabilidade política inerente ao sistema, entre outras) pode ser lida como um dos atestados da derrocada do Mercantilismo enquanto perspectiva teórica e de seu sustentáculo material enquanto sistema.

Avançando na "nova ordem" que se forma nos séculos seguintes, a dicotomia *apoikía-colonia* tem algo mais a nos dizer. Se tomamos a proposta de representação colonial no parlamento como uma solução de compromisso, resultado das limitações do contexto em que escrevia, qual poderia ter sido o "projeto" de Smith para o Império Britânico? Aqui nos valemos das considerações de Quentin Skinner em seu *Visions of Politics* – mais do que tentar investigar as conotações implícitas do ataque promovido pelo pensador escocês ao sistema de exclusivos metropolitanos e como este poderia ser transposto para os dilemas enfrentados pelo Império ao longo do século XIX, é imperativo que nos atenhamos às propostas explícitas autor. A associação das colônias modernas à *colonia* romana nos confere indicativos da falibilidade estrutural dos dois projetos, e da conveniência da adoção do projeto grego – compreendido não pela representação política dos colonos dentro do corpo político do Império, mas pelo seu reconhecimento em termos igualitários e liberdade política no cenário internacional. Somente por meio do rompimento dos elos de opressão política e econômica estabelecidos pela metrópole poderiam os dilemas presentes na conservação do Império encontrar sua superação. Com o fim do domínio militar sobre os territórios do além mar, ganha-se em eficiência, por meio do direcionamento dos capitais ingleses ao mercado interno, onde estes seriam melhor utilizados, e em poder militar – pela potencial aliança entre mãe-pátria e ex-colônias, unidas pelos laços de fraternidade resultantes de uma separação pacífica.

Se os escritos de Smith legam ao século seguinte algo como um "Projeto de Império", é importante compreender que este não se manifesta em termos objetivos. Mais do que os parágrafos em que a idéia de representação colonial é desenvolvida, o principal legado teórico deixado pelo pensador escocês para os proponentes de política externa britânica seria a compreensão de uma dimensão *estratégica*[9] do livre comércio, e de como a adoção e promoção deste poderia beneficiar a Grã-Bretanha no cenário internacional[10].

---

[9] A concepção do Mercantilismo enquanto "Sistema de Poder", encontrada na seminal análise de Eli Heckscher, nos leva a pensar sobre como a ordem liberal preencheria os espaços deixados pelas grandes máquinas estatais Absolutistas. Como afirma ainda Gustav Schmoller, "in its innermost kernel, it is nothing but state making" (Schmoller, 1989:50). Ainda que o liberalismo econômico smithiano não tenha como objetivo direto o fortalecimento militar (e ler n'*A Riqueza das Nações* qualquer incentivo ao fortalecimento do Estado exigiria uma boa dose de criatividade), este desponta como um de seus resultados indiretos, que não deixa de ser levado em conta pelo autor.

[10] Os rumos tomados pelo Império assim como as relações entre Livre Comércio e a manutenção da hegemonia britânica ao longo do século XIX são magistralmente trabalhados em *The Imperialism of Free Trade*, de John Gallagher e Ronald Robinson. Os desenvolvimentos teóricos dos autores envolvidos nas controvérvias Gallagher e Cain-Hopkins, lidando com os

desdobramentos dessa tese em sua formulação original nos ajudariam a compreender a razão da não realização do projeto compreendido por Benians – a possibilidade de manutenção do domínio britânico sobre o ultramar sem a necessidade da representação política como contrapartida. Para uma discussão aprofundada do debate sobre Livre Comércio e Império, ler Gallagher e Robinson, 1953 e Cain e Hopkins, 1980

Bibliografia:

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo : Boitempo, 2008. 430p.

_____. *O longo século XX*. São Paulo : Ed. Unesp, 2006.

ASHLEY, W. A Retrospect of Free-Trade Doctrine. *The Economic Journal*, v.34, n.136, p. 501-539, dez.1924.

BARRINGTON MOORE Jr. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Beacon Press, 1993.

BEHRENS, B. Government and Society. In: RICH, E. E. e WILSON, C. H. (org.) *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. V: The Economic Organization of Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. p. 549-620

BENIANS, E. A. Adam Smith's Project of an Empire. *Cambridge Historical Journal*, Cambridge, v.1, n.3, p. 249-283, 1925.

BIANCHI, A. M. *A pré-história da economia*: de Maquiavel a Adam Smith. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. 167p.

BINETTI, S. T. Iluminismo in BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. (org.) *Dicionário de Política*. Brasília : Ed. UnB, 1994. p.605-611

BLOY, M. *Victorian Web.* < http://www.victorianweb.org/ >. Web. Última visita em Janeiro de 2012.

_____. *Victorian Web* – Robert Peel. <http://www.victorianweb.org/history/pms/peel/peel10.html> Última visita em Janeiro de 2012.

_____. *Victorian Web* – Richard Cobden. <://www.victorianweb.org/history/cobden.html>. Última visita em Janeiro de 2012.

BRIGHT, J. e ROGERS, J. E. (ed.), *Speeches on Questions of Public Policy – Richard Cobden,* 2 vols*.* London: Macmillan, 1878. Disponível eletronicamente em: http://www.econlib.org/library/YPDBooks/Cobden/cbdSPP.html

BROADIE, A. *The Scottish Enlightenment: The Historical Age of the Historical Nation*. Edinburgh : Birlinn Limited, 2007. 240p.

_____ (org.). *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*. Cambridge : Cambridge Univ. Press, 2003. 384p.

BURKE, *E. Speech of Edmund Burke, Esq., on Moving His Resolutions for Conciliation with the Colonies* in *Select Works of Edmund Burke - A New Imprint of the Payne Edition*. Indianapolis: Liberty Fund, 1999. Vol. 1.

BUTLER, E. *Adam Smith – a Primer*. London: Institute of Economic Affairs, 2007. 125p.

CALKINS, W. N. A Victorian Free Trade Lobby. *The Economic History Review*, *New Series*, v.13, n.1, p.90-104, 1960.

CERQUEIRA, H. E. A. da Gama. Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.15, n.1 (26), p. 1-28, jan./jun, 2006.

_____. Para ler Adam Smith: novas abordagens. In: XXXI Encontro Nacional de Economia, 2003, Porto Seguro. Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia, 2003. p. 1-20.

_____. Nações e Estilos de Economia Política. *Revista de Economia Política*, v.27, n.3, p.357-374, jul./set.2007.

COBDEN, R. *The Political Writings of Richard Cobden*, vol. 1. London: T. Fisher Unwin, 1903.

_____. *Speeches on Questions of Public Policy by Richard Cobden, M.P.,* ed. by John Bright and J.E. Thorold. London: T.Fisher Unwin, 1908 [1870], 2 vol.

COUTINHO, M. C. *Lições de economia política clássica*. São Paulo : Editora Hucitec, 1993. 220p.

FLETCHER, A. *A discourse of government with relation to militias.* Nabu Press, 2011.

FONSECA, E. A Psicologia do Agente Econômico em David Hume e Adam Smith in QUIRINO, C.; BRANDÃO, G.; VOUGA, C. (org) *Clássicos do Pensamento Político*. São Paulo: Edusp, 2004. org. Célia N. Galvão Quirino; Gildo Marçal Brandão; Claudio José T Vouga

GALBRAITH, J. S. Myths of the "Little England" Era. *The American Historical Review*, v.67, n.1, p. 34-48, out.1961.

GALLAGHER, J. e ROBINSON, R. The Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review, New Series*, v.6, n.1, p. 1-15, 1953

GRAMM, W. The Selective Interpretation of Adam Smith. *Journal of Economics Issues*, v.14, n.1, p.119-142. mar. 1980

GRAMPP, W. D. Britain and Free Trade: In Whose Interest? *Public Choice*, v.55, n.3, p. 245-256, 1987.

_____. How Britain Turned to Free Trade. *The Business History Review*, Cambridge, v.61, n.1, p. 86-112, 1987.

HAAKONSEN, K. (org.) *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge : Cambridge Univ. Press, 2006. 424p.

HARNETTY, P. The Imperialism of Free Trade: Lancashire and the Indian Cotton Duties, 1859-1862. *The Economic History Review, New Series*, v.18, n.2, p. 333-349, 1965.

HECKSHER, E. F. *Mercantilism*, 2v. London: Routledge, 1994. 901p.

HILL, C. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640.* São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

HOBSBAWM, E. *A Era das Revoluções. Europa 1789-1848*. São Paulo : Paz e Terra, 2004. 464p.

_____. *A Era do Capital 1848 – 1875*. São Paulo : Paz e Terra, 2004. 459p.

HUME, D. *Letters of David Hume to William Strahan.* Oxford: Clarendon Press, 1888.

_____. Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

HUTCHESON, F. An Inquiry into the Original of Our Ideas of Beauty and Virtue in HAAKONSEN, K. (org.) *Natural Law and Enlightenment Classics*. Indianapolis : Liberty Fund, 2004.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é 'esclarecimento' In: _____. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1984.

KINDLEBERGER, C.P. The Rise of Free Trade in Western Europe, 1820-1875. *The Journal of Economic History*, Cambridge, v.35, n.1, p. 20-55, mar. 1975.

LEE, S. *Aspects of British Political History, 1815-1914*. Routledge, 1994.

LEWIS, T. Persuasion, Domination and Exchange: Adam Smith on the Political Consequences of Markets. *Canadian Journal of Political Science*, XXXIII:2, Jun-2000.

LIVINGSTON, D. David Hume and the Conservative Tradition. *The Intercollegiate Review*, Fall 2009

_____. David Hume and the Republican Tradition of Human Scale. *Arator: A Journal of Southern History, Thought, and Culture*, Vol. 1, No. 1 (2010)

LONG, D. *Adam Smith´s Politics* in HAAKONSEN, K. (org.) *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge : Cambridge Univ. Press, 2006. 424p.

MACDONAGH, O. The Anti-Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review, New Series*, v.14, n.3, p. 489-501, 1962.

MACDONALD, P. K. Those who forget historiography are doomed to republish it: empire, imperialism and contemporary debates about American power. *Review of International Studies*, v.35, p.45–67, 2009.

MANDEVILLE, B. The Fable of the Bees or Private Vices, Publick Benefits. Indianapolis : Liberty Fund, 1988. 412p.

MELTON, J. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe.* Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2004.

MOORE, R. J. Imperialism and 'Free Trade' Policy in India, 1853-4. *The Economic History Review, New Series*, v.17, n.1, p. 135-145, 1964.

MORLEY, J. *The Life of Richard Cobden*. London: T. Fisher Unwin, 1903 [1879].

NAIRN, T. *The Break-up of Britain : crisis and neonationalism*. London: NLB, 2003.

NENADIC, S. Businessmen, the Urban Middle Classes, and the 'Dominance' of Manufacturers in Nineteenth-Century Britain. *The Economic History Review , New Series*, Vol. 44, No. 1 (Feb., 1991), pp. 66-85

OLZ-SALZBERGER, F. The political theory of the Scottish Enlightenment in BROADIE, A. (org.). *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*. Cambridge : Cambridge Univ. Press, 2003. 384p.

ONLEY, J. Britain's Informal Empire in the Gulf, 1820-1971. *Journal of Social Affairs*, v. 22, n.87, p. 29-45, 2005.

PADULA, R. Resgatando pensadores: Friedrich List. *Oikos*: Revista de economia heterodoxa. n.8, p.161-180, 2007.

PERELMAN, M. *The Invention of Capitalism: classical political economy and the secret history of primitive accumulation*. Durham & London : Duke Univ. Press, 2000. 412p.

PHILLIPS, E. *What Crushed the Corn Laws?* Mises Daily: 20/06/2007.

PLATT, D. C. M. The Imperialism of Free Trade: Some Reservations. *The Economic History Review, New Series*, v.21, n.2, p. 296-306, ago. 1968.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo : EdUSP, 2003. 456p.

_____. Adam Smith and History in HAAKONSEN, K. (org.) *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge : Cambridge Univ. Press, 2006. p.270-87.

POLANYI, K. *The Great Transformation: the political and economic origins of our time.* Beacon Press: 2001.

RAE, J. *Life of Adam Smith*. [1895]. Disponível eletronicamente em: http://oll.libertyfund.org/index.php?option=com_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=1411&Itemid=29

RASHID, S. "He Startled... As If He Saw a Spectre": Tucker's Proposal for American Independence. *Journal of the History of Ideas*, v.43, n.3, p. 439-460, Jul./Set. 1982.

SCHMOLLER, G. *The mercantile system and its historical significance.* Fairfield: Augustus M. Kelley Publishers, 1989.

SCHONHARDT-BAILEY, C. Ideology, Party and Interests in the British Parliament of 1841-47. *British Journal of Political Science*, v.33, n.4, p.581-605, out.2003.

SCHUMPETER, J. A. *History of Economic Analysis*. London : Allen & Unwin, 1954. 1282p.

SEMMEL, B. *The rise of free trade imperialism*: classical political economy, the empire of free trade and imperialism 1750-1850. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. 250p.

_____. *The liberal ideal and the demons of empire*: theories of imperialism from Adam Smith to Lenin. Baltimore ; London: J. Hopkins University, 1993. 223p.

SIMIQUELI, 2011. Imperialismo do Livre-Comércio: elites, capitalismo financeiro e hegemonia internacional das teses Gallagher-Robinson e Cain-Hopkins. *Revista de Geopolítica*, Vol. 2, No 2 (2011)

SKINNER, A. S. Adam Smith and the American Economic Community: an Essay in Applied Economics. *Journal of the History of Ideas*, Philadelphia, v.37, n.1, p. 59-78, jan./mar. 1976.

_____ (ed.) *Essays on Adam Smith*. Oxford : Clarendon Press, 1975. 647p.

SKINNER, Q. *Visions of Politics*, 3 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 2004-2006.

_____. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, Vol. 8, No. 1 (1969), p.3-53.

_____. *Liberty Before Liberalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas,* 2 vols. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 745p.

_____. *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*, 7 vols., [1978]. Disponível eletronicamente em: http://oll.libertyfund.org/?option=com_staticxt&staticfile=show.php&person=44

_____. *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith*, 7 vols., [1978]. Disponível eletronicamente em: http://oll.libertyfund.org/?option=com_staticxt&staticfile=show.php&person=44

SMITH, J. *The Death of Richard Cobden. – Editorial*. The New York Times, 21/04/1865. <http://www.nytimes.com/1865/04/21/news/the-death-of-richard-cobden.html>

TRENTMANN, F. Political Culture and Political Economy: Interest, Ideology and Free Trade. *Review of International Political Economy*, v.5, n.2, p. 217-251, 1998.

TULLY, J. *Meaning and Context: Quentin Skinner and His Critics*. Cambridge : Polity, 1989. 370p.

WALLERSTEIN, I. *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. São Paulo : Boitempo, 2007. 144p.

WINCH, D. *Adam Smith´s Politics: an essay in historiographic revision.* Cambridge: Cambridge univ. press, 1978.

O *crédito de vizinhança*: capitais e reciprocidade na economia cafeeira paulista, 1889-1914.

Rodrigo Fontanari[1]

Em boa parte dos séculos XIX e XX, o café manteve-se como o principal produto da pauta de exportações brasileiras. Mesmo tendo amplas variações na porcentagem produzida ao longo desses anos, o produto foi o "sustentáculo" da economia nacional entre 1840 e 1960, derivando daí a expressão, largamente usada por essa época, de que "o café dá para tudo".[2]

A princípio, ainda nos primeiros anos do século XIX, a produção cafeeira de maiores proporções se deu no Vale do Paraíba, onde deixou de ser cultivado para simples subsistência e atingiu a escala comercial devido, essencialmente, à generalização do consumo nos grandes centros internacionais. Com a escassez do solo na região do Vale do Paraíba, decorrente da característica predatória dessa atividade que foi marcada pelo baixo nível técnico no cuidado do solo e a abundância de terras virgens existentes em outras localidades, houve a necessidade de se buscar novas áreas para o cultivo. É, por volta da segunda metade do século XIX, que a marcha do café irá se dirigir rumo às terras roxas do denominado *Oeste Paulista*.[3] "A fertilidade das terras, a menor idade média dos cafeeiros e as técnicas agrícolas mais eficientes, proporcionavam ao café do oeste paulista uma produtividade física cerca de cinco vezes maior do que a verificada na antiga região".[4]

Todavia, o ponto de referência para a classificação do "oeste paulista" é o núcleo inicial da produção cafeeira, que está situado no Vale do Paraíba. A região de Casa Branca encontrava-se, deste modo, encravada na linha de expansão da cafeicultura que rumava do Vale do Paraíba para o *Oeste Paulista*. A "onda verde" do café atingiu a localidade por volta de 1860, elevando-se pelas três décadas seguintes, atingindo seu ápice por volta de

---

[1] Mestre em História e Cultura Social pela UNESP-Franca/ SP. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. José Eduardo Marques Mauro. Bolsista CNPq. E-mail: rodrigofontanari@yahoo.com.br .

[2] LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.64.

[3] CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In. HOLANDA, Sergio Buarque (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 103-163.

[4] CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977. p.32.

1920 [5]; esse avanço, como não podia ser diferente, alterou e dinamizou a sociedade e a economia local. Um dos fatores de atração do café para o município reside na qualidade das terras, e pode ser observado em um relatório da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, de 1876:

> [...] os terrenos que se estendem entre o Mogy-Guassú e o Pardo constituindo os municípios de Santa Rita, São Simão e Ribeirão Preto, são em quase sua totalidade terra roxa de excellente qualidade para café. Não nos referimos, porém senão a zona que percorremos neste reconhecimento sem falar em Santa Rita, por serem inteiramente livres das mais fortes geadas. [...] É verdadeiramente deslumbrante esta parte da Província. A terra roxa é à base de toda essa formação orographica. As matas indicam a maior fertilidade conhecida nesta Província pela abundancia do jaracatiá, do pau d'alho, da jangada brava, da ortiga e de outros indicadores infalliveis. [6]

Se a cafeicultura se achava consolidada na região, em meados da década de 1890, a pergunta que surge é: de quais instrumentos de crédito a cafeicultura se valeu para sustentar seu desenvolvimento? Ou, de forma mais clara: como a expansão cafeeira foi financiada?; visto que as terras "somente seriam utilizadas no café [...] quando dispusesse de capital suficiente para arcar com o 'custo de formação do cafezal', que, como é sabido, imobiliza recursos durante cinco anos, com retorno praticamente nulo nesse período".[7]

Nessa perspectiva, de acordo com Prado Júnior, o desenvolvimento da lavoura cafeeira foi possível no Brasil, a partir do século XIX, devido a uma confluência de fatores, tais como: mercado consumidor internacional, disponibilidade de terras de boa qualidade, bom clima, disponibilidade de mão-de-obra, entre outros itens. Porém, chamou atenção especial para uma dificuldade dessa lavoura: a da demora na produção dos cafezais, que levavam de quatro a cinco anos para começarem a frutificar, e exigiam assim maior investimento de capitais para suportar os anos que não produziam.[8]

Vários estudiosos se interrogaram a respeito da decorrência dos capitais que possibilitaram a expansão da fronteira agrícola do café. Concluíram que um importante

---

[5] MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1982. p.20.
[6] Relatório da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, apoud GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Caminhos para Santa Veridiana**: as ferrovias em Santa Cruz das Palmeiras. Santa Cruz das Palmeiras, SP: A Cidade, 2003. p.10.
[7] CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977. p.54.
[8] PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1969. p.159.

agente financiador da cafeicultura, principalmente em sua fase inicial, foi, sem dúvida, o comissário – intermediário entre o fazendeiro e os exportadores. Segundo as observações de Wilson Cano, o comissário assumiu, em tempos de escassez monetária, o papel de "banqueiro", pois arcava junto aos fazendeiros com os gastos necessários até que os cafeeiros começassem a produzir. E ainda, mais do que um financiador, o comissário também assumia o papel de conselheiro do fazendeiro quanto às aplicações dos lucros conseguidos com a venda do café.[9]

Dentro dessa mesma ótica segue a visão de Maria Sylvia de Carvalho Franco que, ao avaliar o intrincado mundo dos negócios do café, chama a atenção para como foram acumulados os capitais necessários às primeiras plantações, que em sua abordagem vieram dos negócios de tropas, casas comerciais e tráfico de escravos. Mas aponta para uma peculiaridade decorrente do alargamento desses negócios, que possibilitou até mesmo os donos de terras com parcos recursos de obterem capital-dinheiro no mercado para "constituírem" lavouras de café. Esse mesmo mundo de negócios que envolviam os fazendeiros de café fez surgir à figura do comissário, não como simples comprador de café, mas também como "banqueiro", que facilitava a obtenção de capitais para manter a fazenda em pleno funcionamento.[10]

Um minucioso exame a respeito da flutuação da economia cafeeira devido às vicissitudes do mercado nacional e internacional e à própria "característica cíclica" da planta foi realizado por Delfim Netto. Ele ressalta as dificuldades sentidas pelos cafeicultores, pois estes são obrigados a investirem numerários consideráveis nas plantações de café, que estarão formadas somente depois do quarto ano e nesse período correm todos tipos de riscos, principalmente o das instabilidades financeiras. Vale frisar, ainda, o olhar atento sobre os "ciclos financeiros do café", em que ele tenta correlacionar os momentos de expansão e crise da cafeicultura, bem como os ajustes governamentais ou de produção para se elevar ou manter as taxas de lucro na atividade cafeeira[11]. Assim, fica evidente a dependência que o cafeicultor mantinha em relação ao crédito.

---

[9] CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p.71.
[10] FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP,1997. p.170-172.
[11] DELFIM NETTO, Antonio. **O Problema do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

As análises contidas no livro *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*, de Flávio de Azevedo Marques de Saes, revelaram um significado singular para se contextualizar o momento de formação dos Bancos e de um sistema de crédito formalizado no país. Explicitam-se, nesse trabalho, os caminhos percorridos do crédito pessoal, ou seja, das formas privadas de crédito em São Paulo à emergência do crédito bancário.[12]

No que se refere aos bancos nacionais como fomentadores de crédito à cafeicultura, foi somente com "o abandono da política deflacionista, por volta de 1908-1910, e com o advento da primeira guerra mundial, que se dá um maior desenvolvimento dos bancos paulistas: até 1911, eles instalaram 11 agências no Estado".[13] Cria-se, assim, a "necessidade" do aparecimento de outros agentes para suprir as demandas de crédito no complexo cafeeiro que vão além da figura e da capacidade do comissário e dos bancos. São esses outros agentes que buscaremos elucidar nesse artigo, bem como procurar compreender os arranjos decorrentes de suas práticas de financiamento.

Para compreender como a lavoura cafeeira se expandiu, mesmo com a falta de instrumentos de crédito apropriados, ou seja, instituições formais como os bancos e bolsas de valores, buscou-se a investigação e a quantificação dos Livros Cartoriais das cidades de Casa Branca, principalmente os que dizem respeito ao penhor agrícola e às hipotecas.

Essas fontes cartoriais contêm importantes dados, pois apresentam: a data em que foram efetivados os contratos, a profissão e a cidade onde residiam os credores e os devedores, o valor da transação, os juros praticados, o prazo para quitação, o imóvel ou bem hipotecado ou penhorado, descritos, às vezes, com minúcias que permitem entrelaçamentos e confrontos.

Com a utilização dessas fontes históricas, pudemos observar: a origem dos principais grupos provedores de crédito, sejam eles bancos, capitalistas, comissários entre outros agentes; que setor da sociedade mais procurou os capitais e como empregaram esses recursos financeiros; as alterações nos volumes monetários de acordo com determinada conjuntura política e econômica; a mudança das taxas de juros praticadas segundo o risco das operações aumentasse ou diminuísse, de acordo com a flutuação da economia, ou ainda

[12] SAES, Flávio Azevedo de Marques. **Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista** (1850-1930). São Paulo: IPE/ USP, 1986.
[13] CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p.74.

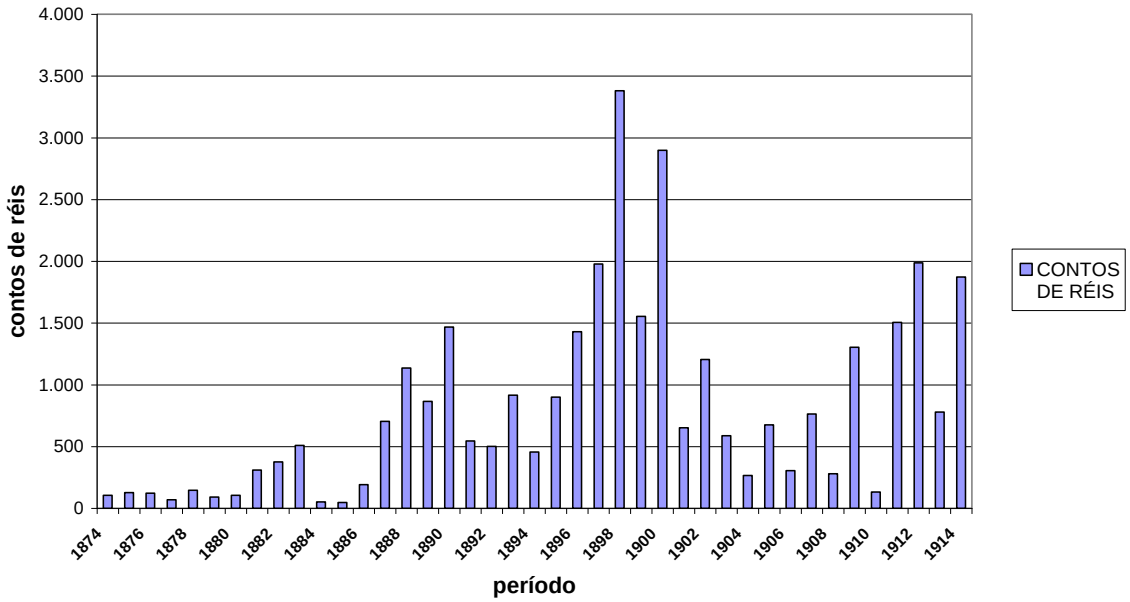
as variações nessas taxas de acordo com a origem do empréstimo; enfim, de como esses elementos estiveram diretamente ligados ao processo de formação do capital e da expansão (ou não) das economias locais.

Para o período que vai de 1874 a 1914 foram levantadas 1204 hipotecas encontradas em cinco livros cartoriais denominados *Livros de Inscripção Especial*, sob os números 2, 2A, 2B, 2C, e 2D; e 376 contratos de penhor agrícola presentes no *Livro de Transcripção de Penhor Agrícola e Escravos*. Todos esses documentos se encontram no "Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca".

Contornando o *problema do financiamento*: um crédito multifacetado

No processo de investigação das fontes documentais, quanto à sua natureza quantitativa, a primeira inferência que podemos fazer diz respeito à conduta do volume dos valores lançados nas escrituras de empréstimos com hipoteca paralelamente à conjuntura vivida pela cafeicultura. Podemos observar o volume de empréstimos concedidos pelo gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Volume de crédito hipotecário efetivamente tomado no município de Casa Branca, 1874-1914



Fonte: *Livros de Inscripção Especial*, sob os números 2, 2A, 2B, 2C, e 2D, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Pelo gráfico 1, podemos verificar a íntima relação entre o volume de crédito tomado e a conjuntura financeira encarada pela atividade cafeeira. Nota-se que, com a abolição da escravatura, em 1888, houve uma busca mais acentuada por capital-dinheiro. O período de maior volume de empréstimos ocorre justamente no momento de expansão da atividade cafeeira motivada, entre outros fatores, pela farta emissão de moedas, derivada da política republicana que visava aumentar o meio circulante, resultando mais tarde no Encilhamento e no Funding Loan, em 1898.[14] Entre 1898 e 1906, principalmente, percebemos uma curva decrescente no volume de capital emprestado, resultado da política "contencionista e deflacionista" de Campos Sales e Rodrigues Alves, e dos baixos preços do café no mercado externo, devido ao descompasso entre oferta e consumo, que culminaria na supersafra de 1906 e no primeiro plano de valorização levado a cabo pelo Convênio de Taubaté.

Para se ter ideia, o volume de empréstimos hipotecários efetivados em Casa Branca atingiu a cifra superior a três mil contos de réis, em 1898, muito acima dos números apresentados para o município de Franca, no mesmo ano, que não atingiu a casa dos quatrocentos contos de réis.[15] Tais índices atestam a vitalidade da cafeicultura casabranquense, que mesmo baseada em grandes plantações esteve entrecortada por médias e pequenas lavouras também.

Quando nos referimos aos credores, ou seja, aos fornecedores de crédito que subsistiram no complexo cafeeiro, uma série de perguntas vem à tona: quem eram esses sujeitos? Como captavam seus recursos? De que maneira eles emprestavam seus capitais? Que modalidades de crédito mais valorizavam? Que garantias exigiam? Quais os prazos e as taxas de juros praticadas?

Procurando dar solução a algumas dessas indagações, caracterizamos os agentes do crédito de acordo com suas ocupações, numa tentativa de melhor definir a atuação de cada um na intrincada cadeia do crédito, relacionando as áreas de maior concentração desses

[14] "'Encilhamento' é o nome pelo qual se convencionou chamar o período da história econômica brasileira que se inicia em 1890, com Rui Barbosa no Ministério da Fazenda do Governo Provisório, e cujas consequências se estendem até 1898. Sobretudo nos anos 1890-1892, é um período de grande agitação financeira em função da política de expansão do meio circulante, da criação de novas empresas, da queda cambial, em suma, de grande instabilidade econômica". In: PERISSINOTTO, Reneto M. **Classes dominantes e hegemonia na Republica Velha**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p.118.

[15] TEODORO, Rodrigo da Silva. **O crédito no mundo dos senhores do café**. Franca 1885-1914. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, UNICAMP. p.90.

negociantes de dinheiro, em relação aos períodos analisados, destacando o grau de especialização que existia nesse setor, em relação à economia local. Uma análise das Tabelas 1 e 2, logo abaixo, possibilita-nos tecer algumas considerações.

Tabela 1. Porcentagem por ocupação nos créditos hipotecários concedidos no município de Casa Branca, 1874-1914.

	1874-1884	%	**1885-1895**	**%**	**1896-1906**	**%**	**1907-1914**	**%**
negociante/comerciante	112,41	6%	321,76	4%	838,78	6%	243,81	3%
capitalista	222,77	11%	382,48	5%	2965,92	20%	124,63	1%
proprietário	3,47	0%	228,04	3%	1370,85	9%	797,11	9%
comissário	156,25	8%	1505,14	19%	2006,08	13%	2392,58	28%
lavrador	326,40	16%	1820,29	24%	4369,41	29%	1466,00	17%
banco nacional	1176,00	58%	3275,35	42%	1694,79	11%	1320,10	15%
banco internacional	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	1621,73	19%
outros	8,90	0%	160,95	2%	1614,45	11%	603,78	7%
indeterminado	7,66	0%	27,37	0%	12,41	0%	41,69	0%
total	2013,85	100%	7721,38	100%	14872,68	100%	8611,44	100%

Fonte: *Livros de Inscripção Especial*, sob os números 2, 2A, 2B, 2C, e 2D, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Tabela 2. Porcentagem por ocupação nos créditos com penhores agrícolas concedidos no município de Casa Branca, 1885-1914.

	1885-1895	**%**	**1896-1906**	**%**	**1907-1914**	**%**
negociante/comerciante	29,50	6%	417,26	7%	108,25	2%
capitalista	68,00	13%	70,50	1%	0,00	0%
proprietário	0,00	0%	325,00	5%	57,00	1%
comissário	104,85	21%	4035,47	68%	2497,37	57%
lavrador	115,50	23%	727,98	12%	166,16	4%
banco nacional	156,00	31%	40,41	1%	654,40	15%
banco internacional	0,00	0%	0,00	0%	821,73	19%
outros	11,60	2%	175,27	3%	25,85	1%
indeterminado	21,35	4%	172,95	3%	14,00	0%
total	506,80	100%	5964,84	100%	4344,76	100%

Fonte: *Livro de Transcripção de Penhor Agrícola e Escravos*, sob o número 5, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Cabe aludir, quanto à classificação dos diversos grupos de credores, que seguimos as linhas gerais propostas por Rodrigo da Silva Teodoro, em seu trabalho *O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885-1914.*[16] Preferimos, também, confeccionar estas

[16] TEODORO, Rodrigo da Silva. **O crédito no mundo dos senhores do café**. Franca 1885-1914. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, UNICAMP.

tabelas – bem como os gráficos do trabalho – por períodos e não de forma constante através do tempo, pois julgamos ser este modelo mais adequado para podermos apreender como a movimentação da cafeicultura, em suas diferentes conjunturas, acabou por repercutir no mercado de capitais, alterando a composição de seus componentes, quanto à natureza ocupacional dos capitais.

Nos livros cartoriais do "Oficial de Registros de Imóveis e Anexos de Casa Branca", muitas vezes um mesmo personagem aparecia com ocupações diferentes, variando ao longo do tempo. Priorizamos por aquelas denominações que mais se repetiram, salvo no caso dos tidos como "capitalistas", que uma vez denominados assim, fizemos uso dessa classificação. A designação *capitalista* não pressupunha empréstimos eventuais, mas sim enquadravam aqueles sujeitos que praticavam a atividade creditícia com certa constância, uma espécie de agiota nos dias de hoje.

Os *negociantes* e *comerciantes* correspondem àqueles sujeitos que vivem ou mantêm negócios de compra e venda de mercadorias, seja em escala local ou não, salvo os fazendeiros que possuíam vendas, que foram classificados como "lavradores". Destacamos, como veremos adiante, diferentes escalas de atuação nesse segmento, pois em muitos casos havia uma nítida separação entre varejistas, que atuavam no âmbito local, e atacadistas, que possuíam estabelecimentos nos centros urbanos de maior volume.

Quanto aos classificados como *proprietário* há uma grande alternância nas escrituras, designando: proprietários urbanos, como era mais comum; donos de casas de aluguel ou de prédios para negócios, rentistas e até mesmo proprietários rurais de pequenas posses, como os donos de chácaras. Foi o segmento mais lacônico, ou seja, o mais difícil de se avaliar, pois não especificava realmente uma ocupação em si; mas, no geral, foi utilizado para designar um agente do meio citadino.

Reservamos a classificação de *comissários* a todas as empresas ou elementos que atuassem a partir de Santos ou São Paulo, e que se ocupavam com a compra e venda exclusiva do café. A princípio, eram agentes independentes, prevalecendo o caráter pessoal nos negócios, mas com o passar dos anos, e com o incremento das atividades, transformaram-se em casas com alto grau de especialização nos negócios de compra, classificação e ensacamento do café, atuando não só no mercado nacional, entre o porto e as fazendas, mas sim se conectavam diretamente com o mercado externo.

Em relação aos *Bancos*, adotamos, grosso modo, a designação de nacionais e internacionais, de acordo com a origem de seus capitais. Houve, contudo, uma diversidade significativa quanto à natureza desses bancos, ou seja, a princípio eram em sua maioria do Rio de Janeiro. Com o incremento da economia cafeeira de São Paulo, tencionou-se para os bancos paulistas a maioria dos empréstimos nessas agências. Mais tarde, aparece o capital internacional sendo investido diretamente no café, isso após o primeiro plano de defesa adotado pelo governo estadual, que ficou conhecido como o Convênio de Taubaté, de 1906. Houve também um breve surto de bancos locais, principalmente nas cidades do interior, denominados Bancos de Custeio Rural, posteriores ao estabelecimento deste mesmo plano de valorização.

Optamos por designar os fazendeiros de *lavradores*, pois é assim que mais foram mencionados nas escrituras, referindo-se tanto aos grandes proprietários quanto aos pequenos proprietários, que cuidavam da terra com a própria força de trabalho; não entendemos aqui o lavrador como sendo um trabalhador rural assalariado, mero instrumento braçal.

Colocamos as várias profissões liberais, como médicos, advogados, empreiteiros, pedreiros, ferreiros, sapateiros, empregados públicos, empregados de companhias ferroviárias, farmacêuticos etc, que de alguma forma escapam das denominações que demos acima, como *outros*.

A primeira consideração a ser feita é que o crédito no complexo cafeeiro era "multifacetado", ou seja, subsistiram diferentes modalidades de financiamentos na cadeia creditícia; e que as mesmas guardavam íntimas relações com os movimentos conjunturais. É fato, entretanto, que se houve diversidade quanto à origem dos capitais, as formas de financiamentos mais praticadas foram às hipotecas e os penhores agrícolas, pois em com uma conjuntura marcada pela baixa circulação monetária, somente seria possível a concessão de empréstimos com garantias reais.

Segundo Fernand Braudel "seja qual for a moeda e em todos os países do mundo, o prestamista encontra-se no cerne da vida cotidiana".[17] O agente financiador configura-se como um dos elementos centrais para o desenvolvimento econômico. Ele está presente

[17] BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: século XV-XVIII. Tradução Telma Costa. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, t.1, As estruturas do cotidiano, 1995. p.430.

desde o chão da vida, e nem todos estão restritos as regras formais da economia, sendo um traço distinto do avanço do capitalismo brasileiro os arranjos de escala, pois "falta o dinheiro, recorre-se ao crédito: improvisa-se".[18]

Quando devidamente interrogados, tais documentos possibilitam o esclarecimento das formas de financiamento que "favoreceram" o estabelecimento e a produção das grandes, das médias e das pequenas lavouras de café, tipos de propriedades que estiveram muitas vezes "correlatas" na estrutura fundiária do complexo cafeeiro.

Partimos da hipótese de que havia um *mercado de capitais* constituído, mesmo que em bases pouco "formalizadas", ainda pouco institucionalizado, pautado sobretudo em arranjos locais de cunho personalista, mas que sustentou a demanda por crédito decorrente da cafeicultura, sem a qual não haveria possibilidades de *avanço da fronteira*.

Para além do econômico: a cafeicultura e o crédito de vizinhança

A reprodução da vida de parcela significativa da população rural interiorana não travava nenhum tipo de contato com as instituições oficiais de crédito, submetendo-se esta população, composta em sua maioria por trabalhadores rurais e pequenos produtores, à captação de recursos junto a fazendeiros e financistas locais, em relações que se aproximavam da "agiotagem", ou a um determinado tipo de *crédito de vizinhança*. Algumas destas relações não eram necessariamente permeadas pelo dinheiro, mas simplesmente pela abertura de algum crédito em caderneta ou nas "Vendas" das fazendas ou bairros rurais.

Exemplo desta estratégia nos é dado pela dissertação de mestrado de Fábio Augusto Missura, que trata da atuação de Costa Machado, um eminente cafeicultor de São José do Rio Pardo. Neste trabalho, o autor nos mostra alguns casos em que este fazendeiro conseguia levar adiante suas atividades econômicas sem o uso ostensivo da *moeda corrente*.

Analisando 140 cadernetas de contas de colonos de uma das fazendas de Costa Machado, a Vila Costina, entre 1891 e 1892, demonstra uma situação de endividamento

[18] Idem. p.434.

destes para com o fazendeiro, endividamento oriundo principalmente dos gastos dos trabalhadores no armazém (venda) da fazenda. Mas o colono não poderia escapar a esta armadilha simplesmente buscando adquirir os artigos de que precisava de outras fontes, como os comerciantes da cidade? Vejamos o que afirma Missura:

> Os colonos tinham liberdade para fazerem suas compras onde preferissem. O fazendeiro, por sua vez, procurava controlar o monopólio de seu negócio, evitando que nenhum concorrente se estabelecesse na vizinhança. Na fazenda Vila Costina desenvolveu-se um artifício bastante curioso como forma de manter o colono preso ao armazém e à farmácia (havia uma farmácia dentro da fazenda): criou-se uma espécie de moeda interna, que o colono recebia como vale; como esse vale dificilmente era aceito na cidade o trabalhador não tinha outra alternativa a não ser gastá-lo no armazém da própria fazenda.[19]

Pensamos ser este artifício utilizado pelos fazendeiros uma importante fonte de *lucros*, mesmo não envolvendo moeda sonante, uma vez que eliminava a necessidade de contrapartidas monetárias, em uma sociedade onde o capital era, muitas vezes, *caro*. Tal mecanismo, que consistia primeiramente na abertura de uma "venda" na fazenda, foi utilizado até mesmo em fazendas de figuras pertencentes ao *grande capital cafeeiro*, como Veridiana da Silva Prado e Eduardo da Silva Prado, respectivamente mãe e irmão do conselheiro Antonio da Silva Prado. No ano de 1901, no auge de uma das maiores crises do setor cafeeiro, estes personagens montaram um negócio de compra e venda de "fazendas, secos, molhados, calçados e outros artigos" na Fazenda Brejão, situada no município paulista de Santa Cruz das Palmeiras, propriedade essa com mais de 730.000 pés de café.[20]

Fica claro, assim, que numa ponta importante das negociações os fazendeiros não recorriam diretamente ao uso de moeda circulante, substituindo-a pelas denominadas *moedas fracas*, ou seja, outras formas de "moedas" como os vales e os empréstimos em caderneta, que tinham uma circulação restrita, mas eficiente para suprir a falta de capitais e para "amarrar" os colonos às fazendas.

Evidenciou-se também que os pequenos cafeicultores se limitaram, muitas vezes, a um crédito de natureza "local", que os faziam reféns de estratégias nada favoráveis do

---

[19] MISSURA, Fábio Augusto. **Costa Machado**: ação política e empresarial na sociedade do café em Rio Pardo (1877-1917). Dissertação (Mestrado em História) UNESP-FHDSS, 2003. p.46-47.

[20] Livro de *Registro de Firmas ou Razões Sociais de Santa Cruz das Palmeiras*, de 3/10/1900 à 12/04/1957. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras.

ponto de vista econômico, como pagamento de altos juros, espécie de ardil amplamente utilizado pelos credores para garantirem suas transações. Mas por que tal segmento social – principalmente o pequeno produtor – não lançou mão de outras formas de financiamento?

Algumas respostas podem ser encontradas na debilidade do próprio sistema creditício, que em muitos casos não cumpriu seu papel de fornecer crédito agrícola nem aos fazendeiros de grande porte; por outro lado, esse assunto esteve fora dos feitos das lideranças políticas, muitas vezes, ligadas ao capital mercantil e ao grande capital cafeeiro, não havendo esforço para que se disponibilizasse linhas de crédito aos pequenos produtores junto aos bancos e outras agências institucionalizadas da época. Porém, seguindo o pensamento de Pierre Monbeig, não podemos nos limitar somente a este aspecto da questão, uma vez que a própria mentalidade dos pequenos sitiantes e as ingerências da vida de "comunidades interiorana" conferiam um caráter "local" ao crédito, onde para o autor:

> Essa preferência corresponde, sem dúvida, a certa desconfiança com relação aos grandes bancos oficiais, para eles instituições distantes e um tanto misteriosas, talvez também demasiado associadas, no espírito da gente simples, a tudo que diz respeito à administração e governo. É mais fácil falar diretamente com um conhecido que nada ignora da vida rural, do que a um funcionário que fica atrás de um guichê, ou a um diretor de retaguarda de sua escrivaninha [...]. É um reflexo típico de camponês. O comerciante vizinho ou o 'maquinista' não pedirão títulos das propriedades nem estimativa de safras. É mais simples e econômico [...].[21]

Pensamos ser a característica referida por Pierre Monbeig, onde os produtores de menor porte tinham preferência, dada restrição as instituições formalizadas, em adquirir crédito com o "comerciante vizinho" ou com o "maquinista" (proprietário de máquina de beneficiar café e outros alimentos que prestava serviços àqueles que não tinham suas próprias) uma estratégia bastante peculiar nas pequenas cidades do interior paulista, pois esse arranjo possibilitava acesso ao capital-dinheiro, mesmo que em condições adversas, a uma parcela importante da sociedade. Esse arranjo, em vista de ser um importante elemento de coesão social baseada na reciprocidade[22], merece algumas linhas a fim de melhor compreensão.

---

[21] MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984. p.225.

[22] Marcel Mauss, em seu *Ensaio sobre a dádiva* (1923-1924), "chegara à proposição de que a reciprocidade, isto é, o ato de dar e o ato de receber (ou retribuir), é um atributo fundamental e necessário no relacionamento entre os homens. Tudo que um homem dá a outro transforma o recebedor em devedor e assim o obriga a

Dentre outros agentes, daremos prioridade à análise da figura de um importante político e negociante de Tambaú: o Capitão David de Almeida Santos.[23] Além de possuir várias fazendas de café ele também era proprietário de uma máquina de beneficiar o produto na nesta cidade – frisando que Tambaú constituía-se em um distrito de Casa Branca. Esse agente revela-se uma espécie de elo entre as modalidades de crédito mais institucionalizadas, como bancos e casas comissárias, restrita a "senhores" de maiores fortunas, e aqueles sitiantes e pequenos produtores de café da região de Casa Branca.

Vejamos primeiramente como o Capitão David granjeava crédito nas grandes cidades do complexo cafeeiro. Esse personagem aparece em uma escritura de hipoteca, lavrada em 1895, contraindo um financiamento junto a casa comissária Penteado & Dumont, de Santos, no valor de 90:000$000, com juros de 12% anuais. O devedor foi descrito como sendo fazendeiro e negociante em Tambaú, e hipotecou as Fazendas Serrinha, Bebedouro e Tambahú. Vejamos a descrição dos bens hipoetcados:

> O sítio de cultura de café denominado Serrinha, situado em Tambahú, município de Casa Branca, contendo cerca de 40.000 pés de café, duas casas de collonos, feita de tijolos e coberta de telhas, uma casa de morada, olaria e mais benfeitorias e as terras que lhe couberam na divisão da Fazenda bebedouro. O sitio Serrinha faz parte da Fazenda do Bebedouro [...]; e mais treze cazas construídas de tijollos na freguesia de Tambahú, sendo uma *machina de beneficiar café* e doze de moradia e para negócio e são as seguintes: uma na esquina do largo da Estação, onde mora Marcílio Guimarães; uma anexada a esta onde moram os outorgados; uma encostada na casa de machina onde existe um hotel; uma onde funcionam os bilhares dos outorgados; uma onde mora Sebastião Bertoncini; uma anexa a esta; uma no largo da Estação que confronta com o mesmo largo e com a rua e linha férrea; uma casa alugada a Francisco Lins; uma que serve de cadeia e quartel; uma allugada a Marcílio Guimarães; uma outra onde mora o cunhado de José Lorio, casas que confrontam com terrenos da Mogyana [...].[24]

---

retribuir a dádiva para equilibrar sua relação. Assim é no aspecto econômico, na troca de bens, quanto nos rituais, na amizade e no relacionamento, tanto pessoal quanto coletivo, entre grupos e entre povos. Ao contrário o ato de não retribuir uma dádiva recebida implica uma ofensa, que pode resultar num relacionamento negativo e na inimizade". In: GOMES, Márcio Pereira. **Antropologia**: ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2009. p.72. Mesmo sendo o mundo do café aqui observado pautado em relações capitalistas, racionalizada e com fins ao lucro, pensamos ser subjacente a essa sociedade, em vias de modernização, alguns elementos de sociabilidade pretérita que mantém ainda uma lógica personalista e típica de comunidades rurais, onde os laços de amizade e vizinhança estão presentes.

[23] Para uma apreciação de maior fôlego envolvendo outros agentes e instâncias de crédito ver: FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento**: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca/ SP (1874-1914). Dissertação (Mestrado em Histór).Franca: FCHS/UNESP, 2011.

[24] Escritura de hipoteca nº 427. Livro de Inscripção Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

Através desse relato, percebe-se que alguns fazendeiros buscavam diversificar seus negócios, explorando principalmente o nicho urbano em vias de constituição que apresentava várias possibilidades de investimentos. Outro ponto que chama atenção é a localização estratégica dos negócios do Capitão David (principalmente da máquina de beneficiar café), próximos da linha ferroviária da Mogiana, que partindo de Casa Branca tocava a cidade através da Estação de Tambahú. O Capitão David é tido como o "fundador" da cidade que levou o nome desta estação da Mogiana[25]. Para além, dessas constatações cabe destacar como esse agente "redistribuía" seu capital na forma de empréstimos.

Em 1897, David de Almeida Santos, é descrito como proprietário em Tambaú, e aparece emprestando a Joaquim Baptista do Prado, lavrador da mesma cidade, a cifra de 8:500$000, com juros de 24% ao ano e prazo de três anos para pagar. Como garantia o devedor hipotecou um sítio de cultura na Fazenda Bebedouro, contendo 10.000 pés de café e uma casa coberta de palha. Nota-se que o credor se valeu de uma *divisão dos riscos*, pois teve acesso a um crédito com taxa de juros de 12% a.a, junto aos comissários Penteado & Dumont, e repassou esse capital a um pequeno cafeicultor local, com juros de 24% a.a.. Todavia, há um outro dado presente na averbação dessa escritura que chama atenção:

> Certifico que por escriptura de dívida com caução, lavrada no 4º Tabellião de São Paulo, em 15 de maio de 1898, o credor David de Almeida Santos se constitui devedor de Francisco Sampaio Moreira, residente em São Paulo, pela quantia de 15:000$000 e para garantia deste fez-lhe especial caução do título hypothecario nº532.[26]

Esse ato de caucionar uma hipoteca para aquisição de um outro empréstimo referenda uma importante propriedade dos títulos hipotecários. Observa-se que esses títulos tinham importante papel na circulação monetária, pois as escrituras de hipoteca serviam

[25] "Com a construção da Estrada de Ferro Mogiana, a partir de 1875, houve um fluxo intenso de imigração para as localidades ao longo da ferrovia, incluindo-se a futura Tambaú (de origem tupi, "rio das conchas pretas"). O núcleo primitivo de Tambaú surgiu em 27 de julho de 1886, com a construção de uma pequena casa, nas terras da Fazenda Arrependido, pelo português David de Almeida Santos, então funcionário da Companhia Mogiana. Naquele local desenvolveu-se um povoado, elevado a distrito em 25 de agosto de 1892, em terras do município de Casa Branca. Em 20 de agosto de 1898, obteve sua autonomia político-administrativa. Em razão do solo rico em argila, em 1905, instalou-se a primeira cerâmica, produtora de utensílios domésticos e, em 1918, outra, de telhas, transformando Tambaú num importante centro industrial cerâmico". In: SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/hist/hist_533.pdf . Acessado em: 15/12/2010.

[26] Escritura de hipoteca nº 532. Livro de Inscripção Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

como garantia para outras hipotecas, assumindo assim a função de *moeda*, uma vez que ela circulava de mão em mão entre os credores, funcionando mesmo como "moeda de garantia", isto é, um crédito que gerava outro crédito. Esta foi uma estratégia interessante para se "criar" dinheiro utilizada pelos componentes do complexo cafeeiro, em uma época marcada pela baixa liquidez monetária.

Vemos que esta técnica se repetir em outras escrituras. Em 1893, *nosso agente* que aparecia como proprietário em Casa Branca, concedeu um crédito de 6:500$000 a Joaquim Baptista do Prado e João Baptista do Prado Sobrinho, lavradores na mesma cidade. Os juros praticados foram de 12% ao ano e prazo para o pagamento de cinco anos. Os devedores hipotecaram todos os bens referidos do sítio Bebedouro, e mais 5.000 cafeeiros no mesmo sítio. Constava na averbação que esta hipoteca estava caucionada na *Caza Bancária Dumont & Cia*, de Santos; isso reforça que esta técnica de garantir um crédito por meio de outro crédito foi bastante usual, sendo uma alternativa encontrada para dinamizar a circulação monetária.

Julgamos ser a hipoteca dotada de outros benefícios, além de sua função básica de um título de garantia. Uma hipoteca adquiria também a atividade especial de um título que se valorizava e circulava, ou seja, a espécie de um investimento. Assim, podemos ver através de uma escritura de 1897, onde Cardoso Bastos & Cia, negociantes em São Paulo, emprestaram a José Fernandes & Irmão, lavradores em Córrego Fundo, comarca de Casa Branca, a importância de 5:294$400, com juros de 12% ao ano e prazo de vencimento de um ano. Os devedores hipotecaram um sítio na Fazenda Bonsucesso com cafezal e casa de morada. A averbação mencionava que, em 4 de julho de 1900, "o credor Cardoso Bastos & Cia, transferiu pela quantia de 8:762$000 a Domingos Ferreira Rezende o título em frente".[27]

Retomando, contudo, a escritura anterior, entre o Capitão David e os devedores Joaquim Baptista do Prado e João Baptista do Prado Sobrinho, um outro dado pertinente chama a atenção e pode ser observado na descrição do imóvel hipotecado. Nos referimos que a propriedade dos devedores "confronta com Moyses de Oliveira Mendes, o *credor* e

[27] Escritura de hipoteca nº 542. Livro de Inscripção Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

outros, *todos em comum*".[28] Explicita-se, assim, uma outra característica dos empréstimos na economia cafeeira: o personalismo e o compadrio, que acabou configurando um *crédito de vizinhança*.

Construímos essa conceituação *crédito de vizinhança* através da observação das próprias fontes documentais, que apresentaram uma constante alusão à passagem "o devedor confronta com o credor". Percebendo está tendência de vizinhança entre aquele que emprestava e aquele que tomava emprestado, resolvemos tecer algumas linhas a respeito, pois julgamos ser crucial para entendermos os arranjos que visavam solucionar o problema do financiamento. Verifiquemos alguns casos.

Em 1898, Moysés Venâncio Villas Boas, lavrador em Tambaú, emprestou a João Theodoro de Carvalho, também lavrador no mesmo município, a quantia de 15:116$500, com juros de 12% ao ano e prazo de três anos. Como garantia o devedor hipotecou a "Fazenda Barreirinho, contendo 119 hectares, casas de morada e 30.000 pés de café novos e formados [...] *confrontando com terras do credor*".[29] Nota-se que o *crédito de vizinhança* foi uma prática esteve presente mesmo entre aqueles indivíduos de maiores posses.

José Antonio da Silva, lavrador em Casa Branca, fez um empréstimo, em 11 de dezembro de 1900, a Paulo Barzani e sua mulher Carolina Carvallini, também lavradores no mesmo município, na quantia de 2:000$000. Constava que o empréstimo era sem juros até o vencimento, e depois disso, cobrava-se o juro 1% ao mês; o prazo para vencimento da dívida era de três meses. Como garantia o devedor hipotecou uma parte de terras na Fazenda Duas Barras, "com cafezaes e outras benfeitorias, situadas em Casa Branca [...] *confrontando com o credor pela estrada abaixo até a porteira*".[30] Mesmo sendo firmada num contexto de crise da economia cafeeira, essa escritura foi quitada em 10 de fevereiro de 1901, ou seja, dentro do prazo. Cabe reparar que esse crédito entre "vizinhos de porteira", possuía alguns atrativos, como isenção de juros até o vencimento.

Essa prática não se limitou somente ao meio rural, mas também esteve presente no mundo urbano. Assim, vemos em 1903, Josephina Maison, proprietária em Casa Branca,

[28] Escritura de hipoteca nº 363. Livro de Inscripção Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.
[29] Escritura de hipoteca nº 618. Livro de Inscripção Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.
[30] Escritura de hipoteca nº 744. Livro de Inscripção Especial nº 2C. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

emprestando a Domingos Maffei, artista residente na mesma cidade, a quantia de 600$000, com juros de 10% ao ano e 3 anos para pagar. O devedor hipotecou um "prédio urbano com quintal e outras dependências, na rua Ipiranga, parte assoalhada e ladrilhada, com três portas e duas janellas de frente [...] *confronta com o credor* e outros".[31]

Acreditamos que o *crédito de vizinhança* seja um traço *sui generis* revelador das contradições inerentes aos processos de modernização de regiões periféricas. Para aclarar esse conceito assentado no personalismo, cabe antes, definir o que entendemos pelo seu avesso, isto é, por racionalização:

> Desde o princípio, o processo de desenvolvimento do capitalismo é simultaneamente um processo de racionalização. Com o vaivém, de permeio às mais surpreendentes situações, juntamente com as relações, os processos e as estruturas próprias do capitalismo, ocorre o desenvolvimento de formas racionais de organização das atividades sociais em geral, compreendendo as políticas, as econômicas, as jurídicas, as religiosas, as educacionais e outras. Aos poucos, as mais diversas esferas da vida social são burocratizadas, organizadas em termos de calculabilidade, contabilidade, eficácia, produtividade, lucratividade.[32]

Deste modo, ressaltamos ser o *crédito vizinhança* uma importante marca do complexo cafeeiro e de sociedades em via de modernização, pois ele consegue alinhavar processos nem sempre tênues de acomodação, onde diferentes esferas da vida social em constante em atrito estão tentando se estabelecer. Esse tipo de crédito reflete muito da sociedade que o agasalha. Instrumento vital do capitalismo, o crédito nessas pequenas cidades do interior deixa transparecer algumas especificidades que o configuram com tons diferenciados daqueles das regiões centrais do capitalismo, como Londres, Paris e Nova Iorque, marcado pela racionalização e pela impessoalidade. Aqui, pelo contrário, a tendência foi seguir uma *ação não*-racional, ou pelo menos não totalmente racionalizada, calcada na tradição e na afetividade, denotando uma modernização conservadora.[33]

Esta marca que parece estar na natureza íntima da sociedade brasileira foi estudada por grandes nomes nacionais e internacionais das ciências sociais. Para mencionar um,

---

[31] Escritura de hipoteca nº 865. Livro de Inscripção Especial nº 2C. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.
[32] IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.145.
[33] CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade:** urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora SENAC, 2002. p.174.

dentre eles aqueles que se debruçaram sobre o assunto, vejamos as palavras do historiador Sérgio Buarque de Holanda, que interpretando uma anedota que dizia que para se fazer um freguês no Brasil era necessário fazer dele antes um amigo:

> Acontece que justamente a repulsa firme a todas as modalidades de racionalização e, por conseguinte, de despersonalização, tem sido, até aos nossos dias, um dos traços constantes dos povos de raiz ibérica. Para retirar vantagens seguras em transações com portugueses e castelhanos, sabem muitos comerciantes de outros países que é da maior conveniência estabelecerem com eles vínculos mais imediatos do que as relações puramente formais que constituem norma ordinária nos tratos e contratos.[34]

Esta evidência simboliza um fenômeno de *longa duração*, pois mesmo neste universo que vivenciava intenso processo de modernização, percebe-se que havia reminiscências e traços da sociedade colonial, amplamente fundada no *personalismo*. Mesmo se tratando do crédito, ferramenta superior das práticas capitalistas e técnica que exige uma robusta racionalização, prevaleceram arranjos fundados em relações sociais face-a-face, baseada na tradição e na reciprocidade. Esta parece ser uma particularidade do capitalismo no Brasil que, ainda hoje, ressoa negativamente em nossa sociedade, que mesmo com o avanço do Estado Burocrático, apresenta uma lógica vulgar de privilégios a setores reduzidos do escalão social, onde o conhecer alguém, ser amigo do fulano, significa estar em vantagem. Sobre o mercado de crédito, podemos afirmar, de acordo com Sérgio Buarque, que:

> [...] raramente se tem podido chegar, na esfera dos negócios, a uma adequada racionalização: o freguês ou cliente há de assumir, de preferência, a posição de amigo. Não há dúvida que desse comportamento social, em que o sistema de relações se edifica essencialmente sobre laços diretos, de pessoa a pessoa, procedem os principais obstáculos que em todos os países hispânicos – entre eles Portugal e Brasil – se erigem contra a rígida aplicação das normas de justiça e de quaisquer prescrições legais.[35]

Desta maneira, e em consonância com aquilo que denominamos *crédito de vizinhança*, parece que a mentalidade capitalista no país apresentou "uma incapacidade, que

[34] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Para uma nova história**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.51.
[35] Idem. p.52.

se diria congênita, de conceber qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica prevalecendo sobre os vínculos de caráter orgânico e comunal, como são os que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade".[36]

Tais constatações nos permitem pensar o crédito – mesmo legalizado como prática econômica e subordinado a um corpo jurídico estabelecido e controlado pelo aparelho estatal – dentro de uma perspectiva do *dom* e do *contra-dom*[37], tendo papel importante na produção e na reprodução dos laços sociais, pois em sociedades interioranas, fortemente marcadas pelo compadrio[38] e pelo personalismo, em que o acesso ao dinheiro era restrito a maior parte da população, e fatia considerável dos empréstimos foram realizados por agentes locais do topo da hierarquia social que também ocupavam cargos políticos, os créditos poderiam ser sim um ato de doação regido por contrapartidas que estavam além daquelas formalizadas em cartório, principalmente esperando fidelidade e apoio eleitoral dos devedores. Assim vemos nossa hipótese sendo corroborada em um trecho da obra de Maria Sylvia Carvalho Franco:

> Nas palavras do fazendeiro entrevistado: 'se os sitiantes da redondeza estavam em dificuldades ou queriam comprar um pedaço de terra, emprestavam dinheiro de meu pai; em compensação, esta gente sempre o acompanhava, eram seus eleitores ou seus cabos, pois ele era o chefe conservador da zona'. [...] Aí está a extensão da influência do fazendeiro sobre seus sitiantes: a dependência em que estes se encontravam tornava inelutável a fidelidade correspondente.[39]

Outro ponto da argumentação é que as relações de vizinhança, nos termos de Pierre Bourdieu, indicam que o mundo social está presente em sua totalidade em cada ação econômica, e a visão multidimensional e multifuncional do sistema de crédito, como de

---

[36] Ibdem. p.56.

[37] Pode-se inferir que "dar parece instaurar assim uma diferença e uma desigualdade de status entre doador e donatário, desigualdades que em certas circunstâncias podem se transformar em hierarquia". In: GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.23.

[38] "De fato, o compadrio, instituição que implica o reconhecimento recíproco daqueles que une como portadores dos mesmos atributos de humanidade, só poderia ser transposto para o esquema de dominação e assim integrado à ordem estabelecida se a hierarquização social, por sua vez, não implicasse distinções precisas quanto à concepção honorífica e ao destino dos homens livres. Dominação entre semelhantes, o compadrio supõe um certo grau de indeterminação na forma da estratificação social. Este estado de coisas traduziu-se, como se verá adiante, na ausência de marcas exteriores nítidas de diferenciação social, submersas na simplicidade dos costumes, mantidos mesmo quando a antiga pobreza foi substituída pela prosperidade trazida com o café". In: FRANCO, Maria S. de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p.86.

[39] Idem. p.86-87.

qualquer outra forma de sociabilidade, demanda um olhar para além do meramente econômico.[40]

Considerações finais

Estas evidências assinalam que, apesar dos reduzidos custos monetários de produção praticados na pequena cafeicultura, em função da utilização do trabalho familiar, em algum momento estas unidades tocavam no sistema de crédito, submetendo-se a condições de empréstimo nada aprazíveis, tais como a diferenciada taxa de juros acima demonstrada, ações que contribuíram para a situação onerosa em que viveram os mesmos, muitas vezes relegados a uma vida rústica, sem expressão política e condenados a serem "prisioneiros" do sistema de crédito.[41]

Vale ressaltar, ainda, o caráter *personalista* adotado nas relações de crédito, prevalecendo muitas vezes, um *crédito de vizinhança*, ou seja, averiguou-se na análise das fontes documentais uma constante peculiar: a proximidade familiar e "afetiva", tanto no meio rural quanto no meio urbano, entre tomador e fornecedor de crédito. São inúmeros casos em que os mesmos aparecem com propriedades vizinhas. Abre-se, assim, a possibilidade de um contato maior com outras áreas das ciências sociais, como a Antropologia e a Sociologia, para pensarmos o entendimento das relações no tecido social, que acabaram impactando nas relações econômicas. Nessa medida, enxergamos que, mesmo em sociedades em vias de modernização, como é o caso de Casa Branca, na passagem do século XIX para o século XX, podemos deduzir uma tendência à manutenção

[40] BOURDIEU, Pierre. **Las estructuras sociales de la economia**. Buenos Aires: Manantial, 2002. p.16.

[41] "O inimigo mais temeroso que ameaça a independência do pequeno proprietário não é o grande proprietário, seu vizinho, é o industrial ou negociante que domina o mercado sobre o qual os agricultores devem escoar seus produtos. O capitalismo é comerciante antes de ser produtor". In: BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p.430. Reinterpretando as constatações de Marc Bloch, podemos dizer que o "grande" vizinho do pequeno produtor também era uma "ameaça" para o caso do complexo cafeeiro, pois muitos fazendeiros se enveredaram na comercialização do café e eles procuraram "dominar" as plantações vizinhas via adiantamento de dinheiro. Assim observou Sérgio Silva: "Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitavam a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade". In: SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986. p.53.

de realidades sociais de longa duração, tocadas por arremedos capitalistas, mas ainda pautada nas relações pessoais *face-a-face*, tipicamente tradicionais[42], configurando um caráter singular ao crédito e vindo a corroborar outros estudos, como o de Anderson Pires, no sentido de que:

> Inadequações, altos custos de transação e de informações, deficiências no sistema legal e institucional, a presença em graus e níveis variados do Estado, 'altas' taxas de juros, assimetria de informações, entre outros, são assumidos como parte integrante do funcionamento destes mercados de crédito e capital. Mas o que tem marcado a historiografia e surpreendidos historiadores do tema é exatamente como estruturas assim delineadas superaram estes 'limites' e reuniram condições de realizar, à sua forma, boa parte das funções que os mercados financeiros capitalistas vêm desempenhando em sua própria economias. O resultado tem sido a descoberta de outros verdadeiros universos de organização e estruturação de sistemas financeiros e mercados de capitais, em muitos casos tão dinâmicos e complexos na diversificação de seus agentes e instrumentos que a concepção que identificava crédito e capitalismo [...] ficou definitivamente combalida.[43]

Bibliografia

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Las estructuras sociales de la economia**. Buenos Aires: Manantial, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: século XV-XVIII. Tradução Telma Costa. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, t.1, As estruturas do cotidiano, 1995.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade:** urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In. HOLANDA, Sergio Buarque (coord.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

[42] BALANDIER, Georges. **As dinâmicas sociais**: sentido e poder. São Paulo: Difel, 1976.
[43] PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria**: Juiz de Fora, 1889/ 1930. Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2009. p.397.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977.

FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento**: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca/ SP (1874-1914). Dissertação (Mestrado em História).Franca: FCHS/UNESP, 2011.

FRANCO, Maria S. de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Caminhos para Santa Veridiana**: as ferrovias em Santa Cruz das Palmeiras. Santa Cruz das Palmeiras: A Cidade, 2003.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Márcio Pereira. **Antropologia**: ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Para uma nova história**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MISSURA, Fábio Augusto. **Costa Machado**: ação política e empresarial na sociedade do café em Rio Pardo (1877-1917). Dissertação (Mestrado em História) UNESP-FHDSS, 2003.

MAUSS, Marcel**. Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Nayfy, 2003.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.

DELFIM NETTO, Antonio. **O Problema do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

PERISSINOTTO, Reneto M. **Classes dominantes e hegemonia na Republica Velha**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

SAES, Flávio Azevedo de Marques. **Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista** (1850-1930). São Paulo: IPE/ USP, 1986.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/hist/hist_533.pdf . Acessado em: 15/12/2010.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

TEODORO, Rodrigo da Silva. **O crédito no mundo dos senhores do café**. Franca 1885-1914. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, UNICAMP.

O LUGAR DA PARTICIPAÇÃO PARLAMENTAR NAS NEGOCIAÇÕES REFERENTES À ALCA. UMA AMOSTRA DO DÉFICIT DEMOCRÁTICO EXISTENTE NO PROCESSO DECISÓRIO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA[1]

Rodrigo Regazonni de Oliveira
Mestre em História Social pela Universidade de Brasília-UnB
rodrigoregazonni@yahoo.com.br

1. Introdução

Tema insuficientemente abordado pela literatura especializada, a relação entre o Congresso Nacional e a produção da política externa nacional, especificamente da política externa de integração regional, demonstra ainda uma carência explicativa de considerável amplitude. A considerar a existência de uma quantidade razoável de trabalhos publicados relativos à atividade parlamentar no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), verifica-se atualmente uma escassez de análises concernentes à atuação ou posicionamento parlamentares no contexto das tratativas de outras iniciativas de integração, em que podemos destacar, por exemplo, a proposta referente à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A colmagem das supracitadas lacunas faz-se necessária não somente para ilustrar as limitações formais do Poder Legislativo no âmbito do processo decisório da política externa de integração regional, mas também para revelar como os congressistas, face a tais restrições, logram monitorar *pari passu* as negociações entabuladas pelo Poder Executivo, com condições de amplificar, quando necessário, seu posicionamento frente a uma determinada questão internacional com acentuada repercussão doméstica.

O diálogo em nível interamericano relacionado à instalação da ALCA, ocorrido entre 1994 e 2005, conformou-se por mais de uma década em um dos principais pontos da agenda de comércio exterior da região, vindo a evocar a atenção não somente das instâncias governamentais responsáveis por seu tratamento, mas também dos vários segmentos socioeconômicos das nações americanas. No Brasil, as implicações prejudiciais de uma possível instalação da ALCA conforme as exigências norte-americanas repercutiram de modo significativo entre os setores sindicais, agropecuários, empresariais e da opinião pública nacional, na medida em que a expectativa em torno da implantação do projeto tornava-se cada vez mais concreta. O distanciamento entre o núcleo decisório e a população,

[1] Este trabalho é uma versão adaptada da Dissertação de Mestrado "O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira. Posicionamento dos senadores frente às negociações para a formação da ALCA (1994-2005)", defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB), em março de 2011, sob a orientação da professora Albene Míriam Ferreira Menezes.

notadamente expresso pela escassez de instrumentos participativos acessíveis à sociedade civil, bem como a ausência de representantes políticos desta nos foros negociadores do projeto, intensificava ainda mais a percepção de impotência ou incapacidade do cidadão comum de exercer alguma influência sobre os rumos de um acordo de notória complexidade e magnitude.

Interessa-nos, em referência ao quadro de déficit democrático acima identificado, analisar particularmente o modo como os congressistas posicionaram-se frente ao avanço das tratativas para a integração comercial do continente. Face à significativa polêmica suscitada pelo tema, questionamos também se a ausência de mecanismos formais de participação parlamentar junto ao processo negociador da ALCA teria refletido um suposto desinteresse dos congressistas pela questão, ou, pelo contrário, tê-los-ia impulsionado a buscar influenciar o processo negociador por outras vias de atuação.

2. Considerações de natureza teórica

Buscamos, em primeira linha, fornecer respostas aos questionamentos aludidos prescindindo da formulação e verificação de hipóteses por meio de sistemas interpretativos. Contudo, algumas premissas teóricas se revelaram importantes para o tratamento de dados empíricos e para a problematização do tema. Com relação a este ponto, destacamos duas contribuições em particular, que julgamos complementares e que dialogam entre si: o jogo em dois níveis (two-level game), de Robert Putnam; a teoria sobre cooperação internacional concebida por Helen Milner, baseada nos jogos em dois níveis.

A teoria do jogo em dois níveis, segundo Putnam (1988), diferentemente de muitas abordagens teóricas e conceituais vinculadas ao pensamento realista das Relações Internacionais, vê a cooperação internacional como um complexo jogo disputado em dois níveis, em que a política doméstica (Nível 2) e a política externa (Nível 1), no âmbito das negociações internacionais, estão inseparavelmente ligadas, na medida em que a credibilidade internacional dos governos democráticos repousa sobre sua capacidade de influência sobre suas instituições parlamentares para validar os acordos e tratados negociados com outros países. Aqui, as possibilidades de cooperação internacional emergem não somente no plano externo, mas também com base em um conjunto de considerações originadas dos planos domésticos dos países que a procuram entabular. Neste sentido, a inter-relação entre variáveis endógenas e exógenas fundamentaria um jogo em dois níveis, em que os líderes polí-

ticos atuam, simultaneamente, em dois planos respectivos: o doméstico e o internacional. Este duplo movimento, em conformidade com o pensamento de Putnam, faz-se necessário na medida em que os parlamentares demonstram interesse em levantar maiores informações ou até mesmo se envolver diretamente em determinadas negociações. Não podendo as agências executivas desprezar a posição dos congressistas frente à tessitura de acordos e tratados internacionais, uma vez que dependem da aprovação dos parlamentares para implementá-los, constitui-se um fato de que o Poder Executivo e suas lideranças não são capazes de conduzir de forma autônoma o processo decisório externo. Necessitam, sobretudo, contar com uma boa disposição do Poder Legislativo para conduzi-la de forma razoável. Assim,

> "In practise, expectational effects will be quite important. There are likely to be prior consultations and bargaining at Level II to hammer out an initial position for the Level I negotiations. Conversely, the need for Level II ratification is certain to affect the Level I bargaining. In fact, expectations of rejection at Level II may abort negotiations at Level I without any formal action at Level II" (PUTNAM, 1988, p. 436).

A afirmação supracitada enseja claramente uma revisão da concepção clássica dos realistas sobre o Estado. Para os realistas clássicos, o Estado é um ator unitário (WALTZ, 1979), cujo cenário doméstico afigura-se, para fins analíticos, como centralizado e hierárquico, em que o processo decisório afeito a questões de interesse externo colocar-se-ia à parte de temas ou discussões de política interna em benefício da eficácia e da coerência da ação do Estado no plano internacional, visto como descentralizado e anárquico.

Frente a esta presente dicotomia entre ambos os sistemas – doméstico e externo – no cálculo realista a respeito do processo de tomada de decisões do Estado, Helen Milner, ao estabelecer uma teoria sobre cooperação internacional baseada na teoria dos jogos em dois níveis supracitada, irá destacar a improcedência de uma divisão entre as esferas interna e externa. Milner defende a existência de um grande contínuo entre uma situação de total concentração de poder (hierarquia) e o ponto oposto em que todo ator possui algum poder de veto (anarquia). Entre estes dois extremos, situar-se-ia uma área chamada de poliarquia, espaço em que os arranjos oriundos da divisão de poder entre grupos domésticos são alcançados em função da variação da política doméstica entre a hierarquia e a anarquia. A ocorrência desta variação dependeria de três fatores cruciais: a diferenciação das preferências e dos interesses (VAZ, 2002) de ordem política dos atores domésticos, as instituições que conferem o poder que cada um possui junto ao processo decisório e a distribuição de informação entre essas instâncias. Assim, de acordo com a autora, só há poliarquia na

política doméstica de um país quando se verifica a existência de variação de preferências entre os atores domésticos e descentralização do processo decisório (MILNER, 1997).

Dado o contexto acima, a distribuição do poder e informação entre Executivo e Legislativo, bem como suas divergências quanto às preferências de cada um, definiriam a extensão da poliarquia, sendo inevitável o conflito acerca do que o interesse nacional reclama e qual seria a melhor forma de consegui-lo. Seguindo tal raciocínio, a escolha de política externa é resultado do jogo estratégico entre atores domésticos na luta pelo poder interno, em que a convergência de seus interesses joga um papel crucial no que tange à coesão da atuação das agências executivas na esfera internacional. Conforme Milner (1997, p. 11), "the search for internal compromise becomes crucial in poliarchy. International politics and foreign policy become part of the domestic struggle for power and the search for internal compromisse", ou seja, a ação do Poder Executivo não pode prescindir do apoio doméstico, em que o Parlamento joga um papel chave, ao contrário do que normalmente se alega.

Feitas as considerações de ordem teórica, destacamos que a elaboração deste artigo tomou como ponto de partida a plausibilidade da seguinte conjectura: os parlamentares brasileiros, inseridos em um contexto de crescente imbricação entre os planos econômicos nacional e internacional, conformado pela progressiva integração dos mercados mundiais, não demonstram indiferença por temas de política externa, em especial por políticas de comércio exterior e de integração regional, na medida em que decisões tomadas neste âmbito passam a afetar de forma cada vez mais acentuada, negativa ou positivamente, os interesses de diversos segmentos sociais e econômicos domésticos por eles representados.

A seguir, abordaremos alguns dispositivos formais e demais modos de atuação proativa disponíveis ao Parlamento para participar da política externa nacional. Importa-nos operar uma descrição de cada um destes mecanismos e atividades supracitadas e ilustrar sua ocorrência no contexto das negociações da ALCA.

3. Instrumentos regimentais de participação do Congresso Nacional em matéria de política externa

À luz do exame dos Regimentos Internos das duas Casas Legislativas, pudemos identificar que o Parlamento detém um considerável conjunto de dispositivos por intermédio do qual seus membros podem exercer seu papel constitucional no âmbito da apreciação

de tratados internacionais, da aprovação da escolha de chefes de missões diplomáticas de caráter permanente e da verificação e fiscalização da atuação das instâncias executivas em política externa.

A considerar a peculiaridade e também a complexidade de cada um desses mecanismos no âmbito do intrincado processo legislativo a qual pertencem, nas duas Casas Legislativas, importa-nos examinar e ilustrar especificamente aqueles que Deputados e Senadores empregaram para se manifestarem sobre o caso ALCA.

A seguir, abordaremos quatro proposições[2] em específico: a) Indicação; b) Requerimento; c) Projeto; e d) Proposta de Emenda Constitucional.

A) Indicação

De acordo com o artigo 113 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com redação dada pela Resolução nº 10, de 1991, Indicação é a proposição por meio da qual o deputado:

> "I – sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva;
> II – sugere a manifestação de uma ou mais Comissões acerca de determinado assunto, visando a elaboração de projeto sobre matéria de iniciativa da Câmara"[3].

Já pela forma do artigo 224 do Regimento Interno do Senado Federal, a Indicação corresponde, por sua vez, a

> "(...) sugestão de Senador ou comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa"[4].

Vale acrescentar que, segundo o artigo subsequente do Regimento supracitado, a Indicação produzida no Senado não poderá conter consulta, sugestão ou conselho a qualquer outro Poder, sendo o seu uso restrito ao âmbito interno da Casa.

---

[2] Segundo o Art. 100 do Regimento da Câmara dos Deputados, "Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara". Entretanto, para o Art. 211 e incisos subsequentes do Regimento Interno do Senado, consistem as proposições em I – propostas de emenda à Constituição; II – projetos; III – requerimentos; IV – indicações; V – pareceres; VI – emendas.

[3] CÂMARA DOS DEPUTADOS. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 57. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/expoentes/ regimento-interno-da-camara-dos-deputados/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/ RICD%20Resolucao%2010-2009.pdf

[4] SENADO FEDERAL. Regimento Interno do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, p. 128. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/regsf/RegSFVolI.pdf

Nosso levantamento feito por intermédio dos sistemas de busca informatizados do Senado Federal e da Câmara dos Deputados revelou que poucos parlamentares fizeram uso das Indicações para tratar de questões de política externa. Particularmente com relação ao tema ALCA, entre 1994 a 2005, foram identificadas três Indicações[5]; uma oriunda do Senado Federal e duas da Câmara dos Deputados.

Dentre elas, destacamos a Indicação nº 01/2001, do Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), cuja ementa sugere, nos termos do art. 224, combinado com o art. 99, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que os parâmetros a serem observados pelo Brasil no processo negociador da ALCA fossem objeto de estudo pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ao apresentar as justificativas da Indicação por ele apresentada, o referido senador descreve seis condições concretas e práticas[6] para que as negociações resultem em benefício para o país e alcancem sustentação popular, e reitera que

> "Embora as negociações internacionais sejam da competência privativa do Presidente da República, à luz do art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, estamos plenamente convencidos de que o Congresso Nacional não pode manter-se alheio ao processo de integração hemisférica em curso, dados os profundos impactos que ela irá produzir sobre a economia brasileira, e, em última análise, sobre o próprio futuro do nosso País"[7].

Por meio dessa Indicação, o senador Lúcio Alcântara apresenta claramente uma demanda por esclarecimentos e informações sobre as negociações concernentes à ALCA, chamando a atenção da Casa para a necessidade de se realizar um estudo, no âmbito de uma comissão especializada, sobre os termos a partir dos quais a integração estava sendo negociada.

B) Requerimento

Conforme os Regimentos Internos da Câmara e do Senado dispõem, os requerimentos podem ser orais ou escritos. Por intermédio deste instrumento regimental, os parlamentares solicitam ou abdicam da palavra em plenário; pedem permissão (individual ou para sua bancada) poder falar sentado; propõem ler matérias ou discutir uma determinada pro-

[5] Na Câmara dos Deputados: Inc 2805/2001, de autoria de Virgílio Guimarães (PT-MG); e Inc 1614/2001, de autoria de Fernando Gabeira (PV-RJ). No Senado Federal: Ins 1/2001, de autoria de Lúcio Alcântara (PSDB-CE).
[6] Ver DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. Quinta-feira, 24 de maio de 2001, p. 10203-4. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2001/05/23052001/10203.pdf
[7] Idem, p. 10204.

posição por partes, etc (ver art. 114, inc. I a XVII, do Regimento Interno da Câmara, e art. 214, inc. I a IV e art. 215, inc. I a IV, do Regimento Interno do Senado).

Há também outros tipos de requerimentos previstos por ambos os regimentos, dentre os quais importa-nos destacar quatro em particular, em virtude de seu emprego pelos congressistas no trato com as questões referentes à ALCA. São eles: a) os Requerimentos de informação a Ministro de Estado; b) os atinentes à convocação ou convite de Ministro de Estado perante o Plenário; c) os que versam sobre votos de regozijo, de louvor e de censura; e d) os relativos à criação de comissões externas ou representações parlamentares em eventos internacionais.

Basicamente produzidos com a finalidade de acompanhar ou monitorar a atuação diplomática em questões pontuais, os requerimentos de informação foram utilizados pelos parlamentares, no que tange ao caso ALCA, por três vezes[8]. A descrição da ementa e das justificativas de tais requerimentos revela uma preocupação, por parte de parlamentares, em levantar informações a respeito da posição do governo brasileiro acerca das negociações para a formação da ALCA.

Como exemplo, podemos citar o Requerimento de Informação nº 429/2003, produzido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Esta Comissão, na figura de seu presidente à época, o senador Eduardo Suplicy, requereu "cópia da integra das propostas apresentadas pelo governo brasileiro e pelo governo dos Estados Unidos no âmbito do processo de negociação da ALCA", em uma evidente demonstração do interesse dos senadores por tornar os pontos envolvendo a questão mais acessíveis e transparentes.

No que tange aos Requerimentos de Convocação ou Convite para tratar do tema ALCA, a Câmara dos Deputados emitiu três pedidos de convocação[9] e onze convites[10] ao Ministro das Relações Exteriores para comparecimento em plenário ou em audiências públicas promovidas por eles, e um pedido de convocação[11] e dois convites[12] da mesma natu-

[8] Na Câmara dos Deputados: Ric 3294/2001, de Nilson Mourão (PT-AC); e Ric 292/2003, de Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP). No Senado Federal: Ric 429/2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN).

[9] Ver Req 3/2001 CREDN, de Fernando Gabeira (PV/RJ); Req 56/2003 CREDN, de Alberto Goldman (PSDB /SP); Req 75/2003 CAPADR, de Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB /SP).

[10] Ver Req 5/2001 CREDN, de Luiz Carlos Hauly (PSDB /PR); Req 60/2002 CREDN, de Waldir Pires (PT/BA); Req 3/2002 CEALCA, de Fernando Gabeira (PT /RJ); Req 3/2002 CAPR, de Nelson Marquezelli (PTB/SP); Req 628/2003, Req 163/2003 CAPR, Req 71/2003 CAPR, Req 8/2003 CEALCA e Req 10/2003 CEALCA, de Antonio Carlos Mendes Thame – (PSDB/SP); Req 9/2003 CEALCA, da Dra. Clair (PT /PR); e Req 252/2004 CAPADR, de Kátia Abreu (PFL-TO).

[11] Ver Req 13/2001 CREDN, de Aloizio Mercadante (PT/SP).

reza para demais autoridades do Itamaraty. No Senado Federal, não foram identificados nenhum Requerimento de Convocação ou Convite de diplomatas com esta finalidade. A quase totalidade dos requerimentos selecionados por nós diz respeito à solicitação de esclarecimentos sobre a posição do Poder Executivo nas negociações da ALCA.

Com relação aos requerimentos de voto de louvor, de aplauso, de regozijo, solidariedade, congratulações ou semelhante (utilizados pelos parlamentares para manifestarem sua contrariedade ou satisfação perante ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional[13]), levantamos, na Câmara dos Deputados, no que diz respeito à ALCA, apenas o Requerimento nº 94/2001, de autoria do então Deputado Aloizio Mercadante (PT-SP). Por sua vez, no Senado Federal, encontramos dois: os Requerimentos 780 e 150, ambos elaborados em 2001.

O Requerimento de Aloizio Mercadante conclamava o governo brasileiro a se retirar das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), caso porventura o Senado norte-americano viesse a aprovar, naquela ocasião, os termos da "Autorização para a Promoção Comercial" (Trade Promotion Authority[14]) estabelecidos pela Câmara de Representantes daquele país. Segundo o referido Deputado, esta Autorização condicionava as negociações para a formação da ALCA à manutenção e ampliação dos mecanismos protecionistas que prejudicam as exportações brasileiras, por meio da distribuição de subsídios à atividade agrícola interna daquele país e a aplicação indiscriminada de medidas antidumping.

Ainda em 12 de dezembro de 2001, esse requerimento foi apresentado por seu autor, recebeu sua aprovação e forneceu condições para a imediata assinatura, por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, de uma Moção de protesto também formulada pelo Deputado Aloizio Mercadante. Na Moção, o referido parlamentar reiterava que a Lei de Autorização para a Promoção Comercial nos EUA, caso fosse implementada, "inviabilizaria em definitivo quaisquer

[12] Ver Req 21/2001 CREDN, de Aloizio Mercadante (PT/SP); e Req 1/2003 CEALCA, de Maninha (PT/DF).
[13] Em conformidade com o inciso quarto do Art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e o Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal.
[14] O Trade Promotion Authority (sigla TPA) consiste em uma "autorização que o Legislativo concede ao Executivo norte-americano para realizar acordos comerciais. Era chamado fast-track. Todos os termos de negociações comerciais internacionais dos Estados Unidos estão sujeitos à aprovação do Congresso. O TPA é um mandato negociador que dá ao presidente a autoridade e a autonomia de negociar sem necessidade de ratificação. Apenas os textos finais dos acordos são votados nas duas casas do Congresso". Ver LOHBAUER, Christian. "Alca: uma perspectiva dos desafios do Brasil". In: AMARAL JUNIOR, Alberto do. SANCHEZ, Michelle R (Orgs.). O Brasil e a Alca. Os desafios da Integração. São Paulo: Editora Aduaneiras, 2003, p. 247.

tentativas do Brasil de obter vantagens comerciais significativas nas negociações da ALCA"[15].

A conclamação contida na Moção em questão foi reproduzida e assinada, dois dias depois, no Senado Federal, por dez parlamentares[16], na forma do Requerimento 780/2001. Esta proposição, de modo semelhante ao Requerimento 94/2001, da Câmara dos Deputados, também lançava um apelo ao governo brasileiro para que se retirasse das negociações para formação da ALCA, em função dos novos termos da "Autorização para a Promoção Comercial" aprovada pelo governo norte-americano. Esta Autorização foi também vista pelos senadores, à época, como um empecilho ao avanço das negociações referentes à ALCA, por prever o robustecimento dos mecanismos de proteção comercial dos EUA.

Enfim, no que tange aos Requerimentos que versam sobre a criação de comissões externas ou representações parlamentares para participar de eventos internacionais, pudemos identificar quatro destes documentos no Senado Federal[17] cuja matéria fazia referência explícita à ALCA. Todos eles tratavam da participação de congressistas em reuniões ministeriais ou técnicas formalmente ligadas ao processo negociador da ALCA, ou em demais eventos de relevo cujo escopo se referisse diretamente a este tema.

C) Projetos

Segundo o Art. 108 e 109 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os membros desta Casa exercem a sua função legislativa por via de projeto de lei ordinária ou complementar, de decreto legislativo ou de resolução, além da proposta de emenda à Constituição (que examinaremos logo em seguida). Destinam-se os projetos:

> "I - de lei a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República;
> II - de decreto legislativo a regular as matérias de exclusiva competência do Poder Legislativo, sem a sanção do Presidente da República;
> III - de resolução a regular, com eficácia de lei ordinária, matérias da competência privativa da Câmara dos Deputados, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos (...)"[18].

[15] Moção nº 1/2001, de 12 de dezembro de 2001. Disponível em: http://www.camara.gov.br/sileg/integras/13352.pdf
[16] Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Requião, Osmar Dias, Sebastião Rocha, Emília Fernandes, Roberto Saturnino, Lúcio Alcântara, Marina Silva, Arlindo Porto e Eloísa Elena. Ver Req 780/2001. In: DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. Sexta-feira, 14 de dezembro de 2001, p. 31269. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2001/12/13122001/31269.pdf
[17] Rqs 217/1997, de Francelino Pereira (PFL-MG); Rqs 241/1997, de Júnia Marise (PDT-MG); Rqs 1125/2003, de Júlio Ribeiro (PFL-TO) e Rqs 1141/2003, de Delcídio Amaral (PT-MS).
[18] Ver REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, p. 55-6.

De igual modo, para o Art. 213 do Regimento Interno do Senado Federal, os projetos compreendem:

> "I – projeto de lei, referente a matéria da competência do Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República (Const., art. 48);
> II – projeto de decreto legislativo, referente a matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49); e
> III – projeto de resolução sobre matéria da competência privativa do Senado (Const., art. 52)"[19].

Na Câmara dos Deputados, não foi localizado nenhum Projeto de Lei que fizesse alguma referência à ALCA. Igualmente, deparamo-nos com uma situação semelhante no Senado Federal. Contudo, em função de sua pertinência ao tema por nós estudado, julgamos válido destacar aqui o PLS 189/2003, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O referido Projeto propõe a definição dos objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais. Chama-nos a atenção o seu artigo 4º, que condiciona o poder de iniciativa do Executivo em matéria de negociações de comércio exterior a uma prévia avaliação do Legislativo. Prevê esse artigo que

> "O Congresso Nacional, através de suas Comissões competentes e de missões especialmente designadas acompanhará as negociações comerciais e, avaliará seus resultados parciais e finais, convocando membros do Poder Executivo e representantes da iniciativa privada facilitando a tomada de decisões e formulação de novas políticas. A avaliação aqui estipulada far-se-á obrigatoriamente antes da firma de todo e qualquer acordo, independente de sua natureza ou abrangência" (grifo nosso)[20].

Em sua justificativa, o Senador Suplicy deixa claro que a concessão pelo Parlamento de mandato negociador para a celebração, pelo Executivo, de acordos internacionais na área comercial atenderia a vários objetivos importantes, entre os quais

> "(...) permitiria ao Congresso exercer com pleno conhecimento de causa a prerrogativa que lhe confere o Artigo 84, VIII da Constituição de referendar, ou não, os acordos celebrados. Segundo, constituiria orientação segura para os negociadores brasileiros no que se refere ao interesse nacional. Um mandato especifica os interesses a defender e delimita o campo de atuação da equipe negociadora, contribuindo para que seu trabalho seja, ao final, referendado pelo órgão outorgante. Ou seja, confere aos negociadores a segurança de estarem efetivamente defendendo os interesses do país.

[19] Ver REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, p. 123-4.
[20] Projeto de Lei do Senado (PLS) 189/2001, de autoria de Eduardo Suplicy. In: DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. Sexta-feira, 16 de maio de 2003, p. 11368. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2003/05/15052003/11367.pdf

> Terceiro, poria os negociadores e o próprio Poder Executivo ao abrigo de constrangimentos e pressões indevidas por parte de outros parceiros nas negociações"[21].

Esta proposição foi aprovada pelo Senado em abril de 2004, embora com modificações[22] no que tange ao seu principal ponto (estabelecimento de mecanismo outorgante de mandato negociador pelo Legislativo ao Executivo). Mesmo sendo remetida à Câmara dos Deputados em seguida, por meio do Ofício SF nº 2005, de 20/10/04, ela ainda encontra-se em tramitação. Recorda Susan Elizabeth Martins César que "são essas proposições elaboradas por parlamentares que geralmente demoram a tramitar pelo Congresso Nacional, podendo um parecer levar cerca de sete anos para ser finalizado"[23].

Com relação aos Projetos de Decreto Legislativo[24], conseguimos identificar dois: um na Câmara (PDC 852/2001) e outro no Senado (PDS 71/2001).

O primeiro, de autoria do Deputado Henrique Fontana (PT-RS), propunha a convocação de plebiscito para decidir a participação do Brasil na ALCA. A realização deste plebiscito deveria ocorrer, segundo a proposição, no prazo máximo de 120 dias, a contar do término oficial das negociações do acordo e em data a ser fixada pela Justiça Eleitoral, ficando vedado ao Poder Executivo, nos termos do art. 9º da Lei nº 9.709, de 18 de 2 novembro de 1998, assinar o ato internacional até que o resultado das urnas pudesse ser proclamado.

Mesmo tendo sido arquivado o referido Projeto, após mais de três anos em tramitação pela Câmara, vale destacar a preocupação demonstrada pelo parlamentar quanto ao assunto. Em um artigo de sua autoria, em que abordou seu Projeto, o Deputado Fontana defendia que a adesão do Brasil à ALCA não deveria ser tratada de forma restrita apenas aos círculos da burocracia diplomática e tecnocrática, mas também ser submetida ao julgamento da população brasileira por meios democráticos[25].

Por sua vez, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 71/2001, de autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), também versava sobre a convocação de plebiscito a res-

---

[21] Idem.
[22] Disponível em: http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/2794.pdf
[23] Ver CÉSAR, Susan E. M. O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira (1985-2002). Dissertação apresentada ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2002, p. 22-3.
[24] Cabe acrescentar, a título de informação, que os acordos internacionais são aprovados por meio dos Projetos de Decreto Legislativo. Os tratados, quando recebidos pelo Congresso Nacional por meio de uma Mensagem Presidencial, são logo convertidos em Projetos de Decreto Legislativo. Sobre tramitação, ver REZEK, Francisco. Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 1996.
[25] Artigo publicado no PT Notícias, edição número 103. Disponível em: http://www.reocities.com/spaprado/alcadesfavoravel.html

peito da ALCA. Contudo, diferentemente do PDC 852/2001, a proposição formulada pelo senador Saturnino demonstrava uma preocupação ainda maior pela questão. Defendia a promoção de consulta popular para definir a suspensão ou não das negociações para o ingresso do Brasil na ALCA pelo prazo de 20 anos. Conforme seu o Art. 2º,

> "Ficam sustadas até a proclamação dos resultados do plebiscito de que trata este Decreto Legislativo, na forma do estabelecido pelo art. 9º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, as medidas administrativas que visem ao ingresso do Brasil na ALCA".[26]

Em sua justificativa, o parlamentar chamou a atenção para o fato de que o Brasil vinha sofrendo pressões "quase insuportáveis" para aderir à ALCA. Alegou que a economia do país, à época, não tinha condições de se integrar à economia norte-americana, em função da disparidade competitiva entre ambos os setores produtivos. Para o parlamentar, esta questão não poderia ser resolvida sem que o Brasil se fortalecesse e se integrasse antes "com os demais países da América do Sul para poder cumprir, em condições menos desfavoráveis ou menos desiguais, a integração com aquela grande potência"[27].

Por fim, dentre os Projetos de Resolução formulados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, pudemos encontrar dois referentes à ALCA: o PRC 132/97 e o PRC 147/2001, ambos produzidos no âmbito da Câmara dos Deputados e com o propósito de criar Comissões Especiais[28] para acompanhar as negociações acerca do processo de integração continental. As duas proposições apresentam pontos comuns em suas justificativas, ao defenderem a promoção do debate e da conscientização a respeito da questão pelo Parlamento, apelo que veio a ser correspondido pela Casa com a criação e instalação das duas referidas Comissões. Mais adiante, iremos abordar os trabalhos realizados por cada uma delas.

D) Proposta de Emenda à Constituição

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) consiste em uma Proposição subordinada a disposições especiais pelos Regimentos da Câmara dos Deputados e do Senado

[26] Ver DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. Sexta-feira, 20 de abril de 2001, p. 06652. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2001/04/19042001/06651.pdf
[27] Idem.
[28] Segundo o Art. 33, Inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as Comissões são Permanentes ou Temporárias. Dentre estas, figuram as Comissões Especiais, de Inquérito e Externas. As Comissões Temporárias são criadas para apreciar determinado assunto, sendo logo extintas ao término da legislatura ou mesmo antes, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração (Art. 22, Inciso II).

Federal. De acordo com o Regimento da Câmara, a respectiva Casa apreciará proposta de emenda à Constituição

> "I - apresentada pela terça parte, no mínimo, dos Deputados; pelo Senado Federal; pelo Presidente da República; ou por mais da metade das Assembleias Legislativas, manifestando-se cada uma pela maioria dos seus membros;
> II - desde que não se esteja na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio e que não proponha a abolição da Federação, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes e dos direitos e garantias individuais"[29].

No Senado Federal, segundo o Art. 354 de seu Regimento Interno, a Proposta de Emenda à Constituição apresentada será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos membros da Casa.

Por se tratar de proposta de atualização ou emendo à Constituição Federal, a Proposição em questão, segundo o Art. 202 do Regimento da Câmara, deve ser remetida, primeiro, à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Casa logo que recebida pelo Presidente da Câmara. A Comissão em questão deverá se pronunciar sobre sua admissibilidade, no prazo de cinco sessões, devolvendo-a à Mesa com o respectivo parecer. No Senado, conforme o Art. 356 de seu Regimento Interno, a Proposta de Emenda Constitucional é despachada, por sua vez, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa, que terá prazo de até trinta dias, contado da data do despacho da Presidência, para emitir parecer.

Nosso levantamento logrou identificar quinze PECs[30] cuja matéria se referia a mudanças na ordem constitucional referente ao papel do Parlamento em política externa. Nove delas foram encontradas na Câmara dos Deputados e 6 no Senado Federal. No que tange à ALCA, encontramos duas PECs produzidas por deputados e três elaboradas por senadores, em cuja justificativa pôde-se constatar menções à iniciativa de integração em questão[31].

---

[29] Art 201, Incisos I e II. Sobre Emendas à Constituição, ver também Art. 60 da Constituição Federal.

[30] PECs elaboradas por deputados: PEC 36/1999, de Aldir Cabral (PFL-RJ); PEC 122/1999, de José Dirceu (PT-SP); PEC 345/2001 e 387/2001, de Aloizio Mercadante (PT-SP); PEC 402/2001, de Neiva Moreira (PDT-MA); PEC 165/2003, de Ney Lopes (PFL-RN) e co-autores; PEC 223/2003, de Ivan Valente (PT-SP) e co-autores; PEC 70/2003, de Ney Lopes (PFL-RN); PEC 389/2005, de João Alfredo (PT-CE) e co-autores. PECs formuladas por senadores: PEC 28/2001, de Ademir Andrade (PFL-RJ); PEC 52/2001, de Roberto Requião (PMDB-PR); PEC 23/2002, de Antônio Carlos Júnior (PFL-BA); PECs 18/2003 e 20/2003, de Aloizio Mercadante (PT-SP); PEC 34/2003, de Efraim Morais (PFL-PB).

[31] São elas: PECs 345/2001 e PEC 387/2001, do deputado Aloizio Mercadante (PT-SP); PEC 52/2001, do senador Roberto Requião (PMDB-PR); PEC 18/2003 e PEC 20/2003, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Cabe ressaltar que as PECs 345/2001 e 387/2001, identificadas na Câmara, e as PECs 18/2003 e 20/2003, encontradas no Senado, são, respectivamente, idênticas. As duas primeiras foram lançadas por Aloizio Mercadante enquanto deputado federal, e as duas últimas, já como senador da república.

As cinco PECs supracitadas tratam basicamente da instrumentalização de duas demandas específicas apresentadas pelo Congresso Nacional à época. A primeira refere-se a instituição e disponibilização de mecanismos de participação e de controle *ex-ante* aos parlamentares para atuarem nas negociações sobre comércio exterior entabuladas pelo governo. A segunda demanda trata da ampliação da atribuição congressual de decisão não somente sobre a aprovação de chefes de missões diplomáticas no exterior, mas também sobre a escolha de representantes do país em foros negociadores internacionais.

A PEC 52/2001, de autoria do então senador Roberto Requião (PMDB-PR), fornece-nos um exemplo claro da formalização da primeira demanda por nós elencada, ao defender o acréscimo de inciso e parágrafo único ao art. 49, e também outro inciso ao art. 84 da Constituição Federal.

O inciso a ser adicionado ao art. 49 previa o acompanhamento, pelo Legislativo, das negociações internacionais encetadas pelo Executivo em matéria de comércio exterior, desde sua origem até seu desfecho. Por sua vez, o parágrafo único sugerido estabelecia um prazo de até 30 dias para o Congresso emitir um relatório autorizativo, por meio do qual o Poder Executivo pudesse enfim assinar os atos, acordos, convênios e tratados contemplados pelo inciso a ser criado (no caso, o inciso XVIII). O inciso proposto ao art. 84 consumava o propósito da referida PEC, ao incorporar no rol de competências presidenciais a tarefa de submeter ao Congresso Nacional os documentos apontados no inciso XVIII, desde a data de sua elaboração até sua conclusão, para que os parlamentares pudessem monitorar os passos dados pelo governo nos foros negociadores externos.

Ao expor seus argumentos em defesa da validade de sua proposição, o senador Requião afirma que

> "(...) hoje, justificam-se, e multiplicam-se no mundo inteiro, as ações políticas no sentido de não poder haver política exterior democrática, realmente nacional e participativa, sem a ação e a intervenção parlamentar no planejamento, na execução e no controle dessa política, em especial naqueles países potencialmente habilitados ao desenvolvimento permanente e capacitados para estabelecer relações multipolares num mundo econômico marcado pelo chamado processo de globalização[32].

Para reforçar a relevância da dimensão parlamentar no contexto das relações internacionais apontadas pelo senador, este também evocou o papel de relevo desempenhado pelo Congresso dos EUA no que tange a sua capacidade de exercer controle, em especial,

[32] Ver "Justificativa" da PEC 52/2001, de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR). In: DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. Sexta-feira, 30 de novembro de 2001, p. 29890. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2001/11/29112001/29890.pdf

sobre a política externa de natureza comercial de seu país. Desta forma, Requião realçava a utilidade das medidas colocadas por sua proposição, ao chamar a atenção para a necessidade do Parlamento brasileiro reunir meios para exercer uma atuação semelhante a de seu homólogo norte-americano, visto as consequências de vulto a serem arcadas pelo país com a consumação de negociações internacionais as quais o governo brasileiro integrava naquela ocasião. Reiterava também o senador em questão que, com a aprovação da PEC 52/2001, os parlamentares teriam à sua disposição uma estrutura ágil para "providenciar o estudo e a análise de propostas de negociação para o ingresso do Brasil no bloco econômico da União Européia e em uma possível Área de Livre Comércio das Américas (...)[33].

De modo análogo à PEC 52/2001, a PEC 18/2003, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), propugnava a instituição de mecanismo autorizativo para que o Presidente da República pudesse negociar acordos internacionais que implicassem "redução de barreiras alfandegárias e não alfandegária, bens e serviços, modificações no regime jurídico dos investimentos externos ou alterações no marco legal referente à propriedade intelectual"[34].

Com a aprovação desta PEC, claramente baseada no *fast-track* norte-americano, o senador Mercadante esperava aumentar a participação do Poder Legislativo na formulação da política externa do país, até então limitada em larga medida, de acordo com o parlamentar, à função de referendar ou homologar as decisões tomadas pelo Poder Executivo neste âmbito. Ao abordar o impacto das medidas concertadas em foros negociadores internacionais sobre os diversos campos da política doméstica, Mercadante reiterou a necessidade de o Parlamento exercer amplo controle sobre as negociações bilaterais ou multilaterais em que o governo brasileiro encontrava-se envolvido, tendo sido o caso ALCA citado como exemplo.

Sobre a segunda demanda congressual instrumentalizada pela formulação de PECs, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) também se manifestou a respeito da questão, na ocasião do lançamento de sua PEC 20/2003, em caráter complementar à PEC 18/2003, do mesmo parlamentar. A PEC 20/2003 defendia a instituição de mecanismo a partir do qual os congressistas disporiam de poder de decisão sobre a aprovação de negociadores de atos internacionais multilaterais que implicassem "redução de barreiras alfandegárias e não

[33] Idem, p. 29892.
[34] Ver PEC 18/2003, de autoria do senador Aloizio Mercadante. In: DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. Sexta-feira, 11 de abril de 2003. p. 7163. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2003/04/10042003/07163.pdf

alfandegárias a bens e serviços, modificações no regime jurídico dos investimentos externos ou alterações no marco legal referente à propriedade intelectual"[35].

Ao expor suas justificativas para formular esta proposição, Mercadante chamou a atenção para o fato de o Congresso Nacional exercer papel decisório sobre a escolha de titulares das embaixadas brasileiras, mas não sobre a indicação de representantes nacionais nas negociações de acordos internacionais multilaterais de "grande relevância", em que cita a OMC, a ALCA e o Mercosul. Assim, de acordo com a opinião do senador,

> "(...) criou-se uma situação esdrúxula: enquanto o Senado Federal aprova, após arguição em sessão secreta, chefes de missão diplomática que vão dirigir embaixadas que podem ser pouco importantes (como a embaixada do Brasil em Cabo Verde, por exemplo), o Congresso Nacional não aprova e nem argúi os nossos negociadores da ALCA e de outros acordos extremamente significativos. Ora, é óbvio que a conformação da Área de Livre Comércio das Américas produzirá sérias consequências para o País, ao passo que a gestão da citada embaixada, embora relevante para as relações entre o Brasil e aquele bravo país africano, não terá efeitos de importância na vida cotidiana dos brasileiros".

Ao finalizar sua justificativa, Mercadante aponta dois grandes benefícios que o Congresso Nacional poderia auferir com a aprovação de sua proposição. Primeiro, o de conferir aos parlamentares a oportunidade de emitir sugestões e exigências ao negociador sabatinado, no que tange à adoção de balizamentos e parâmetros a serem adotados pelo mesmo na sua atuação em foros negociadores externos, tal como se observava no contexto político-institucional norte-americano. Por sua vez, o segundo benefício consistia em tornar a política externa brasileira mais permeável à influência parlamentar, o que viria a contribuir de modo significativo para sua democratização.

4. As Comissões Especializadas do Congresso Nacional

Cada uma das duas Casas Legislativas do Congresso Nacional contém uma série de Comissões especializadas por meio das quais deputados e senadores exercem suas funções legislativas e fiscalizadoras por área ou campo temático. Segundo o art. 58, par. 2º da Constituição Federal, às comissões parlamentares, em razão da matéria de sua competência, cabe:

> "I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

[35] Ver PEC 20/2003, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). In: DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. Sexta-feira, 11 de abril de 2003, p. 7169. Disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2003/04/10042003/07168.pdf

> II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
> III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;
> IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
> V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
> VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer"[36].

Segundo os Regimentos Internos da Câmara dos Deputados (na forma do seu art. 22, Incisos I e II) e do Senado Federal (art. 71), as Comissões são divididas em Permanentes e Temporárias. As Permanentes são responsáveis pela apreciação de assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e por sua deliberação, exercendo também o monitoramento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito de suas respectivos esferas temáticas ou áreas de atuação[37].

Por sua vez, as Comissões Temporárias são criadas geralmente para apreciar assuntos específicos ou questões pontuais, de forma a complementar ou aprofundar os trabalhos realizados pelas Comissões Permanentes. Na Câmara, dividem-se em: I – Especiais; II – de Inquérito e III – Externas (art. 33, inc. I a III do Regimento Interno); Já no Senado, em: I – Internas; II – Externas; e III – de Inquérito (art. 74, inc. I a III do Regimento Interno). Tais Comissões têm sua extinção prevista ao final da legislatura na qual se deu sua instalação, ou até mesmo antes, uma vez tendo sido alcançado o fim a que se destinam ou vencido o prazo de sua duração (art. 22, inc. 2 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e art. 76, inc. I, II e III do Regimento Interno do Senado Federal).

As Comissões revestem-se de grande importância para a atividade parlamentar basicamente por dois motivos. Primeiro, por deterem em alguns casos a capacidade para apreciar, em caráter conclusivo, os projetos submetidos a elas, podendo seus membros aprovar ou rejeitar tais projetos sem consultar os demais congressistas. O segundo, pelo fato de serem responsáveis pela avaliação de todos os dados (como os antecedentes, circunstâncias e conveniência) dos projetos a serem submetidos ao crivo do Plenário. Nestes casos, as Comissões fornecem orientações aos demais congressistas mediante emissão de parecer elaborado por seus membros, a respeito da matéria a ser apreciada (art. 58, par. 2º, inc. I e VI da Constituição Federal; art. 24, inc. I, II e VIII do Regimento Interno da Câmara e art. 90, inc. I e XII do Regimento Interno do Senado).

[36] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010, p. 18.
[37] A Câmara dos Deputados reúne atualmente 20 Comissões Permanentes (art. 32, inc. I a XX do Regimento Interno), enquanto o Senado Federal, por sua vez, detém 10 (Art. 72, inc. I a X do Regimento Interno).

Para fins ilustrativos, abordaremos a seguir os trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, de caráter permanente, e da Comissão Especial Destinada a Acompanhar as negociações da ALCA, de caráter temporário, instalada pela Câmara dos Deputados no mês de agosto de 1997.

4.1 A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE)

Vista como um espaço institucional privilegiado, onde são examinadas, debatidas e decididas várias questões de considerável importância para as relações internacionais do país, a referida comissão exerce um importante papel no rol das prerrogativas congressuais no campo da política externa brasileira. A CRE integra as demais comissões permanentes do Senado e é composta por 19 membros, com igual número de suplentes (art. 77, inc. VII; art. 83 do Regimento Interno), sendo todos eles escolhidos pelo Presidente do Senado, com base na indicação dos líderes partidários e também obedecendo, sempre que possível, a representação proporcional partidária ou dos blocos parlamentares atuantes no Senado (art. 78 do Regimento Interno).

De acordo com o art. 103 do Regimento Interno da Casa Legislativa que a sedia, compete à CRE emitir parecer sobre:

> "I – proposições referentes aos atos e relações internacionais (Const., art. 49, I) e ao Ministério das Relações Exteriores;
> II – comércio exterior;
> III – indicação de nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente junto a governos estrangeiros e das organizações internacionais de que o Brasil faça parte (Const., art. 52, IV);
> IV – requerimentos de votos de censura, de aplauso ou semelhante, quando se refiram a acontecimentos ou atos públicos internacionais;
> V – Forças Armadas de terra, mar e ar, requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz (Const., art. 49, II);
> VI – assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza;
> VII – autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República se ausentarem do território nacional (Const., art. 49, III);
> VIII – outros assuntos correlatos".

Além das competências supracitadas, figura também entre as incumbências da CRE o envio de um de seus membros para compor as comissões enviadas pelo Senado ao exterior, para tratar de assuntos ou participar de eventos de interesse para a política externa brasileira (art. 103, par. único). É também no âmbito dessa comissão, na forma do inc. III do artigo supracitado e sob o amparo do art. 52, inc. IV da Constituição, que são sabatinados, em sessão secreta, as autoridades indicadas pelo Poder Executivo para assumirem a

chefia de missões diplomáticas permanentes no exterior, bem como produzido o parecer sobre a conveniência de se aprovar ou não tal indicação pelo Plenário do Senado. Sobre este ponto, César constatou – assim como nós também pudemos atestar – que a sabatina de indicações do Executivo para embaixadores "constitui-se em uma das prerrogativas principais da Comissão, sendo que na maioria das reuniões da Comissão os senadores deliberam a respeito de uma indicação"[38].

A CRE, ao longo do período por nós delimitado, envolveu-se com o tema ALCA, em especial, sob duas formas distintas: apreciando proposições (em sua maioria, requerimentos cuja matéria versava sobre convite ou convocação de autoridades do MRE para comparecer ao Senado) ou promovendo debates afins ao assunto. Com relação a este último ponto, pôde-se constatar, pela leitura das atas e apanhamentos taquigráficos das reuniões da comissão, que os integrantes desta se debruçaram sobre a discussão a respeito da ALCA em diversas oportunidades. Tais reuniões, inclusive, destinavam-se muitas vezes à promoção de audiências públicas, instaladas com a finalidade de debater os impactos reais e potenciais previstos por políticas de integração comercial, a contar com a participação de autoridades governamentais, especialistas, acadêmicos e representantes de vários segmentos sociais do país.

Cinco audiências públicas promovidas pela CRE chamou-nos a atenção a esse respeito[39], por versarem especificamente sobre a ALCA. Pôde-se verificar em tais audiências, por meio do exame de seus registros taquigráficos, uma longa discussão sobre determinadas questões igualmente debatidas no interior das instâncias negociadoras da ALCA, entre os quais citamos: comércio agrícola, antidumping, temas não comerciais (compras governamentais, propriedade intelectual e investimentos), concorrência empresarial, moldura da integração continental, flexibilização das propostas, etc.

Convidados pelos senadores para manifestarem sua opinião, ou mesmo prestar informações ou esclarecimentos sobre o teor ou andamento das negociações, os palestrantes, em sua maioria, apresentaram seus argumentos de maneira clara e até mesmo didática para os senadores. Os diplomatas, em especial, chamaram a atenção para as dificuldades levantadas pelo processo negociador da ALCA, e os decorrentes problemas que tais entraves representavam para o avanço e conclusão de um possível acordo.

---

[38] CÉSAR, Susan E. M. "O Congresso Nacional...", *op. cit.*, p 27.

[39] Ver Ata da 27ª Reunião da CRE, realizada em 17/10/2001; Ata da 28ª Reunião da CRE, realizada em 23/10/2001; Ata da 23ª Reunião da CRE, realizada em 23/10/2003; Ata da 8ª Reunião Extraordinária da CRE, realizada em 27/08/2003; Ata da 2ª Reunião Extraordinária da CRE, realizada em 18/02/2004.

Ademais, as referidas audiências públicas possibilitaram também aos senadores avaliarem a percepção dos diplomatas quanto à conveniência de algumas iniciativas tomadas pelos parlamentares para ampliar sua participação na produção da política externa do país. Na ocasião da 23ª Reunião Ordinária da CRE[40], em que fora instalada audiência pública com o objetivo específico de reunir autoridades governamentais para prestar esclarecimentos sobre a ALCA, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ao embaixador Adhemar Bahadian, co-presidente do processo negociador da ALCA[41], que se manifestasse sobre a adequação do PLS 189/2003, de cujo conteúdo já tratamos anteriormente. O embaixador, a felicitar o projeto de autoria do senador Eduardo Suplicy, afirmou que

> "Eu acho que nós negociadores teríamos uma vida muito mais fácil, se tivéssemos esse tipo de orientação. Se essa discussão que nós estamos tendo hoje aqui precedesse o início das negociações sobre a Alca e tivéssemos recebido, por exemplo, um tipo de orientação que emergisse do Senado Federal e dissesse que nas negociações sobre a Alca o Governo brasileiro não deverá – porque é assim que fazem os americanos: não deverá colocar em risco a possibilidade de se continuar a ter as políticas nacionais de compras governamentais de investimentos. A lei nacional não deverá ser, em hipótese alguma, negociada no foro internacional. Eu seria muito mais feliz. E eu teria, como os americanos têm aquela pachorra de dizer assim: 'A o Senado não quer que eu faça isso'."

Em outra ocasião, durante uma reunião extraordinária da CRE ocorrida em 18 de fevereiro de 2004, em que também fora promovida audiência pública sobre a ALCA com a presença do embaixador Adhemar Bahadian, a deputada Maninha (PT-DF), então 3ª Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e também inscrita como participante da Reunião em questão, manifestou-se positivamente quanto à presença do co-presidente para as negociações da ALCA no Congresso Nacional. Na qualidade de Presidente da Confederação Parlamentar das Américas, a parlamentar constatou o seguinte:

> O que temos presenciado, na maioria dos países, é uma relação não muito amistosa entre Parlamento e Executivo, e, às vezes, até a falta de informação completa sobre o processo negociador. Isso tem gerado, nos mais diversos Parlamentos, uma posição às vezes até antagônica entre os dois Poderes e uma necessidade que os Parlamentos têm de obter as informações, para que não sejamos apenas homologadores de tratados, como sempre temos dito habitualmente.

[40] Promovida conjuntamente com a 9ª Reunião Ordinária da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em 23 de outubro de 2003, na sala de reuniões da CRE.

[41] O Ministério das Relações Exteriores anunciou no dia 16 de maio de 2003 o nome do Embaixador Adhemir Bahadian como novo co-presidente brasileiro do processo negociador da ALCA, em substituição ao embaixador Clodoaldo Hugueney, subsecretário-geral para assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Itamaraty. Cabia ao Brasil, de acordo com decisão anteriormente tomada na Quarta Reunião de Ministros, ocorrida em San José, Costa Rica, em março de 1998, dividir com os EUA a responsabilidade pela condução das negociações da ALCA entre novembro de 2002 até dezembro de 2005.

A deputada nesta oportunidade também felicitou o embaixador Bahadian por sua disposição em fornecer explicações sobre a ALCA aos parlamentares presentes na Reunião Ministerial de Puebla, prática que considerou, sob seu ponto de vista, "extremamente salutar", ao permitir ao Parlamento interferir e discutir a proposta que futuramente viria a apreciar[42].

Além do embaixador Adhemar Bahadian, compareceram às Reuniões da CRE, em que foram promovidas audiências públicas sobre a ALCA, os seguintes convidados: Celso Lafer, Horácio Lafer Piva, João Felício, Rubens Ricúpero, Samuel Pinheiro Guimarães, José Alfredo Graça Lima, Luiz Felipe Macedo Soares, Gilman Viana Rodrigues, Fernando Rezende, Paulo Nogueira Batista Júnior, Josef Stiglitz, Giovanni Dosi e Albert Fishlow.

4.2 A Comissão Especial destinada a acompanhar as negociações da Área de Livre Comércio das Américas

Conforme já abordamos, as Comissões Temporárias são criadas com a finalidade de fornecer apoio às demais Comissões Permanentes, concentrando suas atividades, contudo, na análise de um caso ou de um tema específico. No âmbito do Senado Federal, não localizamos nenhuma comissão temporária destinada a desenvolver trabalhos relativos à ALCA. Entretanto, na Câmara dos Deputados, pudemos identificar a instalação de três comissões desta natureza, entre 1994 e 2005. Concentraremos nossa atenção, entretanto, em apenas uma delas: a Comissão Especial destinada a acompanhar as negociações da Área de Livre Comércio das Américas, cujo funcionamento se deu entre agosto de 1997 até abril de 1998.

A Comissão Especial da ALCA, como foi chamada à época pelos parlamentares, realizou dez reuniões formais por seus integrantes, sendo que em oito destas reuniões foram promovidas audiências públicas com a presença de várias autoridades governamentais e representantes da sociedade civil. Nestas audiências, em especial, os deputados buscavam não apenas se inteirar dos passos dados rumo à integração comercial do continente, mas também propiciar oportunidades por intermédio das quais a sociedade pudesse exercer alguma influência, notadamente por meio de seus representantes eleitos, sobre a atuação das autoridades governamentais nos foros negociadores da ALCA.

[42] NOTAS TAQUIGRÁFICAS. Ata da Segunda Reunião Extraordinária da segunda sessão legislativa ordinária da quinquagésima segunda legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. 18/02/2004.

A referida comissão promoveu debates não somente sobre a implementação da ALCA, mas também sobre outros temas correlatos, tais como: comércio exterior, balança comercial, tributação, globalização, Mercosul e exportações. Na ocasião de seu encerramento, fora elaborado um relatório parcial sobre suas atividades e disponibilizadas algumas conclusões, ainda que preliminares, visto que o processo negociador da ALCA encontrava-se em seu estágio preparatório, à época.

Ademais, as audiências públicas instauradas pela Comissão Especial da ALCA contaram com a participação dos seguintes palestrantes convidados, ao longo de sua trajetória: Luiz Felipe Lampreia, João Camilo Penna, Reginaldo Braga Arcuri, Ruy Carlos Pereira, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, Esdras dos Santos Magalhães Filho, Maria Elisa Meira e Osny Schroeder.

No que tange ainda às Comissões Parlamentares do Congresso Nacional, em especial às Permanentes, pôde-se constatar que, à parte as duas Comissões aqui abordadas, houve também outras que se dedicaram certa atenção ao tema ALCA. Entre elas, podemos apontar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN), a Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (conhecida no Congresso Nacional como Comissão Mista do Mercosul), a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC) e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

5. Considerações finais

Visto estritamente sob o ângulo de suas atribuições constitucionais, o Parlamento tem sua atuação em matéria de política externa fortemente limitada por seu papel de apreciador e homologador de acordos e tratados internacionais (segundo o art. 49, inciso I da Constituição Federal), inexistindo, em termos formais, mecanismos ou dispositivos legais que obriguem o Poder Executivo a consultar anteriormente o Congresso Nacional sobre a adequabilidade de propostas comerciais negociadas em âmbito internacional. Esta atual configuração de nossa legislação constitucional, ainda que evidencie um déficit de participação *ex-ante* do Poder Legislativo na esfera do processo decisório em política externa, poderia induzir um observador desatento a pressupor uma pretensa inoperância dos parlamentares neste campo em referência, cabendo a tais atores políticos apenas decidir, posteriormente, por sua implementação ou não. Contudo, ao invés de corroborarmos esta im-

pressão, compartilhada pelo senso comum, resolvemos colocá-la à prova para verificar, à luz do exame das atividades dos congressistas, em que medida o comportamento de tais atores refletiria as suas limitações decisórias em matéria de política externa, a tomar o tema ALCA como referência do presente trabalho.

A análise da matéria e da justificativa de determinadas proposições também tornou evidente o expressivo nível de preocupação dos parlamentares com relação à ALCA, sendo possível afirmar que a proposta de integração comercial do continente motivou, direta ou indiretamente, seu interesse em ampliar de modo significativo as atribuições do Congresso Nacional em matéria de política de comércio exterior. As demandas apresentadas pelos Projetos e pelas Propostas de Emenda Constitucional, examinadas anteriormente por nós, ilustraram isto de forma muito clara. Apesar da maioria delas terem sido arquivadas[43], constitui-se um fato de que, na ocasião de sua apresentação, houve uma clara tentativa, por parte dos congressistas, de tentar alterar os tradicionais padrões de relacionamento entre Executivo e Legislativo no que se refere especialmente à política externa. Conforme pudemos observar, foram apresentadas pelos parlamentares, à época, reivindicações como: a) a criação de um mecanismo constitucional por meio do qual o Legislativo brasileiro pudesse estabelecer os parâmetros a serem adotados pelo governo nas negociações comerciais externas; b) a prerrogativa de decidir sobre a indicação dos negociadores nacionais para representar o país em foros internacionais, a exemplo do que ocorre com os embaixadores; e c) competência para acompanhar as comitivas negociadoras nacionais quando da negociação de acordos e tratados de comércio.

O comportamento de senadores e deputados durante o período em que a ALCA fora negociada também forneceu, em determinados aspectos, pertinência aos argumentos defendidos por Robert D. Putnam, Helen Milner e Maria Regina Soares de Lima, quando lidos a partir da perspectiva do contexto brasileiro. No que tange à análise empreendida por nós, as colocações feitas por Putnam revelam-se válidas, particularmente quando aborda a necessidade de cooperação entre os Poderes Executivo e Legislativo para se tornar viáveis as opções em política externa adotadas por países democráticos, onde a percepção da suposta autonomia decisória dos governos para atuarem no âmbito da política internacional passa a ser cada vez mais questionada. Tal percepção, fundamentada sobretudo pela pretensa existência de dois domínios diferenciados (o da política externa e o da política do-

[43] Todas as PECs e os Projetos de autoria dos senadores citados neste trabalho foram arquivados, com exceção do PLS 189/2003, de autoria do senador Eduardo Suplicy, que ainda encontra-se em tramitação.

méstica), é também acertadamente contestada por Milner, ao defender, por sua vez, que as escolhas em matéria de política externa é resultado do jogo estratégico entre os atores domésticos na luta pelo poder interno, em que a convergência de seus interesses tem um papel fundamental para a manutenção do caráter coeso da atuação externa de um país. No Brasil, a politização da política externa colocada por Lima, desencadeada em considerável medida pelo processo de internacionalização da economia do país, veio de fato a se tornar mais acentuada com os debates sobre a criação da ALCA, cujos objetivos sinalizavam para uma radicalização das políticas liberalizantes praticadas no continente desde o início dos anos noventa. Neste contexto, o projeto norte-americano de integração das Américas passou a ser interpretado não somente no âmbito do Senado Federal, mas também por boa parte da opinião pública brasileira, como um risco à soberania e aos interesses nacionais.

Apesar das instâncias negociadoras do projeto preverem apenas a participação de representantes do Poder Executivo, e inexistindo respaldo constitucional aos parlamentares para que pudessem interferir diretamente na condução dos trabalhos, isto não os impediu de buscar, de modo cada vez mais incisivo, projetar sua influência sobre as decisões governamentais. Os protestos oriundos do Parlamento contra a ALCA, em consonância com as preocupações manifestadas por vários segmentos sociais brasileiros à época, ilustraram de modo singular a insatisfação da instituição com as restrições de seu papel representativo no âmbito das negociações externas, a estimular um questionamento vigoroso sobre a distribuição de atribuições formais neste campo. Conforme pudemos atestar, as negociações concernentes à ALCA ensejaram circunstâncias que colocaram em evidência a necessidade de se ampliar as competências e responsabilidades parlamentares em matéria de política externa, a constituir um notável exemplo da relevância atribuída pelo Congresso Nacional às questões internacionais, particularmente àquelas que repercutem de modo mais acentuado junto à opinião pública nacional e aos interesses comerciais e econômicos do país.

Referências bibliográficas

BARBOSA, A. J. O Parlamento e a Política Externa Brasileira (1961–1967). Tese de doutorado em História na Universidade de Brasília. Brasília, 2000.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

CASTRO NEVES, João Augusto de. O Congresso Nacional e a política externa brasileira. In: ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio Carlos (Org.). Relações Internacionais do Brasil. Temas e agendas, v.2. pp. 365-387. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

CESAR, Susan E. M. O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira (1985-2002). Dissertação apresentada ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2002.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, Senado Federal, 1999.

DRUMMOND, Maria Claudia. A Democracia Desconstruída: o déficit democrático nas relações internacionais e os parlamentos da integração. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

LIMA, Maria Regina Soares. SANTOS, Fabiano. Brazilian Congress and Foreign Trade Policy. Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998.

LOHBAUER, Christian. "Alca: uma perspectiva dos desafios do Brasil". In: AMARAL JUNIOR, Alberto do. SANCHEZ, Michelle R (Orgs.). O Brasil e a Alca. Os desafios da Integração. São Paulo: Editora Aduaneiras, 2003, p. 247.

MILNER, Helen. Interests, institutions and information: domestic politics and international relations. Princeton: Princeton University Press, 1997.

SENADO FEDERAL. Regimento Interno do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2007.

_____. Diário do Senado Federal. Brasília: Quinta-feira, 24 de maio de 2001.

_____. Diário do Senado Federal. Brasília: Sexta-feira, 20 de abril de 2001b.

_____. Diário do Senado Federal. Brasília: Sexta-feira, 30 de novembro de 2001c.

_____. Diário do Senado Federal. Brasília: Quinta-feira, 16 de maio de 2003.

PUTNAM, Robert D. "Diplomacy and domestic politics: the logic of two level games". In: International Organization, 42(1), Autumn, p. 427-460, 1988.

VAZ, Alcides C. Cooperação, integração e processo negociador. A construção do Mercosul. Brasília: IBRI, 2002.

WALTZ, Keneth N. Theory of International politics. New York: McGrew-Hill, 1979.

A CENTRALIDADE DO CONHECIMENTO ONTOLÓGICO EM MARX COMO CAMINHO PARA A SUPERAÇÃO 'DO PONTO DE VISTA DA ECONOMIA POLÍTICA'

Ronaldo Ribeiro Ferreira[1]

Resumo: O objetivo do presente trabalho é mostrar como a análise ontológica da realidade permitiu a Marx romper com o chamado "ponto de vista da economia política". Para isso apresenta, através de um breve exame histórico, as origens e relevância da abordagem ontológica desde os pré-socráticos até Marx. Sustenta que, ao longo da história do pensamento ocidental, o critério ontológico esteve continuamente entrelaçado com o critério gnosiológico, mas que, a partir da revolução científica moderna, ambos passam a ser conscientemente separados, de modo a desqualificar a ontologia e a assegurar a supremacia da verdade subjetiva, subsequentemente irracionalista, visando à construção de um padrão científico coerente com os interesses da classe burguesa. Deste modo, argumenta-se que somente um retorno consistente e fiel à ontologia – conforme Marx – pode representar, teórica e praticamente, a superação dos estreitos limites da cientificidade sob os imperativos do sistema do capital.

Palavras-Chave: Ontologia; História do Pensamento; Marxismo.

Abstract: This paper aims to discuss how the core contribution based on ontological perspective leads Marx to break the so called "political economy perspective". To achieve this goal, introduce a brief historical background about the origins and the relevance of ontological approach since the Pre-Socratic until Marx. It claims that along the whole history of western philosophy, the ontological criteria have been continuously involved with gnosiological criteria although from the moment of modern scientific revolution on, both criteria's begin to be consciously separated, with a clear objective of disqualifying ontology and assure the sovereignty of subjective truth, subsequently irrationalist, accordingly with the aim to create a complete scientific framework, coherent with bourgeoisie class position. Thus, it argues that only a complete, consistent and loyal return toward ontology – on Marx meaning – may represent, in theoretical and practical terms, the overcoming of straits limits for science in a society submissive to a capitalism system.

Key-Words: Ontology; History of Thought; Marxism.

1 INTRODUÇÃO

Os fatos que deflagraram a mais recente crise conjuntural do capitalismo, pondo em destaque expressivos elementos financeiros (cujos reflexos se mostram cada dia mais difíceis de se dissiparem), não representam apenas um ponto de inflexão na trajetória de desenvolvimento econômico mundial, mas, igualmente, representam um grande choque para o sólido constructo teórico desenvolvido pela ortodoxia econômica. Por maiores que sejam os estragos provocados por mais uma "onda de instabilidade financeira nos mercados", as crises do capitalismo, ao se refletirem na ciência econômica, tornam-se, do ponto de vista teórico, absolutamente ricas, pois permitem o diálogo meta-teórico (muitas vezes impossível) sobre a própria ciência.

Ainda que em sua grande maioria tais diálogos se limitem a versar sobre as possibilidades alternativas de políticas econômicas de gestão ou controle do capitalismo, a crítica radical deve

[1]Mestrando do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia. Endereço Eletrônico: ronaldo.ribeiro@gmail.com

procurar versar sobre os limites implícitos à teoria econômica em gerir ou controlar um modo de produção irreconciliavelmente incontrolável e contraditório, que só se reproduz historicamente através da sucessão de crises conjunturais autodestrutivas.

No entanto, como ultrapassar os estreitos limites impostos por um padrão rígido de "fazer ciência" como este que a ortodoxia estabelece como "cientifico"? Dito de outra forma, como é possível superar o padrão de cientificidade que serve de arcabouço teórico-metodológico para a ciência econômica e caminhar rumo a uma nova orientação teórico-prática para o ensino e pesquisa nessa área?

A resolução dessas questões passa pelo entendimento de que, não existe possibilidade para a ciência econômica enquanto tal encontrar alternativas metodológicas além de seus estreitos limites ontologicamente definidos pelo padrão de cientificidade imposto a ela por um modo de produção material historicamente limitado. Em outras palavras, as alternativas para a economia só se mostrarão verdadeiramente novas (e científicas) quando se embasarem na verdadeira crítica à economia (política) que só pode ser feita em bases ontológicas situadas além das fronteiras históricas desse modo de produção. Nas palavras de José Paulo Netto, "o pensamento pós-moderno é radicalmente anti-ontológico e sua crítica, também para ser radical, deve partir necessariamente de uma perspectiva teórica ontológica" (NETTO, 2010, p. 269).

Foi a partir desse posicionamento ontológico crítico que Marx consegue ultrapassar o "ponto de vista da Economia Política". De fato é notória a discrepância de suas formulações com as dos demais economistas ao longo da história do pensamento econômico. É desta constatável posição crítica, tomada aqui como pressuposto, que o presente trabalho pretende mostrar de que forma para o pensamento marxista, a possibilidade de superação da atual fase histórica encontra-se intimamente correlacionada com a particular interpretação de Marx, não só no que se refere ao pensamento econômico, mas também no que tange ao pensamento filosófico em geral, sobre a relevância e primazia do conhecimento ontológico.

Para desenvolver essa perspectiva, esse trabalho se constitui de quatro sessões, além dessa breve introdução. Na primeira parte, procura-se fundamentar, a clássica relevância da problemática ontológica ao longo do pensamento filosófico pré-revolução burguesa, de modo que será possível assim compreender como o conhecimento ontológico antecede o conhecimento gnosiológico, ainda que, ambos sejam continuamente confundidos ao longo da história. A segunda sessão, por sua vez, procura ressaltar o tratamento dado a problemática ontológica durante a chamada "revolução científica moderna", analisando o trabalho dos pensadores que fundamentam o padrão de cientificidade específico aos interesses da nascente sociedade burguesa. Nesse ponto será possível captar dois momentos nítidos: o de progressiva ascensão da racionalidade e o de desconstrução da mesma (momento esse em que a ontologia será explicitamente descartada). A terceira sessão mostra

então, como a formulação marxista representa o rompimento com essa visão de mundo, resgatando a primazia da verdade ontológica e com isso, situando-se além dos limites da cientificidade moderna, superando-a. Por fim, à guisa de conclusão, sustenta-se que essa visão onto-crítica de Marx é a chave para o correto dimensionamento de sua teoria como uma crítica a toda sociedade burguesa, sua cientificidade inclusive, através da crítica à economia política.

2 ROTEIRO DA ONTOLOGIA CLÁSSICA: DOS PRÉ-SOCRÁTICOS AO RENASCIMENTO

O surgimento da filosofia no mundo grego está intimamente relacionado a uma série de mudanças materiais ocorridas especialmente nas colônias jônicas em algum ponto ao redor do século VI ac. Tal conjunto histórico de mudanças na sociedade grega colocará em xeque a tradicional explicação cosmogônica do mundo baseado nos mitos de Hesíodo e Homero. Assim, o nascimento da filosofia não é apenas uma redefinição do papel dos mitos dado que a lógica de sua explicação encontrava-se debilitada, mas ao contrário, significa redescobrir o próprio uso da racionalidade humana, elevando-a para outro nível qualitativamente superior, onde o homem pode buscar racionalmente seu lugar no mundo.

Temos então um ponto fundamental: a necessidade de explicação do mundo *por ele mesmo*¸ou seja, por uma racionalidade *objetiva e imanente* aos seus próprios elementos constitutivos, é que faz nascer entre os gregos a filosofia. De modo que, filosofar para um grego, é procurar no mundo objetivo a conexão logico-racional de cada elemento com o todo. E qual o papel da ontologia? A ontologia é a lógica mesma em que a verdade objetiva e inerente a todo e qualquer elemento básico, fundamental, constituinte do mundo, pode ser encontrada neste próprio elemento. Tudo o que existe possui algum(ns) elementos chaves irredutíveis que, em si, carregam uma verdade objetiva sobre o lugar desse elemento no todo.

Percebe-se então que, desde o seu nascedouro com os gregos, a filosofia objetiva fornecer uma *visão total* do mundo, de modo a poder explicar a totalidade das coisas, a realidade (REALE e ANTISERI, 1990). Para isso, ordenava objetivamente todos os elementos básicos e essenciais de todas as coisas existentes de modo a encontrar o lugar do singular – do uno, do particular – no conjunto da realidade. É na possibilidade de encontrar a relação de cada uno no conjunto dos demais, o múltiplo, que a filosofia encontra sua razão de existir como ciência objetiva e prática.

Ora, se tudo se relaciona e se cabe à filosofia descortinar a realidade que encobre todas essas relações através da análise imanente da própria coisa (o critério ontológico), então é preciso encontrar um denominador comum entre todas as coisas para que, a partir deste, a filosofia possa encontrar as relações entre o uno e o múltiplo e o lugar de todas as coisas no universo. Parmênides encontra a resposta: tudo é um ser. O que há em comum naquilo que é infinitamente diverso? O fato

de ser; tudo é um ser. "No fundo Parmênides só diz uma coisa: o que é, é porque o ser é o estofo do que é" (CHASIN, 2011, p. 30). Dito ainda de outra forma, todo elemento do real genericamente concebido é um ser, porque o ser é um repositório primeiro das coisas mais concretas que compõe a realidade.

O ser parmenidiano é então o resíduo fundamental e genérico de tudo que existe, o que não existe não é. Se tudo o que existe é, então esse estofo primitivo que é o ser, não é uma diversidade, mas sim, uma unidade. Todas as demais características do ser parmenidiano são consequências dessa dualidade instransponível entre o ser e o não ser. Se o não-ser não existe, então o ser não pode ser criado a partir dele; tão pouco pode surgir de si mesmo, pois ai então já se pressupõe a existência de um ser primeiro. Portanto, o ser não pode ser "criado" e nem mesmo "corrompido" pelo não-ser. Isso significa dizer que o ser também não tem história, uma vez que seu passado e futuro não existem. Em suma, é um ser absoluto, uniforme, estranho a mudança. (REALE e ANTISERI, 1990). É uma das falhas de Parmênides, que será resolvida por Platão[2].

Partindo da simples separação linguística entre sujeito e predicado, Platão encontra uma incoerência no pensamento do eleata: se o ser é uno e absoluto, portanto, *ser* apenas, porque insistir em apresentá-lo como *ser uno*? Já não lhe basta um sujeito "ser" sem predicados? Mas o sofista vai ainda além: como atribuir ao ser um predicado sem reafirmar, na unidade absoluta do ser, seu caráter dual de sujeito e predicado? (LIMA VAZ, 1968).

Seguindo a lógica do discurso, argumenta que

> se o ser é um todo, é constituído de partes, e neste caso, a unidade, que lhe é atribuída, não é a unidade absoluta, que é absolutamente simples. Ou o ser não é um todo composto de partes e colocar-nos-emos diante da alternativa seguinte: ou o todo não existe e o ser como uno absoluto é afetado pela dualidade do ser e do todo, a menos que o ser mesmo como uno não se dissipe em proveito do todo; ou o todo não existe e então o ser não possui unidade, que é própria do todo, e é uma infinita pluralidade (VAZ LIMA, 1968, p. 29).

Ou seja, através do discurso do eleata, Platão consegue provar ao seu interlocutor a necessidade de se romper com o rígido e imóvel ser parmenidiano, mostrando como, por sua própria lógica, a construção esta incoerente. Resta então incorporar, através do recurso sofista da dualidade do logos[3], movimento e repouso ao próprio ser mostrando que este não é apenas uma "unidade homogenia e diferenciada como no Parmênides, mas há uma pluralidade ordenada" (CHASIN, 2011,

[2]É possível identificar dois momentos distintos na sua construção: um primeiro momento é marcado pela abstração contínua que se inicia na coisa em si, no mundo real, e caminha até a identificação do ser como estrato primitivo da realidade; o segundo se inicia no momento em que esse ser é descoberto e passa a ser trabalhado na esfera cognitiva através de uma lógica especulativa. No primeiro momento tem-se o predomínio da investigação ontológica (buscando desvelar a realidade tal qual ela se encontra no ser), no segundo momento, no entanto, tem-se a prevalência da abordagem subjetiva e especulativa, que busca ordenar o mundo segundo uma racionalidade própria criada pelo sujeito, ou seja, uma relação gnosiológica, cognitiva. Esse é a primeira confusão entre ontologia e gnosiologia na história da filosofia (CHASIN, 2011).

[3]Consiste em mostrar como a razão pode sustentar como verdadeiras duas teses contrárias sem necessariamente desmenti-las.

p. 35). E o que mantêm essa unidade? Uma forma específica de aplicação da dualidade do logos chamada por Platão de dialética[4]. É, portanto, a resolução do conflito gnosiológico em Parmênides.

Mas isso não impede Platão de criar, e cair, em sua própria armadilha gnosiológica. Segundo Chasin,

> Historicamente Platão tem um "vício": que o ente já aparece extremamente articulado com a questão do saber. Mas há uma diferença em Platão que o distingue da maioria dos pensadores da quase totalidade. Há uma identidade de três pontos, de três termos: SER = VERDADE = IDÉIA. Então, a verdade é objetiva. E este é o "vício": na medida que eu identifico o ser à ideia, isto faz com que ele não possa ser real, concreto, empírico. Isto faz com que a verdade saia do nosso mundo e seja o mundo das opiniões (CHASIN, 2011, p. 4).

Por sua vez, Lima Vaz entende que

> Entretanto, se na contemplação original há uma "conaturalidade" da alma com o inteligível, este se extrapõe ainda em total objetividade de modo que, sendo o ser uma Ideia, sua justificação crítica no conhecer – a sua ciência – vem a objetivar-se também em Ideia, o que é uma renúncia à compreensão da originalidade do ato mesmo do conhecimento como intrinsicamente inteligível (LIMA VAZ, 1968, p. 76).

Ou seja, o "mundo das Ideias" de Platão, ao ser um mero reflexo do mundo material e, ao mesmo tempo, do próprio ser, é na verdade uma duplicação do mundo real no plano das Ideias. Ao proceder dessa maneira, Platão eleva o ser também a esse mundo, que existe idealmente fora do mundo dos homens, ao mesmo tempo em que, obrigado por sua identidade, leva a verdade objetiva ontológica também para o mundo das ideias. Dito ainda de outra forma, a objetividade ontológica de Platão não está na realidade, mas naquilo que já é sabido. Não é nesse sentido a verdade do ser, mas a verdade do objeto[5].

É nesse sentido que a crítica de Aristóteles a Platão será fundamentalmente uma crítica ao "mundo das ideias" de seu mestre. É uma crítica radical, pois atinge o cerne do pensamento platônico, ainda que Aristóteles nunca tenha realmente rompido com os limites do platonismo. Para Aristóteles, uma ideia tem uma função específica e distinta daquela de Platão. A ideia é sempre fruto do pensamento do próprio homem e não existe além dele. Surge para que o homem possa dar conta da multiplicidade do mundo real. Como este (o mundo sensível) é multiverso, o homem tem a necessidade de abstrair alguns de seus elementos e prender-se a outros. A ideia é então desdobramento do processo de abstração, visando generalização. Contrapondo essa posição com a de Platão, percebe-se o quanto a noção de ideia para Aristóteles está atrelada ao principio da abstração e que, por sua vez, ambas são uma "condição necessária" preliminar a qualquer possibilidade de conhecimento (CHASIN, 2011).

---

[4]Aqui cabe uma ressalva: a dialética surge como uma lógica que revela o verdadeiro âmago do ser. Mas é a ontologia (o ser *per se*) que permite a dialética (lógica), ou seja, é o ser que permite a inteligência e não o contrário.

[5]Conforme Chasin, "falar em objeto já é ter adotado como pressuposto a gnosiologia" (CHASIN, 2011, p. 5), isso porque o objeto já não é mais a coisa, o ente enquanto ente, mas sim fruto de uma relação subjetiva entre a coisa e o ser.

A construção da abstração tem por objetivo encontrar as características gerais a todos os seres, relegando ao segundo plano as características mais específicas, tidas então como "acidentais". Aqui voltamos a pergunta de Parmênides: o que há em comum entre todos os seres? Tanto Parmênides quanto Platão e Aristóteles responderiam a mesma coisa: todos são seres. No primeiro, um ser uno, imóvel, inerte, estático. No segundo, um ser tão diverso, múltiplo e dinâmico que, em si, transforma-se na própria realidade. No último, um ser igualmente plural, mas simples, detentor de um conjunto básico de características inalienáveis, únicas, das quais outras podem ser adicionadas pela racionalidade. A esse conjunto básico de características, Aristóteles chama de essência. O ser é a sua essência.

Mas não se pode esquecer que a intenção de Aristóteles era resolver a questão do ser, para, a partir dai, estabelecer sua pretensa divisão entre os saberes científicos. Desta forma, a ontologia para ele é "uma ciência primeira" que busca indagar o "ser enquanto ser" (REALI e ANTISERI, 1990, p. 178) Ou seja, se em Platão o critério gnosiológico imbrica-se com o critério ontológico graças ao seu "vicio", em Aristóteles aprofunda-se ainda mais essa linha de raciocínio, fornecendo pela primeira vez na história da filosofia uma clara submissão da ontologia à gnosiologia. A partir dele a ontologia assume uma posição subalterna de puro "fundamento metodológico" para sustentar um saber que surge da adição, operada e ordenada pela cabeça do filosofo, de "elementos acidentais" à natureza essencial do ser.

A síntese da ontologia clássica virá apenas com a escolástica de S. Tomas de Aquino. Já vimos que, para Aristóteles, a essência do ser se apresenta graças ao uso de uma faculdade mental, a abstração. Para seu mestre, no entanto, o ser já se apresenta em si, na realidade. Se o esforço é de síntese, resta então demonstrar como e por qual mecanismo o intelecto uma vez apreendido a essência, volta ao mundo real, prendendo-se definitivamente na forma última do ser. Essencialmente essa é a formulação em S. Tomas: ele mostrar que o juízo, momento mais elevado da abstração, é o elemento capaz de dissociar a aparência (eido) da essência (hyle) do ser, não se esquecendo de que o objeto da inteligência, o que permite tanto a abstração quanto o juízo, é o próprio ser (LIMA VAZ, 1968).

Para S. Tomas o processo intelectual está dividido claramente em dois momentos. O primeiro é o que ocorre a formação de um conceito universal, geral, concreto, inalienável. No segundo instante, pós cotejo com a realidade, a essência se revela ontologicamente em uma unidade denominada por S. Tomas de "substancia prima". É ai, quando a inteligência em seu estado mais avançado mostra-se em total consonância com o objeto, ou seja, corrobora a essência do objeto e o objeto, por sua vez, exprime-se de acordo com o predito pela racionalidade. Nesse estágio a inteligência liberta-se das condições subjetivas de assimilação e constitui-se o "ser do objeto" (LIMA VAZ, 1968). Dito de outra forma é no segundo momento que, em seu máximo de abstração, a

inteligência passa a refletir sobre si mesma e encontra o objeto que lhe deu origem. Uma vez descoberta à essência do objeto, a inteligência volta-se novamente em direção deste para ali encontrar sua substância. Esse é o ponto chave na ontologia tomista e que deve ser frisado: da essência do objeto se chega à sua substância, a sua existência[6].

No entanto, ainda que o pensamento de S. Tomas seja a melhor resposta tanto ao objetivismo das ideias de Platão quanto ao subjetivismo cognitivo de Aristóteles, sua proposta ontológica, não consegue se desvencilhar do embaralhamento crônico entre ontologia e gnosiologia, já que sua proposição nada mais é do que uma alternativa lógica-gnosiológica para um problema que Aristóteles já havia se deparado.

3 A CONSTRUÇÃO DO MUNDO MODERNO: O FIM DA ONTOLOGIA E A SUPREMACIA DA CIÊNCIA SUBJETIVISTA

Assim como nascimento da filosofia na Grécia antiga é consequência de uma série de mudanças materiais que ocorreram naquela sociedade, as últimas décadas do século XV representam para a sociedade europeia um período de grande efervescência social, não apenas no que se refere à expansão das rotas comerciais, a expansão das fronteiras marítimas e descoberta do novo mundo, mas também pelo avanço material subsequente.

O ambiente do renascimento dos séculos seguintes foi o momento histórico oportuno para uma grande reviravolta na trajetória do pensamento filosófico até então. Sob essa revolução da forma de pensar nascerão as ciências autônomas, rigidamente segmentadas e bem definidas. É o momento propício tanto para o acerto de contas com a tradição aristotélica (tida como retrograda, dogmática, anticientífica), quanto para o inicio da construção de um padrão de cientificidade coerente com os ideais de uma nascente classe social, detentora de um programa político bem definido. Nesse sentido não se pode esquecer que a ciência (quanto menos a revolução científica da qual se alude) não surge espontaneamente na cabeça de algum filosofo excêntrico mantido por algum mecenas. Pelo contrário, é uma resposta à urgência de alguma pergunta inicialmente formulada no mundo da prática. Nesse sentido, a desintegração da sociedade feudal, o crescimento comercial e, acima de tudo, o nascimento de uma nova classe social – a burguesia – transfigura a realidade do mundo antigo, tornando urgente uma nova interpretação.

[6]Quando Aristóteles passa a afirmar que o ser é aquilo que tem substância, aquilo que se sustenta por si mesmo, abre caminho para uma grande polêmica na filosofia grega que lhe sucedeu: se só é aquilo que tem essência, outras coisas podem existir sem ser. O que é o ser, então: aquilo que é ou aquilo que existe? S. Tomas não apenas toma posição nessa polêmica, mas propõe uma síntese que a supera. Ao ressaltar a necessidade de uma ontologia da existência, sem negar a questão da essência, S. Tomas passa a garantir ontologicamente a possibilidade de mudança, movimento, dinâmica. A dinâmica do movimento não é tão simples quando se trata de uma ontologia da essência: Uma essência, por definição, se sustenta por si mesma; não se constrói ou se modifica historicamente (CHASI, 2011).

O primeiro ataque à visão aristotélica da filosofia ocorre com as teorias de Copérnico sobre a centralidade do sol no universo e a confirmação empírica desta através da luneta construída por Galileu. Copérnico desconstrói com sua teoria toda a formulação cosmológica de Aristóteles, no entanto o golpe final é dado por Galileu. Coube ao italiano descontruir uma unidade do pensamento aristotélico que se estendeu por todo período clássico da história da filosofia: Aristóteles é antes de qualquer coisa, um pesquisador sistemático da realidade e, ao mesmo tempo, é um elaborador reflexivo sobre tal realidade. Ambas as posições se articulam em seu pensamento, formam um todo indissolúvel. Se por um lado há a experimentação, por outro também ha reflexão. Mas com seu aparelho, Galileu consegue mostrar que Aristóteles errou ao querer problematizar *toda* a realidade. Possivelmente escaparia desse erro se articulasse seu entendimento a apenas um elemento específico, particular, uno. (CHASIN, 2011).

Portanto, já no inicio da era moderna, a ciência abdica da possibilidade de compreender toda a realidade. A busca filosófica pelo elemento que dá a unidade entre os entes em particular e o todo (a questão ontológica, portanto) passa a ser entendida como um busca "não científica". A solução engenhosa para essa mudança radical está em atribuir à busca pela explicação totalizante à fé. A Igreja então passa a ser, filosoficamente, a única depositária da verdade absoluta e totalizante[7]. A despeito de seus inúmeros processos nos tribunais da Inquisição, Galileu aceita de forma integral essa abordagem, que tem origem no seio da própria Igreja com o instrumentalismo do cardeal Bellarmino, ao afirmar que ciência e fé são medidas incomensuráveis[8].

Aqui um parêntese deve ser colocado: não se pode afirmar porém que a desconstrução do mundo aristotélico e o abandono da realidade tenha sido, já nesse momento, o ideal de Galileu, Copérnico e outros. Conforme Chasin (2011, p. 13): "essa ciência empírica nasce independentemente de qualquer leitura ou crítica do Aristóteles. Isso se dá depois". Ou seja, a necessidade de experimentação que colocou em risco a concepção aristotélica, que foi abandonada. Mas por maior que fosse genialidade dos filósofos naquele momento, o descarte dessa particularidade do pensamento aristotélico (o anti-experimentalismo) não deveria significar o abandono completo das positividades do pensamento grego. O que é importante ressaltar então é que, a ciência moderna já nasce refém do abandono da ontologia em seu sentido clássico. Se para um grego, filosofar é procurar entender toda a realidade, para um burguês será contentar-se em descrever uma parte muito diminuta dela. O próximo passo, dado por Descartes, será no sentido de construir uma teoria do conhecimento baseada na subjetividade. Aqui novamente, se para um grego a verdade é auto-objetiva

[7]Que obviamente não será mais tratada de forma científica, mas sim dogmática, como artigo da fé. Subjetiva, portanto.

[8]Nesse sentido pode-se abstrair que não apenas a fé em si é algo além da ciência, mas que a compreensão total do mundo (como em Bellarmino) é algo que está além da ciência.

ao ser, para um cientista da nossa era a verdade é fruto da ordenação subjetiva do mundo de acordo com seu intelecto.

A ontologia grega sempre foi uma ontologia realista. Ela busca entender o cosmo, o mundo e o lugar do homem nesse sistema. É um saber prático, objetivo, globalizante, ainda que nem sempre as soluções apresentadas estejam nesse nível. Mas o idealismo das soluções gregas é sempre de matriz gnosiológica, ou seja, instaura-se no processo cognitivo; tornam-se idealistas exatamente porque sofrem com essa indistinção entre ontologia e gnosiologia, o que é perfeitamente entendível. Mas no nível ontológico é sempre realista. Tudo muda com Descartes: temos então a emergência de um idealismo ontológico. Não é mais o lugar do homem no mundo que passa a valer mais sim o mundo do homem que impera. Nas palavras de J. Chasin:

> A ontologia, a partir desse momento, principia o seu caminho de fenecimento. A passagem foi da pergunta: o que é o mundo e o que são as coisas; para a pergunta agora: o que é o homem, ou melhor, o que é a subjetividade. Lembre-se de Descartes: "cogito ergo sum". A faculdade de manuseamento das idéias, ou seja, o aparato subjetivo passa a ser agora o grande centro de atenções. A partir daí é que a interrogação sobre o estatuto científico de um pensamento passa a ser fortemente presente, se torna progressivamente dominante (CHASIN, 2011, p. 13).

Em outras palavras, Descartes é a ponte necessária para entender a total desfiguração sobre o caráter do conhecimento ontológico no mundo moderno: em um mundo onde a ciência já não mais procura captar a realidade, como consequência do nascimento e compartimentalização de "novas ciências particulares", torna-se mister organizar a relação entre o intelecto humano (a cognição) e o ente, a coisa, a matéria que se deseja investigar, já aqui transformada em objeto. Obviamente é uma grande inversão em relação a todo conhecimento produzido até então. Deste modo, a filosofia não é mais a ciência do ser, mas sim a doutrina do conhecimento. "Assim, antes de mais nada, a filosofia se torna gnosiologia" (REALI e ANTISERI, 1990a, p 368).

Trata-se sem dúvida de uma "nova visão de mundo", ou seja, uma posição nitidamente ontológica sobre o caráter do conhecimento. Mas ressalta-se: é uma nova posição ontológica sobre o caráter gnosiológico do conhecimento. É o inicio de uma trajetória de ascensão da subjetividade que culminará em Kant.

O trabalho de Kant é a consolidação filosófica de uma orientação pragmática para o método científico, em consonância com o projeto de Descartes e Bacon. O alemão quer fundamentar a necessidade de uma teoria que possa classificar o conhecimento verdadeiramente científico do conhecimento dogmático. Em alusão à revolução desencadeada por Copérnico (que tirou a terra do centro do universo para ali colocar o sol), Kant propõe como solução à problemática metodológica uma "revolução copernicana", ou seja, destronar o sujeito do centro de gravidade da filosofia para ali colocar o objeto.

É a partir desse movimento que Kant encontra a solução para todos os problemas no conhecimento transcendental. O que vem a ser isso? É um tipo de conhecimento que "transcende" a simples observação do objeto, ainda que não seja diretamente dai deduzido, ou ainda, um tipo de conhecimento em que "o sujeito põe nas coisas no próprio ato de conhecê-las" (REALI e ANTISERI, 2005, p. 359).

Analisando esse conceito a luz de sua pretensa revolução copernicana, uma vez que o sujeito gravita ao redor do objeto, qualquer verdade que dai possa emanar já é fruto da própria relação cognitiva entre o sujeito e o objeto. Assim, ainda que sujeito e objeto estejam separados por um imenso abismo, cabe ao intelecto humano, via cognição, estabelecer um elo que, uma vez criado, os torna inseparáveis. É deste elo que surge o conhecimento verdadeiramente científico (o transcendental) porque sustenta a síntese entre a experiência (sensibilidade) do sujeito e a capacidade do intelecto de formar juízos[9].

De certa forma, a matemática, a física e a geometria, possuem status científico porque compreendem a relação entre sujeito e objeto dessa forma. A filosofia metafisica, por sua vez, encontra-se em um estágio inferior de desenvolvimento, segundo Kant, porque se deixa levar para além dos limites inerentes ao intelecto humano, flertando com a Razão e suas Ideias Absolutas.

Este perigoso flerte, porém, não é intencional. Surge de uma necessidade inerentemente humana de tentar compreender o todo, a despeito dos limites imanentes ao seu próprio intelecto. Assim, quando a relação cognitiva é sublimada, o conhecimento corre sérios riscos de cair nas armadilhas da Razão. Kant, por sua vez, entendia que esse descaminho segue uma lógica verificável e rígida, do qual não se poderia escapar. É por isso que a última parte de sua grande obra ocupa-se da descrição dessa lógica perversa e incorreta que domina a Razão, chamada por Kant de lógica dialética[10].

Eis a "crítica à razão pura": o conhecimento que se apaga somente as sensações, as experiências e não se deixa ser avaliado pelo juízo do intelecto, pode encontrar na Razão Pura uma explicação dogmática e improdutiva. A dialética kantiana – entendida apenas enquanto negatividade – mostra como a mente humana, por impulso de captar o todo, constrói teses e antíteses que, ou mutualmente se anulam, formando antinomias irresolvíveis, ou podem sustentar duas teses absolutamente contrárias[11]. Por qualquer caminho que se siga a partir daqui ou, o conhecimento

[9]Para Kant, um juízo é o fundamento do conhecimento científico (REALI e ANTISERI, 2005).
[10]Na terminologia de Kant, a Razão "é o intelecto enquanto vai além do horizonte da experiência possível" (REALI e ANTISERI, 2005, p. 369), operando com conceitos puros e universais incondicionados e irredutíveis. A estes conceitos Kant chamava de Ideias, que são basicamente de três origens: as Ideias psicológicas (sobre a natureza da alma), as Ideias cosmológicas (a tendência de querer compreender o mundo como uma unidade) e as Ideias teológicas (que fundamentam a existência de Deus).
[11]"Essas antinomias são estruturais e insolúveis, porque, quando a razão ultrapassa os limites da experiência, não pode deixar de pender e oscilar de um oposto a outro. Fora da experiência os conceitos trabalham no

perde-se, ou torna-se inútil. Em consequência, toda tentativa de entender o todo, e de escapar dos métodos cognitivos, também são improdutivos. É outra forma de dizer que o conhecimento ontológico é, na verdade, anticientífico, ou, o que dá no mesmo, destacar o conhecimento gnosiológico como única alternativa filosófica.

Qual é o posicionamento de Hegel em relação à Kant? A solução hegeliana é a recusa radical da posição de Kant acerca da ontologia. Hegel jamais concordaria com a solução simplista de Kant de transformar a subjetividade no grande polo orientador da cientificidade. Sua resposta para tal é absolutamente revolucionária e inédita: há em Hegel, como aponta Lukács (1979), duas ontologias: uma falsa e outra verdadeira. A "falsa ontologia" é na verdade uma lógica que ampara a "verdadeira ontologia", que por sua vez não é uma ontologia que sustenta uma verdade objetiva ao ente, mas é uma ontologia que sustenta a existência da própria razão. É uma ontologia da fenomenologia, portanto. Sob os delineamentos dessa fenomenologia, as duas ontologias de Hegel estão então reunidas sob o comando da Razão Absoluta, que gera tanto o mundo objetivo quanto o mundo subjetivo. É por isso que a Razão Absoluta de Hegel é o estágio máximo de desenvolvimento da Razão – e da própria história, pois é o momento em que a própria Razão governa o mundo. A "verdadeira ontologia", mostra como a centralidade da Razão como ideal absoluto, a "falsa ontologia" é um rígida lógica a-histórica que justifica essa centralidade sob a figura do retrógrado e amórfico estado prussiano.

4 A CENTRALIDADE DA ONTOLOGIA EM MARX: PARA ALÉM DOS ESTREITOS LIMITES DA ECONOMIA POLÍTICA

Desprendendo-se das interpretações puramente metodológicas, podemos entender como a formulação marxista é de fato uma resposta original a um questionamento muito peculiar à filosofia alemã de seu tempo. De forma incisiva Lukács afirma que na filosofia clássica alemã, há um movimento agudo que leva "a negação teórica da ontologia em Kant a uma ontologia universalmente explicitada em Hegel" (LUKÁCS, 1979, p. 9). Já se apresentou na sessão anterior esse descaminho, ressaltando a solução fenomenológica defendida tanto por Kant quanto por Hegel[12] (ainda que sustentadas por argumentações completamente diferentes). Resta saber agora como o debate se desenvolveu entre os discípulos de Hegel, começando por Feuerbach.

Feuerbach foi um aluno do curso de lógica ministrado por Hegel em Berlim, e que decidiu, logo após o curso, migrar para a bucólica vila de Bruckberg, para lá se dedicar a crítica de seu

---

vazio. [Desta forma] as posições expressas nas quatro teses são posições típicas do *racionalismo dogmático*, ao passo que as posições expressas nas quatro antíteses são as típicas do *empirismo*" (REALI e ANTISERI, 2005, p. 371).

[12]Pensador oficial do estado prussiano, a figura de Hegel era tão presente na Alemanha de seu tempo que mesmo após sua morte, em 1831, o cenário intelectual alemão se viu por muitos anos dividido entre os mais ferrenhos defensores de sua obra e os mais ávidos críticos dela.

mestre. Reconheceu ao fim da vida que "aqui se respira ar puro e são. A filosofia especulativa da Alemanha é uma amostra das funestas consequências da contaminação atmosférica das cidades" (FREDERICO, 2009, p. 27). Para Marx ele foi o único "jovem hegeliano" a ousar romper radicalmente como os pressupostos do grande idealista.

Feuerbach era de opinião de que

> A filosofia hegeliana é a supressão da contradição entre o pensar e o ser, como particularmente Kant a exprimiu, mas, cuidado!, é apenas a superação dessa contradição no interior da contradição – no interior de um só e mesmo elemento – no seio do pensamento. Em Hegel, o pensamento é o ser; o pensamento é o sujeito; o ser é o predicado. A lógica é o pensamento no elemento do pensamento, ou o pensamento que pensa a si mesmo: o pensamento como sujeito sem predicado, ou o pensamento que é ao mesmo tempo sujeito e predicado de si mesmo. [...] Hegel só pensou os objetos como predicados do pensamento que pensa a si mesmo (FEUERBACH Apud CHASIN, 2009, p. 42).

Ao que complementava

> O verdadeiro nexo entre o pensamento e o ser é só este: o *ser é sujeito*; o *pensar*, *predicado*. O pensamento provém do ser, mas o ser não provém do pensamento. O ser existe a partir de si e por si – o ser só é dado pelo ser. O ser tem seu fundamento em si mesmo, porque só o ser é sentido, razão, necessidade, verdade, numa palavra, tudo em todas as coisas. O ser *é* porque o não-ser é não-ser, isto é, nada, *sem-sentido* (FEUERBACH Apud CHASIN, 2009, p. 42).

Assim, em sua crítica a identidade hegeliana entre o ser e o pensar, Feuerbach acaba por construir uma nova identidade, entre sujeito e objeto. O homem em Feuerbach é ao mesmo tempo o sujeito do conhecimento e o objeto que deseja se conhecer, em outras palavras, conhecer o objeto para o homem é se autoconhecer. Por isso o ser é objetivo, pois existe na realidade, antes mesmo de se conhecer. É ai que entra a crítica à teologia (hegeliana inclusive) que projeta os predicados humanos em uma figura não humana, Deus (FREDERICO, 2009).

É nesse sentido – ter conseguido superar os limites do coeso e hermeticamente fechado mundo hegeliano – que Feuerbach chama a atenção de Marx em um período especifico de sua vida, em meados de 1843. O período anterior, que compreende basicamente a tese de doutoramento e os escritos como articulista na Gazeta Renana, conforme mostra Chasin (2009), encontra-se um Marx fortemente influenciado por Bruno Bauer[13], e a preocupação típica de seu grupo sobre a importância do debate acerca da consciência humana nos pré-aristotélicos[14], cerne da crítica à religião.

Ainda nos limites do neo-hegelianismo, é possível encontrar nos escritos de Marx à época da Gazeta Renana a filiação com uma vertente da filosofia clássica para o qual o Estado é o máximo da racionalização humana e, portanto, ápice da civilização, liberdade, humanidade e universalidade do gênero. Isso porque, para o pensamento político clássico, "a politicidade é tomada como predicado intrínseco ao ser social" (CHASIN, 2009, p. 49).

[13]Chasin (2009) chama esta fase de período "não marxiano" da elaboração teórica de Marx.
[14]Existem evidências de que a investigação sobre a diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro tenha sido uma sugestão de Bauer (CHASIN, 2009).

Se ponto máximo da racionalidade política inerente ao homem, quais os limites entre a universalidade do Estado e a particularidade da propriedade privada? Pressionado a dar sua opinião sobre o tema, correlato a discussão sobre a caracterização do roubo da madeira nas florestas prussianas pelos camponeses, Marx não hesitou em tomar a parte dos camponeses, uma vez que "se o Estado se rebaixa, ainda que só em um ponto, e procede, não ao seu modo [racional, universal, perfeito], mas ao modo da propriedade privada, ele se degrada" (MARX Apud CHASIN, 2009, p. 51).

De uma forma um tanto quanto autobiográfica o prefácio de 1859 da "Contribuição à Crítica da Economia Política" indica o momento em que esta posição de Marx começa a mudar. Nesse breve e muito conhecido texto, Marx afirma que, foi na Gazeta Renana que "me vi pela primeira vez em apuros por ter de tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais". Com o fechamento do jornal, se vê então diante da oportunidade de "se retirar do cenário público para o gabinete de estudos" em Kreuznach durante sua lua de mel, onde "o primeiro trabalho que empreendi para resolver a dúvida que me assediava foi uma revisão da filosofia do direito de Hegel" (MARX, 2003, p. 4).

Ou seja, será em Kreuznach, recolhido para estudos, que Marx se debruça sobre sua formação teórica para, dali, rever suas opiniões emitidas "no calor dos acontecimentos". Será então, em sua revisão crítica à filosofia do direito de Hegel, à luz de dois escritos aforísticos de Feuerbach recém-lançados[15], que Marx iniciará a construção de sua posição teórica verdadeiramente autônoma, ou conforme a expressão de J. Chasin (2009), a fase marxiana de Marx.

Já apontamos brevemente aqui, como o conflito entre a sociedade civil e o Estado surge para o jovem articulista Karl Marx e como, nos limites do neo-hegelianismo, a questão é entendida como um conflito entre a universalidade do Estado e a individualidade do particular. Essa contradição está explicita na filosofia do direito de Hegel, mas não é entendida como um conflito, pelo contrário: o Estado, como ápice da racionalidade e processualidade histórica torna-se, pela lógica do sistema hegeliano, o melhor mediador possível para a questão.

Em uma espécie de "contratualismo às avessas", Hegel concebe a evolução da organização civil em três etapas, a tese, antítese e síntese, no qual aplica a logica dialética como instrumento de justificação do processo. A fim de evitar a guerra do todos contra todos, os homens se organizam primeiramente em famílias: uma manifestação natural e primitiva que marca a história das primeiras comunidades humanas (o movimento positivo da tese). Com o crescimento demográfico, cresce também a importância das individualidades dos membros da família, que é dilacerada (a negatividade, antítese). Surge então a sociedade civil, nova etapa de desenvolvimento social em que

[15]Teses Provisórias para a Reforma da Filosofia e Princípios da Filosofia do Futuro editados entre abril de 1842 e junho de 1843, respectivamente.

a existência de vontades comuns entre alguns de seus membros permite a construção de classes sociais e de inúmeras corporações, em uma tentativa tosca de retorno à universalidade. Surge então a possibilidade de consecução do Estado político, o único capaz de coordenar os interesses de classes e corporações conflitantes e que, na figura do monarca, reestabelece *ad eternun* a universalidade, pois ele é a objetivação da própria Razão Absoluta – o Estado político é então, a síntese que finaliza o processo (FREDERICO, 2009).

A crítica de Marx recairá sobre essa rígida lógica dogmática e especulativa que serve, antes de tudo, para justificar o amórfico estado prussiano. E a base para tal crítica deve muito à Feuerbach[16].

No já aludido prefácio de 1859, Marx apresenta de forma concisa o resultado de sua revisão crítica

> A minha investigação desembocou no resultado de que relações jurídicas, tal como formas de Estado, não podem ser compreendidas a partir de si mesmas nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas enraízam-se, isso sim, nas relações materiais da vida, cuja totalidade Hegel, na esteira dos ingleses e franceses do século XVIII, resume sob o nome de "sociedade civil", e de que a anatomia da sociedade civil se teria de procurar, porém, na economia política (MARX Apud CHASIN, 2009, p. 57).

Qual então a proposição que emerge da crítica à Hegel? A crítica à lógica[17] levou a crítica ao Estado, mas não é apenas uma guinada metodológica, ou seja, não é apenas uma mudança no tratamento da problemática devido à descoberta de um novo prisma na subjetividade do pesquisador, mas sim a necessidade de centrar o conhecimento no ser realmente existente e que funda a sociedade civil, e não o Estado. É uma grande guinada em relação aos escritos pré-marxianos, onde a positividade residia no Estado, para que se focalize agora o ser tomado como sujeito, o homem realmente existente, o ser-precisamente-assim (CHASIN, 2009).

No passo seguinte de sua formação, contidos nos textos subsequentes – Sobre a Questão Judaica, Glosas Críticas Marginais a 'O Rei da Prússia e a Reforma Social', e os "Materiais

[16]Nos "Manuscritos Econômicos-Filosóficos", Marx atribui claramente à Feuerbach três esclarecimentos fundamentais: "1) a prova de que a filosofia [hegeliana] não é outra coisa senão a religião trazida para o pensamento e conduzida pensadamente; portanto deve ser igualmente condenada (...); 2) a fundação do *verdadeiro materialismo e da ciência real*, na medida em que Feuerbach toma, do mesmo modo, a relação social, a "do homem com o homem", como princípio fundamental da teoria; 3) Na medida em que ele confronta a negação da negação, que afirma ser o absolutamente positivo, o positivo que descansa sobre si mesmo, e positivamente se funda sobre si mesmo" (MARX, 2004, p. 118).

[17]Em sua crítica, Marx mostra que em Hegel, importa mesmo é apresentar um tratamento lógico coerente com a autoafirmação da Razão. O Estado surge como ferramenta *a posteriori* à lógica, ainda que de forma prática. Portanto, em Hegel, o que interessa não é o Estado político, mas sim a logica. "Não é a filosofia do Direito, mas a Ciência da Lógica que constitui o verdadeiro interesse. O trabalho filosófico não consiste em mostrar que o pensamento se encarna nas determinações políticas existentes e se volatilizam em pensamentos abstratos. Não é a lógica da coisa, é a coisa da Lógica que constitui o elemento filosófico [em Hegel]. A Lógica não serve para justificar o Estado, mas ao contrário, é o Estado que serve para justificar a lógica" (MARX Apud FREDERICO, 2009, p.59).

preparatórios" para a redação de A Guerra Cível em França, – a crítica ao Estado Politico se transformará em crítica à própria condição política.

Recuando historicamente, Marx entendeu que o Estado surge como pseudoconciliador entre os conflitos da sociedade civil. Com esse objetivo programático, o Estado procura articular politicamente os interesses conflitantes das individualidades que o compõe. Consegue isto através da criação abstrata da figura do cidadão, a individualidade em sua forma política. Retira desta forma, o conflito da esfera onde ele realmente se põe (a sociedade civil) para caracterizá-lo na esfera política do Estado, onde todos são, igualmente, cidadãos. Então, apenas na esfera da política, procura dirimir os conflitos entre aqueles que são, por definição, iguais, relegando para o segundo plano a eliminação das desigualdades onde elas realmente surgem, na sociedade civil. Nas palavras de Marx,

> O Estado elimina, à sua maneira, as distinções estabelecidas por nascimento, posição social, educação e profissão, ao decretar que o nascimento, a posição social, a educação e a profissão são distinções não políticas; ao proclamar, sem olhar a tais distinções, que todo o membro do povo é igual parceiro na soberania popular, e ao tratar do ponto de vista do Estado todos os elementos que compõem a vida real da nação. No entanto, o Estado permite que a propriedade privada, a educação e a profissão atuem à sua maneira, a saber, como propriedade privada, como educação e profissão, e manifestem a sua natureza particular. Longe de abolir estas diferenças efetivas, ele só existe na medida em que as pressupõe; apreende-se como estado político e revela a sua universalidade apenas em oposição a tais elementos. (MARX Apud ALBINATI, 2008, p.54).

O Estado transforma-se assim em uma solução alienadora, teológica, irrealista do ponto de vista ontológico, ou seja, não consegue *per se* eliminar o conflito de interesses a que se propõe, exatamente porque não se coloca no mesmo nível onde tais conflitos realmente ocorrem. Como uma densa neblina que ofusca a visão, o Estado político desorienta a sociedade civil, propagando a pretensa ilusão de que as desigualdades reais entre os homens podem ser resolvidas apenas com a vontade política de solucioná-las, quando na realidade, a solução está, ontologicamente falando, além dos limites da política.

Reformamos mais uma vez o caráter radical da crítica de Marx: ao contrário das concepções clássicas no qual a política é algo imanente ao homem, tem-se aqui a emergência de uma formulação ontologicamente diversa. A política é entendida como uma *forma inferior* de sociabilidade existente em um tipo de formação social em que a afirmação da individualidade não pode ser dada pela própria sociabilidade, mas sim, por uma forma alienada de mediação chamada política.

Esta nova orientação enfatiza a necessidade de se repensar a sociabilidade não em termos de uma mediação exterior e estranha ao próprio homem, mas de ressaltar a centralidade e a primazia do ser social na construção da sociabilidade. Em outras palavras, reconhecer que a existência de um ser social é o ponto de partida para a elucidação de seu antagonismo com o Estado e com a própria política, ou segundo Enderle,

> A gênese da alienação política será detectada no seio da sociedade civil, nas relações materiais fundadas na propriedade privada. Consequentemente, não se tratará mais

> de buscar uma resolução política para além da esfera do estado abstrato, mas sim uma resolução social para além da esfera abstrata da política (ENDERLE, 2010, p. 26).

Nesse interim, o objetivo onto-prático a ser alcançado não é a busca pela construção do Estado político moderno, desqualificado agora como solução não humana, alienadora. O curso da história exige a emancipação da própria condição política, ou seja, a emancipação humana.

Nas palavras de Chasin,

> Ao identificar a natureza da força política como *força social pervertida e usurpada*, socialmente ativada como estranhamente por debilidades e carência intrínsecas às formações sociais contraditórias, pois ainda insuficientemente desenvolvidas e, por consequência, incapazes de autorregulação puramente social, nas quais, pela fieira dos sucessivos sistemas sociais, quanto mais o Estado se entifica real e verdadeiramente, tanto mais é contraditório em relação à sociedade civil e ao desenvolvimento das individualidades que o integram, Marx assinala, categoricamente, que a emancipação é na essência a reintegração ou recuperação humano-societária dessas forças sociais alienadas à política, ou seja, que ela só pode realizar como reabsorção de energias próprias despidas da forma política, depuradas, exatamente, da crosta política sob a qual haviam se autoaprisionada e perdido. (...) De sorte que, por toda a duração da *pré-história*, tempo das sociabilidades contraditórias, por isso mesmo pouco envolvidas e racionais, o predicado da politicidade estará presente, "asfixiando" o ser social, em conjunto com sua inseparável outra face, a propriedade privada dos meios de produção da base material da vida (CHASIN, 2009,p. 65).

Nesse sentido, José Chasin encontra ai, a primeira ruptura de Marx com o pensamento de sua época: sua ruptura com a politicidade através daquilo que Chasin chamou de "determinação ontonegativa da politicidade". Ao contrário das interpretações epistemológicas mais populares acerca da formação inicial do pensamento de Marx – síntese entre o pensamento político francês, a filosofia alemã e a economia política inglesa, Chasin (2009) procura situar o pensamento marxiano como uma crítica radical, ontologicamente guiada, acerca sobre as posições defendidas por essas correntes. Dando prosseguimento a fundamentação dessa tese, aqui tomada como hipótese, passemos então às duas críticas restantes, aquela direcionada contra à Filosofia e aquela contrária à Economia Política

Pode-se encontrar indícios da crítica à filosofia já nos escritos contra Hegel, do qual já aludimos, elaborados essencialmente em Kreuznach, mas também em outros escritos direcionados à Bauer, Stirner e a Proudhon[18]. Esses escritos, em suma, contém o apelo para a construção de uma nova filosofia coerente com um amplo projeto de desvelamento do ser social em sua amplitude humano-societária e não apenas restrito aos domínios da politicidade (CHASIN, 2009).

É exatamente na instauração da *crítica ontológica*, que se encontra a maior contribuição de Marx à aludida reforma (radical) à filosofia, tal qual proposta por Feuerbach. Ela se inicia no procedimento de levar às últimas consequências a crítica à filosofia da autoconsciência, destronando a razão da sua posição central de rainha absoluta do pensamento especulativo, com o intuito de ressaltar a centralidade do ser social, ou seja, recuperar a primazia da ontologia sob qualquer

[18]A Sagrada Família, A ideologia Alemã e A Miséria da Filosofia, respectivamente.

elucubração de origem epistêmica. Ao longo desse processo, Marx acaba por inserir a ontologia também no domínio da crítica, e essa é, também, uma grande ruptura em especial com os jovens-hegelianos.

Para esses jovens de esquerda, especialmente para o grupo de Bauer, a crítica se constituída através da explicitação da *pura negatividade*, ou seja, o ato de criticar se resumia a encontrar a negação da negação, do qual, em síntese, poderia surgir um novo absoluto. Observando mais de perto a questão do Estado, por exemplo, a crítica consistia em encontrar todos os aspectos negativos da afirmação da racionalidade ali presente. É uma crítica no plano das ideias; é uma crítica da lógica, uma crítica epistemológica.

O que a nova crítica imanente procura fazer é exatamente o contrário, é a crítica à coisa-em-si, crítica àquilo que é imanente a coisa, ao ser, em seu próprio processo de devir, para "*esclarece-la, compreendendo sua gênese e necessidade*, ou seja, capturá-la em seu *significado próprio*, por meio da determinação das *lógicas específicas* que *atualizam* os objetos de seu multiverso" (CHASIN, 2009, p. 74).

Assim, ressalta-se, é a ontologia levada ao nível da crítica, portanto, *crítica ontológica*. Não mais o dogmatismo do pensamento autocentrado que se deixa levar pela subjetividade da lógica cognitiva do filósofo, mas o olhar ontológico sobre a realidade tal qual ela de fato existe.

Deste modo, a segunda ruptura de Marx, a crítica à filosofia especulativa, é um desdobramento e radicalização de sua posição eminentemente ontológica. O ser, aquilo que de fato existe, em sua multiplicidade. Aquilo que por si só, se sustenta como ser, e a objetividade que essa existência real imprime ao próprio ser. Toda questão metodológica e/ou epistemológica, já nesse momento, é abandonada, relegada a segundo plano, pois o processo cognitivo é tomado como predicado e não sujeito do pensamento filosófico.

O passo seguinte no processo de consolidação do pensamento marxiano compreenderá a crítica à economia política. O elo dessa crítica com o percurso intelectual que até aqui tratamos de apresentar, só pode ser encontrado como o passo seguinte a ser empreendido na construção de uma formulação ontológica radicalmente diversa daquela explicitamente revelada por Hegel.

Longo percurso, mas que, desde o inicio, procurava desaguar na economia política. Isso porque, do ponto de vista da crítica ontológica radical, criticar a economia política é criticar todo um corpo cientifico construído dentro dos limites de uma racionalidade alienante. Ou seja, desvendar a estreiteza global da sua racionalidade e avançar rumo a uma ciência objetivamente construída sobre a realidade "da sociedade civil".

A procura por esse desenvolvimento imanente à "lógica da coisa" da economia política entra sua máxima expressão na crítica à concepção de trabalho. Referindo-se de modo irônico ao procedimento dos economistas – "não nos desloquemos, como [faz] o economista nacional quando

quer esclarecer [algo], a um estado primitivo originário" – procura, em oposição, partir "de um fato nacional-econômico, *presente*", Marx sustenta que

> O trabalhado se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas [sachenwelt] aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens [menschenwelt]. (MARX, 2004, p. 80).

Isso, explicará mais a frente, porque o produto de seu trabalho não é, na sociedade do capital, fruto da objetivação de uma carência específica do homem que trabalho, mas sim de uma imposição alienadora externa. Deste modo, aquilo que produz transforma-se para ele em objeto estranhado. Assim sendo, quanto mais se desgasta produzindo algo que lhe é estranho, mais transfere de si para aquela coisa estranha; quanto maior a objetivação de uma natureza que lhe é estranha, maior é o estranhamento que provoca para sua natureza interna, seu mundo interior. Em outras palavras, quanto mais trabalha, mais se afasta de sua efetividade como ser social que trabalha (MARX, 2004).

Mas a economia política só consegue ver a positividade do trabalho, o trabalho que cria novos objetos. Assim não consegue explicar porque quanto mais o trabalhador trabalha, mais pobre fica. A ciência passa então "de uma *hipocrisia* de 'um aparente reconhecimento do homem, de sua autonomia, de sua atividade própria', para o *cinismo total*" de reconhecer apenas o lado positivo do trabalho (CHASIN, 2009, p. 84). Novamente recorrendo a Marx:

> Sob a aparência de um reconhecimento do homem, também a economia nacional, cujo princípio é o trabalho, é antes de tudo apenas a realização consequente da renegação do homem, na medida me que ele próprio não mais está numa tensão externa como a essência externa da propriedade privada, mas ele próprio se tornou essa essência tensa da propriedade privada. O que antes era *ser-externo-a-si* [sich äusserlichsein], exteriorização [entäusserung] real do homem, tornou-se apenas ato de exteriorização de venda [veräusserung] (MARX, 2004, p. 100).

Aqui Marx deixa claro uma característica da economia política: ela não consegue explicar aquilo que se propõe, pois se utiliza de um grande número de fatos mortos desconectados da realidade do qual lança mão como pressupostos, e que, cinicamente, esquece-se de fundamentar. Nesse caso especifico, a titulo de exemplo, procura desvendar a essência da riqueza tomando como pressuposto a riqueza estranhada típica de uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção. Recusa-se a explicar a gênese e a necessidade da propriedade privada e como consequência, só consegue captar a positividade do trabalho, que por si só, não explicar a realidade do mundo sensível no qual o trabalhador é, ao mesmo tempo, criador da riqueza e símbolo da miséria.

5 À GUISA DE CONCLUSÃO

Por mais que possa parecer o contrário em um primeiro momento, a discussão ontológica entre os gregos estava na base de uma filosofia prática, socialmente necessária e, acima de tudo, realista. Como já dissemos, nasce da necessidade iminentemente humana de compreender qual o

lugar do homem no mundo – de onde viemos e para onde vamos – em uma sociedade em que a racionalidade da explicação cosmogônica começa a desaparecer. Segundo J. Chasin:

> O pensamento começou com a questão ontológica. Os pré-socráticos, aqueles que procuraram determinar o elemento primordial do universo, faziam uma reflexão ontológica na medida em que eles buscavam estabelecer qual a realidade efetiva do mundo, o que era esta realidade última do existente (CHASIN, 2011, p. 3).

Em Platão e em Aristóteles – de maneira tortuosa no primeiro, o mundo das ideias; de maneira explicita no segundo, com sua divisão do conhecimento cientifico –, a ontologia é vista como "ciência primeira", ou seja, base sobre a qual o nosso saber é possível. Mas já ai, o verdadeiro significado da ontologia se perde. Ela passa a ser um mero platô que fundamenta o conhecimento. Isso de todo não é errado, mas é uma função subalterna em relação à sua categorização inicial.

Quando se passa a olhar a ontologia apenas como "ciência primeira", a prioridade desloca-se do ser que existe realmente, para o conhecimento necessário à intelecção desse ser. Ou seja, a realidade passa a ser consequência da forma como se entende essa realidade; a coisa, o ente, deixa de falar por si, e passa a ser visto de acordo com uma lente específica: a relação cognitiva. E a relação cognitiva é essencialmente subjetiva. Portanto, priorizar o ponto de vista do conhecimento em detrimento do ponto de vista do ser em si é abdicar do mundo real, em troca do mundo da subjetividade. Olhar para o ser em si, é adotar uma abordagem ontológica. Priorizar o conhecimento que sustenta o ser é aceitar a abordagem gnosiológica (CHASIN, 2011).

Mas vimos que, em maior ou menor grau, a não distinção dessas perspectivas ocorre desde Parmênides. Por outro lado, percebe-se também que, a busca pelo conhecimento ontológico objetivo foi, pelo menos durante um período, um intento verdadeiramente buscado. E por que tanto esforço foi desprendido nesse sentido?

Vimos que o nascimento da filosofia visava atender uma demanda real da sociedade grega qual seja, entender o mundo em sua totalidade. Quando nos deparamos com o mundo objetivo, a natureza como ela realmente é, vimos que ela é multifacetada, diversa, múltipla. E que cada elemento constituinte, por menor que seja, possui um papel específico na construção deste multiverso: cada uno, relacionando-se com outras singularidades para formar o todo. Então, praticar filosofia, tentar explicar o mundo como ele realmente é, deve necessariamente passar pela compreensão do papel de cada uno, no conjunto do múltiplo. É isso que a ontologia tenta fazer: buscar em cada ser uno, o elemento de ligação deste com os demais, visando encontrar no próprio uno seu significado, origens e movimento.

Essa questão do uno e do múltiplo aparece diariamente na consciência ativa dos homens, depois se transforma na ciência dos filósofos. O que é homem? Qual sua função na natureza? Qual sua essência, perguntaria Aristóteles? O homem é a criança que brinca sem grandes preocupações sobre seu futuro, ou o jovem indolente e mal educado? É o trabalhador bem disciplinado e produtivo da fábrica ou o malandro boa-praça dos finais de semana? É o velho que novamente volta a brincar,

agora com seu neto, ou o moribundo à espera da morte? O que há de uno, em todas essas versões do multiverso?

É por isso que, conforme Chasin

> O problema do uno e do múltiplo não é uma questão do conhecimento, mas da existência. Ele se torna uma questão do conhecimento porque o existir se põe sob uma multiplicidade de faces, ou seja, se põe multifaceticamente. O existir não é o fluxo uno de uma mesma aparência, mas até mesmo na sua máxima naturalidade nos põe o diverso, a auteridade, o outro de si. O problema do conhecimento é derivado, ele se põe porque o que é, é desta forma e não apenas nos parece deste jeito. De outro modo: as coisas são assim ou assim nos parecem? A grande questão ontológica é esta. Ela admite de saída que as coisas são deste modo, não simplesmente nos parecem deste modo (CHASIN, 2011, p. 24).

A "grande questão ontológica" de que Chasin se refere pode ainda ser posta em outros termos: como não romper a unidade do ser real, uma vez que, por ser, é síntese de múltiplas aparências, concatenadas com seu próprio devir? Isso é completamente diferente de perguntar: como pode o pensamento encontrar unidade no ser que é, em si, multiverso? A primeira pergunta, caminha pra uma solução ontológica, objetiva ao próprio ser. A segunda procura organizar a subjetividade para poder ordenar o mundo de acordo com a solução proposta pelo intelecto[19].

É busca de uma resposta de cunho ontológico que guia a filosofia greco-romana. Segundo essa tradição, o mundo é o lar do homem, assim, este pode tanto habitá-lo quanto transformá-lo pelo seu trabalho. E quem garante isso? Explicitamente na solução encontrada pela escolástica é o próprio Deus, que apesar de onipotente, tem uma função mínima e bem definida: ele é mecânico que ligou a maquina, deu as instruções sobre seu funcionamento e, um dia, sabe-se lá quando, voltará para comandá-la. Nesse meio tempo, se abstém de todo processo objetivo prático. Ou seja, era uma solução que ordenava o mundo e que, a despeito do idealismo de sua construção, preservava a objetividade da compreensão do todo (CHASIN, 2011).

Mas a aspereza e dogmatismo que impregnavam na idade média exigiram uma completa reformulação desse mundo harmoniosíssimo, especialmente quando a burguesia, enquanto classe social revolucionária entende que precisa voltar-se contra todas as instituições deste mundo retrógrado.

As contribuições de Galileu, Descartes, Bacon (e mesmo Newton, Spinoza e Leibniz, aqui não apresentados mas de certa forma correlatos ao espírito da época), surgem exatamente como primeira resposta à essa necessidade histórica de rompimento com o dogmatismo medieval.

Mas em Kant, de modo ainda relutante e confuso, e em Hegel, de modo explícito, há um claro movimento de negação da objetividade através do endeusamento da subjetividade inerente à lógica

[19]Nesse sentido, a resposta de Parmênides nos mostra que sua pergunta inicial estava mais preocupada com o aspecto gnosiológico do que o ontológico, afinal sua solução (um ser uno e inerte), satisfaz a lógica do pensamento, mas não a do mundo real multifacetado (CHASIN, 2011).

cognitiva entre objeto e seu pesquisador. É um claro ataque a toda a história do pensamento ocidental em sua busca pelo entendimento da totalidade.

Essa grande inflexão teórica, por sua vez, não pode ser explicada somente com base na própria história do pensamento, mas no mundo real. Se em um primeiro momento, o "objetivo a cumprir"[20] era fundamentar a completa revolução que o mundo material presenciava com os primeiros passos do capitalismo e sustentar o projeto político da classe que dependia dessa revolução (a burguesia), no segundo momento, a realidade material já estava posta e a história seguia seu caminho mostrando, no mundo real, os estreitos limites dessa sociedade. O cenário político dessa época vislumbrava a possibilidade de surgimento de uma nova força política antagônica àquela que já havia tomado o poder. Nesse segundo momento, o "objetivo a cumprir" passar a ser então o desmantelamento das bases política do adversário de todas as maneiras possíveis, destruindo, inclusive, os instrumentos teóricos que no passado permitiram a ascensão da classe burguesa (análise objetiva da realidade e uma práxis revolucionária).

É nesse sentido que o presente trabalho procurou fundamentar a importância da leitura objetivista, imanente, ontológica apresentada por Marx.

Ao encontrar na lógica da filosofia hegeliana o elemento unificador daquele todo chamado "filosofia especulativa", parte então para a crítica desta através do desenvolvimento de suas próprias contradições (a crítica imanente), o que leva a explicitar seu caráter teológico e fenomênico de "filosofia de afirmação da autoconsciência". Como consequência deste estudo inicial, encontra a objetividade do mundo real completamente relegada. Seu resgate se dá através de sua reafirmação como centro de gravidade do universo da filosofia, o que em si, já é uma resposta radical à formulação hegeliana. Mas seu projeto intelectual segue além[21].

Reestruturando a "coisa da lógica" a partir do real, daquilo que realmente existe, entende a necessidade de procurar a racionalidade do mundo não na figura abstrata de um Estado político racional, mas sim na própria sociedade civil. O que encontra então no mundo objetivo? O ser social, aquele que dá origem e unidade a sociedade realmente existente, de modo que, se o intento é caminhar, em todas as direções, para além da filosofia hegeliana, esse percurso deve fazer referência ao ser social, ser realmente existente, e não a sua consciência alienada. Ser que, em si, se realiza em sua sociabilidade. Sociabilidade que, por sua vez, não se resume à forma do Estado político, pois, enquanto figura abstrata e alienante – fruto apenas da consciência – asfixia a própria sociabilidade, de modo que efetiva entificação do ser só poderá se realizar com o fim da própria política[22].

---

[20]"A ciência não é um ideal a cumprir, mas um objetivo a construir" (CHASIN, 2011, p. 13).
[21]Feuerbach, de certo modo já havia chegado até aqui.
[22]Crítica ontonegativa da politicidade.

Chega então ao necessário escrutínio do ser através de seus elementos constituintes mais fundamentais, visando descobrir sua processualidade, sua historicidade, seu vir-a-ser. Nessa etapa, não abre mão da crítica imanente de caráter ontológico[23] que já havia adquirido na etapa predecessora, pelo contrário, continua fiel a ela, não se deixando levar por formulações subjetivas e/ou gnosiológicas, de modo que, consegue a essa altura lançar mão de um pressuposto, ao mesmo tempo irrefutável e obvio:

> O primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos(as). O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história (MARX e ENGELS, 2007, p. 87).

Irrefutável e obvio ao mesmo tempo, pois, só mesmo a objetividade do mundo real pode comprová-lo. Não há negatividade que possa ser lançado contra ele no plano da especulação filosófica.

O sujeito que emerge desta crítica, até aqui, é, *per se*, um ser prático, um ser ativo, que modifica a natureza e ao mesmo tempo se modifica, pois é "condicionado por sua própria organização corporal",

> Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua própria organização corporal. Ao produzir os meios de vida, os homens, produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX e ENGELS, 2007, p. 87).

Sujeito prático e ativo que, em sua processualidade de ser, produz e reproduz a si enquanto ser. Produz e reproduz o mundo a sua volta criando uma natureza objetiva que é fruto da objetivação de sua subjetividade, ou seja, natureza antropomórfica. Transforma o mundo em sua imagem e semelhança de tal forma que *é aquilo que produz* e da *forma como produz*.

> O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles tem de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar a vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX e ENGELS, 2007, p. 87).

Nesse ponto já está clara a relevância da interação entre mundo natural e mundo social. Se antes vistos de forma antagônica, no pensamento marxiano são entendidos como esferas da

[23]Núcleo da crítica à filosofia especulativa.

sociabilidade que se interseccionam mutuamente graças ao elemento prático da atividade humana que os sintetiza, o trabalho[24].

O trabalho, portanto, é posto no conjunto dos "grandes complexos do ser", conforme diria Lukács. Está intimamente ligado ao ser, sua atividade prática, sua processualidade. É o elemento motriz do metabolismo social, elemento fundante da própria sociabilidade. Assim, dizer que o ser é um ser social significa também dizer que é um ser ativo, ser que trabalha.

De modo preciso, Chasin (2009), sumariza a trajetória filosófica objetiva que encontra no trabalho a expressão máxima da sociabilidade do ser:

> Unindo os vários termos da bateria de equações, temos: ao buscar a anatomia da sociedade civil pela crítica da economia política, Marx depara como o pressuposto insuprível dos *homens ativos*, que remete à totalidade do laço metabólico entre sociedade e natureza, em especial sobre a forma da indústria moderna, donde a emergência da figura centralíssima do *trabalho* – o segredo reconhecido, *positivamente*, pela economia política ilustrada. Reconhecido, mas não desvendado; descoberto, mas não explicado (CHASIN, 2009, p. 79).

Deste modo, portanto, aterrissa na esfera da produção material da vida do ser social, de modo peculiar, como Lukács bem havia atentado: "pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como categorias da produção e reprodução da vida humana, tornando assim possível uma descrição ontológica do ser social em bases materialistas" (LUKÁCS, 1979a, p. 29).

Em suma, o que se deseja frisar nesse ponto é que, o fato da crítica ontológica despertada por Marx contra a filosofia especulativa de Hegel venha desembocar na crítica à economia política e que, esta, tenha consumido grande parte de sua vida, não se deve a um reducionismo economicista ou mesmo a um abandono de sua posição de filósofo em favor do posicionamento como economista, pelo contrário: a crítica à economia de seu tempo, na sua forma mais avançada e científica, é o desdobramento necessário e a amplificação de uma crítica global que vai da filosofia, passa pela prática e desemboca na ciência de sua época, representados respectivamente na crítica à Hegel e a filosofia especulativa, na crítica à politicidade e ao chamado a emancipação humana e na crítica à economia política inglesa. Esse imenso esforço intelectual se justifica pela necessidade premente, do ponto de vista ontológico, de superar um modelo de cientificidade, de prática política e de filosofia historicamente esgotados (CHASIN, 2009).

Sob esse ponto de vista fica claro porque suas obras voltadas para a economia política adotam na grande maioria das vezes o subtítulo de "crítica à economia política". Se, tanto os delineamentos ontológicos básicos de seu objeto, quando o pensamento dialético em bases materialistas, apontam

[24]Esse ponto será aprofundado nos Manuscritos Econômicos-filosóficos, onde Marx sentencia que "Portanto, a *sociedade* é a unidade essencial completada (*vollendete*) do homem com a natureza, a verdadeira ressureição da natureza, o naturalismo realizado no homem e o humanismo da natureza levado a efeito" (MARX, 2004, p. 107).

em direção à superação da alienação, então obviamente não pode se situar nos estreitos limites de uma ciência alienada[25].

Compartilhando desse ponto de vista Colleti (1972) afirma que a própria economia política é uma construção histórica, pois se desenvolve ao longo da generalização do modo de produção capitalista. Portanto, nasceu e deve morrer com o capitalismo, sendo progressivamente criticada e superada ao longo do processo histórico de formação de uma nova realidade social.

É essa a perspectiva adotada por esse trabalho. Partilhando de uma orientação materialista, não se pode esperar dos economistas que partilham da "perspectiva da economia política" uma nova orientação pragmática para o ensino/pesquisa nessa ciência dentro dos estreitos limites impostos a ela pela lógica do modo de produção capitalista, o que pode ser facilmente sintetizado nas enfáticas palavras de Mészáros: "Partilhar 'do ponto de vista da economia política' significa ser incapaz de desenvolver em termos concretos as condições de uma verdadeira superação" (MÉSZÁROS, 2006, p. 115).

Toda e qualquer alternativa verdadeiramente crítica deve ter uma posição ontologicamente crítica ao atual padrão de cientificidade que aliena o ser social e o impede de seguir seu destino.

[25]A crítica à Proudhon contida nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 aponta exatamente nessa direção, ao afirmar que, por não conseguir se afastar do ponto de vista da economia política, Proudhon se viu obrigado a "adotá-lo mesmo que indiretamente".

REFERÊNCIAS

ALBINATI, Ana Selva Castelo Branco. **J. Chasin:** a ontonegatividade da politicidade. Verinotio – Revista online de educação e ciências humanas. V 5 N 9. Novembro, 2008. Disponível em < http://www.verinotio.org/pdfs/r9_6%20artigo%20albinati.pdf > Acesso em 03 de Janeiro de 2012.

CHASIN, José. **Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Superação do Liberalismo.** Disponível em < http://www.4shared.com/file/e0ZmuDru/Jos_Chasin_-_Superao_do_Libera.html>Acesso em 07 de agosto de 2011

COLLETTI, Lucio. **From Rousseau to Lenin.** New York: Monthly Review Press, 1972.

ENDERLE, Rubens. Apresentação. In: MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2010.

FREDERICO, Celso. **O Jovem Marx 1843-1844:** As origens da ontologia do ser social. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LIMA VAZ, Henrique C. **Ontologia e História.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1968.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social:** A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Ontologia do Ser Social:** Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979a.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. **História da Filosofia:** Antiguidade e idade média**.** São Paulo: Paulus, 1990.

_____. **História da Filosofia:** Do Humanismo à Kant. São Paulo: Paulus, 1990a.

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E ATUAÇÃO DE EMPRESAS E INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS NO CONTINENTE AFRICANO

Aluna: Rosana de Melo Louro (e-mail: rosanalouro@hotmail.com).
Orientador: Armando João Dalla Costa.
Filiação Institucional: UFPR.
Palavras-chave: Investimento direto estrangeiro; internacionalização de empresas; BNDES; Agência brasileira de cooperação.

Introdução:

Nas últimas duas décadas pode-se perceber um aumento cada vez mais significativo da importância do debate sobre a internacionalização das empresas brasileiras.

Esta discussão é assunto garantido em artigos de revistas de negócios de grande circulação nacional nos últimos anos. Estes geralmente se atêm às grandes empresas transnacionais de origem brasileira e seus impactos na economia interna do país.

Um dos motivos seria, principalmente, porque algumas multinacionais brasileiras figuram entre as maiores do mundo. A Petrobras, por exemplo, ocupa a quinta posição no ranking das empresas com maior valor de mercado global, enquanto a Vale do Rio Doce, a Ambev, a OGX e o Banco do Brasil, entre outras, encontram-se entre as 200 primeiras[1].

Não obstante, empresas como Embraer, que mundialmente é a terceira empresa aeronáutica, atrás apenas da Boeing e da Airbus; o JBS Friboi, primeiro frigorífico de carne de gado bovino do mundo, e a Braskem, oitava petroquímica do planeta, não podem ser deixadas de fora, devido a sua grande expressão no mercado global. Esta importância se deu, particularmente, por suas estratégias acertadas, em termos de recursos humanos, tecnologia, mercados, etc, segundo Cristiano Cechella[2] em uma série de artigos de sua autoria publicados no Portal Digital de Informação e Comunicação Empresarial Luso-Brasileira e que foram inspirados em sua tese de doutoramento

[1] Financial Times Global 500 - http://www.ft.com/intl/cms/95edc490-9d61-11e0-9a70-00144feabdc0.pdf. Último acesso: 20/04/2012.
[2] http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=9703683. Último acesso: 22/04/2012.

defendida na Universidade Técnica de Lisboa sobre a globalização das empresas brasileiras em Portugal.

Logo, outro ponto interessante a ser ressaltado é o aumento significativo dos estudos acadêmicos realizados sobre o tema da internacionalização das empresas brasileiras, como por exemplo, o citado acima e o encabeçado pelo professor Afonso Fleury do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade de São Paulo (USP).

O projeto denominado Ginebra (Gestão empresarial para internacionalização das empresas brasileiras) originou 7 livros, 15 dissertações de mestrado e 23 teses de doutoramento, bem como, sistematizou dados e buscou comparar a atuação brasileira à de outros países em desenvolvimento, especialmente, àqueles conhecidos como BRIC[3].

Portanto, motivado pelo aumento cada vez mais significativo da importância do debate sobre a internacionalização das empresas brasileiras, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre o crescimento da atuação brasileira no exterior sob a ótica da atuação de instituições nacionais do setor público e de firmas nacionais no continente africano. Contudo, quanto a este último item, optou-se por restringir a pesquisa a um único país, neste caso Gana, por ser este um exemplo da atuação conjugada de instituições públicas e privadas brasileiras com o ensejo de promover o desenvolvimento e as relações de troca, em diversos âmbitos, entre os dois países.

Este artigo foi dividido em cinco partes, qual sejam, A experiência brasileira de internacionalização de empresas, BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileira, Interpretações da Internacionalização das empresas, Sobre Gana, Gana e Brasil: economia e desenvolvimento.

No primeiro momento pretendeu-se analisar alguns dos estudos disponíveis referentes ao desenvolvimento do IDE brasileiro e seu crescimento nas últimas duas décadas. Já no segundo tópico buscou-se discutir as razões dos incentivos e da atuação do BNDES em apoio à internacionalização das empresas brasileiras.

O terceiro teve como intuito resgatar outras interpretações sobre a internacionalização de empresas, que não só aquelas de cunho estritamente econômico, ou seja, buscou-se na historiografia novas formas de entender este processo histórico que se coloca cada vez mais significante e até mesmo inerente à configuração social, econômica e até mesmo cultural das sociedades modernas capitalistas.

[3] Disponível em: http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/projeto-estuda-internacionalizacao-empresas-brasileiras-569857. Último acesso: 23/04/2012.

Intitulado simplesmente como "Sobre Gana" o quarto tópico teve a pretensão de sumariar fatos significativos da história ganense apresentando-a e inserindo-a no contexto internacional atual.

Ao quinto tópico coube a função de analisar e apontar a atuação da Agência Brasileira de Cooperação de acordo com as diversas vertentes de cooperação deste organismo e a relação entre comércio exterior e investimentos diretos no estrangeiro à luz de incentivos adotados por instituições públicas brasileira em Gana.

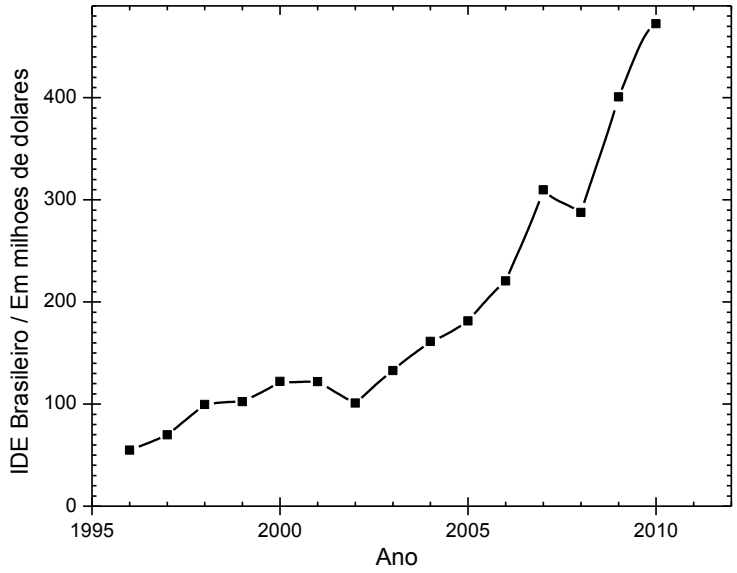
A experiência brasileira de internacionalização de empresas

O processo histórico de base econômica pelo qual passou o Brasil nas últimas décadas foi determinante para o delineamento da atuação brasileira em relação ao grau de investimento direto estrangeiro (IDE).

O estudo realizado por Roberto Magno Iglesias e Pedro da Motta Veiga, intitulado "Promoção de Exportações via Internacionalização de Firmas de Capital Brasileiro", ressalta o fato de que o contexto macroeconômico internacional das décadas de 1980 e 1990 incentivava exportações e internacionalizações, contudo, as empresas brasileiras não partilharam deste cenário, devido à falta de condições internas favoráveis, haja vista os sucessivos planos de estabilização que diminuíam os incentivos para exportar. (IGLESIAS; VEIGA: 2002, p. 385)

Com a estabilização econômica promovida pelo Plano Real esta conjuntura se modificou e pode-se perceber uma evolução significativa do IDE brasileiro quando se analisam os dados fornecidos pela UNCTAD[4] em relação ao seu montante entre os anos de 1996 e 2010, conforme gráfico abaixo:

[4] Disponível em: http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx - último acesso: 23/04/2012



Fonte: Unctad. Gráfico de elaboração própria.

Inicialmente, ainda segundo Iglesias e Veiga, a estabilização teria trazido a possibilidade de traçar metas de médio prazo, porém, com pouca oferta de financiamento de longo prazo às empresas, sendo que no mercado interno estes couberam, basicamente, àqueles conferidos pelo BNDES. (IGLESIAS; VEIGA: 2002, p. 386)

Os autores também apontam para outras questões que dificultavam o IDE brasileiro neste período, como por exemplo, algumas características de estrutura das exportações brasileiras, referente à origem do capital dos exportadores, ao tipo de produtos exportados e à concentração de destinos.

A interpretação de Iglesias e Veiga deflagra a ideia de que as propriedades do investimento brasileiro no exterior possuem características particulares "com diferenças específicas setoriais, nas motivações estratégicas, nas modalidades de financiamento e nas formas de implementação do investimento". (IGLESIAS; VEIGA, 2002, p. 392)

Contudo, o processo de internacionalização das empresas brasileiras também é interpretado como um processo semelhante ao das demais empresas transnacionais.

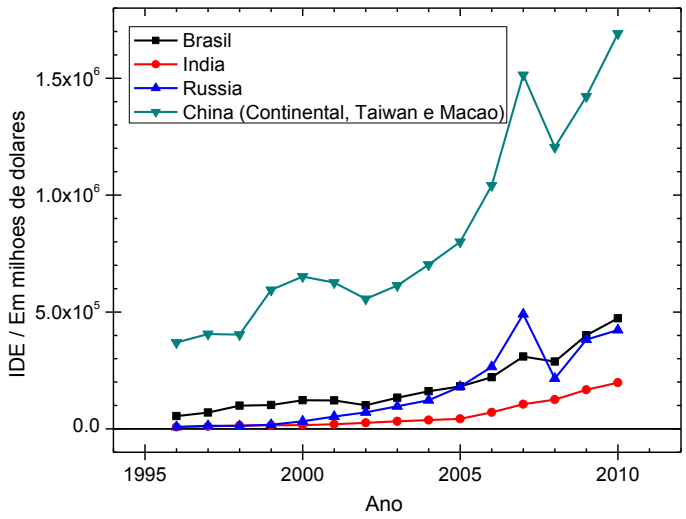
Este entendimento pode ser constatado no artigo de Ricupero e Barreto, intitulado "A importância do investimento direto estrangeiro do Brasil no exterior para o desenvolvimento socioeconômico do país". Para estes autores os fatores determinantes da internacionalização não seriam exclusivos e relacionados às

características particulares brasileiras, mas sim, comuns para qualquer empresa de qualquer país. Os autores valem-se de uma definição da Unctad referente ao IDE e citam:

> "da mesma maneira que suas homólogas nos países desenvolvidos, as transnacionais dos países em desenvolvimento buscam recursos, mercado e tecnologia, motivadas pelos mesmos fatores que determinam o investimento estrangeiro direto nos países de longa tradição de investimento 'para fora' (outward)". (RICUPERO; BARRETO: 2007, p.23)

De qualquer modo, percebe-se que na atualidade não se pode desassociar estes dois entendimentos do estudo da internacionalização das empresas brasileiras, visto que, como bem destacado por Afonso Fleury, atualmente é possível delinear um processo de internacionalização das firmas brasileiras com características específicas, assim como, é impossível desconectar este das políticas empregadas por atores públicos e privados e influências advindas do ambiente cultural e econômico do país. (FLEURY: 2011, p. 3-4)

Para tanto, se analisarmos a experiência brasileira de internacionalização das empresas, faz-se mister destacar que foi a partir de 2003 que o crescimento do IDE brasileiro passa a ser constante e atinge patamares significativos, principalmente se o compararmos à China, Índia e Rússia, conforme gráfico a seguir:



Fonte: Unctad. Gráfico de elaboração própria.

Segundo Coutinho et al., o avanço do IDE brasileiro não só cresceu em volume como também tornou-se um processo mais generalizado, passando a fazer parte intrínseca do mecanismo de expansão de mercado que toda empresa vivencia em um panorama de concorrência global. (COUTINHO et al.: 2008, p.83)

Para estes autores é fundamental que a internacionalização das empresas brasileiras continue avançando, posto que outros países em desenvolvimento compartilham de um ambiente macroeconômico favorável ao IDE e afirmam que:

> "Com a manutenção de um cenário econômico caracterizado pelo crescimento a taxas mais elevadas, crédito cada vez mais farto e com custo cadente, inflação baixa e controlada e equilíbrio nas contas externas, a perspectiva é de que o IDE brasileiro continue a ganhar mais corpo e importância". (COUTINHO et al., 2008, p.83)

Ao fim, constata-se que a economia mundial encontra-se em processo de globalização e que países em desenvolvimento desempenham e desempenharão um papel cada vez mais significativo neste contexto. Como bem ressaltado por Karl Sauvant, quando este analisa o IDE dos BRIC, estes países que antes faziam parte dessa integração econômica mundial através do recebimento de investimentos diretos estrangeiros em seus territórios hoje vêm se tornando fontes dos mesmos. (SAUVANT: 2007, p.38)

BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileira:

Os últimos 10 anos testemunharam o crescimento do papel desempenhado pelas empresas brasileiras na África, bem como, o aumento significativo da presença de multinacionais de outros países emergentes, como a China, por exemplo, incrementando o nível de competitividade desses países no ambiente do comércio internacional naquele continente.

Observa-se também que há um vigoroso movimento de desenvolvimento dos negócios internacionais no Brasil desde a década de 1990, como discutido no tópico anterior, motivado tanto por ações governamentais como por iniciativas do setor

privado no intuito de "promover atuação mais efetiva das empresas brasileiras nos negócios com outros países". (ALEM; CAVALCANTI: 2005, p. 46)

Segundo estudo promovido pelo BNDES a visão tradicional de internacionalização de empresas, em que se buscava primeiramente implementar estratégias voltadas para o mercado interno e só então expandiam-nas para o mercado externo, não resultam mais em maneira eficiente para atender às exigências do comercio internacional.

Deste modo, entende-se que para estar em consonância com o mercado global é necessário que também se adote uma perspectiva global de atuação, abarcando grande número de estratégias genéricas, fazendo com que as empresas percebam o processo de internacionalização como parte de sua estratégia de crescimento. (ALEM; CAVALCANTI: 2005, p. 46)

Este mesmo estudo aponta para o fato de que a internacionalização das empresas de capital nacional não só pode aumentar o número de empregos na economia de origem, como também propicia uma melhora na *performance* do país como um todo, atuando, por um lado, no aumento da competitividade internacional destas empresas, com maior acesso à recursos e mercados, como, por outro lado, proporciona reestruturação econômica e fortalecimento da base tecnológica daquelas. Resumidamente, conforme Cyrino et al., a "internacionalização pode ser entendida como um processo de acúmulo de conhecimento pela aprendizagem das empresas", em que algumas falham e outras obtêm êxito. (CYRINO et al.: 2010, p.97)

Entretanto, para este estudo é importante que sejam definidas as maneiras com as quais uma empresa possa ser considerada em processo de internacionalização, assim, entende-se que esse processo se dá quando uma empresa visa atender ao mercado externo ou por meio de exportações, seja de produtos ou serviços, ou quando se dedica ao investimento direto no exterior com a implantação de unidades produtivas.

De qualquer modo, segundo Alem e Cavalcanti, a internacionalização das empresas é necessária para que a exportação dos bens e serviços dessas possam ser garantidas, bem como, tenham como expandir seus negócios no mercado internacional fortalecendo a competitividade, o acesso a materiais e mercados, a diluição dos custos de pesquisa e desenvolvimento, a maior facilidade no fluxo de conhecimentos e a aquisição de maior base financeira para desenvolvimento tecnológico e reinvestimentos. (ALEM; CAVALCANTI: 2005, p. 59)

Ainda segundo estes autores, as trocas com produtores e consumidores estrangeiros, particularmente de informações relativas à produção, permitem aos exportadores convergirem suas ações para o intuito de atingir altos padrões de qualidade exigidos pelo mercado internacional, além de propiciar que esta qualidade ecoe em direção a economia doméstica.

Uma consequência da influência que exerce a internacionalização das empresas brasileiras foi a criação, em maio de 2010, da Exim-Brasil. Esta é uma empresa subsidiária do BNDES, que surgiu com o intuito de alavancar a competitividade e o aumento das exportações das empresas exportadoras brasileiras, a fim de suprir as lacunas de mercado não atendidas adequadamente pela iniciativa privada, assumindo os riscos nas operações de médio e longo prazo daquelas.

O vigoroso processo de internacionalização das empresas brasileiras dos últimos anos é percebido hoje como processo irreversível e com grande potencial positivo para o país, daí a necessidade da criação de órgãos como este, prática já vivenciada por vários países no mundo ao longo do século XX, que visam estimular as exportações, particularmente, de alto conteúdo tecnológico ou em segmentos que enfrentam forte competição. (MARIANTE; SPÍNDOLA: 2010)

A criação da Exim-Brasil, portanto, é uma demonstração da atuação do BNDES no incremento ao apoio à internacionalização das empresas brasileiras.

Interpretações da Internacionalização das empresas

Segundo a análise acima descrita, de maneira geral, percebe-se que uma forma de adquirir vantagens competitivas é partir para a internacionalização da empresa, já que esta poderia instalar-se em ambientes que propiciem menores custos, entenda-se neste caso maior acesso a todo tipo de matérias-primas e mão-de-obra mais barata, possibilitando a diminuição dos custos de produção e, consequentemente, o preço final de seus produtos. (KRUGMAN: 2010, p. 188-211)

Contudo, não só no âmbito econômico e administrativo entende-se a importância das empresas e, ulteriormente, sua internacionalização. Deste modo, partindo de um ponto de vista do tempo histórico, também é possível buscar compreender em que ambiente o empresário toma suas decisões em um contexto que abarca o econômico, o social e o institucional.

O historiador Josep Fontana destaca que este nicho de estudo é conhecido como história econômica da empresa ou "bussiness history" – e nesta pesquisa estas análises enriquecem o debate sobre a compreensão do fenômeno da internacionalização e do próprio funcionamento, organização e surgimento da fábrica – e, de um modo geral, serve de grande auxílio ao instrumentalizar a análise e a compreensão da realidade, sendo esta entendida de maneira a incluir sua importância. (FONTANA: 2004, p.308)

Outro historiador, o autor José Amado Mendes, também dá lugar às empresas e empresários como sujeitos da história em seu ensaio "Empresas e Empresários: Que lugar na História Econômica e Social?". Neste o autor reafirma o que Fontana já apontava e, ainda, defende a ideia de que o próprio estudo da história econômica e social vem sofrendo considerável desenvolvimento, de sua pouco mais que centenária existência, ao aproveitar-se dos resultados das diversas pesquisas e da interdisciplinaridade que o avanço da crescente especialização das pesquisas oferece, elaborando estudos de síntese e conjugando os diversos ramos especializados. (MENDES: 2003, p. 135)

Este autor afirma que a partir de meados da década de 1970 começou a crise da história econômica e social, pelo deslocamento do eixo de interesse de seus leitores para temas mais relacionados ao ecológico e ao social, bem como, esclarece as distinções entre história empresarial e história das empresas. (MENDES: 2003, p. 139)

Citando Carlos Marichal, Mendes descreve história empresarial como aquela que "centra sua atenção na análise histórica do desempenho e efeito que certos empresários inovadores individuais ou de determinados grupos de empresários de vanguarda", enquanto que

> "a história de empresas ou *business history* presta uma atenção especial à análise das mudanças na organização econômica das companhias ou corporações, mudanças que são parte e reflexo das transformações econômicas e sociais no seu conjunto". (MENDES: 2003, p. 139)

Para fins desta análise será considerado o entendimento de que as empresas são sujeitos da história, que determinam sua forma e o seu ambiente e, uma vez mais citando Mendes, considerando a história empresarial como uma ferramenta que permite analisar mais profundamente aspectos microeconômicos – em relação às "questões-

base como as seguintes: o que se produz? como se produz? como distribuir o produto?" –, bem como, macroeconômicos concernentes à cultura organizacional, à *performance* e ao desenvolvimento econômico geral de um país. (MENDES: 2003, p. 142-3)

Sobre Gana

No Brasil contemporâneo podemos considerar que Gana é famosa mais por sua produção de ouro e por ser a terra natal do último Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, do que por nossas relações comerciais com este país.

Contudo, a realidade ganense é muito mais próxima à brasileira do que podemos imaginar, uma vez que, também é uma terra de contrastes e com uma grande falta de nivelamento entre as regiões norte e sul no que tange ao desenvolvimento econômico.

Com mais de 60 grupos étnicos distintos e fronteiras definidas antes pelo colonialismo do que por linhas étnicas, Gana pode ser analisada considerando-se os seus quatro principais grupos: os que falam Akan, Ga-Adangbe, Mole-Dagbani e Ewe. (NAYLOR: 2003, p. 05)

Deste modo, pode-se inferir que a diferença de desenvolvimento entre as regiões norte e sul encontra-se antes nas reminiscências de seu passado do que em suas diferenças étnicas, pois, desde então, o desenvolvimento fora promovido no sul ao passo que o norte fora relegado ao segundo plano**.** (NAYLOR: 2003, p. 7)

Geograficamente Gana está localizada na costa oeste da África, no Golfo da Guiné, fazendo fronteira ao norte com Burkina Faso, Togo ao leste e Costa do Marfim a oeste. A região mais característica geograficamente de Gana pode ser considerada aquela relacionada ao Lago Volta, que foi alargado na década de 1960 devido à construção da represa de Akosombo, tornando-se o maior lago artificial do mundo e servindo como meio de transporte aquático conectando as regiões norte e sul do lago. Gana também é servida de uma malha rodoviária pública que conecta suas cidades e destinos internacionais. (NAYLOR: 2003, p. 8)

Economicamente Gana alcançou um PIB na casa dos 30 bilhões de dólares em 2010, com uma população de mais de 23 milhões de habitantes com renda per capita em torno de 1300 dólares.

A mais antiga prova de atividade humana em Gana data de 10.000 a.C, mas atualmente a maioria das pessoas encontradas neste país é descendente dos recentes

imigrantes que vieram do norte e do leste que estabeleceram estados no final do século 16, contudo, alguns destes imigrantes estabeleceram não-estados, ou seja, sociedades segmentarias sem líderes seculares, em que clãs e linhagens viviam lado a lado de maneira independente. Não obstante, suas histórias foram influenciadas pelo desenvolvimento destes estados que, consequentemente, estão associadas ao crescimento do comércio de ouro e escravos entre o norte e o oeste da África, cruzando o deserto do Sahara. (RYDER: 2010, p. 382)

O mais famoso estado que pretendeu controlar este comércio foi o conhecido como Império Ashanti, que adquiriu grande importância devido ao monopólio da mineração do ouro, bem como, sua comercialização.

Na região da Savana outros estados monopolizavam o comércio dos cavalos, devido à sua importância nas questões bélicas, sendo estes fortemente influenciados pelo Islam, principalmente porque com ele veio a escrita – com o passar do tempo os europeus começaram a explorar a capacidade de troca entre estas diversas regiões, o que acabou provocando o desenvolvimento de outro comércio: o de escravos. (LY-TALL: 2010, p. 198)

Os europeus chegaram durante o século XIV acelerando o processo de formação dos estados. Os franceses foram os primeiros a estabelecer postos de comércio na cidade de Elmina seguidos por portugueses, suíços e, finalmente, britânicos que durante o século XIX tornaram-se o poder de maior influência na região da Costa-do-Ouro, hoje conhecida como Gana. (NAYLOR: 2003, p. 11)

A Grã-Bretanha implantou diversos sistemas para controlar suas dependências na África sendo a população africana administrada segundo sua localização sob quatro formas: administração indireta; administração por sociedade comercial detentora de concessão; administração direta de um magistrado britânico e administração por juízes de paz membros da comunidade dos colonos britânicos.

Ao entendermos a maneira como se desenvolvia a estrutura da colonização britânica em Gana, podemos vislumbrar o porquê das interpretações que consideram a descolonização um processo motivado por acontecimentos externos e não internos.

Assim, a interpretação que entende o processo de descolonização como fenômeno provocado por acontecimentos externos, percebe-o como simples desdobramento da Segunda Guerra Mundial e da Grande Depressão que, por sua vez, teriam promovido a transmissão do poder aos africanos, fenômeno que também se observaria nas colônias belgas e francesas.

Porém, na África Ocidental britânica nota-se que as reformas políticas, econômicas e sociais de 1940, previstas pelo *Colonial Development and Welfare Act*, possuem raízes no período pré-guerra. (CROWDER: 2010, p.93)

Definitivamente, aqueles acontecimentos tiveram um grande papel na independência dos países africanos, porém o desempenho de maior significância foi o relativo à criação da Organização das Nações Unidas (ONU), já que o fim da Segunda Grande Guerra e o processo de descolonização reforçaram a ideia de que era necessária a existência de um organismo mundial com vistas à manutenção da paz. Entretanto, não há como negar que um dos motes da origem da ONU repousa na composição do processo de descolonização, uma vez que este modificou o equilíbrio já existente entre os atores internacionais. (KOUASSI: 2010, p.1053)

Segundo Edmund K. Kouassi, fato marcante é que nos 25 anos que se sucederam à criação da ONU o número de seus membros aumentou de 51 para 157, embora a África estivesse muito mal representada quando daquele surgimento, sendo que esta organização desempenhou três papeis principais em relação àquele continente: o de potencia imperial coletiva, a de um aliado ao movimento de libertação e, finalmente, a de um parceiro no âmbito do desenvolvimento.

Depois destes esclarecimentos, inferi-se que a independência da atual Gana do governo britânico se deu no seio da ONU, em 1957, quando da união do Togo britânico meridional com a antiga Costa do Ouro e a retirada definitiva do Conselho de Tutela, tornando-se este país um membro da Organização das Nações Unidas naquele mesmo ano. (KOUASSI: 2010, p.1053-55)

Pode-se afirmar que desde sua independência até os idos dos anos 1980, Gana pautou-se por uma política pan-africanista, em outras palavras, política voltada para uma visão caracterizada por uma postura terceiro-mundista que condenava o imperialismo, o *apartheid* e o neo-colonialismo. Nesse período se observa uma maior aproximação com os países do bloco socialista, mas que pouco resultou em ajuda efetiva financeira.

A partir de 1982, devido a crise financeira Gana foi obrigada a recorrer ao FMI para a obtenção de recursos, passando a adotar postura mais pragmática, de maior aproximação com os países ocidentais mantendo-a até os dias de hoje. A política externa ganense hoje é pautada por objetivos internos, já que se encontra em um momento de ausência de conflitos com seus vizinhos, promovendo a concentração de

sua atuação no atendimento de seus interesses econômicos, especificamente a obtenção de recursos financeiros e o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento.

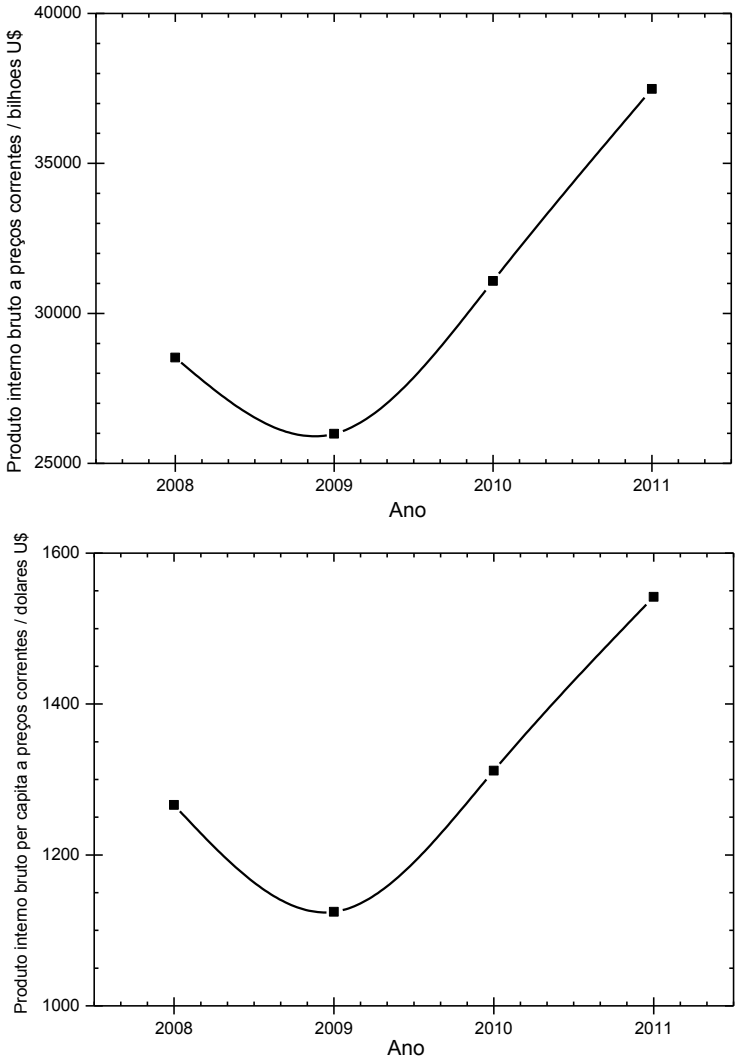
Em termos gerais, a política externa ganense tende a seguir o consenso do Movimento dos Países Não-Alinhados e da União Africana em temas políticos e econômicos não diretamente ligados aos interesses do país. Gana é membro ativo da Organização das Nações Unidas, tendo participado de operações de paz no Líbano, no Afeganistão e em Ruanda. No contexto sub-regional, cabe destacar o papel de Gana ECOWAS (*Economic Community of West African States*), organismo de integração econômica e manutenção da paz, com atuações recentes nos conflitos na Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim e Guiné-Bissau[5].

Gana e Brasil: economia e desenvolvimento

Ao contrário do que a maioria das pessoas pensa a economia chinesa não é a que cresce mais rápido atualmente, mas sim a de Gana.

Segundo estudo divulgado pelo FMI, Gana está obtendo um crescimento de 20,14% de seu produto interno bruto no ano de 2011. Podemos perceber a evolução do crescimento de seu PIB (Produto Interno Bruto) através dos seguintes gráficos:

[5] Disponível em: www2.mre.gov.br – último acesso em: 23/03/2012



Dados fornecidos pelo site do FMI (Fundo Monetário Internacional). Gráfico de elaboração própria[6].

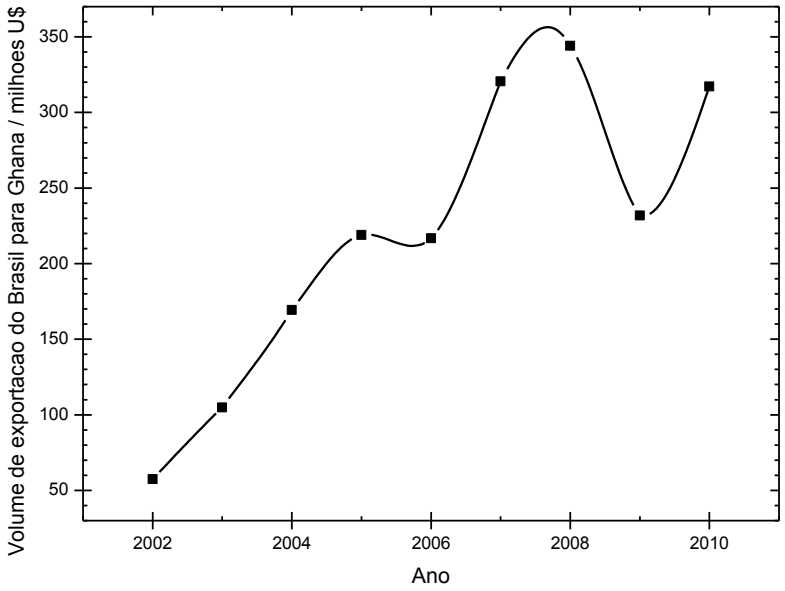
O estudo sobre o crescimento econômico que demonstra que Gana ultrapassou os 20% em 2011 foi realizado pela instituição Economy Watch, que ainda aponta para o fato de que entre as 12 economias que mais cresceram em 2010, somente uma fazia parte do G20[7].

Deste modo, pode-se entender o interesse de economias emergentes, como a brasileira, no que tange à intensificação do diálogo de cooperação técnica, científica e tecnológica com Gana, bem como, com demais países africanos. Vale ressaltar que esta cooperação frutificou, tanto que entre os anos de 2002 e 2009 o comércio entre Brasil e África quintuplicou.

[6] Disponível em: http://www.imf.org – último acesso em: 24/03/2012

[7] Disponível em: http://www.economywatch.com/economy-business-and-finance-news/12-fastest-growing-economies-of-2011-8-12.html - último acesso: 04/02/2012

Especialmente em relação a Gana o volume de exportações realmente atingiu esta marca, como vemos no gráfico a seguir:



Dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Gráfico de elaboração própria.[8]

No total, os investimentos brasileiros para o desenvolvimento de projetos de cooperação, gerenciados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), nestes países atingiram os 65 milhões de dólares em 2010, iniciativa esta que acabaria por incluir Gana.

São varias as frentes que os projetos desenvolvidos pela ABC concentra e entre elas podemos encontrar aquelas referentes à ecologia, daí a importância da produção do etanol neste contexto.

Para vislumbrar o leque de ações que são desenvolvidas pela ABC no continente africano, vale salientar os projetos na área da agricultura, educação e formação profissional, bem como, na área da saúde. Este último destaca-se pela previsão de instalação de um hemocentro que funcionará como pólo de capacitação, seguindo a linha dos projetos estruturais/estruturantes na região.

O Brasil possui um acordo bilateral de cooperação técnica e científica com Gana, promulgado desde julho de 1975, e possui projetos que já foram executados com este país, bem como, projetos em fase de negociação e execução. Esses projetos envolvem, basicamente, dois órgãos brasileiros: a Embrapa e o Ministério da Saúde.

[8] Disponível em: http://www.mdic.gov.br. Último acesso em 04/02/2012

O primeiro órgão desenvolve projetos como o de desenvolvimento das plantações florestais – orientado para a restauração de grandes extensões de reservas degradadas, o déficit de madeira, a criação de oportunidades de emprego para as comunidades rurais e a redução da pobreza rural –, o de procedimentos laboratoriais em biotecnologia e manejo de recursos aplicados à agrobiodiversidade da mandioca e o de desenvolvimento das bases para a criação da agricultura de energia – sendo que este é o projeto de maior importância para o nosso estudo.

O segundo órgão possui projetos na área de fortalecimento das ações de combate ao HIV/AIDS, apoio à estrutura do sistema nacional de atenção integral à pessoa com doença falciforme e capacitação de técnicos ganenses em procedimentos laboratoriais e triagem neonatal para hemoglobinopatias.

O projeto relacionado ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia, notadamente os biocombustíveis, volta-se para a contribuição brasileira concernente à cooperação técnica para a capacitação dos recursos humanos ganenses e transferência de conhecimento em regulação e tecnologia de biocombustíveis e sistemas de produção de cultivos. Esta cooperação foi possível devido à demanda do governo ganense em garantir e criar um ambiente propício ao setor privado de forma a reduzir o consumo de combustível fóssil e desenvolver substitutos viáveis no menor tempo possível[9].

O compromisso brasileiro de contribuir para a promoção do desenvolvimento global, com ênfase na América Latina, África e Ásia, é reforçado no livro lançado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) chamado Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009.

Este estudo aponta que o investimento realizado pelo governo federal brasileiro nos anos analisados ultrapassou o volume dos 2,5 bilhões de reais e foi dividido entre as modalidades de ajuda humanitária, bolsa de estudo para estrangeiro e cooperação técnica, científica e tecnológica e as contribuições para organizações internacionais[10].

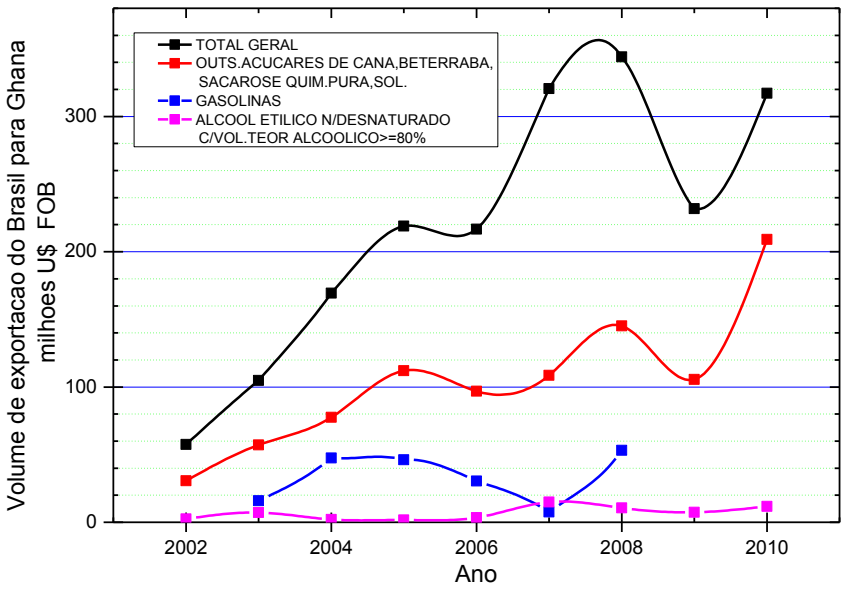
Podemos inferir destes estudos e dos dados coletados junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que o relacionamento entre cooperação

[9] Cooperação técnica do Brasil para a África, 2010. p. 68. Disponível em: www.abc.gov.br. Último acesso: 04/10/2011

[10] Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009, p. 12. Disponível em: www.ipea.gov.br, último acesso em: 10/10/2011

e desenvolvimento econômico estão intimamente ligados, bem como, estão conjugados ao crescimento do comércio entre estes dois países.

O gráfico a seguir demonstra nitidamente a evolução dos 3 maiores grupos exportadores brasileiros para Gana entre os anos de 2002 e 2010:



Dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Gráfico de elaboração própria.[11]

Através do gráfico percebe-se que o grupo que mais acompanha o crescimento geral das exportações brasileiras para aquele país é, justamente, o setor relacionado à produção de açúcar, podendo até mesmo ser considerado como o nicho responsável pelo crescimento real deste comércio, uma vez que, no ano de 2009 ele foi o responsável por mais de 45% do total das exportações para aquele país obtendo um crescimento de 36,8% do valor total em 2010, abrangendo 65,97% das exportações em valor absoluto.

Outros dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior demonstram que no ano de 2002, em valores isolados, as empresas brasileiras não ultrapassavam o valor de 10 milhões de dólares em suas exportações direcionadas à Gana.

[11] Disponível em: http://www.mdic.gov.br. Último acesso em 23/04/2012.

A partir de 2003 essa barreira foi ultrapassada pela empresa Candura do Brasil Comércio Importação e Exportação (Rio de Janeiro/RJ), sendo que em 2004 este papel foi desempenhado pela Petrobras (Santos/SP) e pela Sucden do Brasil (São Paulo/SP).

Abaixo segue tabela das empresas que exportaram valores acima de 10 milhões de dólares entre os anos de 2005 e 2010:

2005	PETROLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS	SÃO SEBASTIÃO	SP
	SUCDEN DO BRASIL LTDA.	SÃO PAULO	SP
	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	SANTOS	SP
	EQUIPAV S/A AÇÚCAR E ALCOOL	PROMISSÃO	SP
	LAGINHA AGRO INDUSTRIAL S/A	UNIÃO DOS PALMARES	AL
2006	PETROLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS	SANTOS	SP
	USINA AÇUCAREIRA ESTER SA	COSMOPOLIS	SP
	CENTRAL ENERGÉTICA MORENO DE MONTE APRAZIVEL	MONTE APRAZIVEL	SP
2007	PETROLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS	SANTOS	SP
	PETROLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS	SÃO SEBASTIÃO	SP
	COPERSUCAR-COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR,	SANTOS	SP
	ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	CANOAS	RS
	RIO POLIMEROS S.A.	DUQUE DE CAXIAS	RJ
	USINA BELA VISTA S/A	PONTAL	SP
2008	PETROLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS	SANTOS	SP
	COPERSUCAR-COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR,	SANTOS	SP
	PETROLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS	SÃO SEBASTIÃO	SP
	USINA ALTA MOGIANA S/A-AÇÚCAR E ALCOOL	SÃO JOAQUIM DA BARRA	SP
	GERDAU ACOMINAS S/A	OURO BRANCO	MG
	RIO POLIMEROS S.A.	DUQUE DE CAXIAS	RJ
2009	PETROLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS	SÃO SEBASTIÃO	SP
	USINA DA BARRA S/A AÇÚCAR E ALCOOL	BARRA BONITA	SP
2010	COSAN S/A AÇÚCAR E ALCOOL	BARRA BONITA	SP
	RENUKA DO BRASIL S.A.	PROMISSÃO	SP
	COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	BARRA BONITA	SP

0	USINA SÃO JOSE S/A	IGARASSU	PE
	COPERSUCAR-COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR,	SANTOS	SP
	LDC BIOENERGIA S.A.	LAGOA DA PRATA	MG
	COPERSUCAR-COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR,	PARANAGUA	PR

Dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Tabela de elaboração própria.[12]

Nesta tabela percebe-se que as maiores empresas brasileiras exportadoras para Gana são aquelas relacionadas à energia e aos derivados da cana e este é um ponto importante da pauta relativa a este país, pois esclarece alguns pontos sobre sua necessidades para um desenvolvimento sustentável.

Dentre os problemas que podem ser entendidos como limitadores do desenvolvimento econômico ganense encontra-se, justamente, sua matriz de fornecimento de energia, particularmente aquela relacionada ao petróleo e seus derivados, uma vez que, sua produção interna é muito pequena exigindo a importação deste combustível. (KYEREME, Kofy S. Ghana's development problems. ShowMe Books. Columbia: 2011. p. 81)

Este problema, de acordo com a interpretação de Kyereme, é oriundo não da falta do produto em si, haja vista que foram encontradas reservas de petróleo na costa ganense, mas sim pela deficiência de em diversas frentes, como segue: falta de capacitação humana em termos de técnicos treinados; definição de planejamento estratégico da utilização dos recursos destas reservas de petróleo no intuito de garantir o desenvolvimento de Gana; inovação em pesquisas e atividades acadêmicas públicas e privadas para aproveitar totalmente o potencial daquelas; minimização do impacto ambiental da exploração desses recursos; planejamento para a migração que será vivenciada em direção aos centros de exploração das reservas e, finalmente, gerenciamento apropriado dos possíveis conflitos derivados das questões ao direito da posse das águas onde se encontram as reservas.

O autor também aponta o fato de que, para além da posse das reservas de petróleo, Gana pode direcionar-se a uma maior independência em relação à importação de petróleo e descreve o Brasil como um exemplo a ser seguido neste sentido, uma vez que, esse seria o modelo mais apropriado para aquele país.

[12] Disponível em: http://www.mdic.gov.br. Último acesso em 23/04/2012.

De qualquer modo, o que se percebe é que o interesse mundial em relação a Gana vem crescendo a cada ano, tanto que em 2011 houve a editoração de diversos livros sobre como fazer negócios (Doing Business in Ghana – World Bank) e sobre as melhores práticas de promoção de investimento e facilitação (Blue Book on Best Practice in Investiment Promotion and Facilitation - Unctad) neste país.

Dos países africanos Gana tem se mostrado como um dos maiores importadores de produtos brasileiros do continente, ainda que o Brasil não desempenhe o papel de um de seus maiores parceiros econômicos, mas sem dúvida este estudo demonstra o quanto pode ser desenvolvida nossas relações bilaterais com aquele país.

As informações aqui obtidas e analisadas demonstram que esta é uma pesquisa que possui grandes possibilidades e está apenas em seu começo, sendo necessário um tempo maior de maturação e esforço na alocação de dados e discussões atuais sobre este relacionamento comercial brasileiro.

Bibliografia:

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões. In: Revista do BNDES, v.12, n.24, p. 43-76, Dez/2005.

COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Célio; SABATINI, Rodrigo. O investimento direto no exterior como alavanca dinamizadora da economia brasileira. In: GIAMBIAGI, Fábio; BARROS, Octávio de. (Org.), Brasil globalizado: o Brasil e um mundo surpreendente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CROWDER, Michael. A África sob o domínio britânico e belga. In: História Geral da África, v. VIII: África desde 1935, Editado por: Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

CYRINO, Álvaro B.; OLIVEIRA JUNIOR, Moacir de Miranda; BARCELLOS, Erika P. Estratégias e desafios para as multinacionais brasileiras. In: OLIVEIRA JUNIOR, Moacir de Miranda (Org.), Multinacionais brasileiras: internacionalização, inovação e estratégia global. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Teresa L. Brazilian Multinacionals: Competences for Internacionalization. New York: Cambridge University Press, 2011.

FONTANA, Joseph. Historia dos Homens. Bauru: EDUSC, 2004.

KOUASSI, Edmond Kwan. A África e a Organização das Nações Unidas . In: História Geral da África, v. VIII: África desde 1935, Editado por: Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

KRUGMAN, Paul. Economia Internacional: teoria e política. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

KYEREME, Kofy S. Ghana's development problems. ShowMe Books. Columbia: 2011.

LY-TALL, Madina. O declínio do Império do Mali. In: História Geral da África,v. IV: África do século XII ao XVI, editor: Djibril Tamsir Niane, 2 ed. rev., Brasília: UNESCO, 2010.

MARIANTE, Armando; SPÍNDOLA, Lytha. O Exim-Brasil e o apoio às Empresas Exportadoras. In: Edição Especial CEBRI – Volume I – Ano 9/2010)

MENDES, José Amado. Empresas e Empresários: Que lugar na História Econômica e Social? In: Revista Portuguesa de História, t. 36, v. 2, pp. 135-149, 2003. p. 135

NAYLOR, Rachel. Ghana. Accra: EPP Books, 2003.

RICUPERO, R.; BARRETO, F. M. A importância do investimento direto estrangeiro do Brasil no exterior para o desenvolvimento socioeconômico do país. In: ALMEIDA, A. (Org.), Internacionalização de empresas brasileiras – Perspectivas e riscos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

RYDER, Allan Frederick Charles. Do Rio Volta aos Camarões. In: História Geral da África,v. IV: África do século XII ao XVI, editor: Djibril Tamsir Niane, 2 ed. rev., Brasília: UNESCO, 2010.

SAUVANT, K. O investimento direto estrangeiro dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) no exterior. In: ALMEIDA, A. (Org.). Internacionalização de empresas brasileiras – Perspectivas e riscos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

A AGRICULTURA PARA O CAPITAL, HISTÓRIA E TEORIA

Roselaine Navarro B. da Silva[1]
Virgínia Fontes[2]

A função da agricultura para o capital, algumas observações em Smith e Ricardo.

Qualquer breve análise da agricultura sob o capitalismo contemporâneo é capaz de demonstrar facilmente a sua extensa transformação. Ou seja, há uma mudança contínua na forma de ser da produção, do produtor agrícola, das relações de produção ali vigentes, da relação que se estabelece entre o espaço rural e o espaço urbano, das relações que envolvem a comercialização da produção, da relação que se estabelece entre a agricultura e a indústria. Diante de tal constatação, nos parece lógico supor que a razão de ser dessa severa mudança deve ser buscada na razão de ser da agricultura para o capital. Isso nos leva a formular a questão que será nosso fio condutor. Qual a função da agricultura para o capital? É a resposta a ela que nos permite entender as mudanças vigentes no espaço agrícola.

Os primeiros passos da intervenção do capital na agricultura podem ser visualizados já a partir da chamada acumulação primitiva, processo criteriosamente descrito por Marx. Foi por meio dele que se estabeleceram as primeiras adaptações no setor agrícola com vistas a adequá-lo ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. A essencialidade do referido processo está tanto na criação da mão-de-obra livre, quanto na transformação da própria agricultura, tornando-a capaz de atender as necessidades oriundas da indústria urbana e participar do processo de valorização do capital - mecanismo norteador da produção em geral. E é assim, sob tal condicionante, que a intervenção do capital na agricultura passou a agir como elemento transformador das formas tradicionais de produção nela vigentes.

A agricultura tradicional é aqui entendida a partir do ponto de vista de um dos ideólogos do capital, Theodore Schultz (1965). O esforço teórico de Schultz

[1] Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF e Profa. do curso de Ciências Econômicas da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: roselainenbs@gmail.com.
[2] Profa. do Programa de Pós Graduação em História Social da UFF.

materializado na obra *A Transformação da Agricultura Tradicional*, foi amplamente empregado como instrumento teórico justificador da necessidade de intervenção do capital na agricultura e, por meio desta, da sua transformação. Schultz define a agricultura tradicional como aquela que no tocante à forma de produção e à relação social sob a qual ela acontece, é total ou quase totalmente independente da intervenção do capital. Por ser assim e apesar da sua "racionalidade exemplar[3]", como ele mesmo reconhece, ela precisa ser modificada, pois do contrário estaria desqualificada para exercer o papel que o capitalismo lhe reservava. Mas afinal, qual é este papel? A resposta a esta questão pode ser obtida já nas primeiras obras dos economistas fundadores da escola clássica, especialmente na de David Ricardo. É em seus *Princípios de Economia Política e Tributação*, que o encontramos advogando o direito de acumulação do capital, por meio de sua enfática crítica à lei dos cereais, então vigente na Inglaterra. O esforço teórico que ele elaborou no sentido de evidenciar o quão prejudicial eram tais restrições para o lucro industrial e para a sociedade como um todo, nos permite resgatar o papel reservado à agricultura já naquele momento. Ele assim se expressou:

> Se, portanto, por uma ampliação do comércio exterior, ou devido a melhoramentos na maquinaria, os alimentos e os bens necessários ao trabalhador puderem chegar ao mercado com preços reduzidos, os lucros aumentarão. Se em vez de cultivar nosso próprio trigo ou de fabricar os tecidos e demais coisas indispensáveis aos trabalhadores, descobrimos um novo mercado de onde possamos suprir-nos dessas mercadorias a preços mais baratos, os salários baixarão e os lucros aumentarão. (RICARDO, 1996, p. 96).

Suas palavras são bastante esclarecedoras e exprimem, de fato, qual é a função da agricultura no capitalismo. Desmistificam qualquer justificativa teórica que se apóie em fins outros que não os que envolvam o atendimento da necessidade básica do capital – o da acumulação. Evidentemente, o atendimento desta é exposto num quadro de funcionamento tal da produção e da distribuição da riqueza social, que o resultado para o conjunto é o mais favorável possível – o da harmonia social. Por sua afirmação, Ricardo deixa claro que o capital confronta a agricultura como um espaço mesmo de sua

[3] Exemplar no sentido de que dá conta de todas as exigências para que a produção se realize e satisfaça as necessidades do produtor direto, gerando ainda um excedente - mesmo que diminuto - passível de ser comercializado pelo próprio produtor.

valorização. Não acreditamos que no decorrer do seu desenvolvimento, - quando ele percorre fases mais avançadas, nas quais a continuidade de sua valorização passa a exigir somas cada vez maiores de investimento, conjugadas a mercados cada vez mais amplos -, a sua relação com a agricultura se modifique. Ao contrário, parece-nos que além de reafirmada, ela é aprofundada, mesmo que sob bases de exploração diversas e aparentemente contraditórias.

Evidentemente o espaço temporal entre Ricardo e Schultz é expressivo, bem como diverso é o contexto histórico econômico e político vigente. A obra de Schultz há que se ressaltar, surge em pleno momento de vigência da guerra fria. Mas, resguardadas tais diferenças, tal como o faz Smith e Ricardo, Schultz versa sobre a importância da agricultura para o avanço da produção capitalista. E é sob tal ótica que ele discorre sobre a *necessidade* e os benefícios da *transformação da agricultura tradicional*, elencando os aspectos positivos de uma agricultura mais desenvolvida, moderna, racional – uma agricultura capitalista.

> O homem que exerce atividade agrícola de maneira idêntica a de seus antepassados não pode produzir muitos alimentos, apesar da riqueza da terra ou da intensidade do seu trabalho. O agricultor que tem acesso ao que a ciência conhece sobre solos, plantas, animais e máquinas, e sabe como usar esses conhecimentos pode produzir alimentos em abundância, mesmo que a terra seja pobre. E não precisará trabalhar tanto nem tão duramente. (SCHULTZ, 1965, p. 15).

Mais do que um instrumento justificador da transformação da agricultura tradicional, a referida obra se colocava de forma apologética, na medida em que ratificava a *essencialidade* de se alterar a racionalidade e a forma pela qual o produtor tradicional desenvolvia seu trabalho – sem ou com baixa intervenção do capital, como já mencionado. Ora, o que ela enfatizava era na realidade que esse produtor e a sua agricultura tradicional eram inviáveis ao capital por não serem plenamente úteis do ponto de vista da valorização.

Como mencionado anteriormente, a intervenção do capital na agricultura começou a acontecer já a partir do processo chamado por Marx de cercamento dos campos. A partir dali, pode-se dizer que teve início o processo de transformação da agricultura, conduzindo-a rumo à especialização que, por um lado, permitiria a produção de alimentos mais baratos e, por outro, supriria a demanda necessária para a

produção fabril. Foi nesse contexto que a teoria clássica construiu o arcabouço teórico cuja função era evidenciar o papel crucial dos fatores de produção – terra, capital e trabalho - na geração da riqueza social necessária ao "bem estar do conjunto social", viabilizado evidentemente, a partir da vigência do liberalismo econômico.

Mas, apesar de tal entendimento, Smith direciona uma atenção menor à agricultura, acreditando que a indústria, por comportar maiores possibilidades de ajustes do processo produtivo propiciaria um espaço mais amplo de valorização para o capital. Nesse sentido, a obtenção das matérias primas e/ou alimentos de outros países era perfeitamente justificável, servindo inclusive como maior estímulo ao desenvolvimento da agricultura. Ficava assim evidenciado o real papel da agricultura sob o capitalismo. Em David Ricardo isso é ainda mais evidente. É essa certeza que o faz enfatizar (1996, p.95):

> Tenho tentado mostrar, (...), que a taxa de lucros só pode se elevar por uma redução dos salários, e que estes só podem cair permanentemente em conseqüência, de uma queda do preço dos gêneros de primeira necessidade, nos quais os salários são gastos[4]". E ele continua, "Se, em vez de cultivar nosso próprio trigo ou de fabricar as roupas e outros produtos necessários ao trabalhador, descobrimos um novo mercado do qual possamos abastecer-nos de todas essas mercadorias a um preço mais baixo, os salários diminuirão e os lucros aumentarão.

Portanto, ainda que a agricultura devesse cumprir a função de fornecedora de matérias-primas e de alimentos, a preços que retratassem uma utilização eficiente dos fatores de produção; o que por outro lado, implicaria em sua crescente especialização e, portanto, na progressiva destruição da sua auto-suficiência, convertendo-a também em mercado consumidor de bens e serviços, o seu papel principal era contribuir para a valorização do capital. Ricardo e Smith não deixam dúvidas quanto a isto, a agricultura tinha seu lugar específico na divisão social do trabalho e deveria cumpri-lo.

Depois deles, a própria economia neoclássica ao mudar o foco da determinação do valor para a esfera da circulação, apenas reelaboraria essa concepção, acrescentando a ela, de forma mais intensa, a necessidade de melhorar a produtividade da agricultura, haja vista os rendimentos marginais decrescentes apresentados pela terra. Ora, se a terra por suas características naturais tendia a se mostrar menos produtiva ao longo do tempo,

[4] Ricardo, (1996, p. 95).

era preciso corrigir esta tendência a partir do emprego ótimo dos fatores de produção. Tudo era apresentado como mera questão técnica, portanto, como necessidade de atender de forma eficiente ao mercado e ao consumidor.

Esse contexto teórico subjaz à modernização da agricultura via revolução verde. Diversos autores contemporâneos participaram da construção do arcabouço argumentativo necessário à justificação da referida transformação. Além de Schultz, outros nomes também se pronunciaram a este respeito: Johnston e Kilby (1977) escreveram uma obra que também se tornou referência. Ela versava sobre a necessidade da transformação estrutural da agricultura nos países em desenvolvimento, bem como, sobre os meios necessários à sua efetivação. Para eles, a expansão capitalista na agricultura dos países em desenvolvimento era barrada pela agricultura tradicional ali vigente. Para eles, ela poderia ser responsabilizada em boa parte pelo atraso econômico, causado em grande medida por sua baixa produtividade o que, de outra forma, implicava em retardo na industrialização. Sob esta ótica, a transformação da agricultura era algo prioritário, pois somente através dela seriam geradas as condições para o avanço da industrialização e, portanto, para o retorno ao rumo do efetivo desenvolvimento econômico.

Para esses autores (1977, p. 51), o *mecanismo* necessário para a melhoria nas condições produtivas da agricultura era "o mesmo que opera(va)[5] em todos os demais setores da economia. O nome desse mecanismo, a especialização". Ela permitiria não somente "a adoção de equipamento de capital, como (...) mudanças para melhor organização e tecnologias mais produtivas". O resultado prático da mudança seria a elevação da "produtividade da terra, capital e trabalho". (JOHNSTON e KILBY, 1977, p, 51). O capital chamava a si a missão de combater a fome no mundo pela multiplicação do lucro. Por outro lado, a melhoria no emprego dos fatores, que ocorreria pela instalação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde – adaptados às condições vigentes nos mais diversos países, quando fosse o caso –, permitiria à agricultura potencializar outra função, a de ser absorvedora dos produtos oriundos do setor industrial e do setor terciário.

Essa ótica advogava que a agricultura dos países em desenvolvimento ao abandonar a condição de auto-suficiência que ainda lhe caracterizava, obteria, em contrapartida, uma dependência geradora de melhores condições de vida, haja vista que:

[5] No original o verbo está no tempo presente.

1) produzindo com mais eficiência acessaria mercados mais amplos e, com isto, obteria melhores retornos do ponto de vista financeiro; 2) possibilitaria que importantes fatores de retardamento da industrialização fossem superados, o que lhe permitiria, portanto, participar ativamente da construção de uma situação econômica melhor para o conjunto do país; 3) a partir da sua especialização e do desenvolvimento da indústria, teria acesso a uma gama maior de mercadorias – fossem as destinadas ao consumo individual ou aquelas a serem empregadas como bens de capital. Desse conjunto resultaria uma condição de vida mais propícia para o produtor e uma situação de melhoria social para toda a sociedade.

A modernização da agricultura significava, sob esta ótica, levar o setor primário a cumprir as suas funções básicas. Daí a necessidade que ele se despojasse de tudo o que atrasava o seu desenvolvimento e, por meio dele, o dos demais setores. O que se verifica é a presença marcante do funcionalismo, cada setor cumprindo seu papel na divisão do trabalho, rumo ao progresso econômico.

O entendimento do funcionamento da economia dividida em setores fica bastante evidente no referido material. Uma das conseqüências desta perspectiva é que ela torna quase invisível o movimento do capital, a sua real necessidade de adentrar o espaço rural, modificando o processo de produção e a forma de ser do produtor rural. No entanto, é imprescindível que se entenda esse processo de inserção a partir de uma perspectiva ampla, portanto, considerando a totalidade dos setores e das esferas do capital. Ao transformar a agricultura tradicional, ao modernizá-la, o capital não somente consegue reduzir os custos industriais da produção, como também, transforma o espaço agrário em fonte absorvedora do capital financeiro[6], haja vista que ele se coloca como condição essencial da modernização da agricultura. O consumo dos bens de capitais (máquinas e equipamentos), bem como dos insumos necessários à instauração da moderna agricultura viabiliza assim a confirmação do espaço rural como espaço de valorização do capital. Não estamos falando, portanto, apenas da esfera da produção e dentro dela, somente da agricultura.

Fica claro assim porque, apesar de sua *racionalidade exemplar* - conforme destaca Schultz -, a agricultura em sua forma tradicional diverge e impede o pleno desenvolvimento da *racionalidade capitalista*. Nessa, a função da agricultura está

[6] A utilização na agricultura dos insumos agrícolas característicos da revolução verde gerou a necessidade do acesso ao crédito oriundo dos bancos. De outra forma, não se pode esquecer que o setor bancário disponibiliza – de uma forma geral – para crédito, o quantum monetário gerado pela indústria capitalista, em outras palavras, pela produção organizada sob a forma capitalista.

necessariamente atrelada à valorização do capital, ou seja, o que e como produzir é determinado tendo em vista tal objetivo. Por sua vez, a agricultura tradicional e a racionalidade que a caracteriza não se limitam ao papel que o capital lhes reservou. E é em função desta sua *deficiência*, que ela precisa ser estruturalmente modificada, pois,

> [...] se não ocorrer a penetração-transformação da agricultura pelo capital, sua acumulação não só se retarda, como se inviabiliza. A acumulação do capital só se expande e se completa quando ele transforma, domina e se impõe na totalidade das relações sociais. É por isso que a valorização do capital em plano mundial vai ter que impor também a nível mundial a transformação da agricultura tradicional. (BELATO, 1985, p. 51).

É por este meio que é substituída a "complexa rede de relações sociais" que até então a caracterizava, por uma mera técnica de "combinação de fatores". É por esse meio que se "abre espaço para uma intensa ideologização da ação do capital cuja ponta de lança é a busca permanente da produtividade", justificando-se com isto "as medidas políticas concretas por parte do capital e do Estado para erradicar os fatores de atraso e de subdesenvolvimento", vigentes no país, como bem destacou Belato (1985, p. 150-1). É a partir de tal prisma que Johnston e Kilby fazem uma espécie de releitura das funções da agricultura, adaptada evidentemente para o período, que, do nosso ponto de vista, já eram identificáveis nas obras da economia política da escola clássica. Para eles a agricultura, de forma setorializada deveria permitir:

> a) aumentar a oferta de alimentos e matérias primas a preços menores de modo a atender a demanda do mercado doméstico e ampliar as possibilidades de exportação;
> b) elevar a renda líquida do próprio setor de modo que se constitua num importante mercado consumidor dos produtos do setor não-agrícola, de início dos bens de produção essenciais à modernização da agricultura e, posteriormente, dos demais bens de consumo e serviços oferecidos por esse setor (não agrícola);
> c) aumentar o número de empregos no setor agrícola e as possibilidades de acesso a terra, de preferência na forma de propriedades familiares. (JOHNSTON E KILBY1977, p. 18)

Ficavam assim teoricamente explicitadas – ainda que sob nova roupagem - as funções da agricultura no capitalismo. A modernização implicaria não somente na

transformação da produção nas maiores propriedades, mas também na ampliação do número das pequenas propriedades e no estabelecimento de uma estreita relação de produção entre estas e o capital representado pelas agroindústrias, que para além de gerar renda ao pequeno produtor, instigaria a formação de outras pequenas propriedades.

De outra forma, tratar a agricultura de forma setorializada tornava possível tirar do foco razões justificadoras que apontavam para interesses de classe. Ao tomá-la na condição de setor, se dificultava o seu atrelamento ao capital industrial[7] e financeiro e, portanto, à forma pela qual ela conjuntamente participava do processo de valorização, ou seja, significava ver a transformação, mas não enxergar de fato a sua razão de ser. Vista desta forma, a modernização da agricultura parecia um desenvolvimento seqüencial, necessário do ponto de vista evolutivo, a–histórico, e sendo assim, livre de qualquer perspectiva de classe.

As duas fases da Modernização da Agricultura: alteração da agricultura tradicional e integração

Cumprida a etapa da transformação da agricultura tradicional, a forma setorializada por meio da qual a teoria econômica justificava as políticas promotoras da mudança perderiam a sua razão de ser. Passada esta etapa seria necessário uma nova forma teórica para dar conta das transformações que continuariam a incidir sobre o espaço rural. O novo instrumental teórico deveria ao justificar o aprofundamento da inserção do capital no campo, via integração da agricultura à indústria, viabilizá-lo. Mas, transposta essa primeira etapa, a agricultura e o produtor rural que dela emergiram, vale ressaltar, assumiram uma configuração bastante diversa da anterior.

Antes de prosseguirmos, não é demais ratificar que não entendemos a modernização agrícola como uma fase restrita ao período compreendido pela Revolução Verde. Consideramos que a fase seguinte a ela, marcada pelo aprofundamento do capital sobre a agricultura marca a sua extensão, haja vista a continuidade da adoção de mecanismos físicos e organizacionais promotores do aumento da produtividade no espaço agrário - que se traduzem em combinações diversas dos fatores de produção. O

[7] No caso específico, produtor de insumos e equipamentos agropecuários.

que diferencia esta fase com relação à anterior e que marca o seu aprofundamento é a crescente integração da agricultura à indústria e, por conseguinte, o aumento da submissão da produção agropecuária ao capital.

Em tempo, consideramos que a primeira fase da modernização agrícola é crucial para o estabelecimento e a intensificação da integração – segunda fase. E é ao longo dela que a integração da indústria à agricultura vai se convertendo em forma superior do avanço do capital sobre o espaço agrícola, por meio do qual este se torna território pleno da sua valorização. Esta conversão, por sua vez, ocorre sem que necessariamente haja a expropriação formal da terra. Esse movimento de maior aprofundamento do capital sobre a agricultura acontece nos países de industrialização mais avançada, especialmente os Estados Unidos, ainda na primeira metade do século XX e ganha intensidade partir dos anos cinqüenta. É interessante observar que é quando esta etapa se intensifica por lá, que praticamente começa a haver um movimento no sentido de exportar para os países do chamado terceiro mundo o modelo de modernização da agricultura.

Portanto, acreditamos que a intensificação da integração agricultura-indústria, que marca a formação dos chamados complexos agroindustriais, precisa ser pensada em dois momentos específicos, ainda que estreitamente relacionados. Para além da questão do tempo histórico – já que um é a imediata seqüência do outro -, essa periodização nos permite compreender que no primeiro momento, se estabelecem as condições para a emergência do segundo. Assim, o período que convencionalmente é chamado de modernização da agricultura via Revolução Verde é, neste sentido, uma fase preparatória do momento seguinte – o da integração -, caracterizado pelo maior aprofundamento do capital na agricultura, via constituição dos chamados complexos agroindustriais.

Nesse sentido, não é por acaso, portanto, que a integração tem início quando a fase da modernização já estava em curso, pois ela lhe abriu caminho, promoveu a transformação da forma tradicional de produção ao abrir espaço para o capital na agricultura e ao fazer emergir nas pequenas propriedades, produtores que se comparados à antiga classe camponesa, especialmente do ponto de vista da forma da produção que realizam nada mais representam que uma sombra daqueles.

Na nova configuração da produção posta pela modernização da agricultura, para que a produção pudesse acontecer o acesso ao capital era essencial. O reflexo desta nova condição - nos países em que foi implantada -, foi a eliminação massiva de grande

parte dos trabalhadores do campo (proprietários e/ou não proprietários de terras); bem como a concentração das propriedades. Na fase da integração, a conseqüência do avanço do capital pôde ser vista na estruturação dos complexos agroindustriais e por meio deles no aumento da subordinação da agricultura ao capital, inclusive e especialmente a dos pequenos produtores que não foram expurgados no processo modernizador, através de relações de trabalho não tipicamente capitalistas e, por meio das quais eles se convertem em prestadores de serviço às indústrias alimentícias[8], por exemplo.

No caso do pequeno produtor, vale ressaltar que a configuração de sua dependência ocorreu incitada pelo processo modernizador, mas assumiu contornos específicos. De um lado a inserção do capital na pequena propriedade a converteu em espaço de valorização do capital, mas de outro, marcou também a sua insistência em manter-se nela. A relação de produção firmada entre o capital e o pequeno produtor, por suas características específicas, diversa, portanto, da relação de produção puramente capitalista, deve ser pensada a partir de um duplo aspecto, qual seja: de um lado ela marca a sutileza do capital, que faz uso de formas de produção diversas das que lhe são características, a fim de promover a sua valorização; de outro, ela marca a própria luta do produtor em conservar, por meio da posse das condições de produção – ao menos parcialmente - a sua relativa independência, e, por meio dela, a sua histórica relação com a terra, mesmo que esta já tenha sofrido severas alterações, retratada especialmente na forma da produção[9].

Há que se destacar, que para alguns produtores – e aqui falamos de forma específica do caso do Brasil - pequenos e/ou médios, o tamanho da terra ou as características mesmas do solo - como declividade -, seriam elementos impeditivos da adoção do pacote tecnológico, ao menos no que toca à questão da adoção de máquinas e equipamentos agrícolas. Ainda assim, parte desses agricultores também cumpriria uma função específica junto ao capital, na medida em que o crescimento de algumas

[8] A título de exemplo poderíamos citar a relação de integração existente entre diversos produtores integrados da avicultura à antiga Sadia, atualmente BR Foods.

[9] Ainda que o produtor assuma uma forte relação com o capital. O que o move nesta relação não pode ser generalizado como a busca necessária da acumulação por ela mesma. O pequeno produtor não pode ser enquadrado em um estereótipo capitalista, e é justamente por não se enquadrar nele que a relação pode ser mantida. Um empresário calcula seus custos e seus lucros a partir de uma racionalidade que é tipicamente capitalista. O pequeno produtor possui uma forma de cálculo específica. Nesta, ele apenas tem em mente o resultado líquido, sem considerar, por exemplo, a mão de obra familiar como um custo.

empresas processadoras de alimentos[10] encontraria junto a eles, bem como futuramente, àqueles para os quais a adoção do pacote tecnológico havia se revelado inviável, mas não a ponto de lhes expulsar da terra, a fonte ideal para o fornecimento de sua matéria prima. Tal contexto os qualificaria a acessar ainda na década de 70 – evidentemente de forma bem menos expressiva que os grandes -, a política de crédito do Estado e, por meio dela firmar a relação do pequeno produtor à agroindústria.

A formação do complexo agroindustrial e dentro dele o processo de integração agrega os produtores como elos necessários. A fase da integração entre a agricultura e a indústria é como já mencionado, a que expressa o maior nível de aprofundamento do capital no campo, estando intrinsecamente relacionada à sua modernização.

Toda a mudança ocorrida no processo produtivo agrário a partir da chamada Revolução Verde se relaciona diretamente com a formação do chamado Complexo Agroindustrial[11], intensificada especialmente a partir da década de 70. Assim, a formação do CAI e, conseqüentemente, a integração[12] que ocorre a montante e a jusante do produtor rural não pode ser vista fora do contexto da modernização agrícola, conforme destaca Sorj (1986). A partir daí fica evidente a dependência entre a agricultura e a indústria e vice-versa.

As agroindústrias que tinham no campo a geração de sua matéria prima, especialmente aquela de origem animal já vinham num franco processo de desenvolvimento desde a década de 60. Com a intensificação da industrialização ocorrida neste período elas se modernizaram e aumentaram suas demandas em relação ao espaço agrícola, tanto no que se refere à quantidade, quanto à qualidade da matéria prima demandada.

Foi neste contexto, portanto, de disponibilidade de recursos oriundos da política de crédito rural – vigente até parte da segunda metade da década de 1970, quando após o agravamento da crise ela é revista -, que se consolidou a formação do complexo

[10] Especialmente aquelas destinadas ao processamento de carne suína e de aves, como é o caso das que se desenvolveram no sul do país.

[11] Para Muller, 1989, p. 45 "O complexo agroindustrial, CAI, pode ser definido, em termos formais, como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda, a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais, o financiamento, a pesquisa e a tecnologia e a assistência técnica."

[12] O complexo agroindustrial é formado pela seguinte disposição: a indústria à montante do produtor rural, fornecedora de bens de capital e de insumos necessários à produção agropecuária, e; a indústria à jusante do produtor rural, dedicada à industrialização da matéria prima agropecuária. Essa última é denominada como agroindústria.

agroindustrial no país, a partir de uma maior inter-relação entre a agricultura e a indústria, conforme destacou Delgado (1985, p. 38). É dessa forma que "com a integração indústria agricultura no período de 1960-80, deparamo-nos com empresas e grupos econômicos que influenciam poderosamente a dinâmica das atividades agrárias, com profundas repercussões em suas estruturas" (MULLER, 1989, p. 34). Foi neste quadro, que se impôs de forma dominante sobre o espaço rural a modernização, seja por meio da inserção do pacote tecnológico oriundo da Revolução Verde, seja através das novas formas de produção ditadas pelas agroindústrias.

Por isso, a modernização da agricultura não pode ser vista de forma isolada, fora do contexto da industrialização que acontece internamente e fora do contexto do processo global de valorização do capital. É só essa perspectiva total que nos permite apreender a construção de uma estrutura integrada de empresas a jusante e a montante do produtor rural, o chamado Complexo Agroalimentar. É somente ela que nos possibilita entender que o avanço tecnológico atinge esse complexo em sua totalidade. É assim que ele alcança inclusive os produtores rurais,

> [...] especialmente naqueles casos que se integram mais direta e necessária ao movimento de modernização da agricultura[13]", como, por exemplo é o caso daqueles ramos ou sub-ramos que envolvem "a produção de rações e concentrados, abate de animais, laticínios, madeiras, papel e papelão, couros e peles, fumo, álcool etc[14]. (DELGADO, 1985, p. 38).

Ao pequeno produtor rural que permaneceu no campo, restava-lhe, portanto, como condição de sobrevivência na terra, um estreitamento de relações com a indústria. É desta forma que ele se integra no complexo agroindustrial, na busca por manter-se no campo. Essa integração exige, no entanto, a mudança na sua forma de produção, abrindo, por meio dela espaço para o capital. O capital é que agora lhe diz como produzir, haja vista que "os padrões de produção dessas indústrias, no que se refere a tipos de produto, exigências sanitárias, qualidade e homogeneidade da matéria prima e, ainda, regularidade de entrega, impõem um perfil tecnológico à produção que deve ser seguido pelos produtores". (DELGADO, 1985, p. 38)

Aprofundamento da Inserção do Capital na Agricultura e Teoria do *Agribusiness.*

[13] Delgado, 1985, p. 38.
[14] Idem, p. 38.

Ora, o constructo teórico-econômico que vinha até então orientando e justificando as políticas públicas do governo voltadas para a agricultura, tratava a economia de forma setorializada. Nesta ótica, o caminho rumo ao desenvolvimento econômico exigia a evolução econômica dos setores diversos que compunham a economia, sendo assim, cada setor deveria crescer a partir de uma prática que envolvesse uma ótima combinação de fatores, garantindo com isto aumentos de produtividade, e, por meio dela, competitividade econômica no mercado.

Evidentemente, para além da preocupação de valorização do capital investido, a teoria ratificava a necessidade do pleno desenvolvimento dos setores a partir da ótica da satisfação do consumidor. Amparava este discurso, a preocupação de ampliar a produção de alimentos, bem como, de reduzir as incertezas da produção agrícola. A teoria econômica vigente ratificava que as alterações pelas quais deveria passar a agricultura a nível mundial, envolviam basicamente questões de ordem técnica, relativas, portanto à modificação na combinação dos fatores de produção, com vistas a garantir o aumento da produtividade. As conseqüências políticas que tais mudanças ocasionariam nem sequer foram consideradas, como que inexistiam. A necessidade da transformação do espaço agrícola era assim tida como algo natural, reflexão da própria evolução da urbanização e, conseqüentemente, dos mercados.

Portanto, o aparato teórico que tratava cada setor – primário, secundário, terciário – em separado, cada qual com sua organização própria - o que demandava do governo políticas públicas setorializadas -, foi o que caracterizou a primeira fase do avanço do capital sobre a agricultura, aqui compreendida como modernização da agricultura via Revolução Verde. No entanto, com o aprofundamento do capital sobre a agricultura se evidenciou que a teoria econômica tradicional, que tratava a economia de forma setorializada, não dava mais conta de explicar/justificar o novo momento, a nova relação que se estabelecia entre o capital e o espaço agrícola e nem de orientar o Estado na determinação de políticas públicas que amparassem as necessidades postas pela nova fase. Assim, a necessidade de um novo arcabouço teórico veio à tona no momento em que a agricultura já havia passado pelo processo modernizador.

A modernização da agricultura havia, de forma expressiva – mas não totalmente –, extirpado os elementos *arcaicos* e impeditivos da inserção do capital no espaço rural. Uma nova forma de ser da atividade e do trabalho agrícola, agora altamente dependentes do capital, havia sido estabelecida. É por isto que a fase modernizadora, já

trazia em si - de forma imanente - a nova etapa, que seria caracterizada pela presença dos chamados complexos agroindustriais. Quando emergiu a nova etapa, se evidenciou que a agricultura cada vez mais seria inserida na cadeia global da circulação do capital; no entanto, o espaço por ela ocupado não seria de dominação. A coordenação do processo viria do grande capital.

A partir desta nova perspectiva nasceu, em meados da década de 1950, nos Estados Unidos, mais precisamente em Harvard, no *Agriculture and business program at the Harvard business school,* a *Teoria do Agribusiness*. Foi ali que primeiramente o termo Agribusiness foi cunhado e desenvolvido por Davis e Goldberg (1957), sendo depois explicitado no livro *"A Concept of Agribusiness"*, que seria amplamente utilizado como orientador/justificador da fase que então estava em curso nos países mais desenvolvidos, - na época os chamados países do primeiro mundo.

Há que se ratificar que a formação dos chamados complexos agroindustriais precederam o surgimento do aporte teórico balizador da nova conjuntura. Esta, é preciso reforçar, refletia o aumento da inserção do capital na agricultura, a forma mais intensa por meio da qual ela passou a estar relacionada ao círculo de valorização do capital. Os novos arranjos que ampliaram a sua participação na valorização do capital poderiam ser identificados, por exemplo, na produção integrada: de grãos; frutas; plantas específicas, como o fumo; e ainda; na produção animal, especialmente a pecuária de pequeno porte; dentre outras. Foi nesse novo contexto, e a partir de experiências práticas já em vigência, que a referida teoria foi elaborada.

O termo *agribusiness* foi gestado, com vistas a evidenciar a forma como os setores econômicos estavam imbricados entre si. Neste sentido, ele carregava um significado específico, qual seja:

> Agribusiness é a soma de todas as operações que compreendem a produção e a distribuição dos insumos para a unidade produtiva agrícola: as operações produtivas na unidade agrícola em si: o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e de seus sub-produtos. (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 85).

De acordo com Belato (1985, p. 161), o conceito de agribusiness é extremamente importante porque além de permitir a compreensão da articulação do grande capital à agricultura, também "cria a possibilidade de discriminar a peculiaridade das cadeias alimentares verticalizadas de produtos em cadeias agroalimentares", e

verificar "o lugar preciso e subordinado da agricultura e a hegemonia dos demais segmentos a montante e a jusante". Este caráter fica bastante evidente em Davis e Goldberg, quando eles enfatizam: "O sistema agroindustrial existe com o propósito de oferecer os alimentos, as fibras e flores demandadas pelo consumidor, dadas as prioridades políticas e econômicas do governo[15]." (1957, p. 85).

Sendo assim, a política econômica que continuasse tratando os setores produtivos em separado não faria avanços no sentido do desenvolvimento econômico. Não era mais possível pensar em políticas setoriais sem levar em conta os seus reflexos no conjunto que formava o complexo agroindustrial. Em outros termos, era preciso pensar que um único produto agrícola trazia em si toda uma complexidade. Ora, a sua base poderia estar na agricultura, mas a disponibilidade dele para consumo exigia a participação articulada e eficiente de vários agentes, ligados de forma mais imediata à esfera da produção e/ou da distribuição. Visto desta forma, para que o produto chegasse ao consumidor e o atendesse plenamente, o *agribusiness commodity system* deveria funcionar harmonicamente. Neste sentido, o papel a ser exercido pelo governo era de fundamental importância. Isto fica explicito em Goldberg apud Bellato (APUD BELATO, 1985, p. 162) quando ele enfatiza que um agribusiness commodity system...

> Engloba todos os participantes na produção, processamento e comercialização de um único produto, incluindo fornecedores e produtores rurais, fabricantes, atacadistas, e varejistas (...). Ele também inclui instituições organizações que influenciam e coordenam os estágios sucessivos de um fluxo de mercadorias, tal como, governos, mercados, integração contratual, integração vertical, associações comerciais, cooperativas, joint-ventures, parceiros financeiros, entidades financiadoras, grupos de transporte, e organizações educacionais[16]. (IDEM 1985, p. 162).

Estava assim formalmente elaborado o arcabouço teórico capaz de amparar o aprofundamento do avanço do capital em relação à agricultura. Ele não somente serviria para justificar as mudanças impetradas na produção agropecuária e nas novas relações de produção que nela se instalaram como também atuaria no sentido de orientar as políticas econômicas do Estado, e as estratégias do setor privado no sentido de dar continuidade à expansão da acumulação capitalista. Logicamente não seriam estes os

[15] Tradução livre da autora.
[16] Tradução livre da autora a partir do texto de Goldberg, constante em Belato (1985, p. 162).

termos empregados, haja vista que formalmente era tudo uma questão de atender as constantes mudanças da sociedade e, por conseguinte, do mercado.

A exposição teórica, ao ratificar a necessidade de uma atuação conjunta dos diversos agentes envolvidos na produção e na distribuição, bem como das instituições, que por meio de suas decisões afetam a produção e a distribuição dos produtos oriundos do *agribusiness commodity system*, deixa clara a interferência a ser exercida pelo capital nas decisões de cunho político-econômico. Nesses termos, os autores já citados afirmam que os planejadores de políticas públicas terão melhores condições para elaborá-las, se compreenderem os reflexos delas na totalidade do sistema. Portanto, toda a vez que o governo

> [...] estiver envolvido na determinação de preços e nas decisões de produção, a definição de objetivos é importante na determinação de caminhos pelos quais o administrador público, o administrador privado e todos os demais participantes do sistema podem trabalhar juntos. Esses objetivos comuns podem ser melhor determinados se todos os participantes tiverem uma compreensão semelhante dos componentes interdependentes de seu sistema de produto [...][17]. (IBIDEM, p. 163).

Ficava explicitado que o papel do Estado era decisivo e que neste sentido, a sua intervenção deveria se adequar às necessidades da expansão do capital em sua fase de aprofundamento sobre a agricultura. Desta forma, ela tinha que ter como norte a totalidade do sistema e não, de forma individualizada, o produtor rural, ou os setores separadamente.

As mudanças que impulsionaram a transformação do setor agrícola, e que exigiram uma atualização da própria teoria econômica a ela relacionada, que fosse capaz de contemplar a sua estreita inter-relação com os demais setores foram ocasionadas, de acordo com Goldberg pelas:

> Progressivas mudanças em nossa sociedade, desde os pequenos mercados locais de alimentos supridos pela produção e processamento também locais para os grandes mercados nacionais e internacionais exigiram um novo e complexo sistema de alimentos. A produção sazonal e as grandes distâncias que envolvem a coleta, transporte e estocagem de alimentos, exigem rápida comunicação ao longo de toda a

[17] Tradução de Belato.

> cadeia que vai do produtor ao consumidor, originaram uma variada maquinaria de coordenação e comunicação destinada a amarrar as várias partes de um sistema de alimentos; toda essa complexidade de nosso complexo total de alimentos[18]. (IBIDEM, p. 164).

Nessa lógica, a justificativa seria, portanto, de que a urbanização crescente e a ampliação populacional haviam alterado profundamente os mercados. Em face disto, a produção deveria se reorganizar com vistas a atender de forma eficiente as novas necessidades dele oriundas. O *Agribusiness commodity system* era, portanto, a resposta. Dessa forma:

> Os executivos devem ser capazes de colocar-se fora de seu sistema de mercadorias e reavaliar as tendências de longo prazo que poderão afetá-lo. A partir de tal análise, eles serão capazes de formular estratégias criativas para o sistema, que permitirão atender eficazmente as necessidades dos consumidores[19]. (IBIDEM, p. 162).

Ao focalizar a satisfação do consumidor e, portanto o atendimento do mercado como o agente determinante das alterações por quais passam a produção no espaço agrário, bem como, o entrelaçamento entre este e a indústria, mistifica-se a efetiva razão da mudança e se extrai dela qualquer discussão de ordem política e que leve em conta, portanto, os reflexos das mudanças sobre as classes sociais.

Quando o autor menciona a competição que se estabelece entre *"each commodity system to satisfy consumer wants",* ele não faz nenhuma referência ao fato de que as firmas que compõem estes complexos não usufruem exatamente de igualdade competitiva, e nem possuem o mesmo poder de decisão dentro dele. É a suposição desta hipotética igualdade competitiva que permite ocultar o processo de concentração capitalista - e todas as suas conseqüências sociais -, que está por trás da passagem dos mercados locais, para os nacionais e internacionais.

Enquanto se coloca a mudança como uma conseqüência da vigência do *"império e da vontade soberana do consumidor, objeto último de toda a produção"* (BELATO, 1985, p. 165) e, por outro lado, se omite o acirramento da competição entre as empresas oligopolistas que exercem efetivamente o papel de coordenação no complexo agroindustrial, restringe-se imensamente o campo de discussão.

[18] Tradução de Belato.
[19] Tradução livre da autora.

A teoria do *agribusiness*, para além de justificar as ações do governo no sentido de viabilizar o crescimento e a acumulação do capital por meio do pleno funcionamento dos complexos agroindustriais, dificulta a visualização dos reais e maiores beneficiários destas políticas. Ela é a evidência, dentre outros pontos, da eficiência do capital monopolista no sentido de produzir

> [...] efetivamente um instrumental teórico capaz de delinear e aclarar sua prática em curso, regular-lhe os mecanismos, estabelecer estratégias de expansão e subordinação e, principalmente, permitir que o Estado e os empresários possam tomar decisões levando em conta a totalidade da cadeia de interesses em jogo. (DALLA COSTA, 1993, p. 10).

Ora, por mais que as decisões a serem tomadas de forma conjunta entre o setor público e o setor privado, devam levar em conta a totalidade de interesses presentes no complexo agroindustrial, é evidente que o poder de influência das empresas oligopolizadas, bem como, o lugar de coordenação que elas ali ocupam, funciona no sentido de privilegiar as suas demandas.

Por mais que teoricamente se afirme que o bom andamento de cada firma é que garante o do complexo, na prática, o que se verifica é que o desempenho econômico-financeiro das empresas que exercem a coordenação no complexo depende da forma como as demais a ela se subordinam. O caráter por meio do qual acontece essa subordinação acontece pode evidenciar a influência direta da empresa coordenadora, na forma de produção; nos custos; e na própria rentabilidade das firmas que a ela se subordinam e, por esse meio, reduzir seus próprios custos, ampliar a sua rentabilidade, o que contribui, portanto, para dar continuidade ao movimento expansivo do capital.

O que fica claro é que o lugar que o pequeno produtor agropecuário ocupa neste complexo não é de coordenação. O próprio Goldberg reconhece que o segmento agrícola "está se tornando cada vez mais dependente". No entanto, ele ratifica a tempo que

> Isto não significa que o papel do produtor está se tornando menos importante, significa sim que ele não pode dar-se ao luxo de ignorar a importância de sua interdependência e as interrelações com os segmentos que lhe fornecem seus insumos e lhe compram as matérias-primas industriais e os produtos de consumo originados na fazenda. (GOLDBERG, APUD BELATO, 1985, p. 166).

A inserção do espaço rural nesta maior relação de dependência com o capital foi sendo gestada desde a fase da modernização da agricultura, como já afirmado anteriormente. A fase de aprofundamento do capital na agricultura, caracterizada pela integração e, portanto, pela formação do complexo agroindustrial apenas a reforçou. A partir dela o espaço agrário tem a sua dependência aumentada. Esta se explicita tanto no que se refere às indústrias à montante, quanto à jusante. E é neste extremo, que o produtor acaba se submetendo ao capital, inclusive como estratégia para permanecer na terra. A inserção do capital no espaço rural e a transformação que ele ali promove acabam desenhando novas relações sociais de produção, pautadas em relações de trabalho que não são caracteristicamente capitalistas. Nessa nova fase do avanço do capital sobre a agricultura não necessariamente se exige a expropriação da terra. Acreditamos que é nesse quadro que podemos apreender os pequenos produtores integrados à agroindústria.

O complexo agroindustrial no qual está integrado o produtor rural está composto da seguinte forma:

> Produção a "montante" dos bens e equipamentos agroindustriais (máquinas, sementes, adubos, inseticidas, herbicidas, produtos farmacêuticos e outros); Produção agrícola e florestal propriamente dita...; Processamento agroindustrial destes produtos a jusante (agroindústrias alimentares (...); Distribuição destes produtos ao mercado final de consumo (serviços de estocagem e transporte, comercialização por atacado e varejo, consumo organizado, etc.). (ARROYO, 1979, p. 09).

O espaço ocupado pela produção agropecuária nesta composição reforça a sua condição de mera produtora de matérias primas. Essa função é agora cumprida a partir da ampliação de sua subordinação ao capital e da sua confirmação enquanto espaço de valorização do capital. Neste sentido, ainda que os tempos sejam outros e que o aparato teórico que respalda o avanço do capital sobre a agricultura seja diverso, a razão de ser da agricultura para o capital parece não se alterar ao longo do tempo.

A teoria do *agribusiness* cumpriu a importante função de justificar e viabilizar a continuidade da acumulação do capital na sua nova fase. Por meio de seu instrumental ela evidenciou a impossibilidade de se continuar analisando a agricultura a partir de um ponto de vista setorial.

Por outro lado, foi também a perspectiva do todo[20] que contribuiu para incitar uma reação intelectual, ou seja, os desenvolvimentos teóricos-críticos da ação do capital passaram a considerar o que já havia sido demonstrado pela própria teoria do agribusiness, o fato de que qualquer análise setorializada dos problemas vivenciados pelo espaço agrário só poderia ser satisfatoriamente desenvolvida se o setor agrícola fosse colocado no interior da economia e da formação política de cada país.

Conforme destacaram Arroyo (1979) e George (1976, p. 22), a análise setorializada dos problemas da agricultura, tais como a propriedade da terra; a política de reforma agrária; as relações de trabalho no campo; acabaria por chegar a respostas apenas parciais. Confrontar os problemas da agricultura desta perspectiva apenas permitiria ao pesquisador enxergar "a árvore mas não a floresta (GEORGE, 1976, p. 22)". Portanto, "[...] a menos que coloquemos os aspectos particulares do sistema alimentar no contexto total [...], perdemos de vista o que está realmente ocorrendo" (IDEM, p. 22), qual seja, "[...] uma profunda transformação das atividades tradicionalmente agrupadas sob o nome de agricultura, ou seja, o setor agrícola como tal, a criação e a exploração florestal" (ARROYO, 1979, p. 8), com vistas a confirmar a agricultura enquanto espaço de valorização do capital. Desta forma, somente poderemos entender as mudanças e, mais especificamente, a sua razão de ser, ao considerarmos o todo, ao inserirmos a agricultura no *ciclo de valorização do capital*.

É essa nova perspectiva que nos permite por meio do conceito de *agribusiness commodity system*. "[...] operar teórica e metodologicamente cada um dos segmentos da linha vertical sem perder de vista o componente que a perpassa que é o capital." (GEORGE, p. 22). E é por esse meio que podemos identificar "[...] o lugar exato onde se processa a acumulação e, ao mesmo tempo, a natureza das relações sociais que se constituem, particularmente, no segmento da produção." (IDEM, p. 22).

Assim, quando se começa a contemplar a "floresta" e não apenas a "árvore", ou seja, quando pensamos no complexo agroalimentar e não na agricultura setorializada, temos possibilidades maiores, de apreender a razão de ser da permanência da pequena propriedade, por exemplo. E é neste cenário que uma antiga discussão volta à tona. Marx havia mencionado que o desenvolvimento do capitalismo acabaria decretando o

[20] É importante ressaltar que apesar da teoria do agribusiness visualizar a agricultura a partir de uma perspectiva que a conjugava aos demais setores e não de forma isolada, a sua perspectiva de totalidade era de fato parcial e unilateral, haja vista que ela reproduz a lógica do capital.

fim do campesinato. Os estudos de Lênin e de Kautsky reforçaram aquilo que Marx havia colocado como perspectiva, como tendência.

No entanto, apesar de toda a discussão a respeito, o fato é que em pleno momento de vigência da fase de maior aprofundamento do capital, que acontece especialmente a partir da década de 1970, persiste no campo um número expressivo de pequenos produtores. Dessa forma, parece-nos que o caminho necessário para discuti-la é evidenciado pela própria teoria do agribusiness. Ora, na medida em que ela enfatiza que o conceito setorial da agricultura é inadequado por não corresponder ao contexto vigente - no qual ela está estreitamente articulada aos demais componentes do complexo agroindustrial -, ela também evidencia – ainda que indiretamente, mesmo porque não é sua pretensão -, que as questões que envolvem o espaço agrário só podem ser entendidas se as considerarmos dentro do ciclo de valorização do capital. A agricultura está a ele submetida, e é em função dele, que relações de trabalho não especificamente capitalistas têm sido reconstruídas no campo.

Referências

ARROYO, G. **Transnationales et agriculture**: bases théoriques et methodologiques dún project. Paris, Central, 1979.

BELATO, D. **Os Camponeses Integrados**. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em História, UNICAMP, Campinas, 1985.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidade Econômica Campesina**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

COMIN , A & MULLER, G. **Crédito, Modernização e atraso.** São Paulo, CEBRAP. (Cadernos CEBRAP, Nova Série, 6).

DALLA COSTA, A. J. **O Grupo Sadia e a Produção Integrada**. O lugar do camponês no complexo agroindustrial. Dissertação (Mestrado) – UFPR, São Paulo, 1993.

_____. **Agroindústria Brasileira Contemporânea**: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura. Tese (Doutorado), Université de la Sorbonne Nouvelle Paris III, Paris, 1997.

DAVIS, J. H; GOLDBERG, R. A. **A Concepto of Agribusiness**. Boston, Harvard University, Graduate School of Business Administration, 1957.

DELGADO, G. da C. **Capital Financeiro no Brasil**, São Paulo, Ícone, 1985.

DIAS, C. M. N. P. **Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo**: de Marx à polêmica marxista (Napoleoni, Rubin e Mandel). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo, Global editora, 1983.

GEORGE, S. **Comment Meurt l' Áutre Moitié du Monde**. Paris. Edition Robert Lafont, 1976.

_____, S. **O Mercado da Fome**: as verdadeiras razões da fome no mundo. São Paulo, Paz e Terra, 1978, 307p.

JOHNSTON, B; KILBY, P. **Agricultura e Transformação Estrutural**: estratégias econômicas de países em desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo, Proposta, 1980.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. 2ª Ed. São Paulo, Nova Cultural (Os Economistas), 1985.

MARX, K. **Teorias da Mais Valia**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. (Os Economistas), São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 49-60 e 93-108.

SCHULTZ, T. W. **A Transformação da Agricultura Tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SILVA, S. Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo. In: PINSKY, J. (org.). **Capital e Trabalho no Campo**. São Paulo, Hucitec, 1979. p. 7-24.

SILVA, S. **Valor e Renda da Terra**: o movimento do capital no campo. São Paulo, Polis, 1981.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol. I. Coleção Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1996, p. 5 - 475

SORJ**,** B**. Camponeses** e Agroindústria; transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982,

SORJ, B. et. alii. **Da Lavoura às Biotecnologias:** agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro, Campus, 1990, **180p.**

_____, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**, São Paulo, editora da Unicamp, 1996.

As relações comerciais do Pará no início do século XIX.

Siméia de Nazaré Lopes
(Aluna Doutorado PPGHIS/UFRJ).
pinheirolopes@hotmail.com

Resumo: Nesse artigo, busca-se analisar a constituição de redes comerciais entre os negociantes estabelecidos na cidade de Belém e a capitania do Maranhão, entre o final do século XVIII e início do XIX. Dessa maneira, são analisadas as conexões da praça comercial de Belém com os outros pontos da América portuguesa para a dinamização do comércio. Para essa pesquisa, privilegiou-se a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e outras fontes documentais como os passaportes de negociantes que faziam comércio entre essas localidades e a documentação notarial.
Palavras-chave: Negociantes, redes comerciais, Belém e São Luís.

As relações comerciais dos negociantes de Belém não se concentravam apenas nas vilas do interior e na capitania do Rio Negro. Para além desses eixos de negociação, esses negociantes conseguiram estabelecer relações comerciais para as capitanias vizinhas, como Maranhão, Mato Grosso e Goiás. As práticas comerciais desenvolvidas no Pará se articulavam com essas outras áreas da América portuguesa, onde essas capitanias configuraram-se em vetores de dinamização para as trocas comerciais e para garantir a ocupação da região. Entretanto, essas demandas para efetivar as trocas comerciais entre Pará e Maranhão também foram ponto de discussão entre os governadores das capitanias acima citadas sobre as providências que seriam adotadas para realizar essa ligação. Para esse artigo, será privilegiada a relação comercial estabelecida entre os negociantes de Belém e de São Luís com os negociantes de Lisboa, entre 1790 e 1808.

Em 1751, o Estado do Maranhão e Grão-Pará sofreu uma mudança político-administrativa e passou a se denominar Estado do Grão-Pará e Maranhão. Isso representou a transferência da sede administrativa da cidade de São Luís para a cidade de Belém. Em 1757, ainda em observância à grande extensão do Estado, em sua parte ocidental, foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, subordinada ao governador e capitão-general do Pará.[1] Finalizando as alterações nesse espaço, em 1772, as capitanias do Pará e do Rio Negro separaram-se definitivamente do Maranhão, que passou a integrar junto com o Piauí outro Estado, mas todos subordinados diretamente a Lisboa.

[1] REIS, Arthur Cézar Ferreira. *A política de Portugal no Vale Amazônico.* Belém: SECULT, 1993; BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará.* Belém: UFPA, 1969, p. 190.

Essas transformações político-administrativas representaram não só uma mudança na paisagem da região, mas também uma mudança econômica, tendo em vista que as frotas que se dirigiam para os portos de São Luís passaram a privilegiar os portos da nova sede administrativa, Belém. Os negociantes de São Luís começaram a se mobilizar para que fosse autorizado que as embarcações estacionadas em seus portos pudessem sair diretamente para Lisboa e mais de uma vez por ano, sem depender das embarcações vindas de Belém. A espera pelas embarcações vindas de Belém prejudicava as transações comerciais de São Luís, levando a capitania a reclamar sobre o quadro de penúria pelo qual passava. Esse quadro foi usado como justificativa para a instalação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.[2]

Manuel Nunes Dias escreve que "a companhia internacionalizou a economia do alto-norte do Brasil". Isso porque o quadro das exportações das duas capitanias apresentou um aumento considerável de gêneros negociados, do porto de Belém chegou a registrar a saída de 138 navios para o porto de Lisboa, enquanto o de São Luís contou com um número maior de saídas, um total de 180. Entre os produtos exportados das duas cidades contavam: "algodão, arroz, atanados, gengibre, couros, cravos", sendo que o algodão e o arroz se firmaram entre os principais produtos comercializados pela Companhia.[3] Esse movimento dos portos de São Luís e Belém durante a existência da Companhia foi mencionado pelos viajantes Spix e Martius, que apontam a vantagem do porto do Maranhão sobre o do Pará. Segundo eles, as embarcações iam primeiro para São Luís e "só depois de estarem as mercadorias alguns meses expostas ali, seguiam para o Pará", o que trazia grandes desvantagens ao comércio de Belém.[4]

Com a extinção da Companhia de Comércio, os negociantes das praças de Belém e de São Luís voltaram a se mobilizar para entreter as suas atividades comerciais, seja de forma interna, seja de forma externa, onde o destino final das embarcações continuava sendo os portos de Portugal. Uma indicação da relação comercial entre as duas praças mercantis e Portugal pode ser percebida através das procurações que os negociantes de Belém passavam para serem representados na cidade de São Luís. Das 1.084 Procurações presentes no Livro de Notas do Perdigão, 52 (4,7%) procurações tinham como

---

[2] SANTOS, Fabiano Vilaça dos. "Um país de todo acabado- representações de negociantes do Maranhão contra os prejuízos ao comércio pelo sistema de frotas (século XVIII)". *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212960181_ARQUIVO_SANTOS,FabianoVilacados.Umpaisdetodoacabado.pdf.
[3] DIAS, Manuel Nunes. *Op. Cit.*, p. 260.
[4] SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981, p. 49.

destino a cidade de São Luís do Maranhão, sendo que dessas 52, 17 (32,6%) têm como outorgantes homens de negócio, negociantes, caixeiros, donos de lojas, boticários e administradores da antiga Companhia de Comércio.[5]

Com base na documentação pode-se inferir uma diferenciação nas atividades comerciais realizadas entre as duas praças. As procurações indicam a existência de um comércio interno entre Belém e São Luís, mas também permitem afirmar que havia uma articulação entre Belém, São Luís e Lisboa. À primeira vista, as procurações que se destinavam à praça de São Luís podem ser entendidas como um "contrato" entre os negociantes atuantes no circuito mercantil dessas duas cidades, como algumas das procurações que os negociantes de Belém passaram para aquela praça. Em 1798, o homem de negócio da praça de Belém, o capitão Custódio José Dias, passou uma procuração para o negociante José da Costa Oliveira representá-lo na praça de São Luís.[6] Em 1794, Antonio Vieira da Costa, morador de São Luís, passou procuração para o capitão Francisco Pedro Ardasse e José Antonio da Silva representá-los na cidade de Belém.[7] Essas procurações são representativas do estreitamento das relações comerciais entre os negociantes das duas capitanias, mas também pode-se afirmar que elas se articulavam entre si e também com o reino de Portugal.

Entre as 52 procurações, uma delas se articula às três praças. Em 1793, Inácio Peres Pereira Pinto passou procuração para ser representado na cidade de Belém por sua mulher, Dona Maria Josefa de Sousa, por seu filho, Antonio Nicolau de Sousa Pereira Pinto e para outras duas pessoas, Anastácio Domingos Pontes e Bento de Oliveira da Ponte. Na cidade de São Luís, ele seria representado por outras três pessoas José Gramul, Dantas Henrique Guilers e Manuel de Faria. Por fim, na cidade de Lisboa, passou procuração para Pedro Nolasco Gaspar e José João Dias da Silva. Na procuração não há informações sobre a ocupação do outorgante, entretanto um dos procuradores que ele nomeou para a cidade de Lisboa, Pedro Nolasco Gaspar, era negociante e entretinha atividades comerciais com as praças de Belém e de São Luis.[8] Em requerimento de 1806, os negociantes Pedro Nolasco Gaspar e

[5] Procuração Bastante e Geral, APEP, LNTP, (1793-1834).
[6] Procuração Bastante e Geral, APEP, LNTP, n. 1176, d. 368, (1793-1799). O negociante José da Costa Oliveira tinha sociedade com o seu cunhado Antonio José Lopes de Castro, negociante matriculado na praça de Lisboa. AHU_ACL_CU_009, Cx. 134, d. 9878, Lisboa, 18/04/1804.
[7] Procuração Bastante e Geral, APEP, LNTP, n. 1181, d. 906, (1793-1799).
[8] Procuração Bastante e Geral, APEP, LNTP, n. 1181, d. 711, (1793-1799).

Irmão solicitaram "autorização de embarque de 800 traçados para o sortimento das suas carregações, com destino aos portos do Pará, Maranhão e outros do Brasil".[9]

Entretanto, com base em outra documentação pode-se definir melhor as relações existentes entre as praças comerciais das duas cidades na América portuguesa e a cidade de Lisboa. Em 1807, se verifica na Europa as incertezas diante das ameaças impostas ao Império português pela França. Em um contexto específico, as relações comerciais envolvendo essas praças passam a requerer novas redefinições, o que põe à prova as práticas de comércio já consolidadas entre as duas capitanias. Essa conjuntura européia passa a se refletir nos deslocamentos marítimos entre o reino e a América, a partir do momento em que as embarcações aportadas em Belém e em Portugal começam a requerer novos encaminhamentos para a realização desse comércio dentro de um contexto de crise.

Um exemplo disso se percebe no Auto de Devassa aberto em função de uma representação que os negociantes de Belém enviaram para o Desembargador Geral Joaquim Clemente da Silva Pombo. No dia 30 de dezembro de 1807, os negociantes da praça de Belém enviaram um requerimento onde apresentavam um abaixo assinado ao Desembargador Geral para impedir a saída de uma embarcação do porto de Belém com destino ao porto de Lisboa, "onde é a sua direita descarga". Os referidos negociantes[10] eram os principais carregadores da embarcação, o navio "Modesta", da qual era consignatário o negociante João de Araújo Rozo. Os negociantes declaravam que receberam correspondências de seus sócios e amigos estabelecidos na cidade de São Luís do Maranhão, nas quais continham "notícias vindas daquela Metrópole" sobre o atual "estado de risco, perturbação e perplexidade que envolve todo aquele continente ameaçado de próxima invasão do Inimigo mais poderoso e ambicioso de todo o Mundo". Os negociantes de São Luís receberam orientações de seus sócios em Portugal para que não permitissem que os seus "haveres e cabedais carregados no referido navio sejam expostos ao prejuízo iminente quase infalível da preza (...) ficando-se com a sua perda os direitos Reais e a substancia Nacional já assaz delicada pelos acontecimentos precursores".[11]

---

[9] AHU_ACL_CU_013, Cx. 136, d. 10376. Ant. 1806, março, 24.

[10] Na representação havia 15 assinaturas, mas ao certo eram 16 negociantes, a saber: Jerônimo José do Vale Guimarães, Pedro Rodrigues Henriques, Vilela Campos, Antonio Pereira, Antonio Rodrigues dos Santos, Joaquim José Lopes Godinho & João Antonio Lopes (sociedade Godinho & Lopes), Manoel José Cardoso, Antonio José Gomes Pinto, Rafael Antonio Rodrigues da Costa, Manoel Fernandes de Vasconcelos, Antonio Bernardo de Souza, Joaquim Antonio da Silva, José Joaquim Tavares e Domingos José Colares. APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Autuação da Representação que dirigiram os negociantes desta Praça ao Ilmo Senhor General.

[11] APEP, Documentação Notarial, Juízo Ordinário da Capital, Autos de Devassa (1807), Autuação da Representação que dirigiram os negociantes desta Praça ao Ilmo Senhor General.

O "estado de risco" ao qual se referem está relacionado ao *ultimatum* francês para que o governo de Lisboa fechasse os portos portugueses às embarcações inglesas, "impondo também a prisão dos súditos ingleses, com o confisco dos bens e propriedades". A determinação foi imposta em julho de 1806, mas até novembro daquele ano os conselheiros de Estado se preparavam para decidir sobre as condições que o governo francês passava a impor.[12] As indecisões que se verificavam em Lisboa acabaram por se refletir na América portuguesa, para onde, sem uma confirmação oficial sobre a crise que se anunciava, os negociantes de Lisboa e Porto passaram a enviar correspondências noticiando o que se sabia sobre a situação em Portugal e as incertezas sobre o andamento do comércio para aqueles portos.

Em outubro de 1807, algumas cartas chegaram a São Luís para que os sócios daquela praça e de Belém evitassem que as embarcações saíssem de seus portos com destino aos portos de Portugal. Mesmo diante do exposto nas correspondências, o capitão João de Araujo Rozo, consignatário do navio "Modesta" se mantinha firme quanto à data da saída do navio para Lisboa. A insistência em "fazer navegar o dito navio da presente monção de águas" era completamente contrária ao que se estavam praticando em Portugal.[13]

Diante das justificativas listadas no abaixo-assinado, os negociantes de Belém e carregadores do navio "Modesta" solicitavam a "quem sustenta o equilíbrio da melhor economia pública do comércio deste Estado, para seu engrandecimento e riqueza nacional, seja conveniente obstar ao projeto temerário do dito consignatário". O pedido de embargo da saída do navio seria até o momento em que viessem da cidade do Maranhão outras "notícias mais decisivas" sobre uma possível mudança daquele estado político que se apresentava em Portugal.[14]

---

[12] ALEXANDRE, Valentim. "A carta régia de 1808 e os tratados de 1810". In: OLIVEIRA, Luis Valente de e RICUPERO, Rubens (orgs.). *A abertura dos portos.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, pp. 100-121.

[13] A retenção dos navios tanto nos portos de Lisboa como nos portos da América portuguesa era a determinação que diversos negociantes passavam aos seus sócios e "correspondentes de Maranhão". Lembrando aos mesmos que o envio de cartas fosse feito somente por "embarcações ligeiras," prática muito utilizada em "circunstâncias muito menos apertadas e por leves motivos de desconfiança", por esse motivo se solicitava "o embargo (...) de qualquer navio" que saísse para a Europa, pois isso "não sugere prejuízo equivalente ao risco a que se expõem e se vai entregar na mesma saída" para aqueles destinos. APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Autuação da Representação que dirigiram os negociantes desta Praça ao Ilmo Senhor General.

[14] Comumente, os negociantes de Belém mandavam mensageiros ou caixeiros até a cidade de São Luís para receber cartas ou informações diversas que chegavam nas embarcações vindas de Lisboa. Spix e Martius escrevem sobre o "grande número de cartas da pátria" que receberam, as quais lhes foram entregues pelo inglês, Robert Hesketh, que as trouxe do "Maranhão, pelo correio de terra, o qual tinha feito a demorada e perigosa viagem de 14 dias". O senhor Hesketh havia recebido os viajantes durante a sua passagem pelo Maranhão, o qual lhe forneceu as tabelas de importação e exportação da capitania do Maranhão,

Em resposta ao requerimento dos negociantes, o desembargador mandava comunicar ao capitão João de Araujo Rozo sobre o abaixo assinado e os documentos anexados. Sendo que, de acordo com o que havia exposto, se tornava "conveniente ou sem prejuízo considerável que o dito navio se demore por mais quinze dias neste porto", o prazo apresentado serviria para "verificar com as últimas individuações as presentes notícias".[15]

Inclusas à representação, estavam sete cartas que foram envidas da cidade do Maranhão para os sócios e amigos estabelecidos na cidade de Belém. Entre notificações sobre as prestações de contas de mercadorias já apuradas, as missivas alertavam aos sócios na América a situação política e as incertezas que rondavam os portos de Portugal. Mas, sobretudo, as cartas são indicativas das relações comerciais que existiam entre as duas praças e Portugal. Embora não tivesse assinado a representação inicialmente, o negociante de Belém Francisco Pedro Ardasse entregou uma das cartas que recebeu de seu sócio, Caetano José Teixeira,[16] negociante do Maranhão, na qual se apresentava a preocupação dos negociantes de Lisboa com o atual estado político de Portugal.[17] Inclusa à carta, seguia a correspondência que recebeu de Lisboa, na qual se detalhava sobre as últimas investidas da França em Portugal.

Com data de 28 de novembro de 1807, primeiramente, foi feito uma prestação de contas sobre a última carta que enviou ao Pará pela sumaca "Victória", do mestre Manoel José Vieira, pela qual também remeteu "carnes e sal". Nos navios que aportavam em São Luís, vindo das cidades de Lisboa e do Porto, chegavam algumas notícias sobre a situação política em Portugal. Segundo o negociante Caetano José Teixeira, a orientação que recebia dos seus sócios era que se mantivessem "cá os navios e cabedais" e, enquanto "não decidem as questões" em Lisboa, pedia ao negociante Ardasse que não

---

citadas anteriormente. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. 3. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981, p. 54.

[15] Na mesma anotação, o desembargador avisava que haveria uma reunião, para a qual mandava "convocar todos os outros carregadores ou interessados" na permanência do navio no porto de Belém. Isso tudo fazia parte dos procedimentos necessários e que foram "requeridos pelo consignatário para se decidir com as competentes formalidades" sobre a possível permissão para a "pronta saída do navio ou a sua demora pelo tempo se [seja] prudentemente [legal]", o julgamento seria feito com base nas notícias enviadas da cidade de São Luís do Maranhão, a respeito da "atual situação de risco" nos portos de Portugal, e com base no "iminente e sensível prejuízo das partes interessadas". APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Autuação da Representação que dirigiram os negociantes desta Praça ao Ilmo Senhor General.

[16] Caetano José Teixeira era estabelecido em São Luís, mas entretinha constantes relações comercias para a praça de Belém. Em 1817, Dona Felícia Maria Madalena da Silva, viúva do tenente-coronel Custódio Tomás da Silva Aguiar, seus filhos, o tenente João Antonio da Silva Aguiar, o alferes Joaquim Feliz da Silva Aguiar, e suas filhas dona Bernarda e dona Ana Luiza da Silva Aguiar, constituíram o negociante Caetano José Teixeira seu procurador na cidade de São Luís. Procuração Bastante e Geral, APEP, LNTP, n. 1170, d. 95, (1817-1818).

[17] APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Carta de Caetano José Teixeira para o capitão Francisco José Ardasse, Maranhão 28/11/1807.

fizesse "remessa alguma de [mercadorias] para Lisboa até segunda ordem podendo, contudo fazê-las para aqui [cidade de São Luís] em dinheiro ou Letras de tudo o que for apurando, e na brevidade me fará grande favor". Embora houvesse esse entrave para a rota comercial entre a América portuguesa e a Europa, Caetano José Teixeira alertava que as atividades comerciais que o seu sócio desenvolvia em Belém não fossem interrompidas em função dos acontecimentos nos portos de Portugal. Indicava ao sócio em Belém que ele "ficasse cuidando nas diligencias dos pedidos de terra [*drogas do sertão*] que vieram [de Lisboa] e estimarei [que] possas concluir os mais de que está incumbido".[18]

Em São Luís, Caetano José Teixeira recebeu uma carta de um sócio estabelecido em Lisboa, a qual encaminhou ao seu sócio de Belém para informá-lo da situação política em Portugal. A qual Francisco Pedro Ardasse utilizou para reforçar o requerimento que foi enviado ao desembargador de Belém com o objetivo de obstar a saída do navio "Modesta" do mesmo porto. Aos 12 dias do mês de outubro de 1807, um sócio de Caetano José Teixeira o informava sobre as últimas notícias que havia recebido em Lisboa, notícias essas "chegadas aqui da Europa pelos navios "Sociedade Feliz", "São José Indiano" e "Delfina" em 25 e 26 do corrente". Foi relatado que a França havia proposto ao Ministério português "que devia logo fechar os portos à Nação Britânica, seqüestrar todos os bens, fazendas e navios pertencentes a ingleses e fazê-los imediatamente despejar do Reino".[19]

A proposta que o ministro francês fez ao ministro português causou sérias mudanças na paisagem econômica de Portugal. De acordo com o informante de Teixeira, em Lisboa e no Porto todos os ingleses ali estabelecidos aos poucos foram despejados, e "já haviam cambiado as suas fazendas, os do Porto a vinho e os de Lisboa a algodão, mas nem por isso este gênero ali melhorou de preço, antes cada vez vão a menos". A situação de incerteza que se instalava em Portugal acabava se estendendo para todos os portos onde os negociantes portugueses entretinham relações comerciais, sendo necessário que eles encaminhassem informativos aos sócios existentes nessas outras praças, em função da impossibilidade de enviar as embarcações para essas cidades, principalmente para a América. Na mesma carta, era informado que "todos os proprietários que têm para aqui navios os mandam reter até segunda ordem, e da mesma forma fazem todos os que cá têm cabedais mandando retê-los, já em dinheiro ou algodão que não exceda nunca de 3.000 réis". Entretanto, percebe-se que os portugueses também

[18] APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Carta enviada ao negociante do Maranhão, Caetano José Teixeira, Lisboa, 12/10/1807. O documento está incompleto e não consta a última página com o nome do destinatário.
[19] APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Carta enviada ao negociante do Maranhão, Caetano José Teixeira, Lisboa, 12/10/1807.

temiam a contrapartida inglesa, diante das investidas francesas. Para os portugueses era necessário ter cautela, pois "os ingleses arrasaram mais de 600 casas em Copenhague e se fizeram senhores de toda a marinha dinamarquesa". Essa ação também se estendeu para a América, em Portugal "diziam que os de Montevidéu sacudiram o julgo dos ingleses por capitulação.[20]

Temendo que na cidade do Pará ainda não tivessem aportado navios vindos de Portugal trazendo essas notícias, o negociante Caetano José Teixeira, achou oportuno remeter as duas cartas pelo "novo Prior do Carmo Frei Bernardo da Gama" que já estava de viagem marcada para a cidade de Belém. A iniciativa do negociante Teixeira em participar ao seu sócio na cidade de Belém sobre as incertezas presentes na rota comercial pelo Atlântico foi acompanhada por outros negociantes estabelecidos em São Luís, que por sua vez receberam cartas dos seus sócios em Portugal alertando sobre a atual situação política da Europa.

Jacinto José da Cunha,[21] negociante de São Luis, enviou uma carta para o seu sócio de Belém, o negociante Manoel F. Vasconcelos. A carta tinha o objetivo de informar que o seu sócio, Manoel Ferrez, estabelecido na cidade de Lisboa, lhe ordenava que enviasse essa carta ao sócio de Belém para que "por ora suspenda V. M. o fazer-lhe remeças de [mercadorias] sem que dele receba novo aviso, este pelo motivo e desgraça com que se acha a cidade de Lisboa e todo o Reino que esperam por uma decisão funesta dos franceses". Escrevia que os ingleses com negócios em Portugal, "antevendo ao que está em prática (...) se tem retirado da cidade do Porto se transportaram já para a Inglaterra todos".

Em relação às embarcações, afirmava em sua carta que "em Lisboa se acha um grande comboio ancorado para no dia 16 de outubro levar todos os seus nacionais fundos que se achavam naquela capital". Nessa carta também se fazia referência à movimentação portuária, atentando para dois pontos; o primeiro era o comentário sobre as embarcações que já estavam prontas para transportar o príncipe e a sua irmã para a cidade do Rio de Janeiro, que apenas aguardavam a "última decisão dos inimigos franceses e o que daqui só se dirá para o futuro não se sabe, mas esta decisão há de ser em poucos dias [ilegível] as notícias". O segundo era sobre as embarcações aportadas em Lisboa, que não havia

---

[20] APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Carta enviada ao negociante do Maranhão, Caetano José Teixeira, Lisboa, 12/10/1807.

[21] Os negociantes Jacinto José da Cunha, Antonio José de Bastos e José da Costa Oliveira eram procuradores na cidade de São Luís do negociante de Belém, Serafim dos Anjos Teixeira. Procuração Bastante e Geral, APEP, LNTP, n. 10, d. 178, (1803). No caso, além da sociedade que tinha em Belém com Manoel Vasconcelos, Jacinto José da Cunha também efetuava relações comerciais em nome de Serafim Teixeira.

indicação de qualquer saída de navio, os quais ficariam aguardando "avisos novos os quais se esperarão como muita brevidade e espera-se que sejam feitas por alguns brigues de Giro".[22]

Outra carta que se juntava ao Auto de Devassa foi escrita por Joaquim de Araujo, que também era negociante da praça de São Luis com sócio estabelecido na cidade de Belém. Em 28 de novembro de 1807, Joaquim de Araujo enviou para João Pedro Ardasse uma correspondência lhe participando sobre o que ficou sabendo da situação política em Portugal. De São Luis, escrevia que "as notícias que aqui tem chegado proximamente de Lisboa são tão fúnebres", que ele se sentia na obrigação de informá-lo para não realizar qualquer remeça de mercadorias para aqueles portos, o que contrariava a solicitação que havia feito na carta anterior de 22 de outubro do mesmo ano. Solicitava a João Pedro Ardasse que não tendo feito a remeça até a chegada dessa carta, que deixasse as mercadorias em seu poder até que houvesse "embarcação para esta [cidade de São Luís] onde pudera remeter empregado em bom café e boa salsa logo que a tenha apurado".[23]

No dia 11 de outubro, João Meireles Ferreira escreveu de Portugal para o seu irmão, Antonio José Meireles Ferreira,[24] na cidade de São Luís.[25] Após alertar sobre a "desordem que vive em Portugal", ele pediu que o irmão não fizesse compra ou mesmo remeça de qualquer mercadoria, mas que continuasse apurando e guardando consigo as mercadorias que já havia solicitado, pois dessa forma seria mais "seguro do que tê-lo em Letras e fiado". Isso porque, segundo João Meireles Ferreira, "o maldito Imperador dos franceses teima em que Portugal feche o porto aos ingleses e que lhe confisque os bens pertencentes aos ditos [ingleses]". A possibilidade da saída dos ingleses de Portugal e a ameaça de invasão francesa contribuíram para que os negócios naquela praça ficassem "inteiramente parados"; os negociantes não efetuavam qualquer pagamento e ainda evitavam se desfazer do que tinham em seu poder. João Meireles se lamentava sobre a sua situação para o irmão, pois era obrigado a permanecer em

---

[22] APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Carta enviada pelo negociante Jacinto José Cunha ao negociante de Belém, Manoel F. de Vasconcelos, Maranhão, 27/11/1807.
[23] APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Carta enviada pelo negociante Joaquim de Araujo ao negociante de Belém, João Pedro Ardasse, Maranhão, 28/11/1807.
[24] Em 1821, Antonio José Meireles Ferreira, aparecia como "Ilustríssimo Comendador" da cidade de São Luís na procuração que o negociante de Belém, José Custódio Pereira Guimarães, passou para que fosse representado naquela cidade. Além dele, Pereira Guimarães também outorgou procuração para João José Fernandes do Rego e Companhia. Procuração Bastante e Geral, APEP, LNTP, n. 1176, d. 368, (1793-1799). Em 1807, José Custódio Pereira Guimarães também estava envolvido na representação dos negociantes de Belém para obstar a saída do navio "Modesta", mas quem aparecia assinando a representação era o seu irmão-sócio José Antonio Pereira Guimarães. APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807).
[25] Essa carta não apresenta o nome do destinatário. APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Carta enviada pelo negociante João Meireles Ferreira ao seu irmão, Lisboa 11/10/1807.

Portugal até reaver todo o dinheiro que estava "espalhado" naquela praça, em suas palavras escrevia que "por desgraça minha vejo essa trovoada em ocasião que me apanhou quase com todo o meu dinheiro por mãos alheias, não terei remédio senão sofrer o que a sorte der".

As cartas que passaram a compor o Auto de Devassa não apresentavam apenas os desdobramentos políticos em Portugal que inviabilizavam a saída das embarcações para outros portos, elas também relatavam as transações comerciais efetuadas entre as duas praças, tais como as remeças de mercadorias que eram enviadas dos portos de Belém e São Luis para os de Portugal. O negociante de Belém, Joaquim José Lopes Godinho,[26] recebeu de seu sócio em Lisboa uma carta ratificando o crédito de 418$676 réis referente à remeça de 25 arrobas de cacau que já havia enviado anteriormente. Entretanto, reforçava que não enviasse para Lisboa mercadoria alguma até que ele fizesse "um novo aviso, por razão de estarmos aqui ameaçados de serem fechados os portos aos ingleses".[27]

Após serem apresentadas as justificativas para obstar a saída da embarcação do porto de Belém, o capitão João de Araújo Rozo se pronunciou ao desembargador. Em resposta, o consignatário do navio "Modesta" defendia que não havia como verificar se as informações sobre Portugal eram, de fato, verdadeiras. Entre as observações sobre os "segredos" que permeiam as decisões dos soberanos, Araújo Rozo ressaltava que os suplicantes esqueciam que o navio, independente da data que saísse do porto de Belém, corria o risco de ser "pirateado ou saqueado" e ter a carga como perdida. Essa era uma incerteza que também fazia parte das transações comerciais entre os dois portos, sendo difícil impedir a ação de corsários na costa do Pará e do Maranhão, principalmente nesse período.[28] Araújo Rozo se comprometia a postergar a saída da embarcação desde que ele não fosse responsabilizado a indenizar "em benefício de

[26] Joaquim José Lopes Godinho e seu sócio João Antonio Lopes enviaram requerimento à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino solicitando "a mercê do Hábito da Ordem de Christo". Joaquim José Lopes Godinho justificava seu pedindo "em consideração a ser negociante matriculado pela Real Junta do Comércio e ater prestado voluntariamente para as urgências do Estado a quantia de 700$000 pela ocasião da memorável Conquista de Caiena". Carta do Conde de Vila Flor a Thomas Antonio de Vila Nova Portugal, Pará, 08/10/1819. Em outra solicitação, o negociante João Antonio Lopes justificava seu pedido em função do comércio regular que realizou para a Conquista de Caiena. AN, Ministério do Reino - Pará, Fundo: Negócios de Províncias e Estados, Série Interior (1808-1819).

[27] APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Carta enviada pelo negociante Matheus Rodrigues Lima ao negociante de Belém, Joaquim José Lopes Godinho, Lisboa, 09/10/1807.

[28] APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Resposta de João de Araújo Rozo ao Desembargador Geral Joaquim Clemente da Silva Pombo, Belém 30/12/1807.

proprietário ou de outro qualquer terceiro, lavrando-se de tudo isto termo, para poder servir de defesa", para que no futuro não fosse acusado de omisso ou inapto para a "diligência" da saída do navio.[29]

Entretanto, em nova representação foram incluídos outros negociantes interessados em obstar a saída da embarcação do porto de Belém. Nesse novo documento, os negociantes divergiam das condições apresentadas pelo consignatário do navio. Entre outras coisas, alegavam que já haviam apresentado as informações sobre a situação de Portugal e solicitavam a permanência do navio em Belém, o que não foi prontamente atendido. No documento escreviam que o capitão João de Araújo Rozo "devia anuir e talvez requerer em desempenho do comércio, fé pública, sua honra e dos interesses dos seus constituintes", mas preferiu "formar protestos" sobre a solicitação deles. Em função disso, os negociantes não aceitavam a condição imposta e ainda voltavam a requerer que Araújo Rozo fosse responsável por "todos os prejuízos, lucros cessantes, danos emergentes de mercador a mercador, rebeldia de patrão, arribadas e tudo o mais quanto por direito favorece aos suplicantes e aos direitos de sua Alteza Real".[30]

Em conclusão às solicitações, o desembargador achou prudente aguardar "mais umas águas" para que nesse tempo pudessem chegar outras notícias oficiais sobre a situação de Portugal.[31] O despacho foi encaminhado ao consignatário do navio, que não deveria considerar "mais que o prejuízo de 15 dias de mantimentos a sua tripulação", assim como providenciar um ancoradouro seguro para estacionar a sua embarcação no período indicado.[32]

A representação assinada pelos negociantes de Belém possibilitou identificar os sujeitos envolvidos no comércio existentes entre esta praça e a de São Luís, além da sua articulação com os negociantes de Portugal. Essa situação específica em que se discute a saída ou não do navio "Modesta" do porto de Belém é significativa para se conhecer as relações comerciais que envolvem os negociantes

---

[29] Atendendo ao que foi solicitado pelo consignatário, o Desembargador lançou outra chamada aos interessados no assunto para que se pronunciassem sobre a "retenção ou saída do dito navio". APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Resposta de João de Araújo Rozo ao Desembargador Geral Joaquim Clemente da Silva Pombo, Belém 30/12/1807.

[30] APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Representação que os Negociantes da Praça de Belém, principais carregadores do navio "Modesta", Belém 30/12/1807. Além dos 15 negociantes que assinaram a primeira representação, outros nove integram esse documento, a saber: Francisco Pedro Ardasse, Francisco Jorge Gomes Pinto, Vicente Antonio de Miranda, José Bento David, André Barboza de Amorim, José Ferreira de Brito, José Antonio Pereira Guimarães, Domingos José Martins e Sebastião [ilegível].

[31] APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Despacho do Desembargador Geral Joaquim Clemente da Silva Pombo, Belém 30/12/1807.

[32] APEP, DN, JOC, Autos de Devassa (1807), Cópia de Despacho assinado pelo Governador do Estado do Grão-Pará, José Narciso de Magalhães de Meneses ao senhor João de Araújo Rozo, Belém 01/01/1808.

das praças citadas. Essas redes comerciais são apresentadas a partir das cartas trocadas entre os negociantes das três praças, o que se nota que as articulações urdidas entre esses sujeitos tenderam a permanecer ao longo do tempo, como poderá ser notada em outras situações envolvendo o comércio entre essas capitanias e os portos de Lisboa.

A atuação da SUDESUL nas políticas de desenvolvimento econômico no Litoral Sul de Santa Catarina (1970-1990)[1]

Talita Alves de Messias/UNESC/Bolsista PIBIC/CNPq – talita-alves@hotmail.com
Dr. Alcides Goularti Filho/UNESC/Pesquisador Produtividade CNPq - agf@unesc.net

Resumo: A partir de 1970, a microrregião litoral sul de Santa Catarina obteve maior destaque, tanto no cenário estadual como nacionalmente. Sendo a única região do país fornecedora de carvão coqueificável, e com base na pirita, a única fonte significativa de enxofre, desempenhou papel estratégico nas políticas nacionais de industrialização daquela década. Sendo assim, esta microrregião foi alvo de um projeto vertebrador, que unia a SUDESUL, e os Governos Municipais, Estadual e Federal: o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, sendo este um dos que recebia maior volume de verbas da superintendência. Dentro deste projeto, foram desenvolvidas ações para o desenvolvimento do complexo carboquímico catarinense, agropecuária (sobretudo na Bacia do Rio Mampituba), turismo, entre outros subprojetos. O objetivo deste artigo é estudar a atuação da SUDESUL especificamente nesta microrregião, principalmente através do Projeto Litoral Sul. O trabalho inclui uma introdução para discutir o planejamento estatal no país, e no segundo tópico é analisada a trajetória da autarquia no contexto das políticas nacionais de desenvolvimento regional. Em seguida, a microrregião dentro do planejamento estadual. No quarto tópico, as ações específicas da SUDESUL para o litoral sul catarinense, e por fim, as considerações finais deste estudo.

Palavras-chave: Litoral Sul de Santa Catarina. Planejamento. História Econômica. SUDESUL.

1. Introdução – O planejamento no Brasil

Com o liberalismo econômico como doutrina dominante e o *laissez-faire* como lema, foram necessários a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e a consequente Grande Depressão dos anos 1930, para que a idéia de intervenção governamental na economia ganhasse força, e o planejamento econômico passasse a ser mais amplamente discutido. No Brasil, houve ainda outro acontecimento que aliado aos fatores externos inaugurou este novo período: a Revolução de 1930 que iniciava a "Era Vargas". Foi neste governo, início do nacional-desenvolvimentismo, que a utilização da intervenção estatal na economia passou a ser considerada uma política de Estado na busca pelo desenvolvimento do país, através da industrialização. A partir de então, vários planos foram desenvolvidos no sentido de planejar e controlar a economia brasileira. No Governo Vargas, houve dois planos: o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, em 1939 e o Plano de Obras e Equipamentos, em

1943. Neste período, com a falta em âmbito nacional de uma das bases da industrialização do país, o carvão mineral, o litoral sul de Santa Catarina passa a intensificar a mineração e exportar para as outras regiões.

Posteriormente, já no Governo Dutra em 1948, foi lançado o Plano SALTE, baseado no desenvolvimento da Saúde, Alimentação, Educação, e Transporte, não obtendo muitos resultados. O primeiro plano de maior complexidade foi o Plano de Metas (1956-1960), considerado um marco no processo de planejamento do país, tanto pela abrangência de suas metas, quanto pelos fortes impactos que ocasionou na economia brasileira. Assim, o planejamento para diminuição das disparidades regionais também foi intensificado nos anos de 1950, quando foram criados o Banco do Nordeste, em 1951, e posteriormente as autarquias de desenvolvimento regional da Amazônia, da região fronteira sudoeste do país e do nordeste brasileiro.

Com o sucesso do Plano de Metas, o que se seguiu aos "Anos Dourados" foi um período de instabilidades políticas e econômicas. Neste contexto foi criado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado em 1962 com a liderança de Celso Furtado. Devido a vários fatores, entre eles a própria instabilidade política do governo, o plano não obteve sucesso, mas tornou-se muito importante para a continuação do processo de planejamento brasileiro, que tomou outros rumos após o Golpe Militar de 1964. Os planos de maior destaque criados neste período foram o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966), o Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), e o PND (Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-1974). Os dois últimos se incluem no chamado de "Milagre Econômico", especialmente entre os anos de 1969 e 1973, em que o país atingiu excepcionais índices de crescimento do PIB (enquanto do ponto de vista social aumentava a pobreza e a concentração de renda). Durante o período do PND, foi desenvolvido o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, do qual fazia parte a SUDESUL (Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul), que possuía um caráter estratégico no desenvolvimento industrial do país, devido principalmente a produção de carvão e enxofre. Com o entusiasmo causado pelos resultados do PND, foram criados ainda o II e o III PND, sendo que no II, 55,1% do total dos investimentos na região sul eram destinados apenas ao Projeto do Litoral Sul Catarinense (GOULARTI FILHO, 2007). Com o aumento da dívida externa e a crise fiscal e financeira do Brasil, a partir do fim da década de 1970, os planos nacionais posteriores até 1990 foram mais destinados a estabilização econômica e sem grandes metas e realizações e, além disso, o volume de

recursos destinados às autarquias de desenvolvimento regional passa a declinar, até 1985, quando retomam com a redemocratização (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011).

No contexto do processo de planejamento econômico no Brasil, serão discutidas ainda neste artigo as outras dimensões atingidas, como a questão regional e o planejamento do Estado de Santa Catarina, buscando analisar a atuação da SUDESUL na região litoral sul catarinense, onde foi desenvolvido um dos maiores projetos da autarquia.

2. Trajetória da SUDESUL dentro do contexto das políticas nacionais de desenvolvimento regional

A discussão sobre o planejamento destinado a diminuir as disparidades regionais no Brasil atingiu seu auge nos anos de 1950. Segundo o Relatório de Atividades da SUDESUL de 1989, a primeira grande instituição com esta finalidade foi o Banco do Nordeste.

> "A criação da SUDESUL não constitui fato isolado, mas intencional manifestação da nascente estruturação, em nível federal, de um sistema institucional voltado a dar suporte à implantação de uma política de desenvolvimento regional no país. [...] A origem da concepção desse sistema remonta a 1952, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A." (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1989).

Fundado em 1952 e atuando exclusivamente nos nove estados do Polígono das Secas como um órgão executor de políticas públicas, foi criado para atuar através de empréstimos a empreendimentos de caráter reprodutivo e a Prefeituras Municipais, podendo ainda realizar todas as operações habituais dos corretores e bancos ou sociedades de investimento desde que promovam o desenvolvimento da região (BRASIL, 1952). Posteriormente, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP), em 1956, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, sendo esta a de maior poder político e econômico. Estas superintendências eram entidades autárquicas destinadas a desenvolver as regiões superintendidas, de acordo com as especificidades de cada região. No norte, a SPVEA tinha como principal objetivo a ocupação da Amazônia, por questão de defesa do território nacional e o aproveitamento dos recursos naturais daquela área, no sentido do ideal civilizatório que

via a floresta e a população nativa como empecilhos ao desenvolvimento (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011[2]). A SPVERFSP também atuava sobre área fronteiriça, ocupando-se da região sudoeste desde o Mato Grosso até o Rio Grande do Sul. Já a SUDENE, criada no auge do planejamento do país, deveria desenvolver a região que chegou a ser a mais rica no período colonial, mas que sofria com a própria política do processo de planejamento nacional, que centralizava o capital no Sudeste, aumentando ainda mais as disparidades regionais.

Após o Golpe de 1964, a maior preocupação da Ditadura Militar com a defesa do território nacional, e principalmente, a necessidade de adequar as políticas de desenvolvimento regional às estratégias nacionais, levou a uma intensificação das autarquias de desenvolvimento. As superintendências foram repensadas, extintas e recriadas com outras nomeações e novas atribuições: a SPVEA foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e em 1967, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a partir da extinta Fundação Brasil Central criada em 1943. Com o Decreto-Lei nº 301, de fevereiro de 1967, foi extinta a SPVERFSP e criada a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (SUDESUL), com o objetivo de controlar e coordenar a ação federal na área.

A SUDESUL surgiu então para substituir o modelo de atuação insignificante que vinha tendo a autarquia anterior, que teve aprovado seu primeiro Plano Diretor apenas dias antes de sua extinção (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011[1]). Era uma autarquia de profundas contradições: a alta rotatividade de superintendentes, por exemplo, era um dos fatores que impossibilitava a continuidade de projetos e impedia que a autarquia desenvolvesse um planejamento para coordenar ativamente o desenvolvimento da região. Para a mudança desse modelo fracassado de funcionamento, foram feitas algumas alterações na legislação da SUDESUL ao longo de sua trajetória. A primeira delas, e mais significativa, foi a mudança da área de abrangência do organismo, que ocorreu ainda em dezembro de 1967. Agora, a SUDESUL passaria a abranger toda a extensão dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passaria a chamar-se Superintendência da Região Sul. Em 1969 o nome é alterado novamente para Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Centralizando o poder de decisão no tocante às políticas de desenvolvimento para a região, foram firmados convênios entre a SUDESUL e entidades das mais variadas, como hospitais, universidades, secretarias dos estados, prefeituras municipais, empresas privadas e

cooperativas, e recebeu apoio de instituições internacionais como a OMS (Organização Mundial da Saúde), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e OEA (Organização dos Estados Americanos) (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011[1]).

Iniciando suas atividades, os primeiros projetos da autarquia eram ligados aos chamados "vazios socioeconômicos", como pesca, turismo e recursos humanos, pesquisas referentes ao consumo de produtos industrializados e também à região sudoeste do Rio Grande do Sul, quando já foram desenvolvidos os estudos da primeira etapa do projeto Sudoeste I (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1983 [2]), o primeiro projeto sub-regional da autarquia. Neste sentido, desenvolveu-se um Estudo de Comercialização e Distribuição de Pescados; foram criadas as Secretarias do Turismo dos Estados da região e cursos universitários para este setor. Atuou também na concessão de recursos aos governos estaduais para a estruturação de unidades de planejamento das Secretarias de Educação e Saúde. Auxiliou na implantação de Associações de Municípios e formulou políticas de desenvolvimento para os três estados, além de produzir estudos sobre os grandes agregados econômicos e indicadores sociais da região.

Após o período inicial, a SUDESUL consolidou sua atuação na região superintendida através do aumento de estudos, projetos e publicações. Um dos planos de maior destaque produzido pela autarquia no início da década foi o Plano de Desenvolvimento Regional, devido a uma solicitação do Ministério do Interior para planejamento do PND. Nos estudos desenvolvidos para o Plano, foram selecionadas mais duas áreas, além do Sudoeste-1: Noroeste do Paraná e o Litoral Sul de Santa Catarina. O quarto projeto sub-regional, de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, resultou da incorporação da Secretaria Executiva e a Assessoria Jurídica da Sessão Brasileira da Comissão da Lagoa Mirim à superintendência, em 1971. Esses quatro projetos eram os mais importantes da autarquia, e buscavam "dinamizar espaços que, ultrapassando a dimensão microrregional, apresentam potencialidades ao exercício de funções econômicas de realce sob a perspectiva estadual e/ou regional". (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1978).

A área do Projeto Sudoeste-1 era formada por 19 municípios gaúchos, que sofriam com as recorrentes estiagens e enchentes. O projeto tinha como objetivo "criar um processo de desenvolvimento integrado na zona da campanha gaúcha, baseado em atividades hidroagrícolas" (SENADO FEDERAL, 1975). Já o Projeto da Lagoa Mirim,

também no Rio Grande do Sul, foi criado a partir da Comissão Mista Brasileira-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM). O objetivo era o desenvolvimento do lado brasileiro da região atuando principalmente na agricultura através de projetos hidrológicos como a construção de uma barragem eclusa no Canal São Gonçalo, para impedir a entrada de águas oceânicas na lagoa. Por originar-se de uma comissão internacional, este projeto foi o que envolveu maior número de organismos internacionais. (GOULARTI FILHO, ALMEIDA, MESSIAS, 2011[1]). Apesar disso, segundo um artigo de Aramis Millarch publicado em 1974, em "face à limitação da capacidade operativa da SUDESUL, aos estabelecer sua política de gestão, os responsáveis pela autarquia resolveram concentrar recursos em atividades de impacto imediato: o Noroeste do Paraná e o Litoral Sul de Santa Catarina. (MILLARCH, 2012)

A região do Noroeste do Paraná possuía um dos maiores índices de densidade demográfica do país; metade da população e da atividade econômica do estado se concentravam nessa região, ainda que possuindo apenas um terço de seu território. Destacava-se na exportação de produtos agrícolas e por isso constou também como um dos projetos do II PND. Sendo uma das prioridades da autarquia, o projeto Noroeste do Paraná buscava adequar as atividades humanas à disponibilidade de recursos naturais, principalmente no controle à erosão. De forma distinta, o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina surgiu da necessidade de atuar ativamente no aproveitamento de seus recursos minerais, além de integrar seus municípios e melhorá-los no que diz respeito à infraestrutura.

Havia ainda os Programas Especiais da SUDESUL, como o de Proteção ao Meio Ambiente, que através de vários projetos buscava "orientar a conservação do meio-ambiente e o uso racional dos recursos naturais", e o Programa Especial do Oeste do Paraná (SENADO FEDERAL, 1974). Este tinha como objetivo desenvolver estudos para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, analisar seus impactos na vida social e econômica da região, e evitar os consequentes problemas que adviriam nessas esferas. Atuou também no desenvolvimento de estudos demográficos, sobre o *Fenômeno Migratório da Região Sul* (1975), e também em outros projetos setoriais, sobre agricultura, indústria, transportes e turismo. Trabalhou junto a vários órgãos governamentais, como o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), que estava presente no desenvolvimento dos quatro projetos sub-regionais.

A atuação da SUDESUL na segunda metade dos anos de 1970, foi no sentido de "maturação das ações iniciadas no período anterior" (MINISTÉRIO DO INTERIOR,

1989) e implementação física de alguns projetos, assim como se observa esse movimento nas outras autarquias de desenvolvimento regional. E, num movimento nacional, o aumento da dívida externa e a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro no início dos anos de 1980, leva à consequente queda da disposição de recursos financeiros destinados às autarquias. E, apesar de a redemocratização a partir de 1985 aumentar consideravelmente as verbas destinadas às superintendências, os ajustes fiscais que passaram a ser feitos neste período, levaram a SUDESUL buscar justificar sua existência atuando na publicação de projetos, periódicos, estudos, relatórios, entre outros documentos. Porém, em 12 de abril de 1990, a Lei n. 8.029 (a mesma de extinção da SUDECO e outros órgãos federais), assinada pelo então Presidente Fernando Collor, extinguiu a SUDESUL, já dentro do projeto neoliberal que marcaria o Brasil pelos próximos anos.

3. O planejamento estadual de Santa Catarina

O estado de Santa Catarina tem como característica de sua formação econômica a forte presença do capital de origem local. A colonização através da divisão territorial em pequenas propriedades na maior parte do território contribuiu para o desenvolvimento de uma economia de capital mercantil, diversificada, pautada nos setores tradicionais, levando a uma acumulação pulverizada e lenta. Além disso, a colonização por imigrantes alemães e italianos oriundos de regiões industriais e agrárias da Europa, e a difusão tecnológica advinda da Primeira Revolução Industrial, permitiram o desenvolvimento de pequenas atividades manufatureiras.

Todavia, o litoral sul catarinense possuía algumas especificidades. O Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, publicado em 1973, traz uma análise sobre as origens das possíveis causas do subdesenvolvimento desta microrregião abarcada pelo plano. As atividades econômicas de subsistência desenvolvidas pelos imigrantes açorianos e madeirenses no litoral, as formas de assentamento em pequenas propriedades (minifúndios), a própria formação econômica do país e a singularidade dos recursos naturais estariam entre essas causas.

> Com efeito, este espaço não esteve atrelado a nenhum dos núcleos que se dinamizaram a partir dos ciclos que tiveram lugar em espaços geograficamente mais próximos (madeira em SC, gado no RS e café em SP). Foi uma área que, à exceção do entreposto marítimo de Laguna, esteve por

> mais de dois séculos isolada e, portanto, sem condições de receber estímulos externos (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, p. 11).

Nos anos de 1930, a passagem da economia brasileira de agrária-mercantil-exportadora, para uma economia de importante base industrial e mercado interno a partir da economia cafeeira paulista, chamada de deslocamento do centro dinâmico, valorizou o carvão nacional com as políticas de obrigatoriedade de consumo de 10% deste (GOULARTI FILHO, 2007, p. 87). O carvão catarinense, que recebeu maior destaque com a falta do mineral a nível nacional durante a Segunda Guerra Mundial, não possuía as qualidades necessárias para atrair a siderurgia, o que mantinha o setor ainda mais dependente de outras regiões do país. Ainda assim, o período de diversificação e ampliação do capital industrial catarinense que vai de 1945 até 1962, demonstra que este estado, em geral, não necessitou de intervenção externa para este novo período, porque "a metamorfose do capital em Santa Catarina cumpriu sua função dinâmica" (GOULARTI FILHO, 2007, p. 163); de origem local, desdobrou-se de capital da esfera mercantil a capital industrial e agroindustrial. Os setores de madeira, carvão, alimentos e têxtil, tradicionais no estado, se expandiram, e surgiram ainda as indústrias de cerâmica, metal-mecânica, papel e celulose e pasta mecânica. Com essa expansão e diversificação, começam a aparecer sérios entraves: o estrangulamento da energia elétrica, a deficiência nos transportes rodoviários e a falta de linha de crédito. Problemas estes, que vieram a ser solucionados a partir da intervenção estatal.

A primeira experiência de planejamento estadual em Santa Catarina foi o POE – Plano de Obras e Equipamentos, desenvolvido no governo de Irineu Bornhausen, em 1955. O plano foi mais um meio de manter sua candidatura nas eleições de 1960, do que um plano de desenvolvimento. Lançado no fim de seu governo, e com duração de 10 anos, "pode ser definido como um esquema parcial de investimentos públicos". (MATTOS apud GOULARTI FILHO, 2007, p. 190). Entretanto, foi a partir de 1962 que pode-se dizer que houve em Santa Catarina, uma integração e consolidação do capital industrial, porque foi nesse período que as experiências de planejamento deram efetivos resultados no tocante a infraestrutura social básica de que necessitavam essas indústrias para se desenvolverem. Segundo Goularti Filho (2007, p. 186), "foi somente com o PLAMEG (1961-1965) que efetivamente o estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a estrutura social básica e para financiar o capital privado local". O PLAMEG destinava a maior parte dos gastos totais

em rodovias e energia, e em menor escala em educação, saúde e participação em crédito industrial.

Nos anos posteriores, foram criados os planos PLAMEG II (1966-1970), o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD, 1971-1974) e o Plano de Governo (1975-1978), que "podem ser classificados como planos com planejamentos, expressos em objetivos e com resultados concretos, afinados com as diretrizes nacionais." (GOULARTI FILHO, 2010, p. 2). Investiram principalmente nas áreas de transporte, energia, financeira e telecomunicações. Nesse período, através do planejamento estadual, a infraestrutura social básica de Santa Catarina obteve profundas alterações, que permitiam o crescimento das indústrias catarinenses e a integração intrarregional, principalmente através do transporte e energia. "É o Estado atuando como forma superior de organização capitalista, alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas" (GOULARTI FILHO, 2007, p. 186).

Todavia, a falta de financiamentos de longo prazo para maiores investimentos e ampliação da capacidade instalada do parque industrial, dificultava o crescimento das indústrias. Foi então desenvolvido no estado um novo sistema de crédito, em que o eixo seria o crédito ao investimento de longo prazo, a partir da criação de agências de fomento e programas de incentivos. A primeira agência de fomento foi o BDE (1962-1969), transformado em BESC em 1969 e com isso perdendo a característica de banco de fomento; mais tarde o BRDE (pós-1962) e o BADESC (pós-1975). Os programas de incentivos foram FUNDESC (1970-1975), PROCAPE (1975-1984) e o PRODEC (pós-1988). Assim, a atuação do Estado no desenvolvimento deste arcabouço financeiro e institucional, no sistema de crédito e na infraestrutura social básica, que impulsionou o crescimento, consolidação e integração da indústria catarinense; através desta intervenção se pôde gerar um estado de expectativas favoráveis de retornos lucrativos, e condições concretas para sua efetivação. A forte presença estatal em Santa Catarina foi indispensável na atuação da SUDESUL no estado, já que buscava o desenvolvimento da região através da compatibilização entre as três esferas governamentais. Exemplo disso foi a influência e contribuição do PCD desenvolvido em 1970 para a criação do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, conforme será visto adiante.

4. A atuação da SUDESUL no litoral sul de Santa Catarina

Sendo o menor dos três estados da região, tanto em área territorial quanto em número populacional, Santa Catarina possuiu um dos dois mais importantes projetos sub-regionais da SUDESUL: o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina. Este e o Projeto Noroeste do Paraná receberam a maior concentração de recursos da autarquia, "pois se integram em um esquema qualitativamente superior de ação de planejamento e se enquadram de uma forma operacional mais eficiente não somente dentro da estratégia regional, como também dentro da política de gestão da SUDESUL". (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1974). Os dois projetos abarcavam microrregiões de importância estratégica à economia nacional, tanto que foram incluídos no II PND. O Noroeste do Paraná, porque tinha grande participação nas exportações nacionais, chegando a 12% em 1970; e o litoral sul pelos recursos minerais.

A origem do Projeto Litoral Sul remonta a 1970, quando foi criado o Projeto Catarinense de Desenvolvimento no Plano de Ação do Governo Colombo Salles. Em meio à elaboração do PCD, foi apresentado pela AMUREL (Associação dos Municípios da Região de Laguna) o documento "Programa Micro-Regional de Desenvolvimento", elaborado juntamente a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC). O documento agregava alguns projetos ao Plano de Governo como a implantação do complexo carboquímico no sul do Estado, iniciando com a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). A preocupação do Governo Federal com o setor foi reafirmada com a modernização da política do carvão em 1968, através do Decreto nº 62.113, de 12 de janeiro, em que justificava a ação com as seguintes considerações:

> [...] a importância e a significação do aproveitamento do carvão nacional para o desenvolvimento econômico do País;
> [...] a necessidade de ser reestruturado o complexo carbonífero de Santa Catarina de modo a aumentar a sua eficiência e a eliminar progressivamente o regime de subvenção a que está sujeito;
> [...] que a estabilidade da indústria carbonífera catarinense depende da criação de condições que permitam o consumo equilibrado dos produtos e subprodutos resultantes do beneficiamento do carvão;
> [...] que se faz mister dotar a Comissão do Plano do Carvão Nacional de um órgão de ação pronta e dinâmica para atender aos problemas da indústria carbonífera. (BRASIL, 1968)

Aliado a isso, estudos desenvolvidos pela FESSC, SUDESUL e outros órgãos "diagnosticaram, a par de uma situação de grave estagnação e agudo subdesenvolvimento regional, excepcionais potencialidades de desenvolvimento"

(SANTA CATARINA, 1974), resultando na definição do sul catarinense como região especial de planejamento para o Governo do Estado, e a ICC como prioridade industrial. A SUDESUL e outros organismos federais passaram a considerar a área como de programação especial. Em 1972, o Termo de Acordo 03/72, unia as ações da autarquia e do Governo do Estado de Santa Catarina para desenvolvimento coordenado do Litoral Sul, "cujo objetivo básico era criar um pólo industrial, a partir dos recursos naturais locais, transformando-o em elemento indutor do desenvolvimento" (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976). Neste contexto foi criado o Projeto Litoral Sul, abrangendo uma área de 9,6 mil km² formada por 32 municípios. Para tanto, foi instituída a Secretaria Executiva do Projeto, com representantes em igual número da SUDESUL e do Governo do Estado; e elaborado o "Plano de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina", publicado em 1973. Este considerava que:

> "a função que a área deve exercer no contexto da macrorregião sul e, de modo especial, no Estado de Santa Catarina, é a de fornecer insumos essenciais para o desenvolvimento do setor agropecuário e industrial através da implantação de um complexo carboquímico, de cujo funcionamento resulta numa produção significativa de fertilizantes. No contexto do sistema brasileiro a função que deve exercer é produzir insumos atualmente importados com a finalidade de economizar divisas" (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973, p. 21)

Para tanto, o Plano separou os projetos a serem desenvolvidos em três categorias: projetos vertebradores, decorrentes e emergentes. Os projetos vertebradores, eram relacionados à água potável e ao complexo carboquímico de Imbituba. Após constatar-se que apesar de a região estar cercada de água, não havia água potável o suficiente que abastecesse o parque industrial que seria implantado, iniciou-se um trabalho sobre a hidrologia da região sobretudo nos municípios de Laguna, Imaruí e Imbituba, nos rios D'Una e Capivari. Já o complexo carboquímico, foi um projeto de maior envergadura, com foco do Governo Federal, e que já estava inclusive em processo de implantação. Nos projetos decorrentes, se incluem a infraestrutura urbana e viária, abastecimento de produtos agropecuários, formação de recursos humanos e energia elétrica, todos para dar suporte principalmente ao complexo carboquímico. E por fim o projeto emergente, o turismo, que tinha para a microrregião um subprojeto específico dentro do Plano Regional de Turismo, com ações referentes à infraestrutura como vias de acesso aos municípios, sinalização turística e obras de paisagismo (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1973).

Na economia do litoral sul catarinense, o carvão ocupou papel de comando até meados dos anos de 1970, sendo que a partir daí a diversificação econômica foi se desenvolvendo e só se consolidou na década de 1990. Assim compreende-se o porquê de o Complexo Carboquímico Catarinense (CCC) receber o destaque do Projeto Litoral Sul. Até a criação deste, as unidades que formavam o CCC eram: as minas de carvão, a Estrada de Ferro Teresa Cristina, o Lavador de Capivari, a Usina Termoelétrica Jorge Lacerda e o Porto de Imbituba. Pretendia-se com o Projeto, além da manutenção e melhoramento destas unidades, a construção de outras, como as Usinas de Gaseificação, a Indústria de Fosfatos Catarinense, a Siderúrgica Sul Catarinense (Sidersul) e a ICC, tendo sido esta última a única efetivada, como veremos adiante. A Sidersul, já era a segunda tentativa de criar uma siderúrgica na região (a primeira foi transformada em ICC), e foi defendida pelo governo estadual a partir de 1971, tendo apoio de empresários, da SUDESUL e do Governo Federal, e sendo incorporada ao Projeto Litoral Sul. Através deste, a SUDESUL desenvolveu estudos de viabilidade de da implantação da siderúrgica. Porém, apesar dos esforços, o projeto foi abandonado em1985, tendo decorrido até mesmo uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigação do destino de todos os recursos que foram despendidos no Projeto Sidersul (GOULARTI FILHO, 2004).

Outro grande projeto da superintendência na região foi o Projeto Sombrio, mais tarde ampliado para toda Bacia do Rio Mampituba, atingindo também a cidade de Torres no Rio Grande do Sul. Criado para o melhor aproveitamento das águas e terras da região, e sendo esta de economia agropecuária, o projeto se tornou um dos mais importantes dentro do Litoral Sul, sobretudo em fins dos anos de 1970 e início da década de 1980, quando foram iniciadas as obras. Houve também o Projeto de Organização Comunitária (POC), com o objetivo de integrar a região. Outro trabalho de destaque, foram os Termos de Referência do Processo de Planejamento do Sul de Santa Catarina, desenvolvido juntamente as associações de municípios da região. Assim, apesar do setor carbonífero receber maior destaque, a SUDESUL atuou ainda em outros ramos, e após um maior aprofundamento sobre o que foi a ICC, o maior projeto, nos ocuparemos de descrever estas outras ações.

4.1 Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) e o Complexo Carboquímico Catarinense (CCC)

A Indústria Carboquímica Catarinense S.A., originária de um projeto que criaria uma siderúrgica no Estado pertencente ao Grupo PETROFÉRTIL, foi criada em 1969, pelo Decreto-Lei nº 631, de 16 de junho. Segundo o Decreto-Lei, a sociedade teria por objetivo principal a implantação, no Estado de Santa Catarina, de um complexo industrial, para melhor aproveitar o carvão mineral e as piritas carbonosas produzidas no Estado, bem como a exploração de indústrias que direta ou indiretamente, se relacionassem com esse objetivo (BRASIL, 1969). Seriam produzidos então ácido sulfúrico, ácido fosfórico e seus derivados. Com a crença de que a ICC atrairia outras indústrias para a região, era necessário preparar o município de Imbituba para recebê-las. Através de um Plano Diretor para o município, passou-se a planejar o Complexo Carboquímico de Imbituba, questões estruturais como o Porto de Imbituba, a disponibilidade de água potável do município, além do sistema viário e equipamentos.

> As obras necessária ao Porto – aumento da capacidade, aquisição de equipamentos, instalações de estocagem e outras obras – e as obras de infraestrutura e urbanização da cidade de Imbituba – abastecimento de água e energia, melhorias em estradas e construção de rodovias e de ramais ferroviários, etc. – se iniciaram durante a implantação da ICC e modificaram consideravelmente o aspecto da cidade. Parte das verbas para as obras de infraestrutura no município de Imbituba foram proporcionadas pelo Projeto Litoral Sul. (MORAES, 2004)

Foram desenvolvidos também, um Plano de Organização Físico-Territorial e um processo de controle ambiental. Deste último, resultou o "Diagnóstico e Dimensionamento da Problemática Ambiental da Mineração do Carvão no Sul do Estado", com a colaboração da SUDESUL e concluído em 1978, que aponta a contaminação da rede hidrográfica e os depósitos irregulares de rejeitos piritosos como sendo os maiores problemas. Os estudos sobre o tema continuaram sendo desenvolvidos, e em 25 de março de 1980 a região carbonífera foi considerada pelo Presidente da República como sendo a 14ª Área Crítica do país, através do Decreto 85.206. Por isso deveria ser feito controle da poluição para conservar a qualidade ambiental da área. Em 10 de dezembro de 1983 foi celebrado um Protocolo entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado de Santa Catarina, que tinha como objetivo controlar a poluição e definir e implantar as obras de saneamento, resultando no "Plano de trabalho para o controle ambiental na região carbonífera de Santa Catarina", publicado em 1984. Neste plano, trabalhariam os Governos Estadual e

Federal, através de seus representantes como a SUDESUL. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1984).

Com o maior número de estudos, a atuação do Projeto Litoral Sul foi aumentando e se diversificando. A ICC era apenas um dos projetos do Governo na microrregião; estava prevista também a ampliação da Termoelétrica Jorge Lacerda. A partir dessas unidades que foram criadas no CCC, foram desenvolvidos vários estudos de viabilidade, tanto técnica quanto econômica, para indústrias complementares, onde a maioria seria reservada ao setor privado. Entre estas indústrias, estariam a usina siderúrgica, unidades de fertilizantes, de bloquete de gesso, de alumina, de ácido fluorídrico, de criolita artificial, de flouoreto de alumínio e de cimento, com vistas a compor o complexo carboenergético. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1983 [2], p. 107).

Com o segundo Choque do Petróleo, em 1979, novos investimentos foram feitos na Usina Termoelétrica e no Porto de Imbituba, mantendo a proteção estatal ao carvão catarinense como alternativa energética. Entretanto, na década de 1980 as ações da SUDESUL se concentraram mais nos projetos hidrográficos relacionados ao setor agropecuário. A partir de 1986, ocorreu uma crise na indústria carbonífera catarinense, quando a produção de carvão e o nível de emprego foram reduzidos drasticamente. A esse fenômeno, atribui-se o aumento da dívida externa e a crise fiscal e financeira do Estado, que na busca pela estabilização econômica reduziu a proteção que oferecia ao setor. Desta forma, a ICC foi apresentando maiores prejuízos; chegou a ter um recorde de produção em 1988 com alto lucro, mas após este ano foi decaindo novamente, até entrar no Programa Nacional de Desestatização e fechar em 1990.

4.3 Projeto de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro

O sul catarinense, no que diz respeito à agropecuária, é caracterizado por minifúndios e policultura. Segundo o Ministério do Interior (1976), 17,3% da área total da região representava áreas cultivadas, e 24,5% pastagens, mas os maiores problemas da região neste sentido eram as áreas inutilizadas ou subutilizadas, devido ao regime hidrográfico ou ao tipo de solo.

> Adicionando as áreas atualmente subutilizadas – cobertas por cerrados, capoeiras, arenosas e inundadas periodicamente – e deduzidas aquelas destinadas a florestas de preservação permanente, obtém-se, como resultado, que cerca de 35% da área global, ou seja, algo como 300.000 ha seriam incorporáveis à economia desde que, mediante pesquisas, sejam encontradas

> as culturas mais adequadas para as zonas arenosas e as revestidas de cercados, capoeiras e sejam implantadas obras de contenção de cheias. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1976)

Assim, justificaram-se estudos mais aprofundados para o melhor aproveitamento dos solos, dando origem a um Projeto de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro. Foi definida em 1974, uma área localizada na cidade de Sombrio, no chamado Banhado Sombrio, que serviria como uma experiência piloto para implantação do projeto no sul catarinense. Este projeto englobava uma superfície de 15.200 ha, e destinava-se a proteger essa superfície contra as cheias e recuperar 2 mil hectares, para que fossem assentadas 102 famílias e pudesse se desenvolver a produção hortifrutigranjeira (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1983², p. 107). Para atuar neste projeto, a SUDESUL passou a ter um escritório no município localizado no Morro do Bino, estando ali a sede da gerência e equipe de obras.

Em 1976, foi publicado o Termo de Referência do Projeto Sombrio, e entre 1977 e 1983, foram desenvolvidos estudos pedagógicos, hidrológicos e climatológicos. A região do Banhado Sombrio oscilava periodicamente entre cheias e secas, e por se tratar de zona rural, a economia da região ficava muito vulnerável as intempéries da natureza. Desta forma, o projeto buscava atuar de forma a adequar a natureza à atividade humana. Utilizando os reservatórios interligados dos rios Leão e Bonito estipulou-se quatro setores dentro da área:

- Setor 1 - Plano de Assentamento de Populações (PAP – 2.200 ha): destinado ao assentamento de produtores em terrenos de 20 ha, a área era rica em solos orgânicos e planejava-se cultivar produtos mais nobres. O sistema de irrigação era com águas conduzidas pelos reservatórios integrados dos citados rios.
- Setor 2 - Plano Piloto de Drenagem e Irrigação (PPDI – 1.900 ha): também desenvolvido para a atividade agrícola, este plano era destinado a uma área de pequenas propriedades produtoras de arroz, milho e pastagens, e através do sistema de irrigação por gravidade, utilizava os reservatórios interligados.
- Setor 3 – Área Pecuária Intensiva (API – 2.000 ha): neste setor, as águas da Barragem do Rio Mampituba tiveram um desvio para o Rio Canoas, através da Obra de Derivação do Rio Mampituba. Havia também nesta área uma reserva ecológica do projeto de desenvolvimento, com intenção de ser "o centro irradiador e catalizador das atividades destinadas à preservação do ecossistema existente" (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1983 [1]).

- Setor 4 – Irrigação da Costa do Rio Canoas (ICC 2.000 ha): integrado ao setor 3, tinha o mesmo manancial de irrigação.

Já o sistema de drenagem, que engloba os quatro setores, tinha como principais coletores os Rios Leão e Bonito, convergindo também para o Rio Canoas e seus efluentes. Planejava-se a canalização e a barragem dos Rios Leão e Bonito, que interligadas visavam a acumulação de água, garantindo uma vazão que permitisse irrigar as lavouras pertencentes ao projeto, além de controlar essa vazão no período de cheias para impedir a inundação da área.

A partir de 1979, o projeto entra em uma nova fase: a execução das obras, que até 1983 chegaram aos seguintes resultados:

Tabela – Obras executadas no Projeto Sombrio até 1983

Obras	Quantidade
Execução de canalizações	23.300 m
Construção e melhoria de estradas	6.500 m
Rede de eletrificação	400 m
Estação de bombeamento	1 un.
Edificações	1.000 m²
Pontes de concreto	4 un.
Saltos hidráulicos em gabiões	4 un.
Pontilhões de estrutura metálica e madeira	8 un.
Galerias pré-moldadas de concreto	1 un.
Bueiros	20 un.

Fonte: Ministério do Interior, 1983 [1]

Além disso, foram recuperados cerca de 2.000 ha, sendo utilizados para produção de arroz, milho e fumo. A partir dos resultados do Projeto Sombrio, pôde-se ampliar o Projeto de Desenvolvimento Hortifrutigranjeiro. Para tanto, foi desenvolvido o Projeto da Barragem do Rio Mampituba, que encobria uma área de 78.500 ha na bacia hidrográfica deste rio. Situava-se entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos municípios de Praia Grande, São João do Sul, Jacinto Machado, Sombrio e Araranguá, em SC, e Torres no RS, estando neste último mais um escritório da SUDESUL, com gerência e equipe de obras desse projeto. Em maio de 1983 foi publicado o Plano Diretor de Desenvolvimento da Bacia do Rio Mampituba, em que o Projeto Sombrio foi apresentado com um subprojeto deste.

Segundo o Plano Diretor, 90% da população destes municípios integrantes do projeto vivam em áreas rurais, e pela localização estratégica em que se encontra, entre Porto Alegre e Florianópolis, e acerca Criciúma, Tubarão e Imbituba, o projeto previa atingir diretamente a população da região com a produção alimentícia, sobretudo hortigranjeira. Apesar de possuir também estabelecimentos industriais e de serviços, 90% do emprego era ligado à agropecuária, contrastando com os 25% da renda advinda deste setor. Especificamente, o Projeto abrangia 28,4% da área desses municípios, e 43,6% da Bacia do Rio Mampituba, e dentro dessa área, eram produzidos: banana, abacaxi, fumo, milho, feijão, suínos e produtos olerícolas, sendo todos eles destinados ao consumo interno. O Projeto tinha base no convênio entre SUDESUL, DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) e Governo do Estado de Santa Catarina, participação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, apoio financeiro do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), e foi dividido em três programas: de ajustes físico-territoriais, de produção e de serviços de apoio. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1983[1])

Um dos maiores legados deste projeto, concluiu-se após a extinção da autarquia, em 1991: a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio. Solicitada pelo prefeito do município de Sombrio ao Ministro da Educação, a escola auxiliaria na manutenção dos jovens no campo e formação técnica destes. Aprovado o pedido a escola começou a ser construída em 1988, no então Distrito de Santa Rosa (BITENCOURT, 2009).

4.2 Projeto de Organização Comunitária Litoral Sul

Em convênio entre a SUDESUL, Governo do Estado de Santa Catarina e as associações municipais da Região de Laguna (AMUREL) e do Sul de Santa Catarina (AMSESC), o Projeto de Organização Comunitária Litoral Sul tinha como objetivo inicial integrar a região. A origem do projeto está na criação do Projeto Litoral Sul e na enchente de março de 1974 do Rio Tubarão, atingindo grande parte das cidades da microrregião sul de Santa Catarina. A enchente trouxe muitos prejuízos: a EFDTC foi destruída em mais de 50%; houve prejuízos na BR 101, a rede telefônica entrou em colapso; a Usina Jorge Lacerda foi invadida pelas águas e permaneceu fora de operação por 30 dias; problemas na água e esgoto em Criciúma, Lauro Müller, Nova Veneza, Içara, Morro da Fumaça, Orleans e Tubarão, sendo que esta última teve 90% da área atingida, com muitos prejuízos na habitação e estrutura urbana. Toneladas de entulho se

acumularam em Tubarão, ocorrendo assim uma grande evasão populacional. Morreram 195 pessoas, milhares ficaram desabrigadas e muitas desaparecidas. Em estado de calamidade pública, o município recebeu visita de vários representantes de órgãos federais e estaduais, e auxílio de municípios vizinhos. Com isso, a produção dos municípios da AMUREL reduziu-se a quase zero primeiro mês após a enchente, considerado período de emergência, enquanto em Tubarão permaneceu nessa situação durante dois meses. Quanto ao desemprego, que tinha alto nível antes da tragédia, acabou por diminuir com a necessidade de reconstrução da cidade, porém com a incerteza da continuação das obras.

Diante desse quadro, e na conjuntura do Projeto Litoral Sul, desenvolveu-se a necessidade de um Projeto de Organização Comunitária (POC) para "preparar a população regional para responder adequadamente à situação emergente" (SANTA CATARINA, 1974). O POC, tendo desenvolvido algumas ações a curto, médio e longo prazo, visava não apenas ações emergenciais, mas manter-se atuando juntamente ao Projeto Litoral Sul. Havia ainda uma importância estratégica do projeto: a enchente atingiu setores do complexo carbonífero, que já neste ano recebia maior atenção:

> "Com a crise petrolífera que tomou conta de praticamente todo o mundo na segunda metade do ano passado, alertando a todos para o problema energético, as reservas de carvão de cada país passaram a se constituírem um patrimônio de grande valor, isto ocorreu em virtude de ser o carvão a segunda grande fonte de energia mineral, seguindo de perto o binômio petróleo/gás.
> Com isso, escassearam ainda mais as ofertas de carvão estrangeiro, que teve seus preços elevados vertiginosamente. Desta forma, o carvão brasileiro e principalmente o catarinense, embora, ainda não conte com a mecanização e as melhorias de serviços auxiliares, já se encontra em condições de competir, em termos de preços e aproveitamento, com o carvão importado." (SANTA CATARINA, 1974)

Assim a implementação do POC iniciou-se em abril de 1974, sob responsabilidade da Secretaria dos Serviços Sociais e SUDESUL. Participaram os prefeitos das cidades pólos e presidentes das fundações educacionais para indicar candidatos a integrar o projeto, e com as equipes constituídas organizou-se um curso de capacitação para as mesmas. Em 27 de maio iniciaram-se as atividades, e desenvolvidas até 20 de setembro, resultaram no Relatório final da 1ª etapa do POC: o Perfil Socioeconômico Comunitário. Segundo o documento, a concepção do projeto era a busca por "enfatizar o desenvolvimento sócio econômico da área através de subprojetos nos setores de mineralogia, agricultura, pesca e turismo, preocupando-se com a promoção social da população radicada" (SANTA CATARINA, 1974). Nos três

primeiros meses, desenvolveram atividades em todos os municípios: para elaboração do perfil das necessidades levantadas, por exemplo, foram remetidos questionários às prefeituras dos municípios da região, e assim escolhidos os projetos prioritários para cada um; fez-se também um trabalho de conscientização da comunidade para necessidade de organização e autopromoção. Feito isso, foram definidos os projetos abrangentes da região:

- Acompanhamento da operação ACISO 74, com utilização de recursos desta;
- Projeto Habitacional;
- Plano de Prevenção de Marginalização do Menor;
- Estudo e Organização Comunitária da AMUREL e da AMSESC;
- Projeto de Capacitação de RH da Região Sul.

Também foram definidos projetos específicos à AMUREL e à AMSESC. Este relatório foi desenvolvido pelas associações de municípios, para apresentar os trabalhos realizados nos três primeiros meses de atuação do POC, e enfocou a atuação dos governos federal, estadual e municipais frente à enchente de março de 1974 na região de Tubarão. Desenvolveram-se ações para o desenvolvimento da região, e dada a urgência de várias delas, devido as consequências da enchente, muitos dos projetos que deveriam no citado documento serem apenas apresentados para uma posterior avaliação, foram sendo implementados ao longo do desenvolvimento do mesmo. Percebe-se, desta forma, que o apoio que o POC deu ao Projeto Litoral Sul foi não só no sentido de desenvolver estudos sobre a região, mas mesmo no desenvolvimento e implementação de projetos.

4.3 Outros projetos e documentos

A SUDESUL, conjuntamente a outros órgãos federais, estaduais e municipais, desenvolveu ainda outros projetos e documentos com intuito de promover o desenvolvimento especificamente da microrregião sul catarinense, sobre os quais nos ocuparemos a seguir:

- **Termos de Referência do Processo de Planejamento do Sul de Santa Catarina:** publicado em 1976, também pela SUDESUL em conjunto à AMSESC e AMUREL, teve apoio da FESSC, FUCRI e consultores independentes para ser desenvolvido. Apresenta uma análise da realidade sul catarinense, hipóteses, diretrizes e ações prioritárias à região, e é dividido em dois volumes.

- **Recursos Humanos:** esta era uma preocupação da autarquia para com os três Estados da Região Sul. No litoral sul catarinense, preocupou-se com a criação de cursos para formação de mão de obra que atuasse tanto no setor carbonífero, quanto na cerâmica (forte setor na região de Criciúma), e também no planejamento e desenvolvimento econômico, já que a falta de técnicos para atuar na área era esta uma das reivindicações da superintendência. Teve como órgão coordenador o Centro de Educação Permanente da Fundação Educacional de Santa Catarina.
- **Turismo:** considerado um projeto emergente no Projeto Litoral Sul, buscava atuar sobre a rede rodoviária integrando a região, e sobre as áreas turísticas, de forma valorizar esta atividade econômica.
- **Pesca:** em 1969 foi executado no litoral sul catarinense um projeto de assistência técnica à pesca, oriundo de estudos realizados entre 1968 e 1971 sobre Comercialização e Distribuição de Pescado na Região Sul.

5. Conclusões

Na maior parte do período de existência da SUDESUL, o país estava sendo governado por uma Ditadura Militar. Assim, percebe-se nos vários projetos, programas e estudos da SUDESUL, um forte caráter militar, de proteção ao território, exploração de recursos naturais e a busca pela soberania nacional, o que em Santa Catarina temos como maior exemplo, o Projeto Litoral Sul. A microrregião sul catarinense possuía importância estratégica à economia nacional e grande potencial econômico. Essas duas características justificavam um projeto vertebrador. Aos olhos de uma superintendência de desenvolvimento regional, era um modo de integrar a região à economia nacional e modificar toda sua estrutura social; aos olhos militares, a função de fornecedora de um de uma das bases da industrialização brasileira. Apesar disso, a SUDESUL teve conturbada trajetória no tocante aos recursos disponibilizados para sua atuação, de forma que o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, integrando políticas dos Governos Municipais, Estadual e Federal, teve o diferencial dentro da autarquia de receber recursos disponibilizados diretamente pelo II PND. Isso para o Complexo Carboquímico, já que não ocorreu o mesmo com os outros subprojetos nesta microrregião.

A SUDESUL desenvolveu e coordenou estudos e projetos para viabilizar todas essas ações. Através dos documentos publicados pela superintendência, pode-se analisar

em cada período a influência que a conjuntura nacional foi levando aos projetos. Além do citado PND, houve as políticas de defesa ao Primeiro Choque do Petróleo em 1973, que utilizavam o carvão como fonte energética alternativa, levando ao Projeto Litoral Sul pesados investimentos, principalmente para implantação da Indústria Carboquímica Catarinense e ampliação da Usina Termelétrica Jorge Lacerda. Em 1979, no Segundo Choque, a região foi alvo novamente de investimentos, desta vez ampliando a ICC e reaparelhando o Porto de Imbituba, utilizado para dar vazão à produção carboquímica.

Já nos anos de 1980, a atenção da superintendência foi mais voltada ao Projeto Sombrio, piloto à implantação de projetos hidrográficos destinados ao desenvolvimento econômico do setor primário na Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba. O setor carbonífero se mantinha ainda em alta produção, o que manteve a microrregião num processo de crescimento muito diferente do momento de recessão econômica em que estava o país. Na segunda metade da década, com o aumento da dívida externa, a crise fiscal e financeira do Estado, e a busca pela diminuição da ação estatal em prol da estabilização econômica, a proteção à atividade carbonífera nacional começou a ser desmontada, mas ainda se manteve alguma proteção de modo que pôde manter a produção. Já a SUDESUL, apesar de a redemocratização trazer um aumento dos recursos despendidos a ela, o apoio político aos projetos por ela desenvolvidos foram perdendo força, até sua extinção em 1990, consequente de um projeto neoliberal de reduzir a atuação do Estado.

Referências bibliográficas

BITENCOURT, Fernando Dilmar. **A educação profissional técnica de nível médio e o desenvolvimento local/regional:** um estudo sobre a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio na microrregião do extremo sul catarinense. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Educação, Departamento de Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4239/1/2009_FernandoDBitencourt.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

BRASIL. Decreto nº 62.113, de 12 de janeiro de 1968. **Dispõe sobre a estruturação da Comissão do Plano do Carvão Nacional, sobre a importação, consumo e produção de carvão mineral e dá outras providências.** Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. Decreto-lei nº 631, de 16 de Junho de 1969. **Altera a denominação da Siderúrgica de Santa Catarina S.A. e dá outras providências**. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. Lei 1.649 de 19 de julho de 1952. **Cria o Banco do Nordeste do Brasil e dá outras providências**. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 14 nov. 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 473 p.

_____. **Siderúrgica Sul Catarinense (Sidersul):** a persistência de um fracasso. In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 400 p.

_____; ALMEIDA, André Scholl de; MESSIAS, Talita Alves de. **A trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil 1967-1990**. In: V Encontro de Economia Catarinense. Florianópolis, 2011[1]. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Hist%C3%B3ria%20Econ%C3%B4mica/. Acesso em: 15/01/2012.

_____; ALMEIDA, André Scholl de; MESSIAS, Talita Alves de. **Instituições e Desenvolvimento: uma análise comparativa da trajetória econômica e financeira das superintendências de desenvolvimento regional no Brasil 1970-1990**. In: 5tas. Jornadas de Historia Económica, 2011, Montevideo. Quintas Jornadas de Investigación. Montevideo, 2011[2].

MELLO, João Manuel Cardoso de; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (Org.). **Reflexões sobre a crise atual**. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata. Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1998. p. 161-183.

MILLARCH, Aramis. **Projetos da SUDESUL**. (Artigo de Aramis Millarch originalmente publicado em 13 de julho de 1974). Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/projetos-da-sudesul>. Acesso em: 27 jan. 2012.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Plano **de Operações do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina**. Porto Alegre: SUDESUL, 1973.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. Superintendência Adjunta do Planejamento. **As funções da região sul no âmbito do sistema nacional e a ação da SUDESUL**. Porto Alegre, 1974

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Termos de Referência – AMSESC e AMUREL**. Relatório Final. Vol. 1. Tubarão, 1976.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **SUDESUL: 10 anos de atividades – 1967-1977**. Porto Alegre: SUDESUL, 1978.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Plano diretor de desenvolvimento da bacia do Rio Mampituba**. Porto Alegre: SUDESUL, 1983 [1]. 278 p

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Região Sul em Perspectiva**. Porto Alegre: SUDESUL, 1983. [2]

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Plano de trabalho "para o controle ambiental na região carbonífera de Santa Catarina".** Porto Alegre: SUDESUL, 1984.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Relatório de atividades - 1989**. Porto Alegre: SUDESUL, 1989.

MORAES, Fábio Farias de. **A Indústria Carboquímica Catarinense (ICC): uma solução ou um problema?** In: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 400 p.

SANTA CATARINA. Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina. **Projeto de organização comunitária litoral Sul - SC: relatório final: 1ª etapa.** Florianópolis: 1974. 145 p

SENADO FEDERAL. **V encontro de estudos e debates:** o II PND e os programas de desenvolvimento regional no Estado de Santa Catarina. Brasília: Senado Federal, 1975. 263 p.

Território e Crises Econômicas sob a visão de Sistemas-Mundo[1]

Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão[2]

A proposta destas notas é a de apresentar, comparativamente, as teorias de crise e território na história econômica e do pensamento econômico, realizando sua correlação com a teoria de Sistemas-Mundo de Giovanni Arrighi, conforme exposta em *O Longo Século XX.* O estudo realizado seguiu a metodologia de análise comparativa da literatura presente nas obras de Arrighi, Fernand Braudel (*A Dinâmica do Capitalismo*), e outros autores correlatos. Como resultado parcial, observaram-se algumas semelhanças e diferenças no pensamento consolidado na literatura científica sobre o tema.

Palavras-chave: Crise, território, pensamento econômico, sistemas-mundo, Giovanni Arrighi, Fernand Braudel.

[1] Projeto *Crise e Território no Pensamento Econômico*, orientado pelo Prof. Dr. Luiz E. S. de Souza e financiado com auxílio à pesquisa pelo CNPq.

[2] Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Faculdade de Economia Administração e Contabilidade (FEAC); Graduanda em Ciências Econômicas. Membro do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE), cadastrado na base lattes do CNPq.

Território e Crises Econômicas sob a visão de Sistemas-Mundo[3]

Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão[4]

Introdução

Estas notas, organizadas sob a forma de cotejo comentado de bibliografia selecionada, têm o objetivo de tecer algumas considerações sobre as relações e entrecruzamentos possíveis entre os conceitos de território e crise econômica a partir de uma visão de sistemas-mundo, ou seja, derivada do pensamento de Giovanni Arrighi e suas influências intelectuais mais diretas, estabelecendo não apenas suas diferenças e semelhanças, mas também sua complementaridade dentro da lógica dos sistemas-mundo.

Nesse sentido, a influência mais importante no pensamento de Arrighi foi o historiador francês Fernand Braudel, o qual incorporou à sua análise de uma história da longa duração, a compreensão de uma Geohistória, uma história que não pode ser entendida sem se apreenderem as características do território e as transformações que os processos e fenômenos históricos desencadeiam no território.

Assim, este exercício de reflexão se organiza a partir de duas questões básicas, tomadas como pontos de partida para nossa análise: (1) qual seria o território das crises, para as concepções que resultariam na ideia de sistemas-mundo e (2) como as crises afetariam, a princípio, os territórios nas quais se dão? É evidente que essas duas questões não encerram a reflexão sobre a relação entre crise e território, mas antes lhe servem de ponto de partida. Afinal, se as crises precisam de um território para ocorrer, é justamente nas transformações das características desse território que as mesmas se identificam e caracterizam.

[3] Projeto *Crise e Território no Pensamento Econômico*, orientado pelo Prof. Dr. Luiz E. S. de Souza e financiado com auxílio à pesquisa pelo CNPq.
[4] Graduanda em Ciências Econômicas – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O Território das Crises

Braudel não estipula um território físico, no sentido estrito, em que se dá a crise. As crises são um dos resultados da interação da maneira como a humanidade organiza suas relações produtivas e a resposta do meio ambiente. Elas se dão, no modo capitalista de produção, de certa forma, em torno dos seus centros econômicos, cuja localidade variou ao longo dos séculos e sendo quase sempre localizada na Europa. Segundo o autor:

> A Europa terá, sucessivamente, até 1750, gravitado em torno de cidades essenciais, transformadas por seu próprio papel em monstros sagrados: Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdã. Entretanto, nenhuma cidade dessa ordem domina ainda a vida econômica no século XIII. Não que a Europa não seja já uma economia-mundo estruturada, organizada._ O mediterrâneo, conquistado por um tempo pelo Islã, foi reaberto ao cristão e o comércio no Levante oferece ao Ocidente essa antena longínqua e prestigiosa sem a qual não existe, sem dúvida, economia-mundo digna desse nome. Duas regiões-pilotos se individualizaram nitidamente: a Itália ao sul , os Países Baixos ao norte. (BRAUDEL. 1987. pp. 79)

O território das crises – crises capitalistas, da maneira como as conhecemos – para Braudel, assim, seria o próprio Capitalismo. Nele, as crises vêm naturalmente com ciclos, interciclos ou movimentos periódicos da economia. Ou seja, são resultado das flutuações econômicas. Se por qualquer motivo, um centro econômico cair,em virtude da crise, outro surgirá quase que instantaneamente, pois o modo de produção existe dessa forma. Para Braudel :

> [...] Uma crise insistente é uma provação que os fortes superam e vencem, os fracos lhe sucumbem. Portanto o centro não racha a cada golpe. (BRAUDEL. 1987. pp. 72-73)

Assim, o Capitalismo em si é um modo de produção cuja estrutura é propícia a crises sem qualquer aviso prévio. Nesse sistema, que mantém a maior parte da

população como dependente unicamente dos proprietários dos fatores de produção, é primordial para a sustentação da base econômica previamente estabelecida - a de famílias cujo fator disponível é a mão-de-obra e capitalistas que detém em seu poder o capital para investir - que haja um percentual grande da população com baixa renda disponível para subsídio próprio. Assim fica em poder dos grandes capitalistas a decisão de contratar e despedir qualquer funcionário sem que essa mudança afete o nível de produção. Isso torna as famílias reféns das decisões das grandes companhias. Os grandes centros têm o poder de conduzir a economia ao seu bel prazer,tornado as zonas periféricas seus dependentes-aliados na corrida capitalista, fazendo uma justa-posição entre as sociedades com capitalismo predominante, servidão e escravismo em grande escala. Para Braudel:

> [...] De fato, o capitalismo vive dessa sobreposição regular: as zonas externas alimentam as zonas medianas e, sobretudo, as centrais. E o que é o centro senão a ponta dominante, a *superestrutura* capitalista do conjunto da construção? Como há *reciprocidade das perspectivas,* se o centro depende dos abastecimentos provenientes da periferia, esta depende, por sua vez, das necessidades do centro que lhe dita sua lei. (BRAUDEL. 1987. p. 77)

O autor ainda afirma concordar com Immanuel Wallerstein quando ele diz que: *"[...] o capitalismo é uma criação da desigualdade do mundo; para desenvolver-se, necessita das conivências da economia internacional. É filho da organização autoritária de um espaço evidentemente desmedido. Não teria progredido de um modo tão pujante num espaço econômico limitado. Talvez não tivesse progredido nada sem o recurso ao trabalho servil de outrem."* (BRAUDEL 1987, p. 77) Fica evidente a veracidade de tal afirmação, ao observar-se as condições de trabalho vigentes no capitalismo contemporâneo. Com isso, a aparência da crise econômica no território é o de uma desmedida, uma desproporção entre fatores que, de outra forma, deveriam estar "equilibrados". Mas como equilibrar variáveis que são, em sua maior parte, aleatórias e ariscas a qualquer forma de controle humano, sendo antes senhoras dos comportamentos humanos? Daí, dessa apreensão da natureza das leis humanas como reações às condições dadas e transformadas pelo meio, é possível descartar-se não

apenas a acusação de "determinismo" que o relativismo cultural ou mesmo o pensamento fragmentário da pós-modernidade possam atribuir a grandes sistemas explicativos como os de Braudel, e mesmo de Arrighi e Karl Marx, mas também identificar a fluidez da explicação desses autores, dentre os quais um afirmou que *"os homens fazem sua própria história, mas não fazem como o querem"*.

Espacialmente, as crises acontecem de modo a afetar uma localidade e em seguida outra e mais outra, devido à incessante realização de trocas comerciais entre os Estados-nação. Braudel afirma que os centros econômicos estão estruturados, de maneira a manter o seu domínio econômico como as Cidades-Estados europeias da época como Antuérpia, Gênova, Veneza e Amsterdã, por exemplo, durante a Expansão Marítimo-Comercial Europeia. A ascensão de Londres como centro econômico Europeu dar-se-ia com o advento da Revolução Industrial. Posteriormente, Nova Iorque, nos EUA, se tornou um grande centro de industrialização constante, mercado financeiro em forte desenvolvimento e estabelecimento e com grande demanda do meio de produção "mão-de-obra".

As crises econômicas que se abateram sobre esses centros hegemônicos de poder e riqueza ao longo dos séculos, algumas causando oscilações momentâneas, outras causando sua completa decadência e superação por outros centros, teriam sua explicação nas flutuações do modo de produção capitalista, que, com suas ondas estruturais de longa duração, mudariam as bases nas quais se assentaria não apenas a produção, mas a distribuição, acumulação e circulação de riqueza, o que eventualmente causaria a mudança nas condições da hegemonia ascendente da ora presente crise. Segundo o autor:

> O esplendor, a riqueza, a alegria de viver, reúnem-se no centro da economia-mundo, em seu núcleo. É aí que o sol da história faz brilhar as cores mais vivas, é aí que se manifestam os preços altos, salários altos, os bancos, as mercadorias "reais" , as indústria lucrativas , as agriculturas capitalistas; é aí que se situam o ponto de partida e o ponto de chegada dos externos tráficos, o afluxo dos metais preciosos, das moedas fortes, dos títulos de crédito. (BRAUDEL. 1987. p. 75)

É necessário olhar agora a obra de Arrighi. Enquanto Braudel analisa a economia e as crises por um olhar histórico, Arrighi analisa por um ângulo mais

econômico a situação do capitalismo. Não é estipulado um território em seu mais profundo significado para que uma crise aconteça. De modo que, a crise irá ocorrer no centro da economia, onde se concentra a maior parte da riqueza (monetária) e irá se expandir para a periferia, tomando proporções maiores. O modo de produção que vigora atualmente não tem como etapa, seja ela inicial, intermediária ou final, a financeira. Mas, sim, tem como este movimento econômico-financeiro algo recorrente. Diante de suas perspectivas Arrighi afirma que:

> [..]) O capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa no fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da destruição recorrente de "antigos" regimes e da criação simultânea de "novos". (ARRIGHI. 1996.p. X)

O autor, baseado nas expansões financeiras de Braudel, afirma que os ciclos econômicos ditam o ritmo e o eventual acontecimento de crises e substituições de componentes nos ciclos sistêmicos de acumulação,como assim o chamou. A grande vantagem obtida pelos centros econômicos até hoje foi a centralização em seus interesses de toda uma economia, independente do modo de produção vigente.

As crises oscilam em pequenos, médios e longos períodos. Nem sempre é solucionada a crise anterior para que haja uma nova. As vivenciadas na segunda metade do século XX deixam evidente a situação de descontinuidade entre uma e outra. Diante dessa descontinuidade percebe-se a não, necessariamente, ligação entre crises no sistema capitalista. Para Arrighi :

> Algo de fundamental parece haver-se modificado, no ultimo quarto de século, no modo como funciona o capitalismo.Ná década de 1970, muitos falaram em crise. Na década de 1980, a maioria falou em reestruturação e reorganização. Na de 1990, já não temos certeza de que a crise dos anos 70 foi realmente solucionada, e começou a se difundir a visão de que a história do capitalismo talvez esteja num momento decisivo. (...) Longos períodos de crise, reestruturação e reorganização – ou seja, de

> mudanças com descontinuidade – tem sido muito mais típicos da história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão generalizada por uma via de desenvolvimento definida, como a que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960." (ARRIGHI. 1996. p. 1)

A direção da acumulação entre países dominantes e periféricos é : tudo que vier a ser produzido e/ou explorado em qualquer que seja o lugar do globo pelos países dominantes mundialmente,será primeiramente ofertado e consumido pelos mesmos; o que não for consumido será destinado aos países periféricos no intuito de se desfazer excedente e adquirir lucro .

Como as Crises afetam o território.

Braudel acredita que as crises afetam o território como uma forma de provação. Ao longo da história foi analisado por ele que as grandes potencias econômicas foram testadas em crises, de qualquer procedência. Se o centro econômico sobreviver, irá se sobrepor ainda mais sobre seus concorrentes e subalternos, caso isso não ocorra, outro irá aparecer para ocupar o lugar de grande potência econômica mundial em decadência. O território será afetado de acordo com a sua dependência em relação a outro. Em sua maioria, os países subdesenvolvidos[5] sentem mais o golpe pois, sua economia é dependente, além de ter desenvolvimento mais lento em relação aos grandes centros . Segundo Braudel:

> Sob nossos olhos, uma parte do Terceiro Mundo industrializa-se, mas com uma dificuldade inaudita, com inúmeros fracassos e uma morosidade que parece a *priori* anormal. Uma vez, é o setor agrícola que não acompanhou a modernização; ou há escassez de mão-de-obra qualificada; ou a demanda do mercado interno revelou-se insuficiente; outra vez, os capitalistas locais preferiram aos investimentos no país colocar o dinheiro no exterior, em negócios mais seguros e mais lucrativo; ou o Estado revelou ser esbanjador. (BRAUDEL, 1987, p. 96)

[5] Um país subdesenvolvivo é aquele em que a renda real per capita é baixo quando comparado a países com grau alto de desenvolvimento.

As crises se abatem no território com mais ou menos força dependendo dos elementos de permanência presentes na estrutura das economias por elas afetadas. Esse alicerce, de certa forma, age como 'crédito' para uma investida pós-crise em sua economia. A Inglaterra com mais expressão nos dias atuais, tem seu alicerce montado desde as antigas navegações, onde a Revolução Industrial, cujo desenvolvimento foi lento e periódico, veio a auxiliar esse poder diante dos outros países e tornando sua economia forte, frente a possíveis crises e obstáculos que venham a surgir. Para Braudel:

> [...] Os campos Ingleses esvaziaram-se de homens, sem que deixassem de manter sua capacidade de produção; os novos industriais encontraram a mão-de-obra, qualificada e não-qualificada, de que necessitavam; o mercado interno continuou se desenvolvendo, apesar da alta dos preços; a técnica acompanhou, propondo regularmente seus serviços sempre que se fazia necessário; os mercados externos abriram-se em cadeia, um após outro. E mesmo os lucros decrescentes, a queda muito forte, por exemplo, dos lucros das indústrias do algodão depois do primeiro *boom*, não provocaram uma crise: os enormes capitais acumulados foram transferidos para outro lugar e as estradas de ferro sucederam o algodão. (BRAUDEL. 1987. p. 88)

Nota-se também que os grandes centros, como a Inglaterra, não teriam tamanha ascensão desde o seu inicio como grande potencia, sem o auxilio dos territórios menores. Segundo o autor:

> [...]A revolução Industrial inglesa certamente não teria sido o que foi sem as circunstancias que fizeram então da Inglaterra, praticamente, a senhora incontestada do mundo. A revolução Francesa e as guerras napoleônicas, como se sabe, para isso contribuíram largamente. E se o *boom* do algodão se consolidou de forma duradoura foi porque o motor se viu incessantemente realimentado pela abertura de novos mercados: a América Portuguesa, a América Espanhola, o império turco, as Índias... O mundo foi cúmplice eficaz, sem querer, da Revolução Inglesa.(BRAUDEL. 1987. p. 89)

Arrighi expõe que deve haver um crescimento homogêneo na economia, não priorizando, necessariamente, um único setor. Se torna muito frágil um país cuja economia é voltada apenas para o desenvolvimento de setores específicos. Entre eles, a agricultura é o que menos proporciona estabilidade na economia em momentos de crise. Esse desenvolvimento homogêneo pode ser observado nas grandes potências econômicas, dentre elas, EUA e Inglaterra. Seus territórios tornam-se ao longo do tempo, cada vez mais forte, em relação a outros cuja resistência a abalos é menor. Para Arrighi:

> Historicamente, o crescimento por uma única via de desenvolvimento e as guinadas de uma via para outra não tem sido um simples resultado intencional dos números atos autonomamente praticados, numa dada época, pelos indivíduos e pelas múltiplas comunidades em que se divide a economia mundial. (ARRIGHI. 1996. p. 9)

É observado que a importância da participação do Estado no processo de crescimento econômico ao longo do tempo, vem se tornando cada vez maior. Não ficam unicamente em poder do setor privado as decisões de interesse econômico do país. Esse processo de acumulação tornou-se algo mais complexo que outrora, pois faz-se necessária a participação de mais grupos sociais, transferindo a responsabilidade da tomada de decisões para todos, e assim fazendo com que seja criada uma disputa por poder e participação no montante. Segundo Arrighi:

> [..] Vê-se que a expansão do poder capitalista nos últimos quinhentos anos esteve associada não apenas à competição interestatal pelo capital circulante, como enfatizou Weber, mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial. (ARRIGHI. 1996. p. 14)

O espaço das crises se altera ao longo do tempo para Arrighi, mas não sua definição territorial: as crises sistêmicas se dão no centro, com consequências para a

periferia. Essa irradiação das contradições produtivas que podem ser descritas sob a forma de crise econômica não é nova no pensamento econômico. O desenrolar das características nefastas de uma crise sob a forma de uma onda de choque territorial é tão antigo quanto a concepção de que os mercados tenderiam – pela expansão *smithiana* da divisão social do trabalho – a se expandir a perder de vista. Nesse sentido, o século XX trouxe para a reflexão dos historiadores econômicos e economistas em geral o fenômeno das crises itinerantes, as quais aconteciam devido à integração de mercados financeiros nacionais em uma economia "global". Tais dissonâncias são muito bem apontadas por Arrighi em sua concepção da fase de "financeirização" do capital, característica dos momentos de crise e superação de sistemas-mundo em seus primeiros sinais aparentes de ocaso. Por outro lado, parece bastante forte o argumento de que o Capitalismo, em sua evolução, teria não apenas transformado territórios, mas também constituído, a partir da sua necessidade de abstrações e instituições, um território bastante sensível a todos, qual seja, o das finanças. Assim, se o território é o lugar das crises, ou o lugar em que elas se dão, as crises, por sua vez não apenas mudam, mas também são capazes de constituir e caracterizar territórios.

Considerações Finais

Parece-nos suficiente, para os propósitos destas notas, afirmar que ambos os aspectos estudados se confirmam dentro da teoria de Sistemas-Mundo. O cotejo e levantamento bibliográfico ora exposto também parece ter caminhado para o reconhecimento não apenas de uma complementaridade *post hoc* de Giovanni Arrighi à concepção Braudeliana da natureza do Capitalismo, mas também de uma relação dialética entre território e crise no pensamento econômico, a qual certamente será revisitada em reflexões posteriores.

Bibliografia

HOBESBAUM, Eric.Cid Knipel Moreira. *Sobre História.* São Paulo. : editora schwarcz. 1997.

CIPOLLA, Carlo M. Sergio Flaksman. *História Econômica da População Mundial.Rio de Janeiro* :Zahar editores.1977.

BRAUDEL, Fernand.Alvaro Cabral. *A Dinâmica do Capitalismo.*Rio de Janeiro.Editora Rocco . 1987.

ARRIGHI, Giovanni.Vera Ribeiro. *O Longo Século XX.*São Paulo.Editora Unesp**.** 1994.

Pontes e estradas numa região agroexportadora: um estudo da infraestrutura viária na região da Mata mineira (1850-1875)

Télio Anísio Cravo
Mestrando em História Social – FFLCH/USP
teliocravo@yahoo.com.br
Bolsista CNPq

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar a especificidade da infraestrutura viária no terceiro quartel do século XIX na região da Mata mineira. A partir das evidências coligidas no banco de dados dos processos de pontes e estradas da província de Minas Gerais, que alcança um volume de 22.000 documentos, investiga-se a construção de pontes e estradas numa área de *plantation*. Verifica-se que a região da Mata mineira (i) presenciou a intensa circulação de engenheiros provinciais e, consequentemente, a junção de problemas técnicos e econômicos na edificação da infraestrutura viária; (ii) comportou tentativa de modernização através da construção e difusão de uma ponte pênsil, cuja patente havia sido registrada, em 1858, no Brasil; (iii) conjugou diferentes níveis de articulação entre a expansão ferroviária e a construção de pontes e estradas na década de 1870. Os resultados contrariam a idéia, comumente expressa na literatura da História dos Transportes, de que os engenheiros apenas atuaram na construção ferroviária do Brasil. Por outro lado, reforça-se a necessidade de análise do setor construtivo de estradas e pontes como chave fundamental para mensurar e avaliar o impacto da introdução ferroviária numa região interiorana do Brasil e de identificar os efeitos diretos e indiretos da circulação interprovincial na construção de pontes e estradas.
Palavras-chave: Região da Mata mineira; Século XIX; Infraestrutura viária; Engenharia e engenheiros; História dos Transportes.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo mensurar e analisar a construção da infra-estrutura viária edificada na região da Mata mineira durante o terceiro quartel do século XIX. Para tanto, utiliza-se para análise os dados contidos no banco de dados de pontes e estradas da província de Minas Gerais.[1] Em assim sendo, baseando-se na divisão regional de Minas Gerais em dezoito regiões, optamos para tal análise selecionar a região da Mata (GODOY, 1996, p.54/55):

> *(...) la historia regional se construye e se reconstruye (...), porque no estudia regiones determinadas sino que va generando el espacio estudiado a lo largo de la propia investigación, porque al final cada región tiene que ver com el tiempo histórico que le há tocado vivir, y por ló tanto, es el tiempo histórico que el investigador decide intervenir, donde las condidiones de cada región cambian de manera notable. (...) Em ese sentido la historia regional (...) estructura esos espacios y hace uma aportación significativa a la historia en la medida que pasajes poco conocidos aparecen y nos hablan de una nación más diversa. (...) creo que la historia regional se ubicaría un poco entre esa microhistoria y la historia nacional y puede verse como un ponto de enlace entre ambas (...)* (GONZÁLEZ; ASSAD; ROJAS, 2005, p. 200).

[1] Os resultados parciais alcançados foram originados a partir da análise do banco de dados dos processos de construção de estradas e de pontes. O banco de dados de pontes e estradas é desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG. O banco apresenta extensa amplitude temporal e espacial, alcançando um expressivo volume documental, aproximadamente 22.000 documentos.

A referida região apresentou evolução singular no que tange à infra-estrutura viária tanto pela construção da estrada macadamizada inaugurada no ano de 1861 pela Companhia União e Indústria quanto pela inserção ferroviária na década de 1870 (BATISTA, 2010, p. 21/42).[2] O desenvolvimento da região da Mata esteve atrelado à expansão da cafeicultura e pela constante necessidade de escoamento da produção através de vias de comunicação de fácil e seguro acesso (MELO, 1995) (GENOVEZ, 2011, p. 245/246). O crescimento da produção cafeeira requereu a construção de novas e eficientes vias de comunicação. A melhoria da infra-estrutura de comunicações foi condicionada pelos efeitos do crescimento da renda cafeeira na economia regional, assim como pela participação de fazendeiros locais em investimentos na infra-estrutura viária (BLASENHEIM, 1996, p. 86). Apesar dos pronunciados interesses locais e dos benefícios produzidos pelo aperfeiçoamento dos transportes, a historiografia econômica e social pouco conhece sobre as estradas e pontes edificadas na região da Mata, para além dos domínios geográficos da Companhia União e Indústria cuja estrada tinha alcance limitado até a cidade de Juiz de Fora.

[2] A Estrada União e Indústria iniciou sua construção em abril de 1856. Obteve garantia de juros de 5% sobre o capital formado pela Companhia, de acordo com a lei provincial n.51, de 25 de setembro de 1854. E, posteriormente, juros de 2% concedido pelo Governo Imperial através do Decreto n. 1785 de 19 de março de 1856. A construção da estrada foi dividida em duas secções: 1° Entre Petropólis e Pedro do Rio com extensão de 30 quilômetros; 2° Ponte de Paraibuna a Juiz de Fora, totalizando cerca de 45 quilômetros. A estrada fora inaugurada em 1861. Em 1869, através do Decreto n° 2.325 de janeiro, a Companhia transferiu integralmente para a Estrada de Ferro D. Pedro II o transporte de cargas, que ficaria a partir de então centralizado em Entre-Rios. Cf. SILVA, Moacir. *Geografia dos transportes no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949, p. 83 e 88/90; SILVA, Moacir. *Kilometro zero.Caminhos antigos – estradas modernas.* Rio de Janeiro, 1934, pp. 104/106.

Em assim sendo, teria a abordagem da História Econômica e Social contribuído para compreender a dinâmica dos transportes na região da Mata mineira no período anterior a "era ferroviária mineira"? Para tentar responder essa questão pretende-se desenvolver os seguintes aspectos: Quais seriam os impulsos gerados pelo comércio interprovincial na edificação de pontes e estradas? Qual a importância da Engenharia e dos engenheiros na construção do modal não-ferroviário? Poderia o universo dos transportes da região da Mata ter apresentado possibilidades de aperfeiçoamento técnico na infra-estrutura viária entre as décadas de 1850 e 1870?

Para tanto, divide-se o artigo em três secções. Na primeira secção, intitulada "Recebedorias e a construção da infra-estrutura viária na região da Mata mineira: fiscalidade, Engenharia e trânsito mercantil", demonstra-se o impacto do arranjo institucional do Império na constituição de um aparato fiscal na província de Minas Gerais, no qual as estradas e pontes exerceram importante função para a geração de divisas através da circulação de bens e pessoas. Argumenta-se que os engenheiros provinciais atuaram como intermediários entre a necessidade de melhorias e aperfeiçoamentos em estradas e pontes e os interesses provinciais no âmbito administrativo. Ou seja, os engenheiros, enquanto funcionários de segundo escalão nomeados pelo poder político, exerciam sua função em consonância com os interesses do aparato burocrático e fiscal da província de Minas Gerais. Daí a junção entre aspectos da técnica, da ciência, da economia provincial e de interesses privados:

> *Num país como o Brasil do século XIX, ser funcionário público era estar perto dos "donos do poder". Era ser um pouco dono do poder, de maneira crescente à medida que se dava a subida na escala (...). (...) Mas ser funcionário dependia de muita coisa. Dos favores, dos protetores, do parentesco e até da habilitação. Quando não havia família, nem padrinhos, nem dinheiro, nem diplomas – o que fazer? Seria de interesse para os historiadores avaliar qual era a proporção do esforço pessoal e do mérito inicialmente desajudado, assim como da competência lentamente adquirida, numa sociedade de prebenda e mercê, onde no fundo trabalhar era feio, o funcionário parecia não trabalhar e frequentemente não trabalhava mesmo. Ignoro se há estudos deste tipo. (...) Finalmente, a história de funcionários deste tipo pode ajudar a esclarecer um aspecto pouco conhecido da vida política e administrativa do Império: a relação entre o primeiro escalão, iluminado pelos faróis da história, e o segundo, geralmente perdido para a memória da posteridade* (CANDIDO, 2007, p.15/18).

Em seguida, na segunda secção, denominada "A patente de uma ponte pênsil no Brasil: a tentativa de difusão e construção sobre o Rio Paraíba", visa-se contribuir para a análise do sistema de patente do Brasil e identificar os fatores que conduziram ao fracasso a tentativa de construção de uma ponte pênsil sobre o Rio Paraíba.

Na secção seguinte, **"**De madeira e pedra, uma ponte sobre o Rio Paraíba: engenheiros, trabalhadores e empreiteiro no aperfeiçoamento de uma "velha" tecnologia", investiga-se a construção da dita ponte, ressaltando três aspectos: i) a construção da referida ponte implicou

a formação de uma teia de relações entre engenheiros, empreiteiro, artífices e a administração provincial; ii) a presença de expressivos fomentos para o aperfeiçoamento técnico na construção viária, desmistificando a tese propagada pela historiografia de pouquíssimas transformações e difusões técnicas que afetaram o sistema produtivo no terceiro quartel do século XIX (FURTADO, 1980:110/111) (PRADO Jr, 1970: 196/197) (MOTOYAMA, 1994: 29/31) iii) o aprimoramento de uma "velha" tecnologia, isto é, uma ponte de madeira e pedra, onde a disponibilidade de recursos materiais, conjuntamente com a atuação de engenheiros provinciais e de engenheiros de diferentes companhias ferroviárias, propiciaram especiais vantagens para o aperfeiçoamento da dita ponte (ROSENBERG, 1979, p. 223).

Recebedorias e a construção da infra-estrutura viária na região da Mata mineira: fiscalidade, Engenharia e trânsito mercantil

O arranjo institucional do período Imperial permitiu a autonomia fiscal para o controle das rendas no âmbito da estrutura organizacional das províncias. As assembléias provinciais adquiriram a competência de decidir acerca dos aspectos relativos à infra-estrutura viária.

Dentre os mecanismos de geração de receita na província de Minas Gerais havia a cobrança de taxas itinerárias (MENDES, 2007, p. 30). Os postos fiscais responsáveis pela arrecadação das taxas itinerárias eram denominados de Recebedorias (RESTITUTTI, 2008). Estas, por sua vez, situavam-se às margens de rios, em áreas limítrofes da província e em locais de intensa circulação de bens e pessoas. As Recebedorias ficaram incumbidas de efetuar cobranças sobre o trânsito interprovincial, incidindo taxas pecuniárias sobre muares importados e gêneros de exportação (café, suínos, bovinos, algodão, fumo, tecidos, toucinho, feijão etc) (MARTINS; MARTINS, 1984, p. 116/120). Por outro lado, a legislação isentava de tributação outros artigos, tais como: sal, instrumentos aratórios e objetos tendentes a desenvolver a indústria manufatureira (Livro da Lei Mineira (LLM), 1859, Lei 869: Art. 3) (RESTITUTTI, 2008, p.118). Em vista disso, defendia-se a necessidade de investimento em transporte como estratégia para o crescimento econômico (DOLHNIKOFF, 2005, p. 112)[3]:

[3] Traço marcante do discurso da importância da infra-estrutura de transporte como mecanismo de desenvolvimento econômico esteve presente na formulação política de planos viários que visavam integrar mercados e ampliar a arrecadação tributária. Em Minas Gerais foram promulgados três planos viários: 1835, 1864 e 1871: "Apreciados conjuntamente, os planos de viação da província de Minas Gerais parecem informados por duas ordens de preocupações. Se as determinações da hegemonia de modelo econômico primário-exportador são discerníveis na então considerada imperativa necessidade de articular a província ao exterior, mormente à cidade do Rio de Janeiro, também é constante a influência das determinações próprias à evolução histórica da economia de Minas Gerais. Os desenhos dos planos, os sentidos das articulações progressiva e reiteradamente definidas para o sistema de transportes em construção sugerem conflito entre a força de padrão de inserção periférica do Brasil no sistema capitalista mundial (ou os imperativos do desenvolvimento de atividades produtivas primárias orientadas para mercados externos) e as exigências de

> *A autonomia provincial incidia sobre a tributação, as decisões referentes a empregos provinciais e municipais, obras públicas, força policial, de modo que os governos das províncias dispunham de capacidade financeira para autonomamente decidir sobre investimentos em áreas vitais para a expansão econômica, o exercício da força coercitiva e o controle da máquina pública* (Ibidem, 2005, p. 18).

De acordo com o Regulamento de 1866, trinta e uma Recebedorias compunham o aparato fiscal e de geração de divisas para a receita da província. O Regulamento dividiu as Recebedorias em quatro classes diretamente proporcionais aos seus respectivos rendimentos:

> *Art 2° - São considerados de 1° classe as de: Paraibuna, Picu, Presidio do Rio Preto, Mar de Hespanha, Sapucaia. Art. 3° - São consideradas de 2° classe as de: Porto Novo do Cunha, Sapucahy-Merim, Passa Vinte, Barra Pomba, Caldas, Monte Santo, Itajubá, Três Ilhas, Flores do Rio Preto, Gameleira. Art. 4° - São consideradas de 3° classe as de: Patrocínio, Zacarias, Jaguary, Porto Velho do Cunha, Ponte Alta, Ouro Fino, Porto do Avellar, Porto da Rifana. Art. 5° - São consideradas de 4° classe as de: Cabo Verde, Campanha do Toledo, Santa Barbara, Salto Grande, Mantiqueira, Guaxupé, Pontal do Escuro, Rio Pardo* (LLM, 1866, R 55: Art. 2, 3 e 4).

Nota-se que doze Recebedorias, isto é, 38,7% se encontravam na região da Mata mineira, como se observa na tabela abaixo.

Tabela - Recebedorias situadas na região da Mata mineira, segundo a classificação por classe

Classe	Região	Recebedoria
1°	Mata	Paraibuna
1°	Mata	Presídio do Rio Preto
1°	Mata	Mar de Espanha
1°	Mata	Sapucaia
2°	Mata	Porto Novo do Cunha
2°	Mata	Barra do Pomba
2°	Mata	Três Ilhas
2°	Mata	Flores do Rio Preto
2°	Mata	Gameleira
3°	Mata	Patrocínio
3°	Mata	Porto Velho do Cunha
3°	Mata	Porto do Avellar

Fonte: LLM, 1866, R 55: Art. 2, 3 e 4.

Nenhuma das Recebedorias da região da Mata mineira ocupava a categoria denominada 4° classe, composta pelas Recebedorias de menor rendimento. As doze Recebedorias se subdividiam da seguinte forma: quatro compunham a 1° classe (33,3%); cinco estavam na categoria 2° classe (41,6%); três foram classificadas na categoria 3° classe (25,1%). Revela-se, assim, que a divisão tributária estabelecida pelo Ato Adicional dotava a Assembléia

---

desenvolvimento econômico convergente para a "independência" (ou os imperativos de economia essencialmente não exportadora) (BARBOSA; GODOY, 2008, p. 343).

Legislativa da província de Minas Gerais de mecanismos para a elaboração de uma política econômica fiscal. Para a composição desta política tributária a província se utilizou de um corpo técnico (engenheiros e desenhistas) para mensurar, mapear e identificar a circulação de bens, pessoas e idéias, como se pode vislumbrar na produção cartográfica *Mappa das Colletorias, Recebedorias e seos estravios, Linhas de Correios e suas ramificações da Província de Minas Geraes* (1865).[4] Através da representação cartográfica, observam-se: as cidades interligadas pelas linhas dos correios, a localização das Recebedorias e das Coletorias, os números de extravios e a presença de uma hierarquia urbana (Vilas, Cidades, Arraiais).

Fig. 1 - Mappa das Colletorias, Recebedorias e seos estravios, Linhas de Correios e suas ramificações da Província de Minas Geraes, coordenado pela carta geographica da mesma Província e documentos obtidos nas respectivas Repartições, por João R. Duarte, dezenhador copista da Directoria Geral de Obras Públicas sob a imediata inspecção do Sr. Engr^{o} Aroeira, em junho de 1865

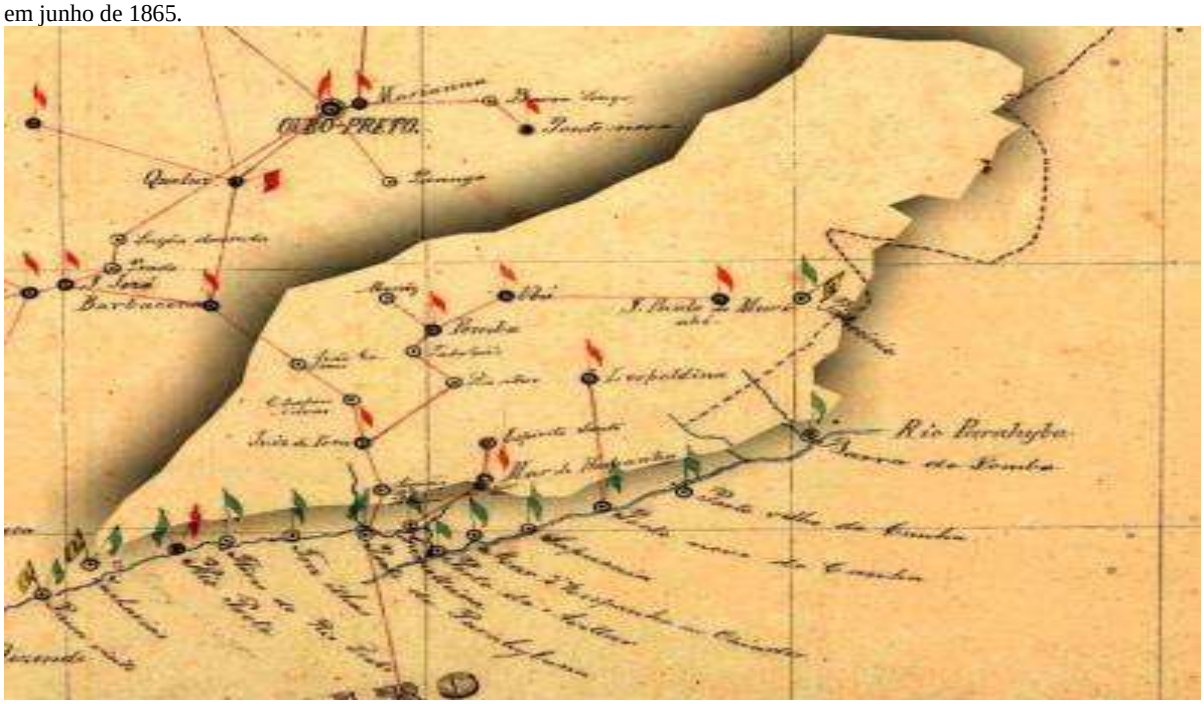
Fonte: Arquivo Público Mineiro.

O registro cartográfico manifesta a representação de uma territorialidade específica. Se, de um lado, prevalecem informações acerca dos elementos que compõem a circulação

[4] No século XIX, as representações cartográficas ampliaram e desenvolveram novas formas de representação do relevo (hachuras, sombreamento e o registro de cotas de altitude). Entretanto, na cartografia acerca do Brasil oitocentista há pouca consideração sobre a altitude e a declividade dado a falta de estudos da orografia do território (SANTOS, 2007, p. 65/67). É evidente a ausência de informações sobre o relevo no *Mappa das Colletorias, Recebedorias e seos extravios, Linhas de Correios e suas ramificações da Provincia de Minas Gerais* (1865). Privilegia-se nesse mapa o serviço público dos Correios, a composição fiscal e a hidrografia da província. Os engenheiros e desenhistas atuaram como mediadores dos interreses regionais, constituindo uma rede de profissionais atrelados ao poder provincial, que transmitiu através de uma escrita cartográfica saberes estratégicos para o controle do território, suas riquezas e sua população (KANTOR, 2010: 120/123).

mercantil e de idéias (correios, estradas, rios), de outro, temos a delimitação do espaço limítrofe da fronteira administrativa e do aparato fiscal (divisa da província, Recebedorias e Coletorias). Atenta-se que em linhas contínuas de cor vermelha estão representadas as ligações postais, as linhas dos correios, e, em bandeiras de cor verde a localização das Recebedorias. Tais características podem ser vislumbradas, através do excerto abaixo, que privilegia a região da Mata mineira.[5]

Fig 2 - Excerto do Mappa das Colletorias, Recebedorias e seos estravios, Linhas de Correios e suas ramificações da Província de Minas Geraes coordenado pela carta geographica da mesma Província e documentos obtidos nas respectivas Repartições, por João R. Duarte, dezenhador copista da Directoria Geral de Obras Públicas sob a imediata inspecção do Sr. Engrº Aroeira, em junho de 1865.



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Em 1858, através da lei n. 957 de junho, a província de Minas autorizou a construção de um ramal de estrada ligando a Vila do Mar de Espanha à estrada da Companhia União e Indústria no ponto denominado Três Barras (LLM, 1858, Lei 957: Art. 1). No ano seguinte, em 1859, o Engenheiro Henrique Gerber apresentou um extenso relatório com detalhes técnicos e econômicos sobre a edificação da estrada entre Mar de Espanha e o ponto de Três Barras na estrada da Companhia União e Indústria:[6]

[5] Acredita-se que uma abordagem sistemática da produção cartográfica sobre o espaço de Minas no século XIX, conjugada com outras fontes primárias, possa contribuir para a discussão sobre a especificidade das diversões regiões de Minas Gerais e, portanto, para o debate historiográfico acerca da regionalização. Em assim sendo, a dimensão da representação cartográfica e a interação com a demografia, as tendências econômicas e as relações sociais desempenhariam papel fundamental para uma abordagem das singularidades temporais e espaciais da província.

[6] O Engenheiro Henrique Gerber realizou os exames técnicos com o auxílio do ajudante Gustavo Dodt. Uma das dificuldades apontadas eram os acentuados declives dos caminhos que partiam da Vila de Mar de Espanha para os Portos do Chiador ou Mar de Espanha, Porto Novo do Cunha, Sapucaia e Porto Velho do Cunha. Assim, aconselharam o abandono das antigas estradas e a abertura de uma nova via de comunicação. Cf. Relatório que

> *Todas as tropas que actualmente seguem para a Ponte do Chiador, e a maior parte das que vão para Sapucaia, passão pela Villa do Mar d' Hespanha, sendo pois aberta a referida estrada, todas estas cargas serão entregues aos carros já na Villa, e assim acaba-se immediatamente com a passagem do Chiador, reduz-se á metade a da Sapucaia, acabe-se com os terriveis caminhos que para lá conduzem com todas as suas calamidades e com os sacrificios que a Provincia faz e ha de fazer sempre com a sua conservação. A prova mais evidente da necessidade d'esta estrada está na lei N° 957 de 6 de junho de 1858 (...). (...)deve nos occupar mormente a seguinte questão: Serão sempre bastante freqüentadas e aumentadas as estradas, que vamos projectar, afim de que no caso de uma empresa possão pagar os interesses do capital pelas barreiras estabelecidas? É n'este sentido, que devemos {averiguar} a presumida frequencia n'essas estradas de rodagem (...). (...)Em um paiz novo, onde ate agora não existem importantes povoações, em que ainda não se sabe onde se formarão os centros de producção, etc, torna-se mais difficil determinar antecipadamente a melhor direcção de uma estrada que preenche um fim racional economico. Naturalmente se ha de procurar tocar as maiores povoações existentes, cidades, cabeças dos Municipios, etc, mas não deve ser esta uma questão de rigor. O primeiro ponto de vista deve ser sempre; obter um traçado que seja quanto a parte technica o mais perfeito; que corresponda inteiramente ao actual estado da arte, que facilite as communicações como convem a um paiz civilizado, e não obstante se concilie com a maior economia nas despesas. É claro, que em circumstancias d'esta ordem sempre se levantão vozes no sentido de fazer crer que são feridos certos { } pela escolha de um ou outro traço, paciencia! A estrada não pode passar { } de cada interessado, não se pode satisfazer aos desejos de todos (...)* (Arquivo Público Mineiro, SPOP 3-1, Caixa 1, doc. 05).

Henrique Gerber atentou para os fluxos comerciais de exportação de café e outros gêneros, assim como as taxas itinerárias incididas sobre muares, porcos, ovelhas e cabras (APM, SPOP 3-1, Caixa 1, doc. 05). O Engenheiro efetuou uma extensa compilação estatística do volume de circulação em cinco Recebedorias: Ericeira, Mar de Espanha, Sapucaia, Porto Novo do Cunha e Porto Velho do Cunha. Para isso, utilizou os dados dos anos financeiros de 1854/55, 1855/56, 1856/57, bem como realizou estudos sobre a topografia e a hidrografia, visando atender aos preceitos técnicos de modo que a estrada nunca excedesse a declividade de 3% ao longo do percurso.[7] Por fim, apresentou a seguinte proposta de construção:[8]

Tabela - Estrada entre uma ponte sobre o rio Paraíba até a Vila de Mar de Espanha (1859)*

Trajeto	Distância (Km)**	Prazo de conclusão	Preço total
Início: ponte sobre o Rio Paraíba na estrada União e Indústria	54,450 quilômetros	14 a 18 meses	1:188:000$000

ao Illmo Exm Sr. Conselheiro Carlos Carneiro Ribeiro da Luz entregou o Illm e Exm Sr. Conselheiro Carlos Carneiro de Campos em o dia 6 de abril de 1859. Ouro Preto, Typographia Provincial, 1859, p. 27/28.

[7] "(...) é cousa ultimamente tão discutida que é quase supérfluo mencional-o ainda: que a largura deve ser de 32 palmos entre as fossas lateraes augmentando na vizinhança das povoações até 40 palmos, que os declives nunca devem exceder á 3% e assim como o raio das curvas nunca deve ser menor de 200 palmos, que a estrada seja construída, sobretudo á respeito das obras d´arte, com aquella solidez que prescrevem os princípios da arte moderna" (APM, SPOP 3-1, Caixa 1, doc. 05).

[8] Para as transformações do sistema de pesos e medidas do século XIX (braça, palmo, légua etc) utilizamos a obra do engenheiro provincial Modesto de Faria Bello. Este atuou na província como engenheiro de Minas Gerais entre a década de 1860 até a aposentadoria em julho de 1886. Cf. BELLO, Modesto de Faria. *Tabellas do novo systema de pesos e medidas e principalmente da reducção das antigas medidas agrárias às do systema métrico e vice-versa*. Rio de Janeiro: Typographia de Adolpho de Castro & Cia, 1882.

T**érmino:** Vila de Mar de Espanha

Fonte: APM, SPOP 3-1, Caixa 1, doc. 05.
*A estrada seria construída em parceira com a província do Rio de Janeiro, posto que 4,950 quilômetros da estrada estavam na referida província. E o restante 54,450 quilômetros se encontravam em Minas Gerais, atingindo a distância total 59,400 quilômetros. Apenas consideramos nesse cálculo o trecho de Minas Gerais.
**Para a transformação de cada légua em quilômetro se utilizou a seguinte razão: 1 légua = 6.600 quilômetros.

O diagnóstico do fluxo de circulação elaborado pelo engenheiro Henrique Gerber contribuiu para a seleção do traçado.[9] Deste modo, cabe avaliar, separadamente, os dados obtidos pelo mesmo para a exportação de café, que englobam quatro Recebedorias: Ericeira, Sapucaia, Mar de Espanha e Porto Novo do Cunha.[10] Nota-se que somando o volume de exportação de café em cada Recebedoria, alcança-se a totalidade de 23.7 toneladas exportadas entre os anos financeiros de 1854 a 1857. Se considerarmos que toda a exportação de café se realizou por meio de mulas, temos a estimativa de uma circulação de 202.460 muares num intenso fluxo interprovincial para os três anos financeiros.

Ano financeiro*	**Recebedoria**	**Exportações de café**		**Estimativa de muares ****
		Toneladas	**%**	**N°**
1854- 1855	Ericeira	1.8	2,7	1.606
	Mar de Espanha	2.5	36,8	21.891
	Sapucaia	2.0	30,0	17.860
	Porto Novo do Cunha	2.1	30,4	18.100
	Total	**6.9**	**100,0**	**59.457**
1855-1856	Ericeira	0.4	7,0	4.154
	Mar de Espanha	2.5	36,7	21.561
	Sapucaia	2.0	30,3	17.826
	Porto Novo do Cunha	1.7	25,8	15.172
	Total	**6.8**	**100,0**	**58.713**
1856-1857	Ericeira	0.6	6,8	5.735
	Mar de Espanha	3.2	32,3	27.313

[9] "As vantagens que immediatamente deve trazer a abertura d'este pedaço de estrada, são assas patentes, para que eu deva ainda enumeral-as. Todas as tropas que actualmente seguem para a Ponte do Chiador, e a maior parte das que vão para Sapucaia, passão pela Villa do Mar d' Hespanha, sendo pois aberta a referida estrada, todas estas cargas serão entregues aos carros já na Villa, e assim acaba-se immediatamente com a passagem do Chiador, reduz-se á metade a da Sapucaia, acabe-se com os terriveis caminhos que para lá conduzem com todas as suas calamidades e com os sacrificios que a Provincia faz e ha de fazer sempre com a sua conservação. A prova mais evidente da necessidade d'esta estrada está na lei n. 957 de 6 de junho de 1858 (...)" (APM, SPOP 3-1, Caixa 1, doc. 05).

[10] Ao mensurar o fluxo de circulação mercantil e utilizá-lo como ponto de partida para a elaboração do projeto de construção e escolha do traçado, o engenheiro Gerber salientou a fragilidade dos dados fiscais: "(...) limitemo-nos aos dados que fornecem os registros das Recebedorias sobre a actual freqüência, para depois podermos fundar n'ellas seguras conclusões. Apezar de que estes dados não são exactos, dando elles sempre algarismos inferiores á verdade por motivos bastante conhecidos; melhor é ficarmos aquém da verdade, do que exagerarmos em cousas que exigem a maior cautella" (APM, SPOP 3-1, Caixa 1, doc. 05).

	Sapucaia	3.3	33,8	28.573
	Porto Novo do Cunha	2.6	26,8	22.669
	Total	**9.9**	**100,0**	**84.290**
Total 1854-1857		**23.7**	**100,0**	**202.460**

Fonte: APM, SPOP 3-1, Caixa 1, doc. 05. As arrobas foram convertidas para quilogramas, tendo como base à razão de 1 arroba = 14,689 quilos.
*O ano financeiro iniciava-se no dia 1° de julho e findava em 30 de junho.
** Para o cálculo do número dos muares em circulação se utilizou como base de cálculo a capacidade média de transporte de 8 arrobas por animal. Cf. CRAVO, Télio A.; GODOY, Marcelo M. Por estradas e caminhos do interior do Brasil oitocentista: viajantes e o desenvolvimento da infra-estrutura de transportes de Minas Gerais. *Anais do XIV Seminário Sobre Economia Mineira.* Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2010, p. 14.

Temos, portanto, para o triênio 1854-1857 uma média de exportação de café e de circulação de muares, respectivamente, de 7.9 toneladas e 67.4 mil mulas em trânsito nos caminhos que seguiam em direção ao Rio de Janeiro. Constata-se que a Recebedoria de Mar de Espanha apresentava a maior quantidade exportada de café para o triênio: 8.3 toneladas e uma média anual de 2.7 toneladas. Em seguida, a Recebedoria de Sapucaia indicava uma totalidade de 7.5 toneladas exportadas, sendo a média anual de 2.5 toneladas de café. Em termos comparativos, a média de exportação de café em circulação na região da Mata compreendia 6.1% da produção total exportada pelo país entre os anos de 1854 e 1857.

Tabela - Média de exportação de café, 1854-1857

Período	**Brasil**		**Minas Gerais***	
	Toneladas	**%**	**Toneladas**	**%**
1854/57	128.1	100.0	7.9	6.1

Fonte: APM, SPOP 3-1, Caixa 1, doc. 05; SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, pp. 17-31.
*****Dados de exportação de café das seguintes Recebedorias: Ericeira, Mar de Espanha, Sapucaia e Porto Novo do Cunha.

A compilação estatística fornecida para as referidas Recebedorias não se restringia aos dados de exportação de café. Nota-se, deste modo, o trânsito de porcos, ovelhas e cabras na esfera interprovincial. Embora estejam em proporção reduzida em relação ao montante exportado de café, não se deve diminuir a importância deste fluxo interprovincial, que alcançou para o triênio financeiro um fluxo médio de 5.394 animais (porcos, ovelhas e cabras).

Infelizmente, através das indicações obtidas nas pesquisas realizadas na documentação coeva, não foi possível avaliar se a construção da referida estrada se concretizou. Contudo, pode-se concluir que o entrelaçamento entre a melhoria de uma via de comunicação e o incremento da renda pública pautou os trabalhos do engenheiro Gerber e do seu ajudante

Gustavo Dodt, que intermediaram, assim, interesses privados, anseios tributários da Assembléia Legislativa e pressupostos da técnica e da ciência para a seleção de um trajeto em um terreno menos acidentado. A secção seguinte privilegiará a análise do registro de patente de uma ponte pênsil, obtida no ano de 1858, e a proposta de construção da dita ponte em Porto Novo do Cunha, que registrava, em termos médios para os anos fiscais de 1854/57, a passagem de 2.2 toneladas de café e 18.647 de muares em trânsito interprovincial. Todavia, cabe ressaltar que parte desse fluxo mercantil interprovincial se utilizava de embarcações fluviais do Porto Novo do Cunha para a travessia de uma margem a outra do Rio Paraíba, como se observará a seguir.

A patente de uma ponte pênsil no Brasil: a tentativa de difusão e construção sobre o Rio Paraíba

Em 1808, James Finley patenteou nos Estados Unidos a moderna ponte pênsil. A inovação se difundiu rapidamente pela Grã-Bretanha e França. O francês Claude Navier publicou, em 1823, um tratado sobre as pontes suspensas (KRANAKIS, 1997).[11] Navier, engenheiro do *Corps des Ponts et Chaussées*, procurou adaptar a ponte suspensa às tradições e objetivos da arquitetura francesa. Assim, o *design* desenvolvido para a construção de ponte suspensa era elegante, monumental, requeria considerável quantia pecuniária e alto nível de conhecimento técnico. Por outro lado, o *design* proposto por Finley era dimensionado por três objetivos, que revelavam a interação entre inovação, tecnologia e a sociedade dos Estados Unidos no século XIX: i) *design* econômico para construir e conservar; ii) permitia ser construído e reparado por ferreiros e carpinteiros dado a facilidade de compreensão; iii) reconhecia que o *design* da ponte deveria ser adaptado as condições locais existentes.

A ponte pênsil difundiu-se inserida em um contexto do sistema de patente americano, que concedeu ao inventor James Finley o direito de monopólio de dezessete anos para a exploração da inovação:

[11] O estudo de Eda Kranakis sobre a ponte suspensa em França e nos Estados Unidos teve por objetivo analisar de forma comparativa o uso e produção do conhecimento tecnológico, levando em consideração a especificidade da sociedade e das instituições: "Documenting the existence of distinct French and American traditions of technological knowledge and research, I characterize some of the differences between them and examine how the traditions as inevitable by-products of "democracy" or "aristocracy". Rather, I examine how they (technological knowledge) were specifically linked to the different structures France's and America's technological communities, including their relations to the state, their reward systems, and their systems of technical education (which shaped research methodologies and the production of knowledge). For example, I show that the French technological community was more stratified and hierarchical than the American, and the each stratum was associated with a distinct form of technical education, focusing predominantly on either mathematical, experimental, or workshop training. The emphasis on the mathematical knowledge was specifically characteristic of the top stratum of French technologists and of France's elite technical schools. American's technical schools were not as stratified, and their curricula united these three forms of knowledge" (KRANAKIS, 1997, p. 4).

> *This particular institucional-economic context, involving competition through the patent system, had several implications for Finley's design. First, to earn much profit, Finley's design would have to be sold, or reproduced, as widely as possible, and this made it essential for the design to be economical relative to its competitors, standardized, and universally applicable* (Ibidem, 1997, p. 40).

Observa-se que, no início do século XIX, havia poucos engenheiros civis formados nos Estados Unidos e, portanto, a difusão da ponte suspensa dependia da habilidade de artesãos locais:[12]

> *It has been estimated that there were no more than 30 civil engineers in the entire country in 1815. Before the founding of West Point (in 1802) there was no institution in America that provided comprehensive training for civil engineers, and even West Point did not offer a solid course in the subject until 1816. (...) Although some craftsmen who specialized in bridge building were extraordinarily creative and capable, the average carpenter or blacksmith could not be expected to undertake very large or complex projects. For example, it could not be assumed that a local craftsman would have anything more than a rudimentary knowledge of arithmetic. As a consequence, for a design to be widely applicable it had to be relatively straightforward and uncomplicated to build. Finley took particular care to create a standard plan that could be adapted to a particular site with no need for any but the most trivial arithmetic or geometric calculations. His plan was supposed to "enable any person to make a rough estimate for any particular case"* (Ibidem, 1997, p. 41/42).

Em Portugal, a construção da primeira ponte pênsil se realizou com o auxílio de engenheiros franceses. Em 1841, se iniciou a construção da dita ponte e após dois anos foi inaugurada na cidade do Porto (MATOS, 1980, p. 217).

Fig. 3 – Ao fundo, a primeira ponte pênsil construída em Portugal, na cidade do Porto – 1843.

Fonte: Câmara Municipal do Porto. *Centenário da Ponte Pênsil: exposição comemorativa inaugurada no dia 17 de fevereiro de 1943*. Porto: Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, 1943.

Já no Brasil, em 1858, o português Antonio Joaquim Pereira de Carvalho adquiriu o privilégio para a exploração de construção de pontes e aquedutos pensis para o período de vinte anos.[13] A concessão da patente da ponte e aqueduto pênsil baseou-se nas normas

[12] "The precise number of chain bridges constructed from James Finley's plan is not known. In 1820, when the French engineer Joseph Cordier toured America to learn of advances in transportation technology, he reported that 40 chain bridges had been built" (KRANAKIS, 1997, p. 61).

[13] Decreto n° 2136 de 27 de março de 1858: "(...) hei por bem conceder-lhe por vinte anos para a sua invenção de construcção de pontes e aqueductos pensis constante das descrições e desenhos que apresentou, e que ficão

jurídicas instituídas pela Lei de Patentes de 1830.[14] Esta, inúmeras vezes, concedia iguais condições de privilégio tanto aos inventores quanto aos introdutores de indústrias estrangeiras desconhecidas no Brasil, ou seja, na lei e no uso da norma prevalecia a indistinção entre inovador e introdutor, posto que, no caso deste último, o prêmio se tornava privilégio de anos. Certamente, esse era o caso da patente concedida ao português Antonio Joaquim Pereira de Carvalho. Atenta-se que não havia nenhum dispositivo que impedia aos introdutores obterem o direito de exclusividade de anos (MALAVOTA, 2011, p. 160/164). Havia duas possibilidades para recompensar o introdutor de um artefato estrangeiro desconhecido no país: i) concessão de prêmio pela introdução como, por exemplo, condecoração ou o pagamento pecuniário; ii) o privilégio de exclusividade de duração variável (de cinco a vinte anos) de exploração sobre o objeto introduzido no Brasil. Geralmente, optava-se pela concessão do privilégio de anos: "*Tal prática parece ter sido adotada por falta de verba orçamentária aos prêmios instituídos pela lei"* (CERQUEIRA, 1946, t. 1, 1°vol, p. 32).[15]

Além disso, o § 5° do art. 10 da Lei de patente de 1830 previa que o privilégio de patente poderia cessar caso o beneficiário não colocasse em prática a invenção ou descoberta dentro do prazo de dois anos depois de concedido o direito de patente (CLIB, 1876, Lei de 1830, art. 10). Em vista disso, Antonio Joaquim apresentou uma proposta de edificação de uma ponte pênsil na província de Minas Gerais sobre o Rio Paraíba, nas proximidades do Porto Novo do Cunha. O referido Rio constituía-se em uma fronteira natural da divisa entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais.[16] E, dessa forma, um importante obstáculo natural a ser constantemente

---

competentemente archivado" (Colleção das Leis do Império do Brasil (CLIB), 1858, t. XIX, 2° parte, Decreto n°2136).

[14] A Lei de Patentes de 1830 era composta por dez artigos, dentre esses destacaremos os seguintes: "Concede privilégio ao que descobriu, inventar ou melhorar uma industria util e um premio ao que introduziu uma industria estrangeira, e regula sua concessão. (...) Art 1°- A lei assegura ao descobridor, ou inventor de uma industria util a propriedade e o uso exclusivo de sua descoberta ou invenção. Art 2° - O que melhorar uma descoberta, ou invenção, tem no melhoramento o direito de descobridor, ou inventor. Art 3°- Ao introductor de uma industria estrangeira se dará um prêmio proporcionado a utilidade, e difficuldade da introdução. (...) Art 5° - As patentes se concederão segundo a qualidade da descoberta, ou invenção, por espaço de cinco até vinte annos (...). Art 6° - Se o Governo comprar o segredo da invenção, ou descoberta, fal-o-ha publicar; no caso, porém, de ter unicamente concedido patente, o segredo se conservará occulto até que expire o prazo da patente. Findo este, é obrigado o inventor ou descobridor a patentear o segredo" (Colleção das Leis do Império do Brasil (CLIB), 1876, Lei de 1830, art 1°, 2°, 3°, 5° e 6°).

[15] Deve se destacar que a ponte pênsil já havia sido construída no Brasil. O engenheiro francês Louis Léger Vauthier, que exerceu a função de chefe da Repartição de Obras Públicas na província de Pernambuco entre 1840 e 1846, ergueu, em 1842, a ponte pênsil de Caxangá sobre o Rio Capibaripe. Ver: Freyre, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, t. 1, pp. 348-363.

[16] "A província de Minas Gerais que se distingue pela riqueza de suas águas (...). O mais meridional desses rios é o Paraíba do Sul (pará, rio, iba, água clara). (...) Ao sul da Serra da Mantiqueira, esse rio forma a fronteira entre a província de Minas Gerais e a do Rio de Janeiro e, mais ao leste, os limites entre esta província e a do Espírito Santo. De Minas Gerais ele recebe o tributo de dois caudais importantes, o Rio Paraibuna e o Rio Pomba. O curso total do Paraíba do Sul é estimado entre 140 e 145 léguas. É navegável apenas em sua porção leste, entre a Serra de São Fidélis e sua foz, em São João da Barra" (HALFELD; TSCHUDI, 1998, p. 75).

atravessado pelos animais, cargas e pessoas que realizavam o trânsito mercantil interprovincial em direção à província do Rio de Janeiro.

Diante disso, a proposta foi submetida para a avaliação e após a análise da mesma optou-se por empreender a construção da ponte pênsil. A província, em outubro de 1858, firmou contrato com Antonio Joaquim, após os pareceres de duas instâncias burocráticas da província: 1) Repartição de Obras Públicas;[17] 2) Contadoria da Mesa das Rendas. Ambas as instâncias demonstraram ser favorável à edificação da dita ponte, ressaltando pontos distintos e complementares. A Contadoria da Mesa das Rendas examinou o dito projeto e declarou o caráter de utilidade pública da ponte, já que incrementaria, através do crescimento do trânsito interprovincial, a arrecadação pública e, por outro, desoneraria os cofres da despesa média anual de 2:832$940 réis com barcas e barqueiros do Porto Novo do Cunha, que efetuavam a navegação de uma margem a outra do Rio Paraíba. Tal prática de transporte fluvial se constituía numa alternativa adequada às condições de deficiência e/ou ausência de ponte sobre o Rio Paraíba.

Despesa da província com a barca e barqueiros do Porto Novo do Cunha (1854-1857)	
Ano financeiro (*)	**Despesa (Réis)**
1854-1855	2:210$000
1855-1856	3:900$695
1856-1857	2:380$170
Total	**9:490$865**
Despesa média anual	**2:832$940**

Fonte: APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 17-06.
*O ano financeiro iniciava-se no dia 1° de julho e findava em 30 de junho.

O Inspetor Geral das Obras Públicas, José Rodrigues Duarte, dissertou sobre diversos aspectos: i) o local onde se edificaria a ponte; ii) a dimensão e os materiais que se utilizariam na obra; iii) o modelo de cálculo para alcançar o custo total da obra; iv) a hipoteca geral dos bens ofertada por Antonio Joaquim como garantia para a realização da obra; v) a importância da passagem do Rio Paraíba e a possibilidade de crescimento do rendimento da Recebedoria

[17] Em 1859, a Secretária da Repartição de Obras Públicas era composta por um Inspetor Geral das Obras Públicas, um Oficial maior, dois 1° Oficiais, dois 2° Oficiais, dois Amanuenses titulados, dois Amanuenses extraordinários, dois responsáveis pelo Almoxarifado, um Porteiro, dois contínuos e um Administrador das obras públicas, totalizando dezesseis funcionários (APM, SPOP 3-4, Caixa 3, doc. 19). Sobre a evolução administração relativa à Repartição de Obras Públicas, ver: BARBOSA, Lidiany Silva. *Tropas e ferrovias em uma província não-exportadora: Estado, elites regionais e as contradições da política dos transportes no início da modernização – Minas Gerais, 1835-1889*. Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, pp. 43-45.

de Porto Novo do Cunha.[18] E, por fim, ressaltou a utilidade da obra, assim como a viabilidade de execução da ponte pênsil:

> *Resta porem resolver um problema, e é, se será exequível a construcção de uma ponte pênsil pelo systhema do proponente á isso respondo que a exequibilidade se deve considerar demonstrada pelos termos em que é concebida a Carta Patente que o Governo Imperial lhe expedio em 31 de março deste anno (...). O Imperador por bem, nos termos do art 11 da lei de 28 de Agosto de 1830, conceder ao proponente privilegio por vinte annos (é o Maximo da dita lei) para sua invenção de construcção de pontes e aqueductos pensis, constante da descripção e dezenhos que apresentou e que ficão competentemente archivados. Ora devendo se suppor que as disposições da lei forão cumprida segue-se que sobre a exequibilidade não pode haver duvidas* (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 17-02).

Contudo, ainda havia o desconhecimento parcial sobre a largura do rio, componente essencial do cálculo de custo da obra:

> *Não sei qual seja a largura do Rio Parahyba no lugar designado, se me regular pelo mappa junto que contem a planta imperfeita do projectado Caes devo suppor que o rio tem ahi a largura de cento e vinte palmos. Se assim for, uma ponte pelo systema do proponente tendo 120 palmos de comprimento e vinte de largura, contem 24 braças quadrada que á rasao de 2:200$000 r^{s} importão em 52:800$000 r^{s} preço em verdade rasoavel para uma ponte sobre o Rio Parahyba (...)* (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 17-02).

Ponte pênsil sobre o Rio Paraíba				
Ano	**Localização**	**Dimensão (*)**	**Material**	**Orçamento**
1858	Próximo ao Cais do Porto Novo do Cunha	26,4 metros de comprimento e 4,4 metros de largura = 116,16 metros quadrados	pedra, cal, madeira e ferro	Cada metro quadrado multiplicado por 454$000 réis, sendo o custo total de 52:800$000 réis

Fonte: Arquivo Público Mineiro, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 17-02.
*Utiliza-se a seguinte razão: 10 palmos = 2,2 metros; cada braça quadrada = 100 palmos quadrados.

Além do desconhecimento exato sobre a largura do Rio Paraíba, a construção da ponte estava condicionada pela seleção do lugar onde seria edificada. O início da dita obra somente se realizaria após designação do local exato para construí-la. A responsabilidade de tal escolha ficou sob a tutela de uma Comissão local nomeada pelo presidente da província. Temos, assim, uma autonomia concedida pela presidência da província a uma Comissão de locais. Foram nomeados para compô-la três moradores daquela região: 1) Comendador Manoel Jose Monteiro de Castro; 2) Miguel Eugenio Monteiro de Barros (proprietário de fazenda na região de São Paulo do Muriaé e encarregado da obra de construção do Cais do

[18] O rendimento da Recebedoria do Porto Novo havia sido de 9:115$000 réis para o ano financeiro de 1853-1854. No ano seguinte 1854-1855 atingiu o valor de 16:158$098 réis e no ano de 1855-1856 alcançou 12:748$924 réis. O Inspetor Geral, como se pode observar, projetava o crescimento da arrecadação: "(...) sendo que estas sommas não são senão o producto de 3 e 6 p^{r}% que pagão na exportação certos generos, e do imposto de passagem como V.Ex^{a} poderá verificar nas tabellas da Meza das Rendas Provinciaes por que o imposto de 4 p^{r} % sobre o Café, que alli deve avultar consideravelmente, vista a escalla em que este genero se cultiva na parte de leste do Municipio do Pomba e em todo o territorio dos do Mar d'Hespanha e Leopoldina por virtude do convenio existente vae apparecer na Directoria das Rendas da Provincia do Rio, onde a de Minas o recebe todos os mezes" (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 17-02).

Porto Novo do Cunha); 3) Barão de Aiuruoca (proprietário de fazendas em Mar de Espanha).[19]

Em carta enviada ao presidente da província, o Comendador Manoel Jose Monteiro de Castro agradecia a escolha presidencial para ocupar a Comissão, mas argumentava em prol da construção da ponte pênsil na localidade denominada Ilha dos Pombos, situada entre o Porto Novo do Cunha e Porto Velho do Cunha. Para tanto, salientou duas motivações para a edificação da dita ponte naquela localidade: i) o Rio era mais estreito, sendo apenas de 15,4 metros; ii) a Ilha dos Pombos se situava na mesma direção da estrada do Sumidouro que seguia para a província do Rio de Janeiro (Arquivo Público Mineiro, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 17-18). Porém, segundo o Inspetor Geral de Obras Públicas, o empreiteiro português Antonio Joaquim havia descartado erguer uma ponte na Ilha dos Pombos pelos seguintes motivos: i) na localidade da Ilha dos Pombos seria mais difícil adquirir materiais provenientes do Rio de Janeiro; ii) teria de erguer duas pontes em vez de uma; iii) a extensão das duas pontes equivaleria a de uma feita em outro lugar.

Os trabalhos realizados em conjunto entre a Comissão e o Inspetor Geral de Obras Públicas concluíram que a dita ponte iria alcançar um valor exorbitante, visto que os estudos demonstraram que a largura do rio era extremamente superior a largura que servira de base para a elaboração do contrato, como se vislumbra em correspondência enviada, em 1859, ao presidente da província pelo Inspetor Geral:

> *(...) pelos exames a que procederão o Barão da Ayuruoca, o Com^{dor} Manoel José Monteiro de Castro e Antonio Joaquim Pereira de Carvalho, os dous primeiros membros da Commissao nomeada para a designação do lugar em que no Rio Parahyba se devia collocar a ponte pênsil, e o ultimo encarregado de sua execução (...), reconheceu se que nem no Porto Novo do Cunha em que se projectava collocar a ponte, nem em qualquer outro lugar do dito Rio tem elle uma largura menor de oitenta a cem braças, não se verificando por tanto a hypothese que sérvio de base do dito contracto, pelo qual se contava, ter de construir uma ponte sobre uma largura de doze braças, ou cento e vinte palmos, importando neste caso o seu custo na quantia de cincoenta e dous contos, e oitocentos mil reis R^{s} 52:800$ indicada na base 5° do dito contracto.* (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 17-24).

A partir de então, as cartas enviadas pelo português Antonio Joaquim ao presidente da província passaram a questionar as atitudes e a honestidade do Inspetor Geral e da Comissão em relação à medição da largura do rio:[20]

---

[19] Segundo Alcir Lenharo, a família Teixeira Leite, da qual fazia parte o Barão de Aiuruoca, havia se enriquecido na região de São João del Rey através do comércio, mineração e pela concessão de empréstimos para a compra de escravos (LENHARO, 1977/78, p. 37): "(...) Custódio Ferreira Leite (futuro Barão de Aiuruoca) (...). De família mineira de São João Del Rey, aventurou-se na região de Vassouras, para onde fez convergir grande número de parentes seus. Antes que se convertesse num dos primeiros cafeicultores de Mar de Espanha, na Zona da Mata mineira, passou longo tempo dedicando-se ao serviço de obras públicas, rasgando estradas, construindo pontes, etc. Trouxe dessa etapa os cabedais que lhe permitiriam ligar-se à construção dos trechos finais da estrada da Polícia, já em solo mineiro; disso traria partido, empregando lucrativamente seus escravos nos trabalhos da estrada"(LENHARO, 1979, p. 68).

> *Ninguem acreditará que aquelles illustres Membros da Commissão, revestidos do seu caráter official, desempenhassem um perfeito papel de medo ou comparças por esse silencio completo que {V.Sa} lhe quer atribuir. (...) eu convidando aquelles illustres membros para a confecção da acta, um d'elles o Ilmo Comendador Manoel Jose Monteiro de Castro pretendia começar a discutir o meu Contracto, e eu, com os termos mais convenientes e atenciosos lhe observei que as attribuições da Commissao se limitavam á simples designação do lugar, mas nunca nunca exercer faculdade, que o Governo Provincial, na sua especial nomeação, lhe não havia dado.* (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 17-55).

Por fim, sob a alegação de que o contrato vigorava em base falsa em virtude do desconhecimento da largura real do Rio Paraíba e, portanto, orçado num valor inverídico, o contrato foi cancelado. Em Minas Gerais, a tentativa de introdução da técnica pênsil não se fez sem querelas: "*(...) a influência da técnica estrangeira não se faz sentir (...) sem atritos, ressentimentos, em consequência da competição com agentes de outras culturas e principalmente com os técnicos nacionais e com burocratas e políticos oposicionistas da terra*" (FREYRE, 1960, t.1, p. 229). Estranhamente, não há, ao longo do processo, nenhum parecer assinado por um engenheiro relativo à medição da largura do Rio Paraíba. Conclui-se que a tentativa de introduzir a técnica pênsil, mediada e protegida pelo sistema de patente de 1830, possivelmente se deparou com interesses escusos privatistas e regionais que estavam inseridos no âmbito da infra-estrutura viária da província. Não se trata de abordar o inventor como um herói, impossibilitado de realizar uma grande benfeitoria e, muito menos, em confundir mudança tecnológica e transformação socioeconômica. Trata-se de revelar a diversidade de elementos que compõem o espectro cultural, político e econômico fundamentais para o ritmo de difusão de uma tecnologia (ROSENBERG, 2006, p. 25), assim como reconhecer que, para patentear a ponte pênsil, o empreiteiro português Antonio Joaquim Pereira de Carvalho estava em consonância e atento à tecnologia viária produzida externamente seja em Portugal, em França ou nos Estados Unidos (BASALLA, 2001, p. 61/82):

> *As competências básicas envolvidas na invenção e uso da técnica na Europa setecentista têm mais a ver com o saber-fazer, com o controle empírico de processos mecânicos, a habilidade, imaginação, originalidade, teimosia do que com a capacidade de compreender de forma sistemática e planificada conjuntos de causas e relações. Apenas a partir de 1850 o papel da ciência passa a ser mais efectivo na criação de progresso técnico, sem, contudo, eliminar o inventor engenhoso, o autodidacta ou o homem prático* (MADUREIRA; MATOS, 2005, p. 125).

---

[20] O encarregado de construir a ponte pênsil argumentava que o melhor local para a edificação da mesma era nas proximidades da Capella de Santa Anna. A localidade foi selecionada por ele quando em viagem conjunta com todos os membros da Comissão e do Inspetor Geral das Obras Públicas. O empreiteiro alegava que quando selecionou aquela localidade nenhum membro da comissão levantou voz contrária e ainda ressaltou que todos permaneceram em silêncio. Porém, quando retornaram ao Arraial de São José do Paraíba para lavrar a Ata de escolha os membros da Comissão negaram fazê-la. Ademais, salientava que não havia nenhuma ordem expressa pelo Inspetor Geral para que o engenheiro Gerber e seu ajudante Gustavo Dodt realizassem a medição do Rio Paraíba, bem como relatava que já estavam encomendados da Inglaterra os ferros necessários para a construção da ponte pênsil. (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 17-55).

De madeira e pedra, uma ponte sobre o Rio Paraíba: engenheiros, trabalhadores e empreiteiro no aperfeiçoamento de uma "velha" tecnologia

Havia já diversas solicitações para a construção de uma ponte sobre o Rio Paraíba na Ilha dos Pombos. As reivindicações remetiam à década de 1850, mas somente em 1871, que a presidência da província autorizaria a construção da ponte sobre o rio Paraíba, no lugar denominado Ilha dos Pombos (LLM, 1871, Lei n. 1765).[21] Esta, por sua vez, localizava-se, aproximadamente, a uma distância de doze quilômetros de Porto Novo do Cunha. O contratante da referida obra, o cidadão José Maria de Souza Passos, segundo o Engenheiro Bruno Von Sperling, apresentava um interesse econômico para que a ponte fosse edificada:

> *O snr Passos nunca havia querer sujeitar se a esta empreza se elle não tivesse em vista que elle por meio d'esta ponte realisara grande interesse de sua propriedade da ilha que tem área de 80 Alqueires, e da qual elle pretende transformar grande parte em pasto* (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc.18-44).

Em maio de 1871, a província de Minas Gerais celebrou o contrato de construção da dita ponte, no qual expressava as condições técnicas e as diretrizes que deveriam ser adotadas pelo empreiteiro José Maria de Souza Passos:

> *1°Seguirá o projecto levantado em 15 de janeiro de 1870 pelos Engenheiros Clemente de Novelleto Sptzler e Francisco Pereira Passos sendo o local da construção o indicado no perfil n° 3 da planta (...). 2° Empregará somente braúna, ipé, sucupira, sapucaia e peroba, mas no engradamento e vigamento somente braúna e ipe.(...) 5° As pedras deverão ser assentadas em cimento puro de Portland não apresentando juntas superiores de 0,^{m}005 (cinco millimetros) (...). 7° A provincia pagará ao contractante a quantia de 31:220$000 r^{s} em duas prestações iguaes, sendo a primeira logo que tiverem começo as obras o que poderá ser provado por meio de attestado da Camara Municipal do Mar de Hespanha, ou das autoridades da Freguesia de S. Jose d'Alem Parahyba. A 2° logo que forem aceitas as obras depois de examinadas e approvadas por Engenheiro da Provincia.(...) 12° Si durante a construção das obras, julgar-se necessario fazer alguma alteração no projecto, de modo que lhes dê maior segurança ou facilite a execução, poderá o arrematante recorrer a algum engenheiro da estrada de ferro de Pedro 2° para indicar o modo mais consciente de realizar essa modificação que so será levada a effeito por autorização da Ex^{ma} Presidência.(...) 14° O contratante obriga-se por ultimo a conservar gratuitamente as obras que fizer por espaço de um anno contado do dia em que as pontes forem abertas ao transito publico* (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 18-59).

Salienta-se que para alcançar a formulação do dito contrato atores específicos, mormente engenheiros, atuaram no exame e escolha do local para edificar a ponte, confecção de planta e orçamento. Diante disso, pode-se afirmar a existência de duas lacunas na historiografia sobre

[21] A Câmara Municipal de Leopoldina representou em correspondências, dos meses de julho e outubro de 1857, endereçadas ao presidente da província de Minas a importância de uma ponte na Ilha dos Pombos. Em uma das cartas, afirmava o interesse de três fazendeiros do município de Cantagalo em se encarregarem da obra mediante a concessão de privilégios (garantia de determinado número de anos sobre os rendimentos provenientes da dita ponte). Além disso, destacava que o vereador Tenente Coronel José Garcia Mattos forneceria gratuitamente madeira e também animais para o auxílio da obra. Ressaltava, por fim, a conveniência da obra em vista do trânsito interprovincial e afirmava que as tropas com grande demora e prejuízo procuravam a Barra do Porto Novo do Cunha (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 18-05, 18-07, 18-10, 18-11).

os transportes no Brasil do século XIX: 1) pouco se considera acerca da coexistência entre as modalidades de transporte na década de 1870 e da permanência do uso dos muares numa de região de penetração ferroviária; 2) se desconhece a participação de engenheiros em atividades construtivas do modal não-ferroviário.[22] Em relação ao primeiro aspecto, predomina na historiografia a concepção de que um dos efeitos da construção do sistema ferroviário foi a substituição quase imediata dos muares. Segundo Hebert Klein, o advento ferroviário demarcou a substituição das mulas pelas ferrovias (KLEIN, 1989, p. 356/357). Para Alfredo Ellis Junior, a década de 1870 culminou no fim do "ciclo econômico do muar": "*O ciclo do muar nasceu com o ouro, na madrugada, do século XVII e depois de uma vigência de mais de século e meio, morreu em 1875 mais ou menos, com o advento da ferrovia"* (ELLIS JUNIOR, 1950, p. 73). De fato, o modal ferroviário e os muares são meios de transporte com características substitutivas e não complementares. Dessa forma, ambos os autores traçam uma relação direta entre a introdução das ferrovias em uma região agroexportadora e o fim do uso de mulas para o transporte, privilegiando uma idéia de ruptura e descontinuidade tecnológica:

> *A afirmação de que o principal mercado para as mulas era o da exportação de café fica corroborada pelo rápido declínio do mercado de mulas de Sorocaba a partir da chegada das ferrovias originárias do litoral* (KLEIN, 1989, p. 366).

Por outro lado, em seu estudo Rômulo Andrade indicou a presença, na segunda metade do século XIX, de animais de tração nos *inventários post-mortem* e sugeriu a permanência dos muares na região da Mata mineira, atuando no fluxo comercial de caráter local, nas décadas de 1870 e 1880:

> *Nos anos 50 e 60, a média de burros/bestas por proprietário era de 34 cabeças, diminuindo para apenas 9 nas duas décadas, seguintes. Seu valor médio acompanha esse decréscimo numérico, reduzindo-se de 89$000 por volta de 1850 e 1860, para 60$000 no período de 1870/80. Nota-se entretanto, que mesmo dentro deste quadro de variação (quantidade e preço), permanece sua frequência em todo o período, em praticamente todas as propriedades, o que demonstra sua grande utilidade, mesmo após o advento da rodovia União e Indústria em 1861 e da ferrovia, nos anos setenta, quando então passam a ser utilizados, juntamente com os*

[22] O trabalho de Edmundo C. Coelho enfatiza o processo de legitimação técnica e social da Engenharia no século XIX sob a tutela do Estado, privilegiando uma abordagem na qual se evidencia a forte presença do setor ferroviário como principal empregador dos formados em Engenharia (COELHO, 1999, p. 198). A partir de tal constatação, argumenta-se que os engenheiros brasileiros na década de 1860 e 1870 eram, majoritariamente, absorvidos pela burocracia do Estado que encaminhava-os para o setor ferroviário. Ver: COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*, São Paulo, Editora Record, 1999. Em outro trabalho, prevalece a afirmação de que os engenheiros civis tiveram na construção das ferrovias uma "escola prática" e que o exercício da Engenharia esteve vinculado à expansão da produção agrário-exportadora. Neste estudo o engenheiro é abordado como um "técnico modernizador" que condicionado pela formação escolar e prática profissional se encontrava apto para "desenvolver e manter o complexo agroexportador", sobretudo ao estabelecer diretrizes para as políticas públicas ferroviárias. Cf. MARINHO, Pedro Eduardo M. de Monteiro. Porta-vozes em uma era de incertezas: o Clube de Engenharia e a concepção de uma inspetoria geral das estradas de ferro. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.3,n.2, p.170-183, jul/dez 2010.

> *bois atrelados a carros (carros de boi), no transporte local de mercadorias* (ANDRADE,1991, p. 101).

No que tange ao segundo aspecto, a historiografia considera a introdução das ferrovias como ponto nodal para a compreensão da atividade da Engenharia no Brasil, porém sem qualquer menção ou consideração acerca da relevância da participação de engenheiros na construção viária de pontes e estradas:

> *A construção das estradas de ferro foi o primeiro grande desafio que a engenharia teve de enfrentar aqui no Brasil. Até então, pode-se dizer, que a atuação dos engenheiros no Brasil tinha, principalmente, motivações de ordem política: eram engenheiros militares construindo fortificações e edifícios públicos, realizando levantamentos estratégicos ou demarcação de fronteiras etc. Com a construção das estradas de ferro a situação modificou-se completamente, já que os motivos eram, agora, basicamente econômicos, e enorme foi o impacto dessas construções na economia do país e na sociedade em geral* (TELLES, 1994, p. 227).

A expansão ferroviária, certamente, dinamizou e barateou a circulação de bens e pessoas, permitindo, como se observa na tabela abaixo, a redução do preço do frete e o deslocamento em menor tempo.[23] Portanto, não se deve desconsiderar o impacto das ferroviárias, mormente quando se trata de uma região interiorana com vínculos externos importantes como se evidencia na região da Mata mineira.

Tabela - Valor do frete

Meio de transporte	Preço de cada arroba por légua (réis)	Distância regular percorrida por dia (léguas)
Muares	0$40	3 e 4 léguas
Ferrovias	0$20	5 léguas

Fonte: APM, SPOP 3-1, Caixa 1, doc. 05; QUEIROZ, João Ramos de. *Ligação da província de São Paulo ao Rio São Francisco.* Rio de Janeiro: Typografia do Globo, 1875, pp. 18-31; KLEIN, Hebert. A oferta de muares. *Estudos Econômicos,* São Paulo, 19(2): 347-372, maio-ago. 1989.

No entanto, o avanço ferroviário se realizou sem articulação intermodal (ferrovia-rodovia); a introdução das ferrovias alterou traçados de estradas já projetadas por engenheiros; contribuiu para o decréscimo das rendas geradas pelas Recebedorias fundamentais para o aperfeiçoamento de pontes e estradas. Em vista dessa perspectiva, compreende-se que a ponte da Ilha dos Pombos seja um caso emblemático dado a singularidade do avanço ferroviário na região. A construção da dita ponte somente foi

[23] "Brazil stood apart from the conventional patterns of railroad development. The direct impact of the railroad, surprinsingly limited in advanced industrial nations, proved quite large in some relatively backward economies. Small social savings in high-income countries with sizeable transport sectors resulted from low-cost substitutes for the railroad, typically in the form of affordable inland navigation. Where navigable waterways were absent from productive regions, or topography did not permit affordable wagon roads, the railroad created substantial unit-cost savings on moving freight and people. Laggard economies with sufficiently high levels of transport service thus received comparatively larger direct benefits from the new technology. (…) The direct consequences of railroad-induced market integration hinged on three elements: the share of transport services in the economy's output mix, the reduction in the unit cost of movement, and the responsiveness of travelers and commodity output to lower transport charges. In Brazil unit savings on freight service were large because waterways were not a viable alternative for most overland shipment" (SUMMERHILL, 2005, p. 73-76).

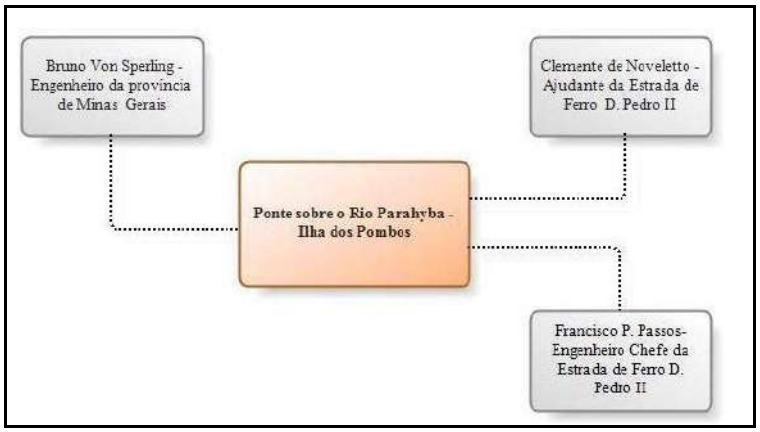
decidida após ser resolvido que os trilhos da E.F. D. Pedro II alcançariam a localidade de Porto Novo do Cunha. As ligações comerciais de diversas localidades de Minas Gerais, mormente com a cidade de Cantagalo, impunham a necessidade de uma ponte cuja construção, apesar do alto valor de 31:231$000 réis (em torno de 7.800 libras esterlinas), seria justificável visto que a diversidade do fluxo mercantil não seria atendida pelas ferrovias em expansão na região da Mata mineira:[24]

> *(...) não é so a grande exportação do café que vem a questão; existe hoje um commercio muito activo entre o rico municipio de Cantagallo e a Provincia de Minas Gerais para que concorrem não so os municipios de Mar d'Hespanha, Leopoldina e São Paulo do Muriahe (...) mas sim tambem aquelles mais ao Norte até a Ponte Nova e Abre Campo sendo quazi exclusivamente por alli para onde exporta este ultimo e a respeito de estrada tão mal aquinhoado Districto. Milhares de arrobas de toucinho, açucar,{ }, tecidos, solla # e igualmente milhares de cabeças de porcos, gado vacum, bestas bravas e arreiadas atravessão annualmente o Parahyba achando sempre um favorável mercado no Districto de Cantagallo, entregue exclusivamente, como V.S. bem sabe, a cultura de café. Esta exportação por alli em todo tempo há de continuar por que torna-se mais seguro e lucrativo ao exportador, de que demandar o grande mercado do Rio de Janeiro por via da Estrada de Ferro. E isso está provado, pois o que sustenta ainda hoje as Recebedorias do Porto Novo e Velho do Cunha e da Pirapetinga é este mesmo commercio, pois o café já todo se dirige a estação do Chiador. Em consequência a utilidade e mesmo a necessidade d'uma ponte por aquelles lugares é e será sempre patente, assim como, creio eu, a renda d'esta ponte será sufficiente não só para a despesa d'arrecadação como para dar um bom juro do capital empregado, accrescendo, para isso a circunstancia de assim que se abrir a estação do Porto Novo do Cunha e assim que constar que existe uma ponte, único meio seguro e regular de transpor um rio tão caudaloso e largo como é o Parahyba, todos os exportadores das vertentes do Parahyba na Provincia do Rio até a Aldea das Pedras hão de procurar a estrada de Ferro de D. Pedro 2° e por conseguinte as suas tropas atravessara a ponte, dando assim não so uma renda prospera como m^mo^ um importante lucro á Provincia.* (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc.18-44).

Para a composição do orçamento da ponte da Ilha dos Pombos participaram três engenheiros, que debateram sobre os valores e os materiais a serem utilizados na obra: 1) Engenheiro Francisco Pereira Passos (Chefe da Secção da E.F.D. Pedro II); 2) Engenheiro Clemente de Nevelleto (1° ajudante da E.F.D. Pedro II); 3) Engenheiro Bruno Von Sperling (província de Minas Gerais). O primeiro orçamento foi projetado pelos engenheiros da E.F.D. Pedro II e logo chegou ao conhecimento do Engenheiro provincial Bruno Von Sperling, que tratou de avaliá-lo e apresentar um relatório técnico favorável ao orçamento apresentado pelos engenheiros da E.F. D. Pedro II: "*O projecto me parece bem concebido, recommenda-se por sua singelesa e offerece toda a segurança (...)*". (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 18-44).

[24] Para a conversão de réis para libra esterlina, utilizamos a cotação mensal da libra esterlina em relação ao réis referente ao mês de abril de 1871 (Pence/mil réis = 25,25). Cf. FRANCO, Gustavo H. Barroso. Setor Externo. In: *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, pp. 557-598.

Organograma - Engenheiros e a elaboração do orçamento da ponte sobre o Rio Parahyba



Fonte: APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 18.

Após a conclusão da obra, em 1873, o empreiteiro José Maria apresentou um requerimento, solicitando uma indenização de 13:978$205 réis, resultante da diferença entre o custo final e o orçamento inicial. Tal requerimento era composto por um parecer técnico, que constava da assinatura de três engenheiros e pretendia justificar o valor acrescido na obra e, portanto, legitimar o pagamento da indenização: 1) João Gomes do Val (Engenheiro Chefe da Estrada de Ferro Leopoldina); 2) Joaquim Vieira Ferreira (Engenheiro da Estrada de Ferro Leopoldina); 3) José Ribeiro da S. Pirajá (Engenheiro da Estrada de Ferro D. Pedro II):

> *(...) em consequência do exame a que procederão na ponte sobre o Parahyba denominada das Ilha dos Pombos, á pedido do Snr Jose Maria de Souza Passos (...) attestão (...): 1° Que os pilares e as testas dos encontros são de cantaria rústica, como se acha descripto nos § 4° e 5° das especificações do seu contracto, e que nem convinha que fossem de alvenaria ordinária, como vem indicado no orçamento, porque no lugar em que foi levantada a ponte o rio corre em cachoeira { } rápido, a sujeitando a choques violentos de troncos e arvores. 2° que as {alas} dos encontros são de alvenaria conforme os desenhos e orçamentos, sendo porem mais compridas do que se acha indicado no projecto, o que, no logar em que está a ponte, convem para dar maior segurança aos aterros que lhe dão acesso. 3° que em geral os pilares tem maior cubação do que a que vem mencionado no orçamento sobretudo a n°1 por não existir a pedra indicada no projecto (perfil n°3), o que verificou-se por meio de sondagem, como reclamou o empreteiro que afirmar ter sido obrigado a fundar a 2,80 metros abaixo do nivel da maior seca.(...)Os abaixo assignados achão que será de justiça que o empreteiro seja indennizado da quantia que reclama como excesso de despesas, a qual, conforme as contas que verificão, montão em quarenta e cinco contos, duzentos e nove duzentos e cinco reis. Devemos acrescentar que há alguma differença nos comprimentos dos vãos entre os pilares que em nada prejudicão a vazão da ponte porque conservão livre os canaes principais do rio.*(APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 18-127).

Tabela - Orçamento inicial e o custo final da ponte sobre o rio Paraíba		
Orçamento inicial	**Custo final**	**Acréscimo em relação ao orçamento inicial**
31:231$000	45:209$205	13:978$205

Fonte: APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 18.

A fim de obter o pagamento da verba indenizatória, o empreiteiro José Maria apresentou diversos recibos, notas, folhas mensais de trabalhadores (nome, ocupação, valor do jornal) etc. Segundo as informações prestadas pelo empreiteiro, temos um número mensal médio de vinte e oito trabalhadores envolvidos na edificação da ponte entre os meses de dezembro de 1871 e agosto de 1872. Compunha ainda a despesa da obra o custo de materiais como, por exemplo, ferro, cimento, cal, verniz, madeira, carvão, assim como os trabalhos de construção: derrubada da mata e aterro. Para a aquisição de parte dos materiais empregados, o empreiteiro estabeleceu relações mercantis com diversos estabelecimentos comerciais na cidade do Rio de Janeiro. Assim, parte do ferro e cimento, aproximadamente, 42% do valor total gasto na compra do referido item, foram adquiridos no Armazém Silva Monteiro & Cia, as ferragens na loja Monteiro & Correia e os cabos no estabelecimento Rebello & Cia, todas as três casas comerciais situadas na cidade do Rio de Janeiro (APM, SPOP3-6, Caixa 41 doc. 18).

Tabela - Despesas com a construção da ponte sobre o Rio Paraíba

Despesa	Valor (Réis)	%
Derrubada na margem esquerda do Rio	48$000	0.1
Ferragem	53$040	0.1
Três Barris de Verniz	92$000	0.2
Carvão	254$800	0.5
Vinte dúzias de tabuas para andaimes (cada dúzia valor de 0$15)	300$000	0.6
Cabos	490$860	1.0
Despesas em viagens ao Rio de Janeiro	314$800	0.7
Aterro da ponte	575$000	1.3
Vinte e nove dúzias de pranchões para soalho (cada dúzia valor de 0$36)	1:044$000	2.1
Materiais	1:220$480	2.7
Cal	1:330$000	3.0
Ferro e Cimento	3:506$180	7.8
Madeira	6:100$000	13.4
Carpinteiro	7:092$850	16.0
Pedreiros*	24:007$675	53.0
Total	45:209$205	100.0

Fonte: APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 18-11.
(*) A denominação pedreiro aparece como algo genérico na documentação. Nesta categoria estão englobadas as seguintes ocupações: Mestre, Contramestre, Canteiro, Cavouqueiro, Servente, Ajudante, Cozinheiro, Ferreiro.

Observa-se que na despesa geral os artífices representaram 69% do custo total da obra.[25] Dentre os trabalhadores, notamos a superioridade numérica e a constante presença dos artífices denominados canteiros. Este artífice, "*official, que lavra pedras de cantaria*", (SILVA, 1831: 333) era responsável por transformar as pedras brutas em pedras retangulares, como ressalta o Engenheiro Bruno Von Sperling:

> *Os canteiros, como se designa aquelles officiaes de pedreiro que com o emprego do martello, picão e escopo transformao as pedras brutas á formas retangulares com as faces, leitos e subleitos talhados e faceados (...) torna-se necessario para a qualificação de canteiro muito mais pratica no officio, ganhando por este motivo estes operários jornaes mais altos (...).* (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 18-165).

Por outro lado, apesar de se encontrarem em termos numéricos inferiores, os artífices de mestre, contramestre e ferreiro apresentavam altos jornais e presença em todos os meses.

Tabela – Trabalhadores na construção da ponte sobre o Rio Paraíba (Dezembro de 1871 a agosto de 1872)

Ocupação	Jornal	Número de trabalhadores empregados em cada mês									
		Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.
Mestre	6$000	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Contra Mestre	3$800	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ferreiro	4$000	1	1	1	1	1	1	2	1	1	2
Carpinteiro	3$500	2	2	1							
Canteiro	3$500	14	16	19	21	21	20	18	21	10	9
Cavouqueiro	3$000	5	2	3	4	2	4	4	1	1	1
Ajudante	3$000	1	1	1	1	1	1	2	1	2	1
Carreiro	2$500		2							2	2
Servente	2$500	3	1	5	1	2	2	1	2		1
Cozinheiro	3$000	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Total		**29**	**28**	**33**	**31**	**30**	**31**	**30**	**29**	**19**	**19**

Fonte: APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 18-71, 18-72, 18-76, 18-79, 18-80, 18-87, 18-88, 18-91, 18-93, 18-94, 18-111.

Porém, o então Diretor interino das Obras Públicas, o Engenheiro Bruno Von Sperling, questionava a validade das despesas apresentadas pelo empreiteiro para o cálculo da indenização, sobretudo as contas relativas aos trabalhadores da obra:

> *Toda mais despeza não está provada pelas assignaturas do passado receberão as importâncias. É verdade que as férias dos pedreiros e carpinteiro trazem as assignaturas dos respectivos mestres, porem em signal de terem sido pagas as quantias vencidas não encontra-se a assignatura de cada um individuo que recebeu, como alias em todas as occaziões análogas com todo o fundamento é exigido pela Thesouraria Provincial – mas sim só a simples declaração (...). Longe de mim por em duvida a veracidade das contas apresentadas e da despesa feita, mas perante a lei creio que não podem ser consideradas como*

[25] Os jornais pagos permitem situar os artífices numa hierarquia em razão da renda. Deve-se atentar que a ocupação também se entrelaça a faixa etária, a condição social (livre e/ou escravo) e as variáveis demográficas. Porém, as fontes primárias em análise não permitem maiores asserções sobre as idades e a condição social dos artífices: "Entre todas as variáveis que conferem a cada profissão seu nível na hierarquia social, os salários e vencimentos são os mais discriminantes (...) mas também os mais difíceis a serem avaliados sem erro" (HÉLIN, 1977: 194).

> *documentos.(...)Por isso penso que no caso presente a única prova em face da Lei, de que houve excesso na obra e consequentemente prejuizos reaes, só pode-se encontrar nos pareceres e cálculos feitos por pessoas profissionaes, e que por demais se acharão ao serviço da Provincia, cujos interesses tinhao de zelar por força de um juramento prestado* (APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 18-165).

Apesar das ressalvas do Diretor interino de Obras Públicas, os relatórios dos Engenheiros provinciais Rodrigo Ribeiro e Antonio Horta Barbosa avaliaram que a construção da dita ponte deveria ser aceita. O Engenheiro Rodrigo Ribeiro ressaltava que as modificações feitas pelo empreiteiro não afetavam "*(...) três principais requisitos de – estabilidade, solidez e durabilidade*" e que a ponte encontrava-se *"(...) em boas condições e em estado de ser aceita pela província*". Em relação ao valor indenizatório solicitado, o Engenheiro Antonio Horta declarava estar de acordo com o pedido de indenização do empreiteiro, mas proponha um valor um pouco abaixo do requerido pelo empreiteiro sendo, portanto, favorável ao pagamento da quantia de 12:266$200 réis. Em assim sendo, após os pareceres dos Engenheiros, a província de Minas Gerais, através da Lei n. 2323 de julho de 1876, sancionou o pagamento indenizatório ao cidadão José Maria de Souza Passos em vista dos "*(...) dos prejuízos que provou haver soffrido por accrescimo de obras e erros de calculo na confecção da planta e orçamento da ponte sobre o Parahyba na Ilha dos Pombos (...)*" (LLM, 1876, Lei 2323: Art. 1).

Organograma – Engenheiros que elaboraram pareceres acerca da ponte sobre o Rio Paraíba

Fonte: APM, SPOP 3-6, Caixa 41, doc. 18.

A construção da ponte da Ilha dos Pombos, nas décadas de 1860 e 1870, revela-nos o dinamismo do mercado interprovincial e a singularidade da construção da dita ponte numa região agroexportadora em plena expansão ferroviária.[26] Além disso, defronta-se com a

[26] Em Minas Gerais a expansão ferroviária encontrou na concessão de juros de 7% ao ano ou subvenção de 9 contos por quilômetro e na isenção de imposto sobre as importações de máquinas e materiais para ferrovias subsídios para o empreendimento ferroviário. Em 1869, a linha férrea D. Pedro II inaugurou o primeiro trecho ferroviário de Minas Gerais entre Entre Rios e Chiador: "As regiões produtores de café eram responsáveis por

singular presença de engenheiros provinciais (Bruno Von Sperling, Antonio Horta e Rodrigo Ribeiro) e engenheiros ferroviários (José Ribeiro, João Gomes do Val, Francisco Pereira Passos, Clemento Novelleto e Joaquim Vieira) na projeção orçamentária, na confecção de planta e execução de uma ponte mista (madeira e pedra). Ao longo do processo construtivo da ponte, a intensa presença de engenheiros é expressivo indício do aperfeiçoamento de um "velho" artefato tecnológico: uma ponte de madeira e pedra.

Considerações finais

Na historiografia dos transportes predomina a idéia de ruptura e de descontinuidade tecnológica provocada pela introdução das ferrovias (BASALLA, 2001, p. 61/65). Deve-se observar que não devemos confundir história da invenção e inovação com história da tecnologia. A história da tecnologia inclui a conservação, o reparo, o alcance do uso e adoção de novas tecnologias e o aperfeiçoamento de "velhas" tecnologias. A "velha" tecnologia não deve ser vista como algo obsoleto e meramente persistente sem qualquer possibilidade de aprimoramento (EDGERTON, 1999, p. 112 e 126/127). A ponte de pedra e madeira da Ilha dos Pombos, erguida no período de expansão ferroviária, é um caso de melhoramento de uma "velha" tecnologia. Por outro lado, o processo de difusão de uma nova tecnologia, a ponte pênsil sobre o Rio Paraíba, revelou os obstáculos, a presença de conflitos entre o Inspetor Geral e o empreiteiro português e os desejos escusos da Comissão de locais haja vista a recusa em designar um local para efetivar a construção da ponte pênsil e a alegação "técnica" do alto custo da obra decorrente do erro de cálculo da largura do Rio Paraíba.

Se, por um lado, a análise evidenciou que para construir pontes e estradas eram necessários exames prévios da configuração do terreno e do movimento do comércio, por outro, se dimensionou os impactos e os limites da infra-estrutura ferroviária em expansão na região da Mata mineira, mormente no processo construtivo da ponte da Ilha dos Pombos na década de 1870.

Os processos construtivos de pontes e estradas analisados reafirmam a presença de vínculos comerciais da região da Mata mineira com a província do Rio de Janeiro (PAIVA;GODOY, 2002, p. 32/37). Os resultados alcançados permitiram matizar dois níveis de articulações mercantis com a província do Rio de Janeiro: i) o trânsito mercantil entre diversas localidades de Minas Gerais e a cidade de Cantagalo; ii) as ligações do empreiteiro

---

80% desse sistema no final do século XIX. (...) Minas Gerais, em 1880, ainda era relativamente atrasada no transporte ferroviário. Em 1871, os trilhos da Pedro II tinham alcançado Porto Novo, o que permitiu que o café mineiro descesse diretamente para o Porto do Rio de Janeiro. (...) Em 1905 este estado tinha quase 4 mil km de linhas em tráfego. Esta rede tinha tido crescimento de 8,73% a.a., ligeiramente abaixo da média nacional que havia sido de 8,8% a.a." (MELO, 1995, p. 342).

José Maria com três casas comerciais da cidade do Rio de Janeiro para o fornecimento de materiais construtivos para a obra da ponte da Ilha dos Pombos.

As informações coligidas contribuem para redimensionar a atuação dos engenheiros na construção de pontes e estradas do Brasil oitocentista, sobretudo, quando prevalece na historiografia uma associação entre modernização, ferrovias e o exercício da Engenharia (COELHO, 1999) (MARINHO, 2010). Aponta-se que, em vista do conhecimento técnico e do território da província de Minas Gerais inerentes à atividade da Engenharia, os engenheiros intermediaram negociações entre pretensões privadas, locais e os interesses políticos e econômicos da província. Em assim sendo, é fundamental inseri-los na dinâmica organizacional da burocracia provincial para compreender a formação da infra-estrutura viária do século XIX (BARBOSA, 2011, p. 915/924).

Fontes Primárias

Arquivo Público Mineiro (APM), Seção Provincial, Obras Públicas, 3/6. Caixa 41. *Processos de construção de ponte e Processos de construção de estradas.*

Arquivo Público Mineiro(APM), Seção Provincial, Obras Públicas, 3/1. Caixa 1.

Arquivo Público Mineiro (APM), Seção Provincial, Obras Públicas, 3/4. Caixa 4.

Arquivo Público Mineiro (APM), Cartografia, Mapa OP-013.

Collecção das Leis do Império do Brasil.

Livro da Lei Mineira. Coleção do Arquivo Público Mineiro. Livros relativos aos anos: 1858, 1859, 1866, 1871, 1876.

Relatório que ao Illmo Exm Sr. Conselheiro Carlos Carneiro Ribeiro da Luz entregou o Illm e Exm Sr. Conselheiro Carlos Carneiro de Campos em o dia 6 de abril de 1859. Ouro Preto, Typographia Provincial, 1859.

Fontes Secundárias

BELLO, Modesto de Faria. *Tabellas do novo systema de pesos e medidas e principalmente da reducção das antigas medidas agrárias às do systema métrico e vice-versa.* Rio de Janeiro: Typographia de Adolpho de Castro & Cia, 1882.

HALFELD, H.G.F e TSCHUDI, J.J. Von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

QUEIROZ, João Ramos de. *Ligação da província de São Paulo ao Rio São Francisco.* Rio de Janeiro: Typografia do Globo, 1875.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portugueza*. 4.ed. Lisboa: Impressão Regia, 1831.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Rômulo Garcia. Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 11, n. 22 mar/ago. 1991.

BARBOSA, Lidiany Silva. Os provedores da técnica: os engenheiros provinciais e a edificação da infraestrutura viária de Minas Gerais. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. v.18, n. 3, pp. 907-928, 2011.

BARBOSA, Lidiany Silva. *Tropas e ferrovias em uma província não-exportadora: Estado, elites regionais e as contradições da política dos transportes no início da modernização – Minas Gerais, 1835-1889.* Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BARBOSA, Lidiany Silva; GODOY, Marcelo Magalhães. Uma outra modernização: transportes em uma província não exportadora - Minas Gerais, 1850-1870. *Economia e sociedade,* Campinas, v. 17, n. 2, p. 331-358, 2008.

BASSALA, George. *A Evolução da Tecnologia.* Porto: Porto Editora, 2001.

BATISTA, Felipe de Alvarenga. *O mito da modernização pelos trilhos: a "era ferroviária" em Minas Gerais, 1850-1940*. Belo Horizonte, Face/UFMG. Monografia de Bacharelado, 2010.

BLASENHEIM, Peter. As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. *Locus: Revista de História.* Juiz de Fora, v. 2, n. 2, pp.81-110, jul/ dez, 1996.

CÂMARA MUNICIPAL do PORTO. *Centenário da Ponte Pênsil: exposição comemorativa inaugurada no dia 17 de fevereiro de 1943*. Porto: Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, 1943.

CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia. Ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CERQUEIRA, João da Gama. Evolução Histórica da Propriedade Intelectual no Brasil. In: CERQUEIRA, João da Gama. *Tratado de Propriedade industrial*. Rio de Janeiro: Edição Revista Forense, 1946, t. 1, v.1.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*, São Paulo, Editora Record, 1999.

CRAVO, Télio A.; GODOY, Marcelo M. Por estradas e caminhos do interior do Brasil oitocentista: viajantes e o desenvolvimento da infra-estrutura de transportes de Minas Gerais. *Anais do XIV Seminário Sobre Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2010.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto Imperial: origem do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

EDGERTON, David. From innovation to use: ten ecletic theses on the historiography of technology. *History and technology*, v. 16, Issue 2, pp. 111-136, 1999.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. "O ciclo do muar". *Revista de História*, ano I, pp. 73-81jan/mar 1950.

FRANCO, Gustavo H. Barroso. Setor Externo. In: *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, t. 1.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 17 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GENOVEZ, Patrícia Falco. Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no segundo Reinado. *Tempo. Revista do Dep. de História da UFF*, v. 15, pp. 243-266, 2011.

GODOY, Marcelo Magalhães. Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. *Texto para discussão n.º 109*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.

GONZÁLEZ, Luis González y; ASSAD, Carlos Martínez; ROJAS, Carlos Aguirre. Microhistoria Mexicana, Microhistoria Italiana e História Regional. *Relaciones*, ano/vol. XVI, n. 101, pp. 193-204, invierno 2005.

HÉLIN, Etienne. Profissão e estatuto social. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org). *Demografia Histórica.* São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

KLEIN, Hebert. A oferta de muares no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, pp. 347-372, mai-ago, 1989.

KRANAKIS, Eda. *Constructing a bridge: an exploration of engineering culture, design, and research in nineteenth-century France and America.* Cambridge: MIT Press, 1997.

KANTOR, Iris. Mapas em circulação: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1799-1822). *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, ano 12, n. 24, pp. 110-123, 2° semestre, 2010.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LENHARO, Alcir. Rota menor: o movimento mercantil da economia de subsistência no centro-sul do Brasil (1808-1831). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol.XXVIII, pp.29-49, 1977/78.

MADUREIRA, Nuno Luís Moreira; MATOS, Ana Cardoso de. A tecnologia. In: LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da. (org). *História Ecónomica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1° vol., 2005.

MALAVOTA, Leandro Miranda. *Inovar, modernizar, civilizar: considerações sobre o sistema de patentes no Brasil (1809-1882).* Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2011.

MARINHO, Pedro Eduardo M. de Monteiro. Porta-vozes em uma era de incertezas: o Clube de Engenharia e a concepção de uma inspetoria geral das estradas de ferro. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.3,n.2, p.170-183, jul/dez 2010.

MARTINS, Roberto Borges; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. As exportações de Minas Gerais no século XIX. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. n. 58, pp. 105-120, 1984.

MATOS, Artur Teodoro de. *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)***.** Ponta Delgada [Portugal]: Universidade dos Açores, 1980.

MELO, Hildete Pereira de. Café e Ferrovias: Rio de Janeiro e Minas Gerais 1850/1910. *Anais do VI I Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1995.

MENDES, Philipe Scherer. *Finanças públicas da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Face/UFMG, Monografia de Bacharelado, 2007.

MOTOYAMA, Shozo (org). *Tecnologia e Industrialização no Brasil.* São Paulo: Unesp, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. *Anais do X Seminário sobre Economia Mineira.* Belo Horizonte: Cedeplar, 2002.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. Elementos da fiscalidade de Minas Gerais provincial. *Almanack Braziliense.* São Paulo, n°10, p.115-129, 2009.

ROSENBERG, Nathan. *Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

_____. *Tecnología y Economia*. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 1979.

SANTOS, Márcia Duarte dos. Técnicas e elementos da cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antonio Gilberto (org). *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, Moacir. *Geografia dos transportes no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

_____. *Kilometro zero.Caminhos antigos – estradas modernas.* Rio de Janeiro, 1934.

SUMMERHILL, William R. Big social savings in a small laggard economy: railroad-led growth in Brazil. *The Journal of Economic History*, v. 65, n. 1, pp. 72-102, 2005.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Clavero, vol. 1, 1994.

O GOVERNO DAS ANEXAS:
Administração e economia nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil

Thiago Alves Dias
Doutorando em História Econômica/USP
thiago.dias@usp.br

> **"**Não se declaram os Portos de onde vieram os gêneros de importação, nem para onde foram os de exportação, por esta capitania [do Rio Grande do Norte] não ter comércio algum mais do que com a de Pernambuco".
> Mapa de importação e exportação, Rio Grande do Norte, 1813[1].

> "Pode-se seguramente afirmar que até esse tempo era [a Capitania do Ceará] desconhecida e considerada como árida e estéril [...] de cuja falsa opinião não tirou pequeno partido a praça de Pernambuco, que ainda dela tira avultadíssimas somas"
> Luiz Barba Alardo de Menezes, 1814[2].

A notícia da separação administrativa e fiscal das capitanias do Ceará e Paraíba em relação ao Governo Geral de Pernambuco provocou grande euforia entre os senadores das câmaras de Fortaleza e Paraíba e os agentes mercantis das mesmas, sendo em muitos casos as mesmas pessoas, ou seja, agentes mercantis e conselheiros da Câmara. Assinada pela Rainha D. Maria no palácio de Queluz sob os auspícios da política econômica de D. Rodrigo Coutinho aos 17 de janeiro de 1799, a carta régia separou as ditas capitanias e seus governadores da influência direta de Pernambuco e seu Governador e Capitão General. As motivações são expressas no documento: pela distância em que reside o Capitão General de Pernambuco e "não poder dar com a devida prontidão as providências necessárias para a melhor *economia interior* daquelas capitanias, principalmente depois que elas têm aumentado em população, cultura e comércio" [3].

Se o aumento populacional, o incremento de atividades produtivas e o desenvolvimento comercial foram às motivações apresentadas para justificar o fim da subordinação, o mesmo não ocorreu no plano militar, já que as ditas capitanias ainda

[1] Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), I – 32, 10, 5. Mapas estatísticos do Rio Grande do Norte. 1811-1826-1834, doc. 12.
[2] MENEZES, Luiz Barba Alardo de. Memória sobre a capitania do Ceará, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXXIV, vol. 01, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p. 258.
[3] OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na crise do século XVIII*, p. 113 (grifo nosso).

são "obrigadas a executar as ordens dos governadores de Pernambuco no que for necessário para a defesa interior e exterior" do espaço colonial compreendido pelas três capitanias. Todavia, o mais expressivo e aguardado ditame dessa carta régia surgiu nas medidas finais do documento: as capitanias do Ceará e Paraíba eram, a partir de agora, livres para fazerem "um comércio direto com o Reino" e, para tanto, seria estabelecido em "tempo e lugar convenientes às casas de Arrecadação que forem precisas" [4].

Tal documento apresenta três conclusões centrais podemos elencar: primeiro que até 1799 as capitanias do Ceará e Paraíba e seus respectivos capitães-mores e/ou governadores eram regidos por 'imediata subordinação' aos governadores da Capitania de Pernambuco; segundo, essa subordinação era motivada pelo controle do espaço colonial e da vigilância militar, administrativa e econômica por parte de Pernambuco sobre as capitanias subordinadas e, por fim, que não era permitido o comércio e fluxo mercantil das capitanias subordinadas diretamente com o Reino, já que as mesmas nem ao menos possuíam 'casas de Arrecadação' de impostos.

Embora seu processo de desligamento do Governo Geral de Pernambuco tenha ocorrido num contexto diferenciado, análoga era a situação da Capitania do Rio Grande do Norte aos fins do século XVIII em relação às demais do Norte do Estado do Brasil: grande contingente populacional, variedade das forças produtivas e franca expansão comercial [5]. Todavia, a Capitania do Rio Grande do Norte não foi desvinculada de Pernambuco como as demais, pelo menos nesse momento, o que não passou despercebido pelos camaristas do Senado da Câmara de Natal, que em vereação no dia 05 de outubro do mesmo ano, 1799, escreveram ao Rei argumentando que "tendo as Capitanias da Paraíba do Norte e do Ceará-Grande se emancipado politicamente de Pernambuco, solicitaram o mesmo" para a Capitania do Rio Grande do Norte [6].

Tendo em vista as informações apresentados, podemos afirmar então que, até pelo menos 1799, as capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará compunham um conglomerado espacial designado de "Governo Geral de Pernambuco e as anexas", o que representava uma subordinação nos campos político, administrativo, econômico, fiscal e militar ao Governador Capitão General de Pernambuco e as instituições respectivas, tais como, Alfândega e Junta da Fazenda.

---

[4] *Idem*, p. 113-4.

[5] Sobre o assunto ver: DIAS, Thiago A. *Dinâmicas mercantis coloniais*, notadamente p. 178 e seguintes.

[6] Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), Livros de Termos de Vereação do Senado da Câmara de Natal (LTVSCN), Termo de Vereação (TV) 05 ago. 1799. Caixa (CX) 02, Livro (LV) 1784-1803, fl. 144-144v.

Pensando nessas questões é que esse pequeno trabalho visa apresentar nossas primeiras incursões de pesquisa em andamento, para tanto, estruturamos esse trabalho a partir de algumas questões que julgamos pertinente no momento, tais como: o processo de ocupação colonial do Norte do Estado do Brasil e sua ligação direta com a elite açucareira a partir do século XVI; as relações estabelecidas entre Pernambuco e o Norte do Estado do Brasil em decorrência da configuração do Antigo Sistema Colonial na América portuguesa, notadamente, no Norte do Estado do Brasil e os processos do desmonte do Governo Geral de Pernambuco e as Anexas e suas implicações sobre as capitanias 'independentes'.

O Império do Leão do Norte

Concedida inicialmente a Duarte Coelho como capitania hereditária, Pernambuco se constituiu como um espaço colonial privilegiado a partir do incremento rápido das atividades açucareiras, o que concorria e auxiliava com a atividade extrativista do pau do brasil já realizada desde o início do século XVI, permitindo que Pernambuco desempenhasse um papel central nos interesses lusitanos na América.

Coube à capitania de Pernambuco, seus interlocutores e a própria interferência da Coroa, ainda nos primeiros anos do século XVII, irradiar a conquista colonial nos demais territórios litorâneos ao norte do Estado do Brasil, alcançando a foz do Amazonas. Nesse processo de efetiva transformação de territórios de conquista em espaço colonial no norte do Estado do Brasil inclui-se a efetiva conquista das capitanias da Paraíba, Rio Grande (do Norte, somente a partir de 1730) e Ceará (Siará Grande). Essas capitanias contaram inicialmente com as forças militares, incentivos e comandantes de primeira linha oriundos de Pernambuco no processo de conquista colonial.

A rota de conquista vinda de Pernambuco seguiu um roteiro que margeou o litoral, sendo conquistada, de início, a capitania da Paraíba e parte da capitania do Rio Grande. O estabelecimento da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, na Paraíba, e Natal, no Rio Grande, serviram de base para as entradas dos conquistadores que adentraram os sertões, em busca das ribeiras que, gradativamente, foram sendo ocupadas com o estabelecimento de fazendas de gado. Tal processo teve continuidade com as entradas que vinham do sertão, enveredando pelas ribeiras sertanejas da Paraíba

e Rio Grande, alcançado a do Jaguaribe na capitania do Siará Grande, onde se encontravam com as correntes conquistadoras litorâneas.

Nas palavras de João Almeida Prado, foi a partir de Pernambuco e Itamaracá que seguiram "as entradas na Paraíba, daí subindo os lusos-brasileiros ao Rio Grande, de onde lhes tornou possível invadir o Ceará, e em seguida expelir os franceses do Maranhão" [7]. Fica claro na análise de Almeida Prado que o avanço da frente colonizadora que partiu de Pernambuco durante as incursões da segunda metade do século XVI esteve ligado diretamente a defesa do território de conquista e sua transformação em espaço colonial. Mas em que medida a fundação das capitanias da Paraíba, Rio Grande e Ceará, ou seja, o esfacelamento do litoral e das porções territoriais da América portuguesa pesaria nesse processo de conquista? Um olhar sobre as narrativas posteriores a conquista dessas capitanias parecem explicar esse fato.

Em 1612, Diogo de Menezes escreve ao Rei em resposta a uma carta enviada um ano antes, em que Felipe II pede "parecer sobre a conquista do Maranhão para se poder resolver no que convém à mesma conquista". Dentre as questões suscitadas pelo Monarca a Diogo de Menezes sobre a conquista do Maranhão, este afirma que "deve se haver de repartir as terras fazendo-se a dita conquista", tendo em vista que, "a costa é tão estendida, para o sustento e aumento do mesmo sitio em capitanias e lugares que se possam socorrer uns aos outros e com isso de ficam conservando sem os inimigos fazer nojo, nem ter lugar onde parem" [8].

De acordo com Rodrigo Ricupero "a colonização das terras americanas pelos portugueses seguiu uma dinâmica diferente de outras áreas", tendo em vista que a preocupação primeira era a "garantia da posse do território, o que se verificou só ter sido possível [...] com o povoamento efetivo", o que desencadeou outra fase: "dar suporte econômico a essa ocupação" e a estruturação de "uma produção de gêneros para o comércio europeu" [9]. Nesse sentido, a política colonial lusitana buscou avançar a conquista e fundar capitanias para, nas palavras de Diogo de Menezes, sustento, aumento e socorro das mesmas.

---

[7] PRADO, João F. de Almeida. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil* (1530-1630). São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942, vol. 2, p. 89.

[8] MENEZES, Diogo de. Carta de Diogo Menezes, feita em a Bahia a 1 de março de 1612. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,* vol. XXVI, 1904, Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibloteca Nacional, 1905, p. 308-10.

[9] RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial:* Brasil, c. 1530 – c. 1630. São Paulo: Alameda, 2009, p. 106.

A análise de Regina Gonçalvez acerca da conquista da Paraíba e a luta com os nativos melhor explica esse estado de coisas. De acordo com a historiadora, "conquistar definitivamente a Paraíba significava conquistar a possibilidade de expansão do modelo de ocupação da terra que o vencedor defendesse". Do ponto de vista dos reinóis, estabelecidos na Capitania de Pernambuco e Itamaracá, o rio Paraíba "representava a fronteira norte da expansão do povoamento e da exploração econômica da terra, com base na agromanufatura açucareira", como também representava um importante "baluarte da defesa daquilo que já haviam conseguido implantar nas capitanias do sul" [10].

Assim sendo, "a história da conquista da Paraíba relaciona-se diretamente com a das Capitanias de Pernambuco e de Itamaracá, mais especificamente com a necessidade de garantir a segurança necessária para o desenvolvimento da colonização naquelas áreas", nesse sentido, a autora atribui a conquista da Paraíba como um prolongamento, "um espaço de expansão da economia colonial, a partir de Olinda, cujos tentáculos estendiam-se para o norte, para as áreas de fronteiras, em busca de novas terras e mão de obra que iam sistematicamente incorporadas à lógica do capital mercantil" [11].

Ao estabelecermos a mesma lógica de divisão territorial entre aquilo que foi preconizado para divisão entre Pernambuco e Bahia, ou seja, norte e sul do Rio São Francisco, parece-nos ser claro que a extensão norte da conquista emanada por Pernambuco ao margear o litoral, seguiu o próprio norte do Rio São Francisco até o sul do Rio Parnaíba, sendo efetivada, pelas questões suscitadas acima, a divisão das capitanias de Itamaracá (ainda no início do século XVII definitivamente incorporada a Pernambuco e parte a Paraíba), Paraíba, Rio Grande e Ceará, o que constituirá a jurisdição do Governo Geral de Pernambuco e suas anexas.

Embora até esse momento da discussão tenhamos defendido o argumento de que as capitanias do norte se constituíram como uma expressão do prolongamento da conquista irradiada pela elite açucareira instalada em Pernambuco a partir da própria política colonizadora lusitana e, portanto, a compartimentação do território de conquista em capitanias partiu da necessidade de defesa e aproveitamento das mesmas, o ônus dessa empreitada foi arcado pela Coroa como garantia da posse efetiva.

---

[10] GONÇALVES, Regina Célia. *Guerra e açúcares.* Política e economia na Capitania da Parayba (1585-1630). Bauru: EDUSC, 2007, p. 36.
[11] *Idem*, p. 64 e 181.

Exemplo disso pode ser constatado quando o regedor da Capitania de Pernambuco, Sebastião Vaz Ferreira, "no ano que começou o primeiro de agosto de 1616 e acabou o último de Julho de 1617", emitiu pagamento das despesas a "qual fez pela folha geral da dita capitania, que compreende também o grosso das despesas e folhas das capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceara" ou as "despesas da folha geral de Pernambuco e mais capitanias do Norte" em 1619[12], o que nos leva a compartilhar da ideia de Mozart Menezes ao afirmar que "durante todo o período que vai dos fins do século XVII à primeira metade dos setecentos", as Capitanias do Norte do Estado do Brasil "dependeram, sob diversos aspectos, da provedoria da Capitania de Pernambuco. Fosse para o pagamento dos clérigos e militares" ou mesmo para construção e manutenção de fortalezas "nos limites compreendidos dessas capitanias, era a provedoria de Pernambuco que despendia muitos dos recursos necessários para a reprodução da vida administrativa" [13].

Sendo assim, além das circunstâncias acima defendidas acerca do central interesse da Coroa portuguesa na conquista, defesa e posse efetiva de seus territórios, aliado aos interesses e os dispêndios empreendidos pela elite açucareira instaladas em Pernambuco no século XVI, contribui para a consolidação de uma preponderância política, econômica, administrativa e fiscal de Pernambuco sobre as capitanias do norte, as prerrogativas do pacto colonial e das nascentes características dos moldes de colonização executadas por Portugal para o Brasil.

Dentre essas características teorizadas pela historiografia brasileira recentemente como Antigo Sistema Colonial, citamos o exclusivo comercial que consistia no monopólio pela Metrópole de tudo que saia e entrava nas suas possessões. Nesse sentido, os moldes da conquista colonial, a montagem dos portos em Pernambuco e o próprio desenvolvimento econômico da Capitania, o controle efetivo das redes mercantis e vigilância para com o escoamento de produção das Capitanias do Norte do Estado do Brasil em direção aos portos de Olinda e Recife acabaram dotando de centralidade econômica a Capitania de Pernambuco, sendo efetivada nas variadas esferas de poder com a articulação entre o Governo Geral e suas anexas.

---

[12] SALVADO, João P.; MIRANDA, Susana M. (Org.). *Livro 1.º do Governo do Brasil* (1607-1633). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 165 e 213.
[13] MENEZES, Mozart Vergetti. *Colonialismo em ação*: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755). 2005. 300p. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, p. 66.

O Governo das anexas

Embora as motivações para a preponderância de Pernambuco sobre o norte do Brasil estejam atreladas a fatores de ordem conjecturais, como acima apresentados, houve processos formais de institucionalização desse governo através de alvarás que anexaram juridicamente às capitanias do Norte do Estado do Brasil a Pernambuco, todas em momentos distintos.

Partimos do pressuposto que após a expulsão dos holandeses em 1654, momento esse em que a capitania de Pernambuco deixou de ser hereditária e foi incorporada à Coroa como Capitania Real, mudanças nas esferas políticas e administrativas foram necessárias para que novas invasões, caso ocorressem, não tivessem sucesso como a dos holandeses. Governador do Ceará, Luiz Menezes afirma em 1814 que a Capitania do Ceará "foi primeiramente sujeita ao Estado do Maranhão e depois a Pernambuco pela capitulação dos holandeses firmada no Recife a 26 de janeiro de 1654" [14]. Entende-se desse documento que após a restauração portuguesa, a Capitania do Ceará deixou de ser subordinada ao Estado do Maranhão da qual era subordinada desde a sua criação [15].

O historiador Mozart Menezes afirma que essa oficialização da subordinação do Ceará ao Governo Geral de Pernambuco ocorreu no ano de 1656 [16], embora outros estudos afirmem que esse assunto tem sido polêmico entre os historiadores cearenses, o que levou a Valdelice Girão defender também o ano de 1656, embora se remeta a uma Carta Régia de 03 de dezembro de 1663 em que se mandou "que a Capitania do Ceará estivesse subordinada a essa de Pernambuco enquanto dela era socorrido quando não pode ser do Maranhão, em razão de se achar ali muito exausta muita fazenda e o Governador daquele Estado" [17]. A questão do ano exato no momento ainda é confuso, embora as explicações que hora temos parecem não discordar de nossa argumentação, já que tanto o ano de 1656 aponta a questão da restauração e a necessidade de englobar a jurisdição de Pernambuco até o Rio Parnaíba, deixando o restante do norte (Pará, Piauí, Maranhão e Amazonas) por conta do Estado do Maranhão; como a Carta Régia acima

[14] MENEZES, Luiz Barba Alardo de. Memória sobre a capitania do Ceará, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* tomo XXXIV, vol. 01, Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, p. 258.
[15] PRADO, João F. de Almeida. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil* (1530-1630). São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1942, vol. 2, p. 368.
[16] MENEZES, Mozart V. de. Jurisdição e poder nas Capitanias do Norte (1654-1755). *Saeculum,* Revista de História, n. 14, João Pessoa, jan./jun. 2006, p. 17.
[17] GIRÃO, Valdelice Carneiro. Dependência da Capitania do Ceará do Governo de Pernambuco (1656-1799). *Revista do Instituto do Ceará,* vol. 96, Ceará, 1982, p. 149-50.

apresentada de 1663 que relata estar exausta a fazenda do Estado do Maranhão, ou seja, põe em realce a centralidade de Pernambuco em ambos os casos.

A segunda capitania do norte do Estado do Brasil a ser anexada oficialmente ao Governo Geral de Pernambuco foi a Capitania do Rio Grande através da Carta Régia de 19 de julho de 1704, quando os sertões da Capitania viviam um momento singular na história da colonização, a chamada Guerra dos Bárbaros [18]. Assinada pela Rainha D. Catarina de Bragança, a Carta Régia afirma que "para evitar as dúvidas que se podem arguir [...] por razões particulares de meu Serviço mandei unir a esse Governo [de Pernambuco] a Capitania do Rio Grande". As motivações foram expressas: "por considerar que como ficava mais vizinha seria mais fácil acudir prontamente a tudo que fosse necessário para a conservação dessa conquista", além de afirmar que não houvesse mais desentendimentos entre as ordens expedidas pelo Capitão-Mor do Rio Grande e as do Governador Geral de Pernambuco acerca das campanhas militares e pagamento dos Terços na região do Assú, principal palco da Guerra dos Bárbaros [19].

De acordo com uma carta do Senado da Câmara de Natal de 1747 ao rei D. João V, a Capitania do Rio Grande era subordinada antes de 1704 a Capitania da Bahia ou seja, ao Governo Geral [20], fato ainda pouco explorado por nós. No entanto, de acordo com a Carta Régia de anexação do Rio Grande, um dos fatores que impeliram tal decisão por parte da Coroa foram os desentendimentos entre as ordens expedidas pelo Governador de Pernambuco e o Capitão-Mor do Rio Grande no contexto da Guerra dos Bárbaros. Temendo maior prolongamento da guerra contra os nativos dos sertões e maiores gastos com a empreitada, a Coroa necessitava tomar decisões mais energéticas pela conquista definitiva dos sertões norte da Colônia e, dentre as medidas utilizadas, anexar oficialmente o Rio Grande ao Governo Geral de Pernambuco eliminava possíveis contratempos jurisdicionais entre o governo local e Governo Geral de Pernambuco.

---

[18] Dos melhores trabalhos já produzidos sobre o assunto recomendo consultar: PIRES, Maria Idalina da Cruz. *"Guerra dos Bárbaros":* resistência indígena e conflitos no nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990 e PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, EDUSP, 2002.

[19] SOBRE a jurisdição concedida ao Governador de Pernambuco na Capitania do Rio Grande. *Revista do Instituto e Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, vol. XI-XII-XIII, 1913-1915, Natal: Atelie Typografico M. Vitorino e C., 1918, p. 145-46.

[20] ARQUIVO Histórico Ultramarino (AHU), Administração Centra (ACL), Conselho Ultramarino (CU) 018, Cx. 5, D. 326. Natal, 30 mai. 1747. CARTA do Senado da Câmara de Natal ao rei [D. João V] pedindo que se torne a anexar a Capitania do Rio Grande do Norte ao governo geral da Baía, por causa da constante sujeição à Capitania de Pernambuco, que prejudica as rendas da Fazenda Real e dos moradores.

Por fim, a última capitania a ser anexada formalmente ao Governo Geral de Pernambuco foi a Capitania da Paraíba, objeto melhor estudado pela historiografia paraibana a partir dos trabalhos acadêmicos de Elza Oliveira e Mozart Menezes, o que enriquece consideravelmente a discussão aqui tratada [21].

O historiador Mozart Menezes trás para o centro da discussão sobre as capitanias anexas ou autônomas o fato de que essa realidade "estava condicionada à necessária e irremediável possibilidade de ser a Provedoria da Fazenda capaz de gerir todos os gastos com pessoal e segurança, além de atender às exigências dos eternos socorros à Coroa Portuguesa", tais como, pagamento de donativos, compromissos diplomáticos etc. Nesse sentido, a questão da capacidade da capitania de cobrar tributos e impostos e, como esses ganhos, gerir a capitania e atender as demandas da Coroa era condição vital para manter sua autonomia, "a falta constante no cumprimento dessas obrigações poderia acarretar a perda da autonomia, com a consequente anexação do governo a outra capitania" [22].

Tomando como parâmetro para a anexação da Capitania da Paraíba ao Governo Geral de Pernambuco a questão da provedoria e a capacidade de sustento e riqueza da Capitania, Elza Régia afirma que o ônus da restauração para a Paraíba foi sentida sensivelmente: "dos mais de vinte engenhos [de açúcar] em funcionamento antes da guerra, por volta de 1663 não moíam mais que nove", somado a essa situação de 'lenta recuperação' da Capitania, foi decisivo a situação conjuntural vivida na América portuguesa no início do século XVIII com as quedas do preço do açúcar no mercado internacional e a elevação do preço da mão de obra escrava, e no nível local "a presença de calamidades, como as secas e as enchentes, que agiram desfavoravelmente na sua recuperação" [23].

Diante desse quadro e dos novos rumos da administração portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII em que, "conter gastos, concentrar recursos e dotar a máquina administrativa com uma face mais racional-burocrática" parecia ser a essência das diretrizes do primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, é que a Carta Régia de 29 de dezembro de 1755 "reconheceu a falência da Provedoria da Fazenda

[21] OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na crise do século XVIII:* subordinação e autonomia (1755-1799). Fortaleza: ETENE, 1985 e MENEZES, Mozart Vergetti. *Colonialismo em ação*.
[22] Mozart Vergetti. *Colonialismo em ação*, p. 12.
[23] OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na crise do século XVIII*, p. 67 e seguintes.

Real da Paraíba e sua falta de condição para sustentar um governo autônomo, anexando-o ao de Pernambuco" [24].

A Carta Régia deixa claro que essa anexação deve-se aos "poucos meios que há na Provedoria da Fazenda para sustentar um governo separado", sendo discutido e aprovado pelo Conselho Ultramarino "extinguir o dito governo da Paraíba que acabado o tempo do governador atual fique essa Capitania sujeita ao governo dessa de Pernambuco pondo-se na Paraíba um capitão-mor com igual jurisdição e soldo ao que tem o Capitão-mor da cidade do Natal" [25]. No entanto, põe em questão outra discussão pertinente acerca das capitanias anexas: a presença da figura do Governador, que no caso da Capitania da Paraíba com a anexação, foi extinto, restando somente o Capitão-mor como governante da mesma. Sobre essa questão podemos citar o caso da Capitania do Rio Grande do Norte que acreditamos ser uma situação análoga às demais.

O Senado da Câmara de Natal, quando de sua instalação em 1611[26] e uma vez centralidade na cidade sede do governo da Capitania, somou forças à figura militar do Capitão-mor na gerência administrativa e militar da Capitania durante todo o período colonial. Formada por funcionários e conselheiros específicos, ela foi a única câmara municipal existente até pelo menos 1760, quando foram fundadas as novas vilas na Capitania [27].

Durante todo o período colonial o título de governador só irá surgir a partir de 1802, embora continuasse a submissão ao Governo Geral de Pernambuco e mesmo assim precedido do título militar. Nesse sentido, o primeiro Capitão-mor Governador da Capitania do Rio Grande do Norte foi Lopo Joaquim de Almeida Henriques, que permaneceu no cargo entre 1802 a 1806. O governo posterior foi o de José Francisco de Paula Cavalcante e Albuquerque que também foi intitulado no ato de sua posse, Capitão-mor Governador. Importante notar que o predicativo governador só veio a aparecer no século XIX atrelado ao predicativo militar, o que significava que a Capitania continuava submissa ao Governo Geral de Pernambuco e que o Capitão-mor Governador continuava em sua função primordial resguardada durante todo o período colonial: a defesa e administração das tropas pagas e ordenanças.

---

[24] Mozart Vergetti. *Colonialismo em ação*, p. 244-245.
[25] OLIVEIRA, Elza Regis de. *Idem*, p.90.
[26] MORENO, Diogo Campos. *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1968, p. 77.
[27] DIAS, Thiago Alves. *Carne, farinha e aguardente:* o Senado da Câmara de Natal e o abastecimento alimentício interno. 2007. fl. 81. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, UFRN, Natal, 2007.

Rodrigo Ricupero já havia se debruçado sobre a questão em relação a Martin Afonso de Souza é chegou à conclusão que "os termos governador e capitão ou capitão-mor" da Capitania de São Vicente "aparecem, em geral, na documentação sem muito rigor, ora designado por ambos os termos, ora por um ou outro", no entanto, a partir da análise de outros casos como nas Capitanias da Bahia e Rio de Janeiro, defende que há "uma certa divisão entre as tarefas civis (governador) e militares (capitão), não podendo ser exercidos separadamente" [28], o que confirma nosso entendimento acerca das prerrogativas do Capitão-mor da Capitania, que embora realize tarefas da administração e defesa, sua patente indica restrição administrativa quando na presença dos ditames do Governador Geral de Pernambuco e das anexas, que a questão da defesa está inserido na sua atuação maior: administrar as capitanias do Governo Geral de Pernambuco.

Sendo assim, a constituição do Governo Geral de Pernambuco e seus mecanismos cotidianos de sustentação pode ser entendido como um governo forte e atuante nas esferas administrativa, política, fiscal e, sobretudo, econômica, balizadas pelos imperativos da defesa do território e controle das possessões.

Numa carta topográfica produzida em 1766, quando os processos formais das anexações estavam em vigor, a mando do Governador Geral de Pernambuco Luís Diogo Lobo da Silva [29], é possível vislumbrar os territórios jurisdicionais do Governo Geral de Pernambuco (Ver Imagem 01). As partes demarcadas no mapa revelam a centralidade de Pernambuco na conquista e controle do Norte do Estado do Brasil (círculo menor) e o espaço institucional de controle do Governador e Capitão General de Pernambuco e suas respectivas instituições que subordinaram toda a porção norte do Estado do Brasil a sua alçada (círculo maior).

[28] RICUPERO, Rodrigo. *Idem,* nota 24, p. 135-36.
[29] Maiores detalhes sobre essa Carta Topográfica, ver: DIAS, Thiago A. O espaço cartográfico enquanto escrita do poder. *Revista Navigator*, v. 07, n. 13, 2011. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2011, p. 49-56.

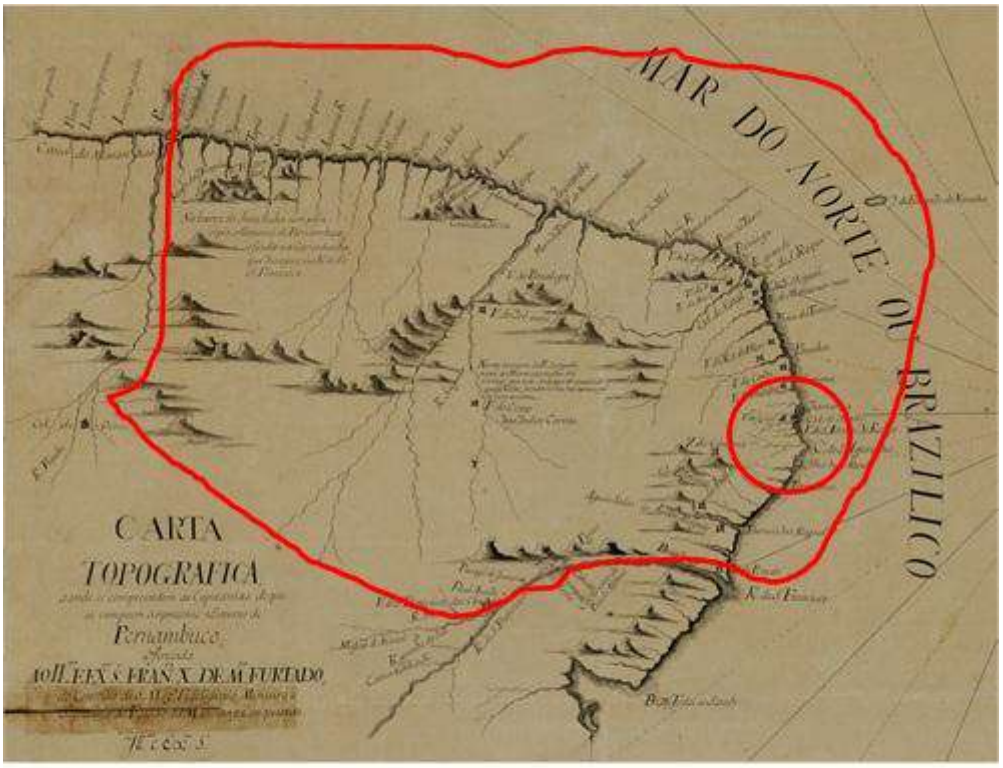


FIGURA 01 - **Governo Geral de Pernambuco e as Anexas**. Detalhe da "Carta topográfica aonde se compreende as Capitanias de que se compõem ao presente Governo de Pernambuco oferecida ao Imo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1766" (por José Gonçalvez da Fonseca).
FONTE: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/Direção de Serviços de Engenharia. Mapoteca. Doc. 4586-3-38-5.

As características da subordinação

As relações econômicas e administrativas existentes, por questões históricas da própria colonização e impostas, por questões de políticas econômicas e administrativas, entre o Governo Geral de Pernambuco e as capitanias anexas do norte do Estado do Brasil implica analisar os meandros desse Governo Geral e o funcionamento do mesmo.

São de interesse a essas questões os processos de instituição do Governo Geral de Pernambuco e as anexações das capitanias do norte do Estado do Brasil de forma mais minuciosa, posto que, como vimos, os decursos das anexações das três capitanias estudadas ocorrem em momentos distintos, porém, por motivações iguais ou parecidas.

Da mesma forma é possível melhor entender a centralidade administrativa, política, fiscal, jurídica e econômica do Governo Geral em relação a suas capitanias anexas, tendo em vista que a subjugação das capitanias anexas ao Governo de Pernambuco implicou na subordinação das esferas administrativa aos governadores-

gerais de Pernambuco, como foi constatado nas próprias Cartas Régias que anexaram oficialmente às capitanias do norte.

O controle político-administrativo é percebido através da interferência na escolha dos capitães-mores e na composição das Câmaras através da vigilância do Corregedor e Ouvidor. No campo fiscal pela ausência de alfândegas próprias nas capitanias anexas, como foi o caso da Capitania do Ceará que logo que foi desanexada criou a Junta da Fazenda de Administração e Arrecadação da Real Fazenda do Ceará em 01 de outubro de 1799[30]. No que diz respeito a justiça, não havia comarcas em todas as capitanias anexas, havendo subjugação da Comarca da Paraíba em relação às demais capitanias, por exemplo.

Entendemos, no entanto, que a esfera do controle econômico foi o mais expressivo intento da formação e manutenção desse Governo Geral. A centralidade econômica exercida por Pernambuco em detrimento as capitanias anexas, esteve ligada ao controle e o fomento produtivo das capitanias do norte, estabelecida pelos objetivos que a Coroa possuía para esses espaços: economicamente aproveitados para a criação de animais, produção de alimentos, extração de produtos necessários ao cotidiano e coleta de impostos e tributos.

Ao estudar aspectos econômicos da Capitania do Rio Grande do Norte durante o tempo que em compunha o Governo Geral de Pernambuco, encontramos um mapa de importação e exportação de 1813 que melhor explica esse estado de coisas ao afirmar que "não se declaram os Portos de onde vieram os gêneros de importação, nem para onde foram os de exportação, por esta capitania não tem comércio algum mais do que com o de Pernambuco". Embora o mapa apresente 33 produtos diferentes na coluna exportação, todos eram conduzidos para as praças mercantis de Pernambuco, não sendo permitido o comércio portuário que não fosse através desses portos [31].

Aliado a isso, uma vez a capitania subordinada às arrecadações das mesmas deveriam seguir para Pernambuco e, depois, a própria Provedoria de Pernambuco encarregava-se de remeter para as capitanias as quantias necessárias para os pagamentos diversos.

Não menos importante, são os próprios processos de desanexação, suas implicações sobre as capitanias subjugadas e a relação desses eventos com a Revolução

[30] STUDART, Barão. *Datas e factos para a História do Ceará.* Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. Tomo 01, p. 431.
[31] BNRJ, I – 32, 10, 5. Mapas estatísticos do Rio Grande do Norte. 1811-1826-1834, doc. 12.

Pernambucana de 1817. Entendemos que os processos de desanexação não foram gratuitos, nascendo de conflitos e diretrizes diferenciadas para as capitanias anexas. Sendo assim, se faz necessárias reavaliações e releituras da Revolução de 1817, já que partimos do pressuposto que foram os agentes mercantis das capitanias anexas que desejavam, entre outros pedidos, a liberdade comercial direta das capitanias do norte com todas as nações amigas a Portugal, levando ao extremo o desejo dos comerciantes subjugados livrarem-se do julgo da praça mercantil de Recife e Olinda, onde toda a produção deveria ser vertida.

O Alvará de 28 de janeiro de 1808, que liberava o comércio da América portuguesa com todas as nações amigas, produziu querelas e reclamações na Capitania do Rio Grande do Norte, tendo vista que ela era anexa ao Governo Geral de Pernambuco e, enquanto Capitania anexa, não possuía uma Junta da Fazenda própria, sendo necessário que toda a produção seguisse para Pernambuco e lá fosse taxada e despachada para outras partes do globo, contrariando assim as prerrogativas do Alvará que liberava o comércio em geral.

Ciente da necessidade da criação de uma alfândega na Capitania, o Capitão-Mor José Francisco de Paula Cavalcante escreveu ao Príncipe Regente e seus conselheiros em 17 de maio de 1808, afirmando que, embora comece "a ser livre o comércio desta Capitania com todas as Nações aliadas", era de se esperar que por enquanto esse comércio "não pode ser grande, [...] em razão de ser uma Capitania nascente, com tudo e ótimo porto desta cidade convida a que entre nele muitas Embarcações, ou positivamente a comerciar". Por estas circunstâncias, o Capitão-Mor resolve solicitar ao Príncipe Regente que ordene se faça "aqui uma alfândega proporcional ao país [...], pois é dificilíssimo evitar o extravio dos Reais Direitos em quanto não a houver" [32].

Por hora, podemos depreender da documentação que o envolvimento do Capitão-Mor Governador José Albuquerque na solicitação da criação de uma Alfândega em Natal está atrelado, em grande medida, à relação de defesa do porto de Natal, tendo em vista o movimento de embarcações e o tipo dessas embarcações (mercantes ou de guerra).

O Capitão-Mor pareceu antecipar ou vislumbrar o que estava por vir, pois, em 5 de janeiro de 1810, os comerciantes da cidade do Natal entraram com uma representação junto ao Senado da Câmara pedindo liberdade de comércio. Na ocasião,

[32] Arquivo Nacional (AN), Série Interior, AA, IJJ9-195, CODES, 17 mai. 1808.

os comerciantes que enviaram a representação ao Senado afirmaram que tinham se associado com a finalidade de comprarem a carga de um Bergantim (tipo de embarcação) americano que se encontrava ancorada no porto de Natal. Elegeram para essa compra o comerciante Antônio José Leite, que possivelmente possuía alguma noção de língua inglesa, já que o documento menciona que o mesmo tinha se afeiçoado ao Capitão George Mouldes. Consta da documentação que os comerciantes requereram ao Juiz da Alfândega para que "pagos que fossem os Reais Direitos lhe permitisse conduzir aquela" carga onde melhor parecessem aos comerciantes, "assim como acontecerá no ano de 1808 com a de outra Bergantim da mesma nação", pedindo também o consentimento de poder exportar sola, couros salgados e açúcar nessa mesma embarcação.

A resposta dada pelo Juiz da Alfândega foi que consultasse o governador, este, por sua vez, sabendo da dependência que sofria a Capitania anexa, deferiu que enquanto o Príncipe Regente "não declarasse que a dita carta Régia (sobre liberdade do comércio) compreendia também essa Capitania, não tinha lugar o requerido" [33].

Inconformados com essa decisão, os comerciantes proclamaram terem sofrido igual proibição com outras embarcações estrangeiras que no porto de Natal havia entrado, "eles e os cinquenta mil habitantes que povoam esta mesma Capitania se vêem privados dos benefícios da mencionada Carta Régia e perpetuados os males que destroem o aumento da Fazenda Real". As autoridades coloniais nesse caso impediam, de acordo com esses comerciantes, que se inflasse "a grandeza dessa Capitania, a que tendo muito elevado o seu local geográfico; o magnífico porto desta cidade; e as suas produções" [34].

Recebida a representação dos comerciantes de Natal, chegava a vez Senado da Câmara se pronunciar quanto ao fato. Como historicamente os assentos nos cargos camarários foram ocupados em grande medida por agentes mercantis, não é de se estranhar que o Senado da Câmara, em defesa de seus pares, tenha escrito uma carta encaminhada diretamente ao Príncipe Regente através do gabinete do Ministro dos Negócios do Império do Brasil, no dia 10 de fevereiro de 1810.

Os "humildes Senadores da Cidade do Natal", como se declararam no documento, levaram seus reclames às autoridades coloniais superiores. Argumentaram que foi concedida, pela Régia Carta de 20 de janeiro de 1808, a liberdade de comércio,

[33] AN, Série Interior, AA, IJJ9-195, CODES, 05 jan. 1810.
[34] AN, Série Interior, AA, IJJ9-195, CODES, 05 jan. 1810.

no entanto, "pela dúvida que oferece o despacho de seu atual governador José Francisco de Paula Cavalcante e Albuquerque", ao impedir essa liberdade de comércio com outras nações vizinhas, é que se sentiram motivados a enviar esse documento. Argumentaram na carta que o porto de Natal é "singular e bem conhecido e de uma Capitania que tantas vezes tem suplicado a Vossa Alteza Real a regalia de que der fazer um comércio livre e independente das mais". As motivações para a permissão desse comércio livre advinham das "abundantes produções minerais, vegetais e animais que em si encerra, as quais terão já aparecido em um prodigioso vulto, e por consequência elevado esta mesma Capitania ao brilhante ponto de uma opulência respeitável". Por todos esses motivos, os camaristas, incitados pelos comerciantes de Natal, rogaram "por bem salvar a dúvida daquele governador, permitindo que este povo goze na maior tranquilidade os importantíssimos frutos que na anunciação aquela Real Carta cujos benefícios com as mais vivas santificações" [35].

De instância em instância, o pedido dos comerciantes chegou ao Ministro e Secretário dos Negócios do Reino do Brasil, Fernando José de Portugal e Castro, o Conde de Aguiar. Em carta escrita em 18 de agosto de 1810 e direcionada exclusivamente ao Conde, os camaristas aproveitaram para solicitar na verdade três significativas mudanças para a Capitania.

Em primeiro lugar, pediram a nomeação de um "Ministro Literato para a dita Capitania em qualidade de Corregedor, visto que o que atualmente serve nas três Capitanias da Paraíba, Rio Grande e Itamaracá, jamais pode desempenhar as suas funções". Denunciaram na ocasião que "passarem-se anos, que não vem correger esta dita Capitania e quando vem é tanto de carreira, que o mais que está em cada Vila são três ou quatro dias, deixando todas as coisas ao foro da mesma, ou em maior desordem". Um segundo pedido dizia respeito à "permissão de livremente comerciarem estes Povos com as nações nossas aliadas, segundo a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, servindo de alfândega nesta cidade", sugerindo que, "enquanto senão faz uma nova, usassem qualquer casa, que se julgue para isso suficiente, e com aqueles oficiais, que forem indispensavelmente precisos para a boa arrecadação dos Direitos Reais". E, finalmente, pediam "a criação de uma Junta de Fazenda que dê imediatamente contas ao Real Erário dessa Corte" [36].

[35] AN, Série Interior, AA, IJJ9-195, CODES, 10 fev. 1810.
[36] AN, Série Interior, AA, IJJ9-195, CODES, 18 ago. 1810.

A Capitania do Rio Grande do Norte, enquanto Capitania anexa ao Governo Geral de Pernambuco, não possuía Junta da Fazenda nem Alfandega própria, o que obrigava os agentes mercantis a enviar sua produção de exportação para Pernambuco, onde era encaminhada e taxada para o comércio em outras praças. Sendo assim, embora houvesse a liberdade de comércio promulgada pela abertura dos portos em 1808, a Capitania continuava submissa à estrutura administrativa e burocrática de Pernambuco. O Capitão-Mor e Governador José Albuquerque estava tão somente, enquanto bom vassalo do Rei, protegendo os interesses monárquicos ao impedir o escoamento da produção de forma direta, sem embargo nem taxações. Os agentes mercantis, por sua vez, buscando afrontar a autoridade do Capitão-Mor Governador e das próprias instituições coloniais, receberam dos camaristas apoio institucional para seus desígnios.

Acusado de não permitir o desenvolvimento mercantil da Capitania pelos comerciantes, o Capitão-Mor Governador José Albuquerque não permaneceu sossegado diante do que havia ocorrido. Embora afirmando que havia tratado do assunto num ofício de 23 de dezembro de 1816 – ou seja, um ano antes da Revolução de 1817, na qual todos esses desafetos contra a Coroa iriam ser materializados em ações –, quando já não ocupava mais o cargo na Capitania porque havia sido convocado para assumir o governo de Moçambique, escreveu ao Rei explicando sua posição no assunto. Em carta endereçada a D. João VI de 18 de março de 1817, José Albuquerque afirmou não haver na Capitania estabelecimentos de Alfândega e mesa de inspeção para a arrecadação dos Reais direitos, "vejo-me embaraçado para fazer compatíveis aquela admissão com essa falta, todas as vezes que navios estrangeiros procurarem os portos desta Capitania, ou seja diretamente com o intento de comerciar", ou mesmo quando são obrigadas por causa das correntes d'água ou efeito de naufrágio.

De acordo com José Albuquerque, casos de naufrágio ou força dos ventos já haviam levado embarcações ao Porto em que ele permitiu a venda de "tantos gêneros quantos bastassem para pagamento dos mantimentos que consumiram e despesas que fizeram empregando os oficiais da Provedoria da Real Fazenda debaixo de minha direção e vigia na descarga e arrecadação", no entanto, não foi permitida a compra de gêneros de exportação e, por isso, o governador confessa que foi "censurado da restrição que fazia à generalidade da permissão de Sua Majestade". Justifica sua atitude

reiterando que "esta medida, que como já disse, me pareceu a melhor, e que a submeto à aprovação de Vossa Excelência" [37].

Eventos como esse, que incitaram os comerciantes a buscarem as prerrogativas de um comércio livre, foram registrados pelo cronista inglês Henry Koster. O viajante relata que, ao passar por Natal em 1810, "uma embarcação inglesa naufragara perto do Natal e tive ocasião de constatar que os proprietários ficaram perfeitamente satisfeitos com os esforços feitos para que todo o carregamento fosse salvo". Entretanto, tendo em vista que a estiagem daquele ano causará a falta de farinha de mandioca, "o pão do Brasil, e o preço se elevou tanto no Recife, Goiana etc.", os negociantes do Rio Grande do Norte, que possuíam esse produto em estoque, passaram a embarcá-lo "para mandar por mar, aos outros mercados". O Capitão-Mor Francisco de Paula Cavalcante proibiu e ordenou que a farinha fosse vendida no mercado, "ao preço que os proprietários teriam pedido na exportação. Reservou, por sua conta, o que não foi vendido logo, para ir, pelo mesmo preço, suprindo as necessidades futuras" [38]. É possível perceber que a posição do Capitão-Mor Governador foi de inteira lealdade ao cargo que ocupava, inflamando ainda mais os desafetos entre os agentes mercantis e a Coroa.

Todos esses reclames em torno da independência administrativa e fiscal de Pernambuco, assim com a independência jurídica da Paraíba, frutos de pedidos incessantes das autoridades ou dos colonos, fizeram parte de um processo maior de descontentamento e baixa popularidade que a Monarquia lusitana sofria nas Capitanias do Norte, no início do século XIX, entre estes o descontentamento dos comerciantes instalados nas capitanias anexas com o monopólio de comerciantes reinóis que, na qualidade de atravessadores entre os agentes mercantis coloniais e os compradores internacionais, impunham preços aos produtos para exportação , assim como os de importação .

A Revolução Pernambucana de 1817 encontrou nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil fortes adeptos, sobretudo, os agentes mercantis, pessoas influentes, detentoras de prestígio social e poder material, que desejavam ser atendidas em suas reivindicações: liberdade de comércio e maior lucratividade.

---

[37] AN, Série Interior, AA, IJJ9-195, CODES, 18 mar. 1817.

[38] KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Trad. Luís da Câmara Cascudo. 11. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2002, p. 161.

Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864

Thiago Gambi*

Introdução

No dia 10 de setembro de 1864, a casa bancária A.J.A. Souto e Cia., uma das mais importantes do império brasileiro, suspendeu seus pagamentos iniciando uma crise bancária[1] na praça do Rio de Janeiro, capital e centro financeiro do país, e comprometendo definitivamente a política econômica idealizada pelo partido conservador que vinha sendo colocada em prática desde o início das operações do Banco do Brasil em 1854.

O presente artigo analisa a atuação desse banco na crise bancária de 1864 e, a partir desse caso, discute sua inserção no projeto político do partido conservador que influenciou, de modo decisivo, a política econômica imperial de meados do XIX. Inicialmente, aborda a criação do banco, em 1853, no contexto do projeto político acima referido. Apresenta, então, a lógica de atuação do banco em períodos de 'normalidade' da economia mercantil escravista imperial e a influência do pensamento econômico metalista na formulação da política econômica imperial. Finalmente, discute a efetiva atuação do Banco do Brasil na crise bancária de 1864, procurando mostrar que havia uma lógica na atuação do banco que foi interrompida na crise, quando as reais condições da economia nacional[2] acabaram predominando sobre o ideal da política econômica inserida no projeto político conservador.

1. A criação do banco no contexto do projeto político conservador

O final do século XVIII e a primeira metade do século XIX viram surgir grandes bancos nacionais ligados aos respectivos Estados em vários países europeus, casos de França (1800), Áustria (1817), Espanha (1829), Portugal (1846) e Bélgica (1850). Do outro lado do Atlântico, em situação peculiar, o Brasil também teve seu banco estatal criado com a trasladação da Corte portuguesa para a colônia em 1808, o primeiro Banco do Brasil.[3] Depois de sua liquidação em 1829 e de uma tentativa mal sucedida de organização de um banco nacional em 1833, o país, já independente, viveu um período sem bancos. Somente na segunda metade da década de 1830 surgiram, timidamente, novos bancos comerciais no país. Já a década seguinte experimentaria a abertura de vários bancos nas principais praças

* Prof. da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Email: thiago.gambi@uol.com.br
[1] Para crises bancárias, cf. ROGOFF; REINHART, 2010; KINDLEBERGER, 2000; MINSKY, 2010.
[2] Referimo-nos aqui ao termo nacional como dimensão espacial e política. Para uma discussão sobre a construção de uma nação brasileira, cf. GRAHAM (2001a; 2001b); HOLLOWAY (2001) e SCHWARTZ (2001).
[3] Para bancos centrais na América Latina, cf. MARICHAL; TEDDE, 1994.

comerciais do império e, é claro, também na Corte. Tais bancos, geralmente organizados por negociantes (LISBOA, 1874), surgiram para atender, sobretudo, a demanda do comércio pela moeda e pelo crédito necessários para a realização de suas transações. Para cumprir sua tarefa de auxiliar o comércio, emitiam seus próprios vales, que entravam e, freqüentemente, permaneciam em circulação. Essa emissão, no entanto, trazia conseqüências para a economia mercantil escravista do império, como a perturbação do valor da moeda, e, ao mesmo tempo, minava o poder do governo central de controlar a oferta de moeda e crédito no país.

Paralelamente ao surgimento desses bancos, em meados do século XIX, estava no poder o partido conservador, comandado pela chamada trindade saquarema, que colocava em marcha seu projeto político de construção e consolidação do Estado imperial. Tal projeto, guiado pelos princípios de ordem e civilização, buscava centralizar o poder político na Corte e, a partir daí, imprimir a direção saquarema sobre os caminhos do império (MATTOS, 2004; NEEDEL, 2006).

Em termos econômicos, o rumo da direção saquarema implicava na manutenção da economia mercantil escravista, isto é, sua principal preocupação era fazer com que essa economia funcionasse para o bem da ordem e do império. Significa dizer que o projeto saquarema deveria resolver dois problemas crônicos da economia brasileira, a saber, a estabilidade do valor do meio circulante e a escassez de numerário e de crédito nas praças. Com a estabilidade do valor do meio circulante e, conseqüentemente, do câmbio, ganhariam os proprietários rurais ligados ao comércio de exportação e os próprios exportadores e importadores, uma vez que tal estabilidade diminuía o risco cambial envolvido nas transações de comércio exterior. O Estado também se beneficiaria com ela ao honrar compromissos externos em moeda estrangeira em condições favoráveis e ao construir uma reputação que poderia ajudá-lo em caso de necessidades futuras de crédito (SUMMERHILL, 2008; BORDO; ROCKOFF, 1996). Com a ampliação da oferta de numerário e crédito, ganharia a classe senhorial como um todo, abrindo espaço inclusive para o surgimento de manufaturas. Finalmente, a conquista de uma moeda forte representaria a concretização parcial do projeto saquarema e abriria para o império uma das portas de entrada para o seleto grupo das nações civilizadas.

Entretanto, o governo sozinho não daria conta de, ao mesmo tempo, lastrear a emissão de notas em metal, tal como se apresentava a miragem do padrão-ouro,[4] e garantir a oferta necessária de numerário e crédito ao comércio. Estabilidade do valor do meio circulante e

[4] Para padrão-ouro, cf. EICHENGREEN, 1985; BORDO; ROCKOFF, 1996.

ampliação da oferta de crédito revelavam-se objetivos conflitantes. O governo saquarema, apesar do discurso do crédito, não escondia o privilégio do controle monetário e a opção pela miragem do padrão-ouro. Entrava em cena a necessidade de se criar um grande banco que o auxiliasse nessa tarefa. É no contexto do encontro desses dois processos, surgimento dos bancos no país e projeto político saquarema, e de seus antecedentes que devemos entender a criação do Banco do Brasil em 1853: um banco privado com monopólio de emissão de notas (GOODHART, 1988), fortemente influenciado pelo governo imperial.

2. A lógica de atuação do Banco do Brasil

O Banco do Brasil foi criado a partir do projeto apresentado pelo então ministro da fazenda Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, um dos líderes do partido conservador. O pensamento econômico do ministro e a orientação de sua política econômica seguiam a tendência metalista, algo próximo da *currency school* inglesa. Assim, a lógica de atuação do banco deveria seguir os parâmetros dessa tendência para alcançar os objetivos da política econômica imperial em relação à moeda e ao crédito. De maneira geral, os metalistas sustentavam que a quantidade de moeda em circulação deveria ser tal que mantivesse o seu valor estável, pois a estabilidade da taxa de câmbio era sua preocupação principal. Em princípio, o meio circulante deveria ser metálico ou totalmente lastreado em metal, mas isso era uma quimera no contexto brasileiro, em que a escassez de metal era a regra.

Por isso, na prática, os metalistas do império aceitavam o lastro parcial em metal como alternativa para manter o giro dos negócios, mesmo que isso pudesse comprometer o valor da moeda. O Banco do Brasil andará o tempo todo tentando se equilibrar entre o giro do comércio e o lastro de suas notas. De fato, o que devia determinar a oferta de moeda era a política econômica definida pelo governo. No caso de uma política metalista, qualquer movimento de desvalorização da moeda indicaria emissão monetária mais do que suficiente para garantir a realização das transações e requereria a intervenção do governo para enxugar o excesso de moeda em circulação. No entanto, as conseqüências dessa intervenção para o comércio eram freqüentemente consideradas nas decisões governamentais.[5]

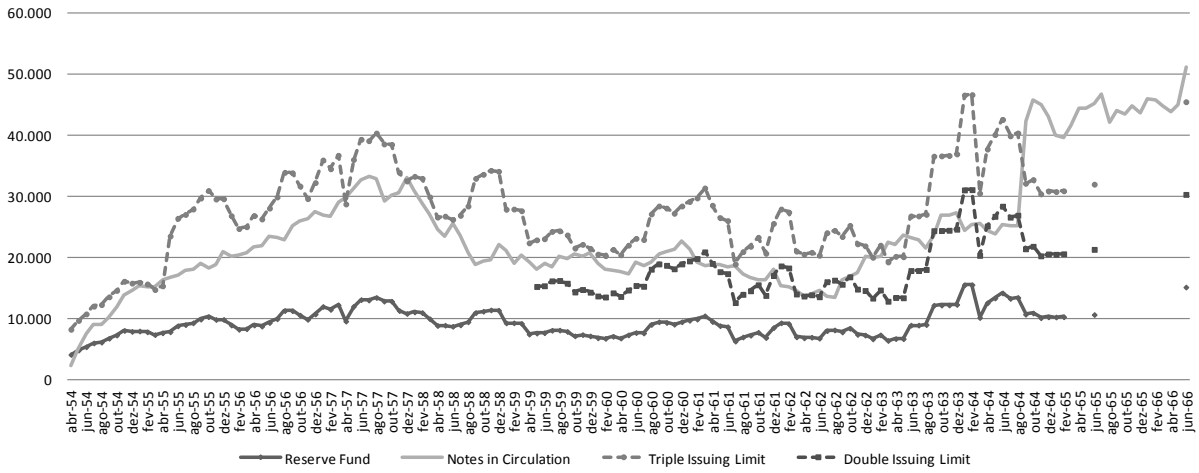
Então, de acordo com o princípio monetário, a oferta de moeda estava ligada à inflação e, conseqüentemente, ao câmbio. Como a taxa de câmbio seria determinada pela quantidade de moeda em circulação, era ela a variável que sinalizaria a necessidade de se ajustar ou não a oferta de moeda. Se aquela quantidade fosse maior do que o volume de

[5] Cf. neste aspecto REIS, 2007.

transações, a taxa de câmbio se desvalorizaria e sinalizaria excesso de emissão, exigindo que o governo lançasse mão da política econômica para enxugar o excesso de moeda. A taxa de câmbio seria, portanto, a variável de ajuste da oferta de moeda.

Embora houvesse demanda e pressões pela expansão do crédito, a política econômica saquarema privilegiava a moeda e as operações de emissão do Banco do Brasil, representativas daquela política, seguiram essa orientação até pelo menos a crise de 1864. O governo e o banco se esforçavam para manter a emissão dentro dos limites legais (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Emissão e limite de emissão do Banco do Brasil em contos de réis (1854-66)



Fonte: BANCO DO BRASIL. *Relatório apresentado á Assembléa Geral dos Accionistas do Banco do Brasil*. Vários números.

Em suma, seguindo à risca o sistema de conversibilidade total, a escassez de metal implicaria numa insuficiência de moeda e poderia paralisar as transações. A questão que, então, se apresentava era: paralisar as transações ou manter o lastro metálico da moeda? Teoricamente, um metalista ficaria com a primeira opção. Contudo, na prática, os metalistas do império arranjaram uma alternativa, o lastro parcial, para manter o giro dos negócios, mesmo que isso pudesse comprometer o valor da moeda. O segundo Banco do Brasil andará o tempo todo na corda bamba entre o giro do comércio e o lastro de suas notas.

A despeito dessa dubiedade, como a manutenção da ordem e o processo civilizatório inscritos no projeto político saquarema requeriam moeda forte e, conseqüentemente, o selo de aprovação dos credores internacionais (BORDO; ROCKOFF, 1996), a lógica de atuação do banco priorizava a administração da moeda, deixando o crédito como função subsidiária.

3. A atuação do Banco do Brasil na crise bancária de 1864

A lógica da moeda predominava nos períodos de calmaria financeira e o ano de 1863 foi de tranqüilidade no campo da economia e da política econômica imperial. Ainda mais se

comparado com o final de 1862, quando o sobressalto provocado pela reabertura do troco em ouro, por parte do Banco do Brasil, obrigou-o a solicitar mais uma vez ao governo a ampliação do limite emissor. É importante lembrar aqui desse episódio, porque nele se encontram indícios do que estaria por vir em 1864. Naquela altura, entre o fim de 1862 e o início de 1863, o banco não poderia atender as demandas do governo e, sobretudo, da praça sem estourar o limite de emissão correspondente ao duplo do fundo disponível mais o adicional correspondente ao resgate das notas do tesouro. Foi por essa época que começaram a espocar os primeiros sinais da crise que estouraria em breve e o Banco do Brasil estava fortemente relacionado a eles. Um dos principais motivos pelos quais o banco, desde fevereiro de 1863, solicitava ao governo quase constantemente a ampliação do limite de emissão era a concessão de mais crédito a casas bancárias, especialmente a do Souto.

Segundo Ana Maria Ribeiro de Andrade, o cliente das casas bancárias era aquele que não conseguia obter empréstimos diretamente no Banco do Brasil ou em outros bancos comerciais. Já os recursos disponíveis nas casas bancárias para esse cliente não vinham apenas dos depósitos de correntistas, mas também de empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil e outros bancos comerciais.[6] Seja por motivos especulativos ou não, o banco não poderia atender à demanda por crédito dessas casas sem que o governo concedesse a ampliação do limite de emissão. E o governo não a concedeu formalmente, mas o banco, fiando-se na palavra do ministro da fazenda, atendeu àquela demanda e, de certa maneira, ajudou a preparar a crise, uma vez que concedia o crédito sem impor maiores condicionalidades ao devedor e assumindo o risco da operação.

A grande questão foi o banco não ter imposto condicionalidades para o empréstimo às casas bancárias, mas é preciso lembrar que essa não era uma decisão trivial à época. Sem impor condicionalidades, o banco poderia cortar naquele momento o crédito das casas bancárias e provocar uma crise de menores proporções ou continuar a lhes emprestar recursos e a empurrar o problema mais para frente. O fato é que o banco ganhava com essas operações, poderia fazê-las com a tolerância do governo ao excesso de emissão e, ademais, o próprio governo e a legislação não davam muita atenção à atuação das casas bancárias.[7] Somando-se

[6] ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *1864: a controvérsia... Op.Cit.* Apud: MÜLLER, Elisa. *Moedas e bancos... Op.Cit.* [mimeo]. p.26.

[7] As casas bancárias estavam livres da regulação restritiva à qual se submetiam os bancos de emissão. As operações entre os bancos de emissão e as casas bancárias, como as que envolviam o Banco do Brasil e a casa bancária do Souto, poderiam servir para burlar a regulação restritiva. Por exemplo, ao aumentar o crédito do Souto, o Banco do Brasil poderia expandir suas operações de empréstimo sem necessariamente aumentar sua emissão. Nesse sentido, guardando a devida distância, as casas bancárias poderiam estar para os bancos de emissão como os *shadow banks* estariam para os bancos de investimento atuais.

tudo isso às relações pessoais que pesavam em decisões desse tipo, isto é, em decisões que envolviam relações de confiança, o banco não hesitava em liberar os recursos demandados pelas casas bancárias e empurrar o problema mais para frente. Mas não se tratava apenas de uma questão microeconômica, de lucros e regulação, ou de confiança, havia também a preocupação com o crédito da praça. Tratava-se, então, de uma combinação de questões micro e macroeconômicas, e também de relações de confiança, que, junto com a conjuntura econômica favorável, fazia alargar o crédito e turvava os sinais de que tal situação não se sustentaria, ainda mais num quadro de política econômica restritiva.

O aumento do crédito das casas bancárias não se revelou obstáculo insuperável para que o banco pudesse enquadrar novamente suas emissões no limite estabelecido formalmente pelo governo, o que conseguiu mais pelo aumento do fundo disponível, via importação de metais, do que propriamente pela redução da emissão. Superado o sobressalto em relação às emissões e apesar dessa aparente queda de braço entre banco e governo, a conjuntura econômica de 1863 era bastante favorável. O déficit fiscal se reduzia significativamente, o saldo comercial caía, embora se mantivesse positivo, e o câmbio se desvalorizava pouco ao acompanhar esse movimento. A lei de 1860 continuava a ser executada e seus objetivos iam sendo alcançados na medida em que o troco em ouro das notas do Banco do Brasil fora restabelecido em outubro de 1862 e que o monopólio de emissão ia voltando às mãos do banco por meio da fusão com o banco Agrícola, da compra dos direitos de emissão do banco Rural e da desidratação dos outros bancos emissores.[8] De modo que se trilhava o caminho de volta ao projeto saquarema original. Calógeras (1960:141) dizia que "*todos os elementos da situação, por volta de 1863-4, indicavam claramente o saneamento progressivo do meio circulante e a ausência de qualquer agravação de seus vícios intrínsecos*".

Os ventos tranqüilos que sopravam sobre a economia de vez em quando se transformavam em rajadas que provocavam turbulências e apontavam problemas para a manutenção do projeto saquarema. A sempiterna fragilidade do fundo disponível do Banco do Brasil era uma dessas rajadas. Outra, mais forte, viria novamente da casa bancária do Souto. Depois de ter seu crédito aumentado no Banco do Brasil, essa mesma casa bancária recorreu ao banco para conseguir recursos urgentes que fossem suficientes para satisfazer seus

[8] De acordo com Cavalcanti, os bancos emissores do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Maranhão não conseguiram se enquadrar na lei de 1860 e se declararam incapazes de continuar com o direito de emissão. Cf. CAVALCANTI (1893:273). Na verdade, os bancos da Bahia e de Pernambuco chegaram a abrir o troco de suas notas em ouro, mas não resistiram por muito tempo. Os bancos do Rio Grande do Sul e do Maranhão definharam sem alcançar tal imperativo legal. Cf. BRASIL (1864:18).

compromissos diários diante das corridas que vinha sofrendo desde o dia 10 de maio de 1863, situação gravíssima para uma instituição desta natureza.[9]

Apesar de reticente, a diretoria do banco atendeu às solicitações do Souto, desta vez exigindo garantias e esclarecimentos sobre a situação de sua casa bancária. Apenas dois diretores se opuseram ao auxílio. Paula Santos argumentava que o banco deveria suspender novas operações com essa casa bancária, na medida em que suas dificuldades financeiras não poderiam ser sanadas definitivamente com os empréstimos. Otoni, ao observar pelo balanço da casa bancária sua frágil situação, considerava temerária tais operações, tanto que fez constar na ata da reunião da diretoria que votara contra o aumento do crédito daquele estabelecimento. Aonde iria parar o Souto? Apesar das reticências da diretoria e da crítica de alguns diretores, a casa bancária do Souto ganhava sobrevida com os auxílios do Banco do Brasil, que ia empurrando o problema para frente ajudado pelos bons ventos de uma conjuntura econômica favorável.[10] De junho a setembro de 1864 não haveria mais sinais perceptíveis de crise.

Nos primeiros dias de setembro de 1864, não havia sinal algum de perturbação no ambiente econômico do império. Pelo contrário, o clima era de otimismo. O comércio tanto na Corte como nas províncias era próspero, especialmente por conta do algodão, produto cujo valor subira com o início da guerra civil nos Estados Unidos; os bancos recebiam depósitos e pareciam caminhar regularmente; o Banco do Brasil tinha folga de emissão e sua diretoria discutia baixar a taxa de desconto diante do ambiente de confiança na economia. A veia poética do relator da comissão de inquérito de 1864 revelava a atmosfera calma que envolvia o momento.

> A ordem e tranqüilidade pública continuavam inalteradas, como nos anos anteriores, o céu político e comercial se mostrava como nos mais belos dias de uma risonha primavera, nenhuma nuvem carregada o encobria ou manchava. As câmaras iam se encerrar; todas as coisas pareciam seguir via pacífica e ordinária. O aspecto dos negócios comerciais, se não brilhante, era satisfatório (BRASIL, 1865:38).

Porém, no dia 9 de setembro desse ano, uma pequena corrida contra a caixa filial do Banco do Brasil em Pernambuco serviria de aperitivo para o que estava por amanhecer na Corte. De maneira surpreendente para o público, mas certamente não tanto para a diretoria do Banco do Brasil, às dez horas da manhã do dia 10 de setembro de 1864, o chefe principal da

[9] Importantes casas bancárias da Corte sofreram corridas bancárias em 1862. O relatório de 1864 destaca a que houve sobre a casa bancária Montenegro, Lima e Cia., entre julho e agosto de 1862, e sobre a casa bancária Gomes e Filhos, em setembro do mesmo ano. Ambas faliram na crise de 1864. Cf. BRASIL (1864:35-6).
[10] Sessão 732, de 18 de maio de 1863 e Sessão 733, de 20 de maio de 1863. In: BANCO DO BRASIL. *Atas de reunião... Op.Cit.* pp.139-42. Cf. também VIANA (1926:433); PACHECO (1979:197-8).

casa bancária A. J. A. Souto e Cia. ordenou que se fechasse a escrituração, se suspendesse o movimento de seus caixas e simplesmente abandonou seu escritório. O que se seguiu é bem conhecido pela historiografia brasileira, por isso, iremos nos ater aos fatos que dizem respeito ao Banco do Brasil na crise (BRASIL, 1865).

A notícia da suspensão dos pagamentos do Souto correu a cidade "como por um movimento elétrico, por toda a parte, chegou de pronto até aos mais longínquos bairros e arredores desta Corte e da cidade vizinha". Claro que o resultado de tão grave notícia só poderia ser o pânico característico de crises desse tipo e, conseqüentemente, a corrida às casas bancárias e aos bancos. O Banco do Brasil entrava em cena como o vilão da história, pois junto com a notícia corria o boato de que o Souto suspendera seus pagamentos porque o banco se recusara a lhe emprestar 900:000$. Na tarde deste dia fatídico, uma grande "massa de povo" se aglomerava diante das casas bancárias Gomes e Filhos, Oliveira e Bello, Montenegro, Lima e Cia., Fortinho Muniz, Bahia, Irmãos e Cia. e dos bancos Brazilian and Portuguese, London and Brazilian e do próprio Banco do Brasil.

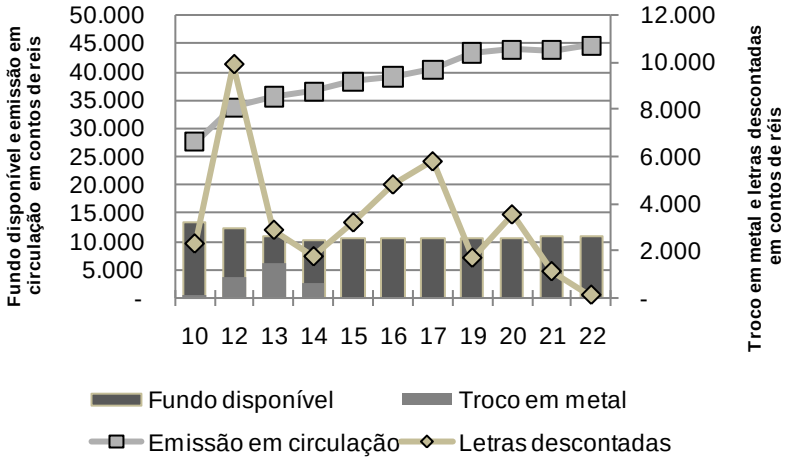
O governo imperial e o Banco do Brasil agiram juntos para salvar a praça. Uma série de decretos governamentais no sentido da flexibilização da emissão de notas e a expansão efetiva dessa emissão por parte do banco, que atuou como emprestador em última instância, contribuíram para arrefecer a crise. Por outro lado, essas medidas feriam de morte a lógica da atuação anterior do banco inserida no projeto político conservador.

No dia 20 de setembro, o governo baixou o decreto 3.309, que regulava a falência dessas instituições financeiras. Era o ponto final de um conjunto de medidas supostamente temporárias que o governo imperial adotava para superar aquela que fora a mais grave crise financeira do império até aquela altura. Segundo o relatório da comissão de inquérito, os prejuízos acumulados com a crise ficavam entre 65.000:000$ e 70.000:000$, duas vezes o capital do Banco do Brasil, sendo a Corte e seus banqueiros os mais afetados por ela (BRASIL, 1865:65-71). A partir de então, a praça finalmente ia se acalmando e a confiança ia sendo restabelecida.

A evolução de algumas operações e do fundo disponível do Banco do Brasil nos dias mais agudos da crise sintetiza o que se disse acima. Sua emissão estourou em muito o limite, aumentando 62% entre os dias 10 e 22 de setembro; o fundo disponível, especialmente sua parcela em soberanos, caiu até a suspensão do troco em ouro no dia 14 de setembro; e, finalmente, o comportamento errático dos descontos reflete o esforço do banco para salvar a praça. Interessante notar que mesmo depois dos decretos que concediam a ampliação da

emissão do banco e o curso forçado de suas notas, os descontos voltaram a subir, indicando que as casas bancárias ainda estavam em dificuldade. Só depois do decreto de 17 de setembro, que previa a liquidação desses estabelecimentos e a suspensão temporária dos pagamentos, os descontos cairão efetivamente e indicarão o arrefecimento da crise (Gráfico 2).

Gráfico 2 – O Banco do Brasil em onze dias de crise: fundo disponível, emissão, troco em ouro e descontos (10 a 22 de setembro de 1864)



Fonte: BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1865.

Sem dúvida o prejuízo causado pela crise à economia do império foi enorme, mas passível de recuperação. Todavia, o prejuízo que ela causou ao projeto saquarema foi imenso e irrecuperável. Em pouco mais de dez dias de crise, o Banco do Brasil perderia seu caráter original para não encontrá-lo novamente. Os decretos que autorizavam a ampliação da emissão do banco e o curso forçado de suas notas fizeram aumentar de chofre e em grande volume a circulação fiduciária. Da quimera do ouro, os saquaremas viam seu projeto ser tragado pela emissão de papel puro.

É verdade que o governo tentaria enquadrar novamente as emissões à sua política restritiva que, em tese, deveria continuar em vigor após a crise. O governo concordava com o relatório da comissão de inquérito de que a crise fora conseqüência necessária da excessiva expansão do crédito nos anos anteriores e agora algo precisaria ser feito para conter as emissões. O indulto oferecido aos contraventores da lei de 1860 pelo decreto 3.321, de 21 de outubro de 1864, parecia indicar o caminho oposto ao ajuste, porém, no dia seguinte sairia o decreto 3.323, que restringia novamente a emissão de títulos ao portador. Mas essa lei não se aplicava ao Banco do Brasil, que exigiria cuidados especiais. O decreto 3.339, de 14 de novembro de 1864, estabelecia que o dinheiro recebido pelo banco em contas correntes simples passaria a ser considerado parte da emissão e o recebido em contas correntes com

juros só poderia ser usado parcialmente em novas operações, três quartos do total, definindo assim uma espécie de compulsório para o banco. Estipulava também um teto de 12% do lucro ao ano para os dividendos, o que ultrapassasse esse valor deveria ir para o fundo de reserva do banco (BRASIL, 1865:86-7). Em certo sentido, essa era uma medida moralizadora, pois de nada adiantaria a pressão de acionistas para aumentar as emissões, as operações e o lucro do banco, se o dividendo não pudesse ultrapassar o teto definido pelo governo. Eram intervenções fortes no banco, mas o ministro da fazenda lembrava em seu relatório que

> se as medidas tomadas pelo Ministério a meu cargo com relação ao Banco do Brasil produziram os resultados satisfatórios, que já notei, não é isto razão para que todas elas tenham o caráter de permanência. Não é bom para a economia o papel inconversível, ainda mais quando sua emissão é confiada a uma entidade particular, que encontra na expansão da faculdade de emitir avultados lucros (BRASIL, 1865:14).

Para Carneiro de Campos, o governo deveria começar a cuidar agora do problema da desvalorização do meio circulante e, para isso, propunha a velha solução quantitativista, isto é, reduzir a emissão do Banco do Brasil ao nível em que, pela experiência, atendesse à demanda da praça, por meio da aplicação da lei de 1860. Caberia ao governo auxiliar o banco a restabelecer a conversibilidade de suas notas em ouro e a estabelecer regras que garantissem sua permanência, mas para isso era preciso antes coibir o abuso emissor. Propunha, então, uma reforma nos estatutos do banco que separasse as repartições de emissão e desconto, nos moldes do banco da Inglaterra. Essa proposta, além de indicar um movimento pela reforma do banco, não deixava de revelar a influência dos saquaremas sobre o ministério, pois, mais tarde, Itaboraí defenderá publicamente esse pleito. De qualquer modo, o governo começava a retomar o direcionamento da política econômica e essas eram as primeiras tentativas de trazê-la de volta ao que era antes da crise.

Desta vez, o banco não caminharia de mãos dadas com o governo, talvez mais por impossibilidade do que insubordinação. O presidente do banco Francisco de Assis Vieira Bueno,[11] que substituíra o falecido Batista de Oliveira, depois de reconhecer que o banco encontrava-se "*sob o regime de medidas excepcionais e anormais*", a saber, a emissão além do duplo do fundo disponível e a suspensão do troco em ouro de suas notas, e de justificar que esse estado se devia à obrigação do banco de atender à demanda por crédito da praça e pelo pagamento em ouro de suas notas, não concordava com as medidas propostas pelo governo para se retornar à normalidade. Para ele, não seria prudente reduzir de chofre a emissão passado tão pouco tempo da grave crise, correndo-se o risco de se produzir nova tribulação e

[11] Advogado, nomeado em 8 de abril de 1865. Cf. BANCO DO BRASIL (1865:5).

desperdiçar os esforços e sacrifícios feitos para superá-la. Sustentava, então, que restringir as operações do banco, em vez de contribuir para resolver os problemas da praça, poderia agravá-los, "*prolongando os efeitos da crise e impedindo o restabelecimento da confiança, sem a qual não devemos esperar verdadeira regularidade nas operações de crédito*" (BANCO DO BRASIL, 1865:6/9). Surgia no horizonte uma queda de braço entre governo e banco, contudo um novo elemento acabaria com as intenções restritivas do primeiro e motivaria a reforma definitiva do último, sepultando o braço financeiro do projeto saquarema. Nesse contexto, as leis de 1853 e 1860 seriam francamente desobedecidas e não haveria meio de fazer o banco voltar a se enquadrar nessa legislação.

Independente de suas causas,[12] a crise de 1864 foi o motor do rompimento do ciclo fazer-desfazer-refazer, tecendo agora ela mesma a teia de Penélope. Ironicamente, era a crise, e não o partido liberal ou o progressista, que desfazia o projeto saquarema ao promover a ação que levou à reorganização do Banco do Brasil e ao fim do banco da Ordem. Também de maneira irônica foi o próprio banco, cujo intuito não era sabotar os saquaremas, mas salvar a si próprio, a praça e o governo, quem conduziu o gabinete a estabelecer as medidas que contribuiriam para a decretação de seu próprio fim como emissor. A crise deixava claro que as limitações estruturais da economia imperial eram mais fortes do que qualquer ideologia econômica. As circunstâncias atuais impediam que se voltasse à política econômica restritiva anterior, aos rumos do projeto saquarema, e, nesse contexto, o próprio Itaboraí se voltará contra seu banco. O jogo da política econômica voltará ao início e implicará em novas posições no tabuleiro político. Nessa altura, o futuro do banco da Ordem já estava bastante ameaçado e logo se articulariam alternativas que viabilizassem uma solução honrosa para o estabelecimento. Enquanto isso, as coisas se complicavam no Prata. A demanda de recursos por parte do governo, que já vinha produzindo déficits fiscais recorrentes, tendia a se ampliar[13] e a explodir com a guerra do Paraguai.

A crise econômica não foi suficiente para impedir que o Brasil levasse adiante o apoio militar ao general colorado Venâncio Flores no Uruguai. Ele tentava derrubar o *blanco* Berro

[12] Freire, Cavalcanti, Pacheco e Delorme Prado atribuem a crise aos efeitos da lei de 1860. Cf. FREIRE (1907:125); CAVALCANTI (1873:278); PACHECO (1979:231); PRADO (1991:254). Sebastião Ferreira Soares, Viana, Calógeras e Villela atribuem a crise ao abuso do crédito, acompanhando o relatório da comissão de inquérito presidida por Ferraz. Cf. SOARES (1865);. VIANA (1926:427); CALÓGERAS (1960:142); VILLELA (1999:147-8); BRASIL (1865:86-7).

[13] Um indicador dessa tendência era o aumento do desconto de letras do tesouro no Banco do Brasil, especialmente a partir de 1861. Cf. BANCO DO BRASIL. *Relatório apresentado á Assembléa Geral dos Accionistas do Banco do Brasil*. Vários números.

e depois seu sucessor Aguirre, ambos contrários aos interesses do império,[14] com o patrocínio inicialmente velado e depois descarado do Brasil. Como o governo uruguaio, apoiado pelo Paraguai, não aceitou a proposta brasileira que impunha a presença de colorados no ministério do governo *blanco*, o Brasil invadiu o Uruguai no dia 12 de setembro de 1864, aliando-se aos rebeldes de Flores. Em fevereiro de 1865, Flores tomaria o poder no Uruguai, mas antes disso, em 13 de dezembro de 1864, o Paraguai de Solano López declararia formalmente guerra ao Brasil.

A chamada guerra do Paraguai, que se esperava um conflito rápido contra o país vizinho, se arrastou por vários anos e revelou-se um sorvedouro de recursos fiscais. No início de 1865, o conselho de Estado pleno foi reunido justamente para tratar do financiamento do conflito, uma vez que o orçamento não oferecia recursos suficientes para cobrir as despesas geradas por ele. Logo depois, sua seção de fazenda teve que responder aos avisos do ministro da guerra reclamando "*prontas providências para as despesas indispensáveis exigidas pelas circunstâncias extraordinárias do país*". Como as câmaras estavam em recesso, o orçamento não poderia ser modificado e a solução dada pela maioria dos conselheiros foi o financiamento por meio da emissão de bilhetes do tesouro e apólices da dívida pública, uma vez que redução de despesas e aumento de impostos eram medidas fora do alcance do governo naquela altura. O crédito seria a solução para o problema do financiamento da guerra e, ironicamente, até Itaboraí votava por ele. A rigorosa lei das baionetas impunha o crédito sobre a moeda.

Para Freire, como a circulação fiduciária seria irremovível, o governo projetou uma nova reforma para curar o meio circulante. Contudo, o governo aparentemente a projetava porque precisava de recursos para financiar a guerra. A irreversibilidade da circulação fiduciária seria o motivo pelo qual os saquaremas abandonariam o seu banco. Pelos avisos do ministro da guerra, ficava claro que era premente a necessidade de recursos para cobrir as despesas do conflito. O cerne da questão foi o deslocamento do problema monetário para o problema fiscal. O próprio Freire lembrava que seria melhor para o governo emitir para se financiar sem pagar juros do que por meio de empréstimos de uma instituição particular pagando juros.

O Banco do Brasil, ameaçado politicamente pelas condições anormais em que operava, também seria tragado pela necessidade de recursos para financiar a guerra. Seria

[14] Os *blancos* procuraram restringir o assentamento de brasileiros no Uruguai e cercear o uso de escravos na produção de charque. Não renovaram o Tratado de Comércio e Navegação com o Brasil, tentavam taxar o comércio bovino na fronteira e controlar a passagem do gado para as charqueadas do Rio Grande do Sul. Cf. LINHARES (1990:257); NABUCO (1936:400-426).

mais vantajoso para o governo cuidar ele mesmo da emissão dos recursos necessários para financiar as despesas militares do que tomá-los emprestados junto ao banco pagando juros por isso. De solução para o problema monetário do império, o Banco do Brasil tornou-se obstáculo para a solução do problema fiscal durante a guerra do Paraguai. O estalar do conflito confirmou o fim do banco da Ordem. E as peças do jogo começavam a se encaixar ao juntar a necessidade de recursos para financiar as despesas da guerra com a necessidade de financiamento de longo prazo para a lavoura.

O crédito direto à lavoura era um problema persistente na economia imperial cuja solução se embaraçava na legislação hipotecária que, por sua vez, esbarrava na dificuldade de demarcação de propriedades e, conseqüentemente, nas questões de execução judicial. No Brasil, naquela altura, praticamente não havia tal modalidade de crédito, embora o país já tivesse contado com dois bancos que privilegiavam a agricultura em seus nomes, o Rural e Hipotecário e o Comercial e Agrícola (RIDINGS, 1994:144-6). Enquanto o problema persistia, os comissários faziam a ponte entre fazendeiros e bancos, oferecendo os recursos demandados pela lavoura, e volta a meia o assunto aparecia nos discursos parlamentares, todavia, sem muita efetividade.

Depois de muitos anos de debates e esquecimentos no legislativo, a reforma hipotecária foi levada a cabo pelo gabinete Zacarias e pelas câmaras ainda em 1864, antes da explosão da crise financeira e da declaração de guerra no Paraguai. Segundo Nabuco, tanto liberais e progressistas, como conservadores entenderam que era chegada a hora de organizar o crédito hipotecário no império e, por isso, era preciso reformar a legislação existente. O velho Nabuco, apoiado por Itaboraí, foi o mentor dessa reforma que se baseava em dois pontos, um administrativo-legal, que garantia o direito de credores lastreados em hipotecas, e outro econômico, que estabelecia o regulamento das instituições de crédito real e da emissão de letras hipotecárias.[15]

Além de facilitar o acesso da lavoura ao crédito, a reforma vinha também para fechar uma lacuna da oferta creditícia no império, minimizando o risco de que casas bancárias e bancos de depósitos e descontos imobilizassem seus capitais em empréstimos de longo prazo para a lavoura, "*vício*" que se evidenciou na crise do Souto e que, de acordo com Carneiro de Campos, só desapareceria com a abertura de estabelecimentos de crédito hipotecário.

Sem querer, a reforma hipotecária apontaria uma saída honrosa para o Banco do Brasil. A demanda por crédito por parte da lavoura, que sofria com a falência das casas bancárias, e a

[15] Cf. decreto 3.453, de 26 de abril de 1865, para o aspecto administrativo-legal, e decreto 3.471, de 3 de junho de 1865, para o aspecto econômico. In: BRASIL. *Collecção das leis... de 1864... Op.Cit.*

necessidade de financiamento da guerra do Paraguai apontavam o caminho da reforma do banco: transferência do monopólio emissor para o tesouro e transformação do estabelecimento num banco hipotecário. Depois da crise, dois caminhos paralelos se cruzavam para sepultar o braço financeiro do projeto saquarema. A guerra do Paraguai e a reforma hipotecária se encontravam para indicar o caminho do fim do Banco do Brasil como instituição emissora.

Considerações finais

O Banco do Brasil era essencialmente um banco mercantil, cuja peculiaridade residia em sua relação com o Estado imperial, no monopólio da emissão de notas no país e no quase monopólio dos serviços bancários em geral, especialmente depois de 1856, com a incorporação de vários bancos emissores provinciais como suas caixas filiais. Inserido no projeto político saquarema, o sentido de fundo do banco criado pelo então ministro da fazenda Rodrigues Torres era a manutenção da ordem social e política, isto é, a defesa dos interesses da classe senhorial, principalmente da fração do Rio de Janeiro, composta por cafeicultores, negociantes do comércio importador-exportador e burocratas, e da ordem econômica, isto é, a manutenção do caráter mercantil e escravista da economia.

Para a concretização desse objetivo era necessário que o império contasse com uma moeda forte, com valor estável. Por isso, seu sentido mais imediato era, primeiro, ordenar o meio circulante e, segundo, fornecer o crédito necessário para a expansão do comércio. Nasce daí o casamento do processo de centralização política na Corte com o monopólio da emissão de notas no império que caracterizava o projeto saquarema, o nexo entre a política e a economia. Como a manutenção da ordem e o processo civilizatório inscritos no projeto político saquarema requeriam moeda forte e participação no sistema monetário internacional que se organizava, não surpreende que idealmente o crédito fosse secundário e a moeda prioritária para o governo saquarema e, por extensão, para o Banco do Brasil, embora houvesse conflito de prioridades na prática.

O banco buscou a ampliação quantitativa do crédito, ou seja, mais recursos para atender o comércio ligado à produção agrícola e a demanda de infra-estrutura necessária para a viabilização desses negócios. No entanto, não parecia haver interesse numa ampliação qualitativa do crédito, ou seja, crédito para atender atividades que não estivessem ligadas à economia mercantil escravista, como a manufatura. Tampouco o banco queria ou podia fornecer sem mais empréstimos ao Estado, tal como o banco original. Primeiro porque os próprios estatutos do banco já previam um empréstimo de 10.000:000$ ao Estado para que o banco pudesse executar a retirada das notas do governo que estavam em circulação. Segundo

porque fornecer empréstimos ao Estado entrava em conflito com o objetivo monetário buscado pelo governo saquarema. O que se queria era retirar moeda de circulação. Todavia, na prática, o Estado precisou dos recursos do segundo Banco do Brasil, sobretudo, a partir dos eventos de 1864, a crise e a guerra.

Ao mesmo tempo, o banco buscou sanear o meio circulante, ou seja, garantir a conversibilidade da moeda em ouro e, por conseguinte, estabilidade de preços e de câmbio, chave para o comércio e para as relações do país com credores estrangeiros, sobretudo, com os ingleses. Para além do aspecto econômico imediato, a moeda carregava outros significados importantes no processo político em marcha como identidade, unidade e força do país. O que se queria em termos políticos era dar continuidade a tal processo, liderado pelos saquaremas, reforçando a centralização do poder na Corte. Mais do que isso, a moeda estável e forte conferia, ao mesmo tempo, identidade e marca ao projeto civilizatório idealizado e conduzido pelos saquaremas. Essa era a lógica de atuação do banco que seria interrompida na crise bancária de 1864, quando as reais condições da economia nacional acabaram predominando sobre o ideal da política econômica inserida no projeto político conservador.

Nesse período, o banco viveu uma situação de anormalidade, pois estava livre das amarras impostas pela legislação bancária restritiva. Antes da crise, o banco estava enquadrado no limite de emissão e na obrigatoriedade do troco de suas notas em ouro. Com os decretos da crise, o banco estava autorizado a exceder o limite de emissão e suas notas ganharam curso forçado. Apesar dos resultados positivos dessas medidas, o governo defendia a volta à normalidade, que se iniciou com uma forte intervenção no banco, mas tal retorno não aconteceu. Na prática, a restauração da conversibilidade em ouro ia se mostrando inviável para o Banco do Brasil. Para completar, a guerra do Paraguai, iniciada em dezembro de 1864, fazia que o governo dependesse das emissões do Banco do Brasil para financiar seus gastos militares, obrigando-o a adotar uma posição ambígua em relação ao banco. Ao mesmo tempo em que exigia a restrição das emissões, ordenava seu aumento na medida exata dos títulos que o próprio governo lhe enviava.

O destino do banco estava nas mãos do governo, que se dividia entre sua continuidade como emissor e a ruptura desse privilégio. O governo optou por esta última alternativa e, em 1866, executou o projeto que transformava o Banco do Brasil num banco hipotecário. Os efeitos da crise de 1864 e, posteriormente, da guerra foram decisivos para definir o destino do projeto político saquarema e de seu banco. A partir desses eventos, as regras de funcionamento dos bancos seriam modificadas e o controle da moeda e do crédito no império

voltaria para as mãos do governo. O Banco do Brasil perdia a faculdade emissora e sua razão de ser.

Referências

Fontes

BANCO DO BRASIL. *Atas de reunião da diretoria (1854-1866).*

_____. *Relatório apresentado á Assembléa Geral dos Accionistas do Banco do Brasil*. Vários números.

_____. *Relatório apresentado à Assembléa Geral dos Accionistas do Banco do Brasil na sua reunião de 1863, pelo seu Presidente Candido Baptista d'Oliveira*. Rio de Janeiro: Typ. Paula Brito, 1863.

_____. *Relatório apresentado à Assembléa Geral dos Accionistas do Banco do Brasil na sua reunião de 1864, pelo seu Presidente Candido Baptista d'Oliveira*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1864.

_____. *Relatório apresentado à Assembléa Geral dos Accionistas do Banco do Brasil na sua reunião de 1865, pelo seu Presidente Francisco de Assis Vieira Bueno*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1865.

BRASIL. *Atas do conselho de Estado pleno. Terceiro conselho de Estado, 1857-1864*.

_____. *Collecção das leis do império do Brasil de 1863.* Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1863.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Proposta e relatorio apresentados á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura do anno de 1865 pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda João da Silva Carrão*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866.

_____. *Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial por avisos do 1º de outubro a 28 de dezembro de 1864 de proceder a um inquérito sobre as causas principais e acidentais da crise do mês de outubro de 1864.* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1865.

Bibliografia

BORDO, Michael; ROCKOFF, Hugh. The Gold Standard as a "Good Housekeeping Seal of Approval". *The Journal of Economic History*, 56, 2, Jun. 1996.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política monetária do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

CAVALCANTI, Amaro. *O meio circulante nacional (1808-1835)*. Brasília: UNB, 1983.

_____. *O meio circulante nacional (1836-1866)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

EICHENGREEN, Barry (Ed.). *The Gold Standard in Theory and History*. Nova York: Methuen, 1985.

EPSTEIN, Gerald. Central Banks as Agents of Economic Development. *Research Paper nº 2006/54 – UNU/WIDER*. Mai. 2006.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo e PACHECO, Cláudio. *História do Banco do Brasil*. Brasília: Banco do Brasil, 1979. 5v.

FRANCO, Bernardo de Souza. *Os bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia do Banco do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. D'O Economista Brazileiro, 1907.

GOODHART, Charles. *The Evolution of Central Banks.* Cambridge: MIT Press, 1988.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, n.1, v.5, 2001a. pp. 11-47;

_____. Réplica. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, n.1, v.5, 2001b. pp. 75-78;

GREMAUD, Amaury Patrick. *Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no segundo império e na primeira república (1840-1930)*. 1997. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)*. 1997. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo.

HOLLOWAY, Thomas. Comentário a 'Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado', de Richard Graham. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, n.1, v.5, 2001. pp. 49-51

KINDLEBERGER, Charles Poor. *Manias, pânico e crashes*. Um histórico das crises financeiras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LEVY, Maria Bárbara e ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. Fundamentos do sistema bancário no Brasil: 1834-1860. *Estudos Econômicos*, v.15 (nº especial), pp.17-48, 1985.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LISBOA, José da Silva. *Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha*. Rio de Janeiro: Typ. Acadêmica, 1874. p. 510.

MARICHAL, Carlos e TEDDE, Pedro (Orgs.). *La formación de los bancos centrales en España y América Latina (Siglos XIX y XX).* Madri: Banco de España, 1994. v.1.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINSKY, Hyman. *Estabilizando uma economia instável.* São Paulo: Novo Século, 2010.

MÜLLER, Elisa. Moedas e bancos no Rio de Janeiro no século XIX. [mimeo].

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.

NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order.* Stanford: Stanford University Press, 2006.

PRADO, Luiz Carlos Thadeu Delorme. *The Failure of Brazilian Economic Development in the XIXth Century*. 1991. Tese (Doutorado em História Econômica) – University of London.

REIS, Jaime. An 'art', not a Science? Central Bank Management in Portugal under the gold standard, 1863-87. *Economic History Review*, 60, 4, 2007.

RIDINGS, Eugene. *Business Interest Groups in Nineteenth-Century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ROGOFF, Kenneth; REINHART, Carmen. *Oito séculos de delírios financeiros: desta vez é diferente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. Um debate com Richard Graham ou com Estado mas sem nação: o modelo imperial brasileiro de fazer política. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, n.1, v.5, 2001. pp. 53-74.

SYLLA, Richard; TILLY, Richard; TORTELLA,Gabriel (Eds.). *The State, the Financial System and Economic Modernization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço; ou primeiros traços da crise comercial da cidade do Rio de Janeiro; em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

SUMMERHILL, William. Credible Commitment and Sovereign Default Risk: Two Bond Markets and Imperial Brazil. In: HABER, Stephen; NORTH, Douglass; WEINGAST, Barry. (Eds.). *Political Institutions and Financial Development*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

VIANA, Victor. *O Banco do Brasil. Sua formação. Seu engrandecimento. Sua missão nacional*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1926.

VILLELA, André Arruda. *The political economy of money and banking in Imperial Brazil 1850-1870*. 1999. Tese (Doutorado em História econômica) – London School of Economics and Political Science.

OS LIMITES DO ABSOLUTISMO: Tributação e Representatividade no *Ancien Régime*

Autores: Tiago Nasser Appel e Armando João Dalla Costa (ambos da UFPR)
Email para contato: tiagoapple@yahoo.com.br ou ajdcosta@ufpr.br

Introdução

Dificilmente poder-se-ia negar que a causa imediata da Revolução Francesa foi um colapso das finanças reais. Em 1788, nas vésperas da revolução, foi calculado o último – e primeiro – orçamento do Antigo Regime. As despesas tangenciavam a casa dos 630 milhões de *livres* e as receitas totais pouco ultrapassavam os 500 milhões; um déficit, portanto, de 20%. Malgrado os contemporâneos atribuíssem o rombo do fisco aos altos gastos da corte e à corrupção na coleta de impostos, a dívida constituía o item mais dispendioso do orçamento: 318 milhões deveriam ser pagos até o final do ano em anuidades, títulos e demais modalidades de dívida.[1] Em Agosto de 1788, o ministro das finanças Brienne foi obrigado a suspender parte do pagamento da dívida de curto-prazo, medida que na prática constituía um default parcial. Outrossim, adiantou a convocação dos Estados Gerais[2] para Maio do ano seguinte. Depois de mais de 150 anos sem serem consultados, os representantes da nação iriam finalmente ter a chance de apresentar suas queixas e reivindicações diretamente à coroa, a qual estava aparentemente disposta a ceder parte das suas prerrogativas em troca do consentimento às reformas que julgava necessárias para salvar a nação da débâcle financeira.

Tirando o fato de que nos anos 1780 já existia um forte "partido de resistência" às políticas régias irresponsáveis, criado no bojo das escaramuças ideológicas entre a coroa e o Parlamento de Paris, escaramuças estas que contribuíram para tornar público o verdadeiro [e lamentável] estado das contas públicas, a última crise fiscal do Antigo Regime[3] não parecia – em seus fundamentos contábeis – muito pior do que as crises de

[1] Ver Soboul (1962), pp. 80-87 e Lefebvre (1930), pp. 103-107.
[2] A assembleia representativa nacional francesa (século XIV a XVIII), composta de representantes dos três estados da nação (clero, nobreza e terceiro estado). Sua última convocação tinha sido em 1614.
[3] Já em 1786 a dívida real consumia metade das receitas (o déficit rondava a casa dos 100 milhões). O descalabro financeiro havia sido resultado direto das duas grandes guerras mais custosas do século XVIII, a Guerra dos Sete Anos (1756-63) e a Guerra da Independência Americana (1775-83), cada uma tendo custado à coroa francesa mais de 1 bilhão de *livres*. Em termos reais, a Guerra dos Sete anos foi a mais custosa do século e, segundo Norberg (1994, p. 283), levou à Revolução vinte e seis anos mais tarde,

insolvência dos anos 1715, 1722, 1763 e 1772, quando a coroa se viu impelida a não honrar parte de suas dívidas. Na verdade, tão enraizados estavam os ciclos de endividamento e *default* na história das finanças públicas do Antigo Regime que a Coroa também se viu renegando contratos parcial ou totalmente em 1559, 1598, 1634, 1661, 1648 e 1698[4].

Neste artigo oferecemos uma *reinterpretação* das causas estruturais do calamitoso estado das finanças públicas no Antigo Regime, uma reinterpretação que contempla – num único "modelo de análise" – vários dos fatores comumente levantados para explicar as deficiências e fraquezas do Estado fiscal-militar francês: inúmeros grupos sociais [legais] e regiões/cidades possuíam imunidade parcial ou total à tributação direta; mesmo quando tributos universais conseguiam ser instituídos, faltava ao Estado capacidade administrativa para avaliar os verdadeiros rendimentos da elite econômica; contanto a dívida da coroa tenha se tornado crescentemente mais "pública" até a Revolução, em 1788 a dívida do rei ainda era majoritariamente a soma do crédito pessoal de centenas de oficiais venais, que eram seus credores intermediários[5] e que exigiam altos prêmios de risco; etc.

Iremos argumentar que no centro da explicação das crises financeiras da coroa durante o Antigo Regime está a ausência de instituições representativas estruturalmente fortes. Este argumento aparentemente não é novo[6]. Entretanto, a abordagem que propomos inova no sentido de que, *ao mesmo tempo* em que descortina os efeitos das instituições representativas [ou sua ausência] sobre as finanças públicas, explica como *as relações tributárias entre "Estado e elite" determinam o próprio destino destas instituições, isto é, o seu sucesso ou malogro*.

Este artigo está dividido em três sessões, afora a introdução e conclusão. Na próxima sessão, de caráter majoritariamente descritivo, resumiremos as origens fiscais do absolutismo francês. Esta contextualização será necessária para habituarmos o leitor

---

porquanto o governo nunca conseguiria pagar todas as dívidas assumidas durante a guerra. Até o fim do antigo regime, defrontar-se-ia com condições de crédito progressivamente piores, à medida que a dívida caminhasse a níveis cada vez mais insustentáveis.

[4] Por isso que Pierre Goubert (1969) *apud* Tallet (1992, 184) declarou, com perdoável exageração: "Quase toda a história francesa do antigo regime pode ser resumida nessa fórmula: como não pagar dívidas.".

[5] A história de sucessivos defaults da coroa obviamente não lhe rendera uma boa reputação. E como o rei estava teoricamente acima da lei e não podia ser processado em tribunal algum, aqueles investidores que não estavam organizados em corporações – corporações estas que defenderiam seus interesses – evitavam emprestar diretamente ao governo.

[6] Ver por exemplo, North e Weingast (1989), Root (1994), Macdonald (2003), Hoffman e Norberg (1994), Ertman (1997), etc.

ao "laboratório de análise" onde será "testado o modelo proposto", cuja elaboração e aplicação serão o objeto das duas sessões subsequentes, respectivamente.

Finanças Públicas do fim da Idade Média até o Rei Sol

Até o fim do século XIII, o Estado Francês era essencialmente um Estado Judicial, ou seja, o rei bebia sua legitimidade na condição de árbitro supremo e seus funcionários eram majoritariamente magistrados. Só bem lentamente construir-se-ia um Estado fiscal-militar, com uma burocracia financeira e um exército permanente. Quase sempre, o impulso imediato para o aumento da arrecadação de impostos e para a criação de novos expedientes de financiamento (empréstimos, venda de cargos, de títulos de nobreza, etc.) era a guerra. Podemos assim dividir a evolução das finanças públicas francesas em vários episódios em que as exigências da guerra forçaram a coroa a incorporar novas funções e a expandir o seu raio de ação sobre a sociedade civil[7].

O primeiro grande impulso para o desenvolvimento de um "Estado Fiscal" veio com a Guerra dos 100 anos (1337-1453), travada entre a Inglaterra e a França em solo francês. Destaca-se, em particular, o período compreendido entre 1355-80, quando um exército embrionário de mercenários foi estabelecido para debelar os ingleses e quando os Estados Gerais tiveram que ser convocados para a nação angariar fundos suficientes para o resgate do rei Jean[8]. Esse esforço também levou ao estabelecimento da taxação regular, que até então havia existido apenas de forma esporádica[9]. O segundo grande impulso deu-se no final da guerra (após 1435), quando a maré definitivamente virara a favor dos franceses. Nos últimos anos de guerra, entreviu-se a criação do primeiro exército regular de carreira (1445)[10], financiado, entretanto, pela taxação regular e não pelos subsídios dos Estados Gerais.

A próxima fase de expansão das receitas régias dar-se-ia durante as Guerras Italianas (1494-1559) – que François I (1515-1547) via como oportunidade de expandir

[7] Esta divisão se baseia primacialmente, mas não exclusivamente, em Crouzet (2003).
[8] Jean foi capturado na batalha de Poitiers, em 1356. No tratado de Brétigny (1360), seu resgate foi acordado no valor de três milhões de coroas (*écus)*, ou 14 toneladas de ouro.
[9] Ver Henneman (1999). Os impostos tornados regulares incluíam, entre outros, a *taille*, que viraria o principal imposto direto do Antigo Regime até bem adiantado o século XVIII; os *aides*, impostos sobre a venda de mercadorias, notadamente bebidas alcoólicas; e a *gabelle*, imposto sobre o consumo do sal (a venda de sal logo tornar-se-ia monopólio do governo).
[10] Para Anderson (1974), a instituição das *Compagnies d'ordonnance* em 1445 – cuja artilharia seria a arma decisiva – provou-se crucial para a vitória francesa, pois até então a cavalaria francesa havia se provado ineficaz contra os arqueiros ingleses.

o poder Valois na Europa – e as Guerras Religiosas (1562-1598). Durante a primeira metade do século XVI, os impostos diretos e indiretos aumentariam apenas ligeiramente em termos reais[11], mas criar-se-iam mecanismos de financiamento que iriam marcar para a sempre a face do antigo regime, pois teriam consequências políticas por vezes mais importantes que as fiscais; dentre esses mecanismos, destaca-se a venda de cargos.

Para uma monarquia carente de recursos econômicos e administrativos, a venalidade de ofícios parecia ser a única forma viável de se atrair indivíduos qualificados ao serviço profissional da coroa. Através da venalidade a coroa conseguia admitir à "classe governante" nobres e burgueses até então excluídos dos círculos de patronato dos grandes aristocratas[12]: com a criação de novos cargos, a coroa criava instituições de "extração de excedente"[13] concorrentes às antigas jurisdições senhoriais e eclesiásticas. Além disso e de importância fundamental, a venda de cargos "adornados de privilégios" consistia de perfeito expediente (no curto-prazo) para se atrair capital. Na prática, a compra de cargos por ricos financistas – que amiúde procuravam mais do que qualquer outra coisa a imunidade tributária – constituía para a coroa um "empréstimo" permanente com juros muito baixos, senão inexistentes. Isto porque mesmo quando os oficiais recebiam juros (*gages*) sobre o adiantamento fornecido [sobre o valor da compra do cargo], o grosso de suas rendas advinha do direito à apropriação de parte dos impostos, taxas e multas devidos à coroa.

Outro expediente financeiro que estabeleceu raízes no século XVI foi o chamado *tax-farming*[14]. Desde o século XIV, a coroa já vinha confiando a notáveis, burgueses ou mesmo camponeses abastados a coleta de impostos indiretos a nível local. Mas o crescimento econômico do século XVI engendrou o aparecimento de ricos financistas que estavam dispostos – e tinham recursos suficientes – para arrebatar contratos de *tax-farming* para províncias inteiras. O ponto de transição para grandes contratos se deu mesmo em 1558, quando um grande default arruinou o *grand parti* de Lyon, uma associação financeira encabeçada por banqueiros italianos que operavam na então capital financeira de Paris. Pode-se dizer que os monarcas do Antigo Regime nunca

[11] As receitas da *taille* subiram de 2,1 milhões de *livres* anuais na virada do século para 5,8 milhões nos anos 1550, o que não era muito devido à inflação. Já os impostos indiretos cresceram mais: passaram de 3,5 milhões para 12 milhões de *livres* no mesmo período (Ertman, 1997, p. 96).

[12] Era porque a coroa lucrava "politicamente" com a venalidade que Anderson (1974) e Mann (1986) acreditam que por trás da venda de cargos assomava mais o desejo de isolar a burocracia da influência dos senhores do que a necessidade de arrecadar recursos. Ver também Lachmann (2000).

[13] Como os *parlements*, as *élections*, as *généralités*, etc.

[14] O *tax-farming* funcionava grosseiramente assim: o financista adiantava uma grande soma de dinheiro e com isto adquiria o direito de reter parte dos impostos que coletava em nome da coroa.

mais se recuperariam dessa "expropriação", pois com ela ficaria patente que não havia como seguramente emprestar para um rei acima da lei. Após esse episódio os banqueiros/financistas ainda estavam dispostos a emprestar para o rei, mas contanto que eles mesmos pudessem administrar a coleta de impostos, assim garantindo o seu retorno, o que deu origem aos grandes contratos de *tax-farming*[15].

Segundo Ertman (1997, p. 102): "O resultado administrativo das guerras do início do século XVI foi, então, a criação de uma curiosa estrutura híbrida: um aparato "centralizado", mas dotado de pessoal que tratava suas posições como propriedade vendável e hereditária. Porque os *office-holders* agora possuíam um interesse "proprietário" no Estado Francês, eles poderiam ser pressionados a prover os recursos necessários à sua sobrevivência...". Em outras palavras, ao introduzirem credores nas "próprias entranhas do Estado" – pois os grupos recém-empoderados que dependiam diretamente do Estado venal podiam agora ser pressionados a serem mais "generosos" em seus "empréstimos"[16] – os monarcas criaram uma espécie de *inside credit* que lhes permitiria parcialmente contornar a negociação com assembleias representativas (tanto que os Estados Gerais foram convocados pela última vez em 1614 e os Estados Provinciais[17] cairiam em desuso no século XVII). Assim, com a institucionalização do *inside credit* alguns instrumentos básicos do absolutismo já haviam sido lançados, instrumentos estes que seriam refinados sob o reino de Henri IV (1589-1610), Louis XIII (1610-43) e Louis XIV (1643-1715), em cujo governo finalmente pode-se dizer que se consubstanciara a transição da monarquia renascentista para a absolutista.

O último período de singular refinamento do aparelho fiscal Bourbon se deu nos anos 1620s – quando o enclave huguenote (calvinistas franceses) na França foi militarmente derrotado – e nas décadas de 1630 e 1640, quando a França entrou – primeiro velada e depois abertamente – na Guerra dos 30 anos (1618-1648). Os

[15] Até o século XVIII, o número de financistas responsáveis pela coleta de impostos indiretos no reino progressivamente diminuiria. Em 1598, o rei Henri IV condensou num único contrato de arrendamento de impostos a cobrança da *gabelle* do reino inteiro. Dois anos antes, a companhia *Cing Grosses Fermes* tinha sido criada para administrar a coleta dos *traites* (impostos alfandegários) em várias províncias ao redor do país. Finalmente, em 1726 foi criada a *Ferme Générale*, encarregada da coleta de todos os impostos indiretos do reino (ver Crouzet, 2003; e Kiser e Kaine, 2001).

[16] A coroa "absolutista" podia intimidar os seus "funcionários" dos mais variados jeitos para arrecadar recursos imediatos extras: poderia forçar o *office-holder* a receber um aumento de "salário" – caso este existisse – em troca do pagamento de mais uma grande soma inicial; poderia ameaçar revogar seus privilégios (ter o cargo já era um) caso não pagasse uma multa; poderia, através da chamada *chambre de justice*, julgar que os *office-holders* tinham ganhado dinheiro demais e de forma ilegal, para então confiscar seus bens, etc.

[17] Os representantes do clero, nobreza e das cidades que negociavam com o rei quanto sua província estava "disposta" a lhe oferecer em matéria de impostos.

dispêndios sem precedentes que a intervenção da França nesta guerra exigiu[18] – sem falar que o embate armado com a Espanha duraria até 1659 – obrigaram a uma verdadeira revolução nas finanças públicas. Enquanto as receitas reais – em termos de toneladas métricas de prata – haviam "apenas" dobrado no século XVI, indo de 110 toneladas de prata no início do governo de François para 242 em 1600, nos primeiros 40 anos do século XVII a renda da coroa mais que quadruplicou, chegando a 1.194 toneladas de prata (equivalente a 106 milhões de *livres tournois*)[19]. Parte significativa desse incremento no erário público veio da venda de cargos, que sofreu majestosa intensificação na primeira metade do século[20]. Uma inovação em particular foi responsável por tornar tão atrativa aos olhos da burguesia a compra de cargos e por sobremaneira multiplicar as receitas advindas da venalidade. Em 1604, Sully, o superintendente das finanças de Henri IV, introduziu um imposto anual sobre todos os cargos detidos em perpetuidade – um sessenta avos do valor do cargo –, chamado de *paulette*. Em troca, os *office-holders* foram consagrados com o direito de legar o cargo a seus filhos: ele tornara-se hereditário. Ademais, com a *paulette* era levada adiante a estratégia de isolar a burocracia da influência dos grandes senhores, isto é, a *paulette* centralizava o sistema da venalidade de ofício nas mãos da coroa.

Entretanto, o uso exagerado da venalidade de ofício acabou criando um "novo grupo de interesse", a *noblesse de robe*, que iria lutar para proteger seus direitos e impedir a ulterior multiplicação de cargos e funções[21]. Na segunda década do século XVII, os *officiers* já tinham praticamente monopolizado os serviços da coroa; deles ela

[18] Os gastos da coroa não passaram de 20 milhões de livres anuais no período de paz de 1600-4, mas subiram a 55 milhões nos anos 1620 e a mais de 100 milhões por ano na segunda metade da década de 1630 (Crouzet, 2003, p. 44).

[19] Se bem que Bonney (1999, p. 141) coloca que isso aconteceu em parte pela grande desvalorização da própria prata (lembrar que na Europa de 1450-1650 houve uma verdadeira revolução dos preços). Em termos de hectolitros de trigo, o crescimento da *taille* foi razoavelmente pequeno entre 1530 e 1630. De qualquer forma, as décadas de 1630 e 1640 veriam um aumento absurdo da taxação real: a receita proveniente da *taille* foi de 10 milhões de *livres* em 1636 para 48 milhões apenas sete anos mais tarde! (entretanto, na década de 1650 ela voltaria à casa dos 25 milhões e não ultrapassaria o pico anterior antes da década de 1720). A renda proveniente dos *tax-farmers* também percebeu grande aumento, apesar de menos excepcional: foi de 10 para 23 milhões entre 1636 e 1643 (ver Parker, 1996, p. 195).

[20] A receita advinda das *parties casuelles* (órgão que administrava a venda de cargos) subiu de menos de dois milhões de *livres* em 1607 para mais de 13 milhões em 1620, o que representava quase 30% das receitas totais (Lublinskaya, 1965, p. 230). De fato, entre 1600 e 1654 aproximadamente 650 milhões de *livres* foram recolhidas por este *bureau*, o que perfazia 28% de toda a receita pública (Bonney, 1991, p. 342 *apud* Teschke, 2003, p. 174).

[21] Os *office-holders* que até o final do Antigo Regime mais solapariam a soberania da coroa eram os magistrados das altas cortes de justiça, os *parlementaires*. Durante as minoridades de Luis XIII e XIV, e de maneira intensificada a partir dos anos 1750 até a revolução, esses magistrados não só recusar-se-iam a registrar os éditos reais que autorizavam a criação de novas posições como também redigiriam *remonstrance* (revisões judiciais dos éditos) atrás de *remonstrance* para atrasar a implementação/aumento de novos impostos.

dependia para a sua administração judicial e financeira. Richelieu (1624-42), o famoso cardeal e primeiro-ministro de Luís XIII, desconfiava e deplorava o extenso uso da venalidade, pois ela encurtava o raio de ação da coroa e tolhia sua autoridade[22]. Segundo Kimmel (1988), o cardeal buscou reprimir as prerrogativas dos *officiers* em duas frentes. Por um lado, insistiu em que se entrelaçassem ainda mais profundamente com o futuro da monarquia, forçando-os a contribuir mais pesadamente com empréstimos e extorsões[23]; também visou multiplicar ainda mais o número de cargos, onde logrou apenas um sucesso parcial[24]. À estratégia de adicionar novas camadas de oficiais – que disputariam poder e legitimidade com os antigos – Richelieu adicionou a tarefa, aparentemente contraditória, de fortalecer um tipo qualitativamente muito diferente de "funcionário": os comissários. O cardeal assim escreveu uma nova página numa batalha que, segundo Mousnier (1980), já vinha acontecendo há mais de 100 anos e não terminaria antes da débâcle do Antigo Regime, a batalha entre os *commissaires* e os *officiers.* Os últimos eram em essência agentes da monarquia renascentista, agentes cujo poder de resistência – encabeçado pela figura dos *parlementaires* – impediria a maior parte das reformas de um "absolutismo iluminado" que ministros guiados pela *raison d'État* desejariam implementar. Já os comissários eram os próprios agentes desses reformadores "iluminados", pois sua atuação era o que no *Ancien Régime* mais se aproximava de uma burocracia moderna, que respondia diretamente às "necessidades de Estado" e que não estava diretamente emaranhada nas redes de patronato e clientela das estruturas políticas locais.

Dentre o corpo de comissários empregados para adaptar as "instituições do reino" às exigências dos novos tempos [leia-se, para cobrar mais impostos], destacam-se os intendentes. Os *Intendants de Justice, de Police et de Finances* eram funcionários despachados com poderes discricionários para as províncias, a princípio em missões temporárias – mas em 1634 já havia intendências permanentes e em 1642 todas as *pays*

[22] Avenal (1894, p. 159, *apud* Kimmel, 1988, p. 68) imputa-lhe ter dito: "Sua Majestade... eu lhe suplico a descontinuar o *droit annuel* (*paulette*), e a banir a venalidade de ofício, dois dos mais perniciosos desafios à sua autoridade e à pureza da administração da justiça...".

[23] Por exemplo, a cada renovação da *paulette* os *office-holders* foram pressionados a emprestar ao rei somas equivalentes a 5% (1620), 25% (1630) e 12,5% (1638) do valor estimado de seus cargos. Ninguém esperava que o governo quitasse esse empréstimo, que chegava a vários milhares de *livres* no caso dos juízes dos *parlements* (ver Hurt, 2002, p. 8).

[24] Destaca-se a criação de uma nova câmera na *Cour des Aides* (tribunal soberano que exercia controle sobre certos impostos indiretos, notadamente os alfandegários e os *aides*). Os magistrados que já ocupavam assentos no tribunal se injuriaram, mas eventualmente foram convencidos a angariar os 1,5 milhão de *livres* necessárias para comprar todos os novos assentos (ver Kimmel, 1988, p. 69).

d'élection[25] já tinham intendentes. Eles eram normalmente selecionados entre os *maîtres des requêtes*, uma categoria de juízes reais que desde o século XVI já vinha sendo enviada às províncias em *tours* de inspeção[26]. Mas os intendentes, diferentemente dos *maîtres*, não eram *office-holders* (quer dizer, eles eram *officiers* na posição de magistrados, mas não na posição de intendentes). Designados diretamente pela monarquia, os seus cargos não eram transacionáveis nem permanentes, ou seja, não eram venais. Além disso, a cada três anos em média os intendentes eram transferidos de uma província a outra; teoricamente isto garantiria que sua lealdade ao rei não fosse enfraquecida pela construção de alianças com os governadores. A área de atuação dos intendentes era muito grande: eles supervisionavam o processo de recrutamento de soldados, exerciam a justiça, estimavam o valor devido da *taille* e supervisionavam a própria coleta, etc.[27]. Por terem uma jurisdição tão vasta, estes novos representantes do absolutismo real eram extremamente impopulares entre os *officiers*; afinal, eles infringiam as suas prerrogativas. Mas era exatamente para infringi-las que Richelieu os havia enviado. Em 1637, por exemplo, Richelieu ordenou os intendentes a coletar "empréstimos" que o governo forçara as cidades a lhe fazer devido a uma queda momentânea na receita da *taille*, preocupante frente aos gastos crescentes com a guerra. O "terrorismo fiscal" aprofundou-se em 1642, quando o governo encarregou os *intendants* de supervisionar a coleta da *taille*, assim passando por cima da jurisdição dos *officiers* tradicionais: os *trésoriers* e os *élus*, magistrados responsáveis pela coleta da *taille* a nível provincial e local, respectivamente[28]. Treasure (1998, p. 25) coloca que em 1642 até mesmo os *receveurs* (os oficiais que faziam a coleta propriamente dita) tiveram suas prerrogativas atacadas: começaram a ser substituídos por *tax-farmers*, os quais eram por definição comissários (podiam ter seus contratos revogados).

Malgrado os intendentes tenham ajudado a aumentar o peso fiscal sobre os camponeses e mesmo a contornar as imunidades fiscais de algumas cidades e regiões, os comissários nunca levariam a melhor sobre os *officiers* antes da Revolução. Afinal, se os juízes e oficiais financeiros não operassem a máquina do Estado, quem iria?

---

[25] As províncias cujas antigas assembleias representativas deixaram de ser convocadas (porque nelas a monarquia conseguiu instituir os *élus*, magistrados responsáveis pela administração das *élections*).
[26] Ver Shennan, 1986, p. 23.
[27] Também regulavam o comércio, indústria e agricultura e emitiam ordens do *Conseil Des Dépêches*, etc. É claro que tinham delegados para ajudá-los com todo esse serviço (ver Lindsay, 1957, p. 153).
[28] Segundo Bonney (1978, *apud* Kimmel, 1988, p. 70), ao serem integrados à nobreza, os antigos *officiers* (como os *élus e trésoriers*) passaram a ver suas fortunas muito mais conectadas com as próprias *élections* do que com a coroa propriamente dita, desta forma protegendo suas "comunidades" contra "extorsões fiscais".

Igualmente, havia limites para a usurpação da autoridade dos *officiers*: os anos 1630, em particular, viram um turbilhão de revoltas – populares e mesmo de notáveis – contra o aumento ilegítimo da taxação[29]. A *Fronde (*1648-53), a última grande rebelião dos aristocratas contra a monarquia, havia sido iniciada pelos próprios *parlementaires*, que aproveitaram a época da regência para exteriorizar seus desafetos: cansaço com o esforço de guerra e o correspondente aumento da tributação; descontentamento com o sistema dos intendentes; indignação contra o "abuso" de seus direitos de propriedade na forma de empréstimos forçados em troca da renovação da *paulette;* etc.

Queremos com isso dizer que, conquanto o governo tenha ultimamente reprimido todas as revoltas e terminantemente derrotado as "inclinações à insurreição" dos grandes aristocratas, isto é, malgrado a coroa tenha saído vitoriosa e fortalecida da *Fronde*, não se pode afirmar que a guerra terminou com uma vitória inconteste da monarquia sobre aristocracia *em seu conjunto* – ou mesmo de burocratas sobre a sociedade civil – mas sim com uma acomodação "*permanente"* das antigas "elites feudais" na estrutura do Estado – elites estas que durante a *Fronde* já eram co-dependentes do Estado, mesmo que ainda não tivessem integral consciência disso. Assim, quando Mazarin morreu e Louis XIV efetivamente assumiu o governo, em 1661, as instituições "absolutistas" já estavam dadas: o absolutismo francês baseava-se – e dadas suas origens não poderia ser diferente – num sistema de poder compartilhado e numa hierarquia de privilégios onde, no topo, estava o rei[30]. Como bem tinham notado os *frondeurs*, sem o rei regulando a distribuição de privilégios, lucros e cargos, a "ordenada" divisão do trabalho transformava-se em violentas escaramuças entre a própria elite. Mas também não havia possibilidade de o rei implantar um absolutismo "burocrático", isto é, centralizado, porque ele dependia de seus "aliados" provinciais para governar. Em outras palavras, por um lado lhe faltava capacidade administrativa

[29] Com o aumento das imposições a partir de 1635, as revoltas camponesas – que tradicionalmente eram locais, facilmente reprimidas e de pouca duração – mudaram de nível: províncias inteiras eram engolidas em revoltas que duravam meses (ver Goubert, 1984, cap. 7). Os exemplos mais famosos foram as revoltas de Périgord em 1636-37 e a dos *Nu-Pieds* ("pés descalços") da Normandia em 1639-40; para suprimi-las, o governo não só teve que organizar tribunais extraordinários e apelar para a autoridade dos intendentes e outros enviados especiais, como ultimamente precisou enviar um número significativo de tropas reais. Essas duas revoltas se destacaram porque os camponeses conseguiram atrair o apoio de grandes notáveis, padres e até mesmo *office-holders* (Ver Konnert, 2006, pp. 45-50; ver também Kiser e Linton, 2002).

[30] Vários autores (Dessert, 1984; Beik, 1985, Collins, 1995, Berman, 2011, etc.) são da opinião de que Luis XIV alcançou estabilidade no governo ao manter uma aliança financeira com as elites mediante a qual recursos eram extraídos das ordens mais baixas da sociedade e redistribuídos "escada acima" na hierarquia social. Em outras palavras, a elite teria entregue parte das suas prerrogativas políticas e desistido de suas inclinações "insurretas" em troca de uma manutenção ou até mesmo expansão de seus privilégios econômicos, de modo que se ossificasse o caráter "estamental" da sociedade.

para impor o governo direto; por outro, se ele não fosse hábil o suficiente para regular a distribuição de favores e vantagens nas províncias, ele permitiria que antigos magnatas voltassem a exercer mais soberania sobre as províncias do que lhe seria desejável.

Com essa descrição resumida das origens fiscais e financeiras do absolutismo Bourbon, passemos agora a apresentação de um "modelo explicativo" que descortinará a relação – mais íntima do que comumente se acredita – entre instituições representativas [democracia] e taxação.

O Modelo de Análise

O nosso modelo de análise parte do princípio de que os Estados pré-modernos não tinham capacidade administrava/burocrática para cobrar impostos (mormente, impostos diretos) sem a colaboração dos grupos mais ricos da sociedade. Isso significa que os governantes eram obrigados a negociar com estas elites e oferecer algo em troca pelos recursos cedidos. Vamos argumentar, além disso, que em tempos pré-modernos dois tipos básicos de governo podiam emergir deste contrato social entre governo e elite: o governo constitucional e o absolutista. O primeiro consolidava-se quando as instituições representativas logravam estabelecer o monopólio da tributação. Isto é, quando a elite conseguia se organizar – normalmente mediante pactos na forma de constituições e cartas de direitos[31] – de forma a impedir que o governo negociasse recursos *individualmente* com dado membro da elite ou grupo de interesse. Isto porque o caminho absolutista se baseava numa estratégia de *divide et impera*, de identificação de profundas divisões no seio da elite econômica e de subsequente exploração dessas divisões para a centralização da máquina administrativa, centralização esta que progressivamente tornava a elite co-dependente do Estado e ruía o pouco de independência que ainda lhe restava.

É importante reiterar, neste momento, que mesmo quando os governos solapavam as instituições representativas medievais[32] e entravam no início da era

[31] No caso paradigmático da monarquia constitucional, a Inglaterra, os exemplos clássicos de pacto de elites são a Magna Carta (1215) e a *Bill of Rights* (1689).

[32] Quase todos os Estados da Europa Medieval tinham instituições representativas (mesmo que não democráticas no sentido moderno da palavra), em que nobres, clérigos e comuns notáveis aconselhavam os reis e, geralmente, negociavam tributos. É o início da época moderna (1500-1800) que verá – em vários países – uma gradual destruição dessas instituições de origem medieval. Ver Van Zanden et. al. (2010) para uma relação da frequência com que os parlamentos/estados gerais/cortes/etc. foram convocados entre 1200-1800.

moderna (1500-1800) com sua autoridade política aparentemente incontestável, eles ainda tinham que negociar com a elite sobre a importante questão dos tributos. Entretanto, ao ter destruído o palco formal da negociação política – isto é, ao criar fontes de renda independentes da negociação no Parlamento/Estados Gerais/etc. – o Estado criava uma série de pontos de estrangulamento que sobremaneira minavam a sua capacidade de reforma. Como ele tinha levantado receita negociando individualmente com cada grupo de "privilégio" – afinal, o que era o *tax-farming*, a venalidade de ofício e o *inside credit* senão uma troca de favores entre determinados indivíduos e o governo, feita sub-repticiamente e, portanto, de maneira profundamente apolítica?[33] – qualquer reforma de largo alcance do sistema financeiro precisaria, na prática, do consentimento de todos os grupos que tinham desenvolvido algum interesse "proprietário" no Estado, isto é, cujo destino econômico estava profundamente entrelaçado com ele. Como, no entanto, não havia mais um palco oficial de troca de direitos e obrigações, em que os vários grupos de privilégio pudessem resolver suas diferenças, a margem de manobra do governo – a sua capacidade de efetuar alguma mudança administrativa sem prejudicar um grupo de interesse – ficava deveras limitada.

Com estas ressalvas em mente, podemos agora citar os seguintes pressupostos iniciais do modelo. (1) Todos os governos buscam maximizar sua receita[34]. (2) No mundo pré-moderno, a guerra era o fator isolado mais importante para explicar o aumento contínuo dos gastos públicos[35]. (3) Como a coerção é custosa, os governantes terão sempre que ponderar se vale mais a pena forçar arbitrariamente a cobrança de impostos ou conseguir consentimento para tanto[36]. (4) Os bens-públicos e a participação política são a contrapartida que os Estados oferecem para "arrancar" mais receita de seus súditos; ou, o que dá quase no mesmo, os bens públicos e a participação política são a contrapartida que a população – preferencialmente organizada em instituições

[33] Pois não é o ato político aquele "em que a decisão sobre o que a todos concerne não é feita direta e imediatamente por todos e por cada um" (Torres, 1989, p. 265)? Por exemplo, a venda de um cargo era a princípio um contrato entre o rei e seu "credor" (lembrar que a venda de um cargo constituía na prática um empréstimo), não dependendo do consentimento de nenhuma instituição representativa.

[34] O argumento de que os *rulers* querem sempre maximizar sua receita (ver, por exemplo, Levi, 1988 e North, 1981) é sem dúvida uma simplificação metodológica. Mas acreditamos que essa abordagem do Estado – como agente "autônomo" maximizador de "utilidade", ao contrário, por exemplo, da abordagem do estado como agente "benevolente" ou mesmo como agente capturado por grupo de interesse (vide a abordagem marxista) – é a que melhor nos ajuda a entender as negociações políticas travadas ao redor da questão tributária, a questão chave que rege os conflitos entre Estado e sociedade civil (contribuintes). Ver Timmons (2004) para um detalhamento das diferentes abordagens metodológicas do Estado.

[35] "O Estado fez a Guerra e a Guerra fez o Estado", diz a célebre passagem de Charles Tilly (1993). Sentença de perdoável exageração, pois não raro em tempos de guerra os governos pré-modernos gastavam mais de dois terços de sua receita para manter seus navios no mar e seus soldados na terra.

[36] Ver Kiser e Linton (2002) para um brilhante estudo entre taxação e revolta na França pré-moderna.

representativas – exige para que se construa e fortaleça um agente autorizado à coerção (Buchannan e Brennan, 1980, p. 4) chamado *governo.* Em outras palavras, o governo deriva seu poder do consentimento da população e esta, sempre que possível, não permitirá que ele acumule inigualável poder coercitivo sem que lhe sejam impostas correspondentes restrições ao uso desse poder.

Dada a importância magistral das assembleias representativas para que se realizem barganhas eficientes com o governo – barganhas que ao mesmo tempo gerem um volume maior de tributos e garantam que a sua coleta seja feita de maneira mais racional e equitativa – nosso modelo também abrange quatro hipóteses acerca das condições de sustentabilidade e eficácia das instituições representativas.

Hipótese 1: é preciso que haja um documento real ou "fictício" (quer dizer, não escrito) em forma de constituição/carta de direitos ou pacto/acordo entre as elites (mesmo que tácito) que crie o que Weingast (2005) chamou de "ponto focal de coordenação", ao redor do qual a elite possa se organizar para defender transgressões individuais de direitos. Na falta de constituições/consensos sobre direitos – falta esta mais provável quanto maior for a heterogeneidade econômica/cultural/ideológica da elite –, cada indivíduo ou grupo determina as suas relações com o governo/rei com base numa ética ou norma própria (ver Root, 1994, p. 220 ss.).

Hipótese 2: as assembleias representativas não sobreviverão em países em que há grupos com imunidade legal à taxação. Se os grupos com poder político *de facto* não se veem ameaçados pelo governo, isto é, não temem que este venha a combater seus privilégios legais, eles não vão ter os mesmos incentivos para se organizar em assembleias, muito menos para defender os outros grupos, sem os privilégios legais.

Hipótese 3: os governantes só convocarão assembleias representativas se não conseguirem angariar receita suficiente de outro modo, isto é, se não conseguirem desenvolver mecanismos de financiamento extra-parlamentares. Subjacente a este argumento está a ideia de que a tributação é um ato político por definição e que, portanto, envolve algum tipo de barganha; e se essa barganha for feita de maneira aberta numa assembleia representativa, é muito mais difícil resistir à pressão para o uso "eficiente/honesto" do dinheiro público.

Hipótese 4: as assembleias representativas só ganharão caráter permanente se forem estruturalmente fortes, ou seja, se conseguirem fazer as coalizões necessárias para votar à coroa tributos em nível suficiente para que esta não recorra à patrimonialização do Estado (em busca de ganhos rápidos e fáceis no curto-prazo).

Na próxima e principal sessão do texto, vamos usar os pressupostos iniciais e as hipóteses acima descritas para provar duas seguintes afirmações: a assembleia legislativa nacional da França pré-1789, os Estados Gerais, era estruturalmente fraca e indiretamente contribuiu para o triunfo do absolutismo; o tipo de barganha entre coroa e elite ensejado pelo absolutismo francês era menos eficiente – gerava menos tributos, a tributação era menos equitativa e as condições de crédito eram mais desfavoráveis – que a barganha oportunizada pelo constitucionalismo inglês.

A Sociedade de Privilégios e a Ironia do Absolutismo

Se quisermos entender por que as instituições representativas falharam na França do início da Era Moderna, precisamos perscrutar as origens do Estado francês. A desintegração do império carolíngio (no século IX) e a fragmentação que se seguiu criaram várias entidades políticas com as próprias cidades, corporações, privilégios e instituições representativas. O lento processo de reconstrução nacional – que começou quando o primeiro rei da dinastia dos Capetos foi eleito em 987[37] – criou novas jurisdições que se sobrepuseram às primeiras, mas não as eliminaram: criaram-se jurisdições competentes. Uma das consequências foi que na França havia uma multiplicidade de assembleias representativas[38], e amiúde os constituintes locais não aceitavam as deliberações das assembleias nacionais, porquanto só sentiam-se representados pelas assembleias da sua província, às quais já estavam familiarizados. Assim, os séculos de fragmentação política que se passaram da queda do império carolíngio até, digamos, a Guerra dos 100 anos (quando a taxação nacional foi desenvolvida) legaram à França um *modus vivendi* eivado de particularismo e de leis e costumes locais[39], particularismos esses que nem os Estados Gerais conseguiram

[37] Até meados do século XII, por exemplo, as instituições régias, das quais o monarca podia auferir renda, não se estendiam para longe da região de Île de France, onde estavam concentradas as terras reais. Só mesmo uns 50 anos após a expulsão final dos ingleses (1453) é que os monarcas da família Valois conseguiram consolidar sob sua jurisdição a maior parte do que hoje chamamos de França.

[38] Havia duas assembleias gerais diferentes: as de Languedoc (das províncias do sul) e as de Languedoil (o resto do país). Normalmente, quando se fala "Estados Gerais" está se referindo aos Estados de Languedoil (pois Languedoc perfazia uma parte do reino muito pequena). Mas também havia uma série de assembleias provinciais e locais. As provinciais eram às vezes convocadas pelo rei para facilitar a negociação com determinada província, mas antes disso elas já existiam na forma de instituições convocadas pelos governantes das províncias , os príncipes territoriais. Isto significava que antes de se introduzir a taxação nacional, os príncipes já cobravam impostos em seus territórios (Lewis, 1985, p. 106)

[39] Até mesmo a língua não era uniforme em toda a França. Em Languedoc e outras províncias do sul falava-se, na idade média, o occitano (também em partes da Espanha, Itália e Mônaco). Em Languedoil (o

superar. Só no início do século XIV conseguiria o rei francês estender "seus domínios" a regiões antes separadas por barreiras linguísticas, etnográficas e geográficas. Os 500 anos precedentes haviam sido mais do que suficientes para endurecer costumes e práticas político-administrativas nas mãos de governantes na prática independentes da coroa[40]. Por causa dessas diferenças internas, os Estados Gerais não conseguiram estabelecer o direito de falar pela "comunidade do reino" (ver Brewer, 1989, Introdução); consequentemente, não conseguiram estabelecer o monopólio da aprovação de tributos.

O que bem expõe essa falta de representação nacional é a distinção, que aparecera pelo final do século XV, entre as províncias "*pays d'états"* e as "*pays d'élection"*. Nas primeiras províncias – Borgonha, Dauphiné, Provença, Languedoc, Normandia e Guyenne – os impostos eram negociados com os Estados Regionais; no resto das províncias eles eram coletados por oficiais reais sem a intermediação dos representantes (se bem, é claro, que cidades particulares, nobres, ou mesmo os *parlements* regionais podiam obstar a coleta). Nas palavras de Brewer (1989, p. 5): "a política tornara-se uma luta entre um aparato administrativo nacional presidido pelo rei e forças inveteradas de particularismo". Este particularismo era tanto que colocava em perigo as próprias decisões acordadas durante a reunião das assembleias. Nobres e burgueses, por exemplo, argumentavam que se eles não estivessem presentes, seu consentimento não havia sido dado[41]. Ora, se é preciso o consentimento individual de todos, então não há nenhuma ideia de representatividade. Com efeito, vários autores[42] asseveram que os Estados Gerais "fracassaram" por causa das lealdades regionais, as quais garantiram que a taxação ficasse nas mãos dos conselhos locais e dos Estados Provinciais. Em parte, as elites regionais desconfiavam de uma entidade "nacional" com o monopólio da taxação porque muito bem sabiam que se os Estados Gerais tivessem poder legislativo as suas imunidades fiscais estariam ameaçadas. Como veremos abaixo, o fato de que ao longo do lento processo de *state-building* vários grupos de interesse

---

resto do país), falava-se o francês. Em, 1443, por exemplo, o delfim não conseguia ler uma carta de Rouergue (província do sul) e também não o conseguia seu secretário (Lewis, 1985, p. 112).

[40] A incorporação política tardia melhor se observa no fato de que Béarn e Brittany nunca participaram de uma reunião dos Estados Gerais na Idade Média; representantes de Guyenne participaram pela primeira vez em 1468; e representantes da Borgonha e Dauphiné pela primeira vez somente em 1484 (Lewis, 1985, p. 112).

[41] Em algumas ocasiões, a assembleia nacional – normalmente dominada pela aristocracia – poderia aprovar um aumento da *aides* (imposto sobre a circulação de mercadorias), apenas para que assembleias regionais onde os burgueses tinham mais voz política o substituíssem pelo aumento de um imposto direto (ver Henneman, 1999, p. 117).

[42] Major (1994), Lewis (1962), Downing (1992), etc.

arrebataram do Estado privilégios fiscais, significava igualmente que cada um tinha desenvolvido uma relação [tributária] particular para como o Estado e, por isso (vide nossas hipóteses 1 e 2) não tinha incentivos a arriscar perder suas imunidades por decisões acordadas numa assembleia genuinamente nacional. Por último, o detalhado estudo de Mousnier (1980) sobre os Estados Gerais de 1614 – os últimos antes de 1789 – revela como as divergências internas aos estamentos forçaram cada um a recorrer à autoridade suprema do rei, e assim, os próprios Estados teriam ajudado a instalar o absolutismo[43].

Na raiz da dificuldade de se legitimar uma assembleia legislativa nacional que votasse tributos universais estava o caráter corporativo da sociedade francesa, que refletia uma estrutura social moldada sob a marca do privilégio. Os privilégios[44] da nobreza e do clero tinham claramente origens medievais: baseavam-se na noção de que a sociedade estava divida em três ordenamentos, cada um com uma função social específica[45]. Mas entre o terceiro Estado, um número prodigioso de indivíduos conseguiu escapar parcial ou totalmente da taxação direta entre os séculos XIV e XVIII. "Clérigos, cortesãos, nobres, oficiais militares, magistrados, *officiers*, professores [e estudantes], médicos, administradores públicos e seus empregados, bem como residentes de províncias e cidades inteiras desfrutavam de pelo menos isenção parcial da *taille*" (Kwass, 2000, p. 24). Pelo fato de que praticamente só os camponeses pagavam inteiramente esse imposto, nos tratados legais e administrativos o próprio termo *tallable* tornou-se sinônimo de *roturier* (comum). Ser isento à *taille* era uma marca de dignidade social.

---

[43] Em particular, durante as reuniões de 1614 o terceiro Estado – imbuído de espírito galicanista – continuamente "atacou" o primeiro em torno da crucial questão da autoridade religiosa: quem em última instância detinha o poder eclesiástico na França, o rei ou o papa? O terceiro Estado tinha declarado o rei soberano e colocado que "ele não tinha nenhum superior no reino temporal, que ele detinha seus poderes imediatamente de Deus, e que aqueles que o desafiavam eram rebeldes, transgressores das leis fundamentais do reino, e culpados em primeiro grau de *lèse-majesté*" (Mousnier, 1980, p. 227). A desconfiança do terceiro Estado para com a aristocracia – que culpavam pelas guerras civis das décadas passadas – era tanta que os burgueses recusaram o pedido do primeiro e segundo Estados para que todos os "estamentos" deliberassem juntos e expusessem suas reivindicações conjuntamente ao rei, o que formalizaria um caráter quase legislativo à assembleia e garantiria aos representantes mais controle e influência sobre o governo.

[44] Direito à caça em determinadas florestas reais, direito a assento especial na Igreja, a empunhar armas; direito, em princípio, a cobrar rendas dos camponeses que estavam sob seu "domínio senhorial" (mas ao longo do tempo a identidade entre senhorio e nobreza se extinguiu, tanto que "comuns" podiam possuir senhorios); imunidade contra a "acomodação" forçada de soldados em tempos de guerra; imunidade contra vários tipos de impostos, etc.

[45] "Os que rezam, os que lutam para proteger os que rezam e os que trabalham para sustentar os guerreiros e clérigos" (ver Duby, 1973).

Cabe perguntar agora: qual teria sido a origem econômica desses privilégios? Por que a coroa defendia uma estrutura de direitos de propriedade que aparentemente sacrificava suas receitas futuras e encurtava o seu raio de ação? Para responder, temos primeiramente que lembrar que, até bem adiantada a Idade Média, as províncias francesas estavam quase que totalmente fora do controle direto da monarquia[46]; quem nelas provia a segurança jurídica e física necessária ao estabelecimento de qualquer comunidade eram os aristocratas e a burguesia das cidades *quasi*-independentes. Dada a condição inicial da monarquia – carente de recursos econômicos e administrativos para governar um território tão vasto quanto a França –, não surpreende que o subsequente processo de *state-building* fosse largamente imperfeito, no sentido de que as cidades, principados, ducados [etc.] que foram gradualmente incorporados aos domínios reais dos Capetos [depois Valois] puderam manter suas velhas instituições e costumes. Muitas das antigas comunidades semi-independentes tinham negociado sua integração ao reinado em troca de privilégios[47], como, por exemplo, a manutenção de Estados Provinciais. Diz Norberg (1994, p. 241): "*What better way was there to bind a region and its elites to the crown than to confirm their right to assemble, to present remonstrances* [através dos *parlements* regionais] *and consent to taxation?"*. Aqui fica claro que, mesmo sem assembleias nacionais permanentes, a coroa tinha que negociar de alguma forma ou de outra com as elites; tinha que lhes conceder alguma vantagem ou proteção em troca de sua "obediência"; só podia comprar-lhes a subserviência política em troca de privilégios econômicos; etc. Mesmo na segunda metade do século XVII, quando o equilíbrio de forças entre a coroa e os Estados Provinciais pendeu a favor da primeira[48], tributos ainda precisavam ser negociados. Em última instância, se a coroa "escolheu" não tributar a elite para manter a estabilidade do sistema corporativo da sociedade, era porque ela ainda consistia uma ameaça implícita è estabilidade de dito sistema e precisava, portanto, ter seus ânimos amainados.

Chegamos agora à segunda parte da nossa tese, ao argumento de que o tipo de contrato fiscal "escolhido" pela coroa francesa – contrato este que era baseado e ao mesmo tempo alimentava estruturas de privilégio – provou-se ineficiente na corrida

[46] Henry II (1154-1189), por exemplo, era não só rei da Inglaterra, mas governante dos ducados franceses da Normandia, Anjou e Aquitânia.
[47] Quando o ducado da Bretanha foi incorporado à França, no final do século XV, um dos primeiros atos de Charles VIII foi reduzir seu fardo fiscal, altamente ressentido pela nobreza da Bretanha.
[48] Pois a coroa havia tido considerável sucesso nas décadas anteriores em solapar a jurisdição dos Estados Provinciais através de uma burocracia mais numerosa, qualificada e – mais importante – cooptada através da venalidade de ofício (além disso, a coroa agora tinha mais recursos para diretamente manipular [comprar] os representantes/eleições dos Estados Provinciais restantes).

geopolítica por uma mobilização superior do produto nacional na forma de tributação ou dívida e que essa insuficiência legou à França séculos de constantes crises financeiras, que ultimamente levaram à revolução.

Cabe perguntar, neste momento, como *exatamente* os privilégios debilitavam a capacidade tributária da Coroa? Já foi argumentado reiteradamente que as imunidades regionais[49] e sociais em muito diminuíam a base potencialmente tributável da coroa, isto é, que conquanto a França fosse um país dotado de imensos recursos, o governo não conseguia eficazmente mobilizá-los. Mesmo levando em conta que desde o final do século XVII a coroa já vinha tentando estabelecer tributos diretos universais que a princípio não poupariam nem o primeiro e o segundo Estados – a *capitation*[50] (em 1695) e o *dixième* (imposto de 10% sobre todos os rendimentos[51]), este coletado em tempo de guerra durante 1710-1748 e, em 1749, substituído pelo *vingitème* (5%), que seria dobrado (1756) e depois triplicado para 15% (1780) – há indícios[52] de que só nos anos 1780 – ou seja, quando a última crise fiscal da monarquia absolutista já estava instaurada – a taxação direta começaria a atingir os privilegiados de maneira significativa. Nas palavras de Soboul (1962, p. 74): "em realidade, a indústria escapou a ele [o vigésimo]; o clero, pelo voto periódico da dádiva gratuita (*don gratuit*), se resgatou; a nobreza foi muitas vezes isenta; as *Pays d'États*, abonadas. O vigésimo constituía um segundo complemento à *taille*". Tornava-se patente que, numa sociedade onde havia uma multidão prodigiosa de "exceções à lei", tornava-se extremamente

[49] Não só imunidades propriamente ditas, pois o peso dos impostos variava muito conforme a região, indicando que o valor coletado de várias localidades pouca relação guardava com sua verdadeira "capacidade" de pagar. Por exemplo: a *gabelle* variava de distrito em distrito (havia, por exemplo, as províncias da *grande gabelle* e as da *petite gabelle*); além disso, os *seigneurs* pagavam uma taxa reduzida e as ordens religiosas e *officiers* tinham isenção; as tarifas alfandegárias também variavam conforme a província (sem falar das taxas para a circulação interna); em algumas regiões não se precisava pagar o *droit de timbre* (imposto sobre as transações legais); etc. (ver Cobban, 1957, pp. 222-236)

[50] Um imposto sobre "cada cabeça" que teoricamente baseava-se numa divisão prévia dos contribuintes em 22 categorias de renda: os indivíduos mais ricos teriam que pagar 2.000 *livres* e os mais pobres, 1 *livre*. Entretanto, devido à "pressão da praticidade e do costume", os administradores do imposto acabaram usando métodos próprios e variegados para avaliar a cota de cada "privilegiado".

[51] Também a princípio, os administradores do *dixième* deveriam tributar toda forma de rendimento: terra, *offices*, rendas senhoriais, aluguéis, ordenados de profissionais liberais, lucros, juros, pensões, etc. No entanto, o comércio e a indústria "escaparam" de tal forma do imposto que o *vingtième* na prática se tornou (aliás, como todos os outros impostos diretos) um imposto sobre o rendimento estimado da propriedade.

[52] No magistral estudo de Kwass (2000) sobre a incidência social da taxação na França do século XVIII, o autor chega à conclusão de que no final do Antigo Regime os nobres estavam pagando entre 8-10% de suas rendas reais em impostos diretos. Isto porque apesar do *vingtième* ter sido triplicado para 15%, o fenômeno da subavaliação dos rendimentos da nobreza ainda era quase universal. De qualquer forma, segundo o autor o constante aumento dos poderes e do número de funcionários de cada intendência ao longo do século XVIII progressivamente diminuiu a distância entre o valor "estimado" e o valor "real" dos rendimentos da elite.

difícil introduzir reformas. Em particular, os *Parlements* atrasavam a implementação do aumento das alíquotas[53], alegando que tanto as imunidades de cidades e províncias como as dos *officiers* podiam ser sustentadas por cartas régias que as haviam reiteradamente confirmado ao longo dos séculos. Diz Tilley (1922, p.307): "nada pode mostrar com mais clareza a debilidade da Monarquia entre 1750 e 1770 do que a obstinada resistência da Igreja, da aristocracia leiga, e acima de tudo, dos *Parlements*, contra os *vingtièmes*". No final, o governo acabou dependendo das "estimativas" que a própria elite privilegiada fornecia a respeito de seus rendimentos (ver, porém, nota 52).

Além das imunidades *per se*, outra deficiência estrutural do sistema tributário do Antigo Regime consistia no fato de que ele era largamente descentralizado e mesmo "privatizado". Não só a venalidade de ofício e o *tax-farming* diminuíam o montante de recursos que realmente chegavam ao tesouro – por causa das generosas comissões desses "funcionários"[54] – como também porção diminuta da coleta total realmente chegava às mãos do rei[55]. Por um lado, isto era fruto dos altos custos de se enviar moeda das províncias mais remotas da França à Paris[56]. Mas por outro, a descentralização fiscal era resultado da própria venalidade: enormes somas de dinheiro ficavam nas províncias porque ora constituíam *gages* (juros) devidos aos oficiais, ora pensões atribuídas aos nobres, ora receitas designadas ao custeamento de despesas militares nas fronteiras, etc. O leitor poderia argumentar que é absolutamente lógico que despesas locais sejam custeadas localmente. O problema, no entanto, é que tanto a tributação como a despesa ficava dessa forma – dada a precariedade do aparelho administrativo francês (como, aliás, da maioria dos Estados da época) – sob o controle das elites locais, cuja venalidade lhes dava singular margem de manobra no uso dos recursos coletados. O resultado era a redução das receitas genuinamente públicas, isto é, passíveis de serem empregadas na forma de políticas régias.

---

[53] Os *Parlements* normalmente consentiam à coleta apenas nos períodos de guerra (afinal, não queriam ser acusados de anti-patriotismo) e se opunham vigorosamente à sua extensão a tempos de paz (que o governo julgava absolutamente necessária para que as dívidas pudessem ser pagas).

[54] Comissões estas que variavam em média entre 17% a 25% dos impostos, taxas, multas, etc., coletados por cada *office-holder* (Dessert 1984, pp. 44-63). O mesmo sucedia com os *tax-farmers*, cujo investimento na dívida pública só crescia exponencialmente *porque não havia* investimentos mais lucrativos que o *tax-farming* (suas comissões facilmente chegavam a 25% dos impostos coletados) (ver Lachmann, 2000, p. 135).

[55] Em 1773, por exemplo, do total de 375 milhões de *livres* coletadas, somente 215 milhões chegaram aos vários departamentos do Estado (não podemos dizer do Tesouro, porque o fisco francês não era tão centralizado quanto, por exemplo, o inglês; segundo Behrens, 1967, p. 170, "o Tesouro era uma das muitas organizações que recebia e distribuía o dinheiro dos impostos e, segundo estudos recentes, em 1788 só era responsável por cerca de metade desta tarefa").

[56] Em 1609, por exemplo, apenas 20% dos impostos diretos foram transportados a Paris, e a maior parte desse montante veio da Normandia, relativamente próxima da capital (Hoffman, 1994, p. 231).

Resta agora explicar como a *ausência propriamente dita de instituições representativas* abalava tanto a capacidade de tributação como as estruturas de crédito do Estado Francês, cuja deficiência pode ser melhor ilustrada com uma comparação com a Inglaterra pós-1688, a qual já havia adentrado o campo da "soberania parlamentar"[57].

Conquanto as receitas anuais da coroa francesa tenham subido de 190 milhões de *livres* no final dos anos 1720 para 475 milhões nas vésperas da revolução, em termos *per capita* o peso real da taxação continuou praticamente inalterado[58]. As receitas totais mantiveram-se ao redor de 7% do PIB durante o século XVIII, enquanto na Inglaterra de 1788 elas já montavam a quase 14%[59]. A diferença se aprofunda se levarmos em conta apenas as "receitas disponíveis", isto é, aquelas que sobram após o pagamento de amortizações e juros da dívida. Enquanto em 1725 a França dispunha de uma receita disponível de 4 milhões de libras [inglesas], meio milhão a mais que sua rival, em 1785 a Inglaterra já detinha 8,7 milhões de libras disponíveis, contra 6,8 da França. Essa vantagem de dois milhões de libras é ainda mais impressionante se lembrarmos que a Inglaterra tinha uma população três vezes menor e uma economia mais de duas vezes menor que a francesa. E a vantagem não consistia apenas na maior arrecadação como proporção do produto. Levando em conta que em 1788 a França ainda arrecadava um total de impostos superior – 19 milhões de libras versus 16,8 –, consistia, principalmente, nos melhores termos da dívida pública[60]. Apesar de ter uma dívida

[57] Em 1688 ocorre na Inglaterra a chamada Revolução Gloriosa, na verdade um golpe de estado dado pelo holandês William de Orange, o qual tinha sido "convidado" por representantes de vários setores da elite inglesa para substituir o tirano rei católico James II (1685-88), que intentara reatar laços com Roma e governar sem o Parlamento. Após esse episódio, nenhum rei mais ousaria desafiar reiteradamente o Parlamento inglês (devido à ameaça – agora crível – de deposição).

[58] Segundo Morineau (*apud* Bossenga, 2011, p. 46), em 1726 os chefes de uma família de quatro pessoas na cidade de Paris (a área mais pesadamente taxada) necessitavam de quarenta dias de trabalho por ano para pagar seus impostos. Já em 1789 esta cifra teria subido apenas para 50 dias, malgrado todos os novos impostos criados.

[59] O período entre 1650 e 1800 viu um aumento estupendo da taxação britânica. Enquanto a taxação média do período 1650-1700 foi de pouco mais de 40 gramas *per capita* anuais, entre 1750-1800 esta cifra já montava a 160 gramas por habitante! Já a França viu evolução muito inferior durante esse mesmo intervalo. Foi de uma média anual de 50 gramas por habitante em 1650-1700 para 70 gramas de prata *per-capita* no intervalo 1750-1800 (ver Karaman e Pamuk, 2011, p. 6).

[60] Percebe-se assim que o que importava não era tanto o tamanho da dívida, mas o custo de seu serviço. Diz Ferguson (2001, p. 135 ss.) que entre 1751 e 1788 os pagamentos da coroa francesa com amortizações e juros subiram de 26 para 62% de toda a receita. As cifras inglesas aparentemente não eram muito diferentes: entre 1740 e 1788 o custo anual da dívida subiu de 37% para 56% do orçamento. Mas a dívida inglesa era muito maior. Enquanto na França, entre 1776 e 1782, o custo anual da dívida equivalia a 7,5% de toda a dívida, na Inglaterra pagamentos similares só montavam a 3,8% da dívida total. Em outras palavras, o custo de servir o mesmo tanto de dívida era duas vezes maior na França.

maior em termos absolutos e relativos[61], nas vésperas da revolução a Inglaterra despendia "apenas" 8,1 milhões com o serviço da dívida, contra 12,2 no caso da França (Ver Macdonald, 2003, p. 252).

Pergunta-se, agora, por que o monarca francês se deparava com um custo de financiamento tão alto, em termos relativos? Com efeito, já se argumentou repetidamente[62]que o monarca francês era obrigado a emprestar através de intermediários porque ele não podia se comprometer crivelmente (já que só respondia à lei divina, natural e fundamental e não podia ser indiciado por indivíduo algum) a honrar suas obrigações financeiras. Ironicamente, porque o rei era legalmente soberano, ele não podia emprestar diretamente. Isto fazia com que o rei dependesse sobremaneira do *inside credit*[63] para seu financiamento de curto [principalmente] e longo-prazo. Mesmo quando a coroa vendia anuidades ao público geral (como as famosas *rentes*), ela precisava confiar a sua administração a órgãos relativamente independentes da coroa – tanto que as *rentes* ficaram conhecidas como *rentes sur l'Hotel de Ville de Paris* (a casa onde está localizada até hoje a prefeitura da capital). De qualquer forma, tal independência nunca poderia ser completa: ao longo do Antigo Regime as anuidades seriam intermitentemente revisadas unilateralmente pela "coroa absolutista"[64]. Assim, por causa dos sucessivos defaults e manipulações de contratos por parte da coroa, mesmo suas modalidades de dívida mais baratas (as *rentes*) não poderiam ser servidas a taxas tão baixas quanto àquelas exigidas ao governo inglês, o qual garantia a dívida através dos tributos votados no Parlamento. Na média, calcula-se que Luís XVI (1774-1792) rolava a dívida de longo-prazo a uma taxa de 6,5%-7,5%, no mínimo dois pontos percentuais superior ao custo da dívida de longo-prazo inglesa[65].

---

[61] Segundo Bonney (2004, p. 195), a dívida pública inglesa no início da década de 1780 era de quase 180% do PIB, enquanto na França esta cifra não tocava a 60%. E não foi a Inglaterra que foi à revolução.

[62] Ver, por exemplo, Acemoglu et. al. (2005), Root (1994), e North e Weingast (1989).

[63] O somatório dos valores que todos os *tax-farmers* e *officiers* adiantavam à coroa como antecipação dos impostos coletados (ou seja, eles deduziam os valores emprestados da quantia de tributos que estavam encarregados de enviar à coroa). O *inside credit* aprofundava a estrutura corporativa da sociedade porquanto quanto mais privilégios tivessem os seus intermediários, mais fortes eles seriam na posição de credores. Por exemplo, quando Louis XV (1715-1774) intentou remover a isenção tributária do primeiro Estado, em 1725 e novamente em 1749, a Assembleia do Clero advertiu que se seus privilégios fossem removidos, credores não mais investiriam na Igreja e ela, por sua vez, não mais seria capaz de emprestar à coroa a taxas favoráveis.

[64] Sempre que a venda "normal" das *rentes* tornava-se mais difícil – quando, por exemplo, a coroa tinha acabado de declarar um de seus vários *defaults* – os pagamentos tornavam-se irregulares, a coroa ameaçava os *office-holders* a comprar novas *rentes* – ou o que dá no mesmo, a conceder-lhe novos empréstimos cuja quitação era incerta –, diminuía a taxa de juros prevista no "contrato" inicial, etc.

[65] Ver Norberg (1994, p. 273 ss.) para a discussão das várias estimativas para as duas coroas. Temos que lembrar, ademais, que além da diferença de 2-3 pontos percentuais no serviço da dívida de longo prazo, a

Se o monarca francês tivesse sido constrangido por uma assembleia legislativa que barganhasse impostos por direitos – e não assembleias provinciais e demais corporações que trocavam impostos por privilégios – provavelmente não teria ocorrido a Revolução. Na Inglaterra pós-1688, os tributos cresceram exponencialmente *não simplesmente* porque a instituição *quasi*-permanente de uma assembleia representativa infundiu os tributos de legitimidade e assim, criou consentimento entre a população. Dito de outro modo, a "soberania parlamentar" do sistema de governo inglês pós-1688 contribuiu para o aumento gigantesco da tributação[66] *não porque diminuiu a resistência da população geral* contra a tributação, mas sim porque – e isso é muito importante – "abriu os bolsos" das elites representadas no parlamento que até então recusavam-se a se auto-taxar pesadamente porque ainda não tinham garantias constitucionais de que os recursos votados seriam "bem administrados" [ao seu próprio ver]. Pode-se assim afirmar que a elite inglesa comprou sua participação política através dos impostos, sobre os quais detinham poder político *de facto* por controlar uma base econômica independente do Estado. Foi através do "poder da bolsa" que a elite inglesa – desde tempos medievais, mas de modo aceleradamente crescente a partir do século XVII – impediu que as guerras levassem ao desenvolvimento de fontes autônomas de renda, como a tão generalizada venda de cargos. Mas, foi também em cooperação com o parlamento que a coroa desenvolveu mecanismos de financiamento público e tributação que a libertaram da dependência dos grandes financistas, arrendatários de impostos e *office-holders*. Entre estes mecanismos, destacou-se o Banco da Inglaterra (1694), que pouco a pouco foi monopolizando a dívida pública, até que todo o financiamento da coroa passasse a ser canalizado através do Banco e este ganhasse o direito *de facto* de usar as receitas públicas para o pagamento da dívida. Estes dois componentes: a instituição do governo parlamentar – através do qual os representantes exerciam distinto controle sobre as contas públicas e o orçamento da coroa tornava-se transparente – e a administração da dívida da coroa por um Banco Público – o qual só poderia existir num governo constitucional[67] – permitiram que a dívida pública escalasse a níveis nunca antes imaginados e que também pudesse ser servida a taxas nunca antes tão baixas[68].

---

de curto (mais cara) perfazia uma parcela significativamente superior da dívida total francesa e que o volume de crédito oferecido à Inglaterra era – relativamente à sua economia – muito maior.

[66] Ver nota de rodapé 59.

[67] Como coloca Yang (1997), se acontecesse o *default*, a dívida nacional – que no fundo era o principal ativo do Banco – perderia "todo o valor" e o banco entraria em falência, um resultado fatal para o Estado. Mas sabemos que a chance de o *default* ocorrer era muito menor num governo onde os credores tinham

É fundamental ressaltar que um denominador comum pairava sob toda esta nova configuração política, esta "soberania parlamentar", esta "monarquia constitucional": as elites inglesas só conseguiram resistir à cooptação pelo *ruler* porque formaram *coalizões*, coalizões estas – que envolviam sacrifícios como a auto-taxação – suficientemente poderosas para evitar a "patrimonialização" do Estado. É só lembrar que os parlamentares não perdiam a oportunidade de exigir reformas no aparelho de Estado – sendo uma delas a diminuição da venda de cargos – sempre que votavam a favor de impostos. Mas o Estado francês, como vimos anteriormente, cresceu simultaneamente com o particularismo; sua gestação criou jurisdições competentes e as províncias e cidades que iam sendo "anexadas" à Coroa preservavam suas imunidades e diferenças. Vimos que por causa desse processo particular de *state-building* que legou à França um *modus vivendi* eivado de particularismos os Estados Gerais sempre foram estruturalmente fracos: "nunca" conseguiram estabelecer o direito de falar pela "comunidade do reino". Com efeito, essas diferenças internas que impediam as elites de construir coalizões que as fortalecessem vis-à-vis o rei só aumentaram com o aprofundamento da estrutura de privilégios, que acompanhou o crescimento do Estado. Tarefa já suficientemente complicada era o clero resolver suas diferenças com a nobreza e esta com a burguesia – na Inglaterra as duas últimas só conseguiram se "unir" (a baixa nobreza com os burgueses) porque já tinham uma vida política conjunta nos condados – ; agora, tarefa mais difícil ainda era resolvê-las levando em conta as *divergências internas* a cada "estamento".

Na França do Antigo Regime, cada cidade, grupo de comerciantes, nobres de determinada província, diocese eclesiástica, etc., tinha desenvolvido uma relação [tributária] particular com o rei. Os habitantes de Paris, por exemplo, tinham privilégios em relação aos residentes de outras cidades; a burguesia de La Rochelle tinha pouco em comum com a burguesia de Toulouse. David Bien (1974, *apud* Root, 1994, p. 237) sugeriu que as diferenças internas à nobreza eram ainda superiores àquelas entre a nobreza e os outros grupos sociais [legais]. Ora, se cada grupo de privilégio tem uma relação tributária particular com o rei, não há incentivos para que os grupos barganhem

representação direta do que em um país onde o *ruler* não tinha as suas prerrogativas restringidas por ninguém.

[68] Para se ter uma breve ideia, a dívida pública passou de mísero 1 milhão de libras em 1688 para 8,4 em 1695 e 21,4 milhões em 1710. Em 1720, mais que dobrara para 54 milhões. Em termos de participação no PIB, ela subiu de nada mais que 2-3% do produto em 1688 para quase 40% vinte e dois anos depois (North e Weingast, 1989). Se continuássemos esses cálculos até 1815, chegaríamos à astronômica cifra de 830 milhões de dívida acumulada! Quanto a seu custo, basta lembrar que em 1752 o governo inglês consolidou a maior parte de sua dívida de longo-prazo nos famosos *three percent consols*.

entre si (formem coalizões). Em outras palavras, os grupos não percebiam a existência de interesses comuns pelos quais lutar. E mesmo que ocasionalmente percebessem, tinham dificuldade em relevar as suas diferenças porque sempre viam os outros grupos como competidores por "direitos exclusivos" (privilégios), os quais são, por definição, limitados.

Terminamos esse texto com um último exemplo dessa dificuldade de coalizão (Root, 1994, p. 238): a não-aprovação do *vingti*ème, em 1752, pelos Estados da Bretanha. Todos os Estados votaram contra o imposto porque só conseguiam pensar em proteger as próprias prerrogativas. Nenhum líder do Terceiro Estado pensou que no longo-prazo seria "benefício" que o *vingtième* fosse aprovado, pois isto significaria submeter os mais "privilegiados" Primeiro e Segundo Estados ao mesmo imposto.

Conclusão

Neste artigo demonstramos como foi a estrutura de privilégios da sociedade francesa o que impediu a consolidação de uma assembleia representativa que pudesse se organizar como "classe" única para exigir reformas em troca de mais taxação. Em outras palavras, a incapacidade de a elite se organizar em volta da questão tributária – já que cada parte da elite tinha uma relação tributária específica para com o Estado – impediu que se constituísse um palco oficial de troca de direitos e obrigações, chamado *parlamento*, palco este que facultou à Inglaterra a transição precoce à sociedade moderna. Ao não ser forçada [pela resistência da elite "unificada"] em direção ao constitucionalismo, a coroa francesa não passou por um longo período de aprendizagem em que as suas vantagens tornar-se-iam mais claras. Mesmo que o "outro lado da vitrine" revelasse estas vantagens – principalmente durante as guerras do século XVIII, durante as quais a coroa inglesa conseguiu mobilizar uma percentagem muito maior da riqueza nacional, seja na forma de tributos ou de dívida –, não é de todo modo óbvio que o monarca francês iria desejar trocar suas prerrogativas absolutistas por benefícios econômicos no longo-prazo. Mas ao não cedê-las, a coroa francesa teve de abrir mão de um vasto reservatório de recursos em potencial que só um rei mais "limitado" poderia movimentar. O slogan *No Taxation Without Representation* parece fazer sentido. No fim, os países mais livres são ironicamente os mais tributados.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. Institutions as a fundamental cause of long-run growth. In: AGHION, Philippe; DURLAUF, Steven N. (editores). *Handbook of Economic Growth, Volume IA.* Oxford: Elsevier B.V, 2005.

ANDERSON, Perry (1974). *Linhagens do Estado Absolutista*. Tradução de Telma Costa. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

BEHRENS, C. B. A. (1967). *O Ancien Régime*. Tradução de Ana Lúcia de Sena Lino. Lisboa: Editorial Verbo, 1975.

BEIK, William. *Absolutism and Society in Seventeenth-Century France:* State Power and Provincial Aristocracy in Languedoc. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BERMAN, Sheri (2010). "From the Sun King to Karzai: lessons for state building in Afghanistan". *Foreign Affairs*, V. 89, N. 2: 2-9.

BONNEY, Richard. France, 1494-1815. In: BONNEY, Richard (ed.). *The Rise of the Fiscal State in Europe c. 1200-1815*. Nova York: Oxford University Press, 1999.

BONNEY, Richard. Towards the comparative fiscal history of Britain and France during the "long" eighteenth century. In: ESCOSURA, Leandro Prados de la. *Exceptionalism and Industrialization*: Britain and its European Rivals, 1688-1815. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BOSSENGA, Gail. Financial Origins of the French Revolution. In: KAISER, Thomas E.; VAN KLEY, Dale K. (eds). *From Deficit to Deluge*: the origins of the French Evolution. Stanford: Stanford University Press, 2011.

BREWER, John. *The Sinews of Power*: War, Money and the English State, 1688-1783. Londres: Unwin Hyman Ltd, 1989.

BUCHANAN, James M.; BRENNAN, Geoffrey. *The Power to Tax*: analytical foundations of a fiscal constitution. Nova York: Cambridge University Press, 1980 (vol. 9 da série).

COBBAN, A. The decline of Divine Right Monarchy in France. In: LINDSAY, J. O. (ed.) (1957). *The New Cambridge Modern History, Volume VII: The Old Regime, 1713-63*. Cambridge Histories Online, Cambridge University Press, 2008.

COLLINS, James B. *The State in Early Modern France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CROUZET, François. Economic Factors and the Building of the French Nation-State. In: TEICHOVA, Alice; MATIS, Herbert (eds). *Nation, State and the Economy in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DESSERT, Daniel. *Argent, Pouvoir et Société au Grand Siècle*. Paris: Fayard, 1984.

DOWNING, Brian M. *The Military Revolution and Political Change*: origins of democracy and autocracy in early modern Europe. Princeton: Princeton University Press, 1992.

DUBY, George (1973). *Guerreiros e Camponeses*: os primórdios do crescimento econômico europeu. Lisboa: Ed. Stampa, 1978.

ERTMAN, Thomas. *Birth of the Leviathan:* building states and regimes in medieval and early modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

GOUBERT, Pierre (1984). *The Course of French History*. Translated by Maarten Ultee. Londres: Routledge, 1991.

HENNEMAN, John Bell. France in the Middle Ages. In: BONNEY, Richard (ed.). *The Rise of the Fiscal State in Europe c. 1200-1815*. Nova York: Oxford University Press, 1999.

HOFFMAN, Phillip. Early Modern France. In: HOFFMAN, Phillip; NORBERG, Kathryn (editores). *Fiscal Crisis, Liberty and representative government*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

KARAMAN, K. Kivanç; PAMUK, Sevket (2011). "Different Paths to the Modern State in Europe: the interaction between domestic political economy and interstate competition". *LEQS Paper* No. 37/2011.

KIMMEL, Michael S. *Absolutism and its Discontents*: State and Society in Seventeenth-Century France and England. New Brunswick: Transaction Books, 1988

KISER, Edgar; KANE, Joshua (2001). "Revolution and Structure, the bureaucratization of tax administration in early modern England and France". *The American Journal of Sociology*, Vol. 107, No. 1 (Julho, 2001): 183-223.

KISER, Edgar; LINTON, April (2002). "The Hinges of History: State-Making and Revolt in Early Modern France. "American Sociological Review, Vol. 67, No. 6: pp. 889-910.

KONNERT, Mark (2006). *Early Modern Europe*: *The Age of Religious War, 1559-1715*. Toronto: Higher Education University of Toronto Press Incorporated, 2008.

KWASS, Michael. *Privilege and the Politics of Taxation in eighteenth-century Europe*: liberté, égalité, fiscalité. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LACHMANN, Richard. *Capitalists in spite of themselves*: elite conflict and economic transitions in early modern Europe. Nova York: Oxford University Press, 2000.
LEFEBVRE, Georges (1930). *A Revolução Francesa*. Tradução de Ely Boem de Melo Pati. São Paulo: IBRASA, 1989.
LEVI, Margaret. *Of Rule and Revenue*. Berkeley: University of California Press, 1988.
LEWIS, P. (1962). "The failure of the French Medieval Estates". *Past and Present,* Vol. 23.
LEWIS, P. *Essays in later Medieval French History*. Londres: The Hambledon Press, 1985.
LINDSAY, J. O. Monarchy and Administration. In: LINDSAY, J. O. (ed.) (1957). *The New Cambridge Modern History, Volume VII: The Old Regime, 1713-63*. Cambridge Histories Online, Cambridge University Press, 2008.
LUBLINSKAYA, A. D. (1965). *French Absolutism*: *the crucial phase, 1620-1629.* Translated by Brian Pearce. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
MACDONALD, James. *A Free Nation Deep in Debt:* The Financial Roots of Democracy. Nova York: Farrar, Straus e Giroux, 2003.
MAJOR, J. Russel. *From Renaissance Monarchy to Absolute Monarchy:* French Kings, Nobles and Estates. Baltimore: John Hopkins University Press, 1994.
MANN, Michael. *The Sources of Social Power*: a history of power from the beginning to A.D 1760 (Volume 1). Nova York: Cambridge University Press, 1986.
MOUSNIER, Roland E. (1980). *The Institutions of France under the Absolute Monarchy*. Volume II: The Organs of State and Society. Translated by Arthur Goldhammer. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
NIALL, Ferguson. *The Cash Nexus*: Money and Power in the Modern World, 1700-2000. Nova York: Basic Books, 2001.
NORBERG, Kathryn. The French Fiscal Crisis of 1788 and the Financial Origins of the Revolution of 1789. In: HOFFMAN, Phillip; NORBERG, Kathryn (editores). *Fiscal Crisis, Liberty and representative government*. Stanford: Stanford University Press, 1994.
NORTH, Douglass C.; WEINGAST, Barry R. (1989). "Constitutions and Commitment: the evolution of institutional governing public choice in seventeenth-century England". *The Journal of Economic History*, Vol. 49, N. 4: 803-832.
NORTH, Douglass. *Structure and Change in Economic History*. New York: Norton, 1981.
PARKER, David. *Class and State in Ancient Régime France*: the road to modernity? London: Routledge, 1996.
ROOT, Hilton L. *The Fountain of Privilege:* political foundations of markets in Old Regime France and England. Los Angeles: University of California Press, 1994.
SHENNAN, J. H. *Louis XIV*. Londres: Methuen And Co. Ltd., 1986.
SOBOUL, Albert (1962). *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
TALLET, Frank. *War and Society in Early Modern Europe, 1495-1715*. Londres: Routledge, 1992.
TESCHKE, Benno. *The Myth of 1648*: class, geopolitics and the making of modern international relations. Londres: Verso, 2003.
TILLEY, Arthur Augustus (1922). *Modern France: a companion to French Studies*. Memphis: General Books LLC, 2010.
TILLY, Charles (1993). *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP, 1996.
TIMMONS, Jeffrey F. (2004). *The Fiscal Contract: States, taxes and public services*. Tese de Doutorado, University of California, San Diego.
TORRES, João Carlos Brum. *Figuras do Estado Moderno*: representação política no ocidente. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
TREASURE, Geoffrey. *Richelieu and Mazarin*. Londres: Routledge, 1998.
WEINGAST, Barry R. (2005). "Self-enforcing constitutions: with an application to democratic stability in America's first century". *Not published.*
YANG, Der-Yuan (1997). "The Origin of the Bank of England: a credible commitment to sovereign debt". *Departmental Working Papers*, University of California-Santa Barbara (UCSB).
ZANDEN, Jan Luiten Van; BURINGH, Eltjo; BOSKEN, Maarten (2010). "The rise and decline of European parliaments, 1188-1789". *CEPR Discussion Paper No. 7809*.

Diferenças regionais e educação: a instrução primária em São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, 1850-1930

Vinícius De Bragança Müller e Oliveira

Doutorando em História Econômica pela FFLCH-USP e professor do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.
viniciusbmo@insper.edu.br

Resumo

Uma vasta literatura reconhece que há no longo prazo uma relação positiva entre educação e desenvolvimento econômico. Esta mesma literatura identifica o início da escolarização em massa no século XIX, mas aponta que tal processo apresentou trajetórias diferentes em países diversos. O Brasil esteve relativamente atrasado se comparado aos países avançados, como EUA, Canadá e Alemanha, entre outros. Internamente, o Brasil, ao deixar a oferta de instrução primária sob a responsabilidade dos governos regionais (provinciais e, depois de 1889, estaduais) apresentou diferentes trajetórias no avanço da escolarização em suas diversas regiões. Portanto, é possível comparar o tratamento dado à questão educacional por regiões brasileiras diferentes, apontando quanto gastava e como cada uma delas tratava a instrução primária.

Abstract

A vast literature recognizes that there is a long-term positive relationship between education and economic development. This same literature identifies the beginning of mass schooling in the nineteenth century, but noted that this process had different paths in different countries. Brazil was relatively late compared to advanced countries like USA, Canada and Germany, among others. Internally, Brazil leaving the provision of primary education under the responsibility of regional governments (provincies and, after 1889, states) and had different trajectories of the advancement of education in its different regions. Therefore, it is possible to compare the treatment given to the educational issue by different Brazilian regions, pointing how and how much each one spent with primary education.

Introdução

As diferenças apresentadas por países no que diz respeito aos níveis de desenvolvimento econômico é tema de debate desde ao menos a segunda metade do século XVIII. Muitos fatores já foram apontados como causadores de avanço ou atraso relativo no desenvolvimento econômico de um país, desde fatores geográficos, como clima e solo, até fatores culturais e religiosos. Nas últimas décadas, a abordagem que privilegia o entendimento sobre a trajetória institucional como fator de definição de sucesso ou atraso no desenvolvimento econômico de um país tenta acrescentar algumas novas possibilidades de entendimento sobre tais diferenças.

Entre as instituições destacadas pela abordagem institucionalista, uma delas, a trajetória educacional dos países, é apontada aqui como relevante para o entendimento das diferenças não entre países, mas entre regiões brasileiras distintas.

O ponto de partida é a metade do século XIX, quando o debate sobre a relevância da escolarização e alfabetização em massa ganhou força em inúmeros e variados países. No Brasil, mesmo apresentando números muito baixos relacionados à alfabetização e escolarização, este debate também esteve presente, o que demonstra que a sociedade novecentista brasileira, ou ao menos os homens públicos, tinha consciência da importância da educação para o desenvolvimento do país.

As regiões aqui destacadas são Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul e espera-se ao final mostrar como cada uma delas tratou a educação primária entre 1850 e 1930.

Não há aqui uma tentativa de quantificar a relação entre desenvolvimento econômico e educação nas regiões brasileiras, mas apontar novos caminhos para o entendimento sobre as diferenças entre regiões brasileiras a partir de meados do século XIX, usando para isso a questão educacional.

Educação e desenvolvimento econômico: o debate

O processo de massificação da escola ou de ampliação do acesso da população ao ambiente escolar e, consequentemente, da alfabetização, foi um fenômeno característico do século XIX. Em vários países europeus e na América do Norte – EUA e Canadá – os índices de escolarização e alfabetização subiram exponencialmente, saindo, no início do século, de algo próximo a 50% da população para, praticamente, ser universal. O dois elementos, escolarização e alfabetização em conjunto, passaram a ser, então, motivos de

preocupação de governos espalhados pelo mundo. Um recente relatório da UNESCO feito por Limage (2006) aponta a relevância de pensarmos em conjunto, a partir do século XIX, a alfabetização e a escolaridade. Vejamos:

> "This paper links social history and literacy development and formal education. Arguably, schools in all regions of the world have never had as their fundamental mission the transmission of literacy and numeracy skills. The expansion of schooling in the late 19th century and then dramatically post World War II responded to more complex considerations. Since then, schools have had a social cohesion or national construction function that frames the curriculum and how it is transmitted, including the form of reading and possibly writing or numeracy skills. (…) History prior to the 20th century illustrates the many ways people came to literacy. The notion of universal, formal, compulsory schooling for literacy transmission and social reproduction is a relatively new phenomenon. The literacy to be conveyed in public schools was considered 'safer' and more controlled than independently gained reading and writing."

Portanto, uma das medidas para a escolaridade é a ampliação do percentual da população alfabetizada que, a partir do século XIX e da massificação da escola, foi alcançado por diversos países.

Porém, o fenômeno de expansão da alfabetização e escolaridade durante o século XIX não foi uniforme, na medida em que se concentrou em países europeus centro-ocidentais e norte-americanos, se reproduzindo em outros países apenas no século XX, como diz Mitch (2005):

> "By 1800, most of North America, Scandinavia, and Germany had achieved literacy rates well in excess of fifty percent. In France and England literacy rates were closer to fifty percent and school attendance before the age of ten was certainly widespread, if not yet the rule. It was not until later in the nineteenth century and the early twentieth century that Southern and Eastern Europe were to catch up Western Europe and it was only the first half of twentieth century that saw schooling become widespread through much of Asia and Latin

> America. Only later in the twentieth century did schooling begin to spread throughout Africa."

Os dados apresentados nas tabelas 1 e 2, retirados de Soysal & Strang (1989), confirmam que mesmo entre países europeus a escolarização e alfabetização não foram desenvolvidas de modo uniforme.

Tabela1: Alcance da escolarização em países diversos em 1870, em % da população

Prússia	67	Noruega	61	Irlanda	38
Dinamarca	58	Áustria	40	Holanda	59
Grécia	20	Suíça	74	Bélgica	62
Espanha	42	Itália	29	Reino Unido	49
Suécia	71	Portugal	13	França	75

A mesma conclusão está em Boli, Ramirez & Meyer (1985), que logo no primeiro parágrafo de seu artigo já nos apresentam uma citação cronológica da expansão da escolarização e alfabetização:

> "The prevalence of mass education is a striking feature of the modern world. Education has spread rapidly in the last 2 centuries, becoming a compulsory, essentially universal"

Como vemos, as maiores taxas de alfabetização no século XIX eram as dos países que se caracterizaram pelo desenvolvimento pioneiro da produção industrial e que apresentaram os maiores crescimentos em termos de PIB *per capita* do período e em relação ao desenvolvimento humano. Vejamos, nas tabelas 2 e 3, outros dados apresentados por Pamuk & Zanden (2009)

Tabela 2: Índice de desenvolvimento Humano (0-1), 1820-1870 (expectativa de vida, alfabetização e renda)

	Reino Unido	França	Alemanha	Holanda	Suécia	Itália	Espanha	Turquia	Rússia
1820	0.383	0.303	0.344	0.380	0.403	0.221	0.210	0.134	0.129
1870	0.489	0.456	0.448	0.473	0.481	0.284	0.284	0.182	0.196

Tabela 3: Estimativas do crescimento do PIB per capita em países europeus 1820-1913 (Reino Unido, 1820=100)

	1820	**1870**	**1913**
Inglaterra/Reino Unido	100	187	288
França	72	110	205
Holanda	107	132	237
Suécia	70	97	181
Itália	65	88	150
Espanha	62	71	132
Turquia	40	55	71
Rússia	40	55	84

Portanto, os países europeus com maiores taxas de alfabetização também foram os que obtiveram o maior aumento no Índice de Desenvolvimento Humano entre 1820 e 1870.

Esta relação entre educação/alfabetização, desenvolvimento econômico /crescimento da renda e dos índices de desenvolvimento humano é apontada por uma vasta literatura, que atribui à educação a capacidade de incremento do fator capital humano e, consequentemente da produtividade e dos retornos econômicos.

No século XX, muitos autores estabeleceram esta relação. O mais destacado entre eles é Schultz, autor reconhecido pelo prêmio Nobel de economia em 1979. Em um artigo Schultz (1961) diz logo na introdução que

> "Although it is obvious that people acquire useful skills and knowledge, it is not obvious that these skills and knowledge are a form of capital, that this capital is in substantial part of product deliberate investment, that it has grown is Western societies at much faster rate conventional (nonhuman) capital, and that its growth may well be the most distinctive feature of the economic system. It has been widely observed that increases in national output have been large compared with the increases of land, man-hours, and physical reproducible capital. Investment in human capital is probably the major explanation for this difference. Much of what we call consumption constitutes investment in human capital. Direct expenditures on

> education, health, and internal migration to take advantage of better job opportunities are clear examples. Earnings foregone by mature students attending school and by workers acquiring on-the-job training are equally clear examples. The use of leisure time to improve skills and knowledge is widespread and it too is unrecorded. In this and similar ways the quality of human effort can be greatly improved and its productivity enhanced. I shall content that such investment in human capital accounts for most of impressive rise in the real earnings per worker."

A partir da obra de Schultz e sob a influência do avanço da microeconomia nos anos de 1970 e 80, muitos estudos tiveram como objeto principal a relação entre educação – incremento do fator capital humano – e ganhos individuais, tais como salário. Stevens and Weale (2004), escreveram: "*a wide range of econometrists studies indicates that the incomes individuals can command on their level of education."* Porém, dizem os mesmos autores: *"if people with education earn more than those without, shouldn´t the same be true of countries?"*

Esta questão vem sendo debatida por inúmeros pesquisadores e alguns deles são enfáticos em suas proposições que relacionam educação/alfabetização e desenvolvimento econômico.

Neste caso, dá-se o destaque à abordagem de Engerman & Sokoloff (2000), que apresentam uma tese sobre as diferenças entre o desenvolvimento econômico da América do Norte (EUA e Canadá) e o dos países do restante do continente americano. Para os autores, as condições iniciais da colonização nas diferentes regiões podem ter determinado as diferenças vistas no desenvolvimento de longo prazo delas, mas, principalmente, após a independência, o modo como cada região ou país organizou suas instituições foi fundamental para a reprodução e alargamento de tais diferenças. Entre as instituições que destacam estão a distribuição da propriedade sobre a terra, a extensão do voto e o acesso à educação formal ou escolar. Neste último caso, apontam a importância da educação formal e consequentemente da alfabetização, para a melhor distribuição do poder político e da riqueza. Vejamos um trecho:

> "Our conjecture is that these differences across societies in the distribution of political power may have contributed to persistence in the relative degrees of inequality through the

> effects on institutional development. The institution of public primary schools, which was the principal vehicle for high rates of literacy attainment and an important contributor to human capital formation, is interesting to examine in this regard. Nearly all of the New World economies were sufficiently prosperous by the beginning of the nineteenth century to establish a widespread network of primary schools. However, although many countries (through their national governments) expressed support for such efforts, few actually made investments on a scale sufficient to serve the general population before the twentieth century. The exceptional societies in terms of leadership were the United States and Canada. (…) This path of institutional development may in turn have affected growth. Where there was extreme inequality, and institutions advantaged elites and limited the access of much of the population to economic opportunities, members of elites were better able to maintain their elite status over time, but at the cost of society not realizing the full economic potential of disadvantaged groups. Although the examples we have discussed—land ownership, the extension of the franchise and investment in public schools—do not prove the general point, they are suggestive of a pattern whereby institutions in New World societies with greater inequality advantaged members of the elite through many other types of government policies as well, including those concerned with access to public lands and natural resources, the establishment and use of financial institutions, and property rights in technological information."

Em outras palavras, os autores atribuem o elevado desenvolvimento econômico do Canadá e EUA ao alargamento de questões institucionais; uma delas, a educação escolar. Vejamos os índices de alfabetização na América Latina em meados do século XIX e início do XX segundo Engerman & Sokoloff (2000), que, inclusive confirmam o mesmo fenômeno – a não uniformidade do desenvolvimento da escolarização/alfabetização - entre os países latino-americanos, assim como ocorreu na Europa.

Tabela 4: Índices de alfabetização em alguns países, anos selecionados

País	Ano	Idade	Alfabetização (% da população)
Argentina	1869	6+	23.8
	1895	6+	45.6
	1900	10+	52
	1925	10+	73
Brasil	1872	7+	15.8
	1890	7+	14.8
	1900	7+	25.6
	1920	10+	30
Chile	1865	7+	18
	1875	7+	25.7
	1885	7+	30.3
	1900	10+	43
México	1900	10+	22.2
	1925	10+	36
Uruguai	1900	10+	54
	1925	10+	70
Canadá	1861	Toda a população	82.5
EUA	1870	10+	80
	1890	10+	82.7
	1910	10+	92.3

Educação no Brasil Imperial: o debate acerca do atraso

Uma ampla historiografia da educação brasileira aponta como causa principal do relativo atraso da instrução primária durante o Império a divisão de competências entre governo central e provincial. De fato, após o Ato Adicional de 1834, a responsabilidade sobre a instrução primária recaiu sobre os governos provinciais, ficando o governo central com a responsabilidade sobre a instrução superior. Vejamos algumas opiniões de autores que escreveram sobre a história da educação no Brasil. Comecemos por Azevedo (1976):

> "A Instrução primária, confiada às províncias, vai-se organizando por um sistema de tentativas e erros, em conformidade com os recursos limitados de cada uma delas e ao capricho das circunstâncias quais os predomínios deste ou daquele grupo partidário ou a inspiração pessoal do presidente, em que se pode encontrar a causa mais próxima da periodicidade das variações nas políticas locais de educação. O pessoal docente, quase todo constituído de mestres improvisados, sem nenhuma preparação específica, não melhora as primeiras escolas normais que se criaram no país."

Notemos que em um parágrafo, o autor aponta ao menos quatro motivos para o fracasso da instrução primária no Brasil imperial: a falta de conhecimento teórico e administrativo (vai se organizando por tentativa e erro); a incapacidade financeira provincial (recursos limitados de cada uma delas); a falta de projeto associado a mesquinharias políticas (predomínio deste ou daquele grupo partidário ou a inspiração pessoal do presidente) e a falta de qualificação técnica dos professores (mestres improvisados, sem nenhuma formação específica).

Outro autor, Anísio Teixeira (1999), vai além e aponta o motivo pelo qual a educação primária teria sido alvo da medida descentralizadora de 1835, quando diz:

> "Por isto mesmo, quando, com a independência e as ideias então dominantes de monarquias constitucionais liberais, procurou-se organizar o País, já com o pensamento na educação do povo brasileiro, confiou-se esta tarefa às Províncias, deixando-se o sistema da elite sob a guarda do poder central, afim de se lhe salvaguardar o caráter anterior. Chamou-se a esse Ato Adicional de 1834 de descentralizador, quando, na realidade, pelo menos em educação, só descentralizava algo que não se considerava suficientemente importante."

Portanto, segundo Anísio Teixeira, a descentralização política e administrativa derivada do Ato Adicional deixou em mãos das províncias aquilo que não se considerava importante. A aproximação das teses dos dois últimos autores citados produz, então, uma conclusão inequívoca, qual seja: a pouca importância dada à educação primária durante o Império brasileiro é um dos motivos pelos quais a responsabilidade sobre tal

ramo do serviço público foi deixada às províncias. Isso porque estas, economicamente frágeis, não tinham recursos suficientes para garantir o progresso da instrução pública primária sob suas jurisdições. O que interessava desenvolver – não está muito claro para quem interessava – ficou sob a responsabilidade do governo central.

Mesmo que tal conclusão pareça algo precipitada, como veremos, ela encontra respaldo e se aproxima de outras áreas da historiografia brasileira, principalmente na história econômica. Esta aproximação pode ser vista a partir da tese de que as províncias pouco recursos tinham para suprir e/ou garantir suas responsabilidades. A situação de incapacidade financeira provincial foi, por alguns autores, resultado da má distribuição de competências fiscais entre o centro e as províncias. Um autor que resume esta posição é Diniz (2002), que escreveu:

> "Com efeito, os dados do Balanço demonstram que, a partir da década de 1830, a estrutura financeira do Império funcionou eficientemente no processo de apropriação da renda produzida nas províncias, principalmente Pernambuco, Bahia, Maranhão, Pará, São Paulo e Rio de Janeiro. Em conjunto, essas províncias forneceram 126,65 milhões de libras em tributos ao Império e receberam 58,70 milhões de libras sob a forma de recursos nelas despendidos; a diferença em favor do Governo Geral foi, portanto, de 67,95 milhões de libras. (...) Mas, além do caso dessas províncias que forneceram recursos sistematicamente ao Governo Geral, aquelas províncias mais carentes, caso aumentassem o volume de impostos gerados, também teriam parte de sua renda remetida para a sede do poder central do Império."

Esta conclusão de Diniz, que acompanha a de alguns outros autores (Deveza,1972; Ferreira, 1999; Cabral de Melo,1999) pode ser vista, portanto, como a confirmação de que às províncias pouco sobrou de recursos financeiros, dada a má distribuição fiscal que privilegiava o governo central. Nesse caso, o fracasso da instrução primária no Brasil seria reflexo da falta de recursos das províncias, responsáveis pela instrução primária, causada pela centralização excessiva do poder fiscal.

Ou seja, deixava-se tal setor do serviço público em mãos daqueles que, por falta de recursos, pouco poderiam desenvolvê-lo, confirmando a baixa importância que davam à instrução e criando uma relação de autorrealização do fracasso escolar no Brasil.

As províncias e a educação primária: São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco (1850 -1889)

A centralização dos recursos em mãos do governo imperial durante o século XIX no Brasil é fato difícil de negar. O que não significa, por outro lado, que aquilo que as províncias faziam com a pequena autonomia que tinham não possa ser objeto de pesquisa e, mais do que isso, reveladora de especificidades que podem explicar questões mais amplas, como as diferentes trajetórias de desenvolvimento econômico vivenciadas por cada uma delas. Tal perspectiva, em contraste com as teses de Cabral de Melo (1999), Diniz (2002) e Villela (2007), aponta para a autonomia provincial como suficiente, mesmo que curta no sentido fiscal, para assumir papel relevante nas explicações sobre os motivos que fizeram esta ou aquela província apresentar maior ou menor sucesso econômico.

O trabalho mais relevante que aponta para esta direção é o de Dolhnikoff (2005), que afirma:

> "A autonomia provincial incidia sobre a tributação, as decisões referentes a empregos provinciais e municipais, obras públicas, força policial, de modo que os governos das províncias dispunham de capacidade financeira para autonomamente decidir sobre investimentos em áreas vitais para a expansão econômica, o exercício da força coercitiva e o controle de parte da máquina pública."

Com as mesmas conclusões relativas à autonomia provincial durante o império brasileiro, escreveu Oliveira (2007):

> "A divisão das atribuições fiscais entre o governo imperial e as províncias, feita pelo Ato Adicional de 1834, não foi modificada durante o processo de centralização do poder político e administrativo que se seguiu ao avanço liberal. Dessa forma, os direitos adquiridos pelas províncias não se alteraram, permanecendo aqueles que foram determinados pela descentralização de 1834. Isso significa que, não obstante a maior parte das rendas fiscais ser de direito do governo central, às províncias sobraram alguns direitos que possibilitavam relativa autonomia no que tange a arrecadação, os gastos e os

> investimentos. No caso de S.Paulo, foi possível à província viver um período de crescimento – fosse na arrecadação, fosse na produção e exportação agrícola."

Ou seja, era próprio das províncias o uso que faziam dos recursos que lhes eram disponibilizados; e os diferentes usos destes recursos podem explicar o maior desenvolvimento de algumas em comparação a outras.

No início falamos sobre uma vasta e reconhecida literatura que aponta a relação entre educação e desenvolvimento econômico e que, para confirmar suas hipóteses, compara os índices de alfabetização e o tratamento dado por países diferentes aos seus sistemas de instrução primária. Falamos também que a massificação escolar é um fenômeno do século XIX, e por isso o usamos para apontar as origens das diversas formas de organização escolar apresentada por países diferentes. No caso brasileiro, esta comparação pode ser útil na medida em que as diferenças regionais são imensas e, muitas delas, originadas no século XIX. Mais do que isso, a educação primária, por ter ficado sob a responsabilidade das províncias brasileiras, pode nos revelar as especificidades de cada uma delas, precipitando uma comparação entre três que aqui destacamos: São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Vejamos nas tabelas 5, 6, 7 e 8 como se comportaram as respectivas receitas, seguido pelo comportamento das províncias em relação ao número de escolas e alunos matriculados em escolas primárias públicas.

Tabela 5: Evolução das receitas provinciais, 1850-1885

	São Paulo	**Rio Gde. do Sul**	**Pernambuco**
1850-51	364.950$000	509.372$528**	1.076.200$289
1855-56	547.808$100	713.851$898	1.147.059$595
1860-61	1.053.850$000*	865.828$850	1.673.880$379
1865-66	994.485$000	1.075.399$022	1.997.829$872
1870-71	2.430.000$000	2.357.044$135	2.168.745$172
1875-76	2.236.760$234	2.608.165$727	3.444.210$360
1880-81	3.732.731$176	5.201:065$746	3.647.473$607
1885-86	4.167.610$000	2.901.154$467	2.445.252$632

*número referente ao ano de 1859-60 **número referente ao ano de 1849-50. Fonte: Leis Orçamentárias de São Paulo, Livros da Tesouraria do Rio Grande do Sul e de Pernambuco.

Tabela 6: Escolas públicas e alunos matriculados em escolas primárias públicas em S.Paulo, 1850-1885

	Escolas	Alunos
1850	108	4001
1855	155	5667
1860	219	7254
1865	248	7276
1870	348	8859
1875	644	12.962
1880	736	13.210
1885	1039	23.245

Fonte: Anuários da Instrução Pública de São Paulo.

Tabela 7: Escolas públicas e alunos matriculados em escolas primárias públicas no Rio Grande do Sul, 1850-1885

	Escolas	Alunos
1850	95	3532
1855	120	3764
1861	154	5828
1866	187	5.856
1870	212	7019
1875	383	10.301*
1880	479	14.721
1885	510	15.150

*número de alunos que freqüentaram as escolas que, invariavelmente, era menor que os matriculados.
Fonte: Anuários da Instrução Pública do Rio Grande do Sul.

Tabela 8: Escolas públicas e alunos matriculados em escolas primárias públicas em Pernambuco, 1850-1885

	Escolas	Alunos
1850	Não disponível	2138
1855	85	3801
1861	101	4703
1865	112	5893
1870	269	9822
1875	361	13.664
1880	423	12.178

1885	496	19.738

Fonte: Anuários da Instrução Pública de Pernambuco.

Notemos que as receitas do período indicam a decadência de Pernambuco e ascensão do Rio Grande do Sul e, principalmente, de São Paulo. Também que entre 1850 e 1865, o atendimento (número de escolas e alunos matriculados) em São Paulo é consideravelmente maior do que no Rio Grande do Sul e Pernambuco, mesmo a província paulista tendo uma receita menor. Os números ficam próximos em 1870, quando as receitas se aproximam, mas em 1885, são favoráveis à São Paulo, tanto em receita, como em número de escolas e número de alunos.

Outra maneira de comparação é em relação à população. Esta é mais difícil na medida em que até o Censo de 1872 não há dados oficiais sobre a população. Mas, algumas indicações servem de parâmetro para estabelecermos uma comparação entre o atendimento escolar nas províncias em relação à população.

Tabelas 09 e 10: Estimativas de população livre das províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, anos selecionados

Província	**Ano**	**População aproximada**
São Paulo	1858	410.000
Rio Grande do Sul	1858	390.000
Pernambuco	1858	630.000

Fonte: Relatório do presidente da província do Rio Grande do Sul, 1858

Província	**Ano**	**População aproximada**
São Paulo	1864	600.000
Rio Grande do Sul	1863	315.000
Pernambuco	1861	900.000

Fonte: Relatórios dos presidentes das províncias para os casos pernambucano e gaúcho e Relatório da Inspetoria da Instrução Pública para o caso de S. Paulo.

Tabela 11: Comparação entre anos diferentes para a província de Pernambuco, em números aproximados

Ano	**População Total (P)**	**Alunos (A)**	**Escolas (E)**	**P/A**	**P/E**
1858	630.000	5912	92	106	5625
1861	900.000	4703	238	191	3781
1870	1.000.000	9822	269	101	3717

Fonte: Relatórios de presidentes da província de Pernambuco, anos selecionados.

Tabela 12: Comparação entre anos diferentes para a província de São Paulo, em números aproximados.

Ano	População Total (P)	Alunos (A)	Escolas (E)	P/A	P/E
1858	410.000	6264	215	65	1906
1864	600.000	7232	248	83	2419
1870	800.000	8859	348	90	2298

Fonte: Relatórios de presidentes da província de São Paulo, anos selecionados.

Tabela 13: Comparação entre anos diferentes para a província do Rio Grande do Sul, em números aproximados.

Ano	População Total (P)	Alunos (A)	Escolas (E)	P/A	P/E
1858	390.000	4120	152	94	2565
1861	266.000	5828	154	45	1727
1863	315.000	6012	167	52	1886

Fonte: Relatórios de presidentes da província do Rio Grande do Sul, anos selecionados.

Os números referentes à população retirados dos relatórios dos presidentes das províncias são duvidosos, principalmente se os comparamos com aqueles apresentados pelo Censo Geral de 1872. Vejamos, na tabela 14, alguns números relacionados à população disponibilizados pelo Censo Geral de 1872. Eles tornam ainda mais eloqüentes algumas diferenças entre as três províncias.

Tabela 14: Escolaridade e alfabetização da população livre, segundo o Censo de 1872

Local	Homens	Mulheres	Total	Alfabetizados	Não alfabetizados	Total (%) alfabetizados
Brasil	4.818.699	4.100.973	8.419.672	1.563.078	6.856.594	18,5
Rio Grande do Sul	191.022	176.000	367.022	95.303	271.719	26
São Paulo	348.304	332.438	680.742	141.067	539.675	20,7
Pernambuco	381.565	371.046	752.611	147.323	605.288	19,5

Tabela 15: Crianças em idade escolar 06-15 anos, segundo o Censo de 1872

Local	Meninos	Meninas	Total	Meninos em escolas	Meninas em escola	Total	Total (%)
Brasil	941.782	960.672	1.902.454	155.851	163.098	318.949	16,7
Rio Grande do Sul	46.169	41.239	87.408	9.947	7947	17.894	20,5
São Paulo	86.340	82.458	168.798	15.069	8.544	23.613	14
Pernambuco	50.691	49.724	100.415	6.630	3.894	10.524	10,5

O cruzamento dos dados retirados dos relatórios com os do Censo de 1872 indica que, após um período de relativo atraso de Pernambuco em relação à quantidade de escolas e ao número de alunos matriculados em escolas primárias públicas, a província se aproxima das outras duas, São Paulo e Rio Grande do Sul, em 1870. Porém, em termos relativos, o Rio Grande do Sul apresenta números maiores, tendo em 1872, percentualmente, o dobro de crianças matriculadas em escolas do que Pernambuco.

O Censo de 1890 confirma o destaque gaúcho, já que aponta que enquanto São Paulo e Pernambuco têm aproximadamente 85% da população total analfabeta, no Rio Grande do Sul este número cai para 74%.

As análises iniciais revelam que o Rio Grande do Sul manteve uma política voltada ao aumento do número de escolas e alunos matriculados de modo mais uniforme, enquanto Pernambuco começa o período de modo mais tímido que São Paulo, mas se aproxima a partir de 1870. Porém, no final do Império, a província paulista apresenta números melhores que Pernambuco, tanto em relação ao número de escolas quanto ao número de alunos atendidos em escolas públicas primárias.

Comportamento dos gastos como fator de diferenciação

Uma das conclusões sobre o comportamento relacionado aos investimentos em instrução pública é a instabilidade. Isso porque, como veremos, se houve – e de fato houve – um aumento do esforço da província pernambucana no que tange aos gastos com instrução nas duas últimas décadas do Império, este esforço não teve continuidade após a proclamação da República. Em outras palavras, o *catching up* pernambucano ficou restrito ao período final do Império, não tendo continuidade. Ademais, com a República instalada em 1889, as antigas províncias passaram a ter maiores recursos, mas não necessariamente os usaram da mesma maneira. Em outras palavras, ampliando o prazo e respeitando o grau de autonomia das províncias/estados (no Império menor que na República), percebe-se que, afora um período de aproximadamente 20 anos, Pernambuco sempre gastou menos em instrução do que São Paulo e Rio Grande do Sul. Percebe-se também que o patamar do investimento em relação à despesa e à receita geral e em relação aos outros gastos variava demais ainda no século XIX, o que se confirma no início do século XX. Esta instabilidade e o retorno aos níveis observados em meados do século XIX pode se revelar a grande diferença entre as províncias. Vejamos alguns dados sobre investimentos em educação na província, depois estado de Pernambuco, entre 1850 e 1930.

Tabela 16: Comportamento das despesas gerais e das despesas em instrução pública primária em Pernambuco, 1850-1930

ano	despesa geral	despesa instrução	%
1850	1.066.577$807	39.449$995	3,5
1860	1.665.998$986	78.440$100	4,7
1870	2.048.213$913	295.216$382	14
1880	3.251.237$855	500.406$000	15
1890	10.718.016$093	683.700$000	6,3
1900	10.800.000$000	500.000$000	4,6
1910	10.694.404$160	488.820$670	4,5
1920	19.748.701$920	796.232$000	4
1929	54.624.242$820	2.587.509$840	4,7

Fonte: Livros da tesouraria da província de Pernambuco e mensagens de presidentes do estado.

Nota-se que a variação nos gastos em instrução pública primária na província pernambucana tem como ponto mais alto as décadas de 1860 e 70, quando o investimento era de aproximadamente 15% das despesas gerais. Antes e depois de 1870/80, o nível de investimento é de aproximadamente 4%. Mais sintomático ainda é que a queda mais agressiva é percebida em 1890, o primeiro orçamento republicano. Ou seja, a variação, após uma nítida mudança de prioridades durante a década de 1860/70, é

para baixo, notadamente após a proclamação da República, período no qual a autonomia das regiões (estados, antigas províncias) ficou maior dado o modelo federalista adotado. O nível de aproximadamente 4 a 5% da despesa geral voltado à instrução se manteve em Pernambuco por mais quatro décadas, até às vésperas de 1930. Vejamos a mesma comparação para os casos das províncias paulista e gaúcha:

Tabela 17: Comportamento das despesas gerais e das despesas em instrução pública primária em São Paulo, 1850-1930

ano	despesa geral	despesa instrução	%
1850	428.356$293	65.400$000*	15
1862	908.221$284	105.500$000*	11,5
1870	2.435.209$252	245.000$000*	10,5
1880	3.654.101$000	510.000$000*	14
1890	5.130.173$960	855.940$000	16,5
1900	38.192:462$685	4.057.600$000	10,5
1910	52.118.962$468	8.291.720$000	16
1920	107.408.783$236	18.983.734$000	17,5
1929	453.606.980$000	48.193.232$500	10,5

*estimativa. Fonte: Leis orçamentárias de São Paulo.

Já no caso paulista, a variação nos gastos com instrução pública primária em relação às despesas gerais é menor e o nível do dispêndio se mantém em entre 10 e 17% por todo o período de 8 décadas, entre 1850 e 1930.

Tabela 18: Comportamento das despesas gerais e das despesas em instrução pública primária no Rio Grande do Sul, 1850-1930

ano	despesa geral	despesa instrução	%
1850	398.194$227	48.383$793	12
1860	843.703$753	95.400$000*	11,5
1870	2.318.357$820	225.000$000*	10
1880	5.198.147$645	578.723$236	11
1890	3.730.463$294	642.533$760	17
1900	8.744.240$770	2.054.813$000	24
1910	11.574.464$838	2.395.096$070	20
1920	31.608.503$113	4.097.624$000	13
1927	120.725.833$065	8.610.201$150	7

*estimativa. Fonte: Livros da tesouraria da província do Rio Grande do Sul e mensagens dos presidentes do estado.

Os dados mostram uma razoável estabilidade dos gastos em educação em São Paulo e uma variação ampla no Rio Grande do Sul; ainda maior do que em Pernambuco. Porém,

mesmo com tamanha variação, o Rio Grande do Sul – assim como São Paulo – reservavam fatias muito maiores de seus gastos para a instrução do que Pernambuco. Vale ressaltar que os números apresentados referem-se à instrução pública primária e não contempla, portanto, os gastos com educação secundária e superior, assim como com as escolas de formação de professores, as chamadas escolas normais. Também não contempla os números referentes às escolas particulares.

Outra conclusão retirada dos dados é que, não obstante Pernambuco ter despendido uma fatia maior de recursos para a instrução pública em alguns momentos do século XIX, a partir de 1890 retornou aos níveis percentuais de gastos que tinha em meados do século XIX, assim mantendo até 1930. Já São Paulo e Rio Grande do Sul mantiveram níveis mais altos de investimentos – o primeiro mantendo aproximadamente o mesmo nível percentual de gasto e o segundo ampliando significativamente – desde meados do século XIX até o término do período aqui contemplado. A comparação também mostra que o comportamento dos gastos com instrução nas províncias independeu da situação econômica de cada uma delas, ou seja, tanto no período em que era uma das mais ricas regiões do país, como naquele no qual já não mais era destaque econômico entre as várias províncias/estados brasileiros, Pernambuco gastou proporcionalmente a mesma quantia. A mesma conclusão é válida para São Paulo e Rio Grande do Sul. Os números referentes às escolas e matrículas confirmam o resultado dos baixos investimentos pernambucanos se comparados aos paulistas e gaúchos. Eles estão nas tabelas 19, 20 e 21. Ao usarmos estes números sobre a evolução das escolas e das matrículas em escolas públicas primárias para compará-los às populações estaduais, temos uma estimativa do que significa em termos percentuais da população total o atendimento da educação básica em São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Vejamos, logo a seguir, a população dos três estados brasileiros e alguns números relativos à alfabetização.

Tabela 19: Número de escolas e de alunos matriculados, São Paulo, 1900 – 1929

Ano	Nº de escolas	Nº de alunos
1900	579	30.831
1905	933	50.112
1910	1309	99.203
1915	1584	162.870
1920	1830	193.871

1925	1842	275.073
1929	3310	388.418

Fonte: Anuários da Instrução Pública

Tabela 20: Número de escolas e de alunos matriculados, Pernambuco, 1900 – 1929

Ano	Nº de escolas	Nº de alunos
1900	579	30.831
1905	933	50.112
1909	174	XXXX
1917	XXXX	43.388
1923	989	51.864
1929	XXXX	40.420

Fonte: Anuários da Instrução Pública

Tabela 21: Número de escolas e de alunos matriculados, Grande do Sul, 1900 – 1928

Ano	Nº de escolas	Nº de alunos
1900	872	31.000*
1905	990	42.635
1910	1281	53.969
1915	1159	74.850*
1921	1736	74.216
1925	1772	95.133
1928	1900	98.393

*Números aproximados. Fonte: Anuários da Instrução Pública

Tabela 22: População das regiões brasileiras, 1872 - 1928

Ano	São Paulo	Pernambuco	Rio Grande do Sul
1872	837.554	841.539	446.962
1890	1.384.753	1.030.224	897.455
1900	2.282.789	1.178.150	1.149.070
1912	3.700.750	1.649.623	1.682.736

1920	4.592.188	2.154.835	2.182.713
1928	5.606.618	2.557.285	2.619.566

Fonte: Séries Estatísticas IBGE.

Tabela 23: População alfabetizada em Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, 1920

	População total entre 07 e 14 anos	**População alfabetizada entre 07 e 14 anos**	**% da população entre 07 e 14 anos alfabetizada**
Pernambuco	452.151	63.286	14
São Paulo	961.616	265.588	28
Rio Grande do Sul	470.123	161.612	34

Fonte: Censo Geral de 1920

Em 1920, segundo o Censo Geral, 82% da população de Pernambuco era analfabeta. Em São Paulo, no mesmo ano, este índice era de 70% e no Rio Grande do Sul de 61%. Concluímos, portanto, que a estabilidade e os níveis de gastos da província/estado paulista em instrução primária, mesmo com o aumento significativo da população, manteve suas taxas de alfabetização mais altas do que Pernambuco, a região, entre as três aqui analisadas, que menos investiu em instrução primária entre os anos de 1850 e 1930. O Rio Grande do Sul, também sob o efeito de um aumento significativo de sua população, apresentou desde 1850 variações nos níveis de gastos com instrução primária, mas sempre manteve acima dos níveis pernambucanos de gastos com este serviço, com exceção das décadas de 1870 e 1880, quando a província de Pernambuco aumentou significativamente seus gastos com educação. Os resultados são inequívocos quando apontam um sucesso maior do Rio Grande do Sul em alfabetizar sua população, seguido de São Paulo, ambos à frente de Pernambuco. Se olharmos no censo de 1920 os números relativos à população em idade escolar teremos tais resultados ainda mais expressivos, indicando que em São Paulo, a população entre 07 e 14 anos alfabetizada correspondia a 28% da população total da mesma faixa etária, enquanto que em Pernambuco era de 14%. Já no Rio Grande do Sul, coerentemente com os outros dados aqui apresentados, esta número chegava a 34%.

Conclusão

Uma consagrada literatura aponta uma relação positiva entre educação e desenvolvimento econômico, seja no aspecto micro, seja no macroeconômico, concluindo que quanto maior a quantidade e a qualidade da educação dos indivíduos, maiores retornos financeiros eles terão, assim como a sociedade a qual eles fazem parte apresentará, em longo prazo, maior desenvolvimento econômico. Esta relação tem como recorte cronológico privilegiado o século XIX, dado que foi nele que muitos países apontaram tal relação e massificaram a escolarização de suas populações.

É verdade que os índices de escolarização e alfabetização da população brasileira no século XIX eram muito baixos se comparados a alguns países que mais se destacavam neste quesito, como Alemanha, Inglaterra, EUA e Canadá, por sinal países com desenvolvimento econômico bastante superior ao brasileiro.

Tal atraso é parcialmente depositado na conta da organização imperial que, segundo muitos autores, centralizava os recursos econômicos de tal modo em mãos do governo de D. Pedro II, que às províncias pouco sobrava para usarem de modo autônomo. Além disso, a divisão de competências que deixava em mãos das províncias a responsabilidade sobre a escolarização básica tornava a situação da instrução ainda pior, visto que pouco podiam as províncias investir em setor tão determinante para o desenvolvimento econômico.

Pois bem, a solução para esta situação de atraso seria, então, ou uma maior descentralização dos recursos em mãos das províncias ou passar às mãos do governo central a responsabilidade sobre a educação primária.

Contudo, vimos que mesmo em um ambiente de poucos recursos, as províncias tinham suficiente autonomia para definir algumas despesas prioritárias. Esta definição de prioridades, vista nas despesas que as províncias aqui analisadas – Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul – efetuavam, caracterizou os dispêndios de cada uma delas independentemente da estarem sob a Monarquia ou a República. Em outras palavras, mesmo com a ampliação da autonomia dada pela República, os estados originados das antigas províncias mantiveram o mesmo padrão de gastos com educação básica que já tinham durante o período imperial. E, mesmo observando mudanças sensíveis na passagem do Império para a República, como ampliação da riqueza que ficavam sob suas respectivas responsabilidades, aumento da população, crescimento de São Paulo e decadência relativa de Pernambuco, as respectivas despesas com instrução primária permaneceram em níveis semelhantes. Com exceção dos 20 anos entre 1870 e 1890, Pernambuco gastou em média aproximadamente 5% de suas despesas totais com

educação, enquanto em São Paulo este número estava entre 10 e 17% e pouco acima disso no Rio Grande do Sul. Em fins da década de 1920, término do período aqui analisado, a diferença de gastos em educação entre as províncias e seus resultados é nítida, na medida em que apontam a educação primária pública gaúcha muito mais avançada, em termos relativos ao número de escolas, alcance da população e alfabetização, do que Pernambuco. São Paulo também apresentava números educacionais melhores que Pernambuco, mas inferiores aos do Rio Grande do Sul.

Bibliografia

1. AZEVEDO, F. A Transmissão da Cultura. 5ª Edição. Brasília, DF: Editora da UNB, 1976.
2. BOLI, J., RAMIREZ, F.O. & Meyer, J. Explaining the origins and expansion of mass education. In: Comparative Education Review, vol 29, n.2, may 1985. Acesso por http://www.jstor.org/stable/1188401
3. CABRAL de MELO, E. O Norte Agrário e o Império, 1871-1889. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
4. DINIZ, A.F. Centralização política e apropriação da riqueza: análise das finanças do Império Brasileiro (1821 – 1889). Tese de Doutoramento. FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) USP, São Paulo, Brasil, 2002.
5. DOLHNIKOFF, M. O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
6. ENGERMAN, S. & SOKOLOFF, K. History Lessons: Institutions, Factor endowments and paths of development in the New World. In: Journal of economic perspectives, vol. 14, n. 3, 2000.
7. LIMAGE, Leslie. The growth of literacy in historic perspective: clarifying the role of formal schooling an adult learning opportunities. Paper commissioned for the *EFA Global Monitoring Report 2006, Literacy for Life*, 2006.
8. MITCH, David. Education and economic growth in historical perspective. EH.Net Encyclopedia, edited by Robert Whaples, July 26, 2005. URL http://eh.net/encyclopedia/article/mitch.education.
9. OLIVEIRA, V. De B. M. Mudanças institucionais e seus impactos na província de S. Paulo: a economia paulista ante a centralização política do Império

brasileiro (1835-1850). In Revista Almanack Brasileiro, nº 5, maio de 2007. Disponível em http://www.almanack.usp.br/PDFS/5/almanack.pdf

10. PAMUK, S. & ZANDEN, J.L. Standards of living 1700-1870. In: http://www.cper.org. Center of Political Economic Research, 2009.
11. SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. In: The American Economic Review, vol. LI, March 1961.
12. SOYSAL, Y.N. & STRANG, D. Construction of mass education systems in nineteenth- century Europe. In: Sociology of education, 1989, vol. 62 (October).
13. STEVENS, P. & WEALE, M. Education and economic growth. In: JOHNES & JOHNES (orgs). International handbook of economics of education. Northhampton: Edward Elgar Publishing, 2004.
14. TEIXEIRA, A. Educação no Brasil. Rio De Janeiro: Editora das UFRJ, 1999, 3ª edição.
15. VILELLA, A. Distribuição regional das receitas e despesas do governo central no II Reinado, 1844-1889. In: Revista Estudos Econômicos, v. 37, n. 2, Abril-Junho de 2007.

Fontes

1. Relatórios de presidentes de províncias (São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul.
2. Mensagem dos presidentes dos estados (São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul)
3. Relatórios Anuais (Anuários) da Instrução Pública (São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul)
4. Livros da Tesouraria Provincial (São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul)
5. Relatórios da Secretaria Geral do Estado de Pernambuco
6. Leis Orçamentárias da província de São Paulo
7. Leis orçamentárias do estado de São Paulo
8. Censos de 1872, 1890, 1900, 1920
9. Séries Estatísticas IBGE.

ESTRUTURA PRODUTIVA, INSERÇÀO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DA ECONOMIA REAL BRASILEIRA

Virginia Laura Fernández[1]

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a evolução da estrutura produtiva industrial brasileira dentro do contexto latino-americano e de seu respectivo padrão de comércio internacional desde 1970. Considera-se que uma estrutura productiva diversificada, que incorpora conhecimento e gera complexos productivos com alto valor agregado, terá impactos positivos no padrão de inserção internacional e na geração de emprego e riqueza, assím como uma melhora na distribuição da renda (nas condições de vida de sua população). Esses elementos são essenciais no processo de crecimento e no *catching up* do Brasil e dos países latinoamericanos, que tem baseado seu padrão de especialização internacional nos recursos naturais.

Palavras-chave: economia brasileira; estrutura produtiva; inserção internacional; distribuição de renda; desenvolvimento.

Abstract

This paper aims to analyse the evolution of the Brazilian industrial production structure within the Latin American context and its pattern of respective international trade since the 1970's. It is assumed that a diversified productive structure that incorporates knowledge and generates productive complexes with high aggregated value will have positive impacts on standard international insertion and the generation of jobs and wealth, as well as an improvement in income distribution. These elements are essential in the process of growth and catching up of Brazil and Latin American countries, which has based its standard of international expertise in natural resources.

Keywords: Brazilian economy; productive structure; international insertion; income distribution; development;

JEL Classification Codes: O14, O33, 054

[1] Prof.: Universidad Nacional de Rosario -Argentina; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) da UFPR. Email: virginialaurafernandez@yahoo.com.ar

I. INTRODUÇÃO

As grandes transformações a nível mundial desde a década de 70, provenientes da globalização e da evolução acelerada da técnica, impactaram significativamente nas economias latino-americanas. A abertura indiscriminada das economias, a desregulação dos mercados e a expansão da economia financeira em detrimento da real, tudo isso forçou os países a desenvolverem estratégias defensivas e de curto prazo para que pudessem adaptar-se. Entretanto, a contundência e relevância da mudança nos padrões de consumo e produção, a nível mundial, demandam estudos e pesquisas pormenorizados, assim como uma análise estrutural, a fim de possibilitar debater o padrão de inserção internacional que cada país terá.

Acerca da economia brasileira, mais especificamente, vale lembrar que ao longo do século XX passou por três grandes etapas. Em linhas gerais, e de acordo com Nassif (2008: 82), a primeira vai de 1930 a 1950, em que ocorre a industrialização substitutiva de importações concomitante à exportação de produtos primários. A segunda vai desde o pós-guerra até fins dos anos 70, com a implantação da indústria pesada, consolidando o parque industrial brasileiro. E finalmente desde os anos 80 até princípios deste século, caracteriza-se a economia brasileira por uma mudança significativa em sua estrutura produtiva, visto que a indústria manufatureira perde gradativamente participação no PIB, e as atividades vinculadas com a exploração de recursos naturais ganham espaço.

Existem diversas formas para interpretar essas mudanças na estrutura produtiva brasileira, a qual, ao que parece, voltou a definir sua inserção no comércio mundial pela exportação de recursos naturais. Alguns autores analisam as mudanças focando-se na *desindustrialização* da economia; outros, em termos de *reprimarização* da economia, destacando os problemas que foram vislumbrados pelos economistas cepalinos; e, finalmente, outros que se preocupam com a existência ou não da "*doença holandesa*", focando-se na falha de mercado gerada pela exportação de commodities por encarecer, relativamente, a produção nacional de produtos que demandam altos capitais e tecnologia de ponta. Essa doença tenderia a manter valorizada a taxa de câmbio, o que também seria um fator de retardo da economia, ampliando também a dependência das economias domésticas ao capital externo (Palma, 2005; Bresser-Pereira e Gala 2010).

O *objetivo geral* deste trabalho é conhecer a evolução da estrutura produtiva industrial brasileira desde os anos 70 até a atualidade. Buscar-se-á, especificamente, estabelecer alguma causalidade entre as mudanças na estrutura produtiva dos últimos anos, a preponderância dos

recursos naturais na economia e o crescimento econômico do país. Por fim, considerar-se-ão os impactos no emprego e em alguns indicadores de desenvolvimento do país.

O artigo terá quatro *seções*. A primeira, introdutória. A segunda, em que se apresentam diversos enfoques teóricos que tratam da relevância da estrutura produtiva para que os países em desenvolvimento logrem o "catching up". Aqui terão destaque as análises estruturalistas sobre os problemas da estrutura produtiva desequilibrada e sua relação com o padrão de inserção internacional, dada a vigência dessas interpretações. A terceira seção analisará a ***evolução dos indicadores da estrutura produtiva industrial brasileira desde 1970*** (participação setorial no valor adicionado, produtividade laboral setorial, salários, exportações e importações e margem de rentabilidade). Na quarta e última seção se apresentam algumas reflexões e conclusões do estudo.

II. ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE A RELEVÂNCIA DA ESTRUTURA PRODUTIVA

Existem diversos enfoques teóricos que tratam da relevância da estrutura produtiva para que os países em desenvolvimento logrem o "catching up[2]". A preocupação de como alcançar altos níveis de crescimento sustentável por décadas, para as economias latinoamericanas, foi historicamente matéria de pesquisa com a qual se produziu fértil teoria econômica. Depois da segunda guerra mundial, surgiu através da CEPAL um corpo teórico que destacou a importância da composição e forma da estrutura produtiva de um país, como elemento diferenciador e catalisador de círculos virtuosos ou viciosos do referido crescimento sobre a melhoria da qualidade de vida da população e da sustentabilidade da inserção internacional dessas economias no mundo.

Raúl Prebisch, mentor da CEPAL, sintetizou seu pensamento destacando as relações de causalidade e dependência da economia latinoamericana no que diz respeito às economias centrais, deixando alguns ensinamentos que ainda se encontram vigentes e que, por tal motivo, estão também no centro do debate da perspectiva heterodoxa latinoamericana.

De acordo com Aldo Ferrer (2010), as principais lições de Prebisch ainda vigentes se enquadram no dilema do desenvolvimento num sistema global. A primeira lição se refere a que são os países centrais os que conformam visões da ordem mundial funcionais a seus próprios

[2] Bresser-Pereira define o catching-up como o processo mediante o qual os países de renda média alcançam os níveis de crescimento do produto dos países desenvolvidos. Bresser Pereira (2010), capítulo 3.

interesses. Por essa razão, é imprescindível rebelar-se contra o esquema teórico hegemônico[3] dos países centrais. A segunda lição é que é possível uma transformação em direção a uma relação internacional mais simétrica e não subordinada às economias centrais. Nesse sentido, é fundamental utilizar esquemas de análise que se adaptem às realidades locais dos países da América Latina. Partindo desse conhecimento da realidade e dos obstáculos produtivos a enfrentar nas economias locais, seria possível desatar o potencial de crescimento e desenvolvimento para a região.

A terceira lição que nos deixa Prebisch parte da anterior, de que essa transformação requer uma mudança profunda na estrutura produtiva. E para isso, o *conhecimento* seria o instrumento fundamental que se deve incorporar na atividade econômica e social. Só uma estrutura produtiva diversificada e complexa, fortalecendo uma sofisticada trama de indústrias e de cadeia de valor agregado, na fronteira do conhecimento, torna possível que uma economia especializada na exportação de recursos naturais possa gerar emprego, bem-estar e inclusão social. Assim como gerar uma relação mais simétrica e não subordinada ao sistema internacional.

Nesse sentido, os avanços da técnica e da ciência implicaram em modificações nas tendências de consumo e no modo de vida, e, em especial, na forma em que os países podem inserir-se e competir no mundo. Existe uma nova divisão internacional do trabalho, na qual alguns países – em especial os asiáticos e a Índia – estão se especializando na fabricação de produtos industriais, baseando sua competitividade na mão-de-obra barata e *benchmarking* de tecnologia do mundo desenvolvido. Por outro lado, os países de América Latina encontram novamente em seus recursos naturais a possibilidade de comercializar com o resto do mundo.

As contribuições do pensamento estruturalista latinoamericano – notadamente as de Celso Furtado, Aníbal Pinto e Osvaldo Sunkel, dentre outros – é hoje retomada por um grupo de economista com uma perspectiva mais heterodoxa, que amplia sua visão sobre a realidade latinoamericana, e que se denomina "Novo Desenvolvimentismo" (Bresser Pereira, Gala, Oreiro, Ferrer, Ocampo, etc.).

O Novo Desenvolvimentismo parte das lições acerca do crescimento que tiveram, nos últimos anos, os países em processo de desenvolvimento, e evidencia os resultados no âmbito das políticas aplicadas pelos mesmos: o padrão internacional de inserção, a implantação das políticas neoliberais do Consenso de Washington.

[3] Em termos gerais, baseiam-se nas doutrinas clássicas sobre as vantagens comparativas no comércio internacional, na liberdade de mercado e na utilização da poupança externa para superar a crise da balança de pagamentos, até que os países em desenvolvimento alcancem os níveis de crescimento e produtividade dos mais ricos.

Nesse sentido, é pertinente a comparação da evolução, desde 1990 até princípios do séc. XX, do crescimento dos países asiáticos dinâmicos[4] e dos latinoamericanos[5]. Como pontos fundamentais na evolução dos primeiros – daqueles que tiveram crescimento médio da renda anual per capita de 7,2% – verificam-se a participação ativa e quase hegemônica do Estado na economia, o uso da poupança interna e o desenvolvimento de uma indústria robusta. Por sua vez, as economia latinoamericanas – com uma taxa média de crescimento na ordem de 3,9% – se destaca pelo abandono de estratégias nacionais de desenvolvimento, a aceitação indiscriminada de todas as reformas liberais, a privatização dos serviços públicos monopolistas e a grande abertura ao capital externo. (Bresser Pereira, 2010).

Entretanto, o erro fundamental, segundo Bresser Pereira, seria a *perda do controle da taxa de câmbio das economias latinoamericanas.* Isso restringe as possibilidades atuais e potenciais dessas economias frente aos citados asiáticos. Isso porque existe uma relação muito estreita – e que se auto-reforça – entre a taxa de câmbio, a estrutura produtiva e o padrão de inserção internacional, como veremos a seguir.

II.1 A DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA E A ESTRUTURA PRODUTIVA DESEQUILIBRADA

A principal tese sustentada por Prebisch é que a deterioração dos termos de troca entre as nações ricas e os países em desenvolvimentos aprofunda as diferenças entre eles. Isso se explicaria pelo esquema de um comércio internacional onde os países centrais mantém um padrão de especialização internacional na indústria e os países subdesenvolvidos formariam parte da periferia agrícola, exportadora de produtos primárias não industrializados.

Ao longo dos anos, se esta divisão internacional do trabalho se mantém, amplia-se a brecha entre os países centrais-industrializados e os países periféricos-agrários. O motivo dessa tendência estaria em que a elasticidade renda da importação dos produtos industriais tende a crescer com o crescimento econômico, e a elasticidade renda da importação dos produtos primários, a reduzir-se.

Alguns anos depois, seguindo essa linha, Marcelo Diamand (1972) escreveu sobre os problemas da estrutura produtiva desequilibrada na Argentina, sua relação com o padrão de inserção internacional e a relação com o tipo de câmbio natural de equilíbrio. A estrutura

[4] China, Coréia, Índia, Indonésia, Malásia, Tailândia, Taiwan e Vietnã.
[5] Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México e Peru.

produtiva desequilibrada remete a uma estrutura produtiva composta por dois setores de diferentes níveis de preços: o setor primário – agropecuário, no caso da Argentina – que trabalha com preços internacionais; e o setor industrial, que trabalha – na Argentina – a um custo e preço muito superiores ao internacional. A dinâmica desses dois setores implica num modelo econômico caracterizado pela limitação crônica que o setor externo exerce sobre o crescimento.

A dificuldade que essa estrutura produtiva desequilibrada coloca, na Argentina, se baseia na relação entre a produtividade industrial, os custos produtivos e o tipo de câmbio. Enquanto que na maioria dos países do mundo a produtividade industrial determina o tipo de câmbio e as condições de vida, na Argentina, em razão de o setor agropecuário apresentar uma produtividade relativamente alta – resultado de vantagens naturais – o tipo de câmbio se baseia nas atividades desse setor. Como conseqüência, o setor industrial é relativamente caro frente ao mundo, perdendo competitividade. Esse aspecto da economia argentina, que se verifica na maioria dos países latinoamericanos, é conhecido por "doença holandesa".

A doença holandesa, segundo Corden y Neary (1982), surge quando a rentabilidade de um setor ou país se reduz fortemente por causa de um *boom* ocorrido em determinadas indústrias produtoras de bens e serviços comercializáveis. Para Palma (2005), no caso do Brasil, a transição de um regime de substituição de importações a um de abertura comercial e financeira com profundas transformações institucionais, levou a que o Brasil voltasse a ter um padrão de inserção internacional baseado em produtos intensivos em recursos naturais. Essa tendência à desindustrialização teria sido reforçada, segundo Bresser Pereira (2005), a partir de 2004, quando paralelamente a taxas de câmbio reais excessivamente baixas, aconteceu um repentino e vigoroso aumento dos preços internacionais das commodities exportadas pelo país.

Frente a esses diagnósticos, propunha-se, então, que os países subdesenvolvidos tivessem Estados ativos, que interviessem na economia, orientando o investimento em setores estratégicos e impulsionando a industrialização de matérias primas e a substituição de importações, que seriam a chave para um desenvolvimento autônomo nacional. Mesmo tendo em conta que são vários e às vezes díspares os elementos colocados pelos teóricos desenvolvimentistas -Prebisch (1949), Furtado (1961), Ferrer (1973), dentre vários-, e da teoria da dependência - Cardoso y Faletto (1970), Sunkel, dentre outros-, neste trabalho afirma-se a importância acentuada do padrão produtivo na inserção internacional.

Outros estudos atualmente consideram que para alcançar o crescimento econômico com equilíbrio na balança de pagamentos, devem-se garantir os saldos positivos na mesma,

acompanhando-o de um *aggiornamento tecnológico no sistema produtivo* que se traduza num sistema de inovação mais desenvolvido, com uma estrutura produtiva diversificada e que tenda a uma mudança no padrão de inserção internacional por meio da exportação de bens e serviços com maior valor agregado. Diamand (1972), Thirlwall (1979), Carvalho & Lima & (2005, 2006), Nassif (2008), Oreiro (2010), Gala (2010), Bresser Pereira (2010), Cimoli, Porcile & Rovira (2010).

Então, a ***estrutura produtiva*** de um país determina a atual e potencial forma em que são gerados, acumulados e distribuídos os recursos. Assim, a estrutura produtiva define em quantidade e qualidade as possibilidades de consumo (mercado interno), de exportação (ingresso de divisas), de gasto público (arrecadação impositiva), de poupança e investimento público e privado (via dividendos e resultado da balança de pagamentos, etc), e, portanto, a potencialidade de expandir a fronteira de possibilidades de produção de um país. Desde uma ***perspectiva sistêmica***, conhecer e interpretar os elementos da equação macroeconômica fundamental de um país nos permite analisar e estabelecer elementos-chave para uma estratégia de desenvolvimento e inserção internacional competitiva, sustentável e com impactos positivos na distribuição da renda.

II.2 O BALAIO VAZIO DO BRASIL

De acordo com Fajnzylber (1987), em sua obra *Latin American Industrialization: from the "Black Box" to the "Empty Box",* podem-se definir claramente três grupos de países na América Latina, segundo suas estratégias de desenvolvimento. Os principais indicadores que determinam estes grupos são: a taxa de crescimento do produto bruto e a evolução da distribuição de renda.

Nesta análise, se observa que Brasil juntamente com Colômbia, Equador, México, Paraguai, Panamá e República Dominicana, formam parte do grupo de países que entre os anos 1970 e 1984, embora com crescimento do produto per capita superior a 2,4%, mantinham uma distribuição de renda mais regressiva. Por sua vez, a Argentina, do mesmo modo que o Uruguai, se encontra no grupo de países que possuíam um crescimento anual do produto per capita inferior a 2,4%, ainda que sua distribuição de renda tivesse sido mais equitativa que no resto dos países da região, durante o período analisado. Um terceiro grupo de países apresentava tanto um baixo desempenho no nível de atividade, medido pelo produto bruto per capita, como uma distribuição de renda menos equitativa.

O Brasil nos termos de Fajnzylber se enquadraria dentro do grupo de países dinâmicos, embora desarticulados. Em contraposição, a Argentina e Uruguai que seriam países com um sistema social articulado, ainda que com tendência a estagnação.

O que ressalta Fajnzylber em seu estudo é que existe uma combinação destes indicadores (alta taxa de crescimento do produto e distribuição de renda mais equitativa) que **não é seguida por nenhum dos países da América Latina**. É nesse sentido que chama "*Empty Box*" a esta combinação virtuosa de crescimento do produto per capita e equidade. Sem embargo, dita combinação se dá em alguns países do resto do mundo, fora da região, o que demonstra ser esta tendência possível sim. Então, quais seriam os fatores que entorpecem este resultado na América Latina? Ou melhor, seria possível modificar tal tendência?

Como já foi dito, neste artigo considera-se que uma melhora na estrutura produtiva de um país, fazendo que a mesma seja mais diversificada e que gere maior valor agregado, é um dos elementos fundamentais para que o crescimento do produto tenha impactos favoráveis sobre a geração de empregos e sobre uma possível redistribuição da renda, tornando-a mais equitativa. Restrições de qualificação, educação, espírito empreendedor, níveis de investimento e inércia das elites, todavia, formam parte dos empecilhos para dar início a este círculo virtuoso.

Entretanto, para limitar este estudo, nos centraremos em analisar os impactos sobre a economia nacional a partir da evolução da estrutura produtiva industrial, da remuneração dos fatores de produção, do comércio com o resto do mundo e da produtividade.

III. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA INDUSTRIAL BRASILEIRA DESDE 1970

Uma análise integral da estrutura produtiva requer conhecer a composição do valor agregado, a forma em que se distribui e a relação com o mercado internacional. A seguir se apresentam dados da evolução do valor agregado da indústria manufatureira dos países, das exportações e importações. Assim como dados da distribuição do valor agregado entre os trabalhadores e os capitalistas, e indicadores de produtividade.

Para tanto, são mostrados dados desagregados por setor e, em seguida, agrupados da forma específica indicada por Címoli e Rovira (2008) em estudos recentes sobre América Latina, de modo de conglomerar os setores de alta e média tecnologia[6]. Por fim, é apresentada uma classificação realizada por Nassif (2008) especificamente para analisar a evolução industrial dos países, a fim de realizar uma segmentação entre os setores que usam tecnologia, os intensivos em trabalho, os intensivos em escala e os setores diferenciados.

Com a seleção de variáveis e com a agrupação em *setores de alta e média tecnologia*, o que importa é encontrar os impactos sobre o emprego, os salários e a produtividade, tomando em conta as diferentes participações dos setores e o agregado de alta e média tecnologia de ditos países. Por outro lado, a segunda segmentação, entre setores, a partir da intensidade na escala e utilização da mão-de-obra, é mais relevante para analisar os impactos gerados por mudanças na produtividade sobre a participação dos salários no valor agregado, eixo fundamental dessa investigação.

III.1 A ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA

A estrutura produtiva brasileira passou por diversas etapas e se caracterizou, entre os anos 1930 e 1950, pelo modelo de substituição de importações, conforme já comentamos. No pós-guerra se iniciou a implantação da indústria pesada, a qual a fins dos anos 70 já estava consolidada. Nesse período os investimentos nos setores de bens de capital e siderurgia foram importantes, assim como nos ramos pesados de produção de bens intermédios – petróleo e petroquímica, papel e celulose – e na infraestrutura e energética – hidroelétricas, programa nuclear, programa álcool (Nassif, 2008). Esses investimentos tiveram reais impactos na estrutura produtiva nacional, modificando a participação dos principais setores no produto interno bruto.

Analisando o gráfico 1, a seguir, se observa que desde finais dos anos 50 a participação da indústria manufatureira no PIB supera o setor agropecuário, e cresce continuamente até 1986. A partir de quando a redução do setor industrial é acompanhada por um crescimento da participação do setor de serviços no país. Entretanto, avaliando a série completa, resta evidente que tanto a indústria manufatureira quanto o setor de serviços mantêm, em 2004, a mesma participação no produto que tinham em 1947. O setor manufatureiro com cerca de 23%, e o setor de serviços com 53% do PIB.

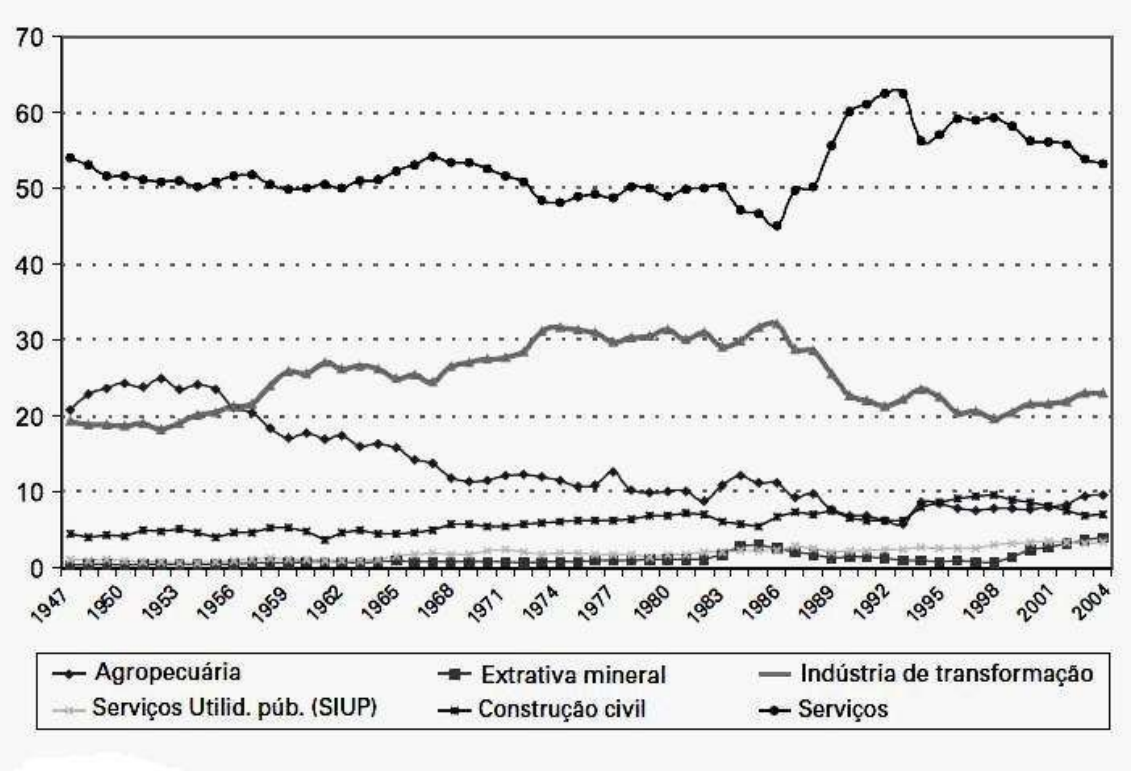
[6] As atividades incluídas no item “alta e média tecnologia” são: impressão e publicações; indústria química; outros químicos; produtos plásticos; ferro e aço; metais não ferrosos; maquinaria não elétrica; maquinaria elétrica; equipe de transporte e instrumentos científicos e profissionais.

Por outro lado, o setor agropecuário teve uma redução de sua participação, até chegar a 10% do PIB, enquanto que o setor de minérios foi aumentando levemente sua participação, chegando em 2004 com uma participação na ordem de 5% da composição do PIB. Sintetizando: enquanto em que em 1950 a composição do produto era de 24% do agropecuário, 18% do industrial e 52% de serviços; em 1980, as mesmas foram na ordem de 10%, 31% e 49%, respectivamente. E finalizaram, no período, em 10%, 23% e 53%.

Gráfico 1

Estrutura Produtiva Brasileira (1947-2004)

Participação dos setores da atividade econômica no PIB (em%)



Fonte: Nassif (2008), com base nos dados do IBGE.

Essas mudanças na participação dos setores e, em especial, do setor industrial, é um processo inerente ao crescimento e à evolução das economias, para alguns teóricos. Para outros, é o principal obstáculo para os países que ainda não alcançaram o crescimento dos ricos. A participação setorial, de todos modos, dava ser analisa não só no que tange ao produto que ela gera, mas também quanto à possibilidade de gerar postos de trabalho.

O conceito clássico de *desindustrilização,* apresentado por Oreiro (2010) é definido por Rowthom e Ramaswany (1999) como o processo de redução persistente da participação do

emprego industrial no emprego total de um país ou região. Sob essa concepção, os países ricos ou do primeiro mundo haveriam passado por esse processo durante os anos 70, enquanto que os países de América Latina, durante os anos 90 – em sintonia com a implementação do Consenso de Washington.

Enquanto que para os economistas mais ortodoxos, esse processo emerge com a globalização, para os mais heterodoxos, o setor industrial é o motor da economia, e a desindustrialização surge de forma precoce na América Latina, sem que houvesse alcançado o grau de maturidade em suas respectivas estruturas produtivas. A desindustrialização ocorreria então, para esse grupo, em razão da "doença holandesa", que vem associada ao excesso de recursos naturais – ou outro recurso produtivo, como a mão-de-obra –, déficits comerciais, na conta de capital, e restrições no setor externo.

Segundo dados de Palma (2005), a participação do emprego industrial nos países da América Latina reduziu-se, passando de 16,8% em 1990 a 14,2% em 1998. Para o caso específico do Cone Sul e do Brasil, a queda na participação começou nos anos 60, ainda que em ritmo leve, passando de 17,2% em 1970 a 11,8% em 1998[7].

III.2 A ESTRUTURA PRODUTIVA, A PARTIR DA INDÚSTRIA DE MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA

Neste sub-capítulo são apresentados os resultados obtidos com o cálculo de um índice estrutural para a indústria de alta e média tecnologia do Brasil, desde 1970 até 2008. Por indústria de alta e média tecnologia[8] entende-se as atividades industriais de: impressão e publicações; indústria química; outros químicos; produtos plásticos; ferro e aço; metais não ferrosos; maquinaria não elétrica; veículos de transporte e instrumentos científicos e profissionais. A partir disso calcula-se a participação da indústria de alta e média tecnologia no total da indústria manufatureira para diversos indicadores da estrutura produtiva: valor agregado, emprego, salários, exportações, importações, produtividade e margem de rentabilidade.

O objetivo desse agrupamento de atividades é analisar se a evolução em todas as variáveis foi favorável à economia como um todo, contemplando também a participação dos trabalhadores no crescimento da produtividade e do valor agregado.

[7] É muito provável que esses dados do Cone Sul tenham uma forte influência da Argentina e, ainda que em menor medida, do Uruguai. Esses países aplicaram já a fins dos anos 60, e sobretudo a mediados dos anos 70 – com seus governos *de facto* – políticas de abertura comercial e liberalização financeira, as quais foram o primeiro passo para a destruição da trama industrial nacional.

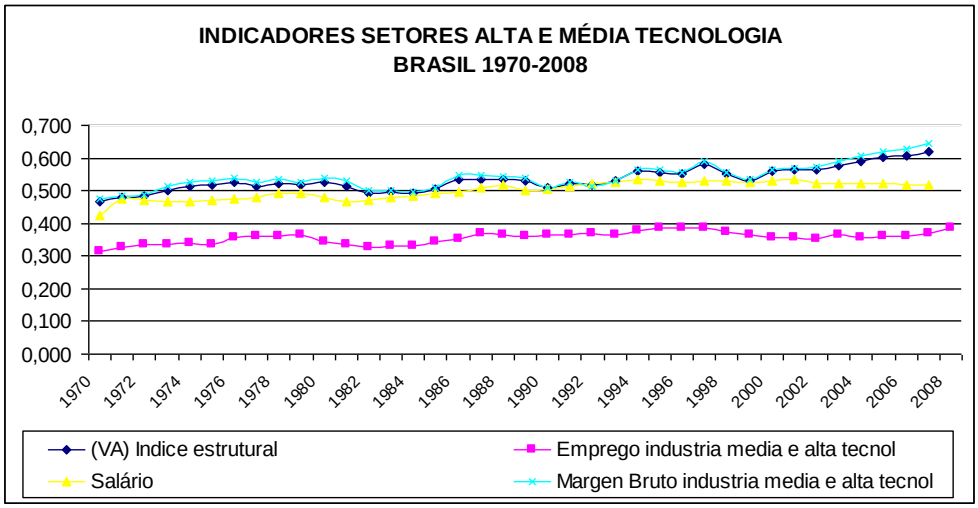
[8] De acordo com a classificação apresentada por Címoli y Rovira (2008).

Nos gráficos a seguir é possível verificar que as atividades de alta e média tecnologia tiveram aumento na participação da atividade industrial em quase todos os indicadores, o que é bom para um economia que cresce e que tem que ampliar sua inserção internacional em setores com alta geração de valor agregado. Entre 1970 e 2008, o valor agregado dessas atividades aumentou sua participação em 32,83%, enquanto que a participação de pessoas ocupadas cresceu 18,7%. Por sua vez, os salários ampliaram sua participação em 23%, e a margem de rentabilidade, mais de 35%.

Entretanto, os dados mais relevantes são os da balança comercial. Isso porque a participação das exportações dessa indústria passou de 13,3%, do total exportado em 1970, a mais de 55%, em 2008. Em contrapartida, ainda que com uma tendência muito mais suave, as importações desses produtos ou insumos com alta e média tecnologia foram decrescendo. E mesmo assim, quase 80% das importações brasileiras são de produtos desses ramos de atividade.

Uma observação relevante – e previsível, o que não nos escusa de fazê-la – é que na medida em que a participação do valor agregado cresce, e em quase em simultâneo o faz a margem de rentabilidade, a participação dos salários inicialmente se mantém estável, e a partir de 1990 sua evolução se afasta das do valor agregado e da margem de margem de rentabilidade. Outro dado importante é que a participação do emprego nessas atividades caiu desde 1996 e só voltou a recuperar-se a partir do ano 2004.

Gráfico 2

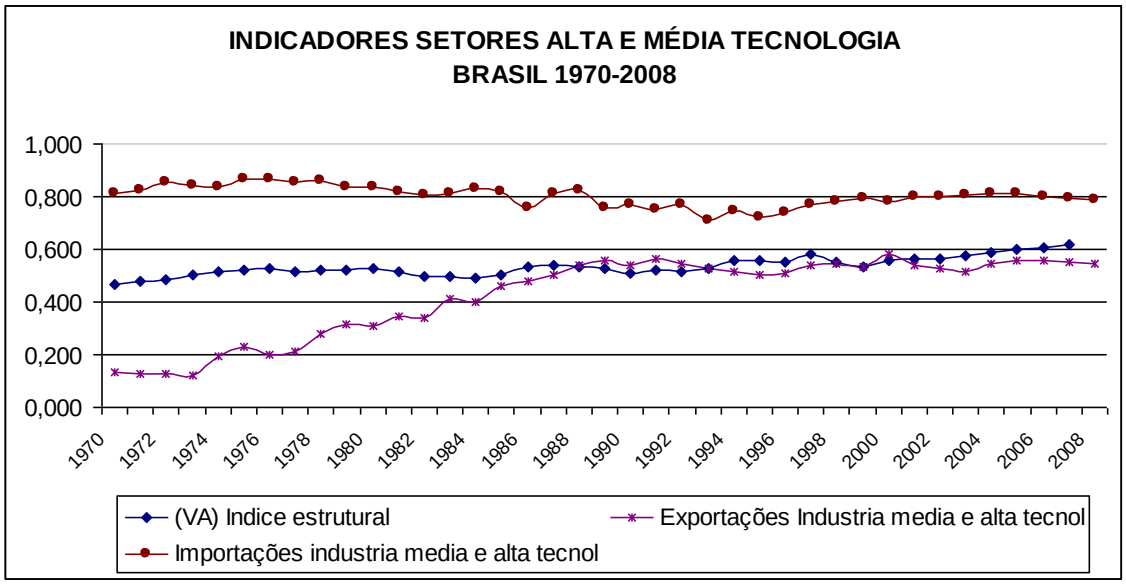


Classificação Címoli e Rovira (2008)

Fonte: Elaboração própria; base de dados PADIWIN 2010.

É chamativo o salto quantitativo nas exportações das atividades de alto nível tecnológico a partir de 1974, as quais continuaram com uma taxa de crescimento acelerada até 1989, e mesmo após certa tendência errática seguiu sendo favorável. E mais chamativo ainda é o fato de que depois de chegar a quase 56% na composição das exportações em 1991, passaram-se 20 anos sem que se pudesse superar essa marca. Estaremos diante de uma limitação produtiva? É relevante para a inserção internacional do Brasil esse indicador? Resulta impossível responder a essas perguntas neste trabalho, mas considera-se relevante formulá-las.

Gráfico 3



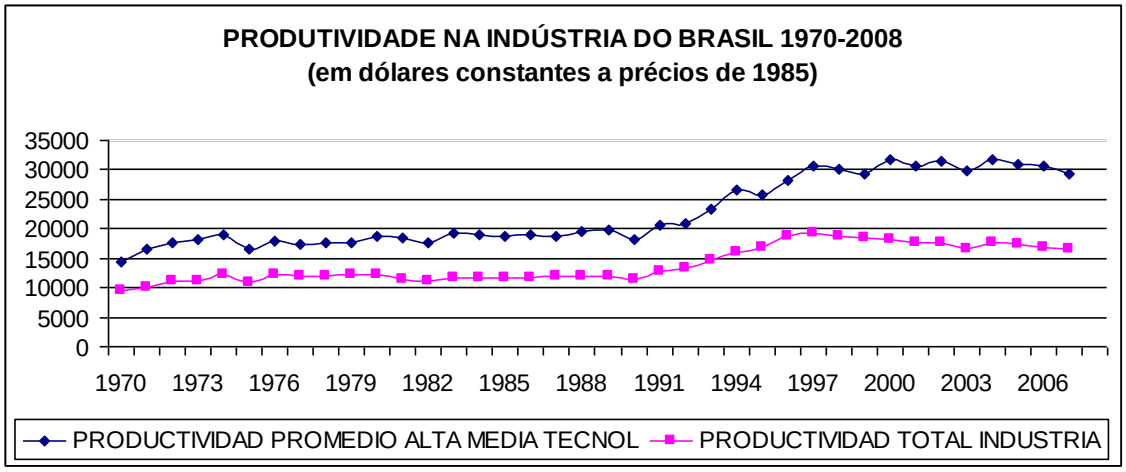
Classificação Címoli e Rovira (2008)

Fonte: Elaboração própria; base de dados PADIWIN 2010.

A evolução da produtividade da indústria manufatureira brasileira decorre de uma razão simples entre o valor agregado industrial e a quantidade de empregados. Nesse caso, compara-se com o total da indústria manufatureira e com o conjunto de atividades de alta e média tecnologia.

No gráfico abaixo, é possível verificar uma leve tendência de crescimento desde 1970 até 1990, e a partir de então uma forte alta na taxa de crescimento. Entretanto, desde 1996 a produtividade industrial foi caindo, recuperando-se levemente em 2004, ainda que de modo instável. No caso da produtividade dos ramos de alta tecnologia, também se observa uma evolução errática, na qual a produtividade alcançada em 2008 é similar à do ano 2000. Caberia aqui uma pergunta similar à anterior: estaremos diante de um teto de produtividade na indústria, inclusive nas atividades com alto conteúdo tecnológico?

Gráfico 4



Classificação Címoli e Rovira (2008)

Fonte: Elaboração própria; base de dados PADIWIN 2010.

III.3 A ESTRUTURA PRODUTIVA INDUSTRIAL POR SETORES

A presente caracterização da estrutura produtiva pretende conhecer a evolução da estrutura industrial brasileira a partir da segmentação da indústria nos setores a) que usam tecnologia; b) que são intensivos em trabalho; c) que são intensivos em escala; d) e nos setores diferenciados. A classificação foi a partir das concepções de agrupação feitas por Nassif (2008) cruzando-as com as subdivisões definidas pela CEPAL no PADIWIN.

Para os anos de 1970 a 2007, a agrupação e os dados estruturais principais ficam da seguinte maneira:

Tabela 1

SETORES INDUSTRIAIS*	PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA DO BRASIL (EM %)								PRODUTIVIDADE
	VALOR ADICIONADO		EMPREGO		SALÁRIOS		EXPORTAÇÃO		
	1970	2007	1970	2007	1970	2007	1970	2007	VAR '70-'07
SETORES INDUSTRIAIS COM TECNOLOGIA	29,43%	28,18%	29,96%	30,84%	30,50%	28,77%	81,83%	40,21%	0,6341
PRODUCTOS ALIMENTICIOS	11,57%	11,90%	14,24%	19,38%	10,38%	13,39%	74,60%	21,49%	0,3286
BEBIDAS	1,40%	0,89%	2,71%	1,67%	3,42%	1,86%	0,10%	0,07%	0,8161
TABACO	0,90%	0,23%	0,85%	0,35%	0,70%	0,51%	0,07%	0,06%	0,0703
PRODUCTOS DE MADERA	2,89%	0,48%	4,80%	3,02%	2,26%	1,81%	5,51%	2,63%	-0,5383
PAPEL Y CELULOSA	2,73%	3,26%	2,89%	2,39%	3,04%	3,12%	0,33%	3,93%	1,5363
REFINERIAS DE PETROLEO	4,16%	7,18%	1,28%	0,96%	7,54%	4,95%	0,79%	5,91%	3,0380
PETROLEO Y PRODUCTOS DEL CARBON	0,40%	0,12%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,05%	-0,4173
OTROS MINERALES NO METALICOS	3,56%	1,65%	2,36%	2,30%	1,96%	1,82%	0,12%	1,41%	-0,1670
METALES NO FERROSOS	1,82%	2,48%	0,82%	0,77%	1,19%	1,31%	0,30%	4,66%	1,5535
INTENSIVA EM TRABALHO	21,09%	9,49%	32,70%	27,64%	23,86%	16,50%	4,27%	6,93%	-0,0650
TEXTILES	7,78%	4,22%	12,68%	4,68%	10,11%	3,05%	2,45%	1,18%	1,5825
PRENDAS DE VESTIR	4,16%	1,05%	5,87%	7,94%	3,17%	3,45%	0,07%	0,22%	-0,6707
PRODUCTOS DE CUERO	1,31%	0,20%	1,09%	0,96%	0,75%	0,54%	0,85%	2,02%	-0,6899
CALZADO	2,24%	0,54%	3,77%	4,66%	2,00%	2,24%	0,42%	1,26%	-0,6590
MUEBLES	2,46%	0,58%	3,81%	3,16%	2,40%	1,85%	0,07%	0,80%	-0,5008
PRODUCTOS DE METAL	3,14%	2,89%	5,49%	6,24%	5,44%	5,36%	0,40%	1,45%	0,4235
INTENSIVA EM ESCALA	35,31%	35,26%	26,45%	26,94%	33,30%	37,51%	9,26%	37,54%	0,7220
IMPRENTA Y PUBLICACIONES	4,17%	4,05%	3,88%	3,03%	5,84%	3,34%	0,14%	0,11%	1,1896
INDUSTRIA QUIMICA	6,09%	5,30%	3,75%	2,53%	4,66%	5,32%	1,08%	8,30%	1,2626
OTROS QUIMICOS	6,27%	4,09%	3,49%	3,61%	5,53%	5,74%	1,41%	1,71%	0,1086
PRODUCTOS DE CAUCHO	1,91%	1,38%	1,16%	1,29%	1,18%	1,46%	0,23%	1,45%	0,1470
PRODUCTOS PLASTICOS	1,56%	1,32%	1,65%	3,91%	1,77%	3,27%	0,02%	0,68%	-0,3734
CERAMICA	0,27%	0,10%	3,37%	2,03%	1,57%	1,22%	0,03%	0,12%	0,0468
VIDRIO	0,70%	0,35%	0,92%	0,48%	0,75%	0,55%	0,39%	0,30%	0,6475
HIERRO Y ACERO	7,87%	8,04%	2,54%	2,50%	3,25%	4,09%	5,05%	8,48%	0,8253
EQUIPO DE TRANSPORTE	6,48%	10,62%	5,69%	7,56%	8,74%	12,52%	0,92%	16,38%	1,1678
DIFERENCIADA	12,42%	26,07%	9,48%	13,04%	11,26%	16,37%	4,26%	14,79%	1,6799
MAQUINARIA NO ELECTRICA	7,66%	14,11%	5,01%	7,73%	5,45%	9,66%	3,37%	9,15%	1,0978
MAQUINARIA ELECTRICA	4,25%	11,40%	3,78%	4,32%	5,05%	5,52%	0,84%	4,98%	3,1138
INSTRUMENTOS CIENTIFICOS Y PROFESIONALE	0,51%	0,56%	0,69%	0,99%	0,76%	1,19%	0,05%	0,65%	0,3625
OTRAS MANUFACTURAS	1,75%	0,99%	1,41%	1,54%	1,09%	0,85%	0,38%	0,54%	-0,0857
TOTAL INDÚSTRIA MANUFATUREIRA	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,7564

* Classificação Nassif (2008: 87)

Fonte: Elaboração própria; base de dados PADIWIN 2010.

Essa tabela dá uma fotografia, por setores, da indústria brasileira em dois momentos. E é valiosa porque nos permite analisar com mais detalhes quais são os ramos de atividade mais relevantes, e quais deixaram de ser.

O elemento mais importante a destacar-se é a grande diferença que existe entre as atividades que geram valor agregado e as que geram mais trabalho.

Assim, enquanto intuitivamente **cremos na hipótese de que a indústria é o motor do crescimento** no longo prazo – hipótese formulada por Thirwall (2002) e Tregenna (2009) – pelo fato de a) gerar fortes encadeamentos produtivos à frente e atrás, b) constituir economia de escala, c) ser transmissora das mudanças tecnológicas, d) e que a elasticidade renda das exportações de produtos manufaturados é maior que a das commodities e produtos primários, o que condiciona a balança de pagamento no longo prazo; **visualizamos algumas contradições** no que tange ao impacto da melhora da produtividade sobre o emprego e a participação dos assalariados na maior produção.

Na tabela 1, vemos que as atividades *intensivas em trabalho* reduziram fortemente sua participação no valor agregado e, ainda que hajam tido um importante salto nas exportações, o crescimento do número de pessoas ocupadas e do número de assalariados não teve aumento.

Por sua vez, os ramos dos setores que utilizam *tecnologia sobre o setor primário*, mantiveram sua participação em torno de 30% do valor agregado e as *intensivas em escala*, ao redor de 35%. Os ramos de produtos alimentícios e de refinação de petróleo são as de maior peso no primeiro grupo, e o ramo de veículos de transporte, no segundo.

Dessa maneira, é claro que a exportação é uma ferramenta de geração de divisas e mede as possibilidades de inserção de um país no mundo. Também deve ser claro que a forma em que se organiza a produção, geração de trabalho e a remuneração aos trabalhadores, é um elemento fundamental.

A variação na produtividade dos setores mostra a enorme queda que tiveram as *atividades intensivas em trabalho*, as quais, com exceção dos itens têxteis e produtos de metal, produzem menos por trabalhador que em 2007. Esse é o único conjunto de setores em que a produtividade caiu. Os *setores diferenciados* tiveram o maior crescimento na produtividade, em especial nos anos 90, quando o resto dos setores cresceu mais levemente. Entretanto, desde 2000 se verifica um estancamento na produtividade de todos os setores, à exceção do *diferenciados*, o que também poderia estar marcando algum limite na agregação de valor por trabalhador.

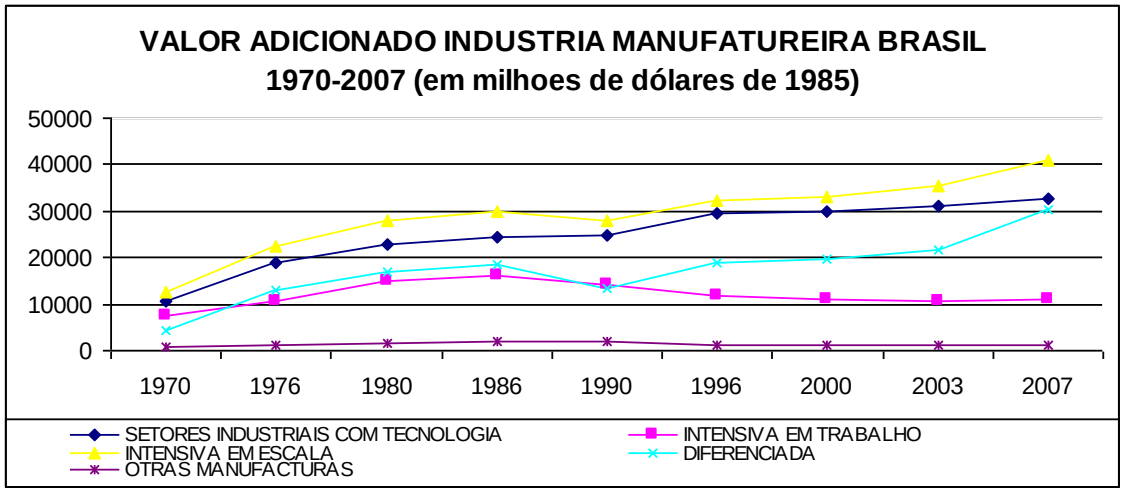
A modo de síntese, se poderia dizer que as indústrias dinâmicas – maquinarias e instrumentos científicos e profissionais – contribuíram enormemente para o crescimento do produto durante os últimos anos. Entretanto, essas indústrias não lograram um grande crescimento dos postos de trabalho ao longo da série, e tampouco aumentaram a participação dos salários na composição do valor agregado, ficando sensivelmente abaixo, nesse quesito, ao total da indústria manufatureira, e muito abaixo das *atividades intensivas de mão-de-obra*.

Por sua vez, as *indústrias intensivas em escala* e os *setores com tecnologia aplicada a recursos naturais* tiveram impactos mais equilibrados. Na medida em que a participação no valor agregado é similar entre 1970 e 2007, a participação no emprego também o é. No caso específico das *intensivas em escala*, vale ressaltar que ampliaram enormemente seu espaço nas exportações industriais, representando 38% das exportações, em 2007. Quanto às *intensivas em escala*, remarque-se que reduziram sua participação em exportações, porém mantém uma alta produtividade e consolidam um ramo essencial para a estrutura produtiva brasileira: a de produção de alimentos.

Por fim, a *indústria química* e a fabricação de *veículos de transporte* foram as mais relevantes: elevaram fortemente a produtividade, a participação em exportações, salários e empregos.

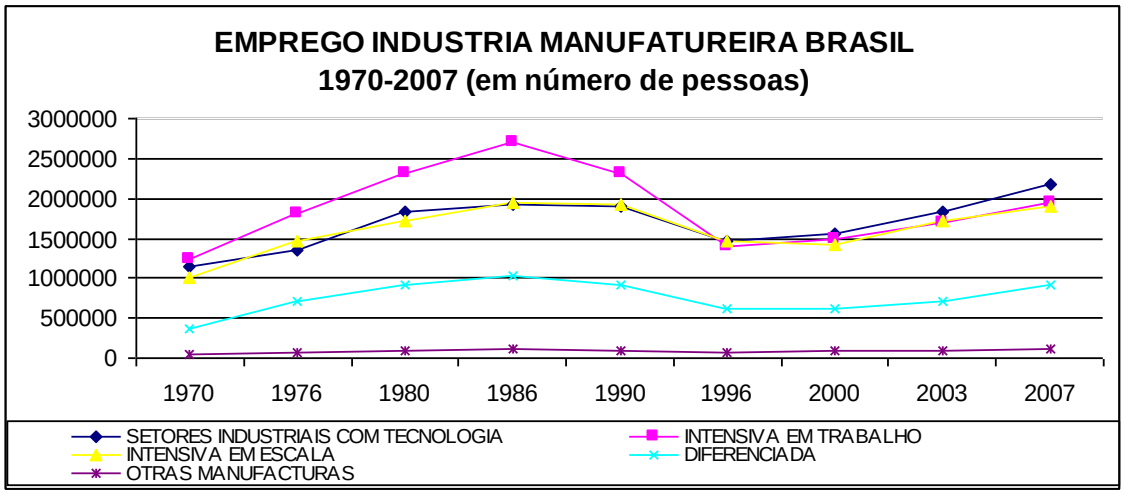
A seguir apresentam-se os gráficos com a evolução dos setores industriais agrupados para cada indicador.

Gráfico 5



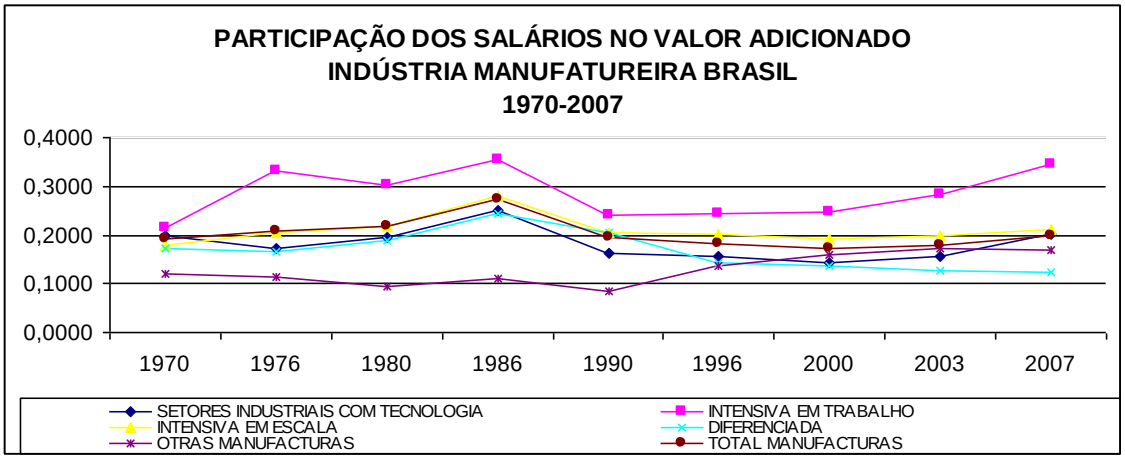
Fonte: Elaboração própria; base de dados PADIWIN 2010.

Gráfico 6



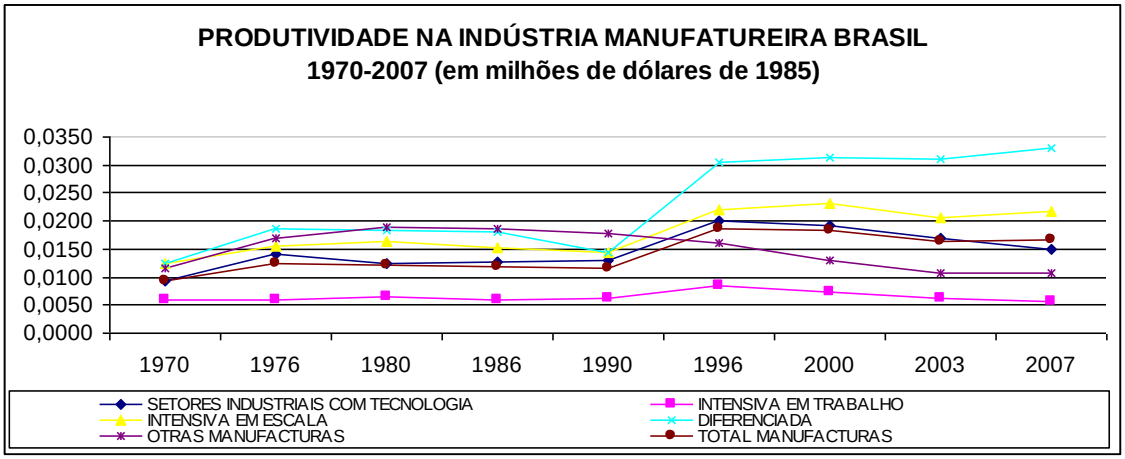
Fonte: Elaboração própria; base de dados PADIWIN 2010.

Gráfico 7



Fonte: Elaboração própria; base de dados PADIWIN 2010.

Gráfico 8



Fonte: Elaboração própria; base de dados PADIWIN 2010.

IV. CONCLUSÕES

Nesse texto procurou-se conhecer a evolução da estrutura produtiva industrial brasileira desde os anos 1970 até a atualidade. O objetivo principal foi obter elementos que permitam conhecer a composição do valor agregado industrial, a geração de emprego, a participação dos salários na economia, a produtividade e a pauta exportadora.

Ao longo do estudo foram apresentados alguns elementos teóricos e outros de análise de dados. Na segunda seção, apresentou-se uma breve evolução da teoria acerca da relevância da estrutura produtiva para definir-se o caminho do crescimento e do desenvolvimento de um país. Para tanto, utilizaram-se as já clássicas proposições estruturalistas e as do "novo

desenvolvimentismo". Foram manejados, também, alguns conceitos sobre desindustrialização e "doença holandesa" com o objetivo de ampliar o marco conceitual a fim de interpretar a complexidade da realidade econômica latinoamericana, assim como para destacar os desafios produtivos que o Brasil enfrenta, à semelhança dos vizinhos regionais, por possuir recursos naturais em excesso.

A análise de dados foi feita com base nos da Cepal, do PADI – Programa de Análise da Dinâmica Industrial. Os dados sobre a estrutura produtiva industrial brasileira foram tomados, inicialmente, segundo as atividades de alta e medis tecnologia. Após isso, foi apresentada outra classificação por meio da qual a indústria brasileira é tomada por setores a) intensivos em tecnologia para os recursos naturais, b) intensivos em mão-de-obra; c) intensivos em escala; d) diferenciados.

Em termos gerais, podemos dizer que a participação da indústria no valor agregado brasileiro cresceu entre mediados dos anos 50 e 80. A partir de 1987 apresentou uma tendência descendente, e na atualidade concentra menos de um quarto do produto bruto e menos de uma sexta parte do emprego nacional.

Entretanto, esses dados isolados não nos dizem muito. Para conhecer as particularidades da evolução da estrutura produtiva industrial brasileira também são relevantes as mudanças na produtividade dos setores, a evolução do salário e participação dos mesmos na composição do valor agregado. E, principalmente, deve-se observar a relevância de cada setor na matriz de geração de trabalho.

Dois setores são um claro exemplo. A indústria intensiva em mão-de-obra, a qual perdeu participação na maior parte das variáveis analisadas (valor agregado, produtividade e salários), apresenta um melhor lugar dentro das exportações, e um nível de emprego similar ao das décadas anteriores. Esse grupo inclui as atividades absorvedoras de mão-de-obra, que surgem em unidades produtivas menores, e que são vulneráveis à competição com a indústria asiática.

Por outro lado, os setores diferenciados – fabricação de maquinaria elétrica e não elétrica, e de instrumento científicos e profissionais. Esse setor agregado teve uma evolução favorável em todas as variáveis analisadas (valor agregado, produtividade, emprego, salários, exportações). Entretanto, a geração de emprego e a remuneração salarial em relação ao valor agregado não tiveram um crescimento semelhante.

Finalmente, vale comentar que os setores com tecnologia sobre recursos naturais e os intensivos em escala mantém uma participação relevante na indústria, sendo que a produção de alimentos e a fabricação de veículos de transporte são as mais importantes.

Então, a principal conclusão desta investigação é que os aumentos de produtividade nos setores de média e alta tecnología não encontrarm reflexo nos aumentos salariais, nem na repartição da renda.

Neste sentido, não fica claro para o caso brasileiro se uma melhora na produtividade traria junto uma melhora no nível e qualidade de emprego e salários, em termos da participação destes dentro do valor agregado. O que, por sua vez, dificultaria um incremento da demanda agregada interna, a criação de um mercado doméstico forte e as possibilidades de incrementar os níveis de poupança interna. Provavelmente para os países de América Latina essa situação se reproduz, devido as grandes heterogeneidades nas suas estruturas produtivas.

Para concluir, é importante destacar que esse estudo gerou várias provocações, que não puderam ser respondidas no momento, mas que serão objeto de futuros trabalhos. Enquanto que, habitualmente, se utilizam ferramentas microeconômicas para compreender a lógica inter-industrial, ou elementos macroeconômicos para entender o sistema produtivo na circunscrição das contas nacionais, analisar a remuneração dos fatores de produção, por setores, utilizando talvez a matriz insumo-produto, pode ser muito útil para entender a produção, acumulação e distribuição da riqueza industrial e o processo de crecimento no longo prazo.

V. BIBLIOGRAFÍA

Bah, El-hadj M. **Structural Transformation in Developed and Developing Countries**. Unpublished, 2007

Bresser Pereira, L.C**. Globalization and Competition: Why some Emergent Countries succeed while others fall behind**. Cambridge University Press, 2010

Bresser-Pereira, L.C. e Gala, P. **Novo Desenvolvimentismo E Apontamentos Para Para Uma Macroeconomia Estruturalista Do Desenvolvimento.** Trabalho escrito para o número 102 da *Revista de la CEPAL*, 2010. Revisado em 30 de abril de, 2010.

Bresser-Pereira, L.C. **"Maldição dos recursos naturais".** Folha de S. Paulo, 6/06, 2005.

Corden, W. M. e Neary, J. P. **"Booming sector and de-industrialization in a small open economy"**. Economic Journal 92: 825-848, 1982.

Cardoso, F.H & Faletto, E. **Dependência e Desenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

Cardoso de Mello, J.M. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982

Carvalho, V. R.; Lima, G.T. **Crescimento econômico sob restrição externa: a experiência brasileira no período 1930-2004**. In: Encontro Nacional de Economia Política (SEP), 11., 2006, Vitória. Anais..Vitória, 2006

Cimoli, M & Rovira, S. **Elites and Structural Inertia in Latin America: An introductory Note on the Political Economy of Development**. Journal of Economic Issues, Vol.XLII, Nº2, June 2008.

Diamand, M. **La Estructura Productiva Desequilibrada Argentina y el Tipo de Cambio.** Argentina: Desarrollo Económico Vol. 12 N° 45. 1972.

Duilio de Avila Bêrni **Structural change in the brazilian economy between 1959 and 2000.** XIII International Conference on Input-Output Techniques University of Macerata, Italy, August 21-25th, 2000.

Fajnzylber, F. **Latin American Industrialization: From the "black box" to the "empty box".** International Meeting of Social and Human Scientists, UNESCO, Paris, 14-18 de Dezembro de 1987.

Fajnzylber, F. **La industrialización truncada de América Latina**. México: Editorial Nova Imagem, 1983.

Fajnzylber, F. **Una visión renovadora del desarrollo de América Latina**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Noviembre de 2006.

Ferreira, P.C & Cardoso, R.F. **Desvalorização, Crescimento e a Relação entre poupança doméstica e câmbio**. Econômica, vol.11, n°1, junho, 2009

Ferrer, A. **Raúl Prebisch y el dilema del desarrollo en el mundo global.** Revista Cepal 101. Agosto. 2010.

Ferrer, A. **Historia de la globalización: los orígenes del orden económico mundial.** Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 1996.

Ferrer, A. **La Economía Argentina. Las Etapas de du Desarrollo y Problemas Actuales.** Fondo de Cultura Económica, 1973.

Furtado, C. **Desarrollo y Subdesarrollo**. Río de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961

Goldenstein, L. **Repensando a Dependência**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994

Nassif, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Revista de Economia Política. vol.28 n°.1 São Paulo Jan./Mar. 2008

Netto, A. D. Meio Século de Economia Brasileira: desenvolvimento e restrição externa. IN: **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004).** Orgs: Giambiagi, F; Vilella, A; Barros de Castro, L e Hermann, J. São Paulo: Editora Campus, 2005

Ocampo, J. **Structural Dynamics and Economic Growth in Developing Countries**. in J.A. Ocampo, ed. Beyond Reforms: Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability, Palo Alto, CA: Standford University, 2005

Oreiro, J.L & Feijó, C. A**. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de Economia Política Vol. 30, n°2, Abril 2010

Oreiro, J.L. & PAULA, L.F. de. **Novo-Desenvolvimentismo e a Agenda de Reformas Macroeconômicas para o Crescimento Sustentado com Estabilidade de Preços e Equidade Social**. Artigo apresentado no II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2009.

Palma, J. G. **Four sources of deindustrialization and a new concept of the Dutch disease**. In: Ocampo, J.A. (ed.) Beyond Reforms. Palo Alto (CA): Stanford University Press, 2005

_____**Theories of Dependency**. in: **Dutt, A. and Ros, J.** (Eds) International Handbook ok Development Economics. Vol. 1, pag. 125-135; 2008

_____ **Structuralism.** in: **Dutt, A. and Ros, J.** (Eds) International Handbook ok Development Economics. Vol. 1, pag 136-143;2008b

Pasinetti, L. **Structural economic dynamics: a theory of the economic consequences of human learning**. Cambridge University Press. (Capítulos I, II e III), 1993

Perez, C. **Una Visión para América Latina: Dinamismo tecnológico e inclusión social mediante una estrategia basada en los recursos naturales.** Working Paper Series No. 08-04 ISBN: 978-970-701-963-8. GLOBELICS, julio 2005

Prebich, R. **The Economic development of Latin America and its principal problems**. Economic Commission for Latin America (Document E/CN 12.89), 1949

Sunkel, Osvaldo (comp.) **El desarrollo desde dentro: un enfoque neoestructuralista para la América Latina**, México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 1991.

Syrquin, Morshe. **Kuznets and Pasinetti on the Study of Structural Transformation: Never the Twain Shall Meet?** International Center for Economic Research Working Paper Series, n. 46, 2007.

Syrquin, Morshe. **Structural Change and Development**, in: Dutt, A. and Ros, J. (Eds) International Handbook ok Development Economics. Vol. 1, pag. 48-67, 2008.

Sapucaí, Minas Gerais e São Paulo: um caso de disputa territorial no Império, 1843 e 1853

Vitor Marcos Gregório

Universidade de São Paulo

vimagreg@gmail.com

De todos os *colossos* que compunham o Brasil oitocentista, nenhum teve sua divisão mais requisitada, debatida e rechaçada do que a província de Minas Gerais. Este tema teve uma importância fundamental na definição do processo decisório acerca da criação da província do Paraná, uma vez que foi constantemente lembrado pelos deputados paulistas como uma medida que deveria complementar a que estava então na ordem do dia. Esteve presente, ainda, nos discursos dos próprios representantes mineiros naquela ocasião, que acenaram com a possibilidade de criação de várias unidades administrativas como justificativa para opor-se à anexação da comarca do Sapucaí a São Paulo. Posições aparentemente concordantes, mas que tinham a diferenciá-las um elemento de fundamental importância: o *momento* em que esta divisão deveria ser realizada. Enquanto os paulistas defendiam que se tratava de uma medida que deveria ser providenciada o quanto antes, para os representantes mineiros era algo a ser pensado no futuro, quando as condições do Império e da província de Minas Gerais assim o permitissem.

O tema da divisão da província mineira não surgiu, entretanto, com os debates acerca da emancipação da comarca de Curitiba. Semanas antes, em março de 1843, o deputado sergipano José de Barros Pimentel apresentava à assembleia as razões pelas quais entendia que se devia cuidar o quanto antes da fragmentação o território de Minas Gerais. Em suas palavras:

> *"É mister que cortemos às facções qualquer caminho que, pela sua largura, entorpeça a influência do governo; é preciso que lhes arranquemos todo elemento de força, que em mãos delas é coisa terrível, e que, pondo mais*

> *livre a ação do governo, a façamos chegar com facilidade a todos os pontos até onde se deve estender."*[1]

O primeiro ponto tocado pelo deputado foi a grande extensão do território e da população mineiros. Tratava-se de elementos que punham em perigo a própria integridade do Império, uma vez que conferia força e ousadia a qualquer um que atentasse contra a ordem estabelecida. Afinal, questionava, *"500 mil almas decididas, dispostas e eletrizadas, não podem fazer uma barreira imensa quando por ventura se queiram opor às ordens do governo?"* O levante ocorrido naquela província, em 1842, já teria servido de terrível exemplo de que *"um partido (...) ás vezes com um simples aceno se levanta como um só homem"*[2], e se tornava imperativo evitar, de todas as formas possíveis, que acontecimentos como esses voltassem a fazer parte da realidade política do país.

As grandes dimensões de Minas Gerais provocavam, ainda, outro grave problema, fonte de reiteradas reclamações por parte *"do norte"* do país:

> *"Uma província há, sr. presidente, ao sul do Império que, pela sua excessiva grandeza, traz o norte em cuidados; uma província tão considerável, que pode muito bem ameaçar a integridade do Império... (...) ele* [o norte] *supõe achar na representação nacional desigualdade mais chocante na suposição de que ele é menoscabado nas suas resoluções; diz que a grande província do sul, pesando num braço da balança, a fará pender sempre a seu favor; que todos os interesses são pronunciados para o sul; que só o sul, em consequência dessa grande diferença, que é favorecido, e que seus deputados (os do norte), por serem em número menor, nada podem conseguir."*[3]

O próprio sistema político do Império era ameaçado pelas dimensões exageradas da província de Minas Gerais. De acordo com o deputado sua representação era desproporcional à do restante das províncias, o que lhe dava a

[1] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de março de 1843, pp. 324-325
[2] *Idem*, p. 326
[3] *Idem*, p. 325

prerrogativa de decidir quais políticas deveriam ser adotadas, e quais favores deveriam ser concedidos pelo governo imperial. Nesta ordem de coisas, logicamente, caberia aos mineiros e a seus aliados políticos uma fatia maior de "generosidade" por parte do governo central, o que provocava *"um sentimento que não qualificarei de ciúme, porque ciúme ainda é pouco"* nas províncias localizadas ao norte do país. A *rivalidade* assim estabelecida tornava-se um grave obstáculo ao bom funcionamento do sistema representativo, uma vez que pouco podia fazer, no Parlamento, *"uma deputação de poucos membros à vista dos 20 mineiros que podem facilmente arrastar a representação nacional"*[4]. Como era nesta instância que muitas das políticas para o país eram decididas, o prejuízo da região norte, na ótica do representante sergipano, era real e dotado de uma dimensão tão agigantada que colocava em risco a própria convivência dessa população com a localizada ao sul do Império. Parece claro neste ponto do discurso que o deputado se referia à situação da representação de sua própria província, a qual era dotada de apenas duas cadeiras na Câmara dos Deputados, em 1843. Mas como as demais províncias da *região norte* (atuais regiões norte e nordeste) do Império passavam pelas mesmas dificuldades, procurava dar maior embasamento à sua argumentação referindo-se, também, à difícil situação destas no interior do arranjo político prevalecente.

Possuir representantes no Parlamento não era o suficiente, para Barros Pimentel. Afinal, de que adiantava se deslocar longas distâncias, participar ativamente de todos os debates que eram colocados por seus colegas se as necessidades fundamentais da província que representava não possuíam chances de serem adotadas devido à pequenez numérica de sua bancada? Fazer-se representar na Corte não era uma questão de *status* político ou social; para os grupos políticos oitocentistas era uma forma efetiva de fazer valer seus interesses, em uma arena de debates no qual contavam depender apenas de sua capacidade argumentativa e de tecer alianças para convencer seus pares da justiça de suas colocações. Quando ficava perceptível que a realidade não se ajustava muito bem a esse ideal, colocações como a do deputado sergipano se faziam ouvir no plenário. E a redivisão administrativa do território imperial tornava-se uma questão que dizia respeito fundamentalmente ao funcionamento do sistema polítio vigente, e menos a questões de ordem administrativa. Sergipe e as demais províncias do *norte* já possuíam aparatos

[4] *Idem*, p. 326

administrativos, mas ainda assim sentiam-se com sua importância diminuída. E a causa disso era a pequena capacidade que suas bancadas possuíam para defendê-las na arena parlamentar.

Nestas circunstâncias, existia apenas uma solução possível, inspirada nos exemplos da assembleia constituinte francesa de 1791 e dos Estados Unidos:

> *"É preciso que dividamos esses colossos para bem imperar a Constituição; porquanto, sem uma justa divisão de províncias, sem igualdade de tamanho na população, estou que o Império não pode continuar pacífico por muito tempo. Porque é que nas províncias pequenas as rebeliões não têm causado medo ao governo? Será porque não sejam igualmente dominadas dos mesmos sentimentos? Não; é porque elas não tem força para opor á força do governo, e portanto conservam-se mais na órbita legal."*[5]

As discordâncias com relação às decisões governamentais existiam em todas as províncias, mas estas não representavam perigo ao Estado porque suas elites não possuíam força suficiente para atentar contra a união da nação. E quando estes conflitos ocorressem nas grandes províncias? Naquelas que contavam com elites extremamente poderosas, e capazes de influir decisivamente nas decisões parlamentares? Para Barros Pimentel uma situação como essa seria extremamente perigosa, e colocaria o governo central na contingência de lidar com séria oposição às suas determinações. A única solução para isso seria enfraquecer estes *colossos* baseando no equilíbrio entre os diversos grupos políticos representados a certeza da solução pacífica de todos os conflitos. Somente assim o *império da Constituição* seria garantido, e a união nacional preservada.

Ao mesmo tempo, a equivalência entre as novas unidades administrativas evitaria que uma prevalecesse sobre as demais, eliminando as razões que levavam a uma rivalidade inter-provincial causadora de funestas consequências para o Estado. A partir do momento em que as partes constituintes da nação não se sentissem mais atendidas pelo arranjo político vigente, os conflitos daí decorrentes seriam de extrema

[5] *Idem*.

gravidade, o que indicava a necessidade extrema de que uma tal situação fosse evitada. Os argumentos de Barros Pimentel tocavam no cerne do próprio regime monárquico, propondo a divisão das grandes províncias – Minas Gerais, especificamente – como um meio para garantir seu melhor funcionamento, e o atendimento pleno das necessidades daquelas unidades administrativas aquinhoadas com bancadas parlamentares menores. Somente assim todas as partes do Império seriam devidamente atendidas. E somente assim sua união seria garantida sem a necessidade de subjugar pela força aqueles grupos que sentissem que suas necessidades e interesses não eram suficientemente bem atendidas. O representante sergipano deixa a impressão de que esse era precisamente o caso de seus representados, durante seu curto porém significativo discurso.

É difícil saber ao certo qual foi o objetivo real de Barros Pimentel ao tecer estas considerações. Isto porque ao final de sua exposição não foi apresentado um projeto circunstanciado de divisão do território mineiro, mas tão somente uma indicação que pedia à comissão de estatística da Câmara dos Deputados que apresentasse uma proposta neste sentido[6]. Pelas razões por ele mesmo expostas, é difícil acreditar em uma crença sincera de que esta indicação pudesse render algo de concreto. Era a primeira legislatura de Barros Pimentel na Câmara, mas seu discurso está muito distante de evidenciar *inocência* ou *falta de conhecimento* das relações de poder existentes entre as diversas bancadas provinciais.

Muito pelo contrário, demonstra uma noção exata da força que poderia ser exercida por uma deputação numerosa e coesa, o que permite inferir que, do rol de objetivos traçados por Barros Pimentel ao subir à tribuna para dirigir-se aos seus colegas na sessão de 18 de março de 1843, dificulmente constava alcançar a efetiva divisão da província de Minas Gerais. Menos mal para ele, afinal sua indicação de fato não rendeu nenhum fruto concreto, além de protestos e sinais de desapreço dos representantes da unidade administrativa que foi objeto de sua fala. Esta não foi, entretanto, a última vez em que se tratou na Câmara do desmembramento do território mineiro para formação de novas províncias. Projetos reais viriam a ser apresentados e debatidos resultando todos, em termos de adoção prática, algo muito parecido com o que foi alcançado por esta exposição de José de Barros Pimentel.

[6] *Idem*, p. 327

5.1. O projeto de transferência do Sapucaí a São Paulo, 1843 e 1853

5.1.1. A virada nos debates da Câmara dos Deputados de 1843

Embora não tenha se constituído neste momento em um processo emancipacionista tal qual os demais analisados neste trabalho, os debates em torno da cessão da comarca mineira do Sapucaí à província de São Paulo merecem ser aqui analisados, por possuírem relação direta com o processo que culminou na criação da província do Paraná, em 1853. Ao mesmo tempo, representam um importante momento no qual a bancada parlamentar mineira se articulou para evitar a perda de uma parte do território de sua província, contribuindo assim para o adiamento dos debates sobre o projeto de Carlos Carneiro de Campos.

Aliás, essa foi a tônica em todos os debates que envolveram perda de território por parte da província de Minas Gerais. Uma grande oposição de sua bancada parlamentar, capaz de fazer com que os projetos apresentados não avançassem para estágios mais avançados do processo decisório. No caso da comarca do Sapucaí, que seria objeto de projetos emancipacionistas ao longo de toda a segunda metade do século XIX, esta oposição acabou gerando o adiamento dos debates sobre a criação da nova unidade administrativa em Curitiba em 1843, tendo sido retomada dez anos depois em um contexto bastante diferente, mas de um modo que o projeto original de emancipação do Paraná pudesse ser aprovado de modo separado, enquanto a cessão do Sapucaí (então com sua capital na vila da Campanha da Princesa) era definitivamente rejeitada.

Coube ao deputado Bernardo Jacinto da Veiga, fluminense representante da província de Minas Gerais, a primeira menção do Sapucaí nos debates sobre a emancipação de Curitiba, na sessão de 19 de junho de 1843. Desde o início ele se mostrou contrário à anexação da comarca a São Paulo, encarada na Câmara como uma medida de compensação aos paulistas. Para isso, ele se valeu, principalmente, de dois argumentos, resumidos no seguinte trecho:

> *"Cumpre aqui notar que este pedaço da província de Minas que se quer passar para a de São Paulo como uma espécie de compensação, que não conheço, porque não vejo que haja aqui questão diplomática, nem diversas potências tratando umas com as outras, tem de certo uma população de mais de 130 mil almas, e forma uma comarca e parte de outra comarca muito populosa e rica, na proporção em que o são as nossas povoações do interior."*[7]

O recado estava dado. Deputado com vários interesses estabelecidos na vila da Campanha da Princesa,[8] Bernardo Jacinto da Veiga permitiu a seus colegas antever que a bancada mineira não seria nada favorável à perda de um território com tamanha riqueza e importância. Este era um fato de extrema importância, e o deputado paulista, José Manuel da Fonseca, rapidamente percebeu isto:

> *"Os Srs. Deputados por Minas estão prontos para votar pela subdivisão de uma província mais pequena* (sic) *que a sua, mas não querem que se toque nem de leve na província de Minas; e se não fossem os votos dos nobres deputados de Minas, o projeto que se discute teria caído, porque por várias vezes tem passado por muitos poucos votos, por isso o nobre autor de ambos os projetos* [Carlos Carneiro de Campos] *viu-se na triste necessidade de assassinar um filho para dar vida ao outro; foi preciso assassinar o projeto que desanexa parte do território de Minas, para que os nobres deputados de Minas continuem a votar do mesmo modo."*[9]

Fonseca se referia explicitamente ao fato de que ainda não havia existido, até aquele momento, sequer menção ao projeto de transferência de território de Minas Gerais para São Paulo. Isto porque, na ótica dos opositores da emancipação de

[7] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 19 de junho de 1843, p. 672
[8] Estes interesses serão analisados com maior profundidade em uma pesquisa futura. É possível adiantar, entretanto, que Bernardo Jacinto da Veiga possuía uma livraria nesta localidade, e que sua família - de grande influência na região - seria mentora de alguns dos principais jornais do sul de Minas Gerais, todos favoráveis à elevação desta região à categoria de província.
[9] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 9 de agosto de 1843, p. 676

Curitiba, Carneiro de Campos teria percebido que perderia precioso apoio, caso resolvesse discutir ambos os projetos conjuntamente. Para deixar claro que a emancipação de Curitiba não poderia ser debatida separadamente da transferência do Sapucaí, Fonseca apresentou na mesma sessão de 19 de junho de 1843 uma proposta de emenda que fazia com que o segundo projeto se transformasse no artigo número um do primeiro.[10] Desta forma ele procurava trazer o desmembramento de Minas Gerais para o centro do debate, como uma forma de fazer com que os representantes desta província retirassem seu apoio a uma proposta considerada lesiva aos interesses da província de São Paulo.

Sua estratégia rapidamente apresentou resultados. Bernardo Jacinto da Veiga prontamente subiu à tribuna para reiterar sua posição. Para ele, a compensação que se queria dar a São Paulo, além de descabida, era exagerada, já que a área que se queria anexar a esta província possuía o dobro da população que ela iria perder. Desta forma, criava-se uma situação que anulava um dos benefícios da emancipação de Curitiba:

> *"Se a comarca de Curitiba tem 70.000 almas, e se uma das razões que nos levam a julgar conveniente esta divisão, é a quase impossibilidade de ser ela bem administrada com uma população tão numerosa, como poderei votar por esta compensação que vai colocar a província de São Paulo com muito maior número de habitantes do que até o presente?"*[11]

O que os opositores do projeto mais desejavam, acontecera. A oposição dos deputados mineiros à anexação do Sapucaí por São Paulo criava por si só um elemento poderoso contra o desmembramento desta província, e seu representante João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato não deixou passar a oportunidade de chamar a atenção para isto:

> *"O nobre deputado sustentou com o maior afã a conveniência do projeto de elevação da comarca de Curitiba à província, sobretudo pelo seu estado de*

[10] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 19 de junho de 1843, p. 674
[11] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de agosto de 1843, p. 700

> *isolamento, pelo seu estado de distância da cidade de São Paulo, e firmou-se muito nesta razão; mas se esta razão fosse convincente, o nobre deputado devia ser o primeiro em manifestar-se a favor da emenda que manda anexar, caso que passe a separação de Curitiba, a província de São Paulo a comarca do Sapucaí, porque esta comarca está em muito pouca distância da capital de São Paulo, está a um dia de viagem, ao mesmo tempo que esse território da província de Minas está da cidade de Ouro Preto em uma distância doze ou treze vezes maior. Portanto, ou a razão das distâncias não deve convencer, ou, o nobre deputado não teve razão quando disse que votava pelo projeto porque se dava grande distância entre as cidades de Curitiba e de São Paulo."*[12]

É interessante perceber como ambos os projetos foram capazes de fazer com que alguns parlamentares empenhassem todo seu esforço, em alguns casos todo o seu capital político, no seu processo decisório. Tratava-se, afinal, de um tema central para o Império, já que alterava sua organização territorial e, em conseqüência disto, o equilíbrio das forças provinciais – e de suas elites – dentro do sistema representativo. Em virtude disto, e dos interesses em jogo, os deputados se valeram de toda a sua habilidade política para buscar, por todos os meios possíveis, fazer valer seu ponto de vista. O deputado por Minas Gerais Francisco de Paula Cândido, por exemplo, apesar de ter se colocado em oposição à elevação da comarca de Curitiba desde a primeira fase dos debates, reforçou com entusiasmo sua posição no momento em que entrou em debate a transferência da comarca do Sapucaí a São Paulo, afirmando que adotar esta medida seria como "tirar a São Paulo uma arroba e dar-lhe em troca duas"[13]. E, o que seria ainda pior, utilizando-se para isso uma parte da província de Minas Gerais, cujos interesses deveriam ser preservados com todo o empenho por aqueles escolhidos para representá-los no Parlamento.

Paula Cândido buscava com seu discurso convencer seus colegas de bancada a seguir seu posicionamento, uma vez que a partir deste momento opor-se à emancipação de Curitiba significava defender a integridade territorial de Minas Gerais. Ambas as propostas estavam essencialmente relacionadas, e segundo o deputado separá-las a partir de agora tornava-se uma tarefa inviável. De fato, após a

[12] *Idem*, p. 704
[13] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 14 de agosto de 1843, pp. 736-737

emenda proposta por Fonseca, coube a Paula Cândido o papel de principal crítico à transferência de território mineiro a São Paulo. Em suas palavras não havia legitimidade na medida, uma vez que ela não estava baseada na vontade expressa dos povos da região:

> *"Ora, quem foi dizer ao nobre deputado que tal desejo* [de anexação do Sapucaí a São Paulo] *havia? Os habitantes daquele lugar não fizeram, que me conste, representação alguma, e não sei que desejos se exprimam senão por palavras em tais circunstâncias."*[14]

Ademais, Minas Gerais acabara de sofrer uma perda territorial de oitenta léguas quadradas para a província do Rio de Janeiro, para cujo presidente Paula Cândido reservou várias acusações, críticas e ironias durante seu discurso. Acusava, assim, uma tentativa deliberada de enfraquecer Minas Gerais com a perda de territórios através de estratégias as mais variadas, sempre ignorando-se o desejo dos *povos*, os únicos que poderiam requerer uma medida desta envergadura através da apresentação de *representações*, como analisado acima. Sem a apresentação destes documentos não existiam argumentos legítimos que justificassem a medida em discussão, mas apenas exercícios mentais nos quais se mascarava a realidade em favor de um objetivo pré concebido.

O fato é que, embora idealmente todos os deputados devessem se considerar representantes da nação, com o dever de zelar pelo bem desta acima de quaisquer interesses pessoais ou da região à qual estavam vinculados, eles não estavam dispostos a aceitar de bom grado o desmembramento das províncias as quais representavam. Vários elementos compunham o cálculo que os faziam adotar esta postura, variando sempre de um parlamentar para outro. Mas é perceptível como mesmo com esta variação, a posição dos deputados que subiram à tribuna para discursar (a minoria dos que votaram sobre o objeto, uma vez que assumiram a função de atrair apoio para seus pontos de vista) tendia para a defesa intransigente dos interesses da região da qual eram oriundos, o que significava neste caso a manutenção

[14] *Idem*, p. 736

da sua integridade territorial. As poucas exceções foram, no caso de São Paulo, os dois deputados eleitos pela província que apresentaram o projeto e defenderam a emancipação de Curitiba (que, como vimos, nasceram em outras províncias e foram para São Paulo para se formar e/ou lecionar no Largo São Francisco). E, no caso de Minas Gerais, o deputado João Antunes Correia, que fez questão de afirmar que votaria contra suas convicções pessoais em nome de sua vinculação partidária com o gabinete saquarema; e o também deputado mineiro Bernardo Jacinto da Veiga, que se opôz tenazmente à transferência do Sapucaí à província paulista mas defenderia, com sua família, que esta se transformasse em uma província autônoma alguns anos depois.

Este fato não passou despercebido na Câmara. Joaquim José Pacheco afirmou que a anexação do Sapucaí a São Paulo não era uma medida compensatória, uma vez que buscava melhorar as condições de vida da população daquela região. Esta, além de estar mais próxima da capital paulista, realizava a maior parte de suas trocas comerciais com esta província. Neste sentido, caberia aos deputados mineiros *"despirem-se de amor próprio"*, e analisarem a questão apenas sob o ponto de vista do *"bem dos povos"*, o que os faria reconhecer que a medida era benéfica.[15] Joaquim Otávio Nébias chegaria a afirmar, inclusive, que o estado em que se encontrava a comarca do Sapucaí indicava que ela deveria *"naturalmente pertencer"* à província de São Paulo, e não à de Minas Gerais.[16] Afirmava isto, note-se, de sua posição de opositor ferrenho da emancipação de Curitiba, defendida em grande parte com os mesmos argumentos.

Bernardo Jacinto da Veiga ainda tentou negar os argumentos levantados pelos deputados paulistas. Afirmou em primeiro lugar que o comércio do Sapucaí se dava diretamente com a Corte, o que justificaria sua ereção ao *status* de província autônoma já que esta era uma das várias justificativas a favor da elevação de Curitiba[17]. Neste ponto é importante lembrar que este deputado apesar de nascido no Rio de Janeiro, estava estabelecido na vila da Campanha da Princesa, com todos os seus interesses vinculados a esta localidade. É possível propor, assim, que sua posição

[15] *Idem*, p. 735
[16] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 16 de agosto de 1843, p. 757
[17] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de agosto de 1843, p. 778

se explica a esta vinculação específica, e não a um todo maior representado pela província de Minas Gerais.

Alguns estudos recentes têm procurado mostrar que a unidade mineira, assim como a brasileira, também teve de ser construída ao longo da História. As rivalidades entre as diversas regiões da província, tanto econômicas quanto políticas, eram de tal monta que teria colocado em xeque em diversas oportunidades a convivência destas em uma unidade administrativa coesa. O que levava à necessidade de negociações constantes para garantir a manutenção de uma unidade provincial que ainda estava longe de ser definida. Neste sentido, a defesa de uma unidade mineira no Parlamento pode ser entendida como uma faceta dessa luta mais profunda e complexa pela construção da *mineiridade*, que deveria passar pela ampla defesa dos seus interesses no âmbito nacional. Aqui, como em todo o país, também era necessário que todos os grupos políticos se sentissem atendidos pelo arranjo político prevalecente. Quando este sentimento não fosse certo, seria natural o surgimento de movimentos emancipacionistas como o que seria encabeçado pelos Veiga na vila da Campanha da Princesa.

Trata-se entretanto de um tema de grande complexidade que merece um estudo específico e mais aprofundado, com recurso a uma documentação específica que permita analisar os diferentes interesses em confronto no interior da província e a posição de seus principais expoentes políticos dentro deste contexto. O que estou propondo aqui é tão somente uma hipótese que pode, talvez, orientar este futuro trabalho que tanta importância teria para o entendimento da política mineira no século XIX. Marcos Ferreira de Andrade já ensaiou os primeiros passos neste sentido, orientando a análise de seu *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princeza (1799-1850)*[18] para o caso específico da comarca do Sapucaí, uma das que mais pugnou pela sua emancipação ao longo do Oitocentos. É importante, entretanto, ampliar este esforço para toda a província de Minas Gerais, direcionando a análise para as questões inerentes a um sistema político de tipo representativo. Só assim será possível entender a dinâmica política interna ao *colosso* que possuía a maior bancada parlamentar do Império

[18] Marcos Ferreira de Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princeza (1799-1850)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 2008.

possuindo, portanto, enorme poder de influência nas políticas adotadas para todo o país.

Bernardo Jacinto da Veiga, membro da deputação mineira que havia demonstrado seu apoio à emancipação de Curitiba desde a primeira fase de debates, estava em uma situação difícil. Isso porque seus colegas de bancada haviam traçado uma diretriz que vinculava o apoio a esta medida à aceitação da transferência do Sapucaí a São Paulo, algo que ele não aceitava, sob a pena de agir com incoerência. A nova situação foi assim sintetizada pelo visconde de Sabará, Sayão Lobato:

> *"Na verdade, Sr. Presidente, a passar a idéia da criação da nova província* [de Curitiba], *esta emenda não pode deixar de ser aprovada; de outra maneira a Câmara dos Srs. Deputados cairá na mais inqualificável incoerência, porque, senhores, se se eleva a comarca de Curitiba à categoria de província, dando-se por principal fundamento a sua distância da capital da província de São Paulo, como não quererão os nobres deputados que esta razão proceda a respeito da comarca do Sapucaí, cuja fronteira está na distância de um dia de viagem da cidade de São Paulo?* (grifo meu)"[19]

A incoerência era um dos piores estigmas que se poderia imputar a um parlamentar imperial. Nos debates são várias as indicações de que estes homens estavam constantemente preocupados em manter a coerência de suas idéias, de forma a tornar dentro das possibilidades suas posições retoricamente inatacáveis. José Manoel da Fonseca por exemplo opôs-se tenazmente à emancipação da comarca do Rio Negro em nome deste princípio. Acusar um grupo de deputados de agir diferentemente com relação a temas parecidos muito provavelmente levaria a uma revisão de postura ou, no mínimo, a uma tentativa de justificação perante a Assembléia. No caso específico da bancada mineira de 1843, a súbita virada nas votações baseadas especificamente sobre argumentos já defendidos desde a primeira fase de debates e sistematicamente rejeitados, indica que a solução adotada foi a primeira. Para azar do projeto de emancipação da comarca de Curitiba, que teria de esperar outros sete anos até voltar a ser debatido, sob termos diferentes, no Senado.

[19] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de agosto de 1843, p. 782

5.1.2. A retomada dos debates em 1853: nova oposição mineira e as variáveis concepções acerca das representações populares

O projeto de transferência da comarca do Sapucaí a província de São Paulo sairia da ordem do dia dos debates parlamentares após o adiamento dos debates ocorrido em 1843, assim como acontecera com o projeto que previa a emancipação de Curitiba. Apesar de todos os argumentos apresentados em prol dos *povos* do Sapucaí, de que seriam melhor atendidos caso fossem colocados sob a jurisdição do governo paulista, o fato é que esta proposta só ganhava força enquanto complementar à criação de uma nova província na quinta comarca de São Paulo, uma vez que seus deputados a requeriam como uma medida compensatória pela perda territorial que sua província iria sofrer.

A emancipação de Curitiba reaparecera no Senado em 1850, quando novamente a transferência do Sapucaí foi lembrada ainda que brevemente. O tema ganharia renovada importância três anos depois, quando a proposta do senador Cândido Batista de Oliveira, que estendia a Curitiba a emancipação já aprovada e decretada para o Amazonas, foi submetida a seus derradeiros debates na Câmara dos Deputados. Neste momento pode ser percebida uma clara polaridade nos discursos. De um lado os representantes de São Paulo, que impunham como condição para a criação da nova província a transferência da rica comarca mineira, e de outro lado parlamentares de Minas Gerais, resolutos na oposição a uma medida que, em suas palavras, significava oferecer aos paulistas às custas da província que os viu nascer um território muito mais rico e populoso do que o que se planejava emancipar, ao sul. Os argumentos sustentados foram basicamente os mesmos de 1843, mas radicalizados por um momento novo, no qual ficava ainda mais nítido o sentimento de que a criação da província do Paraná, dessa vez, não poderia ser obstacularizada.

Para os deputados paulistas, esta inevitabilidade se explicava pela pressão do governo central a favor da aprovação de uma medida que contava com seu expresso apoio. Mas em 1843 este apoio também existira, tendo se consubstanciado em um longo discurso do então ministro visconde de Itaboraí. Do mesmo modo, Joaquim

José Pacheco garantia, sem ser contestado, que o projeto de transferência do Sapucaí a São Paulo também contara com a boa vontade do ministério não apenas naqueles debates, como também nesta nova fase do processo decisório[20]. Pressão que não impediu que, ao final das votações de 1853, um projeto estivesse aprovado e o outro abandonado. O que novamente nos coloca na contingência de considerar a posição do ministério como um fator importante, porém não decisivo, do processo. E oferece um elemento importante para reforçar a tese defendida por este trabalho. Se em 1843 a oposição da bancada paulista foi a grande responsável pelo adiamento da emancipação de Curitiba, dez anos depois seria a oposição dos deputados de Minas Gerais a responsável pelo abandono do projeto de transferência do Sapucaí. Como seria, também, a responsável pela rejeição de outros projetos que previam a criação de novas unidades administrativas no território desta província.

Para os parlamentares paulistas, a atitude da bancada mineira com relação aos dois projetos era de uma incoerência que precisava ser combatida. Afinal de contas não fazia sentido apoiar fortemente a emancipação de Curitiba, como o mineiro visconde do Serro Frio estava fazendo, ao mesmo tempo em que uma oposição tenaz era oferecida à transferência do Sapucaí que, garantiam os representantes de São Paulo, contava com exatamente os mesmos argumentos. Acusação sem dúvida incisiva, mas que deixava de lado o fato de que também os paulistas compartilhavam desta incoerência, quando utilizavam para justificar a transferência da comarca mineira os mesmos argumentos que combatiam resolutamente enquanto aplicados a Curitiba.

O que Nébias e alguns de seus colegas da bancada de São Paulo apontavam era a mudança de atitude de um grande grupo de deputados, motivada principalmente pela proximidade do tema com relação a seus interesses mais diretos. Assim quando se tratava de desmembrar São Paulo, estes parlamentares mostravam-se entusiastas apoiadores da posição governamental. Quando, ao contrário, a província a ser desmembrada era a que os havia elegido, a postura mudava, e o alinhamento ao governo ficava imediatamente em segundo plano, cedendo lugar à defesa dos interesses mais ligados à região de origem. Nas palavras de Martim Francisco Ribeiro de Andrada,

[20] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 19 de agosto de 1853, p. 261

> *"Ora, os nobres deputados que nos recomendam que consideremos a medida por nós proposta, e que deviam enumerá-la com todo o sangue frio, com toda a calma, tomam-se de tal pavor só com a ideia de que possamos obter um pedaço, uma nesga de seu território, que não atendem às intenções sobremaneira justas que nos inspiram uma tal medida. (...) Mas, senhores, se os deputados não aceitam o que lhes propomos, o melhor é voltarmos ao antigo estado: apliquem a nós a justiça que querem para si. (...) Apliquem-nos a mesma regra, não mutilem a província de São Paulo, que não merece um tal desar."*[21]

Os debates acabariam polarizados, deste momento em diante, pelas bancadas paulista e mineira, em um grau que levaria Nébias a qualificar como *"espécie de violência"* o que estava ocorrendo entre estes grupos de deputados. Mas, afinal, porque os representantes paulistas elegeram os mineiros como alvos de suas críticas, e uma comarca de sua província como a que deveria ser anexada a São Paulo? Primeiramente, porque o Sapucaí era uma região fronteiriça, populosa e rica, que desde o período colonial despertava o interesse das administrações paulistas, e que continuaria a fazê-lo República adentro[22]. O deputado por Minas Gerais, Antônio Cândido da Cruz Machado, visconde do Serro Frio, apontou para este fato quando afirmou:

> *"Pois conquanto faça ideia muito vantajosa da comarca de Curitiba, conquanto suponha que ela tem um futuro muito próspero e grandioso,*

[21] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de agosto de 1853, pp. 156-157

[22] Não foram poucos os conflitos e motins ocorridos na região por causas ligadas à fronteira entre as duas, então, capitanias. Este estado de tensão permanente levou o governo português a demarcar, através de uma ordem régia datada de 1747, os limites entre os dois territórios. Esta medida não foi suficiente para acabar com as disputas, e pelo menos até a década de 1890 vários projetos e movimentos foram organizados, ora com o objetivo de anexar a comarca à província de São Paulo, ora para elevá-la à categoria de província, juntamente com partes dos territórios paulista e fluminense. Para mais detalhes, ver Carla Maria Junho Anastasia, *Vassalos rebeldes. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*, Belo Horizonte, C/Arte, 1998; J. Floriano de Godoy, *Projecto de ley para creação da província do rio Sapucahy*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1888.

> *atualmente o sul da província de Minas está mais adiantado em indústria, em população, e direi mesmo em civilização."*[23]

Por outro lado, cabia a um deputado mineiro – Cruz Machado – o papel de principal defensor da criação da província do Paraná, neste momento. Ao mesmo tempo, a bancada de Minas Gerais adquiria, pela sua numerosa composição, uma importância decisiva para a aprovação – ou não – do projeto. A possibilidade de anexação do Sapucaí já levara, em 1843, a uma mudança súbita no resultado das votações, condenando ao adiamento uma proposta que caminhava rapidamente rumo à aprovação. Dez anos depois, nada mais natural que os parlamentares paulistas, muitos deles presentes às sessões de 1843, tentassem utilizar a mesma estratégia que já havia dado resultado uma vez.

Seu argumento no início dos debates era direto: o Sapucaí devia ser anexado a São Paulo como uma "justa compensação" pela perda territorial que esta província iria sofrer. Joaquim José Pacheco lembraria, também, que o fato de o comércio dos municípios desta comarca ser realizado pelo porto de Santos, e de sua distância com relação à capital paulista ser menor do que com relação a Ouro Preto - centro administrativo mineiro - também reforçavam esta necessidade.[24] Mas o foco dos discursos estava deliberadamente colocado sobre aquela ideia, o que levou o deputado paulista Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha a afirmar:

> *"Se os nobres deputados que propugnam por este projeto entendem que há nele alguma conveniência, sejam ao menos justos, queiram nos dar alguma retribuição; por exemplo, aprovando uma emenda para que se reúna à província de São Paulo a comarca do Sapucaí, que é vizinha a essa província. Porém querer desanexar dessa província uma comarca importante sem que haja alguma compensação é, quando não uma flagrante injustiça a que nos oporemos, ao menos uma medida que deve ser mais refletida."*[25]

[23] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 151
[24] *Idem*, p. 149
[25] *Idem*, p. 148

Ribeiro de Andrada discursou no mesmo sentido, propondo um acordo a Cruz Machado, o deputado que mais se empenhara em discursar a favor da criação da província do Paraná. Segundo este acordo, o visconde do Serro Frio proporia e defenderia a anexação do Sapucaí a São Paulo e receberia, em troca, o fim da oposição da bancada paulista à emancipação de Curitiba.[26] A proposta não apenas não foi aceita, como ofereceu ao representante mineiro a oportunidade de provocar Ribeiro de Andrada com comentários irônicos, o que imediatamente elevou o tom dos debates.

Joaquim José Pacheco utilizou-se de outro argumento para defender a transferência do Sapucaí à província de São Paulo. Segundo este deputado, ao contrário do que ocorria no caso de Curitiba, eram flagrantes os benefícios que a população do Sapucaí receberia com a medida reivindicada, uma vez que ficariam mais próximos do centro de poder e, portanto, teriam oportunidade de contar com uma maior agilidade na adoção de políticas públicas. Ao mesmo tempo, tratava-se de uma providência guiada por um sentimento de justiça, uma vez que garantiria a São Paulo uma subsistência que ficaria ameaçada com o desmembramento de seu território. Dentro desta lógica, Pacheco concluiu afirmando que não existia razão alguma para opor-se à anexação e que, caso ela acontecesse, aceitaria de muito bom grado a criação da província do Paraná, retornando ao seu posicionamento original, defendido em 1843[27].

Ao concluir seu raciocínio, Pacheco fez questão de deixar claro porque acreditava que a sobrevivência da província que o elegera estaria ameaçada, caso Curitiba fosse emancipada e o Sapucaí não fosse anexado: a administração paulista perderia sua capacidade de realizar melhoramentos no território sob sua jurisdição. A criação da província do Paraná faria com que as receitas de Paranaguá e da barreira do Rio Negro, na divisa com Santa Catarina, deixassem de afluir para os cofres de São Paulo, o que provocaria um colapso financeiro que paralisaria as obras de infra estrutura em toda a província, impossibilitando, assim, que fossem criadas as condições para seu desenvolvimento econômico. São Paulo, desta forma, se tornaria, segundo as palavras de Barbosa da Cunha, uma província *"de segunda ordem*", incapaz de responder autonomamente às suas necessidades mais básicas, como vinha

[26] *Idem*.
[27] *Idem*, p. 150

fazendo até então. Isto levaria, ainda segundo o raciocínio de Pacheco - compartilhado pelos demais representantes paulistas que discursaram sobre o tema – à necessidade de recorrer com frequência aos cofres gerais, o que, finalmente, abalaria ainda mais as já enfraquecidas finanças do Império. Para remediar este mal, seria necessário que outra região, tão populosa e rica quanto Curitiba, fosse anexada a São Paulo reequilibrando, assim, sua economia. A comarca do Sapucaí surgia como candidata natural a desempenhar este papel.[28]

Joaquim José Pacheco sintetizava, desta forma, a razão pela qual ele e seus colegas de bancada se opuseram de forma tão veemente à emancipação de Curitiba: eles não queriam que sua província perdesse a capacidade de atender às suas próprias necessidades, através da manipulação autônoma de suas rendas. Como analisado por Miriam Dolhnikoff e citado anteriormente, esta autonomia havia sido garantida, a duras penas, através da promulgação do Ato Adicional, que fora redigido sob a influência de eminentes políticos paulistas.[29] E sua defesa pautou, em grande medida, a postura dos membros da bancada parlamentar paulista desde os primeiros debates acerca da criação da província do Amazonas, ainda em 1843 - já sob a ameaça de que um projeto similar, que teria como objeto a comarca de Curitiba, fosse apresentado à Câmara dos Deputados.

Se aos deputados paulistas não interessava que sua província tivesse diminuída sua importância econômica e política, tampouco esta era uma possibilidade que os representantes de Minas Gerais desejavam ver concretizada em relação à sua terra natal. Assim, da mesma forma pela qual a bancada parlamentar de São Paulo cerou fileiras contra a emancipação da comarca de Curitiba, lançando mão de todos os artifícios possíveis para impedir sua aprovação, também os deputados mineiros se uniram contra aquilo que consideravam uma afronta à população que os elegera. O debate sobre o artigo aditivo apresentado por Joaquim Otávio Nébias tornar-se-ia, desse modo, uma disputa entre paulistas e mineiros pela manutenção da "consideração política" de suas províncias. Agostinho José Ferreira Bretas[30], residente na comarca do Sapucaí, foi o primeiro a apontar para a importância desta região para a província de Minas Gerais:

[28] *Idem*, pp. 150-151
[29] Miriam Dolhnikoff, *op. cit.*
[30] Agostinho José Ferreira Bretas (? - ?) era médico, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado geral por sua província natal em cinco oportunidades, entre 1853 e 1877.

> *"A parte da província de Minas que o artigo propõe desmembrar dessa província para anexar à de São Paulo compõe-se de uns poucos de municípios importantes; contém os municípios de Caldas, de Jacuí, de Passos, de Pouso Alegre, de Jaguari e parte do de Itajubá. Já vê pois a Câmara que consta de grande número de municípios, e estes importantes pelas suas rendas e pela população que contêm em si."*[31]

Também o visconde do Serro Frio sustentara o argumento de que a comarca do Sapucaí era muito mais rica e populosa que a de Curitiba. Já para Joaquim Delfino Ribeiro da Luz[32], o problema era ainda mais sério. O desmembramento dessa região traria prejuízos incalculáveis aos cofres de Minas Gerais, já que colocaria as novas fronteiras da província em pontos que não seriam definidos por "divisas naturais". Isto significava que os novos postos de recebedoria teriam de ser instalados em locais muito menos favoráveis, facilitando a ocorrência de desvios nas rotas de comércio que levariam, por sua vez, ao aumento da sonegação fiscal e a uma diminuição proporcional das rendas provinciais. Aos olhos desses parlamentares, portanto, a medida requerida pelo artigo aditivo de Nébias não significava apenas o desejo de compensar a perda de "uma arroba" dos paulistas com "duas arrobas" dos mineiros, mas também a configuração de uma situação que maximizaria as perdas sofridas por seus comprovincianos. Neste sentido, o artigo aditivo não seria mais do que a concretização de uma "represália" organizada pela bancada de São Paulo contra a de Minas, pelo fato de o deputado Cruz Machado ser o maior defensor da criação da província do Paraná, na Câmara. Os argumentos utilizados para sustentar esta medida seriam, portanto, fantasiosos, tendo como objetivo único dar uma aparência de utilidade a algo que só traria sofrimento à população mineira.[33]

Era necessário, desta forma, desmontar as justificativas apresentadas para a anexação do Sapucaí a São Paulo, e Bretas lançou mão, para isso, de seu

[31] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de agosto de 1853, p. 156
[32] Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (1824-1903) era bacharel em Direito, nascido na província de Minas Gerais. Foi deputado geral por sua província natal em quatro legislaturas, entre 1853 e 1870, ano em que foi nomeado senador, também por Minas Gerais. No Poder Executivo, exerceu os cargos de ministro da Marinha (1872 a 1875), da Justiça (1885 a 1887) e da Guerra (1887 a 1888). Foi nomeado, ainda, Conselheiro de Estado Extraordinário.
[33] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de agosto de 1853, p. 158

conhecimento privilegiado da região. Segundo este parlamentar, não era verdadeira a afirmação de que todos os municípios da comarca estavam mais próximos de São Paulo do que de Ouro Preto. Na verdade, apenas Caldas e Jaguari estariam mais próximos da capital paulista, mas o primeiro devido ao fato de sua sede estar localizada nas margens do município – se estivesse no seu centro estaria mais próximo de Ouro Preto – e para o segundo a diferença a favor de São Paulo era tão pequena que não podia justificar sua anexação. Agora, mais importante para ele era o fato de que a população do Sapucaí não desejava sua transferência para São Paulo, apesar das manobras para "plantar" na sua população "desejos de desmembração" que acabaram não vingando. O fato de esta afirmação ser feita por um parlamentar que era nascido e morava na comarca sem dúvida conferia-lhe maior credibilidade, e para ilustrá-la ainda mais claramente Ribeiro da Luz narrou uma destas tentativas frustradas:

> *"E citarei o exemplo acontecido há um ou dois anos, quando o falecido monsenhor Ramalho tratou de promover um abaixo assinado das pessoas dos municípios de Caldas e de Pouso Alegre, afim de o apresentar à Assembleia Geral, pedindo a anexação desses municípios à província de São Paulo; imediatamente inúmeras representações estiveram a aparecer em sentido contrário, declarando que queriam continuar a pertencer à província de Minas, e não á de São Paulo."*[34]

A tensão entre propostas diferentes para a comarca do Sapucaí veio a tona com esta descrição. De fato, o pertencimento a determinada província ou, ainda, a ereção de determinada região em unidade administrativa autônoma envolvia muito mais do que sentimentos de pertencimento ou lealdade a uma pretensa unidade pré-existente. Envolvia questões concretas capazes de influenciar diretamente no cotidiano da população, tais como a remessa de recursos para a realização de melhorias materiais, ou o tempo gasto para obter do governo provincial o atendimento a necessidades mais específicas. Trazia consigo, ainda, questões políticas de elevada importância, já que determinava o poder das elites influenciarem na administração provincial ou, no caso

[34] *Idem*, p. 164

de uma emancipação, na geral, bem como determinava quais dos grupos componentes dessas elites receberiam o privilégio de representar a região nas esferas mais elevadas de poder. Nesse sentido, é fácil inferir, da descrição feita por Ribeiro da Luz, que determinados grupos políticos do Sapucaí entendiam que sua ascensão política dependia da anexação da comarca a São Paulo, enquanto outros – provavelmente já estabelecidos nos postos de comando das localidades – teriam mais a ganhar com a manutenção dos laços com a administração de Minas Gerais. Na lógica de um sistema representativo de tipo federativo, estas disputas locais podiam encontrar um desfecho nas decisões mais gerais sobre a reorganização do território do Império, e os diferentes grupos precisavam estar atentos a isso defendendo, sempre que possível, a solução que melhor atendesse a seus próprios interesses.

Neste contexto marcado pelo embate entre projetos políticos inconciliáveis, era inevitável que as petições e requerimentos populares adquirissem, mais uma vez, importância destacada no debate. Se existiam vários documentos desse tipo pedindo pela emancipação de Curitiba, como visto anteriormente, para os deputados de Minas Gerais uma prova de que a anexação do Sapucaí a São Paulo não beneficiaria sua população era a falta de requerimentos pedindo esta medida. Segundo esta lógica, cabia ao povo representar pela adoção de políticas que lhe trouxessem mais vantagens. A falta desse tipo de manifestação, portanto, seria um indicativo ou de que o povo[35] não concordava com a proposta em debate, ou de que era indiferente a ela. Em ambos os casos, a falta de mobilização popular, segundo os parlamentares mineiros, enfraquecia sobremaneira os argumentos apresentados pelos membros da bancada paulista. As petições surgem, assim, como ferramenta para tomada de conhecimento das vontades populares, e endosso das decisões tomadas no âmbito da Câmara dos Deputados. Adotar medidas não requisitadas por este meio significava, na melhor das hipóteses, agir à revelia da população, o que devia ser evitado a qualquer custo.

[35] Para estes parlamentares, a palavra *povo* não englobava todo o conjunto da população de uma determinada região, como hoje, mas apenas as camadas dessa população capazes de se fazerem ouvir, através de representações e petições, pelos seus representantes. Roberto Nicolas Puzzo Ferrira Saba, *op. cit.*, e Vantuil Pereira, *"Ao soberano congresso": petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – os direitos do cidadão na formação do Estado imperial brasileiro (1822-1831).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense. 2008.

Para Joaquim Otávio Nébias, entretanto, a ausência de petições e representações não impedia o Parlamento de tomar as decisões que entendia serem as mais acertadas para o país, como tampouco sua existência obrigava os deputados a atender às revindicações realizadas. Em suas palavras:

> *"Não representaram, porque os povos são tardios, morosos em representar a bem daquilo que lhes convém. Dou todo o peso às reclamações dos povos; mas nem nos cumpre estar sempre à espera, nem precisamos das representações dos povos em todos os casos; estamos aqui representando o país, e temos obrigação de atender aos grandes interesses sociais, aos grandes melhoramentos, de procurar satisfazer as suas necessidades muito melhor do que eles entendem."*[36]

Mais uma vez o que era esperado da atuação de um deputado surge como algo não definido. Assim como existiam discordâncias sobre quem eram os representados por aqueles que compunham o Parlamento (se a *nação* como um todo ou a província que os elegera através do voto), também não havia ainda um consenso sobre como eles deveriam agir com relação às reivindicações dos *povos*. Para a bancada mineira, o Parlamento deveria agir pautado, sempre que possível, pelos interesses e necessidades da população expressos através dos requerimentos e petições. Para Nébias e seus colegas paulistas, por outro lado, a relação de representação não possuía essa vinculação, cabendo aos representantes – homens dotados de uma *ilustração* inacessível à maioria da sociedade – estarem pautados unicamente pela busca do que era melhor para o povo, ainda que este não tivesse condições de identificar o que isto significava exatamente.

Assim como o Estado nacional brasileiro, o sistema político de tipo representativo ainda estava em seu processo de construção e consolidação, e embora discordantes argumentos como estes demonstram que os envolvidos neste processo tinham pleno conhecimento de como o sistema funcionava em outros países. A defesa de uma ou outra destas concepções não era entretanto estanque, e nem respondia unicamente às convicções teóricas dos parlamentares, como fica indicado pelo fato de

[36] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de agosto de 1853, p. 162

que as bancadas mineira e paulista se valeram delas conforme servissem para justificar sua posição no debate. Antônio Cândido da Cruz Machado, por exemplo, um dia antes de defender que a anexação do Sapucaí a São Paulo não havia sido requisitada por nenhuma representação e que, por isso, não devia ser adotada por seus pares, havia atribuído um valor muito menos decisivo às petições que haviam sido enviadas de Curitiba a favor de sua emancipação:

> *"Demais, sr. Presidente, essas representações das autoridades e povos de Curitiba, conquanto sejam muito apreciáveis para o corpo legislativo quando trata de criar esta nova província, contudo não formam motivo mais forte para sua criação (...). O motivo mais forte no meu entender é que a nova província é fronteira do Império, assim como é o Alto Amazonas, e esse motivo influiu muito na criação dessa outra província."*[37]

Da mesma forma, poucos minutos antes Joaquim Otávio Nébias (que na sessão seguinte apontaria que a ausência de requerimentos populares não invalidava a conveniência da anexação do Sapucaí à sua província natal) defendera que, com relação à Curitiba, *"não exist[ia] na casa nenhum documento, nenhuma representação, nem tampouco dados estatísticos que possam concorrer para nos orientar a semelhante respeito"*[38], o que tornava recomendável que o projeto em questão fosse adiado até que duas das comissões da Câmara – no caso a de estatística e a de orçamento – se pronunciassem a respeito. A defesa dos interesses provinciais se tornava uma necessidade tão imperativa que a presença ou ausência de representações populares adquiria significados diferentes para os mesmos parlamentares em um espaço de tempo de cerca de vinte e quatro horas, alterando-se tão somente o grau de afetação a que aqueles que os elegera estariam sujeitos. Quando se tratava de desmembrar o território paulista, a presença de requerimentos populares não era um fator determinante para Cruz Machado, ao mesmo tempo em que era ignorada por Nébias para que este pudesse argumentar que sua ausência era mais um elemento a recomendar o adiamento dos debates. E quando se tratava de desmembrar o território

[37] Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de agosto de 1853, p. 146
[38] *Idem*, p. 145

mineiro, a ausência destes documentos era, aos olhos do representante de Minas Gerais, decisivo para que a medida não fosse adotada, enquanto para o paulista demonstrava tão somente a lentidão "dos povos" em identificar as medidas capazes de melhorar suas condições de vida. Mudanças radicais que demonstram o quanto estes parlamentares estavam empenhados na manutenção da integridade territorial das províncias que os elegera.

Fontes e Bibliografia

- Anais da Câmara dos Deputados, presente em versão digital no site www.camara.gov.br;
- Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo. Ed. Globo. 2005;
- Marcos Ferreira de Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princeza (1799-1850)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 2008;
- Carla Maria Junho Anastasia, *Vassalos rebeldes. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*, Belo Horizonte, C/Arte, 1998;
- J. Floriano de Godoy, *Projecto de ley para creação da província do rio Sapucahy*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1888;
- Vantuil Pereira, *"Ao soberano congresso": petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – os direitos do cidadão na formação do Estado imperial brasileiro (1822-1831).* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense. 2008;
- Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba, *As vozes da nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP. 2010.

O passado não resolvido: golpe de 1964 e os antecedentes da questão agrária hoje

Autores: Fernandes, Vitor Bukvar[1]; Simiqueli, Roberto Resende.[2]

Resumo: procuramos delinear nas páginas seguintes o padrão histórico de ocupação territorial rural em paralelo com as alterações legislativas e regulatórias que tangem à propriedade rural, assim como às formas assumidas por essa normatividade no âmbito do real. Nessa linha histórica de desenvolvimento, tem-se que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma profícua e diversa discussão sobre as questões relacionadas à terra, discussão que foi abortada até meados da redemocratização dos anos 1980 pelo golpe militar de 1964. Por fim, buscamos analisar se o padrão histórico de ocupação da terra definido anteriormente transformou-se ou preservou sua essência.

Palavras-chave: questão agrária, terra, poder, ordenação jurídica da propriedade territorial, golpe de 1964.

Introdução

A conformação e preservação de um conjunto de interesses agrários se afirma, para vários autores, como um dos marcos de nossa formação. As origens desse ruralismo latente poderiam ser facilmente encontradas em Portugal; Raymundo Faoro, por exemplo, aponta para a importância dos primeiros reis da jovem nação ibérica enquanto não somente chefes militares, mas senhores de terras, ao mesmo tempo em que Vitorino Magalhães Godinho, herdeiro luso dos *Annales*, diagnostica a ausência de atividade manufatureira como decorrência direta da predominância de uma forte camada de viticultores sobre seus possíveis rivais urbanos. A regulação das terras reguengas aparece, logicamente, como uma das primeiras etapas da institucionalização da "propriedade" no campo - marcada, na leitura do autor d'*Os Donos do Poder*, por um viés profundamente patrimonialista. Sua concentração nas mãos do regente (e distribuição por meio do grande vetor de privilégios constituído no âmbito do Estado Absolutista) afirma não somente a associação primeira entre terra e status, mas o formato das primeiras iniciativas de apropriação e concentração fundiária no vasto império ultramarino português: o regime sesmarial.

[1]Mestrando em Desenvolvimento Econômico – Instituto de Economia – Unicamp. Email: oparana@gmail
[2]Doutorando em Desenvolvimento Econômico – Instituto de Economia – Unicamp. Email: roberto_simiqueli@yahoo.com.br.com

Os impactos econômicos desse "pecado original" são sentidos não apenas nas primeiras décadas da vida na colônia, sob a égide de portugueses, espanhóis e holandeses, mas no desenrolar dos quatro séculos que se seguem. Alongando-se para além de suas funções como um conjunto de regimentos jurídicos, os fundamentos do regime sesmarial penetram no imaginário não só de nossas elites como dos comuns, garantindo que uma dada percepção da posse da terra (e do poder diretamente associado a esta, sinal do favorecimento real) ganhasse força e permanência, mantendo-se ao longo do Império e de nossas primeiras décadas republicanas. Os impactos da afirmação desse "modo de vida" associado à posse ou controle da terra aparecem em várias ocasiões nas teses de Celso Furtado[3], tanto como facilitadores da forte penetração das manufaturas inglesas no incipiente mercado interno (ao fim do século XVIII, após a ascensão e crise das minas) quanto como o obstáculo derradeiro a um equacionamento local da questão da mão de obra, às vésperas da abolição. Ainda que não seja justo exigir do autor de *Formação Econômica do Brasil* uma teoria acabada do comportamento das elites nacionais, ainda mais na redação de suas primeiras obras, é isto que transparece, por vezes, de uma leitura atenta de Furtado - a forma como a consolidação de um conjunto de interesses, associados a uma aristocracia rural, presa a uma dada concepção de uso da terra e da força de trabalho, permeia não apenas nosso passado como muito do que somos hoje. Esta tese é, em alguma medida, reforçada pela interpretação de João Manuel Cardoso de Mello (2009) da problemática em torno da relação capital cafeeiro / capital industrial, mas sob outra ótica: decidem-se os dilemas do Império nos salões dos grandes cafeicultores do Vale do Paraíba, posteriormente destronados por seus rivais do Oeste Paulista. Ainda que houvesse alguma medida de dissenso entre essas facções[4], nenhuma das análises da vida política do fim do Segundo Reinado ou da aurora da República deixa dúvida - os rumos de nosso país eram decididos à sombra dos cafezais, por uma aristocracia fundiária que, como percebe-se claramente pelos rumos da política cambial até meados do século XX, habituara-se a fazer do Estado republicano vetor de sua vontade.

A história desses homens e de sua atuação política está intimamente ligada à formação de nossas instituições públicas. Como observa Lígia Osório Silva (2008), em *Terras Devolutas e Latifúndio*, o programa político imperial tinha na regulamentação da

[3]Nos referimos, aqui, às magistrais discussões encampadas nas passagens finais da terceira e quarta partes de *Formação Econômica do Brasil* (1985). O tema, no entanto, apresenta-se como uma razão recorrente de nossa não-industrialização em momentos aparentemente oportunos - como a (frustrada) empreitada manufatureira joanina, no começo do XIX.

[4] Representadas, recordam Costa (1999), Souza (1985) e Perissinotto (1993 e 2001), na oposição entre Conservadores e Liberais, e, posteriormente, por diferentes seções regionais do Partido Republicano.

posse da terra não somente um de seus principais objetos, como seu alicerce fundamental. A "estratégia saquarema", assim denominada pela autora, consistia na definição de normas dúbias de concessão e uso da propriedade fundiária, assim como de sua fiscalização, com claro intento concentrador. Mais do que romper com nosso passado, a primeira tentativa oficial de institucionalização da terra busca regularizar as estruturas de poder manifestas nas figuras do cafeicultor, do comissário, ou do grande senhor de terras que, por meio de vários posseiros, constituía o esboço de uma agricultura mercantil de subsistência.

Da mesma forma que as nascentes elites urbanas, com interesses predominantemente industriais e financeiros, e o pouco ou mal articulado proletariado, herdeiro das lutas trazidas para estas terras por anarquistas italianos ou espanhóis, a aristocracia rural não se afirmava enquanto bloco único, coeso, sólido, mas enquanto um amálgama pouco ou nada coerente de rivalidades políticas e econômicas, marcadas seja pela oposição de vaidades daqueles acostumados ao exercício da vontade sobre os mais fracos quanto pela tendência concentradora da empresa cafeeira. E aqui nos valemos da criteriosa observação de Sônia Draibe (1985), em seu *Rumos e Metamorfoses*: é a partir da emergência do Estado Novo, do aparelhamento de uma arena política centralizada e centralizadora, que essas forças se agrupam, se fortalecem, e, principalmente, se distinguem umas das outras, afirmando a necessidade de vinculação a diferentes projetos políticos e econômicos de desenvolvimento. Para a autora, o século poderia, portanto, ser observado como a disputa entre uma alternativa nacional-popular, pautada pela domesticação de nosso jovem capitalismo e sua submissão a um projeto social mais amplo; sua rival nas fábricas ou no meio urbano, defendida pelos industriais nacionais; ou a "solução conservadora" que tomava forma nos discursos e práticas de líderes políticos de veia ruralista - a conformação da indústria a seu papel secundário em uma economia de vocação agrária, com forte entrada de capital estrangeiro e sujeição da força de trabalho. Obviamente, o espaço e as regras do certame já estavam definidos - com a instrumentalização do Estado, este tornava-se o lócus preferencial para a disputa entre esses projetos hegemônicos e suas estratégias de valorização do capital.

O superficial quadro que apresentamos nas páginas anteriores serve de introdução àquele que temos como o objetivo central deste trabalho - analisar as mudanças na institucionalidade da terra no Brasil contemporâneo, enfatizando, nesse processo, a relação entre estas transformações e as peculiaridades assumidas pelas dimensões cotidianas da posse e do uso da terra, herdeiras do ruralismo do Império e da Primeira República. Entendemos que a ambição dessa proposta supera em muito o escopo deste trabalho; como tal,

pretendemos apresentar, aqui, tão somente uma breve introdução ao tema, assim como alguns indicativos do possível caminho a se trilhar no desenvolvimento dessa tese.

Tendo essas limitações em mente, optamos por nos concentrar sobre um ponto fulcral das tensões em torno da distribuição de terra no Brasil - os debates sobre a questão agrária antes e após o golpe militar de 1964. Tal enquadramento foi escolhido por ter passado essa mesma questão, durante os regimes militares, como largamente resolvida. Apesar de retomada nas últimas décadas, o debate ainda mostra-se quando contrastado à sua abrangência objetiva e real influência de suas consequências sobre a atualidade.

Assim sendo, procuramos delinear nas páginas seguintes o padrão histórico de ocupação territorial rural, acompanhando, paralelamente, as alterações legislativas e regulatórias que tangem à propriedade rural, assim como às formas assumidas por essa normatividade no âmbito do real. Dando seguimento à linha histórica de desenvolvimento deste arcabouço, tem-se que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma profícua e diversa discussão sobre as questões relacionadas à terra, discussão que foi abortada até meados da redemocratização dos anos 1980 pelo golpe militar de 1964. Em seguida passamos a registrar a observação detalhada das alterações regulatórias e legislativas relacionadas à propriedade rural do governo militar até os dias de hoje para então analisar se o padrão histórico de ocupação da terra definido anteriormente transformou-se ou preservou sua essência.

Resgate histórico das alterações em âmbito regulatório e legislativo com relação à terra

O padrão de ocupação territorial se deu com grande concentração fundiária e baseada no apossamento de terras devolutas à revelia da lei, quando existente, ou sob complacência das autoridades. Essa trajetória histórica repercute sobre o período que se pretende tratar nesta seção, compreendido a partir do marco da Revolução de 1930, passando pela redemocratização do pós-guerra e culminando no golpe de 1964. Buscamos, por meio deste recorte temporal, resgatar parte da articulação em torno da questão rural e a miríade de propostas de reforma agrária defendidas ao longo desse intervalo – e abortadas com o golpe de 1964. Em um segundo momento, nos lançamos sobre as aparentes mudanças na regulação da propriedade rural ao pretender demonstrar como se manteve, em essência, o padrão histórico de apropriação territorial no Brasil.

No bojo das transformações imediatamente posteriores à Revolução de 1930, promulga-se uma nova Constituição em 1934. No que tange à legislação da propriedade de terra, o fim da Lei de Terras de 1850 figura como o principal componente da nova carta. Mas, se no Anteprojeto de Constituição do governo provisório poderíamos encontrar uma inovação nos termos de regulação da terra - visto que sua redação deixava em aberto a possibilidade da desapropriação da propriedade por utilidade pública ou interesse social mediante indenização paga em dinheiro ou por outra forma estabelecida em lei especial aprovada por maioria absoluta dos membros da Assembléia -, na Assembléia Constituinte omitem-se os termos "função social" e as possibilidades de outra forma de indenização que não a do pagamento em dinheiro, inviabilizando, na prática, as alterações na regulação da propriedade da terra. Em nosso entender, estas medidas são tomadas como um passo claro na prevenção de ganhos de autonomia pelo Estado no trato do latifúndio improdutivo, visto que a desapropriação era o único recurso que restava para a alteração da estrutura fundiária, distorcida pela contínua ocupação desregrada das terras públicas (SILVA, 1997, p. 18). Figura, logicamente, como um momento chave de tensão entre as diferentes frações de classe representadas pelo governo federal, com a subsequente reafirmação do poder do capitalismo agrário frente a outros setores da burguesia.[5]

Esse curso de ação é reproduzido durante o Estado Novo. Contraposta à realização de uma reforma agrária, o Estado varguista atua como vetor dos interesses agrários, favorecendo a implantação de projetos de colonização que visavam à disseminação da pequena propriedade, através da destinação de terras públicas na Amazônia e no oeste para este fim (a chamada "marcha para o oeste"). Por trás de uma aparente democracia dos pequenos proprietários' rurais, a consequência lógica desse movimento é o momentâneo apaziguamento das tensões em torno da terra, com ganhos significativos para a burguesia rural, no longo prazo.[6]

[5] Basta lembrar a permanência das políticas de valorização do café, até meados da década de 1940, e sua caracterização por Furtado enquanto 'keynesianisno *avant-la-lettre*'. Ainda que seu caráter anticíclico e sua importância na manutenção do multiplicador de investimento possam ter garantido nossa rápida saída da crise, em termos políticos, representam a reafirmação de setores das oligarquias rurais que conduziam o jogo político nacional já nos tempos do Império.

[6] Qualquer movimento de expansão da fronteira agrícola por meio de um regime de pequenas propriedades autônomas evoca comparações com a 'marcha para o oeste' norte-americana; principalmente seus primeiros movimentos, no sentido do que hoje denominamos Meio-Oeste. Como demonstra Barrington Moore Jr. (1999), essa estratégia garante alguma medida de redução dos custos para a indústria, em regiões manufatureiras, mas representa um potencial campo de aquisição de terras a baixo preço, da perspectiva dos latifundiários. Uma vez distribuída a terra com base nesse mitificado 'interesse social', o mover das engrenagens do capital garante que esta seja novamente concentrada nas mãos da burguesia agrária.

Nova alteração nas leis que asseguram a propriedade privada da terra vem com a redemocratização no pós-guerra e a Constituição de 1946. Na prática, entretanto, mantinha-se aberta a janela para a continuação do mesmo padrão de apropriação do território - como podemos observar de forma clara pelo artigo 141, parágrafo 16 da mesma Constituição: "É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro". Ainda que o reconhecimento de uma função social pudesse conferir à nova lei uma aparente ruptura com os termos passados, o uso dos vocábulos "prévia" e "em dinheiro" inviabilizava as desapropriações, contrapondo o poder do capital e do montante de recursos mobilizados pelo capital agrário à necessidade dos trabalhadores rurais.

Nas décadas seguintes, de 1950 e 1960, observa-se o emergir de uma grande mobilização social por reformas de base, dentre as quais a discussão do latifúndio tem lugar de destaque. A reforma agrária afirmava-se enquanto "parte fundamental das transformações estruturais que deveriam liquidar a dominação tradicional no campo, melhorar a distribuição de renda e dar novo impulso ao processo de industrialização através da ativação do mercado interno" (SILVA, 1997, p. 19), posição que, obviamente, inspirava temor entre os grandes proprietários de terras. Toma força, no período, o reconhecimento de que havia uma questão agrária cujo equacionamento figurava como um dos pré-requisitos ao avanço do projeto de capitalismo que pretendia se desenvolver no Brasil – sem, contudo, constituir a questão do atraso da agricultura brasileira uma novidade, visto que já na República Velha (1889-1930) pairavam críticas ao latifúndio e às estruturas agrárias dominantes no campo.

Do ponto de vista da legislação, segundo SILVA (1997, p. 19-20) a questão fundamental era a alteração da Constituição de 1946 de forma a levantar o impedimento à desapropriação representado pelo artigo que previa indenização prévia e em dinheiro dos proprietários atingidos pela reforma agrária. Entre a Constituição de 1946 e o Estatuto da Terra, houve duas tentativas de alteração da legislação agrária. O primeiro, em 1953, consistiu no projeto-lei encaminhado pelo presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, um projeto compatível com a Constituição de 1946 e que continha uma solução inteiramente plausível para o estabelecimento de uma política de reforma da situação da propriedade rural (definia casos de desapropriação por interesse social e o que se entendia como imóvel improdutivo), e que sofreu todo tipo de oposição, ficando engavetado por quase dez anos e depois retomado e desfigurado em 1962. O segundo foi um Anteprojeto de Lei de reforma agrária pelo então presidente João Goulart, visando modificar o artigo 141, parágrafo 16, para

que se tornasse possível a indenização em títulos da dívida pública, títulos especialmente emitidos para esse fim, resgatáveis num prazo de 20 anos – este Anteprojeto foi enviado à Câmara no dia 22 de março de 1964, dias antes, portanto, do golpe militar que derrubou o governo democraticamente eleito.

Após a Revolução Cubana de 1959 crescem rapidamente as preocupações norte-americanas com a emergência de levantes similares no restante da América Latina, o que leva a criação de um programa que efetivamente pressionasse os países latinos à diminuirem as desigualdades econômicas, sociais e políticas existentes para inibir o ímpeto de revolta das massas. A síntese destas preocupações pode ser encontrada na Carta de Punta del Este, de 1961, que "propunha em consequência uma efetiva transformação das estruturas injustas e dos sistemas de propriedade e uso da terra e falava em substituir o latifúndio e o minifundio por um sistema eqüitativo de propriedade da terra de modo que 'a terra seja de quem a trabalha'" (idem, ibidem, p. 20). Reconhece-se explicitamente a desigualdade inerente à distribuição de recursos e de renda na agricultura latino-americana, ao mesmo passo em que admite-se depender a solução destes problemas de mudanças profundas nas estruturas sociais do campo. A reforma agrária afirma-se, logicamente, como o instrumento para efetivar essas transformações – com a recomendação implícita de que a ajuda financeira só se daria se as reformas agrárias fossem executadas de acordo com os planos de desenvolvimento.

Explicado o contexto externo e interno do início da década de 1960, compreende-se melhor que o Estatuto da Terra veio como resposta a duas ordens de fatores: "de um lado os movimentos sociais no campo […] estancados pelo golpe de março de 1964; e, de outro, à pressão norte-americana pela adoção de um programa de reformas para o campo" (idem, ibidem, p. 20). O Estatuto da Terra representa, então, a modernização rural "dentro da lei e da ordem", segundo Silva, "desbaratando" os movimentos camponeses organizados através da ação repressiva militar e policial durante os anos de 1960 e 1970, beneficiando, naturalmente, os latifundiários. Desta forma, a violência da Ditadura sobre os núcleos camponeses organizados, sobre os trabalhadores agrícolas e seus representantes encerrou as manifestações em defesa da reforma agrária, expressas, por exemplo, pelas Ligas Camponesas, que tiveram seus principais dirigentes mortos, aprisionados ou expatriados (MONTENEGRO, 2008). No imediato pós-golpe restaram apenas inexpressivas disposições de pequenos produtores agrícolas, nitidamente prejudicados pela coerção do movimento organizado que favorecera os grandes latifundiários. Afirma-se a confluência de um projeto de hegemonia política e de suas vias de validação econômica, na leitura de Jessop - da truculência da repressão sobre os

trabalhadores rurais organizados à defesa dos interesses do agronegócio, percebe-se uma clara unidade da atuação da burguesia rural brasileira.

Sobre a década de 1960, DOS SANTOS (1999, p. 12-13) constata:

"O movimento político levantava temores quanto ao alcance e significado da reforma agrária no conjunto das iniciativas do governo João Goulart. […] A reforma agrária no Brasil permaneceu (e permanece) uma questão em aberto. O Estatuto da Terra, discutido por tanto tempo, somente seria promulgado no final de 1964, pela ditadura militar, e incorporaria alguns elementos do antigo discurso sobre reforma agrária, ao admitir a desapropriação e redistribuição de terra, especialmente em áreas marcadas pelas tensões sociais. Utilizou-se de razões defendidas pela Carta de Punta del Este e de argumentos conhecidos para conquistar a burguesia para a reforma agrária. *Mas acabou-se por privilegiar os grandes empreendimentos de colonização e a expansão da fronteira agrícola, ao mesmo tempo que aumentava a repressão no meio rural em face dos movimentos que recrudesciam*" (grifos nossos).

Vale ainda destacar, em acordo com SILVA (1997), que a denominada "contra-reforma agrária" deve ser analisada em perspectiva histórica, de modo que identificamos um simultâneo histórico latino-americano, no qual todos os governos do período estavam de forma direta ou indireta atrelados aos militares. Entretanto, ainda que o movimento específico de "contra-reforma" se fizesse imperativo no período, o domínio dos latifundiários em toda América Latina fora sempre capaz de minar a reforma agrária, exercendo-se através de incontáveis mecanismos independentes da presença militar. Todavia, a concepção de reforma agrária dos militares passara inicialmente pelo distanciamento das classes mais preocupadas com a sua concretização.

À primeira vista, como discorre SILVA (1997, p. 21), o governo militar aparenta resolver alguns entraves legislativos para que se sucedesse a reforma agrária, contornando, por exemplo, o problema do pagamento prévio em dinheiro com a Emenda Constitucional nº 10, de 09/11/1964, que estipulava pagamento prévio em títulos especiais da dívida pública com correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de 20 anos. O próximo passo foi a promulgação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964), onde se definia regionalmente o latifúndio e o minifúndio, e estipulava-se dois instrumentos para realização da reforma agrária, um curativo e outro preventivo. O instrumento curativo consistia em eliminar o latifúndio improdutivo através da desapropriação por interesse social, facilitando o

acesso à terra para os pequenos proprietários. O instrumento preventivo consistia na tributação progressiva que visava impedir a reaglutinação dos latifúndios divididos pela desapropriação – reestabelece-se o Imposto Territorial Rural (ITR) pelos estados, de modo que 80% de sua arrecadação seriam direcionados aos municípios - o montante arrecadado, somado a 3% do total de recursos federais, deveria ser remetido ao financiamento dos programas de reforma ou desenvolvimento agrário.

Entretanto, no decorrer da atuação do governo, houve uma diluição da reforma agrária e uma inversão de prioridades, sendo que a desapropriação por interesse social foi deixada em segundo plano com relação à atividades de zoneamento, cadastro e tributação – ou seja, "enquanto no plano jurídico o governo brasileiro se encontrava munido de todos os instrumentos necessários para iniciar a reforma agrária, na prática não se avançava quase nada nesse sentido" (idem, ibidem, p. 22). Que este avanço jurídico não foi acompanhado de aplicação prática não é de se espantar, visto o arco de alianças que sustentava o regime militar, no qual ocupavam um papel destacado os latifundiários e seus aliados.

O aparente progresso institucional alcançado pelo Estatuto da Terra, como visto, não possuiu um amparo de implementação real. Tendo em vista a estrutura política estabelecida, na qual os grandes proprietários de terras possuíam expressiva força, os desdobramentos das medidas adotadas agiram em direção contrária à reforma.

Percebe-se o quanto é importante recuperar o contexto político das Américas naquele momento, para compreender por que foi justamente um governo oriundo de um golpe militar que cerceou a liberdade de expressão e de organização das forças sociais que lutavam pela reforma agrária, o primeiro da história brasileira a aprovar uma lei agrária que colocava como um de seus objetivos maiores a redistribuição da propriedade da terra. Sem esse cuidado, tal fato assumiria talvez um caráter paradoxal. (SILVA, 1997, p. 21)

As orientações centrais na ação do governo militar sobre a questão, deliberadas pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério da Agricultura, se estabeleceram fundamentalmente sobre a tributação progressiva, o surgimento de novos impostos às propriedades valorizadas por construções governamentais, a aplicação de programas de colonização e o amparo técnico-financeiro. Contudo, o aspecto redistributivo do programa de reforma agrária foi sendo excluído, conquanto o governo aplicasse as medidas acima definidas (MIRALHA, 2006). Ocorreu que a mencionada desapropriação em vista do

interesse social abandonou o foco inicial em favor das medidas de zoneamento, registro e tributação, desfazendo a ordem estabelecida para o mecanismo de reforma.

Em 1970, a junção do INDA, GERA e IBRA, deu origem ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), como uma estéril resposta, na forma de um novo aparelho estatal, à falta de saldos positivos reais, aos infecundos e escassos projetos existentes, e à própria dissolução da reforma agrária. A questão se manteve estática nestes termos ao menos até a redemocratização e a concepção da nova Constituição em 1988.

Com o fim do regime militar, a Constituição de 1988 aderiu em sua elaboração a noção de interesse social da propriedade rural proveniente do Estatuto da Terra. Entretanto, essa assimilação não se deu em vias de desenvolvimento e resolução da questão, sua má realização configurou um empecilho burocrático ainda maior para o problema (SILVA, 1997). Por importar ao seu conteúdo aparelhos completos do Estatuto da Terra, a Constituição de 1988 tornou-se dependente, neste tocante, de medidas subjacentes para execução da regulamentação. Permeado de minúcias regulatórias, que constituiam um engessamento prático, a nova regulamentação significou um vazio legal que, junto à crise, agudizou as tensões sociais no campo. O maior vazio legal ficou com relação à indefinição normativa do que seria uma propriedade produtiva, ou seja, que cumpre sua função social – até hoje este conceito não está claramente normatizado.

A dificuldade permanente do governo em converter o Imposto Territorial Rural em válido montante de recursos e em mecanismo de tributação progressiva, independente da existência de uma legislação que contemple esta necessidade, explicita a inabilidade de se consolidar uma resistência real aos interesses dos grandes proprietários. De todo modo, mantendo-se o debate nesta direção esquece-se que as ferramentas fiscais e de regulamentação são *per se* insuficientes na efetivação da reforma agrária. O anacronismo fundamental da nova Constituição está colocado na orientação tomada para a tributação progressiva já presente no Estatuto da Terra, pois no Estatuto o Imposto Territorial Rural deveria ser a forma de "impedir o ressurgimento do latifúndio improdutivo [sem] elevá-lo à condição de meio privilegiado na transformação da estrutura agrária" (SILVA, 1997).

A atualidade da questão agrária brasileira em termos estatísticos

Aqui propõe-se a apresentação de alguns dados atuais que refletem a permanência de uma questão agrária não resolvida, que continua sendo um dos entraves ao desenvolvimento nacional.

Uma das dimensões da questão agrária brasileira se projeta no amplo cenário de violência na luta pela terra na primeira década deste século XXI. Entre 2002 e 2010, de acordo com a tabela 1, de REYDON (2011, p. 7), soma-se mais de 5 milhões de pessoas envolvidas em conflitos, num total de 13 mil episódios de conflito ao todo, o que dá uma média de 1.448 ao ano – atestando inegavelmente a existência no campo relacionada à questão agrária.

Tabela 1 . Alguns números de conflitos no campo. Brasil. De 2002 a 2010.

	número de conflitos	pessoas envolvidas	area com conflito, em ha	número de assassinatos	tentativas de assassinatos	ameaças de morte	número de presos	número de agredidos
2002	925	425.780	3.066.436	43	36	244	158	18
2003	1690	1.127.205	3.831.405	73	64	266	380	48
2004	1801	965.710	5.069.399	39	99	284	421	335
2005	1881	803.850	11.487.072	38	56	266	261	166
2006	1657	703.250	5.051.348	39	72	207	917	749
2007	1538	612.000	8.420.083	28	66	259	428	443
2008	1170	354.225	6.568.755	28	44	90	168	800
2009	1184	415.290	15.116.590	25	62	143	204	277
2010	1186	315.935	13.312.343	34	55	125	88	90

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), em REYDON, 2011, p. 7

Outra face da questão agrária se manifesta na histórica e elevada concentração da propriedade da terra, sendo o Brasil um dos países com a maior concentração de terras do mundo[7], onde a participação na área total 50% menores estabelecimentos agropecuários continua na faixa de 2,3%, enquanto os 5% maiores estabelecimentos somam mais de 69,3% do total das terras, de acordo com REYDON (idem, ibidem, p. 8), na tabela 2.

[7] Segundo site da FAO (2011), o Brasil é o 9º maior Gini para concentração de terras, com valor de 0,85, ficando atrás apenas do Peru (0,86), Espanha (0,86), Bahamas (0,87), Panama (0,87), Ilhas Virgens (EUA) (0,87), Guam (0,88), Paraguai (0,93) e Barbados (0,94) – o que sem dúvida causa espanto, visto a área continental ocupada pelo país.

Tabela 2. Estrutura fundiária dos estabelecimentos agropecuários do Brasil

	1975	1985	1995/6	2006
Numero de estabelecimentos (milhões)	5	5,7	4,8	4,9
Área total (milhões de ha)	323,9	369,6	353,6	294
Área Média (há)	64,9	71,7	72,8	67,1
Índice de Gini	0,855	0,859	0,857	0,856
Área dos 50 % menores (%)	2,5	2,4	2,3	2,3
Área dos 5 % maiores (%)	68,7	69,7	68,8	69,3

Fonte: Censo Agropecuários IBGE - vários anos. Em REYDON, 2011, p. 8

Outro problema em voga, também decorrente da ausência de solução da questão agrária brasileira, é o intenso desmatamento, especialmente na floresta amazônica. Segundo REYDON (2011, p. 9-10):

"Segundo FAO (2010) 'o Brasil perdeu uma média de 2,6 milhões de hectares de florestas por ano nos últimos 10 anos, comparado com uma perda anual de 2,9 milhões de hectares anuais na década de 90; na Indonésia as perdas foram de 500 mil hectares no período de 2000-2010 e de 1,9 milhão de hectares no período de 1990-2000.' […] No nosso entender o desmatamento da Amazônia é fruto da continuidade da tradicional forma de expansão da fronteira agrícola brasileira com a ocupação de terras virgens (privadas ou públicas), a extração de sua madeira de lei, a instalação da pecuária extensiva e posteriormente o desenvolvimento de uma agropecuária mais moderna. Estas atividades econômicas exercem o papel de gerar renda, legitimar a ocupação dos novos proprietários no curto prazo, quase sem necessidade de recursos."

Por último, elenca-se o problema da possibilidade de especulação com terras como reflexo da questão agrária não solucionada. A especulação de terras, de acordo com REYDON (idem, ibidem, p. 10-15), se expressa tanto na valorização autônoma no portfólio de ativos – onde "em alguns períodos, a terra se valoriza mais que qualquer outro ativo"; na transformação do uso rural da terra de florestas em pastagens onde fica claro que "o desmatamento sempre valoriza a propriedade significativamente; na média desses estados [Acre, Amapá, Amazônas, Pará, Rondônia e Mato Grosso, notas nossas], o desmatamento mais que quadruplica o valor da terra", notando que se este processo já é muito rentável em áreas privadas, torna-se muito mais lucrativo nas terras devolutas, que, segundo "representam 42% do total da área da Amazônia, onde ocorre a maior parte dos desmatamentos", visto que estas não precisou ser adquirida, apenas usurpada do patrimônio público; e na transformação no uso da terra de rural em urbana, onde "a troca de atributos da terra de uso rural (medida

em hectare) para urbano (medido em metro quadrado) traz um elevada valorização da terra, seja através de loteamento regular ou clandestino".

Apresentados os dados, acredita-se que estes permitem desqualificar a argumentação de que não há mais questão agrária no Brasil - de todo modo, é preciso explicitar que estes não são os únicos problemas relacionados à questão agrária, mas sim exemplos breves visando esclarecer que a problemática da questão agrária é um embaraço que permanece não resolvido até a atualidade.

Conclusões

Através do resgate histórico pôde ser traçado um determinado padrão histórico de ocupação do território brasileiro, desde a Colônia, passando pelo Império, a República, a Revolução de 1930 e a redemocratização de 1945.

Se o esforço de industrialização a partir da Revolução de 1930 abriu novas janelas para se pensar o futuro à época, o fim do fôlego do processo de substituição de importações tanto acirrou as contradições no campo, levando a intensificação de reinvindicações pela população rural, quanto abriu margem para uma diversidade de intelecutais se debruçarem na delimitação dos problemas que impediam a continuação do processo de desenvolvimento nacional.

No auge da inquietação social e debate intelectual com relação à questão agrária, dá-se o golpe de 1964, interrompendo o espaço democrático onde se discutia os rumos nacionais e incorrendo na repressão de pensadores críticos e movimentos sociais. Viu-se como, influenciado por um contexto externo e interno específicos, surge no âmbito do governo militar o Estatuto da Terra, que, por um lado, aparenta progresso institucional e legislativo e, por outro lado, mantém em essência o poder dos grandes proprietários de terra sobre as questões da terra sob a forma de modernização conservadora, resultando na falta de implementação real das medidas descritas no Estatuto da Terra, ao menos no que tange a alteração do padrão histórico de ocupação e propriedade territorial.

Com o fim da ditadura militar e a redemocratização, foi discutido que a atmosfera reinante parecia indicar a possibilidade de solução da questão agrária que ficara congelada desde 1964. Esta possibilidade se converteu em uma Constituição que, no que concerne à questão agrária, minúcias regulatórias constituiam um engessamento prático, resultando num vazio legal que somado à crise agudizou as tensões sociais no campo.

Traçando, em seguida, o que foi chamado de "revolução verde", ou modernização conservadora do campo, foi possível esclarecer a preponderância das determinações econômicas na articulação do movimento de ocupação e a modernização do campo que reascende a disputa pelas terras não ocupadas, aumentando a produtividade da agricultura com largos subsídios do governo e, ao mesmo tempo, intensificando os conflitos entre grandes proprietários de terra e a massa de despossuidos rurais nas fronteiras da ocupação, onde a ingerência do Estado é mínima ou, quando existente, se dá sob a máscara de arauto defensor da propriedade privada, transfigurando o contrato em instrumento de desigualdade e injustiça.

Concebendo a estrutura fundiária enquanto um dos grandes mecanismos de perpetuação da desigualdade brasileira em sua completude, temos um cenário caracterizado por uma camada composta de pequenos produtores, pequenos arrendatários e trabalhadores do campo, com uma renda inferior aos demais seguimentos da economia e permanentemente próximas ao nível de subsistência. Tal fato apenas se torna possível em virtude da vasta dimensão de latifúndios improdutivos, que impossibilita o acesso a terra de uma numerosa quantia de trabalhadores rurais (GOODMAN; SORJ & WILKINSON, 1985). A capacidade de organização política destes trabalhadores é suprimida persistentemente, de modo que a contra reforma é manifestada tanto pelos latifundiários, que serão diretamente atingidos por seu caráter redistributivista, quanto pelos capitais industriais, que terão o acesso à mão-de-obra barata dificultada – de acordo com SILVA:

> [...] não é necessário ser especialista em Marx para compreender o alcance das suas análises sobre o caráter contraditório do papel da propriedade privada no capitalismo: se, de um lado, constitui-se em elemento fundamental do sistema, de outro, o próprio sistema não funciona a não ser através da expropriação contínua e maciça da maioria da população, pois, caso contrário, não haveria trabalhadores para o capital. Portanto, uma reforma agrária, em função do seu caráter de redistribuidora do meio de produção fundamental que é a terra, inquieta os capitalistas ao retirar mão-de-obra abundante e barata do mercado. (SILVA, 1997, p. 24)

Assim, ainda que composta por uma concisa minoria, as forças contrárias à efetivação da reforma agrária no Brasil possuem uma histórica capacidade de manutenção do poder econômico e político, não podendo ser minoradas em período algum; sendo estes não apenas os grandes latifundiários, mas todos os elementos que são favorecidos pela queda de salários

dos trabalhadores rurais ou prejudicados de algum modo pela desconcentração da estrutura fundiária.

À guisa de conclusão, expôs-se que a questão agrária não foi, de forma alguma, resolvida, manifestando-se nos exemplos dados de contínuos conflitos violentos no campo, da gritante concentração da propriedade da terra, do insustentável desflorestamento amazônico e da irresponsável possibilidade de especulação com terras, entre outras manifestações perversas não discutidas neste estudo.

Com isso, pretende-se ter deixado claro a necessidade impreterível de se buscar resolver a questão agrária, visto que esta consiste em um entrave estrutural e antigo para o desenvolvimento nacional brasileiro.

Bibliografia:

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999.

DOS SANTOS, Ana Maria. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950-1964. In: *Revista Tempo*,Niterói, RJ, volume 4, número 7, julho de 1999. Revista do Departamento de História e Filosofia da UFF.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAO. Number and Area of Holdings, and Gini's Index of Concentration: 1990. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/the-statistics-division-ess/world-census-of-agriculture/additional-international-comparison-tables-including-gini-coefficients/other-international-comparison-tables-of-agricultural-census-data-explanatory-notes-and-comments/ar/>. Acesso em: 23 de novembro de 2011.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985

GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*, Vol. 5, nº 4, 1985.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 151-172. 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas e os conflitos no campo. Saeculum - *Revista de História*, João Pessoa, n. 18, p. 11-31, jan./jun. 2008.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Estado, capital cafeeiro e política tributária na economia paulista exportadora, 1889-1930. *Latin American Research Review*, v.36, n.1 (2001), p.151-169.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Classe dominante e política econômica na economia cafeeira (1906-1930). *Perspectivas*, n.16 (1993), p.165-189. 1993

REYDON, Bastiaan Philip. A questão agrária brasileira requer solução no século XXI. In: TEIXEIRA, Erly Cardoso, et al (Org.). *As Questões Agrária e da Infraestrutura de Transporte para o Agronegócio*. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 2011. p. 3-48.

SILVA, Ligia Osório. As Leis Agrárias e o Latifúndio Improdutivo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 11(2), p. 15-25, 1997.

SILVA, Ligia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio*: efeitos da lei de 1850. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: C. G. MOTA. Brasil em Perspectiva. 15ª edição. São Paulo: Difel, 1985.

AS CASAS COMERCIAIS IMPORTADORAS/EXPORTADORAS DE CORUMBÁ[1]

Zulmária Izabel de Melo Souza Targas[2]

Resumo: Foi a partir da liberação da navegação brasileira pelo rio Paraguai, consolidada após o final da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1870) que Mato Grosso, em especial a cidade de Corumbá, se inseriu na economia mundial, através das relações comerciais que se davam por meio da navegação pela Bacia Platina (composta pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai e seus afluentes) que dá ligação ao Oceano Atlântico. A navegação pela Bacia Platina se tornou o meio de transporte dominante na economia mato-grossense. Com isso, várias mercadorias nacionais e estrangerias começaram a chegar a Mato Grosso, no entanto, o porto de Corumbá se destacou em relação ao resto da Província/Estado; já que, a navegação internacional encerrava-se em seu porto. Nesse contexto, estabeleceram-se em Corumbá várias casas comerciais de importação e exportação, incentivadas principalmente pela isenção de impostos sobre os produtos importados. Porém, é no início do século XX, que essas empresas começam a se destacar, e se tem um aumento no número desses estabelecimentos. Essas empresas foram de fundamental importância para a economia mato-grossense, já que tanto os produtos de primeira necessidade, assim como, os artigos de luxo que chegavam a Mato Grosso, eram importados por essas empresas que mantinham relações comerciais com os países europeus e platinos, e exportavam os seguintes produtos: os couros vacuns, a poaia, a borracha, penas e couros de animais silvestres.

Palavras-chave: Corumbá. Navegação. Comércio.

[1] Este artigo não tem a pretensão de responder todas as indagações sobre as casas comerciais importadoras/exportadoras de Corumbá; entretanto, tem por objetivo apresentar uma caracterização geral sobre as atividades desenvolvidas por essas empresas.

[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História /PPGH da Faculdade de Ciências Humanas/FCH da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. E-mail: zu_targas@yahoo.com.br

A região que viria a constituir a capitania, província e depois Estado de Mato Grosso, passou a se integrar de modo mais efetivo ao espaço econômico da América portuguesa a partir da descoberta do ouro em Cuiabá, em 1718. Os caminhos utilizados para essa ligação foram, inicialmente, fluviais: as monções, que ligavam São Paulo a Cuiabá por meio da navegação dos rios Tietê, Paraná, Pardo, Taquari, Paraguai e Cuiabá. Mas logo se abriu também, ainda na década de 1730, um importante caminho terrestre, ligando Cuiabá a Goiás e daí, via Minas Gerais, com São Paulo e o Rio de Janeiro (BORGES, 2001, p. 107-108). Desse modo, "a cidade de Cuiabá constituiu-se em um importante centro redistribuidor de gêneros importados", servindo às demais áreas povoadas da capitania e da província (QUEIROZ, 2004, p. 373).

Outros caminhos terrestres foram abertos, mais tarde, já na primeira metade do século XIX, ligando especificamente a parte sul da província de Mato Grosso (região que viria a constituir o atual Estado de Mato Grosso do Sul) com a província de Minas Gerais e, através dela, as de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses caminhos foram abertos no contexto da expansão da pecuária bovina nessa região, expansão essa efetuada principalmente por povoadores vindos de Minas Gerais, além de outros vindos da região de Cuiabá (QUEIROZ, 2011, p. 113-114). Entretanto, esse panorama das ligações comerciais mato-grossenses começou a ser profundamente alterado em fins da década de 1850, quando o Império brasileiro consegue, junto à República do Paraguai, a liberação da navegação pelo rio desse nome, o que permitiu a ligação de Mato Grosso com o Oceano Atlântico passando pela via do estuário do Prata.

De fato, desde o período colonial, a navegação pela via platina era vista como "a melhor alternativa para as comunicações e o comércio de Mato Grosso"; visto que, a via platina que se formava a partir de Corumbá "oferecia a possibilidade de contatos diretos com o restante do mercado mundial" (QUEIROZ, 2008a, p. 40) e outras praças nacionais. Pois, essa malha fluvial "tomava toda a bacia do rio Paraguai, a região Oeste de Mato Grosso, especialmente com as cidades de Cuiabá e Cáceres mais ao Norte, como também na região Sul, com Porto Murtinho, Miranda, Aquidauana e Coxim" (SOUZA, 2008, p. 178). Logo, Corumbá, até então uma pequena povoação, surgida, ainda no século XVIII, para defender a fronteira e localizada à margem direita do rio Paraguai, tem em 1861, a instalação de uma Alfândega; e no ano de 1862 "é elevada à categoria de vila" (BORGES 2001, p. 29). Objetivando desenvolver o comércio na vila de Corumbá e consequentemente em toda a província, no ano de 1866, o porto Paraguai foi interrompida pela guerra da Tríplice Aliança contra o

Paraguai, mas foi retomada e consolidada ao final dessa guerra, em 1870. Após a guerra, o Governo Central estabeleceu na vila de Corumbá uma divisão do Exército "em operações na zona meridional fronteiriça de Mato grosso, acompanhada por um grupo de mercadores encarregados de abastecer a tropa que atraíram, posteriormente, um maior número de pessoas e comerciantes" (CORRÊA, L. S., 1980, p. 58). Estabeleceu também um Arsenal da Marinha em Ladário, localidade próxima a Corumbá (BORGES, 2001, p. 30). Esses dois estabelecimentos militares, somados à livre navegação pela Bacia platina, foram de suma importância para que a situação do comércio corumbaense começasse a prosperar.

Corumbá, por sua vez, através da navegação fluvial pela Bacia Platina se integrou à economia internacional. Economia essa que, conforme Hobsbawm, composta por "uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas" (HOBSBAWM, 2010, p. 106). Em consequência, o porto corumbaense passou a receber navios provenientes de várias partes do mundo (BORGES, 2001, p. 119) com mercadorias nacionais e estrangeiras. Sendo assim, o porto de Corumbá se torna porta de "entrada e saída, local por excelência da troca e das relações" (SOUZA, 2008, p. 167). A liberação da navegação pelo rio Paraguai possibilitou a Corumbá um desenvolvimento comercial pautado, principalmente, na importação e exportação.

A navegação através do Prata se tornou o meio de transporte dominante na economia mato-grossense (BORGES, op. cit., p. 119) e "possibilitou um crescente intercâmbio de mercadorias entre os mercados da Bacia do Prata e demais portos brasileiros da orla atlântica" (CORRÊA, L. S., 1999, p. 124). Então, "Cuiabá cedeu parcialmente sua posição de principal núcleo comercial de Mato Grosso à Corumbá" (BORGES, op. cit., p. 119), localidade esta que foi "elevada à condição de cidade em 1878" (SOUZA, 2008, p. 34). Com a inserção de Mato Grosso no mercado platino várias pessoas migraram para este Estado, entre elas, "contavam-se muitos europeus, especialmente italianos e espanhóis que já haviam feito um 'estágio' nas Repúblicas do Prata, inclusive absorvendo os hábitos de seus povos" (PÓVOAS, 1982, p. 17).

A abertura da navegação pelo rio Paraguai proporcionou ao mercado mato-grossense a integração com a economia mundial que passava por importantes mudanças. Já que, a partir de 1870, "la combinación de una serie de cambios en el mercado y la tecnología darán lugar a un fenómeno nuevo, la aparición de la gran empresa moderna" (VALDALISO; LÓPEZ, 2009, p. 234); logo iniciou-se uma disputa interestatal pelos mercados dos países subdesenvolvidos, disputa essa "intensificada pela pressão econômica dos anos 1880" (HOBSBAWM, 2010, p. 113). Isso porque "o desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas" e estas seriam "encontradas exclusivamente ou profusamente em lugares remotos" (HOBSBAWM, 2010,

p. 107). Sendo assim, Corumbá constitui-se como polo comercial em um período de "integração dos mercados europeus e americanos" (SOUZA, 2008, p. 15).

Nesse contexto, estabeleceram-se em Corumbá várias casas comerciais, incentivadas principalmente, pela isenção de impostos sobre os produtos importados. A isenção que havia sido concedida em 1866 é prorrogada no ano de 1872, "por mais cinco anos, vencendo somente em 1878" (GARCIA, 2001, p. 103). Apesar da abertura de várias casas comerciais, parece que, nos anos iniciais após a abertura da navegação,

> [...] com poucas exceções, a existência da via fluvial platina não representou uma *condição suficiente* para o desenvolvimento das atividades produtivas no SMT e menos ainda, no conjunto da província: além dos problemas internos da economia, a *distância*, ainda que agora atenuada pela disponibilidade da *porta verdadeira*, continuava a constituir um empecilho à plena vinculação dessas regiões aos mercados externos. Desse modo, a ampliação do comércio, ensejada pela navegação, tendeu a concentrar-se na importação – sustentada, em grande parte, pelos gastos públicos e pelas isenções de impostos (QUEIROZ, 2008b, p. 137).

Além disso, devido ao grande número de estabelecimentos comerciais dedicados ao ramo da importação e exportação, ocorreu uma oferta excessiva de produtos; como indício de que o comércio corumbaense ainda não estava consolidado, essas empresas vieram a prejudicar-se mutuamente (QUEIROZ, 2008b, p. 138). Sobre as transformações ocorridas em Corumbá e no resto da Província, na segunda metade do século XIX, o que parece é que o "dinamismo revelado [...] foi muito modesto, e somente adquire certa significação no confronto com a modéstia, ainda maior, dos padrões da economia mato-grossense no período anterior" (QUEIROZ, 2008b, p. 137). Deste modo, a importação predominou como a principal fonte do comércio, pois as exportações só começam a ganhar destaque no ano de 1897, porém sem exceder as importações (BORGES, 2001, p. 44-45).

O panorama vai se transformando à medida que se aproxima o final do século XIX, pois, como observou Hobsbawm, o surgimento de "uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo" (HOBSBAWM, 2010, p. 106), proporcionou "oportunidade sem precedentes, e desafio sem precedentes, aos governos e empresas" que passaram a investir em "economias externas" (ARRIGHI, 1996, p. 260). Nesse momento, a Europa "era o centro do desenvolvimento capitalista que dominava e transformava o mundo" (HOBSBAWM, 2010, p. 39). Durante o século XIX, a Grã-Bretanha era a principal potência capitalista, pois "era o maior mercado exportador de produtos industrializados" e o "maior comprador das exportações de produtos primários do mundo" (Idem, p. 65). Além disso,

> ao abrirem seu mercado interno, os governantes britânicos criaram redes mundiais que dependiam da expansão da riqueza e poder do Reino Unido, e de fidelidade a ela. Esse controle do mercado mundial, combinado com o domínio sobre o equilíbrio global de poder e com um estreito relacionamento, mutuamente interessante, com a *haute finance*, permitiu ao Reino unido governar tão eficazmente o sistema interestatal quanto um império mundial (ARRIGHI, 1996, p. 55-56).

Embora o Reino Unido possuísse enorme vantagem sobre todos os seus rivais na disputa pelo poder tanto da Europa quanto do mundo, os mercados da América do Sul foram intensamente disputados por outros países como a França, a Espanha, a Alemanha, a Bélgica, a Itália e Portugal. No entanto, a Inglaterra ainda era soberana em relação aos demais (NORMANO, 1944, p. 22-23), já que "a maior parte do sucesso ultramarino britânico se deveu à exploração mais sistemática das possessões britânicas já existentes ou da posição especial do país como maior importador de áreas como a América do Sul, bem como seu maior investidor" (HOBSBAWM, 2010, p. 125). Sendo assim, a "América do Sul lucrava com a concorrência dos fornecedores estabelecendo boas relações com vários destes e adquirindo uma clientela para os seus próprios produtos", embrenhando-se "cada vez mais, na economia monetária e nas relações econômicas internacionais" (NORMANO, 1944, p. 23).

De fato, a América do Sul atraiu um grande investimento estrangeiro, o qual "atingiu níveis assombrosos nos anos 1880" (HOBSBAWM, 2010, p. 65). E

> os investimentos estrangeiros no Brasil entre 1860 e 1902 estão intimamente vinculados à economia exportadora nacional, sejam eles destinados a empréstimos ao governo, investimentos em ferrovias, estabelecimento de companhias de navegação e de seguros, de bancos e casas importadoras. Todas essas formas de exportação de capital, conectadas à circulação internacional de mercadorias, fazem parte do primeiro ciclo de internacionalização do capital que se acentua a partir de 1870 (CASTRO, 1979, p. 29).

Assim, na virada do século XIX para o XX, Mato Grosso parece apresentar sinais de crescimento econômico, pois conforme os dados apresentado por Borges, já no início do século XX, as exportações passam a superar as importações (BORGES, 2001, p. 44-45). Parece que a economia mato-grossense começava a sentir as mudanças que se processavam em escala mundial, a saber, a *belle époque* (1896-1914); a qual apresentou uma "redução da concorrência entre as empresas e à consequente alta da lucratividade" (ARRIGHI, 1996, p. 177). Em consequência, se "amplia o movimento de exportação de capitais dos países centrais do capitalismo em direção aos países periféricos" (QUEIROZ, 2008b, p. 133).

O período de 1903 a 1905 "é marcado pela retomada do nível de atividade econômica, tanto nos países europeus como no Brasil", embora em 1905, o país ainda estava processando as "medidas de estabilização econômico-financeiras tomadas por Campos Sales (CASTRO,

1979, p. 95). Em resumo, o país passou a ter uma "generalização do trabalho livre, com a entrada maciça de imigrantes, a expansão das atividades econômicas produtivas nas cidades e o desempenho das exportações, que promoveram anos excepcionais favoráveis para o balanço comercial" (LEVY, 1994, p. 113).

Além do mais, no início do século XX, ocorre um aumento do investimento de capital estrangeiro no país (CASTRO, 1979, p. 87-91), especialmente dos anos de 1903 a 1913 (LOBO, 1978, p. 468). É notável que o interesse por investimentos estrangeiros no Brasil, só foi possível porque "o crescimento da economia brasileira propiciava o permanente surgimento de oportunidades que seriam aproveitadas por investidores estrangeiros" (CASTRO, 1979, p. 125) de várias nações. O governo de Affonso Pena (1906-1909) é marcado por "investimentos em ferrovias, portos, linhas telegráficas e o incentivo à imigração" (CASTRO, 1979, p. 97). Conforme Castro, o período de 1906 a 1913 é marcado pelo crescimento tanto da economia nacional como da internacional (op. cit., p. 91). De forma geral, a balança comercial brasileira manteve-se favorável da década de 1880 a 1930, com exceção dos anos de "1885-86, 1913, e 1927-29" (LOBO, 1978, p. 445).

Enquanto na maior parte do país eram predominantes os capitais ingleses e franceses, em Mato Grosso, uma região periférica, isso era bastante diferente. No caso mato-grossense, apesar da presença inglesa, outros países como a Alemanha, assim como Portugal, Espanha, Itália que "lutavam para conseguir entrar no mercado mundial" (NORMANO, 1944, p. 22) se destacaram. Esses países penetraram no mercado mato-grossense, através do Sul, isto é, justamente pela região platina (Paraguai, Uruguai e Argentina) aproveitando as vias fluviais, chegando a Mato Grosso. O estado de Mato Grosso estava vinculado aos países da Bacia Platina tanto pela sua rota fluvial como pelas intensas trocas comerciais.

No início do século XX, Corumbá se tornou "mais notável, expresso por um contínuo crescimento da cidade, pelo aumento do número de estabelecimentos mercantis e pela febre de construções urbanas" (CORRÊA, L. S., 1980, p. 86). E em 1903,

> [...] uma questão internacional de fronteira também agitou o cotidiano de Corumbá: a disputa entre Brasil e Bolívia pela posse de seringais, que originou mais tarde o estado do Acre. Como estratégia de defesa, foram deslocados do Rio Grande do sul para a cidade, três batalhões do exército, com efetivos de 2.000 homens que, sem dúvida, movimentou até 1905 a sua vida socioeconômica (CORRÊA, V. B., 2006, p. 71).

Todavia, Mato Grosso "jamais deixou de ser uma região produtora *periférica*, desfrutando em determinadas circunstâncias de conjunturas favoráveis e demandas externas que estimularam algumas de suas principais atividades como a pecuária ou as atividades

extrativas" (CORRÊA, L. S., 1999, p. 152). Logo, Mato Grosso por estar economicamente ligado com o exterior sua economia oscilava; já que os preços dos produtos exportados eram ditados pelo mercado internacional, assim como as dos produtos importados.

Ao que se refere às origens dos proprietários das casas comerciais de importação e exportação, verifica-se que esse ramo empresarial não ficou limitado aos estrangeiros, visto que brasileiros vindos de outras praças, assim como, mato-grossenses também fizeram parte do comércio de importação/exportação. Além disso, é possível perceber que no caso das casas comerciais de importação e exportação de Corumbá (e provavelmente em todo o Estado), as sociedades de tais empreendimentos apresentam suas especificidades, visto que havia empresas pertencentes a estrangeiros, assim como a brasileiros, mas também havia sociedades em que brasileiros e estrangeiros se associavam. Além disso, as empresas pertencentes a estrangeiros negociavam produtos importados de diversas nacionalidades, não se limitando ao país de origem de seus sócios.

As casas importadoras/exportadoras de Corumbá: caracterização geral.

Apesar do trabalho em questão, estudar as casas comerciais de importação e exportação de Corumbá é importante ressaltar que, essa atividade comercial também existia em outras cidades de Mato Grosso. Como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1

Número de casas comerciais de importação e exportação em MT com anúncios no Album graphico do Estado de Mato-Grosso.[3]

AQUIDAUNA	2
CORUMBÁ	11
CUIABÁ	6
MIRANDA	1
NIOAC	1

[3] Só foram analisadas empresas que eram, ao mesmo tempo importadoras e exportadoras. Além disso, neste quadro só foram computadas as matrizes. Apesar da empresa Farmacêutica *Pharmacia e Drogaria Central M.S. & Cia.* informar que importava e exportava, ela não foi computada por não especificar o que exportava.

PORTO MURTINHO	1
SÃO LUÍZ DE CÁCERES	4

FONTE: ALBUM graphico do estado de Matto-Grosso. AYALA, S. Cardoso & SIMON Feliciano (Org.) Hamburgo- Corumbá, 1914.

Como se pode observar, apesar da existência de casas de importação e exportação em outras localidades do Estado, é evidente que o comércio de importação e exportação de Corumbá se destaca, em relação às demais cidades; por isso, escolhi estudar as empresas desta cidade. Deste modo, apesar do destaque de Corumbá, é evidente que Cuiabá não perdeu sua importância econômica, já que, é a segunda cidade a apresentar o maior número de anúncios no citado A*lbum graphico,* e dos 6 anúncios de casas comerciais de importação e exportação, pode-se destacar as empresas mais antigas e a julgar pela propaganda exposta, eram casas importantes não só para a economia da capital, mas também para a do Estado. As empresas são: Alexandre Addor, fundada em 1865, com filiais em Rosário e Diamantino; Almeida & Companhia, fundada em 1870, com filial em Rosário; Orlando Irmãos & Cia. fundada em 1873.

Considerando as características da economia local, as casas comerciais estudadas encontravam-se entre as mais importantes do comércio corumbaense, consideradas de "primeira classe" (Mesa de Rendas de Corumbá, Livros de Lançamentos de Impostos de 1906, 1907 e 1908 - APMT, Fundo da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Mato Grosso). As casas comerciais de importação e exportação de Corumbá que tomei conhecimento estão relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 1

Casas comerciais de importação e exportação de Corumbá.

Razão social em 1914, exceto a Ponce, Azevedo &Cia.	**Nº páginas de anúncios no *Album graphico***	**Razões sociais anteriores**	**Ano de fundação**	**Capital**
Alves Corrêa & Cia.*	___	_____	1914*	70:000$000*
Emilio Albers	0.5	_____	_____	_____
Feliciano Simon	3	_____	1907	_____

Henrique Gutmann	1	_____	_____	_____
Josetti & Cia.	2	Josetti, Nunes, Rondon Josetti & Cia.	1907 1909	_____ 250:000$000
M. Cavassa Filho & Cia	1	Manuel Cavassa Cavassa & Irmãos M. Cavassa Filho & Cia.	1858 _____ _____	_____ _____ _____
Mônaco, Piñon & Cia.	1	Larocca, Mônaco &Cia. Mônaco, Filho & Cia. Mônaco, Moliterno & Cia.* Mônaco, Piñon & Cia.*	1902 1909 1910 1913	_____ _____ 227:927$851 110:000$000
Naveira & Congro	1	_____	_____	_____
Pereira, Sobrinhos & Cia.	2	Pereira & Sobrinhos Pereira, sobrinhos & Cia.	1882 1909	_____ 190:000$000
Pinsdorf & Cia.*	___	_____	1911*	60:000$000*
Ponce, Azevedo & Cia.**	___	Firmo & Ponce Generoso Ponce & Cia. Ponce, Azevedo & Cia.	_____ _____ 1903	_____ _____ _____
Stöfen, Schnack, Müller & Cia.	1	_____	1898	_____
Vasquez, Filhos & Cia.	1	Vasquez & Cia Vasquez & Filhos Vasquez, Filhos & Cia.	_____ _____ 1900	_____ _____ 100:000$000(isso em 13)*
Wanderley, Baís & Cia.	4	Firmo de Mattos & Cia. Firmo, Barros & Cia. Barros & Cia Wanderley, Baís & Cia.	1876 _____ 1904* 1906*	_____ _____ _____ 1.000:000$000

Fonte: ALBUM graphico do estado de Matto-Grosso. AYALA, S. Cardoso & SIMON Feliciano (Org.) Hamburgo- Corumbá, 1914.

* Livro da Inspetoria Comercial de Mato Grosso: Registros de 1913 a 1914: 25 de janeiro a 09 de julho de 1914, JUCEMAT.

****** PONCE FILHO, Generoso: um chefe.Rio de Janeiro: Ed.Pongetti, 1952

Analisando o que foi exposto no quadro acima, pode-se verificar que as informações sobre algumas empresas são limitadas. Por isso, apesar de citadas nem todas as casas comerciais de importação/exportação estabelecidas em Corumbá são analisadas neste trabalho.

As empresas aqui examinadas apresentam uma intensa diversificação em suas funções, dedicando-se a algumas atividades em comum e ao mesmo tempo, apresentando suas especificidades. Tais casas comerciais de importação/exportação não eram simplesmente empresas que se limitavam a compra e venda de produtos. De forma geral, essas empresas diversificavam seus empreendimentos, dedicando-se também, a representação de bancos nacionais e estrangeiros, a navegação, a comissão, consignação, a exploração de terras para a extração de produtos naturais, assim como da pecuária. Das casas comerciais estudadas, as que possuíam terras para a exploração dos produtos naturais em Mato Grosso, eram a Wanderley, Baís & Cia., Josetti & Cia., Stöfen, Schnack, Müller & Cia. (Album graphico do Estado de Matto-Grosso, 1914) e a Ponce, Azevedo & Cia. (PONCE FILHO, 1952, p. 464). O que não significa que as casas comerciais que não possuíam terras ficaram fora do comércio de exportação, pelo contrário, participaram ativamente.

Os produtos importados que chegavam ao porto de Corumbá eram variados e responsáveis por grande parte do abastecimento de Corumbá e das demais cidades de Mato Grosso; esses produtos variavam de artigos de primeira necessidade a artigos de luxo. Dentre os produtos importados, encontram-se: a cebola, o vinho, a mortadela, palha para vassouras, o milho, a batata, a farinha de trigo, máquinas para cortar a massa de macarrão, de escrever e motores a vapor (Livro copiador de cartas da casa Vasquez, Filhos & Cia. de 24 de março de 1909 a 2 de fevereiro de 1910). As empresas estudadas comercializavam com outros estados do Brasil, principalmente, com o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, de onde recebiam camas, tecidos, calçados, cerveja, banha, cadeiras de pau, entre outros produtos (Guias de Exportação, rolo 24, Subseção: Capatazia, Seção: Alfândega de Corumbá, Fundo: Delegacia Fiscal do Tesouro em Mato Grosso) e enviavam produtos naturais de Mato Grosso (Mesa de Rendas de Corumbá, Livro de Registros de exportação de 1912 - APMT, Fundo da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Mato grosso). A respeito do intercâmbio comercial entre Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, é algo que ainda ninguém havia mencionado. Fica desta forma uma evidência para ser mais bem explorada em uma futura pesquisa. Apesar de saber que as casas comerciais importavam diversos produtos, às fontes disponíveis no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR),

não apresentarem uma sequência das guias de importação, sendo assim, não foi possível apresentar a quantidade dos produtos importados pelas empresas estudadas.

As atividades de comissão e consignação atuavam em conjunto, sobre os produtos importados e exportados. Acredito que os comerciantes corumbaenses enviavam produtos importados, em consignação a empresas estabelecidas em outras localidades de Mato Grosso, para que essas pudessem vender as mercadorias importadas em suas regiões, mediante uma comissão; caso o produto tivesse uma boa aceitação, isso levaria esse pequeno comerciante a comprar grandes remessas. Em consignação, as casas comerciais corumbaenses enviavam produtos destinados a exportação, tanto de sua propriedade como de terceiros, a comerciantes estabelecidos nas Repúblicas do Prata. Essa afirmação pode ser justificada através de uma correspondência entre a Casa Vasquez, Filhos & Cia. e Arteaga & Hermanos de Montevidéu que expressa: "efetivamente as duas últimas partidas que embarcamos a consignação [...] foram de terceiros" e "embarcamos a sua consignação os seguintes produtos: 70 couros vacuns, 2 fardos de crina animal e dois fardos contendo 10 couros de onça" (Livro copiador de cartas e telegramas de 1910, p. 119, pertencentes ao fundo da Casa Vasquez, Filhos & Cia – NDHER). Logo, pode-se concluir que os comerciantes estabelecidos em Corumbá, utilizavam seus contatos comerciais para atuarem como intermediários de grandes transações comerciais.

Quanto às intermediações bancárias, entendo que era um processo semelhante ao da caixa filial do Banco Rio e Mato Grosso, instalada em Corumbá no ano de 1891, a qual perdurou até 1902 (SÁVIO; QUEIROZ, 2010). No caso do Banco Rio e Mato Grosso, ao que parece, "as operações mais importantes, realizadas pela Caixa Filial, relacionavam-se à intermediação das transações de importação e exportação realizadas pelas casas comerciais estabelecidas em Mato Grosso" (idem, p.10). Neste caso, as intermediações bancárias, eram os saques (recebimento dos produtos exportados) e pagamentos (dos produtos importados) realizados pelas casas comerciais.

As empresas Wanderley, Baís & Cia, Manoel Cavassa Filho & Cia. e a Feliciano Simon eram intermediárias de bancos nacionais e estrangeiros. E no caso da Manoel Cavassa Filho & Cia. acredito que também realizava operações por conta própria, uma vez que, o contrato da firma Cardoso, Salsedo & Companhia, expressa que deveriam ser depositadas semanalmente as quantias adquiridas "na casa bancária de M. Cavassa Filho & Companhia" (Inspetoria Comercial de Mato Grosso, Livro de Registros de Escrituras, Contratos Comerciais e Outros Documentos de 15 de julho de 1910 a 8 de janeiro de 1913, p. 98 - JUCEMAT). Porém, não pode-se descartar a possibilidade que as empresas que possuíam um capital estável, emprestassem dinheiro a juros, na forma conhecida como agiotagem. Por isso, entendo que pelas próprias

condições econômicas da cidade de Corumbá, as intermediações bancárias eram necessárias para o pagamento dos produtos importados e exportados. Quanto às operações próprias, acredito que as casas comerciais com maior capital, possuíam condições de conceder empréstimos a terceiros com capital próprio, sem intermediação do capital financeiro.

As empresas analisadas tiveram participação nos lucros obtidos através da exportação de alguns produtos extrativos e derivados da pecuária de Mato Grosso. Porém, ficaram fora daquilo que o historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz, afirmou que na década de 1890, "era a mais lucrativa de todas as atividades produzidas em Mato Grosso", a erva-mate. Esse produto foi explorado principalmente pela Companhia Mate Laranjeira, a qual comandava diretamente suas operações de importação e exportação (QUEIROZ, 2009, p. 4). Sendo assim, as casas comerciais exploraram principalmente, a borracha, depois os couros vacuns, seguidos da ipecacuanha (também conhecida como poaia), o charque, os chifres e a crina, e em menor escala, penas e peles de animais silvestres.

A exploração da borracha em Mato Grosso se deu especialmente no Vale do Guaporé, e foi explorada por brasileiros e bolivianos "ligados às casas aviadoras de Belém, e ao grande comércio de Santa Cruz de La Sierra e Corumbá"; além do mais, a borracha foi o principal produto exportado pelas empresas pesquisadas e sua exploração iniciou-se, na década de 1870, tornando-se um dos principais produtos na pauta de exportação de Mato Grosso (GARCIA, 2009, p. 66-67). A borracha foi exportada por duas vias, "uma parte, pela Bacia do Prata e a outra, em maior quantidade pelo rio Amazonas"; todavia, a exploração era "realizada de forma bastante precária" (BORGES, 2001, p.67) e sem alcançar grandes lucros na segunda metade do século XIX. Contudo, em 1884, uma "lei isentava de todos os impostos a seringa extraída na Província, durante cinco anos" (DUTRA, 1913, p. 51, *apud*, BORGES, 2001, p. 66), medida tomada para incentivar a exploração da borracha. No entanto, foi na primeira década do século XX, que a exploração da borracha começou a alcançar uma maior produtividade, pois "em 1906 começou a administração do Estado a cuidar dos interesses da região produtora e apareceu então, a primeira lei regularizando o trabalho e a exploração dos terrenos arrendados" (Idem).

Sabe-se que, na vila de Diamantino, "situavam as bases da operação de muitas empresas de exploração da borracha" (QUEIROZ, 2010, p. 139), já que existiam, neste local, seringais nativos. Das empresas estudadas sabe-se que a empresa Ponce, Azevedo & Cia. possuía uma filial em Diamantino e a empresa Josetti & Cia. possuía terras para a exploração da borracha e de outros produtos. Próximo a Diamantino, localiza-se Barra do Bugres, onde a

navegação pelo rio Paraguai se torna viável. Desta forma, os proprietários da casa Josetti & Cia. estabeleceram uma filial no porto Barra do Bugres, localizado à margem direita do rio Paraguai(Album graphico do estado de Matto – Grosso, 1914, p. XXXIII). Através desse porto, escoam a borracha e outros produtos extrativos, assim como recebem mercadorias para abastecer sua filial. Já a empresa Ponce, Azevedo & Cia. possuía terras que tinham seringais na Vila de Rosário, também um importante entreposto comercial da borracha, e na Vila de São Luís de Cáceres (à margem do rio Paraguai). Essa empresa possuía uma filial em Cuiabá, a qual provavelmente assessorava a produção da borracha na vila de Rosário e outra em Diamantino.

Acredito que a instalação de uma filial no centro da exploração da borracha levava esses empresários a lucrarem em duas vias do comércio. A primeira como fornecedores de produtos de primeira necessidade aos que ali se encontravam, pois provavelmente a moeda principal de pagamento dos seringueiros era a borracha. A segunda via, como exploradores da borracha, já que possuíam terras para isso. Além do mais, a instalação de uma filial em uma das localidades (Diamantino e Barra do Bugres) era importante para inspecionar a extração da borracha e assim defender seus interesses. Essas empresas estavam localizadas, em ponto estratégico, pois as estabelecidas em Diamantino, contavam com a navegação através do rio Paraguai, o qual torna-se navegável não muito longe da vila de Diamantino, assim como as estabelecidas em Barra do Bugres. Pode-se supor que esse tipo de atividade era algo rotineiro entre os grandes comerciantes que estavam envolvidos nos ramos de importação, exportação e comércio da borracha.

A borracha foi de fundamental importância para as empresas estudadas, pois de uma forma ou de outra estavam ligadas a essa atividade econômica. No entanto, o auge da borracha fora curto entrando em declínio na década de 1910 (GARCIA, 2009, p. 76). Entretanto, mesmo com um declínio na quantidade de exportação, ela não chegou a desaparecer no período aqui abordado.

Outro produto de origem vegetal que se destacou nos registros de exportações das empresas estudadas foi a ipecacuanha, "um tubérculo, de folhas esverdeadas" (REYNALDO, 2000, p. 141). Este produto possuía "boa aceitação no mercado internacional e encontrada na região dos afluentes da margem superior direita do rio Paraguai". A raiz dessa planta era utilizada para fins medicinais, e "era encontrada nas matas próximas às margens dos rios e sua extração era realizada no período das chuvas; pois o processo consistia em que o caule e a raiz fossem arrancados inteiros" e como meio de preservação "a raiz era cortada e o caule devolvido ao solo, para permitir que brotasse nova raiz, que seria extraída na estação das chuvas seguinte" (GARCIA, 2009, p. 63). Embora não podemos descartar a possibilidade que

nem todos possuíssem a preocupação em replantá-la. Entretanto, seu preço era ditado pelo mercado internacional e variava conforme a demanda do produto no mercado, os principais compradores eram "indústrias de medicamentos da Europa e Estados Unidos" (Idem, p.64). A ipecacuanha sempre esteve presente na pauta de exportação de Mato Grosso desde o século XIX; porém não representou "um elemento que fosse decisivo para a caracterização da economia e seu desenvolvimento" (BORGES, 2001, p. 54). No que se refere, às empresas estudadas, também não tiveram grande importância econômica.

Dos produtos derivados da pecuária exportados pelas empresas estudadas, o que mais se destacou foi o couro vacum. Os couros secos eram maioria, mas os couros salgados também fizeram parte das exportações. Esse produto esteve presente na pauta das exportações, desde a liberação da navegação pelo rio Paraguai, pois conforme Manoel Cavassa, durante a guerra ele perdeu "sete mil e tantos couros secos" (CAVASSA, 1997, p. 50). Em menor escala, exportavam chifres, ossos, línguas secas, sebo, graxa e a crina (Mesa de Rendas de Corumbá, Livros de Estatísticas de Exportação de 1905, 1907, 1910, 1911, 1912 e 1915 - APMT, Fundo da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Mato grosso); esses produtos "que por não demandarem uma custosa preparação, tinham maior possibilidade de encontrar colocação no mercado, mesmo tendo de vencer distâncias de milhares de quilômetros" (QUEIROZ, 2008b, p. 140- 141). O charque, por sua vez, era exportado para Montevidéu e para o Rio de Janeiro, mas a quantidade exportada era menor (Mesa de Rendas de Corumbá, Livros de Estatísticas de Exportação de 1905, 1907, 1910, 1911, 1912 e 1915 - APMT, Fundo da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Mato grosso).

Das empresas estudadas, a única que apresentou registros de exportações de extrato e caldo de carne, foi a Casa Manoel Cavassa Filho & Cia. nos anos de 1910, 1911 e 1912. Esses produtos foram exportados para a Bélgica, o Chile e Montevidéo. A quantidade desses produtos não foi alta, como pode ser verificado nas tabelas: 4, 5 e 6. Pode-se supor que o motivo pelo qual, a referida empresa tenha sido a única a exportar o extrato e o caldo de carne, esteja em sua vinculação com a *Brazil Land, Cattle and Packing Co.* (essa empresa era a única produtora de extrato e caldo de carne no Estado) e a empresa Manoel Cavassa Filho & Cia. era sua representante; esse grupo era ligado ao sindicato *Farquhar* que havia adquirido a propriedade de Descalvados[4], um empreendimento agroindustrial (Album graphico do estado de

[4] A sesmaria de Descalvados foi vendida a Rafael Del Sar pelo major João Carlos Pereira Leite. Então, Rafael Del Sar a transformou em uma charqueada, em 1876; mais tarde, Jaime Cibils Buxareo compra essa propriedade para instalar uma fábrica de extrato e caldo de carne, mas também exportavam línguas e couros salgadas (GARCIA, 2009, p. 86-97).

Matto – Grosso, 1914, p. XXI). As penas exportadas eram de garças, em sua maioria, embora também tenha-se registros de algumas penas de tuiuiús. Os couros de onças estavam presentes nas exportações, sendo que aqueles com cabeça tinham um valor superior (Mesa de Rendas de Corumbá, Livros de Estatísticas de Exportação de 1905, 1907, 1910, 1911, 1912 e 1915 - APMT, Fundo da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Mato grosso); porém sem apresentar grande importância econômica para as empresas em questão. A seguir tabelas demonstrativas dos valores dos produtos exportados, nos anos de 1905, 1907, 1910, 1911, 1912 e 1915, infelizmente os registros dos anos de 1906, 1908, 1909, 1913 e 1914, não foram encontrados.

Tabela 2

Valor das exportações realizadas pelas casas comerciais estudadas, segundo os diversos produtos (em R$)

Ano 1905

EMPRESAS	PRODUTOS							
	Borracha	Couros Vacuns	Couros de Onças	Crina	Gengibre	Peles silvestres	Poaia	Total
Josetti & Cia.	13:929$530	____	____	____	____	____	____	13:929$530
M. Cavassa Filho & Cia.	112:045$439	26:663$108	139$200	357$016	_____	34$320	6:108$520	146:263$603
Mônaco, Pinôn & Cia.	____	1:034$300	____	____	____	9$840	____	1:044$140
Pereira, Sobrinhos & Cia.	1: 930$700	6:067$030	____	8$904	____	____	____	8:006$634
Ponce, Azevedo & Cia.	17:658$223	3:110$398	____	3$996	3$950	____	788$000	21:564$567
TOTAL	145:563$892	36:874$836	139$200	369$916	3$950	44$160	6:896$520	189:892$474

Tabela 3

Valor das exportações realizadas pelas casas comerciais estudadas, segundo os diversos produtos (em R$)

Ano 1907

EMPRESAS	PRODUTOS										
	Borracha	Charque	Couros vacuns	Couros de onça	Crina	Graxa	Línguas	Peles silvestres	Poaia	Sebo	Total
Josetti & Cia.	4:579$000	———	———	3$600	———	———	———	———	———	———	4:582$600
M. Cavassa Filho & Cia.	100:715$540	9:136$100	33:344$880	21$600	616$584	1:100$926	155$550	34$320	4:496$642	1:348$530	150:970$672
Mônaco, Pinôn & Cia.	511$200	———	2:955$180	8$400	———	———	———	28$080	———	———	3:502$860
Pereira, Sobrinhos & Cia.	3:460$800	———	5:743$656	———	———	———	———	———	———	———	9:204$456
Ponce, Azevedo & Cia.	22:243$008	———	1:635$296	———	2$160	———	———	———	1:132$800	———	25:013$264
Vasquez, Filhos& Cia.	3:070$600	———	992$520	34$800	6$156	———	———	9$240	———	———	4:113$316
Wanderley, Baís & Cia.	17:391$600	———	3:651$848	———	148$800	———	———	———	1:720$500	———	22:912$748
Total	151:460$548	9:136$100	45:934$420	63$600	773$700	1:100$926	155$550	53:880	6:989$942	1:348$530	217:017$196

Tabela 4

Valor das exportações realizadas pelas casas comerciais estudadas, segundo os diversos produtos (em R$).

Ano 1910

EMPRESAS	PRODUTOS															
	Borracha	Caldo de carne	Charque	Chifres	Couros vacuns	Couros de onça	Crina	Extrato de carne	Graxa	Línguas	Ossos	Peles silvestres	Penas de garça	Poaia	Sebo	Total
Feliciano Simon	5:067$220	——	——	——	152$640	38$400	——	——	——	——	——	——	454$000	108$000	——	5:820$260
Josetti & Cia.	11:993$240	——	——	——	——	——	——	——	——	——	——	1$800	——	42$000	——	12:037$040
M. Cavassa Filho & Cia.	6:412$540	861$300	——	——	7:886$592	42$210	270$108	2:583$900	——	——	——	9$960	——	——	——	18:066$610
Mônaco, Pinôn & Cia.	——	——	——	——	8:751$744	7$200	120$528	——	——	——	——	9$000	——	——	——	8:888$472
Pereira, Sobrinhos & Cia.	2:113$500	——	——	——	2:796$864	——	137$600	——	——	——	——	——	142$700	176$400	——	5:367$064
Ponce, Azevedo & Cia.	1:308$000	——	——	——	——	——	——	——	——	——	——	——	——	——	——	1:308$000
Stöfen, Schnack, Müller & Cia.	107:828$444	——	12:059$400	55$272	11:647$628	7$800	63$612	——	667$590	372$780	68$014	——	——	——	2:022$824	134:793$364
Vasquez, Filhos & Cia.	4:459$780	——	——	——	4:308$000	67$200	190$620	——	——	——	——	——	——	——	——	9:025$600
Wanderley, Baís & Cia.	117:348$460	——	——	——	14:007$460	50$400	197$532	——	——	——	——	3$000	1:884$100	5:903$952	——	139:394$904
Total	244:537$944	861$300	12:059$400	55$272	49:550$928	213$210	980$000	2:583$900	667$590	372$780	68$014	21$960	2:480$800	6:188$352	2:022$824	322:664$274

Tabela 5

Valor das exportações realizadas pelas casas comerciais estudadas, segundo os diversos produtos (em R$)

Ano 1911

EMPRESAS	PRODUTOS															
	Borracha	Caldo de carne	Charque	Chifres	Couros vacuns	Couros de onça	Crina	Extrato de carne	Graxa	Línguas	Ossos	Peles silvestres	Penas de garça	Poaia	Sebo	Total
Feliciano Simon	270$000	———	———	———	38$400	72$000	———	———	———	———	———	———	3:783$018	339$600	———	4:503$018
Josetti & Cia.	39:843$900	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	600	———	1:867$200	———	41:711$700
M. Cavassa Filho & Cia.	13:816$620	173$070	———	24$000	8:645$574	39$600	325$404	4:982$690	———	———	———	6$480	———	1:440$000	———	29:453$438
Mônaco, Pinôn & Cia.	1:500$000	———	———	———	6:443$376	———	323$676	———	———	———	———	———	———	———	———	8:267$052
Pereira, Sobrinhos & Cia.	4:090$000	———	———	———	12:478$912	———	144$396	———	———	———	———	———	———	1:033$200	———	17:746$508
Ponce, Azevedo & Cia.	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———
Stöfen, Schnack, Müller & Cia.	103:805$489	———	5:479$700	———	3:194$392	———	579$276	———	———	187$090	———	———	97$500	396$000	3:343$356	117:082$803
Vasquez, Filhos & Cia.	4:343$500	———	———	———	5:511$936	106$800	212$376	———	———	———	———	———	———	36$000	———	10:210$612
Wanderley, Baís & Cia.	88:685$120	———	———	———	7:525$824	50$400	152$388	———	———	———	———	———	2:952$500	1:392$000	———	100:758$232

Total	256:354$629	173$070	5:479$700	24$000	43:838$414	268$800	1:737$516	4:982$690	____	187$090	____	7$080	6:833$018	6:504$000	3:343$356	329:733$363

Tabela 6

Valor das exportações realizadas pelas casas comerciais estudadas, segundo os diversos produtos (em R$)

EMPRESAS	PRODUTOS													
	Borracha	Charque	Chifres e cabeça de gado	Couros vacuns	Couros de onça	Crina	Extrato de carne	Línguas	Ossos	Peles silvestres	Penas de garça	Penas de tuiuiú e outras aves	Poaia	Sebo	Total
Feliciano Simon	2:065$745	48:547$020	202$196	12:719$148	236$000	406$944	____	248$050	134$880	4$080	4:507$250	97$405	1:588$800	6:693$013	77:450$531
Josetti & Cia.	15:735$792	____	____	____	7$200	____	____	____	____	7$920	____	____	1:275$600	____	17:026$512
M. Cavassa Filho & Cia.	5:619$767	166$975	23$400	16:120$545	44$400	302$292	334$260	____	____	127$320	545$000	5$040	____	____	23:288$999
Mônaco, Pinôn & Cia.	1:794$706	____	____	5:737$838	____	437$292	____	____	____	3$120	____	____	____	____	7:972$956
Pereira, Sobrinhos & Cia.	4:800$712	____	____	9:639$496	____	195$372	____	____	____	8$880	____	____	157$200	____	14:801$660
Ponce, Azevedo & Cia.	____	____	____	____	____	____	____	____	____	____	____	____	____	____	____
Stöfen, Schnack, Müller & Cia.	52:576$197	____	____	3:511$160	10$800	31$608	____	____	____	2$520	154$900	____	____	____	56:287$185
Vasquez, Filhos & Cia.	1:275$154	____	____	6:898$176	26$400	335$880	____	____	____	____	____	____	____	____	8:535$610

Wanderley, Baís & Cia.	152:814$660	———	———	11:051$544	88$800	238$140	———	———	———	———	———	———	3:417$360	———	167:610$504
Total	236:682$733	48:713$995	225$596	65:677$907	413$600	1:947$528	334$260	248$050	134$880	153$840	5:207$150	102$445	6:438$960	6:693$013	372:973$957

Ano 1912

Tabela 7

Valor das exportações realizadas pelas casas comerciais estudadas, segundo os diversos produtos (em R$)

Ano 1915

EMPRESAS	PRODUTOS													
	Borracha	Charque	Chifres	Couros vacuns	Couros de onça	Crina	Gelatina vegetal	Lã	Línguas	Peles silvestres	Penas de garça	Poaia	Sebo	Total
Feliciano Simon	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———
Josetti & Cia.	3:617$377	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	541$200	———	4:158$577
M. Cavassa Filho & Cia.	5:788$633	8:436$825	7$884	22:317$420	64$800	165$024	13$300	———	163$320	64$800	———	18:491$400	735	55:514$141
Mônaco, Pinôn & Cia.	36:113$009	———	———	16:001$920	———	1:345$940	———	37$044	———	2$040	———	2:554$800	———	56:054$753
Pereira, Sobrinhos & Cia.	182$720	———	———	15:643$200	———	207$900	———	27$756	———	43$560	150$000	———	———	16:255$136
Ponce, Azevedo & Cia.	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———	———
Stöfen, Schnack, Müller & Cia.	———	———	———	3:147$696	3$600	40$176	———	31$968	———	———	———	———	———	3:223$440
Vasquez,	———	———	———	4:188$000	———	178$200	———	———	———	———	———	———	———	4:366$200

Filhos & Cia.														
Wanderley, Baís & Cia.	22:817$183	———	———	13:951$600	187$200	———	———	———	———	———	———	8:666$400	———	45:622$383
Total	68:518$922	8:436$825	7$884	75:249$836	255$600	1:937$240	13$300	96$768	163$320	110$400	150$000	30:253$800	735	185:194$630

Após a análise dos valores dos produtos exportados, percebe-se que a borracha era responsável por grande parte do total das exportações. Sendo assim, tudo leva a crer que a principal receita das casas comerciais derivava da exploração da borracha. Além disso, "as casas comerciais em Mato Grosso, durante a fase de extração da borracha, tiveram um papel muito importante no financiamento da economia, como representantes do capital financeiro internacional, de forma indireta" (BORGES, 2001, p. 69). No tocante à presença do capital financeiro, concordo com as conclusões de Queiroz, pois "tudo parece indicar que essas casas comerciais não foram um 'canal' inicialmente utilizado pelo capital internacional mas sim, em boa parcela, manifestações plenas da presença desse capital" (QUEIROZ, 2007, p. 184).

As casas comerciais de Corumbá estavam intimamente ligada a economia mundial, por isso, as exportações do ano de 1915 foram diminutas comparadas aos anos anteriores; provavelmente o declínio das exportações tenha ocorrido, devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial no ano de 1914. Além do mais, os grandes "investimentos capitalistas em Mato Grosso, vinculados às vias fluviais", ocorreram em um período de "expansão do comércio mundial"; sendo assim, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial essa expansão teria sido golpeada, já que "tão internacionalizado era esse 'surto' capitalista em Mato Grosso que o importante centro comercial de Corumbá parece haver sentido já os efeitos depressivos das crises balcânicas, que antecederam a Grande Guerra" (QUEIROZ, 2004, p. 332-333). Além disso, é o período da queda do preço da borracha, em virtude do "surgimento do produto no Oriente" (BORGES, 2001, p. 70). Apesar dos anos seguintes não serem contemplados neste trabalho, sabe-se que as exportações, assim como o grande fluxo comercial ligado a navegação fluvial, tendeu a diminuir.

9. DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Guias de Exportação, rolo 24, Subseção da Capatazia, Alfândega de Corumbá, Fundo: Delegacia Fiscal do Tesouro em Mato Grosso. (Microfilme NDIHR-UFMT).

Livro de Atas da Associação Comercial de Corumbá, nº1, 1910 - 1928. ArACC.

Livro Copiador de cartas e telegramas de 1910, pertencentes ao Fundo da Casa Vasquez, Filhos & Cia. (NDHER – UFMS, Campus Corumbá).

Livro de Estatísticas de Exportação de 1905 pertencentes a Mesa de Rendas de Corumbá, Cx02, APMT.

Livro de Estatísticas de Exportação de 1907 pertencentes a Mesa de Rendas de Corumbá Cx. 04, APMT.

Livro de Estatísticas de Exportação de 1910 pertencentes a Mesa de Rendas de Corumbá, Cx.07, APMT.

Livro de Estatísticas de Exportação de 1911 pertencentes a Mesa de Rendas de Corumbá, Cx. 08, APMT.

Livro de Estatísticas de Exportação de 1912 pertencentes a Mesa de Rendas de Corumbá, Cx. 09, APMT.

Livro de Estatísticas de Exportação de 1915 pertencentes a Mesa de Rendas de Corumbá, Cx. 12, APMT.

11. OBRAS CITADAS

ALBUM graphico do estado de Matto-Grosso. AYALA, S. Cardoso & SIMON Feliciano (Org.) Hamburgo-Corumbá, 1914, 433 + 69.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo século XX*: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Trad. Vera Ribeiro; revisão de César Benjamin. 7. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP 1996. 408 p.

BORGES, Fernando T. de Miranda. *Do extrativismo à pecuária*: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870 a 1930. 3. ed. São Paulo: Scortecci, 2001. 191 p. ISBN: 85-7372-523-0.

CAVASSA, Manoel. *Memorandum de Manoel Cavassa*. Apresentação e notas Valmir Batista Corrêa e Lúcia Salsa Corrêa. Campo Grande: Editora UFMS, 1997.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *Corumbá - um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso: 1870-1920*. 1980. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____ *História e fronteira*: o sul de Mato Grosso 1870-1920. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. *Corumbá: Terra de Lutas e de Sonhos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

GARCIA, Domingo Sávio da Cunha. *Território e Negócios na "Era dos Impérios"*: os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. 309 p. ISBN: 978-85-7631-138-6.

_____ "Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império". 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios* ,1875-1914. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. 306 p. ISBN: 85-7108-116-6.

LOBO, Eulália L. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio Janeiro, IBMEC, 1978. 2º vol.

NORMANO, João F. *A luta pela América do Sul*. São Paulo: Ed. Atlas, 1944.

PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce*: um chefe. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1952.

PÓVOAS, Lenine. *Influências do rio da Prata em Mato Grosso* (ensaio). São Paulo: Ed. Resenha Tributária Ltda., 1982.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *Condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX*. In: *Fronteiras* – Revista de História, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 113-136, jul./dez. 1997.

_____. *Uma ferrovia entre dois mundos*: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. 526 p.

_____. *Revisitando um Velho Modelo*: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 87, p. 171-201, 2007.

_____. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Dourados -MS : Editora da UFGD, 2008a. ISBN 978-85-61228-07-1, p. 15-75.

_____. O desafio do espaço platino às tendências de integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional brasileiro: um hiato em dois tempos. *História econômica & história de empresas*, vol. 11, n.1, p. 119-154. São Paulo: ABPHE, 2008b. ISSN: 1519-3314

_____. A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. Coleção Fórum Capistrano de Abreu: Anais do primeiro e do segundo encontros de pós-doutores do PPGH/UFF, 2009. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/pp_2009-12.php, acessado em 15 de agosto de 2011.

_____. Joaquim Murtinho, banqueiro: Notas sobre a experiência do Banco rio e Mato grosso (1891-1902). In: estudos Históricos, volume 23, número 45, jan.- jul. de 2010. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa e Documentação de História contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, p. 125-146. ISSN 0103-2186

SÁVIO; Kelly Cristina dos Santos; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. O primeiro estabelecimento de crédito no antigo Mato Grosso: A Caixa Filial do Banco Rio e Mato Grosso em Corumbá (1891-1902). Relatório Final (Iniciação Científica) – PIBIC/UFGD 2009/10.

SILVA, Edil Pedroso. *O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso no século XIX*. http://www.revistanavigator.com.br/navig4/art/N4_art2.pdf, pesquisado em 29 de abril de 2012.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão cosmopolita*: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda, 2008. 330 p. ISBN: 978-85-98325-75-0

VADALISO, Jesús María; LÓPEZ, Santiago. *História económica de la empresa*. 3.ed. Barcelona: Crítica, 2009. 573 p. ISBN: 978-84-8432-935-0